ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão

Textos

ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:
Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO
U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA
FLUL LETRAS LISBOA
FCSH FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FUNDAÇÃO MILLENNIUM BCP

Índice

15 Editorial
José Morais Arnaud

1. Historiografia

19 Arqueólogos Portugueses
Jacinta Bugalhão

33 A arqueologia nacional: valores de referência
Gertrudes Branco

41 De Chão de Minas (Loures) a Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa): Breve balanço de um ciclo de vida em estudos Pré-Históricos
Vítor Oliveira Jorge

51 A emergência da arqueologia processual em Portugal: a teoria e o método (1968-2000). Uma introdução
Daniel Carvalho / Mariana Diniz

63 Francisco António Rodrigues de Gusmão: a Arqueologia, a Epigrafia e o Património
Pedro Marques

75 História das investigações dos hipogeus em Portugal
Cátia Saque Delicado

87 «Porque havemos de deixar nas mãos de especialistas estrangeiros perspectivas que tanto nos dizem respeito?». A colaboração arqueológica internacional no Portugal dos anos 50-60 do século XX: tradições, inovações e contradições
Ana Cristina Martins

2. Estudo e valorização

101 Musealização do sítio arqueológico da Foz do Enxarrique: do projeto à obra feita
Luís Raposo / Mário Benjamim

113 Projeto de estudo do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu): objetivos e primeiros resultados
Manuel Luís Real / António Faustino Carvalho / Catarina Tente

125 Castro de Guifões (Matosinhos) – das primeiras notícias aos resultados preliminares de um projecto de investigação
Andreia Arezes / José Manuel Varela

137 O projeto Castr'uíma (Vila Nova de Gaia, 2010-2015): elementos e reflexões para um balanço prospetivo
António Manuel S. P. Silva / J. A. Gonçalves Guimarães / Filipe M. S. Pinto / Laura Sousa / Joana Leite / Paulo Lemos / Pedro Pereira / Maria de Fátima Teixeira

155 São Salvador do Mundo – o estado da arte!
André Donas-Botto

161 Mértola na Idade do Ferro: primeiros resultados de dois projectos de investigação
Francisco José García Fernández / Pedro Albuquerque / Maria de Fátima Palma

171 Estado atual do conhecimento acerca do povoamento em época romana na Amadora
Gisela Encarnação / Vanessa Dias

185 Arqueologia urbana no concelho de Loures
Alexandre Varanda

195 19 anos de Arqueologia urbana em Machico, Região Autónoma da Madeira
Isabel Paulina Sardinha de Gouveia / Élvio Duarte Martins Sousa

3. Gestão e salvaguarda

209 Paisagens e patrimónios no concelho de Loures: reflexões sobre uma experiência de comunicação em arqueologia, património e história local
Florbela Estêvão

215 Para além da gestão patrimonial: uma nova relação da arqueologia com o território
Luiz Oosterbeek / Anabela Pereira / Davide Delfino / Elaine Ignácio / Henrique Mourão / Maria Nicoli / Marian Helen Rodrigues / Nelson Almeida / Pierluigi Rosina / Rita Anastácio / Pedro Cura / Sara Cura / Sara Garcês

227 A memória como ferramenta de pesquisa e investigação arqueológica
Alexandra Figueiredo / Ricardo Lopes / Sónia Simões / Cláudio Monteiro / Adolfo Silveira

237 A apropriação dos vestígios arqueológicos por parte das comunidades modernas e contemporâneas
Alexandra Vieira

249 Acompanhamento arqueológico em Lisboa – lei, des(ordem) e procrastinação
Alexandre Sarrazola

259 Acompanhamento arqueológico e método. Contributo para o seu enquadramento legal
Iva João Teles Botelho

273 Intervenção arqueológica na Avenida dos Aliados, Porto. O Bairro do Laranjal
Luís Filipe Coutinho Gomes / Iva Botelho / João André Perpétuo

287 Gestão do património arqueológico em intervenções de minimização e salvaguarda
Leonor Rocha / Gertrudes Branco

4. Pré-História

295 O crânio humano Acheulense do Plistocénico médio da Gruta da Aroeira
Joan Daura / Montserrat Sanz / Juan Luis Arsuaga / Rolf Quam / Dirk L. Hoffmann / Maria Cruz Ortega / Elena Santos / Sandra Gómez / Ángel Rubio / Lucia Villaescusa / Pedro Souto / Filipa Rodrigues / João Maurício / Artur Ferreira / Paulo Godinho / Erik Trinkaus / João Zilhão

303 Ocupações Pleistocénicas da margem esquerda do Baixo Minho (Miño/Minho 2). Objetivos e primeiros resultados de um projeto transfronteiriço
João Pedro Cunha-Ribeiro / Sérgio Monteiro-Rodrigues / Alberto Gomes / Eduardo Méndez-Quintas / José Meireles / Alfredo Pérez-González / Manuel Santonja

319 Estudo tecnológico de três sítios do Paleolítico médio do centro de Portugal: Ribeira da Ponte da Pedra, Santa Cita e Lagoa do Bando
Sara Cura / Antonella Pedergnana / Pedro Cura / Luiz Oosterbeek / Gabriele Luigi Francesco Berruti / Pedro Peça / Rosa Linda Graziano

331 O Paleolítico médio de S. Julião da Barra: a indústria lítica dos depósitos flúvio-marinhos intervencionados no âmbito da construção do campus universitário de Carcavelos
João Luís Cardoso / Pedro Peça / Raquel Santos

341 As indústrias Paleolíticas do Baixo Guadiana: perspetivas para uma investigação futura a partir das recolhas de Abel Viana
Luís Gomes / Alexandre Varanda

357 A sequência estratigráfica da Lapa dos Coelhos: funcionalidade e subsistência ao longo do Pleistocénico superior no sopé da Serra de Aire (Portugal)
Cristina Gameiro / Simon Davis / Francisco Almeida

375 O início do último máximo glacial no Sul de Portugal: novos dados a partir do sítio arqueológico de Vale Boi
Joana Belmiro / João Cascalheira / Nuno Bicho

385 Sobre a definição e interpretação das tecnologias líticas bipolares em contextos pré-históricos
Pedro Horta / João Cascalheira / Nuno Bicho

393 Abrigo da Buraca da Moira, Leiria: resultados preliminares do projeto Ecoplis
David Nora / Joana Pereira / Patrícia Monteiro / Eduardo Paixão / Sandra Assis / Marina Évora / Carlos Duarte / João Marreiros / Vânia Carvalho / Trenton Holliday / Telmo Pereira

403 Existe Azilense em Portugal? Novos dados sobre o tardiglaciar e o pré-boreal no Vale do Côa
Thierry Aubry / Cristina Gameiro / André Santos / Luís Luís

419 Reconstruir atividades humanas e formação de contextos conquíferos: microfácies sedimentares do Cabeço da Amoreira (Muge) e das Poças de São Bento (Sado) e o seu potencial interpretativo nos padrões de comportamento humano no Mesolítico
Carlos Duarte / Ana M. Costa / Vera Aldeias

433 Líticos em contexto – tecno-tipologia e distribuição espacial no concheiro mesolítico de Poças de S. Bento (Alcácer do Sal)
Diana Nukushina / Mariana Diniz / Pablo Arias

447 Arqueotanatologia e colecções museológicas: estratégias e desafios para o estudo das práticas funerárias do passado
Rita Peyroteo-Stjerna

461 Fossas, fornos ou silos? O contributo do Barranco da Horta do Almada 1 (Beja) para a definição cronológica e funcional das estruturas negativas Mesolíticas e Neolíticas
Ana Rosa / Mariana Diniz

467 Para uma periodização da Pré-História recente do Norte de Portugal: da segunda metade do 4º milénio aos finais do 3º milénio aC
Susana Soares Lopes / Ana M. S. Bettencourt

489 A gestão do sílex durante o Neolítico médio da Moita do Ourives (Benavente, Portugal)
Henrique Matias / César Neves

505 Tumulações da Pré-História recente do Centro/Norte litoral: o caso das Mamoas do Taco (Albergaria-a-Velha)
Pedro Sobral de Carvalho

519 Anta da Casa da Moura: um monumento megalítico no maciço calcário de Sicó
Fernando Silva / António Monteiro / Gertrudes Branco / Leonor Rocha

529 A arqueologia aérea: métodos e técnicas para a observação de dólmens. O caso de Mora e Arraiolos
Ariele Câmara / Leonor Rocha / Teresa Batista

541 Intervenção arqueológica no projecto de "Recuperação e valorização da Anta do Carrascal" (Agualva, Sintra)
Patrícia Jordão / Pedro Mendes / Cláudia Relvado

557 O uso do crânio em rituais da Pré-História
Carlos Didelet

563 Novos dados sobre as ocupações Neolíticas do centro de Lisboa
Helena Reis / Tiago do Pereiro / Nelson Cabaço / Rui Ramos / António Valera

575 As galerias de mineração de sílex de Campolide e o seu contexto Europeu. Comparações e análise
Eva Leitão / Carlos Didelet / Guilherme Cardoso

581 O povoamento Neolítico em Avis: uma análise preliminar dos dados disponíveis
Ana Cristina Ribeiro

591 Vila Nova de São Pedro (Azambuja), no 3º milénio, um sítio Calcolítico no ocidente peninsular – contributos para um debate
Mariana Diniz / Andrea Martins / César Neves / José Morais Arnaud

605 A ocupação humana do III milénio a.C. do Cabeço da Ervideira (Alcobaça)
João Pedro Vicente Tereso / Rita Gaspar / Cláudia Oliveira

619 O conjunto de pedra lascada da Ota: questões tecnológicas e socioeconómicas
Ana Catarina Basílio / André Texugo Lopes

631 "T0 com cachet": as eventuais cabanas subterrâneas do recinto de fossos do Porto Torrão
Filipa Rodrigues

647 Potes para os mortos: ritual funerário e tecnologia cerâmica em contexto megalítico
Nuno Inácio

661 Os componentes de tear no Castelo de Pavia
Liliana Teles / Leonor Rocha

671 Reflexão acerca dos cossoiros e da fiação nos contextos calcolíticos do Sudoeste da Península Ibérica, partindo do sítio de São Pedro (Redondo)
Catarina Costeira

687 Broken Arrow: as pontas de seta dos povoados de São Pedro (Redondo, Alentejo central)
Rui Mataloto / Diana Nukushina / Catarina Costeira

705 A pedra lascada nos *tholoi* do baixo Alentejo interior: notas preliminares de casos de estudo
Ricardo Russo / Ana Catarina Sousa

723 Exploração de recursos aquáticos no final do Neolítico e Calcolítico: breve revisão do registo faunístico
Sónia Gabriel / Cláudia Costa

741 Contributos para o conhecimento da componente animal dos recintos de fossos calcolíticos. A fauna vertebrada de Montoito 2
Cláudia Costa / Rui Mataloto

753 Entre vales e escarpas. Estudo da fauna recuperada na Lapa da Mouração (Porto de Mós, Leiria)
Ana Beatriz Santos / Cátia Saque Delicado

765 Reconstrução paleoambiental da margem Norte do rio Tejo através da análise *multiproxy* de sedimentos recolhidos em contexto de obra com achados arqueológicos
Ana M. Costa / Mª. Conceição Freitas / Vera Lopes / César Andrade / Jacinta Bugalhão / Pedro Barros

781 Análise preliminar dos padrões de localização das grutas com arqueologia do centro e Sul de Portugal
João Varela / Nuno Bicho / Célia Gonçalves / João Cascalheira

5. Proto-História

795 Contextos e práticas funerárias da Idade do Bronze na bacia hidrográfica do rio Ave (Noroeste de Portugal)
Hugo Aluai Sampaio

809 A necrópole da Idade do Bronze do Corvilho (Santo Tirso): novos dados para a sua contextualização cronológica
Hugo Aluai Sampaio

819 Povoado de São Lourenço. Novos dados. Castro Daire, Viseu (CNS 5114)
Vítor Manuel da Silva Dias

833 O enterramento da Idade do Bronze da Gruta das Redondas (Carvalhal de Aljubarrota): um contributo para o estudo do Bronze antigo na Estremadura atlântica
João Carlos Senna-Martinez / Elsa Luís / Rita Matos / Pedro Valério / Maria de Fátima Araújo / João Tereso / Isabel Costeira

849 O sítio de fossas da Horta do Cabral 6. Contribuição para o conhecimento da Idade do Bronze na região do Torrão (Alcácer do Sal, Portugal)
Henrique Matias / Marco António Andrade / Cláudia Costa / Hugo Aluai Sampaio / Inês Simão / António Monge Soares / Rui Monge Soares / Patrícia Monteiro

865 Estudo paleoetnobotânico do Crasto de Palheiros na Idade do Ferro – uma análise carpológica
Margarida Isabel Leite / João Pedro Tereso / Maria de Jesus Sanches

877 A comparação como ferramenta de estudo de processos de representação e interacção: o caso de "Tartessos"
Pedro Albuquerque

887 Produções cerâmicas de inspiração grega no vale do baixo Tejo
Elisa de Sousa / João Pimenta

897 O metal de base cobre dos objectos de uso pessoal em sepulturas da I Idade do Ferro do Monte Bolor 1-2 (Beja)
Pedro Valério / Maria Fátima Araújo / António M. Monge Soares / Rui Soares / Lídia Baptista

907 A Azougada (Moura) e o sistema metrológico da Idade do Ferro pós-orientalizante do baixo e médio Guadiana
Ana Sofia Antunes

929 Os ossos trabalhados do Castro da Azougada (Moura, Portugal)
Mariana Nabais / Rui Soares

943 Janelas abertas sobre a Idade do Ferro: os queimadores de Mesas do Castelinho (Almodôvar)
Susana Estrela

955 O sítio arqueológico do Espigão das Ruivas (Cascais)
José d'Encarnação / Guilherme Cardoso

6. Arte Rupestre

969 E depois do Côa? A investigação de arte rupestre em Portugal desde 1995. Parte 1: a Sul do Tejo
Andrea Martins

991 Isto não é um afloramento! É uma rocha de arte rupestre... factores potenciais de escolha de superfícies de arte rupestre na fase antiga Paleolítica da Arte do Côa.
António Batarda Fernandes

1003 A arte rupestre da Gruta do Escoural – novos dados analíticos sobre a pintura Paleolítica
António C. Silva / Guilhem Mauran / Tânia Rosado / José Mirão / António Candeias / Carlos Carpetudo / Ana Teresa Caldeira

1021 A arte megalítica da Mamoa 1 do Taco (Albergaria-a-Velha, Aveiro). Novos resultados
Lara Bacelar Alves / Pedro Sobral de Carvalho

1037 O Monte Faro – uma paisagem icónica da arte Atlântica Peninsular
Lara Bacelar Alves / Mário Reis

1053 Gravuras rupestres do Noroeste Português para além das artes Atlântica e Esquemática
Ana M. S. Bettencourt

1069 O conjunto de gravuras rupestres de Santo Adrião (Caminha, Portugal). Embarcações, armas, cavalos e ex-votos
Manuel Santos-Estévez / Ana M. S. Bettencourt

1085 Uma abordagem "multi-proxy" aplicada à conservação do sítio de arte rupestre de Cobragança, Mação, Portugal
Sara Garcês / Hugo Gomes / Vera Moleiro / Hugo Pires / Flávio Joaquim / Anabela Pereira / Luiz Oosterbeek

7. Antiguidade Clássica e Tardia

1099 O projecto de investigação sobre a ocupação humana em torno da Aldeia de Pegarinhos (Alijó) – em busca das origens da romanização do Douro
Tony Silvino / Pedro Pereira

1109 O *corpvs* dos mosaicos romanos do *conventvs bracaravgvstanvs*
Fátima Abraços / Licínia Wrench / Cátia Mourão / Filomena Limão / Jorge Tomás García

1123 Vestígios de transformação de produtos no concelho de Castelo de Vide (Portalegre, Portugal) – inseridos no povoamento rural romano
Sílvia Monteiro Ricardo

1137 Novos dados sobre a ocupação de época Romana Republicana da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal): o espólio metálico
Francisco B. Gomes

1149 Reflexões em torno da jazida arqueológica Torre Velha 1 e a sua relação com o espaço e dinâmicas ocupacionais envolventes
Teresa Ricou Nunes da Ponte

1163 A ocupação Romana do Monte dos Toirais, Montemor-o-Novo. Um exemplo de arqueologia preventiva no contexto dos finais dos anos 90 (séc. XX)
Jorge Vilhena / Carolina Grilo

1177 A actuação votiva dos grupos de origem servil no Sul da Lusitânia
Sílvia Teixeira

1185 Ataegina uma Divindade Peninsular
Cristina Lopes

1193 Espólio de cerâmicas finas romanas e separadores dos fornos do Morraçal da Ajuda (Peniche, Portugal)
Eurico Sepúlveda / Guilherme Cardoso / Catarina Bolila / Severino Rodrigues / Inês Ribeiro

1205 As «marcas de oleiro» na *terra sigillata* de Vale de Tijolos (Almeirim) e as dinâmicas comerciais no *ager scallabitanvs* durante o principado
Rodrigo Banha da Silva / João Pimenta / Henrique Mendes

1219 Evidências de um espaço funerário. Vestígios de uma necrópole romana às portas de Scallabis
Carlos Boavida / Tânia Manuel Casimiro / Telmo Silva

1229 ¿*Requiescat in pace?* Abordagem transdisciplinar a possíveis casos de enterramentos atípicos identificados na necrópole Noroeste de Olisipo
Sílvia Casimiro / Francisca Alves Cardoso / Rodrigo Banha da Silva / Sandra Assis

1243 O espaço de necrópole Romana das Portas de Santo Antão, Lisboa
Nelson Cabaço / Alexandre Sarrazola / Rodrigo Banha da Silva / Liliana Matias de Carvalho / Marina Lourenço

1255 Pintura mural na Travessa do Ferragial, Lisboa
Raquel Henriques / António Valongo

1265 Aspetos construtivos do Teatro Romano de Lisboa: matérias-primas e técnicas edificativas
Lídia Fernandes

1279 Um contexto cerâmico e vítreo da primeira metade do séc. III d.C. do Palácio dos Condes de Penafiel (Lisboa)
Raquel Guimarães / Rodrigo Banha da Silva

1293 Contextos Romanos identificados na frente ribeirinha de Lisboa
Helena Pinheiro / Raquel Santos / Paulo Rebelo

1305 As ânforas Romanas da nova sede da EDP (Lisboa)
José Carlos Quaresma / Rodrigo Banha da Silva / José Bettencourt / Cristóvão Fonseca / Alexandre Sarrazola / Rui Carvalho

1317 As ânforas de tipo *la Orden* na Lusitânia meridional: primeira leitura, importância e significado
Rui Roberto de Almeida / Carlos Fabião / Catarina Viegas

1331 Combustível para um forno: dinâmicas de ocupação de um espaço em Monte Mozinho (Penafiel) a partir de novos dados arqueobotânicos
Filipe Costa Vaz / Luís Seabra / João Pedro Tereso / Teresa Pires de Carvalho

1347 A necrópole de Alcoitão no contexto das práticas funerárias alto-Medievais do concelho de Cascais
Catarina Meira

1359 Paisagem e estratégias do povoamento rural Romano e Medieval no troço médio do vale do Guadiana
João António Ferreira Marques

1379 Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia histórica
Virgílio Lopes

8. Época Medieval

1393 Evolução da estrutura urbana de Santarém entre os séculos VIII e XIII: uma análise macroscópica a partir da localização das necrópoles Islâmicas
Marco Liberato / Helena Santos

1405 O povoamento rural Islâmico na *kura* de Alcácer do Sal: breve análise da toponímia
Marta Isabel Caetano Leitão

1417 Manifestações lúdicas na cerâmica do *gharb al-Andalus*
Maria José Gonçalves / Susana Gómez Martínez / Jaquelina Covaneiro / Isabel Cristina Fernandes / Ana Sofia Gomes / Isabel Inácio / Marco Liberato / Constança dos Santos / Jacinta Bugalhão / Helena Catarino / Sandra Cavaco / Catarina Coelho

1431 Estuques decorados Islâmicos, do século XI, do castelo de Silves
Rosa Varela Gomes

1443 O sistema defensivo Medieval de Tavira – elementos ocultos por entre o casario
Jaquelina Covaneiro / Sandra Cavaco / Fernando Santos / Liliana Nunes

1455 A Porta de Almedina (Coimbra): observações no âmbito da recuperação de fachadas na Torre de Almedina
Sara Oliveira Almeida

1469 A minha boca conta uma história: abrasão dentária e a sua relação com actividade e hábitos pessoais numa amostra Portuguesa de época Medieval/ Moderna
Liliana Matias de Carvalho / Sofia N. Wasterlain

1481 Estudo arqueobotânico do povoado alto-Medieval de S. Gens: perspetivas sobre a exploração de recursos lenhosos e agrícolas
Cláudia Oliveira / Ana Jesus / Catarina Tente / João Pedro Tereso

1495 Adornos de cavalo da época Medieval, provenientes das escavações do Castelo de Almourol (1898)
Maria Antónia Athayde Amaral

1513 As marcas de canteiro da Sé de Lisboa
Sofia Silvério

1523 O comércio Medieval de cerâmicas importadas em Lisboa: o caso da Rua das Pedras Negras nº 21-28
Filipe Oliveira / Rodrigo Banha da Silva / André Bargão / Sara Ferreira

1539 Construções em taipa de época Medieval e Moderna: o exemplo do Chiado
Vanessa Mata / Nuno Neto / Paulo Rebelo

1551 Rua do Arsenal 148, Lisboa. Resultados da escavação arqueológica
António Valongo

1567 Caracterização da ocupação Tardomedieval na Rua da Prata 221-231 e Rua dos Correeiros 158-168, Lisboa
Filipe Oliveira / João Miguez / Catarina Furtado / Cláudia Costa

1581 Breve apontamento sobre a Cerca ("velha") Medieval de Lagos
Ana Gonçalves / Elena Móran / Ricardo Costeira da Silva

1595 Aveiro em Quatrocentos: evidências materiais de um período (ainda) pouco conhecido junto ao Mosteiro de Jesus (Aveiro, Portugal)
Ricardo Costeira da Silva / Sónia Filipe / Paulo Morgado

1611 Resultados da intervenção arqueológica realizada nos nºs 54 a 58a da Rua Direita, em Óbidos
Helena Santos / Marco Liberato / Romão Ramos

9. Época Moderna e Contemporânea

1627 A cozinha e a mesa a bordo da fragata Portuguesa Santo António de Taná (Mombaça, 1697): estudo de objectos metálicos e em madeira
Inês Pinto Coelho / Patrícia Carvalho / André Teixeira

1641 Resultados preliminares da primeira campanha da missão arqueológica Portuguesa em Sharjah (EAU). Escavação arqueológica em Quelba/Kalba
Mário Varela Gomes / Rosa Varela Gomes / Rui Carita / Kamyar Daryoush Kamyab

1657 Novos dados acerca das formas de pão-de-açúcar: o caso do estudo das formas descobertas na Rua Afonso de Albuquerque, Peniche (centro de Portugal)
Adriano Constantino

1667 A ala nascente do claustro do Convento de Jesus de Setúbal: resultados da intervenção arqueológica de 2015/2016
Nathalie Antunes-Ferreira / Maria João Cândido

1675 Os bens terrenos da Igreja da Misericórdia (Almada) – séculos (XVI-XVIII)
Vanessa Dias / Tânia Manuel Casimiro / Joana Gonçalves

1691 Cerâmicas Quinhentistas vidradas de um poço Medieval da Praça da Figueira (Lisboa)
Ana Isabel Barradas / Rodrigo Banha da Silva

1703 O sítio dos Lagares (Lisboa): um espaço pluricultu(r)al
Mónica Ponce / Filipe Oliveira / Tiago Nunes / Marina Pinto / Marina Lourenço

1715 Uma olaria na Rua das Portas de Santo Antão (Lisboa) – séculos XV e XVI
Guilherme Cardoso / Luísa Batalha / Paulo Rebelo / Miguel Rocha / Nuno Neto / Sara Brito

1731 Evidências de produção oleira nos séculos XVI e XVII no Largo das Olarias, Mouraria (Lisboa)
Anabela Castro / Nuno Amaral de Paula / Joana Bento Torres / Tiago Curado / André Teixeira

1751 Os silos do Palácio de Santa Helena (Lisboa)
Luísa Batalha / Nuno Neto / Pedro Peça / Sara Brito / Guilherme Cardoso

1767 Estruturas Pré-Pombalinas e espólio associado no Pátio José Pedreira (Rua do Recolhimento e Beco do Leão, freguesia Santa Maria Maior)
Anabela Joaquinito

1781 Policromias e padrões: azulejos "de aresta" e "de corda-seca" do Palácio dos Condes de Penafiel, Lisboa (séculos XV-XVI)
André Bargão / Sara Ferreira / Rodrigo Banha da Silva

1795 O contexto do poço do claustro SO do Hospital Real de Todos-os-Santos: os contentores para líquidos
Rita Neves Silva / Rodrigo Banha da Silva

1809 A cerâmica Italiana dos séculos XV e XVI do Largo do Jogo da Bola em Carnide, Lisboa
Catarina Felício / Filipe Sousa / Raquel Guimarães / André Gadanho

1821 Dos objectos inúteis, perdidos ou esquecidos. Os artefactos metálicos do Largo do Coreto (Carnide, Lisboa)
Carlos Boavida

1835 Uma lixeira nas Casas Nobres do Infantado
Tânia Manuel Casimiro / António Valongo

1849 Os potes *martaban* provenientes da antiga Ribeira Velha, Lisboa
Mariana Mateus / Inês Simão / Filipe Oliveira / Rita Souta

1863 Cerâmica Portuguesa azul sobre azul – séculos XVI e XVII
Luís Filipe Vieira Ferreira / Isabel Ferreira Machado / Tânia Manuel Casimiro

1873 Portas de madeira reutilizadas em cofragens de época Pombalina (Campo das Cebolas, Lisboa)
Cristóvão Fonseca / João Miguez / José Bettencourt / Teresa Quilhó / Inês Simão / Mariana Mateus / Teresa Freitas

1891 O conjunto de selos de chumbo proveniente do Campo das Cebolas, Lisboa
Inês Simão / João Miguez

1901 Da Ribeira Velha ao Campo das Cebolas. Alguns dados sobre a evolução da frente ribeirinha de Lisboa
Inês Simão / João Miguez / Marta Macedo / Teresa Alves de Freitas / Cristóvão Fonseca / José Bettencourt

1915 A dimensão marítima do Boqueirão do Duro (Santos, Lisboa) nos séculos XVIII e XIX: primeiros resultados arqueológicos
Marta Lacasta Macedo / Inês Mendes da Silva / Gonçalo Correia Lopes / José Bettencourt

1925 Arqueotanatologia Moderna/Contemporânea: práticas funerárias e cronologia relativa no adro da Igreja de Santa Maria dos Anjos, Valença
Luís Miguel Marado / Luís Fontes / Francisco Andrade / Belisa Pereira

1933 Fragmentos do quotidiano no Terreiro do Real monumento de Mafra (1717-2017)
Ana Catarina Sousa / Marta Miranda / Ricardo Russo / Cleia Detry / Tânia Manuel Casimiro

1953 O projecto Muge 1692: entre a arqueologia da arquitectura e a reconstrução virtual
Gonçalo Lopes

1967 A flora arqueológica da Quinta do Medal (Mogadouro) e a exploração de recursos vegetais durante os séculos XVIII/XIX no Vale do Sabor
Leonardo da Fonte / João Tereso / Paulo Dordio Gomes / Francisco Raimundo / Susana Carvalho

1979 Os vidros de Baía da Horta 1 (Ilha do Faial, Açores) enquanto vector de interpretação de um contexto disperso
Tiago Silva / José Bettencourt

1993 Baía da Horta 6 (BH-006): um provável naufrágio Americano do século XIX
José Bettencourt / Teresa Quilhó / Cristóvão Fonseca / Tiago Silva

2011 A ferro e fogo – a Fundição Vulcano & Collares, Lisboa
João Luís Sequeira / Inês Mendes da Silva

2023 Projecto Casa Museu Fialho de Almeida, Cuba – valorização do território e arqueologia preventiva, resultados do acompanhamento arqueológico
Francisca Bicho / Luís Fialho / Consuelo Gomes / Teresa Ricou

Prefácio

Em 2013 a Associação dos Arqueólogos Portugueses celebrou os seus 150 anos de actividade com várias iniciativas, destinadas a diferentes tipos de público, as quais constituíram um importante marco na afirmação pública da vitalidade e do dinamismo desta centenária instituição. Entre essas iniciativas merece natural destaque o seu I Congresso, o qual veio preencher uma importante lacuna no calendário da actividade arqueológica em Portugal. Com efeito, desde 1980 que não se realizava nenhum Congresso Nacional de Arqueologia, apesar de se terem multiplicado, nos últimos 20 anos, as reuniões científicas de carácter regional ou temático, um pouco por todo o país.

O I Congresso, sem pretender ser "nacional", acabou por o ser, devido ao amplo acolhimento que mereceu por parte dos arqueólogos de todo o país e de todas as áreas de actividade, congregando várias gerações, o qual se pode resumir nos 250 inscritos, nas 105 comunicações e 36 posters apresentados e discutidos, em três dias de intensa actividade, e na obra *Arqueologia em Portugal 150 anos*, com mais de 1500 páginas, oportunamente publicada, em versão "analógico-digital", que se encontra completamente esgotada.

Passados quatro anos, a AAP decidiu convocar de novo a comunidade arqueológica para apresentar os resultados da sua actividade mais recente. Mais uma vez, a adesão foi excelente, com 153 participações, correspondendo a 110 comunicações e 43 posters, que deram origem ao volume que agora se apresenta, o qual, além do programa e dos resumos, inclui em anexo um cartão-pen com cerca de 2100 páginas.

A qualidade e diversidade dos textos apresentados mostram bem que, apesar do enorme retrocesso que se tem verificado, desde 2007, no domínio do enquadramento institucional da Arqueologia, no âmbito do Ministério da Cultura (com a sucessiva extinção do IPA e o desinvestimento e dispersão dos seus serviços mais inovadores e emblemáticos, por instalações inadequadas, a despromoção e desmotivação dos seus escassos quadros técnico-científicos), os arqueólogos portugueses continuam a demonstrar uma notável resiliência, lutando, em terra e no mar, por vezes em condições extremamente difíceis, por aquilo em que acreditam, produzindo trabalhos de investigação de grande nível internacional, nas mais variadas áreas da Arqueologia. Podem, assim, continuar a contar com o apoio da AAP na defesa dos seus legítimos interesses e aspirações, alertando a opinião pública e as entidades responsáveis pela salvaguarda e valorização de um património que a todos pertence, sempre que for necessário.

A publicação em tempo útil desta obra, que teve o apoio financeiro da Fundação Millenium BCP, não teria sido possível sem o cumprimento rigoroso das normas e prazos de publicação pela maior parte dos autores, e sem a dedicação de um pequeno grupo de sócios e colaboradores, coordenados por Andrea Martins, e o profissionalismo e a criatividade do designer Paulo Freitas. Para todos o nosso sincero agradecimento.

José Morais Arnaud
(Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses)

1
Historiografia

ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

Jacinta Bugalhão[1]

RESUMO

Em Portugal, nas últimas décadas, o grupo profissional dos arqueólogos tem vivido um extraordinário aumento de dimensão, bem como diversas alterações no que se refere à sua estrutura, constituição e balanço social. Estas mudanças relacionam-se de perto com a evolução sociológica portuguesa e com o caminho do país rumo ao desenvolvimento e à vanguarda civilizacional.

Neste artigo será abordada a evolução do grupo de pessoas que em Portugal se dedicam à prática da actividade arqueológica, durante todo o século XX e até à actualidade. Quantos são, quem são, qual a sua formação académica, distribuição etária e de género, origem geográfica e forma de exercício da actividade (do amadorismo à profissionalização) serão alguns dos aspectos abordados.

Palavras-chave: Arqueólogos, Arqueologia profissional, História da Arqueologia.

ABSTRACT

In Portugal, in the last decades, the professional group of archaeologists has experienced an extraordinary increase in size, as well as several changes regarding its structure, constitution and social balance. These changes are closely related to the sociological evolution of Portugal and its path towards development and the civilizational vanguard.

In this article it will be approached the evolution of the group of people that in Portugal are dedicated to the practice of the archaeological activity, throughout the XX century and up to the present time. How many are, who they are, what their academic background, age and gender distribution, geographical origin and exercise of the activity form (from amateurism to professionalization) will be some of the aspects addressed.

Keywords: Archaeologists, Professional archeology, History of Archeology.

1. *ARQUEÓLOGO*, CONCEITO

Entre o início do século XX e a actualidade (2017), limites cronológicos do presente estudo, o conceito de arqueólogo revela significativa evolução, quer a nível sociológico, quer a nível científico, quer, nas décadas mais recentes, a nível profissional.

Durante grande parte do século XX, ser arqueólogo não era exclusivamente uma atribuição profissional, mas sim a manifestação do exercício de uma actividade paralela ou supletiva, não remunerada e desenvolvida por gosto e/ou militância cívica. Nesta fase, e adoptando a definição produzida em trabalho anterior, considera-se arqueólogo aquele promove, dirige ou participa em escavações arqueológicas, se dedica à procura e recolha de "achados" arqueológicos (recolha avulsa de espólio arqueológico) e à publicação de estudos e sobre temática arqueológica e congénere (Bugalhão, Sousa e Bragança, no prelo).

Precocemente o epíteto de arqueólogo, ou a qualificação como tal, aparece no ordenamento jurídico português associado à direção de trabalhos arqueológicos de campo. O Decreto n.º 21.117 de 18 de Abril de 1932, que contém um primeiro esboço de regulamentação da actividade arqueológica, refere que os "indivíduos que pretenderem dirigir escavações" em sítios arqueológicos devem ser "técnicos competentes", numa primeira menção à qualificação técnica e científica inerente aos arqueólogos. Em 1960, a Portaria n.º 17.812 de 11 de Julho, revê o anterior diploma legal e refere-se ao "professor ou arqueólogo de reconhecida competência que, através de assistência

1. Direção-Geral do Património Cultural; UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património; jacintabugalhao@gmail.com

permanente dirigirá os trabalhos" arqueológicos e aos "estudantes" que neles participam, revelando a importância da associação desta actividade com o ensino da disciplina científica, nomeadamente o universitário. O *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos* (RTA) de 1978 (Portaria n.º 269/78 de 12 de Maio) afirma claramente que a direcção e orientação dos trabalhos é responsabilidade do *arqueólogo*, que é o requerente do pedido de autorização e ao qual tem de ser reconhecida idoneidade. Curiosamente, esta portaria não define qualquer requisito habilitacional ou curricular. Contudo, o requerimento anexo presume que o arqueólogo é autor de bibliografia e solicita a indicação das suas qualificações, currículo ("participação em trabalhos realizados, em Portugal ou no estrangeiro") e referências sobre a sua aptidão para a direcção de escavações. Duas décadas depois, são regulamentadas as carreias específicas da área funcional de arqueologia na administração pública (Decreto Regulamentar n.º 28/97 de 21 de Julho)[2]. Dois anos após, é publicado novo RTA (Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho), que define como competentes para dirigiram trabalhos arqueológicos os "licenciados cujo *curriculum vitae* esteja dentro dos critérios de acesso à carreira de arqueólogo na função pública", ou seja, os "indivíduos habilitados com licenciatura ou grau académico de nível superior que confira formação específica na área da arqueologia" (História variante de Arqueologia, Pré-História ou Arqueologia) e ainda "prática profissional" anterior ou "formação complementar adequada". Finalmente, o RTA actualmente em vigor (Decreto-Lei 164/2014 de 4 de Novembro) considera aptas a dirigir trabalhos arqueológicos as "pessoas academicamente habilitadas em arqueologia, com prática profissional comprovada", especificando as condições da habilitação académica e a duração da experiência curricular.

Actualmente, pode aceder à condição de sócio efectivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses quem "possuir formação superior em Arqueologia, ou História, ou outra formação, desde que possua, em qualquer das circunstâncias, *curriculum vitae* de reconhecido mérito científico na área das ciências arqueológicas, históricas ou afins" (AAP, 2012). Relativamente à Associação Profissional de Arqueólogos, podem ser associados efectivos "os titulares de licenciatura, ou grau académico equivalente, que confira formação específica na área da Arqueologia", com elementos de formação curricular complementares (APA, 2009). O seu Código Deontológico (APA, 2009) define o conteúdo funcional associado à profissão de arqueólogo: "identificar e investigar o património arqueológico e colaborar na sua salvaguarda e gestão".

2. METODOLOGIA

Tomando por base a diacronia referencial supra referida, propõe-se aqui a caracterização sociológica e profissional do grupo de pessoas consideradas arqueólogos (por si mesmas e/ou pelo todo social), em Portugal, entre o início do século XX e a actualidade (dados recolhidos em Junho de 2017).

O universo em análise foi obtido com base na recolha crítica e trabalhada dos dados constantes no *Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica* e no *Portal do Arqueólogo*[3], nas suas versões *intranet*, completados com informações recolhidas bibliograficamente e em conteúdos disponíveis

2. Em anexo a este Decreto Regulamentar são publicados os conteúdos funcionais da carreira de Arqueólogo, de alguma forma extrapoláveis para a profissão: "executar ou coordenar a execução de todo o tipo de trabalhos específicos (…) da arqueologia, no campo, em meio urbano, em gabinetes ou laboratórios, elaborar estudos, conceber e desenvolver projectos, emitir pareceres e participar em reuniões, comissões e grupos de trabalho (…), realizar as seguintes actividades: prospecções, escavações, peritagens e informações, estudos diversos (bibliográficos, sobre materiais, sobre estações, de impacte arqueológico, de planeamentos, etc.), exposições, conferências, condução de visitas, elaboração de publicações, ensino, participação em comissões técnicas de gestão e controlo dos planos de ordenamento do território, emissão de pareceres sobre normas de protecção de gestão do património arqueológico ou sobre projectos de conservação, restauro e musealização de imóveis e sítios arqueológicos".

3. Os dados de base utilizados referem-se à informação de base do projeto de doutoramento (em fase de conclusão) desenvolvido pela signatária desde 2012, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (com a UNIARQ e a DGPC como entidades de acolhimento), sob orientação de Carlos Fabião, subordinado ao tema "A Arqueologia em Portugal, entre o final do século XX e o início do século XXI". Os valores quantitativos apresentados resultam, em parte significativa, da análise, interpretação e tipificação de dados brutos extraídos do *Endovélico* e do *Portal do Arqueólogo*, não se tratando por isso de dados absolutos e inequívocos, refletindo essencialmente tendências. Relativamente à metodologia e metadados, ver Bugalhão, 2011.

online[4]. Para o período entre 1900 e 1969, utilizou-se a base de dados constituída em trabalho anterior (Bugalhão, Sousa e Bragança, no prelo), agora ampliada e completada.

Foram considerados os seguintes descritores: género, nacionalidade, origem geográfica (naturalidade), estrutura etária, habilitação académica, área científica de formação académica, forma de exercício da actividade (profissional/amadora) / profissão e enquadramento institucional. Nem sempre foi possível determinar de forma inequívoca, ou pelo menos com aceitável grau de exactidão, todos estes descritores para cada um dos arqueólogos. Assim, as conclusões obtidas resultam quase sempre de informação apurada que será sempre quantificada. Assim, a nível gráfico as percentagens apresentadas têm por base os dados apurados e não o universo total.

A análise evolutiva e de tendência dos diversos descritores efectuou-se à escala da década. Consideram-se assim para os 117 anos em estudo onze blocos de dez anos e um bloco de sete anos e meio (2010 – 2017, em Junho).

3. EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS

A recolha de dados efectuada resultou no apuramento de um universo de 2054 indivíduos. Para estes (todos) foi determinado o "período de actividade em arqueologia" a partir de: direcção de trabalhos arqueológicos, produção bibliográfica, direcção e participação em projectos, desempenho de postos ou cargos em instituições com actividade em arqueologia (Gráfico 1).

A distribuição cronológica do número de arqueólogos em actividade revela uma primeira fase, até 1969, com tendência de crescimento ligeiro. Entre 1970 e 1989, assiste-se a um aumento muito acentuado do número de arqueólogos em actividade, produto da fase pós 25 de Abril, da consequente estruturação do aparelho legislativo e institucional relativo à organização da Arqueologia e da evolução das actividades científicas em geral em Portugal (Bugalhão, 2011, p. 39). Nos primeiros anos da década de 90 do século XX, regista-se um período de alguma estagnação (Bugalhão, 2011, p. 39-40), compensado com nova fase de crescimento acentuado a partir de 1997 (Bugalhão, 2011, p. 22) com a criação do Instituto Português de Arqueologia[5] e a implementação de um conjunto de reformas muito profundas no modelo de gestão arqueológica nacional. Esta tendência expressa-se na sua plenitude na década de 2000-2009, com o maior crescimento, absoluto e relativo, do número de arqueólogos em actividade (relativamente à década anterior) registado no período em estudo.

Nesta fase de grande expansão (1997-2007[6]), foi renovado o aparelho legislativo e regulamentar relativo à Arqueologia, nomeadamente:

- Decreto Regulamentar n.º 28/97 de 21 de Julho – Carreiras de pessoais específicas da área funcional de arqueologia;
- Decreto-Lei n.º 164/97 de 27 de Junho – Património cultural subaquático;
- Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 de 12 de Dezembro – Ratifica a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (revista), La Valetta, Malta, em 16 de Janeiro de 1992;
- Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho – Regulamento de Trabalhos Arqueológicos;
- Lei n.º 121/99 de 20 de Agosto – Utilização de detectores de metais;
- Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro – Estabelece

4. Nomeadamente, Cardoso, 2000; Fabião, 1989 e 2011; e um conjunto vasto de biografias disponíveis online, de entre as quais se destacam as relativas a *Personagens da Ciência em Portugal* (http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p1.html), a *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto* (https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=122497), a *Biografias de Personalidades Famosas no Domínio das Geociências em Portugal* (http://www.lneg.pt/CienciaParaTodos/edicoes_online/biografias), autores com bibliografia no acervo da Biblioteca de Arqueologia da DGPC presentes no acervo epistolar de Georg e Vera Leisner (http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/biografias/) e, principalmente, as publicadas por João Luís Cardoso (https://independent.academia.edujo%C3%A30 Cardoso4). Para pequenos apontamentos biográficos foi igualmente utilizado o motor de pesquisa do *Google, Inc*., (https://www.google.pt/).

5. A este respeito e no que se refere ao conteúdo programático, ver: Decreto-Lei 117/97 de 14 de Maio – Lei Orgânica do Instituto Português de Arqueologia; Despachos do Ministro da Cultura 8690/98 de 23 de Março, 14 820/98 de 28 de Julho e Despacho de Secretário de Estado da Cultura 11 596/2001 de 31 de Maio – Criação das Extensões Territoriais do IPA.

6. Entre 2007 e 2011 estabilizam-se os valores máximos de arqueólogos com direcções científicas (entre 686 e 703 arqueólogos). A partir dessa data verifica-se uma tendência de diminuição de arqueólogos em actividade e de trabalhos arqueológicos autorizados em Portugal.

as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural;
– Decreto-Lei n.º 131/2002 de 11 de Maio – Plano de ordenamento de parque arqueológico;
– Despacho Normativo n.º 18-A/2003 – Regulamento de apoio financeiro ao Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos;
– Decreto do Presidente da República n.º 65/2006 de 18 de Julho – Ratifica a Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático da UNESCO, Paris, 2 de Novembro de 2001.

Entre 1997 e 2007, a Convenção de Malta inspirou decisivamente o modelo de gestão da actividade arqueológica, modelado pelos princípios orientadores da *Arqueologia Preventiva*, direcionados para estratégias de salvaguarda arqueológica em processos com impacto territorial profundo (avaliação de impacte ambiental, reabilitação urbana, gestão e ordenamento do território). O inventário arqueológico (Carta Arqueológica de Portugal) é revitalizado e sistematizado, através da implementação do sistema *Endovélico*, no qual passaram a ser carregados sistematicamente os dados decorrentes da actividade arqueológica (Bugalhão e Lucena, 2004).

Para além do extraordinário aumento do número de arqueólogos em actividade, verifica-se igualmente o correspondente crescimento da actividade arqueológica (Bugalhão, 2011, p. 22). O modelo de financiamento das intervenções arqueológicas (que são predominantemente preventivas) torna-se indireto (público ou privado), resultando dos projectos e obras que as motivam e enquadram (aplicação do princípio do *poluidor-pagador* à actividade arqueológica). As intervenções são maioritariamente desenvolvidas sob contrato, por entidades privadas (empresas de arqueologia e arqueólogos em regime de trabalho independente). Promove-se a primeira experiência de actividade arqueológica de investigação programada, plurianual e financiada (os concursos do *Plano Nacional de Trabalhos arqueológicos*, entre 1998 e 2005). Mas os sinais disfuncionais são também emergentes: embora se publique mais e mais regularmente, o fosso entre o que é publicado e o que permanece inédito aumenta; a gestão de espólios é caótica e sem ordenamento consistente; o exercício profissional revela índices de precariedade alarmantes.

Entre 2008 e a actualidade, decorre um período de agravamento dos principais indicadores arqueológicos, em resultado da crise económica e financeira global e suas consequências a nível nacional. O conceito de *Tutela* arqueológica associada a um organismo público de âmbito nacional degrada-se. Decrescem o número de arqueólogos, da actividade arqueológica (principalmente em meio rural) e de empresas de arqueologia. Em contrapartida, há bolseiros de investigação, mestrados e doutoramentos na área científica da Arqueologia em número razoável. Emerge a urgência de resolução de problemas crónicos como: a gestão da informação arqueológica com recurso a suportes digitais; a regulação e financiamento da actividade arqueológica de investigação e a gestão de espólios.

3.1. Género

Se analisado o descritor género[7] de forma global no período em estudo, o universo dos arqueólogos em actividade em Portugal apresenta uma tendência paritária (53% homens; 47% mulheres).

Mais interessante se revela a evolução cronológica. As primeiras arqueólogas surgem na década de 1940-1949 (Bugalhão, 2013 e no prelo), sendo que os valores relativos ao género feminino não cessam de crescer ao longo do tempo. Com o início do século XXI, os valores tornam-se tendencialmente paritários. Entre 2000 e 2017, a percentagem de mulheres na actividade arqueológica é aproximada à percentagem de população portuguesa feminina com grau académico superior entre 1998 e 2014 (60%) (Bugalhão, no prelo, com base em dados disponibilizados na PORDATA) (Gráfico 2).

3.2. Nacionalidade

Analisado o universo dos arqueólogos em actividade em Portugal, entre 1900 e 2017, no descritor nacionalidade, verifica-se que este é constituído por 90% de portugueses e 10% de estrangeiros[8]. Esta proporção não revela oscilações significativas ao longo do período em estudo, manifestando uma presença constante e significativa de arqueólogos estrangeiros a trabalhar em Portugal.

Relativamente às nacionalidades em causa, observa-se uma compreensível predominância da nacionalidade espanhola, bem como valores consideráveis

7. Foi possível determinar o género em todos os indivíduos do universo.

8. Não foi possível determinar a nacionalidade em 14 casos, sendo que se tratam seguramente de arqueólogos estrangeiros.

para as nacionalidades alemã, francesa, italiana e norte-americana (Gráficos 3 e 4).

3.3. Origem geográfica (naturalidade)

Relativamente à naturalidade dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa[9], se analisada regionalmente[10], verifica-se uma incidência superior na região de Lisboa e vale do Tejo (38%) e no Norte (26%), simultaneamente, as regiões mais populosas e urbanizadas. Salienta-se ainda, a percentagem dos arqueólogos portuguesas nascidos fora do país (8%), nomeadamente em França (2%), Angola (2%) e Moçambique (1%), bem como noutros países de destino da imigração portuguesa e antigas colónias (Gráficos 5 e 6).

3.4. Estrutura etária

Relativamente ao ano de nascimento[11], consideraram-se 16 décadas, entre 1835 e 1994. Analisada a distribuição no período em estudo, observa-se uma pirâmide assimétrica, com crescimento constante até à década de 1975-1984. A última década com nascimentos registados, 1985 -1994, revela um decréscimo de arqueólogos (Gráfico 7). Embora tal se possa explicar pelo facto de decorrer ainda a última década em estudo (terminará em 2019), a amplitude do decréscimo sugere que existem de facto menos arqueólogos em actividade nascidos nesta década, em relação a igual intervalo temporal anterior. Estes dados são compatíveis com a diminuição de arqueólogos em actividade entre 2010 e 2017, acima referida (Gráfico 1).

Foi igualmente determinada a evolução da média etária[12] dos arqueólogos ao longo do período em estudo. As médias etárias decenais situam-se entre os 53 e os 31 anos. Entre 1940 e 1969 os arqueólogos eram tendencialmente mais velhos. Nas três décadas mais recentes, entre 1990 e 2017, os arqueólogos em actividade são mais jovens. Parece desenhar-se uma tendência de "envelhecimento do grupo profissional a partir de 2010, dado que carece de confirmação posterior (Gráfico 8).

3.5. Habilitação académica

Determinada a habilitação académica dos arqueólogos em actividade em Portugal, entre 1900 e 2017[13], verifica-se que em 2% dos casos não possuem formação académica superior; em 18% dos casos possuem licenciatura/1.º ciclo de Bolonha (ou outro tipo de grau académico médio ou superior obtido até 1969[14]); em 52% dos casos possuem mestrado/2.º ciclo de Bolonha; em 28% dos casos possuem doutoramento/3.º ciclo de Bolonha (Gráfico 9).

O panorama relativamente às habilitações académicas revela, contudo, acentuada evolução e alteração, ao longo do período em estudo[15]. Os arqueólogos sem formação académica superior surgem num máximo de 25% entre 1900 e 1909; entre 1910 e 1979 apresentam percentagens próximas dos 10%; a partir de 1980 a sua frequência começa a diminuir até um mínimo de 0,08%, entre 2010 e 2017 (um indivíduo). Os arqueólogos com licenciatura/1.º ciclo de Bolonha (ou outro tipo de grau académico médio ou

9. Não foi possível determinar a naturalidade em 678 arqueólogos portugueses.

10. Consideraram-se para tal as NUT's II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) definidas no Decreto-Lei n.º 68/2008 de 14 de abril, com as retificações no Decreto-Lei n.º 85/2009 de 3 de abril: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve; e as regiões autónomas da Madeira e Açores.

11. Não foi possível determinar o ano de nascimento em 467 arqueólogos.

12. A média etária de cada arqueólogo em actividade na década foi calculada com referência ao quinto ano da mesma (por exemplo para a década de 1900-1909, a média etária foi calculada em relação a 1904). Na década incompleta de 2010 – 2017, a média etária foi calculada em relação a 2013.

13. Entre 1900 e 1909, não foi possível determinar a habilitação académica em 9 casos; entre 1910 e 1919, não foi possível determinar a habilitação académica em 6 casos; entre 1920 e 1929, não foi possível determinar a habilitação académica em 4 casos; entre 1930 e 1939, não foi possível determinar a habilitação académica em 2 casos; entre 1940 e 1949, não foi possível determinar a habilitação académica em 8 casos; entre 1950 e 1959, não foi possível determinar a habilitação académica em 12 casos; entre 1960 e 1969, não foi possível determinar a habilitação académica em 3 casos; entre 1970 e 1979, não foi possível determinar a habilitação académica em 4 casos; entre 1980 e 1989, não foi possível determinar a habilitação académica em 78 casos; entre 1990 e 1999, não foi possível determinar a habilitação académica em 53 casos; entre 2000 e 2009, não foi possível determinar a habilitação académica em 22 casos; entre 2010 e 2017, não foi possível determinar a habilitação académica em 13 casos.

14. Por exemplo, estudos religiosos ou militares e magistério primário.

15. Considerou-se habilitação académica de cada arqueólogo, em cada década, o grau académico superior obtido durante a década.

superior obtido até 1969), em todo o século XX apresentam percentagens entre os 75% (1900-1909 e 1990 e 1999) e os 92% (1910-1919). Entre 1970 e 2017 a sua proporção apresenta tendência descendente (de 83% para 50%). Considerado globalmente todo o período em estudo, é a habilitação (grau) académica predominante.

Relativamente ao mestrado/2.º ciclo de Bolonha, surge apenas na década de 70 do século XX, com uma percentagem de 1%, registando um aumento constante até ao final do período em estudo (2010--2017) quando representa 35% das habilitações académicas dos arqueólogos. A evolução ao nível deste grau relaciona-se de perto, num primeiro momento, com a criação dos mestrados em Arqueologia nas universidades portuguesas a partir dos anos 90 do século XX, e, num segundo momento, com a alteração dos requisitos habilitacionais para aceder à direcção de trabalhos arqueológicos (na prática, passou a ser exigido aos novos arqueólogos a titularidade do grau de mestre desde 2007, irregularmente e, formalmente, com a revisão do RTA em 2014, através do Decreto-Lei 164/2014 de 4 de Novembro).

Por fim, o grau de doutoramento/3.º ciclo de Bolonha surge na década de 30 do século XX, com 11%, registando ao longo do período em estudo proporção próxima dos 10% e atingindo um máximo de 15% entre 2010 e 2017. Deve referir-se que a evolução do número de arqueólogos doutorados/ano (desde 1996) apresenta configuração/tendência idêntica ao número de doutorados/ano em Portugal (PORDATA).

Relativamente à área científica dos graus académicos superiores (em 1834 graus apurados), verifica--se que 70% são em Arqueologia[16]; 16% em História; 2% em Antropologia e Património Cultural; 1% em Engenharia, Direito, Medicina, Ciências, Filosofia, Estudos Religiosos, Museologia, Geologia, Humanidades e Ciências Sociais; com menos de 1% surgem ainda Arquitectura, Conservação e Restauro, Estudos Militares, Farmácia, Geografia, Informática, Magistério Primário e Matemática.

3.6. Forma de exercício da actividade (profissional/amadora)

Como já foi referido, durante grande parte do período em estudo, a actividade arqueológica era desenvolvida em regime de amadorismo (sem preparação académica específica, baseada no auto-didatismo, por gosto, prazer ou distracção, como forma de participação cívica, ou de exercício lúdico)[17]. A partir essencialmente dos anos 70 do século XX, surge uma nova forma de exercício da actividade arqueológica, "supra-profissional" (paralela ao exercício de uma outra profissão) e não remunerada, mas na qual a preparação académica e científica estava já presente de forma efectiva.

Ao longo do período em estudo, esta situação enquadra entre 66% dos arqueólogos (na década de 40 do século XX) e menos de 1% (oito indivíduos) entre 2010 e 2017 (Gráfico 10).

Nos casos em que os arqueólogos desenvolvem a sua actividade de forma amadora e/ou não remunerada, foi determinada a sua profissão[18]. Destacam-se a actividade docente (no ensino básico/secundário e universitário), os profissionais de museus e os funcionários públicos, muitas vezes em instituições ligadas à investigação científica.

Ainda assim, o exercício profissional da actividade arqueológica está presente em todas as fases do período em estudo (ver ponto 3.7.). Desta forma, foi ensaiada a difícil tarefa (atendendo à inexistência de fontes de informação sistemáticas e fidedignas) de determinar o tipo de vínculo profissional, forma de exercício da profissão ou tipo de relação entre o arqueólogo e a entidade que contrata, promove ou enquadra a sua actividade.

Deve referir-se que, para os arqueólogos aos quais foi atribuído estatuto profissional, muito frequentemente, foram registadas situações laborais muito diversas, ao longo do período em estudo. Uma vez que a realidade em análise não é relativa a um momento, mas sim com um período relativamente alargado de tempo, um mesmo arqueólogo pode registar no seu currículo profissional situações de trabalho independente e dependente, actividade empresarial (em arqueologia) e ligação a uma ou

16. Na segunda metade dos anos 70 do século XX surgem as licenciaturas de História com pre-especialização em Arqueologia. Nos anos 80 são criados os graus de História, variante Arqueologia; na primeira década do século XXI, surgem finalmente os graus em Arqueologia.

17. Não foi possível determinar a forma de exercício da actividade (profissional/amadora) e/ou a respectiva profissão em 156 casos.

18. Foi possível determinar a profissão de arqueólogos não profissionais em 220 casos.

várias unidades de investigação. Tal deve-se, entre outros factores à extraordinária instabilidade, mas também, dinamismo e flexibilidade, deste grupo profissional (Gráfico 11).
Da análise deste descritor ressalta um traço fortemente característico do grupo profissional dos arqueólogos em Portugal: a precariedade de vínculo laboral (sentida de forma particularmente intensa nas últimas três décadas). Foram recolhidos dados que indicam que os arqueólogos portugueses trabalham de forma precária em cerca de 75% das situações. Mesmo o trabalho dependente registado, frequentemente não é permanente, mas a prazo ou por tempo determinado. Acresce que, nos casos referidos em que os arqueólogos exercem a sua profissão em modalidades distintas ao longo do período em estudo, parece verificar-se que o tempo que trabalham em regime liberal, independente e precário é consideravelmente mais longo, que o ocupado em trabalho dependente e/ou como empresários (Gráfico 12).

3.7. Enquadramento institucional

Independentemente da forma de exercício da actividade arqueológica (profissional/amadora), profissão e tipo de vínculo profissional/forma de exercício da profissão/tipo de relação entre o arqueólogo e a instituição que enquadra o seu trabalho, procedeu-se à tipificação do enquadramento institucional da actividade dos arqueólogos portugueses, ao longo do período em estudo (Gráfico 13). Volta a referir-se que este descritor é de aferição complexa (atendendo à inexistência de fontes de informação sistemáticas e fidedignas), e que, uma vez que a realidade em análise não é relativa a um momento, mas sim a um período relativamente alargado de tempo, um mesmo arqueólogo pode registar no seu currículo tipos de enquadramento institucional muito distintos.
A administração pública central – o Estado – está presente em todas as décadas analisadas, registando um máximo de 21% entre 1990 e 1999 e um mínimo de 6% entre 1930 e 1939 e 2010 e 2017. No entanto, se considerarmos a administração pública central em conjunto com os museus nacionais e regionais (que também a integram), regista-se um máximo de 50% entre 1920 e 1939 e um mínimo de 8% entre 2010 e 2017.
Também a administração pública local – essencialmente, os municípios – está presente em todas as décadas analisadas, registando um máximo de 24% entre 1990 e 1999 e um mínimo de 2% entre 1960 e 1969. No entanto, se considerarmos a administração pública local em conjunto com os museus municipais (que também a integram), regista-se um máximo de 33% entre 1900 e 1909 e um mínimo de 7% entre 1940 e 1949.
Relativamente às Universidades e Unidades de Investigação nacionais, apresentam ao longo do período em estudo valores muito significativos, registando um máximo de 35% entre 1970 e 1979 e um mínimo de 10% entre 1900 e 1909. A estas juntam-se as Universidades e Unidades de Investigação estrangeiras que registam valores relativos mais modestos (no máximo, 12% entre 1960 e 1979; e no mínimo, 1% entre 1900 e 1909 e 1920 e 1929). No seu conjunto, este tipo de instituições alcançam valores relativos máximos de 47% entre 1970 e 1979 e mínimos de 10% entre 1900 e 1909.
Os museus (nacionais, regionais e municipais, já referidos) são uma muito relevante entidade de enquadramento do trabalho dos arqueólogos, principalmente até aos anos 60 do século XX quando começam a decrescer de importância relativa. Registam um máximo de 57% entre 1900 e 1909 e um mínimo de 3% entre 2010 e 2017.
As empresas de arqueologia surgem no panorama arqueológico nacional apenas na década de 90 do século XX (Bugalhão, 2011, p. 35-36), registando a partir dessa fase valores relativos crescentes como entidades de enquadramento do trabalho dos arqueólogos: entre 1990 e 1999, 16%; entre 2000 e 2009, 38%; entre 2010 e 2017, 40%.
No mesmo período, os arqueólogos trabalham com alguma frequência, maioritariamente em regime liberal, para outro tipo de empresas (nomeadamente, empresas com actividade na elaboração de estudos de impacte ambiental, empreiteiros, promotores imobiliários, empresas gestoras de redes de infra-estruturas básicas, etc). Este tipo de entidade representa no trabalho desenvolvido por arqueólogos: entre 1990 e 1999, 1%; entre 2000 e 2009, 9%; entre 2010 e 2017, 11%.

4. ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1900 – 2017)

A diversidade e complexidade das realidades objecto de análise no presente estudo, bem como a sua elevada extensão cronológica, merecem reflexão e abordagem crítica de âmbito superior ao aqui comportado e que se remete para trabalho futuro.

Assim, muito sumariamente, sobre os *Arqueólogos Portugueses*, ou mais exacta e menos poeticamente, sobre os arqueólogos com actividade em Portugal, destaca-se:

– Falta de abrangência e sistematização dos dados biográficos e curriculares nas fontes de informação disponíveis, que se reflete numa dificuldade acrescida no trabalho sobre este tipo de dados;
– Evolução do conceito de *arqueólogo*, de uma perspectiva amadora, diletante e nem sempre qualificada, para uma perspectiva profissional e de elevada qualificação científica;
– Entre 1970 e 1989 e entre 1997 e 2009, aumento significativo do número de arqueólogos, a nível absoluto e relativo;
– No final dos anos 90 do século XX, momento marcante para a profissionalização dos arqueólogos, com a introdução na gestão arqueológica, de conceitos como *arqueologia preventiva* e o *princípio do poluidor pagador*;
– Entre 2011 e 2017, consequências nefastas da crise económica e financeira global, agravadas pelo enorme aumento da actividade arqueológica anterior;
– Desde os anos 90 do século XX, tendência paritária do grupo profissional dos arqueólogos, na distribuição por género;
– Presença regular de um número considerável de arqueólogos estrangeiros a trabalhar em Portugal, numa primeira fase, com base em motivações imperialistas e para-colonialistas e, numa segunda fase, como consequência da europeização e globalização no país;
– Aparentemente, origem predominantemente urbana dos arqueólogos portugueses;
– A partir dos anos 70 do século XX, rejuvenescimento do grupo profissional;
– Qualificação académica e científica crescente dos arqueólogos;
– Predominância das áreas científicas da Arqueologia e da História, na formação académica dos arqueólogos;
– Particularmente a partir dos anos 90 do século XX, alarmante precariedade laboral entre o grupo profissional;
– Perda progressiva de relevância relativa da administração pública central e dos museus, no enquadramento do trabalho dos arqueólogos;
– Aparente, crescimento sustentado das universidades e unidades de investigação e da arqueologia municipal, no enquadramento do trabalho dos arqueólogos;
– A partir dos anos 90 do século XX, crescente predominância, a nível absoluto e relativo, das empresas de arqueologia (e outras), no enquadramento do trabalho dos arqueólogos, que decorre, essencialmente, "sob contrato".

BIBLIOGRAFIA

AAP (2012) – *Estatutos e Regulamento Interno da Associação dos Arqueólogos Portugueses,* versão de 22 de Novembro de 2012.https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/assets/img/AAP_Estatutos.pdf.

Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto. UniversidadedoPorto.https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=122497.

APA (2009) – *Associação Profissional de Arqueólogos. Regulamentos*. Porto.

APA (2014) – *DISCO. Discovering the Archaeologists of Portugal 2012-14*. Associação Profissional de Arqueólogos, 149 p. http://www.discovering-archaeologists.eu/national_reports/2014/PT%20DISCO%202014%20Portugal%20national%20report%20portuguese.pdf.

Biografias de Personalidades Famosas no Domínio das Geociências em Portugal. Laboratório Nacional de Energia e Geologia. http://www.lneg.pt/CienciaParaTodos/edicoes_online/biografias.

Biografias. Publicadas por João Luís Cardoso. https://independent.academia.edu/jo%C3%A30Cardoso04.

Biografias DGPC. Biografias de autores com bibliografia no acervo da Biblioteca de Arqueologia da DGPC presentes no acervo epistolar de Georg e Vera Leisner. http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/biografias/.

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – Os desafios da Arqueologia portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 60-61, pp. 19-43.

BUGALHÃO, Jacinta (2013) – As mulheres na arqueologia portuguesa. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (eds.) – *Arqueologia em Portugal: 150 Anos*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 19-23.

BUGALHÃO, Jacinta (no prelo) – O papel da mulher na arqueologia portuguesa. *Ophiussa*.

BUGALHÃO, Jacinta; LUCENA, Armando (2004) – As Novas Tecnologias como Instrumento de Gestão e de Divulgação do Património: o exemplo do Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Encontros Culturais do Baixo Tâmega. Património. Actas*. Baião: Câmara Municipal, pp. 175-192.

BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, Ana Catarina; Bragança, Filipa (no prelo) – Os fundos documentais de arqueólogos (pessoais) em Portugal (século XIX – 1974). *Actas do workshop "O Arquivo Leisner e os Arquivos Históricos da Arqueologia Portuguesa"*.

CARDOSO, João Luís (2000) – Como nasceu a Arqueologia em Portugal. *O Estudo da História*. Lisboa. 4: 7-28.

FABIÃO, Carlos (1989) – Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope*, n.º 2. pp.11-26.

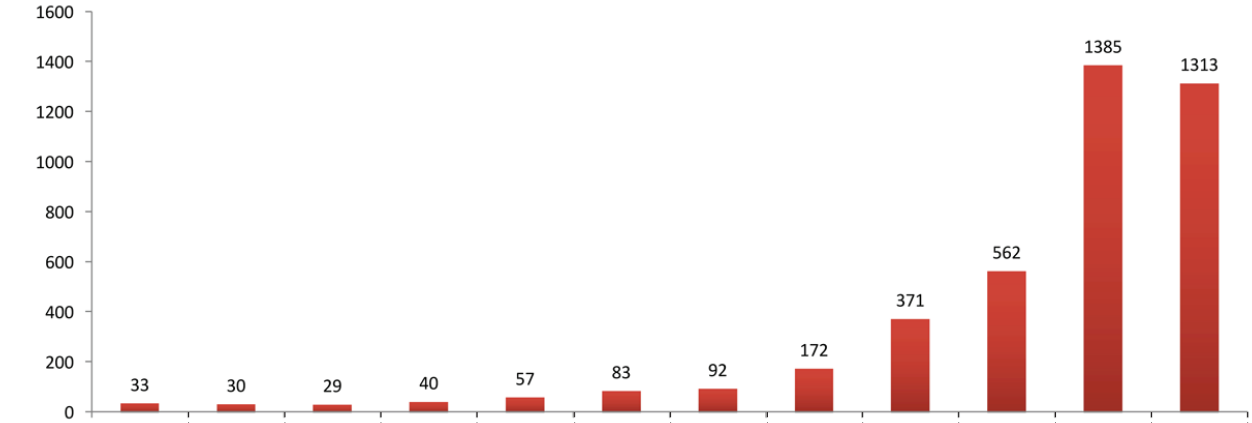
FABIÃO, Carlos (2011) – *Uma História da Arqueologia Portuguesa. Das origens à descoberta da Arte do Côa*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, CTT Correios de Portugal, 192 p.

GOOGLE – *Google, Inc*. Versão portuguesa. https://www.google.pt/.

Personagens da Ciência em Portugal. Instituto Camões. http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p1.html.

PORDATA – *Pordata, Base de Dados de Portugal Contemporâneo*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. http://www.pordata.pt/.

PORTAL – *Portal do Arqueólogo*. Direcção-Geral do Património Cultural. http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/.



	1900 - 1909	1910 - 1919	1920 - 1929	1930 - 1939	1940 - 1949	1950 - 1959	1960 - 1969	1970 - 1979	1980 - 1989	1990 - 1999	2000 - 2009	2010 - 2017
Variação decenal		-9,0	-3,3	37,9	42,5	45,6	10,8	86,9	115,6	51,4	146,4	-5,1

Gráfico 1 – Arqueólogos em actividade entre 1900 e 2017.

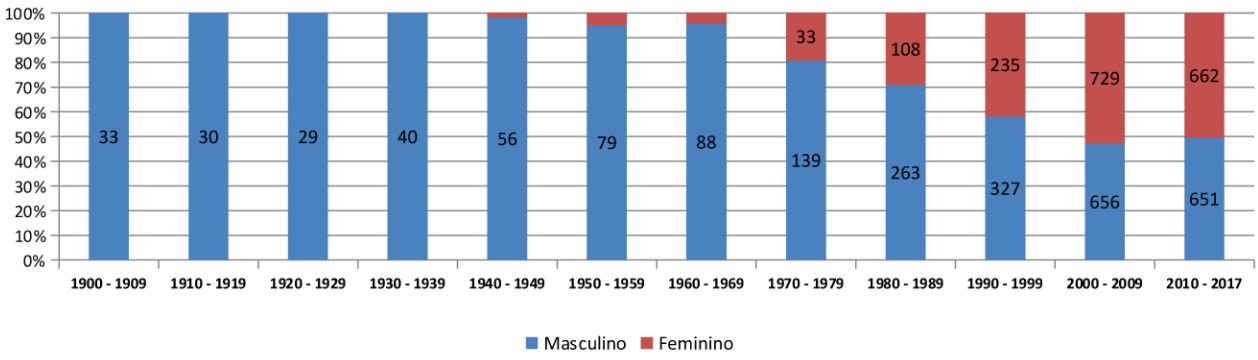


Gráfico 2 – Arqueólogos em actividade – Distribuição por género.

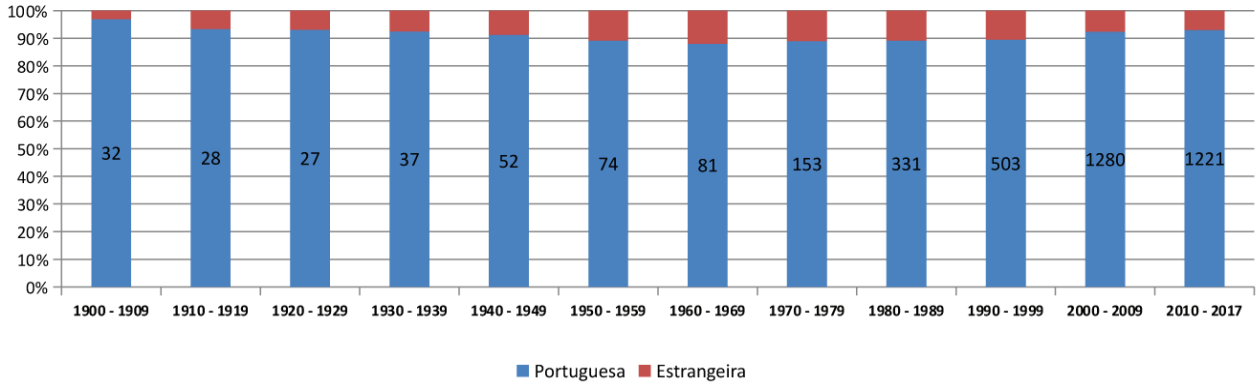


Gráfico 3 – Arqueólogos em actividade – Nacionalidade.

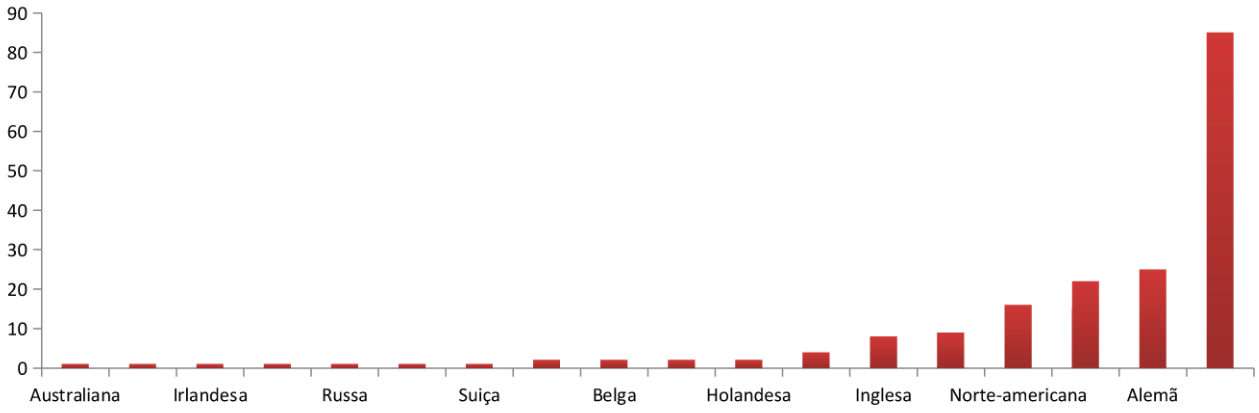


Gráfico 4 – Arqueológos estrangeiros em actividade em Portugal – Nacionalidades.

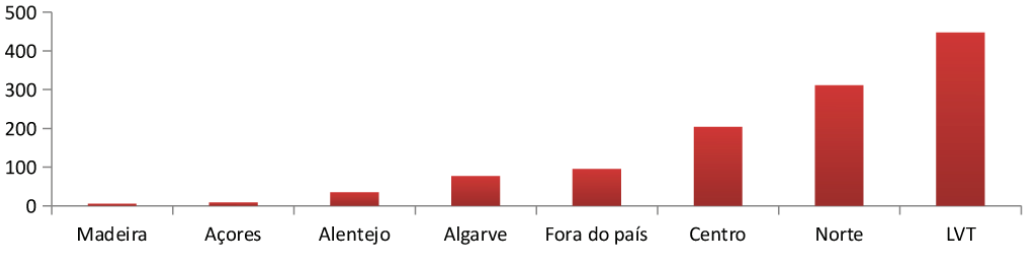


Gráfico 5 – Arqueólogos de nacionalidade portuguesa – Naturalidade.

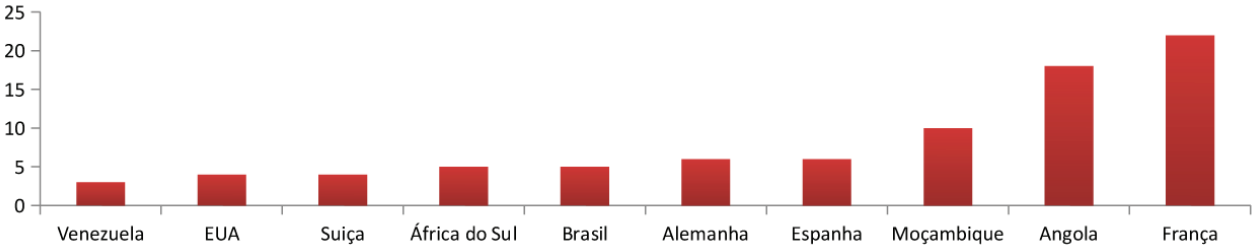


Gráfico 6 – Arqueólogos de nacionalidade portuguesa – Naturalidade "fora do país".

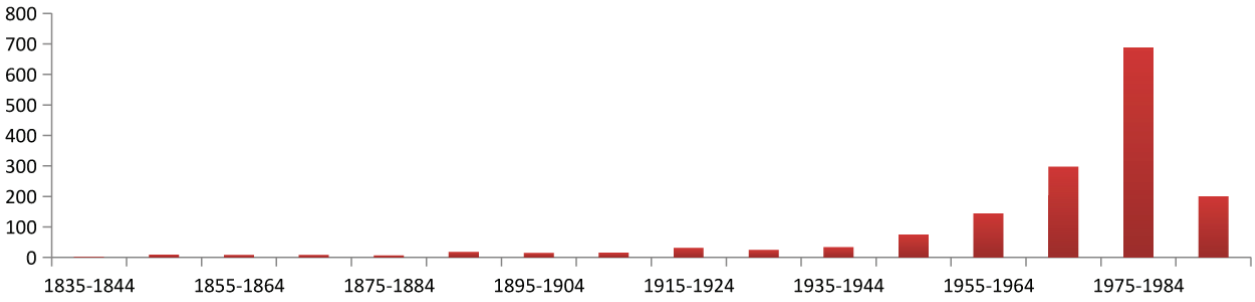


Gráfico 7 – Arqueólogos – Data de Nascimento.

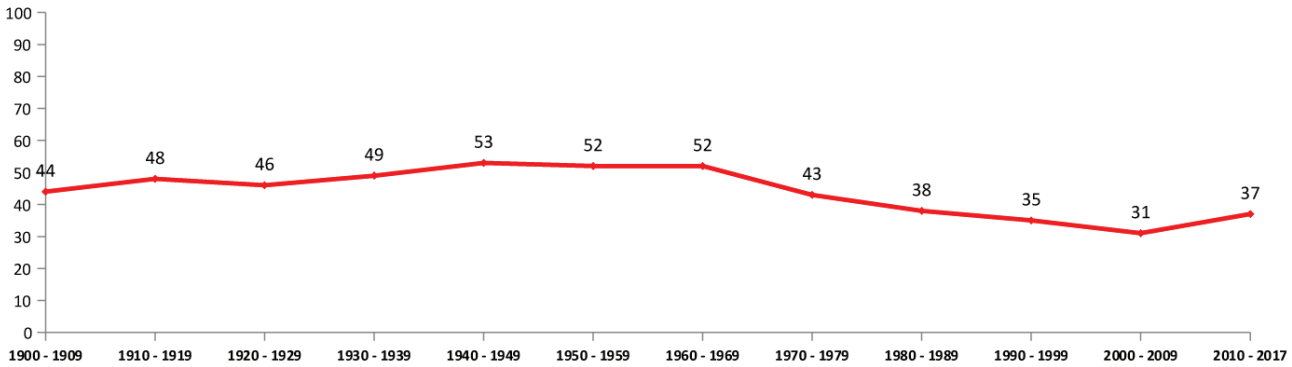


Gráfico 8 – Arqueólogos em actividade – Média etária.

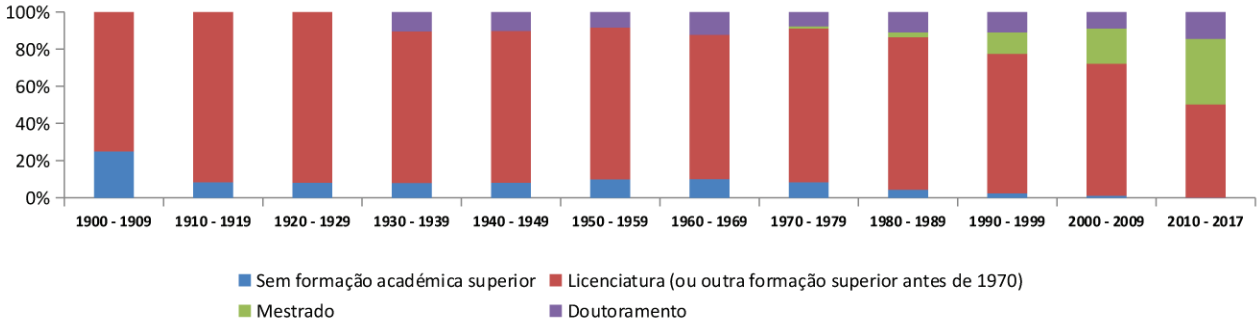


Gráfico 9 – Arqueólogos em actividade – Formação académica.

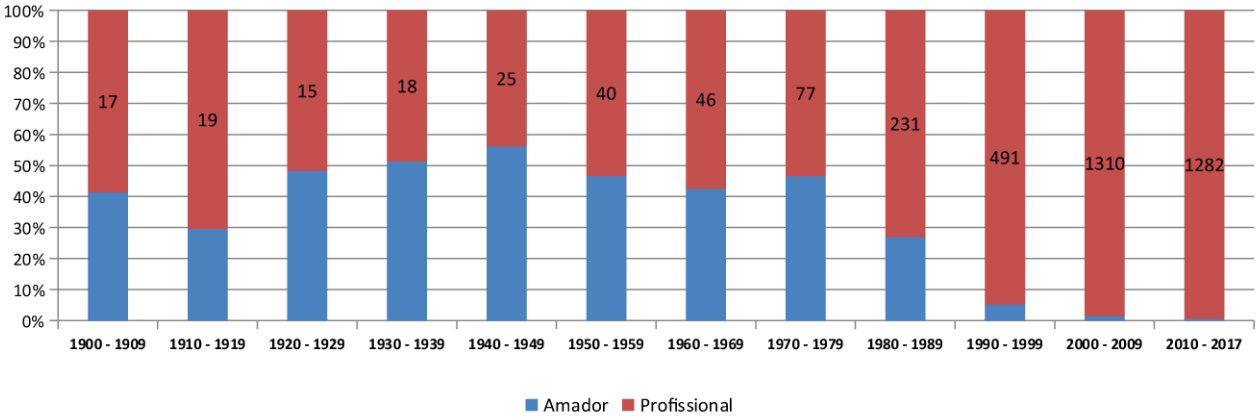


Gráfico 10 – Arqueólogos – Forma de exercício da actividade.

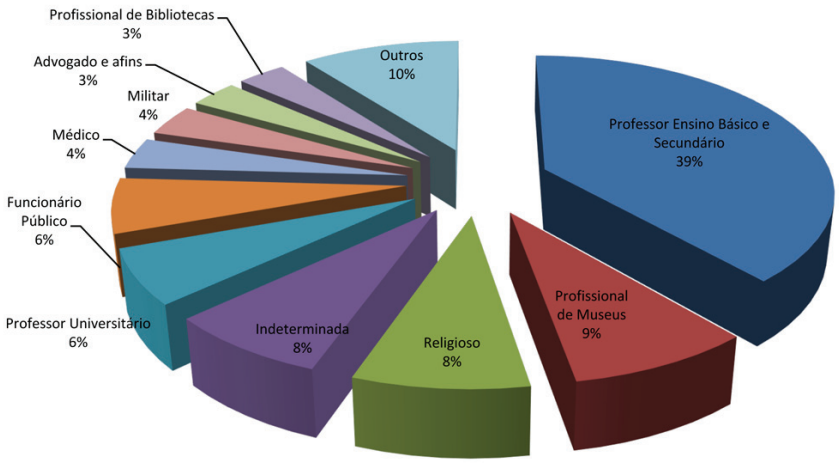


Gráfico 11 – Arqueólogos Amadores (ou em actividade não remunerada) – Profissão.

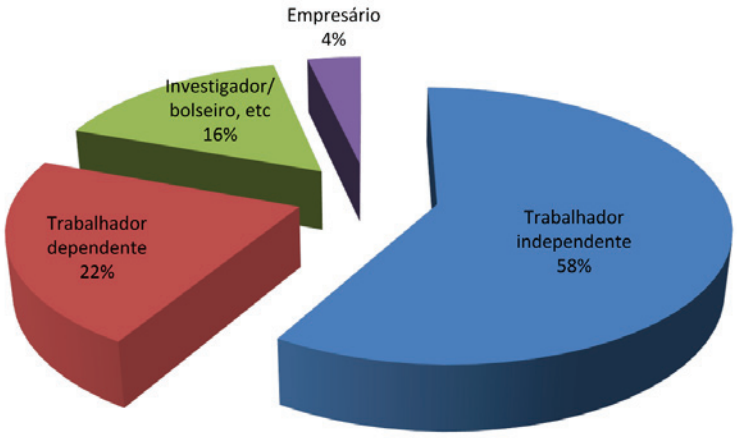


Gráfico 12 – Arqueólogos Profissionais – Situação Profissional.

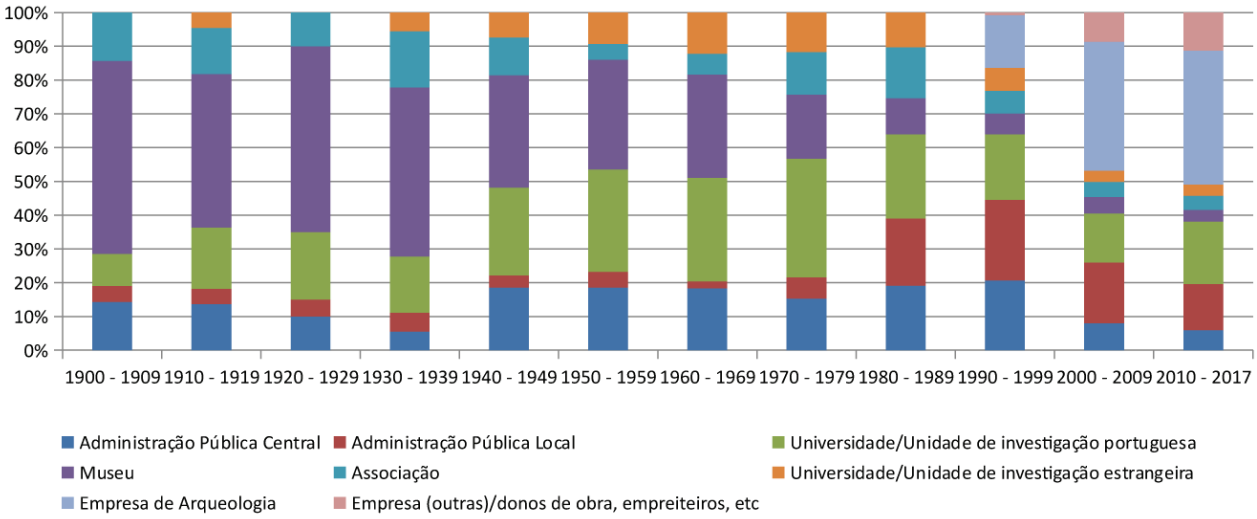


Gráfico 13 – Arqueólogos – Enquadramento institucional da actividade.

A ARQUEOLOGIA NACIONAL: VALORES DE REFERÊNCIA

Gertrudes Branco[1]

RESUMO

No presente estudo actualizam-se os dados relativos ao desempenho quantitativo da actividade arqueológica em território nacional, ao longo das últimas duas décadas, documentando a oscilação dos valores referentes às acções, desenvolvidas no âmbito das diferentes categorias de trabalho arqueológico. Nesta súmula constata-se que existiram eventos importantes, como sejam, a adequação legislativa, a alteração da tutela arqueológica, a crise económica de 2008, que se revelaram determinantes no desenvolvimento da dinâmica arqueológica nacional. Num momento em que se abordam politicamente questões relacionadas com a descentralização das competências na área da cultura, pareceu-nos pertinente refletir sobre os números e sobre a longa diacronia evolutiva que estes documentam.

Palavras-chave: Trabalhos arqueológicos, Salvaguarda, Prevenção e minimização.

ABSTRACT

In this article we update the quantitative data regarding the archaeological activity carried out in the national territory over the last two decades. This documents the oscillation of values related to the actions, developed within the different categories of archaeological work. This summary shows that there were important events, such as the legislative appropriateness, the alteration of archaeological management, and the economic crisis of 2008, which proved decisive in the development of the national archaeological dynamics. At a time when questions related to the public management of archaeological activity are politically debated, it seems to us pertinent to reflect on the numbers and what they represent for the knowledge of the history of national archeology.

Keywords: Archaeological work, Safeguarding, Prevention and minimization.

1. INTRODUÇÃO

A génese do procedimento de avaliação de impacte ambiental permitiu, nos finais dos anos sessenta do século passado, transpor a preocupação com a sustentabilidade da relação entre o homem e o meio natural da esfera dos movimentos ambientalistas para o domínio do bem comum, provendo, de forma institucionalizada, a avaliação sistemática das consequências ambientais implicadas na execução de determinados projectos.

Mercê da influência política e do desenvolvimento económico, provido pelas agências federais norte americanas fora da sua área de jurisdição territorial, envolvidos numa conjuntura de crescente consciencialização ambiental, estimulada por organizações de credibilidade internacional como seja a Organização das Nações Unidas, a avaliação de impacte ambiental é actualmente adoptada na maioria dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento.

Portugal acompanha as preocupações internacionais com as questões ambientais e, para além de se fazer representar na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano* (Estocolmo, Junho de 1972) na qual se compromete a adoptar um conjunto de princípios ambientais significativos, entre os quais o princípio do desenvolvimento sustentável, consagra na primeira *Constituição da República Portuguesa* (1973), como princípio fundamental, o direito ao "*Ambiente e à qualidade de vida*" (art. 66º). Esta predisposição da política nacional para as matérias ambientais sairá reforçada com a adesão à União Europeia (1986) compelindo-a a observar aquelas que são as directivas comunitárias nesta matéria. Entre estas a *Directiva 85/337/CEE do Conselho, de 27 de Junho de 1985* que se mantem como

1. CHAIA-UÉ; gertrudes.branco@gmail.com

uma referência importante em matéria de avaliação de impacte ambiental.

No que concerne ao nosso interesse específico, a legislação comunitária, em matéria de avaliação de impacte ambiental, assume a materialidade resultante da interacção entre os seres humanos e a natureza como parte integrante do ambiente, tornando obrigatória a identificação, descrição e avaliação do impacte dos projectos sobre os "*bens materiais, incluindo o património arquitectónico e arqueológico*" (alínea 3, anexo III, *Directiva 85/337/CEE do Conselho, de 7 de Junho*).

Esta concepção do património arquitectónico e arqueológico enquanto "*componentes ambientais humanas*" viria a revelar-se fundamental para a sua salvaguarda. Este princípio acompanha o desenvolvimento de uma legislação patrimonial específica que revela uma preocupação crescente com o impacte destrutivo das acções humanas, implicadas na execução dos planos de ordenamento territorial e ambiental.

Esta é uma preocupação manifestada por organizações de direito internacional, como a UNESCO ou Conselho da Europa, que ao longo dos anos fizeram publicar um conjunto de normativos e recomendações que versam, no que nos respeita, a salvaguarda do património arqueológico, individualizada do conjunto designado por património cultural.

Na realidade a expressão – *archaeological heritage* – surge pela primeira vez num documento internacional, numa recomendação da UNESCO[2] que versa um conjunto de princípios dedicados à gestão do património arqueológico, reconhecido como uma fonte de conhecimento que favorece a construção da história da Humanidade.

Esta gestão passa por assegurar o controlo e a fiscalização do Estado sobre as intervenções arqueológicas, através da concessão da autorização prévia a instituições, representadas por arqueólogos qualificados, ou a pessoas que ofereçam sérias garantias científicas, morais e financeiras. Assunto que ontem (1956), como hoje, permanece actual.

A falta de profissionalismo associado à investigação arqueológica, a necessidade de se observarem metodologias científicas em escavações, prospecções e outras acções relacionadas com a recuperação de vestígios antrópicos, afastando a disciplina do excessivo diletantismo, da "*caça ao tesouro*" e da utilização descontrolada do uso de detectores de metais, prosseguem como algumas das principais preocupações expressas, igualmente, pelo Conselho da Europa[3].

À necessidade de afirmar a arqueologia como disciplina, minimizando a acção destrutiva causada pela inobservância de uma metodologia científica, acrescem (em 1989) preocupações com a salvaguarda do património arqueológico no âmbito dos processos de desenvolvimento das cidades e do ordenamento do território[4].

Nesta data o Comité dos Ministros do Conselho da Europa viria a considerar que o aumento das construções e das obras públicas colocam problemas à protecção do património arqueológico, entendido como um factor importante para o desenvolvimento cultural, económico e turístico, recomendando que: (i) os Estados Membros mantenham actualizados um sistema nacional de inventário; (ii) adoptem medidas legais e administrativas necessárias a garantir que a informação arqueológica seja considerada nos projectos de ordenamento do território; (iii) promovam alterações aos projectos susceptíveis de causar grandes impactes em sítios arqueológicos, ou garantam o tempo e os recursos suficientes para o estudo e publicação dos resultados das intervenções arqueológicas.

Em conformidade, o papel destrutivo dos grandes planos de ordenamento do território será um dos principais enfoques da *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico* (revista), aberta para assinatura em Lá Valetta (Malta), a 16 de Janeiro de 1992 e ratificada por Decreto do Presidente da República (n.º 74/97, de 16 de Dezembro).

Esta sintetiza o conjunto das principais preocupa-

2. *Recomendação sobre os Princípios Internacionais Aplicáveis a Escavações Arqueológicas*, elaborada na sequência da 9.ª conferência geral da UNESCO, realizada em Nova Deli entre 5 de novembro e 5 de dezembro de 1956.

3. Conselho da Europa:
Recomendação n.º 848 sobre o Património Cultural Subaquático, texto adotado pela Assembleia, a 4 de outubro de 1978;
Recomendação n.º 872, referente à Arqueologia Industrial, emitida pela Comissão Permanente agindo em nome da Assembleia, em 28 de junho de 1979;
Recomendação n.º 921 relativa aos detetores de metais e à arqueologia, emitida pela Comissão Permanente agindo em nome da Assembleia, em 01 de julho de 1981;

4. *Recomendação n.º R (89) 5 relativa à Protecção e Valorização do Património Arqueológico no Contexto da Cidade e das Operações de Ordenamento do Território*, adoptada pelo Comité de Ministros, a 13 de Abril de 1989.

ções expressas pelo Conselho da Europa, reflectindo, simultaneamente, a evolução dos objectivos e dos conceitos, em matéria de património arqueológico, e constituindo-se como o principal documento orientador dos artigos da *Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro*, relativa à *"lei de bases da política do património cultural*" (Nabais, 2010:101) que permanece, ainda hoje, como o principal diploma legal de salvaguarda do património arqueológico.

É neste contexto de crescente afirmação da importância do património arqueológico, defendida por diplomas legais, nacionais e internacionais, de cariz ambiental e cultural, que em finais dos anos 90 do século passado se reúnem as condições económicas e políticas para o aumento exponencial da actividade arqueológica e consequente alteração do seu paradigma de base.

2. ACTIVIDADE ARQUEOLÓGICA NACIONAL

Em 2014 sintetizamos em dissertação (Branco, 2014) um conjunto de considerações, sobre a afirmação e desenvolvimento da disciplina arqueológica, tendo por base a documentação produzida no âmbito de setenta e nove projectos, submetidos a avaliação de impacte ambiental no Alentejo Central, entre 1995 e 2008. Nesta tivemos oportunidade de apresentar alguns dados relativos à análise sumária do contexto arqueológico nacional, tendo por base o volume de autorizações concedidas para a realização de trabalhos arqueológicos nas últimas duas décadas (1990 a 2010), de acordo com os dados disponíveis no Arquivo da Arqueologia Portuguesa, os quais achamos oportuno actualizar.

Importa ressalvar que os resultados apresentados poderão apresentar alguma variabilidade numérica, dependente da organização e actualização da base de dados. Os mesmos são considerados suficientemente fiáveis e estatisticamente representativos, a partir de 2003, ano em que se começa a processar o registo sistemático das autorizações concedidas anualmente para a realização de trabalhos arqueológicos. O ano de 1997 marca o início de um crescendo no volume de trabalhos arqueológicos, desenvolvidos em território nacional. Este acentua-se fortemente em 2003 e mantem-se em ascensão constante até ao ano de 2007, seguindo-se anos de oscilação ascendente (2009 e 2014) e descendente (2010, 2012 e 2016) como podemos constatar no Gráfico 1.

Em números, registamos a realização de 199 trabalhos arqueológicos no ano de 1990, maioritariamente para a realização de escavações e prospecções concedidas ao abrigo de projectos de investigação. Em sete anos (até 1997) regista-se um aumento de cerca de 56% na totalidade dos trabalhos arqueológicos autorizados. Este ano é significativo na evolução do paradigma da arqueologia nacional, por marcar a inversão na categorização dos trabalhos arqueológicos autorizados, tendência que se irá acentuar nas décadas seguintes.

Se até esta data se verifica uma relativa estabilidade no número de autorizações concedidas anualmente, com os trabalhos arqueológicos, desenvolvidos no âmbito de projectos de investigação a sobreporem-se à arqueologia, realizada no âmbito de acções preventivas, de minimização e emergência, em 1997, a designada arqueologia preventiva e de salvaguarda vai-se superiorizar, num crescente exponencial até 2007, quando atinge valores muito próximos da totalidade das autorizações concedidas durante esse ano civil. Por exemplo, em 1997, as intervenções de salvaguarda representavam 52% dos trabalhos autorizados, comparativamente com os 38% representados pelos trabalhos desenvolvidos no âmbito de projectos de investigação. Em 2007 os valores da salvaguarda representavam 92% das autorizações concedidas, comparativamente com os 6% das autorizações provenientes de trabalhos de investigação, percentagens que actualmente assumem a mesma ordem de valores (Gráfico 2).

Reportando-nos aos dados que dispomos para 2000, ano em que se registou o maior número de autorizações concedidas para a realização de trabalhos arqueológicos, desenvolvidos no âmbito de projectos de investigação, constatamos um decréscimo de cerca de 43% comparativamente com o ano de 2016.

A esta tendência não é alheia a interrupção do financiamento de projectos, ao abrigo do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, a partir de 2007, e o pouco acolhimento os mesmos obtêm junto do poder local, nalgumas regiões do país.

Ainda em relação ao Gráfico 2 importa referir a relativa constante verificada no número de autorizações concedidas para a realização de acções de valorização, em contraponto com a totalidade das autorizações concedidas para a realização de trabalhos de salvaguarda. Estas revelam um desinvestimento neste sector, por oposição ao crescimento das acções preventivas, de minimização e de emergência.

Estes números são significativos se considerarmos

que as acções de valorização têm como objectivo final a disponibilização dos sítios para fruição pública. Por exemplo, em 2013, um dos anos em que foram realizados um maior número de trabalhos de valorização, estes corresponderam a 3,5%, relativamente aos trabalhos de salvaguarda e 2,9% relativamente à totalidade das autorizações concedidas para esse ano civil. Desta forma, verificamos um enorme desfasamento entre o investimento efetuado em intervenções arqueológicas de salvaguarda, valorização e disponibilização de recursos culturais.

Em contraciclo com a tendência de relativa estabilidade das autorizações concedidas para a realização de trabalhos de investigação e valorização, encontram-se os trabalhos realizados no âmbito de acções preventivas, de minimização e de emergência, as quais representam a grande maioria dos trabalhos realizados em território nacional (Gráfico 2).

No nosso trabalho contabilizamos, fundamentalmente, as acções de prospecção, acompanhamento e escavação, realizadas ao abrigo das Categorias C e D, do *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos* (Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de Novembro).

Se o ano de 1997 marca a alteração do paradigma da arqueologia nacional, o ano seguinte marca o início da alteração na categorização dos trabalhos realizados.

Até 1998 as acções de salvaguarda eram dominadas pela escavação arqueológica de emergência, com o acompanhamento arqueológico a manter-se em níveis inferiores a 10% (Gráfico 3).

Os valores registados, para estas duas tipologias de trabalho arqueológico, vão-se aproximando, cruzando e invertem a tendência em 2002. A partir deste momento, e salva a excepção registada no ano de 2009, o acompanhamento arqueológico passará a dominar o panorama arqueológico nacional, correspondendo, em 2013, a 58% das autorizações concedidas no âmbito de acções de salvaguarda e a 52% das autorizações totais.

Quando analisado o ano de 2009 verificamos que o volume de escavações surge, fundamentalmente, associado ao desenvolvimento de projectos infra-estruturantes, na área abrangida pelos projectos associados ao empreendimento de Alqueva (Gráfico 3).

Concluindo, as inúmeras análises e abordagens numéricas possíveis, relacionamos os valores da prospecção e do acompanhamento arqueológico. Sublinhando, sobretudo, a relação que se estabelece a partir de 2009. Neste ano, nota-se um decréscimo em ambas as tipologias de trabalho, o que corresponde ao aumento das acções de escavação, que mantêm em crescente os totais nacionais.

A partir desta data, assiste-se ao decréscimo das autorizações concedidas para a realização de trabalhos de prospecção arqueológica e ao aumento das autorizações concedidas para a realização de trabalhos de acompanhamento arqueológico (Gráfico 4).

Se a estes dados juntarmos o Gráfico 5, representativo da totalidade dos trabalhos (escavação, acompanhamento e prospecção) efectuados na sequência de acções preventivas e minimizadoras de projectos, submetidos a avaliação de impacte ambiental, constatamos que o decréscimo das autorizações, atribuídas para a realização de acções de prospecção arqueológica, corresponde ao igual decréscimo do contributo desta tipologia de projecto na contabilidade geral do panorama arqueológico nacional.

Este decrescimento não é alheia a crise económica de 2008, amplamente divulgada e com reflexos ao nível do desinvestimento em grandes obras públicas, as quais, ao serem submetidas a procedimentos de avaliação de impacte ambiental, foram responsáveis pelo enorme volume de trabalho arqueológico, realizado ao longo das últimas duas décadas.

Curiosamente o ano de 2008 não marca o decréscimo significativo das autorizações concedidas para a realização de trabalhos arqueológicos, mas antes um período de grandes oscilações (Gráfico 1) que terminam em decréscimo no ano de 2016, ainda assim com uma média de 5 autorizações concedidas por dia útil de trabalho.

Aparentemente, ao nível da realização de trabalhos arqueológicos, a diminuição das grandes obras públicas, encontrou compensação nas obras de reabilitação e infra-estruturação urbana.

As intervenções de salvaguarda realizadas no âmbito da implementação de infra-estruturas (redes de gás, electricidade, telecomunicações, etc…) em diversas cidades, associadas aos trabalhos desenvolvidos em diversos prédios urbanos, em 2016, contabilizam, aproximadamente, 64% das autorizações concedidas, valores que suplantam, largamente, os 13% resultantes do contributo fornecido pelos trabalhos associados a estudos de impacte ambiental (Gráfico 5).

Para finalizar, retomamos o assunto anteriormente abordado em dissertação (Branco, 2014), nesta constatamos que apenas 73% dos trabalhos realizados tinha registo de "relatório aprovado".

Estes valores percentuais aproximam-se dos indicados por Jacinta Bugalhão (2010) que aponta o facto

das quase 8000 autorizações concedidas entre 2003 e 2006, cerca de 35% não reportaram os resultados obtidos. Concorda-se com a autora quando esta refere: "*não entregar relatórios de um trabalho arqueológico realizado é guardar para nós o que não nos pertence e não cumprir o mínimo dos mínimos das nossas obrigações deontológicas e sociais*" (*ibidem*: 24)

A entrega e aprovação dos relatórios é uma das condições fundamentais para a concessão de novas autorizações, de acordo com a legislação nacional. O incumprimento desta premissa, por parte dos arqueólogos, e a incapacidade da tutela em fazer prevalecer este artigo fundamental, acarreta graves consequências para a actividade arqueológica e para a salvaguarda do património arqueológico.

A arqueologia preventiva e de emergência fundamentam-se pelo princípio legal da "*conservação pelo registo científico*". É o registo científico que sustenta a salvaguarda, a sua ausência representa a conivência, do arqueólogo e da tutela, com uma destruição arqueologicamente assistida e remunerada.

Apesar dos dados bibliográficos se reportarem ao início deste milénio, infelizmente, as informações disponíveis para o ano de 2013, salvaguardado todos os prazos legais previstos para a entrega dos relatórios finais, resultantes da realização de trabalhos arqueológicos, ascendem a valores de incumprimento próximos dos 50%.

3. CONCLUSÃO

Os números compilados são inegáveis ao afirmar que o final dos anos 90 marca o início da alteração do panorama arqueológico nacional. Esta alteração conjuntural é indissociável da identificação do complexo de arte rupestre do Vale do Côa e da criação do Instituto Português de Arqueologia. Esta fundamentou a importância de uma tutela interventiva que garantisse a articulação entre a salvaguarda do património arqueológico e o desenvolvimento económico, potenciado pelo início de grandes obras públicas como foi a construção da Barragem de Alqueva e de todas as infra-estruturas associadas.

Neste contexto, a dinâmica criada pelo binómio [desenvolvimento + salvaguarda] passou a dominar o panorama arqueológico nacional, resultando na inversão da polaridade das categorias associadas à realização de trabalhos arqueológicos (investigação < salvaguarda). Este paradigma foi sendo paulatinamente reforçado pela adopção de legislação de matriz comunitária, que consolida a importância do conhecimento arqueológico, seja em procedimentos de avaliação de impacte ambiental ou na elaboração de instrumentos de gestão e ordenamento territorial.

Neste contexto, o início da primeira década de 2000 regista a supremacia das acções preventivas, lideradas pela realização de trabalhos de acompanhamento arqueológico, sobre as restantes categorias e metodologias de trabalho, previstas na legislação em vigor.

No ano de 2008 verifica-se, pela primeira vez nos registos compilados, uma quebra no número de autorizações concedidas para a realização de trabalhos arqueológicos. A partir desta data a contabilidade anual efectua-se em sentido ascendente e descendente, ainda que os valores anuais mínimos se mantenham próximos das 5 autorizações/dia útil.

A retracção do investimento público, decorrente da crise económica de 2008, que poderia ter representado um decréscimo significativo no número de trabalhos arqueológicos realizados, foi, aparentemente, compensado pela forte procura do nosso país como destino turístico no mercado internacional. Esta justificará, pelo menos em parte, o forte investimento em infra-estruturação e reabilitação urbana, apresentando pela maior parte das principais cidades portuguesas.

Desta forma, assiste-se, claramente, na segunda década deste milénio, a uma tendência de deslocalização das intervenções arqueológicas, do espaço rural e da dependência do investimento público, testemunhado pelo contributo maioritário dos projectos submetidos a avaliação de impacte ambiental, para o espaço urbano, dependente do investimento intermunicipal e, em larga escala, do investimento privado.

A evolução patente ao longo da nossa diacronia de estudo é motivo suficiente para se repensar a gestão da actividade arqueológica nacional, formatada por normativos legais que, por um lado, se adequam ao desenvolvimento de projectos de investigação plurianuais de arqueológica, minoritários no contexto arqueológico nacional, e por outro, são omissos no que respeita a regulação das acções de acompanhamento arqueológico em meio rural e, concretamente, em meio urbano.

Em conclusão, a subsistência do património arqueológico depende cada vez mais da compreensão e da adequação proactiva, das nossas acções às dinâmicas sociais e económicas, que se encontram em permanente devir, formando tendências e dinâmicas que se podem alterar a cada década que passa.

BIBLIOGRAFIA

BRANCO, Gertrudes (2014) – *Avaliação de Impacte Ambiental. O Património Arqueológico no Alentejo Central*. Évora: Universidade de Évora. Tese de Doutoramento.

BRANCO, Gertrudes (2015) – A atividade arqueológica e a salvaguarda do património arqueológico em avaliação de impacte ambiental. *ARPI – Arqueologia y prehistória del interior peninsular*, 2, pp. 14-31.

ALMEIDA, Maria José (2008) – Avaliação de impactes e património cultural: que papel para o arqueólogo e o Património Arqueológico? *Praxis Archeológica*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. 3, pp. 161-166.

BUGALHÃO, Jacinta (2002) – The experience of the Portuguese Institute of Archaeology. In GARCÍA SANJUÁN, L. e WHEATLEY, D. W., eds. – *Mapping the future of the past: managing the spatial dimension of the European Archaeological Resource*. Sevilha: Junta de Andalucía e Universidade de Sevilha, pp. 97-99.

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – A arqueologia portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia e História. Dossier "Materiais para Um Livro Branco da Arqueologia Portuguesa"*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 19-43.

DIVISÃO DE INVENTÁRIO DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA (2002) – Endovélico. Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, Vol. 5, n.º 1, pp. 277-283.

LEMOS, Francisco Sande; RORIZ, Ana (2003) – Ordenamento do território e arqueologia. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. II Série, 12, pp. 109-114.

MARTINS, Ana Margarida Nunes (2010) – *A protecção do património arqueológico: proteger o quê, como e porquê. Reflexões a partir do Direito do Património Cultural e do Ambiente*. Trabalho apresentado no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Direito da Cultura e do Património Cultural, 2009/2010. Instituto das Ciências Jurídico-Políticas, Faculdade de Direito de Lisboa.

NABAIS, José Casalta (2010) – *Introdução ao Direito do Património Cultural*. 2.ª ed. Coimbra: Almedina.

PARREIRA, Rui (2007) – A prática arqueológica enquanto gestão patrimonial. *Al-madan*: Centro de Arqueologia de Almada. II Série, 15, pp. 98-100.

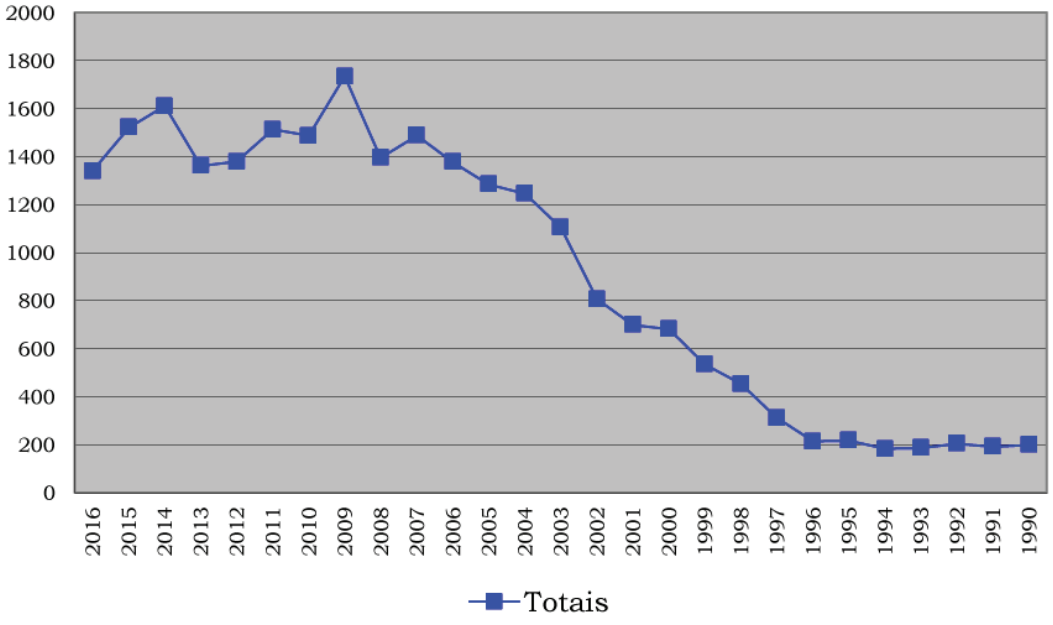


Gráfico 1 – Quantificação anual da totalidade das autorizações concedidas para a realização de trabalhos arqueológicos em território nacional. Fonte: *Portal do Arqueólogo*.

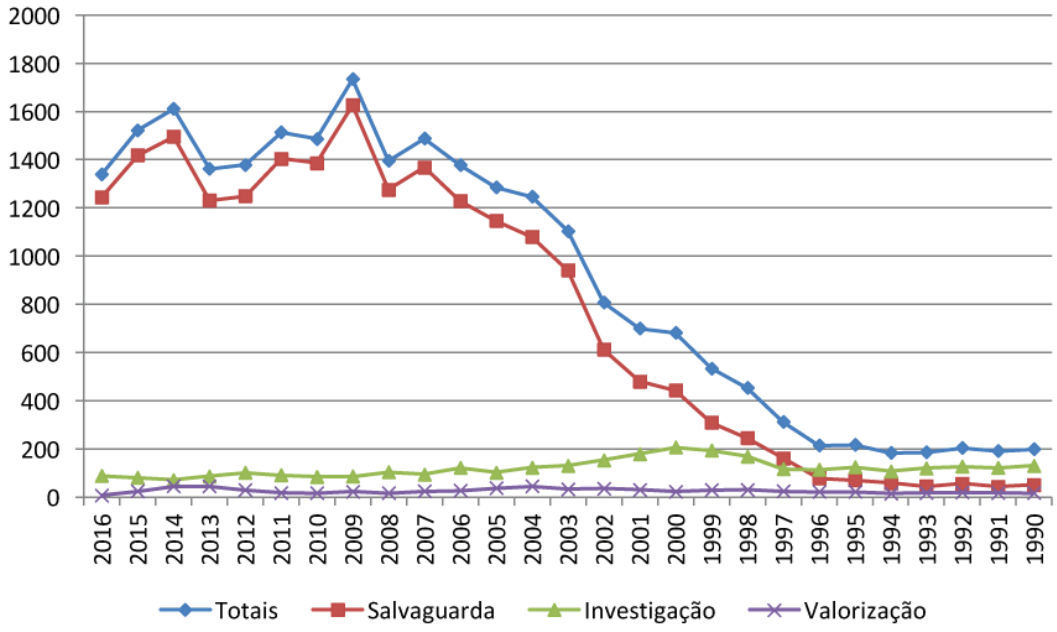


Gráfico 2 – Contabilização dos trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de projectos de salvaguarda, investigação e valorização. Fonte: *Portal do Arqueólogo*.

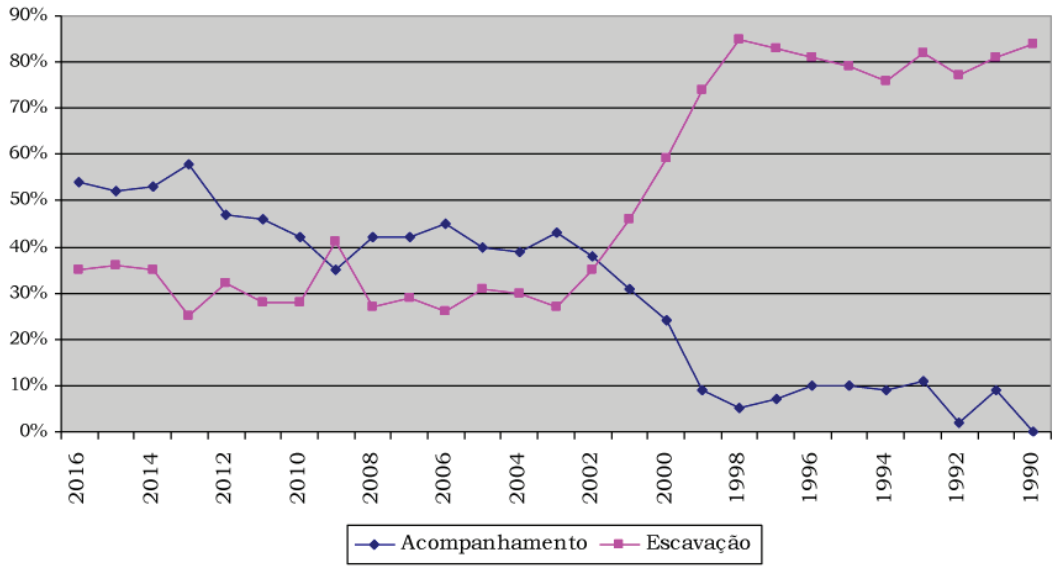


Gráfico 3 – Representação percentual das autorizações concedidas anualmente para a realização de trabalhos de acompanhamento e escavação (salvaguarda). Fonte: *Portal do Arqueólogo*.

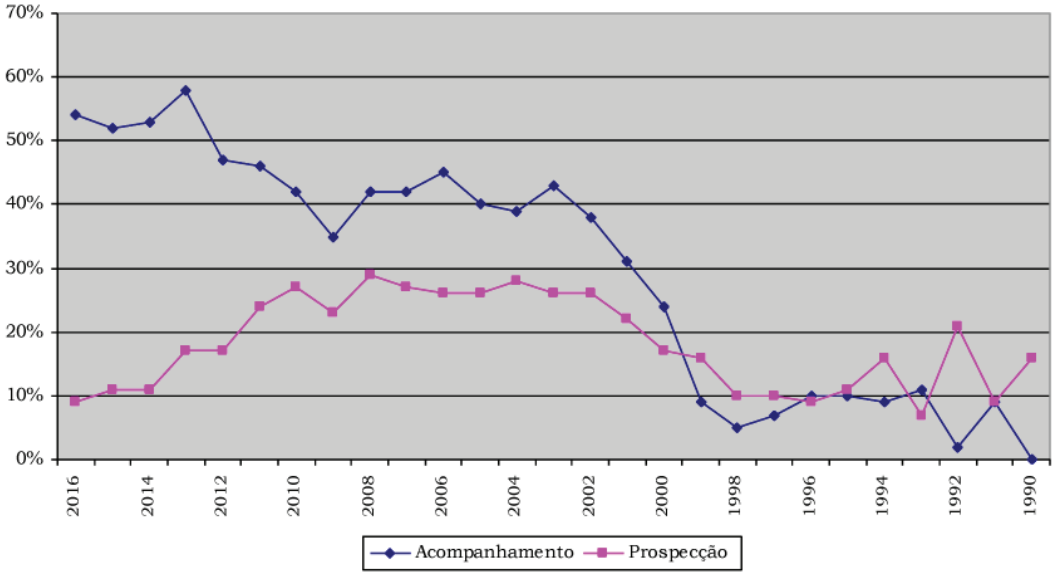


Gráfico 4 – Representação percentual das autorizações concedidas anualmente para a realização de trabalhos de acompanhamento e prospecção (salvaguarda). Fonte: *Portal do Arqueólogo*.

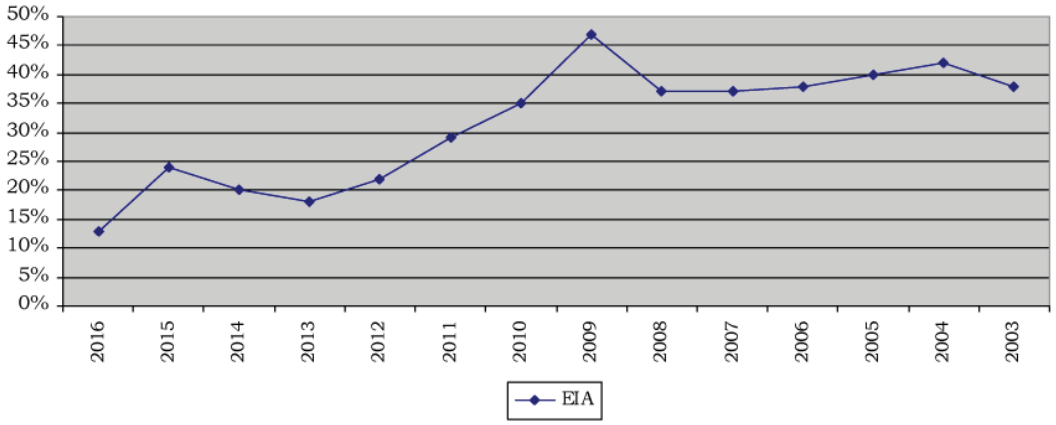


Gráfico 5 – Representação percentual das autorizações concedidas anualmente para a realização de trabalhos arqueológicos, promovidas por estudos de impacte ambiental. Fonte: *Portal do Arqueólogo*.

DE CHÃO DE MINAS (LOURES) A CASTANHEIRO DO VENTO (VILA NOVA DE FOZ CÔA): BREVE BALANÇO DE UM CICLO DE VIDA EM ESTUDOS PRÉ-HISTÓRICOS

Vítor Oliveira Jorge[1]

Em memória do meu primeiro mestre em arqueologia, democrata, homem livre, que me deu a autoestima indispensável para o arranque, Dr. Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991)

RESUMO

O autor tem realizado trabalhos no âmbito da arqueologia ao longo de cerca de 5 décadas, e basicamente a dois níveis: 1. investigação aplicada (após uma fase inicial de trabalhos sobre Paleolítico do Sul de Portugal, e também em Angola, pesquisas sobretudo desde 1975 no âmbito do megalitismo e dos recintos murados do Norte de Portugal) e 2. investigação fundamental, ou de reflexão teórica, sobre a pertinência da rede de conceitos que subjazem, em particular, à organização narrativa da chamada "pré-história". Esta comunicação pretende ser um balanço sucinto desse trajeto de problematização, que teve de se ajustar, em cada fase, aos elementos empíricos com que, como arqueólogo, o autor, integrado em equipas, foi sendo confrontado.

Palavras-chave: Arqueologia pré-histórica, Teoria da arqueologia, Interdisciplinaridade, Balanço de trabalho realizado.

ABSTRACT

The author has been working on archeology for about 5 decades, and basically at two levels: 1. applied research (after an initial phase of work on the Paleolithic of southern Portugal, and also in Angola, studies made since 1975 on the architecture of megalithic tombs and walled precincts of the north of Portugal) and 2. fundamental research, or theoretical reflection, on the pertinence of the network of concepts that underlie, in particular, the narrative organization of the so-called "prehistory". This communication aims to be a succinct summary of this path of problematization, which had to adjust, at each stage, to the empirical elements with which, as archaeologist, the author, integrated in teams, was confronted.

Keywords: Prehistoric archaeology, Theory of archaeology, Interdisciplinarity, Appraisal of work produced.

O presente balanço dá seguimento a outros que já tenho realizado, ao longo do tempo; este visa, de novo, rever o meu trajeto de estudo, de forma obrigatoriamente breve, mas baseado na ideia de que passado, presente, e futuro, são três modalidades (interligadas dialecticamente) do mesmo. Esse "mesmo" resulta da nossa consciência espontânea, empírica, do tempo, muito formatada pela tradição ocidental cristã; é uma representação linear e orientada teleologicamente, uma linha constituída por pontos sucessivos (instantes), que se sucedem uns aos outros, sendo continuamente "aspirados" para o passado (retrospectiva) ou futuro (prospectiva): o que põe, desde há séculos, a questão do carácter enigmático do presente, uma espécie de eternidade paradoxalmente vazia, ou absolutamente efémera: "tempus fugit".

Mas afinal é cada momento, cada presente, que permite criar retrospectivamente o seu passado (individual ou colectivo), não apenas por uma variação de perspectiva ou amadurecimento de experiência em relação a uma realidade "feita", acontecida, mas mais objetivamente porque cada momento, como Hegel entendeu, estabelece de facto de modo retros-

1. ESPI, Instituto de História Contemporânea (IHC), FCSH-UNL; vitor.oliveirajorge@gmail.com

pectivo as suas próprias causas ou antecedentes, só assim podendo romper-se com a referida visão linear do tempo, da periodização, e da causalidade histórica, que são afinal produtos do senso comum assumidos como "naturais". Baseio-me na ideia de que essa concepção tradicional do tempo é o essencial entrave a uma conceptualização nova da arqueologia e a principal responsável por uma narrativa histórica (incluindo a chamada pré-história) basicamente conservadora, de um ponto de vista ideológico.

Por exemplo, a necessidade que temos de "periodizar", de dividir esse tempo linear em períodos, épocas, fases, horizontes, etc., mostra no fundo um desejo de estancar a história, pressupondo que, apesar do constante devir ("*la durée*"…) existe algo de igual a si mesmo que permanece entre duas balizas do mesmo período: algo que faz dele um compartimento a-histórico. O qual depois podemos preencher com dados e narrativas. Um pensamento, afinal, anti-histórico, esse. Uma visão do tempo não linear (ainda não seguida neste curto texto, por certo) permitiria reorganizar a narrativa histórica de outros modos, infinitamente mais interessantes, e ultrapassar o velho problema das continuidades – descontinuidades em história e pré-história, da coexistência de diferentes rimos de mudança, etc., etc. Enfim, também aqui seria precisa uma "revolução", no sentido mais profundo do termo: não uma simples mudança de forças, mas uma mudança na própria lógica que orquestra as forças. Dela depende o futuro da humanidade e do planeta.

A matriz do meu interesse pela arqueologia está em professores que tive no Liceu Camões, em Lisboa, e que indicaram leituras muito importantes, como as de Gordon Childe, figura cimeira da 1ª metade do século XX, e do qual já então havia vários livros traduzidos em português. Depois conheci pessoalmente Eduardo da Cunha Serrão, que foi decisivo na confiança pessoal que me instilou, e na ideia de que é fundamental, sempre, publicar os resultados das nossas pesquisas, tão rigorosamente quanto possível.[2] Essa é mesmo uma obrigação ética, marcando também a diferença entre o tendencialmente amador e o tendencialmente "profissional" (apesar da profissão de arqueólogo só ter sido criada na segunda metade dos anos 90, aquele que já antes aspirava a – ter ou manter - uma carreira universitária tinha obrigatoriamente de demonstrar publicamente os seus resultados).

No ano lectivo de 1965/66 entrei como estudante do curso de História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Uma das disciplinas do 1º ano era a de Pré-história. O respectivo docente pedia aos alunos, como um dos meios de avaliação, que realizassem um trabalho prático de campo, em equipa. Juntei-me com mais dois colegas, Vasco Salgado de Oliveira, e Luís Simões Gomes, e foi escolhida uma das "estações paleolíticas de superfície" do "manto basáltico" da zona circundante de Lisboa, a de Chão de Minas, localizada genericamente por vários autores[3] entre Manjoeira e Pintéus, no concelho de Loures.[4]

Deslocámo-nos ali muitas dezenas de vezes, o que permitiu, através de prospecção sistemática da mesma área (1966-1967), a recolha de numerosos artefactos líticos do Paleolítico antigo e médio, e a detecção de outros núcleos de materiais de tipologia mais recente em zonas próximas (v. Jorge, 1972, p. 29), nomeadamente do Paleolítico superior e Mesolítico. Mas a referência a Chão de Minas tem sobretudo, hoje, o interesse de chamar a atenção para aquele trabalho de licenciatura[5], ainda muitíssimo embrionário (feito em condições precárias, de estudante da altura), mas no qual se esboçam problemáticas e se lança um "discurso" que, qualquer que seja o seu mérito, creio que rompe frontalmente com a tradição anterior de estudos paleolíticos, quer os de amadores, quer mesmo os de investigadores (para a época) como Breuil (sem dúvida uma das pessoas a

2. A ele devo a publicação do meu primeiro trabalho em 1968, quando tinha 20 anos, na "Revista de Guimarães", onde o Coronel Mário Cardoso me acolheu gentilmente. Eduardo Serrão considerava como os seus três melhores "discípulos", ou "colaboradores", se quisermos, José Morais Arnaud, Jorge Pinho Monteiro (tragicamente falecido em jovem) e a minha pessoa…

3. Vergílio Correia (que a teria descoberto em 1917), H. Breuil, A. do Paço, Santos Júnior, G. Zbyszewski.

4. Uma vez que não guardámos connosco o original do trabalho académico produzido em 1966, e portanto nunca o chegámos a publicar, a única fonte para reconstituir agora o estudo feito é a minha dissertação de licenciatura, apresentada em 1972 à FLUL (Jorge, 1972), e onde me refiro a Chão de Minas em várias passagens.

5. O primeiro volume, de texto, pode ser consultado em algumas bibliotecas públicas a que o ofereci, e o conjunto da obra (2 vols.) na biblioteca da FLUL. Nunca foi objeto de um livro impresso, mas os principais capítulos deram origem a artigos publicados e amplamente conhecidos.

quem mais a Pré-história nos seus começos deve) e Zbyszewski (que indubitavelmente fez muito trabalho útil em Portugal).

Redigida e apresentada em 1972, a tese apoiava-se num trabalho de equipa que vinha sendo feito desde 1969, e que acabou por dar origem ao informal "Grupo para o Estudo do Paleolítico Português" (GEPP), sedeado no Museu Nacional de Arqueologia, graças ao seu diretor, Prof. Fernando de Almeida. Era, na sua modéstia, o primeiro trabalho de fôlego neste âmbito temático feito fora dos (então designados) Serviços Geológicos de Portugal, e no seio de uma Faculdade de Letras, apresentando problemática interdisciplinar.

É impossível resumir aqui as novas questões introduzidas, que, de um modo muito geral, passavam de um campo de descritivismo amadorístico ou de ciências geológicas, para outro de ciências sociais. Esse movimento, creio, foi crucial para abrir o campo a novas ideias e a uma pesquisa sustentada, que viria a ser realizada, em bases muito mais sólidas, e até hoje, por outros colegas, os quais entretanto se especializaram em estudos paleolíticos modernos.[6]

Foram esses (e outros, por certo) sintomas de uma nova fase da arqueologia portuguesa, que iria ser tendencialmente protagonizada por jovens com formação universitária, sobretudo em História, e que encontraria a sua plena expressão depois do 25 de abril de 1974, quando as universidades abriram os seus quadros a uma geração muito mais informada e crítica do que as anteriores.

Basicamente, a minha tese era a de que os complexos industriais de seixos afeiçoados do território português podiam pertencer a várias épocas da Pré-história (desde um Paleolítico muito antigo, até fases bem posteriores a este período) e representavam utensílios frustes, que em alguns casos podiam ser muito arcaicos, e depois teriam "convivido" em maior ou menor percentagem, conforme as regiões, com outras manifestações mais "clássicas", europeias e não só (Acheulense, Mustierense, etc.). Mas em certas áreas litorais, a sua concentração (tal como hoje ocorre, claro) poderia dever-se à própria abundância da matéria-prima (seixos rolados) e, eventualmente, a uma opção mais ou menos consciente, de, com essa matéria-prima mais difícil de talhar (quartzito), mas pontualmente útil, e já naturalmente padronizada, obter gumes cortantes através de uma cadeia operatória mais simples ou curta do que a dos complexos industriais "clássicos". Também estava muito influenciado pela "análise descritiva de materiais" e pela sua possível futura descrição formalizada e tratamento em computador. No fundo, andava trás desta ilusão: tentar encontrar, nos objetos mais simples feitos pela mão humana, o "missing link" ou, se quisermos, o "grau mínimo", da "artificialidade técnico-cultural", que começaria por selecionar um objeto já "pré-fabricado" (rolado) pelas ações naturais. Estava aqui subjacente a velha questão da interface natureza-cultura, em suma.

Aliás, em todas as minhas pesquisas esteve sempre mais ou menos claro para mim que pretendia pensar, por via da prática arqueológica, questões cruciais da ciências sociais e humanas e da filosofia, embora de princípio (e talvez ainda hoje…) muito embrionariamente concebidas. Essas questões eram debatidas frequentemente nos grupos de estudantes a que pertencia. Foi-me porém sempre difícil conjugar vários planos, como o da aprendizagem dos estudos históricos e das ciências sociais em geral (as grandes problemáticas realmente motivantes), com o da arqueologia pré-histórica com a sua específica metodologia e interdisciplinaridade, e com todo o seu peso em termos de investimento, físico até. Os trabalhos de campo, tarefa dura e ao mesmo tempo requerendo grande rigor e atenção, consomem muito tempo, que assim é "roubado" à reflexão sobre as questões de fundo que foram de facto sempre o meu objectivo, até pela "geração" a que pertenço (anos 60 do século XX).

Após uma estadia em Sá da Bandeira (atual Lubango, Angola), onde, por ordem superior, leccionei e investiguei nos Cursos de Letras da Universidade de Luanda (1973-1974), chegando a iniciar estudos para um doutoramento sobre tema local (aí era a articulação entre a pré-história, a história e a etnologia/antropologia africanas que estavam em causa…), passei com o 25 de abril para a cidade do Porto, onde decorreu quase toda a minha carreira universitária, na FLUP, entre 1974 e 2011 (com aposentação em junho deste último ano).

Aqui, após uma primeira fase muito difícil de leituras e adaptação (com evidente escassez de meios) a uma região desconhecida até então por mim (o

6. As pessoas que mais me influenciaram foram vários amigos da minha idade, o Dr. Eduardo da Cunha Serrão, amigo e mestre extrauniversitário, e os professores que encontrei na FLUL, com particular destaque para Jorge de Macedo e Orlando Ribeiro.

Norte de Portugal), e tendo esboçado, por sugestão do Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida[7], um programa de doutoramento sobre o megalitismo daquela região, iniciei escavações no conjunto de monumentos da Serra da Aboboreira (Baião – Amarante – Marco de Canaveses) em 1978. O meu "ciclo" de estudos em megalitismo, que desembocou na dissertação de doutoramento de 1982, prosseguiu na Aboboreira até 1990 inclusive, e concluiu no planalto de Castro Laboreiro (Melgaço) em 1994.

Foram decisivos para mim, para além, obviamente, do ambiente renovado que se criou com o 25 de abril de 1974, a influência da "escola de Rennes"[8] com a qual me pôs em contacto o Abade Jean Roche, do CNRS, e também trabalhos de muitos outros pré-historiadores com quem tive contacto, umas vezes com a pessoa e a obra, outras mais com a obra, como Jean Guilaine, Colin Renfrew, George Eogan, Lewis Binford, Ian Hodder, Julian Thomas. Já bem antes, no início dos meus estudos, em 1968, tinha podido contactar com a escola alemã através da participação nas escavações do "castro" do Zambujal, em Torres Vedras, que (apesar de só lá ter estado duas semanas) foram para mim decisivas na aprendizagem do que é de facto uma escavação com meios e com método: toda uma imensa equipa em campo, trabalhando seriamente.

Afinal, mais tarde, apliquei – e consegui influenciar outros a fazerem o mesmo… – ao estudo dos dólmens e suas mamoas (realidades não isoladas, mas em geral agrupadas em núcleos e necrópoles) o que tinha aprendido com os colegas alemães, ou seja, a escavação em área, com decapagem tanto quanto abrangente da mamoa e mesmo, se possível, de alguma parcela de terreno envolvente. Os monumentos que escavei, em geral, tinham conservado poucos (ou nunca terão contido muitos…) restos de artefactos mais pequenos (supostamente oferendas funerárias), mas em contrapartida deram-nos (posso e devo falar no plural…)[9] outros dados muito importantes. Um deles, foi a descoberta de restos de "solos antigos" (não propriamente fósseis… mas muito úteis) conservados sob as mamoas; outra, a exumação de níveis de carvão imediatamente sobrepostos a esses solos e subjacentes às mamoas, dando-nos, uma vez datados, um "terminus post quem" claro para a construção. Multiplicámos as datas de C14 existentes (sobretudo devido à colaboração do laboratório de Madrid)[10] e isso tornou-se obviamente muito útil. Creio que fomos as primeiras pessoas em Portugal a abordar assim – "em área" e em nome de uma esboçada "arqueologia da paisagem" – estas necrópoles megalíticas, algumas ainda relativamente conservadas, com as suas mamoas – apesar de muitíssimas depredações e até escavações mal feitas – nos planaltos, em geral graníticos, do Norte do país.[11] E isso devido ao facto de nesses planaltos se não praticar agricultura, mas sobretudo pastorícia: as antas estavam violadas, mas as mamoas que as cobriam tinham sido em muitos casos poupadas.

A minha dissertação de doutoramento sobre o megalitismo do Norte de Portugal (FLUP, 1982 – 1º volume), bem como o texto que serviu de base à lição de agregação (FLUP, 1989) estão disponíveis para consulta pública na minha página de academia.edu[12]. Um dos temas em que fui insistindo relativamente às necrópoles megalíticas foi o seu polimorfismo. Ou seja, a coexistência, nesses espaços do Entre Douro e Minho, em que existem *tumuli* concen-

---

7. Colega e amigo que já desde 1971 tinha manifestado o interesse da FLUP em que eu ali pudesse leccionar, o que na altura me não foi possível fazer.

8. Pierre-Roland Giot, Jean L' Helgouach, Jacques Briard, Charles-Tangy Le Roux, Roger Joussaume.

9. Realizaram escavações nos monumentos megalíticos da Aboboreira numerosas pessoas, por mim incentivadas a tal: Ana Maria Leite da Cunha, António Huet Gonçalves, Carla Stockler, Domingos Cruz, Eduardo Jorge Silva, Fernando Silva, Joel Cleto, Margarida Moreira, Maria de Jesus Sanches, Susana Faro da Costa. Mas o projeto estendeu-se muito para além do megalitismo, como é sabido, integrando pessoas interessadas em praticamente todos os aspectos da arqueologia daquela região, incluindo a Idade do Bronze, a época castreja-romana, a Idade Média.

10. Na altura dirigido pelo meu falecido amigo Fernán Alonso, a quem muito ficamos a dever.

11. A curiosidade por estes trabalhos foi grande no estrangeiro. Lembro-me do Prof. Giot me pedir em Rennes que lhe explicasse o que se passava com o megalitismo ibérico, porque, apesar de conhecer os trabalhos clássicos dos Leisner, e as primeiras datas de cronologia absoluta, continuava sem perceber nada. E tinha razão.

12. https://flup.academia.edu/VITOROLIVEIRAJORGE. Aqui se encontram também outros trabalhos que citam a bibliografia básica em que as minhas ideias assentam, o que me isenta de, no presente texto, incluir bibliografia final. Outros textos mais recentes, podem ser consultados nesta revista em linha, de livre acesso: http://revistataeonline.weebly.com

trados em núcleos, esses por sua vez integrados em necrópoles, de monumentos de tipologias e cronologias muito diversas. Por exemplo, na Serra da Aboboreira (distrito do Porto) encontrámos sepulcros megalíticos neolíticos, com pequenas antas fechadas, sem corredor, e um apenas com corredor e átrio (dólmen 1 de Chã de Parada); e, em época posterior, foram insertos na necrópole *cairns* (mamoas apenas feitas com pequenas pedras) que, em vários casos, se provou serem já de uma Idade do Bronze (embora claramente anteriores ao Bronze Final). A forma e dimensões, tanto dos monumentos mais antigos (V-IV milénios a. C.), como dos mais recentes (II milénio a. C.), diferiam muito entre si. Chegámos a estudar casos em que o *cairn* mal se via, e não tinha qualquer estrutura central (não tinha câmara) (Outeiro de Gregos 5) e outros em que lado a lado, uma mamoa continha um pequeno dólmen e, outra, cobria por sua vez uma estrutura negativa profunda, em forma de poço, dividida transversalmente por uma laje enorme em forma de esteio postada ao alto, dentro da referida depressão: e estava *in situ* (Chã de Santinhos). A mesma variabilidade foi observada em Castro Laboreiro, num planalto da Serra da Peneda, em que devido à sua inacessibilidade existia uma necrópole imensa, que se estendia para a Galiza. Em todos os casos, a inserção dos monumentos na paisagem, embora feitos sem aparente plano de conjunto, era muito significativa: tornava-se evidente que os acidentes de terreno envolventes tinham sido importantes na escolha dos locais de edificação, em relação com a imponente Serra do Marão no caso da Aboboreira, em relação com volumes rochosos muito destacados no caso de Castro Laboreiro. Era muito importante prosseguirem os trabalhos nesta última necrópole, como se tentou na altura, nomeadamente em colaboração com colegas do Galiza, uma vez que ela continua em território espanhol.

Assim se foi forjando no Porto o embrião de uma "equipa" (alguns chamam-lhe "escola", o que talvez seja excessivo) de estudos pré-históricos, particularmente de arquiteturas (no sentido amplo de transformações humanas do espaço) em que vários antigos alunos (que aprendiam ao mesmo tempo que eu, que nós…) se acabaram por autonomizar, como é bem conhecido e como é sempre desejável. E muitos deles são hoje arqueólogos com obra consolidada, reconhecida.[13]

A partir de 1998, iniciei, com João Muralha Cardoso, e depois com outros investigadores, a escavação sistemática do Castanheiro do Vento (Horta do Douro), um recinto calcolítico do concelho de Vila Nova de Foz Côa, cuja pesquisa continua até ao presente, em parte graças ao apoio logístico da ACDR de Freixo de Numão. [14]

Castanheiro do Vento e Castelo Velho: ambos estes recintos calcolíticos de altura acabaram, como produto de um trabalho colectivo, por instaurar um novo paradigma naquilo que habitualmente e por convenção se chamava (e ainda – por inércia? – se chama…) "povoados fortificados calcolíticos."

Esse paradigma, que basicamente é a adaptação ao nosso território de sugestões problemáticas de vários investigadores estrangeiros, nomeadamente britânicos, com quem fui convivendo em congressos do TAG[15], com destaque para Julian Thomas e elementos da sua equipa (Universidade de Maschester),

13. Episodicamente pude estudar outras manifestações, juntamente com colegas, quer sobre estelas ou estátuas-menires (Chaves, Porto, etc.), quer sobre "arte rupestre", contextualizada (Fraga d' Aia, S. João da Pesqueira) ou não (Mazouco, Freixo de Espada-à-Cinta, onde ocorreu a primeira revelação mundial, espantosa, de gravuras paleolíticas de ar livre, para as quais fomos alertados por um aluno então no 1º ano da FLUP, Nelson Rebanda). Vários elementos do Sul ou Centro que foram também "para o Norte" – Manuela Martins, António Martinho Baptista, Francisco Sande Lemos, Ana Bettencourt, etc.– fizeram ali trabalho muito importante, a juntar a vários bons investigadores de lá originários, como Maria de Jesus Sanches, João Pedro Cunha Ribeiro, Domingos de Jesus da Cruz, António Huet Gonçalves, Sérgio Rodrigues, João Muralha Cardoso, etc., etc. Mais recentemente há toda uma plêiade de jovens doutorados, entre os quais João Muralha Cardoso, Gonçalo Leite Velho, Ana Margarida Vale, Sérgio Gomes, Alexandra Vieira, Lara Beirão Alves, Leonor Sousa Pereira, Joana Alves Ferreira, etc., etc. É justo acentuar o trabalho muito importante desenvolvido pela Prof.ª Susana Soares Lopes (antes assinando como Susana Oliveira Jorge), da FLUP, outro elemento crucial de todo este "movimento", também por mim incentivada, quando estudante, para a arqueologia.

14. Já ali trabalhava, na mesma região, e como é bem sabido, em colaboração com Susana Soares Lopes, no Castelo Velho de Freixo de Numão, desde 1989. A ação do Presidente da ACDR de Freixo de Numão, Dr. António Sá Coixão, foi fundamental como apoio logístico de toda a espécie, desde 1989 até hoje.

15. Theoretical Archaeology Group, criado em 1979 no RU, e que promove estes encontros interdisciplinares nas várias universidades todos os anos, antes do Natal. Esses encontros e alguns congressos da UISPP e do WAC (e em menor grau da EAA) foram para mim muito importantes.

representa um passo crucial, creio, na abordagem deste tipo de sítios. No fundo, adaptámos à realidade portuguesa, empiricamente muito diferente, mas estruturalmente semelhante, a problemática do Neolítico britânico e das suas arquiteturas (dos *causewayed camps* aos *henges*) tal como era inteligentemente esboçada pelos nossos melhores colegas ingleses, nomeadamente o já referido Julian Thomas.

Em que consiste, basicamente, a nossa problemática, já tantas vezes exposta por mim e pelas equipas que integrei?…

Na ideia de que locais como estes, em que encontramos embasamentos pétreos de muros de terra, formando recintos, é de presumir (e em muitos aspectos está comprovado) uma provável série de transformações (não necessariamente "congeladas" em sucessivas "fases") ao longo do tempo (propiciada pela própria plasticidade da argila), em relação com diferentes organizações do espaço. Essas organizações do espaço não têm, verosimilmente, o carácter de "aldeias", ou agregações de unidades domésticas ("povoados"), onde, à maneira de recintos fortificados posteriores, as pessoas se refugiariam de conflitos.

Nós desconhecemos, ou ainda estamos longe de ter podido estudar, a verdadeira extensão do "povoamento" calcolítico, pelo menos nesta região; o que encontrámos, até agora, são sobretudo sítios excepcionais, equiparáveis, não na sua morfologia, mas na sua motivação provável, a muitos outros recintos construídos na Europa chamada do "Neolítico Final", ou Calcolítico. Por exemplo, os "henges" britânicos, do (lá designado) Neolítico final.

Esses recintos europeus, providos ou não de fossos, sejam de altura, sejam de encosta ou planície, têm antes de mais, como é consenso geral, um papel de demarcação de espaços, de criação de lugares delimitados por muros, e/ou fossos, etc. (e portanto com um "dentro" e de um "fora"), que podem ser de grandes dimensões, e quase de certeza foram essenciais (dado o "investimento" de energia neles feito) para a constituição, a partir dos momentos da sua própria elaboração e reelaboração, da identidade de grupos, através do estabelecimento de limiares.

A questão da demarcação de espaços, como de tempos, é crucial na vivência humana, podendo dizer-se que tal demarcação nos caracteriza; o que hoje designamos "arquiteturas" diferencia-se profundamente das construções de variadíssimos tipos elaboradas por outras espécies. Mas, em geral, sem a consideração das três esferas interligadas em que a existência humana decorre – o Imaginário, o Simbólico, e o Real, tal como esquematicamente Jaques Lacan (muito pouco compreendido em Portugal) as foi formulando – afigura-se-me impossível entender a especificidade do humano, e como tal fica comprometida qualquer tentativa de interpretação dos fenómenos sociais.

Como também, sem a noção de que não existiu nunca, nem provavelmente existirá, uma organização social desprovida de conflitualidade – aquilo que para o capitalismo moderno Marx genialmente designou "luta de classes" – também parece não se poder ter uma visão crítica da história. Mas essa conflitualidade é muito diferente de época para época, de local para local, sendo evidentemente decorrente da estrutura social (e dos modos e relações de produção – e reprodução – da vida em cada contexto).

De modo que – e escapando sempre, o mais possível, à tendência de senso comum e conservadora para usar chavões como o da suposta "natureza humana" – ao ignorar a psicanálise (ou reduzindo-a à intuição fabulosa de Freud, no início do século XX, e esquecendo em particular a inspiração lacaniana), e também o materialismo dialéctico (ou fossilizando-o num conjunto de ideias feitas ou slogans que assim se tornam estéreis, completamente inócuos, porque elaborados já no século XIX) não se pode realizar qualquer trabalho de interpretação e síntese verdadeiramente proveitoso, fraturante como agora se diz, em arqueologia, e particularmente em arqueologia pré-histórica. Como aliás em história ou em qualquer ciência social.[16] Nesse sentido, foi para

16. Quando abordo um livro de história, procuro saber quem é o autor (se o não conheço) e que posição político-ideológico-teórica tem. Vou à contra-capa, vou à bibliografia, vou à net procurar quem é, etc. Não me seduzem os títulos, nem a capa, nem o tema, só por si. Sei que a historia, como qualquer outra obra humana, é parcial, e só sendo parcial é que é história. Senão era registo automático de factos anódinos. Objectividade em história é, para além de um conjunto de protocolos "técnicos" a seguir, obviamente, a clara assunção de uma posição político-ideológica. E é a partir dela que se faz história, pressupondo-se que tal objectividade vá unida com honestidade: não defraudar os dados contraditórios que se vai encontrar, expô-los na sua inquietante contraditoriedade, não por uma questão de pluralismo pósmoderno (de que tudo vale, do relativismo absoluto, da indecidibilidade), mas porque a realidade é realmente contraditória, imperfeita, cheia de realidades mescladas, confusas, nas quais pretendemos introduzir alguma racionalidade, mas que não estiole a vida viva

mim crucial a descoberta casual que fiz, em 2006, de um autor esloveno, Slavoj Zizek, que tenho procurado divulgar em Portugal, e que continuo a estudar. Que tipo de grupos humanos seriam aqueles, que erigiam e mantinham, durante centenas de anos, recintos mais ou menos monumentais, como Castanheiro do Vento, por exemplo? Qual a sua possível estrutura social e hierárquica, qual a forma como distribuíam o seu habitat no espaço, etc., etc., são questões que só uma arqueologia com meios para pôr em prática grandes projetos, abrangentes de todo o território, poderia começar a contribuir no sentido de se poder problematizar essas questões de forma séria, sustentada. De outro modo, andamos a construir narrativas mais ou menos plausíveis, importando "teorias" de outros campos, com base em amostragens precárias, diminutas e contingentes – meros trabalhos que por vezes envolvem imenso esforço pessoal, em relação com a obtenção de diplomas universitário cada vez mais inflacionados, e que vão sobretudo ocupando pessoas mais jovens em situação precária, ou alimentando uma atividade profissional subjugada aos interesses do capital e da propriedade da terra.[17]

No que toca aos grandes recintos calcolíticos, havia talvez um problema de "defesa", pois sim, mas entendida de forma muito diferente da habitual, como metáfora: uma defesa simbólica, uma marcação de territórios através de sítios ou lugares particularmente importantes, cujo detalhe é essencial estudar na sua particularidade, o que é demorado e não é fácil, uma vez que são estruturas precárias, basicamente de terra, cuja diacronia exige uma escavação muito fina.

Se formos para o terreno com ideias preconcebidas simples (pois que com ideias preconcebidas vamos todos, e ainda bem, sempre… evidentemente), é óbvio que, com a agravante dos orçamentos e prazos curtos, se vão realizar trabalhos apressados e destruidores. Porquê? Porque o que importa é adequar a realidade observada a uma ideia pré-fabricada, pré-formatada, e simples: se é um povoado tem casas, mesmo que sejam toscas cabanas, se é fortificado tem muros defensivos, mesmo que sejam minúsculos ou em posição topográfica vulnerável, se lá habitavam pessoas o que encontramos sobretudo são "contextos domésticos", e se aparecem alguns elementos que se não conformam com tal modelo, é também fácil, são as exceções que confirmam a regra. Entramos numa perfeita circularidade, em que o que encontramos confirma à perfeição o que já procurávamos. Não há atrito, é um modo eficaz para acabar depressa (quando sabemos que uma verdadeira pesquisa jamais tem fim) e dar lugar a construções (no caso de escavações sujeitas a prazos de obras) ou a restauros (que são muitas vezes congelamentos dos edifícios em realidades visitáveis pelos turistas, fotografáveis, e onde todos os problemas das escavações estão "tapados" por uma instalação moderna e atraente, limpa e luzidia, como as ideias simples.

Com estas práticas e ideias em mente, conduzidas pela pressa com que tudo se faz, pelo carácter unipessoal da direção de trabalhos, pela necessidade de (re)soluções a curto prazo, pela imperiosa publicação de *papers* que vão ser analisados em função do

---

das coisas, das pessoas, dos acontecimentos. A história, como qualquer outra forma de conhecimento humano, é ela própria um produto histórico, e como tal situado, interessado. Mas, se for inteligente – e quão rara é a inteligência e a serenidade para aceitar o contraditório – a história não procurará jamais reduzir tudo a uma narrativa coerente, mas antes exporá, em carne viva, sem pudor, as paixões e as tendências sempre em luta entre si, no próprio indivíduo, mas também nos colectivos, nas organizações, etc. É esse lado imperfeito, que muitas vezes se escamoteia, que me importa num livro de história, que prefiro se for escrito por uma pessoa de esquerda, mas não dogmática, e que portanto veja com atenção os argumentos e os factos mais negativos para o seu próprio ponto de vista. História neutra, não existe. Conhecimento neutro? Só se fosse o de deus, mas deus repousa lá onde ficou. Não, a história é um conhecimento humano, e deve ser afirmativamente corajoso, ao expor as contradições, a complexidade da realidade, e desde logo ao expor a escolha (sempre difícil, porque é um processo também ele histórico, de história pessoal) de qual a objectividade do autor.

17. A arqueologia, como eu (e tantos outros) a imaginei (imaginámos) é uma ciência muito cara, que implica empenhamento social e trabalho preventivo, e não se compadece com a atitude submissa de ir a arrasto da ocupação do território por infraestruturas modernas, quaisquer que ela sejam, sem diagnóstico patrimonial prévio e sério. Implica uma sociedade em que o passado não seja objeto mercantil de indústrias culturais; implica uma cultura totalmente diferente da dos empreiteiros e "empreendedores" em geral. É "um outro mundo" que em geral nem sequer vislumbram, pois transformaram o espaço numa mercadoria e num mero instrumento de produção para fins mercantis. Não abdicarei nunca – suponho que em certos casos poderei falar no plural – da verdade insofismável dos nossos projetos de juventude para os trair, agradando ao "politicamente correto" predominante.

número e do tipo de revistas em que se inserem[18] têm-se depredado muitos elementos estruturais deste tipo de sítios.

Dou um exemplo: se não entendo que, fora dos muros, ou dos embasamentos dos muros que definem estes recintos, existem estruturas de contrafortagem por vezes muito bem concebidas e articuladas, que fazem parte da construção e sua estabilidade, para que os muros (ou os embasamentos) se vejam melhor, vou eliminar tais contrafortes de lajes ou pedras imbricadas, como se de entulhos, ou derrubes de paredes, se tratasse… e isso tem acontecido de facto.

Outro exemplo: se parto do princípio de que estamos perante "povoados fortificados", os habitualmente designados "bastiões", que pontuam os muros de delimitação, por analogia com as fortificações posteriores, são espaços essencialmente destinados à vigilância do inimigo, e defesa em relação a ele… como nas fortificações históricas. Assim pode passar-me despercebida a organização interior das superfícies delimitadas por tais "bastiões". É praticamente evidente que, para além do seu valor de, por vezes, darem monumentalidade ao sítio (questão de estilo) ou servirem de contrafortes, os chamados "bastiões" são uma forma de acentuar o carácter de limiares que os muros, em que se inserem, possuem. Ora, os limiares (portas, passagens, janelas, frestas, etc., são elementos fundamentais de qualquer arquitetura: são elementos de passagem no sentido ritual (ritual na sua acepção mais generalizada e corrente) do termo. Qualquer pessoa sabe isso, até pela experiência corrente. Se admitirmos que este tipo de sítios possuía muros que por vezes podiam ser relativamente altos, o que é quase certo, os limiares tornam-se ainda mais importantes, pois são "aberturas" num espaço interior fechado, por vezes mesmo possivelmente labiríntico.

Em Castanheiro do Vento, por exemplo, essa organização do espaço interno das estruturas semicirculares insertas nos muros incluiu outras subestruturas contendo depósitos de diversos tipos, que destoam de uma simplificação funcional de mero "nicho de defesa." São locais de deposição, insertos numa ideia geral de estruturas imbricadas (as maiores inserindo outras mais pequenas, e assim sucessivamente: é esta a sintaxe geral" destes sítios).

Aliás, cada vez mais se suspeita de que estes locais (como muitas outras "estações" pré-históricas) eram, com toda a probabilidade, "cenários" ou dispositivos espaciais, cuja construção ela mesma era essencial à vida grupal, onde decorreriam diversas movimentações comunitárias (ainda hoje tão importantes na estruturação das sociedades) locais esses onde eram depostos, muitas vezes já sem qualquer utilidade prática, fragmentos de objetos possivelmente trazidos de alhures, e que aqui readquiririam nova significação. Segundo o velho princípio estruturalista de combinatórias, em que um elemento, em si, nada significa, mas tem um valor que é determinado pelo seu posicionamento em cada contexto em que é inserto, em cada combinatória de que passa a fazer parte. Daí que uma arqueologia descritiva de "coisas" ou objetos como se tivessem identidade própria não tenha qualquer sentido, antes representando um regresso sofisticado ao fetichismo "museológico" que caracterizou os primórdios da disciplina.

Todos os bons pré-historiadores do Norte de Portugal, e muitos de outras regiões do país, sabem perfeitamente o que acabo de referir sobre a arqueologia, sobre as arquiteturas pré-históricas, e mais particularmente sobre a forma como abordar a complexidade imensa destes sítios calcolíticos. São locais "plásticos", de arquiteturas de terra, onde se fazia e refazia sem deixar vestígios, mas onde o "plano de conjunto", visto hoje, retrospectivamente, difere de forma profunda das necrópoles megalíticas, neolíticas. À lógica aditiva e pétrea destas, o Calcolítico terá substituído uma lógica mais plástica, usando quantidades enormes de argila e água, possivelmente em articulação com a necessidade colectiva de orquestrar grupos mais densos, mais complexos, onde é possível que disputas intra-grupais se resolvessem, e ao mesmo tempo também se espelhassem, nas formas de construir.

Mas tudo isto são hipóteses interpretativas, que é fundamentar expor, formalizar, submeter à crítica, debater, não em geral e em abstracto, mas perante cada caso, a realidade tridimensional dos sítios. Por isso, como acontece por exemplo em medicina, não só a aprendizagem inicial, como até o debate entre

18. A obrigatoriedade de publicar em revistas indexadas, com o sistema de *peer review* anónimo, torna-se muitas vezes negativa, sobretudo num meio científico pequeno: eu não sei quem me avalia e quais as suas competências para tal. Em certos casos, talvez devesse antes ser avaliada (por quem? como?) a forma de recrutamento de tais "avaliadores", de quem passa a depender a vida de muitos investigadores.

pares, se devia fazer nos sítios, durante a ação decisiva, enquanto aqueles estão em processo de escavação, e portanto expõem as suas dificuldades, paradoxos, aporias. A realidade resiste sempre às nossas formulações; e as nossas formulações (que obviamente se incluem nessa realidade sempre não totalizável), resistem sempre à realidade: essa desadequação, esse "*out of joint*" é constitutivo da própria realidade. Não se trata de um mero problema epistemológico.

Os trabalhos finais, publicados (que por meio da escrita, quer por formas audiovisuais cada vez mais comuns e flexíveis) deviam incidir sobre os impasses das escavações, contornando a tendência de tudo explicar, classificar, arrumar em categorias. Porque, uma vez tapadas as estruturas, ou reformuladas para efeitos de conservação e visita, consuma-se, se me é permitida uma linguagem tão forte, "o crime perfeito": os colegas têm de acreditar nos escavadores, não há contraditório possível, tudo bate certo. Ora, quando na realidade tudo bate certo, mesmo muito certo, algo está mal a montante: é pelo menos um princípio de precaução que nos deve orientar.

A arqueologia é realmente um trabalho lento e exige uma conceptualização refinada, madura, para se não cair em lugares comuns, ou transformar intuições em certezas, e sobre elas criar outras intuições, que por sua vez vão servir de certezas, etc., numa espiral de "castelo de cartas" pronto a cair ao primeiro sopro crítico ou analítico. Muitas narrativas da pré-história, mais ou menos enformadas por molduras conceptuais importadas da antropologia ou de outras ciências sociais, são assim criadas, e formam o discurso certificado. Essa certificação deve ser sempre vista com olhar muito crítico: porque em ciência, ao contrário da política, ou do sensos comum, normalmente o que parece, não é. Na verdade, a racionalidade ocidental de que somos herdeiros tem sido uma permanente luta contra o senso comum, contra as evidências ingénuas, apercebendo-se de que a realidade é contraintuitiva. É surpreendente.

Por isso sempre, desde o meus tempos de estudante liceal, me interessei por matérias diferentes da arqueologia. Que acabaram por me ser úteis naquele próprio campo, creio. Daí pensar que é muito importante inserir a arqueologia no chamado pensamento crítico contemporâneo, sobre o qual me atrevi a começar a dar cursos "livres" na minha própria Faculdade. Essa é a porta de saída para o impasse teórico em que a arqueologia pré-histórica a partir de certo momento notoriamente entrou (crise do próprio pós-processualismo, como se vê nos últimos livros de Hodder, que no entanto andou a escavar uma estação neolítica turca, com todos os meios, durante cerca de 25 anos, pelo que o problema nem estará sobretudo na questão do financiamento e da competência). Por mim, guiei-me por Childe, depois Binford, depois Hodder, e depois… Thomas, como já referi, e agora estou perfeitamente consciente, mais que nunca, de que é de fora da arqueologia, mas sem importações mecânicas, que poderá vir a porta de saída do impasse. Sendo a arqueologia pré-histórica uma ciência, inserindo-se no domínio das ciências sociais e humanas, evidentemente que tem de estar ao corrente da problemática destas.

Ultimamente estudei bastante as obras de dois antropólogos, Philippe Descola, do Colégio de França, e Tim Ingold, da Universidade de Aberdeen, na Escócia. Apesar da minha enorme admiração por ambos, e em particular pelo segundo, que dá à arqueologia uma grande importância, e já entrou largamente pela filosofia por ter percebido em relação à antropologia o mesmo impasse que eu sinto no meu campo, não creio que qualquer deles possa resolver-me "o problema" : que fazer por uma pré-história crítica?

E escrevo isto consciente da responsabilidade: é que há muitos jovens à procura de uma orientação de pessoas como eu, de professores da minha geração, orientação essa indispensável para não se perderem em estudos de menor valia, na mera casuística, ou na aplicação à arqueologia de autores menos interessantes. A esses jovens deixo aqui esta mensagem: sem a psicanálise e sem o materialismo dialéctico – tarefa para muitos, e para realizar a prazo – não farão jamais uma arqueologia pré-histórica verdadeiramente interessante. Mas esse trabalho exigirá de vós um esforço imenso, porque uma perspectiva verdadeiramente interessante leva décadas a construir: nada tem a ver com o ensino e a investigação "fa presto" neoliberais, consagradas em Bolonha. É precisamente o contrário. Há que escolher, e sei que os meios faltam para esta reviravolta.

De nada serve também – porque em última análise se baseia numa ilusão fetichista (aquela que Marx no 1º volume de "O Capital" caracterizou tão bem como o fetichismo da mercadoria) a chamada "ontologia orientada para os objetos", ou o chamado "realismo especulativo". Ou seja, de um modo geral a ideia de uma orientação filosófica dando muito importância aos objetos, e em particular a esse

conceito ambíguo, que são "as coisas". Ambos tendo influenciado Hodder na sua última fase, de que é testemunho o seu derradeiro volume online.[19] Se puderem, não percam tempo com isso. Por mim, e dentro das minhas limitadas capacidades de estudante mais velho, estarei sempre disponível para o diálogo, um diálogo sem constrangimentos de tempo, sobre matérias que se não compadecem com a brevidade de uma simples comunicação. Continuaremos, enquanto a saúde e o ânimo nos permitirem.

Loures, junho de 2017

19. V. https://www.academia.edu/23001428/STUDIES_IN_HUMAN-THING_ENTANGLEMENT_Ian_Hodder. Sobre ele elaborei uma recensão crítica, no prelo.

A EMERGÊNCIA DA ARQUEOLOGIA PROCESSUAL EM PORTUGAL: A TEORIA E O MÉTODO (1968-2000). UMA INTRODUÇÃO

Daniel Carvalho[1], **Mariana Diniz**[2]

RESUMO

A emergência da "Nova Arqueologia" originou importantes mudanças de paradigma no campo da Arqueologia, da segunda metade do século XX. De facto, as obras de Sally e Lewis Binford e David Clarke, simbolicamente, inauguram uma nova etapa, de corte efectivo com as práticas da Arqueologia Histórico-Cultural, nova etapa onde se pretende criar através de novos mecanismos epistemológicos, um novo Passado, construído à imagem das ciências exactas e da natureza. Neste trabalho, pretende-se abordar a introdução da Arqueologia Processual, ou "Nova Arqueologia", na Arqueologia portuguesa, entre 1968 e 2000, através de uma análise bibliométrica a publicações periódicas, que permita detectar a evolução/transformação, teórica e metodológica, na prática e pensamento arqueológicos, assim como a sua relação com as profundas transformações que a sociedade portuguesa atravessa nesse período.

Palavras-chave: História da Arqueologia, Portugal, Nova Arqueologia, Arqueologia Processual.

ABSTRACT

The emergence of "New Archaeology" led to an important paradigm shift in the field of Archeology in the second half of the twentieth century. In fact, the works of Sally and Lewis Binford and David Clarke, symbolically, inaugurate a new stage, promoting an effective cut with the practices of Historical-Cultural Archaeology. Within this new paradigm knowledge will be create under new epistemological mechanisms that should resemble those of the exact and natural sciences.In this work, the introduction of Processual Archaeology or "New Archeology", in Portugal, between 1968 and 2000, will be discussed after a bibliometric analysis of two high standard archaeological journals. The shift towards Processual archaeology concerning both *theory and practice* as well as its relation with the profound transformations that Portuguese society undergoes during this period will be also analysed here.

Keywords: History of Archaeology, Portugal, New Archaeology, Processual Archaeology.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda um tópico da História da Arqueologia, concretamente a entrada da Nova Arqueologia, ou Arqueologia Processual, em Portugal. O intervalo de tempo analisado estende-se de 1968, ano em que *oficialmente* se inaugura esta corrente de pensamento, com as publicações das obras de Sally/Lewis Binford e David Clarke (Klejn, 1980; Trigger, 1996), até ao início do novo milénio.

Espera-se assim contribuir para o conhecimento mais efectivo de uma etapa fundamental do desenvolvimento da Arqueologia científica, abordando o caso português, a partir da análise detalhada de publicações relevantes no panorama arqueológico nacional, e da qual resulta um conjunto de dados que depois se interpretam.

A contextualização da informação obtida passou

1. Mestrando em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; danielcarvalho1@campus.ul.pt

2. UNIARQ, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Associação dos Arqueólogos Portugueses; m.diniz@fl.ul.pt

por uma análise que, do cenário político da época – últimas três décadas do século XX – à constituição das Variantes de Arqueologia nas Universidades portuguesas, procura identificar a multiplicidade de questões que influenciaram a adopção da Teoria e do Método Processual, em Portugal. Propõe-se, em síntese deste texto, uma primeira reflexão acerca dos mecanismos epistemológicos associados à adesão ao Processualismo por parte da comunidade arqueológica portuguesa, tópico que se pretende aprofundar em estudos futuros.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO BREVE DE UMA CORRENTE DE PENSAMENTO JÁ LONGA

O Processualismo, a que também se aplica a designação "Nova Arqueologia", é uma corrente de pensamento que emerge, fundamentalmente no vitorioso mundo anglófono, após o fim da II Grande Guerra, com a proliferação de novas ideias e novas práticas na comunidade científica ocidental, em considerável sintonia nas duas margens do Atlântico Norte.
Preconiza uma emancipação da Arqueologia em relação à História, privilegiando a aproximação às ciências naturais, a aplicação sistemática do método científico na produção de conhecimento, segundo uma matriz neo-positivista, pretendendo o abandono da intuição e da autoridade dos dogmas, na prática arqueológica substituídas pela linguagem universal, e demonstrável, da quantificação.
O ano de 1968, o ano *Bin-Clarke*, marca oficialmente o início da Arqueologia Processual, com a publicação de *New Perspetives in Archaeology,* por Sally e Lewis Binford, nos Estados Unidos da América e *Analytical Archaeology*, por David Clarke, em Inglaterra.
A geografia dos autores é, como sempre, um elemento marcante na constituição das suas obras. Num corte profundo, com a longa tradição da Arqueologia continental – eminentemente francesa – dominada por uma tradição humanista e descritiva, essencialmente tipológica e cronológica, os vencedores da Segunda Guerra Mundial, que escrevem na língua que de forma galopante se tornará a língua da Ciência, apresentam, neste final de década, as linhas pelas quais o estudo do Passado se deve guiar.
O novo discurso rompe com o quadro conceptual anterior, sendo tenaz na crítica à Arqueologia Histórico-Cultural e à História, grotescamente retratadas no prefácio de Clarke e nas *New Perspectives* do casal Binford.
Estes processualistas consideram que a Arqueologia não tem existência efectiva no quadro das Ciências, os seus métodos são escassos e demasiado subjetivos, próprios de curiosos e colecionistas de factos, ou de objectos, incapazes de produzir explanações significativas de fenómenos sociais, que são o objectivo último da Arqueologia. Atingir este propósito exige uma revolução epistemológica, enquadrada pelas mais recentes técnicas, e métodos, que a Ciência, de então, pode oferecer.
Do discurso processualista, aqui telegraficamente apresentado, destacam-se a adesão à Teoria dos Sistemas, a partir da qual serão descritos os sistemas culturais, o papel da etnoarqueologia, enquanto único laboratório de teste de hipóteses sociais, em Arqueologia; o neo-evolucionismo, enquanto mecanismo que enquadra à dinâmica dos sistemas; a busca de modelos preditivos do comportamento humano, associados a causas de mudança que dependem fundamentalmente de alterações ambientais, como aspectos essenciais deste novo paradigma (Diniz, 1996/97).

3. METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para detectar a introdução do Processualismo, em Portugal, no intervalo de tempo definido e em função de parâmetros de imediata objectividade, foi criado um modelo para análise da bibliografia selecionada, baseado na presença/ausência de conceitos-chave que permitisse depois a construção de uma análise bibliométrica dos artigos analisados.

3.1. Conceitos-chave

Considerou-se que a adesão e a integração na corrente processual da, ou parte da, Arqueologia portuguesa devia materializar-se, aquando da produção de textos científicos, no uso, pelos diferentes autores, de terminologia, conceitos, métodos e procedimentos difundidos pela Nova Arqueologia.
Assim, foi considerada uma lista-tipo de elementos (Tabela 1), cuja presença num artigo específico denunciava, senão a adesão plena, o contacto, seguramente bibliográfico, com a Arqueologia processual (Figura 1).

3.2. Cronologia

Foi aqui analisado um intervalo de tempo de 32 anos, compreendido entre o ano de 1968, data da publicação das obras de referência de D. Clarke e L.

e S. Binford, e por isso momento a partir do qual é, teoricamente possível, encontrar os primeiros reflexos desta nova corrente de pensamento na comunidade arqueológica portuguesa, e o ano de 2000, o que permitiria avaliar o trajecto, num período longo, desta corrente de pensamento.

3.3 Fontes

Foram escolhidas como fontes para a realização deste trabalho, duas publicações periódicas: *O Arqueólogo Português*, revista do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, e os *Trabalhos de Antropologia e Etnologia,* revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, atendendo a que:

1. *O Arqueólogo Português* e os *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* são ambas revistas de grande longevidade, que se publicaram de forma contínua, cobrindo o intervalo de tempo que aqui se pretende analisar;
2. são ambas publicações periódicas de largo espectro, cronológico e temático, constituindo assim campos privilegiados de observação da comunidade arqueológica nacional;
3. são editadas nas duas maiores cidades portuguesas, a primeira em Lisboa, a segunda no Porto, podendo por isso reflectir diferentes posturas epistemológicas, mais ou menos regionalizadas, no interior da comunidade arqueológica nacional.

Em função do exposto, consideram-se estas publicações periódicas representativas da produção científica nacional, para o período em análise.

3.4. Recolha e tratamento de dados

A análise destas publicações foi realizada ano a ano, com a aplicação, a cada um dos artigos publicados, do modelo de inquérito apresentado.

A amostra trabalhada é composta por 279 artigos, publicados n'*O Arqueólogo Português*, e por 383 artigos, publicados nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia.* N'*O Arqueólogo Português*, existência de hiatos, entre 1972 e 1974, entre 1977 e 1983, e em 1986, correspondem a períodos de remodelação do Museu Nacional de Arqueologia, pelo que nesses anos não foi editada qualquer publicação. No caso dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* esta revista não foi publicada nos anos de 1970, 1972, 1974, 1976 e 1979.

Os resultados obtidos na consulta destes periódicos foram depois tratados quantitativamente e expressos através de tabelas e gráficos, que permitam detectar a evolução dos elementos processuais, ao longo do intervalo de tempo estudado, nas duas publicações analisadas.

Os resultados obtidos foram ainda objecto de uma análise qualitativa, ainda que preliminar, que procura enquadrar os resultados num contexto historiográfico mais alargado, em função da história recente da Arqueologia, em Portugal.

3.5 Apresentação de resultados

Apresentam-se abaixo (Gráficos 1-4 e Tabelas 2-3), os resultados obtidos a partir da análise bibliográfica e que expressam, no discurso arqueológico português, a cronologia de entrada em cena, (Gráfico 1 e 3), o peso desta corrente (Tabela 2-3), mas também a natureza específica (Gráficos 2 e 4), dos elementos próprios do paradigma processual.

Os gráficos obtidos para ambas as publicações são muito semelhantes relativamente ao panorama epistemológico que traduzem. Apesar da irregularidade óbvia, detectada em ambos os casos de estudo, na adesão à Nova Arqueologia, que justifica nos Gráficos 1 e 3, a linha sereada que estes apresentam, é apenas na década de 80 que, de forma continuada, os diferentes elementos da corrente processual parecem já interiorizados pela comunidade arqueológica nacional, tópico adiante discutido.

Ainda no âmbito da apresentação de resultados, deve mencionar-se o facto de que, em ambas as publicações, e ao longo das mais de três décadas em estudo, as questões metodológicas são absolutamente dominantes no discurso (Gráficos 2 e 4), sendo pouco visível o debate em torno das componentes "teóricas" do Processualismo, em particular n'*O Arqueólogo Português*, dado que, quantitativamente, traduz a orientação *teorizante* da "Escola de Arqueologia, do Porto", nas últimas décadas do século XX (Gráficos 5 e 6).

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Desta primeira abordagem bibliométrica, devem destacar-se alguns aspectos que abaixo se discutem com maior detalhe, e que se consideram decisivos para a caracterização da entrada em Portugal dos paradigmas da *New Archaeology*:

– após uma primeira menção, entre 1968 e 1970, em ambos os periódicos, à Arqueologia Processual – o que demonstra a extrema atenção por parte dos arqueólogos portugueses, às novas

propostas que circulam no meio internacional – o tópico é menos abordado, e só nos anos 80, se torna efectivamente visível a integração dos novos paradigmas na prática arqueológica;
– em ambos os periódicos, são os tópicos de natureza metodológica que definem, quase integralmente, a adesão à Arqueologia processual, denunciando a menor vocação teórica da comunidade arqueológica nacional e, em contraste, uma efectiva abertura, da mesma, à introdução de novos métodos e técnicas de recolha e tratamento de "dados", privilegiando nesta escolha sempre o *objectivo*, face ao debate teórico, tradicionalmente considerado *subjectivo* e *menos útil*, na prática arqueológica;
– o maior peso nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia,* de artigos de natureza eminentemente teórica, reflecte, como atrás referido, a orientação da "Escola de Arqueologia do Porto", particularmente atenta às temáticas epistemológicas;
– os Gráficos 5 e 6, apresentam um quadro de adesão à Arqueologia processual por parte dos arqueólogos que se debruçam sobre os diferentes períodos tratados pela Arqueologia portuguesa que, reconhece-se, não corresponde às expectativas iniciais acerca deste tópico concreto. Por regra, a percentagem de artigos que podem ser filiados nesta corrente de pensamento é sempre baixa, ou muito baixa, o que confirma essa natureza quase *a-teórica* de parte substantiva da produção bibliográfica portuguesa.

Por outro lado, e de acordo com o panorama internacional, são, regra geral, os pré-historiadores os primeiros a construir/aderir a novos paradigmas de produção de Ciência. A ausência de documentação escrita, que constituiria um espartilho interpretativo, e a menor abundância de informação dariam, aos que estudam Pré-história, uma maior liberdade de opção entre teorias, que justifica esta disponibilidade epistemológica.

Estes gráficos, no entanto, não confirmam esta possibilidade. Se no caso dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (Gráfico 6), existe um equilíbrio nítido na utilização de conceitos e metodologias processuais, independentemente do período arqueológico em estudo: o Neolítico, em primeiro lugar, com 27% dos artigos publicados sobre o tema enquadráveis no campo da Arqueologia Processual, e o Período Islâmico, em segundo, com 17% dos artigos a denunciar essa filiação, são disso reflexo.

No caso d'*O Arqueólogo Português* (Gráfico 5), o quadro parece de mais complexa interpretação. Na revista de Lisboa, a mensagem processual parece vinculada de forma nítida a dois temas: o período Romano e o período Contemporâneo, com 21% dos artigos construídos em função deste um quadro, num contraste evidente, com a escassa presença dos pressupostos processuais nos artigos relativos a outras temáticas.

A justificação destes valores, que será desenvolvida em ocasiões futuras, pode estar associada, em particular no caso da Arqueologia contemporânea, com a tardia emergência deste campo de estudo e com uma maior necessidade destes arqueólogos, que se dedicam a uma área de trabalho não tradicional, em explicitar o quadro teórico-metodológico em que se movimentam;

– numa leitura global dos dados, a introdução da Arqueologia processual parece, depois de uma fase precoce de citação, instalar-se de forma decisiva a partir dos anos 80, num momento em que a Arqueologia portuguesa parece, também numa perspectiva política, *perder a sua inocência*. Refira-se, no entanto, que a presença de elementos processuais no discurso é, para além de inconstante, quase sempre muito escassa e que parte substantiva da produção científica pode ser classificada como a-teórica (designação que será objecto de análise futura), na medida em que se concretiza em textos essencialmente pragmáticos, e onde o essencial do discurso se esgota na descrição dos elementos da cultura material.

A flutuação dos elementos processuais, no discurso, é um claro reflexo da liberdade de acção e de pensamento existente nas pouco coercivas áreas das Ciências Sociais e Humanas, onde a ausência de Escolas e de Ordens permite ao indivíduo agir e/ou reflectir a partir de distintos paradigmas epistemológicos que podem conviver, no tempo e no espaço, no interior de uma mesma comunidade.

5. A ARQUEOLOGIA PROCESSUAL, EM PORTUGAL: NUMA LEITURA INTERPRETATIVA

5.1. A influência dos antecedentes

Depois de uma emergência auspiciosa, classificada por alguns como uma Idade de Ouro, à qual se seguiria, uma Idade das Trevas (Lemos,1987, p.6), em parte vivida durante o regime ditatorial, a Arqueologia portuguesa tem, no ano de 1958, um momento

de afirmação e procurada modernização que subjaz aos propósitos do 1.º Congresso Nacional de Arqueologia, realizado no âmbito das comemorações do nascimento de Leite de Vasconcelos. Os objetivos deste encontro encontravam-se bem definidos: a busca de novos métodos para a Arqueologia Nacional, que aparentava estagnar e o desenvolvimento de contactos internacionais que animariam, através da partilha de novas perspetivas, a comunidade portuguesa (Martins,2015a, p.201).

Apesar de uma atenção constante ao panorama arqueológico internacional – com claro destaque para a Arqueologia francesa e alemã, mas com conhecimento efectivo também da Arqueologia britânica – a comunidade arqueológica portuguesa está, apesar da acção, ainda nas década de 40/50, do Casal Leisner, no campo do Megalitismo, da visita, e da tradução, das obras de Gordon Childe, para citar apenas algumas das mais conhecidas, isolada, desconectada politica, mas também cientificamente do seu tempo, como dirá, em 1968, E. Savory, na Introdução à obra "Espanha e Portugal" (Diniz, 2006/2007).

Algumas figuras isoladas introduzem notas de evidente modernismo – é o caso de Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991), cuja formação inglesa lhe permitira apreender os mais recentes desenvolvimentos metodológicos, mas no essencial, a disciplina permanecerá na transição para a segunda metade do século XX, imersa no mais profundo dos empirismos, conectado com a descrição sumária de trabalhos arqueológicos e de fósseis-directores (Jorge,1995,p.247; Martins,2015b,p.181), sem que, no entanto se construa uma verdadeira escola histórico-culturalista (Jorge, 2004, p.9).

5.2. A nova geração e a busca da Modernidade

A década de 60, caracteriza-se, no âmbito da Arqueologia, como em outras esferas da vida portuguesa, por uma renovação – nem sempre conseguida – onde se destacam figuras como a de Eduardo da Cunha Serrão ou a de D. Fernando de Almeida (Lemos, 1991), que com grande autonomia institucional (ECS), ou a partir do centro de poder que era então a Faculdade de Letras de Lisboa (FA), acompanham de perto uma nova geração de arqueólogos que, procurando activamente revoluções epistemológicas, e outras, virá a ser responsável pela introdução, em Portugal, da Arqueologia processual.

E é apenas um ano após a data de publicação das obras de Sally e Lewis Binford e David Clarke, em 1968, *New Perspetives in Archaeology* e *Analytical Archaeology,* respetivamente, que a mensagem processual chega a Portugal. Nas I Jornadas Arqueológicas, da Associação dos Arqueológos Portugueses, numa abordagem pioneira, Vítor Oliveira Jorge, no artigo *A Arqueologia no contexto da actual metodologia científica: uma perspectiva*, enuncia os cânones processualistas, apresentados na obra de David Clarke.

Ao mesmo tempo, identifica-se, uma ténue introdução de elementos do discurso processual, nos trabalhos arqueológicos portugueses (Gráfico 1. & Gráfico 3.), o que reflecte a atenção de alguns autores à nova produção científica, em língua inglesa, que é numa comunidade científica ainda francamente francófona, pouco conhecida de muitos (Martins,2015c, p.95).

À renovação científica da década de 70 – que depois acompanha a Revolução e a mudança de regime político – estão inevitavelmente associados o Grupo de Estudos do Paleolítico Português (GEPP), orientado por Cunha Serrão e Fernando de Almeida, constituído por um grupo de alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, do curso de História, que terá depois nas campanhas de salvamento das gravuras rupestres de Vila Velha de Rodão, patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian, um dos seus momentos de apogeu.

A acção deste grupo, e de muitos dos, então, jovens arqueólogos que o integra, é paradigmática. A inovação e o rigor metodológico, a atenção a outros elementos que compõe o registo arqueológico para além de uma, por vezes, intuitiva, classificação tipológica dos materiais são alguns dos traços que definem esta *nova arqueologia portuguesa*, e que depois da Revolução de 1974, vai ganhando crescente peso no discurso.

5.3. A ascensão da Arqueologia Processual, em Portugal: a década de 80

Após os anos de intensa mudança, que caracterizam a vida portuguesa depois de Abril de 74, a década de 80 representa, para uns, um momento de acalmia e estabilização de alguns elementos da vida democrática, para outros, o fim do sonho revolucionário.

Esta normalização dos quotidianos permitirá, no campo da Arqueologia, uma renovação dos corpos docentes das Universidades e a criação das *Variantes em Arqueologia*, nas licenciaturas em História (Lemos,1987, p.7), onde, e apesar de uma matriz que

assenta nos axiomas históricos de Espaço-Tempo, é evidente o peso do paradigma processual nos conteúdos transmitidos.

Ainda assim, e apesar do contexto em mudança, a observação dos Gráficos 1 e 3, aponta para uma escassa presença da Arqueologia processual na bibliografia produzida, ao longo da década de 70, e o ainda mais escasso peso do debate teórico, nestes artigos, como é visível nos Gráficos 2 e 4. Estes números podem traduzir o estado, ainda embrionário, das jovens gerações de novos arqueólogos portugueses, bem como a dificuldade, dos mesmos, em aceder a um meio restrito como é o da publicação (Jorge, 1985).

De facto, na década de 80, o quadro é já outro, como sintetiza Oliveira Jorge: "A grande contribuição teórica dos arqueólogos da minha geração foi plasmada nas suas teses de doutoramento, apresentadas nos anos 80" (Jorge,2006, p.9).

Estas teses apresentadas, nas Universidades do Porto e do Minho, de Coimbra e de Lisboa, ao longo da década de 80 reflectem a interiorização clara dos pressupostos processuais, como se detecta na definição de problemas a partir de uma unidade ambiental, considera decisiva na formulação da Cultura, na quantificação dos universos e das amostras em estudo, na procura de modelos que explanem os processos, sem, no entanto, esquecer nunca a mais enraizada prática da arqueologia portuguesa, materializada na descrição detalhada dos elementos da cultura material e na discussão de tipologias dos artefactos.

Esta é a posição eclética que caracteriza diferentes gerações de arqueólogos portugueses que, mais que aderir à corrente processual, procuravam modernizar a Arqueologia nacional, introduzindo metodologias de campo e laboratório de maior rigor científico (Jorge,2006, p.4).

Porque o cenário global não é, nunca, particularmente favorável ao debate, ou às explicitações, téoricas, a partir dos finais da década de 80, a utilização explícita de um jargão processual parece mesmo em declínio.

A pouca atenção concedida às questões teóricas, em algum ensino da Arqueologia (Jorge,1992), pode explicar a menor tendência, apresentada pela comunidade arqueológica portuguesa, para essas matérias que seria assim o resultado de um escasso conhecimento das mesmas.

Ao mesmo tempo, e numa nota de claro pessimismo, Oliveira Jorge justifica o escasso peso do debate teórico para uma geração de renovadores que "(…) deixaram-se envolver de tal modo em questões administrativo-legais de consolidação social da Arqueologia ou em projetos particulares e profissionais, que perderam de vista por completo a feitura de um extenso programa (de que eram intelectualmente capazes e que, pelo menos alguns, ambicionaram concretizar) de renovação teórica da disciplina." (Jorge, 2006, p.9).

Na década de 90, a Nova Arqueologia já não é efectivamente nova, de uma posição eminentemente revolucionária que a caracteriza nos anos 60, estará no plano internacional, debaixo dos fogos da pós-modernidade, e em Portugal, instalada como parte decisiva do *status quo*. Como quadro mental inerente à prática arqueológica dispensará, na bibliografia produzida, menções sucessivas, o que explica o quase desaparecimento dos pressupostos processuais, a partir desta década, visível nos gráficos 2 e 4.

5.4. O método: as novas instituições da democracia

No quadro da implantação da Arqueologia Processual, em Portugal, como foi atrás referido, as questões metodológicas assumem um lugar de destaque numa comunidade, como a portuguesa, mais vocacionada para o *método* do que para a *teoria*.

O desenvolvimento de uma sólida metodologia de acção, um dos apanágios da Arqueologia processual, que levará mais tarde os pós-modernos a reconhecer que as arqueologias interpretativas poucas ferramentas fornecem aos "(…)labs or dirt archaeologist (…)(" (Hodder, 1992), torna esta corrente muito adequada para aqueles que procuram modernizar as práticas arqueológicas, em Portugal.

Com o IPPC, criado nos inícios da década de 80, a generalização do princípio de uma investigação arqueológica associada a um projecto de investigação, a criação dos Serviços Regionais de Arqueologia que devia possuir técnicos competentes capazes de acompanhar e vigiar a atividade arqueológica (Bugalhão, 2011, pp.22-23, Lemos,1989, p.96), a crescente presença de arqueólogos em autarquias que deviam possuir um profundo conhecimento das práticas e, consequentemente, dos métodos arqueológicos (Raposo, 1992, p.41; Silva, 2014, p.78-79), são algumas das circunstâncias que justificam a difusão de algumas das metodologias associadas à Arqueologia Processual.

No entanto, será apenas depois da criação em 1997, do Instituto Português de Arqueologia que se cum-

pre, numa perspectiva metodológica, o programa da Nova Arqueologia. A constituição, em 1999, do CIPA – Centro de Investigação em Paleoecologia Humana, destina-se a dotar a comunidade arqueológica nacional com um Centro de Investigação, onde se reúnem as diferentes ciências necessárias ao estudo do Sistema Cultural, como o desenhou Clarke, em 1968. A fauna, a flora, a geologia – porque a questão cronológica estava já assegurada pelo, então, ICEN – são algumas das áreas contempladas neste novo laboratório.

Desde a década de 80, as sucessivas transformações que alteram administrativamente a tutela e o funcionamento da Arqueologia, em Portugal, o aparecimento, em finais dos anos 90, da Arqueologia empresarial, o significativo crescimento da comunidade arqueológica (Bugalhão, 2011), onde se torna minoritária a Arqueologia de projecto face à dominante Arqueologia de contrato, acontecem na esfera epistemológica da Arqueologia Processual, cujos contornos neo-positivistas são absolutamente adequados às características intrínsecas da Arqueologia portuguesa.

6. CONCLUSÃO

A presente análise, início de um projecto de investigação que se espera desenvolver num futuro próximo, em torno da História recente da Arqueologia em Portugal, e do papel que a *Teoria e o Método* desempenham nesse percurso permitiu, a partir de uma análise bibliométrica de duas revistas fundamentais, no panorama arqueológico nacional – *O Arqueólogo Português* e os *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* - confirmar alguns dos pressupostos de partida, mas também detectar aspectos menos esperados na adesão à Arqueologia processual.

Foi identificada a cronologia e os ritmos de adesão à *New Archaeology,* que após uma precoce menção nos finais da década de 60, só se instala definitivamente no terreno, já na década de 80.

Apesar dos movimentos amplos de renovação social, política, e também científica, que se sentem em Portugal, desde os finais da década de 60, a adesão ao paradigma processual é pouco visível na produção científica, permanecendo uma percentagem muito significativas dos artigos num limbo *a-teórico*, dominado pela sumária descrição de sítios e artefactos. Ainda assim, entre os que aderem e adoptam procedimentos processuais são as questões metodológicas que possuem maior destaque. O debate teórico, sempre muito marginal, é encabeçado pela Escola de Arqueologia do Porto que tem nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* um veículo fundamental de apresentação de resultados, e em V. Oliveira Jorge um dos seus principais cultores.

Ao contrário do previsto, a adesão à mensagem processual não é, em Portugal, particularmente significativa no sub-grupo dos Pré-historiadores, como é norma em outras comunidades arqueológicas ocidentais. A aparente aleatoriedade desta adesão traduz a efectiva – liberdade ou indisciplina? – que é apanágio das Ciências Sociais e Humanas, onde cada investigador pode, em consciência ou por ignorância, escolher um paradigma epistemológico de acção e reflexão.

E se hoje, as questões teóricas não ocupam um lugar decisivo nos debates que atravessam a Arqueologia portuguesa, os paradigmas processuais, ainda que actualizados e em parte já contaminados por alguma pós-modernidade, dominam a prática arqueológica nacional, porque muito adequados a uma comunidade que é, antes demais e para além de tudo, intrinsecamente positivista.

BIBLIOGRAFIA

BINFORD, Sally; BINFORD, Lewis (Eds.), (1968) – *New perspectives in archaeology*. Chicago: Aldine Publishing Company.

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – Os desafios da Arqueologia portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia e história*, 60-61, Dossier "Materiais para um Livro Branco da Arqueologia Portuguesa", Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 19-43.

CARDOSO, João Luís (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa. *Al-madan*, Série II, nº8, 1999, pp. 148-157.

CLARKE, David (1968) – *Analytical Archaeology*. Londres: Methuen.

DINIZ, Mariana (2003) – A Arqueologia Pós-processual ou o Passado Pós-moderno. *Ophyussa*. Lisboa. 0, pp. 9.

DINIZ, Mariana (2006/2007) – O Neolítico antigo em Portugal. Contributos para uma historiografia do tema. *Arqueologia e História*. Lisboa. 58/59, pp. 17-34.

FABIÃO, Carlos (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal I. *Al-madan*, Série II, nº8, 1999, pp. 104-127.

HODDER, Ian (1992) – Theory and Practice in Archaeology. Londres, Routledge, p. XI.

JORGE, Vítor Oliveira (1985) – Por um novo paradigma… *Arqueologia*, nº11, Junho de 1985, pp. 1-5.

JORGE, Vítor Oliveira; Marques, Teresa (1992) – A Arqueologia nas Universidades. *Al-madan*, II série, nº1, Dezembro de 1992, pp. 36-38.

JORGE, Vítor Oliveira; JORGE, Susana Oliveira (1995) – Theoretical Underpinnings of Portuguese Archaeology in the Twentieth Century. In Ucko, ed. *Theory in Archaeology: a world perspective*. Routledge. London.

JORGE, Vítor Oliveira (2004) – Por uma Arqueologia inteligente. *ERA*, nº6, Maio de 2004, pp. 8-12.

JORGE, Vítor Oliveira (2006) – Quatro décadas depois. Alguns percursos, encruzilhadas, perspetivas e contributos no âmbito da arqueologia portuguesa – breve exercício de auto-reflexão retrospetiva. In *Arkeos*, nº16, 2006, pp. 181-219.

KLEJN, L. (1980) – Panorama de l'archéologie théorique in A. Schnapp (sous la direction de), *L'archéologie aujourd'hui*. Paris, Hachette-Litterature, pp. 263-304.

LEMOS, Francisco Sande (1987) – As três idades da arqueologia portuguesa. *Fórum*, nº2 Outubro 1987, pp. 5-13.

LEMOS, Francisco Sande (1989) – Arqueologia Portuguesa: Aspetos Históricos e Institucionais. *Fórum*, nº5 Maio de 1989, pp. 91-111.

MARTINS, Ana Cristina (2015a)– "O 1.º Congresso Nacional de Arqueologia (1958): entre a internacionalização da ciência e o internacionalismo científico". In *Internacionalização da Ciência. Internacionalismo Científico*. Salgueiro, Â. et alii (eds.), Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 193-206.

MARTINS, Ana Cristina (2015b) – 'Mission': modernize! Portuguese archaeology in the 1960's (a preamble). In *History of Archaeology: International Perspectives*. Proceddings of the XVII UISPP World Congress (1-7 September 2014, Burgos, Spain). Archaeopress, Oxford, pp. 179-185.

MARTINS, Ana Cristina (2015c) – The 'Tagus Generation' in Portuguese Archaeology: transition, innovation or 'revolution'? (a first analysis). Mission': modernize! Portuguese archaeology in the 1960's (a preamble). In *History of Archaeology: International Perspectives*. Proceddings of the XVII UISPP World Congress (1-7 September 2014, Burgos, Spain). Archaeopress, Oxford, pp. 91-98.

RAPOSO, Luís (1992) – A arqueologia fora das universidades. *Al-madan*, II série, nº1, Dezembro de 1992, pp. 38-43.

TRIGGER, Bruce (1996) – *A History of Archaeology Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.

	Revista:	Ano: Vol.:	Autores	Artigo
Elementos Processuais		Presente	Ausente	Observações
Teóricos	Definição de Cultura – mecanismos de adaptação ao meio ambiente			
	Teoria dos Sistemas / Sistema cultural			
	Variáveis causais fundamentais – ambiente, demografia			
	Categorias de classificação artefactual – tecnómicos, socitécnicos, ideotécnicos			
	Funcionalismo			
Metodológicos	Quantificação de dados / uso de estatística			
	Multidisciplinaridade – ciências exactas / ciências da natureza			
	Outras referências			

Tabela 1 – Lista-tipo de elementos processuais.

Ano	Número total de artigos	Número de artigos com elementos processuais
1970	15	2
1971	16	1
1974-1977	23	2
1983	20	6
1984	3	3
1985	6	4
1987	18	5
1988-1989	13	5
1990-1992	17	8
1993-1994	19	4
1995-1997	19	18
1998	10	6
1999	40	19
2000	7	4
Total (face à soma de artigos)	219	87

Tabela 2 – Número de artigos com elementos processuais n'*O Arqueólogo Português*.

Ano	Número total de artigos	Número de artigos com elementos processuais
1969	7	2
1973	14	1
1978	5	1
1980	9	1
1981	9	1
1982	6	1
1983	7	1
1985	15	5
1986	8	6
1987	12	6
1988	34	13
1989	9	1
1991	5	1
1992	7	1
1993	47	26
1994	51	31
1995	102	51
1996	4	3
1997	4	1
1999	2	1
2000	6	2
Total (face à soma de artigos)	363	156

Tabela 3 – Número de artigos com elementos processuais nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*.

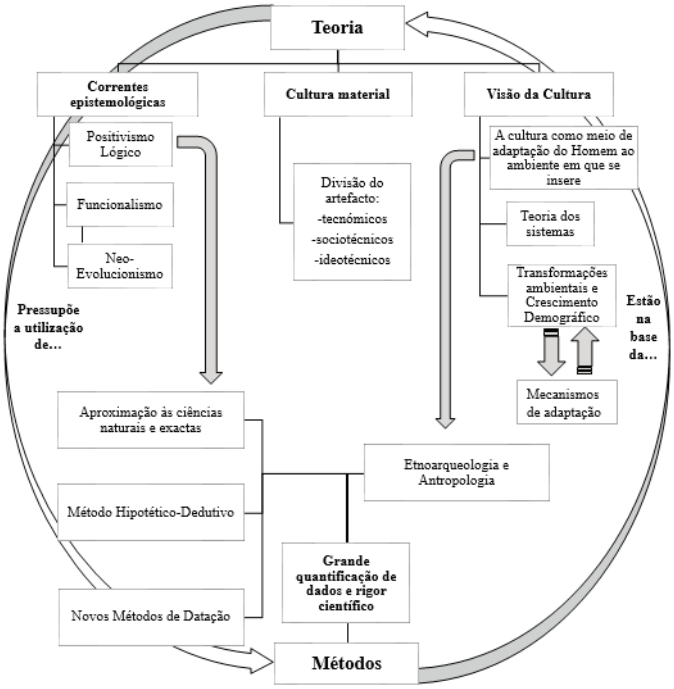


Figura 1 – Diagrama das principais conexões dos elementos processuais, da lista-tipo.



Gráfico 1 – Evolução da percentagem de artigos que possuem elementos processuais, por ano, n'*O Arqueólogo Português*, de 1968 a 2000.

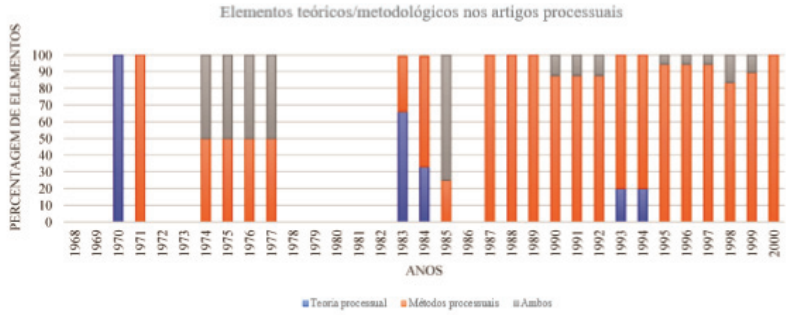


Gráfico 2 – Percentagem, e natureza, dos elementos processuais encontrados nos artigos d'*O Arqueólogo Português*, de 1968 a 2000.

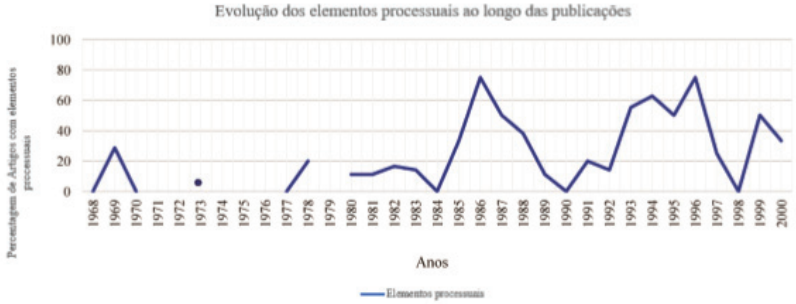


Gráfico 3 – Evolução da percentagem de artigos que possuem elementos processuais, por ano, nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, de 1968 a 2000.

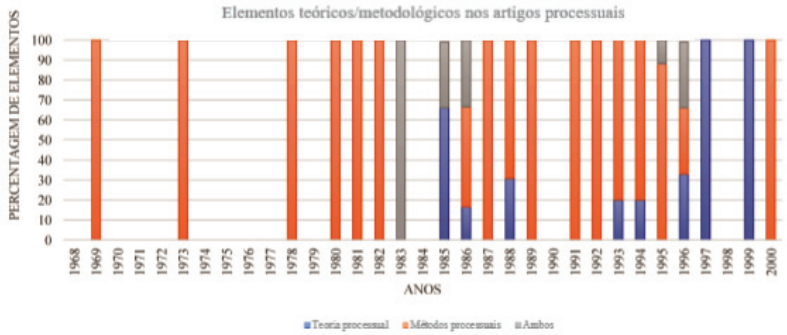


Gráfico 4 – Percentagem, e natureza, dos elementos processuais encontrados nos artigos dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, de 1968 a 2000.

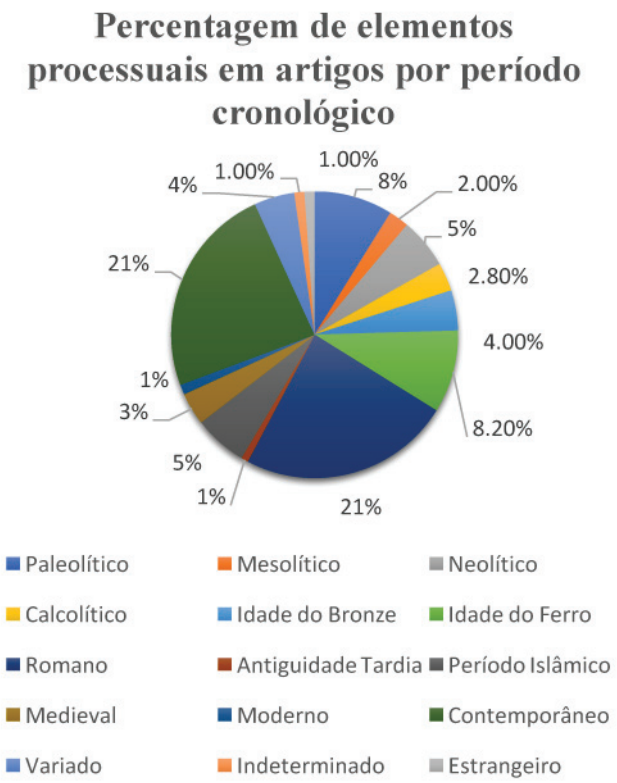


Gráfico 5 – Percentagem de elementos processuais, por período cronológico, n'*O Arqueólogo Português*.

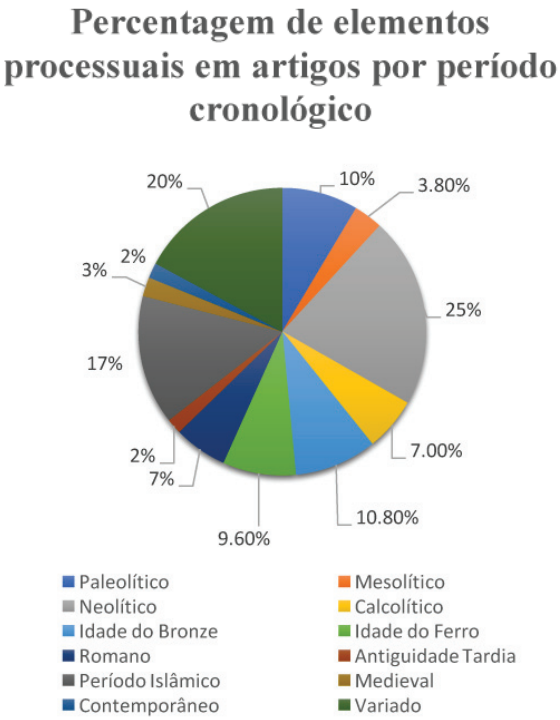


Gráfico 6 – Percentagem de elementos processuais, por período cronológico, *nos Trabalhos de Antropologia e Etnologia*.

FRANCISCO ANTÓNIO RODRIGUES DE GUSMÃO: A ARQUEOLOGIA, A EPIGRAFIA E O PATRIMÓNIO

Pedro Marques[1]

RESUMO

No decorrer do século XIX, vários indivíduos formados em Medicina dedicaram-se, com maior ou menor relevo, à Arqueologia, à Epigrafia e à defesa do património. Neste trabalho propomo-nos abordar o contributo de Francisco António Rodrigues de Gusmão.

Estudante em Coimbra, estudou vários monumentos desta cidade. Décadas depois pertenceu à equipa do Instituto de Coimbra que respondeu ao questionário da Comissão dos Monumentos Nacionais. Médico em Portalegre, visitou o monumento de Santa Maria da Flor da Rosa, estudou as ruínas de São Salvador de Aramenha e analisou monumentos em Portalegre. Nos seus estudos atribuiu alguma importância aos monumentos epigráficos, enquanto fontes históricas. Defendeu a preservação do património, criticando os destruidores do passado e amaldiçoando os possíveis demolidores do futuro.

Palavras-chave: Rodrigues de Gusmão, Coimbra, São Salvador de Aramenha, Portalegre.

ABSTRACT

During the nineteenth century, several doctors dedicated themselves to Archeology, Epigraphy and the defense of patrimony. In this work we propose to study Francisco António Rodrigues de Gusmão.

While student in Coimbra, he studied monuments of this city. Later he belonged to the team of the Institute of Coimbra that answered the questionnaire of the Commission of National Monuments. Doctor in Portalegre, he visited the monument of Santa Maria da Flor da Rosa, studied the ruins of São Salvador de Aramenha and analyzed monuments in Portalegre. In his studies he attributed some importance to epigraphic monuments as historical sources. He defended the preservation of the patrimony, criticizing the destroyers of the past and cursing the possible breakers of the future.

Keywords: Rodrigues de Gusmão, Coimbra, São Salvador de Aramenha, Portalegre.

1. COIMBRA

Francisco António Rodrigues de Gusmão (06/01/1815-22/02/1888) matriculou-se na Faculdade de Filosofia e Matemática da Universidade de Coimbra no dia 14/10/1835, formando-se em Medicina e Cirurgia nesta Universidade em 30/07/1844 (Silva, 2009, p. 93).

No período de tempo em que esteve nesta cidade a estudar, interessou-se também pela sua história e monumentos, iniciando as publicações na *Revista Universal Lisbonense*, nos anos de 1841-1842. Nas descrições que efectuou de Coimbra, de feição romântica, verifica-se a exaltação de monumentos e de acontecimentos, como testemunhos de um passado glorioso (Gusmão, 1841-1842, pp. 318-319, 358, 395, 464-466, 476-477, 543-544, 554-555; Gusmão, 1842-1843, pp. 31-32; Saraiva & Lopes, 1996[17], pp. 653-673).

1.1. A torre Quinária

O primeiro artigo versou sobre as ruínas do castelo da cidade, "outr'ora vasto e forte", mas que uma "abominavel seita" de demolidores, e seus "patriarchas", entre os quais se contava o Marquês de Pombal, tinha destruído. Assim, exaltou o castelo

1. UNIARQ – Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; pmcmarques@hotmail.com

O autor não segue o acordo ortográfico.

no processo de construção da pátria, quer na defesa "contra os inimigos da Cruz", os mouros, quer na defesa "[contra os inimigos] da Corôa Portugueza", os castelhanos. Defendeu a importância de preservar o que restava deste património, baseando-se no argumento de constituir uma "testemunha das nobres proezas de nossos maiores". De modo a garantir a sua conservação, terminou inclusive com um esconjuro aos futuros destruidores: "O pó dos seculos, em que jazeis involtos, cegue os olhos incuriosos dos que ousarem desbaptisar-vos do sólo [...]" (Gusmão, 1841-1842, pp. 318-319).

Quanto às fontes utilizadas no seu estudo, o autor citou bastante bibliografia, o que é revelador de grande erudição. No entanto, mais do que apenas citar, verifica-se alguma análise crítica, tendo o cuidado de indicar as várias teses e de formular a sua própria perspectiva, que sustentou em acontecimentos históricos e em monumentos epigráficos (Gusmão, 1841-1842, pp. 318-319). De facto, neste primeiro trabalho, observa-se a utilização da epigrafia como fonte histórica, consideração que se repetiu noutros estudos.

Uma questão que Rodrigues de Gusmão abordou, residiu na autoria da fundação do castelo. Alguns autores consideravam a construção da torre Quinária ou de Hércules do castelo de Coimbra, "por ventura o nucleo da fortaleza", pelo deus greco-romano Hércules, que inclusivamente fora "Rei da Lusitania" (Gusmão, 1841-1842, p. 319). Esta tese era sustentada com base numa inscrição editada primeiramente por Bernardo de Brito Botelho, na *Historia breve de Coimbra*, de 1733, ao qual se seguiu o Padre Luiz Cardoso, no *Diccionario geografico*, de 1751 (Gusmão, 1841-1842, pp. 318-319, 358). Gusmão diplomaticamente retirou credibilidade a esta epígrafe, sendo actualmente considerada falsa (Gusmão, 1841-1842, p. 319; Barroca, 2000, vol. II-I, p. 533).

Rodrigues de Gusmão perfilhou a opinião que atribuía a construção da torre Quinária ou de Hércules ao rei D. Sancho I, baseando-se num monumento epigráfico medieval que tinha sido incrustado na torre no momento da edificação. Esta epígrafe foi retirada no dia 15 de Março de 1774, por ocasião do derrube da torre, e deu entrada no espólio d'O Instituto de Coimbra em Maio de 1873 (Gusmão, 1841-1842, p. 319; Barroca, 2000, vol. II-I, pp. 530-538, n.º 205).

A publicação do texto conheceu várias correcções desde a lição inicial na obra *Benedictina lusitana*, de 1644-1651, de Frei Leão de São Tomás. Acompanhamos Mário Barroca, que estranha Gusmão não seguir a leitura e interpretação mais recente e actualizada de João Pedro Ribeiro, do primeiro volume das *Dissertações chronológicas e criticas sobre a história e a jurisprudência ecclesiástica e civil de Portugal*, de 1810. Nesta obra, o autor resolveu os problemas cronológicos da inscrição, estabelecendo o ano de 1198 (Ribeiro, 1810, pp. 27-40). De facto, Gusmão referiu somente a primeira lição, de Frei Leão de São Tomás, patente na *Benedictina lusitana*, não indicando qualquer correcção de leitura, ainda que cite no mesmo local, e noutros lugares, autores como António Coelho Gasco, através de um manuscrito de 1666 editado em 1805 e intitulado *Conquista, antiguidade e nobreza da mui insigne e inclita cidade de Coimbra*, e Francisco Leitão Ferreira, com uma lição que rectificava algumas questões cronológicas, na obra *Catalogo chronológico-crítico dos bispos de Coimbra*, de 1724, por exemplo. A respeito do contributo de Leitão Ferreira, indicou inclusivamente as questões cronológicas que a nova leitura permitia esclarecer (Gusmão, 1841-1842, pp. 318-319; Barroca, 2000, vol. II-I, pp. 530-538, n.º 205).

Em relação ao texto epigráfico publicado por Rodrigues de Gusmão, Ribeiro leu *E* e não *AE* em *REGINE MAHALDE*, *NOBILISSIME*, *REGINE*, *HEC*, *REGINE DVLCIE*, *PRESIDENTE*, e *E* em vez de *IAM* em *PORTVGALE*. Este autor não efectuou reconstituições, mantendo o texto certamente como o terá lido, excepto nas indicações cronológicas. As lições sequentes basearam-se nesta leitura, ainda que com algumas diferenças, o que corrobora a qualidade do trabalho deste autor. Por outro lado, induz-nos a pensar que Rodrigues de Gusmão não terá lido presencialmente o monumento epigráfico, preferindo seguir a primeira edição do texto. No entanto, conheceria decerto outras lições mais recentes, uma vez que citou as obras nas quais estavam patentes (Ribeiro, 1810, pp. 27-40; Gusmão, 1841-1842, pp. 318-319; Barroca, 2000, vol. II-I, pp. 530-538, n.º 205).

1.2. As origens da cidade

No segundo artigo que publicou sobre Coimbra na *Revista Universal Lisbonense*, Rodrigues de Gusmão abordou as origens da própria cidade, indicando várias teses. Uma defendia uma fundação pelo deus greco-romano Hércules, tendo em conta a inscrição falsa suprarreferida. Outra atribuía o acto aos povos pré-romanos "Collimbrios, [...] Turdulos, Gallos, e Andaluzes". Uma terceira tese reputava

uma construção pelos povos indígenas Eborenses. A teoria mais consensual defendia uma deslocação de Conímbriga para Coimbra no período das invasões bárbaras, referindo o autor que nada se sabia ao certo antes dessa transferência (Gusmão, 1841-1842, pp. 358-359). Na década seguinte apresentou um novo parecer. A propósito da Sé Velha, escreveu que o edifício mais antigo da cidade, a saber o castelo, tinha sido fundado pelos romanos (Gusmão, 1857, p. 165). Uma fundação do castelo, e decerto por extensão de um núcleo populacional que deu origem à cidade, no período romano, não contrariava, no nosso entendimento, uma construção da torre Quinária pelo rei D. Sancho I, ideia que Gusmão perfilhara antes. No entanto, o autor situava neste último momento o início do edifício (Gusmão, 1841-1842, p. 319. *Vide supra*).

Gusmão não referiu qualquer fonte ou bibliografia no seu novo parecer, indicando apenas "segundo a opinião mais verosimil" (Gusmão, 1857, p. 165). A localização em Coimbra da cidade romana de *Aeminium* e a correcta explicação da transferência onomástica do topónimo Conimbriga só foi devidamente esclarecida com o trabalho de Borges de Figueiredo, no ano de 1884 (Figueiredo, 1884, pp 67-92; Guerra, 1998, pp. 263-264). Contudo, no final da década de 40, João da Cunha Neves e Carvalho defendeu *Aeminium* em Coimbra, pelo que "a opinião mais verosimil" pode corresponder a este estudo. Este autor baseou-se nos autores clássicos, nas "inscripções lapidares" romanas e nas fontes da Alta Idade Média. No que respeita às epígrafes, não mencionou nenhuma em particular ou a sua proveniência específica, mas somente "*Eminium*", ou seja, *Aeminium*, e referindo genericamente "graves autores que as virão e examinárão" (Carvalho, 1849, pp. 96-105).

Quando Gusmão editou o seu trabalho na *Revista Universal Lisbonense* já se conheciam seis inscrições romanas de Coimbra (Gusmão, 1841-1842, pp. 358-359). Uma, descoberta na muralha do castelo, havia sido editada pelos autores italianos Mariangelo Acúrsio e Luduvico Muratori (*CIL* II 380; Redentor, 2016, pp. 77-78, n.º 6). Quanto às outras cinco epígrafes, três foram encontradas nas ruínas do castelo. A quarta e o miliário foram descobertos nas ruínas da Couraça de Lisboa. Frei Manuel do Cenáculo registou as três primeiras. João Pedro Ribeiro publicou dois monumentos epigráficos no primeiro volume da obra *Dissertações chronológicas e criticas sobre a história e a jurisprudência ecclesiástica e civil de Portugal*, de 1810, que Gusmão não citara antes, como se indicou *supra* (Ribeiro, 1810, p. 348, n.ºs 100-101; *CIL* II 368, 374, 378, 394, 4639; Redentor, 2016, pp. 76-79, n.ºs 3, 5, 7, 10). Rodrigues de Gusmão não referiu estas inscrições nos seus trabalhos, mas a sua utilização, enquanto fontes históricas, permitiria atestar o que escreveu sobre o castelo ter sido fundado pelos romanos, uma vez que a sua proveniência localizava-se maioritariamente na área do castelo (Gusmão, 1841-1842, pp. 358-359; Gusmão, 1857, p. 165). Assinale-se ainda que noutros artigos citou Frei Manuel do Cenáculo (Gusmão, 1857, p. 260; Gusmão, 1858, p. 69).

A propósito da cidade romana de Conímbriga, Rodrigues de Gusmão indicou a existência de "inscripções notáveis", mas limitando-se a enunciar bibliografia. Mencionou as obras *Dialogos* de Frei Amador de Arrais, de 1589, *Miscellanea do sitio de N. Sª da Luz do Pedrogão Grande* de Miguel Leitão de Andrada, de 1629, e *Conquista, antiguidade e nobreza da mui insigne e inclita cidade de Coimbra* de António Coelho Gasco (Arrais², 1604; Andrada, 1629; Gasco, 1805; Gusmão, 1841-1842, p. 358).

Frei Amador de Arrais citou apenas uma epígrafe, a mesma e única que Coelho Gasco transcreveu, ainda que este último autor referisse a existência de outros "marmores antiquíssimos". Desconhecemos monumentos epigráficos autênticos de Conímbriga publicados por Leitão de Andrada (Arrais², 1604, p. 108; Andrada, 1629; Gasco, 1805, pp. 20-22; *CIL* II 391). Este *corpus* diminuto de somente bibliografia referente a uma única inscrição contrasta com as 25 epígrafes conhecidas no tempo de Gusmão, pelo que reiteramos a consideração anterior: de o então estudante de medicina não ter observado directamente estes monumentos, neste caso do sítio arqueológico de Conímbriga (*CIL* II 366-367, 369-373, 375-377, 379, 381-393).

1.3. Os monumentos da cidade

Nos restantes artigos que editou na *Revista Universal Lisbonense* sobre Coimbra, Rodrigues de Gusmão descreveu a cidade. Enalteceu vários monumentos e acontecimentos que ocorreram no seu interior, afirmando-se sempre muito crítico quanto à destruição ou deturpação do património, com uma postura patriótica e uma moral religiosa (Gusmão, 1841-1842, p. 395, 464-466, 476-477, 543-544, 554-555; Gusmão, 1842-1843, pp. 31-32).

Condenou o projecto de demolir o mosteiro de Santa Cruz, censurando os autores que não eram analfabetos ou incultos, mas "ufanos de pomposo titulo de sábios, e arvorados em apostolos *civilizadores* de Portuguezes embrutecidos". Este projecto acabou por não ser concretizado (Gusmão, 1841-1842, p. 466). De facto, é um monumento ímpar do património português, tendo recebido o estatuto de panteão nacional pela Lei nº 35/2003, de 22 de Agosto (VVAA, 2003, p. 5356).

A Sé Velha sofreu algumas alterações, derrubando-se algumas ameias para construir um campanário. Gusmão não se deteve nas críticas, amaldiçoando os destruidores, à semelhança do que efectuara antes no âmbito do castelo: "Maldição aos homens, que assim deixam conspurcar o mais venerando monumento de Coimbra" (Gusmão, 1841-1842, p. 476).

Defendeu ainda a protecção do túmulo de D. Sisnando, que se situava ao lado da Sé Velha (Gusmão, 1841-1842, pp. 543-544).

Ao descrever os monumentos, apresentou igualmente algumas inscrições, mas apenas as transcreveu, sem efectuar uma análise crítica, citar bibliografia ou utilizá-las enquanto fontes históricas (Gusmão, 1841-1842, p. 465, 543; Gusmão, 1842-1843, p. 32).

O conjunto de trabalhos que Rodrigues de Gusmão publicou na *Revista Universal Lisbonense* terminou com uma promessa do autor em dedicar estudos específicos a cada um dos monumentos de Coimbra (Gusmão, 1842-1843, p. 32). Este compromisso foi concretizado na década seguinte.

Gusmão está inscrito como sócio correspondente, em Alpedrinha, da Classe de Ciências Físico-Matemáticas e da Classe de Literatura, Belas-Letras e Artes, do Instituto de Coimbra, numa listagem de 1854 (Sousa, 1855, p. 242). Entre 1885 e 1888, ano do seu falecimento, a 22 de Fevereiro, foi membro eleito da 1.ª Secção, de Literatura (Silva, 2009, p. 94; Ferreira, 2012, p. 66).[2]

Seja enquanto sócio, seja no começo das publicações apenas como autor, Gusmão editou vários artigos no periódico homónimo *O Instituto*, desde o início da sua impressão. Alguns trabalhos versaram sobre alguns monumentos da cidade e dos seus arredores, cumprindo assim o que prometera (Gusmão, 1853, pp. 42-43, 99-102, 115-117; Gusmão, 1856, pp. 30-31, 31-32, 157-158; Gusmão, 1857, pp. 27-28, 88, 129, 141, 165-167, 174-175, 228, 284-285; Gusmão, 1858, pp. 130-131, 186-187, 202-203; Gusmão, 1859, pp. 165-166).[3]

Quanto aos monumentos da própria cidade, efectuou trabalhos sobre a igreja de Santiago, o mosteiro de Santa Clara, a Sé Velha, o mosteiro de Santa Cruz, o mosteiro de Celas, a igreja de Santa Justa, o palácio de Da. Maria Teles de Meneses (Gusmão, 1853, pp. 42-43; Gusmão, 1856, pp. 30-31, 31-32; Gusmão, 1857, pp. 165-167, 174-175, 228, 284-285; Gusmão, 1858, pp. 186-187; Gusmão, 1859, pp. 165-166). Na área dos arredores, assinou artigos sobre o mosteiro de São Jorge, o vale de Cozelas, a ponte de Água de Maias e a ermida da Senhora do Loreto, a ermida do Espírito Santo, Vila Franca, o Penedo da Saudade, e a Lapa dos Esteios (Gusmão, 1853, pp. 99-102, 115-117; Gusmão, 1856, pp. 157-158; Gusmão, 1857, pp. 27-28, 88, 129, 141; Gusmão, 1858, pp. 202-203). Estes itens consistiram fundamentalmente em descrições, exaltando os monumentos, assim como os acontecimentos que ali tiveram lugar e as personalidades relacionadas. Nas suas narrações incluiu também epígrafes, mas somente as transcreveu, de uma forma idêntica ao que concretizara antes (Gusmão, 1853, pp. 43, 101-102; Gusmão, 1857, p. 228; Gusmão, 1858, p. 187).

No trabalho acerca da Sé Velha, rectificou o que escrevera previamente (Gusmão, 1841-1842, p. 476). A construção de um campanário era essencial numa igreja cristã. Além disso, as várias reconstruções e modificações que o edifício sofrera ao longo dos séculos oferecia "perfeitos modelos de bom gosto em sua variada architectura" e permitia recordar "gratas memorias" (Gusmão, 1857, pp. 165-167). Acerca da antiguidade do monumento, era o segundo edifício mais antigo da cidade, sendo ultrapassado apenas pelo castelo que deveria ser do período romano (*vide supra*).

Uns anos depois, retomou os estudos sobre personalidades e monumentos de Coimbra, defendendo

2. No dia 10 de Junho de 1880, a propósito do tricentenário da morte de Luís de Camões e inserido nas comemorações promovidas pelo Instituto, efectuou um discurso no Centro Recreativo Portalegrense (Ferreira, 2012, p. 146).
Rodrigues de Gusmão foi ainda sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa (Silva, 2009, p. 94).

3. Rodrigues de Gusmão também escreveu biografias, recensões bibliográficas, estudos filológicos e históricos (cf. VVAA (dir.), 1853-1888).

novamente a preservação do património desta cidade. No artigo, que publicou no *Archivo Pittoresco*, abordou a história de D. Sisnando, a quem enobreceu pelos vários feitos, entre os quais se contavam a construção de vários edifícios na cidade. Advogou a tomada de uma acção concreta e imediata para evitar a ruína e assim conservar o túmulo do conde, repetindo o que escrevera antes na *Revista Universal Lisbonense*. Reproduziu também pela segunda vez o texto da epígrafe escrita em português, que comprovaria a sepultura de D. Sisnando. Nas diversas referências bibliográficas, citou por fim o primeiro volume da obra *Dissertações Chronológicas e Criticas sobre a História e a Jurisprudência Ecclesiástica e Civil de Portugal*, de João Pedro Ribeiro, de 1810, obra que não indicara na década de 40, como se expôs *supra* (Gusmão, 1841-1842, pp. 543-544; Gusmão, 1865, pp. 330-331).

1.4 O questionário da Comissão dos Monumentos Nacionais

No ano de 1882, o Instituto de Coimbra foi encarregue pela Câmara Municipal de Coimbra de realizar o questionário da Comissão dos Monumentos Nacionais, relativo aos monumentos históricos e artísticos do concelho. A Secção de Arqueologia nomeou os sócios Rodrigues de Gusmão, Adolfo Ferreira de Loureiro e João Correia Aires de Campos para o concretizar (VVAA, 1883, pp. 139-144; Ferreira, 2012, pp. 78-79). A escolha de Gusmão foi para nós clara, na medida em que já editara na *Revista Universal Lisbonense*, n'*O Instituto* e no *Archivo Pittoresco* vários artigos sobre os monumentos da cidade, mantendo ao longo da sua vida uma forte ligação com esta localidade (*vide supra*).

Os autores demoraram apenas três meses a concretizar a tarefa que lhes foi incumbida e no relatório defenderam a necessidade da preservação do património pelo Estado português (Loureiro, Gusmão & Campos, 1883, pp. 179-192; Campos, 1883, pp. 328-336, 425-432, 473-478, 521-528; Ferreira, 2012, pp. 78-79).

No âmbito da arqueologia e da epigrafia, efectuou-se somente a referência a três machados de pedra do Neolítico e a várias inscrições de diversos períodos, entre as quais do período romano, indicando o lugar de descoberta, o seu paradeiro e respectiva bibliografia (Loureiro, Gusmão & Campos, 1883, pp. 179-192).

Os machados do Neolítico provinham do sítio arqueológico de Antuzede, tendo sido oferecidos por Francisco Henriques de Sousa Seco ao Museu de Arqueologia do próprio Instituto (Campos, 1881, p. 193, n.ºs 32-34; Loureiro, Gusmão & Campos, 1883, p. 192).

Foram referidas sete inscrições do período romano, especificamente seis de carácter funerário e um miliário (Loureiro, Gusmão & Campos, 1883, pp. 188-189, 191-192). Estas epígrafes também pertenciam ao espólio do Museu de Arqueologia do Instituto de Coimbra e tinham sido já editadas por João Correia Aires de Campos (*CIL* II 368, 374, 378, 394, 4639; Campos, 1874, pp. 229-235, n.ºs 1-5; Campos, 1881, pp. 198-199, n.ºs 16-17; *CIL* II – *S* 5241-5242; Redentor, 2016, pp. 76-79, n.ºs 3-5, 7-8, 10). Ao conjunto epigráfico faltou indicar dois monumentos, de paradeiro desconhecido. Um foi publicado por Aires de Campos, o outro havia sido editado pelos autores italianos Mariangelo Acúrsio e Luduvico Muratori, e também por Hübner, no *CIL* II, obra de 1869 (*CIL* II 380; Campos, 1874, pp. 232-233, nota 2; *CIL* II – *S* 5244; Redentor, 2016, pp. 77-79, n.ºs 6, 11). A situação de desaparecimento pode ser a justificativa desta omissão. Contudo, no segundo caso consideramos igualmente um desconhecimento da obra da Academia das Ciências de Berlim, assim como algum menosprezo do trabalho do epigrafista alemão. De facto, Aires de Campos citou as *Noticias archeologicas de Portugal*, criticando o autor por apontar Condeixa-a-Velha como a origem das inscrições de Coimbra (Hübner, 1871; Campos, 1874, p. 235).

Quanto às restantes epígrafes mencionadas no questionário, Gusmão tinha publicado algumas, ainda que não sejam citados directamente os artigos da sua autoria (Loureiro, Gusmão & Campos, 1883, pp. 186, 189-192). Sobre o monumento epigráfico relativo à construção da torre Quinária, o questionário data-o correctamente de 1198, seguindo desta forma João Pedro Ribeiro, cuja obra Gusmão já citara (Ribeiro, 1810, pp. 27-40; Gusmão, 1841-1842, p. 319, nota 6; Gusmão, 1865, pp. 330-331; Loureiro, Gusmão & Campos, 1883, pp. 186, 189. *Vide supra*). Referiu-se também as inscrições da ponte real e do túmulo de D. Sisnando (Gusmão, 1841-1842, p. 465, 543; Gusmão, 1865, p. 331; Loureiro, Gusmão & Campos, 1883, p. 189).

2. CASTELO BRANCO

Em 1845, Rodrigues de Gusmão foi nomeado médico do então concelho de Alpedrinha, actualmente

pertencente ao concelho do Fundão, exercendo em todo o distrito de Castelo Branco. Foi ainda Comissário de Estudos e Reitor do Liceu de Castelo Branco entre 1853 e pelo menos 1855 (Silva, 2009, pp. 93-96). Entre 1845 e 1855, período de tempo em que exerceu funções no território de Castelo Branco, não identificámos estudos históricos, arqueológicos e epigráficos acerca deste distrito (*v.g.*, Silva, 2009, pp. 93-96). Este facto não deixa de constituir uma admiração, pois eram conhecidos monumentos na região, nomeadamente epígrafes do período romano de Idanha-a-Velha, Capinha e Monsanto (*v.g.*, *CIL* II 435-457, 459-460).[4]

3. PORTALEGRE

No ano de 1855 tornou-se médico em Portalegre, sendo posteriormente delegado de saúde deste distrito e presidente da Junta Geral distrital. Nesta região debruçou-se sobre vários monumentos (Silva, 2009, pp. 94-96).[5]

3.1. Santa Maria da Flor da Rosa, Crato

A influência romântica em Rodrigues de Gusmão verificou-se também nas razões da sua viagem ao Crato, realizada no ano de 1859. Gusmão estava fascinado pela Alda, personagem do drama romântico *O Alfageme de Santarem ou A Espada do Condestavel*, de Almeida Garrett. Deste modo, ao invés de desejar conhecer o castelo, preferia visitar o local onde viveu a "gentil donzela", o monumento de Santa Maria da Flor da Rosa. Justificou-se o autor pela sua condição de homem de paz e não de guerra, considerando obter-se maior glória nas actividades domésticas que nas lides militares. Assim, no artigo que publicou centrou-se neste edifício, não relatando nenhuma informação do castelo (Gusmão, 1862, pp. 6-7; Saraiva & Lopes, 1996[17], pp. 666, 686-693). Na descrição, expôs com algum pormenor o monumento e exaltou-o, denominando-o inclusive de "nobre alcaçar". Narrou acontecimentos e personagens relacionados. Transcreveu duas inscrições, seguindo uma metodologia semelhante à exposta *supra*. Referiu ainda a sua má situação em termos de preservação, mas neste caso com uma análise bastante objectiva, ao contrário das críticas e dos esconjuros para proteger os monumentos de Coimbra: as "cellas" estavam destruídas; os compartimentos que até então resistiam serviam de armazém para o feno; o claustro estava ocupado por silvas; o terreno em que se situava estava permanentemente alagado (Gusmão, 1862, pp. 6-7; Sousa, 1929, pp. 63-64. *Vide supra*).

3.2. São Salvador de Aramenha

Rodrigues de Gusmão estudou as ruínas de São Salvador de Aramenha, onde localizava a cidade romana de *Medobriga*, na esteira de André de Resende, Frei Amador de Arrais e Frei Bernardo de Brito, entre outros autores. Nos artigos que publicou no *Archivo Pittoresco* observamos uma metodologia semelhante a alguns estudos que concretizou sobre Coimbra, nomeadamente a citação e transcrição de várias fontes bibliográficas e um certo grau de análise crítica a estas. Vislumbramos contudo uma diferença. O autor não enalteceu estas realidades da mesma forma que fez com Coimbra, sendo assim mais objectivo a respeito de São Salvador de Aramenha (Gusmão, 1861, pp. 394-395, 402-404. *Vide supra*). Os monumentos arqueológicos do período romano foram somente enumerados, transparecendo uma certa "secura". Consistiam em "columnas de diferentes grandezas, capiteis, amphoras, cantarias de vários lavores, medalhas de prata e bronze, [...] lapides com diferentes inscripções [...]" (Gusmão, 1861, p. 395). No âmbito da epigrafia, apresentou os textos de dois monumentos epigráficos e num caso forneceu inclusive a interpretação e tradução (Gusmão, 1861, pp. 395, 402).

Na década seguinte, surge como sócio correspondente da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (Silva, 2009, p. 94). Neste âmbito, escreveu artigos sobre São Salvador de Ara-

4. Entre os anos de 1845 e 1855, Rodrigues de Gusmão editou vários estudos da área da medicina, especificamente sobre as epidemias de Castelejo, de Lardosa e Valverde, acerca das águas sulforosas de Alpedrinha e sobre a questão da higiene. Assinou igualmente trabalhos de âmbito biográfico, além de prosseguir os estudos sobre Coimbra, estes últimos já mencionados (Gusmão, 1853, pp. 42-43; 99-102, 115-117; 117-119; Silva, 2009, pp. 93-96. *Vide supra*).

5. Rodrigues de Gusmão prosseguiu ainda os seus estudos e respectivas publicações em medicina, acerca das epidemias de Portalegre e de Elvas, e sobre a higiene, entre outros assuntos. Igualmente as biografias, os estudos filológicos e históricos sobre Coimbra. Neste âmbito destacamos a obra sobre a importância das línguas grega e latina para a língua portuguesa, que escreveu primeiro sozinho, e depois juntamente com Carolina Michäelis de Vasconcelos e Joaquim de Vasconcelos (Gusmão, 1857, pp. 67-69, 76-78; Silva, 2009, pp. 94-96. Cf. VVAA (dir.), 1853-1888. *Vide supra*).

menha para o periódico desta instituição, o *Boletim de Architectura e de Archeologia*. Todavia, à excepção de 14 moedas que se encontraram aquando da construção da estrada que ligava a Espanha, assim como algumas considerações, praticamente todo o resto do trabalho editado constituiu uma cópia do que inserira no final da primeira parte e na segunda parte do *Archivo Pittoresco*. Quanto às moedas, o autor somente descreveu o anverso e o reverso, chamando a atenção para a existência de muitas outras nas mãos de particulares, assim como para a riqueza arqueológica da região (Gusmão, 1861, pp. 394-395, 402-404; Gusmão, 1874-1876, pp. 45-46, 70-71, 152-153; Marques, 2016, p. 423).

A cópia incluiu também as duas inscrições da cidade romana. Gusmão não citou qualquer bibliografia nos dois artigos, nomeadamente o duque de Lafões, Gama Xaro, Levy Maria Jordão, António Joaquim Moreira ou Emil Hübner, ainda que mencione a investigação do duque de Lafões no local. Referiu o livro de Jordão na década seguinte, no âmbito de Portalegre (*vide infra*). Pelo contrário, Hübner efectuou a citação bibliográfica nos *Additamenta* do volume IV da *Ephemeris Epigraphica*, e depois no *Supplementum*. O seu comentário foi parco, resumindo-se a uma palavra, "*male*", através da qual indicou que as leituras estavam erradas. De facto, as lições apresentam diferenças (Gusmão, 1874-1876, p. 70; *EE* IV ad. 159-160; *CIL* II – *S* ad. 159-160; Marques, 2016, pp. 385, 398, 402, 423, 457).

Em *CIL* II 159, na segunda linha, Gusmão registou *C MACRO*, enquanto Hübner leu *Q MACRO*. Na terceira regra, o médico português assentou *VERITIMA DIVO*, ao contrário de *VIRITIM A DIVO* do erudito germânico. Na sexta linha, Hübner incluiu o caractere *A* em *QVAESTORI* (Gusmão, 1861, p. 395; *CIL* II 159; Gusmão, 1874-1876, p. 70; *EE* IV ad. 159; *CIL* II – *S* ad. 159). A leitura de Encarnação é semelhante à lição de Hübner. Contudo, apresenta várias restituições. Esta diferença resulta decerto das vicissitudes por que passou a epígrafe pelo menos em mais de um século, tendo sofrido desgaste e quebras (*IRCP* 618).

Quanto a *CIL* II 160, as divergências consistem basicamente em reconstituições e em duas letras: Gusmão leu *VECEFO* e *PROVINCIE LVSITANII*, Hübner compreendeu *VEGE*[*T*]*O* e *PROVINCI*[*A*]*E LVSITANI*[*A*]*E*, tal como depois José d'Encarnação, lição com a qual concordamos. Na última regra, o médico português foi talvez vítima de má impressão do *Boletim de Architectura e de Archeologia*, pois ao invés de figurar *OPTIMO*, já editado no *Archivo Pittoresco*, lê-se *TOPIMO* (Gusmão, 1861, p. 402; *CIL* II 160; Gusmão, 1874-1876, p. 70; *EE* IV ad. 160; *CIL* II – *S* ad. 160; *IRCP* 617).

3.3. Portalegre

Rodrigues de Gusmão interessou-se pelos monumentos de Portalegre e publicou algumas descrições no *Archivo Pittoresco*. Os monumentos estudados consistiram na Sé, no hospital e nas muralhas, e nos conventos de Nossa Senhora da Conceição, de São Francisco, de Santa Clara e de Santo Agostinho. Na década seguinte, reeditou o artigo sobre o convento de Nossa Senhora da Conceição, no *Boletim de Architectura e de Archeologia*, aumentando o texto e as referências bibliográficas. A sua postura apresenta algumas diferenças com Coimbra: a exaltação dos monumentos, acontecimentos e personalidades revela-se bastante suavizada. Concretizou análises fundamentalmente descritivas, mas também algo críticas, e diversas referências bibliográficas. A respeito do convento de São Francisco, citou as fontes sobre a sua fundação, revelando uma capacidade de análise objectiva. A censura quanto à destruição do património mantém-se no mesmo tom. Reprovou ainda a estado de insalubridade em que se encontrava o hospital, recomendando a construção de novo imóvel (Gusmão, 1862, pp. 9-11, 22-24, 65-66; Gusmão, 1864, pp. 313-315; Gusmão, 1867, pp. 153-155; Gusmão, 1877-1879, pp. 56-57, 77-78, 92-93, 108-109).

No âmbito das descrições dos monumentos reproduziu epígrafes. De algumas destas apresentou somente as respectivas transcrições (Gusmão, 1862, pp. 11, 23-24; Gusmão, 1864, p. 314; Gusmão, 1867, p. 154). Quanto a outras, utilizou-as como fontes históricas. Situam-se neste caso os monumentos epigráficos da Sé, que atestavam as datas da fundação, 1556, e de uma reconstrução, 1795 (Gusmão, 1862, p. 10). Uma inscrição comprovava os melhoramentos que o hospital tinha conhecido em 1826 (Gusmão, 1862, p. 66). Outra epígrafe evidenciava a consagração do convento de Nossa Senhora da Conceição no ano de 1572 (Gusmão, 1877-1879, p. 108). O autor não citou bibliografia em nenhum destes monumentos epigráficos.

Um dos bispos de Portalegre envolvido na construção da Sé fora Frei Amador de Arrais, a propósito do qual "regressou", em termos de investigação,

a Coimbra, pois nesta cidade tinha falecido e sido sepultado o prelado. Mas o túmulo foi profanado e novamente Gusmão criticou de forma vigorosa uma "tão impia violação". A reprovação obteve o efeito pretendido: os restos mortais regressaram ao local de onde nunca deveriam ter sido extraídos (Gusmão, 1862, pp. 10-11).

No estudo do hospital indicou as antigas muralhas da cidade, com uma atitude oposta à que se verificou no caso do castelo do Crato. As muralhas de Portalegre eram testemunho de "glorias passadas", pelo que não deveriam ser destruídas. Deste modo, lançou novo esconjuro, semelhante aos anteriores: "amaldiçoaremos os que ousarem desbaptisal-as, arrancando-as do solo [...]" (Gusmão, 1862, p. 66. *Vide supra*).

Condenou ainda a devastação do túmulo de Gonçalo Rodrigues de Sousa existente no convento de São Francisco, em 1834, no decorrer das guerras liberais (Gusmão, 1867, pp. 153-154).

No seu estudo sobre o hospital, indicou a existência de um "cippo romano", referindo que a inscrição tinha sido mal lida por vários autores e prometendo editar o texto epigráfico correcto posteriormente (Gusmão, 1862, p. 66). O novo artigo foi impresso duas décadas depois, no *Boletim de Architectura e de Archeologia*. Neste, copiou alguns comentários e a própria leitura da epígrafe de Frei Amador de Arrais nos *Diálogos*, obra que citara em 1862. Contudo, em 1880-1882, apenas mencionou o autor enquanto bispo de Portalegre. O único trabalho que referiu no *Boletim* foi o *Portugalliae inscriptiones romanas* de Levy Maria Jordão, não a respeito do monumento epigráfico, também patente neste livro, mas sobre a inclusão do topónimo *Ammaia* no mapa da *Lusitania*. Continuou a não citar o *Corpus inscriptionum latinarum* de Hübner (Arrais², 1604, p. 112; Jordão, 1859; *CIL* II 158; Gusmão, 1880-1882, pp. 24-25).

Esta ausência de bibliografia impede-nos de saber concretamente quais os autores que transcreveram de forma errada a inscrição. Frei Amador de Arrais não estaria incluído nos imperfeitos estudiosos, na medida em que a lição do prelado é igual à leitura de Gusmão (Arrais², 1604, p. 112; Gusmão, 1862, p. 66; Gusmão, 1880-1882, pp. 24-25). Se excluirmos Frei Amador de Arrais e também os autores estrangeiros Iacobo Strada, Jerónimo Zurita, Jan Gruter, Enrique Flórez, Juan Francisco Masdeu e José Cornide y Saavedra, cujas obras seriam por isso talvez mais difíceis de obter ou consultar, resta-nos Diogo Pereira Sotto Maior, Jorge Cardoso e Levy Maria Jordão (*CIL* II 158).

Os três autores apresentaram diferentes divisões das linhas em relação uns aos outros, assim como quanto ao texto epigráfico editado por Gusmão (Gusmão, 1880-1882, p. 25). Sotto Maior leu *AG* ao invés de *AVG*, *CŌS II TRIB PO* e não *TRIB PO CON II*, *AMMAIA* em vez de *AMMAI* (Maior, 1984, p. 33). Jorge Cardoso manteve *AMMAIA* e *CONS II TRIB PO*, acrescentando somente a letra *N* em *CONS* (Cardoso, 1652, p. 427). Jordão considerou *AVGVST* e não apenas *AVG*, *AMMAYA* com os caracteres *Y* e *A*, e tal como Cardoso, *CONS II TRIB PO* (Jordão, 1859, p. 125, n.º 281). Cardoso e Jordão apresentaram ainda o nexo *AE* em *CAES* (Cardoso, 1652, p. 427; Jordão, 1859, p. 125, n.º 281).

Uma vez que Gusmão se propôs a transcrever a epígrafe de uma forma exacta, julgaríamos que teria analisado pessoalmente o monumento. Contudo, duvidamos deste exame presencial. Em face da inscrição, concordamos com as leituras de Hübner e de José d'Encarnação, que diferem igualmente das três lições anteriores. A paginação de Gusmão está incorrecta. Além disso, o *T* em *POT*, no final da quarta linha, existe, ainda que mais esbatido que as restantes letras. Já o *S* de *COS*, no início da quinta regra, é claro. A tradução do médico carece também de alguns melhoramentos (Gusmão, 1862, p. 66; *CIL* II 158; Gusmão, 1880-1882, p. 25; *IRCP* 616; Marques, no prelo).

Gusmão mencionou a tese que, fundamentando-se nesta epígrafe, situava a cidade romana de *Ammaia* em Portalegre. Ainda que Hübner se tenha interrogado sobre esta localização, o assunto só foi esclarecido com a descoberta de um monumento epigráfico em São Salvador de Aramenha, que refere a *Ciuitas Ammaiensis*. Este achado deve-se a Leite de Vasconcelos, no ano de 1935 (*CIL* II, pp. 20-21; Gusmão, 1880-1882, p. 25; Vasconcelos, 1935, pp. 5-9; *IRCP* 615; Guerra, 1998, pp. 273-274, 528-529).

4. RECENSÃO BIBLIOGRÁFICA: ARQUEOLOGIA

Rodrigues de Gusmão assinou uma recensão crítica à obra *Noções elementares de archeologia* de Joaquim Possidónio da Silva no *Boletim de Architectura e de Archeologia*. Neste artigo, o médico demonstrou possuir um bom conhecimento dos monumentos arqueológicos, assim como da bibliografia especiali-

zada. Citou a obra *Noções sobre o estado prehistorico da terra e do homem seguidas da descripção de alguns dolmins ou antas de Portugal*, de Francisco António Pereira da Costa, a respeito dos monumentos megalíticos. Referiu a *Dissertação critico-philologico--historica* [...], de Luiz António de Azevedo, sobre o teatro romano de Lisboa. Indicou o *Relatorio sobre o cemiterio romano descoberto próximo da cidade de Tavira em Maio de 1868*, de Augusto Carlos Teixeira de Aragão, acerca da necrópole da cidade romana de *Balsa*. Mencionou ainda o livro *Reliquias da architectura romano-byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*, de Augusto Filipe Simões, no âmbito do capítulo referente à Idade Média (Silva, 1878; Gusmão, 1877-1879, pp. 4-5).

Gusmão sugeriu também o desenvolvimento do assunto da arqueologia cristã. Desconhecemos qual a influência que este comentário tenha surtido em Possidónio da Silva, mas em 1887, este autor editou o *Resumo elementar de archeologia christã*, onde desenvolveu a temática (Gusmão, 1877-1879, p. 5; Silva, 1887).

No final da recensão, Gusmão efectuou ainda um excurso pela arquitectura dos templos romanos, copiando fundamentalmente o texto de Possidónio da Silva (Silva, 1878; Gusmão, 1877-1879, pp. 5-6).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Francisco António Rodrigues de Gusmão, médico, dedicou-se à Arqueologia, à Epigrafia e à defesa do património. O seu contributo permanecia pouco estudado, pelo que existia um particular interesse em abordarmos o seu labor.

Rodrigues de Gusmão publicou vários trabalhos sobre monumentos de Coimbra e da região de Portalegre. Nalguns, concretizou análises objectivas, com referências bibliográficas. Noutros, apenas descreveu os monumentos. Em ambos os casos, contribuiu para a difusão do conhecimento do património destas localidades, e certamente por conhecer bastante bem a realidade coimbrã, pertenceu à equipa que respondeu ao inquérito da Comissão dos Monumentos Nacionais.

O médico transcreveu várias inscrições, de diversos períodos históricos, distinguindo-se ao considerar estes monumentos como fontes históricas autênticas. No âmbito da análise epigráfica, demonstrou possuir capacidade crítica para discernir sobre a veracidade de monumentos epigráficos. Contudo, e apesar de uma vez ter informado os leitores que iria publicar os textos correctos, parece não ter observado directamente as inscrições, o que resultou em alguns erros de leitura.

Nos artigos destaca-se a defesa da preservação do património. Os monumentos eram únicos, relacionados com acontecimentos e personalidades de grande valor não só histórico, mas também patriótico, para Portugal. De modo a impedir as destruições, não deixou de amaldiçoar os obreiros de tão pérfidas empresas.

BIBLIOGRAFIA

Abreviaturas
CIL II = Hübner, 1869
CIL II – *S* = Hübner, 1892
EE IV = Hübner, 1881
IRCP = Encarnação, 1984

BIBLIOGRAFIA

ANDRADA, Miguel Leitão de (1629) – *Miscellanea do sitio de N. Sª da Luz do Pedrogão Grande*. Lisboa: Matheus Pinheiro.

ARRAIS, Frei Amador de (1604) – *Dialogos*. 2.ª edição. Coimbra: Diogo Gomes Loureiro.

BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Porto: FCG & FCT.

CAMPOS, João Correia Aires de (1874) – Secção de archeologia. Catalogo dos objectos existentes na collecção de archeologia do Instituto de Coimbra. *O Instituto*. Coimbra. Série II. 20, pp. 229-240.

CAMPOS, João Correia Aires de (1881) – Secção de archeologia. Catalogo dos objectos existentes no Museu de archeologia do Instituto de Coimbra a cargo da secção de archeologia do mesmo instituto. Supplemento compreendendo os objectos offerecidos e depositados desde abril de 1877. *O Instituto*. Coimbra. Série II. 28, pp. 192-200.

CAMPOS, João Correia Aires de (1883) – Questionario e sua resposta III. *O Instituto*. Coimbra. Série II. 30, pp. 328-336, 425-432, 473-478, 521-528.

CARDOSO, Jorge (1652) – *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do reino de Portugal, e suas conquistas*. Lisboa: Officina Craesbeekiana. 1.

CARVALHO, João da Cunha Neves e (1849) – [Sobre a situação de Eminium]. *Actas das sessões da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa. 1, pp. 96-105.

ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições romanas do conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

FERREIRA, Licínia Rodrigues (2012) – *Instituto de Coimbra: O percurso de uma academia*. Coimbra: Universidade de Coimbra & FCT. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21257/1/IC%20O%20percurso%20de%20uma%20academia.pdf>. [Consulta realizada em 20/10/2016].

FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de (1884) – Oppida restituta. As cidades mortas de Portugal. Eminio (Coimbra). *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*. Lisboa. Série V. 2, pp. 67-92.

GASCO, António Coelho (1805) – *Conquista, antiguidade e nobreza da mui insigne e inclita cidade de Coimbra*. Lisboa: Impressão Régia.

GUERRA, Amílcar (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do ocidente peninsular. Dissertação de doutoramento em História Clássica*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa (Policopiado).

GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1841-1842) – O castello de Coimbra; Fundação de Coimbra; Vista exterior de Coimbra; Vista interior de Coimbra. *Revista Universal Lisbonense*. Lisboa. 1, pp. 318-319; 358; 395; 464-466, 476-477, 543-544, 554-555.

GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1842-1843) – Vista interior de Coimbra. *Revista Universal Lisbonense*. Lisboa. 2, pp. 31-32.

GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1853) – Egreja de Sanct'Iago de Coimbra; O mosteiro de S. Jorge juncto a Coimbra; Elementos de hygiene pública. *O Instituto*. Coimbra. Série I. 1, pp. 42-43; 99-102, 115-117; 117-119.

GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1856) – Mosteiro de Sancta Clara de Coimbra; Tumulo do Bispo de Coimbra D. Tiburcio; Arredores de Coimbra I. Valle de Cozelhas. *O Instituto*. Coimbra. Série I. 4, pp. 30-31; 31-32; 157-158.

GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1857) – Arredores de Coimbra II. Ponte d'Agua de Maias; O estudo das linguas grega e latina é necessario para o perfeito conhecimento da portugueza; Arredores de Coimbra III. Ermida do Espirito Santo; Arredores de Coimbra IV. Villa Franca; Arredores de Coimbra V. Penedo da Saudade; Monumentos de Coimbra I. Sé Velha; O escudo d'el-rei D. Affonso Henriques; Tumulo de Dona Vetaça; Apontamentos para a continuação da Bibliotheca Lusitana. I. Jeronymo Soares Barbosa; Monumentos de Coimbra II. Mosteiro de Cellas. *O Instituto*. Coimbra. Série I. 5, pp. 27-28; 67-69, 76-78; 88; 129; 141; 165-167; 174-175; 228; 259-262; 284-285.

GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1858) – Apontamentos para a continuação da Bibliotheca Lusitana. II. António Soares Barbosa; Encanamento do Mondego; Monumentos de Coimbra III. Templo de Sancta Justa; Arredores de Coimbra IV. Lapa dos Esteios. *O Instituto*. Coimbra. Série I. 6, pp. 68-70; 130-131; 186-187; 202-203.

GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1859) – Monumentos de Coimbra IV. Palacio de D. Maria Telles de Menezes. *O Instituto*. Coimbra. Série I. 7, pp. 165-166.

GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1861) – Apontamentos archeologicos. *Archivo Pittoresco*. Lisboa. 4, pp. 394-395, 402-404.

GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1862) – Flor da Rosa; Sé de Portalegre; Hospital de Portalegre. *Archivo Pittoresco*. Lisboa. 5, pp. 6-7; 9-11, 22-24; 65-66.

GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1864) – Tumulo do bispo D. Jorge de Mello. *Archivo Pittoresco*. Lisboa. 7, pp. 313-315.

GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1865) – O conde D. Sisnando. O seu tumulo. *Archivo Pittoresco*. Lisboa. 8, pp. 330-331.

GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1867) – Portalegre. *Archivo Pittoresco*. Lisboa. 10, pp. 153-155.

GUSMÃO, Francisco Rodrigues de (1874-1876) – Apontamentos archeologicos. *Boletim de Architectura e de Archeologia*. Lisboa. Série II. 1, pp. 45-46, 70-71, 152-153.

GUSMÃO, Francisco Rodrigues de (1877-1879) – Bibliographia – Noções elementares de archeologia por J. P. Narciso da Silva; Os templos romanos (Capitulo d'um livro inedito); Memoria historica do mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de monjas da Ordem de Cister da cidade de Portalegre. *Boletim de Architectura e de Archeologia*. Lisboa. Série II. 2, pp. 4-5; 5-6; 56-57, 77-78, 92-93, 108-109.

GUSMÃO, Francisco Rodrigues de (1880-1882) – Templo do Espirito Santo de Portalegre. Uma antigualha. *Boletim de Architectura e de Archeologia*. Lisboa. Série II. 3, pp. 24-25.

HÜBNER, Emil (1869) – *Corpus inscriptionum latinarum. Inscriptiones Hispaniae latinae*. Berlim: Georgium Reimerum. 2.

HÜBNER, Emil (1871) – *Noticias archeologicas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia. [Tradução de HÜBNER, Emil (1860-1861) – *Epigraphische reiseberichte aus Spanien und Portugal. Auszug aus den monatsberichten der Königlichen Akademie der Wissenschaften zu Berlin*. Berlim: Academia das Ciências de Berlim.]

HÜBNER, Emil (1881) – Additamenta ad corporis vol. II. *Ephemeris Epigraphica*. Berlim. 4, pp. 3-24.

HÜBNER, Emil (1892) – *Corpus inscriptionum latinarum. Inscriptionum Hispaniae latinarum supplementum*. Berlim: Georgium Reimerum. 2.

JORDÃO, Levy Maria (1859) – *Portugalliae inscriptiones romanas*. Lisboa: Typis Academicis. 1.

LOUREIRO, Adolfo; GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de; CAMPOS, João Correia Aires de (1883) – Questionario e sua resposta II. *O Instituto*. Coimbra. Série II. 30, pp. 179-192.

MAIOR, Diogo Pereira Sotto (1984) – *Tratado da cidade de Portalegre. Introdução, leitura e notas de Leonel Cardoso Martins*. Edição original de 1619. Lisboa & Portalegre: Imprensa Nacional – Casa da Moeda & Câmara Municipal de Portalegre.

MARQUES, Pedro (2016) – *A epigrafia da Hispania na correspondência epistolar entre Emílio Hübner e José Leite de Vasconcelos. Dissertação de doutoramento em Arqueologia*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa (Policopiado).

MARQUES, Pedro (no prelo) – Médicos, arqueólogos e epigrafistas na segunda metade do século XIX. *I Congresso de história das ciências da saúde. Phármakon: do combate da enfermidade à invenção da imortalidade*. Lisboa.

REDENTOR, Armando (2016) – Sobre a epigrafia romana de Aeminium. *Conimbriga*. Coimbra. 55, pp. 57-89.

RIBEIRO, João Pedro (1810) – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar (1996) – *História da literatura portuguesa*. 17.ª edição. Porto: Porto Editora.

SILVA, Joaquim Candeias da (2009) – Contactos e interrelações na história da medicina da Beira Interior: Lembrança do Dr. Francisco António Rodrigues de Gusmão (1815-1888). *Cadernos de Cultura*. Castelo Branco. 23, pp. 93-96.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1878) – *Noções elementares de archeologia*. Lisboa: Lallemant Frères.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1887) – *Resumo elementar de archeologia christã*. Lisboa: Lallemant Frères.

SOUSA, J. Alves de (1855) – Direcção do Instituto de Coimbra. *O Instituto*. Coimbra. Série I. 3, pp. 240-242.

SOUSA, Tude M. de (1929) – Algumas vilas, igrejas e castelos do antigo priorado do Crato (Crato – Flor da Rosa – Amieira). Conferência realisada na noite de 6 de Junho de 1929 na Associação dos Arqueólogos Portugueses. *Arqueologia e História*. Lisboa. 7, pp. 53-82.

VASCONCELOS, José Leite de (1935) – Localização da cidade de Ammaia. *Ethnos*. 1, pp. 5-9.

VVAA (1883) – Questionario e sua resposta I. *O Instituto*. Coimbra. Série II. 30, pp. 139-144.

VVAA (2003) – Lei n.º 35/2003, de 22 de Agosto. *Diário da República. I Série-A*. Lisboa. 193, p. 5356.

VVAA (dir.) (1853-1888) – *O Instituto*. Coimbra. Série I. 1 – Série II. 35.

HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES DOS HIPOGEUS EM PORTUGAL

Cátia Saque Delicado[1]

RESUMO

As investigações sobre grutas artificiais ocorreram em Portugal desde muito cedo. As diversas teorias geradas em torno deste fenómeno evoluíram acompanhando o crescimento e evolução dos dados de campo até certo ponto. Actualmente em Portugal, o universo hipogeico é muito diversificado, principalmente na área Alentejana. A falta de publicações actualizadas sobre as descobertas dificulta uma leitura à escala regional e uma possível comparação à escala global. Dá-se aqui a conhecer uma nova e praticamente desconhecida realidade hipogeica portuguesa.

Palavras-chave: Grutas Artificiais, Hipogeu, Investigações, Portugal.

ABSTRACT

The investigations of rock-cut tombs occurred in Portugal at an early age. The various theories generated around this phenomenon have evolved following the growth and evolution of field data to some extent. Currently in Portugal, the hypogetic universe is very diversified, mainly in the Alentejana area. The lack of up-to-date publications of the findings makes it difficult to read the environment on a regional scale and a possible global comparison. There is new and practically unknown Portuguese hypogeanic reality.

Keywords: Rock-cut tombs, Hypogea, Investigations, Portugal.

1. INTRODUÇÃO

Com origem identificada no mediterrâneo Oriental e Central, o fenómeno do hipogeísmo rapidamente eclodiu para o mediterrâneo Ocidental. Para a compreensão e conhecimento da génese e amplitude deste fenómeno à escala europeia, é necessário compreender os diversos pequenos regionalismos para que, se possam realizar leituras à escala global. Serve o presente texto para compilar a história das investigações sobre estas estruturas no nosso país revelando o universo hipogeico actual, principalmente as estruturas da área Alentejana, que constituem novas realidades praticamente desconhecidas e inéditas.

2. HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES EM PORTUGAL

A primeira estrutura hipogeica identificada na Península Ibérica e em Portugal, em 1876, refere-se ao complexo de grutas do Casal do Pardo em Palmela. Tendo sido identificada por António Mendes e José Agostinho da Silva, a sua primeira menção publica foi de Carlos Ribeiro (Ribeiro, 1880) ao descrever os monumentos funerários do Monge e Folha de Barradas (Sintra).

As definições tipológicas dos elementos caracterizadores de uma gruta artificial nem sempre estiveram claras, abarcando diversas teorias ao longo dos tempos. A *Notícia de algumas estações e monumentos pré-históricos* de Carlos Ribeiro, descreve uma estrutura de câmara circular associada a um vestíbulo de grandes dimensões (*tholos* do Monge). O mesmo afirma que a tipologia da estrutura lhe fazia lembrar os hipogeus de Palmela, no entanto, porque na época ainda se conheciam poucos hipogeus e pela estrutura do Monge ser distinta, nunca afirmou que se tratasse efectivamente de uma estrutura hipogeica, algo em que, Carlos Ribeiro é claro em relação à Folha de Barradas.

Embora os estudos sobre esta matéria sejam relativamente recentes (com menos de um século), vários foram os autores que se debruçaram sobre o assunto.

1. delicadocs@gmail.com.

O primeiro inventário geral sobre as grutas artificiais da Península Ibérica foi efectuado por Berdichewsky (1964). O autor procurou sistematizar arquitecturas e cronologias de acordo com um padrão evolutivo. Esta obra serviu de base ao trabalho de Rivero Galan (1988), também sobre as grutas artificiais peninsulares. Embora sendo obras com o mesmo fundo a diferença entre ambas é notória, não devendo nenhuma ser descartada.

O início das identificações deste tipo de estruturas deu origem a diversas teorias, como a dos irmãos Siret, que associava estas estruturas a áreas habitacionais (silos) (Berdichewsky, 1964, p. 14). Berdichewsky menciona os achados de Acebuchal e Campo Real (Espanha), comparando-os aos de Aljezur, Torre de Frades e Arrife, como sendo realidades semelhantes e que se associam a silos, mas que estes, na realidade, se poderiam tratar de sepulcros e ossários (Berdichewsky, 1964, p. 14-15). A confirmação desta teoria, veio pouco depois a ser certificada através da descoberta das grutas artificiais de La Marne, que se faziam acompanhar de silos com enterramentos. Situação que, aliás, se conhece em Portugal, como seria o caso das Lapas (Torres Novas), Outeiro Alto 2 (Serpa) (Valera e Filipe, 2012) e Redinha (Pombal) (Rocha, 1908).

Os primórdios das investigações das grutas artificiais centraram-se em Portugal, principalmente porque grande parte destas estruturas aparecia sucessivamente junto do estuário do Tejo. Constituindo novidades arqueológicas à época, as grutas de Palmela, Alapraia e Carenque deixaram em êxtase os investigadores que julgavam ser um tipo de construção característica da Estremadura Portuguesa, dado as escassas presenças na região espanhola. A partir dos anos 30, período entre guerras, despoletou a identificação de estruturas da mesma tipologia arquitectónica em Espanha, demonstrando que, este se tratava de um fenómeno mais vasto do que inicialmente se pensava. O aparecimento da necrópole de Alcaide e Loma de los Peregrinos (Múrcia) desviou a atenção de Portugal, trazendo novas questões e hipóteses.

Em 1958 surge pela primeira vez a ideia de que as grutas artificiais pudessem não originárias da Estremadura Portuguesa, mas do mediterrâneo oriental, sendo este o seu foco principal com dispersão marítima para a zona da Andaluzia, Algarve e zona do Tejo. Esta hipótese de Almagro foi bem aceite, chegando rapidamente outros investigadores à mesma conclusão (Berdichewsky, 1964, p. 15-16). Nils Aberg (1921, p. 23-24) caracterizou as grutas artificiais como sendo uma variante do fenómeno megalítico, aproximando-se da linha de pensamento evolutivo em que hoje se acredita. Contudo autores como Nieto e Pellicer negavam qualquer vinculação das mesmas com o megalitismo (Galan, 1988, p. 17).

Durante muito tempo se aplicou a ideia de que os *tholoi* eram anteriores às grutas artificiais e que monumentos como o *tholos* do Monge e gruta semiartificial de Los Millares, se tratavam de arquitecturas mistas que retratavam a transição das estruturas de base pétrea e consequente adopção de estruturas escavadas na rocha, indicando que estas, ao contrario dos *tholoi,* não representavam divisões sociais estando ao alcance de todos (Galan, 1988, p. 18). Berdichewsky propõe que durante a sua expansão marítima, na zona do Guadalquivir, a corrente de grutas artificiais se haveria cruzado com a dos enterramentos em silos, dando origem a monumentos com corredor de entrada tipo silo (como os verificados em Alventus e Rota, em Espanha, Outeiro Alto 2 ou Sobreira de Cima, em Portugal) (Berdichewsky, 1964, p. 77; Galan, 1988, p. 20; Valera & Filipe, 2012; Valera, 2013), e posteriormente a estruturas ditas mistas como o Monge e Los Millares.

Durante o período compreendido entre 1960 e 1990, a investigação sobre as grutas artificiais diverge em diversas linhas de pensamento. Autores que, anteriormente negavam uma relação entre hipogeus e o megalitismo (entendido à época pela manifestação de monumentos ortostáticos, enterramentos em grutas naturais e *tholoi)*, como Pellicer, passam a aceitar a hipótese de contemporaneidade entre os dois (Berdichewsky, 1964, p. 17).

A diversidade cronológica dos sepulcros encontrados em Portugal, que recuavam até ao Neolítico final local, a associação de uma gruta artificial a um *tholos* (Praia das Maçãs) e a presença de uma gruta do Neolítico e outra do Calcolítico em São Pedro do Estoril, levaram os investigadores a aceitar progressivamente uma origem construtiva patente nos finais do 4º milénio a.n.e. (Galan, 1988, p. 24-26).

Se em alguns pontos temáticos, as discussões terminaram, por outro lado, com o avançar do conhecimento, estas acabaram por ser substituídas por novas problemáticas, nomeadamente como na temática da associação de silos a grutas artificiais.

Também em temas como a origem intencional ou não e funcionalidade das clarabóias presentes nas grutas

tipo «coelheira», as discussões se mantiveram acesas durante algum tempo. Se alguns entendiam estas aberturas como erros arquitectónicos decorrentes da elaboração do sepulcro, outros interpretavam-nas como um regionalismo característico da Estremadura Portuguesa, que como mais adiante se verá, não corresponde à realidade. A discussão manteve-se, afirmando alguns, que as estruturas detentoras de clarabóia eram mais antigas que as sem qualquer abertura e que imitavam os *tholoi*, ignorando a cronologia do material arqueológico ali encontrado, como se a arquitectura e o espólio pudessem na totalidade ser dissociáveis (Galan, 1988, p. 20-23).

Na história das investigações destas estruturas, distingue-se um primeiro momento onde foram identificadas diversas estruturas como o complexo de grutas da Quinta do Anjo (Palmela,1876), o complexo de grutas da Quinta do Anjo (Pamela, 1876), seguindo-se Torre de Frades (Algarve, 1876), Folha das Barradas (Sintra, 1878), Aljezur e Torre (Algarve, 1880), Alapraia (Cascais, 1889), monumento da Praia das Maçãs (Sintra, 1927), Baútas (Amadora, 1934), Carenque (Amadora, 1932), Lapas (Torres Novas, 1935), Ermegeira e Quinta das Lapas (Torres Vedras, 1939), Ribeira Branca e Ribeira de Crastos (Torres Novas e Caldas da Rainha, 1940), Casal da Lapa (Torres Vedras, 1941), S. Pedro do Estoril (Cascais, 1944), Capuchos II (Setúbal, 1951), Cabeço da Arruda 1 (Torres Vedras, 1951), Samarra (Sintra, 1958), Monte do Castelo (Oeiras, 1969), Bolores (Torres Vedras, 1986) S. Paulo 2 (Almada, 1988) (Heleno, 1935a, 1935b; Heleno, 1939; Leisner & Leisner, 1951, p. 145, Berdichewsky,1964, p. 23-25, 64; Gonçalves *et alii,* 2004; Jordão & Mendes, 2006/2007; Barros & Espírito Santo, 1997, p. 217).

Georg e Vera Leisner (1956) na sua vasta monografia sobre o megalitismo peninsular compilaram grutas artificiais e *tholoi*. É verificável que, alguns monumentos que sabemos hoje serem *tholoi*, já na altura assim o foram classificados por eles. No entanto, décadas depois, Rivero Galan (1988), optou por considerar o *tholos* de Arrife (Algarve) como uma gruta artificial. No mapa elaborado pelo casal Leisner é possivel observar que as grutas artificiais, independentemente da sua tipologia, que sabemos ser bastante variada, foram todas representadas pela mesma simbologia, algo que, viria a ser realizado por Rivero Galan (1988) e posteriormente por Pedro Jordão e Patrícia Mendes (2006/2007).

As investigações sobre grutas artificiais feitas por investigadores portugueses foram ocorrendo ao longo de todo o período em causa. No entanto, não existia nenhuma compilação feita pelos próprios do tipo de estruturas existentes e respectivas tipologias para que se pudessem comparar realidades. Um trabalho desta natureza foi pela primeira vez publicado em 2006/2007 por Pedro Mendes e Patrícia Jordão. Os autores realizaram prospecções, relocalizações, registo gráfico, fotográfico e bibliográfico sobre todos os sítios que ainda não se encontravam destruídos, comparando exclusivamente as estruturas da área Estremenha. Na altura, dado o ainda desconhecimento sobre as realidades Alentejanas e a falta de organização do conhecimento existente sobre as estruturas estremenhas, fizeram com que este artigo despertasse uma nova visão sobre os factos (práticamente desconhecidos) nos investigadores Portugueses (Figura 1).

O primeiro e único congresso internacional realizado sobre a temática do hipogeismo (*L'Ipogeismo nel Mediterraneo: origini, sviluppo, quadri culturali.*) realizou-se em 1994 na Sardenha, contanto com a maioritária presença de investigadores Italianos e Espanhóis. Na monografia em causa não existiu nenhum artigo sobre hipogeus portugueses, situação que, aliás, era demonstrativa do panorama de conhecimento sobre grutas artificiais.

Distinguem-se então dois momentos na investigação portuguesa sobre esta temática. Os monumentos escavados no despertar da arqueologia portuguesa, de onde resultou escassa ou nula informação sobre algumas grutas, como é o caso da de Aljezur, Torre dos Frades (Algarve) (onde existem dados apenas mencionados por Berdichewsky), Samarra (Sintra) ou até mesmo as Lapas (Torres Novas). A grande sede de conhecimento e cobiça pela posse de antiguidades destruiu muito do conhecimento que actualmente poderíamos vir a possuir sobre estes locais, acabando muitos materiais por ficar esquecidos em museus ou mesmo na posse de particulares, principalmente na primeira metade do século XX. Alguns deles como é o caso do possível hipogeu de Pêra, no Algarve, cuja quase totalidade do espólio se desconhece, sendo apenas conhecidos ídolos betilos, foram completamente destruídos sem que nenhuma memória (ou muito pouca) deles restasse. Deste modo, a primeira fase de descoberta deste tipo de estruturas destaca-se por perdas significativas de informação e na maior parte dos casos desconhecimento sobre o paradeiro dos materiais.

A mudança de mentalidades é algo que ocorre progressivamente e com o tempo. No caso das Baútas, lamentavelmente, a informação é praticamente inexistente (tirando os cadernos de campo de Manuel Heleno que pouco revelam). No entanto destacam-se os exemplos de Carenque, Quinta do Anjo, Alapraia, São Pedro do Estoril e Praia das Maçãs, que, apesar de escavados nos inícios da arqueologia portuguesa, foram estudados num momento imediato, revelando mais rigor na metodologia aplicada.

O segundo momento da investigação portuguesa refere-se à escavação de grutas artificiais a partir dos anos 90 do século XX. Este novo tipo de conhecimento foi despoletado maioritariamente no contexto de arqueologia de salvamento, decorrente de grandes obras de empreendedorismo realizadas principalmente na área Alentejana. A construção da infra-estrutura da Barragem do Alqueva, veio proporcionar ao meio arqueológico uma segunda perspectiva da ocupação humana na área Alentejana, principalmente no que concerne a estruturas funerárias de extrema importância.

Até ao ano de 2006 eram desconhecidas na área Alentejana estruturas tipo hipogeu do Neolítico e Calcolítico (Valera *et alii,* 2014, p. 70). A construção da Barragem modificou em larga escala a percepção da realidade arqueológica, principalmente no Distrito de Beja. A execução de empreendimentos de grande envergadura, apesar de permitirem a realização de uma arqueologia de salvamento, continuam a ser os maiores impulsionadores e geradores de conhecimento sobre as realidades, permitindo aprofundar problemáticas contextuais de forma mais abrangente, apesar dos condicionalismos ambientais e humanísticos a que estão sujeitos (Valera *et alii,* 2014, p. 56). A área a sul da Serra de Portel era considerada um deserto arqueológico, principalmente no território de Brinches. O Alqueva permitiu aprofundar o conhecimento sobre as práticas e tradições funerárias, maioritariamente fossa/hipogeu e a associação simbólica de espaços de socialização com espaços de necrópole no Alentejo (Valera *et alii,* 2014, p. 57).

O primeiro hipogeu a ser descoberto, o complexo hipogeico da Sobreira de Cima, demonstrou não só uma realidade exógena na região, mas também um tipo de arquitectura inexistente em Portugal (Valera, 2013). O complexo hipogeico da Sobreira de Cima marca a zona de limite de contacto entre realidades dolménicas (a norte) e fossa/ hipogeu (a sul) (Valera *et alii,* 2014). A identificação de outras estruturas hipogeicas no Alentejo, até hoje, veio permitir a identificação de características diferenciadoras das áreas da Estremadura, Algarve e Alentejo.

O conhecimento não é um dado adquirido imutável. As realidades alteram-se consoante o meio em que actuam. É notável a variação entre arquitecturas e material arqueológico, podendo agrupar-se a área da Península de Lisboa e Setúbal com a região Algarvia, principalmente a nível da similitude artefactual. As grandes variações surgem de facto na área Alentejana, onde a existência de cerâmica é praticamente nula ou muito escassa, oferecendo espólio considerado arcaizante (onde se conta com a presença de geométricos e pulseiras esculpidas em concha *glycimeris*). As placas de xisto que se pensavam ser exclusivas de hipogeus da área da Estremadura e Algarve, conhecem-se apenas num único hipogeu Alentejano. De facto, tendo em conta que é da área Alentejana que provém o foco de maior incidência de placas de xisto, será necessário compreender qual o mecanismo impeditivo da presença das mesmas em sepulcros hipogeicos ou pelo menos a escassa presença.

Certo é que um maior esforço despendido na construção de uma estrutura geralmente se traduz num menor empreendimento a nível artefactual (Sousa, 2004, p. 100). Contudo, existem excepções, como é o caso das necrópoles de Alapraia, Carenque e Quinta do Anjo, em que, se verifica que tal não acontece.

Questiona-se a hipótese de haver um foco com influência residual periférica. As grutas tipo "coelheira" aparentavam fazer parte apenas da área da Estremadura. No entanto, novos dados revelaram que as mesmas podem ser encontradas no Alto Alentejo (em Vale de Barrancas 1 (Fernandes, 2013). As grutas com entrada em poço, recentemente identificadas na Sobreira de Cima, igualmente presentes em Outeiro Alto 2 (Valera & Filipe, 2012; Valera & Coelho, 2013), manifestaram-se igualmente nos sepulcros Algarvios (esquecidos durante algum tempo). Talvez esta teoria só possa ser aplicada a nível arquitectónico, já que, as diferenças artefactuais entre regiões próximas são grandes.

3. OS HIPOGEUS NO ACTUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS

O aumento do número de trabalhos arqueológicos propiciados pelas obras de grande envergadura, principalmente no Alentejo, gerou o aumento do

número de arquitecturas hipogeicas dos finais do 4º e inícios do 3º milénio a.n.e., praticamente inéditos. Não serão aqui amplamente discutidas tipologias arquitectónicas, apenas se tenciona lançar uma nova visão sobre o praticamente desconhecido panorama hipogeico em território nacional. As publicações sobre os recentes achados são muito poucas, não fazendo justiça ao que conhecimento adquirido através das escavações efectuadas em âmbito de grandes obras.

As tabelas abaixo (Tabelas 3,4 e 5), demonstram o crescente número de hipogeus. A tabela 5, sobre hipogeus identificados no Alentejo, demonstra bem o impacto das grandes obras sobre a quantidade de informação gerada e o desconhecimento sobre as mesmas. O símbolo +, foi atribuído a sítios arqueológicos que se encontram inéditos. Grande parte da informação utilizada para a descrição dos locais, presente na tese de mestrado mencionada (vd. Delicado, 2016), foi retirada dos relatórios de escavação.

Sendo este o panorama actual português, crê-se que nas imediações do Monte do Carrascal 2 existam ainda várias dezenas de grutas artificiais (segundo prospecção geofísica). Talvez num futuro próximo a escavação destas realidades possa vir a fornecer mais informações sobre o fenómeno hipogeico. A análise arquitectónica, artefactual e antropológica foi efectuada em maior profundidade, caso a caso, num outro local, referindo aqui sumariamente o panorama Português.

Importa reforçar que existem algumas estruturas cuja arquitectura oferece algumas dúvidas, como Bolores (Torres Vedras), cujos seus escavadores a interpretam como gruta artificial, no entanto, a sua tipologia refere-se mais a um abrigo. No Alentejo existem alguns sítios que também levantam questões (nomeadamente Cadavais e Monte da Magoita 1), mas que pela sua tipologia são mais facilmente aceites como hipogeus, apesar da sua cronologia ainda não estar clara. Os hipogeus Algarvios apresentam de certa forma alguma semelhança com os Estremenhos a nível da variedade arquitectónica.

No Alentejo, apesar de possuírem características muito específicas e regionais, como o corredor em poço da Sobreira de Cima e Outeiro Alto 2, estes não apresentam grande variedade estrutural a nível da câmara. Neste sentido, e apesar de serem mais frequentes os hipogeus com corredor em poço na área Alentejana, poderá ser possível inquirir a questão das influências geográficas, pela proximidade de áreas, já que estes existem também no Algarve, mas não na Estremadura. Verifica-se ainda na área envolvente ao Guadiana (margens esquerda e direita), uma certa coerência arquitectónica e material dentro de cada núcleo, e entre os dois núcleos.

Embora em Portugal ainda não se conheçam estruturas semelhantes aos hipogeus de Itália ou Malta, cuja complexificação pode chegar aos três pisos e dezenas de câmaras ligadas por corredores e passagens (Soares, 2003, p. 73), é possível afirmar que existe alguma diversidade. Existem linhas comuns tanto na Estremadura como no Alentejo ou Algarve. Cada monumento não tem mais do que duas câmaras. Quanto ao corredor, a sua presença (ou não) parece variar consoante a zona onde o monumento é cavado. No entanto, existem provas de que mesmo na falta (ou não) de rocha base para criar um corredor, estes poderiam existir (como no caso especifico do hipogeu 5 da Sobreira de Cima). A ideia de que os hipogeus passariam despercebidos na paisagem pode no entanto não corresponder a uma realidade, ou pelo menos não à realidade de quem os construiu para os seus entes (Figura 2).

Os hipogeus Portugueses são relativamente simples. No entanto, não deixa de ser interessante observar a queda de algumas teorias criadas em torno de regionalismos, alimentadas pelo desconhecimento global do terreno. As grutas tipo coelheira de Alapraia, Carenque e Quinta do Anjo, que se julgavam apenas existir na área estremenha, existem no Alentejo (embora em reduzido número). No caso dos hipogeus com entradas em poço, estes, restringem-se exclusivamente ao Alentejo e Algarve. Aparentemente também a nível do espólio arqueológico existem regionalismos e diferenças cronológicas.

Embora existam mais dados concretos sobre as diversas tipologias sepulcrais, as repostas parecem continuar difíceis de obter. Durante o 4º e 3º milénio a.n.e. são usadas antas, grutas naturais, grutas artificiais e *tholoi* para depositar os mortos. As antas apresentam uma curta utilização no tempo, ao contrário das grutas naturais, que, são os locais onde em todos os períodos cronológicos se conhecem deposições (Gonçalves, 2009).

Se nos monumentos ortostáticos (numa primeira fase) estes são de reduzidas dimensões e contêm poucos inumados, nos hipogeus Alentejanos acontece o mesmo. No entanto, são sítios arqueológicos que ainda não possuem datações e algum do material arqueológico recolhido parece apontar para cro-

nologias calcolíticas.
Poderia o caso dos hipogeus ter funcionado de forma inversa ao das antas? Poderiam os hipogeus do Neolítico-final ter dado continuidade às antas (dentro de uma perspectiva quantitativa das inumações)? Se os hipogeus construídos numa fase inicial da sua adopção, enquanto monumento funerário, detêm maior número de inumados, a fraca quantidade de inumados (aparentemente calcolíticos) do Alentejo corresponde ao abandono destas estruturas? Será a cronologia de construção destes sepulcros ainda mais curta do que se julga? Quando foram efectivamente deixados de construir? Por serem estruturas bastante populacionadas a percepção desta ideia não é tarefa fácil. Teriam de se datar todos os indivíduos presentes em cada hipogeu para analisar o decréscimo de utilização do sepulcro. Ainda assim, talvez esta não seja a solução, pois os intervalos de tempo fornecidos pelas datações são demasiado amplos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das investigações sobre os hipogeus, embora relativamente recente, sempre levantou variadas questões. O primeiro monumento deste género foi identificado em Portugal trazendo para si inúmeras teorias em torno deste fenómeno. Se à época o hipogeísmo representava uma nova modalidade de enterrar os mortos, desconhecida, é possível afirmar que hoje, embora com mais algum conhecimento sobre estas estruturas, este ainda não é suficiente. A informação não se encontra devidamente explorada por falta de esquematização, método e comparação a vários níveis regionais. Estas falhas acabam por revelar um conhecimento muito insatisfatório sobre a temática. A arqueologia exercida em contexto de obras de grande envergadura é sem dúvida uma mais-valia, no entanto também uma grande desvantagem. A verdade é que a maior parte dos sítios acaba por ficar inédito e sem publicações, impossibilitando novas leituras tanto à escala nacional como europeia.
A análise global efectuada permitiu perceber a dimensão do hipogeísmo no nosso país e da existência de uma relação de proximidade/distância entre áreas. Embora ainda mal conhecida, a área Alentejana representa um elo entre a Estremadura e Algarve, que apresenta as suas próprias particularidades. As tabelas são bem demonstrativas do aumento de informação perante o número escasso de publicações. Sobre o futuro das estruturas hipogeicas portuguesas espera-se que muitos dos responsáveis publiquem efectivamente sobre os sítios escavados de forma a preservar e divulgar informação. No entanto, para além dos estudos dentro de cada país serem um pouco dispersos sobre a temática, haveria necessidade de conhecer melhor as estruturas e os pacotes artefactuais encontrados nos restantes países europeus onde também existem hipogeus.

AGRADECIMENTOS

Um especial agradecimento à Prof.ª Doutora Ana Catarina Sousa por todo o apoio e amizade durante todo este percurso, e à empresa EDIA, pela actualização na listagem dos sítios arqueológicos com hipogeus.

BIBLIOGRAFIA

ÅBERG, Nils (1921) – *La civilization eneolithique dans la Peninsule Iberique.* Uppsala.

BARRADAS, Elisabete; SILVÉRIO, Silvina; SILVA, Maria João Dias; SANTOS, Cláudia (2013) – O hipogeu da Barrada: um monumento funerário do neolítico final/ calcolítico inicial em Aljezur. *Arqueologia em Portugal: 150 anos.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 407-415.

BARROS, Luís; ESPÍRITO SANTO, Paulo (1997) – Gruta artificial de S. Paulo. *Setúbal Arqueológica.* Setúbal: MAEDS. 11-12, pp. 217-220

BERDICHEWSKY, Bernardo (1964) – *Los enterramentos en cuevas artificiales del Broncce Hispânico.* Madrid: Biblioteca Praehistorica Hispana. VI.

CARDOSO, Guilherme (1991) – *Carta Arqueológica do concelho de Cascais.* Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

CARDOSO, João Luís (2002) – Sobre os ídolos de calcário de Pêra (Silves) e o seu significado, no quadro do Calcolítico do sul Peninsular. *O Arqueólogo Português.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. IV:20, pp. 61-76.

CARDOSO, João Luís; NORTON, J.; CARREIRA, Júlio Roque (1996) – Ocupação calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras.* Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 10: 6, pp. 287-299.

DELICADO, Cátia Saque (2016) – *A gruta artificial das Lapas (Torres Novas). Contributo para o conhecimento das práticas funerárias dos 4º* e 3º milénios *a.n.e. na Estremadura Portuguesa.* Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

FERREIRA, Octávio Veiga; TRINDADE, Leonel (1956) – La nécropole de Cabeça da Arruda (Torres Vedras). In *Congreso Internacional de Ciências Prehistóricas e Protohistóricas*, pp. 503-520.

FERNANDES, Pedro Queirós (2013) – *Os hipogeus de Vale de Barrancas 1 (Beringel, Beja). Práticas funerárias e análise dos restos ósseos humanos exumados.* Coimbra. Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra.

FERNANDES, Isabel Cristina; SANTOS, Michelle Teixeira (2012) – Carta Arqueológica do Concelho de Palmela. *Palmela Arqueológica no contexto da região interestuarina Sado-Tejo.* Palmela, pp. 11-24.

FRANÇA, Camarate; FERREIRA, Octávio da Veiga (1958) – Estação pré-histórica da Samarra (Sintra). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal.* Lisboa: Serviços Geológicos. T.39, fasc.3-4, pp. 61-86.

GALLÁN, Encarnacion Rivero (1988) – *Análisis de las cuevas artificiales de Andalucía y Portugal*. Sevilla: Colegio Universitario de la Ràbida.

GONÇALVES, Victor Santos (2003) – *Sítios, «Horizontes» e Artefactos: Estudos sobre o 3º milénio no Centro e Sul de Portugal*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

GONÇALVES, Victor Santos (2009) – Construir para os mortos. Grutas artificiais e antas na Península de Lisboa. Algumas leituras prévias. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17, pp. 237-260

GONÇALVES, Victor Santos; ANDRADE, Marco; PEREIRA, André (2004) – As placas de xisto gravadas das grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque) e da necrópole das Baútas (Mina, Amadora). *O Arqueólogo Português.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. IV: 22, pp. 113-162.

HELENO, Manuel (1935a) – *Relatório da primeira visita à necrópole das Lapas (Torres Novas) [Manuscrito].* Acessível na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.

HELENO, Manuel (1935b) – *Necrópole das Lapas (Torres Novas) [Manuscrito].* Acessível na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.

HELENO, Manuel (1939) – *Gruta artificial de Ermegeira e outras antiguidades da região de Torres Vedras (lapas). Grutas da Quinta das Lapas. [Manuscrito].* Acessível na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.

JORDÃO, Patrícia; MENDES, Pedro (2006-2007) – As grutas artificiais da Estremadura Portuguesa: uma leitura crítica das arquitecturas. *Arqueologia e História.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 12:58-59, pp. 43-78.

LEISNER, Georg; LEISNER, Vera (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz: materiais para o estudo da cultura megalítica em Portugal*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.

LEISNER, Georg; LEISNER, Vera (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen.* Berlin: Walter de Gruyter (Madrider Forschugen Band 1/3. Berlim.

LEISNER, Vera; ZBYSZEWSKI, Georg; FERREIRA, Octávio da Veiga (1969) – *Les Monumentos préhistoriques de Praia das Maçãs et de Casainhos.* Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. Memória. 16, Nova Série.

MELO, Linda; SILVA, Ana Maria (2016) – Os hipogeus 1 e 2 do sítio do Monte do Malheiro 2 8Selmes, Vidigueira, Beja, Portugal) do Neolítico final/Calcolítico: práticas funerárias e estudo antropológico dos restos ósseos humanos exumados. *Estudos do Quaternário.* APEQ. 15, pp. 91-98.

PARREIRA, Rui (2010) – As placas de xisto gravadas do Hipogeu I de Monte Canelas (Alcalar). GONÇALVES, Victor & SOUSA, Ana Catarina (eds.) – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e o 3º milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 399-240.

RIBEIRO, Carlos (1880) – *Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos.* Lisboa: Typografhia da Academia.

ROCHA, António dos Santos (1908) – Silo Pré-histórico da Redinha. *Boletim da Sociedade Archeológica Santos Rocha.* T.I: 7, pp. 196-198.

SOARES, Joaquina (2003) – *Os hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as economias do simbólico*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal / Assembleia Distrital de Setúbal.

SOUSA, Ana Catarina (2004) – A necrópole do Neolítico final de Pragais, Porto de Mós: velhos dados, novas leituras. *Arqueologia: Colecções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Catálogo. Instituto Português de Museus, pp. 90-111.

VALERA, António Carlos (2013) – *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus Beja) do Neolítico (Vidigueira, Beja).* Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica (ERA Monográfica, 1).

VALERA, António Carlos; COELHO, Manuela (2013) – A necrópole de hipogeus da Sobreira de Cima (Vidigueira, Beja): enquadramento, arquitecturas e contextos. *Sobreira de Cima: Necrópole de Hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja). Era Monográfica.* Lisboa: NIA. 1, pp. 11-40

VALERA, António Carlos; FILIPE, Victor (2012) – A Necrópole de Hipogeus do Neolítico Final do Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 8, pp. 29-41.

VALERA, António Carlos; GODINHO, Ricardo; CALVO, Ever; BERRAQUERO, Javier Moro; FILIPE, Victor; SANTOS, Helena (2014) – Um mundo em negativo: fossos, fossas e hipogeus. *4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O Plano de Rega (2002-2010).* Memórias d´Oriana. Évora: EDIA, pp. 55-74.

VEIGA, Sebastião Filipe Estácio da, (2005) – *Antiguidades monumentais do Algarve. Paleoetnologia. Tempos pré-históricos*. Faro: Universidade do Algarve.

Estremadura – Tabela 1				
#	Sítio Arqueológico	Concelho	nº	Referência
1	Cemitério	Cantanhede	3	+
2	Lapas	Torres Novas	1	Delicado, 2016
3	Convento do Carmo	Torres Novas	1	+
4	Ribeira Branca	Torres Novas	2	Leisner & Leisner, 1959
5	Ribeira de Crastos	Caldas da Rainha	2	Jordão & Mendes, 2006/2007
6	Ermegeira	Torres Vedras	1	Heleno, 1939
7	Quinta das Lapas	TorresVedras	2	Jordão & Mendes, 2006/2007
8	Casal da Lapa	Torres Vedras	1	Jordão & Mendes, 2006/2007
9	Cabeço da Arruda 1	Torres Vedras	1	Ferreira & Trindade, 1956
10	Samarra	Sintra	1	França & Ferreira, 1956
11	Folha das Barradas	Sintra	1	Ribeiro, 1880
12	Praia das Maçãs	Sintra	1	Leisner *et alii,* 1969
13	Carenque	Amadora	4	Heleno, 1932
14	Baútas	Amadora	1	Heleno, 1932
15	Monte do Castelo	Oeiras	1	Cardoso *et alii,* 1996
16	Murtal	Cascais	2	Cardoso, 1991 +
17	Alapraia	Cascais	4	Gonçalves, 2003
18	S. Pedro do Estoril	Cascais	2	Gonçalves, 2003
19	São Paulo 2	Almada	1	Barros & Espírito Santo, 1997
20	Casal do Pardo	Palmela	4	Soares, 2003
21	Aires II	Palmela	1	+
22	Capuchos 2	Palmela	1	Jordão & Mendes, 2006/2007

Algarve – Tabela 2				
#	Sítio Arqueológico	Concelho	nº	Referência
23	Igreja Nova	Aljezur	1	Veiga, 2005
24	Barrada	Aljezur	1	Barradas *et alii*, 2014
25	Torre de Frades	Vila Real de Santo António	3	Veiga, 2005
26	Torre	Faro	2	Veiga, 2005
27	Monte Canelas 1	Portimão	4	Parreira, 2010
28	Pêra	Silves	1	Cardoso, 2002

Alentejo – Tabela 3					
	#	Sítio Arqueológico	Concelho	nº	Referência
Margem Direita do rio Guadiana	29	Sobreira de Cima	Vidigueira	7	Valera, 2013
	30	Monte do Malheiro 2	Vidigueira	2	+
	31	Monte das Covas 3	Beja	s.i.	+
	32	Quinta da Abóboda	Beja	s.i.	Comunicação de A. Valera
	33	Bela Vista 4	Beja	s.i.	+
	34	Poço da Gontinha 1	Ferreira do Alentejo	1	+
	35	Pedreira de Trigaches 2	Beja	1	+
	36	Horta de Baixo 1	Aljustrel	1	+
	37	Pisões 5	Beja	2	+
	38	Monte do Carrascal 2	Ferreira do Alentejo	4	+
	39	Vale de Barrancas 1	Beja	7	Fernandes, 2013
Margem Esquerda do rio Guadiana	40	Monte da Magoita 1	Serpa	1	+
	41	Monte Gargantas 1	Serpa	1	+
	42	Monte da Guarita 2	Serpa	s.i.	Comunicação A. Valera
	43	Zambujeira 1	Serpa	1	+
	44	Monte de Cortes 2	Serpa	1	Valera *et alii,* 2014
	45	Ourém 7	Serpa	1	+
	46	Outeiro Alto 2	Serpa	3	Valera & Filipe, 2012
	47	Ribeira de Pias 2	Serpa	1	+
	48	Cadavais	Serpa	2	+
	49	Montinhos 6	Serpa	12	Melo & Silva, 2016

Tabela 1 / Tabela 2 / Tabela 3
Tabelas discriminatórias das características presentes em cada arquitectura hipogeica por área geográfica (Estremadura, Algarve e Alentejo). (# – número do monumento; **nº** – número de estruturas hipogeicas determinadas no sítio arqueológico; **+** - sítio arqueológico inédito.

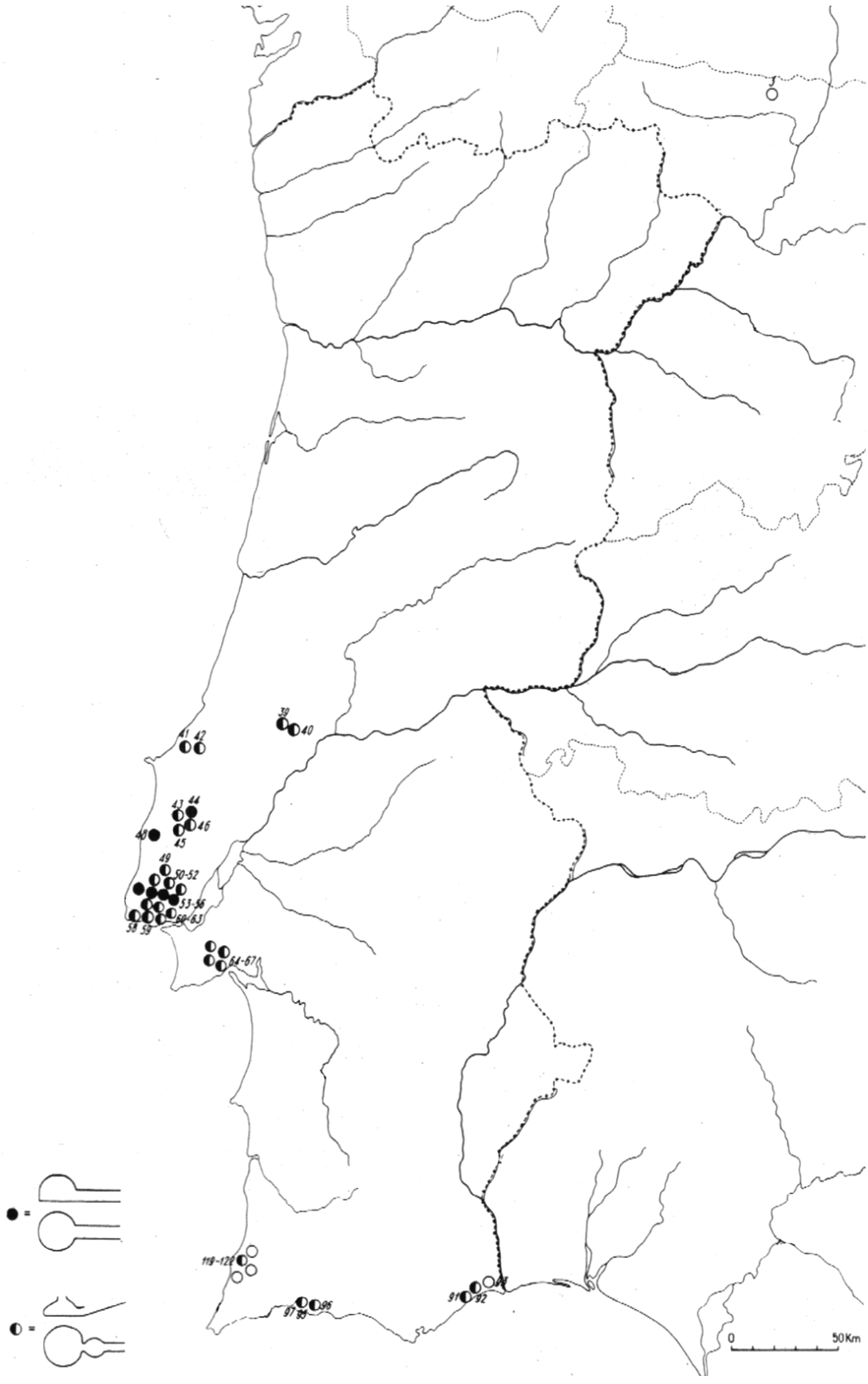


Figura 1 – Mapa 1 – Cartografia efectuada pelo casal Leisner sobre os sítios arqueológicos de grutas artificiais em 1956. (Leisner & Leisner, 1956 , Tafel 74)(Mapa adaptado).

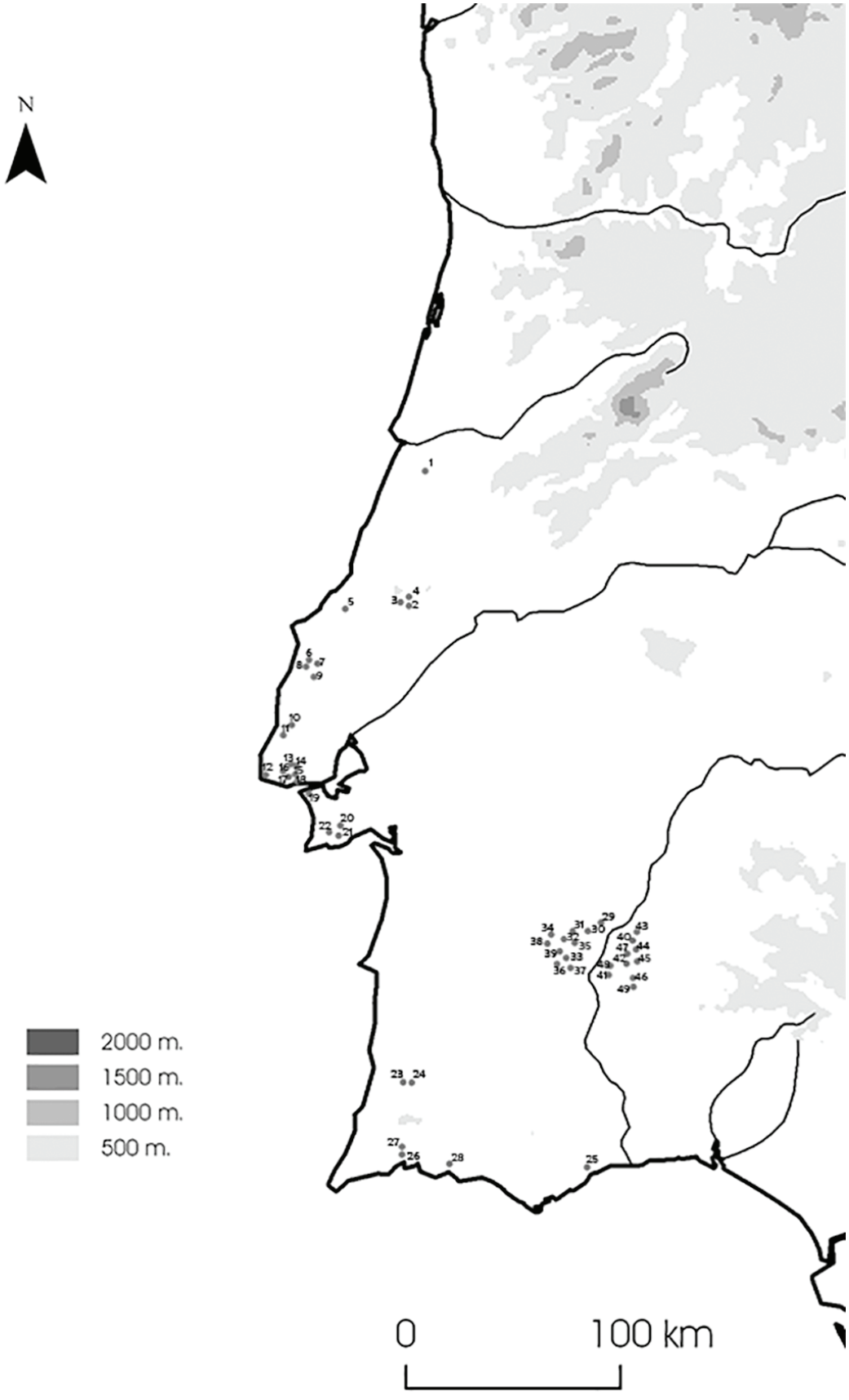


Figura 2 – Mapa 2 – Localização dos actuais sítios arqueológicos com grutas artificiais em território nacional. (Numeração dos sítios com base nas tabelas).

«PORQUE HAVEMOS DE DEIXAR NAS MÃOS DE ESPECIALISTAS ESTRANGEIROS PERSPECTIVAS QUE TANTO NOS DIZEM RESPEITO?».

A COLABORAÇÃO ARQUEOLÓGICA INTERNACIONAL NO PORTUGAL DOS ANOS 50-60 DO SÉCULO XX: TRADIÇÕES, INOVAÇÕES E CONTRADIÇÕES[1]

Ana Cristina Martins[2]

«Dispomos de textos sobre o Património, instituições,
de biografias das personalidades mais destacadas,
mas falta o estudo dos mecanismos e das genealogias,
da trama mais profunda na qual se formam os projectos,
se estruturam os discursos e constroem os conhecimentos.»
(Lemos, 2013: 32)

RESUMO

Ausente dos principais circuitos de produção, transmissão e recepção de conhecimento arqueológico, Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991) é essencial na formação de um conjunto de jovens liceais e universitários aos quais competiria definir e reorientar a política patrimonial no país já em plena democracia. Insistindo na actualização permanente de conhecimento e na adopção das mais recentes técnicas de escavação geradas, na sua maioria, em contexto britânico, E. da Cunha Serrão apela à interdisciplinaridade e colaboração institucional, assumindo-se como expoente de uma 'geração em trânsito' determinante para o futuro da arqueologia em Portugal. Particularidades exploradas no texto a partir de uma sua interrogação eivada de aparente contradição.
Palavras-chave: Eduardo da Cunha Serrão, 'Geração em trânsito', "Nova arqueologia", Cência em Portugal.

ABSTRACT

Despite being absent from the main circuits of production, transmission and reception of archaeological knowledge, Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991) is essential in the formation of a group of university and high school youths who should define and reorient the heritage policy in the country already in Full democracy. Insisting on the constant updating of knowledge and the adoption of the most recent digging techniques generated, mostly in the British context, E. da Cunha Serrão appeals to interdisciplinarity and institutional collaboration, taking on the role of exponent of a decisive 'transit generation' for the future of archaeology in Portugal. Particularities explored in the text from an interrogation full of apparent contradiction.
Keywords: Eduardo da Cunha Serrão, 'Generation in transit', "New archaeology", Science in Portugal.

---

1. Texto produzido no âmbito da Bolsa de Investigação SFRH/BDP/105375/2014, atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal), com o apoio financeiro do Fundo Social Europeu. Este texto constitui, ainda, um *output* do projecto " Inter-Arq – Archaeology and interdisciplinarity: archaeological and historical research on interdisciplinarity in the History of Spanish archaeology (19th and 20th centuries.", financiado pela Agencia Estatal de Investigación y pelo Fundo Social Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), n.º ref. HAR2016-80271-P. Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia i Història (2017-2019).

2. FCT, IHC-CEHFCi-UÉ-FCSH-NOVA; ana.c.martins@zonmail.pt

1. INÍCIO: INTERROGAÇÕES, FONTES E METODOLOGIA

Proferida por Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991) no início dos anos 70, a frase seleccionada para abrir este texto exprimirá certo desconforto quanto à arqueologia praticada em território português, ao mesmo tempo que uma hipotética visão identitária de cariz nacionalista desta actividade.

Afirmação, em forma de interrogação retórica, que poderá surpreender num primeiro momento, ao recordarmos como o próprio E. da Cunha Serrão pugna pela colaboração internacional em arqueologia, pelo menos desde finais da década de 50. Mas uma análise mais atenta permite entendê-la à luz de um padrão discursivo de raiz Oitocentista que ainda preponderava nalguns círculos académicos nacionais. Tratar-se-á, no entanto, de um modelo algo inconsistente pela contradição aduzida, ao procurar conter a liderança estrangeira num momento em que se desdobram as exigências de cooperação internacional, também em nome do desenvolvimento científico.

Mas será uma incoerência ou uma estratégia para acautelar a hegemonia estrangeira nas actividades arqueológicas em Portugal? Será um antagonismo ou um modo de alcançar apoios individuais e institucionais que permitam concretizar determinados projectos arqueológicos? Será um paradoxo ou uma forma de agilizar a obtenção dos meios há muito exigidos para o desenrolar célere do exercício arqueológico no país? Não será, antes, uma elocução destinada a suscitar o interesse da agenda política prevalecente no país, despertando-a, em definitivo, para o temário arqueológico?

Estas são interrogações às quais procuramos responder com base na análise de fontes primárias e secundárias, algumas das quais inéditas e abrangendo registos de memória oral, enquanto avaliamos a forma, o conteúdo e o impacte de colaborações internacionais ocorridas na arqueologia em Portugal entre finais dos anos 50 e inícios de 70, mormente da responsabilidade de membros da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1863-).

2. I CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA: O "ESTADO DA ARQUEOLOGIA"

Evocando o primeiro centenário do nascimento de Leite de Vasconcelos (1858-1941), o I Congresso Nacional de Arqueologia (ICNA) decorre num ano crucial para o pensamento arqueológico ocidental, com conhecidas repercussões à escala mundial (Preucel e Hodder, 1996).

Com efeito, é em 1958 que Lewis R. Binford (1931--2011) publica *New Archaeology* e David L. Clarke (1937-1976) *Analytical Archaeology*. Mas apesar da sua relevância, o efeito destas duas obras faz-se sentir muito mais tarde no seio da ainda reduzida comunidade arqueológica portuguesa, por mão de uma nova geração de arqueólogos (Martins, 2016). Uma geração insatisfeita com anacronismos verificados na produção, transmissão e recepção da arqueologia no país, ansiando por romper fronteiras e abraçar visões interdisciplinares para melhor entender diferentes realidades, actuais e pretéritas. Uma forma renovada de olhar o passado que exige uma colaboração estreita e sistemática com outras ciências, nomeadamente humanas e sociais, assim como o incremento de projectos multidisciplinares, com realce para as áreas exactas e naturais, até pelos métodos de exame e de análise que podiam aportar aos estudos arqueológicos. Cooperar exige, no entanto, uma aproximação contínua a instituições portuguesas e estrangeiras, pois o país carece de profissionais na área e o destino da disciplina é ditado por quem ainda resiste, mesmo que inconscientemente, a novas abordagens. Situação algo contraditória ao incentivo de internacionalização por parte de organismos nacionais de política e gestão científica (Rollo *et alii*, 2012).

Há, pois, que repensar teorias e práticas para entendimento geral de realidades transactas. Nada que seja, propriamente, novidade. Há muito que se procura a proximidade a colegas estrangeiros, a julgar pela presença de arqueólogos portugueses em encontros internacionais, a significativa troca de correspondência e a co-organização de reuniões abrangendo temas arqueológicos. Exemplo disto, os Congressos Luso--Espanhóis para o Avanço das Ciências, nos quais se desenrola uma verdadeira diplomacia científica em nome do incremento das relações ibéricas:

> a parte relevante que no progressivo desenvolvimento da confraternidade académica das duas Pátrias cabe à acção conjunta e harmónica dos dois organismos congéneres para uma obra de aproximação que bem pode merecer a reflexão e servir de exemplo às gerações vindouras: aquele Conselho Superior e o Instituto de Alta Cultura, *promotores da reforma mental e do renascimento intelectual da Espanha e de Portugal* (Tavares, 1962: 10. Nosso itálico)

Mas, no que respeita à arqueologia, trata-se, na maioria das vezes, de uma aproximação pouco consequente por ainda prevalecer entre nós o estudo tipológico e a leitura histórico-cultural (Martins, 2016). Nada que pareça, todavia, impedir o reconhecimento de novidades produzidas além-fronteiras e a necessidade de as recepcionar. Não será, porém, o momento de as apreender na totalidade, havendo que esperar por uma geração em cujas mãos ficará o destino da arqueologia no país. Tal sucederá volvida uma década.

Reunindo quase todos os estudiosos da arqueologia em Portugal, o ICNA permite mapear os trabalhos realizados até então, rastreando temas, períodos, épocas e territórios. Possibilita, ainda, identificar autorias e instituições, numa construção informal de redes de contacto através das quais se divisam dificuldades e se assinalam eventuais soluções.

Aferindo o estado da arqueologia no país e potenciando debates teóricos, o ICNA abre caminho a discussões metodológicas e ao escrutínio de conclusões preliminares de estudos realizados, acabando por revestir dimensão ibérica, também pelas conferências proferidas por colegas espanhóis, comunhão de temas e estádio de desenvolvimento da arqueologia em Espanha (*Ibid.*).

Sendo o primeiro encontro nacional de discussão arqueológica, o ICNA procura sensibilizar os decisores políticos portugueses para a relevância (incluindo política) da produção de conhecimento na área, instituindo-a na universidade e criando instrumentos que garantam o seu exercício e divulgação. Intuito que é atendido parcialmente pela organização do congresso, a julgar pela presença de importantes figuras da política nacional na sessão de abertura e publicação, no espaço de um ano, do primeiro volume das actas subsidiadas pelo Instituto de Alta Cultura (IAC) (1952-1976) (*Ibid.*). À semelhança, contudo, do verificado após o encerramento dos trabalhos do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (CIAAP) (Lisboa, 1880), as esperanças acanham-se um pouco pelo adiamento da edição do segundo volume das actas e da realização do IICNA (*Ibid.*). Minoram mas não desalentam, antes animam com inovadores métodos, metodologias e teorias (Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia, 1959-1960) que demandam interdisciplinaridade e colaboração interinstitucional, incluindo de nível internacional (*Ibid.*).

3. EDUARDO DA CUNHA SERRÃO (1906-1991)

Uma das figuras centrais do ICNA é a Eduardo da Cunha Serrão, pela novidade metodológica que apresenta, recente em Portugal, porém brotada e aplicada há muito na Grã-Bretanha (Actas e Memórias…).

E. da Cunha Serrão é, sem dúvida, um caso interessante e único na arqueologia em Portugal. Não pelo amadorismo, até por ser esta a situação prevalecente de quantos se dedicam ao seu exercício entre nós, mas por se tratar de alguém que, não sendo professor universitário marca toda uma geração que com ele e através dele actualiza conhecimentos, desperta para novas abordagens, promove a interdisciplinaridade e abraça a colaboração internacional (Martins, 2016)[3].

Mas o que leva um economista de 1.ª classe dos Correios e Telecomunicações, inspector da respectiva direcção dos serviços financeiros, a enveredar pela arqueologia[4]? Possivelmente, o mesmo que motivara um dos seus primeiros cultores Novecentistas, Joaquim Moreira Fontes (1892-1960)[5], então já catedrático da Universidade de Lisboa: o *trabalh*[ar] *em arqueologia por paixão*, pelo fascínio da (re)descoberta do passado através da análise rigorosa dos seus vestígios (Serrão, 1959: 26). Nesse caso, porque não se dedica em exclusivo à actividade arqueológica? Possivelmente por inexistência de profissionalização na área e de reconhecimento social do seu exercício. Além disso, E. da Cunha Serrão não possuirá suficientes recursos pessoais e familiares que lho permitam fazê-lo, longe que estão os tempos em que a arqueologia era foro quase único de diletantes, ociosos e curiosos, e passatempo ou complemento de funções públicas e liberais, muitas vezes cumpridas a contragosto:

3. É o que sucede, por exemplo, em 1967, com a entrega a um laboratório de Colónia, de carvões recolhidos na Lapa do Fumo, para datação de C^{14} (Serrão, 1967: 32).

4. Aventamos a hipótese de o ingresso nesta instituição ser intermediada pelo padrasto e irmão do pai, o engenheiro Humberto da Cunha Serrão (1885-1959), então chefe do Serviço.

5. Avançamos com a possibilidade de o encontro com Joaquim M. Fontes ocorrer em Sintra, onde este professor catedrático de medicina desempenhava funções autárquicas, e junto de quem E. Cunha Serrão obtém subsídios camarários para investigações arqueológicas que conduz na região.

> não disponho senão dos meus conhecimentos e do tempo que lhes posso dedicar, o que é pouco, uma vez que *a investigação arqueológica, como qualquer género de investigação científica, implica dispêndio de numerário*. //Admitir-se que eu também poderia contribuir com mais esse esforço, seria considerar que estava investigando exclusivamente para enriquecer os meus conhecimentos (IC/IAC. *Idem*)

Já casado, E. da Cunha Serrão comentará que «[…] todo o meu entusiasmo resulta daquela sede de natureza que tu também sentes, e que deve estar acirrada pela tua situação actual de *pálido lisboeta e empregado público*. // […] dia 3 [Setembro de 1933], dia em que *o prosaico dever de pagar uma renda de casa me chama a Lisboa*.»[6]. Obrigação que o acompanha ao longo da vida:

> A solução destas e outras incógnitas [arqueológicas], talvez não caiba na vida de um arqueólogo que, como eu *não dispõe de tempo suficiente*, porque não se pode dedicar integralmente à arqueologia; *não tem colaboradores* cujo interesse seja duradouro; *não pode contar com meios materiais* em proporção com a tarefa presente a realizar (Serrão, 1960: 40)

Trata-se de uma obrigação profissional que entende limitar a liberdade de pensamento e gerar inércia intelectual: «[…] aquella tal Coimbra, que é preciso não se ser nela caixeiro, sapateiro ou empregado público para que a possamos olhar, babados de encantamento.»[7].

Apesar destas manifestações tardias, denotamos em E. da Cunha Serrão uma inclinação apriorística por assuntos históricos e artísticos[8] e competências que influirão os seus estudos arqueológicos.

Filho de Clementina de Miranda da Cunha Serrão e de Eduardo José da Cunha Serrão, E. da Cunha Serrão nasce no dia de Natal de 1906 e cresce em ambiente familiar que potencia o interesse pela área de estudo que abraçará décadas depois. Embora não siga as pisadas profissionais do pai e do padrasto, ambos engenheiros com funções de relevo em instituições nacionais, E. da Cunha Serrão ingressa, em 1928, na Universidade Técnica de Lisboa, no Instituto Superior de Comércio (actual Instituto Superior de Economia e Gestão), onde se licencia em ciências económicas e financeiras com 15 valores.

Entretanto, os verões decorrem na Parede, cultivando amizades firmadas desde jovem. Entre elas, a da sua futura mulher, Ana Augusta de Campos Saldanha, e a de Eduardo Prescott Vicente, com quem reforçará o interesse pela arqueologia (*vide infra*)[9]. Conjuntamente a outras personalidades, desfrutam da época estival em expansivos serões literários e musicais, discutindo os mais diversos temas de forma desassombrada, ao som do piano e da radiofonia, enquanto E. da Cunha Serrão apura os seus dons artísticos, desenhando e pintando. Um gosto transposto, em breve, para a arqueologia através da reprodução de materiais arqueológicos:

> O Eduardo [Cunha Serrão] desde os tempos do tabuleiro tinha progredido na sua aptidão invulgar para as coisas do desenho, imaginando, caricaturando, pintando a aguarela os seus trechos de paisagem, com um interesse vivo e espontaneidade de traço que a todos se insinuava (não esquece os seus felizes apontamentos a tinta da China ou aguarela de assuntos da Grande Guerra). // Contribuía bastante para estes "serões" essa feliz ocupação do Eduardo[10]

Entretanto, amplia o seu apurado sentido estético e apreço pelo desenvolvimento tecnológico, ao adquirir, ainda jovem, uma máquina fotográfica, antes de utilizar máquina de filmar, que tão úteis se revelam no decurso das suas investigações arqueológicas[11].

Interesses comungados pela sua já, então, mulher. Por isso o *casal Ana-Eduardo* ou simplesmente *Serrões* percorre o país e o estrangeiro de onde enviam as costumeiras epístolas nas quais se entrevê o seu *temperamento exuberante e apurado espírito crítico*[12]. Mais do que isso, nelas divisamos referências à arqueologia desde, pelo menos, 1933, ou seja previamente ao enveredar no exercício arqueológico com

---

6. Retirado de *Memórias de Parede. I Parte. De 1914 a 1934* (Nossos itálicos).

7. *Ibid.*

8. *Ibid.*

9. Segundo informação fornecida por Vítor de Oliveira Jorge, em entrevista realizada pela signatária.

10. Dados retirados de *Memórias de Parede. I Parte. De 1914 a 1934*.

11. *Ibid.*

12. *Ibid.*

E. Prescott Vicente[13]:

> Penela 30 de Agosto de 1933 [...] lá percorri mais uma vez aquella região onde o sentimento nos faz ficar presos por uma *emoção mista de interesse artístico, arqueológico e patriótico* (*coisa horrenda!*) a umas pedras dispostas ora mais à direita, ora mais à esquerda, mais acima ou mais a baixo, *vínculos indestrutíveis*, mas agora roídos pelo perigoso caruncho das ideias avançadas e fixas. // Estás a ver que me refiro às Mafras, às Alcobaças, aos castelos de Leiria, Tôrres, Pombal, etc., e tal, aos muros de Óbidos, aos Mosteiros da Batalha, *série emotiva de valores arquitectónicos, históricos, turísticos* [...]. // Confesso que é mau gosto gostar do cheiro a bafio da pedra esfarelada, mas que queres... acho giro; casa-se bem com o campo, talvez porque contrasta com os bellos mas saturantes esmaltes, metais polidos, madeiras envernizadas, paredes forradas, indumentária indispensável ao progresso, que se agrada, também faz tonturas e dôres de cabeça[14]

Atenção e sentimento renovados poucos depois quando, a 8 de Agosto de 1951, palestra, a convite, no salão nobre da Câmara Municipal de Vila Real: «... um Português deve conhecer bem tudo o que no seu País há de valioso, típico, belo, para poder ser consciente, sentidamente português ...» (Serrão, 1951: 5). Nada, todavia, que o associe a saudosismos desusados, pois «Pertence o homem a uma espécie essencialmente progressiva mas, paradoxalmente, desconfia sempre do que é novidade.» (*Idem*: 16). Daí que defenda ser «Só o Estado, por motivos de longevidade e de função, [a] oferece[r] garantias de adaptabilidade às novas técnicas de exploração e até às novas ideias dominantes sobre o papel social das comunicações, novidades que surgem com o decorrer dos tempos.» (*Idem*: 19). Ideias reforçadas nos anos seguintes, nomeadamente enquanto arqueólogo, ao sustentar, com energia, a introdução, entre nós, de uma gestão arqueológica (científica e cultural) próxima da britânica, sustida no ancestral princípio de serviço público descentralizado. Paralelo inovador para Portugal, quando outros arqueólogos nacionais ambicionam aproximar a arqueologia no país ao modelo de funcionamento espanhol (Paço e Bartholo, 1962)[15].

Enquanto isto, E. da Cunha Serrão fortalece o seu interesse pela arqueologia em meados dos anos 40 ao transferir, quase na totalidade, o período estival de Parede para Venda Nova, Sesimbra[16].

4. UMA BREVE ESTADA LONDRINA

Mas outro episódio determina a sua afirmação nesta área do conhecimento: a estada londrina. A viagem não é, todavia, da sua iniciativa. Empenhada em aprofundar o estudo do idioma inglês no *British Council*, sua mulher Ana Saldanha decide, em companhia de amiga comum, rumar a Londres, *para praticar com proveito máximo* durante algumas semanas[17]. Partem com E. da Cunha Serrão a 25 de Julho de 1952, em visita de estudo organizada por aquela instituição. Viajam no *Sud-Express* até Paris, de onde seguem para Inglaterra:

> da viagem, decerto muita coisa haveria para contar se eles quisessem. Uma viagem a Paris (embora não inédita para qualquer deles), continuação até Londres e estadia aqui (estreia para a Ana e o Eduardo) ... podiam encher um livro se quisessem! Entretanto esta crónica resumo limita-se a pôr aqui estes dados secos: o Eduardo esteve pouco tempo – ia só acompanhar a mulher para lá – voltando ao fim de oito dias de Londres[18]

São oito dias bem aproveitados por E. da Cunha Serrão, então com 46 anos de idade. Seja por curiosidade colhida no terreno ou por informações obtidas junto de várias entidades, entre as quais o próprio *British Council*, E. da Cunha Serrão fica ciente da problemática teórica e metodológica em arqueologia ao embrenhar-se na *Field Archaeology*[19]. Um des-

13. *Ibid.*

14. *Ibid.* (Nossos itálicos).

15. «Para estudo do seu passado pré e proto-histórico, Madrid, por exemplo, criou há alguns anos o Instituto Arqueológico Municipal [...] possuindo magníficas instalações de trabalho, uma excelente biblioteca da especialidade, uma oficina de restauro de cerâmicas, um museu ...» (Paço e Bartholo, 1962: 289).

16. Dado retirado de *Memórias de Parede. II Parte. De 1935 a 1954*.

17. *Ibid.*

18. *Ibid.*

19. Método que permite «... disciplinar as pesquisas e obter alguns elementos úteis sobre estratigrafia que puderam ser fácil e rigorosamente registados.» (Serrão, 1969: 341).

pertar evidenciado após visitar o *Institute of* Archaeology, da *University College of London*, dirigido, desde 1946, por Vere Gordon Childe (1892-1957), cujo pensamento, juntamente com o método de trabalho de campo introduzido por Kathleen Kenyon (1906-1978) e Mortimer Wheeler (1890-1976), imprimiam uma nova dinâmica à arqueologia britânica, alterando o modo de escavar, registar, interpretar e divulgar as realidades exumadas. Dentro em pouco, E. da Cunha Serrão realça outros nomes, a exemplo dos franceses André Leroi-Gourhan (1911--1986) e Annette Laming-Emperaire (1917-1977), e do russo Sergei A. Semenov (1898-1978), algo inesperado tendo em conta o vigente cenário político português, mas não estranho quando o apelo à internacionalização da ciência é crescente em Portugal (Serrão e Vicente, 1960: 52).

5. A IMPORTÂNCIA DE VERANEAR EM SESIMBRA

A impressão produzida pela estada londrina manifesta-se em E. da Cunha Serrão no ano seguinte, em 16 de Setembro de 1953. Descobre então, com E. Prescott Vicente, a estação *eneolítica* de Parede que estudarão dois anos depois, assim como a necrópole de Azóia (Sesimbra) e a estação de Olelas (Sintra) achada pelos *dois Eduardos velhos amigos e jovens arqueólogos*[20].

Esta sua presença em Sesimbra, o interesse que revela pelo seu passado e a sua condição de colaborador do 'Centro de Estudos de Etnologia Peninsular' (CEEP), justificam o pedido que lhe é dirigido pelo município em 1955, na pessoa do seu presidente (1948-1958), o engenheiro José Brás Roquete, assim como pela 'Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra'. Pretendem então que investigue o *Castelo* e outros locais (Serrão, 1959: 187) e promova a classificação e valorização do espólio destinado ao futuro museu regional (Serrão, 1964: 108). A partir deste momento, «… dediquei a minha especial atenção aos problemas arqueológicos do respectivo concelho.» (IC/IAC. *Idem*. Nossos itálicos).

Como sempre, um dos seus orientadores iniciais em arqueologia, A. A. Esteves Mendes Correia (1888--1960), apoia-o neste desafio enquanto director do CEEP e delegado da Junta Nacional da Educação (1936-1977), à qual apresenta, em 1957, o programa de trabalhos que E. da Cunha Serrão lhe fizera chegar em Abril do ano transacto, após estudos prévios dos quais expõe *resultados objectivos* em Fevereiro de 1958 (Serrão, 1959: 187). Conclusões preliminares que revelam «[…] expressivos indícios de que em tais épocas nela [região de Sesimbra] se fixaram vários povos.» (*Idem*: 188), mercê de uma iniciativa «[…] que – ao contrário do que é habitual entre nós –, nasceu na própria região, pode exprimir o elevado expoente intelectual da sua *élite*.» (*Idem*: 187).

Três anos decorrem entre a presença de E. da Cunha Serrão em Londres e o início destes trabalhos sistemáticos, nos quais recorre à nova metodologia da quadriculagem do terreno. Com efeito, já o relatório inicial da escavação em Parede (1955) demonstra a importância da identificação da *camada arqueológica*, da análise do respectivo *conteúdo* e da «[…] abertura de uma simples trincheira de reconhecimento, que nos desse indicações sobre estratigrafia, riqueza em materiais e zona mais conveniente em que deveria incidir uma ainda possível escavação futura que então levaríamos a efeito dentro das regras que a técnica aconselha.» (Paço, Serrão e Vicente, 1957: 10). Ademais, ambos os autores têm muito que examinar, classificar e desenhar[21], mencionando mais tarde E. da Cunha Serrão,

> tudo isto de pouco vale se não interpretarem bem todos os dados obtidos. Só assim se fará ciência, ciência que constantemente suspeita das suas hipóteses e conclusões, que constantemente duvida do que parece evidente, que confere e reajusta as suas leis… Ciência, enfim (Serrão e Vicente, 1960: 52)

Mais. Entre outras referências, o relatório cita a de V. Gordon Childe, *L'aube de la Civilisation Européenne*, na tradução francesa de 1949 (Vicente e Serrão, 1958: 12), além de mencionar conceitos tão modernos na arqueologia portuguesa como o de *hinterland* para explicar a localização da estação, numa região que «[…] teve, nessas épocas recuadas, atractivos que permitiram o estabelecimento de populações eneolíticas, haja ou não coincidência quanto aos locais escolhidos para tal, no passado e no presente.» (*Idem*: 6), num exemplo do papel exercido pelas *condições geo-económicas* (Serrão, 1959: 189; Serrão, 1969).

20. Dado retirado de *Memórias de Parede. II Parte. De 1935 a 1954*.

21. *Ibid.*

Um conjunto conceptual engrandecido com actualização bibliográfica, enquanto perseguem o que entendem configurar uma série de regras, «[…] orientada, aperfeiçoada e divulgada pelo genial pré-historiador Victor Gordon Childe […].» (*Ibid.*), destinadas a afirmar a arqueologia como ciência: *escavar bem, analisar bem*. Princípio ao qual agregam o da interdisciplinaridade, através de «[…] procedimentos transcendentes de rigor no decurso das prospecções e escavações; análise laboratorial dos materiais exumados, que *compete a técnicos de várias especialidades cientificas* […].» (Serrão e Vicente, 1960: 36. Nosso itálico). Até porque *o arqueólogo não pode ser enciclopédico* (Serrão, 1960: 19), como era reconhecido com frequência por autores coetâneos[22].

O rigor é, sem dúvida, a palavra-chave (e não apenas para E. da Cunha Serrão[23]), em contraponto ao cenário genérico da arqueologia no país, arreigada ainda, e quase em exclusivo, a estudos tipológicos:

> tais *conjuntos* [*arqueológicos*] não são grupos de materiais constituídos por peças em condições de jazida diversas que eu tivesse reunido arbitrariamente porque manifestavam afinidades tipológicas entre si. Em cada conjunto, nota-se, de facto, que há semelhanças tipológicas predominantes entre os materiais que os formam, mas ainda (só assim teria significado a sua individualização) *distingue-se de qualquer outro conjunto, em consequência da sua posição estratigráfica ou suficiente afastamento* (as sondagens e escavações obedeceram às regras técnicas indispensáveis) (Serrão, 1959: 191. Nossos itálicos)

As reflexões de E. da Cunha Serrão em torno da noção de 'conjunto arqueológico' são constantes, questionando a sua equivalência a *culturas* bem definidas e identificáveis nos materiais escavados ou a *associações falsas – «aggregates»*, segundo R. Braidwood (1907-2003), em *Terminology in Prehistory. Human Origins* (1945) (Serrão, 1960: 33)[24]. Dúvida que pondera sempre, sobretudo quando a *Unidade Cultural não implica unidade racial, muito menos política* (*Ibid.*). Por isso, também, se deverá atender à leitura das unidades estratigráficas:

> Mais frequente é depararem-se-nos culturas adulteradas por influências de outras, cujos elementos que as definam provêm de regiões por onde se expandiram e onde chegaram, em épocas diferentes, a cada uma dessas regiões. Destes fenómenos resultam desfigurações tipológicas, misturas e aparentes anacronismos estratigráficos. // Acresce que *a perduração de alguns elementos de determinada cultura, quando não de quase todos, por ter sido enorme*, especialmente nas regiões onde, como neste extremo ocidental do mundo antigo, as *ondas culturais* das novas civilizações distantes chegavam atrasadas e esbatidas…» (Serrão, 1959: 191-192. Nossos itálicos).

O ascendente epistemológico britânico manifesta-se também a outro nível. O exemplo da actuação do *English Heritage* motiva E. da Cunha Serrão e E. Prescott Vicente a procurarem interessar as autoridades locais pela conservação e valorização desta descoberta, pois «Este património científico da Costa do Sol, que foi outrora tão acarinhado pela sua Junta de Turismo, merece as melhores atenções das autoridades municipais que o pretendem valorizar sob todos os aspectos.» (Paço, Serrão e Vicente, 1957: 6).

Trata-se de um conjunto de conhecimentos e de experiências que ambos transportam para as sessões do ICNA (Actas e Memórias…), instando à necessidade de actualizar leituras e de colaborar com entidades (individuais e colectivas) estrangeiras, em nome do desenvolvimento da arqueologia no país.

Não obstante, a generalidade dos arqueólogos portugueses insiste em procedimentos desusados (como a abertura de valas e poços), com consequências desastrosas para as estratigrafias (Lemos, 2013: 34). Alheiam-se, por isso, do novo sistema de escavação, fosse por não entenderem as suas implicações na plenitude (nomeadamente por não dominarem

22. «… os encontros de especialistas de vários ramos, a discutirem o mesmo assunto, oferecem inegáveis vantagens, porque vêm *contrabalançar o mal necessário que resulta da excessiva especialização*. […] a *discussão interdisciplinar* é uma das maneiras eficazes de o corrigir.» (DIAS, Jorge (1962) – "Relatório". *XXVI Congresso Luso-Espanhol*. Porto: APPC, p. 37. Nossos itálicos).

23. Embora não a apreendendo na totalidade, há quem reconheça a sua relevância no processo científico: «De acordo com o Prof. *Gordon Childe*, perfilhamos a ideia de que *uma escavação cuidada ali é absolutamente necessária, para se colherem elementos preciosos*…» (Paço e Bartholo, 1962: 290. Nossos itálicos).

24. Termo retirado por E. da Cunha Serrão de *Terminology in Prehistory. Human Origins* (1945), de R. Braidwood (Serrão, 1960: 33).

o idioma inglês), fosse por seguirem filiados na escola histórico-cultural e nos seus conceitos centrais, como o 'difusionismo' e o 'migracionismo'. Ao que parece, não estão ainda preparados para adoptar ideias como as de *propagação*, *convergência* (incluindo *etnológica*), *movimento de refluxo*, *peça típica* (ou *bilhete de identidade*) (= 'fóssil director') (Serrão e Vicente, 1960: 38, 39, 47, 50. Nossos itálicos), *ondas culturais* e *conjunto arqueológico* (Serrão, 1959: 191-192. Nossos itálicos). Nada, porém, que impeça o próprio E. da Cunha Serrão de interrogar, por exemplo, «. . . a que ponto tais peças [*típicas*] possam, isoladamente, exprimir expansão de culturas, ou simplesmente influências de culturas.» (Serrão, 1960: 33).

No geral, o ICNA reconhece a premência destes factores de inovação, pelo que os encontramos vertidos nas respectivas conclusões e recomendações finais. Cumpri-los, contudo, exige o aumento de recursos humanos e materiais disponíveis na investigação arqueológica em Portugal, assim como a formação de diferentes públicos para que o seu exercício seja socialmente aceite. Sem isso, seria difícil e assaz moroso proceder com rigor no terreno, inspeccionando de modo eficaz os trabalhos de campo; formar, de modo abrangente, os futuros arqueólogos; aplicar métodos de ciências naturais e exactas (como os arqueométricos); difundir os novos métodos de escavação; ampliar o número de campos arqueológicos de tirocínio (Martins, 2016).

O caminho para o futuro da arqueologia no país está assim traçado.

Há, no entanto, que percorrê-lo e procurar quem ambicione transitá-lo. Por isso se insiste para que os futuros arqueólogos adquiram conhecimentos, instrumentos e competências fundamentais à afirmação definitiva da arqueologia como disciplina autónoma, provida de objecto, método e objectivo próprios de investigação (realçando o registo estratigráfico e tridimensional dos materiais), enquanto são introduzidos aos métodos analíticos e ao pensamento estruturalista.

Existira, é certo, uma vontade de caminhar nesse sentido. Mas eram tentativas quase sempre hesitantes, parcelares e truncadas, mais por desinformação do que por desconsideração, pois buscava-se inovar em aspectos como o gráfico (patente na segunda série de *O Arqueólogo Português*), a colaboração interinstitucional, nacional e estrangeira[25], e até interdisciplinar[26].

6. UMA NOVA DÉCADA, NOVOS PRESSUPOSTOS, NOVA GERAÇÃO: OS ANOS 60

Apesar de alguns desalentos momentâneos, a experiência reunida ao longo das últimas décadas; a renovada política científica; o reconhecimento crescente da arqueologia enquanto ciência que importa à (re)descoberta do passado; a verificação, por parte de autoridades locais, da valência da arqueologia na afirmação e projecção nacional e internacional de localidades e regiões; o desempenho mais notório de colecções e sítios arqueológicos nos roteiros turísticos e nos museus de diferente amplitude geográfica e cronológica; impedem que, no conjunto, as vontades tolham e suceda algo similar ao verificado após o IX CIAAP (Martins, 2016).

Ademais, as universidades (sobretudo a coimbrã) acolhem jovens professores que traçarão positivamente os destinos da arqueologia em Portugal, conferindo-lhe outra dinâmica, notoriedade e cientificidade reconhecida além-fronteiras (*Ibid.*). Uma energia decorrente de experiências colhidas no estrangeiro, de leituras actualizadas e da promoção de projectos de investigação interdisciplinares e transnacionais, *pouco prometedores para quem veja na arqueologia uma atraente e leve aventura* (Serrão e Vicente, 1960: 52).

Também Lisboa assiste a iniciativas congéneres de consolidação da docência, investigação, preservação, divulgação e gestão arqueológica, muito graças a Fernando de Almeida (1903-1979). Enquanto isso, a AAP reforça o seu papel por ocasião do primeiro centenário (1963) e os Serviços Geológicos de Portugal (1918) fortalecem a autoridade no domínio da investigação pré-histórica. Entretanto, e já sem Mendes Correia, o noroeste do país desdobra-se em acções, realizando os colóquios portuenses, num tentame descentralizador do exercício arqueológico, enquanto a cúpula administrativa da arqueologia portugue-

25. Casos dos campos internacionais da Mocidade Portuguesa promovidos por Manuel Afonso do Paço (1895-1968) (Paço e Bartholo, 1962: 292-293.)

26. «Alguns elementos antropológicos destas mesmas grutas puderam ser devidamente estudados pelo Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, da direcção do Dr. Xavier da Cunha.» (Leal e Paço, 1962: 302).

sa (primeira subsecção da segunda secção da Junta Nacional de Educação) é reestruturada (Lemos, 1987, 1989 e 1991), sendo E. da Cunha Serrão seu delegado no concelho de Sesimbra (Lemos, 2013).

Somente assim se garante a perpetuidade da actividade arqueológica no território, em vésperas da introdução das ciências sociais nos círculos intelectuais do país, por mão de academias oficiais e oficiosas e de meios universitários. Alterações ocorridas enquanto se clama por uma renovação pedagógica do ensino superior e pela adopção da estética e da atitude dimanadas da 'contra-cultura', num pano de fundo político que lhe é ainda adverso e adensado pelo estigma da guerra colonial. Mas a crescente pressão internacional colocada sobre o totalitarismo salazarista sujeita o país a estreitar, mesmo que timidamente, relações institucionais e a tecer colaborações interdisciplinares, convictos de que «… nenhuma das actividades humanas pode, como a investigação simbolizar os valores que sustentam a cultura universal e servir de sólido alicerce a uma colaboração sincera e perdurável.» (Tavares, 1962: 16).

É neste contexto que E. da Cunha Serrão e E. Prescott Vicente continuam a investigar e a divulgar os seus estudos. E o novo decénio não pode ser mais auspicioso para os objectivos de E. Cunha Serrão, ao ser convidado a proferir a *oração* inaugural do ano associativo da AAP, em sessão extraordinária de 20 de Outubro de 1960 (Serrão, 1962: 13). Nela realça o imperativo da interpretação em arqueologia (Serrão, 1960: 18) e reitera a admiração pela epistemologia childeniana, citando *Piecing together the past* (Serrão, 1960: 19), publicada em 1956. Mais do que isso, E. da Cunha Serrão separa a arqueologia enquanto *atrofiado passatempo de antiquários* da sua assunção como *ramo vivo da antropologia*, *um sector das ciências sociais* (Serrão, 1966: 8); numa eventual influência da *Nouvelle Histoire* e da especificidade do ensino da arqueologia norte-americana.

Na verdade, E. da Cunha Serrão principia agora um novo ciclo de vida e trabalho ao ser chamado a dirigir, a título gracioso, o 'Museu Arqueológico Municipal de Sesimbra' (Serrão, 1964), fundado em Maio de 1960, cuja,

> modéstia das suas instalações e do conteúdo, pode suscitar ironia ou desdém de irreverentes, daqueles para quem um museu terá de ser cofre de fascinantes tesouros e obras de arte. Sofrerá grande desilusão, ao entrar, quem vier com os olhos cheiros de *Louvre* ou de *Prado*, ou com os miolos vazios de todas as noções sérias (*Ibid*.)

Apesar desta circunstância, ou exactamente por ela, E. da Cunha Serrão entusiasma-se com o projecto, ciente de que «*um povo sem museu, é um povo sem tradição e sem alma*».» (*Idem*: 107). Volta, então, a percorrer a região em busca de elementos que engrandeçam as suas colecções, recorrendo com frequência à memória oral das populações locais e perscrutando com minúcia os trabalhos agrícolas e de construção civil (Serrão, 1964: 108). Tarefa que o faz concluir como, num museu nacional, o destino dos materiais assim coligidos era *o inevitável depósito das reservas, de onde nunca mais sairiam* (*Idem*: 109), numa áspera crítica ao estado de colecções transferidas para o (já) Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (1893-). Reconhece, porém, que ao permanecerem com os achadores podem transformar-se em «Conjuntos fragmentados ou desligados entre si, destinos diversos, conforme a deliberação de cada possuidor ou dos seus herdeiros, materiais desviados da observação do público e dos estudiosos…» (*Idem*: 110). Por isso declara, com um radicalismo invulgar entre nós, que,

> *só vejo os materiais arqueológicos como elementos de estudo*; considero-os *materiais de carácter científico*, que *pertencem a todos* e que, portanto, *devem estar à guarda das entidades que representam a população* (*Ibid*. Nossos itálicos) […] // surge então *um novo tipo de museus*, o museu que, de simples depósito patente a visitante, toma as proporções de *promotor de pesquisas*. […]. Resultou de *pesquisas* e estimula o prosseguimento de *pesquisas*. […] mas é laboratório, insisto, porque, aí se forjam deduções e conclusões; e também é *gabinete de estudo*, para quem pretenda obter cultura geral e especializada (*Idem*: 112. Nossos itálicos)

Daí que, «… dada a complexidade das tarefas inerentes à orientação do Museu, exploração e estudo das diversas estações [arqueológicas]…» (IC/IAC/Idem), co-organize, a partir de 1965, o 'Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra', editando, em 1967[27], um boletim interrompido no ano

27. Neste mesmo ano, a Junta Distrital de Setúbal, através dos seus Serviços Culturais, encarrega E. da Cunha Serrão de elaborar a carta arqueológica da região de Sesimbra (AAAP. Actas da Secção de Pré-História. 21 de Janeiro de 1967. Inédito).

seguinte por falta de verba, prosseguindo o 'Centro' «… porque os seus constituintes – um deles o signatário [E. Cunha Serrão] –, resolveram gratuitamente aplicar os seus conhecimentos em proveito da Arqueologia regional.» (*Ibid.*). Institui-se, assim, uma troika inseparável composta de museu, centro de estudos e revista, numa «… das nossas raras organizações estruturadas ao nível regional, para investigação arqueológica.» (*Ibid.*).

Não basta, porém, criar organismos como o sesimbrense. Há que formar museólogos conhecedores das necessidades do grande público, produzindo discursos acessíveis e esclarecedores, e contribuindo para a conversão do museu em espaço de «…*informação* e *pesquisa* relativamente a uma ciência, uma arte, uma região, um homem ou uma ideia.» (Serrão, 1964: 115-116. Nosso itálico).

Tudo parece, por conseguinte, encaminhado para que E. da Cunha Serrão seja mentor dilecto de jovens estudantes liceais e universitários entusiasmados com inovadores modelos de produção, transmissão e recepção de conhecimento arqueológicos, e preparados para integrarem projectos interdisciplinares, nacionais e estrangeiros.

E. da Cunha Serrão representa, sem dúvida, um dos expoentes daquela que denominámos de 'geração em trânsito' da arqueologia em Portugal (Martins, 2016). É, seguramente, decisivo na construção e asserção de uma nova forma de fazer arqueologia baseada na actualização permanente de conhecimentos, em colaborações pluridisciplinares, interdisciplinares e interinstitucionais, e na especialização de discentes universitários em centros de referência internacional. Somente assim se garante que seja norteada pelos mais recentes parâmetros internacionais, teóricos e metodológicos.

Iniciado por mão de quem, intuindo e reconhecendo ser o momento de mudar, pouco ia além de análises tipológicas e de uma ténue abordagem histórico-cultural, esta 'geração em trânsito' passa o testemunho aos futuros arqueólogos, descerrando-lhes bibliotecas (mesmo que privadas) da especialidade, incentivando-os a fundarem grupos de investigação, disponibilizando-lhes espaços próprios de trabalho, encorajando-os a integrarem projectos de investigação e a publicarem resultado preliminares, e incitando-os a reflectirem, a questionarem, a gizarem programas inovadores e a expandirem horizontes.

Uma "geração em trânsito" que, no caso de E. da Cunha Serrão, ganhou foros de "paternidade espiritual"[28] (e não apenas científica) para quem procurava inclusão, orientação e incentivo, em ambiente de livre pensamento fundamental à adopção dos mais recentes azimutes arqueológicos procedentes de além-fronteiras, numa atmosfera de autêntica academia oficiosa e informal localizada na sua própria residência, em Campo de Ourique, Lisboa[29]:

> Os *novos devem ser os mais estimulados*, é certo, embora, às vezes, não se obtenham os resultados que deles esperamos. //Precisamente uma das tarefas que mais poderá contar no meu activo será *ter estimulado, e continuar a estimular, jovens*, entre os quais se contam os mais valiosos universitários que actualmente trabalham em Arqueologia (IC/IAC. *Idem*. Nossos itálicos)

Por tudo isto, não surpreende que E. Cunha Serrão solicite amiúde junto da AAP e da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-) para que José Morais Arnaud (1946-)[30], ainda estudante liceal (Secção de Arqueologia Pré-Histórica. I – 1956-1965. Acta n.º 73, de 10 de Novembro de 1966. Inédito. Nosso itálico), e Vítor de Oliveira Jorge (1948-), jovem licenciando, sejam autorizados a assistir às sessões de trabalho, antes mesmo dessa facilidade ser alargada a todos os membros do "Círculo de Estudos Arqueológicos da Faculdade de Letras de Lisboa" (AAAP. Secção de Pré-História. Sessão de 29 de Abril de 1969. Inédito). Mais do que isso, E. da Cunha Serrão alegra-se com «… o merecimento do novo vogal [da Secção de Pré-história da AAP] Sr. José Arnaud, que depois de quatro anos de contacto e colaboração se *adaptou rapidamente ao espírito da nova arqueologia* e se mostrou, até hoje, de uma inabalável dedicação.» (AAAP. Secção de Pré-História. Acta n.º 100. Sessão de 23 de Novembro de 1967. Inédito).

---

28. Expressão utilizada por Vítor de Oliveira Jorge em entrevista à signatária.

29. Segundo Vítor de Oliveira Jorge, em entrevista à signatária, lia-se e discutia-se, por exemplo, em 1972, *Portugal amordaçado*, escrito por Mário Soares (1924-2017) no exílio, em 1972.

30. É admitido como vogal na Secção de Pré-História da AAP em 23 de Novembro de 1967 (AAAP. Actas da Secção de Pré-História. Acta n.º 100. Sessão de 23 de Novembro de 1967. Inédito).

7. EPÍLOGO: *CON*TRADIÇÕES

Mas algo parece contraditório no discurso de E. da Cunha Serrão. Incentivando à colaboração estreita com outras entidades, designadamente estrangeiras, pergunta: «Porque havemos de deixar nas mãos de especialistas estrangeiros perspectivas que tanto nos dizem respeito?» (IC/IAC. *Idem*). Que subjaz a esta interrogação?

Tratando-se de carta dirigida ao IAC solicitando subsídio para avançar com estudos apoiados até então por outras entidades (caso da 'Liga'), o inesperado tom nacionalista inserir-se-á numa estratégia destinada a sensibilizar este organismo estatal para a premência de patrocinar a arqueologia no país. Por isso sublinha também o facto de entidades estrangeiras, como o *Instituto Alemão de Arqueologia*, se debruçarem sobre assuntos essenciais à compreensão da ancestralidade do território, escavando o castro do Zambujal, com «… novos recursos técnicos à disposição da investigação arqueológica, requerem o dispêndio de tempo e de dinheiro.» (IC/IAC. *Idem*). Daí a interrogação: *Porque havemos de deixar nas mãos de especialistas estrangeiros perspectivas que tanto nos dizem respeito?* (*Ibid.*).

A crítica, porém, não se dirige às equipas estrangeiras e não é original. Ela refere-se a quem, em Portugal, não auxilia a arqueologia, permitindo que continuem a escassear recursos humanos e materiais necessários à afirmação da *nova arqueologia* (*vide supra*). Um 'nova arqueologia' que exige sólidas bases teóricas e práticas, e equipamentos vitais ao desenvolvimento de programas pluridisciplinares. A situação será tão gravosa que E. da Cunha Serrão adensa o argumento nacionalista, o único, possivelmente, a motivar as entidades competentes, num país onde a arqueologia pouco importará ao regime vigente: «Estou comprometido em vários planos de trabalhos de que *não posso desistir sem desprestígio pessoal*, e até *da arqueologia nacional* que, em alguns casos, está *correndo o risco de ceder as suas posições a equipas estrangeiras sempre bem fornecidas de meios materiais*.» (IC/IAC. *Idem*)

E. da Cunha Serrão não abandona o combate pela arqueologia em Portugal. Na verdade, fortifica-o já como membro das direcções das secções de Pré-História da AAP, de Arqueologia da SGL e do museu sesimbrense, obtendo auxílio de entidades como a Fundação Calouste Gulbenkian (1956-) que era já basilar no desenvolvimento científico no país, mormente no domínio das disciplinas humanas e sociais. Todavia, os resultados mais assertivos deste longo e enviesado caminho surgem na viragem para a década de 70. É neste momento que a 'geração em trânsito' consegue, com efectividade, passar o testemunho a uma *nova arqueologia* (*vide supra*). Uma 'nova geração' mais próxima das escolas francesa, britânica e alemã (Martins, 2016) que se embrenhará em breve na arqueologia processual enquanto mantém o diálogo ibérico e, através deste, a proximidade a outras realidades teóricas e metodológicas[31]. Não que desconhecesse por completo obras estruturantes do pensamento ocidental, e não apenas arqueológico, embora através de professores universitários de arqueologia que nem sempre assimilam o seu conteúdo, nem dominam os instrumentos fundamentais à sua correcta utilização[32]. Impreparação ultrapassada por docentes de outras disciplinas[33], com evidentes resultados positivos a breve trecho na arqueologia em Portugal. Realidade para a qual em muito continuou a contribuir o empenho, o entusiasmo, a perseverança e a generosidade de E. da Cunha Serrão.

Trata-se, no entanto, de um novo contexto que abordaremos oportunamente.

Lisboa, Primavera-Verão de 2017

AGRADECIMENTOS

O presente texto é devedor dos apoios e contributos do Dr. José M. Arnaud e da Dra. Sónia Tavares, da Associação dos Arqueólogos Portugueses; da D. Carla Abreu, da Sociedade de Geografia de Lisboa; da Dra. Rafaela Conceição, do Instituto Camões. Agradecemos, ainda, ao Dr. João Caninas e ao Professor Vítor de Oliveira Jorge, pelos testemunhos que nos transmitiram e fizeram chegar de modo tão generoso.

31. Realidade presente, no entanto, em antigas províncias ultramarinas (Martins, 2016).

32. Segundo testemunho de Vítor de Oliveira Jorge, em entrevista à signatária.

33. Casos de Jorge Borges de Macedo (1921-1996) – a quem, juntamente com Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011), competira traduzir a obra childeniana *Man makes himself* –, e Orlando Ribeiro (1911-1997), segundo testemunho de Vítor de Oliveira Jorge, em entrevista à signatária.

BIBLIOGRAFIA

ACTAS E MEMÓRIAS do I Congresso Nacional de Arqueologia. 2 v.. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1959-1960.

LEMOS, Francisco Sande (1989) – Arqueologia Portuguesa; Aspectos Históricos e Institucionais. *Forum*. Braga. 5, pp. 91-110.

LEMOS, Francisco Sande (1991) – Eduardo da Cunha Serrão e os anos 60-70 na Arqueologia do Sul de Portugal. *Forum*. Braga. 9-10, pp. 135-147.

LEMOS, Francisco Sande (2013) – "Eduardo da Cunha Serrão, a AAP e o projecto de estudo da arte rupestre do Tejo". *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: AAP, pp. 31-38.

MARTINS, Ana Cristina (2016) – ""Mission": *modernize!* Portuguese archaeology in the 1960s (a preamble)". In DELLEY, G., DÍAZ-ANDREU, M., DJINDJIAN, F., FERNÁNDEZ, V. M., GUIDI, A. and KAESER, M.-A. – *History of archaeology: international perspectives*. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd, pp. 179-186.

PAÇO, Afonso do; BARTHOLO, Maria de Lourdes (1962) – "Nota acerca de uma escudela do povoado do Bronze I de Montes Claros (Monsanto - Lisboa)". *XXVI Congresso Luso-Espanhol, reunido na cidade do Porto de 22 a 26 de Junho de 1962*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, pp. 289-293.

PAÇO, Afonso do; SERRÃO, Eduardo da Cunha; VICENTE, Eduardo Prescott (1957) – "Estação eneolítica de Parede (Cascais). Reconhecimento de 1955". Comunicação apresentada à 7.ª Secção do XXIII Congresso Luso-Espanhol – Coimbra, 1956. Coimbra: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências.

PREUCEL, Robert W.; HODDER, Ian (1996) – *Contemporary archaeology in theory. A reader*. Oxford: Blackwell.

ROLLO, Maria Fernanda; QUEIROZ, Maria Inês; BRANDÃO, Tiago; SALGUEIRO, Ângela (2012) – *Ciência, cultura e língua em Portugal no século XX. Da Junta de Educação nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: IC / INCM.

SERRÃO, Eduardo Cunha (1959) – "Investigações arqueológicas na região de Sesimbra. Resultado das campanhas realizadas pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular". Sep. v. homenagem ao Prof. Doutora Mendes Corrêa. Porto: SPAE.

SERRÃO, Eduardo Cunha (1962) – "Alguns problemas arqueológicos da região de Sesimbra". Sep. de Arqueologia e História, 8.ª s., v. IX. Lisboa: AAP.

SERRÃO, Eduardo Cunha (1963) – "A guide to Sesimbra archaeological museum". Sesimbra: Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra.

SERRÃO, Eduardo Cunha (1967) – "Noticiário". *Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*. N.º 2 – 15 de Abril de 1967.

SERRÃO, Eduardo Cunha (1969) – "Cerâmica com ornatos a cores da Lpaa do Fumo (Sesimbra)". Lisboa: [se].

SERRÃO, Eduardo Cunha 1966) – "Germes milenários". Comunicação apresentada ao IV Colóquio Portuense de Arqueologia – 1965. Sep. *Lucerna*, v. V.. Porto: Maranus.

SERRÃO, Eduardo Cunha Serrão (1951) – "E.I.M. [Escrita e Inventário do Material] – uma pequena pedra do alicerce dos C.T.T.. Palestra profissional n.º 89 pelo Inspector de Serviço Financeiro Dr. EJMCS. Lisboa: Edição dos Serviços Culturais dos C.T.T..

SERRÃO, Eduardo da Cunha (Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia); SALDANHA, Luiz (Museu Bocage – FCL) (1960) – "Vasos cerâmicos de Angola. Paralelos entre alguns exemplares actuais de Ambrizete e de Gabela e tipos pré-históricos europeus". Lisboa: Geographica.

TAVARES, Amândio (1962) – "Discurso". *XXVI Congresso Luso-Espanhol, reunido na cidade do Porto de 22 a 26 de Junho de 1962*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, pp. 9-17.

VICENTE, Eduardo Prescott; SERRÃO, Eduardo da Cunha (1958) – "Estação eneolítica de Parede. Notícia do seu achado". Porto: SPAE.

2

Estudo e valorização

MUSEALIZAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA FOZ DO ENXARRIQUE: DO PROJETO À OBRA FEITA

Luís Raposo[1], **Mário Benjamim**[2]

RESUMO

Apresenta-se a concretização do projecto de valorização educativa e patrimonial do sítio paleolítico da Foz do Enxarrique, junto ao rio tejo, no concelho de Vila velha de Ródão, que mereceu "menção honrosa" na 6ª edição do Prémio Ibero-Americano de Educação e Museus, tanto do ponto de vista arquitectónico como do ponto de vista de programa de conteúdo educativos. Projecta-se uma segunda fase, que passará pela escavação e conservação *in loco* de uma área de cerca de 20 metros quadrados do horizonte arqueológico.

Aborda-se ainda a problemática da interacção deste sítio com a sua envolvente na frente ribeirinha do Tejo na região, dando lugar à construção do conceito de paisagem cultural visitável, que tem vindo a ser desenvolvido pelo segundo dos autores.

Palavras-chave: Paleolítico, Néandertal, Rio Tejo, Musealização.

ABSTRACT

This paper refers the concretization of the educational and patrimonial valorization project of the Paleolithic site of Foz do Enxarrique, near the river Tagus, in the municipality of Vila Velha de Ródão, awarded with an "honorable mention" in the 6th edition of the Ibero-American Prize of Education And Museums, both from the architectural point of view as from the point of view of educational content program. A second phase is planned, which will include the excavation and in situ conservation of an area of about 20 square meters of the archaeological horizon.

The problematic of the interaction of this site with its surrounding area on the Tejo riverfront in the region is also discussed, giving rise to the construction of the concept of a visitable cultural landscape, which has been developed by the second author.

Keywords: Palaeolithic, Neandertal, River Tagus, Musealization.

1. TRABALHOS EFECTUADOS

Localizado no Parque Ambiental do Tejo, junto à confluência da Ribeira do Enxarrique com o Rio Tejo, o sítio arqueológico da Foz do Enxarrique, classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17.07.1990), constitui, tanto do ponto vista patrimonial como científico, um dos mais importantes locais da sua tipologia (acampamento de ar livre) e datação (Paleolítico Médio Final) conhecidos em Portugal e até em toda a Península Ibérica.

Usufruindo de um posicionamento estratégico sobre o rio e as chamadas "Portas de Ródão", o sítio desenvolve-se em plataforma de erosão do substracto xistoso, ligeiramente inclinada no duplo sentido do rio e da ribeira. As mesmas inclinações, acentuadas nas partes mais altas, verificam-se na sequência sedimentar siltosa de cerca de 6 metros na sua potência máxima, constituído por incontáveis episódios de praia dos quais os mais prolongados deram origem a níveis lenticulares, físicamente individualizáveis, constituídos pela acumulação *en place* de concreções carbonatadas, frequentemente tubulares, resultantes da precipitação do carbonato de cálcio em suspensão nas águas do Tejo, por efeito

1. Museu Nacional de Arqueologia; luisraposo@mnarqueologia.dgpc.pt

2. Centro de História de Arte e Investigação Artística; mariobenjamim@mb-arquitectos.pt

da percolação ocorrida após episódios de cheia, seguidos de aquecimento acentuado. Num destes níveis, situado na parte inferior da sequência siltosa e já parcialmente assente no soco rochoso, foi detectado um horizonte de ocupação do Paleolítico Médio, datado em cerca de 30 mil anos (em datas calibradas) e constituído por largos milhares de artefactos líticos, em associação estratigráfica e espacial directa com abundantes restos faunísticos (V. Raposo *et al.* 1985; Raposo 1995 e 2000).

Realça-se, no contexto da intervenção realizada e aqui referida, a posição privilegiada e o enquadramento paisagístico do local e bem assim a sua inclusão em circuito local recreio e lazer. Com efeito o sítio arqueológico estabelece a ligação entre um conjunto de infraestruturas de fruição pública situadas do lado oposto da ribeira do Enxarrique (acessível pela através de ponte pedonal que liga ambas as margens), como sejam espaços verdes, cais de acesso a embarcações para desportos náuticos e passeios no rio, restaurante e parque de campismo; e um outro conjunto de equipamentos situados na direcção oposta, que incluem estalagem, ginásio e piscina, recinto de festas junto à Capela da Sra. da Alagada, local tradicional de romagem.

Como referência essencial e enquadradora da filosofia de intervenção no local, tendo em conta a sua importância patrimonial, foi assumido o documento especificamente elaborado para o efeito, denominado "*Bases para um projeto de Valorização Patrimonial e Educativa do Sítio Arqueológico da Foz do Enxarrique*" (Raposo, 2013). Nele define-se como objetivos principais:

– A proteção e musealização do sítio arqueológico, tornado mais acessível e por isso sujeito a possíveis pressões, seja no sentido positivo seja no sentido negativo, após a inauguração da ponte pedonal sobre o ribeiro do Enxarrique.
– A implementação de um projeto de escavação-escola internacional, aproveitando as excelentes condições de jazida existentes, que permitem antecipar a existência de vestígios arqueológicos.
– A construção de um espaço verde de recreio e lazer, que complemente o percurso ribeirinho anteriormente executado do lado oposto da ribeira do Enxarrique e o permita futuramente desenvolver, sem hiatos, para a zona da Estalagem e da Capela da Sra. Da Alagada.

Perante um programa tão ambicioso e específico, o projeto correspondeu a soluções que, em termos de composição e ordenamento do espaço, permitiram criar condições para uma utilização múltipla, que por um lado diversifiquem e ampliem as opções de utilização, e por outro, sedimentem novas relações entre visitantes e o sítio arqueológico. Do conjunto destas medidas, vertidas em projecto, demos conta no 1º Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Raposo e Figueiredo 2014).

A intervenção de terreno, entretanto ocorrida, seguiu, pois, aquelas propostas, que podem ser comparadas a unidades funcionais organizadas sequencialmente segundo um plano de compartimentação inicial que estrutura o sítio arqueológico de acordo com as intenções programáticas, as pré-existências do local e as perspetivas incutidas na nova leitura (Figura 1).

Como primeira unidade funcional, considera-se a área de receção, que recebe o visitante e o prepara para a visita ao local. É introduzida por painéis informativos situados em ambos os extremos da zona intervencionada: à entrada da ponte pedonal, do lado oposto ao do sítio arqueológico (Figura 2) e no início do caminho de acesso a partir da Estalagem e da Capela da Sra. da Alagada. Desenvolve-se depois como ponto de paragem já no local, onde se disponibiliza um conjunto de painéis temáticos, com informação do sítio, no seu contexto histórico, cultural e científico (Figura 3). Salienta-se, no enfiamento da saída da ponte pedonal, junto ao talude que estabelece a separação entre a plataforma artificial aberta pelos trabalhos arqueológicos o nível superior correspondente a antigo plano de terraço fluvial, um painel panorâmico com representação de uma cena da vida quotidiana de Neandertais, painel que devido ao seu posicionamento e proporções (7 x 2,5m), define-se como uma forte referência visual na aproximação ao local e no interior da estação arqueológica, tornando-se o elemento nuclear do percurso expositivo (Figura 4).

Uma segunda área, que se designa de **observação e descanso**, localizada na faixa periférica da estação arqueológica, junto ao rio. A disposição periférica dos painéis pretende libertar o espaço interior da estação arqueológica, para que desta forma o espaço classificado fique disponível para novos trabalhos. A deslocação livre dos visitantes, atendendo o percurso museológico estabelecido, permite a perceção das diversas panorâmicas que o local possibilita, sobre o plano de água, Portas de Rodão, ponte pedonal e estação arqueológica. Pretende-se, outrossim,

usufruir da proximidade do plano de água, da sombra da vegetação ripícola e de alguns equipamentos (bancos e mesas) que têm também o propósito de apoiar futuras escavações. Nesta área encontra-se um conjunto de painéis temáticos e panorâmicos que complementam a informação do local e orientam de forma não expressa (muito menos impositiva) o percurso de visita (Figura 5).

Na restante superfície, a área maior e melhor conservada é designada como **reserva arqueológica,** para escavações ou sondagens a realizar no âmbito do projeto de "escavação-escola". Uma área situada no centro deste plano apresenta ao nível do solo uma estrutura metálica reticular que sinaliza zonas já escavadas e explicita os principais eixos da quadrícula nela estabelecida (Figura 6).

A futura zona de **musealização** *in situ* localiza-se sob a plataforma metálica, onde ficará visível, após escavação, o substrato rochoso e sucessivos preenchimentos até à base do nível arqueológico (Figura 7).

Finalmente, uma última área funcional designa-se pela zona de **contemplação da paisagem** e compõe-se pela estrutura metálica multifuncional em forma de anfiteatro, que protege a valência funcional anterior (área a conservar *in situ*), desenvolvendo-se no sentido de circulação que se pretende incitar no visitante, resolvendo dessa forma a acessibilidade ao plano superior da plataforma, local onde se contempla toda a estação arqueológica e se deslumbra a beleza da paisagem. O desenho deste anfiteatro foi dimensionado para poder acolher cerca de 50 visitantes possibilitando a sua utilização por visitas guiadas ou em realização de aulas no âmbito do projeto de Escavação-Escola (Figura 8). Neste bloco espera-se vir a incluir futuramente uma reprodução de *Elephas antiquus*, em tamanho natural, sob a forma de escultura estilizada (em chapa ou arame de ferro) ou em relevo fechado (em fibra acrílica ou outro material similar), elemento visual de grande impacte visual, susceptível de ser observado e por isso despertar interesse desde longe, nomeadamente a partir da estrada nacional existente do lado fronteiro do Tejo (concelho de Nisa), direccionada à ponte pela qual se estabelece a ligação tradicional entre ambas as margens do rio.

2. PROJECTOS FUTUROS

Quer a importância específica deste local, em termos da sua relevância para a Pré-História ibérica e europeia, quer as suas condições sedimentares, quer ainda a sua localização e as facilidades logísticas que dela decorrem, tudo incita a que, passada a fase do estudo científico e da musealização, seja recomendável alargar a função social do local através da implantação de uma "escavação-escola", para a qual foi de resto celebrado em devido tempo um protocolo de colaboração entre o Munício, o Museu Nacional de Arqueologia, a faculdade de Letras de Lisboa e o Centro Português de Geo-História e Pré-história.

O ensino prático da arqueologia envolve necessariamente a actividade de campo, que na maior parte dos casos é proporcionada através de participação em trabalhos dirigidos por professores universitários, no âmbito das suas próprias agendas de investigação. Ocasionalmente, os formandos podem também obter experiência de terreno através da participação em escavações dirigidas por investigadores não universitários, com finalidades diversas: investigação fundamental, valorização patrimonial (com ou sem musealização), prevenção ou minimização de impactes ambientais, etc… Porém, raramente, ou nunca, estas escavações têm finalidades propriamente educativas, sendo esta dimensão sempre subordinada a outras, consideradas mais relevantes.

Compreende-se a escassez, ou virtual inexistência, de trabalhos arqueológicos de campo, mormente escavações, orientados prioritaria ou exclusivamente por finalidades educativas. Como estratégia destrutiva que é, a escavação de um local arqueológico dificilmente será compaginável com esse tipo de prioridades. Todavia, o conceito de "escavação-escola" tem já quase meio século no estrangeiro e constituiu o instrumento fundamental de formação prática de gerações sucessivas de investigadores, incluindo numerosos portugueses. Cite-se como exemplo mais paradigmático o acampamento do Paleolítico Superior Final (Madalenense) de Pincevent, situado nas margens do rio Sena, junto a Montereau. Ou, ainda, mais tarde e na mesma zona, o acampamento de Etiolles. Em ambos os casos, depois de atingido um conhecimento cientificamente suficiente dos locais, as escavações continuaram durante décadas (e no segundo caso continuam ainda), com fins essencialmente formativos, tirando partido de facilidades logísticas várias e da qualidade dos testemunhos preservados, tudo servido por métodos de escavação exemplares, onde as sucessivas tecnologias de ponta puderam, em cada momento, ser praticadas.

É este o sentido que pretendemos aplicar no caso da proposta da instalação de uma "escavação-escola" no sítio da Foz do Enxarrique. Não se trata de equiparar este conceito ao de "campo de trabalho" ou sequer ao de "oficina-escola". No primeiro caso, porque no modelo ora proposto sobrelevam as intenções educativas e não as meramente ocupacionais; no segundo caso, porque se trata de formação não incluída em currículos de graduação arqueológica, seja de nível médio (escolas secundárias formadoras de vários perfis técnicos auxiliares em arqueologia), seja de nível universitário (universidades e escolas superior habilitantes à definição do perfil de arqueólogo). Isto sem prejuízo de poder a prática adquirida numa "escavação-escola" ser apoiada pelos programas ocupacionais para jovens e de ser também reconhecida, mediante protocolo prévio ou simplesmente através de aceitação a posteriori, como elemento curricular relevante adentro de plano de estudos de instituições de ensino que assim o entendam.

Na sua dimensão simultaneamente patrimonial e educativa, as "escavações-escola", tal como proposto, aproximam-se mais de instituições de natureza museológica, do que de outras quaisquer. Algumas deram mesmo origem a museus monográficos ou museus de sítio. No caso vertente, atenta a localização em posição susceptível de ser afectada por cheias do rio Tejo, e atentas as pesadas condições financeiras que tal desenvolvimento implicaria, considera-se por agora a relação privilegiada com o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão e com o Museu Nacional de Arqueologia, organismos em que se encontram depositadas as colecções provenientes deste sítio arqueológico. A "escavação-escola" da Foz do Enxarrique poderá assim constituir elemento integrante dos seus respectivos planos de actividades.

O projeto a desenvolver considera duas áreas de intervenção neste âmbito:

a) Uma zona situada em área de grande potencial arqueológico, onde se prevê a ocorrência do horizonte arqueológico em posição primária; trata-se da área situada sob a estrutura de anfiteatro e plataforma de observação já instalados no local, que poderá atingir cerca de 21m2 (7 x 3m);
b) Uma zona mais ampla, a descoberto, situada na quilo que antes designámos por zona de "reserva arqueológica", na qual se prevê que o horizonte arqueológico se encontre pior conservado, provavelmente em posição derivada, havendo possibilidade aí de realizar meras sondagens a serem depois de novo cobertas, de modo a garantir a função e segurança do plano geral onde se inserem.

As futuras "escavações-escola" a realizar neste local serão preferencialmente dirigidas para esta segunda área. Todavia, no curto prazo e importa conferir prioridade à intervenção na área coberta indicada em primeiro lugar, já que se trata ainda de completar o projecto museográfico visando a exposição permanente *in loco* de parte do horizonte arqueológico.

Esta intenção, para que seja responsavelmente executada, envolve a adopção de medidas cautelares consideráveis, seja no que respeita à contenção e protecção contra as intempéries (chuvas, ventos e sobretudo possíveis cheias do Tejo), seja quanto à defesa da pressão dos visitantes, seja ainda quanto aos recursos didácticos a usar para informação destes.

A solução construtiva preconizada (ver Figuras 9, 10 e 11), visa permitir em simultâneo a realização da escavação do interior e a execução da respetiva contenção, com a qual se garanta a estanquicidade dos paramentos verticais, através da soldagem de chapas metálicas entre perfis e aplicação de membrana de impermeabilização. O encaminhamento de águas de superfície será efetuada através de um sistema de drenagem periférica. O fenómeno de percolação, que constitui um dos fatores mais preocupantes da intervenção, devido à aproximação do nível freático induzido pela albufeira do rio, apesar da boa consistência do terreno, será acautelado através de canais de drenagem periférica da instalação de um sistema de bombagem a usar em último caso, se e quando necessário. Para as situações limite e mais dramáticos de cheias acima das quotas máximas admitidas (as chamadas cheias centenárias), que importa em todo o caso considerar, será garantido o sistema simples e radical, porém eficaz, de cobertura de toda a área através de sacos de areia, armazenados no local e que permitam como medida de prevenção e minimização proteger o solo arqueológico exposto.

É intenção também do projeto neste local possibilitar ao visitante uma leitura do perfil estratigráfico do talude, evidenciando-se a microestratigrafia existente e os sucessivos leitos de formações carbonatadas que o atravessam, onde serão colocadas algumas réplicas de peças líticas e ósseas. É finalmente considerada a possibilidade de instalação de sistema de animação (luzes e vídeo) que permita ao visitante

melhor e mais amigavelmente perceber o horizonte posto a descoberto.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese pode definir-se a intervenção no sítio arqueológico da Foz do Enxarrique de acordo com o seguinte faseamento: a) nivelamento e tratamento de superfícies; b) introdução da estrutura de proteção que liga as duas plataformas existentes e que protege a futura zona de musealização; c) introdução dos painéis expositivos, que organizam o percurso e o discurso museológico; d) concretização da zona de musealização *in situ*; e) "escavação-escola" para o futuro.

Esta será uma análise imediata ao projeto executado, que corresponde ao programa de musealização e valorização delineado, no entanto o exercício prático durante a sua concepção, permitiu propor e acrescentar conceitos, que em nossa opinião, ampliaram a visão e o campo de acção da intervenção.

O sítio situa-se numa paisagem na qual a natureza se assume impositivamente, sendo o projecto chamado apenas a ser dela parte integrante, em análoga correlação compositiva. É na metáfora da "*Il Paesaggio come Teatro*" de E. Turri que sustenta a abordagem teórica no projeto de intervenção na estação paleolítica da Foz do Enxarrique, metáfora que liberta a paisagem do âmbito de cenário ou pano de fundo das ações humanas e confere-lhe um sentido global que pressupõe a participação do homem, enquanto ator, por um lado, ou seja, enquanto transformador do seu meio, do seu espaço, do seu ambiente de vida, e por outro, enquanto espectador que sabe observar, ficar quieto e calado, se necessário, reconhecer e entender o território e o sentido da sua ação sobre o mesmo. Neste conceito, a paisagem existe enquanto representação, *iconema* e imagem do território, no sentido em que revela os significados subjectivos dos valores histórico-culturais que refletem uma identidade territorial. A estrutura metálica em forma de "anfiteatro", por exemplo, procura este conceito do visitante espectador, que e interpelado e interpela a paisagem, no plano da percepção e na recuperação do seu sentido contemplativo.

Com base nestes pressupostos, a intervenção fundamenta-se na cuidosa interpretação histórica do lugar, tornando-o no elemento organizador que gere e incute os diversos conteúdos, a reinterpretar, em estreita relação de trabalho interdisciplinar entre arqueologia e arquitetura. O diálogo entre a paisagem e o sítio arqueológico, veicula-se através dos elementos construídos propostos: muro / banco na frente rio, anfiteatro e plataforma de contemplação, elementos que propõem conexões e perceções da envolvente externa. O sítio manifesta-se dessa forma com a sua exterioridade, que é indissociável na sua leitura como lugar, e na qual se pretende oferecer todas as formas de potenciar o sítio no seu contexto próprio e simultaneamente salvaguardá-lo.

Nesta perspetiva, enquadrou-se o conceito de musealização e a intervenção, não apenas circunscrita ao seu espaço físico, um museu de si mesmo, mas pelo contrário estendeu-se o campo de acção à envolvente paisagística com a intenção clara de revelar os significados subjetivos dos diversos valores que refletem a sua identidade (Benjamim 2016). A elaboração de um modelo de intervenção num território com estas caraterísticas, constitui também um desafio arquitetónico, que se espera contribua também para o processo de consciencialização dos diversos actores e simultaneamente consiga provocar um novo olhar. Uma estratégia de revitalização de lugares de elevado reconhecimento patrimonial, que pode ser encarada como um princípio de ordenamento da paisagem, manifestada através do abundante património arqueológico que se estende ao longo das margens do Tejo, projectando desta forma uma rede interactiva de sítios visitáveis, um verdadeiro museu ao ar livre, dinâmico e intimamente ligado à história do lugar.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIM, Mário (2016). "Vale do Tejo: Espectro Museológico – Vivencial". *Actas do II – Congresso Internacional de Arqueologia da Região de Castelo Branco*, pp. 429-436.

DESCOLA, Philippe (2014). Modes of being and forms of predication. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, 271-280.

INGOLD, Tim (2000). *The perception of the environment: Essays on livelihood, dwelling and skill.* New York: Routledge.

RAPOSO, Luís; SILVA, António Carlos; SALVADOR, M. M. (1985) "Notícia da descoberta da Estação Mustierense da Foz do Enxarrique (Ródão)". *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*, Lisboa, 2: 79-89.

RAPOSO, Luís (1995b) "Ambientes, territorios y subsistencia en el Paleolítico médio de Portugal". *Complutum*, 6: 57-77.

RAPOSO, Luís (1999). "Museus de Arqueologia e Sítios Arqueológicos Musealizados Identidades e Diferenças". *O Arqueológo Português, série IV, 17*, pp. 51-72.

RAPOSO, Luís (2000). "The Middle-Upper palaeolithic transition in Portugal". In: Stringer, C., Barton, R.N.E., & Finlayson, C. (eds.), *Neanderthals on the Edge: 150th Anniversary Conference of the Forbes' Quarry Discovery*, Gibraltar. Oxbow Books, Oxford: 95-109.

RAPOSO, Luís (2013). "Bases para um projeto de Valorização Patrimonial e Educativa do Sítio Arqueológico da Foz do Enxarrique", *Arqueologia em Portugal – 150 anos*, Associação Arqueólogos Portugueses. Lisboa.

RAPOSO, Luís; FIGUEIREDO, Silvério (2013). "A valorização patrimonial e educstiva de sítios paleolíticos: o exemplo da Foz do Enxarrique", *Arqueologia em Portugal – 150 anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses., pp. 189--196, Lisboa.

TURRI, Eugenio (2006). *Il paesaggio como teatro. Dal territorio vissuto al territorio rappresentato* (5ª ed.). Venezia: Marsilio Editori.



Figura 1 – Planta de compartimentação. Desenho Base: Arq. Paisagista JL M Pires.

Os painéis expositivos dividem-se em três tipos aproximação, informativos temáticos e panorâmicos), constituindo a imagem gráfica uniformizadora e identificadora do sítio arqueológico, tendo sido implantados no local (ver figura 1) onze painéis distintos:

– 1 Painel (P1) vertical de informação geral do local, com placa de identificação do seu zonamento, a instalar junto á zona de chegada onde convergem as duas entradas distintas.
– 1 Painel/leitor de paisagem (P2) com explicação da paisagem e vida selvagem visíveis a partir do seu ponto de implantação, a instalar junto ao muro da margem da albufeira.
– 1 Painel de grande dimensão (P3) com representação gráfica de uma reconstituição do acampamento do Homem Neandertal a instalar perto do talude.
– 1 Painel/leitor de paisagem (P4) com reconstituição da paisagem envolvente há 50 mil anos, a instalar no topo da estrutura metálica existente.
– 6 Painéis verticais (P5) informativos com conteúdo acerca dos seguintes assuntos: os acampamentos do Homem Neandertal em Ródão, em Vilas Ruivas e Foz do Enxarrique, as escavações arqueológicas efetuadas no local, as ferramentas do Homem Neandertal, os últimos elefantes na Europa e os animais referenciados no local, a presença Romana no local, Ródão como centro do mundo humano e natural, referências geológicas e geomorfológicas.
– 1 Painel vertical (P1) explicativo da futura zona de prospeção arqueológica, a instalar sob a estrutura metálica.

A disposição periférica dos painéis pretende libertar o espaço interior da estação arqueológica, para que desta forma o espaço classificado fique disponível para novos trabalhos.

A deslocação livre dos visitantes, atendendo o percurso museológico estabelecido, permite a perceção das diversas panorâmicas que o local possibilita, sobre o plano de água, Portas de Rodão, ponte pedonal e estação arqueológica.



Figura 2 – Painel de inrodução, no acesso à ponte pedonal sobre a ribeira do Enxarrique.



Figura 3 – Conjunto de painéis, na **zona de receção**. Ficha técnica nesta como nas seguintes imagens: Conteúdos / Coordenação: Luís Raposo; Desenho Gráfico: Patricia Bôto; Ilustração: Marcos Forte; Estruturas Expositivas: MB-Arquitectos; Promotor: Município de Vila Velha de Ródão.



Figura 4 – Painel P3. Título "*Há 30 mil anos…*". Desenho de reconstituição de um acampamento de Néandertais, realizando atividades quotidianas. Dimensão da impressão 7 x 2,5 m.



Figura 5 – Conjunto de painéis e equipamentos sociais na zona de **observação e descanso**.



Figura 6 – Vista geral da zona de **reserva arqueológica**, com o detalhe do painel panorâmico fronteiro ao rio, sobre a fauna (terrestre e aquática) actual.



Figura 7 – Vistas nocturna e diurna da zona de **musealização** *in situ,* pondo em evidência a estrutura polivalente construída para a proteger, servir de suporte para auditório e de mirante 4 superior de observação de todo o local e região envolvente, com as Portas de Ródão em fundo.



Figura 8 – Vistas nocturna e diurna da zona de **musealização** *in situ,* pondo em evidência a estrutura polivalente construída para a proteger, servir de suporte para auditório e de mirante 4 superior de observação de todo lo local e região envolvente, com as Portas de Ródão em fundo.

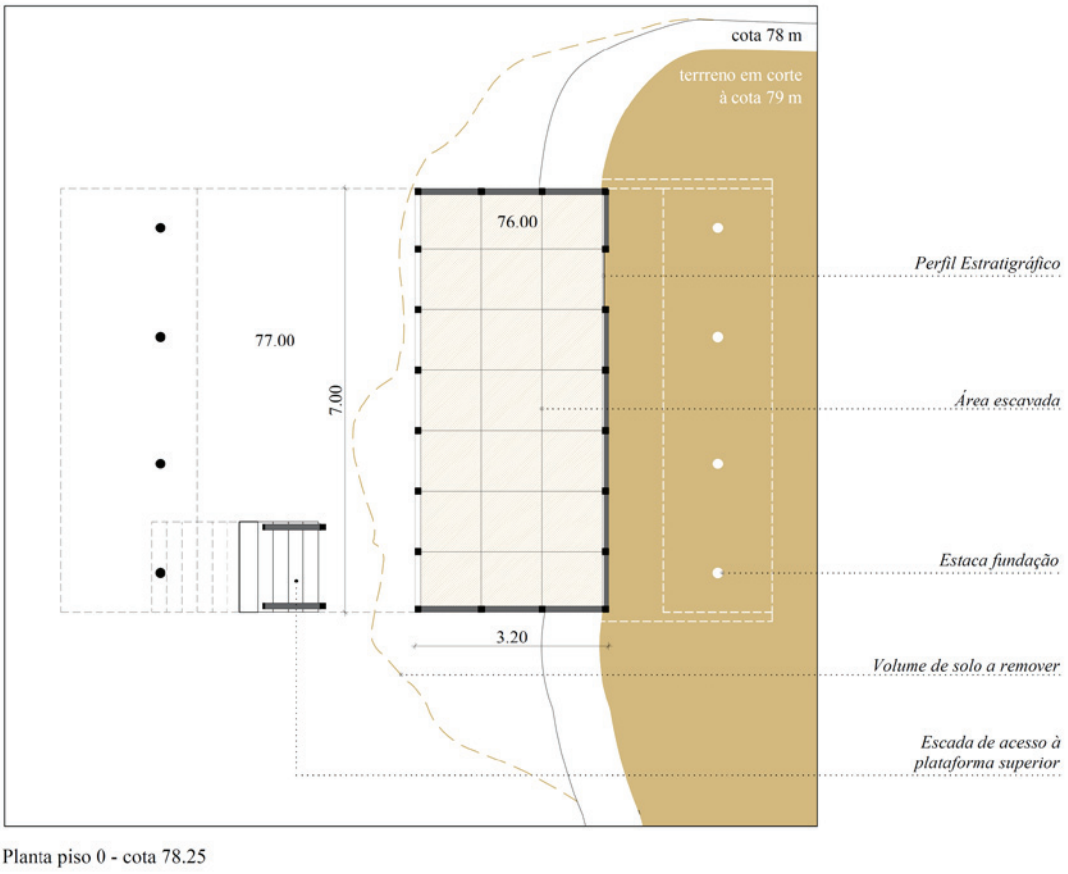


Figura 9 – Planta da futura área de exposição permanente *in loco*.

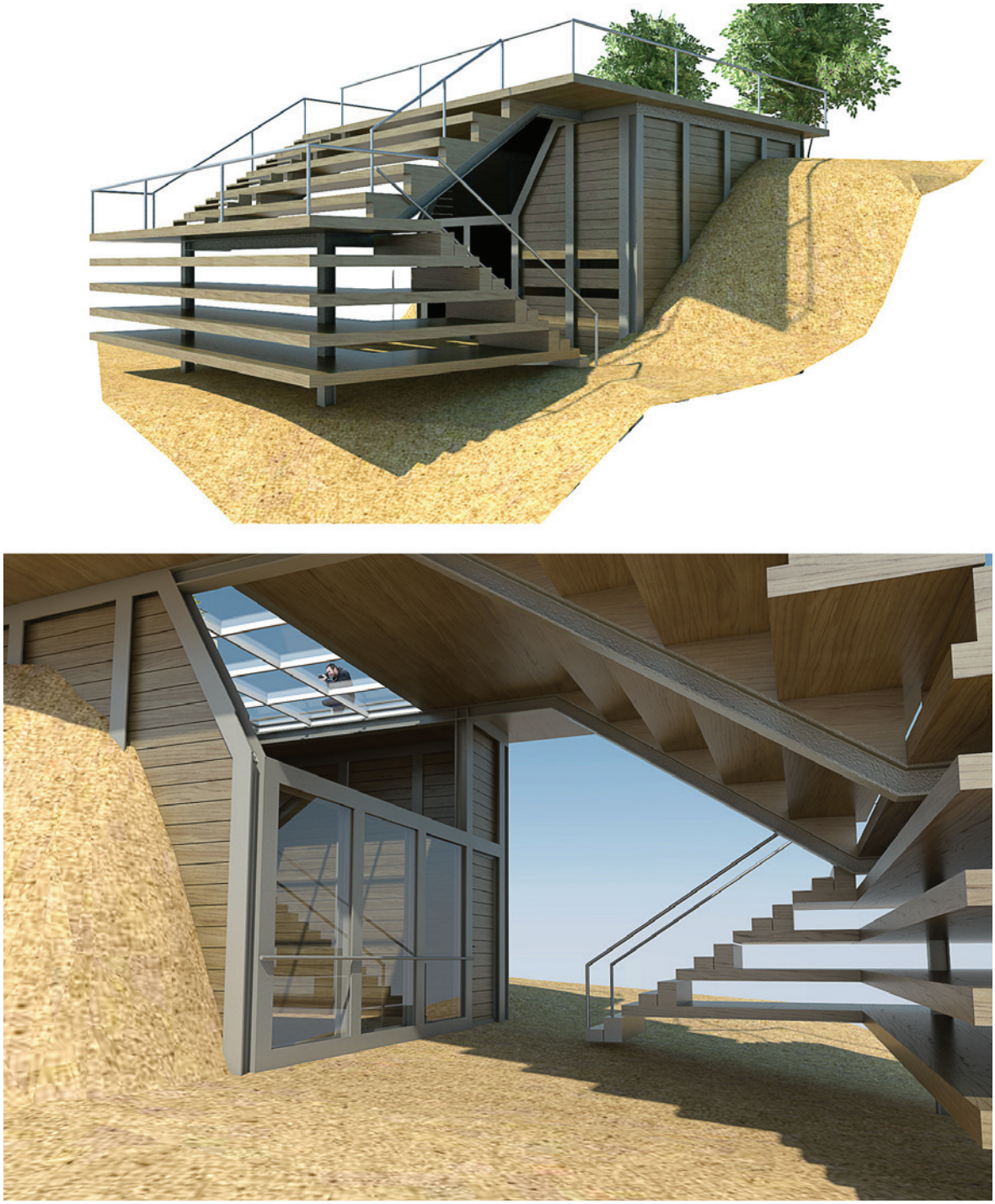


Figura 10 – Estrutura de contenção da futura área de exposição permanente *in loco*. Estudos preliminares. Modelação 3D, Arq. Paulo Correia.

PROJETO DE ESTUDO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO DE VOUZELA (VISEU): OBJETIVOS E PRIMEIROS RESULTADOS

Manuel Luís Real[1], António Faustino Carvalho[2], Catarina Tente[3]

RESUMO

O presente projeto (2016-2019) visa o estudo do património histórico-arqueológico vouzelense. Encontra-se estruturado em quatro eixos de investigação – levantamento toponímico e documental, prospeção arqueológica, estudo de materiais conservados em museus, e escavação de sítios selecionados – que produzirão os conhecimentos científicos necessários para a valorização futura daquele património. O território é tratado diacronicamente, desde a Pré-História (o megalitismo em particular) à Idade Média, incluindo os vestígios de mineração até épocas mais recentes. Como resultado final, obter-se-ão não apenas as bases programáticas daquele projeto de valorização, mas também um inventário detalhado do património, permitindo a atualização e aprofundamento da carta arqueológica já existente, com dados inéditos e outros que se encontram por ora dispersos.

Palavras-chave: Vouzela, Património cultural, Idade Média, Megalitismo, Mineração.

ABSTRACT

This project (2016-2019) focuses on the historic and archaeological heritage of the Vouzela municipality. It is structured according to four research lines – toponymical and documental inventory, archaeological survey, study of materials stored in museums, and excavation of selected sites – that will produce the scientific knowledge necessary for subsequent valorisation of this heritage. The territory is approach diachronically, from the Prehistory (megalithism in particular) to the Middle Ages, including the mining testimonies dated to more recent times. The outcome will be twofold: on the one hand, a basis for the valorisation program, and on the other a detailed inventory of the heritage. The latter outcome will allow the updating of the available archaeological mapping with presently scattered, unpublished data.

Keywords: Vouzela, Cultural heritage, Middle Ages, Megalithism, Mining.

1. INTRODUÇÃO

O estudo sistemático do património histórico-arqueológico vouzelense não se pode dissociar da figura de Aristides de Amorim Girão (1895-1960), natural de Fataunços e pioneiro dos estudos arqueológicos da região de Lafões. No domínio da arqueologia, a sua obra maior, as "Antiguidades Pré-Históricas de Lafões" (Girão, 1921), é uma compilação de toda a informação então disponível, enriquecida com dados de terreno obtidos pelo próprio, pelo que constitui, ainda hoje, uma referência incontornável. O conhecido mapa publicado nesta monografia, que reproduzimos na nossa Figura 1, é eloquente quanto aos resultados desse esforço (Figura 1).

O prosseguimento da investigação arqueológica no município de Vouzela tem, desde então, decorrido de forma intermitente e com trabalhos mais ou me-

1. Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória", Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa; manuelluisreal@gmail.com.

2. Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Gambelas, 8000-117 Faro; afcarva@ualg.pt.

3. Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa, Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa; catarina.tente@gmail.com.

nos sistemáticos, incluindo levantamentos arqueológicos vários (p. ex., Marques, 1999). Hoje, esse trabalho resulta num conjunto muito assinalável de informação que, no entanto, urge reunir, organizar e interpretar para valorização futura. Nesse sentido, e por iniciativa da própria Câmara Municipal de Vouzela, foi solicitada aos signatários a elaboração de um projeto de investigação no domínio da História e da Arqueologia que visasse, numa primeira fase, a sistematização da informação disponível, desde a toponímia aos achados no terreno, e a realização de novos trabalhos de prospeção e escavação que pudessem proporcionar novos elementos para o conhecimento do passado vouzelense. Este projeto, intitulado "Estudo do Património Histórico-Arqueológico de Vouzela" – ou, de modo simbólico e abreviado, "Lafões" – teve início em 2016 e prolongar-se-á até 2019. O objetivo do presente texto é, pois, a apresentação do mesmo e dos principais resultados obtidos do decorrer do seu primeiro ano de funcionamento.

2. HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DE VOUZELA, UMA BREVE PANORÂMICA DIACRÓNICA

Do período pré-histórico conhecem-se em Vouzela numerosos monumentos megalíticos, cujas fases iniciais de construção deverão datar da passagem do V para o IV milénio a.C., se se extrapolar para a região as cronologias absolutas disponíveis para outros setores da Beira Alta (p. ex., Cruz, 2001). A inexistência de ocorrências pré-neolíticas – assim como de contextos habitacionais anteriores ao final da Idade do Bronze – dever-se-á a lacunas na investigação que não se poderão desligar de fatores tafonómicos de escala regional responsáveis pela obliteração de sítios abertos e sem estruturas perenes (principalmente, erosão de vertentes e acumulação de espessos depósitos nos fundos dos vales). Para além desta dificuldade, note-se ainda que, das 27 entradas de monumentos megalíticos e mamoas constantes da base de dados Endovélico à data de início deste projeto, apenas as necrópoles da Malhada de Cambarinho e do Ventoso (ou da Cova da Moura) ou a anta da Lapa da Meruje terão sido escavadas com caráter sistemático. A maior parte destes trabalhos teve lugar no início do século XX, por iniciativa de Girão (1921), tendo tido um impacte muito significativo nos estudos megalíticos da primeira metade do século XX no nosso País – veja-se, a título de exemplo, as considerações que lhes dedica Mendes Correia (1924) em "Os Povos Primitivos da Lusitânia". Depois, a investigação foi interrompida e mesmo ultrapassada pelos desenvolvimentos que tiveram lugar em concelhos limítrofes, de que o caso de Antelas (Castro *et al*., 1957) é apenas o mais eloquente. Nesta fase, os sítios vouzelenses constam de listagens e inventários megalíticos a escalas regionais (Castro *et al*., 1956; Moita, 1966; Leisner, 1998), mas não terão sido objeto de novos trabalhos de escavação (Cardoso, 1999). Só muito mais tarde, na década de 1990, voltaria a ser investigada a Malhada de Cambarinho, pela empresa ArqueoHoje (Carvalho *et al*., 1993), e ainda assim apenas para fins de limpeza e consolidação do monumento. Ou seja, mesmo este importante património pré-histórico encontra-se muito mal documentado no município, limitação agravada pela persistente escassez de espólio que tem revelado até hoje. Com efeito, apenas o monumento n.º 1 desta necrópole proporcionou um conjunto artefactual expressivo que inclui geométricos, pontas de seta e lâminas em sílex (Leisner, 1998: tafel 10, n.º I-14-19).

No entanto, o concelho de Vouzela situa-se em plena área megalítica do médio Vouga, isto é, uma região charneira entre o litoral de Aveiro e os planaltos da Beira Alta, palco de um dos mais expressivos conjuntos megalíticos conhecidos em território nacional. E nesta sua localização reside a importância muito singular que o megalitismo vouzelense assume, não só local ou regionalmente, mas também a outra escala: a das redes de interação e de circulação de pessoas e bens que se terão desenvolvido no – e, segundo diversos autores, terão mesmo dado origem ao – megalitismo da fachada atlântica do continente europeu. Aspetos como a arquitetura dos monumentos, a sua cultura material (em particular, se incluir artefactos fabricados em matérias-primas exógenas, tais como a variscite ou a fibrolite) ou as manifestações de arte megalítica, são elementos que poderão fornecer informações cruciais a este respeito.

Na sequência diacrónica, o momento seguinte representado no município de Vouzela é a Proto-História, de que se conhecem diversos povoados fortificados, alguns dos quais já objeto de intervenções arqueológicas sistemáticas. É o caso do Cabeço do Couço (Marques, 2014) e do Paços de Vilharigues (Marques, 2014; Pedro *et al*., 1994: 146), que conterão ocupações da Idade do Bronze e do Ferro

(no primeiro caso) e da Idade do Ferro e de época romana (no segundo caso). Alguns destes castros vouzelenses terão sido depois romanizados, à semelhança de outras situações homólogas documentadas nas áreas regionais envolventes (p. ex., Silva e Pereira, 2010). Vouzela foi, na época romana, um importante eixo de ligação entre o litoral e a *civitas* de Vissaium (Marques, 2014). Por aqui passariam duas vias principais, de que se conhecem diversos marcos miliários, um deles, atribuído ao século III, integrado na coleção do Museu Municipal de Vouzela (miliário de Vouzela, milha XVIII). Para além dos vestígios epigráficos, alguns deles existentes em afloramentos, pouco mais se conhece sobre as características do povoamento romano, uma vez que não existem dados provenientes de escavações arqueológicas de sítios de fundação romana ou localizados nas áreas de vale. Apenas estão identificados alguns locais onde se fizeram recolhas de superfície e que constam da carta arqueológica (Quintas da Tapada, da Cruz, do Paço, do Sabugueiro, etc.; cfr. Marques, 1999: 32-38). É muito provável, no entanto, que possa ter existido uma exploração sistemática dos recursos minerais durante esta fase histórica, como o parecem sugerir alguns dados já compilados no decorrer do presente projeto (ver adiante).

Ainda são reduzidos os conhecimentos sobre o período correspondente às monarquias suevo-visigoda. Apenas uma lucerna, de provável de fabrico bracarense, com iconografia cristã, encontrada em trabalhos agrícolas e que se encontra hoje no Museu Municipal de Vouzela, documenta para já o período histórico de transição. Apesar do silêncio das fontes para os primeiros contactos entre as gentes de Lafões com o mundo islâmico, os mesmos aparentam ter sido pacíficos, como o comprovam as breves alusões documentais referentes a cidades do ocidente peninsular que negociaram a rendição e, inclusivamente, como o parece testemunhar o próprio topónimo "Sul" (ou "*Sur*", nos textos medievais), derivado de "*Suhl*", que significa "Pacto" em árabe (Real, 2013a: 208-209; 2015: 39-41). Assim, e contrariando a tradicional teoria do ermamento, o território continuou ocupado, à semelhança de outros seus vizinhos. Durante este período parece ter emergido uma elite local que terá sido o ponto de contacto privilegiado com a gentes do Norte e do Sul. A presença de uma incipiente estrutura de poder deverá ter sido o elemento impulsionador dos primeiros contactos com presores cristãos, durante o reinado de Afonso Magno (866-910). A verdadeira colonização nortenha dá-se na transição do século IX para X com a chegada de um grupo de membros da alta nobreza galaico-asturiana, que se tinha rebelado contra o seu rei. O mais veterano era o seu próprio irmão, Bermudo, apoiado pelo conde Diogo Fernandes e outros nobres. Dados documentais e toponímicos apontam para o seu estabelecimento nas duas margens do Vouga, em Bordonhos e em Moçâmedes (Real, 2013a: 211-217; 2013b: 84-88). Nesta última localidade terá sido criado, pelos condes Diogo Fernandes e Onega, o terceiro filho do príncipe Ordonho – sendo este, então, senhor da Galiza – o qual veio a ser temporariamente rei em Viseu (926-930), antes de ascender ao trono de Leon com o epíteto de Ramiro II.

Deste período conservam-se vestígios arqueológicos, entre outros locais: na capela de S. Martinho, nas Caldas de Lafões; no lugar do primitivo assento da igreja de Santa Marinha, em Paços de Vilharigues; e, também, em prédios vizinhos da igreja de Figueiredo das Donas. Na Senhora do Castelo localizava-se o célebre castelo de Lafões, que no século XI se tornará a cabeça de terra, e cujo nome deriva aparentemente da designação dada aos dois montes que aí se erguem, lado a lado, e que em árabe eram conhecidos por *al-aḫwayn*, ou "Os Dois Irmãos" (Aillet, 2005a: 300; 2005b).

Após a reconquista de Almançor (c. 987-997), esta região atravessou um período de grande estabilidade, que foi acompanhado pela afirmação progressiva de elites locais. E, efetivamente, o aparecimento precoce de informações sobre uma série de templos no aro imediato de Vouzela demonstra, claramente, a existência de uma sociedade com meios e ambição suficientes para fundar edifícios religiosos, uma das prerrogativas na manifestação de poder usada pelas elites da época. É notória a concentração de igrejas nesta região face a outros territórios do centro de Portugal, onde as mesmas são escassas ou inexistentes até ao século XII. Em contrapartida, em Lafões são poucas as sepulturas escavadas na rocha, que, no entanto, são muito abundantes nos territórios vizinhos. Esta análise comparativa e as suas explicações foram já encetadas (Tente, 2017), mas desenvolver-se-ão no decurso deste projeto.

Um outro lugar de referência medieval do concelho de Vouzela é a velha honra de Moçâmedes, antiga casa-mãe da estirpe lafonense e que, por motivos ainda não totalmente esclarecidos, aparece reguen-

ga nos inícios do século XII. Na verdade, em 1133, a respetiva "*villa*" será doada por D. Afonso Henriques, possivelmente a um bastardo da rainha D. Urraca, Fernão Peres "Furtado". Mais tarde, em 1389, na sequência da instabilidade ocorrida com a crise dinástica, estes bens vão parar às mãos de Gonçalo Pires Almeida, do qual descendem os Senhores de Moçâmedes, que desempenharam papel relevante na região e em vários momentos da História nacional. Ao que parece, a segunda mulher deste Gonçalo Pires, D. Inês Anes, terá sido ama de leite do Infante D. Henrique. Foram igualmente aios do príncipe, o cavaleiro da Ordem de Cristo, D. Vasco Gonçalves de Almeida, e sua mulher D. Mécia Lourenço. Mas a epígrafe em que estes atestam essa honraria – conservada na casa-mãe da Ordem – refere simplesmente que foram seus "amos". Tal pode ter acontecido já quando ele era criança mais crescida ou quase adolescente. É abusivo considerar que foram os únicos amos, especialmente como criadores logo à nascença, e tem-se caído insistentemente nesse erro. De facto, um documento referente ao dote de casamento de um filho de Gonçalo Pires e Inês Anes, João de Almeida, aponta este último, expressamente, como "colaço" do Infante D. Henrique (Comissão... 1962: 287). Ora, isto pode indiciar que ele tenha passado os primeiros anos de vida nesta localidade. E o aparecimento de diversas casas nobres na região de Vouzela, entre os séculos XIII e XV, com algumas ainda de pé, explica que este concelho seja um exemplo invulgar de preservação de casas-torre senhoriais, de que são exemplo as de Cambra, Vilharigues e Alcofra (Fig. 2). Duas destas torres tiveram trabalhos arqueológicos de escavação. A torre de Vilharigues foi intervencionada em 2011 no âmbito do projeto de valorização pela empresa ArqueoHoje, estando os resultados prestes a ser publicados (Santos *et al.*, s.d.). A Torre de Cambra foi intervencionada em 1997, por J.A. Marques (1999: 40; 2005: 61), tendo sido recolhidos vestígios diversos que o autor baliza entre os séculos XII/XIII e os séculos XVI/XVII (Figura 2).

3. OBJETIVOS DO PROJETO E PRIMEIROS RESULTADOS

O projeto Lafões visa, em essência, a sistematização da informação histórico-arqueológica do concelho de Vouzela e a obtenção de novos dados que permitam colmatar algumas das lacunas de conhecimento mais salientes. O conjunto de dados assim reunidos constituirá a base sobre a qual se procederá, com a conclusão do presente projeto, à elaboração de um programa que vise, através de diversas valências e ações a definir nesse momento, a valorização deste património e a definição de estratégias para o seu usufruto público. Para o efeito, o projeto estrutura-se em quatro eixos de investigação, que se constituem como os objetivos principais do mesmo: *1)* levantamento documental e toponímico detalhado; *2)* prospeção arqueológica direcionada para pontos-chave do território; *3)* estudo dos espólios de escavações antigas; *4)* escavação e/ou sondagem de sítios arqueológicos selecionados.

A pesquisa documental tem-se orientado em dois sentidos: recenseamento e estudo de fontes escritas sobre o território de Lafões; levantamento da microtoponímia do concelho de Vouzela. Quanto ao primeiro aspeto, tem-se procurado identificar toda a documentação existente até finais do século XII, relativa à antiga Terra de Lafões. A recolha estende-se a períodos mais recentes para o território do concelho, com particular incidência para a baixa Idade Média, se bem que, pontualmente e em casos justificados, também se faça recurso a fontes de época moderna e contemporânea. Da pesquisa já efetuada e em conjugação com trabalho de campo, foi já possível identificar vinte e oito igrejas e mosteiros em Lafões, entre os séculos IX e XI. A outra vertente diz respeito à inventariação sistemática da microtoponímia em todas as freguesias que hoje integram o município de Vouzela[4]. A estratégia seguida passa pela consulta dos registos prediais constantes do arquivo do Serviço de Finanças de Vouzela. Foram consultadas mais de duas dezenas de livros, contendo dados sobre matrizes antigas (a. 1899 e princ. séc. XX), bem como as respeitantes às reformas de c. 1935/37 e c. 1976. Durante este primeiro ano de vigência do projeto foram vistos os livros de cinco das freguesias, tendo-se registado o seguinte número de microtopónimos: Cambra (2422 mtop), Fataúnços (932 mtop), Paços de Vilharigues (985 mtop), S. Miguel do Mato (518 mtop) e Ventosa (2623 mtop). Neste cômputo incluem-se nomes compostos e seus derivados, por desdobramento. Há repetição de nomes em localidades distintas, por desconheci-

4. Esta tarefa está a cargo de Daniel Melo, colaborador da Câmara Municipal de Vouzela, e que integra a equipa do presente projeto.

mento ou flutuação dos respetivos limites. Trata-se de um instrumento de pesquisa que se está a revelar essencial para múltiplos objetivos: inventário arqueológico (covas, antas, castros, marcos divisórios, calçadas, pontes, antigos templos ou oragos, sepulturas, fojos mineiros, forca, soengas, achados fortuitos, etc.); localização de topónimos constantes da documentação medieval e cuja memória quase desapareceu; caracterização do território do ponto de vista orográfico, hidrográfico, geológico, agrícola, florestal, ganadeiro, etc., assim como sobre diversas formas de povoamento (aldeias, casais, quintas, etc.) e de aproveitamento dos recursos naturais (represas, moinhos, minas, etc.). A oportunidade desta pesquisa é revalorizada pela circunstância de estar a desaparecer a memória de muitos microtopónimos, seja pelo abandono das terras de lavoura e pastoreio, seja porque no cadastro mais recente, por mero facilitismo, se tenham agregado vários nomes antigos numa única e imperfeita designação. Com o apoio da população local – lavradores, pastores e antigos exploradores de volfrâmio – tem-se conseguido identificar muitos locais com potencial interesse arqueológico, os quais estão a ser georreferenciados por GPS.

Até ao momento, a prospeção arqueológica foi fundamentalmente dirigida para a relocalização das referências a sítios já conhecidos e à avaliação das suas atuais condições de conservação. Um dos principais problemas encontrado na prospeção é a densa vegetação que, em muitos dos casos, impossibilita a visualização do solo ou a própria progressão no terreno. Ainda assim, alguns progressos foram já atingidos (ver abaixo). Foi feito algum reconhecimento no terreno, a partir de indicações obtidas junto da população local sobre eventuais vestígios antigos. Tal estratégia possibilitou a identificação de alguns abrigos sob rocha, dois dos quais a intervencionar em 2017: o Abrigo da Abelheira, sítio inédito localizado próximo da anta da Lapa da Meruje, e a Casa dos Mouros de Vale do Redondo, também inédito, situado próximo da aldeia de Queirã. Os vários castros proto-históricos conhecidos foram já visitados, tendo-se observado a sua afetação pela atividade dos madeireiros, nomeadamente no Outeiro do Castro, após o incêndio que atingiu a zona de Fornelo do Monte. Apesar das referidas dificuldades sentidas no terreno, os trabalhos de prospeção permitiram já a identificação povoados menos conhecidos e em excelentes condições de conservação, como é o caso do Castro de Zibreiro (situado entre Alcofra e Vilharigues) e um presumível povoado mineiro, inédito, em Santa Cruz, nas proximidades de Caria.

Para se atingir uma visão estrutural da organização do território, as pesquisas no terreno também estão a ser orientadas para dois tipos de testemunhos. A identificação de caminhos tradicionais, mesmo os de carácter secundário – de que restam inúmeras calçadas, algumas delas hoje já intransitáveis – poderão fornecer importantes pistas sobre a dinâmica socioeconómica da região, em épocas mais recuadas. Outro aspeto não menos relevante é o da inventariação das antigas balizas de demarcação da propriedade, pois refletem o quadro da implantação senhorial. O zonamento da exploração do território não se pode desligar das características e potencialidades económicas das diversas partes que o compõem, assim como das vicissitudes do devir histórico da região. Para já, estão identificados marcos divisórios relacionados com propriedades do Rei, do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, da Universidade de Coimbra e de senhorios particulares que, provisoriamente, relacionamos com Abreu e Melo (senhor de Alcofra) e Almeida e Vasconcelos (senhor de Moçâmedes).

Sendo a Senhora do Castelo (Figura 3) um local de referência em todo o território, não só pelo papel que desempenhou como castelo cabeça-de-Terra em época medieval, mas também como elemento geográfico de referência na paisagem, foi já realizada a prospeção sistemática das suas vertentes. O topo do monte foi profundamente alterado, não só por sucessivas obras de construção da capela dedicada à Senhora do Castelo, que sofreu vários momentos de construção e ampliação, mas também pela implementação de antenas de comunicação. Nas vertentes é possível ainda reconhecer duas sepulturas escavadas na rocha, já referenciadas (Girão, 1921: 16; Marques, 1999:49; 2005: 71; 2014: 57), e diversos derrubes de muralhas, bem como alguns pedaços de cerâmica. Tudo indica, portanto, que o antigo castelo se encontra praticamente destruído. Porém, pretende-se no âmbito deste projeto realizar ali algumas sondagens, para averiguar a eventual existência de contextos arqueológicos preservados.

Outros dados importantes da prospeção relacionam-se com o reconhecimento de elementos arquitetónicos e epigráficos, hoje dispersos, mas que integrariam antigos templos medievais. Entre eles, conta-se um fuste de coluna recentemente vanda-

lizado, com seu capitel, que serviam de apoio a um cruzeiro, junto à igreja de Queirã. Mas um dos mais emblemáticos achados, neste âmbito, foi a inscrição hoje integrada na parede de um curral na aldeia de Figueiredo das Donas (Figura 4) e que, conjuntamente com outros elementos arquitetónicos integraria, certamente, a igreja que ali existiu entre os séculos X e XI. É a seguinte, a sua leitura: + AURIASU / CRESCON[es] / FECIT. Pelo respetivo teor, estaremos perante o nome do patrono ou construtor, alguém que, devido à sua riqueza ou por estar ligado à prospeção aurífera, recebeu ou adotou o nome de *Auriasu* ("Auri+assu", que em latim significaria "de ouro puro").

Também no que se refere às torres senhoriais da baixa Idade Média, foram recolhidas informações orais e toponímicas para a existência de mais construções deste tipo, o que possibilitou a identificação de outras que eram, até ao momento, desconhecidas: Loumão, Levides e Sacorelhe. E existem pistas que nos apontam para mais sítios ainda por explorar. Todavia, tem sido infrutífera a demanda para encontrar o local onde se situaria a torre de Bendavises, que Amorim Girão refere ter sido demolida em 1886 para edificar uma casa particular (Girão, 1921: 13; ver também Marques, 1999: 43).

Um tema identitário da região que estamos a analisar é o da mineração. O seu estudo não pode deixar de considerar a intensa atividade de exploração aí desenrolada até aos anos 70 do século passado, até porque frequentemente ela incidiu sobre locais intervencionados desde alta antiguidade. Para o efeito, a equipa tem-se socorrido de fontes bibliográficas e documentais diversas, com destaque para os registos oficiais da concessão de minas[5] e da microtoponímia, assim como do apoio entusiástico de antigos exploradores de volfrâmio, que muito têm contribuído para o mapeamento das jazidas e locais de interesse arqueológico a elas associados. O concelho de Vouzela, além da intensa produção de volfrâmio, tem permitido explorar estanho (Figueiredo, Bejanca, Fojo, Vale de Susão, etc.) e ouro (Vouzela, Vila Nova, Bejanca, Porteira, Vale de Susão, etc.) e, inclusive, possui algum urânio (Fundegos, Serrinha, etc). Houve explorações, tanto por intermédio de galerias e poços, como através de do garimpo de aluvião ou com perfurações a céu aberto. A cartografia das zonas de exploração está a fornecer dados muito interessantes, nomeadamente pela associação de parte da rede viária à estrutura geológica do subsolo. A estreita relação entre certos troços de via e a orientação de alguns dos principais filões de minério (por exemplo, entre a Mina do Cume e Carvalhal de Estanho, ou entre Queirã e Vasconha) faz supor um antecedente remoto para o traçado dos velhos caminhos, os quais poderão acaso remontar ao Bronze Final, quando o território era já procurado para a exploração de estanho. Ainda estamos numa fase inicial da investigação, mas parece haver indícios de um poço e galerias de exploração romana, ainda conservados na Senhora do Castelo, assim como, na vertente de Fataunços, de um possível moinho de trituração de minério. Para além disso, foi identificado um recinto até hoje inédito, no outeiro de Santa Cruz, próximo de Caria e sobranceiro à Ribeira das Levadas – topónimo eloquente, pois foi uma zona rica em explorações de aluvião – lugar esse que corresponderá a um povoado mineiro de época romana, senão mesmo a um local para controlo das explorações antigas entre Queirã e S. Miguel do Mato.

A única escavação arqueológica encetada no ano de 2016 incidiu num dos numerosos monumentos megalíticos vouzelenses, a Lapa da Meruje (Carvalhal de Vermilhas), um grande dólmen de câmara e corredor, diferenciáveis em planta e alçado, e com mamoa preservada em mais de metade da sua espessura original. Os critérios subjacentes a esta escolha derivaram, essencialmente, de dois fatores: em primeiro lugar, da sua localização privilegiada numa depressão a meia-encosta e a existência de infraestruturas de apoio a visitas (que serão fundamentais na valorização futura do sítio arqueológico); em segundo lugar, da verificação do enorme potencial científico que esta anta ainda apresenta. O facto de ter sido o primeiro dólmen intervencionado por Amorim Girão, que nele fez "uma ligeira escavação" (1921: 47) a 29 de março de 1917, confere-lhe um valor simbólico acrescido no contexto do projeto Lafões, inclusive por se estar a comemorar o centenário dessa pioneira intervenção. A relocalização da escavação inicial e a avaliação da sua extensão, foi aliás um dos objetivos principais da campanha de 2016. Outro grande objetivo foi também, desde logo, a documentação da estrutura da mamoa do monumento e a sondagem do paleossolo subjacente. Para estes efeitos, decidiu-se abrir uma sanja de 14×2 m na metade sul da mamoa abarcando também

5. Existem oito livros de registo no arquivo da Câmara, entre 1907-1979, faltando, porém, o primeiro volume da série.

parte da câmara onde tiveram lugar os trabalhos de 1917 (Figura 5).

Os resultados obtidos em 2016 deixam antever, de facto, um monumento ainda muito bem preservado. Com efeito, tendo a escavação na câmara atingido cerca de metade da potência total do seu preenchimento (estimada em c. 200 cm), foi possível verificar que a escavação de 1917 não terá ultrapassado os 60 cm de profundidade em relação à cota da sua superfície à data de realização dos trabalhos, o que perfaz c. 85 cm abaixo da cota atual. O achado apenas de artefactos esparsos (três micrólitos em sílex) sugere que os níveis *in situ* estarão ainda conservados a cotas inferiores, daqui se percebendo, portanto, as razões do lamento de Girão (1921: 47) ao concluir que a sua escavação "[…] nada produziu digno de menção". A campanha de 2017 deverá esclarecer em definitivo esta questão. Note-se ainda que, nos sedimentos revolvidos do topo do preenchimento da câmara e área imediatamente adjacente se identificaram artefactos cerâmicos e metálicos que testemunham eventos de reutilização deste espaço em época proto-histórica e medieval.

A escavação da mamoa, por seu lado, permitiu documentar os restos de uma couraça pétrea (severamente afetada nalguns setores pela extração de pedra, provavelmente para a construção dos muros de divisão de propriedade da envolvência) e um contraforte erigido com grandes lajes de granito dispostas na vertical em torno da câmara do monumento. Os sedimentos da mamoa são muito homogéneos, de colorações negras, e com uma importante componente argilosa, distinguindo-se com dificuldade do paleossolo subjacente no processo de escavação. Ainda assim, foi possível identificar um nível arqueológico na interface entre a mamoa e o solo original, composto por cerâmica lisa, de cozeduras oxidantes, e talhe do quartzo, de muito boa fatura. Este nível deverá ser melhor caracterizado em termos cronológicos e funcionais na campanha de 2017.

4. PERSPETIVAS DE TRABALHOS FUTUROS

Tendo o projeto tido o seu início apenas em 2016, muito trabalho está ainda por realizar. Dentro da planificação do mesmo, prevê-se ainda o seguinte conjunto de ações concretas:

– Prosseguimento das prospeções arqueológicas visando a relocalização de sítios já conhecidos — como, por exemplo, dos numerosos monumentos megalíticos e mamoas referenciados em diversas publicações e bases de dados – e identificação de novos locais com interesse arqueológico.
– Continuação da pesquisa nas fontes medievais, tanto cristãs como árabes, que permita referenciar toda a documentação antiga disponível sobre este território e, mais importante, que possibilite a correlação objetiva entre referências documentais e vestígios arqueológicos, assim como a interpretação conjunta dos mesmos.
– Realização do inventário do património arqueológico em articulação com a base de dados georreferenciada em uso pelos serviços camarários, para gestão do território, de forma a inserir em tempo útil os dados patrimoniais na gestão corrente da autarquia. Deste inventário constam todos os dados requeridos pelo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos de forma a que haja uma articulação facilitada e direta entre o que é exigido pela Tutela e os dados necessários a uma gestão sustentada dos recursos naturais e culturais do território.
– Cartografia sistemática de todos os caminhos e calçadas antigas, quer de cronologia romana, quer medieval e moderna. Estes vestígios, com importantes troços ainda muito bem preservados em Vouzela, são eixos centrais da estruturação do povoamento e fulcrais para a compreensão do território a partir da época romana.
– Limpeza da vegetação e levantamento topográfico sistemático de alguns povoados fortificados, como será o caso de Castêlo, em Alcofra.
– Escavação arqueológica precedida de sondagem nos abrigos sob rocha da Abelheira (Carvalhal de Vermilhas) e da Casa dos Mouros de Vale do Redondo (Queirã) para verificação dos seu potencial arqueológico, no primeiro caso, ou para documentação das ocupações da Idade do Bronze final já conhecidas em achados de superfície, no segundo caso. Estes trabalhos estão previstos para 2017. Está também prevista, conquanto em datas ainda por estabelecer, a realização de sondagens na Senhora do Castelo (Vouzela) a fim de averiguar a conservação de eventuais contextos arqueológicos sobreviventes às múltiplas obras a que o monte foi sujeito nas últimas centúrias (ver acima). Será ainda avaliada a pertinência de uma sondagem no jardim interior do Paço de Moçâmedes.

– Continuação dos trabalhos na anta da Lapa da Meruje. Com efeito, para além da escavação atualmente em curso e que se prolongará até 2019, realizar-se-ão igualmente trabalhos de consolidação e restauro do monumento, se encessário, para que possa, concluído o seu estudo *in situ*, ser revalorizado no próprio local de implantação e reforçar a disponibilização de conhecimentos sobre o mesmo à população vouzelense e visitante para seu usufruto.
– Em termos de difusão de resultados e de casos concretos de valorização patrimonial, a equipa continuará a prestar acompanhamento científico à autarquia e encarregar-se-á da produção de conteúdos para os projetos de requalificação e musealização das torres medievais de Vilharigues, Cambra e Alcofra. Paralelamente, será preparado um guião para a requalificação do Museu Municipal de Vouzela, projeto que irá ser levado a cabo a médio prazo.

BIBLIOGRAFIA

AILLET, Cyrille (2005a) – *Les Mozarabes. Christianisme, islamisation et arabisation en Péninsule Ibérique (IXe-XIIe siècles)*. Madrid: Casa de Velázquez.

AILLET, Cyrille (2005b) – Aux marges de l'Islam: le châteaux des deux frères et le dernier des Ghassanides. In DESWARTE, T.; SÈNAC, P., dirs. – *Guerre, pouvoirs et idéologies dans l'Espagne chrétienne aux alentours de l'an mil*. Turnhout: Brepols, p. 25-35.

CARDOSO, João Luís (1999) – Monumentos megalíticos do concelho de Vouzela. *Vouzela: estudos históricos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 169-208.

CARVALHO, Pedro Sobral; GOMES, Luís Coutinho; COIMBRA, A.M.M. (1993) – Casa da Orca da Malhada de Cambarinho (Vouzela, distrito de Viseu). *Estudos Pré-Históricos*. 1, p. 97-103.

CASTRO, Luís Albuquerque; FERREIRA, Octávio Veiga; VIANA, Abel (1956) – Acerca dos monumentos megalíticos da Bacia do Vouga. *XXIII Congresso Luso-Espanhol. 7ª Secção: Ciências Históricas e Filológicas, VIII*. Coimbra: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, p. 471-481.

CASTRO, Luís Albuquerque; FERREIRA, Octávio Veiga; VIANA, Abel (1957) – O dólmen pintado de Antelas (Oliveira de Frades). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. XXXVIII: II, p. 325-348.

COMISSÃO Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1962) – *Monumenta Henricina*, vol. IV (1431-1434). Coimbra.

CORREIA, A. Mendes (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia (Geografia, Arqueologia, Antropologia)*. Porto: Tipografia Sequeira Lda.

CRUZ, Domingos J. (2001) – *O Alto Paiva: Megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-História recente*. Coimbra: Universidade de Coimbra (Dissertação de Doutoramento; policopiada).

GIRÃO, António Amorim (1921) – *Antiguidades pré-históricas de Lafões. Contribuição para o estudo da arqueologia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

MARQUES, Jorge Adolfo Meneses (1999) – *Carta Arqueológica do Concelho de Vouzela*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela.

MARQUES, Jorge Adolfo Meneses (2005) – *Vouzela. Património Arqueológico. Sítios e rotas*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela.

MARQUES, Jorge Adolfo Meneses (2014) – *Lafões. História e Património*. Viseu: edições Esgotadas.

PEDRO, Ivone; VAZ, J.L.I.; ADOLFO, Jorge (1994) – *Roteiro arqueológico da região de turismo Dão–Lafões*. Viseu.

LEISNER, Vera (1998) – *Die megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Die Westen*. Berlin: Walter de Gruyter.

MOITA, Irisalva (1966) – Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta. *Ethnos*. V, p. 189-297.

SANTOS, C.; PREREIRA, N.; CRAVO, S. (s.d.) – A Torre de Vilharigues [Vouzela]. In TENTE, C. (ed.) – *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu / Instituto de Estudos Medievais, no prelo.

SILVA, A.M.S.P.; PEREIRA, G.R. (2010) – Povoamento proto-histórico na fachada atlântica do Entre Douro e Vouga. Paleoambientes e dinâmica cultural. In BETTENCOURT, A.M.S.; ALVES, M.I.C.; MONTEIRO-RODRIGUES, S., eds. – *Variações paleoambientais e evolução antrópica no Quaternário do ocidente peninsular*. Braga: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário / Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória", p. 189-203.

REAL, M.L. (2013a) – O Castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. 12, p. 203-230.

REAL, Manuel Luís (2013b) – O significado da basílica do Prazo (Vila Nova de Foz Côa), na Alta Idade Média duriense. *Actas das 1.as Conferências do Museu de Lamego / Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória". História e Património no Douro: Investigação e Desenvolvimento*. Lamego: Museu de Lamego / Direção Regional de Cultura do Norte / Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória", p. 65-103.

REAL, Manuel Luís (2015) – Os moçárabes entre a convivência e a intolerância: resistências, apostasías, dissimulações e ambiguidades. In AYALA MARTINEZ, C.; FERNANDES, I.C. (coord.) – *Cristãos contra muçulmanos na Idade Média Peninsular*. Lisboa / Madrid: Edições Colibri / Universidad Autónoma, p. 39-73.

TENTE, Catarina (s.d.) – Rock-cut graves and cemeteries in the medieval rural landscape of Viseu's territory (centre of Portugal). In BIS-WORCH, C.; THEUNE, C., eds. – *Religion, cults & rituals in the medieval rural environment*. Lleiden: Sidestone Academic Press (Ruralia; XI), no prelo.

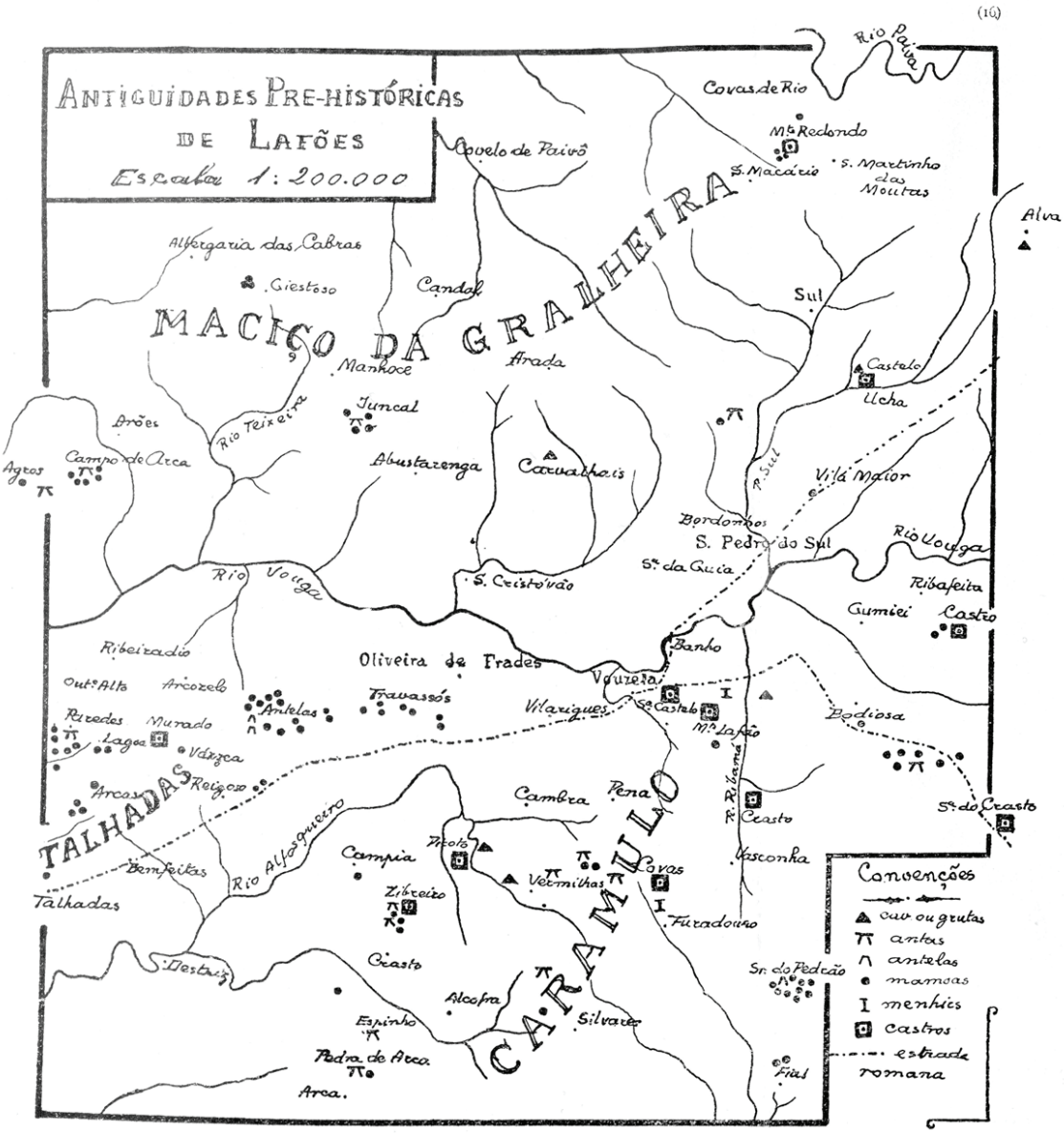


Figura 1 – Mapa retirado das "Antiguidades Pré-Históricas de Lafões", com indicação de monumentos megalíticos, "grutas", castros e vias romanas (segundo Girão, 1921).

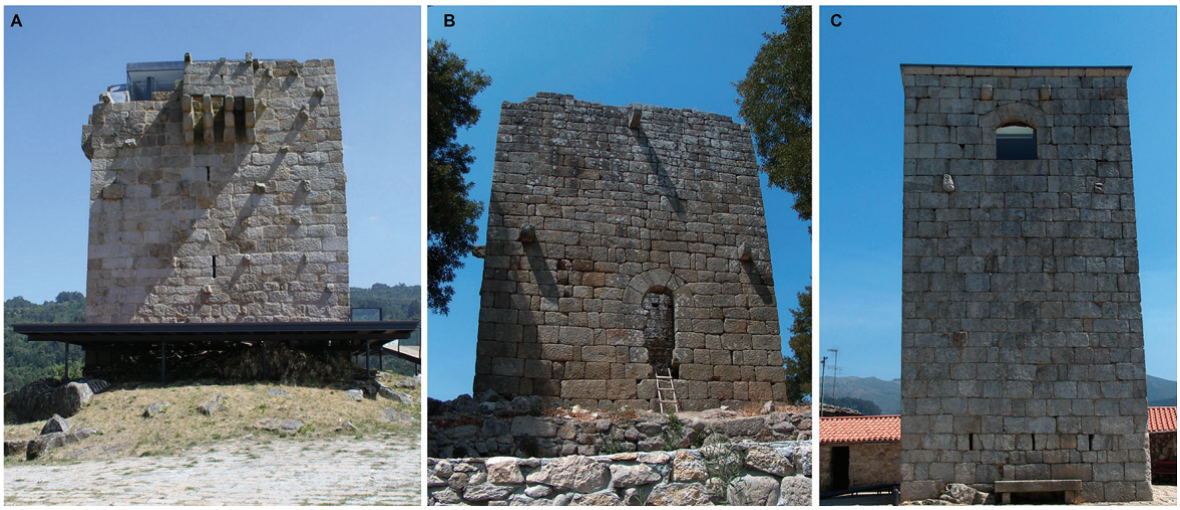


Figura 2 – Torres senhoriais medievais de Vouzela: A. Vilharigues, B. Cambra, C. Alcofra.

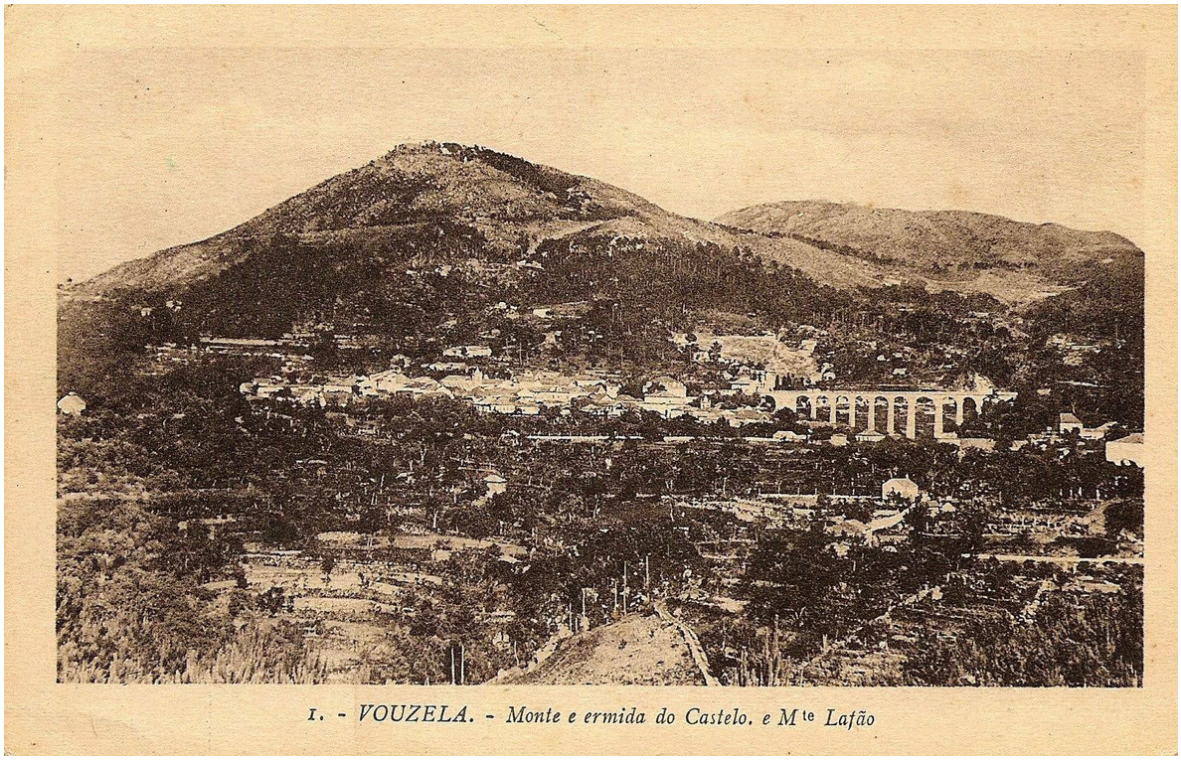


Figura 3 – Postal datado de 1920 ilustrando, em primeiro plano, a vila de Vouzela e a sua ponte ferroviária e em fundo, à esquerda, o Monte da Senhora do Castelo (antiga cabeça-de-terra do território medieval de Lafões) e, no horizonte, o Monte Lafão.



Figura 4 – Elemento epigráfico encontrado em Figueiredo das Donas.



Figura 5 – Vista geral dos trabalhos de escavação na anta da Lapa da Meruje em Julho de 2016, com a sanja aberta nesse ano em primeiro plano (fotografia aérea com drone, por Júlio Rocha).

CASTRO DE GUIFÕES (MATOSINHOS) – DAS PRIMEIRAS NOTÍCIAS AOS RESULTADOS PRELIMINARES DE UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

Andreia Arezes[1], José Manuel Varela[2]

RESUMO

Neste texto pretendemos delinear o panorama da história da investigação no Castro de Guifões. Pretendemos, em paralelo, promover uma síntese do estado atual dos conhecimentos, incorporando os dados preliminares auferidos através da implementação de um Projeto de Investigação Plurianual em Arqueologia.

O sítio em análise localiza-se na margem esquerda do rio Leça, actualmente assoreado, mas cujas boas condições de navegabilidade são atestadas pelo menos até à época medieval. Perscrutado desde o século XIX, há muito lhe é reconhecido potencial de estudo, nomeadamente para a compreensão da Idade do Ferro e período romano no contexto regional em que se insere. Em 2016, e já no quadro do Projeto GUIFARQ, voltou a ser alvo de campanhas de escavação, sendo que os primeiros resultados reiteram os indícios de persistência da ocupação até à Antiguidade Tardia.

Palavras-chave: Castro de Guifões, Projecto, Investigação, Ocupação.

ABSTRACT

In this text we aim to outline the history of the investigation in Castro de Guifões. We also aim to present a summary of the current state of knowledge about the site, by incorporating the preliminary data obtained through the implementation of a Research Project in Archaeology.

The settlement is located on the left bank of river Leça, now silted, but whose good navigability conditions are attested at least until the medieval times. Object of attention since the nineteenth century, reveals potential for investigation, mainly for enabling the understanding of Iron Age and Roman period in the regional context where is inserted. In 2016, within the Project GUIFARQ, new excavations began, and the first results suggest the persistence of the occupation up to Late Antiquity.

Keywords: Castro de Guifões, Project, Investigation, Human occupation.

1. INTRODUÇÃO. APRESENTAÇÃO DO SÍTIO

O Castro de Guifões, também chamado de Monte Castêlo de Guifões (CNS: 779), destaca-se numa paisagem hoje alterada e fortemente urbanizada. Aliás, as construções que, progressivamente, se foram assenhoreando de parte da área que lhe é afecta em muito contribuíram para o descaracterizar sem, contudo, conseguirem desvirtuar o reconhecimento do carácter estratégico que pauta a sua implantação. Com efeito, o sítio ergue-se sobre o estuário do rio Leça (Almeida & Santos, 1975, p. 49; Varela, 2010, p. 108), um rio de caudal presentemente assoreado, coarctado e artificializado, mas outrora favorável à navegabilidade e, como tal, aproveitado e capitalizado. Ali afluíam as marés e também as embarcações que transportavam produtos oriundos de geografias mais ou menos distantes. Tal realidade foi sendo materialmente sugerida, por via de escavações arqueológicas ou de recolhas pontuais feitas

1. FLUP e CITCEM; andreia.arezes@gmail.com.

2. CMM; jose.varela@cm-matosinhos.pt.

ao sabor das circunstâncias, para os tempos finais da proto-história, período romano e Antiguidade Tardia. Todavia, há que sublinhar que nas fontes historiográficas os indicadores relativos à facilidade das movimentações fluviais desde o mar à área ocupada pelo Castro mantêm-se pelo menos até à segunda metade do século XV (Almeida & Santos, 1975, p. 50; 56; Varela, 2013, p. 75-76).

A importância intrínseca do curso fluvial adjacente, certamente imbricado, de modo mais ou menos activo e directo, em redes de comércio, abastecimento e redistribuição, especialmente a nível regional, a par das condições favoráveis ao aportamento, configuram certamente factores indissociáveis da "longevidade" da ocupação no sítio.

Mas na verdade, e mesmo com o avanço da cronologia, o lugar não perdeu a sua capacidade de polarização, na medida em novas conjunturas continuaram a conferir-lhe relevo. Entre 1032 e 1152, o Castro (ou *Mons*) *Quifiones* aparece mencionado em quinze documentos medievais, sendo que, em treze deles, ocorre em articulação com a expressão "subtus" (Barroca, 2017, p. 207; 234). Na esteira da interpretação proposta por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (Almeida, 1978, p. 25; Almeida, 1992, p. 372), termos como "subtus" ou mesmo "ad radicem", recorrentemente associados a "[…] montes, alpes, castros e castelos […]" são hoje considerados sem reservas como indicadores claros do fenómeno do *encastelamento* e, especificamente, da vigência de relações de dependência militar (e não apenas topográfica), entre espaços (Barroca, 2017, p. 202-203). A documentação medieval demonstra, portanto, a existência de um castelo ou estrutura fortificada no local (Barroca, 2017, p. 234-235); todavia, e à semelhança do que sucede com outros testemunhos que subsistiriam na acrópole do Castro, os vestígios arqueológicos com ele correlacionáveis não são, presentemente, detectáveis nem, consequentemente, acessíveis à interpretação (Barroca, 2017, p. 235; Varela, 2013, p. 78).

2. A "HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO" DEBRUÇADA SOBRE O CASTRO DE GUIFÕES

Referenciado nas Memórias Paroquiais de 1758 (Capela *et al.*, 2009, p. 429-430), o Castro de Guifões consta de um sítio há muito conhecido. É sabido que, cerca de dois séculos volvidos sobre a composição deste notável acervo, onde é feita menção ao achado de blocos pétreos talhados e cerâmica de construção (Capela *et al.*, 2009, p. 430), viria a despertar o interesse de algumas figuras eminentes da arqueologia (Cleto & Varela, 1999, p. 1), uma disciplina então emergente e, um pouco por toda a Europa, "vinculada" aos nacionalismos em voga, sobretudo em razão da sua capacidade de produção de narrativas sobre o passado (Gomes, 2011, p. 118-119).

Foi em 1880 que Leite de Vasconcelos visitou pela primeira vez o Castro de Guifões, observando-lhe a configuração geral e os restos materiais visíveis. Na sequência de tal visita e das recolhas superficiais que concretizou, iniciou-se a troca de correspondência (e impressões) com Martins Sarmento[3] (Vasconcelos, 1898, p. 270-272). Sarmento era já, por essa altura, uma personalidade de referência incontornável e com autoridade firmada no âmbito da investigação debruçada sobre os castros do noroeste (Vasconcelos, 1901, p. 30-31; Pimenta, 2005, p. 165); além do mais, e apesar do seu nome se encontrar associado especialmente às escavações dos povoados de Briteiros e Sabroso (Sarmento, 1933, p. 22-35; Pimenta, 2005, p. 157; Silva, 2007, p. 17) dedicara já alguma atenção ao "estudo" deste mesmo sítio. Em que moldes? Em carta datada dos finais de Agosto de 1880, comprova-se que Martins Sarmento empreendeu uma sondagem algures na zona poente do topo do Castro, a qual lhe permitiu detectar, a escassa profundidade, as fundações de um número indeterminado de "casas" (Vasconcelos, 1901, p. 35). Mas nem os resultados auferidos com a pequena escavação, nem o facto de ter identificado outros vestígios em diferentes pontos da elevação[4] (Vasconcelos, 1901, p. 35), o impulsionaram a dar continuidade aos trabalhos ali encetados.

3. Atente-se nas afirmações produzidas por Leite de Vasconcelos: "[…] Pelo que elle [Martins Sarmento] e eu encontrámos, vê-se que ha em Guifões, como em muitos outros castros, vestigios de duas civilizações: uma pré-romana, outra romana. A pre-romana revela-se não só no systema geral da povoação, mas no apparecimento de instrumentos da idade da pedra polida, e de fragmentos de vasos de barro com ornamentação muito simplez, em linhas curvas irregulares. A romana revela-se no apparecimento de telhas de rebordo, de ceramica marcada e de um pêso de barro. […]" (Vasconcelos, 1898, p. 270).

4. Na referida missiva, explana Martins Sarmento: "[…] segue o caminho […] e verá já alguns restos de construcções e uma calçada que o leva ao alto, onde terá de torcer á esquerda para se internar na corôa da fortaleza. Verá os taludes das muralhas e aqui e alli alguns fragmentos de barro, se houver terreno roçado, porque do contrario o mato é tão alto que pouco poderá vêr. […]" (Vasconcelos, 1901, p. 35).

Note-se, porém, que há outras "explorações" atestadas no sítio. Uma delas, coordenada por Rocha Peixoto, resultou de uma solicitação do Gabinete de Geologia da Academia Polytechnica do Porto (Peixoto, 1907, p. 492-H). Todavia, os dados obtidos nunca viriam a ser publicados[5]. Relativamente às desencadeadas por Mendes Corrêa, também não se saldaram em significativa produção de conhecimentos: são sucintas as linhas que dedicou aos materiais, concretamente, às mós manuais e às produções cerâmicas (Corrêa, 1916, p. 335-336), assim como ao sítio que os gerou (Corrêa, 1924, p. 270; p. 296; Corrêa, 1928, p. 179).

Ao longo das décadas de 50 e 60 seria Joaquim Neves dos Santos a protagonizar as intervenções documentadas. O denominador comum a todas elas? A ocorrência de um conjunto de acções invasivas no sítio, que viriam a resultar na colocação a descoberto de diversos dispositivos (Santos, 1955, p. 18; Santos, 1962, p. 112). Uma dessas acções prendeu-se com o alargamento do caminho que ladeava o povoado a nascente, estabelecendo ligação com a ponte medieval. Neste âmbito, revelou-se possível visualizar alinhamentos com distintas configurações, a par dos troços de calçada(s) que posteriormente viriam a ser sinalizados na planta do Castro (Santos, 1955; Santos, 1962, p. 112; Varela, 2010, p. 110), e aos quais voltaremos a aludir. Mas, conforme se veio a verificar, tais elementos não foram os únicos a ser observados. A cota mais elevada, concretamente, no cume da elevação, identificaram-se estruturas de contorno circular, a par de uma imponente coluna e da base de uma construção que Neves dos Santos considerou monumental e que entendeu poder corresponder a um possível templo romano (Santos, 1955, p. 26; p. 46). De acordo com as descrições então promovidas (e que vão de encontro à previamente delineada por Serpa Pinto[6]), a referida plataforma do Castro estaria inserida no seio de um perímetro muralhado, preparado em talude e de modo a capitalizar as inclinadas vertentes naturais[7]. Já a entrada surgiria a nascente, num ponto irradiador de percursos (Santos, 1955, p. 17). Presentemente, porém, assume-se como impraticável o cotejamento entre as observações de Neves dos Santos e a realidade arqueológica. Com efeito, a acrópole do sítio encontra-se completamente alterada. Os aterros depositados nos anos 70 para a construção do Clube de Caçadores e respectivo campo de tiro ocultaram os vestígios remanescentes. Não obstante, convém ressalvar que o alinhamento descontínuo da muralha é ainda discernível no levantamento topográfico efectuado pela Câmara Municipal de Matosinhos em 1944, ou seja, antes das fortes transformações a que a plataforma cimeira viria a ser sujeita.

Escassos anos após a edição da publicação acima citada (Santos, 1955), mais concretamente, nos inícios da década de 60, o espaço conhecido como "Campo da Ponte", situado na base do Castro, muito próximo do curso final do Leça, foi igualmente afectado. Até então recoberto por pinhal e mato, foi desbravado e arroteado, com o objectivo de lhe ser conferido uso agrícola. Tais acções intrusivas trouxeram mais uma vez à luz antigos alinhamentos, razão justificativa do arranque de nova escavação conduzida por Neves dos Santos. Os trabalhos de campo viriam a revelar um conjunto dotado de vários compartimentos, e aparentemente associado a um pavimento lajeado exterior (Santos, 1962b, p. 137-139; Santos, 1995/1996, p. 22). Supostamente datável do Baixo Império (Cleto & Varela, 1999, p. 7), integrava no alçado de um dos compartimentos um bloco pétreo provido de uma suástica[8] em relevo, que desde logo se julgou ter sido incorporado no quadro de uma reutilização ou reaproveitamento (Santos, 1963b, p. 137-138). E não deixou de suscitar interesse o facto de a laje que exibia o referido

5. As considerações de Rocha Peixoto a tal respeito são escassas, surgem como pano de fundo à polémica com Leite de Vasconcelos e apenas permitem intuir que foram concretizadas recolhas cerâmicas: "[Leite de Vasconcelos] Larga a pedir, directa e indirectamente, a mim e ao s. conselheiro José Fortes, que lhe dê eu a cacaría de Guifões para o Museu! Isto é hilariante [...]" (Peixoto, 1907, p. 492-H).

6. "[...] Ao cume do monte vai dar uma calçada, vendo-se na planura os camalhões de casas na maioria circulares (caracteristicas dos castros a Norte do Douro) e pela encosta restos de construções defensivas aproveitando os acidentes do terreno [...]" (Pinto, 1927, p. 25).

7. "[...] As muralhas que cercavam todo o vasto planalto eram, em grande parte, naturais, formadas por rochedos escarpados e ladeiras íngremes e dispostas [...] à volta do monte, [...] ao meio das suas encostas; as artificiais eram em talude e fortes muros de duas paredes sobrepostas [...]" (Santos, 1955, p. 17).

8. A identificação deste elemento levou J. Neves dos Santos a referir-se à estrutura que o exibe como "edifício da suástica". Note-se, em paralelo, que foram já vários os autores a mencioná-lo, a procurar interpretá-lo e a apontar-lhe cronologias e paralelos (Coimbra, 1996, p. 107-112).

motivo ter sido colocada em posição de destaque, concretamente, a escassos centímetros de uma "lareira de tijolo", por seu turno assente sobre o piso térreo (Santos, 1963b, p. 137). Acresce notar o facto de, igualmente no espaço abarcado pelo "edifício"[9], ter sido identificada, sob uma das divisões, parte de uma estrutura de contorno circular (Santos, 1995/1996, p. 22), que se presume poder ser correlacionada com um momento de ocupação mais antiga, eventualmente datável da Idade do Ferro.

Além das estruturas, a área em questão proporcionou a recolha de um sugestivo conjunto cerâmico, no âmbito do qual importa destacar um acervo de *Sigillatas Africanas Claras*, cujos exemplares decorados de fabrico D (a par das respectivas imitações) viriam a ser estudados e publicados por Carlos Alberto Ferreira de Almeida e pelo próprio Joaquim Neves dos Santos[10] (Almeida & Santos, 1975, pp. 49-56). Cronologicamente inseríveis na segunda metade do século IV e primeiros decénios do V (Almeida & Santos, 1975, p. 50), sugerem a persistência da ocupação do Castro e, naturalmente, a manutenção das teias de contacto e comércio entre o noroeste peninsular e o norte de África em período tardio. Acresce referir, em paralelo, a detecção de fragmentos correlacionáveis com outras produções, designadamente, cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável (pertencentes ao Grupo II), também designadas *Sigillatas Bracarenses Tardias* (Fernández & Morais, 2012, pp. 131-174), às quais se somam as cinzentas tardias e, claro, as cerâmicas ditas "comuns". Neste último campo cabe mencionar os fragmentos com revestimento interno em vidrado de chumbo e, em especial, os almofarizes (Santos, 1963a, pp. 157--166; Varela & Morais, 2013).

Todavia, e apesar de, numa perspectiva geral, os vestígios descobertos no "Campo da Ponte" denotarem evidente potencial de estudo, são muitas as dúvidas por esclarecer a seu respeito. Começamos por salientar que o "edifício" se encontra hoje inacessível. Encerrado numa propriedade privada, foi entretanto aterrado e parcialmente recoberto por novas construções. Uma delas, preparada com blocos graníticos facetados, provavelmente resultantes do desmantelamento de alguma(s) estrutura(s) existente(s) nas imediações, marca, aliás, o limite físico entre terrenos: concretamente, entre o que foi intervencionado nos inícios da década de 60 do século XX e aquele onde, presentemente, o Projecto GUIFARQ desenvolve trabalhos arqueológicos no âmbito de um Plano de Investigação Plurianual em Arqueologia.

Note-se, porém, que a impossibilidade de visualização directa está longe de constituir a única dificuldade a apontar. O facto de não existir um relatório da escavação empreendida é um problema incontornável[11]. Na verdade, subsistem notas manuscritas, a par de algumas fotografias referentes à intervenção, porém insuficientes e de complexa interpretação. Além do mais, a própria planta presentemente conhecida foi publicada postumamente ao falecimento de Joaquim Neves dos Santos (Santos, 1995-1996, p. 22; Varela, 2010, p. 143), deixando por esclarecer uma série de interrogações[12]. Vejam-se, como exemplo de um ponto insuficientemente explicado, as indicações alusivas à "galeria de entrada da necrópole" e à própria "necrópole", sugestivas da presença de indícios compatíveis com a existência de uma área funerária[13]. Todavia, as observações que o autor promove a este respeito não se afiguram conclusivas; pelo contrário, suscitam óbvias reser-

9. Acerca do "estranho edifício", diz Neves dos Santos tratar-se de um: "[…] local com características próprias dum «santuário» do culto funerário com rito do fogo […]" (Santos, 1963b, p. 137).

10. Ressalve-se que na publicação em causa são igualmente apresentados fragmentos recuperados quer no quadro dos diversos trabalhos invasivos a que o Castro foi sujeito, quer no quadro de recolhas superficiais. Neste sentido, constata-se que, apesar da relevância do conjunto e do facto de, à época, ser entendido como especialmente significativo no contexto do norte de Portugal (Almeida & Santos, 1975, p. 50), não é de todo possível aferir a proveniência destes materiais.

11. Note-se que, em nota de rodapé do artigo de 1975, já citado, se afirma que o relatório dos trabalhos se encontra em fase de preparação, destinando-se a ulterior publicação (Almeida & Santos, 1975, p. 50).

12. Na versão original da planta figuram alguns apontamentos. Entre eles contam-se os fixados no canto superior esquerdo: "ver descrição geral e nota dos achados no diário dos trabalhos" (Varela, 2010, p. 143).

13. Importa mencionar, a propósito de vestígios funerários, que também Guilherme Felgueiras refere o achado de ossos incinerados no interior de uma ânfora (Felgueiras, 1958, p. 10), o que prenuncia a vigência deste tipo de prática de enterramento no Castro. Décadas antes, por seu turno, Serpa Pinto aludia à presença de um sepulcro procedente do local no Museu Municipal do Porto (Pinto, 1927, p. 25).

vas[14]. Acresce sublinhar que também as proporções fixadas para os alinhamentos revelam manifestos problemas de fundo: com efeito, a espessura das paredes do "edifício" é equiparável à dos restos da antiga muralha. Ora, as dúbias propostas de interpretação (inclusive no que concerne à cronologia e classificação de certos materiais), assim como as modalidades de registo adoptadas, configuram o produto de algumas debilidades, sendo que, por exemplo, o facto de não ter sido implementada uma metodologia assente na análise estratigráfica, explica a inexistência de um contexto preciso para os materiais exumados.

Constata-se, neste sentido, que o espaço em questão, assim como o sítio em geral, têm vindo a proporcionar elementos que prenunciam uma ocupação longa, fecunda e com notório potencial de investigação. Aliás, o Castro de Guifões é reconhecido como uma estação dotada de inegável importância no território em que se insere. Contudo, não só é evidente que continua insuficientemente estudada como, em paralelo, que a área por ela abarcada foi profundamente alterada e descaracterizada nas últimas décadas. Na verdade, nem a classificação como Imóvel de Interesse Público em 1971 (Varela, 2010, p. 108) impediu que o Castro de Guifões continuasse a ser sujeito ao avanço da construção, concernente sobretudo a casas de habitação, em grande medida não licenciada. E, em conformidade com o que tivemos já oportunidade de explicitar, também a acrópole foi transformada, recebendo os aterros que precederam a preparação do Clube de Caçadores. Não é de excluir, além do mais, que o processo tenha implicado não apenas a ocultação, mas também a destruição efectiva de níveis estratigráficos ou mesmo de estruturas. Por último, mas não menos significativo, há que aludir ainda à acção clandestina dos "escavadores" que, talvez seduzidos pela miragem de achados "preciosos", foram pontualmente revolvendo o terreno e interferindo na estratificação arqueológica.

As perturbações e/ou vazios de conhecimento configuram, portanto, uma constante na história do sítio. E, note-se, os trabalhos documentados para os anos 80 não acrescentaram informações de vulto ao já aferido. Coordenados por Eduardo Jorge Silva, docente da Universidade Portucalense, implicaram a realização de prospecções no terreno e a subsequente recolha de alguns materiais patentes a nível superficial, que mais tarde haveriam de integrar uma pequena exposição dedicada à arqueologia do concelho de Matosinhos. Contudo, e apesar destas acções subjazerem a propósitos mais alargados de estudo, estes não viriam a concretizar-se.

Cabe-nos ainda mencionar os resultados granjeados aquando do acompanhamento executado em 2011, no âmbito da remodelação da rede de água e saneamento, com incidência na Rua Ponte de Guifões. Este eixo, ao qual Neves dos Santos se refere como "Via Norte" (Santos, 1955, p. 17-18; Varela, 2010, p. 110), estende-se no sentido nascente-poente, circunda o Castro pela encosta Norte e prolonga-se até à velha ponte medieval (desmoronada no Inverno de 1979). Nele foram detectados tramos de uma calçada que exibe diferentes técnicas de pavimentação (Xavier & Barra, 2012, p. 41-44), consubstanciando, portanto, um dispositivo de datação problemática.

É certo que Neves dos Santos considerou como romanas as parcelas por si observadas[15] (Santos, 1955; Varela, 2010, p. 110), mas no âmbito do acompanhamento de 2011 não foi avançada uma cronologia consonante para integrar os achados. Com efeito propôs-se, para os três lanços identificados na Rua Ponte de Guifões, um enquadramento em época Moderna[16] (Xavier & Barra, 2012, p. 105-106; p. 139-

14. "[…] A grande quantidade de cerâmica tipicamente funerária, como lucernas, vasos de prováveis libações, olas cinerárias, etc., e 2 vasos de cerâmica tipo ibérica de grande valor […], parece afirmar-nos que se tratava provàvelmente de um jazigo de família, isto é; uma espécie de COLVMBARIVM, que entre nós remonta a uma grande antiguidade. Nesta câmara sepulcral, não foram encontrados quaisquer vestígios de ossadas, mas as cinzas eram frequentes, misturadas com a numerosa e variada cerâmica e alguma vidraria de acentuado carácter necrolátrico de incineração. […]" (Santos, 1963b, p.141).

15. Conforme atestado pelos apontamentos observáveis na planta que elaborou (Santos, 1955; Varela, 2010, p. 110). Contudo, há que atentar na descrição que promove: "[…] Na Via Norte […] existiam muitos e extensos lanços dessas calçadas que eram construídas com as pedras quase no estado em que a natureza as deu e colocadas sem simetria, apenas com o piso mais ou menos plano. […]" (Santos, 1955, p. 18).

16. As responsáveis pela intervenção, ressalvam, porém, a possibilidade de o traçado poder recuar a um período consideravelmente mais antigo. Acrescentam, em paralelo, que os materiais encontrados na área (designadamente, faiança e vidros contemporâneos), deverão proceder do aterro depositado aquando da preparação da rua actual (Xavier & Barra, 2012, p. 26).

-141) e, para os troços da Travessa do Monte Castêlo, no período Moderno/Contemporâneo (Xavier & Barra, 2012, p. 107-108; p. 143-145). Há que sublinhar, a propósito, que as acções mecânicas invasivas foram suspensas à medida que as diferentes (e descontínuas) parcelas iam sendo colocadas a descoberto; depois de limpas, registadas e de estabelecido o imperativo da as preservar, foram novamente recobertas, desta feita com manta geotêxtil e saibro (Xavier & Barra, 2012, p. 32). No entanto, e pese embora a conservação, levantamento e implantação dos elementos patrimoniais detectados, constata-se que os conhecimentos a seu respeito não foram sobremaneira incrementados, atendendo a que não se revelou possível articular os diversos lanços com materiais arqueológicos contextualizados (Xavier & Barra, 2012, p. 26; p. 29). Não obstante, há que recordar o facto de a "calçada" surgir referida na correspondência que Martins Sarmento endereçou a Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1901, p. 35) e que, segundo Neves dos Santos, algumas das estruturas habitacionais do sítio figurariam, precisamente, em posição adjacente ao caminho pavimentado, conforme revelado aquando do alargamento da Rua Ponte de Guifões, em 1952[17] (Santos, 1955, p. 26). De qualquer modo, e atendendo à discrepância de apreciações tecidas por Neves dos Santos e, mais recentemente, pela equipa responsável pelo acompanhamento, afigura-se premente questionar a cronologia dos vestígios mencionados. Assim, julgamos que, por um lado, haverá que colocar sérias reservas quanto à possibilidade de os mesmos pertencerem a uma estrutura romana; por outro, que é válido apontar a hipótese de o dispositivo em causa ter passado por diferentes momentos de utilização e reparação no decurso de um tempo lato, que poderá recuar à época medieval[18].

17. Foi precisamente na sequência desse alargamento, com vista à transformação do caminho em estrada municipal (Santos, 1955, p. 18), e da descoberta de alinhamentos de planta rectangular, que Neves dos Santos decidiu empreender trabalhos de escavação na área.

18. A propósito, chamamos a atenção para as considerações avançadas por Mário Barroca: "[…] Para além de permitir um controle do curso navegável do Leça, o Castelo de Guifões esteve também associado à defesa e controle das estruturas salineiras do Leça, documentadas desde o século XI, e da via medieval que por aqui passava, transpondo o rio no sopé do monte, na mediévica Ponte de Guifões […]" (Barroca, 2017, p. 234).

Resta-nos fazer referência às campanhas que precederam as que actualmente se encontram em curso (e das quais os autores do presente artigo são responsáveis). Iniciadas nos anos 90 e continuadas até 2009-2010[19], incidiram sobre uma área delimitada da vertente nascente do Castro, sensivelmente a meia encosta, e permitiram comprovar a presença de elementos inseríveis em diferentes cronologias, da Idade do Ferro à Alta Idade Média. Não obstante, a análise de materiais, designadamente cerâmicos, denota uma prevalência de elementos datáveis do Baixo Império e Antiguidade Tardia (Varela, 2013: 78-79; Varela, 2015, p. 35). E, em conformidade com o que de seguida explicitaremos, também a realidade com que, presentemente, temos vindo a ser confrontados é, em larga medida, coincidente com este panorama geral.

De resto, e antes de passar à apresentação do Projecto, consideramos pertinente sublinhar o facto de, nos últimos anos, uma série de publicações ter começado a imprimir renovada luz sobre alguns dos conjuntos e materiais recuperados no Castro. Entre elas contam-se as que integram as observações de José Marcelo Pinto a respeito do tesouro monetário do Baixo Império recolhido por Neves dos Santos[20] (Pinto, 2004; Pinto, 2005-2007, pp. 73-88; Pinto, 2014, pp. 1-21). Também um relevante acervo de contentores anfóricos (concretamente, de Haltern 70) foi estudado por Rui Morais (Morais, 2013, pp. 101-136); já em colaboração com Adolfo Fernández, o mesmo autor debruçou-se sobre a comummente designada *Terra Sigillata Bracarense Tardia* (Fernández & Morais, 2012). Posteriormente, e em parceria com José Varela, sobre os almofarizes com vidrado interior datáveis do Baixo Império e Antiguidade Tardia (Varela & Morais, 2014), anteriormente abordados por Neves dos Santos (Santos, 1963a, pp. 157-166).

Comprova-se, portanto, que a tendência para a renovação e/ou aprofundamento das informações a

19. A coordenação da primeira intervenção, que se prolongou até 1999, coube a Joel Cleto e José Varela. Posteriormente, entre 2009 e 2010, as escavações foram retomada pelo Gabinete Municipal de Arqueologia e História de Matosinhos, em colaboração com a empresa Arqueologia & Património. A responsabilidade foi então partilhada por José Varela, Joel Cleto, Conceição Pires e Jorge Fonseca.

20. Importa ressalvar que em nenhum dos textos que Neves dos Santos produziu acerca do sítio afirma ter recuperado um tesouro monetário. De qualquer modo, promove a publicação de alguns numismas isolados (Pinto, 2014, p. 2).

extrair dos dados dispersos proporcionados pelo sítio vinha já sendo sentida. Neste sentido, o Projecto entretanto iniciado não só preconiza a prossecução dessa mesma orientação como, além do mais, vem contribuir com elementos contextualizados para o apuramento dos conhecimentos em torno do lugar.

3. GUIFARQ – PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA DE GUIFÕES. APRESENTAÇÃO E EXPOSIÇÃO DOS OBJECTIVOS

Implementado pela primeira vez em Maio de 2016, o projecto GUIFARQ constitui a face visível do protocolo celebrado entre a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Câmara Municipal de Matosinhos. Corporizando um Plano de Investigação Plurianual em Arqueologia (PIPA) submetido a apreciação junto da DGPC, conjuga uma dupla vertente: o ensino/aprendizagem e a investigação. Com efeito, o Castro de Guifões assume-se, hoje, como espaço de desenvolvimento da componente prática de uma Unidade Curricular (Práticas de Arqueologia de Campo), leccionada ao 3º ano da Licenciatura em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de que um dos subscritores é responsável. Em paralelo, e justificada a importância do sítio, o Castro de Guifões configura, simultaneamente, um território a explorar do ponto de vista científico. Na verdade, e pese embora o elenco de importantes figuras que, desde os finais do século XIX o abordaram, na generalidade de modo não sistemático, é inegável que só a partir dos anos noventa as escavações implementadas começaram a reger-se por uma metodologia mais rigorosa e a produzir registos em consonância.

Neste sentido, e considerando a dimensão de uma área de assentamento dotada de notável implantação estratégica, assim como todas as interrogações passíveis de serem colocadas a propósito das suas modalidades de ocupação, considerou-se pertinente "recuperar" o sítio e voltar a trabalhá-lo, no sentido de perceber de que forma foi sendo vivido e utilizado, numa diacronia que se sabe longa, mas acerca da qual escasseiam ainda informações de vulto.

Assim, um dos objetivos primordiais a nortear a realização deste Projecto consiste no aprofundamento dos dados já reunidos, fundamentalmente através da obtenção de novos elementos contextualizados. À escolha da área específica onde iriam ser procuradas respostas para as questões que orientaram o novo inquérito, não foi alheia uma especial conjugação de circunstâncias. Umas das ideias inicialmente delineadas levou-nos a considerar as virtualidades de uma intervenção a meia encosta, em continuidade com as previamente efectuadas (Cleto &Varela, 1999, pp. 5-6; Varela, 2015). Todavia, questões laterais, fundamentalmente relacionadas com a propriedade do terreno em causa e subsequente impossibilidade de garantir a autorização dos trabalhos, motivaram a necessidade de redefinir a zona onde intervir. Foi, pois, neste quadro, que começou a ganhar corpo o redireccionamento.

Ora, conforme expresso acima, era sabido que o terreno aplanado situado na base ocidental do Castro, comummente designado como "Campo da Ponte", se revestia de forte potencial. Alvo de trabalhos implementados por Joaquim Neves dos Santos na sequência de um arroteamento levado a cabo com o objetivo de o converter em área de cultivo, revelara a estrutura rectangular (Santos, 1963a, p. 157) já mencionada, cuja planta viria a ser publicada apenas a título póstumo (Santos, 1995/1996: 22; Varela, 2010, p. 143). Sendo evidente, como já referido, que o registo gráfico, a par dos elementos de interpretação propostos não são isentos de problemas de fundo, não temos dúvidas de que a presença do dispositivo é, em si mesmo, sintomática. Neste sentido, a concretização de uma intervenção no terreno adjacente (Figura 1) foi desde logo entendida como potencialmente promissora, sobretudo para aferir realidades menos estudadas, como as que se prendem com as modalidades de ocupação do sítio até período tardio. Está, pois, por esclarecer se a permanência no povoado se desenrolou de maneira continuada ou, em alternativa, se existirão hiatos passíveis de ser documentados. Em paralelo, também não é claro de que forma se foi processando a transição entre os distintos períodos e quais as estratégias de ocupação associadas a cada um deles. Mas há outras questões igualmente por aferir. O "lugar" ocupado pelo sítio no contexto regional (ou mesmo supra-regional) em que se insere também se encontra por avaliar de modo pleno. E, a fim de compreender o seu posicionamento, haverá que aferir também os modos de exploração económica do território, a par dos padrões de produção e consumo quotidianos, intento que, logicamente, só será exequível à luz de uma aturada análise de materiais, articulada com o rigoroso controle da estratigrafia que os gera.

Há, portanto, uma dinâmica de investigação naturalmente inerente ao Projecto em curso. Mas os seus objectivos espraiam-se igualmente por outros campos. A já indicada vertente de "ensino/aprendizagem" configura um deles e, aliás, fulcral. Conforme sublinhado, o facto de, em cada ano lectivo, os estudantes finalistas da Licenciatura em Arqueologia da FLUP integrarem a equipa que promove escavações arqueológicas no local tem vindo a contribuir para a conversão do Castro de Guifões num espaço privilegiado de contacto com as realidades do trabalho prático. Além do mais, esta componente de campo carrega uma óbvia "missão": a de, por um lado, complementar a formação teórica já recebida e, por outro, a de contribuir para que os estudantes adoptem boas práticas e respostas metodológicas adequadas às situações com que vierem a confrontar-se noutros contextos, designadamente, o profissional. Em paralelo, há que acrescentar que os novos elementos entretanto identificados (níveis estratigráficos, estruturas e materiais), a par das problemáticas que se começam a perfilar como essenciais ao entendimento do sítio, ficarão disponíveis para o desenvolvimento de outros estudos e trabalhos de investigação, no quadro de diversos ciclos de estudo.

O último, mas essencial, grande objetivo a apontar prende-se com o ensejo de, em articulação com as acções implementadas, promover a valorização e salvaguarda do Castro. Sendo evidente que diversos tipos de ameaças e factores de pressão continuam activos, afigura-se fulcral fomentar dinâmicas que concedam visibilidade à história longa do sítio e que, esperamos, possam vir a incrementar o interesse da comunidade a seu respeito.

3.1. Resultados preliminares das primeiras campanhas de escavação

A intervenção realizada em Maio/Junho de 2016, ao longo de quatro semanas, representa o primeiro avanço do Projecto. Pensada para se concretizar sob a forma de uma escavação em área, em concordância com os preceitos definidos por Philip Barker (Barker, 1982, p. 44-45), materializou-se, nessa fase inicial, pela abertura de quatro quadrículas. Os trabalhos de decapagem dos níveis mais recentes, patentes a cota superficial, revelaram intrusões motivadas pela continuada prática agrícola, as quais surgiram plasmadas não apenas na presença de marcas de arado em alguns estratos, como na própria mescla de materiais correlacionados com diversas cronologias (Arezes & Varela, 2017, p. 23; p. 36). Com efeito, e a título de exemplo, note-se que foram pontualmente recuperados materiais cerâmicos de tradição indígena, especialmente correlacionáveis com a fase final da Idade do Ferro, não apenas em articulação com *Sigillatas* Hispânicas datáveis do último quartel do século I à primeira metade do II, mas também com faianças do período Moderno e materiais contemporâneos (Arezes & Varela, 2017, p. 46-49).

Em paralelo, e corroborando achados prévios, é possível assinalar a abundante presença de fragmentos de ânfora, designadamente de Haltern 70[21] (Morais, 2013, pp. 101-136), uma produção originária da *Baetica*, mais precisamente, do vale do Guadalquivir. Distribuída um pouco por toda a área ocidental do Império, com uma cronologia que se estende sensivelmente entre os meados do século I a.C. e a primeira metade da centúria subsequente, tem vindo a denotar uma prevalência considerável na faixa noroeste da Península Ibérica (Morais & Carreras Monfort, 2004, p. 93-94). E independentemente de estarmos perante um tipo de contentor utilizado para promover o transporte de vinho (Fabião, 1998, p. 180), de derivados vínicos (caso do *defructum*) ou mesmo de outros produtos nele conservados, caso das azeitonas negras (Carreras Monfort, 2004, p. 119), não há dúvidas de que a sua presença constitui sintoma claro do dinamismo comercial em voga na época. De qualquer modo, convém sublinhar que, sendo evidente que o fulgor desta actividade atinge níveis excepcionais no Alto Império (Morais, 2013, p. 102), as fases subsequentes não ilustram propriamente o seu ocaso (Fabião, 2009, p. 30-32). E na verdade, também no Castro de Guifões persistem, na Antiguidade Tardia, as incidências de ânfora (quantitativamente menos representativas, é certo), a par das de outros materiais importados, mas por seu turno destinados a uma vertente de utilização diferenciada.

Conforme previamente explicitado, a publicação dedicada à cerâmica tardia de Guifões (Almeida & Santos, 1975, pp. 49-56) permitira já documentar a presença de materiais de procedência norte-africana no sítio, com particular incidência na área baixa, bem próxima do curso final do Leça. A primeira campanha levada a cabo ao abrigo do Projecto GUIFARQ

21. As ocorrências mais significativas remetem para a UE [10], um depósito castanho alaranjado, pouco homogéneo, que se espraia em declive pela área oeste da escavação (Arezes & Varela, 2017, p. 16; 29).

no "Campo da Ponte" permitiu corroborar (ainda que pontualmente, mas pelo menos de modo contextualizado) a ocorrência de *Sigillatas* africanas, concretamente, correlacionáveis com o fabrico D. A recolha mais significativa (até porque efectuada num nível selado e destituído de intrusões) surge patenteada nos quatro fragmentos detectados na unidade estratigráfica [19]: uma camada coerente, do ponto de vista artefactual, que se apresentava articulada (encostando a poente) com uma estrutura já debilmente conservada, [20] (Fig. 2) e parcialmente depositada sobre o substrato geológico. Nela sobressaía, além de parte de um prato compatível com a Forma 67.12 (Hayes, 1972, p. 113) e decoração potencialmente correspondente ao tipo 75 q (Hayes, 1972, p. 242-243), um conjunto considerável de cerâmica "comum" e de grandes formas de armazenamento. Com efeito, num universo de 403 fragmentos recuperados, 137 procediam de *dolia*. O que não deixa de ser sintomático é que, conforme verificado macroscopicamente, eram vários os recipientes representados: com pastas mais ou menos depuradas, alguns exibiam superfícies exteriores derruídas; outros, em contrapartida, denotavam bom acabamento e apresentavam-se decoradas por cordões plásticos, nalguns casos providos de impressões digitadas (Arezes & Varela, 2017, p. 24).

Convém ainda explicitar que a forte presença de fragmentos pertencentes a recipientes de armazenamento, provavelmente produzidos localmente (Járrega Dominguez, 2008, p. 61) se encontra atestada sobretudo nos níveis associados aos lanços de estruturas colocados a descoberto na área nascente da escavação. De qualquer modo, há que salvaguardar que a prevalência de materiais cerâmicos exumados recai, inquestionavelmente, sobre cerâmica doméstica especialmente relacionada com usos culinários ou contenção de líquidos. Todavia, não poderíamos deixar de chamar a atenção para o facto de uma parte não despicienda dos fragmentos colocar sérias dificuldades à classificação das formas de procedência, assim como ao apuramento das cronologias finas com que deverão ser correlacionados. Podemos afirmar que o carácter "não diagnóstico" de que padecem decorre de uma combinação de factores: a dimensão reduzida, o excessivo rolamento/desgaste das superfícies e, para culminar, um nível de calcinação elevado (Arezes & Varela, 2017, p. 24). Não obstante, há um conjunto inequivocamente importante de materiais a explorar, e que certamente permitirão aclarar algumas das problemáticas enunciadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A campanha inicial de escavações (secundada, já no presente ano, por nova intervenção, concluída no final de Maio) saldou-se na recolha de um conjunto de dados promissores e que, julgamos, serão aprofundados e complementados não apenas no quadro das escavações futuras, mas também com a prossecução do estudo de materiais já iniciado. Em paralelo, contamos que as amostras de solos destinadas à realização de estudos carpológicos e arqueobotânicos venham a contribuir para uma aferição mais completa dos contextos em análise. Recolhidas com base em procedimentos normalizados e previamente definidos, encontram-se em processo de tratamento pela equipa de arqueobotânicos coordenados pelo investigador João Tereso (Laboratório CIBIO-InBIO – Universidade do Porto). Face ao exposto, consideramos que estão criadas as condições para ir de encontro aos objectivos formulados aquando da delineação do Projecto. Estamos cientes, porém, de que o processo iniciado requer tempo, comprometimento e empenho continuado, e que só a prazo será possível avançar com respostas para o inquérito delineado aquando da sua formulação.

AGRADECIMENTOS

A concretização do Projecto GUIFARQ só se revelou possível devido à conjugação do esforço e da vontade das duas instituições que celebraram os protocolos de colaboração: a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e a Câmara Municipal de Matosinhos (CMM). Há, porém, intervenientes a quem não poderíamos deixar de manifestar o nosso especial agradecimento: ao Professor Doutor Mário Barroca, director de Licenciatura em Arqueologia da FLUP, pelo enorme empenho que colocou nesta empresa; à APDL, por conceder autorização para a execução dos trabalhos em terrenos de que é proprietária; à União das Freguesias de Guifões, Custóias e Leça do Balio, pelo importante apoio logístico, que complementou o concedido pelo município.

Agradecemos ainda aos Professores Doutores Teresa Soeiro e Rui Morais, pelos contributos na análise e classificação dos materiais exumados. À Dra. Conceição Pires, pelo trabalho de acompanhamento

dos estudantes que passaram, em regime de rotatividade, pelo Gabinete de Arqueologia e História da CMM e pela coordenação da recepção e lavagem dos fragmentos cerâmicos recolhidos no campo. Agradecemos também aos consultores científicos envolvidos no Projecto e, como não poderia deixar de ser, à equipa que participou nos trabalhos: os estudantes do 3.º ano da Licenciatura em Arqueologia (ano lectivo 2015-2016).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as origens a 1220*. Porto: Trabalho complementar para prestação de provas de doutoramento em História de Arte.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1992) – Castelos Medievais do Noroeste de Portugal. *Finis Terrae – Estudos en Lembranza del Professor Alberto Balil*. Santiago de Compostela, p. 372.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; SANTOS, Joaquim Neves dos (1975) – Cerâmica Romana, Tardia, de Guifões. *Archaeologica Opuscula*. Porto. 1, pp. 49-56.

AREZES, Andreia; VARELA, José (2017) – *Relatório de progresso anual. GUIFARQ – Projecto de Investigação Arqueológica de Guifões*. Porto: texto policopiado.

BARKER, Philip (1982) – *Techniques of archaeological excavation*. London: Batsford.

BARROCA, Mário Jorge (2017) – Prope litore maris: o sistema defensivo da oral litoral da Diocese do Porto (séc. IX a XII). In AMARAL, Luís C., ed. – *Um poder entre poderes nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto*. Porto: CEHR, Faculdade de Teologia da Universidade Católica, pp. 197-243.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério, ed. (2009) – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Colecção Portugal nas Memórias Paroquias de 1753.

CARRERAS MONFORT, Cesar (2004) – Estat de la qüestió sobre els continguts de les Haltern 70. In *Culip VIII i les àmfores Haltern 70. Monografies del Casc*. 5. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, pp. 117-119.

CLETO, Joel; VARELA, José Manuel (1999) – O Castro de Guifões (Matosinhos): dos estudos de Martins Sarmento às investigações da actualidade. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Volume especial. 2, pp. 467-479.

COIMBRA, Fernando Augusto (1999) – A suástica do Castro de Guifões e alguns paralelos europeus. *Matesinus: Revista de Arqueologia, História e Património*. 3. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, pp. 106-112.

CORRÊA, António Mendes (1916) – Sôbre alguns objectos proto-históricos e lusitano-romanos, especialmente de Alpiarça e Silvã. *O Archeólogo Português*. Lisboa. Série I. 21, pp. 331-337.

CORRÊA, António Mendes (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia*. Porto: Figueirinhas.

CORRÊA, António Mendes (1928) – A Lusitânia pre-romana. In PERES, Damião, ed. – *História de Portugal*. Porto: Portucalense Editora, pp. 77-214.

FABIÃO, Carlos (1998) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1, pp. 169-198.

FABIÃO, Carlos (2009) – O Ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o pentanummium de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da casa do governador da Torre de Belém, Lisboa. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 4, pp. 25-50.

FELGUEIRAS, Guilherme (1958) – *Monografia de Matosinhos*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos.

FERNÁNDEZ, Adolfo; MORAIS, Rui (2012) – Terra Sigillata Bracarense Tardía (Tsbt). O Grupo II das Cerâmicas de engobe vermelho não vitrificavel (Delgado 1993-94). Cerâmicas de Engobe Vermelho. Grupo II (Delgado y Morais, 2009). In BERNAL CASAOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A., eds. – *Cerámicas hispanorromanas II: producciones regionales*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 131-174.

JÁRREGA DOMÍNGUEZ, R. (2008) – Los estudios de cerámica romana en las zonas litorales de la Península Ibérica: un balance a inicios del siglo XXI. In BERNAL CASAOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A., eds. – *Cerámicas hispanorromanas. Un estadio de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 49-81.

GOMES, Sérgio (2011) – *O passado, a identidade e as teias de governo. Estudos sobre os entrelaçamentos das práticas de produção do conhecimento arqueológico e de construção da identidade nacional salazarista*. Porto: FLUP.

HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.

MORAIS, Rui (2013) – *Durius* e Leça: Dois percursos de um mesmo itinerário. *Portugália*. Porto. Nova Série. 34, pp. 101-136.

MORAIS, Rui; CARRERAS MONFORT, Cesar (2004) – Geografia del consum de les Haltern 70. In *Culip VIII i les àmfores Haltern 70. Monografies del Casc*. 5. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, pp. 93-115.

PEIXOTO, A. Rocha (1907) – Secção Bibliographica. *Portvgalia: materiaes para o estudo do povo portuguez*. Tomo II. F. 3. Porto: Imprensa Portugueza, pp. 492a-492s.

PIMENTA, J. Ramiro (2005) – Geo-historiografia da 'cultura castreja' nos finais do século XIX. O caso de Martins Sarmento. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 23, pp. 157-170.

PINTO, José Marcelo M. (2004) – Circulação Monetária em torno de Cale nos finais da época romana. *O Tripeiro*. Porto. Série VII.

PINTO, José Marcelo M (2005-2007) – Tesouros monetários baixo-imperiais entre Douro, Ave e Tâmega. *Nummus*. Porto. Série II. 28-30, pp. 7-290.

PINTO, José Marcelo M (2014) – Circulação monetária e entesouramento no Castro de Guifões (Matosinhos) nos séculos IV e V. *Nummus*. Porto. Série II. 37, pp. 1-21.

PINTO, Ruy de Serpa (1927) – Introdução à Arqueologia portucalense. *O Tripeiro*. Porto. Série III. 2.º ano. 26 (146), pp. 24-25.

SARMENTO, Francisco Martins (1933) – Acêrca das escavações de Sabroso (estudo). *Dispersos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 22-35.

SANTOS, J. Neves dos (1962) – Altar com covinhas no Castro de Guifões. *Studium Generale*. Porto: Actas do 1º Colóquio Portuense de Arqueologia, pp. 111-117

SANTOS, J. Neves dos (1963a) – Coberturas vitrificadas em louça doméstica do castro de Guifões. *Lucerna*. Porto. 3, pp. 157-166.

SANTOS, J. Neves dos (1963b) – Serpentes geminadas em suástica e figurações serpentiformes do Castro de Guifões. *Lucerna*. Porto. 3, pp. 136-156.

SANTOS, J. Neves dos (1995/1996) – Sobre uma sítula do Castro de Guifões. *Matesinus*. Matosinhos. 1/2, pp. 20-22.

SILVA, Armando C. Ferreira da (2007) – *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

VARELA, José (2010) – Monte Castêlo (Guifões, Matosinhos). In *O Rio da Memória: Arqueologia no Território do Leça, Matosinhos*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, pp. 108-110 e 142-145.

VARELA, José (2013) – O Sítio do Monte Castêlo (Guifões, Matosinhos), o Rio Leça e as Navegações na Antiguidade. *al-Madan*. Almada. Série II. 18, pp. 75-81.

VARELA, José (2015) – *Intervenção Arqueológica. Monte Castêlo – Castro de Guifões (Matosinhos 2009-2010)*. Relatório policopiado.

VARELA, José; MORAIS, Rui (2014) – Almofarizes tardios com revestimento vidrado interior do sítio do Monte Castêlo (Guifões – Matosinhos). In MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ, A.; SOUSA, M.J., eds. – *As Produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Porto e Madrid: FLUP e SECAH, pp. 407-415.

VASCONCELOS, J. Leite de (1898) – O "Castêlo" de Guifões. *O Archeólogo Português*. Lisboa. Série I. 4, pp. 270-272. (1901)– Extractos da correspondência enviada por F. Martins Sarmento a Leite de Vasconcelos. *O Archeólogo Português*. Lisboa. Série I. 6, pp. 30-48.

XAVIER, Bárbara; BARRA, Joana (2012) – *Empreitada de concepção, projecto e construção das infra-estruturas necessárias à execução do plano de investimentos da Indaqua – Matosinhos. Relatório final*. Texto policopiado.

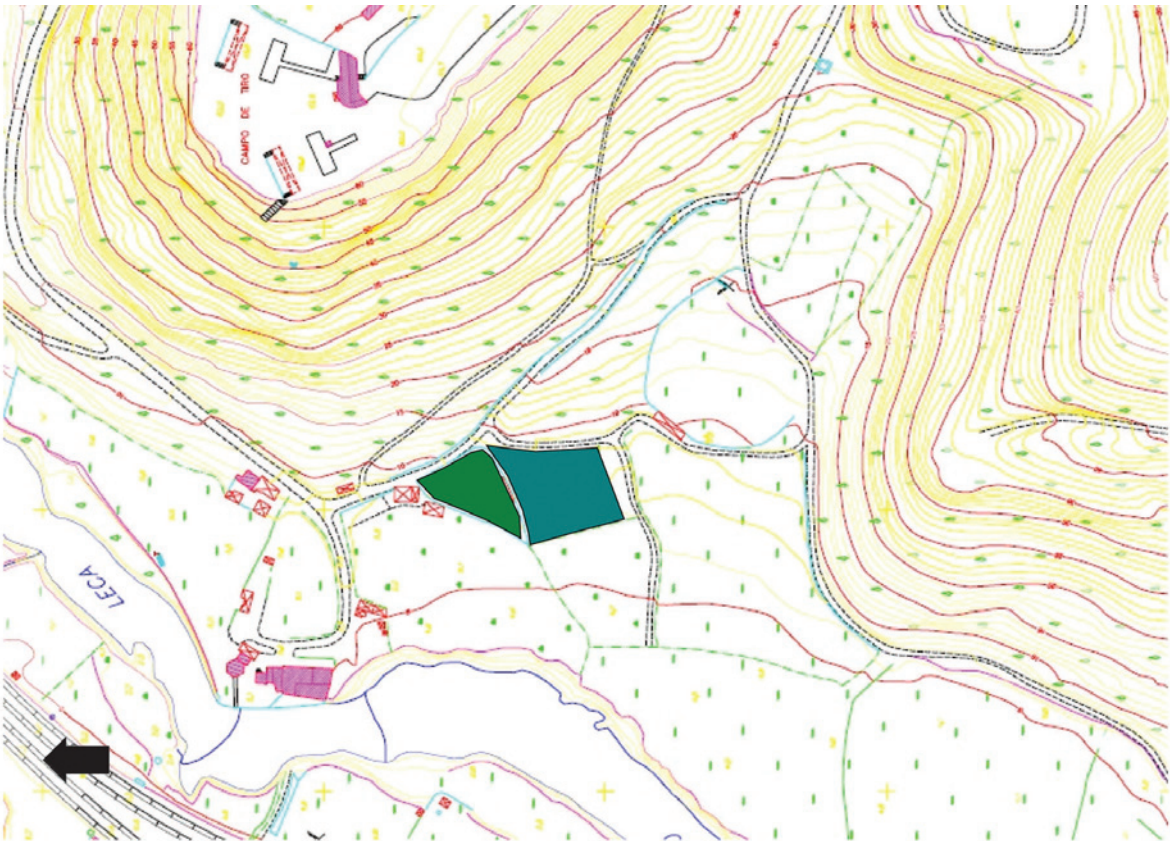


Figura 1 – Planta de localização (escala 1:2000). A verde, indica-se a zona intervencionada por Joaquim Neves dos Santos em 1961-62. A azul, o terreno contíguo (propriedade da APDL), espaço de intervenção do Projeto GUIFARQ, iniciado em 2016.

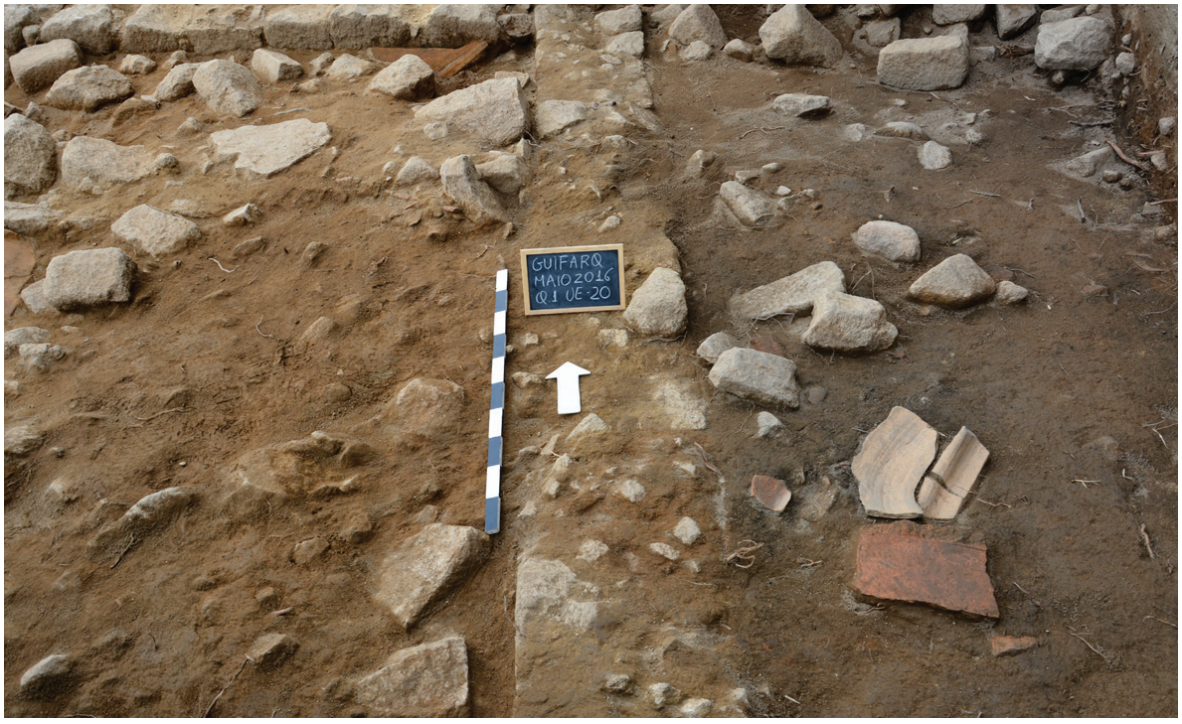


Figura 2 – Pormenor da área nascente da escavação. A leste do dispositivo pétreo [20] é observável a unidade estratigráfica [21]; a oeste, a [19], pautada pela significativa ocorrência de materiais de armazenamento datáveis da Antiguidade Tardia.

O PROJETO CASTR'UÍMA (VILA NOVA DE GAIA, 2010-2015): ELEMENTOS E REFLEXÕES PARA UM BALANÇO PROSPETIVO

António Manuel S. P. Silva[1], J. A. Gonçalves Guimarães[2], Filipe M. S. Pinto[3], Laura Sousa[4], Joana Leite[5], Paulo Lemos[6], Pedro Pereira[7], Maria de Fátima Teixeira[8]

RESUMO

O projeto do Castelo de Crestuma (2010-2015) revelou um complexo arqueológico de longa diacronia, entre a Proto-história e a Idade Média, com maior pujança de vestígios no período tardo-antigo. Da responsabilidade do Gabinete de História, Arqueologia e Património de Vila Nova de Gaia (ASCR-Confraria Queirosiana) o projeto teve financiamento do Parque Biológico de Gaia, empresa municipal. Concluída esta fase ensaia-se a análise dos resultados científicos, mas também o balanço da sua execução e gestão, em termos de impactes e discutindo a interação com a comunidade, os decisores locais e outros intervenientes. Lançam-se pistas para o que poderá ser o desenvolvimento da investigação, passando pela valorização do sítio arqueológico e pela criação de novas dinâmicas de animação cultural em diálogo com uma renovada agenda de pesquisa.

Palavras-chave: Castelo de Crestuma, Vila Nova de Gaia, Investigação arqueológica, Gestão arqueológica.

ABSTRACT

The Crestuma Castle project (2010-2015) revealed an archaeological complex of long diachrony, between Proto-history and the Middle Ages, with a greater strength of vestiges in the late-antiquity. Under the responsibility of the Gabinete de História, Arqueologia e Património de Vila Nova de Gaia (ASCR-Confraria Queirosiana) the project was financed by the Parque Biológico de Gaia, a municipal company. Once this phase is completed, the scientific results will be analysed, as well as the evaluation of its execution and management in terms of impacts and discussing the interaction with the community, local decision-makers and other stakeholders. There are clues to what may be the development of research, through the valorisation of the archaeological site and the creation of new dynamics of cultural animation in dialogue with a renewed research agenda.

Keywords: Crestuma Castle, Vila Nova de Gaia, Archaeological research, Archaeological management.

1. GHAP; amspsilva@hotmail.com

2. GHAP; ggui@portugalmail.pt

3. GHAP; CITCEM-UP; filipemspinto@gmail.com

4. GHAP; CITCEM-UP; laura_sousa@hotmail.com

5. GHAP; joana.leite.80@gmail.com

6. GHAP; paplemos@gmail.com

7. GHAP; CITCEM-UP; redaxter@gmail.com

8. GHAP; mft1971@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Como observou Bourdieu a abrir *The Logic of Practice*, nas Ciências Sociais o progresso do conhecimento pressupõe também o progresso do nosso conhecimento das condições de conhecimento, traduzindo-se cada regresso ou revisitação de um tema ou objeto de pesquisa numa oportunidade para objetivar mais completamente a relação objetiva-subjetiva do investigador com o próprio objeto[9].

Esta expressão do sociólogo francês, em tradução livre, ajuda a explicar em parte os propósitos deste texto. A Arqueologia portuguesa vive desde há muito quase limitada aos "dados" e "resultados" das escavações, decorrendo deste estreitamento de perspetiva duas consequências que lhe reduzem o alcance social e, a nosso ver, alguma densidade epistemológica: nuns casos, comuns na designada "Arqueologia de salvaguarda", em pouco ultrapassa o mero registo arqueográfico, demitindo-se por impossibilidades várias de produzir um discurso historiográfico minimamente credível ou relevante; já no que se refere explicitamente aos projetos de investigação é também frequente que o produto final se materialize apenas nuns quantos artigos ou comunicações em congressos de âmbito académico ou científico – em casos mais felizes porventura numa densa publicação monográfica – mas incidindo principalmente nos tais "resultados": estratigrafias e sequências de ocupação de um sítio, o espólio arqueológico exumado, datações absolutas ou outros indicadores analíticos da esfera da Arqueologia ou das muitas ciências e aproximações técnicas que modernamente a informam.

Raramente, pensamos, um projeto de investigação é avaliado também nas suas condições de execução (e não meramente logísticas ou financeiras) e no grau de consecução dos objetivos visados em função dessas mesmas condições e oportunidades. E não só, certamente, no plano estritamente científico: um projeto de base territorial, mesmo centrado num complexo arqueológico particular como o de Crestuma, implica, além dos intervenientes "próprios" da pesquisa arqueológica (arqueólogos, voluntários e outros especialistas e colaboradores diretos), todo um conjunto de *stakeholders*, usando linguagem de gestão, que igualmente agenciam o projeto ou aos quais, em última análise, o mesmo se dirige, desde a população e "forças vivas" locais, como as autarquias e certo público seleto, às entidades técnicas, políticas e financiadoras do projeto, aos diferentes níveis de *media* comunicacionais, até à comunidade académica e científica em geral, sem nesta enumeração se esgotar todo o espectro de populações que interagem nesta espécie de ecossistema de investimento arqueológico.

Deste esforço de análise, assente em indicadores da mais variada natureza, resultará porventura uma perceção mais nítida das virtualidades e limitações do modelo de investigação adotado no Castelo de Crestuma, condição de grande utilidade, como lembrava Bourdieu no trecho citado, para aferir o quanto vários anos de escavações e outros estudos arqueológicos naquele local contribuíram para aumentar ou melhorar o conhecimento de uma época, uma região, ou certos traços da cultura material das populações que nesse espaço e tempo se cruzaram.

A ambição deste desígnio, mesmo que imperfeitamente concretizada, ultrapassa os limites deste texto, mas entendemos oportuno trazer a debate neste congresso mais o *modo de fazer* que o produto, ainda que porventura vistoso, dessa ação consertada de pesquisa que foi o projeto Castr'Uíma.

2. O CASTELO DE CRESTUMA

O sítio arqueológico localiza-se numa colina a 57 metros de altitude na margem esquerda do rio Douro, a poucos quilómetros da sua foz, em Vila Nova de Gaia[10]. Trata-se de um esporão rochoso, assente num substrato litológico metassedimentar de xistos, metaconglomerados, metagrauvaques e outras rochas, ladeado por dois pequenos areais onde desaguam linhas de água tributárias do Douro: a montante ou nascente, o areal do Esteiro, a jusante ou poente, o de Favaios ou Favais (Fig. 2). A propriedade dos terrenos é em parte do Município e em parte de particulares.

A ocupação antiga deixou tradição, quer no microtopónimo *Castelo*, quer em registos historiográficos como o *Diccionario Geográfico* ou o *Portugal Antigo e Moderno*. No primeiro, o P.e Luiz Cardoso explica a designação da localidade pela aglutinação do substantivo *castro* com o nome do rio *Uíma,* que desagua no Douro poucas centenas de metros a nascente do Castelo, indicando que no lugar "se divisão

9. BOURDIEU, Pierre (1990) – *The Logic of Practice*. Transl. Richard Nice. Stanford, CA: Stanford University Press.

10. Coordenadas geográficas centrais: 41º04'06.97"N e 8º30'12.53"O (WGS84).

vestigios de um Castello, a que antigamente chamavão *Castrum*" (Cardoso 1751: 2, 755), aparentemente aludindo ao local de que tratamos. Mais de cem anos depois Pinho Leal menciona também os vestígios de *uma torre ou castelo* que integrariam o mesmo castro que terá dado nome à freguesia (Leal 1874: 447).
Já em meados do século XX, Arlindo de Sousa trouxe a público evidências notórias de ocupação antiga, noticiando a descoberta de necrópoles (provavelmente uma romana e outra medieval), uma inscrição funerária romana, restos arquitetónicos, cerâmicas e, em particular no que se refere ao monte do Castelo, "muitas covas redondas e rectangulares [...] cavadas na pedra firme", observando ainda a existência de muitas pedras lavradas de granito, rocha estranha à geologia local (Sousa 1957: 17-18) e classificando o sítio como "estação lusitano-romana" (Sousa 1945: 405, nota 5). Durante as décadas seguintes a Arqueologia não se interessou pelas antiguidades de Crestuma, salvo esparsas referências de Carlos A. Ferreira de Almeida, que caraterizou o local como uma fortificação medieval com antecedentes proto-históricos, ou pelo menos tardo-romanos (Almeida 1978: 11, 36, 51), sublinhando mais tarde a sua ocupação tardo-antiga (Almeida 1989: 43; 1992: 374). Outros autores referiram-se também ao sítio (Guimarães 1993a; 1993b: 20; Silva 1994: 66) pouco podendo, todavia, acrescentar à sua natureza ou cronologia.
Em resultado de destruições provocadas por algumas obras públicas realizadas em meados da década de 1990, que deixaram à vista materiais arqueológicos significativos, foi sendo reconhecida a importância da ocupação antiga do sítio, traduzida quer por uma grande amplitude cronológica, quer pela larga extensão dos vestígios, espalhados por todo o morro do Castelo como também em toda a frente de rio, a montante e a jusante, e na elevação vizinha do Outeiro (Guimarães; Guimarães 2001; Silva 2007). Assim, para além da tradição popular local e dos informes de A. Sousa e outros autores, os elementos patentes nos primeiros anos do nosso século e que fundamentaram um programa de investigação para o local incluíam as seguintes realidades:

a) Materiais de superfície (*tegula* e *imbrex*, *sigillata*, louça comum romana e de aspeto medieval, vidros, pesos em xisto perfurados, etc.) por toda a elevação do Castelo e nos areais do sopé, expostos pelo ritmo das marés, e ainda, em menor proporção e variedade, na colina vizinha do Outeiro ou Vessada, imediatamente a sudoeste do Castelo;
b) Numerosos vestígios de ação humana sobre o substrato rochoso no Castelo e nas imediações, nomeadamente muitas centenas de entalhes tipo "buraco de poste", de dimensões e configurações muito diversas, cortes, degraus e aplanamentos da rocha e outros vestígios, como os restos de um fosso defensivo a sul e sudoeste da elevação;
c) Muita pedra de granito (rocha estranha à geologia local) trabalhada para construção, dispersa pela superfície ou reutilizada em muros de socalco modernos;
d) Evidência de arranjos e preparação da rocha à cota do rio, sugerindo antigas estruturas de atracagem de embarcações, de um caminho antigo de acesso ao Castelo, talhado na rocha e com profundas rodeiras, que desce pela colina do Outeiro, e ainda a epígrafe funerária romana publicada por A. Sousa, entretanto recuperada.

3. O PROJETO CASTR'UÍMA

A impressiva presença destes vestígios arqueológicos, degradados e postos em risco por obras públicas modernas, como a instalação da rede de gás natural[11] e construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais, feitas sem quaisquer medidas de prevenção ou acompanhamento arqueológico e que afetaram seriamente a área do fosso do Castelo e outros elementos (Guimarães; Guimarães 2001), suscitou o interesse de implementar um programa de estudo e salvaguarda destes traços do passado.
A oportunidade para o lançamento do projeto surgiu no contexto da adaptação de uma parte substancial da colina do Castelo a um Parque Botânico, inaugurado a 13 de setembro de 2009 e integrado na rede de espaços do Parque Biológico de Gaia, então empresa municipal[12]. Esta empresa convidou o Gabinete de

11. A conduta atravessa o Douro precisamente pelo areal de Favais – onde os materiais arqueológicos superficiais eram já na altura abundantes – e as escavações para a sua instalação trouxeram à superfície numerosos blocos graníticos de construções de época romana (Silva; Guimarães 2013a: 15).

12. Pela mesma época teve lugar outra ação de requalificação daquele espaço ribeirinho, que foi a adaptação das instalações de uma antiga fábrica de fundição, aparentemente de origens oitocentistas e situada no sopé nordeste do Castelo para sede do Clube Náutico de Crestuma, infelizmente sem medidas arqueológicas de registo e salvaguarda quer das evidências da antiga unidade industrial, quer de outros vestígios porventura afetados.

História, Arqueologia e Património de Vila Nova de Gaia[13] (GHAP) a preparar um programa de intervenção para estudo, preservação e valorização dos vestígios arqueológicos do local. Entretanto foram sendo realizados, já sob enquadramento do GHAP, trabalhos preparatórios de pesquisa bibliográfica, cartográfica e documental, contactos institucionais diversos e, no campo, limpeza e levantamento topográfico geral e de pormenor da área.

Entendido como elemento central de um programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma, o projeto Castr'Uíma (Guimarães *et al.* 2010) foi apresentado às entidades oficiais em 2010. O seu modelo de execução assentava em dois pilares: por um lado uma filosofia de atuação definida como "profissional", ou seja, de que o trabalho dos arqueólogos, técnicos e outros profissionais envolvidos nas intervenções de campo e estudos complementares deveria por princípio ser remunerado; por outro, uma colaboração estável entre o Parque Biológico de Gaia, EEM e o GHAP, definida por protocolo formal, sendo aquela empresa a principal financiadora do projeto[14]. Outras entidades foram associadas para colaboração essencialmente logística, como a Junta de Freguesia de Crestuma[15], o Clube Náutico de Crestuma e a Gaianima, EEM, empresa municipal ligada, entre outros aspetos, à gestão de equipamentos culturais[16]. Acompanhava o projeto um formulário com um resumo dos objetivos de investigação, a listagem dos elementos da equipa, indicadores de realização (publicações, comunicações a congressos, etc.) e orçamentos gerais por rubricas.

O projeto foi desenhado para quatro anos (2010-2013)[17] com uma equipa de quatro arqueólogos – J. A. Gonçalves Guimarães e António Manuel S. P. Silva (coordenadores), Filipe Pinto e Laura Sousa – e uma patrimonióloga – Maria de Fátima Teixeira, a que se foram associando outros investigadores[18]. De acordo com o sumário do formulário, o projeto propôs-se determinar:

a) Qual a extensão, natureza, cronologia e qualidade dos vestígios arqueológicos;
b) Que estruturas antigas existem e qual a sua funcionalidade para cada época;
c) Qual a relação dos vestígios arqueológicos do Castelo com o rio Douro e com a antiga rede viária existente na sua periferia;
d) Qual a relação dos mesmos vestígios com outros referidos para as suas imediações.

Para responder a estas questões o programa de trabalhos elencava as seguintes áreas de atuação (Guimarães *et al.* 2010):

- Pesquisa documental sobre a área do projeto;
- Trabalho arqueológico de campo (prospeção/levantamento/escavação);
- Trabalho arqueológico de laboratório (tratamento e estudo de materiais);
- Ações de conservação/musealização de estruturas arqueológicas (a definir em função dos achados);
- Divulgação orientada para diferentes públicos;
- Apoio à instalação de centro interpretativo local (na casa da eira) ou outras ações museológicas;
- Arquivo de registos e espólio decorrentes do programa em centro de documentação a definir.

Nesse mesmo ano, cumprindo o programa estabelecido, tiveram lugar as primeiras escavações, efetuando-se diversas ações de sensibilização e divulgação, como a edição por parte do Parque Bioló-

13. O GHAP é um grupo de trabalho da Confraria Queirosiana/Amigos do Solar Condes de Resende, associação cultural com estatutos publicados no *Diário da República* (3.ª Série, n.º 80) a 4 de abril de 2003.

14. O protocolo de colaboração foi assinado a 21 de novembro de 2009. O Parque Biológico de Gaia, EEM financiou os trabalhos até 2010; entre 2011 e 2014 assumiu esse papel a Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM; por fim, em 2015 os trabalhos arqueológicos, fora do âmbito do projeto mas em continuidade espacial, tiveram o apoio mecenático da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

15. Presentemente União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma.

16 Empresa municipal entretanto extinta; à semelhança aliás do Parque Biológico de Gaia, EEM, tendo as suas funções regressado à esfera direta da gestão da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

17. Seria depois prolongado por mais um ano (2014). Os trabalhos de 2015, se bem que em continuidade física e espacial dos anteriores, decorreram no quadro de ações preventivas e de minimização de algumas intervenções previstas para o local, nomeadamente no âmbito da intenção de alargamento do Parque Botânico do Castelo.

18. À equipa seriam progressivamente acrescentados Pedro A. Pereira, Paulo Lima, Paulo Lemos e Joana Leite, com responsabilidades de direção de campo, e ainda, de um modo mais informal, outros investigadores dedicados a estudos específicos, como Teresa Pires de Carvalho (cerâmica romana), Álvaro B. Moreira (vidraria romana), Manuel J. Abrunhosa (Geologia) e Cândida Simplício (Arqueologia subaquática).

gico de Gaia, EEM de um novo desdobrável sobre o Parque Botânico do Castelo com informação sobre o interesse arqueológico do local, a exibição de espólio arqueológico de Crestuma na exposição "Os Romanos em Vila Nova de Gaia", inaugurada no Núcleo de Arqueologia do Solar Condes de Resende, e ainda através de um pequeno colóquio temático realizado no Clube Náutico de Crestuma.

A 1.ª campanha de escavações no Castelo de Crestuma decorreu de 2 a 27 de agosto de 2010 e envolveu uma equipa de cerca de 20 pessoas, arqueólogos, assistentes de arqueólogo, estudantes e outros técnicos. Especificando os objetivos enunciados visava-se reunir dados sobre "a possança arqueológica do sítio e a sua concreta caracterização em termos cronológico-culturais, determinando claramente as épocas de ocupação efetiva do morro e das suas imediações e a tipologia funcional dessa ocupação"; pretendia-se também, como recordava o plano de trabalhos, "acrescentar valorização patrimonial ao sítio no âmbito da sua existência como Parque Botânico/Sítio Arqueológico [...], avaliar a provável relação [do sítio] com outros vestígios existentes nas proximidades" e ainda, desta forma, "inverter o ciclo de abandono e sucessivas destruições a que o local tem estado sujeito, fruto nomeadamente das intervenções referidas e que nenhuma entidade pública logrou minimizar"[19].

A localização das primeiras sondagens voltava-se já para as duas realidades arqueológicas da ocupação do cabeço: a área culminante, junto a uma velha eira agrícola com uma pequena construção anexa (setor A); e a zona ribeirinha nas imediações de Favais (setor P), em resultado dos vestígios de superfície ali visíveis (Fig. 1). No setor superior, onde os depósitos de cobertura se revelaram pouco profundos ou inexistentes, a intervenção permitiu localizar mais de uma centena de entalhes feitos na rocha, quer do tipo comummente conhecido como "buracos de poste", quer aplanamentos e outro género de interfaces, para além de restos de muretes em pedra muito frustres, não permitindo uma cabal interpretação da natureza das construções que ali existiram (Fig. 3).

No setor escavado no sopé as duas sondagens não proporcionaram a identificação de níveis arqueológicos de ocupação, apenas estratos de abandono e aterro, com grande quantidade de espólio arqueológico tardo-antigo e medieval. O espólio desta primeira campanha rondou os 18 000 objetos, integrando essencialmente materiais cerâmicos de construção de tipo romano e muita cerâmica romana, para além de vidraria da mesma cronologia, metais e outros elementos.

Neste quadro, a primeira interpretação provisória do sítio, plasmada nas conclusões do relatório como também nas publicações e apresentações públicas à data efetuadas, apontava para uma "cronologia geral de ocupação do sítio situada entre os séculos IV e VII", propondo-se no plano da sua interpretação funcional a possibilidade de ter existido em Favais uma estrutura portuária ou de atracagem, enquanto no "topo do morro do Castelo pode ter havido [sugeria-se] uma estrutura fortificada, para defesa do porto contíguo, estando ainda em aberto a possibilidade de neste local elevado a ocupação humana antiga se ter estendido até depois do século VII ou ter existido uma reocupação do período da Reconquista Cristã (séculos IX-XI), considerando algumas cerâmicas medievais de aspeto mais tardio ali encontradas".

A 2.ª campanha (1 a 26 de agosto de 2011) teve a colaboração de uma equipa de 26 pessoas. Os trabalhos visaram essencialmente alargar as áreas em escavação, quer no topo do monte, no setor A (abrindo o subsetor contíguo A2 a poente, situado em terrenos privados), quer no setor P, junto ao areal de Favais. Sem surpresa, "esta ampliação da superfície intervencionada revelou mais claramente que toda a área culminante (e provavelmente a generalidade das encostas) se encontra profundamente marcada pelos numerosíssimos entalhes e outras estruturas negativas, onde em tempos antigos assentaram construções pétreas e em madeira", enquanto nas sondagens mais próximas da cota do rio continuavam a não aparecer quaisquer estruturas. Um conjunto de cerca de 18 000 itens no que se refere ao espólio exumado reforçava as ilações tiradas dos conjuntos anteriores. As conclusões seguiram a linha do relatório precedente, sublinhando-se que, além do intervalo temporal de maior densidade de ocupação – o período tardo-antigo, aumentara a evidência, aferida pelo espólio arqueológico, da ocupação anterior do sítio e a sua continuidade até tempos medievais.

19. Trechos do Plano de Trabalhos Arqueológicos dessa campanha. As destruições evocadas são as resultantes da instalação do gasoduto e da ETAR e das infraestruturas associadas. Por economia de espaço omitiremos neste ponto do texto as referências aos relatórios das intervenções, de onde são feitas as citações.

De 23 de julho a 24 de agosto de 2012 teve lugar a 3.ª campanha, com 34 colaboradores. Os trabalhos continuaram a incidir no setor A, procurando determinar a extensão e natureza dos vestígios detetados nas intervenções anteriores e foram concluídos no setor P. A intervenção no subsetor A2 revelou entre os dados de maior destaque a presença de um muro antigo, subjacente pelo menos em parte ao atual muro divisório de propriedade, em associação estratigráfica com depósitos tardo-romanos/ alto-medievais, evidência muito significativa por se tratar, praticamente, do primeiro muro antigo descoberto no Castelo. Numa plataforma da encosta sudeste abriu-se uma nova área de escavação (setor T), expondo mais um grande conjunto de entalhes, aplanamentos e buracos de poste; na zona de Favais, para além de uma pequena sondagem, inconclusiva, numa construção classificada modernamente como pesqueira (setor L) que se supõe poder ser mais antiga, realizou-se uma ação de interessantes consequências, uma vez que permitiu confirmar a hipótese da existência de estruturas portuárias submersas (Fig. 1).

Na verdade, a identificação, em 2010, de um conjunto de blocos graníticos de grande volume aparelhados com tecnologia romana – desenterrados a grande profundidade, segundo testemunhas, quando na década de 1990 fora necessário proceder a escavações para instalação do gasoduto – permitira sugerir que teriam pertencido a uma estrutura de grande porte, apontando-se um cais ou atracadouro; entretanto prospeções feitas com georadar no areal tinham também indicado a existência de anomalias significativas interpretáveis como decorrentes de construções enterradas. Por conseguinte, em setembro de 2012 efetuou-se uma pequena sondagem mecânica na praia, condicionada pelo ritmo das marés, que possibilitou encontrar, a menos de um metro de profundidade, parte de uma construção de pedras em granito de grandes dimensões, confirmando plausivelmente as hipóteses interpretativas adiantadas (Fig. 4).

O espólio exumado continuou a caraterizar-se pela abundância (25 500 objetos), evidenciando grande proporção de telha romana, indício credível de assinalável número de construções com aquele tipo de cobertura. Entre outros elementos, retirou-se de uma parede da casa da eira, onde se achava reutilizada, uma base de coluna em granito. Nestas condições a cronologia geral do sítio arqueológico não sofreu alterações, sendo que a confirmação das estruturas de atracagem veio acentuar a impressão que vinha sendo dada pela relativa abundância de *terra sigillata*, vidros e material anfórico encontrados perto do areal de Favais, "atestando o carácter portuário e de entreposto do Castelo de Crestuma na romanidade tardia e na Alta Idade Média".

A 4.ª campanha de trabalhos arqueológicos (12 a 30 de agosto de 2013) envolveu 25 pessoas. Traduziu-se pela continuação da escavação no setor A e por um acentuado alargamento da área estudada, designadamente pela abertura de dois novos setores de encosta (setores E e C) e um outro na zona de Favais (setor N), para além do início de uma nova frente de trabalho através da Arqueologia subaquática, elementos que acrescentaram novos dados e problemáticas ao estudo da estação (Fig. 1).

Na parte superior do Castelo, as ações no setor A confirmaram e esclareceram algumas observações feitas anteriormente acerca da utilização e sequência dos numerosos entalhes aí existentes, bem como o enquadramento estratigráfico do tramo de muro antigo reconhecido em 2012 (Silva; Guimarães 2013b). Mas os achados mais notáveis foram certamente os da zona da "eira". O levantamento de algumas lajes que nivelam a rocha aplanada no ângulo sul não foi totalmente conclusivo acerca da possível existência de uma cisterna ou outra estrutura subterrânea (sugerida por diversos testemunhos da população local), mas a norte, no topo do atual caminho de acesso pelo nascente, viriam a fazer-se as descobertas mais extraordinárias, designadamente uma sepultura antropomórfica escavada na rocha, a qual, entre outros aspetos, confirma a já antevista antiguidade do entalhe e aplanamento da mesma "eira".

Esta sepultura de inumação, rasgada numa área onde se vêem outros entalhes aparentemente anteriores, apresenta tipo e dimensões relativamente comuns nos sepulcros deste género, sendo a circunstância mais singular o facto de estar encaixada num outro "compartimento" rebaixado, de plano subretangular, criando uma espécie de degrau ou rebordo a toda a volta da cavidade tumular, que poderá ter servido para assentamento de uma tampa, porventura monolítica; ou para efeitos cerimoniais ligados ao ritual funerário (Fig. 5). A sepultura, que não continha quaisquer depósitos funerários e apresentava aterros aparentemente modernos, foi datada, com base na sua tipologia formal, entre os séculos X e XI (Silva *et al*. no prelo c).

Neste mesmo ponto da escavação, tal como no setor

C, localizado a uma cota inferior a duas dezenas de metros de distância para noroeste, identificaram-se elementos de interesse para a problemática dos acessos ou "portas" da fortificação ou outras estruturas existentes no plano superior da elevação. No rebordo norte da eira, junto à sepultura, detetou-se uma espécie de "fosso", colmatado por aterro de terra e blocos de xisto. O vizinho setor C foi implantado na base de um grande penedo onde se observam entalhes e encaixes parietais cuja explicação poderia relacionar-se com uma eventual porta na muralha que delimitaria o topo em período tardo-antigo ou já medieval; os trabalhos deixaram à mostra uma quantidade ainda maior de entalhes e, na sua base, diversos cortes e "buracos de poste", que, todavia, não esclareceram ainda aquela hipótese. O setor E, na encosta noroeste do morro, proporcionou essencialmente a identificação de mais um vasto conjunto de entalhes, novamente de difícil interpretação, articulação e faseamento cronológico.

Perto da margem do Douro iniciou-se a escavação do setor N, poucos metros a sudeste do setor P, mas numa plataforma superior. A sondagem mostrou-se frutuosa. Não só forneceu interessante espólio de cerâmica e outros itens como proporcionou restos de estruturas murárias, que não puderam então ser devidamente esclarecidas. No areal abriu-se, em setembro, nova sondagem mecânica alargando a superfície da anterior, o que proporcionou a recolha de algum espólio e, ainda, revelou algumas peças em madeira, aparentemente trabalhadas, cujo significado não pôde antever-se. Também neste ano teve começo um subprojeto de Arqueologia subaquática, com resultados promissores, permitindo a recolha de pedras trabalhadas que se encontravam imersas ou na margem do rio, como um fuste de coluna e parte de uma epígrafe romana. O espólio ultrapassou os 14 000 objetos e foi similar ao das campanhas precedentes, com algumas curiosidades além das já assinaladas, como uma curiosa e rara *tegula* com parte de uma inscrição em carateres latinos cursivos. No geral manteve-se a cronologia e o modelo interpretativo do sítio, agora enriquecido com novas estruturas edificadas próximo do rio e bastante complexificado com a descoberta da sepultura à cota superior.

Concluído o tempo original previsto para a execução do projeto Castr'Uíma solicitou-se o seu alargamento, para dar resposta a trabalhos de campo que se achavam por concluir. Entre 25 de agosto e 6 de setembro de 2014 realizou-se a 5.ª campanha de escavações, com uma equipa reduzida (pouco mais de uma dezena de colaboradores) e restrita também no âmbito espacial. Os trabalhos incidiram particularmente no alargamento da escavação no setor N, o que permitiu ter uma melhor visão e perceber o faseamento construtivo dos muros detetados, todavia muito truncados, em consequência dos efeitos das cheias do rio e ações antrópicas diversas. Paralelamente efetuaram-se novas pesquisas subaquáticas no rio Douro e o levantamento batimétrico da área mais próxima das margens do Castelo.

O espólio não foi abundante, dada a redução da área escavada (3600 objetos), mas executaram-se as primeiras datações absolutas, ensaiando-se a datação por Carbono 14 (AMS) de 15 amostras de sementes. Na maior parte, as datas parecem situar-se entre os séculos V e VI, perfeitamente consentâneas com os ambientes sugeridos pelo espólio arqueológico recolhido nesses contextos. Porém, uma das datas aponta para o Alto Império e outras três para os últimos séculos do 1.º milénio a.C.; curiosamente nenhuma das datações forneceu resultados posteriores, quando muito, aos inícios do século VII, o que valida de certo modo a integridade estratigráfica das amostras.

A intenção de alargamento do Parque Botânico e algumas ações previstas por proprietários de terrenos levou a que em 2015 fossem ainda realizados trabalhos no setor N, os quais, se bem que formalmente posteriores ao projeto e legalmente enquadrados em medidas de tipo preventivo, não deixaram de acrescentar informação relevante ao sítio, como é evidente. A intervenção, que decorreu entre 17 e 29 de agosto, envolveu uma equipa restrita e incluiu uma indispensável escavação mecânica, uma vez que se pretendeu alargar a sondagem a uma boa parte da superfície da plataforma do terreno. Os trabalhos não foram ainda terminados, mas mostraram que os muros detetados em 2013 e 2014 se encontram efetivamente truncados e não fornecem elementos para entender a sua planta ou função. Todavia, identificou-se um novo conjunto de estruturas negativas – como as restantes de difícil interpretação – e é possível que outras evidências arqueológicas de interesse possam restar sob os depósitos ainda não escavados.

4. TÓPICOS E DESAFIOS DA AGENDA CIENTÍFICA

Há uma década o Castelo de Crestuma era, do ponto de vista arqueológico, um sítio difuso, mal conheci-

do, sobre o qual estavam disponíveis meia dúzia de notícias vagas ou propostas intuitivas; no plano das memórias e narrativas locais um espaço abandonado e degradado, distinto apenas de lugares afins pelo facto de uns quantos, mais velhos ou melhor informados, apontarem as estranhas cavidades ou os cacos de louça que se espalhavam pela praia ou pelas encostas como testemunhos singelos de gente antiga; finalmente, do ponto de vista do património cultural, nada mais recomendava o monte que as boas vistas sobre o rio Douro, o que sem surpresa levou uns a projetar para ali a construção de moradias, e outros a sugerir a sua adaptação a bancada mais ou menos natural para da elevação se poder assistir às provas de canoagem que regularmente ali têm lugar, enquadradas pelo Clube Náutico de Crestuma, com tradição e prestígio na modalidade.

A vontade de alguns arqueólogos em desvendar os "mistérios" do Castelo e a oportunidade gerada pela requalificação ambiental e patrimonial do sítio com a criação do Parque Botânico uniram-se para travar o processo de degradação e dar uma nova vida ao Castelo. Passados seis anos de escavações e outros estudos, que balanço fazer?

Às questões fundadoras enunciadas de modo direto no projeto de investigação podemos dar respostas diversificadas, considerando o seu caráter de certo modo progressivo. A primeira, e talvez principal, propunha averiguar a extensão, natureza, cronologia e qualidade dos vestígios arqueológicos. Detenhamo-nos sobre estes elementos, deixando para a publicação do relatório do projeto a discussão sobre as restantes linhas de pesquisa.

A extensão da área de interesse arqueológico é difícil de determinar sem um programa de trabalhos arqueológicos orientado expressamente para essa meta, que sendo importante não seria talvez prioritária. Uma primeira mudança de paradigma foi anterior ao projeto, reapreciando as informações relativamente dispersas sobre o que A. Sousa (1945; 1957) considerava uma "estação lusitano-romana" para a perspetiva mais abrangente de um "complexo arqueológico", com vestígios multiformes e de épocas distintas (Silva 2007). Porém, ao mesmo tempo que permitiu clarificar os diferentes e porventura articulados "ambientes" arqueológicos – como o próprio morro do Castelo, a extensa frente ribeirinha com notórias evidências de ocupação antiga, a área das necrópoles a sudoeste, etc. – a conceção de um tão amplo complexo arqueológico ofereceu a ideia igualmente clara de que seria impossível a médio prazo investigar todas essas frentes de trabalho, e que um sítio como Crestuma oferece uma agenda de pesquisa para muito mais que um projeto de cinco ou dez anos. Não obstante, com os trabalhos de escavação e prospeção, certamente que existe uma ideia mais nítida da extensão do Complexo Arqueológico, nomeadamente no que se refere à sua ocupação no período tardo-antigo, considerando quer a elevação, quer a frente portuária.

No que respeita à cronologia de ocupação, possuímos um quadro de referência relativamente estável, obtido especialmente a partir dos materiais arqueológicos mas a que o lote de datações radiométricas veio dar maior consistência. Assim, a ocupação antrópica do local remonta à Idade do Ferro (Fase 1), se bem que desta época apenas se encontrem cerâmicas e um ou outro item metálico, ainda sem contexto estratigráfico adequado; da Fase 2 (ocupação romana) são muito escassos os vestígios para além da epígrafe funerária mencionada. A Fase 3 (séculos IV-V a VI-VII) é a que apresenta vestígios mais expressivos, podendo corresponder ao período de mais intensa ocupação do *Castelo* e das áreas contíguas ao rio Douro; pelo contrário da utilização do local durante o período da "Reconquista Cristã", pelos séculos IX a XI (Fase 4), foram ainda reconhecidos poucos indícios além de algumas cerâmicas caraterísticas desta época. Por fim, desconhecendo-se de todo o percurso do local nos séculos subsequentes, documenta-se apenas a sua utilização, provavelmente agrícola, na época moderna e contemporânea, situação em que o *Castelo* chegou à segunda metade do século XX. Os momentos extremos desta série cronológica são os que levantam maiores problemas. Do povoado indígena proto-histórico não se detetou ainda qualquer estrutura ou depósito estratificado, restando os materiais arqueológicos para qualquer tentame cronológico (Silva; Sousa; Pinto no prelo b); da fase que atribuímos à Idade Média pré-nacional, as cerâmicas são ainda mais esparsas e dificilmente permitem definir as datas em que ali se terá instalado a estrutura defensiva ou tal função terá sido abandonada (Silva; Sousa 2014; Silva *et al.* no prelo a).

Ligada à questão da cronologia temos a *natureza* do sítio; as suas *naturezas*, diríamos melhor. Aqui, ainda que enganadoramente, quase que se imagina melhor o aspeto do Castelo na Proto-história: mais um "povoado castrejo" entre tantos os que enxamearam

o Noroeste português, se bem que se desconheça se é dessa época o fosso, se haveria outros dispositivos defensivos e nada se saiba sobre as estruturas habitacionais que alojariam a comunidade, fossem em materiais perecíveis (utilizando alguns dos entalhes e buracos de poste?) ou petrificadas; naturalmente, parece plausível que a grande intensidade construtiva do período tardo-antigo possa ter destruído os traços da ocupação precedente. Algo análogo poderá pensar-se para o castelo, genuinamente roqueiro, que por alturas dos séculos IX ou X se terá instalado no ponto culminante do cabeço, similar a vários que são conhecidos nas suas próprias especificidades (Silva; Guimarães 2013a: 16-17), mas há ainda um profundo trabalho a desenvolver para uma melhor aproximação ao seu espaço e dispositivos defensivos, naquilo que porventura tiveram de original, pois maiores serão as dificuldades a admitirmos que possa ter reutilizado eventuais defesas do *castellum* tardo-romano.

Nesta fase, que situaremos essencialmente nos séculos V e VI, a frequência dos materiais arqueológicos, a abundância de *tegula* e *imbrex*, a impressiva presença de ânfora e *sigillata* do Mediterrâneo Oriental e do Norte de África, entre outras origens mais próximas, constituem um conjunto de bens móveis que forçosamente tivemos de cruzar com as materialidades imóveis: os milhares de buracos de poste, entalhes e aplanamentos que invadem talvez 75% do substrato rochoso da colina, exposto ou coberto por sedimentos, sugerindo grande atividade edilícia desde o ponto superior até à cota do rio; os poucos tramos de muros identificados (setores A e N), mas em especial o alinhamento do "cais" no areal de Favais, ou as evidências, ainda que esparsas, de alguma arquitetura excecional (uma base de coluna retirada das paredes da casa da eira; um fuste recolhido do rio e a notícia de um outro em tempos levado por particulares, pelo menos duas epígrafes romanas, as pedras almofadadas que as obras do gasoduto levantaram em Favais, etc.) que nos podem sugerir?

Propor uma resposta a esta questão é já o fundamento de um novo projeto de investigação. Tendo aparentemente ficado à margem da História, o sítio de Crestuma só pela Arqueologia se revelará. Mais do que um cais, sabemos agora que toda a frente de rio foi área portuária, como o evidenciam os numerosos entalhes, encaixes de guindaste e dispositivos de amarração ali presentes; do que possa existir submerso temos de dar tempo à prospeção subaquática para o revelar, mas pelas encostas acima conseguimos imaginar toda uma babel de escadas e plataformas em madeira, certamente pontuadas aqui e ali por edifícios em pedra. De que falamos? De um *uicus* ribeirinho dedicado à pesca e ao comércio que os novos poderes invasores do século V não só pouparam como permitiram medrar e fazer entreposto regional para mercar vinhos, azeite, preparados de peixe ou simultaneamente escoar o último ouro das minas de Valongo? À imaginação do arqueólogo, minimamente fundada no enquadramento histórico e nas evidências do terreno, compete sugerir hipóteses interpretativas, mas podemos estar ainda longe de apreciar com nitidez o quadro, por ora ainda muito esbatido, do que existiu em Crestuma pelos anos de 400 e 500.

Da "qualidade" dos vestígios arqueológicos, entendida aqui quer no sentido de grau de conservação quer no de potencial cultural, expositivo, turístico ou o que seja, podemos ainda assim, atendendo à singularidade do sítio, dar uma resposta favorável. Aliás, a ideia de conservação e musealização de algumas dessas evidências materiais, passando mesmo pela instalação de um centro interpretativo, está presente no programa de investigação e será também uma das propostas do relatório que se encontra a ser ultimado. Todavia, dois aspetos se impõem à reflexão: por um lado, importa inquirir bastante mais o terreno para que a clarificação da *natureza* do sítio informe e qualifique a intenção de efetivamente valorizar um Parque Botânico e Arqueológico do Castelo; por outro, como se sabe, a conservação preventiva e ativa de um sítio arqueológico e a sua animação para fruição cultural envolvem estratégias de gestão cuja discussão ultrapassa os limites deste texto. Deixaremos para a publicação do relatório do projeto as restantes questões levantadas pelo programa inicial.

5. AVALIAR UM PROJETO

Podemos avaliar a execução de um projeto em várias vertentes, relacionadas com a sua gestão aos mais diferentes níveis ou as tocantes aos resultados, para os quais aquela concorre, evidentemente. Mais que o projeto "arqueológico" entendido de forma estrita, o *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma* lançava um conjunto de linhas de trabalho, como reproduzimos, que não se esgo-

tam nas escavações, sua interpretação estratigráfica e planimétrica e no tratamento e estudo dos materiais exumados.

Nessas áreas de intervenção incluía-se, por exemplo, a pesquisa documental, que pode conduzir a uma melhor perceção da paisagem histórica do Castelo e do uso daquele espaço nos tempos medievais e modernos, as já mencionadas ações de conservação ou musealização e mesmo o apoio, pela produção de conteúdos e um discurso narrativo à instalação de um pequeno centro interpretativo na casa da eira, se bem que recentemente tenham sido aventados outros locais para este efeito e, como não podia deixar de ser, a divulgação, orientada para diferentes públicos.

A divulgação dos achados, estudos e interpretações sobre os bens arqueológicos constitui não só uma obrigação legal mas principalmente uma regra ética e de boa conduta de qualquer arqueólogo. Neste sentido, a Arqueologia é uma ciência social não só por atuar sobre bens que pertencem e importam a uma comunidade, mais ou menos alargada, como também por produzir informação que interessa, interage ou mesmo condiciona as narrativas identitárias dessa mesma comunidade.

Como noutras áreas, a divulgação em Arqueologia tem diferentes públicos ou alvos. Desde logo o arqueólogo dirige-se aos seus pares, através de publicações, conferências, visitas ou o que seja, pretendendo gerar debate científico, criar massa crítica sobre o seu objeto de estudo, articulá-lo numa rede de conhecimento progressiva e cumulativa que venha a incorporar esse mesmo objeto nos mapas cognitivos da História local, regional ou de âmbito mais vasto. Mas, por outro lado, o dever e a necessidade de divulgação estende-se a todos os grupos e comunidades que interagem com os sítios e com os arqueólogos: proprietários dos terrenos em escavação, políticos e outros líderes locais, agentes da comunicação social, visitantes mais ou menos informados, grupos escolares, a comunidade local aos mais diferentes níveis.

O compromisso do formulário de candidatura do projeto era relativamente modesto a este respeito; propúnhamo-nos então fazer cinco comunicações sobre os resultados dos trabalhos (três em congressos científicos nacionais e duas em internacionais) e publicar, em letra de forma, um livro, dois artigos em revistas internacionais e quatro em revistas nacionais, num total de seis artigos.

Quantificando e analisando agora este indicador observamos que no âmbito do projeto foram produzidas quinze publicações, das quais três se encontram no prelo. Se bem que excedendo largamente no total o volume previsto, a execução não corresponde exatamente ao perfil editorial solicitado, uma vez que a equipa privilegiou sempre, por um lado, a divulgação do sítio em congressos e reuniões científicas, precisamente por permitir a interação com a comunidade arqueológica; e, por outro, a publicação à escala local, fortalecendo o reforço do tema nas suas comunidades "gestoras" ou "proprietárias", tanto mais que Crestuma era uma estação quase desconhecida.

Podemos qualificar as publicações efetuadas por cinco congressos internacionais, cinco congressos nacionais (cujas atas entendemos de certo modo equivalentes à publicação em revistas de referência), três revistas locais e uma académica, e ainda um livro, a que há-de juntar-se a monografia final em preparação. Não acrescentando por ora comentários a esta estatística, lembramos outro indicador que nos parece relevante a todas as escalas, o ritmo de apresentações públicas sobre o Castelo e os seus materiais, fosse em congressos, colóquios e mesas-redondas, como em palestras locais, escolares ou outros eventos. Temos a este respeito, a estatística seguinte.

O tema de Crestuma foi objeto, desde 2010, de onze apresentações em colóquios de âmbito regional ou local, oito em congressos ou colóquios nacionais e dez em internacionais (incluindo um em Espanha e outro em Itália), a que devemos somar diversas palestras locais ou escolares, visitas guiadas ao sítio e a presença de materiais em exposições, destacando-se a mostra temporária "Castelo de Crestuma: a Arqueologia em busca da História", inaugurada nas I Jornadas sobre o Castelo de Crestuma, em 2013, e que desde então esteve já patente em seis escolas e equipamentos culturais de Gaia.

Como se compreende, a apresentação de comunicações orais ou *posters* em congressos, a participação em colóquios e mesas-redondas ou a própria redação de textos, balizáveis numa gama de conteúdos e nível de detalhe que vai do registo mais divulgativo até ao debate científico mais particular, são indicadores que aqui medimos apenas do ponto de vista da própria agência ou produção, sendo necessárias outras ferramentas e espaço para analisar o impacte junto daqueles a quem se dirigem.

Uma forma de perceber a ressonância do discurso científico produzido é quantificar o volume de citações académicas; outra, de maneira mais qualitativa, é avaliar de que forma o sítio arqueológico

e os resultados dos trabalhos incorporam trabalhos académicos, designadamente pós-graduações. Só conseguimos recensear uma dissertação de mestrado em Turismo e Património Cultural, que analisa os recursos de Crestuma e freguesias vizinhas, propondo a criação de dois roteiros turísticos à escala local[20]. Apesar do Castelo ser assinalado como ponto de visita nos roteiros e vários autarcas e personalidades locais entrevistados sublinharem a importância e o potencial turístico do sítio, o grau de utilização da informação científica é confrangedoramente nulo, uma vez que nenhuma das publicações próprias foi citada (apesar de um dos coordenadores ter sido entrevistado na pesquisa) e a fonte de informação mais recente sobre o cais romano do Castelo é o sítio eletrónico do Município.

A este propósito, interessa ao nosso ensaio avaliativo considerar a segunda grande forma de difusão da informação sobre o Castelo e os trabalhos ali realizados, a que se destina e atinge sem dúvida o público mais alargado, incluindo o especializado, que é a comunicação social. O sítio e o projeto foram alvo de cobertura noticiosa, reportagem ou trabalhos de maior detalhe em numerosos órgãos, com destaque para a imprensa local, os periódicos naturalmente mais voltados para o tema como a revista *Parques e Vida Selvagem* (publicação de grande circulação editada pelo Parque Biológico de Gaia), mas também diários de grande informação como o *Jornal de Notícias* ou o *Público*, para além de reportagens para televisões locais, apontamentos em canais nacionais e uma edição do programa "Caminhos da História", da Porto Canal, peças que se encontram facilmente no *YouTube* ou outros recursos *online*. Os motivos para as peças jornalísticas foram distintos, desde a inauguração do Parque Botânico até à descoberta do cais romano, que suscitou particular entusiasmo e pontuou mesmo serviços noticiosos de televisões nacionais; sem surpresa, o fascínio jornalístico pela História que democraticamente se revela em locais humildes ou inesperados deu mote a títulos como "Riqueza arqueológica revelada em Crestuma" ou "Crestuma já tinha povos na Idade do Ferro"!

Numa avaliação que desejaríamos o mais possível a 360º – na qual trabalhamos para o relatório conclusivo – importa analisar a perceção e o conhecimento do projeto e sítio arqueológico, o grau de envolvimento pessoal, as expectativas próprias e outros elementos de todos os envolvidos, desde os arqueólogos e técnicos da equipa aos estudantes que colaboraram em regime de voluntariado, aos autarcas e "líderes de opinião" locais, até ao cidadão comum da freguesia ou de outras comunidades mais amplas, como é o caso dos arqueólogos não envolvidos no projeto. Não podendo fazer-se aqui tal análise, nem tão pouco elencar os dados que vimos recolhendo, reunimos alguns elementos que entendemos de interesse, a que faremos brevíssima nota, começando pelos voluntários.

Participaram nas cinco campanhas cerca de 40 jovens, estudantes de licenciatura em Arqueologia que, não obstante a sua qualidade de voluntários, receberam uma pequena remuneração diária, considerando que a organização não pôde facultar alojamento nem garantir, na maior parte das campanhas, transporte ou alimentação. Convidados a responder a um inquérito *online* anónimo obtiveram-se 11 respostas, número escasso para análise estatística mas que pode comentar-se. Quase três quartos dos respondentes participaram nas escavações por mais que uma campanha, o que poderá ter constituído motivo para a resposta ao inquérito, uma vez que um certo grau de fidelização foi na ocasião reconhecido pela coordenação. Questionados sobre a verba que auferiram, as opiniões dividiram-se: 36% consideraram-na decisiva para a sua participação, 27% entenderam-na como um apoio importante, ainda que não decisivo e os restantes 36% participariam nos trabalhos mesmo sem pagamento. A maior parte (64%) não conhecia qualquer publicação sobre Crestuma antes de ter participado no projeto, mas 73% dos voluntários tiveram acesso ou consultaram alguma publicação após a sua colaboração, o que parece significar algum aumento de curiosidade ou motivação. 82% entenderam como significativo ou muito significativo o contributo das escavações para a sua formação em Arqueologia e, elemento também interessante, 64% dos voluntários entenderam como "perfeitamente clara", a partir das informações da equipa responsável, a natureza e cronologia do sítio arqueológico, enquanto que 73% declararam ter conhecimento, ainda que de um modo geral, dos objetivos e das estratégias de investigação e apenas 9% não se sentiram envolvidos ou participantes, mesmo de forma pontual, na agenda da investiga-

20. SOUSA, Lúcia Cardoso de (2014) – *Património como estratégia de desenvolvimento local: o caso de Arnelas, Crestuma e Lever.* Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho. Braga.

ção, números que podem talvez traduzir alguma eficácia comunicacional entre a liderança arqueológica e os voluntários em processo de formação e aquisição de experiência.

Quisemos também interrogar a "comunidade arqueológica" portuguesa, independentemente da sua afetação geográfica, profissional ou especialização. Foram convidados a responder a um curto inquérito 215 arqueólogos contactados nominalmente, tendo sido repetido o convite, por duas vezes, na lista de correio *Archport*. Foram recebidas 87 respostas, que admitiremos todas como de arqueólogos, uma vez que o inquérito foi anónimo. A primeira questão inquiria se o respondente conhecia ou sabia o que é o sítio arqueológico do Castelo de Crestuma, tendo 44% respondido que sim e outros 39% "vagamente", valores que entendemos não representativos, devendo sofrer de enviesamento pelo facto de um bom número de respostas resultarem precisamente de arqueólogos que conheciam o sítio, a sua bibliografia ou os arqueólogos que sobre ele têm trabalhado. Mais interessante talvez será perceber como foi que estes 83% de arqueólogos que sabem de Crestuma, mesmo vagamente, obtiveram tal conhecimento: numa questão que admitia múltiplas respostas, a maior percentagem (46%) apontou para a internet ou as redes sociais (indicação curiosa, dado o relativamente escasso investimento do projeto nestes veículos); seguiram-se os que leram pelo menos um texto de caráter científico (39%), informações pessoais (29%), a assistência a uma apresentação pública (23%) ou a visita ao local (16%).

As representações dos arqueólogos que responderam ao inquérito sobre o tipo de sítio arqueológico que julgam ser Crestuma forneceram também respostas curiosas. Dos 60 que responderam a este item, um terço considera a estação como um *castro*, uma povoação fortificada proto-histórica (o que merece nota, pois esta fase de ocupação é a que tem sido menos assinalada nos textos científicos e de divulgação), mas 20% deram respostas bastante exatas e que expressam o carácter multiperiodal do sítio, sendo que 10% o tipificam como cais romano ou similar (vertente muito enfatizada na comunicação social quando esta estrutura foi descoberta), 8% entendem-no como castelo e percentagem igual acentua as evidências significativas da Antiguidade Tardia/Alta Idade Média; no geral 15% dos respondentes acham que o Castelo de Crestuma é um "sítio fortificado", perceção igualmente de destacar porquanto esta caraterística do sítio é, por agora, das menos evidentes no terreno e na bibliografia.

Quase metade dos respondentes (48%) conhece uma ou mais publicações científicas sobre Crestuma, que obteve maioritariamente na internet (61%) ou encontrou nas atas de algum congresso (29,5%) ou ainda numa publicação periódica (23%). Por fim, quisemos de alguma forma testar a atratividade do sítio para a investigação e perguntamos: "Caso esteja ou venha a estar envolvido em investigações de tipo académico ou científico, consideraria interessante estudar o Castelo de Crestuma, os resultados das escavações ou o espólio arqueológico recolhido?". Entre a comunidade dos arqueólogos, 55% responderam positivamente, e de forma análoga 64% dos voluntários (quase seguramente todos eles hoje já licenciados) optaram por um "Sim, seguramente" como resposta, dados aparentemente simpáticos para a estação arqueológica e o projeto, mas que, naturalmente, exigiriam análise mais fina em função do universo dos respondentes.

6. NOTAS CONCLUSIVAS

A avaliação que vem sendo realizada, de que aqui traçamos apenas alguns aspetos, visa num primeiro plano analisar a eficiência do modelo de investigação utilizado e a pertinência ou relevância dos resultados em função do investimento que foi feito em meios financeiros, humanos e tempo de trabalho.

Neste tempo digital e autofágico, onde a voragem da notícia quase se desatualiza mal se apagam o eco da voz ou a última linha de um texto, a Arqueologia, como outras ciências, luta com a pressão de produzir "dados", "resultados", conteúdos de narrativas exigidos pelos mais variados públicos ou agentes num tempo que nem sempre é o mais adequado à análise criteriosa e ponderação dos elementos que hão-de gerar informação. Na verdade, que representam menos de cem dias de escavação, computando todas as campanhas, para iluminar mais de dez séculos de vida de um povoado (chamemos-lhe assim para simplificar) cujos principais vestígios, para além da erosão do tempo e da ação das sucessivas gerações, se encontram imersos ou, se em terra, traduzidos por milheiros de "estruturas negativas" de temerária interpretação volumétrica e que convocam modelos e paradigmas mentais para os quais a nossa Arqueologia – no Norte do País tão afeita à geometria das construções em granito ou ao habilidoso acamar do

rachão de xisto se é esta a natura do solo – está tão pouco preparada? Mas não sirva isto de desculpa. Aqui, como em muitas outras coisas, há que prestar contas, ponderar lacunas e erros próprios, oportunidades perdidas ou apostas falhadas, sem deixar naturalmente de reconhecer a novidade dos contributos, a frescura das propostas com que, pedra a pedra ou balde a balde, se acrescenta alguma claridade a um tempo e lugar até aqui notoriamente opacos.

Sem entrar em questões de detalhe científico, comentaremos só algumas dimensões do modelo de investigação seguido. O projeto nasceu da colaboração assumida, consciente e estável entre uma empresa pública e uma associação cultural com um gabinete de investigação de filosofia profissional. A primeira pretendia acrescentar valor a um novo equipamento social e de lazer, o Parque Botânico do Castelo, potenciando uma dimensão rapidamente identificada, a sua qualidade arqueológica; a segunda possuía o conhecimento de História local, os meios técnicos e a capacidade de reunir entre os seus membros uma equipa motivada e devidamente qualificada para a tarefa. Dois pontos devem sublinhar-se no que respeita ao primeiro outorgante do protocolo: sendo uma empresa pública responsável, em primeira mão, pela conservação, gestão e disponibilização de numerosos espaços verdes do concelho, possuía naturalmente, no âmbito da sua missão e nas competências da sua direção, uma perceção e vocação científicas que lhe permitiram entender e respeitar os ritmos e as necessidades materiais do processo de investigação em Arqueologia; deste posicionamento resultaram quer a estabilidade das dinâmicas de colaboração ao longo de todo o projeto, quer um plano de financiamento que consideramos digno dentro das circunstâncias, traduzido por um valor médio na ordem dos 40 000 € por ano. No que respeita ao GHAP, este modelo de trabalho e financiamento permitiu suprir os custos normais do projeto em relação às escavações e a muitos estudos complementares, assumindo-se que, dentro do espírito daquele gabinete, deveria ser remunerado o trabalho de campo de arqueólogos, técnicos e outros colaboradores, recebendo os voluntários estudantes uma verba reduzida no quadro das condições já descritas. Este quadro de atuação, singular em projetos não comerciais, proporcionou uma execução que, todavia, se deverá considerar semiprofissional, uma vez que o financiamento não permitiu remunerar a equipa fora dos períodos de escavação, o que fatalmente provocou atrasos e constrangimentos, consequência das obrigações profissionais de cada um.

Fruto de opções mas também das próprias circunstâncias, o projeto não teve qualquer ligação formal ao meio académico, fosse com algum centro de investigação ou mesmo com consultores associados. Na verdade, por receio da natural burocracia de mais protocolos ou negociações demoradas, ou por não se ver, na altura, particular vantagem nessa articulação, a questão quase nem se colocou, o que não obstou, bem entendido, a que docentes de várias universidades tenham visitado o Castelo, colaborado em colóquios e outras iniciativas e contribuído com a sua opinião ou conselho.

A possibilidade da conceção de um novo projeto afigura-se por um lado natural face à vontade das autarquias e da população local mais informada, a que há que juntar a indispensável necessidade de intervenção em relação às áreas escavadas, seja para as colmatar, seja através de ações de conservação e musealização, já encetadas através de sinalética elementar, mas que há que aprofundar e completar se essa for a intenção da atual gestão do Parque Botânico, centralizada nos serviços municipais.

O temário ou a agenda de investigação, que resultarão do balanço do relatório e para cuja publicação foram reservados meios financeiros, permitirão por certo apontar caminhos variados, exigindo meios e estratégias igualmente diversas. Há que refletir e porventura refundar o modelo de investigação e, em especial, mobilizar os agentes envolvidos (os óbvios mas também os menos óbvios) para um programa de trabalho cooperativo, assente em responsabilidades partilhadas, um plano de comunicação eficiente, metas claras e garantias de estabilidade de financiamento e provisão de outros recursos que permitam que, sem falsas expectativas ou os constrangimentos de ter que mendigar anualmente os restos de um qualquer orçamento, a investigação arqueológica assuma o seu papel ao serviço da História, da Cultura, da dinamização local.

BIBLIOGRAFIA

Relatórios técnicos

DRYAS (2011) – *Relatório Preliminar. CRES'11. Crestuma (Vila Nova de Gaia). Reconhecimento geofísico por GPR (Ground penetrating radar)*. Coimbra: Dryas Octopetala.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; PINTO, Filipe M. S.; SOUSA, Laura C. P. (2010) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma. Vila Nova de Gaia. Projecto Castr'Uíma*. Vila Nova de Gaia: GHAP/ASCR-CQ.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; PINTO, Filipe M. S.; SOUSA, Laura C. P. (2011) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma – Vila Nova de Gaia. Projeto Castr'Uíma. Relatório da 1.ª Campanha de Trabalhos Arqueológicos (2010)*. Vila Nova de Gaia: GHAP/ASCR-CQ.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Pedro; SOUSA, Laura C. P. (2012) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma – Vila Nova de Gaia. Projeto Castr'Uíma. Relatório da 2.ª Campanha de Trabalhos Arqueológicos (2011)*. Vila Nova de Gaia: GHAP/ASCR-CQ.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Pedro; PINTO, Filipe M. S.; SOUSA, Laura C. P. (2013) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma – Vila Nova de Gaia. Projeto Castr'Uíma. 3.ª Campanha de Trabalhos Arqueológicos (2012). Relatório Final*. Vila Nova de Gaia: GHAP/ASCR-CQ.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura C. P.; LEMOS, Paulo A. P.; LEITE, Joana N. (2014) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma – Vila Nova de Gaia. Projeto Castr'Uíma. 4.ª Campanha de Trabalhos Arqueológicos (2013). Relatório Final*. Vila Nova de Gaia: GHAP/ASCR-CQ.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; LEMOS, Paulo A. P.; SOUSA, Laura C. P. (2015) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma – Vila Nova de Gaia. Projeto Castr'Uíma. 5.ª Campanha de Trabalhos Arqueológicos (2014). Relatório Final*. Vila Nova de Gaia: GHAP/ASCR-CQ.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; LEITE, Joana N.; PINTO, Filipe M. S. (2017) – *Castelo de Crestuma (V. N. Gaia). Relatório dos trabalhos preventivos e de avaliação arqueológica realizados em 2015*. Vila Nova de Gaia: GHAP/ASCR-CQ.

SIMPLÍCIO, Maria Cândida; SILVA, António Manuel S. P. (2017) – *Prospeções arqueológicas subaquáticas na área do Castelo de Crestuma, Vila Nova de Gaia. Relatório dos Trabalhos de 2013-2014*. Vila Nova de Gaia: GHAP/ASCR-CQ.

Bibliografia produzida no âmbito do Projeto Castr'Uíma

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2010) – O Castelo de Crestuma, Parque Botânico e Sítio Arqueológico. *Casa da Cultura*. Vila Nova de Gaia. 14 (agosto 2010). Vila Nova de Gaia, pp. 30-31.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura. C. P.; PINTO, Filipe M. S. (2013) – O Complexo Arqueológico de Crestuma – Resultados da primeira campanha de escavações arqueológicas. *In* Pinto, Filipe M. S. (coord.) – *Terra de Santa Maria: espaços de cultura em debate no 10.º* aniversário da revista *Villa da Feira*. Santa Maria da Feira: Liga dos Amigos da Feira, pp. 45-67.

PEREIRA, Pedro (2011) – Trabalhos arqueológicos no Castelo de Crestuma (Crestuma, Vila Nova de Gaia) – Campanha de 2011. *CEM. Cultura, Espaço & Memória*. 2. Porto, pp. 303-305.

SILVA, António Manuel S. P. (2013) – Arqueologia do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia). Resultados preliminares da campanha de 2013. *Revista de Portugal*. 10. Vila Nova de Gaia, pp. 5-13.

SILVA, António Manuel S. P. (2014) – El Castillo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, Portugal). Entre la romanidad tardia y la edad media: los retos de un sitio complejo. *In Las fortificaciones en la tardoantigüedad: Elites y articulación del territorio (siglos V-VIII d.C.)*. Madrid: La Ergástula, pp. 389-399.

SILVA, António Manuel S. P.; CARVALHO, Teresa P. (2014) – Originalidade e tradição clássica na cerâmica local e regional tardo-antiga do castelo de Crestuma (V. N. Gaia, Portugal). *In* Morais, R.; Fernández, A.; Sousa, M. J. (eds.) – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. S.l. [Porto-Madrid]: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Ex Officina Hispana, pp. 381-396.

SILVA, António Manuel S. P.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2011) – O Castelo de Crestuma revelado pela Arqueologia. As principais fases de ocupação do sítio arqueológico. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. 73 (dezembro 2011). Vila Nova de Gaia, pp. 5-13.

SILVA, António Manuel S. P.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2013a) – *Castelo de Crestuma: a Arqueologia em busca da História*. Vila Nova de Gaia: Águas e Parque Biológico de Gaia, EM/ASCR-CQ.

SILVA, António Manuel S. P.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2013b) – O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia) e a ocupação tardo-antiga no Baixo Douro. *In Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. [DVD]. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 883-893.

SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Pedro; CARVALHO, Teresa P. (2015) – Conjuntos cerâmicos do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, N. Portugal): primeiros elementos para uma sequência longa (Sécs. IV-XI). *In Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo (Silves, 2012)*. Silves: Câmara Municipal; Campo Arqueológico de Mértola, pp. 401-419.

SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Pedro; CARVALHO, Teresa P.; PINTO, Filipe; SOUSA, Laura (2015) – O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia): um contexto estratigráfico tardo-antigo no extremo noroeste da *Lusitania*. *In* Quaresma, J. C.; Marques, J. A. (coord.) – *Contextos estratigráficos na Lusitania (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 149-167.

SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura (2014) – Cerâmica do período da "Reconquista" (séculos X-XI) proveniente do Castelo de Crestuma (V. N. Gaia). *In* De Man *et al.* (coord.) – *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal – séculos XI a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 205-222.

SILVA, António Manuel S. P.; PINTO, Filipe M. S.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SOUSA, Laura (no prelo a) – O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia): de fortificação tardo-romana a castelo roqueiro? *In* SILVA, António Manuel S. P. (coord.) – *No tempo dos Mouros: Castelos do Baixo Douro ao Mondego na época da Reconquista. Actas do Colóquio realizado em Arouca em 2011*. Arouca: Centro de Arqueologia de Arouca.

SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura; PINTO, Filipe M. S. (no prelo b) – Materiais proto-históricos do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia). *Actas VI Jornadas de Arqueologia do Vale do Douro*. Zamora: ZamoraProtohistorica.

SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura C. P.; PINTO, Filipe M. S.; LEMOS, Paulo A. P. (no prelo c) - As sepulturas escavadas na rocha do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, Norte de Portugal): contextos e problemática. *Actas do Congresso Internacional Sepulturas Escavadas na Rocha na Fachada Atlântica da Península Ibérica*. Porto: FLUP/CITCEM-UP.

Outra bibliografia sobre o sítio arqueológico

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho, desde as origens até 1220*. Trabalho complementar de doutoramento apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1989) – Castelos e cercas medievais, séculos X a XIII. *In* Moreira, Rafael (dir.) – *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Alfa, pp. 38-54.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1992) – Castelos medievais do Noroeste de Portugal. *In Finis Terrae. Estudios en Lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*. Santiago de Compostela: Universidade, pp. 371-385.

CARDOSO, Luís (1751) – Crestuma. *In Diccionario Geografico, ou Noticia historica de todas as cidades, villas, lugares...* Lisboa: na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, tomo 2, p. 755.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1993a) – Alguns materiais arqueológicos de estações da margem sul do Rio Douro: as *tegulae*. *Lvcerna, Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos*. Porto, 2.ª série, 3, pp. 217-235.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1993b) – *Roteiro arqueológico de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal/Solar Condes de Resende.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; GUIMARÃES, Susana G. (2001) – O Castelo de Crestuma, uma estação arqueológica quase desconhecida. *Al-madan*. 2.ª série, 10. Almada, pp. 43-47.

LEAL, Augusto S. A. B. de Pinho (1874) – Crestuma. *In Portugal Antigo e Moderno: Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico...* Lisboa: Livraria Edit.ª Mattos Moreira & C.ª, vol. 2, pp. 447-448.

SILVA, António Manuel S. P. (1994) – *Proto-história e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SILVA, António Manuel S. P. (2007) – *Revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia: Património Arqueológico; Património Geomorfológico. Relatório Final*. Vila Nova de Gaia. Disponível em http://www.gaiurb.pt/pdm.htm#pdm5.

SOUSA, Arlindo de (1945) – Nótulas arqueológico-históricas. Vila-da-Feira Lusitano-Romana (...). *Anales de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias*. Ano 10 (2). Madrid, pp. 399-412.

SOUSA, Arlindo de (1957) – *Estudos de Arqueologia, Etnologia e História. Antiguidades do Município de Gaia: Civilizações Pré-romanas, Romana e Romana Portuguesa*. Rio de Janeiro.

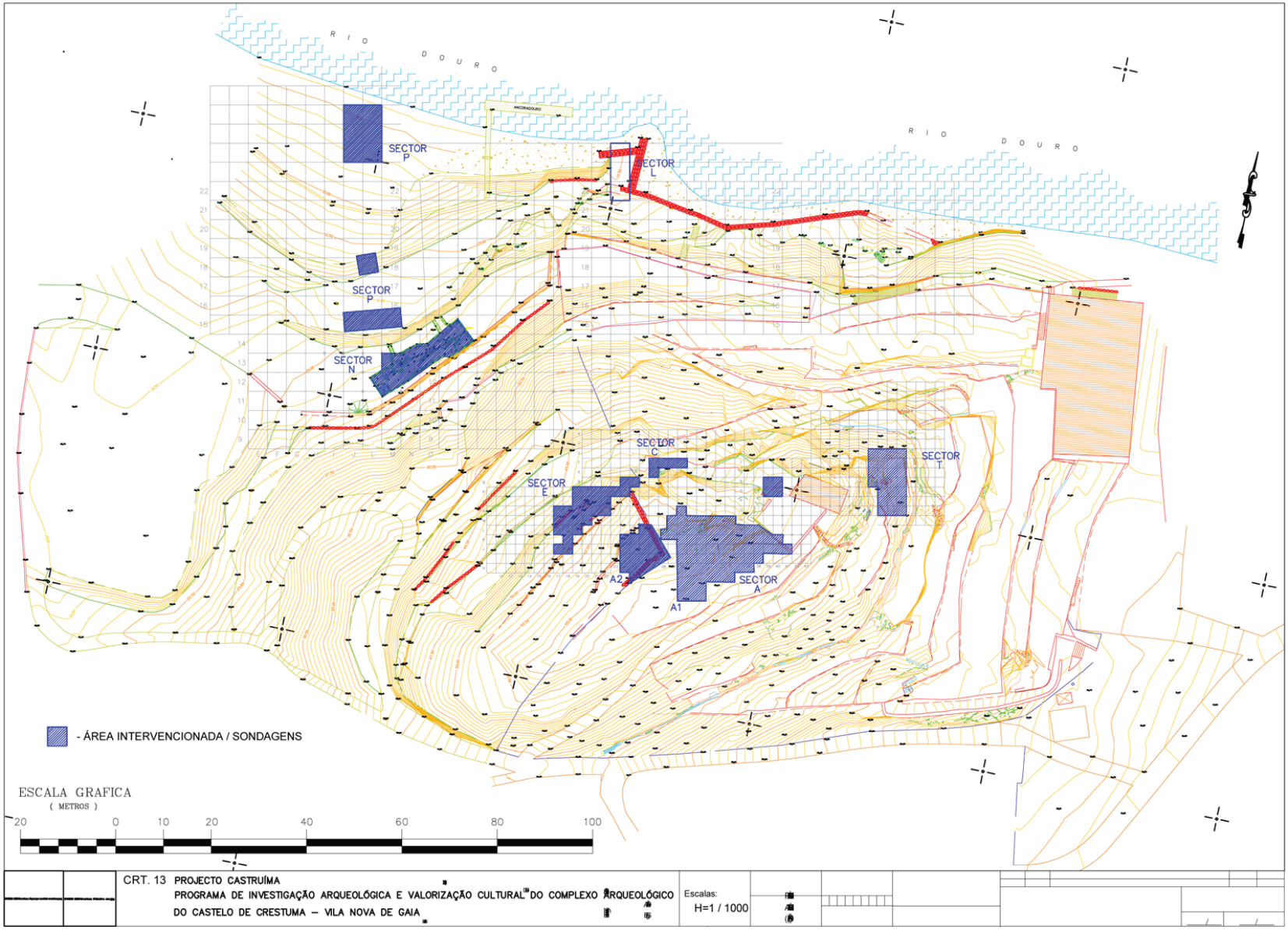


Figura 1 – Planta do Castelo de Crestuma, com os setores escavados entre 2010 e 2015. Levantamento: Multimapa.



Figura 2 – A elevação do Castelo, vista de Norte, ladeada pelos areais de Favais (direita) e do Esteiro. Foto: GHAP.



Figura 3 – As estruturas negativas (entalhes e buracos de poste) são as mais comuns no Castelo de Crestuma. Foto: GHAP.



Figura 4 – Estruturas de um cais, imersas no areal de Favais. Foto: GHAP.



Figura 5 – Sepultura escavada na rocha. Foto: GHAP.

SÃO SALVADOR DO MUNDO – O ESTADO DA ARTE!

André Donas-Botto[1]

RESUMO

Tendo em atenção a importância marcante do sitio de São Salvador do Mundo para o estudo da ocupação humana na bacia do Douro e mais particularmente no concelho de São João da Pesqueira, não deve ser descurada a sua abordagem por parte de diversos investigadores surgindo a oportunidade de abrir este sítio ao *mundo cientifico* na esperança de despertar um maior interesse pela comunidade arqueológica bem como alertar o poder local para a sua importância. Localizado junto ao Rio Douro este sítio revela-se como um marco no território, com uma impressionante ocupação desde a pré-história recente. O poster que apresentamos pretende revelar os principais vestígios aí existentes bem como uma pequena resenha pelo seu "estado da arte".

Palavras-chave: S. Salvador do Mundo, Alto-medieval, Santuário, Eremitério, Vitrificado.

ABSTRACT

Due to the outstanding importance that the site of São Salvador do Mundo offers to the study of the occupation of the basin of the Douro river, and particularly in the county of São João da Pesqueira, its approach by several investigators should not be neglected, bringing an opportunity to open this site to the scientific world in the hope of rousing a bigger interest of the archeological community and the local municipal powers in the sit itself. Located close to the Douro river, this site proves to be a landmark on the territory, with a impressive occupational time-line since Recent Prehistory. This poster intends to show the main remnants found on site as well as a small review of its "state of art".

Keywords: S. Salvador do Mundo, Early Middle Age Sanctuary, Hermitage, Melted and fused rocks.

São Salvador do Mundo está localizado na margem esquerda do rio Douro, no município de São João da Pesqueira, união de freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões, distrito de Viseu, região do Douro (NUT III), Região Demarcada do Douro e enquadrado pela área classificada como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO. O local é composto por um imponente maciço granítico numa área de transição com o xisto, sendo contornado a Nascente e a Norte pelo rio Douro, com uma altitude máxima de 502 metros acima do nível médio do mar. As coordenadas do sítio são: lat. N – 41º 09' 13", LONG W – 7º21'50".

S. Salvador do Mundo, será certamente um dos sítios arqueológicos mais importantes da Beira Alta e Trás-os-Montes, prova disso são as inúmeras referências ao local em diversos textos desde pelo menos o séc. XVI; as primeiras referências escritas a S. Salvador do Mundo aparecem neste mesmo século por parte de André de Resende na sua obra "*As Antiguidades da Lusitânia*" (RESENDE, 2009, p.190). Já no séc. XVIII também Jerónimo Contador de Argote refere por duas vezes este local, fazendo alusão a um cipo existente em S. Salvador do Mundo (ARGOTE, 1732, p.321/ *Ibid*, 1738, p.266). No entanto é de 1758 que obtemos as informações mais interessantes sobre este lugar. O padre Bernardo José de Azevedo Vieira, abade da Igreja de Santa Maria aquando do inquérito das memórias paroquiais faz uma descrição interessantíssima de uma área especifica do santuário, habitualmente chamado de gruta ou cova. Para este caso ele dá noticia de que: "*No cerro da Capela do Salvador já dta* (sic)*, há um boraco que apenas cabe uma pessoa desce quase a pique e vai dar a uma sala ou terreiro que terá oitenta palmos, e de alto vinte; e detrás desta uma porta tapada, qe mostra* [?] *mais para dentro…*" (Memórias Paroquiais de 1758: http://www.fcsh.unl.ptatlas2005). Este páro-

1. Investigador Independente; adonasbotto@gmail.com

co refere também o cipo romano existente na fachada da capela principal já anteriormente citado por Argote. No séc. XIX também são feitas observações a este cipo por parte de Sousa Viterbo (CARVALHO e GOMES, no prelo) bem como por Pinho Leal que apresenta a mesma leitura que a do pároco nas memórias paroquiais (PINHO LEAL, Reed. 2006, vol. IX, pp.8,9). Outra interessante alusão a S. Salvador do Mundo é feita por José Augusto Mendes em 1860 quando refere que existiu uma antiga povoação em São Salvador do Mundo que terá sido incinerada séculos atrás e que daquele local se retiraram estátuas, mármores lavrados e polidos bem como inscrições antigas e moedas (MENDES, 1860, PP.311/12).

De facto, com uma ocupação desde pelo menos a Pré-história recente até à actualidade, S. Salvador do Mundo revela-se sem quaisquer dúvidas como um dos sítios mais importantes da região (CARVAHO e GOMES, no prelo; GUIMARÃES *et alli* 2007; HEITOR, 2002, p.86). Por todo o monte se conseguem encontrar vestígios materiais, sobretudo na área conhecida como praça dos Mouros. Pedro Sobral e Filipe Gomes recolheram, quando da elaboração da carta arqueológica, alguns fragmentos cerâmicos na vertente sul, datáveis do neolítico. Esses fragmentos foram recolhidos, em locais onde associados a pequenas plataformas surgem abrigos rochosos, que podem ter sido ocupados durante esse período (CARVALHO e GOMES, *no prelo*). Além dos materiais cerâmicos podem identificar-se diversos elementos arquitectónicos reaproveitados em vários muros de sustentação de terras ou até mesmo nas capelas que compõem o santuário.

Este sítio sofreu intervenções arqueológicas, nos anos de 2007, 2008 e 2009, num alpendre que serviria de albergue para peregrinos durante a Idade Moderna, por parte do Dr. Gonçalves Guimarães (DONAS-BOTTO, 2012, p.18). Embora dos trabalhos de escavação se tenha obtido como resultado o nível de aterro para aplainar o solo de forma a construir o dito alpendre. Os materiais aí existentes, mesmo fora de contexto, provam o período de ocupação do monte desde pelo menos a pré-história recente (*Ibidem*). Não devemos esquecer o cipo já referido por diversos autores citados neste texto, assim como materiais recolhidos, quer numismas quer materiais cerâmicos (CARVALHO e GOMES, *no prelo*, GUIMARÃES *et alli*, 2007, pp. 54 a 58), e o santuário romanizado como prova da ocupação romana do local.

É evidente que dois dos locais mais enigmáticos deste complexo sítio arqueológico são uma cova próxima à capela principal, que certamente terá funcionado como eremitério (CARVAHO e GOMES, no prelo; DONAS-BOTTO, 2012, p.18; *Ibid*, 2013, p. 991; GUIMARÃES *et alli*, 2007, pp. 56/7), bem como, o santuário rupestre proto-histórico romanizado muito próximo da cova eremítica (CARVALHO e GOMES, no prelo; DONAS-BOTTO, 2012, p.18; GOMES, 1997; GUIMARÃES *et alli*, 2007, p.56; VAZ, 2008, pp.49/50). Estas áreas foram recentemente alvo de uma intervenção de registo e limpeza, tendo-se conseguido observar alguns pormenores que até então se encontravam escondidos. No caso do santuário foi possível levar a cabo um melhor registo da inscrição existente no mesmo. O santuário é composto por um grupo de dois *pedomorfos*, seguido de duas covinhas, dois *pedomorfos* e por fim um *pedomorfo* e uma covinha alinhadas, em torno desta manifestações é possível identificar vários fossets; sendo todo o santuário escavado em batólitos graníticos. A encabeçar estas representações encontramos então a inscrição certamente de origem romana mas com uma posterior sacralização medieval ou moderna, numa tentativa de cristianizar um testemunho pagão. A leitura possível desta inscrição será a seguinte: E^{CV}EM PSEUE / AV EVL PSEUE. Este santuário tinha acesso posterior através de uma escadaria escavada na rocha acompanhada por uma goteira. Embora este santuário seja uma testemunha da romanização do povoado, sendo mesmo possível fazer paralelos a Panóias, embora este bem mais rustico, não deixa de ser também um enorme testemunho da ocupação da Idade do Bronze no local. A par deste mesmo local devemos dar enfase aos grandes fragmentos de rocha vitrificada existentes no local, acompanhadas de centenas de pequenos fragmentos espalhadas pelo santuário (alguns sendo mesmo utilizados nos aspectos decorativos das capelas). Estes fragmentos de rocha vitrificada surgem na área de mais fácil acesso ao povoado, deveremos então levantar a questão se não estaremos na presença de vestígios de Muralha Vitrificada? Esta questão, embora pertinente, não tem ainda resposta, pois falta neste local uma investigação profunda e realização de mais sondagens para além daquelas realizadas por Gonçalves Guimarães entre 2007 e 2009 (DONAS-BOTTO, 2012, p.18) Contudo, tratando-se este texto de um "Estado da Arte" não poderíamos deixar de fazer este apontamento.

Avançamos agora para quele que é o nosso principal foco de investigação, a Cova Eremítica existente em S. Salvador do Mundo. Antes de nos focarmos no sítio propriamente dito, devemos contextualizar brevemente a discussão em torno destas estruturas. Inicialmente, durante os inícios do séc. XX, eram tidas como pré-históricas ou até mesmo romanas (AZKARATE, 1988, pp.138 a 140; MONREAL, 1989, p.24). É nos anos 70 que surgem as primeiras datações mais próximas com a realidade, primeiramente como estruturas visigodas, outros autores afirmam também que estas estruturas são de época medieval, não as incluindo, contudo, no mundo visigótico, mas sim entre os séculos X e XI. Neste desentendimento entre investigadores chegou-se a uma datação mais abrangente, entre os séculos VI e X, ou seja, a partir do período de domínio visigótico refutando-se totalmente as datações que as atribuíam a períodos passados (AZKARATE,
1988, pp.141/2). Contudo, optamos por dar uma denominação a par da dada por Luis Alberto Monreal Jimeno (1989, p.14) para as estruturas do vale do Ebro, ou seja, denominar cronologicamente apenas por "altomedievais". Optando por um termo cronológico deliberadamente vasto pela dificuldade sentida em dar uma datação segura a este tipo de estruturas (*Ibidem*).

A motivação da construção de ermidas está habitualmente associada não somente à prática de vida eremítica, mas mais nuclearmente à devoção e aos itinerários de santidade. Localizadas habitualmente em locais ermos implantam-se com frequência nos limites das paróquias como pólos devocionais das populações (ROSAS, 2000, p.49). As pedras, penedos e fragas são no folclore e nas religiões europeias lugares de amostragem do sagrado e do aparecimento de divindades. Em alguns casos eram mesmo gravadas cruzes, círculos e rosários ou caiados com posterior pintura de imagens sacras (Ibidem). É o que se passa no nosso caso, o ermitério de São Salvador do Mundo está localizado numa plataforma a meio do monte entre as capelas numero cinco e seis do santuário, nas imediações do santuário proto-histórico romanizado (CARVALHO e GOMES, *no prelo*;
GUIMARÃES *et alli*, 2007, p.56). Já Pedro Sobral e Gonçalves Guimarães haviam referido esta estrutura, mas sempre com reservas e sugerindo que se descesse ao seu interior de forma a confirmar a existência de um eremitério rupestre (*Ibidem*), foi o que nos propusemos a fazer no nosso trabalho de campo confirmando essa teoria.

O acesso ao local é feito por degraus em parte escavados no afloramento granítico, no último degrau desta escadaria podemos encontrar uma cruz gravada na rocha assim como negativos de uma porta que marcaria a entrada do local. Deparamo-nos logo com uma primeira antecâmara, toda escavada em afloramento granítico com um pequeno nicho escavado na rocha. É a partir desta antecâmara que se tem acesso ao eremitério propriamente dito. Através de uma entrada vertical, sendo necessário recorrer a uma escada, descemos ao corredor que dará acesso à câmara principal. Este é escavado no granito aproveitando a união de dois grandes blocos.

O corredor tem a largura de sensivelmente oitenta centímetros com uma altura de quase dois metros por um comprimento de dez metros aproximadamente. Após este corredor encontramos o salão principal, ou câmara, do ermitério com aproximadamente cinco metros de diâmetro e sete de altura. Neste local encontramos cinco nichos escavados no afloramento granítico e uma pintura recente a vermelho "CNE" correspondendo a "corpo nacional de escutas", a meio da parede norte da estrutura parece ser visível uma inscrição gravada na vertical: "A M". Existiria nesta câmara um acesso a uma outra inferior, contudo às ordens do antigo pároco esta foi celada com cimento de forma a evitar acidentes.

Estamos, assim, perante uma estrutura com acesso por escadaria à antecâmara que daria acesso à câmara principal através de uma entrada vertical de onde parte um corredor em direção à câmara onde existiria um acesso a uma outra.

No que diz respeito à cruz gravada esta apresenta semelhanças com cruz número três (San Martin de Villarén) do inventário de Luis Monreal Jimeno (1989, p. 419) Este eremitério apresenta também semelhanças ao eremitério de Sabariz estudado por Manuel Real de Mário Barroca (REAL, *et alli*, 1982, pp. 5 a 30; BARROCA, *at all*, 1984). A partir das cerâmicas recolhidas na envolvência do local, este ermitério terá tido claramente uma ocupação alto-medieval (DONAS-BOTTO, 2012, p.100). No passado mês de Agosto de 2016 foi-nos possível recolher materiais do interior desta gruta, se em parte alguns confirmavam esta constatação feita anteriormente outros levantaram algumas duvidas, sobretudo um machado de pedra polida recolhido juntamente com cerâmicas atribuíveis ao período

da reconquista. Esta recolha levantou bastantes duvidas, no entanto rapidamente se pode repor a proposta cronológica para o local, uma vez que em conversa com uma das pessoas da comissão fabriqueira da paróquia de São João da Pesqueira (entidade responsável pela gestão do local) foi-nos informado que há cerca de 30 anos para além da selagem do acesso ao segundo salão, já referido anteriormente, o anterior pároco promoveu também um entulhamento do corredor com terra retirada da envolvência da cova eremítica. Desta forma, temos mais um testemunho da diacronia ocupacional de São Salvador do Mundo, mas tal como no caso das escavações de Gonçalves Guimarães sem uma estratigrafia "original" para melhor se compreender o local.

Não obstante esta ocupação alto-medieval, no século XVI, a cova eremítica conheceria nova ocupação por parte de Gaspar da Piedade, que em torno deste local começa a reconstruir ruinas para edificar um santuário. Em 1581 Belchior de Sousa cria o convento de São Francisco e a Câmara faz um acordo com os terceiros de São Francisco para ficarem responsáveis pelo santuário e aí terem um padre para ouvir confissão dos romeiros e um responsável, eremitão, pela manutenção do espaço (GUIMARÃES *et alli*, 2007, p.57/8). Esta cova terá servido como habitação e quiçá templo para a comunidade que a habitou. Pela sua dimensão não nos parece que se destinasse somente a um utilizador, a probabilidade de existir uma outra câmara inferior parece corroborar esta hipótese pois poderiam existir celas nesta área a par do que sucede em alguns casos do vale do Ebro (MONREAL, 1989, pp.27 a 230).

Em género de conclusão podemos assumir que São Salvador do Mundo não deixa de ser um paradigma do interesse cientifico. Se por um lado é recorrentemente citado por diversos autores sobretudo nos séculos XVIII e XIX, acaba por vir a ser esquecido deixando todas as respostas ainda em aberto. Neste texto tivemos o objectivo de dar a conhecer o que já se conhece sobre este sitio, bem como levantar uma outra questão. Sobretudo relacionada com as rochas vitrificadas. Os materiais recolhidos no local desde os trabalhos da Artqueohoje nos anos noventa do século passado até ao levantamento realizado em Agosto de 2016, no âmbito do nosso estágio PEPAL no Município de São João da Pesqueira, encontram-se em depósito legal na reserva do Museu Eduardo Tavares, carecendo na sua quase totalidade de estudo para além do registo já efectuado. Desta forma, pensamos ser urgente alertar para importância do local no que diz respeito ao povoamento do Vale do Douro, e na nossa opinião fulcral para o aprofundamento da questão do povoamento e ocupação da região durante o período da Reconquista. Embora a tese do ermamento do Douro esteja cada vez mais a cair em desuso faltam ainda estudos no que concerne ao período medieval para se "enterrar" de vez esta visão minimalista da ocupação humana desta vasta e rica região durante o alvorecer da portugalidade. Mesmo ao nível da antiguidade tardia quase nada se confirmou ainda o que leva a que a tese do ermamento esteja em parte correcta, mas sobretudo no que diz respeito à investigação, tem-se apostado sobretudo nos estudos dos períodos proto-históricos e romanização da área dando-se depois o salto na investigação para a idade de ouro do Douro, o período da plantação das vinhas e, sobretudo, da criação da região demarcada a quando da reforma Pombalina em 1756 com a criação da mesma.

São Salvador do Mundo é sem duvida um dos sítios arqueológicos mais ricos e importantes da região, apresentando como não nos cansamos de referir uma importantíssima diacronia ocupacional, sendo um perfeito testemunho do ecohumano na região, uma adaptação do Homem a um espaço difícil conferindo-lhe diversas funções desde uma ocupacional e de habitação numa fase inicial a uma ocupação marcadamente espiritual a partir da Idade Média (não esquecendo a importância religiosa do local testemunhada pelo santuário proto-histórico romanizado). Em suma São Salvador do Mundo necessita e merece uma atenção redobrada pelo poder local bem como da comunidade arqueológica de forma a melhor compreender o espaço e de o dar a conhecer ao Mundo como testemunho da ocupação humana no Vale do Douro, Património da Humanidade.

BIBLIOGRAFIA

ARGOTE, Jeronimo Contador (1732) – Memórias para a história eclesiástica do Arcebispado de Braga, primaz das Hespanhas, dedicadas a el Rey D. João V – Lisboa: Of. Joseph António da Sylva.

ARGOTE, Jeronimo Contador (1738) – De antiquitatibus conventos bracaraugustani libri quatuor – Real Academia.

AZKARATE, Agustin (1988) – *Arqueología cristiana de la antigüedad tardía en Alava* – Vitoria-Gasteiz: Diputacion Foral de Alava.

BARROCA, Mário Jorge *et alli* (1984) – "Escavações arqueológicas no eremitério rupestre de Sabariz (Vila Fria – Viana do Castelo)" in: Actas do 1º Congresso de Arqueologia Medieval Espanhola.

CARVALHO, Pedro M. Sobral de; GOMES, Luís Filipe Coutinho – O Concelho de São João da Pesqueira, Testemunhos do Tempo e do Homem – no prelo.

DONAS-BOTTO, André (2012) – São João da Pesqueira: Subsídios para o estudo do território medieval – Dissertação de mestrado apresentada à faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

DONAS-BOTTO, André (2013) – São João da Pesqueira: Subsídios para o estudo do território medieval – In: Arqueologia em Portugal 150 anos, pp.987-994, coordenação de José Arnaud, Andrea Martins, César Neves, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.

GOMES, Pe. José do Nascimento (1997) – Roteiro Turístico do Ermo – Câmara municipal de S. João da Pesqueira.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, et alli (2007) – São Salvador do Mundo, Santuário Duriense – S. João da Pesqueira.

HEITOR, António José Fernandes (2002) – A Pré-História Recente no Douro Sul (Concelhos de São João da Pesqueira e Tabuaço) – Um Ensaio de Arqueologia Espacial – Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

MENDES, José Augusto (1860) – "O São Salvador do Mundo" – In: CASTILHO, Alexandre Magno de – Almanach de lembranças Luso-Brasileiro – Lisboa, pp.311-312.

MONREAL, Alberto Monreal Jimeno (1989) – Eremitorios rupestres altomedievales (el alto valle del Ebro).

Memórias Paroquiais de 1758, http://www.fcsh.unl.pta-tlas2005 – visualizado em 11/10/2011.

PINHO LEAL, Augusto Soares (reedição 2006) – Portugal Antigo e Moderno: Diccionário Geográphico, Estatístico, Chorográphico, Heráldico, Archeológico, Histórico, Biográphico & Etymológico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Número de Aldeias – Vols. VI/IX, Braga.

REAL, Manuel Luís *et alli* (1982) – "As covas eremíticas de Sabariz (Vila Fria – Viana do Castelo)" – *In: Minia*, 2ª série, ano V, nº6, Braga, pp.5-30.

RESENDE André de (2009) – As Antiguidades da Lusitânia, Livro Segundo: Os Rios – In: Portugaliae Monumenta Neolatina, vol.3, tradução de R. M. Rosado Fernandes, Coimbra.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (2000) – "O eremitério Os Santos em Sendim/Picote"; *In: Douro – Estudos & Documentos*, vol. V, pp. 47 a 57;

VAZ, João Fernando (2008) – Absolvições: Um livro de São João da Pesqueira (histórias, notas e muito mais), ed. Autor, São João da Pesqueira.

MÉRTOLA NA IDADE DO FERRO: PRIMEIROS RESULTADOS DE DOIS PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO

Francisco José García Fernández[1], Pedro Albuquerque[2], Maria de Fátima Palma[3]

RESUMO

Este artigo pretende apresentar alguns resultados preliminares de dois projectos de investigação que analisam o papel da antiga *Myrtilis* durante a Idade do Ferro e os primeiros séculos de ocupação romana, enquanto importante porto no contexto do tráfego comercial do Mediterrâneo e do Atlântico, e como um *oppidum* central no âmbito do povoamento humano ao longo do Guadiana. Os resultados apresentados são um ponto de partida para futuras investigações sobre Mértola e o seu território, graças ao estudo dos materiais identificados durante as escavações arqueológicas na área de expansão da Biblioteca Municipal de Mértola.

Palavras-chave: Mértola, Guadiana, Idade do Ferro, Romanização, Fronteiras.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present some preliminary results of two research projects which analyze the role of the ancient *Myrtilis* during the Iron Age and the first centuries of Roman occupation, as an important port of trade in the Mediterranean and Atlantic contexts, and as a capital *oppidum* in the context of human settlement along the Guadiana river. The results presented in this paper are a stepping stone for further investigations about this *oppidum* and its territory, thanks to the study of the archaeological record identified during the excavations of Mértola's public library.

Keywords: Mértola, Guadiana river, Iron Age, Roman Period, Borders.

1. EM JEITO DE INTRODUÇÃO: APRESENTAÇÃO DOS PROJECTOS

A ocupação humana no antigo *oppidum* de Mértola e no seu território representa um ponto de encontro de dois projectos de investigação diferentes na sua origem e natureza, mas complementares no seu desenvolvimento. No presente trabalho, expõem-se alguns resultados preliminares da confluência entre um estudo sobre o comércio entre o Vale do Guadalquivir e a costa portuguesa durante a II Idade do Ferro (sécs. V – II a.C., adiante *El tráfico comercial. . .*), e outro sobre o povoamento ao longo do Guadiana na perspectiva da construção de fronteiras territoriais e sociais (sécs. VIII a.C. – I d.C., adiante *ANA*-lise)[4], como se expõe na fig. 1. Ambos contam com o apoio e participação do Campo Arqueológico (adiante, CAM), representado neste trabalho pela terceira signatária (Figura 1).

Para uma melhor compreensão dos conteúdos,

1. Universidad de Sevilla; fjgf@us.es

2. FCT; UNIARQ; Universidad de Sevilla; albuquerque@us.es

3. FCT; Campo Arqueológico de Mértola / CEAACP; Universidade de Granada; tuchapalma@hotmail.com

4. Primeiro projecto: "El tráfico comercial entre el valle del Guadalquivir y la costa portuguesa durante la II Edad del Hierro (siglos V-II a.C.)", coordenado por Francisco José García Fernández, integrado noutros projectos mais amplos: "Sociedad y Paisaje. Alimentación e identidades culturales en Turdetania-Bética (Siglos VIII a.C. – II d.C.)" (HAR2011-25708/Hist) e "La Ruta de las Estrímnides. Comercio Mediterráneo e Interculturalidad en el Noroeste de Iberia" (HAR2015-68310-P).
Segundo projecto: "O Baixo e Médio Guadiana (sécs. VIII a.C. – I d.C.): Percursos de uma fronteira", coordenado por Pedro Albuquerque, financiado pela FCT (SFRH/BPD/110188/2015), desenvolvido na Uniarq e no Departamento de Prehistoria y Arqueología de la Universdidad de Sevilla.

optou-se por organizar esta exposição em torno de quatro aspectos comuns aos projectos em discussão: objectivos, metodologias, desenvolvimento dos trabalhos e resultados preliminares. O estudo dos materiais da intervenção arqueológica da área de expansão da Biblioteca de Mértola (2005 – 2006), dirigida por Maria de Fátima Palma representa, nesse sentido, a confluência apresentada neste artigo, uma vez que é, ao mesmo tempo, a última escala do primeiro projecto (*El tráfico comercial…*) e o ponto de partida do segundo (*ANA*-lise) para a criação de um quadro de referência para o estudo da ocupação do território de Mértola.

Os materiais da Biblioteca de Mértola revelaram uma sequência ocupacional com início na Idade do Ferro num contexto primário (Palma, 2009; 2016), o que em boa medida contrasta com o panorama com que se depararam investigações anteriores, sobretudo no que ao Bronze Final e à Idade do Ferro diz respeito (Rego, Guerrero e Gómez, 1996; Barros, 2008; 2010; 2012; 2013). Os dados conhecidos provinham, na sua esmagadora maioria, de contextos secundários que não permitiam muito mais do que a sistematização de materiais, nomeadamente as cerâmicas áticas (Arruda, Barros e Lopes, 1998), as campanienses (Luís, 2003a) e as ânforas, bem como outros elementos, nomeadamente a muralha (Labarthe, Hourcade e Lopes, 2003) e uma intervenção nas traseiras do posto dos Correios de Mértola (Lopes *et alii*, 2003). No que concerne ao território mertolense, a publicação da *Carta Arqueológica do Concelho de Mértola* (Palma, coord., 2012) não representou um incremento significativo das ocorrências ao período tratado no presente trabalho (sécs. VIII a.C. – II d.C.), como tivemos oportunidade de salientar com mais detalhe noutra ocasião (Albuquerque e García Fernández, 2017, *passim*). Em todo o caso, alguns materiais da Biblioteca têm vindo a ser estudados (Palma e Soría, 2017), bem como a fauna e outros materiais (Palma e Rafael, 2012; Moreno, Pimenta e Palma, 2017).

O primeiro projecto (*El tráfico comercial…*) procura analisar as ânforas e outros e outros materiais de origem turdetana identificados na Biblioteca, contextualizando-os nas vias de circulação marítima e fluvial que permitiram a chegada a Mértola de uma quantidade assinalável de bens provenientes das mais variadas paragens. Por seu turno, o segundo (*ANA*-lise) assume uma perspectiva territorial, o que beneficia o próprio desenvolvimento destes trabalhos: até ao momento, não se realizaram estudos baseados nestas duas perspectivas – local e territorial – em que os dados de um estudo lançam novos desafios a outro e *vice-versa*. Por exemplo, a sequência dos materiais da Biblioteca permite ter um quadro de referência importante para a realização de prospecções e o estudo territorial, por sua vez, pode enriquecer o questionário da interpretação das cerâmicas.

Por esta razão, julgou-se pertinente aproveitar um encontro desta natureza para apresentar à comunidade arqueológica portuguesa alguns dos desafios destes projectos transfronteiriços e internacionais, assumindo, por um lado, o seu carácter preliminar e apresentando, por outro, algumas linhas de investigação a seguir nos próximos anos.

2. OBJECTIVOS DOS PROJECTOS

Como foi dito, os âmbitos de estudo dos dois projectos não se circunscrevem a Mértola e incidem sobre áreas geográficas mais amplas (Figura 1), mas tal não impede que se exponham os objectivos principais de cada um.

O primeiro pretende estudar a circulação de ânforas e outros produtos entre o Vale do Guadalquivir e a costa atlântica da Península Ibérica no final da Idade do Ferro e durante os primeiros séculos da presença romana para, a partir daí, definir a rede comercial e os portos principais à escala regional e os mercados secundários, bem como identificar a proveniência dos recipientes e caracterizar a sua produção. Nesta caracterização é possível, ainda assim, identificar produções locais ou regionais inspiradas em protótipos púnicos ou turdetanos e integrá-las nos respectivos sistemas ou redes de distribuição. Como objectivos de segundo plano, destacamos o interesse pela identificação de contextos e pautas de consumo dos produtos transportados nas ânforas e as suas implicações económicas, sociais e culturais, bem como determinar a liderança da rede comercial, os processos que subjazem à sua organização e o papel do elemento púnico ou da metrópole de Gadir.

O segundo, por seu turno, pretende apresentar um estudo sobre a ocupação humana ao longo do Guadiana, partindo do rio como elemento que centraliza a vida de diversas comunidades, talvez separá-las por vezes, dependendo dos avatares das relações sociais. Tratando-se de um "marcador territorial natural" (cf. Henriques, 2004, pp. 22-29;

Albuquerque, 2014, p. 83), é possível que tenha servido como definidor de fronteiras, o que justifica um estudo destinado a analisar, numa perspectiva arqueológica, a construção de fronteiras físicas/ territoriais e simbólicas/ sociais em três escalas (macro, meso e micro-escala). Este ponto de partida permite discutir a formação de fronteiras numa perspectiva histórica, incidindo sobre a análise da sua projecção na paisagem (formas de vida, ocupação do território, exploração de recursos, percepções territoriais, etc.). Por outro lado, este projecto pretende contribuir para a valorização do património de fronteira, com a realização de trabalhos de campo e actividades culturais temáticas (cf. Albuquerque, 2016; Albuquerque e García Fernández, no prelo). Pelas suas características, este projecto é transfronteiriço, mas a sua concretização enfrenta por vezes problemas incontornáveis que serão apresentados mais adiante (García Fernández, Del Espino Hidalgo e Albuquerque, 2017).

No que diz respeito ao estudo das fronteiras sociais, é imprescindível considerar o papel da alimentação na construção e consolidação de identidades (cf. Twiss, ed., 2007), bem como o uso consciente de determinados objectos, ou mesmo de vestuário, para esse efeito (cf. García Fernández, 2012, pp. 722 - 723), o que se traduz, por exemplo, nas imitações das formas cerâmicas (cf. García Fernández e García Vargas, eds., 2014, com várias contribuições nesse sentido). Assim, para além dos estudos realizados sobre os materiais da Biblioteca (Palma e Rafael, 2012; Moreno, Pimenta e Palma, 2017; Palma e Soría, 2017), a realização de novas sistematizações permitirá lançar alguma luz sobre as questões que se colocam a um conjunto qualitativa e quantitativamente importante, do qual se destacam as ânforas e as cerâmicas de uso doméstico.

É neste âmbito que os objectivos dos dois projectos entram em contacto e configuram um discurso único. O papel de Mértola no âmbito da circulação fluvial conferiu-lhe um extraordinário dinamismo que se reflecte, precisamente, no registo material, que por sua vez parece indicar uma importante diversidade e convivência de grupos populacionais. Esta característica, típica de um ambiente de fronteira, pode ser um ponto de partida não só para a interpretação dos dados da Biblioteca, mas também da dinâmica de ocupação do território envolvente de *Myrtilis*, sobretudo nas áreas adjacentes ao Guadiana. Por sua vez, a realização de prospecções arqueológicas ao longo das duas margens do rio constitui um passo fundamental para a caracterização do povoamento e para a definição de modelos de ocupação, distribuição e exploração territoriais (Albuquerque e García Fernández, 2017).

3. METODOLOGIAS

Do ponto de vista metodológico, cada um dos projectos apresenta técnicas e procedimentos de trabalho diferentes e, ao mesmo tempo, complementares. É importante salientar que essas diferenças enriquecem as estratégias de investigação e, evidentemente, os próprios resultados no que diz respeito ao estudo do povoamento ao longo do Guadiana em geral e de Mértola em particular.

Assim, o primeiro projecto (*El tráfico comercial. . .*) parte de uma sistematização da bibliografia e da documentação disponível, nomeadamente as publicações de escavações arqueológicas e respectivos materiais, monografias, artigos de revista científicas, actas de congressos, relatórios inéditos, etc. Criam-se com isto as bases para a elaboração de uma base de dados que inclui de forma individual os materiais estudados, associando-os a vários níveis de informação (lugar de aparição, contexto de achado, tipo, cronologia, descrição, desenho e fotografia). Por outro lado, o estudo morfológico e a classificação tipológica dos materiais e a sua contextualização cronológica e funcional a partir do lugar de achado, são complementados com uma análise macroscópica da pasta e fotografia da mesma, recolhendo-se amostras dos mais representativos. Estas amostras, por sua vez, são analisadas em três níveis: petrográfico (Microscópio óptico convencional e petrográfico mediante lâminas delgadas), mineralógico (DFX) e químico (FRX e activação de neutrões). Por último, os resultados são comparados com dados obtidos a partir de outras amostras de oficinas de produção ou de exemplares de proveniência pouco clara.

O Projecto *ANA*-lise, por seu turno, apresenta uma metodologia baseada na recolha e sistematização de bibliografia e documentação disponíveis, com o intuito de criar, igualmente, uma base de dados georreferenciada sobre o povoamento das duas margens do Guadiana, com informações sobre os dados conhecidos e a caracterização dos diversos contextos. Desta primeira abordagem, parte-se para o estudo dos materiais dos sítios arqueológicos mais representativos da área tratada no projecto e que respon-

dem às características que fazem parte da selecção de áreas a prospectar.

A realização de prospecções arqueológicas é fundamental para complementar os dados já conhecidos na bibliografia. Para além da relocalização de sítios arqueológicos, estes trabalhos incidem sobre determinados tipos de espaços adjacentes ao *Anas*: áreas associadas a desembocaduras de ribeiras no Guadiana (veja-se, por exemplo, a ribeira de Oeiras, associada a Mértola), pontos privilegiados de vigilância do território, do rio e dos vaus; cerros com comunicação visual entre si, áreas associadas a vias de comunicação terrestre, a terras de alto potencial agrícola e a fontes de matérias-primas. Na campanha de 2016, prospectaram-se sítios com estas características na zona Norte do Concelho de Mértola, conduzindo à identificação de uma nova ocorrência, como veremos mais adiante.

O estudo das práticas sociais é um ponto de partida para a definição de estratégias de investigação sobre a afirmação e manutenção de identidades individuais e colectivas (cf. Jones, 1997, p. 120ss.), ou mesmo para a identificação e interpretação de (des)continuidades de algumas práticas por parte de grupos de origens aparentemente diversificadas. Admitindo que *Myrtilis* seria um espaço de forte interacção cultural graças à sua importância estratégica no contexto das rotas comerciais (fluviais e terrestres) e da exploração de recursos mineiros (cf. *infra*), bem como ao seu carácter de fronteira, o estudo de materiais e do território assume-se como uma necessidade incontornável da investigação arqueológica. A sistematização destes dados permitirá levar a cabo uma aproximação às relações interpessoais neste ambiente singular de encontro de cultura e ao papel de Mértola no contexto do povoamento humano do Guadiana durante o período abordado.

Deste modo, o encontro entre os dois projectos revela-se extremamente profícuo, representando uma oportunidade para analisar de um modo mais abrangente o antigo *oppidum*, o seu território envolvente e as relações que mantinha com ambientes mais distantes. A análise territorial, que implica a comparação entre as duas margens, vê-se assim reforçada pelos resultados da referida sistematização de materiais arqueológicos, cujo desenvolvimento é exposto no próximo capítulo.

4. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Referiu-se anteriormente que o primeiro projecto analisa a circulação de ânforas turdetanas ao longo da costa portuguesa (Figura 1), o que implica a revisão da bibliografia publicada e inédita sobre estes recipientes, bem como de exemplares que não foram ainda publicados. Recolheram-se mais de cem amostras para análises de pastas, de quinze sítios ou intervenções arqueológicas distribuídas pelo Vale do Tejo (4), Sado (2), Mira (2), Costa algarvia (4) e Guadiana (3). Nesta última região, era inevitável incluir o caso de Mértola, como último porto fluvial e ponto de chegada de importações mediterrâneas ao interior do Alentejo. Os dados da Biblioteca, aliás, são testemunho eloquente desta situação.

Importa destacar neste contexto a integração de Mértola num estudo bastante mais vasto que inclui a definição de mercados principais e secundários, bem como caracterização dos contactos entre esta região do actual Alentejo e o Guadalquivir. Neste sentido, a necessidade de proceder a uma sistematização mais profunda dos materiais da Biblioteca levou a uma primeira selecção das unidades estratigráficas mais representativas para o projecto em questão e, dentro destas, à identificação de ânforas turdetanas e de outros elementos classificáveis (bordos, asas, fundos, cerâmicas decoradas, etc.) para um estudo posterior. Este último conjunto foi alvo de uma separação e individualização de tipos cerâmicos (ânforas, cerâmica comum, de cozinha, cinzenta orientalizante, ibérica, tipo Kuass, campanienses, paredes finas, etc.), dando assim início a uma nova fase da investigação sobre Mértola e o seu território (Figura. 2).

Paralelamente, o desenvolvimento de prospecções na zona Norte do Concelho de Mértola, no âmbito do projecto *ANA*-lise e com a participação dos três signatários do presente trabalho, permitiu avançar um pouco mais no conhecimento do povoamento desta área. Tratando-se de um trabalho até agora inacabado (cf. Palma, 2012, mapa de sítios: há uma menor concentração de ocorrências resultante, precisamente, desse factor), tanto a relocalização de sítios como a identificação de um novo a Norte de Mértola permitiram destacar algumas tendências de povoamento nesta área, como aliás foi salientado noutra ocasião (Albuquerque e García Fernández, 2017, *passim*). A ocupação de cerros com aparente domínio visual sobre as vias de circulação (fluviais

e terrestres) e espaços de produção parece ser, nesse sentido, um indicador de defesa e vigilância de recursos económicos no contexto de um sistema possivelmente articulado a partir de *Myrtilis* (Figura 3).
Apesar da dificuldade de interpretação de dados com uma natureza tão desigual, podemos referir que o estudo dos materiais da Biblioteca permitirá enquadrar cada uma das suas fases nesse sistema, determinando não só o papel que nele terá desempenhado Mértola, mas também a importância que cada um destes sítios teve na configuração de uma rede de povoamento estruturada em torno do Guadiana e que tinha ali o ponto de partida e chegada dos bens que circulavam nesta região. O facto de estes materiais se encontrarem – insista-se – em contexto primário é, evidentemente, uma vantagem no momento em que se procede à identificação de novos sítios arqueológicos como o que assinalaremos de seguida, e sobretudo dos materiais associados a essa cronologia.
O sítio de Água Alta, concretamente, ocupa o topo e a ladeira Este do cerro homónimo, dominando amplamente o Guadiana, para Sul e para Norte (Figura 3). Deste ponto, não há qualquer contacto visual com *Myrtilis*, o que leva a pensar que a sua implantação se deve, principalmente, ao controlo da circulação fluvial num troço navegável do rio e a protecção do *oppidum*. Serviria, pois, como uma retaguarda de Mértola em relação a quem chegava de Norte pelo rio? A integração do lugar na paisagem envolvente parece indicar esta funcionalidade. Mais abaixo, regista-se um estreitamento que pode ter sido utilizado como espaço de ancoragem. O estudo desta ocupação está, ainda, numa fase muito embrionária e não permite tecer considerações seguras sobre, por exemplo, a cronologia de início e de fim. A julgar pelos materiais de superfície, é possível que tenha sido ocupado desde o Bronze Final/ inícios da Idade do Ferro e o período romano republicano, mas em todo o caso só a realização de mais intervenções poderá responder a esta questão (Figura 3).

5. RESULTADOS PRELIMINARES

Neste momento, é ainda muito precoce assinalar resultados concretos, o que justifica um título mais prudente para este capítulo. Apesar de todas as limitações, parece evidente que o estudo do *habitat* e do território da antiga *Myrtilis* confirmou a importância comercial e política da cidade no contexto das grandes vias de comunicação da Península Ibérica. Por estas, chegavam à cidade, entre certamente outros bens, minerais obtidos nas minas mais próximas, mas também nas mais distantes (por exemplo, Neves Corvo e Aljustrel), bem como materiais provenientes de diversos pontos do Mediterrâneo.
No que diz respeito ao primeiro projecto, a quantidade, variedade e qualidade dos materiais exumados nos contextos de finais da Idade do Ferro e especialmente do início da presença romana são claros indicadores do dinamismo que Mértola terá adquirido neste período, sobretudo enquanto porto de comércio.
Apesar de se tratar de um estudo preliminar, o volume e composição das importações reforça esta afirmação, destacando-se, obviamente, as ânforas, com um assinalável peso quantitativo na totalidade da amostra.
Estes recipientes dividem-se em três grandes grupos: o primeiro, não necessariamente o mais numeroso, é composto por exemplares provenientes do âmbito púnico e turdetano, com destaque para as ânforas destinadas ao transporte de preparados de peixe gaditanos (T-12.1.1.1, T-8.2.1.1, T-9.1.1.1, T-7.4.3.3 e imitações de Dressel 1) o da área de Málaga (T-12.1.1.1), e para as produções turdetanas (Pellicer D e T-8.1.1.2). Do segundo grupo fazem parte importações itálicas, tanto da costa tirrénica como adriática, com um conjunto amplo representado sobretudo pelas ânforas Dressel 1 e Lamboglia 2. O terceiro e último é composto por produções norte-africanas, nomeadamente tunisinas (Mañá C2 ou T-7.4.3.1), tripolitanas antiguas e possivelmente algumas variantes de Mañá C2b da costa tingitana; neste conjunto, a variedade de selos e marcas anfóricas (alguns deles inéditos) requer um estudo que permitirá ampliar o conhecimento sobre os centros de fabrico.
Entre as importações, a baixela de mesa assume-se como um conjunto bem representado, com claro destaque para a cerâmica púnico – gaditana (tipo Kuass), que mais tarde conviverá com as produções de verniz negro campanienses[5]. Estes dois elementos são indicadores claros da actividade portuária de *Myrtilis*, respondendo muito possivelmente à pro-

5. Cerâmicas tipo Kuass: Niveau de Villedary, 2003; Sousa, 2009; Moreno Megías, 2016; Palma e Soría, 2017; Campanienses: Luís, 2003a. Aguardam-se ainda os resultados do estudo de Vincenzo Soría realizado no âmbito da sua dissertação de doutoramento.

cura regional. Não deixa, porém, de chamar a atenção o seu peso quantitativo quando se considera a extensão da escavação da Biblioteca (c. 280m²).

A este acervo junta-se o resto do serviço de mesa, composto por cerâmicas de paredes finas e, em menor proporção, cerâmica cinzenta ampuritana. Registou-se também cerâmica ática de verniz negro, embora sempre como material residual em contextos posteriores, como, aliás, é recorrente na localidade (cf. Arruda, Barros e Lopes, 1998). A sua presença é frequente na região, em contextos semelhantes (cf. Arruda, 1995; 1997). Podemos, ainda, integrar nos elementos menos numerosos as cerâmicas ibéricas provenientes, provavelmente, do Levante ibérico, representadas exclusivamente por *kalathoi*, ainda que não seja de descartar a possibilidade de existência de recipientes de grandes dimensões, a julgar pelos fragmentos identificados.

Junta-se a este panorama a cerâmica púnica ou turdetana, que constitui uma parte considerável dos serviços domésticos. O conjunto, com elementos decorados e não decorados, apresenta um repertório limitado, predominando as tigelas, bacias e grandes recipientes de armazenamento. Estas produções provêm, aparentemente, do Baixo Guadalquivir e do *hinterland* gaditano, e parecem fazer parte da tradição cultural de grande parte dos habitantes de *Myrtilis*, o que explica a frequência de formas decoradas similares realizadas com pastas locais (tigelas, potes e grandes recipientes carenados). O mesmo pode ser dito da cerâmica de cozinha, composta exclusivamente por panelas de diversos tamanhos, como é, aliás, frequente entre as comunidades da Baixa Andaluzia e do Algarve (cf. Ferrer e García, 2008; Oliveira, 2006). Este panorama só é modificado com a aparição pontual de algumas formas com funções específicas (almofarizes) e com a chegada de novos conjuntos de tradição itálica e as correspondentes versões locais, que estão presentes nos níveis mais representativos da fase republicana.

Todo este interessante conjunto permite tecer algumas considerações breves sobre a importância comercial do porto de Mértola nos finais do I Milénio a.C., partindo da observação preliminar da proveniência, função e composição dos materiais importados, bem como da análise da sua evolução na transição entre a Idade do Ferro e o início da presença romana. Além disso, a introdução de novos produtos nas práticas domésticas locais incita a responder a questões sobre o seu significado nos novos contextos de consumo, considerando também a sua relação com o repertório que foi sucintamente exposto.

Do ponto de vista das propostas de investigação do segundo projecto, a posição fronteiriça de *Myrtilis* terá sido determinante para a convivência de comunidades de origens diversificadas, tanto no *oppidum* como no seu território envolvente. Esta condição é um valor acrescentado num estudo que pretende tirar ilações de índole cultural a partir de pautas de comportamento diferenciadas, que por sua vez se manifestam na aquisição, uso e manipulação de determinados elementos materiais. A análise destes processos numa escala mais ampla depende, porém, do aprofundamento dos conhecimentos noutros sítios do território mertolense que, por sua vez, permitirá colocar novas questões e, sobretudo, novos desafios ao estudo dos materiais arqueológicos da Biblioteca e de outros que podem vir a surgir nos próximos anos.

Como se disse, o projecto *ANA*-lise apresenta um carácter transfronteiriço, uma vez que incide sobre as duas margens do Guadiana e pretende abarcar o percurso do rio entre a foz e as imediações de Badajoz. A campanha de prospecções de 2016 incidiu, na zona Norte do Concelho de Mértola e pretende, numa segunda fase, percorrer o território a Sul desta vila e os termos municipais de Alcoutim e Sanlúcar de Guadiana, promovendo-se com isto a primeira campanha de prospecções arqueológicas que abarca os dois lados da fronteira.

Tal desiderato obriga a pensar o Guadiana como uma única paisagem, com tradições comuns devido a séculos de interacção, mas não permite relegar para segundo plano as limitações na análise de conjunto dos dados (por exemplo, a ausência de suportes cartográficos e sistemas de referência de coordenadas comuns), as diferenças de gestão do território e do próprio património nos dois lados da fronteira (cf. García Fernández, Del Espino Hidalgo e Albuquerque, 2017). Por outras palavras, é necessário apresentar dois pedidos de autorização, um à DGPC em Portugal (PIPA e/ ou PATA) e outro à *Dirección General de Bienes Culturales* (no caso de actividade pontual ou projectos gerais de investigação). É também necessário apresentar dois relatórios separados, deixando para as publicações a divulgação de resultados que dizem respeito a um mesmo projecto, mas, sobretudo, a um mesmo território e a uma mesma paisagem cultural.

Em todo o caso, esta questão revela que este tipo de

investigação não tem precedentes e poderá levar à comunidade científica novas perspectivas e leituras dos processos históricos desenvolvidos nas duas margens de um grande rio que separa e une ao mesmo tempo. Assim, os primeiros passos deste projecto de investigação pretendem estudar o povoamento ao longo do Guadiana num discurso comum, com objectivos e benefícios comuns entre dois Estados europeus cuja separação é marcada, em parte, pelo seu leito. Por outras palavras, centrando o discurso no próprio *Anas*, estaremos em condições de promover programas de protecção e difusão do património a ele associado, em particular os sítios arqueológicos atribuíveis ao I Milénio a.C. ou, se preferirmos, estaremos em condições de eliminar o efeito da fronteira no discurso arqueológico dos dois países.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve apontamento final representa, no essencial, uma retrospectiva sobre o que foi feito até ao momento, e uma reflexão que servirá de base para trabalhos futuros.

Com o desenvolvimento dos trabalhos de investigação do primeiro projecto, em particular o estudo das ânforas e outros materiais turdetanos ao longo da costa portuguesa e, neste caso particular, ao longo do Guadiana (Castro Marim, Alcoutim e Mértola), permitirá ter uma base sólida para o estudo da ocupação das duas margens do rio no troço considerado no projecto *ANA*-lise, bem como da própria integração de *Myrtilis* nas grandes rotas do Mediterrâneo e do Atlântico. Se, por um lado, o estudo desses materiais pode estender-se a outros âmbitos, em particular ao Noroeste Peninsular, por outro a análise do povoamento do *Anas* pode abarcar outras áreas da Andaluzia e Alentejo (Concelhos de Serpa e Moura, por exemplo).

No que diz respeito a Mértola, os estudos desenvolvidos no âmbito dos projectos em apreço, com a colaboração do CAM, confirmam o dinamismo comercial de *Myrtilis* nos momentos finais da Idade do Ferro e inícios da presença romana, como aliás podemos inferir da quantidade, variedade e qualidade das importações que aqui chegaram. Mértola desempenhou um papel destacado na conquista e controlo romanos dos territórios meridionais do actual território português, como centro estratégico de operações militares e como ponto nevrálgico das vias de comunicação que abasteceriam os exércitos.

A identificação de algumas mercadorias nas escavações da área de expansão da Biblioteca de Mértola, bem como de estabelecimentos de carácter militar reconhecidos no território, como Cerro da Antena Velha ou Mata – Filhos (cf. Luís, 2003b), parecem reforçar esta ideia. Por sua vez, é necessário considerar a exploração dos recursos minerais e metalúrgicos desta região para explicar a manutenção desta estrutura militar, destinada provavelmente a assegurar o controlo das minas e o paulatino processo de alienação e trespasse da exploração para mãos itálicas. É uma das questões às quais ambos os projectos pretendem dar resposta a partir de um estudo regional.

As escavações realizadas na área de expansão da Biblioteca de Mértola foram, nesse sentido, decisivas para o desenvolvimento destes estudos que, como foi salientado, passaram a integrar um conjunto mais amplo de materiais arqueológicos. A sua sistematização lançará, certamente, novas questões aos dados obtidos nas prospecções e aos que já são conhecidos na bibliografia especializada (por exemplo, Castro Marim, Ayamonte, Alcoutim, Sanlúcar de Guadiana, Serpa, Moura, etc.). Como também permitirá avançar um pouco mais nas vias abertas por investigadores que nos precederam (entre outros, Fabião, 1987; Rego, Guerrero e Gómez, 1996; Barros, 2008; 2010; 2012; 2013; Arruda, 2008; Freitas e Oliveira, 2007) para o conhecimento e caracterização da ocupação pré-romana da antiga *Myrtilis* no contexto de um rio que, nas palavras de Mela (II, 87) e Plínio (*N.H.* 3.6), separava a Bética e a Lusitânia.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Pedro (2014) – *Tartessos: a construção de identidades através do registo escrito e da documentação arqueológica. Um estudo comparativo.* Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [Texto policopiado].

ALBUQUERQUE, Pedro (2016) – O Guadiana como fronteira? Notas para um projecto de investigação. *Ophiussa.* Lisboa. 1, pp. 35-44.

ALBUQUERQUE, Pedro; GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José (2017) – Mértola entre el Bronce Final y el inicio de la presencia romana: problemas y perspectivas de investigación. *Habis.* Sevilha, pp. 7-30.

ALBUQUERQUE, Pedro; GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José (no prelo) – *Sobre o conceito de fronteira: o Guadiana numa perspectiva arqueológica. In CELESTINO PÉREZ, Sebastián; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Esther, eds.,*

Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, Guadiana y Tajo en época tartésica. Mérida: CSIC.

ARRUDA, Ana Margarida (1995) – Panorama das importações áticas em Portugal. In *Actas do Simpósio: Iberos y Griegos: Lecturas desde la diversidad (Huelva Arqueológica, 13, 1)*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva, pp. 129-154.

ARRUDA, Ana Margarida (1997) – *As cerâmicas áticas do castelo de Castro Marim*. Lisboa: Colibri.

ARRUDA, Ana Margarida (2008) – O Baixo Guadiana durante os séculos VI e V a.n.e. In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, ed, *Sidereum Ana I: El río Guadiana en época post – orientalizante. Anejos de AEspA* XLVI. Mérida: CSIC, pp. 307-325.

ARRUDA, Ana Margarida; BARROS, Pedro; LOPES, Virgílio (1998) – As cerâmicas áticas de Mértola. *Conimbriga*. Coimbra. 37, pp. 121-150.

BARROS, Pedro (2008) – Mértola durante os séculos VI e V a.C. In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, ed, *Sidereum Ana I: El río Guadiana en época post – orientalizante. Anejos de AEspA* XLVI. Mérida: CSIC, pp. 399-414.

BARROS, Pedro (2010) – Mértola entre os séculos VI e III a.C. *Maikake*. Málaga. 32: 1, pp. 417-436.

BARROS, Pedro (2012) – O Bronze Final na região de Mértola. In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, ed. *Sidereum Ana II: El río Guadiana en el Bronce Final. Anejos de AEspA* XLII. Mérida: CSIC, pp. 215-227.

BARROS, Pedro (2013) – Mértola, plataforma comercial durante a Idade do Ferro. A colecção de Estácio da Veiga. In ARRUDA, Ana Margarida, ed., *Fenícios e Púnicos, por terra e por mar,* vol. 2. Lisboa: Uniarq, pp. 688-697.

FABIÃO, Carlos (1987) – Ânforas romanas republicanas de um depósito de Mértola no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 5, pp. 125-148.

FERRER ALBELDA, Eduardo; GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José (2008) – La cerámica turdetana. In BERNAL CASASOLA, Darío; RIBERA i LAOMBA, Albert, eds., Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la Cuestión. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 202-219.

FREITAS, Vera Teixeira; OLIVEIRA, Carlos Filipe (2007) – A Idade do Ferro no Baixo Guadiana. In *Actas del IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (*Promontoria Monográfica* 9). Faro: Universidade do Algarve, pp. 409-418.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José (2012) – Tartesios, túrdulos, turdetanos. Realidad y ficción de la homogeneidad étnica de la Bética romana. In SANTOS YANGUAS, Juan; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo, eds., *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: el caso hispano* (Revisiones de Historia Antigua VII). Vitoria: Universidad del País Vasco, pp. 691-734.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José; DEL ESPINO HIDALGO, Blanca; ALBUQUERQUE, Pedro (2017) – Paisajes transfronterizos como objeto de estudio: interés, oportunidad y complejidad en el caso de la eurorregión Alentejo – Algarve – Andalucía. In *Colóquio Ibérico de Paisagem – O estudo e a construção da paisagem como problema metodologico*. Lisboa.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José; GARCÍA VARGAS, Enrique, eds. (2014) – *Comer a a la moda: Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y Bética Occidental durante la Antigüedad (s. VI a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: Universitat de Barcelona.

HENRIQUES, Isabel Castro (2004) – *Território e identidade*. Lisboa: Centro de História.

JONES, Siân (1997) – *The Archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*. London: Routledge.

LABARTHE, Jean – Michel; HOURCADE, David; LOPES, Virgílio (2003) – Mértola: la muraille de l'Âge du Fer. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 1, pp. 175-210.

LOPES, Virgílio; PALMA, Maria de Fátima; GÓMEZ, Susana; TORRES, Cláudio; FEIO, Jorge; BENTO, Carla (2010) – Intervenções arqueológicas de emergência no Eixo comercial de Mértola. Alguns dados preliminares. In PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio; ROMERO BOMBA, Eduardo, coords., *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva: Universidad de Huelva, pp. 1174-1197.

LUÍS, Luís (2003a) – *As cerâmicas campanienses de Mértola*. Lisboa: Ministério da Cultura, IPA.

LUÍS, Luís (2003b) – Ânforas republicanas de Mata – Filhos (Mértola). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, pp. 363-382.

MORENO GARCÍA, Marta; PIMENTA, Carlos; PALMA, Maria de Fátima (2017) – Recursos cienegéticos y ganaderos en *Myrtilis* (Mértola, Portugal), en los inicios de la Romanización: una aportación desde la Arqueozoología. *Archaeofauna*. Madrid. 26, pp. 179-198.

MORENO MEGÍAS, Violeta (2016) – *La influencia púnica en las mesas turdetanas: Cerámica de tipo Kuass en el Bajo Valle del Guadalquivir*. Sevilla: Diputación de Sevilla.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, Ana (2003) – *Cerámicas gaditanas "tipo Kuass"*. Madrid: Real Academia de la Historia.

OLIVEIRA, Carlos Filipe (2006) – *A cerâmica manual do Castelo de Castro Marim (séculos IX a III a.n.e.)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. [Texto policopiado].

PALMA, Maria de Fátima (2009) – *Arqueologia urbana na Biblioteca Municipal de Mértola (Portugal) – Contributos para a História local*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Huelva. [Texto policopiado].

PALMA, Maria de Fátima (2016) – Arqueologia urbana na área de expansão da Biblioteca Municipal de Mértola. *Arqueologia Medieval*. Lisboa. 13, pp. 5-16.

PALMA, Maria de Fátima, coord. (2012) – *Carta arqueológica do concelho de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

PALMA, Maria de Fátima; RAFAEL, Lígia (2012) – Vidros, ossos e metais da intervenção arqueológica na Biblioteca Municipal de Mértola. In *Actas do VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar, pp. 477-496.

REGO, Miguel; GUERRERO, Olga; GÓMEZ, Francisco (1996) – Mértola: una ciudad mediterránea en el contexto de la edad del hierro del Bajo Guadiana. In *Actas de las I Jornadas transfronterizas sobre la contienda hispano – portuguesa,* tomo I. Aroche: Escuela Taller Contienda, pp. 119-132.

SORÍA, Vincenzo; PALMA, Maria de Fátima (2017) – A cerâmica tipo Kuass em Mértola (Portugal): as escavações da Biblioteca Municipal. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 90, pp. 77-96.

SOUSA, Elisa de (2009) – *A cerámica tipo Kuass no Algarve*. Lisboa: Uniarq.

TWISS, Katheryn C., ed. (2007) – *The archaeology of food and identity*. Carbondale: Southern Illinois University.

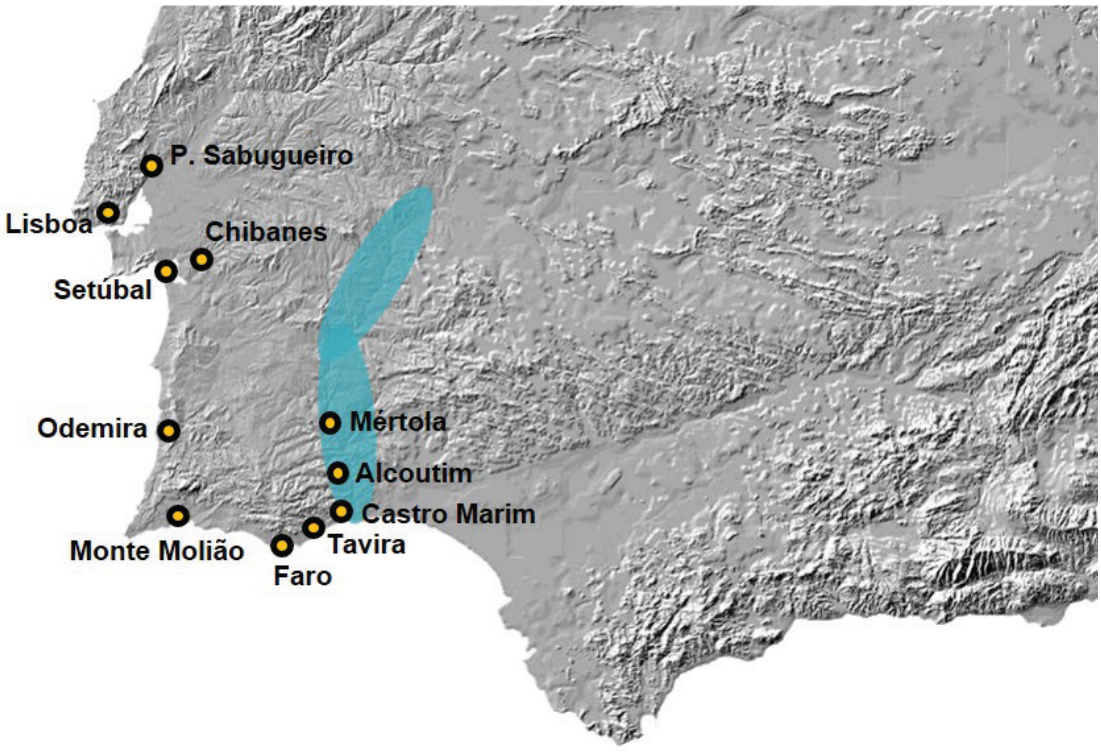


Figura 1 – Áreas de actuação dos projectos.



Figura 2 – Processamento de materiais nas instalações do Museu de Mértola.



Figura 3 – Vista do Guadiana a partir de Água Alta, para Sul.

ESTADO ATUAL DO CONHECIMENTO ACERCA DO POVOAMENTO EM ÉPOCA ROMANA NA AMADORA

Gisela Encarnação[1], Vanessa Dias[2]

RESUMO

Com o presente artigo iniciaremos um estudo de carácter desenvolvido sobre a presença romana no atual território do concelho da Amadora. Analisaremos os sítios conhecidos e escavados nas últimas décadas, e os fragmentos arqueológicos deles provenientes, em busca de respostas: Quando chegaram os contingentes romanos? Como ocorreu a sua instalação? Que tipo de povoamento existiu? Como exploraram o território?
Palavras-chave: Amadora, Arqueologia, Romano, Povoamento.

ABSTRACT

With this article we will begin an intensive study on the Roman presence in the present territory of Amadora city. We will analyze the identified and excavated sites in the last decades, and the archaeological remains recovered, in search of answers: When did the roman contingent arrive? How did their installation occur? What kind of settlement? How they explored the territory?
Keywords: Amadora, Archaeology, Roman, Setlement.

1. INTRODUÇÃO

Os trabalhos arqueológicos realizados nos últimos anos na *villa* romana da Quinta da Bolacha, na Serra de Carnaxide – Via F, na Quinta da Lage / Quinta do Estado, e mais recentemente, no Moinho do Castelinho, sempre de cariz de emergência, permitiram recuperar dados importantes sobre os largos séculos de povoamento romano no concelho da Amadora. A estes junta-se a informação recuperada em trabalhos de prospeção e escavação antigos, sobretudo os desenvolvidos no aqueduto romano de *Olisipo* e na *villa* romana da Quinta da Bolacha.

O desenvolvimento do projeto "PERA – Povoamento em Época Romana na Amadora", entre 2017 e 2020, permitirá a realização de ações de escavação e prospeção e a análise de espólios artefactuais e osteológicos, que permitam perceber a forma como se operou a chegada dos contingentes romanos ao atual concelho da Amadora, bem como o modelo de povoamento e exploração de recursos existentes.

2. O QUE SABEMOS SOBRE A OCUPAÇÃO EM ÉPOCA ROMANA NA AMADORA?

O conhecimento acerca do povoamento romano no atual concelho da Amadora tem aumentado nos últimos anos, sobretudo, devido ao trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal da Amadora / Museu Municipal de Arqueologia.

Foram vários os sítios escavados desde meados dos anos 90 do século XX, sempre com o objetivo de perceber e estruturar os moldes em que se operou a ocupação e exploração do território durante e depois da sua romanização (Figura 1).

2.1. *Villa* Romana da Quinta da Bolacha

A *Villa* Romana da Quinta da Bolacha, classificada como Imóvel de Interesse Público desde 2012, localiza-se na freguesia da Falagueira – Venda Nova, foi descoberta em 1979, por António Gonzalez e João Cravo, e até à data já se realizaram oito campanhas de escavação na sua área de implantação. A es-

1. Câmara Municipal da Amadora/Museu Municipal de Arqueologia; Gisela.Encarnacao@cm-amadora.pt

2. ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora; vsitimadias@gmail.com

cavação demonstrou que esta *villa*, cuja construção se situa no século III, terá tido uma fase de remodelação, e no início século VI é abandonada (Figura 2).
A primeira intervenção arqueológica ocorreu em 1980, na área não murada da quinta agrícola. Nestes trabalhos foi identificado um tanque com canalização de chumbo e revestimento a *opus signinum* (ENCARNAÇÃO, 2003, p.107).
Devido ao vandalismo infligido a estes vestígios arqueológicos, os trabalhos foram interrompidos até abril de 1997, altura em que o GAU – Gabinete de Arqueologia Urbana realizou diversas sondagens de emergência na área que seria afetada pela construção de um supermercado e onde ainda não tinha sido feito qualquer trabalho (ENCARNAÇÃO, 2003, p.107).
Tendo em conta as dimensões da área a intervir, esta foi dividida em cinco setores de acordo com as suas características físicas, tendo-se concentrado os trabalhos no Setor I, já que seria o mais afetado pela construção do edifício.
Foi precisamente nesse setor, que surgiu o maior número de vestígios arqueológicos, nomeadamente uma parede construída em pedra calcária aparelhada, de média e grande dimensão, pertencente a um compartimento de ocupação pouco clara, que conservava estuque pintado na zona inferior da parede, cuja decoração era composta por bandas de cor cinzenta e vermelha.
Paralelamente foi colocado um dreno, de construção cuidada, e diversas ramificações instaladas posteriormente, que ocupavam uma grande parte da quadrícula até então escavada (Figura 3).
Ao nível do espólio arqueológico, recolheram-se, nos contextos de revolvimento, materiais da Idade do Bronze, como elementos de foice denticulados em sílex, inúmeros numismas romanos, portugueses e inclusive um islâmico, bem como cerâmica comum e fina, e ainda diversos elementos de construção.
Igualmente, neste setor, foram identificados contextos romanos intactos atribuíveis aos finais do séc. III e séc. IV.
Perante a qualidade dos vestígios descobertos, estabeleceu-se um acordo com os proprietários que levou à reformulação da implantação do edifício, colocando-o na zona do terreno em que as sondagens arqueológicas não tinham revelado quaisquer estruturas, acordando-se ainda, o acompanhamento das movimentações de terras aquando da construção do edifício, o que veio a acontecer no ano seguinte, em 1998.
No topo norte e noroeste da nova sondagem surgiram 5 estruturas bastante destruídas, onde apenas foi possível identificar o tipo de aparelho utilizado, que se assemelha ao da estrutura do Setor I. Também aqui o projeto arquitetónico foi modificado, reduzindo-se o número de estacionamentos, de modo a preservar os vestígios.
Procedeu-se à escavação de duas das estruturas, com quadrículas de 2x2m orientadas a norte, de acordo com a metodologia utilizada na primeira campanha. Em ambas se confirmou o elevado estado de destruição do alicerce das paredes. Estratigraficamente não se identificou nenhum contexto romano, apenas alguns materiais dispersos à mistura com outros de cronologias mais recentes.
No seguimento do pedido de classificação da *villa* romana da Quinta da Bolacha, entregue ao IPPAR em novembro de 1996, e da escassa informação que se obteve nas campanhas de 1997 e 1998, tornou-se necessário dar seguimento aos trabalhos de escavação, de forma a delimitar a área de dispersão dos vestígios arqueológicos e a interpretar as estruturas identificadas nas campanhas anteriores (ENCARNAÇÃO, 2003, p.109).
Deste modo, alargou-se a área escavada em 1997, pertencente ao Setor I, e iniciou-se a escavação do Setor III (topo norte do edifício); neste último e ao contrário da análise efetuada inicialmente, verificou-se que o contexto de destruição correspondia, não a um nível romano, mas sim a lixos e entulhos dos séc. XVIII, XIX e XX, que se encontravam por cima das fundações romanas, datadas, devido à presença de uma moeda, da segunda metade do séc. III. Estes entulhos resultaram do trabalho de aproveitamento da pedra para a construção de habitações na Aldeia da Falagueira, colocando num momento mais recente a sua destruição (ENCARNAÇÃO, 2003, p.109).
No Setor I, com o decorrer dos trabalhos, foi possível delimitar um dos lados do compartimento, pôr a descoberto a continuação da rede de drenos e uma outra parede onde se adossou uma lareira; pela junção destes dados e dos materiais recolhidos, nomeadamente grandes contentores de armazenamento, ânforas e um par de mós, julgamos estar perante uma cozinha, embora esta não deva ter sido a função inicial deste espaço, cujas remodelações são percetíveis no registo arqueológico.
Este espaço inicialmente, seria de maiores dimensões, possuía uma coluna central feita em pedra calcária aparelhada e revestida a estuque pintado,

tal como as paredes, de acordo com o verificado na campanha de 1997. Os escassos objetos destacáveis são agulhas e alfinetes de cabelo em osso e moedas, que se poderá atribuir ao final do séc. III e primeira metade do IV.

Durante a remodelação deste compartimento, foi utilizado todo o material disponível, inclusive estuque pintado, pequenos fragmentos de calcário de diversas cores, correspondentes a restos de talhe de tesselas, inutilizando-se ainda um tanque com revestimento em *opus signinum*.

Nas proximidades da parede onde se encontra a lareira, e num dos níveis de abandono do espaço em que se verificou o derrube da estrutura, foi identificado um enterramento de um neonato, sob uma telha, sem qualquer espólio, efetuado em época bastante tardia.

Em dezembro de 2003, e no seguimento de obras de impermeabilização de uma das paredes do edifício do supermercado LIDL, verificou-se a destruição parcial das estruturas romanas postas a descoberto no Setor III. Neste âmbito, foram realizados trabalhos arqueológicos de emergência, com o objetivo de avaliar o impacto destrutivo das referidas obras. Verificou-se que o impacto não foi tão destrutivo, como inicialmente se presumia e colocou-se a descoberto duas novas estruturas, com relação com as identificadas anteriormente.

Dada a relevância deste sítio para o conhecimento da presença romana na região de Lisboa, o seu espólio foi estudado em 2014, pelo investigador José Carlos Quaresma, no âmbito do seu trabalho de Pós-Doutoramento, com o tema "As importações finas na Ammaia (São Salvador de Aramenha, Marvão), no contexto comercial de importação e de exportação do espaço central e sul da Lusitânia, entre os séculos I/II e VI/VII d.C.: relações com a Hispânia e o Mediterrâneo". O autor, através do estudo do espólio, definiu quatro fases de ocupação: 1ª Fase: 270 – 300 d.C.; 2ª Fase: 425 – 475 d.C.; 3ª Fase: Fim do séc. V – Início do VI d.C. e 4ª Fase: 500 – 525 d. C. (QUARESMA, no prelo).

O estudo do espólio recuperado no Moinho do Castelinho demonstra que os enterramentos aí localizados, se incluem nas balizas cronológicas de ocupação desta *villa*, podendo o sítio representar a necrópole deste complexo habitacional.

Em fevereiro de 2013 verificaram, os técnicos do Museu Municipal de Arqueologia, o surgimento, à superfície, de estruturas constituídas por pedra calcária aparelhada, num caminho de terra batida existente nas proximidades da *villa* romana da Quinta da Bolacha.

Esta situação, provocada pela passagem constante de viaturas ligeiras e pesadas, neste local, obrigou à realização de trabalhos de emergência em maio de 2014 no designado, setor IX. Identificaram-se três contextos térreos e uma estrutura em forma de abside, de matriz regular, constituída por pedras calcárias aparelhadas de média e pequena dimensão, cuja união é feita com argamassa. Esta apresenta um diâmetro máximo de cerca de 5 metros e pertencerá a uma sala da *pars* urbana da *villa* da Quinta da Bolacha (ENCARNAÇÃO, 2015b).

2.2. Moinho do Castelinho

O sítio do Moinho do Castelinho é referido, pela primeira vez, como local com vestígios arqueológicos, na década de 60, do século XX, por António dos Santos Coelho que descreve o local da seguinte forma: "Seguindo o caminho para a Serra do Marco, além da Falagueira, há um alto monte, elevação íngreme, onde existia um moinho que hoje serve de habitação. Um pouco abaixo desse moinho fica a "torração" dos ossos e, em baixo, no sopé do monte, antes de chegar ao caminho, em terreno de pouco declive, é aí nesse local que houve outrora um cemitério, talvez em épocas já remotas, não havendo por esses sítios ninguém, velhos ou novos, que dessa notícia de ter ouvido falar da sua origem ou fundação. As campas que pelo andar dos tempos se foram encontrando eram feitas com paredes em forma de caixa, por cima cobertas com lajes. Ao que parece, nas escavações que se têm feito ao acaso, quando se encontram essas campas também aparecem objetos de barro e moedas de cobre em estado de se não poderem ler" (Coelho, p.22) (Figura 4).

Conhecem-se ainda outros testemunhos de habitantes locais que referem o aparecimento de ossadas no momento da plantação do olival que ainda aí se encontra.

No âmbito da prospeção realizada, em 1979, em torno da *villa* romana da Quinta da Bolacha, João Cravo recolhe, à superfície, alguns fragmentos de cerâmica, entre eles, cerâmica de verniz negro (CRAVO, 1979, p. 24 e 25).

Desde essa altura foram realizadas diversas prospeções a cargo da ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora, recolhendo-se raros materiais de cronologia romana.

Com a criação do Gabinete de Arqueologia Urbana, em 1995, diversas foram as tentativas de contactar o proprietário no sentido de obter autorização para a realização de trabalhos arqueológicos, tarefa que se verificou inexequível.

Em 2009, no decorrer de prospeções de rotina no local, foi identificada, no corte aberto para a construção de uma pista de ciclo turismo, uma camada arqueológica que, entre outros, continha materiais de cronologia romana nomeadamente: fragmentos de cerâmica *terra sigillata*; de uma lucerna; de tégulas; de cerâmica comum e fauna.

As primeiras sondagens de diagnóstico foram realizadas entre outubro de 2011 e janeiro de 2012, e confirmaram a existência de ocupação humana no local, nomeadamente um enterramento, uma estrutura e um empedrado. Levando à continuidade dos trabalhos no verão de 2012, permitindo a identificação de mais dois enterramentos de cronologia romana, e compreender o prolongamento da estrutura e do empedrado do século XVIII (ENCARNAÇÃO, 2012).

Para além destes dados, foram ainda identificadas lajes calcárias em três sondagens que pareciam indiciar a existência de mais três enterramentos, mas de cronologia posterior, bem como vestígios de uma ocupação romana republicana desconhecida, até ao momento, no Município da Amadora e que importava esclarecer (*Ibidem*).

De 2013 para 2014 foram identificadas mais 12 sepulturas, verificando-se uma grande concentração na área este do Setor II, sendo evidentes as diferenças estruturais entre elas, a que não é possível associar padrões para cronologias, géneros ou idades. As ligeiras diferenças na orientação poderão estar associadas à sua construção em diferentes alturas do ano (ENCARNAÇÃO, 2013; 2014) (Figura 5).

Apesar da grande afetação da Fábrica dos Ossos e do plantio de oliveiras neste local, a construção das sepulturas na rocha de base permitiu a preservação de um conjunto significativo de sepulturas, apesar da ausência de cobertura, em muitas delas, poder estar relacionada com a referida afetação (*Ibidem*).

A penúltima intervenção arqueológica, desenvolvida em 2015, possibilitou a recuperação de dados que nos permitem saber mais acerca das duas ocupações distintas e diacrónicas daquele espaço em época romana: a área habitacional e a necrópole (ENCARNAÇÃO, 2016).

Verificou-se a existência de contextos *in situ* (silo e empedrado) correspondentes ao espaço habitacional nos Setores III e IV, evidenciando que a área de ocupação mais antiga se prolongaria para este (ENCARNAÇÃO *et al*, 2016).

No que diz respeito à necrópole, foram identificadas sete novas sepulturas e escavadas cinco. Percebeu-se que o espaço sepulcral também se estende por toda a zona sul e sudeste do Moinho do Castelinho, sendo que a afetação promovida pela Fábrica dos Ossos teve maior incidência na área onde foi implantado o Setor II, uma vez que nas outras áreas as estruturas funerárias estão em melhor estado de conservação (*Ibidem*).

Com base na análise e estudo dos materiais recolhidos foi possível situar a primeira fase, de âmbito habitacional, entre os finais do século I a.C. e os finais do I d.C. A segunda fase, de carácter funerário, onde se identificaram, até à data, 25 sepulturas, está situada entre meados do século III e do V d.C. (*Ibidem*).

A hipótese deste sítio estar relacionado com a ocupação romana da *villa* da Quinta da Bolacha parece-nos cada vez mais provável, correspondendo à sua necrópole. Além da clara proximidade dos sítios, o cruzamento dos dados do estudo pormenorizado da cerâmica fina e ânforas provenientes dos contextos romanos escavados na *villa*, desenvolvido por José Carlos Quaresma e dos dados por nós recolhidos e analisados sobre os materiais recuperados nas sepulturas do Moinho do Castelinho, comprovam uma contemporaneidade no funcionamento de ambos os sítios, ou seja, finais do século III a século V, face aos estudos desenvolvidos até então (*Ibidem*).

2.3. Aqueduto Romano de *Olisipo*

Francisco d'Holanda, foi o primeiro a dar notícia da existência de uma barragem construída em época romana, numa missiva dirigida ao Rei D. Sebastião em 1571. A barragem ligaria com o Aqueduto descoberto em 1979 na freguesia da Mina de Água, na Amadora. Esta estrutura, em vias de classificação, foi em grande parte afetada pela construção do Aqueduto das Águas Livres no século XVIII, que seguiu o seu traçado primitivo (VIEGAS e GONZALEZ, 1996, pág. 3) (Figura 6).

Em 1979 e 1992 foram realizados trabalhos de localização e escavação que comprovaram a importância deste aqueduto, com a identificação de catorze troços que possibilitou a reconstituição parcial do seu traçado (VIEGAS e GONZALEZ, 1996). Esta grande estrutura foi construída respeitando e aproveitando o desnível do terreno, fazendo com que a descida da

água fosse feita de forma natural. Foi construída em *opus caementicium* e possui uma caleira de forma retangular, cujo interior é revestido a *opus signinum*, com rodapé de ambos os lados em meia-cana (VIEGAS e GONZALEZ, 1996, pág. 5 a 8) (Figura 7). Esta estrutura encontra-se em vias de classificação desde 2012.

2.4. Serra de Carnaxide – Via F

O sítio designado por Via F, na Serra de Carnaxide, foi descoberto e escavado em 2009, no âmbito de um projeto de urbanização do espaço da antiga Marconi, a sul do cemitério da Amadora, que levou à realização de ações de salvaguarda no sítio.

A identificação dos vestígios deu-se no decorrer dos trabalhos de prospeção nos arruamentos abertos mecanicamente, no âmbito de um loteamento proposto para o local, situando-se nas proximidades de uma via, numa zona onde era visível, em corte, uma estrutura em alvenaria de pedra calcária (Figura 8).

No decorrer dos trabalhos de escavação, foi possível identificar uma estrutura de pedra aparelhada, de forma retangular, em elevado estado de destruição. No interior desta estrutura identificaram-se canais de drenagem, que se desenvolviam desde o lado este do edifício, onde ainda se conserva o piso empedrado, e também, um sarcófago em calcário.

No exterior do recinto, a este, foram exumadas quatro sepulturas de adultos, duas coletivas e duas individuais, uma coletiva e uma individual de imaturos, implantadas em covachos escavados no substrato rochoso (Figura 9).

O espólio recolhido é, sobretudo, de cronologia romana e está concentrado numa pequena área afastada do edificado, onde se recolheram cerca de 46 numismas (Séc. I d.C. a V d.C.) e fragmentos de cerâmica *terra sigillata*. As peças mais tardias são de características toscas, produzidas a torno lento ou manualmente e correspondem ao momento em que foram realizados os enterramentos paleocristãos, e aparecem, sobretudo, associadas à estrutura.

A leitura destes dados permite perceber que a ocupação deste sítio, em época romana desenvolveu-se em duas fases distintas, a primeira, durante o séc. I d.C., comprovada pela presença de moedas, vidros e cerâmica *terra sigillata*, e a segunda em época paleocristã, enquanto necrópole, quando a estrutura é remodelada, e passa a funcionar como espaço de culto, encontrando-se no seu interior um sarcófago em pedra calcária.

2.5. Casal de São Brás

A necrópole paleocristã do Casal de São Brás situa-se na freguesia da Falagueira – Venda Nova, a sul do Casal de São Brás. Foi implantada no topo este da elevação do Monte da Rascoeira, local com destaque pela grande abrangência territorial e paisagística que proporciona (ENCARNAÇÃO e DUARTE, 1999, p.3) (Figura 10).

O sítio foi localizado no decorrer de uma ação de prospeção em Maio de 1999, tendo-se observado, em corte, a existência de uma sepultura escavada na rocha, coberta com lajes afeiçoadas de calcário, que se designou de sepultura 1 (ENCARNAÇÃO e DUARTE, 1999, p.4).

O substrato local, de natureza basáltica, serviu de base à construção das nove sepulturas que constituíam esta necrópole, todas elas de estruturação semelhante: covacho estruturado, de cariz antropomórfico, em forma de caixa e com molduras laterais. Todas elas apresentam orientação oeste-este. Todas as estruturas tumulares de adultos são individuais. Os espaços coletivos foram reservados à deposição de crianças. Os esqueletos encontravam-se em decúbito dorsal, variando a posição do crânio e dos membros superiores (ENCARNAÇÃO e DUARTE, 1999).

A análise comparativa com outras necrópoles peninsulares de cronologia definida levou à suposição de se estar perante uma necrópole Paleocristã, o que foi confirmado pelo resultado da datação química de um esqueleto, situando-a nos finais do Séc. VII a inícios do VIII.

2.6. Outros

Foram, também identificados mais dois sítios arqueológicos, cujos materiais recolhidos remetem para uma ocupação em época romana. Alfragide – FAP, de onde é proveniente um fragmento de cerâmica *terra sigillata* africana e a Quinta da Lage / Quinta do Estado (ENCARNAÇÃO, e DIAS, 2015).

A Quinta da Laje localiza-se numa área próxima da *villa* romana da Quinta da Bolacha e do Moinho do Castelinho. Os trabalhos aí desenvolvidos decorreram no âmbito de minimização de impactes, e a área escavada não permitiu a caracterização das ocupações antigas do sítio. Recuperaram-se materiais romanos do período republicano e imperial e identificou-se um empedrado em basalto, cuja funcionalidade não foi possível averiguar (*Ibidem*).

Conhecemos, ainda, a existência de um cipo ou cupa e de um sarcófago romanos reaproveitados na

construção de uma casa moderna na designada Aldeia da Falagueira (*Ibidem*).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o estado atual dos conhecimentos acerca do povoamento em época romana na Amadora esteve, até à data, limitado aos trabalhos arqueológicos de emergência realizados nos últimos anos. O impacto do desenvolvimento urbano e as limitações da arqueologia preventiva levam a uma informação parcelar sobre os sítios.

No entanto a importância dos dados recuperados nos últimos anos conduz a uma necessidade de saber mais sobre as formas de ocupação e exploração do território, justificando o presente projeto.

Os trabalhos arqueológicos de carácter emergente realizados nas últimas décadas pelos técnicos do Museu Municipal de Arqueologia da Amadora permitiram reunir um conjunto de dados e a recuperação de espólio demonstrativos da existência de uma rede de povoamento na Amadora durante o período romano. É com base nessa informação que se pretende o desenvolvimento de um projeto plurianual com o principal objetivo de empreender um estudo intensivo sobre a ocupação da Amadora em época romana, que conduza à definição dos modelos de povoamento no atual Concelho.

Para tal, serão realizadas ações de prospeção em todo o território que permitam a identificação de sítios, caracterização e inventário de novos sítios, com recurso a meios de georreferenciação e relocalização de sítios.

Ao nível da utilização de SIG, além do inventário georreferenciado, procederemos à elaboração de modelos preditivos que permitam uma adequada leitura do terreno e da evolução da paisagem romana em diferentes épocas, com a localização de novos pontos de povoamento.

Serão promovidas campanhas de escavação arqueológica nos sítios que apresentem maior potencial arqueológico, nomeadamente naqueles que já foram alvo de intervenções em anos anteriores e que revelaram realidades arqueológicas conservadas e em perigo de destruição, como é o caso do sítio do Moinho do Castelinho, da *villa* Romana da Quinta da Bolacha e da Quinta da Lage / Quinta do Estado. O estudo dos materiais arqueológicos terá como objetivo perceber padrões de consumo, de importação e cronologias de ocupação dos espaços. O conjunto de esqueletos exumados nos sítios do Moinho do Castelinho e na Serra de Carnaxide – Via F permitirão a realização de estudos paleobiológicos e paleopatológicos, bem como outro tipo de análises químicas em parceria com unidades de investigação de antropologia.

Outro objetivo do projeto será a procura de paralelos e integração dos resultados obtidos na realidade conhecida para o território envolvente, nomeadamente nos concelhos de Oeiras, Cascais, Loures e Lisboa, que permitam perceber de que forma se operou a ocupação e o estabelecimento do povoamento romano no *ager* de Olisipo. A reunião e análise desses dados possibilitarão a definição de modelos de ocupação e exploração do território da Península de Lisboa em Época Romana.

Através da manutenção de protocolo com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o projeto PERA permitirá a integração de investigadores colaboradores e a formação e aquisição de competências dos alunos dos 1º e 2º ciclos do curso de Arqueologia. Além de investigadores pertencentes a esta instituição, o projeto conta com uma equipa pluridisciplinar, que integra profissionais de vários centros de investigação nacionais.

Todos os esforços referidos terão sempre em atenção a promoção e divulgação do património arqueológico do Concelho, através da preservação dos sítios intervencionados, e da realização de exposições temáticas, atividades e visitas guiadas regulares aos sítios.

BIBLIOGRAFIA

COELHO, António dos Santos (1982) – *Subsídios para a História da Amadora*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

CRAVINHO, Graça; ENCARNAÇÃO, Gisela; DIAS, Vanessa (2017) – Uma Peça Glíptica proveniente do Sítio Arqueológico do Moinho do Castelinho, (Amadora). *Al-madan Online*. II série, nº 21, tomo II. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. pp. 28-32.

CRAVO, J. (1979) – Amadora. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 2, pp. 24-25.

DIAS, Vanessa; ENCARNAÇÃO, Gisela (no prelo) – A Necrópole Romana do Moinho do Castelinho, Amadora (Portugal). In *Actas da Reunión de Arqueología Madrileña*. Madrid: Colégio de Arqueólogos de Madrid.

ENCARNAÇÃO, Gisela; DUARTE, Cidália (1999) – *A Necrópole Paleocristã do Casal de São Brás. Relatórios 5*. Amadora: ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora.

ENCARNAÇÃO, Gisela; MIRANDA, Jorge; ROCHA, Eduardo (1999) – *Do Paleolítico ao Romano. Catálogo da exposição*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

ENCARNAÇÃO, Gisela (2003a) – *Villa romana da Quinta da Bolacha. Relatório dos trabalhos arqueológicos. Relatório dos trabalhos arqueológicos efectuados entre Março e Setembro de 2000 e Julho a Setembro de 2001*. [Texto policopiado]. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

ENCARNAÇÃO, Gisela (2003b) – A *villa* romana da Quinta da Bolacha. Um caso de Arqueologia Urbana. In *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora/ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora.

ENCARNACAO, Gisela (2004) – *Villa* romana da Quinta da Bolacha. Amadora. Relatório da avaliação do impacto causado por obras realizadas no Sector III. Relatório dos trabalhos de preservação e conservação de estruturas realizados no Sector I. Julho e Setembro de 2004. [Texto policopiado]. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

ENCARNAÇÃO, Gisela (2009) – *A arqueologia na história da Amadora*. Catálogo. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

ENCARNAÇÃO, Gisela; BRITO, Sara (2010) – *Serra de Carnaxide – Via F. Relatório final dos trabalhos arqueológicos efectuados entre março e outubro de 2009*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

ENCARNAÇÃO, Gisela (2011) – Património Arqueológico da Amadora. In *Escola Aberta do Património*. Comunicações Janeiro de 2009 a Novembro de 2010. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

ENCARNAÇÃO, Gisela (2012) – Moinho do Castelinho. *Relatório dos trabalhos arqueológicos realizados entre 13 de Outubro de 2011 e 20 de Janeiro de 2012* [Texto policopiado]. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

ENCARNAÇÃO, Gisela (2013) – *Moinho do Castelinho. Relatório dos trabalhos arqueológicos efetuados entre 2 e 26 de julho de 2012*. [Texto policopiado]. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

ENCARNAÇÃO, Gisela (2014) – *Moinho do Castelinho. Relatório dos trabalhos arqueológicos efetuados entre 1 de julho e 4 de novembro de 2013*. [Texto policopiado]. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

ENCARNAÇÃO, Gisela (2015a) – *Moinho do Castelinho. Relatório dos trabalhos arqueológicos efetuados entre 17 de junho e 28 de outubro de 2014* [Texto policopiado]. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

ENCARNACÃO. Gisela (2015b) – *Villa Romana da Quinta da Bolacha. Relatório dos trabalhos arqueológicos efetuados nos dias 28 e 29 de maio de 2014* [Texto policopiado). Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

ENCARNAÇÃO, Gisela (2016a) – *Moinho do Castelinho. Relatório dos trabalhos arqueológicos efetuados entre 13 de junho e 17 de novembro de 2015* [Texto policopiado]. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

ENCARNACÃO, Gisela (2016b) – *Villa Romana da Quinta da Bolacha. Relatório dos trabalhos arqueológicos efetuados entre 13 e 31 de julho de 2015*. [Texto policopiado]. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

ENCARNAÇÃO, Gisela e DIAS, Vanessa (2015) – *Moinho do Castelinho. Um sítio a descobrir*. Catálogo de exposição. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

ENCARNAÇÃO, Gisela [*et al.*] (2016) – Moinho do Castelinho. Trabalhos arqueológicos realizados entre 2011 e 2015. *Relatórios, 9*. Amadora: ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora.

MIRANDA, Jorge; ENCARNAÇÃO, Gisela (1997) – *Villa romana da Quinta da Bolacha – Amadora. Proposta de metodologia de proteção. Parecer sobre a viabilidade de construção. Relatório dos trabalhos arqueológicos efetuados entre 27/3/97 e 31/5/97* [Texto policopiado]. Amadora: Gabinete de Arqueologia Urbana/Associação de Arqueologia da Amadora.

MIRANDA, Jorge; ENCARNAÇÃO, Gisela (1998) – *Villa* romana da Quinta da Bolacha. Campanha de Abril/Maio de 1997. *Relatórios, 4*. Amadora: Gabinete de Arqueologia Urbana / Associação de Arqueologia da Amadora.

MIRANDA, Jorge Augusto; ENCARNAÇÃO, Gisela; VIEGAS, João; ROCHA, Eduardo; GONZALEZ, António (1999) – *Do Paleolítico ao Romano: catálogo.* Amadora: Museu Municipal de Arqueologia / Câmara Municipal da Amadora.

MIRANDA, Jorge; ENCARNAÇÃO, Gisela; Viegas, João; ROCHA, Eduardo; GONZALEZ, António (1999) – *Carta Arqueológica da Amadora – do Paleolítico ao Romano.* Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

QUARESMA, José Carlos [no prelo] – *Quinta da Bolacha (Amadora, Lisbonne): la céramique de la villa depuis le dernier tiers du IIIe s. jusqu'au premier quart du VIe s.*

VIEGAS, João; GONZALEZ, António (1996) – Aqueduto Romano da Amadora. *Relatórios, 2*. Amadora: ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora.



Figura 1 – Levantamento Aerofotográfico de 2009 com identificação dos sítios de cronologia romana identificados na Amadora (Museu Municipal de Arqueologia / Câmara Municipal da Amadora).

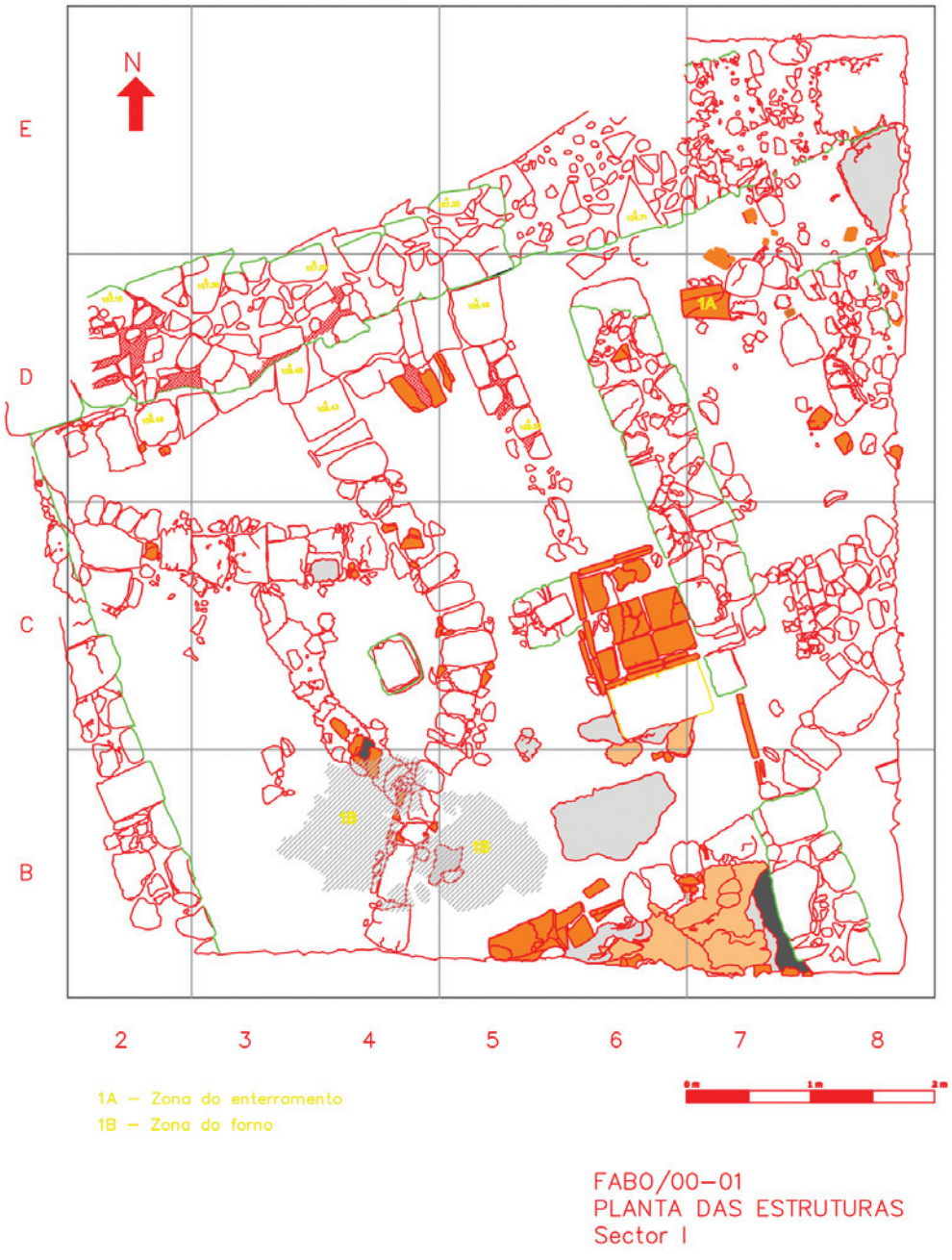


Figura 2 – Planta Geral do Setor I da *Villa* Romana da Quinta da Bolacha (Museu Municipal de Arqueologia / Câmara Municipal da Amadora).



Figura 3 – Área da cozinha da *Villa* Romana da Quinta da Bolacha (Museu Municipal de Arqueologia / Câmara Municipal da Amadora).

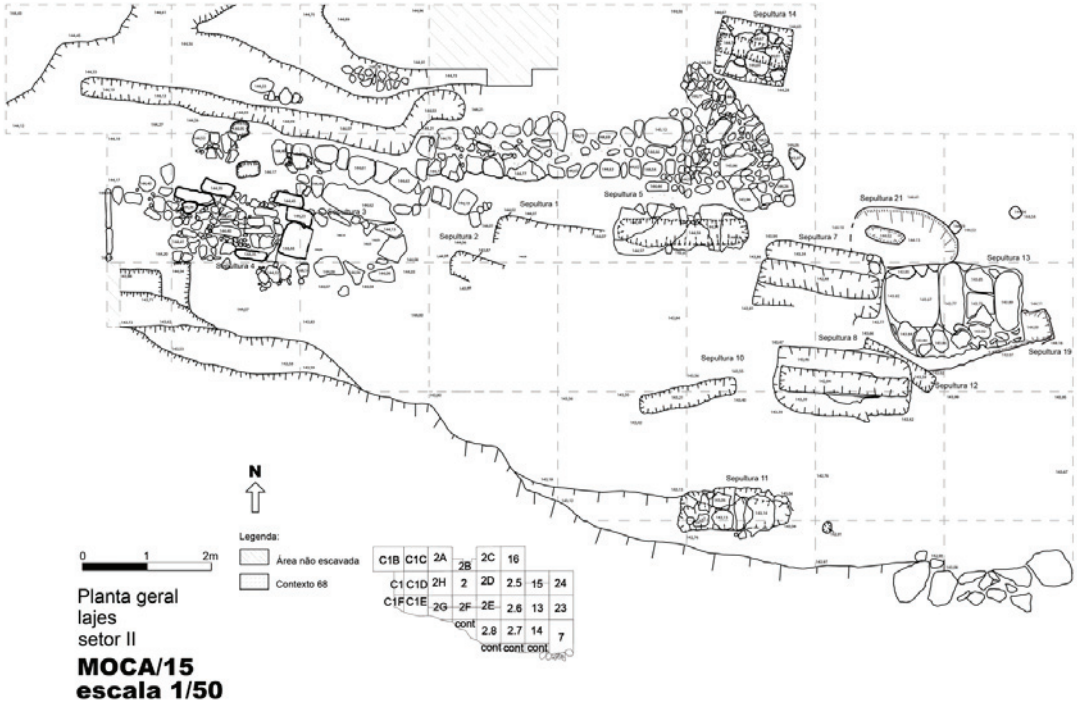


Figura 4 – Planta geral do Setor II do Sítio Arqueológico do Moinho do Castelinho (Museu Municipal de Arqueologia / Câmara Municipal da Amadora).



Figura 5 – Sepultura 17 (Museu Municipal de Arqueologia / Câmara Municipal da Amadora).



Figura 6 – Aqueduto Romano da Amadora (Museu Municipal de Arqueologia / Câmara Municipal da Amadora).



Figura 7 – Pormenor do Aqueduto Romano da Amadora (Museu Municipal de Arqueologia / Câmara Municipal da Amadora).

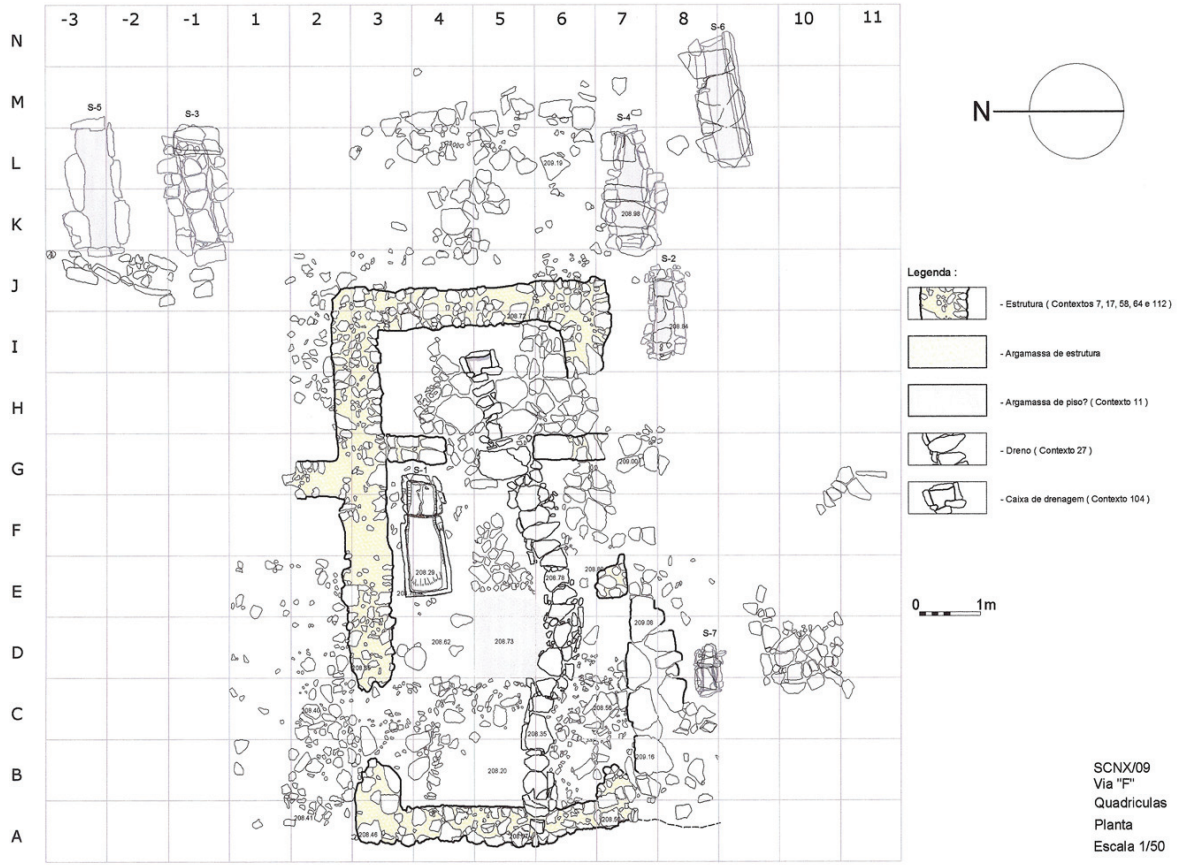


Figura 8 – Planta geral das estruturas da Serra de Carnaxide – Via F (Museu Municipal de Arqueologia / Câmara Municipal da Amadora).



Figura 9 – Pormenor de uma das sepulturas (Museu Municipal de Arqueologia / Câmara Municipal da Amadora).



Figura 10 – Sepultura 7 da necrópole do Casal de São Brás (Museu Municipal de Arqueologia / Câmara Municipal da Amadora).

ARQUEOLOGIA URBANA NO CONCELHO DE LOURES

Alexandre Varanda[1]

RESUMO

O enorme crescimento demográfico do concelho de Loures a partir da década de 60, tornou-o num dos concelhos periféricos de Lisboa mais densamente urbanizados. Contudo devido à ausência de um ordenamento do território esta rápida expansão traduziu-se na construção de bairros de génese ilegal, cuja construção negligenciou a existência de sítios arqueológicos. Assim sendo, este trabalho apresenta um ponto da situação do património arqueológico do concelho de Loures, e de que forma a actividade humana e o crescimento de áreas edificadas afectaram o património arqueológico da região.

Palavras-chave: Loures, Arqueologia, Crescimento Urbano.

ABSTRACT

The enormous demographic growth of the municipality of Loures since the 60's has made it one of the most densely urbanized peripheral municipalities in Lisbon. However, due to the absence of a spatial planning, this rapid expansion resulted in the construction of neighborhoods of illegal genesis, whose construction neglected the existence of archaeological sites. Thus, this work presents a situation of the archaeological heritage of the county of Loures, and how human activity and the growth of built-up areas affected the archaeological heritage of the region.

Keywords: Loures, Archaeology, Urban Growth.

1. INTRODUÇÃO

A arqueologia no actual concelho de Loures teve início no século XIX, quando surgiram as primeiras referências aos vestígios arqueológicos da região de Loures, na obra de Hübner *Corpus Inscriptionum Latinarum* (HÜBNER, 1869). No mesmo século, a realização da carta geológica do reino, cujos trabalhos de campo foram coordenados por Carlos Ribeiro, revelaram alguns indícios arqueológicos do concelho (RIBEIRO, 1880). Na viragem para um novo século apareceram referências à arqueologia concelhia no primeiro volume da obra de Leite de Vasconcelos *Religiões da Lusitânea* (VASCONCELOS, 1897).

Apesar destas primeiras referências, só no inicio do século XX foi reconhecida a importância das jazidas arqueológicas de Loures, em especial as de cronologia Paleolítica. Os trabalhos de Joaquim Fontes (FONTES, 1910) e de Vergílio Correia (CORREIA, 1917) permitiram identificar os sítios do Moinho da Agonia, da Serra da Amoreira e do Casal do Monte, e da Quinta dos Alvitos, Famões, Chão de Minas, Pedreira de Odivelas e Caneças, respectivamente.

Nas duas primeiras décadas do século XX, registaram-se as primeiras referências à destruição de sítios arqueológicos por actividades humanas, nomeadamente às dos monumentos Megalíticos de Trigache, apagados do registo arqueológico pela exploração de pedreiras. Não foram publicados trabalhos sobre estes monumentos, sobrando apenas os apontamentos de um habitante da região (OLIVEIRA; ESTEVÃO, 2000).

Contudo, a grande maioria das jazidas arqueológicas foi destruída após as vagas migratórias que ocorreram depois da década de 50, quando a população que habitava a região aumentou rapidamente para mais do dobro, o que resultou no crescimento acentuado das áreas edificadas.

As medidas de protecção do património, em geral, e arqueológico, em particular, eram então quase ine-

1. Mestrando em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; luís.varanda@campus.ul.pt

xistentes, implicando assim a destruição de inúmeros sítios arqueológicos. Alguns puderam, ainda assim, ser identificados durante a sua destruição, tendo sido intervencionados por equipas de arqueologia, o que possibilitou salvar algum espólio e informação. Outros, porém, foram esquecidos ou nunca descobertos, ficando ocultados pela malha urbana.

Nestas décadas de 40 e 80 do século passado, a grande maioria dos trabalhos de arqueologia no concelho foi, sobretudo, desenvolvida pela Comissão dos Serviços Geológicos (ZBYSZEWSKI, 1963; FERREIRA, et al 1987; etc), que muitas vezes assistia à destruição de importantes jazidas enquanto as intervencionava, sendo o melhor exemplo desta situação o Casal do Monte, que foi destruído para a construção de uma urbanização.

Só na década de 80 é que se criou o sector de arqueologia do concelho, tendo-se dado início ao registo e loteamento dos bairros ilegais, o que limitou o crescimento urbano desenfreado. Na mesma década, entraram em vigor leis de salvaguarda patrimonial (Lei no13/85 de 6 de Julho do património cultural português), e a partir daí surgiram os primeiros trabalhos de acompanhamento arqueológico em contexto de obra, permitindo assim o resgate de alguma informação das jazidas arqueológicas afectadas pelo crescimento urbano.

2. O CONCELHO

Administrativamente o concelho de Loures localiza-se no distrito de Lisboa, e integra-se na NUTT II da Grande Lisboa.

Foi elevado ao estatuto de concelho em 1886, e assim permaneceu sem alterações até 1998, quando a freguesia de Odivelas foi promovida a concelho, separando-se de Loures, reduzindo-se desta forma as dimensões da área do município de Loures e, naturalmente, a sua população.

Depois da separação de Odivelas e antes da reforma administrativa de 2013, o concelho integrava 18 freguesias: Apelação, Bobadela, Bucelas, Camarate, Fanhões, Frielas, Loures, Lousa, Moscavide, Portela, Prior Velho, Sacavém, Santa Iria da Azóia, Santo Antão do Tojal, Santo António dos Cavaleiros, São João da Talha, São Julião do Tojal e Unhos.

Actualmente, esta realidade administrativa encontra-se reduzida a 10 freguesias. Das freguesias originais, mantêm-se apenas as de Bucelas, Fanhões, Loures e Lousa. As restantes unificaram-se dando origem às seguintes: União de Freguesias de Camarate Unhos e Apelação; Moscavide e Portela; Sacavém e Prior Velho; Santa Iria da Azoia São João da Talha e Prior Velho; Santo Antão do Tojal e São Julião do Tojal; Santo António dos Cavaleiros e Frielas.

O concelho pode ser dividido em três áreas geográficas distintas, a zona Norte Rural, zona Norte Urbana, e a zona Oriental, ribeirinha ao rio Tejo.

Os serviços de arqueologia da Câmara Municipal de Loures foram criados em 1984, tendo sido dos primeiros serviços de arqueologia municipal do país. Desde então têm sofrido alterações pelas conjunturas politicas locais e nacionais. A mais profunda destas alterações ocorreu em 2014, quando os sectores de arqueologia e de museologia do concelho de fundiram num único, deixando assim de existir um sector exclusivo de arqueologia na Câmara Municipal. Os serviços de arqueologia não cessaram com esta junção, nem foram alteradas as funções dos funcionários, apenas deixaram de ser um órgão autónomo do sector de museologia (e vice-versa).

Este órgão está actualmente alocado na Quinta do Conventinho, espaço que serve igualmente de Museu Municipal.

Nas suas reservas, para além dos materiais arqueológicos do concelho de Loures, estão também armazenados os espólios dos sítios localizados em Odivelas e intervencionados antes da sua promoção a concelho. Parece necessário referir, neste contexto, que as reservas da Quinta do Conventinho não têm capacidade para acolher mais espólio. A construção centenária da estrutura do edifício, e o facto de esta não ser a função para o qual foi projectado, impede a permanência de grandes pesos na estrutura superior, o que implicou já a retirada de materiais de uma das salas do primeiro piso, uma vez que o seu peso pode danificar a estrutura da Quinta do Conventinho.

O concelho foi alvo de 49 projectos de arqueologia desde a sua fundação. Destes, 29 foram de prevenção e acompanhamento arqueológico, 14 inscreveram-se em projectos de investigação, quatro desenvolveram-se no contexto de trabalhos de valorização e dois outros entram na categoria de salvamento (Gráfico 1).

A grande maioria destes trabalhos foi realizada na década passada, durante o apogeu das políticas de obras públicas, daí a grande maioria de projectos de prevenção e acompanhamento. Esta realidade diminuiu drasticamente com o início de uma nova década, onde a realização de obras públicas desceu significativamente.

3. ÁREA URBANA E DEMOGRAFIA

A partir dos anos 50 do século XX, e com o impulso industrial causado pelos planos de fomento económico do Estado Novo, associado às más condições de vida do interior português, grande parte das populações destas áreas deslocaram-se para as regiões onde as indústrias e o emprego floresciam e empregavam, massivamente, esta mão de obra. Contudo os planos de fomento e as indústrias não respondiam à necessidade de acolher estas vagas migratórias. Nem existiam os bairros de trabalhadores, com planeamento e ordenamento prévio. A resposta a estas vagas migratórias foi a construção de bairros ilegais, muitas vezes sem condições de saneamento e higiene, e sem qualidade nas construções, constituindo-se, em alguns casos, como verdadeiros "bairros de lata" (nestes o dano aos vestígios arqueológicos terá sido mínimo pela ausência de trabalhos no subsolo para a sua construção).

Como pudemos constatar pelo enorme crescimento populacional entre 1961 e 1981 (Gráfico 2), a proliferação de bairros ilegais, necessários para acolher os migrantes, foi enorme, concentram-se sobretudo junto à margem do Tejo, essencialmente pela facilidade dos acessos à metrópole, e pela proximidade das áreas industriais, onde se empregava grande parte desses migrantes.

Actualmente, existem 158 áreas urbanas de génese ilegal inventariadas no concelho. Correspondem apenas a 5% do território do município, mas albergam cerca de 30 % da população. A sua grande concentração é nas regiões ribeirinhas do rio Tejo, a área com maior densidade populacional do concelho (Figura 2, Gráfico 3).

4. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

O concelho de Loures tem actualmente 174 sítios arqueológicos registados no Endovélico (móveis e imóveis), contudo na mais recente carta arqueológica de 2009, elaborada na sequencia da revisão do PDM (Plano Director Municipal), estão referidos 154 sítios arqueológicos imóveis, mais 31 bens arqueológicos móveis, referindo-se ainda outros 22 sítios arqueológico, cuja existência é apenas conhecida por intermédio de fontes escritas e pela presença de materiais destes sítios depositados nas reservas do Museu Municipal de Loures, e dos quais nenhum tem localização determinada.

Deste largo número apenas cinco sítios têm algum tipo de classificação:

1. Monumento Nacional:
   Monumento Megalítico de Casaínhos

2. Imóvel de Interesse Publico:
   Casal do Monte; Castelo de Pirescoxe

3. Zona Especial de Protecção:
   Igreja Matriz de Loures

4. Sítio de Interesse Público:
   Sítio Arqueológico de Frielas

Os dados do património apresentados são apenas referentes ao património arqueológico referenciado no Endovélico. Somando todo o património classificado obtemos: três Monumentos Nacionais; dois Monumentos de Interesse Público; três Monumentos de Interesse Municipal; 14 Imóveis de Interesse Público.

A pressão demográfica do concelho a partir dos anos 50 teve um enorme impacto no património arqueológico, tanto nos sítios já conhecidos e identificados como importantes jazidas arqueológicas, como nos que nunca serão conhecidos. Contudo, esta realidade não se reflecte nos dados recolhidos no Endovélico, onde apenas 16 jazidas arqueológicas têm o estado de conservação referida: quatro estão em bom estado; quatro em regular; cinco em mau estado de conservação; três sítios foram assinalados como destruídos (Gráfico 4).

Os três sítios considerados destruídos no Endovélico são Mexia, Flamenga, e a gruta do Correio-Mor.

Mexia e Flamenga foram destruídos com acompanhamento arqueológico, o primeiro na sequência da construção da Linha de Alta Tensão Fanhões / Carregado / Carriche, e o segundo pelo alargamento da A8 entre o Nó de Loures e o Nó da CRIL. A gruta do Correio-Mor foi descoberta em 1974 durante a abertura de uma pedreira, e foi destruída pelos progressos na extracção de calcário dessa mesma pedreira. Contudo, ainda foi intervencionada de emergência por membros dos Serviços Geológicos de Portugal, antes da sua total destruição.

A ausência de dados no Endovélico dá uma perspectiva bastante positiva sobre a conservação dos sítios do concelho, realidade que pode ser complementada com as informações recolhidas na carta arqueológica do concelho (FRAGOSO; *et al* 2009), onde damos

conta de uma muito maior quantidade de sítios destruídos ou afectados parcialmente (pelo menos 15 sítios) pela pressão demográfica, pela exploração de recursos naturais, ou até por fenómenos naturais:

1) Areolas – localizado na União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, junto às margens do Tejo. O sítio tem uma possível ocupação Mesolítica, e ocupações Neolíticas e Calcolíticas. Foi destruído por obras de construção civil.

2) Bairro Estacal Novo – localizado na União de Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela. O sítio é de cronologia medieval, foi destruído por obras de construção civil.

3) Bairro Belo Horizonte – implantado na união de freguesias de Santa Iria da Azóia, São João da Talha e Bobadela, tendo-se encontrado vestígios de cronologias do Neolítico e da Idade Média. Até ao ano 2000 encontrava-se desocupado, no entanto trabalhos de prospecção em 2008 verificaram a implantação de uma habitação sobre o local.

4) Capela de Nossa Senhora dos Anjos – situa-se na união de freguesias de Santa Iria da Azóia, São João da Talha e Bobadela. Foi demolida em 1995, após uma intervenção arqueológica, na sequência da construção de uma estrada.

5) Casal do Monte – localizado na União de Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas. O sítio foi classificado como Imóvel de Interesse Público em 1971, numa fase já avançada da sua destruição resultado da construção de uma urbanização. Apesar de se encontrar conservada uma área marginal da jazida, esta está actualmente a ser alvo do seu segundo processo de desclassificação, com o intuito de continuar com a construção da urbanização do Casal do Monte.

6) Ermida da Nossa Senhora da Salvação – situada na união de freguesias de Santa Iria da Azóia, São João da Talha e Bobadela. Foi destruída pelos arruamentos do Bairro dos Mojões (génese ilegal), restando, actualmente, uma parede do edifício religioso.

7) Fanhões 1 – sítio de cronologia indeterminada, conhecendo-se a sua existência pela informação oral de um dos habitantes que refere a existência de espólio osteológico humano durante a construção de uma habitação.

8) Loures – estação paleolítica localizada na freguesia de Loures e perto da Igreja Matriz. Foi destruída no inicio dos anos 80 por construções, os materiais foram recolhidos por um morador.

9) Moinho dos Bichos – sítio neolítico situado na freguesia de Santo Antão e São Julião do Tojal. Encontra-se parcialmente destruído.

10) Moinhos da Vaqueira – sítio Neolítico na freguesia de Loures. Foi alvo de prospecções para a construção do Hospital de Loures, tendo, no entanto, acabado por ser destruído pela construção de uma superfície comercial.

11) Pedreira de Salemas – sítio Paleolítico / Neolítico na freguesia de Lousa. Foi intervencionada pela Comissão dos Serviços Geológicos antes de ser destruído pelo avanço de uma pedreira.

12) Povoado do Catujal – localizado na União de Freguesias do Camarate, Unhos e Apelação, tem uma cronologia da Idade do Bronze. Foi destruído pela construção de um bairro clandestino no início da década de 80.

13) Povoado das Salemas ou Alto da Toupeira – localizado na freguesia da Lousa e com uma cronologia do Neolítico Antigo. O sítio foi identificado no topo de uma escarpa nos anos 60. Tal como a gruta do Correio-mor, foi destruído pelo avanço de uma pedreira que pôs a descoberto um corte estratigráfico o que levou à intervenção de emergência da equipa dos Serviços Geológicos de Portugal.

14) Torre dos Trotos – necrópole medieval localizada na freguesia de Loures, parcialmente destruída pela construção de uma estrada. Foi intervencionada antes da destruição pelo Grupo de Espeleologia de Loures em conjunto com Gustavo Marques da Câmara Municipal de Loures. Os ossos humanos recolhidos têm o paradeiro desconhecido.

15) Zambujal 1 – sítio de cronologia indeterminada localizado na freguesia de Santo Antão e São Julião do Tojal. Trata-se de uma gruta cuja entrada desmoronou, impedindo o acesso ao interior. A informação sobre a localização do sítio é apenas oral.

A juntar a estes sítios, estão as jazidas arqueológicas que nunca foram identificadas e estão ocultas na malha urbana do concelho, em especial aquelas que se localizariam junto à margem do Tejo, que, como já foi referido, é a zona com maior densidade populacional do concelho, e com mais bairros ilegais.
Prova desta realidade é a localização dos sítios arqueológicos nas freguesias distribuídas pela margem do Tejo: Moscavide e Portela; Sacavém e Prior Velho; Santa Iria da Azoia, São João da Talha e Bobadela. Nestas, os sítios arqueológicos estão localizados nas poucas áreas descampadas e baldias que permanecem sem edificações, o que sugere a existência de outros, nas proximidades, que ficaram por identificar, devido a construções anteriores ao seu reconhecimento e inventariação, ou terão mesmo sido destruídos definitivamente.
Existem ainda 21 outros sítios referidos na bibliografia ou com espólio nas reservas do concelho, mas cuja localização é desconhecida, podendo alguns deles pertencer ao conjunto atrás referido, tendo ficado ocultos pela malha urbana.
Aliado ao problema da destruição dos sítios arqueológicos, o espólio de alguns sítios também está desaparecido.
Por vezes foi roubado durante o decorrer das escavações, como no caso da jazida do Casal do Mortal (OLIVEIRA, *et al* 2000; OLIVEIRA, 2004). Outras vezes, o espólio, estando armazenado em reservas de museus, não se encontra no inventário das mesmas, como são os casos da Quinta da Farinheira 2 e 3.
O espólio que adquire a conotação de "tesouro" (pela matéria-prima em que está elaborado) desaparece facilmente do registo arqueológico, sobrando apenas a sua referência, de que são exemplo o achado de moedas de prata com cronologias até Dom Sebastião, de Bucelas 6 (AZEVEDO, 1897, p 252), o Tesouro das Sete Casas (MARQUES, 1988, p 85) e o da Quinta da Bandeira (HIPÓLITO, 1960-61, p82).
Um outro problema associado aos tesouros surge no Castelo de Pirescouxe. Circulam várias lendas acerca deste edifício (No sítio da Internet "Portugal Paranormal" estão algumas das lendas associadas), numa das quais se regista que este é local onde está escondido o tesouro de Dom Sebastião. Por este motivo o castelo tem vindo a ser alvo de constantes prospecções em seu redor, aberturas de fossas, e até demolições de paredes, ao longo de uma larga cronologia.
Além do património arqueológico, o património arquitectónico do concelho de Loures também tem os seus exemplos de má conservação, sendo o mais recente o do Palácio de Valflores, em Santa Iria da Azóia, que foi classificado pela associação *Europa Nostra* como um dos 14 monumentos mais ameaçados da Europa (MARQUES; JESUS, 2015), no entanto um projecto de restauração deste palácio foi aprovado pela Camara Municipal de Loures no final do ano passado.

5. CONCLUSÃO

O enorme crescimento urbano que algumas áreas do concelho de Loures presenciaram a partir dos anos 50 do século passado, alterou a paisagem e o território de forma irreversível. Os sítios arqueológicos não escaparam a este processo, ocultados ou destruídos numa época em que as medidas de protecção patrimonial eram, no mínimo, muito rudimentares. As poucas intervenções levadas a efeito nesses anos para tentar proteger as jazidas eram também direccionadas para cronologias especificas, do interesse dos escavadores, concretamente as da Comissão dos Serviços Geológicos, não querendo com este facto criticar as escavações, que salvaram muita informação. A realidade é que muita informação foi perdida.
As áreas de dispersão dos sítios arqueológicos lidas em função da localização dos bairros ilegais permitem admitir que o grosso da afectação ocorreu nas margens do rio Tejo.
Contudo, as pedreiras de calcário na região mais a Norte do concelho também tiveram o seu papel (muito mais intenso na alteração da morfologia do território) na destruição de muitas jazidas arqueológicas.
Nos anos 80, a Câmara Municipal percebeu a necessidade de organizar o seu território, e consequentemente proteger parte dos sítios arqueológicos. A criação, a nível nacional, das leis de salvaguarda patrimonial foi certamente responsável, pelo menos em parte, pela criação do sector de arqueologia do concelho, em 1984.
As datas de destruição de sítios arqueológicos muitas vezes são incertas e pouco precisas, mas po-

demos afirmar que, em vários casos, aconteceram antes dos inícios dos anos 80, anteriores, portanto, à criação das medidas de protecção ao património. Desde a criação destas, as referências à destruição de sítios arqueológicos diminuíram drasticamente, apesar do crescimento demográfico não ter cessado. Tudo indica, assim, que a solução para esta realidade foi concretizada de forma mais organizada, impedindo assim a construção sobre sítios arqueológicos. Apesar de tudo, poucos sítios arqueológicos estão classificados e protegidos, e apenas um deles é monumento nacional.

Deve ainda referir-se que mesmo os que estão classificados não se encontram totalmente protegidos. É o caso da jazida paleolítica do Casal do Monte, que foi classificada em 1971 como imóvel de interesse público, numa fase já avançada da sua destruição por uma urbanização. As construções não avançaram mais desde então, mas actualmente já está no seu segundo processo de desclassificação. Este processo é de iniciativa camarária, justificado pela necessidade de a classificação envolver uma área marginal da jazida, e de esta já ter sido, na realidade destruída, antes da classificação, pela urbanização do Casal do Monte.

Apesar e tudo, de uma forma geral, pode dizer-se que, desde a criação das medidas de protecção patrimonial e do sector de arqueologia do município de Loures, a destruição de sítios diminuiu bastante. Desde então apenas três sítios foram integralmente destruídos, tendo havido em dois deles acompanhamento arqueológico. Neste quadro, é possível concluir que as medidas de protecção salvaguardaram grande parte do património arqueológico do concelho de Loures.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Pedro A. de (1897) – Achados de moedas romanas e portuguesas no Tojal e Bucelas no séc. XVIII, *O Archeologo Português*, vol. III, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

CORREIA, Virgílio (1917) – O Paleolítico português. Descobrimentos, *Terra Portuguesa*, 2.

FERREIRA, Octávio da Veiga; LEITÃO, Manuel; ZBYSZEWSKI, Georges; NORTH, Christopher Thomas (1987) – O Paleolítico da Gruta do Correio-Mor (Loures), *Setúbal Arqueológica*, vol. VIII, Setúbal, pp. 7-27.

FONTES, Joaquim (1910) – Estação paleolítica do Casal do Monte, *O Archeologo Português*, vol. XV, Lisboa, pp. 93-96.

FRAGOSO, Vitor; OLIVEIRA, Ana Cristina; SILVA, Ana Raquel; ESTEVÃO, Florbela; MOTA, Gizela; SANTOS, Maria Carlos; (2009) – *Carta Arqueológica do Município de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures.

HIPÓLITO, M. de Castro (1960-61) – Quinta da Bandeira, Tojal, concelho de Loures, *Conímbriga*, vol. II-III, Coimbra, pp. 23-82.

HÜBNER, Emil (1869) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. II, Berlim, 264 (=C.I.L. II).

MARQUES, Gustavo (1988) – Sector de Arqueologia, *Boletim Cultural*, nº 4, C. M. Loures, pp. 85-87.

MARQUES, Marina; JESUS, Patrícia (2015) – São precisos cinco milhões de euros para salvar o Palácio Valflores, *Diário de Noticias*, Lisboa (11 de Dezembro, 2015).

OLIVEIRA, Ana Cristina (2004)– No seguimento da intervenção arqueológica no sítio arqueológico do Casal do Mortal (Loures), *Museus – Revista da Rede Museus de Loures*, nº 1, Câmara Municipal de Loures, Loures, pp. 7 – 8.

OLIVEIRA, Ana Cristina; SILVA, Ana Raquel; DEUS, Maria Manuela de; ESTEVÃO, Florbela (2000) – *Carta Arqueológica do Município de Loures. Loures: Câmara Municipal de Loures.*

RIBEIRO, Carlos (1880) – Notícia de algumas estações e monumentos pré-históricos, em *Estudos Prehistoricos em Portugal*, II, Lisboa.

VASCONCELOS, José Leite (1897) – *Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 1

ZBYSZEWSKI, Georges (1963) – Jazidas quaternárias de Salemas (Loures) e de Columbeira (Bombarral), *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova série, 25, Lisboa.

Página na Internet do Instituto Nacional de Estatísticas, https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE (acedido durante o mês de Novembro de 2016).

Página da Internet da Base de Dados Portugal Contemporâneo, https://www.pordata.pt (acedido durante o mês de Novembro de 2016).

Página na Internet da Câmara Municipal de Loures, projecto de legalização das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, http://www.cm-loures.pt/Media/microsite/Urbanismo/augi.html (acedida durante o mês de Junho de 2017).

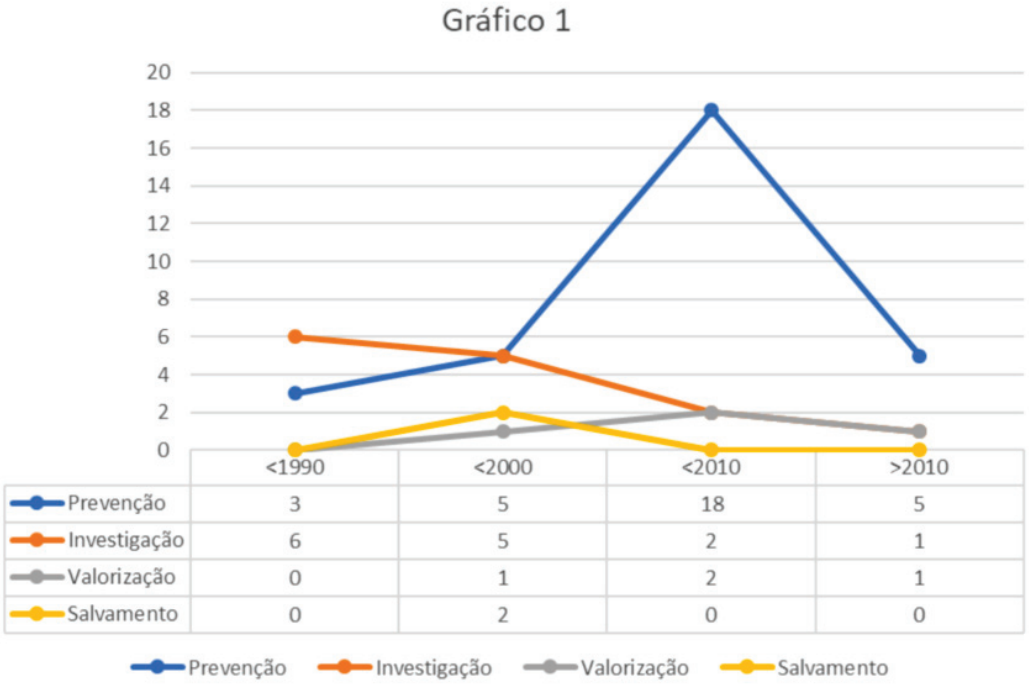


Gráfico 1 – Quantidade e natureza das intervenções arqueológicas no concelho de Loures por década (Dados do Portal do Arqueólogo).

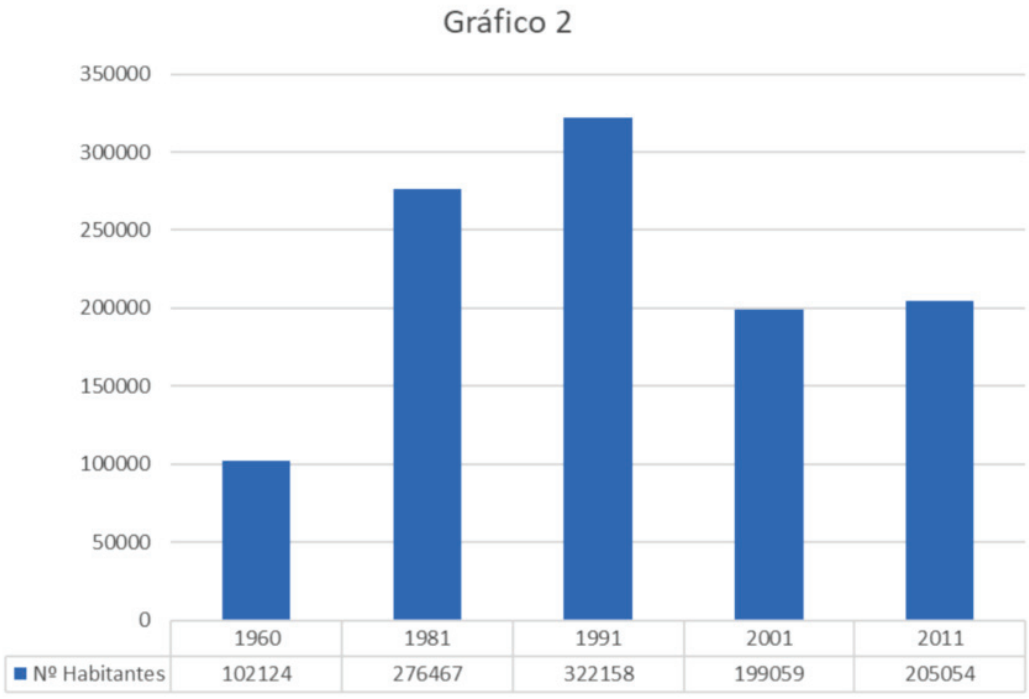


Gráfico 2 – Crescimento populacional do concelho de Loures desde 1960. De 1991 a 2001 permaneceu o aumento demográfico, contudo Odivelas tornou-se concelho em 1998 o que retirou parte da população e área geográfica a Loures (dados do Instituto Nacional de Estatísticas, consultados no Pordata, Base de Dados Portugal Contemporâneo).

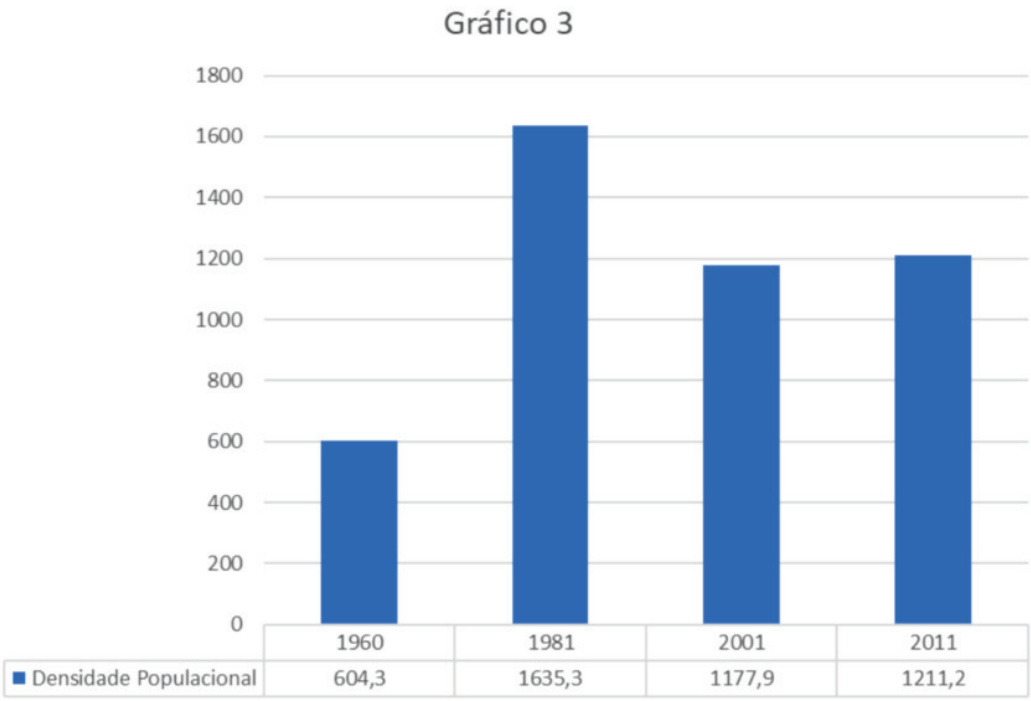


Gráfico 3 – Densidade demográfica do Concelho de Loures desde 1960. Mais uma vez com a acentuada descida resultante da origem do concelho de Odivelas (dados do Instituto Nacional de Estatísticas, consultados no Pordata, Base de Dados Portugal Contemporâneo).

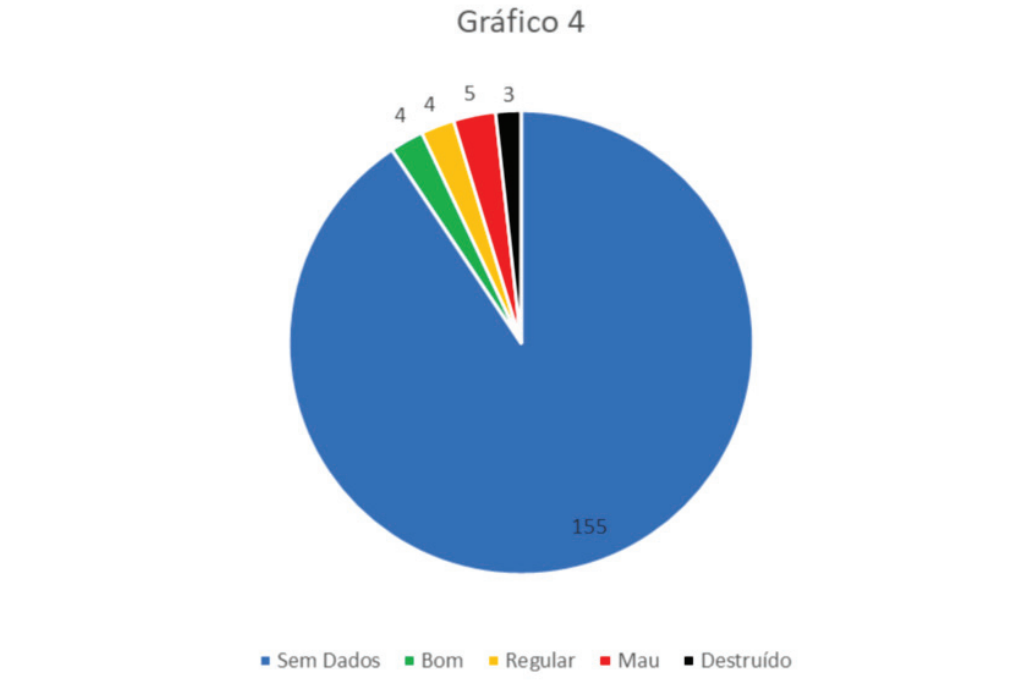


Gráfico 4 – Dados disponíveis no Portal do Arqueólogo acerca do estado de conservação dos sítios arqueológicos no concelho de Loures (dados do portal do arqueólogo).

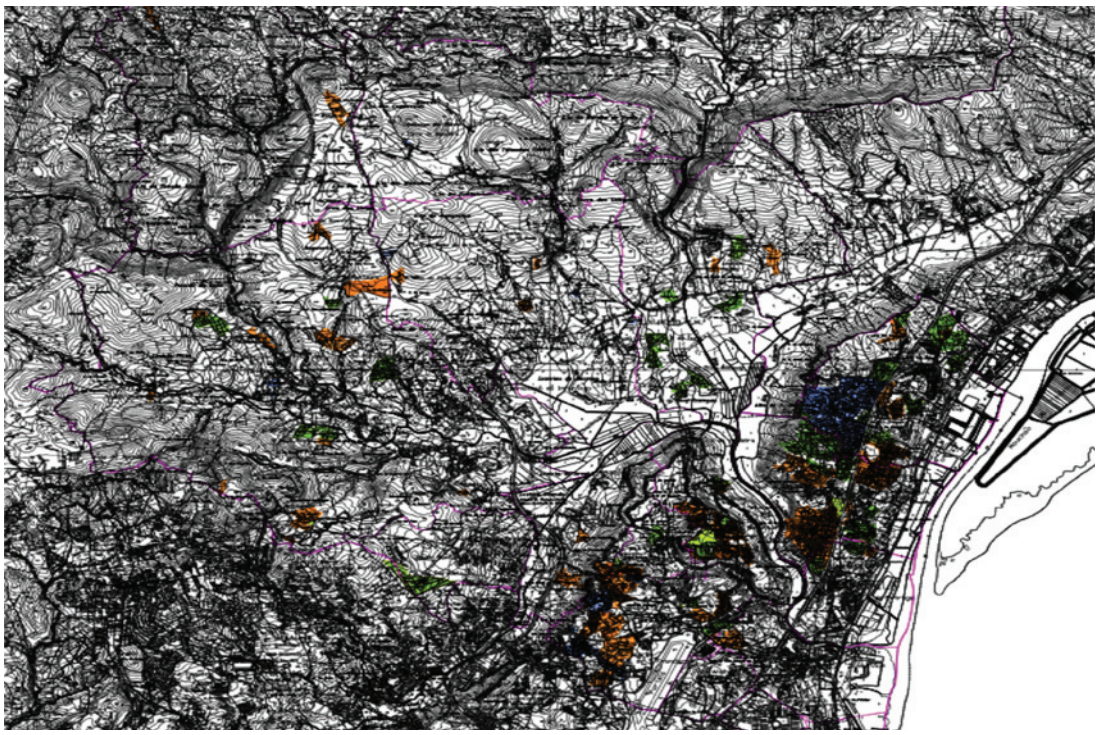


Figura 1 – Mapa com a localização dos bairros de génese ilegal no concelho de Loures (imagem retirada do site da Camara Municipal de Loures, do projecto de legalização das áreas urbanas de génese ilegal de Loures).

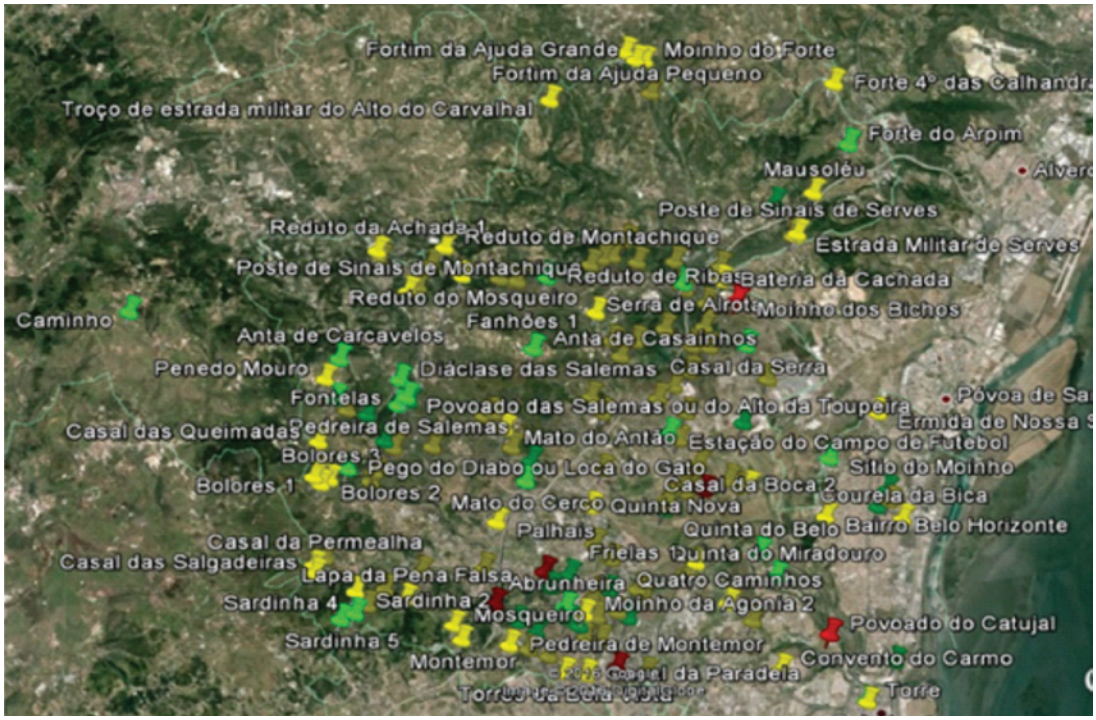


Figura 2 – Localização dos sítios arqueológicos no concelho de Loures (imagem retirado do Google Earth).

19 ANOS DE ARQUEOLOGIA URBANA EM MACHICO, REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Isabel Paulina Sardinha de Gouveia[1], Élvio Duarte Martins Sousa[2]

RESUMO

Iniciados os trabalhos arqueológicos em 1998, pela então ARCHAIS – Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira, as investigações têm despoletado estudos de história local, de âmbito associativo e académico, permitindo conhecer a realidade da vida social e económico da primeira localidade da Madeira, povoada no século XV. Os estudos da cerâmica portuguesa e das produções oláricas locais, têm sido uma das componentes mais relevantes da última década.

Palavras-chave: Arqueologia Moderna, Machico, Madeira, Museologia, Produção local.

ABSTRACT

The ARCHAIS – Archaeological and Heritage Patrimony Association of Madeira, in the beginning of the archaeological work in 1998, the investigations have triggered studies of local history, associative and academic, allowing to know the reality of the social and economic life of the first locality of Madeira, settled in the fifteenth century. Studies of Portuguese pottery and local pottery production have been one of the most relevant components of the last decade.

Keywords: Modern Archeology, Machico, Madeira, Museology, Local production.

A primeira referência à prática arqueológica em Machico remonta ao século XIX. Ali, por volta de 1815, após a grande aluvião de 1803, um comerciante de vinhos inglês, Robert Page, realizou alegadamente escavações na Capela dos Milagres, uma capela centenária datada dos inícios do povoamento, na qual teria supostamente encontrado a cruz tumular de Robert Machim[3] (Figura 1).

Será, contudo, no século XX, que de uma forma incipiente a região dará os primeiros passos no domínio da prática arqueológica. O ano de 1998 marcou, indubitavelmente, a arqueologia regional. Neste ano é criada a ARCHAIS – Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira[4], uma instituição de direito privado que tem como principais objetivos divulgar e promover a investigação arqueológica terrestre e desenvolver a defesa e a proteção do Património Cultural da Região Autónoma da Madeira. Desde a sua formação, a ARCHAIS centrou os seus trabalhos arqueológicos na zona leste da ilha, nas cidades de Machico e de Santa Cruz.

Durante estes dezanove anos de atividade arqueológica constituíram-se estruturas municipais e museológicas que passaram a interagir diretamente com

1. Câmara Municipal de Machico; isabelgouveia@netmadeira.com

2. Câmara Municipal de Machico; elviomsousa@sapo.pt

3. A Lenda de Machim está ligada à história de Machico; diz a lenda que no século XIV um casal de jovens apaixonados de estratos sociais diferentes, Robert Machim e Ana de Arfet, para poderem viver o seu amor proibido, fugiram de Inglaterra. Uma tempestade arrastou-os para Machico, terra desabitada e repleta de arvoredo. Ali se teriam abrigado num enorme tronco oco, entretanto a nau onde viajavam foi arrastado pelos ventos. Desesperada com o desaparecimento da nau, Ana teria perecido e Machim louco de dor, também faleceu. Os seus companheiros sepultaram-nos um ao lado do outro e marcaram o local com uma cruz. Quando os descobridores portugueses ali chegaram em 1419, teriam encontrado os túmulos e sobre eles erigido uma capela, a dos Milagres.

4. Jornal oficial da Região Autónoma da Madeira, II série, nº159 de 19/08/1998.

as operações pedagógicas e da construção urbana, tais como o primeiro núcleo arqueológico da Junta de Freguesia de Machico (2001), o Gabinete de Arqueologia do Município de Machico (2001-2002) e o Núcleo Museológico de Machico – Solar do Ribeirinho (2007).
Apresentam-se, neste sucinto texto, alguns momentos desse trajeto (Figura 2).

1. SOLAR DO RIBEIRINHO E A CRIAÇÃO DO PRIMEIRO NÚCLEO MUSEOLÓGICO CITADINO

O Solar do Ribeirinho (Figura 3), também conhecido por Solar de São Sebastião ou Solar do Rosário, é um edifício dos finais do século XVII, implantado na malha urbana histórica da Cidade de Machico, a uma altitude aproximada de 10 metros. Fica contíguo à Rua do Ribeirinho e limitado a Norte pela Rua Padre Pontes, a Este pela Rua do Ribeirinho e a Sul pela antiga Estrada Regional 101.
A edificação do solar aparece conectada à família Mendonça e Vasconcelos, mais precisamente ao fidalgo da casa de El-Rei, Matias de Mendonça e Vasconcelos. Este nobre machiquense desempenhou vários cargos ao serviço do Rei, entre eles, o da cobrança da tributação das guerras do Alentejo e a resolução de contendas relacionadas com a venda do vinho (Moreira, 2000:12-13).
Do ponto de vista arquitetónico, o imóvel apresenta um enquadramento urbano de planta quadrangular com três pisos, sendo o último constituído pela excecional torre de corpo retangular adossado perpendicularmente. A fachada principal está virada para nascente e é de composição linear, de grande simplicidade e sobriedade, destacando-se as portas e janelas com molduras em cantaria regional e vidraças do tipo guilhotina. Sobressai da mesma fachada, o portal principal de cantaria, rematado em cornija, ladeado por duas portas, no segundo piso três janelas, orientadas respetivamente para poente, nascente e para Sul. O acesso à torre faz-se pela escadaria de madeira do segundo piso.
O Solar é todo ele construído por alvenaria de pedra aparelhada e cal com paredes portantes (cerca de 60 cm de espessura) e foi recentemente alvo de um projeto de recuperação, da autoria do arquiteto Vítor Mestre.
Anexa ao Solar do Ribeirinho existiu, em tempos, a Capela do Rosário, mandada edificar pelo capitão Matias de Mendonça e Vasconcelos, em 1654 (SILVA, 1946:343) e que terá sido destruída pela aluvião de 1803.
Os trabalhos arqueológicos, no Solar do Ribeirinho, iniciaram-se no Verão de 1998 tendo-se optado pela abertura do quadrado de escavação no perímetro onde foram descobertas as bordas da cisterna, junto ao alçado lateral esquerdo do imóvel. O espaço foi dividido em duas áreas, respetivamente o Sector A, corresponde à parte Sul do edifício, e o Setor B, a área a Oeste do solar, onde, aliás, foram detetadas as primeiras estruturas das cavalariças.
A orientação do quadrado 4x4m (Figura 4) seguiu de perto as estruturas existentes, orientando-se de acordo com o alinhamento do imóvel. A escavação deste espaço fez-se simultaneamente com a escavação do poço-cisterna, que, do ponto de vista estratigráfico, constituía um outro ambiente (Ambiente II), apenas com potência estratigráfica do século XX. Admite-se que a construção do poço é contemporânea ao edifício do solar. A estrutura apresenta uma configuração circular, com 1,10m, de diâmetro interno e aproximadamente 6m de profundidade (SOUSA, 2000:43).
Nestas escavações foram encontradas uma expressiva quantidade de cerâmica comum e vidrada (grupos representados essencialmente pelos pratos, alguidares, restos e tigelas), cerâmica preta com típicas pegas triangulares, formas de açúcar, marcas de jogo, botões em osso, fragmentos de canudo de cachimbo, dedais e botões em cobre, além dos frequentes núcleos de calcário e de pequenas lascas de quartzo e sílex.
No Verão seguinte, em 1999, estendemos a área escavada mais para Sul, obtendo-se uma proximidade de leitura da sequência estratigráfica àquela detetada inicialmente junto à cisterna. No entanto, numa área particularmente restrita da escavação, identificou-se um estrato (UE3), composto essencialmente por terras carbonizadas e uma quantidade apreciável de faianças portuguesas dos séculos XVII e XVIII. Atendendo às características deste estrato, designadamente a sua composição material de cor muito escura, aparentemente muito semelhante às terras que provêm do interior da cisterna, aventou-se a hipótese de serem materiais derivados de uma antecedente ação de limpeza e desentulho do poço e que, provavelmente, teriam sido depositados nas suas imediações. Note-se que este estrato cobria parcialmente um outro (UE4), fazendo parte,

na sequência estratigráfica, de uma fase de ocupação atribuída ao século XIX.
Na sequência destas escavações, o Solar do Ribeirinho veio a se constituir como Núcleo Museológico de Machico. O Núcleo Museológico de Machico é uma instituição cultural criada pela Câmara Municipal de Machico, após a recuperação do imóvel Solar do Ribeirinho (construído no século XVII). Neste espaço observa-se de uma forma interactiva, histórias e personagens que fizeram a atual Cidade de Machico ao longo dos seus quase 600 anos de história, distribuídos pelos quatro núcleos temáticos em exposição, designadamente: 1. O Solar do Ribeirinho; 2. As Origens, o Povoamento e a Vida Local; 3. O Percurso Económico (Figura 5); 4. O Quotidiano. No percurso dos quatro núcleos temáticos podemos descobrir e presenciar diversos objetos históricos como uma cruz de Machim; uma pintura do 1º Capitão Donatário de Machico (Tristão Vaz), um passo processional de século XVII com elevado interesse artístico, um raríssimo sinete com punho em marfim e cunho em parta do século XVI, vários objetos arqueológicos de cerâmica, pedra e metal, uma inscrição gravada com uma quadra do poeta setecentista de Machico, Francisco Álvares de Nóbrega (Camões Pequeno) e vários objetos que configuram a história económica, social e cultural de Machico, dos primeiros tempos do povoamento, no século XV, até ao século XX. Os textos apresentam-se na língua portuguesa e inglesa.

2. O EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA DE MACHICO

O imóvel da Junta de Freguesia de Machico (Figura 6) remonta aos finais do século XVII, e é constituído por paredes portantes em alvenaria de pedra com paredes divisórias interiores em tabique ou alvenaria. Possui dois pisos (rés-do-chão e 1° andar), mais o sótão. Localiza-se no entroncamento da Rua Conselheiro José Ribeiro da Cunha (antiga Rua da Cadeia) com a Travessa do Mercado, confinando a Oeste com a Casa da Travessa do Mercado e com o harmonioso solar urbano da família do Morgado Cupertino da Câmara.
No piso superior, as janelas são do tipo guilhotina sem molduras de cantaria e, no piso térreo, são de portadas de madeira com vergas de cantaria vermelha e cinzenta regional. A chaminé exterior é de forma quadrangular.
A cobertura do edifício é em telha de meia cana assente sobre uma estrutura metálica colocada com os trabalhos de recuperação. As paredes exteriores, em alvenaria de pedra, foram rebocadas e pintadas a branco com embasamento a azul. As portadas das janelas foram pintadas a ocre.
A intervenção arqueológica aconteceu em 2000, aquando das obras de recuperação do imóvel. Resultou dos trabalhos de acompanhamento arqueológico levados a cabo no decorrer das obras de recuperação do edifício da Junta de Freguesia, levou ao achamento de um poço-cisterna e de um forno de cantaria, no interior da habitação e de um interessante piso de calhau rolado (calçada típica madeirense) no exterior.
A escavação do poço, uma estrutura de planta circular com 0,90m de diâmetro interno, todo ele construído em pedra semi-aparelhada, permitiu recolher um conjunto diversificado de materiais, entre os quais, ao nível das cerâmicas (faianças portuguesas dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX; faianças italianas e espanholas dos séculos XVI e XVII; fragmentos de formas de açúcar), e objetos de metal (na qual se destaca um caldeirão em cobre (Figura 7). Esta intervenção materializou-se com a formação do primeiro Núcleo Arqueológico da Região Autónoma da Madeira, que além de uma pequena sala com estantes expositivas de parte do espólio ali recuperado, compreendia o poço – cisterna, o forno em cantaria e o logradouro, no exterior do edifício.

3. ANTIGA ALFÂNDEGA DE MACHICO

O edifício da antiga Alfândega de Machico, demolido em 1916, era um edifício de planta ligeiramente retangular, com dois pisos e cuja fachada principal era virada ao mar. Durante cerca de um ano (2000-2001), ali foram realizados trabalhos arqueológicos que mostraram um conjunto significativo de estruturas pétreas basálticas com restos de argamassa e forneceram um espólio considerável onde se destacam vários fragmentos cerâmicos como bordos e paredes de anforetas, alguidares vidrados a verde, pratos vidrados de cor melada, porcelana, faiança pintada portuguesa e formas de açúcar de bordo emoldurado. Posteriormente foi edificado neste local um prédio de habitação e comércio.
Era um robusto edifício de planta ligeiramente retangular, com dois pisos e vastas dependências destinadas à pesagem, armazenagem e medição (SAR-

MENTO, 1953:97). A fachada principal e a entrada encontravam-se viradas para o mar, a Sul. Na fachada, virada a Norte, abria-se uma porta ogival de cantaria mole e avermelhada que dava serventia para uma rua transversal, atualmente a Rua da Árvore, um dos principais acessos ao centro da atual Cidade de Machico. A observação da gravura da autoria de Luís Tomé Teixeira, registada pouco tempo antes da demolição da Alfândega, e de outras fotografias da coleção do Arquivo Regional da Madeira, permite uma leitura muito próxima à real dimensão daquela edificação (Figura 8). Precisamente as fotografias dos finais do século XIX mostram, particularmente, o carácter rude e a "nesga de muro negro" (SILVA; MENESES, Vol. I, 1998:44) das paredes em cantaria basáltica do edifício, bem como atestam a existência dos dois pisos. A cobertura seria muito provavelmente de quatro águas e de telha de meia-cana. Por informação dos Anais do Município de Machico, o edifício possuía um pequeno largo, denominado de "praça da Alfândega", onde se efetuavam as arrematações públicas.

Outra documentação cartográfica, como a Planta da *Villa* de Machico e do Forte de Nossa Senhora do Amparo de 1860, mostra, no enfiamento da Rua da Árvore, precisamente no espaço onde se localizava o antigo edifício da Alfândega, uma construção de planta retangular que se presume poder corresponder àquela edificação. Todavia, além da referida planta não apresentar informação legendada, ela também não define com exatidão a natureza e o tipo de construção desenhada. Para todos os efeitos, e tendo como fim principal o levantamento virtual em três dimensões daquela construção, optou-se por calcular as dimensões da ocorrência, com base na referida planta de 1860. A estimativa dos valores obtidos rondam os 12,50m de comprimento e 4,20m de largura.

Efetivamente, o ano de 1477 tem sido sistematicamente referido como o período de fundação das alfândegas madeirenses, por determinação da Infanta D. Beatriz que, por sua vez, nomeia para juiz daquelas estruturas fiscais Luís de Atouguia, anterior contador na ilha (SERRÃO, 1951:1; MIRANDA, 1994:35). No entanto, as prescrições de D. Beatriz – que, efetivamente, se revelaram fundamentais no estabelecimento das bases do funcionamento das alfândegas esclarecem o local exato da Capitania de Machico em que o edifício da Alfândega foi criado. O documento apenas revela que o edifício foi implantado numa parte da jurisdição de Machico, não revelando concretamente a localidade exata: *"Y na parte do Machico foram yso mesmo fazer outra alfamdegua per asobre dita maneyra. E depois qua as asy tiuerdes comçertadas fares todo apregoar per hos lugares acustumados (...)"*.

Extintos os serviços alfandegários em Machico o edifício entrou no seu inevitável processo de degradação física. As ruínas acabariam por ser parcialmente soterradas pelas lamas e entulhos que, anteriormente à canalização da ribeira, as frequentes e sucessivas aluviões que fustigaram Machico foram arrastando (SARMENTO, 1953:98). Quando, em 1916, o resto das ruínas foram derrubadas ainda podíamos observar um trecho de muralha que o tempo havia enegrecido, onde se abria a porta ogival, esta já parcialmente soterrada devido ao levantamento da Rua da Árvore para onde a dita porta dava serventia.

A estratégia de intervenção foi, efetivamente, concretizada em função do espaço e das condições logísticas disponíveis. A ausência de qualquer vestígio material à superfície pertencente à antiga Alfândega, admitindo-se a hipótese dos alicerces terem sido devastados durante a implantação de uma casa no segundo quartel do século XX colocou, à partida, crescentes dificuldades. Por outro lado, os frequentes despejos de terras e pedras provenientes das frequentes aluviões a que o espaço esteve ao longo do tempo sujeito dificultaram, à partida, a ação de reconhecimento e prospeção do espaço, também ele relativamente e extenso (aproximadamente 1800m^2). Atendendo às informações recolhidas (fotografias e recolha oral), optou-se por iniciar os trabalhos no canto superior do gaveto da Praceta 25 de Abril, junto à Rua da Árvore. Programou-se uma série de sondagens paralelas ao terreno, do tipo "trincheira" no sentido poente-nascente, distanciadas entre si em cerca de 2 metros, com recurso a meios mecânicos devidamente acompanhados. Note-se que a intervenção neste espaço foi despoletada pela consciencialização do Senhor Manuel Rufino Teixeira, falecido em 2016. Identificadas as primeiras estruturas de um muro (UE10) a Sul suspenderam-se as sondagens – mecânicas e iniciou-se a escavação em área aberta, no espaço confinado a Sul da Rua da Árvore e limite exterior do edifício a Este. A continuidade da escavação, embora não a possibilitasse a identificação das antigas fundações daquela casa fiscal, pôs a descoberto um conjunto interessante de diferentes estruturas sobrepostas numa relativa diacronia de ocupação e abandono do espaço. O perfil da área

identificada, particularmente pela natureza das estruturas posta à vista (pavimentos de calhau rolado, uma levada e dois canteiros, um dos quais (UE9) surpreendentemente com restos vegetais) autorizou a interpretação daquela ocorrência como um espaço verde, de dependência exterior, anexo provavelmente ao edifício alfandegário. No entanto, a possibilidade de confirmar a eventual localização da Alfândega a nascente do espaço escavado torna-se, no momento, extremamente difícil pela existência de uma habitação posteriormente construída nesse limite (e que provavelmente terá se implantando sobre as fundações da Alfândega).

Os níveis superiores do espaço escavado revelaram evidências físicas das ações de despejo e terraplanagem de terras, materializadas pela elevada frequência de pedras argamassadas, calhaus e areias. É possível que alguns destes materiais sejam resultantes do derrube das paredes do edifício da Alfândega. O muro, a Sul, com 0,65m de espessura (UE10), pode ser interpretado como um vestígio de uma parede portante que isolaria aquele espaço do exterior. As pedras estruturantes apareciam consolidadas com argamassa de cal e areia, mostrando na parte externa vestígios de reboco. As bases alinhavam-se no sentido NO-SE, com 5 metros de comprimento (ao limite da intervenção arqueológica).

A escavação mostrou no espaço interior adossado ao muro, um conjunto significativo de estruturas pétreas basálticas com restos de argamassa, de médias e grandes dimensões (UE6), que parecem ter sido a consequência de um derrube do muro. Os sucessivos cortes estratigráficos levantados em área, no sentido Oeste-Este, identificaram uma vala de enchimento (UES) que se estende variavelmente a toda a área de escavação, constituída por terras de cor acinzentada (T51), contendo basicamente areias argamassadas e carvões vegetais. Os materiais cerâmicos exumados são diversificados, entre eles, alguns bordos e paredes de anforetas, alguidares vidrados a verde, pratos vidrados de cor melada, porcelana, faiança pintada de fabrico português e as típicas formas de açúcar de bordo emoldurado. A última unidade estratigráfica (UE7), formada por um depósito predominantemente de cor castanha (K71), forneceu tijoleiras de formato mais ou menos quadrangular, telhas de meia cana, cerâmica esmaltada (escudelas decoradas a azul formando temas geométricos, provavelmente de fabrico sevilhano), cerâmica vidrada (alguidares vidrados a verde com brilho metálico) e outros objetos de metal (pregos cavilhas, um tostão de prata de D. Manuel I (Figura 9), e um fecho de cobre). A identificação de centenas de fragmentos de telha de meia-cana disseminadas pelos vários estratos arqueológicos faz supor que a cobertura das construções, nomeadamente do edifício da Alfândega, utilizasse telha daquela tipologia. Por outro lado, a frequência de tijoleiras pode atestar uma utilização na arquitetura dos espaços, justamente como um elemento cerâmico aplicado no revestimento dos pavimentos. Inferior à UE7 e sobreposta à UE8, identificou-se um outro nível mais homogéneo (UE14) de elevado interesse ceramológico e cronológico-cultural. O seu recheio compunha-se, essencialmente, de cerâmicas esmaltadas, nas variantes lisas e decoradas a azul e verde, fragmentos de cerâmica tipicamente valenciana exibindo decoração dourada com tonalidades metálicas e vários conjuntos de vidrados melados decorados com motivos predominantemente geométricos a óxido de manganés, representados maioritariamente pelas escudelas. Duas moedas foram encontradas neste contexto: uma delas (um real preto de D. Afonso V) foi recolhida no extremo da superfície deste estrato; outra (um ceitil também de D. Afonso V) foi encontrada sobre a calçada (UE8).

Aos 3,56m de cota real apareceu um pavimento de calhau rolado mais ou menos regular (UE8), desenhando um curto corredor, do género vereda, ladeado por Lancis de pedra basáltica tomando as direções poente-nascente e Sul-Norte. Paralelo a este, pôs-se à vista uma estrutura de levada (UE15) flanqueada por alvenaria de rocha com a base em terra batida.

O levantamento do aglomerado de pedras (UE6) e a continuidade da escavação puseram a descoberto duas estruturas de feição circular de canteiros com bordos em pedra, paralelas ao piso de calhau rolado (UE8). O canteiro (UE9), com um diâmetro aproximado de 0,60m, produziu 3 camadas distintas e os restos de uma raiz e tronco de um vinhático, aparentemente carbonizado. A leitura que fazemos do seu enchimento, talvez resultante de uma fase de abandono daquela construção ou do espaço em geral, remete-nos para os meados do século XVIII.

4. CASA DA TRAVESSA DO MERCADO

A Casa da Travessa do Mercado é um imóvel de finais do século XIX, inícios do século XX, junto ao edifício da Junta de Freguesia de Machico, onde outrora funcionou uma pensão e posteriormente um

colégio. Na atualidade encontra-se extremamente degradado e em 2003 foi ali realizada uma intervenção arqueológica (Figura 10). Os trabalhos deram a conhecer um piso de calhau rolado e proporcionaram um conjunto de vários materiais, tais como: cerâmicas de importação (escudelas esmaltadas sevilhanas, pratos vidrados a castanho, fragmentos de porcelana), cerâmica comum (panelas, testos e tigelas) e oito moedas (sete ceitis de D. Afonso V e um de D. João III).

A proximidade geográfica com o edifício da Junta de Freguesia de Machico fez estabelecer paralelismos com os contextos estratigráficos identificados, quer do ponto de vista da sucessão diacrónica do tipo pavimentos identificados, quer na proximidade morfológica da sua componente material. É lícito inferir, pela leitura que fazemos das estruturas associadas à pavimentação nos dois sítios arqueológicos, que em épocas recuadas, provavelmente nos séculos XVI e XVII, o espaço seria comum à área demarcada por uma habitação abastada, na melhor das hipóteses ao próprio edifício que hoje acolhe os serviços da Junta de Freguesia.

As primeiras unidades estratigráficas conhecem uma afinidade muito próxima às do espaço exterior da Junta de Freguesia de Machico, nomeadamente no tipo de pavimentos identificados (um primeiro piso de cimento (UE1) e um outro de calhau rolado miúdo (UE2), também de sequência geométrica quadriculada, idêntica à da Junta de Freguesia).

As primeiras estruturas, possivelmente relacionadas com uma construção foram detetadas à cota de 3,38m da superfície, revelando ser uma parede (UE17) alinhada no sentido Norte-Sul, parcialmente argamassada. Mais a Sul abria-se uma vala (UE18) com aproximadamente 0,60m de largura, acompanhando a extremidade da parede (UE17). A natureza desta vala e dos materiais recolhidos em ambiente muito revolvido (restos de argamassas, pequenos blocos de tufo de *lapilli*, materiais líticos de ribeira e de mar, cerâmica comum, vidrada e esmaltada, objetos de osso e metal (entre as quais várias moedas residuais) mostram que terá servido de lixeira.

À cota 3,20m apareceu um piso de calhau rolado numa extensão de formato retangular (UE16), tipologicamente semelhante a um outro exumado no logradouro da junta (UE7). A hipótese inicial de que o espaço era comum à propriedade abastada, atualmente Junta de Freguesia, ganhava maior probabilidade com esta ocorrência. A estrutura conserva apenas um curto enfiamento na largura máxima de 0,60m, observando-se nos dois lados opostos vestígios de destruição aparentemente por a ação de desaterro do espaço mais a Sul. Deve corresponder a uma fase de ocupação e utilização do espaço datada da primeira metade do século XVII. Seguia-se-lhe uma camada de terras de cor acastanhada com 0,13m de espessura média (UE19) contendo vários materiais cerâmicos, vítreos e metálicos. Forneceu, também, um ceitil de D. João III (1521-1557) em mau estado de conservação. Este estrato confinava com uma outra realidade constituída substancialmente por uma numerosa concentração de fragmentos de formas de pão de açúcar (bordos, pontas e outros fragmentos de parede) depositados sob a forma de entulho no substrato terroso, ocupando uma área mais ou menos circular com 1,30m de largura (UE20). O estudo destes materiais, intimamente relacionados com o fabrico de açúcar, permitiu elaborar um pequeno estudo tipológico das formas utilizadas obtendo-se, assim, dados relevantes sobre a capacidade daqueles recipientes cónicos e a sua utilização no contexto da produção açucareira ao nível local. Foi inicialmente equacionado que a acumulação destes vários fragmentos de formas açúcar pudesse corresponder a materiais provenientes de uma possível unidade industrial de transformação de cana-de-açúcar. No entanto, o prosseguimento da escavação da unidade veio esbater a validade dessa hipótese, por duas leituras de registo: a ausência de estruturas correlacionáveis com a existência de um engenho; o resultado dos estudos de quantificação e a ocorrência de vários fragmentos de outros recipientes cerâmicos de forma fechada, cuja tipologia se aproxima aos conhecidos porrões espanhóis utilizados no processo caseiro de fabrico de açúcar e seus derivados. A análise de toda a informação material acumulada nesta unidade, inclusivamente a identificação de um ceitil de D. João III (1521-1557), permitiu propor na sequência estratigráfica uma cronologia que pode oscilar entre a segunda metade do século XVI e os inícios do século XVII.

As UEs 19 e 20 cobriam uma outra, a UE21, que por sua vez cobria a UE22, a uma profundidade de 2,66m (UE21) e 2,58m (UE22). Os materiais exumados nestes estratos integram um grupo cronológico muito homogéneo representado, essencialmente, pelas cerâmicas de importação (majólicas montelupinas da segunda metade do século XVI, escudelas esmaltadas sevilhanas decoradas a azul e vinoso do

tipo *Isabella polychrome*, pratos vidrados a castanho com pintura a óxido de manganés e alguns fragmentos de porcelana, também com cronologias a apontar para o século XVI) e pelo grupo de cerâmica comum (panelas, testos e tigelas). O estrato 21 forneceu, também, um ceitil de D. João III (1521-1557).
As duas últimas camadas, UEs 23 e 24, revelaram materiais arqueológicos que se enquadram cronologicamente entre a segunda metade do século XV e o decorrer do século XVI. A presença de numismas foi particularmente relevante nesse processo de aferição cronológica, realçando-se a identificação de sete ceitis de D. Afonso V (1438-1481), seis na escavação da UE23 e um no substrato da UE24. Note-se, a título de curiosidade, a recolha de abundantes escórias de ferro na camada 23.
As panelas de ir ao fogo, na modalidade de cerâmica comum e vidrada, constituem as peças mais representativas do contexto arte factual das duas unidades, juntamente com os testos. Exumaram-se também vários fragmentos de almofarizes, anforetas e tigelas de cerâmica comum. A louça de importação marcou a sua presença, nomeadamente, com as peças esmaltadas e vidradas com reflexos dourados de origem valenciana e com as escudelas e pratos com vidrado melado decorados a óxido de manganês.

BIBLIOGRAFIA

GOUVEIA, Isabel, (2009) – *As coleções de Arqueologia dos museus da Região Autónoma da Madeira: Uma abordagem pedagógica dos acervos.* (tese mestrado policopiada). Évora. Novembro.

MIRANDA, Susana Munch (1994) – *A Fazenda Real na Ilha da Madeira: Segunda metade do séc. XVI.* 1ª edição. Funchal. CEHA.

MOREIRA, João Lino (2000) – "O morgadio do Ribeirinho". *A Propósito do Solar do Ribeirinho,* Machico. CMM/ ARCHAIS. pp. 12-21.

SARMENTO, Alberto Artur, ten-cor, (1953) – *Freguesias da Madeira.* 2ª edição. Funchal. Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

SERRÃO, Joel (1951) – Rendimentos das Alfândegas do Arquipélago da Madeira (1581-1587). *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. I:5 e 16. Funchal. pp. 1-5 e pp. 14-18.

SILVA; Fernando Augusto da, pe., MENESES, Carlos Azevedo (1998) – *Elucidário Madeirense* (Fac-símilie da edição de 1940-1946). Vols. I, II, III. Funchal. Secretaria Regional do Turismo e Cultura – DRAC.

SILVA; Fernando Augusto da, Pe. (1946) – *Subsídios para a História da Diocese do Funchal.* Volume 1 (1425-1800). Funchal.

SOUSA, Élvio *et al* (2000) – *A propósito do Solar do Ribeirinho.* CMM/ARCHAIS. Machico.

SOUSA, Élvio (2003) – *Arqueologia na Área Urbana de Machico, Leituras do Quotidiano nos séculos XV,XVI e XVII.* Dissertação de Mestrado em História Regional e Local.

SOUSA, Élvio (2006) – *Arqueologia na Cidade de Machico: A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII.* CEAM/CMM/DRAC.



Figura 1– Cruz de Machim (Élvio Sousa).



Figura 2 – Espaços arqueológicos em Machico (Ricardo Caldeira).



Figura 3 – Solar do Ribeirinho (Arquivo CMM).



Figura 4 – Foto escavação poço do Solar do Ribeirinho (Élvio Sousa).



Figura 5 – Formas-de-açúcar / Sala do Percurso Económico – Núcleo Museológico de Machico (Arquivo CMM).



Figura 6 – Junta de Freguesia de Machico (Arquivo CMM).



Figura 7 – Caldeirão em cobre (Arquivo CMM).



Figura 8 – Ruínas da Alfândega de Machico, Gravura de Luís Tomé Teixeira, 1916 (Arquivo CMM).



Figura 9– Tostão de prata de D. Manuel I (Élvio Sousa).



Figura 10 – Casa da Travessa do Mercado (Arquivo CMM).

3
Gestão e salvaguarda

PAISAGENS E PATRIMÓNIOS NO CONCELHO DE LOURES: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO EM ARQUEOLOGIA, PATRIMÓNIO E HISTÓRIA LOCAL

Florbela Estêvão[1]

RESUMO

A mediação cultural é muito importante, nomeadamente ao nível local, digamos, autárquico. É um tópico democrático fundamental. Porque, se o que hoje designamos "cultura" é uma realidade abrangente, que arrasta atrás de si todos os valores, o mediador é a pessoa que faz a ponte entre certo conhecimento e aqueles que o procuram obter. É uma questão de transmissão viva, entre pessoas, de experiência adquirida. Não se trata só de descodificar saberes, mas sobretudo de "educar" no seu sentido mais profundo, inculcando nas pessoas o gosto, prazer e hábito do conhecimento, nomeadamente do relativo aos valores geograficamente próximos. Esta comunicação procura refletir sobre essa experiência no âmbito da arqueologia, da história e do património local.
Palavras-chave: Arqueologia, Património, História local, Mediação, Loures.

ABSTRACT

Cultural mediation is very important, particularly at the local, say, municipal level. It is a fundamental democratic topic. For if what we now call "culture" is a comprehensive reality, which draws all values behind it, the mediator is the person who bridges the gap between certain knowledge and those who seek it. It is a matter of living transmission of acquired experience between people. It is not only a question of decoding knowledge, but above all of "educating" in its deepest sense, inculcating in people the taste, pleasure and habit of knowledge, especially that of geographically close values. This communication seeks to reflect on this experience in the field of archeology, history and local heritage.
Keywords: Archaeology, Heritage, Local history, Mediation, Loures.

Desde o início dos anos 90, por motivos profissionais (técnica da área da Cultura da Câmara Municipal de Loures) mas também por interesse pessoal, articulado naturalmente com o de várias equipas em que me integro, tenho desenvolvido um trabalho de investigação e de divulgação no âmbito do património arqueológico e histórico da região de Loures, não descurando o seu enquadramento geográfico-paisagístico. Trata-se de um exercício de estudo e de mediação de questões de história local de uma área vizinha de Lisboa, na longa diacronia, que vai do Paleolítico até às Guerras Peninsulares do início do século XIX e, mesmo, até aos tempos atuais.

Esta comunicação visa refletir sobre essa experiência de duas décadas e meia, com enfoque na vertente de mediação, realizada para os mais diferentes destinatários, o que implica uma articulação entre os recursos possíveis, as caraterísticas dos diferentes grupos, e o objeto de mediação. Na verdade, e apenas a título de exemplos, essa mediação tem incidido sobre jovens em ocupações temporárias de tempos livres; em visitantes de sítios e de exposições, pertencentes a todos os escalões etários; em experiências de ensino, nomeadamente para seniores, ligadas à Academia dos Saberes de Loures, e, mesmo, na colaboração regular na imprensa local, etc.

1. Instituto de História Contemporânea da FCSH da UNL; florestevao7@gmail.com

O que apenas pretendo transmitir aqui, de forma sumária, são as linhas gerais dessa experiência, nas suas dificuldades e naquilo que ela tem conseguido de positivo, problematizando metodologias e modelos de transmissão de conhecimentos.

Em todo este processo há que considerar múltiplos aspetos que evidentemente se articulam entre si, em rede, valendo a pena repensar como é que à escala local se pode desenvolver uma tarefa de divulgação e de autêntica democratização em torno de problemas da arqueologia, do património e em geral da história que, efetivamente, "falem a todas as pessoas". Na verdade, é voz corrente que um dos aspetos em que o nosso país evoluiu mais favoravelmente após o 25 de abril de 1974 foi o do poder local, por um lado, e o do aumento dos graus de escolarização e do acesso à "cultura", por outro.

Mas também do conhecimento geral que o próprio "atraso" geral em que se encontrava Portugal naquela altura tornou urgentes muitos aspetos básicos da vida social, como sejam as infraestruturas fundamentais de uma vivência urbana, que foi necessário construir. Ao longo de vicissitudes que se conhecem, o país transformou-se, muitas vezes de acordo com fatores que escaparam, pela sua natureza, às forças locais, mau grado todo o planeamento feito. Uns, porque são responsabilidade do poder central, como as grandes vias de comunicação rodoviária, outros, porque são fenómenos sociais praticamente incontroláveis, que já vinham de trás, como a construção clandestina, por efeito da gentrificação dos centros urbanos e da "expulsão" de grandes massas de gente para a periferia, especialmente nas décadas de 50-70 do século passado.

Esses e muitos outros fenómenos têm evidente efeito nos valores patrimoniais, quer paisagísticos, quer histórico-culturais, dos subúrbios. Implicam ritmos de transformação, e, portanto, também destruições de valor, que ultrapassam qualquer planeamento local (Domingues, 2011). Tudo isto constitui uma história muito complexa, e diversificada, porque os processos de modernização do país não tiveram o mesmo impacto em toda a parte: cada caso é um caso, evidentemente, consoante as regiões do país, as disponibilidades económicas de cada região e local, os programas e sua efetiva concretização no terreno, etc., etc.

Obviamente que qualquer "mexida" no território, quer rural, quer urbano, tem consequências patrimoniais (no sentido de património público, isto é, de valores culturais destinados, em princípio, a serem conservados, valorizados, e potencialmente fruídos pela totalidade da população), umas positivas, outras negativas. Não é possível modernizar sem destruir, competindo à população e aos responsáveis decisores ponderar, em cada caso, uma possibilidade de compatibilização entre forças e interesses contraditórios.

Ao mesmo tempo, a melhoria das condições de vida e o aumento dos graus de escolaridade traz consigo novas exigências na ocupação de tempos livres, nas quais a história, as tradições (mais ou menos reais ou inventadas), a qualidade do meio-ambiente, os espaços de lazer, etc., têm cada vez maior importância, sendo que as pessoas cada vez mais interiorizam como seus direitos de cidadania o terem acesso a bens que, anteriormente, lhes estavam vedados. É todo um mundo mental e vivencial dinâmico, que se vai transformando.

A introdução, por vezes algo repentina, da sociedade de consumo em Portugal – nomeadamente ao longo da década de 90 do século passado – com grandes superfícies comerciais que passaram a ser locais de vivência coletiva, associada ao crédito concedido pela banca às classes médias, com o endividamento inerente, mudou muito a vida das pessoas e dos seus valores e formas de lazer. O acesso ao conforto – casa, carro, equipamentos de vários tipos, férias, etc. – se por um lado foram positivos, introduzindo maior bem-estar material, nem sempre se acompanharam de maior procura ou desenvolvimento cultural. Criou-se sobretudo, isso sim, o desejo de fruição hedonística de bens que eram novos para muitas pessoas, saídas ou herdeiras de uma ditadura de décadas, que tinha isolado o país desse desenvolvimento capitalista, agora atraente para os que a ele podiam pela primeira vez aceder (Lash, 2010).

Como sabemos, a crise geral de 2007-2008, que continua, interrompeu esse ciclo um tanto "delirante" de existência hedonista, que não deixou todavia de marcar as pessoas, e principalmente os jovens, nomeadamente os que nunca conheceram o regime anterior que nos dominou e atrasou. De forma que Portugal passou, em poucas décadas, de uma pré-modernidade e uma pós-modernidade, e recentemente a um período de alguma instabilidade, inserido como está num mundo capitalista globalizado, de teor neoliberal.

Por outro lado, Portugal está integrado na União Europeia, para a qual foram transferidas muitas com-

petências antes assumidas pelo Estado nacional, tendo-se visto sujeito, nos últimos anos, a constrangimentos – designados "crise" – da finança internacional, representada pela famosa "troika" que nos impôs uma dívida e um ambiente de acentuada austeridade que em muito estancou o desenvolvimento do país. Assistimos ao mesmo tempo, devido à insegurança internacional que afasta muitos europeus mais ricos de destinos exóticos tradicionais, a um fluxo turístico avassalador, facilitado também pelos "voos *low cost*", que se traz dinheiro para Portugal, está a transformar os centros de algumas das nossas cidades de forma muito profunda. E por vezes preocupante.

Esta trajetória, aqui esboçada em grandes linhas, todas bem conhecidas, não facilitou a vida às autarquias locais, confrontadas com um crescendo de responsabilidades, e sobretudo criou assimetrias enormes, quer entre o litoral (onde se acumula a maior parte da população) e o interior, quer entre os municípios mais ricos (mais gente, mais obras, mais turistas, etc.) e aqueles mais pobres, sendo que não existe uma terceira instância em Portugal, de nível regional, entre uma malha autárquica heterogénea e um Estado por vezes demasiado centralizado na capital. É certo que se criaram no país instâncias intermédias, e para além dos dois grandes polos de Lisboa e Porto, hoje procurados por empresários de todo o mundo (tal como tantas empresas antes portuguesas, públicas ou privadas), se verificou – para além de Coimbra, Setúbal, Évora ou Faro, sempre importantes – o desenvolvimento de cidades médias, muitas delas com instituições universitárias ou afins, como por exemplo Chaves, Braga, Viseu, Vila Real (de Trás-os-Montes), etc., etc. Mas a desertificação humana do interior foi-se acentuando, apesar do desenvolvimento das estradas (certamente exagerado, porque em detrimento da solução ferroviária), que aquando do 25 de abril de 1974 praticamente não existiam, criando uma situação talvez única na Europa, de circulação penosa num país pequeno, e na altura em grande parte arcaico.

A arqueologia portuguesa, quer ao nível geral, quer ao nível local, não podia deixar de refletir toda esta complexa história, no espaço e no tempo. Ao nível geral, e no rescaldo do único património arqueológico português classificado pela Unesco como património mundial (complexo de gravuras do vale do Côa), foi criado nos anos 90 um Instituto próprio, que não teve vida longa. Na verdade, a arqueologia sempre esteve dependente de instâncias administrativas patrimoniais mais amplas, que foram mudando de nome, como IPPC, IPPAR, IGESPAR, DGPC... nas quais tem um papel muito diminuto.

Ao nível local, também foram criados gabinetes ou áreas próprias de arqueologia em diversas autarquias, mas mais ou menos rapidamente a escassez de meios para fazer face a trabalhos de pesquisa longos e dispendiosos, e a necessidade de acorrer a outras urgências, retiraram grande parte da capacidade operacional a tais unidades. De modo que hoje em dia a maior parte da arqueologia que se realiza no nosso país é fruto de empresas, obrigadas por lei a tais trabalhos, ou então do investimento individual, por via do sistema de Bolonha, que leva muitas pessoas ao esforço pessoal de obtenção de pós-graduações universitárias, com todas as limitações que daí decorrem.

O número de sítios arqueológicos que se destruíram em Portugal nas últimas décadas, por via do "desenvolvimento", e da falta de arqueologia preventiva, é avassalador. E mesmo a situação daqueles que se estudaram, se conservam, e estão disponíveis para a visita pública, é em muitos casos precária. Porque a arqueologia, e em geral o património histórico que não está nos grandes circuitos turísticos e tem avultadas entradas de bilheteira, é muito difícil de manter e conservar.

E aqui voltamos a um problema geral: o da educação da população no seu sentido mais amplo, que é um dever constitucional, e as formas de vivência que a população (residente ou de passagem) busca para ocupação dos seus tempos livres. Essa ocupação é essencialmente hedonista? Se o é, e com a diversidade de atrações que existem nos grandes centros, e a relativa facilidade de deslocação, a dita população, se puder, escolhe "consumos culturais" ou de lazer que lhe oferecem prazer imediato, em detrimento daqueles que lhe exigem alguma documentação ou esforço.

Numa sociedade muito burocratizada, complexa, pouco "amiga" das pessoas, quando não, mesmo, agressiva, aquelas procuram compreensivelmente refúgios fora das suas ocupações obrigatórias (escola ou emprego, quando o há), refúgios que lhes permitam uma leveza de compensação, e não um "peso" muitas vezes associado à cultura mais "erudita". Na verdade a sociedade contemporânea vive numa constante ansiedade, numa aceleração, numa fragmentação que dispersa a atenção do sujeito, existe

um défice de atenção e uma busca constante por experiências e objetos de consumo (Virillo, 2000).
Essa situação não pode deixar de preocupar uma consciência democrática, ou seja, aquela que, de facto, se move por um desejo de partilha, potencialmente entre todos, dos "produtos culturais" de melhor qualidade, quer se realizem a nível central, das grandes cidades, quer a nível local. E aqui entra um fator importante da experiência de qualquer mediador local: a questão afetiva da identidade, das raízes, dos elementos de proximidade. Se devidamente motivadas, as pessoas são atraídas pelo conhecimento ou reconhecimento (relacionado com a memória) de realidades locais que tocam na sua experiência pessoal. E nesse aspeto é muito importante a atitude do(a) mediador(a), dando voz aos visitantes, deixando-os exprimirem-se, fazerem perguntas, porem questões, falarem das duas experiências biográficas. Isto é essencial. Tem se de criar um ambiente de disponibilidade para o outro, para o visitante, ambiente esse que medeia, por exemplo, entre os objetos de uma exposição, ou um filme que se pode mostrar, ou um monumento que se vai visitar, e a curiosidade das pessoas. Tem de haver uma corrente de identificação entre estas e o que está a ser exposto.
Isso é um aspeto fundamental, porque o património, se entendido pelo visitante como algo muito cerimonial, encenado, longínquo, pode suscitar momentâneo respeito, mas não cativa emocionalmente. Ora, estamos numa sociedade muito sentimentalizada, habituada aos programas em direto da TV, na ilusão de que não há mediação, mas acesso direto ao evento, à coisa em si, ao espetáculo (Debord, 1991). Nestes termos, quer o público seja jovem, quer seja de certa idade, ele precisa de se sentir bem no local visitado, e a experiência proporcionada tem de ter também uma componente de convívio e de descoberta mútua, e não no sentido de imposição de um discurso magistral. Este afasta as pessoas, porque estamos numa sociedade muito horizontal em termos vivenciais e mesmo ideológicos, em que já não é a autoridade de quem fala ou do que se vê que capta a atenção, mas a existência de afetividades partilhadas, mesmo que tenham uma componente de (hábil) encenação (no sentido mais nobre do termo). É como num teatro, de facto: ou o público se identifica com o que se está a passar no palco, ou então não há, realmente, acontecimento teatral. No património e na mediação cultural passa-se o mesmo.

A arqueologia, a museologia, os monumentos, as paisagens têm a vantagem de lidarem com realidades empíricas, visíveis, por vezes palpáveis, apelando a uma experiência sensitiva (caso em especial de todas as simples visitas ao ar livre), que podem constituir uma experiência, e, para os mais novos, uma "aventura", mesmo, para além da aprendizagem que para estudantes, por exemplo, uma escavação arqueológica significa. Aprendizagem, neste caso, não apenas dos métodos da arqueologia em si, mas de todo um trabalho em equipa, que implica cumprimento de horários, vivência em comum, partilha, habituação do corpo a movimentos, esforços e condições climáticas diversas, etc. Essa disciplina é muitíssimo importante para qualquer atividade que o jovem venha a efetivamente exercer: tira-o da tendência para o fechamento em si, confronta-o com os outros e com tarefas que é preciso fazer segundo uma determinada ordem coletiva, habitua-o a um certo despaisamento e desconforto de uma experiência diferente do seu quotidiano habitual.
Quando existia a possibilidade de integrar jovens em programas de trabalho em arqueologia (sobretudo prospeções no concelho) do sistema OTL (Ocupação de Tempos Livres) – que decorreram principalmente nos anos 90 do século passado – essa experiência tornou-se muito produtiva e mutuamente enriquecedora. Foi também para mim pessoalmente muito interessante, pela revelação, numa paisagem em mosaico como é a do concelho de Loures (o rural e o urbano, o antigo e o moderno imbricam-se em toda a parte) de muitos elementos da pré-história, da época romana e medieval, etc., que até então desconhecia. Foi possível realizar abundantes prospeções, e escavações em alguns locais arqueológicos, como antas, povoados, monumentos diversos, contribuindo, com outros colegas, para a carta arqueológica concelhia, e enriquecendo um depósito de materiais, instalado no Museu Municipal (Quinta do Conventinho) que tem servido a diversos investigadores. Nele está instalado também o Centro de Documentação Anselmo Braamcamp Freire, para permitir, a todos os que se interessam por história local, ou precisam de realizar trabalhos académicos, fazê-los a partir de um relativamente vasto material consultável.
Posteriormente, já no presente século, e em articulação com outras cinco autarquias, a Câmara de Loures integrou a PILT – Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres – a qual viria depois

a forjar um projeto comum – a Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT), o qual beneficiou de uma fase (2007-2010) cofinanciada por fundos europeus (MFEE – Grants – Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu). Isso permitiu a realização de escavações e posterior restauro e valorização de alguns sítios - fortificações de campo que integravam as mais exteriores (1ª e 2ª) daquelas Linhas, concebidas como uma barreira, que ia do Atlântico a oeste, ao Tejo, a leste, para defesa da cidade de Lisboa relativamente à terceira invasão francesa, no início do século XIX (1809-1810).

A RHLT é hoje uma associação intermunicipal, e as fortificações que foram alvo de estudos e valorização são frequentemente visitadas por diferentes grupos, de todas as classes etárias, interesses e proveniências. O mesmo acontece com a passagem das pessoas pelos Centros Interpretativos (um em cada concelho), que são também espaços mediadores, contendo documentação audiovisual e outra, complementada pela explicação de pessoas competentes para o efeito. O de Loures situa-se em Bucelas, integrado no edifício do Museu do Vinho, e os fortes mais visitados no concelho são os da Ajuda Grande, do Arpim, de Ribas, do Mosqueiro, de Montachique. Fazem hoje parte da paisagem patrimonial da região (Estêvão, 2013).

Por outro lado, e paralelamente, têm-se realizado publicações, como um Guia dos vários circuitos possíveis entre fortes, por forma a facilitar a visita, mesmo não acompanhada, dos interessados.

E, para especialistas, mas abertos a todas as pessoas, têm-se realizado colóquios sobre as guerras peninsulares, as Linhas de Torres em particular, e mais concretamente, até, sobre a respetiva problemática arqueológica e museológica (no concelho de Loures, um primeiro na sede do concelho em 2014 e um segundo em Bucelas em 2016).

Ou seja, tem-se procurado, por todas as vias ao nosso alcance, tornar público, e do público, um património que é único em Portugal e que se relaciona intrinsecamente com questões da nossa posição geoestratégica face à Europa, não só como ela se colocava nos inícios do século XIX, em que Portugal se viu emparedado entre duas grandes potências lutando pela hegemonia (França e Inglaterra), mas em todos os tempos, incluindo a atualidade.

Não se trata, obviamente, de ver Portugal-nação como uma realidade a-histórica, mas comparar várias épocas para se verificar o que possa haver de comum, e de diferente, em cada momento, por parte de um país de pequena extensão, que cedo ficou situado entre a Europa (em geral constituída por países mais poderosos) e o perigoso mar, onde estabeleceu uma rede de contactos e de comércio. Nesse sentido, uma certa "fragilidade" de Portugal, particularmente nítida em 1807, com a "fuga" da corte (e de numeroso património) para o Brasil (caso único na história europeia), nota-se também em muitas outras fases da sua história.

Uma outra forma de mediação que me tem sido proporcionada é através do jornal mensal "Notícias de Loures", no qual assino a rubrica "Paisagens e Patrimónios". Aí tenho intercalado alguns textos mais gerais, explicitando conceitos, com outros (a maioria) descritivos de aspetos do património histórico e paisagístico do concelho, no seu sentido mais alargado. Só para dar um exemplo, o tema que abordei no número de junho de 2017 foi o da identidade.

Trata-se sempre, em cada uma destas ocasiões em que se contacta com um público alargado, direta ou indiretamente, de tentar expor as nossas ideias o mais exatamente e, ao mesmo tempo, o mais simplesmente possível… esse é, como é sabido, um equilíbrio muito difícil, mas o desafio é muito estimulante. É esse o desafio do mediador: conseguir, sem defraudar os temas nem os auditores, ou interlocutores, passar uma mensagem que os leve a quererem saber mais por si mesmos…

Temos também realizado na Câmara de Loures uma série de debates interdisciplinares, abertos a todos, gratuitos, sob a designação geral de "Tempos de Crepúsculo – quando a coruja de Minerva finalmente levanta voo". Estão a decorrer em 2017 na sua terceira edição, sob a tema geral "Afinal Para Que Serve a História?". São gravados em vídeo e devidamente publicados, o que permite atingir centenas de pessoas; mas, na verdade, o que se pretende é, após umas intervenções iniciais de oradores convidados, em ambiente de "mesa-redonda", que todos os interessados possam, se o desejarem, intervir, cortando com o hábito das conferências "magistrais", seguidas apenas de algumas perguntas, o que inibe muitas pessoas de participar.

O mesmo princípio me tem inspirado a colaborar com a Academia dos Saberes de Loures (Universidade Sénior), primeiro através de uma disciplina designada "As Guerras Napoleónicas no seu Contexto Europeu", e mais recentemente numa outra intitulada "Património e História Loca» (esta última com

mais aderentes do que a primeira, pelo seu teor mais geral, e talvez também pelo tema cativar um maior número de pessoas, interessadas em conhecer o passado da região em que vivem).

E assim, tanto a nível profissional, como nos meus tempos livres (nem sempre suficientes para realizar o que desejaria como investigadora do Instituto de História Contemporânea, o que muito me honra), tenho tentado sair da rotina e fazer experiências de mediação cultural, cujo tema penso incluir-se bem neste Congresso da AAP, entidade que, para além do incentivo à investigação arqueológica, tem também sabido ser, no centro da cidade de Lisboa, um polo de divulgação da arqueologia, dando continuidade a uma já longa história.

Quanto a Loures, julgo que posso falar não só a título pessoal, mas também em nome dos meus colegas: estaremos ali sempre à vossa disposição para colaborar, ou para ajudar nos vossos estudos sobre esta grande área metropolitana de Lisboa, em que nos inserimos (Figura 1).

BIBLIOGRAFIA

BAUDRILLARD, Jean – *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1975.

BAUMAN, Zygmunt – *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

DEBORD, Guy – *A sociedade do espetáculo*. Lisboa: Mobilis in Mobile, 1991.

DOMINGUES, Álvaro – *Vida no campo*. Porto: Dafne Editora, 2011.

ESTÊVÃO, Florbela – *Transformações de uma paisagem: sistema defensivo das Linhas de Torres e sua musealização*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência e Técnicas do Património. Porto: Repositório da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013.

ESTÊVÃO, Florbela – *A propósito do significado da musealização do meio-ambiente como património paisagístico: algumas reflexões críticas*. Ensaios e Práticas em Museologia. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP, Vol. 4 (2015), p. 8-20.

ESTÊVÃO, Florbela – Linhas de Torres como paisagens culturais? Algumas reflexões sobre um projeto contemporâneo de patrimonialização. *Boletim ICOM Portugal*. Lisboa: ICOM, Série III, N.º 6 (Maio de 2016), p. 9-13.

GUILLAUME, Marc – *A política do património*. Porto: Campo das Letras, 2003.

JORGE, Vítor Oliveira – *Hedonismo, turismo, cultura light: "fique bem" na era do "capitalismo" desorganizado, Fragmentos, memórias e Incisões. Novos contributos para pensar a arqueologia como um domínio da cultura*. Lisboa: Edições Colibri/IELT, 2006, p. 109-188.

LASH, Scott – *Intensive culture: social theory, religion & contemporary capitalism*. London: Sage Publications, 2010.

URRY, John – *Mobilities*. Cambridge: Polity Press, 2007.

VIRILLO, Paul – *Velocidade de libertação*. Lisboa: Relógio d´Água, 2000.

WALSH, Kevin – *The Representation of the Past. Museums and heritage in the post-modern world*. London: Routledge, 1992.



Figura 1 – Visita guiada ao Forte da Ajuda Grande inserida no II Encontro sobre Arqueologia e Museologia das Guerras Peninsulares, em 21 de outubro 2016.

PARA ALÉM DA GESTÃO PATRIMONIAL: UMA NOVA RELAÇÃO DA ARQUEOLOGIA COM O TERRITÓRIO

Luís Oosterbeek[1], Anabela Pereira[2], Davide Delfino[3], Elaine Ignácio[4], Henrique Mourão[5], Maria Nicoli[6], Marian Helen Rodrigues[7], Nelson Almeida[8], Pierluigi Rosina[9], Rita Anastácio[10], Pedro Cura[11], Sara Cura[12], Sara Garcês[13]

RESUMO

O modelo sobre o qual a arqueologia cresceu, em Portugal e em alguns outros países, nas últimas duas décadas, foi alimentado por um afluxo de verbas essencialmente orientado para a preservação e valorização patrimonial, com crescente desinteresse pela pesquisa. O ocaso da arqueologia comercial cruza-se com o estrangulamento das bases institucionais da pesquisa: ensino superior, museus, centros de pesquisa e associações. Propõe-se uma agenda para repensar e relembrar para que pode servir a arqueologia, para além do apoio à gestão patrimonial: a dimensão temporal, os métodos de reconstrução espacial, a integração entre geociências e humanidades, a orientação para a cultura material, a inserção de jovens na *praxis* da ciência, …

Palavras-chave: Arqueologia, Gestão, Território, Património, Ciência.

ABSTRACT

The model on which archaeology grew, in Portugal and some other countries, in the last two decades, was fed by a flow of funds mainly oriented towards heritage preservation and valorisation, with growing lack of interest on research. The fading of commercial archaeology interacts with the strangling of the institutional basis of research: higher education, museums, research centres and associations. The paper proposes an agenda to re-think and to remember what may archaeology serve for, beyond heritage management: the time dimension, the methods of spatial reconstruction, the integration between geosciences and humanities, the focus on material culture, the introduction of youth to the *praxis* of science, …

Keywords: Archaeology, Management, Territory, Heritage, Science.

1. Inst. Politécnico de Tomar, Inst. Terra e Memória, Centro de Geociências da Univ. de Coimbra e Museu de Arte Pré-Histórica de Mação; loost@ipt.pt

2. Inst. Terra e Memória, Centro de Geociências da Univ. de Coimbra e Museu de Arte Pré-Histórica de Mação; belaborralheiro@gmail.com

3. Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; davdelfino@gmail.com

4. Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; cancillero.ignacio@gmail.com

5. Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; henrique@mouraoeassociados.com.br

6. Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; nclmra@unife.it

7. Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; marrianhelen@gmail.com

8. Inst. Politécnico de Tomar, Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; nelsonjalmeida@gmail.com

9. Inst. Politécnico de Tomar, Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; prosina@ipt.pt

10. Inst. Politécnico de Tomar, Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; rfanastacio@ipt.pt

11. Inst. Terra e Memória, Centro de Geociências da Univ. de Coimbra e Museu de Arte Pré-Histórica de Mação; opedrocura@gmail.com

12. Inst. Politécnico de Tomar, Inst. Terra e Memória, Centro de Geociências da Univ. de Coimbra e Museu de Arte Pré-Histórica de Mação; osaracurao@gmail.com

13. Inst. Politécnico de Tomar, Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; saragarces.rockart@gmail.com

1. O OCASO DE UM MODELO

O modelo sobre o qual a arqueologia cresceu, em Portugal e em alguns outros países, nas últimas duas décadas, foi alimentado por um afluxo de verbas essencialmente orientado para a preservação e valorização patrimonial, com crescente desinteresse pela pesquisa e com a proteção legal dos bens culturais feita essencialmente através do instrumento jurídico da sua classificação e inventariação, e ainda com a finalidade de proteger e valorizar o Património, mas sem ter suficientemente em linha de conta os fatores históricos, sociais e económicos que compõem a identidade cultural num território geográfico, que deveriam contribuir para o desenvolvimento socio-económico regional e local WERLEN, 2017).

Ao mesmo tempo que o ensino superior desses países, de forma ingénua, "correu atrás do dinheiro" e aceitou uma tecnologização da formação de novas gerações de arqueólogos (na verdade, uma versão, no nosso setor, de um cognitariado com fraca competência crítica), a lógica do mercado foi eliminando a diversidade (onde se abrigava a investigação) e substituindo a lógica da história (a compreensão do comportamento humano no tempo longo e nos espaços amplos) pela lógica memorialista e economicista (redutora, patrimonialista e, não raro, etnocêntrica e xenófoba) – SAMASSÈKOU, 2016.

Terminado o ciclo dos grandes investimentos públicos, e num quadro fortemente marcado pela degradação das condições de vida, e de acesso ao conhecimento crítico, das classes médias, essa arqueologia tende a desaparecer. Porém, esse ocaso da arqueologia comercial cruza-se com o estrangulamento das bases institucionais da pesquisa (Schwartzman, 2013): ensino superior (cada vez mais fábricas de perfis profissionalizantes desenhados para um mundo que acaba), museus (cada vez mais salas de exposição, com escassa ou nula investigação), centros de pesquisa (cada vez mais limitados a financiamentos de projetos de curto prazo) ou mesmo associações (cada vez mais oscilando entre o abandono e a empresarialização).

Estas tendências não são nacionais e teria sido possível antecipá-las desde, pelo menos, o final da década de 1990, evitando a frustração de gerações de jovens profissionais (CRUZ & OOSTERBEEK, 1997). A ilusão na criação de modelos de inspiração corporativa isolou a comunidade arqueológica e limitou, também por falta de dinamismo próprio, a capitalização dos recursos em prol da criação de uma rede institucional resiliente, em Portugal como nos demais países que seguiram essa estratégia (OOSTERBEEK, 2011). Um processo, aliás, que replicou a postura de muitos profissionais no campo das ciências sociais (e que culmina hoje, no plano internacional, na desaparição do Conselho Internacional das Ciências Sociais).

Não se trata de um processo apenas português ou, sequer, europeu. Por exemplo, na última década o boom da arqueologia empresarial no Brasil, proporcionou a criação e o aumento exponencial de cursos de graduação e pós-graduação em arqueologia para responder à procura gerada no mercado do licenciamento cultural, e centenas de profissionais foram inseridos nesse mercado, por sua vez agregado à esfera dos licenciamentos ambientais em geral. Nesse âmbito, um amplo acervo arqueológico (pré-histórico e histórico) foi sendo descoberto e documentado de forma preliminar em pouco tempo, tornando necessário que o país se reestruturasse para implantar medidas cada vez mais detalhadas de proteção do acervo patrimonial, através de metodologias rigorosas e tecnologias avançadas, mas também do envolvimento da sociedade, incluindo o ensaio de uma gestão compartilhada. No entanto, com a crise financeira pela qual passa o Brasil (sem expectativa de melhorias no curto prazo) e o declínio das grandes obras, a manutenção e continuidade dessas medidas estão ameaçadas, gerando desemprego na profissão, bem como a ausência de recursos para as instituições responsáveis pela conservação e pesquisa dos acervos, tornando urgente novas estratégias (RODRIGUES, 2016; CAMPOS, 2015).

O que termina de facto, neste processo preocupante à escala internacional, é um modelo neoliberal de gestão da arqueologia, que assumiu a dupla ilusão de que se poderia criar um setor dominantemente privado sem que fosse possível criar um correlato mercado de produtos comerciáveis.

2. PROBLEMAS DA NATUREZA, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA

A arqueologia assistiu, nas últimas décadas, não apenas, ou sequer fundamentalmente, a um crescimento demográfico e de recursos financeiros, mas sobretudo a um desenvolvimento metodológico e técnico sem precedentes. Em todos os domínios, dos estudos de evolução humana à arte rupestre, a

arqueologia acompanhou de forma exemplar a integração disciplinar e tecnológica, num primeiro momento focada nos estudos contextuais de pequena e média escala (muito por influência das perspetivas teóricas dos investigadores envolvidos), mas depois também na discussão dos processos em grandes escalas espaciais e temporais. Esse aprofundamento e diversificação das especialidades da arqueologia foram-na aproximando cada vez mais de um morfologia de "engenharia" do passado, o que se revelou na proliferação de especialidades técnicas muito detalhadas, e foi possível na base de um grande crescimento do volume de recursos financeiros dedicado a estas pesquisas (boa parte do qual proveniente dos estudos de impacte ambiental), não alheio a uma relação renovada do capitalismo com o património (FUNARI & ROBRHAN-GONZALEZ, 2008).

Três dificuldades não foram suficientemente consideradas na origem desta reorientação, gerando parte dos problemas atuais. Em primeiro lugar, como assegurar uma formação universitária que, acompanhando a formação técnica cada vez mais exigente, mantivesse a capacidade de formar arqueólogos, e não apenas técnicos altamente qualificados sobre processos analíticos, mas desprovidos de meios para os fazer convergir para sínteses interpretativas globais. Em segundo lugar, como assegurar a sustentabilidade financeiro desse modelo, particularmente face a períodos de possível escassez de recursos financeiros na sociedade em geral. Finalmente, como envolver a sociedade nesse processo, e com que objetivo (OOSTERBEEK, 2014a).

2.1. A formação de arqueólogos

A dimensão da formação é sem dúvida a mais relevante, pelo seu impacto duradouro no tempo. Foram, e ainda são, formados milhares de jovens em cursos de primeiro ciclo que, de forma crescente, ou se revelam frágeis no escopo técnico ou são débeis na formação histórica e filosófico-cultural. Em Portugal, e na Europa em geral, esta realidade foi agravada pelo processo de Bolonha, que reduziu a 3 anos o primeiro ciclo de estudos, mas em rigor o problema não se resolveria com apenas quatro, ou mesmo cinco anos de estudos de primeiro ciclo. Diferentes modelos seriam possíveis, eventualmente assumindo que o primeiro ciclo se orientaria para a formação de especialistas de "uma coisa qualquer, relevante para a arqueologia" (nos diferentes domínios básicos das ciências naturais, exatas ou humanas), com um segundo ciclo de pré-especialização num campo particular da arqueologia (de recorte laboratorial ou cultural) – em modelos deste tipo, ambos os ciclos conduziriam a perfis profissionais claros, impondo porém que a profissão de "arqueólogo" fosse decomposta em especialidades e níveis (como na engenharia). Porém, o que se foram construindo, em geral, foram primeiros ciclos muito diversos (uns mais técnicos, outros mais teóricos, outros híbridos…e todos ignorando as dificuldades geradas pela atual preparação escolar anterior ao ensino superior), mas formalmente equivalentes. Esta ordem de dificuldades é obviamente compreendida pelos departamentos de ensino (OOSTERBEEK, 2006), que porém são constrangidos a manter uma máquina de formação de primeiro ciclo (com contingentes de ingresso relevantes) devido à pressão dos governos em torno de *ratios* docente/aluno que são insustentáveis. Neste afã, a pressão vai no sentido de "formar para o mercado" e essa tendência, mais tecnológica, tem uma relação direta com a segunda ordem de problemas.

2.2. A sustentabilidade da arqueologia e a criação do mercado arqueológico

A questão da sustentabilidade do crescimento financeiro da arqueologia não foi verdadeiramente considerada no processo. Foi criado um mercado de serviços, associado aos impactes ambientais, garantindo que empresas poderiam ser criadas e progredir graças à imposição desses serviços pelo Estado. Após um primeiro momento de alinhamento estratégico apoiado em relações demasiado íntimas entre empresas e agentes públicos (não necessariamente por má intenção, mas pelo facto de os defensores do modelo de mercado serem, em boa parte, agentes públicos, não existindo ainda empresas do setor), o progressivo recuo do Estado para a função de regulador revelou a dificuldade de juridicamente controlar a qualidade de serviços públicos cujo benefício social não é imediatamente percebido. Os serviços prestados pelo mercado da arqueologia são distintos dos setores produtivos, cujos produtos (da energia ao cultivo de cereais) são diretamente apropriáveis, em maior ou menor quantidade, pelos cidadãos. São, igualmente, distintos dos serviços socioambientais, dado que estes ou correspondem a necessidades de sobrevivência (como a saúde ou a alimentação), ou a necessidades de inserção social (como a educação ou os serviços administrativos),

ou podem pelo menos ser passivamente apropriados por todos os cidadãos, como os que resultam dos estudos de impacte ambiental, pois por um lado geram um benefício ecológico com impacte direto sobre todos no plano individual (qualidade da água e do ar, biodiversidade) e por permitem que cada um se aproprie em parte dos bens gerados (a água que se bebe, o ar que se respira, as aves que se observa a sobrevoar um território…).

Os bens arqueológicos, ao não serem apropriáveis no plano individual (realidade proibida em termos legais, exceto em casos muito excecionais) impede que se possa considerar o mercado da arqueologia como equivalente a qualquer dos demais existentes. Não é possível a um cidadão vir a ser legalmente detentor de objetos provenientes de uma escavação arqueológica, mas também não é possível uma apropriação passiva desses bens se não houver uma educação específica para os converter em necessidade, contrariamente ao que ocorre com a água ou ar, e em geral ao que no Brasil, em termos jurídicos, se designa por "bens difusos", nem públicos nem privados (MOURÃO, 2009). Ainda que se possa considerar os bens arqueológicos como bens difusos, eles só podem ser apropriados cognitivamente e não apenas sensorialmente.

O mercado da arqueologia foi criado em Portugal de forma estruturada apenas com o estabelecimento do Instituto Português de Arqueologia no final da década de 1990, e em diversos outros países também entre essa década e o início da seguinte. Ele poderia configurar, pelas razões apontadas acima, a forma de um mercado reservado e articulado com os tributos do Estado para fins de interesse nacional mas não necessariamente social (como no caso do mercado das armas), não sendo evidentemente essa a intenção da sua criação. Na ausência de uma reflexão prévia sobre esta dificuldade (falta de reflexão prospetiva comum a grande parte das propostas neoliberais), porém, foram emergindo vetores que suscitavam adequado interesse da sociedade.

Entre esses vetores, assumiram especial relevo três: o turismo (e com ele o Património, acompanhando uma deriva global que conhece hoje o clímax da negação da história racional em favor da memória), o fascínio das técnicas (a absorção da arqueologia pelo foco pragmatista da verdade revelada em laboratórios, reduzindo o espaço da pluralidade de perspetivas em favor do pensamento único condensado em provetas) e o envolvimento não da sociedade mas com as "causas sociais" (fragmentando a unidade humana do conhecimento arqueológico em produções de histórias locais substantivas de reivindicações particulares). Sendo importantes e válidas as dimensões económica (associada ao turismo), e social (associada à valorização das técnicas e à relevância dos patrimónios para as comunidades), o facto de a arqueologia de mercado ter sido cada vez mais vinculada a esses vetores pragmáticos (consequência do quadro neoliberal de que emergiu, ainda que não de forma consciente), reduziu ao mesmo tempo a visibilidade e interesse de uma arqueologia valorizadora da dúvida, da reflexão crítica, da argumentação (neste caso, processo potenciado pela lógica de afirmação do conhecimento essencialmente por artigos e não por obras de maior fôlego).

Para além das consequências perversas, no plano cognitivo, de um orçamento da arqueologia essencialmente apoiado no mercado, não foi suficientemente prevista a sustentabilidade em período de recessão económica, como aquele em que de forma clara se entraria antes do final da primeira década do presente século. Num contexto nacional, mas também europeu e mundial, de severos cortes na despesa pública, enquanto noutros setores (com mais direta dimensão de imprescindibilidade social, como as atividades produtivas ou os serviços antes referidos) a resposta neoliberal reforçou o setor privado, transferindo para ele os recursos e potenciando um maior fosso social, no domínio da arqueologia essa mesma resposta precipitou o quase colapso total do setor privado e de grande parte das atividades arqueológicas (o que de certa forma evidenciou o erro das estratégias neoliberais para a arqueologia da fase anterior, de que é exemplo a errática e ilusória estratégia de criar a Fundação Côa, gerando crescente dificuldades à pesquisa e proteção do complexo arqueológico). O que reemergiu neste ciclo foram por um lado os centros de pesquisa e, por outro, ou empresas fortemente ligadas a alguns desses centros, ou empresas especializadas em serviços de elevada complexidade tecnológica (que conquistam nichos de um mercado pago em grande medida por recursos da ciência, mas justificado pela permanente inovação tecnológica que equipas tematicamente mais diversas não conseguem acompanhar, designadamente no plano dos investimentos em equipamento e software) ou empresas claramente ancoradas na lógica do património e da memória (incluindo a construção de museus por vezes desprovidos de coleções). O que

não reemergiu, embora tivesse sido muito forte e relevante no passado, foram as associações e estruturas similares da sociedade civil, restando uma arqueologia profissional pauperizada, que se teria podido antecipar (OOSTERBEEK, 2003).

A maior perda, porém, foi o enfraquecimento da base institucional da arqueologia, devido ao desinvestimento público nos centros de pesquisa e formação (que acompanhou a emergência do chamado "mercado do ensino superior") e da referida fraca resiliência dos seus substitutos privados. A transformação de grande parte da atividade arqueológica em prestações de serviços no âmbito de ciclos de curto prazo (projetos de impacte ambiental, mas também o financiamento quase exclusivamente por projetos, em que os "overheads" tendem a alimentar máquinas burocráticas mas não a capacidades institucional dos centros – mais uma vez uma realidade muito mais ampla do que a arqueologia ou um país, que afeta a generalidade da Europa e a maioria dos países) diminuiu a capacidade de manter programas estáveis de pesquisa com duração média (5 a 10 anos) ou superior (sendo dominante o ciclo de 3 anos, como se verifica na maioria das bolsas de pesquisa e formação avançada). Certamente com exceções importantes (a lógica de afirmação de alguns grandes centros na Europa, mas nenhum em Portugal), mas globalmente invertendo a tendência de crescimento que arqueologia vinha registando desde a década de 1950. Problemas como a limitação de tempo para a realização das pesquisas, as limitações seletivas de orçamento associadas ao custo crescente das infraestruturas, a pauperização dos profissionais, o consumo crescente de tempo útil no cumprimento de tarefas burocráticas e repetitivas, a acumulação crescente de acervos não estudados ou meramente objeto de relatórios preliminares, os problemas agravados da sua conservação… são componentes articuladas da tendência atual e de um modelo que assumiu o mercado como seu principal motor de crescimento e sustentação.

2.3. Arqueologia e sociedade

Naturalmente, um fator crucial da sustentabilidade, o interesse da população, foi sendo considerado desde cedo, sendo o único dos três grandes problemas que referimos acima a ter merecido extensa reflexão e publicação. O Brasil terá sido o precursor de uma nova abordagem à relação com a sociedade, ao impor, desde 2002, a obrigatoriedade de "educação patrimonial" no âmbito dos trabalhos arqueológicos (BASTOS, SOUZA & GALLO, 2005). Portugal também viria a assumir esta perspetiva, ainda que mais tarde e de forma mais mitigada. Porém, na ausência de uma estratégia integrada de gestão dessa educação patrimonial (o que implicaria a sua articulação permanente com o ensino, saindo dos ghettos dos serviços e tutelas da cultura), ela foi, em grande medida, implementada como uma obrigação exterior ao processo normal de educação na sociedade e percecionada mais como obrigação (para os arqueólogos e para os beneficiários de tais ações) e menos como uma necessidade socialmente útil.

Existem certamente inúmeros bons exemplos contrários ao que afirmamos. Desde a década de 1990 que se foram desenvolvendo experiências de educação integrada com base na arqueologia, de que são exemplos o programa Andakatu desenvolvido pelo Museu de Arte Pré-Histórica de Mação em Portugal (MATIAS, OOSTERBEEK *et al.* 2011; CURA, S., CURA, P.& OOSTERBEEK, L. 2008) e o projeto Pró-Artes desenvolvido na Serra da Capivara no Brasil (IGNÁCIO, 2017). São conhecidas experiências museológicas interessantes, como alguns parques arqueológicos e arqueodromos na Europa. Mais recentemente, ao mesmo tempo que os Museus se abriam a públicos não tradicionais, envolvendo cruzamentos interdisciplinares, por exemplo com as artes (e o Museu Nacional de Arqueologia é um exemplo disso), alguns ensaios de eventos massivos têm sido estruturados (de que, em Portugal, a *Festa da Arqueologia* promovida pela AAP é o principal exemplo). Mas tal não impede que tenham permanecido exceções e não a regra dominante (e apenas por isso sejam recorrentemente tão elogiados e mencionados).

Ao mesmo tempo, se houve muita reflexão sobre "como fazer educação patrimonial", foi muito escassa a reflexão crítica sobre "para quê" fazê-lo, para além de um reconhecimento, certamente adequado mas insuficiente, do direito a esse conhecimento e da obrigação ética dos arqueólogos.

Num planeta em que o ensino das humanidades é colocado em questão em diversos países, e em que a defesa desses campos de saber passa cada vez mais por construir uma estratégia conjunta e não pela afirmação corporativa de especialidades (história, arqueologia, antropologia, linguística e literatura, arqueologia, etc.), não nos parece que tenha futuro uma estratégia essencialmente apostada na educação patrimonial, ainda que esta possa ser uma com-

ponente útil de um novo rumo. Da mesma forma, pelas razões antes aduzidas sobre as contradições intrínsecas do modelo neoliberal de mercado de arqueologia, não cremos que a sustentabilidade da arqueologia passe essencialmente por esse caminho, ainda que debates atuais sobre possíveis novos quadros jurídicos internacionais sobre a apropriação de bens arqueológicos possam vir a relançar a dimensão privada da arqueologia (OOSTERBEEK, SOARES & CEREZER, 2013). Finalmente, com a generalização de uma estrutura de formação superior com um primeiro ciclo de estudos generalistas (grandes áreas básicas) ou formação profissionalizante (técnicas), não nos parece que o modelo dominante de formação que assume esse primeiro ciclo como essencial, contra a realidade dominante dos demais países, possa durar muito mais tempo nos países que o adotaram de forma plena (como Portugal) ou hesitante (como o Brasil).

Importa, sobre esta base, pensar como preparar um quadro coerente, academicamente sólido, sustentável e socialmente relevante, para a arqueologia das próximas décadas. Num cenário global de incertezas, não é possível antever qual será a realidade num horizonte de dez anos, mas é possível compreender que não será o regresso à arqueologia da década de 1980 (o quadro disciplinar e multidisciplinar da arqueologia atual não o permite), nem a continuidade do modelo de mercado (que se arrasta num ocaso lento e doloroso, mas irreversível). Mas é possível acordar no que se pretende em termos da área de conhecimento, e implementar estratégias nessa direção. Tal implica repensar para que serve a arqueologia na sociedade (OOSTERBEEK, 2011).

3. REPENSAR A FUNÇÃO SOCIAL DA ARQUEOLOGIA

Importa agora, quando ainda existem alguns recursos financeiros, repensar, e em larga medida relembrar, para que pode servir a arqueologia, para além do apoio à gestão patrimonial. Falamos, neste campo, de compreensão da dimensão temporal que lhe é específica, dos métodos rigorosos de reconstrução espacial, da integração que propicia entre geociências e humanidades, da incorporação especificamente orientada para a cultura material de quadros de referência da antropologia ou da tecnologia, da ocasião rara de promover a inserção de jovens na *praxis* da ciência em trabalhos de campo e de laboratório,… mas falamos também da recolocação de problemáticas que importa discutir abertamente, como a didática integrada das artes e ciências através da experimentação, a ineficiente legislação aplicada ao tráfico de bens arqueológicos, a relação com a inovação tecnológica, ou a estruturação de novos quadros de referência de gestão territorial.

Uma primeira dimensão a considerar é a do contributo da arqueologia na estruturação da noção de tempo (BAILEY, 2007). A compressão e presentificação do tempo, que diminuiu drasticamente a competência de enquadrar os eventos numa escala temporal longa, resulta de diferentes processos, como a aceleração das transformações tecnológicas, a digitalização ou a redução do ensino das disciplinas históricas no ensino pré-universitário. Essa compressão do tempo não permite a grande parte da sociedade encetar exercícios de prospetiva, ou refletir de forma aprofundada sobre as consequências de ações presentes no futuro. Mesmo quando certas temáticas parecem ser compreendidas (como a noção de evolução humana ou a sensibilidade às modificações ambientais), trata-se de saberes não raro superficiais e decorrentes de mecanismos de informação e propaganda sistemáticos, e não tanto de conclusões decorrentes de raciocínios próprios complexos (o que explica a sua rápida reversão, como hoje ocorre, em muitos países, a respeito da evolução humana).

A compressão do tempo também não permite compreender os diversos processos adaptativos no passado, para além de algum fascínio mediático por certas temáticas como a arte rupestre ou as origens da humanidade, vinculadas a uma sobrevivência dos gostos pelo exótico e a uma ilusão identitária. A perda de noção da complexidade dos processos históricos agrava as dificuldades de prospetiva e compreensão da dinâmica das contradições socioculturais, mas de uma forma mais ampla o enfraquecimento da noção de tempo longo acarreta a inacessibilidade de muitas temáticas da arqueologia. São exemplos de temáticas nucleares de pesquisa não compreensíveis fora do tempo longo: as primeiras ocupações humanas; a origem, contextos e significado da arte rupestre; as tecnologias pré-históricas; os sistemas de organização dos habitats e modelos de povoamento; as recorrências e tradições; as formas de identificação e transformação de matérias-primas; as adaptações ao clima e às modificações ambientais; as relação entre geologia, ambiente e comportamento humano,…

Neste contexto, a praxis da arqueologia, enquanto atividade que pode e deve envolver não profissionais em diferentes etapas da sua atividade de pesquisa, permite alargar a noção de tempo e aprofundar temáticas como a origem e evolução da espécie das suas manifestações adaptativas e comportamentais, de forma reflexiva.

Uma segunda dimensão de potencial impacto social da arqueologia concerne a dimensão do espaço e a relação entre territórios.

Existe uma forte interligação entre Gestão do Território, Património Cultural e Arqueologia. Sendo objeto da Arqueologia o estudo do espaço como matriz de relações entre objetos e materialidades, sendo aceite como estável a sua posição espacial e a distribuição (variabilidade) das suas propriedades num sistema euclidiano, existe uma convergência clara entre as metodologias de análise territorial em arqueologia, que privilegiam o espaço e abordam o tempo a partir do registo das descontinuidades, e as metodologias de gestão do território, que ultrapassam dicotomias conceptuais sem as cancelar, mas integrando-as de forma dialética (ANASTÁCIO, OOSTERBEEK & ROSINA, 2015).

Num quadro de enfraquecimento crescente das noções de espaço. tempo e causa, produto da alienação dos processos produtivos exponencialmente acelerada pela digitalização, a arqueologia apoia-se num processo cognitivo centrado na tangibilidade do espaço euclidiano, ao mesmo tempo que incorpora a discussão sobre a construção do espaço não apenas a partir de dados fisiográficos mas evidenciando relações complexas (arqueologia da paisagem). Nesse sentido, a *praxis* da arqueologia aproxima-se da nova geografia e ajuda a compreender como processos similares operam de formas distintas em escalas distintas, conhecimento especialmente importante na sociedade atual, em que a velocidade de transportes e comunicações tende a comprimir a perceção da relação espaço-tempo.

Desta forma, a arqueologia explicita a importância do cruzamento das metodologias apoiadas na probabilidade, que prevalecem nas ciências, e das metodologias apoiadas na comparação, que prevalecem nas humanidades, não absolutizando nem umas nem outras, e dessa forma credibilizando o raciocínio científico (cada vez mais posto em causa, com graves consequências para a sociedade).

Por outro lado, a *praxis* da arqueologia ajuda a controlar a tangibilidade no espaço e na produção de materialidades, sendo o espaço a principal dimensão dos estudos de base arqueológica sobre o passado. A importância da arqueologia decorre da sua afirmação como disciplina do tangível (OOSTERBEEK, 2004), que deve explicar o comportamento humano com base em dados materiais, mas que se estrutura interpretando esses dados através de metodologias da história e da antropologia, ultrapassado a estéril descrição de contextos e achados (arqueografia) através de sínteses complexas, sem se reduzir a uma narrativa desconectada de qualquer realidade tangível.

Uma terceira contribuição social da arqueologia decorre da sua relação com as tecnologias digitais, e a permanente vinculação entre estas e as materialidades. Neste domínio, a arqueologia é irredutível à dimensão puramente digital, ainda que utilize amplamente os avanços tecnológicos neste domínio. Por essa razão, não são museus de arqueologia os que se reduzem á projeção de imagens e a cenografias de base digital. Uma preocupação essencial é a de como incorporar as tecnologias digitais na museografia arqueológica, reforçando a compreensão da tangibilidade. Processos orientados para a valorização não apenas de artefactos (materiais) mas dos seus contextos (representados virtualmente), contribuem nesse sentido. O papel educativo das peças arqueológicas, passa também pela sua manipulação, sendo que as tecnologias digitais podem permitir a manipulação realizando modelos 3D que replicam originais, mas a experimentação permite compreender as cadeia operatórias e reforçar a noção de causalidade no espaço e no tempo. Ao mesmo tempo, a incorporação das tecnologias digitais permite "alcançar o inalcançável", possibilitando o contato tangível com réplicas de objetos especialmente frágeis ou raros. Um exemplo claro desta combinação de técnicas e conceitos é a construção de Lascaux IV, uma grandiosa conceção tecnológica apoiada no rigor da investigação, que transporta o visitante para o mais intimo dos detalhes da história da descoberta da caverna, das suas pinturas e até o incorpora, através de dispositivos 3D na própria escavação da gruta, tropeçando nas peças que se espalham pelo chão, como se elas realmente ali estivessem.

Uma quarta dimensão de impacto social da arqueologia é a esfera do ensino, promovendo a integração multidisciplinar e a *praxis* da ciência em torno de materiais e contextos arqueológicos, e das técnicas para o seu resgate e interpretação. Neste con-

texto, a arqueologia pode ser um instrumento de ensino integrado de diferentes disciplinas. Como refere Sônia Florêncio, "No que se refere à prática educativa, é preciso considerar o patrimônio cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Além disso, é preciso incentivar o envolvimento das instituições que atuam nos processos educacionais, formais e não formais, no campo da Educação Patrimonial". (FLORÊNCIO, p. 26, 2012).

Segundo Grunberg (2000) os bens culturais refletem a organização social, política e econômica da sociedade, o que permite recompor os grupos sociais que compunham aquela cultura. Independentemente da sua categoria, esses bens testemunham momentos históricos de uma determinada classe social, possibilitando assim, um leque de informações a serem captadas, ou seja, uma experiência concreta de evocação do passado, conferindo sentido à importância de guardar e preservar esses registos. A prática de ensino envolvendo os bens culturais, principalmente, aqueles que fazem parte do quotidiano da comunidade contemplada, é uma metodologia fecunda neste sentido.

São exemplos os projetos Pró-Arte e EPA, no Brasil. O Projeto EPA é a construção formativa em Educação Patrimonial, tendo como base uma amostra das comunidades dos municípios que contemplam bens classificados, registados e significativos do Estado do Piauí com o envolvimento do público-alvo nas ações educativas desenvolvidas pelo/no projeto (IGNÁCIO, 2017). O projeto Pró-arte FUMDHAM teve seu início em 2001 com jovens e crianças de pequenas comunidades da área envolvente do Parque Nacional Serra da Capivara e foi composto de três programas correlacionados: dança, música e artes visuais. Era seu objetivo, na prática quotidiana dos jovens e crianças, ajudá-los a transformar os seus potencias em competências (BUCO, 2014). Desde 2002, com parceria do Instituto Ayrton Senna, o foco foi promover mudanças sociais através da realização de atividades baseadas na teoria dos quatro pilares da educação, desenvolvida pela UNESCO. O projeto pedagógico envolveu as comunidades numa dinâmica de conhecimento do complexo de arte rupestre e arqueologia do Parque nacional (Património Mundial da Humanidade) contribuindo para a formação das novas gerações.

Uma quinta dimensão, pouco discutida, relaciona-se com a relação entre conhecimento, apropriação intelectual, tangibilidade e propriedade, na construção de uma valorização das materialidades como referentes do comportamento. Os vestígios arqueológicos, pela singularidade de serem maioritariamente desprovidos de significativo valor fora dos seus contextos, requerem uma compreensão que convoca sistematicamente duas esferas: uma eminentemente técnica e tangível (tecnologias antigas) e outra fundamentalmente narrativa e intangível (interpretações se funcionalidade e significado). São, por isso, especialmente adequados a uma didática da relação de interdependência entre essas esferas, especialmente importante no atual contexto da sociedade digital, que, como referimos, tende a dissolver as competências cognitivas nesse domínio.

Porém, contrariamente a outros vestígios e testemunhos materiais, como os livros, as obras de arte ou o mobiliário de época, escapam à esfera da propriedade privada (a não ser que tenham sido incorporados no passado ou de forma ilegal). A questão que se coloca neste cotexto é a de saber se a manipulação física dos objetos e a sua apropriação privada é relevante, ou não, para uma valorização cultural dos mesmos. Esse é um tema que tem sido discutido em termos internacionais, sendo que nos parece que o bloqueio ao convívio quotidiano com os objetos arqueológicos, apenas plenamente possível quando os mesmos são parte integrante do espaço doméstico, constitui um poderoso fator do desinteresse pelo investimento social em arqueologia, quando comparado com as artes. Deve, aliás, registar-se que esse desinteresse contraria uma evidente atratividade da arqueologia enquanto prática (sobretudo entre os mais jovens, precisamente porque aí podem estabelecer uma relação tangível com o passado) e das notícias sobre grandes achados arqueológicos (arte rupestre, fósseis humanos, etc. – ainda que, neste caso, a relação tenda a ser mais superficial e limitada a um exercício de afirmação identitária). Trata-se de um tema complexo, que em alguns contextos jurídicos se tenta contornar através de categorias híbridas como a de "bens difusos" (que, no ordenamento jurídico brasileiro, se reportam a bens que não podem ser privatizados mas são consumíveis individualmente, como o ar).

Finalmente, uma dimensão da arqueologia que pensamos ter grande relevância para a sociedade é a potencial utilização combinadas dos métodos de análi-

se espacial e de arqueologia experimental, na gestão e governança dos territórios. A arqueologia, como refere François Djindjian (2010), é uma especialidade que estuda e explica a extinção de culturas e civilizações, documentando a articulação entre os seus constrangimentos externos e as suas dinâmicas internas. Nesse sentido, ao combinar métodos de diversas disciplinas para o estudo de contextos espaciais no passado, a arqueologia propõe um exercício analítico que, a ser correto (como certamente pensamos que é) pode ser aplicado às sociedades contemporâneas. Essa tem sido uma das nossas linhas e pesquisa, que originou a criação de uma parceria estratégica de gestão territorial e, mais recentemente, de uma associação internacional de investigação nesse domínio (www.apheleiaproject.org). Têm aqui especial relevância os instrumentos de tecnologias de informação geográfica, nomeadamente os sistemas de informação geográfica, nomeadamente quando se cruzam com séries temporais.

Com efeito, as tecnologias de informação geográfica, nomeadamente os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) são instrumentos tecnológicos ao serviço da gestão do património e do território, utilizados para efetuar análises geográficas de uma forma integrada, possibilitando a combinação dos seus elementos geográficos constituintes e a informação que se deseje associar aos mesmos (ANASTÁCIO, 2012). Através deles é possível caracterizar morfologicamente o território e dispor de inventários atualizados que proporcionam uma gestão racional dos recursos culturais, por meio de processos interativos que permitem simular alternativas de evolução e de intervenção territorial. Assim, os SIG constituem um importante mecanismo de valorização e defesa do património, podendo colocar estes no centro de estratégias de desenvolvimento territorial (enquanto núcleo de saberes e de identidade), pois permitem o aumento do rigor e a qualidade da informação geográfica, se forem respeitadas as metodologias e técnicas subjacentes à ciência da informação geográfica (ANASTÁCIO *et al,* 2015). A integração de diversas áreas do conhecimento e de diversas abordagens metodológicas permitem relacionar os recursos culturais com o uso do solo e segundo (ZOCCHE *et al,* 2012) definir o seu grau de ameaça da sua integridade e estabelecer um regime de proteção com objetivo da sua sustentabilidade cultural.

A articulação entre a Gestão do Património e a Gestão do Território na lógica da gestão prospetiva dos recursos culturais (FERNANDES et al., 2014), só é verdadeiramente eficaz se toda a base geográfica de construção do conhecimento estiver baseada em projetos SIG, pois estes constituem um importante suporte na medida em que permitem a gestão das interações entre, os espaços físicos, as atividades humanas e o uso sustentado dos recursos existentes. A arqueologia, por ter um interesse sobre um número muito elevado de dados espaciais e por os projetar no tempo, pode contribuir para a densificação da compreensão dos recursos dos territórios, dessa forma potenciando a sua valorização global, ao mesmo tempo que pode estruturar modelos de gestão global e de governança (OOSTERBEEK, 2014b).

4. COMENTÁRIO FINAL

Como referem Cristina Ortega e Isabel Peris (2013), a gestão cultural, na qual se inscreve de forma relevante a arqueologia, está a colocar novos desafios às políticas culturais e a abrir novos nichos de pesquisa temática. Pensamos que essa realidade é especialmente relevante para a arqueologia, devido à natureza multidisciplinar que possui e ao facto de se apoiar numa *praxis* que, se aberta ao envolvimento da sociedade (não apenas em termos de fruição de resultados mas de construção de conhecimento), poderá abrir novos e amplos campos de atuação, mais sustentáveis do que as ações de salvamento patrimonial associadas a grandes obras ou ao turismo, dado que estas são muito dependentes dos ciclos de crescimento económico que tenderão as er cada vez menores e mais curtos.

Naturalmente, tal não significa o abandono de nenhuma das dimensões do trabalho arqueológico já reconhecidas e implementadas, e sobretudo implica que o principal interesse, e fundamento de qualquer outra atividade arqueológica, é a construção de conhecimento sobre o passado na base do estudo das materialidades que dele se resgatam.

Um programa para uma arqueologia sustentável, em Portugal e noutros países, implica, como noutros domínios do saber, a compreensão e valorização pela sociedade dessa atividade. É fundamental não considerar nada como garantido, nem nenhuma estrutura institucional como impossível de ser posta em causa, como se pode verificar na história recente em Portugal.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação para a Ciência e Tecnologia o apoio à pesquisa no âmbito das origens da agricultura no vale do Tejo (projeto "Moving Tasks Accross Shapes" – PTDC/EPH-ARQ/4356/2014), bem como o apoio aos trabalhos de pesquisa em gestão territorial do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra (projeto estratégico UID/Multi/00073/2013).

BIBLIOGRAFIA

ANASTÁCIO, Rita (2012) – Instrumentos de Gestão Integrada do Território. In SCHEUNEMANN, Inguelore; OOSTERBEEK, Luiz, eds. *Integrated Landscape Management: economy, society, environment and culture.* Rio de Janeiro. IBIO, pp. 241-252.

ANASTÁCIO, Rita; OOSTERBEEK, Luiz; ROSINA, Pierluigi (2015) – Gestão integrada do território e do património: a importância dos sistemas de informação geográfica. *Revista SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades*. Santiago de Compostela. Vol. 27, pp. 187-197.

BAILEY, Geoff (2007) – Time perspectives, palimpsests and the archaeology of time. *Journal of Anthropological Archaeology*. Volume 26, Issue 2, pp. 198-223.

BASTOS, Rossano; SOUZA, Marise e GALLO, H. (2005) – *Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico*. São Paulo: IPHAN/ 9ªSR.

BUCO, Cristiane (2014) – O caso da Serra da Capivara, vinte anos de socialização do conhecimento através da arte-educação. *Revista ALTER IBI*. Lisboa. Vol. 1(1), pp. 34-45.

CAMPOS, Juliano Bitencourt (2015) – *Arqueologia entre rios e a gestão integrada do território no extremo sul de Santa Catarina – Brasil*. Tese (Doutoramento em Quaternário, Materiais e Cultura). Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

CRUZ, Ana R.; OOSTERBEEK, Luiz coord. (1997) – *1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico – perspectivas em diálogo*, Tomar, série ARKEOS, vol.1, Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo.

CURA, S., CURA, P., OOSTERBEEK, L. (2008) – Projecto Andakatu: Didáctica da Pré-História através da Experimentação in Arqueologia Experimental – recriações do passado em ritmos do nosso tempo. In: *Actas das Sessões do Fórum Valorização e Promoção do Património Regional,* vol 4.Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Côa, pp.54-59.

DJINDJIAN, F. (2010) – Le rôle de l'archéologue dans la societe contemporaine. IN: *Revue Diogène*, vol. 229-230, pp. 78-90.

FERNANDES, Delfim; ALONSO, Joaquim; JULIÃO, Rui Pedro; LOURENÇO, Júlia; RAMOS, Rui (2014) – O uso de SIG no Património Cultural: O caso do Alto Douro Vinhateiro. *Revista Engenharia Civil*. Braga. Nº48, pp. 7-21.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim (2012) – Educação Patrimonial: um processo de mediação. In TOLENTINO, Átila Bezerra, org. *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, pp. 22-29.

FUNARI, Pedro Paulo; ROBRHAN-GONZALEZ, Erika (2008) – Ethics, Capitalism and Public Archaeology in Brazil. *História* (São Paulo, UNESP), v.27, n.2, p.13-30.

GRUNBERG, Evelina (2000) – *Educação Patrimonial: Utilização dos bens culturais como recursos educacionais*. Chapecó, SC: Cadernos do CEOM, Argos, nº 12, pp. 159-180.

IGNACIO, Elaine (2017) – Knowledge in Construction – EPA Project. In OOSTERBEEK, Luiz; WERLEN, Benno; CARON, Laurent, eds. *Sociocultural matrices. Transdisciplinary contributions to integrated cultural landscape management. Vol. III*. Mação: Instituto Terra e Memória, *série ARKEOS*, vol. 40, pp. 109-110.

MATIAS, Carlos P.; OOSTERBEEK, Luiz; CURA, Pedro *et al.* (2011) – Andakatu: educação patrimonial interactiva. IN: *Revista Tecnologia e Ambiente, Dossiê Arqueologia, Ambiente e Patrimônio*, v. 17, pp. 26-37.

MOURÃO, Henrique Augusto (2009) – *Patrimônio cultural como um bem difuso*: o Direito Ambiental brasileiro e a defesa dos interesses coletivos por organizações não governamentais. Belo Horizonte: Del Rey.

OOSTERBEEK, Luiz (2003) – Que futuro para as arqueologias profissionais?, IN: Carneiro, S. (coord.), *Nos 10 anos da APA - Que futuro para a arqueologia profissional?*, Porto, associação Profissional de Arqueólogos, pp. 3-12.

OOSTERBEEK, Luiz (2004) – Arqueologia Pré-Histórica: entre a cultura material e o património intangível. IN: *Cadernos do LEPAARQ*, Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, vol.I, nº 1, pp.41-54.

OOSTERBEEK, Luiz (2011) – Is There a Role for the Humanities in Face of the Global Warming and Social Crisis? IN: *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 14, pp. 97-103.

OOSTERBEEK, Luiz (2011) – Um Século e Meio de Conflitos na Arqueologia Preventiva em Portugal: entre o dever e o esquecimento. *Area Fomaniu*. Mação, Vol. 4, pp. 35-56.

OOSTERBEEK, Luiz (2014a) – Changing the gestures of the eyes to invent new landscapes. In: Oosterbeek, L.; Pollice, F. *Cultural heritage and local development. Local communities through heritage awareness and global understanding.* Ravello: appendix to *Territori della Cultura n. 18*, pp. 108-117.

OOSTERBEEK, Luiz (2014b). Gestão Integrada de Território em Morro do Pilar: uma nova visão para o uso inte-

ligente do território. IN: Oliveira, L.C. (coord,) *Morro do Pilar: cultura, memória, sustentabilidade e a antecipação do futuro*. Morro do Pilar: Instituto do Espinhaço, pp. 288-313.

OOSTERBEEK, Luiz. (2006) – O Ensino Superior e as Empresas de Arqueologia: uma relação imprescindível, IN: *Era-Arqueologia*, vol. 7, pp.6-14.

OOSTERBEEK, Luiz; SOARES, André; CEREZER, Jedson (2013) – Arqueologia Experimental e Direitos de Propriedade. IN: Preve, D.R.; Engelmann Filho, A.; Campos, J.B. (eds.), *Patrimônio Cultural, Direito e Cidadania.* Erechim: Ed. Habilis, pp.143-154

ORTEGA, Cristina; PERIS, Isabel (2013) – Novos Desafios para a Investigação Sobre Cultura: Prioridades de investigação no domínio Cultural da EU. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*. Lisboa. Vol. 1(2), pp. 48-70.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes (2016) – *A arqueologia colaborativa no tratamento de acervos patrimoniais para a sustentabilidade cultural das comunidades no Brasil: teoria e estudos de caso.* Tese (Doutoramento em Quaternário, Materiais e Cultura). Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

SAMASSÉKOU, Adama (2016) – Humanitude, an African perspective in a globalizing world. In: Oosterbeek, Luiz; Quagliuolo, Maurizio; Caron, Laurent. *Sustainability Dilemmas. Transdisciplinary contributions to integrated cultural landscape management.* Mação: ITM, ARKEOS series vol. 39-40, pp. 71-84.

SCHWARTZMAN, R. (2013) – Consequences of commodifying education. Academic Exchange Quarterly, 17(3), 41-46.

WERLEN, Benno (2017) – Action, Knowledge, and Social Relations of Space. In: P. Meusburger *et al.* (eds.), *Knowledge and Action*, Knowledge and Space 9. Springer: pp. 31-56.

ZOCCHE, Jairo; CAMPOS, Juliano; SCARPATO, P.; MARCOMIN, F. (2012) – Ecologia de Paisagem: bases teórico-metodológicas para o gerenciamento territorial. In OOSTERBEEK, Luiz; CEREZER, Jedson; CAMPOS, Juliano, ZOCCHE, Jairo, eds. *Arqueologia Iberoamericana e Arte Rupestre.* Tomar: CEIPHAR, série ARKEOS. Vol. 32, pp. 17-28.

A MEMÓRIA COMO FERRAMENTA DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Alexandra Figueiredo[1], Ricardo Lopes[2], Sónia Simões[3], Cláudio Monteiro[4], Adolfo Silveira[5]

RESUMO

No decorrer do desenvolvimento da Carta Arqueológica da Caldas da Rainha (CARACA), com o intuito de sensibilizar a população para a importância do património arqueológico, foi desenvolvido um ciclo de palestras sobretudo dirigida à classe sénior. Como objetivos pretendia-se compreender qual a ligação da população, desta faixa etária, com o património da região, seu reconhecimento e entendimento, bem como registar, pela realização de inquéritos orais, a possibilidade de novos indícios de vestígios arqueológicos. Os resultados obtidos foram tratados estatisticamente, permitindo uma análise do envolvimento da população na componente cultural do concelho, reconhecimento da sua história e da compreensão da sua importância como identidade e fator de pertença, bem como a identificação de mais de dez possíveis novos locais arqueológicos, desconhecidos da comunidade arqueológica. Este tipo de intervenção, junto da sociedade, revela-se uma ferramenta de pesquisa bastante produtiva e de educação patrimonial absolutamente eficaz, garantindo uma salvaguarda e registo do património mais eficiente.

Palavras-chave: Carta Arqueológica, Caldas da Rainha, Educação Patrimonial, Oralidade, Memória.

ABSTRACT

During the development of the Archaeological Chart of Caldas da Rainha (CARACA), in order to sensitize the population about the importance of archaeological heritage, was developed a cycle of lectures mainly directed to the senior class. The objective was to understand the link between the population, in this age group, and the heritage of the region, its recognition and understanding, as well register, through oral surveys, the possibility of new archaeological evidences. The results were statistically treated, allowing us to understand the connection of this age group with their identity, as well register more than ten possible new archaeological sites, unnoted buy archaeological community. This type of intervention, together with the society, proves to be a very productive tool in research and in heritage education, guaranteeing a more conscience in the heritage preservation and most efficient archaeological record.

Keywords: Archaeological Chart, Caldas da Rainha, Heritage Education, Oral Tradition, Memory.

1. INTRODUÇÃO

O projeto da Carta Arqueológica do concelho Caldas da Rainha tem vindo a ser desenvolvido, desde fevereiro de 2017, pelo Instituto Politécnico de Tomar e pela Associação sem fins lucrativos, CAAPortugal, com o apoio do Município.

Este projeto pretende fazer o levantamento e inventário arqueológico dos vestígios existentes no concelho, de modo a salvaguardar e valorizar o pa-

1. Instituto Politécnico de Tomar, Centro de Geociências; alexfiga@ipt.pt

2. Instituto Politécnico de Tomar – LabACPS; ricardoantuneslopes@hotmail.com

3. CAAPortugal; sonjasimoes@gmail.com

4. CAAPortugal; claudio.monteiro.cr@gmail.com

5. Universidade Autónoma de Lisboa; aasilveira@autonoma.pt

trimónio, criar um mapa de incidências para uma melhor gestão do PDM e compreender as dinâmicas de ocupação na região.

Uma vez que Caldas da Rainha é um concelho litoral, o projeto tem como foco o meio terrestre e o subaquático, congregando estes dois polos num único inventário, não separando os interesses ou as atenções que a população oferece quando valoriza o património da região. Assim, além do trabalho teórico-prático, que diz respeito à recolha e análise dos dados, é objetivo do projeto contribuir para uma melhor educação patrimonial, correspondendo desta forma à vertente tão importante da sensibilização cívica cultural.

Atualmente, as técnicas de educação e sensibilização patrimonial apresentam-se como ferramentas cruciais para a divulgação e reconhecimento, por parte da população, dos trabalhos desenvolvidos e da importância da preservação dos vestígios culturais, nomeadamente os arqueológicos. Estas desempenham um papel social fundamental, mediando e estimulando o conhecimento sobre a história e o património cultural.

A realidade acaba por estar ligada à identidade, que é traduzida pela pertença de um individuo a uma comunidade e logo ao património que ela sustenta. Por seu lado "o património só pode ser utilizado, quando pertencer a uma sociedade, isto é, quando é percebido como um bem coletivo, e logo por isso, tem de ser conhecido e reconhecido, apropriado e herdado" (FIGUEIREDO e BEREZOWSKI, 2017).

A oralidade é a uma das marcas identitárias de uma comunidade e é através dela que conseguimos, muitas vezes, retratar as vivências, o modo de vida e as tradições de um povo de determinada zona (XAVIER, 2009). É através da memória coletiva, da revivência de histórias e do passado, que surge a possibilidade de entendimento acerca dos hábitos, tradições, culturas, e em última instância, daquilo que fomos (POLLACK, 1992) e que somos.

Na área da arqueologia, a investigação das fontes orais é também uma estratégia que possibilita a descoberta de novas evidências e de novos sítios. Por vezes, os dados que se encontram registados nas fontes escritas não são suficientes, tornando obrigatório o contacto direto com as comunidades da área em estudo, pois são elas que detêm um conhecimento mais profundo e antigo da região onde habitam. Muitas das vezes este conhecimento não é consciente, sendo necessário a aplicação de atividades prévias que permitam relembrar e compreender o conhecimento que detêm.

As apresentações simples e objetivas, as palestras sobre o que se conhece e como foi encontrado, ou as tertúlias de discussão e troca de ideias, são exemplos de ações que podem ser desenvolvidas e que permitem uma formação cultural a uma camada mais idosa. Estas contribuem ainda, como focos dinâmicos sociais, para estimular as tais estruturas de apropriação e herança cultural referidas. Dependendo da atividade e do estimulo, permitem relembrar e apreender a reconhecer vestígios, tornando-se potenciais indicadores da existência de indícios patrimoniais. Este processo, que em algumas situações são alicerçadas em memórias passadas, somente constatadas aquando da aprendizagem, podem ser agora identificadas e transmitidas à equipa de arqueólogos como potenciais sítios.

Também, pela importância consciente e motivacional que vão conferir a essa aprendizagem, vão tornando-se, por sua vez, em agentes de educação patrimonial. Assim, estas atividades e ações de formação servem como "instrumento que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, …", reconhecendo o seu passado e tudo o que lhe está inerente como seu, ligando-o emotivamente a estes espaços de vida, habitando-os também socialmente." (FIGUEIREDO e BEREZOWSKI, 2017).

Se analisarmos o facto dos entrevistados serem de uma faixa muito idosa, observamos ainda o aumento da autoestima e o enriquecimento individual dos participantes, por permitir uma conexão com a equipa arqueológica e com um projeto útil para a região em que vivem.

2. METODOLOGIA

O ciclo de palestras, "Conversas sem Idade – Olhares diversos sobre o património arqueológico do concelho Caldas da Rainha", ocorreu no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios de 2017, tendo participado na iniciativa, apoiada pela Camara Municipal das Caldas da Rainha e organizada pelo Instituto Politécnico de Tomar e pelo CAAPortugal, dez entidades ligadas à solidariedade social.

Para se poder ter uma visão ampla da realidade do concelho, optou-se por uma difusão e colaboração com instituições de todas as freguesias, tentando criar uma imagem de conjunto que possibilitasse, porventura, a descoberta de novos sítios arqueoló-

gicos e uma compreensão da formação cultural das populações que habitam as diferentes regiões.
Metodologicamente optou-se por recolher a informação de uma forma simples e intuitiva, tendo sido preparados inquéritos que foram enviados às entidades participantes antecipadamente, de modo a poderem ser trabalhados pelos animadores e técnicos com os idosos.
Neste inquérito foram contemplados vários aspetos, não só diretamente relacionados com o conhecimento, por parte dos inquiridos, de evidências arqueológicas de relevo, mas também para uma perceção sobre o grau de conhecimento acerca do património em geral, tentando criar uma imagem abrangente do nível cultural da população. De referir que muitos dos inquiridos não sabiam ler nem escrever, pelo que os respetivos inquéritos foram preenchidos pelas animadoras dos centros e pela equipa do projeto, após a apresentação da palestra.
Desta forma, durante a semana em que ocorreu o ciclo de palestras, de 17 a 23 de abril, a equipa deslocou-se às associações e aos centros de dia, organizando as apresentações do projeto, dando a conhecer algum do património arqueológico já registado na região e em particular da freguesia onde se localizava o centro ou associação.
No final de cada apresentação foi aberta uma tertúlia informal, na qual foram trocadas impressões com o público e preenchidos os inquéritos, de modo a obter informações úteis à descoberta de novas evidências arqueológicas (Figura 1).
A abordagem utilizada foi de carácter simples e informal, adaptando a linguagem ao nível de alfabetização do público, tendo em conta algumas das limitações desta faixa etária e, tentando criar uma proximidade e confiança entre o público que assistia e os arqueólogos.
Nas atividades desenvolvidas foram apresentadas fotografias sobre o património de cada uma das freguesias. Por intermédio destas pretendia-se chegar a uma compreensão mais profundo dos elementos histórico-arqueológicos que estes pequenos grupos, normalmente têm contato ou reconhecem como património. De seguida, apresentavam-se outras possibilidades que se registam nas outras freguesias ou no contexto arqueológico português.
Aplicando estratégias pedagógicas ativas de relação, após a palestra, foram apresentadas e manuseadas pelo público alguns materiais reais provenientes de outros sítios arqueológicos, já intervencionados pela coordenação do projeto. Esta ação fez recordar aos presentes alguns materiais semelhantes que teriam visto durante a sua vida. Numa ligação de memória com o passado, o discurso, com o grupo de idosos, ia sendo orientado de forma a relembrar outros possíveis sítios que os mesmos tivessem conhecimento.
Após a atividade, os dados foram tratados estatisticamente e as informações da possibilidade de novos sítios, foram prospetados. A comunidade foi também convidada a colaborar no projeto, e nos casos possíveis, a participar nas prospeções de campo, levando-nos de uma forma mais direta aos locais mencionados.
Nos sítios onde se verificou a presença de vestígios arqueológicos foi feita uma explicação informal, quer de âmbito cronológico-ocupacional, quer dos materiais identificados, tornando gratificante o envolvimento ao habitante local e reforçando a componente da educação patrimonial, empreendida aquando das palestras.

3. RESULTADOS

Durante o ciclo de palestras foram preenchidos um total de cento e cinquenta e quatro questionários divididos pelas dez freguesias, de forma não equitativa. Através destes obtivemos informações bastante relevantes sobre potenciais sítios arqueológicos, como também na compreensão geral sobre o entendimento da população sobre os conceitos e vestígios que versão o património na região.
A maioria dos inquiridos apresenta uma idade entre os 80 e os 90 anos, o que para o projeto se mostrou proveitoso, considerando o intuito do registo de memórias antigas, quer ligadas ao património material, quer ao património imaterial, e que as gerações mais novas não detêm. Estas serão, sobretudo, tratadas noutro artigo. Concluiu-se ainda a necessidade de desenvolver, em futuras ações de sensibilização, um trabalho de partilha de saberes entre os idosos destas instituições e os mais novos, promovendo desde cedo o interesse pelo passado e, por conseguinte, de uma identidade comum de carácter regional que pode ser bastante profícua para a salvaguarda cultural e o reconhecimento patrimonial.
Observamos que o nível de escolaridade entre os entrevistados era deficiente. Uma realidade presente, de carácter nacional, entre as idades abordadas. A maioria diz saber o significado de património, mas atribui-lhe uma definição muito superficial,

não tendo noção da importância do seu conhecimento empírico na reconstrução do passado e na manutenção dos saberes e tradições. Cerca de 55% do total dos entrevistados tem conhecimento sobre os sítios históricos e patrimoniais mais emblemáticos da sua região.

De acordo com os resultados, a diferença de valores entre quem tem acesso ou não a eventos relacionados com o património não é muito díspar entre freguesias, contudo pudemos observar que a maioria dos inquiridos só teve acesso a este tipo de evento já em idade avançada, sobretudo por intermédio de saídas e excursões organizadas pelas instituições em que se encontravam inseridos (Figura 2).

Contudo ainda há uma percentagem de 30% dos inquiridos em que esta era a primeira atividade em que participavam sobre o tema.

Segundo as respostas aos questionários, a maioria dos entrevistados afirma que o município assume preocupações para com o património da região. Contudo, afirmam que estas ações de sensibilização e educação precisam de crescer, em número, fomentando assim o interesse pelo património e pelas "coisas antigas da terra" como eles referem. (Figura 3)

Por fim, conseguimos com este trabalho ter conhecimento de eventuais sítios arqueológicos ou de interesse patrimonial existentes no concelho.

A manipulação de materiais mostrou-se bastante produtiva. Uma grande parte dos idosos reconheceu os machados e as enxós em pedra polida, em anfibolito, da pré-história, como sendo pedras raio, provocadas pelas chuvas e ficaram admirados quando perceberam a real função e cronologia das mesmas (Figura 4 e 5).

No âmbito do reconhecimento de sítios ou potenciais áreas arqueológicas, as entrevistas ultrapassaram as nossas expetativas. De facto, em quase todas as freguesias em que desenvolvemos a atividade registamos informações que desconhecíamos e na quase totalidade, os habitantes se prontificavam a ir com a equipa ao local ou em auxiliar-nos a chegar lá. Tal situação ocorreu nos dois meses seguintes.

Assim, em termos de dados recolhidos, na freguesia de Alvorninha foram-nos fornecidas informações sobre alguns elementos patrimoniais, sendo de destacar na aldeia de Almofala, considerada uma das mais antigas da zona, a ponte romana, a antiga prisão, o sítio da Quinta da Cruz e a mina do Salgueiral. Outro dos locais referidos foi a gruta da Quinta do Pego, visitada pela equipa do projeto. Esta localiza-se junto à quinta antiga e abandonada da vila do Pego.

No que diz respeito à atividade desenvolvida na UF Tornada e Salir do Porto, ainda que tenha tido pouca afluência, registamos o indício da existência de um barco no fundo do rio Salir, sendo provavelmente a referência da embarcação encontrada em frente à duna de Salir do Porto, em 2012, que se encontra em constante processo de assoreamento.

Na freguesia de Salir de Matos constatou-se a existência de informações relevantes acerca de duas pontes, uma delas provavelmente romana, presente no lugar da Feteira e do testemunho de um achado de um machado, em anfibilito, na zona das Trabalhias, em área agrícola, por um dos idosos.

Os inquéritos efetuados aos utentes da Associação de Solidariedade Social da Foz do Arelho revelaram a existência de "seixos rolados" na estrada que liga a Foz do Arelho à cidade das Caldas da Rainha, mas sem termos, para o momento, uma localização precisa ou encontrado algum sítio arqueológico.

Na freguesia de A-dos-Francos foi apenas recolhida uma informação relativa ao património da localidade, mais propriamente à Capela de Nossa Senhora da Conceição e à existência de um túnel, o "túnel dos mouros", como foi apelidado pelos mesmos, apresentando ainda ossadas no seu interior.

Na freguesia do Landal obtivemos informação sobre duas pontes (Ponte da Moinha Velha e Ponte do Carvalho), ambas consideradas antigas pela população e a presença de ruínas e cerâmicas junto a antiga Capela da Senhora do Ar, na serra de Todo o Mundo.

No Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Piedade de Vidais, na freguesia dos Vidais, foi possível aferir a possível existência de outras duas pontes antigas, nos lugares da Matoeira e dos Mosteiros. Além destes possíveis novos sítios, alguns dos utentes do Centro tinham conhecimento da existência das grutas de Ribeira de Crastos, sítios arqueológicos registados no Portal do Arqueólogo e já do conhecimento da equipa do projeto.

Na freguesia do Carvalhal Benfeito, vários dos inquiridos referiram-se à lenda dos Coriscos[6]. Alguns dos utentes do centro identificaram estes utensílios e voluntariaram-se para levar a equipa do projeto ao local onde estes materiais apareceram.

6. A lenda dos Coriscos refere que, em dias de trovoada intensa, caíam na terra estas pedras e que as mesmas se enterravam, com a queda em "7 braços" no solo, tendo de esperar 7 anos para que voltassem novamente à superfície.

No que diz respeito à freguesia de Santa Catarina foi unânime a indicação da existência de uma argola onde os barcos atracavam, na localidade do Peso. Segundo os presentes o mar, em "tempos mais antigos", chegaria até Santa Catarina, tratando-se nesta zona da existência de um antigo porto. Referiu-se ainda a existência de estruturas em ruínas nas proximidades do Casal do Bicho e nas grutas dos Mouros, no lugar de Casal dos Frades.

Importa ainda referir que, na altura da construção deste artigo, o projeto estava a dar início às prospeções, não tendo sido avaliados todos os pontos mencionadas na pesquisa oral (Figura 6).

4. CONCLUSÃO

Em suma, podemos concluir que o trabalho de recolha oral efetuado teve resultados muito positivos, sobretudo no que concerne à perceção de potenciais locais arqueológicos, bem como numa compreensão geral sobre a formação cultural existente no concelho.

A escolha da metodologia por inquérito revelou-se bastante elucidativa, pois foi possível aferir um conjunto de informações que, depois de analisadas e filtradas cuidadosamente, serão bastante úteis ao desenvolvimento do projeto e à construção da carta arqueológica.

Além da utilidade prática destas atividades, a de recolher testemunhos orais que nos permitiam aferir a existência e localização de sítios arqueológicos, foi também possível fomentar a sensibilização e educação patrimonial da população.

O público abordado carece, em muitos casos, de atenção e de estímulos. Estas atividades tiveram também como objetivo despertar os utentes dos centros e associações e contribuir para que a terceira idade, que frequenta estes locais, seja valorizada e se sinta ainda útil e capaz, fortalecendo os laços de pertença à comunidade e aos interesses atuais da sociedade.

A existência destes projetos só se justifica se existir uma sensibilização patrimonial séria, contínua e intensiva, dando a conhecer todas as fases da investigação. Consideramos fundamental que o conhecimento seja partilhado nesta relação simbiótica. As atividades em destaque neste artigo são também exemplo da produtividade das mesmas para a construção de uma carta arqueológica, tendo sido, até ao momento registados, somente com o contributo da pesquisa oral, quatro sítios inéditos que desconhecíamos.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Edna F. (2007) – Paisagens da memória: narrativa oral, paisagem e memória social no processo de construção da identidade – *Teoria & Pesquisa*, Vol. XVI – nº 02.

FIGUEIREDO, Alexandra e BEREZOWSKI, Walderez (2017) – A educação patrimonial como via para uma comunidade arqueologicamente mais consciente, In Temporis(ação). Periódico académico de História, *Letras e Educação*, vol.17, nº 1 ISSN 2317-5516.

POLLACK, Michael (1992) – Memória e Identidade Social – *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, pp. 200-212.

XAVIER, Antônio Robeto (2009) – *A importância da História Oral* – UECE.



INQÚERITO

Nome _____ **Idade** _____ **Contacto** _____

1 Sabe o significado da palavra "Património"? ☐ Sim ☐ Não
Se sim, qual?
_____

2 No último ano em quantos eventos esteve associados ao património? (inclui museus, exposições de âmbito cultural, sítios arqueológicos, etc.) ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ou mais

3 Acha que o seu município e comunidade dão a importância merecida a este tema? (escolha um valor entre 1 e 5, em que 1 é "Pouca importância" e 5 "Muita importância". ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5

4 Do que se recorda, que idade teria quando visitou um sítio arqueológico pela primeira vez? _____

5 Comparando com outras regiões considera que a sua possui mais ou menos sítios arqueológicos? ☐ Mais ☐ Menos

6 Tem conhecimento de sítios arqueológicos / ruínas / elementos antigos na sua região/freguesia? ☐ Sim ☐ Não
Se Sim, quais e onde?
_____

7 Alguma vez observou a presença de vestígios como os que foram apresentados na atividade? ☐ Sim ☐ Não
Se Sim, onde?
_____

Figura 1 – Inquérito para recolha de informação oral.



Figura 2 – Gráfico com número de eventos associados ao património em que os entrevistados participaram.

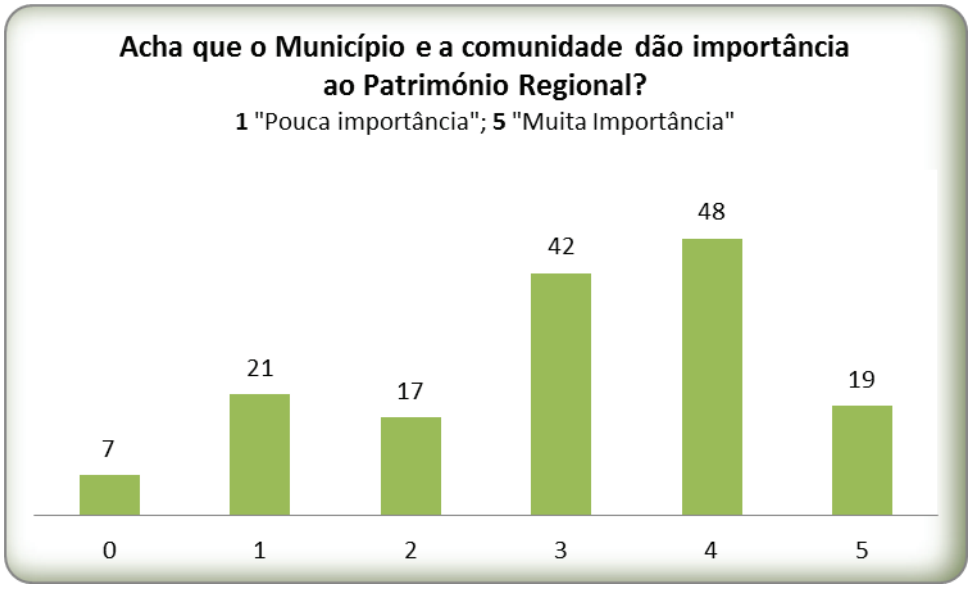


Figura 3 – Gráfico com avaliação do grau de importância que, segundo os entrevistados, o Município dá ao Património Regional.



Figura 4 – Registo fotográfico da palestra na freguesia dos Vidais. Fotografia de um dos elementos da equipa a apresentar um machado polido a um dos participantes.



Figura 5 – Registo fotográfico da palestra na freguesia de Alvorninha. Fotografia da apresentação da palestra inicial realizada na freguesia de Alvorninha.



Figura 6 – Grutas dos Mouros (provável localização), Santa Catarina.

A APROPRIAÇÃO DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS POR PARTE DAS COMUNIDADES MODERNAS E CONTEMPORÂNEAS

Alexandra Vieira[1]

RESUMO

Consideramos que os vestígios arqueológicos podem ser entendidos como dispositivos mnemónicos que estruturam as memórias das comunidades locais, os seus costumes e práticas. Este artigo analisa o modo como os vestígios arqueológicos foram interpretados por diferentes comunidades, ao longo da Época Moderna e Contemporânea, em Portugal. Procura-se estudar o contributo da documentação histórica, assim como de algumas publicações do século XIX/XX, para o conhecimento dos vestígios arqueológicos e da tradição oral.

Palavras-chave: Vestígios arqueológicos, Documentação histórica, Tradição oral, Época Moderna e Contemporânea.

ABSTRACT

We believe that the archaeological remains can be understood as "mnemonic devices" that structure the memories of local communities, their customs and practices. This article contemplates the analysis of how the archaeological remains were interpreted by different communities, throughout the Modern and Contemporary times, in Portugal. We seek to study the contribution of historical documentation, as well as some 19th / 20th century publications, to the knowledge of archaeological remains and oral tradition.

Keywords: Archaeological remains, Historical documentation, Oral tradition, Modern and Contemporary times.

1. INTRODUÇÃO

O nosso interesse pela análise da documentação histórica inicia-se quando nos apercebemos da importância dos seus dados para a análise dos vestígios arqueológicos enquanto dispositivos mnemónicos numa determinada paisagem. São estas materialidades que vão desencadear, em muitas situações, uma explicação para o mundo que rodeia as comunidades, a partir do século XVIII. Ao se depararem com os vestígios arqueológicos, e não conhecendo a sua verdadeira natureza, as diferentes comunidades "fabricam" explicações, naquilo que podemos designar como imaginário popular, pejado de efabulações. É dessa forma que, principalmente, entre os sécs. XVIII/XX, percebemos o modo como se deu essa apropriação dos vestígios arqueológicos pelas diferentes comunidades. Os intelectuais do século XVIII e XIX reportam essas explicações nos seus textos, acrescentando outros dados mais concretos, tal como a descrição de algumas dessas "ruínas".

Num primeiro momento, a nossa análise centrou-se na área abrangida pela Bacia Hidrográfica do Douro e nos vestígios pré-históricos, mas tem vindo a ampliar-se com a recolha de novos dados. Não se trata ainda de uma pesquisa sistemática, mas de dados que temos vindo a detetar no decorrer da nossa pesquisa sobre a tradição oral, na sua relação com os vestígios arqueológicos.

2. FONTES HISTÓRICAS DOS SÉCS. XVIII, XIX E XX

Existem algumas obras que demonstram a forma como os vestígios arqueológicos foram assinalados e interpretados pelas diferentes comunidades, ao

1. CITCEM; IPB; alexxandra.vieira@gmail.com

longo dos tempos, nomeadamente entre os sécs. XVIII e XX.

O século XVIII é profícuo na produção de obras/publicações que a par da caracterização de algumas regiões, descrevem alguns sítios arqueológicos, apontando para a forma como as comunidades ou os próprios autores percecionavam/interpretavam esses vestígios arqueológicos. Vejamos algumas dessas obras.

A título de exemplo, podemos referir os três volumes da *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, do Padre António Carvalho da Costa, publicados em 1706, 1708 e 1712. Fazemos, ainda, referência ao *Dicionário Geográfico ou Notícia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assimantigas, como modernas* (Tomo I e II) do Padre Luís Cardoso, de 1737-1751. Regista um conjunto de lugares com a designação de *Anta, Antas, Antellas, Arcas e Orcas*.

A obra de maior de destaque neste século é, efetivamente, as *Memórias Paroquiais de 1758*, que resulta de um inquérito realizado em todas as paróquias do país após o terramoto de 1755.

"Um aviso de 18 de Janeiro de 1758 do Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, fazia remeter, através dos principais prelados, e para todos os párocos do reino, os interrogatórios sobre as paróquias e povoações pedindo as suas descrições geográficas, demográficas, históricas, económicas, e administrativas, para além da questão dos estragos provocados pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755. As respostas deveriam ser remetidas à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino" (ANTT, em linha).

Em relação aos vestígios arqueológicos, esta obra "encerra, provavelmente, o maior elenco de referências a sítios arqueológicos e a monumentos de Portugal Continental alguma vez mencionados até ao século XVIII" (Sousa, 2011: 911). Esta documentação revela-se útil para a análise dos vestígios arqueológicos, embora seja dada maior primazia ao património edificado, segundo a análise de Luís Sousa. A observação destes textos permite-nos conhecer a forma como eram interpretados os referidos vestígios, muitas vezes atribuídos aos mouros ou aos romanos. Até ao momento, foram editados oito volumes da coleção "Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758", coordenada por José Viriato Capela, com um extenso trabalho sobre a diversidade de dados que se podem obter a partir da análise das Memórias.

Segundo Luís Sousa, a análise das Memórias Paroquiais requer alguma cautela. Em primeiro lugar, "a grande maioria dos párocos memoralistas menciona usualmente o património edificado e não tanto o património arqueológico". No que diz respeito à questão 22, "alguns padres responderam que não tem privilégios, nem antiguidades dignas de memoria, porém, em outros pontos, vão mencionados sinais ainda que residuais da "época dos Mouros" ou "dos Romanos" (Sousa, 2011: 911), o que pressupõe que é necessário fazer uma análise cuidada e atenta na demanda por referências a vestígios arqueológicos.

Para o século XIX, destacamos O *Portugal antigo e moderno: Diccionario Geographico, Estatistico, Chorografico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias. Se estas são notaveis, por serem patria d'homens celebres, por batalhas ou noutros factos importantes que nellas tiveram logar, por serem solares de familias nobres, ou por monumentos de qualquer natureza, alli existentes. Noticia de muitas cidades e outras povoações da Lusitania de que apenas restam vestígios ou somente a tradição*, compilado por Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal, entre 1873 e 1890, uma obra de grande vulto para a época.

Os "Eztractos archeologicos das Memórias Parochiais de 1758", de Pedro A. de Azevedo, terão sido a primeira tentativa de compilação de dados relevantes para a Arqueologia a partir das Memórias Paroquiais, e consistem num conjunto de excertos que vão ser publicados na primeira série do *Arqueólogo Português*, nos finais do século XIX/inícios do século XX.

O Archeólogo Português foi publicado pela primeira vez em 1895, sendo dirigido por José Leite de Vasconcelos e editado pelo Museu Etnográfico Português, atual Museu Nacional de Arqueologia. É uma obra essencial para a Arqueologia portuguesa.

Para o século XX, destacamos o trabalho do Padre Francisco Manuel Alves, também conhecido como Abade de Baçal, que publicou as *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança: repositório amplo de notícias corográficas, hidro-*

-orográficas, geológicas, mineralógicas, hidrológicas, biobibliográficas, heráldicas etimológicas, industriais e estatísticas interessantes tanto à história profana como eclesiástica do distrito de Bragança, entre 1910 e 1947.

Outros nomes se acrescentam com diferentes contributos ao nível de trabalhos de investigação e da publicação de artigos em revistas da especialidade. Falamos de Martins Sarmento (Revista de Guimarães, por exemplo), Santos Júnior, Domingos de Pinho Brandão, Henrique Botelho, Albino Pereira Lopo, Abade José Augusto Tavares, entre muitos outros.

3. ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Com base no conjunto de dados que fomos recolhendo ao longo dos últimos anos e na leitura das obras apresentadas anteriormente, foi possível detetar informação relativa a determinados tipos de vestígios arqueológicos, nomeadamente sítios com arte rupestre, antas [e orcas], povoados murados (Calcolítico/Bronze), povoados fortificados ou castros (Bronze Final/Idade do Ferro), sítios da Idade do Ferro ou sítios com ocupação romana, castelos medievais, mas também igrejas/capelas, engenhos de água e pesca. É um vasto universo, do qual daremos conta ao longo deste ponto 3.

Foi possível organizar estes dados consoante o tipo de informação que caracterizam os sítios arqueológicos, nomeadamente algumas indicações que permitem a localização geográfica e topográfica, ou as designações dos sítios, que estão intimamente relacionados com a toponímia. Um outro aspeto analisado consiste na descrição dos vestígios, tal qual figuravam na época em que foi redigida a obra publicada. O estado de conservação das diferentes materialidades é uma das observações que aparece nos diferentes textos. Por fim, as interpretações ou explicações para aquilo que é observado pelos habitantes das diferentes localidades e que é reportado pelos diversos autores, cujas obras se analisam neste trabalho. Nas obras consultadas destacam-se as referências aos Mouros, designadamente na toponímia ou na tradição oral associadas aos sítios.

3.1. Algumas indicações geográficas e topográficas

Segundo o Padre António Carvalho da Costa "A Villa de Nomão dista huma legoa da Villa da Horta para o Norte, seis da de Pinhel para o Nordeste, & outras tantas da de Trancoso para o Noroeste: está fundada em sítio muy alto, &forte, & por isso muitos lhe chamão Monforte; pela parte do Norte a cerca o rio Douro, & pela do Nascente a ribeira de Teja (...)" (Costa, 1708: 305/306). Em relação ao Alto da Cotolinha (cns 692) "Samfins da Castanheyra [Chaves], (...)/ há tambem nesta ribeira no termo da quinta de Parada desta freguezia huma / fortaleza Com Seus muros muytos ja derubados Chamada por Seu nome o Castro / que por tradiçaõ dos antigos Se dis foy habitação dos Mouros (...)" (Oliveira, 2006: 441). Segundo as Memórias Paroquiais, em Algoso, Vimioso: "Não hé Praça de Armas esta villa, mas tem hum castelo [Castelo de Algoso], por sima della, que dizem ser manufactura dos Mouros, edificado na iminencia de hum rochedo (...)" (Capela *et al.*, 2007: 71).

3.2. As designações dos sítios arqueológicos

Através da análise da documentação histórica é possível compreender de que forma os vestígios arqueológicos eram identificados e designados pelas pessoas no século XVIII, XIX e XX. O ato de nomear um sítio, dar-lhe um nome, acabou por se cristalizar sob a forma de um topónimo. Esses topónimos, que ficaram registados pelos diferentes autores analisados, permitem-nos chegar a determinadas conclusões, que iremos abordar de seguida.

Existem referências às designações populares de *antas, orcas*, arcas: "O nome de Antas [de Penalva] parece se tomou das muitas que há por esta terra, (...) vemos muitas em outras partes deste Reino, principalmente na Provincia da Estremadura, e na do Alentejo no território de Évora. Parece se derivou este nome da palavra Latina *antrum*, a cova" (Cardoso, 1747: 503). Relativo a Canas de Senhorim "Há por aqui vários montes de pedras com umas lajes em cima, de bastante largura; chamão-lhe Orcas, (...)" (Cardoso, 1737-1751: 405). Sobre Arca, Lafões, Viseu: "Há junto da Igreja uma mesa, ou altar, (...) os moradores lhe chamam Arca, que sem dúvida é corrupto de Ara, e deste feitio há outras muitas em toda a Provincia da Beira, a que dão o nome de Antas, (...)" (Cardoso, 1747: 520).

São vários os exemplos de "Castelos" ou "Castelos Velhos", muitos deles construídos pelos "Mouros". Em Adeganha, Torre de Moncorvo, sobre o Castelo dos Moiros (cns 5461): "No limite desta Freguesia há um monte a que chamam Castelo Velho, povoado de arvoredo silvestre; (...)"(Cardoso, 1747: 51).

Em S. João da Folhada [Marco de Canaveses] "(…) póde[-se] visitar perto do Arco o *Castello dos mouros*, onde se notam vestigios de casa e onde, além de ceramica antiga, appareceu já um machado de pedra, (…)" (Vieira, 1887: 489).

A partir da análise das fontes, nomeadamente das Memórias Paroquiais de 1758, são inúmeras as referências aos Mouros, que também estão presentes nos artigos dos finais do século XIX do *Arqueólogo Português*, nomeadamente para a região de Trás-os-Montes, onde detetamos várias menções às *Casas, Fornos e Castelos dos Mouros*. José Leite de Vasconcelos (1895: 15-16) fala no *Dólmen do Forno dos Mouros* e da Portella com esse mesmo nome. O Padre José Augusto Tavares (1885: 129) refere-se à *Cabeça do Mouro e à Pala da Moura* (Dólmen de Vilarinho). O Padre Rafael Rodrigues (1885: 348) refere-se ao *Castelo dos Mouros e ao Crasto dos Mouros*. O Padre Oliveira Guimarães (1886: 85) menciona o *Forno dos Mouros* (em Paços de Ferreira).

Habitação, castelo, moradia, cidade, mina ou *cova dos Mouros são elementos comuns entre estes excertos.* Exemplo disso é o sítio das Covas/Fornos dos Mouros (cns 19079) Santalha, Vinhais: "Discriçaõ do lugar de Gestosa, e seu termo – 17. Naõ Consta que de Suas Areas Se tirasse ouro ou prata e / Somente nas margens delle ha Cauernas Antiguas q*ue* dizem / foraõ minas dos mouros Como he no Sitio de ual de uieiro ter / mo de Santa Alha" (Oliveira, 2006: 210).

Em determinadas situações, a utilização destas designações (casa ou forno dos Mouros) impediu a articulação dos dados de alguns artigos publicados no *Arqueólogo Português*, por exemplo, com alguns dos sepulcros do Alvão e com os nomes atuais que lhes foram atribuídos, como é o caso desta referência a uma anta em Vila Real: "Junto ao caminho vicinal de Sangunhedo a Gache, na planura contínua à Veiga» (…) «vê-se uma anta já devassada, conhecida pelo nome de «Forno dos Mouros», reduzida a parte da mamoa, a 5 esteios de 2,10m de altura, de espessura e largura variáveis; a abertura da galeria, orientada a NO-SE cuja exploração limitada à câmara não produziu coisa alguma» (Botelho, 1896b: 164).

José Leite de Vasconcelos cita Simão Rodrigues Ferreira a propósito do "(…) monumento de Forno de Mouros [Dólmen da Portela (Santa Marta), cns 785], sito no logar da Portella, pela parte de cima da ponte de Santa Martha [Penafiel]. Pela semelhança com um forno, denominam-no Forno de Mouros, e consta de quatro grandes e toscas pedras levantadas ao alto, sobre as quaes pousa uma enorme lage" (Ferreira, 1864 *apud* Vasconcelos, 1895: 16).

Estes são apenas alguns exemplos, aos quais podemos acrescentar os dados apresentados pelo Abade de Baçal no tomo X da sua obra *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*: "Diz-se que um mouro á instancia de um christão encantara as viboras deste sitio [Cabeça de Mouro, concelho de Moncorvo], para que não tivessem veneno e que o christão junto da fonte do lugar lhe cortara a cabeça, para que não as desencantasse; deste facto dizem tomara este lugar o nome de Cabeça de Mouro. Isto afirma a tradição (…)" (Alves, 2000 [1934]: 140-141). Por vezes, as explicações variam num mesmo local: "E que havendo de beber na dita fonte, o christão dolosamente persuadira o mouro a que o fizesse primeiro e que fazendo-o e abaixando-se para isso, lhe cortara a cabeça com um treçado, de cujo sucesso ficara áquella fonte com o nome de Fonte de Cabeça de Mouro, e que povoando-se depois o lugar, que ali ha, se chamara pela mesma rezam Cabeça de Mouro" (Alves, 2000: 117).

Mas um sítio arqueológico pode não ter apenas uma designação. Existem dados que apontam para os vários nomes pelos quais um local era conhecido pelas populações. Vejamos alguns exemplos: "A povoação de Algosinho, (…), assenta na encosta da ribeira de Algosinho, coisa de seiscentos metros acima do Castelo do Mau Vizinho, também chamado Castelo dos Mouros, ou simplesmente Castelo, (…)" (Alves, 2000: 107).

"A nordeste de Bousende, concelho de Macedo de Cavaleiros, coisa de um quilómetro do povo, no cume de um cabeço, coroado por uma longa fiada de fragueiros graníticos, chamados da Pena Mourisca, que marcam a divisória entre termos de Bousende e Soutelo Mourisco, que fica a Fraga do Berço, também dita Sino dos Mouros e ainda Embanadouro" (Alves, 2000: 124). Através da descrição do Abade de Baçal ficamos a saber que no concelho de Macedo de Cavalheiros existe um sítio designado por Fraga do Berço/Sino dos Mouros/Embanadouro. Este autor apresenta uma explicação para a sua designação: "(…) entre dois blocos da mesma natureza, cobertos por outro em forma de túnel, que vão terminar numa espécie de plataforma ou patamar de escada, onde assenta, apoiada em dois pontos, a pedra baloiçante, que terá de comprimento um metro e de espessura menos de meio. Oscila a um pequeno impulso, inclinando-se para um e outro lado, mas colocando-

-se um homem em cima dela e calcando alternadamente ora com o pé direito ora com o esquerdo, produz tão grande som que dizem ouvir-se em Ferreira, povoação distante dez quilómetros, de onde vem, segundo a lenda, que essa pedra oscilante foi um sino primitivo dos cristãos que, não podendo utilizar os de metal, se serviam dele para chamar os fiéis a oração, sem despertar a perseguição dos mouros" (Alves, 2000: 125). Neste sítio da Pedra Baloiçante (cns 23774), segundo a informação existente do Portal do Arqueólogo: "(…) detetou-se uma espécie de abrigo feito por uma fraga de granito que sobrepõe outras duas, associado a uma figura de um sino. No interior "(…) verificou-se um conjunto de fossetes a cerca de 1,70 m da base da pedra, com uma dispersão métrica de 0,60 por 0,90 m" (PA-DGPC, 2017).

Por último, gostaríamos de salientar a existência de designações associadas a Santos/Santas e neste caso em particular a "Nossa Senhora": Senhora do Castelo (cns 1512) Adeganha, Torre de Moncorvo: "(…) No sítio, em que hoje se acha a Senhora do Castelo, dizem que houvera antigamente uma grande cidade, cujo nome se ignora, da qual ainda se descobrem parte dos seus muros arruinados" (Cardoso, 1747: 51).

3.3. A descrição dos sítios arqueológicos

A análise dos excertos torna possível a identificação de vestígios que subsistem, hoje em dia, em muitos destes sítios, permitindo aferir o grau de "destruição" a que foram sujeitos nos últimos 270/250 anos. Observa-se que o volume e a densidade das estruturas seria mais elevada do que nos tempos atuais. Em 250 anos deu-se a destruição dessas estruturas ou a sua ocultação na paisagem. Vejamos, com algum pormenor, alguns destes casos.

Sobre as Antas "as quais constão de duas pedras, uma delas que serve como de pés, e outra em cima como mesa" (Cardoso, 1747: 503); são "(…) uma mesa, ou altar, que consta de três pedras ao alto, e de uma grande laje, que tem quinze palmos de vão, e vinte de comprimento, a qual corre sobre as três, que estão levantadas (Cardoso, 1747: 520); "Há por aqui vários montes de pedras com umas lajes em cima, de bastante largura; (…)" (Cardoso, 1737-1751: 405).

Fizemos corresponder as descrições de alguns sítios arqueológicos presentes nas Memórias Paroquiais a povoados murados pré-históricos, povoados fortificados da Idade do Ferro, ou locais com ocupação romana, dos quais apresentamos apenas alguns exemplos.

Segundo o Padre Luís Cardoso "A serra que entra nesta freguesia [Bouzende] chama-se Penha Mourisca, que tem uma legoa de comprido, e outra de largo, habitação antiga dos Mouros, na qual se achão os vestígios de moradias deles, feitos de pedra, e cal; junto da mais alta Penha se acha um letreiro com letras Mouriscas, que não se podem ler, nesta terra se tem achado variedade de instrumentos, como são, martelos, argolas, e outras coisas, que mostrão ter sido povoação antiga" (Cardoso, 1737-1751: 244). No sítio da Pena Mourisca, Espadanedo (Macedo de Cavaleiros, cns 2018) existe um povoado fortificado da Idade do Ferro de grande altitude, localizado no ponto mais alto da serra de Bouzende, onde se localiza o marco geodésico da Pena Mourisca. É visível uma linha de muralha, bastante destruída, assim como material cerâmico (PA-DGPC, 2017).

Ainda segundo este Dicionário "(…) a Igreja Paroquial dedicada a N.S. da Ribeira, é um templo de uma só nave, e antiquíssimo, e diz ser do tempo dos Romanos: é Abadia do Padroado Real, de que este lugar é Cabeça. Está fundada em sítio plano, junto a um cabeço, onde se descobrem vestígios de muralhas, e segundo mostrão escaças reliquias, e monumentos, foi uma grande povoação em tempos antigos. Achão-se espalhadas pelos campos algumas pedras soltas, com vários sinais, e letreiros, e pedaços de argamassas de tijolo enterrados, que com pouca diligencia se descobrem, e estão indicando, que fora antigamente habitado este sítio" (Cardoso, 1737-1751: 238). Neste caso, descrevem-se a Igreja e o povoado fortificado de Nossa Senhora da Ribeira [cns 4309 e o Cabeço de Nossa Senhora da Ribeira / Gravuras rupestres de Lampaça, cns 4308, Bouçoais, Valpaços], com ocupações da Idade do Ferro, romanas e medievais. Existem numerosos materiais à superfície indicando uma ocupação contínua da Idade do Ferro, da época romana e da Idade Média, para além de vários tipos de construções, tanto no interior como no exterior do recinto, nomeadamente a igreja de Nossa Senhora da Ribeira e a torre sineira. Há ainda "um conjunto de rochas com abundantes gravuras, e com indícios de terem sido cobertas com estruturas, pois apresentam buracos de poste" (PA-DGPC, 2017).

"No Monte Meão, junto ao rio Douro, há vestígios de um grande castelo, chamado Castelo Velho e nas suas ruinas se divisam nele 2 portas, uma para Nascente e outra para Sul e dizem que foi dos mouros" (Sousa, 2013: 770); "Seixos. No cabeço que chamam

de São Martinho, ao pé da capela do mesmo santo, está um penhasco de Seixos que parece hum castelo, e só por uma parte se pode lá subir, que é por feitio de uma escada, e no cimo tem uma planície, donde podem estar mais de trezentas pessoas, e para a parte do Poente tem uma grande distancia de altura" (Sousa, 2013: 771). Ainda hoje, tanto no Castelo Velho de Monte Meão, como no Castelo Velho de Seixas, podem observar-se os seus panos de muralha. No primeiro caso é "visível uma longa linha de muralha composta por blocos aparelhados", no segundo "são visíveis os vestígios de panos de muralha derrubados compostos por pedra não afeiçoada em granito" (PA-DGPC, 2017).

Um dado interessante prende-se com o grau de pormenor com que alguns destes sítios foram descritos, que é variável. A par de descrições mais extensas ou ricas em pormenores, como o Castro de S. Brás (Torre de D. Chama, Mirandela, cns 192): "(…) O Castello, ou Torre está demulido, Somente pouCo mais de huma parte tem parede de altura de quinze palmos pouco mais ou menos, e das outras partes, nem tam ¡a parede alguma. Ahinda ha naquella uilla os Elicerses de Cazas (…)" (Oliveira, 2006: 515), existem descrições muito sucintas, sendo que, certamente, esta situação estará relacionada com o autor do texto. Para alguns dos padres encarregados de responder às perguntas do inquérito estes vestígios antigos mereceriam maior atenção e interesse do que para outros.

São referidos lugares onde, hoje em dia, se detetaram vestígios do Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro, ou ocupações romanas, mas não é raro as descrições referirem-se aos vestígios medievais aí existentes, mais expressivos do que os vestígios de períodos mais antigos.

Os castelos medievais aparecem igualmente referidos nestes excertos, com informação sobre a sua arquitetura e dados históricos. Vejamos dois excertos relativos ao Castelo de Marialva e ao Castelo de Numão: "(…) Huma legoa de Langroiva para o Sul, & tres de Trancoso para o Norte, em sítio alto com forte Castello murado todo de cantaria com quatro torres, huma de Relogio, & quatro portas, está situada a nobre Villa de Marialva, que fundarão os Turdulos muitos annos antes da vinda de Christo. Foy antigamente Cidade, chamada Aravor, no tempo dos Emperadores Trajano, & Adriano, como consta de huma pedra, que se achou na Casa dos Alcaydes mores desra Villa, que me mostrou Diogo Cardoso de Sá. (…)" (Costa, 1708: 308); a "[A Villa de Nomão] Tem hum soberbo castello com quinze torres, murado todo de cantaria, & huma torre com seu Relogio. Mandou-a povoar pelos annos de 1130 hum grande figalgo chamado D. Fernãdo Mendes de Bragança, o qual lhe deo foral, (…)" (Costa, 1708: 305/306).

As referências a vestígios arqueológicos não se esgotam nos exemplos expostos anteriormente. Pedro A. Azevedo destaca o registo, nas Memórias Paroquiais, de algumas azenhas do Vale do Ave, assim como descreve com pormenor um engenho de pesca, dados que nos permitem traçar um retrato do rio Ave em meados do século XVIII: "415. Ribeirão (Entre-Douro-e-Minho). Engenho de pesca. "(…) corre o rio Ave de Nascente a Poente no distrito desta freguzia sam as suas margens cultivadas: tem tres azenhas de moer pam com suas (sic) açudes: no distrito dos meeyros tem duas: na ultima está o celebre engenho de pescar peixes que he feito de coatro hastas de ferro como braços de sarilho, tendo na ponta de cada hua pendente para a parte aonde deita os peixes hum cestinho feito com rede de arames; he tangido pela mesma agoa da corrente: foi invento do Padre Bras da Silva Tavares, senhor da mesma Azenha (…)" (Azevedo, 1902: 27).

3.4. O estado de conservação dos vestígios arqueológicos

A povoação de Ranhados, Mêda: "Não é murada, só tem um castelo antigo no alto da vila para a parte do Poente, mas já arruinado" (Sousa, 2013: 761). "E outro castelo distante desta terra (Alcarva), também antiquíssimo, em muito mau estado por razão de estar quase todo arruinado, (…)" (Sousa, 2013: 761). Talvez algum destes locais seja o Castro de São Jurges (cns 19378), que se encontraria em mau estado de conservação. Em Almendra, na Mêda, no sítio de Calábria/Monte do Castelo (cns 1649) "(…) hoje se chama de Castelo de Calabre. E consta pelos Concílios Provinciais ter também sido capital de um bispado; hoje está absolutamente deserto e só se lhe conhece o alicerce dos muros (…)" (Sousa, 2013: 770). Penas Róias, Mogadouro (cns 15919): "Tem castello, que hé antiquissimo, cujos muros estão arruinados, que eram de pedra de seixo bruto, pedra que não pode ser lavrada e tem huma torre antiquissima, que ainda está bem segura e fabricada do mesmo seixo bruto" (Capela e Borralheiro, 2007: 70). Ao contrário do ar de ruína da maior parte dos sítios, esta torre "ainda está bem segura".

"Na Memória desta paróquia observamos que nas questões 22 e 23 que nam constam antiguidades dignas de memoria, supposto há tradição que houve no sitio de Sam João de Valinhas que hé da freguezia de Sancta Eulália hum castello que fora dos Mouros, mas dele não há vestígio algum" (Sousa, 2011: 916). O Castro do Monte Valinhas (cns 3321) é um povoado fortificado que se situa em Santa Eulália (Arouca). Ao contrário do que se encontra escrito nas Memórias Paroquiais, existem numerosos vestígios das suas diversas ocupações, tanto do castro da Idade do Ferro, da romanização do castro assim como da instalação de um castelo roqueiro no topo do monte "que parece ter resistido até finais do século XII ou inícios do século XIII" (PA-DGPC, 2017).

Por último, reproduzimos as palavras de Alexandre Herculano a propósito do Castelo de Faria, em Barcelos: "A breve distancia da villa de Barcellos mas faldas do Franqueira, alveja ao longe um convento de Franciscanos. (…) O monte se alevanta ao pé do humilde convento. O castello de Faria com as suas torres e ameias, com sua barbacã e fosso, seus postigos e alçapões dentados, campeou ahi como dominador dos valles visinhos. Castello feudal da meia edade, (…) ainda no seculo dezesete parte da sua ossada estava tombada por aquellas encostas; no seculo seguinte já nenhuns vestigios delle restavam, segundo o testemunho de um historiador nosso. (…) Serviram os fragmentos do castello de Faria para construir o convento edificado no sopé do monte. (…)" (Herculano, 1838: 93/94). Atualmente, o Castelo de Faria (cns 212) é um sítio arqueológico com vestígios de uma ampla diacronia: "tem três linhas de muralhas com construções e materiais de diversas épocas, desde o Bronze Final até aos finais da Idade Média" e congrega vestígios de vários tipos (PA-DGPC, 2017).

3.5. As interpretações/explicações

Os sepulcros megalíticos eram interpretados como altares ou mesas onde se realizavam rituais: "Há junto da Igreja uma mesa, ou altar (…) e se entende que eram os altares em que os Gentios faziam os seus sacrifícios" (Cardoso, 1747: 520); ou ainda "(…) dizem os moradores serem do tempo dos Mouros, e que sobre elas queimavam os dízimos" (Cardoso, 1737-1751: 405).

Outra prática comum era a procura de tesouros, que levava muitas das vezes à destruição dos vestígios arqueológicos pelas populações. Segundo Henrique Botelho algumas antas "foram devassadas pelos lavradores de Sangunhedo [Vila Real], para aproveitarem as pedras, ou para descobrirem tesouros de "Mouras encantadas" (Botelho, 1896b: 165). Segundo Santos Júnior existem dois berrões em Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo), "(…) na cêrca murada do monte de Santo André, dum lado e do outro de um portão de ferro que fecha o caminho que leva à capela (…). Trata-se de facto de dois porcos, embora o vulgo considere um deles como touro. Tanto assim que corre em Almofala a crença de que no monte de Santo André há um grande tesouro, crença expressa do seguinte modo: No monte de Santo André, entre o porco e o touro, há um grande tesouro do rei mouro" (Santos Júnior, 1975: 399). Os Mouros e Mouras são, em muitos casos, os grandes protagonistas destas histórias, como tivemos oportunidade de o demonstrar ao longo das últimas páginas.

Estes locais com evidências arqueológicas teriam algum tipo de encantamento, tal como foi descrito pelo Padre António Cardoso sobre o Cachão da Rapa, em Carrazeda de Ansiães: "(…) Neste mesmo sítio onde chamam as Letras, está uma grande "lage" com certas pinturas de negro, e vermelho escuro quase em forma de xadrez, em dois quadros com certos riscos, e sinais mal formados, que de tempo imemorial se conservão neste penhasco. Dizem os naturais, que estas pinturas se envelhecem umas, e se renovam outras, e que guarda esta pedra algum encantamento; (…) porque querendo por vezes algumas pessoas examinar a cova, que se oculta debaixo, foram dentro mal tratadas, sem ver de quem" (Cardoso, 1747: 469). José Leite de Vasconcelos acrescenta a seguinte informação, a partir dos dados de Jerónimo, Contador de Argote: "O local do penedo chama-se *As Lettras*. O povo procura sempre explicar e caracterizar os objectos que lhe parecem raros: d'aqui o considerar os signaes como «lettras», e revestir de uma lenda o penedo. (…) O povo, no século XVII, acreditava que ahi havia tesouros encantados, (…). Em 1687, na manhã de S. João, o Padre Domingos Mendes, «para desengano dos que dizem existir alli um grande thesouro escondido», vestiu-se de sobrepeliz e estola, tentou penetrar dentro do monumento, mas, acresce Argote, «ao entrar na sala interior, se encheo de tanto medo, e sentio hum cheiro tão fetido, que ficou tremulo, e insensato, e a poucos dias lhe cahírão os dentes, nem falou mais, de sorte que se entendesse bem». (…)" (Vasconcelos, 1897: 360-362). Existe uma diferença de 51 anos entre o texto de Contador

de Argote, em 1738 e a data de 1687, em que refere as peripécias do Padre Domingos Mendes. Não deixa de ser interessante o facto de haver referência ao ano em que se relata o episódio do Padre.

Temos ainda os machados polidos, que são interpretados como *pedras de raio* com poderes para afastar os raios nos dias de trovoada: "Os machados de pedra, (…), foram por muito tempo consideradas, não como productos da industria humana, mas como effeitos miraculosos da cholera dos deuses ou resultados incomprehensiveis das forças naturaes. O vulgo chama-lhes ainda hoje *pedras de raio*, como em Grecia e Roma lhes chamavam *ceraunias*. (nota 1. Ceraunia, de Keraunos, raio). E, tambem como os povos modernos, os gregos e romanos lhes atribuiam virtudes mysteriosas e curativas (Simões, 2006 [1878]: 2).

Martins Sarmento, a propósito da sua Expedição Científica à Serra da Estrela, em 1881, faz referência às lendas dos gafanhotos ou formigas, que levavam à destruição ou ao abandono de determinados povoados, fazendo com que os habitantes fossem procurar um novo lugar onde construir as suas aldeias/cidades: "Nenhuma tradição colhemos acerca destas povoações arruinadas. Apenas do Castro de Alfátema conta a legenda ter sido destruído (sic) por uma invasão de gafanhotos e de formigas. De resto, como nas nossas outras províncias, os monumentos antigos são aqui atribuídos aos mouros. A lenda de uma cidade destruída por gafanhotos repete-se noutras ruínas próximas de Pinhel" (Sarmento, 1990: 8).

A propósito da igreja de Folhada, no Marco de Canaveses, o excerto do *Minho Pitoresco*, em 1887, refere a possibilidade de visitar "(…) o grupo de sepulturas antigas que existe na egreja velha, ou analisar o estylo architectonico da egreja chamada nova, que aliás é antiga também, como o demonstra a sua porta travessa, e a lenda da sua construcção, que diz ter sido fundada a tres kilometros de distancia, por causa de um sino brincalhão e endiabrado, que todas as noites fugia para os penedos da Sobreira" (Vieira, 1887: 489). Novamente, uma lenda a explicar a existência de uma igreja velha e uma igreja nova, porém, neste caso, não eram os gafanhotos nem as formigas a levar ao abandono do local, mas um sino, endiabrado, que escolhia o sítio onde deveria ser construída a nova igreja.

A porca de Murça, que sabemos ser um berrão da Idade do Ferro, teria sido mandada construir, segundo Pinho Leal, como monumento comemorativo, para celebrar o facto do Senhor de Murça ter livrado a terra do animal que aterrorizava as populações:

"No meio da praça da villa, e em frente da camara, se vê um môno de pedra, que tanto póde ser um porco, como um urso, hipopotamo ou elefante. É a *porca de Murça*. Segundo a lenda, era no século VIII, esta povoação e seu termo, assolados por grande quantidade de ursos e javalis. Os senhores da villa, secundados pelo povo, tantas montarias fizeram, que ou extinguiram tão damninhas féras ou as escorraçaram para muito longe. Mas, entre esta multidão de quadrupedes, havia uma porca (outros dizem uma ursa) que se tinha tornado o terror dos povos, pela sua monstruosa corpolencia, pela sua ferocidade, e por ser tão matreira, que nunca podia ter sido morta pelos caçadores. Em 757, o senhor de Murça, cavalleiro de grandes forças e não menor coragem decediu matar a porca, e taes manhas empregou que o conseguiu; libertando a terra de tão incommodo hóspede. Em memória d'esta façanha, se construiu o tal monumento, alcunhado a *porca de Murça*, e os habitantes da terra se comprometteram, por si e seus successores, a darem ao senhor, em reconhecimento de tão grande benefício, para elle e seus herdeiros, *até ao fim do mundo*, cada fogo 3 arrateis de cêra, annualmente, sendo pago este fôro mesmo junto à *porca*" (Leal, 1875: 591).

Em meados do século XVIII, existem relatos da recolha de pedra, nos sítios arqueológicos onde esta se encontra disponível, para a construção de casas e povoações, tal como acontece no Castelo dos Moiros (cns 5461) Adeganha, Torre de Moncorvo: "(…) e no mais alto dele está muita quantidade de pedra, que parece ser ruina de alguma antiga fortaleza; e dizem que era um castelo de Mouros. Deste monte se arrancam boas pedras de cantaria, que são procuradas de terras muito distantes pela sua boa qualidade (Cardoso, 1747: 51).

As Memórias Paroquiais permitem-nos ainda conhecer em que capelas se mantinham determinados cultos, festas e romarias à data do Inquérito. Por exemplo, na Serra de Santa Justa, em Valongo, "Na primeira oitava do Espírito Santo Acode a ela [Capela de Santa Justa] povo de muitas freguesias, principalmente desta de Valongo, de Fânzeres, de Campanhã e de S. Cosme, cujos moradores são obrigados por voto a irem no referido dia com as procissões de suas respectivas igrejas à capela da mesma santa" (Capela *et al*., 2009: 307). Ecos desta prática mantiveram-se até cerca de 1970, com os moradores

de S. Pedro da Cova a irem, no dia da festa, a pé até ao sítio da capela, merendar em família. Ainda se realiza a festa e romaria de Santa Justa, mas, hoje em dia, com menores dimensões.

3.6. Dificuldades

Apesar do proveitoso contributo que análise da documentação histórica nos pode dar para a pesquisa arqueológica, não está isenta de dificuldades. Nem sempre é fácil a tentativa de correlacionar os sítios arqueológicos conhecidos e inventariados, atualmente, com os dados que estas obras nos proporcionam. A existência de vários Castelos dos Mouros no mesmo local, ou a utilização de novas designações, dificulta o processo de cruzamento de dados.

Por exemplo, não existe inventariado nenhum sítio designado de Fraga da Moura no concelho de Bragança, segundo o Portal do Arqueólogo. Segundo o Abade de Baçal, "a norte de Carocedo, na confluência da linha de água que vem do termo desta povoação e de Faílde com a ribeira de Penacal, fica a Fraga da Moura, que tem uma caverna onde cabe um rebanho de gado, isto na margem esquerda do Penacal e na margem direita, logo em frente, há restos de fossos e muralhas de pedra solta" (Alves, 2000: 146). No entanto, as Grutas de Penacal (cns 5594) em São Pedro de Sarracenos, Bragança, podem corresponder ao sítio referido por Francisco Alves: "No local designado de Penacal, onde até algumas décadas atrás se efectuou a extracção de cal, existem pelo menos quatro grutas que revelam algumas concreções calcárias. Em nenhum dos casos foi detectado qualquer vestígio de ocupação (…)" (PA-DGPC, 2017). Estes são apenas alguns exemplos das dificuldades com que nos deparámos no decorrer da nossa pesquisa.

4. NOTAS FINAIS

Para o trabalho que nos encontramos a desenvolver, com o propósito de perceber de que forma as diferentes comunidades foram apropriando os vestígios arqueológicos, nomeadamente entre os sécs. XVIII e XX, a análise da documentação histórica revela-se uma excelente fonte de informação, pois comporta um conjunto de dados que, como verificámos, permite ao arqueólogo estabelecer um conjunto de relações aos mais diversos níveis, entre os vestígios arqueológicos e as arquiteturas dos sítios, a toponímia e a tradição oral.

"Eram construções realizadas pelos Mouros", as antas "eram os altares em que os Gentios faziam os seus sacrifícios"; "foi uma grande povoação em tempos antigos"; "os Antigos dizem eram Castellos dos Mouros"; "Dizem os naturais, que guarda esta pedra algum encantamento"; "vestigios de la abitarem os Mouros"; "Tem castello, que hé antiquíssimo"; "Consta por tradiçaõ que ouvera/asistencia de Mouros". A partir destes exemplos foi-nos possível perceber, em primeiro lugar, que alguns topónimos podem resultar das interpretações que as comunidades fazem dos vestígios arqueológicos, cujas explicações podem dar origem à criação de lendas. A arquitetura dos sepulcros megalíticos, por exemplo, fez com que eles fossem interpretados como casas, fornos, etc. Mas, para além disso, não era apenas uma casa qualquer, era a *Casa da Moira, a Casa dos Galhardos, o Forno do Moiro*, ou a *Pedra dos Mouros* (Vasconcelos, 1897: 257).

Em relação aos topónimos de natureza antropo-cultural (Vieira, 2016), detetamos um tipo de topónimos muito comum nos sítios arqueológicos: os Hierotopónimos (crenças diversas) distribuídos por Hagiotopónimos (nomes de santos) e Mitotopónimos (entidades mitológicas). Essencialmente, neste contexto, destacam-se os Mitotopónimos. Já em finais do século XIX, José Leite Vasconcelos explicava-nos o seguinte a propósito das antas, "(…) noutras regiões o nome comum esqueceu-se também, mas os monumentos receberão novos nomes, tirados quer do seu estado actual, como *Os Padrões* (em Mangualde), quer das novas crenças, como *Casa dos Galhardos* (…). É sabido que *Galhardo*, de *galh-ardo*, significa «Diabo» na linguagem popular de certas localidades), *Casa da Moira* (passim), *Forno do Moiro* (Penafiel), etc.; (…) Quem estuda methodicamente as etymologias e as tradições populares não acha estranho que se dêem estas mudanças de nomes, e se fação estas adaptações de lendas" (Vasconcelos, 1897: 26 nota 1).

A consulta e análise deste tipo de documentação é a primeira fase do nosso projeto de investigação, que pretende demonstrar que algumas das crenças populares associadas a vestígios antigos, podem ter persistido ao longo dos tempos, num determinado espaço geográfico, através da toponímia e/ou da tradição oral, neste caso, em particular, a partir das lendas. Em suma, procuramos estudar a relação entre os mitotopónimos, os vestígios arqueológicos e as crenças populares. Foram aqui apresentados vários exemplos de que determinados tipos de vestígios

arqueológicos estão associados a determinado tipo de lendas: i) as pedras de raio, que se encontram associadas, maioritariamente, a machados de pedra polida, enxós e etc. e protegem dos raios e coriscos; ii) as lendas que explicam o abandono de determinadas povoações e a sua fundação noutro local. O motivo pode ser uma praga de gafanhotos ou formigas, um sino ou a imagem de uma santa ou santo que insiste em desaparecer e reaparecer noutro local, entre outras explicações; iii) As Mouras, assim como as pedras encantadas, que escondem tesouros; iv) E os Mouros. Tudo o que é antigo é do tempo dos Mouros, foram eles os arquitetos daquelas construções e povoações antigas. As referências aos Mouros surgem-nos em grande número e parecem ser bastante expressivas. No Portal do Arqueólogo existem 560 sítios que possuem na sua designação uma palavra associada aos Mouros, embora este número não será reflexo da realidade, atendendo a que muitos sítios arqueológicos perderam a sua designação original. Estas são apenas algumas considerações a partir da análise da documentação histórica.

Algumas dúvidas persistem no nosso horizonte: terão os topónimos e alusões aos Mouros subsistido na toponímia e na tradição popular, desde um momento que não sabemos precisar, mas pelo menos desde 1706 até aos finais do século XIX? Ou terão os arqueólogos dos finais do século XIX, influenciados pela análise das *Memórias Paroquiais*, reproduzido essas designações nos seus trabalhos? Por quanto tempo terão permanecido estes elementos mouriscos na toponímia e tradição popular?

A realização de trabalho de campo e entrevistas às pessoas mais idosas de determinadas localidades, hoje em dia, ainda é profícua na recolha destas lendas e destas explicações (Vieira, 2013). Parece haver um processo paralelo de manutenção destas tradições, visto que os diversos intelectuais registam-na, pelo menos a partir dos inícios do séc. XVIII, e as diferentes comunidades, pejadas de homens e mulheres iletradas, continuam a reproduzir aos seus descendentes as histórias contadas pelos "antigos", do que se tinha passado no "antigamente", no tempo dos Mouros. Eis algumas linhas de pesquisa a serem desenvolvidas futuramente.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, F. M. (2000 [1934]) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo X – Arqueologia, Etnografia e Arte. Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal.

ANTT – Memórias Paroquiais de 1978. Disponível em: http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4238720 (Consultado a 29 de dezembro de 2014).

AZEVEDO, P. A. (1902) – *"*Extractos archeologicos das 'Memorias Parochiaes de 1758*'", O Archeologo Português*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. VII. pp. 27-32.

BOTELHO, Henrique (1896) – Dolmens no concelho de Villa-Real. In *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Ethnographico Português. S. 1, vol. 2, n.º 12 (Dez. 1896), pp. 164-167.

CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério; MATOS, Henrique; OLIVEIRA, Carlos (2007) – *As freguesias do Distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. [Braga]: J.V.C. Vol. 4.

CARDOSO, L. (1737-1751) – *Dicionário Geográfico ou Notícia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real. Tomo II.

CARDOSO, L. (1747) – *Dicionário Geográfico ou Notícia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real. Tomo I.

COSTA, António Carvalho da (1708) – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens.* Tomo primeyro [-terceyro]. Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso.

GUIMARÃES, O. (1896) – Explorações arqueológicas em Paços de Ferreira. In *O Archeologo Português.*

HERCULANO, Alexandre (1838) – O Castello de Faria. In *O Panorama. Jornal litterario e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*. Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. N.º 47.

LEAL, Augusto Soares d' Azevedo Barbosa de Pinho; FERREIRA, Pedro Augusto (1875) – *Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira.

OLIVEIRA, C. P. (2006) – *A Diocese de Miranda do Douro em meados do séc. XVIII Segundo as Memórias Paroquiais de 1758*. Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais. 2 vols.

PORTAL DO ARQUEÓLOGO [em linha] Direção Geral do Património Cultual. 2017. Disponível em: http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/.

RODRIGUES, R. (1895) – Dolmens ou antas de Villa Pouca de Aguiar. In *O Archeologo Português*, 1 (12), Lisboa, pp. 346 -352.

SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1975) – A cultura dos Berrões no Nordeste de Portugal. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. XXII-fasc. 4, Porto: Instituto de Antropologia Dr.º Mendes Correia.

SARMENTO, F. M. (1990) – Expedição Científica à Serra da Estrela. In *Revista de Guimarães*, n.º 100. pp. 299-339. Disponível em: www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG100_10.pdf.

SERENO, Isabel; DÓRDIO, Paulo (1994) – Povoado do Castelo de Faria / Ruínas do Castelo de Faria e estação arqueológica subjacente. In IHRU/SIPA. (em linha). IHRU - IPA.00001104; Fotografia SIPA. DES. 00006230 [consultado em junho 2017]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1104.

SIMÕES, Augusto Filipe (2006 [1878]) – *Introdução à archeologia da Península Ibérica. Part. 1: Antiguidades prehistoricas. Edição facsimilada do original de 1878*. Lisboa: Arquimedes Livros.

SOUSA, Luís (2010) – Roteiro de notícias arqueológicas e mouriscas (com notas críticas) in CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias do distrito de Viseu nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. [Braga]: J.V.C., 2010. Vol. 6.

SOUSA, Luís (2011) – Notícias arqueológicas e mouriscas (com notas críticas) in CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga. Vol. 7.

SOUSA, Luís (2013) – Roteiro – Castros, Castelos. Fortificações, Figuras e Eventos Militares, in Capela, José Viriato; Matos, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*. Braga. Vol. 8.

TAVARES, J. A. (1885) – Archeologia do districto de Bragança: dolmens de Villarinho e de Zedes. *O Archeologo Portugues*. 1.ª série. pp. 107-109.

VASCONCELOS, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal.* Lisboa: Imprensa Nacional. Vol.1.

VASCONCELOS, José Leite de (1895) – Noticias archeologicas de Penafiel In *O Archeologo Português*. Vol. 1.

VIEIRA, José Augusto (1887) – *O Minho Pittoresco*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira – Editor. Tomo II. p. 489.

VIEIRA, Alexandra (2013) – Castelo Velho and Prazo (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): the oral tradition. In A. Chadwick and C. Gibson (eds). *Memory, Myth and Long-term Landscape Inhabitation*. Oxford: Oxbow.

VIEIRA, Alexandra (2016) – A Arqueologia e a Toponímia – uma abordagem preliminar. In *Al-Madan Online*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada.

ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO EM LISBOA – LEI, DES(ORDEM) E PROCRASTINAÇÃO

Alexandre Sarrazola[1]

"Paradise is exactly like where you are right now… only much, much better"
Laurie Anderson

RESUMO
Os trabalhos de acompanhamento arqueológico têm vindo a assumir nas últimas duas décadas uma inequívoca importância na arqueologia portuguesa, tanto pelo crescente número de profissionais que ocupam, como pelo volume de dados que a sua realização disponibiliza. Face à constatação do desfasamento entre a lei vigente e a dinâmica social, económica e cultural que enquadra este tipo de actividade, sustentada por um enquadramento legal lacunar e insuficiente, sugerem-se algumas medidas regulamentares susceptíveis de estimular uma relação mais equilibrada entre desenvolvimento urbano e património cultural.
Palavras-chave: Lei, Tutela, Lisboa, Acompanhamento arqueológico.

ABSTRACT
In the last two decades, the work of archaeological monitoring has assumed an unequivocal importance in Portuguese archeology, both by the growing number of professionals that occupy and by the volume of data that its realization makes available. Concerning lack of clarity between the current law and the social, economic and cultural dynamics that characterize this type of activity, supported by a weak and inadequate legal framework, some regulatory measures are suggested to stimulate a more balanced relationship between urban development and cultural heritage.
Keywords: Law, Heritage authorities, Lisbon, Archaeological monitoring.

1. INTRODUÇÃO

A maioria dos trabalhos arqueológicos em curso corresponde a acompanhamentos de obras públicas e privadas, constatação que pode ser facilmente confirmada mediante consulta do Portal do Arqueólogo da Direcção Geral do Património Cultural – Ministério da Cultura (http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/). Tal crescimento exponencial (em comparação com projectos de escavação e prospecção/levantamento) era já apontado em 2008 em análise estatística de Jacinta Bugalhão relativa aos anos de 1995 a 2005 em Lisboa. Em 2005 ocorreram na capital 61 intervenções de acompanhamento e 18 de escavação arqueológica (Bugalhão, 2008: 221) e no mesmo ano o número de trabalhos de arqueologia realizados por empresas mais que duplicou aqueles executados pela administração pública local (numa relação de 57 para 21) e o financiamento privado de trabalhos arqueológicos quintuplicou os números do financiamento público – 70 para 14 (Bugalhão, 2008: 225). Em nota de rodapé, a autora afirma: "Os acompanhamentos arqueológicos, embora, por vezes, «mal-amados», têm-se revelado extraordinariamente eficazes e frutuosos, em grande parte do perímetro urbano de Lisboa" (Bugalhão, 2008: 221).
Lisboa é caracterizada por uma notável história de 3000 anos de urbanismo. Tal diacronia de ocupação, associada à sua sismicidade, remete para a noção de que, ao longo do tempo, "se multiplicaram os reaproveitamentos e reutilização de estruturas pré-existentes e os revolvimentos do subsolo, pe-

1. ERA, Arqueologia; alexandresarrazola@era-arqueologia.pt

los mais variados motivos (…)", sendo que "(…) tais situações saldam-se por frequentes e sucessivos aterros que constantemente alteram a sua primitiva topografia" (Fabião, 1994:149). Constata-se, pois, que a associação entre grandes empreendimentos de obras de organização urbana e o achado de dados arqueológicos que actualizam o nosso conhecimento sobre a história da cidade não constitui um dado recente. "As grandes descobertas efectuadas no decurso da reconstrução pombalina de Lisboa" após o Grande Terramoto de 1755 são reveladoras de tal associação. Efectivamente, "sem grande exagero, pode dizer-se que, nessa altura, se verificam as primeiras intervenções de «arqueologia urbana», embora, como é natural, com os objectivos e perspectivas próprios da época" (Fabião, 1994: 150). A título de exemplo refiram-se as *Termas dos Cassios*, Rua das Pedras Negras em 1772, o *Criptopórtico* da Rua da Prata em 1770 e 1773 e o *Teatro Romano*, Rua de São Mamede em 1797 e 1798. Uma tendência que caracterizou os anos vindouros, particularmente o intervalo de tempo entre a década de sessenta do século XX e a actualidade, com três picos de relevância: nas obras do Metropolitano de Lisboa, 1960 (Moita, 1964); na construção do Parque de Estacionamento da Praça da Figueira, 2000 (Banha da Silva, 2005) e nas múltiplas intervenções na área da Lisboa Ribeirinha, 2012-2017 (Alexandre Sarrazola, José António Bettencourt, André Teixeira, 2014).

Uma via de análise centrada na arqueologia empresarial decorre da necessidade de entender o retorno cultural da chamada *arqueologia por contrato* (Lago, 2000; Valera, 2006; Fabião, 2006), já que os canais de comunicação institucional da Academia, do Estado e de outras organizações sem aparentes fins lucrativos ocupam um espaço que actualmente é partilhado com as empresas, mas assim o não era antes do princípio do nosso século. Refira-se que no *I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Arnaud, 2013) 14% das comunicações foram apresentadas por empresas (20 de um total de 140; 1/6 assaz proporcional se tivermos em conta, em números redondos, as remanescentes entidades entre academia, autarquias, institutos, museus e centros de investigação). Acresce que alguns dos mais interessantes sítios arqueológicos revelados desde então têm tido origem em projectos realizados por empresas de arqueologia e, amiúde, no decurso, ou na sequência de acompanhamentos. Podemos mencionar o exemplo paradigmático do Fundeadouro Romano de *Olisipo*, objecto de ampla divulgação, nomeadamente no recente documentário estreado no Cinema Municipal São Jorge (Raul Losada /ERA-Arqueologia, 2015; https://documentariofundeadouroromano.wordpress.com) e patente na exposição do Museu Nacional de Arqueologia *O Tempo Resgatado ao Mar* (Sarrazola, Bettencourt, Teixeira, 2014), fruto de um trabalho de dois anos da empresa ERA-Arqueologia, SA em parcerira com o CHAM – Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores para a Emparque, SA no âmbito da construção do Parque de Estacionamento da Praça Dom Luís I (Sarrazola, 2013; Parreira e Macedo, 2013; Sarrazola, Bettencourt, Teixeira, 2014) que, de *moto proprio*, construiu nas suas instalações um *museu de sítio* a mote dos achados arqueológicos no local.

Focar a produção legislativa a partir do ano de 1985 remete para a convicção de que – para a arqueologia, mas também para todas as dimensões da *res publica* – tal ano marca o início de uma conjuntura na nossa história recente que talvez ainda não tenha chegado ao seu termo. Destaque-se a assinatura do tratado de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 12 de Junho desse ano, a promulgação da *Lei nº 13/ 85 de 6 de Julho* (Lei do Património Cultural Português), assim como a *Directiva Comunitária 85/337/ CEE* de 27 de Junho, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente, esta última implicando uma concepção de Ambiente alargada ao Património Arqueológico, com claras repercussões – a partir de então – na actividade dos arqueólogos (Sarrazola, 2006: 24), mormente após a abertura da *Convenção de Malta* (1992) ratificada pelo Estado Português em 1997. Os desenvolvimentos deste alargado *impulso fundador* deixaram uma marca indelével na nossa história do *imediato*, desde as repercussões do *fenómeno Côa* na agenda política do XIII Governo Constitucional (1995) e respectiva produção legislativa – criação do Instituto Português de Arqueologia (*Decreto-lei nº 117/97 de 14 de Maio*), do primeiro Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (*Decreto-lei º 270/99 de 15 de Julho*) e da *Lei do Património Cultural nº 107/2001 de 20 de Setembro* – até à relativa maturidade da implantação de um certo *status quo* da tutela e da regulamentação (respectivamente, *Lei Orgânica da Direcção Geral do Patrim*ónio Cultural, *Decreto-lei 115/2012 de 25 de Maio* e *Decreto-Lei nº 164/2014 de 4 de Novembro – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos*).

2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO E CONCEPTUAL

Releia-se: "abordar a temática do acompanhamento arqueológico de obras na sua vertente legal implica um desconcertante confronto com algo que se assemelha a uma construção periclitante concebida com materiais de empréstimo e recurso a soluções improvisadas. Imaginemos alguém que ocupa um apartamento devoluto e pede de empréstimo ao vizinho do lado o abastecimento de água e electricidade. Assim parece funcionar o suporte regulamentar do acompanhamento arqueológico: com esforço, imaginação e capacidade de improviso; um parente pobre de extensão e mangueira ligadas à casa do lado. (…) A casa do lado, *i.e.* a legislação exarada no contexto das políticas ambientais e de ordenamento do território, tem funcionado como garante da execução destes trabalhos e da sua sustentabilidade legal. Já assim o era no final do século XX (…) e, cinco anos volvidos – mesmo após a entrada em vigor de uma Lei do Património (*Lei 107/2001, de 8 de Setembro*) muito pouca coisa mudou" (Sarrazola, 2006: 23). O signatário escreveu o trecho citado há onze anos. Aferir da sua actualidade constituiu agora um dos motivos do regresso ao tema.

*

É retumbante o silêncio a que tem estado sujeita a temática do acompanhamento no quadro da produção bibliográfica portuguesa. De «mal-amados», a maioritários (Bugalhão, 2008: 221) e finalmente juridicamente enquadrados (*Decreto-Lei nº 164/2014 de 4 de Novembro* – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos) de forma alguma as comunicações e artigos de reflexão têm acompanhado a profusão da publicação dos seus resultados. De facto, os textos de reflexão teórica e metodológica em Portugal não ultrapassam o número dos dedos de uma mão, restringindo-se a dois artigos do signatário, na qualidade de arqueólogo e coordenador de projectos de acompanhamento numa entidade privada ("Arqueologia e Acompanhamento de Obras. Um Equilíbrio *em Construção*"; "Regulamentação legal associada a trabalhos de acompanhamento arqueológico (*ou da arte de caçar com gato*)" e a um artigo de António Manuel da Silva, na qualidade de arqueólogo numa entidade municipal ("O acompanhamento arqueológico de obra: uma intervenção muito própria"), (Sarrazola, 2000; Silva, 2005; Sarrazola, 2006).

Os artigos citados reflectem as preocupações dos seus autores assim como o *espírito do tempo*: um tempo de manifesta eclosão de trabalhos que careciam de um enquadramento metodológico[2], teórico e jurídico, à data manifestamente incipiente. Veremos sumariamente o que descreviam, manifestavam e propunham:

Alexandre Sarrazola, 2000: "Arqueologia e Acompanhamento de Obras. Um Equilíbrio *em Construção*":

Manifestava-se perplexidade face à "ausência de regulamentação da Lei 13/85 que, a avaliar pela sua vetusta persistência, ameaça adquirir ela própria honras patrimoniais" (Sarrazola, 2000: 55). Abordava-se o enquadramento legislativo das políticas de Ambiente e Cultura, método e práticas, relações institucionais, sob um enfoque de partida que se resumia no seguinte: "Na actual conjuntura nacional e europeia não é possível perspectivar o desenvolvimento social e económico, na vertente em que este concerne à qualidade de vida das populações, sem focar uma especial atenção sobre o património cultural. Em concreto, a aplicação do conceito de *desenvolvimento sustentável* no *presente*, preparando as condições para a cidadania no *futuro*, não pode deixar de se alicerçar na construção plurifacetada do *passado*, projectado na vida social sob a forma de memória colectiva" (Sarrazola, 2000: 53).

2. *I.e.* uma aplicação aos trabalhos de Acompanhamento Arqueológicos dos pressupostos metodológicos propostos por BARKER, Philip (1993): *Techniques of Archaeological excavation*, Routledge, London; HARRIS; Edward (1989): *Principles of archaeological stratigraphy*, Academic Press, London e CARANDINI, A.(1997), *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, [1ª Ed. 1981], Barcelona, Editorial Critica. Tais títulos surgiram entre os finais dos anos setenta e o início dos anos oitenta para dar resposta às necessidades da arqueologia urbana de salvamento, num período em que as cidades do Reino Unido (para os casos de Harris e Barker), mas também da zona meridional da Europa (Carandini) sofriam profundas transformações em termos de ordenamento e requalificação urbana. Em Lisboa, um fenómeno que se possa assemelhar a tais transformações nas infraestruturas de abastecimento de água, saneamento, gás e telecomunicações, assim como na reabilitação do edificado, só vieram a ocorrer na década seguinte – em muito impulsionadas e impostas pelos fundos comunitários – o que, em parte, justifica análogo atraso na transposição para a prática arqueológica de tais preocupações.

António Manuel da Silva, 2005 "O acompanhamento arqueológico de obra: uma intervenção muito própria":

O texto "analisa a problemática do acompanhamento das obras, entendido como um tipo de intervenção arqueológica específica dotada de metodologia própria (…)" num quadro em que "o significativo incremento da actividade arqueológica em Portugal na última década, designadamente nas vertentes da arqueologia comercial, das intervenções urbanas e nos trabalhos de avaliação e minimização de impactes arqueológicos de grandes obras, tem vindo a destacar a importância do *acompanhamento arqueológico de obra* (…) como acção muito corrente" (Silva, 2005: 459). Nos aspectos atinentes ao enquadramento legal era vincado o seguinte aspecto lacunar: "A Lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural (*Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro*) dedica o seu Capítulo II (artigos 74º a 79º) ao património arqueológico, não fazendo a mínima alusão, todavia, à noção de acompanhamento arqueológico. Maior perplexidade decorre da constatação de que o "Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (*Dec.-Lei* nº 270/99 de 15 de Julho) também não menciona o acompanhamento arqueológico, quer na definição de trabalhos arqueológicos (Art.º 2º), quer mesmo entre as diferentes categorias de trabalhos arqueológicos (Art.º 3º)" (Silva, 2005: 460). Em suma, nem a Lei de Bases nem o Regulamento de Trabalhos arqueológicos contemplavam a figura do *acompanhamento arqueológico*, omissão que, conforme veremos no próximo capítulo, só viria a ser corrigida, quase dez anos volvidos, *no Decreto-Lei nº 164/2014 de 4 de Novembro* – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos.

Alexandre Sarrazola, 2006 "Regulamentação legal associada a trabalhos de acompanhamento arqueológico (*ou da arte de caçar com gato*)":

Face aos aspectos lacunares mencionados no artigo citado *supra* (Silva, 2005), afirmava-se o seguinte: "natural é que as instituições da tutela, as empresas de arqueologia e todos os organismos e indivíduos com funções associadas à actividade arqueológica se tenham aperfeiçoado (com diversos graus de habilidade) na difícil arte de caçar com gato." (Sarrazola, 2006: 24-25). De tal *arte*, enunciava-se um exemplo de carácter ilustrativo: "em Circular do Instituto Português de Arqueologia (IPA) datada de 10 de Setembro de 2004 referente aos termos de referência para o descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental, pode ler-se (em nota de rodapé n.º 6 da página 4) uma definição de acompanhamento arqueológico assaz esclarecedora: «As medidas de minimização de carácter geral, contemplarão, necessariamente, o acompanhamento arqueológico de obra, o qual deverá ser sempre efectivo, continuado e directo de todas as mobilizações de solo. No capítulo das medidas de minimização deverá constar que, na circunstância da obra se desenvolver em mais do que uma frente em simultâneo, se garanta a presença dum arqueólogo por frente de obra. No caso de frentes muito próximas, o IPA admite a presença de um ou mais assistentes de arqueólogo sob a coordenação directa de um arqueólogo». Em suma, se pretendermos fundamentar do ponto de vista formal a necessidade de um trabalho de acompanhamento efectivo, continuado e directo recorreremos forçosamente à citada nota de rodapé em lugar de invocar uma lei ou um decreto" (Sarrazola, 2006: 25). Propunha-se então a obrigatoriedade de trabalhos de acompanhamento arqueológico nos termos da Circular do IPA e, entre outros aspectos regulamentares, a extensão da autorização a uma entidade colectiva (Sarrazola, 2006: 26).

*

Assumindo o património cultural *como um assunto de todos* (Casalta Nabais, 2010: 31), constitui, pois, "uma matéria que não pode deixar de dizer respeito a todos e a cada um dos membros da comunidade. O que significa, de um lado, recusar e combater o estatismo e (…), de outro, afirmar e defender o envolvimento de cada um dos membros e de toda a comunidade na protecção e valorização do património cultural" (Casalta Nabais, 2010: 31). Urge, assim, promover uma Lei e uma Política para o Património Cultural que impliquem uma abordagem holística que congregue estas duas visões e se afigure consentânea com *a ordem vocacionada para a permanência, estabilidade e normalidade ao tempo existente*: o de hoje.

3. A LEI E A PRÁTICA HOJE

Para uma abordagem de carácter prático, focaremos adiante o articulado de quatro diplomas:

Plano Director Municipal de 1994 (revogado)[3];

3. Resolução do Conselho de Ministros nº 94/ 94, Diário da República, I Série B, nº 226 de 29 de Setembro de 1994.

Plano Director Municipal de 2012 (vigente)[4];
Regulamento de Trabalhos Arqueológicos de 1999 (revogado)[5];
Regulamento de Trabalhos Arqueológicos de 2014 (vigente)[6].

A redação do artigo 15º (Áreas de Potencial Valor Arqueológico) do Plano Director Municipal de 1994 enfermava de problemas de clareza e de efectivas imprecisões que acabavam por relegar para a arbitrariedade da Tutela os limites da sua aplicação. Se não, vejamos, a título de exemplo, o que se determinava no ponto 5: "nas áreas de nível 2 [área urbana delimitada fora do perímetro da área de nível 1, esta última correspondente ao interior da muralha fernandina e ao Bairro da Mouraria] a Câmara Municipal, com base em parecer da estrutura consultiva criada nos termos do disposto no nº 2 do artigo 7, pode estabelecer, no licenciamento de obras que impliquem escavações ou remeximento do subsolo, as condições a que deve obedecer a fiscalização e acompanhamento técnico municipal da obra, por forma que sejam asseguradas a identificação, preservação e registo de valores arqueológicos, nos termos da legislação em vigor". Com efeito, não só nos deparamos com a arbitrariedade a que fizemos menção, como o carácter casuístico subjacente ao emprego do verbo *poder* em lugar de *dever*, deixava uma *brecha* demasiado aberta a liberdades de criatividade interpretativa pouco consentânea com o mínimo que se exige de um preceito regulamentar.

Hoje, o Plano Director Municipal de 2012 constitui um diploma de rigor, actualidade e abrangência quando comparado com o seu equivalente de 1994 (mesmo salvaguardando eventuais anacronismos, considerando as especificidades do contexto histórico-politico de meados dos anos noventa). Para tal basta notar a dimensão geográfica e qualitativa das áreas de nível arqueológico I, II e III, decorrentes de uma inequívoca actualização do estado dos nossos conhecimentos, à data, adaptada à redação do diploma[8]. Porém, leia-se o conteúdo do ponto 5º do artigo 33º (Áreas de Valor Arqueológico): "5 – Nas áreas de Nível Arqueológico III, a Câmara Municipal, mediante parecer técnico-científico, *pode*[9] sujeitar as operações urbanísticas que tenham impacto ao nível do subsolo a acompanhamento presencial da obra e à realização de ações ou trabalhos, com vista à identificação, registo ou preservação". Estranhamente, e volvidos quase vinte anos (de 1994 a 2012), nem por isso nos libertámos de *poder* em lugar de *dever*.

Na viragem do século, o *preâmbulo* do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos de 1999[10] consubstanciava eloquente exemplo de uma (caduca) noção da Arqueologia que estava, já então, em transformação e mudança. *I.e.*, não obstante expresse um programa de intenções louvável, ao "incrementar a actividade arqueológica em Portugal numa perspectiva de investigação interdisciplinar e interinstitucional" e destacar que o "estudo e publicação sejam igualmente considerados como uma das tarefas mais prioritárias da arqueologia nacional", é também verdade que à data da sua promulgação se intensificava uma dinâmica empresarial no quadro da actividade arqueológica portuguesa que o diploma parece não acompanhar.

O artigo 5º (Pedidos de autorização para trabalhos arqueológicos) estabelecia uma autorização nominal e delimitada de cada trabalho arqueológico: "3- c) Indicação do nome do arqueólogo responsável pelos trabalhos de campo em cada sítio em caso de projectos que envolvam intervenções em mais de um sítio (…)" não contemplando a corresponsabilização de uma entidade institucional associada ao arqueólogo requerente. Porém, no ponto 2 do artigo 9º (Segurança e fiscalização) determinava-se que "o arqueólogo a quem foi concedida a autorização para a intervenção arqueológica, desde que essa intervenção não seja promovida por qualquer entidade *pública ou privada*, é responsável pela adopção das regras de segurança no local de trabalho previstas na lei". Era,

4. Município de Lisboa, Aviso n.º 11622/2012, Diário da República, 2.ª série – N.º 168 – 30 de agosto de 2012.

5. Decreto-Lei nº 270/99, de 15 de julho.

6. Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro.

7. Eis os termos do disposto no nº 2 do artigo 4º: "Para o exercício dos poderes não vinculados previstos neste Regulamento, a Câmara poderá criar estruturas consultivas, ou socorrer-se das existentes, compostas por técnicos do município e por personalidades e entidades tecnicamente qualificadas, nomeadamente nas áreas do património, reabilitação urbana e estética urbana".

8. Para uma aferição cabal deste aspecto, cf. artigo 33º do PDM: Município de Lisboa, *Aviso n.º 11622/2012, Diário da República, 2.ª série – N.º 168 – 30 de agosto de 2012*.

9. Sublinhado nosso.

10. *Decreto-Lei nº 270/99, de 15 de julho.*

pois, mencionado um promotor público ou privado implícito cujas responsabilidades não se regulamentavam para efeitos de autorização, recaindo esta exclusivamente no arqueólogo, para prejuízo de ambos. Tal lacuna era debilmente emendada no ponto nove do artigo 11º (Direcção científica): "A contratação de arqueólogos ou equipas de arqueólogos para a realização de trabalhos (…) implica por parte da *entidade contratante*[11] a aceitação das regras de prioridade científica estabelecidas neste Regulamento".
No parágrafo introdutório do texto do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos de 2014[12] assume-se que "o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de novembro, carece de uma adaptação ao cenário atual da arqueologia nacional, sendo, desta forma, necessário aprovar um novo Regulamento. Tem-se vindo a assistir a um aumento expressivo do número de trabalhos arqueológicos realizados, com alterações significativas na natureza e nos agentes dessas intervenções, para cujas solicitações a regulamentação até agora em vigor já não consegue dar resposta", acrescentando-se adiante que "o surgimento de empresas dedicadas à realização de trabalhos arqueológicos, consolidando a necessidade do reconhecimento de intervenientes como a «entidade contratante» e a «entidade enquadrante»". Tal reconhecimento legal vem, como veremos, colmatar a lacuna a que vínhamos fazendo menção.
Com notável economia de texto, é dada letra de lei a três lacunas fundamentais do revogado *Decreto-Lei nº 270/99, de 15 de julho*. Os acompanhamentos arqueológicos passam a estar regulamentados, assim como são corresponsabilizadas com o arqueólogo as entidades contratante (para o caso presente o promotor público ou privado que adjudica a uma empresa de arqueologia – ou a outro tipo de entidade congénere – um determinado trabalho arqueológico) e enquadrante (a empresa de arqueologia – ou outro tipo de entidade congénere – a quem é adjudicado esse trabalho arqueológico). No ponto 6 do artigo 5º (Direcção científica) é reforçado que "O diretor científico e as entidades contratante e enquadrante respondem solidariamente pela salvaguarda, proteção e conservação sustentadas dos bens imóveis e móveis intervencionados e identificados até à conclusão dos trabalhos e depósito do espólio".
Afigura-se premente apresentar três ideias fundamentais: urge continuar a legislar no sentido de que o conhecimento arqueológico decorrente de trabalhos de investigação, salvaguarda e mitigação seja divulgado de forma generalizada por todos os suportes disponíveis e num código que a todos seja acessível sem prejuízo da sua qualidade (com necessário incremento de medidas que promovam a comunicação e sensibilização/formação junto das comunidades intervenientes nos projectos de obras); impõe-se na Academia, nos Serviços Públicos e nas Empresas o desenvolvimento de uma formação contínua conducente à comunicação alargada, implicando isto a prática efectiva de uma transversalidade temática conducente à aquisição e transmissão de conhecimentos numa dinâmica de abertura, reciprocidade e cidadania.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é a democracia a gestão do conflito entre diferentes forças de interesses? No actual enquadramento jurídico do Património Cultural não nos deparamos com uma dada dinâmica de desacordo entre diversos actores sujeitos a tal enquadramento jurídico? Desta feita, talvez a gestão do conflito deva incidir sobre os agentes em campo e implicar uma imperativa mudança, de pendor transversal e interinstitucional.
Considerando que "todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural"[13], eis a pergunta retórica: se a lei em vigor apresenta, no seu articulado, conteúdos textuais que se dão a exegéticos conflitos entre Tutela e Arqueólogos – lesivos do Património Cultural, da Ordem e da Cidadania – não urge actualizar a legislação de desenvolvimento?

11. Sublinhados nossos.

12. *Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro.*

13. *Constituição da República Portuguesa*, Art.º 78, 1.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria José (2008) – Avaliação de Impactes e Património Cultural – Que Papel Para o Arqueólogo e Para o Património Arqueológico?, *Paxis Archaeologica* 3, pp. 161-166.

ARAÚJO, João; CARDOSO, Bernardo; CASTELO, Inês *et. all.* (2013) – A Arqueologia urbana em Lisboa: análise da actividade arqueológica entre 2006 e 2011 e divulgação patrimonial, ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coord.) – *Arqueologia em Portugal 150 anos,* Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 97-102.

ARNAUD, José Morais (2013) – "Editorial", ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coord.) – *Arqueologia em Portugal 150 anos,* Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 179-188.

BANHA DA SILVA, Rodrigo (2002) – *PFRIA. Projecto de Digitalização dos Registos da Intervenção Arqueológica da Praça da Figueira*, DM-DPC, CML.

BANHA DA SILVA, Rodrigo (2005) – *Marcas de oleiro" em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. – séc. II d.C.)* Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais. Braga. Texto policopiado.

BANHA DA SILVA, Rodrigo (2010) – Arqueologia viária romana em Lisboa: a i.a.u. da Praça da Figueira, Cira-Arqueologia I, *ACTAS MESA REDONDA "DE OLISIPO A IERABRIGA".*

BARBOSA RODRIGUES, l. (2015) – *Introdução ao Direito – Geral, Interno, da União Europeia e Internacional*, 2ª ed.Quid Juris, Lisboa.

BARKER, Philip (1993) – *Techniques of Archaeological excavation*, Routledge, London.

BUGALHÃO, Jacinta (2008) – Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança, *Era-Arqueologia*, nº8.

CARANDINI, A. (1997) – *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, [1ª Ed. 1981], Barcelona, Editorial Critica.

CLARO, J. Martins, (2011) – A Lei de Bases do Ambiente e as Outras Leis de Bases, *Actas do Colóquio – A Revisão da Lei de Bases do Ambiente*, ICJP - FDL, Lisboa.

COSTA PINTO, A. PIMENTEL Irene, (1995) – Entrevista com Zeev Stenhell. Fascismo: a recusa da herança das luzes, *História*, 15, pp. 46-53.

ERA/ LAGO, Miguel; VALERA, António; SARRAZOLA, Alexandre *et all* (2011) – *Revisão do Plano Director Municipal de Lisboa*. Carta. Policop.

FABIÃO, Carlos (1994) – Ler as cidades antigas: arqueologia urbana em Lisboa, *Penélope*, 147-162.

FILIPE Iola, FABIÃO Carlos (2006/2007) – Uma unidade de produção de preparados de peixe de época romana na Casa do Governador da Torre de Belém (Lisboa). Uma primeira apresentação", *Arqueologia & História*, nº 58/59.

FONSECA, Cristóvão; BETTENCOURT, José; QUILHÓ, Teresa (2013) – Entalhes, mechas e cavilhas: evidências de um navio romano na Praça D. Luís I (Lisboa), ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coord.) – *Arqueologia em Portugal 150 anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 1185 1192.

HARRIS; Edward (1989) – *Principles of archaeological stratigraphy*, Academic Press, London.

INA (1996) – *Direito do Património Cultural.*

IPPAR (1996) – *Informar para proteger. Legislação Nacional.*

IPPAR (1996) – *Informar para Proteger. Cartas e Convenções Internacionais.*

LAGO, Miguel (2008) – Gestão de Projectos de Arqueologia: Equívocos em torno do Caderno de Encargos, *Era – Arqueologia*, 8, pp. 6-13.

LAGO, Miguel SARRAZOLA, Alexandre (2013) – Para a construção de uma Arqueologia Pública: memória e comunicação", ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coord.) – *Arqueologia em Portugal 150 anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 179-188.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito (2004) – *Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, Livros Horizonte, Lisboa.

LOSADA, Raul/ERA(2015) *https://documentariofundeadouroromano.wordpress.com;.*

MINISTÉRIO DA CULTURA, *Relatório Intercalar – Proposta de Lei de Bases do Património Cultural*, Lisboa, 1998.

MIRANDA, Jorge; CLARO, João Martins; ALMEIDA, Marta Tavares (coord.) (1996) – *Direito do Património Cultural*, INA, Oeiras.

MOITA, Irisalva (1964) – Hospital Real de Todos-os-Santos I, *Revista Municipal*, nº 101/ 102.

MOITA, Irisalva (1965) – Hospital Real de Todos-os-Santos II, *Revista Municipal*, nº 104/ 105.

NABAIS, J. Casalta (2010) – *Introdução ao Direito do Património Cultural*, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2010.

PARREIRA, Jorge; MACEDO, Marta (2013) – O fundeadouro romano da Praça D. Luís I, ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coord.) – Arqueologia em Portugal 150 anos, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 747-754.

RAMOS, J.L. Bonifácio (2011) – O Ministério da Cultura e as Políticas Culturais, *Direito da Cultura e do Património Cultural*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, pp. 247-287.

REAL, Fernando, ALFARO, L. (2006) – Legislação e regulamentação em 2005, *Praxis Archaeologica*, n.º 1, 2006, pp. 23-38.

SARRAZOLA, Alexandre; BETTENCOURT, José; TEIXEIRA, André (2014) – Lisboa, o Tejo e a Expansão Portuguesa: os mais recentes achados arqueológicos da Lisboa Ribeirinha, *O Tempo Resgatado ao Mar*. Exposição. Catálogo. Museu Nacional de Arqueologia. INCM.

SARRAZOLA, Alexandre (2000) – Arqueologia e Acompanhamento de Obras: um equilíbrio em construção, *ERA-Arqueologia*. Lisboa, 2, p. 52-67.

SARRAZOLA, Alexandre (2006) – Regulamentação legal associada a trabalhos de acompanhamento arqueológico (ou da arte de caçar com gato), *Praxis Archaeologica*, nº1, pp. 23-28.

SARRAZOLA, Alexandre (2013) – Orla ribeirinha de Lisboa: contextos náuticos de Época Moderna (recentes descobertas), ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coord.) – *Arqueologia em Portugal 150 anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 1193-1196.

SILVA, António Carlos (2008) – Arqueologia Empresarial: questões legais a montante dos *Cadernos de Encargos*, *Era – Arqueologia,* n.º 8, pp. 14-18.

SILVA, António Manuel (2005) – O acompanhamento arqueológico de obras: uma intervenção muito própria. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 8(1), p. 459-469.

SOUSA, Ana Catarina (2013) – A Revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos e os contextos sociais da arqueologia no século XXI: uma breve reflexão, *Revista Património,* n.º 1, Direção Geral do Património Cultural, pp. 36-42.



Figura 1 – Aspecto interior de palácio devoluto (Lisboa).

ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO E MÉTODO. CONTRIBUTO PARA O SEU ENQUADRAMENTO LEGAL

Iva João Teles Botelho[1]

RESUMO

Em Portugal, o acompanhamento arqueológico (AA) é reconhecido como importante estratégia na Arqueologia Preventiva, tendo sido introduzido em meados da década de 1990. Apenas recebeu, porém, menção explícita no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, no DL 164/2014, de 4 de novembro. Assuma-se que todo o progresso está para lá das margens de conforto. Atendendo a tal realidade e a esta convicção, e considerando o contexto intersectorial dos *AA*, assume-se também o desconfortável objetivo de trazer ao debate o seu (ainda lacunar) enquadramento legal. Desconforto lançado com uma rendição: a apresentação de proposta de método para os acompanhamentos, contribuindo assim para colmatar tal lacuna legal e, principalmente, para os dignificar por meio da promoção de uma maior eficácia e paridade de procedimentos.

Palavras-chave: Acompanhamento Arqueológico, Portugal, Enquadramento Legal, Método.

ABSTRACT

In Portugal, archaeological watching brief (AWB) is recognised as an important strategy for rescue archaeology, having been introduced by the middle of the 1990's. Nevertheless, it had almost only received explicit mention at 164/2014 DL, November, 4th, the Portuguese Archaeological Works Regulation. Should we admit: all the progress is beyond of the comfort's zone. Given this reality and conviction, and considering the intersectorial context of AWB, shall we also assume the uncomfortable goal of bringing to discussion its (still fragile) legal framework. Discomfort launched with surrender: the presentation of a method's proposal for AWB. Should we help to overcome this legal gap and would mainly dignify AWB by promoting greater efficiency and procedures of parity.

Keywords: Archaeological Watching Brief, Portugal, Legal Framework, Methodology.

ABERTURA

> "[C]onstatamos que o acompanhamento arqueológico é a medida preventiva com maior representatividade (...) [estando] presente em (...) 81% dos procedimentos de avaliação de impacte ambiental analisados. (...) "[Porém,] o registo e o conteúdo específico dos relatórios de acompanhamento arqueológico, tem criado um *acervo documental dominado pela heterogeneidade subjetiva* de cada interveniente." (Gertrudes Branco, 2014, pp. 108; 111)

É do conhecimento geral e generalizada aceitação como, em Portugal, o acompanhamento arqueológico (=*AA*) – ou *a observação por um arqueólogo das movimentações de solos feitas pelo Fomento, visando achados arqueológicos* – assume posição de relevo na estratégia da mitigação dos impactos desse *Desenvolvimento* sobre o património arqueológico.

Tendo conhecido, desde 2000, significativo incremento, só por isso, justificará mais atenção do que a que tem suscitado. Mas a lacuna é, desde logo, observada no ordenamento jurídico de proteção do património cultural, ainda que a situação tenha sido recente e levemente corrigida, pela publicação do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos anexo ao DL164/2014, de 04 de novembro (=RTA'2014). E com toda esta carência, quase certamente, se relacionará a enorme escassez de sedimentação metodológica prática e de reflexão teórica, carecendo de

1. i.jb.arq@gmail.com

follow-up que reflita sobre métodos e resultados.
Mas, muito possivelmente, a situação será semelhante à do provável contexto de origem – a *rescue archaeology* inglesa, onde é designado de *archaeological watching brief* (=*AWB*). Mesmo aí, onde remontará à década de 1970, parece-nos mesmo que, ainda hoje, este trabalho contará com o desenvolvimento máximo dado por Philip Barker 1977, p. 132). Nas *Techniques of Archaeological Excavation*, abordá-lo-á dentro da *salvage archaeology* que contaria com ações como "(…) *cleaning a machine-cut section or a newly scraped surface, both likely to disappear within an hour.*"
Quanto a nós, não que desconheçamos a quantidade razoável de sítios arqueológicos revelados em Portugal, nas últimas duas décadas, por meio dos AA. E por isso – mais do que traçar o historial/enquadramento legal e explicar esse incremento, certamente, algo do foro da Sociologia – é nosso objetivo propor uma metodologia para os mesmos.
Esperando contribuir para a dignificação dos AA, temos por base a nossa reflexão (Botelho, 2016), intitulada *O Processo do Corgo. Do Princípio da Conservação pelo Registo Científico*.

A. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO JURÍDICO DOS *AA* EM PORTUGAL

> "[E]nquanto produtores de memória(s), os arqueólogos contribuem socialmente para a construção de um dos garantes da democraticidade e cidadania, por oposição ao conceito da amnésia, associado aos sistemas totalitários enquanto geradores de um passado, através da anulação sistemática de memórias non gratas." (Alexandre Sarrazola, 2000, p. 53)

1. SUBSÍDIOS PARA O HISTORIAL DA INTRODUÇÃO DOS *AA* EM PORTUGAL

Em Portugal, o primeiro AA nos moldes atualmente vigente – ou seja, *a observação por arqueólogos dos trabalhos de remoções de terra ou obras de qualquer índole ditadas pelo Desenvolvimento, visando fazer achados arqueológicos* – terá sido aquele a que o "*Gasoduto de Alta Pressão Setúbal-Braga*" (da Transgás) foi sujeito, tendo sido executado ao abrigo de um protocolo entre o Promotor e o IPPAR.
Com monografia já publicada (Bugalhão, ed., 2004), é-nos possível recolher informação sobre alguns elementos desse trabalho global de mitigação. Assim, cabe a Frederico Ermoli (*ibid*., p. 9), Administrador da Transgás, congratular-se com o facto de "*o acompanhamento arqueológico* [ter sido] *efetuado em todas as obras (…) com um carácter tão efetivo que se assistiu (…) a diversos desvios do traçados inicialmente projectado e (…) a algumas paragens dos trabalhos em zonas arqueologicamente mais sensíveis e carecidas de abordagens mais cuidadas*". Já em Fernando Real (*ibid*., p. 7), negociador do protocolo por parte do IPPAR, há a realçar a não utilização da locução '*acompanhamento arqueológico*' pelo mesmo. Antes, sim, faz referência a *prospeções* e *sondagens de caracterização* enquanto ações do plano da mitigação da obra. E sublinhemos que, para a execução deste *AA*, foram criadas duas equipas de campo formadas por arqueólogos e assistentes de arqueólogo, ambas superintendidas por um arqueólogo coordenador *sénior*.
Será de notar que, como se depreende do Despacho 113/93, de 3 de janeiro, este projeto obedeceu já a *procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental* (=AIA).
Ora, tomou Jacinta Bugalhão (2011) ensejo para fazer uma primeira análise da Arqueologia em Portugal nas últimas décadas. Incidindo nos anos de 2006 a 2009 com pontos cronométricos de comparação nos anos de 1986 e 1996, a autora dá conta do crescimento expressivo da Arqueologia Preventiva (=AP), designadamente, no âmbito da AIA. Tidas estas duas variáveis em atenção, no culminar da análise (ano de 2009), a AP atingia 91,84% dos trabalhos realizados, cabendo à atividade desenvolvida no âmbito da AIA 51% do total da atividade arqueológica nacional. Já os AA apenas apareciam documentados desde 2006, com uma representação de 41,72% de todos os trabalhos licenciados.
Mas, de 1994, data o eclodir do *sisma Foz-Côa*. Centrado na prossecução/suspensão da construção da *Barragem de Foz-Côa*, viria a ser tomada a *decisão política* por esta última opção e seria a *conservação in situ* do *Gravuras Paleolíticas do Côa* internacionalmente consagrada com a classificação como Património Mundial.
Por isso mesmo fazemos notar que – "[t]endo como exemplo o caso do Côa, [e depois de ter-se] procur[ado] demonstrar que apenas a atempada caracterização patrimonial das áreas afetadas pelos projetos permitia a salvaguarda dos valores arqueológicos [passando a] propo[r]-se um conjunto de condições e requisitos, desde logo a participa-

ção no processo de AIA, que possibilitaria, caso se justificasse, a solicitação de informação adicional e reformulação dos EIA" (Estorninho *et al*., 2013, p. 121) –, subsequente, a *estratégia administrativa* "assumi[sse] igualmente como requisito sistemático, a necessidade de se proceder ao acompanhamento arqueológico das obras" (*ibid*.). No presente, parecem os AA poder incidir sobre a generalidade dos potenciais arqueológicos, incluindo servidões administrativas de sítios classificados.

2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO DOS *AA* EM PORTUGAL

A súmula que se segue parte da investigação centrada na consulta do processo legislativa da Lei 107/2001, de 8 de setembro, e, bem assim, da auscultação do direito comparado, conforme informação obtida em www.parlamento.pt (Botelho, 2016).

2.1. Do Quadro Jurídico de Defesa, Proteção e Valorização do Património Cultural

Assumindo pois, entre nós, como primeiro, o AA da obra do *Gasoduto Setúbal-Braga*, podemos considerar que esta possível condicionante da respetiva AIA, à data, estaria enquadrada na Lei 13/85, de 6 de julho (=LPC'85), que dispunha, pelo art. 41.º/1: "1 – O Ministério da Cultura deverá determinar que a realização de trabalhos em qualquer zona onde se presuma a existência de monumentos ou sítios arqueológicos seja *acompanhada por técnicos especializados*."

Mencionada que foi a *supra* decisão histórica de suspensão da construção da barragem e conservação *in situ* do complexo de arte rupestre, cumpre agora referir que o facto também deu ensejo a renovação legislativa e institucional, deixando rasto nos preâmbulos dos novos diplomas. Desde logo, a Lei Orgânica do IPA, o DL 117/97, de 14 de maio (=LO-IPA), alertava para os "*prejuízos acentuados para o País, tanto pela perda de património e informação de interesse relevante, nacional ou mesmo internacional, como pela perda de investimentos vultosos decorrente da identificação tardia de bens patrimoniais* (…)". Já o DL 270/99, de 15 de julho, que instituiu novo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (=RTA'99), apresentava o desiderato de "*acautelar a salvaguarda e estudo do património arqueológico ameaçado por intervenções humanas de diversa natureza e dimensão.*"

Cumpre, porém, ressaltar a publicação da Lei 107/2001, de 8 de setembro (=LPC'2001), na medida em que revogou a LPC'85; logo, o citado art. 41.º/1, sem transposição da matéria para o novo diploma.

De facto, tratando-se a LPC'2001 de diploma que, em última instância, remonta ao projeto da *Comissão Sérvulo Correia* (criada pelo Despacho n.º 113/96, de 10 de dezembro, do Ministro da Cultura), consideramos que o Capítulo II [*Do património arqueológico*] do Título VII [*Dos regimes especiais de protecção e valorização de bens culturais*] já deveria ter merecido maior atenção da comunidade arqueológica, pelos desenvolvimentos indiciados na nova redação deste regime, tendo por referência o anterior, presente na revogada LPC'85. Designadamente, considerando a ausência explícita da figura *acompanhamento arqueológico*.

E será de notar que, já previamente, foi o assunto abordado por alguns autores. No desconhecimento de outros, destacamos António Silva (2005[2], p. 460) e Alexandre Sarrazola (2006, p. 23), arqueólogos que confluem em notar a referida ausência e tanto no revogado RTA'99, como na LPC'2001. E se Silva sublinha a tipificação e descrição únicas das ações de *escavação* e *prospeção* no art. 77.º deste último diploma, já Sarrazola dá essa ausência dos AA na lei como "*escorregadio lapso jurídico*", propondo a sua introdução e afirmação na atividade arqueológica vinculada à transposição para o quadro jurídico nacional da Diretiva AIA 85/337/CEE, de 27 de junho de 1985, que, desse modo, lhes conferia *sustentabilidade legal*.

Dissecando a questão, importará, de facto, retermos a atenção no referido art. 77.º [*Trabalhos arqueológicos*]. Mas, por forma a explorar o que se extrai ainda da letra da lei, façamo-lo uma leitura conjugada com os artigos 74.º [*Conceito e âmbito do património arqueológico*]/2 e 3; 75.º [*Formas e regime de protecção*]/1; e 79.º [*Ordenamento do território e obras*]/1 e 2.

Em síntese, no que respeita ao Ordenamento do Território e Obra, prevê a LPC'2001 o *salvamento da informação arqueológica* (art. 79.º/1); devendo os serviços da administração do património cultural *condicionar a prossecução de quaisquer obras à adoção* pelos promotores *de alterações* a projetos aprovados *que garantam a conservação de* estruturas arqueológicas *descobertas no decurso dos trabalhos empreendidos* (art. 79.º/2). E, se bem que a aplicação do princípio da *conservação in situ* é extraível da letra deste inciso (Nabais, 2010, p. 60), pelo 75.º/1, é previamente declarado que, nos termos da lei, aos bens arqueológicos será desde logo aplicável o princípio da *conservação pelo registo científico*. Bens ar-

queológicos que integram *depósitos estratificados*, nos termos do art. 74.º/2.

Ora, pelo art. 77.º, o legislador esclarece *o que são trabalhos arqueológicos*, reconduzindo-os, pelo inciso n.º 1, às investigações que tenham por finalidade a descoberta, o conhecimento, a proteção e a valorização do património arqueológico; e concretiza, nos incisos n.º 2 e 3, a definição de trabalhos arqueológicos de escavação – "*São escavações arqueológicas as remoções de terreno* (…) *que, de acordo com metodologia arqueológica, se realizem com o fim de descobrir, conhecer, proteger e valorizar o património arqueológico*" –, e prospeção – "*São prospecções arqueológicas as explorações superficiais sem remoção de terreno que, de acordo com metodologia arqueológica, visem as actividades e objectivos previstos no número anterior*"– não incluindo qualquer referência explícita ao acompanhamento arqueológico.

Sendo que, a par revogação da LPC'85, art. 41.º/1, pelo inciso n.º 5 do art. 77.º da LPC'2001, o legislador introduz preceito cuja interpretação dada por uma leitura conjugada com o art. 74.º/3 pode conduzir mesmo a uma exclusão dos *AA* na lei: "74.º/3 Os bens *provenientes da realização de trabalhos arqueológicos* constituem património nacional (…).

77.º/5 – *Não se consideram trabalhos arqueológicos*, para efeitos da presente lei, os achados fortuitos ou ocorridos no âmbito de outras remoções de terra *ou obras de qualquer índole*."

Pese embora falta de intencionalidade na redação deste preceito, defendemos aqui que esta questão da omissão explícita e implícita dos AA na LPC'2001 não configurará pormenor decorrente de somenos atenção dada pelo Legislador, porquanto, quando perscrutado o processo legislativo, alguns elementos nos são indiciados quanto aos seus objetivos, esclarecimento e vontade.

Efetivamente, repara Casalta Nabais (*ibid*., p. 101) como a LPC'2001 é uma lei "*do regime e da política da proteção, defesa e valorização*" do património cultural. Assim sendo, na ausência de um preâmbulo à mesma, será de notar, no da respetiva Proposta de Lei 39/VIII (=PPL39/VIII), a correspondência dos objetivos traçados para a política do património cultural – "*com destaque particular para as directrizes em matéria de planeamento, (…) e articulação de políticas (…) e prevenção (…)*" – com as citadas preocupações e desideratos, respetivamente, da LO-IPA e do RTA'99.

Mais ainda, na medida em que, *i*), a PPL39/VIII resulta da reformulação da Proposta de Lei 228/VII (=PPL228/VII); *ii*), o texto do Capítulo II do Título VII [Do regime especial do património arqueológico], é substancialmente idêntico ao da PPL228/VII; e, *iii*), a redação do art. 77.º [Trabalhos Arqueológicos] segue, *ipsis verbis,* a redação do correspondente art. 82.º na PPL228/VII, será de examinar o *Relatório e Parecer* sobre esta primeira proposta. Sublinhemos, por isso, o reconhecimento da vontade do Legislador em conciliar soluções vindas da tradição portuguesa com outras fórmulas recortadas no direito internacional e no direito comparado.

2.2. Do Direito Internacional e do Direito Comparado

Do elenco dos **textos doutrinários internacionais** apresentados no dito Relatório da *Comissão*, destacamos aqui a *Recomendação relativa à preservação dos bens culturais em perigo devido à execução de trabalhos públicos e privados* (UNESCO, Paris, 1968), e *Convenção europeia para a protecção do património arqueológico (revista)*, ou *Convenção de La Valletta* (Conselho da Europa, La Valletta, 1992), esta última ratificada pelo Estado Português, pelo Decreto do Presidente da República n.º 76/97, de 16 de dezembro.

Estando os dois textos focados no conflito entre *Desenvolvimento* e *Arqueologia*, ambos confluem no sentido da defesa, proteção e valorização do património arqueológico por meio de ações antecipadas aos cronogramas das ações do *Desenvolvimento*. Neste sentido, sucintamente, propõe a Recomendação de Paris (art. 9.º; 23.º): *"rescue operations should always include (…) the preparations of detailed records* (…) *in advance of public or private works*". Aquilo a que a Convenção de La Valletta designa de *Conservação integrada*, sumariamente definida no art. 5.º/2: "[As partes comprometem-se a] a assegurar uma consulta sistemática entre arqueólogos, urbanistas e técnicos do ordenamento do território, de modo a permitir: (…) ii) A atribuição de *tempo e meios suficientes* para efectuar um estudo científico conveniente do sítio arqueológico (…)."

Já sobre o **Direito Comparado**, não são mencionadas fontes. Porém, atenta uma leitura cotejada com diplomas do ordenamento jurídico espanhol, será de crer que este tenha configurado uma dessas possíveis fontes. Desde logo para o referido art. 77.º, visivelmente inspirado no art. 41.º da *Ley 16/1985, de 25 de junio* [*Ley del Património Histórico Español His-*

Com. Autonómicas Leis/Ano de publicação	90_ Castilla-La Mancha	90_ Pais Vasco	91_ Andalucia	93_ Cataluña	95_ Galícia	98_ Comarca Valenciana	98_ Madrid	98_ Cantabria
Prospección	*	*	*	*	*	*	*	*
Excavación	*	*	*	*	*	*	*	*
Sondeo		*		*	*		*	
Arte Rupestre		*	*		*	*	*	*
Las labores de protección, consolidación y restauración arqueológica			*		*	*	*	
Manipulación con técnicas agresivas de materiales arqueológicos					*			
Estudio de materiales arqueológicos			*				*	
Cerramiento, vallado, cubrición y documentación gráfica			*					*
Controles/Seguimientos Arqueológicos		*		*	*		*	*
Urgências/Salvamentos					*			*

Tabela 1 – Actividades Arqueológicas na legislação regional espanhola publicada até 1998-10-19.

tórico Español (=LPHE)], com grande fidelidade nas definições dos trabalhos arqueológicos de escavação e prospecção.

Uma busca direta de inspiração, embora aportando uma importante *nuance* para efeitos da tradução (e interpretação do sentido) – a introdução de epígrafe no articulado Nacional; no caso do art. 77.º, a epígrafe *Trabalhos Arqueológicos*. E são esses efeitos especificamente sentidos no citado inciso n.º 5, já que a redação, seguindo o art. 41.º/3 da LPHE, resulta numa tradução obliterada pela dita epígrafe (Botelho, 2016, pp. 102-103; 136-140). O correspondente inciso espanhol versava sobre *achados fortuitos*, definindo-lhes carácter [*que, poseyendo los valores que son propios del Patrimonio Histórico Español*] e circunstância da sua ocorrência [*se hayan producido por azar o como consecuencia de cualquier otro tipo de remociones de tierra, demoliciones u obras de cualquier índole*].

Mas não só. E para o que aqui importa – o enquadramento legal dos *AA* – revelou-se auspiciosa a comparação com a legislação regional também espanhola, publicada até 19 de outubro de 1998. Ou seja, até à data de um mês antes da aprovação da PPL228/VII, no Conselho de Ministros de 19 de novembro de 1998. Desta forma, como assinalado na Tabela 1, há que notar a presença de atividade ora designada de *Controles* ora de *Seguimentos arqueológicos*[2] em várias *leys [regionales] del património cultural,* logo desde 1990 (por sinal, à semelhança de Inglaterra, onde o Planning Policie Guidance 21st, Novembre, 1990, menciona o *watching brief*, no parágrafo 29).

Paralelamente, em geral, os diplomas que incluem a atividade, estabelecem prazos mínimos, entre 15 dias e 1 mês, para avaliação de interesse e valor arqueológico *dos achados fortuitos em obra*. E dispõem consequentemente, prevendo o direito a indemnizações segundo as normas gerais da Administração Pública, no caso de necessidade de prorrogação de tais prazos.

Ora, na elaboração da LPC, damos como indiciada possível análise e inspiração na *Ley 8/1995, de 30 de octubre, del Patrimonio Cultural de Galicia*. Algo logo percetível, *e.g.*, em articulado que se encontrava presente na PPL228/VII referente à articulação com a avaliação de impacto ambiental. E, como registado no mesmo Quadro 1, a legislação galega inclui os *controles arqueológicos* entre as atividades arqueológicas.[3]

Assim sendo, poderemos estar perante uma consciente e deliberada rejeição da implementação da ação *acompanhamento arqueológico* por parte do legislador que – podendo ter constatado da sua presença em diplomas congéneres, dos quais terá colhido soluções – terá optado por não o considerar (bem assim, soluções consequentes, como o disciplinar da *suspensão de obra*). E isto dentro do mais liminar espírito da doutrina internacional, que acolhe no enquadramento temporal do *sisma "Gravuras do Côa"*.

Às citações *supra*, acrescentemos que, no preâmbulo

2. Como veremos *infra*, corresponde o *acompanhamento arqueológico* a *control/seguimiento arqueológico*, tal como a *archaeological watching brief (AWB)*, presente no diploma inglês Planning Policy Guidance 16 (PPG16), de 1990.

3. Idêntica indiciação é colhida na comparação entre o RTA'99 e o Dec. 199/1997, de 10 de julio, da Galiza.

ao DL270/99, que enquadrava o RTA'99, se afirmava a vontade por "*uma nova filosofia de enquadramento da política de prevenção, salvamento, investigação e apoio à gestão do património arqueológico.*"
Mas viria a prática administrativa vinculada à AIA a ditar o incremento dos *AA*, intrinsecamente inerentes a uma sobreposição de agendas.
Concordemos com António Carlos Silva (2008, p. 17): a sentida necessidade de maior regulamentação justificou que a Tutela tivesse emitido a *Circular do IPA, de 10 de setembro de 2004 – Termos de Referência para o descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental* (=Circular-IPA'2004). E, nesta, lá consta a determinação: "As *medidas de minimização de carácter geral contemplarão, necessariamente, o acompanhamento arqueológico de obra*, o qual deverá ser sempre efectivo, continuado e directo de todas as mobilizações de solo."
E tomemos as palavras do autor (*ibid.*), no que toca à circular, no seu todo: "[e]mbora nos pareça que tal documento, do ponto de vista jurídico, deva ser entendido apenas como um conjunto de "*recomendações*" ou "*directrizes orientadoras*", o facto é que o IPA têm vindo a assumir, através dos respectivos pareceres no âmbito das Comissões de Avaliação os princípios da própria "*circular*" como uma verdadeira "*portaria regulamentar*" (…) aspecto formal (…) não displicente no caso de conflito de interesses."
No presente, é o art. 77.º regulamentado pelo DL 164/2014, de 4 de novembro [Regulamento de Trabalhos Arqueológicos =RTA'2014]. Notemos, por isso, finalmente, a inclusão explícita da figura *acompanhamento arqueológico*, dentro da definição de trabalhos arqueológicos.
A introdução vinha sendo anunciada desde 2005, pela menção da ação no DL 64/2005, de 15 de março, do Ministério da Defesa, que, nos termos do art. 5º/4, dispõe que todas as remoções de destroços marítimos "são comunicadas ao Instituto Português de Arqueologia, que se pronuncia (…) sobre trabalhos de prevenção ou *acompanhamento arqueológico* que devam ter lugar (…). Mais recentemente, mencionemos a Portaria 740-DJ/2012, de 24 de dezembro, sobre classificação da Necrópole do Alto das Madorras (Alijó-Murça), e a Portaria 188/2013, de 9 de abril, sobre a classificação da Anta de Zedes: ambas determinam que, na zona delimitada, deverá ser alvo de *acompanhamento arqueológico*, respetivamente, "qualquer intervenção que implique alteração do uso do solo" ou "quaisquer movimentações de terra, incluindo lavra mecânica".
Não obstante, no RTA'2014, estamos ainda perante uma limitada e inconsequente referência aos AA, já que não é determinado procedimento de suspensão de obra em caso de ocorrência de achado. Aspeto este não despiciendo, pois, quando se trate de dinheiros públicos, a ação incide numa frente de governação intersectorial entre proteção cultural, gestão contratual e controlo orçamental. Quando incida em relações entre o Estado e o Cidadão, nova sensibilidade ganhará a questão do ónus. (Tabela 2).

Lei 13/85, de 6 de julho, art. 41.º/1 (REVOGADA)	**Lei 107/2001, de 8 de setembro, art. 77.º [Trabalhos arqueológicos], n.º 5**	**DL 164/2014, de 4 de novembro, Anexo, art. 2.º [Definições], al. g)**
O Ministério da Cultura deverá determinar que a realização de trabalhos em qualquer zona onde se presuma a existência de monumentos ou sítios arqueológicos *seja acompanhada por técnicos especializados*.	*Não se consideram trabalhos arqueológicos*, para efeitos da presente lei, os *achados fortuitos ou ocorridos* no âmbito de outras remoções de terra *ou obras de qualquer índole*."	«Trabalhos arqueológicos», todas as *ações* (…) em meio terrestre e subaquático *que, através de metodologias próprias da arqueologia*, visem a identificação, registo, estudo, proteção e valorização do património arqueológico, efetuadas por meio de prospeções, sondagens, escavações, *acompanhamentos arqueológicos* (…).

Tabela 2 – Acompanhamento Arqueológico nos textos legais.

Mas, sobre o estrito quadro jurídico de proteção do património cultural tendo em atenção a articulação com o *Ordenamento do Território e Obras*, como *supra* notado, com certeza que outros desenvolvimentos se observam na LPC, sendo-lhe dedicado o art. 79.º. E este, numa redação livre e sintetizada, prevê, 1.º, *o salvamento da informação arqueológica* no *planeamento territorial*, pugnando, 2.º, pela *adoção de alterações aos projetos aprovados, em caso de descobertas arqueológicas na fase de execução*. Com

certeza que tal só será potenciado na medida em que ocorra *AA*. E neste campo do Ordenamento do Território e Obras, ao qual se reconduzirá a Avaliação de Impacto Ambiental, após a supressão feita da referência presente na PPL228/VII, teremos, então, subsidiário instrumento de tutela do património cultural no Quadro AIA.

2.3. Do Quadro Avaliação de Impacto Ambiental (AIA)

Quadro AIA que figura no ordenamento jurídico nacional desde a Lei 11/87, de 7 de abril (=LBA'87), que, no art. 27.º/1/g), assume como instrumento da política de ambiente "*[a] avaliação prévia do impacte provocado por obras (…) [e] actividades (…) susceptíveis de afectarem o ambiente e a paisagem.*"

Ora, demarcava-se a LBA'87 pela acentuada visão holística do conceito de ambiente. Algo reflexo: *i*), da **Constituição de 1976**, art. 66.º/2/c), sobre *Ambiente e qualidade de vida*, determinando que "*Incumbe ao Estado (…) a preservação de valores culturais de interesse histórico (…)];* e*, ii),* da **Diretiva AIA 85/337/CEE**, de 27 de junho (art. 3.º), que integra o património cultural entre os fatores sobre os quais deverão ser avaliados os impactos de determinados projetos (influência bebida no National Environmental Policy Act, 1969, diploma americano que fizera expandir *Cultural Resources Manegment* iniciada pelo *National Historic Preservation Act*, de 1966). Deste modo, na regulamentação do referido art. 27.º/1/g) que viria a ser dada pelo DL 186/90, de 6 de junho (=RJAIA'90) – o nosso primeiro Regime Jurídico da Avaliação de Impacto Ambiental – realcemos o mesmo conceito de Ambiente inclusivo do Património Cultural, configurado no art. 2.º/2, com redação colada à Diretiva AIA.

- Ultrapassando, aqui, a crítica à (in)ficácia do RJAIA'90 enquanto instrumento de tutela do Património Cultural, em oposição ao DL 69/2000, de 3 de maio (=RJAIA'2000), que revogou – visão perfilhada por arqueólogos como David Ferreira (2013), Ana Margarida Martins (2013); e Alexandra Estorninho *et al*., (2013), em alinhamento com Suzana Tavares da Silva (2002), jurista;
- Mas assumindo perfilhar as posições tomadas por Jacinta Bugalhão (2011) e Gertrudes Branco (2014), que não hesitam em negar relação causal entre a reconhecida afirmação do Património Cultural na AIA com o RJAIA'2000;

Sublinhamos, acima de tudo, que os sucessivos RJAIA, presentemente disciplinado pelo DL 151-B/21013, de 31 de outubro (=RJAIA'2013), não determinam como agir no concreto. E terá sido este contexto de generalizada indefinição que enquadrou a própria publicação da Circular-IPA'2004, que abre com o enquadramento legal da mesma dentro dos domínios jurídicos do Património e do Ambiente: *i*), art. 79.º/2 da LPC'2001, (sobre a promoção da conservação *in situ* no decurso das obras e projetos já aprovados); *ii*), a LO-IPA, quanto às suas competências, destacando nós, a definição de normas para os EIA ou outros sistemas de licenciamento de obras (art. 3.º/e); e, *iii*) o DL69/2000, invocando o objetivo da AIA em obter uma informação integrada de efeitos (art. 4.º/a) e d)), e também a previsão de inclusão no EIA de uma descrição do património arqueológico (Anexo III).

Antes sublinhamos também a diretriz traçada pelos sucessivos RJAIA em ordem a um princípio basilar: a ação *preventiva da mitigação*, desde logo subscrita no diploma de 1990, numa redação igualmente fiel à Diretiva: "A melhor política de ambiente é, sem dúvida, o contributo para a criação de condições que permitam evitar as perturbações do ambiente, em vez de se limitar a combater posteriormente os seus efeitos."

Algo que ocorria em sintonia com a LBA'87, ela própria sintonizada com o *estado da arte* da dogmática ambiental, certamente, em linha com o Relatório Brundtland, ao declarar o *desenvolvimento auto-sustentado* como princípio básico (art. 2.º/2) e, depois, assumir a *prevenção* como primeiro princípio específico (art. 3.º/b)): "Da prevenção: as actuações com efeitos (…) no ambiente devem ser consideradas de forma antecipativa, (…), prioritariamente à correcção dos efeitos dessas acções ou actividades susceptíveis de alterarem a qualidade do ambiente (…)."

No presente, este carácter preventivo da AIA com o fito do Desenvolvimento Sustentável é reforçado no RJAIA'2013 e sublinhado pela nova LBA, a Lei 19/2014, de 14 de abril (LBA'2014)[4], precisamente centrada *em objetivos, princípios e instrumentos gerais*: *"Art. 3.º/c*) Da *prevenção* e da *precaução*, que obrigam à adoção de medidas antecipatórias com o objetivo de obviar ou minorar, prioritariamente na fonte, os impactes adversos no ambiente, (…), tanto

4. Cumpre salientar a confluência evidenciada no RJIGT ao nível dos princípios estabelecidos na LBA'2014.

em face de perigos imediatos e concretos como em face de riscos futuros e incertos (...).
Repare-se que tendo atualmente sede no art. 191.º/2 do Tratado de Funcionamento da União Europeia (=TFUE), foi o *princípio da prevenção* introduzido no Tratado de Roma pelo Ato Único Europeu, de 1986. Furtando-nos também à discussão dos conceitos conexos – *prevenção stricto sensu* e a *precaução* (Aragão, 2002; Gomes, 2014) –, *lato sensu,* é unânime a sua identificação com o conceito de *antecipação da intervenção mitigatória*.
Por outras palavras, nada nos sucessivos RJAIA, aponta para uma mitigação dos impactos arqueológicos assente numa estratégia reativa e em sobreposição com a ação cujos impactos pretende mitigar. Com certeza que, no que respeita aos impactos arqueológicos, à possibilidade de ocorrência de *perigos previstos,* indiciados em fontes seguras, e de *riscos incertos,* decorrentes da insuficiência de dados científicos, há ainda a acrescentar a importante fatia da imponderabilidade inerente à Arqueologia, qual *potencial abstrato* (Martins, 2010) indexado à ausência de quaisquer indícios.
Somente ante tal potencial abstrato dará o *AA* a resposta que melhor concilia todos os interesses presentes. Para os restantes, como defendido por Ana Margarida Martins (2010), impõe-se a antecipação do diagnóstico por sondagem/escavação, cumprindo assim com o desiderato da conservação integrada prevista em La Valletta (1992), para cuja harmonização, desde Maastricht (1992), são remetidas em primeira instância as políticas culturais dos Estados-membros da UE (TFUE, art. 167.º).
Mas importa realçar que, ultrapassando esta questão estritamente formal da análise jurídica, e focando o âmago da sensibilidade da questão – a conformidade desta atividade com ação de investigação, ontologicamente encerrada na prática arqueológica – novamente nos depararemos com a ilicitude da ação enquanto trabalho arqueológico. Retomando o exarado no art. 77.º da LPC'2001, notemos que, em termos de ação, o *AA* situa-se entre uma prospecção que não é de superfície – em contradição com o que aí é consignado e consagrado na Arqueologia Nacional –, e uma escavação que não é estratigráfica, a metodologia de base consagrada pelo *estado da arte*. Mais, não dispõe o *AA* de procedimentos e metodologia definidos, podendo confinar-se a uma observação passiva das movimentações de terra sem qualquer recolha de espólio, tudo dependendo do arbítrio do executante. E, contudo, como nos adverte Edward Harris (1989, p. 74), tudo quanto possa restar de uma jazida será, tão-só, uma secção acidental "revealed in construction works. (...) Should excavation not be possible, this type of section will stand with the reservation that the observations in it were not proved by excavation."

B. PARA UMA METODOLOGIA DOS *AA*

> Faz falta "[m]elhor definição das categorias de trabalhos arqueológicos, designadamente com a inclusão e tipificação dos acompanhamentos, estipulando procedimentos." (Pedro Carvalho, 2010)

3. "ARQUEOLOGIA COMPARADA" SOBRE PRÁTICA VIGENTE

Depois da apresentação do que se retira do direito comparado – designadamente, a presença nas legislações espanhola e inglesa – seguir-se-á subsídio para um conhecimento das práticas metodológicas nos *AA* vigentes nestes mesmos países.

3.1. A Experiência Espanhola

Efetivamente, considerando a indiciação de contactos entre as redações da LPC'2001 e diplomas espanhóis, damos prioridade à respetiva experiência para constatarmos a correspondência entre *AA* e controle/seguimiento arqueológico presente na seguinte definição retirada do *website* da Gea-Arqueólogos S.L. – "El control de movimientos de tierra consiste en el seguimiento de las remociones de terreno realizadas de forma mecánica o manual, con objeto de comprobar la existencia de restos arqueológicos o paleontológicos y permitir su documentación y la recogida de bienes inmuebles".
Não obstante, não ditou a nossa pesquisa (Botelho, *ibid*., pp. 127-135) sorte na identificação de metodologias. Mas a experiência espanhola já vai permitindo alguma reflexão sobre a prática em *AA*, fazendo desencadear uma certa sedimentação teórica sobre objetivos e escopo de intervenção.

3.2. A Experiência Inglesa

Já a experiência inglesa – possível referência para a prática administrativa nacional –, certamente visando uma clarificação do dispositivo presente no PPG16, de 1990, ditou que, desde 1994, o *Institute For Archaeologists* (IFA) venha emitindo e atua-

lizando o documento *Standard and Guidance for an archaeological watching brief*, contendo linhas orientadoras para a execução deste trabalho: "The definition of an *archaeological watching brief* is a formal programme of observation and investigation conducted during any operation carried out for non-archaeological reasons. This will be within a specified area or site on land, inter-tidal zone or underwater, where there is a possibility that archaeological deposits may be disturbed or destroyed. The programme will result in the preparation of a report and ordered archive."

E serão de realçar os seguintes requisitos presentes na versão de 2008, ponto 3.3: *i*); indicação de metodologia de campo no "*project design*" e descrição no relatório final); *ii*), indicação da estratégia de recolha de artefactos e ecofactos; *iii*) capacidade logística para conservação imediata de artefactos; e, *iv*), possibilidade de o arqueólogo ter o poder de suspender a obra (*ibid*., pp. 121-125).

Mas será, por isso, interessante reparar que Philip Barker (1977, p. 135), logo na primeira edição do seu manual, recomendava o uso de fichas pré-impressas tão preenchidas quanto possível, a execução de limpeza de cortes, o registo em fotografia, o uso de códigos de cores, a execução de desenhos cotados em plano e de cortes com escalas convencionadas, e o desenho por fotografia. E tudo isto por uma equipa de duas ou três pessoas, com o apoio de oito a dez operários indiferenciados, chefiada por um arqueólogo com considerável experiência em investigação e salvamento.

4. PRÁTICA VIGENTE EM PORTUGAL

Para a caracterização da prática vigente em Portugal, contamos com levantamento feito no arquivo da DGPC, reportado a amostra de PATA instruídos no ano de 2009 destinado a inquérito às metodologias em uso (Botelho, *ibid*.) (Gráfico 1).

Cumpre desde já notar a observação de 22 processos omissos (9,28%) na indicação de metodologia, em 237 observados, assegurando margem de erro de 5,26%, para nível de confiança de 95%. Mais, ressalta a elevada percentagem dos *pedidos que não propunham mais do que uma metodologia vaga* (38,82%), consistindo na execução de *acompanhamento constante e/ou presencial, efetivo ou direto, integral ou sistemático ou contínuo*.

Mas, na subamostra que contemplava informação positiva, o procedimento preponderantemente proposto – 41,77% – visava o registo da estratigrafia, sendo de notar que 17,30% declaravam e/ou indiciavam uso da Matriz de Harris. No entanto, em geral, não aparecia a metodologia concretizada em ações, para além da execução de registos fotográficos, mais raramente, de desenho de perfis, sendo também de notar uma variação de critérios na recolha de espólio.

Já os recursos humanos pareciam comtemplar maioritariamente uma pessoa por ação acompanhada.

4.1. Metodologia, Procedimentos e Resultados em AA no Corgo (S-20337)

Posto isto, apresentemos, então, a metodologia usada em Corgo, Azurara, Vila do Conde, em obras do Metro do Porto ocorridas em 2005 e em 2008.

Será de anotar que, em 2005, na construção da Linha B, embora os meios para *AA* pudessem envolver até 3 pessoas, no dia das movimentações de terras em que ocorreu a descoberta do Sítio do Corgo, da Idade do Bronze Médio, apenas se encontrava no local uma pessoa, a arqueológa Anabela Pereira de Sá. E era procedimento o vasculhamento das terras escavadas pela Obra, razão pela qual foi o sítio descoberto.

Já em 2008, na campanha MP-AZR05.08, de acompanhamento da escavação dos testemunhos da escavação arqueológica prévia ao rasgo do Arruamento Variante do Corgo, havendo a obra recorrido a uma única escavadora giratória, o corte executado removia de uma assentada todos os depósitos até ao topo da formação sedimentar Q3 –nível de praia pleistocénica – a qual, era segregada, dada a natureza siltosa que a impedia de ser utilizada juntamente com as formações humosas superiores.

Tendo por base uma equipa entre 5 e 6 pessoas, entre técnicos e licenciados em Arqueologia, fizemos uso dos seguintes procedimentos com vista a uma obtenção tanto quanto possível da informação estratigráfica presente:

- recolha a esmo de elementos artefactuais nas terras cortadas pela máquina para diagnóstico expedito e avaliação cronológica posterior dos contextos atravessados;
- execução de limpezas sistemáticas dos cortes de obra na sua interface de base, com remoção dos resíduos soltos e raspagem incisiva das superfícies deixadas;
- após esta limpeza, execução de registos fotográficos e identificação dos negativos;
- escavação estratigráfica dos enchimentos dos negativos, acompanhada de desenho à escala

1/20 nos planos vindos da fase de escavação (Figura 2).

– à semelhança da opção de 2005, registo em fichas pré-impressas, feito por complexos, dado que o inerente conceito de decapagem não é restritivo de escavação estratigráfica e, como tal, mais bem adaptado à escavação arbitrária da obra.

Mesmo assim, neste último *AA* já *subsequente* a escavação arqueológica em área, apesar da equipa *supra* descrita e da disponibilidade no terreno dos registos da escavação arqueológica, escaparam ao registo 57 dos negativos (equivalentes a 65,52% do conjunto que se esperava registar) parcialmente ocultados nos testemunhos removido. Com certeza que também deverá ser mencionado que, pelo mesmo *AA*, foi possível identificar 132 estruturas novas, tal qual descrito no Gráfico 2.

Mas, enfim, para além de uma maior concretização do objetivo *estratificação*, a ser conseguido com os procedimentos possíveis dentro do *estado da arte*, consideramos fundamental a revisão dos meios afetos. Equipas de três a quatro elementos com experiência em topografia modularmente quantificadas em função das máquinas em presença, estarão na proporção certa da ação, ritmo e pragmatismo exigidos e objetivos a alcançar.

FECHO

> "A Arqueologia preventiva permite, através de um conjunto de trabalhos arqueológicos (prospecções, escavações ou outros) executados com determinada metodologia científica, "resgatar" a informação arqueológica, contida no "arquivo de terra", que no âmbito das grandes transformações da paisagem seria perdida. Este "resgate" pode ocorrer, previamente, quando já se presume existência de vestígios arqueológicos na área a ser afectada pelos projectos, planos, obras, ("principio da prevenção"), ou simplesmente no decurso do *acompanhamento arqueológico*, quando ainda se lida como *uma possibilidade abstracta do risco de destruição de vestígios* (...)." (Ana Margarida Martins, 2010, p. 20).

Ante o objetivo traçado – contribuir para a definição de método e procedimentos para os AA – é óbvio o duplo desequilíbrio discursivo entre as partes A e B desta exposição. A verdade é que não há muito para explorar sobre a questão metodológica em *AA*, dado o desrespeito do agente acompanhado – mobilização de solos pelo Desenvolvimento – pelo princípio básico da Arqueologia: no terreno, a indagação por escavação estratigráfica (isto é, decapagem da sedimentação pelos leitos de deposição). Recordando o citado Barker (*ibid.,* pp. 123; 132):

> [a] single paragraph*, torn from context,* could lead to misconceptions on which the whole series of false assumptions might be based. (...) The excavator himself should qualify all his recorded observations with estimation of his reliability on a scale which *ranges from certain to only possible*."

Mas, sumariamente, ficam algumas reflexões finais, sobre a introdução dos *AA* em Portugal. Ocorrido em 1994, quase certamente no quadro da avaliação de impacto ambiental, até recentemente, até à publicação RTA'2014, este trabalho não dispunha de moldura jurídica explícita (dispondo, pelo contrário de implícita exclusão). O que não impediu incremento. Furtamo-nos à apresentação de uma explicação para esse incremento, mas não só o espaço é exíguo, como o campo é da Sociologia. Porém, é possível que, na razão da lacuna na lei, tal afirmação tenha dado resposta a uma negociação social necessária ao preenchimento de várias outras lacunas, igualmente não exploradas aqui.

Já o vazio observado até 2014 e ainda presente na LPC'2001 parece traduzir uma opção esclarecida, se aceitarmos uma possível rejeição da solução primeiramente observada em prováveis fontes do direito comparado, como a *Ley 8/95, de 30 de octobre, del Património Cultural de Galicia*.

Mais, o desiderato da ação por antecipação – presente logo na LO-IPA e no RTA'99 em concordância com os objetivos traçados nas propostas de lei que estão na origem da LPC'2001 – dá corpo a uma solução política doutrinariamente sustentada quer nos princípios de Ambiente, presentes no Direito Originário Europeu desde 1986, quer na Convenção de La Valletta, do Conselho da Europa.

Se bem que, neste último caso, dentro de certos limites. Com efeito, no rescaldo do Côa, e da suspensão definitiva da Obra na sequência da *conservação in situ* do santuário rupestre descoberto/reconhecido já em fase de construção, a LPC transpõe La Valletta prevendo, nos instrumentos de planeamento territorial, o salvamento da informação arqueológica (art. 79.º/1). Porém, preconiza para tal o *princípio da conservação pelo registo científico*, que desde logo se aplica aos bens arqueológicos (art. 75.º/1), prevendo que possam ser estudados dentro de pra-

zos máximos os testemunhos que se presuma existirem nos solos em risco de modificação do uso, de transformação e de remoção (art. 75.º/4).

Fica o questionamento: conformar-se-á cabalmente o *AA* com a *conservação pelo registo científico*? E, no contexto intersectorial dos AA, o que é que pode ser entendível por *prazos máximos*? Em La Valletta (art. 5.º/2), as partes são convocadas a garantir *tempo e meios suficientes*, para concretização do que define como *conservação integrada*.

Ao mesmo tempo, considerando a AIA como "instrumento fundamental da defesa preventiva do ambiente e da política de desenvolvimento sustentável" (RJAIA'2013) – em Brundtland, aquele que "significa a satisfação das necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações virem a satisfazer as suas próprias necessidades" – destacamos aqui, no que respeita ao património arqueológico que, o dano consiste na destruição de recurso não renovável constituído por pedras, terra e cacos, antes da obtenção do seu registo e extração da informação científica encerrada que nos permita transformá-los em documentos sociais. N*essa dimensão diacrónica* do *desenvolvimento sustentável* – da responsabilidade das gerações atuais perante as gerações futuras – teremos ainda que considerar a cerceamento de otimização futura do conhecimento a extrair desse bem destruído.

Neste aspeto, observe-se a confluência de Brundtland (1987) com Nova Deli (1956) tida na proposta desta última para criação de *reservas arqueológicas* associada a vontade de verificação futura "*of the stratigraphy and archaeological composition of the site"* (art. 9.º).

Assim, ainda que não se observasse incompatibilidade entre os princípios teóricos – *antecipatórios* – da ação política ambiental e a prática reativa intrínseca aos *AA*, a carência de método consignado pelo *estado da arte* da investigação arqueológica cercear-lhe-á sempre sustentabilidade legal. Outrossim o nega a prática solitária tida na expressão 1/1 – um (técnico) para uma (máquina).

Nessa carência, a falha irredutível para com o *princípio da estratigrafia*. E nessa falha, o cerceamento do conhecimento e do legado aos vindouros.

BIBLIOGRAFIA

ARAGÃO, Alexandra (2002) – Direito Comunitário do Ambiente. *Cadernos CEDUA*. Coimbra: Almedina.

BARKER, Philip (1977) – *Techniques of Archaeological Excavation*. London: Routledge.

BOTELHO, Iva (2016) – *O Processo do Corgo. Do Princípio da Conservação pelo Registo Científico.* Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BRANCO, Gertrudes (2014) – *Avaliação de Impacte Ambiental: O Património Arqueológico no Alentejo Central.* Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Arqueologia.

BUGALHÃO, Jacinta ed. (2004) – Arqueologia na rede de transporte de gás: 10 anos de investigação. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: IPA. Vol. 39.

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – A Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 60, pp. 19-43.

CARVALHO, Pedro (2010) – Políticas Públicas e Privadas em Arqueologia. Documento de trabalho – tópicos para discussão. [Em linha]. Coimbra: FLUC. [Consult. 2011-02-20]. Disponível em www: <URL: http://woc.uc.pt/fluc>.

ESTORNINHO, Alexandra; MARQUES, João; NUNES, Ana 2013) – A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e a Atividade Arqueológica. *In* ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andreia; NEVES, César (Coord. Editorial) – *Atas do Congresso 150 Anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 21-24 de novembro de 2013)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 119-126.

FERREIRA, David (2013) – *O Património Cultural na Avaliação de impacte Ambiental.* Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GOMES, Carla Amado (2014 [2012]) – *Introdução ao Direito do Ambiente*. Lisboa: AAFDL.

MARTINS, Ana Margarida Nunes (2010) – *A Protecção do Património arqueológico: proteger o quê, como e para quê. Reflexões a partir do direito do património cultural e do ambiente.* [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa – Instituto de Ciências Jurídicas-Políticas. [Consult. 2014-01-24]. Disponível na www: <URL: http://www.icjp.pt/sites/default/files/media/663-1094.pdf>.

NABAIS, J. Casalta (2010) – *Introdução ao Direito do Património Cultural*, Coimbra: Almedina, 2.ª ed.

QUEROL, M.ª Ángeles; MRTÍNEZ DÍAZ, Belén (1996) – *La Gestión del Património Arqueológico en España*. Madrid: Alianza Editorial.

SARRAZOLA, Alexandre (2000) – Arqueologia e Acompanhamento de obras. Um equilíbrio em construção. [Em linha]. [Consult. 2014-09-27]. Disponível na www: <URL: http://www.apai.org.pt/m1/1203954562intervencoes2.pdf>.

SARRAZOLA, Alexandre (2006) – Regulamentação Legal Associada a Trabalhos de Acompanhamento Arqueológico (Ou Da Arte de Caçar com Gato), *praxis ARCHAEOLOGICA*. [Em linha]. 1, pp.23-28. [Consult. 2011-04-21]. Disponível na www: <URL: http://www.aparqueologos.org/images/PDF/praxis/2006_2328.pdf>.

SILVA, António Carlos (2008) – *Arqueologia Empresarial: Questões legais a montante dos Cadernos de Encargos*. In Era Arqueologia. Revista de divulgação científica de estudos arqueológicos. Lisboa: Colibri. 8, pp. 14-18.

SILVA, António Manuel (2005 [2002]) – O acompanhamento arqueológico das obras: uma intervenção muito própria, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Volume 8, n.º 1, pp. 459-468.

SILVA, Suzana Tavares da (2002) – Da "Contemplação da Ruína" ao Património Sustentável. Contributo para uma Compreensão Adequada dos Bens Culturais. *Revista do CEDOUA*. Coimbra. 2/5, pp. 69-93.

Control de movimientos de tierra [Em linha] Gea-Arqueólogos. [Consult. 2011-08-03]. Disponível na www: <URL: http://www.gea-arqueologos.com.

Processo legislativo da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. [Em linha]. Assembleia da República Portuguesa. [Consult. 2010-07-01].

https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=5958.



Figura 1 – MP-AZR05.08-09: a) limpeza de plano de corte de obra.; b) recolha de espólio e registos.

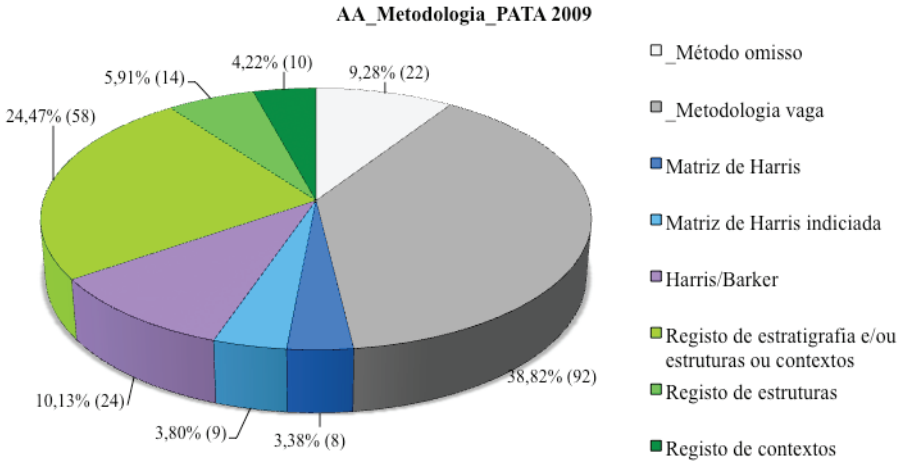


Gráfico 1 – *Ilustração 1* _ Trabalhos de Acompanhamento: Metodologia indicada nos PATA instruídos no ano de 2009.

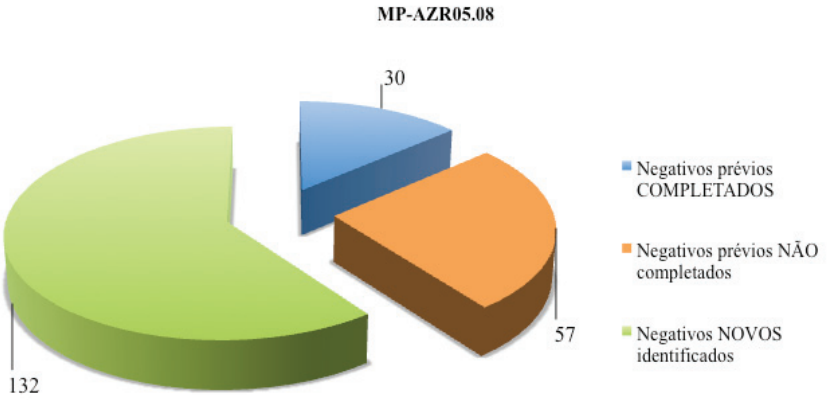


Gráfico 2 – MP-AZR05.08-09: negativos completados, perdidos e identificados *ex nuovo*.

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA AVENIDA DOS ALIADOS, PORTO. O BAIRRO DO LARANJAL

Luís Filipe Coutinho Gomes[1], Iva Botelho[2], João André Perpétuo[3]

RESUMO

A AIA de 1997 para a construção do Metro do Porto diagnosticou sensibilidade arqueológica à Avenida dos Aliados, onde se construiu uma estação. A razão estava no rasgo da avenida pela demolição de tecido urbano abrangendo o Bairro do Laranjal, projetado pelos Almadas no séc. XVIII.

A mitigação arqueológica – *sondagens prévias* e *acompanhamento arqueológico da obra* – pouco mais acrescentou ao conhecido: indícios de urbanização anterior, também do séc. XVIII. Mas, quanto ao Bairro, representado na cartografia oitocentista e abordado pela Historiografia Portuense de finais do séc. XX, permitirá aproximação às preocupações urbanísticas dos Almadas e estética do Bairro.

Apresentando tais resultados, também pretendemos contribuir para o fomento de reflexão sobre as diferentes estratégias de atuação da Arqueologia Preventiva em Portugal.

Palavras-chave: Metro do Porto, Arqueologia Preventiva, Conservação pelo Registo Científico, Bairro do Laranjal.

ABSTRACT

The EIA of 1997 for Metro do Porto construction system demanded the implementation of archaeological works to be done in Av. dos Aliados, Porto. The reason was its potential related on remains of the 18th-19th century Bairro do Laranjal that had been demolished by 1916, when it was decided to construct the avenue.

Mitigation works based upon *archaeological excavation* and *archaeological watching brief* did not reveal much more than traces of the previous urbanization, already from 18th century. Nevertheless, they have been allowing to better understanding the Almadas' concerns on town's planning policies, now *in the earth and stone.*

By presenting the archaeological results, the authors would like to bring to debate the different strategies of rescue archaeology in Portugal.

Keywords: Metro do Porto, Rescue archaeology, Preservation by record, Bairro do Laranjal.

"Andou o *Porto*, guerreiro com lança, escudo e elmo sobrepujado de dragão, em bolandas pela cidade, desde que foi apeado (…) dos antigos Paços do Concelho, o setecentista Palácio Monteiro Moreira que fechava, a norte, a Praça da Liberdade. Recentemente, ali voltou, à Praça *(…)* [criada] em 1718, bem ao gosto das *plazas mayores* espanholas (…).

Por ali, pelo *desmonte da primeira pedra* dos Paços (…) no preciso dia 1 de fevereiro de 1916, se dava o lançamento da demolição do trecho edificado entre as Cardosas e a Trindade, com vista à implantação da (…) *Avenida das Nações Aliadas*, agora *Avenida dos Aliados*, topónimo evocativo da [participação de Portugal na] Primeira Grande Guerra que ditava que esses "*tempos* [fossem] áureos [mas] *difíceis*"[4] para a cidade e o país."

Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos realizados na Av. dos Aliados sob o acrónimo base MP-ALD, entre 2000 e 2004.

1. Arqueohoje, Lda.; arq@arqueohoje.com

2. Metro do Porto S.A.; iva.botelho@metro-porto.pt

3. Arqueohoje, Lda.; j.perpetuo@arqueohoje.com

4. Gaspar Martins Pereira, notas policopiadas (…).

O *Estudo de Impacte Ambiental* (EIA)[5] para a primeira fase de construção da rede do Metro do Porto elaborado, em 1997, sobre Estudo Prévio, em relação à Linha D[6], diagnosticou sensibilidade arqueológica à Avenida dos Aliados, onde se projetara e construiria a *Estação* enterrada *dos Aliados*, pelo método de *cut&cover* (ou escavação a céu aberto). Obrigando a uma afetação integral de 3000 m², devia-se tal avaliação ao rasgo da Avenida a partir da demolição de tecido urbano setecentista-oitocentista identificado com o Bairro do Laranjal. A estes potenciais vestígios, somava-se ainda a sua localização dentro do primeiro perímetro de alargamento urbano do Porto para o espaço extramuros – para lá da Muralha Fernandina.

Na sequência, determinava o EIA a medida específica P(b)4, pela qual era preconizada mitigação por s*ondagens nos acessos*, em complemento da medida geral PT10, que determinava *iguais trabalhos nos poços de ventilação*, estando também previsto o *acompanhamento arqueológico da obra* (medida geral PT5 do EIA)[7].

A sensibilidade socioeconómica paralela – decorrente da implantação da estação de metro no jardim do avenida e da articulação desta com o eixo rodoviário da cidade norte-sul – faria rever o plano, deslocando as sondagens dos *acessos* à estação e poços de ventilação para a placa ajardinada. E este diagnóstico prévio que foi realizado em 2000 somou 340 m², cobrindo uma área de 2700 m².

Face aos resultados – à data de 2000, com reconhecimento confinado aos vestígios do dito Bairro – e *timing* da Construção, com previsão de conclusão em 2002, foi preconizado o *acompanhamento arqueológico da obra* para a conclusão da minimização dos impactos arqueológicos observados.

Por conseguinte, resultou a *conservação pelo registo científico* do Bairro do Laranjal e estratificação prévia do espaço por meio da conjugação possível entre as sondagens arqueológicas e o acompanhamento arqueológico da obra.

1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E DADOS HISTÓRICOS DE REFERÊNCIA

A *Estação dos Aliados* (doravante, *Estação*) ocupa espaço com superfície regularizada e pendor para sul e localiza-se naquela avenida portuense entre a Praça Humberto Delgado, a norte, e a travessia, a sul, que a liga às Ruas do Dr. Magalhães Lemos (a nascente) e de Elísio de Melo (a poente). Servem de referência ao espaço as coordenadas geográficas 41º 08' 55" N e 8º 36' 39'',92 W Greenwich, a uma altitude aprox. de 70 M.

Retomando a epígrafe, recordemos que a Av. dos Aliados, remontante a 1916 (pese embora concretizando ideia vinda já do último quartel do séc. XIX, que contara com a proposta de Carlos Pezerat), resultou de rasgo de trato edificado *entre a Liberdade e a Trindade*, compreendendo o Palácio Monteiro Moreira e o edificado que se desenvolvia nas suas traseiras e, neste, a capela dos Reis Três Magos, o cosmopolita Hotel Francfort, no gaveto da Rua de D. Pedro/de Elias Garcia com a Rua do Laranjal, e o *Bairro* (igualmente) *do Laranjal.*

Este traçado viário fora lançado de raiz pela planificação urbana encetada por João de Almada e Melo e a Junta das Obras Públicas, a partir de 1763. Constava já de Planta de 1761, do *Campo das Hortas* ou *Sítio dos Laranjais,* elaborada pelo "*Sargento-mor de Infantaria, em exercício de engenheiro, Francisco Xavier do Rego, por ordem do Governo das Armas do partido do Porto, para nele se construir um novo bairro para os moradores poderem edificar, com permissão da Câmara*". E a representação indicia também o espaço ermo (corroborando a reconhecida tradição agrícola), com relevo algo sinuoso,

5. Objeto do Procedimento de AIA n.º 505 com Parecer Final Favorável Condicionado da Comissão de Avaliação em 1998, refere-se-lhe o Processo do IPA 98/1(79). Posteriormente, o local foi objeto do n.º de Inventário CNS15.513.

6. A Linha D da rede do Metro do Porto corresponde à Linha S da *fase de construção*. Sendo obra da responsabilidade da Metro do Porto, S.A., a mesma foi executada pelo consórcio NORMETRO, A.C.E..

7. Em termos jurídico-administrativos, deram enquadramento à preconização e arranque dos trabalhos arqueológicos o DL n.º 186/90, de 6 de junho, e a Lei n.º 13/85, de 6 de julho. A sua execução viria ainda a ser enquadrada pelo DL n.º 270/99, de 15 de julho, e pela Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

Os trabalhos foram contratualmente realizados por ajuste direto e aditamentos ao mesmo, celebrados por contrato entre a Metro do Porto, S.A. e a empresa ARQUEOHOJE, L.da, e ocorreram entre os anos de 2000 e 2004, sob a corresponsabilidade científica de Iva Botelho, Filipe Gomes e João Perpétuo. Mais, foram divididos em três fases: a fase de *escavação arqueológica prévia por sondagem,* em 2000, sob o acrónimo MP-ALD01.00, e as fases de *acompanhamento arqueológico da obra* em 2002 e em 2004 sob os acrónimos MP-ALD02.02 e MP-ALD03.04.

indiciado no boleado da sombra-luz da representação topográfica: aparentemente um vale correndo norte-sul, com a subida de cotas culminando em promontório, a norte (Figura 1).

Terão começado pouco depois. Porém, a edificação revelar-se-ia morosa e Ferreira Alves (1988, 228--230) evidencia que a ata da Junta das Obras Públicas de 30 de Agosto de 1784, considerava urgente dar continuidade à "(…) *a rua que está principiada e que começa no sítio dos Lavadouros*". Cremos que corresponderá esta à Rua do Laranjal, elucidando-nos também a ata sobre "*o programa urbano pretendido para a cidade*" (*ibid.*) – regularização e preparação da expansão urbana extramuros –, igualmente sustentado na «*proporsão da maior utilidade, e presizão dellas, e segundo o dinheiro que houver na consignação aplicada para estas obras*» (*ibid.*).

Já a cartografia oitocentista constitui preciosa fonte documental para a compreensão da evolução do espaço, ao mesmo tempo perpetuando a memória da anterior ocupação agrícola na toponímia do novo traçado viário iluminista e do bairro. Logo a *Planta Redonda*, de 1813 e com autoria de George Balck, indicia-nos que, por essa altura, o espaço confinado ao Bairro do Laranjal já se encontrava quase totalmente edificado. Por isso mesmo, as *Telles Ferreira*, já do último quartel do século, tão-só nos darão uma imagem mais pormenorizada da ocupação do espaço. Designadamente, as que foram executadas à escala 1/500, fazendo crença na fidelidade do geógrafo, permitem apreender o tipo de aproveitamento dos logradouros: ocupá-los-iam hortas e jardins anexos.

Mas veio esta urbanização a ser demolida na sequência de renovação urbana portuense de há um século, procurando nova mobilidade, para os Republicanos mais progressistas, mesmo ligação à Circunvalação. Fá-lo-ia a Linha D do Metro do Porto e, desse modo, nos permitiria auscultar o Bairro do Laranjal.

2. OBRA E MITIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA. SÚMULA DOS RESULTADOS OBTIDOS

Relembremos que a construção desta *Estação* se fez a céu aberto, com escavação de c. 3000 m², cujo eixo principal corre aprox. no sentido norte-sul, abarcando a conservação pelo registo feito por sondagem arqueológica 11,33% da área e havendo sido tentada a restante mitigação por meio de acompanhamento arqueológico da obra.

Posto isto, ainda que brevemente, importa que indiquemos alguma da metodologia. Desde logo, o recurso à sobreposição do *layout* da Estação à da Carta da Cidade Atual e desta à cartografia oitocentista, com destaque para a Planta Redonda, de 1813, e para os Planos Cartográficos Telles Ferreira, de 1883.

Depois, na campanha de *sondagens arqueológicas* MP-ALD01.00, optámos por escavação mecânica dos aterros até ao topo do edificado demolido em 1916, apoiada na limpeza dos cortes limítrofes. A partir daí, a decapagem fez-se manualmente, obedecendo à estratificação do sítio. Mas, no caso específico do depósito 3d06, na SOND3 3 (ou DEP006b na correlação entre sondagens), com grande desenvolvimento em profundidade (1,25 m), subsidiariamente fizemos uso da escavação por estratos arbitrários entre 20 e 30 cm, para melhor controlar a distribuição em profundidade dos tipos artefactuais presentes. Como, de resto, proposto por Carandini (1997 [1991]).

Já as campanhas de trabalhos MP-ALD02.02 e MP--ALD03.04, de *acompanhamento arqueológico*, consistiram no acompanhamento visual da escavação da obra, a par da limpeza manual das estruturas postas a descoberto. Em geral, recolha de espólio ocorreu a esmo, pese embora dessemos particular atenção aos materiais de construção. Mas também procurámos recolhas associadas a estruturas e em corte. No caso, em estratos previamente identificados e com reconhecida relevância científica, como dito o DEP006b. Por outro lado, o registo gráfico foi feito a partir do "*PHOTOMODELER 2013*", um *software* de fotogrametria de convergência.

Transversal aos trabalhos foi a nossa opção de referenciação de contextos por meio de séries independentes indexadas a tipos, na linha de Martin Carver (1990). No caso dos depósitos, as séries foram elas correlacionadas em gabinete e referenciadas em série cronologicamente ordenada segundo a leitura interfacial da estratificação. Já as estruturas foram renumeradas em romano, num varrimento do espaço de intervenção por sondagens/zonas *de norte para sul* e *este para oeste*. Começando na E.I, a enumeração vai até E. CLXXXVI.

Como veremos, os trabalhos pouco mais terão acrescentado ao conhecido. Mais, observa-se uma sequência estratigráfica, por sinal, bastante linear em termos macro temporais, toda ela indexada às Épocas Moderna e Contemporânea, entre o séc. XVII e o séc. XX.

2.1. Fase ALD.I: O Campo das Hortas ou Sítio dos Laranjais (séc.s XVII-XVIII)

Com exceção de um hipotético fragmento de *Paterna-Manises* (de resto, exumado em formação recente, do séc. XX), os vestígios identificados – espólio e estruturas – confinam a deposição antrópica do espaço ao séc. XVII em diante. Até porque o edificado remanescente do Bairro assentava e cortava, a nascente, o substrato geológico, que descrevia pendentes para sul e poente, e formações sedimentares sobre o lado poente. E são estas, concretamente os DEP007 e DEP006b, que damos como indexadas à Fase ALD.I.

Não obstante, é de sublinhar a escassez de espólio artefactual e, bem assim, a limitação do registo confinado a diagnósticos pontuais, considerada a área abrangida pelos trabalhos. É claramente o caso do **DEP007** (de sedimentos de tonalidade castanha clara), na base da estratificação/estratigrafia, o qual foi observado, de norte para sul, nas Sondagens 4 e 3. No parco espólio, pelo menos quanto ao fabrico, assumimos cronologia maioritariamente setecentista dentro dos 40 fragmentos de faiança (com presença dos primeiros fabricos industriais a par da loiça com decoração epigráfica ou lisa dos centros produtores de Coimbra), entre os 114 fragmentos cerâmicos recolhidos, maioritariamente fosco.

Já o **DEP006b**[8] (de sedimentos de tonalidade castanha escura), que se lhe sobrepunha, foi mais bem documentado. Ainda assim, com diagnóstico quase confinado à SOND3. Fora esta amostra, apenas foram recolhidas outras já nos trabalhos de acompanhamento arqueológico da obra, quando o mesmo foi observado em posição subjacente a estruturas (e.g., sob os lajeados E.XXXVIII e E.CV); ou em situação de clara referenciação estratigráfica, como no corte nas proximidades da implantação da SOND3 3. É, porém, de notar que a inclusão significativa de espólio do séc. XVII, entre os quais um cachimbo de *tipo holandês* bastante completo, ocorre em associação não negligenciável com espólio cerâmico já do séc. XVIII. Observa-se até, e ainda que em parca quantidade, a presença de loiça pó-de-pedra (mesmo sob os lajeados).

Em correlação, ficou arqueologicamente documentada a urbanização do espaço pelo Almada em zona, até ali, votada a ocupação agrícola, fixada nos topónimos *Campo das Hortas* e *Sítio dos Laranjais*. Tratando-se o DEP006b de camada de terra muito homogénea, de tonalidade castanha escura e mediana compactação, tais características corroboram uma possível longa maturação relacionada com essa ocupação.

2.2. Fase ALD.II: Ainda (?) Campo das Hortas ou Sítio dos Laranjais (segunda metade do séc. XVIII)

Não obstante, uma reanálise dos registos e reinterpretação dos dados apresentados em sede de Relatório Preliminar referente à intervenção MP-ALD01.00 permitiu-nos identificar indícios de edificação prévia ao Bairro. E a hipótese é corroborada por outros indícios obtidos na fase de acompanhamento arqueológico de obra. Conquanto, tal edificação ocorrera já na segunda metade do séc. XVIII, e à mesma se reporta a Fase ALD.II, também dada como anterior a 1763-1784, dada a *supra* mencionada morosidade da edificação da rede viária.

Porque mais expressivamente documentadas e ainda que sem conexão estratigráfica, destacamos aqui as estruturas E.XXXVIII e E.CXXXVI, ambas sitas sobre o lado poente da área intersectada pelo perímetro da Estação.

Assim, a noroeste, foi exumado o lajeado E.XXXVIII em acompanhamento. De granito e estereotomia poligonal, esta estrutura encontrava-se subjacente ao lajeado E.XXXVI, já do *Bairro*. A relevância do mesmo – para além da documentação, carreada por tal relação estratigráfica, de fase de edificação anterior à do Bairro –, deve-se ao seu assentamento em formação sedimentar cujas características físicas nos permitiram correlacioná-la com o DEP006b. De facto, nesta medida, consideramos dever ressaltar a exumação na amostra recolhida de loiça pó-de-pedra, ainda que apenas 6 em 101 fragmentos de loiça de vasilhame doméstico exumados, mas, entre eles, 1 ex. de *loiça ratinha*.

Quanto ao muro de alvenaria insossa E.CXXXVI, sito para sul e exumado na SOND3 3, damo-lo como subjacente ao muro E.CXXXIII, do *Bairro*, e não o arranque deste. Assenta a nossa proposta na observação de diferenciação construtiva entre ambos, quer ao nível dos materiais (este último era argamassado), quer de perfis. E, quanto a este atributo, sublinhamos o não-alinhamento entre ambos

8. O DEP006b corresponde aos «"sub-estratos" 3d06c/d/e» que foram distinguidos dos «"sub-estratos" 3d06a/b» correspondentes ao DEP005a, como explicaremos e discutiremos infra, no ponto 3.2.

os paramentos oeste, na medida em que o muro E.CXXXVI apresentava um plano de alçado recuado em relação ao muro E.CXXXIII que se lhe sobrepunha (Vide Figura 2).
A amostra de cerâmica recolhida no seu interior e cabouco, se bem que diminuta (15 ex.), não deixará de indiciar contextualização do muro E.CXXXVI já no séc. XVIII.
Por outro lado, problemática foi a interpretação estratigráfica do muro E.CXXXVI em relação ao DEP006b que se lhe encostava. E será de notar que o cabouco V.F deste muro apenas foi percecionado ao nível do DEP007a.
Supra, afirmámos a nossa proposta de indexação do início da formação do **DEP006b** ao séc. XVII, em face do conjunto de espólio nele contextualizado, e propusemos a interpretação funcional da camada articulada com ocupação agrícola. Discutiremos a matéria *infra* (Vide Figura 2).

2.3. Fase ALD.III: O Bairro do Laranjal (*post quem* 1763 / 1784, séc.s XVIII – XX)

Quanto ao Bairro do Laranjal (desde logo identificado pela sobreposição direta ao mesmo do DEP004 da estratigrafia geral do sítio, referente à demolição), nada temos a acrescentar à contextualização cronológica da sua edificação recolhida na cartografia oitocentista. Como apurámos, ao redor de 1813, data da *Planta Redonda*, já estava o espaço bastante construído. Razão pela qual deduzimos que a edificação do Bairro do Laranjal ocorrera em grande parte entre os finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX. Mas, a este propósito da sobreposição do *layout* da obra à *Telles Ferreira*, notemos também que o perímetro da *Estação* e *acessos* intersectava espaço densamente construído, a nascente, e alguns logradouros, no lado poente.
Ora os trabalhos, na sua globalidade, revelariam resultados nulos nas áreas mais a nascente e poente, cortadas pelos respetivos acesso à *Estação*. Sobre o lado nascente, compreender-se-ão os resultados dado o reconhecimento de cota elevada do substrato rochoso, com pendente para sul e poente. E igualmente nulos, no que respeita a exumação de edificado, foram os resultados obtidos no registo das áreas mais a poente, também cortadas pela escavação para o outro acesso à *Estação*. Se bem que, aqui, foi identificado espesso depósito humoso, corroborando a possibilidade de intersecção de logradouro indicado pela sobreposição cartográfica. Já o espaço delimitado pelo perímetro da estação era densamente ocupado por estruturas maioritariamente reduzidas aos alicerces e no plano de corte do substrato geológico.
Depois, esta zona residencial tinha como eixo estruturante a Rua do Laranjal (E.LVIII), de cujo atravessamento – correndo ao eixo da Estação, como indiciado e observado –, restavam vestígios limitadamente registados na fase de acompanhamento arqueológico. Mas foi registado o suficiente para documentar a sua feição Moderna fixada a presença de passeios (registados, de norte para sul, sob as referências E.LXXXVIII, a nascente, E.XCI, a poente, E.CVIII, a nascente). E também foi observada a estereotomia quadrilátera do pavimento de granito da via. Incluindo passeios, a artéria teria c. 8 m de largura.
E o edificado a poente da Rua descrevia uma interrupção marcada pelo lajeado E.XXXVI, em cuja estereotomia se marcava a cobertura do aqueduto E.XXXVII. Assumimos, por isso, a sua correspondência com o pequeno largo com chafariz ao centro, representado na *Telles Ferreira*, o qual também aparecia intersectado pelo topo da *Esta*ção, na sobreposição cartográfica efetuada. Vide a Ilustração 3.
Mais, tal como já havia sido revelado pela investigação de Ferreira Alves (*ibid.*), ficou documentada arqueologicamente a preocupação dos Almadas com a questão da distribuição da água. Efetivamente, damos como indiciada nos dados arqueológicos a busca da resolução da nova preocupação, logo na raiz da expansão urbana. Ressalta feita dada a impossibilidade de registo fotográfico e análise de estereotomia, assim documentaria a construção da Rua do Laranjal que terá sido acompanhada pela implantação de infraestruturas hidráulicas que seguiam o seu trajeto: ao centro, o coletor principal E.XXIX, de cobertura abobadada; a nascente e com ligação com ele, os aquedutos E.LXXI e E.CIX, com cobertura em lintel; e, a poente, infraestruturas descontinuadas mas alinhadas, de construção mais fruste E.XXXIII, E.LXXXV e E.CX, feitas de canalizações cerâmicas – barro (telhas de meia cana) ou grés – envoltas em empedrados frustes.
E indiciam os trabalhos que essa preocupação se estenderia ao próprio edificado residencial, o qual era também dotado de infraestruturas hidráulicas, de pedra, grés e ferro. Não obstante, em face da documentação deste elemento apenas em acompanhamento arqueológico da obra – uma documentação, por isso, cerceada em termos de levantamento da estratificação associada –, em nenhum caso foi pos-

sível identificar a articulação com a rede principal. Mas atrevemos a intuição de tal ligação nas pendentes das infraestruturas domésticas cujas cotas convergiam para as infraestruturas que corriam sob a Rua.
Por outro lado, conquanto o edificado estivesse reduzido aos alicerces, indiciaram os trabalhos o revestimento das fachadas exteriores com azulejo (e também de alguma interiores, considerando certos padrões decorativos). Estilisticamente, observavam-se padrões geométricos e vegetalistas estilizados, aplicados, em geral, por estampilha com apontamentos manuais, dentro de uma gama cromática variada entre azuis, rosas, amarelos, castanhos e verdes.
Já a amostra de vasilhame de uso doméstico recolhido nas formações sedimentares **DEP005** indiciará uma classe média-alta residente ali, no *Bairro*, que não se escusava a um uso quotidiano de *Vista Alegre*. Obviamente, dominam as faiança, estando provavelmente presentes as produções de *Alcântara, Massarelos* e *St.º António de Vale de Piedade*, do séc. XIX, a par de produções do séc. XVIII, tais como as faianças *coimbrãs pseudo-epigráficas* a azul/vinoso, a *loiça ratinha* e os ditos primeiros fabricos industriais identificados com as pastas rosadas finas esmaltadas a branco e com decoração a azul e verde. Duplamente residual, isto é, em conceito segundo Harris (1989) e quantidade, é a porcelana *kraak* (Figura 3).

2.4. Fase ALD. IV: A Avenida dos Aliados (Século XX, post quem 1916)

E chegámos ao rasgo da Av. dos Aliados, ocorrido por meio das demolições simbolicamente iniciadas em 1 de fevereiro de 1916.
Encontra-se o facto documentado pelo **DEP004** cuja relevância, obviamente, reside nos importantes subsídios que aporta para a compreensão do nível de ocupação anterior. Foi nele que foram exumados os azulejos *supra* referidos, pelos quais nos é permitido aproximar à estética exterior do Bairro; e igualmente quantidade significativa da fragmentada loiça de uso doméstico. Mas nele, também, a exumação do hipotético *Paterna-Manises* que, se comprovado, documentará o catapultar, para o *Presente,* do revolvimento multissecular do terreno agrícola, assim reconhecido nas fontes vindas desde a Idade Média.
Ao DEP004, sucederam-se o DEP003, o DEP002 e, finalmente, o DEP001.
Estávamos no séc. XX e não há dúvidas quanto à proximidade temporal em relação ao presente. Não deixa de ser relevante esta sequência estratigráfica final. As compactações da deposição sentidas no gume do colherim – no caso do DEP003, apenas sentida na sua superfície – que raspou e limpou os perfis subsequentes à decapagem mecânica, indiciar-nos-ão sucessivas cotas de piso até à atual (do ano 2000), marcada pela deposição referenciada em DEP001.
Por isso mesmo, foi a Fase IV divida em Fase IV.A – referente à demolição – e Fase IV.B – enquadrando o acabamento da Avenida. E na década de 1930, o Alvão finalmente a registava pavimentada com calçada portuguesa.
Mas, neste marcador, assim se marca o impasse na conclusão a obra, nos anos subsequentes e década de 1920, imposto pelas dificuldades atravessadas pela Primeira República que culminariam no derrubar de Bernardino Machado pelo Golpe do *28 de Maio de 1926*. Bernardino Machado, o mesmo do lançamento da obra de demolição *da Liberdade à Trindade*, naquele dia 1 de fevereiro de 1916, para rasgo da *Avenida Central* do Porto, depois *das Nações Aliados* e agora *dos Aliados*.

3. A CONSERVAÇÃO PELO REGISTO CIENTÍFICO DA ESTRATIFICAÇÃO DA AV. DOS ALIADOS

Reflitamos brevemente sobre a mitigação de impactos arqueológicos obrigada pela construção da Estação dos Aliados, na Linha D da rede do Metro do Porto. Estando-lhe desde logo indiciada a possibilidade de afetação do Bairro do Laranjal, lançado pelo Almada, o desafio que se toma é tão-só uma reflexão (auto)crítica sobre a *conservação pelo registo científico* efetuada.

3.1. Plano de Mitigação e Resultados

Feita a avaliação dos impactos arqueológicos do projeto sobre Estudo Prévio, o respetivo plano mitigação previa a execução de **sondagens arqueológicas** nos *acessos e poços de ventilação da estação*, e ainda **acompanhamento arqueológico da obra**.
Entretanto, *i)*, a sensibilidade socioeconómica da zona; *ii)*, a calendarização do arranque da obra; e, *iii)* o cronograma da prossecução da obra obrigaram à alteração do plano de mitigação preconizado pelo EIA. No seguimento, as 4 sondagens prévias executadas em 2000 foram implantadas na placa central ajardinada, mas, dada a indefinição do *layout* da Estação àquela data, não viriam sequer a coincidir com os poços de ventilação.

Mas, já agora fazendo-nos acompanhar das Figuras 1b e 3b, e no conhecimento dos resultados obtidos *a posteriori*, vejamos o que nos esperaria do dito plano de mitigação, tomando-as como óculos sobre a incógnita.

Assim, no que respeita à ***medida específica P(b)4*** do EIA, as sondagens implantadas no espaço intersectado pelo *acesso nascente* à estação providenciariam resultados absolutamente nulos. Praticamente à face do pavimento atual, esperava-nos o Geológico despido de deposição antrópica para lá do assentamento do passeio e corte pelas infraestruturas atuais. Já sabemos a razão: os vestígios remanescentes do *Bairro* foram quase totalmente detetados ao nível dos alicerces cortando o substrato natural que, para lá da pendente norte-sul, apresentava pendente subsidiária este-oeste. Daí, a cota alta do substrato natural no perímetro de implantação do acesso nascente; por isso, os impactos arqueológicos nulos.

No *acesso poente*, os resultados, não sendo nulos, confinar-se-iam à identificação de deposição sedimentar indexada aos séc.s XVIII-XIX. Dava-nos a sobreposição cartográfica a indicação de intersecção de um logradouro pelo perímetro do acesso. Não sendo nulos, os impactos arqueológicos, quase na certa, seriam dados como pouco significativos.

Já pela ***medida geral PT10*** do mesmo EIA, coincidiria o *poço de ventilação sul* com a localização das dependências camarárias subterrâneas de apoio à manutenção dos jardins da Avenida, que haviam destruído a estratificação arqueológica. Mais uma vez, seriam observados resultados nulos e diagnosticada provável ausência de impactos arqueológicos negativos.

Restaria a sondagem a implantar na zona do *poço de ventilação norte*. E nesta derradeira sondagem, sim, atingiríamos vestígios do Bairro do Laranjal. Por certo, vestígios que incluiriam justamente a própria Rua do Laranjal, cujo rasto remanescente viria a ser observado no acompanhamento arqueológico da escavação da *Estação* e, malogradamente, removido sem registo.

Não obstante, em face do conjunto dos resultados obtidos (*estimados* nesta projeção retrospetiva), indiciando uma reduzida possibilidade de ocorrência de vestígios do Bairro, quase certa seria a preconização da continuação do registo por meio do acompanhamento arqueológico da obra, implementando a ***medida geral PT5***.

A bem da verdade, o que nos inquieta é o facto de, perante a expressiva deteção de vestígios nas sondagens executadas, ter a mesma prossecução de trabalhos arqueológicos passado pelo mesmíssimo ditame de acompanhamento. A grande diferença diria respeito aos meios previstos para o executar ante o cenário retrospetivo descrito – na certa, bastante menos do que as 13 pessoas envolvidas, entre as quais 6 arqueólogos. De resto, no ano de 2000, enquadrava tal ação o art. 41.º/1 da LPC de 1985 (revogada pela LPC de 2001): "*a realização de trabalhos em qualquer zona onde se presuma a existência de monumentos ou sítios arqueológicos será acompanhada por técnicos especializados*". Mas, neste momento, o que está em causa é mesmo a intuição de um certo preconceito científico quanto à relevância arqueológica e patrimonial de contextos remontantes à Época Moderna Tardia.

A reflexão é autorizada. Tanto mais que, a quem a faz, coube também refletir e debater-se com as dificuldades do registo e limitações ao conhecimento trazidas por alguns malogros na realização destes trabalhos; e, antes de mais, coube a autoria, em primeira instância, da preconização do dito acompanhamento, ainda que depois aceite e homologada pelos *stakeholders* Edil e Tutelas envolvidas.

3.2. Os Trabalhos Prévios de Escavação Arqueológica por Sondagem

Nesta fase, o diagnóstico da estratificação foi feito por processo de escavação estratigráfica. Isto é, procedemos a uma decapagem pelos leitos de deposição dos contextos presentes, ainda que com recurso a máquina para remoção da deposição subsequente à demolição do *Bairro*. E procurámos a identificação de descontinuidades na deposição, em ordem à prossecução de uma interpretação interfacial em plano que completasse a estratigrafia dada pelos perfis das várias sondagens.

Não obstante, não foi utilizado o Sistema do *Harris Matrix*. Designadamente: *i),* no caso específico de um depósito, procedemos a uma escavação por níveis arbitrários subordinados à escavação estratigráfica; *ii)*, não fizemos uso do registo de contexto singular; e, *iii),* na linha de Martin Carver (1990), procurámos um afastamento deliberado da abstração encerrada na referenciação por *unidades estratigráficas*.

Mas sempre conscientes de que a *sequência estratigráfica* – ou seja, a disposição no tempo relativo da *estratificação* detetada – seria necessariamente decifrada pelo estudo do estado físico em que foram

encontrados os contextos arqueológicos no solo com vista à interpretação do *visado ordenamento cronológico*.

E nessa *transposição da estratificação à estratigrafia* – ou, como prefere Martin Carver (2009:15), nessa *passagem dos dados em bruto ao documento editado* – ressalta, obviamente, a questão da interpretação do depósito 3d06, exumado e registado na SOND3.

Observemo-lo, por isso, novamente. Depósito de terra castanha escura, assemelhava-se às formações humosas também identificadas nas Sondagens 2 e 4, facto que nos permitiu interpretá-lo como uma camada. Ali, na SOND3, ela patenteava uma espessura de 1,25 m, observando-se, empiricamente, grande homogeneidade das características sedimentares dentro aqueles limites.

Mas logo desde os trabalhos de campo que adveio a impressão da associação no depósito de materiais dos séc.s XVII-XVIII com materiais do séc. XIX. Ora permitiu averiguar esta impressão a opção metodológica de decapagem por estratos arbitrários, pela qual o depósito foi segmentado do topo à base nos «*sub-estratos*" 3d06a – 3d06b – 3d06c – 3d06d – 3d06e. E permitiu tal metodologia a indiciação – na base de uma aproximação estatística meramente descritiva – da variação de tipologias e cronologias de materiais entre o topo e a base. por isso, foram os «"sub-estratos" 3d06c/d/e» agrupados no DEP-006b, segregando, assim, as respetivas amostras artefactuais dos «"sub-estratos" 3d06a/b» englobados no DEP005a.

Ocorre que, em termos de *relações físicas* presentes, há a observar o encosto do depósito, no seu todo, ao muro E.CXXXIII e ao muro E.CXXXVI. O que, segundo *as leis de Harris* (1989), indica uma *relação estratigráfica* de posterioridade do depósito em relação às estruturas.

Não obstante, patenteava o muro E.CXXXIII perfil aprumado em ambos paramentos, artributo que terá exigido abertura de cabouco largo para o seu levantamento. Mais, os materiais associados ao muro E.CXXXVI, quer no interior do seu cabouco, com interface visível ao nível do 3d07/DEP007a, quer ao nível do miolo do próprio muro, aportar-lhe-ão uma contextualização cronológica já indexada ao séc. XVIII.

Deste modo, a *inserção do depósito* **3d06 na estratigrafia** *geral do sítio* resultou da conjugação de dados <*entre a homogeneidade sedimentar* do depósito no seu todo, a *variação em profundidade* dos fabricos cerâmicos presentes e as *relações estratigráficas* com o edificado (concretamente sobreposição aos muros 3e01/E.CXXXIII – 3e04/E.CXXXVI)>, e foi interpretada como o resultado dos impactos de revolvimento inerente à proposta ocupação hortícola deste espaço, atividade, como sabemos, que destrói quaisquer interfaces pré-existentes/criadas dentro da cota/espaço de impacto.

Foi assim que os "*sub-estratos*" **3d06a e 3d06b_(DEP005a)** foram indexados à Fase ALD.III, juntamente com o muro E.CXXXIII; o muro E.CXXXVI foi indexado à Fase ALD.II; e os "*sub-estratos*" **3d06c, 3d06d e 3d06e_(DEP006b)** foram indexados à Fase ALD.I.

O que se passa é que, efetivamente, *no tempo relativo e em termos de duração*, a formação do depósito 3d06, no seu todo, vindo de trás, vai além da construção dos muros 3e04/E.CXXXVI e 3e01/E.CXXXIII que, primeiramente, o terão cortado. E é esta espessura temporal que torna algo complexo a integração do depósito na estratigrafia e o incompatibiliza com o rígido e instantâneo *antes e depois harrisiano*. Remete, sim, para um *durante*, para o *tempo-processo* que subjaz ao *tempo–evento*. Dinâmica temporal, enfim, perfeitamente consentânea com o referencial documental: a *supra* reconhecida ocupação agrícola do espaço, vinda de Época Medieval e continuada pela Moderna, cumulativamente, é corroborada pela identificação de logradouro na *Telles Ferreira*, no espaço intersectado pela sondagem.

De resto, remonta esta discussão da questão da *duração do tempo em Edward Harris* já a Martin Carver (1990: 100) e ao seu *Carver Matrix*, pelo qual, para a construção da síntese, as sequências são testadas a partir dos espólios, propondo processo de *feedback* sobre a interpretação de campo na interpretação da estratigrafia.

Carver e não só. Pela década de 1990 fora, as *Sratigraphy Conferences* do grupo de trabalhos de Kate Steane dão-nos vários autores discutindo a questão (Botelho, 2016). Entre eles, estão Peter R. Clark & Hutcheson (1993, 66), que afirmam:

"(…) if we take the apparently simple example of the formation of soil horizon, then *clearly more than one action is taking place and in fact many chronologically disparate phenomena can be encompassed by one context*."

3.3. Os Trabalhos de Acompanhamento Arqueológico

Não esclareceriam melhor os *acompanhamentos arqueológicos das obras de contenção periférica e escavação da estação e do acesso poente* a questão estratificação/estratigrafia do DEP3d06. Desde logo porque a escavação arbitrária da obra, à medida do balde da máquina, assim o condicionaria. Mas recordemos Philip Barker, a propósito de *salvage archaeology*, no seu *Manual de 1977*, p. 132-133:

"This is *instant archaeology* indeed. (…) The loss of information due to the rushed and partial nature of the work is not so easy to assess, simply we have not seen it. The excavator himself should qualify all his recorded observations with estimation of his reliability ***on a scale which ranges from certain to only possible***. (…) and *the excavator must be certain that the datable material really derived from the significant layer and structure and not introduced by machinery or the soles of boots*."

Dá-se, porém, o caso de não ter sido apanhada a continuidade das estruturas que teimavam em entrar terreno adentro após o alargamento da SOND3, nos registos de acompanhamento da contígua Zona K. Designadamente, do muro E.CXXXV.

– Movimentações de obra não acompanhadas tê-lo-ão ditado? Talvez. Mas permanecerá a dúvida. *Coeteris paribus!* "Todo o mais sendo igual" (enfim, semelhante) a outros acompanhamentos.

A. De facto, aqui, indiciado está o caso entre as estacas E108-E113: um possível erro da obra na implantação destas estacas, atempadamente corrigido, leva agora o registo para lá do perímetro noroeste da estação dado pela esquina da cabeceira definida pelas estacas E108-E114.
   Tê-lo-á a obra atempadamente corrigido, porém, na ausência de acompanhamento arqueológico. Algo agora indiciado/denunciado pela destruição do pavimento E.XXXVI entre as estacas E111 e E114; mas também (e, neste caso, muito positivamente, pelos menos para nós, para a *presente geração*) pela extensão do levantamento feito ao abrigo da execução das *estacas E108-E110*. A área assim abrangida permite-nos correlacionar este lajeado com o pequeno pátio e chafariz que interrompia o edificado poente da Rua do Laranjal, quase em frente à Rua da Cancela Velha, e que aparecia intersectado pela sobreposição do *layout* da Estação na Carta da Cidade atual à *Telles Ferreira*.

B. Movimentação de terras sem acompanhamento foi precisamente testemunhada na oportunidade que restava de registo da própria Rua do Laranjal, com vestígios intersectados nas Zonas C e D do acompanhamento. Uma incompatibilização do *tempo de registo* – exigindo condições de luz já insuficientes à hora de entardecer da decapagem –, com os *tempos de obra*, ditou a remoção sem o pretendido registo.

C. E certa foi a crispação crescente entre *Arqueologia* e *Obra*. A ponto de, na sequência dessa remoção antecipada dos vestígios da Rua do Laranjal, a Arqueohoje ter sido mandatada pela Metro do Porto para contratar máquina e conduzir diretamente a escavação. Mas nos moldes da obra, até ao topo das estruturas e, na generalidade, logo retomado, após o registo destas.
   Esperava-se que fosse "*dono da produção quem detivesse os meios de produ*ção" e até foi sendo conseguido. Mas, na troca, foram as áreas de escavação aumentadas, dificultando o pretendido registo por fotogrametria, ditando agora a falta de rigor na composição geral obtida.

D. Mesmo assim, e ainda que grandemente atenuada tal crispação, havia de o derrube do muro/alicerce arcado Ae67=Ae89/E.CXL protagonizar nova movimentação sem acompanhamento, desta feita, ditada pelo livre-arbítrio do manobrador da máquina da Obra. E assim ficou o alicerce arcado reduzido a escombros, ainda antes da discussão necessária entre técnicos que ajudasse à sua compreensão.

O certo é que olhando o *caso* à distância de três lustros, o Gráfico abaixo incomoda pelo ritmo dos trabalhos dado pelas jornas envolvidas pela tal equipa de Arqueologia composta de 13 pessoas e paragens da obra nos segmentos de execução em causa. E o insólito da situação viria a dar frutos, tendo o próprio adjudicatário NORMETRO cedido *pro bono* os meios – homens e máquina – para uma tentativa final de diagnóstico já em 21 de janeiro de 2003. (Gráfico 1)

Por outro lado, em jeito de balanço, aceitemos também que pouco mais foi encontrado do que o esperado: o Bairro do Laranjal lançado por João de Almada e Melo, começado a construir ao redor de 1763 e edificado especialmente depois de 1784 e quase totalmente até 1813. A exceção vai para contextos anteriores, mas também Modernos, do séc. XVII em diante. Considerando a escavação manual dos níveis

com relevância arqueológica nas sondagens prévias, podemos afirmar com alguma segurança que, ali, na estratificação intersectada pela Estação dos Aliados, fora um muito reservado fragmento de *Paterna-Manises*, não se conservavam vestígios da ocupação do espaço anterior à Época Moderna.

Quanto à intervenção urbana do Almada, tal como sabíamos (Alves, 1988: 234-260), tomou este a seu cargo a missão de regularização e planificação expansão extramuros, estruturando-a por rede viária dotada, de raiz, de passeios "*característicos das transformações urbanas operadas em muitas cidades europeias da segunda metade do século XVIII*" (*ibid.:* 260). Igualmente, ficou arqueologicamente comprovada a já conhecida preocupação com a distribuição de água. E ficámos a saber – pelo menos podemos aventar a hipótese – que essa preocupação acompanharia, também de raiz, a execução dos projetos e abrangeria o próprio edificado residencial, podendo ser de pedra, barro, grés ou ferro.

Bem assim, obtivemos uma aproximação à estética exterior do Bairro: revestido a azulejo, ao transeunte, apresentava-se policromo, de tons azuis, amarelos, verdes e rosas, etc., desenhando padrões geométricos e/ou vegetalistas, sobre fundos branco, e refletindo o vidrado cada centelha de luz que nele incidisse (Figura 4).

Quanto ao que perdemos, não sabemos. JAMAIS saberemos!

– Para além, *primeiro,* dos ligeiros desalinhamentos entre zonas no levantamento das estruturas em comum que impuseram que o plano global ofereça uma rude composição obtida por tentativa e erro, partindo do alinhamento dado pela conduta E.XXVII da SOND1, também intersectada pela Zona A do *Acompanhamento*;
– E, *segundo,* dos desajustes completos dos levantamentos de algumas estruturas entre zonas diferentes de acompanhamento, que fazem da Ilustração 3b) uma representação alta e incomodamente interpretativa (mesmo afirmando com Nietzsche que "*tudo é interpretação*"), resultante da conjugação das projeções obtidas pelo *PHOTOMODELER* com a observação empírica do acervo das fotografias do acompanhamento;

Sabemos, sim, que as cotas das infraestruturas domésticas observadas indiciavam encaminhamento das residuais das habitações para as pluviais que corriam sob a Rua do Laranjal. Algo incorreto nos nossos tempos. Sendo que, à luz da Época, a *modernidade* estaria mesmo na instalação de infraestruturas hidráulicas a par com o rasgar de raiz da rede vária. Mas, subsídios mais consolidados e aprofundados para uma historiografia futura da planificação e construção de infraestruturas de apoio ao conforto doméstico – à *qualidade de vida* – perderam-se, juntamente com a estratificação sedimentar associada às estruturas, removida pela escavação pelos padrões da obra.

Até porque, como bem nos lembra Manuela Martins (2013), para que a Arqueologia, *enquanto disciplina científica, seja bem sucedida em "(…) lida*[r] *com três domínios fundamentais da construção social – a cultura material, reveladora de comportamentos individuais e coletivos e da construção da realidade; os lugares, que nos remetem para a relação das comunidades com o meio ambiente, e o tempo, eixo diacrónico que permite avaliar e compreender a natureza das mudanças*" –, é condição *sine qua non* a realização do diagnóstico da estratificação sedimentar.

Neste aspeto, este acompanhamento arqueológico num espaço com reconhecido potencial arqueológico – como *todos* nestas circunstâncias, terá sido discutível – enquanto meio de conservação pelo registo científico desse potencial. No ano de 2002, apesar da dimensão e experiência da equipa e do esforço metodológico (com recolhas de espólio estratigraficamente controladas), a sobreposição ao cronograma da obra ditou-lhe condições dificilmente identificáveis com o ambiente de serenidade a que convida o desenvolvimento de investigação. Entretanto, no ano de 2004, a experiência acumulada pela Obra carrear-lhe-ia outra sensibilidade e bonomia; mas, a fatalidade, a quase escassez/nulidade de vestígios. Conquanto, sobre os resultados *per se* agora apresentados, também possamos considerar que *[l]e véritable voyage de découverte ne consiste pas à chercher de nouveaux paysages, mais à avoir de nouveaux yeux."* (Marcel Proust, *A La Recherche du Temps Perdu*).

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Joaquim Jaime Ferreira (1988) – *O Porto na Época dos Almadas. Arquitetura e Obra.* Câmara Municipal do Porto: Porto.

BARKER, Philip (1977) – *Techniques of Archaeological Excavation.* London: Anchor Press L.td.

BOTELHO, Iva João Teles (2016) – *O Processo do Corgo. Do Princípio da Conserva*ção pelo Registo Científico. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BOTELHO, Iva; GOMES, Filipe; PERPÉTUO, João (2017) – Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos realizados na Av. dos Aliados sob o acrónimo base MP-ALD, entre 2000 e 2004.

CARANDINI, Andrea (1997 [1991]) – *Historias en la Tierra. Manual de excavación arqueológica,* Barcelona: Editorial Crítica.

CARVER, M. (1990) – Digging for data: archaeological approaches to data definition, acquisition and analysis. In FRANCOVICH, Ricardo; MANACORDA, Daniele – *Lo scavo archeologico dalla diagnosi all'edizione.* Siena: Universitá di Siena, pp. 45-120.

CARVER, Martin (2009) – *Archaeological Investigation*. Londres: Routledge.

CLARK, Peter; HUTCHESON, Andrew (1993) – New approaches to the recording of archaeological stratification. [Em linha]. Edinburgh: AOC (Scotland) Ltd, pp. 65-68. [Consult. 2015-03-20]. Disponível na www: <URL: http://www.york.ac.uk/archaeology/strat/pastpub/93edi.htm>.

HARRIS, Edward (1989) – *Principles of Archaeological Stratigraphy*, (2.nd Ed.). London: Academic Press Limited.

MARTINS, Maria Manuela (2013) – *Arqueologia e Sociedade. Desafios da Arqueologia no século XXI. XXXIX aniversário da Universidade do Minho Oração de sapiência.* [Em linha]. [Consult. 2014-08-07]. Disponível na www: <URL: http://www.uminho.pt/uploads/eventos/EV_6701/20130221524761242476.pdf. >.

PEREIRA, Gaspar Martins (2016) – Notas policopiadas de apoio a palestra comemorativa proferida no dia 1 de fevereiro de 2016, no Paços dos Concelhos.

Interpreting Stratigraphy Group [Em linha]. [Consult. 2015--04-27]. Disponível na www: <URL: http://www.york.ac.uk/archaeology/strat/index.htm>

Planta do Sítio dos Laranjais (. . .) [Em linha]. [Consult. 2016--11-27]. Disponível na www: <URL: http://gisaweb.cm--porto.pt/units-of-description/documents/328256/?q=Bairro+do+Laranjal.>

Porto, Avenida dos Aliados – [Em linha]. [Consult. 2016--11-27]. Disponível na www: <URL: http://www.postais--antigos.com/porto-avenida-dos-aliados-porto.html.>

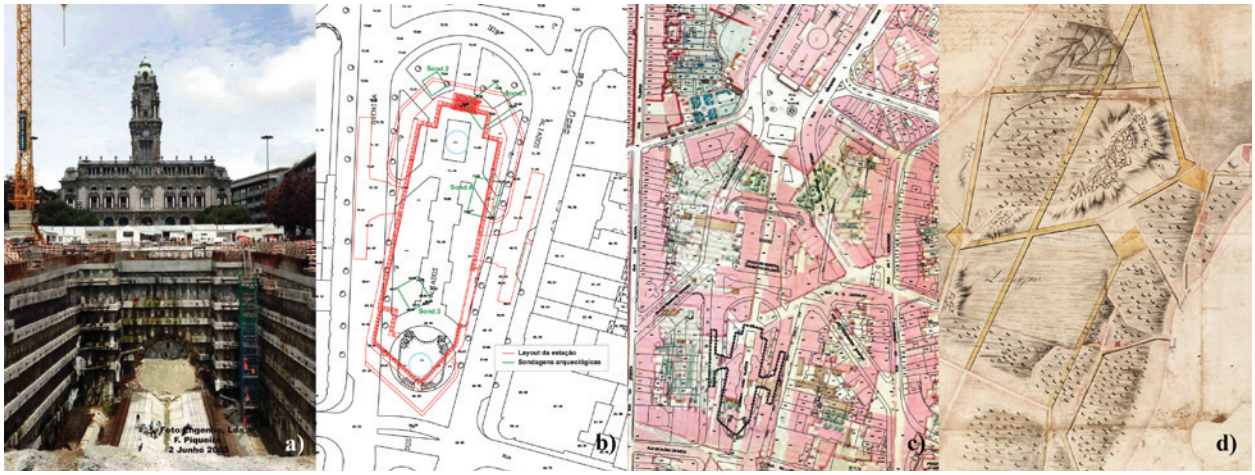


Figura 1 – Excertos de cartografia dos *Aliados/Laranjais*, Porto: a) Chegada da *Micas* à Estação dos Aliados, construída por *cut&cover* (2003); b) Sobreposição do *layout* da estação (2002) e das sondagens (2000) à Carta da Cidade (1998); b) Sobreposição da Carta da Cidade (1989), das sondagens (2000) e do *layout* da estação (2002) à *Telles Ferreira 1/500* (1883); c) Planta de *Sítio dos Laranjais* (1761).

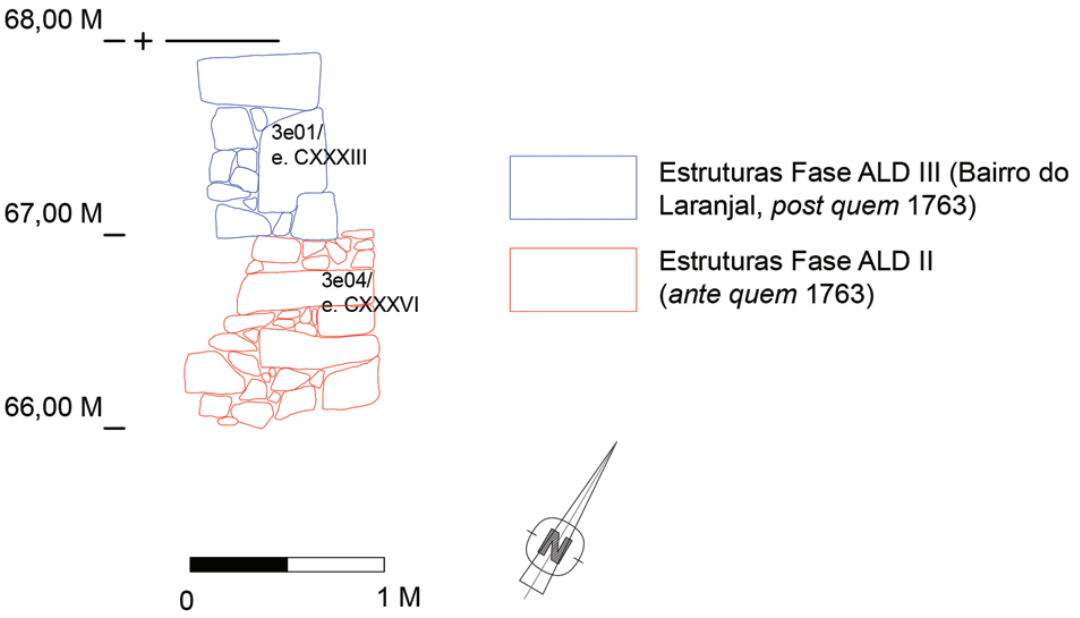


Figura 2 – Vista e corte dos muros 3e01/E.CXXXIII e 3e04/E.CXXXVI.

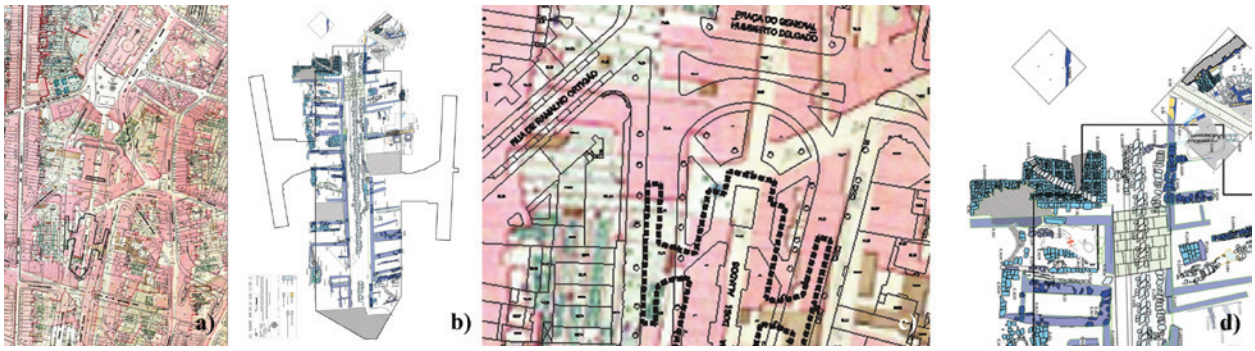


Figura 3 – O Bairro do Laranjal e a Estação dos Aliados. a) Sobreposição da Carta da Cidade atual, das sondagens (2000) e do *layout* da estação (2002) à Carta Topográfica Telles Ferreira (1883); b) Plano final das estruturas exumadas; c) Pormenor da praceta extraído da Telles Ferrreira/*layout*; d) pormenor da praceta extraído de ALD22.

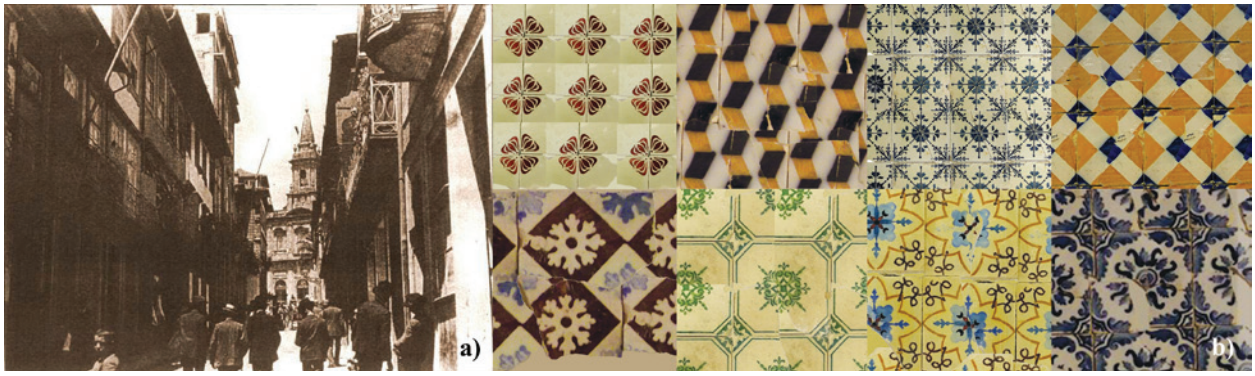


Figura 4 – a) A Rua do Laranjal, cerca de 1900; b) padrões de azulejos recolhidos nos Trabalhos Arqueológicos executados na Avenida dos Aliados (2000-2002).

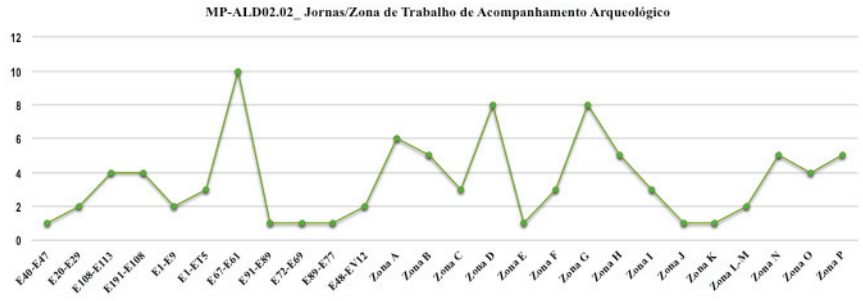


Gráfico 1 – Jornas afetas a trabalhos de limpeza e registo no acompanhamento arqueológico MP-ALD02.02

GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO EM INTERVENÇÕES DE MINIMIZAÇÃO E SALVAGUARDA

Leonor Rocha[1], Gertrudes Branco[2]

RESUMO

Nas últimas décadas, a actividade arqueológica em Portugal tem assistido a um aumento significativo, principalmente como resultado do desenvolvimento económico e o incremento público e privado em obras de construção. O número crescente de escavações arqueológicas, motivados por intervenções de minimização e de salvaguarda, correspondeu a um desinvestimento em projectos plurianuais de pesquisa arqueológicos.

Não é incomum que, por questões de segurança, escavações arqueológicas realizadas em contexto do trabalho não oferecem as condições ideais para estarem abertas ao público, interessado em conhecer o trabalho dos arqueólogos. Na mesma maneira, as evidências mostram que o conhecimento adquirido nestes trabalhos permanece nos relatórios técnicos e científicos, mal adequado para a divulgação do conhecimento entre o público interessado.

Outra questão importante está relacionada com a gestão do grande volume dos activos colectados durante as intervenções arqueológicas, que entra em conflito com a falta ou a carência de museus e locais dedicados à sua exposição. Estes são mantidos sob a posse dos directores das escavações ou em depósitos governamentais, inacessíveis à fruição pública e ao conhecimento.

Palavras-chave: Gestão do património, Arqueologia, Portugal, Salvaguarda.

ABSTRACT

In recent decades, archaeological activity in Portugal has witnessed a significant increase, mainly as a result of economic development and the public and private increase in construction works. The increasing number of archaeological excavations, motivated by minimization and safeguard interventions, corresponded to a disinvestment in multi-annual archaeological research projects.

It is not uncommon for safety reasons that archaeological excavations carried out in the context of work do not offer the ideal conditions to be open to the public, interested in knowing the work of archaeologists. In the same way, the evidence shows that the knowledge acquired in these works remains in the technical and scientific reports, barely adequate for the dissemination of knowledge among the interested public.

Another important issue relates to the management of the large volume of assets collected during archaeological interventions, which conflicts with the lack or lack of museums and sites dedicated to their exposure. These are kept under the ownership of the excavation directors or in government deposits, inaccessible to public enjoyment and knowledge.

Keywords: Management of heritage, Archeology, Portugal, Safeguard.

1. Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais. Investigadora do CEAACP; lrocha@uevora.pt

2. Investigadora do CHAIA/UÉ; gertrudes.branco@gmail.com

1. PRÁTICA ARQUEOLÓGICA

A prática arqueológica em Portugal conheceu nos últimos anos do séc. XX um importante desenvolvimento, que inverteu a polaridade das intervenções do campo da investigação científica, efectuada preferencialmente em meio académico, para o domínio das acções preventivas e de salvaguarda exercidas de forma liberal.

Muitas destas acções são potenciadas pelo cumprimento das exigências decorrentes da aplicação da legislação de avaliação de impacte ambiental, adoptada pelo Direito Português, no início dos anos noventa do século passado, através da publicação do *Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de junho*, que reproduz as normas constantes da *Diretiva 85/337/CEE do Conselho, de 27 de junho de 1985*, que permanecem, ainda que com algumas alterações, como a principal referência europeia em matéria de avaliação de impacte ambiental.

Esta legislação representou a oportunidade de generalizar, entre os diferentes Estados-membros, a prática de uma política ambiental fundamentada na avaliação técnica e científica dos projectos mais impactantes, com a possibilidade de auscultar antecipadamente, através de Consulta Pública, a opinião da população interessada quanto à implementação das propostas apresentadas. Esta interacção resulta potencialmente benéfica para a salvaguarda do ambiente e para o incremento e divulgação do conhecimento científico.

A legislação comunitária, o seu benefício de salvaguarda do património cultural, ao assumir a materialidade das manifestações culturais como parte integrante dos factores a descrever em avaliação de impacte ambiental, referindo-se especificamente aos bens materiais, nos quais se inclui o património arqueológico e arquitectónico foi, de fato, muito benéfica para a arqueologia portuguesa. Mas, na realidade, esta é uma premissa que remonta à origem do procedimento de avaliação de impacte ambiental, com o NEPA (1969: secção 102) a advogar a preservação dos aspectos importantes da herança histórica, cultural e natural existente no ambiente como testemunho da variedade e diversidade de escolhas intemporais.

Neste contexto, as acções necessárias à identificação, caracterização e avaliação do património arqueológico são, de acordo com a legislação portuguesa (Lei nº107/2001, de 8 de setembro), obrigatoriamente dirigidas por arqueólogos e carecem de autorização a conceder pelo organismo competente da administração do património cultural.

Consultando os dados disponíveis no Arquivo da Arqueologia Portuguesa e no Portal do Arqueólogo, tendo por base o volume de autorizações concedidas para a realização de trabalhos arqueológicos, podemos constatar que o ano de 1997 marca o ponto de viragem, iniciando-se um período de um grande incremento na arqueologia nacional, que se acentua fortemente em 2003 e se mantém em ascensão constante até ao ano de 2007.

Este incremento está associado à criação de organismos de controlo e fiscalização dos projetos apresentados; na realidade, o grande catalisador deste processo foi o Instituto Português de Arqueologia (IPA), criado em 1997. Pela primeira vez a arqueologia portuguesa dispunha de um organismo especificamente vocacionado para a gestão, controle e proteção do património arqueológico móvel e imóvel "As necessidades da vida moderna tornam inevitável a realização de intervenções profundas na paisagem, que afectam a integridade do «arquivo de terra» em que está contida essa informação. Nos últimos decénios, generalizou-se assim, em todos os países desenvolvidos, a prática de fazer preceder essas intervenções dos estudos arqueológicos necessários à recuperação do máximo de informação que, pelos padrões científicos do momento, é possível extrair dos «arquivos», cuja destruição é, após a sua detecção e reconhecimento, considerada permissível em caso de necessidade" (Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio). Ao IPA competia assim "autorizar, fiscalizar tecnicamente e acompanhar a realização de trabalhos arqueológicos e suspendê-los desde que estejam a ser realizados em violação ou desrespeito das normas em vigor ou das condições previamente estabelecidas para a sua realização" (artº 3º, DL n.º 117/97, de 14 de Maio).

Por forma a normalizar os vários tipos de trabalhos arqueológicos existentes é criada legislação específica, nomeadamente o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho, revista recentemente através do Decreto-Lei nº 164/ 2014, de 04 de novembro de 2014) que prevê quatro categorias, definidas, de acordo com os objetivos da intervenção a realizar:

a. Categoria A – ações plurianuais de investigação programadas, num máximo de quatro anos, que deverão ser integradas em «projetos de investigação»;

b. Categoria B – projetos de estudo e valorização de sítios ou monumentos classificados ou em vias de classificação, que deverão ser integrados em «projetos de valorização»;
c. Categoria C – ações preventivas (prospecção arqueológica) a realizar no âmbito de trabalhos de minimização de impactes ambientais;
d. Categoria D – ações de emergência (sondagens e escavações) a realizar em sítios arqueológicos que, por efeito de ação humana ou ação natural, se encontrem em perigo iminente de destruição parcial ou total.

Em números, anotou-se a realização de 199 trabalhos arqueológicos no ano de 1990, maioritariamente inseridos no âmbito de projectos de investigação (Categoria A) que, em 20 anos, registou um decréscimo de 70% no número de autorizações concedidas.
Em contraciclo com a diminuição dos trabalhos efectuados, no âmbito de projectos de investigação, registou-se o aumento exponencial das autorizações concedidas para a realização de trabalhos arqueológicos inseridos na Categoria C (prospeções e acompanhamento) e na Categoria D (sondagens e escavações), associadas ao desenvolvimento de acções preventivas e de salvaguarda, efectuadas na sequência e como consequência de trabalhos de avaliação de impacte ambiental.
A par do aumento dos trabalhos de prospeção e escavação (Categorias C e D), registou-se o aumento das autorizações concedidas para a realização de trabalhos de acompanhamento arqueológico. Estes, que em 1991 assumiam um carácter residual, com 5 autorizações registadas, adquirem um carácter mais sistemático a partir de 1998 e uma maioria significativa em 2010, representando 42,5% das autorizações concedidas para a realização de trabalhos arqueológicos em território nacional.
Em contrapartida, a um aumento exponencial dos trabalhos arqueológicos autorizados para as Categorias C e D (escavação, prospeção e acompanhamento), verificamos uma constante no número de autorizações concedidas para a realização de ações de valorização (Categoria D). Esta constante traduz-se, na globalidade das autorizações concedidas, numa diminuição de 8% para 1,5% ao longo das últimas duas décadas, revelando um desinvestimento neste sector por oposição ao crescimento das acções preventivas e de emergência.
Estes números são significativos se considerarmos que as acções de valorização têm como objectivo final a disponibilização dos sítios para fruição pública. Cruzando este percentual de 1,5% de autorizações concedidas no ano de 2010, com o percentual de 31,3% correspondente às acções de escavação arqueológica (Categoria A e D) autorizadas para o mesmo ano, verificamos um enorme desfasamento entre o investimento efectuado em intervenções arqueológicas e a sua consequente valorização e disponibilização de recursos.
Em números, as autorizações registadas passam de 199 (ano de 1990) para 1561 (ano de 2010), representando um aumento de 8 vezes nas últimas duas décadas, com uma média de 5 autorizações concedidas por dia útil no ano de 2016, das quais apenas cerca de 5% se enquadram no âmbito de projectos de investigação/valorização.
Quando começamos a analisar os dados existentes para um ciclo de 20 anos em Portugal (1997-2017), verificamos que existem mutações, derivadas essencialmente dos ciclos (e contraciclos económicos). Assim se, como se referiu anteriormente, entre 1998 e 2008 se assistiu a um grande incremento de trabalhos arqueológicos nas Categorias C e D, fruto do crescimento económico e das grandes obras públicas realizadas pelo Estado, sobretudo em meio rural (barragens e estruturas lineares – estradas e caminhos-de-ferro), a partir de 2008, a situação inverte-se, devido á recessão económica. O Estado deixa de ser o promotor da maioria dos trabalhos que justificam a realização de intervenções arqueológicas e passam a ser os privados, sobretudo, em meio urbano – obras de recuperação de imóveis – a financiar a actividade arqueológica.

2. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

A realização de um diagnóstico sobre a integração do património arqueológico no procedimento de avaliação de impacte ambiental tem implícito um conhecimento sobre as práticas documentadas no passado, na expectativa de que os dados compilados se tornem úteis para uma reflexão disciplinar, que potencie o desenvolvimento qualitativo das práticas arqueológicas presentes e futuras.
Uma das principais dificuldades que se colocam à salvaguarda do património arqueológico, no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental, não resulta de constrangimentos legais provenientes da legislação ambiental, mas da desadequação das práticas arqueológicas e da incapacidade da

tutela em garantir a sua gestão proactiva.
Em média são concedidas cerca de 5 autorizações por dia útil para a realização de trabalhos arqueológicos de salvaguarda patrimonial, associados a acções preventivas e minimização de impactes potenciados pelo desenvolvimento de projectos públicos e privados, em território nacional. Estes trabalhos, em oposição à maioria das acções desenvolvidas em contexto de formação e investigação académica, ocorrem, na sua maioria, em contexto de obra, o qual não reúne as condições de seguranças necessárias, nem promove a interacção com o público interessado em conhecer e acompanhar o trabalho arqueológico.
A divulgação do conhecimento adquirido, junto do público interessado, não se faz de forma directa e presencial, ao contrário do que sucede noutros países, como o Brasil, ficando dependente da publicação cientifica dos resultados, os quais, na sua maioria, permanecem encerrado em relatórios técnicos e científicos, desadequados na formação e informação das camadas populacionais interessadas, mas pouco letradas.
Reportando-nos aos dados conhecidos (Bugalhão, 2010: 24) constatamos que das 8000 autorizações concedidas, entre 2003 e 2006, cerca de 35% das intervenções realizadas não reportaram os resultados obtidos.
Esta realidade torna extremamente difícil determinar o contributo das intervenções de minimização para a produção de conhecimento, considerando que os relatórios, quando entregues para arquivo da tutela, são elaborados fundamentalmente com o objetivo de dar cumprimento aos requisitos técnicos constantes da legislação em vigor, pouco vocacionados para a produção e divulgação pública de conhecimento.
Paradoxalmente à falta de produção científica em contexto de arqueologia preventiva e de salvaguarda, constatamos que esta é fundamental na realização dos estudos de caracterização patrimonial inseridos nos estudos de impacte ambiental. Os dados que dispomos (Branco, 2014) indicam-nos que a consulta bibliográfica, os inventários patrimoniais, as cartas arqueológicas e a consulta às bases de dados institucionais constituem a principal fonte de informação utilizada pelos arqueólogos na elaboração dos relatórios de caracterização. A importância destas publicações é extrema para a caracterização da situação de referência patrimonial, ainda mais se compararmos os níveis de eficácia contabilizados: apenas 20% dos sítios arqueológicos, resultantes de prospeção arqueológica e apresentados como inéditos, revelaram contextos de interesse patrimonial em escavação. Esta percentagem sobe para cerca de 60% para os sítios referenciados previamente pela bibliografia e outras fontes de informação.
O investimento na inventariação arqueológica, efetuada ao abrigo de projectos de investigação (Categoria A), ou respondendo a requisitos específicos de autarquias, releva-se uma mais-valia no âmbito da prevenção e salvaguarda arqueológica, revelando níveis de eficácia custo-benefício superiores aos adquiridos exclusivamente no âmbito do estudo de impacte ambiental.
Como referimos anteriormente, nas últimas décadas o panorama arqueológico nacional caracterizou-se por um desinvestimento na arqueologia de investigação e por uma aposta na arqueologia de salvaguarda. Contudo, a arqueologia de investigação, elaborada maioritariamente em contexto académico permanece como uma das principais fontes de informação, imprescindível para a sustentabilidade e eficácia da arqueologia de salvaguarda e para a difusão pública do conhecimento.

3. O ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO

O aumento significativo das acções arqueológicas (prospecção e escavação) teve como consequência um exponencial aumento do espólio arqueológico recolhido e armazenado. De acordo com a legislação portuguesa, "*os bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos* [entenda-se registos e materiais arqueológicos] *constituem património nacional, competindo ao Estado e às Regiões Autónomas proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação através dos organismos vocacionados para o efeito, nos termos da lei.*" (Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro).
O arqueólogo é considerado o fiel depositário do espólio arqueológico recolhido no decurso das suas intervenções arqueológicas, devendo após a conclusão dos trabalhos de campo, proceder ao seu estudo e posterior entrega na rede de depósitos da tutela ou numa instituição creditada.
Apesar das referências legais, nunca foi criada pela tutela uma rede de depósitos de espólio ou uma listagem de instituições creditadas para a recepção de espólios arqueológicos. Numa análise sumária da base de dados da tutela, relativa ao inventário de sítio arqueológicos conhecidos em território na-

cional, verificamos que dos 30582 sítios registados, cerca de 12877 (42%) individualiza a descrição do espólio no campo correspondente. Destes, apenas 5050 (39%) regista o local de depósito do espólio que em apenas cerca de 50% corresponde a uma unidade museológica.

Da compilação destes dados se conclui que, à semelhança do défice existente na elaboração e publicação dos relatórios resultantes das intervenções arqueológicas, também ao nível do estudo e depósito do espólio existem deficiências significativas, uma vez que não existe uma base de dados com esse registo. Desconhecem-se ainda as reais condições e locais de depósito do espólio recolhido, maioritariamente em intervenções preventivas e de salvaguarda, situação tanto mais agravada pelo facto deste ser considerado património nacional, relevante para o conhecimento histórico dos vários períodos crono-culturais registados em território nacional.

4. AVALIAÇÃO GLOBAL DA SITUAÇÃO

Ao analisarmos de forma global a situação da gestão do Património em Portugal verificamos que estamos muito longe de atingir a situação ideal. Se o fim último de qualquer trabalho arqueológico é o de contribuir para o conhecimento científico, os dados gerados por qualquer tipo de intervenção arqueológica, desde a avaliação de impacte ambiental até à intervenção programada em contexto de projeto de investigação devem traduzir-se não só na sua divulgação para o público em geral (a nível local e regional), como também na sua difusão através de publicações científicas. A fruição pública de dados, sítios e resultados tem de se tornar um objetivo prioritário em termos nacionais. De que serve inventariar e escavar sítios arqueológicos se depois não os estudamos, salvaguardamos, valorizamos e divulgamos? Infelizmente, o exemplo que temos, da maioria das grandes obras públicas e privadas realizadas em Portugal, nas últimas duas décadas, resultou um grande número de sítios identificados e intervencionados (alguns deles apenas parcialmente, truncando muitas vezes informação cientifica relevante), assim como centenas de contentores com materiais arqueológicos depositados em diferentes tipos de reservas e… um muito reduzido de artigos científicos publicados onde se incluam datações, tratamento avançado de materiais (análises físico-químicas, etc) que nos permitam, face aos equipamentos existentes atualmente, produzir conhecimento científico.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria José (2008) – Avaliação de impactes e Património Cultural: que papel para o arqueólogo e o Património Arqueológico? *Praxis Archeológica*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. 3, pp. 161-166.

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – A arqueologia portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia e História. Dossier "Materiais para Um Livro Branco da Arqueologia Portugesa"*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 19-43.

BRANCO, Gertrudes (2014) – *Avaliação de Impacte Ambiental: o Património Arqueológico no Alentejo Central*. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Arqueologia

ROCHA, Leonor (2014) – *Os problemas subjacentes ao registo arqueológico nos EIAs*. Évora: CHAIA, pp. 5-24.

CONESA FDEZ.-VÍTORA, Vicente (2010) – *Guía Metodológica para la Evaluación del Impacto Ambiental*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa. 4.ª edición.

FERNÁNDEZ CACHO, Sílvia (2008) – *Património arqueológico y planificación territorial: estrategias de gestión para Andalucía*. Sevilha: Junta de Andalucía e Universidade de Sevilha.

GOMEZ OREA, Domingo (1998) – *Evaluacion de impacto ambiental*. Madrid: Editorial Agricola Española. 3.ª ed. (corregida y aumentada).

NABAIS, José Casalta (2010) – *Introdução ao Direito do Património Cultural*. 2.ª Ed. Coimbra: Almedina.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário e PINHO, Paulo (2000) – *Avaliação de Impacte Ambiental. Guia de apoio ao novo regime introduzido pelo Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio*. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental.

REAL, Fernando (2001) – A nova lei do património cultural português. *Almadan*: Centro de Arqueologia de Almada. II Série, 10, pp. 92-94.

4
Pré-História

O CRÂNIO HUMANO ACHEULENSE DO PLISTOCÉNICO MÉDIO DA GRUTA DA AROEIRA

Joan Daura[1], Montserrat Sanz[2], Juan Luis Arsuaga[3], Rolf Quam[4], Dirk L. Hoffmann[5], Maria Cruz Ortega[6], Elena Santos[7], Sandra Gómez[8], Ángel Rubio[9], Lucia Villaescusa[10], Pedro Souto[11], Filipa Rodrigues[12], João Mauricio[13], Artur Ferreira[14], Paulo Godinho[15], Erik Trinkaus[16], João Zilhão[17]

1. Grup de Recerca del Quaternari (GRQ) del Seminari Estudis i Recerques Prehistòriques (SERP), Dept. d'Història i Arqueologia, Universitat de Barcelona; UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; jdauralujan@campus.ul.pt

2. UNIARQ-Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Centro UCM-ISCIII de Investigación sobre la Evolución y Comportamiento Humanos, Universidad Complutense de Madrid / Departamento de Paleontología. Ciencias Geológicas. Universidad Complutense de Madrid; msanzborras@ucm.es

3. Centro UCM-ISCIII de Investigación sobre la Evolución y Comportamiento Humanos, Universidad Complutense de Madrid / Departamento de Paleontología. Ciencias Geológicas. Universidad Complutense de Madrid; jlarsuaga@isciii.es

4. Department of Anthropology, Binghamton University; rquam@binghamton.edu

5. Department of Human Evolution, Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology; dirk_hoffmann@eva.mpg.de

6. Centro UCM-ISCIII de Investigación sobre la Evolución y Comportamiento Humanos, Universidad Complutense de Madrid; mcortega@isciii.es

7. Centro UCM-ISCIII de Investigación sobre la Evolución y Comportamiento Humanos, Universidad Complutense de Madrid; esureta@ubu.es

8. Grup de Recerca del Quaternari (GRQ) del Seminari Estudis i Recerques Prehistòriques (SERP), Dept. d'Història i Arqueologia. Universitat de Barcelona; gomezsolers@gmail.com

9. Laboratorio de Antropología, Depto de Medicina Legal, Toxicología y Antropología Física, Universidad de Granada; a_rubiosalvador@hotmail.com

10. Grup de Recerca del Quaternari (GRQ) del Seminari Estudis i Recerques Prehistòriques (SERP), Dept. d'Història i Arqueologia. Universitat de Barcelona; lucia.villaescusa.fernandez@gmail.com

11. Crivarque – Estudos de Impacto e Trabalhos Geo-Arqueológicos Lda e Sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia; psouto@crivarque.net

12. Crivarque – Estudos de Impacto e Trabalhos Geo-Arqueológicos Lda e Sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia; UNIARQ-FLUL; frodrigues@crivarque.net

13. Crivarque – Estudos de Impacto e Trabalhos Geo-Arqueológicos Lda e Sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia; jm@crivarque.net

14. Crivarque – Estudos de Impacto e Trabalhos Geo-Arqueológicos Lda; geral@crivarque.net

15. Crivarque – Estudos de Impacto e Trabalhos Geo-Arqueológicos Lda; geral@crivarque.net

16. Department of Anthropology, Washington University, trinkaus@wustl.edu

17. UNIARQ-Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; ICREA (Catalan Institution for Research and Advanced Studies); Seminari Estudis i Recerques Prehistoriques (SERP), Dept. d'Historia i Arqueologia, Universitat de Barcelona; joao.zilhao@ub.edu

RESUMO

A descoberta de um crânio humano com cerca de 400.000 anos de antiguidade na Gruta da Aroeira vem reforçar o conhecimento da diversidade humana e do povoamento acheulense da Europa. O crânio foi encontrado na Unidade 2, associado a uma importante colecção de bifaces e a uma fauna de grandes mamíferos.

O fóssil é uma porção considerável do lado direito da caixa craniana, sem o occipital, mas conservando parte do lado esquerdo da escama frontal e do toro supraorbital, bem como a região interorbital, incluindo a parte vertical dos ossos nasais. Algumas características do crânio da Aroeira são traços primitivos presentes em fósseis do Plistocénico médio mas ausentes nos Neandertais.

Palavras-chave: Gruta da Aroeira, Acheulense, Restos humanos, Plistocénico médio.

ABSTRACT

The Middle Pleistocene human cranium from the Acheulean of Gruta da Aroeira

The discovery of a c.400,000 year-old cranium at Gruta da Aroeira sheds new light on the diversity of past humans and the Acheulean settlement of Europe. The fossil is a partial cranium encased in the hard breccia forming Unit 2 of the stratigraphic sequence. It was found in association with a rich collection of bifaces and large mammal remains. It preserves most of the right half of the calvarium (with the exception of the occipital bone), as well as a portion of the left side of the frontal squama and supraorbital torus. The combination of traits in the Aroeira 3 cranium increases the diversity previously documented in the Middle Pleistocene fossil record of Europe.

Keywords: Gruta da Aroeira, Acheulean, Human remains, Middle Pleistocene.

1. INTRODUÇÃO

A evidência antropológica aponta para que as populações europeias do Plistocénico médio fossem morfologicamente diversas, embora alguns autores agrupem num só clado os restos humanos de África e da Europa (Rightmire, 1998; Stringer, 2012). Não obstante, os sítios europeus com restos humanos diagnósticos associados a indústrias líticas acheulenses são escassos, limitando-se a Atapuerca – Sima de los Huesos (SH) (Falguères et al., 2004; Arsuaga et al., 2014), Swanscombe (Stringer e Hublin, 1999) e Arago (de Lumley, 2015). Até à data, foram identificados dois grupos humanos no Plistocénico Médio da Europa: um, representado por Atapuerca (SH) e Swanscombe, faz parte do clado Neandertal (Stringer, 2012; Arsuaga et al., 2014; Meyer et al., 2016); o outro, representado pelos fósseis de Arago, tem sido atribuído quer a um estádio incipiente da evolução dos Neandertais (Dean et al., 1998), quer ao *Homo heidelbergensis* (Stringer, 2012), quer ainda a um *Homo erectus tautavelensis* (de Lumley, 2015).

O crânio recém-descoberto na Gruta da Aroeira (Daura et al., 2017a, 2017b) apresenta um mosaico de características que sugerem um panorama mais complexo ainda. Seja como for, certo é que a tecnologia acheulense aparece associada tanto aos fósseis de Arago e da Sima de los Huesos como ao fóssil da Aroeira. Este facto indica que a introdução no continente europeu das inovações do Acheulense não guarda relação directa com processos de migração, ou de expansão demográfica, de um ou outro dos grupos representados pelos fósseis conhecidos.

2. O SITIO DA GRUTA DA AROEIRA

A Gruta da Aroeira (39° 30' 20" N; 08° 36' 57" W) (Figura 1) localiza-se no complexo cársico do Almonda (Torres Novas, Portugal) e foi inicialmente escavada entre 1998 e 2002 (Zilhão et al., 1993; Marks et al., 2002). Ofereceu uma rica indústria lítica com bifaces acheulenses associada a restos faunísticos e a dois dentes humanos (Aroeira 1 e 2) (Trinkaus et al., 2003).

O sítio foi denominado "Galerias Pesadas" nas publicações relativas a esses primeiros trabalhos de escavação (Marks et al., 2002; Trinkaus et al., 2003). Porém, esta designação refere-se a condutos internos do sistema cársico situados à mesma cota que, presentemente, não têm nenhuma ligação ao exterior. Foram as prospecções espeleo-arqueológicas realizadas em 1991 que conduziram à identificação, nesses condutos, de um cone sedimentar com fauna pleistocénica e materiais líticos (Zilhão et al., 1993), e à localização de uma entrada colapsada e selada por sedimentos – a Gruta da Aroeira – onde vi-

riam a realizar-se tanto essas primeiras escavações (1998-2002), como a nova fase do projecto, iniciada em 2013.

Estes novos trabalhos, centrados no estabelecimento de uma cronologia para a sequência através da datação pelo método do Urânio-Tório (U-Th) de crostas estalgmíticas interestratificadas (Hoffmann et al., 2013), levaram à descoberta, perto da base de um crânio humano (Aroeira 3) embalado numa brecha muito cimentada (Daura et al., 2017b).

A estratigrafia da Aroeira tem aproximadamente 4 m de potência e apresenta três grandes unidades estratigráficas. O crânio foi encontrado na Unidade 2, constituída por uma brecha de 2.2 m de espessura com abundantes clastos angulares e sub-arredondados. Esta unidade corresponde à camada acheulense X-Xb/c (respectivamente topo e base de um único horizonte estratigráfico, escavado em 1998-2002 e 2013-2015), e a crosta estalagmítica sobrejacente tem uma idade basal de 417.7+37.3/-27.5 ka (milhares de anos; 2 sigma). Uma outra datação por U-Th de 406 ± 30 ka, obtida para a camada exterior de uma coluna estalagmítica coberta pela Unidade 2, estabelece a idade máxima da sequência e possibilita a sua correlação com o MIS 11. Duas outras datações de 390 ± 14 ka e de 408 ± 18 ka, obtidas pelo mesmo método para crostas calcíticas formadas sobre o crânio, fornecem balizas adicionais e coerentes para a idade mínima do mesmo. Portanto, o crânio Aroeira 3 data com uma elevada probabilidade do intervalo entre 390 e 436 ka.

A nossa escavação da camada X-Xb/c incidiu sobre uma área de 6 m² e atingiu a rocha de base cerca de 1 m abaixo da cota alcançada em 2002. A indústria lítica (n=387) inclui bifaces e peças bifaciais acheulenses (n=17), outras peças retocadas (n=27), núcleos (n=43), lascas e fragmentos de lascas (n=180), e seixos (testados ou não, talvez manuportes) (n=114). A matéria-prima de eleição é o quartzito e o sílex é escasso, mas existem bifaces talhados sobre ambos. O método Levallois não está representado na colecção.

Os restos faunísticos estão muito fragmentados, consistindo sobretudo em dentes isolados, falanges, carpos/tarsos, e fragmentos de haste. Entre os 209 restos faunísticos coordenados na camada X-Xb/c predominam os cervídeos (NISP=58), incluindo *Dama* e *Cervus*, e os equídeos (NISP=46). Entre as espécies mais raras contam-se *Rhinocerotidae* (NISP=2) (provavelmente *Stephanorhinus* cf. *hundsheimensis*) e o urso (NISP=4) (*Ursus* sp.), bem como um grande bovídeo (*Bos/Bison*), um caprídeo (*Caprinae*), e uma tartaruga (*Testudo* sp.) (NISP = 1 de cada). Foram encontrados 42 fragmentos de osso queimado na base da camada Xb/c, em associação com a indústria lítica e o crânio humano.

3. O CRÂNIO HUMANO

O crânio Aroeira 3 foi laboriosamente extraído da dura brecha calcária e restaurado ao longo de um período de dois anos (Figura 2). A sutura coronal está completamente soldada, não se notando vestígios da mesma na superfície endocraniana. Os dentes que se conservam têm raízes completamente formadas, com ápices fechados, e as coroas estão alisadas por desgaste. O conjunto destas observações indica que se trata de um indivíduo de idade adulta.

Existem duas morfologias principais do toro supraorbital entre os fósseis europeus do Plistocénico Médio. Em muitos casos, os arcos supraorbitais apresentam uma curvatura médio-lateral (em vista frontal) e a superfície anterior arredondada. Os dois arcos podem unir-se completamente, formando uma região glabelar inflada, ou podem manter-se mais ou menos separados por uma depressão glabelar. Esta morfologia supraorbital, com diferentes graus de união na glabela, pode encontrar-se na Sima de los Huesos (SH) de Atapuerca e em crânios de Bilzingsleben (crânio B1), Steinheim e Petralona, e ainda nos Neandertais do Plistocénico Superior (Arsuaga et al., 1997). Arago 21 e Ceprano são distintos, parecendo-se mais com fósseis africanos do Plistocénico Médio como os de Kabwe e Bodo, nos quais os dois arcos supraorbitais estão bem separados pela glabela e são mais planos e menos curvos (Manzi, Mallegni e Ascenzi, 2001; Rightmire, 1996). Apesar da perda da superfície externa de grande parte do toro supraorbital, parece-nos claro que, no caso de Aroeira 3, os arcos supraorbitais estão unidos na glabela e que o lado direito do toro, melhor conservado, é mais arredondado do que plano.

Os arcos supraorbitais direito e esquerdo são espessos, quando comparados com a maioria dos fósseis europeus ou africanos do Plistocénico Médio e Superior (Smith e Ranyard, 1980; Arsuaga et al., 1997). A espessura meso-orbital máxima do toro de Aroeira 3 (19.0 mm) pode ser medida no lado direito e é semelhante à dos crânios de Bodo e de Ceprano (17.5 mm em ambos). O toro do crânio B1 de Bilzingsleben é ainda mais espesso (21-22 mm no lado direito;

medida tomada sobre molde). A distância entre os dois bordos orbitais internos é grande (34-35 mm) e semelhante à observada nos crânios SH 4 de Atapuerca (38.0 mm), de Kabwe (32.0 mm), de Bodo (37.5 mm), e B1 de Bilzingsleben (35.5 mm, sobre molde). Os seios frontais de Aroeira 3 estão bem desenvolvidos mas não são tão grandes lateralmente (no toro) ou superiormente (na escama frontal) como no fóssil de Petralona.

A reconstrução virtual do crânio Aroeira 3 (Figura 2) permite constatar que as paredes do parietal são quase verticais. Contudo, a largura máxima do crânio localiza-se na crista supramastóide, tal como noutros fósseis do Plistocénico Médio europeu. Esta morfologia afasta-se tanto da condição ancestral (acentuada convergência superior do parietal), observada no *Homo erectus*, como do contorno mais circular, em vista posterior, dos Neandertais europeus do Plistocénico Médio e Superior (Arsuaga et al., 1997). Quando comparado com a amostra de Atapuerca (SH), o crânio Aroeira 3 assemelha-se mais ao crânio 5 (1090 cm^3), em termos dos diâmetros transversais do osso temporal, e tem uma posição intermédia, ou mais próxima do crânio 4 (1390 cm^3), em relação ao resto das medições. Portanto, é possível definir com segurança uma capacidade craniana acima dos 1100 cm^3.

O osso temporal está quase completo e ostenta diversas características relevantes em termos filogenéticos. A apófise estilóide está unida ao basicrânio. O tubérculo pós-glenóide é grande e de forma triangular. Em relação a estas características, o crânio da Aroeira distingue-se dos *H. erectus* asiáticos e assemelha-se aos fósseis de Atapuerca (SH) (Martínez et al., 2008). Por outro lado, a eminência articular do crânio Aroeira 3 é saliente, não aplanada como nos crânios de Atapuerca (SH), Steinheim e Petralona, ou entre os Neandertais (Martínez et al., 2008). Em vista inferior, a apófise mastóide direita do crânio Aroeira 3 projecta-se bem para lá da sutura occipitomastóidea, enquanto que na maioria dos Neandertais essa projecção, em geral, não ultrapassa a base do crânio (Martínez e Arsuaga, 1997). Quando medida a partir da incisura parietal, a projecção da apófise mastóide é no entanto reduzida, no que o crânio Aroeira 3 se assemelha aos dos Neandertais e de Steinheim (que é do Plistocénico Médio), e difere dos mastóides salientes que se vêem na colecção de Atapuerca (SH) (Martínez et al., 2008).

4. CONCLUSÕES

O crânio Aroeira 3 possui diversas características típicas de crânios mais antigos do Plistocénico Médio europeu. No entanto, quando tomadas em conjunto, a combinação de características que nele se vê não tem paralelo em nenhum outro indivíduo dessas épocas. O seu toro supraorbital é contínuo e espesso, semelhante ao do crânio de Bilzingsleben, a sua apófise mastóide é curta, como no fóssil de Steinheim, e o seu tubérculo pós-glenóide é triangular, como nos fósseis de Atapuerca (SH) e de Steinheim. Estas características coexistem com uma eminência articular saliente, em contraste com as mais aplanadas geralmente presentes na amostra de Atapuerca (SH) e no crânio de Steinheim. Tem sido proposto que as eminências articulares aplanadas seriam uma característica que surge desde muito cedo na evolução dos Neandertais (Arsuaga et al., 2014).

Os sítios da Aroeira, de Atapuerca (SH) e de Arago partilham uma relativa proximidade, tanto em termos temporais (400–450 ka) como espaciais (Sudoeste europeu), mas os respetivos fósseis são claramente distintos. Essas diferenças sugerem que este período se caracteriza por uma diversidade intra ou interespecífica das populações humanas muito significativa e por dinâmicas demográficas complexas, incluindo processos de substituição, isolamento e miscigenação em grau diverso (Arsuaga et al., 2014). Aliás, tem sido argumentado que paleodemos arcaicos (como, por exemplo, o representado pelo crânio de Ceprano) poderiam ter perdurado em refúgios eco-geográficos (Manzi et al., 2011) ao mesmo tempo que, em outras regiões, se encontravam já paleodemos mais evoluídos, com apomorfias neandertais (como, por exemplo, os representados por Atapuerca Sima de los Huesos) (Daura et al., 2017b).

É neste período que ocorrem duas grandes inovações tecnológicas: a expansão da indústria acheulense (Santonja e Villa, 2006), e as primeiras evidências da utilização generalizada, sistemática e controlada, do fogo (Roebroeks e Villa, 2011). Ambas estão documentadas na Aroeira, cuja localização geográfica no extremo sudoeste da Europa sugere que essas inovações se espalharam rapidamente através do continente, independentemente das diferenças morfológicas que possam ter existido entre as suas populações humanas (ainda que, no caso da Europa Ocidental, a possibilidade de um fluxo genético extraeuropeu deva também ser tida em conta (Meyer

et al., 2016)). Fósseis bem datados e com contextos ecológicos e tecnológicos claros, como é o caso do crânio Aroeira 3, são cruciais para a construção de um quadro robusto da evolução humana na Europa durante o Plistocénico Médio .

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a J. Trueba a fotografia do crânio restaurado. O TAC do crânio Aroeira 3 foi realizado no Parque Científico da Universidade de Burgos por R. Porres, em colaboração com J. M. Carretero e L. Rodríguez, do Laboratório de Evolução Humana da Universidade de Burgos. Esta investigação foi apoiada pelo Ministerio de Economía y Competitividad do Governo espanhol, através dos Projectos HAR2014-55131, CGL2012-38434-C03-01, e CGL2015-65387-C3-2-P (MINECO/FEDER). O trabalho de campo foi financiado pela Câmara Municipal de Torres Novas e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, com o apoio logístico da Fábrica de Papel A Renova. J.D. foi financiado através de uma Bolsa de Pós-Doutoramento (SFRH/BPD/100507/2014) da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com fundos do Programa Operacional Potencial Humano do Fundo Social Europeu e um contrato Ramon y Cajal (RYC-2015-17667), e M.S foi financiada através de um contrato de Pós-Doutoramento Juan de la Cierva (FJCI-2014-21386).

BIBLIOGRAFIA

ARSUAGA, Juan-Luis; MARTÍNEZ, Ignacio; ARNOLD, Lee J.; ARANBURU, Arantza; GRACIA-TÉLLEZ, Ana; SHARP, Warren D.; QUAM, Rolf M.; FALGUÈRES, Christophe; PANTOJA-PÉREZ, Ana; BISCHOFF, James L: POZA-REY, Eva, PARÉS, Josep Maria; CARRETERO, José Miguel; DEMURO, Martina; LORENZO, Carlos; SALA, Nohemi; MARTINÓN-TORRES, María; GARCÍA, Nuria; ALCÁZAR DE VELASCO, Almudena; CUENCA-BESCÓS, Gloria; GÓMEZ-OLIVENCIA, Asier; MORENO, Davinia; PABLOS, Adrian; SHEN, Chuan-Chou; RODRÍGUEZ, Laura; ORTEGA, Ana Isabel; GARCÍA, Rebeca; BONMATÍ, Alejandro; BERMÚDEZ DE CASTRO, José María; CARBONELL, Eudald (2014) – Neandertal roots: Cranial and chronological evidence from Sima de los Huesos. *Science*. 344, pp. 1358–1363.

ARSUAGA, Juan-Luis; MARTÍNEZ, Ignacio; GRACIA, Ana; LORENZO, Carlos (1997) – The Sima de los Huesos crania (Sierra de Atapuerca, Spain). A comparative study. *Journal of Human Evolution*. 33, pp. 219–282.

DAURA, Joan; SANZ, Montserrat; ARSUAGA, Juan-Luis; HOFFMANN, Dirk. L.; QUAM, Rolf M.; ORTEGA, María Cruz; SANTOS, Elena; GÓMEZ, Sandra; RUBIO, Angel; VILLAESCUSA, Lucía; SOUTO, Pedro; MAURICIO, João; RODRIGUES, Filipa; FERREIRA, Artur; GODINHO, Paulo; TRINKAUS, Erik; ZILHÃO, João (2017a) – The Middle Pleistocene Human Cranium from Gruta da Aroeira Acheulian site (Almonda Karst System,Torres Novas, Portugal). *American Journal of Physical Anthropology*. 162, pp. 157-158.

DAURA, Joan; SANZ, Montserrat; ARSUAGA, Juan-Luis; HOFFMANN, Dirk. L; QUAM, Rolf M.; ORTEGA, María Cruz; SANTOS, Elena; GÓMEZ, Sandra; RUBIO, Angel; VILLAESCUSA, Lucía; SOUTO, Pedro; MAURICIO, João; RODRIGUES, Filipa; FERREIRA, Artur; GODINHO, Paulo, TRINKAUS, Erik; ZILHÃO, João (2017b) – New Middle Pleistocene hominin cranium from Gruta da Aroeira (Portugal). *Proceedings of the National Academy of Sciences*. 114, pp. 3397-3402.

DE LUMLEY, Marie-Antoinette (2015) – L'homme de Tautavel. Un Homo erectus européen évolué. Homo erectus tautavelensis. *L'Anthropologie*. 119, pp. 303-348.

DEAN, David; HUBLIN, Jean-Jacques; HOLLOWAY, Ralph L.; ZIEGLER, Reinhard (1998) – On the phylogenetic position of the pre-Neandertal specimen from Reilingen, Germany. *Journal of Human Evolution*. 34, pp. 485-508.

FALGUÈRES, Christophe; YOKOYAMA, Yuji; SHEN, Guanjun; BISCHOFF, James L.; KU, Teh-Lung; DE LUMLEY, Henry (2004) – New U-series dates at the Caune de l'Arago, France. *Journal of Archaeological Science*. 31, pp. 941-952.

HOFFMANN, Dirk L.; PIKE, Alistair W.G; WAINER, Karine, ZILHÃO, João (2013) – New U-series results for the speleogenesis and the Palaeolithic archaeology of the Almonda karstic system (Torres Novas, Portugal). *Quaternary International*. 294, pp. 168-182.

MANZI, Giorgio; MAGRI, Donatella; PALOMBO, Maria Rita (2011) – Early-Middle Pleistocene environmental changes and human evolution in the Italian peninsula. *Quaternary Science Reviews*. 30, pp. 1420-1438.

MANZI, Giorgo, MALLEGNI, Francesco, ASCENZI, Antonio (2001) – A cranium for the earliest Europeans: phylogenetic position of the hominid from Ceprano, Italy. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. 98, pp. 10011-10016.

MARKS, Anthony E.; BRUGAL, Jean-Philip; CHABAI, Victor P.; MONIGAL, Katherine; GOLDBERG, Paul; HOCKETT, Bryan S.; PEMAN, Edurardo; ELORZA, Mikelo, MALLOLL, Carolina (2002) – Le gisement Pléistocène moyen de Galeria Pesada, (Estrémadure, Portugal): premiers résultats. *Paléo*. 14, pp. 77-100.

MARTÍNEZ, Ignacio; ARSUAGA, Juan-Luis (1997) – The temporal bones from Sima de los Huesos Middle Pleistocene site (Sierra de Atapuerca, Spain). A phylogenetic approach. *Journal of Human Evolution*. 33, pp. 283-318.

MARTÍNEZ, Ignacio; QUAM, Rolf M.; ARSUAGA, Juan-Luis (2008) – Evolutionary trends in the temporal bone in the Neandertal lineage: a comparative study between the Sima de los Huesos (Sierra de Atapuerca) and Krapina samples. Em: MONGE, Janet M.; MANN, Alan E; FRAYER, David Wayne; RADOVČIĆ, Jakov. (Eds.), *New Insights on the Krapina Neandertals: 100 years after Gorjanović–Kramberger*. Croatian Natural History Museum, Zagreb., pp. 75-80.

MEYER, Matthias; ARSUAGA, Juan-Luis; DE FILIPPO, Cesare; NAGEL, Sarah; AXIMU-PETRI, Ayinuer; NICKEL, Birgit; MARTÍNEZ, Ignacio; GRACIA, Ana; BERMÚDEZ DE CASTRO, José María; CARBONELL, Eudald; VIOLA, Bence; KELSO, Janet; PRÜFER, Kay; PÄÄBO, Svante (2016) – Nuclear DNA sequences from the Middle Pleistocene Sima de los Huesos hominins. *Nature*. 531, pp. 504-507.

RIGHTMIRE, Philip G. (1996) – The human cranium from Bodo, Ethiopia: evidence for speciation in the Middle Pleistocene. *Journal of Human Evolution*. 31, pp. 21-39.

RIGHTMIRE, Philip G. (1998) – Human evolution in the Middle Pleistocene: The role ofHomo heidelbergensis. *Evolutionary Anthropology: Issues, News, and Reviews*. 6, pp. 218-227.

ROEBROEKS, Wil; VILLA, Paola (2011) – On the earliest evidence for habitual use of fire in Europe. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. 108, pp. 5209-5214.

SANTONJA, Manuel; VILLA, Paola (2006) – The Acheulian of Western Europe. Em: GOREN-INBAR, Naama; SHARON, Gonen (Eds.), *Axe Age – Acheulian Tool-making from Quarry to Discard*. Equinox, London, pp. 429-478.

SMITH, Fred H.; RANYARD, Gail C. (1980) – Evolution of the supraorbital region in Upper Pleistocene fossil hominids from South-Central Europe. *American Journal of Physical Anthropology*. 43, pp. 589-610.

STRINGER, Chris (2012) – The status of Homo heidelbergensis (Schoetensack 1908). *Evolutionary Anthropology: Issues, News, and Reviews*. 21, pp. 101-107.

STRINGER, Chris; HUBLIN, Jean-Jaques (1999) – New age estimates for the Swanscombe hominid, and their significance for human evolution. *Journal of Human Evolution*. 37, pp. 873-877.

TRINKAUS, Erik; MARKS, Anthony E.; BRUGAL, Jean-Philip; BAILEY, Shara E; RINK, Jack W.; RICHTER, Daniel (2003) – Later Middle Pleistocene human remains from the Almonda Karstic System, Torres Novas, Portugal. *Journal of Human Evolution*. 45, pp. 219-226.

ZILHÃO, João; MAURÍCIO, João; SOUTO, Pedro (1993) – Jazidas arqueológicas do sistema cársico da nascente do Almonda. *Nova Augusta*. 7, pp. 35-54.

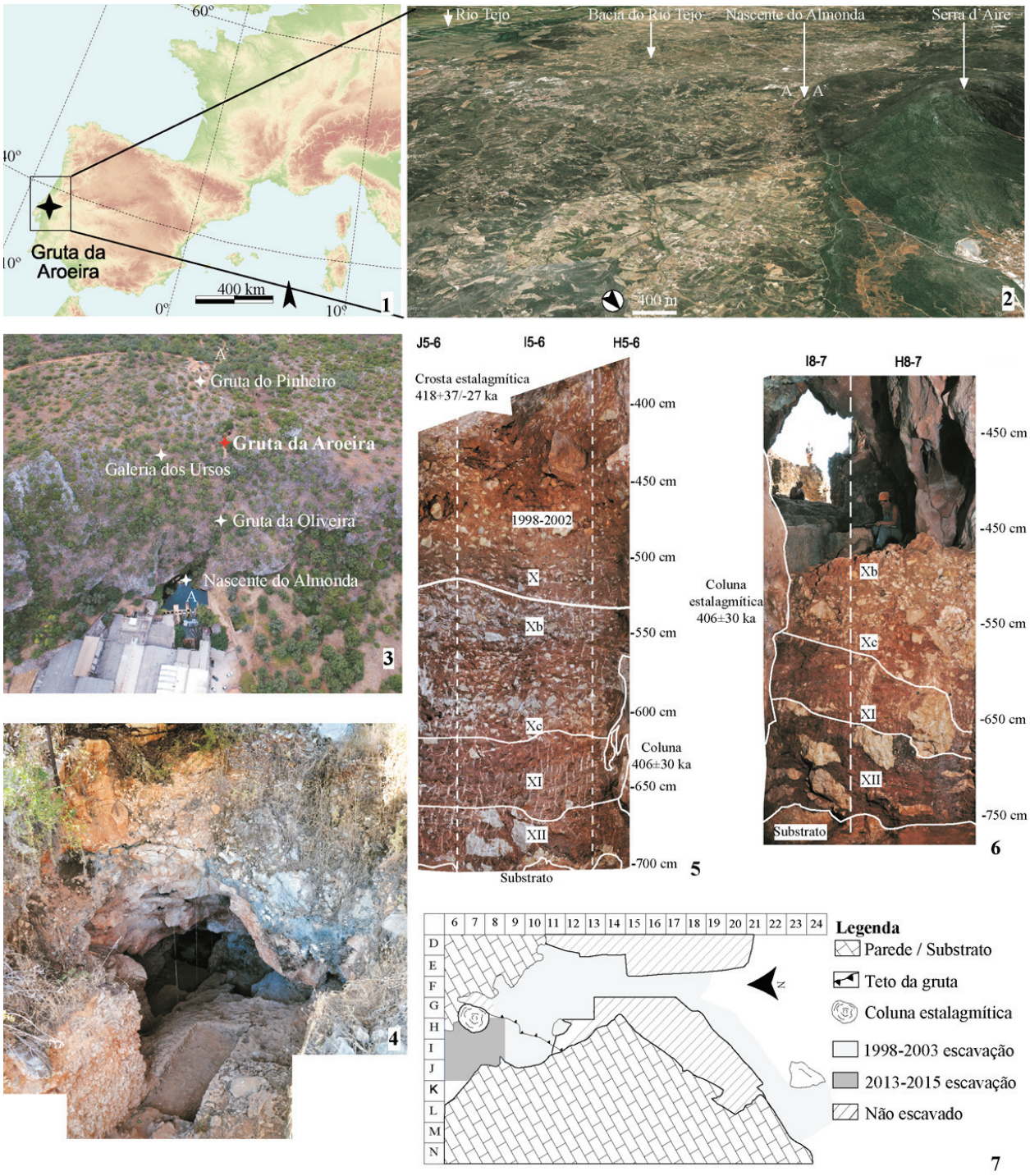


Figura 1 – O sítio da Gruta da Aroeira. 1: Localização geográfica. 2: O Maciço Calcário Estremenho, com a posição da nascente do Almonda, o rio Tejo e a Serra d'Aire. 3: A escarpa do Almonda, com a posição da Gruta da Aroeira e o rio Almonda em primeiro plano. 4: Área de escavação da Gruta da Aroeira e entrada da gruta. 5-6: Cortes estratigráficos, vistas S e N, respectivamente. 7: Planta da Gruta da Aroeira.



Figura 2 – O crânio original Aroeira 3, completamente restaurado, vista endocraniana (1) e lateral (2). Reconstrução virtual do crânio Aroeira 3 em vista frontal (3), posterior (4), superior (5) e endocraniana (6).

OCUPAÇÕES PLEISTOCÉNICAS DA MARGEM ESQUERDA DO BAIXO MINHO (MIÑO/MINHO 2) OBJETIVOS E PRIMEIROS RESULTADOS DE UM PROJETO TRANSFRONTEIRIÇO

João Pedro Cunha-Ribeiro[1], Sérgio Monteiro-Rodrigues[2], Alberto Gomes[3], Eduardo Méndez-Quintas[4], José Meireles[5], Alfredo Pérez-González[6], Manuel Santonja[7]

RESUMO

As mais antigas investigações arqueológicas no âmbito do Paleolítico da bacia hidrográfica do rio Minho (NW Peninsular) iniciaram-se na primeira metade do século XX. Por esta mesma altura realizaram-se também os primeiros estudos geomorfológicos na região, que permitiram correlacionar artefactos líticos com terraços fluviais. Durante a segunda metade daquele mesmo século, o estudo do Paleolítico ocorreu essencialmente na Galiza, ficando em Portugal reduzido a trabalhos pontuais e geograficamente circunscritos. A partir de 2010 assiste-se, igualmente na Galiza, ao desenvolvimento de um projecto de investigação que possibilitou não só a identificação de novos sítios arqueológicos, como também a sua datação absoluta, remetendo-os para o Plistocénico médio. A elaboração do projecto Miño-Minho, cujos primeiros resultados agora se apresentam, teve como principal objectivo dar continuidade na margem portuguesa a estes trabalhos iniciados no país vizinho.
Palavras-chave: Paleolítico, Vale do Minho, Portugal, Galiza.

ABSTRACT

The earliest archaeological research on the Palaeolithic of the Minho River Basin (NW Iberia) took place in the first half of the 20th century. At the same time, geomorphological studies were developed in the region allowing the connection between lithic artefacts and fluvial terraces. In the second half of this century the studies on the Palaeolithic occurred mainly in Galicia, while in Portugal they were short-term and focused on geographically confined areas. From 2010 onwards, also in Galicia, a research project was developed which enabled the detection of new archaeological sites and their absolute dating, assigning them to the Middle Pleistocene. The development of the Miño-Minho project, whose first results are now presented, had as its main objective to carry on in the Portuguese bank the research initiated in the neighboring country.
Keywords: Palaeolithic, Minho Valley, Portugal, Galicia.

1. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ); Lab2pt; jpcunharibeiro@letras.ulisboa.pt

2. Faculdade de Letras, Universidade do Porto; Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória" (CITCEM); sergiomonteirorodrigues@gmail.com

3. Faculdade de Letras, Universidade do Porto; Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT); albgomes@gmail.com

4. Escuela Interuniversitaria de Posgrado en Evolución Humana, Universidad de Burgos; Centro Nacional de Investigación sobre la Evolución Humana (CENIEH); eduardo.mendez.quintas@gmail.com

5. UMinho; Lab2pt; jmeireles@uaum.uminho.pt

6. Centro Nacional de Investigación sobre la Evolución Humana (CENIEH), Burgos; alfredo.perez@cenieh.es

7. Centro Nacional de Investigación sobre la Evolución Humana (CENIEH), Burgos; manuel.santonja@cenieh.es

1. INTRODUÇÃO

Considerando o noroeste peninsular como a região que abarca na atual divisão política e administrativa da Ibéria a Comunidade Autónoma da Galiza e o Norte de Portugal, poder-se-á dizer com propriedade que os primeiros vestígios arqueológicos atribuíveis ao Paleolítico que aí foram assinalados nos remetem para os achados realizados por Frederico de Vasconcellos Pereira Cabral no troço final do rio Douro, na área da cidade do Porto, nos inícios do último quartel do século XIX (Pereira Cabral 1881). Mesmo que a autenticidade destes achados tenha sido questionada pela nata dos investigadores reunidos na sessão do *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques* que teve lugar em Lisboa, em 1880 (Cartailhac 1880), anos mais tarde a intencionalidade do talhe de algumas das peças então recolhidas e a sua associação ao homem paleolítico veio de novo a ser admitida por Joaquim Fontes (Fontes 1915).

E se a polémica por aí não ficou, com a atribulada interpretação de tais achados, pertinentemente evocada por Florentino López Cuevillas numa das primeiras sínteses que se publicaram sobre o Paleolítico da região (López Cuevillas 1953), iniciava-se um dos paradigmas que ao longo do tempo marcou, com diferentes matizes, a Pré-história Antiga do Noroeste Peninsular: a cronologia relativamente recente muitas vezes associada a boa parte das suas indústrias macrolíticas e o carácter putativamente arcaizante dos materiais líticos talhados localmente atribuíveis ao Paleolítico.

Algo de similar ocorreu também com o que à época, e praticamente até à atualidade, se considerou ser a descoberta dos primeiros vestígios do homem paleolítico no rio Minho. Na verdade, mesmo se hoje podemos admitir que os primeiros achados com tal cronologia aí terão sido recolhidos por Rocha Peixoto na região de Melgaço[8], o certo é que a publicitação da descoberta dos primeiros materiais atribuíveis ao Paleolítico na bacia do rio Minho veio a ser efetuada por Joaquim Fontes, em 1925, com a publicação, em simultâneo nos dois lados da fronteira, do seu estudo sobre a «Estação paleolítica de Camposancos», localizada na comarca galega de A Guarda (Fontes 1925a e 1925b). A atipicidade e o carácter fruste dos materiais aí descobertos, reconhecida já por Joaquim Fontes, bem como o manifesto contexto superficial em que em geral foram recolhidos, conduziu à sua associação a fenómenos de recorrência de tais indústrias em épocas bem mais recentes do que as que originalmente se admitia, tendo dado posteriormente origem à identificação de polémicas interpretações arqueológicas que regionalmente se centraram em torno da existência do chamado *Languedocense* e do *Camposanquiense* (Zbyszewki 1943; Vázquez Varela 1980; Vidal Encinas 1983).

Em todo caso, iniciou-se então o reconhecimento da importância do rio Minho e da sua bacia hidrográfica como uma área central no Noroeste Peninsular para o estudo das primeiras ocupações humanas da região. Ao contrário do rio Douro, que definindo de certa forma o limite meridional da região, apesar de corresponder à maior bacia hidrográfica da Península Ibérica, evidencia em todo o seu curso final em território português e na zona a montante em que marca a fronteira entre os dois estados ibéricos, um vigoroso entalhe do seu leito que não permitiu o desenvolvimento e conservação de depósitos sedimentares a que em geral se associam vestígios arqueológicos relacionáveis com a presença do homem paleolítico. Só muito recentemente tal realidade tem sido contrariada com a descoberta de alguns contextos que excecionalmente permitiram a preservação de vestígios arqueológicos associáveis ao Paleolítico Médio e Superior em afluentes da margem direita do Douro (Gaspar *et alii* 2015 e 2016).

O rio Minho, pelo contrário, apresenta não só no seu curso final, denominado Baixo Minho, que corresponde *grosso modo* ao traçado do seu leito que aí marca a fronteira entre Portugal e a Galiza, como também para montante, nas depressões que atra-

8. A título de curiosidade refira-se que a recolha por Rocha Peixoto de materiais em pedra lascada no Monte Prado, em Melgaço, atribuíveis à Idade da Pedra, é referida na "Resenha histórica da freguesia de Prado" e serviu de base à Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses para a definição das armas da freguesia – "Escudo de verde, com grelha de ouro, acantonada de duas pedras lascadas, postas em pala e duas peças de cerâmica castreja, tudo de prata. Coroa mural de prata de três torres" – realidade que tanto quanto julgamos saber não tem paralelo conhecido entre nós. De acordo com as informações que nos foi possível reunir, a recolha de tais materiais terá ocorrido durante a permanência de Rocha Peixoto em agosto de 1908 nas Termas do Peso, em Melgaço, admitindo-se que tais achados não tenham sido objeto de qualquer registo ou publicação em virtude da prematura e inesperada morte deste investigador, logo em março de 1909.

vessa junto a Orense e a Monforte de Lemos, amplos terraços fluviais, depósitos aos quais se encontram frequentemente associados vestígios arqueológicos da Pré-história Antiga.

Apesar da menor área da sua bacia hidrográfica e da menor extensão do seu leito quando comparadas com as dos mais importantes rios peninsulares, o rio Minho é o grande rio atlântico da Península Ibérica, atravessando no essencial o que um geógrafo denominou a «Espanha verde» (Drain 1975). Apresenta, em consequência, um regime hídrico sem fortes estiagens e com um caudal significativo ao longo do ano, o que contrasta com a realidade observável nos restantes rios peninsulares. Esta mesma situação não deixa de ser responsável por uma cobertura vegetal que muitas vezes não facilita a observação dos depósitos sedimentares representados na região, nem tão pouco a adequada realização de prospeções arqueológicas.

Do ponto de vista arqueológico, se a publicação da estação paleolítica de Camposancos esteve na origem de uma polémica que em torno da sua cronologia se prolongou por várias décadas, novas descobertas, realizadas no final da década de vinte do século passado na margem esquerda do rio, vieram, contudo, confirmar a existência de testemunhos da presença do homem do Paleolítico Inferior no vale do Minho (Viana 1930; Paço 1931) (Figura 1).

Pela mesma altura o geógrafo alemão Hermann Lautensach procurou estudar os depósitos fluviais do rio Minho, correlacionando-os com os materiais líticos talhados entretanto aí exumados e associando a sua génese à combinação de mecanismos glacio-eustáticos com movimentos de elevação que afetaram a zona costeira (Lautensach 1932, 1941 e 1945). O estudo destes depósitos viria a ser retomado, anos mais tarde, pelo geólogo Carlos Teixeira, que com base na revisão da tectónica regional plio-pleistocénica deles nos deixou uma nova interpretação da sua génese e um pormenorizado levantamento cartográfico da sua dispersão, muito embora circunscrito à margem esquerda do Baixo Minho (Teixeira 1944 e 1952).

Já a evolução da investigação arqueológica continuaria centrada nas décadas seguintes exclusivamente na margem norte do rio Minho. Seria, aliás, particularmente marcada pela descoberta da estação paleolítica de Gándaras de Budiño, na comarca de Porriño, ao Norte de Tui. A importância desta jazida concitou de imediato o interesse de Emiliano Aguirre, de Desmond Collins e, mais tarde, de Karl Butzer (Aguirre 1964), tendo a escavação que aí se realizou, em 1963, permitido datar pelo carbono 14 os depósitos a que se encontravam associados os materiais líticos da segunda metade do Pleistocénico Superior: 26 000 BP (+3600 / – 2500) e 18 000 BP (± 300) (Butzer 1967).

Estes dados foram inicialmente vistos como resultantes da existência no Paleolítico do Noroeste Peninsular de uma tendência culturalmente conservadora, consubstanciada na prevalência de tipos e técnicas associados ao Paleolítico Inferior em períodos cronológicos posteriores. Em boa medida esta interpretação só viria a ser devidamente revista com os trabalhos promovidos nos anos oitenta nas Gándaras de Budiño por Julio Vidal Encinas, muito embora tais trabalhos não tenham conhecido a continuidade esperada (Vidal Encinas 1982a e b).

Sorte não muito diferente teve por essa mesma altura o projeto então delineado na margem oposta do rio para o estudo do Quaternário do Minho. No que se refere ao estudo do rio Minho, esta projetada investigação teve as suas origens e antecedentes na realização, em 1980, de um pequeno trabalho de avaliação do impacto da construção do aproveitamento hidroelétrico de Sela, nas proximidades de Valinha (Monção), cuja albufeira iria inundar algumas áreas com potencial interesse arqueológico (Vários 1980)[9]. Daí veio a resultar a elaboração de um projeto de investigação sobre o paleolítico do rio Minho por parte de Francisco Sande Lemos, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, que se traduziu na realização de pontuais sondagens em terraços fluviais da região, apenas parcialmente publicadas, em prospeções de superfície efetuadas nalgumas áreas circunscritas, complementadas por genéricas observações geológicas sobre os depósitos a elas associados e pelo estudo de uma coleção de artefactos acheulenses de proveniência algo im-

9. Este trabalho correspondeu a uma das primeiras ações de arqueologia preventiva em que se procurou de forma antecipada avaliar, em Portugal, o impacto no património arqueológico associado ao plano de construção de uma barragem, tendo sido desenvolvido no âmbito da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho sob a direção de Gaspar Soares de Carvalho e Francisco Sande Lemos. Nele participaram dois dos investigadores associados ao presente projeto, J. Meireles e J. P. Cunha Ribeiro, então recém-licenciados, na qualidade de membros do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (GEAP).

precisa (Soares de Carvalho *et alii* 1983, Soares de Carvalho e Sande Lemos 1985 e Sande Lemos 1985). Na prática, a concretização do projeto de estudo do Quaternário do Minho veio assim apenas a ser concretizada na zona litoral (Meireles 1991).

Em todo caso, à exceção da pontual recolha de materiais paleolíticos de superfície em Monte de Remoães (Maia Marques 1986), no concelho de Melgaço, estes foram os últimos trabalhos arqueológicos efetuados no âmbito da Pré-história antiga até à execução do nosso projeto na margem esquerda do Baixo Minho.

Do outro lado da fronteira, na segunda metade dos anos noventa, reuniu-se uma ampla equipa de investigadores, coordenados por Juan Cano Pan, para desenvolver um plano de investigação designado "Primeras Sociedades Humanas que poblaron Galicia: Arqueologia y Sociedad durante el pleistoceno en la Galicia Meridional" (Cano Pan *et alii* 1997, Giles Pacheco *et alii* 2000).

Os trabalhos decorreram em 1996 e 1997, mas limitaram-se apenas à primeira fase prevista, o que determinou que os resultados se baseassem na correlação que se procurou estabelecer entre os materiais líticos encontrados e os depósitos onde foram recolhidos ou com os cortes junto dos quais jaziam. Para o efeito procedeu-se à criteriosa descrição dos depósitos, valorizando-se ao mesmo tempo a análise das alterações físicas e químicas das peças.

O estudo dos terraços alicerçou-se, por seu turno, na observação e interpretação do seu escalonamento em sectores para o efeito considerados mais expressivos, onde se procurou traçar o respetivo perfil transversal (Giles Pacheco *et alii* 2000), permitindo individualizar oito distintos terraços.

No novo milénio prosseguiram as investigações na região, destacando-se o desenvolvimento de dois projetos mais recentes, independentes entre si, com objetivos e áreas de intervenção distintos, mas profundamente ligados nas suas conclusões finais ou provisórias, que se poderão entender como o estado da arte a partir do qual se procurou estruturar o nosso próprio projeto (Méndez-Quintas *et alii* 2013b, Viveen *et alii* 2013a, 2014).

O primeiro projeto decorreu no quadro do desenvolvimento de uma tese de doutoramento que veio a ser apresentada em 2013 na Universidade de Wageningen, na Holanda. O seu tema centrava-se na análise do controlo exercido pela tectónica na evolução de um sistema de terraços fluviais de origem glacio-eustática, tendo como área de investigação a região do Baixo Minho (Viveen 2013).

O estudo, realizado em ambas as margens do Baixo Minho, permitiu ao autor identificar a existência de 10 níveis de terraços fluviais, dispostos de forma escalonada a partir da atual planície aluvial, tendo tal interpretação conduzido à realização de um registo cartográfico das formações sedimentares em consonância com as conclusões apresentadas (Viveen *et alii* 2013a).

A combinação de datações obtidas por termoluminescência, OSL e por isótopos cosmogénicos (^{10}Be) em depósitos de terraços situados na margem esquerda do rio Minho, a jusante de Valença (Viveen *et alii* 2012), confirmam o alargado período em que terá decorrido a formação destes depósitos, considerando-se os mais elevados anteriores à transição do Pleistocénico Inferior para o Pleistocénico Médio (780 ka), e distribuindo-se os restantes entre o início do Pleistocénico Médio e o Pleistocénico Superior.

Paralelamente a este trabalho, exclusivamente orientado para o estudo geológico dos terraços fluviais do Baixo Minho que se encontram representados em ambas as margens do rio, um outro programa de investigação foi-se desenvolvendo ao longo da respetiva margem direita, centrado no estudo geoarqueológico das ocupações paleolíticas aí referenciadas (Méndez-Quintas 2008a). Com ele pretendia-se e pretende-se abordar a temática referida numa perspetiva interdisciplinar, na sequência dos projetos de trabalho esboçados ou parcialmente iniciados na região com o mesmo propósito do início dos anos oitenta e dos finais da década de noventa, mas que não tiveram a continuidade desejada.

Tratava-se agora, porém, de incorporar numa nova abordagem os avanços metodológicos e técnicos que o desenvolvimento de tais estudos entretanto conheceu, bem como os resultados das investigações que ao mesmo tempo se foram produzindo, com natural realce para a realidade ibérica (Méndez-Quintas *et alii* 2013a). A existência ou não de uma ocupação da região anterior ao Pleistocénico Médio, a caracterização das indústrias acheulenses localmente representadas, tanto no que diz respeito à sua "origem" como ao seu devir, eram algumas das questões que se almejavam alcançar. Para o efeito privilegiou-se o estudo de sítios e coleções de materiais que se encontraram associados a um contexto estratigráfico bem definido, promovendo-se o concomitante estudo desses contextos, em geral cor-

respondentes a terraços fluviais ou depósitos a eles associados ou mesmo deles derivados.

Nesse sentido tentaram-se recuperar os trabalhos anteriormente realizados na jazida acheulense de Gándaras de Budiño, a par da descoberta e estudo de novas jazidas que determinaram a realização de sondagens e de escavações, nalguns casos com promissores resultados (Figura 2). Foi o caso das escavações realizadas na jazida de O Cábron, no concelho de Arbo, onde foi possível reconhecer uma apreciável concentração de materiais líticos talhados associáveis às indústrias acheulenses, integrados num depósito de baixa energia, que pela boa conservação do estado físico dos seus materiais e pontuais remontagens que se conseguiram realizar (Méndez-Quintas 2013a e 2017), se admitiu estarem associados a um contexto primário pouco adulterado.

Já na jazida de Porto Maior, no concelho de As Neves, identificaram-se quatro distintos níveis de ocupação acheulense, destacando-se a descoberta num desses níveis, em posição primária, de uma inusitada concentração de artefactos característicos das indústrias acheulenses – bifaces, machados de mão, triedros – com morfologias e dimensões que encontram apenas paralelo em contextos conhecidos em África (Santonja *et alii* 2016 e Méndez-Quintas 2017).

Os dados obtidos foram já objeto de diversas publicações preliminares e deles resultou, mais recentemente, a apresentação e defesa da tese de doutoramento de Eduardo Méndez-Quintas, intitulada *Caracterización y variabilidad tecnomorfológica de las industrias achelenses de la Cuenca Baja del Río Miño (NO de la Península Ibérica)*, que pela metodologia e resultados apresentados constitui um ponto de viragem para o estudo do Paleolítico na região (Méndez-Quintas 2017).

2. O PROJECTO MIÑO/MINHO 2

O projecto Miño/Minho, sobre *Os primeiros habitantes do Baixo Minho. Estudo das ocupações pleistocénicas da região*, assumiu-se, desde o início da sua apresentação, como a desejável continuidade dos trabalhos iniciados nos últimos anos na região por Eduardo Méndez-Quintas, Manuel Santonja Gomez e Alfredo Pérez Gonzalez (Méndez-Quintas *et alii* 2013a). Com ele pretende-se estudar a presença do homem paleolítico no curso final do rio Minho, entre a confluência com o rio Trancoso, na sua margem esquerda, e a foz, 75 km a jusante, através dos vestígios arqueológicos conservados ao longo de ambas as margens do rio e das formações geológicas contemporâneas a que em geral se encontram associados.

Nessa perspetiva, procurar-se-á alcançar, de acordo com os métodos e os paradigmas atuais das várias áreas de investigação a envolver, os objetivos já premonitoriamente delineados por Rui de Serpa Pinto em 1932 nas suas *Notas para um plano de estudos geológicos entre Minho e Lima*, de "precisar o sincronismo e relações entre os depósitos fluviais (…) e as indústrias pré-históricas" (Serpa Pinto 1932). Far-se-á, porém, no sentido em que Hermann Lautensach o pretendeu concretizar na mesma região, abarcando há mais de oitenta anos no seu trabalho, em igualdade de circunstâncias, o estudo de ambas as margens do rio (Lautensach 1945).

O ponto de partida é agora, contudo, também bem diferente. A presença de vestígios associáveis ao Paleolítico encontra-se bem documentada ao longo de toda a margem direita do Baixo Minho e, de forma bem mais esparsa e disseminada, pela sua margem esquerda. Mas esta aparente dissimetria resulta do diferenciado desenvolvimento de pesquisas arqueológicas de ambos os lados do rio, contrastando com a maneira equilibrada com que nas duas margens se espraiam as formações fluviais de idade pleistocénica. Os estudos geológicos mais recentes permitem, aliás, reconhecer hoje, em ambas as vertentes do vale, um expressivo número de terraços fluviais, dispostos escalonadamente e para os quais se possuem mesmo algumas datações absolutas, independentemente da pertinência ou não das interpretações a elas associadas (Viveen 2013).

A conexão entre os vestígios arqueológicos e estes depósitos a que eles se associam, permitindo o enquadramento cronológico das referidas ocupações, será decisiva também para melhor o precisar, quer com as datações por OSL e por radiações cosmogénicas recentemente obtidas para os terraços fluviais da região, quer pelo programa de datações ESR em sedimentos de quartzo que se encontra já em desenvolvimento na margem direita do rio (Méndez-Quintas *et alii* 2013a).

A natureza azóica dos depósitos da região, determinada pela acidez das rochas magmáticas, dominantemente graníticas, que compõem o substrato paleozóico onde se encaixa o vale, reforça, por seu lado, a importância que os estudos polínicos poderão também vir a ter para uma melhor caracterização das alterações climáticas localmente registadas

ao longo do Pleistocénico, relevância essa que havia já sido aliás destacada por Lautensach (Lautensach 1945). Dispondo-se de uma cronologia precisa para os diferentes depósitos da região, poder-se-á agora tentar correlacioná-los com os dados provenientes dos estudos polínicos em amostras do fundo marinho recolhidas na plataforma continental adjacente (Desprat *et alii* 2006 e 2009) ou com o estudo de outros *proxies* não menos importantes para as variações das condições ambientais que então ocorreram (Salgueiro *et alii* 2010).

Para iniciar a concretização dos propósitos enunciados e começar a ultrapassar a dissimetria de conhecimentos sobre a Pré-história Antiga nas duas margens do Baixo Minho, decidiu-se apresentar em 2015 à Direção Geral do Património Cultural um Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia (PIPA), direcionado para o estudo das «Ocupações Pleistocénicas na margem esquerda do Baixo Minho», a que se associou o acrónimo Miño-Minho 2.

Dados os antecedentes conhecidos, a sua execução inicial orientou-se em duas direções preferenciais. Em primeiro lugar procurou-se proceder a um reconhecimento preliminar do território abrangido pelo projeto, percorrendo extensas áreas situadas nos concelhos de Melgaço, Monção, Valença do Minho e Vila Nova de Cerveira. Num segundo momento privilegiou-se a prospeção arqueológica e geológica de sectores considerados mais relevantes pela precedente identificação de vestígios arqueológicos em determinados locais, pela presença de depósitos sedimentares com potencial arqueológico, zonas de revolvimento do subsolo ou de simples remoção da vegetação suscetíveis de permitir a adequada realização de prospeções.

No concelho de Vila Nova de Cerveira os trabalhos efetuados limitaram-se ao reconhecimento preliminar do território. A atenção incidiu em particular na identificação de amplos cortes nas cascalheiras de terraços do rio Minho observáveis no Parque Industrial de Fulão, na freguesia de Vila Meã. Trata-se de uma área onde na atualidade estes depósitos melhor podem ser observados, tendo também aí sido obtidas as amostras que permitiram pela primeira vez datar por OSL e por isótopos cosmogénicos tais formações, muito embora a presença de materiais arqueológicos nunca aí tenha sido assinalada de forma expressiva.

A importância da colmatação sedimentar da bacia de S. Pedro da Torre, na qual se inserem os depósitos observados em Vila Meã, levou também ao reconhecimento do território das vizinhas freguesias do Cerdal, Fontoura, São Julião e Silva e de S. Pedro da Torre, já no concelho de Valença do Minho. Procurou-se aí localizar a exploração de inertes e a eventual presença de cortes que permitissem uma melhor leitura da colmatação cenozoica da bacia.

Para montante de Valença do Minho, uma breve exploração dos terraços mais baixos do rio Minho que aí acompanham de forma particularmente extensa o seu atual leito, permitiu identificar a presença de algumas concentrações de materiais líticos talhados na superfície de terraços situados na freguesia de Verdoejo. Já na freguesia de Friestas, mais para montante, a exploração de inertes na Ínsua do Crasto revelou-se arqueologicamente infrutífera, sugerindo uma aparente dissociação entre os depósitos mais grosseiros do rio Minho e a presença de materiais líticos talhados, corroborando observações similares já realizadas na margem oposta do rio e aparentemente também indiciadas noutros sectores da margem esquerda.

Em Monção, um reconhecimento similar dos depósitos de terraços do rio Minho que se desenvolvem para jusante da sede do concelho, na área da União das Freguesias de Mazedo e Cortes, permitiu identificar perturbações na superfície topográfica de tais formações aparentemente associáveis à sua afetação por trabalhos de mineração da época romana.

Para sul de Monção, na pequena bacia hidrográfica da ribeira da Gadanha, afluente da margem esquerda do rio Minho que nele conflui nas imediações de Troporiz, procuraram-se identificar e prospetar as pequenas manchas de depósitos de terraços assinalados na folha 1-B da Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000 referente a Monção. Nos depósitos que por essa via aí se observaram, dispersos pelas freguesias de Cambeses, Moreira e Pinheiros, ressaltava a sua manifesta residualização, o predomínio exclusivo de materiais quartzosos e graníticos na sua constituição sedimentar, bem como a presença em muitos deles de peças líticas talhadas, por vezes de quartzito.

Mesmo no contexto desta pequena bacia subsidiária do rio Minho, as observações preliminares que aí pudemos realizar confirmam não só a aparente importância da ocupação pelo homem dos vales dos afluentes em relação à principal linha de água, como também a circunstância de o homem paleolítico para aqui ter transportado materiais de quart-

zito já configurados por talhe ou não, mas em todo caso oriundos dos vizinhos depósitos do rio Minho, onde a sua presença é particularmente significativa e exclusiva no contexto da região. Trata-se de materiais transportados pelo próprio Minho e pelo seu mais importante afluente, o rio Sil, desde a bacia cenozoica de Bierzo, já na província de Léon, donde são originários.

Para montante de Monção, na freguesia de Troviscoso, recentemente associada à freguesia da sede do concelho, recolheram-se diversos materiais líticos na superfície de um terraço de 30 m sobre o leito atual do rio Minho, na Quinta da Armada. Procurando identificar o real contexto de tais achados procedeu-se, em junho do corrente ano, à abertura de uma sondagem por meios mecânicos, cujos resultados serão proximamente objeto de adequada publicitação.

Os trabalhos arqueológicos efetuados ao longo dos dois primeiros anos em Monção concentraram-se, porém, na área da União de Freguesias de Messegães, Valadares e Sá, para os quais contámos com a prestimosa colaboração tanto do Município como da Junta de Freguesia.

Em 2016 realizaram-se sondagens nas jazidas de Pedreiras 1 e Pedreiras 2, nas imediações da povoação de Bemposta (Figura 3). Na primeira destas jazidas recolheu-se um pequeno conjunto de peças líticas talhadas em quartzito e quartzo, com características não diagnosticáveis, associadas a um depósito coluvionar circunscrito e pouco potente. Já na segunda jazida foi possível recolher uma expressiva indústria lítica acheulense, integrada em depósitos coluvionares canalizados, pouco grosseiros, encaixados em sedimentos finos de origem fluvial com apreciável potência (Figura 4).

Neste último local os trabalhos prosseguiram na campanha de 2017, tentando-se alargar a área de intervenção para sul, para onde se pensava que tais depósitos se prolongariam. Para o efeito recorreu-se à utilização de meios mecânicos para remover a densa vegetação que aí se desenvolvia, bem como os níveis superiores de sedimentação arqueologicamente estéreis, como as sondagens do ano anterior haviam demonstrado.

Os resultados obtidos ficaram, porém, aquém das expectativas. Não só as condições meteorológicas prevalecentes condicionaram o esperado desenvolvimento dos trabalhos, como se veio a concluir que os níveis de coluvionamento que se pretendiam encontrar apresentavam uma orientação e desenvolvimento diferente do esperado. Em todo caso, a importância da jazida aconselha a futura continuação dos trabalhos por forma a melhor caracterizar o contexto dos materiais acheulenses com arestas vivas que aí se recolheram.

A sudoeste de Messegães, no lugar de Setas, situado na superfície de um terraço fluvial que se desenvolve cerca de 70 m sobre o atual nível do rio Minho, a recente plantação de uma vinha numa zona anteriormente ocupada por um pinhal permitiu identificar a presença de materiais líticos acheulenses por toda a vasta área que para o efeito havia sido revolvida. A realização de prospeções intensivas na vinha levou à recolha, no total, de mais de meia centena de peças talhadas, incluindo numerosos bifaces, diversos núcleos e alguns machados de mão (Figura 5).

Tendo como elemento indicativo as datações absolutas obtidas recentemente para o escalonamento dos terraços do rio Minho, pode admitir-se como provável o enquadramento cronológico do terraço de 70 m entre o MIS 20 e o MIS 22, o que torna inviável a associação dos materiais recolhidos em Setas ao terraço fluvial aí representado e aconselha a clarificar o contexto em que tais vestígios arqueológicos se encontravam localmente integrados. Daí a planeada realização de sondagens na área adjacente ainda ocupada por pinhal.

Por último, no concelho de Melgaço, os trabalhos até agora realizados no âmbito do projeto Miño/Minho 2, concentraram-se essencialmente na chamada Veiga de Remoães (Figura 6). Para a sua concretização contámos também com o inexcedível apoio do respetivo Município e da União de Freguesias de Prado e Remoães.

As sondagens efetuadas em 2016 na jazida das Carvalhas, parcialmente alargadas em 2017, permitiram detetar numa área relativamente pequena diferentes indústrias líticas de cronologia paleolítica integradas em distintos contextos sedimentares. Basicamente foi possível identificar a presença de uma indústria acheulense num depósito fluvial associado à colmatação de um antigo canal do rio Minho, que suporta a hipótese da existência de um paleomeandro no local. Lateralmente, este terraço fluvial, que se eleva entre os 10 m e 15 m sobre o leito adjacente do rio, surge interestratificado com depósitos de vertente que integram vestígios arqueológicos similares e que se desenvolvem na encosta que delimita a poente a plataforma que prolonga o Monte do Prado. Na margem oposta, o canal é delimitado por uma

plataforma granítica em cuja superfície se identificaram depósitos residuais de inundação a que se associa uma indústria lítica em que se destaca a presença mais significativa de produtos de debitagem. Um pouco mais para sul, numa sondagem aberta nas imediações da Quinta da Veiga foi ainda possível recolher vestígios de uma indústria acheulense com peças talhadas ligeiramente eolizadas, cujo real contexto sedimentar ainda se encontra por estabelecer (Figura 7).

No concelho de Melgaço assinala-se ainda a existência de uma outra jazida acheulense, localizada na vertente meridional do Monte Crasto, na freguesia de Penso, a uma altitude próxima dos 230 m. Os materiais foram aí recolhidos pelo Sr. José Cardoso, morador na freguesia, quando se procedeu no local a trabalhos de revolvimento do subsolo saibroso para a criação de uma pequena área de lazer. As peças, com as arestas de talhe muito boleadas, foram-nos cedidas para estudo pelo seu descobridor, estando também prevista a realização no local de sondagens que permitam definir melhor as condições de jazida em que se encontravam integradas.

Assinale-se ainda que no decurso da campanha de trabalhos de 2016 se recolheram amostras de sedimentos na jazida de Pedreiras 2, em Monção, e na jazida das Carvalhas, em Melgaço, para a obtenção de datações por OSL, cujos resultados se aguardam. As amostras foram recolhidas por Lee Arnold e Martina Demuro, da Universidade de Adelaide, na Austrália, que irão proceder ao seu processamento laboratorial no âmbito de um projeto de datações em jazidas pleistocénicas ibéricas.

Num primeiro e preliminar balanço dos trabalhos realizados ao longo dos dois primeiros anos de desenvolvimento do projeto Miño/Minho 2, pode afirmar-se que os dados coligidos testemunham claramente a importância arqueológica da margem esquerda para o estudo do Paleolítico do Baixo Minho, justificando plenamente o objetivo originalmente delineado de se vir a desenvolver tal estudo associando de forma integrada ambas as margens.

Mesmo se os resultados obtidos têm levado a uma reprogramação dos trabalhos, concentrando-se esforços nas intervenções desenvolvidas nalgumas jazidas localizadas numa pequena área repartida entre os concelhos de Melgaço e de Monção, o número de jazidas já identificadas e as problemáticas a elas associadas permitem reformular de forma inovadora o nosso conhecimento sobre o Paleolítico da região, sendo também certo que o estudo das coleções de materiais líticos talhados entretanto recolhidos e que se encontra já a ser desenvolvido não deixará de reforçar tal situação.

AGRADECIMENTOS

Os trabalhos realizados no decurso de 2016 e 2017 na margem esquerda do Baixo Minho só foram possíveis graças ao inexcedível suporte logístico das autarquias locais. Não podemos deixar de destacar o apoio no Município de Monção do seu Presidente, Augusto Domingues, e do Vereador Paulo Esteves, do Presidente da União de Freguesias de Messegães, Valadares e Sá, Sr. Carlos Eça, e no Município de Melgaço do respetivo Presidente, Dr. Manoel Batista, e do Presidente da União das Freguesias de Prado e Remoães, Prof. Maximiano Gonçalves. Justo será também de realçar a colaboração empenhada que sempre encontrámos junto da Dra. Odete Barra, da Câmara de Monção, e dos Drs. Angelina Esteves e Abel Marques, da Câmara de Melgaço.

BIBLIOGRAFIA

AGUIRRE, Emiliano (1964) – *Las Gándaras de Budiño, Porriño (Pontevedra)*, Excavaciones Arqueologicas en España, 31, Ministerio de Educacion Nacional, Direccion General de Bellas Artes, Servicio Nacional de Excavaciones Arqueologicas, Madrid, 23 p.

BUTZER, Karl W. (1967) – Geomorphology and Stratigraphy of the Paleolithic Site of Budiño (Prov. Pontevedra, Spain), *Eiszeitalter und Gegenwart*, Band 18, Ohringen/Württ, pp. 82-103.

CANO PAN, J. A.; AGUIRRE ENRÍQUEZ, E.; GILES PACHECO, F. F.; GARCIA PRIETO, F. J.; SANTIAGO PÉREZ, A; MATA ALMONTE, E.; GUTIERREZ LÓPEZ, J. M.; DIAZ DEL OLMO, F.; BAENA ESCUDERO, R. e BORJA BARRERA, F. (1997) – *Evolución del Pleistoceno en la cuenca baja del Miño, sector de La Guardia-Tuy. Secuencia de los primeiros poblamientos humanos y registo arqueológico*, in «Actas Cuaternário Ibérico» (Rodríguez-Vidal, J. Ed.), Huelva, pp. 201-202.

CARTAILHAC, Émile (1880) – *Congès International d'Anthropologie et d'Archéologie Prehistorique. Rapport sur la session de Lisbonne*, Paris, Eugène Boban, 102 p.

DESPRAT, S.; SÁNCHEZ GOÑI, M. F.; MCMANUS, J. F.; J. L.; DUPRAT, J. e CORTIJO, E. (2009) – Millennial-scale climatic variability between 340 000 and 270 000 years ago in SW Europe: evidence from a NW Iberian margin pollen sequence, *Climate of the Past*, 5, pp. 53-72.

DESPRAT, S.; SÁNCHEZ GOÑI, M. F.; TURON, J. L.; DUPRAT, J.; MALAIZE, B. e PEYPOUQUET, J.-P. (2006) – Climatic variability of Marine Isotope Stage 7: direct land-sea correlation from a multiproxy analysis of a north-western Iberian margin deep-sea core, *Quaternary Science Reviews*, 25, pp. 1010-1026.

DRAIN, Michele (1975) – *Geografia da Península Ibérica*, Livros Horizonte, Lisboa, 144 p.

FONTES, Joaquim (1916) – Instruments paléolitithiques dans la collection de Préhistoire du Service Géologique. 2 – Instruments paléolithiques des environs de Porto, *Comunicações do Serviço Geológico de Portugal*, 12, pp. 1-5.

FONTES, Joaquim (1925a) – La estación paleolítica de Camposancos, *Boletín da la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, VII, Ourense, pp. 241-254.

FONTES, Joaquim (1925b) – Estação paleolítica de Camposancos (Pontevedra – Espanha), *Brotéria*, Série mensal, vol. I, fasc. I, pp. 7-16.

GASPAR, Rita; FERREIRA, João; CARRONDO, Joana e SILVA, Maria João (2015) – The use of quartz during the Upper Paleolithic and Early Mesolithic in Sabor valley (NW IBeria). The Foz do Medal case*, Quaternary International,* 424, pp. 98-112.

GASPAR, Rita; FERREIRA, João; MOLINA HERNÁNDEZ, Francisco; GARCÍA VADILLO, Francisco; REBELO, Paulo e NETO, Nuno (2015) – Away from the edges. A new solutrean site in Interior Iberia (Foz do Medal Left Bank, Sabor Valley, Northeast Portugal), *Journal of Anthropological Research*, 71, pp. 545-564.

GILES PACHECO, F.; CANO PAN, J.S.; SANTIAGO PÉREZ, A.; GUTIÉRREZ LÓPEZ, J.M.; MATA ALMONTE, E.; GRACIA PRIETO, J.; AGUILERA RODRÍGUEZ, L. e PRIETO REINA, O. (2000) – «Poblamiento paleolítico en la cuenca media – baja del rio Miño. Sector la Guardia – Tuy (Pontevedra) – Cortegada (Orense). Secuencia cronoestratigráfica», in *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. II, Porto, ADECAP, pp. 101-121.

LAUTENSACH, Hermann (1932) – *Portugal auf Grund eigner Reisen und der Literatur*, I, Gotha, pp. 19-23, 44-46, 57 e seguintes.

LAUTENSACH, Hermann (1941) – *Die Minhoterrassen und ihre Bezichungen zu den enzeitlichen Problemen*, in «Congresso do Mundo Português. Memórias e Comunicações», Tomo 1, pp. 60-110.

LAUTENSACH, Hermann (1945) – *Formação dos terraços interglaciários do Norte de Portugal e suas relações com os problemas da época glaciária*, Publicações da Sociedade Geológica de Portugal, Porto, 46 p.

LÓPEZ-CUEVILLAS, Florentino (1953) – El paleolítico del noroeste peninsular, *Zephyrus*, IV, Salamanca, pp. 5-28.

MAIA MARQUES, José A. (1986) – Materiais para a Arqueologia do Concelho de Melgaço, *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, Porto, pp. 341-346.

MEIRELES, José (1991) – *As indústrias líticas pré-históricas do litoral Minhoto (Portugal) no seu contexto crono-estratigráfico e paleoambiental*, Dissertação de doutoramento na especialidade de Pré-história e História da Antiguidade, Universidade do Minho, Braga, policopiado, 5 vols.

MÉNDEZ-QUINTAS, Eduardo (2007) – El yacimiento achelense de As Gándaras de Budiño. La industria en facies fluvial, *Complutum*, Vol. 18, pp. 27-45.

MÉNDEZ-QUINTAS, Eduardo (2008a) – As ocupacións achelenses das terrazas medias da Conca Baixa do rio Miño, *Gallaecia*, nº 27, pp. 7-33.

MÉNDEZ-QUINTAS, Eduardo (2008b) – La industria lítica de las facies coluviales del Yacimiento Achelense de as Gândaras de Budiño. El Locus V en las excavaciones de Vidal Encinas, *Zephyrus*, LXII, Salamanca, pp. 41-61.

MÉNDEZ-QUINTAS, Eduardo (2008c) – Novas consideraciones entorno ó xacemento achelense das Gándaras de Budiño, *Férvedes*, 5, Vilalba – Lugo, pp. 95-104.

MÉNDEZ-QUINTAS, Eduardo (2013) – *La cuenca del río Miño en el contexto del poblamiento achelense de la Península Ibérica: un estado de la cuestión*, Trabajo de fin de Master. Prehistoria y Arqueologia, UNED, 147 p.

MÉNDEZ-QUINTAS, Eduardo (2017) – *Caracterización y variabilidad tecnomorfológica de las industrias achelenses de la Cuenca Baja del Río Miño (NO de la Península Ibérica)*, Tesis Doctoral, Universidad de Burgos, Escuela Interuniversitaria de Posgrado en Evoluvion Humana (CENIEH, Universidad de Alcalá, Universidad de Oviedo), 628 p.

MÉNDEZ-QUINTAS, Eduardo; VILLAR QUINTEIRO, Rosa; SANTONJA GÓMEZ, Manuel; PÉREZ-GONZÁLEZ, Alfredo e LEDO BERNÁRDEZ, Manuel (2007) – Valoración preliminar del yacimiento paleolítico de Portomaior, As Neves, Galicia, *Zona arqueológica*, nº 7, Vol. I, Miscelánea en homenaje a Victoria Cabrera, pp. 184-193.

MÉNDEZ-QUINTAS, Eduardo; SANTONJA GÓMEZ, Manuel; PÉREZ-GONZÁLEZ, Alfredo e DUVAL, M. (2013a) – Avance del estudio Geoarqueologico de la Cuenca Baja del Rio Miño (Pontrevedra, España), *VIII Reunión de Cuaternario Ibérico*, La Rinconada, Sevilla.

MÉNDEZ-QUINTAS, Eduardo; SANTONJA GÓMEZ, Manuel e PÉREZ-GONZÁLEZ, Alfredo (2013b) – Renovación metodológica en las investigaciones sobre las ocupaciones humanas mesopleistocenas del NW peninsular (Galicia, España), *V Jornadas do Quaternário,* APEQ (Livro de Resumos), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 33-34.

NONN, H. (1967) – Les terrasses du rio Miño inférieur. Localisation et étude sédimentologique. *Revue de Géomorphologie dynamique*, XVIIe Année, Nº3, pp. 97-108.

PAÇO, Afonso do (1931) – *O paleolítico do Minho*, in «Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Prehistorique, 15º, Coimbra – Porto, 1930», Compte-rendu. Paris, Librairie E. Nourry, pp. 302-310.

PEREIRA CABRAL, Frederico de Vasconcellos (1881) – *Estudo de depósitos superficiaes da bacia do Douro*, Comissão do Serviço Geológico de Portugal, Typ. da Academia Real das Sciencias, 87 p.

SALGUEIRO, E.; VOELKER, A. H. L.; ABREU, L.; ABRANTRES, F.; MEGGERS, H. e WEFER, G. (2010) – Temperature and productivity off the western Iberian margin, *Quaternary Science Reviews*, 29, pp. 680-695.

SANDE LEMOS, Francisco (1984) – *Uma colecção de artefactos paleolíticos do concelho de Valença do Minho*, Centro de Estudos Humanísticos, Ministério da Cultura, Delegação Regional do Norte, pp. 25-50.

SANTONJA GOMEZ, Manuel e PÉREZ-GONZÁLEZ, Alfredo (2010) – Mid-Pleistocene Acheulean industrial complex in the Iberian Peninsula, *Quaternary International*, 223-224, pp. 154-161.

SANTONJA, Manuel; PÉREZ-GONZÁLEZ, Alfredo; PANERA, Joaquín; RUBIO-JARA, Susana e MÉNDEZ--QUINTAS, Eduardo (2016) – The coexistence of Acheulean and Ancient Middle Palaeolithic technocomplexes in the Middle Pleistocene of the Iberian Peninsula, *Quaternary International*, 411, pp. 367-377.

SERPA PINTO, Rui de (1932) – Notas para um plano de estudos geológicos entre Minho e Lima, *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*, Vol. I, Viana do Castelo, pp. 27-28.

SOARES DE CARVALHO, Gaspar, MEIRELES, José e SANDE LEMOS, Francisco (1983) – O Quaternário do Minho. Estado actual dos nossos conhecimentos, *Portvgália*, Nova Série, Volume IV/V, Porto, pp. 13-20.

SOARES DE CARVALHO, Gaspar e SANDE LEMOS, Francisco (1985) – Estudo dos depósitos e indústrias quaternárias nos vales fluviais do Mino. Notícia sumária sobre as investigações em curso, *Revista de Guimarães*, 94, Guimarães, pp. 339-344.

TEIXEIRA, Carlos (1944) – Tectónica Plio-Pleistocénica do Noroeste Peninsular, *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal,* Vol. IV, fasc. 1-2, pp. 19-41.

TEIXEIRA, Carlos (1952) – Os terraços da parte portuguesa do rio Minho, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Tomo XXXIII, Lisboa, pp. 221-246.

TEXIER, Jean-Pierre (1984) – Le site paléolithique de Budiño, *Portugália*, IV-V, pp. 34-35.

TEXIER, Jean-Pierre e VIDAL ENCINAS, J. (1981) – Nuevas excavaciones arqueológicas en las Gándaras de Budiño. Primeros resultados. *La estratigrafia*, (Dáz del Olmo, F., Marquez Fernández, D., Rubio Recio, J.M., eds), *Actas de la V Reunión del Grupo Español de Trabajo del Cuaternario*, pp. 210-220.

VÁRIOS (1980) – *Relatório. Barragem de Sela*, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 15 p.

VÁZQUEZ VARELA, J. M. (1980) – Nuevos datos y perspectivas sobre el Camposanquiense de Galicia, *Museo de Pontevedra*, Tomo XXXIV, Pontevedra, pp. 67-78.

VIANA, Abel (1930) – Estações Paleolíticas do Alto Minho. *Portvcale*, vol. III, nº 15, Porto, pp. 6-51.

VIDAL ENCINAS, Julio M. (1982a) – Las Gándaras de Budiño: balance preliminar de dos campañas de excavaciones (1980-1981), *Museo de Pontevedra*, Tomo XXXVI, Pontevedra, pp. 91-113.

VIDAL ENCINAS, Julio M. (1982b) – O Paleolitico Inferior no Baixo Miño, Marxe galega: unha aproximación, *Brigantium*, Coruña, vol. 3, pp. 7-32.

VIDAL ENCINAS, Julio M. (1983) – *El Camposanquiense: datos para una revisión critica*, in «Actas del II Seminario de Arqueologia del Noroeste, Santiago de Compostela, 1980», Madrid, pp. 39-57.

VIVEEN, Willem (2013) – *Multi-scale Tectonic Controls on Fluvial Terrace Formation in a Glacioeustatically-dominated River System. Inferences From the Lower Miño Terrace Record.* Wageningen University, Wageningen, The Netherlands (Phd thesis), 222 p.

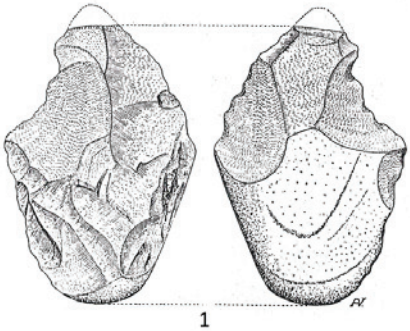
VIVEEN , W.; BRAUCHER, R.; BOURLÈS, D.; SCHOORL, J.M.; VELDKAMP, A.; VAN BALEN , R.T.; WALLINGA, J.; FERNANDEZ-MOSQUERA, D.; VIDAL-ROMANI, J.R. e SANJURJO-SANCHEZ, J. (2012) – A 0.65 Ma chronology and incision rate assessment of the NW Iberian Miño River terraces, *Global and Planetary Change*, 94-95, pp. 82-100.

VIVEEN, Willem; SCHOORL, Jergen M.; VELDKAMP, Antoine, VAN BALEN; Ronald T. e VIDAL-ROMANI, Juan R. (2013a) – Fluvial terraces of the northwest Iberian lower Miño River, *Journal of Maps*, Vol. 9, 4, pp. 1-10.

VIVEEN, Willem; SCHOORL, Jergen M.; VELDKAMP, Antoine; VAN BALEN, Ronald T.; DESPRAT, S. e VIDAL--ROMANI, Juan R. (2013b) – Reconstructing the interacting effects of base level, climate, and tectonic uplift in the lower Miño River terrace record. A gradient modelling evaluation, *Geomorphology*, 186, pp. 96-118.

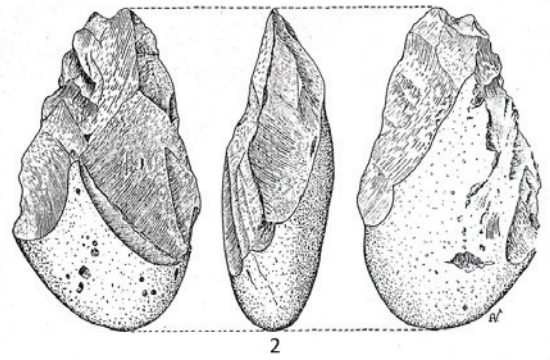
VIVEEN, Willem; SCHOORL, Jergen M.; VELDKAMP, Antoine e VAN BALEN, Ronald T. (2014) – Modelling the impact of regional uplift and local tectonics on fluvial preservation, *Geomorphology*, 210, pp. 119-135.

ZBYSZEWSKI, Georges (1943) – La classification du paléolithique ancien et la chronologie du quaternaire de Portugal en 1942, *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, 2 (2-3), Porto, pp. 3-111.



1





2

Figura 1 – "Carta Paleolítica do Alto Minho" publicada por Abel Viana em 1930, assinalando a localização dos principais achados por ele realizados no Vale do rio Minho, a par de outros entretanto efetuados por ele e por outros arqueólogos no litoral e noutras bacias hidrográficas da região (Viana 1930); 1 – biface em quartzito, proveniente de Peso, Melgaço, recolhido e desenhado por Abel Viana; 2 – biface em quartzito recolhido no lugar de Igreja-Nova, em Vilar de Mouros, desenhado também por Abel Viana (Viana 1930).

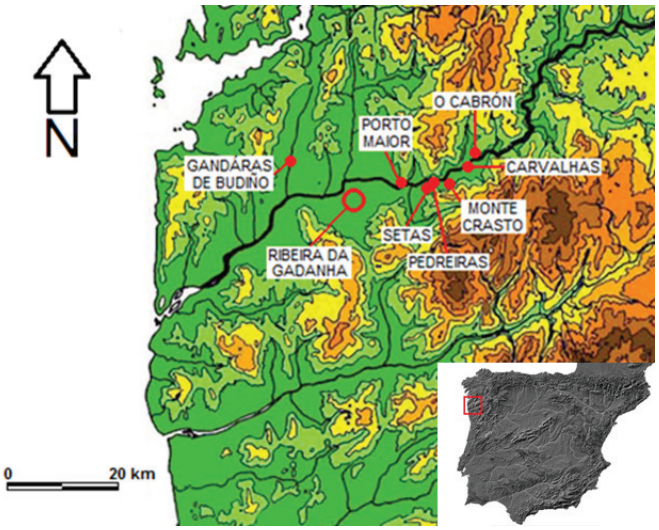


Figura 2 – Localização das mais importantes jazidas paleolíticas conhecidas na margem direita do rio Minho (Méndez-Quintas 2017) e das jazidas localizadas e intervencionadas na margem esquerda no âmbito do projeto Miño/Minho 2.



Figura 3 – A – Estratigrafia da Jazida de Pedreiras 1, entre os cortes B (à esquerda) e C (à direita), sendo de registar que a escassa indústria lítica aí recolhida provinha da UE3; B – Localização e levantamento topográfico das jazidas de Pedreiras 1 e 2 associada a ortofoto da área; C – Interpretação estratigráfica dos principais cortes da jazida acheulense de Pedreiras 2.



Figura 4 – Jazida acheulense de Pedreiras 2: a e b – bifaces configurados sobre seixos rolados de quartzito; c – machado de mão de tipo "o" sobre lasca de quartzito; d – núcleo discoide sobre pequena calote de seixo de quartzito.

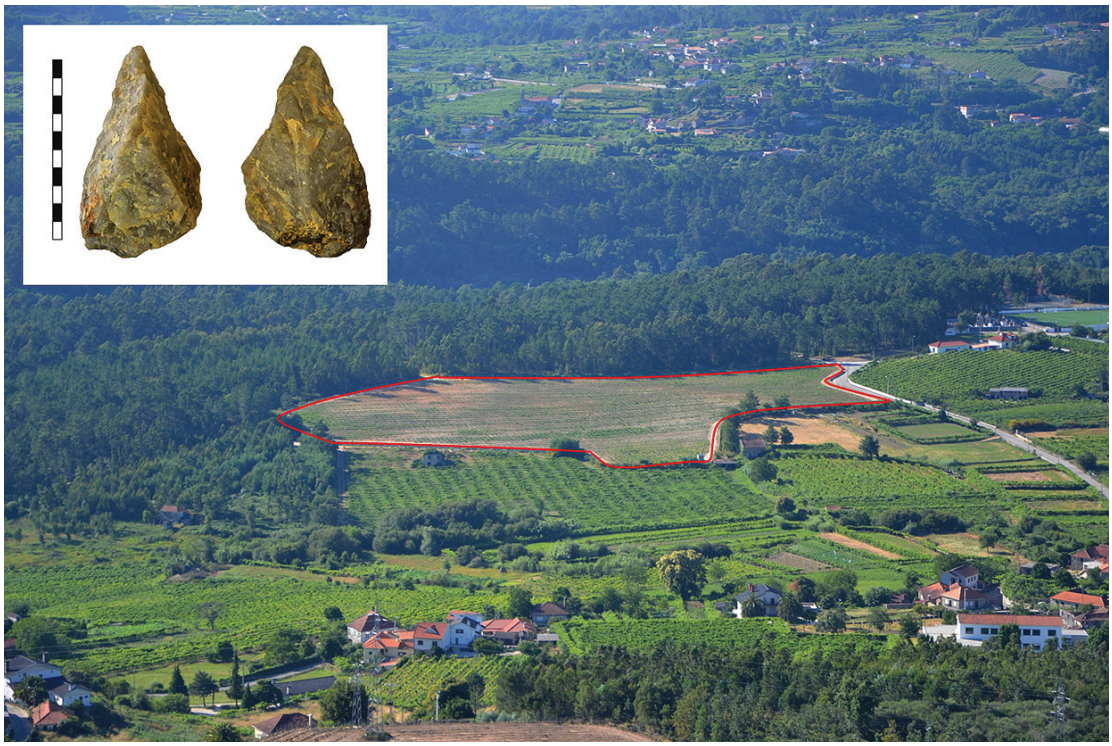


Figura 5 – Panorâmica a partir do Monte da Senhora da Graça da jazida de Setas, situada num terraço de 70 m sobre o rio Minho, a sudoeste de Messegães, delimitando-se a área de vinha prospetada. Vista para norte. No canto superior direito biface de quartzo recolhido no local.



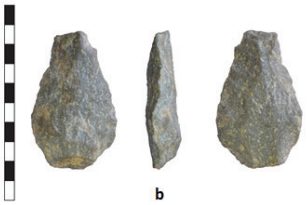








Figura 6 – Ortofoto da Veiga de Remoães com a localização dos principais *loci* arqueologicamente intervencionados; b – pequeno biface configurado a partir de uma lasca de quartzito recolhido na Quinta da Veiga (*Locus 4*); C – Vista na zona sul da Veiga de Remoães, com a localização do *Locus 4* nas imediações da Quinta da Veiga (à direita); D – Inventariação de parte dos materiais arqueológicos exumados no decurso da campanha de 2016 na antiga Escola de Remoães; e – Biface sobre seixo de quartzito, com arestas de talhe muito boleadas, proveniente da jazida de Monte Castro, na freguesia de Penso (Melgaço).

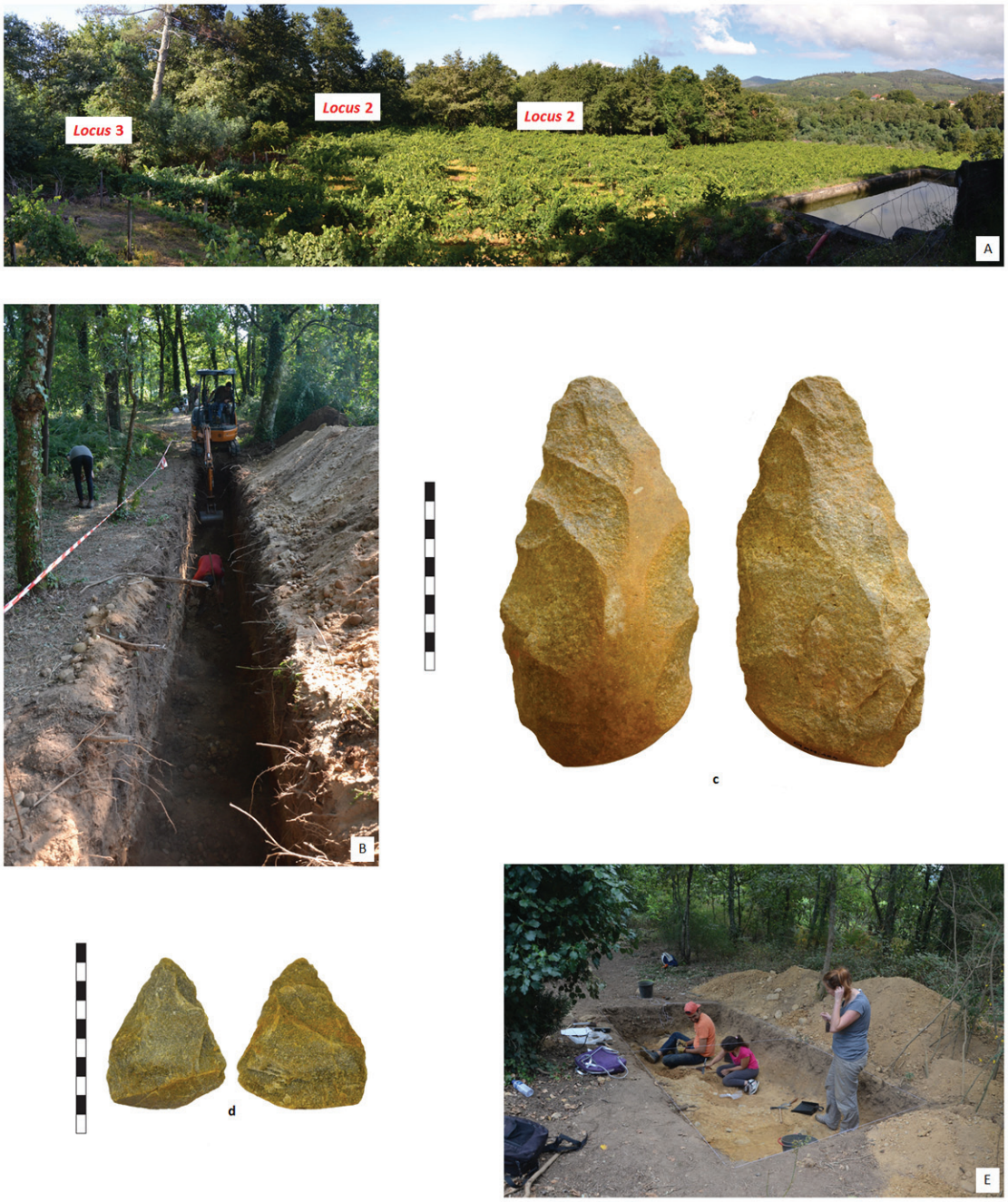


Figura 7 – Imagem panorâmica da zona norte da Veiga de Remoães, adjacente ao atual leito do rio Minho, com a localização dos vários *loci* associadas à jazida das Carvalhas, observando-se em primeiro plano a vinha plantada sobre o antigo paleocanal do rio Minho; B – Abertura de uma sondagem mecânica entre os *loci* 2 e 3 que permitiu observar em estratigrafia o desenvolvimento do paleocanal e a sua interestratificação com o depósito de vertente representado no *Locus* 3; c – Biface de quartzito sobre lasca recolhido nos depósitos de origem fluvial seccionados pela sondagem mecânica aberta na jazida das Carvalhas; d – Raspador convergente sobre lasca de quartzito proveniente da escavação efetuada no *Locus* 1; E – Escavação inicial do *Locus* 1 da jazida das Carvalhas (campanha de 2016).

ESTUDO TECNOLÓGICO DE TRÊS SÍTIOS DO PALEOLÍTICO MÉDIO DO CENTRO DE PORTUGAL: RIBEIRA DA PONTE DA PEDRA, SANTA CITA E LAGOA DO BANDO

Sara Cura[1], Antonella Pedergnana[2], Pedro Cura[3], Luiz Oosterbeek[4], Gabriele Luigi Francesco Berruti[5], Pedro Peça[6], Rosa Linda Graziano[7]

RESUMO

O estudo das indústrias líticas recolhidas em três sítios do Plistocénico Superior – Ribeira da Ponte da Pedra, Santa Cita e Lagoa do Bando – localizados no centro de Portugal mostram uma diversidade de características. Algumas divergências podem estar relacionadas com a funcionalidade dos sítios, diferente posição no território, diferente gestão das matérias-primas e, claro, cronologia. Neste trabalho a estratégias tecnológicas são apresentadas e interpretadas em termos de escolhas técnicas em função de padrões de adaptação humana. Para além disso as afinidades tecnológicas e as divergências entre os três sítios serão discutidas.

Palavras-chave: Tecnologia lítica, Paleolítico Médio, Lagoa do Bando, Santa Cita, Ribeira da Ponte da pedra.

ABSTRACT

The study of lithic assemblages collected in three Upper Pleistocene sites – Ribeira da Ponte da Pedra , Santa Cita and Lagoa do Bando – located in central Portugal, show a diversity of technological traits. Some divergences might point to differences in site function, perhaps due to the different environmental positions of the sites in the landscape, different management of raw materials and, of course, possibly due to different chronologies. In this work, the lithic technological strategies adopted in Ribeira da Ponte da Pedra, Santa Cita, and Lagoa do Bando are presented and interpreted in terms of technical choices driven by patterns of human adaptive behaviour, conditioned by site location and raw material constraints. Furthermore, the technological affinities and divergences between these sites will be discussed.

Keywords: Middle Palaeolithic, Lithic technology, Lagoa do Bando, Santa Cita, Ribeira da Ponte da pedra.

1. Instituto Terra e Memória; Grupo Quaternário e pré-História do centro de Geociências da Universidade de Coimbra (uID73 – FCT); Museu de Arte Pré-Histórica de Mação; osaracurao@gmail.com

2. IPHES, Institut Català de Paleoecologia Humana i Evolució Social; Àrea de Prehistòria, Universitat Rovira i Virgili; Grupo Quaternário e pré-História do centro de Geociências da Universidade de Coimbra (uID73 – FCT); antonella.pedergnana@gmail.com

3. Instituto Terra e Memória; Grupo Quaternário e pré-História do centro de Geociências da Universidade de Coimbra (uID73 – FCT); Museu de Arte Pré-Histórica de Mação; opedrocura@gmail.com

4. Instituto Terra e Memória; Grupo Quaternário e pré-História do centro de Geociências da Universidade de Coimbra (uID73 – FCT); Instituto Politécnico de Tomar; Museu de Arte Pré-Histórica de Mação; loost@ipt

5. Associazione culturale 3P (Progetto Preistoria Piemonte); Università degli studi di Ferrara; ilgabbro79@gmail.com

6. Instituto Terra e Memória; pedropeca@gmail.com

7. Instituto Terra e Memória; rosalinda.graziano@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O estudo das indústrias líticas recolhidas em três sítios do Plistocénico Superior – Ribeira da Ponte da Pedra, Santa Cita e Lagoa do Bando – localizados no centro de Portugal, mostram uma diversidade de aspectos tecnológicos. Algumas diferenças podem ser atribuídas a diferentes funções do dos sítios, talvez devido à diferente posição na paisagem, diferente gestão das matérias-primas e, claro, possivelmente devido a diferentes cronologias. A cronologia é um aspecto problemático neste trabalho uma vez que só temos datações absolutas para a Ribeira da Ponte da Pedra. A data por OSL de 90 ± 13 (Dias *et al.*, 2009) e ESR de 80 ± 9 ka 5 (Rosina *et al.*, 2014) nos sedimentos que continham artefactos do Paleolítico Médio permitem uma atribuição ao MIS 5. A cronologia dos outros sítios é relativa à sua posição no terraço fluvial, no caso de Santa Cita que pode ser atribuída ao MIS 3 e por avaliação tecno-tipológica no caso da Lagoa do Bando. Apesar deste problema e pensamos ser relevante apresentar um estudo comparativo das indústrias líticas destes três sítios. Para além disso, enquanto a Ribeira da Ponte da pedra e Santa Cita se encontram em vales de rios, a Lagoa do Bando está localizada numa serra em Mação a uma altitude considerável. Independentemente de ser necessário mais pesquisa no sítio e na região a alta localização da Lagoa do Bando revela um padrão de ocupação diferente daquele que aponta para a ausência de sítios de Paleolítico Médio em alta altitude (Zilhão, 2001, p. 606) (Figura 1).

Neste trabalho as estratégias tecnológicas adoptadas nos três sítios são apresentadas e interpretadas em termos de escolhas técnicas orientadas por padrões de comportamento humano adaptativo, condicionado pela localização dos sítios e pelas matérias-primas utilizadas. Para além disso, as afinidades e divergências tecnológicas entre os sítios serão discutidas.

2. OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA RIBEIRA DA PONTE DA PEDRA, SANTA CITA E LAGOA DO BANDO E O ESTUDO TECNOLÓGICO DAS SUAS INDÚSTRIAS

2.1. Ribeira da Ponte da Pedra

Localizado numa vertente na margem esquerda da ribeira homónima, tributária do Tejo, o sítio da Ribeira da Ponte da Pedra contêm artefactos líticos do Paleolítico Inferior, Médio e Superior. (Cura *et al.*, 2014).

A paisagem em torno é caracterizada por terraços fluviais e coluviões cobrindo as vertentes de pequenas colinas com menos de 140 metros de altitude. A escavação do sítio expôs quarto unidades geológicas: substrato Miocénico, terraço fluvial T4, o topo do terrace T5 e coberturas coluvionares.

O topo de terraço T5, de onde são provenientes os artefactos líticos estudados neste trabalho, apresenta duas unidades litológicas distintas:

> **107** – Composta por areias avermelhadas muito compactas com a presença de siltos e argila e clastos.
>
> **111** – Composta por areias amareladas medias e com clastos.

Este terraço foi datado por dois métodos diferentes: TL – E 89 980 ± 13 389 BP (Dias *et al.*, 2010) and ESR – 80 ± 9 Ka (Rosina *et al.*, 2014) (Figura 2).

2.1.1. A indústria lítica

Foram, até ao momento, recolhidos 442 artefactos nos sedimentos de topo do terraço T5, a maioria em quartzito, residualmente em quartzo (Graziano, 2013). Numa primeira fase os artefactos foram analisados por unidade litológica, mas devido ao facto de apresentarem notável similitude apresenta-se a análise considerando as diferentes unidades litológicas em conjunto.

A indústria lítica é caracterizada pela predominância de lascas corticais e semi-corticais resultantes da aplicação de esquemas técnicos simples (debitagem unifacial, unidireccional ou convergente), mas constante na obtenção de suportes regulares apesar das diferentes morfologias. Esquemas técnicos mais complexos como o Levallois e o discóide também estão presentes. A maior parte das lascas tem talão cortical, consequência da exploração directa da superfície externa dos seixos rolados de quartzito sem preparação prévia, embora existam também talões planos e facetados resultantes da exploração de núcleos bifaciais, levallois e discóides. A análise tecnológica dos levantamentos dorsais das lascas está em concordância com as orientações identificadas nos seixos talhados e núcleos. (Tabela 1)

Os seixos talhados para além de serem explorados para a produção de lascas foram também transformados em choppers e chopping tools. Dada a semelhança entre a debitagem unifacial a formatação de seixos para instrumentos, nem sempre é fácil distinguir uns dos outros. No entanto nós admitimos esta dupla função destes seixos talhados já que eles

Categoria tecno-tipológica	Unidade litológica 107		Unidade litológica 111		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Seixo talhado unifacial	3	1.49%	2	0.83%	5	1.13%
Seixo talhado bifacial	2	0.99%	3	1.25%	5	1.13%
Núcleo	4	1.98%	3	1.25%	7	1.58%
Núcleo levallois recorrente	1	0.50%	1	0.42%	2	0.45%
Núcleo bifacial	1	0.50%	1	0.42%	2	0.45%
Lasca	90	44.55%	119	49.58%	209	47.29%
Lasca discóide	2	0.99%	3	1.25%	5	1.13%
Lasca levallois	2	0.99%	1	0.42%	3	0.68%
Debris	7	3.47%	12	5.00%	19	4.30%
Fragmento indeterminado	40	19.80%	50	20.83%	90	20.36%
Fragmento natural	50	24.75%	45	18.75%	95	21.49%
Total	**202**	**100%**	**240**	**100%**	**442**	**100%**

Tabela 1 – Distribuição da indústria pelas categorias tecno-tipológicas principais.

apresentam levantamentos para a produção de lascas e uma morfologia adequada com uma margem activa regular por vezes retocada para serem utilizados como utensílios. Esta dupla função também se encontra presente na indústria lítica do Paleolítico Inferior do mesmo sítio (Cura, 2014).

Apesar de minoritários sublinhamos a presença de lascas discóides e lascas e núcleos levallois. A possível aplicação do método discóide está representada por 5 lascas, duas delas retocadas. No entanto, não se registam núcleos discóides, e temos de admitir que a confirmação deste método tem de ser reforçado com a presença de núcleos, já que as lascas de exploração centrípeta dos seixos podem confundir-se morfologicamente com lascas discóides. È necessário prosseguir com os trabalhos de escavação e recuperar mais material.

O método Levallois está representado por 3 lascas e 2 núcleos. Os núcleos apresentam características técnicas de exploração recorrente centrípeta. Em concordância as lascas apresentam levantamentos dorsais centrípetos e talões preparados (Figura 3).

O retoque, tal como no Paleolítico Inferior, está presente sobretudo em suportes corticais, mas é mais regular. As lascas retocadas incluem raspadores, perfuradores, denticulados e entalhes (Figura 3).

Dado o reduzido número de artefactos as hipóteses de cadeias operatórias têm de ser confirmadas com a recolha de mais material. Podemos dizer que é clara a presença de uma cadeia operatória unifacial, simples e curta, que explora de forma eficaz a morfo-volumetria dos seixos rolados de quartzito. O objectivo é a produção de lascas corticais e semi-corticais com margens activas regulares. A par desta exploração está a possível posterior transformação destes seixos talhados em choppers e chopping tools. Podemos verificar a aplicação de cadeias operatórias pré-determinadas pela presença de lascas discóides e lascas e núcleos Levallois.

2.2. Santa Cita

O sítio de Santa Cita foi descoberto em 1990 e após extensivas escavações foram identificados 3 níveis de ocupação, dois do Paleolítico Médio (B e C) e um do Epipaleolítico (A) (Lussu *et al*., 2001). Nas duas primeiras campanhas de escavação foram recuperados cerca de 5469 artefactos líticos (Bicho & Ferring, 2001). Uma posterior escavação (1999-2000) foi dirigida pelo CEIPHAR (*Centro Europeu da Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo)*. Os artefactos líticos recolhidos nesta última campanha são apresentados neste trabalho (só os artefactos do Paleolítico Médio das camadas B e C).

Desde o topo até à base apresentamos uma breve descrição da estratigrafia (Figura 4):

- **Camada A:** a granolumetria dos sedimentos – siltos e argila – indica que o agente de transporte pode ter sido eólico;
- **Camada B:** é formada por areias e argilas que podem ter sido a planície aluvional do rio ;
- **Camada C:** é composta por barras conglomeráticas alternadas com arreias grosseiras, areia e

argilas. A corrente deve ter tido uma velocidade significante considerando o tamanho dos seixos. É arqueologicamente estéril, com excepção de uma paleo-superfície que foi identificada no topo da camada C. Os artefactos foram recolhidos só no topo desta (Lussu *et al*., 2001).

Apesar de não existirem datas absolutas, a cronologia foi obtida pela combinação dos estudos dos líticos e informação geológica. Assim a camada A pertence ao Epipaleolítico, enquanto a camada B e o topo da camada C pertencem ao Paleolítico Médio (Lussu *et al*., 2001). Uma vez que o sítio foi associado com o terraço baixo T6, uma possível cronologia situa-se entre 63 e 38 BP (MIS 3) (Mozzi, 2000; Mozzi *et al*., 1998).

2.2.1. A indústria lítica

A indústria de Santa Cita exibe relativamente boas condições de preservação, mesmo se algumas peças apresentam margens e arestas arredondadas por abrasão da água, evidencia observada microscopicamente (Pedergnana & Rosina, 2015). Quartzo, quartzito e sílex são as principais matérias-primas. A maior parte dos artefactos estão completos, e entre as lascas fracturadas há uma alta incidência de fractura de siret, especialmente no quartzo, devido à numerosas fracturas internas dos seixos de quartzo. A indústria está dividida em quatro categorias (Tabela 2): debitagem (B=34%; C= 26%), debris (B= 5%; C= 4%), núcleos (B=2%; C= 2%), e fragmentos (B=49%; C=54%). O quartzo domina em ambas as camadas (B=49%; C= 60%), seguido de diferentes tipos de quartzito local (B=34%; C= 30%), sílex (B=14%; C=9%), e outras matérias-primas (B=3; %; C= 1%).

Categoria tecno-tipológica	Camada B		Camada C		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Núcleo prismático	1	0.28%	5	0.40%	6	0.37%
Núcleo centrípeto	1	0.28%	0	0	1	0.06%
Núcleo discóde	1	0.28%	2	0.16%	3	0.19%
Núcleo Levallois	0		0	0	0	0
Núcleo	2	0.56%	3	0.24%	5	0.31%
Núcleo residual	1	0.28%	8	0.64%	9	0.56%
Núcleo sobre lasca	1	0.28%	3	0.24%	4	0.25%
Fragmento de núcleo	2	0.56%	0	0	2	0.12%
Seixo talhado	2	0.56%	0	0	2	0.12%
Lasca	100	28.17%	282	22.56%	382	23.80%
Lasca retocada	3	0.85%	3	0.24%	6	0.37%
Lasca discóide	14	3.94%	36	2.88%	50	3.12%
Lasca Levallois	4	1.13%	0		4	0.25%
Debris	19	5.35%	48	3.84%	67	4.17%
Fragmento de lasca	131	36.90%	476	38.08%	607	37.82%
Fragmento indeterminado	30	8.45%	185	14.80%	215	13.40%
Fragmento natural	43	12.11%	199	15.92%	242	15.08%
Total	**355**	**100%**	**1250**	**100%**	**1605**	**100%**

Tabela 2 – Distribuição da indústria pelas categorias tecno-tipológicas principais.

Cerca de metade dos núcleos são informais, que incluem os seguintes tipos: seixos talhados (B: n=2), tipo prismáticos (B: n= 1; C: n= 5), não especializados (B: n= 2; C: n= 3), residuais (B: n=1; C: n= 8) e núcleos sobre lascas (C: n= 3). Os seixos talhados são provavelmente núcleos na sua primeira fase de exploração. Também se identificam núcleos centrípetos, alguns deles apresentando características discóides (B: n= 1; C: n= 2).

Os suportes incluem lascas (B: 81%; C: 83%), lascas

discóides (B= 15%; C 11%) e lascas tangenciais (B: 2%; C: 5%). Artefactos retocados estão quase ausentes (B: n= 3; C: n= 3). Foram identificadas 4 lascas de morfologia Levallois que foram interpretadas como produtos pré-determinados mas não podemos assegurar que são provenientes de núcleos Levallois. São conhecidas as analogias morfológicas entre as reduções Levallois centrípetas recorrentes e discóides (Slimak, 2003).

Em geral os suportes são de morfologia rectangular (B: 39%; C: 44%), ou quadrangular (B: 12%; C: 12%). A maior parte das lascas apresenta talões lisos. Também se regista a presença de talões corticais, especialmente em lascas corticais e lascas de tamanho inferior a 20 mm. Em alguns casos os talões estão ausentes devido a fractura e à tendência dos talões de quartzo se esmagarem aquando do impacto.

A análise tecnológica atesta a presença de cadeias operatórias distintas dependendo da matéria-prima. Este facto reflecte-se na presença ou ausência de algumas fases da cadeia operatória.

- O sílex é o material menos abundante e os núcleos estão muito explorados. Não há núcleos abandonados com potencial para serem explorados. Isto pode querer dizer que o sílex ainda utilizável foi possivelmente transportado para fora do sítio.
- No que diz respeito ao quartzito identificam-se núcleos em plena fase de debitagem, mas também em fases bastante avançadas da exploração. O grande número de produtos de debitagem, incluindo corticais, indica que as cadeias operatórias aplicadas a esta matéria-prima estão completas;
- Os núcleos de quartzo têm pequenas e médias dimensões e alguns foram abandonados (por serem muito pequenos, por perda de ângulo de talhe, por acidentes de talhe, por fracturas internas, etc.). Devido às descontinuidades internas do quartzo o método discóide não foi muito aplicado.

O principal objectivo técnico foi a produção de lascas metricamente estandardizadas, mas sem regularidade na morfologia. Os suportes foram produzidos numa forma rápida e eficiente e provavelmente foram utilizados logo após serem talhados. Não foram identificados suportes retocados o que contrasta com outros sítios do paleolítico médio na região.

O método discóide foi identificado em todas as matérias-primas, mas é mais frequente no quartzito. No que diz respeito a esta matéria – prima foram identificados os principais suportes discóides (Figura 6), como por exemplo longas e curtas lascas centrípetas ou lascas tangenciais (Slimak, 2003). É possível avançar a hipótese de o método discóide ser aplicado nas primeiras fases de redução, sobretudo no quartzito. Em fase mais avançadas os núcleos têm extracções unipolares e bipolares, sendo que alguns mantêm as faces hierarquizadas como é característica do método discóide. Tanto os núcleos centrípetos reduzidos como os núcleos piramidais podem ser atribuídos a esta fase final da exploração (Figura 5).

Foram documentadas diferenças dependendo da matéria-prima, por exemplo é evidente uma preferência por seixos de quartzito com convexidades naturais apropriadas que facilitam a preparação das plataformas. A aplicação do método discóide verifica-se sobretudo no quartzito e no sílex e em muito menor grau no quartzo.

2.3. Lagoa do Bando

A região de Mação, onde se encontra o sítio da Lagoa do Bando, é geologicamente caracterizada pelo contraste entre a bacia sedimentária do Tejo no extremo sul e este e o antigo maciço Hespérico no norte e oeste. Esta distinção é visível não só nas características litológicas de cada complexo, mas também no relevo. A norte existem formações como o Bando dos Santos que chegam aos 640 metros de altitude, que estão entre os relevos mais altos da região do Médio Tejo. A Lagoa do Bando está localizada nestes relevos e de acordo com o mapa geológico de Portugal (28-A, Mação) pertence ao complexo quartzítico da formação do Bando dos Santos (Romão, 2000)

De um ponto de vista geomorfológico o sítio corresponde a um singular contexto de ocupação humana no Médio Tejo, já que está localizado num ambiente fluvio-lacustre numa altitude considerável. Este contexto contrasta com as conhecidas ocupações do Paleolítico Médio em terraços e gruta indicando uma diversa exploração territorial que conjuga diferentes ambientes geomorfológicos e respectivos recursos.

A estratigrafia observada nas várias sondagens mecânicas e na escavação em área corresponde a uma sequência tipicamente fluvio-lacustre composta por argilas e areias muito finas. Os trabalhos arqueológicos revelaram uma uniformidade estratigráfica no número de camadas e na sua respectiva topografia, relacionadas com processos pedogénicos. (Figura 6).

2.3.1. A indústria lítica

O conjunto lítico é composto por 593 artefactos provenientes dos níveis P e B*, sobretudo em quartzito fino e muito fino e residualmente em quartzo e sílex (Peça, 2012). Apesar de mínima a presença de sílex, representado por três lascas e um debris, indica uma extensa ocupação territorial já que esta matéria-prima só existe no maciço calcário a dezenas de quilómetros de distância do sítio. O predominante quartzito azul escuro muito fino está presente em posição primária e em forma de fragmentos angulares nos vales de pequenas ribeiras a cerca de 10km do sítio. Também se encontra em posição secundária nos depósitos conglomeráticas plistocénicos. Os blocos de quartzito nas imediações do sítio são de fraca qualidade para o talhe e não foram utilizados. As prospecções efectuadas para identificar os possíveis locais onde o quartzito mais utilizado está disponível em forma adequada para o talhe provaram que este é muito difícil de encontrar, indicando um profundo conhecimento do território pelas comunidades humanas que ocuparam esta região durante o Paleolítico Médio. O conjunto lítico, composto essencialmente por lascas e núcleos, representa a escolha tecno-funcional por três cadeias operatórias: expediente, discóide e Levallois (Tabela 3, Figura 8).

Categorias tecno-tipológicas	Camada B*		Camada P		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Núcleo multifacial	5	3%	12	5.33%	17	4.62%
Núcleo prismático	0	0	1	0.44%	1	0.27%
Núcleo Levallois preferencial	3	2.10%	4	1.78%	7	1.90%
Núcleo Levallois recorrente	0	0	1	0.44%	1	0.27%
Núcleo discóide	2	1.40%	1	0.44%	3	0.82%
Núcleo sobre lasca	4	2.80%	1	0.44%	5	1.36%
Seixo talhado	0	0	2	0.89%	2	0.54%
Lasca	37	25.87%	51	22.67%	88	23.91%
Lasca retocada	6	4.20%	5	2.22%	11	2.99%
Lasca discóide	20	13.99%	11	4.89%	31	8.42%
Lasca Levallois	5	3.50%	15	6.67%	20	5.43%
Lasca laminar	1	0.70%	7	3.11%	8	2.17%
Ponta Levallois	1	0.70%	1	0.44%	2	0.54%
Debris	33	23.08%	42	18.67%	75	20.38%
Debris retocado	1	0.70%	0	0	1	0.27%
Fragmento de núcleo	2	1.40%	0	0	2	0.54%
Fragmento de Lasca	11	7.69%	27	12.00%	38	10.33%
Fragmento indeterminado	12	8.39%	17	7.56%	29	7.88%
Total	**143**	**100%**	**225**	**100%**	**368**	**100%**

Tabela 3 – Distribuição do conjunto lítico por categorias tecno-tipológicas.

O método expediente é o mais utilizado representado por núcleos multifaciais e lascas simples, enquanto que entre os métodos pré-determinados, o discóide é o mais representado em lascas e o Levallois (preferencial e recorrente) é o mais representado em núcleos. Tal pode estar relacionado com a menor produtividade de lascas provenientes de núcleos Levallois preferenciais e uma maior produtividade dos núcleos discóides. No que diz respeito às fases das cadeia-operatórias dos três métodos , as fases iniciais estão ausentes: todos os núcleos estão em avançado estado de exploração e a maioria das lascas não apresentam córtex. Tal facto indica que a aquisição da matéria-prima e as primeiras fases de exploração tiveram lugar noutro sítio, revelando um padrão de transporte e uso em que só os produtos

finais foram trazidos para o sítio e aqui utilizados. Este padrão está provavelmente relacionado com a posição elevada do sítio, longe de boas fontes de matéria-prima, e também com a natureza das actividades aqui levadas a cabo. No entanto a elevada quantidade de debris indica que houve actividades de talhe no sítio, provavelmente de manutenção dos núcleos discóides e Levallois. A considerável quantidade de fragmentos pode estar relacionada com o abandono de suportes inutilizáveis. Os instrumentos formais consistem apenas em onze raspadores, evidenciando uma preferência pela utilização de suportes não retocados (Figura 7).

Foram feitas análises funcionais em 41 artefactos, sendo que 21 destes revelaram traços de uso. 10 evidenciam traços de trabalho de madeira, 5 têm traços de actividades de esquartejamento, 3 apresentam traços de processamento de carne e 2 apresentam traços indeterminados. (Berruti & Cura 2016). Alguns outros estudos funcionais em indústrias de Paleolítico Médio mostram alguma diversidade de actividades praticadas nos sítios e normalmente as actividades de esquartejamento são dominantes e o trabalho de madeira está ausente ou é marginal. Neste caso a abundância de actividades de trabalho de madeira e ambas as camadas estratigráficas, sugere uma variada gama de actvidades que não só a produção de dardos e lanças. A presença desta alta quantidade de suportes com traços de trabalho de mMadeira associada a outros suportes com traços associados ao processamento de carcaças animais pode ser explicado com a exploração dos recursos lenhosos locais talvez para a construção de «hunting blinds», como previamente atestado na mesma região no sítio de Vilas Ruivas (Zilhão 1992; 2001). Estes resultados e hipóteses convergem com a interpretação do sítio como um local de caça temporário integrado num padrão complementar de ocupação entre os vales dos rios e o topo das serras quartzíticas (Berruti & Cura 2016).

3. DISCUSSÃO

O quartzite e o quartzo são as matérias-primas mais abundantes na região do Médio Tejo, facto que se reflecte na composição lítica dos três sítios aqui apresentados. Assim sendo, os núcleos de quartzo e quartzito não eram extensivamente explorados devido à sua abundância nas imediações dos sítios. Tal é Válido para a Ribeira da Ponte da Pedra e Santa Cita, mas não para a Lagoa do Bando, já que o quartzito aqui mais utilizado se encontra no fundo dos vales a uma distância considerável. Como o sílex é menos abundante está ausente na Ribeira da Ponte da Pedra, só representado por doze lascas na Lagoa do Bando e em Santa Cita os núcleos estão muito explorados.

A ausência de núcleos e suportes Levallois em Santa Cita, o baixo número de suportes discóides e a presença de núcleos indiferenciados aponta para um baixo grau de predeterminação. O método discóide foi aplicado em sílex e quartzite e está ausente em quartzo, mesmo que esta matéria-prima seja a mais abundante na indústria. A aplicação de cadeias-operatórias simples pode estar relacionada com as actividades levadas a cabo no sítio que não exigiam suportes com alto grau de estandardização (mesmo que algumas lascas pré-determinadas estejam presentes).

A um nível regional, a escassez de sílex não parece ter afectado o *savoir faire* tecnológico dos grupos de neandertais que ocuparam esta região entre os MIS 5 e MIS 3. Apesar do grau diferenciado os métodos Levallois e discóide foram aplicados em quartzito. Só o estudo funcional de suportes da Lagoa do Bando deu resultados positivos, permitindo avançar a hipótese de se tratar de um sítio de caça temporário integrado numa complementaridade de ocupação entre os vales dos rios e os topos das cristas quartzíticas. O sítio da Lagoa do Bando pertence a um grupo de sítios de ar livre do Paleolítico Médio da região do Médio Tejo, como os próximos Foz do Enxarrique, Vila Ruivas, e os mais distantes Santa Cita, Estrada do Prado e Ribeira da Ponte da Pedra. Mas ao contrário destes sítios, a Lagoa do Bando está localizada num relativamente alto ambiente montanhoso, sugerindo uma estratégia de exploração territorial mais complexa para o Paleolítico Médio desta região. No entanto ao nível dos instrumentos formais é semelhante aos referidos sítios onde dominam os entalhes e denticulados.

Os sítios de Santa Cita e Lagoa do Bando apresentam uma tecnologia mais diversificada e a utilização de várias matérias-primas quando comparados com a Ribeira da Ponte da Pedra, cuja indústria é quase exclusivamente em quartzito. Este sítio, sendo o mais antigo da região, tal como apontam as datações absolutas, apresenta traços mais próximos dos níveis do Paleolítico Inferior do mesmo sítio, tal como a presença de seixos talhados e choppers. Estes artefactos estão praticamente ausentes em Santa Cita e

na Lagoa do Bando, possivelmente devido ao facto de serem de cronologia mais recente.

A indústria da Lagoa do Bando é caracterizada por uma alta percentagem de predeterminação. Consequentemente o suportes apresentam características altamente estandardizadas, provavelmente devido à sua funcionalidade específica no trabalho de madeira e esquartejamento tal como indicam os estudos funcionais.

Os sítios de Santa Cita e Ribeira da Ponte da Pedra partilham uma localização semelhante: ambos estão em terraços fluviais, próximos de cursos de água e de boas fontes de matéria-prima. Sítios localizados nestes ambientes podem ser acampamentos residenciais, sítios para recolha de matéria-prima ou acampamentos de caça (tirando vantagem da captura de presas que vêm beber água). Em Santa Cita tiveram lugar intensas actividades de talhe, indicando uma ocupação humana mais prolongada, quando comparada com a Ribeira da Ponte da Pedra e a Lagoa do Bando (claro que temos de considerar que a área escavada nestes sítios é menor).

A principal diferença destacada pelo estudo tecnológico é o maior grau de predeterminação identificado na Lagoa do Bando, estando completamente ausente em Santa Cita e limitado na Ribeira da Ponte da Pedra. Tal pode estar relacionado com diferenças nos principais objectivos tecno-funcionais das cadeias operatórias, diferenças na funcionalidade dos sítios e na cronologia.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundacão para a Ciência e Tecnologia o apoio à pesquisa realizada, no âmbito do Centro de Geociencias da Universidade de Coimbra (projeto estrategico UID/ Multi/00073/2013).

BIBLIOGRAFIA

BICHO, NUNO; FERRING, C.R. (2001) – O sítio arqueológico de Santa Cita, Tomar: As intervenções arqueológicas de 1990 a 1997. *Arkeos*, 11, pp.71-115.

CURA, Sara (2014) – Tecnologia Lítica e comportamento humano no Pleistocénico Médio final do Alto Ribatejo: Estudo da indústria lítica da Ribeira da Ponte da Pedra, PhD thesis presented at the University of Trá-os-Montes e Alto Douro, Vol 1 p.331, Vol. 2 p. 100.

CURA, Sara; GRIMALDI, Stefano; ROSINA, Pierluigi; GRAZIANO, Linda, BOŠNJAK, Tena, OOSTERBEEK, Luiz (2014) – A longa diacronia da Ribeira da Atalaia: do paleolítico inferior ao paleolítico superior, in Carta Galeria Arqueológica Histórica do Concelho de Vila Nova da Barquinha, Antrope Monográfica, nº2, pp. 62-79.

DIAS, I; PRUDÊNCIO, Maria Isabel, FRANCO, D., CURA, Sara, GRIMALDI, Stefano, OOSTERBEEK, Luiz; ROSINA, Pierluigi (2010) – Luminescencedatingof a fluvial depositsequence: Ribeira da Ponte da Pedra – Middle Tagus Valley, Portugal. In: *Archaeometry*, Prudêncio, M.I., Dias, M.I. (Eds.), Proceedings of the XV World Congress UISPP (Lisbon, 4-9 September 2006) Oxford, ArchaeoPress, BAR-International Series 2045, pp. 103-113

GRAZIANO, Linda (2013) – *Approccio tecno-economico all'analisi delle industrie litiche provenienti dal terrazzo T5 a Ribeira da Atalaia* (Portogallo), Master thesis in Quaternary and Prehistory submitted to the Università di Ferrara, 114 p.

LUSSU, T., ROSINA, Pierluigi; OOSTERBEEK, Luiz; COSTA, F. (2001) – O Mustierense de Santa Cita (Tomar, Alto Ribatejo, Portugal): investigação e conservação. *Arkeos*, 11: 13-70.

MOZZI, Paolo, (2000) – Geomorphological and Geological investigations in the Zezere and Nabao River Basin (Ribatejo, Portugal). ARKEOS 9, CHEIPHAR, Tomar, pp.127-142.

MOZZI, Paolo, RAPOSO, Luís, CRUZ, Ana Rosa, OOSTERBEEK, Luiz, DOS REIS, R.P. (1998) – Morphostratigraphy of Quaternary deposits and the archaeological record: the case of the Tejo and Nabao valleys (Ribatejo, portigal). ARKEOS 5. CHEIPHAR, Tomar, pp.63-84.

PEÇA, Pedro (2012) – *Análise Morfotécnica da Indústria Lítica Mustierense do Sítio da Lagoa do Bando (Portugal Central)*. Master thesis in Quaternary and Prehistory submitted to the Università di Ferrara, 108 p.

PEDERGNANA, Antonnella, (2011) – *The Middle Palaeolithic open-air site of Santa Cita (Portugal): Technological analysis and reduction sequences*. Master thesis in Quaternary and Prehistory submitted to the Universidade Tràs-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 144 p.

ROSINA, Pierluigi, VOINCHET, Pierre; BAHAIN, J.J.; CRISTOVÃO, Jorge; FALGUÉRES, C., (2014) – Dating the onset of Lower Tagus River terrace formation using electron spin resonance, *Journal of Quaternary Science*, 29(2), pp. 153–162. doi:10.1002/jqs.2689

SLIMAK, L., (2003) – Les debitages Discoïdes moustériens: évaluations d'un concept technologique. In: *Discoid Lithic Technology. Advances and implications*, (Peresani, M., Ed.), BAR (British Archaeological Reports), 1120, pp. 33-65.

ZILHÃO, João (1992) – Estratégias de povoamento e subsistencia no paleolítico e no Mesolítico de Portugal. In: *Elefantes, Ciervos e Ovicaprinos*, (Moure, A., Ed.), Universidad de Cantabria, Santander, pp. 149-62.

ZILHÃO, João (2001) – Middle Palaeolithic Settlement Patterns in Portugal. In: *Settlement Dynamics of the Middle Palaeolithic and Middle Stone Age*, (Conard, N., Ed.), Kerns Verlag, Tubingen, pp. 597-608.

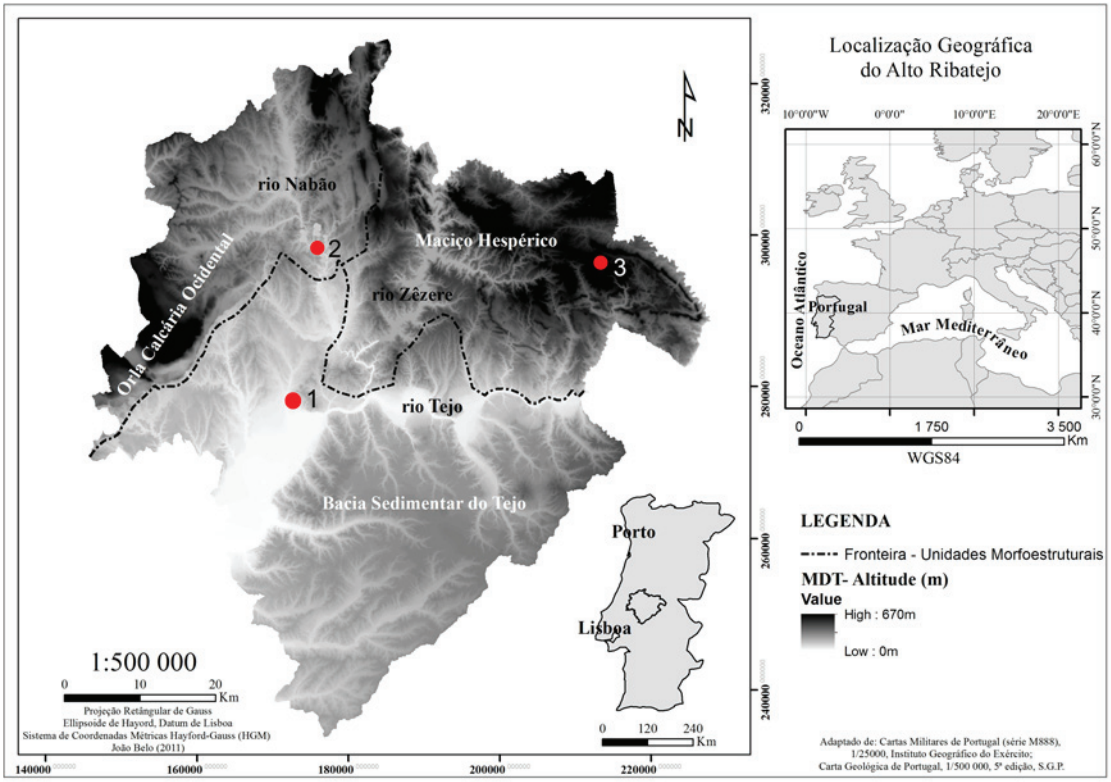


Figura 1 – Localização dos sítios: 1 – Ribeira da Ponte da Pedra; 2 – Santa Cita; 3 – Lagoa do Bando.

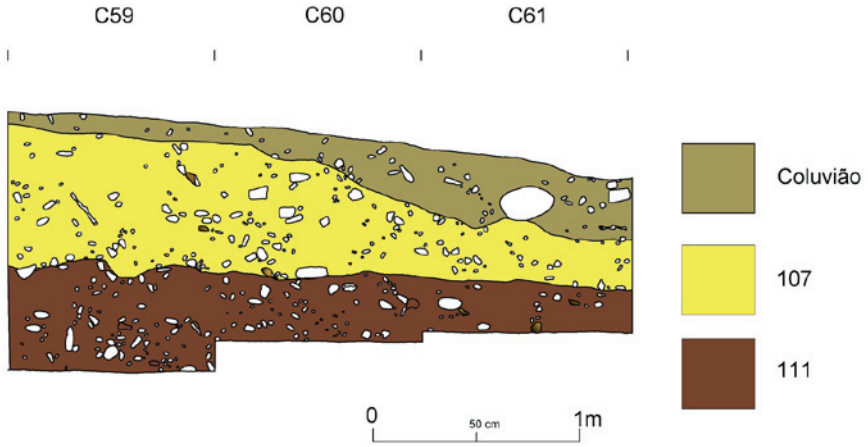


Figura 2 – Estratigrafia do topo do terraço T5.

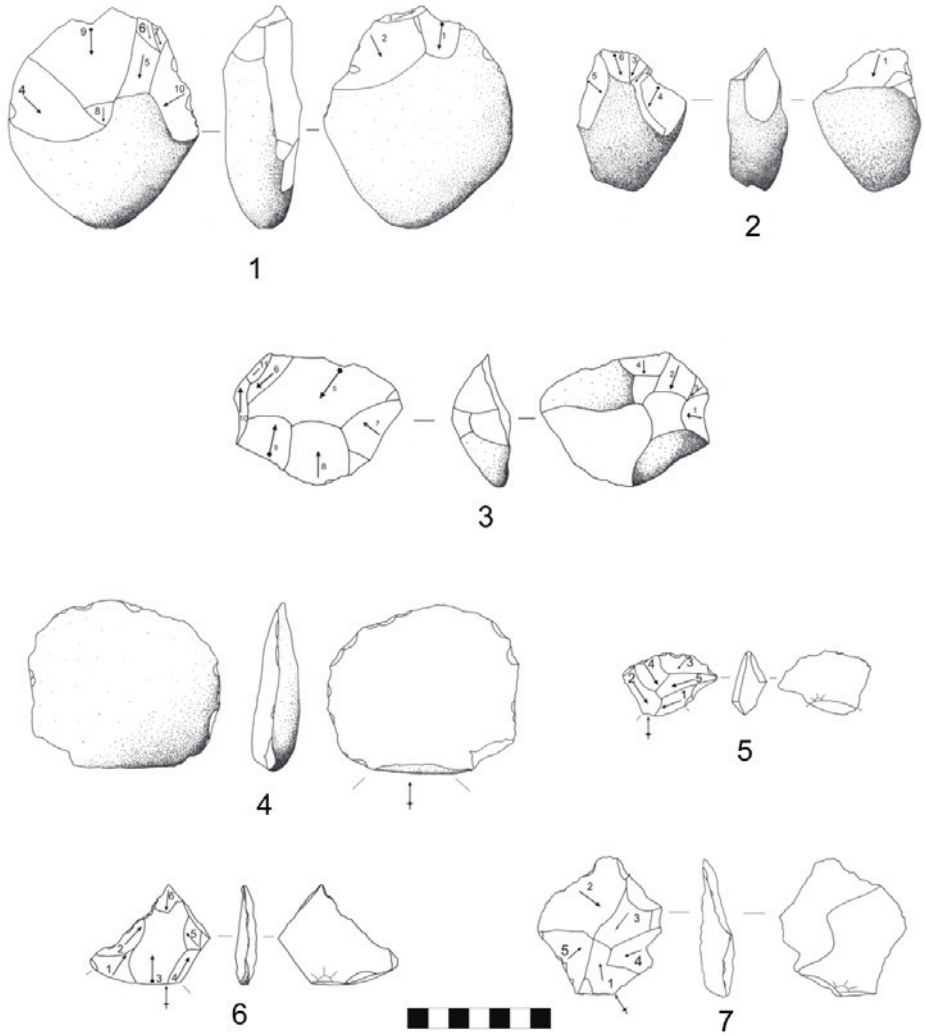


Figura 3 – 1 e 2 –Núcleo bifacial; 3 – Núcleo Levallois; 4 – Lasca cortical retocada; 5 – Lasca discóide retocada; 6 – Raspador; 7 – Lasca Levallois.

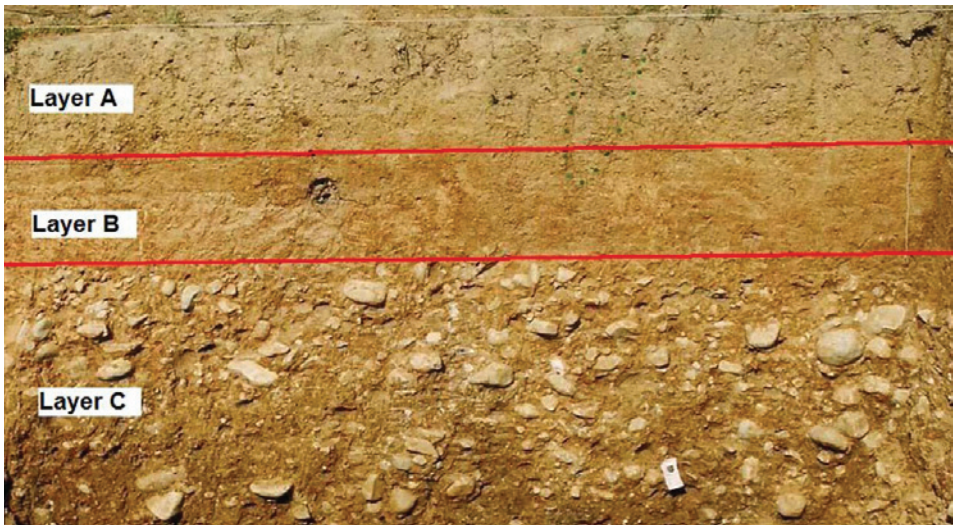


Figura 4 – Sequência estratigráfica de Santa Cita.

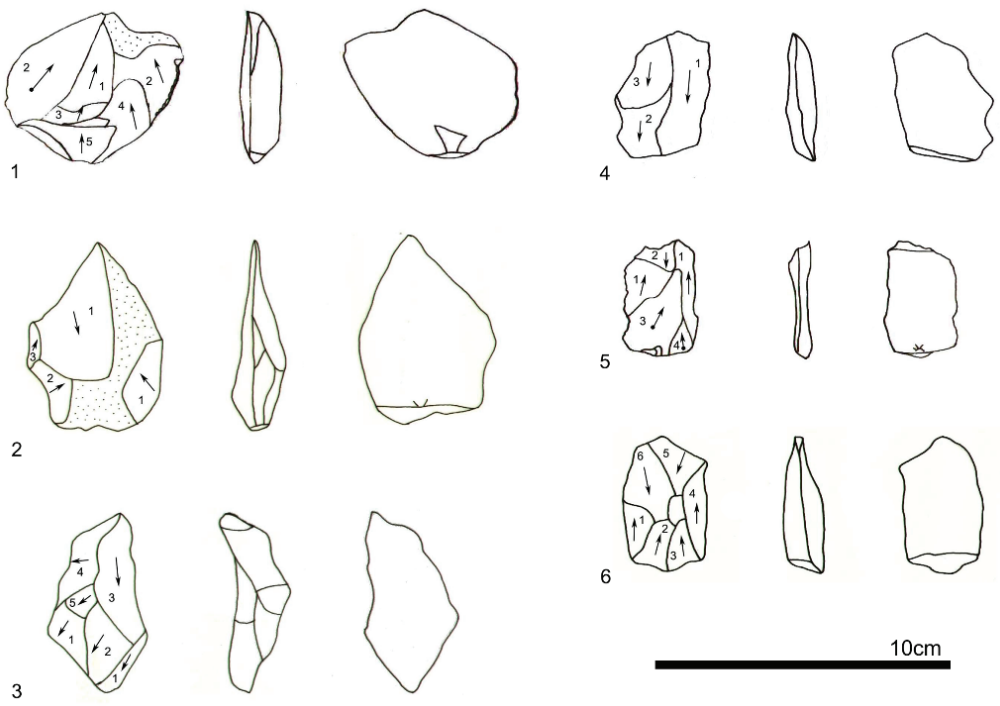


Figura 5 – Lascas discóides 1) L40_10 (sílex); 2) M36_23 B (quartzo); 3) M40_26 C (quartzito); 4) M39_65 C (quartzo); 5) K16_29 (quartzo); 6) K37_50 C (quartzito).

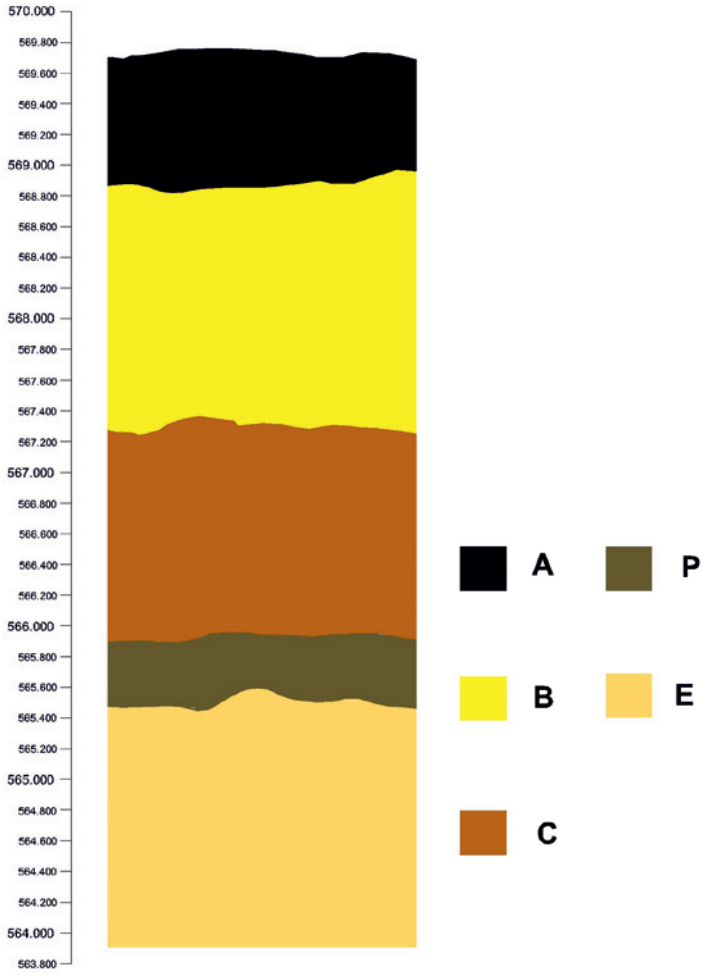


Figura 6 – Perfil estratigráfico da sondagem 5: A – Argila escura e areias finas com muitos elementos orgânicos em decomposição; B – Argila laranja com inclusões de siltos castanhos; C – Argila laranja; P – argila castanho escura com materiais arqueológicos; E – Argila branca e amarela.

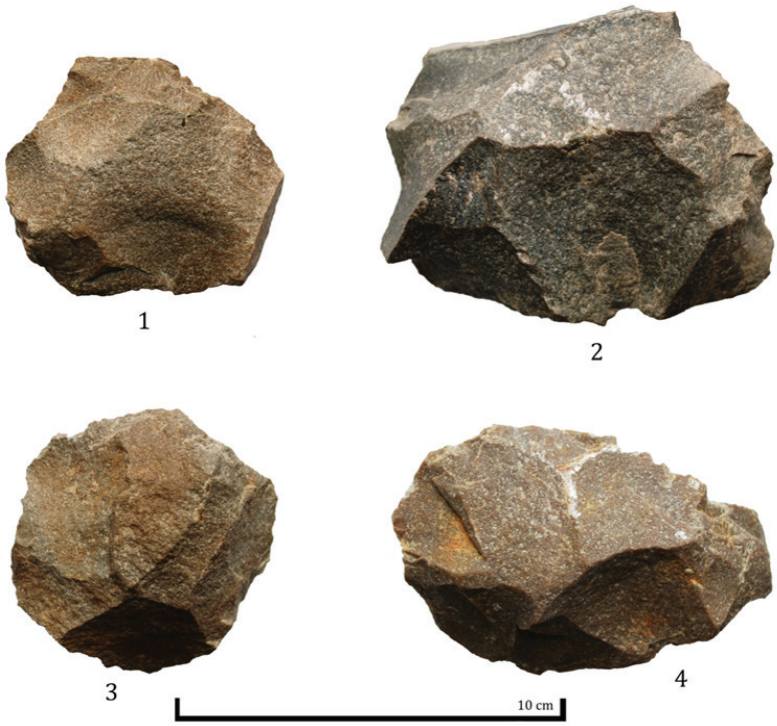


Figura 7 – 1 – Núcleo Multifacial de quartzito; 2 e 3 – Núcleos Levallois de quartzito; 4 – Núcleo discóide de quartzito

O PALEOLÍTICO MÉDIO DE S. JULIÃO DA BARRA: A INDUSTRIA LÍTICA DOS DEPÓSITOS FLÚVIO-MARINHOS INTERVENCIONADOS NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CARCAVELOS

João Luis Cardoso[1], Pedro Peça[2], Raquel Santos[3]

RESUMO

No âmbito das Medidas de Minimização de Impacte Arqueológico, a empresa Neoépica, Lda. foi contratada para a realização de um conjunto de sondagens arqueológicas na empreitada do Campus Universitário de Carcavelos (Cascais). Implantado num terreno entre o Forte de S. Julião e a Quinta de S. Gonçalo, ali foram realizadas 10 Sondagens, por forma a fazer o diagnóstico do potencial arqueológico deste terreno. Em 3 destas sondagens, contíguas, foi identificado um depósito, de matriz aluvionar, com concentração de seixos quartzíticos *in situ*, assim como elementos basálticos, onde se recolheu o conjunto de artefactos de pedra talhada aqui estudado.

Avulta o aproveitamento de seixos quartzíticos, onde predomina a exploração simples, uni e bifacial destes suportes, com a presença relevante da técnica levallois, que faz reportar, de forma global, ao Paleolítico Médio, o conjunto em apreço.

Palavras-chave: Paleolítico Médio, "Tirreniano", Foz do Tejo.

ABSTRACT

Within the scope of the Measures of Minimization of Archaeological Impacts, Neoépica, Lda. was contracted to carry out a set of archaeological surveys in the future University Campus of Carcavelos (Cascais). Implemented on a plot of land between the S. Julião Fort and S. Gonçalo Farm, ten surveys were carried out, in order to make a diagnosis of the archaeological potential of this area. In 3 of these surveys, contiguous, a deposit of alluvial matrix was identified, related to a Tirrenian sea level with concentration of quartzite pebbles in situ, as well as basaltic elements.

The group of stone artifacts is dominated by the use of quartzitic pebbles, where the simple, uni and bifacial exploration prevails, with the relevant presence of the levallois technique, which justifies the attribution of the whole set to the Middle Paleolithic.

Keywords: Middle Paleolithic, "Tirrenian", Mouth of the Tagus.

1. Universidade Aberta (Lisboa), Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras) e ICArEHB; cardoso018@netvisao.pt

2. Neoépica, Lda.; neoepica@gmail.com

3. Neoépica, Lda.; neoepica@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente texto apresentará, em síntese, os resultados obtidos nos trabalhos arqueológicos executados no âmbito da construção do novo Campus Universitário de Carcavelos (Nova School of Business & Economics). O início dos trabalhos de arqueologia verificou-se já em fase avançada do processo de desaterro para construção da empreitada, materializando-se na avaliação dos hipotéticos impactos deste processo, através de Sondagens dispersas pelas áreas ainda por afetar (um espaço residual em relação ao total da área de obra). Os trabalhos decorreram entre Outubro de 2016 e Janeiro de 2017, tendo revelado o espólio que agora se divulga.

2. TRABALHOS REALIZADOS, RESULTADOS OBTIDOS

O terreno onde se implanta o novo Campus Universitário, correspondia a um baldio, a Norte da Estrada Marginal, contíguo à Praia de Carcavelos a Ocidente do Forte de S. Julião da Barra. Constitui plataforma, relativamente plana, cerca de 11-15 metros sobre o nível do mar, com pendente no sentido NE-SW (Figura 1).

Foram definidas 3 áreas (que se converteram em 4, já no decurso dos trabalhos de campo) ainda não afectadas pela empreitada, onde se implantou um conjunto de 10 sondagens de diagnóstico, num total de 55 m² , por forma a aferir o potencial arqueológico da zona. A par desta medida, foi efectuado o registo de dois cortes observados na **área já escavada, assim como o acompanhamento** arqueológico de todas as escavações a serem efectuadas em áreas ainda não revolvidas.

Na sequência das sondagens de diagnóstico realizadas na área C, foi identificado um nível que evidenciava concentração de indústrias líticas predominantemente sobre seixos talhados. Por forma a aferir a extensão deste depósito, assim como possibilitar a recolha do maior número de artefactos, foi aberta uma vala ao longo da plataforma onde foi identificado o material (Figura 2), tendo sido possível a escavação em extensão da superfície do depósito detrítico, onde jaziam *in situ* numerosos artefactos, correspondente à "vala 12" (Figura 3).

Os trabalhos decorreram entre Novembro de 2016 e Março de 2017. As coordenadas aproximadas do local são: 38°40'41.88" lat N; 9°19'36.52" long. Do ponto de vista geológico, o pequeno retalho de depósito detrítico plistocénico, com uma potência residual, situa-se na periferia do Complexo Vulcânico de Lisboa, que, como é sabido, é caracterizado por um elevado número de concentrações de materiais do Paleolítico Inferior e sobretudo do Paleolítico Médio. Tal retalho já tinha sido cartografado em 1935 por Paul Choffat, sob a designação de "Areias e Cascalheiras de Praias Antigas", na Carta Geológica dos Arredores de Lisboa (Choffat, 1935). Mais tarde, este mesmo depósito viria a ser integrado no conjunto de praias levantadas atribuíveis ao ciclo Tirreniano que vão do Guincho à Foz do Tejo, com base nas respectivas altimetrias relativas, condizentes com as escassas evidências arqueológicas neles detectadas (Breuil, Zbyszewski, 1945).

A altimetria relaciona-o tradicionalmente com o último grande ciclo transgressivo anterior à actualidade, responsável pela formação de depósitos marinhos ou flúvio-marinhos cerca de 10-15 m acima do nível do mar actual. Tal depósito pode relacionar-se os retalhos que forneceram materiais arqueológicos comparáveis em locais próximos como o da Bateria de S. Gonçalo – Medrosa e o Reduto de Renato Gomes Freire de Andrade – Alto da Barra (Zbyszewski *et. al*, 1995), resultantes de recolhas de um de nós (J. L. C.) e de outros colegas (Manuel Leitão, C. T. North), nos inícios da década de 1970, a que se juntaram as colheitas, efectuadas na mesma época, por Gustavo Marques (Cardoso, 2011), compiladas na Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras (Cardoso, Cardoso, 1993). Atendendo à natureza idêntica dos contextos de recolha, assim como às analogias tecno-tipológicas das indústrias líticas recolhidas em qualquer dos locais, estes parecem integrar uma mesma realidade, referente aos restos de uma antiga praia, retalhada pela erosão e, sobretudo, pelos empreendimentos urbanísticos ali desenvolvidos desde os inícios da década de 1970. Com efeito, uma das evidências mais fáceis de verificar é a assinalável homogeneidade da natureza e pátina dos suportes, bem como da tipologia das respectivas indústrias recolhidas naqueles diversos locais, mas integrados na mesma unidade sedimentar, sendo de sublinhar desde já o contraste verificado entre as indústrias da mesma do Complexo Basáltico de Lisboa, predominantemente sobre suportes de sílex, e as dos terraços flúvio-marinhos do litoral, predominantemente sobre seixos de quartzito, introduzindo fortes diferenciações na tipologia das produções líticas dos dois complexos, apesar da sua

proximidade e contemporaneidade.

3. ANÁLISE TECNO–TIPOLÓGICA DOS MATERIAIS

Foram recolhidos, quer em escavação, quer através de recolha de superfície, um total de 455 artefactos de pedra talhada. No que respeita à quantidade, a dispersão dos artefactos líticos está relacionada com o contexto de recolha, sendo que a "vala 12" ofereceu cerca de 75% do total da colecção, naturalmente por se tratar da área intervencionada com maior dimensão e desde logo dirigida ao depósito com interesse arqueológico, a par dos materiais recolhidos em sondagens próximas, provenientes da mesma unidade sedimentar. Tal situação permite considerar a análise deste material de forma global, constituindo um só conjunto, correspondendo um único contexto deposição, conclusão aliás reforçada pela coerência do conjunto lítico.

As limitações a este estudo prendem-se, sobretudo, com as condições de recolha, num contexto de emergência, que não permitiram, por exemplo, aferir da presença das primeiras fases das cadeias operatórias, uma vez que não foram recolhidos os potenciais suportes em bruto, correspondentes aos próprios seixos rolados constituintes da cascalheira desprovidos de trabalho.

No respeitante à distribuição geral dos materiais recolhidos tendo presente os grandes grupos tecno-morfológicos em que se integram, os resultados sumarizam-se na Tabela 1:

U. E.	Produtos de Debitagem	Subprodutos	Núcleos	Instrumento Formal
[400]	4			
[402]	2		3	
[500]	2		1	
[601]		1		
[602]	5		3	2
[901]	2		5	
[902]	6	1	7	2
[1102]	1		1	
[1202]	112	22	131	79
[1205]	1		1	
Superfície	15	3	12	13
Limpeza	6	4	3	5

Tabela 1 – Distribuição dos materiais recolhidos por grandes grupos tecno-morfológicos.

No que respeita à gestão de matérias-primas (Tabela 2), constata-se que cerca de 90% do conjunto é constituído por suportes em quartzito, não obstante uma quantidade residual de artefactos de sílex e ainda menor de quartzo.

Cerca de 64 % dos artefactos apresentam-se frescos, havendo ainda um número importante de material rolado e muito rolado, claramente relacionado com a génese do contexto sedimentar. O sílex surge com relativa frequência, assim como outras litologias, como o basalto, em bruto, mas é evidente a preferência pelo quartzito.

Pode-se supor que esta evidência esteja relacionada com a selecção intencional da volumetria dos suportes disponíveis localmente, uma vez que foi observável durante a escavação que o sílex surge já muito fracturado, correspondente a massas de pequenas dimensões, sugerindo origem flúvio-marinha, e não uma origem continental, como é o caso dos exemplares relacionados com o Complexo Basáltico de Lisboa, oriundos dos calcários cretácicos, onde ocorrem em nódulos ou em placas.

Matéria Prima	Fresco	Rolado	Muito Rolado	Eolizado	Pátine	Total
Quartzo	7	1				8
Quartzito	204	90	32			326
Sílex	28	2	3	1	7	41
	239	93	35	1	7	375

Tabela 2 – Matérias primas e aspecto superficial.

Em relação à dispersão quantitativa das matérias-primas pelas categorias tecnológicas, (Quadro 3) salienta-se a grande desproporção existente entre os núcleos e os produtos de debitagem. Muito embora com as limitações de recolha já expostas, tal realidade pode estar relacionada com modelo de exploração dos suportes mais fugaz. A sub-representação dos restos de talhe também pode ser explicada por limitações na recolha dos materiais no decurso da intervenção, que não permitiu a recuperação exaustiva dos elementos de menores dimensões.

Tipo	Quartzo	Quartzito	Sílex	Total
Produtos de debitagem	2	111	12	125
Sub-produtos de debitagem	1	13	9	23
Núcleos	2	132	10	144
Instrumento Formal	3	70	10	83
	8	326	41	375

Tabela 3 – Relação entre tecno-morfologia e matérias primas dos suportes.

As massas nucleares concentram-se num relativamente pequeno número de categorias tecnológicas, atendendo à presença de seixos testados, assim como restos inclassificáveis, que podem ser enquadráveis em fases de preparação ou abandono das cadeias operatórias observadas.

É predominante a presença da categoria de seixos talhados unifacialmente, que representam cerca de 42% do total de núcleos. Dentro destes, há a recorrência de seixos achatados, com talhe periférico dirigido ao eixo menor, às vezes ocupando a quase totalidade do perímetro. O critério para os distinguir como núcleos prende-se com os ângulos abertos que decorrem desta debitagem entre plataformas, ao contrário dos gumes observados nos exemplares considerados "Instrumentos Formais", com evidente aptidão para serem Instrumentos *per si* (Figura 4). Por outro lado, a grande quantidade de seixos correspondentes a este tipo revelam a intencionalidade da obtenção dos produtos daqui decorrentes e não uma primeira fase de outro processo de redução.

Dentro do conjunto com caracteres de pré-determinação, encontramos, em proporção semelhante, núcleos centrípetos unifaciais e Levallois (Figura 5), com ascendência no levantamento de lascas preferenciais. O primeiro tipo pode resultar de *nuances* na abordagem técnica aos suportes, uma vez que a superfície de percussão, apresenta na maior parte das vezes forma redonda ou ovóide, que pode dispensar uma preparação ao longo de todo o perímetro, ilação que carece de um estudo mais aprofundado. Por outro lado, os núcleos Levallois, não têm, em alguns casos, a totalidade da superfície de percussão talhada, encontrando-se apenas a preparação no lugar para o impacto conducente à obtenção da lasca preferencial. (Tabela 4)

As lascas simples com comprimento superior a 2,5 cm correspondem a cerca de 91% do total dos produtos de debitagem e ¼ do total da colecção. Já as lascas associadas a métodos com predeterminação de forma surgem claramente sub-representadas em relação aos núcleos, tendo sido registadas apenas 2 lascas Levallois. (Tabela 5)

Dos utensílios sobre lasca, releva-se a presença de 26 artefactos do tipo lasca retocada, 2 denticulados e 3 raspadores, número muito baixo em relação à frequência de lascas simples, com as mesmas características morfológicas. Apesar de carecer de um es-

Núcleos	Quartzo	Quartzito	Sílex	Total
Nódulo/ seixo testado		8	1	9
Seixo/bloco talhado unifacialmente	1	59		60
Seixo/bloco talhado bifacialmente		12		12
Paralelipipédico		2		2
Poliédrico	1	7	2	10
Centrípeto unifacial		10		10
Discóide		1		1
Levallois preferencial		8		8
Levallois recorrente		2		2
Sobre Lasca		6	1	7
Fragmento		16	4	20
Esgotado		1	2	3
	2	132	10	144

Tabela 4 – Matérias-primas dos suportes nucleares.

Debitagem	Quartzo	Quartzito	Sílex	Total
Lasca pequena	1	7	1	9
Lasca grande	1	102	11	114
Lasca Levallois	0	2	0	2
	2	111	12	125

Tabela 5 – Relação entre a matéria-prima e as dimensões dos produtos de debitagem.

Instrumento Formal	Quartzo	Quartzito	Sílex	Total
Lasca retocada	1	20	5	26
Fragmento retocado		9	1	10
Núcleo retocado		1		1
Denticulado	1	1		2
Raspador		11	1	12
Truncatura sobre lasca laminar			1	1
Lasca com sinais de uso		1		1
Seixo talhado unifacialmente	1	22		23
Seixo talhado bifacialmente		3	1	4
Biface		1		1
Ponta de seta		1	1	2
	3	70	10	83

Tabela 6 – Distribuição das matérias-primas dos instrumentos formais.

tudo mais aprofundado, nomeadamente através da análise traceológica das peças não retocadas, pode apontar-se para uma utilização expedita das lascas, sem haver lugar a retoque, sempre pontual.

Há ainda um conjunto importante de seixos talhados, relacionados tipologicamente com *Chopper/ Chopping Tool*, todos sobre seixos quartzíticos (Figura 4).

As características deste conjunto aproximam-no singularmente do conjunto recolhido no sítio da Conceição, Alcochete, parcialmente escavado aquando da construção dos acessos à Ponte Vasco da Gama (Raposo, Cardoso, 1997, 1998). Com efeito, os materiais recolheram-se igualmente num terraço baixo do Tejo, a cerca de 8-15 m de altitude, e evidenciaram um modelo de exploração a partir de pequenos seixos de quartzito no decurso do Paleolítico Médio, muito semelhante ao identificado na estação agora estudada.
Por outro lado, estas indústrias devem ser comparadas com as estações do "Complexo Vulcânico de Lisboa", constituindo quase uma mancha contínua na área de maior densidade correspondente à região da Amadora/Borel/Queluz de Baixo/Damaia. Um estudo exaustivo, envolvendo a caracterização tipológica das ocorrências mais próximas da área onde se localiza a estação agora estudada (Cardoso; Zbyszewski; André, 1992), possibilitará, futuramente, o estabelecimento de comparações sustentadas que permitam verificar até que ponto as profundas diferenças nas características das matérias-primas utilizadas em ambos os casos determinaram, ou não, características tipológicas distintas, nas correspondentes indústrias.

4. CONCLUSÕES

A intervenção arqueológica realizada pela empresa Neoépica Lda., no âmbito da minimização dos impactes ao nível da Arqueologia decorrentes da construção em Carcavelos, da *Nova Scholl of Business and Economics*, permitiu observar directamente a existência de uma "cascalheira", posta a descoberto em diversas sondagens, mas sobretudo numa larga extensão em resultado da abertura de uma vala (vala 12).
Tal "cascalheira" assentava no substrato geológico, afigurando-se de potência residual, ou mesmo faltando em diversos trechos postos das áreas escavadas, a qual se encontrava, por sua vez, coberta por depósitos modernos pouco consolidados, desprovidos de interesse arqueológico.
No respeitante à "cascalheira", a sua formação deveu-se essencialmente à dinâmica flúvio-marinha, podendo relacionar-se com as praias elevadas de 10-15 m existentes em diversos locais envolventes do actual estuário do Tejo, sendo constituído predominantemente por seixos de quartzito bem rolados, de dimensões médias, os quais, em parte, poderiam também ter provindo do desmonte de depósitos situados a cotas mais elevadas, ulteriormente retrabalhados pelo mar antes da sua derradeira deposição. Trata-se, com efeito, de cascalheira residual correlacionável com antigo nível marinho plistocénico, a qual já se encontrava assinalada na respectiva Carta Geológica. Com efeito, nos terrenos adjacentes, correspondentes ao local onde actualmente se implanta a urbanização do Alto da Barra, bem como na antiga estrada da Medrosa, foram anteriormente recolhidos, em formações geológicas integráveis na mesma unidade sedimentar, indústrias em tudo semelhantes às agora estudadas, embora em muito menor número, tanto à superfície, como nos cortes abertos para as fundações dos edifícios actualmente ali existentes. As características, tanto dos depósitos, como dos materiais neles então recolhidos, permitem concluir que o conjunto agora estudado se integra nas recolhas avulsas efectuadas nas décadas de 1940 e de 1970.
Deste modo, pode concluir-se que a "cascalheira" agora posta a descoberto pela escavação, deverá corresponder à parte terminal de um único depósito contendo materiais arqueológicos semelhantes.
Assim sendo, dado que: 1) o interesse arqueológico do local ficou devidamente salvaguardado pelos trabalhos arqueológicos já realizados, que conduziram à sua cabal caracterização; 2) tendo presente que tal de caracterização concluiu-se tratar-se de cascalheira residual, constituída por escassos elementos detríticos remobilizados de uma zona onde tal formação assumia muito maior importância; 3) considerou-se que não se justifica a prossecução dos trabalhos arqueológicos através da realização da abertura de mais sondagens, até porque as áreas ainda intactas dos depósitos foram integralmente investigadas, no respeitante ao espaço interessado pela construção do complexo universitário actualmente em curso.
A natureza dos depósitos e a tipologia dos materiais líticos agora estudados é comparável com os extensos mantos detríticos identificados e em parte objecto de escavação arqueológica no sítio da Conceição, Alcochete, os quais se desenvolvem a cotas semelhantes, contendo *in situ* indústrias do Paleolítico Médio com idênticas características.
Com a análise tecno-tipológica do presente conjunto, foi possível conhecer, pela primeira vez, as características dominantes das indústrias executadas a partir da exploração de seixos quartzíticos, relacio-

nadas com os depósitos detríticos flúvio-marinhos da margem direita do estuário do Tejo. Deste modo, a informação assim obtida será indispensável para o ulterior estabelecimento de comparações com as indústrias do "Complexo Vulcânico de Lisboa", designadamente avaliar até que ponto a imposição de uma matéria-prima distinta condicionou as características tecno-tipológicas de ambos os conjuntos, realidade que importa investigar em detalhe.

BIBLIOGRAFIA

BREUIL, Henri; ZBYSZEWSKI, Georges (1945) – *Contribution à l´étude des industries paléolithiques et leur rapport avec la Géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des plages quaternaires du litoral d'Estremadura et des terraces fluviales de la basse vallée du Taje.* Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 26).

CARDOSO, João Luís (2011) – *Arqueologia do concelho de Oeiras. Do Paleolítico Inferior Arcaico ao século XVIII.* Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

CARDOSO, João Luís; CARDOSO, Guilherme (1993) – Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 4).

CARDOSO, João Luís; ZBYSZEWSKI, Georges; ANDRÉ, M. C. (1992) – O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 3).

CHOFFAT, Paul (Coord., 1935) – *Carta Geológica dos Arredores de Lisboa na escala de 1/50000. (folha 3 – Cascais)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal

RAPOSO, Luís; CARDOSO, João Luís (1997) – Nota preliminar – trabalhos arqueológicos no sítio do Paleolítico Médio da Conceição. *Al-Madan*. Almada. Série II, 6, pp. 5-13.

RAPOSO, Luís; CARDOSO, João Luís (1998) – *O sítio do Paleolítico Médio da Conceição (Alcochete)*. Lisboa. Centro de Estudos e Monitorização Ambiental da Lusoponte.

ZBYSZEWSKI, Georges; CARDOSO, João Luís; LEITÃO, Manuel; NORTH, C. T. (1995) – A jazida paleolítica do Reduto de Renato Gomes Freire (Alto da Barra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, pp. 11-21.



Figura 1 – Localização do sítio (Fonte: http://maps.google.com/).



Figura 2 – Vista geral da "Vala 12".

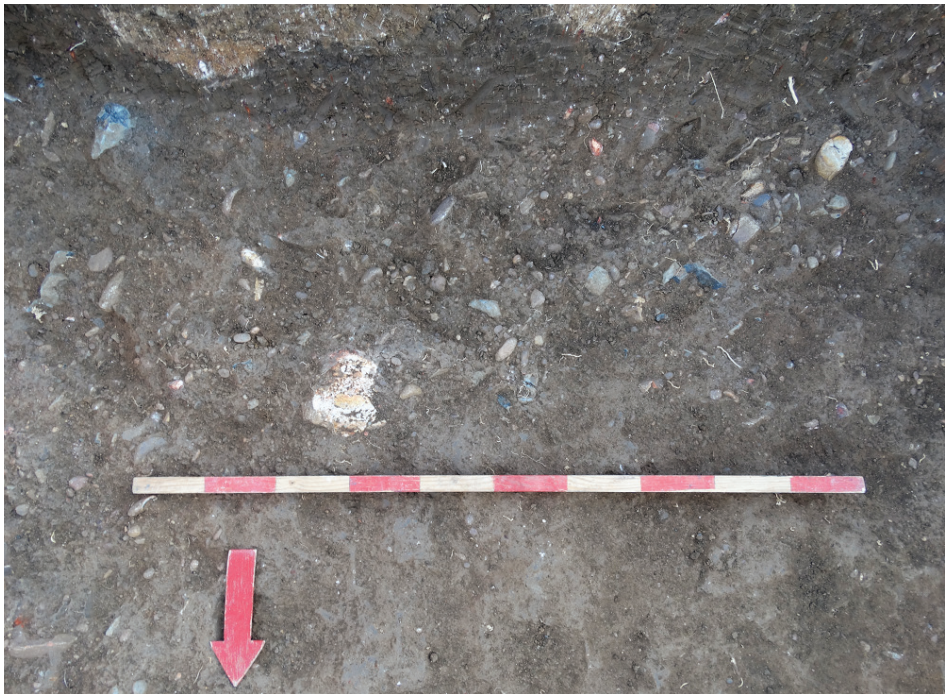


Figura 3 – Pormenor, em plano, do depósito com materiais líticos *in situ*, na Sondagem 9.

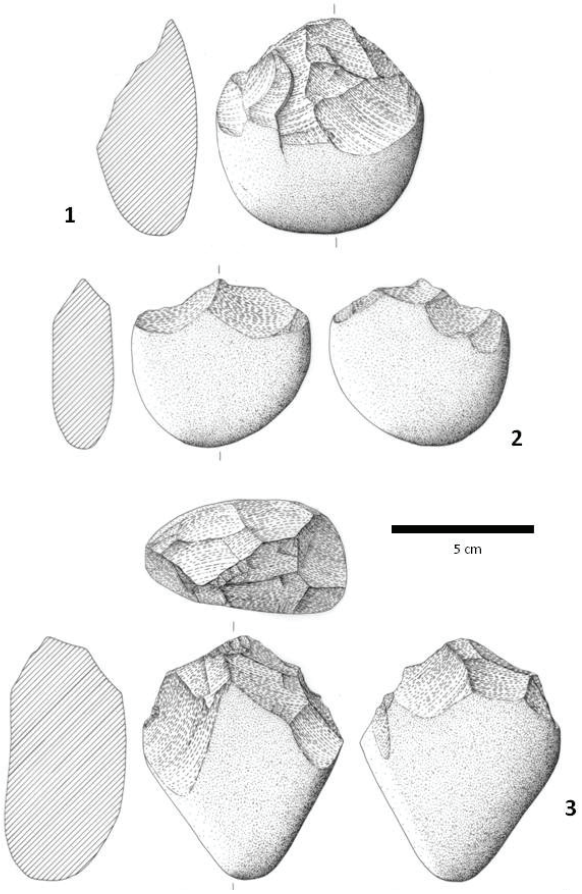


Figura 4 – 1 e 2: seixos talhados unifacialmente; 3: seixo talhado bifacialmente. Desenhos de Filipe Martins (CEACO/CMO).

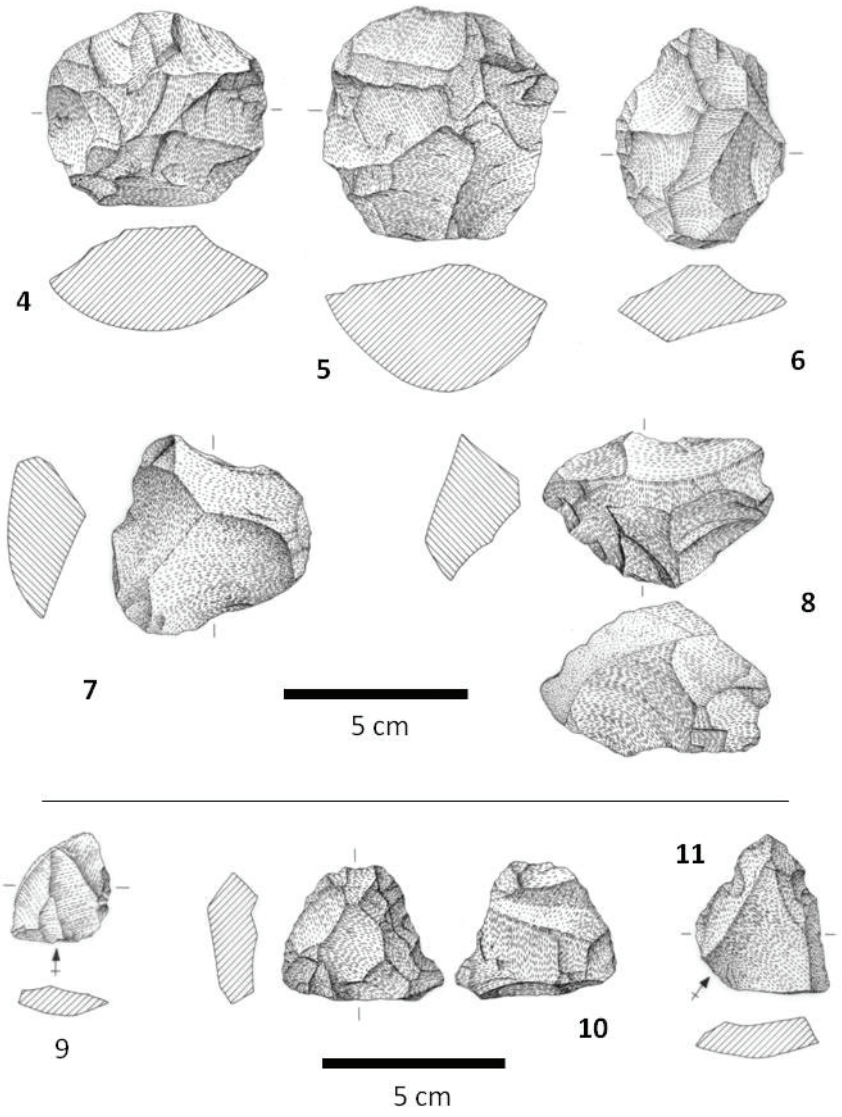


Figura 5 – 4 a 6: núcleos centrípetos unifaciais; 7 e 8: núcleos Levallois; 9 e 10: lascas Levallois; 11: lasca Levallois retocada. Desenhos de Filipe Martins (CEACO/CMO).

AS INDÚSTRIAS PALEOLÍTICAS DO BAIXO GUADIANA: PERSPETIVAS PARA UMA INVESTIGAÇÃO FUTURA A PARTIR DAS RECOLHAS DE ABEL VIANA

Luís Gomes[1], Alexandre Varanda[2]

RESUMO

A importância do Guadiana para a compreensão do Paleolítico peninsular não tem acompanhado o aumento dos conhecimentos no território nacional. A inexistência de uma investigação sistemática e a predominância de ações de arqueologia preventiva, muitas das quais sem resultados publicados, ditaram a carência de dados relativos às ocupações plistocénicas na região. O presente trabalho tem em vista uma nova abordagem ao Paleolítico do Guadiana a partir de recolhas de materiais líticos efetuadas por Abel Viana em 1944 entre Pedrógão e Serpa. Os materiais líticos foram analisados à luz de metodologias atuais e confrontados com variáveis de análise territorial. Os resultados permitem não só identificar alguns pontos-chave para intervenções futuras como também valorizar o espólio do Museu Geológico.

Palavras-chave: Paleolítico, Bacia do Guadiana, Tecnologia Lítica, Acheulense, Languedocense.

ABSTRACT

The Palaeolithic investigation on the Guadiana basin has not followed the archaeological research on Portuguese territory. The absence of a systematic investigation and the preponderance of preventive archaeology, usually without further divulgation, dictate the small amount of Pleistocene information. The present work applies a new approach to the Guadiana Palaeolithic from material recovered by Abel Viana in 1944, between the localities of Pedrógão and Serpa. The lithic materials were studied following the actual paradigm and the results were analysed using defined territorial variables. The results allowed the identification of potential archaeological sites that may, with future interventions, increase the knowledge about Palaeolithic occupations in the Guadiana basin and helped the valorisation of the materials held at the Portuguese Geoçogical Museum.

Keywords: Palaeolithic, Guadiana Basin, Lithic Technology, Acheulean, Languedocian.

1. INTRODUÇÃO

A investigação paleolítica no rio Guadiana tem avançado a passos lentos desde a sua origem apesar de a bacia hidrográfica deste rio ser uma das maiores e mais relevantes do território nacional, com elevado potencial arqueológico.

A região do Guadiana (e seus subsidiários) com investigações mais antigas, e também mais desenvolvidas, corresponde ao primeiro troço deste rio no território Português, no Alto Alentejo. Os primeiros trabalhos datam de 1917, quando Henri Breuil recolheu algumas dezenas de peças associadas a um terraço fluvial no rio Caia, no que mais tarde se tornaria a estação Paleolítica de Arroches (Breuil, 1917), também referida por Leite de Vasconcelos (1929). Lereno Antunes Barradas (1925-26) identificou também uma série de jazidas Acheulenses ao longo do rio Caia, no entanto sem informação relativa à sua localização ou nomenclatura. Já nos anos 70 Vítor Oliveira Jorge (1973) retomou os trabalhos nesta região e identificou mais duas importantes jazidas –

1. Aluno do Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; lp_04@hotmail.com

2. Aluno do Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; luis.varanda@campus.ul.pt

Monte da Faia 1 e 2 – apontando para a necessidade de revisão dos antigos trabalhos arqueológicos na região. Mais recentemente, Sérgio Rodrigues (1996) elaborou um estudo sistemático sobre as indústrias paleolíticas no vale do Caia.

Também na região de Mourão foram efetuados estudos, ainda que mais recentes, com as ações de Afonso do Paço junto à ponte de Mourão (Paço, Leal, 1962) e, posteriormente, com a identificação e intervenção na Barca do Xerez (Raposo e Silva, 1980). Mais recentemente, na sequência do projeto de minimização dos impactos da barragem do Alqueva (Almeida, 2013), foi descoberta a poucas dezenas de metros da Barca do Xerez de Baixo, a jazida de Sapateiros 2 (Cunha-Ribeiro e Cura, 2004). Apesar de este ser o estudo mais recente para o Paleolítico do Guadiana português, não foi possível atribuir uma cronologia ao sítio, devido à ausência de fósseis-diretores.

Aparte raras exceções, o Paleolítico da envolvente do vale do Guadiana constitui, ainda hoje, uma realidade mal caraterizada e com informação de relevo bastante reduzida. Ainda que as investigações mais recentes assentem numa visão moderna da prática arqueológica, a maioria das investigações realizadas ocorreram em inícios/meados do século XX e carecem de estudos líticos adequados e atualizados. Assim, consideramos necessário rever estas coleções antigas e de as enquadrar numa realidade tecno-tipológica à luz de paradigmas contemporâneos.

O exercício contido neste texto constitui assim uma tentativa de resposta a este problema da investigação. A partir das recolhas de Viana no Baixo Guadiana, provenientes de uma região intocada desde estes trabalhos, pretende-se elaborar uma nova análise tecnológica dos materiais líticos e identificar potenciais zonas para novos trabalhos de prospeção e escavação, de modo a revalorizar as coleções antigas e a procurar estratégias de ação que possam fornecer um conhecimento mais apurado sobre o Paleolítico do Baixo Guadiana. O presente trabalho tem então em vista a reavaliação do espólio recolhido por Viana, para assim o reenquadrar no paradigma de investigação atual, sempre assumindo, por um lado as limitações dos contextos paleolíticos do baixo Alentejo nesse paradigma e, por outro, as limitações inerentes ao contexto de jazida e de recolha dos materiais.

2. NOTA HISTORIOGRÁFICA

As indústrias líticas associadas ao Baixo Guadiana foram ao longo de grande parte do século XX negligenciadas pela investigação Paleolítica. Por um lado, as investigações de Breuil nas margens do rio, ainda que de data bastante recuada, incidiram principalmente no Alto Guadiana e no Alto Alentejo português (Breuil, 1917; 1919-20). Por outro lado, grandes trabalhos de recolha, estudo e sistematização realizados em território português (Zbyszewski, 1942), deixavam o vale do Guadiana, um dos mais preponderantes rios do território nacional, à margem de tantas outras regiões.

É apenas no início da década de 1940 que surgem os primeiros passos na tentativa de caraterização de indústrias Paleolíticas no Baixo Guadiana, por mão de Abel Viana. Confrontado com materiais talhados em quartzito, recolhidos nos arredores de Beja – alguns já identificados na Carta Paleolítica e Epipaleolítica de Portugal (Paço, 1934), ainda que de forma superficial, outros descobertos pelo próprio e apresentados no Congresso Luso-Espanhol de 1942 – Viana procura identificar as "oficinas de fabrico" desses materiais. Em 1943 identifica, na área de Seixal, indícios que apontariam para a sua existência no vale do Guadiana (Viana, 1946, p. 368).

Até ao final de 1943, a maioria das recolhas do vale do Guadiana assentava em expeditas prospeções, "simples voltas pelo terreno", muitas vezes com problemas de logística e de disponibilidade de transporte que dificultavam uma recolha extensiva dos materiais arqueológicos (Viana, 1945, p. 382). Em 1944, Abel Viana incorpora as expedições geomorfológicas de Mariano Feio, as quais tinham em vista a caraterização dos terraços fluviais do Guadiana, continuando assim o trabalho iniciado em 1943, agora de forma sistemática. No entanto, a intensidade das prospeções não ocorreu de forma homogénea por todo o território, o que aponta para uma representatividade diferenciada entre os pontos de recolha.

Ao longo deste ano de 1944, o investigador recolhe artefactos líticos identificados na superfície de terraços fluviais (frequentemente afetados por trabalhos agrícolas) desde o concelho de Moura até à foz do rio, e desde logo define as indústrias como "acheulense-musterianas" e "langueocenses" (Viana, 1946, p. 373). Destaca ainda, com maior especificidade, a elevada frequência de artefactos de grandes dimensões e de múltiplas lascas, apresentando ainda frequências

substanciais de *coups-de-poing*, raspadores, bifaces e "núcleos mustieróides" (Viana, 1946, p. 379).

Apesar de não terem sido sistematicamente estudados e publicados, os resultados das recolhas de Viana foram noticiados (Viana, 1947, 1946, 1945). Em 1958, tanto os dados geomorfológicos como os dados arqueológicos derivados das prospeções de 1944 acabam por integrar a obra *Le Quaternaire du Portugal* (Zbyszewski, 1958), tornando aquela região, pela aferida primazia dos vestígios acheulenses e languedocenses, um ponto de referência para Paleolítico português em meados do século XX.

O trabalho de estudo sistemático realizado em conjunto com G. Zbyszewski ficou apenas por uma análise dos materiais seguindo o método de séries, ou seja, recorrendo a uma caraterização cronológica dos artefactos através de uma avaliação do estado físico dos mesmos e da sua morfologia, método esse já aplicado aquando a recolha dos materiais por Viana, "conforme a lição de Abbé Breuil" (Viana, 1945, p. 382). Os resultados deste estudo não chegaram a ser publicados, existindo atualmente apenas sob a forma de texto policopiado nas reservas bibliográficas do Museu Geológico.

Ainda que o Viana sublinhe que as recolhas não foram reflexo de uma prospeção sistemática (Viana, 1945, p. 382), não deixa de assinalar a localização das mesmas em esboços cartográficos, acompanhando ainda algumas com uma breve descrição do local em que os materiais foram recolhidos. Deste modo, apesar de o paradigma da investigação paleolítica ter necessariamente assumido uma multiplicidade de novas formas nos últimos 70 anos, os resultados de Viana não deixam de ser tidos como uma primeira aproximação a questões de importante debate na arqueologia nacional das últimas décadas, como a representatividade do Acheulense em terraços fluviais do Guadiana ou a afinidade cronológica e tecnológica do conceito de Languedocense.

3. METODOLOGIA

Tendo em vista não só a reavaliação dos artefactos recolhidos por Viana, mas também o apoio à gestão do material em reserva no Museu Geológico, os materiais foram inventariados na sua totalidade e avaliados a partir de elementos contextuais (localização dos materiais) e de elementos tecnológicos e tipológicos (Böeda *et al*, 1990; Bordes, 1961; Debémath e Dibble, 1993, Inizan *et al*, 1999).

No que toca à contextualização geográfica, a ausência de recolhas em depósito inibe uma aproximação estratigráfica aos materiais líticos. Por esta razão, a análise processou-se por unidades territoriais previamente definidas onde fosse possível identificar especificidades caraterísticas, ainda que com todas as limitações inerentes a recolhas de superfície. Deste modo, foi realizada uma curta sistematização das informações geomorfológicas com o objetivo de diferenciar zonas que pudessem constituir unidades de análise territorial separadas. Este processo teve por base: 1) a morfologia do curso do rio atual; 2) a presença de ribeiras subsidiárias; 3) os afloramentos rochosos que o rio cruza; 4) e a potência da sequência dos terraços. Em seguida, os pontos de recolha de Viana foram relocalizados no território a partir dos esquemas cartográficos deixados pelo mesmo, existentes no Museu Geológico, e das notícias publicadas (Figura 1), tendo em vista o seu enquadramento em cada uma das zonas previamente consideradas. Foi ainda realizada uma expedita visita ao terreno, em especial às áreas com maior representatividade de espólio no conjunto, de forma a tentar localiza-las de forma mais precisa no mapa. Finalmente, ainda com base nos elementos bibliográficos e cartográficos, foram tidas em conta as superfícies dos terraços fluviais sobre as quais as recolhas de diferentes pontos foram realizadas.

A análise do material lítico assentou na classificação inicial por lasca, núcleo, utensílio, unidade lítica não talhada e fragmento indeterminado (sempre que as informações tecnológicas inibissem a sua classificação como núcleos, lascas e utensílios). No caso dos elementos tecnológica e/ou tipologicamente diferenciáveis, a análise incluiu ainda o estado físico da peça (muito rolada, pouco rolada, com arestas vivas), as suas dimensões (comprimento, largura e espessura), a partir do eixo tecnológico, no caso das lascas, e do eixo morfológico, para os restantes). Foi identificada a matéria-prima e aferida a presença/ausência de fragmentação. Adicionalmente, as lascas foram analisadas tendo em conta a percentagem de córtex na superfície dorsal (100%; >50%; <50% e 0%, o tipo de talão e a presença de retoques, ainda que os estes não tenham sido vítimas de um estudo tecnológico aprofundado. Na análise dos núcleos foi tido em conta o suporte, o número de superfícies de exploração e o número total e a orientação dos levantamentos identificáveis, bem como a preparação do plano de percussão, tendo sido ainda realizada

uma simples classificação tecnológica dos mesmos. Pela sua reduzida frequência na coleção, os utensílios foram classificados tipologicamente e analisados consoante o modo e a incidência do retoque.
Os resultados da análise do material lítico foram processados em conjunto, já que esta era a única forma de obter densidades de material significativas que permitissem identificar padrões específicos na região prospetada por Viana. Assim, o estudo comparativo entre diferentes artefactos da coleção assentou em dois processos distintos: comparação dos materiais por conjuntos de terraços fluviais diferenciados e comparação dos materiais por zonas do curso do rio previamente definidas. Foram ainda analisados individualmente os sítios com maior frequência absoluta de artefactos, não só por constituírem uma unidade de análise com densidade de materiais que possibilita uma caraterização individual, mas também por estes sítios poderem enviesar os resultados da análise territorial devido à sua preponderância relativa nas unidades territoriais definidas.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS RECOLHAS

As recolhas realizadas por Abel Viana em 1943 e 1944 abarcaram uma extensão de cerca de 150 km do curso do rio Guadiana, desde a foz do rio Ardila, em Moura, até à foz do rio principal, em Vila Real de Santo António. Devido à elevada extensão da área explorada (150km), o presente trabalho incidirá apenas na zona norte, correspondente ao curso do rio que vai desde a foz do rio Ardila até ao Pulo do Lobo (cerca de 50 km de extensão), integrando assim os atuais concelhos de Serpa, Moura, Vidigueira e Beja (Figura 2).
Esta área corresponde a um troço do rio delimitado por acentuados declives topográficos, tanto a montante, como a jusante, onde se encontram, respetivamente:

1) A falha tectónica de Vidigueira-Moura, a qual delimita o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo, falha inversa, orientada no sentido E-O, e estruturalmente associada à falha de Alqueva. A ação ativa mais recente deste sistema é provavelmente de cronologia Plio-Plistocénica, e a alteração de declive gerada pela reativação da falha ditou a reconfiguração do sistema fluvial do Guadiana na região, potenciando a formação de terraços fluviais plistocénicos e holocénicos a jusante da falha (ou seja, na área em estudo), bem marcados na paisagem em contraposição com a área a Norte, onde a formação de terraços quaternários é menos proeminente (Brum da Silveira et al., 2009; López and Heydt, 2014). Tal fenómeno terá contribuído para uma maior preservação dos depósitos quaternários, potenciando assim a identificação e recolha de um elevado número de materiais por Abel Viana.
2) O Pulo do Lobo, no limite sul da área em estudo, é uma abruta alteração topográfica de cerca de 12 metros, a partir da qual o rio apresenta um acentuado encaixe no substrato geológico, regularizando progressivamente o seu curso até à zona de Métrola. A proeminência na paisagem deste acidente topográfico levou Mariano Feio e Amílcar Patrício a considerar o mesmo como fronteira entre duas sub-secções do rio Guadiana no Baixo Alentejo, cada uma associada a um ciclo erosivo distinto (Feio and Patrício, 1945), estando a área em estudo neste trabalho associada a apenas um destes ciclos erosivos.

A partir das prospeções realizadas em 1944, foram identificados nesta região quatro terraços fluviais associados ao rio Guadiana, e os seus resultados pouco se alteraram até à atualidade. O terraço superior (T4) é visível a cotas entre os 80 e 90 metros de altura em relação ao leito do rio, é o mais bem preservado, atingindo os 30m de espessura. A sua formação deverá ter ocorrido num período em que o rio corria em meandros por uma peneplanície. Em contraposição, os demais terraços, a 50-60m (T3), 25-30m (T2) e 12-15m de altura (T1), terão sido formados e parcialmente desmantelados pelo progressivo encaixe do rio, pelo que se conservam em menor grau do que o terraço superior (Feio and Patrício, 1945; Zbyszewski, 1958, pp. 172–175).
Para a zona norte, na região entre Pedrógão e Moura, sensivelmente entre a foz do Ardila e a atual barragem de Pedrógão, o rio altera a orientação dominante do seu curso (N-S), descrevendo amplos meandros e seguindo uma orientação tendencialmente E-O, devido à ação da falha de Vidigueira-Moura (Brum da Silveira et al., 2009; López and Heydt, 2014). Assim, esta zona apresentaria, em 1944, uma melhor preservação dos depósitos sedimentares fluviais que possibilitava a identificação de toda a sequência de terraços na zona da Ínsua do Guadiana (Feio and Patrício, 1945). As prospeções realizadas por Abel Viana resultaram na identificação de 13 lo-

cais com materiais líticos entre a foz do rio Ardila e a atual Barragem do Pedrógão, ainda que as informações contextuais que chegaram à atualidade sejam extremamente reduzidas (Viana, 1945), exceto para locais onde foram recolhidos materiais na superfície do terraço superior (80-90m). Note-se que esta área foi novamente prospetada de forma sistemática em 2005, no âmbito a construção da barragem, tendo revelado materiais líticos em larga maioria semelhantes aos das recolhas de Abel Viana, ainda que em pontos distintos do mapa, e novamente sem associação estratigráfica possível (Manuel et al., 2007).

A sul da atual barragem do Pedrógão, o rio Guadiana cruza uma faixa de afloramentos graníticos que condicionam a formação de amplas extensões de terraços fluviais. Não obstante estas especificidades geológicas, foram recolhidos bastantes materiais líticos em Azenha da Aldeia, Galeados, Fonte do Frade e Orada, alguns dos quais associados por Viana ao Acheulense Superior e ao Languedocense, ainda que o autor tenha adiantado a possível presença de material pós-paleolítico, principalmente em Galeados (Viana, 1946).

A meio caminho entre Pedrógão e Brinches o Guadiana apresenta uma nova zona de meandros, ladeada por vertentes com todos os quatro terraços fluviais conservados, em ambas as margens. Abel Viana identificou dois sítios nesta zona – Vargem (na margem este) e Varguinha (na margem oeste) – onde recolheu material proveniente de todos os diferentes terraços. Enquanto na Vargem os materiais de superfície eram mais abundantes à cota de 40 a 60m, rareando no terraço superior, na Varguinha foram recolhidos vários materiais associados a este último terraço (Viana, 1946).

A área que medeia Brinches, na margem direita, e Cardeira, na margem esquerda, é uma das mais exploradas por Abel Viana (Viana, 1946). Esta corresponde a uma zona em que o Guadiana interseta a faixa diorítica de Beja, apresentando um vale menos encaixado, possibilitando uma maior conservação de materiais em depósito fluvial (Feio and Patrício, 1945). No que toca às recolhas, é necessário diferenciar:

1) Recolhas na vertente associada ao rio principal, perto de Brinches: a) nos depósitos entre Baleizão e Brinches, em Monte dos Manueis, na margem direita, e Herdade dos Castelhanos, e Monte de Val Formoso, na margem esquerda; b) na Ribeira de Enxoé, nomeadamente em Monte do Vau e em Monte da Foz e na Ponte do Enxoé; c) a sul do Barranco da Foz do Guadiana, na margem direita do rio, em Ponte do Guadiana, Herdade do Mexão e Gravia, esta última com recolhas esparsas a diversos níveis altimétricos;
2) Recolhas associadas ao Barranco da Foz do Guadiana, pequena ribeira subsidiária, na margem oeste do rio, nos sítios identificados como Seixal e Barranco da Morgada, e recolhas em Comenda, Monte da Mariana e Val de Vinagre;

A sul da foz da ribeira da Cardeira, na margem leste do Guadiana, Abel Viana identificou também múltiplos pontos de recolha de materiais líticos, em diversas plataformas de terraços fluviais com aparente continuidade entre si: Amendoeira Quinta D. Luis, Farrobo e Lobata e Machados (Viana, 1946).

À semelhança do que ocorre na Ínsua do Guadiana e na zona da Vargem/Varguinha, também em Corte Condessa se encontram plenamente preservados os quatro terraços fluviais, os quais vão sendo desmantelados para jusante até ao Pulo do Lobo (Feio and Patrício, 1945; Viana, 1947). Nesta zona foram referidos vários pontos de recolha, principalmente na beira-rio. A falta de informação contextual deixada por Abel Viana inibe uma correlação das indústrias afetas a esta área. O mesmo ocorre com as recolhas efetuadas a sul, na confluência da ribeira de Cobres com o Guadiana (Viana, 1947).

Finalmente, devem ser referidas as recolhas efetuadas nas margens do rio, nos depósitos cascalhentos visíveis durante o estio, mas frequentemente afetados pela subida do nível das águas no inverno. Abel Viana identificou, entre a atual barragem do Pedrógão e o Pulo do Lobo, dezasseis depósitos deste tipo com material lítico associado(Viana, 1947, 1946, 1945), os quais forneceram, em conjunto mais de 145 peças. Pelo facto de os materiais aí recolhidos estarem inseridos num contexto associado a uma deposição fluvial ainda em curso, uma análise detalhada sobre os mesmos será excluída do presente trabalho, já que reduzida informação contextual pode ser aferida.

5. RESULTADOS DA ANÁLISE DOS MATERIAIS LÍTICOS

As reservas do Museu Geológico apresentam um conjunto de 1033 unidades líticas (Tabela 1) provenientes das recolhas de Abel Viana entre a foz do

Ardila e o Pulo do Lobo, associados a 43 dos originais 59 pontos de recolha de Viana (havendo alguns sítios estudados como um sítio apenas, sendo o caso de Ínsua Margem Direita, Ínsua Margem esquerda e Ínsuinha). Ainda que a coleção presente no museu não seja total, a mesma não deixa de ser representativa, na medida em que fornece não só uma elevada densidade de materiais como também materiais associados a recolhas em todos os terraços fluviais e por todas as diferentes zonas geomorfologicamente diferenciadas do Guadiana.

O conjunto desta coleção apresenta uma elevada densidade de núcleos (*n*=321; 31,07%) e lascas (*n*=465; 45,01%) em comparação com a escassez de utensílios tipologicamente definidos (*n*=11; 1,06%). Existe ainda uma grande densidade de fragmentos inclassificáveis e detritos de talhe (*n*=182; 17,62%) e de blocos de matéria-prima não talhados, maioritariamente sob a forma de seixos (*n*=56; 5,42%) (Figuras 3 e 4).

No que toca à matéria-prima, no total da coleção existe um claro domínio de elementos em quartzito (64,15%) e em quartzo (33,82%). Existe ainda um conjunto de objetos talhados sobre outras matérias-primas, ainda que a sua frequência seja vestigial (2,03%), destacando-se os liditos (*n*=9) e as rochas siliciosas (*n*=7). No entanto, em mais de 43% dos quartzos não foi possível identificar estigmas de talhe que os permitam definir como núcleos, lascas ou utensílios. Considerando apenas estes elementos tipologicamente e tecnologicamente diferenciáveis, a frequência relativa de quartzos desce para 24,84% e a dos objetos de quartzito sobe para 73,02%, sendo esta matéria-prima claramente dominante ao longo de toda a extensão do Guadiana prospetada.

Em termos globais, a coleção apresenta uma elevada densidade de núcleos com exploração unifacial (68,16%), sendo que 27% dos mesmos apresentam uma debitagem centrípeta. Os núcleos discoides são também preponderantes (26,21%), sendo que mais de metade dos mesmos apresentam uma exploração de apenas uma parte do volume e não da sua totalidade. Existem ainda 12 núcleos com exploração multifacial, também 1 núcleo levallois e 2 núcleos prismáticos, constituindo estes últimos potenciais indicadores cronológicos, além de alguns núcleos expeditos, três dos quais elaborados sobre lasca.

No que toca às lascas, a larga maioria da coleção consiste em lascas semi-corticais (71,25%). Apenas 10,06% das lascas recolhidas por Viana estão retocadas, sendo o retoque, geralmente, constituído por entalhes e outros processos simples de configuração, não tendo sido identificados quaisquer utensílios-tipo que pudessem fornecer informação cronológica. Finalmente, apenas 16,22% apresentam o talão preparado, sendo de destacar a maioria relativa das lascas com talão preparado em quartzo (22,73%) relativamente às de quartzito (10,4%).

A baixa frequência de utensílios na coleção inibe a execução de uma análise mais aprofundadas sobre os mesmos. A larga maioria dos utensílios entra nas classificações de *Chopper* e *Chopping Tool* (*n*=9), pelo que apenas dois dos utensílios – um elemento de foice e um geométrico – têm potencial informativo de cariz cronológico.

5.1. Análise comparativa por associação à superfície dos terraços

Ainda que o material provenha de recolhas de superfície de terraços fluviais, e por isso se encontre na sua larga maioria, fora do contexto deposicional original, Abel Viana identificou, em certos casos, as plataformas destas unidades geomorfológicas onde foram recolhidos os materiais. Por questões relativas aos próprios métodos de recolha, a qual era efetuada separadamente nas plataformas mais elevadas e nas plataformas mais próximas do curso do rio (Viana, 1946), foi possível comparar no presente trabalho informações relativas às recolhas dos terraços inferiores (T1 e T2) e dos terraços superiores (T3 e T4). Com a informação contextual fornecida, é possível associar 411 unidades líticas à superfície de um destes conjuntos (Figuras 2, 5).

É desde logo notória a discrepância no número de unidades líticas entre estes dois grupos, sendo os materiais recolhidos nos terraços inferiores claramente maioritários (70,96%), facto já exposto por Abel Viana ao referir a reduzida quantidade de material lítico encontrado às cotas de 80-90 metros sobre o rio (Viana, 1946). É também o conjunto dos materiais do terraço inferior que apresenta um estado físico menos desgastado.

As frequências absolutas dos núcleos unifaciais centrípetos e núcleos discoides são maiores nos terraços superiores. A comparação métrica revelou que estas tipologias de núcleos apresentam dimensões significativamente menores nos terraços superiores. Os núcleos unifaciais não associados a uma debitagem centrípeta são, ao invés, mais frequentes nas superfícies dos terraços inferiores, ainda que apre-

sentem uma notória semelhança de dimensões com os núcleos do mesmo tipo recolhidos na superfície dos terraços superiores.
Na análise das lascas é visível uma maior frequência das lascas com mais de 50% de córtex nos terraços superiores, ao passo que as lascas com pouco ou nenhum córtex assumem uma maior preponderância nos terraços inferiores.

5.2. Análise comparativa por zonas geográficas

A análise comparativa dos materiais líticos por zona assenta na definição de seis áreas geológica e/ou geograficamente diferenciadas do vale do Guadiana na extensão do rio em estudo (Figura 2). Exclui-se neste exercício a análise dos materiais provenientes da zona da Foz do Escalda, devido ao seu reduzido número, bem como dos artefactos identificados à beira do rio, os quais se encontram ainda sujeitos a dinâmicas erosivas e deposicionais cíclicas e de elevada competência. Pondo de fora os seixos e fragmentos inclassificáveis, foram apenas utilizados na análise comparativa um total de 607 peças (Figura 6).
A análise incidiu na comparação do estado físico dos materiais e na leitura de variações preponderantes relacionadas com as frequências relativa e absoluta dos tipos de núcleo e lasca previamente definidos. A comparação métrica dos materiais ficou fora desta análise por a densidade da amostra ser, na maioria dos casos, reduzida. Este exercício permitiu aferir certas especificidades para algumas zonas que permitem a sua definição como territórios diferenciados.
A zona mais a norte da área em estudo, associada aos depósitos quaternários que cobrem a zona entre Pedrógão e Moura, apresenta resultados concordantes com a totalidade da coleção, não sendo possível adiantar qualquer especificidade para esta zona. No extremo jusante dos depósitos que cobrem esta zona localizam-se os pontos de recolha da Ínsua do Guadiana, que forneceram um elevado número de materiais, recolhidos em todos os terraços fluviais e em ambas as margens do rio (Viana, 1947, 1946), sendo por isso ainda mais difícil contextualizar estes materiais. A amostra deste sítio é marcada por um predomínio do quartzito, não havendo padrões diferenciadores significantes em relação ao estado físico das peças, ao tipo e lascas e de núcleos, e mesmo em relação aos utensílios (dois *Choppers*). Já os pontos de recolha associados ao terraço superior (T4), frequentes nesta zona norte da área em estudo, apresentam um número muito reduzido de peças.
Na zona imediatamente a sul da Barragem do Pedrógão, o sítio de Galeados, na superfície do terraço inferior (T1) é aquele que apresenta uma maior densidade de materiais na coleção do Museu Geológico. É marcado por materiais com arestas vivas e por um predomínio de quartzo (87%). Apesar da elevada fragmentação das lascas, um quinto das mesmas apresenta retoque. Ao contrário das lascas, Galeados forneceu poucos núcleos, a maioria dos quais fragmentados, sendo de destacar a presença de um núcleo prismático em quartzo, associado a uma debitagem laminar. É ainda de destacar a presença de um elemento de foice no local. Na coleção relativa ao sítio da Azenha da Aldeia, que se localiza na margem do rio oposta a Galeados, os resultados parecem idênticos, com um claro predomínio de artefactos em quartzo e com arestas vivas, destacando-se a identificação de um geométrico. No que toca ao sítio da Orada, descrito por Viana como uma continuação da superfície do terraço identificado em Galeados, o mesmo padrão que existe para os dois sítios anteriores não é visível. Assim, parece que o conjunto Galeados/Azenha da Aldeia apresenta especificidades próprias e Orada uma realidade claramente diferente, mais próxima do conjunto total da coleção.
A zona de Vargem/Varguinha, onde foram recolhidos materiais em todos os terraços fluviais, apresenta resultados semelhantes ao conjunto da totalidade da coleção. não sendo, novamente, possível diferenciar qualquer especificidade, excetuando a elevada frequência de materiais relativamente rolados.
As recolhas afetas à ribeira do Barranco da Foz do Guadiana refletem uma realidade bastante diferenciada da maioria dos depósitos associados ao curso principal do rio. Os materiais desta zona foram recolhidos em quase todos os níveis de terraço, mas predominam as recolhas nos terraços superiores. Os materiais encontram-se bastante rolados, mas apresentam diferenças significativas no que toca aos núcleos e às lascas, nomeadamente o elevado predomínio de núcleos discoides e centrípetos, contrastando com a ausência de uma densidade relevante núcleos unifaciais não centrípetos. Esta zona geográfica integra o sítio de Vale de Vinagre, onde Viana recolheu um número substancial de peças associadas ao terraço superior (T4), mais de dois terços das quais em quartzito, recolhas essas que correspondem a aproximadamente 40% dos materiais associados a esta zona. A amostra artefactual deste sítio tem 23 lascas, metade das quais fragmentadas,

com uma elevada presença de lascas não corticais, e um predomínio de núcleos com opção de debitagem centrípetas, associados tanto a uma gestão unifacial do volume como a uma gestão bifacial (Casanova Í Marti *et al*, 2009). A preponderância deste sítio na análise de conjunto não é tão ampla como em Galeados, podendo ser adiantada uma diferenciação desta zona em relação à totalidade da área em estudo que não se remete a apenas um sítio mas que é constante na maioria dos pontos de recolha.

Os resultados relativos tanto à sequência de terraços de Farrobo/Lobata e à sequência truncada de terraços nos arredores de Baleizão, Brinches e Quintos (região onde, alias, se inclui o Barranco da Foz), são em tudo semelhantes entre si, ainda que apresentem algumas diferenças notórias em relação ao total da coleção. O estado físico dos materiais é semelhante em ambas as zonas, e ligeiramente mais alterado quando comparado com o total da coleção. No que se refere aos núcleos, é notória a elevada frequência de núcleos unifaciais com levantamentos unipolares e bipolares. No que toca às lascas, nenhum dado caraterizador foi identificado, à exceção da ausência de lascas corticais primárias na zona de Farrobo-Lobata.

6. DISCUSSÃO

Tendo em conta todas as limitações associadas ao contexto de jazida e recolha dos materiais (prospeções não sistemáticas de material sem contexto estratigráfico apurado) foi possível considerar algumas caraterísticas que permitam uma aproximação mais coerente à coleção e que possibilitem futuras intervenções sistemáticas que visem um maior conhecimento das ocupações associadas ao Baixo Guadiana.

A larga maioria da coleção assenta em artefactos líticos de grandes dimensões elaborados sobre seixos de quartzito, o que, como afirmava Abel Viana (1945), indica uma exploração local das matérias-primas. É também visível uma certa homogeneidade nos artefactos, nomeadamente nos núcleos os quais, raramente, apresentam estratégias de debitagem associadas á produção de suportes levallois ou laminares.

Os resultados do trabalho não possibilitam profundas considerações cronológicas ou contextuais. Por um lado, a frequência de fósseis-diretores é reduzida. Por outro lado, a associação dos materiais às superfícies dos terraços fluviais em que foram recolhidos é pouco informativa. Ainda que muitos dos materiais possam ter origem em depósitos sedimentares, com posterior perturbação antrópica por ação agrícola, outros podem simplesmente ter sido transportados para o local e abandonados já após a formação das camadas sedimentares.

Ao contrário do que Viana advogava, não é possível identificar nem indústrias categoricamente acheulenses, mustierenses ou languedocenses. As inferências do investigador para identificar estas realidades cronológicas baseavam-se em métodos que não podem ser considerados verosímeis, e caem quando métodos mais recentes de análise de materiais líticos são aplicados.

Nenhum fóssil-diretor acheulense foi identificado, pelo que a questão ausência de materiais e contextos acheulenses nesta zona do Baixo Guadiana permanece sem resposta. Note-se, no entanto, que os terraços mais antigos (T4), apesar de terem fornecido muito pouco material, são terraços plistocénicos, formados durante um período em que o rio tinha pouca capacidade erosiva (em comparação com a atualidade), pelo que podem ter sido preservados depósitos fluviais que incluam vestígios das ocupações mais antigas, por exemplo, nas zonas de Farrobo-Lobata ou Vargem-Varguinha.

A elevada frequência de núcleos estruturados com debitagem discóide pode indicar a presença de depósitos que integrem vestígios de Paleolítico Médio. Se considerarmos que o Languedocense era na década de 40, uma indústria de Paleolítico Médio, esta inferência não destoa da efetuada por Viana. A hipótese da preservação de depósitos que integrem vestígios de ocupações do Paleolítico Médio – parece forte para o caso dos depósitos no Barranco da Foz. Os materiais aí recolhidos apresentam uma recorrência de estratégias de debitagem discoides caraterísticas de uma tecnologia mustierense (Böeda *et al*, 2013). Por outro lado, encontram-se associados não ao rio principal mas a uma ribeira secundária, o que potencia a que os terraços não tenham sido tão afetados pelo encaixe do rio como os depósitos associados ao curso principal, podendo ainda apresentar depósitos com contextos relevantes, associados a uma deposição fluvial de baixa energia.

Nos resultados das prospeções, Abel Viana refere a presença recorrente de indústrias languedocenses na região. Esta presença não pode ser aferida no presente trabalho, pois não só a identificação do languedocense sofreu uma completa reestruturação desde a publicação dos resultados de Viana como a elevada presença de núcleos "languedocenses" na

coleção não pode definir a existência de ocupações mesolíticas. Ainda que sejam viáveis os processos de inferência baseados na classificação dos grandes núcleos de quartzito como mesolíticos por associação contextual com fósseis-diretores deste período (Raposo, Silva, 1984), o raciocínio inverso – atribuição cronológica dos núcleos "languedocenses" a partir da sua morfologia, por os mesmos terem sido identificados em associação com materiais mesolíticos – não pode ser aplicado, já que estes núcleos refletem uma debitagem bastante expedita e facilmente aplicada por qualquer sociedade humana.
No entanto, a clara diferenciação dos artefactos de Galeados e Azenha da Aldeia onde o domínio de elementos em quartzo, associados a debitagem laminar, à superficie de um terraço de formação bastante recente – parecem indicar que os mesmos correspondem a uma macha de dispersão atribuível a períodos holocénicos,. Este dado havia já sido sumariamente realçado por Abel Viana (1946), mas a presente constatação do mesmo, com métodos de estudo distintos pode indicar a existência de uma importante ocupação naquela zona, sendo positiva uma futura intervenção para aferir a integridade dos depósitos.

7. CONCLUSÃO

O presente trabalho assentou na categorização de materiais líticos provenientes de recolhas superficiais efetuadas em 1944 e que constituem, até à data os únicos dados relativos à ocupação paleolítica da área em estudo. O estudo foi condicionado pela falta de informação contextual relativa aos materiais, sendo os mesmos provenientes de recolhas de superfície, não sistemáticas, e sem qualquer informação relativa à identificação de depósitos estratigráficos por parte de Viana.
O confronto de variáveis derivada da análise dos materiais líticos com variáveis derivadas da análise territorial permitiu adiantar a existência de potenciais pontos de intervenção, nomeadamente em Galeados, nas formações associadas ao Barranco da Foz do Guadiana e nos terraços superiores do rio (em Farrobo/Lobata ou Vargem/Varguinha, por exemplo).
Em conclusão, é possível afirmar que, apesar de todas as condicionantes inerentes ao trabalho, foi possível, por um lado valorizar o espólio do Museu Geológico e por outro identificar potenciais pontos de intervenção no território estudado. Resta esperar que os resultados aqui apresentados sejam de utilidade para as futuras equipas de investigação e que os contextos paleolíticos do Guadiana se tornem mais apurados no futuro.

AGRADECIMENTOS

À equipa do Museu Geológico, por nos ter disponibilizado o acesso aos materiais e ao espaço de trabalho. Esperamos que este pequeno exercício possa ser de utilidade para a valorização do espólio em reserva no museu e esperamos poder continuar a colaborar com a instituição.
Ao João Pedro Cunha Ribeiro e ao Paulo Marques por terem facilitado o acesso a alguns dos documentos fundamentais.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Francisco (2013) – *Testemunhos do Paleolítico no regolfo do Alqueva*. EDIA, Beja, 261 p.

BARRADAS, Luís (1925-26) – Paleolítico de Elvas, *O Arqueólogo Português*, Vol, XXVII, Lisboa, pp. 182-183.

BOEDA, Eric; GENESTE, Jean-Michel; MEIGEN, Liliane (1990) – Identification de chaines operatoires lithiques du Paleolithique ancient et moyen. *Paleo*. 2: 2, pp. 43-80.

BORDES, Francois (1961) – *Typologie du Paleolithique ancien et moyen*. CREP, Bordeaux.

BREUIL, Henri (1917) – Glanes paléolithiques dans le Bassin du Guadiana. *L'Anthriopologie*. Paris. 28: 1-2, pp. 1-19.

BREUIL, Henri (1919-1920) – La station paléolithique ancienne d´Arronches (Portalegre), *O Arqueólogo Português*, Lisboa, vol. 24, pp. 47-55.

BRUM DA SILVEIRA, António; CABRAL, J.; PEREA, H.; RIBEIRO, A. (2009) – Evidence for coupled reverse and normal active faulting in W Iberia. The Vidigueira-Moura and, Alqueva faults (SE Portugal). *Technophysics*, 474, 1-2, pp. 184-199.

CASANOVA Í MARTÍ, Joel; MARTÍNEZ-MORENO, Jorge; MORA TORCAL, Rafael; TORRE, Ignacio de la (2009) – Stratégies techniques dans le Paléolithique Moyen du sud-est des Pyrénées. *L'Anthropologie*, 113, pp. 313-340.

CUNHA-RIBEIRO, João Pedro; CURA, Sara (2004) – A jazida paleolítica de Sapateiros 2 (Reguengos de Monsaraz). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 7, pp. 5-26.

DEBÉNATH, André; DIBLE, Harold L. (1993) – *Handbook of Palaeolithic Typology: Lower and Middle Palaeolithic of Europe*. University of Pennsilvania, Museum of Rachaeology and Anthropology. Pensilvania, E.U.A.

FEIO, Mariano, AMÍLCAR, Patrício (1945) – Noticia acerca do Quaternário no Vale do Guadiana. Arquivo de Beja. Beja Série II, II, pp. 43-69.

INIZAN, M.; REDURON, M.; ROCHE, M.; TIXIER, J. (1995) – *Technologie de la pierre tallée*. CREP, Paris.

JORGE, Vitor de Oliveira (1972) – Jazidas 1 e 2 do Monte da Faia (rio Caia, Portalegre): Notícia preliminar, *O Arqueólogo Português*, 3ª serie, IV, 1972, pp. 79-102.

LÓPEZ, R., Tejero; HEYDT, G. Garzón (2014) – The Guadiana River: the role of tectonics on drainage configuration. *Comunicações Geológicas do LNEG*, especial III, pp. 1467--1471.

MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio (1996) – Contribuição para o estudo das Indústrias Líticas do Vale do Rio Caia (Alto Alentejo – Portugal). Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PAÇO, Afonso do (1934) – Carta Paleolítica e Epipaleolítica de Portugal. *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, 1, pp. 25-47.

PAÇO, Afonso do; LEAL, J. B. (1980) – A estação Paleolítica da ponte do Guadiana em Mourão. *Brotéria*. Lisboa, 75:6, pp. 535-539.

PEREIRA, Júlio Manuel; MANUEL, Jorge (2007) – As indústrias macrolíticas das margens do guadiana entre as barragens do alqueva e de pedrógão (Vidigueira): Novos dados preliminares para um velho problema. *Arqueologia e História*, Nº2, 2ª Série, pp. 16-46.

RAPOSO, Luis; SILVA, António Carlos (1980) – A estação languedocese do Xerez de Baixo (Guadiana). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal 6-7, pp. 47-86.

RAPOSO, Luis; SILVA, António Carlos (1984) – O Languedocense: ensaio e caraterização morfotécnica e tipológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 2, pp. 87-166

VASCONCELLOS, José Leite de (1927-1929) (a)– Antiguidades do Alentejo, O Arqueólogo Português, Lisboa, Vol. 28, 1927-1929, pp. 158-160.

VIANA, Abel (1945) – Palreolítico das Marges do Guadiana. *Arquivo de Beja*. Beja Série II, III, pp. 365-391.

VIANA, Abel (1945) – Palreolítico das Marges do Guadiana. *Arquivo de Beja*. Beja Série III, III, pp. 364-411.

VIANA, Abel (1945) – Palreolítico do Guadiana. *Arquivo de Beja*. Beja Série IV, I e II, pp. 115-147.

ZBYSZEWSKI, Georges (1942) – Paléolithique Ancien et la Chronologie du Quaternaire du Portugal de Portugal en 1942. *Publicações do Museu e Laboratório Mineralógico da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 15, 114 p.

ZBYSZEWSKI, Georges (1958) – Le quaternaire du Portugal. *Boletim da Sociedade Geológica de* Portugal. Lisboa, vol. XIII, fasc. I e III.

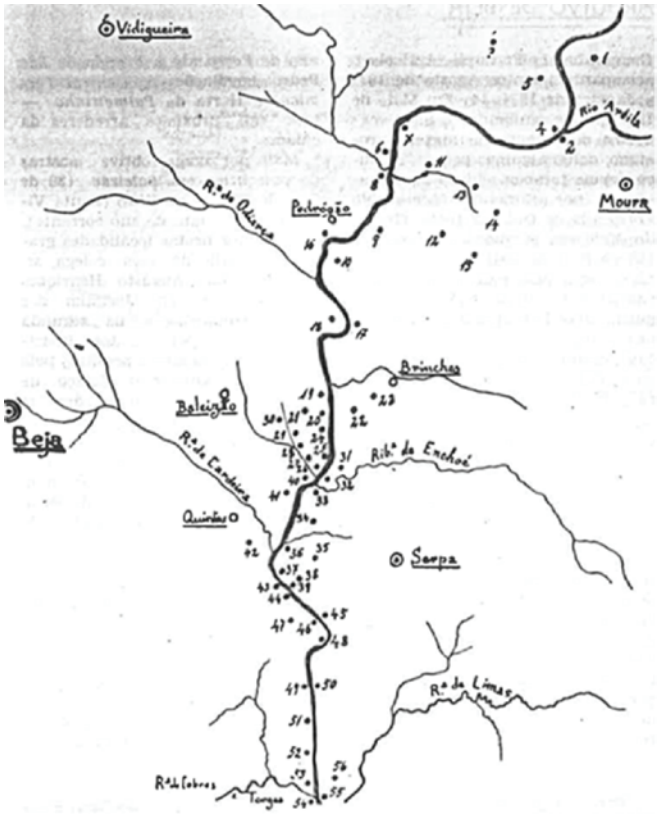


Figura 1 – Esquema cartográfico elaborado por Abel Viana com a localização dos diversos sítios de recolha dos materiais. Autores: VIANA, 1946, p. 365.

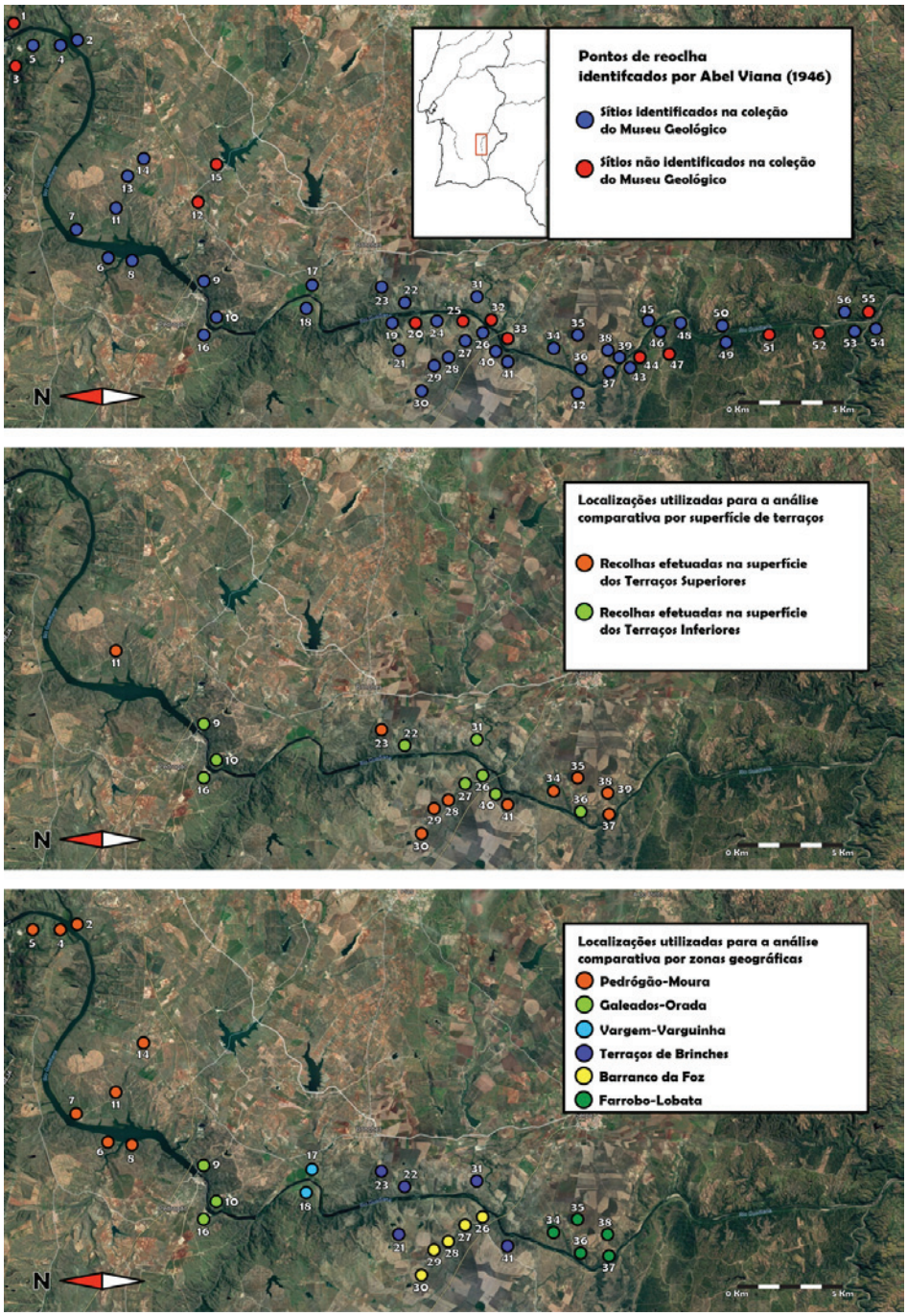


Figura 2 – Mapa de distribuição dos sítios onde Abel Viana identificou materiais paleolíticos enquadrados na área de estudo do presente trabalho. 1 Vale Manantio; 2 Barca do Ameixial; 3 Barranco da Serrana; 4 Sobreira de Baixo; 5 Sobreira de Cima; 6 Ínsua da Margem Direita; 7 Ínsua da Margem Esquerda; 8 Ínsuinha; 9 Orada; 10 Galeados; 11 Monte da Ravasca; 12 Casais; 13 Monte Galinha; 14 Horta de João Privado; 15 São Bartolomeu; 16 Azenha da Aldeia; 17 Vargem; 18 Varginha; 19 Moinhos dos Doutores; 20 Moinhos dos Manueis; 21 Monte dos Manueis; 22 Horta dos Castelhanos; 23 Monte do Vale Formoso; 24 Moinhos da Canada; 25 Moinho do Rasquinho; 26 Seixal; 27 Barranco da Morgada; 28 Comenda; 29 Monte das Marianas; 30 Vale Vinagre; 31 Monte do Vau; 32 Ponte do Enxoé; 33 Foz do Enxoé; 34 Farrobo; 35 Lobata; 36 Amendoeira; 37 Machados; 38 Quinta de Dom Luís; 39 Casa da Barca; 40 Ponte do Guadiana; 41 Herdade do Mexão; 42 Gravia; 43 Azenha de Quilos; 44 Azenha do Vau de Baixo; 45 / 46 Azenha da Ordem; 47 Monte do Outeiro; 48 Moinho da Misericórdia; 49/50 Moinho do Bugalho; 51 Foz do Juiz; 52 Cutela; 53 Foz do Escalda; 54/55 Moinho do Escalda; 56 Outeiro do Moinho do Escalda. Carecem de localização: Moinho dos Besteiros, Pias.

Nome do Sítio	Código Museu	Núcleos	Lascas	Utensílios	Frag. Inclassificáveis	Seixos	Total
Amendoeira	851	23	8		1	7	39
Azenha da Aldeia	930		9	1	19		29
Azenha da Ordem	896	12	49		14		75
Azenha de Quilos	933	2				2	4
Barca do Ameixial	869	8		1		4	13
Barranco da Morgada	944	15	14	1	14		44
Casa da Barca	920					1	1
Comenda	922	2	1				3
Farrobo	898	10	4		2		16
Foz do Escalda	875	8	19		9		36
Galeados	879	17	116	2	30		165
Herdade dos Castelhanos	876	3	13		1		17
Horta de João Privado	926					1	1
Ínsua do Guadiana	880	30	70	2	36	10	148
Lobata	884	15	5	1			21
Machados	885	4					4
Herdade do Mexão	943	12	3		1		16
Moinho da Misericórdia	939	5	26		3		34
Moinho do Bugalho (M.Dir.)	917	3	4				7
Moinho do Bugalho (M. Esq.)	898	3	5			2	10
Moinho do Escalda	891	3	10		11		24
Moinho dos Besteiros	850	3	1				4
Moinho dos Doutores	910	7	1				8
Moinhos da Canada	900	6	1				7
Monte da Ravasca	905	3					3
Monte das Marianas	882	7	17		1	3	28
Monte do Vau de Baixo	899	13	4				17
Monte dos Manueis	893	21	3				24
Orada	883	4	23		23	2	52
Pias	937		3			1	4
Ponte do Guadiana	874	6	3			1	10
Quinta D. Luis	919	5	7			2	14
Sobreira de Baixo	818	1	1		4	1	7
Sobreira de Cima	907	2			1	1	4
Vale de Vinagre	942	23	23	1	6	4	57
Vale Formoso	916	2	3				5
Vargem	507	15	17	2	2		36
Varguinha	508	8	2			2	12
Seixal	873	20			2	12	34
TOTAL		321	465	11	180	56	1033

Tabela 1 – Tabela de frequência absoluta dos materiais em reserva no Museu Geológico. Excluem-se os sítios onde não foram identificados núcleos, lascas ou utensílios.



Figura 3 – Tipos de utensílios encontrados na colecção á escala 1:2 – 1 Chopper em quartzito da Barca do Ameixial; 2 Elemento de Foice em quartzo de Galeados; 3 Furador em quartzo de Galeados; 3 Lasca Levallois em quartzito da Azenha da Ordem.

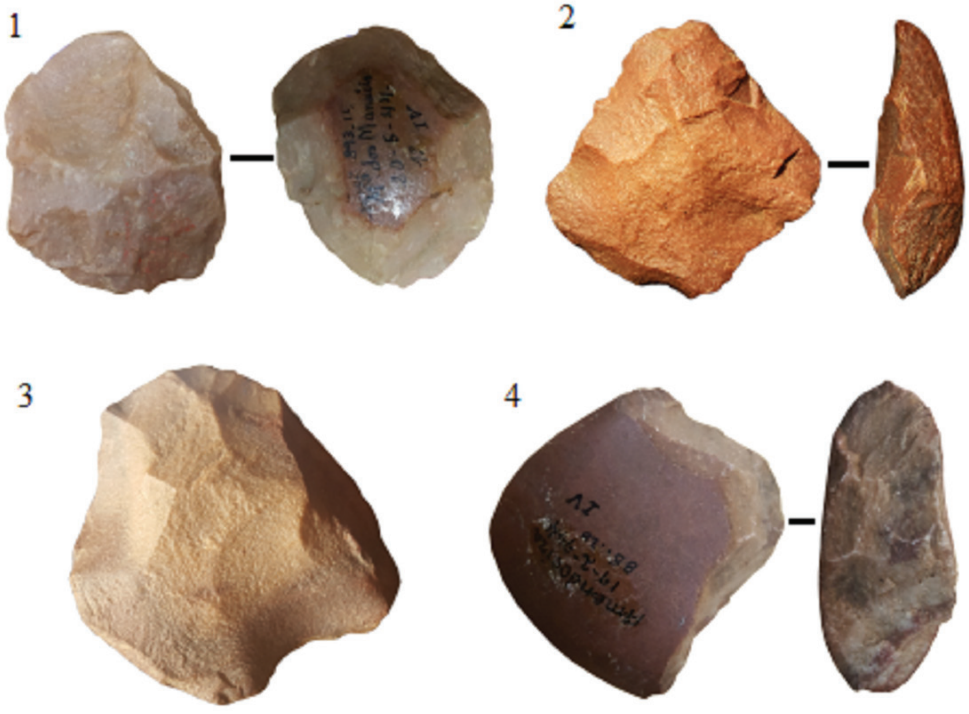


Figura 4 – Exemplos de núcleos estudados, à escala 1:2 – 1 núcleo discóide do Monte dos Manueis; 2 núcleo centrípeto da Amendoeira; 3 núcleo centrípeto da Azenha da Ordem; 4 núcleo unifacial Abrupto da Amendoeira.

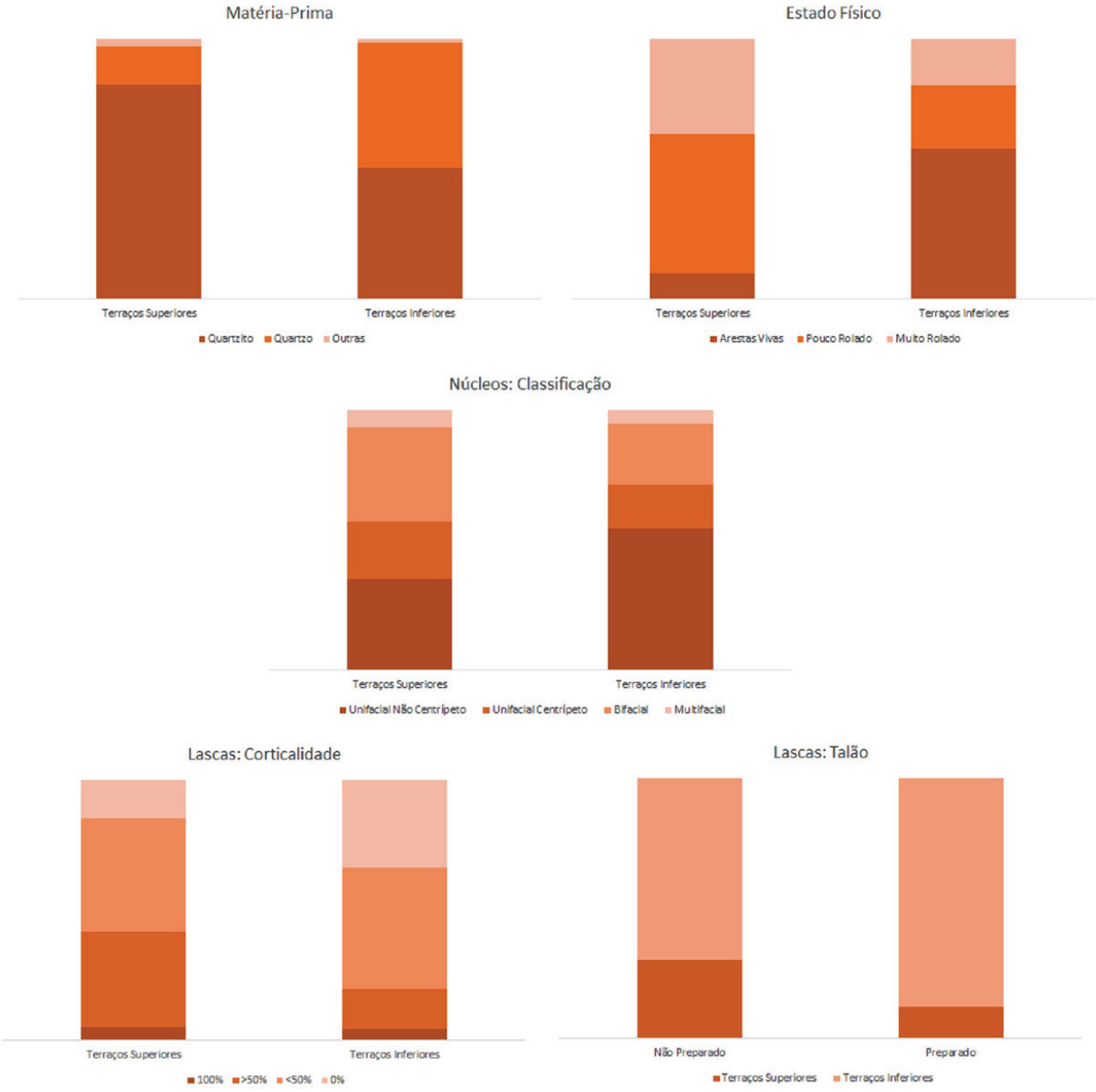


Figura 5 – Análise comparativa dos atributos tecnológicos entre os materiais identificados na superfície dos terraços superiores e dos terraços inferiores.

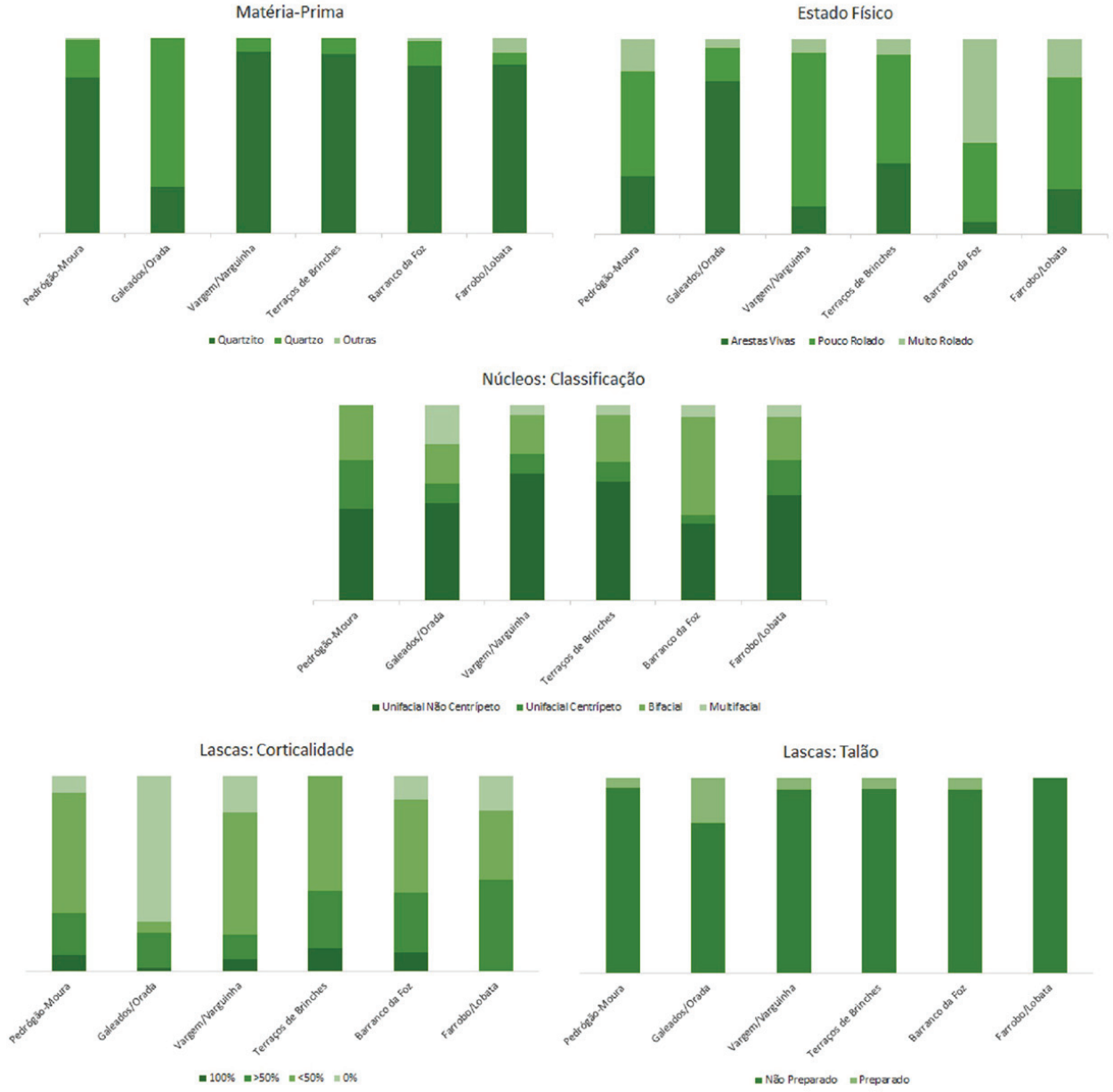


Figura 6 – Análise comparativa dos atributos tecnológicos entre os materiais identificados nas diferentes zonas geográficas definidas.

A SEQUÊNCIA ESTRATIGRÁFICA DA LAPA DOS COELHOS: FUNCIONALIDADE E SUBSISTÊNCIA AO LONGO DO PLEISTOCÉNICO SUPERIOR NO SOPÉ NA SERRA DE AIRE (PORTUGAL)

Cristina Gameiro[1], Simon Davis[2], Francisco Almeida[3]

RESUMO

Os trabalhos arqueológicos, empreendidos entre 1997 e 2010, nesta pequena cavidade do sistema cársico do rio Almonda (Torres Novas, Portugal), permitiram identificar a ocupação humana intermitente da cavidade durante o pleistocénico superior. Durante o Magdalenense o local terá funcionado como acampamento temporário especializado, provavelmente relacionado com apoio a actividades cinegéticas. A recolha de um fragmento de folha de loureiro documenta a ocupação humana do local durante o Solutrense. Os materiais líticos atribuíveis ao Moustierense, podem corresponder a escorrências provenientes de outras galerias, do mesmo sistema cársico. O estudo da fauna permitiu concluir que durante os períodos mais antigos o sítio serviu, igualmente, como covil de hiena e constatar o aumento de consumo de animais de pequeno porte, sobretudo coelho, durante o Tardiglaciar.

Palavras-chave: Magdalenense, Solutrense, Moustierense, Funcionalidade, Subsistência.

ABSTRACT

Archaeological excavations undertaken between 1997 and 2010 at Lapa dos Coelhos – a small cavity in the Almonda River karst system near Torres Novas, Portugal, indicated intermittent occupation by humans during the Upper Pleistocene. During the Magdalenian the site served as a specialized temporary camp, probably related to hunting and fishing activities. A 'laurel leaf' fragment suggests human occupation during the Solutrean. The Mousterian artefacts identified in the lowest layers may correspond to runoff from other galleries of the same karstic system. Interpretation of the faunal remains shows that during the earlier periods the site also served as a hyaena den. We also note an important increase of small animals, especially rabbits, during the Tardiglacial period which probably reflects the 'Mesolithic Crisis'.

Keywords: Magdalenien, Solutrean, Mousterian, Function, Subsistence.

1. INTRODUÇÃO

Durante os anos 40 do século passado, os trabalhos arqueológicos na Galeria da Cisterna identificaram ocupações humanas da Pré-História recente (Paço & *alii*, 1947) revelando a importância arqueológica da rede cársica do rio Almonda. A partir de finais dos anos 80, do século passado, a exploração espeleo-arqueológica deste sistema cársico permitiu a identificação, a partir do interior, de antigas entradas de grutas colmatadas conservando vestígios paleolíticos com diferentes cronologias (Zilhão & *alii*, 2013). A Lapa dos Coelhos é uma pequena cavidade deste sistema cársico e, apesar de visível a partir do exterior, a

1. UNIARQ – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; gameiro.cristina@gmail.com

2. Laboratório de Arqueociências, DGPC; simonjmdavis@gmail.com

3. Taungurung Clans Aboriginal Corporation, 37 High St, Broadford, VIC 3658, Austrália; chico.stea@sapo.pt

dificuldade de acesso condicionou a realização de escavações até 1997. A escavação decorreu entre 1997 e 2010 e permitiu identificar a ocupação intermitente da cavidade durante o pleistocénico superior.
A indústria lítica recolhida nas camadas 3 e 4 da Lapa dos Coelhos foi já caracterizada e publicada (Almeida & *alii*, 2004; Gameiro & Almeida, 2004; Gameiro, 2007; Gameiro, Aubry & Almeida, 2008; Gameiro, 2012). No âmbito deste artigo serão recapitulados aspectos fundamentais das camadas 3 e 4, apresentaremos os materiais líticos recuperados nas camadas subjacentes, ainda inéditos, assim como os dados do estudo faunístico já efectuado para a totalidade da sequência. Paralelamente serão discutidos aspectos relacionados com a funcionalidade diacrónica deste sítio arqueológico. Estudos complementares mais detalhados serão apresentados assim que a realização de datações absolutas permita esclarecer dúvidas quanto à cronologia das ocupações humanas, cuja problematização apresentamos.

2. LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO, TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS E BREVE DESCRIÇÃO ESTRATIGRÁFICA

O sítio arqueológico da Lapa dos Coelhos situa-se, do ponto de vista administrativo, na freguesia do Pedrogão, concelho de Torres Novas, distrito de Santarém. Esta pequena cavidade pertence ao sistema cársico do rio Almonda e localiza-se a cerca de 300m de altitude, na encosta sobranceira à nascente deste mesmo rio em pleno Arrife (escarpa de falha com uma dezena de quilómetros e orientação N-NE/S-SE situada no limite entre o Maciço Calcário Estremenho e a Bacia Terciária do Tejo). Foi esta localização, em terreno acidentado e de muito difícil acesso (Cf. Fig.1-nº1), que condicionou a realização de trabalhos arqueológicos no local: apesar do seu potencial arqueológico ter sido reconhecido em 1988[4] a escavação só teve início em 1997 (depois da criação de uma escadaria e passadiço metálico de acesso seguro ao local). A escavação arqueológica, sob direcção de Francisco Almeida e José Correia, foi realizada entre 1997 e 2010. A escavação foi efectuada em quadrículas de 1m (subdivididas em quadrantes), em função das camadas naturais identificadas, subdivididas em níveis artificiais de 5cm. Após a decapagem de cada nível artificial foi efectuado o registo (desenho à escala 1/10 e fotografia). Todas as peças foram coordenadas tridimensionalmente e todos os sedimentos foram crivados a água com um crivo com malha de 2mm. Foram recolhidas amostras sedimentares para análise de microfauna e estudos sedimentares, pedológicos e micromorfológicos (em curso). No início dos trabalhos arqueológicos, a cavidade apresentava um formato sub-triangular, com uma área de cerca de 8 metros quadrados, e a altura do topo do preenchimento sedimentar em relação ao tecto da gruta variava entre cerca de 20 cm e 3 m (junto a uma chaminé localizada no canto Noroeste da cavidade). Actualmente é possível constatar uma morfologia em corredor, de orientação Este-Oeste, aproveitando uma diáclase dos calcários com a mesma orientação. Segundo Diego Angelucci,[5] a idade e os mecanismos de formação da gruta permaneçam desconhecidos mas parece evidente que os mesmos estarão relacionados com o rio Almonda e o seu percurso subterrâneo, nas imediações da respectiva nascente. A morfologia da cavidade indica o seu desenvolvimento inicial como uma gruta fechada, isolada do exterior, e, numa fase posterior, a sua abertura como resultado do recuo da escarpa. Após esta abertura ao exterior é possível que, pelo menos durante algum período de tempo, a Lapa dos Coelhos tenha ainda servido como exsurgência activa. Num período anterior ao actual preenchimento, a cavidade terá tido uma fase de preenchimento sedimentar antigo, seguido por uma fase de erosão, como é visível através de vários testemunhos concrecionados de sedimento e de chão estalagmítico ao longo de algumas das paredes.
Uma descrição detalhada da estratigrafia foi já publicada (Almeida & *alii*, 2004). O estudo dos processos de formação inerentes à deposição das camadas 13 a 9 ainda não foi efectuado. O preenchimento sedimentar correspondente às camadas 8, 7, 6, 5 e 4 documenta o último ciclo glaciar-interglaciar. As camadas 8 a 6 documentam a entrada na cavidade de crioclastos e sedimentos finos do exterior, que representariam provavelmente o tipo de sedimentos existentes ao longo da vertente. As caracterís-

4. Pedro Souto e João Maurício, membros da STEA (Sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia) encontraram, à superfície, alguns artefactos líticos de cronologia paleolítica (Paleolítico Superior), juntamente com alguns ossos de lagomorfo.

5. Responsável pelo estudo geomorfológico e micromorfológico.

ticas sedimentares destas camadas são claramente relacionáveis com um ambiente de características frias e húmidas, como o indicam a morfologia e organização da respectiva fracção clástica. A camada 3 documenta a acumulação de sedimentos agora dominada pela parte fina (sedimentoslimosiltosos-cinzentoamarelados), com raros clastos, e material alóctone, como é o caso das micas. O aspecto destes sedimentos é semelhante ao de *loess*, embora tal hipótese de trabalho necessite análises complementares. Caso se confirme serem sedimentos eólicos tipo *loess*, tal indicaria uma fase de clima relativamente seco, com ventos fortes transportando poeira eólica, que se acumularia ao longo do Arrife. Este tipo de processo aparece, de resto, bem documentado em outras áreas do Mediterrâneo, e datando do Allerod, onde a datação de 13 546±137 calBP da camada 3 se integra perfeitamente.

Ainda segundo D. Angelucci, As camadas superiores (1 e 2) representam a parte superior (horizontes A e AC) de uma rendzina de vertente bem desenvolvida, que afectou o preenchimento da gruta, mesmo no seu interior (unidades G3, G2, H2, por exemplo). Ambas as camadas são já pós-paleolíticas, e apresentam-se essencialmente remexidas, nelas encontrando-se artefactos históricos (fragmentos de faiança e um botão metálico), da pré-história recente (cerâmica manual), e da ocupação Magdalenense Final da camada 3, que foi intensamente afectada por tocas na sua parte superior. Uma ocupação da pré-história recente está igualmente documentada pela pintura parietal, num pequeno nicho, junto à entrada da cavidade (Almeida & *alii*, 2004; Martins, 2016).

3. A INDÚSTRIA LÍTICA: OS DADOS TIPO-TECNOLÓGICOS

3.1. Magdalenense Final

As características da indústria lítica e a datação radiométrica (13 546±137 calBP) da Camada 3 permitem a sua atribuição ao Magdalenense Final. Nesta cavidade, é o nível arqueológico, com maior densidade artefactual: 6379 peças, das quais 303 utensílios retocados. O sílex é a matéria-prima melhor representada com cerca de 62%, seguindo-se o quartzito (19%), o quartzo (16%) e outras matérias-primas com cerca de 2%. O aprovisionamento é maioritariamente local: o quartzo e o quartzito podem ser recolhidos nas proximidades e cerca de 80% da totalidade do sílex pode ser recolhido a menos de 10km (78% sílex cenomaniano e 2% sílex bajociano). O sílex oxfordiano, disponível a cerca de 30km do sítio, constitui cerca de 12% do total. Cerca de 7% do sílex é de proveniência indeterminada.

A elevada percentagem de esquírolas (60%) atesta a realização de actividades de talhe no local, contudo, o fraccionamento das cadeias operatórias foi posto em evidência pelo insucesso na realização de remontagens líticas. Em sílex, apenas 6 peças foram remontadas (0,15%) e no quartzito o sucesso foi ligeiramente superior: 27 lascas e 3 núcleos: 2,5% de taxa de sucesso.

No que diz respeito à utensilagem retocada, o grupo melhor representado é o da utensilagem lamelar (36%), seguindo-se o grupo dos diversos (que incluí fragmentos de peças retocadas e peças de retoque atípico) com 21%, das raspadeiras (19%), da utensilagem comum (12%) e dos buris (8%). O numeroso conjunto lamelar (108 exemplares) é constituído maioritariamente por lamelas de dorso marginal (43%), lamelas de Areeiro (25%) e lamelas de dorso (22%), na sua maioria de morfologia apontada e com retoque marginal ou mesmo muito marginal que praticamente não altera o suporte inicial, directo, abrupto e regular (Cf. Fig.2 – nº5). A maioria destas peças está fracturada (53%) e 4 exemplares apresentam fracturas qualificáveis como estigmas de impacto: 3 burinantes e 1 charneira (Christensen &Valentin, 2004).

Tal como documentado noutros sítios com esta cronologia (Zilhão, 1997; Bicho, 2000) a debitagem é orientada para a produção de lascas e lamelas. Não existe uma cadeia operatória de produção laminar. Os reduzidos exemplares incluídos nesta categoria, devido às suas dimensões, foram, maioritariamente, produzidos numa fase inicial da debitagem lamelar (a maioria apresenta córtex e morfologia irregular).

A produção de lascas foi efectuada de forma expedita, tirando partido da forma natural dos volumes, sobretudo seixos (de quartzito e quartzo) explorados a partir da sua maior superfície e em general de progressão centrípeta, convergente mas não invasora (Cf. Fig.2 – nº4). A cadeia de produção das lascas em sílex é mais difícil de caracterizar. Apesar de constituírem a maioria dos suportes produzidos e a maioria dos suportes dos utensílios retocados apenas 6 núcleos para lascas em sílex forma identificados. As lascas produzidas foram frequentemente utilizadas como volume inicial dos núcleos para lamelas (26 num total de 32). A produção de lamelas

sobre aresta de lasca (tipo raspadeira carenada ou tipo buril) foi já descrita (Gameiro, 2007; Gameiro, Aubry & Almeida, 2013), as suas vantagens em termos de estandardização da produção estão documentadas e constitui uma característica da fase do Magdalenense Final, tipo Rossio do Cabo, descrita por J. Zilhão (1997).

Foram ainda recolhidos alguns adornos sobre concha: duas conchas de *Littorina obtusata* (marinha) e cerca de trinta exemplares, quinze deles perfurados, de *Theodoxus fluviatilis* (fluvial). O mesmo tipo de adorno foi recuperado nos enterramentos Magdalenenses da Galeria da Cisterna (Trinkaus & *alii*, 2011).

3.2. Magdalenense Superior

A Camada 4, com uma datação radiométrica de 14308±258 calBP, é atribuível ao Magdalenense Superior. Nesta unidade estratigráfica foram recuperadas 2055 peças, das quais 96 utensílios retocados. O sílex é a matéria-prima mais utilizada (47%) mas o quartzo é utilizado de forma mais expressiva do que o verificado para a Camada 3 com 36% das peças a serem produzidas sobre esta matéria-prima. O quartzito representa 10% das peças, o quartzo hialino 4% e outras matérias-primas indeterminadas com 2,6%. Cerca de 99 % do sílex é de origem local (98% cenomaniano e 1% bajociano) e apenas 4 peças (0,6%) em sílex oxfordiano terão origem a mais de 30km do sítio arqueológico. Tal como verificado para a camada 3, as esquírolas em grande quantidade (52%) documentam operações de debitagem no local mas também não foram conseguidas remontagens líticas pelo que se atesta o fraccionamento da cadeia operatória. A utensilagem lamelar domina o conjunto de utensílios retocados com 28 peças que correspondem a 29%, sendo a maioria fragmentos de lamela de dorso (15%) e lamelas de dorso rectilíneo (5%), algumas em quartzo (9 peças). De salientar ainda a existência um número significativo de microgravettes (4 exemplares) e uma gravette atípica (Cf. Fig.2 – nº9). Em geral, os suportes lamelares conheceram um retoque mais invasor, reduzindo a largura do suporte inicial, por vezes cruzado, quase sempre abrupto e regular. Não foram identificadas fracturas com estigmas de utilização como ponta de projéctil.

As peças com retoque atípico estão bem representadas (28%), assim como o grupo das raspadeiras (18%). A utensilagem comum está menos representada (7%), se compararmos com a camada 3. As lascas constituem a grande maioria dos suportes retocados mas a utilização laminar é superior: 15% dos utensílios são sobre lâmina. A produção laminar, provavelmente, corresponderá a uma produção intencional mas os suportes terão sido produzidos noutro local e terão chegado já sob a sua forma final. Identificámos 5 núcleos para lascas e 3 núcleos para pequenas lascas/esquírolas (1 deles bipolar sobre bigorna). A debitagem é expedita, aproveitando a forma natural dos volumes, geralmente com um plano de percussão e uma progressão da debitagem de tipo frontal ou semi-giratória (Pigeot, 1987). De entre os 13 núcleos para lamelas, 10 são sobre aresta de lasca, tal como verificado para a camada 3 e esta mesma opção técnica é utilizada tanto para o sílex como para o quartzo. Para além da indústria lítica foram recuperadas 5 peças em osso, 3 delas interpretadas como possíveis anzóis (Almeida & *alii,* 2004) e as restantes como ponta de projéctil (Évora, 2016).

3.3. Solutrense?

O avanço da escavação numa zona interior da gruta, com maior potência sedimentar e portanto com melhor definição, conduziu a uma alteração da interpretação da estratigrafia. A camada 6 (fiada I) e a camada 8 (fiadas H, G e F)) são consideradas equivalentes[6] e preliminarmente foram interpretadas como datando do Solutrense devido à recolha de um fragmento de folha de loureiro. Por forma a validar esta interpretação, foram encetadas tentativas de realização de remontagens entre estas duas unidades estratigráficas. Apesar deste esforço os resultados foram inconclusivos. Efectuámos a remontagem de duas lascas em sílex oxfordiano e um *raccord* de um acidente de *Siret* em sílex cenomaniano, todas provenientes da camada 6. A organização dos artefactos por blocos de matéria-prima permitiu a identificação de um número mínimo de 6 blocos (4 em sílex, 1 em silcrete e 1 em quartzito). Contudo, em 2 dos conjuntos (possivelmente correspondentes a bloco de matéria-prima) incluímos, peças provenientes da camada 6 e da camada 8. No entanto, a ausência de remontagens efectivas não permite extrapolações seguras.

6. A camada 8 foi identificada inicialmente na fiada I, subjacente à camada 5, e por isso foi designada como camada 6. O avanço da escavação nas fiadas H, G e F permitiu uma melhor definição estratigráfica e compreender que o que foi inicialmente interpretado como camada 6 corresponde na verdade à camada 8.

Nas camadas 6 e 8 foram contabilizados um total de 508 artefactos líticos, incluindo 26 utensílios retocados. O quartzo constitui a matéria-prima melhor representada com 61% do total. Contudo, dois terços das peças em quartzo são esquírolas. Podemos confirmar a existência de talhe, nesta matéria-prima, no local e sabemos que há uma maior fracturação/esquírolamento com esta matéria-prima (Bracco & Morel, 1998) daí o inflacionamento da percentagem de quartzo. O sílex constitui apenas 22% das matérias-primas utilizadas, contudo a maioria dos utensílios líticos são produzidos nesta matéria-prima (63%). A esmagadora maioria do sílex utilizado é de origem local (76% cenomaniano e 4% bajociano) e apenas 5,5% pode ser considerado alóctone (oxfordiano).

Excluindo o fragmento de folha de loureiro, atribuível ao Solutrense, o conjunto artefactual é incaracterístico (Cf. Fig.2 – nº7). Não foram identificadas lascas de adelgaçamento bifacial, características deste período. A maioria da utensilagem é constituída por lascas com retoque atípico (27%) e por utensilagem lamelar (27%), seguindo-se a utensilagem comum (3 entalhes e 2 peças esquiroladas, constituem 19%) e o grupo das raspadeiras (8%). Um furador atípico e um buril de ângulo sobre fractura completam a lista tipológica. As lamelas retocadas são na sua maioria lamelas de dorso marginal (3 exemplares) ou fragmentos de lamelas de dorso (2 exemplares).

O número reduzido de peças torna difícil a compreensão dos esquemas operatórios de debitagem. Apesar da elevada percentagem de esquírolas (sobretudo em quartzo) e da identificação de alguns produtos de preparação de volumes (lascas corticais e parcialmente corticais, 1 tablette, 1 flanco de núcleo e algumas lascas cuja morfologia permite um enquadramento na fase de conformação de volumes, preparação de carena por exemplo) foram apenas recolhidos 10 núcleos: 1 para lamelas, 7 para pequenas lascas/esquírolas e 2 para lascas. O único núcleo lamelar, em sílex, apresenta-se bastante rolado. Terá sido abandonado graças a ressaltos bem visíveis mas é um núcleo que denota uma preparação cuidada: plataforma lisa, flancos convergentes, dorso cortical e 2 planos de percussão opostos sucessivos. A progressão da debitagem é giratória com avanço paralelo (Pigeot, 1987). Para além dos artefactos em pedra foi recolhida 1 ponta óssea (Évora, 2016) e um canino de urso perfurado, certamente utilizado como adorno.

A identificação de um fragmento de folha de loureiro permitiu uma atribuição cronológica preliminar ao Solutrense. Contudo, esta peça foi recuperada numa área junto à parede da cavidade. O restante conjunto lítico é incaracterístico e algumas peças evidenciam um rolamento bastante acentuado. É possível que um episódio erosivo posterior ao Solutrense tenha truncado a sequência sedimentar, deixando alguns resquícios de sedimento na zona junto à parede (tal como aconteceu na vizinha Galeria da Cisterna). Num momento posterior, poderá ter ocorrido redeposição de alguns artefactos num novo pacote sedimentar contendo igualmente material de uma ocupação humana consentânea com esta acumulação sedimentar (Magdalenense antigo?).

No território actualmente português, o período entre o final do Solutrense e o Magdalenense antigo corresponde a um hiato sedimentar (Zilhão, 1997). No Sudoeste europeu, esta fase corresponde a um período complexo e de regionalismos acentuados (Salpetriense francês, Epigravettense antigo italiano ou o Solutreo-Gravettense do levante espanhol). A possível existência de Solutreo-gravetense em Portugal foi levantada por J. Zilhão (1997) com base na identificação de pontas crenadas de dorso de tipo mediterrânico entre os materiais da Gruta do Caldeirão, Olival da Carneira e Salemas. O sítio da Vala, no Algarve foi atribuído ao Solutreo-gravetense com base na existência de uma associação entre pontas de pedúnculo lateral e lamelas de dorso (Zambujo & Pires, 1999). No estado actual dos nossos conhecimentos, podemos colocar 2 hipóteses: estarmos perante uma ocupação datada do Solutreo-gravetense (regionalmente mal caracterizado e com sobrevivência de folhas de loureiro) ou de uma mistura de materiais de cronologia Solutrense (médio) e Magdalenense (antigo?), tendo os processos de formação sedimentar tornado esta ocorrência indiferenciável durante a escavação. A evidência artefactual, nomeadamente a inexistência de pontas à *cran* ou de pedúnculo lateral, tornam mais plausível a segunda hipótese. No entanto, para responder, com segurança, a esta questão é imperativo realizar datações radiométricas para a camada 8 (ou correspondente camada 6 na fiada I), e concluir o estudo geomorfológico em curso.

3.4. Moustierense

Apesar do reduzido número de peças recolhidas (apenas 7) na camada 10, podemos datar estes materiais do Moustierense. A realização de datações radiométricas deverá ser empreendida mas as ca-

racterísticas tipo-tecnológicas dos artefactos permitem avançar esta hipótese com alguma segurança. Excluindo um seixo em quartzo, todas as restantes peças são produzidas em quartzito. Para além de um núcleo *levallois* foram recuperadas 1 lasca *levallois* e 1 lasca *kombewa* (Cf. Fig. 2 – nº6 e 8). O estado de superfície das peças é variável: peças com arestas frescas contrastam com peças com algum rolamento. No entanto, parece-nos provável que estes materiais não testemunhem uma verdadeira utilização humana da cavidade mas correspondam a escorrências de materiais, ao longo de interstícios ou pela entrada principal, de ocupações humanas situadas noutras galerias do mesmo sistema cársico (Zilhão, & *alii,* 2013).

4. ANÁLISE FAUNÍSTICA

Apresentamos uma breve descrição da fauna recuperada na Lapa dos Coelhos, incluindo a lista taxonómica, número de ossos para cada espécie e as suas dimensões. A abundância de restos de cabra (*Capra*) e coelho (*Oryctolagus*) permite alargar cronologicamente a comparação da cabra, selvagem e doméstica, e do coelho de vários sítios do final do Pleistocénico e do Holócenico em Portugal. A metodologia utilizada foi já descrita pormenorizadamente (Davis, 2002). Tal como observado noutros sítios arqueológicos pleistocénicos, como por exemplo a gruta do Caldeirão (Davis, 2002), a fauna da Lapa dos Coelhos incluí uma grande variedade de espécies de mamíferos. Entre os animais herbívoros identificámos: corço, veado, javali, (provável) auroque, cabra selvagem (ibex), (provável) camurça, lebre e coelho e ainda os seguintes carnívoros: urso, hiena, lobo e raposa. Os níveis atribuídos ao Solutrense contêm uma maior diversidade de espécies, contrastando com um empobrecimento nos níveis Magdalenenses. A ausência de carnívoros, nos níveis mais recentes, é marcante e tal alteração foi, igualmente, observada na Gruta do Caldeirão. Em regra, a amostragem em Ecologia, presume que quanto maior o tamanho da amostra, maior o número de espécies identificadas. Contudo, o tamanho da amostra não pode ser responsável pelas mudanças observadas uma vez que a amostra faunística Magdalenense é a maior, compreendendo 371 ossos, enquanto a amostra atribuída ao Solutrense, taxonomicamente mais rica, é constituída por apenas 311 ossos.

Apesar do conjunto recolhido não ser muito numeroso e em paralelo com o empobrecimento já referido, foi, ainda, possível identificar outra alteração diacrónica significativa: um aumento do número de restos de coelho. Comparando o número de ossos de coelho com o número de ossos de veado, cabra, javali e cavalo (Cf. Tabela 4), a percentagem de coelho é de 42% no Solutrense e sobe dramaticamente para os 94% no Magdalenense Superior e para 96% no Magdalenense Final: um padrão com paralelos observados na Gruta do Caldeirão. Este aumento significativo de restos de coelhos pode ter relevância económica. Em muitas regiões do Sul da Europa e no Próximo Oriente tem sido posto em evidência, alguns milénios precedendo o Neolítico, um alargamento dos recursos de base, que passam a incluir pequenos animais cuja captura requer um alto dispêndio de energia por unidade de carne obtida. Mencionando alguns exemplos: Lentacker (1986) identificou grande quantidade de animais marinhos, aves e outros pequenos vertebrados nos sítios Mesolíticos de Muge (Portugal), Morales & alii. (1998) refere o aparecimento de ossos de peixe no Magdalenense de Nerja (Andaluzia, Espanha), Payne (1975) reconheceu o aparecimento súbito de ossos de grandes peixes no Mesolítico de Franchthi (Argolis, Grécia); e Davis & alii. (1994) e Davis (2005) identificou o enorme aumento de peixe, aves e pequenos mamíferos na sequência do Natufiense até ao PPNA em Hatoula (Israel central). Roselló e Morales (2010) publicaram os dados relativos aos restos de peixe recuperados na Lapa dos Coelhos. A maioria destes vestígios (88,5%) foi recolhida na camada 4 (Magdalenense Superior): salmonídeos, sável, carpas/barbo e barbo, associada a uma pequena estrutura de combustão, onde igualmente foram recolhidos três utensílios ósseos interpretáveis como elementos de anzol. As mesmas espécies estão documentadas na vizinha Lapa do Picareiro, sensivelmente com a mesma cronologia (Bicho & alii, 2003). Uma explicação possível para este alargamento da base de recursos, ou, como Flannery (1969) o designou, "*the broad spectrum revolution*", seria a existência de mais população humana para alimentar e as tradicionais fontes de carne, como as grandes presas eram agora mais raras – terá existido uma crise no Mesolítico – e alternativas tiveram de ser encontradas. A pressão demográfica contínua poderia explicar o porquê do homem ter abandonado o modo de vida como caçador e ter começado a criação de animais (Davis & Detry, 2013).

Na Tabela 5 apresentamos as medições, em décimos

de milímetro, de certos ossos de mamíferos de médio e grande porte. Estas medições podem ser utilizadas para comparar com outras colecções. Uma espécie cujas medições estão bem representadas, em termos de quantidade, é a cabra, *Capra*. A Figura 3 mostra histogramas sobrepostos de larguras distais (Bd) de astrágalos de *Capra* desde o Pleistocénico final até ao séc. XIX em Portugal, juntamente, para comparação, com *Capra pyrenaica* selvagem contemporânea da província de Jaén, Andaluzia, Espanha e uma amostra de cabra contemporânea doméstica. Variações nas diferentes populações de cabra podem ser explicadas em termos de a) clima, b) estado selvagem-doméstico ou c) o possível efeito do melhoramento humano da cabra doméstica. A grande dimensão da *Capr*a datada do Pleistocénico final, presumidamente selvagem, da Lapa dos Coelhos, da Gruta da Oliveira (em estudo por Mariana Nabais) e da Gruta do Caldeirão distancia-se claramente de outros exemplares de *Capra* e são ainda maiores do que o moderno íbex (*Capra pyrenaica*) de Jaén, visível no topo. Do Neolítico ao Romano, as cabras, são todas mais pequenas do que as cabras domésticas desde o período Medieval-Muçulmano até aos nossos dias. Este aumento da *Capra* portuguesa, desde o período romano até ao período Medieval-Muçulmano, provavelmente reflecte um melhoramento das cabras levado a cabo pelos muçulmanos, como já foi posto em evidência para as ovelhas (Davis, 2008).

Tal como outras espécies de mamíferos no Próximo Oriente, (Davis, 1981), a *Capra* portuguesa terá conhecido uma redução de tamanho em duas ocasiões. A primeira terá acontecido no fim do Pleistocénico quando a temperatura subiu e a segunda terá sido resultante da domesticação. Mais tarde, talvez durante o domínio Islâmico do Sul de Portugal, a cabra conheceu um ligeiro aumento do seu tamanho. Isto significa que os ossos de *Capra* podem ser atribuídos a um dos quatro diferentes grupos no decorrer do tempo (*i.e.*, selvagem actual, presumidamente selvagem do Pleistocénico Final, doméstica do Neolítico ao Período Romano e doméstica do Período Islâmico até aos nossos dias. Maria Saña (comunicação pessoal Saña, 2013: figura 10.13) tem identificado algumas destas mudanças de tamanho da *Capra* na Catalunha. Aqui a *C. pyrenaica* paleolítica é maior do que os seus descendentes no Holoceno enquanto que os ossos de *Capra* recuperados no sítio do Neolítico Antigo de La Draga, perto do lago Banyoles, são consideravelmente mais pequenos. A leitura do histograma cumulativo torna claro que a *Capra* da Lapa dos Coelhos era uma típica cabra selvagem do Pleistocénico Final de Portugal.

A Tabela 6 apresenta medições, em décimo de milímetro, de alguns ossos de coelho. O coelho, tal como a cabra, também conheceu uma diminuição do tamanho no final do Pleistocénico (Davis & Moreno García, 2007), facto que provavelmente reflecte o aumento da temperatura naquele período – sendo que a diferença em tamanho dos espécimes fósseis equivale a uma diferença de 7ºC de temperatura. Dito de outra forma, a temperatura era 7ºC mais fria em Portugal, por exemplo, durante o Solutrense 18,000 anos atrás. A Figura 4 mostra a variação do úmero HTC em Portugal desde o Pleistocénico Final até aos nossos dias. A média HTC dos coelhos da camada 6 e camada 3 da Lapa dos Coelhos está representada em círculos negros. De notar a diferença entre estas duas camadas, no entanto, em paralelo com outros sítios portugueses.

5. FUNCIONALIDADE

Identificar a função de um sítio paleolítico implica o seu posicionamento num sistema sócio-económico de ocupação e exploração de um território por um grupo de caçadores-recolectores (Olive, 2004). O modelo dominante é inspirado na leitura etno-arqueológica realizada por Binford (1983) para os caçadores recolectores actuais, dividindo: oficinas de talhe, bivaques / posições de caça, sítios de abate e desmembramento de carcaças animais, acampamentos-base, acampamentos episódicos e sítios de reserva ou esconderijos. A obtenção de dados que nos permitam avançar hipóteses sobre a função do sítio pode, numa primeira abordagem, ser de ordem qualitativa e contemplar a análise da implantação geográfica e as características físicas do sítio. A Lapa dos Coelhos é uma pequena cavidade com área útil de utilização inferior a 10m^2. Podemos supor que o recuo da escarpa, por erosão, poderá ter reduzido uma plataforma de abrigo com áreas superiores às actuais. No entanto, parece-nos seguro concluir que as dimensões de utilização deste espaço não se coadunam com o estabelecimento de um acampamento-base. A implantação numa zona de ecótono (entre a Serra de Aire e a Bacia Terciária do Tejo) permitindo o acesso a espécies animais típicas dos maciços calcários (ex. Cabra) e de paisagens bai-

xas e abertas (ex. cervídeos e lagomorfos) a juntar à proximidade de uma nascente de água permanente (nascente do rio Almonda) constituiriram aspectos atractivos para os grupos de caçadores-recolectores paleolíticos. A disponibilidade de matéria-prima lítica nas imediações (quartzo, quartzito de aluvião e sílex bajociano de média qualidade) constituiu outra vantagem. Apesar do aprovisionamento de matérias-primas ser sempre maioritariamente local nos níveis datados do Paleolítico Superior, há sempre representação de matéria-prima disponível no vale do Nabão e transportada a mais de 30km (Aubry & *alii*, 2016). Estes dados coadunam-se com a lógica de mobilidade residencial destas populações e podem testemunhar uma «área nuclear de residência ao longo dos vales fluviais» (Binford, 1983). Em todos os níveis datados do Paleolítico Superior é evidente o fraccionamento das cadeias operatórias: existência de poucas remontagens líticas, cadeias operatórias difíceis de descrever por insuficiência de fases representadas e provável aporte de peças semi-preparadas (por ex. lascas a utilizar como núcleo para produção de lamelas) ou terminadas e transporte de outras peças entretanto produzidas. Estes factos reforçam a ideia de uma permanência de curta duração no local. A elevada quantidade de materiais recolhidos na camada 3 (Magdalenense Final) explicar-se-ia pela utilização repetida, ciclicamente, deste espaço pelos mesmos grupos humanos. Por outro lado, a elevada percentagem de armaduras (36% na camada 3; 29% na camada 4 e 27% nas camadas 6 e 8) permite entrever uma utilização relacionada com actividades de âmbito cinegético. O facto da maioria, destas peças, estar fragmentada pode documentar episódios de reparação de armas compósitas de caça. Em 3 exemplares, da camada 3, foram identificados estigmas relacionáveis com fracturas por impacto. Na camada 4, juntamente com um conjunto abundante de vertebras de peixe, 3 peças em osso trabalhado são interpretadas como anzóis[7]. Em relação às características funcionais da ocupação humana documentada nas camadas 6 e 8 os dados são mais escassos mas a natureza expeditiva e pouco elaborada da indústria lítica também permite antever uma ocupação de curta duração. A análise traceológica efectuada por Marina Igreja[8], a cerca de 50 peças das camadas 6 e 8, permitiu identificar vestígios de uso em cerca de um terço, documentar operações de tratamento de carcaças de animal, no âmbito de actividades de esquartejamento e padrões de utilização (ausência de várias zonas activas por peça, vestígios de uso pouco desenvolvidos, espectro de actividades restrito) característico de ocupações breves orientadas para uma especialização das actividades.

6. CONCLUSÕES

O escasso conjunto de materiais líticos recolhidos nos níveis de base da sequência estratigráfica da Lapa dos Coelhos apresenta características tecnológicas atribuíveis ao Moustierense. No entanto, a presença destes materiais não significa, obrigatoriamente, uma frequentação humana da cavidade durante este período e os mesmos podem corresponder a escorrências provenientes de outras galerias, do mesmo sistema cársico, onde ocupações *in situ* estão documentadas (ex. Gruta da Oliveira). O estudo da fauna permitiu concluir que durante os períodos mais antigos o sítio poderá, igualmente, ter sido usado como covil de hiena. Apesar da identificação de um fragmento de folha de loureiro, na camada 8, pensamos que é possível que estes níveis englobem, no mesmo pacote sedimentar, materiais líticos de cronologia Solutrense e simultânea e hipoteticamente do Magdalenense Antigo. A análise da fauna permitiu constatar diferenças significativas (em termos de espécies representadas e suas características métricas) entre este nível e os níveis posteriores e consentâneos com uma cronologia do último máximo glaciar. Os estudos geomorfógicos em curso e futuras datações absolutas permitirão conclusões mais seguras. Tendo em conta os dados enunciados anteriormente, consideramos que durante o Magdalenense Superior e o Magdalenense Final, a Lapa dos Coelhos foi utilizada como um local de acampamento temporário, de utilização repetida (pelo menos durante o Magdalenense Final), especializado no apoio a actividades de caça/pesca. Este facto é importante na medida em que, até à escavação deste sítio, não eram conhecidos sítios, desta cronologia, com esta funcionalidade. Segundo J. Zilhão: «*A diferenciação das jazidas Magdalenenses em agrupamentos definidos com base*

7. Na terminologia francesa existe a expressão: «*Hameçon droit*» para este tipo de peças. Informação de Sónia Gabriel, a quem agradecemos.

8. O estudo detalhado será publicado em breve. Informações fornecidas por Marina Igreja, a quem agradecemos.

na composição das indústrias líticas parece ser muito menos evidente do que nos outros períodos do Paleolítico Superior» (Zilhão, 1997, Vol. I, p.173). Ainda segundo este autor, durante o Magdalenense deixa de ser possível diferenciar de forma clara sítios logísticos e sítios residenciais: não existiriam oficinas de talhe, bivaques ou esconderijos e alguma ambiguidade no tipo de equipamento lítico torna duvidoso classificar alguns sítios como acampamentos episódicos. As alterações no sistema de povoamento e subsistência, provavelmente em sintonia com as alterações ambientais[9] teriam conduzido a uma maior independência em relação às fontes de matéria-prima: miniaturização da utensilagem e circulação de núcleos. Durante este período teria existido uma mobilidade residencial mais elevada que em períodos precedentes e a estratégia de subsistência seria mais próxima do tipo forrageador do que colector, implicando deslocações frequentes em torno do sítio numa área de 10km e consequente abandono da área após o esgotamento de recursos. O aumento de consumo de animais de pequeno porte, sobretudo coelho, mas também de peixes, documentado nos níveis datados do Tardiglaciar vai, igualmente, ao encontro desta estratégia de subsistência.

Durante o Magdalenense, a semelhança no modo de subsistência, documentada pela presença das mesmas espécies caçadas e pescadas na Lapa dos Coelhos e na Lapa do Picareiro (Bicho & *alii*, 2003) e a existência do mesmo tipo de adornos encontrados na Lapa dos Coelhos e nos enterramentos da Galeria da Cisterna (*Theodoxus fluviatilis*), cuja datação radiométrica é idêntica à camada 3 da Lapa dos Coelhos (Trinkaus & *alii*, 2011), faz supor a existência de um grupo humano com os seus próprios marcadores culturais e fortemente enraizado na região da Serra de Aire e Nascente do Almonda.

9. A floresta mediterrânica coloniza maciços calcários tornando a paisagem mais fechada e conduzindo ao desaparecimento da Cabra-montês, camurça e cavalo e consequente aumento da caça de cervídeos e lagomorfos, sobretudo coelho.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Francisco; ANGELUCCI, Diego; GAMEIRO, Cristina; CORREIA, José; PEREIRA, Teresa (2004) – Novos dados para o Paleolítico Superior final da Estremadura Portuguesa: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos de 1997-2003 na Lapa dos Coelhos (Casais Martanes, Torres Novas). *Promontoria*, Faro, 2:2, pp. 157-192.

AUBRY, Thierry; GAMEIRO, Cristina; MANGADO LLACH; Javier, LUÍS; Luís, MATIAS; Henrique, PEREIRO; Tiago (2016) – Upper Palaeolithic lithic raw material sourcing in Central and Northern Portugal as an aid to reconstructing hunter-gatherer societies. *Journal of Lithic Studies* 3(2). doi: 10.2218/jls.v3i2.1436

BICHO, Nuno; HAWS, Jonathan; HOCKETT, Brian; MARKOVA, Anastasia; BELCHER, William (2003) – Paleoecologia e ocupação humana da Lapa do Picareiro: resultados preliminares. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6, nº2: pp. 49-81.

BINFORD, Lewis. (1983) – Em busca do passado. Lisboa: Edições Europa-América.

BRACCO, Jean-Pierre; MOREL, Phillippe (1998) – Outillage en quartz et boucherie au Paléolithique supérieur: quelques observations expérimentales. *In Économie Préhistorique: les comportements de subsistance au Paléolithique. XVIIIe Rencontres internationales d'Archéologie et d'Histoire d'Antibes,* Éditions APDCA, Sophia Antipolis, pp. 387-395.

CHRISTENSEN, Marianne; VALENTIN, Boris (2004) – Armatures de projectiles et outils: de la production à l'abandon In PIGEOT, N. dir. – *Les derniers Magdaléniens d'Etiolles: perspectives culturelles et paléohistoriques (l'unité d'habitat Q31)*. Paris : CNRS, Gallia Préhistoire, pp. 107-160.

DAVIS, Simon J.M. (1981) – The effects of temperature change and domestication on the body size of Late Pleistocene to Holocene mammals of Israel. *Paleobiology 7*, 101114.

DAVIS, Simon J.M. (1996) – Measurements of a group of adult female Shetland sheep skeletons from a single flock: a baseline for zooarchaeologists. *Journal of Archaeological Science 23*, pp. 593-612.

DAVIS, Simon J.M. (2002) – The mammals and birds from the Gruta do Caldeirão, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 5, pp. 29-98.

DAVIS, Simon J.M. (2005) – Why domesticate food animals? Some zoo-archaeological evidence from the Levant. *Journal of Archaeological Science* 32, pp. 1408-1416.

DAVIS, Simon J.M. (2008) – Zooarchaeological evidence for Moslem and Christian improvements of sheep and cattle in Portugal. *Journal of Archaeological Science* 35 (4), pp. 991-1010.

DAVIS, Simon J.M. & DETRY, Cleia (2013) – Crise no mesolítico: evidências zooarqueológicas. In: (eds.) Arnaud, José Morais; Martins, Andrea & Neves, César *in Arqueologia em*

Portugal – 150 Anos. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 297-309.

DAVIS, Simon J.M. & MORENO GARCÍA, Marta (2007) – Of metapodials, measurements and music – eight years of miscellaneous zooarchaeological discoveries at the IPA, Lisbon. *O Arqueólogo Português,* Série IV, 25, pp. 9-165.

DAVIS, Simon J.M.; LERNAU, Omri & PICHON, Joelle (1994) – The animal remains: new light on the origin of animal husbandry. In: Lechevallier, M. and Ronen, A. (eds.), *Le gisement de Hatoula en Judée occidentale, Israël. Mémoirs et Travaux du Centre de Recherche Français de Jerusalem 8*. Paris, Association Paléorient, pp. 83-100.

DRIESCH, Angela von den (1976) – A guide to the measurement of animal bones from archaeological sites. *Peabody Museum Bulletin 1*, Cambridge Mass, Harvard University.

ÉVORA, Marina (2016) – A Review of the Osseous Projectile Points from the Upper Paleolithic of Portugal. *IN* LANGLEY, M. (ed.) – *Osseous Projectile Weaponry. Towards an Understanding of Pleistocene Cultural Variability*, Springer, pp. 131-141.

FLANNERY, Kent (1969) – Origins and ecological effects of early domestication in Iran and the Near East. In: Ucko, P.J. & Dimbleby, G.W. (eds.) *The domestication and exploitation of plants and animals*. London, Duckworth, pp. 73-100.

GAMEIRO, Cristina (2007) – Bladelet debitage and microlith production during the Portuguese Tardiglacial. Presentation of a program for the revision of the available data. In *From the Mediterranean basin to the Portuguese Atlantic shore: papers in honor of Anthony Marks*. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Universidade do Algarve: Faro, pp. 173-179.

GAMEIRO, Cristina (2012) – *La variabilité régionale des industries lithiques de la fin du Paléolithique Supérieur au Portugal*. [Tese de Doutoramento, Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne. Exemplar policopiado].

GAMEIRO, Cristina; ALMEIDA, Francisco (2004) – A ocupação da camada 3 da Lapa dos Coelhos (Casais Martanes, Torres Novas). Novos elementos sobre a produção de suportes lamelares durante o Magdalenense Final da Estremadura Portuguesa. *Promontoria*. Faro, 2:2, pp. 193-238.

GAMEIRO, Cristina; AUBRY, Thierry; ALMEIDA, Francisco (2013) – A variabilidade regional das indústrias líticas do final do Paleolítico Superior em Portugal. *Arqueologia em Portugal – 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 277-287.

LENTACKER, An (1986) – Preliminary results of the fauna of Cabeço de Amoreira and Cabeço de Arruda (Muge, Portugal). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 26, pp. 9-26.

MARTINS, Andrea (2016) – A Pintura Rupestre do Centro de Portugal. Antropização Simbólicada paisagem pelas primeiras sociedades agro-pastoris. Lisboa: Associação dos ArqueólogosPortugueses (*Monografias AAP*, 3).

MORALES, Arturo; ROSELLÓ, Eufrásia & HERNANDEZ, Fernando (1998) – Late Upper Paleolithic subsistence strategies in southern Iberia: tardiglacial faunas from Cueva de Nerja (Málaga, Spain). *European Journal of Archaeology 1*, pp. 9-50.

OLIVE, Monique (2004) – À propos du gisement magdalénien d'Étiolles (Essonne): réflexion sur la fonction d'un site paléolithique. *Bulletin de la Société préhistorique française*, tome 101, n°4, pp. 797-813.

PAÇO, Afonso do; VAULTIER, Maxime; ZBYSZEWSKI, Georges (1947) – Gruta da Nascente do Rio Almonda. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 11:12, pp. 171-187.

PAYNE, Sebastian (1975) – Faunal change at Franchthi cave from 20,000 BC to 3,000 BC. In: Clason, A.T. (ed.), *Archaeozoological studies*. Amsterdam, New York, North Holland, pp. 120-131.

PIGEOT, Nicole (1987) – *Magdaléniens d'Etiolles. Économie de débitage et organisation sociale*. Éditions du CNRS, Paris.

ROSELLÓ; Eufrásia; MORALES, Arturo (2010) – Lapa dos Coelhos: informe sobre los restos de peces. *In* MATA ALMONTE, E. (Coord.) – *Cuaternario y Arqueologia: homenaje a Francisco Giles Pacheco,* Cádiz, Asociación Profesional del Patrimonio Histórico-Arqueológico de Cádiz (ASPHA) / Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Cádiz, pp. 159-167.

SANÃ, Maria (2013) – Domestication of Animals in the Iberian Peninsula, *In* COLLEDGE, Sue & alii. (ed.), *The Origins and Spread of Domestic Animals in Southwest Asia and Europe*, Left Coast Press, pp. 195-221.

TRINKAUS, Erik; BAILEY, Shara; DAVIS, Simon; ZILHÃO, João (2011) – The Magdalenian human remains from the Galeria da Cisterna (Almonda karstic system, Torres Novas, Portugal) and their archaeological context. *O Arqueólogo Português*. 5:1, pp. 395-413.

ZAMBUJO, Gertrudes; PIRES, Alexandra (1999) – O sítio arqueológico da Vala, Silves: Paleolítico Superior e Neolítico Antigo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 2, número 1, pp. 5-24.

ZILHÃO, João (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*. Ed. Colibri, Lisboa.

ZILHÃO João; ANGELUCCI, Diego; AUBRY, Thierry; BADAL, Ernestina; BRUGAL, Jean-Phillipe; CARVALHO, Rui; GAMEIRO, Cristina; HOFFMAN, Dirk; MATIAS, Henrique; MAURÍCIO, João; NABAIS, Mariana; PIKE, Alistair; RICHTER, Daniel; SOUTO, Pedro; TRINKAUS, Erik; WAINER, Karine; WILLMAN, John (2013) – A Gruta da Oliveira (Torres Novas): uma jazida de referência para o Paleolítico Médio da Península Ibérica, *in Arqueologia em Portugal – 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses.

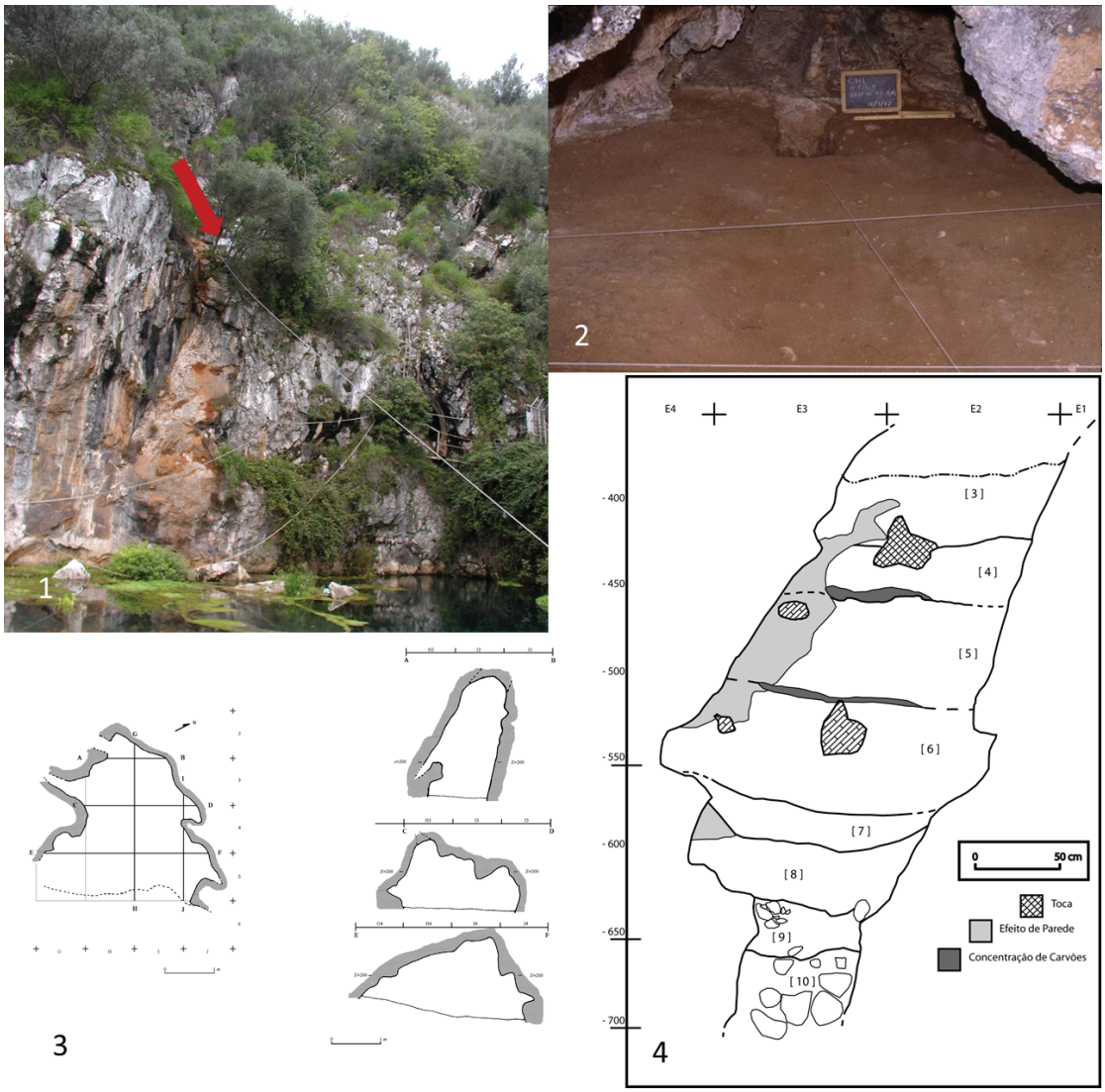


Figura 1 – Localização e aspecto geral da Lapa dos Coelhos: 1 – localização do sítio junto à nascente do rio Almonda; 2 – Aspecto geral da gruta no início da escavação; 3 – Planta da cavidade e perfis topográficos; 4 – Corte W, no final dos trabalhos em 2010.

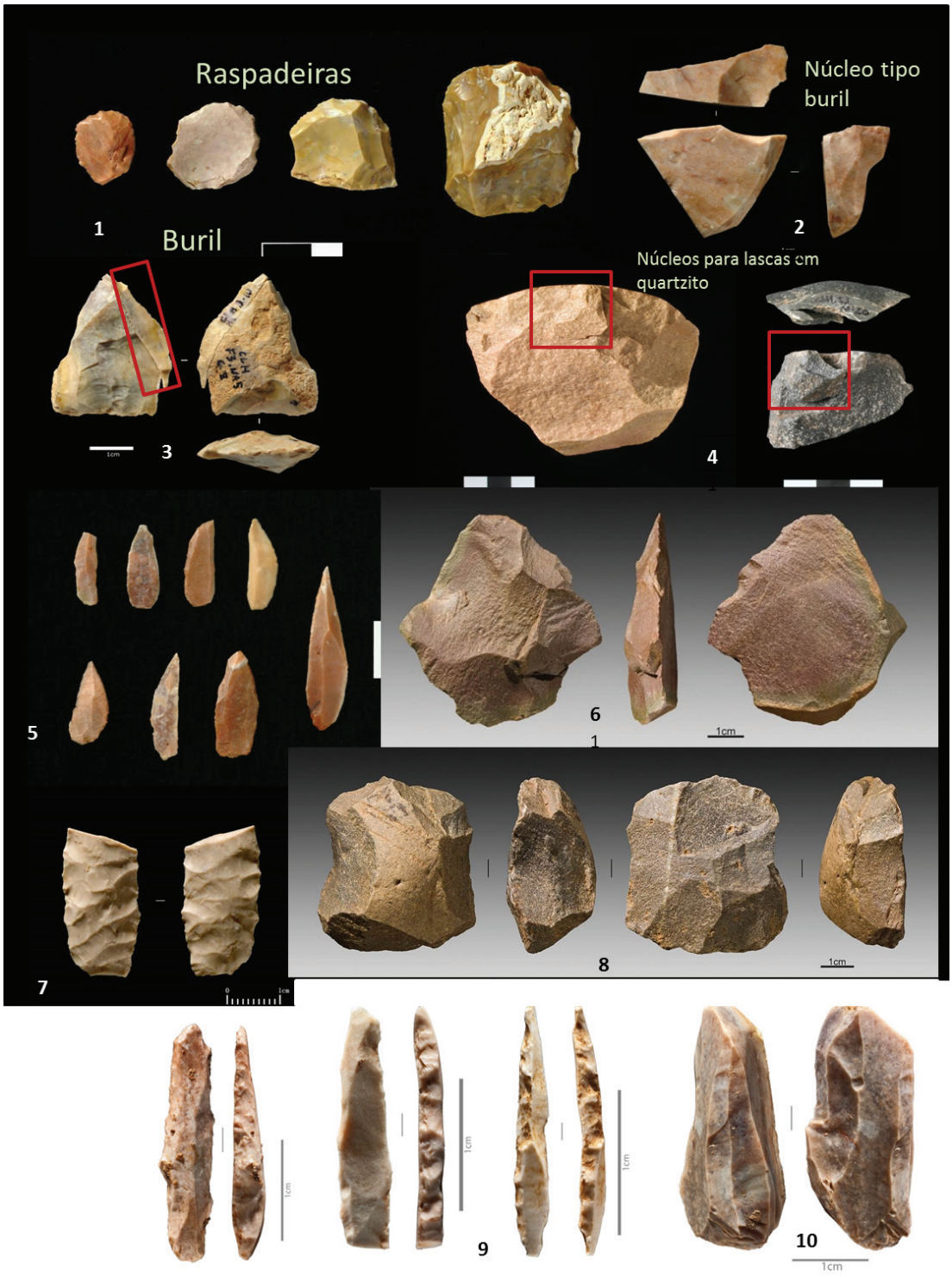


Figura 2 – Artefactos líticos da Lapa dos Coelhos. Camada 3 / Magdalenense Final: 1 – raspadeiras; 2 – núcleo sobre lasca para produção de lamelas; 3 – Buril com remontagem; 4 – núcleos para lascas em quartzito; 5 – lamelas de Areeiro e de dorso marginal. Camada 4/Magdalenense Superior: 9 – microgravettes; 10 – núcleo para lamelas. Camada 8/Solutrense: 7 – Fragmento de folha de loureiro. Camada 10/Moustierense: 6 – lasca centrípeta; 8 – núcleo *levallois*. Fotos: José Paulo Ruas.

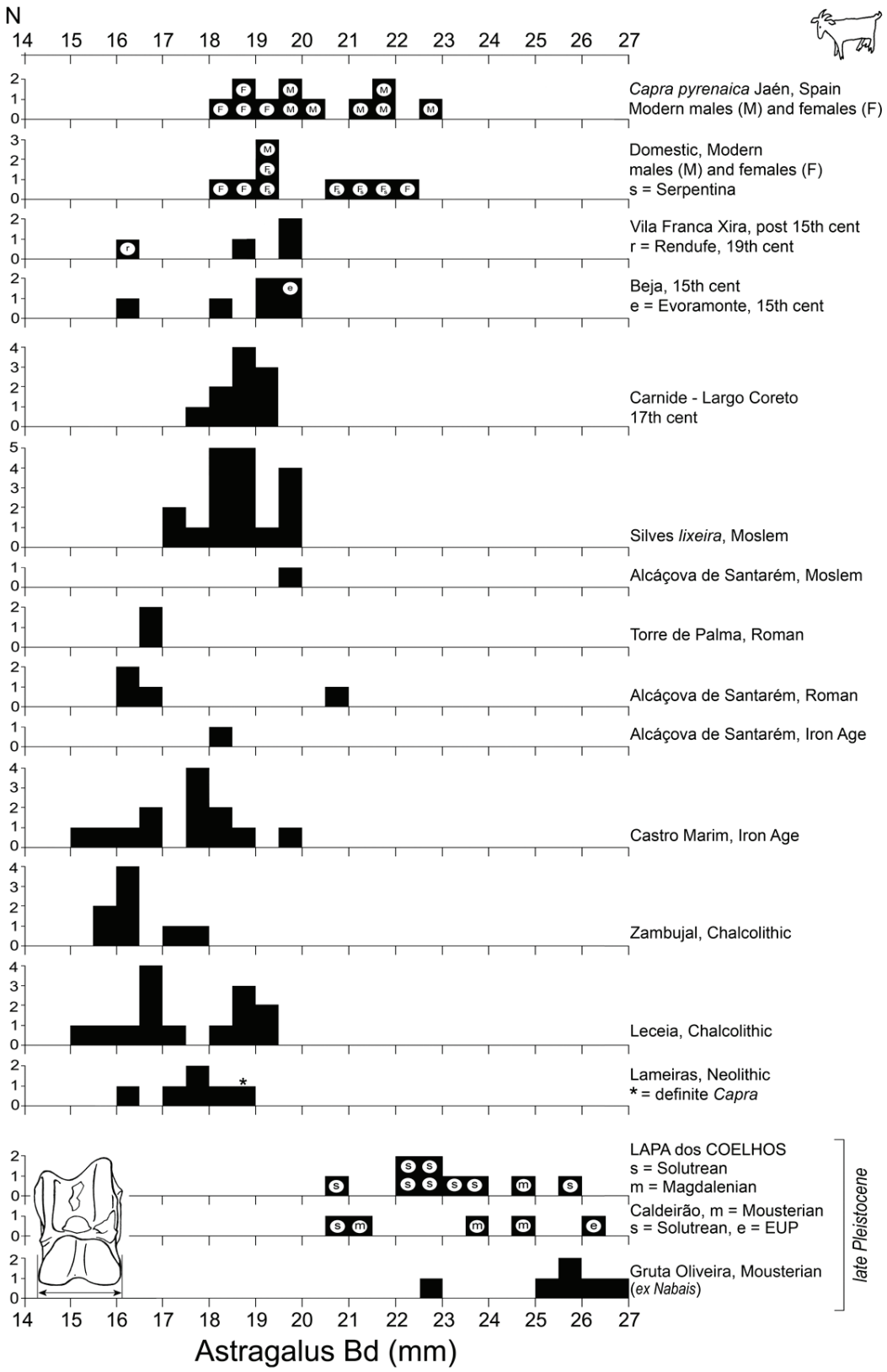


Figura 3 – Histogramas Sobrepostos de larguras distais (Bd) de astrágalos de *Capra* desde o Pleistocénico final até ao séc. XIX em Portugal, juntamente, para comparação, com *Capra pirenaica* contemporânea selvagem da província de Jaén, Andaluzia, Espanha e uma amostra de cabra contemporânea doméstica.

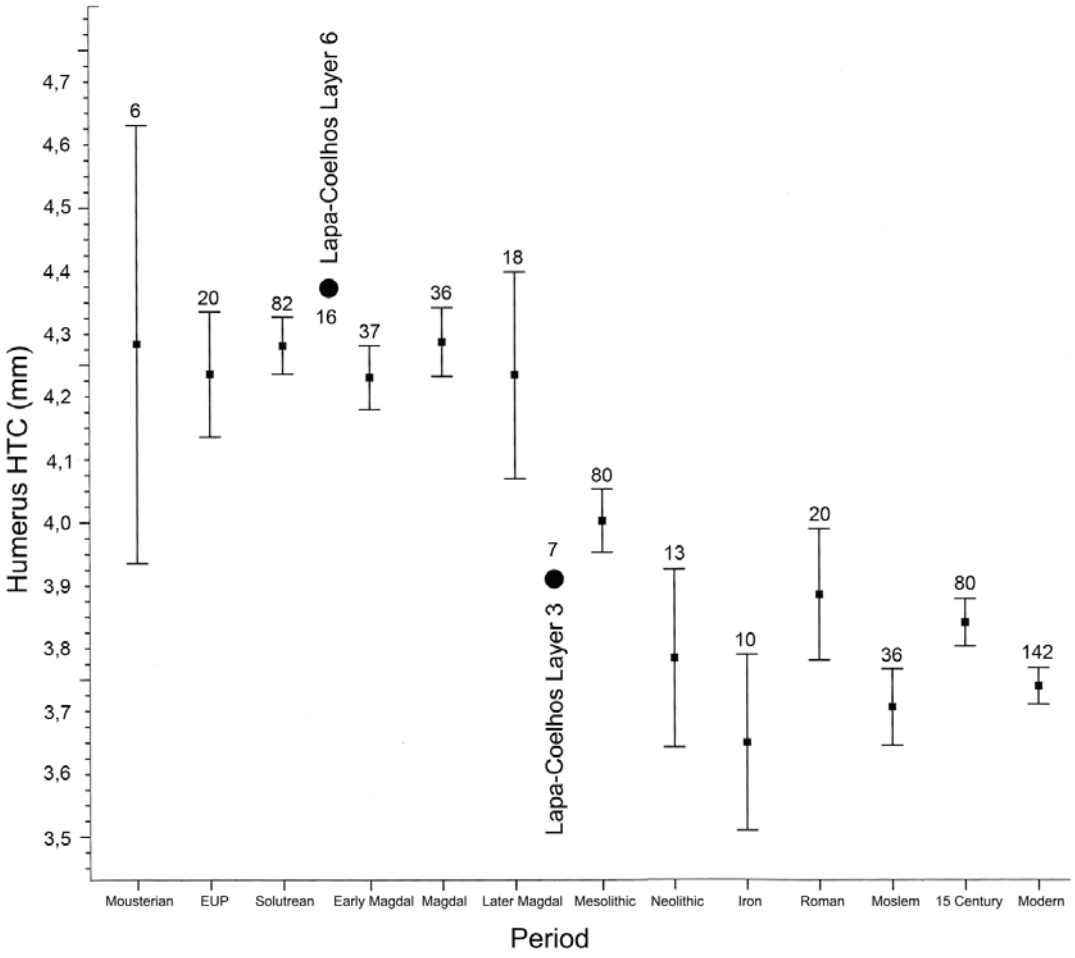


Figura 4 – Variação do diâmetro minímo do trochlea do úmero (HTC) em Portugal desde o Pleistocénico Superior até aos nossos dias. A média do diâmetro minímo do trochlea do úmero (HTC) dos coelhos da camada 6 e camada 3 da Lapa dos Coelhos está representada em círculos negros.

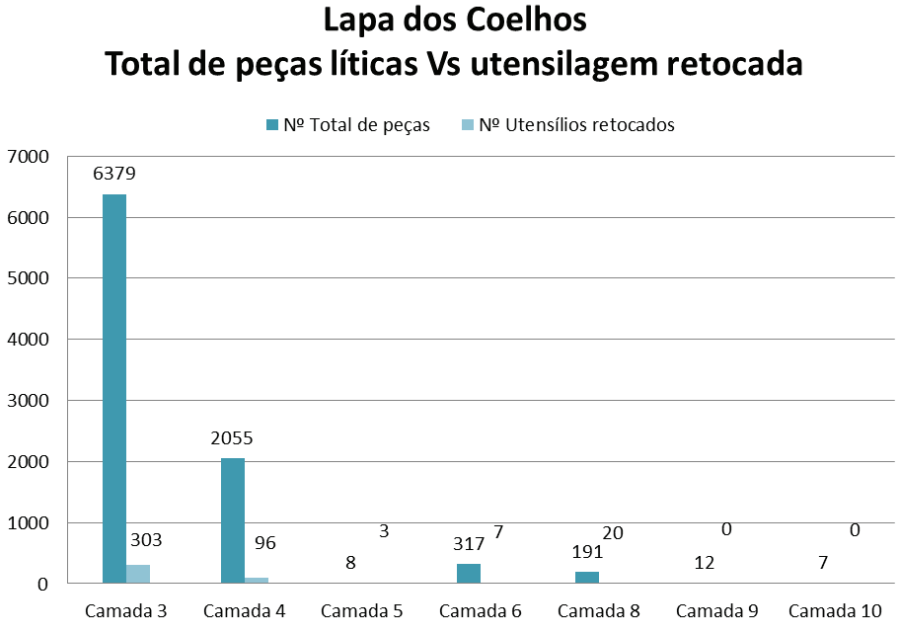


Gráfico 1 – Total de peças líticas e utensílios retocados por unidade estratigráfica.

Tipo de artefacto	Matérias-primas											
	Sílex											
	C2s	J2	J3	Indet.	Queimado	Silcrete	Quartzo	Quartzo Hialino	Quartzito	Outras	PESO (gr)	TOTAL
Seixo	1						8		4	3		16
Núcleo	2						8		3	1		14
Flanco de Núcleo	1											1
Tablettes					1							1
Lascas corticais							8					8
Lascas parcialmente corticais	10				1		8		7			26
Lascas não corticais	22	2	2		1	4	51		15			101
Lâminas	1					1						2
Lamelas	6					2						8
Lamelas de buril	2											2
Resíduos de golpe de buril	1		1									2
Utensílios	12			4		1	6		3			26
Fragmentos	6	1			2	2	27	1	3	3		45
Esquírolas	20	1	3		2	1	194	2	31	1		255
Outros										1		1
PESO (gr)	315	5	1	5	25	54	1519	1	2590	126	4641	
TOTAL	84	4	6	4	11	11	310	3	66	9		508

Tabela 1 – Inventário geral, por matéria-prima e classe tecnológica, da totalidade dos materiais líticos recolhidos nas camadas 6 e 8. Tipos de sílex: C2s – Cenomaniano; J2 – Bajociano; J3 – Oxfordiano.

Nº	Tipo de utensílio	Matérias-primas					TOTAL CLASSE	% CLASSE
		Sílex		Silcrete	Quartzo	Quartzito		
		Cenomaniano	Indeterminado					
	RASPADEIRAS						2	7,7
4	Raspadeira ogival sobre lasca	1						
5b	Raspadeira sobre extremo de lâmina retocada	1						
	FURADORES						1	3,8
24	Furador atípico	1						
	BURIS						1	3,8
30a	Buril de ângulo sobre fractura	1						
	UTENSILAGEM SOLUTRENSE						1	3,8
70n	Fragmento de folha de loureiro	1						
	UTENSILAGEM COMUM						5	19,2
74	Entalhe				2			
76	Peça esquírolada				2			
	UTENSILAGEM LAMELAR						7	26,9
85c	Lamela de dorso parcial	1						
85f	Fragmento de lamela de dorso		2					
89	Lamela com entalhe	1						
90c	Lamela de dorso marginal	1	2					
	DIVERSOS						9	34,6
92a	Lâmina, lasca ou lamela com retoque irregular, descontínuo ou atípico	3			2	2		
92e	Seixo talhado			1		1		
	TOTAL	12	4	1	6	3	26	100,0

Tabela 2 – Tipologia, por matéria-prima e tipo de utensílio, segundo a lista de J. Zilhão (1997).

Tipo de artefacto	Matérias-primas			
	Quartzo	Quartzito	PESO (gr)	TOTAL
Seixo	1			1
Núcleo		1		1
Lascas parcialmente corticais		1		1
Lascas não corticais		2		2
Fragmentos		1		1
Esquírolas		1		1
PESO (gr)	110	186	296	
TOTAL	1	6		7

Tabela 3 – Inventário geral, por matéria-prima e classe tecnológica, da totalidade dos materiais líticos recolhidos na camada 10.

Camada	Cultura	Auroque	Veado	Corço	Cabra	Camurça	Cavalo	Javali	Urso	Hiena	Lobo	Raposa	Gato bravo	Leopardo	Lebre	Coelho
2	Remeximento	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
3	Magdalenense Final	-	5	-	-	-	-	4	-	-	-	1	2	-	2	216
4	Magdelenense Superior	-	5	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	132
5	?	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6+8	Solutrense ?	1	32	-	128	2?	9	3	1	1	6?	-	-	2?	1	125
7	?	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9	?	-	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
10	Moustierense	-	2	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 4 – **Inventário geral de ossos e dentes de mamíferos da Lapa dos Coelhos.**
De salientar que estas contagens são aproximativas. Algumas das identificações de espécies raras são incertas. Isto é o caso da camurça, lobo e leopardo. O aumento da percentagem relativa do coelho nos níveis mais recentes é muito evidente. Se compararmos o número de restos de coelho com o número de restos de cabra e veado, a percentagem de coelho é de 11% na camada 8 e 93% na camada 3. É possível que os grandes carnívoros se tenham tornado raros ou mesmo extintos durante o Magdalenense. Acrescentamos que um fragmento de coprólito (provavelmente hiena) foi identificado na camada 8.

ID	Camada	Quadrado	NA	Nº	Taxon	Osso	Fus	GL	Bd	Dd	BT	HTC	WCM	DEM	WCL	DEL	SD	Notas
23	8	G3		148	Capra	Humerus	F				342	165						ID uncertain
24	8	F3		231	Capra	Humerus	F				345	164						BT = approx
26	8	G3		103	Capra	Humerus	F				325	167						
125	8	H3	35	215	Capra	Humerus	F					180						HTC = approx
127	8	G3		257	Capra	Humerus	F				366	167						BT = approx
27	8	F3		304	Capra	Humerus	F					178						ID uncertain
270	8	H3	35	197	Capra	Humerus	F				367	181						
274	8	H3	35		Capra	Humerus	F					170						BT = c. 35 - 36 mm
20	8	G3		151	Capra	Metacarpal	F		327				156	131	148	121		WCL & DEL = approx
111	8	H3	35		Capra	Metacarpal	F								146	120		w.cond = estimated
124	8	H3	35	211	Capra	Metacarpal	Fv		310	194			145	115	148	111		
80	8	F3	30	204	Capra	Tibia	F		362									ID uncertain
265	8	G3	39		Capra	Tibia	F		237									ID uncertain
268	8	I4	39		Capra	Tibia	F		323									
4	8	G3		204	Capra	Calcaneum	F	761										
6	8	G3		206	Capra	Calcaneum	F	709										
8	8	G3		149	Capra	Astragalus		383	255	206								
9	8	H3	36	248	Capra	Astragalus		317	214									ID uncertain
10	8	G3		150	Capra	Astragalus		349	231	187								
11	8	H3	36	231	Capra	Astragalus		349	227	188								
12	8	F3		284	Capra	Astragalus	Juv	337	213	182								ID uncertain
13	8	F3		282	Capra	Astragalus		353	222	190								
14	8	F3		270	Capra	Astragalus		359	229	193								
15	8		37	243	Capra	Astragalus		344	221	187								
17	8	G3		126	Capra	Astragalus		378	257	214								ID uncertain
18	8	G3		214	Capra	Astragalus		339	209	185								
403	4	F2		67	Capra	Astragalus		374	246	207								
19	8	H3	35	192	Capra	Astragalus		360	236	201								
126	8	G3	38	268	Capreolus	Humerus	F				271	168						BT = approx
277	8	G3	37	201	Capreolus	Metacarpal	F			141					103	103		
271	8	F3	35	352	Capreolus	Metatarsal	F		247	159								
234	6	G2	4	1	Cervus elaphus	Metacarpal	UE								181	192		Medial or lateral
278	4	F3	15	73	Cervus elaphus	Metacarpal	F								168	183		Medial or lateral
16	8	G3	37	242	Cervus elaphus	Astragalus		390		209								Msmnts approx.
248	6	A4	29		Cervus elaphus	Metatarsal	F								190	198		Large. Med. Or lat. condyle
22	8	G3	37	197	Rupicapra	Metacarpal	F	1547	295	172			134	112	135	108	146	ID uncertain
340	3	G3	8		Martes foina	Humerus	F		136			42						
347	3	G3	9		Felis silvestris	Calcaneum	F	308										
370	3/4	F2	6		Sciurus	Humerus	F		110			129						
252	6	F3&4			Lepus	Astragalus		158										c. 10% larger than today
527	3	F3			Lepus	Calcaneum	F	283										

Tabela 5 – Medições em décimos de milímetro dos maiores ossos de mamíferos da Lapa dos coelhos. Medições efectuadas de acordo com Driesch (1976) e Davis (1996).

Id	Box	Bone	Layer	GL	Bd	HTC
303	23	AS	2	108		
302	23	AS	2	116		
529	31	AS	3	102		
338	25	AS	3	103		
352	25	AS	3	108		
528	31	AS	3	109		
490	31	AS	3	109		
321	24	AS	3	111		
294	23	AS	3	114		
357	25	AS	3	119		
374	26	AS	3/4	112		
175	15	AS	6	105		
176	15	AS	6	113		
192	15	AS	6	114		
193	15	AS	6	114		
190	15	AS	6	118		
247	19	AS	6	119		
240	19	AS	6	122		
191	15	AS	6	125		
92	3	AS	8	119		
301	23	CA	2	199		
493	31	CA	3	191		
328	24	CA	3	194		
468	31	CA	3	196		
453	31	CA	3	198		
524	31	CA	3	201		
523	31	CA	3	202		
283	23	CA	3	209		
337	25	CA	3	209		
522	31	CA	3	210		
284	23	CA	3	213		
549	31	CA	3	216		
491	31	CA	3	219		
551	31	CA	3	220		
299	23	CA	3	223		
457	31	CA	3	223		
313	24	CA	3	223		
471	31	CA	3	225		
550	31	CA	3	226		
293	23	CA	3	231		
379	26	CA	3/4	219		
362	26	CA	3/4	220		
363	26	CA	3/4	221		
514	31	CA	3/4	222		
369	26	CA	3/4	229		
622	31	CA	4	214		
393	27	CA	4	220		
583	31	CA	4	222		
623	31	CA	4	224		

Id	Box	Bone	Layer	GL	Bd	HTC
239	19	CA	6	217		
205	15	CA	6	222		
202	15	CA	6	222		
204	15	CA	6	223		
227	15	CA	6	234		
203	15	CA	6	236		
166	15	CA	8	221		
91	3	CA	8	224		
253	20	CA	8	229		
87	3	CA	8	232		
442	29	HU	10		90	42
310	24	HU	3			40
532	31	HU	3		75	32
359	25	HU	3		83	38
515	31	HU	3		86	40
501	31	HU	3		86	41
360	25	HU	3		86	42
485	31	HU	3		87	41
364	26	HU	3/4			39
451	31	HU	3/4		84	45
609	31	HU	4			41
401	27	HU	4		83	39
565	31	HU	4		83	43
383	27	HU	4		86	40
617	31	HU	4		87	39
382	27	HU	4		87	43
576	31	HU	4		87	44
552	31	HU	4		88	43
612	31	HU	4		89	40
587	31	HU	4		90	42
209	15	HU	6			40
163	15	HU	6			40
236	19	HU	6			40
164	15	HU	6			40
165	15	HU	6			41
206	15	HU	6		79	39
146	15	HU	6		81	91
210	15	HU	6		85	39
207	15	HU	6		86	40
242	19	HU	6		86	41
208	15	HU	6		87	41
162	15	HU	6		88	43
173	15	HU	6		89	42
147	15	HU	6		90	42
172	15	HU	6		91	40
169	15	HU	6		92	41
113	13	HU	8			40
261	20	HU	8		91	42

Tabela 6 – Lapa dos Coelhos – Medições em décimas de milímetro dos ossos de coelho tal como descrito em Driesch (1976) e Davis (1996). Siglas: AS – Astragalus, CA – Calcaneum, HU – Humerus. GL – comprimento, Bd –largura distal, HTC – diâmetro minímo do trochlea do úmero.

O INÍCIO DO ÚLTIMO MÁXIMO GLACIAL NO SUL DE PORTUGAL: NOVOS DADOS A PARTIR DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE VALE BOI

Joana Belmiro[1], João Cascalheira[2], Nuno Bicho[3]

RESUMO

O sítio arqueológico de Vale Boi é uma das principais referências para a ocupação humana pré-histórica no sul da Península Ibérica. Escavado desde finais dos anos 90 tem revelado, nos vários *loci* intervencionados, uma estratigrafia relativamente complexa em que todos os tecno-complexos do Paleolítico Superior aparecem representados. Em 2012 iniciou-se a escavação de um novo conjunto de unidades na área do Terraço com o objetivo de compreender com maior detalhe a intrincada estratigrafia associada aos níveis mais antigos de ocupação de toda a jazida. Destes trabalhos, que contaram com uma metodologia minuciosa em que a proveniência de todos os artefactos com dimensões superiores a 2 cm foi registada com recurso a Estação Total, resultou um registo que permitiu isolar uma série de horizontes arqueológicos que até então não tinham sido diferenciados. Um destes horizontes foi datado radiometricamente de cerca de 20.3-20.8 ka BP, correspondendo, noutras regiões, sensivelmente ao inicio do tecno-complexo Solutrense. O conjunto artefactual proveniente deste horizonte não relevou, contudo, a presença de testemunhos do típico retoque invasor ou elementos bifaciais que caracterizam, em todo o Oeste Europeu, as adaptações humanas ao Último Máximo Glacial, mas sim um conjunto de elementos atribuíveis ao Proto-Solutrense. Neste poster apresentar-se-ão os resultados da análise dos materiais líticos deste horizonte arqueológico bem como a análise espacial 3D dos materiais nele contidos e a sua relação com o restante depósito.

Palavras-chave: Vale Boi, Proto-Solutrense, Último Máximo Glaciar, Caçadores-recolectores, Tecnologia Lítica.

ABSTRACT

The archaeological site of Vale Boi is one of the main references for prehistoric human occupation in Southern Iberia. Excavated since the late 90's, it has revealed, in the several intervened loci, a complex stratigraphy with a complete Upper Paleolithic sequence. Since 2012, a new group of units in the Terrace area have been excavated with the intention of understanding with greater detail the intricate stratigraphy associated with the earlier levels of occupation. To accomplish this, it was applied a strict methodology in which all artefacts larger than 2 cm were piece-plotted with a Total Station. This methodology allowed to isolate a series of archaeological horizons that had not been previously identified. One of these horizons was radiometrically dated to c. 20.3-20.8 ka BP, an age corresponding in other regions to the beginning of the Solutrean techno-complex. However, the artefacts collected from this horizon did not reveal the presence of the typical invasive retouch or bifacial elements that characterize, in Western Europe, the human adaptations to the Last Glacial Maximum. It revealed instead a group of elements attributed to the Proto-Solutrean phase. In this poster, we will present the results of the lithic artefacts analysis from this archaeological horizon, as well as the 3D spatial analysis of the materials and its relation to the rest of the deposit.

Keywords: Vale Boi, Proto-Solutrean, Last Glacial Maximum, Hunter-gatherers, Lithic Technology.

1. ICArEHB, Universidade do Algarve; jnetobelmiro@gmail.com

2. ICArEHB, Universidade do Algarve; jmcascalheira@ualg.pt

3. ICArEHB, Universidade do Algarve; nunofbicho@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A temática da transição entre os tecno-complexos Gravetense e Solutrense tem sido alvo de várias investigações a nível nacional (Zilhão, 1997; Almeida, 2000; Cascalheira, 2013) e internacional (Renard, 2011), não só pelo seu interesse intrínseco, mas também pela forma como se interseta com outros temas relevantes à evolução do comportamento humano durante o final do Plistocénico no Oeste europeu. Um destes temas é o das adaptações humanas a um dos grandes eventos globais de alteração climática, o Último Máximo Glacial, particularmente o facto do seu início parecer corresponder precisamente ao momento de transição cultural entre os dois tecno-complexos. De facto, muitas das interpretações atualmente disponíveis para o período em questão entendem a referida transição como uma adaptação humana a todo um conjunto de novas condições climáticas e paisagísticas, com impactos ao nível económico, tecnológico, social e até, possivelmente, genético.

Os aspetos da transição complexificam-se, no entanto, a partir do momento em que se identifica, entre os dois tecno-complexos, uma identidade cultural singular, denominada de Proto-Solutrense e que mostra características tão únicas que o têm permitido classificar como um tecno-complexo distinto (Zilhão, 1997). Este entende-se como um período de grande variabilidade tecnológica (Cascalheira e Bicho, 2013), um fenómeno de transição, mais do que de substituição (Zilhão, 1997) e que, dentro dele, se englobam, possivelmente, várias fases. Estas fases têm sido exploradas por vários investigadores (*vide e.g.* Zilhão, 1997; Almeida, 2000) ainda que, no entanto, devido à grande variabilidade regional por entre as áreas em que este tecno-complexo é reconhecido, têm tido adaptações geográficas distintas. Ainda hoje, no que diz respeito ao caso Português, são mencionados dois modelos que procuram entender a referida transição (Zilhão, 1994). O primeiro corresponde a um processo completado em duas etapas, com a presença de uma fase denominada de Gravetense Final e outra conhecida como Proto-Solutrense. O segundo modelo, por outro lado, organiza-se em três fases distintas, situando entre as fases referidas uma etapa intermédia individualizada por diferenças tecnológicas (*e.g.* elevada frequência do uso de quartzo) (Zilhão, 1997). No âmbito desta última proposta, o fóssil diretor para as últimas duas fases seria a ponta de Vale Comprido (Zilhão e Aubry, 1995; Zilhão, 2002). Infelizmente, a falta de dados estratigráficos e cronométricos suficientemente detalhados que permitam uma separação clara destas fases, não tem permitido esclarecer qual dos modelos teóricos melhor se adapta ao processo de transição.

Por outro lado, a diversidade regional dos padrões económicos e tecnológicos e as flutuações aparentes no surgimento e desaparecimento de entidades culturais visíveis no registo arqueológico, que parece caracterizar todo o período de tempo do Paleolítico Superior, não ajuda à construção de um modelo global de comportamento humano durante a transição. O Proto-Solutrense, tal como os outros tecno-complexos, tem sido apresentado com limites cronologicamente bem definidos, que pretendem criar unanimidade entre todo o território abrangido pelo conjunto de opções económicas e tecnológicas em questão. De facto, os modelos tradicionais, sejam os de transição entre Gravetense e Solutrense, ou mesmo o modelo sintetizado por Zilhão (2013) de organização cronológica do Solutrense português apresentam um esquema de organização cronológica que pretende ser um modelo geral e aplicável a todo o território. Como apontado por Cascalheira *et al.* (2017), grande parte destes modelos podem, no entanto, apresentar inconsistências regionais, que limitam o melhor entendimento das adaptações humanas em cada uma das fases.

Os materiais recolhidos nas campanhas ocorridas durante os últimos três anos no sítio arqueológico de Vale Boi parecem refletir exatamente esta diversidade, apresentando resultados relativos ao início do Último Máximo Glacial que nos parecem contributos fundamentais para uma melhor compreensão da emergência do tecno-complexo Proto-Solutrense e da sua relação com os períodos culturais que ocorrem imediatamente antes e depois na região. Neste artigo apresentamos, de forma preliminar, novos dados (cronológicos e artefactuais) referentes aos níveis proto-solutrenses escavados entre 2015 e 2016, no âmbito do alargamento de uma das áreas de escavação do sítio arqueológico de Vale Boi.

2. VALE BOI

O sítio arqueológico de Vale Boi localiza-se no extremo ocidental do sul da Península Ibérica (Algarve, Portugal) (Figura 1). A jazida situa-se no con-

celho de Vila do Bispo (distrito de Faro), a leste do vale da ribeira de Vale Boi, em frente a uma pequena localidade de mesmo nome, a 2km da atual linha de costa Atlântica (Bicho *et al*., 2012; Cascalheira *et al*., 2009; Cascalheira, 2010).

A presença de um curso de água, assim como a localização abrigada e proximidade com fontes de matéria-prima, são considerados fatores importantes na escolha do sítio de Vale Boi como espaço de ocupação pelas populações caçadoras-recolectoras durante o Paleolítico Superior (Cascalheira, 2010). Foram estas as razões que motivaram os trabalhos de prospeção arqueológica que, em 1998, permitiram a descoberta do sítio arqueológico (Bicho *et al*., 2003).

Os trabalhos arqueológicos tiveram inicio em 2000, e desde então a intervenção tem sido feita em três *loci* principais: (1) a área do Abrigo, que corresponde a um abrigo desmantelado, onde se identificaram ocupações de cronologia Magdalenense, Gravetense e Solutrense (Cascalheira, 2010); (2) a área da Vertente, correspondente à zona intermédia da encosta, onde, com a abertura de várias sondagens e áreas de escavação distintas, se identificaram ocupações atribuíveis ao Magdalenense, Gravetense, Proto-solutrense e Solutrense (Cascalheira, 2010); (3) e, finalmente, a área do Terraço, cujos trabalhos se iniciaram em 2003 e continuam em curso.

Nesta última área foi identificada a sequência mais completa de ocupação humana em todo o sítio arqueológico, que inclui níveis de Neolítico antigo, Mesolítico, Epipaleolítico, toda a sequência tradicional do Paleolítico Superior, e, possivelmente, horizontes de ocupação referentes ao Paleolítico Médio. A distribuição espacial relativamente restrita destes níveis mais antigos obrigou, no entanto, a que em 2012 se alargasse a área do Terraço através da abertura de duas novas filas de quadrados, num total de oito. Este alargamento teve como objetivos principais compreender a sequência estratigráfica mais detalhadamente, definir os limites de ocupação humana e confirmar ou não a existência de horizontes mais antigos, do Paleolítico Superior inicial e Paleolítico Médio.

À semelhança dos anos anteriores, recorreu-se uma metodologia detalhada de escavação que permitiu a separação de vários horizontes lito-estratigráficos e/ou culturais, alguns deles não devidamente isolados até então. A escavação é feita através da decapagem por níveis artificiais de 5 cm dentro de cada camada geológica. Dentro de cada nível, todos os artefactos arqueológicos com dimensões superiores a 2 cm são coordenados tridimensionalmente com recurso a Estação Total, à exceção de lamelas inteiras e conchas perfuradas que, independentemente de dimensão, são sempre coordenadas.

Todas as peças têm um número identificativo (ID) sequencial para cada quadrado. Este é fornecido pelo software EDMWin onde é registada toda a informação contextual dos artefactos, fazendo-se a associação com os materiais através de etiquetas autocolantes pré-impressas em laboratório. Cada etiqueta tem, além do ID, a designação do sítio arqueológico, ano do trabalho e código de barras que permite o acesso à informação da peça em laboratório, de forma mais rápida e eficiente. Também o material de crivo recebe um ID e uma etiqueta com código de barras, correspondendo, no entanto, não à peça, mas ao volume de um balde de 10 litros de sedimento. Todo o sedimento é crivado usando crivos com malha de 3 mm.

3. TERRAÇO: ESTRATIGRAFIA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA CAMADA 5

Foram individualizadas, até ao momento, 6 unidades lito-estratigráficas distintas nos novos quadrados da área do Terraço, cuja distribuição vertical dos elementos líticos coordenados tridimensionalmente se apresenta na Figura 2. Na maior parte dos casos estas unidades sedimentares incorporam vários horizontes de ocupação antrópica, nalguns casos (*e.g.* camada 3) com cronologias distintas (*i.e.* Epipaleolítico e Solutrense).

O mesmo parece ser verdade relativamente à camada 5, de onde provêm os materiais atribuíveis ao Proto-Solutrense. O topo desta unidade lito-estratigráfica foi definido com base numa superfície relativamente plana onde assentavam blocos de calcário de grandes dimensões. Ao contrário do que era esperado pelos resultados dos anos anteriores, nos primeiros níveis da camada 5 não foram encontrados artefactos que revelassem uma ocupação Gravetense, mas sim materiais atribuíveis ao Proto-Solutrense (*i.e.* pontas de Vale Comprido), cujo contexto foi datado através de uma amostra de carvão de c. 20.8 ka BP, e de uma outra amostra de concha de c. 20.3 ka BP (Figura 2). Os níveis de base da camada 5, por outro lado, não apresentam materiais típicos do Proto-Solutrense. Nestes níveis foi, no entanto, identificada uma concentração relativa-

mente densa de conchas da espécie *Littorina litorea*, espécie inédita até então no conjunto malacológico do sítio de Vale Boi, e que parece corresponder a um momento distinto de utilização da jazida, há cerca de 22.3 ka BP, como comprovado pela datação por radiocarbono obtida sobre um dos espécimes. Esta datação corresponde à primeira metade do evento frio Heinrich 2 (Sanchez-Goñi e Harrison, 2010), e parece fazer concordar a associação tradicional desta espécie de conchas à presença de águas mais frias.

Da distribuição dos fósseis-diretores (*i.e.* pontas bifaciais e pontas de Vale Comprido) apresentada na Figura 2, é evidente a clara separação entre as ocupações Solutrenses e Proto-Solutrenses, ocupando estas últimas a zona de interface entre a camada 4 e a camada 5, e os níveis superiores desta última. O que resulta desta distribuição é, no entanto, a correspondência que as pontas de Vale Comprido têm com as duas datações de c. 20.8 ka e 20.3 ka BP, idades relativamente recentes para a ocorrência de ocupações Proto-Solutrenses em Portugal, de acordo com as divisões cronológicas tradicionais (Zilhão, 1997).

4. INDÚSTRIA LÍTICA

A amostra selecionada para o estudo que, como referido anteriormente, compreende os materiais recolhidos nas campanhas de 2015 e 2016 da camada 5 dos novos quadrados da área do Terraço, é constituída por um total de 1042 peças (Tabela 1). Tratando-se de um estudo preliminar a coleção analisada não incluiu os elementos em quartzo nem os elementos provenientes do crivo, que se encontram atualmente em análise.

Desta forma, as matérias-primas com presença mais elevada são o sílex e o grauvaque. Para ambas, é possível entender maiores percentagens para tipologias diferentes: para o grauvaque, a classe mais presente são os fragmentos inclassificáveis, enquanto que para o sílex há uma maior distribuição por todas as classes tecnológicas (lascas, produtos alongados, núcleos, etc.).

Classe / Matéria-prima	Sílex		Grauvaque		Calcedónia		Dolerito		Outra		Total	
Lasca	151	31.52%	71	14.20%	9	29.03%	1	14.29%	9	42.86%	241	23.13%
Frag. Lasca	75	15.66%	28	5.60%	5	16.13%	1	14.29%	1	4.76%	110	10.56%
Produto Alongado	40	8.35%	6	1.20%	4	12.90%	1	14.29%		0.00%	51	4.89%
Frag. Produto Alongado	14	2.92%	2	0.40%		0.00%	1	14.29%		0.00%	17	1.63%
Utensílio Retocado	58	12.11%	3	0.60%	3	9.68%	2	28.57%		0.00%	66	6.33%
Frag. Utensílio Retocado	7	1.46%	1	0.20%		0.00%		0.00%		0.00%	8	0.77%
Núcleo	40	8.35%	4	0.80%	1	3.23%		0.00%	1	4.76%	46	4.41%
Frag. Núcleo	10	2.09%		0.00%		0.00%	1	14.29%		0.00%	11	1.06%
Bigorna		0.00%	2	0.40%		0.00%		0.00%		0.00%	2	0.19%
Fragmento	84	17.54%	383	76.60%	9	29.03%		0.00%	14	56.00%	490	47.02%
Total Geral	479	100.00%	500	100.00%	31	100.00%	7	100.00%	25	100.00%	1042	100.00%

Tabela 1 – Incidência das classes tecnológicas por matéria-prima.

Dentro das classes tecnológicas em sílex, aquela que aparece em maior frequência são as lascas e fragmentos de lascas, que perfazem quase metade de todas as peças nesta matéria-prima (47.18%). Todas as outras classes encontram-se em números relativamente mais baixos. Relativamente ao grauvaque, os resultados revelam que, como já foi referido anteriormente, 76.6% das peças são fragmentos inclassificáveis, sendo 19.8% apenas lascas e fragmentos de lascas. Pelo contrário, quando analisada a calcedónia, é possível entender alguma variedade nas classes tecnológicas, com preponderância das lascas, que, tal como no sílex, perfazem quase 50% da totalidade da matéria-prima.

Ainda relativamente à matéria-prima foi possível identificar um elemento que havia já sido referido em trabalhos anteriores como exclusivo dos níveis Proto-Solutrenses em Vale Boi (Marreiros, 2010;

Cascalheira e Bicho, 2013), mas que uma análise mais detalhada permitiu demonstrar que não se trata de uma variedade de jaspe, mas sim de um dolerito muito fino, com provável proveniência regional. Esta matéria-prima apresenta peças de várias classes tecnológicas, com predominância para os produtos alongados (lamelas e lâminas) e as pontas de Vale Comprido (Figura 3), sem apresentar, no entanto, restos de talhe (*i.e.* fragmentos inclassificáveis).

A análise da presença de córtex em lascas e em produtos alongados (Gráfico 1) revela que mais de 90% das peças estudadas não tinha evidência de córtex. Relativamente aos produtos alongados, cerca de 96% não têm córtex, e as restantes peças apresentam 31 a 60% de córtex. Nas lascas existe maior diversidade nas percentagens de presença de córtex, com a existência de lascas inteiramente corticais e quase inteiramente corticais; cerca de 8% das lascas apresenta todas as outras percentagens de presença de córtex que não 0%.

Do ponto de vista métrico, o Gráfico 2 apresenta-nos a dispersão da largura e comprimento de todos os produtos alongados inteiros da coleção. É possível verificar uma tendência linear nas dimensões requeridas para este tipo de produtos, focando-se a maior parte da produção na extração de lamelas com dimensões entre os 5 e 10 mm de largura e com c. 20 mm de comprimento. Apesar de existir uma maioria de produtos alongados em sílex, que parece concentrar-se nas dimensões mais pequenas, não parece existir preferência por uma matéria-prima específica para uma determinada tipologia de produtos alongados (Gráfico 2).

A coleção apresenta um total de 74 utensílios retocados, cerca de 6% da coleção total. A maioria desses utensílios foi manufaturado em sílex (Tabela 2), e em quantidades muito mais baixas em grauvaque, calcedónia e dolerito. Verifica-se uma grande variedade nas tipologias de utensílios retocados: lascas retocadas (n = 16), peças esquiroladas (n = 11) e raspadeiras (n = 14) são os grupos tipológicos com maior representação. As peças retocadas apresentam-se maioritariamente inteiras, exibindo percentagens baixas de fragmentação.

	Sílex	Grauvaque	Calcedónia	Dolerito	Total
Raspadeira	11	1	1	1	14
Furador	1				1
Buril	5				5
Truncatura	4				4
Lâmina retocada	2				2
Ponta unifacial	1		1		2
Ponta Vale Comprido	1	1		1	3
Entalhe	6				6
Denticulado	1				1
Peça esquirolada	11				11
Lamela truncada	1				1
Lasca retocada	14	1	1		16
Lamela retocada	5				5
Total Geral	63	3	3	2	71

Tabela 2 – Tipologia dos utensílios retocados por matéria-prima.

5. DISCUSSÃO

Ainda que preliminares, os resultados desta análise permitem retirar algumas informações importantes relativamente à coleção analisada e ao seu contexto de proveniência. Por um lado, apesar da unidade estratigráfica analisada ser relativa a um período de transição e mudança, a escolha de matérias-primas mais utilizadas aparenta ser essencialmente a mesma que nos restantes períodos cronológicos, como assinalado por estudos anteriores (Marreiros, 2013; Cascalheira, 2013, Mendonça, 2009). Assim, o uso de quartzo (apesar de não ter sido analisado), grauvaque e sílex é resiliente, assim como as suas apli-

cações funcionais específicas (Cascalheira *et al.*, no prelo). Este caráter de resiliência é ainda atestado pelos tipos variados de sílex regional presentes, assim como a grande variedade de produtos retocados nesse material. A diferença mais marcante é, de facto, a presença de elementos em dolerito que chegam ao sítio maioritariamente sobre a forma de suportes ou como pontas de Vale Comprido. A associação entre a importação de produtos acabados ou praticamente acabados e a utilização dessa mesma matéria-prima para produção de uma classe específica de artefactos é deveras interessante, e precisará de ser explorada no futuro com mais detalhe, podendo fornecer dados importantes no que diz respeito à mobilidade e padrões de ocupação do território, a nível regional, durante o Proto-Solutrense. Uma das possíveis interpretações neste âmbito será a de uma possível expansão dos nichos ecológicos explorados por estas comunidades, possivelmente enquanto resposta a uma necessidade de adaptação às novas condições impostas pelas mudanças climáticas (Cascalheira e Bicho, 2013).

As alterações no comportamento destas comunidades parecem também manifestar-se ao nível da grande variedade e quantidade dos utensílios retocados, que aparecem nestes horizontes em muito maior quantidade (relativa) que nas coleções Gravetenses e Solutrenses analisadas anteriormente no sítio arqueológico (Cascalheira, 2013; Marreiros, 2013). O aumento da produção de utensílios retocados é, na literatura da especialidade, frequentemente ligado a pressões económicas de maior aproveitamento das matérias-primas, representando não só necessidades funcionais, mas também necessidades relacionadas com, por exemplo, mudanças nos modelos de ocupação do território (Lin, 2017). Desta forma, é possível questionar se esta variedade de materiais retocados poderá estar relacionada com o mesmo tipo de resposta a novas condições impostas a estas comunidades.

Esta problemática da movimentação e utilização dos recursos abióticos é levantada também pelos resultados relacionados com a presença de córtex nas peças. A pouca presença de córtex nas peças em geral, poderá estar relacionada com a produção dos suportes fora do sítio arqueológico, revelando, do ponto de vista tecnológico, uma estratégia repartida na paisagem, em que os suportes são produzidos noutros locais e importados para Vale Boi.

Importa referir que estas aparentes alterações nos padrões de ocupação da jazida arqueológica e de exploração do espaço a nível regional parecem ocorrer num momento final do evento frio Heinrich 2, como já atestado por Cascalheira e Bicho (2013). Curiosamente, contudo, os novos dados radiométricos parecem não estar em concordância com as cronologias estabelecidas para a Estremadura Portuguesa (Zilhão, 2013), para onde no intervalo de c. 20.8-20.3 ka BP ou não se conhecem datações ou as indústrias associadas são já tipicamente solutrenses. Por outro lado, os desvios-padrão das datações obtidas para Vale Boi podem colocar as novas idades dentro do que Zilhão (2013) denomina de Solutrense Inferior, período para o qual não existem materiais claramente datados no centro de Portugal. Os dados tecnológicos parecem, no entanto, ser discordantes do teorizado por esse autor, em que este período seria caracterizado pela presente de abundantes pontas de face plana.

6. CONCLUSÃO

Os padrões observados durante esta análise preliminar dos novos dados disponíveis para os níveis Proto-Solutrenses de Vale Boi parecem permitir avançar com duas conclusões principais:

1) A produção de indústrias de tipo Vale Comprido, tradicionalmente associadas ao Proto-Solutrense, pode ter ocorrido mais tarde no Sul de Portugal que no restante território. As datações obtidas colocam estes elementos numa faixa temporal entre os 20.8 ka BP e os 20.3 ka BP, idades que têm estado associadas com uma suposta fase inicial do tecno-complexo Solutrense, onde se denota a produção de elementos com retoque plano invasor unifacial.
2) A comparação com os dados disponíveis para os tecno-complexos Gravetense e Solutrense parece revelar alterações significativas do ponto de vista da gestão e exploração dos recursos líticos. A introdução de matérias-primas distintas, a alta frequência de utensílios retocados e a pouca presença de elementos corticais parecem apontar na direção de uma modificação dos padrões de ocupação do território que pode ter estado relacionada com as alterações ambientais ocorridas durante esta primeira fase do Último Máximo Glacial.

Naturalmente, estas conclusões carecem de mais dados, que permitam efetivamente atestar as alte-

rações nas dinâmicas do ponto de vista da ecologia humana no período em questão. A continuação do trabalho de análise dos conjuntos líticos, incluindo o estudo dos elementos em quartzo e dos artefactos provenientes do crivo, bem como o alargamento do estudo às unidades lito-estratigráficas localizadas imediatamente acima e abaixo da aqui apresentada irá, por sua vez, permitir clarificar as alterações tecnológicas ocorridas durante esse espaço de tempo, permitindo testar a existência de uma transição em diferentes fases, como sugerido para outras regiões de Portugal.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Francisco (2000) – *The terminal Gravettian of Portuguese Estremadura: Tecnological variability of the lithic industries*.

BICHO, Nuno; STINER, Mary; LINDLY, John; FERRING, C. Reid e CORREIA, Jorge (2003) – Preliminary results from the Upper Paleolithic site of Vale Boi, Southwestern Portugal. *Journal of Iberian Archaeology*, 5, pp. 51-65.

BICHO, Nuno: CASCALHEIRA, João e MARREIROS, João (2012) – On the (L)edge: The Case of Vale Boi Rockshelter (Algarve, Southern Portugal). In K. A. Bergsvik & R. Skeates (Eds.) – *Caves in Context – The Cultural Significance of Caves and Rockshelters in Europe*. Oxbow Books.

CASCALHEIRA, João (2010) – *Tecnologia Lítica Solutrense do abrigo de Vale Boi (Vila do Bispo)*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. (*Cadernos da UNIARQ*: 5).

CASCALHEIRA, João (2013) – *A influência mediterrânica nas redes sociais do Solutrense final peninsular*. (Unpublished Ph.D. thesis), Universidade do Algarve, Faro.

CASCALHEIRA, João; MARREIROS, João; BICHO, Nuno (2009) – As intervenções arqueológicas de 2006 e 2007 no sítio Paleolítico de Vale Boi. *Actas do 5º encontro de Arqueologia do Algarve*. pp. 23-35.

CASCALHEIRA, João; BICHO, Nuno (2013) – Hunter-gatherer ecodynamics and the impact of the Heinrich event 2 in Central and Southern Portugal. *Quaternary International*. 318, pp. 117-127.

CASCALHEIRA, João; BICHO, Nuno (2015) – On the Chronological Structure of the Solutrean in Southern Iberia. *PLoS ONE*. 10 (9).

CASCALHEIRA, João; BICHO, Nuno; MANNE, Tina; HORTA, Pedro (2017) – Cross-scale adaptive behaviors during the Upper Paleolithic in Iberia: The exemple of Vale Boi (Southwestern Portugal). *Quaternary International*. 446, pp. 17-30.

LIN, Sam (2017) – Flake selection and scrapper retouch probability: an alternative model for explaining Middle Paleolithic assemblage retouch variability. *Springer*.

MARREIROS, João (2010) – *As primeiras comunidades do Homem moderno no Algarve Ocidental: Caracterização paleotecnológica e paleoetnográfica das comunidades gravetenses e proto-solutrenses de Vale Boi (Algarve, Portugal)*. (Unpublished Master thesis), Universidade do Algarve, Faro.

MARREIROS, João (2013) – *Organização e variabilidade das indústrias líticas durante o Gravetense no Sudoeste Peninsular*.

MENDONÇA, Carolina (2009) – *A tecnologia lítica no Tardiglaciar do Algarve*.

RENARD, Caroline (2011) – Continuity or discontinuity in the Late Glacial Maximum of south-western Europe: the formation of the Solutrean in France. *World Archaeology*. 43:4, pp. 726-743.

SANCHEZ-GOÑI, Maria e HARRISON, Sandy (2010) – Millennial-scale climate variability and vegetation changes during the Last Glacial: Concepts and terminology. *Quaternary Science Reviews*, 29 (21-22), pp. 2823-2827.

ZILHÃO, João (1994) – La sequence Chrono-stratigraphique du Solutréen Portugais. *Férvedes*. Villalba. 1, pp. 119-129.

ZILHÃO, João (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa. Vol. I*. Lisboa: Edições Colibri.

ZILHÃO, João (2002) – O paleolítico Superior português 30 000 anos depois. *Arqueologia e História*. Lisboa. Nº 54, pp. 41-55.

ZILHÃO, João (2013) – Seeing the leaves and not missing the forest: a portuguese perspective of the Solutrean. In A. Pastoors & B. Auffermann (Eds.), *Pleistocene foragers on the Iberian Peninsula: their culture and environment*. Mettmann: Neanderthal Museum. pp. 201-216.

ZILHÃO, João; AUBRY, Thierry (1995) – La pointe de Vale Comprido et les origines du Solutréen, *L'Antropologie*. Paris. 99, nº1, pp. 125-142.



Figura 1 – Localização de Vale Boi.

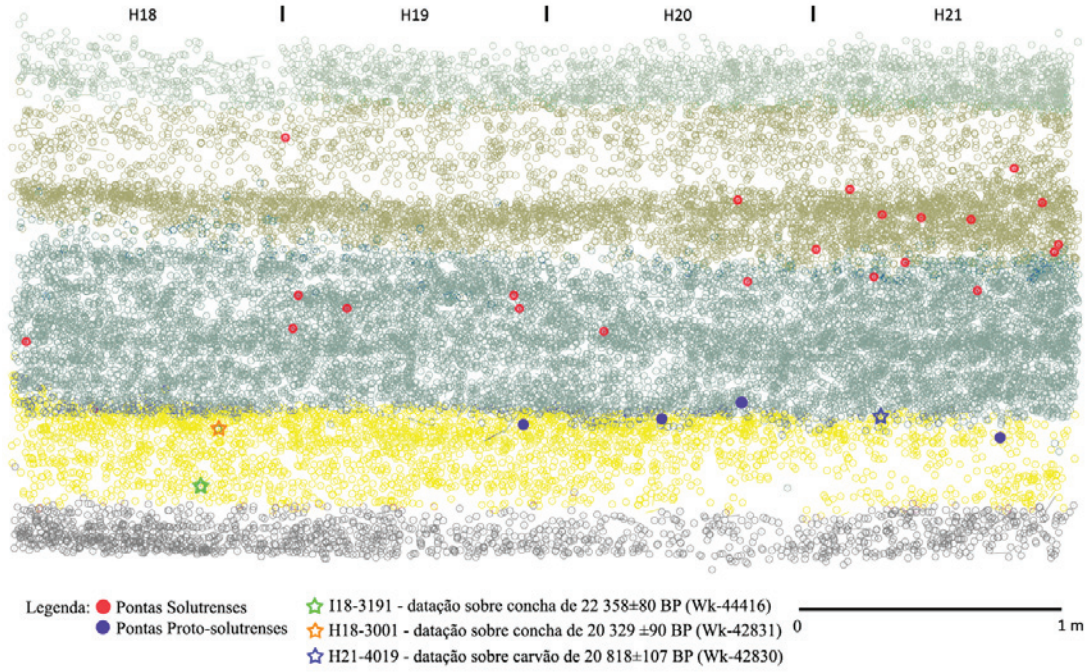


Figura 2 – Dispersão vertical de todos os materiais líticos (excetuando clastos de calcário) com dimensões superiores a 2 centímetros, registados tridimensionalmente na nova área do terraço. As diferentes cores representam unidades lito-estratigráficas definidas durante a escavação.



Figura 3 – Suportes e pontas de Vale Comprido.

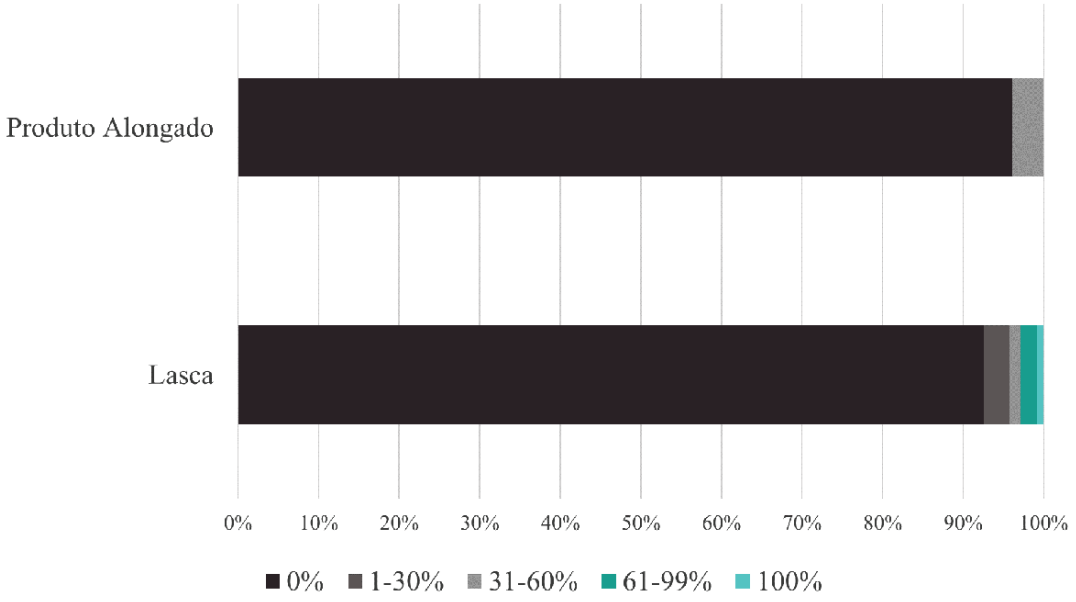


Gráfico 1 – Percentagem de presença de córtex nos produtos alongados e lascas.

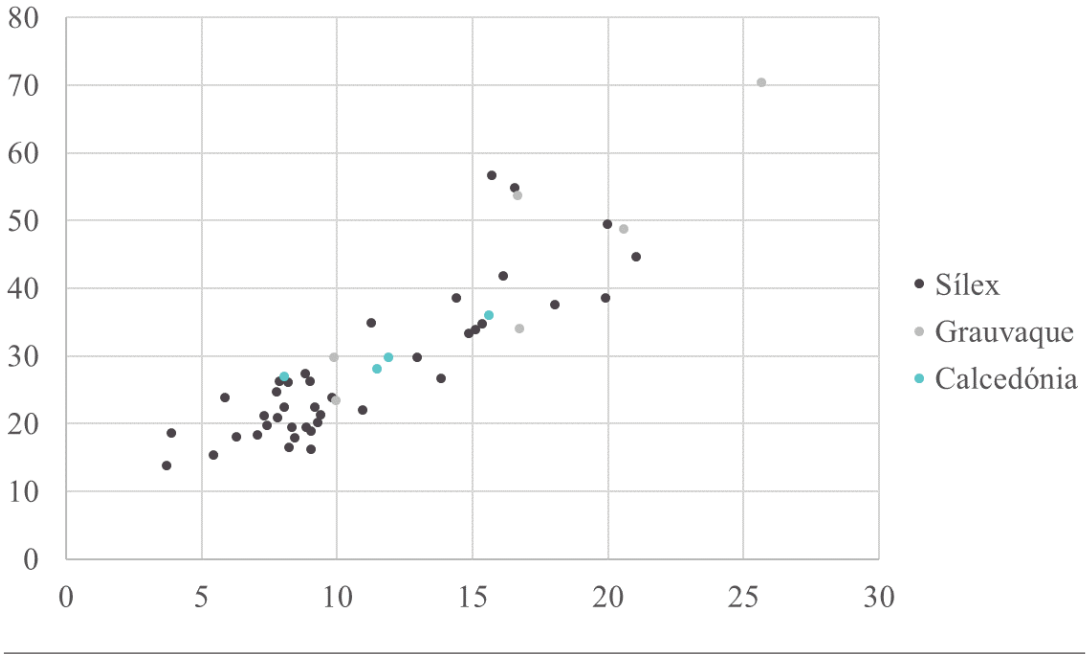


Gráfico 2 – Largura e comprimento dos produtos alongados por matéria-prima.

SOBRE A DEFINIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DAS TECNOLOGIAS LÍTICAS BIPOLARES EM CONTEXTOS PRÉ-HISTÓRICOS

Pedro Horta[1], João Cascalheira[2], Nuno Bicho[3]

RESUMO

Apesar da sua representação em coleções com uma grande dispersão cronológica e geográfica, as peças esquiroladas apresentam ainda uma série de problemas quanto à sua definição e análise.

Os sistemas de classificação em Arqueologia, em especial artefactos líticos têm frequentemente como base conotações funcionais. No caso da tecnologia bipolar os artefactos são separados em dois grupos: peças esquiroladas e núcleos bipolares. Embora a sua distinção seja relativamente fácil, nem sempre as peças esquiroladas têm sido categorizadas como utensílios. Por exemplo, Zilhão (1997), contrariando os modelos oferecidos por Tixier (1963) e de la Peña (2011).

Neste trabalho apresentamos uma reflexão sobre a definição e classificação de peças esquiroladas bem como dos atuais modelos de análise e interpretação no contexto da Pré-História.

Palavras-chave: Tecnologia Bipolar, Peças esquiroladas, Tecnologia Lítica, Pré-História.

ABSTRACT

Even with their significant representation in assemblages with a great chronological and geographical dispersion lithic bipolar implements still present several issues regarding both their identification and analysis.

In lithic studies, functional connotations are frequently used. Bipolar implements are divided into two groups: scaled pieces and bipolar cores. While these two types can be easily separated, scaled pieces are often not categorized as tools. Zilhão (1997) offers one example in contrast with other models by Tixier (1963) and de la Peña (2011).

In this paper, we present a reflection on both the definition and classification of these tools as well as the current interpretation and analysis models.

Keywords: Bipolar Technology, Scaled pieces, Lithic Technology, Prehistory.

1. DEFINIÇÃO DE PEÇA ESQUIROLADA

A definição de peça esquirolada tem sofrido sucessivas alterações desde o início do século XX e ainda hoje não é clara em estudos de análise lítica. A problemática da definição de peça esquirolada provém da sua possível equifinalidade, ou seja, é uma peça que tem características que podem ter sido causadas pela mesma ação com finalidades diferentes. Tradicionalmente estes artefactos são tidos como ligados a dois tipos de atividade: (1) utilização como peça intermédia ou cunha para o trabalho/exploração de vários tipos de matérias orgânicas duras (osso, haste, etc.); e (2) utilização como núcleo bipolar para a extração de esquírolas e/ou lamelas de pequenas dimensões.

A primeira definição deste tipo de peças foi proposta por Bardon e Bouysonnie (1906) que chamariam a estes implementos bipolares *pièce esquillée*. Segundo estes autores estas peças seriam resultado do talhe bipolar de sílex por percussão direta, com a peça apoiada numa superfície dura, o qual daria origem a esquirolamentos em ambos os polos. Pos-

1. ICArEHB, Universidade do Algarve; pedroehorta@gmail.com

2. ICArEHB, Universidade do Algarve; jmcascalheira@ualg.pt

3. ICArEHB, Universidade do Algarve; nbicho@ualg.pt

teriormente, Octobon (1938) sugere que estas peças seriam utilizadas como cunha para o trabalho de superfícies duras ou núcleos de lascas, hipótese que foi mais tarde retomada por Binford e Quimby (1963).
Nos anos 50 a *pièce esquillée* foi introduzida na lista tipológica de Sonneville-Bordes e Perrot (1956: 552) com a seguinte descrição "Piéce géneralement rectangulaire ou carrée présentant sur les deux bouts, plus rarement sur les quatre côtés, des esquillements parfois bifaciaux obtenus par percusión violente". Tixier, (1963: 147) em "Typologie de l'Epipaléolithique du Maghreb" identifica altas frequências deste tipo de artefactos nos conjuntos do Epipaleolítico do Magrebe e descarta a anterior proposta que seriam utilizadas como cunha para o talhe bipolar, admitindo, no entanto, a difícil distinção entre ambas as atividades. Um ano mais tarde, com a tradução da sua obra para inglês, o arqueólogo russo pioneiro na análise funcional Sergei Semenov (1964) refere igualmente que estas peças seriam lascas ou lâminas utilizadas como cunha para o trabalho de osso ou madeira.
Nos anos 80 e 90 a definição de peça esquirolada torna-se um importante tópico de discussão para a escola Norte Americana. Vários autores identificaram este tipo de artefactos em diversos contextos, com distintas interpretações tanto ao nível de definição como de funcionalidade. Um dos exemplos é MacDonald (1968:88) que utilizou o termo francês *pièce esquillée* para descrever artefactos utilizados pelos primeiros índios norte-americanos para fraturar osso ou haste. Em contraste, Binford e Quimby (1963) e Shott (1989) rejeitam o termo tanto ao nível classificativo como funcional substituindo-o por núcleo bipolar. De modo a evitar conotações funcionais alguns autores propuseram distintos termos classificativos: (1) Flood (1980:308) sugere "scaled piece" em vez de "scalar piece" ou "bipolar core"; (2) Knight (1991:61) sugere o simples termo de "bipolars".
Uma das abordagens mais relevantes vem da parte de Hayden (1980) que separa núcleos bipolares de peças esquiroladas, tanto ao nível classificativo como funcional, referindo que, apesar de terem características semelhantes, a sua funcionalidade seria diferente: núcleos bipolares seriam núcleos de onde se extrairiam suportes e peças esquiroladas seriam peças utilizadas como cunhas para trabalhar matérias duras. Posteriormente Shott (1999:219) refere que a classificação de peça esquirolada não deve estar ligada ou dependente de conotações funcionais. Entre outros o autor refere que o simples termo de peça esquirolada deve representar uma categoria de artefactos que para além de poder ser inserida em várias categorias pré-existentes erroneamente, pode também ter sido originado por distintas funcionalidades.
Atualmente as peças esquiroladas tendem a ser referidas de forma genérica em estudos de análise lítica, do conjunto de autores que publicam sobre esta problemática muitos ou não se pronunciam ou defendem a definição proposta por Hayden (1980) que descreve estes artefactos do seguinte modo: "Pièces esquillées are intensively flaked bifacial pieces with two opposing wide and straight crushed or damaged sides".

2. MODELOS ATUAIS DE ANÁLISE

No caso de conjuntos do Paleolítico Superior europeu, conotações funcionais são tendencialmente aplicadas (ex. Zilhão, 1997; Aubry *et al.* 1998; Sano, 2012; etc.). Os trabalhos mais recentes feitos com este tipo de peças são quase exclusivamente ligados à traceologia e análises de "use-wear" (Vaughan, 2002; Lucas e Hays, 2004; Bosinski, 2007; Gibaja *et al.* 2007; de la Peña, 2011; Sano, 2012; Igreja e Porraz, 2013). O foco destes autores na sua grande maioria foi a identificação de polidos e marcas de uso na utilização de peças esquiroladas como núcleo bipolar e como cunha através de programas experimentais.
Não obstante a qualidade de alguns dos trabalhos traceológicos mencionados, contrariamente a outros artefactos líticos do registo arqueológico, as peças esquiroladas apresentam um problema para as analises de "use wear", que é referido por Vaughan (2002) e Sano (2012), ainda que não o façam com esta intenção. Vaughan, refere que as marcas de utilização nestas peças, formam-se anteriormente aos esquirolamentos e como tal, são sobrepostas pelos esquirolamentos que removem quase sempre a parte ativa da peça (assente na matéria a ser trabalhada).
Quanto a modelos de análise e interpretação para este tipo que peças os modelos propostos por Tixier (1963) e de la Peña (2011) são atualmente os mais referenciados. Segundo Tixier, as peças esquiroladas dos conjuntos do Magrebe não seriam suportes de morfologia intencional, mas sim, peças de retoque *a posteriori* que teriam sido utilizadas como cunhas para o trabalho de matérias duras. Esta utilização como peça intermédia para o trabalho de matérias

duras daria origem a três fases de redução: (1) polos esquirolados sem levantamentos invasores e ambas as faces intactas, (2) as faces dorsais e ventrais indistinguíveis e (3) fragmentação da peça em várias partes de secção triangular ou quadrada sempre sem talão.

Quanto a de la Peña, o seu objetivo foi distinguir macroscopicamente se o talhe bipolar e a utilização como cunha produz diferentes marcas nas peças esquiroladas ou o chamado retoque esquirolado. Quanto à problemática da equifinalidade destas peças a autora utilizou o mesmo tipo de percutor (quartzito) em ambas atividades com peças de sílex de grão fino e terá identificado diferenças nomeadamente na plataforma ativa. Contrariamente a autores anteriores, de la Peña afirma que o trabalho como cunha na maior parte das vezes não produz um retoque esquirolado e que os próprios esquirolamentos são marginais. Este tipo de atividade dá ainda, frequentemente origem a fraturas e só cria esquirolamentos não marginais no caso do trabalho de matérias duras e nos quais a plataforma ativa (assentada sobre a matéria) tem exclusivamente uma morfologia irregular, sem qualquer simetria com a plataforma dormente. Para além disto as peças esquiroladas utilizadas como cunha apresentam as seguintes características: variabilidade no tamanho dos esquirolamentos, distribuição irregular dos esquirolamentos ao longo das plataformas, a presença de grandes fraturas e a aquisição da forma negativa do osso que está a ser trabalhado.

Por outro lado, o talhe bipolar produz peças esquiroladas de morfologia quadrada ou retangular sempre com retoque esquirolado e plataformas simétricas devido ao facto de ambas as plataformas entrarem em contacto com o mesmo tipo de material, neste caso, pedra. Além destas características, as peças esquiroladas utilizadas como núcleos bipolares apresentam esquirolamentos bifaciais se o núcleo for simétrico e unifaciais se for assimétrico, os esquirolamentos apresentam-se com fraturas em degrau ou em ressalto, ondas muito marcadas na face ventral e a fratura em várias partes na última fase do talhe e a maior parte dos esquirolamentos formam-se na plataforma passiva.

É de notar ainda que estas diferenças estejam documentadas pela autora em sílex, no caso do talhe bipolar em quartzo as peças partilham algumas características como morfologias quadradas ou retangulares. Até à data não existe qualquer trabalho publicado com experimentação feita com peças intermédias de quartzo (de la Penã, 2015a).

3. PEÇAS ESQUIROLADAS EM PORTUGAL

Em Portugal as peças esquiroladas distribuem-se cronologicamente desde o Paleolítico Superior ao Neolítico (e.g. Aubry *et al.* 1998; Carvalho 1998; Zilhão 1997; Bicho 1992). Para o Paleolítico Superior concretamente, Zilhão (1997) refere que na Estremadura a presença em grande número destas peças é inversamente proporcional à presença (em certas fases do Paleolítico Superior) de núcleos carenados, mas tanto umas como outras correspondem a núcleos especiais para a produção de barbelas líticas para encabamento em armas de arremesso cujo suporte consistia em madeira ou matéria dura de origem animal. A mesma opinião é seguida por Carvalho (1998) para o Neolítico Antigo do território português em que estas peças seriam núcleos para a produção de esquirolas.

No caso do sítio arqueológico de Vale Boi (Sul de Portugal) um número significativo de peças esquiroladas encontra-se presente ao longo de todas as ocupações atribuíveis ao Paleolítico Superior (c. 32--10 ka cal BP). Trabalhos anteriores (Bicho *et al.* 2012, 2013; Manne *et al.* 2012, 2014; Horta *et al.* 2015a, 2015b) sugerem que estas peças poderão ter estado relacionadas com práticas intensivas de exploração dos recursos faunísticos, uma vez que aparecem em associação com a presença de padrões específicos de fratura de ossos para extração de medula, centenas de lajes de grauvaque com marcas de impacto que terão servido como bigornas, e a presença de fragmentos de quartzo termicamente alterados ligados a atividades de *grease rendering*.

4. REVISÃO DA DEFINIÇÃO E MODELOS DE ANÁLISE

Apesar da sua identificação no início do séc. XX e da sua significativa representação em coleções com uma grande dispersão cronológica e geográfica, as peças esquiroladas ainda apresentam uma série de pontos de interrogação no que diz respeito à sua definição e análise. No que diz respeito à definição de peça esquirolada, as mais aceites atualmente são as de Hayden (1980:3) que descreve este tipo de peças como "intensively flaked bifacial pieces with two opposing wide and straight crushed or damaged si-

des", e a de Sonneville-Bordes e Perrot (1956: 552) com as descrevem como: "piéce généralement rectangulaire ou carrée présentant sur les deux bouts, plus rarement sur les quatre côtés, des esquillements parfois bifaciaux obtenus par percusión violente".

Ainda que ambas as definições sejam válidas, apresentam um problema altamente restritivo uma vez que na maior parte dos casos os investigadores só consideram peça esquirolada se os esquirolamentos forem bifaciais, argumentando que os esquirolamentos unifaciais podem resultar de outro tipo de processos tecnológicos. Esta restrição tem como consequência uma perda de informação bastante elevada do ponto de vista analítico. Ao aplicar este conceito de peças exclusivamente bifaciais à coleção de peças esquiroladas da Vertente de Vale Boi, é notável que apenas 21% (N=29) das peças possam ser consideradas peças esquiroladas (Horta, 2016). Como tal, 79% das peças do conjunto seriam completamente rejeitadas. Se utilizarmos o caso específico de Vale Boi como exemplo para outros sítios em que estas definições sejam aplicadas, é notável a quantidade de informação que seria perdida, o que por sua vez, seria de interesse fazer uma revisão das coleções de outros sítios da mesma cronologia para averiguar a presença deste tipo de peças.

Classificação em Arqueologia em especial as de artefactos líticos (Bicho, 2006) têm como base, muitas das vezes, conotações funcionais (raspadeiras, raspadores, furadores, etc.), o que aplicado às peças esquiroladas as separaria em dois grupos distintos: (1) cunhas e/ou (2) núcleos bipolares. De modo a evitar uma separação tipológica desnecessária de peças que por si só são problemáticas, a definição deste tipo de peças deve ter em conta simplesmente o produto final. As peças esquiroladas não são efetivamente utensílios retocados, a problemática da definição tipológica destas peças não se baseia na aplicação de retoque (controlado) mas sim de estigmas que resultam de funcionalidades que podem ser muito distintas.

Todos estes fatores levaram à necessidade de haver uma definição que: (1) possa ser aplicável a peças que apresentam morfologicamente características comuns; e (2) que não tenha como base fatores funcionais, mas que por outro lado não os descriminasse. Tendo em conta todos estes fatores, Horta (2016) apresenta uma definição alternativa "artefacto de morfologia e dimensões variadas que apresenta esquirolamentos bipolares, unifaciais ou bifaciais causados por percussão direta numa extremidade e subsequente "esmagamento" da outra, por esta estar apoiada numa superfície dura". Esta definição não é muito diferente das anteriores, no entanto elimina duas restrições das anteriores: (1) a morfologia e dimensões das peças são variadas e não específicas; e (2) os esquirolamentos têm que ser bipolares mas podem ser tanto unifaciais como bifaciais. Quanto à morfologia e dimensões da peça, este tipo de peças pode ter formatos variados (Horta, 2016). A própria equifinalidade das peças leva a que tenham funções variadas e que o seu formato seja produto tanto de uma escolha de suporte específica para aquela função, como da funcionalidade em si. No que diz respeito aos esquirolamentos, segundo de la Peña (2011) a distribuição facial dos esquirolamentos é fruto da simetria da plataforma anteriormente à utilização.

Conforme supracitado muitas vezes os investigadores só consideram peças com esquirolamentos bifaciais, devido ao facto de que os esquirolamentos unifaciais possam resultar de outro tipo de processos tecnológicos. Em Vale Boi uma grande quantidade das peças apresenta esquirolamentos bifaciais num polo e unifaciais no outro, o que pode ser fruto da simetria das plataformas, ou até de uma funcionalidade específica. Como tal, a peça tem que ser olhada como um todo, dentro de um contexto, ou seja, se a peça tem esquirolamentos unifaciais bipolares e as suas características morfológicas forem coincidentes com as restantes peças bifaciais, é provável que os esquirolamentos não tenham origem tecnológica, mas sim funcional. Do mesmo modo, se o contexto apresenta outros elementos ligados à tecnologia bipolar, estas peças têm que ser consideradas como peças esquiroladas.

Quanto aos modelos análise atualmente existem dois fundamentais: o de de la Peña (2011) e Tixier (1963). Estas duas abordagens procuram responder a perguntas de base distintas. Enquanto de la Peña procurou saber qual o tipo de utilização que a peça teve através da caracterização das marcas de uso, Tixier procurou saber em que fase de utilização a peça se encontrava no momento de abandono. Ambas abordagens têm mérito, apesar de que, como qualquer modelo apresentarem problemas que tornam a sua aplicabilidade questionável.

Quanto ao modelo de Tixier, este refere que este tipo de peças no Magrebe teria três fases de redução: (1) polos esquirolados sem levantamentos invasores

e ambas as faces intactas, (2) as faces dorsais e ventrais indistinguíveis e (3) fragmentação da peça em várias partes de secção triangular ou quadrada sempre sem talão. Este modelo de redução foi aplicado à coleção em análise de modo a entender as fases de redução das peças esquiroladas de Vale Boi, no entanto, apenas 38% das peças da coleção se inserem nas várias fases de redução.

Ainda que o modelo de redução de Tixier possa ser aplicado nas coleções do Magrebe, não pode ser aplicado no caso de Vale Boi. A razão desta inaplicabilidade tem origem em alguns problemas conceptuais do próprio modelo: (1) em primeiro lugar este modelo parte do princípio que as peças esquiroladas tenham sempre como suporte lascas ou lâminas, o que no caso de Vale Boi é aplicável a apenas uma parte da coleção devido ao elevado número de fragmentos em especial no quartzo; (2) o modelo parte do princípio que os esquirolamentos marginais se formam antes dos esquirolamentos invasores, princípio este que é questionável sendo que a extensão dos esquirolamentos pode estar diretamente ligada a fatores como a força aplicada, o ângulo da peça durante a utilização e a matéria em que esta está apoiada (de la Peña, 2011); (3) a transição da primeira fase para a segunda tem como base a indistinção entre faces (dorsal e ventral), o que significa que toda a modificação da peça que ocorra entre estas fases é ignorada, no caso de Vale Boi, mesmo em peças com alto nível de modificação (dano alto, esquirolamentos invasores, elevado número de esquirolamentos e plataforma com vários tipos de delineação), em muitos casos é possível identificar uma das faces; (4) as peças de secção triangular e quadrangular terão em média dimensões mais baixas que as restantes, o que não acontece em Vale Boi.

A abordagem de de la Peña é feita com base num programa experimental, que por si só apresenta problemas inerentes à experimentação. A autora procurou replicar vários momentos de utilização que englobassem uma série de atividades, com matérias e objetivos diferentes. Resumidamente, a autora afirma que as peças utilizadas como cunha apresentam as seguintes características:

1. Ausência de um retoque esquirolado e que os próprios esquirolamentos são marginais ou "anedóticos".
2. O trabalho como cunha dá, frequentemente, origem a fraturas e só cria esquirolamentos não marginais no trabalho de matérias duras, no qual a plataforma ativa (assentada sobre a matéria) tem exclusivamente uma morfologia irregular, sem qualquer simetria com a plataforma percutida.
3. Variabilidade no tamanho dos esquirolamentos, distribuição irregular dos esquirolamentos ao longo das plataformas, a presença de grandes fraturas, e, no caso da utilização para fender osso, a aquisição da forma negativa do osso que está a ser trabalhado.

Por outro lado, o talhe bipolar produz:

1. Peças esquiroladas de morfologia quadrada ou retangular sempre com retoque esquirolado e plataformas simétricas devido ao facto de ambas as plataformas entrarem em contacto com o mesmo tipo de material, neste caso pedra.
2. Esquirolamentos bifaciais se o núcleo for simétrico e unifaciais se for assimétrico, os esquirolamentos apresentam-se com fraturas em degrau ou em ressalto, ondas muito marcadas na face ventral e a fratura em várias partes na última fase do talhe e a maior parte dos esquirolamentos formam-se na plataforma passiva.

Ao aplicar este modelo às peças esquiroladas da vertente de Vale Boi, é possível identificar algumas inconsistências. As peças comparadas com os dados deste modelo como cunhas, teriam que apresentar: (1) um grande número de fraturas, o qual não se verifica; (2) esquirolamentos de dimensões variadas consoante a dureza do material trabalhado, onde na coleção a variabilidade é muito grande; (3) peças com plataformas irregulares, onde a variabilidade continua a ser muito grande; ausência do "retoque" esquirolado que pode ser identificado em peças com uma grande variabilidade nos restantes atributos.

No que diz respeito à simetria entre plataformas, peças com plataformas simétricas (direitas) apresentam uma grande variabilidade no que diz respeito aos atributos correspondentes. Este tipo de peças segundo de la Peña estaria ligado ao talhe bipolar, logo a maior parte dos esquirolamentos formar-se-iam numa plataforma, o que não acontece visto que todas as peças apresentam números de esquirolamentos semelhantes em ambas as plataformas (1 a 5), níveis de dano e extensão de esquirolamentos distintos entre plataformas com alguma variabilidade e esquirolamentos com fraturas distintas.

Outro dos problemas atribuíveis ao modelo em análise é o facto de considerar que cada atividade seja diagnosticável do ponto de vista analítico. Um fa-

tor extremamente importante que é ignorado nesta abordagem é que a mesma peça pode ter sido utilizada para realizar tarefas distintas, o que devido à natureza da utilização provavelmente leva, a que o que resta no registo arqueológico seja uma mistura de vestígios de utilização, que por sua vez inviabiliza esta abordagem. O modelo apresenta ainda outros problemas, a autora utilizou peças com espessuras superiores a 20-30mm e com comprimentos acima dos 60mm devido ao facto de peças menores não serem viáveis para a utilização. Na coleção da vertente de Vale Boi as maiores peças apresentam cerca de 40mm com espessuras até aos 15mm. Ainda que possa ser considerado que em termos conceptuais as peças com as mesmas características (tipo de matéria-prima e dureza) reajam do mesmo modo à utilização, peças maiores tendencialmente terão reações completamente diferentes das peças pequenas e é de ter em conta que, em média, as peças da coleção apresentam cerca de 24mm de comprimento. Outro fator que torna este modelo redutor é o facto de que autora utilizou apenas um tipo de matéria-prima (sílex) e um número reduzido de peças para cada tarefa, o que, por si só, dificilmente pode servir de proxy.

Estes dois modelos são duas vias para a criação de tipologias dentro das peças esquiroladas. Ainda que ambos tenham as suas vantagens e desvantagens, procuram, de certa forma, criar tipos com base em caracterizações subjetivas com o problema acrescido da falta de comprovação estatística dos padrões.

O ideal seria a criação de um modelo que pudesse localizar as peças dentro de uma sequência de redução com fases bem marcadas consoante o grau de utilização/redução e que secundariamente pudesse distinguir entre tipos de utilização. A razão pela qual consideramos esta abordagem mais importante do ponto de vista do comportamento humano, é que sendo esta válida, será possível inserir as peças encontradas em contexto arqueológico nos padrões encontrados, de modo a saber até que ponto as peças eram utilizadas antes do abandono. O que seria importante saber do ponto de vista da gestão económica das comunidades.

Numa nota final, podem tirar-se as seguintes conclusões:

1. É necessário haver uma definição clara e abrangente para este tipo de peças, visto que as definições anteriormente apresentadas e presentemente aplicadas em inúmeros estudos são restritivas e podem levar a uma perda de dados de alta relevância para o entendimento da evolução do comportamento humano.
2. Apesar das peças esquiroladas terem uma grande dispersão cronológica e geográfica a sua representação e importância em estudos de coleções líticas é continuamente negligenciada.
3. Os Modelos de análise e interpretação deste tipo de peças existentes têm vários problemas que inviabilizam a sua aplicação numa escala alargada.
4. Há a necessidade de haver um modelo que seja abrangente e aplicável a diferentes contextos, ainda que devido à natureza da formação deste tipo de peças seja extremamente difícil.

Como já foi mencionado, o ideal seria a criação de um modelo que pudesse localizar as peças dentro de uma sequência de redução com fases bem marcadas consoante o grau de utilização/redução e que secundariamente pudesse distinguir entre tipos de utilização. Do ponto de vista do entendimento do comportamento humano ambos os fatores são importantes, em especial na gestão e exploração de recursos. Ainda que os estudos sobre peças esquiroladas existam há mais de um século, este tipo de peças continua a ser um pequeno enigma que, se decifrado, pode vir a trazer dados extremamente importantes para entender a evolução do comportamento humano.

BIBLIOGRAFIA

ANDREFSKY, William (2005) – Lithics: Macroscopic Approaches to Analysis. Cambridge University Press, Cambridge.

AUBRY, Thierry; CARVALHO, António e ZILHÃO, João (1996) – Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa, Trabalhos de 1995-1996. Relatório Científico ao Governo da Republica Portuguesa elaborado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros Nº4/96, de 17 de janeiro. Ministério da Cultura.

AUBRY, Thierry.; ZILHÃO, João; ALMEIDA, Francisco e FONTUGNE, Michel (1998) – Production d'armatures microlithiques pendant le Paléolithique supérieur et le Mesólithique au Portugal. In R. Balbín y P. Bueno (eds.): II Congreso de Arqueología peninsular (Zamora,1996) pp. 259-272.

BARDON, L.; BOUYSSONIE, Jean e BOUYSSONIE, Aurélie (1906) – Outils écaillés par percussion. Revue de l'Ecole d'Anthropologie 16, pp. 170-175.

BICHO, Nuno; MANNE, Tinna; CASCALHEIRA, João; MENDONÇA, Carolina; ÉVORA, Marina; GIBAJA, Juan e PEREIRA, Telmo (2010a) – O Paleolítico superior do sudo-

este da Península Ibérica: o caso do Algarve. In: Mangado, X. (Ed.), El Paleolítico Superior Peninsular. Novedades del siglo XXI. SERP, Barcelona pp. 219-238.

BICHO, Nuno; GIBAJA, Juan; STINER, Mary e MANNE, Tinna (2010b) – Le paléolithique supérieur au sud du Portugal: le site de Vale Boi. L'anthropologie 114, pp. 48-67.

BICHO, Nuno; CASCALHEIRA, João; e MARREIROS, João (2012) – On the (L)edge: the case of Vale Boi rockshelter (Algarve, Southern Portugal)". In K. Bergsvik and R. Skeates (Eds.): Caves in Context. Oxbow Books, pp. 65-81.

BICHO, Nuno; MANNE, Tinna; MARREIROS, João; CASCALHEIRA, João; PEREIRA, Telmo; TÁTÁ, Frederico; ÉVORA, Marina; GONÇALVES, Célia; e INFANTINI, Leandro (2013) – The ecodynamics of the first modern humans in Southwestern Iberia: The case of Vale Boi, Portugal. Quaternary International, 318, pp. 102-116.

BINFORD, Lewis e QUIMBY, George (1963) – Indian sites and chipped stone materials in the northern lake Michigan area. Field Indiana anthropology 36:12, pp. 277-307.

BORDES, François (1947) – É tu decomparative des diferentes techniques de taille du sílex et des roches dures. l'Anthropologie 51, pp.1–29.

BORDES, François (1970) – Réflexions sur le outils au Paléolithique. Bulletin de la Societé Préhistorique Française 67: 7, pp. 199-202.

CARVALHO, António (1998) – Talhe da pedra no Neolítico antigo do Maciço Calcário das Serras d'Aire e Candeeiros (Estremadura Portuguesa). Um primeiro modelo tecnológico e tipológico. Lisboa: Colibri.

de la PEÑA Paloma (2011) – Sobre la identificación macroscópica de las piezas astilladas: Propuesta experimental. Trabajos de Prehistoria 68:1, pp. 79–98.

de la PEÑA Paloma (2015a) – The Interpretation of Bipolar Knapping in African Stone Age Studies. Current Anthropology, Vol. 56: 6, pp. 911-923

de la PEÑA, Paloma (2015b) – A Qualitative guide to Recognize Bipolar Knapping for Flint and Quartz. Lithic Technology, Vol. 40: 4, pp. 1–16.

FLOOD, Josephine (1980) – The Moth Hunters: Aboriginal Prehistory of the Australian Alps, Australian Institute of Aboriginal Studies, Canberra.

GIBAJA, Juan. E BICHO, Nuno (2006) – La función de los instrumentos líticos en el Asentamiento de Vale Boi (Algarve, Portugal). Estudio del utillaje gravetiense y solutrense. Saguntum 38: pp. 9-21.

GIBAJA, Juan; PALOMO, Antoni; BICHO, Nuno, e TERRADAS, Xavier (2007) – Tecnología y función de los 'útiles astillados': Programa experimental para contextos prehistóricos de la Península Ibérica". In M. L. Ramos, J. E. González Urquijo y J. Baena (eds.): I Congreso Español de Arqueología experimental en la Península Ibérica (Santander 2005): pp. 157-164.

HAYDEN, Brian (1980) – Confusion in the bipolar world: bashed pebbles and splintered pieces". Lithic Technology 9: 1, pp. 2-7.

HORTA, Pedro (2016) – Tecnologia e Funcionalidade das Peças Esquiroladas do Paleolítico Superior de Vale Boi, Vila do Bispo. Tese de Mestrado, Universidade do Algarve.

IGREJA, Marina e PORRAZ, Guillaume (2013) – Functional insights into the innovative Early Howiesons Poort technology at Diepkloof Rock Shelter (Western Cape, South Africa). Journal of Archaeological Science 40:9, pp. 3475–3491.

KNIGHT, James (1991) – Technological Analysis of the Anvil (Bipolar) Technique. Lithics, 12, pp. 57-87.

LEBLANC, Raymond (1992) – Wedges, Pieces Equillees, Bipolar Cores, and Other Things: An Alternative to Shott's View of Bipolar Industries, North American Archaeologist, 13, pp. 1-14.

LUCAS, Geraldine e HAYS, Maureen (2004) – "Les pièces esquillées dusite paléolithique du Flageolet I (Dordogne): Outils ou nucléus?" in XXV Congrès Préhistorique de France: Approches fonctionnelles en préhistoire, Nanterre, 24–25 Novembre 2000: 20, pp. 107. Paris: Société Préhistorique Française.

MACDONALD, George (1968) – Debert: A Palaeo-Indian Site in Central Nova Scotia. National Museum of Canada, Anthropology Papers No. 16.

OCTOBON, Charles (1938) – Contribution à l'étude des outillages. Ciseaux e pièces esquillées. Bulletin de la Societé Préhistorique Française XXV, 101: pp. 409- 412.

SEMENOV, Sergei (1964) – Prehistoric lithic technology: an experimental study of the oldest tools and artefacts from traces of manufacture and wear. Cory, Adamset Mackay. Londres.

SHOTT, Michael (1989) – Bipolar industries: ethnographic evidence and archaeological implications. North American Archaeologist 10 (1): 1-24. 1999. On bipolar reduction and splintered pieces. North American Archaeologists, Vol. 20: 3, pp. 217-238.

SONNEVILLE-BORDES, Denise (1974) – Upper Paleolithic. In France Before the Romans. Thames and Hudson, Londres, pp. 30-60.

SONNEVILLE-BORDES, Denise e PERROT, Jean (1956) – Lexique typologique du Paléolithique supérieur. Bulletin de la Societé Préhistorique Française 53: 9, pp. 547-559.

TIXIER, Jacques (1963) – Typologie de l'Epipaléolithique du Maghreb. Mémoires du Centre de recherches anthropologiques, préhistoriques et ethnographiques, Ars et Métiers graphiques. París.

VAUGHAN, Patrick (2002) – Gebrauchsspurenanalyse der Feuersteinartefakte aus der Konzentration II. In Die Steinartefaktedes Magdalénien von Andernach (Mittelrhein), pp. 159-172.

ZILHÃO, João (1997) – O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa. Ed. Colibri. Lisboa.

ABRIGO DA BURACA DA MOIRA, LEIRIA: RESULTADOS PRELIMINARES DO PROJETO ECOPLIS

David Nora[1], Joana Pereira[2], Patrícia Monteiro[3], Eduardo Paixão[4], Sandra Assis[5], Marina Évora[6], Carlos Duarte[7], João Marreiros[8], Vânia Carvalho[9], Trenton Holliday[10], Telmo Pereira[11]

RESUMO

Enquadrado no projeto de investigação EcoPLis – Ocupação Humana Plistocénica nos Ecótonos do Rio Lis, o Abrigo da Buraca da Moira situa-se no vale dos Murtórios (Leiria). O sítio corresponde a uma cavidade cársica seccionada por uma pedreira artesanal, com uma sequência com níveis holocénicos e plistocénicos bioturbados. Os níveis arqueológicos holocénicos, são principalmente caracterizados por abundantes materiais osteológicos humanos desarticulados, de pequenas dimensões, pertencentes a indivíduos adultos e não-adultos. Estes encontram-se associados indústria lítica, bem como a adornos em concha, rocha e osso, mas a pouca cerâmica manual. No conjunto foram ainda identificadas uma ponta de Vale Comprido e uma ponta de Estilo Mediterrânico, congruentes com ocupações do Proto-Solutrense e do Solutrense, que se deverão encontrar nos níveis subjacentes. Neste trabalho apresenta-se o sítio e uma breve descrição dos conjuntos exumados, com particular destaque para aqueles recuperados do contexto holocénico.

Palavras-chave: EcoPLis, Holocénico, Plistocénico, Grutas.

ABSTRACT

The research at Buraca da Moira rockshelter is within the scope of the project EcoPLis – Human Occupations in the Pleistocene Ecotones of the River Lis. The site is located in Murtórios valley (Leiria, Portugal). It corresponds to a cave sectioned by an old quarry and yields a sequence with Holocene and Pleistocene deposits affected by bioturbation. The archaeological levels have abundant disarticulate osteological human remains of small dimensions from adult and non-adult individuals. These are associated to lithics, adornments in shell, rock and bone, but very few pottery. In the site were also found a Vale Comprido point and a Mediterranean Carenated point, congruent with Proto-Solutrean and Solutrean occupations that are expected to be found underneath levels. In this paper, we present the site and a brief description of the archaeological assemblages, highlighting those recovered from the Holocene context.

Keywords: EcoPLis, Holocene, Pleistocene, Caves.

1. NAP – Núcleo de Alunos de Arqueologia e Paleoecologia da Universidade do Algarve; david.ac.nora@gmail.com

2. NAP – Núcleo de Alunos de Arqueologia e Paleoecologia da Universidade do Algarve; joanacppereira@gmail.com

3. ICArHEB – Interdisciplinary Centre for Archaeology and Evolution of Human Behaviour, Universidade do Algarve; patriciaadmonteiro@gmail.com

4. ICArHEB – Interdisciplinary Centre for Archaeology and Evolution of Human Behaviour, Univ. do Algarve; NAP – Núcleo de Arqueologia e Paleoecologia da Universidade do Algarve; eduardo.paixao88@gmail.com

5. CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Univ. Nova de Lisboa, Portugal; sandraassis78@gmail.com

6. ICArHEB – Interdisciplinary Centre for Archaeology and Evolution of Human Behaviour, Univ. do Algarve; marevora@gmail.com

7. Universidade da Cantabria, Espanha; cduarte.as@gmail.com

8. TraCEr, MONREPOS. RGZM, Germany; marreiros@rgzm.de

9. Museu de Leiria, Câmara Municipal de Leiria, Portugal; vcarvalho@cm-leiria.pt

10. Tulane University, New Orleans, Estados Unidos da América; thollid@tulane.edu

11. ICArHEB – Interdisciplinary Centre for Archaeology and Evolution of Human Behaviour, Universidade do Algarve; telmojrpereira@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Com inicio em 2015, o projeto *EcoPLis – Ocupação Humana Plistocénica nos Ecótonos do Rio Lis*, é uma cooperação entre a Universidade do Algarve, o Museu de Leiria e a Universidade de Tulane (EUA). Os seus objetivos são ajudar a responder a questões como:

- Quais os padrões de comportamento e adaptação humana nos territórios entre regiões ecológicas distintas, nomeadamente a costa, as bacias hidrográficas e as montanhas do interior?
- Qual a importância dos ecótonos entre o litoral e o interior durante as mudanças climáticas ocorridas no Plistoceno?
- Quão atractiva foi a concentração de recursos como matérias-primas, sal, água, abrigos, grutas, fauna e flora nesses ecótonos?
- De que forma as capacidades cognitivas e a complexidade social dessas populações se refletiu nos padrões de assentamento, uso do território e exploração de recursos, nomeadamente os marinhos?

Neste sentido, o projeto tem desenvolvido trabalhos de prospeção, sondagem e escavação, dedicando especial atenção a abrigos e grutas. Um desses sítios é o Abrigo da Buraca da Moira, dando-se aqui notícia dos resultados obtidos até ao momento.

2. LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO

O sítio arqueológico do Abrigo da Buraca da Moira (Código Nacional de Sítio 23326) localiza-se na União de Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista, concelho de Leiria (Figura 1a), tendo representação na Carta Militar de Portugal 1:25000 nº 285 – Marrazes e na Carta Geológica de Portugal 1:50000 nº 23C – Leiria.

Do ponto de vista geomorfológico, o Abrigo da Buraca da Moira está inserido no Vale do Ribeiro dos Murtórios, que se estende desde a povoação da Boa Vista até à Fonte do Oleiro. De um ponto de vista estrutural, o sítio localiza-se na Orla Mesocenozóica Ocidental entre o limite setentrional do Maciço Calcário Estremenho e o Sistema Condeixa-Sicó-Alvaiázere (Martins, 1949; Teles, 1992). Segundo a Carta Geológica de Portugal 23C – Leiria e respetiva notícia explicativa (SGP, 1966), o ribeiro atravessa níveis do Cretácico, Cenomaniano inferior, Albiano, Aptiano e Neocomiano. Entre a localidade de Machados e a desembocadura da linha de água (que ocorre no Ribeiro dos Frades), o rio atravessa os calcários cretácicos do Turoniano, mudando a sua configuração para um modelo cársico bem marcado por margens estreitas, paredes rochosas abruptas expostas e o curso bem encaixado. Na margem direita do Ribeiro dos Frades, tributário directo do rio Lis, a paisagem altera-se para uma ampla planície aluvial (Carvalho, 2012).

Do ponto de vista geográfico, o Abrigo da Buraca da Moira localiza-se na margem esquerda da Ribeira dos Murtórios (Figura 1b), à direita da rua da Moinhaga no sentido Outeiro da Eira – Fonte do Oleiro, a cerca de 100 metros do viaduto da A1, a uma altitude de 113 metros. Acede-se-lhe a partir do limite Este da ponte que atravessa o Ribeiro dos Murtórios, tomando-se um caminho de terra batida durante cerca de 65 metros. Apesar de ser relativamente visível, o sítio não surge descrito ou sequer cartografado na Carta Geológica de Portugal, ao contrário do que acontece, por exemplo, com a Gruta da Buraca da Moira que dista apenas 220m. Assim, é pela primeira vez referido no ano de 2002, no âmbito dos trabalhos afectos ao PNTA *A Pré-história do Maciço Calcário das Serras de Aire e Candeeiros e Bacias de Drenagem Adjacentes* (Cunha-Ribeiro, 2003). Posteriormente, em 2005, os trabalhos de acompanhamento e prospeção decorrentes da remodelação do saneamento intermunicipal, levada a cabo pela SIMLIS, levaram à sua relocalização. No entanto, o carácter não intrusivo destes trabalhos e a existência de um denso silvado podem ter contribuído para a não identificação de materiais arqueológicos no sítio nem nas áreas adjacentes (Carvalho *et al*., 2005; Carvalho & Pajuelo, 2005a; Carvalho & Carvalho, 2007, Carvalho, 2011).

Ainda assim, dado que as suas características o colocavam como um sítio excelente para responder às questões levantadas pelo projeto EcoPLis, o Abrigo da Buraca da Moira foi dos primeiros a ser intervencionado no Verão de 2015.

3. TRABALHO DE CAMPO

À chegada ao local, o aspeto geral pouco se tinha alterado desde a altura da sua relocalização, havendo uma densa barreira de silvas que o ocultava quase na totalidade e impedia o acesso. Assim, a primeira tarefa foi a limpeza parcial dessa vegetação a fim de se

conseguir, por um lado, aceder ao local e, por outro, poder fazer-se uma avaliação rigorosa, capaz de sustentar as decisões a tomar. Por outro lado, era desejável que essa tarefa não resultasse num substancial desbaste da vegetação e na consequente exposição do sítio a agentes erosivos. Ficaram, pois, limpas duas áreas distintas: uma que permitia penetrar no interior da cavidade e outra onde o teto quase tocava o chão e cuja morfologia levara à designação do sítio como abrigo. Foi também possível perceber que o sítio apresenta uma extensão de, pelo menos, 20 metros num eixo Norte-Sul e de, pelo menos, 5 metros para o interior (Figura 1d). Finalmente, foi possível verificar que não se trata de um abrigo mas sim de uma gruta, que se desenvolve numa sala, a qual terá sido seccionada por uma pedreira artesanal, de época indeterminada, mas que deverá ser anterior à utilização de explosivos já que não se encontram marcas da utilização destes nas faces expostas do calcário.

O aspeto das duas áreas em questão era bastante distinto. Se, por um lado, a sala interior mostrava clara perturbação por tocas, raízes, fragmentos de cerâmica recente, algum lixo e material arqueológico e osteológico humano, a zona da aparente pala parecia melhor preservada, com um pacote sedimentar continuo, siltoso, coberto por uma densa capa de precipitação carbonatada e sem quaisquer vestígios à superfície.

Foi, assim, implantada uma grelha alfanumérica com estação total com unidades de escavação de 1m^2, sendo cada quadrado divido em quadrantes de 0,50 m a fim de se obter um maior controlo horizontal do depósito. Por seu turno, na zona da sala, foram cotados, com estação total, todos os vestígios visíveis à superfície, os quais foram recolhidos individualmente recebendo um número de identificação único. Entre os achados contam-se vários restos osteológicos humanos (Assis, *et al*., 2016).

A primeira sondagem foi aberta na zona da aparente pala, correspondendo à unidade de escavação J20, a qual foi, posteriormente, alargada à I20 (Figura 2). A escavação obedeceu às Unidades Estratigráficas que, em 2015, foram divididas em níveis artificiais de 5cm. Pretendia-se com isso obter um maior controlo sobre a estratigrafia. Esta subdivisão foi abandonada em 2016 em detrimento de volumes de 10 litros de sedimento (medidos recorrendo-se a baldes com essa capacidade) que, cotados tridimensionalmente antes e depois de serem cheios, se revelou um método capaz de oferecer maior controlo vertical e horizontal dos sedimentos escavados.

Todos os vestígios arqueológicos identificados *in situ* durante os trabalhos de decapagem foram registados tridimensionalmente e recolhidos individualmente. Na sondagem inicial, o sedimento proveniente das U.E.s superficiais foi todo crivado a água com malha de 3mm, excepto as amostras para a análises de parasitas (100ml) e fitólitos (300ml), recolhidos por Unidade Estratigráfica num mesmo quadrante. A partir do momento em que se atingiram níveis arqueológicos, todo o sedimento passou a ser flutuado.

Ainda em 2015 e tendo em vista a avaliação das imediações da gruta, foi prospetada toda a vertente, também marcada por um denso silvado com mais de 2m de altura. Depois da sua desmatação parcial junto à rocha, e imediatamente por baixo da entrada da gruta, foi possível identificar diversas cavidades (Figura 1c), em grande parte com sedimentos. Nalgumas destas, recolheram-se restos osteológicos humanos, nomeadamente uma porção de calote craniana e um fragmento de fémur.

Em 2016, os trabalhos de escavação procuraram atingir cotas mais profundas na sondagem. Tal resultou imediatamente na interceção da rocha de base, o que conduziu à abertura de uma nova sondagem, agora na zona da sala e cujas unidades de escavação foram as Q24-25. Nesta segunda sondagem, visto que, por um lado, era percetível a forte perturbação logo desde o topo e, por outro, a sondagem J-I20 tinha revelado forte bioturbação em toda a sua espessura, o processo de flutuação só se iniciou a partir da U.E. 7, a qual já parecia mostrar-se muito melhor preservada.

4. RESULTADOS 2015 – 2016

4.1. *Sondagem J-I20* (Figura 3a)

A sequência da sondagem J-I20 é, do topo para a base, a seguinte:

U.E. 1 – (50cm) Camada siltosa, heterogénea, com abundante matéria orgânica, carbonatada e fortemente bioturbada por tocas e raízes. Foi dividida posteriormente em U.E. 1a (de topo, com espessura entre 10 e 25 cm, bege-escuro, muito heterogénea e ocos que deverão corresponder a tocas recentes) e U.E. 1b (subjacente à U.E.1a, com espessura entre 3 cm e 25 cm, beje-escura, menos heterogénea que a U.E 1a). Foram identificados blocos de calcário com dimensões entre 5 e 15 cm.

U.E. 2 – (10 cm) toca identificada à cota do N.A.7 da U.E. 1 caracterizada por sedimento siltoso, solto,

castanho-claro, e mais orgânico. Atravessava o J20. Não sendo visível em corte, foi registada em planta. Foram identificados alguns blocos de calcário com cerca de 5 cm.
U.E. 3 – (45 cm) Camada siltosa, fortemente carbonatada, bem marcada pela presença de grandes blocos de abatimentos com 20-30cm de diâmetro, bege-acinzentada clara, grumosa, subjacente à U.E. 1 e U.E.2. Apresenta ligeira diferença entre os sectores Este e Oeste dada a maior presença de raízes no Oeste e maior presença de grandes blocos de calcário na zona Este.
U.E. 4 – (5cm) Bolsa composta por sedimentos siltosos cinzentos médio, com material orgânico localizado junto ao corte Este dos quadrantes SE e NE do J20.
Rocha de base – Afloramento calcário com os primeiros decímetros em desagregação.

Ao longo desta sequência foi possível identificar uma ampla diversidade de vestígios, nomeadamente materiais faunísticos, antropológicos, indústria lítica, adornos e cerâmica. No que diz respeito aos materiais faunísticos, estes caracterizam-se por uma grande abundância de microfauna e restos de lagomorfos, muito provavelmente em resultado da utilização da gruta por texugos. De facto, a população local confirma a abundância deste carnívoro no local. Paralelamente, durante a escavação, foi possível recolher, na Unidade Estratigráfica 1, um crânio de texugo em boas condições de preservação, mas desassociado do restante esqueleto, o qual não foi encontrado. Por sua vez, foi identificado na Unidade Estratigráfica 3 um esqueleto de canídeo, aparentemente recente e em conexão anatómica, que se encontra atualmente em estudo. Apesar da cota da sua localização este enterramento deverá corresponder a uma intrusão recente cuja cicatriz no sedimento pré-existente não foi, de todo, possível reconhecer no corte devido ao intenso revolvimento dos sedimentos superiores e à profusa precipitação calcária que cobre toda a área.
Do conjunto exumado, tem particular relevo a abundância de vestígios esqueléticos humanos desarticulados e dispersos, designadamente dentes, fragmentos de maxila e mandíbula, falanges, e vários fragmentos de ossos longos, perfazendo um total de 53 fragmentos ósseos e/ou peças dentárias. A maioria dos fragmentos ósseos recuperados exibiam alterações pós-deposicionais consideráveis, provocadas pelo contacto com raízes de plantas.
Curiosamente, ao contrário dos achados osteológicos faunísticos e humanos, a indústria lítica encontra-se pouco representada nesta sondagem, tendo sido recolhidos apenas alguns seixos de quartzito nas diversas U.E.s, uma lasca e uma lamela em sílex. É possível, contudo, que alguns seixos tenham sido introduzidos num passado recente (décadas de 1950-1960), já que há relatos do seu uso para afugentar os animais que se encontravam dentro da gruta.
Há ainda a destacar a recolha de duas conchas perfuradas de *Littorina obtusata*, um fragmento de osso decorado, para além de uma placa de xisto não decorada e fraturada *in situ*. Estranhamente, a cerâmica surge em muito pouca quantidade, assinalando-se apenas a presença de pequenos fragmentos de bojos de cerâmica manual não decorada.
Por fim, foram ainda recolhidos fragmentos de carvão, que se encontram em análise.

4.2. *Sondagem Q24-25* (Figura 3b)

A sequência da sondagem Q24-25 seguiu a numeração iniciada na sondagem J-I20 sendo, do topo para a base, a seguinte:
U.E. 5 – (10 cm) Camada siltosa, grumosa, homogénea que abrange toda a superfície, cor bege-escuro com manchas castanhas escuras. Encontrava-se muito pouco compactada e bastante bioturbada por raízes, tocas de vertebrados e canais de invertebrados.
U.E.6 – (45 cm) Camada que abrange toda a área intervencionada de matriz siltosa, pouco argilosa, com grãos de areia médio/fino desagregada e grumosa. Apresenta uma cor homogénea castanho escuro, com manchas amarelas. Esta unidade estratigráfica também se encontra bastante afetada por tocas, raízes e canais de invertebrados, constituindo, na verdade, um depósito totalmente bioturbado.
U.E.7 – (20 cm) Camada que no fim da intervenção se encontrava apenas presente no Q24. Silte de granulometria grossa e grumosa, compactada devido às precipitações de calcário. Cor heterogénea, de um bege alaranjado, com manchas de cor branca, linhas castanhas, laranjas claras e escuras. Ao contrário das unidades anteriores esta não apresenta bioturbações por parte de tocas ou canais de invertebrados, contudo a presença de raízes continua bastante expressiva.
U.E.8 – (>20 cm) Camada mais argilosa, de cor laranja acastanhado com incrustações calcárias de tonalidade branca, bastante compactada. Não foi identificado qualquer tipo de bioturbação nesta unidade

estratigráfica. Presença de blocos em calcário anguloso de esfericidade baixa entre 2 cm a 5 cm.

Alguns exemplares do espólio identificado podem ser vistos na Figura 4. Tal como na sondagem anterior, ao longo desta sequência foi possível identificar uma ampla diversidade de vestígios, nomeadamente materiais faunísticos, antropológicos, indústria lítica, adornos e cerâmica mas em quantidades diferentes e com características distintas. Em grande medida, a maior quantidade de vestígios vem da U.E. 6, representando a U.E. 5 o seu topo pisoteado.

No domínio antropológico, também se observou uma maior frequência de vestígios osteológicos humanos nas camadas iniciais, principalmente na U.E. 6. Estes vestígios correspondem a um total de 119 fragmentos do esqueleto craniano e pós-craniano, designadamente peças dentárias e falanges da mão e do pé (Assis *et al.*, 2016). Todos os restos humanos surgiram de forma dispersa e desarticulada, alguns dos quais exibindo alterações tafonómicas consideráveis. A presença de vestígios humanos é maioritariamente associada a zonas de perturbação bem como de interface com a U.E. 6. Por outro lado, na U.E. 8 não foi registado qualquer resto osteológico humano.
Os vestígios faunísticos ocorrem com uma maior frequência nas camadas iniciais, associados às tocas mas agora em muito menor quantidade. Aliás, é até possível tratarem-se de tocas de lagomorfos dado que se verificavam, na U.E. 6 pequenas acumulações de bolotas e outros restos vegetais ao passo que na sondagem J-I20 se tratavam de ossos de pequenos vertebrados. Atingindo-se a U.E. 7 verifica-se uma total ausência de fauna, reaparecendo esta na U.E. 8.
No que diz respeito aos materiais líticos recolhidos nas U.E. 5 e 6, existem dois conjuntos distintos. Um é composto por fragmentos de lâmina e lamela grandes, em sílex, de secção trapezoidal, com gumes e arestas paralelos muito regulares, perfeitamente integráveis em contextos de necrópole da Pré-história recente. Outro é composto por lascas, esquírolas, fragmentos de lamela irregulares, fragmentos de talhe e material de manutenção, constituindo um conjunto bastante menos típico deste tipo de contexto. Numa toca que atravessa a U.E.6 foi recolhida uma ponta de Vale Comprido. Tal indicia a possibilidade de existirem, subjacentes, níveis paleolíticos eventualmente associados ao Proto-Solutrense.

Paralelamente aos vestígios descritos, identificaram-se ainda alguns adornos, nomeadamente em rocha ainda não identificada e *Ostrea edulis*, em ambos os casos perfuradas, para além de fragmentos de concha marinha, nomeadamente *Cerastoderma edule* e *Scrobicularia plana*. Por fim, foram recolhidos vários fragmentos de cerâmica moderna e contemporânea, nomeadamente vasos resineiros, mas não cerâmica manual, o que não deixa de ser interessante, tendo em conta o contexto em questão.

5. DESCRIÇÃO PRELIMINAR E GERAL DO ESPÓLIO LÍTICO

O acervo lítico recolhido no Abrigo da Buraca da Moira entre 2015 e 2016 é constituído por 121 artefactos coordenados em campo (excluindo-se aqui fragmentos de calcário cotados). Não existe ainda inventário dos líticos provenientes dos sedimentos flutuados. Da sondagem I-J20 provêm 31,4% do conjunto ao passo que da sondagem Q24-25 provêm os restantes 68,6%. As dimensões dos vestígios balizam-se entre os 6mm e os 55mm.
No cômputo geral, o conjunto é constituído por quartzito (53 = 43,80%), sílex (42 = 34,71%), quartzo (22 = 18, 18%), quartzo hialino (3 = 2,48%) e xisto (1 = 0,83%). Todas esta matérias-primas estão presentes nas cascalheiras miocénicas e pliocénicas que circundam o sítio, pelo que a sua obtenção terá sido, muito provavelmente, local. No entanto, há que levar em consideração, em trabalhos detalhados a realizar no futuro, que alguns sílices poderão ser provenientes de outras regiões bem como de algumas das fontes presentes na bacia do Lis e não dessas cascalheiras.
Todos os artefactos se encontram com arestas cortantes, ditas frescas, não havendo artefactos boleados. Também de uma forma geral, as categorias tecnológicas encontram-se divididas entre fragmentos de talhe (27,86%), seixos (26,43%), lascas (11,43%), lâminas (3,57%), lamelas (1,43%) e elementos de manutenção (6,42%). Nos suportes, dominam os não corticais (82,61%) (Tabela 1). Por outro lado, os utensílios surgem com uma frequência muito baixa, representando apenas 2,86% do conjunto total. Estes são representados por entalhes, denticulados, buris, bem como uma ponta de Vale Comprido e uma ponta Carenada Mediterrânica.

5.1. Interpretação

Os dados disponíveis parecem permitir apontar para que o Abrigo da Buraca da Moira seja, de facto, uma gruta cujo depósito sedimentar contempla um pacote superior integrável no Holoceno Médio que se encontra bastante perturbado, sobrejacente a outro do Plistoceno Superior.

Parece ser possível, pelo menos preliminarmente, apontar a presença de três contextos: um constituído pelas U.E.s 1 a 3 (localizado sob a aparente pala, muito carbonatado, bioturbado, e exclusivamente da Pré-história recente, outro constituído pelas U.E.s 5/6 (localizado na sala, pouco carbonatado, muito bioturbado e com misturas de materiais da Pré-história recente e do Paleolítico Superior) e, por fim, outro constituído pelas U.E. 7 e 8 (localizado na sala, muito carbonatado, pouco bioturbado, mas afetado nos centímetros superiores e contendo aparentemente apenas materiais associáveis ao Paleolítico Superior).

O contexto holocénico é constituído pelas U.E.s 1 a 6, cuja principal característica é, do ponto de vista do espólio, a presença de abundantes restos osteológicos humanos, entre os quais fragmentos ósseos e peças dentárias dispersos, desarticulados e compostos fundamentalmente por elementos de pequenas dimensões, sobretudo dentes, falanges, fragmentos cranianos e fragmentos de ossos longos (Assis, *et al*., 2016). Tal conjunto é compatível com um contexto funerário, possivelmente um espaço de inumação primária. A maior frequência de peças dentárias e ossos das extremidades – mãos e pés, parece indiciar que os corpos terão sido depostos, numa primeira fase, no local em análise, tendo sido transferidos para outro local após esqueletização. No local de origem terão apenas permanecido os elementos anatómicos de pequenas dimensões. Contudo, a possível destruição dos vestígios humanos aquando dos trabalhos de extração de pedra, não deverá ser descartada totalmente. Deverão fazer parte deste conjunto os adornos em concha, osso e rocha perfurados, bem como os fragmentos de produtos alongados com gumes e arestas muito regulares. Tais características são congruentes com outros contextos funerários do Neolítico Final e Calcolítico ibéricos (Zilhão, 1992; Gibaja *et al*., 2012; Carvalho, 2014). Como exemplo refira-se o utensílio em osso que encontra paralelo na necrópole das Lapas, Torres Novas (Andrade, 2015). A sua perturbação resulta da abertura da cavidade ao exterior, permitindo a proliferação de tocas, raízes e a sua utilização por pessoas até ao presente, facto evidenciado pela presença de pedaços de plástico, tecido, cerâmica moderna, pregos, e pelo enterramento do canídeo.

No caso do contexto plistocénico, o conjunto é constituído pelas U.E.s 7 e 8 e provavelmente também por alguns materiais líticos que se recuperaram nas múltiplas tocas que constituem a U.E. 6, os quais já deverão pertencer ao Paleolítico, já que se identificou uma ponta de Vale Comprido bem como algumas lascas e lamelas irregulares. Essas lascas e lamelas são congruentes com as recolhidas na U.E. 7, de onde foi exumada uma possível ponta Carenada Mediterrânica. A confirmar-se, este pacote deverá ser enquadrável no Solutrense e no Proto-Solutrense mas todavia carece da escavação de uma área maior bem como de um estudo mais minucioso da totalidade do conjunto, incluindo a sua distribuição espacial.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos realizados entre 2015 e 2016 no Abrigo da Buraca da Moira, inseridos no projeto EcoPLis, demonstraram a existência de um complexo cársico na margem esquerda do vale dos Murtórios. Este complexo parece demonstrar alguma relevância para a compreensão da ocupação humana pré-histórica na bacia hidrográfica do Rio Lis. As sondagens efetuadas parecem demonstrar pelo menos três fases distintas de utilização: uma plistocénica, aparentemente composta por mais do que um momento e pelo menos durante dois tecno-complexos do Paleolítico Superior. Outra durante o Holoceno Médio em que a cavidade foi utilizada numa "dinâmica funerária", coerente com ocupações Neolíticas/Calcolíticas na Península Ibérica. Finalmente, em época mais recente, onde a atividade humana resultou na acumulação de detritos e na ocupação do local por animais, nomeadamente coelhos e texugos da qual resultou a forte perturbação do local.

Assim sendo, os trabalhos futuros passarão pela continuação dos trabalhos de escavação quer em profundidade quer numa área maior, nomeadamente nas unidades de escavação adjacentes à sondagem Q24-25 a fim de se obter uma melhor compreensão da sequência estratigráfica, uma melhor caraterização dos depósitos plistocénicos e refinar a atribuição funcional e cronológica dos depósitos holocénicos.

AGRADECIMENTOS

Os trabalhos em curso no Abrigo da Buraca da Moira têm sido possíveis graças ao apoio da União de Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista, à D. Dulcínia Bajouco e à D. Dina Barbeiro (proprietárias do terreno), à Empresa de Serviços Técnicos, S.A. (EST, S.A.), à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e à Câmara Municipal de Leiria (CML).

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Sandra; BRANCO, Rute; CARVALHO, Vânia; DIAS, Rita; DUARTE, Carlos; ÉVORA, Marina; FARIAS, Anne; HOLLIDAY, Trenton; MARREIROS, João; MATIAS, Roxane; MONTEIRO, Patrícia; NORA, David; PAIXÃO, Eduardo, PEREIRA, Telmo (2016) – Uma Possível Fratura de Avulsão num Fragmento de Ulna Recuperado no Complexo Cársico com Ocupação Pré-Histórica, do Sítio da Buraca da Moira (Boa Vista, Leiria). *V Jornadas Portuguesas de Paleopatologia. Coimbra, Portugal.* 25-26 Novembro.

ANDRADE, Marco (2015) – Contributo para a definição das práticas funerárias neolíticas e calcolíticas no Maciço Calcário Estremenho 2: As placas votivas da "necrópole megalítica" das Lapas (Torres Novas) e o hipogeísmo na Alta Estremadura, *Nova Augusta*, 27, pp. 294-322.

CARVALHO, António Faustino (2007) – Algar do Bom Santo: a research project on the Neolithic populations of Portuguese Estremadura (6th-4th millennia BC), *Promontoria* 5, pp. 185-198.

CARVALHO, António Faustino (2014) – *Bom Santo cave (Lisbon) And The Middle Neolithic Societies Of Southern Portugal*, Promontória Monográfica 17, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Faro, 256 p.

CARVALHO, Susana; CARVALHO, Vânia (2007) – *Relatório de progresso da Carta Arqueológica de Leiria (2004--2007)*. Câmara Municipal de Leiria. Leiria.

CARVALHO, Vânia (2011) – *O Abrigo do Lagar Velho e o Paleolítico Superior em Leiria, Portugal: análise dos dados arqueológicos no actual contexto da evolução humana*, Tese de dissertação de Mestrado. Universidade De Coimbra.

CARVALHO, Vânia; GOMES, Rosa; PAJUELO, Ana (2005) – *Acompanhamento arqueológico dos trabalhos de escavação das empreitadas de execução das infra-estruturas da 2ª fase do Sistema Multimunicipal de saneamento do Lis. Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos.* Ocrimira.

CARVALHO, Vânia; PAJUELO, Ana (2005a) – Novas realidades no campo da investigação arqueológica – minimização de impactos e arqueologia preventiva: projecto Simlis 2002 a 2005. *In* Carvalho, Susana. (coord.). *Habitantes e Habitats – Pré e Proto-História na Bacia do Lis*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, pp. 135-156.

CUNHA-RIBEIRO, João Pedro (2003) – *Vale do Lis – prospecções realizadas em 2001 e 2002 – projeto Maciço. Relatório do PNTA/98 – A Pré-História do Maciço Calcário das Serras d'Aire e Candeeiros e bacias de drenagem adjacentes*. Processo do IPA nº 98/1 (744) [Não publicado].

GIBAJA, Juan; CARVALHO, António Faustino; CHAMBON, Philippe (2012) – *Funerary practices in the Iberian Peninsula from the Mesolithic to the Chalcolithic*, British Archaeological Reports, Vol. 2417, p. 123.

MARTINS, Alfredo (1949) – *Maciço Calcário Estremenho. Contribuição para um estudo e Geografia física*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

TELES, Virgínia (1992) – *Erosão fluvial em áreas cársicas. Os vales do Lapedo, da Quebrada e da Fonte Nova (Bordadura setentrional do Maciço Calcário Estremenho)*. Tese de Mestrado. Universidade de Coimbra.

ZILHÃO, João (1992) – *Gruta do Caldeirão: O Neolítico Antigo*. Trabalhos de Arqueologia nº6. (J. Zilhão, Ed.) (p. 326). Lisboa: IPPAR.

ZILHÃO, João (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura portuguesa* (2 volumes). Edições Colibri, Lisboa.



Figura 1 – Abrigo da Buraca da Moira: a) Localização do sítio na Península Ibérica; b) Localização do sítio em ortofotomapa obtido em http://snig.dgterritorio.pt/geoportalMapViewer/; c) Vista Oeste-Este da vertente onde o sítio se localiza com as diversas entradas identificadas; d) Aspecto da zona da sala antes do início dos trabalhos.

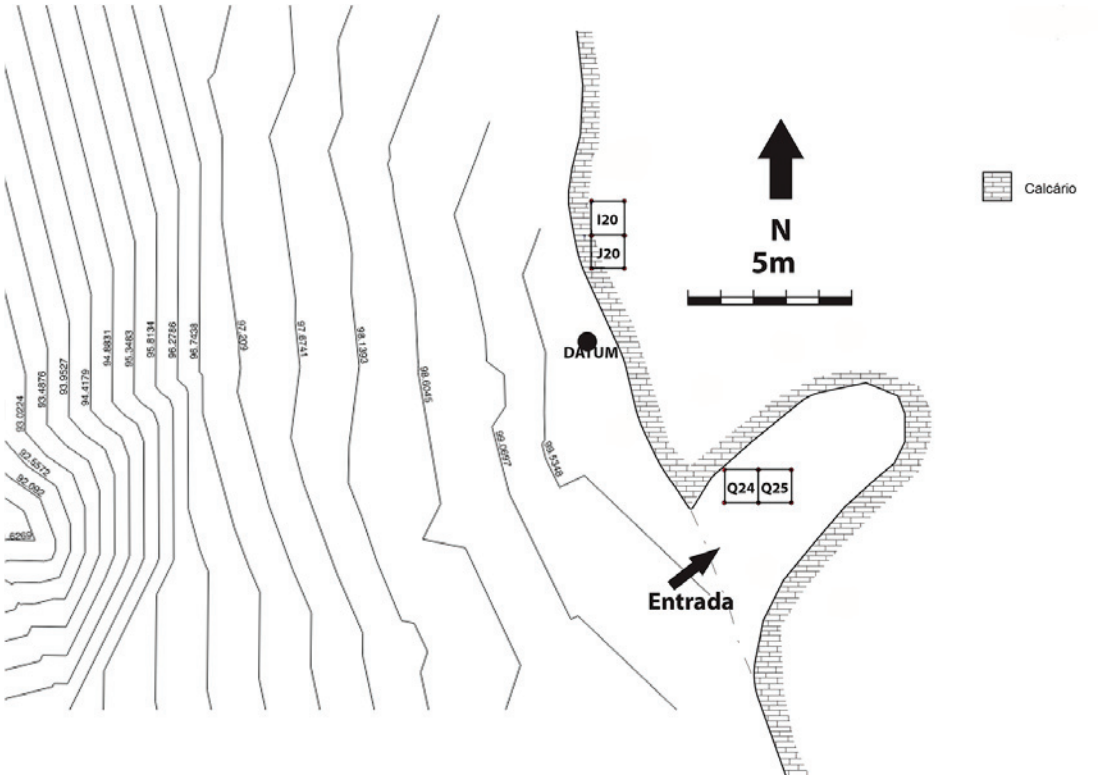


Figura 2 – Abrigo da Buraca da Moira: Topografia geral do sítio com a localização das sondagens.

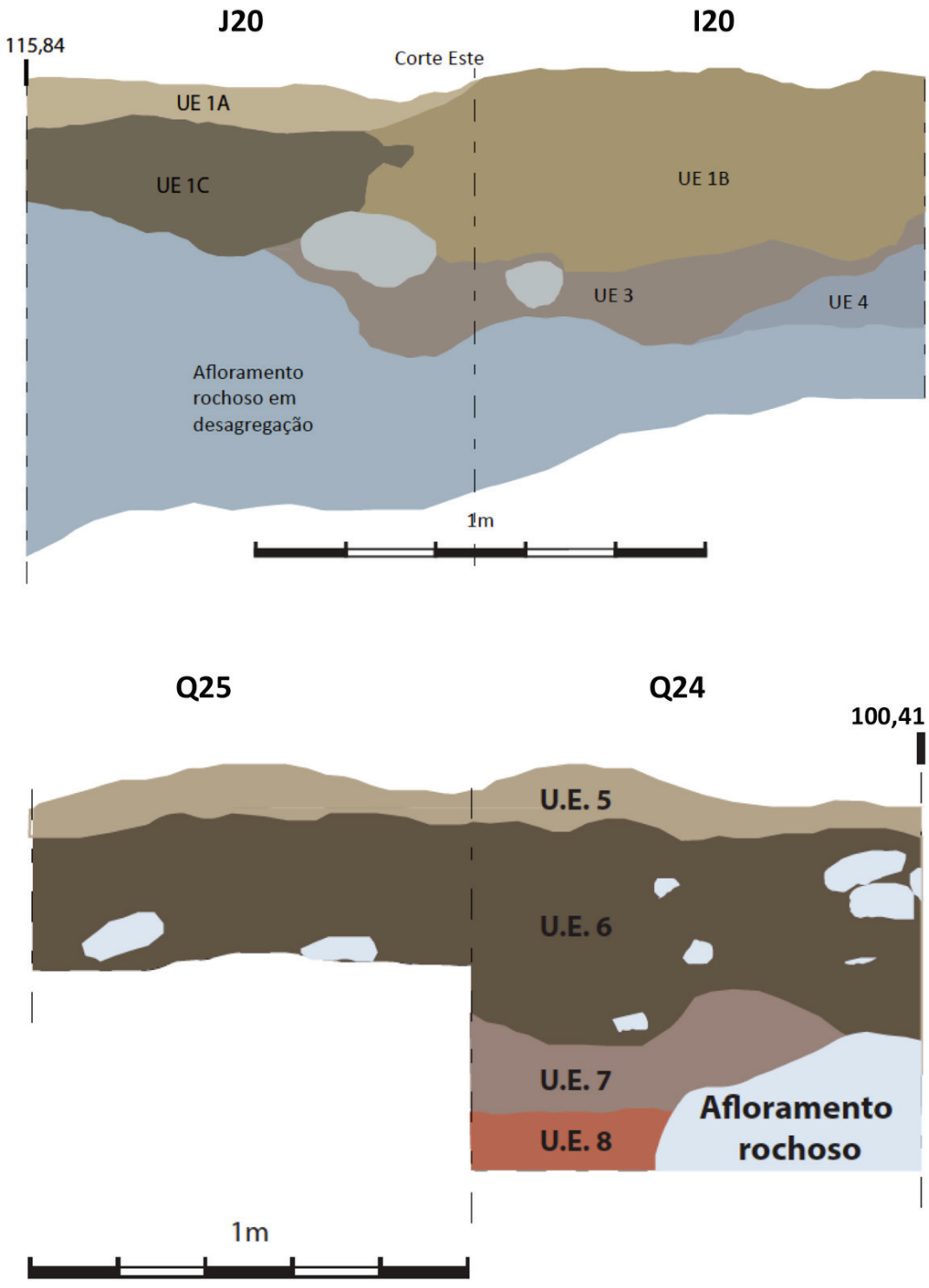


Figura 3 – Abrigo da Buraca da Moira: Estratigrafia das sondagens.

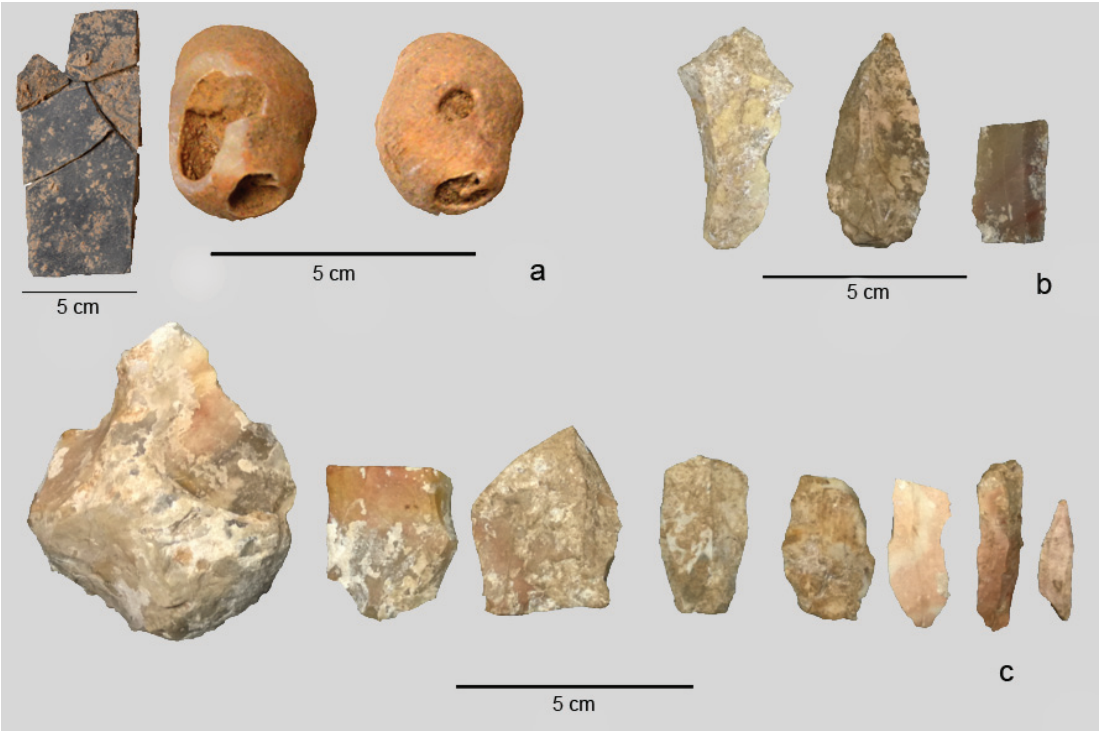


Figura 4 – Abrigo da Buraca da Moira: a) Exemplares do espólio exumado na Sondagem I-J20 (Placa de xisto não decorada, duas conchas *Littorina obtusata* perfuradas); b) Exemplares do espólio exumado na U.E. 6 da Sondagem Q24-25 (Lasca, Ponta de Vale Comprido, Fragmento de lâmina); Exemplares do espólio exumado na U.E. 7 da Sondagem Q24-25 (Fragmento de lasca, fragmento de lâmina, lascas, lamelas, fragmento de Ponta Crenada).

	Sílex		Calcário		Quartzo		Quartzo Hialino		Quartzito		Xisto		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Lâminas	5	3.57%											5	3.57%
Fragmentos de Lâminas	6	4.29%											6	4.29%
Lamelas	2	1.43%											2	1.43%
Fragmentos de Lamelas	6	4.29%			1	0.71%							7	5.00%
Esquirola		0.00%			1	0.71%	2	1.43%	2	1.43%			5	3.57%
Cornija	1	0.71%			1	0.71%							2	1.43%
Termoclastos	1	0.71%	1	0.71%					5	3.57%			7	5.00%
Lasca	8	5.71%			3	2.14%	1	0.71%	4	2.86%			16	11.43%
Fragmento de Lasca	3	2.14%			1	0.71%			2	1.43%			6	4.29%
Flanco de Núcleo									1	0.71%			1	0.71%
Fragmento Inclassificável	6	4.29%	17	12.14%	5	3.57%			10	7.14%	1	0.71%	39	27.86%
Frente de Núcleo	1	0.71%											1	0.71%
Percutor/Bigorna									3	2.14%			3	2.14%
Seixo			1	0.71%	10	7.14%			26	18.57%			37	26.43%
Ponta	1	0.71%											1	0.71%
Acidente de Siret	2	1.43%											2	1.43%
Total	42	30.00%	19	13.57%	22	15.71%	3	2.14%	53	37.86%	1	0.71%	140	100.00%

Tabela 1 – Abrigo da Buraca da Moira: Inventário Geral.

EXISTE AZILENSE EM PORTUGAL? NOVOS DADOS SOBRE O TARDIGLACIAR E O PRÉ-BOREAL NO VALE DO CÔA

Thierry Aubry[1], Cristina Gameiro[2], André Santos[3], Luís Luís[4]

RESUMO

O faseamento do Magdalenense definido no Sudoeste francês, estabelecido com base na tipologia da indústria em osso, tem vindo a ser adotado em Portugal (Zilhão 1997, Bicho 1997, Gameiro 2012). Relativamente à transição do Pleistoceno para o Holoceno, tem-se considerado que, apesar da existência de pontas azilenses, a ausência de indústria óssea em território nacional, bem como a inicialmente defendida continuidade tecnológica entre o Magdalenense e o Azilense franco-cantábricos, torna impossível a caracterização de um período azilense (Zilhão 1997). O estudo das indústrias líticas de sítios do Baixo Côa (Fariseu, Cardina, Quinta da Barca Sul) e a continuação dos estudos em França e no norte da Península Ibérica conduziram ao abandono da perspectiva de continuidade tipo-tecnológica entre o Magdalenense e o Azilense. As mudanças tecnológicas das indústrias do Vale do Côa, bem como as convenções morfotécnicas e temáticas das representações artísticas a elas associados, aproximam-se do faseamento identificado na região franco-cantábrica entre o fim do Tardiglaciar e o início do Holoceno.

Palavras-chave: Tardiglaciar, Magdalenense, Azilense, Tecnologia lítica, Arte paleolítica, Vale do Côa.

ABSTRACT

The Magdalenian sequence defined for Southwest France, established based on bone industry, has been adopted in the Portuguese studies (Zilhão 1997, Bicho 1997, Gameiro 2012). Concerning the Pleistocene/Holocene transition, it has been considered that, despite the existence of azilian points, the absence of bone industry and the supposed Magdalenian-Azilian technological continuity doesn't allow the definition of an azilian period (Zilhão 1997). The study of lithic assemblages from Lower Côa sites (Fariseu, Cardina, Quinta da Barca Sul), and the ongoing studies in France and northern Iberia has led to the abandon the idea of Magdalenian-Azilian typological and technological continuity. In the Côa Valley, technological, stylistic and thematic artistic changes are closer to the Franco-Cantabrian Lateglacial to early Holocene sequence.

Keywords: Lateglacial, Magdalenian, Azilian, Lithic Technology, Palaeolithic art, Côa Valley.

1. INTRODUÇÃO

A história da evolução da terminologia relativa à passagem do Pleistoceno para o Holoceno reflete o avanço do conhecimento da Pré-história europeia deste momento charneira da história da humanidade. Entendendo-se já o "Magdalenense" como a cultura dos últimos caçadores de rena, em 1873 é criado o termo "mesolítico" para preencher o hiato populacional então percebido entre a partida destes caçadores e a chegada dos primeiros agricultores (Reboux, 1873). A identificação em Mas d'Azil de níveis posteriores ao Magdalenense leva entretanto à criação do Azilense (Piette, 1889). Face ao acumular de dados, em 1931, G. Goury divide o Mesolítico em Epipaleolítico e Pré-Neolítico, apenas vingando

1. Fundação Côa Parque – Vila Nova de Foz Côa; thaubry@sapo.pt

2. UNIARQ, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; gameiro.cristina@gmail.com

3. Fundação Côa Parque – Vila Nova de Foz Côa; a.t.santos@sapo.pt

4. Fundação Côa Parque – Vila Nova de Foz Côa; luisluis@arte-coa.pt

o primeiro termo, que passa contudo a anteceder o Mesolítico, do qual originalmente fazia parte, gerando alguma confusão (Vialou, 2004, p. 924). O Azilense passa assim a fazer parte do Epipaleolítico, mas com sentidos e uma inserção cronológica que vão evoluindo ao longo do tempo.

Desde os anos 1990, o registo arqueológico do fim do Pleistoceno e início do Holoceno em Portugal tem vindo a ser objeto de vários estudos de síntese com distintas propostas de faseamento. Até 1995, essas propostas, foram exclusivamente centradas na Estremadura Portuguesa (Bicho, 1994, 1997, 2000; Zilhão, 1997, 1997a; Marks & Mishoe, 1997). A partir dessa data, a identificação de sítios coevos noutras regiões (Vale do Côa, Vale do Guadiana e Algarve) permitiu adicionar «pontos no mapa» e obter um melhor conhecimento do povoamento, mas a sequência cronocultural definida para a Estremadura permanece como referência. Apesar do impulso no estudo das indústrias líticas (Almeida, 2013; Aubry, 2009; Gameiro, 2012, Gameiro, Aubry & Almeida, 2013; Mendonça, 2009), da indústria óssea (Évora, 2009), da fauna (Lloveras & allii, 2011; Hocket & Bicho, 2000) e da obtenção de algumas datações pelo método do radiocarbono terem contribuído para a definição de um quadro cronoestratigráfico mais detalhado da ocupação humana, a ausência de datações radiométricas para alguns contextos e a dimensão e características dos conjuntos artefactuais tornam ainda difícil o estabelecimento da variabilidade funcional de cada fase.

Por outro lado, em Portugal, a investigação sobre Paleolítico teve, nas suas origens, ligações fortes com a França, facto que explica a adoção da terminologia e faseamento da sequência clássica do Périgord. M. Heleno (1944) procurou as «origens europeias do povo português» e a presença e condução de trabalhos com a colaboração de investigadores franceses (Breuil, Zbyszewski e Roche) reforçaram essa afiliação.

Na proposta de Zilhão (1995, 1997), a variabilidade tecnotipológica e as datas obtidas na Estremadura portuguesa definem uma fase antiga do Magdalenense (17.000-14.000 calBC), uma superior (entre 12 500 e 11.000 calBC) e uma final (11.000-9.000 calBC) com referência às fases das subdivisões clássicas do Magdalenense (Breuil, 1913; Sonneville-Bordes, 1960). A fase antiga divide-se em dois fácies (Cabeço de Porto Marinho e Cerrado Novo), bem como a final, com o fácies Rossio do Cabo, caracterizado por um esquema de produção de pequenas lamelas torcidas com retoque marginal, e o fácies Carneira, definido por pontas de Malaurie, pontas azilenses e geométricos de tipo trapézio. Nesta proposta, o Magdalenense final acabaria durante o Pré-Boreal, sendo a fase seguinte representada pelo sítio de Areeiro III, datado do Boreal, caracterizado por núcleos de tipo raspadeira carenada para a produção de lamelas Dufour e de tipo Areeiro. Considerou-se então que, apesar da existência de pontas de dorso curso, fóssil-diretor do Azilense, a ausência de indústria óssea em território nacional, bem como a então defendida continuidade tecnológica entre o Magdalenense e o Azilense franco-cantábricos, tornava impossível a caracterização de um período azilense (Zilhão, 1997, p. 45), justificando-se assim a criação da fase final do Magdalenense de fácies Carneira.

Bicho (1995) defende uma proposta distinta, definindo uma fase média do Magdalenense ("*only present at Cabeço de Porto Marinho*", Bicho, 1995, p. 216), reconhecendo apenas dois fácies culturais, *Rio Maior*, que percorre todo o Magdalenense e *Carinated*, que se inicia a partir de 11.000 BP e atinge o Epipaleolítico. Finalmente, o autor define o *terminus* da fase final do Magdalenense já no Pré-Boreal, que anteriormente considerara Epipaleolítico (Bicho, 1994).

Já depois da publicação destas duas propostas, o reconhecimento da ocupação humana no Baixo Côa veio ampliar o panorama de sítios atribuíveis à fase final do Magdalenense de fácies Carneira (Fariseu, Cardina, Quinta da Barca Sul), segundo a proposta de Zilhão (Zilhão & *alii*, 1995; Aubry, 2002, 2009). O estudo tecnológico e dos modos de produção dos suportes das indústrias líticas atribuídas ao fim do Paleolítico Superior no Baixo Côa e na Estremadura portuguesa, realizado por um de nós (Gameiro, 2012), veio confirmar o faseamento proposto por Zilhão, particularmente a existência de uma produção de pequenas lamelas de tipo Areeiro sobre raspadeira e buris carenados durante o intervalo de *c.* 11.500-11.000 BP (c. 13400-12750 calBP) e a existência do fácies Rossio do Cabo, questão anteriormente deixada em aberto (Zilhão, 1997, p. 237).

No mesmo ano, na sua tese sobre o Pré-Boreal e o Boreal, A.C. Araújo (2012) estabeleceu um quadro cronocultural para o Mesolítico em território nacional. O estudo veio confirmar a raridade dos utensílios retocados sobre lamelas nos sítios ao ar livre datados do Boreal, com a exceção da série lítica de Areeiro III, associada a datas radiocarbono de *c.* 8.500 BP

(c. 9500 calBP), revelando uma forte convergência técnica e tipológica com o fácies Rossio do Cabo. Os dados disponíveis não autorizam uma abordagem da questão da continuidade nem uma definição clara das características das indústrias líticas do Pré-Boreal, deixada em branco no quadro cronoestratigráfico proposto por Zilhão (1997, p. 231).

As diferentes perspetivas relativas ao fim do Pleistoceno e ao início do Holoceno revelam uma clara divisão na posição dos investigadores ao nível da identificação de ruturas, mas também entre os diferentes pontos de partida dos que analisam este período, seja a partir do Paleolítico Superior, seja do Neolítico. Para além destas dificuldades inerentes à posição liminar deste período, não podemos deixar de considerar a tafonomia como um fator essencial na dificuldade de tratar esta questão. A este respeito, refira-se a questão já aludida da conservação diferencial da indústria em osso, fundamental no faseamento da área franco-cantábrica, mas também o papel preponderante da reduzida taxa sedimentar nos sítios durante esta fase, devido às oscilações climáticas entre as fases frias do Heinrich 1 e 0.

2. OS DADOS DO VALE DO CÔA

2.1. Sequência arqueoestratigráfica

A decisão de preservação *in situ* da arte ao ar livre do Vale do Côa e consequente descoberta de sítios paleolíticos no âmbito da prospecção sistemática revelaram uma forte densidade de povoamento humano, até então desconhecida, nesta área do interior peninsular no final do Pleistoceno (Zilhão, 1997; Aubry 2009). Em 1995, na primeira sondagem na Cardina realizada sob a direcção de João Zilhão, foram encontrados utensílios líticos (incluído uma raspadeira unguiforme, uma ponta de dorso e um trapézio) num contexto remexido, mas que apontavam já para uma ocupação durante a fase final do Tardiglaciar. Esta atribuição baseava-se na associação tipológica que definia o fácies Carneira na Estremadura portuguesa (Zilhão & *alii*, 1995).

A descoberta do sítio da Quinta da Barca Sul (Figura 1), as sondagens de 1996 e os trabalhos realizados até 2001, revelaram um nível de plaquetas de xisto (topo da UE3) numa sequência de depósitos de vertente sobrepostos a um depósito aluvial (Aubry, 2009). O conjunto lítico exumado na unidade estratigráfica 3 era homogéneo do ponto de vista técnico e incluía algumas raspadeiras sobre lasca, raspadeiras unguiformes, pontas de dorso curvo, um trapézio e dois segmentos. Em 2001, foram dados a conhecer os resultados das datações TL na região (Valladas & *alii*, 2001) obtidos em três fragmentos de quartzito aquecidos, dois deles exumados na camada 3 do quadrado F5 da Quinta da Barca Sul (11.900±1.100 anos e 11.600±1.200 anos BP) e um na camada 3 da sondagem 7 (12.700±1.000 BP). Apesar das diferenças entre os dois quadrados, os resultados obtidos são estaticamente semelhantes, tendo em conta o desvio padrão, confirmando plenamente a atribuição da sua ocupação ao final do Tardiglaciar, avançada em 1997 com base em critérios tipo-tecnológicos (Aubry, Carvalho & Zilhão, 1997).

Dos trabalhos de sondagem frente à Rocha 1 do Fariseu (Figura 1), em 1999, resultou a elaboração de um registo de referência paleoambiental e arqueoestratigráfico, no fundo do vale, no intervalo compreendido entre 18.500 e 11.500 calBP (Aubry, 2009; Aubry & *alii*, 2010, 2015, Mercier & *alii*, 2006). O estudo micromorfológico (Sellami, 2009) e as datações TL e OSL aí obtidas permitiram estabelecer a sua relação com as fases artísticas rupestres e sobre suporte móvel (ver adiante), bem como estabelecer uma correlação entre a alternância de fases de sedimentação aluviais e de vertente e as oscilações climáticas identificadas durante o fim do Pleistoceno no registo oceânico atlântico (Aubry & *alii*, 2010). Esta proposta considera que as fases Heinrich 1/Dryas antigo (ca. 16-14.000 BP [c. 19500-16800 calBP]) e Heinrich 0/Dryas recente (11-10.000 BP [c. 12900-11300 calBP]) estão representadas pelas camadas constituídas por crioclastos das UE7/8 e 4 da sequência da Rocha 1 do Fariseu, enquanto os depósitos aluviais das UE5 e 6 corresponderiam aos melhoramentos climáticos do Bölling e Alleröd.

As datas TL e OSL da UE4 do Fariseu, obtidas a partir de fragmentos de quartzito queimado e sedimento, revelaram-se coerentes quanto à sua posição estratigráfica, à relação entre elas (topo: 11.000±1.100, 10.800±1.700, base: 11.800±900 anos) e com as datas ^{14}C, sobre osso, (10.510±40 BP [Beta – 213130] e 9.830±130 BP [Ua – 32645], equivalentes a 12.500-11.500 calBP) (Aubry, 2009). A formação desta unidade por processos de vertente, com alimentação resultante da degradação dos afloramentos rochosos por crioclastia acumulados preferencialmente no ponto de rutura da vertente, situado no limite da planície aluvial, é de natureza idêntica à UE3 da Quinta da Barca Sul (Aubry & alii, 2010), similitude que se

verifica também entre os respetivos conteúdos arqueológicos (Aubry, 2009; Gameiro, 2009, 2012). A indústria lítica da UE4 do Fariseu, escavada numa área de c. de 30 m², evidenciou um total de 6.122 peças lascadas, dos quais 114 correspondem a utensílios retocados. O estudo tipo-tecnológico indica uma utilização das rochas locais para a produção de lascas transformadas em raspadeiras, raspadores e denticulados e uma produção em rochas siliciosas filonianas de grão fino e variedades de sílex alóctones de pontas azilenses, pontas de dorso, lamelas de retoque marginal e raros geométricos (Aubry 2009; Gameiro, 2009, 2012). A equivalência estatística entre as datas da UE4 da rocha 1 do Fariseu e as da UE3 da Quinta da Barca Sul estende-se igualmente à composição tipológica de ambos os conjuntos (Aubry, 2009).

Para além desta fase centrada no Dryas recente, as observações efetuadas durante a campanha de 2007 no Fariseu revelaram ainda a existência de um nível arqueológico na base da unidade estratigráfica 6 (datada de 15.200±1.600 BP), do qual deverão provir os seixos de quartzito queimados datados por OSL (13.700±1.000) e TL (14.300±1.100), inicialmente atribuídas ao topo da UE7 (Aubry, 2009, p. 80; Mercier & *alii*, 2006). Esta camada apresenta indícios de uma erosão fluvial e os elementos líticos de módulo reduzido foram provavelmente lavados e são sub-representados. Foi recuperado um único exemplar de lamela de dorso neste nível.

O conjunto lítico da base da UE2 da Quinta da Barca, atribuído ao Magdalenense Superior, com base na associação de lamelas de dorso a dois triângulos (Aubry, Carvalho & Zilhão, 1997, p. 131), poderá ser coevo desta fase, mas a fraca espessura e coerência questionável da sequência estratigráfica do sítio impede-nos de considerá-lo como um contexto fiável para esta discussão (Aubry, 2001).

Os novos trabalhos arqueológicos, iniciados em 2014 no sítio da Cardina (Aubry & *alii*, 2015) permitiram precisar a sequência de ocupação definida entre 1995 e 2001. Até ao momento, não foram identificadas pontas de dorso curvo, que caracterizam a UE4 do Fariseu e a UE3 da Quinta da Barca Sul. No entanto, verifica-se a existência sistemática em todas as áreas escavadas do sítio, de geométricos de tipo segmento de círculo, em cristal de rocha, nas primeiras unidades artificias da UE4 da Cardina, em associação com lamelas de dorso de várias tipologias (Figura 2, nº1-10). Estes geométricos foram considerados como elementos integrantes da associação tipológica da fase recente do Magdalenense (Aubry & *alii*, 2015), tal como proposto para o material proveniente da Cardina II (Zilhão & *alii*, 1995) e da Quinta da Barca Sul.

Todavia, torna-se necessário reconsiderar esta determinação, tendo em conta duas datas ^{14}C estatisticamente equivalentes, obtidas em Abril de 2017 sobre dois ossos cremados de espécie indeterminada, provenientes de entre os 5 e 10 primeiros centímetros da UE4, através do método "*bone carbonate extraction* (*acid wash prior to acidification*)" (**Tab. 1**). Estas novas datas apontam para uma ocupação do sítio durante o Pré-Boreal, tendo a associação tipológica dos geométricos às pontas de dorso, defendida num primeiro momento (Zilhão & *alii*, 1995), sido motivada pela falta de descontinuidade e fraca espessura sedimentar, entretanto detetadas, nos níveis pós-Gravettenses do sítio.

Código	Quadrado	UE	UA	Data convencional	$\delta^{13}C$* o/oo	CalBP 2σ INTCAL13
Beta-460528	E'18	4	2	9.160±30	-26,3	10.400-10.240
Beta-460529	D'19	4	2	9.220±30	-26,6	10.500-10.260
*Os baixos valores $\delta^{13}C$ foram atribuídos à utilização de plantas C3 na combustão (Darden Hood, informação pessoal, 11/04/2017).						

Tabela 1 – Datas radiocarbónicas da Cardina.

Os geométricos deverão ser coevos das datas recentemente obtidas, mas bastante posteriores às referidas lamelas de dorso, que deverão estar relacionadas com uma fase do Magdalenense antigo, atestada por uma data TL de 20.700±1.300 BP proveniente da base da UE4, e não com uma suposta ocupação do Magdalenense superior ou Azilense (Aubry, 2009, Aubry & *alii*, 2015).

Nos sítios do Côa, a existência de geométricos, exclusivamente em cristal de rocha e variedades trans-

lúcidas ou leitosas de quartzo filoniano, é conhecida desde de 1995 e foi interpretada como uma das componentes da utensilagem microlítica do final do Tardiglaciar (Aubry, 2001, p. 267). O trapézio em cristal de rocha encontrado no topo da UE3 da sondagem 5 da Quinta da Barca Sul (Aubry, Carvalho & Zilhão, 1997, p. 157) foi comparado aos exemplares de mesma tipologia e módulo, encontrados na escavação de 1991 no Olival da Carneira (Zilhão, 1997, p. 760).
Contudo, uma primeira reavaliação dos dados já denunciava a existência de mais do que uma fase caracterizada por geométricos no Vale do Côa (Aubry, 2009, p.355). As sondagens realizadas em 1997 no sítio de Olga Grande 6 (Figura 1) revelaram, ao lado das raspadeiras, raspadores e denticulados comuns, a existência de geométricos em cristal de rocha (dominando os trapézios, seguidos por triângulos isósceles e segmentos simétricos). A ausência da associação destes geométricos a lamelas de dorso tem claros paralelos com os conjuntos líticos do Mesolítico recente do Vale do Sado (Marchand, 2005; Nukushina, 2005), e, regionalmente, com os do sítio do Prazo, datados de c. 7.500-7.200 BP pelo ^{14}C (c. 8.500-8.000 calBP) (Monteiro-Rodrigues, 2011). Os triângulos retângulos em quartzo da UE3 da Cardina foram relacionados com as cerâmicas neolíticas encontradas na mesma unidade estratigráfica (Aubry & *alii*, 2016).

2.2. Sequência artística

Os trabalhos realizados desde 1995 no Vale do Côa revelaram também a existência de vestígios de arte móvel em diferentes sítios com ocupações humanas do fim do Tardiglaciar (Aubry, 2009). As oitenta e cinco peças gravadas e quatro pintadas do Fariseu aparecem mais uma vez como um elemento fundamental para estabelecer a cronologia das fases artísticas do Vale do Côa. O estudo sistemático dos vestígios de arte móvel do sítio do Fariseu revelou a sua ligação à UE4, justificando-se as exceções por remobilização ou erros de atribuição no campo (Santos & *alii*, no prelo).
A análise morfotécnica e temática dos grafismos figurativos da UE4 revela uma grande homogeneidade das figuras zoomórficas, que se caracterizam pela utilização preferencial da incisão, pelo geometrismo das suas formas, pelo regular preenchimento interno dos seus corpos e pela ausência de detalhes anatómicos. O veado é a espécie mais representada (42,9% das unidades figurativas), a que se segue a cabra-montês (11%), sendo auroques, cavalos e antropomorfos residuais.
Entre os seixos pintados, as figuras que mais se destacam são os antropomorfos (Figura 3). No caso do seixo de granito (peça 86) a figura humana, associada a um possível cervídeo, apresenta uma forma que evoca as figuras antropomórficas esquemáticas de braços em asa, que ocorrem frequentemente na arte esquemática, usualmente datadas do Neolítico ou do Calcolítico. O contexto estratigráfico destas duas peças constitui um argumento sólido para uma origem finiplistocénica ou do Pré-Boreal para algumas destas formas, sobretudo quando associadas a animais de corpos bojudos, associação que se verifica também na Península Itálica, em contextos *grosso modo* contemporâneos (Dalmeri & *alii,* 2011).
Apesar das limitações relacionadas com os processos sedimentares de vertente, dos quais resulta a UE4, que impedem uma abordagem fina da organização espacial dos vestígios deste sítio, a arte móvel do Fariseu pode ser considerada como homogénea do ponto de vista cronocultural.
As analogias observadas entre as componentes líticas da UE3 da Quinta da Barca Sul e da UE4 do Fariseu não se estendem de forma equivalente aos grafismos sobre suporte móvel. Até ao momento, e tendo escavado aproximadamente a mesma área do Fariseu, apenas se conhece um seixo de xisto da Quinta da Barca Sul, gravado por incisão, em ambas as faces, com motivos exclusivamente lineares e retilíneos, preferencialmente paralelos (García Díez, 2009, p. 376-377).
Durante os trabalhos de 2014 e 2015 na Cardina no topo da unidade estratigráfica 4 foram identificadas várias centenas de fragmentos de placas de xisto da Formação de Desejosa, localizada a mais de 5 quilómetros a jusante do sítio. Este material foi utilizado para a realização de utensílios (projéteis), mas foram também identificados 35 fragmentos de plaquetas e seixos com uma ou ambas as superfícies gravadas com incisões finas ou reiteradas (Aubry & *alii*, 2015), que se vêm juntar a quatro outros exemplares identificados até 2001 (Figura 4). Do ponto de vista estilístico e técnico, este conjunto não é tão homogéneo quanto a série do Fariseu. Um destes fragmentos de xisto da Desejosa, de forma naturalmente triangular (Figura 4, peça nº18), apresenta numa das faces um cervídeo e a garupa de uma outra figura zoomórfica, seguindo as normas estilísticas e técnicas registadas nos exemplares de arte móvel da

UE4 do Fariseu. Outros, no entanto, apresentam figuras que pelas suas características técnicas e estilísticas poderão ser mais antigas, destacando-se a este nível a cérvico-dorsal de equídeo da peça nº30, cuja morfologia curvilínea e a utilização da incisão reiterada podem denunciar a sua execução em datas mais recuadas (Figura 4, peça nº30). O conjunto da arte móvel da U.E. 4 da Cardina poderá, tal como o seu conjunto lítico, ser constituído por peças datadas de diferentes momentos do Paleolítico Superior e do Pré-Boreal.

3. O VALE DO CÔA NO CONTEXTO TARDIGLACIAR E PRÉ-BOREAL

3.1. Indústrias líticas

Os dados relativos às modalidades técnicas e os tipos de utensílios estabelecidos nos sítios do Côa revelam a existência de uma fase caracterizada por pontas de tipo azilense (Figura 2 nº11-14), em contextos datados por luminescência e ^{14}C de 11,5-12,5 ka, isto é, do Dryas recente. A tipologia de algumas das pontas de dorso curvo (tipo 1 de Célérier, 1993), a modalidade de obtenção dos respetivos suportes lamelares (Zilhão, 1995; Gameiro, 2012), as matérias-primas utilizadas (sobretudo locais e regionais), o retoque marginal das raras lamelas de dorso e a presença de raros geométricos apresentam fortes semelhanças com as características das indústrias líticas da fase recente do Azilense recente da zona cantábrica (Aura & *alii*, 1998, Fernández-Tresguerres Velascos, 2006), dos Pirenéus (Barbaza, 2008; Barbaza & Lacombe, 2005, Martzluff, 2009) e do Sul da Loire, em França (Célérier, 1993; Fat Cheung & *alii*, 2014, Valentin & Hantaï, 2005).

As pontas azilenses do tipo 1 de Célerier (1993) exumadas no Fariseu e na Quinta da Barca Sul estão também atestadas no Centro de Portugal. Aparecem juntamente com raspadeiras sobre lasca e unguiformes, bem como com lamelas de retoque marginal, no sítio de Bairrada (Zilhão, 1997, p. 299) e no Abrigo Grande das Bocas (Bicho, 1993), com datas ^{14}C (10.110±90 BP [ICEN-901], 9.880±220 [ICEN-900], 10.260±70 BP [ICEN-903]), estatisticamente equivalentes às obtidas para a UE4 do Fariseu. A ausência de trapézios nesta unidade do Fariseu, a raridade deste tipo de geométricos na Cardina e a proximidade da UE2 da Quinta da Barca Sul, que forneceu restos de cerâmica manual, autorizam a questionar a associação do trapézio exumado no topo da UE3 da sondagem 5 com o resto da indústria lítica da camada 3. Porém, este tipo de utensílio existe junto com retângulos/lâminas retocadas bitruncadas e pontas de Malaurie nos conjuntos do Laboriense recente, com datas que apontam para o Pré-Boreal (Fat Cheung & *alii*, 2014, Langlais & *alii*, 2015). Considerando a presença de trapézios e de pontas de Malaurie na escavação recente do sítio do Olival da Carneira (Zilhão, 1995), datado por TL de 10-11 ka, o exemplar da Quinta da Barca Sul não é incompatível com o contexto cronológico em questão.

Nos sítios do Vale do Côa, como no resto do território português, não foi encontrada qualquer biponta azilense, elemento considerado como característico da fase antiga do Azilense (Célérier, 1993; Fernández-Tresguerres Velascos, 2006; Fat Cheung & *alii*, 2014). A sua ausência no Côa pode resultar de um constrangimento na disponibilidade de matéria-prima de qualidade, que permitisse a produção dos suportes laminares destas pontas. Por outro lado, como sugerido pelos dados disponíveis nos sítios da Lapa dos Coelhos (Camada 4), Abrigo I do Vale dos Covões (Camada 5 a 7) e Cabeço de Porto Marinho IIIS (nível médio), durante o desenvolvimento do Azilense antigo em França e no Norte da Espanha (c. 12.500-11.500 BP), o Centro de Portugal poderia ser caracterizado por pontas de dorso rectilíneo ou de tipo *microgravette*.

Estes tipos de utensílios não foram, contudo, exumados nos sítios escavados no Vale do Côa, e a única lamela de dorso da UE6b do Fariseu, coeva desta cronologia pela sua datação TL e OSL, é atípica.

Ao contrário do observado na Estremadura Portuguesa (Zilhão, 1995, 1997), os trabalhos desenvolvidos no Vale do Côa não evidenciaram qualquer ponta de tipo Malaurie, tipo característico da fase Laboriense, que sucede diretamente ao Azilense em França. Este facto, já observado em algumas regiões dos Pirenéus, onde o sílex está ausente ou é raro (Martzluff, 2009), poderia sugerir uma possível perduração da tecnologia lítica do Azilense recente no início do Pré-Boreal.

As duas datas ^{14}C sobre osso cremado para o topo da UE4 da Cardina, agora apresentadas (Tabela 1), demonstram a ocupação do sítio durante o Pré-Boreal. O material lítico da Cardina não encontra paralelos nos sítios do Centro e Sul de Portugal (Araújo, 2012), mas aproxima-se dos contextos com segmentos e triângulos do Pré-Boreal, descritos como *Sauveterrien ou Epiazilien*, no Sul de França, Pirenéus

(Barbaza & Valdeyron, 1991; Valdeyron, 1994,) Catalunha (Aura & *alii*, 1998) e Itália (Lo Vetro & Martini, 2016).
As duas datas obtidas por ^{14}C sobre carvões vegetais para a camada 5a do sítio do Prazo (9.410±70 [GrA-15861] e 9.525±70 [Ua-20495] confirmam uma ocupação do sítio durante o Pré-Boreal (Monteiro-Rodrigues, 2011, p. 150). A indústria lítica deste nível, apelidado de epipaleolítico, assim como de Mesolítico antigo, é descrita como "tendencialmente microlítica sem geométricos" (Monteiro-Rodrigues, Figueiral & López Sáez, 2008, p. 98).

3.2. Arte no fim do Tardiglaciar e no Pré-Boreal

Devido ao seu claro contexto estratigráfico, o conjunto de arte móvel do Fariseu é um importante referencial para a atribuição cronológica de uma grande parte da arte parietal do Vale do Côa. As semelhanças técnicas e morfológicas entre as unidades gráficas figurativas da arte móvel do Fariseu e uma parte considerável das que se encontram nas superfícies rochosas da região podem ser demonstradas pelas análises de correspondências múltiplas e subsequentes classificações hierárquicas ascendentes efetuadas sobre amostragens que integravam motivos da arte parietal (em gruta e ao ar livre) e móvel da Meseta norte (Santos, 2017: vol. I, pp. 129-164).
Fica por esclarecer o facto da Quinta da Barca Sul, com uma ocupação coeva do Fariseu, apresentar apenas um exemplar de arte móvel não figurativo. Esse facto poderá estar relacionado com a distinta natureza do suporte rochoso (formação de Desejosa *versus* formação de Rio Pinhão), que determina igualmente a inexistência de arte parietal nesta formação, com a distinta natureza funcional dos sítios, ou com razões de natureza indeterminada.
O mesmo estilo gráfico do Fariseu surge também na UE4 da Cardina, apesar das diferenças nas indústrias líticas (Figura 4). Isto, no entanto, está em conformidade com o que se verifica em todo o sudoeste europeu, onde em diferentes contextos industriais do período entre c. 13.750 calBP e o Pré-Boreal, se observa uma mesma forma de construir as unidades gráficas figurativas. Esta unidade estilística está por trás de uma série de designações que caraterizam este tipo de arte no seu conjunto: "estilo V", "arte pós-magdalenense", "arte azilense figurativa" ou "arte epipaleolítica" (v.g. Beltrán, 1987; 1989; 1990; Roussot, 1990; Lorblanchet, 1990; Guy, 1993; 1997; D'Errico, 1994; Bueno, Balbín & Alcolea, 2007).
Por outro lado, a arte móvel do Fariseu vem reforçar as propostas de uma cronologia coeva para pinturas do Vale do Côa, como os bovídeos da rocha 1 da Faia ou o grande antropomorfo da rocha 3 do mesmo sítio (Bueno, Balbín & Alcolea, 2007, p.567-568), usualmente datados do Neolítico (Baptista, 1999, p.158), a que juntamos os da rocha 5 da Faia e alguns painéis da rocha 3 do Vale de Figueira.
Esta fase Azilense da arte do Côa, datada a partir do Fariseu, tem vindo a ser igualmente identificada em outras áreas da bacia do Douro (Bueno, Balbín & Alcolea, 2007). A homogeneidade relativa deste conjunto gráfico, assim como a sua clara distinção relativamente aos que o precedem foi, entretanto, confirmada estatisticamente pelas análises fatoriais realizadas (Santos, 2017, p. 129-199, 245-250). A par da distinção morfo-estilística relativamente à arte rupestre de períodos anteriores, observa-se igualmente uma profunda cesura no que à temática diz respeito. Assim, se desde o Gravettense até ao final do Magdalenense, a temática é sempre dominada pelo par auroque/cavalo, a que se segue a cabra-montês e muito atrás o veado, a partir do Azilense observa-se um domínio massivo do veado sobre todas as outras espécies, tal como a coleção da arte móvel do Fariseu ilustra de forma tão elucidativa.

4. INTERPRETAÇÃO E PERSPETIVAS

Os resultados obtidos recentemente na Cardina confirmam que as sequências pedossedimentares tardiglaciar são em grande parte afetadas por uma diminuição drástica da taxa de sedimentação que dificultam a distinção das fases de ocupação humana, que acabam por se acumular em escassos centímetros.
Apesar desta limitação, a juntar à clássica ausência de indústria em osso, os dados do Côa, baseados na tipologia lítica, arte móvel e datações radiométricas permitem propor uma sequência crono-cultural coeva da transição Pleistoceno/Holoceno (Figura 5).
A convenção terminológica e o faseamento crono-cultural vigentes não postulam a existência do Azilense em território português. Contudo, como já referimos, este facto é relacionável com a tradição da investigação e sobretudo com a ausência de abundante indústria óssea. Paralelamente, noutras regiões do Sudoeste Europeu, a revisão de alguns contextos tem levado à identificação de uma tradição técnica Azilense que, por exemplo na Bacia Parisiense, pode ser contemporânea de clássicos con-

textos Magdalenenses ainda durante o Bölling (Mevel, 2010). Assim sendo, e com base nas evidências tecnológicas identificadas, defendemos a utilização do termo Azilense (à semelhança da nomenclatura para outros tecnocomplexos do Paleolítico) para contextos que incluam as pontas de dorso curvo ou a arte com as convenções morfo-estilísticas estabelecida no conjunto de arte móvel da camada 4 do Fariseu (Santos & *alii*, no prelo).

Neste momento, a existência do Azilense antigo não pode ser provada. Contudo, a existência de um Azilense recente no Vale do Côa encontra-se demonstrada na UE3 da Quinta da Barca Sul e UE4 do Fariseu. Os conjuntos estremenhos do Abrigo das Bocas e do sítio da Bairrada (Zilhão, 1997) podem, igualmente, testemunhar ocupação durante esta fase. Tradicionalmente têm sido incluídos no Magdalenense final fácies Carneira, mas Zilhão (1995, p. 731) refere a existência de trapézios, associados a pontas de Malaurie, em Carneira II e Olival de Carneira, atribuídos ao Laboriense no sul de França. Com a exceção do trapézio da UE4 da Quinta da Barca Sul, esta fase não se encontra documentada no Vale do Côa, podendo tal dever-se a uma limitação no acesso a matérias-primas de qualidade.

As datas do topo da UE4 da Cardina, a que associamos os segmentos de cristal de rocha, documentam uma ocupação do sítio durante o Pré-Boreal, apelidada de *Sauveterrien* no sul da Europa (Figuras 2, 5). Esta fase não se encontra documentada na Estremadura portuguesa, denunciando, uma vez mais, uma relação preferencial entre a Meseta Norte e a zona franco-cantábrica. O Mesolítico antigo surge datado regionalmente na U5 do Prazo (c. 8.500 BP), a que se sucede um Mesolítico recente na U4a (c. 7.500 BP), que corresponde à ocupação da Olga Grande 6.

Apesar de algumas diferenças e incertezas, o Vale do Côa vem contribuir para a discussão acerca do final do Paleolítico Superior, continuando a demonstrar uma forte densidade de sítios e uma continuidade na ocupação humana por sociedades com economias semelhantes. A grande diferença parece residir num constrangimento da extensão geográfica da rede definida pela proveniência de sílex e silcretos exóticos, passando os grupos humanos a depender mais fortemente das matérias-primas locais e regionais (Aubry & *alii*, 2012, 2016). Não deixa de ser significativo que todos os geométricos identificados no Vale do Côa tenham sido produzidos sobre cristal de rocha e outras silicificações locais. Por outro lado, a arte rupestre coeva (parietal e móvel) denuncia a inserção cultural destas comunidades numa rede que se estende por todo o Sudoeste europeu. As semelhanças observadas na evolução das indústrias líticas ao longo da transição Dryas recente / Pré-Boreal denunciam um grande paralelismo entre esta zona da Península e a região franco-cantábrica. Se esta relação preferencial apenas com o norte não se repercute na arte rupestre coeva (uma vez que este tipo de arte se encontra também no sul e sudeste peninsulares), não deixa de ser significativo que, entre o Solutrense superior e o final do Magdalenense, seja na região franco-cantábrica que encontramos os melhores e mais numerosos paralelos para a arte rupestre do Vale do Côa (Santos, 2017, p. 212-244).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Francisco, dir. (2013) – Testemunhos do Paleolítico no Regolfo de Alqueva. *Resultados do Bloco 1 do Plano de Minimização de impactes sobre o Património Arqueológico*. Beja: EDIA.

ARAUJO, Ana Cristina (2012) – *Une histoire des premières communautés mésolithiques au Portugal.* [Tese de Doutoramento, Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne. Exemplar policopiado].

AUBRY, Thierry; CARVALHO, António Faustino; ZILHÃO, João (1997) – Arqueologia. In ZILHÃO, J., ed. – *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa: Trabalhos de 1995--1996*. Lisboa: Ministério da Cultura, pp. 74-209.

AUBRY, Thierry; DIMUCCIO, Luca Antonio; ALMEIDA, Miguel; NEVES, Maria João; ANGELUCCI, Diego; CUNHA, Lúcio (2011) – Palaeoenvironmental forcing during the Middle-Upper Palaeolithic transition in central-western Portugal. *Quaternary Research*. 75, pp. 66-79. doi:10.1016/j.yqres.2010.11.002

AUBRY, Thierry; LUÍS, Luís; MANGADO, Javier; MATIAS, Henrique (2012) – We will be known by the tracks we leave behind: Exotic lithic raw materials, mobility and social networking among the Côa Valley foragers (Portugal). *Journal of Anthropological Archaeology*. 31, pp. 528-550. doi:10.1016/j.jaa.2012.05.003

AUBRY, Thierry; BARBOSA, António Fernando; GAMEIRO, Cristina; LUÍS, Luís; MATIAS, Henrique; SANTOS, André Tomás; SILVESTRE, Marcelo (2015) – De regresso à Cardina 13 anos depois: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos de 2014 no Vale do Côa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 18, pp. 5-26.

AUBRY, Thierry; GAMEIRO, Cristina; MANGADO LLACH; Javier, LUÍS, Luís; MATIAS, Henrique; PEREIRO, Tiago (2016) – Upper Palaeolithic lithic raw material sourcing in Central and Northern Portugal as an aid to reconstruct-

ing hunter-gatherer societies. *Journal of Lithic Studies*. 3. doi:10.2218/jls.v3i2.1436.

AUBRY, Thierry (2001) – L'occupation de la basse vallée du Côa pendant le Paléolithique supérieur. In ZILHÃO, João; AUBRY, Thierry; CARVALHO, António Faustino (Eds.) – *Les Premiers. Hommes Modernes de La Péninsule Ibérique (Actes du Colloque de la Commission VIII de l'UISPP*. Vila Nova de Foz Côa, 22-24 Octobre 1998). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 253-273.

AUBRY, Thierry (2002) – Le contexte archéologique de l'art paléolithique à l'air libre de la vallée du Côa. In SACCHI, Dominique, ed. - *L'art Paléolithique À L'air Libre: Le Paysage Modifié Par L'image (Tautavel, Campôme, 7-9 Octobre 1999*). Saint-Estève: GAEP; GÉOPRE, pp. 25-38.

AUBRY, Thierry, ed. (2009) – 200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores--artistas do Paleolítico. Lisboa: IGESPAR (*Trabalhos de Arqueologia*; 52).

AURA TORTOSA, J Emili; VILLAVERDE, Valentin; GONZÁLEZ MORALES, Manuel; GONZÁLES SAINZ, César; ZILHÃO, João; STRAUS, Lawrence Guy (1998) – The Pleistocene-Holocene transition in the Iberian Peninsula: continuity and Changes in human adaptations. *Quaternary International*. 49/50, pp. 87-103.

BAPTISTA, António Martinho (1999) – *No tempo sem tempo: A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa: Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.

BARBAZA, Michel (2008) – Les industries des couches 10 à 8 de la Balma de la Margineda en Andorre. Des données fondamentales pour une approche de l'Azilien pyrénéen. In GUILAINE, Jean; BARBAZA, Michel; MARTZLUFF, Michel eds – *Les excavacions a la Balma de la Margineda,* vol. 4. Edicions del Governo d'Andorra. Andorra la Vella, pp. 596-598.

BARBAZA, Michel; LACOMBE, Sébastien (2005) – L'Azilien des Pyrénées: une culture originale. In JAUBERT Jean., BARBAZA Michel, eds. Terres et hommes du Sud. Territoires, déplacements, mobilité, échanges durant la Préhistoire. (*Actes du Colloque du 126ème congrès du C.T.H.S. Toulouse, 2002*).

BELTRÁN MARTINEZ, Antonio (1987) – Arte rupestre prehistórico: Crisis de los sistemas tradicionales, In *Arte rupestre en España*, Madrid, Zugarto Ediciones, S. A., pp. 16-18.

BELTRÁN MARTINEZ, Antonio (1989) – Perduración en el arte prehistórico del "estilo paleolítico" durante el Mesolitico y los posibles enlaces el "levantino", In Colóquio Internacional de Arte Pré-histórica – Nos 25 anos da Gruta do Escoural, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (*Almansor*, 7), pp. 125-166.

BELTRÁN MARTINEZ, Antonio (1990) – Réflexions sur l'art mobilier du Magdalénien final et Azilien, et le supposé hiatus entre l'art paléolithique, l'art mésolithique et l'art pariétal du Levant espagnol. In CLOTTES, Jean (Dir. de), *L'art des objets au Paléolithique. Colloque international. Foix – Le Mas d'Azil. 16-21 novembre 1987, 1: L'art mobilier et son contexte*, Paris, Ministère de la Culture, de la Communication, des Grands Travaux et du Bicentenaire, pp. 101-103.

BICHO, Nuno (1993) – O Paleolítico Superior final de Rio Maior: perspectivs tecnológica. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 33, 3-4, pp. 15-36.

BICHO, Nuno (1994) – The end of the Palaeolithic and the Mesolithic in Portugal. *Current Anthropology*. 35 (5), pp. 664-674.

BICHO, Nuno (1997) – Spatial, technological, and economic organization after the Last Glacial Maximum in Portuguese Prehistory. In FULLOLA, J.; SOLER, N. Eds. – *El món mediterrani després del pleniglacial* (18 000-12 000). Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya, pp. 213-223.

BICHO, Nuno (2000) – Technological change in the final Upper Palaeolithic of Rio Maior. Tomar: *ARKEOS*. 8.

BREUIL, Henri, (1913) – *Les Subdivisions du paléolithique supérieur et leur signification. In Congrès international d'anthropologie et d'archéologie préhistoriques – compte-rendu de la XIVème session*, Genève, 1912, tome 1, Ed Albert Kündig, pp. 165-238.

BUENO RAMIREZ, Primitiva, BALBIN BEHRMANN, Rodrigo de, ALCOLEA GONZALEZ, José Javier (2007) – Style V dans le bassin du Douro. *L'Anthropologie.* 111, pp. 549-589. doi:10.1016/j.anthro.2007.07.003

CÉLÉRIER, Guy (1993) – L'abri-sous-roche de Pont d'Ambon à Bourdeilles (Dordogne). I : Technologie de l'outillage lithique taillé ; II : Inventaire et typométrie des pointes aziliennes, *Gallia Préhistoire*. 35, pp. 1-98.

D'ERRICO, Francesco (1994) – L'art gravé azilien. De la technique à la signification, Paris: Éditions du CNRS (*Gallia préhistoire*, XXXe supplément).

DALMERI, Giampaolo; NERI, Stefano; BASSETTI, Michele; CUSINATO, Anna; KOMPATSCHER, Klaus; KOMPATSCHER, Maria Hrozny. (2011) – Riparo Dalmeri: le pietre dipinte dell'area rituale, *Preistoria Alpina*. 45, pp. 67-117.

ÉVORA, Marina (2007) – *Utensilagem óssea do Paleolítico Superior português*. [Tese de Mestrado defendida na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve].

FAT CHEUNG, Célia; CHEVALLIER, Aude; BONNET--JACQUEMENT, Peggy; LANGLAIS, Mathieu; FERRIÉ, Jean-Georges; COSTAMAGNO, Sandrine; KUNTZ, Delphine; LAROULANDIE, Véronique; MALLYE, Jean--Baptiste; BALLISTA, Sophie (2014) – Comparaison des séquences aziliennes entre Dordogne et Pyrénées: état des

travaux en cours. In LANGLAIS, Mathieu, NAUDINOT, Nicolas & PERESANI, Marco Eds. – Les groupes culturels de la transition Pléistocène-Holocène entre Atlantique et Adriatique, Paris: Société Préhistorique Française (*Séances de la Société Préhistorique Française*, 3), pp. 17-44.

FERNÁNDEZ-TRESGUERRES VELASCOS, Juan (2006) – El Aziliense de la región cantábrica. *Zephyrus: Revista de prehistoria y arqueologia*. 59, pp. 163-180.

GAMEIRO, Cristina (2009) – Utensílios e suportes microlíticos do Magdalenense final no Vale do Côa: o exemplo da U.E. 4 do Fariseu. In AUBRY, T., ed. – 200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico. Lisboa: IGESPAR (*Trabalhos de Arqueologia*; 52), pp. 256-268.

GAMEIRO, Cristina (2012) – *La variabilité régionale des industries lithiques de la fin du Paléolithique Supérieur au Portugal*. [Tese de Doutoramento, Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne. Exemplar policopiado].

GAMEIRO, Cristina; AUBRY, Thierry; ALMEIDA, Francisco (2013) – A variabilidade regional das indústrias líticas do final do Paleolítico Superior em Portugal. In *Arqueologia em Portugal: 150 anos,* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 277-287.

GARCÍA DÍEZ, Marcos (2009) – Grafismo mueble: las estaciones de Fariseu, Quinta da Barca Sul y Cardina I. In AUBRY, T., ed. – 200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico. Lisboa: IGESPAR (*Trabalhos de Arqueologia*; 52), pp. 373-382.

GOURY, Georges (1931) – *L'Homme des cités lacustres*. Paris: Picard.

GUY, Emmanuel (1993) – Enquête stylistique sur l'expression figurative épipaléolithique en France: de la forme au concept. *Paléo*. 5, pp. 333-373.

GUY, Emmanuel (1997) – Enquête stylistique sur cinq composants de la figuration épipaléolithique en France, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 94 (3), pp. 309-314.

HELENO, Manuel (1944) – *O problema Capsense: contribuição portuguesa para a sua revisão*. Comunicação ao Instituto de Arqueologia na sessão de Abril de 1944. Lisboa.

HOCKETT, Brian; BICHO, Nuno (2000) – The rabbits of Picareiro cave: small mammal hunting during the late upper Palaeolithic of the Portuguese Estremadura. *Journal of Archaeological Science*. 27, pp. 715-723.

LANGLAIS, Mathieu; LAROULANDIE, Véronique; JACQUIER, Jérémie; COSTAMAGNO, Sandrine; CHALARD, Pierre; MALLYE, Jean-Baptiste; PETILLON, Jean-Marc; RIGAUD, Solange; ROYER, Aurélien; SITZIA, Luca; COCHARD, David; DAYET, Laure; FAT CHEUNG, Célia; LE GALL, Olivier; QUEFFELEC Alain; LACRAMPE-CUYAUBERE, François (2015) – Le Laborien récent de la grotte-abri de Peyrazet (Creysse, Lot, France). Nouvelles données pour la fin du Tardiglaciaire en Quercy. *Paléo*. 26, pp. 79-116.

LLOVERAS, Luis; MORENO-GARCIA, Marta; NADAL, Jordi; ZILHÃO, João (2011) – Who brought in the rabbits? Taphonomical analyses of Mousterian and Solutrean leporid accumulations from Gruta do Caldeirão (Tomar, Portugal). *Journal of Archaeological Science*. 38, pp. 2434-2449.

LO VETRO, DOMINICO; MARTINI, Fabio (2016) – Mesolithic in Central–Southern Italy: Overview of lithic productions. *Quaternary International*. 423, pp. 279-302.

LORBLANCHET, Michel (1989) – De l'art naturaliste des chasseurs de rennes à l'art géométrique du Mésolithique dans le Sud de la France", In Colóquio Internacional de Arte Pré-histórica – Nos 25 anos da Gruta do Escoural, Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo [*Almansor,* 7], pp. 95-124.

MARCHAND, Grégor (2005) – Interpretar as mudanças dos sistemas do Mesolítico Final em Portugal. *O Arqueólogo Português*. 23, pp. 171-196.

MARKS, Anthony; MISHOE, Marie-Blanche (1997) – The Magdalenian of Portuguese Estremadura. In FULLOLA, José Maria; SOLER, Narcis, eds. – *El món mediterrani després del pleniglacial (18 000-12 000)*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya, pp. 225-232.

MARTZLUFF, Michel (2009) – L'Azilien pyrénéen entre Garonne et Èbre: un état de la question. In FULLOLA, José Maria; VALDEYRON, Nicolas; LANGLAIS, Mathieu; eds. – Els Pirineus i les àress circumdants durante el Tardiglacial. Mutacion i filiacions tecnoculturals, evolució paleoambiental. (*XIV Colloqui internacional d'arqueologia de Puigcerda*). pp. 375-422.

MENDONÇA, Carolina (2009) – *A tecnologia lítica no Tardiglaciar do Algarve*. [Tese de Mestrado defendida na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve].

MERCIER, Nicolas; VALLADAS, Hélène; AUBRY, Thierry; ZILHÃO, João; JORONS, Jean-Louis; REYSS, Jean-Louis; SELLAMI, Farid (2006) – Fariseu: First confirmed open-air Palaeolithic parietal art site in the Côa Valley (Portugal). *Antiquity*. 80.

MEVEL, Ludovic (2010) – *Des sociétés en mouvement: nouvelles données sur l'évolution des comportements technoéconomiques des sociétés magdaléniennes et aziliennes des Alpes du nord françaises (14 000-11000BP)*. [Tese de doutoramento defendida na Université de Paris Ouest Nanterre-La Defense].

MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio; FIGUEIRAL, Isabel; LÓPEZ SÁEZ, José António (2008) – Indicadores paleoambientais e estratégias de subsistência no sítio pré-histórico do Prazo (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, Norte de Portugal). In SANTOS, André Tomás, SAMPAIO, Jorge,

eds. – *Pré-História: Gestos Intemporais. (III Congresso de Arqueologia de Trás-Os-Montes, Alto Douro E Beira Interior: Actas Das Sessões; Vol. 1)*. Porto: ACDR de Freixo de Numão, pp. 96-119.

MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio (2011) – Pensar o Neolítico Antigo: Contributo para o Estudo do Norte de Portugal entre os VII e o V Milénios a.C. Centro de Estudos Pré-históricos da Beira (*Estudos Pré-históricos;* 16), Viseu.

NUKUSHINA, Diana (2005) – *Tecno-tipologia lítica e cronometria no Mesolítico final do vale do Sado. O caso do concheiro das Amoreiras (Alcácer do Sal)*. [Tese de Mestrado em Arqueologia, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História. Exemplar policopiado].

PIETTE, Édouard (1889) – *Les subdivisions de l'époque magdalénienne et de l'époque néolithique.* Angers: Imp. Burdin et Ce.

REBOUX, Jules (1873) – Des trois époques de la pierre. *Bulletin de la Société d'anthropologie de Paris*. 8 (1), pp. 523-531.

ROUSSOT, Alain (1990) – Art mobilier et pariétal du Périgord et de la Gironde: comparaisons stylistiques", in CLOTTES, Jean Ed., *L'art des objets au Paléolithique. Colloque international. Foix – Le Mas-d'Azil. 16-21 novembre 1987, 1: L'art mobilier et son contexte,* Paris: Ministère de la Culture, de la Communication, des Grands Travaux et du Bicentenaire, pp. 188-202.

SANTOS, André Tomás (2012) – Reflexões sobre a arte paleolítica do Côa: a propósito da superação de uma persistente dicotomia conceptual. In SANCHES, Maria de Jesus, ed. – Atas da 1a Mesa-Redonda: Artes Rupestres da Pré-História e da Proto-História: Paradigmas e Metodologias de Registo. Lisboa: DGPC (*Trabalhos de Arqueologia*; 54), pp. 39-68.

SANTOS, André Tomás (2017) – *A arte paleolítica ao ar livre da bacia do Douro à margem direita do Tejo: uma visão de conjunto* [Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Exemplar policopiado].

SANTOS, André Tomás; BARBOSA, António; AUBRY, Thierry; GARCÍA DIEZ, Marcos, SAMPAIO, Jorge Davide (np) – Arte móvel do Fariseu (Muxagata, Vila Nova Foz Côa). *Portugália.*

SELLAMI, Farid (2009) – Les données de la séquence stratigraphique du site de Fariseu: processus de déposition et d'érosion des dépôts en limite de la plaine alluviale de la Vallée du Côa. In AUBRY, Thierry, ed. – 200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico. Lisboa: IGESPAR (*Trabalhos de Arqueologia*; 52), pp. 103-108.

SONNEVILLE-BORDES, Denise (1960) – *Le Paléolithique supérieur en Périgord*. Bordeaux: Ed. Delmas.

VALDEYRON, Nicolas (1994) – *Le Sauveterrien: cultures et sociétés mésolithiques dans la France du Sud durant les XXº et IX millénaires BP.* [Tese de Doutoramento da Universidade de Toulouse-Le-Mirail. Exemplar policopiado].

VALENTIN, Boris; HANTAÏ, Anna (2005) – Transformation de l'industrie lithique pendant l'Azilien. Etude des niveaux 3 et 4 du Bois-Ragot. In CHOLLET, A., ed. – *La Grotte du Bois-Ragot à Gouex (Vienne) – Magdalénien et Azilien – Essais sur les hommes et leur environnement*. Paris: Société Préhistorique Française, pp. 89-182.

VALLADAS, Hélène; MERCIER, Norbert; FROGET, Laurence; JORONS, Jean-Louis; REYSS, Jean-Louis; AUBRY, Thierry (2001) – TL dating of Upper Palaeolithic sites in the Coa Valley (Portugal). *Quaternary Science Reviews*. 20, pp. 939-943.

VIALOU, Denis, dir. (2004) – *La préhistoire: Histoire et dictionaire*. Robert Laffont, Paris.

ZILHÃO, João; ALMEIDA, Francisco; AUBRY, Thierry; CARVALHO, António Faustino; ZAMBUJO, Gertrudes (1995) – O sítio arqueológico paleolítico do Salto do Boi (Cardina, Santa Comba, Vila Nova de Foz Côa). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 35, pp. 471-497.

ZILHÃO, João (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*. Lisboa: Ed. Colibri.

ZILHÃO, João (1997a) – The Paleolithic settlement of Portuguese Estremadura after the last glacial maximum. In FULLOLA, José Maria; SOLER, Narcis Eds. – *El món mediterrani després del pleniglacial (18 000-12 000)*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya, pp. 233-242.

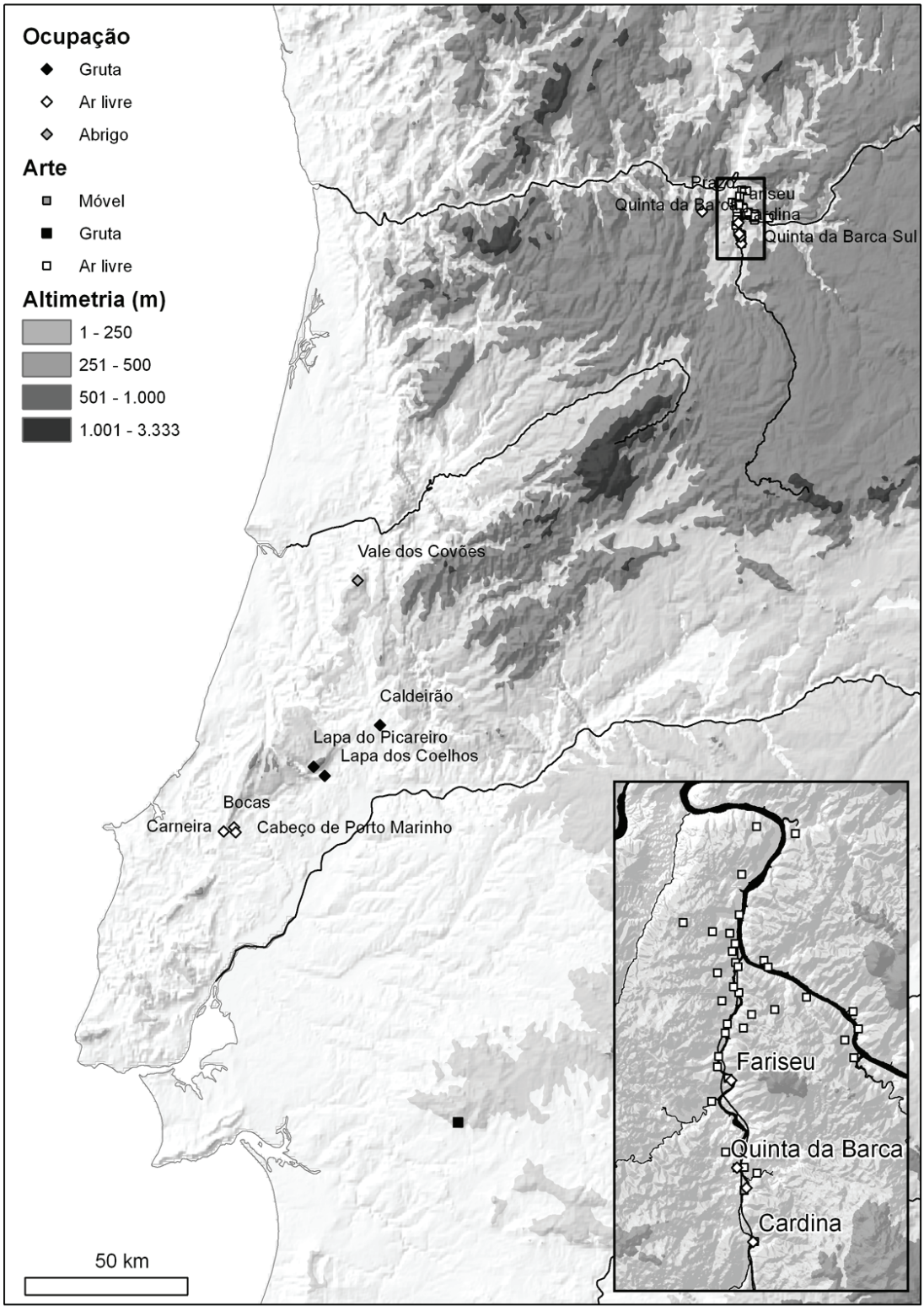


Figura 1 – Localização dos sítios citados no texto.

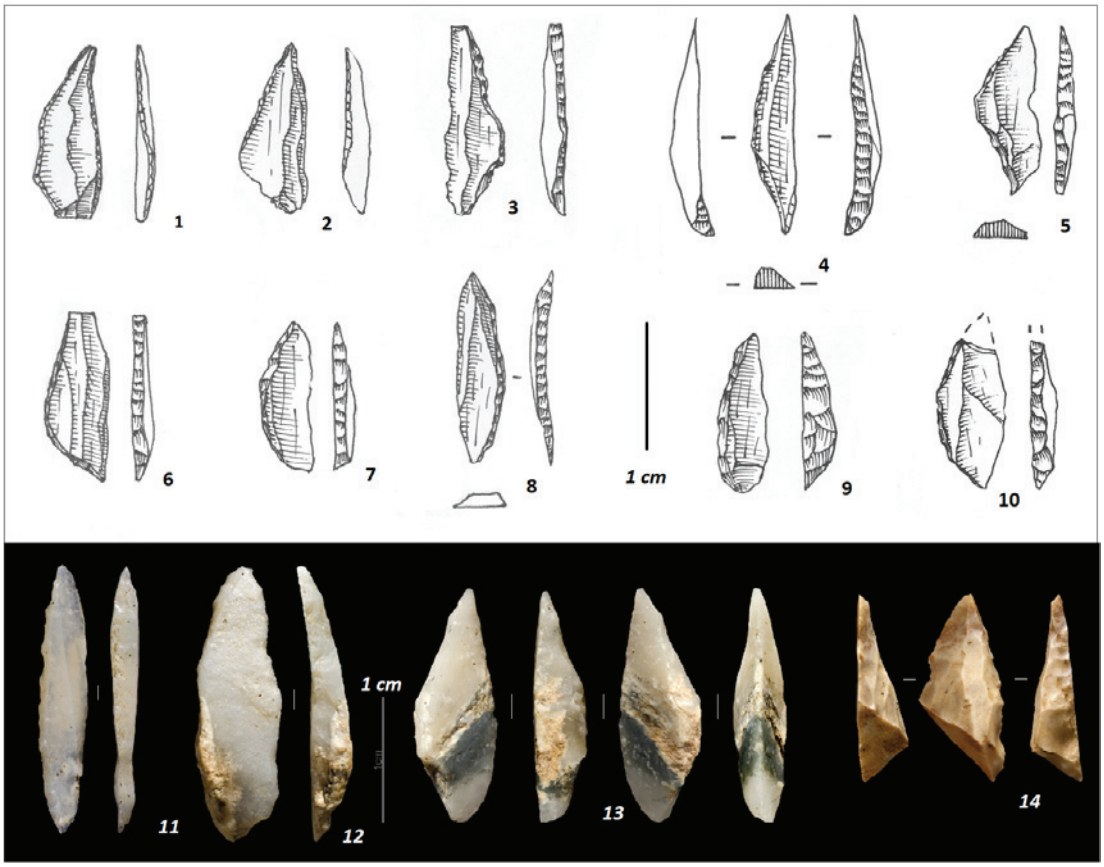


Figura 2 – Lamelas de dorso marginal e geométricos em cristal de rocha provenientes do topo da UE4 da Cardina I (nº1-10), tipos de pontas de dorso da UE 4 do Fariseu (nº11-14) (fotos José Paulo Ruas).

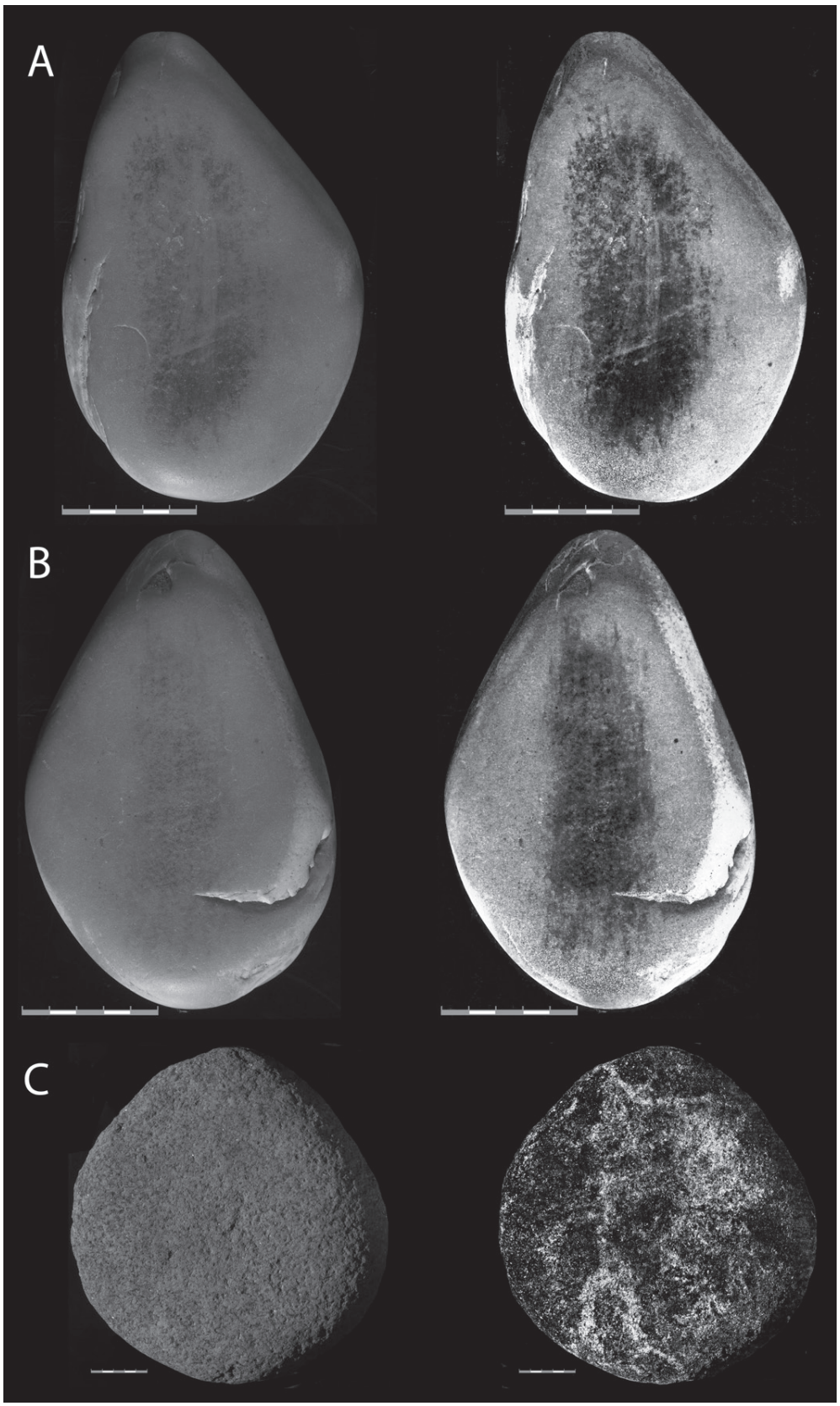


Figura 3 – Seixos pintados em quartzito (A e B duas faces da mesma peça) e em granito (C) com motivos antropomorfos e zoomórficos, ambos provenientes da camada 4 do sítio do Fariseu. As imagens da direita foram tratadas com o programa D-Strecht.

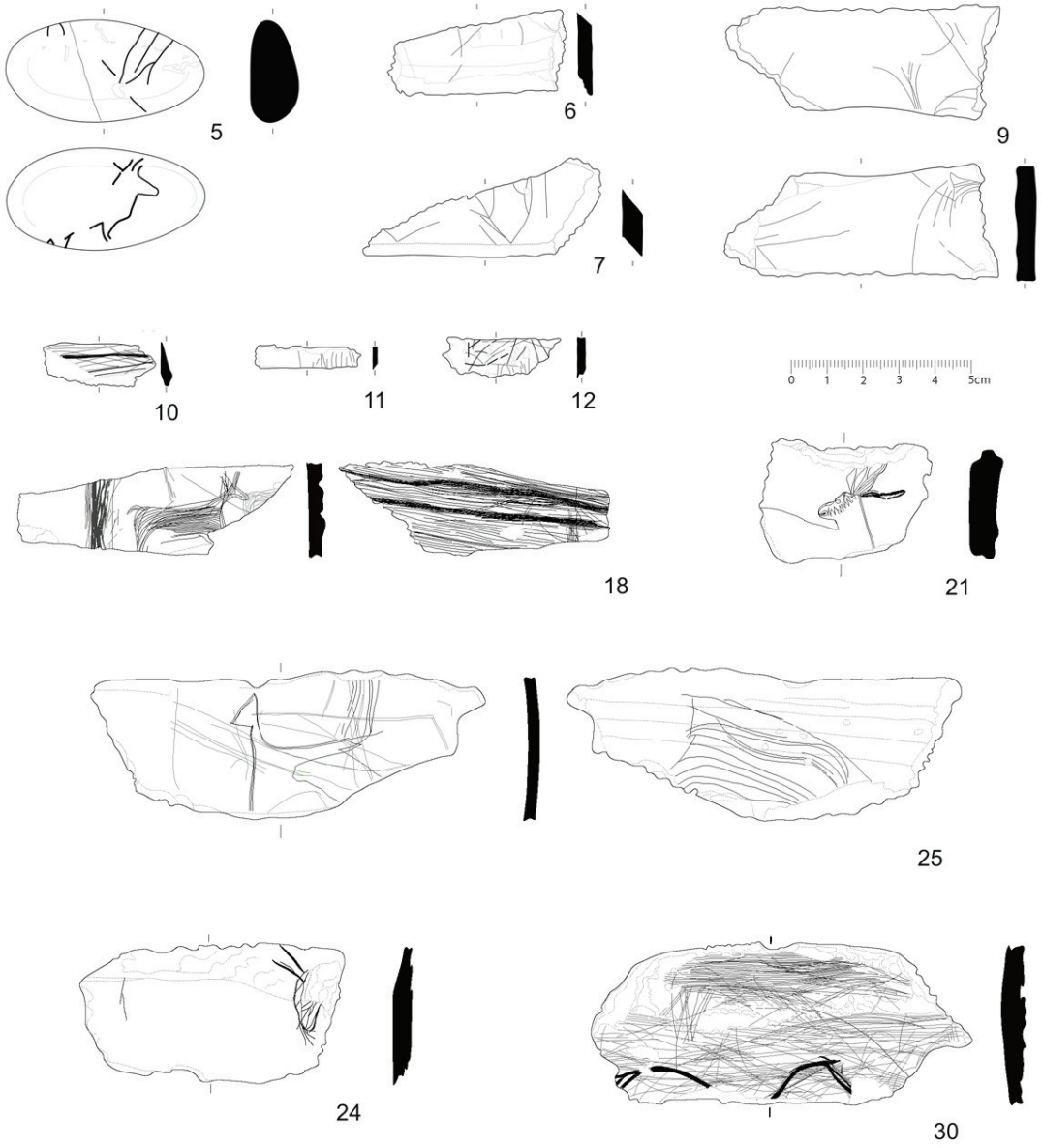


Figura 4 – Arte móvel da camada 4 do sítio da Cardina I. Nº inv. 5 – Unidade Estratigráfica 4, Unidade Artificial 5; nº 6 – UE4 UA3; nº 7 – UE4 UA 1; nº 9 – UE4 UA1; nº 10 – UE4 UA 3; nº 11 – UE4 UA3; nº 12 – UE4 UA2; nº 18 – UE4 UA2; nº 21 – UE4 UA2; nº 25 – UE4 UA4; nº 24 – UE4 UA2; nº 30 – UE4 UA1 (desenhos F. Barbosa).

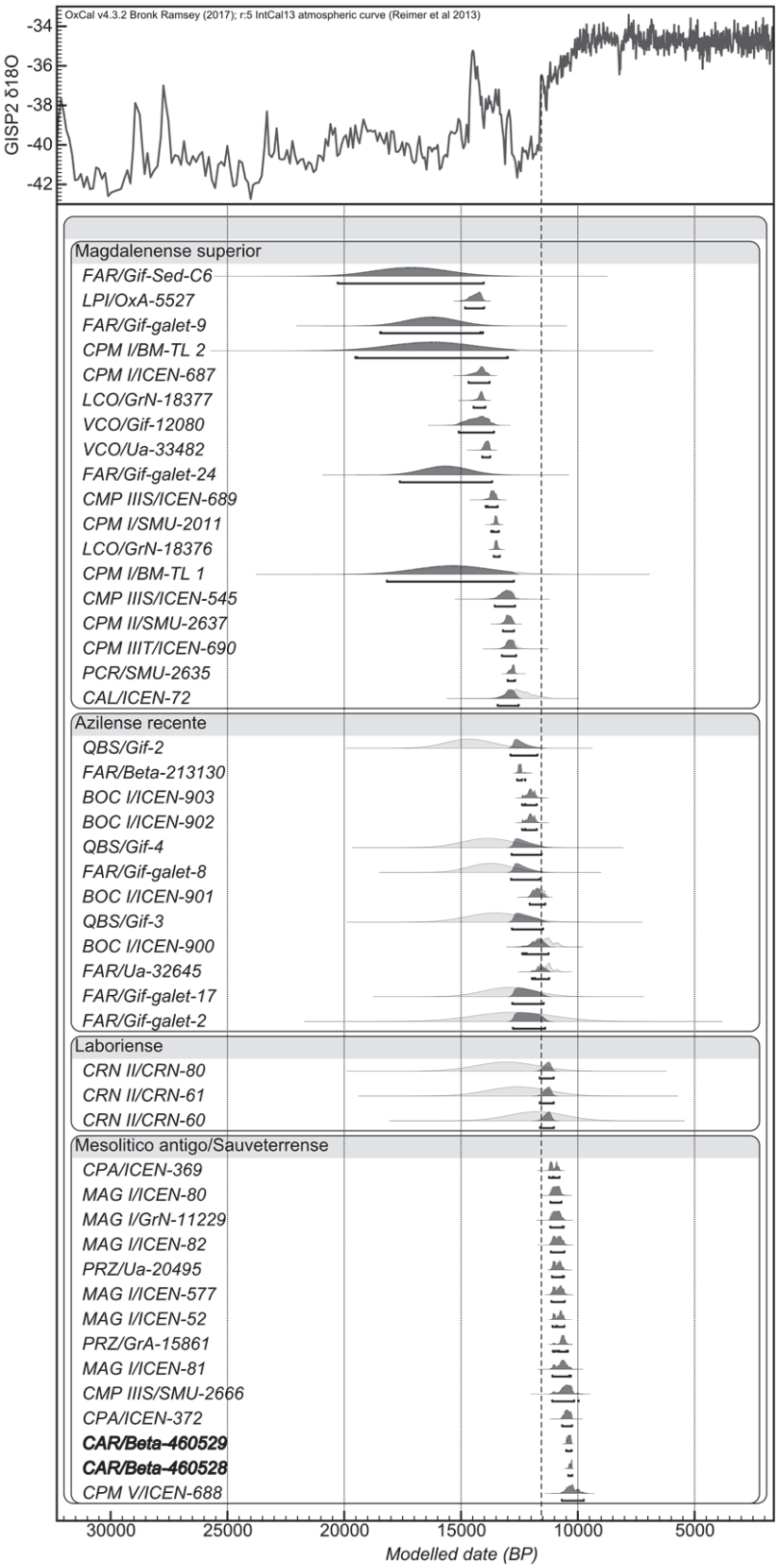


Figura 5 – Modelo bayesiano elaborado com base nas datações obtidas no Vale do Côa e nos contextos do fim do Tardiglaciar e do Pré-Boreal em Portugal. FAR = Fariseu, LPI = Lapa do Picareiro, CPM = Cabeço de Porto Marinho, LCO= Lapa dos Coelhos, VCO = Abrigo do Vale dos Covões, PCR =, Cal = Gruta do Caldeirão, QBS = Quinta da Barca Sul, BOC = Abrigo grande das Bocas, CRN = Carneira, CPA = Casal Papagaio, MAG = Magoito 1, PRZ = Prazo, CAR = Cardina (Ver localização na Fig. 1).

RECONSTRUIR ATIVIDADES HUMANAS E FORMAÇÃO DE CONTEXTOS CONQUÍFEROS: MICROFÁCIES SEDIMENTARES DO CABEÇO DA AMOREIRA (MUGE) E DAS POÇAS DE SÃO BENTO (SADO) E O SEU POTENCIAL INTERPRETATIVO NOS PADRÕES DE COMPORTAMENTO HUMANO NO MESOLÍTICO

Carlos Duarte[1], Ana M. Costa[2], Vera Aldeias[3]

RESUMO

Os concheiros de Muge e do Sado são exemplos da adaptação humana às zonas costeiras no Mesolítico associada à formação dos extensos estuários interiores do Tejo e do Sado durante o Holocénico inicial. Estes concheiros resultam de acumulações e manipulações de sedimentos primordialmente de origem antrópica e, como tal, são excelentes arquivos de ações humanas que deixam assinaturas sedimentares a nível microscópico. Estudos micromorfológicos do Cabeço da Amoreira (Muge) e das Poças de São Bento (Sado) comparam-se sob uma abordagem por microfácies sedimentares e revelam semelhanças significativas quanto aos processos antrópicos que controlaram a sua formação, como descarte, despejo ou renovação de superfícies de ocupação. Esta correlação amplia interpretações inter-regionais sobre as dinâmicas comportamentais dos últimos caçadores-recoletores do território português.

Palavras-chave: Micromorfologia, Microfácies, Mesolítico, Muge, Sado.

ABSTRACT

In concert with the formation of inland estuaries during the early Holocene, the shell middens of Muge and Sado are primal examples of Mesolithic coastal adaptations. These sites result mainly from anthropic accumulations and activities, and are, therefore, excellent sedimentary archives of past human actions. Their sedimentary signatures are better studied microscopically, and here we take a microfacies approach to compare micromorphological data from the sites of Cabeço da Amoreira (Muge) and Poças de São Bento (Sado). Despite some differences, our study reveals striking similarities with comparable human actions (such as shell tossing, dumping and preparation of occupation surfaces) controlling the sedimentary accretion in both contexts. These correlations allow us to propose inter-regional behavioral dynamics of the last hunter-gathers in central Portugal.

Keywords: Micromorphology, Microfacies, Mesolithic, Muge, Sado.

1. Depto. Ciencias Historicas, Universidad de Cantabria, Santander e ICArEHB, Universidade do Algarve, Faro; cduarte.as@gmail.com

2. Depto. Ciencias Historicas, Universidad de Cantabria, Santander e Laboratório de Arqueociências (LARC), DGPC e CIBIO/InBIO, Lisboa e IDL, Universidade de Lisboa, Lisboa; acosta@dgpc.pt

3. ICArEHB, Universidade do Algarve, Faro e Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, Leipzig; vlaldeias@ualg.pt

1. INTRODUÇÃO

Os concheiros mesolíticos de Muge e do Sado são importantes exemplos da adaptação humana às mudanças geográficas do início do Holocénico. A subida do nível médio do mar, induzida pelo aquecimento global desde o Último Máximo Glaciar, levou à formação de extensos estuários interiores nos vales do Tejo e do Sado (Vis *et al*., 2008, Andrade *et al*., 2013), onde grupos de caçadores-recoletores mesolíticos começaram a estabelecer-se entre 8400 e 7000 cal BP (Bicho *et al*., 2013, Peyroteo Stjerna, 2016). Esta estratégia de ocupação seguiu um padrão tendencialmente nuclear, em torno dos estuários, por oposição aos sítios do Mesolítico antigo, dispersos pelo litoral estremenho, alentejano e vicentino (Carvalho, 2009 e Araújo 2016). Além de um padrão de povoamento distinto, os contextos de Muge e do Sado representam a emergência de necrópoles coletivas e dietas marcada por uma forte componente marinha (Umbelino *et al*., 2007, Peyroteo Stjera, 2016). Uma mudança substancial de comportamento humano acompanhou, portanto, o aparecimento dos concheiros do Mesolítico recente. Apesar de décadas de investigação, várias questões continuam em aberto acerca do tipo de atividades desempenhadas pelos ocupantes destes concheiros, como estes sítios foram usados enquanto locais de habitat e espaços da morte, bem como potenciais diferenças e semelhanças entre a formação e ocupação humana dos dois principais núcleos de concheiros portugueses: os contextos dos vales do Tejo e do Sado (Figura 1).

A comparação entre os dois núcleos foi explorada por Arnaud (1987), que apontou semelhanças, por exemplo, ao nível da localização geográfica nas zonas proximais dos respetivos paleoestuários, da contemporaneidade cronológica e da natureza conquífera dos depósitos, por vezes, associados a fossas e buracos de poste. No entanto, Arnaud também realçou a oposição entre o desenvolvimento em altura dos concheiros de Muge, formando montes artificiais destacados topograficamente, frente ao desenvolvimento em área dos concheiros do Sado, que não se destacam na topografia atual. Arnaud conclui que estes processos de formação distintos refletem comportamentos diferenciados, sobretudo "formas específicas de adaptação cultural que decerto resultam em grande parte da necessidade de desenvolver uma consciência de grupo e uma coesão ideológica [...]" (Arnaud, 1987, p. 63). Arnaud aponta ainda que o "processo de formação destes concheiros [do Sado] em área e não em altura, mais por justaposição do que por sobreposição de depósitos, torna difícil estabelecer os parâmetros cronológicos exatos de cada concheiro [...]" (Arnaud, 2000, p.32).

Aqui, pretendemos aprofundar esta comparação estratigráfica, já que aí reside uma das principais dificuldades interpretativas deste tipo de jazidas, que apresentam estratigrafias ou extremamente intrincadas (p. ex. lentículas entrecruzadas de diferentes composições) ou uma homogeneidade generalizada (p. ex. um nível massivo sem qualquer estrutura sedimentar interna discernível no campo) (fig 2). Acresce ainda que a quase totalidade dos concheiros no território português se encontra ao ar livre, onde fatores de alteração pós-deposicional tais como erosão, pedogénese ou bioturbação, dificultam o reconhecimento da geometria original dos depósitos. Estes fatores desfavorecem a individualização de cada episódio de acumulação, controlados essencialmente por atividades humanas, o que limita interpretações destes espaços e do seu carácter sazonal ou mais permanente.

Nesta linha, estas jazidas são particularmente interessantes do ponto de vista geoarqueológico, já que a sua textura sedimentar resulta diretamente da manipulação e da acumulação antrópicas dos próprios depósitos, podendo ser considerados como artefactos em si mesmos (Figura 2).

No presente artigo, apresentamos uma síntese dos estudos geoarqueológicos recentemente levados a cabo nos concheiros do Cabeço da Amoreira (Salvaterra de Magos) (Aldeias e Bicho, 2016) e Poças de São Bento (Alcácer do Sal) (Duarte *et al*., 2017), através de uma metodologia micromorfológica. Reunimos dados dos dois sítios de forma a comparar resultados obtidos, numa perspetiva holística quanto a processos de formação, no sentido da individualização dos diferentes episódios envolvidos na acreção dos depósitos arqueológicos. O nosso principal objetivo é estabelecer diferenças e semelhanças na formação dos concheiros de Muge e do Sado, focando atividades antrópicas e tendo em conta implicações de índole natural, como a localização geográfica de cada jazida em relação aos paleoestuários.

2. ÁREAS DE ESTUDO

2.1. Os Paleoestuários do Tejo e do Sado

A rápida subida do nível médio do mar no início do Holocénico (Vis *et al*., 2008, Leorri *et al*., 2012, Costas *et al*., 2017) promove a inundação das zonas costeiras e dos vales profundos formados durante o Último Máximo Glaciar, como os vales dos rios Tejo e Sado (p. ex. Andrade *et al*., 2013). A inundação marinha destas áreas cria espaços com condições estuarinas que são ocupados pelos grupos de caçadores-recoletores do Mesolítico recente, formando os núcleos de concheiros de Muge e do Sado.

Trabalhos desenvolvidos por van der Schriek *et al.* (2007) e Vis *et al.* (2008) focam-se na evolução paleoambiental holocénica do estuário do Tejo e na relação entre a ocupação mesolítica e a influência marinha das áreas ocupadas por estas comunidades, particularmente na Ribeira de Muge. Estes trabalhos atestam condições estuarinas e o desenvolvimento de rasos de maré e sapais, criando um ambiente propício à ocorrência de moluscos, entre ca. 8100 cal BP e ca. 7000 cal BP, nas proximidades da área onde estão identificados os concheiros.

A evolução paleoambiental e a determinação da área de influência marinha no vale do Sado durante o Holocénico estão em processo de estudo. Trabalhos recentes (Costa *et al*., 2017) realizados ao longo da área do vale do Sado ocupada durante o Mesolítico recente parecem apontar para a existência de condições estuarinas, pelo menos na sua metade oeste, oferecendo condições favoráveis para a exploração de recursos marinhos por parte dos grupos de caçadores-recoletores que exploravam este vale.

2.2. Os sítios arqueológicos do Cabeço da Amoreira e Poças de São Bento

O sítio do Cabeço da Amoreira foi reconhecido por Carlos Ribeiro há mais de 150 anos (Ribeiro, 1884). Desde então, foi alvo de várias campanhas arqueológicas (Corrêa, 1933, Roche, 1966, 1989, Rolão *et al*., 2006) e, desde 2008, novos trabalhos têm sido dirigidos por Nuno Bicho (Bicho *et al*., 2011) e incorporam estudos geoarqueológicos focados na formação do registo arqueológico. No geral, a estratigrafia do Cabeço da Amoreira é caracterizada por uma sequência que varia lateralmente entre ~2.5 e 3.5m de espessura e se estende por um perímetro oval com ca. 60m de diâmetro máximo, formando um monte artificial destacado topograficamente das areias onde assenta. Os depósitos arqueológicos são compostos por inúmeras lentículas entrecruzadas ricas em conchas, primordialmente berbigão (*Cerastoderma edule*) e lamejinha (*Scrobicularia plana*) (Fig. 2a e 2b). Estas conchas apresentam vários graus de fragmentação, desde completas a fragmentos milimétricos e sub-milimétricos. As lentículas sedimentares variam lateralmente em espessura, geometria e composição, resultando numa estratigrafia imbricada difícil de seguir horizontalmente ao longo da extensão do concheiro. Destacam-se algumas áreas com depósitos mais orgânicos, ricos em ossos e carvões embalados numa matriz de areias e argilas, bem como fossas escavadas nas areias de base do concheiro (Aldeias and Bicho, 2016). Datações recentes (Bicho *et al*., 2010, 2013) posicionam o inicio das ocupações no Cabeço da Amoreira por volta de 7900 cal BP, apresentando o topo do concheiro cronologias em torno a 7500 cal BP e, finalmente, alguns enterramentos humanos apontam já para cronologias Neolíticas.

Já a estratigrafia do concheiro das Poças de São Bento é fundamentalmente composta por uma camada conquífera, lateralmente descontínua (Fig. 2c), estendida por uma área de ca. 4000m² e assente em areias eólicas plistocénicas. A espessura variável dessa camada atinge no máximo 80cm e é bastante homogénea, composta por conchas de lamejinha intensamente trituradas e conchas normalmente inteiras de berbigão, numa matriz arenosa, com leves variações quanto à densidade de conchas. As primeiras escavações no sítio foram promovidas por Manuel Heleno nos anos 50 e 60 do século XX, embora as primeiras campanhas alvo de publicação tenham sido as de 1987 e 1988 (Arnaud 2000, Arnaud e Larsson, 1994, Larsson, 2010). No decorrer das escavações luso-cântabras (2010-2017), lideradas por Mariana Diniz e Pablo Arias (Diniz e Arias, 2012, Arias *et al*., 2015), foram documentadas pela primeira vez zonas estratificadas, constituídas por camadas de conchas praticamente inteiras numa clara relação de sobreposição de diferentes depósitos antrópicos. De resto, estruturas de combustão e estruturas negativas de dimensão muito variável, interpretadas como buracos de poste ou fossas, são a única evidência associada a construções domésticas.

3. MÉTODOS

3.1. Micromorfologia e análise de microfácies

Em geoarqueologia, têm-se vindo a desenvolver

várias técnicas de identificação de componentes sedimentares não percetíveis ao olho humano. Entre elas, a micromorfologia é o estudo de lâminas delgadas ao microscópio petrográfico, obtidas de amostras em bloco, intactas e orientadas, de um dado contexto sedimentar (Courty *et al.*, 1989). Esta técnica permite observar os componentes sedimentares à escala microscópica, preservando intactas a sua organização e geometria, aumentando substancialmente a capacidade de compreender os processos de formação e alterações pós-deposicionais que afetaram os depósitos, já que muitos deles deixam marcas unicamente visíveis a escala microscópica. O seu grande potencial reside na possibilidade de observar a integridade das condições de jazida dos artefactos na sua matriz envolvente, isto é, o seu *contexto* depositional (Goldberg e Berna, 2010), permitindo compreender a contribuição dos três fatores em jogo na formação do registo arqueológico: o geológico, o biológico e o antrópico.

A análise das lâmina delgada dos concheiros do Cabeço da Amoreira e Poças de São Bento baseou-se no principio das microfácies. O conceito de microfácies (Courty, 2001) consiste no reconhecimento de conjuntos de atributos em lâmina delgada (abundância e organização de componentes, textura, estruturas sedimentares, etc.) quando consistentemente isolados dos depósitos adjacentes. Esta abordagem permite atribuir diversos depósitos não contíguos a um mesmo processo, agrupando depósitos similares numa única microfácies. Quando duas microfácies ocorrem sistematicamente juntas (p. ex. em sobreposição), fala-se em associação de microfácies, e implica dois processos inerentes entre si, comum em depósitos antrópicos, como por exemplo, estruturas de combustão compostas por uma camada de cinzas que refletem a combustão completa do combustível depositadas sobre uma camada de carvões que, por sua vez, refletem a combustão parcial do material devido à falta de oxigénio. Associações de microfácies são cruciais na avaliação do grau de conservação de um determinado contexto e da reconstituição da sua história deposicional. A abordagem por microfácies tem-se revelado particularmente efetiva na reconstituição dos processos de formação de concheiros (Villagrán, 2014, Villagrán *et al.*, 2011).

4. RESULTADOS

Tendo por objetivo comparar os processos sedimentares identificados no Cabeço da Amoreira e nas Poças de São Bento, apresentamos uma síntese referente aos componentes sedimentares identificados, às microfácies definidas e suas interpretações. A tabela 1 sintetiza os componentes básicos mais significativos identificados em ambos concheiros, não tendo por objetivo refletir com exaustão as particularidades de cada sítio (que podem ser encontradas em Aldeias e Bicho, 2016 e Duarte *et al.*, 2017) (Tabela 1).

4.1. Identificação de processos de formação com base em microfácies

A classificação de microfácies baseou-se na abundância e padrões de orientação e organização das conchas e outros componentes sedimentares. São notáveis, sobretudo, as semelhanças entre dois concheiros, ainda que com certas especificidades em cada um. Na figura 3 esboça-se uma unificação das microfácies que, em ambos os casos, permitiram estabelecer processos de formação equivalentes entre o Cabeço da Amoreira e as Poças de São Bento, sob uma mesma designação, com descrições e microfotografias representativas. Seguidamente, avançamos com propostas interpretativas das ações que poderão ter formado estes depósitos, remetendo aspetos descritivos para a figura 3. Identificaram-se depósitos em posição primária (resultantes de descarte simples), em posição secundária (mediante vários processos de remobilização) e superfícies de ocupação (Figura 3).

4.1.1. Depósitos primários de descarte

O descarte simples e direto de conchas é uma das atividades básicas inferidas da análise de microfácies. Os depósitos interpretados como gerados por descarte simples são aqueles em que domina a microfácies de *conchas auto-suportadas* (fig 3). Nestes depósitos predominam conchas inteiras ou quase inteiras com orientação horizontal a sub-horizontal, e têm espessuras entre 2 e 15cm (figs. 4a e 4b). Estas características sugerem uma deposição rápida dos materiais, sendo considerados contextos bem preservados, em posição primária. Muitas das conchas encontram-se esmagadas *in situ*, como indica a presença de fraturas nas conchas sem que estas posteriormente se dispersem (fig. 4c), muito

provavelmente motivadas por pisoteio pelos ocupantes dos sítios sobre estes depósitos.
Um grande número de conchas exibe pendentes calcíticos (fig 4d), isto é, crescimentos gravitacionais sucessivos de cristais de calcite suspensos na face inferior das conchas e cimentação carbonatada na base dos depósitos, individualizada como microfácies de *matriz calcítica* (fig 3). Os pendentes e a cimentação da base dos concheiros revelam um processo pós-deposicional importante: a dissolução de conchas nas zonas superiores dos concheiros, subsequente lixiviação de águas saturadas em carbonato de cálcio e posterior precipitação sob aquelas duas formas. Estamos, portanto, perante um grau de fragilização estrutural ou dissolução completa dessas conchas dos níveis mais recentes. No campo, as camadas superficiais apresentam uma componente conquífera mínima que estará relacionada com processos pós-deposicionais e não com a ausência de níveis de concheiro durante estas ocupações (Figura 4).

4.1.2. Depósitos antropicamente retrabalhados
Os depósitos constituídos por microfácies de *conchas suportadas por matriz* (fig. 3) são interpretados como resultantes de mistura de detritos previamente existentes. Estes depósitos estão, portanto, em posição secundária e são interpretados como remobilizações antrópicas que refletem a intencionalidade de recolher detritos anteriores (abundantes conchas e matriz sedimentar) de um sítio e redistribui-los por outro.
A acumulação de vários depósitos adjacentes resultantes de despejo ou dispersão destes depósitos retrabalhados podem originar uma camada macroscopicamente homogénea (fig. 2c e 2d). No entanto, com base nas variações da matriz sedimentar observada a nível microscópio distinguem-se vários episódios, ou diferentes graus de remobilização. São exemplo destas variações a presença de massas escuras, amorfas e opacas de matéria orgânica, caracterizadas como microfácies de *micromassa orgânica* (fig. 3). Aldeias e Bicho (2016) sugerem que a presença desta microfácies representa a remobilização de resíduos de ocupação junto ao depósito inicial, enquanto a ausência de componentes orgânicos resulta de movimentos para áreas mais afastadas da acumulação antrópica original. Estes depósitos podem contactar diretamente com outros de descarte (figs. 4b e 4h), o que revela mudanças de atividade de uma mesma área e, portanto, da função dada à mesma.

4.1.3. Superfícies de ocupação
A microfácies designada por *componentes horizontalmente orientados*, com a particularidade das conchas se encontrarem esmagadas *in situ* (fig. 3), com fragmentos de conchas na ordem dos mm ou inferior, parece representar a interface das superfícies ocupadas, onde se refletem as consequências de intenso pisoteio.
Ao relacionar-se com os depósitos sub- e sobrejacentes, a presença desta microfácies permite ilações comportamentais mais elaboradas. Tanto no Cabeço da Amoreira como nas Poças de São Bento, a microfácies de *componentes horizontalmente orientados* foi identificada sistematicamente sobrejacente a depósitos de *conchas suportadas por matriz* (fig. 5a e 5b). Ou seja, por baixo dos níveis interpretados como superfícies de ocupação encontram-se depósitos interpretados como despejo antrópico (ver ponto 4.1.2 acima). Tendo em conta a intencionalidade inferida da remoção de sedimentos de um dado lugar para sua deposição noutro, da associação sistemática destas duas microfácies deduz-se que um dos propósitos desta ação seja a regularização ou aplanamento de superfícies e que os depósitos de *conchas suportadas por matriz* marquem o estabelecimento de novas ocupações.
De espessura milimétrica, a microfácies de *componentes horizontalmente orientados* revela a dinâmica de formação de concheiros e, particularmente, ajuda na separação entre distintos episódios de acreção antrópica de sedimentos. Por exemplo, em duas amostras das Poças de São Bento separadas lateralmente cerca de 1m, mas à mesma cota, a identificação desta microfácies permitiu inferir uma superfície de ocupação no interior da camada de concheiro que a olho nu parece homogénea (representada na fig. 2c e d) (figura 5).

4.1.4. Sedimentação natural
Algumas microfácies associadas à estratigrafia dos concheiros são dominadas por processos naturais, embora incorporem elementos antrópicos, como é o caso das microfácies de *areia siltosa com poucas conchas* e de *lentículas de silte arenoso* (fig. 3). A primeira é dominante nos centímetros superficiais dos substratos arenosos subjacentes aos depósitos conquíferos em ambos os sítios. Esta microfácies reflete movimentos pós-deposicionais de elementos antrópicos, como conchas e carvões, para níveis anteriores à ocupação dos sítios e encontram-se,

portanto, em posições secundárias. Algumas conchas nestes depósitos nas Poças de São Bento foram encontradas orientadas horizontalmente e esmagadas *in situ* (fig. 5c, d), o que indica a possibilidade de terem sido pisadas (Duarte *et al.* 2017). O pisoteio pode ser considerado um dos processos de remobilização destes componentes antrópicos, como sugerido por Aldeias e Bicho (2016) quanto à presença desta microfácies em áreas marginais do Cabeço da Amoreira. Esta hipótese permite marcar áreas de circulação não permanentemente ocupadas, pelo menos durante um determinado período, e merece reflexão acerca da necessidade de entender os processos de formação dos concheiros antes de usar materiais para datações dos níveis estratigráficos onde se encontram.

A microfácies de *lentículas de silte arenoso* foi identificada no Cabeço da Amoreira em duas circunstâncias: cobrindo uma superfície de ocupação intra-concheiro (fig. 5a e b) e preenchendo uma estrutura negativa na base do concheiro (fig. 1a). Estas lentículas indicam um processo sedimentar eólico. Aldeias e Bicho (2016) interpretam estes discretos depósitos como resultado de períodos de abandono de, pelo menos, estas áreas do sítio, o que tem implicações na interpretação do concheiro enquanto habitat sedentário ou semi-sedentário. As lentículas eólicas no interior da estrutura negativa evidenciam que esta não foi intencionalmente preenchida, mas deixada aberta e o seu interior sujeito a sedimentação natural (Aldeias e Bicho, 2016).

5. DISCUSSÃO

A grande equivalência entre as microfácies do Cabeço da Amoreira e das Poças de São constitui um novo e robusto dado na abordagem comparativa entre as ocupações dos concheiros de Muge e do Sado. Anteriormente, realçou-se a distinção entre o desenvolvimento em altura (sobreposição) do Cabeço da Amoreira *versus* em área (justaposição) das Poças de São Bento. Com base nos processos de formação inferidos micromorfologicamente, esta oposição não parece dever-se a diferenças substanciais nas atividades realizadas pelos ocupantes mesolíticos. Além do mais, documentou-se tanto no Cabeço da Amoreira como nas Poças de São Bento ocupações renovadas sobre anteriores superfícies de ocupação e a sobreposição intercalada entre depósitos de descarte simples e despejo secundário de detritos. Estas observações colocam em evidência que a sobreposição de depósitos conquíferos teve lugar de forma intencional e nas mesmas circunstâncias em ambos os sítios. Esta inferência parece apontar para a ausência de qualquer planeamento na acumulação predominantemente por justaposição ou por sobreposição num sítio ou noutro, sendo que as ações conscientes de que temos evidência se manifestam de igual forma a nível do registo sedimentar microscópico. Cabe perguntar, então, se esta acumulação diferencial seja antes resultado arbitrário de outras circunstâncias alheias às ações dos caçadores-recoletores de Muge e do Sado.

Um dos caminhos a seguir para abordar esta questão é a análise de possíveis constrangimentos naturais. Neste sentido, é de realçar a maior abundância de elementos microscópicos aquáticos (diatomáceas, foraminíferos, argila exógena, etc.) no Cabeço da Amoreira do que em Poças de São Bento (ver tabela 3). Esta diferença está profundamente associada ao ambiente natural explorado para recoleção de moluscos: as margens estuarinas. A existência de mais elementos aquáticos no Cabeço da Amoreira poderá indicar que a recoleção de conchas foi feita num local muito próximo da jazida e que materiais associados aos lodos das margens estuarinas exploradas tivessem sido transportados em associação com as conchas e depositados (e antropicamente retrabalhados) preferencialmente num mesmo local. Já em Poças de São Bento, a menor abundância de componentes aquáticos não-intencionais poderá apontar para uma maior distância percorrida no transporte das conchas ou, potencialmente, o seu tratamento e limpeza parcial antes da sua acumulação no sítio. Estes dados permitem assumir hipoteticamente que sendo maior a distância percorrida entre o local de recoleção e o depósito final, não existiria uma finalidade prática em ocupar exatamente o mesmo sítio. Estudos micromorfológicos noutros sítios apontados como logísticos (p. ex. Marchand, 2001) e estudos paleoambientais que permitam caracterizar com rigor as margens estuarinas do vale do Sado à semelhança dos trabalhos desenvolvidos para o vale do Tejo afiguram-se, assim, essenciais para aprofundar estas questões.

6. CONCLUSÃO

Os dados microscópicos que os sedimentos conquíferos conservam permitem indagar questões antropológicas e ambientais inerentes à investigação nos concheiros de Muge e do Sado. A abordagem micromorfológica por microfácies revelou semelhanças muito significativas entre o Cabeço da Amoreira e as Poças de São Bento, não só quanto ao tipo de microfácies identificadas, mas também em relação aos componentes sedimentares básicos, que apresentam pouca variabilidade entre os dois sítios. Estas semelhanças resultam não só da incorporação do mesmo tipo de materiais antrópicos (conchas, carvões, materiais faunísticos e artefactos líticos), mas sobretudo do mesmo tipo de ações humanas praticadas. Tanto no Sado como em Muge, o descarte direto de conchas, remobilizações antrópicas de sedimentos anteriores e a sua associação com níveis de superfícies de ocupação mostram que os ocupantes mesolíticos praticaram um conjunto de atividades semelhantes em ambos os sítios. Os estudos micromorfológicos permitiram, assim, obter evidências de mudanças do uso dos espaços e, no caso do Cabeço da Amoreira, zonas do concheiro terem periodicamente abandonadas, o que poderá indicar uso não-sedentários do sítio.

Estes aspetos podem ser destrinçados recorrendo a análise à escala microscópica, através de estudos micromorfológicos. Em larga medida, estamos ainda nos primórdios da aplicação destas técnicas para o estudo de sedimentações antrópicas. A sua extensão a outros contextos certamente alargará as possibilidades interpretativas e permitirá uma compreensão mais global dos comportamentos humanos em contextos de concheiros Mesolíticos.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio das instituições que suportam as investigações aqui apresentadas: o Ministerio de Economía y Competetividad do Governo de Espanha, através da bolsa de Doutoramento FPI atribuída a CD (BES-2012-053695) e do financiamento dos projetos "Coastal transitions: a comparative approach to the processes of neolithization in Atlantic Europe" (HAR2011-29907-C03-00) (P.I.: Pablo Arias) e "Coastal societies in a changing world: A diachronic and comparative approach to the Prehistory of SW Europe from the late Palaeolithic to the Neolithic" (HAR2014-51830-P) (P.I: Pablo Arias); a Fundação para a Ciência e Tecnologia pela bolsa de Doutoramento atribuída a AMC (SFRH/BD/110270/2015) e pelo financiamento dos projetos "Back to Sado: a case among the last hunter-gatherers and farmers' societies emergence in the South of Portugal" (PTDC/HIS-ARQ/121592/2010) (P.I.: Mariana Diniz), "The last hunter–gatherers in the Tagus Valley – The Muge Shellmiddens" (PTDC/HAH/64185/2006) (P.I.: Nuno Bicho) and "The last hunter–gatherers of Muge (Portugal): the origins of social complexity" (PTDC/HIS-ARQ/112156/2009) (P.I.: Nuno Bicho).

BIBLIOGRAFIA

ALDEIAS, Vera; BICHO, Nuno (2016) – Embedded Behavior: Human Activities and the Construction of the Mesolithic Shellmound of Cabeço da Amoreira, Muge, Portugal. *Geoarchaeology*. 31. 6. pp. 530-549.

ANDRADE, César, REBELO, Luís, BRITO, Pedro, FREITAS, Maria Conceição (2013) – Processos holocénicos; aspectos da geologia, geomorfologia e dinâmica sedimentar do troço litoral Tróia-Sines. In DIAS, Rui, ARAÚJO, Alexandre, TERRINHA, Pedro, KULLBERG, João Carlos, eds. – *Geologia de Portugal*. Escolar Editora, Lisboa, pp. 533-571.

ARAÚJO, Ana Cristina (2016) – The Significance of Marine Resources during the Early Mesolithic in Portugal. In DUPONT, Catherine & MARCHAND, Gregor, eds. – *Archéologie des chasseurs-cueilleurs maritimes. De la fonction des habitats à l'organisation de l'espace littoral. Actes de la séance de la Société préhistorique française de Rennes, 10-11 avril 2014. Séances de la Société préhistorique française*, 6. Société préhistorique française, pp. 127-143.

ARIAS, Pablo; DINIZ, Mariana; ARAÚJO, Ana C.; ARMENDÁRIZ, Ángel; TEIRA, Luis C. (2015) – At the edge of the marshes: new approaches to the Sado valley Mesolithic (southern Portugal). In BICHO, Nuno, DETRY, Cleia, PRICE, Douglas T. & CUNHA, Eugénia, eds – *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens. Volume 1*. Cambridge Scholars Publishing, pp. 301-320.

ARNAUD, J. Morais (1987) – Os concheiros mesolíticos dos vales do Tejo e Sado: semelhanças e diferenças. *Arqueologia*. 15. pp. 53-64.

ARNAUD, J. Morais; LARSSON, L. (1994) – Concheiro das Poças de S. Bento. *Informação arqueológica*. 9. pp. 130-32.

ARNAUD, José Morais (2000) – Os concheiros mesolíticos do vale do Sado e a exploração dos recursos estuarinos (nos tempos pré-históricos e na actualidade). *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida, Trabalhos de Arqueologia*. 4. pp. 21-43.

BICHO, Nuno; CASCALHEIRA, João; MARREIROS, João; GONÇALVES, Célia; PEREIRA, Telmo; DIAS, Rita (2013) – Chronology of the Mesolithic occupation of the Muge valley, central Portugal: The case of Cabeço da Amoreira. *Quaternary International*. 308–309. pp. 130-139.

BICHO, Nuno; CASCALHEIRA, João; MARREIROS, João; PEREIRA, Telmo (2011) – The 2008–2010 excavations of Cabeço da Amoreira, Muge, Portugal. *Mesolithic Miscellany*. 21. 2. pp. 3-13.

BICHO, Nuno; UMBELINO, Cláudia; DETRY, Cleia; PEREIRA, Telmo (2010) – The Emergence of Muge Mesolithic Shell Middens in Central Portugal and the 8200 cal yr BP Cold Event. *The Journal of Island and Coastal Archaeology*. 5. 1. pp. 86-104.

CARVALHO, Antonio Faustino (2009) – O Mesolítico final em Portugal. In eds. – *El mesolítico geométrico en la Península Ibérica. Monografías Arqueológicas 44* pp. 33-68.

CORRÊA, A. Mendes (1933) – Les nouvelles fouilles à Muge. In eds. – *XVe Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie préhistoriques* Paris: Librairie E. Nourry, pp. 1-16.

COSTA, Ana Maria, FREITAS, Maria Conceição, LEIRA, Manel, ANDRADE, César, MOTA, Rogério, DINIZ, Mariana, ARIAS, Pablo (in press) – Evolution of the Sado estuary limit over the last 8400 years: implications for the Mesolithic communities. IX Reunião do Quaternário Ibérico.

COSTAS, Susana, FERREIRA, Oscar, PLOMARITIS, Theocharis, LEORRI, Eduardo (2016) – Coastal barrier stratigraphy for Holocene high-resolution sea-level reconstruction. *Scientific Reports*. 6:38726.

COURTY, Marie-Agnès; GOLDBERG, Paul MACPHAIL, RI – Soils and Micromorphology in Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge (1989) ISBN:

COURTY, Marie-Agnès (2001) – Microfacies Analysis Assisting Archaeological Stratigraphy. In GOLDBERG, Paul, HOLLIDAY, Vance T. & FERRING, Chris. Reid, eds. – *Earth Sciences and Archaeology* Boston, MA: Springer US, pp. 205-239.

DINIZ, Mariana, ARIAS, Pablo (2012) – O povoamento humano do paleo-estuário do Sado (Portugal): problemáticas em torno da ocupação dos concheiros mesolíticos. In ALMEIDA, A.C., BETTENCOURT, Ana Maria Santos, MOURA, Delminda, MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio & ALVES, M.I.C., eds. – *Environmental changes and human interaction along the Western Atlantic edge / Mundanças ambientais e interação humana na fachada atlântica ocidental* Coimbra: APEQ-CITCEM-CEGOT-CGUP-CCT, pp. 139-157.

DUARTE, Carlos; IRIARTE, Eneko; DINIZ, Mariana; ARIAS, Pablo (2017) – The microstratigraphic record of human activities and formation processes at the Mesolithic shell midden of Poças de São Bento (Sado Valley, Portugal). *Archaeological and Anthropological Sciences*. pp. 1-27.

GOLDBERG, Paul; BERNA, Francesco (2010) – Micromorphology and context. *Quaternary International*. 214(1), pp. 56-62.

LARSSON, Lars (2010) – Shells in the sand. Poças de São Bento–a Mesolithic shell midden by the River Sado, Southern Portugal. In ARMBRUESTER, T. & HEGEWISCH, M., eds. – *On pre- and earlier history of Iberia and Central Europe: studies in honour of Philine Kalb* Bonn: Habelt, pp. 29-43.

LEORRI, Eduardo, CEARRETA, Alejandro, MILNE, Glen (2012) – Field observations and modelling of Holocene sea-level changes in the southern Bay of Biscay: implication for understanding current rates of relative sea-level change and vertical land motion along the Atlantic coast of SW Europe. *Quaternary Science Reviews*. 42. pp. 59-73.

MARCHAND, Grégor (2001) – Les traditions techniques du Mésolithique final dans le sud du Portugal: les industries lithiques des amas coquilliers de Várzea da Mó et de Cabeço do Rebolador (fouilles M. Heleno). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4. 2. pp. 47-110.

PEYROTEO STJERNA, Rita (2016) – *On Death in the Mesolithic: Or the Mortuary Practices of the Last Hunter-Gatherers of the South-Western Iberian Peninsula, 7th–6th Millennium BCE*. Department of Archaeology and Ancient History, Uppsala University, 2016.

RIBEIRO, Carlos (1884) – Les kjoekkenmoeddings de la vallée du Tage. *Typographie de l'Académie de Sciences*, 1884.

ROCHE, Jean (1966) – Balance de un siglo de excavaciones en los cocheros mesolíticos de Muge. *Empúries: revista de món clàssic i antiguitat tardana*. 28. pp. 13-48.

ROCHE, Jean (1989) – Spatial organization in the Mesolithic sites of Muge, Portugal. In BONSALL, Clive, eds. – *The Mesolithic in Europe. Third International Symposium Jonh Donald* Edinburgh: pp. 607-613.

ROLÃO, José; JOAQUINITO, Anabela; GONZAGA, M. (2006) – *O complexo mesolítico de Muge: novos resultados sobre a ocupação do Cabeço da Amoreira*. Universidade do Algarve, Faro, 2006.

UMBELINO, Cláudia; PÉREZ-PÉREZ, Alejandro; CUNHA, Eugénia; HIPÓLITO, Carla; FREITAS, Maria do Carmo; CABRAL, João Peixoto (2007) – Outros sabores do passado: um novo olhar sobre as comunidades humanas mesolíticas de Muge e do Sado através de análises químicas dos ossos. *Promontoria, Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*. 5. pp. 45-90.

van der SCHRIEK, Tim, PASSMORE, David, STEVENSON, Anthony, ROLÃO, José (2007) – The palaeogeography of Mesolithic settlement-subsistence and shell midden formation in the Muge valley, Lower Tagus basin, Portugal. *The Holocene*. 17. 3. pp. 369-385.

VILLAGRAN, Ximena S. (2014) – A redefinition of waste: Deconstructing shell and fish mound formation among coastal groups of southern Brazil. *Journal of Anthropological Archaeology*. 36. pp. 211-227.

VILLAGRAN, Ximena S.; BALBO, Andrea L.; MADELLA, Marco; VILA, Assumpció; ESTEVEZ, Jordi (2011) – Stratigraphic and spatial variability in shell middens: microfacies identification at the ethnohistoric site Tunel VII (Tierra del Fuego, Argentina). *Archaeological and Anthropological Sciences*. 3. 4. pp. 357-378.

VIS, Geert-Jan, KASSE, Cornelis, VANDENBERGHE, Jen (2008) – Late Pleistocene and Holocene palaeogeography of the Lower Tagus Valley (Portugal): effects of relative sea level, valley morphology and sediment supply. *Quaternary Science Reviews*. 27. pp. 1682-1709.

Componente	Elementos descritivos comuns	Especificidades	Origem
Areia e silte	Grãos minerais entre entre 4µm e 2 mm compostos predominantemente por quartzo e em menor medida, feldspato.	CAM: mica (moscuvite) tamanho silte PSB: grãos opacos e minerais pesados, be arredondados, tamanho areia fina	Subtrato local
Seixos	Rochas e minerais de dimensões entre 2mm até vários cm.	CAM: maioria quartzito, alguns de quartzo PSB: quartzo, arcose, calcário, que ocorrem exclusivamente nos depósito culturais	Transportados pelos ocupantes dos sítios
Conchas	Predominantemnte berbigão (*Cerastoderma edule*) e lamejinha (*Scrobicularia plana*), cujo grau de fragmentação e abundância varia entre microfácies.		Consumo de moluscos
Ossos e espinhas	Predominantemnte berbigão (*Cerastoderma edule*) e lamejinha (*Scrobicularia plana*), cujo grau de fragmentação e abundância varia entre microfácies.		Consumo de mamíferos e peixe
Carvão	Abundantes carvões, no geral, de dimensões diminutas (areia ou menor).		Queima de recursos lenhosos pelos ocupantes
Argila	Presente em pequenas quantidades nos depósitos ricos em conchas.	CAM: pequenos aegado vermelho-acastanhados com prtículas de silte e, por vezes, incorporando diatomáceas. Distribuição intersitcial entre os fragmentos de conchas. PSB: pequenas concentrações de argila aderidas fragmentos de cocnhas ou a superfícies de graos arenosos. Muito ararmente, ocorrem pequenos agregados	Transportada antropicamente, junto com as conchas, do meio estuarino onde estas se recoletavam.
Foraminíferos	Poucos especímenes isolados		Transportada antropicamente, junto com as conchas, do meio estuarino onde estas se recoletavam.
Fitólitos		PSB: consideravelmente alterados, ocorrem nos depósitos culturais mais ricos em matéria orgânica	Possivelmente associados ao processamento de recursos vegetais pelos ocupantes do sítio
Diatomáceas		CAM: contidas em alguns agregados de argila. Identificação preliminar atribui-as às espécies de ambiente lodoso (Aldeias e Bicho 2016).	Transportada antropicamente, junto com as conchas, do meio estuarino onde estas se recoletavam.

Tabela 1 – Componentes sedimentares básicos dos depósitos conquíferos estudados. Legenda: CAM = Cabeço da Amoreira; PSB = Poças de São Bento.

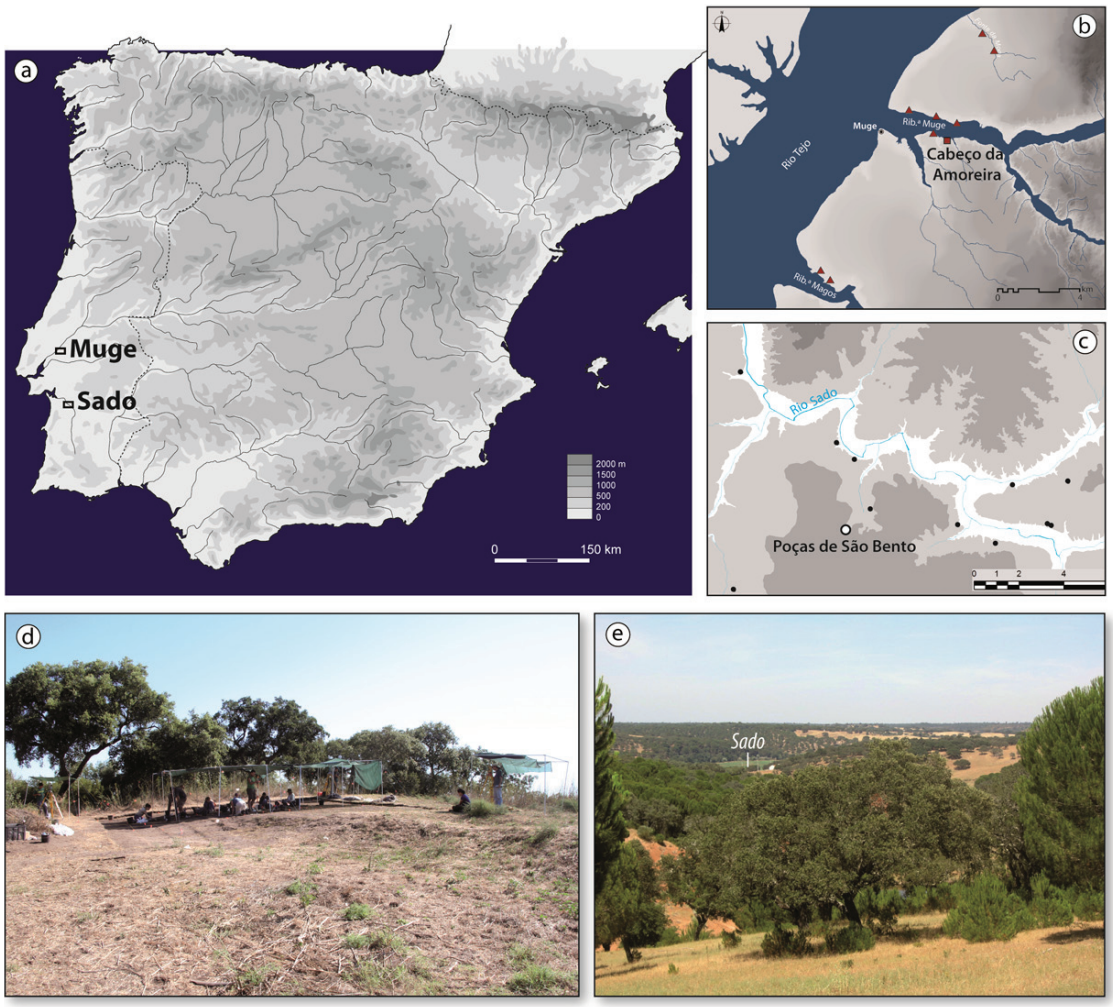


Figura 1 – Localização e paisagem dos vales de Muge e do Sado. (a) Localização dos dois núcleos de concheiros na Península Ibérica (créditos da imagem: projeto SADOMESO, modificado). (b) Localização do Cabeço da Amoreira e dos demais concheiros (triângulos) na área das ribeiras de Muge e Magos (créditos da imagem: Célia Gonçalves, modificado). (c) Localização das Poças de São Bento e dos demais concheiros (pontos a preto) conhecidos no vale do Sado (créditos da imagem: projeto SADOMESO, modificado). (d) Aspeto geral do sítio do Cabeço da Amoreira. (e) Vista geral de um ponto intermédio entre o rio Sado (assinalado) e o sítio Poças de São Bento; note-se o relevo com pendentes algo acentuadas.

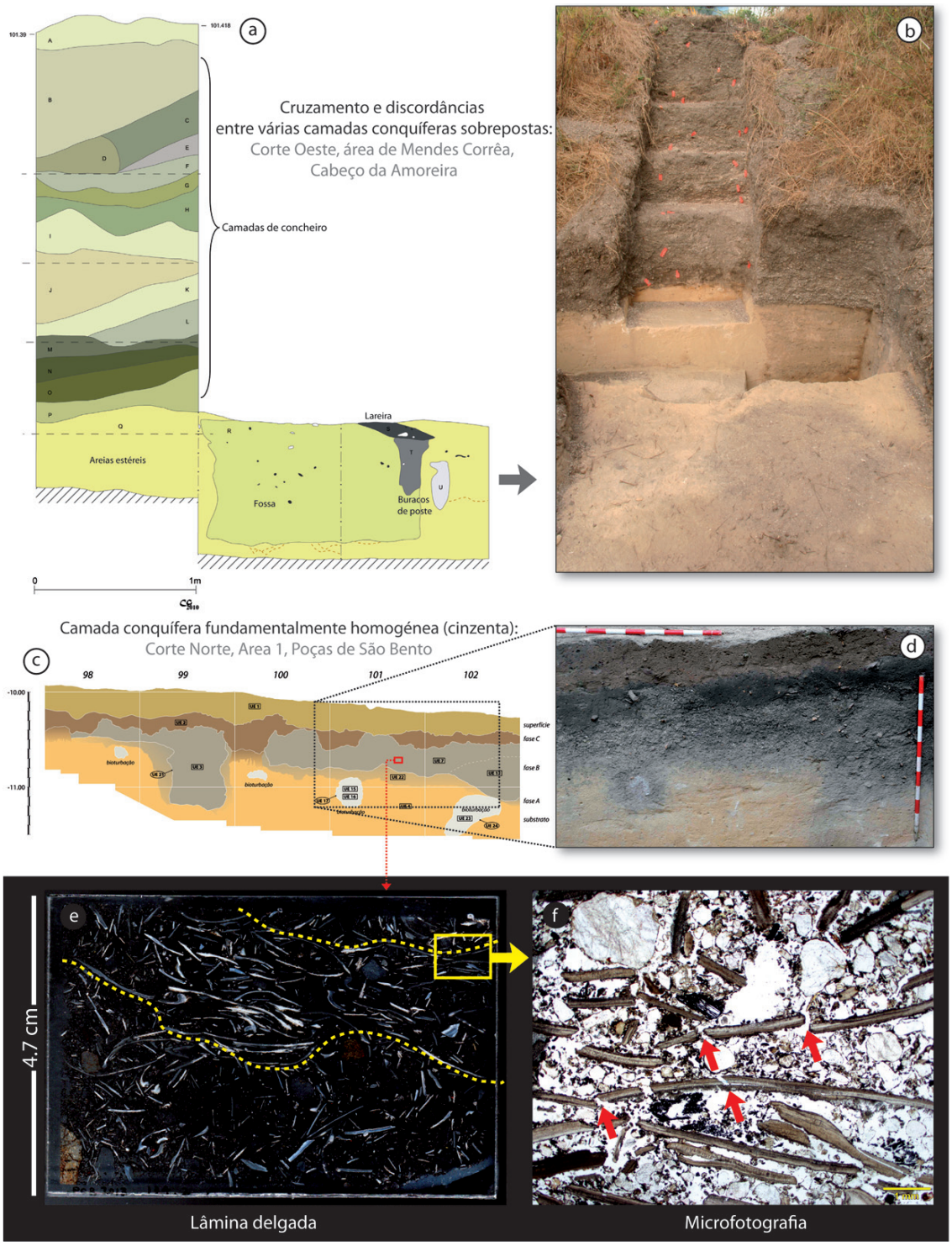
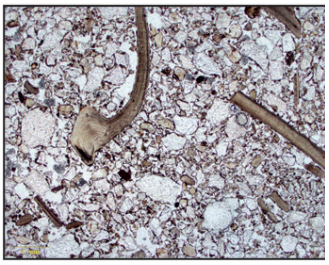


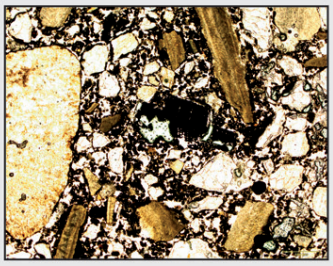
Figura 2 – Depósitos conquíferos dos sítios estudados micromorfologicamente, mediante abordagem por microfácies. (a) Exemplo de estratigrafia intrincada no Cabeço da Amoreira (modificado de Bicho et al. 2013). (b) Fotografia do perfil representado em a. (c) Exemplo de estratigrafia constituída por uma camada conquífera aparentemente homogénea e lateralmente descontínua em Poças de São Bento (créditos da imagem: projeto SADOMESO). (d) Fotografia da área do perfil identificada em c; note-se a homogeneidade geral da camada conquífera. (e) Digitalização em campo escuro de uma lâmina delgada de Poças de São Bento assinalada a vermelho em c; note-se que logo pela geometria dos componentes já se observa sobreposição de diferentes microfácies (contactos com linha a tracejado). (f) Microfotografia da área assinalada em e, obtida ao microscópio petrográfico, onde se observa o contacto entre microfácies; note-se que as conhas orientadas horizontalmente na parte inferior se encontram esmagadas, como indicam as fraturas *in situ* (algumas apontadas com setas vermelhas).



Conchas suportadas pela matriz: fração grosseira heterogénea
Sedimentos em que as conchas são abundantes, mas não o componente principal, sendo suportadas por uma matriz constituída por outros componentes de natureza muito variada (grãos minerais – ver tabela 1 , osso, espinhas, carvão, agregados de argila, foraminíferos, etc.). Nestes depósitos, as conchas encontram-se normalmente muitos fragmentadas e esses fragmentos, tal como o resto de componentes, encontram-se aleatoriamente distribuídos e orientados.

Conchas suportadas pela matriz: fração fina heterogénea
Sedimentos em que as conchas são abundantes, mas não o componente principal, sendo que a matriz arenosa que as suporta se encontra enriquecida em partículas de tamanho de silte e argila

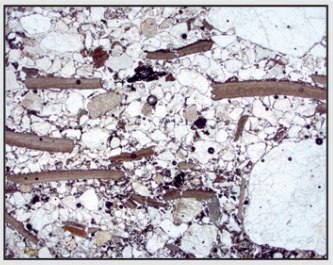




Micromassa orgânica
Sedimentos caracterizados por uma matriz silto-arenosa que inclui uma micromassa marcadamente orgânica, isto é, constituída por finas partículas derivadas de decomposição de matéria orgânica (carvão, fungos, raízes, fibras vegetais, excrementos, etc.) e dão origem a massas amorfas, negras e opacas, entre os componentes mais grosseiros. Estes sedimentos são ricos também em fragmentos de conchas, ossos e carvões, caoticamente distribuídos.

Conchas auto-suportadas
Nestes depósitos, as conchas auto-suportam-se, ou seja, são o elemento predominante do sedimento, sempre com pontos de contacto entre si, com as valvas organizadas em padrões marcadamente paralelos. Outro fator distintivo é que, nestes depósitos, as conchas encontram-se consideravelmente inteiras e dispostas segundo uma orientação semi-horizontal predominante. Estas características definidoras não invalidam a existência de outros componentes intersticiais, de fração fina e grosseira.

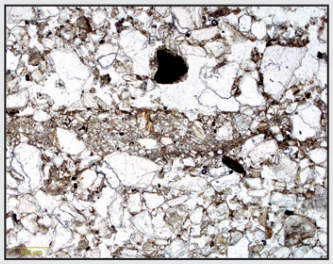




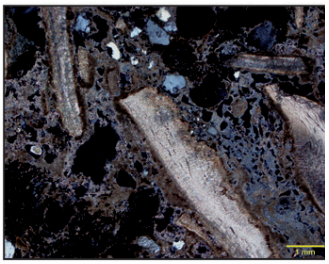
Componentes horizontalmente orientados
Estes depósitos, que apresentam espessuras milimétricas, são diferenciáveis sob o microscópio pela existência de um padrão de orientação horizontal em que se dispõem os componentes longos, fundamentalmente observado em conchas, sendo estas suportadas por uma matriz. A natureza da matriz varia como a microfácies de conchas suportadas por matriz (ver acima). Invariavelmente, nestes depósitos, os componentes dispostos horizontalmente apresentam-se fraturados in situ, isto é, esmagadas.



Argila siltosa com poucas conchas
Sedimentos constituídos por areia siltosa que contêm ocasionalmente detritos antrópicos como carvão e conchas.



Lentículas de silte arenoso
Deposito lenticulares a nível microscópico compostos de partículas de silte e areia fina ligeiramente laminados.



Matriz calcítica
Estes depósitos concentram-se invariavelmente na base dos concheiros. Diferenciam-se pelo facto de se encontrarem cimentados por carbonato de cálcio.

Figura 3 – Microfotografias representativas e descrição sumária das microfácies identificadas nos depósitos conquíferos do Cabeço da Amoreira e das Poças de São Bento.

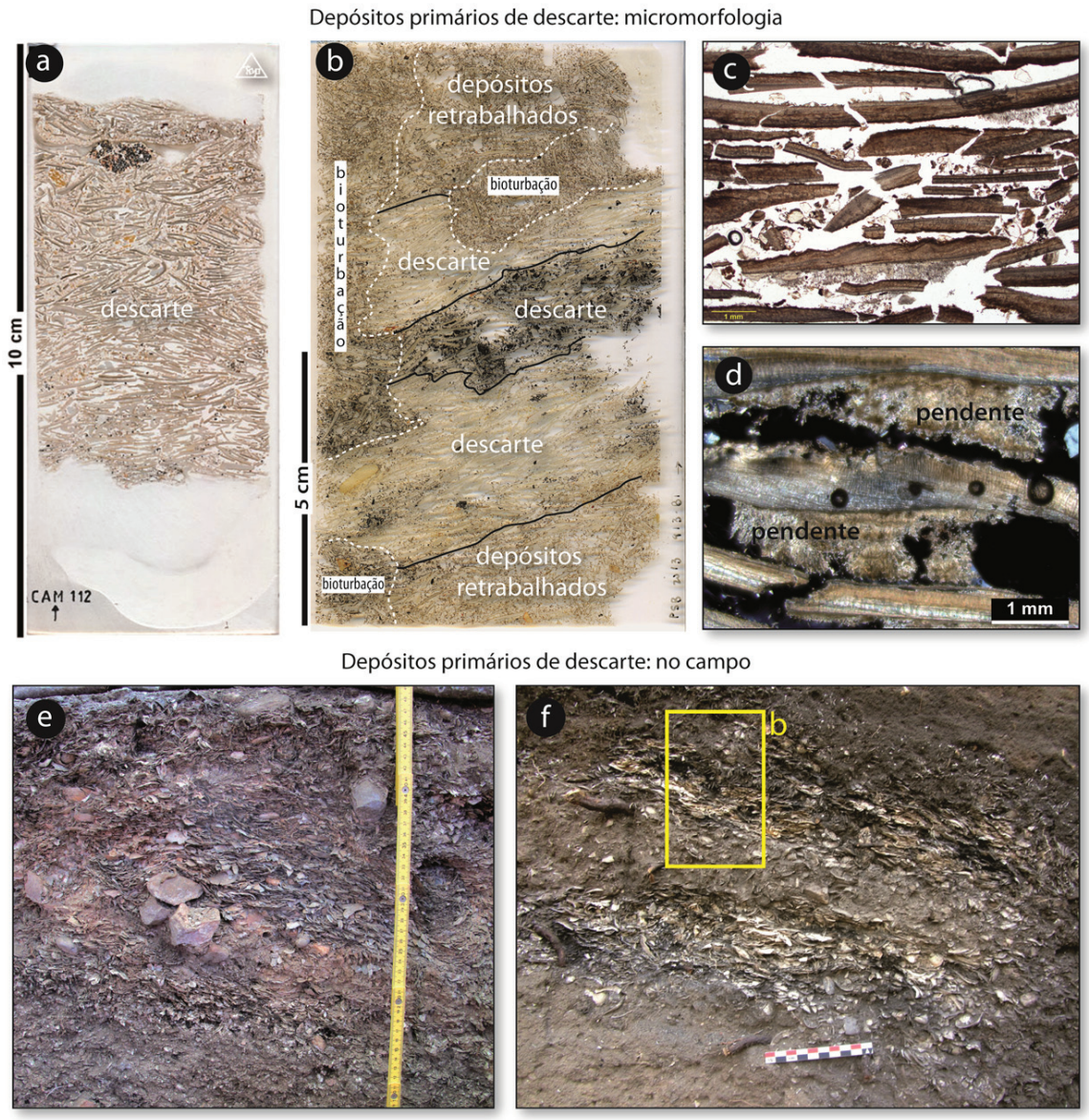


Figura 4 – Depósitos primários de descarte direto a várias escalas. (a) Lâmina delgada do Cabeço da Amoreira com acumulação espessa. (b) Lâmina delgada de Poças de São Bento com acumulações finas sucessivas e de diferentes composições. (c) Conchas esmagadas. (d) Detalhe de pendentes calcíticos. (e) Depósito de descarte do Cabeço da Amoreira em corte. (f) Depósitos de descarte em Poças de São Bento em corte; note-se o depósito secundário de *conchas suportadas pela matriz* intercalado entre dois depósitos de descarte; o retângulo assinala a posição da lâmina delgada representada em b; escala:10 cm.

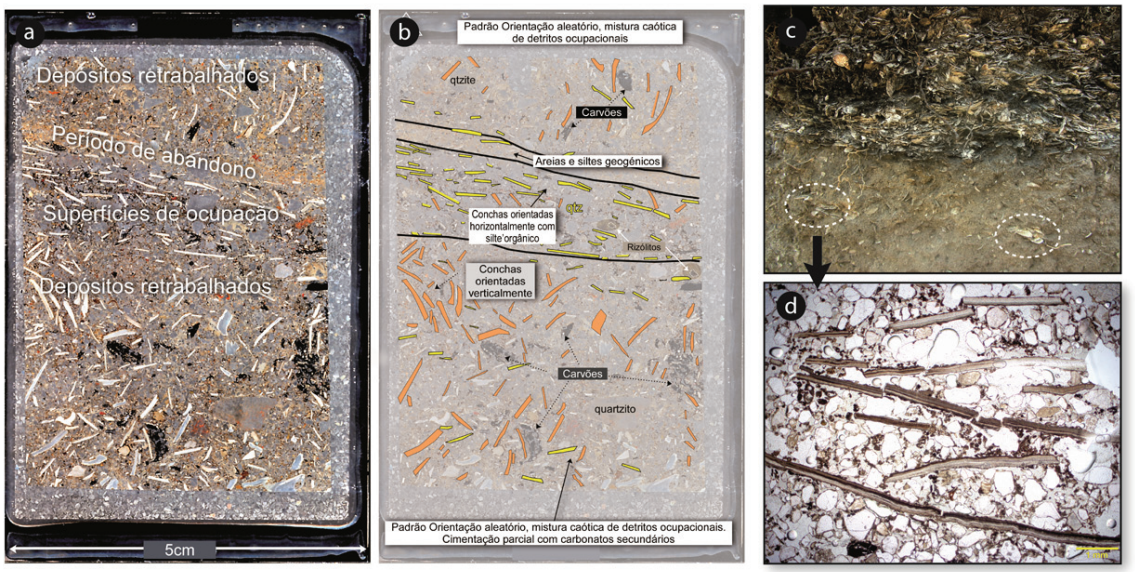


Figura 5 – Associação de microfácies e depósitos de sedimentação natural. (a) Lâmina delgada do Cabeço da Amoreira em que se observa a sobreposição de uma superfície de ocupação sobre depósito secundário retrabalhado e coberta por *lentícula de silte arenoso* interpretada como um período de abandono. (b) A lâmina delgada representada em a, com anotações e delimitação das microfácies. (c) Vista, em corte, do substrato eólico das Poças de São Bento com incorporação de conchas (elipses tracejadas), subjacente a um depósito de descarte. (d) Microfácies de *areia siltosa com poucas conchas*, correspondente ao substrato éolico das Poças de São Bento com conchas exibindo fraturas *in situ*.

LÍTICOS EM CONTEXTO – TECNO-TIPOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL NO CONCHEIRO MESOLÍTICO DE POÇAS DE S. BENTO (ALCÁCER DO SAL)

Diana Nukushina[1], Mariana Diniz[2], Pablo Arias[3]

RESUMO

As mais recentes escavações realizadas no concheiro de Poças de São Bento, no vale do Sado, pela equipa do projecto SADO-MESO, permitiram a recolha e registo sistemáticos de uma grande quantidade de vestígios arqueológicos, nomeadamente de materiais líticos. Através da análise dos conjuntos de indústria lítica recolhidos durante as escavações da Sondagem 1, realizada entre 2010 e 2013, pretendeu-se comparar os resultados da caracterização tecno-tipológica com as informações provenientes de anteriores intervenções, assim como conjugar os mesmos com os dados tridimensionais registados em campo e proceder à avaliação, com apoio de software SIG, da distribuição espacial e estratigráfica dos vestígios líticos nas sequências observadas, procurando identificar padrões de utilização do espaço e processos de formação dos depósitos conquíferos.

Palavras-chave: Poças de São Bento, Concheiro, Mesolítico, Tecno-tipologia lítica, Análise espacial.

ABSTRACT

The most recent fieldwork carried out by the SADO-MESO project team at Poças de São Bento shell midden, in the Sado valley, included a systematic strategy of recovery and recording of a large amount of archaeological remains, especially lithic materials. The analysis of the lithic remains obtained in the excavations of the Area 1, between 2010 and 2013, aimed to compare their techno-typological characteristics with the previously published information, and to combine them with the tridimensional data registered on the field with the support of GIS software, evaluating their spatial and stratigraphic distribution, spatial use patterns and site formation processes of the shell deposits.

Keywords: Poças de São Bento, Shell midden, Mesolithic, Lithic techno-typology, Spatial analysis.

1. INTRODUÇÃO

Poças de São Bento (Alcácer do Sal, Setúbal) integra o complexo de concheiros do vale do Sado, sendo considerado um dos sítios de maior dimensão (3500 m², de acordo com Arnaud, 1989 e Arias *& alii*, 2016), embora a delimitação do mesmo seja difícil, pois tal como os restantes sítios, os depósitos de conchas não formam alterações no relevo visíveis à superfície. O sítio encontra-se localizado no topo de um planalto, a cerca de 80 m de altitude, e afastado cerca de 2,5 km do rio Sado, na margem esquerda de um pequeno afluente. Apesar deste peculiar afastamento em relação ao rio principal, o sítio encontra-se a escassos metros de pequenas nascentes ou poças d'água (reflectidas no topónimo Poças de São Bento), importantes recursos que estariam disponíveis durante as ocupações no Holocénico médio (Arias *& alii*, 2015; Pimentel *& alii*, 2015).

De acordo com a documentação disponível no Arquivo Manuel Heleno do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) sobre as intervenções de M.

1. UNIARQ, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Fundação para a Ciência e Tecnologia; dnukushina@campus.ul.pt

2. UNIARQ, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Associação dos Arqueólogos Portugueses; m.diniz@letras.ulisboa.pt

3. Instituto Internacional de Investigaciones Prehistóricas de Cantabria, Universidad de Cantabria; pablo.arias@unican.es

Heleno no sítio, os primeiros trabalhos terão sido iniciados em 1960, seguindo-se uma segunda campanha em 1964 (Arnaud e Larsson, 1987; Peyroteo Stjerna, 2016), sem que no entanto estejam disponíveis descrições sobre esta intervenção. Um total de 60 m² terão sido escavados à época, no lado Este do sítio (Arnaud, 1989) , assim dividido pela existência de um caminho rural que o atravessava.

Mais tarde, entre 1986 e 1988, foram desenvolvidos novos trabalhos de campo dirigidos por J. Arnaud e L. Larsson, através dos quais se procedeu à relocalização das áreas intervencionadas anteriormente, à recolha de amostras sedimentares através de perfurações com sonda e à escavação de uma área contígua ao "Talhão" (doravante aqui designada como ARN_LS), junto à extremidade Nordeste, com um total de 26 m2 (Araújo, 1995-1997; Arnaud, 2000). De acordo com os autores, a parte Este do sítio aparentava à data uma melhor conservação, considerando a menor densidade arbórea e a ausência de vestígios de lavras recentes, ao contrário do que se verificava na parte Oeste (Arnaud, 1986).

Já no âmbito do projecto SADO-MESO, foram realizados novos trabalhos de campo sob direcção de P. Arias e M. Diniz, entre 2010 e 2016, tendo sido escavadas 11 sondagens de diferente dimensão, nas zonas Oeste e Este do sítio (Arias *& alii*, 2015, 2016; Diniz *& alii*, 2016). Apesar de algumas variações laterais detectadas, a sequência estratigráfica apresentava-se relativamente consistente na maioria das áreas escavadas, tendo sido proposto o seguinte faseamento (Arias *& alii*, 2016):

– Substrato geológico – arenitos cenozóicos ferruginosos de coloração avermelhada ou amarelada e areias (UE 4);
– Fase A – areias acinzentadas com baixa densidade de conchas e líticos (UE 22, 23);
– Fase B – acumulação densa de conchas (sobretudo *Scrobicularia plana* e, em menor proporção, *Cerastoderma edule*) em sedimento arenoso com baixa densidade de outros materiais arqueológicos. As datas de radiocarbono obtidas situam esta fase entre os finais do 7º e meados do 6º milénio cal BC (UE 3, 5, 7, 8, 12);
– Fase C – sedimento escuro com alguns blocos alóctones de arenito, baixa densidade de conchas e material arqueológico disperso, incluindo líticos, ossos e escassos fragmentos cerâmicos. Aparentava corresponder ao horizonte superior de um paleossolo. Os dados disponíveis parecem apontar para uma cronologia dos inícios do 5º milénio cal BC (UE 2, UE 25);
– Fase D – areias amareladas com baixa densidade de material arqueológico e que incluíam alguma cerâmica moderna;
– Superfície – solo moderno (UE 1).

2. MÉTODOS

A Sondagem 1, escavada entre 2010 e 2013, encontrava-se localizada a cerca de 50 m a Oeste das áreas de escavação dirigidas por M. Heleno e J. Arnaud (Figura 1). Uma área total de 12 m² foi intervencionada até ao substrato. Tal como nas restantes sondagens realizadas, procedeu-se à crivagem integral do sedimento recolhido. Para as unidades superficiais, foi utilizado crivo seco com malha de 2 mm, enquanto o sedimento proveniente das unidades não-superficiais foi recolhido em sacos de 10 litros, com registo de número de referência e de U.E., para posterior crivagem a água e flutuação em laboratório de campo. Os materiais arqueológicos recolhidos, incluindo os utensílios líticos, foram acompanhados de ficha individual com identificação do quadrado, unidade estratigráfica e coordenadas tridimensionais. Para efeitos do registo do material proveniente das crivagens, foram retiradas coordenadas tridimensionais para cada balde (equivalente a um Conjunto de Recolha) e atribuído um número de inventário, seguindo o "método do balde" desenvolvido por Harold Dibble (Dibble, Marean e McPherron, 2007) (Figura 1).

A presente análise considerou a totalidade do material lítico recolhido durante as escavações na Sondagem 1 de Poças de S. Bento (doravante designada como S1), tendo incidido mais especificamente sobre a indústria lítica talhada. Tendo-se efectuado a sua análise tecno-tipológica de acordo com os princípios teóricos e metodológicos inerentes ao conceito de cadeia-operatória (Inizian *& alii*, 1999), foram conjugados os dados dos atributos qualitativos e quantitativos com a informação contextual relativa à localização tridimencional de cada peça, procedendo-se à análise espacial dos vestígios e à renderização de mapas com apoio do software *Quantum GIS*.

3. RESULTADOS

3.1. Cômputo global dos vestígios líticos

O conjunto de material lítico recuperado da S1 en-

globa um total de 3931 peças, que inclui, para além da pedra lascada, um importante número de outros materiais, de onde se destaca a presença de termoclastos (18,98%) e de um fragmento de machado de pedra polida.

Na indústria de pedra lascada (Tabela 1), é dominante a categoria de material residual (54,21%), constituída sobretudo por pequenos fragmentos não-classificáveis. O material debitado destaca-se numericamente (37,45%), sendo dominado pelas lascas. Os núcleos são relativamente escassos (2,39%), bem como o material resultante da preparação e manutenção dos mesmos, tendo ainda sido registada a presença de alguns núcleos termoalterados.

As várias categorias tecnológicas encontram-se representadas ao longo da sequência estratigráfica, e contrariamente ao verificado no estudo preliminar anterior sobre o material das unidades estratigráficas 7 e 12 (Araújo, Arias e Diniz, 2015, p. 366) , globalmente a área abrangida pela S1 não parece apresentar diferenças substantivas na representatividade das diferentes categorias tecnológicas em relação a outras áreas intervencionadas – por exemplo, a proporção de núcleos recuperados nesta sondagem, de 2,39%, é similar ao valor calculável para a colecção de ARN_LS (2,68%), a partir dos dados publicados (Araújo, 1995-1997, p. 110). (Tabela 1)

Categoria	N	%
Núcleo	**76**	**2,39%**
Preparação e manutenção	30	0,94%
Flanco de núcleo	11	0,35%
Lamela de crista	5	0,16%
Lâmina de crista	2	0,06%
Lasca de reavivamento lateral	1	0,03%
Tablette parcial	11	0,35%
Material debitado	**1191**	**37,45%**
Lamela	295	9,28%
Lâmina	12	0,38%
Lasca	882	27,74%
Indefinido	2	0,06%
Utensílio	**148**	**4,65%**
Denticulado	6	0,19%
Entalhe	16	0,50%
Furador	3	0,09%
Geométrico	52	1,64%
Raspadeira	3	0,09%
Raspador	1	0,03%
Retoque marginal	46	1,45%
Truncatura	1	0,03%
Retoque diverso	20	0,63%
Peça esquirolada	**1**	**0,03%**
Material residual	**1724**	**54,21%**
Esquírola	157	4,94%
Fragmento	1560	49,06%
Microburil	7	0,22%
Núcleos termoalterados	**10**	**0,31%**
Total Geral	**3180**	**100,00%**

Tabela 1 – Poças de São Bento, Sondagem 1 – categorias tipológicas e tecnológicas de pedra lascada

No que respeita à proveniência estratigráfica da indústria lítica recolhida (Figura 2), a maioria dos vestígios foi recuperada nas unidades superficiais, sobretudo na U.E. 2 (47,36%) e na U.E. 1 (15,35%). Destacam-se ainda, a U.E 12 (19,56%), e embora com quantitativos menores, a U.E. 7 (9,15%), 3 (3,58%) e 25 (3,46%). Em geral, as categorias tecnológicas presentes por unidade não apresentam grandes variações ao nível da sua representatividade, sublinhando-se, porém, algumas excepções:

- uma presença relativamente marcada de núcleos na U.E. 12, representando 4,82% da indústria lítica registada nesta unidade; por outro lado, é nesta unidade que se verifica a mais elevada frequência de núcleos da sondagem (39,47% do total de núcleos recolhidos, ultrapassando os valores da U.E. 2 e U.E. 1);
- na U.E 2, e apesar de esta corresponder à unidade com maior quantidade de vestígios recuperados, a proporção de utensílios retocados é relativamente reduzida (3,52%);
- as U.E. 25 e U.E. 3 apresentam uma maior proporção de material residual (superior a 60% do total); quando considerados os materiais da U.E. 3 espacialmente localizados na área da fossa e da U.E. 5 em conjunto (N=113), a percentagem de material residual atinge os 63,72%, contrastando, por exemplo, com o valor verificável para a U.E. 7 (47,08%; N=291).

Por outro lado, a U.E. 8, associada ao único contexto funerário detectado nesta área (enterramento de cão), não revela uma composição particular em termos de material lítico, assinalando-se apenas a presença de alguns termoclastos (Figura 2).

3.2. Utilização diferenciada de matérias-primas

A maior parte dos restos líticos talhados recuperados foi obtida em rochas siliciosas (62,99%), sobretudo chertes e xistos siliciosos, verificando-se, porém, uma utilização muito substancial de quartzo (17,20%) e de rochas de grão grosseiro (14,28%), entre as quais se destacam os pórfiros e o quartzito, que pelas suas características geram menores quantidades de fragmentos (Tabela 2). Trata-se, como desenvolvido em trabalhos anteriores, de materiais que estariam disponíveis localmente sob a forma de seixos alongados de pequena dimensão em depósitos conglomeráticos paleogénicos (Pimentel *& alii*, 2015).

Quando observada a utilização de matérias-primas por tipo de suporte obtido (Figura 3), verifica-se que as lamelas foram predominantemente produzidas em rochas siliciosas (73,40%), enquanto as lascas não aparentam resultar de uma utilização preferencial, observando-se apenas um ligeiro predomínio de matérias-primas não-siliciosas (55,62%). A utilização diferenciada de matérias-primas foi assinalada em estudos anteriores sobre este sítio (Araújo, 1995-1997; Araújo, Arias e Diniz, 2015), confirmando-se também neste conjunto (Figura 3).

Matéria	N	%
Chert	1021	32,11%
Xisto silicioso	909	28,58%
Jaspe	59	1,86%
Sílex	5	0,16%
Rocha siliciosa	9	0,28%
Pórfiro	304	9,56%
Quartzito	140	4,40%
Quartzo	484	15,22%
Quartzo hialino	63	1,98%
Quartzito/Pórfiro	7	0,22%
Calcário paleogénico	2	0,06%
Rocha ígnea (porfírica)	1	0,03%
Indeterminado	176	5,53%
Total Geral	**3180**	**100,00%**

Tabela 2 – Poças de São Bento, Sondagem 1 – matérias-primas utilizadas.

3.3. Aspectos específicos das categorias tecno-tipológicas

3.3.1. Núcleos

Os núcleos correspondem a uma pequena parcela do conjunto total (2,39%). A maioria corresponde a peças inteiras (71,05%), destacando-se os tipos prismáticos, nomeadamente de debitagem unipolar (32,89%) (Figura 4). Os núcleos prismáticos bipolares (18,42%) e multipolares (10,53%) têm alguma frequência, testemunhando a recorrência de reorientações do eixo de debitagem. Os negativos de extracção evidenciam uma produção orientada para lascas (42,11%) e lascas/lamelas (36,84%), verificando-se raramente a existência de núcleos com negativos de extracção exclusivamente de lamelas.

Embora presente, o material de preparação e manutenção é raro no conjunto total (0,94%), sendo dominado por flancos de núcleo e tablettes parciais, enquanto as peças de crista são muito escassas.

3.3.2. Produtos de debitagem

Ao nível dos produtos de debitagem não-retocados, verifica-se, mesmo considerando a totalidade dos fragmentos, um largo domínio das lascas (74,18%), sendo que o valor ascende aos 78,65% quando considerado apenas o NMI. O comprimento médio de 22,94±10,34 mm revela um conjunto de peças relativamente pequenas, ainda que a variabilidade ao nível deste parâmetro seja elevada. Em geral, e quando comparados os padrões métricos das lascas inteiras por tipo de matéria-prima, verifica-se que as peças em rochas siliciosas apresentam um tamanho menor em relação a outras matérias-primas, nomeadamente os pórfiros e quartzitos – se nas dimensões médias, as diferenças nos valores não são acentuadas, observados os comprimentos das lascas por grupos, verifica-se que as rochas siliciosas dominam até aos 3 cm, enquanto as outras matérias-primas, nomeadamente as rochas de grão grosseiro e os quartzos, são mais representativas entre as peças de maior dimensão. Com efeito, 85,79% das lascas siliciosas apresentam comprimentos inferiores a 3 cm, enquanto no caso das restantes matérias-primas, este valor é de 68,38%. Um carácter residual da produção de lascas em rochas siliciosas, referido anteriormente para o conjunto de peças provenientes da área ARN_LS (Araújo, 1995-1997, p. 115), poderá ser aqui igualmente defendido. Uma parte considerável das lascas apresenta bordos irregulares (47,44%) e vestígios de córtex (42,68%). No entanto, alguma produção intencional de lascas em rochas siliciosas será igualmente defensável, considerando que alguns exemplares atingem uma dimensão superior; por outro lado, verifica-se uma utilização maioritária de lascas em rochas siliciosas na produção de utensilagem retocada.

Entre os produtos alongados, as lamelas são predominantes, ainda que representativas apenas de 24,81% do conjunto de produtos de debitagem (20,31% considerando o NMI). Os parâmetros métricos evidenciam um conjunto de peças relativamente estreitas (largura média de 6,49 ±1,88 mm para as lamelas inteiras). Por outro lado, as lâminas são residuais (1,01%), sendo a sua pequena dimensão igualmente expressiva do seu carácter esporádico, mais relacionado com a variabilidade própria decorrente da produção lítica do que com uma intencional debitagem laminar (Figura 4).

3.3.3. Utensílios retocados

Globalmente, ao nível da utensilagem retocada, verifica-se apenas uma ligeira preponderância das lamelas (54,73%) sobre as lascas (40,54%), o que sugere um aproveitamento relativamente equilibrado dos dois tipos de suportes. Dominam os utensílios geométricos (35,14%) e os utensílios com retoque marginal sobre lascas e lamelas (31,08%). Ainda que com menor importância, os entalhes estão relativamente bem representados (10,81%), nos dois tipos de suportes. Embora os utensílios sobre seixo estejam ausentes, em algumas escassas peças verifica-se a utilização de núcleos como suporte. As raspadeiras e raspadores encontram-se escassamente representados no conjunto, tendo sido obtidos sobre lasca.

A utilização de lascas para o fabrico de utensílios é observável, quer em matérias-primas siliciosas, quer em não-siliciosas. Com efeito, as rochas siliciosas perfazem 78,33% do conjunto, o que demonstra a sua boa representatividade, e em particular face ao conjunto de lascas em bruto. Embora as peças em pórfiro e quartzito apresentem comprimentos médios superiores, as peças em rochas siliciosas apresentam uma variabilidade considerável ao nível das dimensões. A baixa representatividade das lascas em outras matérias-primas neste conjunto sugere ainda a possibilidade de algumas terem sido utilizadas em bruto.No que respeita à tipologia dos geométricos, verifica-se uma presença relativamente equitativa dos três tipos mais comuns, ainda que pela ordem segmento (32,69%) – triângulo (25,00%) – trapézio (23,08%). Tal situação contrasta com os resultados do estudo dos materiais das escavações em ARN_LS, onde os trapézios constituíam a tipologia claramente dominante (53,24%), seguidos, em menor grau, pelos segmentos (Araújo, 1995-1997, p. 135; Nukushina, 2012, p. 78). Por outro lado, na S1, os sub-tipos simétricos são os mais frequentes (46,15% face a 17,31% de sub-tipos assimétricos), nomeadamente ao nível dos segmentos, o que, mais uma vez, contrasta com a área ARN_LS, onde se registou um maior número de sub-tipos assimétricos (36,52% face a 22,19% de sub-tipos simétricos), sobretudo entre os trapézios e triângulos. Ainda no campo das armaduras, considerando as quantidades de material recuperadas na U.E 2 (53,85%) e U.E. 1 (25,00%), verifica-se uma forte desproporção entre as unidades superficiais e as restantes, o que limita fortemente as interpretações tipológico-estratigráficas. A U.E 2, de onde foi recuperada a maior quantidade de geométricos, é destacável um domínio numérico de segmentos (46,43%) face aos outros tipos, estando nesta unidade concentrados 76,47% dos segmentos recolhidos em toda a sondagem. Os trapézios encontram-se identificados apenas nas U.E. 1, 2 e 12, que correspondem às unidades com maior quantidade de material recuperado (Figura 5).

Os microburis são raros neste conjunto (apenas 7 exemplares), contrastando com o número de micrólitos geométricos recuperado.

3.4. A indústria lítica e a sua distribuição espacial e estratigráfica detectada na Sondagem 1

Em relação à distribuição geral dos artefactos líticos, verifica-se uma densificação de Oeste para Este na área da S1, quer planimetricamente, quer verticalmente (Figura 6), acompanhando a pendente do terreno. No eixo S-N, denotam-se maiores densidades de material nos seus extremos. As concentrações estão sobretudo relacionadas com a U.E. 2, mas também com as U.E. 7, 12 e 25. Aliás, a existência de concentrações de material lítico em rochas siliciosas nas U.E. 12 e 7 tinha sido preliminarmente detectada em terreno (Diniz, Arias e Teira, 2012), situação que se confirma com as análises quantitativa e espacial agora realizadas.

Como os dados da análise tecno-tipológica desde logo sugerem, na generalidade, as diferentes categorias tecnológicas encontram-se representadas de forma bastante homogénea ao longo da área de escavação, nos planos horizontal e vertical.

Não obstante a tendência de concentração de material no sentido Oeste-Este, no que toca aos núcleos, essa disposição aparenta ser particularmente mais acentuada, em parte relacionável com a sua maior incidência na U.E. 12. É ainda possível observar, nos dois planos, que os núcleos em matérias-primas

não-siliciosas (nomeadamente os quartzos e as rochas de grão grosseiro como os pórfiros), se encontram mais concentrados na área central da sondagem, sobretudo nas U.E. 7 e 2 (bandas 100 e 101), enquanto os núcleos em rochas siliciosas parecem concentrar-se no lado Este (bandas 102 e 103), e em particular na U.E. 12 (Figura 6).

Já a distribuição vertical de núcleos (Figura 7), lascas e lamelas por dimensão não parece revelar uma tendência específica. Também em relação ao estado de conservação das peças, não foi possível discernir padrões particulares. Foi apenas possível denotar que entre os materiais da área da fossa (U.E.3 e U.E. 5, N=113), a percentagem de produtos de debitagem fragmentados é superior aos valores dos restantes contextos estratigráficos (apenas 25,00% das lascas e 7,14% das lamelas se conservam inteiras). Considerando igualmente a já referida maior proporção de material residual neste conjunto, os vestígios líticos associados a esta estrutura parecem revestir-se de alguma particularidade, sobretudo em comparação com outras realidades estratigráficas como a U.E. 7, onde também se observa uma densa deposição de conchas (Figura 7).

No que se refere à distribuição dos micrólitos geométricos (Figura 8), esta apresenta-se bastante equilibrada em plano e verticalmente. Embora a representação dos diferentes tipos seja relativamente equitativa, denota-se uma ausência de segmentos nos níveis altimétricos mais baixos, onde os restantes tipos, por outro lado, se encontram presentes; observa-se, ainda, verticalmente, uma concentração de segmentos na banda 103 (/99 e 100), U.E. 2, 12 e 25 e outra de trapézios no quadrado 100/100, U.E. 1 e 2. Globalmente, das unidades estratigráficas com depósitos densos de concheiro (3, 5, 7, 8) foram recuperados 12,96% do total de vestígios líticos da S1, valor que evidencia, não obstante os quantitativos dominantes dos estratos mais superficiais, que estas unidades são, ainda assim, bastante ricas em termos de indústria lítica.

Em relação ao material talhado com marcas de alterações térmicas e os termoclastos, a sua maior densidade na zona Este verifica-se, sobretudo, no plano vertical, a qual deverá relacionar-se não apenas com a maior concentração de material lítico em geral, mas também com uma relativa maior incidência das alterações térmicas no material dos depósitos de conchas (8,25%) em comparação com as restantes unidades estratigráficas (6,43%) (Figura 8).

4. DISCUSSÃO

Preliminarmente, é possível realizar algumas considerações sobre a indústria lítica recolhida na S1, destacando similitudes e diferenças face à situação verificada para a área escavada nos anos 1980 (ARN_LS), de acordo com a análise publicada (Araújo, 1995-1997):

- Nas duas áreas, verifica-se uma tendência para a concentração da maior parte dos vestígios líticos nas camadas arenosas superficiais. Não obstante, e ao contrário do que foi apontado para o espólio de ARN_LS (Araújo, 1995-1997, p. 123), na S1 não se verifica uma ausência das peças de maior dimensão nos estratos mais superficiais. Sendo provável, perante o contexto sedimentar arenoso e o carácter microlítico da indústria, a ocorrência de deslocações verticais de material lítico ao longo da estratigrafia, uma "migração" centrada no material de dimensão mais reduzida não nos parece evidente a partir da distribuição espacial registada.
- As categorias tecnológicas representativas das várias etapas das cadeias-operatórias encontram-se ao longo da sequência estratigráfica da S1, em proporções que não contrastam significativamente com as verificadas para a área ARN_LS. No entanto, em ARN_LS, o material residual parece ser menos representativo (49,06% face ao valor de 54,21% na S1, neste último não estando incluídas as lascas entre 1-2 cm de comprimento), enquanto o material debitado assume uma maior proporção (42,80%) do que na S1 (37,45%).
- Ao nível do material debitado, na área ARN_LS, a componente lamelar detém uma importância nitidamente maior (57,11%) relativamente à S1, onde as lascas são predominantes (74,18%). Se, tal como em ARN_LS, um carácter não-intencional da produção da maior parte das lascas em rochas siliciosas poderá ser sustentado para a S1, alguma produção intencional será igualmente defensável, considerando o tamanho de algumas das peças e a frequência da sua utilização como suportes de utensílios retocados de dimensão variada.
- Tal como em ARN_LS, verificam-se, na S1, diferenças na utilização das matérias-primas, com uma utilização preferencial de rochas siliciosas para a cadeia operatória de produção

lamelar, enquanto as lascas apresentam maior diversidade ao nível das matérias-primas usadas. Não se observa, contudo, uma utilização preferencial de rochas não-siliciosas – as lascas em rochas siliciosas encontram-se bem representadas na S1, quer ao nível dos produtos de debitagem, quer dos utensílios retocados.

– Verifica-se, em geral, uma escassa representatividade dos utensílios retocados, sendo estes maioritariamente produzidos sobre lamela. No entanto, são assinaláveis importantes diferenças. Na área ARN_LS, a maior dominância dos suportes lamelares decorre da forte representatividade dos micrólitos geométricos (293 exemplares, correspondentes a 67,4% do total de utensílios retocados). Já na S1, a utensilagem sobre lasca, que chega a ultrapassar o número de geométricos recuperados, detém um peso muito superior em relação a ARN_LS (45,27% face a 13,10%).
– No que diz respeito aos geométricos da S1, as considerações de natureza estratigráfica e tipológica deverão ser acauteladas perante a concentração geral de restos líticos nas unidades superficiais e os quantitativos relativamente escassos de peças com tipos e sub-tipos determináveis ao longo da estratigrafia. Ainda assim, a ausência de um tipo claramente preponderante no conjunto da S1 parece-nos relevante, sobretudo face ao domínio claro de trapézios em ARN_LS.
– Nas duas áreas, embora sempre em menor proporção face às unidades mais densas, os estratos com depósitos de tipo "concheiro" comportam uma quantidade considerável e similar de vestígios líticos (12,96% para a S1 e 9,1% para a camada C de ARN_LS).
– Apesar da imagem geral de homogeneidade da indústria lítica em termos de dispersão nas duas áreas, na S1 foi possível destacar algumas situações específicas. Da U.E. 12, caracterizada como um estrato de sedimento areno-argiloso pobre em conchas e depositado nas irregularidades dos montículos de conchas (Araújo, Arias e Diniz, 2015; Diniz, Arias e Teira, 2012), foi registada uma quantidade avultada de restos líticos, destacando-se ainda uma presença bastante acentuada de núcleos relativamente a outras unidades. Também a fossa preenchida por um denso depósito de conchas (U.E. 3 e 5) revela uma composição mais elevada em material residual e um estado mais fragmentário dos produtos de debitagem, elementos que nos parecem apontar para a especificidade deste depósito e sugerir um carácter funcional efectivamente "residual" do mesmo.

5. CONCLUSÕES

Apesar da distância (cerca de 50 m) relativamente às áreas inicialmente escavadas do sítio por M. Heleno e a equipa de J. Arnaud/Larsson, na S1 as várias categorias tecnológicas gerais representativas das cadeias operatórias do talhe da pedra encontram-se representadas em proporções bastante similares, por exemplo, ao nível dos núcleos e utensílios retocados. Desta forma, podemos afirmar que as evidências a favor da prática de talhe local são idênticas para as duas áreas.

No entanto, detectam-se diferenças relevantes ao nível do seu conteúdo, que nos levam a sugerir a hipótese de estas duas áreas corresponderem a zonas onde o talhe terá decorrido com objectivos distintos:

– uma maior importância da componente de produtos de debitagem na área escavada ARN_LS;
– uma maior importância da componente lamelar na zona ARN_LS, enquanto na S1, as lascas possuem maior importância, quer no conjunto de produtos de debitagem, onde dominam, quer no seio da utensilagem retocada;
– o domínio numérico de trapézios e segmentos entre os micrólitos geométricos, verificado na zona ARN_LS não se observa na S1, onde os vários tipos se encontram presentes de forma repartida, observando-se apenas uma ligeira maior frequência de segmentos.

Se no último aspecto, o factor da dimensão da amostragem poderá influenciar a repartição tipológica, a importância das lascas na componente de debitagem e utensilagem parece conferir uma característica muito própria à área da S1. Esta poderá ser confirmada futuramente com o alargamento das análises da componente lítica a outras sondagens. Por outro lado, a componente de debitagem lamelar e de produção associada de utensílios, nomeadamente de micrólitos geométricos, parece ser mais expressiva do lado Este, a avaliar pelos dados quantitativos da zona ARN_LS (Araújo, 1995-1997), bem como pelos dados preliminares conhecidos para a zona escavada por M. Heleno (Arnaud, 1989). O impacto das diferentes metodologias de escavação e de recolha

de artefactos na constituição destes conjuntos apresenta-se difícil de contabilizar, devendo ser avaliado em maior detalhe com a futura investigação.

AGRADECIMENTOS

O trabalho analítico apresentado foi realizado no âmbito do projecto de doutoramento da primeira autora, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia através da bolsa SFRH/BD/100329/2014 (suportada pelo POCH/Fundo Social Europeu e fundos nacionais do MEC). Os trabalhos de campo decorreram sob direcção de Pablo Arias e Mariana Diniz no âmbito do projecto Sado-Meso, tendo agregado financiamento proveniente do Ministerio de Economía y Competitividad (Espanha) através dos projectos "Coastal transitions: A comparative approach to the processes of neolithisation in Atlantic Europe" (COASTTRAN) (HAR2011-29907-C03-00) e "Coastal societies in a changing world: A diachronic and comparative approach to the Prehistory of SW Europe from the late Palaeolithic to the Neolithic" (CoChange) (HAR2014-51830-P), bem como do Ministério da Ciência e Ensino Superior português (Fundação para a Ciência e Tecnologia) através do projecto "Retorno ao Sado: Um caso entre os últimos caçadores-recolectores e a emergência das sociedades agropastoris no sul de Portugal" (PTDC/HIS-ARQ/121592/2010).

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Ana Cristina (1995-1997) – A indústria lítica do concheiro de Poças de S. Bento (Vale do Sado) no seu contexto regional. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 13–15, pp. 87-159.

ARAÚJO, Ana Cristina; ARIAS, Pablo; DINIZ, Mariana (2015) – Lithics in a Mesolithic shell midden: new data from Poças de São Bento (Portugal). In BICHO, Nuno; DETRY, Cleia; PRICE, T. Douglas; CUNHA, Eugénia, eds.– *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens – Volume 1.* Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, pp. 361-373.

ARIAS, Pablo; DINIZ, Mariana; ARAÚJO, Ana Cristina, ARMENDARIZ, Ángel; TEIRA, Luis (2015) – At the Edge of the Marshes: New Approaches to the Sado Valley Mesolithic (Southern Portugal). In BICHO, Nuno; DETRY, Cleia; PRICE, T. Douglas; CUNHA, Eugénia, eds. – *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens – Volume 1.* Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, pp. 301-321.

ARIAS, Pablo; DINIZ, Mariana; CUBAS, Miriam; DUARTE, Carlos; IRIARTE, Eneko; SALZMANN, Christoph; TEICHNER, Felix; TEIRA, Luis (2016) – Looking for the Traces of the Last Hunter–gatherers: Geophysical Survey in the Mesolithic Shell Middens of the Sado Valley (Southern Portugal). *Quaternary International*. 435, pp. 61-70.

ARNAUD, José Morais (1986) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 1986 no concheiro mesolítico das Poças de S. Bento (Alcácer do Sal)*. [Relatório policopiado].

ARNAUD, José Morais (1989) – The Mesolithic communities of the Sado Valley, Portugal, in their ecological setting. In BONSALL, Clive., ed. – *The Mesolithic in Europe. III International Symposium.* Edinburgh: John Donald, pp. 614-632.

ARNAUD, José Morais (2000) – Os concheiros mesolíticos do vale do Sado e a exploração dos recursos estuarinos (nos tempos pré-históricos e na actualidade). In *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, (*Trabalhos de Arqueologia*; 14), pp. 21-43.

ARNAUD, José Morais; LARSSON, Lars (1987) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 1987 no concheiro mesolítico das Poças de S. Bento (Alcácer do Sal)*. [Relatório policopiado].

DIBBLE, Harold L.; MAREAN, Curtis W.; MCPHERRON, Shannon P. (2007) – The use of barcodes in excavation projects: examples from Mossel Bay (South Africa) and Roc de Marsal (France). *SAA Archaeological Record*. 7:1, pp. 33–38.

DINIZ, Mariana; ARIAS, Pablo; TEIRA, Luis (2012) – *Relatório de progresso: Projecto: Os últimos caçadores-recolectores e os primeiros grupos agro-pastoris, no vale do Sado: estudo arqueológico num contexto regional (SADO-MESO): Poças de S. Bento (Alcácer do Sal): Ano 2 – 2011.* [Relatório policopiado].

DINIZ, Mariana; ARIAS, Pablo; ARAÚJO, Ana Cristina; TEIRA, Luis; NUNEZ, Sara (2016) – *Relatório de Progresso: Caçadores-Recolectores E Sociedades Agro-Pastoris: Territórios E Paisagens Culturais No Vale Do Sado, Na Primeira Metade Do Holocénico (SADO-MESO II): Poças de S. Bento: Cabeço Das Amoreiras: (Alcácer Do Sal): 2015.* [Relatório policopiado].

INIZIAN, Marie-Louise; REDURON-BALLINGER, Michèlle; ROCHE, Hélène; TIXIER, Jacques (1999) – *Technology and Terminology of Knapped Stone: followed by a multilingual vocabulary Arabic, English, French, German, Greek, Italian, Portuguese, Spanish.* Nanterre: C.R.E.P.

NUKUSHINA, Diana (2012) – *Tecno-tipologia lítica e cronometria no Mesolítico final do vale do Sado o caso do concheiro das Amoreiras (Alcácer do Sal).* Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras. [Dissertação de Mestrado].

PEYROTEO STJERNA, Rita (2016) – *On Death in the Mesolithic: Or the Mortuary Practices of the Last HunterGatherers of the South-Western Iberian Peninsula, 7th–6th Millennium*

BCE. Occasional papers in archaeology. Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History, Uppsala University.

PIMENTEL, Nuno; NUKUSHINA, Diana; DINIZ, Mariana; ARIAS, Pablo (2015) – Lithic materials in the Sado River's shell middens: geological provenance and impact on site location. In BICHO, Nuno; DETRY, Cleia; PRICE, T. Douglas; CUNHA, Eugénia, eds. – *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens – Volume 1.* Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, pp. 321-332.

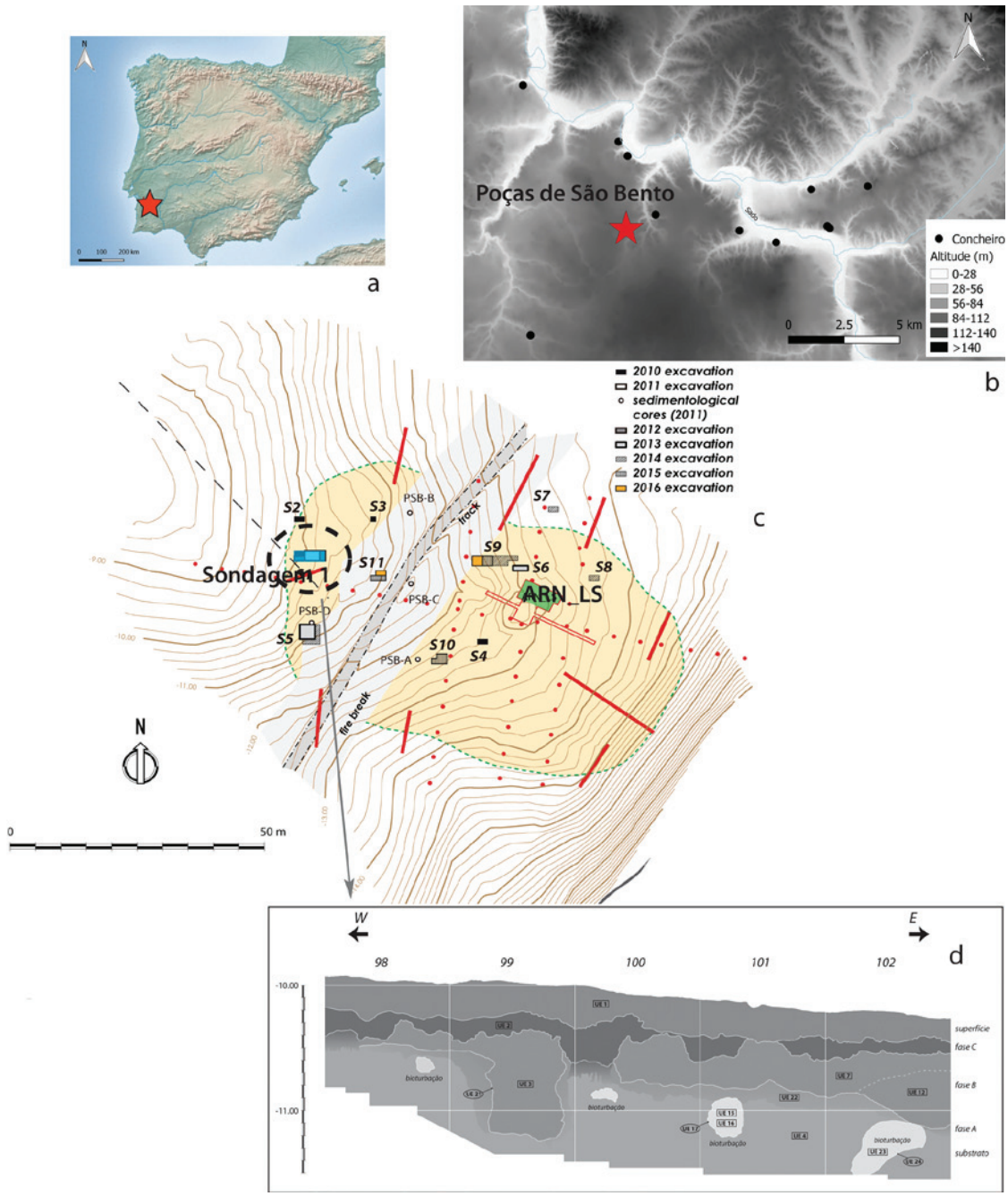


Figura 1 – Poças de São Bento, Alcácer do Sal. a e b: localização do sítio na Península Ibérica e no conjunto dos concheiros do Sado; c: planta do sítio com indicação das áreas intervencionadas entre 2010-2016, com destaque para a S1 (a azul) e a área ARN_LS escavada nos anos 1980 (a verde); d: perfil Norte da Sondagem 1 e faseamento proposto.

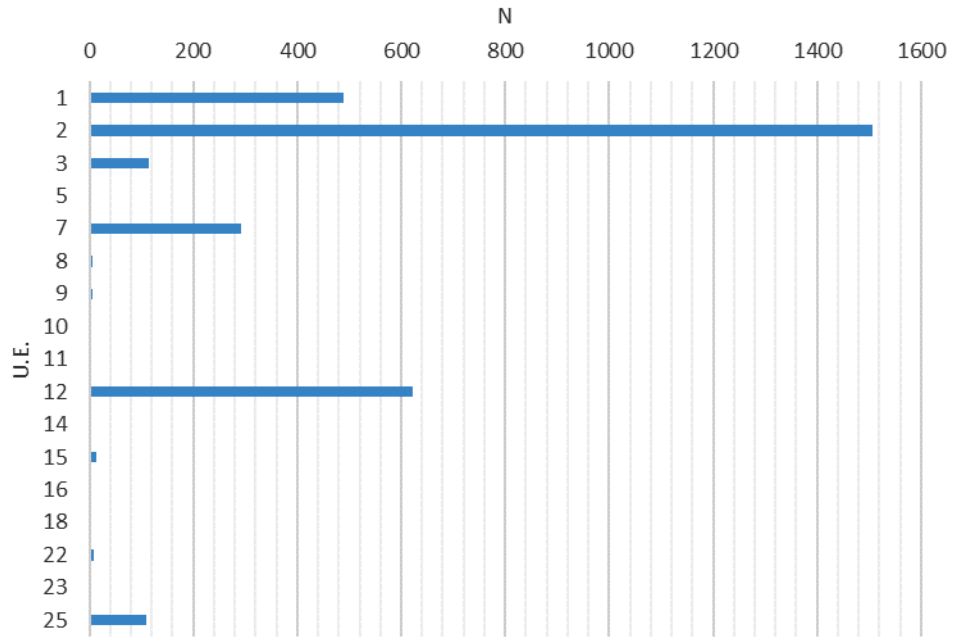


Figura 2 – Poças de São Bento, Sondagem 1 – vestígios líticos por unidade estratigráfica.

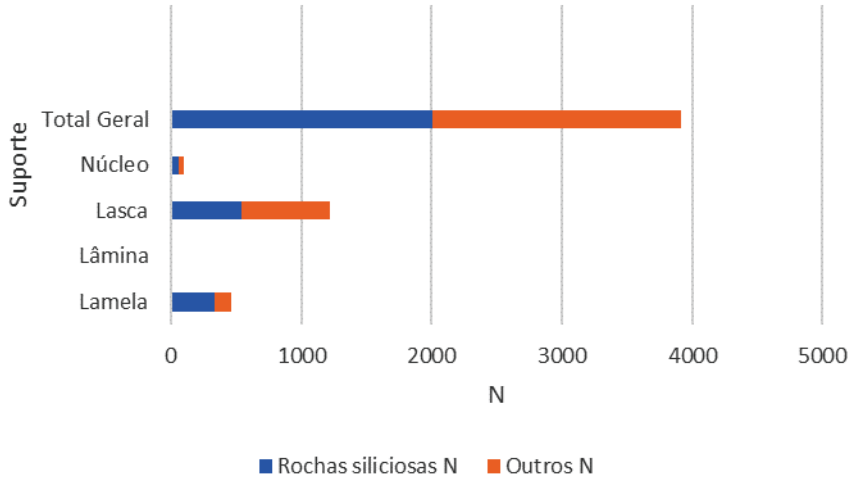


Figura 3 – Poças de São Bento, Sondagem 1 – suportes produzidos por tipo de matéria-prima.

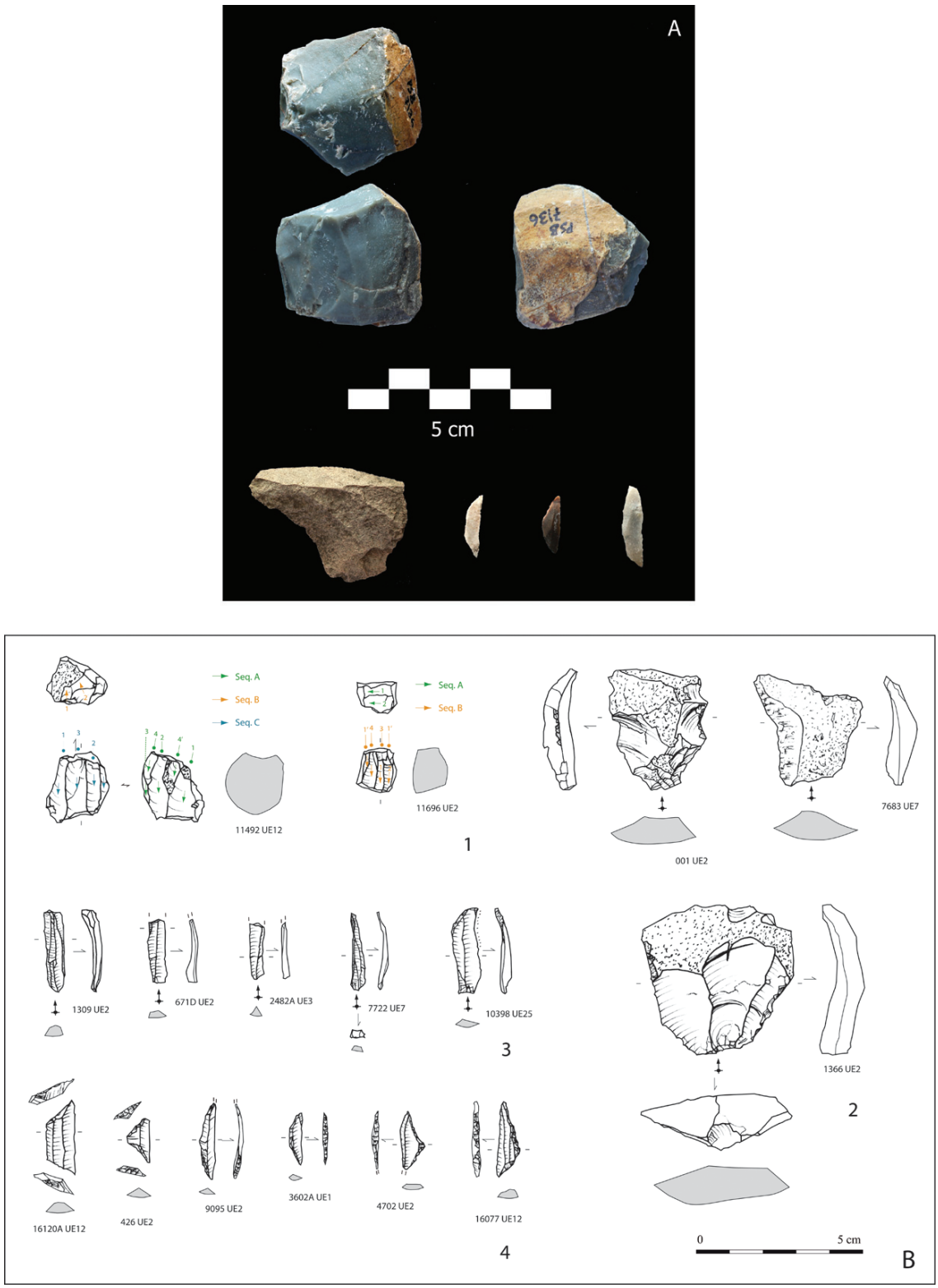


Figura 4 – Indústria lítica proveniente de Poças de São Bento, Sondagem 1. A: Núcleo, lasca e micrólitos geométricos (segmentos); B: 1- núcleos; 2 – utensílios sobre lasca; 3 – lamelas; 4 – micrólitos geométricos.

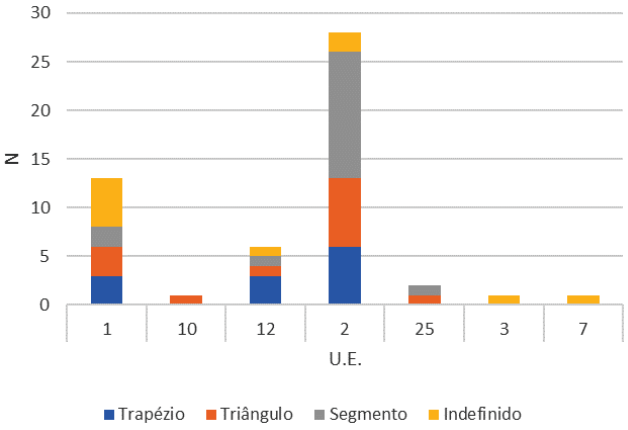


Figura 5 – Poças de São Bento, Sondagem 1 – número e tipo de geométricos recuperados por unidade estratigráfica.

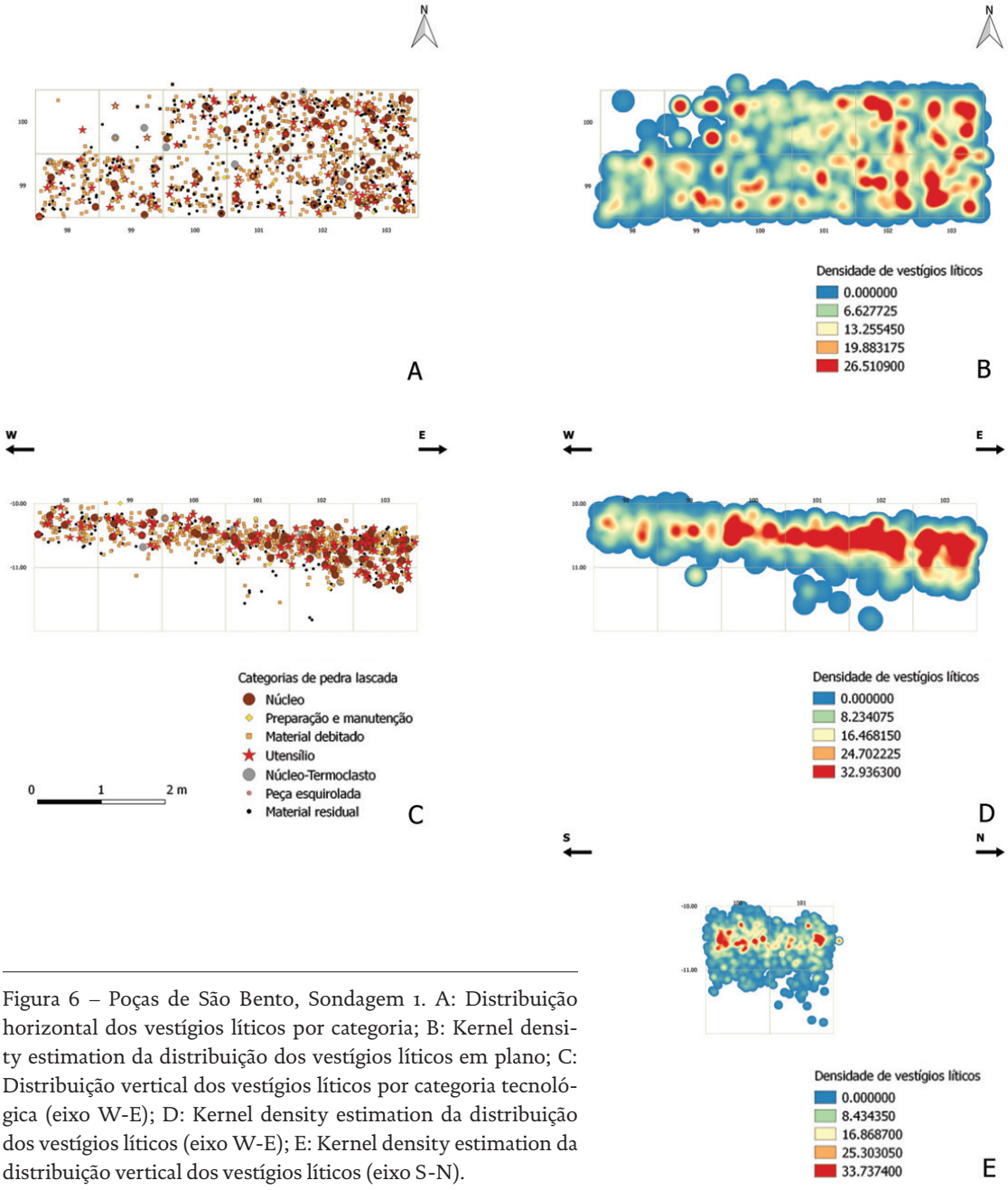


Figura 6 – Poças de São Bento, Sondagem 1. A: Distribuição horizontal dos vestígios líticos por categoria; B: Kernel density estimation da distribuição dos vestígios líticos em plano; C: Distribuição vertical dos vestígios líticos por categoria tecnológica (eixo W-E); D: Kernel density estimation da distribuição dos vestígios líticos (eixo W-E); E: Kernel density estimation da distribuição vertical dos vestígios líticos (eixo S-N).

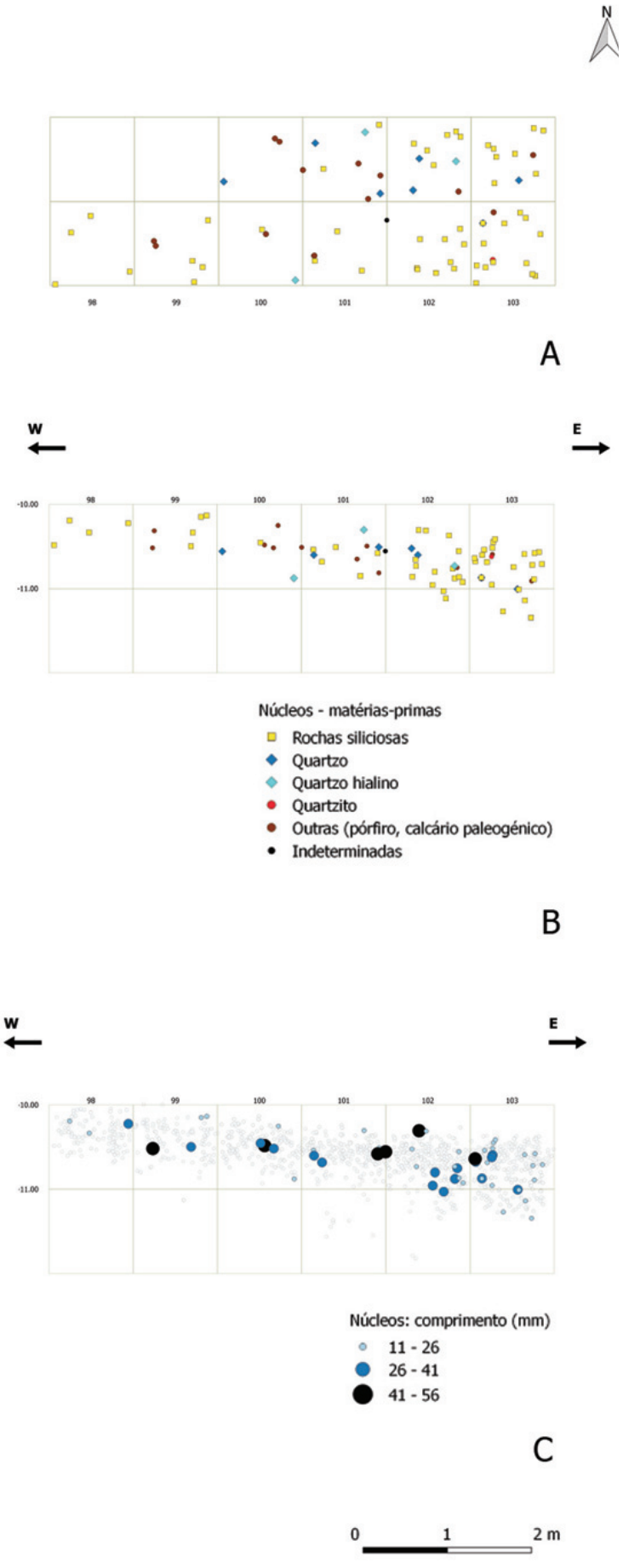


Figura 7 – Poças de São Bento, Sondagem 1. A e B: Distribuição dos núcleos em plano (A) e vertical no eixo W-E (B) por tipo de matéria-prima; C: Distribuição vertical dos núcleos por dimensão (comprimentos), no eixo W-E.

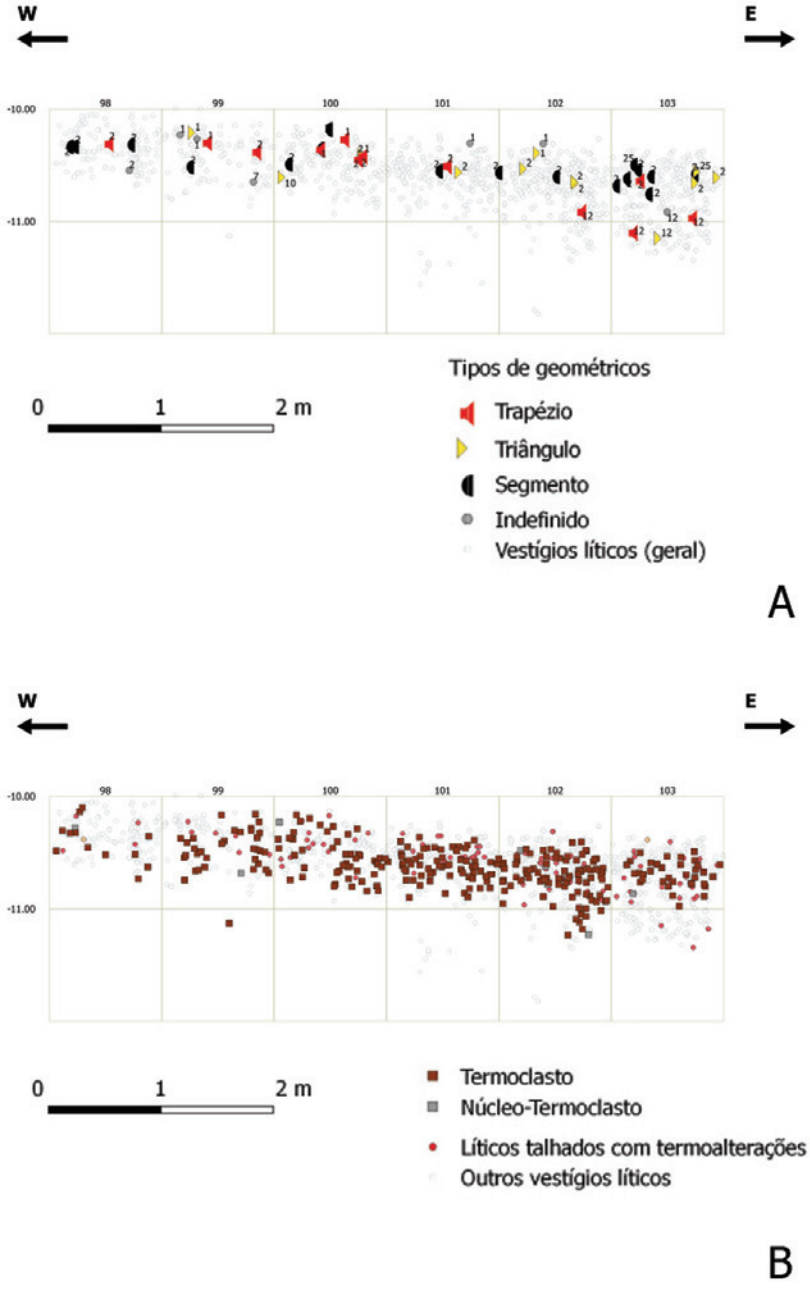


Figura 8 – Poças de São Bento, Sondagem 1. A: Distribuição vertical dos geométricos (eixo W-E) por tipo, com indicação da U.E.; B: Distribuição vertical do material termoalterado (eixo W-E).

ARQUEOTANATOLOGIA E COLEÇÕES MUSEOLÓGICAS: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS PARA O ESTUDO DAS PRÁTICAS FUNERÁRIAS DO PASSADO

Rita Peyroteo-Stjerna[1]

RESUMO

Os contextos arqueológicos com ossos humanos apresentam desafios específicos relativos à interpretação dos processos culturais associados à sua deposição. É neste contexto que se desenvolve a arqueotanatologia, uma metodologia que integra conhecimentos de anatomia humana e teoria tafonómica. Contudo, o método foi desenvolvido para o contexto de escavação e a sua aplicação a documentação antiga pode ser problemática. Neste artigo, apresento os fundamentos da arqueotanatologia e a sua versatilidade para o estudo de coleções museológicas. Pretendo demonstrar, através de um caso de estudo, o potencial deste método para a reconstrução da cadeia operatória dos gestos funerários de populações do passado, cujos vestígios foram documentados em escavações arqueológicas há várias décadas atrás.

Palavras-chave: Metodologia, Arqueotanatologia, Coleções museológicas, Práticas funerárias.

ABSTRACT

Archaeothanatology is a method based on the knowledge of human anatomy and taphonomic theory, developed to analyse archaeological contexts with human remains. The method emerged in the context of field archaeology and its application to museum colections can be problematic. In this paper, I present the principles of archaeothanatology and show its flexibility for the study of archaeological documentation in archive. Through the presentation of a case study I aim to demonstrate the potential of the method for the reconstruction of the *chaîne operátoire* of funerary gestures, which remains were documented in archaeological excavations several decades ago.

Keywords: Methodology, Archaeothanatology, Museum collections, Funerary practices.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos mais de 150 anos da história da Arqueologia em Portugal tem-se acumulado nas nossas instituições um enorme espólio arqueológico, muito do qual mantém-se parcialmente estudado ou inédito. Apesar das limitações das metodologias de escavação e registo das escavações antigas, este valioso acervo contém um enorme potencial científico, mas cuja investigação carece de metodologias adequadas. Os contextos arqueológicos com ossos humanos apresentam desafios específicos relativos à interpretação dos processos culturais associados à sua deposição. É neste contexto que se desenvolvem os princípios metodológicos da arqueotanatologia. O método integra conhecimentos de anatomia humana e teoria tafonómica, com o objectivo de reconstruir práticas funerárias do passado tendo como ponto de partida os restos humanos em contexto arqueológico. A arqueotanatologia desenvolveu-se no contexto de escavação (Duday & *alii*, 1990) e aplica-se em Portugal há mais de uma década (por exemplo, Neves & *alii*, 2012). Porém, o uso deste método para análise de coleções museológicas não é comum e pode ser problemático (Duday, 2006, p. 30).

Através da apresentação de um caso de estudo da

1. Evolutionary Biology Centre, Department of Organismal Biology, Jakobsson Lab, Uppsala University; UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; rita.peyroteo.stjerna@ebc.uu.se

coleção do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) pretendo demonstrar que a arqueotanatologia pode não só ser aplicada fora do contexto de escavação, como também é o método mais robusto e eficaz para a obtenção de novos dados sobre as extensas coleções arqueo-antropológicas existentes em museus. Neste artigo apresento as principais linhas metodológicas da arqueotanatologia, procurando demonstrar a versatilidade do método para o estudo de material arqueológico em arquivo. Este trabalho assenta na análise de contextos com restos ósseos humanos articulados ou semi-articulados e, por essa razão, elementos de análise relevantes para outros contextos funerários não foram desenvolvidos (ver Duday, 2006, 2009; Duday & Guillon, 2006).

2. O PROCESSO METODOLÓGICO DA ARQUEOTANATOLOGIA

2.1. Inquérito tafonómico

O modo de dispor o cadáver tem consequências tafonómicas. O esqueleto pode manter-se preservado se o corpo estiver numa zona onde o processo de sedimentação é rápido, ou se o local de deposição for protegido da erosão, proporcionando um enterramento lento (Lyman, 1994, p. 137). Alguns animais (humanos e outros) são agentes habituais que estão por detrás do processo de enterramento (ocasional ou intencional) e contribuem para a preservação da integridade do esqueleto. Em Arqueologia, os objectivos da análise tafonómica são vários mas o objetivo final é idêntico: identificar os processos tafonómicos possibilitando o reconhecimento dos comportamentos humanos que estão na origem do contexto arqueológico (Lyman, 1994, p. 5).

Os métodos tafonómicos dependem da natureza do contexto, mas sobretudo da natureza do inquérito. A arqueotanatologia é uma abordagem tafonómica centrada na análise de restos humanos em contexto arqueológico. Depende de um inquérito assente nos aspetos biofísicos do corpo humano, e procura explicar as diferenças entre o esqueleto enquanto parte estrutural do corpo humano e os restos identificados em contexto arqueológico. Esta análise proporciona as ferramentas para distinguir os processos naturais dos que resultam da ação humana. Com frequência, os dados são insuficientes para determinar a natureza dos processos de forma inequívoca. No entanto, a arqueotanatologia é um processo metodológico robusto quando o objetivo é a identificação e descrição da cadeia operatória dos gestos intencionais que estão por detrás da deposição de restos humanos. Os objetivos da análise arqueotanatológica centram-se na reconstrução de gestos funerários, e podem ser delineados de uma forma geral como:

- Identificação da natureza do depósito (primário, secundário);
- Descrição do espaço de decomposição do cadáver (preenchido, vazio);
- Reconstrução da posição inicial do cadáver no depósito;
- Reconstrução do depósito sepulcral (por exemplo, tamanho e forma);
- Deteção da presença de elementos perecíveis depositados conjuntamente com o cadáver que possam ter afetado o corpo durante o processo de decomposição, tais como a colocação de estruturas (por exemplo, almofadas, plataformas), ou acondicionamento com invólucros (por exemplo, cordas, mortalhas, coberturas);
- Definição clara dos depósitos que contêm mais do que um indivíduo;
- Identificação de manipulações pós-deposicionais do cadáver.

2.2. Terminologia

Com frequência, a nomenclatura varia nos diversos estudos, dificultando a interpretação e comparação de contextos. A descrição de restos humanos em contexto arqueológico deve usar terminologia específica (anatómica e funerária), clara e bem definida (Boulestin & Duday, 2006; Knüsel, 2014). A terminologia anatómica óssea deve ser usada para a descrição dos restos humanos no depósito, enquanto os termos anatómicos referentes a partes do corpo são preferidos para a apresentação da interpretação do contexto. O corpo humano é a referência para a descrição dos restos ósseos (Duday, 2009, p. 16), que devem ser descritos sempre em relação à Posição Anatómica Padrão do Corpo Humano (White & Folkens, 2005). Os termos relativos à localização são utilizados na prespectiva dos restos osteológicos em análise, e nunca na do observador. Por exemplo, a descrição de uma localização do lado direito refere-se ao lado direito do indivíduo analisado.

Em arqueotanatologia é essencial descrever a lateralidade dos ossos, bem como proceder à sua observação em plano, no quadro do contexto arqueológico. Deve ser indicada a face de apresentação do osso usando como referência os termos direcionais

anatómicos tais como, anterior, posterior, lateral, medial, proximal, distal (Courtaud, 1996; Duday & *alii*, 1990).
O movimento do corpo dá-se em função do movimento das articulações. Os termos relacionados com movimento são descritos em função destas, segundo planos e movimentos utilizados em anatomia, tais como, flexão, extensão, abdução, adução, rotação (Schwartz, 2007; White & Folkens, 2005).
O uso da terminologia funerária deve ser particularmente cuidadoso uma vez que expressa interpretações sobre práticas intencionais. Inconsistências no uso de terminologia apropriada são um obstáculo para a compreensão do contexto funerário. Sugere-se o uso da nomenclatura atual utilizada em Arqueologia funerária em Portugal (Duarte, 2003), adaptada à terminologia e conceitos usados pela arqueotanatologia (Duday, 2009; Duday & *alli*, 1990; Nilsson Stutz, 2003).

2.3. Princípios básicos

Os restos humanos são fontes de informação e devem ser documentados rigorosamente. Registam-se com detalhe todos os elementos ósseos, a orientação de cada osso e a face que apresenta em plano (Courtaud, 1996; Duday & *alii*, 1990; Nilsson Stutz, 2003, p. 205). O fundamento do método assenta na análise da distribuição espacial e orientação dos ossos. Todos os elementos são considerados e as relações dos elementos esqueléticos são cuidadosamente avaliadas (Nilsson Stutz, 2003, p. 156).
A arqueotanatologia baseia-se na identificação das dinâmicas pós-deposicionais da movimentação dos ossos. Haverá sempre uma diferença, mais ou menos pronunciada, entre a posição inicial do cadáver e a situação que o arqueólogo irá encontrar no contexto de escavação. A esqueletização do corpo consiste na eliminação dos tecidos moles dos ossos e é uma das últimas fases da decomposição (Lyman, 1994; Pinheiro, 2006). Esta começa imediatamente após a morte do indivíduo. É um processo complexo, sujeito a inúmeras variáveis e agentes que influenciam a transformação, mais ou menos rápida, do corpo em esqueleto (Pinheiro, 2006). É um processo ativo com importantes consequências tafonómicas, cujo impacto no contexto arqueológico é frequentemente neglegenciado. O processo de decomposição é previsível, e quando compreendido pode fornecer dados objetivos sobre os processos não-naturais e intencionais envolvidos na prática funerária. Os princípios básicos da arqueotanatologia baseiam-se no conhecimento destes processos: 1) observação das articulações anatómicas; 2) observação dos ambientes interno e externo do cadáver.

2.3.1. Primeiro princípio: observação das articulações anatómicas

Durante a decomposição, os tecidos moles dissolvem-se e os elementos esqueléticos entram em colapso até perderem a sua integridade anatómica. As articulações (regiões de contacto entre dois ou mais ossos) têm diferentes níveis de resistência durante o processo de decomposição que são determinados pela sua anatomia (Hill, 1979). A sequência do colapso das articulações é usada para estabelecer a cronologia relativa dos vários eventos da história tafonómica do contexto arqueológico.
Em arqueotanatologia, as articulações são classificadas como *lábeis*, se o seu colapso acontece durante as primeiras fases de decomposição, ou *persistentes*, se resistirem à decomposição por um periodo de tempo mais longo (Duday & *alii*, 1990).
As articulações lábeis podem permanecer intactas por um período de tempo variável, entre algumas semanas até alguns meses. Estas são as articulações temporomadibular (ATM), cervicais (em particular, C2–C3 e C3–C4), esternocostais, escapulotorácica, coxofemoral, as articulações das mãos, e dos pés na sua porção distal (Duday, 2009).
As articulações persistentes podem reter a sua função durante vários meses ou anos, mantendo a integridade anatómica dos elementos esqueléticos envolvidos. Estas são as articulações atlanto–occipital, lombares, lombossacral, sacroilíaca, tibiofemoral, tibiotársica e társicas (Duday, 2009). A desarticulação nas regiões persistentes pode acontecer devido ao impacto do efeito da gravidade sobre a posição inicial do cadáver. Os casos mais comuns de desarticulação precoce de articulações persistentes devido a este efeito observam-se na porção lombar da coluna vertebral e sacroilíaca (Duday, 2006, p. 35).

2.3.2. Segundo princípio: observação dos ambientes interno e externo do cadáver

O processo de decomposição está sujeito aos ambientes interno e externo do cadáver. Enquanto a decomposição no ambiente interno é previsível, o processo no exterior ocorre a diferentes ritmos, consoante os micro-ambientes criados à volta do cadáver (Pinheiro, 2006, p. 87). A dinâmica entre

estes ambientes irá afetar o padrão de distribuição espacial dos elementos ósseos no contexto arqueológico. Para reconstruir a história tafonómica do depósito é necessário considerar: o volume corporal e a decomposição dos tecidos moles no seu ambiente interno; o ambiente externo do cadáver, ou seja, o espaço de decomposição.

Em ambos ambientes, interno e externo, a decomposição da matéria orgânica resulta na criação de espaços vazios que, no caso de um cadáver enterrado, irão ser preenchidos por sedimento. A observação desta dinâmica (espaços vazios: criação e preenchimento) constitui um dos fundamentos da aqueotanatologia (Nilsson Stutz, 2003, p. 151). Esta análise é importante porque todos os espaços vazios criados durante a decomposição poderão contribuir para a instabilidade dos ossos e afetar a sua distribuição espacial.

2.4. A natureza do depósito

A variabilidade das respostas culturais à morte expressa-se na diversidade de formas de tratamento e manipulação do cadáver. A arqueotanatologia distingue entre dois tipos de contextos onde os restos humanos podem ser encontrados: depósito primário e depósito secundário (Duday, 2009, p. 14; Nilsson Stutz, 2003, p. 206).

2.4.1. Depósito primário

Um contexto arqueológico com restos humanos é primário quando a análise indica a deposição direta no espaço sepulcral de um cadáver em integridade anatómica (Duday & Guillon, 2006, p. 125; Duday, 2009). O depósito primário é onde tem lugar a dissolução da matéria orgânica, quer seja através da decomposição, no caso de um enterramento, ou através do fogo, no caso de uma cremação, por exemplo. Um depósito primário é facilmente identificado se os ossos que estão em regiões de contacto lábeis mantêm a sua posição anatómica. Porém, a preservação anatómica das articulações lábeis é rara e a sua ausência não é contudo suficiente para excluir a hipótese de um depósito em posição primária (Duday & Guillon, 2006, p. 128, 131). A desordem dos elementos esqueléticos não é um argumento suficiente para demonstrar a existência de manipulação dos ossos, sendo necessário considerar outros fatores que possam ter perturbado o depósito.

A topografia geral do corpo pode demonstrar a natureza primária do depósito se a ordem geral anatómica se mantiver. Por vezes, a natureza primária do depósito pode ser atestada através da observação de fluidos de decomposição que alteraram a cor do sedimento, assim como pela identificação de organismos associados à decomposição (Duday & Guillon, 2006, p. 131).

Assim, a natureza primária do depósito pode ser demonstrada se um ou todos estes critérios forem identificados no contexto arqueológico: manutenção das articulações lábeis, manutenção geral da integridade anatómica, observação de produtos de decomposição.

2.4.2. Depósito secundário

O depósito secundário contém os restos manipulados do morto e resulta do tratamento dos seus restos em múltiplos episódios, ou *funeral em múltiplos episódios* (Nilsson Stutz, 2003, p. 206). Esta prática caracteriza-se pela ocorrência de mais do que uma fase, entre o momento da morte e o depósito final. O contexto arqueológico pode corresponder à última fase de manipulação, ou a um episódio intermédio.

O depósito secundário é facilmente identificado quando o contexto consiste nos restos esqueléticos ou cremados contidos num espaço mais pequeno do que o corpo humano. O processo em múltiplos episódios ocorre com a desarticulação (natural ou outra) do esqueleto, total ou parcial, e afeta em particular as regiões lábeis. Os ossos destas regiões encontram-se mais dispersos ou estão ausentes, e a topografia geral do corpo não é coerente. Observações como a seleção de elementos ósseos específicos, tais como o crânio ou ossos longos, ou uma organização espacial particular, constituem sólidos argumentos para a identificação de um depósito secundário.

A identificação clara de um depósito secundário é em geral difícil e requer um conjunto de observações que não são explicáveis pelos limites do método arqueológico, ou por processos tafonómicos.

2.5. O espaço de decomposição do cadáver

O processo de decomposição pode ter lugar num espaço vazio ou preenchido (Duday, 2009, p. 32; Nilsson Stutz, 2003, p. 252). A relevância da identificação do espaço de decomposição é dupla: 1) representa um aspeto significativo da prática funerária; 2) tem consequências tafonómicas significativas para a distribuição espacial e orientação dos restos humanos no contexto arqueológico.

O espaço de decomposição é vazio se o cadáver está num espaço aberto, ou se o corpo é colocado num

contentor duro, tal como um caixão ou uma cripta. O espaço de decomposição é preenchido se o cadáver for coberto com sedimento após a morte, quer seja intencionalmente, ou por causas naturais. A decomposição de elementos orgânicos exteriores ao cadáver pode criar novos espaços vazios. Os espaços vazios secundários podem ser detetados através do padrão de dispersão espacial dos ossos e sua orientação. A identificação dos espaços secundários possui um grande interesse porque permite identificar a presença de eventuais materiais perecíveis depositados junto com o corpo, mas que não deixaram vestígios além do seu impacto tafonómico no depósito.
Um cadáver colocado num espaço vazio ficará coberto por sedimento, a não ser que os restos mortais estejam num contentor durável e hermético, tal como um sarcófago de pedra. Este processo tafonómico pode ocorrer a diferentes velocidades durante a decomposição do corpo, dependendo de vários fatores. O preenchimento dos diferentes espaços por sedimentos pode ser progressivo e imediato (colmatagem progressiva), ou retardado (colmatagem diferida) (Duday, 2009, p. 52; Nilsson Stutz, 2003, p. 254). O preenchimento do volume interno do cadáver depende não só das características do espaço de decomposição, mas também das propriedades do sedimento. Se o cadáver for enterrado em contacto direto com o solo e coberto com sedimento poroso e fluido, o seu espaço original é imediata e progressivamente substituído por sedimento à medida que os tecidos moles se dissolvem, sem que ocorra a formação de espaços vazios. Neste caso, o movimento dos ossos será limitado mesmo em regiões lábeis, porque a penetração progressiva de sedimento irá manter o equilíbrio original dos elementos esqueléticos (Duday, 2009, p. 38). O termo *efeito de ampulheta* é usado em arqueotanatologia para descrever situações em que o enchimento é particularmente fluido. Este efeito acontece na presença de sedimento fino, tal como areias de pequeno grão ou cinzas, e é um critério diagnóstico indicativo da colocação do cadáver em contacto direto com o solo num espaço preenchido (Duday, 2006, p. 41).
Quando o cadáver não está em contacto directo com o sedimento, ora colocado num espaço vazio, tal como um contentor duro, ora coberto por um invólucro (contentor mole) relativamente resistente à decomposição orgânica, formam-se espaços vazios à volta do corpo e o preenchimento será retardado até que o contentor ceda. Neste caso, o movimento dos ossos será mais pronunciado, dependendo também da força da gravidade em relação à posição inicial do cadáver (Duday, 2009, p. 35).
Fundamentalmente, se a decomposição do cadáver ocorrer em espaço aberto, pelo menos alguns ossos terão tendência a cair para fora do volume corporal durante a dissolução dos tecidos moles.
A posição em equilíbrio dos elementos esqueléticos é determinada não só pelo padrão de preenchimento, mas também pela relação entre os ossos e os limites do depósito, e entre outros elementos no espaço de decomposição. A arqueotanatologia reconhece a presença de suportes não-sedimentares responsáveis pela manutenção dos ossos em equilíbrio. Este fenómeno é conhecido como *efeito de parede* (Duday, 2006, p. 41; 2009, p. 40; Nilsson Stutz, 2003, p. 256) e consiste na presença de qualquer obstáculo que restringe o movimento dos ossos ao mesmo tempo que previne o seu colapso. Pode produzir-se pelos limites físicos do depósito ou pela presença de elementos orgânicos de decomposição mais lenta colocados junto do corpo. Elementos que cobrem ou envolvem o corpo, incluíndo o vestuário, podem condicionar o movimento dos ossos.

Observações adicionais sobre efeitos de restrição

a) Sedimento e hipercontração do esqueleto

A penetração gradual de sedimento durante a decomposição pode reduzir os ângulos entre as regiões de contato dos ossos e aumentar a flexão das articulações (Duday, 2006, p. 43, 47; 2009, p. 53). Este *efeito de hipercontração* pode ocorrer se o corpo estiver directamente assente sobre o sedimento, afetando as articulações em flexão, que ficam hipercontraídas pela penetração de sedimento fluido e fino. A hiperflexão das articulações não é indicativa da presença de um corpo amarrado ou acondicionado num invólucro apertado (Duday, 2006, p. 43; 2009, p. 54).

b) Invólucros

Os espaços estreitos exercem um óbvio efeito de restrição sobre o cadáver. Por vezes, este efeito não resulta necessariamente do tipo e características do depósito, mas da presença de um invólucro que acondidiona o corpo (Nilsson Stutz, 2003, p. 299). Os invólucros são difíceis de identificar se não se preservarem quaisquer vestígios directos. O padrão de distribuição dos ossos pode ajudar a testar esta hipótese. A decomposição de um corpo amarrado ou coberto por um invólucro irá apresentar um *efeito de parede* geral. Este efeito será particularmente visível ao nível do tronco (Nilsson Stutz, 2006):

– A caixa torácica fica comprimida e apresenta uma aparência "estreita";
– As cinturas escapulares são projetadas para a frente e para cima e as clavículas ficam verticalizadas – *verticalização das clavículas*;
– Os membros superiores apresentam uma rotação para o interior e por vezes para cima, mesmo que de forma reduzida, e estão junto ao tórax.

Enquanto estes indicadores podem ser o resultado de uma sepultura estreita, a possibilidade de um invólucro que acondicionaria o corpo deve ser igualmente considerada, em particular se os limites do depósito forem mais amplos do que a área ocupada pelo cadáver.

2.6. A posição inicial do cadáver no depósito

A análise deve ter em atenção o movimento natural do esqueleto e os vários fenómenos que ocorrem durante a sua decomposição. Os movimentos pós-deposicionais seguem regras simples e lógicas, ditadas pela cronologia relativa da decomposição das articulações e pelo princípio tafonómico fundamental, a lei da gravidade (Duday & Guillon, 2006, p. 128). Este princípio afeta todos os movimentos, mas o seu impacto depende em grande parte da posição inicial do cadáver e da topografia do depósito (Duday, 2006, p. 34). Na Tabela 1 apresento as observações diagnóstico para cada elemento ósseo descrito na literatura, e que se considera relevante no âmbito deste texto. Este formato foi escolhido para facilitar a sua apresentação. A arqueotanatologia é um método dinâmico e os elementos esqueléticos devem ser considerados como um todo. A interpretação não deve ser feita a partir de um elemento isolado, mas da observação conjunta de vários elementos.

2.7. Caracterização do depósito sepulcral

Um dos objetivos da análise das características da sepultura é a identificação e descrição da estrutura que contém os restos humanos aquando do depósito original, isto é, o contentor. Em arqueotanatologia, o termo contentor refere-se a qualquer das formas possíveis de conter um cadáver, desde uma simples cova escavada no solo, uma mortalha (ver *Invólucros*), uma cobertura em madeira, uma caixa tal como um caixão, um sarcófago, ou uma câmara. Assim, um depósito pode acomodar vários contentores envolvendo um cadáver. A presença de restos de madeira, pregos ou outros elementos arquitetónicos, assim como a identificação dos limites do depósito, podem permitir a identificação direta do tipo de contentor. A análise arqueotanatológica auxilia na identificação de tais estruturas, mesmo sem a presença direta dos restos, e mesmo quando os limites do depósito são difíceis de reconhecer no terreno.

As características do contentor, onde os restos mortais estão depositados, influenciam a história tafonómica do depósito, assim como a posição dos elementos esqueléticos recuperados no contexto arqueológico. Em arqueotanatologia, as observações diagnóstico usadas na reconstrução do depósito sepulcral são indicadores indiretos que mostram o efeito do contentor na organização do esqueleto (Duday, 2006). Esta análise requer um conjunto múltiplo de observações, em particular, as que se relacionam com efeitos de restrição, tais como o *efeito de parede* ou a penetração fluida de sedimento com consequências na hipercontração do esqueleto. Da mesma forma, a observação de fenómenos como o colapso de ossos é também importante para a reconstrução das características do depósito.

2.8. Depósitos com mais do que um indivíduo

A aqueotanatologia é particularmente útil neste tipo de análise porque permite a reconstrução do contexto original e a identificação de deposições sincrónicas (simultâneas ou sucessivas/consecutivas) ou diacrónicas (Duday, 2009, p. 72).

As deposições sincrónicas constituem depósitos múltiplos e identificam-se quando a análise arqueotanatológica conclui que os cadáveres conservavam a sua integridade anatómica quando foram postos em contacto. (Duday, 2009, p. 76). Em geral, não é possível determinar se as deposições ocorreram em simultâneo, ou se dentro de um curto período de tempo (sucessivo/consecutivo), dado que as articulações lábeis podem permanecer intactas por várias semanas. É difícil determinar a presença de deposições sincrónicas quando os corpos não se tocam. Outro tipo de observações, tal como o arranjo em comum dos corpos (por exemplo, virados um para o outro), pode ajudar a determinar a sincronicidade, não sendo o diagnóstico contudo conclusivo.

As deposições diacrónicas acontencem em depósitos coletivos. A prática de redução (Duday, 2009, p.72) é um episódio diacrónico e implica a remoção de restos de uma deposição pré-existente para dar lugar ao depósito de um novo indivíduo (ver *Manipulações pós-deposicionais*). Nestes casos, a colocação de um novo corpo constitui um episódio inde-

pendente de deposição, efectuada no interior de um espaço previamente ocupado.

2.9. Manipulações pós-deposicionais do cadáver

Esta categoria refere-se ao manuseamento de restos mortais efectuado após a deposição primária de um corpo (Nilsson Stutz, 2003, p. 309). A manipulação faz parte do processo funerário em múltiplos episódios e pode identificar-se através recolha de ossos de deposições primárias ou pela identificação de ossos humanos em posição secundária (ver *A natureza do depósito*).

Na análise de manipulações pós-deposicionais é importante ter em conta a intencionalidade da prática (Duday, 2009, p. 14, 89), a qual não pode ser confundida com a perturbação tafonómica ou acidental de restos. Da mesma forma, a prática de *redução* não deve ser considerada nesta categoria. De facto, este gesto é literalmente uma manipulação pós-deposicional, com um sentido prático: arranjar espaço necessário para uma nova deposição (Duday, 2009, p. 72). Porém, é sempre relevante discutir a presença/ausência de *redu*ções porque esta prática pode fornecer dados significativos sobre a gestão espacial da área funerária.

3. CASO DE ESTUDO: ESQUELETO 5, CONCHEIRO DE ARAPOUCO, 1961, VALE DO SADO

Este esqueleto foi escavado no concheiro mesolítico de Arapouco no Vale do Sado, em 1961, e está depositado no MNA (Figura 1). Os ossos foram conservados em dois blocos de parafina (6225A, B). A documentação gráfica consiste em fotografias individuais e de grupo. Não são conhecidos desenhos. A apresentação da análise arqueotanatológica descritiva deste depósito tem como o objetivo demonstrar o potencial do método para o estudo de coleções museológicas.

Trata-se de um indivíduo adulto, possivelmente do sexo masculino, deitado sobre as costas no interior do depósito funerário, e encontra-se particularmente bem preservado.

Este caso apresenta vários elementos que são comuns aos enterramentos humanos observados em Arapouco e revelados pela análise arqueotanatológica da coleção (Peyroteo Stjerna, 2016). O primeiro elemento comum é a natureza primária do depósito. No caso deste esqueleto, a manutenção dos ossos da mão direita em conexão anatómica, assim como a manutenção das articulações dos metatarsos e falanges dos pés apoiam esta interpretação. A topografia geral do corpo é também indicativa de um enterramento em posição primária. As poucas desarticulações observadas, ao nível das vertebras cervicais (VC) ou ao nível dos ossos da mão esquerda, são indicativas de pequenos movimentos resultantes da deslocação destes elementos para o interior dos espaços vazios criados durante o processo de decomposição.

Outro elemento comum diz respeito à decomposição do corpo em ambiente preenchido com sedimento. Esta situação é ilustrada pelas partes esqueléticas que se mantiveram intactas no seu lugar, apesar da sua posição estar originalmente em desiquilibrio. É o caso da conexão mantida entre as VC que podem ser seguidas em rotação para a frente e para baixo formando um arco convexo. Um padrão semelhante foi descrito em Skateholm II (Nilsson Stutz, 2003, p. 272). Apenas algumas das VC estão expostas no bloco. Estas estão fletidas para a frente, com uma tendência para decaírem para o lado direito, e formam um arco por detrás do crânio. As articulações cervicais visíveis não se encontram articuladas, mas em contacto. A proximidade do contacto entre as VC manteve-se devido à penetração imediata de sedimento fino durante o processo de decomposição; de outro modo, os ossos não se apresentariam desta forma. Adicionalmente, os ossos da mão direita apresentam uma ligeira rotação interior, mantendo-se contudo em perfeita articulação. Outro argumento importante diz respeito à posição da patela direita, que se encontra suspensa na porção distal do fémur direito. Todas estas observações são indicativas de um processo de decomposição em espaço preenchido, onde estes ossos podiam ficar apoiados, mesmo se em posição instável. Outros movimentos visíveis neste depósito podem ser explicados pela dinâmica do processo de decomposição. O crânio caiu ligeiramente para a frente, mas manteve-se em semi-suspenção, em uma posição elevada no depósito. Da mesma forma, a dispersão dos ossos da mão esquerda teve lugar no volume corporal, e não pode ser atribuída a espaços abertos fora dele. O colapso da caixa torácica é comum em volumes preenchidos, mas neste caso é moderado e a posição das costelas manteve-se ordenada. Este é também o caso do colapso limitado dos ilíacos. A elevação dos ossos do antebraço esquerdo por uma bolsa de sedimento constitui um exemplo in-

teressante da formação de um volume preenchido durante a dissolução de uma área activa durante o processo de decomposição, cuja entrada imediata de sedimento encheu todos os espaços criados dentro do volume do cadáver. Este depósito é exemplificativo de um espaço de decomposição preenchido e onde a penetração de sedimento foi rápida e fluida.
O cadáver foi deitado sobre as costas no interior de uma pequena cova com o fundo em declive, ligeiramente mais elevado no lado superior esquerdo. A cabeça encontrava-se inclinada para a frente e para baixo em direção ao peito, levemente rodada para a direita e com o pescoço fletido para a frente. Este padrão acentuou-se durante o processo de decomposição, primeiro porque o corpo estava deitado em declive, e segundo porque o crânio tem tendência para rodar após o colapso das articulações do pescoço. Observa-se que cabeça é a parte mais elevada do corpo e mais próxima da superfície da sepultura. Neste sentido, a pressão do sedimento sobre a parte de trás da cabeça acentuou a flexão do pescoço, um padrão comum nos enterramentos de Arapouco. O membro superior direito foi colocado em extensão completa, enquanto o membro superior esquerdo se encontrava semi-fletido ao nível do cotovelo, com a mão esquerda colocada em frente ao abdómen. Os membros inferiores encontravam-se fletidos ao nível das ancas e hiperflectidos nos joelhos, ligeiramente inclinados para o lado esquerdo.
As principais pressões observadas sobre o corpo na sepultura são três. A primeira pressão observa-se a partir do padrão de movimento e consequente pressão do peso do sedimento vindo de cima, visível pela flexão extrema do pescoço. A segunda é a pressão lateral e o *efeito de parede* no lado direito da sepultura, visível pelo alinhamento do membro superior direito, envolvendo a cintura escapular e o braço. Esta pressão lateral foi acentuada pela base em declive, ligeiramente mais elevada no lado superior esquerdo, causando a transferência do peso do corpo para o lado direito. Observa-se um padrão de movimento e consequente pressão do peso do corpo do lado esquerdo contra a parede do lado direito da sepultura. A terceira pressão observada é o *efeito de parede* na extremidade inferior do depósito, visível no alinhamento dos membros inferiores, e no efeito de restrição sobre as pernas forçando os pés para as nádegas. As pressões observadas são resultado do tamanho e da forma do depósito sepulcral.

4. ARQUEOTANATOLOGIA NO MUSEU: LIMITES E ESTRATÉGIAS

O método destaca o trabalho de campo e tem sido argumentado que a análise do material pode não ser possível se as observações não forem feitas no terreno (Duday, 2006, 30). Neste artigo argumento que a arqueotanatologia pode ser aplicada na fase de pós-escavação, mas com reconhecidas restrições. A escavação e a produção de documentação minuciosa sobre o contexto funerário – sobretudo quando realizadas observações sobre a distribuição espacial dos ossos, o seu registo tridimensional, recorrendo a representação gráfica de alta resolução, mostrando os elementos diagnósticos de análise – permitem a aplicação do método com poucas restrições (por exemplo, Nilsson Stutz, 2003). Adicionalmente, estudos recentes (por exemplo, Peyroteo Stjerna, 2016; Tõrv, 2015) mostram consistentemente que a arqueotanatologia tem um enorme potencial para a análise de coleções museológicas de escavações antigas, que de outra forma permaneceriam inexploradas.

4.1. As fontes e os desafios

As escavações antigas impõem limitações à análise do material, não só devido aos métodos de escavação utilizados e registo deficiente ou inexistente, mas também devido a problemas de natureza museológica.
Demonstrei neste caso de estudo a possibilidade de efectuar uma análise detalhada tendo por base fotografias de campo e restos osteológicos humanos preservados numa instituição museológica. Outra documentação gráfica, quando disponível (desenhos, plantas), deve ser usada e cruzada com a fotografia. A documentação escrita (notas de campo, diários, relatórios, cartas) deve ser usada como material complementar ao registo gráfico. A abrangência, detalhe, e segurança de cada análise dependerá do carácter e qualidade das fontes disponíveis.

4.1.1. Documentação gráfica

A documentação gráfica é fundamental para uma análise arqueotanalógica independente das observações do escavador não familiarizado com o método. Os desenhos de campo são valiosas ferramentas de análise, mas é necessário ter em atenção algumas das limitações mais comuns encontradas em desenho arqueológico antigo:

– O plano de observação é distorcido e apresenta uma mistura de vistas de plano e de perfil, quando o ideal é a observação dos ossos em plano;
– Faltam detalhes esquemáticos no desenho anatómico que permitam identificar a posição exata do osso no contexto, traduzindo-se na difícil identificação da sua face, quando exposta em plano;
– Apesar do realismo e da atenção aos detalhes representados nos desenhos, o artista opta por vezes por desenhar os ossos em articulação, quando de facto não o estavam (por exemplo, articulações ao nível da cintura pélvica).

Da mesma forma, o uso de material fotográfico pode ser limitado devido aos seguintes factores:

– Estado de preservação da fotografia;
– Distorção na profundidade e posição relativa dos elementos esqueléticos na imagem devido ao desconhecimento do plano de observação ou de focagem do fotógrafo;
– Falta de escala;
– Raridade de fotografias de contextos funerários individuais e com vistas aproximadas (zoom), predominando as vistas gerais de conjunto, que incluem várias sepulturas;
– A ocultação de elementos ósseos por se encontrarem por baixo de outros ou cobertos por sedimentos;
– O tamanho reduzido e a baixa definição das fotografias;
– A fotografia a preto e branco dificulta a percepção da cor dos sedimentos e dos elementos ósseos.

Estas limitações introduzem um grau de incerteza significativo à análise. No entanto, os desenhos e fotografias, quando disponíveis, são documentos valiosos que fornecem informação que de outro modo não estaría disponível.

4.1.2. Restos humanos

Em algumas escavações antigas, os ossos humanos foram recuperados total ou parcialmente em blocos naturais com matriz carbonatada, ou retirados artificialmente em blocos de parafina, ou outro elemento aderente. A preservação em bloco limita as observações bioantropológicas (Cunha & Umbelino, 1995–1997), mas é propícia à arqueotanatologia, uma vez que permite o acesso aos restos tal como foram encontrados. Porém, esta fonte aparentemente perfeita pode ser ilusória: os contextos funerários preservados em bloco não foram completamente escavados, encontrando-se ausentes vários ossos e elementos diagnóstico que se escondem no interior dos sedimentos, por debaixo de outros ossos, e/ou cobertos pela matriz calcária ou pela parafina. Este tipo de material comporta ainda outros problemas: enquanto a parafina ou o sedimento escondem alguns aspetos da prática funerária ou elementos esqueléticos, o bloco, em si, realça outros elementos. Esta distorção, se não for críticamente analisada, pode conduzir a interpretações erróneas.

4.2. As estratégias

A análise arqueotanatológica de fontes históricas é desafiante, mas é praticável (Peyroteo Stjerna, 2016; Tõrv, 2015). O método não tem limites culturais ou cronológicos e pode aplicar-se tanto no terreno como em laboratório.

Uma das estratégias de análise deve ter por base o cruzamento crítico de múltiplas observações, bem como a interseção de toda a documentação disponível de forma a demonstrar o grau de segurança de cada argumento. A análise arqueotanatológica limitada à pós-escavação não deve depender de uma só fonte, mesmo quando aparentemente completa.

Uma segunda estratégia é a referência a material comparativo previamente publicado. Esta é uma forma valiosa de comparar e testar observações com referência a material previamente analisado, de acordo com os princípios do método.

Uma terceira estratégia é compreender o contexto da produção dos dados, permitindo o necessário acesso crítico e informado à documentação original. O acesso aos arquivos e à documentação original é o mais próximo que se pode chegar do ponto de partida, isto é, da escavação no terreno.

5. CONCLUSÃO

A arqueotanatologia oferece uma análise passo-a-passo baseada em observações diagnóstico que permitem confirmar ou refutar hipóteses.

Quando se conduz este tipo de análise, todas as fontes de informação podem ser reveladoras. As fontes que se assumem como as mais completas não devem ocultar outras que, à partida, parecem ser menos informativas. A arqueotanatologia no museu deve fazer-se através de múltiplos filtros e com referência a material publicado e bem descrito. Para realizar análises mais precisas, é necessário mais

material comparativo, baseado em protocolos e terminologia comuns. A publicação de resultados de campo é uma ligação estratégica fundamental entre a arqueotanatologia de terreno e a as futuras possibilidades no laboratório.

Como em qualquer campo científico, a interpretação do material pode manter-se em aberto, aguardando novos dados e novos desenvolvimentos do método. Apesar das limitações, a arqueotanatologia é certamente um dos métodos mais robustos e seguros para aceder, estudar, e recuperar novos dados sobre os extensos espólios arqueológicos depositados nos nossos museus, que de outra forma não seria possível conhecer.

AGRADECIMENTOS

A Ana Cristina Araújo pela leitura do manuscrito e pelos comentários.

BIBLIOGRAFIA

BOULESTIN, Bruno, DUDAY, Henri (2006) – Ethnology and archaeology of death: from the illusion of references to the use of a terminology. *Archaeologia Polona* 44, pp. 149-169.

COURTAUD, Patrice (1996) – Anthropologie de sauvetage: vers une optimisation des méthodes d'enregistrement. Présentation d'une fiche anthropologique. *Bull. et Mem. De la Soc. D'Anthrop. de Paris* 8 (3-4), pp. 157-167.

CUNHA, Eugénia, UMBELINO, Cláudia (1995-1997) – Abordagem antropológica das comunidades mesolíticas dos concheiros do Sado. *O Arqueólogo Português* S4 13-15, pp. 161-179.

DUARTE, Cidália (2003) – Bioantropologia. In MATEUS, José E., MORENO-GARCÍA, Marta, eds. – *Paleoecologia humana e arqueociências: um programa multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia 29), pp. 263-296.

DUDAY, Henri (2006) – L'archeothanatologie ou l'archéologie de la mort (Archaeothanatology or the Archaeology of Death). In GOWLAND, Rebecca, KNÜSEL, Christopher, eds. – *Social archaeology of funerary remains*. Oxford: Oxbow Books, pp. 30-56.

DUDAY, Henri (2009) – *The archaeology of the dead: lectures in archaeothanatology*. Oxford: Oxbow Books (Studies in funerary archaeology 3). 158 p.

DUDAY, Henri, COURTAUD, Patrice, CRUBEZY, Eric, SELLIER, Pascal, TILLIER, Anne-Marie (1990) – L'Anthropologie "de terrain": reconnaissance et interprétation des gestes funéraires. *Bulletins et Mémoires de la Société d'anthropologie de Paris* 2 (3-4), pp. 29-50.

DUDAY, Henri, GUILLON, Mark (2006) – Understanding the circumstances of decomposition when the body is skeletonized. In SCHMITT, Aurore, CUNHA, Eugénia, PINHEIRO, João, eds. – *Forensic anthropology and medicine: complementary sciences from recovery to cause of death*. Totowa, NJ: Humana Press, pp. 117-157.

HILL, A. (1979) – Disarticulation and scattering of mammal skeletons. *Palaeobiology* 5, pp. 261-274.

KNÜSEL, Christopher (2014) – Crouching in fear: terms of engagement for funerary remains. *Journal of Social Archaeology* 14 (1), pp. 26-58.

LYMAN, R. Lee (1994) – *Vertebrate taphonomy*. Cambridge: Cambridge University Press (Cambridge Manuals in Archaeology). 524 p.

NEVES, Maria João, FERREIRA, Maria Teresa, ALMEIDA, Miguel, PINHEIRO, João (2012) – A importância dos processos de decomposição cadavérica para a interpretação do registo osteoarqueológico. *Al-madan* II Série (17), pp. 30-37.

NILSSON STUTZ, Liv (2003) – *Embodied Rituals and Ritualized Bodies: tracing ritual practices in Late Mesolithic burials*. Almqvist & Wiksell International (Acta Archaeologica Ludensia 46). 395 p.

NILSSON STUTZ, Liv (2006) – Unwrapping the dead. In LARSSON, Lars, ZAGORSKA, Ilga, eds. – *Back to the origin. New research in the Mesolithic-Neolithic Zvejnieki cemetery and environment, Northern Latvia*. Almqvist & Wiksell International (Acta Archaeologica Ludensia 52), pp. 217-233.

PEYROTEO STJERNA, Rita (2016) – *On Death in the Mesolithic. Or the Mortuary Practices of the Last Hunter-Gatherers of the South-Western Iberian Peninsula, 7th–6th Millennium BCE*. Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History (Occasional Papers in Archaeology 60). 510 p.

PINHEIRO, João (2006) – Decay process of a cadaver. In SCHMITT, Aurore, CUNHA, Eugénia, PINHEIRO, João, eds. – *Forensic anthropology and medicine: complementary sciences from recovery to cause of death*. Totowa, NJ: Humana Press, pp. 85-116.

SCHWARTZ, Jeffrey (2007) – *Skeleton keys: an introduction to human skeletal morphology, development, and analysis*. 2nd edition. Oxford: Oxford University Press. 402 p.

TÕRV, Mari (2015) – Body on paper. Applying archaeothanatological principles in re-analysing the Tamula XXII Neolithic burial from Estonia. In VON HACKWITZ, Kim, PEYROTEO STJERNA, Rita, eds. – *Ancient Death Ways: proceedings of the workshop on archaeology and mortuary practices*. Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History (Occasional papers in archaeology 59), pp. 167-190.

WHITE, Tim D., FOLKENS, Pieter Arend (2005) – *The human bone manual*. Elsevier Academic Press. 464 p.

Elementos ósseos/ Tipo de informação	Observações diagnóstico
Crânio e mandíbula Posição inicial do cadáver no depósito (cabeça)	A articulação temporomandibular (ATM) é uma das primeiras a desintegrar-se. – ATM desarticulada: rotação tafonómica. Se o corpo está deitado sobre as costas, depois da desarticulação da ATM, a mandíbula tende a cair para a frente enquanto o crânio rola para o lado oposto. – AMT articulada: pode indicar rotação tafonómica ou intencional. A manutenção deste elemento em articulação não é suficiente para confirmar a posição inicial da cabeça (Duday, 2009, 19). A análise da rotação da cabeça deve ser feita com cautela e baseada em múltiplas observações (ver *VC*).
Hioide Espaço de decomposição	Preservação rara. Hioide em posição anatómica: espaço de decomposição preenchido com *efeito de ampulheta*.
Coluna vertebral: VC, C1–C7 VL, L1–L5 Natureza do depósito Espaço de decomposição Posição inicial do cadáver no depósito	*Coluna vertebral (CV)* Observações mais relevantes: vértebras cervicais (VC), e lombares (VL) até certo ponto. A rotação das vértebras torácicas pode ser indicativa sobre a posição inicial do tronco. *VC (C1–C7)* A articulação atlanto–occipital é persistente; as outras articulações são lábeis, em particular C2–C3 e C3–C4. A manutenção das VC em articulação é indicativa da natureza primária do depósito e do espaço de decomposição preenchido. A rotação da cabeça envolve as VC. É importante observar a porção superior. – VC em continuidade articular e grau de rotação em conformidade com a rotação da cabeça: a intencionalidade da rotação confirma-se. – VC formam arco articulado: indica que o pescoço estava inicialmente fletido para a frente e para baixo trazendo a cabeça para o tronco. Este movimento pode ocorrer se a posição inicial é sentada ou semi-sentada, mas mesmo um declive moderado pode ter impacto neste movimento. A manutenção das VC em articulação pode explicar-se pela penetração progressiva e imediata de sedimento. *VL (L1–L5)* As articulações L1–L5 e sacroilíaca (L5–sacro) são persistentes e muito resistentes, mas são frequentemente encontradas desarticuladas devido ao efeito da gravidade. Por vezes, observa-se um ângulo entre L5–sacro indicativo do movimento para a frente do sacro seguido das VL. A migração para a frente do sacro relaciona-se com o movimento descendente da CV, que pode ser explicado se o cadáver está numa posição sentada ou em declive (Nilsson Stutz, 2003, 269).
Caixa torácica (CT): Esterno Vértebras Espaço de decomposição Posição inicial do cadáver Aspetos sobre o depósito sepulcral	Particularmente vulnerável à decomposição devido à densidade de tecidos moles. Em geral, o volume inicial da CT não é mantido e pode observar-se: – Se o corpo está deitado sobre as costas, as costelas caiem simetricamente na direção do fundo do depósito. Este deslocamento designa-se como *abatimento da CT* (Duday, 2006, 34, 2009, 16). – Se o corpo está deitado em declive ou sentado, as costelas podem cair verticalmente. Num espaço preenchido, as costelas caiem na direção inferior ficando por vezes perfeitamente na vertical (Nilsson Stutz, 2003, 271). – Se o corpo está deitado sobre um dos lados, as costelas do lado oposto caiem dentro do espaço torácico (Duday, 2006, 34). – O colapso da CT pode afetar o movimento de outros ossos, tais como os ossos das mãos, objetos, ou elementos de vestuário colocados em frente ao tronco. Em alguns casos, o volume inicial da CT pode manter-se (Duday, 2006, 44). Se as costelas se mantiverem em posição anatómica, pode ser indicativo de: – O sedimento penetrou imediatamente e preencheu progressivamente os espaços vazios criados durante a decomposição. Isto é raro porque a CT é rica em tecidos moles e está muito ativa durante a decomposição; as desarticulações a este nível são comuns, mesmo em espaços preenchidos. Neste caso, a manutenção do volume torácico pode explicar-se pelo *efeito de ampulheta*. – Ou, a decomposição ocorreu num depósito estreito ao centro. Esta forma particular é elevada nos lados onde assentam os membros superiores. O deslocamento da CT é impedido pelo *efeito de parede* bilateral que mantém as costelas em equilíbrio (Duday, 2006, 44).

Tabela 1 – Observações diagnóstico usadas em arqueotanatologia para a reconstrução de aspetos do contexto funerário. Adaptado de Peyroteo Stjerna, 2016, pp. 146-151.

Cintura escapular e membros superiores Natureza do depósito Espaço de decomposição Posição inicial do cadáver Aspetos sobre o depósito sepulcral	*Cintura escapular* As observações chave envolvem três ossos: a clavícula, a escápula e o úmero. As clavículas podem ficar na vertical ou adotar uma posição oblíqua com o acrómio orientado para cima. Este movimento designa-se como *verticalização das clavículas* (Duday, 2006, 43; 2009, 45) e indica efeitos de restrição, visíveis pela pressão bilateral ao nível da cintura escapular. Por vezes, o efeito pode afetar apenas uma clavícula, indicando uma pressão particular nesse lado. A *compressão transversal* pode ocorrer quando o cadáver está deitado sobre as costas num espaço estreito, e/ou em contentor mole ou duro: – Pode ser indicada pela observação da projeção superior e anterior da cintura escapular e dos úmeros. Em geral, as clavículas ficam *verticalizadas*, as cavidades glenoides orientam-se para cima e a linhas axilares das escápulas estão na vertical. Os úmeros estão projetados para cima e para a frente, em rotação para o interior e colocados junto à CT. – Por vezes, a escápula está completamente exposta apresentando a face anterior. Este fenómeno pode indicar um conjunto de movimentos, tais como a rotação da escápula para cima (mesmo que moderada), enquanto as costelas escorregaram para o eixo medial do corpo expondo a face anterior da escápula. Este movimento sugere a transferência do peso do corpo para a direção oposta, podendo indicar um fundo em declive, mesmo que moderado. *Ossos das mãos* As articulações das mãos são lábeis e quando se encontram articuladas são um indicador seguro da natureza primária do depósito, assim como do espaço de decomposição preenchido. Quando encontrados *in situ*, podem auxiliar na reconstrução da posição dos membros superiores.
Cintura pélvica e membros inferiores Espaço de decomposição Posição inicial do cadáver Aspetos sobre o depósito sepulcral	*Cintura pélvica* As articulações ao nível da cintura pélvica são persistentes e muito resistentes. Mas, um dos movimentos mais comuns durante a decomposição é o colapso da cintura pélvica devido ao efeito da gravidade (Duday, 2006, 34): – Se o corpo está deitado sobre as costas, os ilíacos tendem a cair para trás. – Se o corpo está deitado sobre um dos lados, o ilíaco do lado oposto cai dentro da cavidade pélvica. – Se o corpo está deitado sobre as costas num espaço amplo, o colapso da cintura pélvica pode ser mais pronunciado (Duday, 2006, 40). Estes movimentos são habituais mesmo em ambientes preenchidos devido à instabilidade causada pela decomposição de massas de tecidos moles na cavidade pélvica e nádegas. O colapso da cintura pélvica pode ser prevenido, pelo menos em parte: – Em espaços vazios através da pressão bilateral de um contentor estreito, mole ou duro (Duday, 2006, 44, 2009, 41). – Pela penetração rápida de sedimento fluido com *efeito de ampulheta*. Observações ao nível do sacro podem indicar aspetos particulares sobre a posição original do corpo. A rotação para a frente e para baixo deste osso, seguida da desarticulação lumbosacral, com a formação de um ângulo entre L5 e o sacro, pode indicar um fundo em declive e/ou um corpo na posição sentada (ver *LV*). *Patela* A posição da patela é um critério diagnóstico para o espaço de decomposição e é importante registar a sua posição exata no depósito (Duday, 2009, 35). Durante o processo de decomposição os ilíacos desarticulam-se e os fémures tendem a rodar para fora causando o colapso das patelas. O movimento da patela pode ser moderado e escorregar em qualquer direção, arrastada por fluidos de decomposição, dependendo do ambiente no depósito e da posição inicial do cadáver (Duday, 2009, 34). A patela em posição anatómica no momento da escavação é um sólido argumento para um espaço de decomposição preenchido (Nilsson Stutz, 2003, 265). *Ossos dos pés* Os ossos dos pés são articulados por articulações persistentes ao nível da articulação tibio-társica, e por articulações lábeis na porção distal do pé. A manutenção em posição anatómica da porção distal do pé é um critério diagnóstico para a natureza primária do depósito e é indicativo da decomposição num espaço preenchido (Duday, 2009, 57).

Tabela 1 (continuação) – Observações diagnóstico usadas em arqueotanatologia para a reconstrução de aspetos do contexto funerário. Adaptado de Peyroteo Stjerna, 2016, pp. 146-151.



Figura 1 – Esqueleto 5, Arapouco, 1961, Vale do Sado, Museu Nacional de Arqueologia (Esquerda, MNA, Arquivo Pessoal Manuel Heleno, F365. Direita, fotografia de J. P. Ruas).

FOSSAS, FORNOS OU SILOS? O CONTRIBUTO DO BARRANCO DA HORTA DO ALMADA 1 (BEJA) PARA A DEFINIÇÃO CRONOLÓGICA E FUNCIONAL DAS ESTRUTURAS NEGATIVAS MESOLÍTICAS E NEOLÍTICAS

Ana Rosa[1], Mariana Diniz[2]

RESUMO

A investigação acerca dos modelos de ocupação das populações antigas durante o período que compreende, grosso modo, o Mesolítico e o Neolítico tem ganho novos contornos com a identificação de aglomerados de estruturas em negativo, cuja função no espaço ainda não está totalmente clarificada. Fossas, fornos ou silos? Esta questão, destacada recentemente (Diniz, 2013), merece agora uma nova reflexão após a identificação do sítio Barranco Horta do Almada 1, em Beja, ter fornecido um manancial de informação de excepção para o conhecimento destes contextos, no Sul de Portugal, que aqui se apresenta.

Palavras-chave: Estruturas negativas, Fornos/silos, Mesolítico, Neolítico.

ABSTRACT

The investigation of the occupation patterns of the ancient populations during the period that comprehends the Mesolithic and the Neolithic has gained new contours with the appearance of clusters of negative structures, whose function in the space is not yet fully clarified. Fosas, ovens or silos? This question, recently highlighted (Diniz, 2013), deserves a new reflection after the identification of the Barranco Horta do Almada 1 site in Beja, have provided a source of information of exception for the knowledge of these contexts in the South of Portugal that here are Presents.

Keywords: Pits, Ovens, Mesolithic, Neolithic.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o significado de estruturas negativas, presentes isoladamente ou em grandes núcleos, têm constituído tema central de discussão para o período cronológico que abarca genericamente o Mesolítico e o Neolítico do Sul português. Os vestígios identificados entre a costa sudoeste e o interior alentejano tornaram-se as referências de base bibliográfica para classificar novas estruturas e novos sítios, apesar do pouco consenso existente entre os diversos autores que ora entendem tratar-se de fornos, ora de silos. A informação disponível ainda se apresenta, por isso, algo vaga no sentido em que carece de uma análise mais fina para compreender a sua real função no espaço e no seio das populações que as constroem. Uma primeira tentativa de abordagem global partiu de um trabalho apresentado por Mariana Diniz (2013) que coloca, de facto, ênfase na sua interpretação através de uma questão, ao mesmo tempo, complexa e simples: que funcionalidade atribuir a estas estruturas?

1. Mestranda em Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; ana_vs_Cristina@hotmail.com

2. UNIARQ – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa e Associação dos Arqueólogos Portugueses; m.diniz@fl.ul.pt

2. LEITURA DOS DADOS DO BARRANCO HORTA DO ALMADA 1 PARA A COMPREENSÃO DAS ESTRUTURAS EM ARGILA

O Barranco Horta do Almada 1 (BHA 1) foi identificado, em 2014, durante trabalhos arqueológicos preventivos, no âmbito do Projecto Circuito Hidráulico Baleizão-Quintos e respectivos blocos de rega, executado pela EDIA, S.A. Do ponto de vista administrativo, o sítio situa-se na freguesia de Santa Clara do Louredo, concelho e distrito de Beja (Figura 1).

A intervenção realizada no local permitiu reconhecer uma concentração de 53 estruturas em negativo, entre as quais, se destacam 45 em argila e que se impõem como uma enorme interrogação numa área onde, até agora, não se haviam registado evidências arqueológicas enquadradas em períodos tão recuados. Trata-se de estruturas abertas quer no solo (arqueologicamente estéril), quer directamente no substrato geológico, de plantas de feição ovaladas, circulares ou trapezoidais. Várias características denunciam uma exposição prolongada à acção do fogo, desde logo, pelo aro alaranjado que contorna a boca das estruturas. Da mesma forma, o conteúdo interno é composto por um empedrado que aparenta ter servido como uma placa térmica. Estes elementos pétreos podem apresentar-se dispersos ou imbricados, dispostos no nível de base ou preenchendo por completo a estrutura. As paredes internas estão revestidas com uma espessa camada de barro, cujas altas temperaturas a que estiveram sujeitas, lhe conferiram uma tonalidade laranja. Em termos de dimensões, oscilam entre os 0,80m e 1,20m de comprimento, 0,30m e 0,80m de largura e 0,20m e 0,60m de profundidade.

A descrição efectuada para as estruturas do BHA 1 poderia aplicar-se a tantos outros conjuntos que têm surgido nas últimas décadas. No entanto, verifica-se que, independentemente de constituírem pequenos grupos de 1 a 10 estruturas – inseridas em contextos habitacionais, eminentemente domésticos (Tabela 1) – ou núcleos de 20, 50 ou 100 – que apontam para uma utilização intensiva, quase "industrial" e sem outros vestígios habitacionais (Tabela 1) – os autores têm entendido estes sítios como funcionalmente equivalentes não distinguindo as que podem ser classificadas como estruturas domésticas destinadas a um uso único e imediato e o que são verdadeiros recintos de produção "massiva".

Nesse sentido, os vestígios identificados, por exemplo, no Povoado da Salema (Silva e Soares, 1981), Habitat das Carvalheiras (Robalo e Osório, 2006), Lajinha 8 (Gaspar, 2009) ou Habitat do Reguengo (Oliveira, 2011), não devem ser no quadro das actividades que os grupos mesolíticos/neolíticos desenvolvem comparados aos intervencionados em Defesa de Cima 2 (Santos e Carvalho, 2007) ou Cova da Baleia (Sousa, 2008) (Tabela 1).

As estruturas ainda que tipologicamente semelhantes adquirem significados sociais distintos consoante o contexto arqueológico em que se inserem, para além da funcionalidade específica, a própria cronologia destas estruturas ainda está em discussão. Se, por um lado, tem sido aceite enquadrar as estruturas em argila dentro das práticas das sociedades neolíticas as datações obtidas para a Cova da Baleia (Sousa e Gonçalves, 2015), permitiram recuar as datações para o Mesolítico Inicial, confirmando as suspeitas já colocadas para Defesa de Cima 2 (Diniz, 2013). Nesse sentido, cai por completo a ideia de que "as estruturas de barro cozido não são características dos sítios escavados e datados do Epipaleolítico" (Cruz, 2015:307), abrindo-se assim a possibilidade de estas estruturas terem feito parte de sítios ocupados por comunidades de caçadores-recolectores?

Os dados obtidos no BHA 1, apresentados recentemente pelas autoras (Rosa e Diniz, 2016), ainda que de forma preliminar, tendem a confirmar esta hipótese. O espólio exumado do interior destas estruturas consiste em materiais em pedra lascada, envolvendo a exploração das rochas siliciosas locais, com prevalência para o quartzo e o quartzito. Neste aspecto, está patente uma debitagem de carácter expedito, com uma frequência bastante considerável de fragmentos, esquírolas e pequenas lascas. O talhe de pedra vocacionado para o fabrico de utensílios é um dado adquirido nestes sítios, ao contrário da cerâmica que não está presente ou é demasiado residual para ser considerada de relevância para o estudo do funcionamento destas áreas. No BHA 1, os pontuais fragmentos de cerâmica não estão associados directamente a estruturas negativas e a pedra afeiçoada, identificada em posição secundária, assume uma importância de segundo plano. O volume de líticos (273 registos) é largamente superior à cerâmica (sete registos), logo, este conjunto cerâmico não parece constituir uma amostra suficientemente representativa para definir a cronologia de ocupação do sítio. De um modo geral, a presença destes

artefactos é fóssil-director por excelência, ainda que neste sítio se possa questionar até que ponto serão estes fragmentos contemporâneos à utilização destes fornos/silos?

A escavação no BHA 1 forneceu também alguma fauna onde foi identificada a presença de lebre (*Lepus sp.*), veado (*Cervus elaphus*) e bovídeo – boi ou auroque (*Bos sp.*). Apesar do carácter diminuto da amostra, não está indiciado o consumo de espécies domésticas, ao contrário do que sucede em áreas como Xarêz 12 (Gonçalves, Sousa e Marchand, 2013), onde está atestada uma ocupação do Neolítico Final. As arquitecturas de fornos em positivo, estão efectivamente associadas a sociedades produtoras de alimentos (Goncalves, 2003), mas qual a exacta cronologia/cronologias de ocupações como a de BHA 1, Cova da Baleia e Defesa de Cima 2?

No BHA 1 a recolha de vestígios orgânicos, tão escassos nos outros locais, contribuirá para a realização de datações absolutas que podem contribuir para o esclarecimento desta questão fundamental.

A disposição aleatória das estruturas e a afectação, nalguns casos, de umas sobre as outras demonstra várias fases de construção, ou seja, não se verifica um momento de utilização/abandono mas a necessidade de regressar ao local e reutilizar, reconstruir. O número de estruturas identificadas no BHA 1 assenta numa organização quase "industrial", sugerindo que o sítio serviria um propósito específico, apresentando condições óptimas, em determinada altura do ano, para o processamento sistemático e recorrente de algum produto, ainda por esclarecer, mas com um forte impacto nas actividades dessas comunidades. Esta hipótese é coadjuvada pela ausência de vestígios habitacionais, nesse sentido, estaremos perante populações que se deslocam, com probabilidade, sazonalmente com vista a uma permanência temporária. Os núcleos de estruturas formados no BHA 1 revestem-se efectivamente de uma certa particularidade que não se terá ajustado aos grupos que se movimentaram posteriormente neste espaço. A utilização de um forno/lareira tem uma função transversal no tempo, mas após o seu abandono o sítio é pontualmente ocupado para fins totalmente distintos, como se viu para os dois enterramentos humanos aí identificados.

A informação passível de ser extraída do BHA 1 é de extrema importância para a investigação das estruturas tidas, inconclusivamente, como fornos/silos. Para o BHA 1, a ausência de sementes e instrumentos relacionados com as práticas agrícolas e/ou de recolecção parece excluir o seu uso como silo. A construção da fossa aponta para a categoria forno, e dado os sinais de combustão que apresentam esta parece uma proposta adequada, mas leva-nos a outra questão: a de saber como são utilizados estes fornos uma vez que os restos faunísticos não apresentam indícios de exposição ao fogo. Em suma, os sítios de fossas do BHA 1, Cova da Baleia e Defesa de Cima 2 poderão corresponder a um quadro de acções/funções que ainda está fora do nosso alcance.

BIBLIOGRAFIA

CRUZ, Ana (2015) – A Pré-História Recente do Vale do Baixo Zêzere, *in* GONÇALVES, V.S; DINIZ, M; SOUSA, A.C. (eds.), *5º Congresso de Neolítico Peninsular*. Actas, Lisboa: UNIARQ, pp. 306-313.

DINIZ, Mariana (2013) – Fossas, Fornos, Silos e outros meios de produção: acerca da implantação das práticas produtivas no Neolítico Antigo em Portugal, *Arqueologia em Portugal – 150 anos*, AAP, Lisboa, pp. 319-326.

GASPAR, Rita (2009) – *Estudo petroarqueológico da utensilagem lítica do sítio arqueológico Lajinha 8 (Évora, portugal). Análise de proveniências*. Mestrado em Geoarqueologia. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. (Repositório UL http://repositorio.ul.pt)

GONÇALVES, Victor S. (2003) – Comer em Reguengos, no Neolítico. As estruturas de combustão da Área 3 de Xarez 12, *in* GONÇALVES, Victor S. (ed), *Trabalhos de Arqueologia 25 – Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo, Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*, IPA, Lisboa, pp. 81-99.

GONÇALVES, Victor S; SOUSA, Ana Catarina; MARCHAND, Grégor (2013) – *Na margem do Grande Rio. Os últimos grupos de caçadores-recolectores e as primeiras sociedades camponesas no Guadiana médio*. Memórias d'Odiana, volume 12, 2ª Série, Évora.

OLIVEIRA, Jorge de (2011) – Trabalhos Arqueológicos na Coudelaria de Alter, *Arqueologia do Norte Alentejano – Comunicações das 3as Jornadas,* Edições Colibri/C.M. Fronteira, Lisboa, pp. 45-61.

ROBALO, Elisabete; OSÓRIO, Marcos (2006) – Achegas para o estudo do povoamento calcolítico na Beira Interior. O pequeno habitat das Carvalheiras (Sabugal), *Cultura e Ciência*, Nº 8, Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal, pp. 205-226.

ROSA, Ana (2015) – *Relatório Final dos Trabalhos de Escavação do Barranco Horta do Almada 1 (Beja)*, Abran-Ark, Lisboa.

ROSA, Ana; DINIZ, Mariana (2016 – *O sítio de fornos do Barranco Horta do Almada 1 (Santa Clara do Louredo) – primeiros dados acerca da ocupação pré-histórica*, Comunicação apresentada em 4 de Novembro de 2016 no IX Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular realizado em Tróia.

SANTOS, Filipe João Carvalho dos; CARVALHO, Pedro Sobral de (2007) – O Sítio Neolítico da Defesa de Cima 2 (Torre de Coelheiros, Évora): primeiros resultados, *Vipasca Arqueologia e História*, Nº2, 2ª Série, Aljustrel, pp. 56-68.

SILVA, Carlos Tavares; SOARES, Joaquina (1980) – Neolítico Antigo na área de Sines, *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Setúbal, pp. 5-12.

SOUSA, Ana Catarina (2008) – Arqueologia na A21: uma análise preliminar dos trabalhos arqueológicos 2004-2007, *Boletim Cultural*, Mafra: Câmara Municipal, pp. 411-497.

SOUSA, Ana Catarina; GONÇALVES, Victor (2015) – Fire walk me. O sítio da Cova da Baleia e as primeiras arquitecturas domésticas de terra no Centro e Sul de Portugal, *in* GONÇALVES, V.S; DINIZ, M; SOUSA, A.C. (eds.), *5º Congresso de Neolítico Peninsular*. Actas, Lisboa: UNIARQ, pp. 123-142.

Sítio		Estruturas			Contexto
	Interpretação	Número	Cronologia avançada	Referência bibliográfica	
Povoado da Salema	Silos	2	Neolítico Antigo/Médio	Silva e Soares, 1981.	Doméstico
Defesa de Cima 2	Silos	22	Neolítico Final	Santos e Carvalho, 2007.	"Industrial"
Lajinha 8	Fornos	14	Neolítico Antigo	Gaspar, 2008.	"Industrial"
Xarez 12	Fornos	33	Neolítico Antigo/Médio	Gonçalves, Sousa e Marchand, 2013.	"Industrial"
Cova da Baleia	Fornos	104	Mesolítico Antigo	Sousa, 2008; Sousa e Gonçalves, 2015	"Industrial"
Habitat do Reguengo	Fornos	2	Neolítico Antigo	Oliveira, 2011	Doméstico
Habitat das Carvalheiras	Fornos	10	Neolítico Antigo	Robalo e Osório, 2006	Doméstico
BHA 1	Fornos	45	Mesolítico?	Rosa, 2015; Rosa e Diniz, 2016	"Industrial"

Tabela 1 – Tabela síntese com os principais sítios identificados com estruturas em argila tipo fornos, no Sul de Portugal.

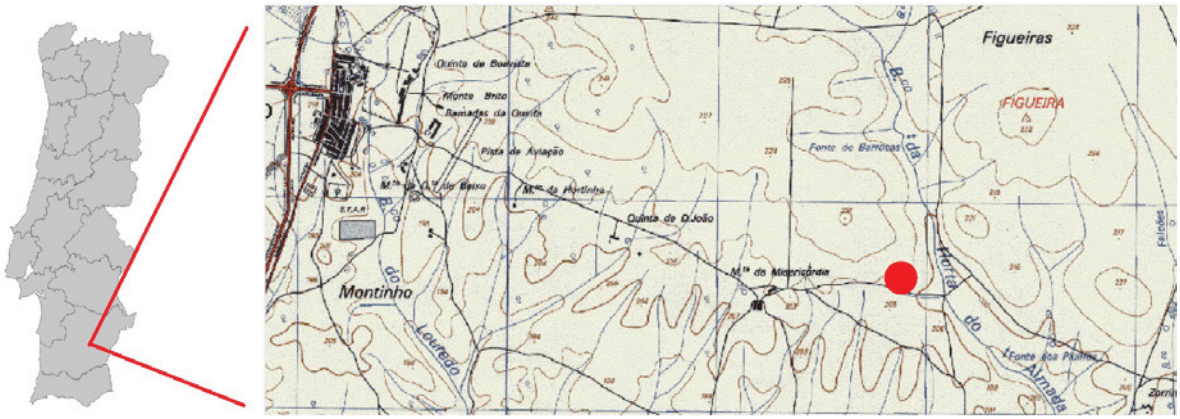
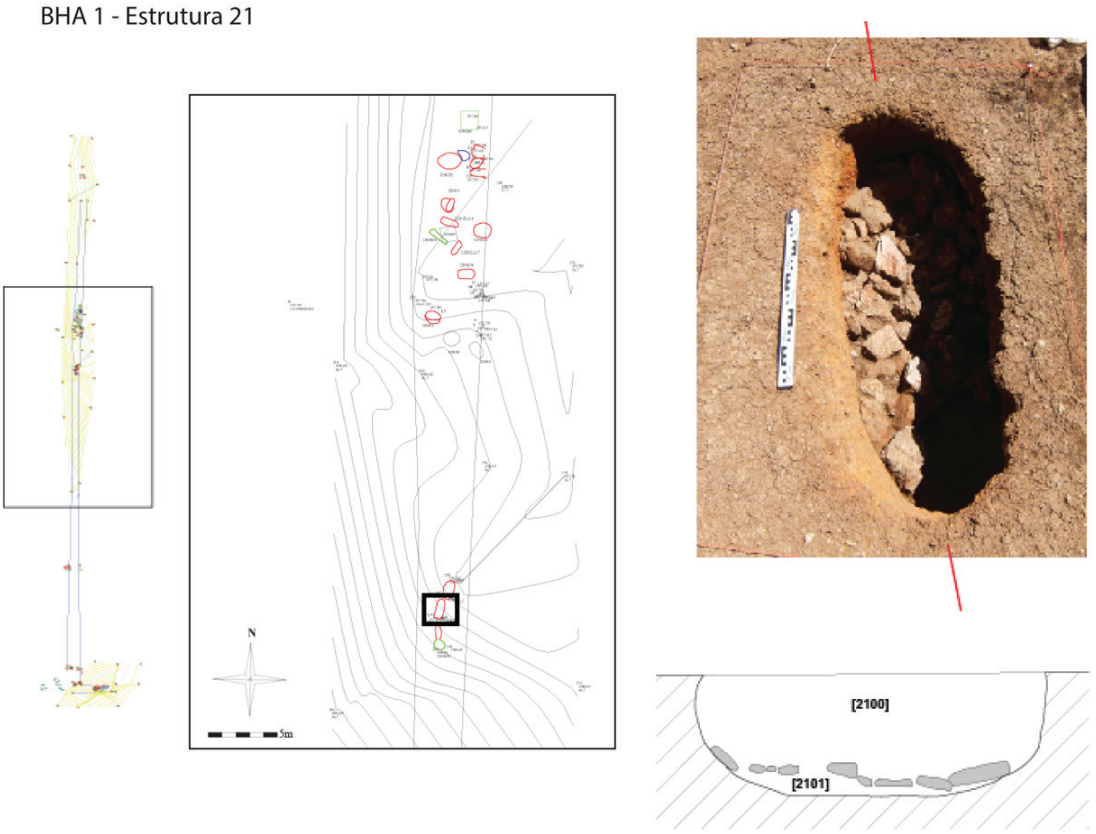


Figura 1 – Localização do BHA1 em excerto de CMP, folha 532, à escala 1/25000 – modificado.



Planta geral com indicação de Estrutura 21.

Perfil longitudinal.



Parede interna revestida de argila.



Lascas em quartzito.



Lascas em quartzo.

Figura 2 – O exemplo da Estrutura 21 no âmbito das estruturas em argila intervencionadas no BHA1.

PARA UMA PERIODIZAÇÃO DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DO NORTE DE PORTUGAL: DA SEGUNDA METADE DO 4º MILÉNIO AOS FINAIS DO 3º MILÉNIO AC

Susana Soares Lopes[1], Ana M. S. Bettencourt[2]

RESUMO

Tendo como base novas premissas e novos dados resultantes de projetos de investigação desenvolvidos para a Pré-história Recente, em diferente áreas do Norte de Portugal, as autoras revisitam as diferentes periodizações elaboradas para o período compreendido entre a segunda metade do 4º e os finais do 3º milénios AC (os chamados Neolítico Médio/Final, Calcolítico e Bronze Antigo ou Inicial). A uma ampla escala de análise, reflete-se sobre as bases duma futura periodização conjunta para a região, destacando-se, na longa duração, continuidades e mudanças culturais.

Palavras-chave: Norte de Portugal, 4º/3º milénios AC, Periodização, Continuidade, Mudança.

ABSTRACT

Based on new premises and new data resulting from research projects developed for Late Prehistory in different areas of Northern Portugal, the authors review the different periodization's elaborated for the period between the second half of the fourth and the end of the third millennia BC (the so-called Middle/Late Neolithic, Chalcolithic and Early Bronze Age). A broad scale of analysis reflects on the basis of a future joint periodization for the region, highlighting, in the long run, cultural continuities and changes.

Keywords: North of Portugal, Fourth and third millennia BC, Periodization, Continuity, Change.

1. BREVE HISTÓRIA DA PERIODIZAÇÃO DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DO NORTE DE PORTUGAL

Durante grande parte do século 20 a Pré-história do Norte de Portugal, alheada de qualquer investigação de fundo, foi sendo integrada em sínteses clássicas de ampla escala, tendo como referência a Península Ibérica. Dado o carácter incipiente ou pouco contextualizado dos dados, estas sínteses foram construídas com base em critérios de continuidade e mudança tipológica e, por vezes, tecnológica das materialidades. São exemplos de tais sínteses, sem carácter de exaustividade, as obras de Bosch-Guimpera (1932a; 1932b); Santo Ollala (1941); MacWhite (1951); Harrison (1974); Ruíz-Gálvez Priego (1984); Coffyn (1985); Ruíz-Gálvez Priego (1987). Cabe destacar, neste panorama, Savory (1951, 1974) que, apesar de adotar critérios tipológicos (artefactos metálicos e cerâmicos), recorre, igualmente, a alterações sepulcrais na construção do seu faseamento. Só na segunda metade da década de 80 do século 20, trabalhos de investigação, cientificamente conduzidos no Norte de Portugal, permitiram o aparecimento das primeiras periodizações regionais, tendo como critérios, segundo abordagens processuais, uma nova avaliação da "cultura material" e a identificação de alterações socioeconómicas.

É assim que, em 1986, S. O. Jorge desenha o primeiro esboço de síntese da Pré-história Recente do Norte de Portugal. Nela foi construído um faseamento tripartido entre o 4º e o 2º milénios AC, glo-

1. Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património – CEAACP; susanaojorge@yahoo.com.br

2. Laboratório de Paisagens, Património e Território – Lab2PT, Universidade do Minho; anabett@uaum.uminho.pt

balmente correspondente ao Neolítico, Calcolítico e Bronze Inicial. Esta primeira periodização, focada na progressiva consolidação do sistema agro-pastoril, enfatizava mais continuidades do que rupturas nas dinâmicas de longa duração. Em 1990, o Norte de Portugal foi integrado em várias sínteses sobre a Pré-história Recente do território português (Jorge, S.O., 1990a, 1990b, 1990c, 1990d), particularmente atentas às particularidades e assimetrias regionais dos processos de intensificação económica, hierarquização e complexificação social. O faseamento seguia as divisões clássicas (Neolítico, Calcolítico e Idade do Bronze e respectivas subdivisões internas), visando a captação, segundo uma visão marcadamente processual, da complexificação e generalização de intercâmbios suprarregionais. Nessa síntese, e no que ao Norte de Portugal dizia respeito, equilibravam-se as continuidades e as mudanças na longa duração, entre o 5º e o 1º milénios AC. Em 1995, no âmbito do livro que acompanhava a exposição "A Idade do Bronze em Portugal, Discursos de Poder", o Norte de Portugal voltou a ser alvo duma síntese (Bettencourt, 1995). Desta vez, o faseamento proposto para a Idade do Bronze declarava uma ruptura entre o chamado Bronze Antigo (meados do 3º a inícios do 2º milénios AC) que se considerava em continuidade com o Calcolítico, e os designados Bronze Médio-Final, por volta de 1800/1700 AC. Tal mudança era fundamentada pelo surgimento de novos sistemas de interdependência sociopolítica a partir do Bronze Médio-Final. Esta periodização opunha-se à que estava subjacente à própria exposição (Jorge, S.O., 1995), na qual se propunha uma ruptura entre o Bronze Antigo-Médio e o Bronze Final, em torno de 1300/1200 AC. Tal descontinuidade, neste caso, apoiava-se na alteração das formas de visibilidade arqueológica do poder a partir do Bronze Final. De referir que as sínteses de 1995 enfatizaram, pela primeira vez, em geral, e relativamente ao Norte de Portugal, abordagens de mudança ou mesmo de fractura cultural, ainda que em momentos diversos do 2º milénio AC. Em 1997 foi publicada uma síntese sobre Trás-os-Montes e Alto Douro, dirigida para a periodização regional entre o 6º e os inícios do 2º milénios AC (Sanches, 1997). Trata-se de um trabalho particularmente interessado na problematização da relação das comunidades agro-pastoris com os diversos ecossistemas regionais, onde se constrói uma sequência que apartava o 6º/4º milénios AC (Neolítico-Calcolítico Inicial) do 3º/inícios do 2º milénios AC (Calcolítico Médio-Final/Bronze Inicial).

A síntese de 1999 sobre a Pré-história Recente do território português (Jorge, S.O.,1999a) integrou o Norte de Portugal numa sequência particular cuja natureza convém sumariamente recordar. Em primeiro lugar, não abordava as sociedades do chamado Bronze Final, consideradas fora dos regimes de autarcia analisados no livro. Em segundo lugar, era construída em três capítulos, o primeiro dedicado às comunidades do 6º/5º milénios AC (Neolítico Antigo), o segundo às comunidades do 5º/4 milénios AC (Neolítico Médio-Final) e o terceiro às comunidades do 4º/3º/2º milénios AC (Calcolítico, Bronze Antigo e Médio). Em terceiro lugar, a síntese tinha como objetivo questionar o que se consideravam "mitos interpretativos" sobre a Pré-história Recente portuguesa, em cada um destes "blocos" temporais. O conteúdo breve do preâmbulo e dos capítulos seguintes suscitava a problematização do próprio conceito de "periodização".

Em 2005, a propósito da exposição permanente da Sala de Arqueologia Pré-histórica do Museu D. Diogo de Sousa, publicam-se dois capítulos sobre a Pré-história Recente, desta feita, apenas para o Noroeste português (antigo Minho e Douro Litoral) (Bettencourt, 2005a; 2005b). No primeiro, aceita-se que os meados do 5º milénio AC (passagem do Neolítico Antigo para o Neolítico Médio/Final), correspondem a um momento de alterações significativas adotando-se, para a região, a periodização construída para outras áreas do Norte de Portugal. No entanto enfatizam-se, a partir dos finais do 4º até aos meados do 3º milénios AC (Calcolítico), alterações ideológicas e sociais que se teriam materializado em mudanças nas estratégias de povoamento, nos contextos e práticas funerárias e na circulação de alguns artefactos, numa lógica de estruturação do mundo que se afasta do período anterior (Bettencourt, 2005a). No segundo capítulo (Bettencourt, 2005b), cria-se uma grande etapa, com origem algures na segunda metade do 3º até finais do 2º milénios AC (Bronze Inicial/Médio), relacionada com novas alterações de povoamento, novas dinâmicas agro-pastoris, novas tecnologias e novos cenários de poder que, em continuidade, estariam na origem das alterações mais significativas notadas a partir dos finais do 2º milénio AC (Bronze Final). A inclusão da segunda metade do 3º milénio AC na primeira etapa, deveu-se, na altura, à falta de dados que, à época, existiam para esse momento.

Em 2006, no volume "História Antiga da Região Duriense" integrado na "História do Douro e do Vinho do Porto", foram publicados vários textos de síntese relativos à Pré-história Recente do Douro e de Trás-os-Montes (Sanches, 2006; Jorge, S.O e Jorge, V.O., 2006a, 2006b). A periodização respeitava a tradicional divisão de outras sínteses prévias, enfatizando mudanças mais marcantes em meados do 5º milénio AC (início do chamado Neolítico Médio) e nos finais do 2º milénio AC (início do chamado Bronze Final).

Em 2009, surge nova síntese sobre a Pré-história Recente do Minho, região que abarca grande parte do Noroeste português (Bettencourt, 2009a), onde se opta, embora com reservas, por apresentar os dados inseríveis em três grandes períodos cronológico-culturais (Neolítico, Calcolítico e Idade do Bronze). Entre o 6º e os finais do 4º milénios AC insere-se o Neolítico e entre os finais do 4º e o terceiro quartel do 3º milénios AC o Calcolítico, momento, a partir do qual, se considera existirem alterações significativas na interação das comunidades com o meio. Neste momento a arquitetura dos mortos perde importância como elemento referenciador no espaço e é substituída por outros cenários de poder (lugares "naturais" onde se verificam deposições, construções monumentais, lugares gravados, etc.). Considera-se, ainda, uma divisão tripartida para a Idade do Bronze. Embora se reconheça que o Bronze Inicial (entre a segunda metade do 3º e os inícios do 2 milénios AC) é o período de mais difícil identificação dada a escassez de povoados conhecidos, a autora questiona-se sobre se esta escassez não é mais aparente do que real e se não poderão ter persistido, durante esta fase, as cerâmicas tradicionalmente inseríveis no Calcolítico, em continuidade com o período anterior. Quanto ao Bronze Médio e Final, apesar de se reconhecerem elementos individualizadores, valorizam-se as continuidades, considerando-se, no entanto, que o ritmo das alterações sociais e materiais é maior a partir dos finais do 2º, inícios do 1º milénios AC (Bronze Final). Serão os postulados assumidos neste texto que servirão de base para a síntese sobre as práticas funerárias da Idade do Bronze no Norte-Centro de Portugal que se publica em 2010 (Bettencourt, 2010). Aí o Bronze Antigo assume-se como tendo decorrido entre 2300/2200 e 1700/1600 AC. Por sua vez, por volta de 1700/1600 AC, e em descontinuidade com o período anterior, ter-se-ia desenvolvido um outro "bloco" de práticas funerárias articulado com o Bronze Médio-Final, cujo fim decorreria por volta de 600 AC. Finalmente, em 2013 foi publicada uma síntese sobre a Pré-história do Noroeste Português (Bettencourt, 2013a). O texto, submetendo-se à grelha geral classificativa da Pré-história Recente (Neolítico, Calcolítico e Idade do Bronze - Antigo, Médio, Final), revelou-se a primeira síntese de longa duração para o Noroeste de Portugal (antigas províncias do Minho e Douro Litoral), ensaiando-se a avaliação de dados antigos e recentes num primeiro quadro de conjunto atualizado. Acrescente-se a publicação, em 2015, dum trabalho exaustivo sobre a Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro (Vieira, 2015), que, não sendo uma síntese, tal como as referidas anteriormente, disponibilizou imensos dados que foram seletivamente considerados na construção deste texto.

Em suma, nos últimos trinta anos a Pré-história Recente do Norte de Portugal foi objecto de várias periodizações integradas em diversas sínteses, mais ou menos regionais. No que ao período em análise diz respeito, entre os vários autores, é relativamente consensual a individualização de uma etapa com grande pujança monumental durante grande parte do 3º milénio AC (que se tem designado por Calcolítico), embora a sua emergência e etapa final sejam alvo de nuances em diversas publicações. Mais difícil de identificar tem sido o período subsequente, ou seja, aquele que se desenrola entre a segunda metade e finais do 3º milénio AC e que, para alguns autores, corresponde à emergência do designado Bronze Antigo ou Inicial, em continuidade ou não com o período precedente (Jorge, S.O., 1990c, 1999a; Bettencourt, 1995, 2009; Sanches, 1997).

No quadro destas problemáticas justificam-se os objetivos deste texto que visa caracterizar as sociedades existentes no Norte de Portugal, entre os finais do 4º e os finais do 3º milénio AC, tentando identificar fenómenos de continuidade ou mudança, numa ampla escala de análise.

2. SOCIEDADES DA SEGUNDA METADE DO 4º MILÉNIO A FINAIS DO 3º MILÉNIO AC NO NORTE DE PORTUGAL

As reflexões que se seguem dizem respeito a uma ampla escala temporal, entre a segunda metade do 4º milénio AC (o que convencionalmente abrange a passagem do Neolítico Final ao Calcolítico Inicial) e

os finais do 3º milénio AC (correspondendo à transição entre o chamado Calcolítico e o Bronze Inicial). Por outro lado, tomam o Norte de Portugal como um todo, apesar de, em diversos pontos do texto, se acentuarem assimetrias de evolução cultural entre o Noroeste litoral (antigas províncias do Minho e Douro Litoral) e o interior (antiga província de Trás-os-Montes e Alto Douro). No âmbito destas duas grandes regiões também se estabelecem diferenças entre áreas que, por terem sido melhor investigadas, forneceram dados para uma comparação de ampla escala na longa duração. Apesar da debilidade da cronologia absoluta – número restrito de datas de C14, algumas delas com excessivos intervalos de confiança, ou relativas a contextos problemáticos e/ou insuficientemente pesquisados – cremos que existe um número suficiente de dados para, uma vez cruzados e avaliados na sua dimensão histórica, possibilitarem uma reflexão de ampla escala sobre fases de transição e momentos de reconfiguração cultural.

2.1. Povoados

Os povoados desta primeira fase reportam-se, de diversas maneiras, consoante as regiões, a diferentes dinâmicas de consolidação das práticas agro-silvo-pastoris.

Em todas as regiões se conhecem ocupações, datadas pelo radiocarbono desde, genericamente, os finais do 4º aos finais do 3º milénios AC, embora sejam raras as que se inserem na segunda metade deste milénio (Tabs. 1.1, 1.2). Este quadro, no entanto, pode dissimular uma ocupação contínua e global em toda a região, se tivermos em conta outros contextos que serão posteriormente descritos.

Para Trás-os-Montes Ocidental é de destacar os povoados de Vinha da Soutilha, em Chaves, e de Castelo de Aguiar, em Vila Pouca de Aguiar (Jorge, S.O., 1986). Para Trás-os-Montes Oriental salientam-se os povoados do Barrocal Alto, em Mogadouro, e de Cemitério de Mouros, em Mirandela (Sanches, 1992, 1997). Para o Alto Douro, especificam-se, por exemplo, os povoados do Tourão da Ramila, em Vila Nova de Foz Côa e de Barrocal Tenreiro, em Figueira de Castelo Rodrigo (Carvalho, 2003). No litoral há a evidenciar os povoados de Bitarados, em Esposende, Covelinhos, em Braga, e Boucinhas, em Ponte de Lima (Bettencourt, 2009a; 2013a).

O que é comum a todos os povoados do Norte de Portugal nesta fase, com exceção de Boucinhas, no litoral e de Cemitério de Mouros, no interior, ambos do último quartel do 3º milénio AC, é a existência duma cerâmica doméstica abundantemente decorada. Profusamente decorada em certas regiões, como no litoral minhoto e nas regiões de Chaves-Vila Pouca de Aguiar (nesta última área as cerâmicas decoradas podem oscilar entre 80% e 90% da amostragem total), medianamente decorada (bacia de Mirandela), ou menos decorada nas restantes regiões, sendo que, mesmo nestas circunstâncias, a decoração pode atingir os 20%. A estilística da cerâmica doméstica do Norte de Portugal encontra-se em relação direta com mecanismos de inserção territorial e consolidação identitária. Na região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar, aonde foi estudada a evolução do quatro povoados, desde finais do 4º milénio a finais do 3º milénio AC, foi demonstrada a correlação entre a progressiva decoração da cerâmica, a descida para lugares com potencial desempenho agro-pastoril e a manipulação e o intercâmbio de matérias-primas raras e/ou estranhas à região. Por outro lado, desde os inícios do 3º milénio AC, sobre o fundo de decorações de tradição neolítica, tornou-se dominante, na cerâmica, uma organização incisa/impressa metopada, cujo papel simbolicamente ativo foi notório no processo de afirmação identitária das comunidades desta região. Em outras regiões do interior transmontano e no Alto Douro uma organização decorativa diferente –penteada aditiva- assumiu ao longo do 3º milénio AC papel social equivalente ao da organização incisa/impressa metopada do litoral e de Chaves, isto é, expressar e reforçar identidade. O papel da estilística cerâmica não se esgota, como veremos, nos povoados. Trata-se dum dispositivo de poder social que, arrancando no 4º milénio AC, ainda no Neolítico Final, se afirma ao longo do 3º milénio AC, para desaparecer, em regra, no final do milénio.

2.2. Lugares com funções cerimoniais

Durante esta fase, para além de lugares sepulcrais e de lugares com arte rupestre de que falaremos adiante, surgem lugares específicos com funções cerimoniais. Referimo-nos a recintos murados monumentais, a recintos de fossos, a abrigos albergando deposições e a um recinto com estelas, que podem ter servido propósitos cerimoniais diferenciados (Tabs. 2.1 a 2.4).

Os recintos murados são lugares de altura cuja localização e dimensão "rasga" pela primeira vez a paisagem. Podem ser "vistos" de longe e dominam

Tabela 1.1 – Datas de radiocarbono para povoados do 4º/3º milénio AC no interior[3].

Sítio	Ref.	Data BP	1 Sigma (68.2)	2 Sigma (95.4)	Contexto	Bibliog.
Cast. Aguiar	UGRA -179	4700±100	3631-3565 (18.5%) 3536- 3483 (16.2%) **3476-3370 (33.4%)**	**3695-3318 (88.7%)** 3273-3266 (0.3%) 3236-3111 (6.4%)	**Povoado** Cam. 6	Jorge, S.O. 1986
Vinha da Soutilha	Ly-3377	4690±140	**3648-3336** (65.4%) 3208-3194 (1.8%) 3149-3140 (1.8%)	**3766-3079 (93.6%)** 3071-3024 (1.8%)	Povoado	Jorge, S.O. 1986
Vinha da Soutilha	UGRA-133	4650±150	**3636-3326 (56%)** 3229-3225 (0.5%) 3220-3174 (6.2%) 3160-3120 (5.6%)	**3704-3006 (93.2%)** 2988-2931 (2.2%)	Povoado	Jorge, S.O. 1986
Vinha da Soutilha	UGRA-178	4370±140	3331-3214 (17.7%) 3186-3156 (4.2%) **3127-2884 (46.3%)**	3496-3461 (1.2%) **3376-2620 (94.2%)**	Povoado	Jorge, S.O. 1986
Tourão da Ramila,	Beta - 137944	4450±40	**3324-3233 (31.8%)** 3172-3162 (3.2%) 3118-3078 (14.3%) 3072-3024 (18.9%	3338-3206 (39%) **3196-3007 (50.7%)** 2986-2932 (5.7%)	Povoado	Carvalho, 2003
Barrocal Alto	ICEN-414	4370±45	3078-3073(2.1%) **3024-2916 (66.1%)**	3264-3246 (1.6%) **3101-2894 (93.8%)**	Povoado	Sanches, 1992
Barrocal Alto	CSIC-728	4100±60	2858- 2810 (16.1%) 2752-2722 (8.8%) **2701-2574 (43.3%)**	**2876-2558 (87.8%)** 2536-2491 (7.6%)	Povoado	Sanches, 1992
Barrocal Tenreiro	Beta -137942	4010±40	**2572-2512(48.2%)** 2504-2478(20%)	2832-2820 (0.9%) **2632-2461(94.5%)**	Povoado, Cam. 3	Carvalho, 2003
Cast. Aguiar	UGRA-185	3900±180	**2624-2132 (66.1%)** 2082-2059 (2.1%)	2885-1926 (95.4%)	Povoado Cam. 4 (base)	Jorge, S.O. 1986
Cast. Aguiar	UGRA-181	3730±140	**2342-1942 (68.2%)**	2560-2536 (0.8%) **2491-1756 (94.6%)**	Povoado Cam. 4 (topo)	Jorge, S.O. 1986
Cemitério Mouros	ICEN -788	3750±80	**2286-2036 (68.2%)**	2456-2418 (2.9%) 2408-2374 (2.9%) **2368-1952 (89.6%)**	Povoado	Sanches, 1997

Tabela 1.2 – Datas de radiocarbono para povoados do 3º milénio AC no litoral.

Sítio	Ref.	Data BP	1 Sigma (68.2)	2 Sigma (95.4)	Contexto	Bibliog.
Bitarados 1	AA63067	4125±51	2862-2807 (20.6%) 2758-2718 (14.5%) 2708-2620 (33.2%)	**2878-2572 (95.4%)**	Povoado Cam.4	Bettencourt *et al.,* 2007
Bitarados 2	AA63066	4122±43	2860-2808 (20.5%) 2755-2720 (13.5%) 2704-2620 (34.2%)	**2872-2578 (95.4%)**	Povoado Cam.3	Bettencourt *et al.,* 2007
Bitarados 3	AA63065	4046±42	**2624-2548 (39.4%)** 2540-2489 (28.8%)	2850-2812 (7.1%) 2741--2730 (0.9%) 2694--2686 (0.6%) **2680--2470 (86.8%)**	Povoado Cam.2 (última ocupação)	Bettencourt *et al.,* 2007
Covelinhos	AA63062	4085±43	**2848-2813 (13.7%)** **2737-2734 (0.8%)** **2692-2688 (1.1%)** **2679-2570 (49%)** **2514-2502 (3.6%)**	2865-2804 (18.1%) 2762-2549 (67.7%) 2538-2490 (9.6%)	Povoado Primeira ocupação	Inédita
Covelinhos	AA63063	3969±63	**2574-2436 (55.5%)** **2420-2404 (4.7%)** **2378-2350 (8.0%)**	2834-2818 (1.0%) 2662-2646 (0.8%) 2637-2286 (93.2%) 2246- 2236 (0.4%)	Povoado Segunda e última ocupação	Inédita
Boucinhas	AA63072	3739±50	**2206-2116 (42.5)** **2098-2038 (25.7)**	2294-2016 (94%) 1996-1980 (1.4%)	Povoado de fossas	Bettencourt, 2010a

3. Datas calibradas segundo a curva de calibração de Reimer *et al.* (2013) e o programa OxCal4.3.

visualmente os territórios. Aglutina-os o tipo de localização e o facto de se constituírem como arquiteturas de acesso condicionado construído.

Foram intervencionados dois recintos murados no Alto Douro e ambos em Vila Nova de Foz Côa: Castelo Velho de Freixo de Numão (Jorge, S.O., 1994, 2005; Lopes, no prelo) e Castanheiro de Vento (Cardoso, 2007; Vale, 2011), construídos ambos na primeira metade do 3º milénio AC e reutilizados, segundo abordagens cerimoniais similares, provavelmente até finais do 3º milénio AC (Tabs. 1.2, 2.2). Em Trás-os-Montes Oriental foi objecto de estudo o recinto murado de Castro de Palheiros, em Murça (Sanches, 2008), também construído e reutilizado desde os inícios até aos finais do 3º milénio (Tab. 2.3).

No litoral, foi alvo de estudo o recinto murado da Sola I, em Braga, infelizmente muitíssimo destruído, mas portador de uma estrutura pétrea basal significativa, que parecia rodear a colina, pelos menos, pela sua metade norte, nordeste, este e sudeste (Tab. 2.4). No recinto da Sola I foram encontradas escassas cerâmicas incisas metopadas. Possuímos apenas uma data de radiocarbono que indicia o seu uso, algures, entre 2893-2334 AC (Bettencourt, 2000, 2009a, 2013a). Corresponderão os quatro recintos investigados à ponta dum icebergue constituído por "lugares especiais" polarizadores da coesão social através de novas práticas cerimoniais assinaladas exclusivamente no 3º milénio AC.

Tabela 2.1 – Datas de radiocarbono para lugares com funções cerimoniais do 3º milénio AC.

Sítio	Ref.	Data BP	1 Sigma	2 Sigma	Contexto	Bibliografia
Castelo Velho	Sac-1518	4130±80	2868-2803 (19.3%) **2777-2620 (46.9%)** 2604-2600 (1.2%) 2592-2589 (0.8%)	**2892-2558 (89.6%)** 2536-2491 (5.8%)	Recinto murado	Jorge, S.O. e Rubinos, 2002
Castelo Velho	Icen-785	4110±60	2859-2809 (16.8%) 2753-2721 (10.0%) **2702-2579 (41.4%)**	**2878-2565 (90.5%)** 2532-2496 (4.9%)	Recinto murado	Jorge, S.O. e Rubinos, 2002
Castelo Velho	CSIC-1706	4073±45	2838-2814 (9.5%) **2676-2565 (48.5%)** 2525-2496 (10.3%)	2862-2807 (14.9%) 2758-2718 (6.7%) **2706-2480 (73.8%)**	Recinto murado	Jorge, S.O. e Rubinos, 2002
Castelo Velho	Ua-20637	4020±40	**2576-2484 (68.2%)**	2833-2819 (1.7%) 2660-2650 (0.8%) **2634-2465 (92.9%)**	Recinto murado	Jorge, S.O., 2003
Castelo Velho	ICEN-1165	3990±100	2834-2818 (2.3%) 2661-2448 (1.8%) **2636-2340 (64.1%)**	2870-2802 (7.1%) **2779-2273 (85.2%)** 2256-2208 (3.1%)	Recinto murado	Jorge, S.O. e Rubinos, 2002
Castelo Velho	ICEN-536	3980±120	2834-2818 (2.2%) 2662-2446 (2.1%) **2637-2294 (63.9%)**	**2876-2198 (95%)** 2162-2152 (0.4%)	Recinto murado	Jorge, S.O., 2003
Castelo Velho	Ua-20631	3975±40	**2568-2518 (38.3%)** 2499-2464 (29.9%)	**2580-2391 (89.4%)** 2386-2346 (6.0%)	Recinto murado	Jorge, S.O., 2003
Castelo Velho	Ua-17647	3945±75	2568-2518 (14.5%) **2499-2338 (51.5%)** 2318-2310 (2.1%)	2833-2819 (0.7%) 2660-2650 (0.4%) **2634-2202 (94.3%)**	Recinto murado	Jorge, S.O. e Rubinos, 2002
Castelo Velho	Ua-20628	3945±45	2562.2535 (11.0%) **2492-2431 (32.2%)** 2424-2402 (10.1%) 2381-2348 (14.9%)	2571-2512 (18.3%) **2504-2298 (77.1%)**	Recinto murado	Jorge, S.O., 2003
Castelo Velho	Ua-20634	3945±45	2562-2535 (11%) **2492-2431 (32.2%)** 2424-2402 (10.1%) 2381-2348 (14.9%)	2571-2512 (18.3%) **2504-2298 (77.1%)**	Recinto murado	Jorge, S.O., 2003
Castelo Velho	Ua-20632	3940±40	2548-2540 (3.0%) **2489-2400 (47.7%)** 2382-2348 (17.5%)	2568-2520 (13.2%) **2499-2332 (77.4%)** 2326-2299 (4.8%)	Recinto murado	Jorge, S.O., 2003
Castelo Velho	CSIC-1655	3917±34	**2470-2398 (44.9%)** 2384-2347 (23.3%)	**2486-2293 (95.4%)**	Recinto murado	Jorge, S.O. e Rubinos, 2002
Castelo Velho	Ua-20630	3905±40	**2466-2346 (68.2%)**	**2488-2280 (93.5%)** 2250-2232 (1.6%) 2218-2214 (0.3%)	Recinto murado	Jorge, S.O., 2003

Tabela 2.1 (Continuação)

Castelo Velho	Ua-20635	3895±40	**2463-2340 (68.2%)**	**2476-2278 (91.8%)** 2251-2229 (2.7%) 2220-2210 (1.0%)	Recinto murado	Jorge, S.O., 2003
Castelo Velho	Ua-20629	3880±45	**2456-2334 (56.9%)** 2325-2300 (11.3%)	**2472-2272 (85.7%)** 2258-2207 (9.7%)	Recinto murado	Jorge, S.O., 2003
Castelo Velho	Ua-17648	3850±75	2456-2417 (11.3%) **2408-2272 (41.8%)** 2258-2208 (15.0%)	2558-2536 (1.2%) **2491-2129 (91.9%)** 2087-2048 (2.3%)	Recinto murado	Jorge, S.O. e Rubinos, 2002
Castelo Velho	CSIC-1813	3793±34	**2286-2197 (57.0%)** 2168-2148 (11.2%)	**2344-2132 (94.1%)** 2080-2061 (1.3%)	Recinto murado	Jorge, S.O., 2003
Castelo Velho	CSIC-1333	3650±28	2116-2098 (11.1%) **2038-1964 (57.1%)**	2134-2080 (23.3%) **2061-1941 (72.1%)**	Recinto murado	Jorge, S.O. e Rubinos, 2002

Tabela 2.2 – Datas de radiocarbono para lugares com funções cerimoniais do 3º milénio AC.

Sítio	Ref.	Data BP	1 Sigma	2 Sigma	Contexto	Bibliografia
Castanheiro do Vento	Ua-22456	4400±65	3263-3244(4.4%) **3101-2914 (63.8%)**	3334-3212 (20.4%) 3191-3152(4.7%) **3136-2900 (70.3%)**	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-20455	4145±45	2867-2834 (13.3%) 2818-2804 (5.6%) **2776-2662 (45.2%)** 2648-2636 (4.1%)	**2879-2617 (90.8%)** 2610-2582 (4.6%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-18039	4140±75	2871-2801 (20.4%) **2780-2626 (47.8%)**	**2894-2564 (91.7%)** 2532-2496 (3.7%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-22460	4095±50	2854-2812 (15.3%) **2746-2726 (6.1%)** 2696-2574 (46.9%)	**2872-2562 (88.3%)** 2534-2492 (7.1%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-22455	4090±50	2852-2812 (14.3%) **2744-2726 (4.8%)** 2696-2572 (47.2%) 2512-2505 (1.8%)	2871-2801 (19.4%) **2780-2550 (67.1%)** 2538-2490 (8.9%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-23432	4095±40	2850-2813 (15.2%) 2741-2730 (3.4%) 2694-2686 (2.3%) **2680-2576 (47.3%)**	2866-2803 (20.5%) **2777-2565 (70.3%)** 2524-2496 (4.6%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003, Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-18041	4065±70	2848-2813 (9.7%) 2738-2733 (1.0%) 2692-2688 (0.9%) **2680-2488 (56.6%)**	**2872-2469 (95.4%)**	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003, Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-23426	4060±40	2834-2818 (5.8%) 2661-2648 (4.0%) **2636-2562 (39.1%)** 2534-2492 (19.2%)	2852-2812 (10.3%) 2744-2726 (2.2%) **2696-2476 (82.9%)**	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-23662	4050±50	2832-2820 (3.8%) **2632-2488 (64.4%)**	2858-2809 (10.1%) 2752-2722(3.6%) **2701-2469 (81.7%)**	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-20457	4045±50	2830-2822 (2.9%) **2630-2482 (65.3%)**	2858-2810 (9.0%) 2750-2722 (2.9%) **2700-2468 (83.5%)**	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-20453	4040±45	**2620-2488 (68.2%)**	2851-2812 (6.6%) 2742-2728 (1.1%) **2694-2468 (87.8%)**	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-20454	4035±40	2618-2609 (4.3%) **2583-2488 (63.9%)**	2836-2816 (3.7%) **2671-2468 (91.7%)**	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003, Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-33630	4025±35	**2576-2488 (68.2%)**	2830-2822 (1.1%) **2630-2468 (94.3%)**	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-22458	4020±80	2840-2814 (5.1%) **2677-2460 (63.1%)**	2870-2802 (9.3%) **2780-2336 (85.1%)** 2323-2307 (0.9%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007

Tabela 2.2 (Continuação)

Castanheiro do Vento	Ua-22459	4010±50	2578-2471 (68.2%)	2840-2813 (2.8%) **2678-2432 (89.6%)** 2423-2402 (1.2%) 2380-2348 (1.8%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-22452	4010±40	**2572-2512 (48.2%)** 2504-2478 (20%)	2832-2820 (0.9%) **2632-2461 (94.5%)**	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-18697	4005±60	**2620-2464 (68.2%)**	854-2812 (4.2%) 2745-2726 (1.1%) **2696-2342 (90.1%)**	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-32081	4000±40	**2569-2516 (46.0%)** 2500-2474 (22.2%)	2831-2821 (0.5%) **2630-2454 (94.0%)** 2418-2408 (0.5%) 2374-2368 (0.2%) 2361-2356 (0.2%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-18695	3999±65	2828-2824 (0.7%) **2626-2457 (66.6%)** 2416-2410 (0.9%)	2852-2812 (4.1%) 2744-2726 (1.1%) **2696-2333 (88.7%)** 2325-2300 (1.5%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-32088	3990±40	**2568-2518 (42.9%)** 2499-2470 (25.3%)	**2621-2450 (92%)** 2420-2404 (1.3%) 2378-2350 (2.1%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-20451	3980±40	**2568-2517 (40.3%)** 2500-2466 (27.9%)	2618-2610 (0.6%) **2582-2399 (90.4%)** 2382-2347 (4.4%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-18044	3975±75	**2580-2390 (59%)** 2386-2346 (9.2%)	2852-2812 (2.9%) 2744-2726 (0.8%) **2696-2278 (90%)** 2251-2229 (1.2%) 2220-2210 (0.5%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-18696	3975±60	**2577-2452 (57.7%)** 2419-2406 (3.6%) 2377-2350 (6.9%)	2834-2818 (1.0%) 2662-2648 (0.7%) **2636-2290 (93.6%)**	Recinto murado	Jorge V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-20450	3970±45	2572-2511 (35.7%) **2506-2456 (30.8%)** 2416-2410 (1.7%)	2617-2610 (0.5%) **2581-2338 (94.0%)** 2321-2309 (0.9%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-18703	3935±60	559-2536 (7.1%) **2491-2340 (61.1%)**	**2578-2277 (92.3%)** 2252-2228 (2.2%) 2222-2210 (0.9%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-23431	3910±45	**2470-2340 (68.2%)**	2561-2536 (2.5%) **2492-2280 (90.6%)** 2250-2232 (1.9%) 2218-2214 (0.4%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-32080	3895±40	**2463-2340 (68.2%)**	**2476-2278 (91.8%)** 2251-2229(2.7%) 2220-2210 (1.0%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-32083	3890±45	**2462-2338 (62.7%)** 2322-2310 (5.5%)	**2476-2272 (88%)** 2258-2207 (7.4%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-18702	3880±60	**2462-2292 (68.2%)**	2558-2536 (1.5%) **2491-2196 (92.5%)** 2168-2148(1.4%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-33631	3855±35	2452-2420 (11.9%) 2405-2378 (11.8%) **2350-2281(36.1%)** 2249-2232 (7.0%) 2218-2214 (1.4%)	**2461-2269 (78.4%)** 2260-2206 (17%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-23429	3850±40	2436-2420 (6.0%) 2404-2378 (10.5%) **2350-2276 (35.7%)** 2253-2210 (15.9%)	**2460-2204 (95.4%)**	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007

Tabela 2.2 (Continuação)

Castanheiro do Vento	Ua-32079	3820±40	2338-2200 (68.2%)	2457-2416 (5.9%) **2409-2191 (81.4%)** 2180-2142 (8.2%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-32084	3815±45	**2340-2198 (63.2%)** 2166-2150(5.0%)	2457-2416 (6.0%) **2410-2138 (89.4%)**	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-18042	3810±75	2431-2424 (1.5%) 2402-2381(4.6%) **2348-2140 (62.1%)**	**2468-2112 (87.3%)** 2102-2036 (8.1%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2003
Castanheiro do Vento	Ua-18040	3790±60	2338-2321 (3.8%) **2310-2134 (63.7%)** 2068-2065 (0.7%)	2457-2416 (4.6%) **2410-2116 (81.1%)** 2099-2038 (9.7%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-18701	3790±60	2338-2321 (3.8%) **2310-2134 (63.7%)** 2068-2065 (0.7%)	2457-2416 (4.6%) **2410-2116 (81.1%)** 2099-2038 (9.7%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-23428	3740±40	**2203-2126 (45.6%)** 2090-2045 (22.6%)	2284-2247 (7.5%) **2234-2029 (87.9%)**	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-33632	3725±30	2196-2170 (17.7%) 2146-2124 (15.6%) **2091-2044 (34.9%)**	**2203-2032 (95.4%)**	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-23430	3720±40	2196-2170 (14.1%) 2146-2116 (17.4%) **2098-2038 (36.7%)**	2275-2255 (2.3%) **2210-2016 (91.4%)** 1996-1980(1.7%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-18043	3715±75	2267-2260 (1.4%) **2206-2016 (63.3%)** 1996-1980 (3.5%)	**2342-1900 (95.4%)**	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Ua-32087	3630±45	2114-2100 (5.2%) **2037-1930 (63.0%)**	**2135-1890 (95.4%)**	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007
Castanheiro do Vento	Sac-2018	3580±80	**2034-1870 (53.6%)** 1846-1811 (8.2%) 1804-1776 (6.4%)	2191-2180 (0.6%) **2142-1737 (93.6%)** 1714-1696 (1.3%)	Recinto murado	Jorge, V.O. *et al.*, 2003; Cardoso, 2007

Nos recintos do Alto Douro e de Trás-os-Montes tais práticas estão associadas a deposições intencionais de variada natureza: por ex., vasos inteiros ou partidos, depositados no interior de estruturas pétreas ou fossas (por vezes acompanhados de artefactos líticos), ou então, como em Castelo Velho de Freixo de Numão, a deposição intencional quer de artefactos inteiros (vasos cerâmicos e um machado de cobre) quer, em dois contextos fechados, de fragmentos cerâmicos, pesos de tear, sementes carbonizadas de trigo, restos de esqueletos humanos, fauna, etc.. A deposição intencional de fragmentos de "coisas", nomeadamente a de fragmentos cerâmicos em Castelo Velho de Freixo de Numão, levantou a problematização da natureza social de tal prática no quadro dum dispositivo identitário específico do 3º milénio AC (Jorge, S.O., 2014; McFayden, 2016).

Na Beira Alta, os recintos de Castro de Santiago e Fraga da Pena, em Fornos de Algodres, ambos integrados, respetivamente, na primeira metade do 3º milénio AC e nos finais do 3º/inícios do 2º milénios AC constituem, pela similaridade geral com os do Norte de Portugal e pela problemática desenvolvida sobre as ações cerimoniais ali praticadas, excelentes paralelos para a compreensão da função congregadora destes dispositivos de poder no interior de regimes antigos de autarcia (Valera, 2007, 2016).

A cerâmica existente nos recintos murados investigados é variada e apresenta elevados níveis de decoração, segundo os padrões estilísticos das cerâmicas das respetivas regiões em que se inserem. Não ocorrem apenas cerâmicas locais (predominando nestas a organização penteada aditiva), como surgem cerâmicas campaniformes, as quais estão datadas em Castro de Palheiros e em Castelo Velho de Freixo de Numão da primeira metade do 3º milénio AC. Aqui surgiu, por ex., campaniforme cordado, extremamente raro a nível peninsular (Jorge, S.O., 2002). Tal como nos povoados, nos recintos murados também pode ocorrer cerâmica oculada. Enfim, o papel social preciso da estilística cerâmica nestes recintos, só poderá ser esclarecido através de programas de investigação destinados a recuperar a rede de povoamento, não apenas no sentido de lugares contemporâneos a nível local e regional, mas de lugares contemporâneos simbolicamente conec-

tados, destinados, pelas ações diferenciadas que foram integrando, a reforçar os laços identitários das comunidades que os construíram e usaram.

Ao universo dos recintos murados acrescente-se a recente descoberta do recinto com fossos da Forca, na Maia (Valera e Rebuge, 2008; Bettencourt, 2010b, 2013a; Bettencourt e Luz, 2013), cuja singularidade no Norte de Portugal nos aconselha, de momento, a esperar por um estudo consequente com a sua potencial importância no quadro dos lugares multifuncionais desta região (Tab. 2.4). No entanto, devemos salientar que o recinto da Forca ocupa vários hectares e que a sua arquitetura final (com distintos tipos de fossos, alguns com vestígios de terem servido para conter paliçadas de troncos de grande porte) teria resultado de uma longa diacronia de ocupação ou visitação. No interior deste vasto recinto existiam pequenos valados, buracos de poste, fossas e lareiras. O grande investimento construtivo ter-se-á verificado no 3º milénio AC, como se depreende pela data de radiocarbono de entre 2610-2340 AC (Bettencourt, 2010b) e pela data de luminescência de entre 2414-2228 AC (Valera e Rebuge 2008).

As diferentes ações aí realizadas implicaram a manipulação de inúmeros recipientes cerâmicos lisos ou com decorações de fundo neolítico (triângulos incisos preenchidos com puncionamentos), assim como decorações incisas/impressas metopadas ou com padrões reticulados. De exceção são as decorações penteadas em associação com mamilos plásticos e o campaniforme cordado (Bettencourt 2010b; Bettencourt e Luz, 2013). A este acervo associam-se muitíssimos artefactos líticos, alguns deles em matérias-primas exógenas ou raras na região (como o sílex, o anfibolito e o quartzo hialino), ossadas de ovicaprinos e conchas.

Tabela 2.3 – Datas de radiocarbono para lugares com funções cerimoniais do 3º milénio AC.

Sítio	Ref.	Data BP	1 Sigma	2 Sigma	Contexto	Bibliografia
Crasto de Palheiros	CSIC-1963	4129±42	2861-2808 (20.7%) 2757-2718(15.0%) **2706-2624 (32.4%)**	**2872-2580 (95.4%)**	Recinto murado	Sanches, 2008
Crasto de Palheiros	CSIC-1280	4087±34	2839-2814 (12.5%) **2676-2572 (55.7%)**	2861 (18.5%) 2807 2757 (7.3%) 2718 **2705-2564 (63.3%)** 2532 (6.3%) 2495	Recinto murado	Sanches, 2008
Crasto de Palheiros	Ua-22212	4065±45	2835-2816 (7.1%) **2667-2563 (45.5%)** 2534-2494 (15.6%)	2859-2809 (12.8%) 2752-2722 (4.7%) **2701--2475 (77.9%)**	Recinto murado	Sanches, 2008
Crasto de Palheiros	Ua-18528	4060±50	2834-2817 (6.2%) **2664-2550 (43.6%)** 2536-2490 (18.3%)	2861-2807 (12.4%) 2757-2718 (5.4%) **2706-2472 (77.7%)**	Recinto murado	Sanches, 2008
Crasto de Palheiros	CSIC-1617	4046±29	**2620-2562 (36.3%)** 2534-2492(31.9%)	2833-2818 (3.1%) 2660-2650 (1.5%) **2634-2476 (90.8%)**	Recinto murado	Sanches, 2008
Crasto de Palheiros	Ua-22284	4035±45	2619-2606 (5.7%) **2600-2482 (62.5%)**	2850-2812 (5.6%) 2741-2730 (0.7%) 2694-2686 (0.5%) **2680-2466 (88.6%)**	Recinto murado	Sanches, 2008
Crasto de Palheiros	CSIC-1964	3950±42	2564-2533 (14.6%) 2494-2435 (33.5%) 2420-2404 (7.4%) 2379-2349 (12.6%)	2572-2512 (22.0%) **2505-2334 (70.4%)** 2324-2302 (3.0%)	Recinto murado	Sanches, 2008
Crasto de Palheiros	Ua-22213	3935±45	**2488-2346 (68.2%)**	2569-2516(12.1%) **2500-2292 (83.3%)**	Recinto murado	Sanches, 2008
Crasto de Palheiros	Ua-18529	3920±50	**2475-2338 (65.5%)** 2318-2310 (2.7%)	2568-2518 (7.2%) **2499-2280 (86%)** 2250-2231 (1.8%) 2218-2214 (0.4%)	Recinto murado	Sanches, 2008
Crasto de Palheiros	Sac-1971	3895±45	**2464-2338 (64.5%)** 2321-2310 (3.7%)	**2482-2273 (89.3%)** 2256-2208 (6.1%)	Recinto murado	Sanches, 2008

Tabela 2.4 – Datas de radiocarbono para lugares com funções cerimoniais do 3º milénio AC.

Sítio	Ref.	Data BP	1 Sigma	2 Sigma	Contexto	Bibliografia
Sola I	Icen-1007	4060±110	2859-2809 (10.5%) 2752-2721 (6.0%) 2702-2473 (51.7%)	2893-2334 (94.5%) 2324-2306 (0.9%)	Recinto murado	Bettencourt, 2000
Forca	Beta-258088	3980±50	2576-2460 (68.2%)	2625-2337 (94.5%) 2322-2308 (0.9%)	Recinto de fossos (campaniforme)	Bettencourt, 2010b

Em Trás-os-Montes Oriental, em Cabeço da Mina, Vila Flor (Sousa, 1996, 1997; Sanches, 1997, 2011; Jorge, S.O., 1999b), foi identificado um provável recinto com estelas, localizado no topo dum morro (hipótese fundamentada em foto aérea, apresentada por Sousa, 1996, 1997) que se ergue na planície aluvial dum tributário da margem norte do rio Douro. Apesar de o sítio não ter tido, ainda, uma intervenção arqueológica apropriada à grande importância do lugar (trata-se do único recinto do género e desta época, conhecido na Península Ibérica), ele revelou um apreciável número de estelas similares às de outras regiões interiores peninsulares e do sul de França. São estelas de pequenas dimensões, algumas delas possuindo a gravação, segundo um grande esquematismo estilístico, de motivos anatómicos (olhos, nariz, boca, braços, eventualmente pernas e sexo) e de motivos complementares (cintos, colares, insígnias, etc.). As armas estão ausentes. Podendo ter sido concebido no 4º milénio AC, o recinto do Cabeço da Mina terá sido usado ao longo do 3º milénio AC, tendo, por isso, sido contemporâneo de recintos murados do Alto Douro e de Trás-os-Montes Oriental, com os quais deve ter estado culturalmente conectado. Aliás, quer em Castelo Velho de Freixo de Numão quer em Castanheiro do Vento foram detectadas estelas de xisto e de granito sem decoração. Por outro lado, estelas estilisticamente similares às de Cabeço da Mina, foram reconhecidas, desde há muito, em Trás-os-Montes e Alto Douro, integrando-se num grupo de estelas/estátuas menires do 3º milénio AC que abrange também as regiões de Salamanca-Cáceres e o Alto Alentejo.

No interior transmontano, conhecemos o importante abrigo do Buraco da Pala, integrado na Serra de Passos, Mirandela (Sanches, 1997). Neste último abrigo, cuja abertura é visível a uma grande distância, foram identificadas, durante a primeira metade do 3º milénio AC (Tab. 2.5), sucessivas deposições de vasos cerâmicos (profusamente decorados) contendo ou associados a grandes quantidades de sementes de trigo, cevada, fava e bolota. Tais deposições deverão ter ocorrido no seio de complexas encenações rituais, de que terão feito parte incêndios intencionalmente controlados. Algures, nos finais da primeira metade do 3º milénio AC, um último incêndio terá condenado o espaço interior do abrigo destinado às deposições ritualmente encenadas de bens alimentares. Não é possível dissociar tais práticas cerimoniais de pinturas esquemáticas inscritas quer dentro do próprio abrigo do Buraco da Pala quer em vários abrigos com pintura esquemática na Serra de Passos. A arte rupestre terá, neste caso, como em muitos outros, funcionado como parte integrante de poderosos cenários visuais que presidiram ao reforço da congregação comunitária.

Tabela 2.5 – Datas de radiocarbono para lugares com funções cerimoniais do 3º milénio AC.

Sítio	Ref.	Data BP	1 Sigma	2 Sigma	Contexto	Bibliografia
Buraco da Pala	CSIC-867	4170±55	2878-2840 (14.4%) **2814-2677 (53.8%)**	**2892-2618 (93.2%)** 2608-2598 (1.2%) 2594-2586 (1.0%)	Abrigo	Sanches, 1997
Buraco da Pala	GrN-19102	4130±40	2862-2808 (20.5%) 2757-2718 (15.3%) **2706-2625 (32.4%)**	**2872-2616 (88.9%)** 2610-2581 (6.5%)	Abrigo	Sanches, 1997
Buraco da Pala	ICEN-310	4120±80	2864-2806 (17.0%) **2760-2580 (51.2%)**	**2887-2550 (88.5%)** **2537-2490 (6.9%)**	Abrigo	Sanches, 1997
Buraco da Pala	CEN-594	4120±70	2863-2806 (17.3%) 2758-2717 (12.3%) **2710-2580 (38.6%)**	**2886-2561 (89.7%)** 2536-2492 (5.7%)	Abrigo	Sanches, 1997

Tabela 2.5 (Continuação)

Buraco da Pala	ICEN-311	4120±50	2860-2808 (18.9%) 2756-2720 (12.5%) **2704-2618 (31.6%)** 2608-2598 (2.7%) 2594-2585 (2.6%)	**2876-2572 (94.8%)** 2510-2506 (0.6%)	Abrigo	Sanches, 1997
Buraco da Pala	ICEN-934	4110±120	**2872-2571 (66.4%)** 2512-2504 (1.8%)	2999-2994 (0.1%) **2928-2334 (94.6%)** 2325-2300 (0.7%)	Abrigo	Sanches, 1997
Buraco da Pala	CEN-597	4090±130	2870-2802 (13.8%) **2778-2550 (45.7%)** 2536-2491 (8.71%)	3006-2989 (0.4%) **2930-2280 (94.0%)** 2249-2232 (0.4%) 2218-2214 (0.1%)	Abrigo	Sanches, 1997
Buraco da Pala	CSIC-826	4090±45	2851-2812 (14.2%) 2742-2728 (3.8%) **2694-2572 (49.1%)** 2510-2506 (1.1%)	2870-2802 (19.5%) **2778-2558 (67.9%)** 2536-2491 (8.0%)	Abrigo	Sanches, 1997
Buraco da Pala	GrN-19103	4025±25	2574-2558 (17.0%) **2536-2491 (51.2%)**	2618-2609 (2.0%) **2582-2474 (93.4%)**	Abrigo	Sanches, 1997
Buraco da Pala	CEN-419	4020±45	**2578-2476 (68.2%)**	2840-2813 (3.1%) **2678-2458 (92.3%)**	Abrigo	Sanches, 1997
Buraco da Pala	ICEN-933	4010±160	2860-2808 (7%) 2756-2720 (4.5%) **2704-2336 (55%)** 2322-2308 (1.7%)	**2919-2121 (94%)** 2094-2042 (1.4%)	Abrigo	Sanches, 1997
Buraco da Pala	CSIC-825	4000±60	**2620-2462 (68.2%)**	2850-2812 (3.5%) 2742-2730 (0.6%) **2694-2336 (90.6%)** 2322-2308 (0.7%)	Abrigo	Sanches, 1997
Buraco da Pala	GrN-19101	3955±25	2562-2536 (19.2%) **2492-2458 (49%)**	2568-2518 (25.1%) **2500-2432 (56.2%)** 2424- 2400 (5.8%) 2381- 2348 (8.3%)	Abrigo	Sanches, 1997

2.3. Lugares sepulcrais e espaços de manipulação de restos humanos

Falar dos sepulcros do Norte de Portugal, neste período de tempo (Jorge, V.O., 1989, 1991; Cruz, 1992, 1998; Sanches, 1997; Jorge, S.O., 1999a; Bettencourt, 2000, 2009b; 2010a, 2010b, 2013a) implica ter em conta, pelo menos, três aspectos: – o primeiro diz respeito a um grande vazio de dados consistentes para Trás-os-Montes e Alto Douro, em relação com o litoral (Minho e Douro Litoral), onde, apesar de tudo, se conhecem alguns contextos susceptíveis de alguma reflexão; – o segundo aspecto tem a ver com uma progressiva e global invisibilidade dos sepulcros na paisagem, associada a diferentes níveis de heterogeneidade e complexidade ritual; – o terceiro aspecto prende-se com o conhecimento, no litoral, de novos contextos tumulares a partir da segunda metade do 3ª milénio AC (podendo, em raros casos, dobrar o milénio), cuja dimensão cultural necessita de ser reavaliada (Tab. 3).

No Alto Douro, em Vale da Casa/Cerva, Vila Nova de Foz Côa, num terraço do Douro, foram descobertos na década de 80 do século 20 enterramentos de inumação individual em cista, cobertas por montículos de pedra, com oferendas funerárias muito discretas (artefactos líticos) (Baptista, 1983), datados da primeira metade do 3º milénio AC (Cruz, 1998). Estas cistas poderão ser globalmente contemporâneas do momento de construção do recinto monumental de Castelo Velho de Freixo de Numão, que se encontra próximo.

Aqui, neste recinto murado, foi descoberta e estudada uma estrutura pétrea (Jorge, S.O., *et al.,* 1998-1999), provavelmente de meados do 3º milénio AC, que continha uma deposição reveladora da manipulação de restos humanos segmentados e de ossos humanos desconectados, em associação com várias materialidades também elas intencionalmente fragmentadas e selecionadas. Esta deposição apontava claramente para uma concepção do mundo ainda apoiada em representações fluidas e difusas de poder, aliás expressas em outros contextos do recinto onde emergiam deposições com fragmentos de materialidades que haviam sido sujeitos muito

provavelmente à circulação prévia antes de entrarem neste lugar cerimonial. A estrutura com ossos humanos de Castelo Velho permite visualizar uma dimensão particular da representação colectivizante do mundo por parte destas comunidades do 3º milénio A.C., as quais se encontravam ainda imersas numa ontologia simbólica de origem neolítica.

Literatura arqueológica antiga reavaliada (Sanches, 1997; Cruz, 1998; Bettencourt, 2009b; 2010a) fala ainda de tumulações em Trás-os-Montes, provavelmente mais tardias, de finais do 3º milénio ou na passagem para o milénio seguinte. Trata-se de contextos sepulcrais em cistas (Lagares, Macedo de Cavaleiros), aonde, numa delas foi encontrada uma espiral em ouro. Seguramente dos finais do 3º, inícios do 2º milénios AC é a cista do Terraço das Laranjeiras, em Torre de Moncorvo, onde o esqueleto de um juvenil, em posição fetal, foi depositado em associação com um vaso globular, liso, aparentemente, em contexto de povoado (Gaspar *et al.,* 2014).

Para buscarmos outros contextos funerários seguros em Trás-os-Montes temos de nos deslocar até à Lorga de Dine, em Vinhais, aonde conhecemos desde há muito inumações, recentemente datadas da segunda metade do 3º milénio AC, associadas a cerâmicas profusamente decoradas segundo o figurino estilístico transmontano, entre outras lisas ou com decoração plástica. Nesta região foram encontradas, ainda, outros enterramentos em grutas que se creem do 3º milénio AC pelos materiais cerâmicos e/ou ósseos e metálicos associados, como é o caso da Gruta de Ferreiros e da Gruta Grande, nas vertentes do Monte de Ferreiros, e da Gruta do Geraldo, no Monte do Geraldo, todas em Miranda do Douro (Delgado 1887, Sanches 1992).

A estes parcos contextos se resume o nosso conhecimento sobre lugares sepulcrais ou lugares onde se manipularam restos humanos em Trás-os-Montes e Alto Douro.

O litoral (Minho e Douro Litoral) foi também marcado nesta fase pela progressiva invisibilidade de contextos funerários. Contudo, desde a primeira metade do 3º milénio AC, e ao longo do milénio, que as reutilizações dos sepulcros sob *tumulus* de origem neolítica são um dado adquirido para os investigadores que se debruçaram sobre o Norte de Portugal durante este período de tempo. Estas manifestam-se através da deposição de recipientes cerâmicos (com decoração incisa/impressa metopada e campaniforme) e de artefactos líticos (alabardas/punhais, em sílex) (Jorge, S.O.,1999a, 2002; Bettencourt, 2011). Contudo, estão por identificar contextos que nos esclareçam sobre a natureza de tais reutilizações, nomeadamente sobre a possibilidade de, a par de inumações, ocorrerem também cremações. De qualquer modo, as intrusões campaniformes em sepulcros de origem neolítica, deixam entrever a necessidade de algumas elites se rodearem, na morte, de espólios cerâmicos de prestígio suprarregional.

Conhecem-se, igualmente, atividades em redor de "antigos" sepulcros megalíticos que implicaram a construção de fossas abertas no solo e a manipulação de diversos artefactos (cerâmica incisa/impressa metopada, cerâmica campaniforme, objetos metálicos, etc.) (Bettencourt, 2010b, 2011).

Também é possível que durante o 3º milénio AC se tivessem verificado enterramentos ou manipulação de restos humanos em fendas e abrigos graníticos, como no Monte da Penha, em Guimarães (Cardoso 1960; Sampaio *et al.,* 2009) e no Monte Córdova, Santo Tirso (Bettencourt, 2013a), numa tradição ancestral, se tivermos em conta os "*…mais d'uma dusia de craneos…*" associados a artefactos líticos e cerâmicos, dados como neolíticos, do Penedo da Cuba, Marco de Canaveses, na serra da Aboboreira (Sarmento, 1982; Lima 1940). O monumento "natural" do Monte da Penha, que, pela sua impressividade e natureza dos vestígios arqueológicos aí encontrados, foi considerado estruturante na paisagem do 3º, 2º e 1º milénios AC parece ter sido, ainda, palco de inúmeras deposições cerâmicas, líticas e metálicas (Sampaio, 2014). (Tabela 3, pág. seguinte)

Durante o 3º milénio AC são construídos, de raiz, novos sepulcros que assinalam, em certas regiões, ainda que de forma esporádica e, talvez assimétrica, um processo de desarticulação das estruturas sociais de tradição neolítica. Tal é o caso da Mamoa da Aspra, em Caminha, onde, sob um *tumulus* de terra, foi aberta uma câmara em fossa (Silva, 1989), recentemente reavaliada como sendo da primeira metade/meados do 3º milénio AC, pela presença exclusiva de cerâmica campaniforme, ou do túmulo em fossa, associado a uma laje granítica, aparentemente sem *tumulus,* do lugar do Vargo, em Fafe, que continha um vaso campaniforme pontilhado geométrico (Bettencourt 2009a; 2011). A partir da segunda metade deste milénio, na serra da Aboboreira, em Baião, no interior do espaço da antiga necrópole neolítica, foram construídas câmaras cistoides sob mamoa, como Chã do Carvalhal 1 e Meninas

Tabela 3 – Datas de radiocarbono para lugares sepulcrais ou de manipulação de ossos.

Sítio	Ref.	Data BP	1 Sigma (68.2)	2 Sigma (95.4)	Contexto	Bibliografia
Vale da Casa / Cerva	GrA-8402	4140±50	2866-2831 (12.8%) 2820-2804 (5.9%) **2776-2632 (49.5%)**	**2878-2580 (95.4%)**	Cista	Cruz, 1998
Penha	AA63061	4102±42	2851-2812 (15.7%) 2742-2728 (4.6%) **2694-2578 (47.9%)**	2871-2800 (22.2%) 2792-2789 (0.3%) **2780-2567 (69.9%)** 2520-2498 (3.1%)	Lugar de deposições / corpos	Sampaio *et al.,* 2009
Castelo Velho	GrN-23512	4020±100	2856-2812 (7.5.2%) 2747-2724 (3.2%) **2698-2456 (56.2%)** 2417-2408 (1.2%)	2876-2292 (95.4%)	Recinto murado	Jorge, S.O. e Rubinos, 2002.
Vale Ferreiro	AA89670	3894±44	**2463-2338 (65.5%)** 2316-2310 (2.7%)	**2479-2274 (89.4%)** 2256-2208 (6.0%)	Túmulo 2	Sampaio, 2014
Meninas do Crasto 4	Média ponderada	3815±36	2334-2324 (3.7%) **2301-2199 (62.4%)** 2160- 2154 (2.1%)	**2350-2140 (87.8%)** 2406-2376 (4.1%) 2454-2418 (3.5%)	Mon. sob *tumulus*	Jorge, V.O. 1983, 1993; Jorge V.O. *et al.,* 1988
Vale Ferreiro	Ua-19728	3635±50	2120-2094 (10.4%) **2042-1930 (57.8%)**	**2141-1884 (95.4%)**	Túmulo 1	Bettencourt *et al.*, 2005
Outeiro dos Gregos 1	CSIC-772	3620±50	2111-2104 (2.1%) **2036-1906 (66.1%)**	**2140-1878 (94.8%)** 1838-1828 (0.6%)	Cista sob *tumulus*	Jorge, V.O. 1980
Terraço das Laranjeiras	GrA - 54501	3615±35	**2026-1932 (68.2%)**	2122-2093 (5.0%) **2042-1888 (90.4%)**	Cista	Gaspar *et al.,* 2014
Quinta da Água Branca	Beta-230330	3570±50	2016-1996 (7.3%) **1980-1878 (55.3%)** 1839-1828 (3.7%) 1792-1785 (2.0%)	2110-2105 (0.3%) **2036-1754 (95.1%)**	Cista	Betencourt, 2010a

do Castro 4 (Cruz, 1992; Jorge, V.O., 1983), provavelmente associadas a inumações individuais ou restritas. No primeiro sepulcro foram encontrados, no *tumulus*, punhais de lingueta e pontas de tipo Palmela de cobre e, no espaço da câmara, cerâmica campaniforme. No segundo foi identificada na câmara uma espiral de prata. Globalmente desta fase pertencerá o sepulcro sob mamoa de Regedoura 2, em Fafe[4], que forneceu uma ponta de tipo Palmela em cobre e um braçal de arqueiro associados a cerâmicas, essencialmente lisas, e escassas decorações campaniformes.

Numa fase ligeiramente mais tardia, entre finais do 3º/inícios do 2º milénio AC, terá sido construído, também na necrópole neolítica da serra da Aboboreira, a cista sob "cairn" de Outeiro de Gregos 1, no interior da qual foi também encontrada uma espiral de prata associada a fragmentos de vasos tronco-cónicos (Jorge, V.O., 1980).

Neste momento de transição, de passagem do 3º para o 2º milénio A.C., foram referenciados novos tipos de sepulcros localizados em áreas distanciadas de antigas necrópoles do 4º milénio AC. Exemplo disto é o túmulo 1 de Vale de Ferreiro, em Fafe, com câmara cistoide, rodeada de blocos de quartzos, construída no interior de uma grande fossa, aparentemente sem *tumulus* (Bettencourt *et al.,* 2005, Sampaio, 2014). De notar que o túmulo 2 de Vale Ferreiro, que forneceu um vaso atípico e duas espirais de ouro, será do terceiro quartel do 3º milénio AC, embora esta data tenha sido considerada envelhecida pelo natureza dos elementos datados (Sampaio, 2014, p. 522). Desta época charneira é a famosa cista plana da Quinta da Água Branca, em Vila Nova de Cerveira, contendo um importante espólio metálico onde se cruza a tradição meridional com a influência atlântica. Dela faziam parte um punhal de lingueta em cobre, um par de espirais e dois aros em ouro e ainda um magnífico diadema em ouro. Quinta da Água Branca acusa de forma exuberante o fim da direção tomada por algumas elites desde

4. Informação transmitida na comunicação oral intitulada "O monumento sob *tumulus* da Regedoura 2 (Fafe, Noroeste de Portugal)", proferida por Gabriel Pereira nas *VI Jornadas de Arqueologia do Vale do Douro: Do Paleolítico à Idade Media*, Associação Científico – Cultural Zamoraprotohistórica e Lab2PT, Porto, 17-19 de novembro, 2016.

a segunda metade do 3º milénio A.C.: a escolha de novos sepulcros (em novos espaços ou ainda em espaços tradicionais), com ou sem *tumuli*, albergando inumações individuais ou restritas, associadas a espólios funerários simbolicamente diferenciadores, sob a forma da presença de armas em cobre e joias em prata e ouro, de âmbito suprarregional. A tumulação individual com estas características manifesta um claro sintoma do paulatino processo de inversão das estruturas sociais de poder ainda durante o 3º milénio AC.. É um indicador, a par de outros, do incremento e agudização de tensões sociais que caracterizam toda a segunda metade do 3º milénio AC, em que ainda no interior da mundividência tradicional algumas elites/personagens se destacam pela ostentação de símbolos de poder exteriores ao círculo local e regional.

2.4. O papel da metalurgia

A produção de alguns, raros, artefactos, em cobre ou em ouro, encontra-se registada, pelo menos, desde a primeira metade do 3º milénio AC. Trata-se duma produção de carácter fundamentalmente doméstica (embora possa ocorrer em contextos cerimoniais como, por ex., na última fase de uso do abrigo do Buraco da Pala), recorrendo a matérias-primas locais, e no quadro duma tecnologia metalúrgica incipiente. A prática metalúrgica visava então uma produção local, sobretudo de artefactos de cobre, como punções, cinzéis, machados, facas e, mais raramente, de objetos de adorno, como contas de ouro. Nesta fase mais antiga tais artefactos de prestígio não parecem ter ocupado um papel particularmente relevante ou decisivo na potenciação da diferenciação social ou na ascensão de determinados grupos ou elites. Ao contrário, a partir de meados e ao longo da segunda metade do 3º milénio AC é notório o desenvolvimento da metalurgia a diversos níveis. Em primeiro lugar, a prática metalúrgica invadiu os lugares funerários conhecidos, para além da sua expansão em contextos domésticos e cerimoniais. Em segundo lugar, apareceram agora armas em cobre, e também, nos finais do milénio, joias de prata e ouro que, em conjunto, pressupunham técnicas muito mais complexas, eventualmente adquiridas através de contactos trans-regionais. Em terceiro lugar, a produção, intercâmbio e uso do metal em cenários sepulcrais e cerimoniais, permitiu e incentivou a diferenciação social, num quadro de progressiva tensão/competição intra e intercomunitária.

A metalurgia do 3º milénio AC não fala a uma só voz. Ela relaciona-se não apenas com diversos estádios de complexidade social, como se integra em, pelo menos, duas cosmovisões do mundo: a de tradição neolítica, tendencialmente coletivizante e horizontal, até meados do milénio, e uma outra, ancorada na afirmação individual do poder, em ruptura com a velha representação do mundo, a partir da segunda metade do 3º milénio. Admitimos que esta divisão não se processou ao mesmo tempo em todo o Norte de Portugal. Terá mesmo havido regiões inteiras que só muito tarde foram tocadas por esta dinâmica, e outras que se manifestaram precoces na sua adopção. O metal, em si mesmo, não pode ser encarado como um indicador específico de descontinuidade cultural. A avaliação do peso relativo do seu estatuto diferenciador tem de se submeter a um juízo interpretativo resultante da articulação ponderada de múltiplas variáveis.

2.5. Lugares com arte rupestre

Sintetizar a arte rupestre vigente no 3º milénio no Norte de Portugal não é tarefa fácil dada a diversidade de expressões iconográficas existentes e as dificuldades inerentes à sua datação. No entanto, a um ampla escala de análise, podemos considerar que, quer em abrigos ou outro tipo de cavidades, quer em afloramentos ao ar livre, naturalmente com diferentes significações, muitos lugares foram pintados ou gravados com motivos geométricos, antropomorfos esquematizadas, raros zoomorfos, figuras oculadas, entre outros. Trata-se da Arte Esquemática Ibérica, de fundo neolítico, mas que diversos autores aceitam ter-se prolongado pelo 3º milénio AC (Sanches, 1997, 2002, 2006; Sanches *et al.,* 2016; Alves, 2003, 2009; Teixeira, 2012; Figueiredo, 2013; Cardoso, 2015; Cardoso e Bettencourt, 2016, etc.). Regionalmente esta hipótese assenta, essencialmente, em três tipos de argumentos. Um deles, é a coexistência ou proximidade de alguns *loci* pintados ou gravados com ocupações deste período, como é o caso, por exemplo, do Buraco da Pala (Sanches, 1997, 2006), do Cachão da Rapa, em Carrazeda de Ansiães (Santos Júnior, 1933; Sanches, 1997; Teixeira, 2012, etc.), de Penas Róias, no Mogadouro (Almeida e Mourinho, 1981; Jorge, S.O., 1986; Sanches, 1992, 1997; Teixeira, 2012, etc.), da Fraga da Pena, em Fornos de Algodres (Valera, 2016) ou da Casa do Moro/El Pedroso, em Zamora (Bradley *et al.,* 2005; Alves, 2009; Alves, *et al.* 2013), na fronteira com Portugal. Outro

argumento baseia-se no aparecimento de representações de oculados, pintados, nos abrigos da Serra de Passos 1/Regato das Bouças 15, Serra de Passos 3/Regato das Bouças 11 (Figueiredo, 2013; Sanches *et al*., 2016), Regato das Bouças 1 e 2 (Sanches *et al*., 2016), todos em Mirandela, motivos estes comuns em recipientes cerâmicos inseríveis em contextos do 3º milénio AC regional. Um terceiro argumento resulta da aplicação de métodos estatísticos ao inúmero reportório esquemático do Nordeste trasmontano (Figueiredo, 2013).

A interpretação destes sítios é igualmente difícil de estabelecer. Para os abrigos da serra de Passos/Santa Comba, Sanches (2002) e Sanches *et al.* (2016) defenderam a hipótese de que se vinculariam a zonas de passagem entre o vale, de vivência agro-pastoril, e as áreas mais altas da serra de natureza distinta. Alves (2009) considera a hipótese de que os lugares pintados se destinariam a acolher deposições, do tipo deposições relíquias ou ossários. Adotando hipótese defendida por Bueno Ramírez e Balbín Berhmann, a partir de 1992, Figueiredo (2013) considera que alguns abrigos pintados poderiam vincular-se ao mundo dos mortos. Também Bradley *et al.* (2005) consideram a possibilidade da Casa do Moro/El Pedroso se relacionar com enterramentos. Cardoso (2015) e Cardoso e Bettencourt (2015) verificaram que a arte esquemática de ar livre do vale do Ave se relaciona com lugares de passagem, nascentes e cursos de água, no que poderá traduzir uma simbólica animista do mundo. Seja como for, pinturas e gravuras em abrigos ou fendas teriam significação distinta de gravuras em afloramentos ao ar livre, representando, certamente, formas diversas mas complementares de celebrar ou invocar divindades ou espíritos. A arte dos abrigos estaria mais relacionada com cerimónias ocultas e destinadas a um público restrito (Alves, 2009), enquanto os sítios de ar livre possibilitariam cerimónias de maior audiência.

Para o litoral a arte esquemática partilha o espaço, pelo menos em parte, com a arte atlântica cujas origens neolíticas têm sido defendidas por paralelos com alguns motivos da arte megalítica (Alves, 2003, 2009; Cardoso, 2015, etc.). Assim, se aceitarmos que, pelo menos a partir do 4º milénio AC, houve dois grandes estilos artísticos em simultâneo, no Norte de Portugal (a arte esquemática pintada e gravada e a arte atlântica) o que fica por explicar é a natureza dessa distinção espacial que, talvez se possa e deva articular, quer com os diferentes tipos de materialidades encontradas nos monumentos megalíticos do interior e do litoral (Cardoso, 2015), quer com os diferentes estilos das decorações cerâmicas do 3º milénio AC, representativos de diferentes fenómenos de identidade.

Questão importante para o objetivo deste trabalho é o términos destas diferentes gramáticas decorativas. Para o grande e impressivo *locus* da Serra de Passos, com inúmeros abrigos pintados, tem-se colocado a hipótese de que deixam de estar ativos, genericamente, durante o 3º milénio AC (Sanches (1997, 2002, 2006; Sanches *et al.,* 2016). Já para o Nordeste Trasmontano, em geral, Figueiredo (2013) considera que o seu grupo II terminará pelos finais do 3º, inícios do 2º milénios AC. É provável que os poucos afloramentos com alabardas[5] e punhais gravados que se conhecem em Trás-os-Montes (Figueiredo, 2013) tenham sido introduzidos algures na segunda metade do 3º milénio AC, mas a sua menor representatividade no interior, face ao litoral, poderá indiciar, nesta área, fenómenos de resistência à ideologia subjacente à sua "exposição".

No Noroeste litoral a gramática atlântica parece perder importância a partir do momento em que se gravam alabardas e punhais, entre outros símbolos difíceis de decifrar, em diversos afloramentos, alguns deles com declives acentuados, numa lógica distinta das superfícies horizontais da arte atlântica (Bettencourt, 2017). Por vezes são gravados em sítios *ex-nihilo*, noutros ocorrem em lugares próximos de afloramentos com arte atlântica ou partilham o mesmo espaço iconografado, neste caso, sendo marginais ou mostrando sulcos tecnologicamente distintos, no que tem vindo a interpretar-se como a marcação de novos lugares ou a reintegração simbólica de "velhos" lugares, num novo processo de afirmação de identidade e de territorialização (Bettencourt, 2009a, 2013, 2017).

Em suma, algures na segunda metade do 3º milénio AC, novas cosgomonias de origem mediterrânica e atlântica ter-se-ão tornado mais ou menos visíveis no Norte de Portugal, consoante a maior ou menor permeabilidade e "interesse" das populações locais em aceitar as novidades. Assim a arte rupestre de fundo neolítico terá começado a perder expressão a

5. De registar que as alabardas de tipo Carrapatas são consideradas aparentadas com as britânicas e irlandeses, inseridas, por várias datas de radiocarbono, na segunda metade do 3º milénio AC (Needham *et al.,* 2015).

partir da segunda metade do 3º milénio AC, sobretudo no litoral, acompanhando as alterações sociais verificadas, para ser substituída, ao longo do 2 milénio AC e início do 1º milénio AC, por outras iconografias (Bettencourt, 2017).

3. CONCLUINDO

Durante a primeira metade do 3º milénio AC vemos aparecer no Norte de Portugal novas arenas de afirmação de poder no seio das comunidades de tradição neolítica. Do litoral ao interior são construídos recintos monumentais de diversas tipologias que, pela localização, dimensão e arquitetura, "rasgam" pela primeira vez a paisagem a uma escala nunca antes ensaiada. Nestes novos dispositivos arquitectónicos, como também no interior de abrigos naturais, situados em posições altaneiras, ocorrem novas práticas cerimoniais: encenam-se deposições de artefactos (inteiros ou fragmentados), e ainda, em determinados contextos fechados, a deposição seletiva de "coisas" fragmentadas, como, por ex., ossos humanos, sementes, pesos de tear, fragmentos cerâmicos, etc. Estes novos lugares cerimoniais articulam-se certamente com lugares de arte rupestre (em abrigos e ao ar livre), no âmbito das designadas artes esquemática e atlântica, que, tendo uma provável origem neolítica, continuam ativas ao longo do 3º milénio AC. Apesar dos contextos funerários perderem monumentalidade, expressam, nesta primeira metade do 3º milénio, elevados níveis de heterogeneidade e complexidade ritual. A par de reutilizações de monumentos/espaços neolíticos, conhecem-se novos sepulcros ou formas de enterramento e de manipulação de restos humanos. Estes lugares deixam entrever novas práticas funerárias, em articulação com diversas fórmulas de afirmação identitária, expressas também em outros lugares albergando específicas práticas cerimoniais (recintos monumentais e abrigos com localizações dominantes). A presença de cerâmica campaniforme e oculada em praticamente todos os contextos (povoados, recintos, abrigos, lugares sepulcrais), assim como de alguns artefactos de cobre (machados, por exemplo), diz-nos que, durante esta primeira fase, em todo o Norte de Portugal, as comunidades manuseiam, a par de símbolos locais, elementos com estatuto diferenciador trans-regional, no âmbito da gestão de mecanismos de consolidação identitária.

A segunda metade do 3º milénio AC, tanto quanto conhecemos atualmente, não parece evidenciar, em Trás-os-Montes e Alto Douro, nenhuma alteração significativa no que respeita às aquisições da primeira metade do milénio. Os recintos murados investigados no Alto Douro e em Trás-os-Montes continuam a ser reutilizados segundo padrões cerimoniais similares até ao fim do milénio. É certo que outros lugares da primeira metade do 3º milénio deixam de ser agora usados (abrigos e, eventualmente, lugares de arte rupestre), mas teremos de atingir um período de transição entre o 3º e o 2º milénio AC para, nesta vasta região, começarmos a visualizar os primeiros indícios expressivos de mudança, nomeadamente ao nível de lugares sepulcrais, recintos reutilizados, povoados, ou até mesmo lugares com arte rupestre. O interior do Norte de Portugal parece, a uma ampla escala de análise, respeitar as mesmas dinâmicas sociais ao longo de quase todo o 3º milénio AC.

Ao contrário, no litoral (Minho e Douro Litoral), durante a segunda metade do 3º milénio AC, a par da continuidade de alguns contextos tradicionais, vemos surgir novos lugares sepulcrais, no interior de necrópoles neolíticas ou fora delas, integrando variadas arquiteturas, associados a inumações individuais ou restritas, e onde ocorrem pela primeira vez armas em cobre e/ou adornos em prata e ouro. Por outro lado, deverá ser desta etapa a gravação de punhais e alabardas (entre outros motivos difíceis de identificar) em novos lugares ou em lugares gravados anteriormente. O litoral do Norte de Portugal, tanto quanto podemos inferir a partir destes dados, terá sido palco mais cedo, no âmbito da segunda metade do 3º milénio, de tensões sociais promotoras da ascensão de elites que assegurariam também a liderança de novos contactos trans-regionais. Contudo, estamos cientes do carácter provisório que a hipótese de assimetria entre litoral e interior, durante esta fase, encerra. De facto, ela tanto pode refletir uma diferença de fundo (um litoral socialmente tenso e aberto ao exterior *versus* um interior socialmente estável e virado sobre si próprio), como resultar tão só de parcelares identificações arqueológicas, fruto de diferentes e casuísticos estádios de investigação.

Designar comunidades tradicionais do 3º milénio AC como calcolíticas, e outras, onde se verificaram mudanças sociais (como as verificadas no litoral durante a segunda metade do 3º milénio AC), como do Bronze Inicial, poderia e deveria suscitar um amplo debate em torno dos conceitos que se subjazem a tais nomenclaturas. Embora tal debate não esteja

nos objectivos deste texto, cremos que as designações clássicas de Calcolítico e Bronze Inicial induzem à admissão da existência duma potencial fratura entre estádios de desenvolvimento cultural que, de facto, não reconhecemos no Norte de Portugal em nenhum momento do 3º milénio. As mudanças verificadas durante a última fase do 3º milénio, parecem assumir-se como sintoma duma rotação dos mecanismos de poder, ainda no interior da mundividência tradicional.

O longo período de tempo tratado neste texto (entre os finais do 4º e finais do 3º milénio AC) encerra, ainda que assumindo formas específicas e desiguais nas diversas regiões que constituem o Norte de Portugal, dispositivos de mudança que permitirão a reconfiguração posterior das comunidades durante o 2º milénio AC. Na continuidade de longa duração, vemos emergir pontos ambivalentes e contraditórios de tensão que vão potenciar, a partir de dentro, o desmantelamento progressivo das estruturas sociais anteriores. Como em todas as fases de transição, a heterogeneidade cultural manifesta-se de forma ambígua e assimétrica, oferecendo não raras vezes resistência na sua captura.

Porto/Braga, junho de 2017

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos e MOURINHO, António (1981) – Pinturas esquemáticas de Penas Róias. Terra de Miranda do Douro. *Arqueologia,* 3, pp. 43-48.

ALVES, Lara B. (2003) – *The Movement of Signs. Post-Glacial Rock Art in North-western Iberia*. Reading: University of Reading.

ALVES, Lara B. (2009) – O Sentido dos signos – reflexões e perspectivas para o estudo da arte rupestre Pós-Glaciar no Norte de Portugal. In RODRIGO BALBÍN, Behrmann ed. – Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa, Castilla y León: Consejeria de Cultura da Junta de Castilla y León, pp. 381-490.

ALVES, Lara B.; COMENDADOR, Beatriz (2009) – Rochas e metais para além da físico-química. In BETTENCOURT, Ana M. S.; ALVES, Lara B. eds. – *Dos Montes, das Pedras e das Águas. Formas de Interacção com o Espaço Natural da Pré-história à Actualidade*. Braga: CITCEM/APEQ, pp. 37-54.

ALVES, Lara B.; BRADLEY, Richard; FÁBREGAS VALCARCE, R. (2013) – Tunnel Visions: a decorated Cave at El Pedroso, Castile, in the light of fieldwork, *Proceedings of the Prehistoric Society*, 79, pp. 193-224.

BAPTISTA, António M. (1983) – O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa). *Arqueologia* 8, pp. 57-69.

BETTENCOURT, Ana M. S. (1995) – Dos inícios aos finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal, In JORGE, Susana O. coord. – *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos do Poder*, Lisboa: Instituto Português de Museus, pp. 110-115.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2000) – *O povoado da Idade do Bronze da Sola, Braga, Norte de Portugal*, Cadernos de Arqueologia, Monografias – 9. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2005a) – The early farmers and shepherds of North-west Portugal: the Neolithic and the Calcolithic. In SILVA, Isabel; MINEIRO, C. coord. – *D. Diogo de Sousa. Regional Museum of Archaeology. Guide*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, pp. 28-35.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2005b) – The Bronze Age in North-west Portugal, In SILVA, Isabel; MINEIRO, C. coord. – *D. Diogo de Sousa. Regional Museum of Archaeology. Guide*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, pp. 36-41.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2009a) – A Pré-história do Minho: do Neolítico à Idade do Bronze. In PEREIRA, Paulo coord. – *Minho. Traços de Identidade*, Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp. 70-113.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2009b) – Práticas funerárias da Idade do Bronze de Trás-os-Montes e da Galiza Oriental, *Atas do Congresso Transfronteiriço de Arqueologia. Outubro de 2008* [Revista *Aqvae Flaviae*, nº 41], Chaves: 11-23.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2010a) – La Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica: una análisis a partir de las prácticas funerárias, *Trabajos de Prehistoria* 67 (1): 139-173.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2010b) – Comunidades pré-históricas da bacia do Leça. *In* VARELA, José; PIRES, Conceição coords. – *O Rio da Memória: Arqueologia no Território do Leça*. Matosinhos: Câmara Municipal, pp. 33-88.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2011) – El vaso campaniforme en el Norte de Portugal. Contextos, cronologias y significados, In PRIETO-MARTÍNEZ, Maria del Pilar; SALANOVA, Laure eds. – *Las Comunidades Campaniformes en Galicia. Cambios Sociales en el III y II Milenios BC en el NW de la Península Ibérica*. Pontevedra: Diputación de Pontevedra, pp. 363-374.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2013) – *A Pré-história do Noroeste Português / The Prehistory of the North-western Portugal*, Territórios da Pré-história em Portugal, vol. 2, Braga/Tomar: CEIPHAR/CITCEM (E. bilingue).

BETTENCOURT, Ana M. S. (2017) – Post-Palaeolithic rock arts of Northwestern Portugal: an approach., In BETTENCOURT, Ana M. S.; SANTOS- ESTEVEZ, Manuel; SAMPAIO, Hugo Aluai; CARDOSO, Daniela (eds.), *Recorded*

Places, Experienced Places. The Holocene Rock Art of the Iberian Atlantic Northwest, British Archaeological Reports – BAR, Oxford: Archeopress.

BETTENCOURT, Ana M. S.; LUZ, Sara (2013) – A corded-mixed bell beaker vase at the monumental enclosure of Forca, Maia, North of Portugal. In PRIETO-MARTÍNEZ, Maria del Pilar; SALANOVA, Laure eds. – *Currents Researches on Bell Beakers. Proceedings of 15th International Bell Beaker Conference: From Atlantic to Ural 5th-9th May 2011, Poio (Pontevedra, Galicia, Spain).* Santiago de Compostela: ArchaeoPots: wikipot.com, pp. 15-20.

BETTENCOURT, Ana M. S.; RODRIGUES, Alda; SILVA, Isabel S.; CRUZ, Carlos S.; DINIS, António (2005) – The ceremonial site of Vale Ferreiro, Fafe, in the context of the Bronze Age in Northwest Portugal, *Journal of Iberian Archaeology*, 7, pp. 157-175.

BETTENCOURT, Ana M. S.; DINIS, António FIGUEIRAL, Isabel; RODRIGUES, ALDA; CRUZ, Carlos S. SILVA; Isabel S.; AZEVEDO, Marta; BARBOSA, Rui (2007) – A ocupação do território e a exploração de recursos durante a Pré-história Recente do Noroeste de Portugal, In JORGE Susana O., Bettencourt, Ana M. S.; Figueiral, Isabel eds. – *A Concepção das Paisagens e dos Espaços na Arqueologia da Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Faro: Universidade do Algarve, pp. 149-164.

BOSCH GIMPERA, Pere (1932a) – *Etnologia de la Península Ibérica*, Barcelona: Editorial Alpha.

BOSCH GIMPERA, Pere (1932b) – La Edad del Bronce en la Península Ibérica, *Investigación y Progresso*, 6 (10), pp. 145--148.

BUENO RAMÍREZ, Primitiva; BALBÍN, BERHMANN, Rodrigo de (1992) – L'art mégalithique dans la Péninsule Ibérique. Une vue d'ensemble. *L'Anthropologie*, 96, pp. 499--572.

BRADLEY, Richard; FÁBREGAS VALCARCE, Rámon; ALVES, Lara; VILASECO VÁZQUEZ, X. (2005) – El Pedroso a prehistoric cave sanctuary in Castille. *Journal of Iberian Archaeology*, 7, pp. 125-156.

CARDOSO, Daniela (2015) – *A Arte Atlântica do Monte de S. Romão (Guimarães) no Contexto da Arte Rupestre Pós--paleolítica da Bacia do Ave – Noroeste Português*. Vila Real: Universidade de Vila Real e Trás-os-Montes (Tese de Doutoramento).

CARDOSO, Daniela; BETTENCOURT, Ana M. S. (2015) – Arte "Esquemática" de ar livre na bacia do Ave (Portugal, NO Ibérico): espacialidade, contexto, iconografia e cronologia, *Estudos do Quaternário*, 13, pp. 32-47.

CARDOSO, João C. M. (2007) – *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) – um recinto monumental do IIIº e II milénios a.C.: problemática do sítio e das suas estruturas à escala regiona*l. Porto: Universidade do Porto (Tese de doutoramento – policopiada).

CARVALHO, António F. (2003) – O final do Neolítico e o Calcolítico no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa, 1996–2000). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6 (2), pp. 229–273.

COFFYN, André (1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique,* Paris: Diffusion de Boccard.

CRUZ, Domingos J. (1992) – *A mamoa 1 de Chã de Carvalhal, no contexto arqueológico da Serra da Aboboreira.* Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

CRUZ, Domingos J. (1998) – Expressões funerárias e culturais no Norte da Beira Alta (V-II milénios AC), In *A Pré--História da Beira Interior* [Estudos Pré-Históricos, 6], pp. 149-166.

DELGADO, Joaquim Filippe N. (1887) – Jazigos de mármore e de alabastro de Santo Adrião e das grutas compreendidas nos mesmos jazigos, Comissão dos Trabalhos dos Serviços Geológicos de Portugal, 2 (1), Lisboa.

FIGUEIREDO, Sofia (2013) – *A Arte Esquemática do Nordeste Transmontano: Contextos e Linguagens*, Braga. Universidade do Minho (Tese de Doutoramento – policopiada).

GASPAR, Rita; RIBEIRO, Ricardo; REBELO, Paulo; NETO, Nuno; CARVALHO, M. Luís (2014) – Bronze Age funerary contexts In Northeast Portugal. Terraço das Laranjeiras (Sabor Valley), in BETTENCOURT, Ana M. S.; COMENDADOR, Beatriz; SAMPAIO, Hugo A; SÁ, E. eds. – *Corpos e Metais na Fachada Atlântica da Ibéria,* Braga: APEQ/CITCEM, pp. 53-66.

HARRISON, Richard J. (1974) – Ireland and Spain in the Early Bronze Age, *Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland*, 104, pp. 52-73.

JORGE, Susana O. (1986) – *Povoados da Pré-história Recente (III. inícios do II. Milénios a. C.) da Região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental).* Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.

JORGE, Susana O. (1990a) – Dos últimos caçadores-recolectores aos primeiros produtores de alimentos. In ALARCÃO, Jorge coord. – *Portugal, das Origens à Romanização. Nova História de Portugal,* vol. I, Lisboa: Presença, pp. 75-101.

JORGE, Susana O. (1990b) – A consolidação do sistema agro-pastoril, In ALARCÃO, Jorge coord. – *Portugal, das Origens à Romanização. Nova História de Portugal,* vol. I, Lisboa: Presença, pp. 102-162.

JORGE, Susana O. (1990c) – Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia, In ALARCÃO, Jorge coord. – *Portugal, das Origens à Romanização. Nova História de Portugal,* vol. I, Lisboa: Presença, pp. 163-212.

JORGE, Susana O. (1990d) – Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios, In ALARCÃO, Jorge coord. – *Portugal, das Origens à Romanização. Nova História de Portugal,* vol. I, Lisboa: Presença, pp. 213-251.

JORGE, Susana O. (1994) – Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, 11, pp. 447-546.

JORGE, Susana O. (1995) – Introdução, In JORGE, Susana O. coord. – *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos do Poder*, Lisboa: Instituto Português de Museus, pp. 16-20.

JORGE, Susana O. (1999a) – *Domesticar a Terra. As Primeiras Comunidades Agrárias em Território Português.* Lisboa: Gradiva.

JORGE, Susana O. (1999b) – Cabeço da Minha (Vila Flor, Portugal): a Late Prehistoric sanctuary with "stelai" of the Iberian Peninsula, In *Gods and Heroes of the Bronze Age. Europe at the time of Ulysses,* Londres, Thames and Hudson: 137-141.

JORGE, Susana O. (2002) – Um vaso campaniforme cordado no Norte de Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª Nª de Foz Côa). Breve notícia, *Revista da Faculdade de Letras,* 1ª série, 1, pp. 27-50.

JORGE, Susana O. (2003) coord. – Pensar o espaço da Pré-história Recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica, In JORGE, Susana O. coord. – *Recintos Murados da Pré-História Recente,* Porto/Coimbra: DCTP (FLUP), CEAUCP, pp. 13-50.

JORGE, Susana O. (2005) – *O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais,* Porto: Edições Afrontamento.

JORGE, Susana O. (2014) – Enclosures and funerary practices: about an archaeology in search for the symbolic dimensions of social relations, In VALERA, António C. ed. – *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe,* BAR International Series – 2676: Oxford: archaeopress, pp. 71-82.

JORGE, Susana O.; RUBINOS, António (2002) – Cronologia absoluta de Castelo Velho de Freixo de Numão: os dados e os problemas, *Côavisão*, 4, pp. 95-111.

JORGE, Susana O.; JORGE, Vítor O. (2006a) – *Agricultores e pastores fixados no território (do Neolítico médio ao Bronze médio),* In ALMEIDA, Carlos A. B. coord. – *História do Douro e do Vinho do Porto (Volume I). História Antiga da Região Duriense.* Porto: Edições Afrontamento, pp. 164-187.

JORGE, Susana O.; JORGE, Vítor O. (2006b) – Sociedades hierarquizadas, sociedades estratificadas?, In ALMEIDA, Carlos A. B. coord. – *História do Douro e do Vinho do Porto (Volume I). História Antiga da Região Duriense.* Porto: Edições Afrontamento, pp. 164-187.

JORGE, Susana O.; OLIVEIRA, Maria de Lurdes; NUNES, Susana A.; GOMES, Sérgio (1998-1999) – Uma estrutura ritual com ossos humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), *Portugália,* nova série, 19-20, pp. 29-70.

JORGE, Vítor O. (1980) – Escavação da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos. Serra da Aboboreira, Baião, *Portugália*, nov. série 1, pp. 9-28.

JORGE, Vítor O. (1983) – Escavação das mamoas 2 e 4 de Meninas do Crasto. Serra da Aboboreira, Baião, *Arqueologia*, 7, pp. 23-38.

JORGE, Vítor O. (1993), Novas datas de C14 para estações pré-históricas do Norte de Portugal, *Revista de História da Faculdade de Letras-História*, 2ª série, 10, pp. 417-432.

JORGE, Vítor O. (1989) – Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais. *Revista de História da Faculdade de Letras-História,* 2ª série, 6, pp. 365-443.

JORGE, Vítor O. (1991) – Necrópole pré-histórica da Aboboreira (distrito do Porto). Uma hipótese de diacronia. *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*. Lisboa: IICT, pp. 205-213.

JORGE, Vítor O.; ALONSO, Fernan; Delibrias, German (1988) – Novas datas de Carbono 14 para mamoas da Serra da Aboboreira, *Arqueologia,* 18, pp. 95-98.

JORGE, Vítor O.; CARDOSO, João M.; PEREIRA, Leonor S.; COIXÃO, A. S. (2003) – A propósito do recinto monumental de Castanheiro de Vento (V.ª N.ª de Foz Côa), In JORGE, Susana O. coord. – *Recintos Murados da Pré-História Recente,* Porto/Coimbra: DCTP (FLUP), CEAUCP, pp.79-113.

LIMA, Augusto C. P. 1940) – A correspondência Martins Sarmento-Padre Joaquim Pedrosa, *Revista de Guimarães,* 50 (1-4), pp. 77-105, 182-214.

LOPES, Susana S.R. (no prelo) – *Voltar a Castelo Velho de Freixo de Numão* [Revista DigiTAR on-line, Monografias, 1], Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

MACWHITE, Eóin (1951) – Estudios sobre las relaciones atlánticas de la Península Hispánica en la Edad del Bronce, Madrid, Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva del Hombre.

McFAYDEN, Lesley K. (2016) – Actions in time: after the breakage of pottery and before the construction of walls at the site of Castelo Velho de Freixo de Numão, *Estudos do Quaternário,* 15, pp. 71-90.

NEEDHAM, Stuart; DAVIS, Mary; GWILT, Adam; LODWICK, Mark; PARKES, Phil; REAVILL, Peter (2015) – A Hafted halberd excavated at Trecastell, Powys: from undercurrent to uptake – the emergence and contextualisation of halberds in Wales and North-west Europe, *Procedings of the Prehistoric Society*, 81, pp. 1-42.

REIMER, P.J.; BARD, E.; BAYLISS, A.; BECK, J.W.; BLACKWELL, P.G.; BRONK RAMSEY, C.; GROOTES, P.M.; GUILDERSON, T.P.; HAFLIDASON, H.; HADJAS, I.; HATT, C.; HEATON, T.J.; HOFFMANN, D.L.; HOGG, A. G.; HUGHEN, K.A. KAISER, K.F.; KROMER, B.; MANNING, S.W.; NIU, M.; REIMER, R.W.; RICHARD, D.A.; SCOTT, E.M.;

SOUTHON, J.R.; STAFF, R.A.; TURNEY, C.S.M.; VAN DER PLICHT, J. (2013) – IntCall3 and Marine13 Radiocarbon Age Calibration Curves 0-50,000 Years cal. BP. *Radiocarbon,* 55 (4).

RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, Marisa (1984) – *La Península Ibérica y sus relaciones con el círculo cultural atlántico*. Madrid: Universidad Complutense (Tese de doutoramento).

RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1987) – Bronce Atlántico y «cultura» del Bronce Atlántico en la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*, 44: 251-264.

SAMPAIO, Hugo A. (2014) – *A Idade do Bronze na Bacia do Rio Ave (Noroeste de Portugal)*, Braga: Universidade do Minho (Tese de doutoramento – policopiada).

SAMPAIO, Hugo A.; BETTENCOURT, Ana M.S.; ALVES, Maria Isabel (2009) – O Monte da Penha, Guimarães, como cenário de acções de incorporação e de comemoração do espaço na Pré-história da bacia do Ave. In BETTENCOURT, A. M. S.; ALVES, Lara B. eds. – *Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interacção com o espaço natural da pré-história à actualidade*, Braga: CITCEM/APEQ, pp. 55-76.

SANCHES, Maria de Jesus (1992) – *Pré-História Recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, Porto: GEAP.

SANCHES, Maria de Jesus (1997) – *A Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro. (O abrigo do Buraco da Pala no Contexto Regional)*, 2 vols. Porto: SPAE.

SANCHES, Maria de Jesus (2002) – Spaces for social representation, choreographic spaces and paths in the Serra de Passos and surrounding lowlands (Trás-os-Montes, Northern Portugal) in Late prehistory, *ARKEOS*, 12, pp. 65-105.

SANCHES, Maria de Jesus (2006) – Sociedades em mudança. Dos caçadores-recolectores aos mais antigos agricultores, In ALMEIDA, Carlos A. B. coord. – *História do Douro e do Vinho do Porto (Volume I). História Antiga da Região Duriense*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 80-105.

SANCHES, Maria de Jesus (2006) – Abrigos com pinturas esquemáticas da serra de Passos/Santa Comba, In ALMEIDA, Carlos A. B. coord. – *História do Douro e do Vinho do Porto (Volume I). História Antiga da Região Duriense*. Porto: Edições Afrontamento pp. 124-127.

SANCHES, Maria de Jesus (2008) – *O Crasto de Pallheiros (Fragada do Crasto), Murça Portugal*, Murça: Câmara Municipal.

SANCHES, Maria de Jesus (2011) – As estelas antropomórficas de Picote-Miranda do Douro (Trás-os-Montes), In VILAÇA, Raquel, *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história,* Sabugal: CMS/CEAUCP/IA-FLUC, pp. 143-174.

SANCHES, Maria de Jesus; MORAIS, Pedro R.; TEIXEIRA, Joana C. (2016) – Escarpas rochosas e pinturas na Serra de Passos/Sta. Comba (Nordeste de Portugal), In SANCHES, Maria de Jesus; CRUZ, Domingos eds. – *Actas da II Mesa Redonda Artes Rupestres da Pré-história e da Proto-história (Porto, Nov. 2011),* [Estudos Pré-históricos 18], pp. 71-117

SANTO OLLALA, Julio M. (1941). *Esquema Paletnológico de la Península Hispánica*. Madrid

SANTOS JÚNIOR, J. R. (1933) – O abrigo pintado da Pala Pinta, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 6 (2), pp. 33-43.

SARMENTO, Francisco M. (1982) – Sepultura Pré-histórica em Soalhães. *A Vida Moderna,* 2: 198.

SAVORY, Hubert N. (1951) – A Idade do Bronze Atlântico no Sudoeste da Europa, *Revista de Guimarães*, 61, 3-4: 323-377.

SAVORY, Hubert N. (1974) – *Espanha e Portugal.* Lisboa: Verbo.

SILVA, Eduardo Jorge L. (1989) – Escavação da Mamoa de Aspra. Vila Praia de Âncora (Caminha). *Revista de Ciências Históricas*, 4, pp. 13-38.

SOUSA, Orlando (1996) – *Estatuária Antropomórfica Pré e Proto-histórica do Norte de Portugal,* Porto: Universidade do Porto (Dissertação de mestrado – policopiada).

SOUSA, Orlando (1997) – A estação arqueológica do Cabeço da Mina, Vila Flor- notícia preliminar, Vila Real, *Revista de Estudos Transmontanos e Durienses,* 7, pp. 185-197.

TEIXEIRA, Luísa M. O. (2012) – *Abrigos com pinturas rupestres de Trás-os-Montes e Alto Douro (Pala Pinta, Penas Róias e Cachão da Rapa). Paisagens, signos e cultura material*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (dissertação de mestrado).

VALE, Ana M.A. (2011) – *Modalidades de Produção de Espaços no Contexto de uma Colina Monumentalizada: o sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento, em Vila Nova de Foz Côa*, Porto: Universidade do Porto (Tese de doutoramento).

VALERA, António C. (2007) – *Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3º milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda),* Braga: Câmara Municipal de Fornos de Algodres.

VALERA, António C. (2016) – *Fraga da Pena. Architecture of a granitic tor in the 3rd millennium,* In SANCHES, Maria de Jesus e CRUZ, Domingos J. eds. – *Artes Rupestres da Pré-história e da Proto-história (Porto, Nov. 2011),* [Estudos Pré-históricos, 18], pp 119-129.

VALERA, António Carlos; REBUGE, João 2008 – Datação de B-OSL para o fosso 1 do sítio Calcolítico do Lugar da Forca (Maia). *Apontamentos de Arqueologia e Património,* 1, pp.11-12.

VIEIRA, Alexandra M. F. (2015) – *Contributo para o Estudo dos Vestígios Arqueológicos do VI ao I milénio AC. Paisagens e Memórias na Bacia Hidrográfica do Douro*, Porto: Universidade do Porto (Tese de doutoramento).

A GESTÃO DO SÍLEX DURANTE O NEOLÍTICO MÉDIO DA MOITA DO OURIVES (BENAVENTE, PORTUGAL)

Henrique Matias[1], César Neves[2]

RESUMO

O sítio da Moita do Ourives localiza-se na margem esquerda do Baixo Tejo, sobre um terraço quaternário. O quartzo e o quartzito ocorrem em abundância localmente, nos depósitos siliciclásticos da Bacia do Tejo. No sítio, estas matérias-primas foram exploradas de modo expedito, visando essencialmente a produção de lascas e utensílios sobre seixo. Até à data, desconhecem-se fontes de sílex na margem esquerda do Tejo, pelo que a presença desta matéria-prima indica abastecimento a média e longa distância, contribuindo assim para a compreensão dos espaços de circulação, economia e dinâmicas sociais das comunidades pré-históricas da região. Na Moita do Ourives, a análise de proveniências permitiu identificar silicificações do Cenomaniano superior provenientes de fontes situadas em posição secundária nos depósitos siliciclásticos da margem direita do rio Tejo. Foram ainda reconhecidas silicificações oxfordianas provenientes do vale do Rio Nabão, mais de 90 km para Norte, e jaspe, cuja ocorrência mais próxima se localiza na bacia do rio Sado, a Sul.

Palavras-chave: Matérias-primas, Sílex, Arqueopetrografia, Neolítico médio, Paleoestuário do Tejo.

ABSTRACT

The Moita do Ourives site is located on a Quaternary terrace of the left bank of the lower Tagus. Quartz and quartzite are abundant in these siliciclastic deposits, and were knapped expediently to produce flakes and cobble tools. Flint sources are unknown in the left bank of the Tagus. Therefore, here, flint can be used as a proxy for regional and long distance raw-material procurement, contributing to the understanding of the circulation routes, economy and social dynamics of the area's prehistoric communities.

Moita do Ourives yielded Upper Cenomanian flint from sources in secondary position located in the siliciclastic deposits of the right bank of the Tagus. Oxfordian flint from the Nabão river, located more than 90 km to the North, as well as jasper, where the closest known source is located to the South, in the Sado river basin, have also been identified.

Keywords: Raw material, Flint, Petroarchaeology, Middle Neolithic, Tagus palaeoestuary.

1. INTRODUÇÃO

Considerando a sequência das etapas que compreendem o conceito de Cadeia Operatória (Leroi-Gourhan, 1964), a aquisição das matérias-primas líticas é o primeiro momento dentro deste encadeamento de acções. O objectivo último é a obtenção de suportes líticos que se traduzirão nas ferramentas utilizadas pelo Homem Pré-histórico no seu quotidiano, terminando no registo arqueológico após o seu descarte. É assim essencial compreender os critérios que levam à selecção de determinadas matérias-primas para a realização de certas ferramentas, em detrimento de outras (e.g. propriedades físicas das rochas, proximidade das fontes de aprovisionamento). Se por um lado a Arqueopetrografia pretende responder a estas questões, através da análise petrográfica das rochas, por outro possibilita

1. FCT; UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; hamatias@gmail.com

2. AAP; UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; c.augustoneves@gmail.com

a atribuição de uma dimensão espacial à tecnologia lítica, permitindo uma abordagem aos modelos de circulação das rochas utilizadas, e de grupos ou indivíduos num determinado território.

Localizada na margem esquerda do Baixo Tejo, no actual concelho de Benavente, o sítio da Moita do Ourives encontra-se num território que carece localmente de sílex, matéria-prima com uma presença bastante expressiva nas indústrias líticas do Neolítico (Figura 1).

Até à data, ainda que ocasionalmente referida a sua presença na região de Alpiarça (Shokler, 2002), as silicificações aí identificadas não foram alvo de caracterização petrográfica e, segundo informação pessoal de Shokler, apresentam dimensões muito reduzidas o que limitaria a sua utilização tendo em conta as características dos processos tecnológicos das indústrias deste período.

Dada a variabilidade geomorfológica e diversidade litológica, num raio de menos de 50 km – Maciço Antigo a Este, Nordeste e Sudeste; Maciços Calcários Mesozóicos a Norte, Noroeste, Oeste e Sudoeste – a Moita do Ourives funciona como um ponto central em torno do qual a disponibilidade das matérias-primas líticas é muito variada, de acordo com as litologias do centro de Portugal. Desta forma, e considerando os dados disponíveis sobre a localização e caracterização dos recursos líticos nesta região, as silicificações utilizadas apresentam-se como marcadores de proveniências a média e longa distância, contribuindo assim para a compreensão dos espaços de circulação, exploração de recursos e dinâmicas sociais destas comunidades.

O texto que aqui se apresenta corresponde a uma análise de proveniências realizada sobre a totalidade do conjunto artefactual existente em sílex e jaspe, recolhido durante a escavação da Moita do Ourives. No universo total de materiais em pedra lascada registados, somente 2% correspondem a sílex (74 elementos) e a jaspe (um único artefacto). Este número muito residual, claramente condicionado pela estratégia ocupacional do sítio em análise, assim como pela disponibilidade imediata destas matérias-primas (exógenas face ao contexto geológico da ocupação), permitiu a realização do estudo integral dos elementos desta natureza incidindo, assim, sobre todas as categorias tipológicas. De igual modo, o facto dos elementos caracterizados reportarem a uma ocupação culturalmente homogénea permite estreitar cronologicamente as leituras produzidas.

Este estudo pretende aumentar a base empírica relativa ao conhecimento acerca da circulação de matérias-primas líticas e, dessa forma, das dinâmicas sociais e económicas das comunidades durante o Neolítico médio, recorrendo a critérios analíticos que permitem a disponibilização da informação produzida para outros estudos análogos.

2. MOITA DO OURIVES: CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO E INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

Em 2004, durante os trabalhos de construção da A13, identificou-se o sítio arqueológico da Moita do Ourives levando à realização de duas escavações arqueológicas. Após a identificação, realizou-se a primeira intervenção, dirigida por Filipa Rodrigues (Crivarque, Lda), numa uma área aberta de 167 m^2, na zona de afectação da obra (*Locus I*) (Rodrigues, 2006).

Face aos resultados obtidos, em 2006, durante o projecto de investigação "NAM – Neolítico Antigo e Médio na margem esquerda do Baixo Tejo", co-dirigido por um dos signatários (CN), com Filipa Rodrigues e Mariana Diniz, procedeu-se a uma segunda campanha de escavação (*Locus II* – 16m^2), com o objectivo de avaliar a extensão da ocupação de cariz doméstico, e de confirmar a proposta crono-cultural que colocava o sítio no Neolítico médio (Neves, Rodrigues, & Diniz, 2008).

De acordo com a informação produzida nas distintas áreas intervencionadas, nas quais se observou um nível de ocupação estratigraficamente bem definido, sugerem-se as seguintes interpretações:

1. Existência de uma única fase de ocupação, culturalmente homogénea;
2. Ocupação de carácter temporário por pequenos grupos que, no local, terão privilegiado práticas económicas de pendor cinegético e de recolecção, em detrimento de actividades produtoras que, a terem ocorrido, deteriam um peso inferior no subsistema económico. O elevado índice de mobilidade que estas comunidades apresentariam, em conjunto com carácter temporário da ocupação, não exclui a eventualidade de prática da pastorícia. No entanto, a ausência de elementos faunísticos no registo é uma forte limitação à avaliação e confirmação destas propostas;

Em termos estratigráficos, o sítio Moita do Ourives caracteriza-se por uma estabilidade sedimentar comprovada pelo desenvolvimento de um perfil de

solo que se observou em 2004 e que foi confirmada durante campanha de 2006 (Neves & *alli*, 2008).
A estratigrafia observada é idêntica nas duas áreas, com os níveis registados a caracterizam-se como depósitos areosos não consolidados de textura areno-siltosa no topo, e de areias finas na base, detendo algumas variações de cor.
O nível arqueológico encontra-se estratigraficamente bem definido, em posição primária, a cerca de 65-70cm da superfície topográfica actual. É nesta posição altimétrica que se identifica a maior densidade de material arqueológico, numa potência máxima de 30cm. O horizonte de ocupação foi integralmente escavado no *Locus I* e nas quadrículas R/16, S/16, T/16 e S/17 do *Locus II*. Neste nível, verificou-se uma ligeira dispersão vertical dos artefactos relacionada com fenómenos de perturbação pós-deposicional, nomeadamente bioturbação animal e vegetal, e com as próprias características do solo (areias não cimentadas), que não oferecem resistência à migração dos artefactos.
Embora a definição da extensão original do espaço ocupado seja uma tarefa de difícil concretização, os resultados alcançados permitem reconhecer a existência de uma ocupação humana antiga, numa área geográfico onde o conhecimento é ainda muito parcelar, nomeadamente para o espaço crono-cultural em discussão.

3. A INDÚSTRIA DE PEDRA LASCADA DA MOITA DO OURIVES: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

A indústria de pedra lascada constitui-se como um grupo artefactual bem documentado no registo arqueológico da Moita do Ourives, com um total de 3492 artefactos.
O conjunto revela abordagens diferentes consoante as matérias-primas disponíveis, com a economia de exploração a basear-se em matérias-primas locais (quartzito e quartzo), e exógenas (sílex e jaspe), embora apresentando diferentes modelos de gestão da debitagem.
Regista-se a presença de talhe local, com maior incidência no quartzito e quartzo onde estão presentes, em quantidades significativas, todos os processos da cadeia operatória, ainda que a posição de recolha deste material não permitisse identificar áreas funcionalmente especializadas para esta actividade.
As rochas facilmente exploradas no território imediato de captação de recursos detêm o maior peso contabilístico no conjunto. O quartzito representa cerca de 56% da indústria lítica, seguindo-se o quartzo com 41%. O sílex corresponde apenas a 2% das presenças (74 elementos), registando-se escassos elementos em quartzo hialino e jaspe, sem expressão percentual, que completam o conjunto (Figura 2).
Além de irem ao encontro da estratégia funcional da ocupação, estes valores serão uma consequência directa da proximidade/disponibilidade das diferentes matérias-primas. O quartzito encontra-se disponível e facilmente acessível, em seixos rolados, nos depósitos de terraços localizados a cerca de 200m do sítio que integram igualmente, ainda que com menor frequência, seixos de quartzo. Por outro lado, o sílex apresenta-se como matéria-prima não local, podendo ter sido obtido, sob a forma de seixos, em deposições secundárias localizadas, essencialmente, em territórios na margem direita do rio Tejo.
Os condicionalismos impostos pela acessibilidade às matérias-primas influenciaram os métodos de produção lítica adoptados. A abordagem ao quartzito caracteriza-se por uma produção a partir da exploração de seixos fluviais rolados de morfologia regular. A sua abundância permitiu a frequência significativa de uma indústria expedita e oportunista, de tipo macrolítica. A cadeia operatória tecno-funcional aplicada corresponde, no essencial, à exploração de seixos talhados com o objectivo de produzir lascas corticais e semi-corticais de dimensão e morfologia regular, para uso imediato e de consumo rápido, com baixo índice de alteração por via do retoque. Os esquemas de debitagem e formatação são, fundamentalmente, unidireccionais, unipolares e unifaciais, recorrendo a percutores duros e ao talhe de percussão directa. Ainda no quartzito, importa referir uma clara componente de macro-utensilagem unifacial, constituída por utensílios sobre seixo, tipo *chopper,* que em muitos casos apresentam evidentes macro-traços de uso.
Os dados do quartzo remetem para uma exploração mais diversificada, tendo sido maioritariamente utilizado na produção de pequenas lascas e lamelas. Indubitavelmente, o domínio da produção centrava-se nas lascas, representando cerca de 95% do material debitado. Os núcleos revelam um grau de exploração mais elevado face ao verificado no quartzito, em alguns casos pelo método prismático, com alguns blocos a exibir mais de uma plataforma de talhe. O retoque foi escassamente empregue so-

bre os produtos debitados que terão, na maioria dos casos, funcionado como utensílios *a posteriori*.
Relativamente ao sílex, constata-se um panorama oposto ao das principais matérias-primas exploradas na Moita do Ourives, observando-se um talhe mais cuidado, intensivo, que visava o aproveitamento quase integral deste recurso. A baixa presença de núcleos (apenas dois, com exploração prismática), contrasta com o número de utensílios configurados por retoque, sugerindo a circulação e entrada no sítio de produtos acabados, como se verifica em contextos neolíticos mais tardios. No entanto, a presença de material cortical, restos de talhe e micro-buris atestam, sem excluir a possibilidade da entrada de alguns produtos, o talhe local nesta rocha. A escassez de núcleos estará relacionada com uma exploração intensiva destes volumes e/ou ao seu transporte para outros lugares de ocupação. Associada a uma optimização desta matéria-prima alóctone, o sílex foi maioritariamente empregue na debitagem de suportes alongados (lamelas e pequenas lâminas), frequentemente configurados por retoque, traduzindo um maior investimento na produção desta utensilagem. Os geométricos constituem-se como a principal categoria tipológica, representada por 6 trapézios e 1 crescente.
De acordo com a tipologia dos artefactos, e segundo os resultados da análise traceológica realizada sobre 12 artefactos, ao nível da funcionalidade a utensilagem em sílex integra-se no grupo dos instrumentos multifuncionais (cortar, alisar, raspar e afiar), como são o caso de lâminas, lamelas e lascas, e no grupo dos utensílios de caça, pela presença de trapézios e crescente (Ferreira, no prelo).
Em síntese, a indústria de pedra lascada da Moita do Ourives caracteriza-se por uma indústria expedita sobre matérias-primas locais – quartzito e quartzo – destinada a obter lascas, quase sempre utilizadas em bruto, com uma pequena componente de uma rocha de origem exógena – o sílex – a partir da qual se produzem produtos alongados, posteriormente transformados em utensílios retocados ou em geométricos (Figuras 3, 4 e 5).
Os métodos de produção lítica registados e o desnível de presenças nos distintos tipos de suporte produzido, demonstram uma dependência directa dos condicionalismos impostos pela qualidade das matérias-primas utilizadas e pela diferenciada acessibilidade com que o grupo acederia à mesma. Este conjunto artefactual insere-se nas dinâmicas sociais e crono-culturais onde a comunidade da Moita do Ourives se integra mas resulta, acima de tudo, de uma estratégia específica de ocupação e exploração de um espaço particular.

4. O SÍLEX

4.1. Metodologia de análise

As amostras arqueológicas foram analisadas macroscopicamente utilizando um esteromicroscópico (*OLYMPUS SZ61* com aumentos compreendidos entre os 6,7x e 45x com máquina fotográfica integrada *OLYMPUS SC20*), e comparadas com um referencial geológico que se encontra descrito e publicado por Aubry & *alli*. (2012; 2014) e H. Matias (2012, 2016). A informação referente ao modo de formação e conteúdo biológico, permitem isolar um tipo de sílex (Geneste, 1991). Tendo em conta estes pressupostos, descreveram-se os componentes minerais, químicos, paleontológicos, bem como a organização e disposição destes elementos na matriz siliciosa da amostra arqueológica, que corresponde a um total de 75 artefactos (Bressy, 2003; Dunham, 1962; Masson, 1979).
Os tipos de sílex foram estabelecidos conforme o conceito de "Cadeia Evolutiva do Sílex" (Fernandes & Raynal, 2006), adaptado por Aubry & *alli* (2012), o qual considera as características e transformações sofridas pelas silicificações desde a diagénese (i.e. a sua formação original), erosão, transporte e deposição em depósitos secundários até, por fim, terminar no sítio arqueológico. O transporte (fluvial) e epigenias tardias sofridas pelo sílex (Andrade & Matias, 2011; Aubry & *alli*, 2009) podem alterar os seus atributos ao nível do córtex, da cor, do brilho, do grau de transparência e de diaclases, determinantes na caracterização do tipo de depósito em que se encontra, ainda que frequentemente sem relevância para estabelecer a relação com a formação geológica de origem (Matias, 2012). Segundo este conceito, a caracterização das silicificações possibilita uma aproximação aos locais de aprovisionamento (os tipos gitológicos), e não apenas em relação às características diagenéticas, pois somente os tipos gitológicos são discriminantes no quadro dos estudos de proveniências (Fernandes & Raynal, 2006).

4.2. Caracterização das silificações da Moita do Ourives

A análise dos 74 artefactos em sílex e 1 em jaspe per-

mitiu categorizar estas silicificações em 5 tipos diferentes. Os artefactos que apresentam constrangimentos como a dimensão (pouca superfície passível de ser observada),e fortes alterações térmicas, foram categorizadas num grupo de Indeterminados (Ind.).
O sílex é maioritariamente translúcido a sub-translúcido e ostenta frequentemente um brilho intenso à superfície das peças. Este brilho não é uma característica intrínseca destas silicificações, mas antes resultado de fenómenos tafonómicos das condições de formação jazida, cujos sedimentos arenosos podem funcionar como "polidores" dessas mesmas superfícies.

4.2.1. MO-1
Silicificação de cor negra a cinzenta pontilhada, subtranslúcida. Apresenta textura *wackstone* a *packstone*, com estrutura brechoide, o que será indicador de uma deposição em ambiente energético.
Contém porosidade aparentemente fenestral, totalmente recristalizada por uma primeira fase calcedónica e segunda por macroquartzo. Como constituintes identificam-se vestígios peloidais mal conservados, intraclastos e óxidos de ferro espalhados pela matriz (Figura 6).

4.2.2. MO-2
Silicificação com abundantes óxidos de ferro de cor vermelha (hematite?) e negra, com zonações translúcidas, onde a matriz siliciosa não apresenta "impurezas" ferrosas. Os óxidos de ferro vermelhos distribuem-se sob forma de fibras, formando localmente rectículas. As características macroscópicas apontam para que esta silicificação seja um jaspe (Figura 6).

4.2.3. MO-3
Sílex de coloração heterogénea, tendencialmente bege e castanho-amarelado, ou avermelhado, matriz de tipo *mudstone*, com presença variável de grânulos de óxidos de ferro. Outros constituintes, como fragmentos bioclásticos são raros, substituídos por macroquartzo, ou até mesmo inexistentes. Pode apresentar diaclases, com preenchimento secundário de macroquartzo. Algumas amostras exibem laminação e vestígios peloidais mal conservados.
Das 13 peças que apresentam córtex parcial ou vestigial, este encontra-se rolado, por vezes até com marcas de impactos provocados pelo transporte fluvial. É frequente o córtex apresentar impregnações ferruginosas quer na superfície cortical, quer subcorticalmente (Figura 7).

4.2.4. MO-4
Silicificação de resto vegetal cuja estrutura bandeada e alveolar dos anéis de crescimento se encontra reconhecível nalgumas zonas da única peça que se identificou com estas características (Figura 7).

4.2.5. MO-5
Sílex acinzentado, opaco, de textura *mudstone* com anéis de liesegang epigénicos. Apenas foi identificado um artefacto com estas características (Figura 6).

4.3 Análise de proveniências
As matérias-primas presentes no sítio da Moita do Ourives, entre as quais se contam o quartzo, o quartzito e as diversas silicificações acima descritas, encontram-se disponíveis a partir das formações geológicas da Orla Meso-cenozóica Ocidental.
Entre estas formações, contam-se os depósitos siliciclásticos que preenchem a bacia de drenagem do Tejo-Sado. Estes depósitos retêm, em posição secundária, rochas erodidas a partir do Maciço Antigo e dos maciços mesozóicos, como:

a) O quartzo e o quartzito, que se encontram sobre a forma de seixos de dimensões e morfologias variadas nas proximidades do sítio em análise;
b) Alguns tipos de sílex, erodidos a partir de formações do Cenomaniano superior dos maciços mesozóicos estremenhos como as Serras de Montejunto e d'Aire e Candeeiros (Aubry & *alli*, 2014; Manuppella & *alli*, 2006, p. 36; Matias, 2012), e de formações de idade terciária de tipo silcreto (Aubry & *alli*, 2014, p. 179; Matias, 2012, pp. 85-88);
c) O jaspe, que ocorre naturalmente na Faixa Piritosa Alentejana. A sua presença em depósitos secundários da bacia do Sado encontra-se reconhecida (Pimentel, Nukushina, Diniz, & Arias, 2015), especialmente no sector direito da bacia (Burke & *alli*, 2011, p. 29).
d) As silicificações do Cretácico (Cenomaniano superior) encontram-se ainda documentadas na península de Lisboa (Aubry & *alli*, 2014; Shokler, 2002), em contexto de bancada e em depósitos secundários de afluentes do rio Tejo (Andrade & Matias, 2011).

Em posição primária ou subprimária, nos maciços mesozóicos da Estremadura portuguesa, estão do-

cumentadas silicificações com aptidão pare o talhe em andares do Bajociano, no Planalto de Santo António e no vale sinclinal da Serra D'Aire e Candeeiros (Aubry & *alli*, 2014; Azerêdo, 1997; Matias, 2012), e do Oxfordiano, em regiões a Norte de Tomar, Maciço Calcário Estremenho e sub-bacia do Bombarral (Aubry & *alli*, 2014; Matias, 2012). Na sub-bacia do Bombarral e na região de Leiria e Caxarias, as silicificações do Cenomaniano superior ocorrem em posição primária e secundária (Almeida, Araújo, & Aubry, 2003; Aubry & *alli*, 2014; Mangado Llach, 2002; Shokler, 2002). Na região de Torres Vedras e Runa, desenvolvem-se ainda, em posição primária, de formações cenozóicas, silcretos que terão sido explorados em períodos pré-históricos (Almeida & *alli*, 2003; Aubry & *alli*, 2014; Shokler, 2002).

A margem esquerda do Tejo carece de referências a silicificações. Shokler (2002, 2007) e Telmo Pereira (informação pessoal) referem a existência de silicificações nos depósitos detríticos na região de Alpiarça e nos depósitos sob os concheiros de Muge, respectivamente. No entanto, descrições e detalhes sobre estas silicificações são inexistentes, não sendo assim possível averiguar a sua utilização nas ocupações do Neolítico médio da Moita do Ourives.

Excluindo o quartzo e o quartzito que ocorrem localmente, e considerando os dados disponíveis sobre as matérias-primas com aptidão para o talhe, é possível estabelecer uma relação entre as silicificações reconhecidas na Moita do Ourives e territórios na margem direita do Tejo (Figura 8). À excepção do geométrico em jaspe (tipo MO-2) - cuja fonte de matéria-prima mais próxima localiza-se na bacia do Sado, a cerca de 45km a sul da Moita do Ourives (Burke & *alli*, 2011), todos os outros tipos são correlacionáveis a silicificações do Cenomaniano superior e Oxfordiano.

Os tipos MO-3 e MO-4 correspondem a silicificações cujas características genéricas são igualmente reconhecidas em locais a cerca entre os ~30 a ~50km da Moita do Ourives, quer pelas características intrínsecas apresentadas – matriz, texturas, constituintes – quer pelos córtices rolados com impregnações ferruginosas, na região de Aveiras de Cima-Abrigada e de Rio Maior (Figura 7). Nestas mesmas regiões ocorrem ainda silcretos (Aubry & *alli*, 2014; Matias, 2012) e uma silicificação de estrutura brechóide, que não se encontram representadas no sítio em análise.

O tipo MO-5 encontra-se definido por apenas um artefacto, de reduzidas dimensões. Ainda assim, a sua estrutura interna, composta por anéis de liesegang, e coloração acinzentada, é compatível com as silicificações do Cretácico superior da região de Lisboa, localizadas, face à Moita do Ourives, na margem oposta do Tejo, numa distância em linha recta em torno dos 30-35km (Figura 6).

O tipo MO-1 apresenta texturas e estruturas que são compatíveis com as silicificações oxfordianas do vale do Nabão (Aubry *et al*., 2014; Matias, 2012). A textura e a aparência geral, constituintes e grau de translucidez (que compete com as amostras opacas conhecidas para a zona da Sabacheira, próximo da ressurgência do Agroal (Matias, 2012), a cerca de 90km da Moita do Ourives – muito próximo da Gruta do Cadaval –, são compatíveis com as amostras descritas na região da Ribeira da Murta (Aubry & *alli*, 2014; Matias, 2012), onde *"(. . .)foram encontrados esboços de núcleos tecnologicamente diagnósticos de uma exploração deste sílex durante o Neolítico Pleno ou Recente*" (Aubry & *alli*, 2009, p. 153), uma região que dista da Moita do Ourives em cerca de 100km. No entanto, e dada a variabilidade intrínseca que caracteriza esta silicificação do Vale do Nabão (Matias, 2012), uma atribuição tão precisa terá de ser feita necessariamente com elevada prudência.

5. O APROVISIONAMENTO E ECONOMIA DO SÍLEX NA OCUPAÇÃO NEOLÍTICA DA MOITA DO OURIVES

As rochas siliciosas de origem sedimentar e vulcano-sedimentar – sílex e jaspe, respectivamente – encontram-se escassamente representadas, quando comparadas com o quartzo e o quartzito. (cf. ponto 3). Ao contrário destas duas últimas rochas que se encontram disponíveis localmente, o sílex e o jaspe provêm de territórios que distam da Moita do Ourives entre ~30 a 100km para Norte, Oeste e Sul (Figura 8).

Não foram identificadas matérias-primas quer do sector esquerdo da Bacia do Tejo, onde se localiza o sítio, quer do Maciço Antigo. Os métodos de produção líticos são diferenciados e denotam um elevado grau de selecção das matérias-primas, de acordo com as necessidades destes grupos do Neolítico médio (Figuras 4 e 5). Ao contrário das matérias-primas locais, sobre as quais toda a cadeia operatória se encontra representada, as silicificações apresentam diferenças entre si ao nível do fraccionamento dessas mesmas cadeias operatórias (Tabela 1).

Categoria tecnológica		Tipos de silicificações					Total
		MO-1	MO-2	MO-3 / 4	MO-5	Ind	
Núcleos		-	-	3	-	1	*4*
Lâminas		-	-	2	-	-	*2*
Lamelas		-	-	8	-	1	*9*
Lascas		1	-	7	-	2	*10*
Utensílios retocados	Geométricos	1	-	4	-	2	*7*
	Outras peças retocadas	1	1	5	-	2	*9*
Material de Preparação /Reavivamento/Residual	Esquírolas R. Talhe	-	-	20	-	4	*24*
	Micro-buris	-	-	8	1	1	*10*
Total		*3*	*1*	*57*	*1*	*13*	*75*

Tabela 1 – Moita da Ourives – Relação entre categorias tecnológicas e tipos de silicificações.

O sílex do Cenomaniano superior (MO-3/4) é o que apresenta menor grau de fraccionamento, o único tipo cuja debitagem se encontra atestada no local, e em que apenas as fases iniciais de produção lítica se encontram ausentes. Assumimos que a preparação dos volumes iniciais seria realizada noutro local, provavelmente na região do local de aprovisionamento destas rochas. Na Moita do Ourives seriam, então, debitados suportes lamelares/laminares a partir destes núcleos já previamente preparados, até à exaustão dos volumes, posteriormente descartados no sítio. Neste sentido, assinala-se que dos 40 núcleos, lamelas, lâminas, lascas e material de preparação (entre o qual se contam 2 tablettes), 39 pertencem ao tipo MO-3/4.

Os outros tipos (MO-1, 2 e 5), encontram-se representados apenas sob a forma de suportes e/ou utensílios retocados.

Em síntese, a economia destas silicificações pode ser categorizada da seguinte forma (Tabela 2):

– *Kit* de Recurso – representado pelos núcleos importados, já pré-configurados (ausência de lascas corticais e cristas), a partir dos quais se produziram suportes, no sítio.
– Suportes para utensilagem – lamelas, lâminas e lascas, que seriam importadas para serem transformadas em utensílios (lascas retocadas e geométricos). Os micro-buris estão igualmente associados a esta categoria por serem sub-produtos destes suportes.
– Utensílios retocados – utensílios que seriam importados, ou produzidos no sítio.

O sílex oxfordiano (MO-1) seria introduzido no sítio sob a forma de suportes (uma lasca não retocada), sendo que os dois geométricos identificados, na ausência de suportes alongados, terão sido igualmente importados. O jaspe (MO-2) encontra-se unicamente representado sob a forma de um geométrico que, na ausência de elementos das fases anteriores da cadeia operatória, terá sido igualmente importado. O

Etapa	Tipos de sílex			
	MO-1	MO-2	MO-3 / 4	MO-5
Kit de recurso				
Suportes para utensilagem				
Utensílios retocados				

(Verde – presente no sítio; Vermelho – ausente no sítio)

Tabela 2 – Moita da Ourives - Fraccionamento da cadeia operatória das silicificações.

sílex do Cenomaniano superior cinzento com anéis de liesegang (MO-5), encontra-se representado sob a forma de um único micro-buril, o que representará a produção local de elementos geométricos que terão sido provavelmente utilizados e posteriormente exportados. Quanto ao sílex do Cenomaniano superior do sector direito da Bacia do Tejo (MO-3/4), este terá sido explorado utilizando núcleos pré-formados que funcionariam como um *kit* de recurso para produção de suportes para utensílios.

Estas silicificações funcionam assim como indicador da estratégia e tipologia funcional da ocupação que, juntamente com as restantes matérias-primas exógenas utilizadas no sitio, como o granito, o arenito e o anfibolito, nos permitem igualmente estabelecer um quadro para a mobilidade e redes de povoamento e/ou trocas entre entres comunidades do Neolítico médio.

Numa leitura global, e uma vez que o presente texto pretende centrar-se especificamente nas estratégias de exploração do espaço da comunidade que ocupou a Moita do Ourives, nomeadamente no aprovisionamento de silicificações, é possível verificar que as prováveis áreas de exploração e aquisição destas matérias-primas apresentam alguns testemunhos de ocupação humana dentro do período crono-cultural em análise, o Neolítico médio (c. 4500-3200 cal BC). Independentemente do seu enquadramento cronológico específico inserido neste período (algumas ocupações corresponderão ao Neolítico médio inicial e, outras, a uma fase mais plena), o que importa aqui registar é que as áreas de aquisição das silicificações identificadas nos artefactos da Moita do Ourives foram, efectivamente, cenários de acção das populações do Neolítico médio, apresentando-se tanto como lugares de Vida (habitats e áreas de proveniência de matérias-primas), como, também, de Morte (grutas-necrópole e sepulcros megalíticos).

Desta forma, a possível proveniência de alguns tipos de sílex e jaspe reconhecidos na Moita do Ourives encontra na sua origem geográfica importante evidência empírica que auxiliará na caracterização das trajectórias de circulação que as comunidades humanas poderão ter adoptado ao longo do Neolítico médio no Ocidente Peninsular.

O jaspe (tipo MO-2) poderá ter tido origem a sul da Moita do Ourives, com o local de aprovisionamento, conhecido, mais próximo a localizar-se a cerca de 45km de distância. Nesta área da bacia do Sado, os concheiros da Comporta, nomeadamente o sítio do Pontal e da Barrosinha (Soares & Silva, 2013), apresentam-se como as ocupações integradas no Neolítico médio mais próximas da provável área de origem desta matéria-prima.

Como constatámos, o sílex identificado como MO-5 poderá ter uma origem nas silicificações oxfordianas do vale do Nabão, numa distância mínima a c. 90km da Moita do Ourives. Nesta área, os contextos associados a ocupações do Neolítico médio correspondem, essencialmente, a espaços funerários destacando-se, neste particular, as deposições datadas dos finais do 5º milénio e da primeira metade do 4º milénio cal BC das grutas do Cadaval e do Caldeirão (Oosterbeek, 1985; Zilhão, 1992).

As silicificações correspondentes aos tipos MO-3 e MO-4, com possíveis locais de aprovisionamento situados em áreas entre os 30 e 50km de distância da Moita do Ourives, inserem-se num amplo espaço central da região da Estremadura, com a Serra de Montejunto e o Maciço Calcário Estremenho como unidades geomorfológicas fundamentais na implantação de lugares ocupacionais durante o Neolítico médio. Nas proximidades da região de Aveiras de Cima-Abrigada, surge a ocupação funerário do Algar do Bom Santo (Alenquer), com deposições desde do 1º ao último quartel do 4º milénio cal BC, sendo actualmente um sítio de referência para a caracterização das práticas funerárias e das populações do Neolítico médio, fruto de uma exaustiva análise interdisciplinar coordenada por A. F. Carvalho (2014). Mais próximo da zona de Rio Maior, no espaço do Maciço Calcário Estremenho, conhecem-se ocupações domésticas e funerárias associadas ao Neolítico médio. Os espaços domésticos (Cerradinho do Ginete, Costa do Pereiro e Pena d'Água), alguns deles já ocupados desde do Neolítico antigo, correspondem a sítios de ocupação temporária, sendo que o seu estudo integral se encontra ainda por realizar (com excepção do Cerradinho do Ginete) (Carvalho, 2016; Nunes, 2014). Importa referir a datação enquadrada no 1º quartel do 4º milénio cal BC de um enterramento da Costa do Pereiro, assinalando cronometricamente grupos do Neolítico médio neste espaço particular (Nunes & Carvalho, 2013). Contextos como os das grutas da Lapa da Bugalheira, Algar Barrão e Lugar do Canto consolidam a leitura de que este espaço em particular foi sucessivamente palco de manifestações simbólicas e funerárias, desde do início do Neolítico médio à sua fase mais plena, já contemporânea com as primeiras

manifestações do Megalitismo funerário do Alentejo interior e baixa Estremadura (Carvalho & Cardoso, 2015; Zilhão & Carvalho, 1996).

O tipo MO-5, compatível com as silicificações do Cretácico superior da região de Lisboa, localiza-se, face à Moita do Ourives, a uma distância em linha recta de c.35km. Nesta região, as ocupações relacionadas com o Neolítico médio encontram-se mal conhecidas, sendo de destacar a Anta do Carrascal (Sintra) e a ocupação mais antiga registada na gruta-artificial de S. Pedro do Estoril (Cascais), ambas do 3º quartel do 4º milénio cal BC (Boaventura, 2009; Gonçalves, 2008). Em termos de ocupações domésticas na região de Lisboa, as datas obtidas por B-OSL no Palácio dos Lumiares e as de carvão da Encosta de Sant'Ana, integram alguns níveis ocupacionais destes contextos num momento inicial do Neolítico médio (Muralha & Costa, 2006; Valera, 2006). No entanto, as reservas que estas datações têm suscitado (Cardoso, 2010), aliado às características de alguns elementos da cultura material (mais próximos do Neolítico antigo evolucionado da Estremadura), impõe algumas reservas na sua interpretação.

Concluindo, os dados sobre o aprovisionamento das matérias-primas líticas presentes na Moita do Ourives demonstram a preocupação de uma comunidade em obter esses materiais enquadrados numa estratégia de produção, também ela de grande especificidade, sendo que esses recursos terão que ser recolhidos em áreas relativamente distantes do local de habitat. As limitações impostas pelo substrato geológico da região obrigam ao desenvolvimento de estratégias de pendor social, envolvendo o grupo que habita a Moita do Ourives em esquemas de circulação de matéria-prima. Estas acções, embora de carácter logístico, têm uma forte carga socioeconómica, que só será melhor apreendida com a definição do modelo de implantação e estratégia de ocupação da Moita do Ourives. Neste sentido, importa reforçar a precariedade dos dados disponíveis, nomeadamente a ausência de estudos idênticos, quer relacionados com estas matérias-primas específicas mas, essencialmente, com o espaço crono-cultural onde se integra este caso de estudo.

AGRADECIMENTOS

Ao Luís Luís pela cedência do MDT utilizado na figura 8. Este trabalho foi realizado no âmbito da Bolsa de Doutoramento [SFRH/BD/108396/2015] financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Lisboa, Junho de 2017

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Francisco; ARAÚJO, Ana Crisitina; AUBRY, Thierry (2003) – Paleotecnologia lítica: dos objectos aos comportamentos. In J. Mateus & M. Moreno (Eds.), *Paleoecologia humana e Arqueociências. Um programa multidisciplinar para a Arqueologia sob a tutela da Cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 299-349.

ANDRADE, Marco; MATIAS, Henriques (2011) – Pedreira do Aires and Monte das Pedras: two neolithic flint «mines» in Lisbon península. In M. Capote, S. Consuegra, P. Dias-del-Rio, & X. Terradas (Eds.), *Proceedings of the 2nd International Conference of the UISPP. Commission on Flint Mining in Pre- and Protohistoric Times: Flint Mining and Quarrying Techniques in Pre- and Protohistoric Times (Madrid, 14-17 October 2009)*. Oxford: Archaeopress, pp. 149-156.

AUBRY, Thierry; LUÍS, Luís; MANGADO LLACH, Javier; MATIAS, Henrique (2012) – We will be known by the tracks we leave behind: Exotic lithic raw materials, mobility and social networking among the Côa Valley foragers (Portugal). *Journal of Anthropological Archaeology, 31* (4), pp. 528-550.

AUBRY, Thierry; MANGADO LLACH, Javier; MATIAS, Henrique (2014) – Matérias-primas das ferramentas em pedra lascada da Pré-história do Centro e Nordeste de Portugal. In P. Dinis, A. Gomes, & S. Monteiro-Rodrigues (Eds.), *Trânsito e proveniências de materiais geológicos: abordagens sobre o Quaternário de Portugal*. Coimbra: APEQ – Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, pp. 165-192.

AUBRY, Thierry; MANGADO LLACH, Javier; SAMPAIO, Jorge; CALVO TRIAS, D., IGREJA, Marina; KLARIC, Laurent; GAMEIRO, Cristina (2009) – Os artefactos: reconstituição da funcionalidade e da dinâmica de formação dos sítios. In T. Aubry (Ed.), *200 séculos da história do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-recolectores do Paleolítico*, Lisboa: IGESPAR, pp. 129-256.

AZERÊDO, Ana Cristina (1997) – Formalização da litostratigrafia do Jurássico Inferior e Médio do Maciço Calcário Estremenho (Bacia Lusitânica). *Comunicação dos Serviços Geológicos de Portugal, 94*, pp. 29-51.

BRESSY, Celine (2003) – *Caractérisation et gestion du silex des sites mésolitiques et néolitiques du Nord-Ouest de l'arc alpin. Une approche pétrographique et géochimique*. Oxford: Archaeopress.

BOAVENTURA, Rui (2009) – *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.

BURKE, Ariane; MEIGNEN, Liliane; BISSON, Michael; PIMENTEL, Nuno; HENRIQUES, Virginia; ANDRADE,

César; FREITAS, Maria Conceição; KAGEYAMA, Masa; FLETCHER, William; PARSLOW, Carla; GUIDUCCI, Dario (2011) – The Palaeolithic occupation of southern Alentejo: the Sado River Drainage Survey. *Trabajos de Prehistoria, 68* (1), pp. 25-49.

CARDOSO, João Luís (2010) – O Neolítico Antigo da Baixa Estremadura: as investigações dos últimos 5 anos. GIBAJA, Juan F. e CARVALHO, António F. (eds.), *Os Últimos Caçadores-Recolectores e as Primeiras Comunidades Produtoras do Sul da Península Ibérica e do Norte de Marrocos*, Faro, Universidade do Algarve, pp.23-48 (Promontória Monográfica 15).

CARVALHO, António Faustino, ed. (2014) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro, Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 17).

CARVALHO, António Faustino, (2016) – The Pena d'Água rock-shelter (Torres Novas, Portugal): two distinct life ways within a Neolithic sequence. *Del neolític a l'edat del bronze en el Mediterrani occidental. Estudis en homenatge a Bernat Martí Oliver.* TV SIP 119*,* València, pp. 211-223.

CARVALHO, António Faustino; CARDOSO, João Luís (2015) – Insights on the changing dynamics of cemetery use in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. Radiocarbon dating of Lugar do Canto cave (Santarém). *SPAL*. Sevilla. 24, pp. 35-63.

DAVEAU, S. (1980) – Espaço e Tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos. *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Lisboa. 2, pp. 13-37.

DUNHAM, Robert J. (1962) – Classification of carbonate rocks according to depositional texture. In W. E. Hamm (Ed.), *Classification of carbonate rocks, A Symposium*, AAPG-American Association of Petroleum Geologists, pp. 108-121.

FERNANDES, Paul; RAYNAL, Jean-Paul (2006) – Pétroarchéologie du silex: un retour aux sources. *Comptes Rendus Palevol,* 5(6), pp. 829-837.

FERREIRA, Ângela (no prelo) – Análise traceológica a artefactos em sílex da Moita do Ourives. In NEVES, César – *O Neolítico médio no Ocidente Peninsular: o sítio da Moita do Ourives (Benavente), no quadro do povoamento do 5º e 4º milénio AC*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. (policopiado).

GENESTE, Jean-Michel (1991) – L'approvisionnement en matières premières dans les systèmes de production lithique: la dimension spatiale de la technologie. *Treballs d'Arqueologia, 1*, pp. 1-36.

GONÇALVES, Vítor S. (2008) – *A utilização pré-histórica da gruta de Porto Covo (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais (Cascais Tempos Antigos, 1).

JARVIS, A., REUTER, H.I., NELSON, A., GUEVARA, E. (2008) – *Hole-filled seamless SRTM data*. V4, International Centre for Tropical Agriculture (CIAT). http://srtm.csi.cgiar.org.

MANGADO LLACH, Javier (2002) – *La Caracterizacion y el Aprovisionamiento de los Recursos Abioticos en la Prehistoria de Cataluna: Las Materias Primas Siliceas del Paleolitico Superior Final y el Epipaleolitico.* (Phd Doctoral), Universidad de Barcelona, Barcelona.

MANUPPELLA, Giuseppe; TELLES ANTUNES, Miguel; COSTA ALMEIDA, Carlos Alberto; BARBOSA, B., AZERÊDO, Ana Cristina., CARDOSO, João Luís, CRISPIM, J. A.; DUARTE, L. V.; HENRIQUES, M. H.; MARTINS, L. T.; RAMALHO, M. M.; SANTOS, V. F.;TERRINHA, Pedro (2006) – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da folha 27 A Ourém*. Lisboa: Instituto Nacional de Engenheria, Tecnologia e Inovação.

MASSON, Annie (1979) – Recherches sur la provenance des silex préhistorique. Méthode d'étude. Études Préhistoriques, 15, pp. 29-40.

MATIAS, Henrique (2012) – *O aprovisionamento de matérias-primas líticas na Gruta da Oliveira (Torres Novas)*. Mestrado em Geo-arqueologia, Universidade de Lisboa, Lisboa.

MATIAS, Henrique (2016) – Raw material sourcing in the Middle Paleolithic site of Gruta da Oliveira (Central Limestone Massif, Estremadura, Portugal). *Journal of Lithic Studies, 3*(2), pp xxx.

MURALHA, João; COSTA, Cláudia (2006) – A ocupação neolítica da Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz, Lisboa). *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve. p.157-170. (Promontoria Monográfica; 04).

NEVES, César; RODRIGUES, Filipa; DINIZ, Mariana (2008) – Moita do Ourives, um sítio do Neolítico médio no Baixo Tejo (Benavente, Portugal): matérias-primas e cultura material. HERNÁNDEZ PEREZ, Mauro; SOLER DÍAZ, Jorge; LÓPEZ PADILLA, Juan, (eds.) *IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Alicante: MARQ. 2, pp. 216-221.

NUNES, André (2014) – *Estudo dos materiais provenientes do Cerradinho do Ginete (Torres Novas, Santarém): Contribuição para o estudo do Neolítico médio português*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. (policopiado).

NUNES, André; CARVALHO, António Faustino (2013) – O Neolítico Médio no Maciço Calcário Estremenho: estado actual dos conhecimentos e perspectivas de investigação futura, In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, (coords.), *Arqueologia em Portugal – 150 anos*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 329-334.

OOSTERBEEK, Luiz (1985) – A fácies megalítica da Gruta do Cadaval (Tomar). *I Reunião do Quaternário Ibérico*, II. Lisbon: Grupo de Trabalho Português de Estudo do Quaternário / Asociación Española para el Estudio del Cuaternário, pp. 147-160.

PIMENTEL, Nuno; NUKUSHINA, Diana; DINIZ, Mariana; ARIAS, Pablo (2015) – "Lithic materials in the Sado River's shell middens: geological provenance and impact on site location". BICHO, Nuno, DETRY, Cleia, PRICE, T. Douglas and CUNHA, Eugénia (eds.) *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Vol. 1. Cambridge Scholars Publishing, pp. 29-42.

RODRIGUES, Filipa (2006) – Moita do Ourives: um habitat do Neolítico médio do Baixo Tejo. *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve. pp. 249-262. (Promontoria Monográfica; 04).

SHOKLER, Jeffrey (2002) – Approaches to the sourcing of flint in archaeological contexts: results of research from portuguese Estremadura. In J. Herman, N. Herz, & R. Newman (Eds.), *Interdisciplinary studies on ancient stone,* London: Archetype Publications, pp. 176-187.

SHOKLER, Jeffrey (2007) – Hunter-Gatherer Movement in the Portuguese Upper Paleolithic: Archaeological Results of a Regional Sourcing Project. In BICHO, N. (Ed.), *From the Mediterranean basin to the Portuguese Atlantic shore: Papers in Honor of Anthony Marks. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, 14 a 19 de Setembro de 2004, Faro* (pp. 141-161). Faro: Universidade do Algarve, pp. 141-161.

SOARES, Joaquina e SILVA; Carlos Tavares (2013) – Economia agro-marítima na Pré-História do estuário do Sado. Novos dados sobre o Neolítico da Comporta. Pré-história das Zonas Húmidas. Paisagens de Sal. SOARES (ed.), *Setúbal Arqueológica*, 14, MAEDS, Setúbal, pp. 145-170.

VALERA, António C. (2006) – O Neolítico da desembocadura do Paleo Estuário do Tejo: dados preliminares do Palácio dos Lumiares (Bairro Alto, Lisboa). *Era – Arqueologia, Revista de divulgação científica de estudos arqueológicos,* Dafundo: Era – Arqueologia S.A. 7, pp. 86-108.

VIS, G.-J.; KASSE, C.; VANDENBERGHE, J. (2008) – Late Pleistocene and Holocene palaeogeography of the Lower Tagus Valley (Portugal): effects of relative sea level, valley morphology and sediment supply. *Quaternary Science Reviews*. 27, pp. 1682-1709.

ZILHÃO, João; CARVALHO, António Faustino (1996) – O Neolítico do Maciço Calcário Estremenho: Crono-estratigrafia e povoamento. In *I Congrés del Neolític a la Península Ibèrica*. Gavà: Bellaterra, pp. 659-671.

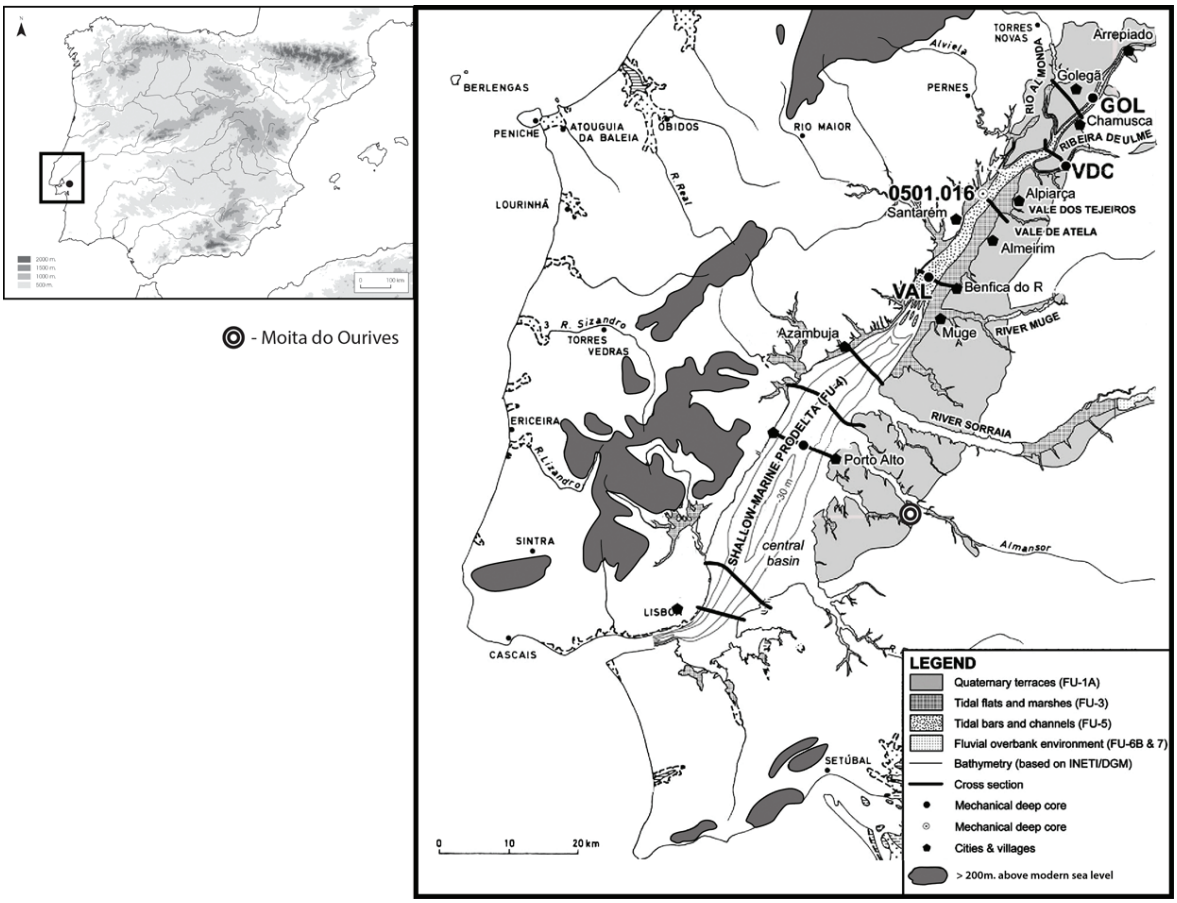


Figura 1 – Localização da Moita do Ourives na Península Ibérica e no paleoestuário existente no Holocénico Médio no Baixo Vale do Tejo (c. 5000-4000 cal BC). (base cartográfica: Daveau, [1980, fig.6] e Vis, *et al.* [2008, fig.12] – adaptado; ideia retirada de Carvalho [2014, fig. 6.2]).

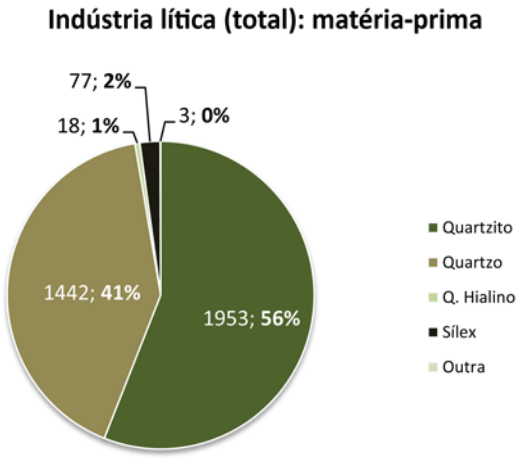


Figura 2 – Economia das matérias-primas da Moita do Ourives..

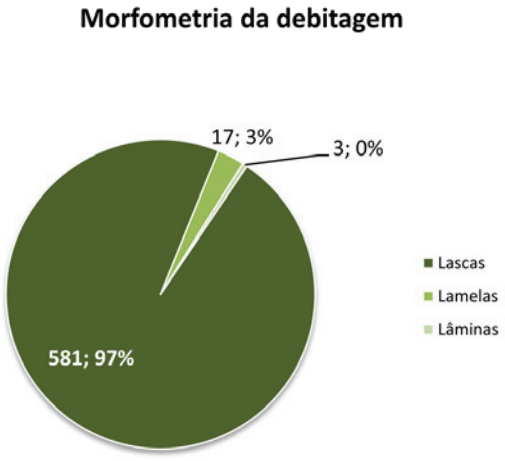


Figura 3 – Morfometria de debitagem da Moita do Ourives.

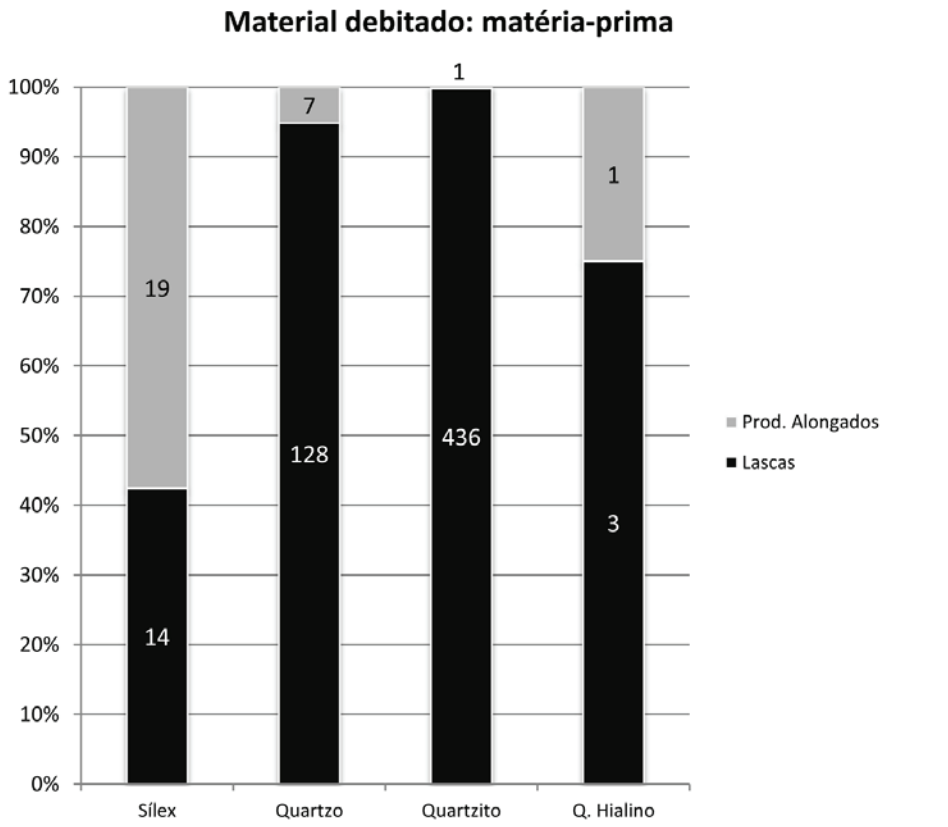


Figura 4 – Material debitado consoante a matéria-prima.

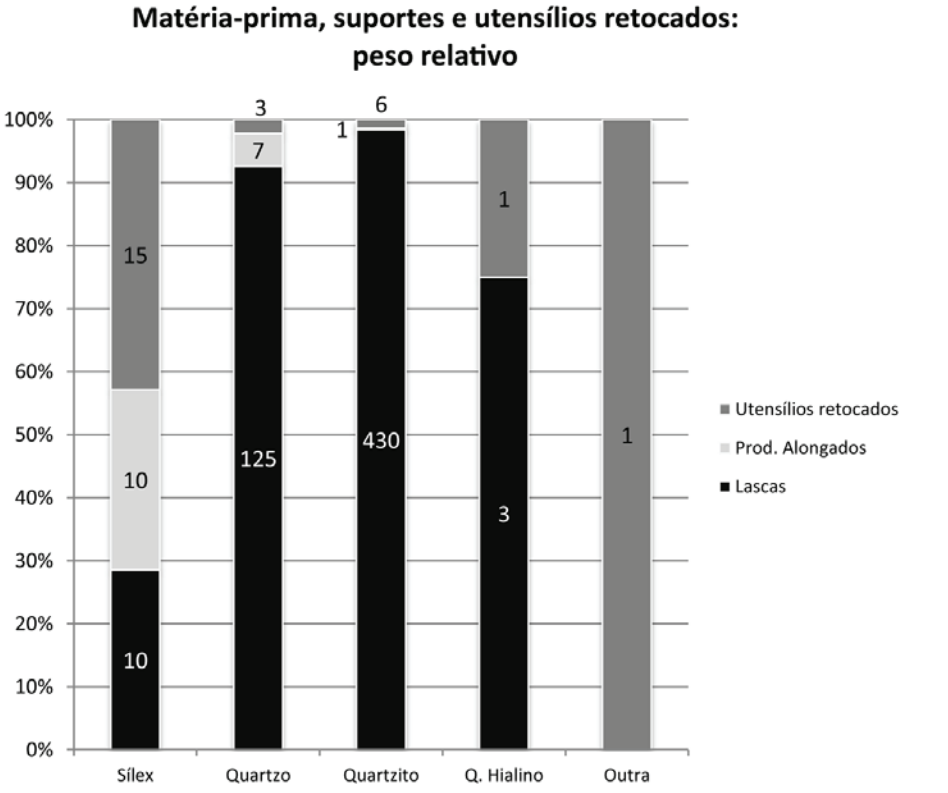


Figura 5 – Matéria-prima, suportes e utensílios retocados da Moita do Ourives: peso relativo.

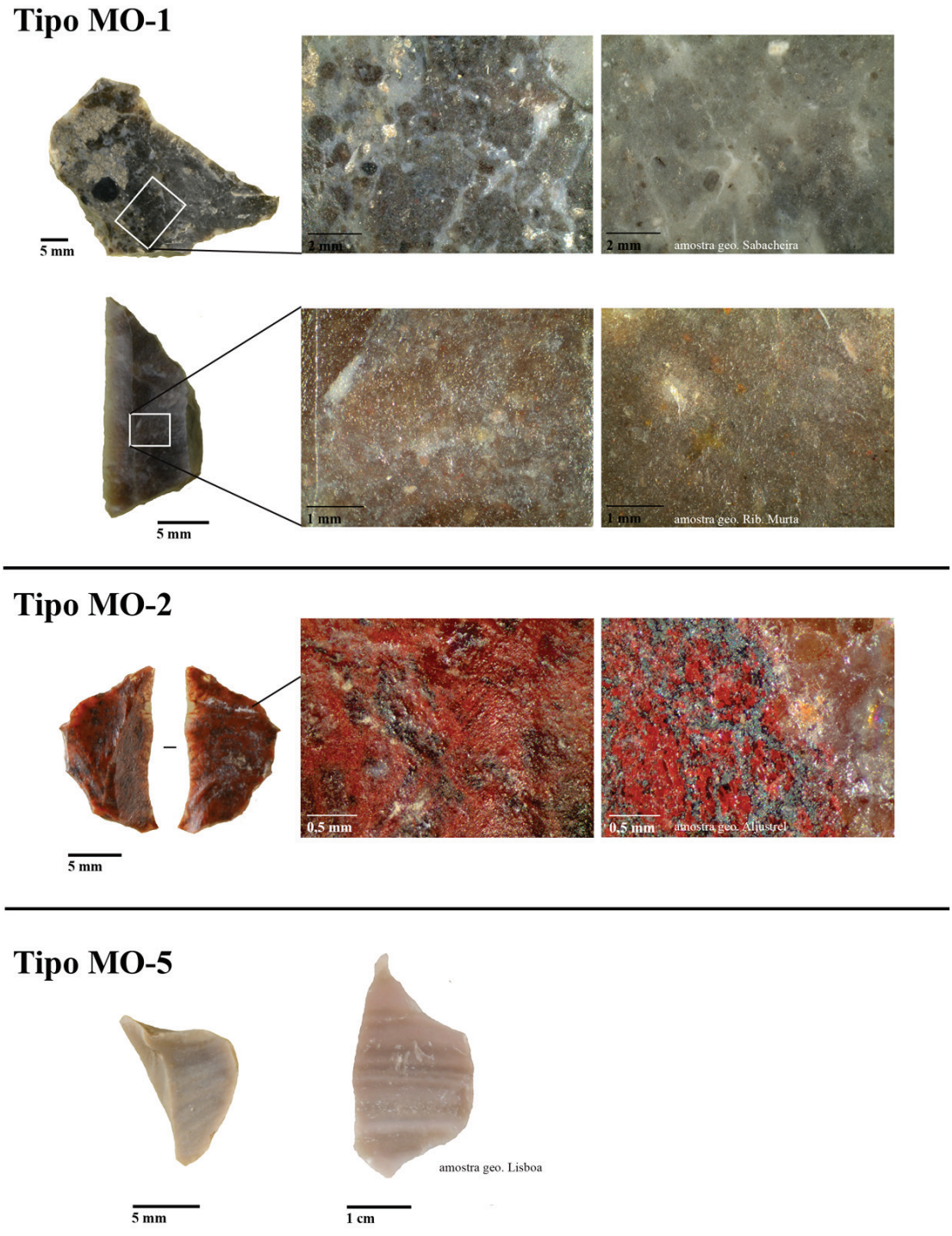


Figura 6 – Silicificações identificadas. MO1, MO2 e MO5. Comparação entre as amostras arqueológicas e o referencial geológico.

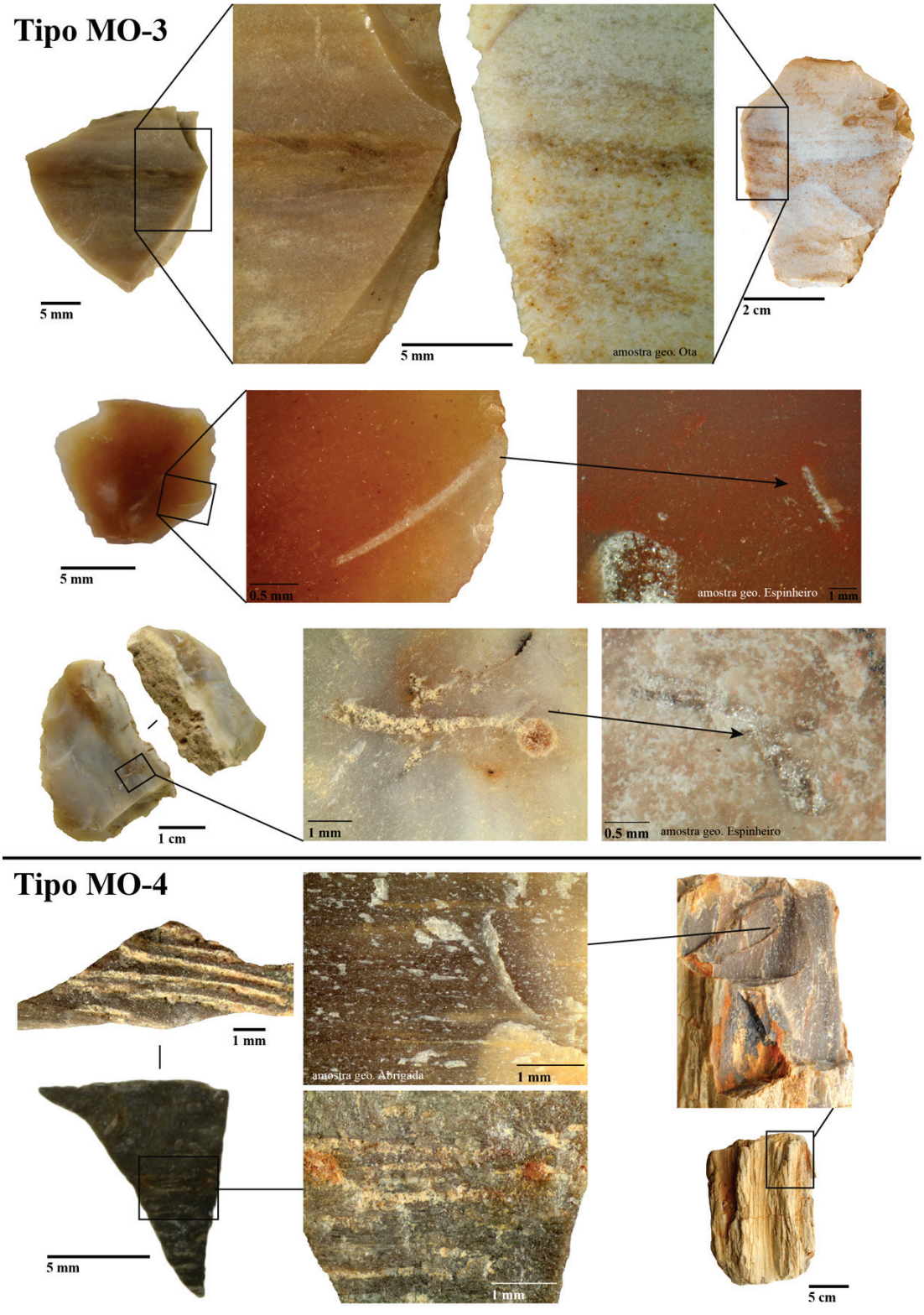


Figura 7 – Silicificações identificadas. MO3 e MO4. Comparação entre as amostras arqueológicas e o referencial geológico.

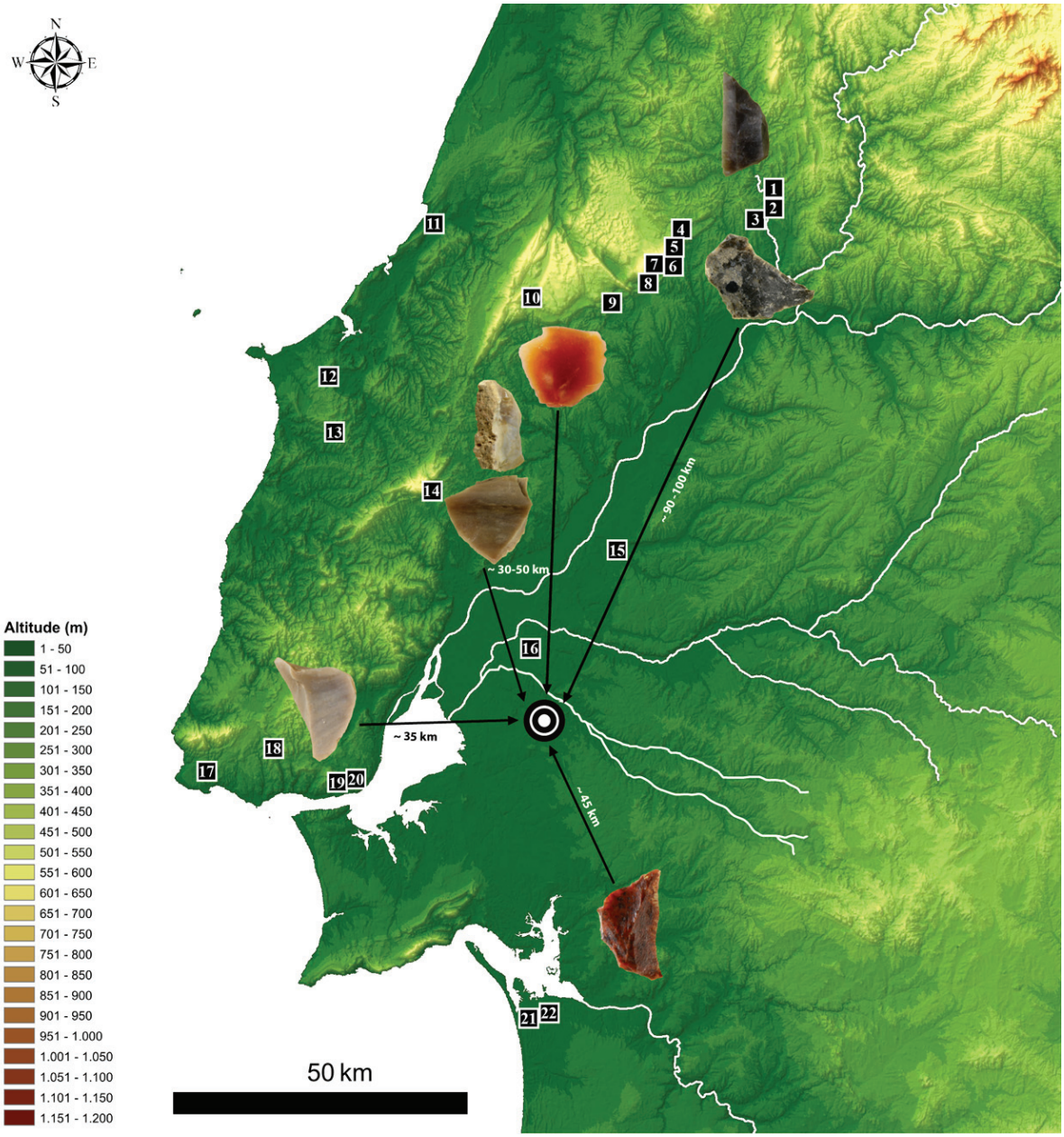


Figura 8 – Localização das áreas de aprovisionamento das silicificações utilizadas na Moita do Ourives e de ocupações atribuíveis ao Neolítico médio na sua envolvência. (base cartográfica: SRTM 90m, v4.1 – Jarvis, *et al*. 2008).
Legenda: (Círculo) – Moita do Ourives; 1 – Ossos; 2 – Cadaval; 3 – Caldeirão; 4 – Pena d'Água; 5 – Costa do Pereiro; 6 – Cerradinho do Ginete; 7 – Lapa dos Namorados; 8 – Lapa da Bugalheira; 9 – Barrão; 10 – Lugar do Canto; 11 – Meu Jardim; 12 – Casa da Moura; 13 – Feteira; 14 – Bom Santo; 15 – Cabeço da Amoreira; 16 – Monte da Foz 1; 17 – S. Pedro do Estoril; 18 – Anta do Carrascal; 19 – Palácio dos Lumiares; 20 - Encosta de Sant'Ana; 21 – Pontal; 22 – Barrosinha.

TUMULAÇÕES DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DO CENTRO/NORTE LITORAL: O CASO DAS MAMOAS DO TACO (ALBERGARIA-A-VELHA)

Pedro Sobral de Carvalho[1]

RESUMO

Apresentam-se as reflexões resultantes dos trabalhos de valorização das Mamoas 1 e 3 do Taco, Albergaria-a--Velha, realizados entre 2014 e 2015. Estes permitiram a obtenção de um conjunto de informações que levaram a uma nova leitura, particularmente em relação à Mamoa 3 do Taco. A investigação feita até ao momento aponta para que os anéis centrais, não serão contrafortes de câmaras megalíticas, mas sim estruturas relacionadas com a reutilização do espaço central do *tumulus* onde primitivamente pode ter estado uma câmara funerária, entretanto destruída. Este e outros dados sobre a arquitetura destes dois monumentos, indicia um regionalismo marcado por grandes *tumuli*, essencialmente construídos em terra e argila, alguns reutilizados no Calcolítico ou Idade do Bronze, com recintos líticos centrais associados a estruturas negativas ou estelas.

Palavras-chave: Plataforma litoral, Círculos líticos, Mamoas, Megalitismo, Calcolítico.

ABSTRACT

This article presents the results of the promotion and conservation project of Taco 1 and 3 round mounds (Albergaria-a-Velha, Portugal), carried out in 2014 and 2015. Both monuments were badly damaged, in the need of throughout restoration works. In fact, these works brought a whole set of evidence that support new readings, particularly of Taco 3. Both cleaning and redefinition of the structures conceded a new opportunity to find parallels to this type of structures. The architecture of these two monuments point out to a regional patterning featured by the presence of oversized mounds, mainly built of earth and clay, some of which reused during the Copper Age or Bronze Age, when stone rings were associated with negative structures (pits) or stelae.

Keywords: Coastal platform, Stone rings, Mounds, Megalithism, Chalcolithic.

1. INTRODUÇÃO

Entre outubro de 2014 e setembro de 2015 foram desenvolvidos trabalhos de arqueologia, restauro e valorização nas Mamoas 1 e 3 do Taco, localizadas na cintura industrial de Albergaria-a-Velha, Aveiro. Estes trabalhos, promovidos pela autarquia de Albergaria-a-Velha, foram executados pela empresa Eon, Indústrias Criativas, Lda, tendo tido como responsável técnico-científico Pedro Manuel Sobral de Carvalho. Os trabalhos de restauro foram coordenados por Vera Moreira Caetano, tendo sido já objeto de publicação (Carvalho & Caetano, 2016).

Encontra-se em curso a preparação da publicação monográfica dos trabalhos executados cuja edição digital será incluída na série dos "Estudos Pré--históricos", do Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta. Este texto pretende, por isso, apenas apresentar e debater as conclusões obtidas que apontam para uma realidade muito pouco conhecida sobre as soluções tumulares do Centro Norte Litoral.

Embora o objetivo principal destes trabalhos fosse o restauro e a valorização destes dois monumentos, ao abandono desde 1985/1986, a verdade é que as ações de limpeza, escavação e redefinição das estruturas e contextos arqueológicos, permitiram a identificação de novas realidades e uma nova leitura e reinterpretação da história destes monumentos.

1. Eon, Indústrias Criativas, Lda; pedrosobraldecarvalho@eonic.pt

2. A NECRÓPOLE TUMULAR DO TACO. DESCRIÇÃO GENÉRICA

2.1. Localização

Administrativamente, as Mamoas do Taco localizam-se no distrito de Aveiro, concelho e freguesia de Albergaria-a-Velha, a uma altitude média dos 139m e apresentam as seguintes coordenadas geográficas: Mamoa 1 do Taco: 40° 42' 25.8'' N / 08° 29' 43.6'' W; Mamoa 3 do Taco: 40° 42' 20.8'' N / 08° 29' 42.7'' W.

A necrópole tumular do Taco encontra-se geograficamente enquadrada no Centro Norte Litoral, na vasta área aplanada denominada de Plataforma Litoral, mais concretamente, na plataforma de Albergaria. Esta consiste numa superfície aplanada, inclinada para oeste, em direção ao mar e que vai subindo de cota gradualmente desde os 120m até aos 200m, terminando num alinhamento de pequenos relevos com orientação N-S (Gomes e Barra, 2001: 2).

2.2. Os monumentos

As Mamoas do Taco foram descobertas pelo Prof. Patrício Teodoro Álvares Ferreira, fundador, proprietário e diretor do Colégio Portuense, em 1876. Foi neste estabelecimento de ensino que este insigne professor, oriundo de Albergaria-a-Velha e apenas com 30 anos de idade, conheceu Leite de Vasconcelos, tendo este sido seu aluno. Travou-se então uma intensa e duradoura amizade que resultou numa constante troca de informações (Ferreira, 2011).

É neste contexto que, em Setembro de 1911, Leite de Vasconcelos visita as mamoas do Taco, dando notícia das mesmas no ano seguinte (Vasconcelos, 1912; Theodoro, 1927a: 4 e 1927b: 4).

L. de Vasconcelos refere três dados que, desde logo, lhe chamaram a atenção e que, como veremos, serão corroborados pelas intervenções arqueológicas: o grande diâmetro das mamoas, a ausência de carapaças pétreas e a ausência de esteios visíveis (*op. cit*: 72 e 73).

Em1985, quando se começava a expandir o Parque Industrial e a ameaça da sua destruição era latente, foi levado a cabo por Fernando Augusto Pereira da Silva um projeto de investigação com vista ao seu estudo e salvaguarda que compreendeu a escavação das Mamoas 1 e 3 (Silva, F., 1986, 1987b e 1992).

Esta necrópole era composta primitivamente pelo menos por 3 monumentos. Mamoas 1, 2 e 3 do Taco, tendo uma destas (nº 2) sido destruída pela construção de uma avenida estruturante do Parque Industrial de Albergaria-a-Velha nos anos 90 do séc. XX.

O estado de grande degradação da Mamoa 2 havia sido já referido por Fernando Silva que a definiu, nos anos 80 do séc. passado, como "(...) limitado a um enrugamento indelével no terreno" resultante do plantio de eucaliptos (Silva, F., 1992: 265).

Os trabalhos de 2014/2015 permitiram perceber melhor as arquiteturas funerárias destas mamoas, que sublinham, de uma forma evidente, o acentuado polimorfismo a uma escala suprarregional.

A investigação resultante destes trabalhos tem permitido a perceção que as características arquitectónicas pouco comuns destes dois monumentos são apenas um reflexo ainda muito ténue de uma realidade regional mais vasta que urge estudar.

Um primeiro aspeto prende-se com o diâmetro anormal das mamoas. A mamoa 1, de planta circular, apresenta 34 m de diâmetro e 2,20 m de altura, sendo composta essencialmente por terras argilosas com uma estrutura pétrea intermédia, que se apresentava mais espessa ou densa no seu limite exterior. Ao centro encontra-se uma câmara poligonal alongada, de planta naviforme, com 3,60 m de comprimento (eixo este-oeste) e 2,70 m de largura (eixo Norte-sul), aberta a sudeste, com 9 esteios relativamente pequenos que ocupa uma área de pouco mais de 9 m^2. A mamoa 3 apresentava um *tumulus* de planta circular com 30 metros de diâmetro e 1,70 m de altura máxima conservada, composto essencialmente por terras argilosas. Em termos construtivos, apresenta uma estrutura pétrea intermédia delimitada pelo exterior por blocos em quartzo e lajes em xisto de grandes dimensões, criando uma cintura lítica de contenção periférica.

O exagerado diâmetro destes *tumuli* poderá indiciar que o seu topo fosse aplanado e não cónico, como é comum. De facto, estes dados são a prova evidente que os *tumuli* assumiam um cariz fortemente simbólico. Só assim se justifica que as comunidades construtoras dos megálitos tenham transportado cerca de 1200 toneladas de terra e pedras para a construção da mamoa 1 e cerca de 1000 para a mamoa 3. Foi um esforço enorme que exigiu a conjugação de forças certamente de toda a comunidade.

Um outro aspeto extremamente interessante, pela sua raridade, pelo menos a nível regional, é o facto do dólmen 1 do Taco e, muito certamente, também o dólmen 3, não possuírem estrutura de contrafor-

tagem pétrea dos esteios[2]. Efetivamente, mesmo tendo como certo que os esteios pouco ultrapassariam primitivamente os 2 m de altura, seria natural possuírem contrafortes, como aliás se pode observar em quase todo o mundo funerário megalítico peninsular.

Um dos dados mais importantes resultantes da intervenção de 2014/2015 prende-se com a identificação de um conjunto de motivos gravados em quase todos os esteios do dólmen 1 do Taco, a maioria inéditos, que vêm suscitar novas visões sobre este importante assunto (Alves e Carvalho, neste volume).

Se os resultados obtidos na Mamoa 1 do Taco foram extremamente relevantes para o conhecimento das práticas funerárias do Neolítico desta região, não menos excecionais foram os dados conseguidos na Mamoa 3. Referimo-nos essencialmente à identificação de um conjunto de estruturas relacionadas com o segundo momento de utilização do monumento, que terá acontecido no IIIº milénio a. C. Extremamente complexas e de difícil interpretação, estas estruturas refletem, acima de tudo, uma nova postura perante a morte.

Assim, e tendo em consideração os resultados da intervenção de 2014/2015 (Carvalho, 2015 e 2016; Carvalho *et alii*, 2017), avançamos com a hipótese de, provavelmente nos finais do IIIº milénio a. C., o espaço central onde estava construída a câmara funerária megalítica do neolítico, ter sido profundamente remodelado. Estas novas comunidades destruíram a câmara megalítica, selaram todo esse espaço com terra e milhares de lascas em xisto, e em seu lugar criaram um novo espaço cenográfico composto por um murete de planta subrectangular e duas fossas escavadas no substrato de base onde colocariam, muito provavelmente, as inumações. A forte carga simbólica deste recinto lítico é sublinhada pelo achado de um conjunto de seixos quartzíticos, integrados na sua estrutura[3].

3. AS MAMOAS DO TACO NO CONTEXTO DO MEGALITISMO REGIONAL

Numa primeira análise, o fenómeno tumular de Albergaria-a-Velha parece enquadrar-se numa realidade mais vasta que revela uma tendência para a inexistência de grandes necrópoles na Plataforma Litoral, em contraste com a realidade observada nas montanhas ocidentais, como por exemplo as grandes necrópoles da Serra do Arestal (Vale de Cambra e Sever do Vouga), das Talhadas (Sever do Vouga) (Carvalho, 2013), da Urreira (Arouca) (Silva, A. *et alii*, 2004), etc. Efetivamente, parece haver uma proliferação de monumentos isolados em detrimento da concentração tumular: Mamoa do Mamodeiro (Aveiro) (Lucas, 1989; Morgado & Filipe, 2009; Silva, F, 1993b; Silva, F., 1997), Mamoa da Mama da Galinha (Águeda) (Silva, F. sd.; Silva, A., 2014: 31), Mamoa dos Açores (Albergaria-a-Velha) (Silva, F., 1992; Silva, A., 2014: 30), Dólmen da Moita (Cantanhede) (Cruz, 1889-1900; Rocha, 1904), Mamoa do Peralta (Oliveira de Azeméis) (Carvalho, 2017) entre outros. Por outo lado, as poucas necrópoles que existem, parecem resumir-se a um reduzido número de monumentos como pode ser observado na necrópole do Taco (3 monumentos) e na da Srª do Socorro, Albergaria-a-Velha (2 monumentos) e na necrópole do Casarão, Águeda (3 monumentos) (Almeida, 2015; Coelho *et alii*, 2016). É claro que temos que considerar que a grande maioria das necrópoles tumulares do ambiente de montanha abrangem pequenas mamoas não megalíticas cronologicamente enquadráveis nos finais da Idade do Bronze, por vezes em grande número, como é o caso, por exemplo, da necrópole da Pedra da Moura/Cerqueira (Sever do Vouga/Vale de Cambra). Sem planos de investigação que privilegiem o estudo integral das necrópoles, é difícil fazer grandes considerações. De facto, a ausência de um grande número de mamoas na Plataforma Litoral pode apenas corresponder a uma estratégia de povoamento nos finais da Idade do Bronze que privilegiava os territórios das serras, próximos das matérias-primas essenciais para um comércio cada vez mais florescente.

No concelho de Albergaria-a-Velha são conhecidos 12 sepulcros pré-históricos, dos quais cinco se encontram destruídos[4]. Assim, podemos referir a

2. Dentro dos poucos casos conhecidos, podemos referir a cista megalítica da Mamoa 2 do Juncal, Manhouce, S. Pedro do Sul (Silva, F., 2001: 16, nota 30).

3. Uma descrição detalhada encontra-se na monografia dos trabalhos (Carvalho *et alii*, 2017).

4. As recentes prospecções de campo feitas pelo autor têm revelado um cenário desolador, sendo muito difícil, ou mesmo impossível, a relocalização da maioria dos monumentos. Acreditamos que por serem essencialmente compostos por terras e/ou argilas, a maioria dos *tumuli* da região foram completamente arrasados pela florestação.

Mamoa dos Açores (também conhecida por Mamoa da Cavada Morta ou Arrôtas), na freguesia de Valmaior, a Mamoa do Boi (também conhecida por Mamoa do Cabeço/Monte Redondo ou Cova da Moura), na freguesia de Alquerubim, as mamoas 1 e 2 da Srª do Socorro, na freguesia de Valmaior (destruídas), a Mamoa de S. Julião, na freguesia de Branca (Silva, A., 2014), a Mamoa 1 do Cabeço dos Mouros, na freguesia de Ribeira de Fráguas, as Mamoas 1 e 2 de Beduído, na freguesia de Albergaria-a-Velha (destruídas), a Mamoa Negra ou da Areia, na freguesia de Angeja e as Mamoas 1, 2 e 3 do Taco na freguesia de Albergaria-a-Velha (Silva, A., 2014) (Figura 1).

Na necrópole tumular do Taco temos que considerar pelo menos dois momentos: o primeiro, correspondente ao da sua construção, num período compreendido entre os finais do Vº milénio e os inícios do IVº milénio a. C. e um segundo correspondente a uma reutilização dos monumentos que terá ocorrido durante o IIIº ou mesmo nos inícios do IIº milénio a. C. A grande antiguidade do primeiro momento, uma vez que não possuímos datações radiocarbónicas, depreende-se da análise do conjunto artefactual onde estão ausentes as pontas de seta na Mamoa 1, sendo de registar apenas uma, de base côncava, exumada no topo do *tumulus* da Mamoa 3, que certamente corresponderá ao momento de reutilização deste sepulcro. Um outro aspeto que parece corroborar esta teoria, é a fraca expressividade dos recipientes cerâmicos que podemos considerar neolíticos. Por outro lado, o elemento comum a estes pacotes artefactuais de feição antiga é a presença de machados de pedra polida. Deste modo, a construção destes monumentos estaria em consonância com os momentos iniciais do megalitismo do Centro de Portugal onde também estão ausentes as pontas de seta e a cerâmica pouco ou nada representada e onde os micrólitos geométricos e instrumentos líticos polidos assumem expressividade (Carvalho, 2005; Cruz, 2001; Gomes, 1996; Gomes *et alii*, 1998).

Tendo em consideração os resultados obtidos pelas diversas intervenções arqueológicas nos monumentos do Taco, teríamos assim um primeiro momento, no Neolítico Final, composto por pequenos dólmens de câmaras simples, poligonais, abertas, com esteios em xisto e grandes massas tumulares (*tumuli*). Se, como já referimos em outro ponto deste texto, o anormal diâmetro das mamoas parece corresponder a um regionalismo (Mamoa do Mamodeiro, Aveiro (30m), Mamoa da Mama da Galinha, Águeda (34m), Mamoa da Maçoida, Águeda (25m), Mamoa das Arrôtas, Albergaria-a-Velha (30m), parece também haver uma tendência para as arquiteturas funerárias privilegiarem as câmaras ortostáticas simples, abertas ou fechadas. De facto, existe um número muito expressivo de dólmens simples no litoral que vai perdendo representatividade à medida que penetramos nas montanhas ocidentais, onde dominam as necrópoles presididas pelos grandes dólmens de corredor, como por exemplo nas necrópoles da Pedra da Moura e das Talhadas em Sever do Vouga.

Uma outra expressão regional parece ser o facto dos *tumuli* não possuírem carapaça pétrea superficial. No entanto, apresentam níveis pétreos intermédios (ao nível de cota) rematados pelo exterior por anéis líticos[5]. Um aspeto que temos vindo a observar, é o facto destas carapaças pétreas intermédias não ocuparem a totalidade da calote, parecendo, antes pelo contrário, ocuparem apenas parte dos *tumuli* (como por exemplo na Mamoa da Mama da Galinha[6], Águeda (Silva, sd: 8-9).

Um aspeto inédito nos monumentos do Taco é o facto dos esteios das câmaras funerárias não possuírem contrafortes pétreos. Este aspeto poderá explicar-se pela própria composição dos *tumuli* à base de terras argilosas, o que, por si só, em termos funcionais poderia excluir a necessidade de construção de estruturas de contrafortagem. De facto, nas mamoas do Taco foi identificado um espessamento de terras argilosas em torno do espaço funerário, que poderá representar um contraforte. Este depósito de terras argilosas em redor dos espaços camarários já havia sido notado por Fernando Silva na Mamoa 7 da Urreira, Escariz, Arouca (Silva, F., 1989a: 301 e nota 12), No entanto, se atendermos a que existem mamoas igualmente construídas com argilas, ou terras argilosas, como por exemplo a Mama do Furo, Figueira da Foz (Vilaça, 1986) e que apresentam contrafortes,

5. No caso da Mamoa da Mama da Galinha este "anel de contenção" assume-se como um "murete" (Silva, F., sd: 9. Vide nota 28).

6. Este monumento apresentava uma segunda linha de carapaça média intermédia. Segundo F. Silva terá sido identificada uma outra estrutura no interior do *tumulus*, localizada a 10m do anel de contrafortagem da câmara funerária, (…). Na sua construção foi utilizada a mesma técnica das restantes estruturas, assim como o mesmo tipo de materiais." (Silva, F., sd: 10).

poderemos pensar que a opção poderá relacionar-se com aspetos simbólicos. Sabemos que a construção de alguns contrafortes é por vezes desproporcional ao tamanho dos esteios, em que terá presidido, acima de tudo, não uma solução arquitectónica, mas sim cultual. Encontram-se neste caso, só a título de exemplo, o Dólmen 1 da Lameira de Cima[7] e o Dólmen da Capela da Srª do Monte[8], em Penedono (Carvalho, 2005; Gomes, 1996).

Um outro dado importante foi registado por F. Silva na Mamoa 1 do Taco, onde terá havido uma intenção de preparar o espaço funerário. Para tal, foi rebaixado o espaço interior da câmara megalítica e colocada uma "fina camada de areia" com 5cm de espessura, onde se terá identificado a maioria do espólio (Silva, F., 1985-1987: 41; Silva, F., 1992: 274). Este cuidado tido com o espaço funerário também foi registado em outros monumentos, sendo de destacar, pela proximidade, a Mamoa 1 de Aliviada (Escariz, Arouca), onde, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, "o solo da câmara seria coberto por uma espessa camada de colorante vermelho" (Silva, F., 1987a: 33).

O segundo momento da necrópole do Taco corresponde à reutilização dos *tumuli* durante o Calcolítico ou mesmo nos inícios da Idade do Bronze.

Se esta reutilização deixou poucos vestígios na Mamoa 1 do Taco, percetíveis unicamente em algumas peças cerâmicas, já na Mamoa 3 acabou por refletir uma profunda alteração do espaço funerário.

Associado a todo este ritual de "reestruturação" do espaço funerário, encontrava-se o depósito de um nível de terras e milhares lascas de xisto, onde foram abertas duas fossas de planta circular que perfuraram o substrato rochoso.

Esta reestruturação espacial pode representar igualmente um novo conceito perante a morte onde a sepultura coletiva é substituída por locais específicos de depósitos individuais, isto considerando que as fossas seriam locais de depósitos de indivíduos. A remodelação do espaço funerário corresponderá assim a uma nova realidade em que o valor de determinados indivíduos assumirá uma preponderância social que lhes permitirá possuir um espaço sepulcral só seu.

A verdade é que este tipo de estrutura parece corresponder a uma tendência generalizada, pelo, menos nesta região litoral, sendo de registar um conjunto considerável de monumentos com estruturas semelhantes.

Na Mamoa 1 do Calvário, Escariz, foi igualmente identificado um anel delimitador do espaço central, aberto a E.SE., de secção triangular, com 3,70m de diâmetro e cerca de 0,40m de altura (Figura 4. 2). Apresentava-se muito bem construído, havendo inclusivamente uma parte deste, a norte, onde foi aberta uma vala e colocadas pedras em cutelo como reforço exterior. De notar que sob este anel foi identificado um nível carbonoso que não se estendia para o *tumulus*. (Silva, F., 1989b: 75). Pelo que se pode depreender da publicação de Fernando Silva e pelos seus desenhos, no interior deste perímetro foram identificadas 3 fossas de assentamento de esteios, descentrados em relação ao circulo, que delimitavam um espaço onde foi detetado um nível de areia coberta por um colorante ferruginoso (ocre?) onde foram recolhidas várias peças, com especial destaque para uma enxó também polvilhada com colorante vermelho. Curiosamente, o autor, atendendo ao afastamento dos esteios do anel lítico, coloca a hipótese deste ter uma função ritual (Silva, F., 1987a: 30). A este respeito refere ainda "(…) contava mesmo um nível de terras concrecionadas, semelhando calcário, muito compactas, em que as lâminas e demais espólio se encontravam aderentes (…)" (Silva, F., 1993a: 109).

Um outro monumento com estruturas similares é a Mamoa 1 do Castelo, Fajões, Oliveira de Azeméis (Figura 4. 3). A estrutura central deste monumento era definida por um anel lítico em tudo semelhante ao do Taco 3, assente sobre um volume de terra com uma potência de 0,41m, definindo um espaço de planta elipsoidal com o eixo maior de 4,57m e menor de 3,92m (Silva, F., 1994a: 36). Ao centro e afastado do perímetro deste anel lítico estava um esteio *in situ*. Um outro estava tombado sobre o anel lítico, lembrando, em particular, a Mamoa 3 do Taco, pois também aqui, como vimos anteriormente, foram identificados vários fragmentos de esteios por cima do anel lítico. A este propósito diz o autor das escavações: "(…) posição algo insólita, pois que está colocado transversalmente sobre a estrutura de con-

7. Neste monumento para os esteios do corredor com pouco mais de um metro de altura correspondia um robusto contraforte pétreo com mais de 4 m de comprimento.

8. O corredor longo com quase 8 m de comprimento do Dólmen da Capela da Srª do Monte possuía um dos mais bem construídos contrafortes pétreos do megalitismo da Beira Alta, com 6m de comprimento (Carvalho, 2005).

trafortagem da câmara funerária, parecendo para aí ter sido atirado, ou mesmo resvalado, durante as ações de violação do monumento." (Silva, F., 1994a: 35). De referir o achado de parte de um recipiente campaniforme de estilo internacional.

A Mamoa 4 de Aliviada, Escariz, Arouca também apresentava um anel lítico de planta elipsoidal (Silva, F., 1988) (Figura 4.4). Embora neste caso até possamos admitir que este corresponda a um contraforte, pois é um pouco mais possante, resta a dúvida sobre o paradeiro dos esteios. Não deixa de ser estranho que as destruições tenham sido tão profundas que tenham removido sempre todos os esteios, a não ser, como já o afirmámos que corresponda a uma reformulação ritual do espaço.

Na Mamoa 7 da Urreira, Escariz, Arouca, Fernando Silva identificou um "grande amontoado de blocos graníticos, de médias e grandes dimensões, bem estruturados, dispondo-se em arco, assente numa potência de terra de 0,40 metros." (Silva, F., 1989a: 300) (Figura 4.5). Também aqui não achou esteios conservados, tendo apenas identificado a fossa de assentamento de um monólito.

Um dos paralelos arquitetonicamente mais próximo da Mamoa 3 do Taco é a Mamoa do Mamodeiro em Aveiro (Figura 4.6). Segundo a descrição do autor dos trabalhos arqueológicos aí desenvolvidos, Fernando Silva (Silva, F., 1997), o *tumulus* era composto por terras, sem cobertura superficial, apresentando um "anel" periférico. O espaço central era definido por uma "estrutura lítica" de planta sub-circular com um diâmetro de 4m, aberto (destruído?) a Sudeste. Efetivamente, este círculo não era fechado a Este. Esta estrutura, feita exclusivamente por seixos rolados em quartzo e quartzito de pequenas e médias dimensões, unidos "por uma argamassa à base de sedimentos argilosos", apoiava em sedimentos que variavam de potência entre os 0,20m e os 0,50m. Um apontamento interessante feito pelo autor, é o facto de a altura deste "anel" ser apenas de 0,30m contrariamente ao que é normal em estruturas de contrafortagem em que os contrafortes atingem o topo da mamoa (Silva, F., 1997: 84). Segundo este autor não foram encontradas evidências de ter existido qualquer câmara funerária. Não deixa de ser curioso, que é a dimensão desta estrutura que faz com que Fernando Silva refira a provável função simbólica deste anel (Silva, F., sd: nota 23).

Igualmente com características similares parece ter sido a mamoa da Mama da Galinha, em Águeda[9] (Figura 4.8). Trata-se de um grande *tumulus* com 34m de diâmetro intervencionado em 1990 por Fernando Silva[10] e onde, novamente, não havia esteios, nem vestígios de fossas de assentamento de prováveis esteios. Sobre a área central, muito destruída segundo Fernando Silva, foi apenas possível identificar um anel pétreo, conservado apenas na sua metade, de planta subcircular construído "com materiais existentes na região" (*idem*, *ibidem*: 10). Um aspeto muito interessante e inédito, foi a observação de várias lajes de "tamanho mediano", algumas nitidamente afeiçoadas, dispostas verticalmente e assentes sobre este anel lítico.

Outros dois monumentos com acentuadas parecenças com a Mamoa 3 do Taco são as Mamoas 2 e 3 de Carvalho Mau, Castelo de Paiva. Embora os resultados da intervenção aí efetuada nunca tenham sido convenientemente publicados, os dados disponíveis (Silva, E., 1990 e 1995; Silva *et alii*, 1996) levam-nos a considerar estes monumentos na mesma tipologia da 2ª fase da Mamoa 3 do Taco. O monumento 2 de Carvalho Mau era constituído por uma mamoa em "terra barrenta", com 15m no eixo N-S e 14m no eixo E-O, apresentando uma couraça de blocos de xisto e uma estrutura interna definida por um anel lítico localizado ao centro do monumento, de planta "sensivelmente" circular, com 2,5m de diâmetro. Este anel/cintura lítica, maioritariamente composto por pedras de médio e grande porte, em granito de grão fino, implantava-se diretamente no solo de base e apresentava uma largura de cerca de 0,70m e de altura de 0,50m. Numa posição central foi aberta uma fossa subcircular aberta no substrato de base, com 1,20m de diâmetro, que apresentava um enchimento de "terra mais escura misturada com lascas irregulares de xisto ardosiano, com a ocorrência, na base, de bastantes carvões, dispersos em área (Silva, E., 1990: 13). Na metade Este, na zona de maior destruição do anel, encontrou-se uma laje de xisto ardosiano com 1,20m de comprimento. Não foram identificadas fossas de assentamento de

9. Este monumento, atualmente destruído, encontra-se localizado na freguesia de Macinhata do Vouga, concelho de Águeda, a apenas 2.400 Km a sul da Mamoa dos Açores e 5.5 Km a sudeste das do Taco 1 e 3.

10. Os dados sobre este monumento encontram-se num artigo que o autor preparou para sair na revista Agatha (Silva, sd), que, afinal, nunca chegou a ser editada.

esteios. (Silva, E. 1990: 12-13; Silva, E., 1995: 37). A Mamoa 3 de Carvalho Mau, por sua vez, apresentou resultados muito semelhantes aos da Mamoa 2, pese embora o seu estado de destruição ser mais acentuado. Nesta mamoa, com um diâmetro de 16m, E. Jorge Silva refere o achado, na base da zona central do monumento, de bastantes carvões, muito fragmentados, colocando a hipótese de se tratar de uma lareira não estruturada (Silva, E., 1990: 11). Um outro aspeto muito interessante é a referência de um anel "bastante regular", composto por pedras colocadas ao nível do solo de base que se encontrava "sob uma camada de terra barrenta compacta, aparentemente homogénea, intacta e sem pedras da couraça" (idem, ibidem: 12)[11].

A Mamoa da Gestosa, Sandim, Vila Nova de Gaia, aparenta pertencer ao conjunto de monumentos com características arquitetónicas próximas das da Mamoa 3 do Taco. De facto, este monumento, escavado por Vítor Jorge em 1983 (Jorge, V., 1984), permitiu colocar a descoberto um *tumulus* baixo, de forma circular, com 13,5m de diâmetro, constituído essencialmente por argilas. O autor refere não estar "perante uma couraça pétrea típica", pois a cobertura pétrea não revestia totalmente a mamoa, cingindo-se à sua periferia formando o que V. Jorge intitula como "coroa periférica" (Jorge, V., 1984: 27). Composto por pedras de quartzo, esta "coroa" não ultrapassava os 3m de comprimento. No entanto, o facto mais surpreendente surge ao centro do *tumulus*, onde não só não foram encontrados quaisquer vestígios de esteios, nem das suas camas, como surge um "anel de pequenos blocos de quartzo de planta sub-elíptica" (*idem*, *ibidem*: 31) que o autor interpreta como contraforte de uma câmara funerária megalítica ou cistoide. Não desvalorizando o facto de V. Jorge referir uma profunda violação do centro do monumento, a análise da planta do anel interno, quase cingido a uma fiada de pedras, parece indiciar uma abertura a este. O espaço delimitado interiormente por este anel lítico, com cerca de 2,60m x 1,60m, apresentava-se ligeiramente deprimido.

Um outro exemplo de estruturas similares, parece ser a Mamoa 1 de Cotogrande (Cabral, Vigo) (Figura 4.7). Esta apresenta um anel lítico central de planta circular que parece ser aberto a SE. Segundo o autor das escavações, foi identificada uma laje em posição subvertical *in situ*, afastada do anel (Abad Gallego, 1992).

Como pudemos apurar, existe um conjunto considerável de monumentos que apresentam nas zonas centrais dos *tumuli*, recintos/anéis líticos que têm sido interpretados como contrafortes de câmaras funerárias megalíticas. No entanto, existem algumas questões que julgamos pertinentes sobre este tipo de estruturas. A primeira prende-se com o diminuto porte destas estruturas que, em regra, não ultrapassam os 0,50m de altura. Por outro lado, os monumentos com este tipo de estrutura apresentam as câmaras megalíticas completamente destruídas, sendo usual não restar qualquer esteio nas imediações. Este facto não poderá corresponder a uma destruição propositada das câmaras megalíticas por comunidades que reutilizaram as mamoas para outro tipo de ritual funerário?

O facto de, como na Mamoa 3 do Taco e na Mamoa 1 do Castelo, existirem esteios ou fragmentos de esteios poisados sobre estes anéis líticos, pressupõe que este espaço estivesse livre de terras/sedimentos. Caso contrário, como poderiam assentar os esteios sobre o anel lítico? Por outro lado, como vimos, também é recorrente que estes anéis líticos estejam afastados das fossas de esteios das câmaras funerárias. Ora, se se tratassem de contrafortes, não deveriam encostar à face externa dos esteios? Por último, um aspeto não menos importante, foi a observação do enchimento de uma das fossas de esteio da câmara da Mamoa 3 do Taco. Este foi feito através da colocação meticulosa de pedras em quartzo no interior da fossa, sobre o qual foi construído o anel.

Um outro dado pouco comum observado na Mamoa 3 do Taco e, muito provavelmente relacionado com a construção do anel lítico, é a existência de duas estruturas negativas do tipo fossa, uma no interior do recinto lítico e outra no exterior, junto à sua entrada.

As estruturas tipo poço ou fossa surgem geralmente nos espaços centrais dos *tumuli*, encontrando-se intimamente correlacionadas com estes, isto é, foram pensadas e executadas num plano concreto aquando da construção tumular como foi o caso de Chã de Santinhos, Aboboreira (Jorge, 1995) e Pena do Mocho, Mogadouro (Sanches *et alii*, 1992), não nos parecendo, no entanto, terem, qualquer tipo de relação ou enquadrarem as estruturas negativas do Taco 3.

11 A ausência dos desenhos em planta nas diversas publicações de E. Jorge Silva, não nos permite saber com exatidão qual a localização dentro do monumento deste anel, pressupondo que se localizaria no centro ou próximo deste.

Para além da Mamoa 2 de Carvalho Mau, supra citada, existe um exemplo de estrutura negativa muito semelhante às do Taco 3. Trata-se da Mamoa Medorra de Fanegas, Sobrado dos Monxes, Corunha. Neste monumento foi identificada uma estrutura negativa, tipo poço, localizada muito próxima do que restava de uma câmara megalítica simples. Esta estrutura escavada no substrato, apresentava o diâmetro maior de 1,15 m e menor de 1,06 m e as paredes e o fundo eram côncavos (Caamaño Gesto & Criado Boado, 1991-1992).

Assim, em conclusão, os dados por nós obtidos, levam-nos a colocar a hipótese de, num momento indeterminado entre o Calcolítico e os inícios da Idade do Bronze, a Mamoa 3 do Taco ter sido alvo de uma profunda transformação do espaço funerário que implicou a destruição completa do pequeno dólmen do neolítico e a selagem de todo o espaço central com uma camada de terra e de milhares de lascas em xisto. Tratou-se de um ato ritual que "apagava" qualquer vestígio dos anteriores rituais. De seguida, foi construído um recinto/anel lítico, aberto a SE, no qual foram colocados seixos quartzíticos como elementos simbólicos. Nesse mesmo momento, terão sido abertas as fossas que perfuraram igualmente o substrato de base.

Numa análise mais abrangente, tudo parece apontar para que nesta região, o Centro Norte Litoral, não existam grandes necrópoles megalíticas, sendo o território, pelo contrário, pontuado por monumentos isolados ou associados em núcleos de 2 ou 3 monumentos. Os monumentos mais antigos, enquadráveis no Neolítico Final, entre os finais do Vª e inícios do IVº milénio a. C., caracterizam-se pelos grandes *tumuli*, maioritariamente em terra, sem carapaças pétreas, com estruturas internas constituídas por pequenas câmaras megalíticas, simples, poligonais, abertas ou fechadas, que não excedem os 2,5m de altura. Os seus espólios compreendem essencialmente os geométricos, lâminas, lamelas, prismas em quartzo, machados de pedra polida e alguma cerâmica.

Ao invés do cenário do megalitismo dos Planaltos Centrais[12], extremamente polifacetado, onde coexistem câmaras simples abertas e fechadas, com dólmens de corredor e cistas megalíticas, aqui parece estarmos cingidos aos pequenos dólmens de câmara simples.

Num segundo momento, entre os finais do Calcolítico e os inícios da Idade do Bronze, algures no IIIº milénio a. C., terão sido construídas novas mamoas, mas terão sido, também, reocupados e transformados alguns *tumuli* do neolítico. Estas transformações implicam novos rituais, cada vez mais direcionados para o protagonismo individual, que se refletem num novo tipo de estruturas: os recintos/anéis líticos insertos em massas tumulares que substituem os esteios do neolítico.

12. Termo utilizado por Fernando Silva para definir as superfícies aplanadas que constituem o Maciço da Gralheira, Serra do Montemuro e Serra do Caramulo (Silva, 1999: 522)

BIBLIOGRAFIA

ABBAD GALLEGO, X. C. (1992) – El contexto cronológico de la mamoa nº 1 de Cotogrande (Cabral-Vigo), *Arqueologia*, 22, GEAP, Porto, pp. 21-27.

ALMEIDA, Miguel (2015) – *Parque Empresarial do Casarão (Casarão, Águeda, Aveiro). Intervenção de arqueologia preventiva. Relatório Intercalar*, policopiado.

ALVES, Lara Bacelar; CARVALHO, Pedro Sobral de (2017) – A arte parietal da Mamoa 1 do Taco (Albergaria-a-Velha, Aveiro). Novos resultados. Neste volume.

CAAMAÑO GESTO, José Manuel; CRIADO BOADO, Filipe (1991-1992)– La Medorra de Fanegas (Sobrado dos Monxes, Coruña). Un monumento megalítico reutilizado na época romana, *Brigantium*, 7, Boletim do Museo Arqueoloxico e histórico de A Coruña, pp. 7-89.

CARVALHO, Pedro M. Sobral de (2005) – A necrópole megalítica da Senhora do Monte (Penedono, Viseu). Um espaço sagrado pré-histórico na Beira Alta, *Estudos Pré-históricos*, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, vol. 12, 231 páginas.

CARVALHO, Pedro M. Sobral de (2013) – Pré-história: os senhores das montanhas, Eon, Indústrias Criativas, lda (coord), *Genius Loci: O Espírito do Lugar*, cap. 4, Câmara municipal de Sever do Vouga, pp. 42-65.

CARVALHO, Pedro M. Sobral de (2015) – *Mamoas do Taco (Albergaria-a-Velha). Valorização e Dinamização Cultural. Relatório Final. Vol.1 Trabalhos de arqueologia*, policopiado.

CARVALHO, Pedro M. Sobral de (2016) – *Taco a Taco. A história de dois monumentos (Albergaria-aVelha)*, Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha.

CARVALHO, Pedro M. Sobral de (2016) – *Taco a Taco. A história de dois monumentos* (Albergaria-a-Velha), Câmara Municipal de Albergaria a Velha.

CARVALHO, Pedro M. Sobral de (2017) – *Pré-História. A milhares de anos de distância, in Memórias de O a Z*, Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

CARVALHO, Pedro M. Sobral de; CAETANO, Vera Moreira (2016). As Mamoas do Taco (Albergaria-a-Velha). Recuperação e valorização patrimonial*, Albergue – História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha,* Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha*,* nº 3, pp. 219-253.

CARVALHO, Pedro M. Sobral de; ALVES, Lara Bacelar; CAETANO, Vera Moreira (2017) – As Mamoas do Taco (Albergaria-a-Velha), *Estudos Pré-históricos*, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, vol. em preparação.

COELHO, Sílvia; DIAS, Gina; ALMEIDA, Miguel (2016) – *Parque Empresarial do Casarão – Fase de terraplanagem (Casarão, Borralha, Águeda). Intervenção de arqueologia preventiva*. Relatório Final, policopiado.

CRUZ, Domingos Jesus da (2001) – *O Alto Paiva: megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-história Recente*, Diss. Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, FLUC, Coimbra, 2 vols. (polic.).

CRUZ, P. Belchior da, (1899-1900) – A archeologia na Figueira da Foz, O *Archeologo Português*, vol. V, nº 7, pp. 202-205.

FERREIRA, Delfim Bismarck (1997) – O Povoamento Pré-Histórico de Albergaria-a-Velha, in *Jornal de Albergaria*, n.º 94 – Ano IV, de 6 de Março.

GOMES, António Alberto; BARRA, António (2001) – Morfologia e cobertura detrítica da plataforma litoral na área de Albergaria-a-Velha (distrito de Aveiro), *Estudos de Quaternário*, 3, APEQ, Lisboa, pp. 1-9.

GOMES, Luis Filipe Coutinho (1996) – A necrópole megalítica da Lameira de Cima (Penedono – Viseu), *Estudos Pré-históricos*, 4, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, 198 páginas.

GOMES, Luís Filipe; CARVALHO, Pedro Sobral de; PERPÉTUO, João; MARRAFA, Carmo (1998) – O Dólmen de Areita (São João da Pesqueira, Viseu), in Actas do Colóquio "A Pré-história na Beira Interior", *Estudos Pré-históricos*, 6, Viseu, pp. 33-93.

JORGE, Vítor Oliveira (1985) – Les *tumulus* de Chã de Santinhos (Ensemble Mégalithique de Serra da Aboboreira, Nord du Portugal), *Arqueologia*, 12, GEAP, Porto, pp. 96-128.

LUCAS, Maria Miguel (1989) – "Monumento megalítico de Mamodeiro", *Boletim Municipal de Aveiro*, ano VII, nº 13 e 14, Câmara Municipal de Aveiro, pp. 9-14.

MORGADO, Paulo; FILIPE, Sónia (2009) – O testemunho do passar do tempo e do homem no registo arqueológico de Aveiro. Apontamentos de arqueologia. Contributo para Monografia sobre Aveiro. O contributo da Arqueologia, disponível em https://saidaslagunadeaveiro.files.wordpress.com/2014/06/pm_arqueoaveiro_final.pdf, consultado em 9/10/2015.

ROCHA, António dos Santos (1904) – Necropole neolithica da Moita no concelho de Cantanhede, *Boletim da Sociedade Archeológica Santos Rocha*, I, pp. 6-9.

SANCHES, Maria de Jesus; SILVA, Margarida Maria O. dos Santos; BOTELHO, Iva João Teles M. (1992) – A Mamoa 2 de Pena do Mocho – um tumulus provido de uma estrutura central em 'poço' (Sanhoane, Mogadouro), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 32 (1-4), pp. 201-234.

SILVA, António Manuel S. P. (2014) – Dos vestígios do Passado ao Património Arqueológico. Algumas reflexões sobre a Arqueologia de Albergaria-a-Velha, *Albergue*, História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha, nº 1, pp. 27-60.

SILVA, António Manuel S. P.; RIBEIRO, Manuela C. S.; LIMA, António M. Carvalho;

SILVA, Fernando A. Pereira da (2004) – *Memórias da Terra*, Câmara Municipal de Arouca, coord. António Manuel S. P. Silva.

SILVA, Eduardo Jorge L. da (1990) – Primeira notícia da escavação de emergência do núcleo megalítico de Carvalho Mau (S. Pedro do Paraíso – Castelo de Paiva), *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, V, Porto, pp. 7-22.

SILVA, Eduardo Jorge L. da (1995) – Megalitismo da Bacia do Douro (margem sul), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 35, Fasc, Porto, [Atas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular], pp. 35-46.

SILVA, Eduardo Jorge L. da; ROCHA, Manuel J. Moreira da; LOUREIRO, Olimpia M. Da Cunha; MONTEIRO, Carla I. Da Silva Nunes (1996) – *Carta Arqueológica do concelho de Castelo de Paiva*, Departamento de Ciências Históricas, Universidade Portucalense. Porto.

SILVA, Fernando A. Pereira da (1985) – *Relatório da Escavação da Mamoa 1 do Taco, Albergaria-a-Velha*, Porto, policopiado.

SILVA, Fernando A. Pereira da (1985-1987) – *Caderno de Campo 2*, manuscrito.

SILVA, Fernando A. Pereira da (1986) – Mamoa 1 do Taco*, Informação Arqueológica*, 7, pp. 7-8.

SILVA, Fernando A. Pereira da (1987a) – Características do megalitismo na freguesia de Escariz (concelho de Arouca), Atas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca (26-28 de Setembro 1986), Arouca, pp. 21-38.

SILVA, Fernando A. Pereira da (1987b) – Mamoa 3 do Taco, *Informação Arqueológica*, 8, pp. 6-8.

SILVA, Fernando A. Pereira da (1988) – A Mamoa 4 da Aliviada, Escariz – Arouca, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. 28, Fasc 1-2, Porto, pp. 137-149.

SILVA, Fernando A. Pereira da (1989a) – *Escavações das Mamoas 7 e 8 da Urreira*, Escariz – Arouca – 1987, *Revista de Guimarães*, 99, pp. 290-318.

SILVA, Fernando A. Pereira da (1989b) – Mamoa 1 do Calvário, Escariz – Arouca, "Arqueologia", 19, Porto, GEAP, pp. 72-84.

SILVA, Fernando A. Pereira da (1989c) – Escavação da Mamoa 4 de Alagoas (Escariz – Arouca). 1987-1988, "Trabalhos de Antropologia e Etnologia", vol. XXIX (fasc. 1-2): 93-130.

SILVA, Fernando A. Pereira da (1992) – A necrópole megalítica do Taco (Albergaria-a-Velha), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 32, Fasc 1-4, Porto, pp. 263-314.

SILVA, Fernando Augusto Pereira da (1993a) – Megalitismo e tradição megalítica no centro-norte litoral de Portugal: breve ponto da situação, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, [Atas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. I], vol. XXXIII (fasc. 1-2): 93-130.

SILVA, Fernando A. Pereira da (1993b) – A Mamoa do Mamodeiro. A ocupação do Litoral de Aveiro durante a Pré-história Recente, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano XI, 22, Aveiro, pp. 25-32.

SILVA, Fernando A. Pereira da (1994a) – *Mamoa 1 da Mourisca, Fajões – Oliveira de Azeméis. Resultados da escavação arqueológica,* "Ul-Vária", Arquivo de Estudos Regionais, II (1-2), Oliveira de Azeméis, pp. 23-58.

SILVA, Fernando A. Pereira da (1997) – *Relatório da Campanha de Escavações 3/94, Mamoa do Mamodeiro – Nª Srª* de Fátima – Aveiro, Boletim Municipal – Cultura e Património, pp. 81-87.

SILVA, Fernando A. Pereira da (1999) – Neolitização e megalitismo nos planaltos centrais do Centro-Norte Litoral de Portugal (Maciço da Gralheira): afirmação e consolidação das economias agro-pastoris em ambiente de média montanha, *Sanguntum*, Plav, Extra – 2, II Congrés del Neolític a la Península Ibérica, pp. 521-530.

SILVA, Fernando A. Pereira da (2001) – *Mamoa da Baixa (Troviscal – Ul, Oliveira de Azeméis). Sondagens arqueológicas. Ações de Arqueologia Preventiva e de minimização de impactos. Relatório técnico-científico*, Oliveira de Azeméis, policopiado.

SILVA, Fernando A. Pereira da (sd) – A Mamoa da "Mama" da Galinha, inédito (texto preparado par o primeiro número da revista *AGATHA* que nunca chegou a ser editado.

THEODORO, Patrício (1927a) – Alguns apontamentos sobre: A fundação de Albergaria-a-Velha – Sua origem, in *A Gazeta*, nº 56, p. 4.

THEODORO, Patrício (1927b) – Alguns apontamentos sobre: A fundação de Albergaria-a-Velha – Sua origem, in *A Gazeta*, nº 55, p. 4.

VASCONCELLOS, José de Leite de (1912) – Mâmoas de Albergaria a Velha, O Arqueólogo Português, Lisboa, 1ª Série, 17, pp. 71-73.

VILAÇA, Raquel (1986) – A mamoa da "Mama do Furo" (Figueira da Foz), Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 26 (1-4), Porto, SPAE, pp. 95-117, XI ests.

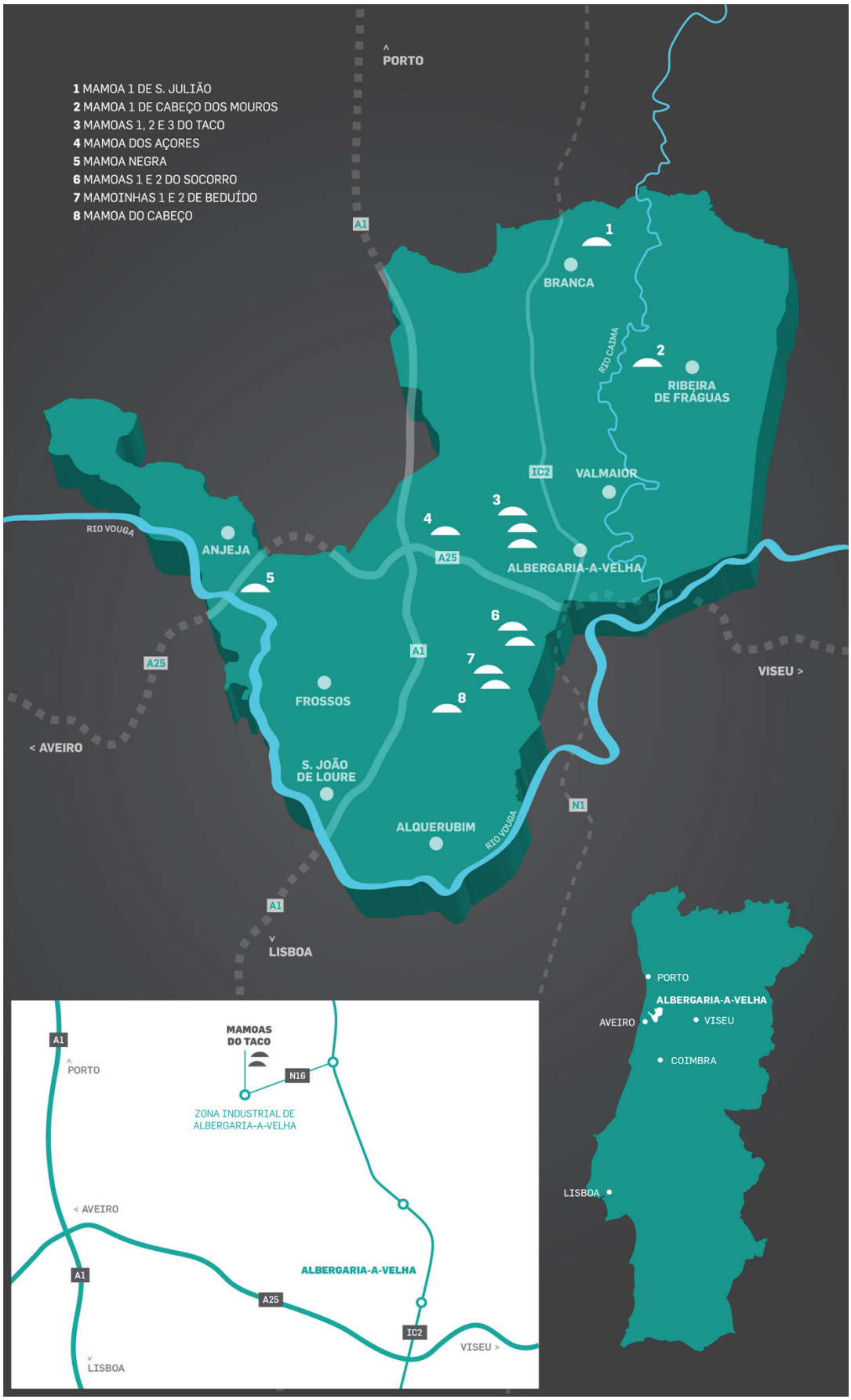


Figura 1 – Localização dos *tumuli* do concelho de Albergaria-a-Velha.



Figura 2 – Câmara funerária da Mamoa 1 do Taco. Levantamento tridimensional (Hugo Pires). 2015.

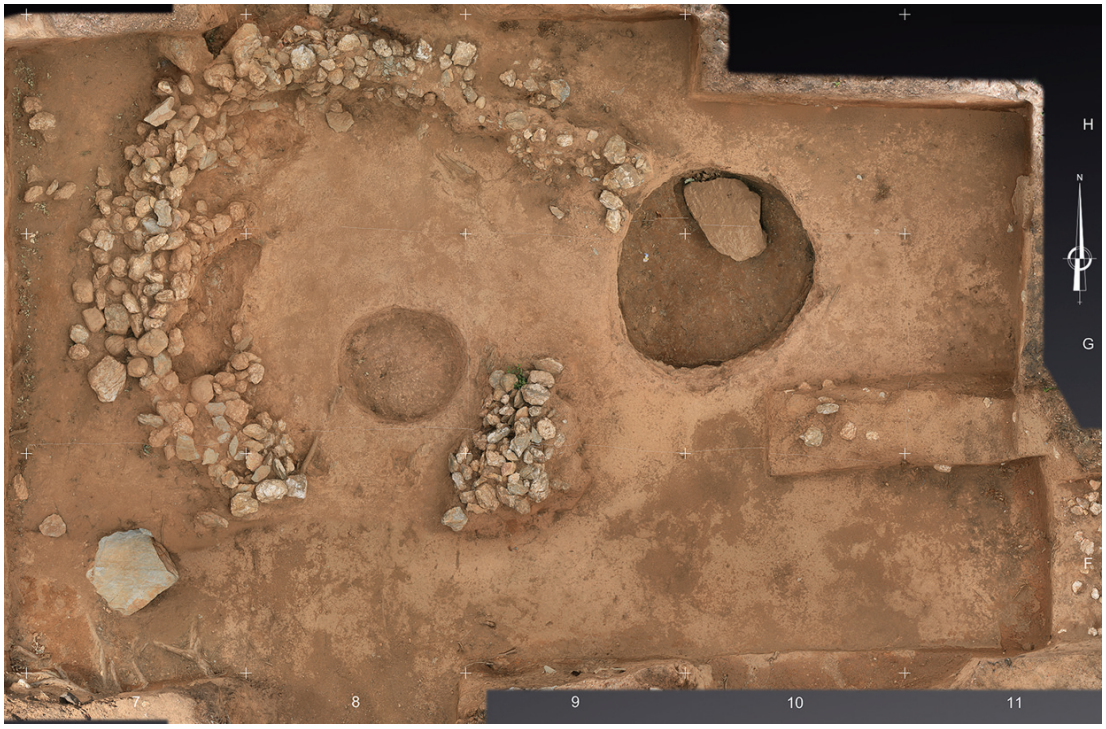


Figura 3 – Área central da Mamoa 3 do Taco. Levantamento tridimensional (Hugo Pires). 2015.

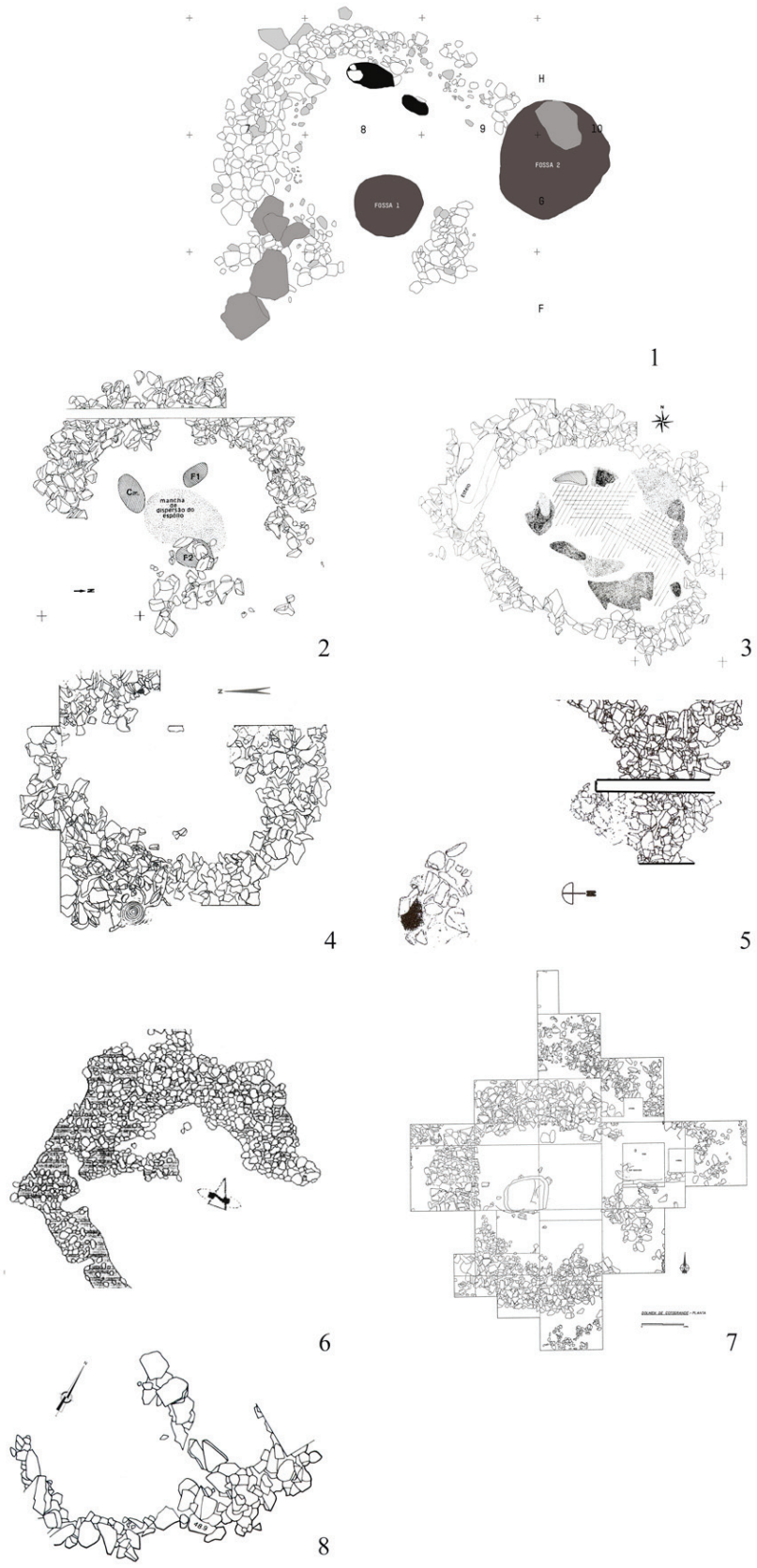


Figura 4 – Exemplos de monumentos com círculos centrais na região Centro/Norte Litoral: 1- Mamoa 3 do Taco (seg. Carvalho, 2015); 2 – Mamoa 1 do Calvário (seg. Silva, F., 1989b)); 3 – Mamoa 1 do Castelo (seg. Silva, F., 1994a)); 4 – Mamoa 4 da Aliviada (seg. Silva, F., 1988); 5 – Mamoa 7 da Urreira (seg. Silva, F., 1989a); 6 – Mamoa do Mamodeiro (seg. Silva. F., 1997); 7 – Dólmen de Cotogrande (seg. Abbad Gallego,1992); 8 – Mama da Galinha (seg. Silva, F., sd.).

ANTA DA CASA DA MOURA: UM MONUMENTO MEGALÍTICO NO MACIÇO CALCÁRIO DE SICÓ

Fernando Silva, António Monteiro[1], Gertrudes Branco[2], Leonor Rocha[3]

RESUMO

A anta da Casa da Moura é um dos escassos monumentos megalíticos registados no concelho de Soure. Descoberto no início dos anos noventa seria objecto de três campanhas de escavação efectuadas com o objectivo de contribuir para o conhecimento cronológico e cultural das práticas funerárias megalíticas no Maciço Calcário de Sicó (Serra do Rabaçal).

Os dados compilados apontam para a existência de um monumento de planta poligonal alongada de corredor curto, com os esteios calcários fincados no substrato margoso, com indícios pouco significativos de mamoa. O espólio, em quantidade significativa, todavia escasso em exemplares cerâmicos e líticos, apresenta uma variedade relevante de restos osteológicos humanos.

Palavras-chave: Megalitismo, Maciço Calcário de Sicó.

ABSTRACT

Casa da Moura is one of the few megalithic monuments registered in the municipality of Soure. in this monument were carried out three campaigns of archaeological excavation with the aim of contributing to the chronological and cultural knowledge of the megalithic funerary practices in the Maciço Calcário de Sicó (Serra do Rabaçal).

The data compiled point to the existence of a monument with an elongated polygonal plan and short corridor, with the limestone lages planted in the marly substrate. There were scarce vestiges of the tumulus. The collected archaeological remains are scarce in ceramic and lithic fragments, however, it presents a relevant variety of human osteological remains.

Keywords: Megalithism, Portugal, Maciço Calcário de Sicó.

1. INTRODUÇÃO

A anta da Casa da Moura teve três intervenções arqueológicas (Setembro 2001, 2002 e 2003) desenvolvidas sob a responsabilidade científica dos arqueólogos Fernando Pereira da Silva† e António Nunes Monteiro. Estas intervenções inseriram-se num projecto de investigação, enquadrado institucionalmente por um Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA), com a designação: "*Estudo e Valorização da Anta da Casa da Moura*" (EVACM).

Os trabalhos contaram com o apoio da Câmara Municipal de Soure (financeiro), da Câmara Municipal de Penela (logístico), da população de Pombalinho (p. ex. no corte da vegetação), e com a participação de diversas pessoas e instituições, desde logo, a estudante de antropologia da Universidade de Granada, Olalla Costas.

O projecto de investigação tinha como objectivo o estudo científico deste monumento megalítico e a sua posterior musealização. Infelizmente, o precoce falecimento do Dr. Fernando Silva não permitiu a conclusão dos trabalhos de escavação e o posterior estudo e publicação dos resultados.

1. ajoao.monteiro@gmail.com

2. CHAIA/UÉ; gertrudes.branco@gmail.com

3. Universidade de Évora / Escola de Ciências Sociais. Investigadora do CEAACP; lmprocha@gmail.com

A importância do monumento megalítico da Anta da Casa da Moura, descrita pelos autores (Silva & Monteiro, 2002: 3), como: "*uma das raras sepulturas megalíticas reconhecidas para o concelho de Soure*", justificou a união dos signatários em torno deste artigo, como forma de homenagem ao arqueólogo (e colega) Fernando Pereira da Silva, acreditando que este constituirá um relevante contributo para a continuidade do estudo do megalitismo na região centro do país, ao qual Fernando Silva dedicou a maior parte do seu percurso de investigador.

2. ENQUADRAMENTO

A contextualização do sítio arqueológico da Anta da Casa da Moura, enquanto ocorrência patrimonial com representação cartográfica na paisagem contemporânea, teve por base as unidades territoriais definidas por Alexandre Cancela d' Abreu, em colaboração com Teresa Pinto Correia e Rosário Oliveira – *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal continental* – publicada pela Direcção Geral de Ordenamento do Território e do Urbanismo, em 2004.

Esta obra identifica 128 unidades de paisagem em Portugal Continental agrupando-as em 22 grupos "*semelhantes em relação a um conjunto de características físicas, sobretudo, mas também com traços comuns quanto à ocupação humana*" (Correia, Cancela d'Abreu e Oliveira, 2001: 203)

A metodologia utilizada na identificação das unidades de paisagem considera os pressupostos adoptados em alguns países europeus e encontra-se magistralmente explicada nas publicações dos autores (*idem: ibidem*) pelo que referir-nos-emos apenas a alguns dos aspectos que fundamentaram a nossa opção pelo resultado do seu trabalho.

As unidades territoriais caracterizadas procuram ser holísticas e representativas de várias componentes: "*a ecológica, relativa à parte física e biológica dos ecossistemas; a cultural, onde tanto os fatores históricos como as questões de identidade e as qualidades narrativas da paisagem são consideradas; a socio-económica, referindo-se aos fatores sociais e às atividades económicas, assim como as respetivas regulamentações, condicionadoras da ação humana que permanentemente constrói e transforma a paisagem; e finalmente a sensorial, ligada às impressões causadas pela paisagem*" (*idem: ibidem*).

Neste contexto, a Anta da Casa da Moura localiza-se geograficamente no interior do Grupo K, correspondente aos "*Maciços Calcários da Estremadura*", dentro dos limites da Unidade de Paisagem "*Maciço Calcário Coimbra-Tomar*" (Figura 1).

A identidade da Unidade de Paisagem "*Maciço Calcário Coimbra-Tomar*" caracteriza-se morfologicamente pela presença de calcários imponentes, "*secos e descarnados*", que se distinguem claramente da paisagem envolvente. Entre os relevos predominantes destacam-se as serras de Sicó (ou serra de Ansião), a do Rabaçal e a de Alvaiázere.

A Anta da Casa da Moura localiza-se no Maciço de Sicó, numa posição fronteira entre a serra do Rabaçal (norte), a serra de Sicó (sul) e o vale, estruturado pelo curso do Rio de Mouros, afluente da Bacia Hidrográfica do Rio Mondego (Figura 2).

Lúcio Cunha (2003: 1) descreve o Maciço de Sicó como um dos principais maciços calcários carsificados da Orla Mesocenozóica Ocidental Portuguesa. Os seus processos de carsificação são "*responsáveis por paisagens sui generis, em que a rocha nua, perfurada e lavrada em espectaculares campos de lapiás, as vertentes íngremes e pedregosas, associadas a profundos canhões fluviocársicos ou a falhas recentes, e a depressões fechadas*" são uma marca característica. Neste maciço, a vegetação autóctone é rasteira e pouco densa. Nas pequenas manchas florestais, as árvores, em regra pinheiro e eucalipto, surgem frequentemente cobertas de musgos e fetos, mercê de uma forte influência atlântica. Estas características do coberto vegetal são uma das consequências da magreza e da descontinuidade espacial dos solos, assim como da falta de água generalizada, que se escoa por entre as grutas, exsurgências e dolinas.

Na região pratica-se "*uma magra agricultura de sequeiro no fundo das dolinas, doutras depressões cársicas e dos vales secos [esta] implica sempre um árduo trabalho de despedrega de que os muros de pedra solta ou simples amontoados de pedra (os "moroiços") são testemunhos inseridos na paisagem*" (*ibidem*: 2).

O pastoreio faz-se tradicionalmente nas áreas mais agrestes da serra, onde o gado ovino beneficia das pastagens naturais e onde proliferam os pequenos abrigos de pastor.

É neste espaço de fronteira, entre o vale agrícola e a serra, seca e "nua", aproveitada, essencialmente, para a prática da pastorícia que se localiza a Anta da Casa da Moura (Figura 2).

3. ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA

As acções de escavação foram antecedidas da remoção integral, por meios mecânicos (ceifadora) e manuais, de toda a vegetação herbácea e arbustiva, após a qual, o monumento foi inserido numa malha quadrangular virtual, composta por 12 metros de lado, subdivididos em 36 quadriculas de 2x2m. Ao eixo das abcissas (X) foram atribuídas letras de A a F, e ao eixo das ordenadas (Y) a numeração de 1 a 6 (Figura 3).

O posicionamento da quadrícula virtual foi obtido "*a partir da marcação de dois eixos ortogonais, orientados pelos pontos cardiais*" (Silva & Monteiro, 2002: 6), segundo um ponto central, inserido no espaço da câmara megalítica, procurando abarcar toda a extensão do *tumulus*, que à data se encontrava topograficamente imperceptível.

Todos os sedimentos, obtidos por decapagem fina, foram peneirados, em crivo de malha fina. Os materiais recolhidos foram inventariados, e registados em fichas elaboradas para o efeito.

Os autores referem ainda que: "*todas as acções foram devidamente registadas em película fotográfica colorida e em diapositivos também coloridos*" (Silva & Monteiro, 2002: 8).

3.1. Campanha 1 (01)

Os trabalhos de escavação decorreram entre 3 e 14 de Setembro de 2001 tendo-se iniciado com a decapagem dos sedimentos humosos superficiais, na área das sanjas previamente marcadas (Figura 3).

Durante esta campanha, a escavação não ultrapassou os níveis superficiais (cerca de 0,30cm). Os sedimentos eram compostos por argilas extremamente endurecidas, mas bastante afectados pelo plantio recente de eucaliptos. Como referido no respectivo relatório: "*na área da câmara megalítica não se interveio pelo facto de se tratar do único espaço não afectado pela "eucaliptização", embora fossem evidentes os vestígios de violação (existência de fragmentos ósseos humanos entre os interstícios dos esteios)*" (Silva & Monteiro, 2002:7).

Sobre os aspectos metodológicos desta campanha, os autores esclarecem: "*(...) em caso algum, se tomaram cotas dos materiais arqueológicos dado que os mesmos foram recolhidos nos níveis remexidos para o plantio de eucalipto (...)*" (*ibidem*)

Como síntese desta campanha de escavação, importa relevar:

- O aspecto inicial do monumento era o de um conjunto de lajes calcárias (Figura 4), "*dispostas em polígono irregular, de abertura voltada a nascente*"; (*ibidem*: 8)
- A sanja norte (quadrados D3; E3 e F3) encosta-se ao esteio lateral direito, que define a câmara funerária por norte. A sua escavação não revelou qualquer vestígio de contraforte ou espólio arqueológico;
- A sanja oeste (quadrados C4; C5 e C6) encosta-se ao esteio lateral esquerdo, que se apoia na laje de cabeceira, pelo lado sul. A sua escavação revelou uma área remexida, com vestígios da possível contrafortagem do esteio da câmara megalítica, tendo sido recolhido algum material arqueológico;
- A sanja leste (quadrados D1; D2; D3) materializa-se defronte da laje de cabeceira. A sua escavação revelou a existência de um aglomerado de blocos de calcário, soltos e desconexos, entre sedimentos de coloração escura, "ricos" em materiais arqueológicos, com evidentes indícios de revolvimentos.

Com base nos resultados obtidos, no decurso da escavação da sanja leste, os investigadores colocam a hipótese do aglomerado de blocos "*apontar para uma presença vestígial do contraforte, neste ponto da sepultura* [defronte da laje de cabeceira]*, a qual, de acordo com os dados já disponíveis, não custa acreditar que se tratará de uma sepultura de corredor, a que faltarão, eventualmente, os esteios do mesmo*" (*ibidem*: 11).

Neste contexto interpretativo os sedimentos escuros, "ricos" em materiais arqueológicos, pertenceriam ao "percurso" interno do corredor, que culminaria numa câmara megalítica, a qual apresenta uma grande laje de cabeceira, voltada a nascente, a partir da qual se dispõe os restantes esteios, que definem um espaço poligonal alongado.

3.2. Campanha 2 (02)

Os trabalhos de escavação decorreram entre 4 e 14 de Setembro de 2002. Após os trabalhos iniciais de limpeza e reposição da malha quadriculada, procedeu-se à continuidade dos trabalhos de escavação, segundo a metodologia inicialmente definida, nomeadamente, decapagem fina dos sedimentos pela ordem inversa à da sua deposição.

No decurso desta campanha, e sempre sublinhando a resistência das margas calcárias ao percurso da

escavação, procederam á execução dos seguintes trabalhos:

– Na sanja leste deu-se continuidade aos trabalhos de escavação com alargamento à quadrícula D4, a qual corresponde à área junto da laje de cabeceira, onde são evidentes os vestígios de "violação";
– Na sanja oeste as acções de escavação concentram-se nas quadrículas C3, C4 e C5, que correspondem, respectivamente, à quadrícula no centro da câmara, que abrange os sedimentos junto da laje de cobertura, e ao espaço junto do esteio esquerdo da laje de cabeceira.

Os trabalhos realizados no decurso desta segunda campanha confirmaram, na sanja leste, "*o que poderíamos designar de "violação acentuada", mas que tem a ver directamente, com a utilização de maquinaria para a ordenação das surribas do plantio do eucalipto*" (Silva & Monteiro, 2002: 7), a qual provocou danos irrecuperáveis no monumento.

Se na campanha anterior (2001) se antevia a existência de um corredor, pela constatação de um estrangulamento, no substrato geológico, que limitava o acesso ao interior da câmara funerária, assim como pela presença de intrusões de terras escuras, que sugeriam a existência de negativos de valas de colocação de lajes, a segunda campanha (2002) mostrou a existência, de pelo menos duas lajes em calcário "*violentamente "desbastadas" na sua superfície distal, sobrepostas e alinhadas pelo esteio lateral direito da sepultura, sugerindo que deste lado se prolongaria a câmara funerária*" (*ibidem*: 9), que confirmam a existência de um corredor, aparentemente descentralizado em relação ao eixo cardial da câmara megalítica.

Sobre a escavação das quadrículas D3 e D4 (sanja leste) importa referir que os vestígios de violação aparentavam concentrar-se junto ao primeiro esteio lateral direito e junto da face interna da laje de cabeceira. O centro da câmara não aparentava sinais de violação, pelo menos, em época recente.

Na sanja oeste continuou-se a escavação das quadrículas C4 e C5, ao nível da unidade estratigráfica [UE02], e iniciou-se a escavação da quadrícula C3 [UE01], delimitada, sensivelmente, a leste pela laje de cobertura aí tombada obliquamente.

O grosso do material arqueológico surge nos sedimentos de cor castanho-escuro, terroso e compactado, entre os blocos líticos acumulados junto das faces interna e externa dos esteios e, parcialmente, da laje de cobertura.

Na [UE01] da quadrícula C3 foram recolhidos alguns materiais arqueológicos, nomeadamente, fragmentos ósseos, alguns dentes humanos e uma ponta "tipo Palmela", muito bem conservada, a qual é referida como tendo dado entrada no Museu Monográfico de Conímbriga para limpeza e conservação.

Esta peça é entendida pelos autores como tendo "*sido "projectada" para o espaço cameral e integrada nos sedimentos superficiais, no decurso dos revolvimentos verificados junto das faces internas dos esteios e que (. . .) se terão devido a intrusões animais*" (*ibidem*: 14).

Sobre esta campanha de escavação importa sublinhar as suposições dos investigadores que, perante as características da camada de argila, que aparenta ter selado todo o enchimento da câmara funerária, referem que "*se deverá tratar de uma camada de deposição antrópica, intencional, com o objectivo de selar o/ou os conjuntos funerários aí depositados*" (*ibidem*: 16).

3.3. Campanha 3 (03)

Contrariamente ao sucedido para as duas primeiras campanhas de escavação, documentadas a partir dos relatórios de progresso, a terceira campanha de escavação, apenas se encontra documentada pelo "Diário de Campo" referente aos trabalhos desenvolvidos entre 1 e 4 de Setembro de 2003.

Como nota introdutora, sublinhada como importante, é referido pelos investigadores que "*falta efectuar o levantamento topográfico do sítio, perfis estratigráficos e planta da sepultura ao nível do solo*".

O "Diário de Campo" regista como acções desenvolvidas, após os regulares trabalhos de limpeza e reafirmação das marcações de campo:

– Sanja sul: marcação de uma quadrícula (B3) para definição do limite sul do espaço sepulcral. Na decapagem da camada superficial foi recolhido espólio arqueológico;
– Sanja leste (quadriculas D1, D2 e D4) continuidade dos trabalhos de escavação junto do esteio de cabeceira com recolha de mobiliário funerário, nos sedimentos terrosos da violação (Figura 5);
– Sanja leste (quadricula D3 e D4), divisão da metade oeste da quadrícula D3 (a, d) e na metade este da quadrícula D4 (c, b), em quadrados de 1 metro por 1 metro; a escavação desta área revelou apenas alguns fragmentos cerâmicos;
– Sanja oeste (quadricula C4) continuidade dos

trabalhos de escavação, junto ao esteio lateral esquerdo, com recolha de mobiliário funerário, nos sedimentos terrosos da violação. Divisão desta quadrícula, em quadrados de 1 metro por 1 metro, com decapagem do quadrante C4c;
– Sanja oeste (quadricula C3) divisão desta quadrícula, em quadrados de 1 metro por 1 metro, designados segundo os ponteiros do relógio: a, b, c, d. A decapagem da [UE2] da quadrícula C3a e C3c revelou-se arqueologicamente estéril.

4. ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO

Na 1.ª campanha foram identificadas 534 peças correspondendo 81,84% a fragmentos ósseos humanos (excluindo dentes), 11,99% a fragmentos cerâmicos e 3,56% a líticos, maioritariamente, lascas e restos de talhe.
Na 2.ª campanha todo o material recolhido foi recuperado nos sedimentos provenientes das "violações", ou seja, nos sedimentos castanhos-escuros e soltos, da área da câmara e, principalmente, junto dos esteios.
Constatou-se que na distribuição dos materiais arqueológicos, estes ocorrem principalmente no interior ou nas proximidades da câmara megalítica em detrimento da quantidade recolhida na periferia/exterior da mesma.
Encontram-se inventariados, em anexo ao relatório, 2590 peças arqueológicas. Em termos percentuais 91,2% correspondem a fragmentos de ossos humanos, referidos como "*material em estudo na Universidade de Granada*", 4,2% fragmentos cerâmicos; 2,9% dentes; 1,7% peças líticas e 0,1% peças metálicas. As peças metálicas correspondem a uma ponta "tipo" Palmela, recolhida na camada superficial [UE01] da quadrícula C3 e a uns fragmentos de ferro que, pela sua dimensão e mau estado de conservação, não é possível atribuir categoria específica.
O inventário das peças arqueológicas, relativas à 3.ª campanha de escavação, é composto por 2243 referências. Destas, 88% correspondem a ossos, 6,2% fragmentos cerâmicos, 3,5% dentes, 2,1% líticos e 0,1% metal (uns fragmentos de ferro que pela sua dimensão e mau estado de conservação, não é possível atribuir categoria específica).
Na análise global do espólio pré-histórico recolhido, uma vez que se encontram presentes materiais de outras cronologias (provavelmente do período romano e época moderna), realça-se, pela sua qualidade as pontas de seta, algumas integralmente retocadas, (Figura 6) os geométricos (estando presentes os três tipos), um lagomorfo em pedra verde e a variedade, também em termos de matéria-prima, das contas de colar (Figura 7).
Curiosamente, este conjunto lítico não aparece acompanhado por um conjunto cerâmico de qualidade. Na realidade, os fragmentos de cerâmica existentes apresentam, maioritariamente pastas com muito pouca qualidade, com abundantes e.n.p e muito porosas.

5. INTERPRETAÇÃO

Os investigadores referem (Silva & Monteiro, 2002: 3): "*a Anta da Casa da Moura constitui o "único" monumento megalítico do concelho de Soure – Maciço de Sicó (Serra do Rabaçal)*". Contudo, tanto quanto puderam observar, e de acordo com informações orais recolhidas, existiriam outros monumentos megalíticos, nas imediações da Anta da Casa da Moura.
No relatório da Campanha 1 (01), os autores apresentam uma fotografia (*ibidem*: imagem 1), ilustrando um amontoado de lajes de calcário de grande dimensão, referindo poder tratar-se de um exemplo de uma sepultura megalítica, destruída no decurso de trabalhos de reflorestação de eucaliptos, atribuindo-lhe, inclusivamente, a designação de Casa da Moura 2.
Esta hipótese é sustentada pelos autores que referem (*ibidem*: 3): "*só nas imediações daquela anta, na área do microtopónimo Mata, identificamos vários amontoados de lajes calcárias e respectivos morouços, também de calcário, que nos leva a acreditar na informação oral recolhida*", ou seja, nas imediações da Anta da Casa da Moura existiriam outros monumentos megalíticos.
Contudo, o facto da investigação se encontrar numa fase preliminar, aquando da sua abrupta interrupção, e o subsequente desenvolvimento de raras acções de prospecção de campo, deixou por confirmar as informações orais e documentais recolhidas.
As circunstâncias que envolvem a descoberta e escavação deste monumento condicionam a existência de dados arqueológicos seguros que fundamentam interpretações inequívocas. Contudo, sobressai desde logo, pela relativa proximidade geográfica, a existência de possíveis paralelos com os monumentos estudados pela equipa da Professora Ana Bettencourt no

maciço calcário das serras da Boa Viagem e das Alhadas, nomeadamente com o monumento megalítico do Cabeço dos Moinhos, Cruz *et al*. (2014).

A descrição feita por estes autores, ao realçarem a implantação geográfica do Cabeço dos Moinhos aproxima-se significativamente da que constatámos na Anta da Casa da Moura: "*Este terá constituído um ponto notável na paisagem com grande abrangência visual sobre a planura litoral da Gândara (a norte), o espaço do Baixo Mondego (a sul) e a serra da Boa Viagem para nascente. Para oeste a visibilidade seria bem mais reduzida tendo em atenção que aí, a linha de cumeada atinge cotas mais elevadas."*(*ibidem*:11)

Trata-se, no nosso entender, de um monumento, igualmente, localizado numa posição limite entre o vale e a serra.

Ainda que, lamentavelmente, não possuamos a planta do Anta da Casa da Moura, trata-se, à semelhança da Cabeço dos Moinhos, de um monumento de câmara e corredor curto, onde foram identificados restos de ossos humanos, num ritual de inumação, que para além das inúmeras especificidades, sobressaem a simultaneidade dos micrólitos geométricos, das pontas de seta e das contas de colar.

Ambos os monumentos aparentam uma reutilização tardia, patente do monumento do Cabeço dos Moinhos na taça de "tipo Palmela" e na Anta da Casa da Moura, num exemplar de ponta de seta de "tipo Palmela", recolhida na camada superficial [UE01] da quadrícula C3, curiosamente, aquela onde foram recolhidos um maior número de restos ósseos humanos.

O nosso objectivo, na elaboração deste artigo, foi, como anteriormente afirmámos, não deixar inéditos os dados preliminares da escavação. No final este trabalho veio a revelar-se um desafio maior ao qual não conseguimos responder em tempo útil para esta publicação.

Para além do estudo do espólio arqueológico desenvolvem-se actualmente outros estudos mais específicos, nomeadamente a nível da antropologia biológica e do estudo de matérias-primas e/ou usos de alguns materiais, com o apoio da Universidade de Évora, prevendo-se a sua posterior publicação. Pondera-se, igualmente, a realização de datações absolutas, a partir da análise dos restos ósseos, importantes para a atribuição cronológica da utilização deste monumento.

Naturalmente, esperemos que os dados obtidos, nos permitam fundamentar um melhor enquadramento deste monumento no seu contexto local e regional, desenvolvendo hipóteses que, por agora, não passam de meras linhas de pensamento.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Luís A. e CASTRO, Helena M. A. (1966) – Monumento Megalítico da Feteira. In*: Lucerna*. Actas do IV colóquio Portuense de Arqueologia, Vol. V, Porto.

CASTRO, Luís A. e FERREIRA, Octávio da Veiga (1969-70) – Monumento Megalítico da Feteira (Pombal). In: *Caesar Augusta*, nº 33-34. Zaragoza.

CORREIA, T. Pinto; CANCELA D'ABREU, A. e OLIVEIRA, R. (2001) – Identificação de Unidades de Paisagem: metodologia aplicada a Portugal Continental. *Finisterra: Regista Portuguesa de Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. XXXVI, n.º 72, pp. 195-2006.

CRUZ, Carlos; BETTENCOURT, Ana.; CALLAPEZ, P.M.; SILVA, L.M.C.; MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio (2014) – Materiais de construção e materiais líticos nas práticas funerárias neolíticas da serra da Boa Viagem (Centro-Oeste de Portugal). O caso do monumento megalítico do Cabeço dos Moinhos, Figueira da Foz. In: A.M.S. Bettencourt, B. Comendador Rey, H.A. Sampaio, E. Sá (eds.) – *Corpos e Metais na Fachada Atlântica da Ibéria. Do Neolítico à Idade do Bronze*. Braga: APEQ, CITCEM, pp. 9-32

CRUZ, Carlos; BETTENCOURT, Ana.; COMENDADOR REY, Beatriz; RODRIGUES, A. (2014) – Achados metálicos do Vouga e do Baixo Mondego (Centro de Portugal): contributos para a sua contextualização e interpretação. In: A.M.S. Bettencourt, B. Comendador Rey, H. A. Sampaio, E. Sá (eds.) - *Corpos e Metais na Fachada Atlântica da Ibéria. Do Neolítico à Idade do Bronze*. Braga: APEQ, CITCEM, pp. 143-155.

CUNHA, Lúcio (2003) – Maciço de Sicó. Valorização dos recursos naturais e criação de emprego a nível local. In: CAETANO, Lucília (coord.) – *Territórios, do global ao local e trajectórias de desenvolvimento*. CEGC, Coimbra, pp. 185-198.

CUNHA, Lúcio; VIEIRA, António (2004) – Geomorfologia, património e actividades de lazer em espaços de montanha. Exemplos no Portugal Central, Trabalho apresentado em III Seminário Latinoamericano de Geografia Física. In: *Actas do III Seminário Latinoamericano de Geografia Física*. Puerto Vallarta.

LOURENÇO, Luciano (1991) – Contribuição dos incêndios florestais para o desequilíbrio ecológico do concelho de Soure. In: *Cadernos de Geografia*, nº 10 Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MONTEIRO, A. Nunes (1996) – Dordias (Pombalinho – Soure): Uma Estação Romana no Território da Ladeia. *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXXI, Vol. I, pp. 77-98.

SILVA, Fernando A. Pereira da e MONTEIRO, António Nunes (2002) – *Estudo e Valorização da Anta da Casa da Moura (Campanha 01)*. Relatório Técnico-Científico. Texto Policopiado. 16 p.

SILVA, Fernando A. Pereira da e MONTEIRO, António Nunes (2002) – *Estudo e Valorização da Anta da Casa da Moura (Campanha 02)*. Relatório Técnico-Científico. Texto Policopiado. 19 p.

SILVA, Fernando A. Pereira da e MONTEIRO, António Nunes (2003) – *Estudo e Valorização da Anta da Casa da Moura (Campanha 03)*. Anexo: inventário geral dos materiais arqueológicos. Texto Policopiado. 42 p.

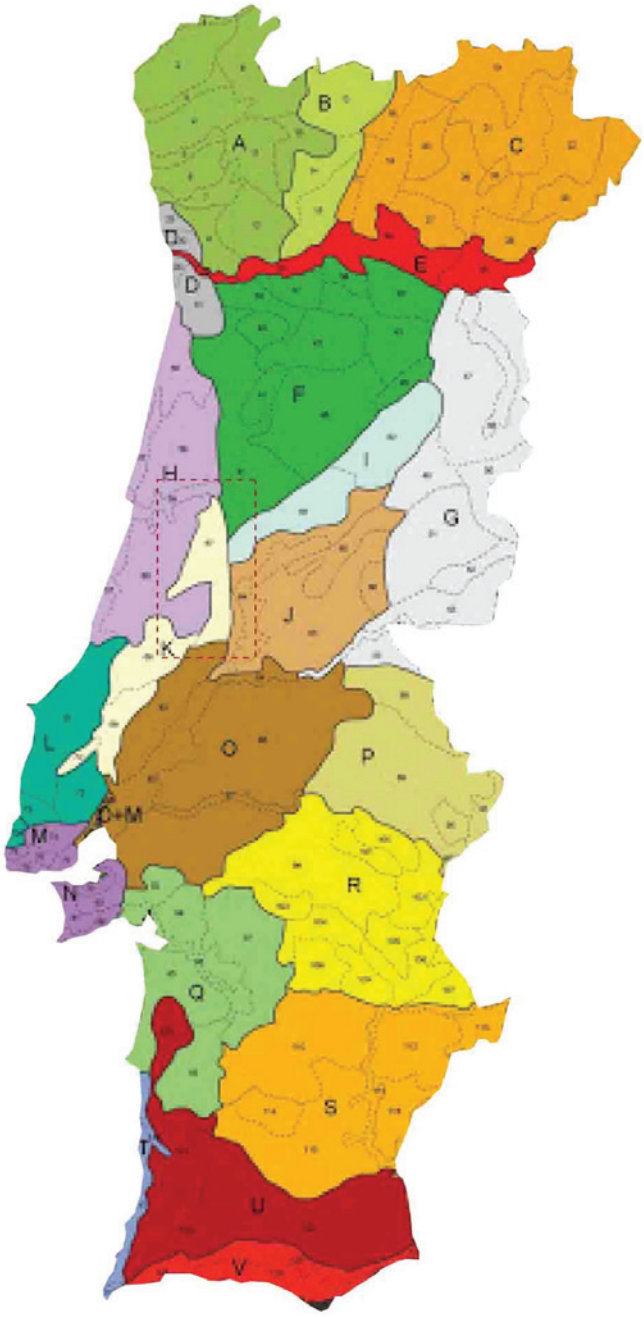


Figura 1 – Unidades e Grupos de Unidades de Paisagem de Portugal Continental, com localização da Unidade de Paisagem "*Maciço Calcário Coimbra-Tomar*" (Cancela d'Abreu, Correia e Oliveira: 2004).



Figura 2 – Limites da Unidade de Paisagem "*Maciço Calcário Coimbra-Tomar*", de acordo com os limites estabelecidos por Cancela d'Abreu, Correia e Oliveira (2004).

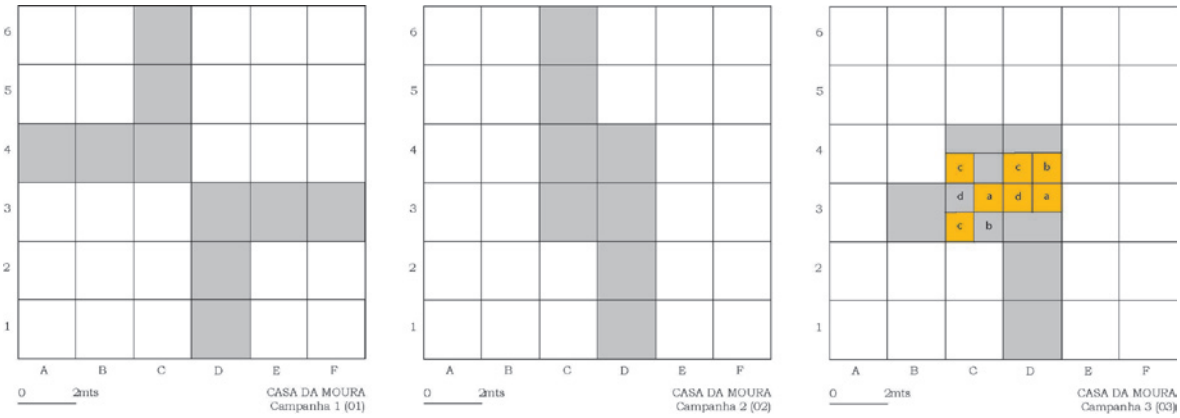


Figura 3 – Quadriculas de escavação, segundo os autores (Silva & Monteiro, 2002).



Figura 4 – Aspecto do monumento, no inicio da escavação.



Figura 5 – Vista da escavação da quadrícula D1.



Figura 6 – Conjunto de pontas de seta identificadas.



Figura 7 – Conjunto de contas de colar.

A ARQUEOLOGIA AÉREA: MÉTODOS E TÉCNICAS PARA A OBSERVAÇÃO DE DÓLMENS. O CASO DE MORA E ARRAIOLOS

Ariele Câmara[1], Leonor Rocha[2], Teresa Batista[3]

RESUMO

A arqueologia aérea permite ao investigador observar o mundo através do espaço e entender a paisagem seja esta natural ou antrópica. Com base na compreensão do que é a arqueologia aérea, é aqui mostrado como os dólmens se apresentam nas imagens verticais. O objetivo do presente trabalho foi perceber de que modo este tipo de monumentos se insere no meio natural, quando vistos de cima, tendo como caso de estudo os concelhos de Mora e Arraiolos. Assim, por meio das imagens disponibilizadas através de softwares, como o Google Earth e o BING, foi aqui realizada a visualização destes. Sendo apresentada a fotointerpretação como um método de prospeção para a identificação de monumentos megalíticos em Portugal.

Palavras-chave: Arqueologia Aérea, Fotointerpretação, Dólmens, Portugal, Alentejo Central.

ABSTRACT

Aerial archaeology allows to observe the world through space and understand the landscape between natural and anthropic. Based on the understanding of aerial archaeology and the concept of photo interpretation, it is shown here how the dolmens present themselves in the vertical images, to understand how these places are inserted in the natural environment, taking as a case study the existing monuments in the areas of Mora and Arraiolos – Portugal. Thus, through the images made available in softwares such as Google Earth and BING, the monuments of these two regions were visualised to acknowledge their location and how they are perceived through this exploration method.

Keywords: AerialArchaeology, Photointerpretation, Dolmens, Portugal, Alentejo Central.

1. INTRODUÇÃO

É aqui abordado de modo breve, a historiografia da fotografia aérea e de satélite dentro da arqueologia, abordando alguns aspetos importantes, tais como: os métodos e técnicas de execução de obtenção de imagens e análise destas e as vantagens e as desvantagens desta metodologia. Tendo em conta que atualmente existem imagens verticais disponibilizadas através de geoportais online em formato de ortofotomapas. Deste modo, foi aqui visualizado através do Google Earth e do BING, dólmens já georreferenciados e localizados nos concelhos de Mora e Arraiolos (Portugal), com o intuito de perceber como estes monumentos podem ser vistos do alto.

As análises de imagens aéreas, de modo geral, vêm ganhando maior relevância, conforme novas tecnologias, métodos e técnicas são desenvolvidas, pois este método está intimamente ligado à evolução dos materiais existentes, sejam câmaras, bases para a obtenção de imagens como outros equipamentos e/ou programas. Apesar do aparecimento da fotografia aérea remontar ao século XVIII, esta metodologia passou a desenvolver-se sobretudo duran-

1. Universidade de Évora; ariele.camara@gmail.com

2. Universidade de Évora/ECS/CEA ACP; lrocha@uevora.pt

3. Universidade de Évora/DPAO/ICAMM; tfb@uevora.pt

te as grandes guerras e a guerra fria, no século XX. Porém, em tempos mais antigos, com as primeiras câmaras fotográficas, o homem podia simplesmente subir ao cimo dum monte e dali fazer a obtenção de suas imagens.

Assim é primeiramente aqui apresentada rapidamente a evolução da fotografia aérea e de satélite na arqueologia, e os modos de utilização da fotointerpretação como uma técnica de prospeção não intrusiva. Num segundo momento, este método foi posto em prática visando a identificação de dólmens no Alentejo português.

2. A FOTOGRAFIA AÉREA NA ARQUEOLOGIA

A arqueologia faz uso de imagens aéreas com o intuito de estudar vestígios arqueológicos a partir do alto. Ou seja, esta é uma área que utiliza sistemas de obtenção de imagens aéreas como aviões, drones, satélites e outros para conseguir imagens da superfície da terra com a finalidade de visualizar sítios arqueológicos. Durante este processo, os instrumentos de obtenção não entram em contato com o solo, nem com o objeto, sendo este um processo também caracterizado como um modelo de Deteção Remota (DR), que pode ser utilizado como um modelo de prospeção não intrusivo que permite uma primeira análise da paisagem e do que se pode encontrar em solo (Encarnação, s.d).

A DR pode ser vista como um conjunto de técnicas utilizadas para a obtenção de informações, enquanto a fotointerpretação é o ato em si de examinar as imagens com o objetivo de identificar objetos ou sítios (Encarnação, s.d). A arqueologia aérea faz uso destas duas metodologias, apresentando assim um conjunto de métodos que dependem profundamente de tecnologias de deteção assim como de profissionais capacitados para realizar a visualização e perceber o que se encontra presente no solo (Wilson, 1982).

De um modo simplificado, a arqueologia é a ciência que estuda o antigo através dos vestígios materiais, fazendo uso de técnicas apropriadas para todas as fases do trabalho arqueológico que inclui pesquisa, recolha, descrição e estudo sistemático sobre a cultura material presente e, por fim, a divulgação e preservação de toda esta informação. Para a recolha de vestígios, é realizada a prospeção, função esta que é largamente dependente de trabalhos prévios de pesquisa para o conhecimento do local que está a ser analisado, podendo as imagens dentro deste contexto serem utilizadas como um método de prospeção não intrusivo (Carvalho, 2011-2012).

De modo geral, «A utilidade principal e mais evidente da fotografia aérea é a de explorar as grandes superfícies e de descobrir, simultaneamente, múltiplos tipos de fenómenos existentes no solo e na paisagem que, de outro modo, não seriam percetíveis, em especial quando a distância entre o observador e o objeto é reduzida. (Rua, 2005, p.5)»

Existe uma grande versatilidade no que se refere à utilização de imagens aéreas dentro da arqueologia. É exemplo disso a compreensão e interpretação dos padrões de distribuição dos sítios de interesse arqueológico, a perceção das transformações da paisagem assim como a identificação de elementos diversos de interesse arqueológico, quer de origem natural quer antrópica. Essas imagens vêm sendo cada vez mais utilizadas em diversos países para as mais variadas áreas como a engenharia, a geologia, as ciências do solo, agricultura, planeamento urbano, análise do solo e a análise dos vestígios de potenciais sítios arqueológicos (Jan, 1993) (Wilson, 1982).

Para a identificação de uma estação arqueológica a partir da vista aérea, é necessário visualizar e conhecer a natureza com o intuito de descobrir e perceber as zonas com maiores probabilidades de apresentarem vestígios arqueológicos. Estes podem ser indicados através de características presentes no objeto como a tonalidade, a forma, o padrão, a densidade, o declive, a textura, o tamanho, a sombra, a posição e as adjacências (Anderson, 1982).

Apesar das características do objeto serem essenciais para a visualização, também existem aspetos relativos à paisagem e à própria qualidade da imagem, que podem vir a impedir ou propiciar, uma correta visualização. No que se refere à paisagem, o observador deve ter um grande conhecimento sobre esta e sobre o tipo de monumento que se deseja encontrar. Os monumentos podem tender a apresentar padrões de inserção, podendo-se localizar preferencialmente perto de afloramentos rochosos, de linhas de água, em zonas de topo ou declive e em zonas rurais ou urbanas. Assim, a paisagem pode tanto facilitar como dificultar a visualização (Wilson, 1982).

Por outro lado, a qualidade da imagem, é essencial para a visualização, pois esta tem de apresentar uma boa condição, sendo que, quando se fala de monumentos de pequenas dimensões como os dólmens, a escala e os pixels tornam-se fundamentais para a realização de uma grande aproximação (sendo in-

dicado a utilização de uma escala de 1:40m/1:20m quando se trata de visualizar dólmens). Também o período temporal de obtenção, apresenta uma elevada importância para a qualidade, pois o horário, a estação do ano e o clima afetam a paisagem e consequentemente a própria visualização. A melhor época do ano para se obter boas fotos aéreas em Portugal está entre os meses de Fevereiro e Novembro (Carvalho, 2001-2002).

Os monumentos para serem visualizados devem estar acima da superfície, e quando não, é necessário haver marcas no solo que indiquem a presença de elementos abaixo da superfície. Pode-se dizer que o uso do solo é definido pela utilização humana no ambiente e a ocupação do solo refere-se às características da paisagem, mas há uma complicação tanto na classificação como para a caracterização em simultânea de ambas, pois as técnicas tradicionais de deteção remota não captam sempre informações ligadas com a atividade humana, pois o sensor regista as informações integradas, que são determinadas pelas características das superfícies no tempo atual ao da imagem capturada. Ou seja, se existir algo abaixo de uma árvore, casa ou pedra, estes elementos não serão visíveis na imagem, pois esta apenas registra o que se encontra acima da superfície, ou as marcas no solo que indicam a existência de algo ainda soterrado. Sendo que as marcas no solo dependem da boa visualização do solo (Batista, 2009; Wilson, 1982).

2.1. Breve História da Fotointerpretação

Apesar das raízes da fotointerpretação remontarem ao tempo de Aristóteles, quando este desenvolveu as primeiras teorias ligadas a assuntos fotográficos, esta ainda é uma técnica relativamente recente (Anderson, 1982).

No que se refere à historiografia moderna, o desenvolvimento da fotointerpretação está ligado ao desenvolvimento de tecnologias tais como câmaras fotográficas, instrumentos de voos e os mais variados materiais e técnicas de conhecimento humano, como já anteriormente mencionado.

As primeiras fotografias aéreas foram realizadas no século XIX, no entanto o grande passo para a fotointerpretação apenas se deu no século XX, com o desenvolvimento do avião. Entretanto esta área, como tantas outras foi impulsionada pela Segunda Guerra mundial. Após a Segunda Guerra mundial, as técnicas e utilização de fotointerpretação aumentaram, tendo-se disseminado e sido desenvolvidas por diversos países que também passaram a aplicar esta metodologia, assim como a fotogrametria, no estudo e mapeamento de todos os continentes. Na realidade, muitas das técnicas utilizadas atualmente são as que foram desenvolvidas durante este período (Anderson, 1982).

A fotointerpretação é uma metodologia de grande importância para a análise da superfície da terra e para a elaboração de cartografias, sejam estas topográficas ou de ocupação do solo. Desde o século XX, a utilização de imagens vem ganhando mais atenção, permitindo desenvolvimentos e melhorias no que se refere à compreensão da paisagem, tendo em vista a criação de "chaves" de interpretação, ou seja, lista de fenómenos ou elementos desenhados e descritos que auxiliam a interpretação dos objetos na fotografia, dando-lhes um significado e dimensão no terreno através do cálculo de alturas e áreas de ocupação.

No que se refere às pesquisas de análise de imagens, os recintos arqueológicos podem ser visualizados tanto de modo individual como na sua totalidade, ou seja, é possível visualizar e perceber características que, no próprio solo, poderiam não ser visíveis (Wilson, 1982). Um exemplo é o caso do complexo do Outeiro do Circo-Beja, onde, através da visualização de imagens aéreas, descobriu-se a inexistência de uma segunda linha amuralhada que contornava todo o povoado (Serra, 2013).

Outro exemplo da utilização desta metodologia que pode ser mencionado em Portugal é o caso do povoado de Perdigões localizado em Reguengos de Monsaraz, e que foi descoberto em 1983 por Francisco Serpa, através da utilização de imagens aéreas do IPPAR [4], sendo que as imagens permitiram perceber as alterações ocasionadas neste recinto após a sua descoberta (Albergaria, 1988). Pode também ser mencionado o caso de Lindoso, onde Luís Fontes fez a aplicação desta metodologia com o intuito de compreender a evolução da paisagem visando identificar recintos arqueológicos, identificando deste modo sítios arqueológicos que se integram em períodos temporais desde a pré-história até o período contemporâneo (Fontes, 2012).

4. Instituto Português do Património Arquitetónico. Este instituto público se fundiu em 2006 com o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR). E este segundo por sua vez em 2011 foi integrado dentro da DGPC.

As imagens aéreas registam o que existe num determinado espaço da superfície da terra no momento da sua obtenção, não fazendo distinção de tempo, registando tudo o que existe na superfície (Fontes, 2012). Assim, uma imagem deve ser acompanhada de legenda, data, local, altura que foi obtida e outras informações, ocasionando uma união entre a imagem e o conhecimento de uma região, podendo ser estes aqui mencionados como realidade e imagem/linguagem (Cazzetta, 2009). Uma imagem grava um momento de um determinado tempo, conseguindo preservar um fragmento da natureza que permite perceber o que se encontra presente nesse território, sendo que este recurso é grandemente utilizado para compreender o ambiente e o solo.

Para perceber o ambiente presente, ou seja, para a visualização e para a análise de uma imagem é necessário ter um grupo de imagens, para que, a partir destas, sejam visualizados os objetos presentes. A análise destas imagens é feita a olho nu, estejam estas em suporte físico ou digital. De realçar que as fases da fotointerpretação são definidas, sobretudo, em 6 fases: a deteção, o reconhecimento, a análise, a dedução, a classificação e a idealização (Anderson, 1982).

Nos dias atuais, estas imagens não estão mais presentes apenas em suporte de papel, mas podem ser analisadas analogicamente. Os softwares presentes atualmente possibilitam que as imagens sejam analisadas de forma mais precisa, e que as imagens em satélite, graças à sua rapidez de obtenção e ao fato de muitas destas estarem disponíveis online com qualidade, e com a possibilidade de serem trabalhadas em conjunto com outros sistemas integrados com GPS (*global positioning system*), acabam por indicar as localidades exatas dos sítios no ortofotomapa. Assim, as imagens e o método de visualização destas permitem a realização de uma maior aproximação, individualizando os elementos fotografados, e permitindo trabalhar com várias escalas de proximidade dependendo dos pixels. Estas possibilidades integram-nos num "mundo" digital, que permite ao arqueólogo observador, a chance de descobrir novos locais antes de se dirigir ao campo.

Os sistemas de divulgação em massa, juntamente com a comunicação social, vêm proporcionando uma maior disseminação de imagens, possibilitando o seu acesso a um maior número de indivíduos, que passam a poder interagir e a aprender a observar a paisagem.

3. TÉCNICAS DE INTERPRETAÇÃO

A fotointerpretação está intimamente ligada ao conhecimento do solo e da paisagem e assim, consequentemente, faz uso de recursos geográficos e geológicos para entender o terreno e perceber o que existe em determinado sítio, para que, deste modo, dependendo do que existe, poder prever que ocorrências se podem esperar de determinado local.

Os sítios arqueológicos aparecem de quatro formas na fotografia aérea: i) construções positivas; ii) terraplanagens; iii) marcas no solo e iv) marcas de plantação. Assim, o sucesso da fotointerpretação e a sua boa funcionalidade estão intimamente relacionadas com a qualidade de obtenção de imagens aéreas (Wilson, 1982). Após a obtenção de determinada imagem, o interpretador usa padrões para decifrar os dados presentes, permitindo uma integração de dados de ocupação e uso do solo (Batista, 2009).

Para a realização da deteção de objetos dentro de uma imagem vertical, é necessário saber como o objeto buscado aparece para que, a partir de critérios já definidos, perceber o que se encontra na paisagem. As informações são obtidas a partir da observação e análise, sendo que as conclusões devem ser, a posterior, confirmadas com trabalhos em campo, onde se compara o que se visualizou, com a realidade (De Castro Panizza, 2011).

A escala é um fator chave na diferenciação de unidades espaciais e, no que se refere ao processo de classificação, podem-se definir três métodos para a realização deste trabalho, que necessita ser realizado de forma objetiva, arbitrária e/ou psicométrica. Havendo também diversas abordagens metodológicas dos objetos e variáveis geológicas que geram informações diversas conforme a natureza e os objetivos em questão.

A deteção, não se envolve apenas o olhar, mas também o analisar e o reconhecer as características do que vai ser observado. As informações aqui são obtidas através de técnicas de observação e de um desenvolvimento lógico, que leva a uma conclusão do que está presente. Sendo necessário um conhecimento prévio do campo e a confirmação das conclusões através de trabalhos diretos (De Castro Panizza, 2011).

Entretanto a não deteção pode ocorrer quando os objetos não são visíveis. A não visibilidade ocorre por causas diversas tais como: pelo tamanho da escala ou qualidade da imagem, pelas dimensões do que se de-

seja observar ou simplesmente porque o objeto em si está a ser sobreposto por outro elemento. Qualquer especto ambiental, seja clima, nevada, geadas, sombras, outros, podem vir a prejudicar ou contribuir com a interpretação e análise de uma fotografia (Wilson, 1982). Por outro lado, a deteção é dada quando é empregado o reconhecimento, a visualização e a identificação do que se deseja visualizar.

Dentro da fotointerpretação, há os elementos visíveis e os não visíveis, sendo que, neste segundo caso, é utilizado o método dedutivo, onde através do conhecimento empírico, se "prevê" o que pode ou não existir em determinado local. A fotointerpretação de modo geral é maioritariamente vista de modo empírico, sendo este um dos principais problemas metodológicos deste trabalho (Anderson, 1982).

As imagens são sempre visualizadas a olho nu, fazendo uso de um estereoscópio quando estas se encontram em suporte físico, ou de um software quando é visualizada em formato digital, podendo estes serem online ou em modo desktop. Os ortofotomapas fornecidos pelos serviços da Google também permitem uma visualização online dentro do Word Wide Web (WWW). No presente trabalho, foi utilizado este sistema assim como um Sistema de Informação Geográfico (SIG) para a visualização, tendo sido aqui escolhido o ArcGIS, que permitiu visualizar os ortofotomapas do BING, e cruzar variadas informações como mapas e cartas geográficas, geológicas e hipsométricas, para visualizar e compreender melhor a zona de inserção dos dólmens estudados.

4. OS DÓLMENS

Os dólmens são monumentos megalíticos de caráter funerário, que foram construídos a partir da anexação de várias rochas, que, em conjunto, criaram estruturas mais ou menos geométricas, com finalidades funerárias (Diniz, 2000).

Como monumentos que estão presentes no terreno há milhares de anos, as estruturas arquitetónicas dos dólmens por vezes já não se encontram em sua forma original, podendo ter ocorrido mudanças e/ou destruições ao longo de sua existência. Quando se sucederam processos de desfragmentação ou destruição de um monumento, os fatores que ocasionam este acontecimento são variados, desde as causas naturais como erosão do solo, mudança nas linhas de água, desabamentos até às antrópicas, ou seja, destruições ocasionadas por fatores não naturais (Rocha, 2010; Rocha, 2016).

O homem é o principal agente do desmantelamento destes recintos, conforme nós modificamos o meio para as nossas necessidades momentâneas, arquiteturas antigas tendem a ser tapadas ou arrancadas, em prol de novas construções como edificações de estradas, de centros urbanos ou mesmo por causa da agricultura, sendo este último a principal razão da degradação dos dólmens nas regiões aqui analisadas. Apesar de atualmente existirem leis que impeçam estes acontecimentos, durante os milhares de anos de construções e reconstruções, as antigas edificações tendem a desaparecer.

Apesar de maioritariamente estes monumentos não se encontrarem com sua estrutura original, estando em grande parte destruídos, existe ainda recintos em que a planta pode ser perfeitamente visualizada, mesmo que não se encontre completa. Desde que um dólmen ainda apresente esteios inseridos na vertical e anexados um ou outro ou que haja marcas no solo da sua fixação, é possível fazer a reconstituição de tais locais, pois se o alicerce indica minimamente onde os esteios estão/estavam inseridos é percetível a visualização da sua estrutura (Diniz, 2000). Na imagem 1 pode-se observar a exemplificação de uma planta de dólmen, sendo esta planta meramente ilustrativa. (Figura 1).

A arquitetura de um local, como já mencionado, é fundamental para visualizar um objeto em uma imagem vertical, e quando se fala em dólmens não é diferente. Cada monumento apresenta características similares entre as suas classes como poderá ser visto mais a frente, sendo estas características "chaves" padrões que permitem identificar determinado local.

O espaço arquitetónico exerce uma fundamental importância, dado que este espaço atende às necessidades físicas, económicas e psicológicas de quem o utiliza, sendo que cada sociedade conforme a cultura, o tempo e o lugar tendem a desenvolver uma arquitetura própria. Entretanto, ao longo da história, no que se refere a habitações, apesar de existir variadas construções, observa-se que a configuração espacial é constituída através de malhas prismáticas, que geram edificações em um espaço geométrico, ou seja, as construções mantêm-se com uma planta sob a malha geométrica (Júnior, s.d).

Os dólmens desta maneira, também parecem apresentar estruturas maioritariamente geométricas,

sendo grandes estruturas em pedras, que, como o próprio nome faz referência, relembra a planta de uma mesa (Dol = Mesa/ Men = Pedra). Os monumentos megalíticos encontram-se espalhados por toda a Europa Ocidental, mas com maior incidência em Portugal, Espanha, Inglaterra e Irlanda, sendo, em Portugal, o Alentejo Central um polo de grande relevância no que se refere a monumentos megalíticos (Pereira, 2012).

4.1. Estrutura dos Dólmens de Mora e Arraiolos

A área abrangida pelo presente estudo refere-se a duas regiões do Alentejo Central, especificamente as zonas de Mora e Arraiolos, que correspondem a dois dos 14 concelhos abrigados pelo Distrito de Évora. Ambas as regiões são sedes de municípios e apresentam uma alta taxa de patrimônio material referente ao neolítico, como se pode observar na imagem 2, que apresenta uma planta destas duas regiões com indicativos das zonas que apresentam dólmens (Calado, 2012; Rocha, 2015) (Figura 2).

A geomorfologia destas duas regiões é marcada por três conjuntos principais que são caracterizados como o maciço antigo, as orlas meso cenozoicas ocidental e meridional e a bacia cenozoica do Tejo-Sado. Entretanto a região do Alentejo está maioritariamente integrada na unidade constituída pelo maciço antigo. Esta região é predominantemente aplanada, apesar de apresentar uma grande diversidade em termos geológicos e paisagísticos, onde o relevo, quando presente, é mais alongado, com presença de linha de água com pequenos declives, sobretudo perto das ribeiras, assim como pequenos cabeços e/ou esporões (Zbyszewski, 1979). A visualização dos solos pode ser de difícil acesso por parte dos pastos e das terras direcionadas à agricultura (Rocha, 2016).

Especificamente a região de Mora está subdividida em quatro freguesias: Mora, Brotas, Cabeção e Pavia, enquanto a Vila de Arraiolos é um município que está subdividido em 5 freguesias: Arraiolos; Gafanhoeira (São Pedro) e Sabugueiro; Igrejinha; São Gregório e Santa Justa e Vimieiro. Estas duas autarquias apresentam uma grande quantidade de monumentos arqueológicos megalíticos, sendo os dólmens uma das maiores particularidades deste terreno, pois aparecem em grande abundância, como pode ser observado na imagem 2.

Entre as regiões de Mora e Arraiolos, foram contabilizados um total de 196 monumentos caracterizados como dólmens, no âmbito deste trabalho. Estas estruturas megalíticas apresentam milhares de anos de existência, e são uma das estruturas definidoras dessas regiões. Estes monumentos caracterizados como de caráter funerários, exerceram uma grande relevância para o desenvolvimento social e cultural durante o neolítico, e também em épocas posteriores, tendo alguns destes evoluído conforme novas culturas apareciam, como ocorreu no século XVII com a Anta Capela de S. Diniz, que se transformou num templo cristão, estando presente atualmente no centro da cidade de Pavia (Rocha, 2015). A utilização destes monumentos não está centrada apenas na época de sua edificação, pois estes foram, em determinados casos, constantemente utilizados, e modificados conforme uma nova sociedade e cultura entrava em contato com esses (Oliveira, 2007; Calado, 2012).

Dos 196 dólmens já identificados e georreferenciados, foram visualizados apenas 68 nas imagens verticais, sendo que a não visualização ocorreu por motivos variados tais como: presença de mamoa, presença de vegetação densa ou de arvoredos sob os monumentos, presença de sombra, baixa qualidade da imagem ou porque os dólmens encontravam-se total ou parcialmente destruídos.

Estas seis características foram as principais razões para a não visualização, no entanto estas características podem ser superadas através da obtenção de outras imagens provenientes de outros veículos de obtenção e de outros períodos temporais, pois a paisagem pode vir a se alterar, dependendo da época do ano e a qualidade depende do modelo de obtenção.

No entanto, no que se refere ao estado de conservação do monumento, a visualização não tem como ser alcançada, pois, para a visualização, os dólmens normalmente apresentam-se de quatro formas: 1) Com câmara com chapéu *in situ* ou não; 2) Com câmara sem chapéu; 3) Com câmara incompleta sem chapéu e com esteios alinhados; 4) Com câmara incompleta sem chapéu e com marcas no solo.

Assim a arquitetura, especificamente a câmara do monumento, tem de estar percetível. Apesar de um dólmen poder apresentar corredor, mamoa e outras galerias, a câmara tende a ser o elemento definidor visualizado em uma imagem vertical, pois é a ala de maior dimensão, apresentando por volta de 2m a 5m de diâmetro.

Para a construção dos dólmens, as rochas são inseridas paralelamente umas às outras, formando assim

câmara e corredores, tendo padrões de construções que podem ser visualizados. O padrão permite identificar recintos específicos e separá-los, consegue-se separar zonas urbanas de zonas rurais, tipos de culturas, presença de rios e, através das formas padrões, perceber e diferenciar elementos como uma casa de um carro ou de uma árvore e outra. Os dólmens são, em sua grande maioria, visualizados em zonas rurais, sendo que quando se encontram total ou parcialmente completos é mais fácil perceber a sua presença no solo.

Estes monumentos foram uma das primeiras construções realizadas pelo homem, edificações estas que exigiam um planeamento e unificação de todo um grupo. Os dólmens eram construídos através da utilização de rochas, que eram retiradas de seu local in situ e, a posterior, realocadas para outro ponto, e, através da utilização de várias rochas, eram construídos os dólmens em formatos geométricos variados (Soares, 2000). Existe um grande polimorfismo no que se refere a estes monumentos e, no caso em estudo prevalecem as plantas poligonais, circulares ou semicirculares (nesta ordem).

Predominantemente os dólmens encontram-se inseridos em zonas de topo com uma boa visualização de toda a zona envolvente, assim como também se encontram relativamente próximos a linhas de água e afloramentos rochosos. Estes ainda são monumentos que dificilmente aparecem sozinhos, havendo dólmens entre distâncias que variam os 100m a 1k de distância entre si.

No que se refere à aplicação da fotointerpretação para identificar especificamente os dólmens, como tais monumentos são edificados a partir da utilização de rochas, é necessário conhecer a geologia local, e perceber zonas com presença de rochas nas intermediações, já que no período de edificações, retiravam a rocha de um local e a transportavam para um outro recinto, construindo assim estruturas variadas. As rochas utilizadas para tais construções podem chegar a pesar centenas de quilos, o que ocasionava a necessidade de existir blocos de pedras próximos ao local que iria abrigar o monumento. Dentro destas regiões, os monumentos encontraram-se próximos a afloramentos rochosos e de linhas de água com uma variação de cerca de 200m destes recintos.

Os monumentos são caracterizados principalmente pela forma, ou seja, pela sua "arquitetura", sendo que a construção destes é caracterizada como uma mesa. Entretanto esta forma só é percetível quando estes se encontram completos e destapados pela mamoa, como ocorreu com os monumentos designados como a Anta de Adua 1, Anta das Cabeças, Anta da Cabeça Gorda 1 e outros. Estes exemplos podem ser visualizados na imagem 4. Na falta da tampa, são visíveis apenas os "pés" desta, ou seja, a estrutura composta por esteios, que forma uma sala muito percetível nos monumentos: a Anta da Vila de Arraiolos, Anta da Santa Cruz 2, Matalote 1, entre outras. Na imagem 3, também podem ser visualizados estes três exemplos de Antas sem presença de chapéu (Figura 3).

Quando um dólmen apresenta mamoa, torna-se de difícil visualização numa imagem com vista vertical, pois se encontra coberto por um amontoado de terra, um exemplo é a Anta de Santa Cruz 1 e 3, que foram localizadas em Brotas, tendo a 3 já sido escavada e estudada. Esta característica tende a proteger os monumentos da ação do tempo e da destruição por ação do homem ou de um animal, pois, se estes não são visíveis, não podem ser destruídos, mas também consequentemente não se pode conhecê-los e protegê-los de outros problemas destrutivos, como erosão do solo. Percebe-se que, desde a antiguidade, já existia uma tendência para a escolha de rochas mais duráveis. Onde, apesar de haver diversidade nos materiais pétreos presentes na litosfera, os granitos se destacam, assim como as rochas de composição silicatada e as rochas carbonatadas sedimentares e metamórficas, como o mármore e o calcário (Dionísio, 2004).

Por outro lado, monumentos destruídos ou muito fragmentados também não tendem a ser visualizados, mesmo que destapados e em uma zona sem grandes presenças vegetativas. Pois, para a visualização, o monumento tem de estar com sua estrutura positiva para que se possa identificar, através das imagens aéreas e de satélite, o formato existente. Sendo que, por vezes, quando o monumento encontra-se parcialmente completo, o solo pode vir a guardar marcas do resto da estrutura. Nas Tabelas 1 e 2, podem-se visualizar as designações das antas aqui analisadas (Tabela 1 e 2).

Verifica-se que a paisagem trabalha como um componente que permite ou impede a análise, visto que os monumentos megalíticos estão integrados a esta há milhares de anos, estando sujeitos a alterações em conjunto com o próprio ambiente. Os dólmens são estruturas que estão presentes no território há milênios, sendo sua presença justificada como uma

ocorrência resultante das conjunturas económicas que visam marcar um determinado território, construindo assim estruturas que se encontrariam em lugares de destaque, como nos cabeços de uma localidade ou mesmo em sítios que os camuflassem (Diniz, 2000).

5. RESULTADOS

As regiões de Mora e Arraiolos, como grandes detentores de recintos dolomíticos, permitiram trabalhar com 196 dólmens, o que facilitou o desenvolvimento de características padrões destes recintos quando visualizados a partir de cima. Estas características podem ser visualizadas na tabela 3 (Figura 4).
As imagens verticais permitiram perceber as plantas existentes, ou seja, a arquitetura. A estrutura desta maneira funciona com um elemento fundamental para a compreensão do que existe na superfície do solo, e, por vezes, abaixo desta, quando existe presença de manchas de solo indicando a existência de um potencial recinto em determinado local. Através da análise de imagens aéreas e da observação dos dólmens inseridos entre as regiões aqui trabalhadas, foram visualizados apenas 68 dólmens dos 196 analisados, sendo que estes apresentaram características arquitetónicas semelhantes, apesar de não terem as mesmas medidas ou mesmo formato. Permitindo perceber as características padrões de sua inserção, possibilitando a criação de "chaves" de identificação, como se pode visualizar na tabela acima.

6. CONCLUSÃO

Nas últimas décadas, a arqueologia se desenvolveu fazendo utilização de outros recursos como informações geográficas, geológica e paisagística para além de utilizar imagens aéreas. Este cruzamento de múltiplas informações em conjunto com a visualização de imagens permite desenvolvimentos de chaves de identificação, pois as construções realizadas pelo homem apresentam formas que tendem a se sobressair no meio.
As imagens permitem ao observador analisar como um ambiente se encontrava na época em que a imagem foi obtida, estas ainda permitem ao observador perceber quais as condições, os objetos e as estruturas presentes. Pode-se ainda mencionar que a utilização de SIG e imagens fornecidas por servidores como o Google Earth e pelo BING, assim como outras imagens disponibilizadas dentro do sistema da Word Wide Web (WWW), proporciona um maior acesso a informação espacial a todos aqueles que tenham o interesse.
A utilização de imagens aéreas e de satélite para a visualização de monumentos arqueológicos vem permitindo desenvolver e aperfeiçoar este modelo de prospeção não intrusivo, permitindo aos arqueólogos e interessados visualizar o terreno e o sítio arqueológico em si. Permitindo perceber como determinados objetos se apresentam no terreno, e assim consequentemente proporcionando o descobrimento e criação de "chaves" que permitam não apenas visualizar monumentos já encontrados, como também constatar novos possíveis sítios.
Percebeu-se que a fotointerpretação é um método de prospeção não intrusivo que permite visualizar monumentos mesmo que de pequenas dimensões, possibilitando encontrar, visualizar e compreender estes recintos independentes do seu ponto de inserção, desde que estes se encontrem em boas condições, acima da superfície e sem nenhuma outra estrutura ou elemento a sobrepor o que se deseja ser analisado.

BIBLIOGRAFIA

ALBERGARIA, João; VALERA, António; ALMEIDA, Francisco. (1998) – Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: 1:1, pp. 45-102.

ANDERSON, Paul Simon (1982) – *Fundamentos para fotointerpretação*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Cartografia.

BATISTA, Teresa; GUIOMAR, Nuno; FERNANDES, João Paulo; CRUZ, Carlos Souto (2009) – *Corine Land Cover nível 5: Contribuição para a Carta de uso do solo em Portugal Continental.* Évora: Associação de Municípios do Distrito de Évora.

CALADO, Manuel; ROCHA, Leonor; ALVIM, Pedro (2012) – *O Tempo das Pedras.* Carta Arqueológica de Mora. Mora: Câmara Municipal.

CARVALHO, Anabela (2001-2002) – A Fotografia Aérea na Arqueologia in *Angulo Repositório Didático*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, pp. 58-69.

CAZETTA, Valéria (2009) – O status de realidade das fotografias aéreas verticais no contexto dos estudos geográficos. *Pró-Posições*, Campinas: 20:3, pp. 71-86.

DE CASTRO PANIZZA, Andrea; FONSECA, Fernanda Padovesi (2011) – *Técnicas de interpretação visual de imagens.* São Paulo: GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), 30, pp. 30-43.

DINIZ, Mariana (2000) – Neolitização e megalitismo: arquitecturas do tempo no espaço. in Gonçalves, V. (e.d) – "Muitas Antas, pouca gente?". Atas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo (*Trabalhos de Arqueologia*, 16). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 105-116.

DIONÍSIO, Amélia; AIRES-BARROS, Luís; BASTO, Maria João (2004) – *A degradação das rochas do património cultural construído: o caso das rochas carbonatadas. 50 ANOS DE SIMULAÇAO*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Química, pp. 61-68

ENCARNAÇÃO, Sara (s.d) – *Interpretação da Dimensão Geográfica do Objeto em Detecção Remota.* Lisboa.

FONTES, Luís Fernando Oliveira (2012) – *Arqueologia, povoamento e construção de paisagens serranas: o termo de Lindoso, na Serra Amarela.* Tese de Doutoramento em Arqueologia. Universidade do Minho.

JAN, Abeedullah (1993) – *Fundamentals of photointerpretation and photogrammetry.* Islamabad.

JÚNIOR, Cesário António Neves; CORREIA, Ana Magda Alencar (2013) – *Habitar: Transitivo e Intransitivo.* XXI Simpósio de Geometria Descritiva e Desenho Técnico. Florianópolis – SC.

OLIVEIRA, Catarina; ROCHA, Leonor; DA SILVA, Cândido (2007) – O megalitismo funerário no Alentejo Central–arquitectura e orientações: o estado da questão em Montemor-o-Novo. Lisboa: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10:2. pp. 35-74.

PEREIRA, Tiago (2012) – *Megalitismo e Desenvolvimento regional* (Tese de Mestrado, Instituto Politécnico de Tomar. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro).

ROCHA, Leonor (2010) – *As origens do megalitismo funerário alentejano*. Revisitando Manuel Heleno.

ROCHA, Leonor; SANTOS, Ivo (2015) – O Neolítico do concelho de Arraiolos: um ponto da situação. In *5º Congresso do Neolítico Peninsular. Atas*: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 7-9 abril 2011, pp. 369-377.

ROCHA, Leonor (2016) – O Neolítico no Alentejo: novas reflexões. *O Neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020: Perspetivas em Debate.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p.109-118.

RUA, Helena (2005) – *Síntese dos Métodos de Levantamento Arquitetônico no Domínio da Arqueologia.* (s.l).

SERRA, Miguel; PORFIRIO, Eduardo (2013) – O povoado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Mombeja/Beringel, Beja): resultados das campanhas de 2008 e 2009. *Vipasca.* Aljustrel: Camara Municipal de Aljustrel, pp. 19-32.

SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares da (2000) – Proto Megalitismo no Sul de Portugal: inauguração das paisagens megalíticas. *Muitas antas, pouca gente.* Portugal: pp. 117-134.

WILSON, David Raoul (1982) – *Air photo interpretation for archaeologists*. London: Batsford.

ZBYZEWSKI, Georg, FERREIRA, Octávio da Veiga; Barros e Carvalhosa, A. (1979) – *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50:000, Folha 35-B (Mora) e respectiva notícia explicativa.* Lisboa: Direção Geral de Geologia e Minas Serviços Geológicos de Portugal.

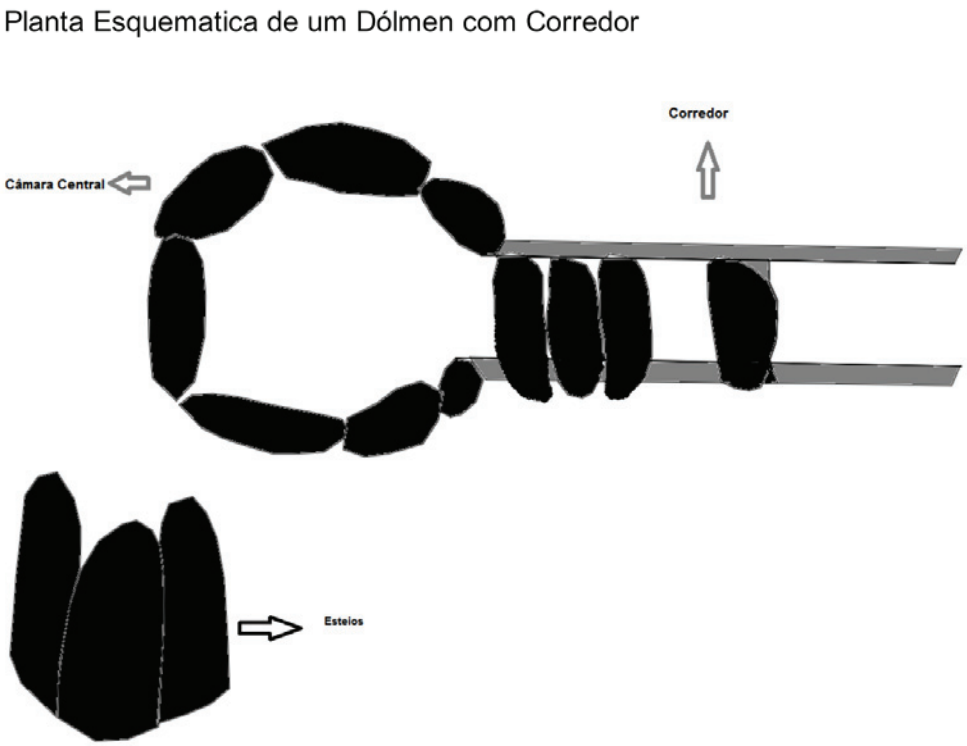


Figura 1 – Planta de um dólmen. E em pormenor a esquerda há uma exemplificação de como os esteios são visíveis do solo.

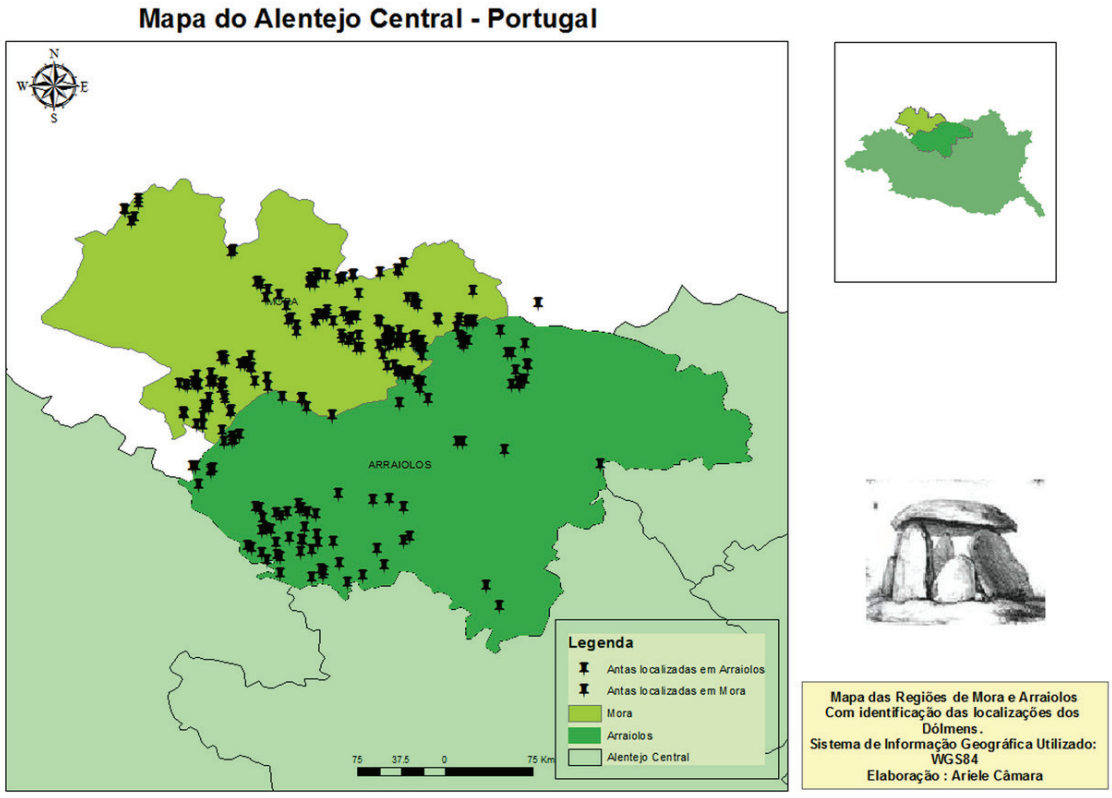


Figura 2 – Mapa da região de Mora e Arraiolos – Com indicação dos dólmens visualizados.

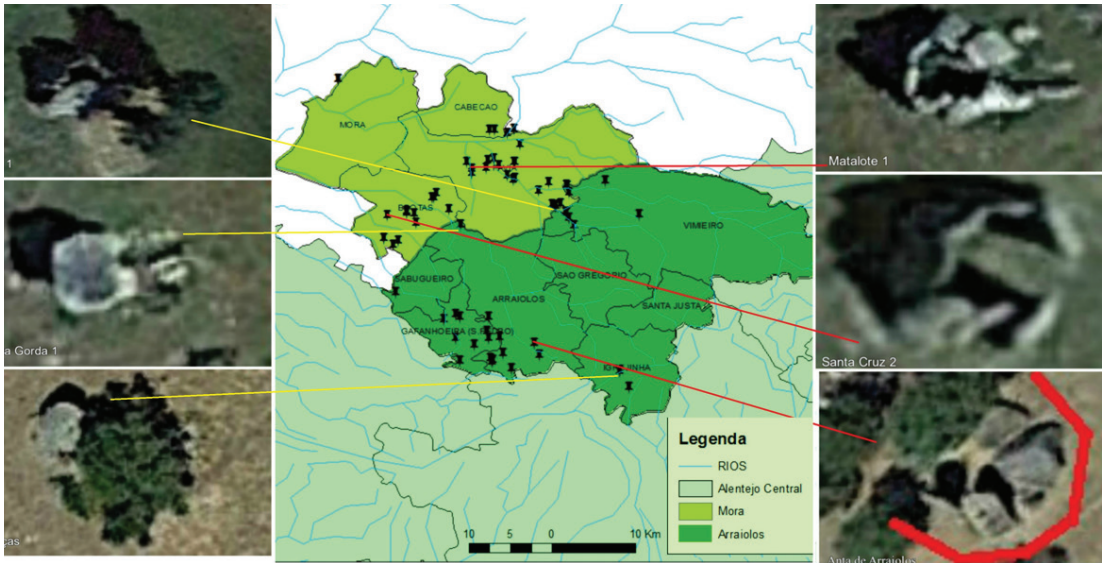


Figura 3 – Exemplos de 6 dolmens (3 com chapéu: Anta de Adua 1, Cabeça Gorda 1 e Cabeças. E 3 dolmens sem chapéu: Matalote 1, Santa Cruz 2 e Anta de Arraiolos.).

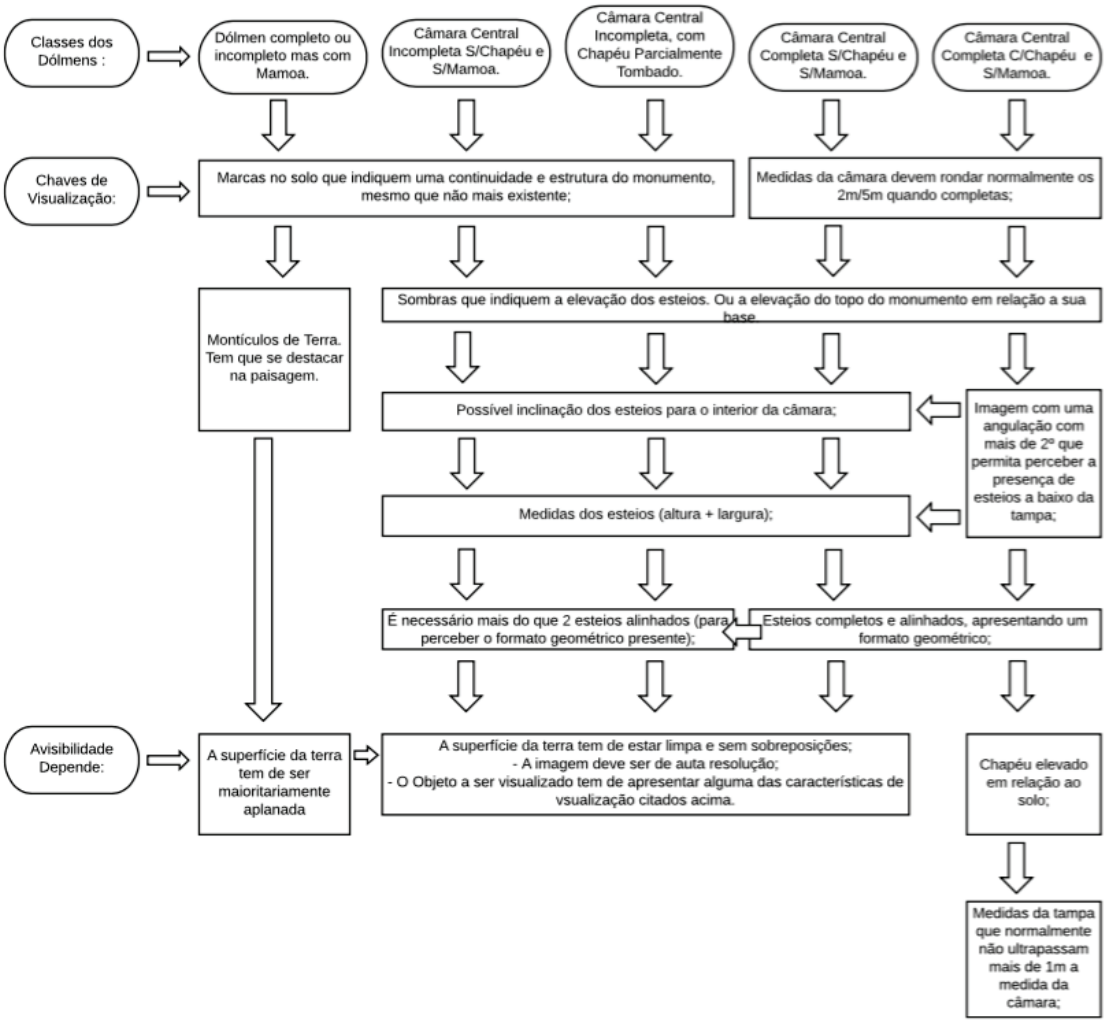


Figura 4 – Diagrama com as principais características dos dolmens visualizados.

Região	Designação das Antas	Total de Dolmens	Dolmens Visualizados nas Imagens Verticais.
Pavia	**Adua 1** - Adua 2 - **Adua 3** - **Adua** 4 - Adua 5 - **Adua 6** - Adua 7 - Alcarou de Baixo 1 **-** Alcarou de Baixo 2 **-** Alcarou de Baixo 3 **-** Alcarou de Baixo **4 - Alcarou de Baixo 5 - Anta Capela de S. Dionísio - Antões 1 - Antões** 2 - **Antões 3** - Antões 4 - Antões 5 - Antões 6 - **Casa Branca 1** - Casa Branca 2 - Casa Branca 3 - **Casa Branca 4** - Casa Branca 5- **Casas Velhas 1 - Casas Velhas 2** - Condes 1 - Condes 2 - Cré 1 - Cré 2 - Cré 3 - Cré 4 - Considreiro 1 - Covatos - Entreáguas 1 - Entreáguas 2 - Entreáguas 3 - Entreáguas 4 - Ferragial de Nossa Senhora - Figueiras 1 - Figueirinha 3 - Freixo - **Gonçala 1** - Gonçala 2 - **Gonçala** 3 - Gonçala 4 - **Lapeira 1** - **Lapeira 2** - Lapeira 3 - Madre de Deus 1 - Madre de Deus2 - Madre de Deus 3 - Madre de Deus 4 - **Matalote 1** - **Matalote 2** - Monte da Oliveira 1 - Monte da Oliveira 2 - Monte da Oliveira 3 - Remendo 1 - **Remendo 2** - S. Miguel 3 - **S. Miguel 4** - S. Miguel 5 - Tera 1 - tera 2 - Tera 3 - Tera 4 - Tera 5- Tera 11 **-** Tera **12** - Vale Del Rei	**68**	20
Brotas	**Barros de Grou 1** - Barros de Grou 2 - **Besteiros** 1 - **Besteiros** 2 - Besteiros 3 - Besteiros 9 - **Besteiros 10 - Besteiros 11 - Brissos 1 - Brissos** 2 - Brissos 3 - Brissos 4 - Brissos 5 - Brissos 6 - **Brissos** 7 - **Cabeceira** 1 - Cabeceiras 2 - **Cabeceira 3** - Cabeceira 4 - Cabeceira 5 - **Cabeceira 6** - Carvalho - Carvalho 3 - Courela do Moinho - Herdade do Pequito Velho 2 - Herdade do Pequito Velho 4 - Monte da Figueira 1 - Monte da Figueira 2 - Monte da Figueira 3 - Monte da Figueirinha 3 - Monte das Águias 1 - **Porto de Aviz de Baixo** - Santa cruz 1 - **Santa Cruz 2** - Santa Cruz 3 - Torre das Aguias 1 - Torre das Aguias 2 - Torre das Aguias 3	38	13
Cabeção	Moita 1 - Moita 2 - Pardais 1 - Pardais 2 - **Pardais** 3 - **Pardais** 4	6	2
Mora	**Monte do Lobo**- - Pincaros - Pincaros 1 - Pincaros 2	4	1
Total		99	36

Tabela 1 – Totalidade das antas analisadas em Mora, em negrito se encontram as que foram visualizadas nas ortofotomapas.

Região	Designação das Antas	Total de Dolmens	Dolmens Visualizados nas Imagens Verticais.
Arraiolos	**Cabeça Gorda**., **Anta da Mata**., Anta de Alcarou de Baixo 5., Anta das Silvadas., **Anta da Mousinha 1.**, Anta das Coelhas 2., Anta da Herdade da Oleirita 1., **Anta do Monte da Freixa**., Anta da Estação de Arraiolos., Anta das Ilhas 1., **Anta da Pastaneira 1.**, **Anta da Vila de Arraiolos**., **Anta de França**., **Anta do Telhal**., **Anta do Quatrim**., **Anta do Santiago 1**., **Anta do Santiago 2**., **Anta do Santiago 3**., Anta da Balanqueira 2., Anta dos Folgos 1., **Anta dos Andorinhos 1**	22	13
São Gregório e Santa Justa	Anta de S. Gregorio 1., Anta de S. Gregório 2.	2	0
Igrejinha	**Anta das Cabeças., Anta dos Resmunhal.**	2	2
Vimieiro	Anta de Claros Montes 6., Anta de Vale de Moura., Anta de Claros Montes 2., Anta de Claros Montes 3., Anta da Caeira 6., **Anta de Claros Montes 1**., Anta da Caeira2., Anta da Caeira 7., Anta da Caeira 8., Anta de Claros Montes 5., Anta da Serva 2., Anta de Claros Montes 4., **Anta da Caeira 3**., Anta da Caeira 4., **Anta da Caeira 5.**, Anta da Caeira 2., Anta da Tourega 1., Anta da Tourega 2., **Anta da Caeira 1**., Anta Santo Espírito 2., Anta Santo Espírito 1., **Anta dos Soeiros 3**., **Anta de Prates 5**., **Anta de Prates 6**., **Anta de Prates 7**., **Anta da Camaroeira 1**., Anta da Camaroeira 3., **Anta da Camaroeira 6**., **Anta de Prates 2**., **Anta da Murteira de Baixo**., Anta dos Prates1., **Courela Granada da Anta., Anta de Alfaiates 3**.	32	14
Gafanhoeira (São Pedro e Sabugueiro)	Anta do Seixinho., Anta da Espanadeira., **Anta do Monte dos Soldos**., Anta do Pinheiro 1., Anta das Coelhas 1., Anta do Groal 1., Anta de Almargem., **Anta de Picanceiras 4.**, Anta de Picanceiras 5., Anta de S. Pedro da Gafanhoeira 2., **Anta de S. Pedro da Gafanhoeira 1.**, **Anta da Chaminé 1.**, Anta do Lagar do Zambujo., Anta 2º dos testos/Zambujeiro 2., Anta 3º dos Testos/ Zambujeiro 1., Anta dos Testos 1., **Anta da Fuletreira/Filtreira 1.,** Anta dos Gualões 2/ Golões 3., Anta dos Gualões 3/ Golões 2., Anta dos Gualões 4/ Golões 1., **Anta 4º dos Testos/Monte do Outeiro 1**., **Anta da Pastaneira do Morgado.**, Anta da Represa 2/Monte de Santo Estevão 1., Anta da Represa 1/Monte de Santo Estevão 2., Anta das Hortas 2., Anta da Velada das Hortas 1., Anta da Represa 3/Monte do Carvalheiro 1., **Anta das Luzes 2**., Anta do Monte das Fazendas 2., **Anta do Monte dos Delgados 3**	30	10
Total		88	38

Tabela 2 – Totalidade das antas analisadas em Arraiolos, em negrito se encontram as que foram visualizadas nas ortofotomapas.

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO PROJECTO DE "RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ANTA DO CARRASCAL" (AGUALVA, SINTRA)

Patrícia Jordão[1], Pedro Mendes[2], Cláudia Relvado[3]

RESUMO

A Anta do Carrascal (Sintra), Monumento Nacional, foi alvo de um Projecto de Recuperação e Valorização desenvolvido pela Câmara Municipal de Sintra. Na sua vertente arqueológica, pretendeu-se principalmente esclarecer as características construtivas, caracterizar a mamoa e o corredor e escavar os alvéolos de modo a permitir a movimentação dos esteios. Foi possível reposicionar seis esteios, conformando uma planta mais próxima da original, e assinalar o perímetro do *tumulus*. Com as sondagens confirmou-se também que esta anta foi escavada no rególito do substrato calcário, cujas diaclases condicionaram a orientação do sepulcro. Foi ainda recolhido algum espólio osteológico e arqueológico inédito, incluindo um fragmento de xisto gravado. Finalmente, a Anta do Carrascal foi recuperada e pode agora ser usufruída pela população.

Palavras-chave: Megalitismo, Antas de Lisboa, Arquitectura pré-histórica, Conservação.

ABSTRACT

Anta do Carrascal (Sintra), a National Monument, was the object of a Recovery and Valorization Project developed by Sintra Municipality. The main objective was to clarify its constructive characteristics, to characterize the mound and the corridor and to excavate the sockets, to allow the movement of the stones. It was possible to reposition six orthostats, conforming a plant closer to the original, and defining the perimeter of the *tumulus*. With the surveys it was also confirmed that this dolmen was excavated in the regolith of the limestone substrate, whose diaclases conditioned the orientation of the tomb. Some unpublished osteological and archaeological remains were also collected, including a fragment of engraved schist. Finally, Anta do Carrascal was restored and can now be enjoyed by the population.

Keywords: Megalithism, Lisbon dolmens, Prehistoric architecture, Conservation.

1. INTRODUÇÃO

Apesar do valor patrimonial da anta do Carrascal, classificada como Monumento Nacional – sob o nome de "Anta de Agualva" – através de Decreto de 16 de Junho de 1910, encontrava-se ao abandono, pressionada por um denso substrato arbustivo de *Quercus coccifera* (carrasco). Este ponto verde correspondente à área protegida foi entretanto cercado pelo tecido urbano.

No sentido de requalificar o monumento e a área envolvente, que permitisse interromper o acelerado processo destrutivo e, ao mesmo tempo, propiciar a fruição pública deste bem patrimonial, foi promovido pela Câmara Municipal de Sintra (CMS) um Projecto de Recuperação e Valorização. Em 1994 iniciou-se um trabalho de avaliação do sítio, por Teresa Simões (CMS). Nesse ano foi realizada uma sondagem numa zona da mamoa e efectuado o levantamento topográfico da anta. Em 2015 foi final-

1. Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (Sintra); pjordao73@gmail.com

2. Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (Sintra); petrusmendes@gmail.com

3. Deptº de Biologia, Universidade de Évora; Centro de Investigação em Antropologia e Saúde (CIAS); claudia.relvado@gmail.com

mente criado o "Programa de Recuperação e Valorização da anta do Carrascal" (PRVAC), que incluía as vertentes de Arqueologia, Conservação e Restauro e Musealização (Arquitectura Paisagística).
A presente intervenção decorreu precisamente da execução do PRVAC, e teve lugar entre Junho de 2016 e Março de 2017. Incidiu logo na primeira fase do Projecto, tendo em vista a caracterização estrutural do sepulcro - localização original dos componentes estruturais e estabelecimento do perímetro do sítio. Nas fases subsequentes, quer em articulação com a Conservação e Restauro – orientação da movimentação de esteios – quer acompanhando as modificações do terreno, decorrentes da Valorização Paisagística, no sentido de garantir a integridade do conjunto monumental e da área envolvente.
O dia 6 de Abril de 2017 marca oficialmente a conclusão da execução do PRVAC com a abertura à comunidade do conjunto patrimonial arqueológico e natural.

2. BREVE ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO, GEOMORFOLÓGICO E GEOLÓGICO

A anta do Carrascal localiza-se na povoação de Agualva, União das freguesias de Agualva e Mira Sintra, distrito de Lisboa (Figura 1), e tem as seguintes coordenadas geográficas (WGS 84): N38º 46' 24" W9º 17'13".
Está implantada a 158m de altitude, junto à margem Norte de um pequeno afluente da Ribeira das Jardas, na base da vertente suave de uma pequena elevação virada a Sul.
Esta região é caracterizada pela intrusão diapírica de Sintra, no Cretácico superior, que veio a formar um relevo de dureza, sob a forma de uma serra que emerge agora num planalto litoral carbonatado, recortado por linhas de água muito entalhadas. A morfologia do terreno é concordante com a sua estrutura, neste caso resultante de intrusões de rochas ígneas e de falhas/fracturas que condicionam a rede hidrográfica (Kullberg & Kullberg, 2000).
Do ponto de vista geológico, afloram na área envolvente principalmente rochas sedimentares, os calcários e margas do Albiano-Cenomaniano inferior e médio ("Belasiano" C^{2}_{AC}) (Ramalho et al., 1993), intercalados por filões associados quer à instalação do diapiro de Sintra quer aos episódios do Complexo Vulcânico de Lisboa (Figura 2).

3. SÍNTESE DA HISTÓRIA DAS INTERVENÇÕES

A anta do Carrascal faz parte do conjunto das antas da região de Lisboa, monumentos megalíticos com uma cronologia entre o 4º-3º milénios a.n.e., a maior parte escavadas há mais de cem anos. Próxima das chamadas antas de Belas (Pedra dos Mouros, Monte Abraão e Estria), do monumento megalítico de Pego Longo e do *tholos* de Agualva (Figura 3A), o sítio foi identificado e escavado por Carlos Ribeiro (1880). Nos trabalhos que foram os primeiros de que há memória, o autor registou uma planta com os esteios em secção, e dois alçados, um com vista frontal e outro com vista lateral (Figura 3A e 3C). Já nessa altura o grau de destruição era evidente, notando-se a ausência do esteio de cobertura e o despojamento sedimentar da câmara, revelando que "outros exploradores se tinham antecipado" (Ribeiro, 1880, p. 69).
Apesar disso, Carlos Ribeiro escavou o que restava, recuperando apenas "raros fragmentos de sílex e de vasos de barro, dentes e fragmentos pequenos de ossos humanos" (p. 69).
Só muito mais tarde, em 1944, Georg e Vera Leisner visitam a anta do Carrascal, fazendo novamente o registo gráfico (planta e alçado) e fotográfico (Leisner, 1965). Nas imagens observa-se a ausência dos esteios do corredor do lado norte e a inclinação para o interior de três esteios da câmara (Figura 3B). No alçado, Vera Leisner representa a mamoa com uma espessura que, junto ao esteio de cabeceira, parece atingir quase 1 m. No entanto, e de acordo com Rui Boaventura, não cremos que existisse à época uma espessura significativa da mamoa, uma vez que o afloramento no qual foi implantada a anta, na mesma zona, encontra-se cerca de 5 cm abaixo da superfície actual (cf. Figura 3D)
O espólio da anta de Agualva, conservado no Museu do Instituto Geológico e Mineiro, foi recentemente estudado por Rui Boaventura (2009). Após exaustiva pesquisa não foi possível localizar os materiais cerâmicos mencionados pelo pioneiro investigador do sítio, apenas localizar os materiais líticos (pequenas lâminas com retoque descontínuo, dois geométricos trapézios e um fragmento de lâmina espessa retocada) e osteológicos.
As datações de radiocarbono obtidas sobre dois ossos longos – fémures – pertencentes a dois indivíduos diferentes permitiram a obtenção de dois

intervalos de tempo coincidentes – 3620-3350 cal AC (Beta-225167) e 3650-3350 cal AC (Beta-228577) – apontam para uma utilização da anta do Carrascal entre meados e os dois últimos quartéis do 4.º milénio a.n.e., o que coincide com as características arcaicas do espólio lítico exumado (Boaventura, 2009, p. 73).

Os trabalhos no sítio foram retomados em 1994 por Teresa Simões, no sentido de travar a deterioração estrutural do monumento. Foi realizada uma sondagem na mamoa, que se revelou inconclusiva, e feito o levantamento das estruturas, disponível no Centro de Documentação do Museu de Odrinhas. Nessa altura foram diagnosticadas as necessidades de intervenção arqueológica e de conservação e restauro do monumento, que serviram de base ao Projecto por nós desenvolvido.

4. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

4.1. Objectivos e estratégia da intervenção

O estado de degradação deste monumento megalítico era patente quer ao nível da sua estrutura - ausência do "chapéu" e de dois esteios do corredor, forte inclinação de seis ortóstatos da câmara (a única excepção era o esteio de cabeceira), forte erosão da mamoa, expondo o monumento em alguns locais quase até à rocha (como no caso do corredor) –, quer no que respeita ao seu conteúdo – câmara completamente esvaziada de sedimento, contribuindo para a forte aceleração da inclinação dos esteios ao longo do último século.

Os objectivos principais da presente intervenção prenderam-se, em primeiro lugar, com a caracterização das estruturas deste monumento megalítico, o esclarecimento das características construtivas e dimensões da mamoa e os limites concretos do corredor. Em segundo lugar, foi nossa intenção escavar pontualmente as estruturas pétreas de contenção (alvéolos) de modo a possibilitar a colocação dos esteios na posição original. Por último, procurámos reconhecer e caracterizar eventuais estruturas associadas à construção do monumento.

Para além dos trabalhos desenvolvidos sobre as estruturas sepulcrais, houve também o acompanhamento arqueológico de todas as mobilizações de terras na área abrangida pelo PRAC.

A primeira fase da intervenção no âmbito da conservação e valorização da Anta de Agualva iniciou-se com a limpeza e corte de vegetação na área a escavar, prosseguindo com a escavação dos seguintes sectores: o corredor, segmento da mamoa adjacente ao corredor, a câmara funerária e as estruturas pétreas de contenção exteriores dos esteios a reposicionar. Uma vez detectada a posição original dos ortóstatos, e em estreita articulação com os técnicos de conservação e restauro, foi efectuado o reposicionamento dos mesmos, conformando a planta final.

4.2. Estratigrafia

No início da intervenção observámos que a anta era constituída pelo conjunto da ossatura pétrea da câmara e da metade sul do corredor, juntamente com uma cobertura de sedimento que, supúnhamos, corresponderia ao que restava da mamoa. Logo nas fases iniciais de limpeza da vegetação detectámos que, a existir estratigrafia, estaria profundamente afectada por fenómenos pós-deposicionais, nomeadamente por processos de bioturbação provocados pelas raízes de *Quercus coccifera* (carrasco) alguns dos quais com mais de 2 m de altura. O que se veio a confirmar. As raízes que penetravam até à parte mais consolidada da rocha de base perturbavam não só a estrutura da mamoa mas também os próprios alvéolos e os esteios, afastando-os da sua posição original.

Abrimos uma área com cerca de 98 m², abrangendo o sepulcro e uma faixa em redor do mesmo. Foram imediatamente identificados os sete ortóstatos que constituem a câmara, mais um dos três que compunham o corredor, todos eles bastante deslocados, à excepção do esteio de cabeceira [3]. No decorrer da escavação identificámos os outros dois esteios do corredor, um encontrava-se tombado junto ao esteio [7] e o outro, [15], junto da entrada, integrado na U.E. 1 (Figura 4).

Foi identificado o topo mal conservado da estrutura da mamoa – U.E. 1 –, constituída por sedimento solto argiloso, castanho, com grande quantidade (60-70%) de matéria-orgânica (raízes), lixo contemporâneo (vidros, plástico, metal), pedras e blocos de calcário e material arqueológico vestigial (Figura 4). Coberta por esta unidade, a U.E. 2 (Figura 5), corresponde a uma estrutura com sedimento de matriz argilosa juntamente com pedras e blocos de calcário, com presença ocasional de seixos de quartzito e quartzo, e material arqueológico e osteológico exíguo. Esta que é a parte mais bem conservada da mamoa apresenta-se profundamente afectada por bioturbação, cujos processos são observáveis até ao interior do substrato calcário. No topo da mamoa,

junto ao segmento do corredor, verificámos a existência de blocos de calcário cujo calibre parece adequado a elementos do corredor: unidades [16], [17], [18] e [19] (Figura 5). No entanto, a sua destruição já era patente no final do século XIX, facto atestado nos desenhos de Carlos Ribeiro. Desde 1875 (cf. Rui Boaventura, 2009, p. 69), quando a anta foi escavada, a câmara ficou esvaziada de grande parte do sedimento. Todos os esteios (excepto o de cabeceira), agora sem sustentação interna, iniciaram um movimento de basculação, levantando as pedras e blocos dos alvéolos de implantação. Desta forma, sob a mamoa, registámos os processos que correspondem à mobilização destas estruturas – U.E.s 13, 20, 22 e 31 (Figura 6).

Foi possível ainda individualizar o enchimento pétreo de sete esteios, em dois na sua parte externa – U.E.s 21 e 24 (Fig. 6) – e em cinco apenas ao nível da base – U.E.s 26, 27, 28 29 e 30 (Figura 7).

Na base da estratigrafia identificámos a estrutura negativa [12], com cerca de 7 m x 5,5 m, que corta o substrato rochoso (Figura 6). Nesta depressão escavada na rocha foram "cravados" os ortóstatos que revestem o recinto tumular, escorados por pedras e lajes de calcário, colocados em cunha junto aos esteios.

4.3. Espólio arqueológico

Foi identificado apenas material lítico, nas U.E.s 1 e 2 da mamoa, bastante fragmentado. Em sílex, recolheu-se: 1 fragmento de núcleo para lascas; 5 lascas, uma delas com retoque parcial, semi-abrupto, paralelo, tornando o bordo distal recto (24 x 23, 3 x 5, 6 mm), outra sem retoque (32 x 22, 7 x 11 mm) (Fig. 8A) e as restantes 3 sob a forma de fragmentos mesial, distal e fractura longitudinal (queimada); por último, 4 fragmentos inclassificáveis, queimados (Figura 8B).

Na U.E. 1 recolhemos três pequenos fragmentos de xisto polido, provavelmente todos pertencentes a uma placa gravada, pois num deles foi possível observar ténues linhas incisas não se percebendo, porém, os motivos decorativos (Figura 8C e D).

4.4. Espólio osteológico e odontológico

Foram recuperados 3 dentes permanentes e 1 fragmento de crânio de um indivíduo adulto. O material odontológico recuperado foi um 2º pré-molar inferior esquerdo, um 2º pré-molar superior esquerdo e um 2º molar superior direito. Os dentes apresentavam um desgaste ligeiro, com os pré-molares a apresentarem um desgaste de grau 1 e o 2º molar um desgaste de grau 2, segundo o esquema de Smith (1984). Não foi observado qualquer indício patológico, tanto nos dentes como no fragmento de crânio.

5. DISCUSSÃO

Como foi referido no ponto 3., temos notícia de que a anta do Carrascal foi alvo de escavação dos seus contextos no século XIX, numa altura em que já teria sido profundamente afectada do ponto de vista estratigráfico e estrutural. Se, no tempo de Carlos Ribeiro, a câmara e o corredor ainda tinham sedimento com algum espólio e a anta conservava os principais esteios (excepto os de cobertura), em meados do século XX, Vera Leisner já observou o corredor apenas com um esteio. Menos de um século foi suficiente para que ocorresse um acelerado processo de degradação da estrutura, com o basculamento dos ortóstatos, à excepção do de cabeceira (Fig. 3), e consequente levantamento das estruturas alveolares, expresso pelas U.E.s 13, 20, 22 e 31 que isturam os elementos pétreos dos contrafortes (Figura 5).

No que respeita ao manto tumular, aparenta nos primeiros desenhos estar bastante destruído pela erosão natural mas também antrópica (Figura 9) – a escassos metros para norte foi aberta uma frente de pedreira artesanal para construção. Supomos assim que a orografia natural do terreno corresponderia a uma pequena elevação, potenciada pela construção de uma mamoa (vista de SW). Esta actividade antrópica condicionou a forma da mesma, tornando-a mais suave e criando a norte um corte abrupto. Ao contrário do registo em corte de Vera Leisner, no qual a mamoa parece chegar à cota de topo dos esteios.

Na nossa intervenção detectámos uma espessura bastante reduzida, e até uma ausência da cobertura na zona central do corredor, com exposição do afloramento calcário (Figura 9). Esta imagem confirma que os registos mais antigos se aproximam mais da actual interpretação. De facto, as U.E.'s 1 e 2 evidenciam uma fase de estabilização prolongada do solo, ao longo da qual ocorreram os processos pós-deposicionais já referidos, que provocaram a dispersão dos elementos pétreos, registados em maior quantidade à superfície, e inversão de alguns materiais arqueológicos do depósito.

Quanto à presença de espólio osteológico nestas unidades, entendemo-la como resultante de uma acção antrópica contemporânea, devido aos seguin-

tes factores: a mamoa é uma estrutura que, pela sua própria natureza, não contém enterramentos pois, a existirem, documentariam acções de deposição posterior e de tipologia diferente da de um enterramento megalítico, o que nos parece bastante improvável ter acontecido neste sítio, para mais, sem nunca ter sido detectado anteriormente; os dentes e alguns artefactos líticos encontravam-se junto ao corredor, do lado sul e norte local onde, provavelmente, os primeiros escavadores (ou os escavadores de Carlos Ribeiro) atiraram as terras do interior da câmara. Estes materiais residuais ficaram a "contaminar" a mamoa, perdendo-se a sua conexão com os enterramentos da câmara funerária.

Os escassos materiais osteológicos e odontológicos recuperados não permitiram retirar grandes informações. A ausência de elementos ósseos/dentários repetidos e o facto de não existirem grandes diferenças morfológicas ou patológicas, bem como a ausência de conexões anatómicas, não nos permitiu confirmar se o material pertencia a um ou mais indivíduos, sendo apenas possível dizer que o Número Mínimo de Indivíduos para o material recuperado é de pelo menos um.

O desgaste dentário é a perda progressiva de tecido dentário que ocorre com a vida do indivíduo (Cruwys, 1989 in Wasterlain, 2006) logo, o desgaste observado nesta amostra, sugere que o(s) indivíduo(s) era(eram) jovem(jovens) aquando da sua morte. Também a ausência de cáries e de tártaro podem estar relacionadas com a dieta ou com a morte precoce do(s) indivíduo(s) em estudo.

Acções antrópicas semelhantes parecem ter afectado os fragmentos de placa(s) de xisto (quiçá de báculo), naturalmente associada(s) aos enterramentos. Este facto reforça a suposição de as terras do interior do monumento terem sido remobilizadas também para esta zona da mamoa, porém, numa fase anterior a Carlos Ribeiro (Figura 4). Recorde-se que não há registo de quaisquer fragmentos de placa de xisto (ou báculo) provenientes desta anta, o que nos leva a afirmar que os mesmos já teriam sido recolhidos, abandonando no exterior do monumento os restos do sedimento que os envolvia.

Entre os artefactos votivos, as placas de xisto ocorrem com frequência nas antas e noutras sepulturas colectivas da Estremadura. Com valor mágico-religioso, associados ao culto da Deusa-Mãe, protectora da Vida e da Morte (Gonçalves, 1992) ou, por outro lado, como defende Katina Lillios, com um significado particular de caracterização genealógica individual ou de clã (2008), os artefactos em xisto apresentam um conjunto de decorações geométricas, algumas com características antropomórficas ou zoomórficas. Em particular na Península de Lisboa, estes objectos surgem não só na câmara mas também na área de acesso à câmara ou já no seu corredor, nomeadamente em Conchadas, Casaínhos, Pedras da Granja e Monte Abraão, podendo corresponder ou não a inumações localizadas naqueles sectores do sepulcro. A ocorrência de báculos de xisto é rara, tendo sido registado apenas um na anta da Estria (Boaventura, 2009, p. 273).

Relativamente aos restantes materiais - pedra lascada - não sabemos se poderiam estar associados à mamoa (provenientes de um contexto de sedimento remobilizado), aos contextos de enterramento ou a outras acções de utilização posterior. Todos os artefactos são em sílex, matéria-prima abundante na região e, num raio de 5 km, acessível em deposição primária. No entanto, não foi feita a caracterização da microfácies da rocha nem qualquer análise de proveniência. O facto de estarmos perante objectos bastante fragmentados de tipologia de "fundo comum", não nos autoriza a associá-los a um contexto ou mesmo a uma cronologia particular.

A presente intervenção permitiu registar o modo de construção da anta do Carrascal, expressa na U.E. 12, justamente o interface negativo da escavação na rocha de base para a implantação da sepultura. Já o primeiro escavador, tinha observado: "Parece que aqui, assim como no solo onde estão construídos os dolmens da Estria e da Pedra dos Mouros, se buscou um solo brando atacável aos utensílios de pedra, para ali abrir não só a praça, mas os caboucos para o accomodamento e construcção d'estes monumentos. Effectivamente àquela pequena eminência corresponde uma alteração profunda no calcareo duro da localidade [...] convertendo-a em [...] calcareo terroso e mole. A situação pois, e a orientação d'este dolmen estão subordinadas à disposição d'este accidente petrographico." (Ribeiro, 1880, pp. 67-68).

Tal como verificámos para as grutas artificiais da Estremadura, para além dos condicionalismos morfológicos dos afloramentos, outros factores teriam pesado na decisão de escolher um local para construir uma gruta artificial, nomeadamente, o tipo e as características estruturais das rochas. Observamos que alguns dos monumentos estão implantados exactamente no sítio onde essas descontinuidades

existem levando-nos a concluir que, provavelmente, estas seriam escolhidas para facilitar o processo de escavação das grutas. Este facto poderia ter sido um dos critérios de escolha do local exacto da construção. Neste sentido, da cuidada observação dos afloramentos rochosos seriam escolhidos aqueles que apresentassem características que simplificassem o início e o decurso da escavação (Jordão & Mendes, 2006-2007, p. 51). Uma outra forma de aproveitamento é a escolha de uma rocha que apresente estratos diferenciados quanto à coesão dos seus elementos constituintes de maneira a que os superiores sejam mais competentes e os inferiores mais frágeis. Nestas camadas mais macias são escavadas as câmaras de grutas artificiais, semi-artificiais (Idem, p. 52) e de antas.

No caso da anta do Carrascal a escavação para a sua implantação parece ter sido condicionada pelos dois factores: alteração da rocha e descontinuidade estrutural. Aqui, o rególito foi rebaixado cerca de 1 m junto ao esteio de cabeceira, diminuindo de profundidade para os 50 cm, acompanhando a inclinação natural do terreno (Figura 9). Ao mesmo tempo, foi provavelmente aproveitado o diaclasamento de modo a facilitar a sua escavação (Figura 7). Rui Boaventura corrobora esta ideia quanto às antas de Lisboa, notando que "este afundamento parcial do espaço interno tornava-se possível pois, aparentemente, eram escolhidas zonas alteradas do substrato rochoso, o que facilitava a tarefa de abertura dos alvéolos dos esteios e eventual escavação daquele espaço [...] como parece evidente na anta do Carrascal, mas também em Monte Abraão e Estria. [...] Parece existir alguma aproximação com a estratégia de escavação das grutas artificiais ou, posteriormente, dos *tholoi*" (2009, p. 190). Porém, há que distinguir o rebaixamento câmara/corredor através da escavação do substrato (Carrascal e Estria) da escavação de alvéolos de implantação de esteios, como é o caso de Monte Abraão. Em termos arquitecturais pode, dependendo da topografia do terreno, condicionar a monumentalidade do monumento.

Estas observações denotam uma atitude de observação cuidada e de oportunidade no que respeita à escolha do substrato rochosos, bem como do local de implantação dos sepulcros, o que vai ter implicações ao nível do seu impacto na paisagem e na sua orientação. Enquanto na escavação de grutas artificiais, ao tirar partido das características naturais da rocha necessariamente se condiciona a arquitectura, na construção de antas com o chão rebaixado, os *tumuli* tornam-se mais discretos, retirando-lhes monumentalidade na paisagem. Para além disso – e à partida improvável no caso das antas – parece que em alguns casos a orientação estrutural condiciona a orientação da sepultura, comprometendo a "tradicional" viragem da entrada para Nascente. O diaclasamento da rocha aproveitado para implantar a anta do Carrascal situa-se nos quadrantes NNW-SSE (e SSW-NNE), não muito longe do intervalo E/SE típico das antas do sudoeste peninsular (Hoskin, 2001). Mas, no caso da anta da Estria, a orientação ENE-WSW do corredor é concordante com a orientação dos estratos, "mais favorável à sua construção" (Boaventura, 2009, p. 336). Ambas as antas, Estria e Carrascal, têm uma implantação semelhante e uma orientação condicionada pelo substrato (Figura 10).

6. A ANTA DO CARRASCAL: (RE)CONHECIMENTO E DEVOLUÇÃO À COMUNIDADE

Com a classificação de Monumento Nacional em 1910, juntamente com o vizinho grupo das antas de Belas, a anta do Carrascal ganhou notoriedade e um perímetro de matagal que praticamente a abocanhou. E assim ficou até o nosso colega Rui Boaventura ter estudado o seu espólio e o seu contexto (2009). Restou-nos a tarefa final de, antes de restituir o monumento à comunidade, procurar reconstituir a estrutura original e o seu modo de implantação, interpretando o que subsistiu, num compromisso com o possível de restaurar.

Na Baixa Estremadura existe uma diversidade de soluções estruturais no que respeita às sepulturas na Pré-história recente: grutas naturais, grutas artificiais e semi-artificiais, antas e *tholoi*. A intervenção na anta do Carrascal permitiu confirmar o seu enquadramento num pequeno grupo de sepulcros característicos da Península de Lisboa, cujo chão é rebaixado. Tal como Carlos Ribeiro observou em 1880, vimos que a escolha deste tipo de implantação implicou a procura de um substrato mais brando, condicionando a sua localização geográfica. Mas, mais importante no que concerne ao conhecimento das motivações das comunidades da Pré-história recente, a opção de escavar a rocha num determinado local por vezes foi condicionada pela existência de fissuras ou diaclases, pois foram estas que determinaram a orientação da anta.

Esta aparente subordinação foi aceite como sendo mais verosímil nos casos de monumentos tardios em que se perdia um qualquer ritual de fundação (Boaventura, 2009, p. 336). Mas a anta do Carrascal contradiz essa tendência, uma vez que a sua datação é das mais antigas - no terceiro quartel do 4º milénio a.n.e. (Beta-225167) 3620-3350 cal BCE e outra (Beta-228577) 3650-3350 cal BCE - (Idem, p. 77).
A presente intervenção, quanto ao espólio, não veio alterar a imagem de cariz arcaico, sem a presença comprovada de cerâmica e com reduzido número mínimo de indivíduos ali depositados e uma aparente deposição funerária (?) no corredor, da 2ª metade do 3º milénio ou já no 2º milénio. No entanto, os contextos de recolha dos restos humanos e dos fragmentos de xisto testemunham a última parte da história do sítio com a chegada dos seus descobridores/escavadores.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas de escavação, Ana Patrícia Madeira, José Mateus e João Luís Pedro, companheiros da árdua luta contra as raízes do carrascal.

BIBLIOGRAFIA

BOAVENTURA, Rui (2009) – *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. 1 vol. Dissertação de Doutoramento em Pré-História. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

GONÇALVES, Vítor S. (1992) – *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ.

HOSKIN, Michael (2001) – *Tombs, Temples and Their Orientations: A New Perspective on Mediterranean Prehistory*. Oxford, UK: Ocarina Books.

JORDÃO, Patrícia; MENDES, Pedro (2006-2007) – As grutas artificiais da Estremadura portuguesa: uma leitura crítica das arquitecturas. *Arqueologia & História*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. 58-59 (2006-2007), pp. 43-79.

KULLBERG, Maria Carla; KULLBERG, José Carlos (2000) – Tectónica da região de Sintra. In: "Tectónica das regiões de Sintra e Arrábida", Memórias Geociências, Museu Nac. Hist. Nat. Univ. Lisboa, nº 2, pp. 1-34.

LEISNER, Vera (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter Co., vol. 3, Text and Tafeln.

LILLIOS, Katina (2008) – Heraldry for the Dead: memory, Identity, and the Engraved Stone Plaques of Neolithic Iberia. Austin: University of Texas Press.

RAMALHO, Manuel M.; PAIS, João.; REY, J.; BERTHOU, Phillipe.; ALVES, Cristina; PALÁCIOS, Teresa; LEAL, Nuno; KULLBERG, Maria Carla (1993) – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50.000 – 34 – A: Notícia explicativa da folha 34 – A Sintra*. Lisboa: Serviços geológicos de Portugal.

RIBEIRO, Carlos (1880) – *Estudos pré-históricos em Portugal. Notícia de algumas estações e monumentos pré-históricos. II Monumentos da vizinhança de Belas*. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

SMITH, B. Holly (1984) – Patterns of molar wear in hunter-gatherers and agriculturalists. *American Journal of Physical Anthropology*, 63, pp. 39-56.

WASTERLAIN, Sofia (2006) – *"Males" da Boca. Estudo da patologia oral numa amostra das Coleções Osteológicas Identificadas do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (finais do séc. XIX/ inícios do séc. XX)*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

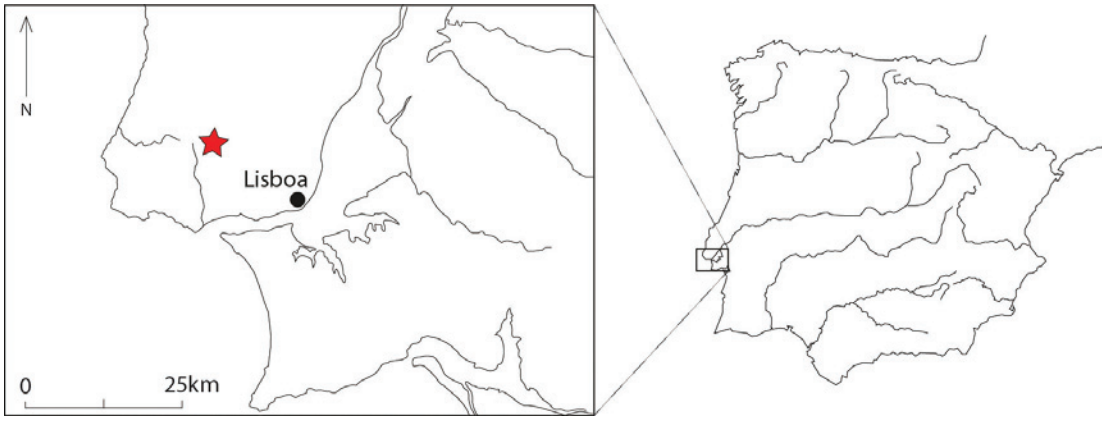


Figura 1 – Localização da Anta do Carrascal.

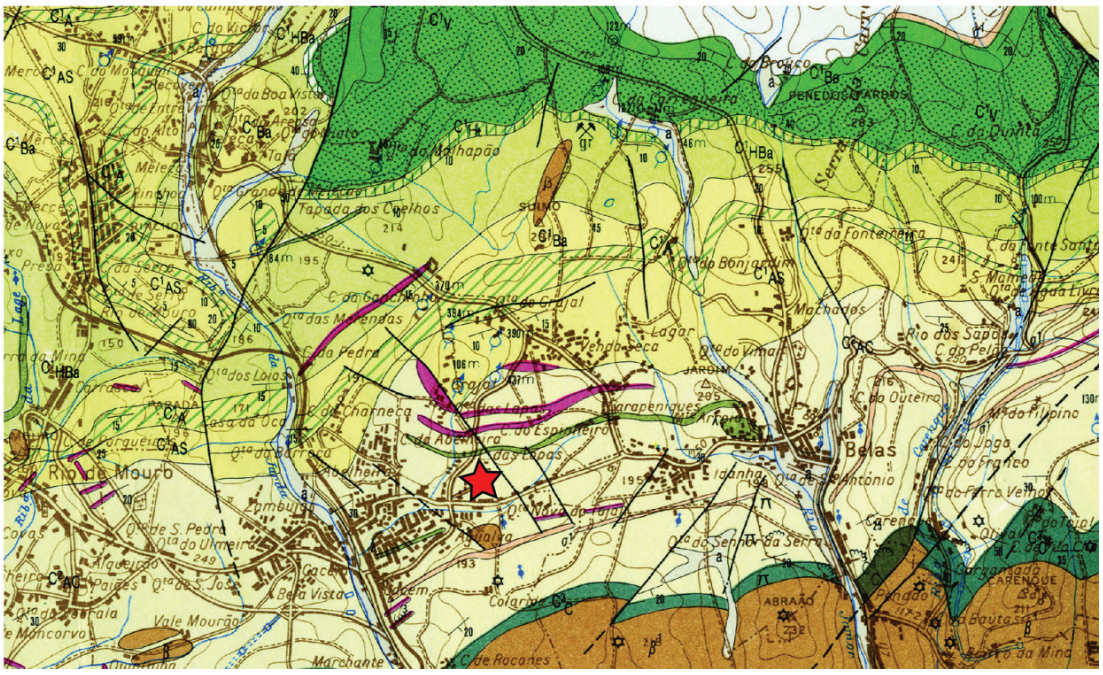


Figura 2 – Localização da Anta do Carrascal na Carta Geológica 1/50 000, folha 34C de 1993.

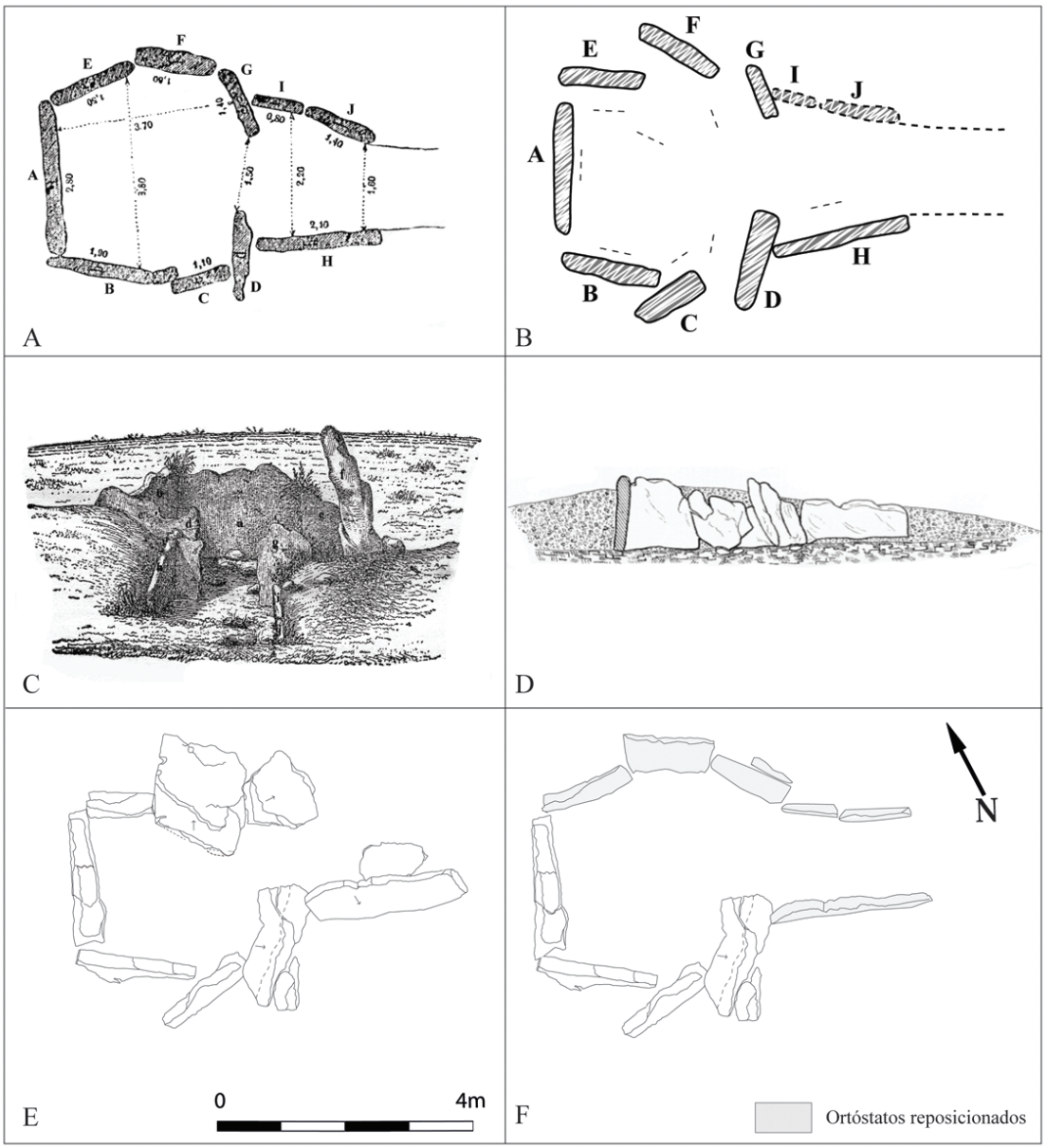


Figura 3 – Plantas da Anta do Carrascal: A – Carlos Ribeiro (1880); B – Vera Leisner (1965); C – Planta actual antes da intervenção de 2016; D – Planta actual após a intervenção arqueológica e de conservação e restauro de 2016.

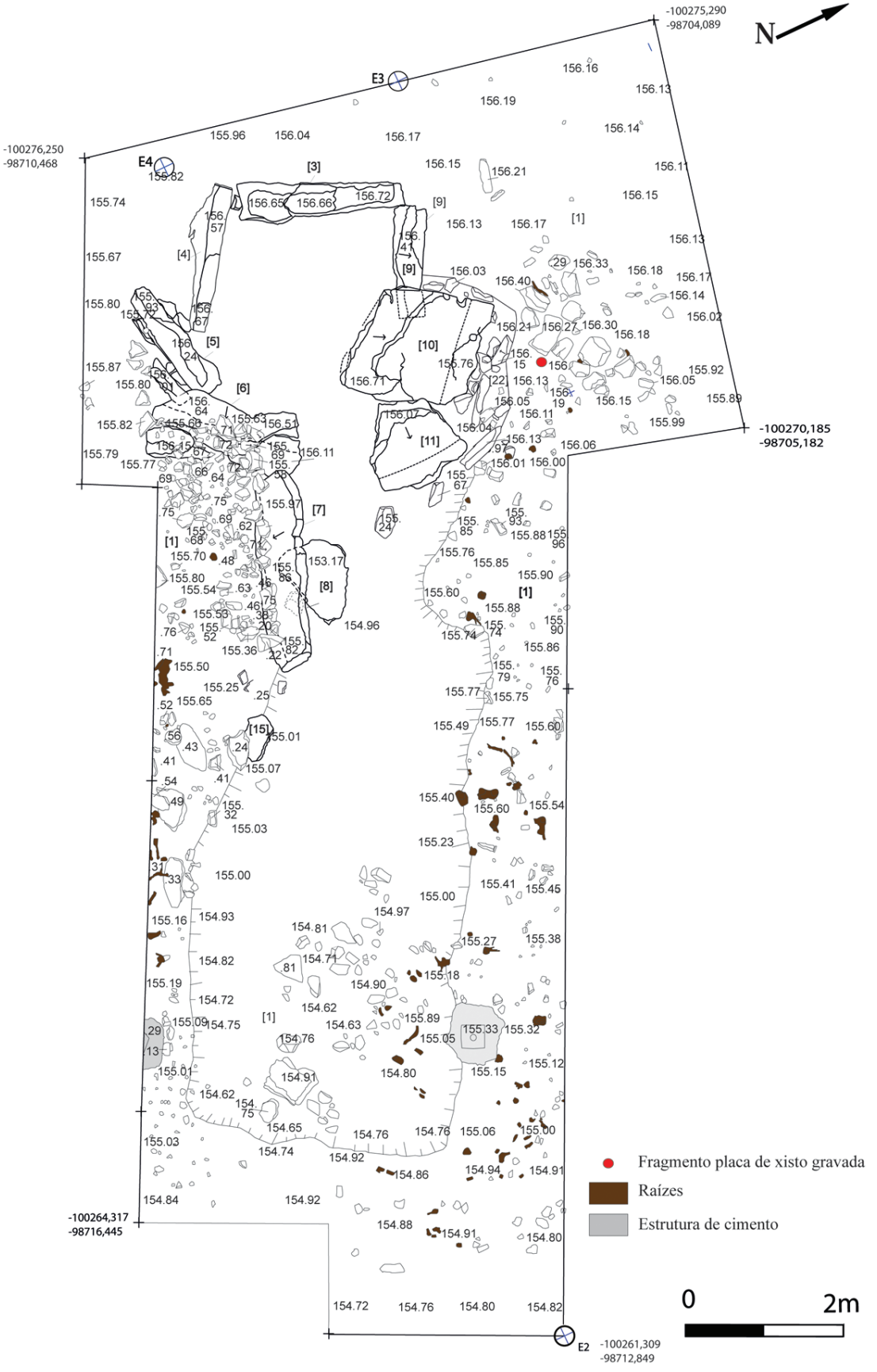


Figura 4 – Planta 1: área de sondagem na anta do Carrascal com o topo da mamoa e a estrutura da anta.

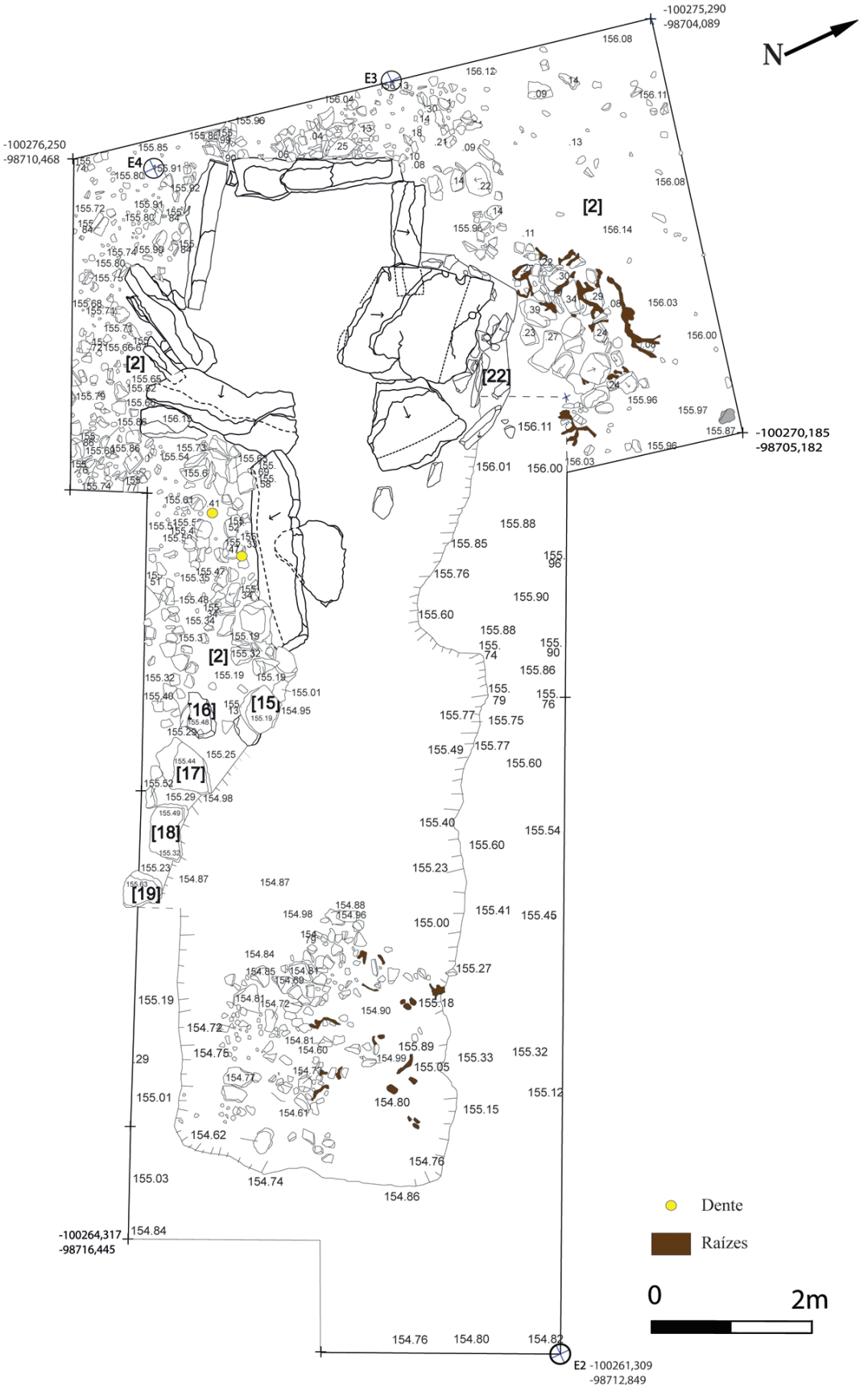


Figura 5 – Planta 2: área de sondagem na anta do Carrascal a representação da mamoa.

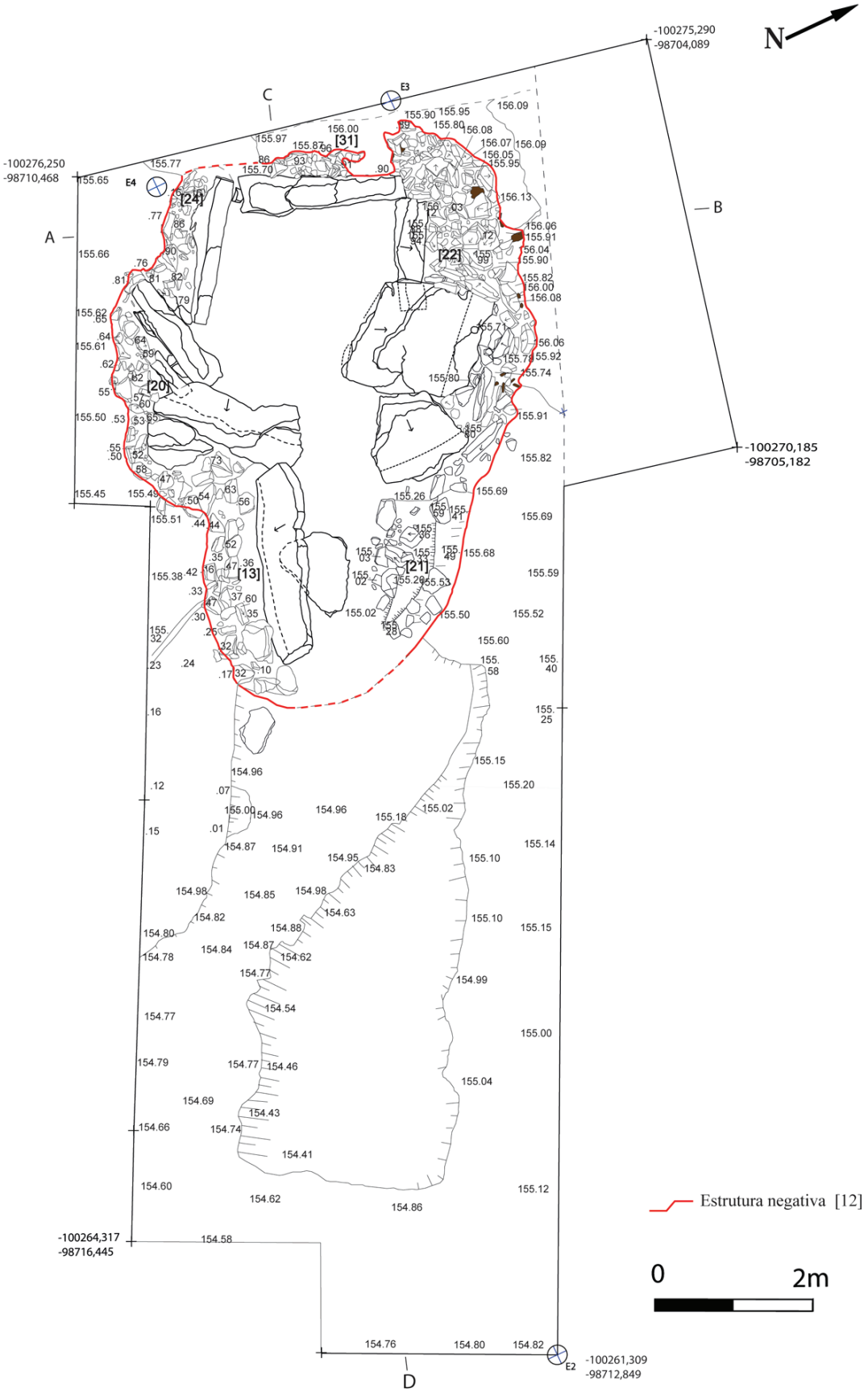


Figura 6 – Planta 3: área de sondagem na anta do Carrascal com a representação dos alvéolos e da escavação da rocha para implantação das estruturas tumulares.

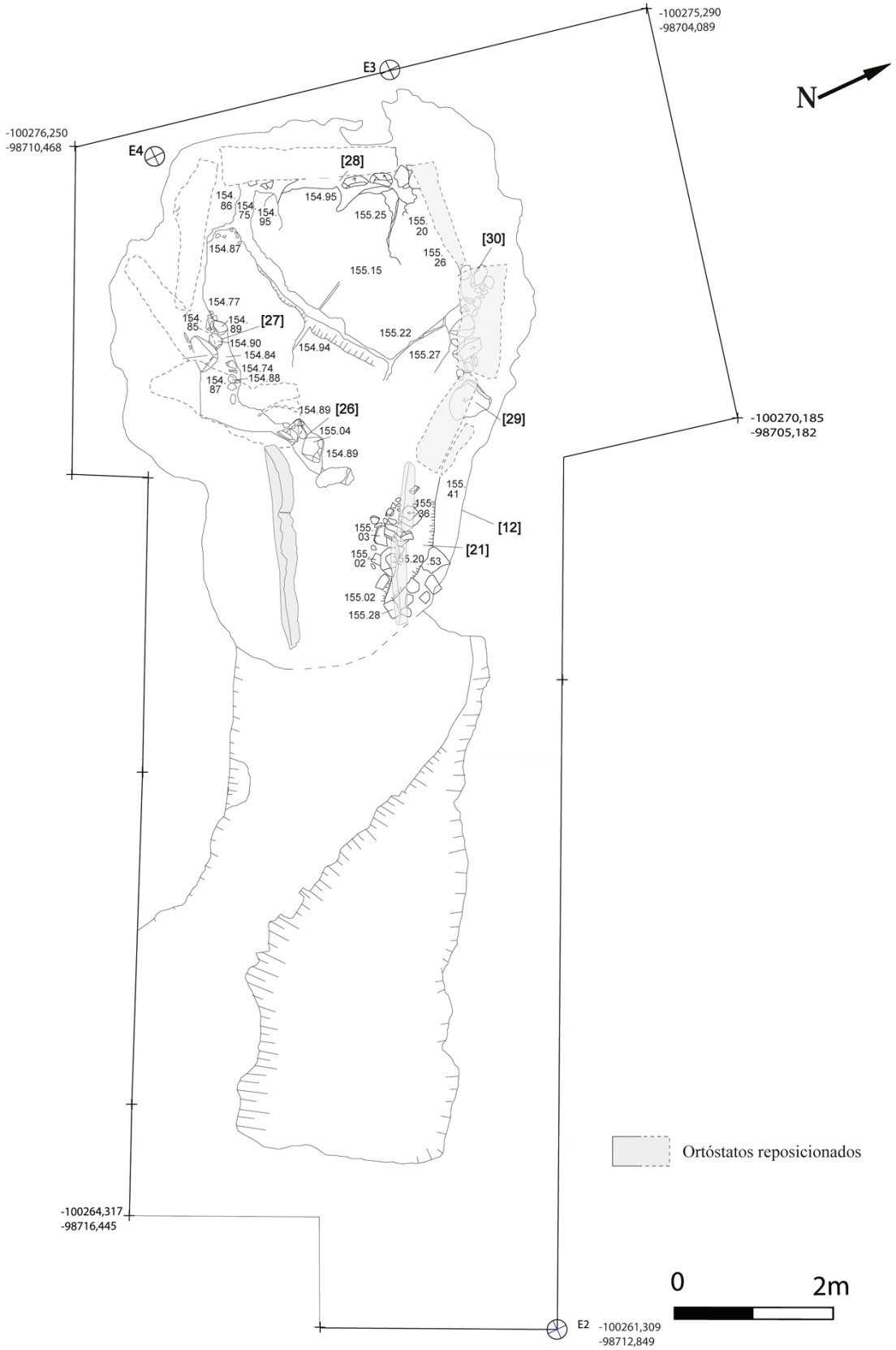


Figura 7 – Planta 4: área de sondagem na anta do Carrascal com representação da rocha de base (com diaclasamento) na câmara e corredor e da parte interna dos alvéolos de implantação dos esteios da câmara

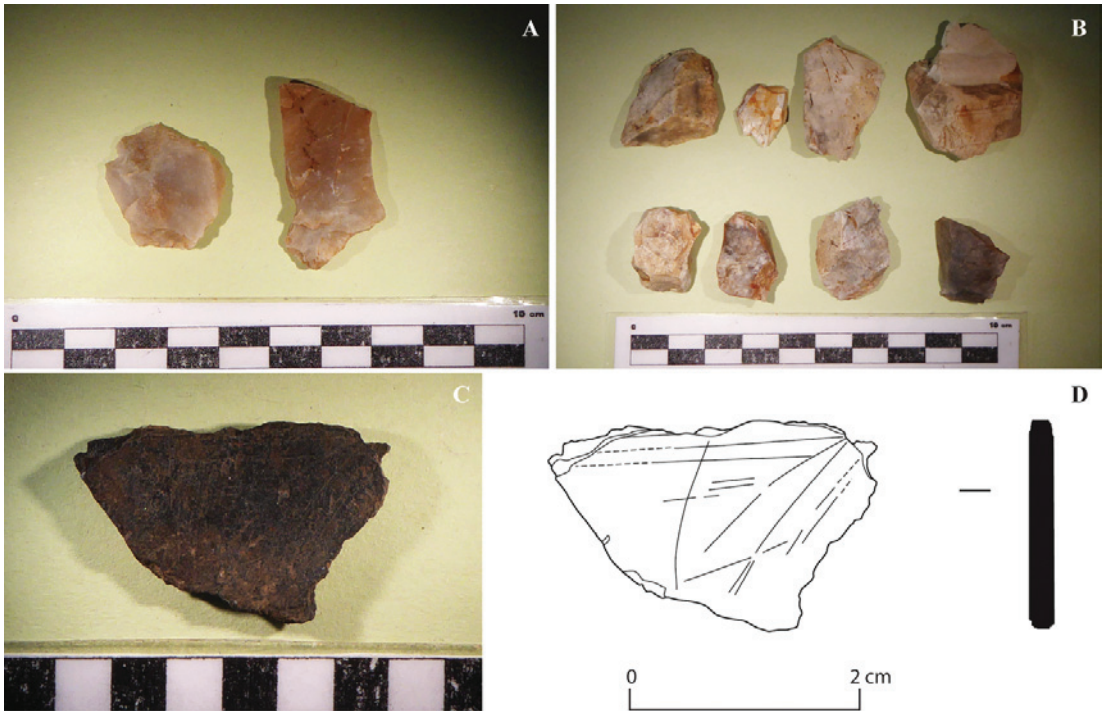


Figura 8 – Materiais arqueológicos: A – Lasca retocada e lasca; B – Conjunto do material lítico; C – Fragmento de xisto decorado; D – Fragmento de xisto decorado (desenho de Ana Neves).

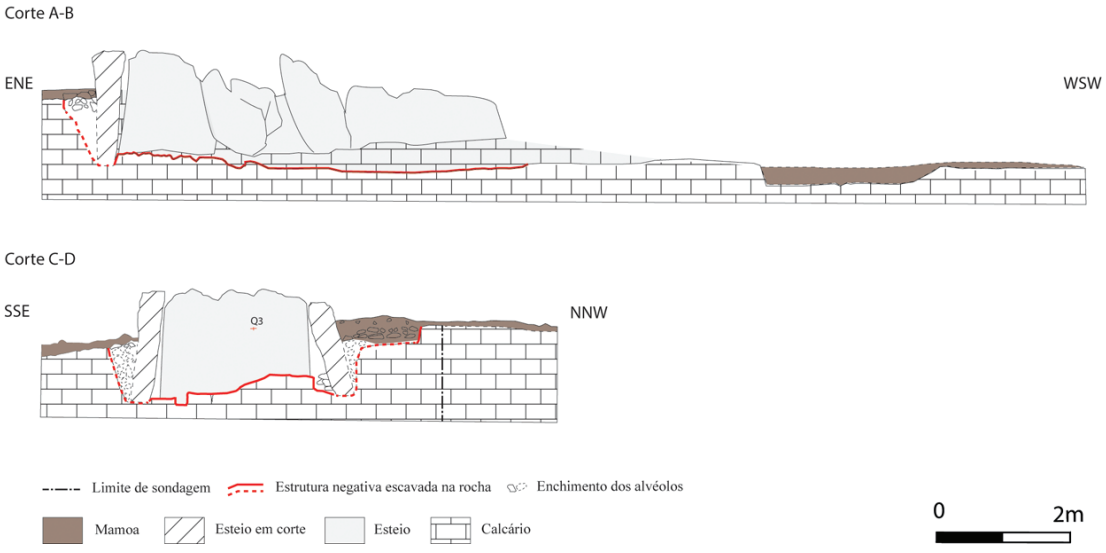


Figura 9 – Cortes da anta do Carrascal.



Figura 10 – A: Anta do Carrascal durante os trabalhos arqueológicos de 2016; B: Anta da Estria (imagem inédita de autor desconhecido em exposição na Biblioteca Municipal de Agualva-Cacém); C: Anta do Carrascal no final dos trabalhos arqueológicos em 2017.

O USO DO CRÂNIO EM RITUAIS DA PRÉ-HISTÓRIA

Carlos Didelet[1]

RESUMO

Tendo como objectivo estudar os crânios humanos e os seus ossos que evidenciassem práticas cirúrgicas ou de uso cultual, durante o Neolítico, efetuou-se o levantamento dos casos portugueses conhecidos, procedendo-se a estudo antropológico e respetivo enquadramento contextual, e enquadramento na Pré-História Europeia.
O estudo pretende tratar os diferentes casos de uso dos ossos cranianos nas suas diversas variantes ou evidências de prática simbólica durante o período Neolítico de forma a proporcionar a construção de novas interpretações.
Serão apresentados diferentes casos de trepanação, os discos e placas cranianas, assim como máscaras obtidas a partir dos ossos do rosto.
Palavras-chave: Análise craniana, Manipulações cranianas, Neolítico, Rituais.

ABSTRACT

Aiming to study the human skulls and their bones that showed surgical or cult practices, during the Neolithic era, a survey of known Portuguese cases was carried out, proceeding to an anthropological study and its contextual framework, and the respective insertion the European Prehistory context.
The study intends to treat the different cases of cranial bone use in its various variants or evidences of symbolic practice during the Neolithic period in order to provide the construction of new interpretations.
Different cases of trepanation, skull discs and plaques, as well as masks obtained from the bones of the face will be presented.
Keywords: Cranial Analysis, Cranial Manipulations, Neolithic, Rituals.

"L' importance accordée au crane et la volonté de l'isoler du reste du squelette dans le but de perpétuer la mémoire du défunt est donc une symbolique largement partagée [...]."
Tillier (2009)

"[...] on peut donc considérer que les temps néolithiques virent également la naissance d'une forme précoce de médecine ou tout au moins d›un savoir médical avancé."
Beyneix (2015)

Existem no contexto da Pré-História de Portugal diferentes casos de trepanação, assim como discos e placas cranianas e máscaras obtidas a partir dos ossos do rosto. No presente trabalho pretende-se tratar os diferentes casos de uso dos ossos cranianos nas suas diversas variantes ou evidências de prática simbólica durante o período Neolítico e a Neolitização (Mircea Eliade, 2002). As intervenções a nível craniano encontram-se disseminadas por todo o Neolítico registando-se a maioria de casos, a partir do Neolítico Médio alcançando a sua maior expressividade durante o Neolítico Médio/Final na região costeira do actual território nacional.
Um dos procedimentos iniciais passou pela elaboração de listagem com os locais a estudar em Portugal, pesquisa de bibliografia e de casos registados em depósito nas colecções dos diversos museus.
Identificámos locais de especial interesse para o estudo das sociedades neolíticas em Portugal que evidenciavam indícios de práticas rituais envolvendo manipulações, como o Algar do Poço Velho, Gruta da Feteira, Gruta do Escoural, o Algar do Bom Santo ou o Covão d'Almeida (Didelet, 2016). A partir do levantamento efectuado foi possível começar a determinar "áreas" onde a prática da manipulação craniana teve maior expressão.

1. Instituto de Arqueologia e Paleociências/UNL e Centro de Arqueologia de Lisboa/CML; carlos.vasques@cm-lisboa.pt

Num dos desenhos mais interessantes que Farinha dos Santos realizou na Gruta do Escoural, quando intervencionou a necrópole neolítica nota-se a deposição em reentrância da gruta de caveira humana de clara intencionalidade. O próprio Farinha dos Santos terá percepcionado que estava perante algo "diferente" tendo anotado no próprio crânio o local exacto do interior da gruta de onde este provinha.

A intencionalidade que essas práticas de manipulação de ossos cranianos denotam, apontam para uma parte integrante de processos sócio-religiosos das sociedades que se desenvolveram durante o Neolítico (Mircea Eliade, 2000).

A emergência do Neolítico no Próximo-Oriente ocorre por volta do 10º milénio a.C., num quadro de complexificação ideológica associado à mudança de paradigma, com o surgimento de sociedades produtoras, passando por evolução e alteração de ideologias e de rituais, assim como uma alteração ao nível do simbólico.

Corresponde de modo geral ao aparecimento das primeiras sociedades já sedentárias que praticam agricultura, mas ainda não fabricam artefactos cerâmicos, denominando-se, assim, de Neolítico Pré-cerâmico do Neolítico Pré-cerâmico (*Pre-Potery Neolithic A* – PPNA, c. 10.000 – 8.500 a.C., seguindo-se o *Pre-Potery Neolithic B* – PPNB, c.8.800 – 7.250 a.C.). (Bar-Yosef, 1990, 1998, 2008; Cauvin, 1999; Hooder, 2014).

Conhecem-se casos concretos de manipulação de crânios e ossos cranianos humanos em locais como Jericho, Çatal Hüyük, Tell Aswad ou Aksaray (Cauvin, 1999), sendo a partir do 8º milénio a.C. que iremos encontrar sinais dessas manipulações e usos num contexto *mágico-religioso* (Guilaine, 1981). Em Portugal, a cronologia das manipulações e utilização de crânios humanos estende-se do Mesolítico à Idade do Bronze Inicial, sendo a maioria deles inseríveis no Neolítico.

Um dos casos mais antigos que se conhece na Bacia Mediterrânica de realização de uma *máscara* a partir de crânio humano prove de Faïd-Souar na Argélia (Aoudia-Chouakri, 2008, 2009).

Há uma assinalável quantidade de crânios humanos com alterações de carácter antrópico (entre as quais a prática da trepanação) espalhados pelo continente europeu, muitas das quais feitas ainda em vida, registando-se ainda a existência de outros tipos de uso de ossos do crânio, como certo tipo de artefactos.

Em Portugal, a cronologia das manipulações e utilização de crânios humanos estende-se do Mesolítico à Idade do Bronze Inicial, sendo a maioria deles inseríveis no Neolítico, registando-se, em Portugal, alguns dos casos mais singulares do uso e manipulação de crânios da Pré-História, desde exemplos de máscara faciais cranianas, rodelas em osso craniano ou enterramento de crânios em covachos feitos no interior de grutas, temos toda uma utilização e manipulação de ossos humanos que denotam uma atitude complexa e que indicia uma ritualização do crânio.

Será durante o período do PPNB, no Próximo Oriente e na Anatólia, que a manipulação craniana surgirá quase como *elemento cultural* (Cauvin, 1997).

Registam-se, em Portugal, alguns dos casos mais singulares do uso e manipulação de crânios da Pré-História, desde exemplos de máscara faciais cranianas, rodelas em osso craniano ou enterramento de crânios em covachos feitos no interior de grutas, temos toda uma utilização e manipulação de ossos humanos que denotam uma atitude complexa e que indicia uma ritualização do crânio. A análise dos crânios provenientes dos diversos contextos arqueológicos reveste-se de primordial importância para o estudo e contextualização de tais práticas envolvendo material osteológico.

A *ideia* de simbólico surge-nos associada a rituais desenvolvidos pelas sociedades agro-pastoris de feição neolítica e, onde a utilização do crânio humano, mais do que *simples* intervenção de carácter cirúrgico-medicinal, em actos socio-religiosos desempenhou papel de relevo.

Segue a inventariação dos casos de trepanação e de outras manipulações cranianas de humanos no actual território português, referencia-se os locais onde foram encontrados e os materiais associados.

Na (Figura 4) assinala-se o levantamento efectuado no território português, notando-se a concentração de casos na região de Lisboa e Litoral da Estremadura. As manipulações e trepanações presentes no contexto Pré-História Recente do actual território português são bastante diversificadas, sendo passíveis de várias interpretações nos diversificados contextos, provindo a sua maioria da faixa litoral da actual Estremadura de necrópoles cársicas, que pontuam essa região.

A trepanação foi, sem dúvida, a mais recorrente das práticas sócio-religiosas relativa às manipulações cranianas, tanto em vida como post-mortem e aquela que maior destaque obteve em termos de estudos e publicação de resultados, continuando o

seu significado, no entanto, a escapar-se.
Mas outros elementos foram também notados como as rodelas e placas cranianas, igualmente em contextos rituais de cariz funerário.
As *máscaras cranianas* (que nos parecem os elementos de maior destaque nesta temática), a que se junta a descoberta na Gruta da Feteira (Zilhão, 1988), assinalam um tema quase desconhecido, mas certamente de grande significado simbólico, da nossa Pré-História Recente. E, uma das conclusões que mais surpreende é o facto de a maioria dos casos registados ter ocorrido em indivíduos do sexo feminino (sendo que a nível das trepanações na Europa, as intervenções em crânios de indivíduos do género masculino predominam), no caso das máscaras, em quatro, três foram realizadas a partir de crânios de mulheres, todos eles provenientes de contexto cársico natural. Já as rodelas e placas de osso craniano humano, a sua localização dividem-se entre grutas naturais e dólmens.
O acto de trepanar e a utilização de outros ossos cranianos humanos deverá ter sido elemento preponderante nas práticas rituais do Neolítico e Calcolítico Inicial, perdurando indícios dessa prática até à Idade do Bronze.
Este trabalho é o primeiro de uma série de investigações neste campo a serem desenvolvidas e que contam com o apoio em termos de pesquisa do Instituto Arqueológico Alemão – Berlim.

BIBLIOGRAFIA

AOUDIA-CHOUAKRI, Louiza; BOCQUENTIN, Fanny (2008) – Le crâne modifié et surmodelé de Faïd Souar II (Capsien, Algérie). Masque, trophée ou rite funéraire? *Cahier des thèmes transversaux ArScAn*, Vol. IX, pp. 171-178.

AOUDIA-CHOUAKRI, Louiza (2009) – Le Crâne Modifié de Faïd Souar II: Chirurgie Compensatrice ou Rituel? Culture Capsienne, Algérie-Tunisie: Xème-Vème Millénaire avant J.-C. *Décrypter la différence: lecture archéologique et historique de la place des personnes handicapées dans les communautés du passé*, pp. 31-31. Institut National de Recherches Archéologiques Préventives. Paris.

BAR-YOSEF, Ofer (1990) – *The PPNA in the Levant. Paléorient.* Centre National de la Recherche Scientifique. Paris.

BAR-YOSEF, Ofer (1998) – The Natufian Culture in the Levant, Threshold to the Origins of Agriculture. *Evolutionary Anthropology*, Vol. 6, 5, pp. 159-177.

BAR-YOSEF, Ofer; BOCQUET-APPEL, Jean-Pierre (2008) – *The Neolithic Demographic Transition and its Consequences*. Springer. Cambridge.

BRADLEY, Richard (2002) – the past in prehistoric societies. Routledge. London.

CARDOSO, João Luís (1992) – A Lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*, Vol. IX-X, pp. 89-225.

CARDOSO, João Luís (2007) – *Pré-História de Portugal*. Verbo. Lisboa.

CARDOSO, João Luís; CARVALHO, António Faustino (2008) – A Gruta do Lugar do Canto (Alcanede) e sua importância no faseamento do Neolítico no território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 16, pp. 269-300.

CARVALHO, António Faustino (2003) – A emergência do Neolítico no actual território português: pressupostos teóricos, modelos interpretativos e a evidência empírica. *O Arqueólogo Português,* Série IV: Vol. XXI, pp. 65-150.

CARVALHO, António Faustino (2007) – Algar do Bom Santo: A reserch Project on the Neolithic Populations of Portuguese Estremadura (6th-4th Millenia BC). *Promontoria Monográfica, 5.*

CARVALHO, António Faustino (2007 – A Neolitização do Portugal Meridional no contexto Mediterrânio Ocidental do VI milénio A.C. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15, pp. 47-77.

CAUVIN, Jacques (1999) – Nascimento das Divindades Nascimento da Agricultura. Instituto Piaget. Lisboa.

CAUVIN, Jacques (2000) – *The symbolic foundations of the Neolithic Revolution in the Near East in Life in Neolithic Farming Communities*, pp. 235-251.

CORREA, A.A. Mendes; TEIXEIRA, Carlos (1949) – A jazida pré-histórica de Eira Pedrinha (Condeixa). *Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa.

CROUCHER, Karina (2012) – *Death and dying in the Neolithic Near East.* Oxford University Press. Oxford.

DINIZ, Mariana (2009) – Ainda antes do 4ºMilénio a.C.: as práticas simbólicas das comunidades neolíticas, no Ocidente Peninsular. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, pp. 157-174.

ELIADE, Mircea (1989) – *Origens*. Edições 70. Lisboa.

ELIADE, Mircea (2000) – *Mitos, sonhos e mistérios*. Edições 70. Lisboa.

ELIADE, Mircea (2002) – *O Xamanismo e as técnicas arcaicas do êxtase*. Martins Fontes. São Paulo.

ELIADE, Mircea (2008) – *Tratado de História das religiões*. Martins Fonte. São Paulo.

GOMES, Mário Varela (2008) – Castelo Belinho (Algarve, Portugal) and the first Southwest Iberian villages. *The Early Neolithic in the Iberian Peninsula: Regional and Transregional components. BAR Internacional Series* 1857, pp. 71-78.

GONCALVES, Victor S. (2008) – *As ocupações pré-históricas das Furnas do Poço Velho (Cascais)*. Câmara Municipal de Cascais. Cascais.

GONCALVES, Victor S. (2009) – Construir para os mortos. Grutas Artificiais e Antas na Peninsula de Lisboa. Algumas leituras prévias. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, pp. 237-260.

GRESKY, Julia; HAELM, Juliane; CLARE, Lee (2017) – Modified human crania from Göbekli Tepe provide evidence for a new form of Neolithic skull cult. *Science Advances*, Vol. 3, nº 6.

GUILAINE, Jean (1981) – *Premiers bergers et paysans de l'Occident méditerranéen*. Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris.

HODDER, Ian (1990) – *The domestication of Europe: structure and contingency in Neolithic societies*. Blackwell. London.

HODDER, Ian (2006) – *The Leopard's Tale. Revealing the mysteries of* Çatalhöyük. Thames and Hudson. London.

HODDER, Ian (2014) – *Religion at work in a Neolithic Society*. Cambridge University Press. Cambridge.

INSOLL, Timothy (2005) – Archaeology, Ritual, Religion. Routledge, London.

JORGE, Susana Oliveira (2011) – A consolidação do sistema agro-pastoril, pp. 102-162. *Nova História de Portugal – Portugal, Das Origens à Romanização*. Presença. Lisboa.

KENYON, Kathleen (1957) – *Digging Up Jericho*. Ernest Benn. London.

PIGGOTT, Stuart (1981) – *A Europa Antiga*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

RENFREW, Colin (2007) – *The Making of the Human Mind*. Modern Library. New York.

SANTOS, M. Farinha dos (1971) – Manifestações votivas da Necrópole da Gruta do Escoural. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Vol. I, pp. 95-97. Lisboa.

SANTOS, M. Farinha dos (1985) – Manifestações Neolíticas no contexto dos testemunhos pré-históricos do Outeiro da Herdade da Sala. *XVII Congreso Nacional de Arqueologia*, pp. 135-142. Ayuntamiento de Zaragoza. Zaragoza.

TILLEY, Christopher (1996) – *An Ethnography of the Neolithic*. Cambridge University Press. London.

TILLIER, Anne-Marie (2009) – *L'homme et la mort: L'émergence du geste funéraire durant la Préhistoire.* CNRS Editions. Paris.

THOMAS, Julian (2011) – *Ritual and Religion in the Neolithic. The Oxford Handbook of the Archaeology of Ritual and Religion*, pp. 37-386. Oxford University Press. Oxford.

VASQUES, Carlos Didelet (2016) – *A Trepanação e outras Manipulações em Crânios Humanos Pré-Históricos do Território Hoje Português*. Tese de mestrado policopiada. Universidade Nova de Lisboa.

WHITTLE, Alasdair (1996) – *Europe in the Neolithic, the creation of new worlds*. Cambridge University Press, London.

ZILHAO, João (1984) – A Gruta da Feteira (Lourinhã) – Escavação de uma necrópole neolítica, pp. 11-92. *Trabalhos de Arqueologia* 1. Instituto Português do Património Cultural. Lisboa.

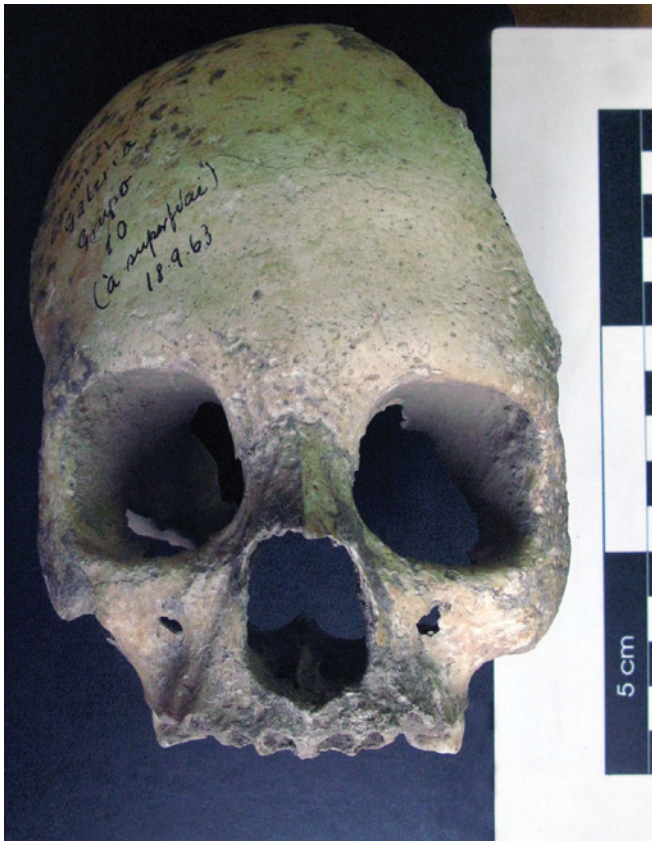


Figura 1 – O crânio-máscara da Gruta do Escoural.



Figura 2 – A máscara craniana proveniente da Gruta da Feteira.



Figura 3 – O crânio proveniente da "Gruta II" dos Hipogeus de S. Pedro do Estoril.

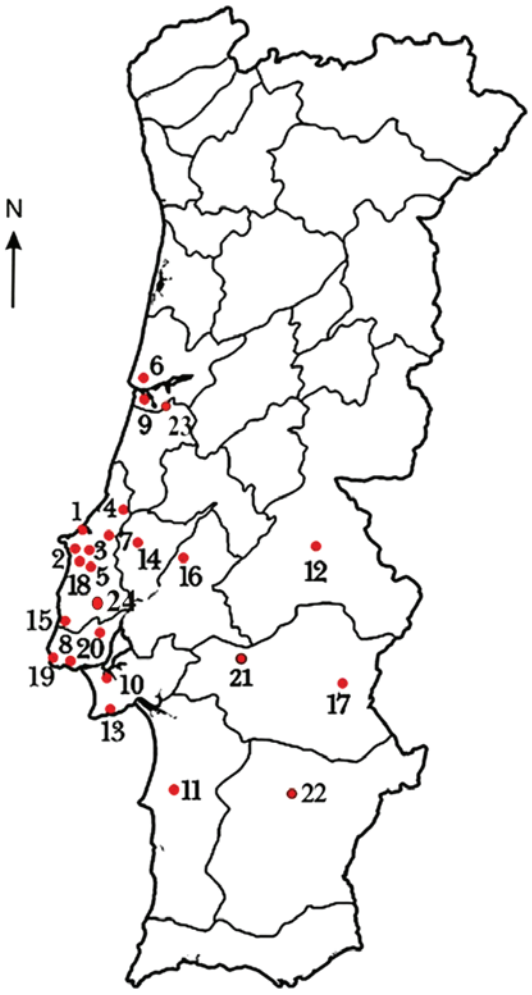


Figura 4 – Distribuição das manipulações de ossos cranianos na Pré-História de Portugal.

1 – Gruta da Furninha (Peniche);
2 – Gruta da Casa da Moura (Óbidos);
3 – Gruta das Fontainhas (Torres Vedras);
4 – Lapa da Galinha (Alcanena);
5 – Pragança (Vale Covo, Castro de Pragança e Covão de José Bruno);
6 – Anta da Capela de Santo Amaro (Figueira de Foz);
7 – Gruta do Lugar do Canto (Santarém);
8 – Hipogeu de São Pedro do Estoril II (Estoril);
9 – Gruta da Eira Pedrinha (Condeixa);
10 – Hipogeus de São Paulo (Almada);
11 – Gruta do Lagar (Santiago do Cacém);
12 – Anta de Cavaleiros (Portalegre);
13 – Lapa do Bugio (Sesimbra);
14 – Gruta dos Ossos (Tomar);
15 – Praia da Samarra (Sintra);
16 – Concheiros de Muge (Moita do Sebastião e Cabeço da Arruda -Santarém);
17 – Anta do Olival da Pega (Monsaraz);
18 – Gruta da Feteira (Lourinhã);
19 – Grutas do Poço Velho (Cascais);
20 – Anta de Carcavelos (Loures);
21– Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo);
22 – Necrópole do Ulmo (Santa Vitória, Beja),
23 – Gruta do Algarinho (Penela),
24 – Algar do Bom Santo (Alenquer).

NOVOS DADOS SOBRE AS OCUPAÇÕES NEOLÍTICAS DO CENTRO DE LISBOA

Helena Reis[1], Tiago do Pereiro[2], Nelson Cabaço[3], Rui Ramos[4], António Valera[5]

RESUMO

No presente texto apresentam-se, de forma preliminar, novos dados sobre a ocupação do Neolítico Antigo do sítio do Palácio dos Lumiares (Bairro Alto) resultantes de novas escavações (agora no Palácio Ludovice), assim como os dados relativos a um novo contexto com ocupações aparentemente contemporâneas localizado no Campo dos Mártires da Pátria (Palácio José Vaz de Carvalho).

Palavras-chave: Neolítico Antigo, Lisboa, Pré-História Recente.

ABSTRACT

The present paper presents a preliminary data from the Early Neolithic site of Palácio dos Lumiares (Bairro Alto) obtained in recent excavations (now in Palácio Ludovice), as well as data from a new site, apparently contemporaneous, located in Campo dos Mártires da Pátria (Palácio Vaz de Carvalho).

Keywords: Early Neolithic, Lisbon, Recent Prehistory.

1. INTRODUÇÃO

O conhecimento da Pré-História do território da actual cidade de Lisboa confronta-se com o problema de um urbanismo que, ao longo dos séculos, foi crescendo, alterando topografias e destruindo ou tornando inacessíveis as evidências arqueológicas dessas ocupações mais longínquas no tempo. É, pois, natural que nos mapas de vestígios arqueológicos deste território a Pré-História Recente esteja sob representada, tanto mais que as condições ecológicas da desembocadura do Tejo seriam atractivas para as comunidades humanas. Nos últimos anos, contudo, e devido ao incremento de projectos de intervenção de arqueologia preventiva e de salvamento realizados no âmbito da reabilitação de imóveis, alguns contextos pré-históricos têm vindo a ser identificados e intervencionados no casco urbano da cidade, contribuindo para a progressiva reconstituição da ocupação deste território nas suas fases pré urbanas.

É o caso de duas intervenções realizadas pela Era Arqueologia S.A. em 2017 e cujos resultados preliminares agora se apresentam. A primeira no Palácio Ludovice, na Rua de São Pedro de Alcântara, onde se identificou a continuação do sítio do Neolítico Antigo anteriormente identificado no Palácio dos Lumiares e Travessa da Boa Hora/Rua do Diário de Notícias (Valera, 2006; Valera *et al.* 2008); a segunda no Palácio José Vaz de Carvalho no Campo dos Mártires da Pátria, onde igualmente se identificaram evidências de ocupação durante o Neolítico Antigo, mas também Calcolítico (Figura 1).

2. PALÁCIO DO LUDOVICE

O Palácio Ludovice corresponde a um quarteirão situado na Rua de São Pedro de Alcântra (nascente), Rua do Diário de Notícias (poente), Travessa da Boa Hora (sul) e Travessa da Cara (norte). Intervencionado no âmbito de uma remodelação imobiliária, este edifício viria a revelar em vários dos seus

1. ICArEHB; hreis928@gmail.com

2. Era Arqueologia SA; tiagopereiro@era-arqueologia.pt

3. Era Arqueologia SA; nelsonCabaco@era-arqueologia.pt

4. Omniknos Lda.; ruiramos@omniknos.pt

5. Era Arqueologia SA.; ICArEHB; antoniovalera@era-arqueologia.pt

compartimentos vestígios de uma ocupação datável do Neolítico Antigo, que corresponde ao prolongamento para norte da ocupação já anteriormente identificada no vizinho Palácio dos Lumiares (Valera, 2006) e Travessa da Boa Hora/Rua do Diário de Notícias (Valera *et al*., 2008) (Figura 2).

A estratigrafia identificada revelou-se semelhante à observada anteriormente, correspondendo a um paleosolo de cor cinzento escuro assente sobre os depósitos miocénicos das Areolas da Estefânia e coberto por um coluvião de sedimentos finos de cor castanho claro. Tal como no Palácio dos Lumiares e Travessa da Boa Hora, este coluvião embalava grande quantidade de materiais atribuíveis ao Neolítico Antigo, resultado da erosão de parte do próprio sítio numa área situada mais a norte e acima na vertente (direcção Príncipe Real), misturados com materiais de épocas posteriores. No que a estes respeita, destaque para um punhal ou pequena alabarda, com três rebites, integrável na Idade do Bronze (Figura 3).

Apenas nas sondagens 7 e 3 (Figura 2) o paleosolo foi sondado, tendo-se registado na sondagem 7 (cujo compartimento dá para a Travessa da Boa Hora) um conjunto de estruturas: um pequeno buraco de poste sub-rectangular (Fig.4:1), uma estrutura de lareira com dois níveis (Fig. 4:2 e 4:4) e um pequeno fosso ou canal (a extensão abrangida pela sondagem não permite ser conclusivo) escavado nos depósitos miocénicos e preenchido por um sedimento idêntico ao do paleosolo, apresentando, no seu topo e do lado Oeste, uma concentração alongada de material lítico e cerâmico (Figura 4:3).

2.1. A componente cerâmica

A cerâmica apresenta-se muito fragmenta e erodida devido a lixiviação, tal como já acontecia com a cerâmica do Palácio dos Lumiares, facto que dificulta a reconstituição formal e dos padrões decorativos. Estão presentes formas esféricas com bordos exvertidos e fragmentos de asas e aplicações plásticas. Nas decorações foi possível registar fragmentos com bandas de impressões unguladas ou traços impressos separados por linhas incisas, recticulado obtido por linhas incisas com pequenos traços impressos perpendiculares no intervalo das linhas, um motivo impresso de filiação cardial (Fig. 6) e um fragmento com motivos em falsa folha de acácia.

2.2. Indústria lítica talhada

Relativamente à indústria lítica procedeu-se à análise preliminar dos materiais em pedra lascada, através de amostragem, proveniente das U.E's [731], [723], [728], [722] e [724], correspondentes às estruturas arqueológicas identificadas na sondagem 7. Esta análise preliminar consistiu na classificação por categorias e subcategorias tecnológicas dos materiais, segundo a matéria-prima, totalizando 814 elementos. A distribuição do número de elementos em pedra lascada por estrutura arqueológica é a seguinte: [722] n=215, [723] n=15, [724] n=64, [728] n=6, [731] n=469.

Neste conjunto foram identificadas todas as fases da cadeia operatória, encontrando-se atestado o talhe no local através da presença de peças com vestígios corticais, de material de preparação/reavivamento e residual. Surgiram, igualmente, evidências da realização de tratamento térmico (presença de peças queimadas (*potlid* e *crazing*)) (Tabela 1).

A categoria tecnológica com maior representação no conjunto corresponde ao material residual (36%), seguido dos produtos debitados (32%) e dos utensílios (22%). As restantes categorias apresentam percentagens residuais (material de preparação e reavivamento – 3%, núcleos – 2% e peça esquirolada – 0,13%) (Tabela 1 e Figura 5)).

A matéria-prima preponderante em todas as categorias tecnológicas é o sílex. A utilização do quartzo leitoso encontra-se atestada, constituindo, este, o segundo tipo de matéria-prima mais utilizada no sítio. Todas as matérias-primas se encontram disponíveis num raio inferior a 3kms, tendo sido já referida para este sítio a jazida de sílex de Campolide (a cerca de 2,5 para Noroeste), como potencial fonte mais próxima (Valera, 2006). A preponderância do sílex em toda a utensilagem, quer sobre suportes alongados, quer sobre lascas, indica uma estratégia de aprovisionamento de matéria-prima com boa aptidão para o talhe (sílex), e o aproveitamento residual de outras rochas de menor aptidão (ex. quartzo).

Desta sondagem é proveniente um total de 16 núcleos para lamelas e lascas, onde foram observadas, sobretudo, negativos de extracções bidirecionais (6) e unipolares (4). Dentro do conjunto de material de preparação e reavivamento (3,25%) foram incluídas 11 peças com córtex, sete *tablettes* e sete flancos de núcleos. O material residual é maioritariamente constituído por fragmentos de sílex. O conjunto de produtos debitados é constituído sobretudo por lascas (66%) e lamelas de sílex (30%), encontrando-se as lâminas pouco representadas (4%) (Figura 5).

A utensilagem é constituída maioritariamente por peças com traços de utilização (60%) (lamelas – 27; lascas – 62, lâminas – 8), seguida de utensilagem de fundo comum (23%) (raspadeiras, furador, lascas e lâminas retocadas). Outras categorias de utensilagem foram identificadas, tais como retoques sobre fragmentos (6%), lamelas retocadas (6%) e outros (2%). A representatividade dos geométricos no conjunto é baixa, encontrando-se apenas registados três exemplares em sílex (dois segmentos e um trapézio). A utilização da técnica de fracturação por golpe de micro-buril encontra-se atestada através da presença de uma lamela com resíduo deste golpe. As tipologias referidas vão de encontro ao que foi já mencionado para os conjuntos artefactuais provenientes de outras sondagens (*vide* trabalhos anteriores no Palácio dos Lumiares, Valera, 2006 e Travessa da Boa Hora, Valera *et al*., 2008).

Sobre os materiais em pedra lascada, recuperados na área ocupada pelo Palácio dos Lumiares, foram realizadas análises traceológicas (Ferreira, 2016) que indicam o trabalho sobre uma vasta gama de matérias-primas, maioritariamente animais (trabalho de pele (fresca e seca), corte da carne/peixe, osso, madeira e cereais). Verificou-se, ainda, um baixo grau de utilização da utensilagem, que se justifica, possivelmente, com a proximidade às fontes de matéria-prima. A prática de actividades cinegéticas encontra-se atestada através da presença de segmentos com fracturas de impacto de projétil (Ferreira, 2016).

Para além destes elementos atrás referidos, foi registada uma peça esquirolada em sílex e 37 fragmentos indeterminados (produtos debitados).

Por último, foram recuperados 42 seixos, três termoclastos em quartzito e um fragmento de polidor (Figura 6). Do coluvião, destaca-se a presença de quatro fragmentos (dois de enxó e dois de mó) e diversos furadores sobre lasca e lamela.

Em suma, no conjunto analisado, verificou-se uma debitagem direccionada para a produção de lascas, ao contrário do que foi verificado para as áreas contíguas, onde a debitagem lamelar é dominante. Tal poderá dever-se ao facto do conjunto presentemente estudado ser de menor dimensão e corresponder a uma amostra proveniente de estruturas arqueológicas específicas, não sendo representativo da globalidade da indústria presente no sítio.

3. PALÁCIO JOSÉ VAZ DE CARVALHO (JVC)

O Palácio José Vaz de Carvalho corresponde ao quarteirão delimitado a nordeste pela travessa com o mesmo nome, a Sudeste pelo Campo dos Mártires da Pátria, Sudoeste pela Alameda de Santo António dos Capuchos e a Noroeste pela Travessa das Recolhidas. Sob aterros recentes (modernos/contemporâneos) no logradouro do palácio identificou-se um depósito silto-argiloso que assentava nas Areolas da Estefânia (Miocénico), nas quais se encontravam escavadas várias valas de origem antrópica (Fig. 7) e uma fossa (cobertas pelo referido depósito), nas quais se concentravam materiais de cronologia pré-histórica, ainda que de épocas distintas, resultado de um preenchimento em que também intervieram episódios coluvionares difíceis de discriminar estratigraficamente (Figura 7).

3.1. Componente cerâmica

A cerâmica apresenta-se muito fragmentada e erodida, impedindo uma adequada reconstituição de formas e padrões decorativos. Estão presentes alguns elementos característicos de cerâmicas neolíticas, nomeadamente elementos de preensão. Os fragmentos em que ainda é possível observar restos decorativos são apenas cinco. Correspondem a um bordo e dois bojos com caneluras paralelas, um fragmento com decoração campaniforme através de pontilhado e um fragmento com recticulado e linhas paralelas (Figura 8).

3.2. Indústria lítica

Foram analisados os materiais em pedra lascada provenientes dos depósitos de enchimento das estruturas negativas (EN14 [14024], EN 15 [14035], EN 16 [14037], EN 17 [14042], EN19 [14040], [14021]) e alguns que, por percolação, se infiltraram no depósito miocénico [14000].

A matéria-prima dominante no conjunto é o sílex, encontrando-se igualmente presente o quartzo leitoso e o quartzito. No conjunto encontram-se presentes elementos integrantes de todas as fases da cadeia-operatória, inclusive nódulos de sílex, com alguns levantamentos, indicando o talhe da pedra no local. Neste conjunto de pedra lascada é frequente a presença de sílex com evidências de meteorização química, principalmente nos materiais da U.E. [14024].

Da [14024] são provenientes alguns núcleos (fragmento, núcleos sobre lasca, prismáticos e globular),

para lascas e lamelas em sílex e núcleos em quartzo (um deles sobre seixo rolado), materiais residuais (fragmentos de talhe, alguns queimados, em sílex e quartzito e uma esquirola), material de preparação e reavivamento (*tablettes*, fragmentos corticais de quartzo, peças com córtex), produtos debitados (lascas em quartzo, sílex e quartzito, lamela, lâminas em sílex (algumas queimadas) e utensílios (raspador, lascas retocadas em sílex e quartzo leitoso, lascas com traços de utilização). Para além destes surgiu, ainda, um bloco de sílex com levantamentos, um seixo rolado de quartzo e um seixo de quartzito anguloso.

A [14021] forneceu núcleos em sílex (núcleo globular queimado, núcleo prismático para lamelas, núcleo de lascas, núcleo bipolar), material de preparação e reavivamento (flanco de núcleo), material residual (fragmentos, alguns queimados), produtos debitados (lascas em sílex e quartzo, lâminas) e utensílios (raspadeira, raspador, lamelas e lascas retocadas e uma lamela com "brilho de cereal").

Da [14035] são provenientes núcleos em sílex (núcleo fragmentado, núcleos sobre lasca, núcleo bipolar, núcleo prismático, núcleos sobre lascas bidireccionais, núcleo de lascas bipolar sobre bigorna, núcleo informe, multipolar, núcleos sobre seixo de quartzito, e em quartzo (bidreccional-cruzado), núcleo bidirecional prismático, cruzado, núcleo em quartzito rosado (grão médio), de onde foram extraídas lascas e lamelas. Foi, igualmente registado, um conjunto de material de preparação e reavivamento (flanco de núcleo, peças com córtex e *tablette*), material residual (restos de talhe, em quartzo e sílex). Relativamente aos produtos debitados foram identificadas lascas em sílex, quartzo e quartzito (algumas corticais), lâminas, lamelas. O grupo dos utensílios é constituído por lascas retocadas, lâmina com lustre de cereal, lamela retocada, denticulados sobre lasca, utensílio sobre *tablette* e lascas com traços de utilização. Para além destes foi identificado um nódulo de sílex com córtex queimado, seixos de quartzo e sílex (córtex rolado) e seixo testado de sílex. Algum do material apresenta tratamento térmico, tendo sido verificada, igualmente, a presença de peças queimadas.

A [14037] forneceu um seixo testado de sílex, núcleos (fragmentos de núcleos, núcleos de lascas em quartzo, núcleo informe de debitagem aleatória e núcleo prismático em sílex), material de preparação e reavivamento (flancos de núcleos, alguns com tratamento térmico, fragmentos de descorticagem em sílex, restos de talhe em sílex e fragmentos de quartzo de grande dimensão), produtos debitados (lascas, lamelas, lâminas e lascas de quartzo e quartzito) e utensílios (núcleos raspadeira, lascas com retoques atípicos bifaciais, lasca retocada e um fragmento de seixo de quartzito. Verificou-se a presença de elementos queimados e de tratamento térmico sobre alguns utensílios. Por último, foi identificado um fragmento de polidor.

Na U.E. [14042] foi recuperado um crescente em sílex, assimétrico com esquirolamentos na base maior, junto à extremidade, uma lâmina, duas lascas com tratamento térmico excessivo, denticulado, fragmentos de talhe e lascas.

Na U.E. [14000] foi recuperado um núcleo informe, uma lasca em sílex com retoque/traços de utilização, lascas, lâmina e fragmentos indeterminados.

Finalmente, na U.E. [14040] foram recuperadas lascas em sílex, lascas de quartzito e quartzo e fragmentos de talhe em sílex (Figura 9). Das restantes UE's destaca-se a presença de um machado em pedra polida fracturado e alguns fragmentos de mó.

Assim, no conjunto da pedra talhada pode referir-se a presença de materiais atribuíveis a uma ocupação do Neolítico Antigo, como os núcleos prismáticos para lamelas, geométricos crescentes, uma forte componente micro laminar (nomeadamente núcleos de micro lamelas), presença de tratamento térmico, associados a um numeroso conjunto de elementos sem cronologia diagnóstica tais como os núcleos de lascas, alguns produtos debitados e utensilagem. A leitura do conjunto de dados disponíveis até ao momento, nomeadamente resultantes da abordagem preliminar aos materiais presentes nas várias U.E.'s, não revelou diferenças ao nível das categorias tecnológicas/tipologias presentes. Contudo, a mistura que se verifica ao nível da componente cerâmica, onde elementos atribuíveis ao Calcolítico se misturam com elementos atribuíveis ao Neolítico Antigo sugerem que o mesmo poderá ocorrer no que à pedra talhada respeita, ainda que não se tenham registado elementos diagnóstico de períodos mais recentes (como grandes lâminas, pontas de seta, geométricos trapézios, etc.).

4. CONCLUSÕES

As intervenções realizadas, juntamente com as efectuadas na Encosta de Sant'Ana (Muralha, Costa,

2006) vêm reforçar a imagem de uma importante ocupação do Neolítico Antigo em torno ao esteiro do Tejo que ocupava a Baixa Lisboeta com prolongamentos pelos vales das actuais avenidas da Liberdade e Almirante Reia/Rua da Palma (Moitinho de Almeida, 2004).

Se a intervenção no Palácio Ludovice veio demonstrar que, tal como já havia sido admitido (Valera, 2006; Valera *et al.* 2008), o sítio identificado no Palácio dos Lumiares e Rua do Diário de Notícias/Travessa da Boa Hora se prolongava para norte, revelou também novas estruturas, entre as quais se encontra um possível fosso/valado coberto pelo paleosolo e por uma estrutura de lareira.

Já a intervenção no Palácio José Vaz de Carvalho veio alargar para Norte, para o planalto interflúvio do Campo dos Mártires da Pátria, as ocupações em torno ao esteiro, situando-se a cerca de 800m a noroeste do sítio da Encosta de Sant'Ana.

Em ambos os casos, porém, presenças artefactuais indiciam ocupações mais tardias destes mesmos espaços, cuja natureza é ainda desconhecida. É o caso da presença de cerâmica calcolítica (nomeadamente campaniforme) no Campo dos Mártires da Pátria e de um elemento metálico (punhal/pequena alabarda) no coluvião do Palácio Ludovice.

Estes contextos vêm igualmente reforçar a ideia de que a urbanização moderna da cidade não obliterou na totalidade ocupações mais antigas, inclusivamente pré-históricas. De facto, vai sendo demonstrado que a forma construtiva dos alicerces dos grandes edifícios setecentistas e oitocentistas e a existência de pátios e jardins internos permitiu a preservação de estratigrafias antigas entre valas de fundação e alas de edifícios. Facto que deverá ser tido em conta em futuras obras a realizar em edifícios adjacentes aos agora intervencionados, mas também noutras zonas da cidade onde esta arquitectura ainda perdura. A identificação deste tipo de contextos, mesmo que parcialmente intervencionados, com níveis de caracterização díspares e diferentes estados de preservação, vai contribuindo para o conhecimento da ocupação do actual território da cidade de Lisboa ao longo da Pré-História, ao mesmo tempo que sublinha a contribuição da arqueologia preventiva e de minimização para esse mesmo conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

FERREIRA, Ângela (2016) – Palácio dos Lumiares e Encosta de Sant'Ana: análise traceológica. Resultados preliminares. IN (coord.) DINIZ, M; NEVES, C., MARTINS, A.; O Neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020: Perspectivas em debate. *Monografias*, 2. Associação dos Arqueológos Portugueses, Lisboa, pp. 79-86.

MOITINHO DE ALMEIDA, Isabel (2004) – Caracterização geológica do Esteiro da Baixa. *Monumentos*, 21, pp. 152-157.

MURALHA, João; COSTA, Claúdia (2006) – A ocupação neolítica da Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz, Lisboa). BICHO, N.; VERÍSSIMO,H., eds – Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV congresso de arqueologia peninsular, Faro, 14 a 19 Setembro de 2004. Faro: Universidade do Algarve (*Promontória Monográfica*, 04), pp. 15-169.

VALERA, António Carlos (2006) – O Neolítico da desembocadura do Paleo Estuário do Tejo: dados preliminares do Palácio dos Lumiares (Bairro Alto, Lisboa). *Era Arqueologia*, 7. Lisboa. pp.86-108.

VALERA, António Carlos; COELHO, Manuela; FERREIRA, Ângela (2008) – Novos dados sobre a ocupação neolítica do Bairro Alto (Lisboa): intervenção na travessa da Boa Hora. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 2. Lisboa, pp. 7-12.

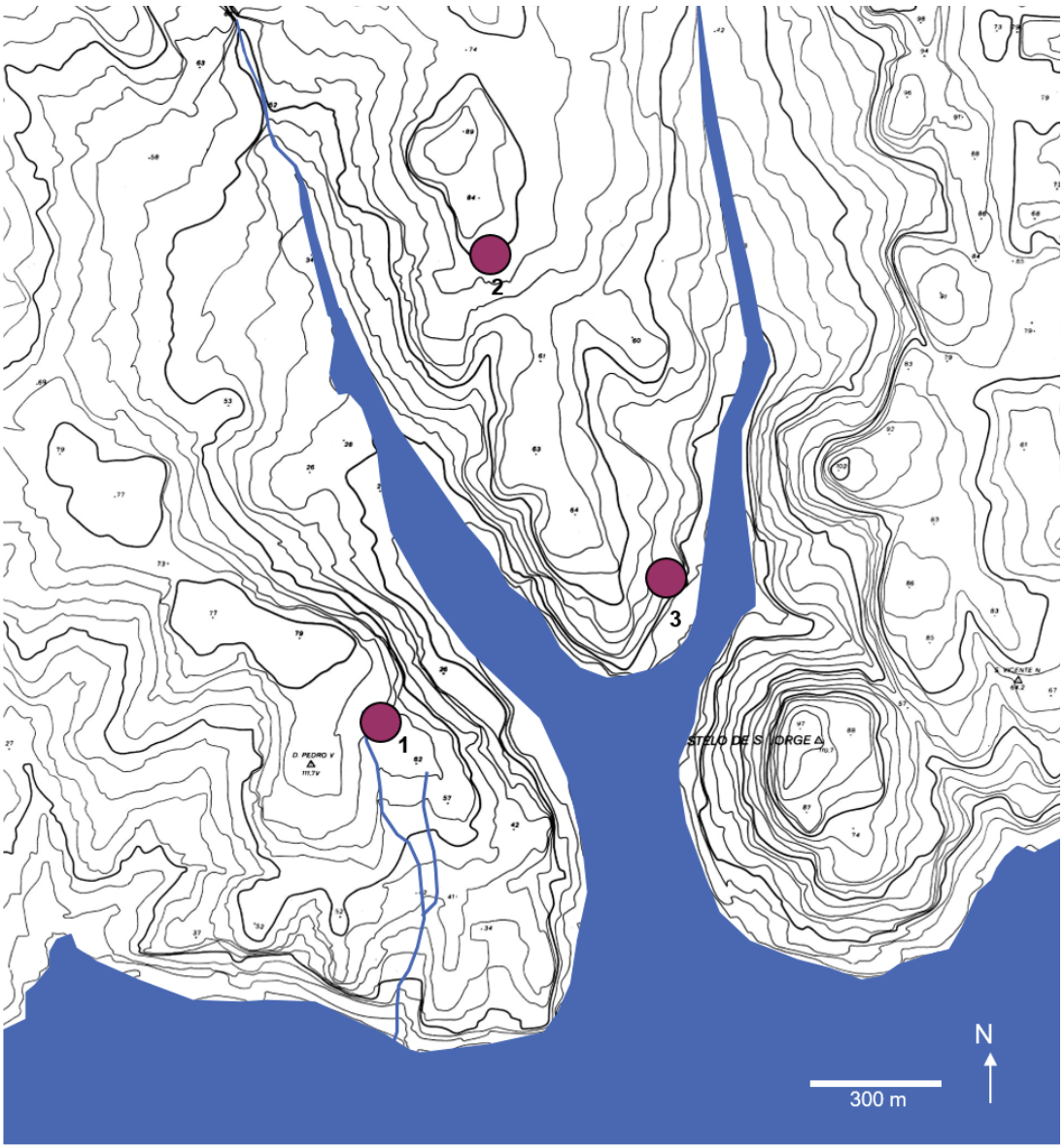


Figura 1 – Localização dos sítios mencionados no texto, sobre a área do Esteiro da Baixa (reconstituição a partir de Moitinho, 2004). 1 – Palácio dos Lumiares / Palácio Ludovice 2 – Campo dos Mártires da Pátria 3 – Encosta de Sant'Ana.

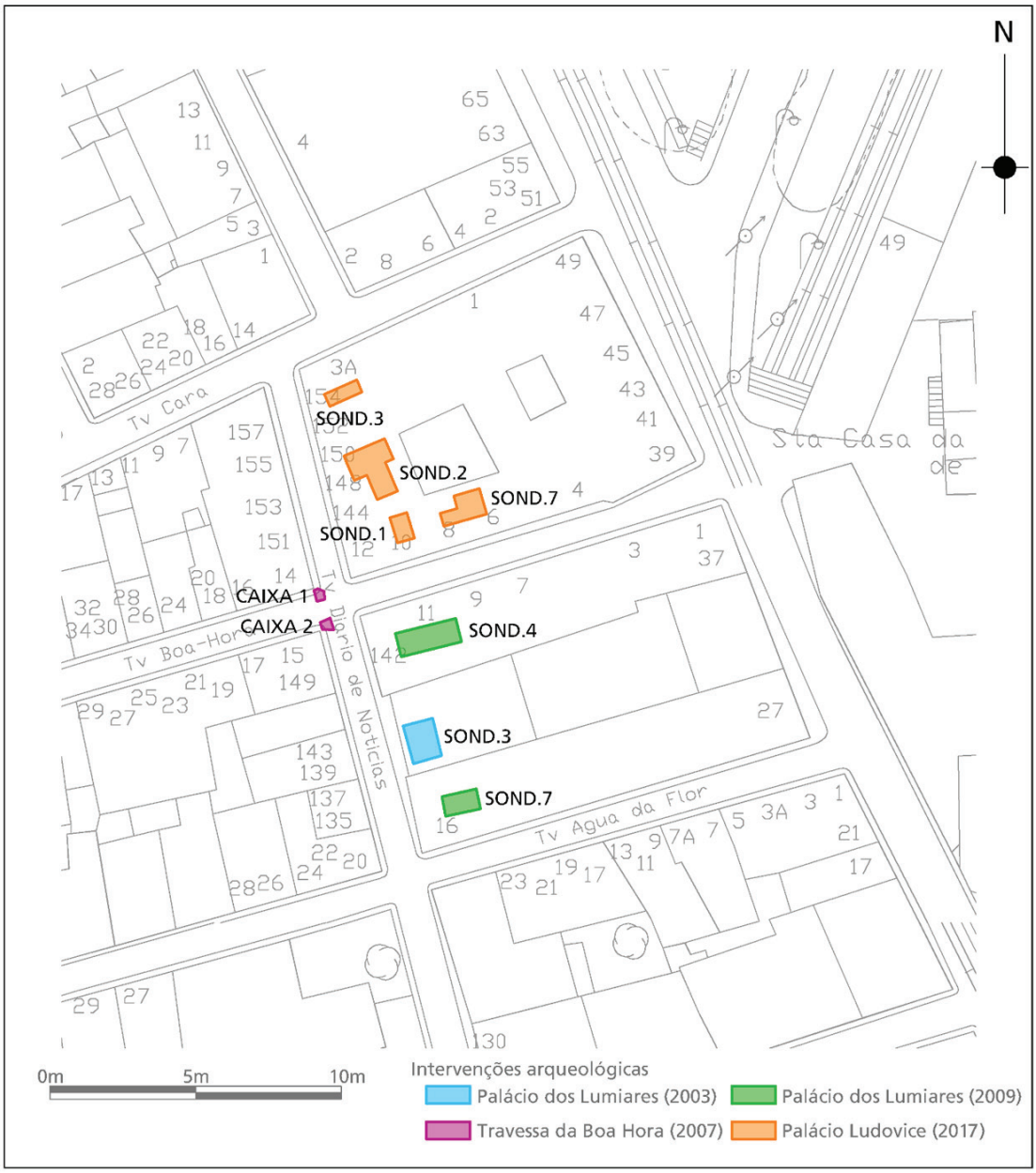


Figura 2 – Localização das intervenções arqueológicas onde foram identificados contextos conservados atribuíveis ao Neolítico Antigo (paleosolo e outras estruturas) no sítio dos Palácios dos Lumiares e Ludovice.



Figura 3 – Palácio Ludovice: punhal/alabarda com três rebites.

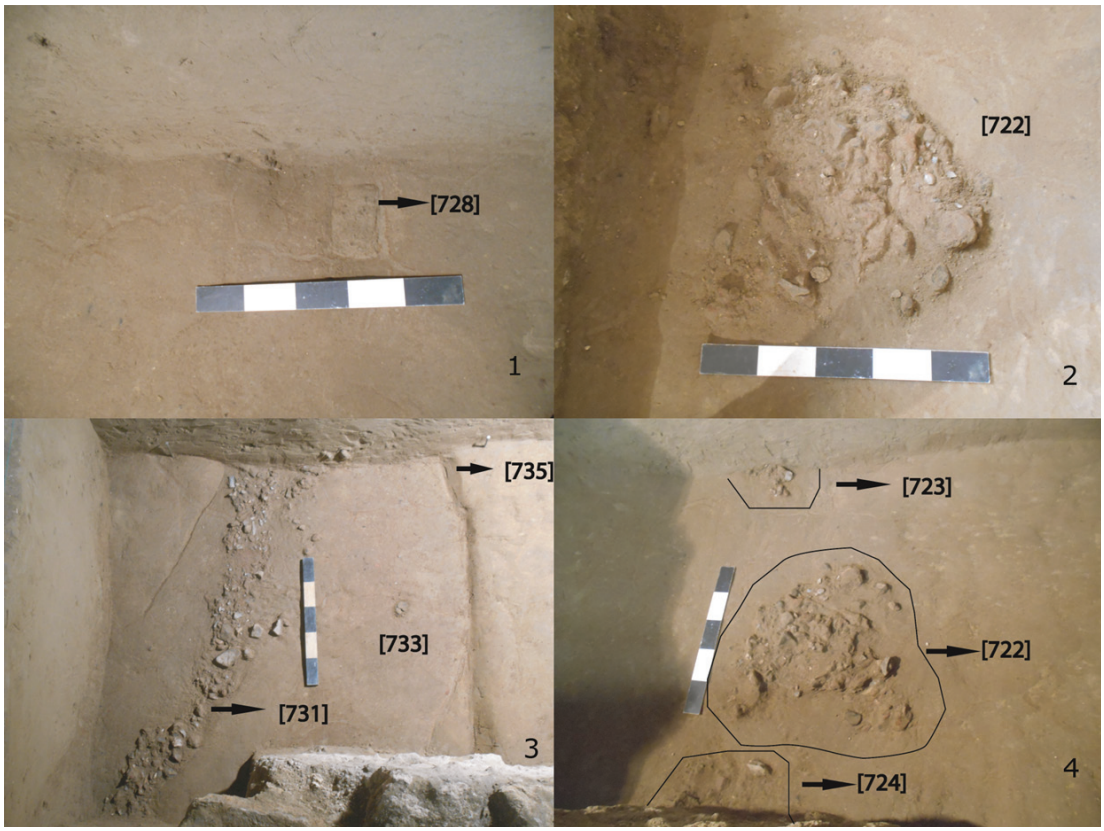
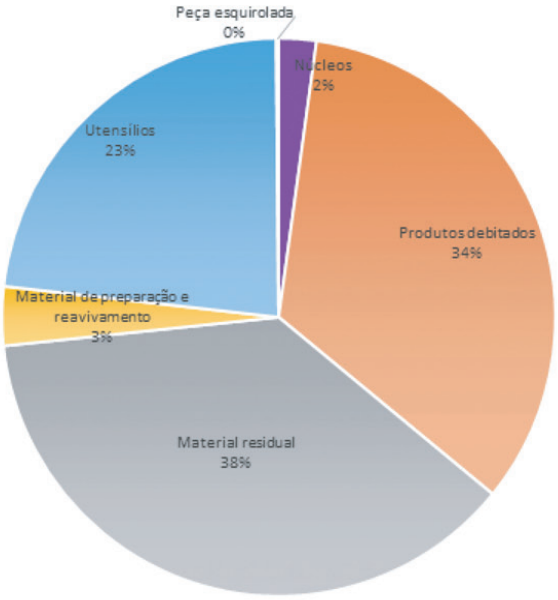


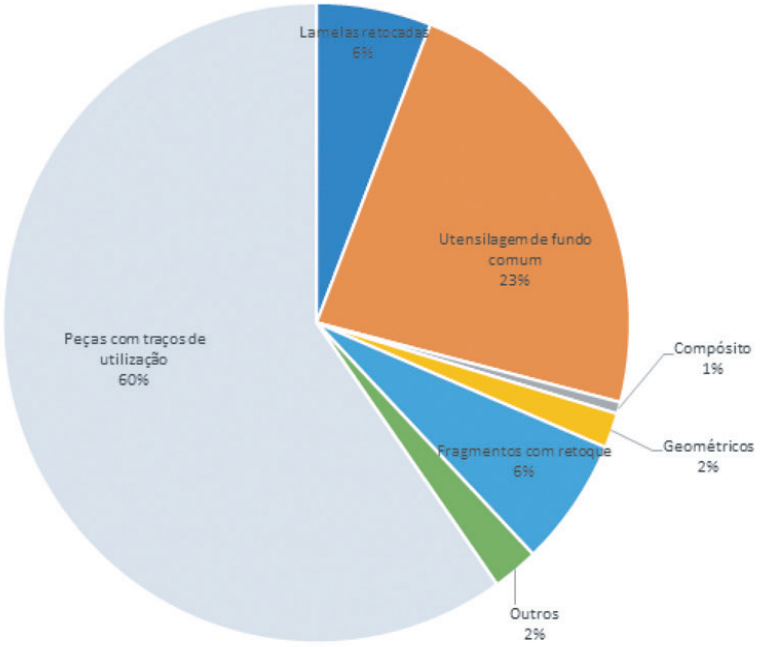
Figura 4 – Palácio Ludovice: vista das estruturas da Sondagem 7; 1. Buraco de poste; 2. Nível superior da lareira; 3. Fosso/Canal; 4. Nível inferior da lareira.

	Matéria-prima	Sílex	%	Quartzito	%	Quartzo	%	Outras	%	Total	%
Núcleos		15	93,75%	1	6,25%					16	2,08%
Produtos debitados		224	90,69%	1	0,40%	22	8,91%			247	32,12%
	Lasca	146	89,02%	1	0,61%	17	10,37%			164	66,40%
	Lamela	68	93,15%			5	6,85%			73	29,55%
	Lâmina	10	100,00%							10	4,05%
Material residual		230	83,94%	3	1,09%	34	12,41%	7	2,55%	274	35,63%
	Fragmentos	206	82,73%	3	1,20 %	33	13,25%	7	2,81%	249	90,88%
	Esquirola	24	96,00%			1	4%			25	9,12%
Material de preparação e reavivamento		25	100,00%							25	3,25%
	Peça com córtex	11	100,00%							11	44,00%
	Tablette	7	100,00%							7	28,00%
	Flanco de núcleo	7	100,00%							7	28,00%
Utensílios		164	97,04%			4	2,37%	1	0,59%	169	21,98%
	Lâminas retocadas	7	100,00%							7	4,14%
	Lamelas retocadas	10	100,00%							10	5,92%
	Lascas retocadas	26	96,30%					1	3,70%	27	15,98%
	Entalhes	3	100,00%							3	1,78%
	Raspadeira	1	100,00%							1	0,59%
	Furador	1	100,00%							1	0,59%
	Compósito	1	100,00%							1	0,59%
	Geométricos	3	100,00%							3	1,78%
	Fragmentos com retoque	11	100,00%							11	6,51%
	Peças com traços de utilização	97	96,04%			4	3,96%			101	59,76%
	Outros	4	4%							4	2,37%
Peça esquirolada		1	1%							1	0,13%
Fragmentos indeterminados *		33	89,19%	1	2,70%	3	8,11%			37	4,81%
Total		692	89,99%	6	0,78%	63	8,19%	8	1,04%	769	100,00%

Tabela 1 – Distribuição do material talhado por categorias tecnológicas e matérias-primas, provenientes das U.E's [731], [723], [728], [722] e [724]. * Fragmentos indeterminados de produtos debitados.



1



2

Figura 5 – Palácio Ludovice: 1. Categorias tecnológicas em pedra lascada, provenientes das U.E's [731], [723], [728], [722] e [724]. 2. Distribuição tipológica da utensilagem.



Figura 6 – Palácio Ludovice: Pedra lascada - lâmina, lamelas, lascas e utensílios (núcleo raspadeira, furador, geométricos) e cerâmica decorada.



Figura 7 – Aspecto de duas das estruturas identificadas no Palácio José Vaz de Carvalho.



Figura 8 – Palácio José Vaz de Carvalho: cerâmica decorada calcolítica e cerâmica com elemento de preensão do Neolítico.



Figura 9 – Pedra lascada do Palácio José Vaz de Carvalho: núcleo, lamelas e lâmina, utensílios (denticulados) e lascas.

AS GALERIAS DE MINERAÇÃO DE SÍLEX DE CAMPOLIDE E O SEU CONTEXTO EUROPEU. COMPARAÇÕES E ANÁLISE

Eva Leitão[1], Carlos Didelet[2], Guilherme Cardoso[3]

RESUMO

A mineração de sílex durante o Neolítico e o Calcolítico foi um aspecto recorrente da Pré-História europeia, seja através de galerias subterrâneas ou da exploração de veios ao ar livre dessa rocha sedimentar. Conhecem-se vários locais na Europa onde se procedeu à extracção de sílex. No séc. XIX, trabalhos coordenados por Paul Choffat em obras realizadas durante o alargamento do túnel ferroviário do Rossio, em Campolide, descobriram-se duas galerias de mineração de sílex. Pesquisa realizada às colecções do Museu Geológico e outros arquivos, possibilitou uma melhor compreensão do que se descobriu em 1888, comparando o caso português com outros de igual período e semelhança a nível europeu. De amostras dos vários elementos líticos em depósito no referido museu e de outras provenientes de Monsanto efectuou-se análise petrográfica.

Palavras-chave: Análise petrográfica, Lisboa, Mineração, Neolítico, Sílex.

ABSTRACT

Flint mining during the Neolithic and the Chalcolithic was a recurring aspect of European Prehistory, either through underground galleries or through the exploitation of open shafts of this sedimentary rock. Several sites are known in Europe where flint extraction has been carried out. In the century XIX, works coordinated by Paul Choffat, during the widening of the Rossio railway tunnel in Campolide, two flint mining galleries were discovered. A survey carried out on the collections of the Geological Museum, and other archives, allowed a better understanding of what was discovered in 1888, comparing the Portuguese case with others of similar period and similarity at European level, as well as the petrographic analysis of the various lithic elements in deposit in that museum.

Keywords: Petrography, Lisbon, Mining, Neolithic, Flint.

O recurso e utilização do sílex foi algo de transversal na Pré-História Europeia, principalmente durante o Neolítico quando se regista em vários países europeus a sua extração por mineração de veios subterrâneos, através de galerias escavadas no subsolo de forma a aceder a essa matéria-prima. Quando em 1888 decorriam trabalhos de alargamento do Túnel Ferroviário do Rossio, em trabalhos coordenados por Paul Choffat (Choffat 1889, 1907), foi com alguma surpresa que se registou o aparecimento de galerias subterrâneas para extração de sílex. Para além de algum material lítico recuperado e em depósito no Museu Geológico, pouco mais se sabe acerca dessas mesmas galerias que não sobreviveram aos trabalhos de alargamento do túnel de Campolide. Lamenta-se que os restos osteológicos humanos não tenham tido a mesma sorte que o material lítico recuperado (Figura 1).

Nas reservas do Museu Geológico ficaram depositados os materiais recolhidos, permitindo assim delinear uma ideia da utilização das galerias em questão e a sua semelhança com casos europeus da mesma época.

Em grande parte da Europa durante o Neolítico,

1. C.A.L., Câmara Municipal de Lisboa; eva.leitao@cm-lisboa.pt

2. C.A.L., Câmara Municipal de Lisboa; Instituto de Arqueologia e Paleociências, Univ. Nova de Lisboa; carlos.vasques@cm-lisboa.pt

3. C.A.L., Câmara Municipal de Lisboa; guilherme.cardoso@cm-lisboa.pt

registam-se a ocorrência de galerias de mineração de sílex como em Inglaterra (Graves Grimes, Great Langdale), Irlanda (Tievebulliagh), França (Île-de--France, Saint-Gond), Bélgica (Spiennes), Alemanha (Arnhofen) ou Polónia (Krzemionki e Ṣaspów), em Itália (Gargano) ou Espanha (Treviño e Casa Montero). Na região de Lisboa é de referir os casos de Pedreira do Aires e Monte das Pedras (Andrade e Matias, 2011, pp. 149-156).

Na sua maioria estiveram em atividade desde o Neolítico Final até ao Calcolítico Médio quando a maioria foi desativada e algumas entulhadas ou reutilizadas como necrópole (como parece ter sido o caso das galerias de Campolide). Em Espanha, próximo de Barcelona – complexo de mineração de Gavà – Can Tintorer, encontrou-se igualmente um complexo de galerias subterrâneas onde se procedeu a mineração, mas aí procurava-se extrair variscite, mineral bastante apreciado durante o Neolítico e utilizado na confeção de objetos de ornamentação, entre os quais pulseiras e elementos de colar.

No caso das galerias que surgiram nas obras do Túnel do Rossio, o intuito seria de facto a extração de sílex, procurando veios de melhor qualidade que poderiam "correr" subterraneamente. As galerias encontradas em Lisboa são relativamente "modestas" se comparadas com o complexo mineiro de Grimes Graves ou Cissbury, localizadas em Inglaterra, as de Spiennes na Bélgica ou as de Île-de-France em França. Todos os sítios mencionados, na sua fase final foram utilizados como necrópole, perdurando essa utilidade em alguns dos locais até ao Bronze Inicial.

Do material em depósito no Museu Geológico que tivemos a oportunidade de estudar, salienta-se a grande quantidade de percutores em basalto, nódulos de sílex por trabalhar, um pequeno número de machados de anfibolito e reduzida quantidade de lâminas de sílex. Na sua maioria de acordo com as observações Paul Choffat e por ele descritas em 1889, 1907 e que por sua vez Leite Vasconcellos publicou no primeiro volume de *Religiões da Lusitânia*. Este material insere-se cronologicamente no Neolítico Final (Figura 2), (Figura 3).

Enquadrando-se este estudo na revisão de conhecimentos acerca da zona de Monsanto e sua envolvente, no plano de trabalhos que vem sendo desenvolvido pelo Centro de Arqueologia de Lisboa, o mesmo será aprofundado com análises a realizar através de lamelas delgadas de sílex. Em termos de análise geológica, o sílex que podemos encontrar em Monsanto (e em regra o que podemos encontrar no concelho de Lisboa), de onde provem os veios explorados nas galerias de Campolide, caracteriza-se por se ter formado durante o Cenomaniano e pertencem à Formação de Bica, com cerca de 97 milhões de anos, observando-se, ainda hoje, vários locais do período Cretácico na cidade, nomeadamente os diversos geomonumentos e no Parque Florestal de Monsanto (PFM) (Figura 4).

O sílex dos calcários desta formação apresenta estrutura variável, sendo a mais abundante a forma tabular, com níveis paralelos entre si, intercalados por calcários, existindo também de forma nodular, de dimensões destintas e com forma irregular, sendo que a análise dos núcleos de sílex que se preservam no Museu Geológico e provenientes de Campolide mostrou que os mesmos se inserem nesta descrição (Figura 5).

Ao longo do trabalho que tem sido desenvolvido no PFM e suas imediações, foi possível localizar jazidas de sílex em vários e destintos locais desta formação, como é o caso da Pedreira da Cruz das Oliveiras, a poente do tribunal de Monsanto, Vertente Norte da Ribeira de Alcântara, escarpa do Povoado de Vila Pouca, Pedreira do Alvito e Geomonumento do Parque do Rio Seco. Esta primeira abordagem à mineração de sílex em Lisboa terá desenvolvimento posterior após a conclusão dos trabalhos laboratoriais que se têm vindo a realizar.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M. A.; MATIAS, H. (2011) – Pedreira do Aires and Monte das Pedras: two Neolithic flint "mines" in the Lisbon Peninsula. *Proceedings of the 2nd International Conference of the UISPP Comission on the Flint Mining in Pre- and Protohistoric Times*. BAR International Series 2260. Hadrian Books. Oxford. pp. 149-156.

BARBER, Martyn; FIELD, David; TOPPING, Peter (1999) – *The Neolithic Flint Mines of England.* Swindon. English Heritage.

CAMPRUBRI, Antoni; MELGAREJO, Joan-Carles; PROENZA, Joaquín A.; BOSCH, Josep (2003) – Mining and geological knowledge during the Neolithic: a geological study on the variscite mines at Gavà, Catalonia. *Episodes Journal of International Geosciences,* Vol. 26, nº 4.

CAPOTE, M.; CONSUEGRA, S.; DÍAZ-del-RÍO, P.; TERRADAS, X. (eds., 2011) – *Proceedings of the 2nd International Conference of the UISPP Comission on the Flint Mining in Pre- and Protohistoric Times*. BAR International Series 2260. Hadrian Books. Oxford.

CASTLEDEN, Rodney (1992) – *Neolithic Britain: new Stone Age sites of England*, Scotland, and Wales. Routledge.

CHOFFAT, Paul (1889) – *Étude géologique du Tunnel du Rocio: contribution à la connaissance du sous-sol de Lisbonne*. Imp. de l'Académie Royale des Sciences. Lisboa.

CHOFFAT, Paul (1907) – Exploitation souterraine du silex à Campolide, aux temps néolithiques. *O Archeologo Português*, Vol. 12, nº 5-8, pp. 338-342.

CLUTTON-BROCK, Juliet (1984) – Excavations at Grime's Graves – Norfolk 1972-1976. *Fascicule 1: Neolithic Antler Picks from Grime's Graves, Norfolk, And Durrington Walls, Wiltshire: A Biometrical Analysis*. British Museum Press.

COLLET, Hélène (2004) – Les mines néolithiques de Spiennes: état des connaissances et perspectives de recherche. *Actes du XIVème congrès UISPP*. Archaeopress. Oxford.

COLLET, Hélène (2014) – *Les minières néolithiques de silex de Spiennes. Patrimoine mondial de l'Humanité (Carnets du patrimoine 126),* Institut du Patrimoine Wallon.

COLLET, Hélène; HAUZEUR, Anne; LECH, Jacek (2008) – The prehistoric flint mining complex at Spiennes (Belgium) on the occasion of its discovery 140 years ago. *BAR International Series 1891*, pp. 41-77.

LEOPOLD, Matthias; VOLKEL, Jörgen (2006) – Neolithic flint-mines in Arnhofen, Southern Germany: a ground penetrating radar survey as a planing tool for archaeological excavation. *Geophysical Research Abstracts,* Vol. 7.

GOSSELIN, Françoise (1986) – Un site d'exploitation du silex à Spiennes (Hainaut), au lieu-dit "Petit-Spiennes". *Vie archéologique* 22, pp. 33-160.

GUILLAUME, Christine; LIPINSKI, Philippe; MASSON, Annie (1987) – *Les mines de silex néolithiques de la Meuse dans le contexte européen*. Musées de la Meuse, Sampigny.

HOLGATE, Robin (1991) - *Prehistoric Flint Mines*. Shire Archaeology.

HUBERT, François (1978) – Une minière néolithique à silex au Camp-à-Cayaux de Spiennes. *Archaeologia Belgica*, 210.

HUBERT, François (1997) – L'exploitation préhistorique du silex à Spiennes. *Carnets du Patrimoine* nº 22.

MARTINEAU, Rémi; CHARPY, Jean-Jacques; AFFOLTER, Jehanne; LAMBOT, Bernard (2014 – Les Minières de silex Néolithiques des Marais de Saint-Gond (Marne). *Revue Archéologique de l'Est,* T. 63-2014, pp. 25-45.

PAIS, José; MONIZ, Catarina; CABRAL, João; CARDOSO, João Luís; HENRIQUES, Paulo (2006) – *Notícia Explicativa Folha 34 – D Lisboa, da Carta Geológica de Lisboa*, na Escala 1:50 000, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação Departamento de Geologia, Lisboa.

PIGGOTT, Stuart (1986) – Early British Craftsmen. *Antiquity*, LX, 230, pp. 189-192.

RUSSELL, Miles (2000) – *Flint Mines in Neolithic Britain*. Tempus. Stroud.

RUSSELL, Miles (2000) – *Monuments of the British Neolithic: The Roots of Architecture.* Tempus. Stroud.

SCARRE, Chris (2005) – *The Human Past*. Thames & Hudson. pp. 414.

SHEPHERD, Robert (1980) – *Prehistoric Mining and Allied Industries*. Academic Press, London.

VASCONCELLOS, José Leite de (1897) – *As Religiões da Lusitânia*. Vol. I. Imprensa Nacional. Lisboa.

Este trabalho foi apoio na consulta de bibliografia da Biblioteca de Estudos Euro-Asiáticos do Instituto Arqueológico Alemão – Berlim.



Figura 1 – O túnel do Rossio, em Campolide, na actualidade.

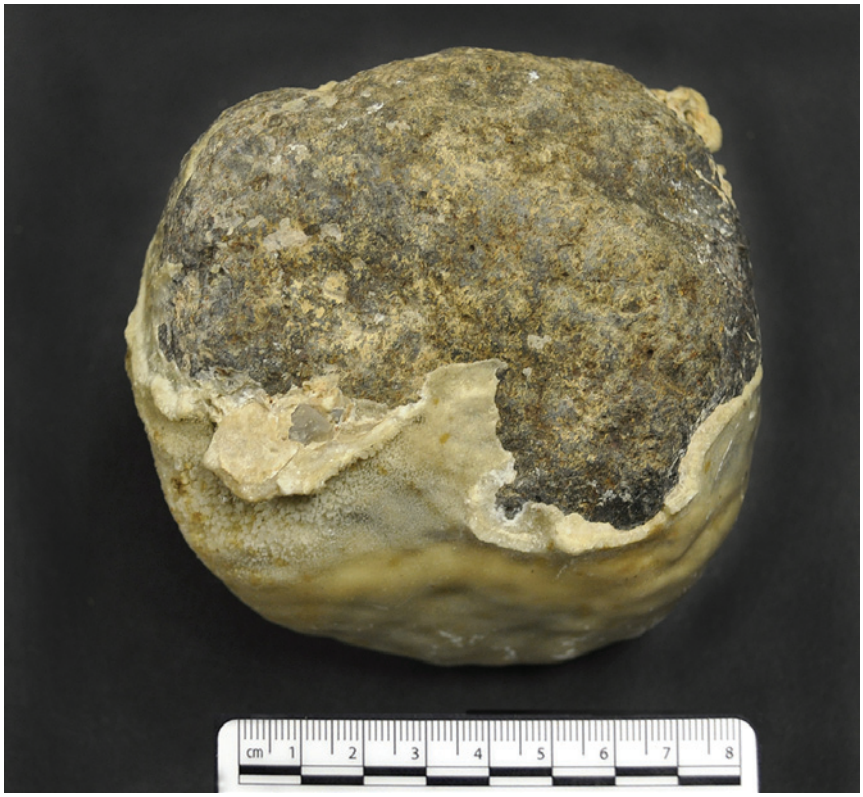


Figura 2 – Percutor de sílex recolhido por Paul Choffat nas galerias de Campolide. Museu Geológico – LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia.



Figura 3 – Lascas de sílex recolhido por Paul Choffat nas galerias de Campolide. Museu Geológico – LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia.



Figura 4 – Nódulo de sílex no meio dos calcários da Formação de Bica, lateral ao túnel do Rossio, em Campolide.



Figura 5 – Bloco de sílex recolhido junto ao túnel do Rossio, em Campolide. CAL (Centro de Arqueologia de Lisboa).

O POVOAMENTO NEOLÍTICO EM AVIS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DOS DADOS DISPONÍVEIS

Ana Cristina Ribeiro[1]

RESUMO

O trabalho que se apresenta integra o projecto de investigação *Território e espaços de morte na Pré-História Recente. Contributo para uma nova leitura do povoamento megalítico no concelho de Avis*. A recente identificação de locais com indícios de ocupação habitacional, permanente ou semipermanente, associados, de forma genérica, ao Neolítico Antigo abre uma nova perspectiva para o conhecimento das opções territoriais relacionadas com o povoamento pré-histórico. Com base nos dados disponíveis pretende-se apresentar uma primeira síntese interpretativa, suportada por uma avaliação preliminar desses resultados, contribuindo para uma leitura das estratégias de povoamento durante o Neolítico, em particular das etapas iniciais.

Palavras-chave: Avis, Prospecção, Neolítico, Sítios Arqueológicos.

ABSTRACT

This text presents an summary of the pre-historic settlement of the municipality of Avis which results from the research project "Territory and spaces of death in Recent Prehistory. Contribution for a new reading of the megalithic settlement in the municipality of Avis". The recent evidence for new sites with permanent or semipermanent occupation, associated generally, to the ancient Neolithic period, opens a new perspective for the study of the prehistoric settlement in this area. Based on the present available data and supported by a first evaluation of these results, a brief preliminary consideration is presented for the settlement strategies during the Neolithic period, in special for the initial stages.

Keywords: Avis, Prospecção, Neolithic, Archeological sites.

1. INTRODUÇÃO

A localização privilegiada de Avis, numa zona de transição, confere a este território uma riqueza e diversidade naturais que, desde cedo, determinaram a ocupação humana na região. A área em estudo constitui, assim, uma zona fundamental para a compreensão dos processos de relação inter-regional, sendo essencial determinar qual o seu papel e a sua importância nos eixos de circulação do interior, em particular durante a Pré-História.

Apesar das evidências de uma ocupação recuada (Ribeiro e Salvador, 2013), o facto é que os vestígios mais antigos não se encontram ainda suficientemente documentados.

Os indícios da presença humana tornam-se mais representativos durante a Pré-História Recente, associados a conjunto considerável de monumentos megalíticos, referenciados na bibliografia desde o final do século XIX (Ribeiro, 2015, p.17-20). Os vestígios relacionáveis com contextos habitacionais afiguravam-se raros, associados a evidências avulsas, muitas vezes descontextualizadas.

Ao longo da última década foram documentadas diversas ocorrências que reflectem a diversidade arqueológica desta região. A elaboração da "Carta Arqueológica de Avis" (2005-2014) e, mais recentemente, a realização do projecto "Território e espaços de morte na Pré-História Recente. Contributo para uma nova leitura do povoamento megalítico no concelho de Avis TEMPH" (2014 – em curso), vieram confirmar a existência de diversos locais com

1. Centro de Arqueologia de Avis; ana.ribeiro@cm-avis.pt

vestígios de ocupação pré-histórica, reveladores de um potencial arqueológico que até então permanecia desconhecido.

Embora as evidências registadas decorram exclusivamente de prospecções, a identificação de um conjunto considerável de vestígios de ocupação alterou, de forma determinante, a visão da distribuição das comunidades pré-históricas no território em estudo. A ocupação pré-histórica, até então associada aos monumentos megalíticos funerários, passa a incluir evidências de contextos habitacionais e arte rupestre (Ribeiro, no prelo/a), os quais permitem delinear novas abordagens relativamente ao povoamento pré-histórico local.

Os trabalhos realizados em 2016 revelaram-se significativos, não só pelo aumento expressivo de sítios com potencial arqueológico, associados à Pré-História, mas sobretudo pela tipologia e enquadramento cronológico de um conjunto considerável de evidências registadas. Contrariamente ao que sucedeu nas campanhas anteriores, em que a maioria dos vestígios correspondia a contextos funerários (*idem*, 2014), uma parte significativa dos locais identificados em 2016 apresentam indícios de ocupação habitacional relacionadas com os primeiros momentos de neolitização do território.

O conjunto de evidências registadas, e que constituem a base do presente artigo, estão concentradas na Ribeira de Seda, numa zona actualmente ocupada pela Albufeira do Maranhão e, consequentemente, submersa. A identificação dos vestígios decorreu de condições excepcionais que possibilitaram aceder às cotas mais baixas, onde ocorrem os testemunhos de ocupação, agrupados no que foi designado por Complexo do Pedrogão.

2. COMPLEXO DO PEDROGÃO: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

Os vestígios de ocupação registados, alguns dos quais passíveis de classificar como povoado, encontram-se associados, de acordo com alguns indicadores recolhidos, a etapas iniciais do Neolítico.

As dificuldades na identificação em prospecção de testemunhos de ocupação nesta zona deve-se a um conjunto de factores, nomeadamente:

- à implantação em zonas baixas, submersas pela albufeira do Maranhão;
- à sedimentação recente, em particular dos locais mais planos ou com maior incidência de aflora-mentos, onde se encontram geralmente os vestígios de ocupação pré-histórica;
- à ausência de estruturas construtivas;
- à baixa densidade de vestígios arqueológicos à superfície.

Constituído, neste momento, por 26 locais com potencial arqueológico, dos quais 19 correspondem a manchas de ocupação, claramente individualizadas, o Complexo do Pedrogão ocupa uma extensa área, correspondente a cerca de 1,5km, onde se registaram também diversas rochas gravadas e um monumento megalítico.

Os vestígios encontram-se distribuídos pelas margens da ribeira, verificando-se um vazio de testemunhos cuja causa poderá estar associada à construção, já no século XX, de uma ponte e à exploração de uma pedreira, possivelmente responsáveis pela destruição de áreas de interesse arqueológico.

A campanha de 2017, actualmente a decorrer, veio confirmar a existência de novas manchas de ocupação, cuja confirmação da extensão dos vestígios e respectiva integração cronológica e cultural depende, no entanto, da descida do nível de água da Albufeira. No entanto, e tendo em consideração recentes achados, tudo indica que o número de indícios da presença humana nesta área tenderá a aumentar.

Apesar da visão parcial dos testemunhos de ocupação nesta zona, as evidências reunidas revelam já características idênticas:

- Ocupam zonas baixas, sem condições naturais de defesa ou domínio visual;
- Encontram-se implantados em locais onde predominam solos com pouca aptidão agrícola, mas próximos de manchas de solos de boa qualidade;
- Os vestígios distribuem-se pela orla de granitos que ladeiam a ribeira, sendo notória a preferência por concentrações de rochas, preferencialmente individualizadas;
- Nos conjuntos artefactuais predominam os recipientes em cerâmica, ocorrendo, em número mais reduzido, utensílios líticos e subprodutos de talhe;
- Ausência de indicadores habitualmente associados a prática de agricultura, nomeadamente elementos de moagem e utensílios em pedra polida.

As evidências localizam-se, de um modo geral, em terrenos arenosos, de baixa altitude e relevo pouco acidentado, situados nas margens da ribeira de

Seda e na orla de afloramentos associados ao Maciço Eruptivo de Benavila.

Ao nível da aptidão dos solos, registaram-se algumas variações: na zona onde se verifica a maior concentração de vestígios predominam solos com qualidade, enquanto na margem oposta, o solo é predominantemente pobre, de classe C. Igualmente débeis são os solos associados aos locais situados a montante, predominantemente de classe D e E, salientando-se, no entanto, a ocorrência, na sua envolvente imediata, de pequenas manchas de elevada capacidade agrícola.

Os vestígios de ocupação pré-histórica distribuem-se pelas margens da ribeira e incluem, para além das evidências de zonas de habitat, concentradas sobretudo na margem esquerda, rochas gravadas com covinhas, isoladas ou agrupadas em painéis, e um monumento megalítico funerário, localizados na margem direita da ribeira.

As rochas gravadas confirmam a predominância das covinhas como o motivo mais frequente do conjunto identificado até ao momento (Ribeiro, no prelo/b). A sua relação com contextos funerários é uma vez mais afirmada pelos motivos associados à anta localizada nesta zona. Verificou-se, no entanto, o aumento do número de rochas associadas a contextos não funerários, em particular integradas nos perímetros de manchas de ocupação associadas ao Complexo do Pedrogão. Este enquadramento não tinha sido verificado nos trabalhos anteriores (Ribeiro, no prelo/b), pelo que esta relação vem reforçar o simbolismo multifacetado associado a estes motivos gravados.

O monumento megalítico, designado por Abessara 3, foi identificado em 2016 e encontra-se implantado na orla dos afloramentos graníticos, localizando-se no limite, aferido até ao momento, das manchas de ocupação. Corresponde a uma estrutura de dimensão média, construída em granito e com corredor. Da câmara conservam-se sete esteios tombados e a tampa caída. Do corredor persistem dois esteios tombados junto à entrada, e mais dois deslocados, um próximo do corredor e outro sobre o que resta da estrutura tumular.

Os esteios estão associados a uma concentração de pedras, predominantemente de pequena dimensão, mas onde se verifica a ocorrência de grandes blocos que estariam aparentemente integrados na estrutura tumular do monumento.

A câmara encontra-se muito danificada pelas raízes da árvore que cresce no seu interior, estando igualmente sujeita a erosão fluvial, que colocou a descoberto alguns materiais, dos quais se destaca uma taça carenada com perfil completo, característica nos contextos integrados no 4.º e início do 3.º milénios a. C.. A utilização da anta integra-se, assim, numa fase mais tardia, sendo difícil de determinar qual a relação entre o monumento e os vestígios de ocupação registados na sua envolvente. Permanece, no entanto, por esclarecer se a sua construção/primeira utilização poderá ser mais antiga.

3. UMA ANÁLISE PRELIMINAR DOS DADOS DISPONÍVEIS

A identificação de novos contextos relacionados com as etapas inicias do Neolítico constitui um elemento determinante no estudo da ocupação pré-histórica deste território. Até 2016 não existiam dados inequívocos que pudessem ser relacionados com os primeiros momentos da neolitização. No sítio da Ladeira (Ribeiro, 2014-2015, p. 309-340) foi recolhido, em 2005, um fragmento de cerâmica com decoração em espiga, associado a um povoado de Neolítico Final, que indiciava uma cronologia mais recuada para o sítio, ou a persistência, já numa fase posterior, de padrões decorativos normalmente registados em contextos de Neolítico Antigo.

Esta ausência de vestígios deveu-se sobretudo à orientação das prospecções em áreas consideradas como de potencialidade, mas que se revelaram pouco ou nada prolíficas para o período em questão. Para além disso, os trabalhos realizados na última década vieram confirmar que uma parte significativa de locais, sobretudo pré-históricos, se encontram em zonas habitualmente submersas pela Albufeira do Maranhão, pelo que a sua identificação decorre, inevitavelmente, da existência ou não de condições de acesso ao actual leito da albufeira.

Com a descida acentuada do nível da água foi possível proceder a uma cobertura mais exaustiva de algumas zonas, em particular do Pedrogão, trabalho que, no entanto, ainda se encontra por completar. A visão parcial da dispersão dos vestígios obtida em 2016 não permitiu, devido à persistência do regolfo, aferir, com o rigor necessário, a eventual extensão dos vestígios. Espera-se que os trabalhos actualmente em curso possibilitem concluir a cobertura desta zona.

Neste momento, os dados disponíveis não admitem

ainda a definição de um modelo elaborado do que terão sido as estratégias de ocupação do território adoptadas pelas primeiras comunidades neolíticas. Contudo, a distribuição dos locais que constituem o Complexo do Pedrogão e a presença de alguns indicadores neolíticos consentem um primeiro esboço do que poderia ser a estrutura económica durante as fases inicias de neolitização nesta região.

As evidências sugerem pequenos núcleos de ocupação individualizados, não tendo sido possível aferir se de carácter permanente ou semipermanente, distribuídos de forma continuada por uma extensa área, alguns dos quais com poucos metros de distância. A confirmar-se a contemporaneidade destas manchas, indiciada pela proximidade e características de espólio recolhido, o complexo do Pedrogão poderá, assim, corresponder a um povoado aberto, sem defensabilidade e com grande extensão.

A presença de um número significativo de recipientes cerâmicos encontra-se associada a um modelo de ocupação que pressupõe a permanência destas comunidades. Do conjunto artefactual identificado as cerâmicas de produção manual são o elemento predominante, embora pouco representativas, uma vez que um número considerável dos fragmentos corresponde a paredes de recipientes. Os bordos são relativamente frequentes, mas a dimensão de alguns dos fragmentos dificulta a atribuição de forma. Os recipientes caracterizam-se, de uma forma geral, por pastas semi-compactas, com inclusões de pequeno e médio calibre. A maioria das superfícies apresenta-se lisa, embora tenha sido registada a ocorrência de um fragmento que evidencia vestígios de polimento.

As superfícies decoradas encontram-se também representadas: foram recolhidos exemplares com decoração penteada, criando motivos ondulados dispostos em bandas horizontais, decoração em espiga, e decoração combinada, com aplicação de motivos impressos sobre cordão plástico. A presença de recipientes com mamilos, localizados sob o bordo, encontra-se também documentada. Registaram-se ainda fragmentos com vestígios de engobe vermelho.

O conjunto de recipientes é constituído, de acordo com a análise prévia efectuada, por um conjunto diversificado de formas, abertas e fechadas, associadas sobretudo a recipientes de pequena e média dimensão, destinadas ao processamento e consumo de bens alimentares. As evidências de recipientes volumosos, associados ao armazenamento de alimentos, são reduzidas.

As cerâmicas reunidas no Complexo do Pedrogão apresentam características tecnológicas e morfológicas semelhantes, reforçando, deste modo, a possibilidade de se tratarem de locais contemporâneos.

O espólio recolhido inclui ainda, embora em menor número, exemplares de indústria de pedra lascada. O material mais frequente é o quartzito, matéria-prima local proveniente das cascalheiras que confinam com as manchas de ocupação identificadas nesta área, mas registaram-se também elementos em quartzo e quartzo hialino com vestígios de talhe. O sílex foi documentado em três dos locais identificados.

A presença de percutores é escassa, tendo-se recolhido apenas dois exemplares. Registou-se ainda um bloco pétreo associado ao talhe de pedra, sugerindo o recurso à percussão sobre bigorna.

A caracterização detalhada do conjunto lítico reunido será efectuada após a conclusão dos trabalhos de prospecção na zona do Pedrogão, sendo apresentada posteriormente.

É notória a ausência, até ao momento, de testemunhos da prática agrícola ou do processamento de espécies vegetais, selvagens ou cultivadas. Nos locais registados não foram identificados artefactos em pedra polida ou elementos de moagem, nem a ocorrência de um número expressivo de recipientes cerâmicos de dimensão volumosa, destinados ao armazenamento de alimentos.

A inexistência destes utensílios nos contextos registados sugere, enquanto indicadores de permanência, que estas comunidades não terão adoptado a agricultura como principal estratégia de subsistência.

A tendência registada nas estratégias de implantação associadas à fase inicial do Neolítico, confirmada no Complexo do Pedrogão e aflorada noutras áreas do concelho de Avis, revela a preferência por locais com características específicas. O povoamento estrutura-se em torno de linhas de água, preferencialmente em zonas que antecedem o seu alargamento, caracterizado geralmente pela pouco profundidade e áreas de alagamento mais amplas.

Esta localização deixa antever, não obstante a ausência de indicadores directos, um aproveitamento dos recursos naturais proporcionados por estes ambientes específicos, favoráveis à prática da caça, da pesca e do marisqueiro. O acesso privilegiado a estes recursos e o seu aproveitamento poderia ser complementado por outras actividades que justificariam

o aparecimento de acampamentos permanentes ou semipermanentes.

Neste contexto, e perante a ausência de indicadores da prática de uma agricultura arável, é concebível admitir a adopção da pastorícia e da horticultura como actividades complementares às actividades predadoras.

A adopção de um modelo em que a caça e a recolecção continuavam a desempenhar um papel significativo em contextos onde ocorrem cerâmicas pressupõe uma certa mobilidade dos grupos dentro do território de exploração, o qual seria favorável aos contactos intergrupais, documentado, no caso do Complexo do Pedrógão pela presença de matérias-primas exógenas, como o sílex, ou pela adopção de novas técnicas, como a cerâmica.

Esta mobilidade, verificada em etapas posteriores já coevas das estruturas megalíticas, poderá associar-se a um modelo económico predominantemente pastoril, que estaria relacionado a locais de ocupação semipermanente/sazonal, com construções de carácter doméstico pouco complexas ou perecíveis e situadas em diferentes locais de uma mesma área. Assim se explicaria o número reduzido de povoados pré-históricos, não obstante as limitações decorrentes das recolhas de superfície, assim como a ocupação e aproveitamento de zonas com menor aptidão agrícola (Ribeiro, no prelo/a).

Atendendo a que não é possível recolher em prospecção evidências fiáveis de exploração animal, fica por determinar se estes grupos do Pedrogão praticariam a pastorícia ou dedicavam-se exclusivamente às actividades predadoras. No entanto, a fraca representatividade da indústria lítica recolhida também não permite avaliar, nesta fase, se a caça representaria um papel determinante na economia destas comunidades.

Já no que diz respeito a horticultura, e apesar da ausência de testemunhos arqueológicos, as características da sua prática permitem enquadrá-las neste contexto.

Contrariamente à agricultura, cuja eficácia depende da extensão do solo cultivado, sendo, por isso, mais exigente ao nível da preparação do terreno e das técnicas associadas, a horticultura primitiva não requer solos lavrados, tendo a capacidade de produzir uma quantidade significativa de alimentos em espaços reduzidos e sem recurso a utensilagem específica.

Apesar de menos exigente, a horticultura implica um trabalho intensivo o qual só poderá ser efectivado se houver uma fixação dos grupos que a praticam. Por constituírem práticas menos exigentes que a agricultura, a horticultura e a pastorícia seriam, por isso, admissíveis em contextos iniciais de manipulação de recursos, idênticos aos registados no Complexo do Pedrogão. A sua adopção permitia uma maior independência em relação aos recursos obtidos mediante as actividades predadoras. Este processo de ampliação da produtividade depende, no entanto, de uma estabilidade dos grupos, justificando, assim, a sua fixação a um território.

Os locais, como os que se encontram associados ao Complexo do Pedrogão, poderão integrar-se assim num momento de transição da relação entre as comunidades e o meio, em que a economia de produção começa a florescer, associada à introdução e ao desenvolvimento de novas práticas de manipulação dos recursos naturais, em particular da pastorícia e da horticultura, e de novas técnicas, como a cerâmica, que justificariam a permanência de comunidades. A ausência de indicadores de neolitização, em particular ligados à prática agrícola, em contextos onde predominam as cerâmicas, sugere que a adopção de novos elementos foi efectuada de acordo com as necessidades dos grupos, correspondendo a um processo de transição gradual de uma economia predadora para produtora.

A movimentação de grupos de caçadores recolectores e os territórios de circulação relativamente amplos teria contribuído para acentuar os contactos intergrupais, favorecendo a adopção gradual de elementos associados ao processo de neolitização, promovendo a fixação de comunidades e a transferência progressiva de caçadores para produtores.

Partindo deste pressuposto e considerando os dados disponíveis, a continuação dos trabalhos poderá vir a confirmar se o processo de neolitização foi realizado, de facto, com base num substracto populacional existente, possibilidade que pressupõe o prolongamento da ocupação humana do território desde o final do Paleolítico e para o qual os dados de análise são ainda insuficientes.

Apesar da insuficiência de informação para estes períodos mais recuados, é já perceptível a existência de uma continuidade de ocupação do território por comunidades humanas desde o Paleolítico (Ribeiro e Salvador, 2013, p. 135-139), que se torna mais evidente nas etapas iniciais do Neolítico e que se consolida com a construção de monumentos megalíticos (Ribeiro, no prelo/a). Esta ocupação humana

encontra-se claramente associada à diversidade natural e paisagística da região, favorável à disponibilidade de recursos e à circulação inter-regional.

Apesar de constituir um projecto de âmbito municipal, articulado com um amplo conjunto de acções desenvolvidas no domínio da Arqueologia, os resultados obtidos e a análise efectuada ao longo do projecto são reveladores, não só do potencial arqueológico da área em estudo, mas também da importância do desenvolvimento de trabalhos de forma continuada e da afirmação da investigação promovida a nível municipal.

Espera-se que a continuidade do projecto possa fornecer novos elementos que contribuam para a caracterização das etapas iniciais do Neolítico na área em estudo. Deste modo pretende-se que na campanha actualmente em curso seja possível concluir os trabalhos de prospecção na zona do Pedrogão e verificar a extensão e o enquadramento cronológico e cultural de vestígios identificados noutras áreas do concelho, em contextos geomorfológicos semelhantes.

Entre a planície e a serra,
Junho 2017

BIBLIOGRAFIA

DEUS, Manuela (2008) – O Neolítico Antigo do baixo curso do rio Sor: os sítios Bernardo 1 e Alminho 1 (Montargil, Ponte de Sor). *Promontoria: revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*, Faro: DHAPUA, ano 6, n.º 6, pp. 95-114.

DINIZ, Mariana (2000) – As comunidades Neolíticas no interior Alentejano: uma leitura cultural e cronológica. *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Neolitização e Megalitismo na Península Ibérica*. Porto: ADECAP, volume 3, pp. 23-33.

DINIZ, Mariana (2007) – *O Sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização no Interior/Sul de Portugal*. Lisboa: IPA, Trabalhos de Arqueologia, n.º 48.

GONÇALVES, Victor (2006) – Um sítio do Neolítico antigo no vale do Sorraia: Casas Novas (Coruche). In *Revista portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA volume 12, n.º 2, pp. 5-30.

GONÇALVES, Victor S.; SOUSA, Ana Catarina e MARCHAND, Grégor (2013) – *Na margem do grande rio. Os últimos grupos de caçadores-recolectores e as primeiras sociedades camponesas no Guadiana Médio.* Évora: EDIA e DRCALEN, Memórias d' Odiana, 2.ª série.

RIBEIRO, Ana (2014) – Apontamentos sobre o megalitismo funerário no concelho de Avis. *Revista Al-madan* (edição online), n.º 18, p. 75-88. Disponível em: https://issuu.com/almadan/docs/maqueta18_2_online_completa.

RIBEIRO, Ana (2015) – Novos dados sobre o megalitismo funerário do concelho de Avis. *Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário*. Évora: CHAIA, Universidade de Évora, pp. 17-33.

RIBEIRO, Ana (2014-2015) – Ladeira, 100 anos depois de José Leite de Vasconcelos. O *Arqueólogo Português*, Lisboa: MNA, série V, volume 4/5, pp. 309-340.

RIBEIRO, Ana (no prelo/a) – Território e espaços de morte na Pré-História Recente. Contributo para uma nova leitura do povoamento megalítico no concelho de Avis. *Actas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Serpa e Aroche, 24, 25 e 26 de Outubro de 2015*.

RIBEIRO, Ana (no prelo/b) – Arte rupestre no concelho de Avis. Análise preliminar da distribuição das gravuras rupestres no contexto do povoamento megalítico. *Actas do III Congresso sobre Arqueologia de Transição. Estratégias de povoamento, Évora, 28 a 30 de Abril de 2017*.

RIBEIRO, Ana e SALVADOR, Margarida (2013) – A Carta Arqueológica de Avis. Reflexões sobre o Paleolítico. *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 135-139.

ROCHA, Leonor (2015) – o Neolítico no Alentejo: novas reflexões. *O Neolítico em Portugal antes do horizonte 2020: perspectivas em debate. Monografias 2*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 109-118.

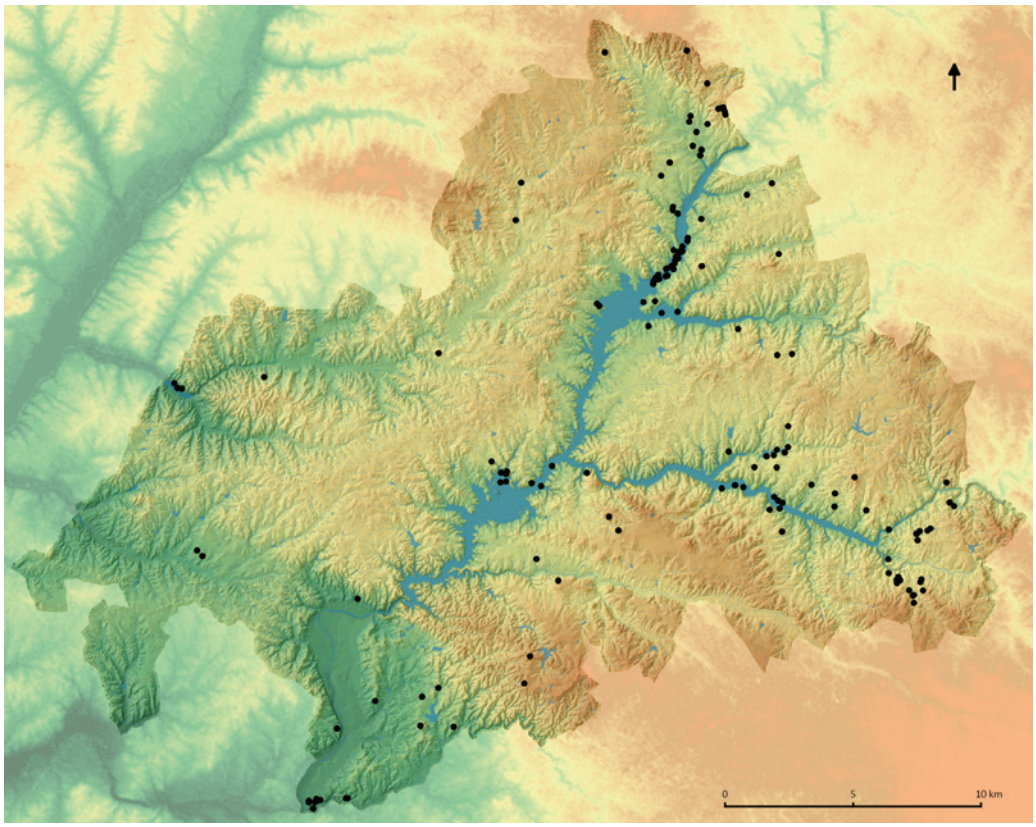


Figura 1 – Mapa síntese dos vestígios pré-históricos registados no concelho de Avis.

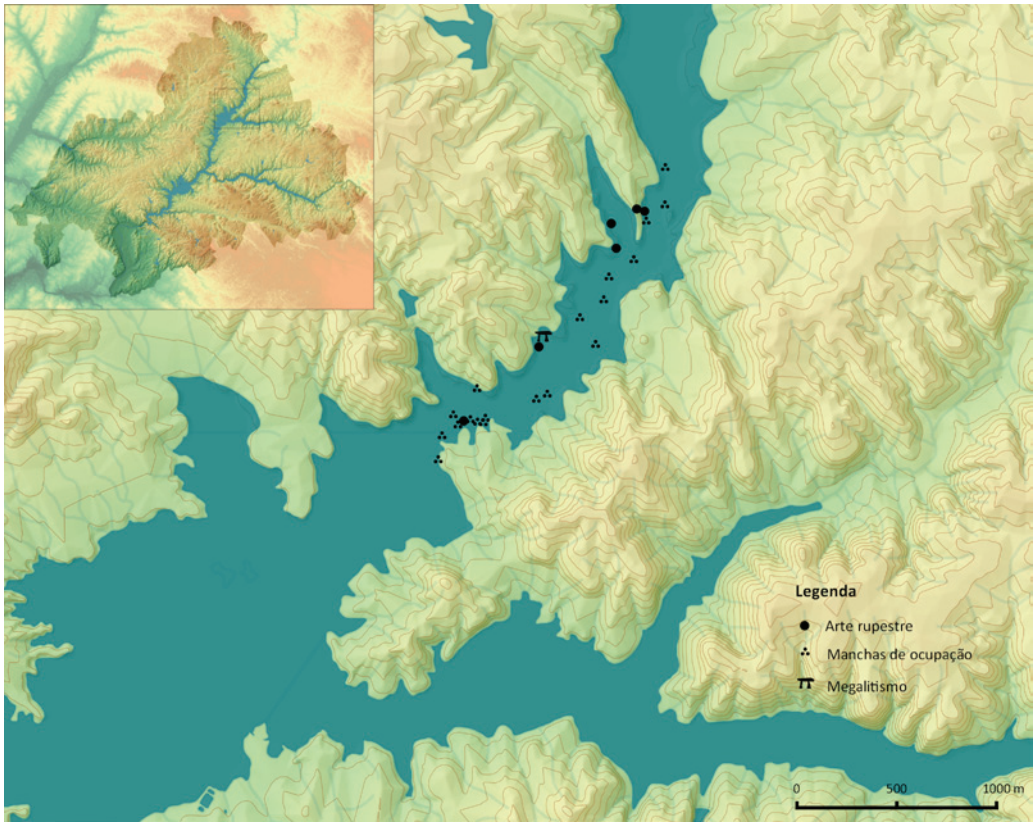


Figura 2 – Localização e distribuição dos sítios que integram o Complexo do Pedrogão.



Figura 3 – Vista parcial do Complexo do Pedrogão.



Figura 4 – Anta Abessara 3.



Figura 5 – Pormenor de uma das rochas gravadas associadas a uma mancha de ocupação.



Figura 6 – Fragmento de recipiente com decoração penteada.



Figura 7 – Fragmentos de recipiente decorados com motivo em espiga.



Figura 8 – Fragmento de recipiente com aplicação de motivos impressos sobre cordão plástico.



Figura 9 – Fragmentos de recipientes com aplicação de mamilos.

VILA NOVA DE SÃO PEDRO (AZAMBUJA), NO 3º MILÉNIO, UM SÍTIO CALCOLÍTICO NO OCIDENTE PENINSULAR – CONTRIBUTOS PARA UM DEBATE

Mariana Diniz[1], Andrea Martins[2], César Neves[3], José Morais Arnaud[4]

RESUMO

Neste trabalho apresentam-se os primeiros resultados do projecto de investigação "Vila Nova de São Pedro, de novo no 3º milénio", da responsabilidade dos signatários, que procura, em diferentes vertentes, construir e divulgar um novo discurso para o sítio de Vila Nova de São Pedro, integrando-o nos debates acerca das paisagens sociais do Calcolítico, que se desenrolam nos inícios do 3º milénio, a partir da revisão de dados de campo, da síntese da informação já produzida e do desenvolvimento de linhas de investigação com recurso a metodologias de análise multidisciplinares.

Nos últimos anos, os modelos de povoamento desenhados para o calcolítico sofreram transformações profundas e o papel, distinto, que tem sido nos últimos tempos, atribuído aos grandes povoados fortificados exige a produção de informação, nova, acerca de territórios, recursos, mobilidades e identidades sociais que se pretendem construir para Vila Nova de São Pedro.

Palavras-chave: Vila Nova de São Pedro, Calcolítico, Fossos, Muralhas, Complexidade social.

ABSTRACT

This paper presents the first results of the research project "Vila Nova de São Pedro, again in the 3rd millennium», which seeks, in different ways, the construction of a new narrative for the Vila Nova de São Pedro archaeological site, and putting it in the scientific discussion about the Chalcolithic's social landscapes, from the review of the fieldwork data, the synthesis of information already produced and the development of future research lines using multidisciplinary analysis methodologies.

In the last years, the settlement patterns designed for the Chalcolithic have suffered a deep transformation and the distinct role that has been recently attributed to these large fortified settlements requires the production of new information about territories, resources, mobilities, and social identities that are intended to explain Vila Nova de São Pedro.

Keywords: Vila Nova de São Pedro, Chalcolithic, Ditch, Walls, Social complexity.

1. VILA NOVA DE SÃO PEDRO (AZAMBUJA), A *(RE)VISITAÇÃO A MONA LISA* E PROBLEMÁTICAS EPISTEMOLÓGICAS

Quase ao terminar a segunda década do séc. XXI, a Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), por iniciativa da sua Direcção e dos membros dirigentes da Secção de Pré-História, retoma, 80 anos volvidos sobre as primeiras escavações dirigidas por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, os trabalhos de terreno no sítio de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) (VNSP).

1. Uniarq, FLUL-UL; Associação dos Arqueólogos Portugueses; m.diniz@letras.ulisboa.pt

2. Uniarq, FLUL-UL; FCT; Associação dos Arqueólogos Portugueses; andrea.arte@gmail.com

3. Uniarq, FLUL-UL; Associação dos Arqueólogos Portugueses; c.augustoneves@gmail.com

4. Associação dos Arqueólogos Portugueses; jemarnaud@gmail.com

O sítio, que havia sido para a Pré-História de Portugal um dos mais significativos lugares pela sua projeção nacional e internacional (e.g. Childe, 1957), encontrava-se, no início do Verão de 2017, num lamentável estado de abandono que importava alterar (Figuras 1 e 2).

Depois da última campanha de Afonso do Paço, em 1968, depois dos trabalhos de limpeza, conservação e restauro realizados em 1983 por H. N. Oliveira e O. V. Ferreira (1990), sob a égide da extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, e das escavações sectoriais, ainda praticamente inéditas, realizadas em 1985/86, por V. S. Gonçalves (1993), o sítio não é objecto de outras intervenções e não chegará nunca a ser interpelado pela Nova Arqueologia portuguesa que se estabelece a partir dos anos 80. Das inúmeras teses de doutoramento que, ao longo dos anos 90, renovam a Academia nenhuma incide sobre Vila Nova de São Pedro cujo registo permanecerá, no essencial, como foi apresentado por Paço e Jalhay, portanto incapaz de responder às novas questões do inquérito processual.

Nas últimas décadas, a relevância científica de Vila Nova de São Pedro diluíra-se, sem presença efectiva num debate científico que, a partir da viragem do milénio – e como consequência positiva do inquérito cego da Arqueologia preventiva – se concentrava, no essencial, em torno dos sítios ou recintos de fossos, pela primeira vez identificados no extremo Ocidente peninsular e que o discurso historiográfico ainda não contemplava.

Em simultâneo, e numa quase inconsciente penalização pelo papel desempenhado por este sítio na esfera da Arqueologia Histórico-Cultural, as re-orientações teóricas do novo século seleccionam os fossos segmentados, e os espaços confinados que estes definem, como arena de encenação das Arqueologias Interpretativas (ou pós-modernas), menos vocacionadas para a menor subtileza de paredes de pedra, de torres e de muralhas.

Desta coincidência, de alteração de cenários de acção da comunidade arqueológica, de renovação de tópicos da discussão científica e da entrada em cena de novos paradigmas teóricos, decorre um esquecimento que é mensurável de acordo com parâmetros bibliotecnómicos, mas também visível na lacónica entrada do Castro de Vila Nova de São Pedro na base de dados *Endovélico* e no mato denso que cobria o sítio, na Primavera deste ano.

Ao longo deste processo de esquecimento e abandono do sítio e de progressiva dissolução do seu significado na reconstrução das dinâmicas sociais calcolíticas, registam-se alguns contrapontos efectivos.

Assim, no final dos anos 80, foi elaborada uma primeira tentativa de análise crítica dos trabalhos realizados por Paço e Jalhay, bem como o primeiro levantamento topográfico rigoroso (Arnaud e Gonçalves 1990 e 1995) (Figura 3); em 2000, abre ao público a sala de Pré-história do Museu Arqueológico do Carmo onde o espólio de Vila Nova de São Pedro é apresentado de acordo com princípios museológicos e científicos (então) contemporâneos – constituindo hoje a única exposição, na cidade de Lisboa, de materiais calcolíticos provenientes de contexto habitacional, e em 2005, no catálogo do Museu *Construindo a Memória*, os materiais do povoado calcolítico voltam a ser objecto de análise privilegiada (Arnaud e Fernandes 2005); em 2004 a Direcção da AAP desenvolveu contactos com a Câmara Municipal da Azambuja, no sentido de se proceder à valorização de VNSP, tendo mesmo sido assinado um protocolo de cooperação entre aquelas duas entidades, e um "Programa Global de Intervenção" que, porém, não chegou então a concretizar-se por falta do financiamento necessário.

Deste contraponto, fazem também parte trabalhos de conclusão de licenciatura e de dissertação de mestrado, quase sempre incidindo sobre categorias específicas do universo artefactual (Amaro, 2004-2005; Estrela, 2002; Ferreira 2001; Pereira, 2011; Rebelo 2012), mas também sobre a História longa do sítio (Ribeiro, 2013), e que em alguns casos são objecto de publicação (Amaro, 2008-2009; Ferreira, 2003; Ribeiro e Cardoso, 2013). Aqui devem ser destacadas as análises realizadas sobre os elementos metálicos (Soares, 2005; Pereira *et al.,* 2012; 2013), sobre objectos de marfim (Schuhmacher, *et al.,* 2009; 2012) e sobre elementos de adorno (Odriozola *et al*, 2013), onde a informação daí extraída no quadro das técnicas analíticas hoje disponíveis, em contraste evidente com a, ainda, efectiva ausência de *uma arqueologia de laboratório* sobre os restantes elementos da cultura material.

Mas estas acções, e publicações, não são suficientes para que o sítio de Vila Nova de São Pedro se instale, de novo, no 3º milénio, intenção que assume no título do projecto de investigação que os signatários submeteram à Direcção Geral de Património Cultural (DGPC).

Visitar Vila Nova de São Pedro, revisitar Vila Nova

de São Pedro. Depois de mais de trinta campanhas de escavação no sítio – ainda que quase todas com um insuficiente registo de elementos essenciais, como o da exacta localização e dimensão das áreas escavadas, ou a ausência de indicações – ainda que sumárias – da proveniência dos artefactos recolhidos – e de largas centenas de páginas escritas, em diferentes línguas, sobre o mesmo, construir um projecto de investigação/valorização em torno de Vila Nova de São Pedro possui, numa perspectiva epistemológica, analogias óbvias com a *visita a Mona Lisa*, visita na qual se teme, pela saturação do tema, nada aprender porque tudo estava já visto e dito, nada mais haver a dizer, porque tudo está já sabido e escrito.

No entanto, tal como *Mona Lisa* não cessa de emocionar gerações sucessivas de observadores apressados, os sítios arqueológicos – como ensina a História da Arqueologia – aguardam novos inquéritos e novas metodologias que permitam, para além da revisitação, encontrar o ainda não conhecido.

2. VILA NOVA DE SÃO PEDRO (AZAMBUJA), NO TRAJECTO PARA UMA ARQUEOLOGIA PÚBLICA

Num momento em que se exige para o património arqueológico, e para os lugares materiais do Passado, formas ambiciosas de utilidade social, que do pragmatismo utilitário do destino turístico ao elemento complexo da construção das identidades se podem aglutinar em torno dos sítios, o projecto construído em torno de Vila Nova de São Pedro considerou, desde a sua fase embrionária, necessária a inclusão da dimensão pública do sítio no seu plano de trabalhos.

Non-locals / Locals only

O esquecimento que se vai adensando em torno de Vila Nova de São Pedro reflecte-se também nas opiniões privadas que se tornam públicas, nas inúmeras redes sociais que hoje reflectem a voz de visitantes isolados, de grupos excursionistas ou de amantes do geocaching que, como um coro, lamentam o estado de abandono do sítio que a vegetação cobre, a falta de sinalização que permita o acesso fácil, a ausência de um painel que o apresente (https://www.visitarportugal.pt/distritos/d-lisboa/c-azambuja/vila-nova-sao-pedro/castro) (https://www.youtube.com/watch?v=02nLgcSVV2E&+http%3A%2F%2Fwww.megalithic.co.uk%2Farticle.php%3Fsid=37778). Neste cenário, o que parece distinguir Vila Nova de São Pedro de outros sítios arqueológicos de diferentes cronologias não é, desafortunadamente, o descaso em que o povoado calcolítico se encontra, mas a (relativa) indignação pública que este gera. A própria monumentalidade, paisagística e arquitectónica, do sítio torna, perante as opiniões públicas, menos admissível este estado de abandono que não é compatível com a importância que lhe atribuem.

Apesar de impossíveis de quantificar, as visitas a Vila Nova de São Pedro têm ao longo dos anos sido uma constante demonstrando uma quase inesperada resistência da *memória do sítio* para locais e para não-locais.

Ao contrário de um efectivo abandono oficial e académico – decorrem cerca de 30 anos entre os últimos trabalhos aí desenvolvidos e o arranque do presente projecto da AAP – o valor simbólico e afectivo de Vila Nova de São Pedro parece sobreviver ao tempo de esquecimento académico, como parte integrante das memórias das populações locais, fenómeno que ficou bem patente nas primeiras recolhas orais realizadas em Torre Penalva e Vila Nova de São Pedro, àqueles que tinham directa, ou indirectamente, participado nas escavações dirigidas por Paço e Jalhay e depois de 50, apenas pelo militar. Nestes registos, em entrevistas conduzidas por um dos signatários (J.M.A), por Célia Pereira e Rui Gomes Coelho, tal como acontece no trabalho realizado por M. Ribeiro (Ribeiro 2013, Ribeiro e Cardoso 2013), fica clara a importância do sítio de Vila Nova de São Pedro, das figuras de Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, das campanhas de Verão, que se prolongam por 30 anos, na criação de uma teia de emoções que hoje é parte integrante do valor patrimonial de Vila Nova de São Pedro.

Reconhecer que o projecto, *Vila Nova de São Pedro, de novo no 3º milénio* vai ao encontro das expectativas das populações e das autoridades locais, que de forma periódica solicitavam para o sítio um projecto de valorização, expectativas reflectidas nas visitas constantes de fregueses e freguesas feitas ao sítio, no decurso dos trabalhos de campo, realizados em 2017, e no sucesso alcançado no Dia Aberto (19 de Julho de 2017) (Figura 4), acrescenta às responsabilidades científicas e patrimoniais, subjacentes a todos os projectos arqueológicos, um compromisso efectivo que se alicerça, mas que ultrapassa a matéria dos protocolos na construção de uma Arqueologia Pública, no sentido mais amplo deste conceito.

3. VILA NOVA DE S. PEDRO (AZAMBUJA): UM INVENTÁRIO DE QUESTÕES EM ABERTO

Em torno de Vila Nova de São Pedro são múltiplas as questões em aberto, as lacunas de informação, as deficiências de registo que pode ter, em algumas circunstâncias, comprometido a utilidade de alguma informação, excessivamente descontextualizada para poder ser, hoje, usada no debate em torno das sociedades calcolíticas e das suas dinâmicas históricas.

Abordar o sítio implica, por isso, uma frente tripartida de acção que contemple:

1) Uma hermenêutica de toda a bibliografia publicada sobre o sítio, destacando-se aqui aquela que assume a forma de Relatórios e que descreve, em alguns momentos, a identificação de estruturas, de depósitos de materiais e de características de sedimentos;
2) Uma limpeza e descrição, gráfica e narrativa, das áreas já escavadas; tendo em vista o levantamento das estruturas existentes, a identificação dos programas, e dos processos, arquitectónicos presentes no sítio, a localização exacta e a georreferenciação dos depósitos, dos *entulhos* das escavações de Paço/Jalhay e Paço/*et al*., (incluindo aqui outros arqueólogos que vão estando associados aos trabalhos de escavação), o reconhecimento de áreas ainda não intervencionadas; a definição do sítio na sua dimensão efectiva e na sua relação com a paisagem natural/antropizada em que se insere;
3) Uma análise transdisciplinar sobre os elementos da cultura material, iniciada com a caracterização tecno-tipológica de categorias artefactuais ainda não trabalhadas como a dos instrumentos de pedra polida, pedra afeiçoada e de osso, de acordo com os princípios fundamentais da cadeia operatória, complementada por diferentes análises arqueométricas.

Deste plano de acções concertadas, já apresentado com maior pormenor noutro local (Arnaud *et al*., 2017), apresentam-se aqui hipóteses/informações ainda preliminares conectadas fundamentalmente com a arqueologia da bibliografia e com os resultados das primeiras limpezas feitas no terreno.

3.1. Da hermenêutica da bibliografia – período Afonso do Paço/Eugénio Jalhay (1937/1950)

O ritual de fundação

É hoje possível, decorrido mais de meio século sobre as primeiras intervenções e publicações realizadas em Vila Nova de São Pedro, realizar uma "arqueologia" dos trabalhos arqueológicos e dos textos então produzidos, extraindo destes informação que o decorrer da investigação tornou significativa e que à época da sua produção, num momento pioneiro da escavação de povoados pré-históricos em Portugal, não podia, por ausência de paralelos, ter sido discutida na sua efectiva complexidade.

Esta arqueologia da bibliografia iniciou-se em torno daquele que se apresentava como o do primeiro momento da história do sítio, o do *ritual de fundação*, do qual faziam parte os cornos de um bovídeo e o grande recipiente cerâmico, fragmentado em conexão e quase completo, exposto na sala de Pré-História do Museu Arqueológico do Carmo.

Este *ritual de fundação*, identificado em 1939, e publicado logo num texto de 1943, é assim descrito:

> *"1.º Que os povos eneolíticos de Vila Nova de São Pedro procederam a uma escavação no solo de grandes dimensões (…)*
>
> *2.º Que essa escavação atingia 2,60m na parte mais funda, contados da superfície do solo (…)*
>
> *4.º Que antes de preenchido o fosso com barro amassado, se depositou na parte mais profunda um bovídeo, e talvez outros animais (…)*
>
> *8.º Que sobre esta camada de pedras se depôs um vaso de barro de 0,38m de alto e 0,58m de largura de boca, de fabrico grosseiro e sem ornamentação (…)*
>
> *12.º Que depois disto se continuou a tapar o fosso com o mesmo barro amassado até atingir a altura de um metro mais ou menos acima da borda do vaso. (…)*
>
> *13.º Que para leste deste (fig.1, G), dentro do mesmo fosso (…) se encontraram abundantes ossos de um corpulento bovídeo que dava a impressão de ter sido colocado (…) obedecendo como o restante a um fim ritual."* (Paço, 1943, p.12-15)

A imagem que acompanha a descrição reflecte esta mesma realidade em corte. As fotografias então publicadas são pouco elucidativas da morfologia deste fosso.

Este "ritual de fundação" que se tornará um verdadeiro *ex-libris* de Vila Nova de São Pedro tenderá

depois por corrupção própria do tempo a ser descrito como realizado *em fossa* e este pequeno desvio (orto)gráfico terá feito esquecer a possível existência de um fosso, num povoado de que as muralhas, em particular a interior, se tornarão ícones do Calcolítico, no extremo Ocidente peninsular[5].

Hoje a descodificação deste texto permite colocar a hipótese – a confirmar/negar em futuro próximo – da existência de um fosso, assimétrico, localizado entre a muralha interior e a (actual) muralha intermédia, no quadrante NO, de Vila Nova de São Pedro

Esta estrutura negativa, como é descrita e desenhada, apresenta um perfil assimétrico, com uma inclinação comum a outros fossos na parede NO, e um menos claro limite no sector SE, onde os "degraus" aí desenhados parecem reflectir mais o procedimento da escavação arqueológica do que a geometria desta depressão, que atinge na sua profundidade máxima os 2m. A dimensão desta estrutura negativa não é muito óbvia, e a extensão do depósito de argamassas que a preenche, selando os elementos intencionalmente depositados no seu interior - restos faunísticos, uma estrutura de combustão, um grande recipiente cerâmico – é seguramente superior.

Na descrição de Afonso do Paço reconhecem-se muitos dos elementos identificados em escavações recentes realizadas em povoados/recintos/sítios de fossos, no Sul de Portugal. Mais do que a deposição de um grande recipiente cerâmico, contendo no interior fragmentos ósseos de *Cervus*, *Sus* e valva de ameijoa, acondicionados numa estrutura pétrea que o protege, e para a qual não existem imediatos paralelos, a deposição intencional de restos animais, como o bovídeo (Paço e Jalhay, 1943, p. 7), ou junto a "terreno firme" (com probabilidade a rocha de base, presume-se), a deposição, aparentemente orientada Sul-Norte e próxima de resíduos de uma combustão incompleta, de um bovídeo associado a restos de diferentes animais (*Cervus*, *Sus*, *Capra*, *Pecten*), que não estão no entanto afectados pelo fogo (idem, ibidem, p. 11 e p.13), o preenchimento do fosso com "barro amassado" são gestos que atestam a complexidade do uso destas estruturas e que vemos reproduzidos em outros contextos calcolíticos. A existência de "fundo de cabana" e de "terras arqueológicas" (Paço e Jalhay, 1943, Fig.1), sobre este depósito, portanto de uma ocupação doméstica do espaço uma vez colmatada a estrutura negativa, tem sido também detectada em sítios de fossos como por exemplo no Porto Torrão (Rodrigues, 2014).

Na actualidade, a área escavada em 1939, apresenta-se "terraplanada", não sendo, neste momento, aí perceptível a existência de qualquer depressão que possa corresponder à descrição de Afonso do Paço, e que só futuros trabalhos de terreno permitirão relocalizar.

O carácter religioso ou, traduzindo o conceito para linguagem contemporânea, simbólico, que Afonso do Paço atribui ao conjunto (*idem, ibidem*, p. 15-16), coincide hoje com as interpretações dominantes acerca da origem e dos modos de utilização de estruturas negativas tipo fosso onde também se atesta este cenário complexo de deposições e onde os restos de animais parecem possuir um papel decisivo.

A colmatação intencional do fosso, num período que será breve, a avaliar pela homogeneidade das argamassas, sugere como em outros sítios que a estrutura negativa se escava para ser depois "fechada". A vida doméstica que depois se processa sobre esse espaço marcado por uma óbvia carga ritual parece surpreender Paço:

> "Local sagrado durante algum tempo? Quem o sabe. Todavia encontramos na camada de terra arqueológica que se estendia por cima numa espessura de om,60, alguns fundos de cabana e bastante mobiliário eneolítico"
> (*idem, ibidem*, p. 16).

A *dessacralização* do lugar implícita no "Todavia", constata-se no terreno, os fundos de cabana e o *mobiliário eneolítico* denunciam um uso quotidiano, numa sobreposição de funções e significados que não parece contraditória para as sociedades calcolíticas.

E se em Vila Nova de São Pedro, até ao momento, não foram recuperados restos humanos ou identificadas áreas funerárias, que parecem omnipresentes nos sítios de fossos do Sul peninsular, a revisitação a este ritual de fundação parece ter, pela semelhança das práticas e dos gestos praticados nestes diferentes ambientes, suavizado o fosso que separa, ainda, *po-*

5. A este propósito, e como evidente sinal da fluidez da informação, pode ainda citar-se o caso de alguns visitantes arqueólogos que observando o "silo" de maiores dimensões, no interior da acrópole, pensavam ser essa a estrutura negativa associada ao ritual de fundação. De facto, a estrutura escavada por Paço e Jalhay não se localiza no que, hoje, é a área central do sítio e o depósito não estava no interior de uma estrutura negativa circular/cilíndrica. No imaginário arqueológico, o depósito de fundação migrou para o centro físico do sítio, a estrutura negativa onde este se encontrava alterou a sua morfologia, de fosso para fossa.

voados fortificados e *recintos de fossos* cuja, essencial, diferença arquitectónica permanece por explicar.

3.2. Da hermenêutica da bibliografia + Limpeza e descrição, gráfica e narrativa, das áreas já escavadas

Muros e muralhas

As muralhas exteriores

A relocalização exacta do lugar onde se situava este *ritual de fundação*,que não coincide com o centro físico, nem tão pouco com o que é, hoje, a área central de Vila Nova de São Pedro, abre um outro campo de análise em torno da diacronia das fases de construção e do que terão sido, por isso, sucessivos, e distintos, lugares centrais de um sítio de configuração variável.

De acordo com os últimos dados publicados sobre a sequência arquitectónica do sítio (Gonçalves 1994, p. 50), a, até ao momento, mais exterior, e também designada como "terceira muralha", seria com probabilidade a mais antiga, anterior portanto à construção das muralhas intermédia e central.

Desta muralha exterior conhece-se o/um troço, de cerca de 72 metros de comprimento escavado por Afonso do Paço, em 1941 (1942, p.8), definindo um segmento de círculo de perímetro, e traçado, desconhecido ou é este troço a totalidade? Se esta muralha exterior for efectivamente a primeira a ser construída, a geometria desta mais antiga (?) fase de ocupação de Vila Nova de São Pedro está assim em aberto, bem como uma eventual centralidade física do depósito escavado em 39.

A limpeza do sector onde está conservada a muralha exterior permite, no imediato, reconhecer aqui a utilização de um outro aparelho construtivo muito distinto do utilizado na muralha central. Esta linha exterior é definida por um aparelho quase ciclópico, com a inclusão de blocos de calcário sub-rectangulares, afeiçoados, que podem atingir mais de 1m de comprimento, em nítido contraste com os blocos de menores dimensões empregues na muralha interior. À já referida ausência de torres, ocas ou maciças, associadas a esta estrutura (Gonçalves *et al.*, 2013), acrescenta-se agora um outro dado que distingue estas construções, que podem possuir, para além de diferentes origens cronológicas, diferentes significados funcionais e simbólicos, em função da sua maior ou menor exterioridade/interioridade.

Nas arquitecturas de Vila Nova de São Pedro são utilizados os dois tipos de variações do substrato geológico (calcários de Santarém Pliocénicos – Carta Geológica de Portugal, folha 31-A) cujas diferentes características mecânicas os tornam adequados para distintas finalidades – o "cré" ou "greda", designação mais usada nos trabalhos de Afonso do Paço, que aflora na área hoje central do sítio, (e sobre o qual assenta parte, do sector ocidental, da muralha interior), aparenta em alguns pontos ter sido *talhado* – hipótese agora em discussão – e depois revestido por blocos obtidos a partir de um calcário cristalino (Ana Costa, informação oral) que também aflora no sítio.

No famoso corte estratigráfico efectuado por H.N. Savory, em 1959 (Savory 1970), conseguiu-se, pela primeira vez, ao fim de mais de 20 campanhas, identificar uma sequência de estratos de ocupação, associados a várias pequenos troços de estruturas pétreas, cujas interconecções permitiram a Savory detectar indícios da existência entre a muralha interior e uma muralha intermédia existente nessa área, de pelo menos três períodos de construção e ocupação daquele local. Importaria, assim, tentar efectuar um novo corte estratigráfico nas proximidades, a fim de verificar e completar os dados recolhidos por Savory, numa zona entre muralhas com muitas semelhanças com a zona VX do Zambujal (Sangmeister e Schubart 1981), e detectar estruturas habitacionais ainda em estado de conservação relativamente bom, apesar de, em muitas áreas, as escavações anteriores terem chegado até ao substrato rochoso.

Outra questão emerge, desta combinatória da arqueologia da bibliografia + limpeza e observação de terreno, que permite acrescentar a uma das mais divulgadas plantas de Vila Nova de São Pedro, publicada por E. Savory, em 1970, elementos arquitectónicos fundamentais para a leitura do sítio – e que, por razões pouco claras, não chegam a ser objecto de registo neste levantamento[6], onde a muralha intermédia e a muralha exterior surgem num tracejado cujo significado gráfico não se alcança, dada a efectiva existência destas estruturas pétreas, no terreno:

6. Entre outros desafios que coloca a visita a Vila Nova de São Pedro pode destacar-se o da interpretação das plantas e levantamentos realizados ao longo das campanhas dirigidas por Afonso do Paço. A sistemática ausência das fundamentais indicações de Norte e escala obriga a uma verdadeira exegese da imagem que não está livre de riscos e erros, mas que constitui uma das essenciais tarefas deste projecto.

"Do lado opôsto, a Este, separado por uns 60m, da zona já escavada (…) restos de outro muro, na extensão de uns 40m." (Paço, 1942, p.8).
Esta estrutura pétrea, de assinalável extensão, está hoje ainda conservada no terreno e parcialmente coberta por densos carrascos, não parecendo constar de nenhuma das inúmeras plantas que, ao longo de décadas, foram produzidas para Vila Nova de São Pedro e podem hoje ser retomadas as palavras de Savory "Tanto quanto sei nunca foi publicada qualquer planta adequada destas muralhas exteriores (…)." (1983-84, p. 20), como identificação de uma lacuna no registo que se espera ultrapassar em tempo breve e com o uso óbvio dos meios de captação de dados, neste caso arquitectónicos e topográficos, hoje disponíveis.
Em suma, o modelo vigente, face aos dados parcelares disponíveis, de duas ou três muralhas mais ou menos concêntricas, terá que ser reavaliado, após uma desmatação completa da área envolvente, e da utilização de métodos geofísicos de prospecção, pois, tal como no Zambujal, não só há fortes indícios da existência de inúmeras fases de construção e reconstrução das estruturas principais, sejam elas de caracter defensivo ou "simbólico", como também da existência de estruturas sectoriais, destinadas a reorganizar os vários espaços existentes entre aquelas.

A Muralha Central

Em contraponto à ausência de registo adequado das muralhas exteriores, subentende-se que a muralha central está rigorosamente documentada nas plantas que a representam o que, de acordo com o observado no terreno, não parece corresponder exactamente ao verificado, apesar do rigoroso levantamento efectuado pela Assembleia Distrital da Lisboa em 1984 (Arnaud e Gonçalves 1990), decerto devido às reconstruções efectuadas em 1983 (Oliveira e Ferreira 1990).
A história da muralha central – aquela que pode ser, neste momento, observada com maior clareza (Figura 5) – é também na sua existência *pós-deposicional*, muito complexa e da leitura dos sucessivos relatórios publicados por Paço e do relatório de Savory conclui-se que os cortes nesta muralha – mais ou menos conscientes por parte de quem os executa – terão sido múltiplos e nem sempre eficazmente documentados.
A dimensão efectiva dos "cortes de reconhecimento no morro central" que são várias vezes mencionados por Paço, a menção expressa a aberturas na muralha "para reconhecimento" e posterior reconstrução da mesma, para além do bem documentado corte feito para colocação dos carris e passagem da vagoneta, são também factores de complexidade acrescentada na descrição de uma estrutura que parece hoje retalhada e por vezes restaurada – para além das intervenções oficiais executadas por Oliveira e Ferreira (1990) haverá que distinguir a cronologia – pré-histórica ou "paciana" – das construções, destruições, restauros, remendos e acrescentos hoje muitos visíveis na muralha central, que em particular a SE, apresenta troços com diferentes aparelhos construtivos, mas cuja origem crono-cultural permanece incerta. Enfim, um excelente exercício de arqueologia da arquitectura, a realizar num futuro próximo, um instrumento de trabalho imprescindível para qualquer intervenção de conservação e restauro desta importante e complexa estrutura.
Além desta análise estratigráfica, vertical, das estruturas da muralha central, importará ainda "descascar" o topo desta, de modo a verificar a existência de diferentes fases de construção e reconstrução, como as documentadas no Zambujal, as quais mostram uma constante actividade construtiva, ao longo de mais de um milénio (Sangmeister e Schubart 1981), incluído enchimento de bastiões outrora ocos.
Será também necessário proceder a uma reinterpretação crítica das várias estruturas encontradas no interior da muralha central, a fim de avaliar a validade das dúvidas suscitadas, já em trabalhos anteriores (Arnaud e Gonçalves 1995; Arnaud e Fernandes 2005, p.151-158), em relação às interpretações funcionais que lhes foram atribuídas por Paço e Jalhay. Assim, por exemplo, é muito pouco provável que a estrutura subcircular que conserva ainda o arranque do que parece ser uma cobertura em falsa cúpula, pudesse ter servido como "forno de cerâmica", como tem sido afirmado e reafirmado ao longo de décadas. Com efeito, não só a cerâmica não era um produto estratégico susceptível de se situar num lugar de tão clara centralidade, como se situaria junto de um hipotético "barreiro", de onde teria sido extraída a argila usada no fabrico de cerâmica, o que é claramente incompatível com as elevadas temperaturas produzidas por um forno. Esta aparente associação entre um forno, um local onde existiria barro e água, numa hipotética "cisterna", ou seja, os três elementos principais para a produção de cerâmica, é bem característica dos perigos de uma interpreta-

ção funcionalista acrítica dos dados arqueológicos.
Mas então, perguntar-se-á: se não era um forno, para que serviria? Seria uma habitação especialmente cuidada, que contrastaria com os inúmeros e rudimentares "fundos de cabana", constituídos por simples fiadas irregulares de pedras, com vestígios de "lareiras" encontrados pelos escavadores no exterior da muralha central, reflectindo a existência de uma hierarquia social emergente? Interpretação tentadora, mas talvez demasiado "evidente" para ser verdadeira. Infelizmente em nenhum caso esses "fundos de cabana" foram devidamente escavados, registados e conservados, deles restando algumas fotografias de difícil leitura, pelo que é difícil de sustentar a acima referida hipótese de existência de uma hierarquização social. Esta situação contrasta claramente com a encontrada no Zambujal (Torres Vedras), sem dúvida até hoje o paralelo mais próximo para Vila Nova de São Pedro. Aí foram de facto encontradas e rigorosamente documentadas diversas estruturas circulares, de dimensão semelhante ao "forno" em apreciação, em redor da famosa "barbacã" na zona VX (Sangmeister e Schubart 1981, 50-71). Tinham entre 5 e 6m de diâmetro, conservando-se ainda o arranque das suas fundações, formando uma ligeira curvatura, prováveis restos de uma falsa cúpula. Curiosamente, nas lareiras existentes no seu interior, encontraram-se vestígios de cereais e de outros alimentos, misturados com pingos de fundição, o que parece indicar que a incipiente actividade metalúrgica era praticada em contextos domésticos, e não em locais especializados, e por conseguinte um grau bastante baixo de especialização, numa sociedade relativamente complexa.
Este exemplo mostra bem a importância de uma reanálise de Vila Nova de São Pedro, não só partir do muito que já foi posto a descoberto, mas também do confronto das informações parcelares que chegaram até nós com os dados provenientes de sítios arqueológicos comparáveis, escavados mais recentemente, e com metodologias mais adequadas, tendo, porém, em conta a especificidade de cada local.

3.3. O Sítio na Paisagem

A integração do povoado de Vila Nova de São Pedro na paisagem e a definição da sua monumentalidade – elementos essenciais do seu significado histórico que se constrói a partir do cruzamento dos aspectos "funcionais" e dos aspectos "simbólicos" – exige uma leitura que ultrapasse os limites mais restritos das arquitecturas construídas e que, na longa tradição da arqueologia do território, registe a envolvência, imediata ou longínqua de acordo com a geomorfologia da paisagem, as visibilidades para norte e nascente e a partir de oeste o mais subjectivo, mas não menos real, impacto visual do sítio sobre o observador.
A chegada a Vila Nova de São Pedro pode ser feita a partir do lado noroeste – estrada que vem de Maçussa/Manique do Intendente e onde se destaca em frente o relevo que o sítio ocupa. Da estrada não se possui qualquer visibilidade para as estruturas pétreas ou sequer para a área da plataforma onde se localiza o povoado. A chegada ao sítio a partir da estrada do Cartaxo, de Sul portanto, é ainda mais discreta. A estrada percorre já as cotas mais elevadas deste relevo, não transmitindo por isso, a aproximação ao sítio calcolítico – quando se percorre o rebordo ocidental deste pequeno planalto que define o topo deste esporão – uma sensação nítida de subida ou do lugar de cumeada onde este se implanta.
Ao contrário, a aproximação ao sítio pelo lado nascente, pelo vale que limita o esporão onde se localiza o povoado – e para além da monumentalidade óbvia da muralha interior – o aparente talude da muralha intermédia e a quase horizontalidade da bancada de calcário que aflora, a meia encosta, criam no espectador a impressão de que toda esta colina é o povoado, cujos contornos aqui se dilatam, incorporando acidentes naturais na sua construção e, diríamos hoje, reforçando a sua monumentalidade.

4. VILA NOVA DE SÃO PEDRO (AZAMBUJA): PERSPECTIVAS PRESENTES DE UMA ACÇÃO FUTURA

O projecto que agora se inicia deve prolongar-se por anos futuros. As diferentes linhas de acção em curso, que prevêem a valorização do sítio em articulação com o fluxo crescente de visitantes que procura o Museu Arqueológico do Carmo, o desenvolvimento de projectos de investigação em torno de Vila Nova de São Pedro que possam responder aos inquéritos actuais, o uso das novas tecnologias de captação e difusão de dados, exigem tempo e dependem de fundos que os signatários esperam obter. Revisitar o sítio significa construir nova informação e levantar novas e velhas questões, ainda em aberto (Figura 6).
Parece claro, desta revisitação, que a história de Vila Nova de São Pedro ainda não está contada. Com efei-

to, esta "Mona Lisa", "descoberta" antes do tempo, tem sido muito maltratada, mas ainda é recuperável. Por isso, neste sítio, os trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses estão ainda longe de ser encerrados. Assim não nos falte *engenho e arte*.

AGRADECIMENTOS

Os trabalhos em curso não poderiam ter sido realizados sem o apoio das seguintes pessoas e entidades:

- Câmara Municipal da Azambuja, através do protocolo estabelecido com a AAP e do contrato estabelecido com os proprietários da maior parte do terreno;
- União das Freguesias de Manique, Vila Nova de São Pedro e Maçussa, cujo Presidente, José Avelino Correia, acompanhou de perto os trabalhos, e lhes proporcionou imprescindível apoio logístico;
- Os colegas João Pimenta e Pedro Souto que nos disponibilizaram as imagens de drone;
- Fundação para a Ciência e Tecnologia, através da bolsa de pós-doutoramento atribuída a Andrea Martins – SFRH/BPD/108951/2015;
- Faculdade de Letras de Lisboa – cujos estudantes foram um elemento fundamental, participando nos trabalhos de campo e de gabinete;
- Museu Arqueológico do Carmo, cuja conservadora, Célia Nunes Pereira, muito se tem empenhado neste projecto;

Enfim, à Associação dos Arqueólogos Portugueses, que financiou os trabalhos realizados em 2017, e cuja Direcção se empenhou totalmente neste projecto desde o primeiro momento.

Importa ainda registar o constante apoio e incentivo da população local ao recomeçar dos trabalhos num sítio arqueológico que ainda hoje, passados 80 anos sobre o início dos trabalhos, faz parte do imaginário colectivo e da identidade cultural desta localidade.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Gonçalo (2004/2005) – Interpretação das facas ovóides (foicinhas) através do estudo dos exemplares de Vila Nova de São Pedro. *Arqueologia e História*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 56-57, pp.63-80.

AMARO, Gonçalo (2008-2009) – Os "copos canelados" vistos desde o século XXI: características, distribuição e novas perspectivas de estudo. *Arqueologia e História*, 60-61, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 183-266.

ARNAUD, José Morais; DINIZ, Mariana; NEVES, César; MARTINS, Andrea (2014-2015) – Vila Nova de São Pedro – De novo, no 3º milénio. Um projecto para o futuro. *Arqueologia e História*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 66-67, pp. 7-17.

ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela eds. (2005) – *Construindo a Memória – As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses.

ARNAUD, José Morais; GONÇALVES, João Ludgero (1990) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – balanço de meio século de investigações. 1ª parte. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*.1.Lisboa, pp. 25-48.

ARNAUD, José Morais; GONÇALVES, João Ludgero (1995) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – balanço de meio século de investigações. 2ª parte. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa.* 2. Lisboa, pp. 11-40.

CHILDE, V. Gordon (1957) – *The dawn of European civilization*, Routledge and Kegan Paul, Londres.

ESTRELA, Carla (2002) – *Contributos para o estudo das pontas de flecha de Vila Nova de São Pedro*. Estágio Prático e Relatório Final do Curso de História, variante de Arqueologia. Lisboa: UNL (texto policopiado).

FERREIRA, Sónia (2001) – *Os Copos no Povoado Calcolítico de Vila Nova de São Pedro.* Trabalho apresentado no âmbito do Estágio Prático e Relatório Final de Curso de História (texto policopiado).

FERREIRA, Sónia (2003) – Os copos no povoado Calcolítico de Vila Nova de São Pedro, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6:2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 181-228.

GONÇALVES, Victor S. (1993) – O castelo de Vila Nova de São Pedro, *in* Gonçalves, V. (ed.) *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. 1. pp. 230-232.

GONCALVES, Victor S. (1994) – O castelo de Vila Nova de S. Pedro. *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Electa, pp. 49-51.

GONÇALVES, Victor S.; SOUSA, Ana Catarina; COSTEIRA, Catarina (2013) – Walls, doors and towers. Fortified settlements in the south and center of Portugal: some notes

about violence and walls in the 3rd millenium BCE. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia de la Universidad de Granada*. Granada, 23, pp. 35-97.

MULLER, Roland; SOARES, António Monge (2008) – Traces of Early Copper Production at the Chalcolithic Fortification of Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal). *Madrider Mitteilungen* 48, pp. 94-114.

ODRIOZOLA, Carlos; SOUSA, Ana Catarina; BOAVENTURA, Rui; VILLALOBOS, Rodrigo (2013) – Componentes de adornos de pedra verde de Vila Nova de São Pedro (Azambuja): Estudo de proveniências e redes de troca no 3º milénio A.N.E. no actual território português. *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, pp. 457-462.

OLIVEIRA, Humberto Nuno; FERREIRA, Octávio da Veiga (1990) – Algumas obras de restauro e consolidação do castro de Vila Nova de S. Pedro. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. 1, pp. 49-58.

PAÇO, Afonso (1942) – Uma vasilha de barro de grandes dimensões do "castro" de Vila Nova de São Pedro. *Congresso do Mundo Português: Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso de Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso)*. Lisboa. Comissão Executiva dos Centenários. 1, pp. 132-143.

PAÇO, Afonso; JALHAY, E. (1943) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: notas sôbre a 6ª campanha – 1942, *Brotéria*. Lisboa. 37 (1). Separata.

PEREIRA, Filipa (2011) – *Archaeometallurgical study of artefacts from Castro de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal)*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Conservação e Restauro. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

PEREIRA, Filipa; SILVA, Rui; SOARES, António Monge; ARAÚJO, Maria Fátima (2012) – Estudo arqueometalúrgico de artefactos provenientes do Castro de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 19, Oeiras, pp. 163-172.

PEREIRA, Filipa; SILVA, Rui; SOARES, António Monge; ARAÚJO, Maria Fátima (2013) – The role of arsenic in Chalcolithic copper artefacts – insights from Vila Nova de São Pedro (Portugal). *Journal of Archaeological Science*. 40, pp. 2045-2056.

REBELO, Paulo (2012) – *A indústria em pedra lascada no povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro – Azambuja*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Teoria e Métodos da Arqueologia da Universidade do Algarve (policopiado).

RIBEIRO, Maria (2013) – *O Povoado Calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estudos do Património, Universidade Aberta, Lisboa (policopiado).

RIBEIRO, Maria; CARDOSO, João Luís (2013) – "Três décadas de escavações em Vila Nova de São Pedro (1937-1967)". ARNAUD, MARTINS e NEVES (coords.) *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 39-47.

RODRIGUES, Filipa (2014) – Skeletons in the ditch: funerary activity in ditched enclosures of Porto Torrão (Ferreira do Alentejo, Beja); Valera, A. (ed.), *Recent Prehistoric Enclosers and Funerary Practices in Europe, BAR International Series* 2676, pp. 59-69.

SANGMEISTER, Edward; SCHUBART, Hermanfrid (1981) – *Zambujal – Die Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz am Rhein. 2 vols.

SAVORY, H. N. (1970) – A section through the innermost rampart of the chalcolithic castro of Vila Nova de S. Pedro, Santarem (1959). *Actas das I Jornadas Arqueológicas*. 1. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 133-148.

SAVORY, H. (1983-84) – "Um corte através da fortificação interior do Castro Calcolítico de VNSP (1959)", trad. João Carlos de Senna-Martinez, *Clio Arqueologia*, nº 1-2, Lisboa: UNIARQ, pp. 19-29.

SOARES, António Monge (2005) – A metalurgia de Vila Nova de São Pedro. Algumas reflexões. In ARNAUD, J.M., FERNANDES, C. V., (eds.) *Construindo a memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 179-188.

SCHUHMACHER, Thomas; CARDOSO, João Luís; BANERJEE, Arun (2009) – Sourcing African Ivory in Chalcolithic Portugal. *Antiquity*, 83, pp. 983-997.

SCHUHMACHER, Thomas; BANERJEE, Arun (2011) – Pottwalelfenbein im chalkolithischen Portugal. *Restaurierung und Archaologie. Sonderdruck aus Jahrgang 4*, Munchen, pp. 107-124.

SCHUHMACHER, Thomas X.; BANERJEE, Arun (2012) – Procedencia e intercambio de marfilen el Calcolítico de la Península Ibérica. *Rubricatum. Revista del Museu de Gavà*, 5, Institut Municipal de Gestió del Patrimoni Cultural i Natural Ajuntament de Gavà, Gavà, pp. 289-298.

SCHUHMACHER, Thomas; BANERJEE, Arun; DINDORF, Willi; SASTRI, Chaturvedula e SAUVAGE, T. (2013) – The use of sperm whale ivory in Chalcolithic Portugal. *Trabajos de Prehistoria*. 70.1, pp. 185-203.



Figura 1 – Vista geral de Vila Nova de São Pedro – Abril de 2017 (foto J. Pimenta).



Figura 2 – Vista geral de Vila Nova de São Pedro – Julho de 2017, após a limpeza e desmatação (foto P. Souto).

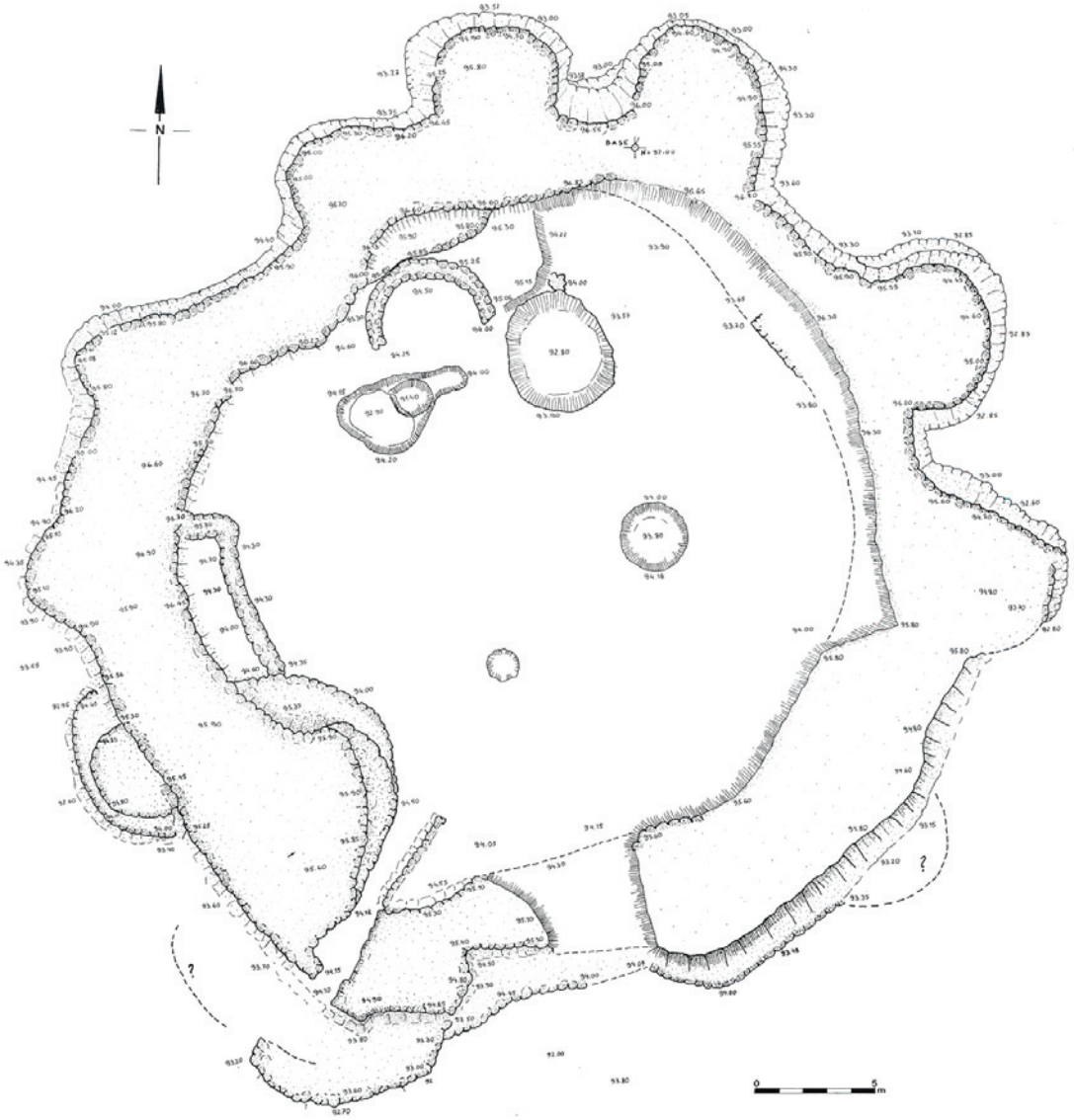


Figura 3 – Vila Nova de São Pedro – levantamento topográfico realizado em 1984 (Arnaud e Gonçalves 1990).



Figura 4 – Dia Aberto VNSP3000 – 19 de Julho de 2017 – imagem do *atelie*r de arqueologia experimental (foto J. M. Arnaud).



Figura 5 – Muralha central de Vila Nova de São Pedro (foto J. M. Arnaud).



Figura 6 – Aspecto dos trabalhos de escavação realizados em 2017 (foto J. M. Arnaud).

A OCUPAÇÃO HUMANA DO III MILÉNIO A.C. DO CABEÇO DA ERVIDEIRA (ALCOBAÇA)

João Pedro Vicente Tereso[1], Rita Gaspar[2], Cláudia Oliveira[3]

RESUMO

Em sondagens de avaliação realizadas no Cabeço da Ervideira (Alcobaça) foram encontrados vestígios de duas ocupações humanas. A mais recente enquadra-se na segunda metade do III milénio a.C. e traduz-se num piso associado a um conjunto artefactual com abundantes cerâmicas e líticos em bom estado de preservação. A mais antiga encontra-se pouco caracterizada, sendo possível que date do Neolítico final ou Calcolítico inicial.

Foram também realizados estudos de arqueobotânica que atestaram o consumo de cereais e leguminosas e a exploração de diferentes ambientes para produção de alimentos e recolha de lenha.

Palavras-chave: Calcolítico, III milénio a.C., Alcobaça.

ABSTRACT

Test pits carried out in Cabeço da Ervideira (Alcobaça) led to the discovery of two occupation levels. The most recent dates back to the second half of the 3rd millennium BC. In this level, a possible hut floor with well-preserved and abundant ceramics and lithics was found. The oldest level is poorly characterized, but is likely from the Late Neolithic or the Early Chalcolithic.

Archaeobotanical studies demonstrate the consumption of cereals and pulses, as well as the exploitation of different environments for producing food and collecting fuel.

Keywords: Chalcolithic, 3rd millennium BC, Alcobaça.

1. INTRODUÇÃO

O Cabeço da Ervideira é conhecido há mais de um século, desde que Manuel Vieira Natividade caracterizou arqueologicamente as grutas com ocupações pré-históricas do concelho de Alcobaça (Natividade, 1899-1903). Aquando da sua intervenção na gruta da Ervideira, Natividade identificou, no topo do cabeço em que esta se situava, evidências de uma ocupação humana. À superfície, recolheu abundantes machados e enxós de pedra polida, assim como cerâmica e fragmentos de mós manuais. A presença destes artefactos, em especial aqueles que se relacionam com trabalhos agrícolas, bem como o facto de se tratar de uma ocupação de ar-livre com vestígios de utensilagem de aspeto grosseiro, colidiram com as suas ideias pré-concebidas. Natividade esperava encontrar, por um lado, indícios de sociedades pouco desenvolvidas habitando em cavidades e, por outro, sociedades de agricultores em locais abertos associados a um maior desenvolvimento tecnológico. Já na década de 1990, Carlos Mendonça da Silva e Tóju Rosa (Silva, 1998) realizaram prospeções no local. Os vestígios encontrados levaram-nos a sugerir

1. InBIO – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, Lab. Associado / CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Univ. Porto; Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; jptereso@gmail.com

2. InBIO – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, Lab. Associado / CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Univ. Porto; Museu de História Natural e de Ciência da Universidade do Porto; ritantunesgaspar@gmail.com

3. InBIO – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, Lab. Associado / CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Univ. Porto; Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; claudia.oliveira1991@gmail.com

a existência de um povoado neolítico no Cabeço da Ervideira. Por esta ocasião foram recolhidos, numa linha de água das proximidades, artefactos arqueológicos semelhantes aos que Natividade recolheu no Cabeço. Entre estes salientam-se pontas de seta de base convexa ou triangular, cerâmica lisa grosseira, machados e enxós, e ainda inúmera fauna (veado, coelho, boi, javali e cabra). O autor sugere que estes materiais foram arrastados para o vale como consequência da erosão do cabeço. Encontrando-se a Gruta da Ervideira na vertente entre o povoado e a referida linha de água, seria possível que pelo menos parte dos materiais encontrados há mais de 100 anos fossem oriundos da ocupação de ar-livre (Silva, 1998).
Só no ano de 2006 seria realizada uma escavação arqueológica no Cabeço da Ervideira. Esta enquadrou-se num projeto PNTA, então em curso, intitulado *ALBA – O povoamento pré-histórico no concelho de Alcobaça: Identificação e caracterização*, da responsabilidade de João Tereso, Rita Gaspar, César Neves e Vera Aldeias (Tereso *& alii*, 2006, Aldeias *& alii*, 2006, Neves *& alii*, 2006). Esta pequena intervenção visava a deteção de elementos em estratigrafia que permitissem aferir a cronologia da ocupação pré-histórica e averiguar a existência de níveis bem preservados na jazida. Ao mesmo tempo, intentava-se adquirir alguns dados acerca das ocupações de ar-livre numa área pautada pela presença de dezenas de cavidades utilizadas na Pré-história para enterramentos e habitação.

2. LOCALIZAÇÃO

O sítio Cabeço da Ervideira localiza-se no concelho de Alcobaça, freguesia de Aljubarrota (Prazeres). Esta região enquadra-se, geomorfologicamente, na Orla Mesocenozóica Ocidental Portuguesa. Através da carta geológica que enquadra esta região (CGP, folha 26-B, 1963) é possível observar uma grande diversidade de elementos geológicos e geomorfológicos, decorrentes da ação de fenómenos de cariz tectónico e de índole diapírica. Observada à macro-escala, a área é constituída por três 3 unidades geológicas principais, que estruturam a região: o "Vale Tifónico" das Caldas da Rainha, a Serra dos Candeeiros e a depressão da Ataíja, que se estende entre o vale tifónico e o rebordo do Maciço Estremenho (Zbyszewski, França & Camarate, 1963) (Figura 1).
A variação altimétrica da área deve ser salientada. Encontramos na Serra dos Candeeiros, a este, altimetrias máximas de cerca de 610m, sendo que a depressão da Ataíja não ultrapassa os 200m de altitude (Silva *et al.,* 1961). Esta unidade geológica ostenta várias colinas e é também nela que se desenvolvem as formas cársicas. Em termos geológicos, é composta por complexos calcários correlacionáveis com o Jurássico ("Grés superiores" do Jurássico superior) e com o Cretácico ("Camadas de Alcobaça" do Lusitaniano superior") (Zbyszeswski e França, 1963). Também esta zona de colinas entre a Serra dos Candeeiros e o litoral se divide em quatro sub-regiões. Uma das consideradas é o Vale da Ribeira do Mogo, onde se localiza o Cabeço da Ervideira (Crispim *& alii*, 2001).
O Vale da Ribeira do Mogo resulta do encaixe da linha de água e caracteriza-se pelo seu traçado muito sinuoso, devido ao reduzido declive existente (Crispim *& alii*, 2001). De orientação preferencial NE-SW, apresenta diferenças significativas no que respeita ao seu perfil longitudinal. A partir da Gruta do Cabeço da Ministra (Baixa) e até às nascentes de Chiqueda, o declive torna-se mais acentuado. É nesse troço, caracterizado pelo forte encaixe do vale, que se localiza o Cabeço da Ervideira, bem como inúmeras cavidades resultantes de fenómenos de erosão cársica, na sua maioria com ocupação pré-histórica comprovada (Natividade, 1899-1903). O marcado entalhe deste troço do vale ter-se-á originado durante o Würm recente, resultante do aprofundamento das redes de drenagem. O fundo do vale, embora aplanado é geralmente estreito (Crispim *& alii*, 2001) e preenchido por sedimentos detríticos.
Neste troço encaixado é possível observar penas abruptas e altas na curva côncava dos meandros e escadarias de cornijas de estrato na vertente convexa (Crispim *& alii*, 2001). A jazida do Cabeço da Ervideira localiza-se na margem esquerda da ribeira do Mogo, no topo de uma dessas vertentes convexas (Figura 1).

3. TRABALHOS REALIZADOS

Como foi já referido, com esta curta escavação de uma semana pretendia-se responder a questões de índole estratigráfica e averiguar a presença de sequências sedimentares com níveis de ocupação conservados e potencial informativo. Considerando a erosão que caracteriza o topo dos cabeços nestes contextos geomorfológicos, a escolha dos locais a sondar procurou privilegiar pontos onde, aparentemente, existia po-

tência estratigráfica suficiente para a preservação de estratigrafias e contextos arqueológicos.
Como tal, foram abertas duas sondagens em dois sectores distintos: o Sector 1, correspondendo à zona superior do cabeço, e o Sector 2, correspondendo à plataforma inferior, virada a norte. A densa vegetação que se encontra na maioria do cabeço condicionou muito a escolha dos locais a escavar, optando-se por uma área aplanada e com menos vegetação onde eram visíveis materiais arqueológicos à superfície, ainda que escassos. Esta área é sobranceira à Gruta da Ervideira, anteriormente mencionada.

3.1. Sondagem 1
A Sondagem 1 (4m²) foi aberta no topo da plataforma existente na área central do cabeço, correspondendo ao sector 1. Apesar de se terem recolhido alguns materiais arqueológicos, não se registou a existência de quaisquer níveis arqueológicos preservados. A potência estratigráfica era reduzida e a presença dos materiais neste local poderá estar relacionada com movimentações pós-deposicionais.

3.2. Sondagem 2
A Sondagem 2 (3m²) foi implantada numa pequena plataforma com alguma inclinação em relação ao vale, a nordeste, e à sondagem 1, numa cota ligeiramente inferior. A sondagem foi iniciada apenas com 2m² tendo sido alargada em mais 1m² durante os trabalhos devido à identificação de um plano arqueológico possivelmente preservado.
Registou-se a seguinte estratigrafia (do topo para a base da sequência) (Figura 2):

– Nível de utilização agrícola recente e atual
Constituído pelo depósito superficial – [101] – um Horizonte Ap (horizonte lavrado recente). Trata-se de um depósito franco areno-argiloso, solto, de cor castanha escura, com cascalho de calcário (<6cm) e quartzito. Apresenta frequente material arqueológico.

– Deposições pós-abandono pré-histórico
Constituído por dois depósitos: [102], cobrindo [103], ambos com frequentes materiais arqueológicos.
O depósito [102] é franco areno-argiloso, moderadamente duro e de cor castanha clara, com ocasionais pedras sub-roladas de calcário (<6cm) e quartzito.
O depósito [103] é franco argiloso, moderadamente duro e de cor castanha acinzentada escura, com ocasionais pedras sub-roladas de calcário (<5cm) e de quartzito (<4cm). Apresenta ainda frequentes carvões e alguma fauna mamalógica queimada.

– Níveis com evidências de ocupação humana
Durante os trabalhos arqueológicos distinguiram-se três níveis onde se concentram as principais evidências de ocupação humana pré-histórica do local. Estes sugerem que temos pelo menos dois níveis de ocupação. A reduzida dimensão da área escavada torna difícil a compreensão da sequência sedimentar em questão.
O nível mais recente – [105] – é um depósito franco argilo-arenoso, duro, de cor castanha muito escura com blocos sub-rolados de calcário (até 30cm) pouco frequentes. O topo desta u.e. é bastante regular e encontra-se compactado. Apresenta abundantes carvões, poucas sementes carbonizadas e alguns nódulos de argila alaranjada, tratando-se aparentemente de um piso. Esta ideia surge reforçada pela grande quantidade de material arqueológico, nomeadamente de fragmentos de cerâmica em conexão, incluindo um vaso que foi possível reconstruir na totalidade (Figuras 4 e 5). Não foi possível a delimitação total deste piso, visto prolongar-se para os cortes da sondagem.
Sobre este piso foi recolhido sedimento com vista à realização de análises arqueobotânicas (*vide infra*). Daqui resultou também uma datação de radiocarbono, obtida sobre um fragmento de favinha (*Vicia faba*), apontando para uma cronologia da segunda metade do III milénio a.C. (Tabela 1).
Salienta-se que esta u.e. foi identificada unicamente em 1m², nomeadamente no alargamento da Sondagem 2, depois da identificação de uma concentração de cerâmicas bem preservadas.
Os níveis estratigráficos que se encontram abaixo do provável piso [105] estão ainda mal definidos, não tendo sido intervencionados na quadrícula onde o material cerâmico em conexão foi identificado. Integram, pelo menos, um nível com evidências de uma ocupação mais antiga.
De facto, após a escavação de [105] e na definição do topo do nível subjacente – [104=108] - foi recolhido um "ídolo de cornos" ou "suporte de lareira" em mau estado de preservação, no que será um nível com vestígios de uma ocupação mais antiga.
Assim, abaixo do provável piso [105] foram definidos dois depósitos, com vestígios de ocupação humana, o [104=108] cobrindo o [106], ainda que a distinção entre ambos nem sempre seja clara.

O depósito [104]=[108], franco argiloso, moderadamente duro, de cor castanha-acinzentada escura apresenta abundantes blocos sub-rolados de calcário (até 10cm) e ocasionais de quartzito. Tem frequentes materiais arqueológicos cerâmicos e líticos. O depósito [106] é franco argilo-arenoso, moderadamente duro, de cor castanha acinzentada escura e contém abundantes blocos sub-rolados de calcário (<10cm) e frequente material arqueológico (Figura 2).

– Nível anterior à ocupação humana pré-histórica
Abaixo da sequência já descrita foi definido o depósito [107], argiloso, duro, de cor castanha-alaranjada, com ocasionais blocos sub-rolados de calcário (<10cm), mais concentrados no topo. Embora ainda apresente algum – escasso – material arqueológico, este deverá ter origem em intrusões resultantes da subsequente ocupação humana.

4. CONJUNTO MATERIAL E INTEGRAÇÃO CRONOLÓGICA E MATERIAL

O conjunto artefactual recolhido nas escavações do Cabeço da Ervideira provém, na sua quase totalidade, da Sondagem 2, a única área onde se encontrou uma estratigrafia bem preservada. Como tal, o estudo aqui apresentado circunscreve-se unicamente a esta realidade.
Na descrição e caracterização dos artefactos cerâmicos, foram usados os critérios de Simões (1999) e Diniz (2007), com algumas adaptações ao conjunto material em análise.
No conjunto cerâmico recolhido denota-se um equilíbrio na quantidade de recipientes abertos e fechados, em especial de taças hemisféricas e recipientes esféricos de médias e pequenas dimensões (Tabela 2, Figuras 3 e 6). O número mínimo de recipientes é de cerca de 35. Os recipientes apresentam, geralmente, superfícies polidas ou alisadas, não existindo qualquer fragmento decorado. Os bordos são maioritariamente arredondados e, ao nível de orientação, são retos ou esvertidos. Registam-se diferentes tipos de cozeduras. São frequentemente oxidantes, embora as redutoras e as redutoras com arrefecimento oxidante sejam também muito abundantes (Tabela 2).
Ao nível das formas e dos fabricos, não existem grandes diferenças entre as u.e. estudadas. Pequenas diferenças não devem ser valorizadas, considerando a reduzida área escavada. Assim, os únicos recipientes que não correspondem a hemisféricos e esféricos de pequena e média dimensão são um recipiente representado por um fragmento de fundo com arranque de bojo, que poderá pertencer a um copo e um recipiente encontrado quebrado em conexão (Figuras 4 e 5), o qual foi possível restituir quase integralmente, tratando-se de um ovóide/esférico alto. Ambas as peças foram recuperadas na [105], escavada só em 1m^2.
Os níveis de deposição pós-abandono pré-histórico (*vide supra*) apresentam cerâmicas com maior índice de fragmentação, ou seja, com fragmentos de menor dimensão. De salientar que a [105], o topo da qual é aqui interpretada como piso, é aquela que apresenta mais cerâmica, ainda que tenha sido a única u.e. escavada em só 1m^2 (Figuras 3, 4, 5 e 6).
Entre os materiais cerâmicos distingue-se, ainda, um fragmento de um possível "suporte de lareira" ou "ídolo de cornos" com evidência de uma perfuração, recolhido no topo da [108]. Estes objetos são usualmente encontrados em contextos do Neolítico final e do Calcolítico inicial na Estremadura portuguesa (Cardoso, 2003; Sousa, 2010), encontrando-se aqui num nível abaixo do fundo de cabana, podendo corresponder a uma fase de ocupação mais antiga cujo nível de preservação não podemos atestar, dada a reduzida dimensão da área de escavação.
O conjunto material lítico é numeroso, tendo sido recolhidos 352 elementos na sondagem 2 (Tabela 3). Estes foram analisados de acordo com os critérios de Carvalho (1998). O quartzito é matéria-prima predominante (41,8%), seguindo-se o cherte (35,5%). A seleção de quartzo é também representativa, com 20,4% do total, ainda que apenas se tenha recolhido um elemento em quartzo hialino. A seleção de outras litologias é claramente residual na estratégia deste grupo humano (Figura 7).
A estratégia de talhe observada orienta-se para a obtenção de lascas (82,4% do total da debitagem) sobretudo em quartzito e cherte. Ainda que estejam presentes produtos resultantes das fases iniciais de exploração dos volumes, as lascas não corticais, referentes à exploração plena, são prevalentes. Foram recolhidas apenas seis lamelas (cinco em cherte e uma em quartzo) e três lâminas (em cherte).
Todos os volumes explorados registam apenas negativos de extração de lascas na sua fase de abandono. A maior parte dos núcleos não apresenta qualquer estratégia pré-definida, sendo que apenas um núcleo prismático de lascas em cherte e um núcleo discóide em quartzo apontam para obtenção pro-

gramada de suportes. As atividades de talhe estão, aliás, claramente demonstradas no local através da elevada percentagem de resíduos de talhe recolhidos (53% do total da coleção). O conjunto lítico apresenta ainda um considerável número de percutores e elementos com macerações de percussão (como núcleos ou lascas). Estes percutores surgem sobretudo em quartzito e quartzo.

Relativamente aos utensílios configurados foram identificados apenas 11 elementos, quase exclusivamente em cherte. Os elementos de fundo comum, tais como lascas e produtos alongados retocados dominam o conjunto (n8). Predomina o retoque inverso. As lâminas retocadas predominam em relação aos outros suportes. Surgiu também uma lasca denticulada e uma raspadeira sobre lasca espessa. Salienta-se ainda a presença de um elemento não configurado, uma lâmina com sinais de uso.

Em termos de elementos de pedra polida apenas foram recolhidos dois fragmentos, não sendo possível identificar, com certeza, o tipo de utensílio. Dois moventes (em granito e outra litologia) rematam o conjunto lítico da Sondagem 2.

5. RESULTADOS DO ESTUDO ARQUEOBOTÂNICO

O estudo arqueobotânico realizado incidiu sobre um conjunto de 8 amostras sedimentares recolhidas nas [103] e [105]. Um total de 21 709kg de sedimento foi processado através de flutuação manual simples, com recurso a uma malha de 0,25mm. A fração leve foi triada à lupa binocular com vista à recolha de sementes e frutos. Estes foram identificados com recurso a atlas morfológicos (e.g. Anderberg, 1994; Jacomet, 2006) e à coleção de referência do Herbário do Porto (PO) e do CIBIO. Os fragmentos de madeira carbonizada foram identificados à lupa binocular e microscópio ótico de luz refletida, com recurso a atlas anatómicos (e.g. Schweingruber, 1990).

O conjunto de carvões evidenciou escassa diversidade florística (Tabela 4). Os carvões do género *Quercus* predominam e sempre que foi possível uma melhor caracterização dos fragmentos, tratavam-se de *Quercus* de folha caduca (carvalho). Fragmentos de *Arbutus unedo* (medronheiro) surgem em todas as amostras, mas encontram-se particularmente concentradas numa amostra da [105]. Por fim, um grande número de carvões surge identificado com pouco detalhe taxonómico, como Dicotiledónea. Correspondem essencialmente a fragmentos de pequena dimensão, muitos dos quais com vitrificação, uma alteração resultante da carbonização, que terá dificultado essa identificação.

Os vestígios carpológicos, embora pouco abundantes, fornecem informações interessantes, nomeadamente aqueles recolhidos na [105] (Tabela 4). Os grãos de cereais encontram-se em muito mau estado, mas foi possível identificar cariopses de trigo (*Triticum aestivum/durum*) e cevada (*Hordeum vulgare*), assim como fragmentos muito deteriorados, identificados ao nível da tribo. A tribo Triticeae inclui o trigo, a cevada e outros cereais. Foram também recuperados fragmentos de favinha (*Vicia faba*), em bastante mau estado. Uma destas favas, recolhida na [105], foi enviada para datação de radiocarbono (Tabela 1). As sementes de espécies silvestres são mais frequentes, ainda que não sejam abundantes (Tabela 4), e parecem resultar de dois tipos de ambientes (*vide infra*).

6. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os trabalhos realizados no Cabeço da Ervideira permitiram documentar um nível de ocupação bem preservado, com um provável piso onde se recolheram cerâmicas quebradas em conexão, nomeadamente um recipiente que foi integralmente remontado. Este nível foi registado em 1m², o que não permite uma caracterização fiável da realidade arqueológica encontrada. Uma favinha aqui recolhida foi alvo de uma datação de radiocarbono que aponta para a segunda metade do III milénio a.C..

Abaixo deste piso encontrou-se outro nível com materiais arqueológicos, que se encontra por escavar. No topo deste foi identificado um fragmento de um provável "suporte de lareira", o que permite colocar a hipótese de existirem vestígios de uma ocupação mais antiga, cujo nível de preservação permanece desconhecido.

Ao nível da indústria lítica o quartzito é claramente predominante, sendo que parece notório que os diferentes tipos de rocha surgem associados a distintas categorias tecno-tipológicas neste conjunto material. A debitagem está associada sobretudo ao quartzito e cherte, verificando-se que as lascas de maior dimensão surgem maioritariamente em quartzito e as lamelas em cherte. Esta situação deve relacionar-se com um constrangimento da matéria-prima. Por outro lado, os utensílios configurados surgem exclusivamente em cherte.

Ainda que a área intervencionada seja muito reduzida é possível indicar que atividades de talhe decorreram no sítio, tendo em conta a quantidade de nódulos testados e os resíduos de talhe recolhidos. Os percutores e outros elementos com marcas de percussão recolhidos terão sido provavelmente utilizados nas atividades de talhe, não se podendo descartar a execução de outras tarefas quotidianas, ainda não identificadas.

O conjunto de utensilagem também aponta para a execução de tarefas quotidianas. Destacam-se do conjunto, no entanto, os produtos alongados retocados. Estes, associados à presença de espécies vegetais cultivadas fornecem indicadores relativamente às atividades agrícolas desenvolvidas por esta comunidade.

O consumo de produtos agrícolas, nomeadamente trigo, cevada e fava, surge atestado carpologicamente, não sendo claro, dada a exiguidade da área escavada, o contexto da carbonização e consequente preservação destes vestígios. Sementes de espécies silvestres parecem resultar da exploração de dois tipos de ambientes:

– *Silene gallica* e *Sherardia arvensis* actualmente encontram-se principalmente em ambientes ruderais, bordos de caminhos e como infestantes em campos agrícolas. O mesmo acontece com a generalidade de espécies do género *Chenopodium* e muitas gramíneas silvestres. Foram recolhidas cariopses de gramíneas silvestres – *Phalaris* sp. e *Poa* sp. – que surgem hoje como acompanhantes de cultivos ou em terrenos agrícolas abandonados, ainda que algumas espécies do género *Phalaris* prefiram contextos com humidade edáfica.
– As diferentes espécies de *Carex* sp. e as espécies epónimas do tipo morfológico *Rumex conglomeratus/crispus* são comuns nas margens de cursos de água ou outras áreas húmidas.

As diferentes espécies de *Urtica* sp. encontram-se em ambos os ambientes aqui referidos.

É de salientar que o conteúdo carpológico da amostra recolhida no interior do recipiente ovóide quebrado *in situ* não difere substancialmente do das restantes amostras da mesma u.e. pelo que é provável que a sua relação com o recipiente seja meramente circunstancial, ou seja, que não advenha do seu uso.

Assim, algumas das espécies silvestres sugerem a existência de ambientes antropizados que podem relacionar-se com a própria área envolvente aos espaços habitacionais ou com campos agrícolas. As espécies provenientes de áreas húmidas deverão traduzir a recolha de plantas junto da ribeira. Desconhecemos o contexto e propósito dessa recolha, podendo ter sido usadas simplesmente como combustível, junto com a madeira registada antracologicamente.

O conteúdo antracológico das amostras recolhidas não permite grandes avanços interpretativos. Salientamos que as duas amostras com mais carvões, com quase dois terços do total de fragmentos analisados, foram recolhidas na [105] e cada uma delas se caracteriza pelo predomínio de um táxon; uma das amostras, por medronheiro e outra por carvalho. Esta última foi recolhida no interior do pote quebrado *in situ* (Figuras 4 e 5). Trata-se de um padrão comum em amostras concentradas e não podemos descartar a hipótese de que traduza um número reduzido de plantas.

Tanto os carvalhos, em especial carvalho-cerquinho, como o medronheiro são espécies comuns na região e mesmo nos vales que circundam o Cabeço da Ervideira (observação dos autores). Porém, os dados obtidos não permitem deduzir padrões de recolha de madeira ou efetuar interpretações de índole paleoecológica, além da identificação dos dois táxones na envolvência do sítio durante o III milénio.

Os dados obtidos, referentes ao conjunto artefactual e arqueobotânico, a elementos estruturais (o piso) e à sequência estratigráfica, carecem ainda de um devido enquadramento. A intervenção realizada deixou muitas questões por responder, em boa parte devido à exiguidade da área escavada. Acresce ainda o facto de este sítio arqueológico ser um dos poucos contextos de habitat calcolíticos intervencionados nesta área norte da Estremadura e a oeste da Serra dos Candeeiros, tornando difícil a sua integração a um nível regional. Este cenário contrasta com a abundância de contextos funerários em cavidades naturais, conhecidos há muito anos (Natividade, 1899-1901), a que se acrescenta a Gruta do Rio Seco, escavada recentemente (Tereso *et al*., 2006).

Num contexto regional mais amplo, o Cabeço da Ervideira contrasta com os povoados/recintos calcolíticos fortificados/murados mas aproxima-se dos locais abertos, implantados em vertentes, vales ou pequenas elevações, característicos das fases mais avançadas do III milénio, isto é, do Calcolítico final (Cardoso, 1997; Sousa, 2010). A datação obtida parece apontar nesse sentido. O Cabeço da Ervideira, apesar de se tratar de um pequeno esporão (mais

concretamente a margem interna de um meandro), não apresenta um amplo domínio paisagístico, nem qualquer evidência de preocupações defensivas. É facilmente acessível a partir de Sul e não foram documentadas estruturas defensivas em nenhum quadrante, ainda que a densa vegetação dificulte a visualização da morfologia do terreno.

Em suma, os vestígios encontrados permitem afirmar estarmos perante uma jazida arqueológica com elevado potencial científico e patrimonial. Só a continuação dos trabalhos, numa ocasião futura, permitirá caracterizar de forma correta a ocupação (ou ocupações) humanas deste local.

BIBLIOGRAFIA

ALDEIAS, Vera, GASPAR, Rita, NEVES, César, TERESO, João (2006) – O património pré-histórico de Alcobaça: uma proposta para a sua reavaliação e estudo. *Espaços ADEPA*. 2, pp. 70-75.

ANDERBERG, Anna Lena (1994) – *Atlas of seeds and small fruits of Northwest-European plant species with morphological descriptions*. Stockholm: Swedish Museum of Natural History.

CARDOSO, João Luís (2003) – Ainda sobre os impropriamente chamados "Ídolos de Cornos" do Neolítico Final e do Calcolítico da Estremadura e do Sudoeste. *al-madan*. 2ª série, 12, pp. 77-79.

CARDOSO, João Luís (1997) – Génese, apogeu e declínio das fortificações calcolíticas da Extremadura. *Zephyrus*. 50, pp. 249-261.

CRISPIM, J. A., ALMEIDA, C., FERREIRA, P., DIAS, N., RAMOS, P. (2001) – *Parecer sobre a susceptibilidade hidrogeológica e geomorfológica do Valde da Ribeira do Mogo (Alcobaça)*. Lisboa: Centro de Estudos da Universidade de Lisboa.

DINIZ, Mariana (2007) – *O sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização do Interior/Sul de Portugal*, Trabalhos de Arqueologia, 48, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

JACOMET, S. (2006) – *Identification of cereal remains from archaeological sites*, 2ª edição ed. Archaeobotany Lab, IPAS, Basel University.

NATIVIDADE, Manuel Vieria (1899-1903) – Grutas de Alcobaça. Materiaes para o estudo do Homem. *Portugália*. Porto. 1: 3-4, pp. 433-474.

NEVES, César, TERESO, João, ALDEIAS, Vera, GASPAR, Rita (2006) – O Património Arqueológico de Alcobaça – apontamentos sobre a sua Conservação, Valorização e Divulgação, *Actas do 3º Seminário do Património da Região Oeste*, Cadaval, pp. 47-58.

REIMER, P.J., BARD, E., BAYLISS, A., BECK, J.W., BLACKWELL, P.G., BRONK RAMSEY, C., BUCK, C.E., CHENG, H., EDWARDS, R.L., FRIEDRICH, M., GROOTES, P.M., GUILDERSON, T.P., HAFLIDASON, H., HAJDAS, I., HATTÉ, C., HEATON, T.J., HOFFMANN, D.L., HOGG, A.G., HUGHEN, K.A., KAISER, K.F., KROMER, B., MANNING, S.W., NIU, M., REIMER, R.W., RICHARDS, D.A., SCOTT, E.M., SOUTHON, J.R., STAFF, R.A., TURNEY, C.S.M., VAN DER PLICHT, J. (2013) – IntCal13 and marine13 radiocarbon age calibration curves 0–50,000 years cal BP. *Radiocarbon,* 55 (4).

SCHWEINGRUBER, Fritz H. (1990) – *Anatomy of European woods*. Paul Haupt and Stuttgart Publishers.

SILVA, Carlos M. (1998) – Roteiro das Grutas de Alcobaça. Antes da História. ADEPA, *Alcobaciana*. 6.

SILVA, C.; ALARCÃO, A.; CARDOSO, A.L. (1961) – *A região a Oeste da Serra dos Candeeiros. Estudo económico-agrícola dos concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SIMÕES, Teresa (1999) – *O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim, Sintra. Contribuições para o estudo da neolitização da península de Lisboa*, Trabalhos de Arqueologia, 12. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

SOUSA, Ana Catarina (2010) – *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

TERESO, João; NEVES, César; GASPAR, Rita; ALDEIAS, Vera; DUARTE, Cidália; GONÇALVES, David; NETO, Filipa; PINHEIRO, Vanda (2006) – A necrópole neolítica da Gruta do Rio Seco (Alcobaça): Dados da primeira intervenção, *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Simbolismo, Arte e Espaços Sagrados na Pré-história da Península Ibérica*. Universidade do Algarve, pp. 89-110.

ZBYSZWESKI, Georges; FRANÇA, J. C. (1963) – *Carta Geológica de Portugal, escala 1:50 000. Notícia explicativa da Folha 26-B. Alcobaça*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.



Figura 1 – Localização do Cabeço da Ervideira.

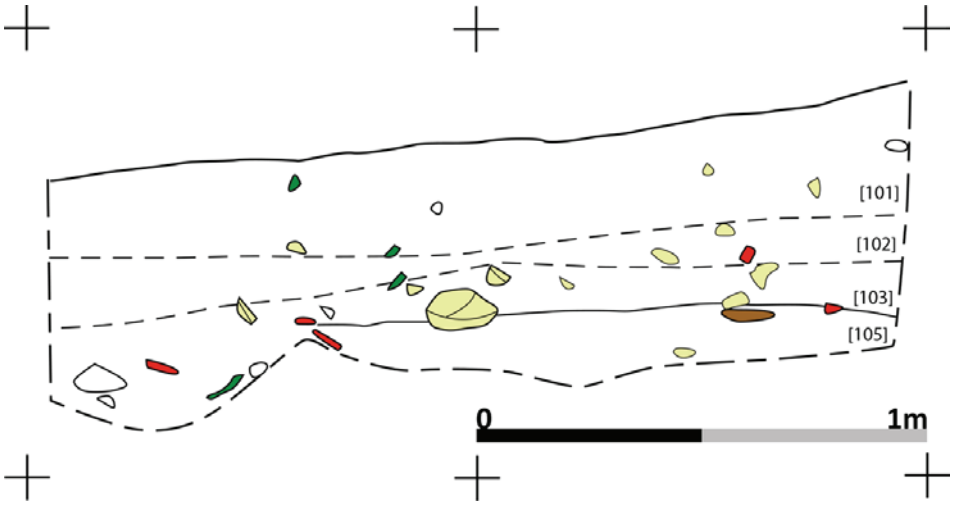


Figura 2 – Secção Norte da Sondagem 2.

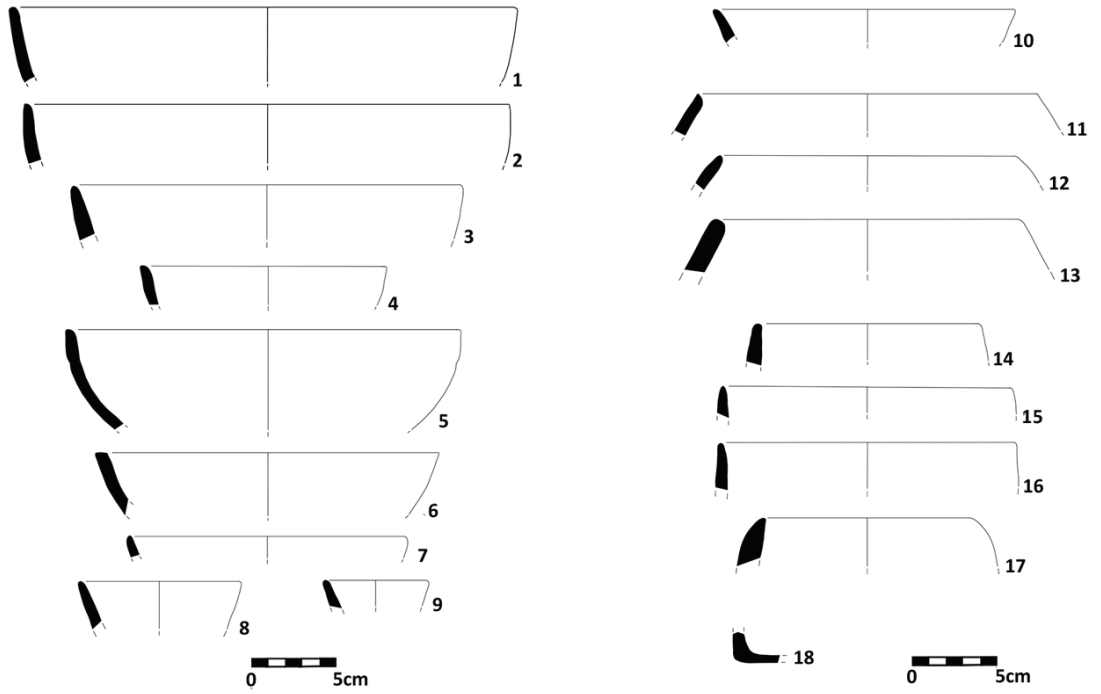


Figura 3 – Recipiente cerâmicos: 1-10 Formas abertas; 11-17 Formas fechadas; 18 Fundo de possível copo.



Figura 4 – Esférico alto/ovoide *in situ*, da [105], desde a descoberta ao levantamento.

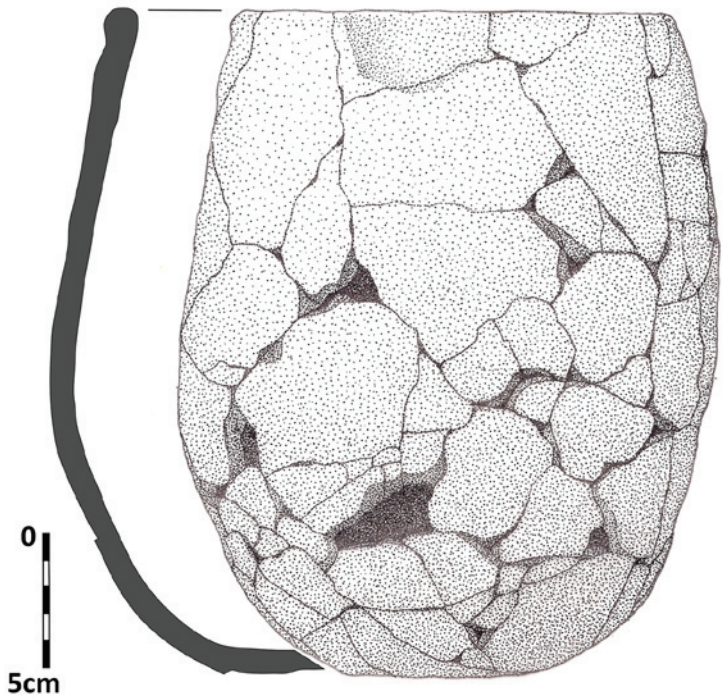


Figura 5 – Esférico alto/ovoide encontrado quebrado *in situ* no topo do piso [105].

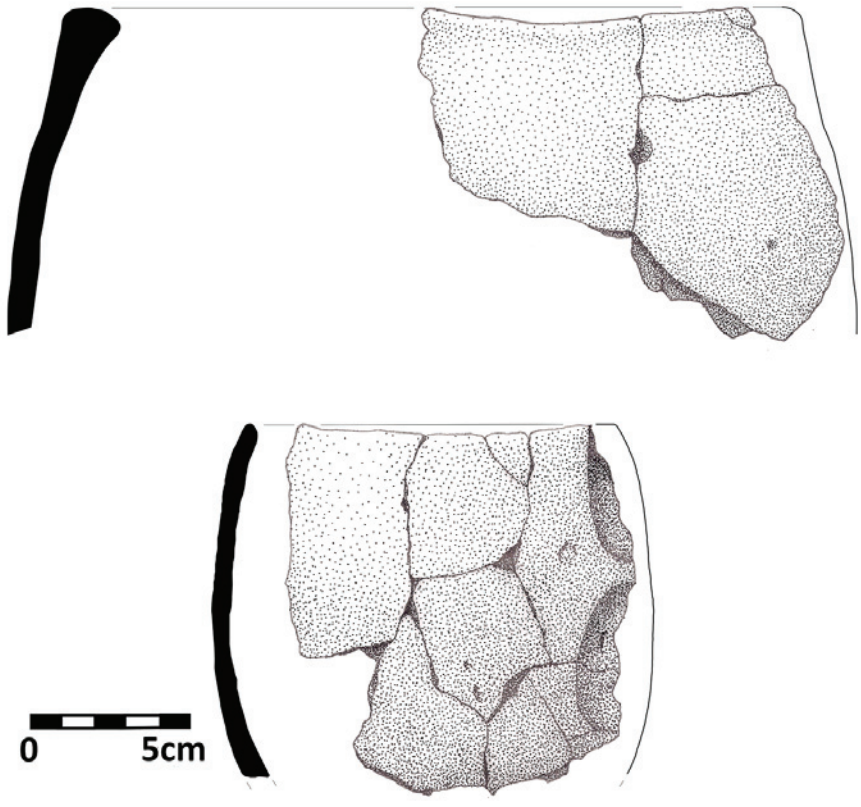


Figura 6 – Recipientes encontrados no topo do piso [105].

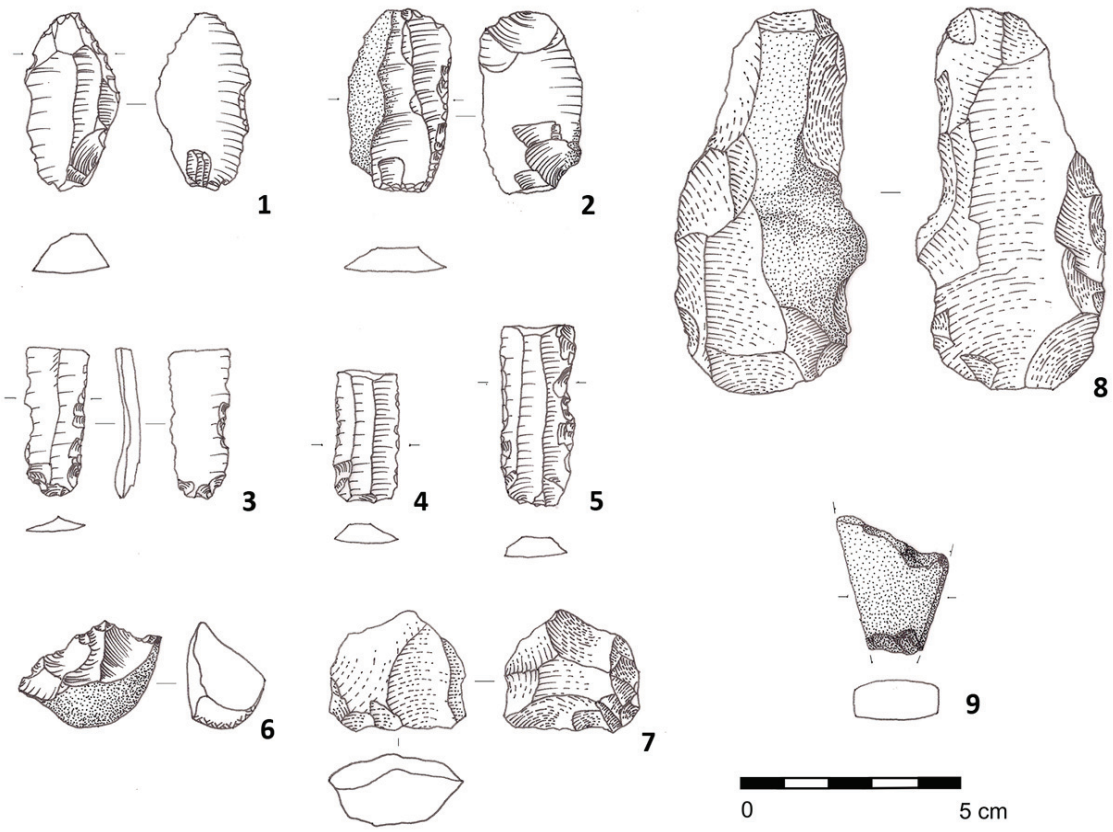


Figura 7 – Indústria lítica:1 Lasca com retoque marginal; 2 Lasca retocada, com o bolbo adelgaçado; 3 e 5 Lâminas retocadas; 4 Lâmina com marcas de uso; 6 Lasca denticulada; 7 Núcleo discóide em quartzo; 8 Lasca retocada em quartzito; 9 Fragmento de utensílio de pedra polida.

Código	Amostra	^{14}C BP	Calibração a 2 sigma
Beta - 349644	*Vicia faba* (semente)	3860±30	2461-2210 (95,4%)

Tabela 1 – Datação de radiocarbono obtida na [105], calibrada com Oxcal 4.3 (curva IntCal 13) (Reimer *et alii*., 2013).

	u.e.	101, 102, 103	104, 105, 106, 107
Formas	Hemisférico	10	5
	Esférico	8	7
	Esférico alto		1
	Copo		1
	Indeterminado (frag. bordos)	20	12
	Bordos (forma e orientação)	Maioritariamente arredondados, sendo retos ou esvertidos.	Maioritariamente arredondados, esvertidos e retos
Fabrico	Pastas - Elementos Não Plásticos	Escassos ou moderados, finos e médios, maioritariamente de quartzo e feldspato, raramente de mica, minerais rosados ou cerâmica reutilizada.	Escassos ou moderados, finos e médios, de quartzo, feldspato, calcário, minerais rosados, mica e cerâmica reutilizada.
	Cozedura	redutora, oxidante ou redutora com arrefecimento oxidante.	Maioritariamente oxidante, mas também redutora ou redutora com arrefecimento oxidante.
	Tratamento de superfícies	Superfícies internas e externas polidas, por vezes só alisadas.	Superfícies internas e externas polidas, por vezes só alisadas.

Tabela 2– Caraterização do conjunto cerâmico.

u.e.	[sup]; [101]; [102]; [103]							[104]; [105]; [106]; [107]					
	Quartzo	Qartzo hialino	Quartzito	Cherte	Granito	Outras	Sub-total	Quartzo	Quartzito	Cherte	Outras	Sub-total	Total
Debitagem							**110**					**20**	**130**
Lasca < 2,5cm cortical			6	2			**8**					**0**	**8**
Lasca < 2,5cm semi-cortical	3		5	5			**13**		1	1		**2**	**15**
Lasca < 2,5cm não cortical	9		17	10			**36**	2	2	2		**6**	**42**
Lasca > 2,5cm cortical			2	2			**4**		1			**1**	**5**
Lasca > 2,5cm semi-cortical			13	3			**16**		6			**6**	**22**
Lasca > 2,5cm não cortical	4		13	5		2	**24**		4	1		**5**	**29**
Lamela não cortical	1			3			**4**					**0**	**4**
Lamela semi-cortical				2			**2**					**0**	**2**
Lâmina não cortical				3			**3**					**0**	**3**
Núcleos							**8**					**3**	**11**
Nódulo debitado	2	1		1			**4**		3			**3**	**7**
Poliédrico				1			**1**					**0**	**1**
Prismático				1			**1**					**0**	**1**
Discóide	1						**1**					**0**	**1**
Fragmento de núcleo	1						**1**					**0**	**1**
Utensílios							**11**					**1**	**12**
Lasca de retoque marginal			1	2			3					0	**3**
Lamela de retoque marginal				1			1					0	**1**
Lâmina de retoque marginal				4			4			1		1	**5**
Lasca denticulada				1			1					0	**1**
Raspadeira				1			1					0	**1**
Lâmina com sinais de uso				1			1					0	**1**
Resíduos de talhe							**178**					**9**	**187**
Esquírola	32		16	31			79	2				2	**81**
Resíduos de talhe	13		48	38			99		4	3		7	**106**
Outros							**7**					**4**	**11**
Movente					1		1				1	1	**2**
Percutor	1		2			1	4		3		1	3	**7**
Indeterminado (possível polido)						2	2					0	**2**
Total	67	1	123	117	1	5	314	4	24	8	2	38	352
%	19,0	0,3	34,9	33,2	0,3	1,4	89,2	1,1	6,8	2,3	0,6	10,8	100

Tabela 3– Indústria lítica recolhida na Sondagem 2.

U.E.	103		105				
Quadrado	K13	L13	L14	L14	L14	L14	
Quadrante	SW		NW		Pote	NE	
Peso (g)	3500	3200	3700	4670	1739	4900	Total
Antracologia							
Arbutus unedo	8	3	6	66	1	5	89
Quercus – caducifólia	1	1	7		27	6	42
Quercus sp.	5	3	8		43	17	76
Dicotiledónea	15	14	3	33	1	10	76
Carpologia – plantas domésticas							
Hordeum vulgare						1	1
Triticum aestivum/durum			1				1
Triticum sp.			1				1
Triticeae – frag.			5				5
Vicia faba				1			1
Vicia faba – frag.				1		1	2
Carpologia – plantas silvestres							
Carex tipo *muricata*			2	1	1	2	6
Chenopodium tipo *album*				10	2	1	13
Chenopodium tipo *album* – frag.				5			5
Phalaris sp.			2	2	1	1	6
Poa sp.			1				1
Rumex tipo *conglomeratus/crispu*s				1		1	2
Sherardia arvensis					1	2	3
Silene gallica			1	1	1		3
Urtica sp.						1	1
Indeterminado – frag.	2	5	7	9	2	49	74
Coprólito de térmitas			3			5	8

Tabela 4 – Resultado do estudo arqueobotânico.

O CONJUNTO DE PEDRA LASCADA DA OTA: QUESTÕES TECNOLÓGICAS E SOCIOECONÓMICAS

Ana Catarina Basílio[1], André Texugo Lopes[2]

RESUMO

Proceder ao estudo da indústria lítica do sítio arqueológico da Ota mostrou ser um desafio pela escassez de investigações que permitam proceder a comparações e o estabelecimento de paralelos. Esta escassez apresenta uma única excepção, o caso das pontas de seta, onde os estudos e tipologias são relativamente comuns e consensuais. É ainda de frisar a falta de apresentação dos valores em "bruto" (Sousa, 2010, p. 153), realidade que facilitaria uma reconstituição de técnicas de talhe. Posto isto, o presente trabalho tem como objectivo principal proceder a um ensaio inicial de padrões económicos, identificando, em simultâneo, as especificidades da ocupação e exploração do espaço da Ota.

Palavras-chave: Pedra lascada, Calcolítico, Estremadura, Ota.

ABSTRACT

The study of the lithic industry at the archaeological site of Ota proved to be a challenge due to the lack of investigations that would allow comparisons and the establishment of parallels. This scarcity presents only one exception, the case of arrowheads, where studies and typologies are relatively common and consensual. It is also worth noting the absence of presentation of the values in "rough" (Sousa, 2010, p.153), a reality that would enable a reconstitution of flintknapping. Therefore, the main objective of this work is to carry out an initial essay, concerning the economic patterns, identifying at the same time the specificities of the occupation and exploration of the landscape of Ota site.

Keywords: Lithics, Chalcolithic, Estremadura, Ota.

1. ENQUADRAMENTO

O assentamento do 4º e 3º milénio a.n.e. em estudo, o "Castro de Ota", situa-se a cerca de 1km a noroeste do centro da localidade de Ota (freguesia de Ota, concelho de Alenquer, distrito de Lisboa). As coordenadas geográficas (*Datum* WGS84) centrais do local são as seguintes: 39º06'54.2" N e – 9º00'00.9"W ou UTM: 29SMD970210, sendo que se encontra implantado a uma altimetria média que ronda os 150 m. O sítio arqueológico da Ota implanta-se na margem direita do complexo geológico do Canhão Cársico de Ota, onde se encaixa o rio Ota, subsidiário do rio Tejo. Este rio tem a sua nascente na Serra do Montejunto, o que vai reafirmar ainda mais a importância não só da Serra em si, mas do próprio rio, enquanto definidor de ambientes culturais diferenciados (Basílio e Texugo, 2017).

A área em estudo encontra-se inserida nos denominados afloramentos "Calcário de Ota, Alenquer e Silveira" (Jurássico Lusitaniano), que estão na origem dos mais imediatos relevos da região a sul do Montejunto: a serra da Atouguia, a serra de Ota, o afloramento calcário de Monte Redondo e os afloramentos calcários do vale da Ribeira de Alenquer. Estes são calcários, por vezes margosos, dispostos em bancadas compactas com níveis de desagregação, dando passagem a grés micáceo. A geomorfologia do território da área em estudo constitui um relevo de forma tabular, cujo eixo maior tem orientação S-N,

1. ICArEHB – Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Human Behaviour; catarinasbasilio@gmail.com

2. Investigador independente; andrelopes@campus.ul.pt

formando um planalto com cerca de 220 m de comprimento máximo e 126 m de largura. O seu topo compõe uma pequena área com cerca de 9 800 m² , associado a um declive ligeiro para Sudoeste, tendo este uma área útil que ronda os 57 600 m² . As vertentes Norte, Este e Sul são assimétricas e íngremes, sendo constituídas por escarpas que atingem os 50 m de altura em qualquer um destes sectores, tendo sido talhadas por acção fluvial nas rochas carbonatadas.

2. O SÍTIO DA OTA

O sítio arqueológico da Ota é, como os recentes trabalhos vieram confirmar, um sítio com uma larga diacronia, em que a existência de um conjunto de características captou a atenção do Homem ao longo da História. A sua implantação numa zona relativamente elevada sobranceira a um rio, atribui ao sítio protecção natural, bem como um grande raio de visibilidade, que se alia à longa exposição solar do local. Esta realidade já tinha sido identificada e sublinhada por Hipólito Cabaço que, desde cedo, compreendeu um padrão de ocupação do espaço por parte do Homem pré-histórico que levou à identificação do Alto do Pedregal, Amaral, Pedra d'Ouro, Vila Nova de São Pedro e a própria Ota.
Nos recentes trabalhos arqueológicos foi possível determinar padrões de distribuição espacial, existindo várias áreas onde cronologias concretas apresentam maior visibilidade em relação às restantes, podendo frisar-se que a ocupação Neolítica/Calcolítica tem pouca presença no topo da elevação, encontrando maior destaque a meia encosta. Esta realidade seria facilmente explicável se assumíssemos os processos de erosão natural, mas aquando da identificação de um total de cinco estruturas com planta e desenvolvimento semelhante a cabanas, assumimos que o povoamento da Pré-História recente (Neolítico/Calcolítico/Idade do Bronze) parece centrado a meia encosta. Situação que corrobora uma possível cronologia mais tardia da muralha, podendo as estruturas circulares estar associadas a uma fase prévia à sua construção. Ainda assim sublinhamos que os dados aqui apresentados são muito frágeis, baseando-se em observações de materiais de prospecção, sem fundamento estratigráfico/cronológico seguro.

3. O CONJUNTO

A aferição de uma economia de debitagem depende, desde da génese, da adopção dos princípios da cadeia operatória (Julien, 1992), no sentido de concretizar uma "remontagem mental" (Sousa, 2010. p.155) dos procedimentos aplicados, desde o bloco em bruto até ao utensílio. Na abordagem ao conjunto em estudo definiu-se, genericamente, a prossecução dos critérios técnicos de análise de João Zilhão (1995), adaptado por António Faustino Carvalho (1996) e Mariana Diniz (2007), no que respeita à utensilagem – refere-se a excepção para a classificação tipológica dos elementos foliáceos que seguiram as propostas, resultantes de um estudo intensivo, de Forenbaher (1999).
No caso concreto da Ota foi possível identificar um universo de 802 registos, onde se reconheceram 40 núcleos; 324 materiais de debitagem, dos quais 131 lascas, 123 lâminas e 70 lamelas; 14 exemplares de material de preparação (tendo sido apenas identificados flancos de núcleo); 168 elementos residuais, onde se integram restos de talhe, esquírolas e fragmentos inclassificáveis; e 328 peças retocadas (neste valor foram adicionadas as lâminas e lamelas retocadas), passiveis de serem classificadas como artefactos, com maior probabilidade de terem sido utensílios.
O conjunto apresenta-se consideravelmente fragmentado (81%), não tendo sido consideradas as esquírolas e restos de talhe, dificultando, por vezes, uma classificação técnico-tipológica precisa, principalmente no que concerne às peças retocadas (Gráfico 1).
O quadro 1 destaca a debitagem de lascas e de produtos alongados (maioritariamente lâminas), reconhecendo-se cadeias operatórias com vista à produção de lascas, lascas retocadas e, possivelmente pontas de seta. A Ota, à semelhança do Penedo do Lexim (Sousa, 2010), Leceia (Cardoso e Martins, 2013), Zambujal (Uerpmann e Uerpmann, 2003) e S. Mamede (Jordão, 2010), revela uma reduzida quantidade de núcleos, de material de preparação e reavivamento de peças com córtex, contrastando com o elevado número de material de debitagem de fase plena e de peças no seu estado final, como utensílio. Provavelmente, parte das sequências de talhe seriam, como avançado por Sousa (2010) e Jordão (2010), efectuadas noutros locais do povoado ou em locais possivelmente "especializados", a partir dos quais os produtos debitados seriam transportados. Na Ota destaca-se a proximidade com as princi-

pais zonas de aprovisionamento de matéria-prima: o Montejunto e as zonas de aluvião miocênicas da Ota, podendo ser vinculadas as primeiras sequências de talhe a estes locais.

A leitura geral das matérias-primas indica o sílex como a matéria dominante (96,93%), seguida, com grande discrepância, pela calcite (1,75%), rocha de base do arqueossítio; quartzo-hialino (0,66%); xisto (0,22%) e indeterminadas (0,44%) (Tabela 1).

3.1. Núcleos

Os núcleos estão representados por 40 exemplares, 38 pertencentes à colecção Hipólito Cabaço e dois às prospecções arqueológicas. A maior parte evidencia uma tendência de exploração preferencial de planos de percussão, verificando-se uma quantidade abissal de núcleos do tipo prismático, face aos de tipo poliédrico. A tendência para os núcleos de tipo prismático resulta, como já tinha sido verificado nos trabalhos de Patrícia Jordão (2010, p.41), numa evidência da exploração para obtenção de lamelas. Contudo, a reduzida expressão de núcleos com extracção de lâminas, pode ser rapidamente justificada se tivermos em conta o grau de utilização/estado em que se encontram – do total de 31 exemplares de tipo prismático piramidal, 25 encontram-se num grau exausto, cinco deles apresentam um abandono simples e apenas um representa um possível esboço.

Na análise da debitagem, dos 40 núcleos apenas três se encontram fragmentados, o que resultou numa indeterminação quanto à sua classificação formal e aos produtos debitados. A matéria-prima dos núcleos segue a tendência referida na breve descrição do conjunto, onde o sílex se apresenta como maioritário (95%), registando-se ainda dois tipos de matéria-prima – Quartzo-hialino (2,5%) e Calcite (2,5%) – com grande possibilidade da sua proveniência ser local. Tal como se verificou no caso do Penedo do Lexim (Sousa, 2010, p.162), a Ota regista também um uso intensivo do sílex que fica patente no estado exausto (23 em 38) ou abandonado face à existência de defeito (15 em 38) dos núcleos em estudo – esta situação vai contra a relativa proximidade que a Ota apresenta em relação às zonas de aprovisionamento, contudo não nos surpreende se tivermos em conta o esforço económico empreendido na obtenção e tratamento de nódulos de sílex.

O conjunto de núcleos apresenta um elevado número de exemplares sem vestígios de córtex - 27 núcleos (68%), o que poderia significar um tratamento inicial dos nódulos de matéria-prima num local exterior ao sítio arqueológico (Sousa, 2010, p.162). Quando observamos a realidade dos produtos debitados, nomeadamente as lascas, estas apresentam uma tendência contrária, sendo que, de um total de 170 lascas, 60% (102 exemplares) são referentes a lascas corticais – este domínio parece indicar que existiria um tratamento *in loco* dos núcleos. Esta questão permanecerá em aberto, pela já amplamente frisada falta de contextos, até à obtenção de novos dados, que nos façam vislumbrar uma maior percentagem do povoado, ou a existência de locais especializados, clarificando a possível presença de áreas funcionais no espaço da Ota.

O tratamento térmico presente nos materiais apontou, desde o primeiro momento, um domínio da técnica de preparação prévia à debitagem (Carvalho, 2012, p. 93) que ganha outra expressão se tivermos em conta que não se registam exemplares com presença de *potlid* ou *crazing.* A percentagem de 78%, que representa o tratamento térmico em todo o conjunto de núcleos, explana a presença efectiva deste *modus operandi* na população que habitou e vivenciou o sítio em estudo.

3.2. Produtos de preparação e reavivamento

A escassez de produtos de preparação e reavivamento, é representativa da incapacidade de discriminar o tipo de debitagem efectuada na Ota. No âmbito de produtos de preparação e reavivamento considerou-se a obtenção primária de produtos alongados (Sousa 2010, p.163) – Lascas de reavivamento parcial do plano de percussão, lascas de reavivamento total do plano de percussão (*tablettes)* e flancos de núcleo. A representatividade de 2% no conjunto lítico corresponde na sua totalidade (14 exemplares) a flancos de núcleo, que registam os indícios das tarefas de manutenção dos núcleos. Os flancos de núcleo, como verificado no Penedo do Lexim, contém um número considerável de peças com tratamento térmico, e o mesmo sucede entre os núcleos.

3.3. Debitagem

O material de debitagem em bruto corresponde a 40% do conjunto de pedra lascada (quadro 2). A produção parece estar tendencialmente orientada para a obtenção de lascas, 56% dos produtos de debitagem, com um contraste notório face às lâminas (28%), ou mesmo, às minoritárias lamelas (16%). Estas proporções são incomuns quando comparadas com o

quadro do 4º e 3º milénios a.n.e. na Estremadura, na medida em que a ocorrência de produtos alongados supera a de lascas, tendo sido proposto por Ana Catarina Sousa (2010, p.166) que a proporção de suportes alongados *vs* lascas seja determinada por questões de aprovisionamento de matéria-prima. No entanto, em situação em tudo semelhante à de Ota, encontra-se o Outeiro de São Mamede (Bombarral), que apresenta proporções, também elas, pouco consentâneas com a realidade proposta para o período cronológico aqui em estudo – realidade esta que obtém neste sítio arqueológico, uma maior expressão, ilustrada pelas lascas que atingem os 77% dos produtos debitados, em claro contraste com a obtenção de lamelas com 18%, ou das ainda mais escassas lâminas,5% (Jordão, 2010, p.42).

3.4. Lascas

O produto talhado mais representativo da Ota, neste caso entenda-se lascas, domina o conjunto dos produtos debitados, contendo um elevado número de lascas em bruto. Quando colocamos este conjunto em confronto com as lâminas, podemos identificar que a obtenção de lascas funciona como objectivo intermediário numa cadeia operatória como a dos foliáceos (Sousa, 2010, p.174). Considerando o número significativo de lascas corticais (60%), é concebível que a cadeia operatória das lascas se encontre completa, ainda que não tenha sido realizado nenhum estudo de remontagem.

Entre as matérias-primas, o domínio absoluto do sílex verificado para as realidades anteriores mantém-se (95%), havendo um número residual de lascas de calcite (4%) e um ainda menos expressivo de quartzito (1%), configurando uma quase inexistente macro-indústria. A realidade do conjunto em estudo, tal como é assumido nos casos homólogos que foram estudados, ilustra a assunção de que «as tarefas "pesadas"» estão insuficientemente representadas nos povoados calcolíticos estremenhos. (Sousa, 2010, p.175).

O retoque também foi tido em conta, mesmo tratando-se de um produto que é tido como uma fase intermédia de uma cadeia operatória alargada – a elevada percentagem de produtos inteiros indicia que este tipo de materiais não seriam "compreendidos" como utensilagem. No entanto, as lascas apresentam um significativo retoque (23%), não sendo identificável uma diferença substancial entre as lascas com presença de córtex e ausência de córtex.

3.5. Produtos alongados

A expressão de 44% (193 peças) de produtos alongados, retocados e não retocados, do conjunto de pedra lascada remete-nos, em primeira instância, para a questão da divisão artificial, ao nível da largura, que define a delimitação entre lâminas e lamelas. Neste caso, optou-se por se utilizar o método mais recorrente, com o valor pré-definido de 12 mm (Inizan, 1995), tendo em vista a normalização de resultados e a facilitação de estudos comparativos. A análise das larguras dos produtos em suportes alongados (193 exemplares) em categorias de 2 mm, como proposto para o Penedo do Lexim (Sousa, 2010, p.167), parece indicar uma dispersão por todas as categorias, demonstrando, provavelmente, uma grande disponibilidade de matéria-prima, como já verificado anteriormente para os núcleos, ou ainda diferentes funcionalidades.

As lâminas, com 64% (123 exemplares) dos produtos em suportes alongados, apresentam duas categorias mais salientes – larguras entre 12-14mm e 20mm< – intervalos quase equivalentes, separados por três peças, que representam propensões distintas. A primeira, no limiar com as lamelas, parece traduzir uma uniformização da produção, em conjunto com a categoria anterior (10-12mm), enquanto que a segunda aponta a uma produção de produtos de grandes dimensões (29 peças), acima dos 20 mm. A factualidade atingível através dos materiais, denota a predominância da debitagem de lâminas face às lamelas, num conjunto significativo, entrando em oposição com os recentes estudos para o Penedo do Lexim (Sousa, 2010, p.169) e Outeiro São Mamede (Jordão, 2010, p.44), ainda que em sintonia com a realidade observável no Zambujal (Uerpmann e Uerpmann, 2003, p.29) – 75% lâminas e 25 % lamelas.

O estudo das secções transversais possibilitou também verificar a presença de produtos alongados de fase plena de debitagem e de fases iniciais, numa proporção similar entre lâminas e lamelas, denotando uma certa coerência no conjunto apresentado. Assim sendo, a fase inicial de debitagem, correspondendo a secções triangulares, exibe 33 lamelas (47% do conjunto das lamelas), registo similar ao das lâminas com 47 exemplares (38% do conjunto das lâminas). A fase plena de debitagem, secções trapezoidal, revela um decréscimo nas lamelas (40% do conjunto das lamelas), em contraste com o aumento no caso das lâminas (41% do conjunto das lâminas), embora seja um aumento pouco significativo e expressivo.

À realidade apresentada até aqui, podem ainda somar-se as alterações térmicas que se exibem, curiosamente, em desigualdade de circunstâncias, isto é, as lâminas apresentam um tratamento diferenciado, em relação às lamelas, com uma expressa motivação para a ausência de qualquer tratamento (58% das lâminas), situação semelhante à observada nos dois únicos núcleos de lâminas (1 com tratamento térmico e outro com ausência de tratamento), contrariamente às lamelas que tendem a ter uma menor expressão na ausência de tratamento térmico (35% das lamelas). Quanto aos núcleos de lamelas, estes apresentam uma tendência semelhante à verificada nas peças debitadas, em que somente três destes 32 núcleos evidenciam a ausência de tratamento térmico.

Por fim, e numa última consideração sobre os produtos alongados, procedeu-se a uma análise macroscópica com o objectivo de interpretar qualquer marca de uso ou expressão pós-deposicional. A identificação de "brilho de cereal" foi possível em sete peças no conjunto dos produtos em suporte alongado, destacando-se as lâminas com seis dos sete exemplares identificados. O esquírolamento, que tende em ser interpretado como reflexo de um uso expedito, pouco intensivo ou resultado de fenómenos pós-deposicionais, tem alguma expressão no conjunto em estudo com uma presença em 59 peças de 193, sendo que a distribuição é equitativa entre lâminas e lamelas.

A nível da fragmentação, a reduzida expressão de peças completas pode indicar que, principalmente as lâminas seriam fragmentadas para se tornarem mais funcionais no desenvolvimento das suas funções – realidade observável no elevado número de fragmentos mesiais, bem como fracturas por flexão, tendo sido também identificadas peças com retoques em áreas fracturadas, acentuando a utilização destes elementos depois de fracturados. Como acontece para o Penedo de Lexim, também é possível falar em fragmentação intencional, directamente relacionada com a funcionalidade destes objectos em contextos domésticos (Sousa, 2010, p. 173)

3.6. Utensilagem

Os utensílios da Ota correspondem a 32% do total da pedra lascada, isto é, a 328 exemplares (Tabela 1). Este é o segundo conjunto mais representativo da pedra lascada na Ota, em que se destacam equitativamente os utensílios diversos, onde está incluída a panóplia correspondente à diacronia entre o 4º e 3º milénio a.n.e. – utensílios de retoque marginal, entalhes, raspadeiras e furadores – e as peças foliáceas, com destaque para as pontas de seta, 103 em 175, e foliáceos ovóides com 72 ocorrências (Forenbaher, 1999).

3.7. Utensílios diversos

Os produtos de debitagem com retoque marginal (111), as raspadeiras (34), os furadores (7) e o entalhe (1) constituem o grupo minoritário das peças retocadas. Destacando-se, uma vez mais, as lâminas com retoque abrupto ou semi-abrupto, em proporções semelhantes, com alternância de inclinação de retoques similares. A Ota não apresenta qualquer expressão de peças denticuladas e contém apenas um entalhe na sua colecção de pedra lascada, ainda assim, o conjunto não deixa de expressar um âmbito cronológico alargado.

Quanto à dimensão funcional das lâminas mesiais (Gutierrez Saez, 1998), não se conseguiu confirmar a sua utilização como utensílio, apesar de representarem 35% do conjunto laminar, apenas numa ocorrência se detectaram marcas de uso, nomeadamente o característico "brilho de cereal". Já nas lascas retocadas, também foi possível verificar retoque marginal, com um ângulo diferenciado - tipo de retoque semi-abrupto e o mais expressivo, rasante. Também, como verificado para o Penedo do Lexim (Sousa, 2010, p.178), o número de lascas com retoque descontínuo é elevado e, como proposto para o sítio homólogo, evidencia provavelmente um uso expedito. Contudo não foi detectada, na análise macroscópica, qualquer evidência de marcas de uso.

O entalhe pertencente à colecção de pedra lascada da Ota é do tipo espesso, sobre lasca, encontrando-se inteiro e com o bordo activo demarcado por um retoque semi-abrupto contínuo, no entanto, não foi possível detectar qualquer tipo de marca de uso.

Dos sete furadores que constituem o grupo de utensílios diversos, todos se apresentam sobre suporte de lasca, e encontram-se inteiros, conservando a parte distal, que ainda se exibe aguçada. Este é um grupo restrito, tal como o entalhe, considerando que a sua reduzida expressão possa ser explicada pela funcionalidade que lhe é atribuída – "furador" –, podendo sobrepor-se a outro tipo de utensílios, como o osso ou o metal. Para o caso do osso, foi identificada uma expressão significativa no conjunto da Ota, enquanto para o metal não existem exemplares.

As raspadeiras correspondem a um utensílio com

uma longa diacronia e um número elevado de ocorrências face a sítios congéneres, como o Zambujal, Penedo do Lexim ou Outeiro de São Mamede. O conjunto é composto por 23 exemplares inteiros e 11 fragmentados. Ao nível dos suportes existe uma clara opção pelas lascas (82%), seguido pelo grupo de indeterminados (15%) e, ainda menos expressivo, sobre lâminas (3%). A preponderância das lascas parece ganhar uma nova dimensão quando se observa que, de um total de 82% de lascas, 38% correspondem a lascas corticais, podendo revelar um aproveitamento das primeiras fases de debitagem de um nódulo de matéria-prima, para o aproveitamento funcional desse tipo de material – no conjunto em estudo, a única matéria-prima detectada é o sílex. Contudo, este facto não é determinante numa cadeia operatória de raspadeiras, podendo apenas configurar um momento no espaço que, todavia, não está aferido.

Quanto à morfologia, o conjunto apresenta uma grande heterogeneidade, o tipo de bordo funcional demonstra que não existe uma absoluta predominância evidente, destacando-se a presença de retoque em ambos os bordos (bilateral) ou apenas num dos bordos (unilateral). O mesmo já não pode ser aferido para o tipo de retoque, em que se manifesta a presença maioritária de retoque abrupto ou semi-abrupto.

Quanto à presença de tratamento térmico, confirma-se em 14 peças, demonstrando uma tendência correspondente ao material de debitagem e aos núcleos. As marcas de uso apenas foram confirmadas em 9 exemplares, 8 desses com o evidente "lustre de cereal" e 1 com marcas de uso indeterminadas.

4. FOLIÁCEOS

4.1. Foliáceos ovóides

A questão em torno aos foliáceos ovóides é enorme e está expressa nos inúmeros termos que estes artefactos transportam, como lâminas ovóides, facas ovóides, foicinhas ou lâminas de foice. Tal como Forenbaher (1999, p.81), optou-se por utilizar o termo neutral de foliáceo ovoide, que não associa as peças a uma suposta função.

O conjunto de foliáceos de Ota é composto por 72 peças que apresentam um grande potencial, ainda que não conte com os números identificados no Zambujal (266 foliáceos ovóides) ou Leceia (288).

O estudo levado a cabo no presente trabalho não confirmou a afirmação: "An unspecified number of large, bifacially worked pieces" (Forenbaher, 1999, p.62), ainda que tenham sido identificadas quatro pré-formas – três inteiras e uma parcialmente fragmentada. O número oficial de foliáceos ovóides também aumentou de 18 para 68, remetendo unicamente para o estádio 6: fase final (Forenbaher, 1999), sendo esse o número mínimo de exemplares. Uma vez que o conjunto se apresenta muito fragmentado – proximal (17), mesial (37), distal (10) e parcialmente fragmentado (4) – procedeu-se à tentativa de remontagem com base no estado, na matéria-prima (colorações e defeitos) e nas técnicas de retoque, tendo sido apenas possível encontrar correspondência em dois fragmentos. A altíssima fragmentação, 100% dos foliáceos ovoides neste conjunto, excluindo as pré-formas, é, por enquanto, inexplicável, ainda que seja reconhecido que a fractura dominante, em 99% dos casos, é por flexão e, em apenas num caso, 1%, por retoque.

A fragmentação deste conjunto suscita diversos entendimentos imediatos, em primeiro lugar, surge de uma colecção que resultou de uma escavação com técnicas e métodos rudimentares, podendo ainda reflectir fenómenos de natureza pós-deposicional. Ainda assim, a mera casualidade parece não explicar o número mínimo de exemplares que não permite qualquer remontagem. A próxima explicação que nos surge é motivada por Forenbaher (1999, p.63) "These were interpreted as blanks, indicating the existence of a workshop" que tem ser equacionada, mesmo que não exista a representatividade de pré-formas que o autor supracitado avança e, desta feita, a explicação para a fragmentação tem de passar pela escavação de uma zona de talhe por parte de Hipólito Cabaço na década de 30. Ou seja, os fragmentos de foliáceos ovóides tratar-se-iam de produtos com defeito, enganos de oficina, erros de talhe ou de reciclagem de foliáceos ovóides.

Por fim, a explicação pela "Arqueologia da fragmentação", sendo esta uma "estratégia social ao serviço da comunicação e da gestão de relações" (Valera, 2010, p.31), ou seja, podendo-se levantar a questão, para este caso concreto, de que um fragmento, uma metade, pode assumir-se como representativa de um todo, agindo socialmente. Estes podem integrar o que Chapman (2007, p.100) considerou como "fragmentos órfãos" nos sítios arqueológicos pré-históricos, que não se ficariam a dever somente aos processos tafonómicos, mas também a práticas que

envolvem a fragmentação intencional e a posterior manipulação dos objectos.

Outra das características da produção foliácea é a presença de tratamento térmico, contudo o conjunto "apenas" regista a presença de tratamento térmico em 50% das peças. Quanto à classificação formal das peças, utilizou-se o mesmo critério utilizado para o Penedo do Lexim (Sousa,2010, p.190), tendo sido efectuada de acordo com a geometria dos bordos e as suas extremidades. A forma dos bordos mais comum é a convergente que equivale às convencionadas "lâminas ovóides", constituindo a maioria (82%) das peças classificáveis. Foram também reconhecidos bordos paralelos (15%) que correspondem a formas trapezoidais e, por fim, as menos expressivas, de bordos sinuosos (3%).

4.2. Pontas de seta

Entre os materiais retocados, as pontas de seta correspondem ao tipo mais representativo do conjunto de materiais, verificando-se o mesmo padrão identificado nas colecções antigas, recolhidas em contextos calcolíticos na Estremadura. Foram recuperados 103 exemplares que parecem coincidir com o panorama detectado para o Penedo do Lexim (149), Zambujal (cerca de 900) e Outeiro de São Mamede (418). Do total do conjunto de pontas de seta, 79 encontram-se completas, correspondendo a 77% do universo em estudo. Estes valores estão desenquadrados de outros contextos similares na Estremadura, exceptuando o caso do Outeiro de São Mamede (87%), podendo a causa deste fenómeno ser associada a uma "recolha direcionada apenas para peças inteiras" (Sousa, 2010, p.191). A categoria de "parcialmente fragmentado" foi incluída no grupo de peças inteiras, uma vez que permitiram todas as mensurações, encontrando-se somente fragmentadas nas suas extremidades.

A sistematização de Forenbaher (1999, p.77-79) que cruza a forma dos bordos das pontas de seta e a forma das suas bases, permitiu configurar cinco tipos de pontas de seta, com excepção para as pontas mitriformes. De acordo com esta proposta (Forenbaher, 1999,p.77-79), posteriormente sistematizada por Ana Catarina Sousa (2010, p.193), os tipos configuram grupos amplos:

– *Tipo 1*: pontas de base convexa (base arredondada, base triangular, pedúnculo);
– *Tipo 2*: ponta de base côncava ou plana;
– *Tipo 3*: pontas mitriformes (único caso em que o tipo de bordos e a extremidade da peça determina a classificação morfológica);
– *Tipo 4*: ponta de seta tipo Eiffel: base e bordos muito concâvos;
– *Tipo 5*: pontas de seta alcalarenses (base muito concava e aletas pronunciadas);
– *Tipo 6*: pontas ovais foliáceas;
– *Tipo 7*: pontas modificadas.

Tal como se verifica na lista acima, para além das evidentes particularizações, os tipos 1 e 2 integram uma grande diversidade de formas que seriam, tradicionalmente, individualizadas e que, no caso específico da Ota, serão mais à frente aprofundadas por transportarem características morfológicas que lhe conferem atributos de "*fóssil director*", como elementos de datação relativa.

No seguimento da proposta metodológica de análise de contextos de fabrico (Forenbaher, 1999; Carvalho, 1998), foi possível identificar o primeiro conjunto de produção de pontas de seta no actual território português (Sousa, 2010, p.194). A abordagem ao conjunto em estudo teve em conta os diferentes estádios de produção, tendo sido essa a base através da qual se determinaram as 16 pré-formas, incluindo-se cinco peças em estádio inicial, bem como 85 pontas de seta em estádio final e identificaram-se ainda dois exemplares que foram alvo de reparação.

Quanto aos tipos de suporte, muitas das vezes são de difícil identificação, devido ao facto de as superfícies se encontrarem largamente modificadas pelo retoque. Foi assim possível confirmar a utilização de lascas como suporte de 22 peças, sendo que 10 destes correspondem às fases iniciais da produção de pontas de seta. Quanto aos restantes (81), o suporte foi considerado como indeterminado.

O tipo de ponta de seta (base côncava/plana) corresponde ao grupo maioritário, ascendendo a 55% do total do conjunto, domínio que aparenta confirmar-se genericamente em todos os povoados e em necrópoles (Forenbaher, 1999, p.101). Os restantes tipos de ponta de seta apresentam uma expressão residual no conjunto, destacando-se ligeiramente as de tipo convexa/triangular, as de tipo modificadas e a exclusiva de tipo torre *Eiffel*. Não foi detectada a presença de pontas de seta "alcalarenses", ou de qualquer outro tipo que seja indicador de redes de troca transregionais (Sousa, 2010, p. 197). No entanto, pode-se especular a proveniência de um exemplar (1685/8) do tipo 2 (base concava/plana),

inteiro sem qualquer fractura, no seu estádio final de produção, cuja matéria-prima sobre a qual foi talhado se reporta a um material xistoide, vulgo xisto jaspoide, sendo esta a única presença de outro tipo de matéria-prima, assinalando-se como o único exemplar com uma possível proveniência exógena – ainda que permaneça por descodificar se foi a peça a viajar ou um bloco de matéria-prima, se chegou pelas teorizadas "redes de troca transregionais" (idem, ibidem, p.197) ou se reflecte um acto de mobilidade populacional (Oelze, 2012, p.15) (Gráfico 1).

A matéria-prima não é um factor que possa ser destrinçado ou funcione como factor determinante, como aconteceu para o caso da Malhada (Valera, 2006, p.768), ainda assim é possível constatar, através da relevância dada pelo preenchimento a vermelho no gráfico 2, que a peça – 1685/8 – de xisto jaspoide, ainda que isolada, denota um tratamento similar ao identificável no conjunto de pontas de seta em estudo, ou seja com uma menor robustez (mais alongadas e menos espessas). O conjunto é, na sua grande maioria, pouco robusto, em que os quatro tipos de pontas de seta não se destacam, para além destes existem 10 exemplares – nove do tipo côncavo ou plano e um do tipo triangular – que apresentam um alongamento médio a elevado e uma espessura bastante significativa, acima dos 20. O gráfico de dispersão parece configurar um modo de fazer normativo, com algumas excepções mencionadas anteriormente.

Em relação ao perfil, existe claramente uma dominância das peças de perfil simétrico/recto que perfazem na totalidade as peças no estádio final, as pré-formas (16) são distribuídas pelos perfis rectos (56%), rectos com a extremidade distal arqueada (25%) e sinuosos (19%). Não foi detectado qualquer perfil convexo que, segundo Ana Catarina Sousa (2010, p.199), poderia configurar um estádio inicial de produção, desta feita a relação não se encontra corroborada para o caso da Ota. No que se refere à secção, a predominância recai sobre as plano-convexas (47%) seguidas pelas biconvexas (25%), este destaque sobre estes tipos de secção também foi verificado para o Penedo do Lexim, mas em situação inversa, com o domínio das biconvexas (50%) a que se seguem as plano-convexas (42%). Contudo, no nosso caso, as secções triangulares e trapezoidais reflectem uma maior expressividade, no conjunto, com 18%, podendo estar relacionadas com aproveitamento dos produtos alongados enquanto suporte.

A totalidade do conjunto de pontas de seta apresenta retoque bifacial, ainda que a extensão do retoque não seja uniforme em abas as faces. O grupo maioritário das peças foi retocado em ambos os bordos (45%), sendo a extensão do retoque mais comum, a referente ao verso das pontas de seta. A superfície total é o segundo grupo com mais representatividade, com 35% do conjunto, tendo sido a extensão de retoque na face, a mais característica.

Num conjunto considerável de peças, a análise do tipo de retoque revelou a frequência preponderante do tipo rasante, que abrange 71% do conjunto, aparecendo ainda um grupo de peças com um tipo de retoque semi-abrupto (19%) e um número reduzido com retoque abrupto (10%). A serrilha também foi detectada em 16% do conjunto, registando-se uma clara tendência para a ausência deste tipo de acabamento. A explicação para a sua pouca expressividade é teorizada por Forenbaher (1999, p.76) como sendo um meio para o sangramento das presas, o que lhes atribui uma funcionalidade específica e por consequência uma menor expressão no registo arqueológico. Outra explicação, admitida pelo autor anteriormente referido, é a que assume que a presença de serrilhas possa indicar um tipo de "adorno" de natureza não funcional.

A questão da fracturação ou fragmentação destes artefactos leva-nos a proceder, em primeira instância, à associação entre a funcionalidade e a produção. Ainda que seja muito difícil identificar os tipos de fractura presentes nas pontas de seta, estes tipos podem ser reconhecidos pela dispersão de energia expressa nas morfologias das fracturas, exercício facilitado pela matéria-prima em questão (sílex). Se, por um lado, os constituintes do conjunto que apresentam fracturas, são representados, maioritariamente, pelas fracturas por flexão (57%) – associadas à sua funcionalidade que envolve a existência de um impacto (Sousa, 2010,p.210) registado através de um padrão comum de fractura: extremidade distal e extremidade da base – por outro lado, verifica-se no conjunto a presença de um grupo de peças que apresenta fracturas acidentais (26%), que embora estivessem no seu estádio final, podem ilustrar fenómenos pós-deposicionais. Por fim, e quanto às ainda menos expressivas fracturas por retoque (6%), podem corresponder a múltiplas interpretações das quais destacamos a reparação, acidentes em fases finais de talhe e/ou por reconversão.

5. BREVES CONCLUSÕES…

A necessidade de apresentar uma leitura geral e integrada é, sem dúvida, um dos principais propulsores do desenvolvimento do presente trabalho. Só após a sua realização nos encontramos em condições de compreender o sítio como um todo, bem como interliga-lo com as realidades regionais compatíveis. Estas interligações estão sempre dependentes dos ritmos de investigação de cada área, sendo o caso da Estremadura portuguesa um dos mais densamente estudados, assumindo-se um fenómeno cultural regional. Nesta área foi rapidamente identificada a "Cultura de Vila Nova de São Pedro", funcionando como base para estudos nacionais e internacionais, com presença ainda nos dias de hoje. Esta noção de uma "identidade estremenha" é ainda hoje perpetuada, encontrando-se melhor fundamentada, ainda que com questões e especificidades por reflectir, em muito pelos contextos identificados e intervencionados até ao momento, que parecem suportar a aplicação deste conceito supraestrutural, essencialmente organizativo do que se pode considerar como pensamento mais materialista. Esta partilha de características passa pela reprodução dos mesmos padrões na implantação dos sítios, a componente artefactual a eles associada e as mentalidades/ideais conjecturados para estes locais. Ainda assim é necessário compreender que cada sítio arqueológico representa um conjunto de pessoas/comunidade diferenciado, com agências e identidades distintas, bem como ritmos e vivências condicionadas pelo espaço que experienciam. Após a análise completa das realidades territoriais do espaço concreto da Ota, dos seus materiais e contextos, podemos assumir que nos encontramos mais aptos e prontos para posicionar o sítio da Ota numa corrente cultural e identitária regional, ou numa rede de contactos maior.

O conjunto reflecte assim as condicionantes sociais, assim como espaciais e temporais, expressas em ritmos diferenciados e mais, ou menos, complexos, que se podem justificar como sendo um reflexo de um processo de especialização, como pensado por Francisco Nocete (2001). Ainda assim, quando observada a componente material aqui em estudo, compreendemos que as evidências primárias, lidas através dos materiais, nos mostram uma realidade relativamente homogénea, sem sinais de concentração dos sítios em torno de uma especialização funcional concreta.

A identificação de toda a cadeia operatória referente ao trabalho do sílex, onde se contam os núcleos não exaustos, pré-formas de diversos materiais, bem como um conjunto bastante grande de resto de talhe, sustentando a ideia de que os materiais seriam talhados e trabalhos no espaço do sítio arqueológico. Refuta-se então a noção de que, na Estremadura, a mobilidade passa por peças já transformadas, e não pelas matérias-primas em bruto (Sousa, 2010, p.590, Aubry, Llach e Matias, 2014). Estes processos de debitagem são atípicos, diferenciando-se das tendências de sítios semelhantes (Sousa, 2010, p. 590), podendo esta diferença encontrar justificação nas questões cronológicas, aparentemente mais recuadas (Diniz, 2003; Carvalho, 2007). A nível de representatividade e de evolução da presença das peças líticas, esta realidade é-nos impossível de alcançar pela inexistência de contextos e de sequências, ainda assim é certo que os materiais como as pontas de seta (103), as lâminas (123) e lamelas (70) têm uma grande representatividade no conjunto, sendo curioso que único paralelo para o domínio das Lâminas face às Lamelas se encontra no sítio do Zambujal (Uerpmann e Uerpmann, 2003, p.29).

Em suma, o universo dos produtos líticos da Ota é extenso para um conjunto desta natureza contextual, denotando as evidentes fragilidades nos discursos e nos dados. No entanto, expressa uma certa conformidade numérica geral com resultados obtidos para os casos homólogos. Os estudos aqui efectuados revelam não só uma evidente transformação dos produtos in loco, como também uma regularização dos gestos técnicos que pressupõe uma partilha comum do saber, atestável através dos dados fornecidos anteriormente.

Num balanço final, a questão cronológica parece ser a que tem maior preponderância e relevância. É nesse sentido que o extenso conjunto da Ota pode alcançar um enquadramento crono-tipológico baseado nas morfologias analisadas. A questão tipológica é sobrevalorizada neste trabalho, devido à escassez de proveniência contextual, assim sendo, e a par dos estudos no Outeiro de São Mamede, Zambujal e Penedo do Lexim, a Ota parece adequar-se às cronologias contextuais do Zambujal e do Penedo do Lexim, com um conjunto na sua grande maioria enquadrável no 3º milénio a.n.e., excepção para as reduzidas evidências, estas por sua vez associadas aos finais do 4º milénio a.n.e.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Gil (1963) – Castro do Amaral. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 81. 7-9 e 10-12 Julho – Set. e Out. – Dez. Lisboa: SGL. p. 236.

AUBRY, Thierry; LLACH, J. M.; MATIAS, Henrique (2014) – Matérias-primas das ferramentas em pedra lascada da Pré-história do Centro e Nordeste de Portugal. In DINIS, P.A.; GOMES, A.; S. MONTEIRO-RODRIGUES S. eds. – *Proveniências de Materiais Geológicos*. Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário. p. 165-192.

BARBOSA, Ernani (1956) – O castro de Ota (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2.ª série, 3. p. 117-124.

BRANCO, Gertrudes (2007) – A Pedra de Ouro (Alenquer): uma leitura actual da colecção Hipólito Cabaço. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia. (*Trabalhos de Arqueologia*, 49).

CARVALHO, António Faustino (1998) – O talhe da pedra no Neolítico antigo do Maciço Calcário das serras d'Aire e Candeeiros (Estremadura portuguesa): um primeiro modelo tecnológico e tipológico. Lisboa: Edições Colibri (*Textos Monográficos, 2*).

CARVALHO, António Faustino (2008) – O talhe da pedra na Pré-História recente de Portugal: 1: Sugestões teóricas e metodológicas para o seu estudo. *Praxis Archaeologica*. Lisboa. 3. p. 167-181.

CARVALHO, António Faustino; GIBAJA, Juan; GAVILÁN, B. (2012) – Technologie, typologie et analyses fonctionnelles de l'outillage lithique durant le néolithique ancien dans la Cueva de Murciélagos de Zuheros (Córdoba, Espagne): réflexions sur la néolithisation du sud de la Péninsule Ibérique. *L'anthropologie*. [Em linha]. 116, p. 148-170. [Consult. 3 Julho 2016]. Disponível em WWW: URL: http://linkinghub.elsevier.com.

CHAPMAN, Robert (2003) – *Archaeologies of complexity*. London: Routledge, 2003.

DINIZ, Mariana (2007) – O sítio da Valada do Mato (*Évora)*: aspectos da neolitização no Interior/Sul de Portugal. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (*Trabalhos de Arqueologia ; 48*).

FORENBAHER, Stašo (1999) – *Production and exchange of bifacial flaked stone artifacts during the Portuguese Chalcolithic*. Oxford: Archaeopress, 1999. (BAR. International Series; 756).

GUTIERREZ SAEZ, Carmen (1998) – Aportaciones del estudio de la industria lítica a la compreensíon del fenómeno calcolítico. Yacimiento de Llanete de los Moros (Montoro, Córdoba). *Espacio, Tiempo y Forma. Serie I, Prehistoria y Arqueologia*. Madrid. 11. p. 191-210.

INIZAN, Marie Luise; REDURON-BALLINGER, Michèle; ROCHE, Hélène; TIXIER, Jacques (1999) – Techonology and Terminology of Knapped Stone. Nanterre: CREP. *(Préhistoire de la Pierre Taillée;* 5).

JORDÃO, Patrícia (2010) – *Análise de proveniência de matérias-primas líticas da indústria de pedra lascada do povoado calcolítico de S. Mamede (Bombarral)*. Apresentada como tese de Mestrado em Geoarqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

JULIEN, M. (1992) – Du fossile directeur à la chaîne operatoire. Evolution de l'interpretation des ensembles lithiques et osseux en France. In J. GARANGER (dir.) – *La Préhistoire dans le Monde*. Paris: P.U.F., pp. 163-193.

PAÇO, Afonso (1966) – Castelo da Pedra de Ouro. *Anais da Academia Portuguesa de História*. Série II. Vol. 16. Lisboa. p. 117-152

SOUSA, Ana Catarina (2010) – *O penedo do Lexim e a sequência do neolítico final e do calcolítico na península de Lisboa*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

UERPMANN, H.-P.; UERPMANN, M. (2003) – Zambujal: die stein und beinartefakte aus den Grabungen 1964 bis 1973. Mainz am Rhein: Philipp von Zabern, 2003. *(Madrider Beiträge ; Bd.* 5).

VALERA, António Carlos (2006) – A margem esquerda do Guadiana (região de Mourão), dos finais do 4.º aos inícios do 2.º milénio a.C. *Era Arqueologia*. Lisboa. 7. p.136-210.

VALERA, António Carlos (2010) – Marfim no recinto calcolítico dos Perdigões (1): Lúnulas, fragmentação e ontologia dos artefactos. *Apontamentos de Arqueologia e Património.* Nº5. NIA-ERA. p. 31- 42.

ZILHÃO, João (1995) – *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*. Lisboa: Colibri.

Material de preparação/reavivamento	Nº	%
Flanco de núcleo	14	2
Tablette	0	0
Material de debitagem		
Lamela bruta	59	8
Lâmina bruta	60	8
Lasca bruta	131	18
Núcleos		
Núcleo	40	6
Material residual		
Resto de talhe/Esquírola	146	20
Utensilagem		
Furador	7	1
Ponta de seta	103	15
Lamela com retoque marginal	11	2
Lâmina com retoque marginal	63	9
Lasca com retoque marginal	39	6
Peça esquirolada	0	0
Raspadeira	34	5
TOTAL	707	100%

Tabela 1 – Quantificação e economia da debitagem.

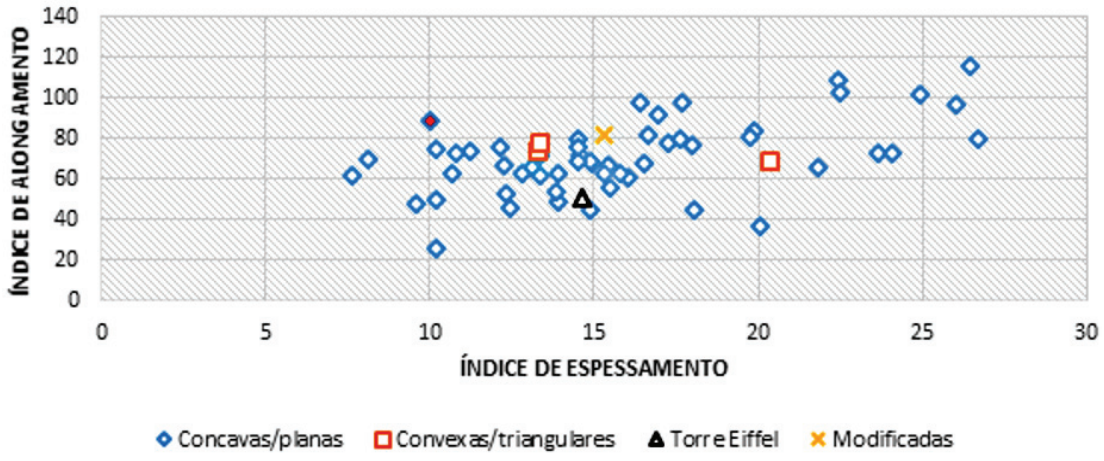


Gráfico 1 – Dispersão das pontas de seta considerando-se a relação entre o índice de alongamento e o índice de espessamento.

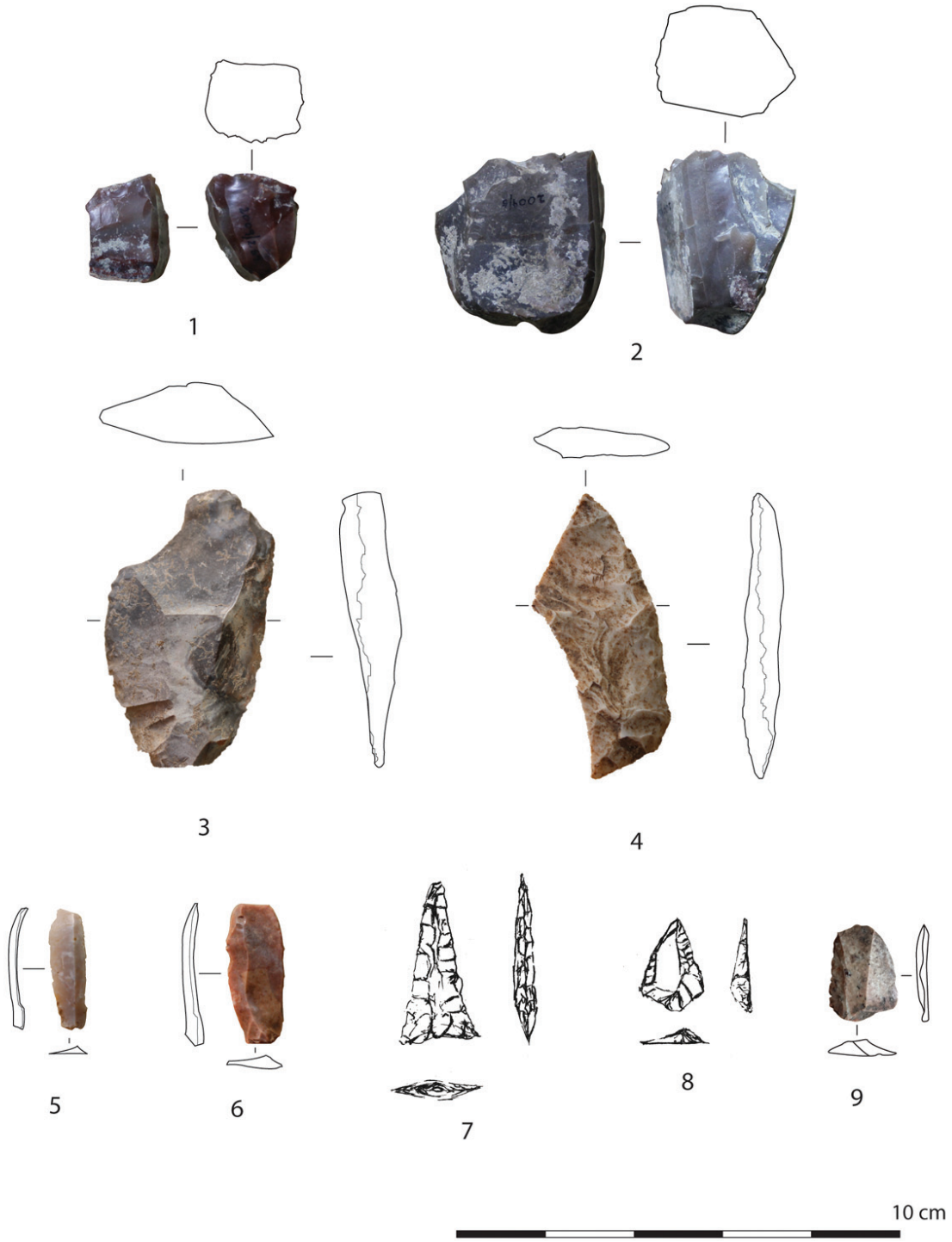


Figura 1 – Amostra do conjunto de pedra lascada do sítio arqueológico da Ota.

"TO COM CACHET": AS EVENTUAIS CABANAS SUBTERRÂNEAS DO RECINTO DE FOSSOS DO PORTO TORRÃO

Filipa Rodrigues[1]

RESUMO

A intervenção arqueológica realizada no recinto de fossos do Porto Torrão, durante o biénio de 2009-2010, revelou várias centenas de estruturas negativas circulares (Santos *et alii*, 2015). No designado Sector 3 Este do Porto Torrão, as estruturas negativas tendencialmente circulares ultrapassaram a meia centena, tendo-se identificado diferentes tipologias, hipoteticamente relacionadas com diferentes utilizações desses espaços. Neste artigo pretende-se apresentar alguns exemplos destas estruturas, cujas características remetem para um eventual uso residencial. Esta hipótese interpretativa é alcançada através de um trabalho comparativo entre as estruturas supramencionadas, as designadas *pithouses*, e as inquestionáveis cabanas pré-históricas em positivo que são (re)conhecidas no SW Peninsular, revelando um aproveitamento semelhante entre soluções arquitectónicas distintas.

Palavras-chave: Porto Torrão, Cabanas subterrâneas, SW Peninsular.

ABSTRACT

Porto Torrão is one of the largest sites of Southwest Ibéria, which was extensively excavated in 2009-2010. Several pits were excavated inside and outside the enclosed areas. This paper will discuss a particularly type of pits structures, which might be considered dwellings.

Keywords: Porto Torrão, Subterranean hut, SW Iberia.

1. INTRODUÇÃO

Os grandes recintos de fossos do SW da Península Ibérica, tais como o Porto Torrão, Valencina de la Concepción ou Marroquíes Bajos, estão invariavelmente associados à presença de estruturas negativas tendencialmente circulares, situadas quer na sua área perimetral interna e externa quer na sua área central. A interpretação destas estruturas e dos seus depósitos de preenchimento têm proporcionado vários debates centrados na sua funcionalidade, estando as diferentes hipóteses teóricas associadas às diferentes visões sobre o significado dos recintos de fossos, para as sociedades que os construíram, utilizaram e abandonaram.

Numa breve revisão da bibliografia disponível, verifica-se que, num primeiro momento, estas estruturas foram interpretadas como contentores para armazenamento de cereais – silos – que atestavam o incremento da produção cerealífera num determinado local e a consequente acumulação do excedente produzido.

Contudo, porque esta explicação não se adequava a outras estruturas morfologicamente semelhantes, mas com características particulares, entre as quais se incluem as dimensões, alguns investigadores admitiram a possibilidade da sua utilização como estruturas residenciais semi-subterrâneas, enquadrando esta hipótese interpretativa numa perspetiva mais alargada, de cariz funcionalista, que define os recintos de fossos como marco-aldeias (Zafra de la Torre, Hornos Mata, & Castro López, 1999).

Outras leituras mais recentes, têm contestado os modelos previamente delineados quer para este tipo de sítio quer para este tipo de estruturas: os recintos de fossos não são lugares residenciais, mas sim lu-

1. Crivarque, Lda.; Uniarq, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; STEA, Sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia; frodrigues@crivarque.net

gares onde se "[…] desarrollaban encuentros o agregaciones condenadas a no perdurar, y en los caules acaecía un amplio rango de atividades" (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2010:485). Deste ponto de vista, as estruturas negativas em apreço não só não são cabanas semi-subterrâneas, como também não são silos, devido: 1) ao facto de nos depósitos de preenchimento não serem reconhecidas evidências do indicador direto da prática da agricultura (i.e. grãos e sementes); e, 2) ao facto de se identificarem deposições estruturadas no seu interior, designadamente enterramentos humanos e animais, entre outras. Assim, nesta nova abordagem às sociedades dos finais do 4.º/ inícios e meados do 3.º milénio a.n.e., admite-se que os grupos construtores dos recintos de fossos" […] pudieron no ser campesinos, en el sentido que pudieron no ser sedentários, ni tener una economia centrada en el trabajo de los campos agrícolas (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2010: 479).

O presente artigo pretende dar um contributo para a interpretação das estruturas negativas tendencialmente circulares, através da divulgação dos dados empíricos provenientes do Sector 3 Este do recinto de fossos do Porto Torrão, recuperando uma das hipóteses interpretativas já mencionadas: o da utilização de algumas destas estruturas negativas como estruturas habitacionais/residenciais.

Pretende-se assim, testar os dados empíricos das características arquitetónicas de três estruturas identificadas no Sector 3 Este do Porto Torrão, num modelo pré-concebido, procurando paralelos quer em arquitecturas conhecidas noutras regiões do mundo quer nas características das indiscutíveis cabanas do Calcolítico regional.

2. O SECTOR 3 ESTE

O Sector 3 Este do Porto Torrão localiza-se na margem esquerda da Ribeira do Vale do Ouro e corresponde a uma área perimetral do sítio arqueológico, facto assegurado pela identificação do sistema de fosso duplo que delimita o recinto.

Trata-se de um sector com cerca de 350m de extensão e 6m de largura, cujos limites obedeceram aos critérios definidos pelo projeto de construção do *Bloco de Rega de Ferreira* (EDIA, S.A.), e não por outros objectivos arqueológicos que não a salvaguarda do património na área de implementação do projeto supramencionado.

Numa fase prévia aos trabalhos de escavação arqueológica, procedeu-se à remoção mecânica de todo o horizonte agrícola recente, o que permitiu reconhecer, de imediato, diversas estruturas/níveis arqueológicos, que remetiam para dois períodos cronológicos distintos: Pré-História e Alta Idade Média.

Assim, de acordo com o que era observável à superfície, subdividiu-se todo o Sector em sete áreas distintas, organizadas no sentido E-W, numa lógica de "exterior" para "interior" do recinto. Assim, a Área o corresponde a uma área extra-recinto, ou seja, a uma área localizada fora dos limites definidos pelo sistema de fosso duplo, e as áreas de 1 a 6 correspondem a uma zona intra-fossos. (Figura 1)

Nestas áreas foram identificadas e escavadas cerca de meia centena de estruturas negativas tendencialmente circulares, cujos preenchimentos podem ser enquadrados em períodos cronológicos diversos.

A partir da análise das características tecnológicas e tipológicas da cultura material, considera-se que os preenchimentos das estruturas negativas tendencialmente circulares poderão ter ocorrido durante todo o 3.º milénio a.n.e, o período campaniforme e a Idade do Bronze, não se sabendo, contudo, se estas ocupações foram contínuas ou se terá havido hiatos entre elas.

Entre estas estruturas negativas pré-históricas, foram igualmente identificadas e escavadas estruturas morfologicamente semelhantes, mas com preenchimentos atribuíveis ao período Alto Medieval (inícios/meados do século IX), de acordo com as características dos artefactos recolhidos no seu interior (Lopes, 2011).

Numa leitura genérica à estratigrafia do Sector 3 Este, deve-se salientar a existência de uma truncatura linear na sequência do sítio, que é visível no perfil de todo o sector. Este corte abrupto na sequência estratigráfica, ocorreu, certamente, num período pós ocupação medieval, uma vez que é visível o impacte direto nas estruturas desta cronologia. Tal facto, permite especular sobre a eventual relação deste evento com o início da mecanização da agricultura na região.

3. AS *ESTRUTURAS NEGATIVAS* (EN) EM ANÁLISE

Para o cumprimento do objectivo proposto neste artigo, selecionaram-se três estruturas negativas circulares, que podem ter funcionado como estruturas residenciais.

Estas três estruturas, que serão de seguida brevemente descritas, localizavam-se nas áreas 0, 3 e 5, tendo cada uma delas características morfológicas distintas.

3.1. Área 0: Sondagem 12

A Sondagem 12 foi implantada num local onde havia sido reconhecida, após a decapagem mecânica dos solos agrícolas, uma interface no afloramento local – caliços – preenchida com sedimentos que embalavam materiais pré-históricos.

A escavação dessa interface revelou uma estrutura negativa, com uma planta em "8", detendo, cada "boca", paredes e perfis distintos.

No que respeita às dimensões, cada "boca" apresenta diferentes tamanhos, havendo uma mais pequena, que poderia ser descrita como um alvéolo, e uma outra abertura, de maiores dimensões, que corresponde à estrutura negativa propriamente dita.

Se a "boca pequena" tende para uma morfologia elipsoidal, a "boca grande" tem uma morfologia muito regular, tendencialmente circular. Ambas as "bocas" estão unidas através de um pequeno "corredor" linear que interrompe o diâmetro de abertura de cada uma delas. A linearidade deste "corredor" permite dizer que esta estrutura tem uma orientação NW/SE.

As reduzidas dimensões de uma abertura comparativamente à outra, quer no que respeita ao diâmetro quer no que respeita à profundidade, faz supor que a "boca pequena" terá funcionado como uma espécie de "átrio" em relação à maior, e que terá sido nesta última que se desenvolveram todas as atividades que levaram à sua construção (independentemente da sua natureza).

Sondagem 12					
Designação	**Paredes**	**Fundo**	**Perfil**	**Dimensões (m)**	
				Dm. (topo/ base)	**Pf.**
"Átrio"	Inclinadas	Plano	Tendencial/ em "U"	c. 1,45	c. 0,45
Estrutura Circular	Introvertidas	Plano	Troncocónico	c. 2,75/ c. 3,30	c. 1,40

Tabela 1 – Características morfológicas e métricas da estrutura identificada na Sondagem 12, da Área 0 (Dm. = Diâmetro; Pf. = Profundidade).

(Figura 2)

Do ponto de vista estratigráfico, identificaram-se várias unidades de enchimento desta estrutura, eventualmente correlacionadas com diferentes processos de formação do registo arqueológico, que, aparentemente, aconteceram em diferentes momentos, embora no mesmo patamar cronológico e cultural.

Assim, numa lógica inversa à da formação do registo arqueológico, ou seja "de cima para baixo", verificou-se a seguinte sequência estratigráfica:

UEA	Tipo	Descrição	Relações UEA	Interpretação/Cronologia
[30039]	S.	Sedimento siltoso, castanho claro, medianamente compacto, que preenche ambas as bocas da estrutura;	Sobre [30040]	Preenchimento da estrutura negativa
[30040]	S.	Sedimento siltoso, de coloração amarela, com poucos materiais arqueológicos; a sua composição é idêntica ao caliço correspondente ao afloramento local; presente somente na estrutura circular, junto ao interface com o "átrio".	Sobre [30050]	Desagregação/Abatimento das Paredes"
[30050]	S.	Depósito negro, com alguns carvões, que ocupa a parte Sul da estrutura negativa, apresentando uma morfologia oval.	Sobre [30057]	Área de Combustão
[30057]	S.	Depósito areno-siltoso, de coloração amarela, medianamente solto, com alguns nódulos de caliço.	Sobre [30064]	Nível de abandono

Tabela 2 – Descrição sucinta das UEA documentadas na Sondagem 12 (UEA = Unidades Estratigráficas Arqueológicas; S.= Sedimento; E. = Estrutura).

Tabela 2 (Continuação)

[30064]	S.	Depósito castanho escuro, siltoso, com carvões, solto, que ocupa os quadrantes SW e NW da sondagem.	Sobre [30067]	Limpeza de área de combustão?
[30067]	S.	Depósito siltoso, amarelo-esverdeado, na base da estrutura negativa, no qual foram recolhidos recipientes cerâmicos com os perfis inteiros.	Sobre [30079]	Nível de abandono
[30079	E.	Estrutura negativa de planta em "8"	_	Estrutura negativa Pré-histórica

A partir da sequência estratigráfica acima descrita, realizou-se uma leitura da formação do registo arqueológico faseada em três momentos distintos:

– 1.ª Fase: Nível de abandono da estrutura, com alguns elementos da cultura material, designadamente, cerâmica utilitária e área de combustão ([30067]; [30064] [30057] e [30050]);
– 2.ª Fase: Desagregação e abatimento das paredes, que deverá ter ocorrido devido a processos não culturais, com origem nas condicionantes naturais e ambientais ([30040]);
– 3.ª Fase: Colmatação da estrutura, com depósitos eventualmente provenientes de processos de erosão dos solos de ocupação existentes à superfície, o que explica a quantidade de artefactos e a desorganização interna da sua deposição, por oposição às UEA inferiores ([30039]).

Esta subdivisão por fases considerou, de igual forma, a presença/ausência da cultura material e a sua disposição ao longo da estratigrafia. Assim, verificou-se uma alternância entre a abundância e a escassez de artefactos, conforme as UEA escavadas. Se no topo da estrutura os materiais eram em grande número, nos níveis intermédios, de desagregação/abatimento das paredes, a redução da sua presença foi significativa, para voltarem a ser muito abundantes nos níveis de base. Nesta alternância elevado/escasso/abundante, verificou-se igualmente um aumento do tamanho dos fragmentos cerâmicos – que remete para um padrão de fragmentação menor relacionado com a profundidade do contexto – e uma tendência proporcional para a horizontalidade dos objetos. Aliás, no nível de base da estrutura circular, recolheram-se fragmentos cerâmicos com os seus perfis intactos, entre os quais constavam as formas típicas do calcolítico regional: taças, pratos de bordo espessado (almendrado) e fragmentos de grandes contentores de armazenagem. Estes níveis de base foram interpretados como níveis de abandono da estrutura.

3.2. Área 3: EN LI

A EN LI corresponde a uma estrutura negativa circular de grandes dimensões, implantada na Área 3, ou seja, numa área intra-fossos, e ocupava as quadrículas M, N, O. 40,41,42, 43.

Do ponto de vista morfológico, esta estrutura apresentava paredes introvertidas, fundo plano e perfil troncocónico. O diâmetro da sua abertura era de c. 4,90m, detendo na base 5, 60m. A sua profundidade era de c. 2,10m, a partir do topo da estrutura.

Esta estrutura apresentava uma característica peculiar: uma interrupção na interface ao nível da superfície topográfica correspondente ao "nível de circulação" pré-histórico, orientada a SW, que pode corresponder ao local que permitia aceder ao seu interior – "entrada".

Ao contrário da estrutura anteriormente descrita, a EN LI não era visível imediatamente à superfície. A delimitação da sua interface foi conseguida apenas com a escavação de uma camada sedimentar com c. 0,50cm de potência, que ocupava toda a Área 3, e que foi interpretada como um horizonte de solo ([33011]). Aparentemente este horizonte de solo formou-se num momento pré-ocupação medieval, tendo-se identificado uma estrutura negativa circular desse período escavada nesta unidade sedimentar.

A partir do momento em que foram identificados os limites da sua interface, foi identificada uma sequência estratigráfica, que variou entre ocupação/abandono/desagregação da estrutura/reocupação, sendo que na origem desta variabilidade da formação do registo arqueológico estão processo culturais e não-culturais.

Entre os processos culturais, salienta-se a presença de uma estrutura de combustão identificada no topo da estrutura negativa, que detinha uma morfologia tendencialmente oval, com as seguintes dimensões: c. 2,60m de comprimento por 1,60m de largura ([33025] e [33026]). Junto à estrutura de combustão, e associado a esta, identificou-se um vaso campaniforme "marítimo" linear, que permite afirmar que

a estrutura negativa já estaria completamente preenchida durante esta etapa cronológica e cultural, não sendo possível aferir, por agora, se esse preenchimento terá ocorrido no mesmo lapso temporal.
Ainda no quadro dos processos culturais de formação do registo arqueológico, aponta-se igualmente a primeira fase de enchimento da estrutura, junto à sua base ([33035]), onde foram identificados três enterramentos de canídeos e fragmentos de três grandes contentores de armazenagem, dois deles com c. de 1m de altura e 1m de diâmetro, assim como alguns elementos de mó (dormentes) elaborados sob uma rocha granitoide..
Já no que respeita aos processos não-culturais, considera-se importante referiri os enormes abatimentos de desagregação ou (1) das paredes de caliço, ou (2) de uma cobertura, se consideramos que poderia ter uma morfologia tendencialmente abobadada. Assim, numa lógica inversa à da formação do registo arqueológico, ou seja "de cima para baixo", a sequência estratigráfica observada foi a seguinte:

UEA	Tipo	Descrição	Relações UEA	Interpretação/Cronologia
[33020] = [33021]	S.	Sedimento castanho escuro, siltoso, macio, localizado nas quadrículas M-O/ 37-42.	Sobre [33025], [33030], [33031] e [33032]	Horizonte de Solo
[33025]	S.	Sedimento castanho acinzentado, sitoso, que surge nas quadrículas N,O/ 40, 41, de planta irregular, mas tendencialmente oval; embala vários materiais arqueológicos, tais como: "barro de cabana", fauna, fragmentos de cerâmica, termoclastos…	Sobre [33026]	Topo de estrutura de combustão
[33026]	E.	Empedrado constituído por termoclastos de quartzito (seixos), gabro e xisto, com presença acentuada de fragmentos rolados de caliço; encontrava-se envolto pela [33025], e continha igualmente fragmentos de "barro de cabana", cerâmica e fauna.	Sobre [33020]	Estrutura de combustão
[33029] = [33030]	S.	Blocos de caliço	Sobre [33035]	Abatimento das paredes e de eventual cobertura da EN LI
[33035]	S.	Sedimento castanho, siltoso, macio, homogéneo e de geometria tabular. Apresenta inúmeros fragmentos de recipientes de armazenagem, assim como três enterramentos de canídeos, tendo um deles sido apenas parcialmente escavado, uma vez que se encontrava junto ao Corte Norte. Foi subdividida em 3 níveis artificiais, cujos artefactos e ecofactos foram coordenados tridimensionalmente.	Sobre [33043]	Nível de abandono da estrutura?
[33043]	E.	Estrutura negativa de planta circular	–	Estrutura negativa;

Tabela 3 – Descrição sucinta das UEA documentadas na EN LI (UEA = Unidades Estratigráficas Arqueológicas; S.= Sedimento; E. = Estrutura).

A partir da sequência acima descrita, considera-se a existência de quatro fases de preenchimento da estrutura, a saber:

– 1.ª Fase: Nível de abandono da estrutura, com o enterramento estruturado e deliberado de três canídeos, topograficamente associados a três grandes contentores de armazenagem e elementos de mó, não se percebendo, contudo, se todas as deposições são contemporâneas ou se, por exemplo, o enterramento de canídeos foi efetuado em época posterior ([33035]);
– 2.ª Fase: Desagregação e abatimento das paredes, que poderão ter ocorrido devido a processos não culturais, com origem nas condicionantes naturais e ambientais ([30029] = [33030]);
– 3.ª Fase: reocupação de parte da área da estrutura, com elaboração de uma estrutura de combustão de grandes dimensões ([33026]);
– 4.ª Fase: Colmatação da estrutura, com depósitos eventualmente provenientes de processos

de erosão dos solos de ocupação existentes à superfície ([33020) = 33021]).

A EN LI não foi integralmente escavada, devido ao facto dos seus limites ultrapassarem os limites definidos para o projeto de implementação do sistema de rega.

3.3. Área 5: EN XXXII

A EN XXXII implanta-se na Área 5 do Sector 3 Este, o que significa que detém uma posição mais próxima do centro do recinto conhecido na margem esquerda da Ribeira do Vale do Ouro, que as duas estruturas descritas anteriormente.

A EN XXXII ocupava as quadrículas M,N,O. 14, 15, 16 e possuía uma planta em "8", com uma estrutura mais pequena, ovalada, que, à semelhança da estrutura identificada na Sondagem 12 da Área 0, parece servir de "átrio" ou "entrada" para a estrutura de maiores dimensões.

Se num primeiro momento, a escavação destas duas aberturas foi efetuada de forma individual, por, aparentemente, se tratarem de duas estruturas diferenciadas, foi com a dificuldade em perceber eventuais relações de anterioridade, que se assumiu que, ao contrário do que inicialmente se pensava, estava-se perante uma única estrutura.

De um modo genérico, o "átrio" apresentava paredes inclinadas e fundo côncavo, estando a sua interface interrompida a Norte, o que permitia a sua anexação à boca de maiores dimensões. As dimensões do "átrio" eram as seguintes:

– Diâmetro (topo/ base): c. 2,70m/ c. 2,10m;
– Profundidade: c. 1,00m.

A estrutura de maiores dimensões apresentava paredes introvertidas, fundo plano, com inclinação para Norte, e perfil assimétrico. Na sua morfologia geral, destaca-se uma particularidade: a existência de um "pilar central", modelado no afloramento local (caliço). Esta especificidade permite supor que a escavação original da EN XXXII, não foi, a partir de uma determinada profundidade, integral, tendo os seus construtores deixado propositadamente (?) uma saliência central, semelhante a um pilar.

No que respeita às suas dimensões, a EN XXXII detinha:

– Diâmetro (topo/ base): c.4,00m/ c. 5,00m;
– Profundidade: 2,80m.

Esta estrutura de maiores dimensões foi "cortada", a Norte, por outra estrutura negativa circular, cujo preenchimento remete para uma cronologia alto-medieval.

No que respeita à estratigrafia, identificou-se a seguinte sequência:

UEA	Tipo	Descrição	Relações UEA	Interpretação/ Cronologia
[35021]	S.	Sedimento castanho escuro, que enegrece a NE; contem pequenos nódulos de caliço e xisto e alguns calhaus de gabro; é macio, com limites nítidos.	Sobre [35034]	Preenchimento da EN XXXII Calcolítico
[35034]	S.	Sedimento silto-arenoso, castanho claro, com algumas manchas castanho escuras e abundantes nódulos de caliço.	Sobre [35035] e [35036]	Preenchimento da [35044]
[35035]	S.	Sedimento castanho claro, que ocupa metade Oeste da estrutura, medianamente compacto	Sobre [35037]	Preenchimento da [35044]
[35036]	S.	Sedimento negro, com muito carvões, a sua textura é semelhante à [35035]	Sobre [35037]	Preenchimento da [35044]
[35037]	S.	Sedimento amarelo, com nódulos grandes de caliço, apresenta uma textura silto-argilosa e tem entre 5-10cm de potencia, arqueologicamente estéril.	Sobre [35039]	Abatimento das paredes; Calcolítico
[35038]	S.	Sedimento cinzento/ negro, siltoso, com manchas de argila avermelhada.	Sobre [35039]	Preenchimento da [35044]
[35039]	S.	Sedimento heterogéneo, de cor predominantemente castanho, muito argilosa, com grandes pedras de caliço (algumas com 20cm); alterna com lentículas de carvões e cinzas de difícil definição, mas que se encontram predominantemente junto às paredes da interface, a par de manchas amarelas argilosas, com origem na desagregação das paredes.	Sobre [35042]	Preenchimento da [35044]

Tabela 4 – Descrição sucinta das UEA documentadas na EN XXXII (UEA = Unidades Estratigráficas Arqueológicas; S.= Sedimento; E. = Estrutura).

Tabela 4 (Continuação)

[35040]	S.	Manchas de cor negra, encostadas à parede da interface	Sobre [35039]	Preenchimento da [35044]
[35041]	S.	Manchas de cor negra, encostadas à parede da interface	Sobre [35039]	Preenchimento da [35044]
[35042]	S.	Sedimento siltoso, castanho claro, localizado na base da estrutura; macio.	Sobre [35044]	Preenchimento da [35044]
[35043]	S.	Sedimento argiloso, arqueologicamente estéril, localizado junto ao pilar central da estrutura;	Sobre [35044]	Correspondente a eventual abatimento do pilar
[35044]	E.	Estrutura negativa	_	_

Aparentemente, esta estrutura terá sido preenchida através de processos não-culturais, não se tendo reconhecido, no seu interior, nenhuma deposição estruturada que indicie acções deliberadas. Eventualmente, terá havido várias fases de preenchimento, no mesmo patamar cronológico e cultural, que, de momento, não são perceptíveis, muito embora a existência de diferentes níveis de carvões e cinzas apontem para a proximidade de uma área de combustão.

Salienta-se, no entanto, a desagregação das paredes da estrutura, num momento em que o seu preenchimento ainda estaria numa fase inicial.

Esta foi a única estrutura escavada no Sector 3 Este, com um "pilar central". Contudo, no Sector 3 Oeste, cuja intervenção foi executada pela empresa Archeoestudos, foi escavada uma estrutura semelhante, havendo apenas uma distância de 50m entre elas (Santos, et al., 2014), o que pode indicar a existência de outras estruturas da mesma tipologia, na mesma área do recinto. Desta forma, o que parece ser um tipo de arquitectura excepcional, pode, na realidade, ser bastante comum, no mesmo sítio arqueológico.

4. SERÃO AS ESTRUTURAS NEGATIVAS DO SECTOR 3 ESTE DO PORTO TORRÃO ESTRUTURAS RESIDENCIAIS?

Para responder à pergunta acima elaborada, efetuou-se uma recolha dos dados existentes para outras estruturas que são indubitavelmente residenciais, e que detêm características que se assemelham às escavadas no Porto Torrão.

Devido ao facto das estruturas do Sector 3 Este do Porto Torrão serem subterrâneas, há, desde logo, o paralelo arqueológico e etnográfico das designadas *pithouses*, que devem ser consideradas numa análise desta natureza.

As estruturas em positivo que são interpretadas como "cabanas", sem que haja qualquer linha de investigação que se oponha a esta explicação, foram igualmente tidas em linha de conta.

Importa assim ver quais as características que definem as *pithouses* e as cabanas do Calcolítico regional.

4.1. Pithouses

De acordo com o trabalho desenvolvido por Gilman (1987), as *pithouses* são construções que estão documentadas em todo o mundo, quer do ponto de vista arqueológico quer do ponto de vista etnográfico.

Caracterizam-se pelo facto de serem escavadas nos afloramentos locais, não havendo qualquer profundidade que as defina, sendo aceitável que atinjam o 1,50m. São, por norma, estruturas não contíguas e sem divisão interna.

Do ponto de vista morfológico, podem deter uma planta circular, oval ou retangular, estando registados fundos planos ou côncavos, que podem ter ou não um "piso" de preparação. Acima da estrutura escavada pode haver um muro que a delimita, reaproveitando o material escavado.

A sua cobertura é, regularmente, plana, e é conseguida através de matérias-primas leves, de origem vegetal. A entrada para o interior da estrutura é efetuada através de uma escada.

No seu interior pode haver uma lareira central, que aquece e ilumina a estrutura, sendo a ventilação efetuada através de uma abertura na cobertura.

Alguns trabalhos de arqueologia experimental permitiram reconhecer que as *pithouses* são bastante eficientes no que respeita ao isolamento térmico, mantendo o calor no Inverno e a frescura no Verão.

Contudo, são casas com uma temporalidade reduzida, que podem atingir, no máximo, uma década.

A sua reutilização como necrópole, após o abandono, está igualmente documentada.

Do ponto de vista social, as aldeias compostas por *pithouses* não têm mais de 100 habitantes, não havendo qualquer distinção hierárquica entre eles ou, havendo, é baseada numa distinção "económica"

não hereditária. A existência de "chefes" é rara (Gilman, 1987).

4.2. As cabanas pré-históricas documentadas no Alentejo

São escassos os trabalhos de sistematização das características arquitectónicas das cabanas identificadas nos povoados calcolíticos do Alentejo.

Alguns trabalhos recentes, sobre as intervenções realizadas no âmbito da construção da Barragem do Alqueva, forneceram alguma informação nesse sentido. No povoado do Porto das Carretas, Soares (2013) identificou duas fases de ocupação distintas, nas quais foram escavadas estruturas residenciais, com significados sociais diferenciados.

Assim, na Fase I deste sítio, correspondente ao período calcolítico (2890-2580 cal AC a 1 sigma; 2920--2480 cal AC, a 2 sigma) foi identificada a Cabana P4, construída em alvenaria, que detinha c. 5,00m de diâmetro externo. Por oposição à fragilidade de eventuais estruturas residenciais destruídas, das quais apenas restou alguns vestígios de "barro de cabana", Soares apresenta duas hipóteses interpretativas distintas para a Cabana P4: 1) é uma estrutura comunitária de armazenagem, eventualmente um celeiro, se for valorizada a presença de elementos de mó nas proximidades; 2) pode ser um símbolo de diferenciação do estatuto social, no seio da comunidade que ocupou o sítio.

Na Fase II, correspondente ao período campaniforme (2470-2200 cal AC, a 1 sigma; 2490-2130 cal AC, a 2 sigma), foi identificada a Cabana M3, com um diâmetro interno de 7,00m e externo de 8,00m, construída contiguamente a três torres. Nesta fase, o povoado seria aberto, o que remete a investigadora para um cenário onde existe um projeto arquitetónico "[...] intencionalmente monumentalizado" (Soares, 2013: 426). Neste contexto, a Cabana M3 é interpretada como uma residência fortificada.

Valera (2013), num estudo onde compila a informação recolhida em vários sítios escavados na margem esquerda do Guadiana, designadamente no Mercador, Porto das Carretas (supramencionado), Monte do Tosco 1, Moinho de Valadares, San Blás, Miguéns 3, elabora descrições exaustivas e quadros de referência para as estruturas circulares em positivo (cabanas e torres). Deste trabalho, importa referir os seguintes dados:

– a constatação inequívoca da circularidades das construções;
– as espessuras dos muros das cabanas e torres, compreendidas entre os 0,60m e 1,00m;
– os diâmetros das estruturas – entre 4 a 10m de diâmetro externo e entre 4 a 6m de diâmetro interno;
– existência de "buracos de poste" centrais;
– presença de estruturas de combustão (Valera, 2013).

4.3. Haverá uma resposta assertiva?

A leitura, quer dos dados recolhidos na análise arquitetónica das estruturas do Porto Torrão quer dos elementos que compõem as *pithouses* conhecidas, por exemplo, no SW americano, permite reconhecer características comuns, que remetem para uma eventual estratégia de utilização semelhante. Em ambos os casos, as estruturas são:

1. escavadas no afloramento;
2. tendencialmente circulares, com entradas ao nível da superfície topográfica, e fundo (chão) plano;
3. não-contíguas e sem divisões internas;
4. abandonadas, após um período de utilização.

A presença de áreas de combustão, no interior das estruturas do Porto Torrão, têm também correspondência na forma como as *pithouses* são utilizadas pelos seus construtores.

Já no que respeita às suas congéneres alentejanas – ou seja, no que concerne às cabanas reconhecidas em sítios cronologicamente datados do período calcolítico/campaniforme – identificam-se quatro características comuns:

1. a tendência para a circularidade;
2. as dimensões, designadamente os diâmetros;
3. o elemento central de suporte, se admitir-se a utilização do afloramento não escavado na EN XXXII como "pilar central", desempenhado assim, a mesma função que os "buracos de poste" das cabanas "em positivo";
4. a presença de estruturas de combustão.

Estas semelhanças entre soluções arquitetónicas distintas, permitem assumir que as estruturas negativas do Porto Torrão aqui descritas podem ter funcionado como estruturas residenciais.

Se as *pithouses* são funcionais como estruturas residenciais, porque não podem ser algumas das estruturas negativas identificadas nos recintos de fossos? Se as estruturas circulares com 5/6m de diâmetro, delimitadas por muros, são cabanas, porque é que não podem ser as estruturas negativas com as mes-

mas dimensões? Será o facto de umas serem construídas "em altura" e outras "escavadas na rocha" elemento diferenciador na função?

A já designada "revolução empírica" (Valera, 2008: 112), proporcionada pelos trabalhos de arqueologia preventiva/emergência no Sul de Portugal, alterou completamente o paradigma dos sítios pré-históricos que se conheciam até aos finais do século XX. Se até essa data, os sítios do final do Neolítico e do Calcolítico conhecidos no Alentejo, revelavam *(i)* estruturas de *habitat* precárias, constituídas por abrigos simples/cabanas mal estruturadas, e, *(ii)* cabanas integradas em complexos sistemas defensivos e/ou monumentais, a partir dos meados da primeira década do século XXI, começam a proliferar os recintos de fossos cronologicamente coevos, acompanhados de um "mundo em negativo" até então pouco conhecido. Repentinamente, as estruturas negativas que eram "a exceção", passaram a ser "a normalidade", e as estruturas "em positivo", construídas em alvenaria, passaram a ser residuais no cômputo geral. Assim, questiona-se: onde vivem os grupos construtores de recintos? Onde vivem os grupos que construíram o sistema de fosso duplo do Porto Torrão? Nos pequenos povoados, com estruturas precárias? Ou no próprio recinto, onde se reconhecem estruturas que foram construídas para perdurar?

Apesar de neste artigo, não se apresentar um estudo sobre a cultura material identificada no preenchimento das estruturas negativas em apreço, pode-se afirmar, que a análise preliminar das formas cerâmicas presentes (correspondente ao grupo artefactual em maior número) enquadra-se nas coleções conhecidas nos "povoados" registados na mesma região. Os conjuntos cerâmicos registados na estrutura negativa identificada na Sondagem 12, na EN LI e na EN XXXII, aponta para um elevado grau de estandardização das formas, o que demonstra, a par dos sinais de fogo nas suas superfícies, que se tratam de cerâmicas utilitárias usadas no dia-a-dia de uma comunidade que reside no local.

Contudo, algumas destas formas cerâmicas, surgem em contextos formados por processos culturais, de acordo com as descrições feitas previamente.

É esse o caso das deposições identificadas na base da Sondagem 12 e da EN LI. Serão essas deposições estruturadas a materialização de um uso simbólico/ritual dessa unidade?

No âmbito deste trabalho, a hipótese de uma deposição estruturada, revestida de simbolismo, não é, de forma alguma, descartada. Pelo contrário, considera-se que estas terão existido e que a sua materialização faz parte do carácter residencial destas estruturas, na medida em que "[…] the house is an ative participant in society just as human member of society is. […] Thus, one may speak of the life-cycle of a house: a house is born, it lives, it dies, it is buried or cremated, and its spirit is remembered after its death" (Bailey, 1990:28).

Assim, considera-se que a existência de deposições estruturadas com origem no comportamento simbólico das comunidades que construíram, usaram e abandonaram as estruturas negativas associadas aos recintos de fossos, não anula o seu carácter residencial, nem elimina o uso permanente destes lugares. Prefere-se assumir, que o comportamento simbólico faz parte do quotidiano destas comunidades, que se regem, deste modo, por um "pacto regulador" reconhecido por todos os indivíduos.

Deste modo, respondendo assertivamente à pergunta que intitula este capítulo: sim, as estruturas negativas do Sector 3 Este do Porto Torrão podem ser estruturas residenciais.

5. PERSPETIVAS PARA TRABALHOS FUTUROS

A interpretação aqui apresentada não é aplicável a todas as estruturas identificadas e escavadas neste sítio arqueológico. As estruturas do Porto Torrão documentadas neste artigo foram, na realidade, distinguidas pelas suas características morfológicas e pelas suas dimensões, o que é manifestamente pouco para a atribuição de uma funcionalidade concreta para estas estruturas negativas. Muitos estudos complementares devem ser efetuados para se chegar a uma conclusão definitiva, se é que tal é possível.

A análise da cultura material, que deveria ter não só uma componente tipológica, mas também tecnológica, assim como a realização de datações absolutas, que permitam atribuir um intervalo de tempo para o seu preenchimento, são consideradas condições essenciais para uma base de trabalho fiável.

Embora a distribuição espacial dos artefactos seja, por vezes, desvalorizada neste tipo de contexto, considera-se, neste caso, fundamental para a perceção da formação do registo arqueológico.

Também a análise da coleção faunística e das amostras de carvão, designadamente das que foram re-

colhidas nas áreas de combustão identificadas, são fundamentais para a perceção das estratégias de subsistência destas comunidades.

Apesar do Porto Torrão ser um dos mais importantes sítios para o estudo da segunda metade do 4.º e de todo o 3.º milénio a.n.e., não tem havido qualquer apoio ou financiamento para a execução de um trabalho de investigação exaustivo, conforme estava previsto numa fase prévia à grande intervenção arqueológica realizada no biénio de 2009-2010.

Este trabalho, apresentado no âmbito de um congresso organizado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, constitui, não só uma forma de divulgação de alguns dos dados procedentes dessa intervenção, mas serve também de alerta para que as entidades tutelares unam esforços, para que as equipas, que durante largos meses trabalharam arduamente no campo para salvaguardar o património colectivo, possam dar continuidade ao seu trabalho, mas agora enquadrados no âmbito de um projeto de investigação devidamente financiado.

BIBLIOGRAFIA

GILMAN, Patricia (1987) – Architecture as artifact: pit structures and pueblos in the american Southwest. *American Antiquity* , pp. 538-564.

HIRST, Kris (07 de Novembro de 2016) – *What is a Pit House? – Winter houses for our Ancient Ancestors. What societies built their homes partly underground?* Obtido em 18 de Abril de 2017, de ThoughtCo: https://www.thoughtco.com/what-is-a-pit-house-172088

LOPES, Gonçalo (2011) – *Período Alto Medieval, IN: Relatório Final da Intervenção Arqueológica do Porto Torrão, exemplar policopiado.*

MÁRQUEZ ROMERO, José, & JIMÉNEZ JÁIMEZ, Victor (2010) – *Recintos de Fosos. Genealogía y significado de una tradición en la Prehistoria del suroeste de la Península Ibérica (IV -III milénios AC).* Málaga: Universidad de Málaga.

RODRIGUES, Filipa (2014) – Skeletons in the ditch: funerary activity in ditched enclosures of Porto Torrão (Ferreira do Alentejo, Beja). *Recent Prehistory Enclosures and Funerary Practices in Europe.* Oxford: Archaeopress, pp. 59-69.

SANTOS, Raquel, *et al.* (2014) – Porto Torrão: resultados preliminares. *4.º Colóquio de Arqueologia de Alqueva. O plano de rega.* Beja: EDIA, S.A.

SOARES, Joaquina (2013) – *TRanformações e mudanças durante o III milénio AC no Sul de Portugal. O Povoado do Porto das Carretas.* Beja: EDIA, S.A. – DRCALEN.

VALERA, António (2013) – *As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana. 2.ª metade do IVaos inícios do II milénio AC.* Beja: EDIA, Empresa de desenvolvimento e infra-estruturas de Alqueva; DRCALEN – Direccção Regional de Cultura do Alentejo.

ZAFRA DE LA TORRE, Narciso, HORNOS MATA, Francisca, & CASTRO LÓPEZ, Marcelo (1999) – Una macro-aldea en el origen del modo de vida campesino. Marroquíes Bajos, Jaén c. 2500-2000 cal ANE. *Trabajos de Prehistoria, 56: 1* , pp. 177-102.

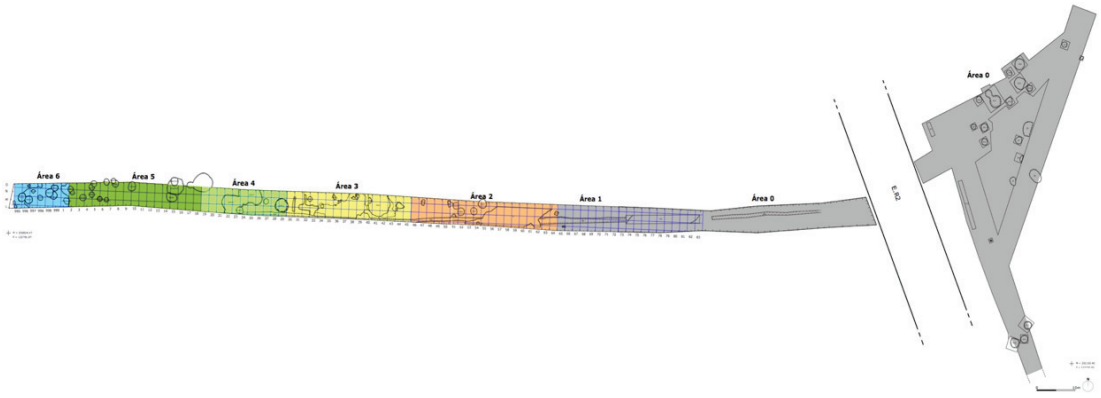


Figura 1 – Sector 3 Este: áreas escavadas com implantação das estruturas identificadas e sondagens realizadas . À excepção da Área Ø, todo o sector foi quadriculado com uma grelha de 2x2m, à qual foi atribuída um código alfanumérico, a partir do vértice SW de cada quadrícula, correspondendo o eixo S/N ao alfabeto e o eixo W/E aos algarismos. Devido ao facto dos vestígios arqueológicos identificados na Área Ø terem ocorrido durante o Acompanhamento Arqueológico, foram executadas sondagens de diagnóstico e não uma "escavação em área", conforme o restante sector. Desta forma, foi atribuído um numero sequencial de sondagem (de 1 a 21), reconhecendo-se as estruturas identificadas pelo numero de sondagem.
(Levantamento topográfico: Pedro Souto/ Desenho: Joaquim Pinhão/ Filipa Rodrigues)

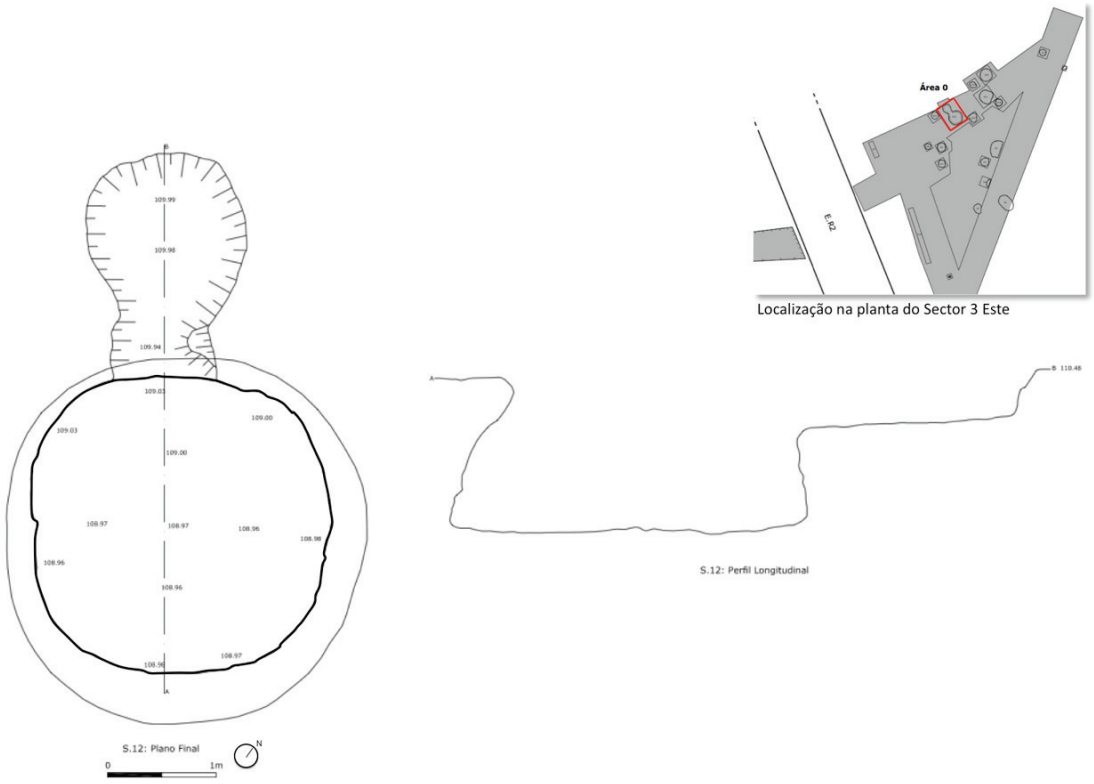


Figura 2 – Sondagem 12: planta final e perfil longitudinal da estrutura identificada, com indicação (em cima, à direita) da sondagem na Área 0 (Desenhos: Gonçalo Lopes / Joaquim Pinhão / Filipa Rodrigues).

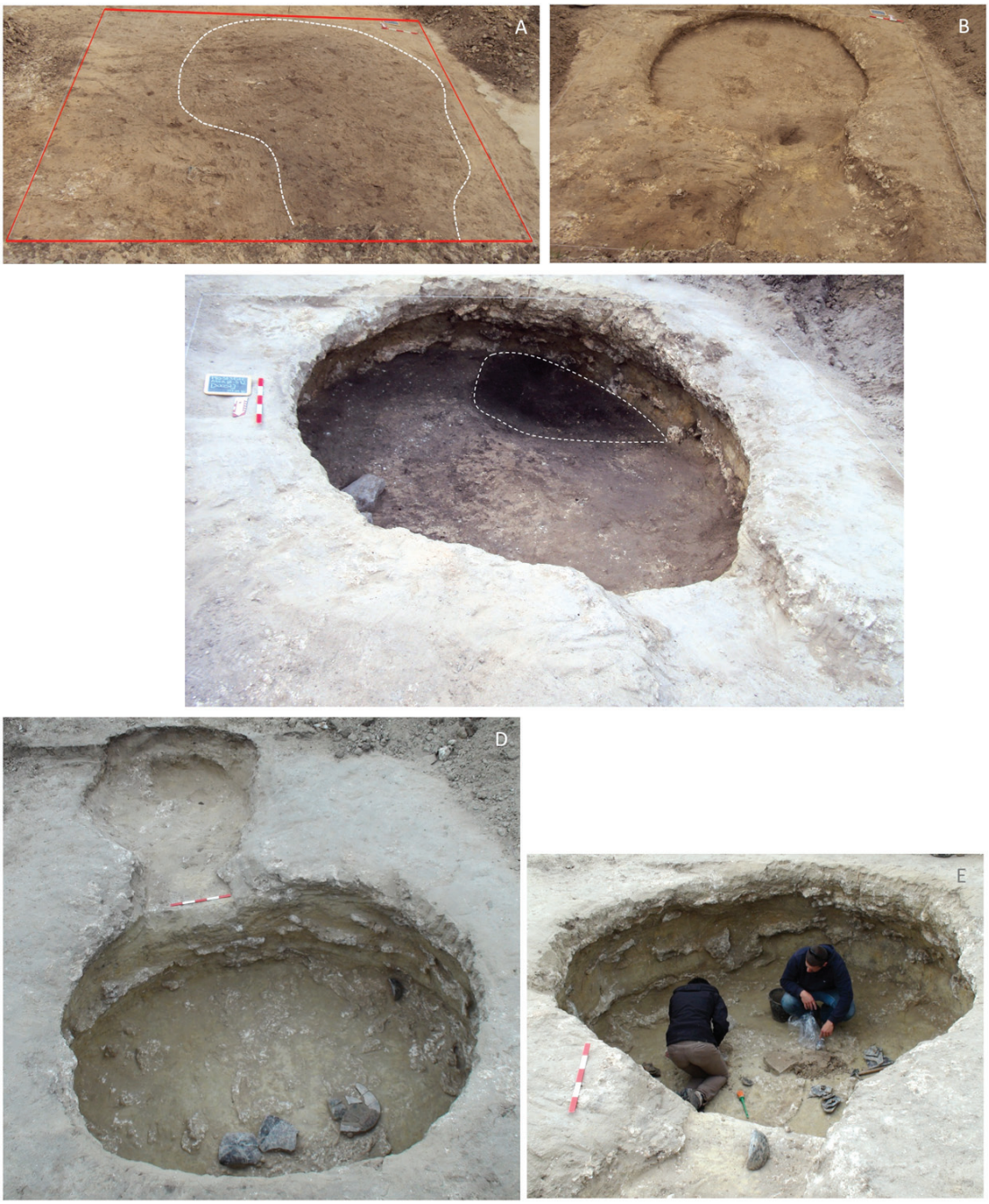


Figura 3 – Evolução da escavação arqueológica da Sondagem 12: A. Topo da estrutura, aquando da sua identificação; B. Topo da [30039], já com as interfaces da estrutura definidas; C. Eventual área de combustão, a S. da estrutura e topo da [30057]; D. Base da estrutura com recipientes cerâmicos com perfis inteiros; E. Processo de escavação da fase final da estrutura identificada na Sondagem 12(eventual nível de abandono).

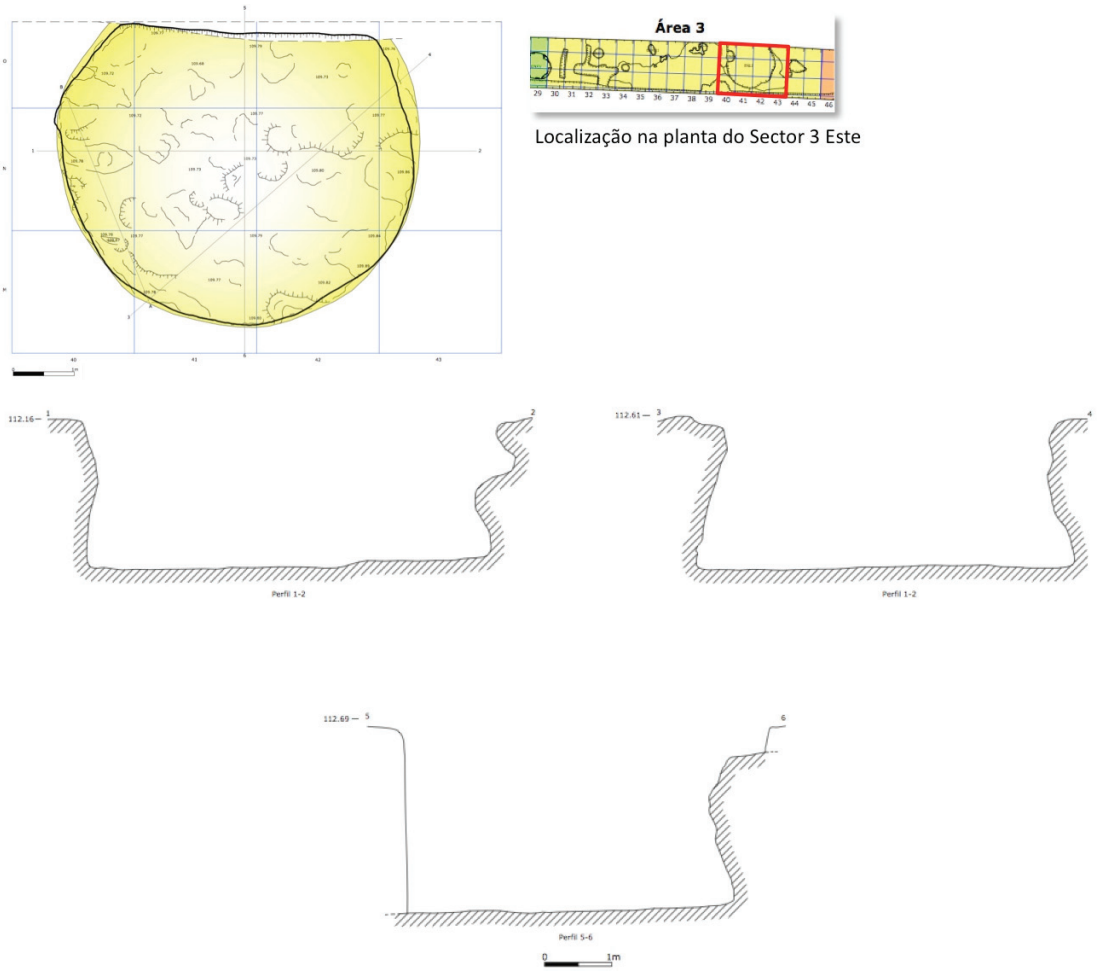


Figura 4 – EN LI: planta final e perfil longitudinal da estrutura, com indicação (em cima, à direita) da sua implantação na Área 3 (Desenhos: Marco Andrade / Joaquim Pinhão / Filipa Rodrigues).



Figura 5 – Evolução da escavação da EN LI: A. Escavação do Horizonte de Solo que ocupa toda a Área 3; B. Topo da estrutura de combustão campaniforme; C. Grandes abatimentos das paredes de caliço da EN LI; D. Topo do nível de abandono da estrutura, com a presença de vário fragmentos de elemento de mó; E. Nível de abandono da EN LI, com o enterramento de canídeos (3) e fragmentos dos grandes contentores de armazenagem (3).

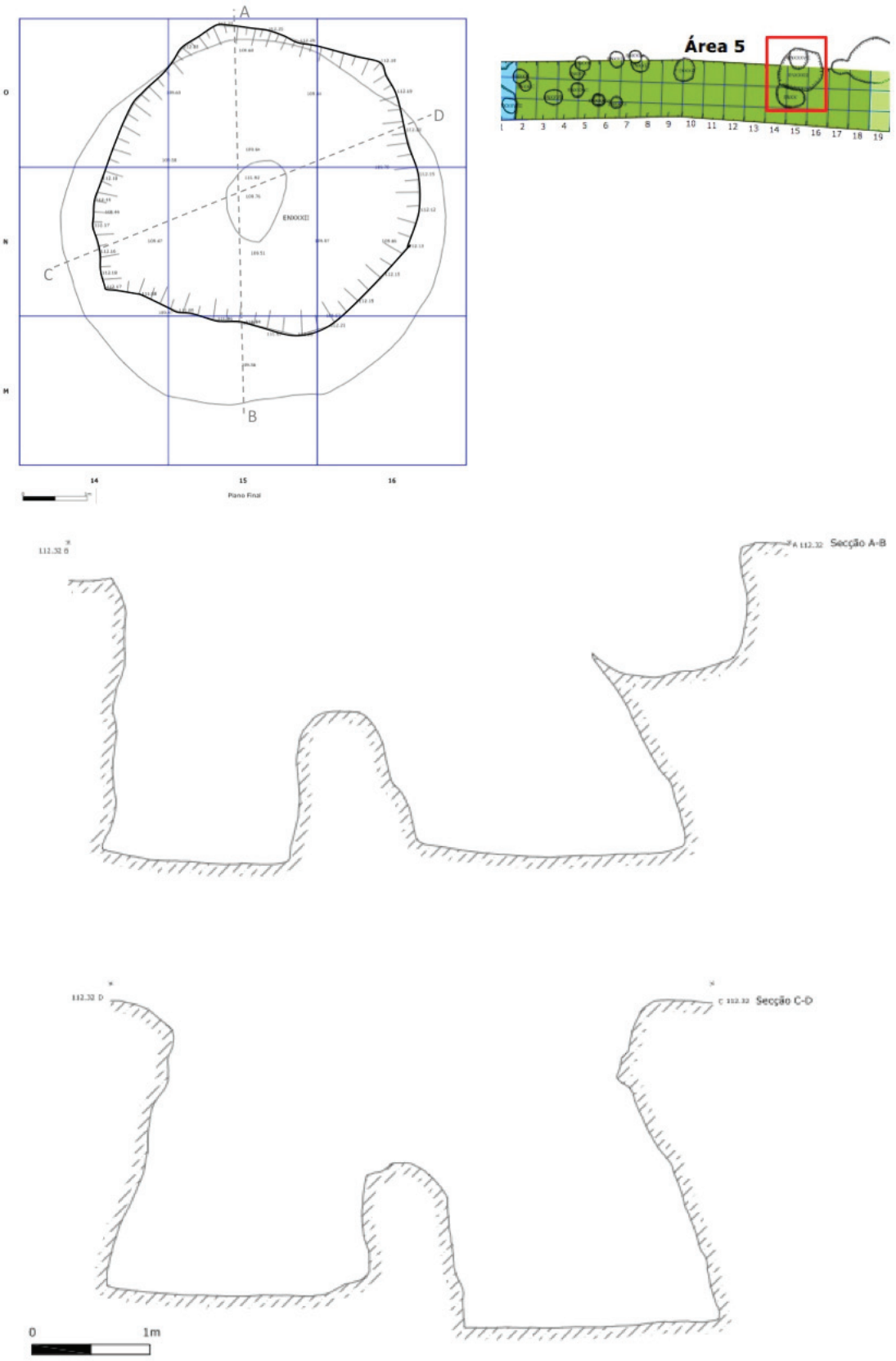


Figura 6 – EN XXXII: planta final (da estrutura circular de maiores dimensões) e perfil longitudinal da estrutura, com indicação (em cima, à direita) da sua implantação na Área 5 (Desenhos: Maria Mantua / Joaquim Pinhão / Filipa Rodrigues).

POTES PARA OS MORTOS: RITUAL FUNERÁRIO E TECNOLOGIA CERÂMICA EM CONTEXTO MEGALÍTICO

Nuno Inácio[1]

RESUMO

Este trabalho pretende abrir uma nova linha de investigação através do estudo das opções técnicas exercidas durante a manufactura de cerâmicas documentadas em contextos megalíticos. O estudo petrográfico de oito amostras de cerâmica provenientes de diferentes contextos do túmulo megalítico de Santa Rita revelou a utilização de argilas locais. Porém, é possível que a utilização destas matérias-primas não estivesse apenas determinada por constrangimentos geográficos, físicos ou materiais. Pelo contrário, o uso continuado de algumas argilas e o seu tratamento sugerem a existência de laços simbólicos que evocam a memória dos antepassados.
Palavras-chave: Tecnologia, Petrografia, Cerâmica Funerária, Ritual, Paisagem.

ABSTRACT

This paper aims to open a new line of research through the study of the technological choices made during the manufacture of ceramics documented in funerary contexts. Technology in ritual context is an underdeveloped field of research, especially when applied to the study of pottery. The petrographic study of eight ceramic samples from different contexts of the Santa Rita megalithic tomb revealed the use of local clays. However, it is possible that the use of these raw materials was determined by social and cultural factors. For example, its continued use suggests the existence of symbolic ties that evoke a memory of the ancestors.
Keywords: Technology, Petrography, Funerary Ceramics, Ritual, Landscape.

1. INTRODUÇÃO

A componente ceramológica documentada em contextos funerários não tem merecido particular atenção por parte da investigação arqueológica. São escassos os estudos que direccionam os seus objectivos para papel que estes materiais desempenharam no conjunto das práticas que constituem o ritual funerário. De uma forma geral, estes elementos são estudados desde uma perspectiva meramente tipológica e/ou estilística, seguindo os princípios metodológicos utilizados na classificação da cerâmica doméstica.

Devemos ter em consideração que a dimensão simbólica destes elementos não se esgota com a sua amortização no espaço funerário, mas tem uma fase preambular de conceptualização, que se materializa nas opções tomadas durante as distintas fases do processo de manufactura. Tal como os artefactos de âmbito doméstico, os objectos depositados em ambiente funerário obedecem a um processo de conceptualização – materialização – amortização.

Nas últimas décadas, vários autores têm sublinhado que durante o processo de produção e uso, a cerâmica comporta-se como elemento activo e dinâmico na esfera das relações interpessoais (Dobres, 2010). O estudo dos processos pelos quais os agentes sociais da produção seleccionam, manipulam e transformam uma dada materialidade em objectos culturais com uma utilidade determinada pode ser de enorme interesse para o estudo das sociedades pretéritas, dado que estas decisões estão determinadas pelo contexto económico, social, político, cultural e ambiental onde as comunidades se inserem (Lemonnier, 1993).

Neste trabalho apresentamos os resultados prelimi-

1. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras de Lisboa. Universidade de Lisboa; nunominacio@gmail.com

nares do estudo petrográfico de um pequeno conjunto de recipientes procedente dos contextos funerários associados ao túmulo megalítico de Santa Rita (Vila Nova de Cacela) (Figura 1). Desta forma, pretende-se abrir uma nova linha de investigação e contribuir para o conhecimento da prática oleira num contexto carregado de grande simbolismo, através da reconstrução das técnicas e dos comportamentos que estiveram subjacentes à manufactura destes itens.

2. CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O túmulo megalítico de Santa Rita localiza-se em pleno barrocal algarvio, numa pequena plataforma sobranceira a um amplo anfiteatro natural que se prolonga até ao litoral. Insere-se numa região conhecida desde o século XIX pelos trabalhos de Estácio da Veiga nos monumentos de Nora, Marcela e Torre de Frades (Veiga, 1886).

Os trabalhos arqueológicos permitiram identificar um túmulo ortostático, escavado parcialmente no substrato rochoso local, formado por câmara funerária e um longo corredor que lhe dá acesso (Figura 2). A câmara funerária integra-se dentro dos monumentos tradicionalmente denominados por galeria coberta. Exibe, em planta, configuração de tendência piriforme e seria coberta por grandes lajes de arenito. O corredor, bem diferenciado em planta e alçado, é formado por lajes de arenito, grauvaque e xisto e apresenta orientação a nascente. O acesso à câmara funerária seria realizado através de uma entrada conformada por um esteio de calcário disposto no lado norte e dois umbrais em arenito vermelho encimados por lintel de calcário. A câmara seria coberta por uma estrutura tumular, da qual subsistem alguns vestígios, e delimitada por um duplo anel que serviria de contenção e suporte da massa tumular (Inácio *& alii,* 2008 e 2010).

A escavação integral dos níveis arqueológicos no interior da câmara funerária permitiram reconstituir o ritual funerário. A ausência de deposições primárias e a homogeneidade das regiões anatómicas presentes, sobretudo crânios e ossos longos dos membros, sugere que este monumento foi utilizado apenas como ossário (Figura 3). O registo arqueológico permitiu identificar dois níveis de ocupação bem individualizados, um primeiro datado dos finais do IV milénio a.n.e. e um ulterior, circunscrito à área junto ao esteio de cabeceira, do segundo quartel do III milénio a.n.e. (Figura 4). Paralelamente aos restos ósseos aí depositados, as práticas sociais de ritualização do espaço funerário incluíram a deposição de vários objectos, como recipientes de cerâmica, instrumentos de pedra polida, lâminas, alabardas, pontas de seta, placas de xisto, um machado de cobre e um vaso de calcário.

Em momento não muito posterior, em meados do III milénio a.n.e., a câmara funerária foi parcialmente violada, sendo retirados para o efeito alguns esteios de cobertura, e após o seu enchimento ritual, que incluiu a realização de uma lareira e a deposição de dois vasos de cerâmica, todo o espaço foi utilizado como necrópole (Figura 5). Esta estrutura de combustão, identificada a meia altura da câmara funerária, foi datada de meados do III milénio a.n.e., pelo que constitui um *terminus post quem* de toda a necrópole que se organiza na plataforma superior.

Na plataforma superior, foram identificados no total oito inumações, cujas datações obtidas até ao momento indicam uma diacronia de utilização deste espaço funerário até ao I milénio a.n.e. Contudo, apenas um enterramento duplo, localizado junto ao topo do esteio de cabeceira, ofereceu espólio associado, constituído por um braçal de arqueiro, um punção de cobre e dois recipientes de cerâmica, uma taça carenada e, no seu interior, um pequeno vaso de paredes rectas (Figura 6). Apesar de não ter sido possível datar este contexto funerário, a similitude com o enterramento 1 do *tholos* de Centirã (Henriques *& alii*., 2013) ou o enterramento secundário do monumento megalítico do Monte da Velha 1 (Soares, 2008) aponta para uma cronologia do terceiro quartel do III milénio a.n.e.

3. GEOLOGIA E MATÉRIAS-PRIMAS

O monumento encontra-se situado entre o maciço paleozóico a norte e a cobertura meso-cenozóica a sul (Figura 7). Localmente, o maciço paleozóico encontra-se representado pelo Grupo Flysch do Baixo Alentejo (Formação Mira), uma formação constituída por uma sucessão de sedimentos turbidíticos que incluem grauvaques, xistos, siltitos, pelitos e intercalações de conglomerados (Manuppella, 1992; Oliveira, 1992). As unidades mais antigas do Mesozóico afloram numa faixa contígua segundo a direcção E-W. Da base ao topo, podem individualizar-se as seguintes unidades litoestratigráficas que se sobrepões sem discordância aparente: Arenitos de Silves (Triásico Superior), o Com-

plexo Margo-Carbonatado-Evaporítico de Silves (Triásico Superior – Jurássico Inferior) e o Complexo Vulcano-Sedimentar básico (Jurássico Inferior) com intercalações de dolomitos e argilas vermelhas. A sul destas unidades afloram alguns dolomitos e calcários dolomíticos da Formação de Picavessa (Jurássico Inferior – Jurássico Médio) e calcários, margas e conglomerados das formações Margas com amonóides de Mealhas e Conglomerados de Alagoa (Jurássico Médio). Nesta região, a faixa costeira até ao litoral é dominada pela Formação Cacela, constituída essencialmente por conglomerados fossilíferos, areias finas, siltes, arenitos, alguns argilitos e auréolas intercaladas por níveis pelíticos do Miocénico Superior (Trindade, 2007).

De um modo geral, o Algarve é uma região rica em matérias-primas argilosas, facto que contribuiu para o desenvolvimento de uma tradição oleira que se perpetuou até ao dias de hoje. Por exemplo, Charles Lepierre, em 1899, no seu *Estudo Chimico e Technologico sobre a Cerâmica Portuguesa Moderna*, menciona Santa Rita e Cacela como dois dos centros oleiros mais importantes do Algarve (Lepierre, 1899). Este autor referia-se especificamente ao centro oleiro da aldeia de Santa Rita, que explorava argilas vermelhas associadas ao Complexo Margo-Carbonatado-Evaporítico de Silves, num local ainda hoje denominado como Serro dos Barros, e à fábrica de cerâmica de Cacela, localizada no sítio da Fábrica, que explorava numa vertente industrial as argilas provenientes da Formação de Cacela para a fabricação de ladrilhos e tijolos. Porém, o registo de fornos em Manta Rota e em Cacela-Velha indicam que a exploração destas últimas argilas em particular remonta, pelo menos, ao período romano (Dias *& alii*, 2009; Viegas, 2006).

4. METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para o presente trabalho foram seleccionadas oito amostras de cerâmica para análise petrográfica (Tabela 1). Nesta amostragem, foi tida em consideração o contexto funerário de proveniência dos recipientes e a sua variabilidade formal (Figura 8).

Para a preparação das lâminas delgadas, as taliscas de cerâmica foram seccionadas perpendicularmente ao bordo dos recipientes e posteriormente montadas num porta-amostra de vidro (lâmina), polidas até uma espessura de 30μ e cobertas por uma película (lamela).

Para a análise petrográfica foi utilizado um microscópio de luz polarizada Olympus BX41, dotado de ocular (10x) e de quatro objectivas (2x, 10x, 20x e 40x) que permitem aumentos até 400x. As imagens digitais foram obtidas com câmara fotográfica Olympus DP20 acoplada ao trinocular do microscópio. O modelo seguido na descrição petrográfica das amostras de cerâmica baseou-se na metodologia desenvolvida por I. Whitbread (1989 e 1995), com a incorporação de algumas sugestões apresentadas por P. Quinn (2013).

As concentrações texturais e os agregados argilosos foram descritos e caracterizados segundo os critérios definidos por Whitbread (1986), incorporando algumas sugestões apresentadas por Cuomo di Caprio & Vaughan (1993). A descrição detalhada destes elementos reveste-se de extrema importância nos estudos de tecnologia cerâmica pois permite distinguir aqueles agregados que naturalmente ocorrem na argila (grumos, agregados argilosos, rochas argilosas, etc.) das partículas provenientes da trituração de cerâmica (*chamote*) adicionadas intencionalmente durante a preparação da pasta.

Por fim, o estudo granulométrico foi realizado com auxílio de um micrómetro incorporado na ocular do microscópio e a percentagem relativa dos elementos (matriz argilosa, inclusões e porosidade) foi calculada por estimativa visual através de quadros de referência especificamente formulados para o estudo petrográfico de cerâmicas (Mathew *& alii*, 1991).

5. RESULTADOS

A análise petrográfica das cerâmicas do túmulo megalítico de Santa Rita revelou a utilização de argilas não calcárias cujas características mineralógicas e litológicas (fragmentos de rochas vulcânicas e de rocha sedimentares) sugerem a exploração de depósitos provenientes da meteorização das formações geológicas localizadas nas proximidades ao monumento (Figura 9). No entanto, algumas diferenças texturais baseadas no tamanho, percentagem, morfologia, calibração e frequência das inclusões permitiram individualizar quatro grupos.

As amostras TMSR-1 e TMSR-2 apresentam características microscópicas similares, o que permite classificá-las dentro do mesmo grupo petrográfico (Fábrica 1). Exibem matrizes moderadamente activas, não calcárias e coloração heterogénea devido à presença de manchas ferruginosas. A porosidade

(5-10%) está formada predominantemente por cavidades, com presença igualmente assinalável de vesículas e poros alongados (< 2 mm). A disposição de alguns poros alongados parece dever-se à volatilização de matéria orgânica vegetal. As inclusões (10-15%) apresentam formatos subangulosos e uma distribuição muito pouco calibrada, alcançando tamanhos máximos próximos a 2,8 mm. A presença de inclusões de rocha vulcânica básica (basalto) com textura ofítica/subofítica, bastante alteradas e meteorizadas, é uma das características que diferenciam estas duas amostras (Figura 9A). Em menor percentagem, foram identificadas ainda inclusões de plagioclases, óxidos de ferro (opacos) e outros corpos ferruginosos, quartzo, biotite e piroxenas (TMSR-1). Ainda que presentes numa percentagem residual, foram ainda identificadas inclusões de quartzo microcristalino (chert), moscovite e fragmentos de rocha sedimentar com cimento ferruginoso (Figura 9B).

As amostras classificadas dentro da Fábrica 2 (TMSR--3, TMSR-4 e TMSR-8) apresentam uma matriz activa e não calcária. A presença de óxidos de ferro, restos de matéria orgânica e concentrações texturais conferem-lhes uma grande variedade cromática (Figura 9C/D/H). A porosidade (10-15%) apresenta-se sob a forma de vesículas, cavidades e alguns poros alongados e irregulares (< 2 mm), cuja disposição parece sugerir a existência de matéria orgânica volatilizada (Figura 9D). No que diz respeito à componente não plástica, este grupo diferencia-se por apresentar maioritariamente inclusões correspondentes a fragmentos de rocha sedimentar (pelitos, siltitos e argilitos), que nalguns casos podem alcançar tamanhos de 6,5 mm (TMSR-2), e fragmentos de rocha vulcânica (< 2,5 mm). De um modo geral, as inclusões apresentam formatos subangulosos a redondos e uma distribuição muito pouco calibrada. Por ordem de presença, foram ainda identificadas inclusões de quartzo, plagioclases, opacos (pisólitos?), agregados ferruginosos com inclusões de quartzo e moscovite.

As duas amostras associadas ao enterramento identificado na plataforma superior (TMRS-6 e TMSR--7) formam um terceiro grupo petrográfico que se diferencia dos anteriores pela presença massiva de concentrações texturais e outros agregados argilosos (Figura 9F/H). De um modo geral, estas amostras apresentam uma matriz ligeiramente activa, sem orientação dos domínios argilosos e muito heterogénea devido à presença de manchas de óxidos de ferro e de concentrações texturais. A porosidade (7-10%) apresenta-se sob a forma de vesículas, poros alongados e cavidades, em alguns casos de grande tamanho (> 2 mm). Uma vez mais, foi possível associar a presença destes poros alongados e irregulares à volatilização de matéria orgânica. As inclusões (15-20%) apresentam formatos subangulosos a subarredondados e uma distribuição pouco calibrada, alcançando tamanhos máximos próximos a 2,5 mm. Na fracção grossa predominam as concentrações texturais argilosas, sendo igualmente comuns as inclusões de quartzo, opacos e nódulos ferruginosos. Numa percentagem residual, foram ainda identificadas inclusões de calcário micrítico, quartzo policristalino e criptocristalino, feldspatos, rochas sedimentares (arenito e pelito), rocha metamórfica (provavelmente filito) e fragmentos de rocha argilosa ferruginosa. Como já foi referido, a presença de concentrações texturais argilosas caracteriza este grupo petrográfico. Pelas características ópticas que apresentam, estas inclusões parecem corresponder a agregados argilosos, rochas argilosas, grumos e, em alguns casos, fragmentos de cerâmica triturada (*chamote*).

Por fim, a amostra TMSR-5 partilha características texturais e mineralógicas com os grupos descritos anteriormente (Figura 9E). A observação ao microscópio petrográfico revelou uma matriz activa, não calcária e heterogénea, devido à presença assinalável de agregados ferruginosos. A porosidade (< 5%) apresenta-se sob a forma de vesícula, cavidades e alguns poros alongados e irregulares. As margens enegrecidas destes últimos parecem ser resultado da volatilização de matéria orgânica de origem vegetal. A fracção grossa das inclusões apresenta uma distribuição moderadamente calibrada (< 1,5 mm) e formatos subarredondados a arredondados. Predominam, relativamente ao universo composicional dos elementos não plásticos, os fragmentos de rocha sedimentar (argilitos, pelitos), alguns exibindo bandeado metamórfico (xisto argiloso), e rocha metamórfica (filito). As inclusões de quartzo são igualmente comuns em toda a matriz. As micas muito alteradas e os corpos ferruginosos de origem pedogenética surgem numa percentagem inferior a 5%. Assinale-se ainda a presença residual de fragmentos de quartzo criptocristalino, fragmentos de rocha vulcânica de composição básica, com características texturais e mineralógicas similares às identificadas na Fábrica 1, e concentrações texturais argilosas si-

milares às identificadas nas amostras TMSR-6 e TMSR-7.

6. DISCUSSÃO

O aprovisionamento corresponde à primeira fase da cadeia operativa e encontra-se determinado por uma série de factores: desde logo, pela disponibilidade de matérias-primas que, por sua vez, depende das características geológicas da região; em segundo, da percepção que os agentes têm da própria materialidade a transformar, das suas propriedades e qualidades, por exemplo em termos de cor, textura ou plasticidade; por último, neste caso específico, o aprovisionamento de matérias-primas poderá estar determinado pelas construções simbólicas subjacentes ao próprio ritual funerário.

De um modo geral, o estudo petrográfico revelou a utilização de matérias-primas locais, facilmente encontradas no entorno imediato ao monumento. As características mineralógicas e litológicas (fragmentos de rochas vulcânicas e de rocha sedimentares) sugerem a utilização de depósitos provenientes da meteorização das formações geológicas localizadas nas proximidades ao monumento. Por exemplo, a presença de inclusões de rocha vulcânica básica, provavelmente correspondendo a basaltos, e de minerais que resultam da sua desintegração (plagioclases e piroxenas) nas amostras do primeiro grupo, sugere a utilização de argilas provenientes da meteorização *in situ* de rochas provenientes do Complexo Vulcano-Sedimentar básico (Jurássico Inferior) que aflora a uma centena de metros a sul do monumento (Oliveira, 1992). Do mesmo modo, os fragmentos de rocha sedimentar, essencialmente pelitos, siltitos e argilitos presentes em grande quantidade nas três amostras do grupo 2, podem ser encontrados nos depósitos argilosos associados tanto aos Arenitos de Silves como ao Complexo Margo-Carbonatado-Evaporítico de Silves. Os restantes grupos petrográficos exibem características que sugerem a utilização de argilas residuais próximas a estas formações geológicas.

Estes dados vêm ao encontro de alguns trabalhos realizados sobre cerâmicas provenientes de contextos megalíticos, como a Anta Grande do Zambujeiro (Évora) (Manhita *& alii*., 2014) ou o *tholos* Palacio III (Almadén de la Plata, Sevilha) (Odriozola *& alii*, 2007). Ao contrário de certos elementos incorporados no ritual funerário, a cerâmica é normalmente manufacturada recorrendo a matérias-primas locais. Porém, no caso do recinto dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz), os estudos arqueométricos revelaram um comportamento distinto. A análise química de um número significativo de cerâmicas provenientes de contextos funerários e domésticos, revelou a existência de três grandes grupos com comportamentos diferenciais, indicando o desenvolvimento de diferentes lógicas de gestão dos recursos. A maioria das cerâmicas evidencia características composicionais que indicam a utilização de argilas locais derivadas da alteração de dioritos e gabros. Porém, um pequeno grupo associado exclusivamente a cerâmicas provenientes de contextos funerários exibe uma composição química compatível com o uso de argilas derivadas da alteração superficial de xistos que distam cerca de 5 km do local. Este facto levou os autores do estudo a levantarem a hipótese de que as necrópoles dos Perdigões terem sido usadas por comunidades vizinhas (Dias *& alii*, 2005 e 2007).

Apesar da região onde se situa o túmulo de Santa Rita ser conhecida pela grande diversidade de recursos argilosos, cuja exploração para a prática oleira encontra-se atestada até meados do século passado, a selecção de argilas provenientes de uma área bastante concreta poderá estar relacionada com a tentativa de apropriação simbólica de elementos concretos da paisagem envolvente. Além disso, o uso continuado das mesmas áreas de aprovisionamento sugere a existência e a manutenção de laços simbólicos com determinadas matérias-primas que invocam uma memória que previve desde os antepassados (Gosselain & Livingston-Smith, 2005). Os topónimos como *Serro dos Barros* ou *Pisa Barros* e lendas que associam estas zonas de barreiros a encantamentos, minas e tesouros são reveladores da antiguidade da utilização destes recursos e da dimensão simbólica deste lugar (Oliveira *& alii*, no prelo).

Ainda que as cerâmicas evidenciem características compatíveis com os depósitos argilosos situados nas imediações ao monumento, parece haver uma relação entre os grupos petrográficos e os diferentes contextos funerários identificados no túmulo megalítico de Santa Rita. Este facto sugere a existência de transformações na tradição oleira local e na abordagem aos recursos disponíveis. Estas transformações são particularmente evidentes ao compararmos as cerâmicas documentadas no interior da câmara funerária e as cerâmicas da segunda metade do 3º milénio a.n.e. associadas à inumação dupla.

A nova concepção de morte vem acompanhada pela introdução de novas tipologias (taças carenadas) que implicaram a adopção de novos comportamentos técnicos. A presença de *chamote* parece ser uma opção técnica introduzida durante esta fase, e a sua utilização poderá relacionar-se com a intenção destas comunidades de legitimar o uso deste espaço funerário evocando a memória dos antepassados e dos seus saberes artesanais (Quinn & Burton, 2009). Os recipientes de cerâmica, tal como outros elementos da paisagem, adquirem assim uma nova vida e um novo significado.

BIBLIOGRAFIA

CUOMO DI CAPRIO, Ninima; VAUGHAN, Sarah (1993) – An experimental study in distinguishing grog (chamotte) from argillaceous inclusions in ceramic thin sections. *Archeomaterials*, vol. 7(1), pp. 21-40.

DIAS, Maria Isabel; VALERA, António Carlos, PRUDÊNCIO, Maria Isabel, LAGO, Miguel; GOUVEIA, M.A. (2005) – Composition, Technology and Functional Features of Chalcolithic Pottery from Perdigões, Reguengos de Monsaraz (Portugal): A Preliminary Report. In H. KARS Y E. BURKE (Eds.): *Proceedings of the 33rd Symposium on Archaeometry*, Vrije Universiteit Amsterdam, pp. 161-164.

DIAS, Maria Isabel; VALERA, António Carlos; PRUDÊNCIO, Maria Isabel; LAGO, Miguel (2007) – Proveniência e tecnologia de produção de cerâmicas nos Perdigões. *Vipasca Arqueologia e História*, nº 2, pp. 117-121.

DIAS, Maria Isabel; VIEGAS, Catarina; GOUVEIA, M.A.; MARQUES, Rosa; FRANCO, D.; PRUDÊNCIO, Maria Isabel (2009) – Geochemical fingerprints of roman pottery production from Manta Rota Kilns (Southern Portugal). In BIRÓ, K.T., SZILÁGYI, V, KNEITER (Ed.): *Vessels: Inside and Outside. Proceedings of the 9th European Meeting on ancient Ceramics 2007*, Hungarian National Museum, pp. 83-90.

DOBRES, Marcia-Anne (2000) – *Technology and social agency,* Oxford, Blackwell Publishers Ltd.

GOSSELAIN, Oliver; LIVINGSTON-SMITH, Alexandre (2005) – The source. Clay selection and processing practices in the sub-saharian Africa". A. LIVINGSTONE-SMITH, D. BOSQUET Y R. MARTINEAU (Eds.): *Pottery manufacturing processes: reconstitution and interpretation.* BAR International 1349, Archaeopress, pp. 33-47.

HENRIQUES, Francisco; SOARES, António Monge; ANTÓNIO, Telmo; CURATE, Francisco; VALÉRIO, Pedro; ROSA, Sérgio (2013) – O Tholos Centirã 2 (Brinches, Serpa): construtores e utilizadores; práticas funerárias e cronologias. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; GARCÍA CABEZAS, M. (ed.): *VI Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular, Villafranca de los Barros*, pp. 319-355.

INÁCIO, Nuno; Calado, DAVID; NOCETE, Francisco; CURATE, Francisco; Oliveira, CATARINA; Peramo, ANA; BAYONA, Moisés (2008) – Pré-história e Megalitismo na região de Cacela. Uma proposta integrada de investigação, valorização e protecção do património arqueológico. *XELB 8: Actas do 7º Congresso de Arqueologia do Algarve*, Silves, pp. 61-74.

INÁCIO, Nuno; NOCETE, Francisco; CALADO, David; CURATE, Francisco; NIETO, José Miguel; BAYONA, Moisés; OLIVEIRA, Catarina (2010) – O Túmulo Megalítico de Santa Rita (Vila Nova de Cacela). Resultados preliminares de um processo de investigação em curso. *XELB 10: Actas do 9º Congresso de Arqueologia do Algarve,* Silves, pp. 73-86.

LEMONNIER, Pierre (1993) – Introduction: Technological choices. Transformation in material cultures since the Neolithic". In P. LEMONNIER (Ed.): *Technological choices. Transformation in material cultures since the Neolithic*. Londres, Routledge.

LEPIERRE, Charles (1889*) – Estudo Chimico e Technologico sobre a Cerãmica Portuguesa Moderna, 1ª ed., Impre*nsa da Universidade, Coimbra.

MANHITA, Ana; MARTINS, Sérgio; COSTA, Joana; PRAZERES, Cátia; ROCHA, Leonor; DIAS, Cristina; MIRÃO, José; TEIXEIRA, Dora (2014) – A multi-analytical approach for the study of Neolithic pottery from the Great Dolmen of Zambujeiro (Évora, Portugal) – a preliminary study, *e-conservation Journal,* 2, pp. 66-78.

MANUPPELLA, Giuseppe (Coord.) (1992) – *Carta Geológica da região do Algarve, Escala 1:100000*. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

MATHEW, A. J., WOODS, A. J.; OLIVER, C. (1991) – Spots before the eyes: new comparation charts for visual percentage estimation in archaeological material. *Recent Developments in Ceramic Petrology*. British Museum Occasional Paper 81, British Museum, pp. 211-263.

ODRIOZOLA, Carlos; GARCÍA-SANJUÁN, Leonardo; DIAS, Maria Isabel; WHEATLEY, David (2009b) – A preliminary approach from material science to copper age pottery in Southern Iberia: the Palacio III (Sevilla, Spain) Tholos Tomb. In BIRÓ, T. K., SZILÁGYI, V. Y KREITER, A. (Eds.): *Vessels: inside and outside.Proceedings of the conference EMAC '07, 9th European Meeting on Ancient Ceramics.* Budapest, Hungarian National Museum, pp. 111-117.

OLIVEIRA, Catarina; INÁCIO, Nuno; GARCIA, Cristina; DORES, Patrícia; GODINHO, Miguel (no prelo) – La tradición cerámica en Cacela (Vila Real de Santo António, Portugal). Una aproximación desde los vestigios arqueológicos, fuentes históricas y memorias orales. *II Congreso Internacional de Estudios Cerámicos. Etnoarqueología y Experimentación: Más Allá de la Analogía*. Granada.

OLIVEIRA, José Tomás (Coord.) (1992) – C*arta Geológica de Portugal, Escala 1:200000. Notícia Explicativa da Folha 8*. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

QUINN, Patrick Sean (2013) – *Ceramic Petrography: The Interpretation of Archaeological Pottery & Related Artefacts in Thin Section*. Archaeopress, Oxford.

QUINN, Patrick Sean; BURTON, Margie (2009) – Ceramic petrography & the reconstruction of hunter-gatherer craft technology in Late Prehistoric Southern California. In P.S. QUINN (Ed.): *Interpreting Silent Artefacts. Petrographic Approaches to Archaeological Ceramics*, Archaeopress, pp. 267-295.

SOARES, António Monge (2008) – O monumento megalítico Monte da Velha 1 (MV1) Vila Verde de Ficalho, Serpa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 11(1), pp. 33-51

TRINDADE, Maria José (2007) – G*eoquímica e mineralogia de argilas da bacia algarvia: transformações térmicas*. Tese Doutoramento. Universidade de Aveiro. Edição policopiada.

VEIGA, Estácio (1886) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistóricos*. Vol.1, Imprensa Nacional, Lisboa.

VIEGAS, Catarina (2006) – O forno romano da Manta Rota (Algarve). *Actas do Simpósio Internacional de Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal Arqueológica*, vol. 13, pp. 177-196.

WHITBREAD, Ian (1986) – The caracterization of argillaceous inclusions in ceramic thin sections. *Archaeometry*, vol. 28(1), pp. 79-88.

WHITBREAD, Ian (1989) – A Proposal for the systematic description of thin section towards the study of ancient ceramic technology. *Archaeometry: Proceedings of the 25th International Symposium*, Amsterdam, pp. 127-138.

WHITBREAD, Ian (1995) – *Greek Transport Amphorae: A Petrological and Archaeological Study*. Fitch Laboratory Occasional Paper, 4. British School at Athens.

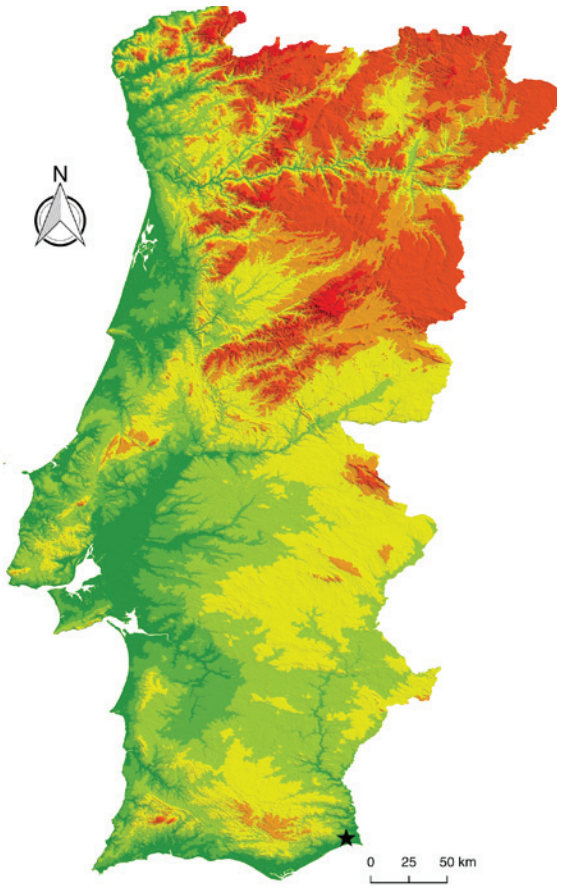


Figura 1 – Localização do túmulo megalítico de Santa Rita ( ).



Figura 2 – Perspectiva aérea do túmulo megalítico de Santa Rita (fotografia de Lúcio Alves).



Figura 3 – Contexto arqueológico da primeira fase de deposição na câmara funerária: recipiente TMStaR.308 (amostra TMSR-2) associado a duas placas de xisto.



Figura 4 – Pormenor do ossário junto ao esteio de cabeceira, onde é possível observar alguns recipientes de cerâmica.



Figura 5 – Deposição ritual de dois recipientes de cerâmica, um deles fragmentado (amostra TMSR-5).



Figura 6 – Enterramento duplo situado na plataforma superior: recipientes de cerâmica (amostras TMSR-6 e TMSR-7) e braçal de arqueiro.

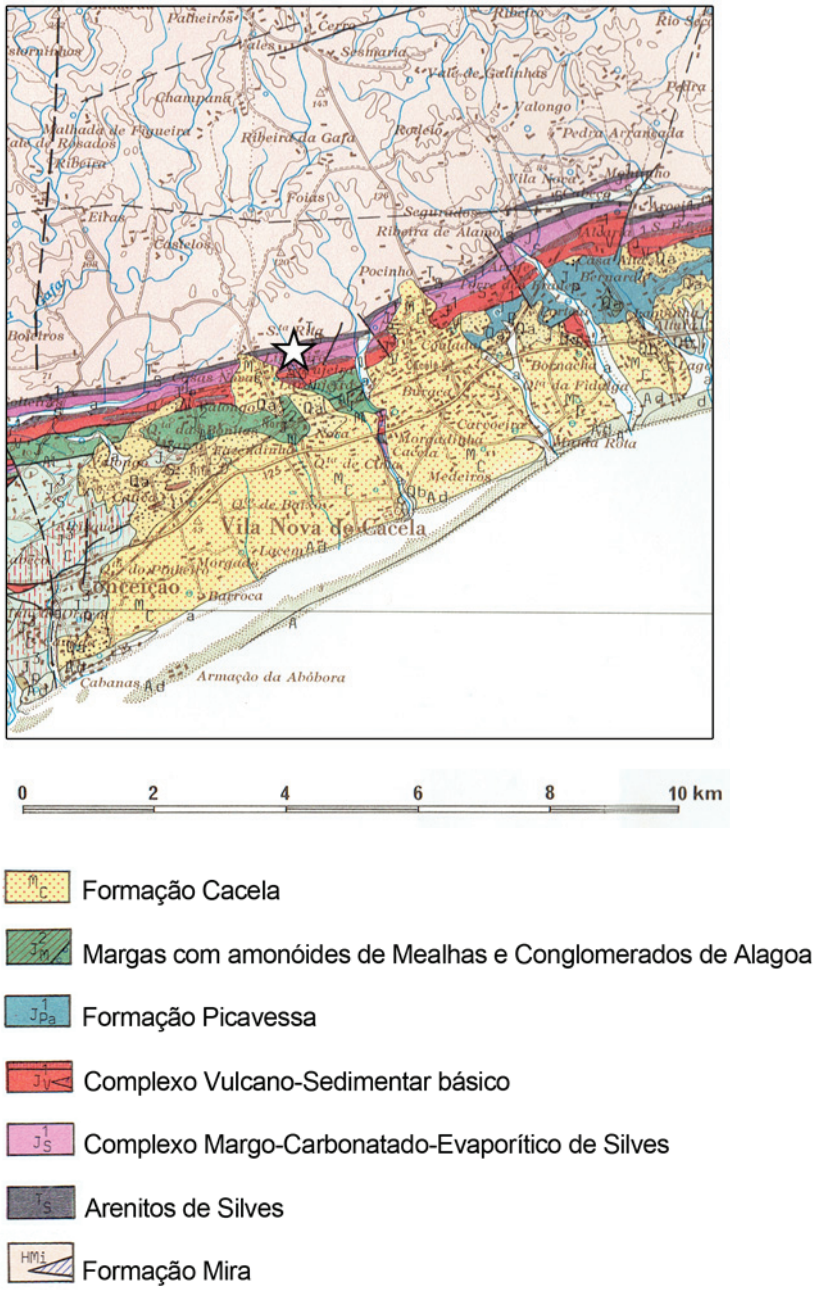


Figura 7 – Localização do túmulo megalítico de Santa Rita ( ) na cartografia geológica. Adaptado da Carta Geológica da região do Algarve (Folha Oriental), escala 1:100000.

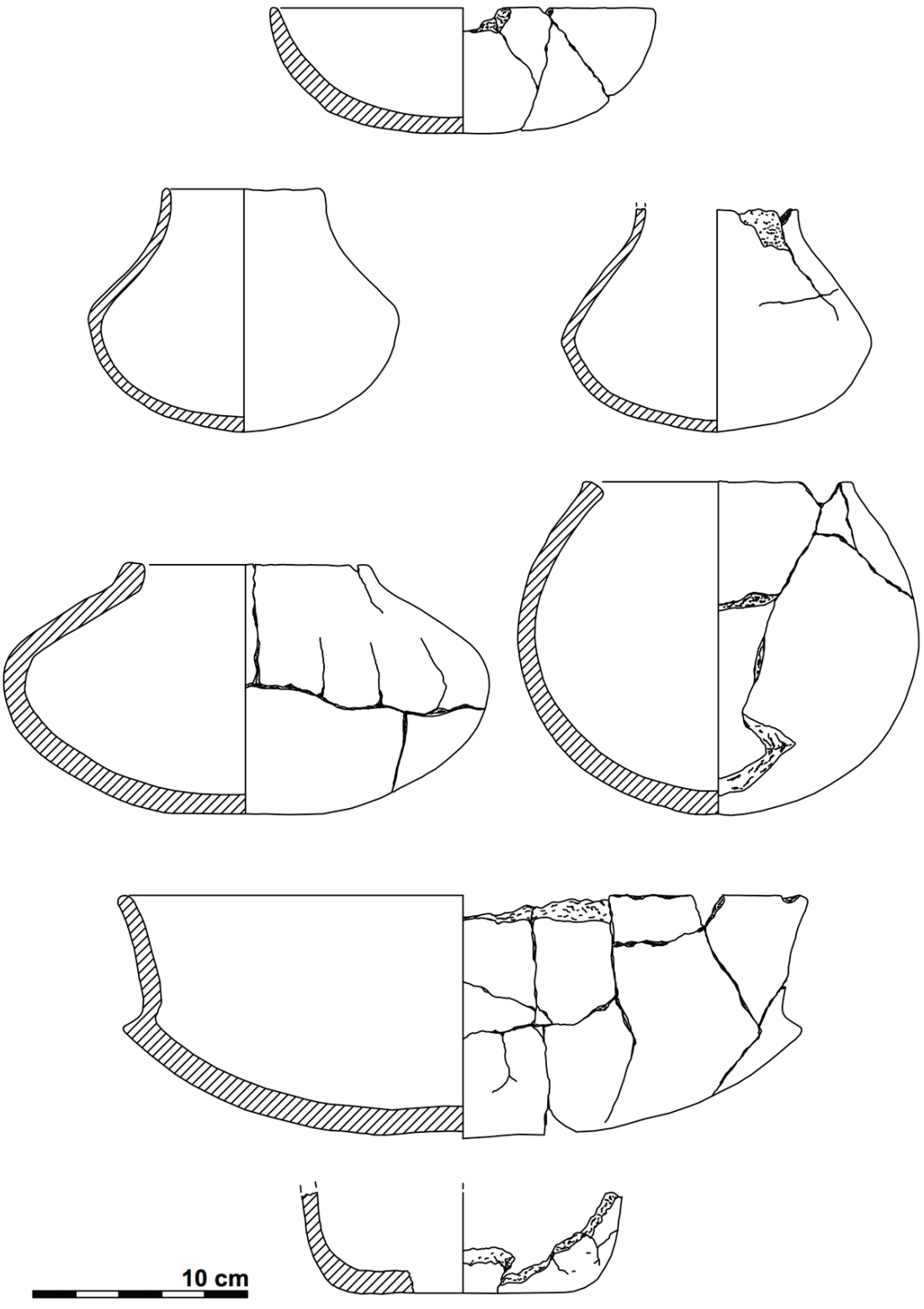


Figura 8 – Recipientes de cerâmica documentados no túmulo megalítico de Santa Rita. Primeira fase de ocupação da câmara funerária: recipiente nº TMStaR.373 (amostra TMSR-1). Segunda fase de ocupação da câmara funerária: recipiente nº TMStaR.477 e nº TMStaR.476 (amostra TMSR-3). Deposição ritual: recipiente nº TMStaR.261 e nº TMStaR.259 (amostra TMSR-5). Enterramento duplo na plataforma superior: recipiente nº TMStaR.183 (amostra TMSR-7) e nº TMStaR.182 (amostra TMSR-6).

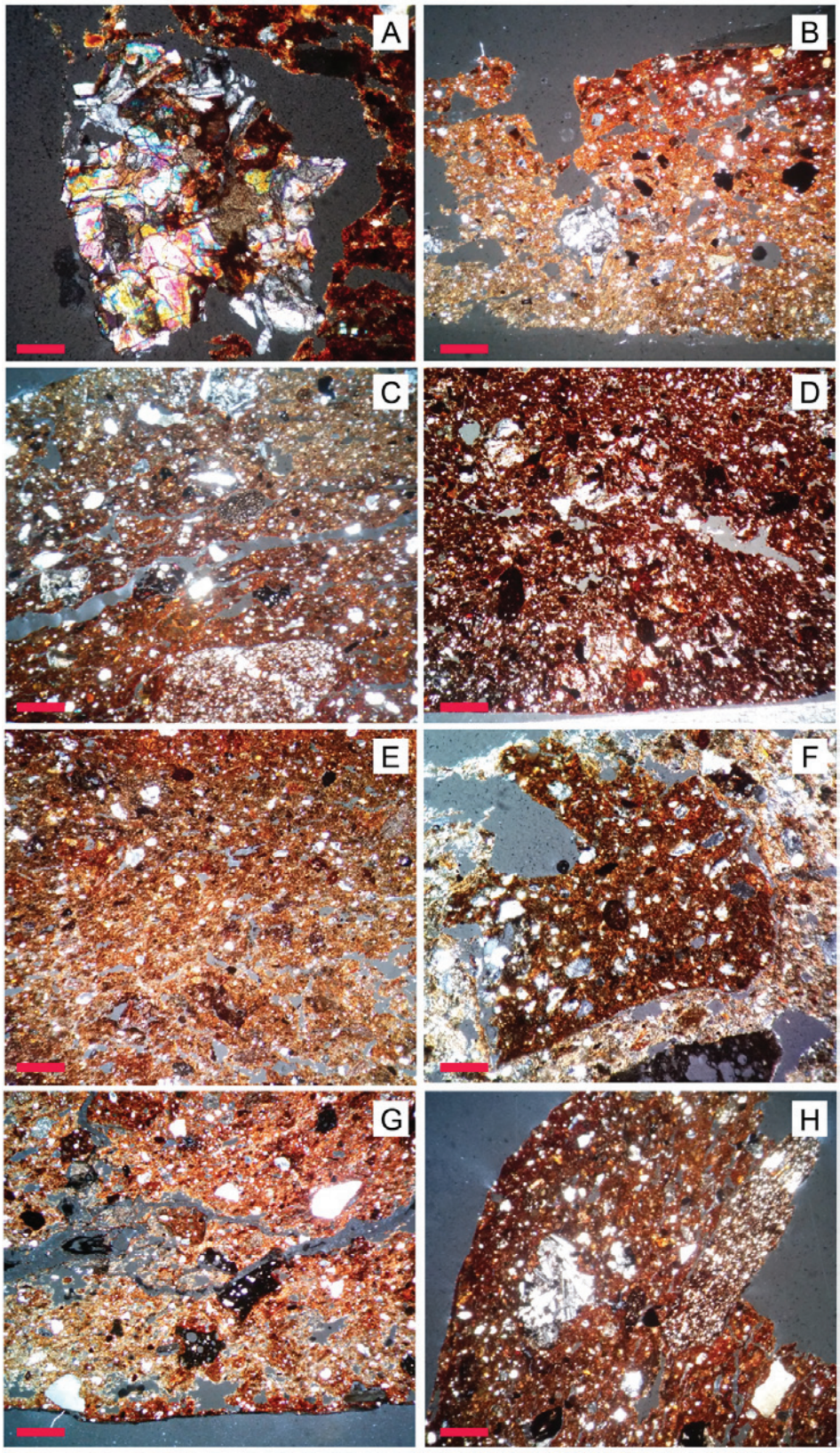


Figura 9 – Microfotografias das amostras de cerâmica do túmulo megalítico de Santa Rita: a) TMSR-1: inclusão de rocha vulcânica básica (Escala = 0,2 mm); b) TMSR-2 (Escala = 1 mm); c) TMSR-3 (Escala = 1 mm); d) TMSR-4 (Escala = 1 mm); e) TMSR-5 (Escala = 1 mm); f) TMSR-6: possível fragmento de cerâmica triturada (chamote) (Escala = 0,2 mm); g) TMSR-7 (Escala = 1 mm); h) TMSR-8 (Escala = 1 mm). Todas as microfotografias obtidas em nicóis cruzados.

Amostra	Forma	Contexto	Petrografia
TMSR-1	Taça	Primeira fase de ocupação da câmara funerária	Fábrica 1
TMSR-2	Esférico achatado		Fábrica 1
TMSR-3	Vaso de colo	Segunda fase de ocupação da câmara funerária	Fábrica 2
TMSR-4	Globular		Fábrica 2
TMSR-5	Esférico	Deposição ritual após violação da câmara funerária	Fábrica 4
TMSR-6	Vaso	Enterramento duplo na plataforma superior com braçal de arqueiro e punção de cobre	Fábrica 3
TMSR-7	Taça carenada		Fábrica 3
TMSR-8	Vaso de colo	Segunda fase de ocupação da câmara funerária	Fábrica 2

Tabela 1 – Amostras seleccionadas para o estudo arqueométrico e respectiva correspondência com o grupos petrográficos.

OS COMPONENTES DE TEAR NO CASTELO DE PAVIA

Liliana Teles[1], Leonor Rocha[2]

RESUMO

O presente trabalho estuda um conjunto de materiais em cerâmica, designados como componentes de tear, do sítio do Castelo de Pavia, Mora. Este sítio foi escavado por Vergílio Correia no início do século XX. Com este trabalho apresenta-se um estudo tipológico e tecnológico dos materiais para elaborar uma possível aproximação á sua funcionalidade. Os dados obtidos foram então enquadrados no panorama regional para poder comparar as suas dimensões e características com os parâmetros regionais. Os componentes de tear são artefactos cerâmicos bastantes característicos nos povoados calcolíticos no Sul da Península Ibérica, sendo um elemento de grande importância para o estudo das transformações agro-pastorís e artesanais que caracterizavam estas comunidades, sendo uma expressão visível nas transformações 3º milénio a.n.e.

Palavras-chave: Componentes de tear, Castelo de Pavia, Placas, Crescentes, 3º milénio a.n.e.

ABSTRACT

The present work studies a set of ceramics materials, properly designated loom components, from the Pavia Castle site, in Mora. This place was firstly excavated by Vergílio Correia in the beginning of the 20th century. With this essay there's a presentation of the typological and technological studies of the materials, in order to elaborate an approximation to their funcionality. The data were framed in the regional panorama so there could be a comparison between the dimmensions and characteristics with the regional parameters. The loom components are ceramics artefacts distinctive from the chalcolithic villages in the South of the Iberian Peninsula. They're of vastly importance for the study of agricultural, pastoral and handicraft transformations that were typical of these communities, being a visible manifestation of the 3rd millenium BCE transformations.

Keywords: Loom Components, Pavia Castle, Loom weight, Crescent-shaped, 3rd Millenium BCE.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende demonstrar o estudo elaborado do conjunto de componentes de tear do Castelo de Pavia (Pavia – Mora), escavado por Vergílio Correia nos inícios do século XX, desde sempre fora bastante citado em artigos e monografias relativos ao estudo dos componentes de tear, devido ao vasto conjunto que o autor descrevia na sua obra, El Neolítico de Pavia (Correia, 1921).

Neste trabalho temos como objectivo elaborar uma análise morfológica e tecnológica do conjunto – placas e crescentes – com a finalidade de tentar uma aproximação à sua funcionalidade, assim como o seu enquadramento no panorama regional.

A elaboração da análise morfológica e tecnológica é conseguida através de uma ficha descritiva e de uma tipologia, esta adaptada da monografia sobre os Componentes de Tear do Povoado de São Pedro (Redondo) (Costeira, 2010).

Devido à metodologia de escavação utilizada na época, o registo dos contextos estratigráficos ficaram muito deficitários, não sendo possível enquadrar os materiais a níveis estratigráficos, para poder tentar encontrar alguma área funcional ou elementos que nos atestem a produção destes materiais, daí o estudo se basear na componente tecnológica e morfológica incidindo sobretudo numa comparação com os dados existentes nas áreas regionais adjacentes.

Iremos começar por enquadrar o sítio, o estudo dos componentes e de seguida a análise do conjunto, tendo por fim algumas considerações finais a tecer

1. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; lteles@campus.ul.pt

2. Universidade de Évora; lrocha@uevora.pt

sobre a sua possível funcionalidade e o seu enquadramento no Ocidente Peninsular.

2. ENQUADRAMENTO DO SÍTIO – CASTELO DE PAVIA

O Castelo de Pavia, localiza-se no Alentejo Central, distrito de Évora, município de Mora, freguesia de Pavia. Trata-se de um povoado calcolítico, escavado por Vergílio Correia, entre 1914 e 1918, altura em que o investigador procedia, também à escavação de monomentos megaliticos funerários da área de Pavia.
O Castelo de Pavia localiza-se na extremidade Norte do Distrito de Évora, perto do distrito de Santarém e Portalegre, na transição, segundo a carta das Regiões Naturais do Atlas do Ambiente, da região natural do Ribatejo, como do Alentejo, sub-região da Charneca de Ribatejo – Sul. Em termos geológicos abrange, essencialmente, duas formações: nas extremidade da baciaterciária do Tejo e o substrato antigo, na maior parte constituido por granites que condicionaram o povoamento desta área (Rocha, 1998). (Figura 1)
Em relação à rede hidrográfiva, a àrea de Pavia pretence à bacia do rio Sorraia, subsidiária da margem esquerda do Tejo. Em termos gerais, as ribeiras apresentam uma grande irregularidade fluvial, de estiagem mais severa e escoamento mais concentrado, no verão. (Rocha, 1998: 25-26)
Em termos pedológicos, a area insere-se numa mancha de complexo greso-argiloso e conglomerático dos planaltos, predominando os solos sem qualquer aptidão agrícola (classe D e E), de acordo com os parâmetros actuais. (Rocha, 1998)
O Castelo de Pavia encontra-se num esporão acentuado na margem esquerda da Ribeira de Têra, de encostas íngremes, numa área em que a ribeira se encontra bastante encaixado, o que revela preocupações de carácter defensivo, sendo uma potencial estrutura defensive (um muro de pedra cerca de um metro), encontrado por Vergílio Correia. (Correia, 1921: 12)
No interior do recinto, o autor identificou umas manchas de sedimento escuro de contorno semi-circular ou elíptico, onde estaria o material arqueológico, interpretando-o como vestígios de cabanas. (Correia, 1921: 13) As características do espólio recolhido por Vergílio Correia atestam uma ocupação do Calcolítico pleno, contudo existem alguns materiais (como bordos almendrados) que podem remeter para uma ocupação deste local já no Calcolítico inicial (neste caso, coexistindo com o povoado de Pavia, localizado a menos de um metro o que não deixa de ser estranho) ou, existir uma sobrevivência deste tipo de materiais até mais tarde. Em relação a este assunto, as opiniões existentes podem ser algo divergentes, e neste caso, de dificil clarificação dadas as condições do registo realizado. (Rocha, 1999; Andrade *et al*., 2016: 45)
O conjunto é assim, genericamente, constituído por elementos de mó, um vasto número de machados, grandes lâminas retocadas e pontas de seta de base côncava e de aletas de sílex, uma grande quantidade de pratos de bordo espessado, alguma cerâmica com decoração simbólica, muitas dezenas de elementos de tear, quer placas, quer crescentes, sendo estes o conjunto em estudo.
A metalurgia do cobre está atestada quer por artefactos metálicos e de um algaraviz de barro, indicando uma possível área de actividade metalúrgica, sendo a única que se conhece na área de Pavia. (Rocha, 1999; Andrade *et al*.,2016: 45)
Relativamente ao povoamento da Pré-história recente, esta é uma área de elevada concentração de monumentos megalíticos e de vestígios de habitat. Para além dos trabalhos realizados nos ínicios do séc. XX por Vergílio Correia (Correia, 1921), a área de Pavia teve outros trabalhos arqueológicos, como os de Irisalva Moita na década de 50 do séc. XX (Moita, 1956) e, mais recentemente os de Leonor Rocha que tem vindo a desenvolver projectos de investigação nesta região desde 1994, em torno do megalitismo, do povoamento e arte rupestre (Rocha, 1999, 2005).

3. PLACAS E CRESCENTES

Enquadramento ao estudo

Os componentes de tear – placas e crescentes – são presenças quase constantes nos contextos relacionados com as comunidades calcolíticas do Ocidente Peninsular, mesmo que, por vezes, encontradas em menor número, surgem tanto nas áreas habitat como em necrópoles.
Durante muito tempo, pelo menos até aos anos 70/80 estes materiais eram algo enigmáticos, sendo alvo de diversas interpretações.
De facto, no final do século XIX e inícios do século XX a referência aos pesos de tear surgia com relative frequência nas diversas publicações da especialidade, desde Estácio da Veiga (1889), Leite Vasconcellos (1916,1918 e 1929), Vergílio Correia

(1914,1921), e Afonso do Paço (1940,1953,1961), apresentando-se diversas interpretações para estes materiais. Os pré-historiadores não estavam totalmente de acordo, alguns consideravam-nos pesos de tear, outros elementos de fornos de fundição ou de aplicação indeterminada, também há época teriam uma área limitada – centro do país e sudoeste espanhol. (Paço: 1940)

Ainda, contrariamente às placas, o estudo dos pesos tipo crescentes era pouco aprofundado e pormenorizado, não sendo consensual para a maioria dos autores, Vergílio Correia era dos poucos autores que considerava os crescentes como peso de tear, a maioria considerava-os possíveis objectos de adornos ou elementos de fundição metalúrgica. (Costeira, 2012: 27)

Com o avançar do século, nomeadamente, nos últimos anos da década de 80 assistiu-se a uma mudança no estudo e análise dos components de tear – placas e crescentes – motivadas pelas análises morfotecnológicas que então marcavam a arqueologia portuguesa, passam a ser, assim, quantificados e contextualiza- dos quer espacialmente quer cronologicamente nos sítios encontrados, coisa que até então não acontecia. (Costeira, 2012: 27)

Os anos 90 do séc. XX, foram marcados pela tentativa de normalização do estudo dos componentes de tear, aparecendo as primeiras teses sobre o assunto, não só sobre o enquadramento espacial, como também as suas relações com as técnicas de tecelagem, ganharam um novo destaque. (Diniz, 1994; Gomes, 2003; Costeira, 2012: 27)

Apesar da denominação "peso de tear" continuar bastante intrínseca na comunidade académica, tende-se, cada vez mais, a procurar um nome mais abrangente à possível funcionalidade destes materiais para a tecelagem. Contudo encontrar testemunhos no registo arqueológico, em Portugal, que ajude a comprovar a tecelagem é uma problemática bem inscrita na arqueologia portuguesa que estuda os povoados calcolíticos e consequentemente as transformações do quotidiano no 3º milénio.

Os componentes de tear no castelo de Pavia

Com o estudo do conjunto do Castelo de Pavia pretende-se dar a conhecer os materiais e como se integram no panorama regional do 3º milénio a.n.e. Podemos considerar estas placas e crescentes como componentes de tear, isto é, artefactos imprescindíveis na tarefa de tecer, podendo desempenhar diversas funções no mecanismo e não unicamente como "peso de tear", designação ainda utilizada no vocabulário da comunidade académica.

A placa é um artefacto, normalmente, cerâmico podendo também existir em outras matérias-primas, como osso, pedra ou madeira, apesar de estes serem mal documentados na arqueografia portuguesa, devido às más condições inerentes ao nosso clima e solos. A placa pode ser rectangular ou quadrangular, com múltiplas perfurações. Os crescentes, também em cerâmica têm uma forma curva com alguma variabilidade na morfologia da secção (desde o circular até ao mais rectangular) e usualmente possuí 2 perfurações.

Utilizando e adaptando a ficha descritiva elaborada no âmbito do estudo dos Componentes de Tear no povoados de S. Pedro (Costeira 2010), descrevemos este conjunto, para que seja mais fácil comparações com outros conjuntos, tentando batalhar para uma normalização de conceitos e características, que se têm desenvolvido desde o início do século XXI.

Como tal esta ficha foi organizada em cinco partes:

I) Localização (número de inventário e local de depósito, visto que parte das peças encontram-se expostas no Núcleo Regional do Megalismo de Mora e as restantes no Museu Nacional de Arqueologia);
II) Morfologia;
III) Caracterização métrica;
IV) Perfurações e a sua caracterização métrica;
V) Análise tecnológica;

No que concerne às decorações, apesar de Vergílio Correia ter constantemente afirmado existirem algumas peças decoradas, até então só foi encontrada uma peça com possível decoração em espiga. Quanto aos vestígios de uso, a tentativa de observar o desgaste das perfurações era uma tarefa ambiciosa para o tempo e a dimensão do artigo e haveria que ter em conta quer os erros humanos (que poderia resultar do processo de fabrico das perfurações), que é observável em várias peças do conjunto, como também a possível reutilização de perfurações levando a um conjunto de vestígios que poderia conduzir a erros de interpretação. (Boaventura, 2001)

No Castelo de Pavia, encontraram-se um total de 114 componentes, estes constituídos por placas e crescentes, contudo é vísivel uma grande discrepância nos materiais aí encontrados, sendo maioritariamente placas, 101 peças, e apenas 13 crescentes.

É visível no conjunto uma grande conservação dos

materiais, estando integralmente mensuráveis 111 peças, sendo os crescentes que estão mais fragmentados, com 2 peças com topo e perfuração e 2 peças contendo unicamente o fragmento mesial (Gráfico 1). Relativamente às placas, estas caracterizam-se por apresentarem uma forma rectangular, podendo-se observar uma diversidade de variantes, sobretudo através dos contornos, que nos permitem definir diferentes tipos, que consecutivamente se organizam em diversas variantes segundo as características das arestas/cantos e número e localização das perfurações. (Costeira, 2013)

No conjunto de Pavia, das 101 placas podemos distinguir entre rectangular e quadrangular, entre estas têm algumas variantes:

– Placa rectangular de arestas vincadas/angulosas com cantos angulosos (P.I.1);
– Placa rectangular de arestas arredondadas com cantos arredondados (P.I.2);
– Placas ovaladas (P.II);
– Placas Hiperbolídes (P.III).

No Castelo de Pavia a variante predominante são as placas de arestas arredondadas e de cantos arredondados, com 44 peças, de seguindo-se as placas ovaladas, com 29 peças e as placas com menos expressão são as placas rectangulares de arestas vincadas e de cantos angulosos e as hiperbolóides, a primeira com 29 peças e a última com 5 peças. Esta têndencia é semelhante à registada no povoado de S.Pedro (Redondo), com 707 das placas tipo P.I.2, mas diferente do que ocorre no povoado do Pombal (Monforte), onde a tendência gira em torno das placas de arestas vincadas e angulosas com cantos angulosos. Esta variabilidade pode, não só estar modelação da peça, mas também á sua funcionalidade no mecanismo de tecer e eventualmente a factores tafonómicos que podem erodir as peças. (Boaventura, 2001; Costeira, 2012) (Gráfico 2).

Em relação às perfurações só existem 3 placas com 2 perfurações, sendo as restantes de 4 perfurações, estas, maioritariamente, junto as extremidades, sendo uma quantidade mínima as placas que têm as perfurações centradas. As placas com 2 perfurações têm as perfurações, também, junto às extremidades laterais.

Em termos métricos a variabilidade está presente nas diferentes formas, contudo não altera muito consoante o tipo, as placas rectangulares têm um comprimento entre 5-12 cm, largura entre os 2-8 cm e um espessamento entre os 0,8 e os 3 centímetros, com um peso que ronda entre os 15 e os 235 gramas, as placas ovaladas, também têm valores métricos similares às placas rectangulares, mas são um pouco mais robustas, mesmo que o comprimento seja entre 5-12 cm e a largura entre os 3 e os 7 cm, estas rondam, maioritariamente os números mais altos, com pesos entre os 20-220 gramas; as placas hiperbolóides, são um conjunto deficitário, com uma amostra de 5 placas, contudo estas têm traços também robustos, com um comprimento entre os 7-10 cm e uma largura entre os 3 e os 4 cm, pesando entre 70-95 gramas.

Relativamente às características métricas os valores são bastante similares com os registados em outros povoados do Alentejo, junto à margem esquerda do Guadiana, sendo bastante díspar com os valores da Beira Alta e Trás-os-Montes, é possível ver através da comparação na tabela abaixo com o sítio de Freixo Numão. (Costeira, 2012) Também é possível observar que o conjunto de componentes de Tear do Castelo de Pavia referente ao Índice de Espessamento e o Índice de Alongamento encontrasse entre as duas áreas regionais, Estremadura e Alentejo, com números diferentes de ambas as áreas, tendo uma variedade métrica de placas que não se enquadra directamente em nenhuma das áreas (Tabelas 1 e 2).

	Castelo de Pavia	S. Pedro	Pombal	Freixo Numão
Comprimento	5 – 12 cm	6 – 13 cm	5,1 – 10,3cm	11 – 13 cm
Largura	2 – 8 cm	1 – 6 cm	1,6 – 6 cm	6,4 – 9,2 cm
Espessura	0,8 – 3 cm	0,5 – 3,5 cm	1 – 2cm	2 – 4 cm
Peso	20 – 235 gr.	10 – 230 gr.	10 – 115 gr.	180 – 350 gr.

Tabela 1 – Tabela comparativa dos valores métricos em vários povoados do Alentejo e também na área das Beiras Altas.

	Castelo de Pavia	Pombal	Estremadura	Alentejo	Beiras Altas e Trás-os-montes
IA	70-85	33-53	80-250	28-51	140-200
IE	20-40	10-21	20-60	10-20	35-60

Tabela 2 – Tabela Comparativa dos Indices de Alongamento (IA) e nos Indices de Espessamento (IE) nas várias áreas regionais (Costeira, 2010).

Como se referiu anteriormente, os crescentes têm pouca expressão no sítio, tendo sido encontrados um total de 13 exemplares. Contudo, há que ter em conta a falta de metodologia à época e a recolha de artefactos inteiros poder ser preferida em relação á recolha de fragmentos. Se tomarmos em conta o facto dos crescentes serem mais fáceis de fracturar devido à sua morfologia ou pasta, o que está implícito em vários povoados onde a grande maioria das peças são fragmentos, é provável que este valor esteja subvalorizado no Castelo de Pavia.

Em termos gerais, dos crescentes recolhidos neste estão inteiros, ou já foram colados 10 peças, sendo as restantes 3 fragmentos, 2 de topo e 1 mesial. Relativamente à amostra, são maioritariamente sub-rectangulares, existindo unicamente 3 peças com secção circular.

O conjunto apresenta valores métricos balizados entre os 8,3 e os 10, 3 cm de comprimento, 1,3 e os 2,2 de largura, e 0,7 e 1,1 cm de espessamento, pesando entre as 20 e 30 gramas. Mais uma vez se verifica que estes valores se aproximam dos registados no povoado de S. Pedro (Redondo), e dos valores dos povoados da margem esquerda do Guadiana. (Costeira, 2012)

O número de perfurações é constante, isto é, duas perfurações, localizadas próximas das extremidades. Relativamente à tecnologia destes componentes (places e crescentes) são maioritariamente, fabricados com pastas compactas e semi-compactas, com uma grande quantidade de componentes não plásticos, desde feldspatos, aos quartzos, micas, biotites e hematites, tendo maior expressão elementos de médias e grandes dimensões. Com uma cozedura em grande parte oxidante, ainda que com algumas peças com cozedura redutora (35 peças), o seu tratamento de superfície é maioritariamente alisado, existindo ainda 27 peças polidas.Estas técnicas são prova que estes materiais são feitos com uma consistência e uma boa resistência, o que poderá ser um bom indicador do papel funcional destes elementos. (Boaventura, 2001) (Figuras 2 e 3).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os componentes de tear do Castelo de Pavia são mencionados em artigos da especialidade, desde o início do século XX. Este conjunto formal e tecnológico tem uma grande variabilidade, quer na morfologia dos materiais quer nas suas medidas, o que pode indiciar diversas funcionalidades inerentes ao mecanismo de tecer.

Com o estudo específico dos componentes de tear, tem-se procurado evoluir na investigação sobre a tecelagem e várias aproximações aos mecanismos de tecer, pois sem elementos físicos de tais mecanismos ou de produção destes componentes é de elevada dificuldade compreender a funcionalidade destes elementos.

Relativamente à quantidade de placas e à sua morfologia, as suas subvariantes, diversidade métrica o posicionamento das suas perfurações, tornam possível, em conjectura, a sua utilização para um tear de placas, proposto por Cardito Rolan, este propunha que as placas podiam servir para separar os fios da urdidura no tear e não só um peso, como grande parte dos investigadores ainda consideram tal hipótese. (Rollan, C., 1996: 130; Costeira, C., 2010)

Os teares de placas compõe-se por placas poligonais com número variável de perfurações, localizadas nas extremidades destas, tendo um suporte, provavelmente, diversificado desde troncos de árvores e postes, estacas cravadas no solo onde o fio da urdidura ficava presa. As placas sendo peças muito variadas têm de ser relativamente homogéneas, isto é, devem ser utilizadas placas similares na mesma série para que não haja distorções no tecido e garanta a operacionalidade do tear. (Costeira, 2010: 41)

O mecanismo baseia-se na alternância de uma série de fios da urdidura mediante a rotação das placas, o que permite o entrelaçamento para a produção do tecido. Os tecidos produzidos nestes teares deviam ser mais são alongados, sendo as restantes características determinadas pela quantidade e direcção da rotação, como também o número e localização das perfurações nas placas. (Idem, Ibidem)

Enquanto o tear de pesos, sendo o mais normalizado nos estudos sobre tecelagem. A urdidura é montada em posição vertical com a parte superior presa em diversos suportes e a interior preso a elementos que garantem a tensão com o seu peso, com esta estrutura é possível a produção de tecidos complexos, de grandes dimensões e decorados. (Idem, Ibidem)

Os componentes que exercem a função de peso podiam, por um lado, ser produzidos com medidas diversificadas e em número variável de perfurações em função da quantidade de fios utilizados. (Idem, Ibidem)

Relativamente às perfurações e a sua quantidade, à que ter em conta que as placas com 4 perfurações podem ser posicionadas horizontalmente, o que permitia uma melhor rentabilização dos componentes. (Boaventura, 2001) Contudo, há que ter em conta a necessidade de se possuírem séries normalizadas de placas para garantir a sua operatividade.

Relativamente, aos materiais que foram encontrados no Castelo de Pavia, a sua diversidade morfológica leva-nos a considerar a possibilidade de existirem diferentes tipos de teares (placas e crescentes) como também se deve de ter em conta o tear de pesos, pois uma possibilidade não invalida a outra.

Contudo, há que ter em conta, também, a normalização das séries, isto é, a necessidade de medidas e características homogéneas para o mecanismo operar de forma útil.

Devido à diversidade que se encontra no Castelo de Pavia, quer métrica quer de características morfológicas pode-se conjecturar a utilização de vários mecanismos de tear para a produção de tecido, consoante as necessidades que tinham.

Situando-se a área de Pavia ainda numa área de circulação, isto é, pode-se considerar um corredor de circulação entre a Estremadura (quer portuguesa, quer espanhola) e o Alentejo, que se situaria na zona da Charneca do Ribatejo, ou seja, ligava pelo Rio Sorraia, afluente do Rio Tejo, através da Ribeira de Têra à Serra d'Ossa e à area do Guadiana. Esta localização poderia colmatar a discrepância de componentes de tear que encontramos entre os povoados da Estremadura e a abundância que existe nos povoados alentejanos, podendo traduzir-se então em trocas comerciais, necessitando estes povoados alentejanos de uma produção especializada. (Costeira, 2010)

Relativamente aos crescentes, é de maior dificuldade conjecturar a sua funcionalidade devido à sua amostra ser bastante deficitária. Estes têm uma morfologia peculiar, Sérgio Gomes sugere que em termos métricos quer dos crescentes quer das suas perfurações estes assemelham-se as placas rectangulares. (Gomes, 2003: 117)

Colocando como hipótese, tal como Rui Boaventura, a possibilidade de um tear com pesos em forma de crescente, apresentam uma morfologia que dá continuidade às técnicas dos teares com placas de 2 perfurações sendo estes mais adequados à sua utilização em teares verticais de pesos. Colocados perpendicularmente à trave que segura a urdidura permite uma maior aproximação entre os fios e consequentemente um tecido mais resistente. (Gomes, 2013)

Existindo a hipótese de coexistir em várias técnicas de tecer, visto os crescentes terem uma similitude morfológica com as placas rectangulares de 2 perfurações, remetendo para uma forte associação entre si. No Castelo de Pavia, quer os crescentes quer as placas rectangulares de duas perfurações são minoritárias no conjunto do sítio, sendo difícil associa-los a um mecanismo de tecer, sendo necessário, ter em atenção, da possibilidade, de como se referiu anteriormente, as peças recolhidas serem uma percentagem do total existente.

Relativamente ao enquadramento cultural dos componentes de tear, numa macro escala seriam separados entre o Norte e Centro com placas robustas, enquanto a Sul (Alentejo e Algarve) teriam características mais delicadas, ocorrendo dois grandes grupos, as placas e os crescentes.

Em termos gerais, parece ser possível dividir o actual território português em áreas regionais, com características diversificadas, o que pode advir de necessidades especificas, quer ao nível da matéria-prima, climática ou mesmo a distintas tradições de tecelagem. (Costeira, 2010)

Existe então o Norte litoral com as áreas de Trás-os-Montes e Beiras Altas, onde existem placas, rectangulares e ovaladas, com características métricas muito robustas, 2 a 4 perfurações localizadas em zonas diversificadas, tal é possível observar com o estudo do Castro de Santiago, Fornos de Algodres e raros crescentes. (Valera, 1997; Costeira, 2012)

Na área da Estremadura a forma de componente de tear mais expressiva é a placa, rectangulares, quadrangulares ou ovaladas, com medidas mais curtas, menos espessas e mas curtas, relativamente ao que se observa no Norte, e onde os crescentes continuam a ser realidades circunscritas. (Diniz, 1994; Branco, 2007; Costeira, 2012)

No Alentejo é característico os crescentes e as placas, aparecendo em abundância nos povoados, algo que não acontece, com a mesma expressividade nos povoados Estremadura. Nesta área encontra-se uma grande variedade de formas, sendo estas mais leves, menos espessas e mais curtas do que se encontra quer a Norte, quer na Estremadura, o que atesta também, uma maior component da pastorícia nesta área. Apesar do Castelo de Pavia, se encontrar localizado no Alentejo Central apresenta características métricas que não se enquadram nem Estremadura, nem no Alentejo, parecendo ser, uma área de confluência destas duas áreas, um ponto de ligação entre estes dois territorios, tão distintos em alguns componentes no 3ª milénio a.n.e.

Por último, temos a região do Algarve, caracterizada pela quantidade de crescentes e a inexistência de places. No entanto, na Andaluzia existem casos de placas associadas a crescentes, o que ainda não foi encontrado na região Algarvia. (Costeira, 2012; Gonçalves, 1989)

A imagem que, no estado actual dos nosso conhecimentos existe do Ocidente Peninsular, relativamente à dispersão dos componentes de tear, permite supor a existência de especificidades regionais com diferentes técnicas de tecelagem, associados a diferentes estilos e tradições culturais que podem circular, como as cerâmicas ou os materiais de prestígio ao longo das regiões.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Marco; COSTEIRA, Catarina; MATALOTO, Rui (2016) – Placas de Xisto Gravadas em Contexto de Povoado o caso do Castelo de Pavia (Mora). *Almadan*. Série II (tomo 20), pp. 43-53.

ARNAUD, José Morais; GONÇALVES, João Ludgero (1995) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja) – balanço de meio século de investigação. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 2, pp. 11-40.

BOAVENTURA, Rui (2001) – O sítio calcolítico do Pombal (Monforte): Uma recuperação possível de velhos e novos dados. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia. (*Trabalhos de Arqueologia*, 20).

BRANCO, Maria Gertrudes (2007) – A Pedra de Ouro (Alenquer): uma leitura actual da colecção Hipólito Cabaço. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia. (*Trabalhos de Arqueologia*, 49).

DINIZ, Mariana (1994) – Pesos de tear e tecelagem no calcolítico em Portuga. In Trabalhos de Antropologia e etnologia. Porto. *Actas do Primeiro Congresso de Arqueologia Peninsular* 34: 3-4, pp. 133-149.

CARDITO RÓLLAN, Luz M. (1996) – Las manufacturas textiles en la prehistoria: Las placas de telar en el Calcolítico Peninsular. *Zephyrus*. Salamanca. 49, pp. 125-145.

CORREIA, Virgilio (1914) – Os pesos de Tear. *Revista a Águia – Órgão da Renascença Portuguesa.* Porto. Série 2,6, pp. 176-181.

CORREIA, Virgilio (1921) – El Neolitico de Pavia (Alentejo, Portugal). Madrid. Comisión de Investigaciones Paleontológias e Préhistóricas (*Memorias* 27), pp. 22-24.

COSTEIRA, Catarina (2010) – *Os Componentes de Tear do Povoado de S. Pedro (Redondo, Alentejo Central), 3º Milénio a.n.e.,* Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

COSTEIRA, Catarina (2012) – Placas e crescentes – Análise de um conjunto de componentes de tear do sítio arqueológico de S. Pedro (Redondo), 3º milénio a.n.e. *Arqueologia e História*, pp. 23-37.

COSTEIRA, Catarina (2013a) – Os Componentes de tear do sítio arqueológico Alto de Briches 3 (Serpa, Baixo Alentejo). *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. pp. 596-624.

COSTEIRA, Catarina; MATALOTO, Rui (2013b) – Os componentes de tear do povoado de S. Pedro (Redondo, Alentejo Central). *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular,* pp. 623-667.

GOMES, Sérgio (2003) – *Contributos para o estudo dos "pesos de Tear" de castelo Velho de Freixo Numão (Vila Nova de Foz Côa): Exercícios de interpretação do registo arqueológico.* Porto. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Edição policopiada).

GOMES, Sérgio (2013) –"Tecelageme Pesca: os pesos". In Valera, A.C. (org.) – *As comunidades agro pastoria na margem esquerda do Guadiana (2ª metade do IV aos finais do II milénio AC)*. EDIA. Colecção Memórias d´Odiana, pp. 109-126.

GONÇALVES, Victor (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental: Uma aproximação integrada*. Lisboa: UNIARQ; INIC., 2 vols.

GONÇALVES, Victor (2003) – *Sítios, «Horizontes» e Artefactos: leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais: Câmara Municipal.

MOITA, Irisalva. (1956) – Subsídios para o estudo do Eneolítico do Alto Alentejo. *O Arqueólogo Português*. III. Lisboa, pp. 135-176.

PAÇO, Afonso (1940) – Placas de Barro de Vila Nova de S. Pedro. *Congresso do Mundo Português. Vol.I / Memórias e comunicações apresentadas ao congresso de Pré e Proto-História,* Lisboa, pp. 236-249.

ROCHA, Leonor (1998) – *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da pré-história Regional.* Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ROCHA, Leonor (2005) – *As origens do megalismo funerário no Alentejo Central: a constribuição de Manuel Heleno.* Tese de doutoramento policopiada. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

VALERA, António (1997) – O castro de Santiago (Fornos de Algodres – Guarda). Aspectos da calcolitização da bacia do Alto Mondego. Lisboa: Câmara Municipal de Fornos de Algodres. (*Textos Monográficos* 1).

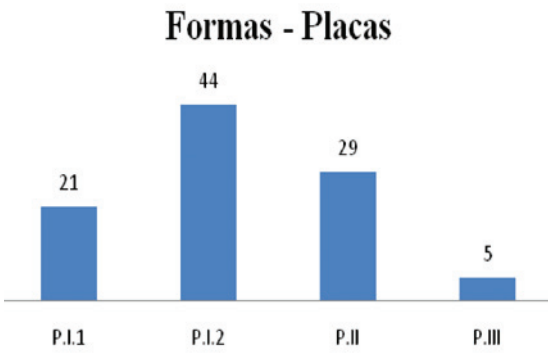


Gráfico 1 – Gráfico que ilustra a discrepância dos componentes e o respectivo estado.

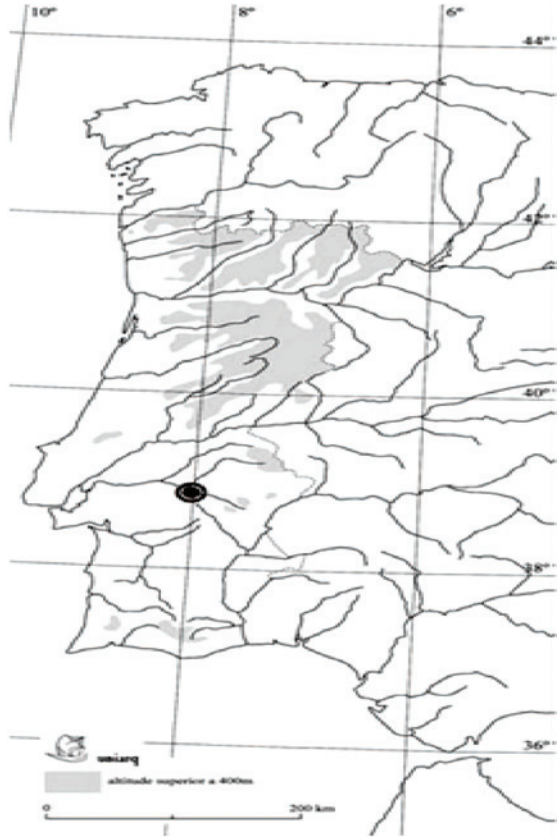


Figura 1 – Localização do Castelo de Pavia, no Ocidente Peninsular. (ANDRADE, M.; MATALOTO, R.; COSTEIRA, C. 2016 p. 44).

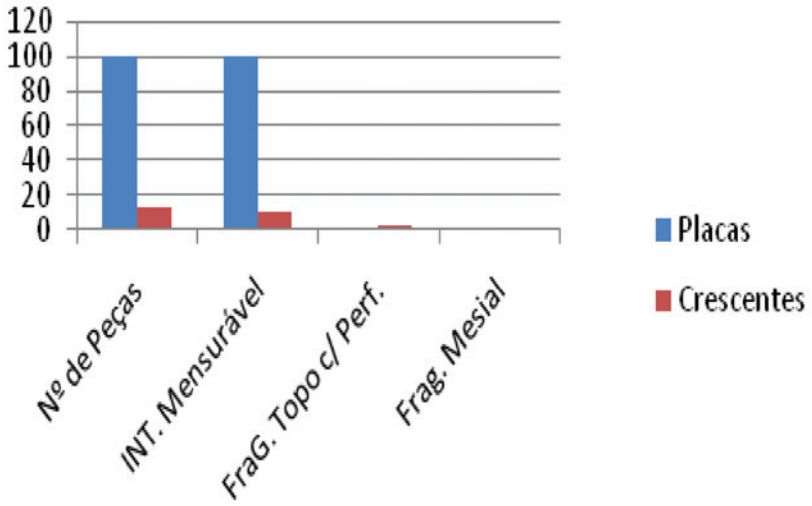


Gráfico 2 – Variantes de formas dos componentes Placa encontradas no Castelo de Pavia.



Figura 2 – Crescente sub-rectangular, com cozedura oxidante, erodido devido a processos tafonómicos. (Fotografada no MNA).



Figura 3 – Placa rectangular com cozedura redutora, e bastantes componentes não plásticos de média e grande dimensão. (Fotografada no MNA).

REFLEXÃO ACERCA DOS COSSOIROS E DA FIAÇÃO NOS CONTEXTOS CALCOLÍTICOS DO SUDOESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA, PARTINDO DO SÍTIO DE SÃO PEDRO (REDONDO)

Catarina Costeira[1]

RESUMO

A crescente visibilidade arqueológica da tecelagem, nos contextos calcolíticos da Península Ibérica, assenta principalmente no estudo dos componentes de tear elaborados em cerâmica. Contudo, a investigação de outras etapas e materiais associados à cadeia operatória desta actividade continua a ser diminuta.

Neste trabalho pretendemos reflectir sobre as características morfológicas e tecnológicas dos cossoiros calcolíticos, procurando avaliar a sua adequação funcional à fiação. Esta análise tem como estudo de caso o conjunto de cossoiros identificado nas várias fases de ocupação do sítio de São Pedro (Redondo, Alentejo Central). Esperamos demonstrar o potencial tecnológico, económico, social e cultural da utilização de cossoiros, reforçando a importância do seu estudo para a reconstrução dos quotidianos das comunidades peninsulares no 3º milénio a.n.e.

Palavras-chave: Cossoiro, Fiação, Tecelagem, Calcolítico.

ABSTRACT

The archaeological visibility of weaving in the Chalcolithic sites of the Iberian Peninsula is growing, mainly based on the study of loom weights. However, the research of other steps and artefacts connected with the weaving process remains slight.

In this paper we intend to reflect about morphological and technological features of spindle whorls, looking for access its functionality. In this analysis we used as a case study the set of spindle whorls collected in the different phases of São Pedro archaeological settlement (Redondo, Alentejo Central). We expect to demonstrate the technological, economic, social and cultural availability of the use of spindle whorls, reinforcing the importance of their study for the reconstruction of the daily life of the peninsular communities in the third millennium BC.

Keywords: Spindle whorls, Spinning, Weaving.

1. A PRESENÇA DE COSSOIROS NO NEOLÍTICO E CALCOLÍTICO – UMA QUESTÃO PROBLEMÁTICA

As peças arqueologicamente designadas por cossoiros são elaboradas em matérias-primas diversificadas, como cerâmica, pedra ou osso, apresentam morfologias tendencialmente circulares e uma perfuração central. Em termos funcionais, o cossoiro seria colocado numa das extremidades do fuso, para que com a sua secção horizontal circular o equilibrasse e imprimisse velocidade ao seu movimento giratório, permitindo assim a obtenção de um fio uniforme, resistente e fino (Castro Curel, 1980, p.127; Alfaro Giner, 1984, p. 74; Médard, 2003).

A identificação de cossoiros em cronologias anteriores à Idade do Bronze, não é unânime na comunidade arqueológica, tendo sido avançadas várias propostas

1. Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; catarinacosteira@gmail.com

alternativas, nomeadamente de que seriam peças de jogo (Erikh-Rose e Garfinkel, 2002), pesos de tear (Médard, 2003, Grömer, 2005), pesos de rede, artefactos de adorno, como contas de colar ou botões (Marañón, 1935, p. 436; Liu 1978), artefactos simbólicos ou votivos (Tsuneki 1998; Silva e Oliveira, 1999), entre outras possibilidades (Gibbs, 2008).

Contudo, nas últimas décadas, a identificação de vários conjuntos expressivos de peças cerâmicas circulares perfuradas em contextos neolíticos da Europa Central (Médard, 2003, 2006, 2012; Martial, *et al.*, 2013; Grömer, 2005), associadas a outros artefactos e vestígios de tecelagem, bem como o desenvolvimento da investigação dos métodos de fiação, com recurso a equipas pluridisciplinares e trabalhos experimentais, têm permitido consolidar a sua interpretação como cossoiros e recuar cronologicamente a fiação com fuso para cronologias pré-históricas.

Em Portugal, a referência à presença de cossoiros em contextos calcolíticos regista-se na bibliografia arqueológica, desde as primeiras décadas do século XX, surgindo associados aos componentes de tear (Pereira, 1915; Paço e Jalhay, 1942, Paço, *et al.*, 1956, Paço e Ventura, 1961) e considerados uma evidência da prática de fiação com fuso. Todavia, a reduzida expressão numérica destes artefactos na maioria dos contextos, quando comparados com os componentes de tear, tornou-os peças secundárias e demasiado silenciosas, sendo pouco problematizada a sua funcionalidade ou assumida a sua relevância para a análise das transformações tecnológicas, económicas e sociais calcolíticas.

Com efeito, no final do século XX somente os trabalhos das autoras espanholas Zaida Castro Curel (1980) e Carmen Alfaro Giner (1984) procuraram inventariar e descrever os cossoiros pré-históricos peninsulares, comparando-os com outras áreas europeias e mediterrânicas, apesar dos acentuados vazios quantitativos e descritivos.

A crescente importância que os componentes de tear conquistaram na investigação arqueológica portuguesa, a partir dos anos oitenta do século XX (Costeira, 2012; Costeira e Mataloto, 2013), não foi acompanhada pelo incremento do interesse no estudo dos cossoiros, continuando a ser pontualmente referidos nos inventários de alguns sítios arqueológicos, mas não figurando nos trabalhos académicos dedicados aos vestígios de tecelagem pré-histórica (Gomes, 2003; Costeira, 2010; Pereira, 2010). Este silêncio poderá explicar-se não só pela reduzida presença de cossoiros em muitos destes contextos, mas também pela falta de consciência da importância da fiação com fuso para a intensificação da tecelagem.

Neste trabalho centramo-nos no conjunto de cossoiros identificado no sítio de São Pedro realizando a sua análise morfo-tecnológica e funcional e a sua contextualização espacial e cronológica. Para reflectir sobre as possibilidades funcionais destes artefactos recorremos a diversos paralelos europeus. Contudo, este exercício não exclui a possibilidade de eventuais especificidades ibéricas nos cossoiros e processos de fiação pré-histórica, como se regista nas características morfológicas e métricas dos componentes de tear. De facto, consideramos fundamental alargar as perspectivas analíticas e bibliográficas destes materiais, procurando assim valorizar o estudo dos cossoiros e da fiação paralelamente ao dos componentes de tear e da tecelagem nos contextos do Neolítico final e Calcolítico do Sudoeste da Península Ibérica.

2. BREVE APRESENTAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO PEDRO

O sítio arqueológico de São Pedro localiza-se na freguesia e concelho de Redondo, no distrito de Évora, Alentejo Central, implantando-se no topo de uma elevação destacada, na planície a Sul da Serra d'Ossa. A sua fisiografia concede-lhe um amplo domínio visual sobre todo o território, especialmente para Sul e Oeste (Mataloto, 2010).

Entre 2004 e 2009 desenrolou-se um amplo projecto de Arqueologia de Salvamento, motivado pela construção de uma estrutura viária, que implicou a destruição de grande parte do sítio (Figura 1).

Os vestígios estruturais e artefactuais recuperados no sítio de São Pedro resultaram das vivências quotidianas de dinâmicas e diversificadas ocupações pré-históricas, que se terão desenrolado entre o final do 4º milénio e grande parte do 3º milénio a.n.e. Estas ocupações organizam-se em cinco grandes momentos, dois dos quais caracterizados pela presença de estruturas de fortificação (Mataloto, *et al.*, 2007; Mataloto, 2010; Mataloto, *et al.*, 2015; Mataloto, *et al.*, no prelo).

A forte dinâmica de construção, uso e desmantelamento das fortificações do São Pedro determinou todo o processo de formação da realidade estratigráfica, impondo a raridade dos contextos primários de rejeição. Este dinamismo condicionou profun-

damente a conservação do conjunto material que, submetido a intensas remobilizações, se apresenta largamente fragmentado e parcelar.

3. OS COSSOIROS DO SÍTIO DE SÃO PEDRO

No sítio de São Pedro identificámos 25 peças em cerâmica, que apresentam características morfológicas e métricas, que se adequam à sua utilização como cossoiros. Estes artefactos apresentam diversos estados de conservação, registando-se 24% de peças inteiras ou integralmente reconstituíveis, 68% de fragmentos com vestígios de perfuração e apenas 8% de fragmentos de extremidades. A elevada percentagem de peças fragmentadas torna complexo o cálculo do número mínimo de cossoiros, dificultando as análises morfológicas e métricas na maioria dos exemplares, principalmente no que se refere ao registo do peso e do diâmetro total.

No estudo destas peças analisámos as características morfológicas da secção e das faces, os atributos métricos, nomeadamente o diâmetro máximo, a espessura, comprimento, diâmetro da perfuração, distância da perfuração às extremidades (cm) e o peso (g), as características das pastas, cozedura e tratamento de superfície, a presença de decorações e de vestígios de utilização.

Na caracterização morfo-tipológica dos cossoiros seguimos as propostas de Castro Curel (1989, p. 138), Médard (2003, p. 386; 2006) e Pereira (2013, p. 688), tendo como critérios principais a morfologia geral da peça, a forma da secção e a localização da perfuração. Os cossoiros deste conjunto organizam-se em quatro tipos principais: A – esférico, B – cilíndrico, C – discóide, D – Bitroncocónico simétrico (Figura 2).

Em termos quantitativos, os cossoiros discóides e cilíndricos correspondem aos tipos mais expressivos, representando 40% e 28% do conjunto, respectivamente. Os cossoiros esféricos e bitroncocónicos simétricos representam 16% e 8% do conjunto. Esta tendência morfológica é igualmente registada no sítio neolítico suíço de Arbon-Bleiche 3 (Médard, 2003, p. 385-386).

As faces dos cossoiros de tipo cilíndrico e discóide são tendencialmente aplanadas, enquanto as faces dos cossoiros esféricos e bitroncocónicos são convexas.

Apesar da acentuada variabilidade métrica dos vários tipos de cossoiros, os diâmetros máximos variam tendencialmente entre 4,3 – 6,5 cm, as espessuras entre 1,5 – 5,2 cm e o peso entre 34 – 134 g. As perfurações dos cossoiros localizam-se tendencialmente no centro da peça, apresentando uma morfologia cilíndrica e diâmetros que oscilam entre 1,1 – 2,8 cm (Figura 3).

No que concerne ao diâmetro máximo, os cossoiros do sítio de São Pedro apresentam valores semelhantes aos de outros contextos peninsulares como Cabeço da Mina (Silva e Soares, 1976/77), Vila Nova de São Pedro (Paço e Jalhay, 1942, Paço, 1958; Arnaud, *et al.*, 2005), Castillejos (Navarrete, 1976), Cerro de la Virgen (Schule, Pellicer, 1966), Muño Galindo (López Plaza, 1974, fig. 11 e 18) ou Polideportivo de Martos (Lizcano, 1999). Apesar de não termos dados peninsulares comparativos para o peso, os valores registados nos artefactos do sítio de São Pedro enquadram-se nos valores máximos referidos para os cossoiros de contextos neolíticos e calcolíticos da Europa Central e do Mediterrâneo Oriental (Barber, 1991, p. 52; Grömer, 2005; Frangipane, *et al.*, 2009) (Figura 4).

Os cossoiros apresentam pastas de matriz granítica, o que permite presumir a origem local das argilas utilizadas, textura tendencialmente homogénea, consistência compacta ou semi-compacta, com frequentes componentes não plásticos de pequena, média e grande dimensão. No que se refere ao tratamento de superfície, 52% dos cossoiros apresentam superfícies alisadas e 48% têm as superfícies rugosas. As perfurações dos cossoiros seriam realizadas antes da cozedura, sendo visível em algumas peças um rebordo ao seu redor, mas que na maioria dos casos era regularizado pelo alisamento das superfícies.

A cozedura dos cossoiros era predominantemente processada em ambientes oxidantes (72%), dos quais 12% registam uma diminuição de oxigénio durante o arrefecimento. 24% dos cossoiros eram cozidos em ambientes redutores, registando-se um aumento de oxigénio durante o arrefecimento. Os cossoiros do Cabeço da Mina também foram cozidos em ambientes oxidantes, apresentando pastas de coloração castanha, avermelhada (Silva e Soares, 1976/77, p. 203) (Figura 5).

No conjunto de cossoiros em análise e à semelhança da maioria dos sítios citados não se identificaram decorações. No entanto, há referências a decorações incisas ou impressas, de motivos circulares ou radiais nas faces principais dos cossoiros de alguns contextos calcolíticos peninsulares, como Vila Nova de São Pedro (Arnaud, *et al.*, 2005, p. 208) ou

Los Itueros, no Valle Amblés (Fabián García, 2006, fig. 92). Estas decorações tendem a ser associadas à actividade de fiação e/ou à matéria-prima (linho, lã) utilizada.
Em termos globais, o processo tecnológico de produção de cossoiros apresenta características semelhantes às restantes produções cerâmicas do sítio (Costeira e Mataloto, 2013; Costeira, *et al*., 2013). As operações de modelagem, perfuração e acabamento reflectem gestos rápidos e repetitivos, o que associado à ausência de decoração evidencia a sua produção expedita e local.

4. CONTEXTO E FASEAMENTO DOS COSSOIROS DO SÍTIO DE SÃO PEDRO

Os cossoiros identificam-se tendencialmente fragmentados e isolados, em depósitos heterogéneos localizados nos vários sectores de escavação. A observação do gráfico da figura 7 permite constatar que a presença de cossoiros é muito frequente nos sectores D (40%) e B (24%), diminuta nos sectores A (16%) e F (8%) e ausente nos sectores C e E. Os contextos de proveniência dos cossoiros são, assim, maioritariamente de abandono e rejeição (Figura 6).
Contudo, se relacionarmos as unidades estratigráficas de proveniência dos cossoiros com as dos componentes de tear, verificamos que algumas coincidem. Estes dados permitem colocar a hipótese da associação espacial entre a fiação e a tecelagem em algumas das áreas do povoado (nomeadamente no sector D), mas são insuficientes para a definição de áreas especializadas. De facto, o carácter móvel da fiação e a possibilidade de ser realizada em simultâneo com outras tarefas, tornam-na uma actividade ubíqua e quotidiana (Médard, 2012; Bender Jørgensen, 2012, p. 129) (Figura 7).
A análise do faseamento das unidades estratigráficas de proveniência de cossoiros permite esboçar uma primeira imagem da distribuição destes artefactos ao longo da diacronia de ocupação do sítio de São Pedro. Com efeito, os cossoiros identificam-se desde as primeiras fases de ocupação (I/II), mas a sua expressão quantitativa torna-se mais eloquente na fase IV (48%). Os vários tipos de cossoiros surgem nas diferentes fases de ocupação, não se conseguindo descortinar possíveis alterações morfológicas ou métricas ao longo da diacronia, situação semelhante ao verificado noutros contextos pré-históricos europeus como o sítio de Arbon – Bleiche 3 (Médard, 2003, p. 386). No entanto, ao estudar os cossoiros de outros sítios lacustres suíços, Fabienne Médard regista algumas tendências de transformação morfológica e métrica ao longo do tempo, nomeadamente no Neolítico final, com o surgimento de peças mais pequenas e leves, que permitem rotações mais rápidas, e consequentemente alterações nas técnicas de fiação e tecelagem (Médard, 2006, p. 278).
A distribuição espacial e cronológica dos cossoiros permite sugerir que a fiação com fuso seria praticada nas várias fases de ocupação do sítio de São Pedro, não se identificando áreas específicas para a sua realização, mas por vezes surgindo associadas à presença de componentes de tear. O aumento da expressão quantitativa dos cossoiros na fase IV sugere um maior destaque desta actividade, que poderia assim acompanhar as transformações registadas na tecelagem, principalmente no que se referia à morfologia dos componentes de tear (Costeira e Mataloto, 2013).

5. A FUNCIONALIDADE DOS COSSOIROS

As fibras vegetais e animais utilizadas na tecelagem são naturalmente curtas e pouco resistentes, necessitando por isso de um processo de tratamento prévio, que culmina com a união de várias fibras através de um movimento continuado de rotação sobre si mesmas (Alfaro Giner, 1984, p. 71). Os atributos de um fio, em termos de dimensão, elasticidade, dureza e resistência dependem das características naturais das fibras, mas principalmente do processo de fiação. Assim, a fiação tornou-se uma actividade essencial para a elaboração de fios, podendo executar-se com os dedos, as palmas das mãos e as coxas (Alfaro Giner, 1984, p. 72; Barber, 1991; Tiedemann, Jakes, 2006), ou com instrumentos (fuso) que permitem a torção mais eficaz das fibras. O fuso é constituído por duas peças: uma vara curta, elaborada em materiais duros e resistentes (como a madeira, o osso ou o metal) e um volante (cossoiro), tendencialmente de morfologia circular ou globular, colocada na parte inferior da vara, que com o seu peso garante o equilíbrio e favorece o movimento giratório. O fuso pode ser utilizado suspenso, ou apoiado numa superfície lisa e resistente (solo, recipiente cerâmico), o que condiciona o movimento rotacional do cossoiro e os momentos de inércia (Grömer, 2005, p. 109).
A utilização do fuso permite aumentar a velocidade da fiação, diminuindo o número de movimentos re-

alizados com a mão, ampliar a quantidade de fibras utilizadas e impedir a sua distorção, obtendo-se um fio mais uniforme, resistente e com diferentes tipos de espessura (Castro Curel, 1980, p. 127; Barber, 1991; Médard, 2003, Tiedemann e Jakes, 2006). Os fios elaborados poderiam ser simples ou duplos e apresentar uma torsão para a direita (em "S"), ou para a esquerda (em "Z"), como a que se identifica nos fios de linho do tecido da necrópole de Belle France (Soares e Ribeiro, 2003), de acordo com o sentido de rotação do fuso (Alfaro Giner, 1984, p.81). Tendencialmente as comunidades seleccionam uma das direcções de torsão dos fios como norma, atribuindo-lhe um carácter simbólico. No caso dos contextos pré-históricos europeus, incluindo a Península Ibérica, a torsão para a esquerda (Z) é predominante (Alfaro Giner, 1984, p. 82; Bender Jørgensen, 2012, p. 128). Para alguns autores a mudança da orientação dos fios na fiação poderá reflectir profundas transformações simbólicas e cosmogónicas da comunidade (Bender Jørgensen, 2012).

Os atributos métricos dos cossoiros, no que concerne ao diâmetro máximo e ao peso, podiam estar associados às particularidades naturais das fibras (espessura, elasticidade), à técnica de fiação utilizada e/ou às características que se pretendia que o fio adquirisse. Assim, os cossoiros mais robustos poderiam estar preferencialmente associados a fibras vegetais, como o linho (Barber, 1991; Frangipane, *et al.*, 2009), ou à elaboração de cordoaria e fios de baixa torsão, mais espessos (0,7 – 2,0 mm), enquanto os cossoiros mais leves e pequenos estariam associados a fibras vegetais e animais, principalmente à lã, ou à obtenção de fios finos (0,3 mm) (Médard, 2003; Chmielewski, Gardynski, 2010; Grömer, 2005, p. 110-111; Gibbs, 2006). Os cossoiros com morfologias discóides permitem atingir maior velocidade e rapidez na fiação do que os cossoiros esféricos e cilíndricos (Grömer, 2005).

A presença de cossoiros documenta-se ao longo do Mediterrâneo e na Europa Central desde o Neolítico (Castro Curel, 1980, p. 129; Alfaro Giner, 1984, p. 72; Médard, 2003; Grömer, 2005). Estas peças eram elaboradas preferencialmente em cerâmica, apresentando morfologias discóides, esféricas, cilíndricas e bitroncocónicas e dimensões diversificadas, algumas das quais mais robustas do que os cossoiros de cronologias posteriores (Idade do Bronze e Idade do Ferro).

De facto, as dimensões acentuadas apresentadas por alguns cossoiros do Neolítico e Calcolítico constituíam um óbice à sua interpretação funcional, levando muitos arqueológos a discordar da sua associação à fiação, colocando-os nas categorias de pesos de tear ou pesos de rede. Contudo, o desenvolvimento de trabalhos no âmbito da arqueologia experimental com base em contextos da Europa Central (Grömer, 2005), permitiram demonstrar a aplicabilidade dos cossoiros pré-históricos à fiação, ainda que não se recuse totalmente a possibilidade de algumas destas peças terem sido utilizadas como pesos de tear.

No caso concreto da Península Ibérica escasseiam as análises morfológicas e métricas aos cossoiros do Neolítico final e Calcolítico, o que torna muito complexa a sua interpretação funcional.

No estudo do sítio de São Pedro, as peças que enquadramos na categoria de cossoiros distinguem-se completamente em termos morfológicos, métricos e quantitativos do amplo conjunto de componentes de tear identificado (Costeira, 2010). Esta diversidade morfológica e principalmente métrica levou-nos a considerar pouco plausível a sua interpretação como pesos de tear. A possibilidade destes artefactos terem sido utilizados como pesos de rede também nos parece problemática, devido ao carácter marcadamente sazonal das linhas de água localizadas na área envolvente do sítio de São Pedro (Mataloto, 2010) e à ausência de outros elementos relacionados com a exploração de recursos fluviais. Neste sentido, a interpretação das 25 peças de cerâmica com perfuração central como cossoiros parece-nos a mais ajustada, permitindo igualmente reforçar a relevância da produção de tecidos nas várias fases de ocupação deste sítio.

Na tentativa de uma aproximação à funcionalidade destas peças, procurámos indícios de utilização nas suas superfícies e perfuração. A análise macroscópica realizada, que exige maior fundamentação no futuro, permitiu constatar que a perfuração de alguns cossoiros como [2412] 90, [2563] 27, [2456] 31 ou [0] 821 apresentava vestígios de desgaste.

Com o objectivo de aprofundar a reflexão sobre a funcionalidade dos cossoiros do sítio de São Pedro procedemos à confrontação das suas características morfológicas e métricas com peças peninsulares de cronologias mais recentes (Castro Curel, 1980, Alfaro Giner, 1984, Pereira, 2013), com peças analisadas em estudos etnográficos (Tiedemann e Jakes, 2006), ou construídas com recurso à arqueologia experimental com base em protótipos da Europa Central

(Grömer, 2005, Chmielewski e Gardynski, 2010; Martesson, *et al*., 2006) e do Mediterrâneo Oriental (Gibbs, 2006).

Os cossoiros do sítio de São Pedro apresentam uma diversidade morfológica compatível com o registado noutros contextos geográficos europeus e mediterrânicos em cronologias do Neolítico final / Calcolítico (Médard, 2003, Grömer, 2005), ou na Península Ibérica em cronologias mais recentes (Castro Curel, 1980, Pereira, 2013), o que em nosso entender constitui um importante argumento para a associação destas peças à funcionalidade proposta.

As características métricas dos cossoiros do sítio de São Pedro, principalmente no que se refere ao diâmetro máximo e ao peso são diversificadas. Assim, registam-se peças que se aproximam dos valores médios de referência para os cossoiros de cronologias mais recentes (Gromer, 2005; Pereira, 2013) e peças que apresentam valores mais robustos, relacionando-se com os conjuntos integrados cronologicamente no Neolítico final / Calcolítico (Médard, 2003, Gromer, 2005).

Os trabalhos experimentais de fiação realizados por Karina Gromer (2005) com os cossoiros provenientes dos sítios austríacos de Krems / Hundssteig e Meidling / Kl. Anzingerberg integrados no Neolítico Final (cerca de 3000 a.n.e.) demonstraram que era possível montar fusos com todas as peças identificadas, mesmo as mais robustas (com peso máximo de 259 g) e fiar fibras de linho e de lã. As diferenças métricas dos cossoiros condicionavam a espessura do fio produzido, mas o seu desempenho variava de acordo com a técnica de fiação, sendo mais optimizado quando apoiado numa superfície lisa e resistente. De acordo com os resultados deste estudo os cossoiros mais pesados utilizados num fuso suspenso poderiam fiar fibras de linho e de lã grossas (espessura entre 0,7 – 2,0 mm), mas se fossem utilizados num fuso apoiado, poderiam também fiar fibras finas (espessura entre 0,3 – 0,5 mm), uma vez que se anulava a força da gravidade, diminuído o risco de partir os fios (Grömer, 2005, p. 110). Os cossoiros mais pesados estariam mais aptos para produzir fios espessos (0,8 – 1,5 mm), que não exigiriam muitos movimentos rápidos de rotação. Os cossoiros mais leves, com cerca de 30 - 40 g, poderiam ser utilizados para fiar fibras de linho e de lã, permitindo obter fios com maior diversidade de espessuras (Grömer, 2005, p. 111).

As características métricas dos cossoiros do sítio de São Pedro aproximam-se dos valores referidos por Karina Grömer para os contextos pré-históricos austríacos utilizados no estudo experimental, o que permite reforçar a sua associação à fiação. Com efeito, os cossoiros [877] 1, [3008] 29, [1358] 25, [2412] 90 e [2563] 27 com pesos superiores a 100 g, poderiam ser utilizados preferencialmente para produzir fios espessos, enquanto os cossoiros [0] 821 e [2396] 8, com pesos inferiores a 40 g estariam aptos a elaborar fios com espessuras mais diversificadas. A variabilidade métrica dos cossoiros sugere a disponibilidade de diferentes tipos de fios para a tecelagem, o que poderá relacionar-se com a diversidade métrica registada nos componentes de tear.

As peças circulares com perfuração central do sítio de São Pedro apresentam características morfológicas e tecnológicas, nomeadamente no que se refere à presença de algumas imperfeições e irregularidades, raras decorações e uma certa padronização métrica, que constituem fortes argumentos para a sua interpretação funcional como cossoiros. Todavia, a confirmação desta funcionalidade exige a realização de estudos experimentais que permitam reproduzir as características morfológicas e métricas referidas, bem como a utilização de fibras com características semelhantes às documentadas em contextos peninsulares do 3º milénio a.n.e.

6. OS COSSOIROS E A FIAÇÃO NO SUDOESTE PENINSULAR NO 3º MILÉNIO A.N.E.

Com os dados disponíveis a presença de cossoiros em contextos do Neolítico final e Calcolítico no actual território português parece ser muito reduzida, quer no que se refere ao número de sítios em que estes artefactos surgem referenciados, quer na sua quantidade em cada sítio. Esta imagem pode resultar da minorada importância que se tem atribuído ao estudo das etapas da cadeia operatória da tecelagem, como a fiação, e da ideia generalizada de que, neste território, os cossoiros surgem exclusivamente em contextos do Bronze final e da Idade do Ferro. Com efeito, em sítios com longas diacronias de ocupação, com materiais do Calcolítico, à Época Romana como o castro da Pedra d'Ouro, o castro do Outeiro da Assenta, o castro de Pragança ou Cabeça de Vaiamonte, os autores das primeiras publicações sugerem que alguns dos cossoiros se poderiam enquadrar nas ocupações pré-históricas, associando-

-se aos componentes de tear (Barbosa, 1956; Pereira, 1915; Paço e Jalhay, 1942). Enquanto os investigadores que recentemente têm estudado o espólio destes sítios, tendem a enquadrar todos os cossoiros nas ocupações proto-históricas e romanas (Branco, 2007; Cardoso e Martins, 2009; Gonçalves, 1990--92; Pereira, 2013). Assim, consideramos fundamental rever a análise destes materiais, tendo em atenção não só as suas características morfológicas e métricas, mas também tecnológicas, comparando--as com os restantes artefactos cerâmicos calcolíticos e assim avaliar se alguns dos cossoiros poderão pertencer às ocupações pré-históricas.

Na tabela da figura 8 pretendíamos sistematizar os resultados das nossas pesquisas, indicando os sítios arqueológicos em que o enquadramento pré--histórico dos cossoiros é menos problemático. Numa primeira observação destes dados é desde logo evidente o destaque quantitativo dos sítios localizados no Alentejo, o que pode ser interpretado como uma fragilidade da nossa pesquisa, que se centra preferencialmente neste território. No entanto, vários autores que estudaram contextos calcolíticos do Centro/Norte de Portugal referem a reduzida expressão de cossoiros nessas áreas (Valera, 2006; Gomes, 2003, p. 43). O caso da Estremadura parece--nos mais complexo, uma vez que o conjunto de cossoiros de Vila Nova de São Pedro tem uma expressão quantitativa significativa, sendo comparado ao de outros sítios estremenhos (Paço e Jalhay, 1942; 1943). Deste modo, consideramos que a revisão do espólio de alguns dos povoados calcolíticos com escavações antigas poderá aumentar o número de contextos com cossoiros na Estremadura.

Os sítios de proveniência de cossoiros são maioritariamente povoados, registando-se apenas dois contextos funerários, o hipogeu 3 da Quinta do Anjo (Soares, 2003) e a anta da Torre do Ervedal (Andrade, 2009), nos quais se recolheram cossoiros isolados de morfologia bitroncocónica com perfuração central. Assim, os cossoiros seguem a mesma tendência dos componentes de tear, sendo mais expressivos nos contextos domésticos do que nos funerários, o que reforça a sua interpretação funcional e utilização quotidiana. Quando surgem em contextos funerários, os cossoiros podem ser interpretados como artefactos votivos, eventualmente relacionados com a ocupação do indivíduo inumado, ou com a importância económica e simbólica da actividade que representam. Todavia, a reduzida expressão dos cossoiros nestes contextos, ao contrário do que sucede em cronologias posteriores, torna frágil a sua leitura ritual/simbólica no mundo da morte, consistindo num bom argumento para relativizar a especialização e elitização da fiação no Calcolítico (Figura 8).

Os cossoiros provenientes dos vários sítios referidos apresentam características morfológicas que se enquadram nas quatro variantes registadas no sítio de São Pedro e características métricas semelhantes, principalmente no que se refere ao diâmetro máximo, não se conseguindo detectar especificidades regionais.

Todos os sítios referidos na tabela apresentam conjuntos de componentes de tear com uma expressão numérica mais significativa do que a de cossoiros. Esta constatação permite reforçar a associação das peças circulares com perfuração central à fiação, afastando-as da funcionalidade de componentes de tear.

De facto, mesmo nos sítios em que os cossoiros surgem em quantidades mais significativas como em São Pedro, Porto Torrão ou Vila Nova de São Pedro, a quantidade de componentes de tear é incomensuravelmente maior. Esta disparidade pode estar relacionada com questões funcionais, uma vez que para montar um fuso é necessário apenas um cossoiro, enquanto um tear precisa de um maior conjunto de componentes, e com a resistência das peças, que permite a sua utilização frequente e repetitiva. Contudo, é igualmente importante equacionar a convivência de técnicas de fiação manual com a utilização do fuso (Tiedmann e Jakes, 2006, Médard, 2012), o que permitiria explicar não só o reduzido número de cossoiros em diversos sítios, como a fraca expressão deste artefacto em vários territórios peninsulares.

No que concerne a outras áreas da Península Ibérica, regista-se a presença de cossoiros em diversos contextos meridionais, como no sítio de los Millares (Arribas, *et al.*, 1979), Cerro de la Virgen (Schule e Pellicer, 1966), Castillejos (Navarrete, 1976), Martos (Lizcano, 1999) ou Junta de los Rios (Nocete, *et al.* 2008) e mesetanhos (Fabián García, 2006), mas em quantidades aparentemente reduzidas, o que reforça o carácter quotidiano da fiação.

O estudo dos cossoiros permite aprofundar a reflexão sobre o papel económico da tecelagem no Calcolítico, uma vez que a utilização destes artefactos na fiação transformou completamente a etapa mais morosa da cadeia operatória têxtil (Bender Jørgensen, 2012, p. 129), aumentando significativamente

a quantidade de fios disponível e diversificando as suas características, nomeadamente no que se refere à espessura e elasticidade. Assim, a utilização de cossoiros poderá sugerir o aumento da necessidade de têxteis e a elaboração de tecidos mais diversificados, principalmente no que se refere às variantes mais finas.

A preponderância de sítios com cossoiros no Alentejo face a outras áreas do Centro/Norte de Portugal, ainda que os conjuntos referidos sejam numericamente reduzidos e os vazios acentuados, parece ajustar-se ao destaque que a tecelagem terá conquistado ao longo do 3º milénio a.n.e. como recurso regional, não obstante a produção ser predominantemente doméstica e pouco especializada. A utilização de cossoiros para a fiação também poderá estar associada às especificidades morfológicas e métricas dos componentes de tear meridionais, especialmente no que se refere às variantes mais finas e leves.

Tal como a tecelagem, a fiação e os instrumentos e gestos que lhe estão associados têm uma importante dimensão simbólica. Na tradição europeia (Bender Jørgensen, 2012, p. 131) e asiática (Green, 1993) o fuso é interpretado como o "centro do mundo" e a sua rotação com um processo inicial de ordenação do caos e criação.

No futuro consideramos fundamental aprofundar o estudo morfológico e métrico dos cossoiros provenientes de contextos do 3º milénio a.n.e. e do 2º milénio a.n.e. de diferentes áreas do Ocidente Peninsular, com o objectivo de analisar as transformações ao longo da diacronia relacionando-as com a utilização de novas fibras, como a lã, modificação das técnicas de tecelagem e do papel económico e social desta actividade.

Com o estudo dos cossoiros do sítio de São Pedro procurámos demonstrar o potencial tecnológico, económico, social e cultural da utilização deste artefacto, reforçando a importância do seu estudo para a reconstrução dos quotidianos da Pré-história recente.

BIBLIOGRAFIA

ALFARO GINER, Carmen (1984) – *Tejido y cestaria en la Península Ibérica: Historia de su técnica e industrias desde la Prehistoria hasta la Romanización*. Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Español de Prehistoria. (Biblioteca Prehistorica Hispana, 21).

ANDRADE, Marco (2009) – *Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo) – definição e caracterização do fenómeno de "megalitização" da paisagem na área austral do Norte alentejano.* Tese de mestrado em arqueologia. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vol.

ARNAUD, José Morais; GOMES, Mário Varela; SOARES, António Monge; FERREIRA, Sónia Duarte; ESTRELA, Carla Lemos (2005) – Vila Nova de São Pedro: uma fortificação calcolítica do Litoral Estremenho. In José Morais; FERNANDES, Carla, eds - *Construindo a memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo.* Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 141-219.

ARRIBAS, Antonio; MOLINA, Fernando; SÁEZ, Leovigildo; TORRE, Francisco de la; AGUAYO, Pedro; NÁJERA, Trinidad (1979) – Excavaciones en Los Millares (Santa Fé de Mondújar, Almería). *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*. Granada, 4, pp. 61-109.

BARBER, Elizabeth (1991) – *Prehistoric Textiles: The Development of Cloth in the Neolithic and Bronze Ages: With Special Reference to the Aegean*. New Jersey.

BARBOSA, Ernâni (1956) – O Castro da Pedra do Ouro (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 2, 3, pp. 75-86.

BENDER JØRGENSEN, Lise (2012) – Spinning faith. In SORENSEN, Marie Louise; REBAY – SALISBURY, Katharina (eds.) – *Embodied knowledge. Perspectives on belief and technology*. Oxford: Oxbow Books, pp. 128-136.

BENDER JØRGENSEN, Lise (2012 a) – Technology as practice. In SORENSEN, Marie Louise; REBAY – SALISBURY, Katharina (eds.) – *Embodied Knowledge: Historical Perspectives on Belief and Technology*. Oxford: Oxbow Books, pp. 91-94.

BRANCO, Gertrudes (2007) – *Pedra de Ouro (Alenquer): uma leitura actual da colecção Hipólito Cabaço*. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia, 49).

CALADO, Manuel (2001) – *Da Serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia, 19). Lisboa.

CARDOSO, João Luís; MARTINS, Filipe (2009) – O povoado Pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, Câmara Municipal, pp. 261-356.

CASTRO CUREL, Zaida (1980) – Fusayolas Ibéricas antecedentes y empleo. *Cypsela*. Girona. 3, pp. 127-146.

CASTRO CUREL, Zaida (1984) – Notas sobre la problemática del tejido en la Península Ibérica. *Kalathos*. Teruel. 3-4, pp. 95-100.

CASTRO CUREL, Zaida (1985) – Pondera. Examen cualitativo, cuantitativo, espacial y su relación com el telar com pesas. *Empúries*. Barcelona. 47, pp. 230-253.

CHMIELEWSKI, Tomasz; GARDYNSKI, Leszek (2010) – New Frames of Archaeometrical Description of Spindle Whorls: A Case Study of the Late Eneolithic Spindle Whorls from the 1C Site in Gródek, District of Hrubieszów, Poland. *Archaeometry* ,52 (5), pp. 869-81.

COSTEIRA, Catarina (2010) – *Os componentes de tear do povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central), 3º milénio a.n.e.* Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vol.

COSTEIRA, Catarina (2012) – Placas e crescentes – Análise de um conjunto de componentes de tear do sítio arqueológico de São Pedro (Redondo, 3º milénio a.n.e.). *Arqueologia e História,* 62-63, Lisboa, pp. 23-37.

COSTEIRA, Catarina; MATALOTO, Rui (2013) – Os componentes de tear do povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central) In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier; BUSTAMENTE, Macarena; GARCÍA CABEZAS, Miriam (eds.) – *Actas del VI Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular*, Villafranca de los Barros, pp. 625-667.

COSTEIRA, Catarina; MATALOTO, Rui; ROQUE, Conceição (2013) – Uma primeira abordagem à cerâmica decorada do 4º./3º. Milénio a.n.e. dos povoados de São Pedro. (Redondo). In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – *A Arqueologia em Portugal – 150 anos.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 397-406.

COSTEIRA, Catarina; MATALOTO, Rui (no prelo a) – *Loom weights and weaving in the archaeological site of São Pedro* (Redondo, Portugal).

DAVIS, Simon; MATALOTO, Rui (2012) – Animal remains from Chalcolithic São Pedro (Redondo, Alentejo): evidence for a crisis in the Mesolithic. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 15, pp. 47-85.

EIRIKH-ROSE, Anna; GARFINKEL, Yosef (2002) – T*he Pottery. In Sha'ar Hagolan, Volume 1: Neolithic Art in Context.* Oxbow Books. Oxford, pp. 86-138.

FABIÁN GARCÍA, J. Francisco (2006) – *El IV y III milénio AC en el Valle Amblés (Ávila)*. Monografias 5. Arqueología en Castilla y León.

FONSECA, Susana (1996) – Calcolítico do Sul de Portugal. Estudo de um caso: o concelho de Cuba. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FRANGIPANE, Marcella; GIOVANNI, Siracusano (1998) – Changes in Subsistence Strategies in East Anatolia during the 4th and 3rd Millennium BC. In ANREITER, Peter; BARTOSIEWICZ, Laszlo; JEREM, Erzsebet.; MEID, Wolfgang (1998) (eds.) – Man and the Animal World: Studies in Archaeozoology, Archaeology, Anthropology, and Palaeolinguistics in Memorian Sandor Bökönyi. *Archaeolingua.* Budapest, pp. 237-246.

GIBBS, Kevin (2008) – Pierced clay disks and Late Neolithic textile production. In CÓRDOBA, Joaquín Mª; MOLIST, Miquel; PÉREZ, JMª Carmen; RUBIO, Isabel; MARTÍNEZ, Sergio (2008) – *Proceedings of the 5th International Congress on the Archaeology of the Ancient Near East*, vol. II, pp. 89-96.

GOMES, Sérgio (2003) – *Contributos para o estudo dos "pesos de tear" de castelo Velho de Freixo Numão (Vila Nova de Foz Côa): Exercícios de interpretação do registo arqueológico*. Porto. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Edição policopiada), 2 vol.

GOMES, Sérgio (2013) – Tecelagem e Pesca: os pesos. In VALERA, A.C. (org.), *As Comunidades agro pastoris na margem esquerda do Guadiana (2ª metade do IV aos finais do II milénio AC).* EDIA. (Colecção Memórias d'Odiana), pp. 109-126.

GONÇALVES, João Ludgero (1990-1992) – Olelas e Pragança. Duas fortificações calcolíticas da Estremadura. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, série IV, 8/10, pp. 31-40.

GONÇALVES, Victor S. e SOUSA, Ana Catarina (2000) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente Peninsular (espaços de vida, espaços de morte: sobre as antigas.

GREEN, Jean (1993) – Unraveling the Enigma of the Bi: The Spindle Whorl as the Model of the Ritual Disk. *Asian Perspectives* 32 (1), pp. 105-24.

GRÖMER, Karina (2005) – Efficiency and technique – Experiments with original spindle whorls. In BICHLER, Peter; GRÖMER, Karina; HOFMANN – DE KEIJZER, Regina; KERN, Anton; RESCHREITER, Hans (2005) – *Hallstatt textiles: Technical analyses, scientific investigation and experiment on Iron Age textiles.* Oxford: Archeopress, BAR International Series, pp. 107-116.

LEISNER, Georg; LEISNER, Vera (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen (2).* Berlin: Walter de Gruyter Co., vol. 2.

LIU, R. K. (1978) – Spindle whorls: Pt.I. Some Comments and Speculations. *The Bead Journal*, 3, pp. 87-103.

LIZCANO, Rafael. (1999) – *El Polideportivo de Martos (Jaén): un yacimiento neolítico del IV milénio a.C. Nuevos datos para la reconstrucción del proceso histórico del Alto Guadalquivi*r. Córdoba.

LOPEZ PLAZA, Maria Socorro. (1974) – Materiales del Bronce de Muño Galindo. Ávila. *Zephyrus*. Salamanca, 25.

MARAÑÓN, J. (1935) – Una interpretación de las fusaiolas – A propósito de un estúdio del Padre E. Jalhay. *Boletin del Seminario de Estudos de Arte y Arqueologia*, fasc. VIII – IX. Valladolid.

MARTIAL, Emmanuelle; MÉDARD, Fabienne; CAYOL, Nicolas; HAMOND, Caroline; MAIGROTD, Yolaine; MONCHABLON, Cécile (2013) – Chaîne opératoire textile au Néolithique final dans le nord de la France: méthodologie et premiers résultats de l'approche pluridisciplinaire. In ANDERSON, Patricia; CHEVAL, Carole; DURAND, Aline (eds.) – *Regards croisés sur les outils liés au travail des végétaux. An interdisciplinary focus on plant-working tools. XXXIIIe rencontres internationales d'archéologie et d'histoire d'Antibes*. Éditions APDCA, Antibes, pp. 341-354.

MATALOTO, Rui (2010) – O 4.º/3.º milénio a.C. no povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central): fortificação e povoamento na planície centro alentejana. In GONÇALVES, Victor S.; SOUSA, Ana Catarina, eds., (2010) – *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. Actas do Colóquio Internacional*. Cascais: Câmara Municipal, pp. 263-296.

MATALOTO, Rui; COSTEIRA, Catarina; ROQUE, Conceição (2015) – Torres, cabanas e memória – A fase V e a cerâmica campaniforme do povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 18. Lisboa, pp. 81-100.

MATALOTO, Rui; COSTEIRA, Catarina; NUKUSHINA, Diana (no prelo) – *Local shop for local people – Resources management along the 3rd millennium BC at São Pedro settlements (Redondo, Portugal)*.

MATALOTO, Rui, ESTRELA, Susana, ALVES, Catarina (2007) – *As fortificações calcolíticas de São Pedro (Redondo, Alentejo Central, Portugal)*. In CERRILLO CUENCA, Enrique; VALADÉS SIERRA, Juan Manuel – *Los primeros campesinos de La Raya: Aportaciones recientes al conocimiento del neolitico y calcolítico en Extremadura y Alentejo. Actas de las Jornadas de Arqueología del Museu de Cáceres, 1, 2007*. Cáceres. Consejería de Cultura y Turismo (Memórias, 6), pp. 113-141.

MÉDARD, Fabienne (2003) – Vestiges textiles et activités de filage sur le site néolithique d'Arbon-Bleiche 3 (TG, Suisse). *Bulletin de la Société préhistorique française*. Paris tome 100, 2, pp. 375-391.

MÉDARD, Fabienne (2006) – La fusaïole : au-delà des idées reçues… In ASTRUC, Laurance; BON, François; LÉA, Vanessa; MILCENT, PIERRE YVES; PHILIBERT, Sylvie (eds.) – *Normes techniques et pratiques sociales. De la simplicité des outillages pré et protohistoriques. XXVIe rencontres internationales d'archéologie et d'histoire d'Antibes*. Éditions APDCA, Antibes, pp. 275-280.

MÉDARD, Fabienne (2012) – Switzerland: Neolithic period. In GLEBA, Margarita; MANNERING, Ulla. (eds.) – *Textiles and textile production in Europe from Prehistory to AD 400*. Oxford: Oxbow Books (Ancient textiles series vol. 11), pp. 367-377.

NAVARRETE, Maria (1976) – *La cultura de las cuevas con cerámica decorada en Andalucia Oriental. Granada: Departamento de Prehistoria de la Universidad de Granada.*

NOCETE, Francisco, ed. (2008) – *El yacimiento de La Junta de los Ríos*. Sevilla: Junta de Andalucía.

PAÇO, Afonso; JALHAY, Eugénio (1942) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: notas sobre a 3, 4.ª e 5.ª campanha de escavações – 1939, 1940 e 1941. *Brotéria*. Lisboa. 34:6. Separata.

PAÇO, Afonso; SANGMEISTER, Edward (1956) – Castro de Vila Nova de S. Pedro: VIII – Campanha de escavações 1955 (19.ª). *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 7, pp. 93-114.

PAÇO, Afonso; VENTURA, José Fernandes (1961) – Castelo do Giraldo (Évora). Trabalhos de 1960. *Revista de Guimarães*. Guimarães, 71: 1-2, pp. 27-49.

PEREIRA, Francisco Alves (1915) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). Lisboa *O Arqueólogo Português*. Lisboa, série 1, 20, pp. 107-155.

PEREIRA, Mariana (2010) – *Pesos de tear e elementos de tear na Pré-história recente portuguesa: contributos para repensar o processo arqueológico*. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PEREIRA, Teresa (2013) – Por um fio: tipologia e função do conjunto de cossoiros de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/Portugal). In: ARNAUD, José Morais.; MARTINS, Andrea; NEVES, César (eds.) – *A arqueologia em Portugal – 150 anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, pp. 681-691.

SANTOS, Raquel; ROCHA, Miguel (2011) – Relatório final da 2ª. Fase de intervenção arqueológica em Porto Torrão, Ferreira do Alentejo – sectores 1 e 2. Neoépica.

SCHULE, William; PELLICER, Manuel (1966) – *El Cerro de la Virgen, Orce,* Granada. I Exc. Arqueol. En España, 46.

SILVA, Carlos Tavares; SOARES, Joaquina (1976-77) – Contribuição para o conhecimento dos Povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, pp. 179-272.

SILVA, Maria de Fátima; OLIVEIRA, Paula. (1999) – Estudo tipológico dos cossoiros do Museu da Sociedade Martins Sarmento (Citânia de Briteiros, Castro de Sabroso e proveniência diversa). *Revista de Guimarães*. Guimarães, 2, pp. 633-659.

SOARES, António Monge; RIBEIRO, Maria Isabel (2003) – Identificação, análise e datação de um tecido pintado proveniente de um monumento megalítico da necrópole de Belle France (Monchique, Algarve, Portugal). *V Congreso Ibérico de Arqueometría*.Libro de resúmenes de Actas. Universidade de Cádiz, pp. 155-156.

SOARES, Joaquina (2003) – *Os Hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo. As economias do simbólico.* Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do distrito de Setúbal / Assembleia distrital de Setúbal.

TIEDMANN, Erica; JAKES, Ka (2006) – An exploration of prehistoric spinning technology: spinning efficiency and technology transition. *Archaeometry*, 48, pp. 293-307.

TSUNEKI, Akira (1998) – Other Objects. In *Excavation at Tell Umm Qseir in Middle Khabur Valley, North Syria: Report of the 1996 Season*.

VALERA, António (2006b) – *Calcolítico e transição para a Idade do Bronze na Bacia do Alto Mondego.* Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vol.

VALERA, António (2008) – Recinto calcolítico dos Perdigões: fossos e fossas do sector I. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa, 3, pp. 19-28.

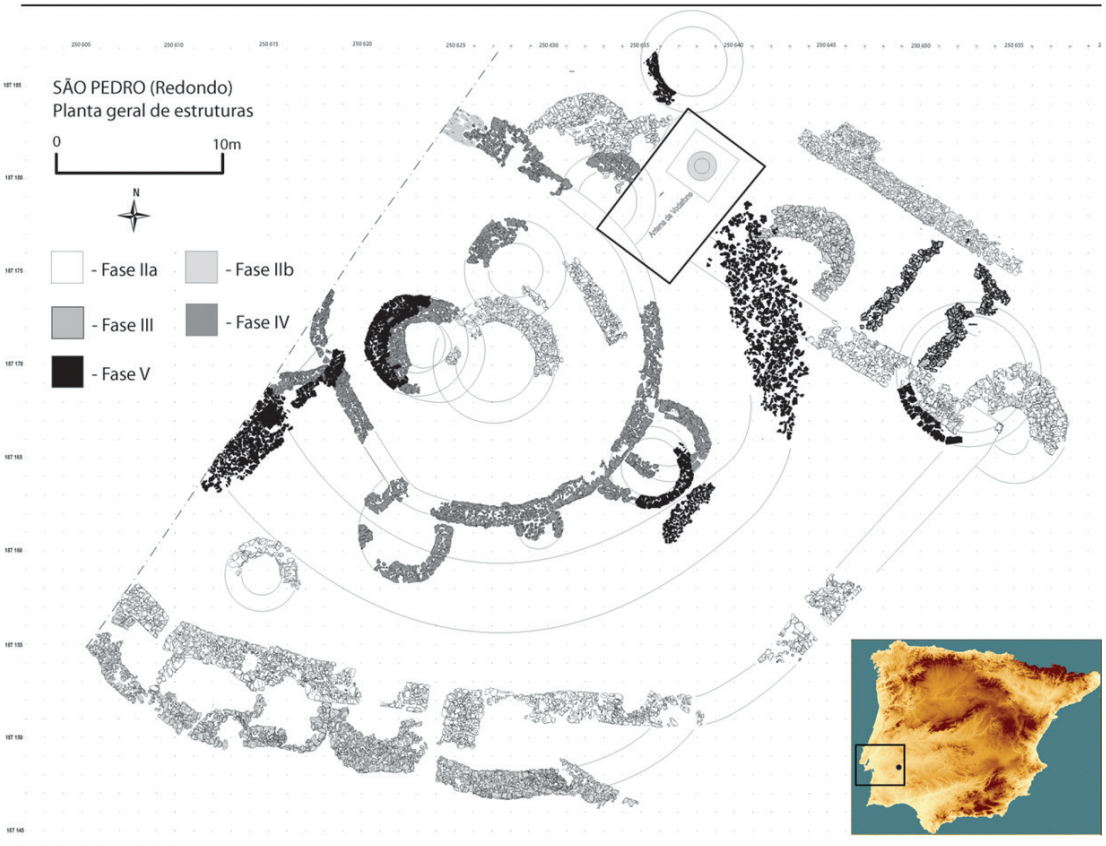


Figura 1 – Planta geral das estruturas pétreas do sítio de São Pedro, organizadas por fase de ocupação e localização na Península Ibérica (Adaptado de Costeira, *et al.*, 2013).

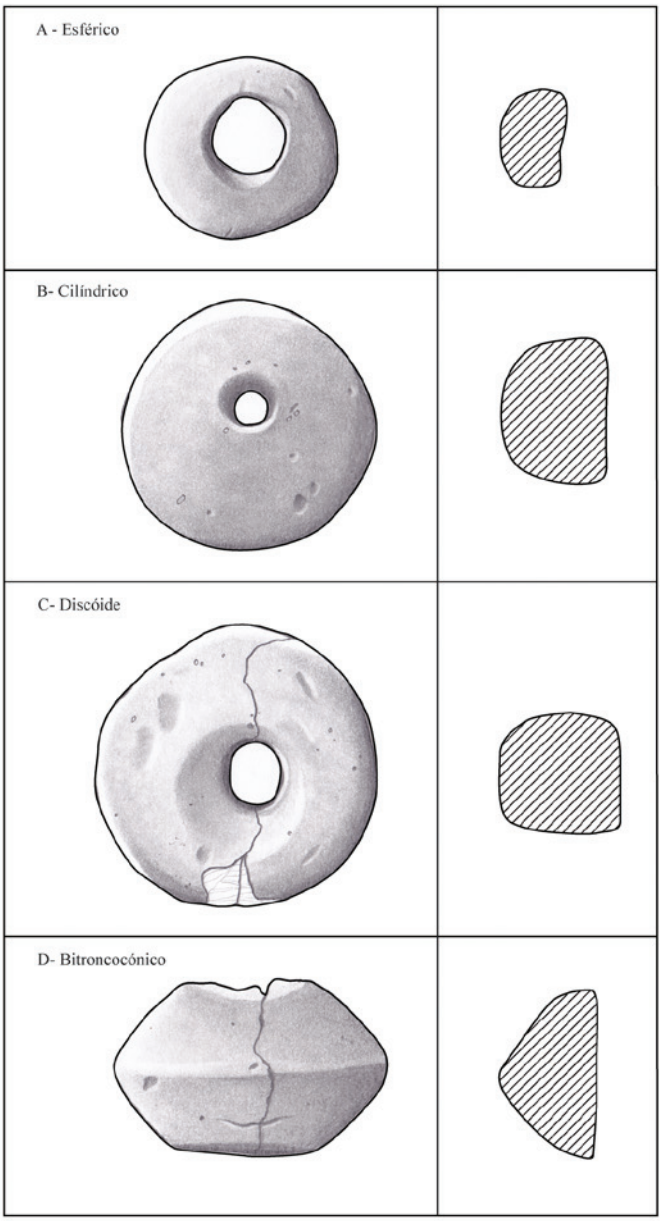


Figura 2 – Quadro tipológico dos cossoiros do sítio de São Pedro

Sítio	Diâmetro Cossoiro (cm)	Bibliografia
Cabeço da Mina	4,0 – 5,5	Silva e Soares, 1976/77
Castillejos	4,8	Navarrete, 1976
Cerro de la Virgen	6,0	Schule; Pellicer, 1966
Martos	5 – 7,5	Lizcano, 1999
Muño Galindo	4,8	López Plaza, 1974
São Pedro	4,3 – 6,5	Costeira
Vila Nova de São Pedro	3,1 – 6,3	Arnaud, et al., 2005

Figura 3 – Análise comparativa das características métricas dos cossoiros de alguns sítios calcolíticos da Península Ibérica.

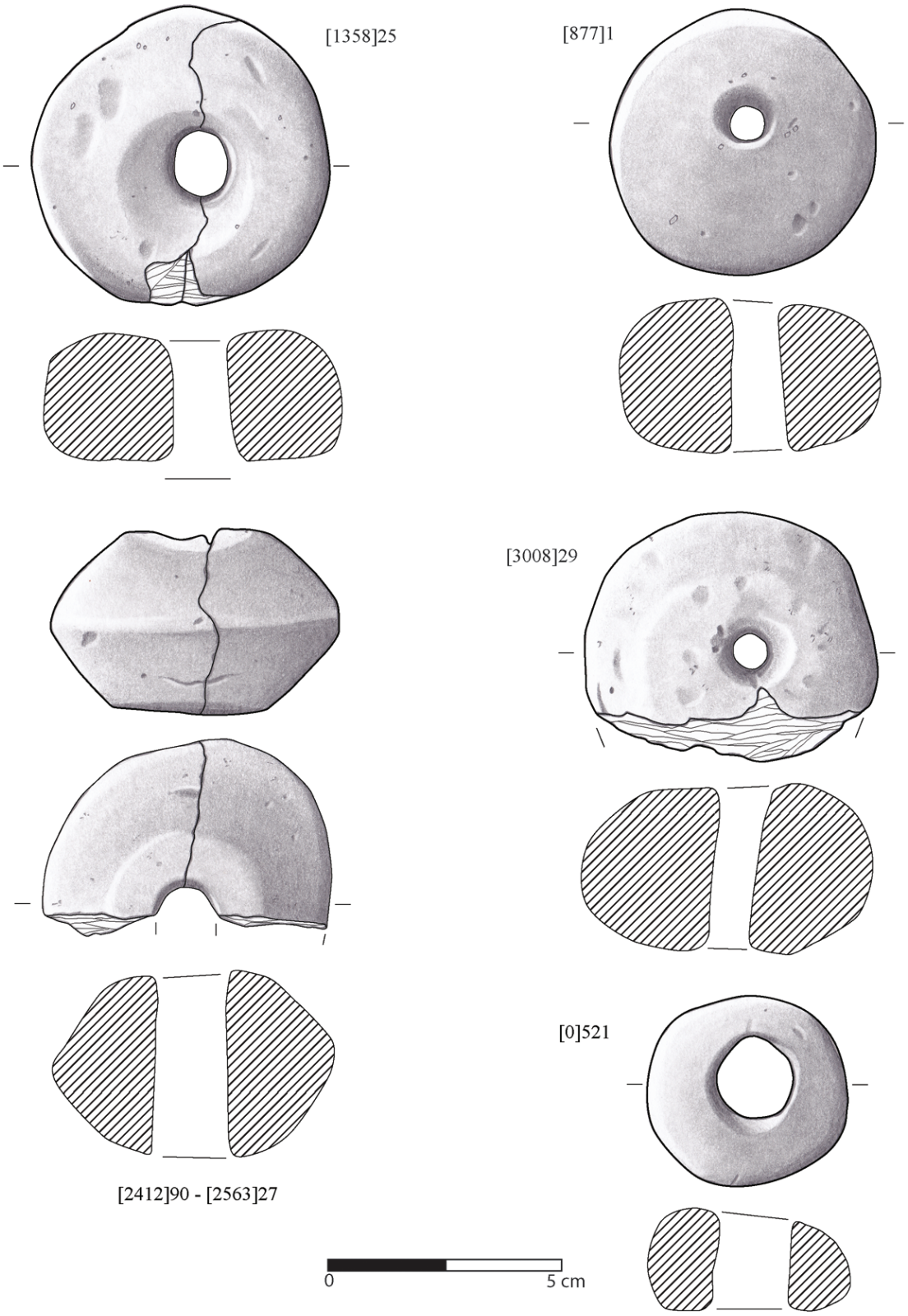


Figura 4 – Cossoiros do sítio de São Pedro (desenhos de I. Conde / Tintagem C. Costeira).

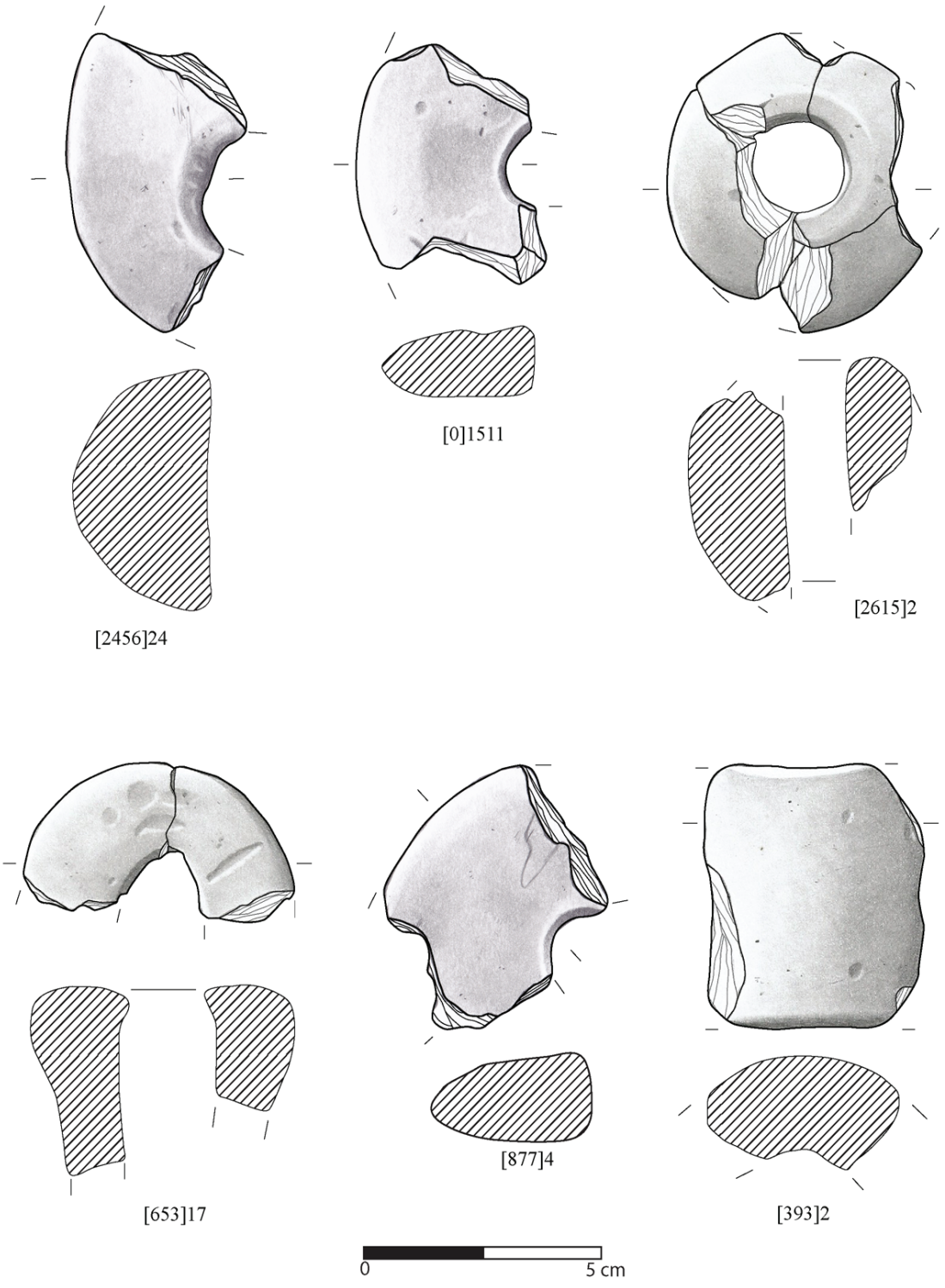


Figura 5 – Fragmentos de cossoiros do sítio de São Pedro (desenhos de I. Conde / Tintagem C. Costeira)



Figura 6 – Vista geral do sítio de São Pedro com indicação dos sectores de escavação (Fotografia de R. Mataloto, 2009).

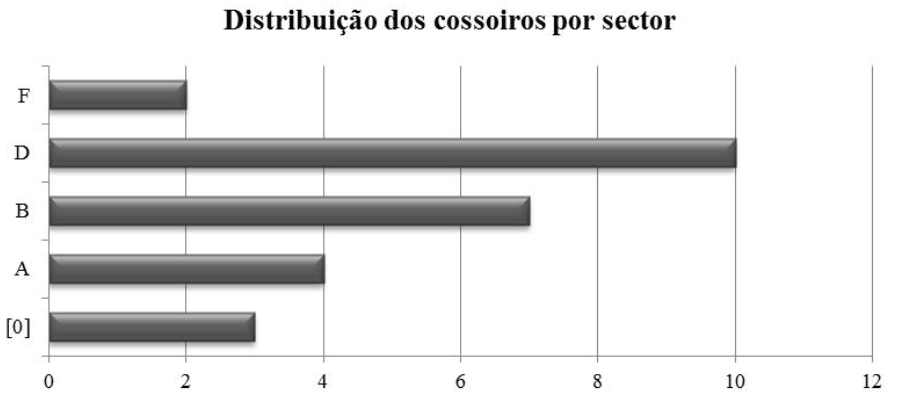


Figura 7 – Gráfico que representa a distribuição dos cossoiros pelos sectores de escavação no sítio de São Pedro (os valores reportam-se à totalidade de fragmentos de cossoiros = 25).

Região	Sítio	Cossoiros	Bibliografia
Beira Alta	Malhada	1 Fragmento	Valera, 2006
Estremadura	Vila Nova de São Pedro	11 Cossoiros	Arnaud, et al., 2005
Alentejo	Anta da Torre do Ervedal	1 Cossoiro	Andrade, 2009
	Castelo do Azalinho	1 Cossoiro	Gonçalves e Sousa, 2000, p. 57
	Cabeço da Mina	2 Fragmentos	Silva e Soares, 1976/77
	Castelo do Giraldo	1 Cossoiro	Paço e Ventura, 1961
	Castelo de Vidais	2 Cossoiros	Leisner e Leisner, 1959
	Fontalva	1 Cossoiro	Paço, et al., 1957
	Hipogeu 3 da Quinta do Anjo	1 Cossoiro	Soares, 2003
	Mercador	1 Cossoiro	Gomes, 2013, fig. 9-4
	Moinho de Valadares	2 Cossoiros	Gomes, 2013, fig. 9-5
	Monte da Ribeira	1 Cossoiro	Calado, 2001
	Perdigões	1 Cossoiro (?)	Valera, 2008
	Porto Torrão	10 Cossoiros	Santos e Rocha, 2011
	São Pedro	22 Cossoiros	Costeira
Algarve	Cerro do Castelo das Mestras	1 Cossoiro	Fonseca, 1996

Figura 8 – Análise comparativa da representatividade de cossoiros em sítios calcolíticos localizados em diferentes regiões do Ocidente da Península Ibérica (actual território português).

BROKEN ARROW[1]: AS PONTAS DE SETA DOS POVOADOS DE SÃO PEDRO (REDONDO, ALENTEJO CENTRAL)

Rui Mataloto[2], Diana Nukushina[3], Catarina Costeira[4]

Cochise: I break the arrow. I will try the way of peace.
Broken Arrow, *(1950) 20th Century Fox, Delmer Daves*

RESUMO

Na sequência dos estudos que temos vindo a desenvolver em torno das diversas ocupações do IVº e IIIº milénio a.n.e documentadas no cabeço de São Pedro (Redondo), a componente lítica talhada tem sido um dos temas menos trabalhado. Por esta razão consideramos relevante analisar uma das categorias de artefactos líticos, mais largamente registada, as pontas de seta.

Não obstante a longa diacronia de estudo das pontas de seta, estas continuam a ser insuficientemente conhecidas nos contextos habitacionais no Sudoeste peninsular. Deste modo, pretende-se realizar uma primeira abordagem tecno-tipológica sobre estes utensílios, enquadrando-os na diacronia de ocupação do sítio de São Pedro, procurando igualmente analisar a sua dispersão e eventual relação com as estruturas de fortificação registadas. As pontas de seta, sinais de confronto, mas igualmente sinais de subsistência, devem ser, então, entendidas na dinâmica das comunidades que habitaram o sítio de São Pedro ao longo de um milénio.

Palavras-chave: Indústria lítica, Pontas de seta, Caça, Violência, IVº/IIIº milénio a.n.e.

ABSTRACT

In the studies that we have been developing about several occupations, from 4th and 3rd millenniums BCE, of the São Pedro site (Redondo), the lithic industry remains have been one of the subjects less worked. For this reason, we consider it relevant to analyse one of the lithic artefacts items more widely recorded, the arrowheads. Nevertheless, the long diachrony of study of the arrowheads, these artefacts are still insufficiently known in the settlement contexts in the Southwest of the Iberian Peninsula. In this paper, we intend to carry out a first techno-typological approach on these tools, placing them in the diachronic occupation of this site, and also to analyse its dispersion and possible relation with fortification structures. The arrowheads, signs of confrontation, but also signs of subsistence, must be understood in the dynamics of the communities that inhabited the São Pedro site over a millennium.

Keywords: Lithic industry, Arrowheads, Hunting, Violence, 4th/3rd millenniums BCE.

1. *Broken Arrow*, (1950) *Western* realizado por Delmer Daves para a *20th Century Fox* e protagonizado por James Stweart, que retrata de um modo verdadeiramente inovador as comunidades nativas americanas, combatendo a imagem da supremacia branca, favorecendo a convivência pacífica inter-étnica e cultural.

2. Município de Redondo; Uniarq, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa; rmataloto@gmail.com

3. Uniarq, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa / FCT; dnukushina@campus.ul.pt

4. Uniarq, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa; catarinacosteira@gmail.com

1. BREVE APRESENTAÇÃO DO SÍTIO DE SÃO PEDRO

O sítio de São Pedro localiza-se no Alentejo Central, distrito de Évora, freguesia e concelho de Redondo, no cimo de um cabeço alongado de vertentes íngremes e topo aplanado, a 322 m de altitude, sobranceiro, pelo lado Nascente, à planície central de Redondo, na margem Sul da Serra d'Ossa. A sua implantação confere-lhe um amplo domínio visual sobre o território que se estende para Poente e Sul, sendo mais limitado para Norte, onde se alarga, ainda assim, até à Serra d'Ossa, quedando-se para Nascente pela cadeia de elevações da Crista de Redondo.
Atendendo ao conjunto artefactual em análise, indústria lítica talhada, importa fazer uma breve contextualização geológica. O cabeço de São Pedro corresponde a uma elevação de micaxistos que se ergue na margem Nascente da planície granodiorítica, escassos quilómetros a Sul das serranias da formação da Ossa, onde uma complexa sucessão geológica, organizada NW-SE, dominada por micaxistos, filitos e xistos cinzentos se eleva acima da planície, antecedendo o sinclinal de Terena (Feio e Martins, 1993). Estas faixas de xistos siliciosos existentes a Norte e Nascente poderão, com bastante probabilidade, constituir a origem das matérias-primas dominantes na produção lítica talhada do São Pedro (Nukushina, *et alii*, no prelo).
A intervenção arqueológica do sítio de S. Pedro foi motivada pela construção da circular externa de Redondo, cujo traçado atravessava o cabeço, impondo o desmantelamento de cerca de 2/3 do sítio. A escavação arqueológica de salvaguarda, dirigida por um de nós (RM), desenvolveu-se em três fases distintas, entre 2004 e 2009, intervindo numa área de aproximadamente 2000 m^2.
O sítio arqueológico de São Pedro já conta com cerca de treze anos de investigação, sendo diversificada a lista de artigos publicados sobre a sequência de ocupação do sítio, baseados essencialmente nos resultados das primeiras campanhas de escavação (Mataloto, *et alii*, 2007; 2009; Mataloto, 2010), as datações de radiocarbono (Mataloto e Boaventura, 2009; Mataloto e Gauss, no prelo; Valério, *et alii*, 2016), contextos específicos (Mataloto, *et alii*, 2015), estudos de faunas (Davis e Mataloto, 2012) e artefactuais (Costeira, 2010, 2012; Costeira e Mataloto, 2013; Costeira, *et alii*, 2013; Costeira e Mataloto, 2016; Mataloto e Costeira, 2016; mataloto, *et alii*, no prelo; Nukushina, *et alii*, no prelo). Esta bibliografia permitirá uma leitura mais pormenorizada dos povoados de São Pedro do que aquela que aqui apresentaremos (Figura 1).
O cerro de São Pedro foi ocupado entre os finais do IVº milénio a.n.e. e grande parte do IIIº milénio a.n.e., de que resultaram cinco grandes momentos, marcados pela presença ou ausência de grandes estruturas de fortificação. O faseamento proposto decorre, assim, essencialmente, dos actos de construção, reconstrução e abandono das grandes estruturas de fortificação do cabeço. De facto, não interpretamos este sítio como um povoado único, com uma história linear de fundação, expansão, declínio e abandono, mas como uma multiplicidade de povoados com dimensões, arquitecturas e tempos diferentes.
A uma ocupação inicial, aparentemente aberta, caracterizada por estruturas essencialmente em materiais perecíveis e enquadrada entre os finais do IVº e inícios do IIIº milénio a.n.e. (Fase I), sucede-se a primeira grande fase construtiva, com a edificação de uma linha de muralha, de planta poligonal, dotada de espessos torreões pelo exterior (Fase II). Na área central, nesta fase, registou-se a presença de duas grandes estruturas circulares, a modo de torres, desenvolvendo-se na sua envolvente uma ocupação em materiais perecíveis. Provavelmente, nos inícios do segundo quartel do IIIº milénio a.n.e, após o abandono e desmantelamento de grande parte das estruturas anteriores, desenrola-se uma ocupação aparentemente esparsa, (Fase III). Não é possível determinar, com os dados disponíveis, se esta fase se desenvolve em continuidade com a anterior, ou se resulta da reocupação do cabeço após o seu abandono temporário.
A fase IV caracteriza-se pela construção de uma pequena estrutura de fortificação, de planta circular, com cerca de 20m de diâmetro, dotada de torreões semicirculares pelo exterior. No interior da área fortificada registaram-se duas torres circulares, desenvolvendo-se grande parte da ocupação no exterior da estrutura perimetral, como o atesta um conjunto bastante diverso de construções, tanto em pedra seca como em materiais perecíveis.
Após o abandono destas estruturas, em particular da fortificação, desenrola-se uma nova fase aberta, sem qualquer estrutura conhecida de delimitação (Fase V). Este momento caracteriza-se pela presença de um conjunto de cabanas, de embasamento em pedra, dispersas por toda a área intervencionada. O

fim desta ocupação é marcado pela construção de um extenso empedrado que circundava a ruína do antigo povoado. Esta estrutura, com apenas uma ou duas fiadas de pedra, deveria responder a intuitos de monumentalização, eventualmente relacionados com estratégias de reforço da Identidade grupal nos finais do IIIº milénio a.ne.

A forte dinâmica de construção, uso e desmantelamento das fortificações do São Pedro determina todo o processo de formação da realidade estratigráfica, impondo a raridade dos contextos primários de rejeição. Esta dinâmica terá condicionado bastante o conjunto material que, submetido a intensas remobilizações, se apresenta largamente fragmentado e parcelar. Deste modo, com estas condicionantes de partida, deverá ser sempre com alguma cautela que se deve abordar um tipo artefactual tão específico, de pequena dimensão e cariz tão marcado, como as pontas de seta. Por outro lado, e tendo sempre presente a facilidade com que se interpreta a sua presença como indício de belicosidade, julgamos ser de reforçar a componente essencialmente doméstica e plurifuncional das utilizações dos povoados de São Pedro ao longo dos séculos.

2. ABORDAGEM GERAL DO CONJUNTO DE PEDRA LASCADA

A análise da indústria lítica lascada seguiu os pressupostos teórico-metodológicos subjacentes ao conceito de "*cadeia operatória*" (Inizian *et al*., 1999). A caracterização seguiu, com adaptações, os critérios utilizados em trabalhos sobre indústrias líticas de sítios de cronologia neo-calcolítica do Centro e Sul de Portugal (Carvalho, 1995-1996, 2008; Diniz, 2007; Forenbaher, 1998, 1999; Sousa, 2010).

Globalmente, o conjunto de pedra lascada analisado (N=7587) apresenta um elevado grau de fragmentação, constituindo este um factor fortemente limitador da sua caracterização tecno-tipológica, sendo, por outro lado, consequência do próprio dinamismo de ocupação do sítio e da textura foliada das rochas xistosas dominantemente utilizadas. Com efeito, a maior parte das peças analisadas corresponde a fragmentos inclassificáveis (84,2%), sobretudo de xistos siliciosos e jaspes, cujas marcas de talhe são, frequentemente, de difícil identificação. Excluindo estas peças, dominam os utensílios retocados no conjunto (12,2%), mas também estes apresentam, em geral, um elevado grau de fragmentação. O material debitado em bruto encontra-se mal representado (3,2%), destacando-se a presença de lascas (75,2%), sobretudo de pequena dimensão, e de alguns suportes alongados (lamelas, sobretudo em quartzo hialino, e lâminas, em geral fragmentadas). Por sua vez, a escassez de núcleos é evidente (0,3%) (Figura 2).

No que respeita às matérias-primas utilizadas na produção lítica, podemos destacar, embora com as limitações decorrentes da falta de análises detalhadas, a utilização maioritária de recursos disponíveis localmente (Mataloto, Costeira, Nukushina, no prelo), com uma ampla representação, no conjunto lítico recuperado, de xistos siliciosos/jaspes (87,2%). Com efeito, mesmo excluindo os restos de talhe, a sua representatividade é destacável, sobretudo ao nível dos utensílios de talhe bifacial. A cadeia-operatória dos xistos siliciosos/jaspes seria realizada localmente a partir de blocos tabulares reduzidos a placas, retocadas de forma a obter os utensílios (Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán, 2008), justificando-se, assim, a escassez de núcleos nestas matérias-primas. Embora com muito menor importância, destacou-se, também, a representatividade dos quartzos (7,7%), sobretudo no seio dos núcleos e dos produtos de debitagem em bruto. Já o surgimento de peças em sílex é residual no conjunto total (1,6%), ocorrendo sobretudo em produtos alongados retocados e algumas pontas de seta. Com efeito, a escassa representatividade do sílex entre os restos de talhe e núcleos recuperados sugere que os suportes alongados e utensílios obtidos nesta rocha não tenham resultado de talhe local e que esta matéria-prima tenha tido origem em fontes mais distantes (Figura 3).

3. AS PONTAS DE SETA DO SÍTIO DE SÃO PEDRO – ANÁLISE TECNO-TIPOLÓGICA

As pontas de seta destacam-se por constituírem o tipo mais frequente de utensílios retocados (total = 411; 44,6% de 921 utensílios retocados), integrando o grupo dos foliáceos (restantes peças deste conjunto apresentadas em Nukushina et al, no prelo). De realçar que na colecção do São Pedro foram registados numerosos fragmentos não-classificáveis com retoques bifaciais e que em grande parte terão resultado desta produção.

A larga maioria das pontas de seta foi produzida em xisto silicioso e jaspe (95,1%), e apenas 4,4% das peças em sílex, expressando bem a utilização prefe-

rencial de rochas disponíveis localmente e de textura laminada. Esta preferência pelas matérias-primas locais para a produção de pontas de seta segue a tendência registada noutros territórios peninsulares

Ao nível do seu estado de conservação, mais de metade das peças encontra-se fracturada, embora o valor de 43,1% para as peças inteiras possa ser considerado como relativamente elevado. Por outro lado, 42,1% das peças apresentam vestígios de alterações térmicas, nomeadamente de tratamento térmico, em vários casos associados a marcas de *potlid*.

Foi documentada a presença de peças em diferentes estádios de produção, elemento que aponta, de forma evidente, para a sua produção *in situ*. Nas peças em que foi possível a determinação, foi verificado que a maioria das pontas de seta recolhidas se encontrava no estádio final de produção (83,9%), embora também se tenham identificado vários casos de peças que se encontravam em processo de fabrico, nomeadamente em estádios intermédios (9,3%) (Figura 4).

Relativamente ao suporte utilizado no fabrico destes utensílios, a sua determinação não foi possível na maior parte dos casos, devido à afectação do retoque. Não obstante, foi verificado que algumas das peças (18,8%) terão sido obtidas a partir de lascas. O tipo de matérias-primas utilizadas, o domínio de secções transversais planas (56,9%) e o registo, no sítio, de outros utensílios retocados sobre fragmentos/plaquetas de xisto silicioso (Mataloto, Costeira, Nukushina, no prelo) apontam para que estes tenham sido o tipo de suporte maioritariamente utilizado na produção de pontas de seta.

Se o retoque bifacial, rasante e escamoso, constitui a característica dominante na produção destas peças, em alguns casos (2,4%) o retoque bifacial restringe-se aos bordos. Noutros casos, este tipo de retoque não foi identificado, porque as peças se encontravam em estados iniciais ou intermédios de produção, ou porque o retoque unifacial teria sido suficiente para a obtenção da forma e espessura fina desejados.

Por outro lado, ao nível da extensão do retoque, verificou-se alguma diversidade. As peças com retoque cobridor são escassas no conjunto (5,1%), verificando-se sobretudo a aplicação de retoques curtos, longos ou invasores. Se, em parte, a presença de peças em diferentes estádios de produção justifica alguma desta diversidade, torna-se claro, pelo domínio numérico de peças classificáveis em fase final de produção, que a frequência de retoques de extensão curta (33,82%) e longa (35,28%) constitui uma característica destes utensílios, que poderá ser relacionável com o tipo de matérias-primas maioritariamente utilizadas, de textura foliada (Figura 5).

Ao nível da tipologia, e seguindo a proposta de Forenbaher (1999, p. 70), verificou-se uma maior frequência do tipo 2.0B0 (36,00% de 342 peças com tipologia classificada) – ponta triangular com base côncava – seguido, em menor importância, pelo tipo 2.0A0 (15,20%) – ponta triangular com base recta. Globalmente, as bases côncavas são claramente predominantes (66,1%) no conjunto de pontas de seta cuja tipologia da base foi possível identificar, ainda que se registe uma percentagem razoável de bases rectas (26,7%). As bases convexas e triangulares são muito raras, ainda que se identifique um pequeno conjunto (13 pontas de seta) com bases ligeiramente arredondadas, mas mais próximas dos exemplares de base recta do que dos sub-tipos de base convexa definidos por Forenbaher (1999, p. 70). As barbelas são raras, tendo-se registado apenas 6 peças. As extremidades das pontas são dominantemente simples, sendo que em apenas 4 casos foram observadas pontas "em agulha" (Figuras 6 e 7).

Em relação às dimensões, e apesar de se verificar alguma variabilidade, a maior parte das peças apresenta um comprimento máximo entre os 20-40 mm e largura máxima entre os 10 e 25 mm, sendo o índice de alongamento médio de 1,75±0,48. O estádio de produção aparenta ser o principal factor com impacto significativo na variabilidade das dimensões. As diferenças nas matérias-primas e na tipologia das bases não aparentam ser factores significativos a este nível. Com efeito, os índices de alongamento médios apresentam uniformidade entre os principais tipos de bases, e mesmo entre os diferentes estádios de produção. Não obstante, no último caso, o valor do desvio padrão é superior nas fases iniciais e intermédias de produção, indicando uma maior variabilidade das dimensões.

Os índices de alongamento e espessura das pontas de seta do sítio de São Pedro assemelham-se aos valores disponíveis para o Cerro do Castelo de Santa Justa (Gonçalves, 1989), ou para o Castro da Pedra d'Ouro (Branco, 2007, p. 81), distinguindo-se pela sua robustez das peças provenientes do sítio Casa Branca 7 (Rodrigues, 2006) ou Ponte da Azambuja (Rodrigues, 2015, p. 181), bem como do monumento funerário 1 dos Perdigões (Carvalho, 1999, p. 133).

A produção de utensílios foliáceos, nomeadamente de pontas de seta, constituiu um dos objectivos cen-

trais das operações de talhe conduzidas no São Pedro. Tal é visível através do domínio numérico das pontas de seta entre os utensílios retocados, bem como pela presença de peças em diferentes estádios de produção.

A sua integração na cadeia operatória dos xistos siliciosos / jaspes, rochas disponíveis nas proximidades do sítio, reforçam o carácter local da produção destes utensílios. As peças em sílex são residuais neste conjunto, situação que contrasta com uma presença minoritária desta matéria-prima, mas relativamente mais significativa, ao nível dos produtos alongados.

Embora sejam ainda escassos os estudos detalhados sobre indústrias líticas desta cronologia, e em particular sobre os projécteis, o domínio de pontas triangulares de base côncava em sítios do Neolítico final/ Calcolítico no Sudoeste Peninsular tem sido realçado, nomeadamente em povoados no Centro de Portugal (Cardoso e Martins, 2013; Jordão, 2010; Sousa, 2010), e em contextos funerários na região do Alentejo (Forenbaher, 1998, 1999; Santos e Rocha, 2015).

4. AS PONTAS DE SETA DO SÍTIO DE SÃO PEDRO – CONTEXTOS E FASEAMENTO

A descrição das 264 unidades estratigráficas de proveniência das pontas de seta em análise indica que se localizam nos seis sectores de escavação, correspondendo maioritariamente a depósitos heterogéneos sem características peculiares. As pontas de seta surgem normalmente isoladas, ou em associações inferiores a três peças, registando-se somente oito unidades estratigráficas com conjuntos de 4 a 6 elementos, constando apenas a unidade [265] com nove pontas de seta. Deste modo, os contextos em que estas se enquadram são maioritariamente de abandono e rejeição (Figura 8).

Não obstante, a dificuldade na interpretação funcional dos espaços do sítio de São Pedro devido ao dinamismo das ocupações registadas, a quantidade distinta em que se identificam pontas de seta nos vários sectores de escavação e nas diferentes fases deverá ser analisado com algum cuidado.

De um total de 352 exemplares incluídos em estratos com faseamento antigo, 33,5% (118) correspondem às Fase II e I/II, cabendo à Fase IV 50,3% (177) dos exemplares faseados, enquanto apenas 10,5% (37) e 5,7% (20) correspondem às fases de transição, III e V, respectivamente. Como seria expectável, a maioria das pontas de seta correspondem às fases muralhadas (fase II e IV), aquelas em que se regista uma mais intensa, e eventualmente prolongada, utilização do cerro, enquanto as fases de menor entidade estratigráfica integram um número reduzido de exemplares (fase I; III e V). A própria natureza da ocupação destas fases, mais esparsas, ou menos fáceis de isolar em termos estratigráficos, resultaria numa acção menor, podendo mesmo muitos destes exemplares corresponder a presenças residuais de estratos e ocupações anteriores (Figura 9).

De facto, a atribuição de metade do conjunto de pontas de seta à fase IV, reforça a importância deste tipo de utensílio neste momento de ocupação. Contudo, não é possível associar esta realidade a um incremento da "belicosidade" ou da caça, uma vez que a relevância desta actividade é uma constante ao longo das várias fases de ocupação do sítio (Davis e Mataloto, 2012).

De facto, as maiores quantidades de pontas de seta são provenientes dos sectores B (39,2%) e D (25,6%), associando-se, no primeiro caso, maioritariamente a ocupações das fases IV (89 peças) e II (70 peças) e no segundo a ocupações da fase IV (47 peças) e III (36 peças). Nos sectores A e C a presença de pontas de seta é pouco significativa, 4,38% (18) e 7,3% (30), respectivamente, associando-se principalmente à ocupação da fase II (10 peças no sector A e 22 peças no sector C). Os sectores E e F também registam quantidades diminutas de pontas de seta (12 e 22 peças, respectivamente), mas que se enquadram nas fases mais recentes (IV e V). Estes dados, ainda que com algumas reservas, e mesmo tendo em conta a dimensão variada de cada sector, parecem sugerir que as áreas dos sectores B e D seriam preferenciais para a elaboração, conservação e descarte de pontas de seta nas várias ocupações do sítio de São Pedro. Neste âmbito, gostaríamos de salientar o contexto [265], localizado no sector B, que consiste num enchimento da estrutura negativa [315], que apresenta um conjunto de nove pontas de seta de xisto silicioso em diferentes estádios de produção, o que associado à presença de lascas e restos de talhe constituem indícios fortes de produção destes utensílios nesta área do povoado, durante a fase IV.

A produção de pontas de seta no sítio de São Pedro terá ocorrido no âmbito doméstico, maioritariamente ao ar livre, ou associada a estruturas construídas em materiais perecíveis, partilhando áreas com outras actividades, não se conseguindo registar

indícios de segregação ou diferenciação espacial em nenhum dos momentos de ocupação. Estes dados aproximam-se de outros contextos do Sul peninsular (Sousa, 2010; Cardoso e Martins, 2013), bem como de outras áreas europeias (Dias-Meirinho, 2011, p. 494). Todavia, cremos ser de realçar o interessante facto de, apesar de a Fase IV no sector A ser definida pela sua circunscrição da estrutura muralhada, e pela presença massiva de grandes torres, as pontas de setas estão muito pouco representadas, parecendo até existir uma certa "exclusão" das mesmas, especialmente se atendermos à presença bem mais significativa, na mesma fase, nos sectores circundantes, B e D. Cremos que falta ainda fazer, no nosso estudo, uma análise micro quer da estratigrafia e distribuição, quer do estado de conservação das pontas de seta recolhidas na Fase IV nos sectores B e D, para melhor aferirmos até que ponto estas podem resultar da sua produção/descarte em contexto doméstico ou do seu arremesso num cenário de violência, nunca totalmente descartável quando dispomos de sistemas defensivos, mesmo que não existam quaisquer outras evidências do mesmo.

5. AS PONTAS DE SETA DO SÍTIO DE SÃO PEDRO – FUNCIONALIDADE

No sítio de São Pedro a quantidade de pontas de seta registadas ao longo de toda a diacronia de ocupação parece estar em sintonia com a significativa percentagem de vestígios de animais selvagens (cerca de 50%), nomeadamente veados e javalis, e mesmo de alguns exemplares de auroques (Davis e Mataloto, 2012, p. 51), evidenciando a importância das actividades cinegéticas.

A presença das pontas de seta relacionada com esta actividade derivaria do descarte em fase de produção, que está documentado, e/ou do descarte residual resultante do desmembramento *in loco* dos animais caçados, pois os cenários de caça desenrolavam-se no exterior do povoado.

Com efeito, o destaque da caça não deverá ser valorizado isoladamente, mas integrado no diversificado conjunto de actividades de subsistências e artesanais desenvolvidas e na pluralidade de recursos explorados pelas comunidades que habitaram o cabeço de São Pedro ao longo do tempo. Para além da disponibilidade e da importância alimentar dos animais caçados, a sua selecção e uso poderão ter estado relacionados com motivações de índole social e simbólica, difíceis de aferir no registo arqueológico. Por outro lado, a eventual associação das armaduras às estruturas pétreas de delimitação e a cenários bélicos é uma questão muito delicada, mas que não deverá ser ignorada. Em termos quantitativos, os conjuntos mais expressivos de pontas de seta do sítio de São Pedro correspondem às fases de ocupação II e IV, coincidindo com a construção e utilização das fortificações. Contudo, as características globais das unidades estratigráficas de proveniência das pontas de seta não permitem reconstituir contextos defensivos/ofensivos de utilização, como é proposto para outros povoados fortificados, como Zambujal (Uerpmann, 1995; Uerpmann e Uerpmann, 2003), ou los Millares (Aranda e Sánchez, 2005, p. 188). Apesar destas limitações contextuais e analíticas, consideramos que o potencial das pontas de seta como armas em conflitos interpessoais não deverá ser menosprezado (Ventura e Senna-Martínez, 2004, p. 15; Dias-Meirinho, 2008), como o demonstram diversos vestígios antropológicos peninsulares e europeus, em que se identificam projéteis líticos de dimensões, morfologias e acabamentos muito diversificados cravados em ossos humanos (Campillo *et al*., 1993; Etxeberria e Vegas, 1992; Armandáriz e Irigaray, 1995; Guilaine e Zammit, 2001; Fabián, 2006; Vegas, 2007; Jiménez-Borbeil *et al*., 2009; Silva e Marques, 2010; Silva, *et alii*, 2012; Lieusau *et al*., 2014).

6. AS PONTAS DE SETA NOS POVOADOS DE SÃO PEDRO: CONSIDERANDOS ECONÓMICO-IDENTITÁRIOS NO CONTEXTO DAS OCUPAÇÕES DO IIIº MILÉNIO A.N.E. AO LONGO DO "*PARALELO DA SERRA D'OSSA*"

O conjunto de pontas e seta do sítio de São Pedro aqui analisado, que ultrapassa os 400 exemplares, assume-se como um dos mais extensos já estudados no Sul de Portugal, especialmente no que se refere a contextos habitacionais. Além do conjunto agora apresentado, é importante referir a existência de mais de uma centena de pontas de seta em colecções privadas, bem como os materiais anteriormente publicados por Manuel Calado (2001), resultantes de prospecções intensivas de superfície, o que significa que a totalidade destas peças no sítio de São Pedro poderá ser superior ao meio milhar.

Este facto assume particular expressão se atendermos aos dados disponíveis para diversos povoados

de características semelhantes, mas dimensões por vezes superiores, quer na região alentejana, quer na Estremadura. Efectivamente, se considerarmos paralelos resultantes de trabalhos recentes, como o caso dos dados provenientes das intervenções no Regolfo de Alqueva, quer no Porto das Carretas, com apenas 9 exemplares classificáveis (Soares, 2013, p. 209) ou no Monte do Tosco com 21 exemplares, mesmo atendendo a uma área de escavação reduzida (Moro Berraquero, 2013, p. 256), fica patente uma notável diferença. Se sairmos do contexto regional imediato, os dados do sítio de São Pedro mantêm um claro destaque. A título de exemplo, veja-se o caso de Santa Justa (Alcoutim), no qual apenas se documentaram 46 pontas de seta (Gonçalves, 1989, p. 216), apesar de uma extensa área aberta, ainda que por vezes pouco escavada em profundidade. Ainda no Sudoeste peninsular, mas já fora do território actualmente português, importa citar o caso do povoado da Junta de los Ríos (Huelva), também escavado extensamente, e em que se recolheram apenas 34 exemplares (Nocete, 2008, p. 153) (Figura 10).

Na Estremadura portuguesa, na qual a indústria lítica é abundantemente reconhecida, favorecida pela presença de importantes jazidas de matéria-prima de qualidade, a realidade aparenta ser algo distinta. O caso recentemente publicado do Outeiro Redondo (Cardoso e Martins, 2016/17, p. 284; Cardoso, 2013, p. 660), com um total de 89 exemplares recolhidos em escavação, a par de pouco mais de duas dezenas em trabalhos antigos (Cardoso, 2009) permitiu reunir mais de 100 exemplares numa ocupação restrita e escavada apenas parcialmente, deixando entrever uma presença, ainda assim, importante, contrariando as tendências mais interiores. Todavia, quer os dados apresentados por S. Forenbaher (1999, p. 75) para diversos sítios estremenhos investigados há muito, quer outros resultantes de intervenções extensas e recentes, parecem não alterar o efectivo distanciamento quantitativo do São Pedro face à maior parte dos sítios conhecidos. Os casos de Leceia, extensamente escavado e com uma longa diacronia de ocupação, com apenas 195 exemplares (Cardoso e Martins, 2013, p. 442), ou da Moita da Ladra, escavado integralmente, com 142 exemplares (Cardoso, 2014, p. 234), apresentam conjuntos substancialmente menores que o meio milhar do São Pedro.

Assim sendo, torna-se importante questionar a origem desta situação, que obviamente poderá ter múltiplas respostas. Em quase todos os sítios parecem existir indícios de produção local de pontas de seta, o que não favorece este factor como elemento de diferenciação da realidade do São Pedro, ainda que os contextos alentejanos, menos conhecidos e com matéria-prima menos acessível, possam dar azo a certas concentrações para redistribuição. Todavia, como se observou, a efectiva escassez destes utensílios no Porto das Carretas, junto ao Guadiana, e numa zona onde as matérias-primas são abundantes, impõe forte prudência nesta possibilidade. Outro factor diferenciador do São Pedro poderá ter sido a muito relevante presença de fauna caçada, dando a entender uma importante actividade cinegética, eventualmente na origem de tão abundante presença de pontas de projéctil. Todavia, uma vez mais, e como o próprio investigador de La Junta de los Ríos afirmou (Nocete, 2008, p. 159) parece não existir uma correlação directa entre o volume da fauna selvagem presente e o número de pontas de seta, na justa medida em que este local, apesar de apresentar uma elevada percentagem de fauna selvagem, apresenta um número reduzido de pontas de seta. No mesmo sentido apontam os dados do pequeno sítio do Mercador, com apenas 7 exemplares de pontas de seta (Moro Berraquero, 2013, p. 249), mas que apresenta indícios de uma importante componente de caça na base alimentar (Davis e Moreno-García, 2007, p. 67). Perante estes dados, é com alguma dificuldade que poderemos atribuir às actividades cinegéticas desenvolvidas pelas comunidades do São Pedro a quantidade de pontas de projéctil presentes. Cremos que apenas uma leitura mais fina dos contextos e das conjunturas que ditaram a atribulada existência dos povoados de São Pedro e de outros em redor permitirá hipóteses sólidas. A leitura integrada das presenças e das diversas fases das fortificações, assim como o cruzamento com análises traceológicas e de distribuição poderão dar substância a uma proposta mais vocacionada para episódios pontuais de violência intergrupal, restando-nos, de momento, assinalar os dados possíveis.

Uma outra linha de análise deriva da avaliação tipológica do conjunto, relativamente monótona, mas acompanhando as grandes tendências reconhecidas para o Sul do território actualmente português, com o domínio completo das pontas de seta de base côncava e recta (tipo 2 de Forenbaher, 1999) e a ausência quase total do tipo 1, especialmente de base C-E, como se apontou acima.

Recentemente, enunciámos que a Serra d'Ossa terá constituído, de certa forma, uma fronteira cultural expressa na morfologia das pontas de seta (Boaventura *et al*., 2014-2015, p. 224), na esteira do que M. Calado havia já intuído (Calado, 2001). Assim, *o paralelo da Serra d'Ossa* terá sido um verdadeiro território de fronteira cultural, constituindo a tipologia das pontas de seta um dos mais claros indicadores desta situação. Efectivamente, a Sul da Serra, o domínio das bases rectas e côncavas é total, sendo as pontas de seta de base convexa ou de base triangular virtualmente desconhecidas. Esta tendência regista-se em contextos habitacionais, como demonstrámos no sítio de São Pedro e em contextos funerários, de que o Caladinho (Redondo) constitui um significativo exemplo, reforçado pelos conjuntos exumados nos sepulcros da área de Reguengos de Monsaraz (Leisner e Leisner, 1951), ou mais recentemente em STAM-3 (Gonçalves, 2003), Anta 1 do Xarez (Gonçalves, 2013), e sepulcros 1 e 2 dos Perdigões (Mendonça e Carvalho, 2016, p. 39). Por contraponto, os estudos realizados na aba Norte da Serra d'Ossa, nomeadamente na Anta da Nossa Senhora da Conceição dos Olivais, nas imediações de Estremoz, demonstram que praticamente metade do conjunto de pontas de seta se enquadra no tipo 1 (com bases C e D) de Forenbaher (Boaventura, *et al.* 2014-2015, p. 190), o que se enquadra nas tendências documentadas no território de Elvas (Leisner e Leisner, 1959) e no Nordeste alentejano (Oliveira, 2011).

De facto, S. Forenbaher (1999, p. 81) e Rui Boaventura (2009, p. 236) já haviam referido nos seus trabalhos sobre os territórios do Centro e Norte de Portugal, a tendência para o domínio de pontas de seta de base convexa e triangular, especialmente nos contextos funerários e para a raridade destas variantes em contextos habitacionais.

Na década de 30 do século XX, Manuel Heleno apresentou a proposta da antiguidade das pontas de seta de base convexa/triangular ou pedunculada face às de base recta ou côncava (apontamentos do Caderno 2 de Estremoz, Setembro de 1934, p.32). Esta proposta foi posteriormente divulgada pelo casal Leisner, sendo seguida ainda hoje (Forenbaher, 1999, p. 81; Boaventura, 2009, p. 237). Rui Boaventura, ainda que aceite em geral esta proposta, matiza a anterioridade das pontas de seta de base convexa/triangular ou pedunculada face aos restantes tipos, assumindo uma relativa contemporaneidade, com evoluções percentuais diacrónico-culturais distintas. Assim, para este autor, no caso concreto da Estremadura, as pontas de base convexa/triangular seriam genericamente contemporâneas das de base recta e côncava, ainda que dominem nos conjuntos funerários de transição do IVº para o IIIº milénio a. C., desaparecendo em momentos mais tardios. Esta tendência, bem como a convivência entre os tipos é documentada em contextos funerários e domésticos (Boaventura, 2009, p. 237).

No caso dos territórios meridionais, nomeadamente na área Sul da Serra d'Ossa, dificilmente poderemos traçar a mesma tendência crono-tipológica das pontas de seta proposta para a Estremadura. Efectivamente, a Sul da Serra d'Ossa, as pontas de seta de base convexa e triangular são praticamente desconhecidas, mesmo em contextos funerários datados dos finais do 3º quartel do IVº e da viragem para o IIIº milénio a. C., parecendo dominar os geométricos, como fica bem patente no conjunto da Sobreira de Cima (Valera, 2013).

Se, por um lado, a questão cronológica pode, e deve, ter influenciado a dispersão dos vários modelos de pontas de projétil, por outro, a sua total ausência em determinadas regiões poderá estar associada a questões de índole grupal/identitário. Em nosso entender, estas razões serão mais plausíveis para explicar a ausência de determinados tipos pontas de seta nas áreas a Sul da Serra d'Ossa, ou a escassez de outros em regiões mais setentrionais.

Esta leitura identitária da diversidade tipológica das pontas de seta pode constituir uma alternativa aos argumentos cronológicos, nem sempre sustentáveis. Assim, uma utilização principalmente identitária de determinados tipos, nomeadamente os de base convexa e triangular, ajudaria a explicar o seu predomínio em contextos funerários, como ficou patente nas antas de Lisboa (Boaventura, 2009, p. 233), por contraponto a uma presença mais "utilitária" em povoados, como Leceia (Cardoso e Martins, 2013, p. 446), Outeiro Redondo (Cardoso e Martins, 2016/17, p. 290) ou Moita da Ladra (Cardoso, 2014, p. 234), onde claramente dominam as pontas de seta de base plana e côncava. Neste sentido, ainda que faltem dados para os povoados de Norte alentejano, poder-se-ia colocar uma situação semelhante, dada a presença dominante de pontas de base convexa e triangular, em contextos funerários. Estas semelhanças poderiam constituir num bom indício da existência de contactos entre a Alta Estremadura/Ribatejo/Alto Alentejo, em determinadas ocupa-

ções, enquanto noutras as ligações seriam preferencialmente mais para Sul.

Esta primeira abordagem ao conjunto de pontas de seta do São Pedro poderá ajudar a lançar novas questões sobre a identidade cultural das comunidades, e a sua forma de estruturação no espaço, materializada eventualmente na disseminação e partilha de pequenas tradições que ajudem a completar a compreensão das dinâmicas culturais dos finais da Pré-História no Centro-Sul do território actualmente português.

BIBLIOGRAFIA

ARANDA JIMÉNEZ, Gonzalo; SÁNCHEZ ROMERO, Margarita (2005) – The origins of warfare: later prehistory in southeastern Iberia. In PARKER PARSON, Mike; THORPE, I. J. N. (eds.) – *Warfare, violence and slavery in Prehistory. Proceedings of a Prehistoric Society Conference at Sheffield University.* Oxford: Archeopress. BAR International Series 1374, pp. 181-194.

ARMENDÁRIZ, Javier; IRIGARAY, Susana (1995) – Violencia y muerte en la Prehistoria: El hipogeo de Longar. *Revista de Arqueología,* XVI, 168, P. 16-29.

BOAVENTURA, Rui (2009) – *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Policopiado.

BOAVENTURA, Rui; MATALOTO, Rui; ANDRADE, Marco; NUKUSHINA, Diana (2014 – 2015) – Estremoz 7 ou a Anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (Estremoz, Évora). *O Arqueólogo Português*. Lisboa, Série V, 4/5, pp. 175-235.

BRANCO, Gertrudes (2007) – *Pedra de Ouro (Alenquer): uma leitura actual da colecção Hipólito Cabaço*. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia, 49).

CALADO, Manuel (2001) – D*a Serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 19). Lisboa.

CAMPILLO, Domenec; MERCADAL, Oriol; BLANCH, Maria Rosa (1993) – A Mortal Wound Caused by a Flint Arrowhead in Individual MF-18 of the Neolithic Period Exhumed at Sant Quirce del Valles. International Journal of Osteoarchaeology, vol 3, pp. 145-150.

CARDOSO, João Luís (2009) – Espólios do povoado calcolítico fortificado de Outeiro Redondo (Sesimbra): as colheitas do Arq. Gustavo Marques. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 12 (1), pp. 73-114.

CARDOSO, João Luís (2013) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados da primeira fase de escavações arqueológicas (2005-2008). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, pp. 641-730.

CARDOSO, João Luís (2014) – O povoado calcolítico fortificado de Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa): resultados das escavações efectuadas (2003 – 2006). Estudos Arqueológicos de Oeiras, 21, pp. 217-294.

CARDOSO, João Luís; CARREIRA, J. R. (2003) – O povoado calcolítico do Outeiro de São Mamede (Bombarral): estudo do espólio das escavações de Bernardo Sá (1903 – 1905). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 11, pp. 97-228.

CARDOSO, João Luís; MARTINS, Filipe (2013) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo dos utensílios de pedra lascada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras.* 20, pp. 357-524.

CARDOSO, João Luís; MARTINS, Filipe (2016/17) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra): resultados das campanhas de escavação de 2013 e 2014. *Estudos Arqueológicos de Oeiras. A Rui Boaventura, Homenagem à sua Memória.* Oeiras. 23, pp. 233-392.

CARVALHO, António Faustino (1995_1996) – O talhe da pedra e a transição Neolítico-Calcolítico no Centro e Sul de Portugal: tecnologia e aspectos da organização da produção. *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.* 3-4, pp.41-60.

CARVALHO, António Faustino (1998) – A pedra lascada do Monumento Funerário 1: análise dos materiais recolhidos. In LAGO, Miguel; DUARTE, Cidália; VALERA, António Carlos; ALBERGARIA, João; ALMEIDA, Francisco; CARVALHO, António Faustino – Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 1: 1, pp. 129-137.

CARVALHO, António Faustino (2008) – A neolitização do Portugal meridional: os exemplos do maciço calcário estremenho e do Algarve ocidental. *Promontoria Monografica.* Faro: Universidade do Algarve. [Consult. 30 mai. 2016].

COSTEIRA, Catarina (2010) – *Os componentes de tear do povoado de S. Pedro (Redondo, Alentejo Central), 3º milénio a.n.e.* Lisboa: [s.n.], 2010. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

COSTEIRA, Catarina (2012) – Placas e crescentes – Análise de um conjunto de componentes de tear do sítio arqueológico de S. Pedro (Redondo, 3º milénio a.n.e.). *Arqueologia e História*, 62-63, Lisboa, pp. 23-37.

COSTEIRA, Catarina; MATALOTO, Rui (2013) – Os componentes de tear do povoado de S. Pedro (Redondo, Alentejo Central) In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier; BUSTAMENTE, Macarena; GARCÍA CABEZAS, Miriam, eds. – *Actas del VI Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular*, Villafranca de los Barros, pp. 625-667.

COSTEIRA, Costeira; MATALOTO, Rui; ROQUE, Conceição (2013) – Uma primeira abordagem à cerâmica decorada do 4º./3º. Milénio a.n.e. dos povoados de São Pedro. (Redondo). In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – A *Arqueologia em Portugal – 150 anos.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 397-406.

COSTEIRA, Catarina; MATALOTO Rui (2016) – Gestos do simbólico, I: "ídolos", idoliformes, figuras e representações do "sagrado"(?) nos povoados dos IV/III milénios a.n.e. de São Pedro (Redondo). *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa, 19, pp. 63-86.

DAVIS, Simon; MATALOTO, Rui (2012) – Animal remains from Chalcolithic São Pedro (Redondo, Alentejo): evidence for a crisis in the Mesolithic. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* 5: 15, Lisboa, pp. 47-85.

DAVIS, Simon; MORENO GARCÍA, Marta (2007) – Of metapodials, measurements and music – eight years of miscellaneous zooarchaeological discoveries at the IPA, Lisbon. *O Arqueólogo Português*, 25, pp. 9-165.

DIAS – MEIRINHO, Marie-Hélène (2008) – S*ur la notion d'armes de guerre au Néolithique. Recherches sur les armateurs de projectiles du Paléolithique Supérieur au Néolithique.* (Actes du Colloque C 83, XV Congrès de l'UISPP, Lisbonne, 4 – 9 septembre, 2006). Palethnologie, Revue bilingue de Préhistoire.

DIAS-MEIRINHO, Marie-Hélène (2011) – *Des armes et des hommes. L'archerie à la transition fin du Néolithique – Age du Bronze en Europe Occidentale.* These de Préhistoire. Université de Toulouse.

DINIZ, Mariana (2007) – *O sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização no Interior / Sul de Portugal.* Trabalhos de Arqueologia. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

ETXEBERRIA, Francisco; VEGAS, Jose I. (1992) – Heridas por flecha durante la Prehistoria en la Peninsula Ibérica. *Munibe. Suplemento* 8, pp. 129-136.

FABIÁN GARCÍA, J. Francisco (2006) – *El IV y III milénio AC en el Valle Amblés* (Ávila). Monografias 5. Arqueología en Castilla y León.

FÁBREGAS VALCARCE, Ramón; RODRÍGUEZ RELLÁN, Carlos (2008) – Gestíon del cuarzo y la pizarra en el Calcolítico peninsularel «Santuario» de El Pedroso (Trabazos de Aliste, Zamora). *Trabajos de Prehistoria.* 65: 1, pp. 125-142.

FEIO, Mariano; MARTINS, António (1993) – O relevo do Alto Alentejo (traços essenciais). *Finisterra*. XXVIII, 55-56, pp. 149-199.

FORENBAHER, Stašo (1998) – Production and exchange during the Portuguese Chalcolitic: the case of bifacial flaked stone industries. *Trabajos de Prehistoria.* 55: 2, pp. 55-71.

FORENBAHER, Stašo (1999) – *Production and exchange of bifacial flaked stone artifacts during the Portuguese Chalcolithic*. British Archaeological Reports – International Series. Oxford: Archaeopress.

GONÇALVES, Victor Santos (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental: Uma aproximação integrada*. Lisboa: UNIARQ; INIC., 2 vols.

GONÇALVES, Victor Santos (2003) – *STAM-3, a Anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz).* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 32).

GONÇALVES, Victor Santos (2013) – N*o limite oriental do Grupo Megalítico de Reguengos de Monsaraz.* Évora: EDIA/ DRCALEN.

GUILAINE, Jean ; ZAMMIT, Jean (2001) – *Le sentier de la guerre. Visages de la violence préhistorique.* Seuil, Paris.

HELENO, Manuel – Caderno de campo n.º 2: Antas dos arredores de Estremoz [Manuscrito]. 1934. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de Manuel Heleno. pp. 2-16.

INIZIAN, Marie-Louise; REDURON-BALLINGER, Michèle; ROCHE, Hélène; TIXIER, Jacques (1999) – *Technology and Terminology of Knapped Stone.* Traduzido por Jehanne Féblot-Augustins. Nanterre: CREP (Préhistoire de la Pierre Taillée, 5).

JIMENEZ-BORBEIL, Sylvia; SOUICH, Ph du.; AL-AOMAOUI, Ihab (2009) – Possible Relationship of Cranial Traumatic Injuries with Violence in the South-East Iberian Peninsula From the Neolithic to the Bronze Age. *American Journal of Physical Anthropology* 140, pp. 465-475.

JORDÃO, Patrícia (2010) – *Análise de proveniência de matérias-primas* líticas da indústria de pedra lascada do povoado calcolítico de S. Mamede (Bombarral). Lisboa: [s.n.], 2010. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

LAGO, Miguel; DUARTE, Cidália; VALERA, António; ALBERGARIA, João; ALMEIDA, Francisco; CARVALHO, António Faustino (1998) – O povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. 1: 1, pp. 45-152.

LEISNER, Georg; LEISNER, Vera (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz.* Lisboa: Instituto para a Alta Cultura. Reeditado por Uniarq/INIC, 1985.

LEISNER, Georg; LEISNER, Vera (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen.* Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1: 2.

LIESAU, Corina; RÍOS, Patrícia; BLASCO, C.; GÓMEZ, J. (2014) – Indicios de violencia en yacimientos de la region de Madrid en el marco del Calcolítico peninsular. *Gladius. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en Oriente et Occidente*, XXXIV, pp. 7-36.

MATALOTO, Rui (2010) – O 4.º/3.º milénio a.C. no povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central): fortificação e povoamento na planície centro alentejana. In GONÇALVES, Victor Santos; SOUSA, Ana Catarina, ed. – *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. Actas do Colóquio Internacional.* Cascais: Câmara Municipal, pp. 263-296.

MATALOTO, Rui; ESTRELA, Susana; ALVES, Catarina (2007) – As fortificações calcolíticas de São Pedro (Redondo, Alentejo Central, Portugal). In CERRILLO, Enrique; VALADÉS, Juan, eds. – *Los primeros campesinos de La Raya: Aportaciones recientes al conocimiento del neolitico y calcolítico en Extremadura y Alentejo. Actas de las Jornadas de Arqueología del Museu de Cáceres*, 1. Cáceres. Consejería de Cultura y Turismo (Memórias, 6), pp. 113-141.

MATALOTO, Rui; ESTRELA, Susana; ALVES, Catarina (2009) – Die kupferzeitlichen Befestigungen von São Pedro (Redondo), Alentejo, Portugal. *Madrider Mitteilungen* Wiesbaden. 50, pp. 3-39.

MATALOTO, Rui; BOAVENTURA, Rui (2009) – Entre vivos e mortos nos 4º e 3º milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12: 2, pp. 31-77.

MATALOTO, Rui; GAUSS, Roland (no prelo) – Construtores e metalurgistas: faseamento e cronologia pelo radiocarbono da ocupação calcolítica do São Pedro (Redondo, Alentejo Central) In *Kupferzeitliche Metallurgie in Zambujal, in Estremadura, Südportugal und Südwestspanien: Vom Fertigprodukt zur Lagerstätte. Arbeitstagung Alqueva-Staudamm,* 27. bis 30. Oktober 2005. Série Iberia Archaeologica. DAI: Abteilung.

MATALOTO, Rui; COSTEIRA, Catarina; ROQUE, Conceição (2015) – Torres, cabanas e memória – A fase V e a cerâmica campaniforme do povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central).*Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa.

MATALOTO, Rui; COSTEIRA, Catarina (2016) – Gestos do simbólico II – recipientes fragmentados em conexão do 4º/3º milénios a.n.e. de São Pedro (Redondo). In SOUSA, Ana Catarina; CARVALHO, António; VIEGAS, Catarina (eds.) – *Terra e água, escolher as sementes, invocar a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves.* Estudos e memória, 9. Lisboa, pp. 189-208.

MATALOTO, Rui; COSTEIRA, Catarina; NUKUSHINA, Diana (no prelo) – Local shop, for local people Resource management during the 3rd millennium BCE at São Pedro (Redondo, Portugal). *Key Resources and Socio-Cultural Developments in the Iberian Chalcolithic.* DAI Madrid / Universidad de Alcalá de Henares, 2015.

MENDONÇA, Margarida; CARVALHO, António Faustino (2016) – A componente de pedra lascada dos monumentos funerários 1 e 2 do Complexo arqueológico dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz). *Apontamentos de Arqueologia e Património.* Lisboa. 11, pp. 33-45.

MORO BERRAQUERO, Javier (2013) – A pedra talhada do Moinho Valadares, Mercador e Monte do Tosco. In VALERA, António Carlos (Coord.): *As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana – 2º metade do IV aos inícios do II milénio AC.* Memórias d'Odiana, 2ª série. Estudos Arqueológicos do Alqueva, 6, pp. 229-261.

NOCETE, Francisco (2004) – *ODIEL. Proyecto de investigación arqueológica para el análisis del origen de la desigualdad social en el Suroeste de la Península Ibérica*. Monografias de Arqueología, 19. Consejería de cultura de de la Junta de Andalucia. Sevilla.

NOCETE, Francisco (2008) – *El yacimiento de La Junta de los Ríos. Sevilla. Consejería de Cultura. Arqueología* – Monografías, 29.

NUKUSHINA, Diana; MATALOTO, Rui; COSTEIRA, Catarina; IGREJA, Marina (no prelo) – "Foliáceos ovóides" e "grandes pontas bifaciais" nos povoados de S. Pedro (Redondo). *Actas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsul*ar. Serpa/Aroche (24-26 Outubro 2014).

OLIVEIRA, Jorge (2011) – *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*. Tomo II e III (edição electrónica).

PAÇO, Afonso do (1954) – Castro de Vila Nova de S. Pedro: VI – Campanhas arqueológicas de 1943 a 1950 (n.º 7 a n.º 14). *Arqueologia e História.* Lisboa. Série VIII, 3, pp. 31-80.

RODRIGUES, Filipa (2006) – *Casa Branca 7: Um povoado na transição do 4.º para o 3.º milénio a.n.e. na margem esquerda do Guadiana (Serpa).* Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.

RODRIGUES, Filipa (2015) – *O sítio da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora) e a emergência dos recintos de fossos no SW Peninsular nos finais do 4º milénio a.n.e.* Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. 2vol.

SANTOS, Ivo; ROCHA, Leonor (2015) – Contributo para o conhecimento da Anta Grande do Zambujeito (Évora, Portugal): as pontas de seta. In BRANCO, Gertrudes; ROCHA, Leonor; DUARTE, Cidália; OLIVEIRA, Jorge; BUENO-RAMÍREZ, Primitiva (Eds.) – *Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário: actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição*. Évora: Universidade de Évora. Centro de História da Arte e Investigação Artística, pp. 34-41.

SANTOS, Raquel; ROCHA, Miguel (2011) – *Relatório final da 2ª fase da intervenção arqueológica em Porto Torrão, Ferreira do Alentejo – sectores 1 e 2.* Neoépica.

SILVA, Ana Maria; MARQUES, Rui (2010) – An arrowhead injury in a Neolithic human axis from the natural cave of Lapa do Bugio (Sesimbra, Portugal). *Anthropological Science,* 118: 3, pp. 185-189.

SILVA, Ana Maria; BOAVENTURA, Rui.; FERREIRA, Teresa; MARQUES, Rui (2012) – Skeletal evidence of interpersonal violence from Portuguese Neolithic collective burials: an overview. In SCHULTING, Rick; FIBIGER, Linda (eds.) – *Neolithic Violence in a European Perspective.* Oxford: Oxford University Press, pp. 317-340.

SOARES, Joaquina (2013) – Transformações sociais durante o III milénio AC no Sul de Portugal – O povoado do Porto das Carretas. Memórias d'Odiana, 2ª série. Estudos Arqueológicos do Alqueva, 5.

SOUSA, Ana Catarina (2010) – *O Penedo do Lexim e a sequência do neolítico final e calcolítico da Península de Lisboa* [Em linha]. [S.l.]: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. [Consult. 28 fev. 2017].

UERPMANN, Margarethe (1995) – A Indústria da Pedra Lascada do Zambujal. In KUNST, Michael (ed.) – *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica. Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras, 3-5 de Abril 1987.* Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, pp. 37-43.

UERPMANN, Hans Peter; UERPMANN, M Margarethe (2003) – *Zambujal: die stein und beinartefakte aus den Grabungen 1964 bis 1973. Mainz am Rhein: Philipp von Zabern,* 2003. (Madrider Beiträge ; Bd. 5).

VALERA, António Carlos, ed. (2013) – *Sobreira de Cima: necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja).* Lisboa: Era Arqueologia.

VALÉRIO, Pedro; VIDIGAL, Rosa; ARAÚJO, Maria de Fátima; SOARES, António Monge; SILVA, Rui; MATALOTO, Rui (2016) – The manufacture of copper weapons and tools from the Chalcolithic settlement of São Pedro (Portugal). *Materials and manufacturing Processes*, 31: 12.

VEGAS, Jose. I. (2007) – El yacimiento, descubrimiento e investigación. in VEGAS, J. I. (dir.) – *San Juan ante Portam Latinam. Memorias de Yacimientos Alaveses*, 12, pp. 17-54.

VENTURA, José; SENNA-MARTÍNEZ, João (2004) – Do Conflito à Guerra: aspectos do desenvolvimento e institucionalização da violência na Pré-História Recente Peninsular. In *Turres Veteras,* V, História Militar e da Guerra, Câmara Municipal de Torres Vedras.

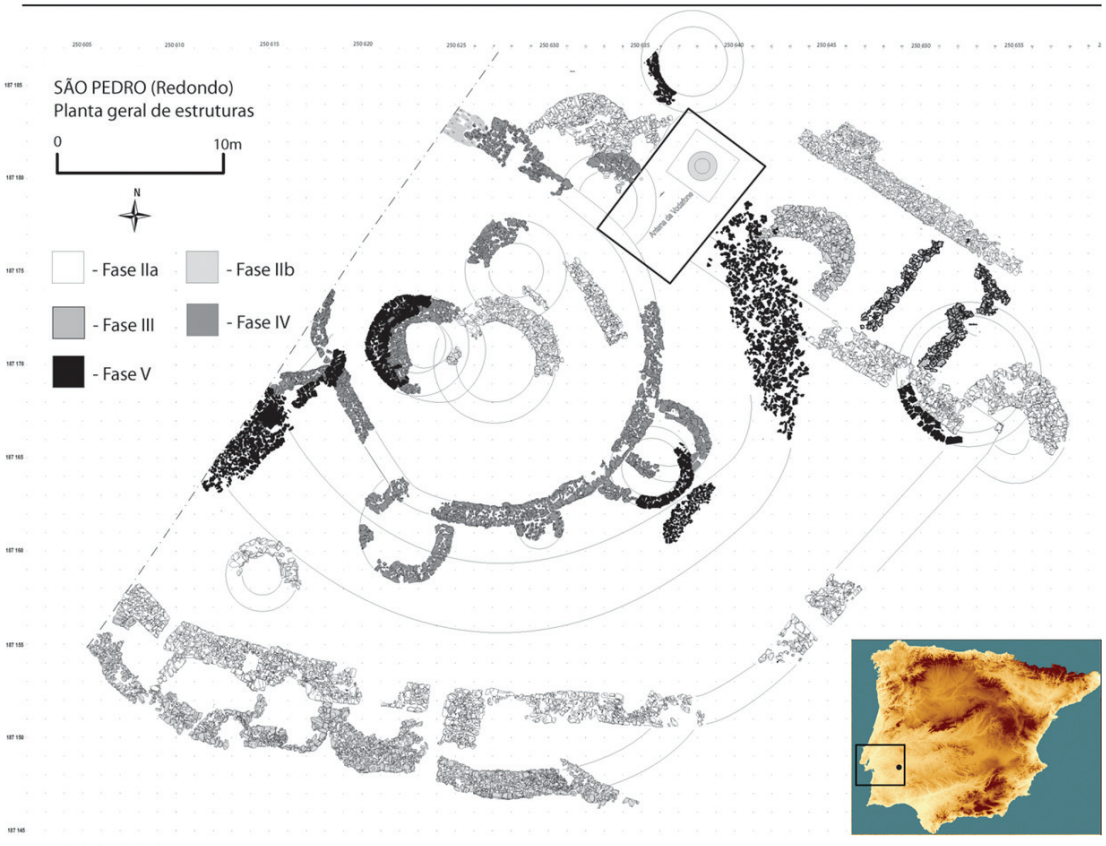


Figura 1 – Planta geral das estruturas pétreas do sítio de São Pedro, organizadas por fase de ocupação e localização na Península Ibérica (Adaptado de Costeira, *et al.*, 2013).

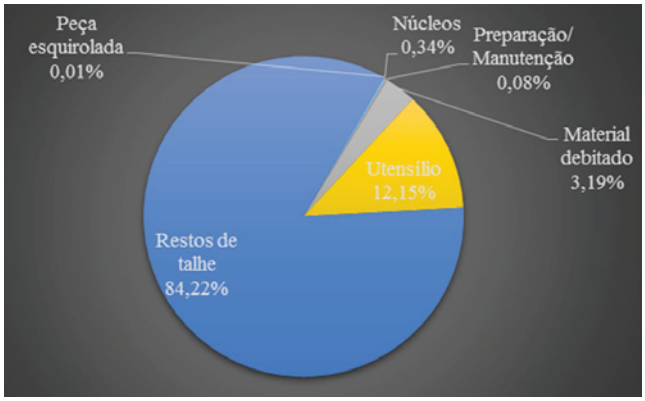


Figura 2 – Representação das categorias tecnológicas da indústria lítica proveniente do povoado do S. Pedro (N = 7587).

Tipo de Utensílio	N	%
Pontas de seta	411	44,63%
Foliáceo ovóide	10	1,09%
Foliáceo	8	0,87
Grande ponta bifacial	9	0,98%
Total Foliáceos	438	47,56%
Peça com retoque marginal	201	21,82%
Peça com retoque marginal+dorso abatido	1	0,11%
Raspadeira	10	1,09%
Raspador	1	0,11%
Entalhe	14	1,52%
Entalhe + retoque bifacial	2	0,22%
Entalhe + retoque marginal	12	1,30%
Denticulado	19	2,06%
Denticulado+retoque marginal	5	0,54%
Furador	4	0,43%
Buril?	1	0,11%
Compósito	2	0,22%
Diversos	211	22,91%
Total Geral	921	100,00%

Figura 3 – Utensílios líticos retocados do São Pedro.

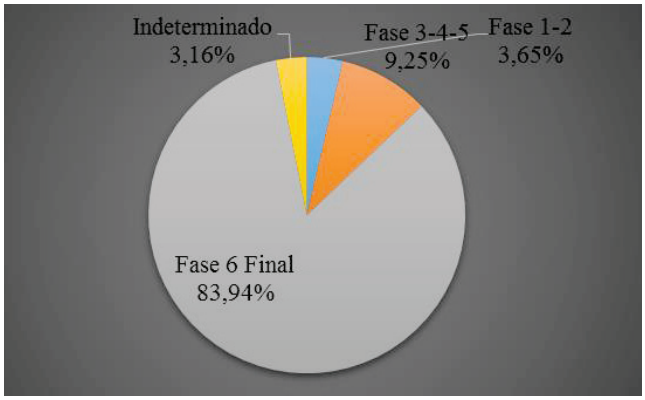


Figura 4 – Representatividade das pontas de seta por estádios de produção.

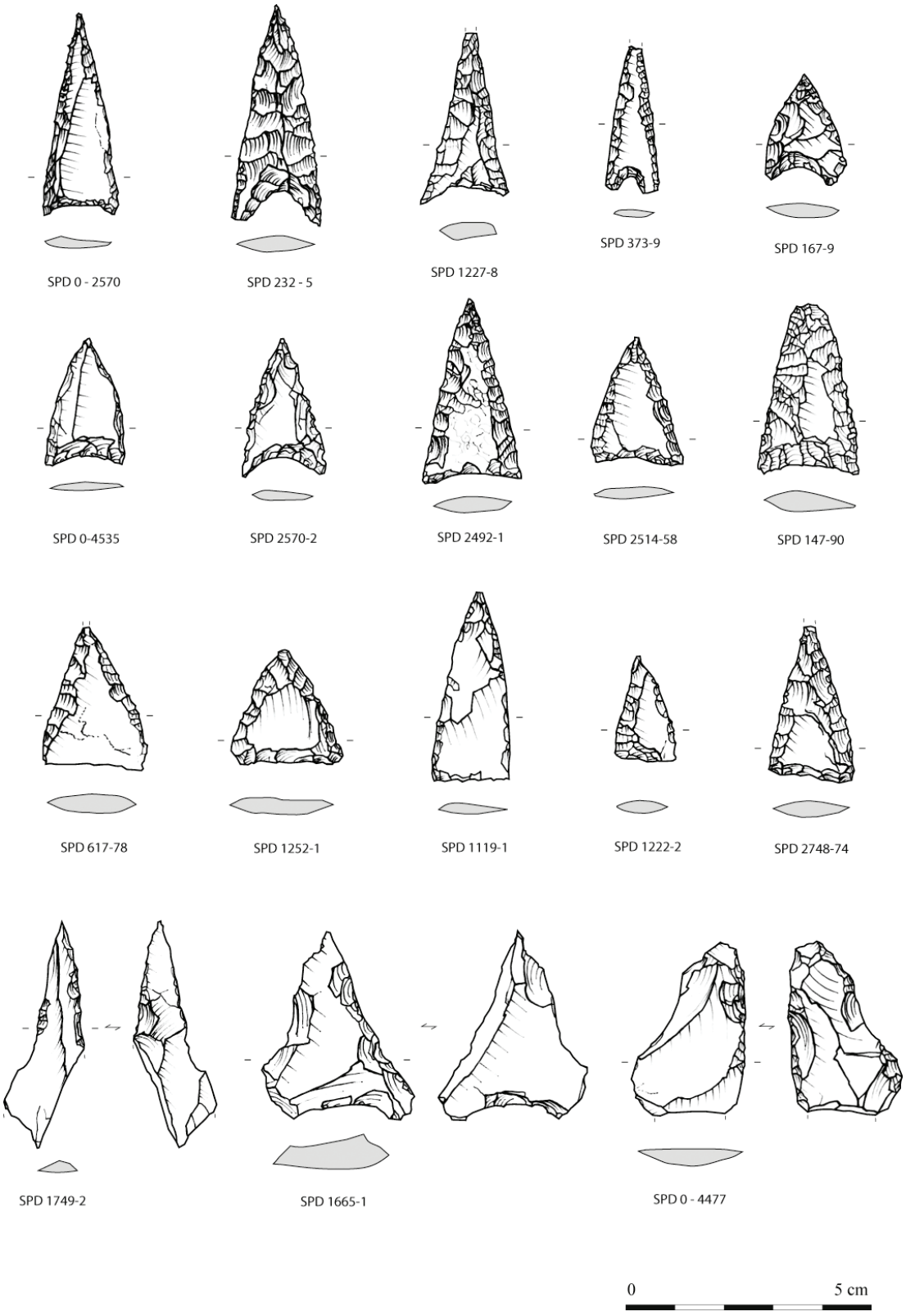


Figura 5 – Pontas de seta do São Pedro.



Figura 6 – Pontas de seta em estádios iniciais e intermédios de produção.



Figura 7 – Pontas de seta de diferentes tipologias.

Unidade Estratigráfica	Sector	Fase	Quantidade de Pontas de seta
[1]	D	IV / V	6
[115]	B	V	6
[265]	B	IV	9
[489]	E	V	4
[617]	B	IV	4
[689]	D	IV / V	4
[1211]	B	IV	4
[2538]	B	II	4
[3073]	F	IV	4



Figura 8 – Unidades estratigráficas com conjuntos de pontas de seta superiores a quatro elementos, com especial destaque para o contexto [265] (fotografia: arquivo de escavação, 2004).

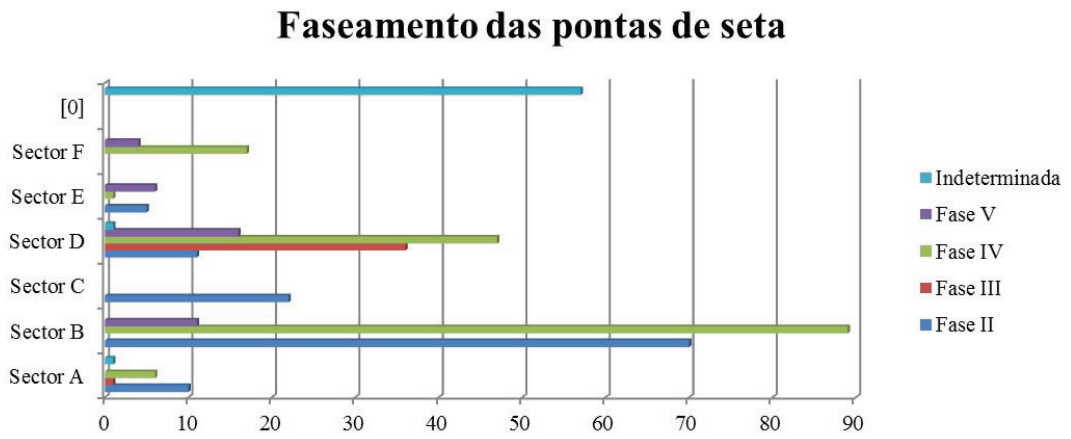


Figura 9 – Distribuição das pontas de seta por sector de escavação e por fase de ocupação.

Região	Sítio	Quantidade de Pontas de seta	Bibliografia
Estremadura	Leceia	195	Cardoso e Martins, 2013, p. 442
	Moita da Ladra	142	Cardoso, 2014, p. 234
	Outeiro de S. Mamede	c. 300	Cardoso e Carreira, 2003; Jordão, 2010
	Outeiro Redondo	c. 100	Cardoso e Martins, 2016 / 2017, p. 284
	Penedo do Lexim	149	Sousa, 2010
	Vila Nova de S. Pedro	c. 2000	Paço, 1954
	Zambujal	1108	Forenbaher, 1999, p. 75 Uerpmann e Uerpmann, 2003
Alentejo	Mercador	7	Moro Berraquero, 2013, p. 249
	Monte do Tosco	29	Moro Berraquero, 2013, p. 256
	Poto das Carretas	9	Soares, 2013, p. 209
	Porto Torrão	80 (numa área escavada de 980 m^2)	Santos e Rocha, 2011
	São Pedro	411	Mataloto, et al
Algarve	Santa Justa	46	Gonçalves, 1989, p. 216
Andaluzia	Cabezo Juré	387	Nocete, 2004, p. 367
	Junta de los Ríos	34	Nocete, 2008, p. 153

Figura 10 – Análise comparativa da representatividade de pontas de seta em diferentes contextos de povoado do Sul peninsular.

A PEDRA LASCADA NOS *THOLOI* DO BAIXO ALENTEJO INTERIOR: NOTAS PRELIMINARES DE CASOS DE ESTUDO

Ricardo Russo[1], Ana Catarina Sousa[2]

RESUMO

O presente artigo pretende analisar em termos quantitativos e qualitativos a indústria lítica dos monumentos tipo *tholos* do Baixo Alentejo Interior. Analisa-se a pedra lascada dos monumentos com material inventariado na década de 1950 nesta área pela equipa de Abel Viana e os Serviços Geológicos de Portugal, depositados no Museu Geológico e Museu Nacional de Arqueologia. Será ainda o estudo possível relativo à indústria lítica dos monumentos tipo *tholos* recentemente escavados e publicados, comparando analiticamente com os resultados dos monumentos anteriores.

Palavras-chave: Indústria lítica, Pedra lascada, *Tholoi*; Baixo Alentejo Interior.

ABSTRACT

The present work aims to analyse, in quantitative and qualitative terms, the lithic industry (more specifically the chipped stone tools) of the *tholos* like monuments of the Baixo Alentejo Interior (lower interior of the Alentejo). The chipped stone of the monuments will be analysed with material inventoried in the 1950's from this area by Abel Viana's team and the Serviços Geológicos de Portugal, nowadays in Geology Museum and National Archaeological Museum. The possible study of the lithic industry of the recently excavated and published *tholos* like monuments will be made, comparing them analytically with the results of the previous monuments.

Keywords: Lithic industry, Flaked stone tools, *Tholoi*, Baixo Alentejo Interior.

0. OBJECTIVOS

O presente artigo procura efectuar uma leitura de conjunto da indústria de pedra lascada dos monumentos tipo *tholos* no Baixo Alentejo Interior, compreendendo os concelhos onde estão documentados *tholoi:* Ferreira do Alentejo, Beja, Serpa, Aljustrel e Ourique.

Este estudo integra-se na tese de mestrado do primeiro signatário e na linha de investigação dedicada aos *tholoi* da segunda signatária (Sousa, 2016), tendo como principal objectivo efectuar uma análise integrada dos dados de antigas escavações em confronto com as novas pesquisas, fundamentalmente decorrentes da arqueologia preventiva (Figura 1).

Dos monumentos intervencionados pela equipa dos Serviços Geológicos de Portugal na década de 1950, foi possível realizar o estudo da indústria lítica dos *tholoi* com espólio depositado no Museu Nacional de Arqueologia e, maioritariamente, no Museu Geológico. Para os restantes sítios, será efectuada uma análise comparativa relativa à pedra lascada descrita nas publicações.

1. HISTÓRIA DAS PESQUISAS

Na região de Baixo Alentejo Interior conservam-se 15 monumentos, localizando-se administrativamente em Serpa (2), Aljustrel (1), Beja (2), Ourique (4), Ferreira do Alentejo (4). Podemos considerar genericamente duas grandes fases da pesquisa: uma fase inicial em meados do século 20 (9) e uma fase mais recente, já do século 21 (6).

1. Mestrando de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; ricardorusso90s2@hotmail.com

2. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; sousa@campus.ul.pt

Topónimo	CNS	Localização administrativa	Data	C14	Museu	Bibliografia (ordem cronológica)
Centirã 2	28756	Serpa	2006, 2007, 2011	X	CMS	Henriques, *et al.*, 2013
Monte da Velha 1	12176	Serpa	1982	X	JFF	Soares, 2008.
Monte do Outeiro	**4092**	**Aljustrel**	**1961**		**MG**	**Viana *et al.*, 1961; Schubart, 1965**
Monte das Pereiras	3545	Beja	1960			Serralheiro e Andrade, 1961
Quinta do Estácio 6	34405	Beja	2013			Valera *et al.*, 2013
A-dos-Tassos	**4028**	**Ourique**	**1960**		**MG**	**Viana *et al.*, 1961; Martins, 2014**
Malha Ferro	**3093**	**Ourique**	**1958**		**MG**	**Martins, 2014; Viana *et al.*, 1960**
Cerro do Gatão	**4124**	**Ourique**	**1960**		**MG**	**Viana, 1959 Martins, 2014**
Monte Velho	**1065**	**Ourique**	**1957**		**MG**	**Viana, 1959; Martins, 2014**
Barranco da Nora Velha	3894	Ourique	1959, 1996		MRB	Martins, 2014; Viana, 1959; Viana, 1960
Amendoeira Nova		Ourique	1959		MRB	Viana, 1959
Monte do Cardim 6	31433	Ferreira do Alentejo	2008, 2009			Valera, 2010; Valera *et al.*, 2013
Horta do João da Moura 1	31813	Ferreira do Alentejo	2008, 2010			Valera, 2010; Valera *et al.*, 2013
Monte do Pombal 1	21951	Ferreira do Alentejo	2009-2010			Valera, 2010; Valera *et al.*, 2013
Folha de Amendoeira	**4046**	**Ferreira do Alentejo**	**1952**		**MNA**	**Viana, 1953**

MG – Museu Geológico; MNA – Museu Nacional de Arqueologia; MRB – Museu Regional de Beja; CMS – Câmara Municipal de Serpa; JFF – Junta de Freguesia de Ficalho. A negrito os monumentos estudados.

Tabela 1 – Lista dos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior.

1.1. As escavações de Abel Viana e dos Serviços Geológicos

A primeira etapa das pesquisas decorreu em meados do século 2 por O. da Veiga Ferreira, Abel Viana, Ruy Freire de Andrade e António Serralheiro. A génese das pesquisas desta equipa está relacionada com os levantamentos geológicos de Aljustrel, Castro Verde e Ourique pelos Serviços Geológicos e pela empresa concessionária das minas de Aljustrel entre 1956 e 1959 (Martins, 2014).

Esta equipa identificou e escavou um conjunto de nove *tholoi*: Malha Ferro, Monte Velho 1, Amendoeira Nova (ou Colos), A-dos-Tassos, Cerro Gatão e Nora Velha, na zona Ourique, Monte do Outeiro e Monte das Pereiras em Beja e ainda Folha da Amendoeira em Ferreira do Alentejo (Viana, 1959; Viana, 1960; Viana, 1961). A análise historiográfica destas campanhas tem vindo a ser abordada por A. Martins (Martins, 2014) e C. T. Silva (Silva, 1987; 2008).

Apesar de lacunas metodológicas na escavação destes monumentos, os trabalhos desta "brigada" (nas palavras do próprio Abel Viana), constitui enorme contribuição para a compreensão do megalitismo, não apenas no Baixo Alentejo, onde os monumentos de tipo *tholos* eram até então desconhecidos, mas em todo o Sudeste da Península (Viana, 1959; Viana, 1960; Viana, 1961).

Dos referidos monumentos, foi possível realizar o estudo da indústria lítica dos monumentos com espólio depositado no Museu Nacional de Arqueologia (Folha da Amendoeira) e, maioritariamente, no Museu Geológico (Malha Ferro, Monte Velho 1, A-dos-Tassos, Cerro do Gatão e Monte do Outeiro).

1.2. Os novos trabalhos de arqueologia preventiva

A partir dos finais anos 90 a maior parte das intervenções em *tholoi* decorreram de arqueologia preventiva, principalmente no âmbito do projeto do Alqueva. Na última década, no âmbito da arqueologia preventiva foram identificados os seguintes monumentos de tipo *tholos* na área em estudo: Centirã 2 em Serpa (2006-2011) (Henriques *et al.*, 2013); Horta de João Moura (2011-2012) –; Monte do Cardim 6 (2005--2006) –; Monte do Pombal 1 em Porto Torrão; Quinta do Estácio 6 (2013) em Beja (Valera *et al.*, 2013). Dos monumentos referidos, a maioria não foi ainda alvo de publicação, sendo apenas mencionados em artigos de síntese e nos relatórios depositados no Arquivo da Arqueologia Portuguesa (DGPC) não apresentam informação detalhada sobre o espólio.

No presente artigo apenas faremos referência aos monumentos com mais informação disponível – Monte da Velha 1 (Soares, 2008), Centirã 2 (Henriques *et al.*, 2013) e Monte do Cardim 6 (Valera *et al.*, 2013). (Figuras 2 e 3).

2. NATUREZA DA INFORMAÇÃO

No que respeita às investigações de Abel Viana e dos Serviços Geológicos de Portugal o registo de campo é muito incompleto, mesmo aferindo com as práticas de meados do século 20. Frequentemente os monumentos foram registados após a sua destruição, pelo que as plantas publicadas são meramente indicativas. Também a recolha de material (deposições funerárias e espólio) parece não ter sido exaustiva em alguns casos. Existem ainda alguns problemas de registo, uma vez que alguns materiais que se encontravam depositados no Museu Geológico não constavam na publicação e vice-versa (materiais que estavam publicados não constavam das reservas).

2.1. Folha da Amendoeira (Viana, A., 1953)
Monumento identificado e estudado por Abel Viana e Serviços Geológicos, no ano de 1952, quando a lavra de um terreno da Folha da Amendoeira, na herdade do Monte do Outeiro, trouxe à superfície algumas pedras e alguns ossos humanos (Viana, 1953).
A estrutura arquitectónica do monumento já se encontrava destruída, tendo sido reconstituída mediante descrições do proprietário. Apresentaria câmara e corredor ortostático e cúpula de alvenaria (Sousa, 2016: tipo 1.1.), o mais frequente no Baixo Alentejo Interior.
Apenas se recuperaram os materiais recolhidos pelo proprietário, sendo provável que a recolha não tenha sido exaustiva. A. Viana encontra paralelos almerienses com as cerâmicas de Folha da Amendoeira, nota a ausência de contas de colar e pontas de seta e, pelo contrário, uma abundância notável de placas de xisto gravadas.
Apesar do sítio não ter sido directamente escavado por A. Viana, este refere mais de uma centena de esqueletos humanos, estimativa que não pareceu exagerado aos investigadores deste monumento, uma vez que no local restava ainda grande quantidade de espólio osteológico. De referir ainda, os 12 indivíduos desacompanhados de espólio, registados na parte exterior do monumento, a Nascente.
Abel Viana conclui que este monumento deveria pertencer ao Calcolítico pleno afirmando que "*este monumento aparece como ponto de ligação entre estações algarvias e outras da mesma cultura na zona da foz do Tejo*" (Viana, 1953, p. 262).
Os recentes trabalhos de arqueologia preventiva permitem compreender melhor o posicionamento de Folha da Amendoeira, situado na periferia do recinto de fossos de Porto Torrão e está associado a um conjunto de outros *tholoi* identificados recentemente: Monte do Pombal 1, Monte do Cardim 6 e Horta do João Moura 1 (sepulcro 1, 2 e 3), bem como a outra tipologia de sepulcros (Valera, 2010).
Em Ferreira do Alentejo, a presença de *tholoi* e outros sepulcros na periferia de Porto Torrão, mais propriamente no vale da Ribeira do Ouro encontra paralelos com implantação semelhante aos monumentos (3 sepulcros tipo *tholoi* e possivelmente outros – Valera e Godinho, 2009) e em Alcalar (18 *tholoi,* Moran, 2014). É particularmente significativo o núcleo de três *tholoi* identificados em Horta do João Moura (Ferreira do Alentejo), corroborando o conceito de necrópole-periferia uma vez que "*a quantidade, proximidade e técnica construtiva parece indicar alguma semelhança com o núcleo de Alcalar*" (Sousa, 2016, p. 278).

2.2. Monte Velho 1 (Viana, A.; Andrade, R. F.; Ferreira, O. da V.; 1959)
Este monumento foi escavado no ano de 1957 em apenas três dias (Viana, Andrade, Ferreira, 1959).
O monumento apresenta planta de câmara e corredor ortostático, não existindo informação sobre a cúpula, possivelmente de alvenaria (Sousa, 2016: tipo 1.1.). Apresentava mamoa com dois anéis pétreos.
O espólio é constituído maioritariamente por material lítico (lâminas, pontas de seta, machados de pedra polida) contas discoides e placas de xisto gravadas.

2.3. Malha Ferro (Viana, A.; Ferreira, O. da V.; Andrade, R. F. de; 1960)
Escavado em seis dias (1958), a publicação de Malha Ferro (Viana, Ferreira, Andrade, 1960) conta apenas com a descrição arquitetónica do monumento, com escassas informações sobre os contextos. Apresenta planta de câmara e corredor ortostáticos (Sousa, 2016: tipo 1.1.).
Relativamente à escassa cultura material registada, apenas se faz referência aos materiais encontrados, sem descrição ou detalhe adicional. No entanto, os autores dão ênfase a um vaso quase completo, salientando paralelos com monumentos almerienses.
Neste sepulcro foram recolhidos onze esqueletos humanos, referindo-se o mau estado de conservação, pelo que nenhum foi submetido a estudo antropológico. Na publicação apresentam-se representações gráficas das inumações na planta do monumento.

2.4. Cerro do Gatão e A-dos-Tassos (Viana, A.; Andrade, R. F. de; Ferreira, O. da V.; 1961)
Escavados em apenas quatro dias (Cerro do Gatão em 1960 e A-dos-Tassos no ano de 1961), e publicados em conjunto (Viana, Andrade, Ferreira, 1961), acerca destes monumentos apenas se registou o (pouco) espólio – fotografias e descrição detalhada –, a sua arquitetura, incluindo as respetivas plantas. Cerro do Gatão e A-dos-Tassos, possuem técnica construtiva diferente dos monumentos do mesmo tipo encontrados na região de Ourique. Apresentam câmara de alvenaria e corredor misto (Sousa, 2016: tipo 1.4), com cúpula semelhante ao monumento nº7 de Alcalar e até dos grandes monumentos de Almizaraque. A galeria curta, apresenta paralelos com as de Los Millares II. Entre o escasso espólio, regista-se a pedra lascada.

2.5. Monte do Outeiro (Viana *et al*., 1961; Schubart, H., 1965)
O monumento do Monte do Outeiro (Viana, Ferreira, Andrade, 1961; Schubart, 1965) foi descoberto e escavado pelo proprietário depois de danificadas as lajes superiores da abóbada da câmara com um tractor. Após a intervenção de António de Castello Branco (Diretor dos Serviços Geológicos de Portugal) os trabalhos arqueológicos decorreram sob direcção de Abel Viana (1961), O. da Veiga Ferreira e R. Freire de Andrade. Apesar do monumento se encontrar parcialmente destruído, foi possível realizar a reconstituição da planta, assim como avançar com alguns detalhes construtivos. Apresenta câmara e corredor ortostático, cúpula de alvenaria (Sousa, 2016: tipo 1.1.). O *tumulus* é representado com anel pétreo exterior, tipo fachada.

Da cultura material do *tholos* do Monte do Outeiro, deve referir-se uma grande lâmina de rocha siliciosa, de grão fino, semelhante às de Alcalar, assim como o espólio cerâmico, quase na totalidade semelhante a essa estação algarvia. Destaque também para um vaso com decoração simbólica (decoração incisa) – representado por dois olhos "raiados", tatuagem facial e a representação do sexo feminino – apresentando claras semelhanças com outros do mesmo tipo do Sudeste espanhol.
Destaca-se a presença de dois enterramentos na cripta em épocas muito distintas: "*Sobre um primeiro e mais antigo grupo de enterramentos se encontrava um outro mais moderno, e que ambos esses grupos pertencem à Idade do Cobre*" (Schubart, H.; 1965, p. 203). Nos enterramentos mais recentes, descobertos a uma profundidade de 0,80 m, o rito funerário utilizado foi o da inumação, que apesar da grande quantidade de espólio osteológico, dado o elevado nível de acidez dos solos e deterioração dos ossos, foi impossível a sua posterior análise apontando-se uma cronologia do Bronze Final. A primeira fase de enterramentos (possivelmente Calcolíticos), ocupando o chão da câmara e com concentração junto à passagem câmara/corredor, com um mínimo de cerca de 12 indivíduos proposto pelos escavadores.

2.6. Uma perspectiva geral

De modo a compreender diferenças e semelhanças arquitetónicas dos *tholoi* na região do Baixo Alentejo Interior, segue a seguinte análise, com base na tipologia proposta por Ana Catarina Sousa (2016, p. 219) – proposta que segue e complementa a de V. S. Gonçalves (1989).

Tipo	Monumentos Baixo Alentejo Interior
1.1. Câmara e corredor ortostático, cúpula de alvenaria:	Monte do Outeiro; Quinta do Estácio 6; A-dos-Tassos; Malha Ferro; Monte Velho; Nora Velha; Monte do Pombal 1; Folha da Amendoeira
1.2. Câmara totalmente em falsa cúpula, corredor ortostático:	Amendoeira Nova
1. 3. Câmara totalmente em falsa cúpula e corredor tipo muro:	Monte do Cardim 6; Horta do João da Moura (sepulcro 1 e 2)
1.4. Câmara totalmente em falsa cúpula, corredor de aparelho misto (ortostático e alvenaria):	Centirã 2; Cerro do Gatão
1.5. Câmara ortostática, corredor ortostático, semi-subterrâneo mas sem evidências de cúpula:	Horta do João da Moura 1 (sepulcro 3)
1.5.1. Câmara ortostática, corredor ortostático, sem evidência de cúpula, com segmentação (porta)	Monte da Velha 1; Monte das Pereiras

Tabela 2 – Arquitectura dos monumentos de tipo *tholos* no Alentejo Interior.

Relativamente a monumentos compósitos, em associação a antas, apesar da presença no Alentejo, mais precisamente em Reguengos de Monsaraz, tal não se identificou até ao momento no Baixo Alentejo Interior.

Podemos identificar dois núcleos especialmente relevantes no Baixo Alentejo interior: Ourique e Ferreira do Alentejo. Em Ourique, todos os monumentos foram escavados por Abel Viana e pela equipa dos Serviços Geológicos. Em Ferreira do Alentejo, os seis *tholoi* identificados localizam-se na periferia de Porto Torrão.

No concelho de Ourique – exceptuando o monumento de Amendoeira Nova (com câmara totalmente em falsa cúpula e corredor tipo muro) e Cerro Gatão (com câmara totalmente em falsa cúpula e corredor de aparelho misto) domina a técnica ortostática para construção da câmara e do corredor, com cúpula em alvenaria. Também os monumentos Monte do Pombal 1 e Folha de Amendoeira em Ferreira do Alentejo pertencem a esta tipologia, sendo esta a solução arquitetónica (1.1.) mais frequente no Baixo Alentejo. Foi com as novas intervenções da arqueologia preventiva que surgiram os primeiros monumentos de câmara e corredor em alvenaria, típicos da Estremadura portuguesa. O significado cultural e cronológico dessas diferenças arquitetónicas permanece por compreender.

SITIO	REF. LAB.	CONTEXTO	AMOSTRA	DATA BP	DATA CAL 1 S	DATA CAL 2 S	REFERÊNCIA
CENTIRÃ 2	Sac-2791	U.E. 12	Osso humano	3940±50	2471-2291	2497-2204	Henriques, *et al.* 2013
	Sac-2790	U.E. 13	Osso humano	3900±45	2421-2215	2469-2205	
	Sac-2792	U.E. 14	Osso humano	3790±110	2340-2140	2457-2077	
	Sac-2782	U.E. 14	Osso humano	3760±70	2289-2135	2404-2058	
	Sac-2796	U.E. 12	Osso humano	3710±45	2193-2034	2273-1962	
	Beta-331980	U.E. 12	Osso humano	3690±25	2559-2462	2569-2349	
	Sac-2788	U.E. 7	Osso humano	3810±80	2155-1984	2179-1957	
	Sac-2789	U.E. 10	Osso humano	2950±80	1294-1048	1392-938	
MONTE DA VELHA 1	Beta-104027		Osso humano	3900±40	2465-2343	2479-2211	Soares, 2008

Tabela 3 – Datações absolutas de *tholoi* do Baixo Alentejo Interior.

Apenas estão disponíveis datações absolutas para dois dos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior (Centirã 2, Monte da Velha 1), nenhuma para os monumentos em estudo. Esta lacuna é frequente em todos os *tholoi* do Centro e Sul de Portugal: apenas 13 dos 62 *tholoi* escavados apresentam datações absolutas, num total de 35 datas (cf. Sousa, 2016). Recentemente foi efectuada uma compilação de datas para os *tholoi* do Sul da Península Ibérica (Lozana e Aranda, 2017), que registou sete monumentos datados em Espanha, mas o inventário do universo português está incompleto. Destaque para alguns monumentos com séries longas de datações como Barranquete 11, Centirã 2 (Henriques et al, 2013) e Montelírio (Flores *et al*., 2016).

Para os novos trabalhos arqueológicos relacionados com a arqueologia preventiva, a obtenção de datações é muito residual. Aliás, apenas os monumentos estudados com A. Monge Soares foram datados (Centirã 2 e Monte da Velha 1). Para além da questão do financiamento existem alguns constrangimentos ao nível da conservação da matéria-orgânica, nos solos ácidos do Alentejo.

Apesar destas lacunas, podemos genericamente integrar os monumentos de tipo *tholoi* no 3º milénio. São escassos os contextos com datações de finais do 4º milénio (Pai Mogo, Olival da Pega 2b). Também no estudo global efectuado para o Sul Peninsular se regista uma cronologia idêntica para o início dos *tholoi,* com as datas mais antigas em Los Millares 11, El Barranquete 7, Huerta Montero, Olival da Pega 2b. Regista-se ainda a presença frequente de reocupações no Bronze final.

Podemos assim considerar que os monumentos em estudo se integram genericamente no 3º milénio, no Calcolítico. Contudo, 1000 anos pode ser demasiado para uma análise de conjunto. No caso dos monumentos do Baixo Alentejo Interior existem claramente monumentos possivelmente mais antigos, como Folha de Amendoeira, com um número considerável de placas de xisto gravadas, devendo

por esse motivo integrar-se na primeira metade do 3º milénio, possivelmente ainda no primeiro quartel. Outros apresentam seguramente uma cronologia evoluída, como é o caso de Centirã 2, cujas oito datações indicam uma cronologia evoluída no 3º milénio (Henriques *et al*., 2013), seguramente da segunda metade do 3º milénio.

3. A PEDRA LASCADA NOS *THOLOI* DO BAIXO ALENTEJO INTERIOR

Proceder ao estudo da indústria lítica de monumentos funerários é de todo diferente do estudo destes materiais em contexto de povoado, quer em termos de economia das matérias-primas quer das categorias tecno-tipológica, existindo mesmo utensílios que surgem quase exclusivamente em povoados e outros, como as alabardas e dardos, que surgem maioritariamente em necrópoles.

Tratando-se de necrópoles colectivas, torna-se difícil estabelecer correlações directas entre inumações e espólios votivos, dificuldade ainda mais ampliada no caso de trabalhos arqueológicos antigos com registo de campo deficiente. A má preservação da matéria orgânica e/ou a ausência de estudos antropológicos também dificulta a leitura, não sendo possível determinar eventuais associações de género, etária…

Uma vez que a totalidade do espólio se apresenta em estado pleno de debitagem, não é possível a aferição da cadeia operatória de per si, sendo necessário proceder a uma leitura global, não apenas com os povoados da região como também na esfera supra-regional, uma vez que a maior parte das matérias-primas têm origem exógena. O significado da presença de grandes produtos debitados em sílex é certamente distinto na Estremadura, onde a sua obtenção é local ou regional, ou no Alentejo Interior, onde a origem seria certamente extra-regional.

3.1. Leitura geral

Em termos globais, podemos considerar que os conjuntos de pedra lascada depositados nos *tholoi* do Baixo Alentejo são muito escassos (Tabela 4).

Em nove monumentos registam-se apenas 102 artefactos, registando-se vários *tholoi* apenas com um artefacto de pedra lascada (Malha Ferro, Cerro Gatão, Centirã 2), contrastando de alguma forma com o *tholos* de Monte do Cardim 6, com 36 artefactos.

A escassez de material pode ter várias explicações: tipo de recolha, cronologia ou número mínimo de indivíduos.

Nas escavações antigas o tipo de recolha pode ter sido selectivo, particularmente nos casos em que os monumentos foram registados após a sua destruição como Folha de Amendoeira e Monte do Outeiro ou nas escavações efectuadas em poucos dias (cf. Martins, 2014).

	Lamela	Lâmina	Ponta seta	Trapézio	Micro-buril	Total
Folha da Amendoeira	0	13	0	0	0	13
A-dos-Tassos	1	5	0	0	0	12
Cerro Gatão	0	1	0	0	0	1
Monte do Outeiro	0	1	1	0	0	2
Monte Velho	0	12	2	0	0	14
Malha Ferro	0	2**	0	1	0	1
Centirã 2	0	0	1	0	0	1
Monte da Velha 1	0	4	0	0	0	4
Monte do Cardim 6	0	1	34	0	1	36
Barranco da Nora Velha	0	14	3	5	0	22
Total	**1**	**53**	**41**	**6**	**1**	**102**

Tabela 4 – Pedra lascada dos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior*.

* Dados disponíveis no MNA, MG, bibliografia ou relatórios / ** Apenas disponível na bibliografia

Os dados fornecidos pelas escavações recentes confirmam contudo esta baixa frequência de materiais arqueológicos, sendo particularmente significativo o caso de Centirã 2 onde apenas se recolheu uma ponta de seta ou Monte da Velha 1 com quatro pontas de seta.

Comparativamente com outros *tholoi* publicados no Sul de Portugal, os monumentos do Baixo Alentejo Interior registam uma menor densidade de espólio votivo. Devem ser destacados conjuntos como o *tholos* Olival da Pega 2b (Reguengos de Monsaraz), onde se recolheu um importante conjunto de materiais líticos: 123 lâminas, duas lamelas, 29 pontas de seta, uma ponta de dardo, duas alabardas, uma lasca de sílex (Gonçalves, 1999, p. 94). Também os sepulcros dos Perdigões apresentam um conjunto considerável de artefactos de pedra lascada (Mendonça e Carvalho, 2016), incluindo 98 lâminas e 381 foliáceos (285 pontas de seta no monumento 1 e 93 no monumento 2, três alabardas). O caso recente de Montelírio assume uma componente quase "barroca" incluindo peças com elevado investimento de tempo e trabalho, como o punhal e pontas de seta em cristal de rocha ou as pontas de seta "alcalarenses" (Fernandez, Garcia e Zorita, 2016). Deve contudo ser salientado que os referidos *tholoi* com abundante espólio lítico se enquadram numa fase recuada do 3º milénio, na primeira metade.

Considerando os casos citados, podemos aventar a hipótese de uma correlação crono-cultural na frequência e tipo de artefactos de pedra lascada votivos. É na transição 4º / primeira metade do 3º milénio que se regista a presença de abundantes materiais líticos, incluindo itens artefactuais exclusivos de necrópoles, como as alabardas, praticamente ausentes dos povoados (cf. Sousa, 2005). A circulação do sílex para o Alentejo é essencialmente com destino funerário, sendo escassos os materiais em povoados (Sousa e Gonçalves, 2012). Montelírio, Olival da Pega 2b ou Perdigões são exemplos destas práticas votivas. Na segunda metade do 3º milénio existe uma quebra da importância dos materiais líticos, emergindo as cerâmicas campaniformes e outros artefactos do denominado "pacote", como as pontas metálicas ou os botões. Centirã 2 corresponde a um caso paradigmático desta tendência.

Podemos também colocar a hipótese dos monumentos do Baixo Alentejo Interior terem um número inferior de inumações. A informação disponível parece indicar que os monumentos em estudo apresentavam um escasso número de inumações: para Monte do Outeiro referem-se 12 enterramentos e em Malha Ferro 11. Folha da Amendoeira parece constituir uma excepção, com mais de uma centena de enterramentos (Viana, 1953). Este panorama contrasta com os *tholoi* da Estremadura onde é elevado o número de inumações (Boaventura, 2009). Em Reguengos de Monsaraz, apesar do estado fragmentado das colecções, o número mínimo de indivíduos também seria elevado, quer em Olival da Pega 2b (Gonçalves, 1999) quer nos Perdigões, onde o sepulcro 1 registou um número mínimo de 101 indivíduos (Valera *et al*., 2007).

O tipo de artefactos presentes nos monumentos tipo *tholoi* do Baixo Alentejo Interior corresponde ao panorama habitual nos sepulcros do Neolítico final / Calcolítico: lâminas e pontas de seta.

Estão ausentes as grandes pontas foliáceas (alabardas e pontas de dardo), as quais surgem quase exclusivamente em necrópoles, tornando este tipo de peças em verdadeiros artefactos votivos, fabricados exclusivamente para o mundo do sagrado. Apesar de serem mais frequentes na Estremadura, próximo das áreas de aprovisionamento de sílex, também estão documentados no Alentejo, em 12 sítios (Forenbaher, 1999), nomeadamente no *tholos* Olival da Pega 2b (Gonçalves, 1999) e no sepulcro 1 dos Perdigões (Mendonça e Carvalho, 2016).

A presença de geométricos é residual, sendo pouco comum nestas cronologias.

3.2. Matérias-primas

Relativamente às matérias-primas, a indústria lítica dos monumentos em presente análise (tanto os produtos alongados como as pontas de seta e foliáceos) é dominantemente de sílex.

Este panorama de domínio absoluto do sílex, de origem exógena, contrasta com outros conjuntos de *tholoi* do Sul de Portugal, nomeadamente os de Reguengos de Monsaraz e Alcalar, onde se regista a presença de pontas de seta em xisto jaspoide. Nos sepulcros dos Perdigões por exemplo, o sílex é maioritário (60,4%, 66,7%), registando-se a presença de cherte, quartzo hialino, anfibolito, diorito, jaspe (Mendonça e Carvalho, 2016).

Apesar de se ter apenas efectuado uma análise macroscópica preliminar (colaboração de Henrique Matias, a quem se agradece), deve referir-se a presença de sílex de origem exógena, da Formação Milanos (Granada, Espanha). Foram detectadas lâ-

minas com as características texturas oolíticas nos conjuntos do Monte Velho, do Cerro do Gatão e da Folha da Amendoeira.

A referida formação geológica, insere-se na Cordilheira Bética da Andaluzia, uma das regiões mais ricas em sílex na Península Ibérica, sendo das zonas de maior exportação de sílex durante o Neolítico Final e o Calcolítico (Nocete *et al.*, 2005). O sílex da Formação Milanos apresenta cores bastante variadas, sendo as mais frequentes os cinzentos, tanto claros como escuros, podendo alcançar tonalidades azuladas, castanhas ou quase negras. É frequente o sílex desta Formação possuírem uma textura oolítica, com partículas arredondadas de tamanho milimétrico claramente visíveis.

O anteriormente exposto vai de encontro à hipótese de Abel Viana e a sua equipa acerca das influências da Sudeste de Espanha. A circulação do sílex "oolítico" pressupõe uma circulação de longa distância, cerca de 500 km. No estudo da equipa de F. Nocete é referida a presença de sílex oolítico em Alcalar, Monchique, Várzea, Corte João Marques, Anta do Poço da Gateira e Olival da Pega (Nocete *et al.*, 2005). Essas classificações foram efectuadas exclusivamente através de fotografias nas publicações. Recentemente têm surgido outras referências a esta matéria-prima, nomeadamente no sepulcro dos Perdigões (Mendonça e Carvalho, 2016), no povoado do Escoural (Gomes *et al.*, 2013) e no Cabeço do Pé da Erra (Gonçalves e Sousa, 2017). Será no entanto essencial proceder à realização de estudos petrográficos para comprovar estas classificações macroscópicas. Em conjuntos relativamente "modestos" como os dos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior, é pouco compreensível a presença de uma matéria-prima tão longínqua.

Foram ainda analisadas as percentagens relativas ao córtex (ausente, vestigial ou parcialmente cortical) presente no conjunto de produtos alongados. A grande maioria dos materiais debitados não apresenta córtex (88%), com alguns artefactos parcialmente corticais (9%) e vestigiais (3%) (Figuras 4 e 5).

3.3. Os suportes alongados (Figura 7)

Do conjunto de produtos alongados em estudo, há-que primeiramente analisar a delimitação entre lâminas e lamelas. Para tal, foi utilizado o método mais frequente, com o valor limite definido nos 12 mm (Inizan, 1995), com o propósito da normalização de resultados e o fácil acesso a análises comparativas.

Apenas no monumento de A-dos-Tassos se identificou um suporte alongado com a largura máxima de 9,98 mm, sendo os restantes produtos alongados correspondentes a lâminas e grandes lâminas.

É importante referir que no monumento do Monte do Outeiro se inventariou uma lâmina com 28,41 mm de largura máxima. A largura da lâmina deste monumento apenas é ultrapassada pela única inventariada em Cerro do Gatão.

O monumento da Folha da Amendoeira apresenta cinco grandes lâminas, num conjunto de 14, com valores superiores a 20 mm de largura máxima. Regista-se ainda a presença de suportes alongados com largura superior a 20 mm no monumento do Monte Velho (1) e no de A-dos-Tassos (1).

O conceito de grande lâmina (Pelegrin, 2006), integrando exemplares de largura superior a 20 mm pode ser complementado com categorias de lâminas pequenas, médias e largas face aos conjuntos em análise (cf. Carvalho, 1995/1997), devendo ser analisado em contexto especifico, uma vez que as larguras são determinadas não apenas pela tecnologia como pela própria matéria prima (Mendonça e Carvalho, 2016). (Figura 8)

Em relação às espessuras, a única lâmina de Monte do Outeiro apresenta maiores dimensões, com 9,92 mm de espessura máxima, seguida pelo monumento de A-dos-Tassos, apresentando uma das lâminas com 9,38 mm de espessura. Monte Velho é o monumento cujas medidas das espessuras apresentam menor média (a lâmina que apresenta maior espessura não ultrapassa os 8 mm e a média do conjunto mede cerca de 4,7 mm). (Figura 9)

O monumento da Folha da Amendoeira é aquele que regista as lâminas com maior comprimento, com uma média de cerca de 128 mm e com quase a totalidade das lâminas com medidas superiores a 100 mm. O comprimento máximo registado em produtos alongados neste monumento é de 197,13 mm. A qualidade destacada no conjunto de pedra lascada de Folha da Amendoeira poderá dever-se ao facto da sua proximidade com o recinto de fossos de Porto Torrão, como referido.

A única lâmina registada no monumento do Monte do Outeiro apresenta 126,48 mm de comprimento. Os *tholoi* do Monte Velho e de A-dos-Tassos registam lâminas com comprimentos superiores ao anterior, com medidas superiores a 180 mm.

Os talões são dominantemente facetados convexos (72%), seguindo-se os talões lisos (16%) e residu-

almente facetados rectilineos (3%). As secções são maioritariamente trapezoidais (78%), seguindo-se as lâminas de secção triangular (16%) e irregular (13%). A configuração regular dos bordos e nervuras, a largura e os talões parece indicar a presença maioritária da técnica da pressão, em alguns casos com alavanca. Estima-se que os produtos alongados de largura superior a 22 mm e de perfil regular tenham sido obtidos por pressão, incluindo provavelmente o uso de alavancas (Pelegrin, 2006; Morgado Rodrigues *et al*, 2008). Estas lâminas largas estão essencialmente presentes em necrópoles, nomeadamente em Olival da Pega 2b (Gonçalves, 1999), em Perdigões (Lago *et al.*, 1998) ou nas necrópoles de Los Millares. A circulação das grandes lâminas é um fenómeno que surge em toda a Europa nos finais do 4º milénio (Gibaja *et al.*, 2009).

	Inteiro	Proximal	Mesial	Distal	Total
Folha da Amendoeira	14				14
A-dos-Tassos	5				5
Cerro Gatão			1		1
Monte do Outeiro	1				1
Monte Velho	12				12
Total	**32**		**1**		**33**

Tabela 5 – Estado das lâminas.

Apesar do tipo de recolha, a maior parte das lâminas encontra-se inteira (por vezes em fragmentos mas que configuram uma peça completa). Tratam-se sem dúvida de materiais votivos. Este grau de preservação surge em outros conjuntos provenientes de escavações antigas como por exemplo em Pragais (Porto de Mós), onde a necrópole escavada por Francisco Tavares Proença Júnior registou 57 lâminas, das quais 49,1% se encontram inteiras (Sousa, 2004).

Monumento	Retoque			Total
	Oblíquo	Abrupto	Rasante	
Folha da Amendoeira	5	4	5	14
A-dos-Tassos	1	4		5
Cerro Gatão		1		1
Monte do Outeiro		1		1
Monte Velho	10	2	2	12
Total	**14**	**12**	**7**	**33**

Tabela 6 – Retoque das lâminas dos monumentos em estudo.

Todas as lâminas se apresentavam retocadas. Este panorama é comum de muitos conjuntos em necrópoles, nomeadamente nos *tholoi* de Perdigões (Mendonça e Carvalho, 2016). O retoque abrange sempre os dois bordos: em 19 dos exemplares surge bifacialmente e em 15 exemplares o retoque é unifacial. O retoque abrupto é dominante. Seria interessante efectuar o estudo traceológico destas lâminas, embora a observação macroscópica e o estado de conservação (peças inteiras), pareça indicar que as lâminas em estudo nunca foram utilizadas (Figuras 10 e 11).

3.4. Projécteis

No conjunto de materiais em estudo, apenas se registaram três pontas de seta (duas no *tholos* do Monte Velho e uma no de Monte do Outeiro).

Sítio	Tipo Forenbaher (1999)	Medidas (cm)				
		Comp.	Largura	Espessura	Comp. até à base	Concavidade da Base
Monte Velho	2.0 Bo (base côncava)	29,77	11,81	4,1	28,83	1,69
	2.0 Bo (base côncava)	32,5	14,11	4,44	28,22	3,78
Monte do Outeiro	2.0 B.0 (base plana)	14,93	11,68	3,33	14,93	

Tabela 7 – Medidas das pontas de seta.

Como atrás referido, a baixa frequência de pontas de seta é comum em todos os monumentos da região, à excepção do monumento de Cardim 6, onde foram identificadas 34 pontas de seta. Apesar de não existir um estudo especifico para este conjunto, podemos salientar a diversidade tipológica e de matérias-primas deste conjunto com "bases côncavas e rectas, com e sem aletas, em sílex, chert e jaspe" (Valera *et al.*, 2014, p. 86). Deve ainda ser destacada a ausência das chamadas pontas de seta alcalarenses, presen-

tes no sítio epónimo, na Andaluzia (vide o conjunto de Montelírio) e nos *tholoi* de Reguengos de Monsaraz, no Olival da Pega 2b (Gonçalves, 1999) e nos sepulcros dos Perdigões (Mendonça e Carvalho, 2016). Refira-se ainda a presença de geométricos: um trapézio sobre lâmina proveniente de Malha Ferro e cinco provenientes de Barranco da Nora Velha. A presença de geométricos parece indicar algum arcaísmo, o que é salientado por C. T. Silva na análise do Megalitismo do Alentejo Ocidental e do Sul do Baixo Alentejo (Silva, 1987), onde se salienta a continuidade do espólio dos *tholoi* com os sepulcros ortostáticos do Neolítico final. A presença de geométricos em contextos funerários calcolíticos pode ter várias explicações, como práticas de oferendas memória (tal como se propõe para alguns ossos com datações antigas, vide Rocha, 2005). Deve ser referida a presença de um geométrico e lamela de dorso abatido no Penedo do Lexim (Sousa, 2010) e no Zambujal, onde foram identificados cinco geométricos (Uerpmann e Uerpmann, 2003, p. 268).

4. NOTAS FINAIS

Depois de contar e medir a pedra lascada recolhida nos monumentos tipo *tholoi* do Baixo Alentejo Interior torna-se necessário proceder à integração dos dados nas dinâmicas globais das comunidades que ocuparam este território durante o 3º milénio.

A informação disponível para o "mundo dos vivos" é muito desigual. Como referido, os *tholoi* escavados por Abel Viana e a equipa dos serviços geológicos constituíram os primeiros vestígios calcolíticos identificados na região. Posteriormente, foram efectuados trabalhos em povoados, C.T.Silva e J. Soares na área mais ocidental (Silva e Soares, 1974-76), Rui Parreira no Cerro de Castelo de S.Brás (Parreira, 1983). Recentemente, com os trabalhos de arqueologia preventiva, a informação "explodiu" sobretudo na área afectada pelos canais de rega, nos concelhos de Serpa, Beja e Ferreira do Alentejo. Infelizmente a informação disponível para os trabalhos recentes ainda não foi publicada, sendo especialmente problemático o caso de Porto Torrão, o "macro-sítio" de toda a região.

Sabemos hoje que o povoamento integra diferentes tipos de sítios: povoados abertos como Casa Branca 7 (Rodrigues, 2006), povoados fortificados como S.Brás (Parreira, 1983), sítios de fossos como Outeiro Alto (; Valera e Filipe, 2004), Porto Torrão (Arnaud, 1993; Valera e Filipe, 2004) ou Bela Vista (Valera e Simão, 2014) e sítios de fossos como Monte da Laje (Monteiro, 2014). Faltam datas e dados para interpretar esta complexa teia.

No que se refere à pedra lascada, podemos genericamente referir a sua escassez em contextos de fossas e fossos como Monte da Laje (Monteiro, 2014). Em Casa Branca 7, refira-se a ausência de sílex, sendo os produtos debitados essencialmente em quartzo e quartzito (Rodrigues, 2006, p. 46).

Parece assim confirmar-se que as séries de lâminas de sílex presentes nos *tholoi* correspondem a materiais de excepção, integrando-se nas redes de troca de materiais exóticos como a variscite. Deve aliás referir-se que os elementos de adorno, tão abundantes nas necrópoles estremenhas, estão praticamente ausentes destes *tholoi*. Seria importante proceder a estudos petrográficos, mas tudo parece indicar que as rotas de circulação deste sílex fossem direccionadas para a esfera do Guadalquivir, hipótese a confirmar em futuras investigações.

Importa também compreender melhor as presenças e ausências do espólio votivo dos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior. É inquestionável a presença de materiais do fundo local, como as placas de xisto gravadas, cuja cronologia de uso e circulação termina em meados do 3º milénio (Gonçalves et al, 2014). A ausência de datações absolutas quer para muitos dos *tholoi* (apenas dois dos 15 da região), quer para os contextos de fossos, dificulta a leitura. Como referimos, a pedra lascada parece diminuir de importância nas necrópoles da segunda metade do 3º milénio, já com influências do pacote campaniforme.

Este trabalho pretende ser assim uma aproximação a estas problemáticas, evocando a importância dos trabalhos de O. da Veiga Ferreira, Abel Viana, Ruy Freire de Andrade e António Serralheiro. Até hoje é muito difícil identificar *tholoi* à superfície, e o trabalho desta brigada recuperou um enorme manancial de informação a estudar e valorizar.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a disponibilidade dos directores do Museu Geológico (Prof. Miguel Ramalho) e do Museu Nacional de Arqueologia (Dr. António Carvalho) no acesso ao estudo das respectivas colecções, à empresa EDIA na disponibilização de dados relativos aos trabalhos de arqueologia preventiva (Dr. Miguel Martinho) e à extensão de Castro Verde

da Direcção Regional de Cultura do Alentejo (Dra. Manuela de Deus) pelas informações. Ao Professor Victor S. Gonçalves pelas fotografias das lâminas de Folha de Amendoeira.

BIBLIOGRAFIA

ARNAUD, José Morais (1993) – O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. Aljustrel. *Vipasca*. 2. Câmara Municipal de Aljustrel. pp. 51-61.

BOAVENTURA, Rui (2009) – *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Pré-História. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. 2 vol.

FORENBAHER, Stašo (1999) – Production and exchange of bifacial flaked stone artifacts during the Portuguese Chalcolithic. Oxford: *Archaeopress*, (BAR. International Series; 756).

GARCIA SANJUAN, Leonardo; LOZANO RODRIGUES, José António; SANCHEZ LIRANZO, Olga; GIBAJA BAO, Juan; ARANDA SÁNCHEZ, Victoria (2016) – La industria lítica del *tholos* de Montelirio. In FERNÁNDEZ FLORES, Álvaro; GARCÍA SANJUÁN, Leonardo; DÍAZ-ZORITA BONILLA, Marta (2016) – Montelirio: Un gran monumento megalítico de la Edad del Cobre. Junta de Andalucía. Consejería de Cultura.

GIBAJA, Juan; TERRADAS, Xavier. eds (2009) – Les grands fulles de sílex. Europa al final de la Prehistoria. *Monografias* 12. Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. 132 p.

GOMES, Mário Varela; NINITAS, João; BORRALHO, Rita (2012/13) – Artefactos líticos do povoado calcolítico do Escoural (Montemor-o-Novo). *Almansor*, 2. Série, 10, pp. 5-60.

GONÇALVES, Victor S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC/UNIARQ. 2 vols. 1º vol: 566 pp, incluindo mapas, figuras e outras ilustrações, para além de extra-textos; 2º vol: 252 estampas (desenhos e fotografias).

GONÇALVES, Victor S.; ANDRADE, Marco; PEREIRA, André (2014) – As placas votivas (e o báculo) da gruta da Lapa da Galinha, no 3º milénio a.n.e. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, pp. 109-158.

HENRIQUES, Fernando J. Robles; SOARES, António M. M; ANTÓNIO, Telmo F. A.; CURATE, Francisco; VALÉRIO, Pedro; ROSA, Sérgio P. (2013) – O Tholos Centirã 2 (Brinches, Serpa) – construtores e utilizadores; práticas funerárias e cronologias (2013). In *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. pp. 319-355.

LAGO, Miguel; DUARTE, Cidália; VALERA, António; ALBERGARIA, João; ALMEIDA, Francisco; CARVALHO, António F. (1998) – Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, pp. 45-151.

MARTINS, Artur M. G. (2014) – *Megalitismo na região de Ourique (Portugal): um conjunto megalítico esquecido*. Huelva: Universidade de Huelva. 2007/2008. Tese de Mestrado em Património Histórico y Natural apresentado no Departamento de Historia I da Universidade de Huelva.

MEDINA, Águeda Lozano; JIMÉNEZ, Gonzalo Aranda (2017) – La Temporalidad de las Sepulturas Megalíticas Tipo Tholos Del Sur De La Península Ibérica. *SPAL 26*, pp. 17-31.

MENDONÇA, Margarida CARVALHO, António Faustino (2016) – A componente em pedra lascada dos monumentos funerários 1 e 2 do complexo arqueológico dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz). *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 11, Lisboa, NIA-ERA, pp.33-45.

MORGADO RODRIGUEZ, António; PELEGRIN, Jacques; MARTINEZ FERNANDZ, Gabriel; AFONSO MARRERO, José Andrés (2008) – La production de grandes lames dans la Peninsule Ibérique (IV-III millenaires). In DIAS MEIRINHO, M.-H. ; LÉA, V.; GERNIGON, K.; FOUÉRÉ, P.; BRIOIS, F. ; BAILLY, M., ed. lit. – Les industries lithiques taillées des IVe et IIIe millénaires en europe occidentale: colloque international, Toulouse 7-9 avril, 2005. Oxford: John and Erica Hedges Ltd., (BAR. International Series; 1884).

NOCETE, Francisco; SÁEZ, Reinaldo; NIETO, José M.; CRUZ.AUÑON, Rosário; CABRERO, Rosario; ALEX, Esther; BAYONA, Moisés (2005) – Circulation of silicified oolitic limestone blades in South-Iberia (Spain and Portugal) during the third millenium BC : an expression of a core / periphery framework. *Journal of Anthropological Archaeology*. 24, pp. 62-81.

PARREIRA, Rui (1983) – O Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa), relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.4:1, pp. 149-168.

PELEGRIN, Jacques (2006) – Long blade technology in the Old World: an experimental approach and some archaeological results. In Apel, J.; Knutsson, K. (eds.) – Skilled production and social reproduction. Aspects of traditional stone tool technologies, Uppsala: Uppsala University (*Stone Studies*; 2), pp. 37-68.

PELEGRIN, Jacques; MORGADO, António (2007) – Primeras experimentaciones sobre la producción laminar del Neolítico reciente – Edad del Cobre del sur de la Pen.nsula Ib.rica. In. Ramos, M. L.; Gonzalez, J. E.; Baena, J., (eds.) – Arqueología experimental en la Península Ibérica. Investigación, didáctica y património. Santander. *Asociación Española de Arqueologia Experimental*, pp. 131-139.

ROCHA, Leonor (2005) – *Origens do megalitismo funerário no Alentejo central: a contribuição de Manuel Heleno*. Lisboa: [s.n.], Tese de Doutoramento em História (Arqueologia) apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Texto Policopiado.

RODRIGUES, Ana Filipa (2006) – *Casa Branca 7: um povoado na transição do 4.º para o 3.º milénio a.C. na margem*

esquerda do Guadiana (Serpa). Dissertação de Mestrado em Pré História e Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).

SERRALHEIRO, António Correia; ANDRADE, Ruy Freire (1961) – O monumento megalítico do Monte das Pereiras. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 45, pp. 503-515.

SCHUBART, Hermanfrid (1965) – As duas fases de ocupação do túmulo de cúpula do Monte do Outeiro nos arredores de Aljustrel. In *Revista de Guimarães*. Guimarães. 75:14, pp. 195-204.

SERRALHEIRO, António Correia; ANDRADE, Ruy Freire (1961) – O monumento megalítico do Monte das Pereiras. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa, p. 45.

SILVA, Carlos T. (1987) – Megalitismo do Alentejo Ocidental e do sul do Baixo Alentejo (Portugal). Madrid. *El Megalitismo en la Peninsula Iberica*, pp. 85-93.

SILVA, Carlos T. (2008) – Octávio da Veiga Ferreira e o estudo do megalitismo da Serra de Monchique e do Baixo Alentejo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 16, pp. 301-316.

SILVA, Carlos T.; SOARES, Joaquina (1976-77) – Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, pp. 179-272.

SOARES, António M. (2008) – O monumento megalítico Monte da Velha 1 (MV1) Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11:1, pp. 33–51.

SOUSA, Ana Catarina (2004) – A necrópole do Neolítico final de Pragais, Porto de Mós : velhos dados, novas leituras. In FRANCISCO Tavares Proença Júnior: catálogo. Lisboa: *Instituto Português de Museus*, 2004. pp. 90-111.

SOUSA, Ana Catarina (2016) – Megalitismo e Metalurgia. Os *Tholoi* do Centro e Sul de Portugal. In. In SOUSA, A.C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C., eds. (2016) – *Água e Terra, Colher Sementes, Invocar a Deusa. Livro em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: UNIARQ. pp. 209-242.

UERPMANN, Hans.-Peter; UERPMANN, Margareth (2003) – Zambujal: die stein und beinartefakte aus den Grabungen 1964 bis 1973. Mainz am Rhein: Philipp von Zabern, (Madrider Beiträge; Bd. 5).

VALERA, António C. (2010) – Gestão Da Morte no 3º Milénio aC no Porto Torrão (Ferreira Do Alentejo): Um Primeiro Contributo para a sua espacialidade. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa, 5, pp. 57-62.

VALERA, António C.; FILIPE, Iola (2004) – O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste peninsular. *Era Arqueologia*. Lisboa. 6, pp. 28-61.

VALERA, António C. ; FILIPE, Victor (2010) – Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa): nota preliminar sobre um espaço funerário e de socialização do Neolítico Final à Idade do Bronze. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 5. NIA-ERA Arqueologia. pp. 49-56.

VALERA, António C.; GODINHO, Ricardo (2009) – A Gestão da morte nos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): Novos Dados, Novos Problemas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, pp. 371-387.

VALERA, António C., LAGO, Miguel, DUARTE, Cidália; EVANGELISTA, Lucy S. (2000) – Ambientes funerários no complexo arqueológico dos Perdigões: uma análise preliminar no contexto das práticas funerárias calcolíticas no Alentejo. ERA Arqueologia. N.º 2, Lisboa: *ERA Arqueologia* / Ed. Colibri, pp. 84-105.

VALERA António C., LAGO Miguel, DUARTE Cidália, DIAS Maria I., PRUDÊNCIO Maria I. (2007) – Investigação no Complexo Arqueológico dos Perdigões: Ponto de situação de dados e problemas. In: N. F. Bicho, H. Veríssimo (Eds.): *Do epipaleolítico ao calcolítico na Península Ibérica: actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Universidade do Algarve, Faro, pp. 53-66.

VALERA, António; SANTOS, Helena; FIGUEIREDO, Margarida; GRANJA, Raquel (2014) – Contextos Funerários na Periferia do Porto Torrão: Cardim 6 e Carrascal 2. 4.º Colóquio de Arqueologia do Alqueva: O Plano de Rega (2002-2010). *Memórias d'Odiana* 2.ª Série: Estudos Arqueológicos do Alqueva. 11 pp.

VALERA, António Carlos; SIMÂO, Inês (2014) – O recinto de Bela Vista 5 (Mombeja, Beja): enquadramento, arquitecturas e contextos. Um recinto do Final do 3º Milénio a.n.e. (Vidigueira, Beja). *Era Monográfica*. *Nº* 2. pp. 9-32.

VIANA, Abel (1953) – O monumento megalítico da Folha da Amendoeira (Odivelas do Alentejo). *Zephyrus*, IV, Salamanca, pp. 37-62.

VIANA, Abel; ANDRADE, Ruy F. de; ZBYSZEWSKI, George; SERRALHEIRO, António S. C.; FERREIRA, Octávio da V. (1959) – Contribuição para o conhecimento da arqueologia megalítica do Baixo Alentejo. In *Actas e Memórias do 1º Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1, pp. 197-213.

VIANA, Abel; FERREIRA, Octávio da Veiga; ANDRADE, Ruy F. de (1960) – O monumento préhistórico do Malha Ferro (Panóias). In *Revista de Guimarães*. Guimarães. 70:12, pp. 21-50.

VIANA, Abel; FERREIRA, Octávio da V. (1961) – Um túmulo de tipo alcarelense nos arredores de Aljustrel. In *Revista de Guimarães*. Guimarães. 71:34, pp. 247-254.

VIANA, Abel; ANDRADE, R. F. de; FERREIRA, Octávio da V. (1961) – O monumento préhistórico do Monte Velho (Ourique). In *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*.

VIANA, Abel; ANDRADE, Ruy F. de; FERREIRA, Octávio da V. (1961) – Descoberta de dois monumentos de falsa cúpula na região de Ourique. In *Revista de Guimarães*. Guimarães. 71:12, pp. 5-12.

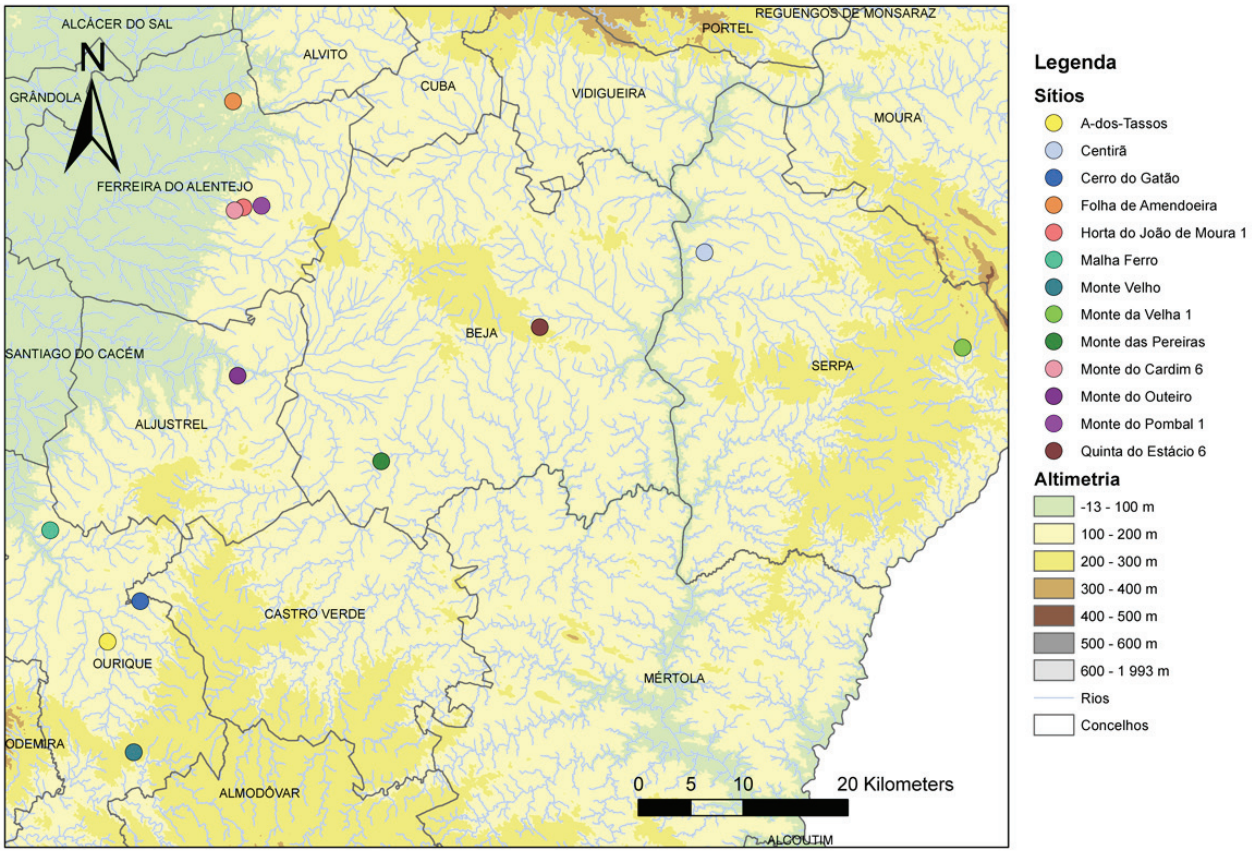


Figura 1 – Mapa de localização dos monumentos em estudo.

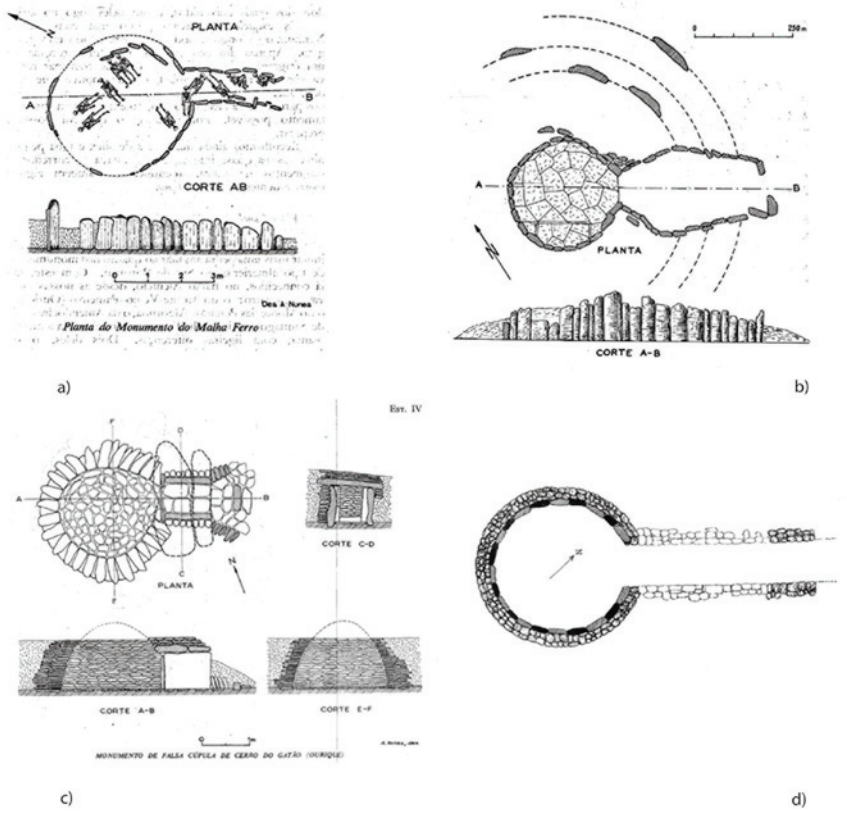


Figura 2 – Plantas dos *tholoi* de Malha Ferro (a), Monte Velho 1 (b), Cerro do Gatão (c) e Folha da Amendoeira (d) (Viana 1953, 1959, 1960, 1961).

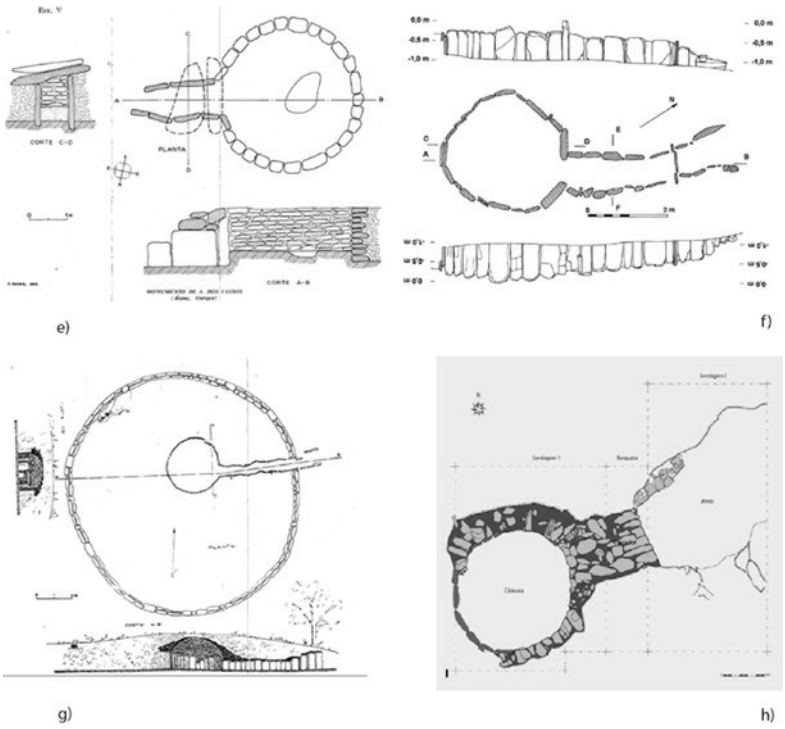


Figura 3 – Plantas dos *tholoi* de A-dos-Tassos (e), Monte do Outeiro (f), Monte da Velha 1 (g) e Centirã 2 (h) (Viana, 1961; Soares, 2008; Henriques, *et al.*, 2013.

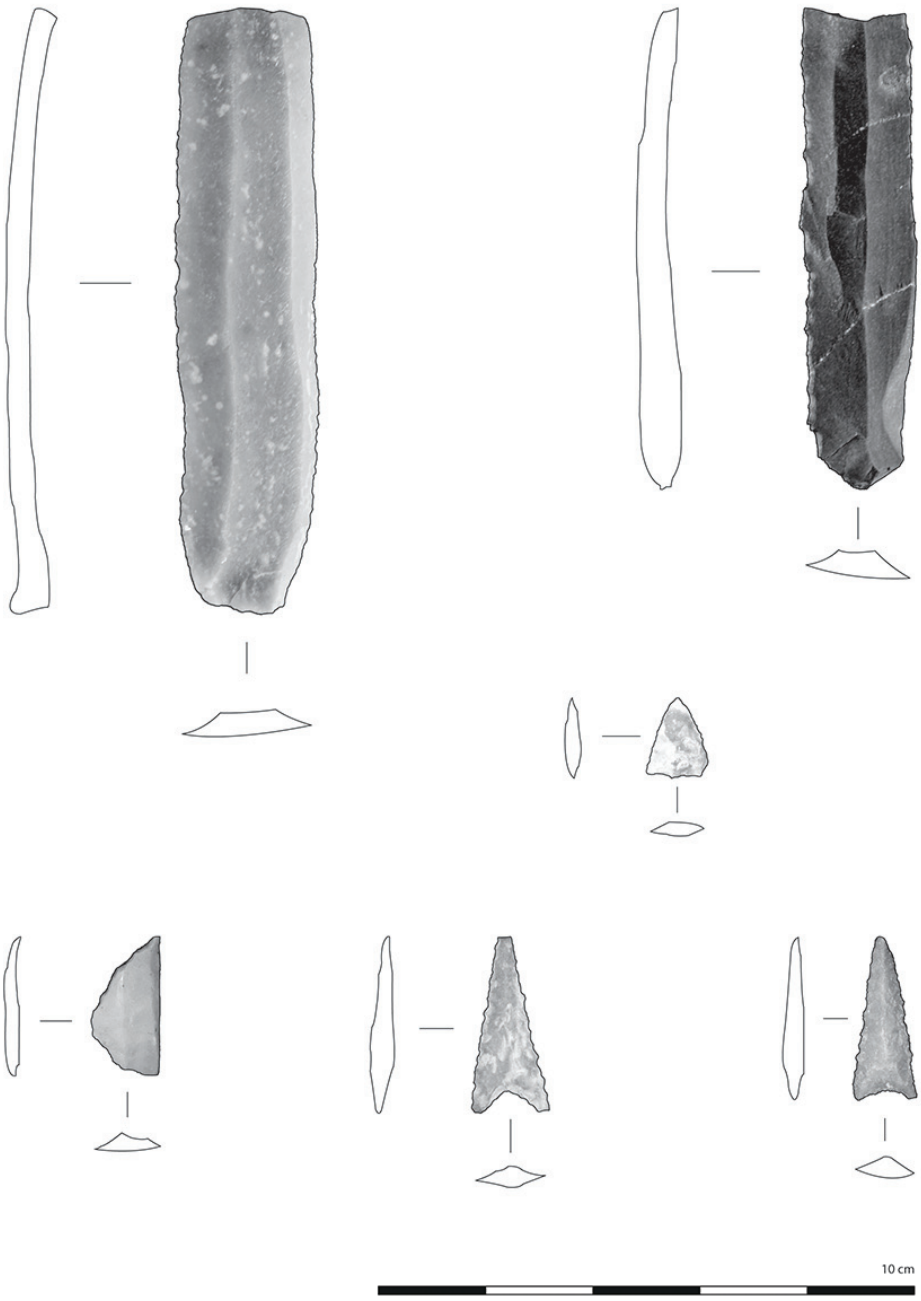


Figura 4 – Lâminas de Folha da Amendoeira; ponta de seta de Monte do Outeiro; trapézio de Malha Ferro; pontas de seta de Monte Velho.



Figura 5 – Lâminas de Folha da Amendoeira (fotografia de Victor S. Gonçalves).



Figura 6 – Lâminas de Folha da Amendoeira (fotografia por Victor S. Gonçalves).

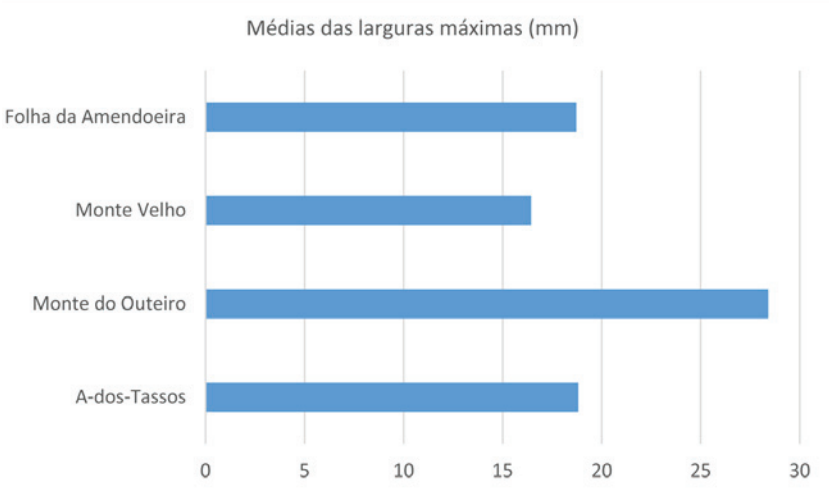


Figura 7 – Médias das larguras dos produtos alongados em estudo.

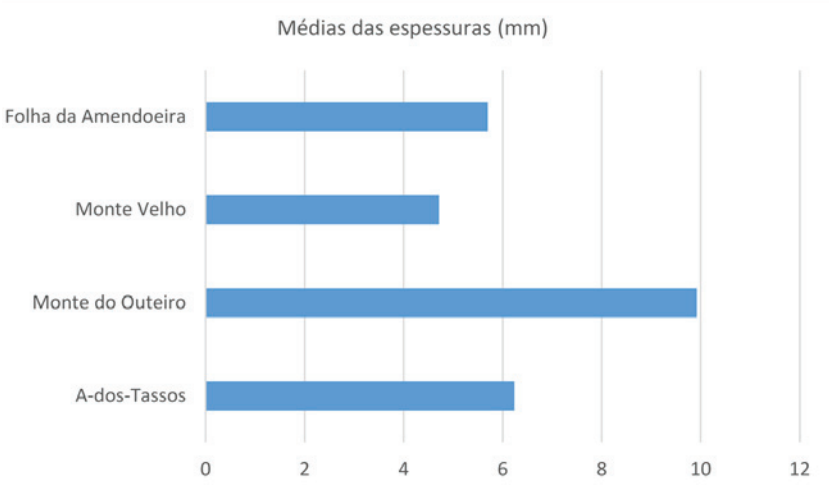


Figura 8 – Médias das espessuras dos produtos alongados em estudo.

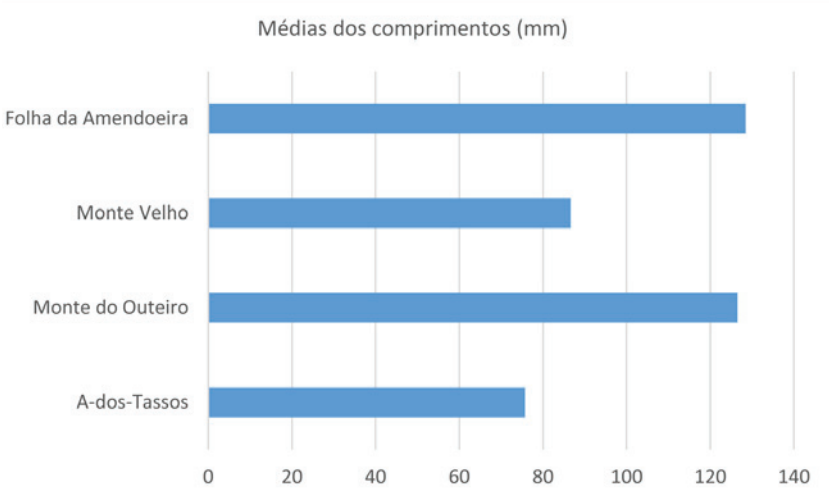


Figura 9 – Médias dos comprimentos dos produtos alongados em estudo.

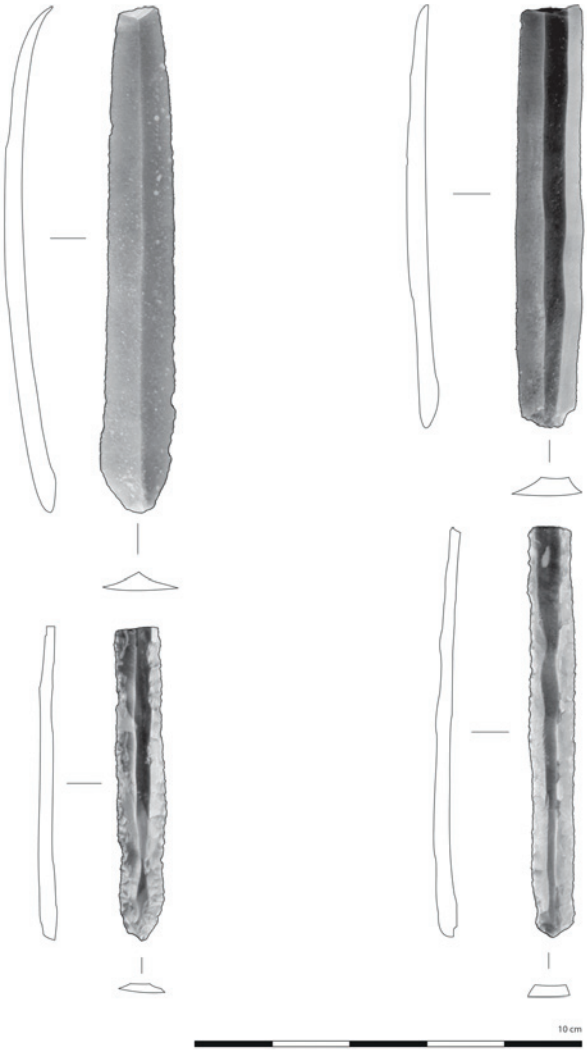


Figura 10 – Lâminas de Folha da Amendoeira.

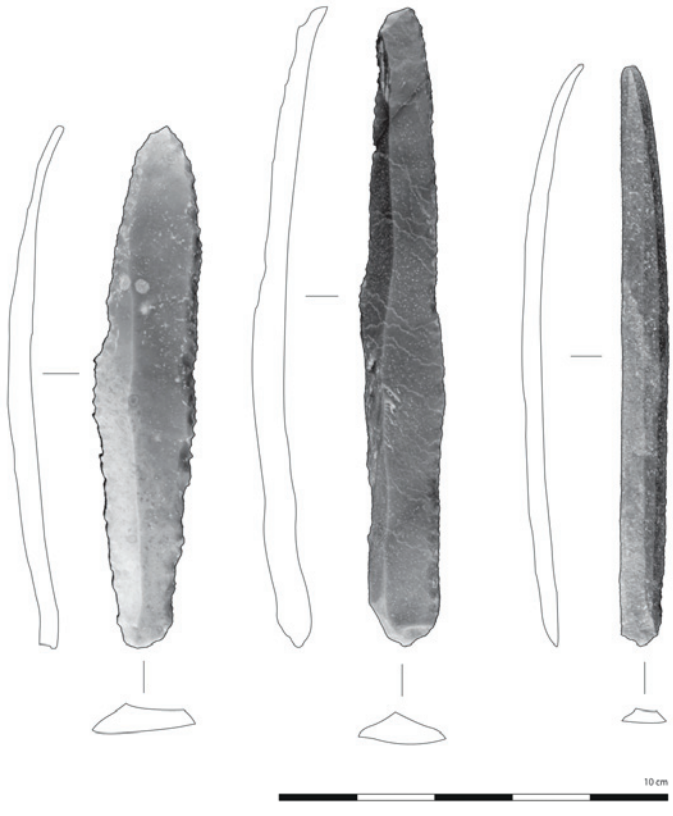


Figura 11 – Lâminas de Folha da Amendoeira.

EXPLORAÇÃO DE RECURSOS AQUÁTICOS NO FINAL DO NEOLÍTICO E CALCOLÍTICO: BREVE REVISÃO DO REGISTO FAUNÍSTICO

Sónia Gabriel[1], Cláudia Costa[2]

RESUMO

O presente estudo resulta da compilação bibliográfica da fauna de origem aquática (invertebrados e peixes) encontrada em 39 sítios arqueológicos do atual território português.

Os sítios examinados distribuem-se no período compreendido entre a segunda metade do 4º e o 3º milénio a.C.

O conjunto da informação recolhida evidencia a utilização de uma grande diversidade de organismos aquáticos. Estes documentam principalmente a exploração de biótopos costeiros, e sugerem a existência de um litoral ainda pouco atingindo pela pressão antrópica.

A síntese elaborada manifesta a importância dos métodos de recolha, e expõe a relevância das Colecções de Referência e dos critérios morfológicos na identificação de espécies aquáticas.

Palavras-chave: Neolítico Final – Calcolítico, Recursos aquáticos, Arqueozoologia/Zooarqueologia.

ABSTRACT

This paper provides a broad review of published identified (or merely cited) aquatic animals (invertebrates and fish remains) recovered from 39 Portuguese sites, spanning the 4th and the 3rd millenniums BC.

Animal diversity suggests the procurement of pristine coastal biotopes. This assessment also highlights the consequence of field methods in faunal recovery, and show the importance of reference collections and morphological criteria to the identification of aquatic organisms.

Keywords: Late Neolithic – Calcolithic, Aquatic resources, Zooarchaeology.

1. INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS

No extremo ocidental da Europa, entre os 42º 09' e os 36º 57' de latitude Norte e entre os 9º30' e 6º12' de longitude Oeste, localiza-se o actual território de Portugal continental, limitado a Norte e a Leste pelo território espanhol e a Oeste e a Sul pelo Oceano Atlântico. Do seu contorno de cerca de 2000 quilómetros, 41% (832 km), correspondem à sua fachada marítima, 2/3 da qual aberta a Oeste e a restante a Sul. Além desta frente, inserida num complexo biogeográfico de águas temperadas quentes, o território português conta ainda com uma importante rede hidrográfica e um enorme potencial arqueológico, oferecendo-se como área de interesse para o estudo da relação entre os grupos humanos e o meio aquático no passado, concretamente no que diz respeito à componente faunística. Apesar disso, os restos de peixe e invertebrados aquáticos provenientes de contextos arqueológicos têm sido geralmente considerados de forma secundária, subordinados às vicissitudes das metodologias de recolha de campo, às problemáticas de investigação e ao ensejo de alguém que as possa estudar (ver histórico e respectivas referências em Cardoso, 1993, 2000; Gabriel, 2015; Moreno-García *et alii* 2003; Gutierrez-Zugasti *et alii* 2011; Callapez *et alii* 2016; Gabriel e Reitz, 2017).

1. Laboratório de Arqueociências. Direcção Geral do património Cultural / CIBIO / InBIO, Laboratório Associado. Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras de Lisboa. Universidade de Lisboa; gabriel.sonia@gmail.com

2. ICArEHB – Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Human Behavior. Universidade do Algarve; ccordeirocosta@gmail.com

Tradicionalmente dominado pelos concheiros mesolíticos e neolíticos, o estudo da exploração de organismos aquáticos tem vindo a alargar o seu domínio a outros períodos da pré-história. O objectivo deste trabalho é realizar uma síntese da informação sobre a fauna aquática identificada (ou com presença mencionada) em sítios atribuíveis ao Neolítico Final e Calcolítico (Fig. 1, Tabelas I e II – Por questão de conveniência apresenta-se uma listagem de sítios para os quais se conhecem datações absolutas (Tabela I), e outra para as jazidas cujas cronologias se conhecem apenas através da análise artefactual (Tabela II). Admitindo não exaurir a totalidade da informação disponível, pretende-se gerar uma ferramenta de trabalho útil para conhecer melhor a exploração dos recursos aquáticos em território português, e um ponto de partida para análises mais detalhadas no futuro.

2. INVENTÁRIO: LISTAGEM E MENÇÕES ÀS FAUNAS DE ORIGEM AQUÁTICA

Os dados incluídos neste inventário (Tabelas III e IV) incluem o Taxon/Grupo conforme referido nos trabalhos originais, e uma revisão da Nomenclatura científica seguindo o World Register of Marine Species (WoRMS, 2017). Os nomes comuns seguem a proposta de Sanches (1989). Os invertebrados aquáticos (Tabela III) encontram-se considerando os trabalhos de Bouchet *et alii* (2010), Poppe e Tagaro (2006) e ainda Fischer *et alii*(1986). Para os peixes adoptou-se a obra de Whitehead *et alii* 1986 (Tabela IV).

Os sítios listados encontram-se ordenados alfabeticamente (Tabelas III e IV), a sua localização geográfica pode ser consultada na no mapa apresentado (Figura 1). Sempre que disponíveis nas obras consultadas, as frequências indicadas dizem respeito ao número de restos identificado por táxon, nos casos em que esta não se encontra disponível indica-se qual a unidade de quantificação utilizada (geralmente o número mínimo de indivíduos calculado). Nos casos em que apenas é mencionada a presença de determinado táxon, utiliza-se a letra P (Presença). Para estudos ainda em curso/inéditos a presença é indicada com "P*".

Para limitar a dimensão das listagens, e contornar algumas limitações (nomeadamente as impostas pela a escala do radiocarbono, a inexistência de datações e/ou a distinção crono-estratigráfica entre conjuntos do Neolítico Final e Calcolítico), indica-se o número total de restos identificados por táxon em cada sítio. A informação discriminada, quando existente, deverá ser procurada nas obras referenciadas para cada sítio (Tabelas III e IV).

3. OS RECURSOS AQUÁTICOS DO NEOLÍTICO FINAL E CALCOLÍTICO

O conjunto da informação recolhida para os contextos arqueológicos do Neolítico Final e Calcolítico evidencia: a) grande diversidade de organismos aquáticos; b) predomínio do grupo dos invertebrados (predominantemente moluscos); c) exploração de biótopos marinho-estuarinos e dulçaquícolas; e d) presença de espécies de meios costeiros (e.g. *Pecten maximus/ Pecten* sp.) em sítios do interior do país (Tabelas III e IV; Figura 1).

Os táxones representados sugerem a exploração de áreas costeiras rochosas, praias e baixios arenosos, e ainda zonas de estuário e laguna (≥1000 restos no total dos sítios observados): mexilhão (*Mytilus* spp.), ostra (Ostreidae), vieira (*Pecten maximus*), ameijoa (*Ruditapes decussatus*), lapa (*Patella* sp.), entre outros (Tabela III).

É nesse mesmo tipo de zonas costeiras que pode ser encontrada a generalidade dos peixes representados em sítios do período cronológico considerado (≥20 restos no total dos sítios observados): dourada e outros esparídeos (*Sparus aurata* / Sparidae), bem como mugilídeos (Mugilidae) (Tabela IV).

A exploração dos recursos aquáticos durante o Neolítico Final e Calcolítico terá beneficiado de um litoral ainda pouco atingindo pela pressão antrópica, como sugere a presença de esturjão (*Acipenser sturio*), actualmente extinto (Tabela IV).

4. DISCUSSÃO

São vários os processos e agentes que determinam a diversidade e representatividade faunística em jazidas arqueológicas (Lyman, 1994; Wheeler e Jones, 1989, Gutiérrez-Zugasti, 2009). Além destes, os métodos de recuperação utilizados são determinantes na qualidade e quantidade das faunas recuperadas.

Sem excluir uma maior apetência para o consumo de moluscos, e a ocorrência de factores que possam favorecer a preservação de determinadas conchas (tamanho, robustez, etc.), cabe ponderar como

principais causas da ausência/baixa frequência de ictiofaunas em sítios arqueológicos: a) métodos de recolha sem crivo, ou com malhas de tamanho superior a 1mm; e b) dificuldade em reconhecer os restos ictíios enquanto tal.

Relativamente às listas apresentadas, assinalam-se algumas espécies cuja identificação suscita reservas quanto aos critérios científicos que conduziram ao seu reconhecimento: a) *Monetaria moneta*, molusco da família Cypraeidae com distribuição nas águas tropicais do Indopacífico (Tabela III); b) *Mustelus canis* (um tubarão da família Triakidae) com distribuição no Atlântico Noroccidental e Golfo do México; e c) *Argyrosomus hololepidotus*, cuja distribuição se circunscreve às águas de Madagáscar, Moçambique e África do Sul (Tabela IV) afigurando-se pouco provável a sua ocorrência em sítios arqueológicos do período considerado em território hoje português.

Acresce que, em Osteologia, nem todos os ossos do esqueleto de um peixe têm o mesmo valor diagnóstico e os autores não mencionam quais os elementos que conduziram às identificações. Neste sentido, também a identificação de ciprinídeos a nível específico (barbo-comum, *Luciobarbus bocagei* – Tabela IV) causa algumas reservas, sobretudo em ausência da descrição dos critérios osteológicos que viabilizem distinguir entre um grupo tão problemático de peixes como é o da família Cyprinidae. A questão da convergência morfológica, e da definição dos critérios utilizados na identificação taxonómica também se coloca relativamente às conchas de alguns moluscos (Callapez *et alii* 2016): a) púrpura (*Stramonita haemastoma*); b) mexilhão e outros mitilídeos que conhecem distribuição no sul de Portugal (*Mytilus* spp.e *Perna perna*); e c) várias espécies de lapa (*Patella* spp.) (Tabela III).

5. CONCLUSÃO

A síntese elaborada chama a atenção para a importância dos métodos de recolha de faunas arqueológicas, sublinha a relevância das Colecções de Referência no processo de identificação taxonómica, e salienta a necessidade de definir critérios morfológicos para identificação de espécies aquáticas.

A nível das espécies conhecidas no fim do Neolítico e Calcolítico, verifica-se a exploração dos biótopos marinho-estuarinos e dulçaquícolas e a presença de espécies do espectro costeiro em sítios do interior.

Em último lugar, espera-se que este trabalho contribua para melhorar o conhecimento dos organismos aquáticos explorados no passado, e que possa servir como ponto de partida a quem deseje analisar/rever e/ou comparar conjuntos de faunas de sítios arqueológicos da pré-história recente e de outras cronologias.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem especialmente a Ana Costa (Laboratório de Arqueociências – Direcção Geral do Património Cultural) a elaboração do mapa apresentado (Figura 1), e a Pedro Callapez (Universidade de Coimbra) pela ajuda nas questões relacionadas com a classificação e nomenclatura de moluscos (quaisquer erros encontrados neste trabalho são da exclusiva responsabilidade das autoras).

BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, F., LEBREIRO, S., RODRIGUES, T., GIL, I., BARTELS-JONSDOTTIR, H., OLIVEIRA, P., KISSEL, C. e GRIMALT, J. O. (2005) – Shallow-marine sediment cores record climate variability and earthquake activity off Lisbon (Portugal) for the last 2000 years. *Quaternary Science Reviews* 24, pp. 2477-2494.

ANTUNES, Miguel Telles (1995) – Jazida de Castelo Velho (Freixo de Numão). Elementos arqueozoológicos. *1º Congresso de Arqueologia Peninsular,* VI, Porto, SPAE: pp. 451-456.

ARNAUD, José Morais (1993) – O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vipasca*, Aljustrel. 3, pp. 41–60.

ARNAUD, José Morais (2005) – Vila Nova de São Pedro revisitada, in "*Construindo a Memória: as colecções do Museu Arqueológico do Carmo*" Vila Nova de São Pedro: uma fortificação calcolítica do litoral Estremenho, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 141-164.

BIELER, Rüdiger; CARTER, Joseph e COAN, Eugene (2010) – Classification of bivalve families. In: Bouchet, Ph.; Rocroi, J.-P.; Bieler, R.; Carter, J.G. & Coan, E.V. 2010 (Eds.), Nomenclator of bivalve families. *Malacologia*, 52 (2), pp. 1-184.

BOAVENTURA, Rui e CARDOSO, João Luís (2014) – Carlos Ribeiro (1813-1882) e as antas de Belas: um contributo para a história da ciência em Portugal no século XIX, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, 21, pp. 35-80.

BRANCO, Maria Gertrudes (2007) – *A Pedra de Ouro (Alenquer): uma leitura actual da colecçao Hipólito Cabaço (Trabalhos de Arqueologia, 49)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, Ministério da Cultura.

CALLAPEZ, Pedro; PIMENTEL, Ricardo; DINIS, Pedro (2016) – Moluscos em contextos arqueológicos portugue-

ses: importância e estado da arte, *Estudos do Quaternário*, Braga, 14, pp. 60-72.

CARDOSO, João Luís (2010) – O povoado calcolítico fortificado do Outeiro redondo (Sesimbra). Resultados das escavações efetuadas em 2005. In *Transformação e mudança no centro e sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénio a.C.* Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

CARDOSO, João Luís (1990) – A Lapa do Bugio (Sesimbra), *Sesimbra Cultural*, Sesimbra, 0, pp. 15-34.

CARDOSO, João Luís (2010/2011) – O povoado Calcolítico da Penha Verde (Sintra), *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, 18, pp. 467-551.

CARDOSO, João Luís e MARTINS, Filipe (2009) – O povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos), *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, 17, pp. 261-356.

CARDOSO, João Luís e COELHO, Manuela (2011) – O Espólio Malacológico do Povoado Calcolítico Fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). Contributo para o conhecimento das estratégias de recolecção de uma comunidade sedentária do3.º milénio A.C. do litoral português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras,*18, Oeiras, Câmara Municipal, 2010/2011, p. 235-286.

COELHO, Manuela (2006) – *A fauna malacológica de Porto Torrão. Os moluscos no Neolítico final / Calcolítico do Sul de Portugal*. Tese de Mestrado. Universidade de Lisboa. Texto Policopiado.

CORREIA, Francisco. M. R. (2015) – *O Castro da Columbeira (Bombarral): A Exploração dos Recursos Faunísticos no CalcolíticoEstremenho*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Texto Policopiado.

COSTA, Cláudia e NEVES, César (2008) – A ocupação pré-histórica do Alto de Santo Antão (Óbidos): Primeira leitura dos resultados de uma intervenção de emergência. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3, pp. 63-71

DAVIS, Simon; GABRIEL, Sónia; SIMÕES, Teresa (em preparação) – *The animal remains from Neolithic Lameiras, Sintra: the first domesticated sheep, goat, cattle and pigs in Portugal and their evolution since the late Pleistocene.*

DRIESCH. Angela von den; BOESSNECK, Joachim (1976) – Die Fauna vom Castro do Zambujal. München: Universität; Deutsches Archäologisches Institut.

FISCHER, W.; BAUCHOT, M.L.; SCHNEIDER, M. (1986) – *Fishes FAO d'identification des espèces pour les besoins de la pêche*. (Révision 1). Méditerranée et mer Noire. Zone de pêche 37. Volume I. Végétaux et Invertébrés. Publication préparée par la FAO, reésultat d'un accord estre la FAO et la Commission des Communautés Européennes (Project GCP/INT/422/EEC) financée conjointement par ces deux organisations. Rome, FAO, Vol. I.

GABRIEL, Sónia (2015) – *La ictiofauna del Holoceno Inicial y Medio de Portugal: Implicaciones tafonómicas, ecológicas y culturales*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Autónoma de Madrid. Texto Policopiado.

GABRIEL, Sónia; REITZ, Elizabeth (2017 in press) – *FISHING THROUGH TIME. Archaeoichthyology, Biodiversity, Ecology and Human Impact on Aquatic Environments*. Edited book. Lisboa. Direcção Geral do Património Cultural.

GALLAY, G.; SPINDLER, K.; TRINDADE, L.; FERREIRA, O. V. (1973) – *O monumento pré-histórico de Pai Mogo (Lourinhã)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

GONÇALVES, Victor dos Santos (1988–1989) – A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). *Portugalia*. Porto. 9–10, pp. 49-61.

GONÇALVES, Vitor dos Santos (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental,* Lisboa, 2 vols, Uniarq.

GONÇALVES, Victor dos Santos (2007) – Breves reflexões sobre os caminhos das antigas sociedades camponesas no Centro e Sul de Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, pp. 79-94.

GONÇALVES, Victor dos Santos (2009) – Construir para os mortos. Grutas artificiais e antas na Península de Lisboa. Algumas leituras prévias. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, 17, pp. 237-260.

GONÇALVES, Victor dos Santos; SOUSA, Ana Catarina (2006) – Algumas breves reflexões sobre quatro datas 14C para o Castro da Rotura no contexto do terceiro milénio a.n.e. nas penínsulas de Lisboa e Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série. 24, pp. 233-266.

GUTIÉRREZ-ZUGASTI, Igor (2009) – *La Exploitación de Moluscos y Otros Recursos Litorales en la Région Cantábrica Durante el Pleistoceno Final*. Santander: Universidad de Cantábria.

GUTIÉRREZ-ZUGASTI, Igor; ANDERSEN, Søren H.; ARAÚJO, Ana Cristina; DUPONT, Catherine; MILNER, Nicky; MONGE-SOARES, António (2011) – Shell midden research in Atlantic Europe: State of the art, research problems and perspectives for the future. *Quaternary International* 239, pp. 70-85.

IPMA (2007) – *Lista de espécies de bivalves*. Publicação electrónica. https://www.ipma.pt/export/sites/ipma/bin/docs/publicacoes/pescas.mar/lista-especies-bivalves_200715.pdf

JORGE, Susana Oliveira (2003) – Pensar o espaço da pré-história recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica, in JORGE, Susana Oliveira (coor) *Recintos murados da pré-história recente Técnicas construtivas e organização do espaço. Conservação, restauro e valorização patrimonial de arquitecturas pré-históricas. Mesa redonda Internacional realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nos dias 15 e 16 de Maio de 2003*, Porto-Coimbra, pp. 13-50.

KUNST, Michael (2007) – Zambujal (Torres Vedras, Lisboa): relatório das escavações de 2001, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 10 (1), pp. 95-118.

LENTACKER, An (1991) – *Archaeologisch Onderzoek van Laat-Prehistorische Vindplatsen uit Portugal.* Tese de Doutoramento. Universidade de Gent. Texto Policopiado.

LYMAN, R.L. (1994) – *Vertebrate Taphonomy*. Cambridge University Press, Cambridge.

MENDES, Pedro (2015) – Os hipogeus 3 e 4 do Quinta do Anjo (Palmela) – Uma abordagem geoarqueológica, *Arqueologia de Transição: o mundo funerário*, Évora, pp. 90-105.

MORÁN, Elena e PARREIRA, Rui (2014) – El Calcolítico final en el entorno territorial de la bahía de Lagos (Algarve, Portugual): câmbios en la cultura material y evidencias de transformación en la formación económico-social classista inicial, *Revista Atlántica-Mediterránea*, Cadiz, 16, pp. 95-105.

MORENO-GARCÍA, Marta e SOUSA, Ana Catarina (2015) – A exploração de recursos faunísticos no Penedo do Lexim (Mafra) durante o Neolítico Final, GONÇALVES, Victor dos Santos, DINIZ, Mariana, SOUSA, Ana Catarina (eds.) *Actas do 5º Congresso do Neolítico Peninsular*, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 67-76.

MORENO-GARCÍA, Marta; DAVIS, Simon e PIMENTA, Carlos (2003) –Arqueozoologia: estudo da fauna do passado. In: Mateus, J.E. & Moreno-García, M. (Eds) *Paleoecologia humana e Arqueociências – Um programa multidisciplinar para a Arqueologia sob a tutela da Cultura*. IPA. Trabalhos de Arqueologia 29, pp. 191-234.

ATURDATA (2017) – Naturdata, Biodiversidade online. http://naturdata.com.

PEREIRA, Vera; SOARES, Joaquina; TAVARES DA SILVA, Carlos (2016) – Understanding the First Chalcolithic Communities of Estremadura: Zooarchaeology of Castro de Chibanes, Portugal. Preliminary Results. *Papers from the Institute of Archaeology,* 27(1): Art. 6, pp. 1-11.

PIMENTA, Carlos; MONTEIRO, Martina; MIRANDA, Marta; SOUSA, Ana Catarina (2017) – Small vertebrates from Chalcolithic contexts in Penedo do Lexim (Mafra, Lisboa): the case study of "Abrigo Locus 3", *Encontro de Zooarqueologia Ibérica* 2017.

POPPE, Guido e TAGARO, Sheila P. (2006) – The New Classification of Gastropods According to Bouchet & Rocroi, 2005. *VISAYA*, pp. 2-10.

REIMER, Paula J.; BARD, Edouard; BAYLISS, Alex, BECK, J. Warren; BLACKWELL, Paul G.; BRONK RAMSEY, Christopher; BUCK, Caitlin E.; CHENG, Hai; EDWARDS, R. Lawrence; FRIEDRICH, Michael; GROOTES, Pieter M.; GUILDERSON, Thomas P., HAFLIDASON, Haflidi; HAJDAS, Irka; HATTÉ, Christine; HEATON, Timothy J.; HOFFMANN, Dirk L.; HOGG, Alan G.; HUGHEN, Konrad A.; KAISER, K. Felix; KROMER, Bernd; MANNING, Sturt W.; NIU, Mu; REIMER, Ron W.; RICHARDS, David A.; SCOTT, E. Marian; SOUTHON, John R.; STAFF, Richard A.; TURNEY, Christian S. M.; Van der PLICHT, Johannes (2013) – IntCal13 and Marine13 Radiocarbon Age Calibration Curves, 0-50,000 Years cal BP. University of Arizona. *Radiocarbon*, 55: 4, pp. 1869-1887.

SANCHES, J. G. (1989) – *Nomenclatura portuguesa de organismos aquáticos.* Publicações Avulsas do INIP (Portugal). Lisboa. 14.

SANTOS, Farinha, SOARES, Joaquina e SILVA, Carlos Tavares (1972) – Campaniforme da Barrada do Grilo (Torrão--Vale do Sado) *O Arqueólogo Português*, 3ª serie, Vol. 6, pp. 163-200.

SERRÃO, Eduardo Da Cunha; MARQUES, Gustavo (1971) – Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra). In *Actas do II Congresso nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Coimbra, 1, pp. 121-142.

SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina (1997) – Economias costeiras na Pré-História do Sudoeste Português. O concheiro de Montes de Baixo. *Setúbal Arqueológica.* Setúbal. 11–12, pp. 69-108.

SILVA, Carlos Tavares e SOARES, Joaquina. (1998) – Os recursos marinhos nas estratégias de subsistência da pré-

-história do sul de Portugal. In *AlMadan*. Almada. 2ª Série: 7, pp. 71-82.

SILVA, Carlos Tavares e SOARES (2014) – O Castro de Chibanes (Palmela) e o tempo social do III milénio BC na Estremadura. *Setúbal Arqueológica*, 15, Setúbal, pp. 105-172.

SOARES, António Monge (1993) – Isotope techniques in the Study of Past and Current Environmental Changes in the Hydrosphere and Atmosphere Proceedings Vienna. IAEA-SM-329/49, pp. 471-485.

SOARES, António Monge (1994) – Descoberta de um povoado do Neolítico junto à igreja velha de S. Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa): resultados preliminares. *Vipasca*. Aljustrel. 3, pp. 41-49.

SOARES, António Monge (2003) – A duna de Magoito revisitada. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 6 (1), pp. 83-100.

SOARES, António Monge e CARDOSO, João Luis (1995) – Cronologia absoluta para as ocupações do neolítico final e do calcolítico inicial do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, 5, pp. 263-276.

SOARES, António Monge; CABRAL, João Manuel Peixoto (1987) – O povoado calcolítico do Monte da Tumba VI: cronologia absoluta. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, pp. 155-165.

SOARES, Joaquina (2013) – Sal e conchas na Pré-História portuguesa. O povoado da Ponta da Passadeira (estuário do Tejo) *Setúbal Arqueológica, Pré-história das zonas húmidas Paisagens de sal*, Setúbal, 14, pp. 171-195.

SOARES, Joaquina e SILVA, Carlos Taraves (2000) – Proto-megalitismo no Sul de Portugal: inauguração das paisagens megalíticas, in GONÇALVES, Victor S. (ed.) Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo Trabalhos de Arqueologia 16, Lisboa, pp. 117-134.

SOUSA, Ana Catarina, MIRANDA, Marta e SOARES, António M. Monge (2016) – O concheiro de São Julião (Carvoeira, Mafra): as intervenções de 2007 e 2014, novos dados e novas leituras. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 19, pp. 11-26.

VALE, Ana (2016) – As "estruturas circulares" em Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa).Exercícios descritivos e interpretativos da forma e da organização do espaço, *Coavisão*, Vila Nova de Foz Côa, 17, pp. 80-93.

VALERA, António Carlos (2001) – A ocupação pré-histórica do sítio do Mercador (Mourão): a campanha de 2000. *Era Arqueologia*. Lisboa. ERA/Colibri, 3, p. 42-57.

VALERA, António Carlos (2006) – A margem esquerda do Guadiana (região de Mourão), dos finais do 4.º aos inícios do 2.º milénio AC. *Era Arqueologia*. Lisboa. 7, pp. 136-210.

VALERA, António Carlos (2016) – Nota sobre uma decoração incomum num recipiente dos Perdigões, *APONTAMENTOPONTAMENTOS de Arqueologia e Património*. Era Arqueologia. Lisboa. 11, pp. 9-12.

VALERA, António Carlos; FILIPE, Iola (2004) – O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo). *Era Arqueologia*. Lisboa. 6, pp. 28-63.

VALERA, António Carlos; SIMÃO, Inês; NUNES, Tiago; PEREIRO, Tiago; COSTA, Cláudia (no prelo) – Neolithic ditched enclosures in South Portugal (4th millennium BC): new data and new perspectives, *Estudos do Quaternário*. Braga.

WHEELER, Alwyne e JONES, Andrew (1989) – *Fishes*, Cambridge University Press. Cambridge.

WHITEHEAD, P.J.P.; BAUCHOT, M.L.; HUREAU, J.C.; NIELSEN, J.; TORTONSE, E. (1986) – *Fishes of the North-eastern Atlantic and the Mediterranean*, Paris, UNESCO.

WoRMS Editorial Board (2017) – *World Register of Marine Species*. Available from http://www.marinespecies.org at VLIZ. Accessed 2017-07-17. doi:10.14284/170

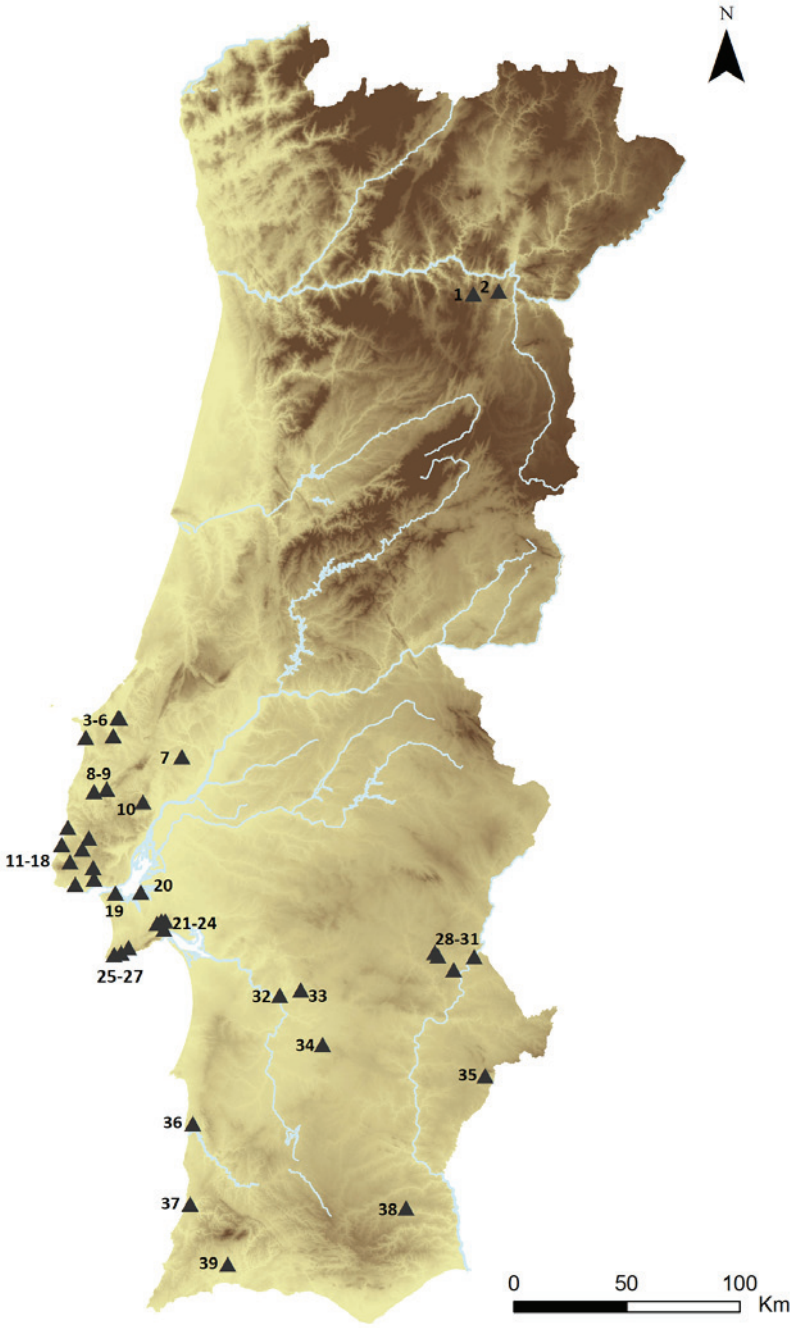


Figura 1 – Mapa de Portugal com indicação da localização dos sítios examinados (ordenados de Norte – Sul):

1 – Castanheiro do Vento;
2 – Castelo Velho;
3 – Outeiro de Santo Antão;
4 – Outeiro da Assenta;
5 – Pai Mogo;
6 – Castro da Columbeira;
7 – Castro de Vila Nova de São Pedro;
8 – Castro do Zambujal;
9 – Castro da Fórnea;
10 – Pedra do Ouro;
11 – São Julião (Núcleo D);
12 – Penedo Lexim;
13 – Magoito;
14 – Lapiaz de Lameiras;
15 – Penha Verde;
16 – Anta de Agualva (ou Anta do Carrascal);
17 (Leceia);
18 – Grutas artificiais de Alapraia;
19 – Ramalha;
20 – Ponta da Passadeira;
21 – Malhadas; 2
2 – Rotura;
23 – Chibanes;
24 – Casal do Pardo;
25 – Lapa do Bugio;
26 – Lapa do Fumo;
27 – Outeiro Redondo;
28 – Perdigões;
29 – Torre do Esporão;
30 – Malhada do Mercador;
31 – Monte Novo dos Albardeiros;
32 – Barrada do Grilo;
33 – Monte da Tumba;
34 – Porto Torrão;
35 – Igreja Velha de S. Jorge;
36 – ETAR V.N. Mil Fontes;
37 – Montes de Baixo;
38 – Cerro do Castelo de Santa Justa;
39 – Alcalar.

Tabela I – Recursos aquáticos do Neolítico final e Calcolítico: Lista de sítios arqueológicos com datações absolutas. Datas calibradas a 2α com recurso ao programa Calib 7.0.4 e às curvas de calibração IntCal 13 e Marine 13 (Reimer *et alii* 2013), conforme o tipo de amostra (terrestre/marinha). Valores de delta R (ΔR) obtidos em http://calib.org/marine/, Abrantes 2005 e Soares (1993).

Sitio Arqueológico	Ref. Laboratório	Data BP	Data Cal aC 2 α	Amostra	Referências
Lameiras	Oxa-29122	4122±33	2869-2579	Osso animal	Davis *et alii* em preparação
Magoito ΔR 18±33	ICEN-426 ICEN-427	4720±45 4690±90	3181-2857 3282-2704	Mytilus sp. Mytilus sp.	Soares 2003
S. Julião D ΔR 18±33	Sac-2963 Sac-2964 Sac-2961 Sac-2962	4460±40 4490±40 4360±40 4410±50	2844-2503 2857-2564 2698-2371 2886-2451	Mytilus sp. Mytilus sp. Patella sp. Patella sp.	Sousa *et alii* 2016
Penedo do Lexim	Beta-175774	4100±40	2869-2498	Osso animal	Moreno-Garcia e Sousa 2015
Leceia	ICEN-1161 ICEN-1160 ICEN-1159 ICEN-1158 ICEN-1173 ICEN-91 ICEN-1175 lCEN-1176 ICEN-1177 ICEN-1174	4440 ± 50 4630 ± 60 4430 ± 50 4320 ± 60 4170 ± 50 4130 ± 60 4090 ± 80 4090 ± 60 4050 ± 50 3980 ± 50	3352-2942 3631-3114 3334-2919 3263-2709 2890-2589 2883-2501 2876-2476 2872-2489 2858-2469 2624-2308	Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal	Soares e Cardoso 1995
Chibanes	Beta-162911 Beta-296422 Beta-296424	4210±60 3900±40 3920±40	2916-2591 2480-2212 2493-2289	Querqus sp. Arbustus unedo Arbustus unedo	Silva e Soares 2014
ΔR 91±50	Beta-164906	4020±80	2226-1696	Ruditapes decussatus	
Rotura	Oxa-5538 Oxa-5537 Oxa-5540 Oxa-5539	4110±50 4075±55 3810±50 3820±50	2874-2500 2866-2475 2469-2064 2458-2140	Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal	Gonçalves e Sousa 2007
Monte da Tumba	UGRA-236 UGRA-172 ICEN-116 ICEN-114 ICEN-115 ICEN-131 UGRA-234 ICEN-113 ICEN-117	4550±150 4540±90 4400±80 4390±50 4340±35 4310±110 4280±100 4220±120 4180±30	3633-2908 3516-2933 3338-2896 3325-2900 3081-2894 3337-2625 3325-2579 3310-2471 2887-2640	Carvão não identificado Carvão não identificado Carvão não identificado Carvão não identificado Carvão não identificado Carvão não identificado Carvão não identificado Carvão não identificado Carvão não identificado	Soares e Cabral 1987
Monte Novo dos Albardeiros	ICEN-530 ICEN529	4060±80 3760±100	2881-2352 2468-1927	Osso animal Osso animal	Gonçalves 1988-1989
Torre do Esporão 3	Oxa-5534	4010±70	2860-2302	Osso animal	Gonçalves 1996
Perdigões	DeA-8207 ICA-15T/1016 DeA-8206 ICA-15B/1252 ICA-17B/0101 Ica-17B/0103 ICA-17B/0102 ICA-15B/1019 Beta-330092 Beta-304756 Beta-315242 ICA-15T/1021 Beta-318359 ICA-16B/0921 ICA-16B/0922 Beta-289265 Beta-289263	4577±28 4680±30 4518±28 4310±30 4410±30 4370±30 4460±30 4470±30 4530±40 4470±30 4450±30 4530±30 4390±30 4310±30 4330±30 4430±40 4370±40	3495-3118 3622-3370 3353-3102 3011-2886 3308-2917 3088-2907 3336-3021 3338-3026 3364-3098 3338-3026 3336-2944 3360-3104 3091-2919 3011-2886 3018-2894 3330-2922 3092-2904	Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal	Valera *et alii* no prelo

Tabela I (Continuação)

S. Jorge	OxA-5443	4540±60	3496-3026	Osso animal	Soares 1994
Porto Torrão	Sac-2232 ICEN-56 ICEN-55 ICEN-61 ICEN-60 ICEN-38	4390±50 4300±80 4290±50 4230±60 4200±70 4020±110	3325-2900 3321-2634 3084-2705 2007-2620 2915-2579 2881-2214	Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal Osso animal	Valera e Filipe 2004 Arnaud 1993
Mercador	Sac-1933 Sac-1900 Oxa-11982	3790±60 3720±80 3664±29	2457-2038 2429-1894 2135-1956	Osso animal Osso animal Osso animal	Valera, 2006
Alcalar	Beta-254017 Beta-316624 Beta-290364	3690±40 3730±30 3620±30	2198-1958 2205-2032 2117-1894	Osso animal Osso animal Osso animal	Morán e Parrera 2012

Tabela II – Recursos aquáticos do Neolítico final e Calcolítico: Integração crono-cultural de sítios arqueológicos.

Sitio arqueológico	Período cultural	Referências
Castelo Velho de Freixo de Numão	3º e 2º milénio aC	Jorge 2003
Castanheiro do Vento	Calcolítico (+)	Vale 2016
Alto de Santo Antão (Outeiro de Santo Antão)	meados do 3º milénio aC	Costa e Neves 2008
Outeiro da Assenta	Calcolítico	Cardoso e Martins 2009
Castro da Columbeira	Calcolítico (+)	Correia 2014
Castro da Fórnea	Calcolítico	Driesch 1973
Castro do Zambujal	3º Milénio aC	Kunst 2007
Pai Mogo	Calcolítico	Gallay *et alii* 1973
Outeiro Redondo	Calcolítico	Cardoso 2010
Penha Verde	Fim do 4º e 3º milénio aC	Cardoso 2010/2011
Lapa do Bugio	Calcolítico	Cardoso 1990
Lapa do Fumo	Neolítico Final (+)	Serrão e Marques 1971
Ramalha	Neolítico	Lentaker 1991
Pedra do Ouro	Calcolítico/Bronze	Branco 2007
Grutas artificiais de Alapraia	meados do 3º milénio aC	Gonçalves 2009
Castro de Vila Nova de São Pedro	Calcolítico (+)	Arnaud 2005
Anta de Agualva (ou Anta do Carrascal)	Neo-Calcolítico	Boavantura e Cardoso 2014
Barrada do Grilo	Campaniforme	Santos *et alii* 1972
Malhadas	Calcolítico	Lentaker 1991
Ponta da Passadeira	fim do 4º milénio aC	Soares 2013
Casal do Pardo	Neo-Calcolítico (+)	Mendes 2015
ETAR V.N. Mil Fontes	Calcolítico	Silva e Soares 1997
Montes de Baixo	Calcolítico	Soares e Silva 2000
Cerro do Castelo de Santa Justa	Fim do 4º e 3º milénio aC	Gonçalves 1989

Tabela IIIa – Moluscos.

Taxon/Grupo(1)	Nome válido – Nome Comum(2)	AG	ALA	ALB	ALC	ASS	BGR	BUG	CHI	ESP3	ETAR	FOR	FUM	JUL(D)	JUS	LAM	LEC	MAG	MBX	MER	MLH	MOG	OR	OUR	PAR	PAS	PL	PT	PV	RAM	ROT	SJ	SANT	TUM	VNSP	ZAM	Σ
MARINHO--ESTUARINOS																																				
BIVALVIA	**Bivalves**																																			
Cardiidae																																				
Cerastoderma (Cardium) edulis / Cerastoderma edule	*Cerastoderma edule* (Linnaeus, 1758) – Berbigão-vulgar	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	2	_	_	8	_	_	P	_	_	_	P	P	_	P	4	_	42	32	_	3	_	P	207	298
Acanthocardia echinata	*Acanthocardia echinata* (Linnaeus, 1758) – Berbigão-de-bicos	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_		_	_	1	_	_	_	_	_	1
Achanthocardia tuberculata / Rudicardium tuberculatum	*Acanthocardia tuberculata* (Linnaeus, 1758) – [Berbigão]	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	5	6
Acanthocardia sp. / Acanthocardia / Cardium	*Acanthocardia* J.E. Gray, 1851 – [Berbigão]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	165	_	_	_	_	2	_	_	_	_	_	_	_	_	167
Laevicardium norvegicum	*Laevicardium crassum* (Gmelin, 1791) – [Berbigão]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	6	_	_	_	_	_	209	_	_	_	_		_	_	6	_	_	_	_	_	221
Cardiidae fam.	Berbigões	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	2
Glycymerididae																																				
Glycymeris glycimeris / Glycimeris sp.	*Glycymeris glycymeris* (Linnaeus, 1758) –Castanhola-do-mar	_	P	_	_	P	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P	8	_	_	5	_	_	_	P	44	57
Mactridae																																				
Eastonia rugosa	*Eastonia rugosa* (Helbling, 1779) – S/D	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	93	94
Lutraria lutraria / Lutraria sp.	*Lutraria lutraria* (Linnaeus, 1758) – Taralhão	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	9	_	_	_	_	_	_	_	2	_	_	_	_	_	11
Psammophila magna	[*Lutraria oblonga* (Gmelin, 1791)] – S/D	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	1
Mactra galuca / Mactra sp.	*Mactra glauca* Born, 1778 – S/D	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	8	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	8
Mactridae fam.		_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	5	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	5
Spisula elliptica	*Spisula elliptica* (Brown, 1827) – S/D	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	2	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	2

Tabela IIIa (Continuação)

Tellinidae / Veneridae fam.		_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1
Glycimeris sp. / *Laevicardium*		_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	1
Veneridae																																					
Dosinia lupinus	*Dosinia lupinus* (Linnaeus, 1758) – [Amêijoa]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	8	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	2	_	_	_	_	_	10
Dosinia exoleta	*Dosinia exoleta* (Linnaeus, 1758) – [Amêijoa-relógio]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	2	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	2
Callista chione	*Callista chione* (Linnaeus, 1758) – [Ameijola]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	376	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	377
Venerupis (Amygdala) decussata / V. decussata / Ruditapes decussatus / Lajonkairia lajonkairii	*Ruditapes decussatus* (Linnaeus, 1758) – Ameijoa-boa	_	_	_	P	_	P	P	P	P	P	_	_	1	P	_	314	_	_	_	1628	_	48	_	_	P	P	657	P	1229	776	_	7	P	_	2290	6950
Venus casina	Venus casina Linnaeus, 1758 – [Pé de burrico]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1
Venus verrucosa	Venus verrucosa Linnaeus, 1758 – [Pé de burro]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	45	_	_	_	_	_	2	_	_	_	_	_	_	_	5	_	_	_	_	_	52
Mytilidae																																					
Mytilus galloprovincialis	*Mytilus galloprovincialis* Lamarck, 1819 – Mexilão-do-Mediterrâneo	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	146	_	_	_	_	_	146
Mytilus edulis	*Mytilus edulis* Linnaeus, 1758 – Mexilhão-vulgar	_	P	_	P	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	13	_	_	_	6	_	1170	_	_	_	P	55	_	627	_	_	_	_	P	295	2166
Mytillus sp.	Mexilhões	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	1781	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	_	_	9	_	_	_	_	_	_	_	_	1790
Ostreidae																																					
Ostrea edulis	*Ostrea edulis* Linnaeus, 1758 – Ostra-plana-europeia	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	25	_	_	_	4	_	16	_	_	_	_	2	_	775	39	_	44	_	_	156	1061
Crassostrea angulata	*Crassostrea angulata* (Lamarck, 1819) – Ostra-portuguesa	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	4	_	_	_	_	_	_	4
O. Edulis / C. angulata		_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1650	_	_	_	_	_	_	1650
Ostrea sp.	Ostras	_	_	_	P	P	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	_	_	p

Tabela IIIa (Continuação)

Pectinidae																																							
Talochlamys multistriatus	*Talochlamys multistriata* (Poli, 1795) – [Leque]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1
Chlamys varia	*Mimachlamys varia* (Linnaeus, 1758) – Leque-variado	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	1
Pecten maximus / Pecten sp.	*Pecten maximus* (Linnaeus, 1758) – Vieira	_	P	P	P	_	_	P	_	_	_	P		_	P	_	59	_	_	P	1	P	937	_	P	_	P	72	P	_	50	_	_	P	P	289	1408
Pholadidae																																						
Pholas callosa / Pholas dactylus	*Pholas dactylus* Linnaeus, 1758 – Taralhões	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	62	_	_	_	_	2	65
Hiatellidae																																						
Panope glycymeris	*Panopea glycimeris* (Born, 1778)	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	5	_	_	_	_	_	5
Solenidae / Pharidae																																						
Solen marginatus	*Solen marginatus* Pulteney, 1799 – Lingueirão-direito-europeu	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	25	_	_	_	_	3	_	_	_	P	_	_	_		28
Solen marginatus / Ensis siliqua/ Solen sp. / *Ensis* sp.	*Solen marginatus* Pulteney, 1799 / *Ensis siliqua* (Linnaeus, 1758) – Lingueirão [Navalha]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	3	_	_	_	_	_	_	_	_	_	59	P	_	_	_	55	118
Bivalve marinho indeterminado		_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	22	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	22
DULÇAQUÍCOLAS																																						
Unionidae																																						
Unio pictorum / Unio sp.	*Unio pictorum* (Linnaeus, 1758) – [Mexilhão-de-rio]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	3	_	_	_	P	_	1	_	_	5
Potomida littoralis	*Potomida littoralis* (Cuvier, 1798) – Mexilhão-de-rio	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	3	_	_	_	_	_	_	_	_	3
U. pictorum / P. littoralis	[Mexilhões-de-rio]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	5	_	_	_	_	_	_	_	_	5
Unionidae		_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	p	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	P
Total Identificado		P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	1784	_	P	480	P	P	P	3	_	3001	_	_	_	_	827	_	4327	1191	P	54	_	_	3437	16745
Não identificado		_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	13	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	48	_	_	_	_	_	_	_	230	291
TOTAL		P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	1784	_	P	493	P	P	P	3	_	3001	_	_	_	_	875	_	4327	1191	P	54	_	_	3667	15395

Tabela IIIb – Moluscos.

Taxon/Grupo(1)	Nome válido – Nome Comum(2)	AG	ALA	ALB	ALC	ASS	BGR	BUG	CHI	ESP3	ETAR	FOR	FUM	JUL(D)	JUS	LAM	LEC	MAG	MBX	MER	MLH	MOG	OR	OUR	PAR	PAS	PL	PT	PV	RAM	ROT	SJ	SANT	TUM	VNSP	ZAM	Σ
MARINHO-ESTUARINOS																																					
CRUSTACEA	**Crustáceos**																																				
Lepadidae																																					
Lepas anatifera	Lepas (Anatifa) anatifera Linnaeus, 1758 – Perceve-liso	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	1
Pollicipedidae																																					
Pollicipes pollicipes	Pollicipes pollicipes (Gmelin, 1790) – Perceve	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	79	_	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	79
Balanidae																																					
Balanus balanoides?	Semibalanus balanoides (Linnaeus, 1767) – Cracas	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	7	_	_	_	_	_	_	7
Balanus sp.	Balanus Costa, 1778 – [Craca]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	8	_	_	_	_	_	8
Invertebrados aquáticos		_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P
Invertebrados marinhos		_	_	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P
Total Identificado		P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	79	_	P	0	P	P	P	0	_	0	_	_	_	_	0	_	8	8	P	0	_	_	_	95
Não identificado		_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	13	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	48	_	_	_	_	_	_	_	230	291
TOTAL		P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	79	_	P	13	P	P	P	0	_	0	_	_	_	_	48	_	8	8	P	0	_	_	230	386

Tabela IIIc – Moluscos.

Taxon/Grupo(1)	Nome válido – Nome Comum(2)	AG	ALA	ALB	ALC	ASS	BGR	BUG	CHI	ESP3	ETAR	FOR	FUM	JUL(D)	JUS	LAM	LEC	MAG	MBX	MER	MLH	MOG	OR	OUR	PAR	PAS	PL	PT	PV	RAM	ROT	SJ	SANT	TUM	VNSP	ZAM	Σ
MARINHO-ESTUARINOS																																					
GASTROPODA	**Gasterópodes**																																				
Patellidae																																					
Patella vulgata	Lapa	_	P	_	_	_	_	P	_	_	P	_	_	_	_	_	P(M)	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P
P. athletica	[Lapa]	_	P	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P(M)	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	P
P. elongata	[Lapa]	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P
P. lusitanica	[Lapa]	_	P	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	P
P. coeruela	[Lapa]	_	P	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P
Patella sp.	Patella Linnaeus, 1758 – Lapa	_	P	_	P	P	_	_	_	_	P	_	P	624	_	_	419	_	_	_	_	P	14226	_	_	_	P	_	_	2	934	_	10	_	P	267	16482
Haliotidae																																					
Haliotis sp.	Haliotis Linnaeus, 1758 [Haliotis tuberculata Linnaeus, 1758] – Orelha	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1
Trochidae																																					
Clanculus sp.	Clanculus Montfort, 1810 – [Caracol-do-mar]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	2	_	_	_	_	_	2
Osilinus lineatus / Osillinus sp.	Phorcus sp. Risso, 1826 – Burrié	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	2	_	_	_	_	_	189	_	_	_	_	_	_	_	46	_	_	_	_	_	237
Gibbula sp.	Gibbula sp. Risso, 1826 – [Caracol-do-mar]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1
Calliostomatidae																																					
Calliostoma conulus	Calliostoma conulus (Linnaeus, 1758) – [Caracol-do-mar]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1
Cerithiidae																																					
Bittium sp.	Bittium Gray, 1847 [Bittium reticulatum (da Costa, 1778)] – [Caracol-do-mar]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1
Trurritellidae																																					
Turritella communis	Turritella communis Risso, 1826 – [Caracol-do-mar]	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	2	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	3

Tabela IIIc (Continuação)

Cypraeidae																																						
Monetaria (Cypraea) moneta	Monetaria moneta(Linnaeus, 1758)? – [Caracol--marinho] (*)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	1
Littorinidae																																					
Littorina littorea / Littorina sp.	Littorina littorea (Linnaeus, 1758) – Borrelho	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3
Cassidae																																					
Semicassis saburon	Semicassis saburon (Bruguière, 1792) - [Búzio]	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	17	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	18
Ranellidae																																					
Charonia lampas / Thais hemastoma	Charonia lampas (Linnaeus, 1758) – Buzina	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	22	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	6	31
Charonia sp.		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	8	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	8
Ranella olearium	Ranella olearium (Linnaeus, 1758) – Búzio	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1
Buccinidae																																					
Buccinum sp.	Buccinum Linnaeus, 1758 – Buzo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	1
Nassariidae																																					
Hinia reticulata / Nassarius reticulatus	Tritia reticulata (Linnaeus, 1758) – [Caracol-marinho]	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	4	–	–	–	–	–	–	–	3	–	–	–	–	8
Nacella lapilus	Nucella lapillus (Linnaeus, 1758) – [Caracol-marinho]	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3
Muricidae																																					
Murex sp.	Murex Linnaeus, 1758 - Búzios	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5
Ceratostoma (Ocenebra) erinaceum	Ocenebra erinaceus (Linnaeus, 1758) – [Búzio]	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	1

Tabela IIIc (Continuação)

Thais (Stramonita) haemastoma / Stramonita hemastoma / Thais haemastoma	Stramonita haemastoma (Linnaeus, 1767) – [Búzio]	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	P	–	–	–	–	–	–	–	–	308	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	32	340
Mitridae																																								
Mitra cornicula	Mitra cornicula (Linnaeus, 1758) – [Caracol-marinho]	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1
Siphonariidae																																								
Siphonaria pectinata	Siphonaria pectinata (Linnaeus, 1758) – [Lapa-falsa]	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	37	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	37
Gasterópode marinho indeterminado		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	40	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	40
CRUSTACEA	**Crustáceos**																																							
Lepadidae																																								
Lepas anatifera	Lepas (Anatifa) anatifera Linnaeus, 1758 – Perceve-liso	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	1
Pollicipedidae																																								
Pollicipes pollicipes	Pollicipes pollicipes (Gmelin, 1790) – Perceve	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	79	–	–	–	–	–	–	–	–	P	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	79
Balanidae																																								
Balanus balanoides?	Semibalanus balanoides (Linnaeus, 1767) – Cracas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7	–	–	–	–	–	7
Balanus sp.	Balanus Costa, 1778 – [Craca]	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	8	–	–	–	–	8
Total Identificado		P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	707	_	P	451	P	P	P	1	_	14840	_	_	_	_	0	_	10	995	P	10	_	_	307	17321
Não identificado		_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	13	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	48	_	_	_	_	_	_	_	230	291
TOTAL		P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	707	_	P	464	P	P	P	1	_	14840	_	_	_	_	48	_	10	995	P	10	_	_	537	17612

Tabela IV – Recursos aquáticos do Neolítico final e Calcolítico – Ictiofauna: Número de Restos e Presença de táxones assinalados em sítios do Neolítico final e Calcolítico de Portugal. (P) – Presença (P* – estudos em curso/ainda inéditos).

Abreviaturas e referências para sítios (número mapa): ALA (18) – Alapraia (neste trabalho); ASS (4) – Outeiro da Assenta (Coelho, 2006); CHI (23) – Castro de Chibanes (Pereira et alii 2017); COL (6) – Castro da Columbeira (Correia, 2015: 192); CV (1) – Castanheiro do Vento (neste trabalho); CVL (2) – Castelo Velho (Antunes, 1993); LAM (14) – Lameiras, Níveis do Neolítico Final (Davis, *et alii* em prep.); LEC (17) – Leceia (Lentacker, 1991); MER (30) – Mercador (Valera, 2001 cit. em Coelho 2006: 73); OR (27) – Outeiro Redondo (Gabriel e Cardoso, em preparação); PER (28) – Perdigões (Valera, 2016 – a partir de Gabriel, dados inéditos); PAS (20) – Ponta da Passadeira (Tavares a Silva, C. & Soares, J. 1998; Soares, 2008: 361. NOTA: no artigo, os táxones identificados por M. Telles Antunes são listados no Quadro V, sem quantificação. O número de restos identificados vs. não identificado é indicado no Quadro VI); PL (12) – Penedo do Lexim (Pimenta *et al.*, 2017 – a partir de Gabriel, dados inéditos); RAM (19) – Ramalha (Lentacker, 1991); ROT – Rotura (Lentacker, 1991); SANT (3) – Outeiro de Santo Antão (Costa e Correia, 2015); ZAM (8) – Castro do Zambujal (Driesch e Boessneck, 1976).

Táxon/Grupo conforme indicado nos trabalhos originais (1). Nomes válidos seguindo WoRMS (2017) (2). Nomenclatura comum seguindo a proposta de Sanches (1989)

(*) Espécie alóctone (ver texto – Discussão). Glossário: anádromos – Peixes que sobem os rios para a desova.

Taxon / Grupo (1)	Nome válido / Nome Comum (2)	ALA	CHI	COL	CV	CVL	LAM	LEC	MER	OR	PER	PAS	PL	RAM	ROT	SANT	ZAM	Σ
MARINHO--ESTUARINOS																		
Lamnidae																		
cf. Lamnidae	Lamnidae Bonaparte, 1835 – Tubarões-sardo	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1
Triakidae																		
Galeorhinus galeus/cf. G.galeus	Galeorhinus galeus (Linnaeus, 1758)	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	1
Mustelus canis*	Mustelus canis (Mitchill, 1815) – Cação*	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	P
Dasyastidae / Myliobatidae																		
Dasyastis / Myliobatis	Dasyatis Rafinesque, 1810 / Myliobatis Cuvier, 1816	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	P
Galeiformes	Para referir Chondrichthyes?	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	3	_	_	_	4
Acipenseridae [ANÁDROMOS]																		
Acipenser sturio	Acipenser sturio Linnaeus, 1758 – Esturjão	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	3	3
Congridae																		
Conger conger	Conger conger (Linnaeus, 1758) – Congro	P*	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P*
Clupeidae																		
Alosa alosa / Alosa sp.	Alosa alosa (Linnaeus, 1758) / Alosa Linck, 1790 – Sável / Savelha	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	o
Moronidae																		
Roccus labrax / Morone labrax	Dicentrarchus labrax (Linnaeus, 1758) – Robalo	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	8	8
Scienidae																		
Johnius umbra	Sciaena umbra Linnaeus, 1758 – Rocadeira-preta	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	1
Johnius hololepidotus(*)	Argyrosomus hololepidotus (Lacepède, 1801) – "Corvina"(*)	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	1

Tabela IV (Continuação)

Sciaenidae	Sciaenidae Cuvier, 1829 – Escienídeos	P*	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P*
Sparidae																		
Dentex dentex	Dentex dentex (Linnaeus, 1758) – Capatão-legítimo	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	2	2
Diplodus vulgaris / cf. D.vulgaris	Diplodus vulgaris (Geoffroy Saint-Hilaire, 1817) – Sargo-safia	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	P
Diplodus cervinus	Diplodus cervinus (Lowe, 1838) – Sargo-veado	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	1
Diplodus sp. / cf.Diplodus sp.	Diplodus Rafinesque, 1810 – Sargos	P*	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P*
Pagrus pagrus	Pagrus pagrus (Linnaeus, 1758) – Pargo-legítimo	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	6	7
Pagrus sp.	Pagrus Cuvier, 1816 – Pargo	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	0
cf. Sarpa salpa	Sarpa salpa (Linnaeus, 1758) – Salema	_	_	_	_	_	_	_	_	P*	_	_	_	_	_	_	_	P*
Sparus aurata / cf.Sparus aurata / Dourada / Chrysophrys aurata	Sparus aurata Linnaeus, 1758 – Dourada	P*	1	2	_	_	1	5	_	_	_	P	1	6	25	2	30	70
Sparidae / cf.Sparidae	Sparidae Rafinesque, 1818 – Esparídeos	P*	57	_	_	_	1	1	_	_	_	_	_	1	_	_	_	3
Scombridae																		
Scomber scombrus / cf.S.scombrus	Scomber scombrus Linnaeus, 1758 – Cavala	_	_	_	_	_	_	_	_	P*	_	_	_	_	_	_	_	P*
Mugilidae																		
Mugilidae	Mugilidae Jarocki, 1822 – Tainhas	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	20	20
DULÇAQUÍCOLAS																		
Cyprinidae																		
Barbus bocagei	Luciobarbus bocagei (Linnaeus, 1758) – Barbo-comum	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	P
Barbus sp.	Barbus Cuvier & Cloquet, 1816 – Barbo	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	0
Cyprinidae	Cyprinidae Rafinesque, 1815 – Ciprinídeos	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	1	_	_	_	_	2
Peixes		_	_	_	_	_	_	_	P	_	_	_	_	_	_	_	_	P
Teleosteos indeterminados		P*	_	_	_	_	_	_	_	P*	_	P	_	_	_	_	_	P
Total identificado		P*	59	2	1	1	3	8	P	P*	1	52	2	10	26	2	72	176
Não identificado		P*	_	2	_	_	1	9	_	P*	_	29	_	_	67	_	35	141
TOTAL		P*	59	4	1	1	4	17	P	P*	1	81	2	10	93	2	107	317

CONTRIBUTOS PARA O CONHECIMENTO DA COMPONENTE ANIMAL DOS RECINTOS DE FOSSOS CALCOLÍTICOS. A FAUNA VERTEBRADA DE MONTOITO 2

Cláudia Costa[1], Rui Mataloto[2]

RESUMO

A intervenção arqueológica realizada no recinto de fossos de Montoito 2, do período calcolítico, forneceu um conjunto de fauna vertebrada, principalmente mamíferos, mas também aves, que foi estudada. O conjunto encontrava-se em bom estado de preservação e forneceu uma lista taxonómica variada onde se registou uma maioria de porcos (género *Sus* sp.), mas também veados, bovinos, principalmente domésticos, ovino/caprinos, equinos e canídeo. A esta lista juntam-se restos de um corvídeo que através da morfologia e osteometria foi classificado como gralha preta/gralha calva (*Corvus corone/frugilegus*). Embora constituindo uma coleção pouco numerosa, o seu estudo revela-se de grande importância porquanto constitui mais um ponto no mapa dos sítios calcolíticos do Sul de Portugal com fauna estudada.

Palavras-chave: Montoito 2, Recinto de fossos, Calcolítico, Mamíferos, Aves.

ABSTRACT

The archaeological excavation carried out in the Chalcolithic ditched site of Montoito 2 provided a set of vertebrate fauna, mainly mammals, but also birds. The assemblage was in a good state of preservation and provided a diverse taxonomic list with a majority of pigs (*Sus* sp.), but also deer, cattle, mainly domestic, sheep/goats, horses and canids. The assemblage also includes the remains of a corvid that through morphology and osteometry was classified as carrion crow or rook (*Corvus corone/frugilegus*). Despite being a small collection, their study is of great importance because it constitutes another point in the map of the Chalcolithic sites of the South of Portugal with fauna studied.

Keywords: Montoito 2, Ditch enclosure, Chalcolithic, Mammals, Birds.

1. INTRODUÇÃO

O conjunto faunístico proveniente dos trabalhos de arqueologia da responsabilidade de um dos signatários (R. M.) em Montoito 2 (recolhas de superfície e sondagem arqueológica) não é muito numeroso, mas o seu estudo deu um contributo inestimável para a compreensão do fenómeno dos recintos de fossos no sul da Península Ibérica especialmente a sua componente animal.

A validade das interpretações arqueológicas decorrentes do estudo de arqueofauna depende naturalmente das condições das amostras analisadas. Sítios como os Perdigões e Porto Torrão forneceram já largas dezenas de milhar de restos faunísticos estando o estudo em curso e sendo conhecidos alguns resultados (Arnaud, 1993; Cabaço, 2009; Costa, 2010a; 2010b, 2013; Pereira, 2016, entre outros). Contudo, a uma escala de análise superior, quanto maior for o número de coleções conhecidas de diferentes sítios arqueológicos, mais completo ficará o quadro do conhecimento da relação entre o humano e o animal no 3º milénio a C.

A coleção de Montoito passa a ser a quarta prove-

1. ICArEHB – Interdisciplinary Centre for Archaeology and Evolution of Human Behaviour; Universidade do Algarve; cmcosta@ualg.pt

2. Câmara Municipal do Redondo; rmataloto@cm-redondo.pt

niente da fase calcolítica dos recintos de fossos alentejanos depois de Porto Torrão e Perdigões, os que possuem maior quantidade de material disponível, e de Paraíso. A estas coleções juntam-se os conjuntos de Casa Branca 7 e Mercador e os recintos murados/fortificados de São Pedro do Redondo, Monte da Tumba e Porto das Carretas, embora este último com uma quantidade muito menor de arqueofauna identificada.[3]

Na recolha de superfície e na sondagem arqueológica do fosso 2 efetuada em Montoito 2, totalizaram-se 264 restos de mamíferos e de aves, embora estes últimos em clara minoria. Os fragmentos de aves reportam-se na totalidade a elementos do esqueleto apendicular de um só grupo, os corvídeos. Quanto aos mamíferos reportam-se a suínos, em clara maioria, seguindo-se veados, bovinos domésticos e ovinos/caprinos, tendo sido identificado um elemento de cabra doméstica. Foram também recuperados restos de equídeos e um elemento de cão ou lobo.

A identificação do conjunto foi realizada com recurso à comparação com a coleção de referência de vertebrados do LARC – Laboratório de Arqueociências da Direção Geral do Património (Moreno Garcia *& alii* 2003). No que concerne à osteometria dos elementos de *Corvus frugilegus/corone*, seguiu-se a proposta metodológica de Tomek e Bochenski (2000) desenvolvida para os corvídeos europeus.

2. MONTOITO 2 – ENQUADRAMENTO DOS TRABALHOS E LOCALIZAÇÃO

O sítio de Montoito 2 localiza-se no concelho do Redondo na freguesia de Montoito e foi identificado como recinto de fossos através de um projeto liderado por António Valera, que promoveu a sua prospeção geofísica por magnetometria permitindo conhecer o seu traçado. Dispomos já de uma primeira apresentação dos resultados obtidos nesses trabalhos, e uma primeira avaliação dos resultados da prospecção de superfície (Valera *& alii* 2014, p. 208 e ss.).

Segundo informação do proprietário, a área onde se localiza o sítio do Montoito 2 sofreu uma primeira surriba em 1974, com o primeiro plantio de vinha. Contudo, só em 2012 o local foi reconhecido como de interesse arqueológico. Embora se tivesse realizado e publicado uma prospeção geofísica, nada se fez para impedir uma segunda surriba que viria a ocorrer em Setembro de 2015. Na sequência desta, e atendendo a que grande parte da área iria ficar interdita pelo plantio para a investigação, julgou-se pertinente e oportuno efectuar uma sondagem de diagnóstico. Esta, devido à falta de recursos, foi contida, tendo apenas como objectivo averiguar sobre o estado de conservação do sítio em profundidade e a obtenção de uma leitura estratigráfica que permitisse traçar uma diacronia de utilização do fosso 2, aquele que, com mais clareza, era visível à superfície após os trabalhos de surriba. Estamos conscientes que o plano de caracterização foi manifestamente insuficiente dada a dimensão do sítio e sua complexidade estrutural. Contudo, dada a ausência de apoios, ou de qualquer plano de salvaguarda promovido pela tutela, mesmo que instada para tal, esta surgiu-nos como a única solução viável no âmbito das competências de um arqueólogo municipal.

Os trabalhos de escavação da sondagem seguiram uma metodologia de *Open Area*, com o registo em planta e fotografia de cada unidade estratigráfica, prolongando-se entre Dezembro de 2015 e Fevereiro de 2016.

Após a intensa acção de surriba, e dada a quantidade de material observável à superfície, decidiu-se igualmente promover a recolha intensiva dos conjuntos arqueológicos, incluindo os restos faunísticos que exibiam uma coloração escura típica da precipitação de óxidos e concreções de carbonato de cálcio, autorizando a sua associação às ocupações antigas.

3. MONTOITO 2: UMA OCUPAÇÃO DE FOSSOS MÚLTIPLOS (?) NAS PLANURAS DE MONTOITO

O sítio de Montoito 2 localiza-se a Sul da povoação homónima, concelho de Redondo, distrito de Évora, nas coordenadas: 38°30'3.89" N, 7°35'43.73"W (WGS84). Implanta-se sobre o topo e a encosta Sul de uma ligeira elevação situada na confluência do Ribeiro das Caliças com o Ribeiro dos Pedrões, dando origem ao Ribeiro da Vila, subsidiário da margem direita do Rio Degebe, bacia do Rio Guadiana. Em termos geológicos o sítio implanta-se sobre uma formação de grés, argilas e calcários do Miocénico e Paleogénico indiferenciados, estando

3. A estes sítios deverá juntar-se o Moinho de Valadares com uma coleção faunística estudada e publicada (Valente, 2013), mas com uma quantidade demasiado diminuta não representando validade estatística.

rodeado de potentes aluviões modernos, nos vales dos ribeiros envolventes, que poderão ter suavizado uma paisagem de relevos mais vincados (C.G.P., 1:50000, nº 40-B). A mancha geológica em que se implanta apresenta-nos um substrato bastante alterado e facilmente escavável, favorecendo a abertura de estruturas negativas, nomeadamente dos fossos. Ainda que rodeada por uma paisagem relativamente aplanada, especialmente para Nascente, onde dominam as cascalheiras de tipo "ranha", o Montoito 2 situa-se numa das áreas mais baixas e topograficamente discretas da depressão de Montoito, tendo uma visibilidade sobre a envolvente bastante limitada, alargando-se ligeiramente para jusante do vale do Ribeiro da Vila.

O magnetograma obtido sobre cerca de dois terços do sítio não apenas confirmou a presença de um circuito de fossos de tendência elipsoidal, como permitiu atestar a existência de mais dois, sendo o fosso 1 e 2 concêntricos, com o eixo maior orientado no sentido NO-SE, com aproximadamente 180 m no eixo maior e 140 m de menor, estando separados entre si cerca entre 10 a 12 m (Valera *& alii*, 2014, p. 208). O fosso 1 apresenta uma entrada do lado sudeste, que corresponde a uma interrupção do fosso com cerca de 5/6 m de largura, em frente do qual, pelo exterior, e a cerca de 6/7m, se desenvolve um pequeno fosso semicircular, a modo de "barbacã de entrada", bem atestada em outros sítios como nos Perdigões situado apenas a 8 km a Sul. No interior, o fosso 2 apresenta, ligeiramente descentrada face a esta, uma passagem de menores dimensões.

No interior destes recintos, numa zona aproximadamente central e mais elevada, entre o topo e o início da encosta, foi registado o fosso 3, de planta sinuosa e algo irregular, na qual são bem evidentes "lóbulos" semi-circulares e diferentes entradas. A ausência de uma avaliação estratigráfica e de datações absolutas para cada um dos enchimentos dos fossos, impede que se assuma inequivocamente o sítio de Montoito 2 como uma ocupação de fossos múltiplos (3), ou uma sucessão de ocupações de fosso simples. Todavia, o facto de dois deles serem concêntricos e muito próximos entre si, deixa entender que, muito possivelmente, poderão ser contemporâneos. Por outro lado, e como se verá, a homogeneidade do conjunto cerâmico recolhido aponta no sentido que a ocupação se deve ter desenrolado num espaço de tempo não demasiado alargado dentro do 3º milénio a.C. A intervenção levada a efeito circunscreveu-se apenas a um pequeno corte no fosso 2, no lado Sul, na zona mais baixa, fronteira ao ribeiro da Vila (Figura 1).

4. FOSSO 2 DE MONTOITO 2: PERSPECTIVA GLOBAL DA INTERVENÇÃO E ESTRATIGRAFIA

A intervenção arqueológica desenvolveu-se numa área em que o fosso 2 se encontrava particularmente visível à superfície após a surriba de 2015. Os trabalhos iniciaram-se com a implantação de uma vala de sondagem com 5 m de extensão e cerca de 1,5 m de largura, genericamente perpendicular ao traçado do fosso. A escavação permitiu confirmar o expectável: até um metro de profundidade documentou-se o revolvimento completo da estratigrafia, com uma verdadeira inversão dos estratos, estando os superficiais junto ao substrato e à superfície os mais profundos, o que permitia observar à superfície o traçado do fosso contudo deslocado quase um metro para o interior do sítio.

A estratigrafia era dominada por estratos argilosos, de cor acinzentada, variando entre o claro e o escuro, com frequente cascalho semelhante ao substrato geológico, além de muito abundantes nódulos, e por vezes blocos, de barro cozido, especialmente em unidades como [20], [26] ou [33]. A estratigrafia inicial é dominada por estratos areno-argilosos, de cor cinzenta clara amarelo-esverdeada, de granulometria fina, com escasso material arqueológico, com fortes semelhanças com o substrato geológico ([40]--[43]). Sobre estes desenvolve-se uma sequência de estratos de características distintas, mais argilosos, nas quais a presença de barro cozido e carvão é bastante frequente, apresentando muitos deles forte inclinação, estando concentradas essencialmente no lado interno, enquanto no lado externo surgem pequenos estratos com características muito próximas do substrato geológico. Esta sequência, que preencheu totalmente este troço de fosso, foi truncada depois por um "*recutting*", [15], o qual foi depois preenchido por estratos argilosos, acinzentados, com frequente cerâmica, fauna e material orgânico carbonizado, mas também frequentes nódulos de barro cozido, deixando indiciar que a acção humana esteve mais presente em termos tafonómicos (Figura 2).

5. PERSPECTIVA SUMÁRIA SOBRE O CONJUNTO ARTEFACTUAL

O conjunto de material arqueológico recolhido em Montoito 2 divide-se em dois grupos, por um lado, o espólio o recolhido à superfície e o registado em estratigrafia, na sondagem do fosso 2, sendo claramente dominado pela componente cerâmica. Esta carece ainda de uma análise detalhada, mas é, desde já, possível assinalar a grande homogeneidade morfológica em toda a cerâmica recolhida ao longo da estratigrafia e na superfície. No conjunto, as formas simples com base na esfera são preponderantes, contando, todavia, com uma presença importante de pratos e taças de bordo espessado, de pequena e média dimensão, apontando, em termos cronológicos, para um momento centrado nos meados ou na 2º metade do 3º milénio a.C.. A presença de instrumentos líticos é reduzida resumindo-se apenas a pedra polida. Foram ainda registados dois instrumentos metálicos, nomeadamente dois pequenos punções, um deles em estratigrafia, tendo-se igualmente registado a presença de fragmentos de cadinhos com vestígios de cobre, o que indica a existência local de produção metalúrgica. Segundo os dados disponíveis, os meados do milénio parecem ser o momento em que a produção metalúrgica se terá vulgarizado (Valério *& alii* 2016, p. 34).

6. ESTUDO DO CONJUNTO FAUNÍSTICO: ESPÉCIES REPRESENTADAS

6.1. Aves

Embora com um número reduzido de elementos (n=7), os ossos de aves identificados em Montoito 2 revestem-se de alguma importância porquanto são poucas as aves identificadas nos sítios calcolíticos do Sul de Portugal. Até ao momento foram identificados *Corax corax* (corvo comum) no Porto Torrão (Pereira, 2016), *Morus bassanus* (ganso patola), *Alectoris rufa* (perdiz) e turdidae (tordos não determinados), nos contextos sepulcrais dos Perdigões (Cabaço, 2009), *Aegypius monachus* (abutre negro) no Mercador (Moreno Garcia, 2013) e *Columba palumbus* (pombo torcaz) em S. Pedro do Redondo (Davis; Mataloto, 2012). Quanto ao conjunto de Montoito 2 reporta-se a elementos identificados na totalidade como corvídeos, além de um elemento de ave não determinada. Seis dos elementos recuperados (dois fragmentos de úmero, um fragmento de rádio, dois fragmentos de ulna e um tarso-metatarso incompleto), todos do lado direito, foram morfologicamente identificados como *Corvus corone/frugilegus* (gralha preta/gralha calva). A análise métrica não foi muito esclarecedora devido à ausência de elementos completos. Mas foi possível observar que a relação entre a largura diagonal e a largura dorsal da epífise distal da ulna é próxima dos valores médios de *Corvus corone* (gralha preta) publicados por Tomek e Bochenski, 2000 (Gráfico 1). Quanto à relação entre a largura da diáfise e a largura máxima da epífise distal do tarso-metatarso parece estar no intervalo dos valores de referência do *Corvus frugilegus* (gralha calva) e acima do intervalo dos valores de *Corvus corone* (gralha preta) publicados pelos mesmos autores (Gráfico 2).
A presença exclusiva de fragmentos de ossos longos, todos do mesmo lado, e provenientes da mesma unidade estratigráfica no interior do *recutting* ([14]) aponta para a probabilidade da existência de um só individuo. Contudo, não deverá ser descartada a hipótese da ocorrência de restos das duas espécies. A ocorrência destas duas espécies não é inédita na pré-história recente de Portugal tendo sido registadas em contextos calcolíticos da estremadura portuguesa: no Castro do Zambujal, onde Driesh & Boessneck, 1976 registaram a ocorrência das duas espécies e em Penedo do Lexim onde se conhece a existência de *Corvus corone* proveniente das escavações recentes (*apud* Pimenta *& alii*, 2015).

6.2. Mamíferos

A lista dos mamíferos que foi constituída para Montoito 2 é a conhecida para os outros sítios contemporâneos do Alentejo, como o Monte da Tumba, São Pedro do Redondo, Perdigões, Casa Branca 7, Mercador, Paraíso, Porto Torrão e Porto das Carretas. À exceção do Paraíso, onde os restos de ovino/caprinos são dominantes, e do Porto das Carretas que tem como o grupo mais representativo os bovinos, todas as coleções são dominadas pelos suínos, quer em número de restos quer em número de indivíduos, panorama que parece estar mais acentuado nas coleções que são provenientes de sítios integrados na tipologia dos recintos, que revelam uma diferença na relação percentual entre o conjunto dos suínos e o dos ovinos/caprinos mais significativa do que nos outros sítios: cerca de 40%/20% no Porto Torrão, 37%/9% em S. Pedro e 48%/15% nos fossos dos Perdigões (Tabela 3; Gráfico 3).
Em Montoito, os restos classificados como suínos

são os mais frequentes apontando para a existência de um mínimo de três indivíduos no conjunto que provém da superfície e outros três no conjunto que provém da sondagem do fosso 2 (Tabela 1). Trata-se de um grupo diversificado em termos de classificações etárias, estando representados os restos de animais abatidos em idade juvenil bem como animais em fase adulta. Uma tendência também observada nas coleções de Porto Torrão (Pereira, 2016) e dos Perdigões (Costa, 2010b, 2013). Os ovinos/caprinos (*Ovis/Capra*) representam apenas 11% do total da amostra. Apenas um elemento foi identificado como pertencente inequivocamente a cabra (*Capra hircus*). Os restantes são maioritariamente dentes soltos (total=9) aos quais se junta um fragmento de rádio e um fragmento de pélvis cuja identificação ao nível da espécie não foi possível por falta de elementos de diagnose preservados.

Quanto aos veados (*Cervus elaphus*) encontram-se numericamente bem representados na coleção de Montoito, representando 22% do total da amostra, o que está de acordo com a frequência registada na maioria das coleções dos outros sítios calcolíticos alentejanos, como nos contextos de fossos e fossas dos Perdigões, em São Pedro do Redondo, Mercador, Monte da Tumba e Porto das Carretas (Tabela 3). A coleção de elementos de veado de Montoito tem uma frequência significativa de fragmentos de hastes (n=7 em 22) o que desvaloriza o papel do veado como animal caçado no sítio (Tabela 2). Mesmo assim, o veado parece conservar uma relevância numérica relativamente ao conjunto dos bovinos (*Bos* sp./*Bos taurus*) que em Montoito 2 foram classificados maioritariamente como domésticos e abatidos em idade adulta.

A ordem carnívora está representada por uma única vértebra caudal que foi identificada como pertencente a *Canis* sp. (cão ou lobo) em virtude do seu tamanho. Quanto aos equídeos (*Equus* sp.) foram identificados por apenas dois elementos recuperados à superfície, um fragmento de úmero e um astrágalo incompleto (Tabela 1 e Tabela 2). A baixa frequência de *Equus* sp. tem vindo a ser registada noutras coleções de sítios calcolíticos do Alentejo, sendo que, até agora, Porto das Carretas e Mercador são os sítios onde a frequência parece ser mais elevada com 11% e 9% respetivamente (Tabela 3, Gráfico 3).

6.3. Manipulações antrópicas

Quanto às marcas de manipulação antrópica nos ossos, foram identificadas num número reduzido de restos, perfazendo cerca de 13% do total da amostra (n=34). A baixa frequência de material com marcas de manipulação antrópica, nomeadamente de corte, é aliás uma característica que se tem vindo a verificar noutras coleções contemporâneas do Alentejo como em Perdigões (Costa, 2010b, 2013), Casa Branca 7 (Costa, 2006) ou Mercador (Moreno Garcia, 2013) e que se relaciona diretamente com as estratégias de exploração das carcaças que privilegiariam o descolamento manual de nacos de carne sem recurso ao corte.

Na coleção em estudo, as marcas de corte foram identificadas em apenas cinco elementos. São finas incisões paralelas que se localizam em extremidades distais (articulações) de úmeros, um de *Sus* sp. e outro de *Cervus elaphus,* num astrágalo também de *Cervus elaphus* e num atlas de *Sus* sp. que, naturalmente, se relacionam com a desarticulação das carcaças e não com a extração de nacos de carne. O quinto elemento onde se registou uma marca de corte, é um fragmento de haste de veado o que, naturalmente, se relaciona com o aproveitamento deste material, eventualmente, para a produção artefactual.

Quanto à manipulação térmica é a marca registada num maior número de ossos, num total de 20. Apenas 10 ossos exibiam fractura de tipo helicoidal ou em bisel que é interpretada como estando relacionada com a fracturação intencional dos ossos quando se encontram ainda em estado fresco com o objectivo de aceder ao conteúdo medular dos ossos (Lyman, 1994).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coleção faunística proveniente de Montoito 2 e aqui analisada é diminuta, mas pode considerar-se diversificada ao nível as espécies e das partes anatómicas representadas. Contudo, face às listagens taxonómicas conhecidas para os sítios do 3º milénio a.C. alentejanos, não apresenta variações significativas. Mais uma vez se observa o domínio do porco que, selvagem ou doméstico, seria abatido tanto em jovem como em adulto. Na realidade, tanto porcos como javalis, dependendo das subespécies e das raças, podem parir de cada vez entre 3 a 10 crias, já as cabras e ovelhas têm no máximo até duas crias de cada vez, uma ou duas vezes por ano. Este pode ser um aspeto que pode ajudar a compreender, por um lado, a alta frequência de suínos no contexto dos sí-

tios calcolíticos e, por outro, o abate de bácoros em detrimento de cabritos ou borregos que, pelo contrário, seriam mortos com mais idade.

Observa-se também a importância da caça ao veado adulto. Deverá também levar-se em conta a coleta de hastes e seu aproveitamento como atividades sistemáticas dada a frequência significativa de fragmentos de hastes, por um lado, e a existência da marca de corte num deles apontando para o eventual aproveitamento como matéria-prima.

Em último, deve-se referir a existência de restos da asa e tarso-metatarso, todos do lado direito de gralha preta ou de gralha calva. Encontravam-se fragmentados, o que inviabilizou a classificação inequívoca a nível da espécie. Mas a sua ocorrência numa única unidade estratigráfica e o facto de serem todos do mesmo lado, sugere que pertençam todos ao mesmo indivíduo.

A ocorrência de aves no Calcolítico alentejano parece rara. A falta de implementação de metodologias de recolha mais fina durante as intervenções arqueológicas, como a crivagem dos sedimentos, será, por ventura, o grande responsável pelo não aumento do número não só de aves em contextos arqueológicos, como também de peixes, répteis, anfíbios e pequenos mamíferos. A importância do registo de espécies selvagens que, à primeira vista, poderão não estar relacionadas com o comportamento humano, como os roedores e insectívoros, os répteis e anfíbios e até mesmo as próprias aves e peixes, além dos animais invertebrados, é a possibilidade de acesso a um segmento da vivência humana que é o da sua relação (e impacto) com o meio ambiente, com a paisagem, com o território, com o ecossistema, com os diferentes animais e com a utilização dos seus produtos (como penas e peles, gordura, ovos e leite, matérias-primas, estrume, etc.).

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Miguel Teles (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba IV: mamíferos (nota preliminar). *Setúbal Arqueológica Setúbal*. VIII. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal, pp. 103-144.

ARNAUD, José Morais (1993) – O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vipasca*. Aljustrel: Câmara Municipal, 2, pp. 41-60.

CABAÇO, Nelson (2009) – *Restos faunísticos em contexto funerário nos Perdigões, Reguengos de Monsaraz (Sepulcros 1 e 2)*. [Texto policopiado]. Dissertação de mestrado em arqueologia pré-histórica e arte rupestre, Master Erasmus Mundus em Quaternário e Pré-História, Instituto Politécnico de Tomar, Universidade de Trás-os-Montes e Ato Douro.

CARDOSO, João Luís (2013) – Anexo 3 A fauna do povoado Calcolítico do Porto das Carretas. In SOARES, Joaquina – *Transformações sociais durante o III milénio AC no Sul de Portugal. O povoado do Porto das Carretas, Memórias d'Odiana 2ª série* Estudos Arqueológicos do Alqueva, 5. Beja: EDIA, pp. 501-505.

COSTA, Cláudia (2006) – Anexo I – Estudo faunístico, RODRIGUES, Ana Filipa Castro *Casa Branca 7: um povoado na transição do 4º para o 3º milénio AC na margem esquerda do Guadiana (Serpa)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

COSTA, Cláudia (2010a) – Problemática do enchimento dos Fossos 3 e 4 (sector I) dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz) com base da análise estratigráfica dos restos faunísticos, In BETTENCOURT, Ana M. S.; ALVES, Maria Isabel C.; MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio eds.. *Variações Paleoambientais e Evolução Antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular / Palaeoenvironmental Changes and Anthropization in the Quaternary of Western Iberia,* Braga: APEQ, pp. 113-124.

COSTA, Cláudia (2010b) – Os restos faunísticos de animais vertebrados do sector 1 dos Perdigões (fossas e fossos 3 e 4). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 6, pp. 5-74.

COSTA, Cláudia (2013) – *Tafonomia em contexto pré-histórico. A zooarqueologia como recurso para a compreensão das "estruturas em negativo" da Pré-História Recente.* Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Arqueologia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

DAVIS, Simon J. M.; MATALOTO, Rui (2012) – Animal remains from Chalcolithic São Pedro (Redondo, Alentejo): evidence for a crisis in the Mesolithic, *Revista Portuguesa de Arqueologia,* Vol. 15, pp. 47-85.

LYMAN, Richard Lee (1994) – Vertebrate taphonomy. Cambridge: Cambridge University Press.

MATALOTO, Rui; COSTEIRA, Catarina; DAVIS, Simon; CLEMENTE, Rui; SANTOS, Ivo (2012) – Os povoados de fossos do Paraíso: Uma ocupação do III/IVº milénio a. C. na região de Elva. Balanço das intervenções 2009-2010, In DEUS, Manuela de. *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular Almodôvar 18 a 20 de Novembro de 2010*. Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar, pp. 39-72.

MORENO GARCIA, Marta (2013) – Estudo arqueozoológico dos restos faunísticos do povoado calcolítico do Mercador (Mourão), In VALERA, António Carlos – *As sociedades agropastoris na margem esquerda do Guadiana (2ª metade do IV e inícios do II milénio AC)*, *Memórias d'Odiana*, 2ª série, EDIA, pp. 321-349.

MORENO GARCIA, Marta, PIMENTA, Carlos, DAVIS, Simon; GABRIEL, Sónia (2003) – A osteoteca: uma ferra-

menta de trabalho. In MATEUS, José Eduardo; MORENO-GARCÍA, Marta eds. – *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura. Trabalhos de Arqueologia 29*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

PEREIRA, Vera (2016) – Repastos alentejanos: dados preliminares da fauna de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo), In VILAÇA, Raquel; SERRA, Miguel eds. – *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades. Alimentação e comensalidade nas sociedades pré e proto-históricas,* Coimbra: Instituto de Arqueologia, Secção de Arqueologia, FLUC, Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, CEPBA, Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural Lda., pp. 39-53.

PIMENTA, Carlos; MORENO GARCIA, Marta; LOURENÇO, Ana (2015) – O registo ornito-arqueológico em Portugal: inventários, comentários e mapas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: Direcção Geral do Património Cultural. 18, pp. 289-312.

TOMEK, Teresa; BOCHENSKI, Zbigniew (2000) – *The comparative osteology of European Corvids (Aves: Corvidae), with a key to the identification of their skeletal elements*, Kraców: Institute of Systematics and Evolution of Animals.

VALENTE, Maria João (2013) – Moinho de Valadares, Mourão. Estudo da fauna mamalógica das sondagens 1, 2 e 3. In VALERA, António Carlos – *As sociedades agropastoris na margem esquerda do Guadiana (2ª metade do IV e inícios do II milénio AC), Memórias d'Odiana*, 2ª série, EDIA, pp. 353-360.

VALERA, António; BECKER, Helmut; COSTA, Cláudia (2014) – Os recintos de fossos pré-históricos de Monte da Contenda (Arronches) e Montoito 2 (Redondo). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 21, pp. 355-377.

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria de Fátima (2016) – An Overview of Chalcolithic Copper Metallurgy from Southern Portugal. *MENGA-Revista de Prehistoria de Andalucía*. Junta de Andalucía, 7, pp. 31-50.



Figura 1 – Localização de Montoito e localização da sondagem arqueológica(figura da geofísica retirada de Valera *et al.* 2014).

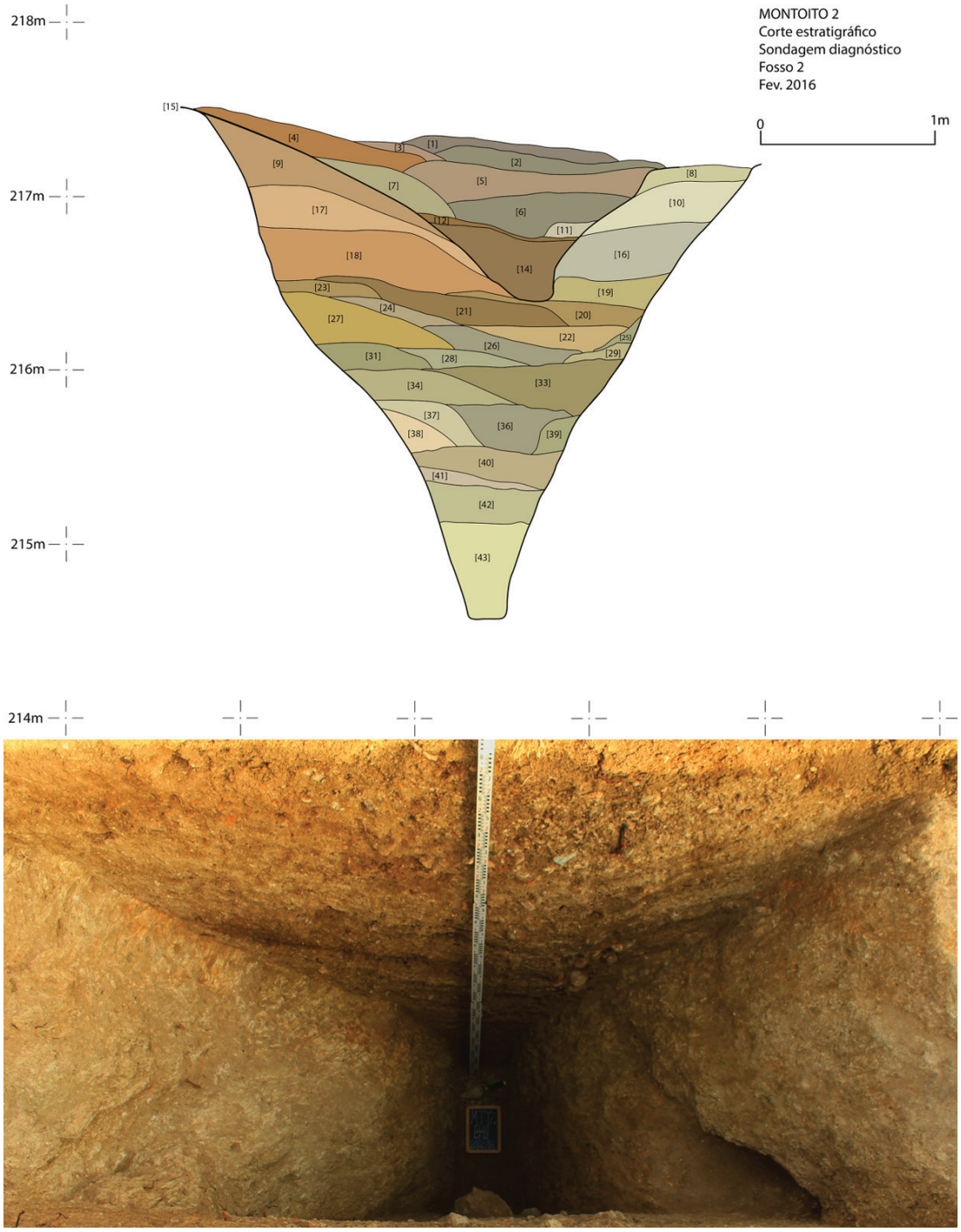


Figura 2 – Corte estratigráfico da sondagem de diagnóstico realizada no fosso 2.

	Superfície		Sondagem		Total	
	NTR	MNI	NTR	NMI	NTR	NMI
Ave indeterminada			1	1	1	1
Corvidae			1		1	
Corvus corone/frugilegus			5	1	5	1
Canis sp.			1	1	1	1
Equus sp.	2	1			2	1
Artiodáctilo			1		1	
Sus sp.	17	3	31	3	48	6
Cervideo	3	1			3	1
Cervus elaphus	12	1	10	2	22	3
Bovidae	1	1			1	1
Bos sp.	2	1			2	1
Bos taurus	10	1	1	1	11	2
Ovis/Capra	5	1	6	1	11	2
Capra hircus	1	1			1	1
Animal de médio porte	10		33		43	
Animal de grande porte	22		5		27	
Indeterminados	20		64		84	
Total	**105**	**11**	**159**	**10**	**264**	**21**

NTR – Número total de restos / NMI – Número mínimo de indivíduos

Tabela 1 – Lista de restos recuperados à superfície e na sondagem.

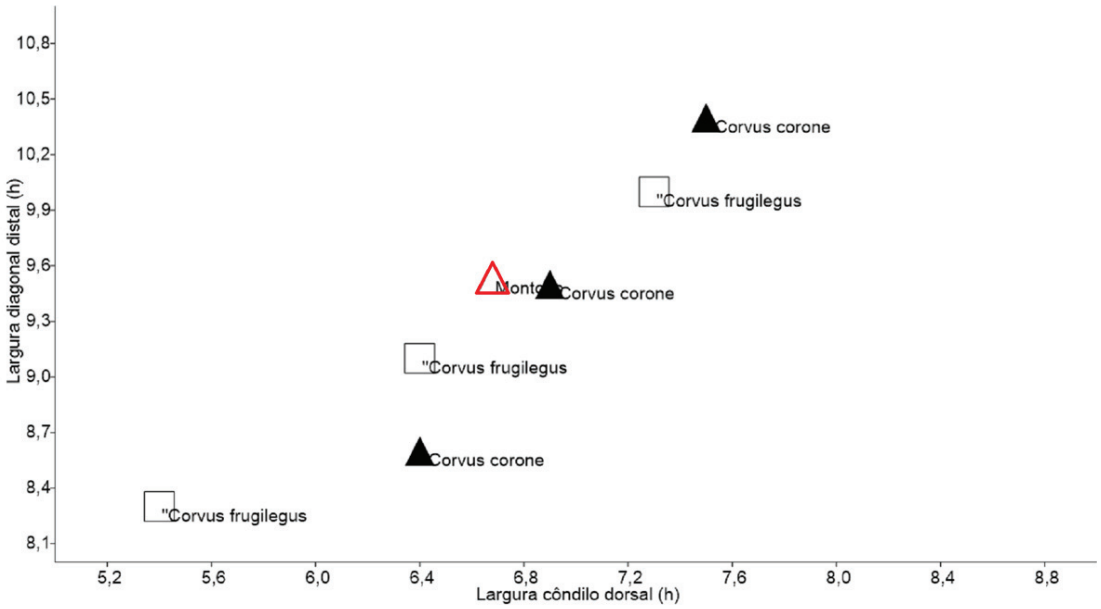


Gráfico 1 – Relação da largura diagonal da epífise distal com a largura do côndilo da epífise distal de ulna e sua comparação com os valores máximos, mínimos de médios de exemplares europeus publicados em Tomek & Bochenski 2000.

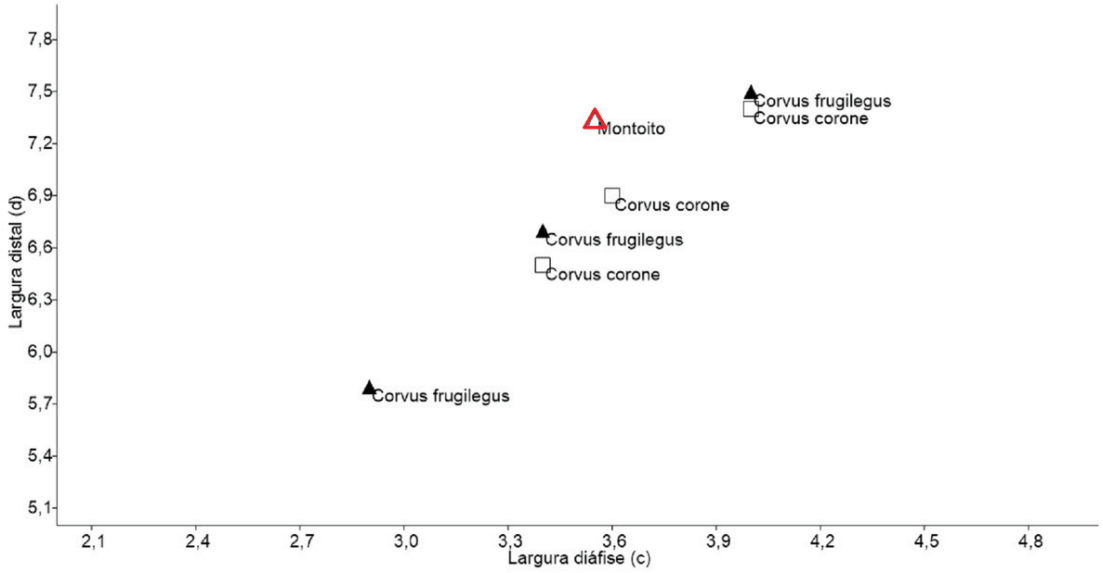


Gráfico 2 – Relação da largura distal com a largura da diáfise medial de tarso-metatarso de Corvus corone/ frugilegus e sua comparação com os valores máximos, minímos de médios de exemplares europeus publicados em Tomek & Bochenski 2000.

	Cor	C	E	A ind	S	Cer	Ce	B	Bt	O/C	Ch
Chifres/Hastes						3	7	2	1		1
Dentes soltos					6				2	9	
Zigomático					2						
Maxila					3						
O. Incisivo					1						
Mandibula					11		1				
Atlas					2		1				
Axis											
Vertebra caudal		1									
Vertebras indeterminadas											
Costelas											
Escápula					3		1				
Úmero	2		1		8		2				
Rádio	1				1				1	1	
Ulna	2				2		1				
Metacarpo							1				
Pelvis					2					1	
Fémur									1		
Tibia					4		1		2		
Astrágalo			1				4		2		
Metatarso									1		
Metatarso III					2						
Tarsometatarso	1										
Metapodo				1	1		1				
Falange I							2		1		
Total	6	1	2	1	48	3	22	2	12	11	1

Cor- Corvideos; C- *Canis* sp.; E – *Equus* sp.; A ind – Artiodáctilo indeterminado; S – *Sus* sp.; Cer – Cervídeo; Ce – *Cervus elaphus*; B – *Bos* sp.; Bt – *Bos taurus*, O/C – *Ovis/Capra*; *Capra hircus*.

Tabela 2 – Representação anatómica.

	Equus sp.	*Sus* sp.	*Cervus elaphus*	*Bos* sp.	*Ovis/ Capra*	Leporidae	Referências
Montoito 2	0,8%	47%	26%	14%	13%	0%	
Porto Torrão	3% 1,5% =3%	37% 43% =40%	6% 2,2% =4%	25% 29% =27%	22% 19% =21%	8% 0,8% =5%	Pereira, 2016 Arnaud, 1993
Paraíso	4%	27%	3%	20%	41%	1%	Mataloto *& alii* 2012 Davis, Mataloto, 2012
Monte da Tumba	1%	36%	12%	7%	24%	13%	Antunes, 1987
Mercador	9%	35%	25%	14%	11%	5%	Moreno Garcia, 2013
Casa Branca 7	0%	29%	1%	13%	29%	26%	Costa, 2006
São Pedro Redondo	5%	37%	36%	8%	9%	4%	Davis; Mataloto 2012
Perdigões (Fossos 1, 3, 4 + fossas sector I)	3%	48%	13%	15%	15%	5%	Costa, 2010 Costa, 2013
Porto das Carretas	11%	21%	17%	37%	10%	1%	Cardoso, 2013

Tabela 3 – Comparação da frequência das principais espécies de mamíferos nos sítios calcolíticos do Alentejo.

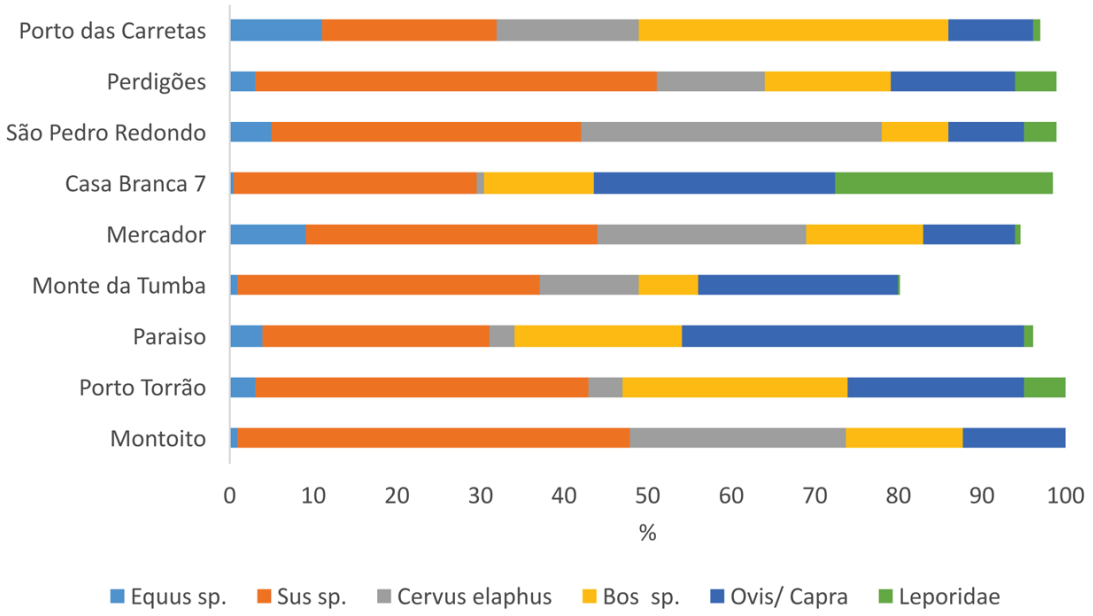


Gráfico 3 – Comparação das principais espécies de mamíferos dos sítios calcolíticos do Alentejo.

ENTRE VALES E ESCARPAS. ESTUDO DA FAUNA RECUPERADA NA LAPA DA MOURAÇÃO (PORTO DE MÓS, LEIRIA)

Ana Beatriz Santos[1], Cátia Saque Delicado[2]

RESUMO

A gruta da Lapa da Mouração foi identificada nos inícios do século XX por António Santos Rocha. Nas recolhas de superfície efectuadas, foram recuperados inúmeros artefactos arqueológicos do Neolítico/Calcolítico e de época Romana. Dessas recolhas fazem igualmente parte os elementos faunísticos que aqui são apresentados. A fauna mamalógica revelou a presença de espécies domésticas (*Bos sp*., *Ovis aries*, *Capra hircus* e *Sus domesticus*) e selvagens (*Sus scrofa*, *Cervus elaphus*, *Oryctolagus cuniculus* e *Capreolus capreolus*). Desta gruta provém ainda fauna malacológica exclusivamente de origem marinha (*Ruditapes decussatus*, *Pecten maximus*, *Mytilus edulis*, *Ostrea edulis*, *Cerastoderma edule*, *Pollicipes pollicipes, Balanus balanus*, *Patella candei*), utilizados para consumo humano.

Palavras-chave: Lapa da Mouração, Zooarqueologia, Estremadura Portuguesa, Vertebrados, Invertebrados.

ABSTRACT

The cave of Lapa da Mouração was identified at the beginning of the 20th century by António Santos Rocha. Numerous archaeological artifacts from Neolithic/Chalcolithic and Roman times were collected from the surface. This collection also include the faunistic elements presented here. The mammal remains revealed the presence of domestic (*Bos sp*., *Ovis aries*, *Capra hircus* and *Sus domesticus*) and wild species (*Sus scrofa*, *Cervus elaphus*, *Oryctolagus cuniculus* and *Capreolus capreolus*). From this cave there are also malacological remains exclusively of marine origin (*Ruditapes decussatus*, *Pecten maximus*, *Mytilus edulis*, *Ostrea edulis*, *Cerastoderma edule*, *Pollicipes pollicipes, Balanus balanus*, *Patella candei*) used for human consumption.

Keywords: Lapa da Mouração, Zooarchaeology, Portuguese Extremadura, Vertebrates, Invertebrates.

1. INTRODUÇÃO

A gruta-necrópole da Lapa da Mouração foi visitada por Santos Rocha nos inícios do século XX (1907). No primeiro artigo sobre a cavidade, de sua autoria, denominou-a de *Caverna da Fórnea*, descrevendo a dificuldade morfológica de acesso ao local. Tendo permanecido um pouco esquecida no registo arqueológico, em 1991, aquando da realização da Carta Arqueológica do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (Araújo & Zilhão, 1991) foi-lhe atribuído o nome pela qual é frequentemente conhecida: Lapa da Mouração.

Santos Rocha indica que na primeira sala os materiais cerâmicos neolíticos e romanos se misturavam com restos de esqueletos de humanos e de animais e que os mesmos se estendiam para o interior da gruta, principalmente na terceira sala. O autor menciona ainda a presença de acumulações de carvões vegetais e cascalho lamentando o remeximento estratigráfico causado "(…) com o fim de colher os depósitos mortuários. Não se explica d'outro modo o desaparecimento dos esqueletos humanos e do mobiliário funebre (…) (Rocha, 1907, p. 147).

Relativamente aos materiais recuperados não existem publicações sobre os mesmos, apenas a indicação da presença de cerâmica neolítica, objectos em osso, um núcleo em quartzo hialino e um elemento

1. absantos5986@gmail.com

2. delicadocs@gmail.com

em xisto. De época romana parece igualmente existirem elementos cerâmicos e telhas (Rocha, 1907, p. 147-149).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lapa da Mouração encontra-se em pleno Maciço Calcário Estremenho (MCE) na área do Poldje de Alvados, junto do vale encaixado formado pelo rio Lena. Nas proximidades é possível encontrar o anfiteatro natural da Fórnea, com cerca de 260 metros de altitude, que corresponde a um recuo pronunciado de uma zona baixa, para o interior de um planalto calcário (Chão das Pias – Serro Ventoso) até Alcaria. Este terá resultado de uma evolução geomorfológica local, condicionada por falhas transversas aos falhamentos Noroeste – Sudeste de Alvados – Alcaria. A água da chuva e as exsurgências temporárias existentes nas vertentes da Fórnea, dispostas de forma semicircular e de carácter temporário, são consideradas responsáveis pela formação do anfiteatro. No interior da Cova da Velha, uma cavidade localizada a meia encosta da Fórnea, existe uma exsurgência que alimenta o ribeiro da Fórnea.

A área em questão é maioritariamente constituída por espessas acumulações de margas calcárias e calcários margosos do Jurássico Inferior a que se sobrepõem calcários do Jurássico Médio. A geologia e orografia local propiciaram o surgimento de dolinas, uvulas, campos de lapiás e algares, como é o caso da Lapa da Mouração. Existe na base da Fórnea também um povoado pré-histórico e a meia encosta uma outra gruta-necrópole Neo-Calcolítica, a Cova da Velha (Figura 1).

Nas proximidades existem diversos contextos arqueológicos tanto do 4º e 3º milénios a.n.e., como de época Romana. Uma observação territorial permite notar uma grande existência de enterramentos do Neolítico e Calcolítico em contextos de gruta. Na área do Maciço Calcário Estremenho são conhecidas 32 necrópoles em contexto de gruta mas apenas quatro nas imediações da Lapa da Mouração (três em gruta (figura 1 – 3, 4 e 5) e um contexto de tipologia indefinida (figura 1 – 2). São também conhecidos vestígios de época Romana em ambientes cavernícolas como é o caso das grutas da Buraca da Moura da Rexaldia, gruta da Nascente do Almonda, algumas grutas do Carvalhal de Aljubarrota e Lapa da Mouração (ver figura 1 – 1, 6, 7 e 10). No entanto, existem outros contextos de época Romana bem individualizados como áreas de habitação e *villae* que se desenvolvem preferencialmente nas áreas mais baixas do MCE.

No caso da Lapa da Mouração, ao contrário da gruta da Nascente do Almonda, não se encontra ainda bem definido o tipo de ocupação Romana que ali terá ocorrido. Sabe-se que surgiram algumas cerâmicas e *tegulae* que se poderão relacionar com a proximidade à *villae* de Falsa de Alvados ou vestígios de superfície do Escorial. A falta de publicações, estudos e dados sobre estes locais não nos permite tecer muitas conclusões acerca da realidade terrena.

3. ESTUDO FAUNÍSTICO

As recolhas de materiais arqueológicos e restos osteológicos, antropológicos e faunísticos, constituem segundo Santos Rocha, recolhas de superfície sem indicação de proveniência de camadas.

Analisados os dezasseis contentores foi possível verificar a existência de fauna malacológica e mamalógica. Embora em pouca quantidade, a presença de moluscos marinhos numa área significativamente afastada da costa Atlântica e de elevado relevo é significante. É interessante verificar a numerosa quantidade de restos faunísticos encontrados no interior da cavidade, de animais, maioritariamente de origem doméstica, já que, o acesso à mesma não se encontra facilitado pelo terreno e relevo local.

O leque de animais identificados enquadra-se dentro do que é conhecido para o período Neolítico e Calcolítico (Valente, 2016), no entanto, como já referido, não é possível determinar com exactidão o período cronológico de que provêm.

Foi identificada a presença de gado caprino (ovelha e cabra), gado bovino (em menor escala) e suíno (javali e porco doméstico). As actividades cinegéticas estão representadas pela presença de veado, corço, javali e coelho. Foi ainda identificada a presença de um cão adulto e de camurça (fauna plistocénica).

Sendo um conjunto constituído por 370 restos determinados, no total foram registadas marcas em 23 ossos, relacionadas com incisões, acção de carnívoros, roedores, fogo e erosão (muito provavelmente relacionada com a ingestão desse mesmo osso).

Relativamente aos restos de fauna malacológica, de um conjunto de 150 elementos contabilizados, foi possível determinar a espécie de 118. As espécies presentes são a amêijoa-boa (*Ruditapes decussatus*), vieira (*Pecten maximus*), ostra (*Ostrea edulis*), per-

ceve (*Pollicipes pollicipes*), berbigão (*Cerastoderma edule*), mexilhão (*Mytilus edulis*), lapa (*Patella candei*) e bolota do mar (*Balanus balanus*).

3.1. Metodologia

Foram inventariados os restos faunísticos vertebrados e invertebrados e sendo contabilizadas todas as partes do esqueleto, inclusive as que não permitem identificação da espécie.

A identificação taxonómica teve como base o Atlas de osteologia animal de Schmit (1972) e as colecções de referência do Laboratório de Arqueociências da Direcção Geral do Património Cultural (LARC-DGPC).

Tal como definido em Valente (1997), o Número de Restos Determinados (NRD) foi usado para quantificar os restos identificados taxonómica e morfologicamente e o Número Mínimo de Indivíduos (NMI) foi calculado segundo os critérios pré-estabelecidos para cada elemento ósseo.

Para a análise referente ao desgaste dos dentes, foram utilizadas as escalas de padrões de desgaste publicadas por Grant (1982) para os suídeos e bovídeos e as escalas de Payne (1987) para caprinos.

Relativamente aos invertebrados, foram apenas registados os fragmentos com tamanho superior a 0,5 cm, referindo se se tratava de um elemento de charneira, apex ou de um fragmento. Utilizou-se a monografia de Macedo (1996) para a identificação dos moluscos de origem marinha. Foi tida em conta a lista de nomes atribuídos às espécies aceite pela World Register of Marine Species (WoRMS) consultada através da <uRL: http://www.marinespecies.org/index.php>.

O Número Mínimo de Indivíduos (NMI) foi calculado através da quantificação de elementos não repetidos (umbo e charneira no caso dos bivalves, e espira, abertura e a columela no caso dos gastrópodes). O grau de fragmentação do conjunto apresenta alguma desigualdade entre o Número de Restos Determinados (NRD) e NMI. Foram registadas as possíveis alterações de superfície das conchas (natural ou antrópica) (e.g. carbonização).

3.2. Fauna Malacológica

Todos os elementos malacológicos determinados pertencem a ambientes marinhos tendo sido à época, facilmente recolhidos ao longo da costa atlântica Portuguesa, as mesmas consideradas espécies autóctones. O estudo dos invertebrados permite perceber as estratégias de subsistência, hábitos alimentares e dinâmicas sociais relacionadas com os variados usos atribuídos às conchas, nomeadamente enquanto pendentes, pulseiras e contas ou mesmo como recipientes destinados a práticas rituais (Valera & Lino, 2016/2017, p. 191).

A lapa (*Patella*), o mexilhão (*Mytilus edulis*), a bolota do mar (*Balanus sp.*) e o perceve (*Pollicipes pollicipes*) são espécies relativamente próximas no sentido em que, provêm e coexistem em áreas rochosas intermarés, que acabam por ficar a descoberto possibilitando a sua recolha (Macedo, 1996, p. 69, 133).

Foi possível determinar a espécie a que o exemplar de *Patella* pertencia, neste caso a família *candei,* que indica a proveniência do exemplar de águas próximas no Norte de África (Arquipélago dos Açores, Madeira, ilhas Canárias e Cabo Verde), atestando assim trocas entre populações. Também com espécie identificada *Mytilus edulis* e *Pollicipes pollicipes* indicam a recolhas dos mesmos na costa litoral portuguesa.

O berbigão (*Cerastoderma edulis*) e a amêijoa-boa (*Ruditapes decussatus*) podem ser recolhidos tanto em ambiente de praia abaixo de uma fina camada arenosa da zona intermarés, como em rias, esteiros, zonas de águas salobras e estuários (Macedo, 1996, p. 146). A ostra (*Ostrea edulis*) e a vieira (*Pecten maximus*) podem ser igualmente recolhidas na zona intermarés, no entanto, pertencem a camadas arenosas mais profundas (Macedo, 1996, p. 139 e 142) (Tabela 1).

Bivalves marinhos	**NRD**	**NMI**
Ruditapes decussatus	95	11
Pecten maximus	2	1
Mytilus edulis	2	1
Ostrea edulis	4	1
Cerastoderma edule	12	10
Crustáceos		
Pollicipes pollicipes	1	1
Balanus balanus	1	1
Gastrópodes marinhos		
Patella candei	1	1
Total	118	27

Tabela 1 – Número de Restos Determinados (NRD) e Número Mínimo de Indivíduos (NMI) das espécies de moluscos identificados na Lapa da Mouração.

O número de invertebrados é reduzido não traduzindo de forma alguma a subsistência da população, mesmo que tenha existido uma ocupação temporá-

ria do local por comunidades Neo-Calcolíticas ou Romanas.

No caso de dois fragmentos de valva plana de *Pecten maximus* (possivelmente do mesmo indivíduo) é possível afirmar que a circulação/transporte desta foi feita de forma intencional, para o consumo do molusco em si e não exclusivamente pela concha, de forma oposta ao que acontece nos Perdigões onde se encontrou a valva convexa (não detentora do molusco) (Valera & Lino, 2016/2017, p. 197).

Na Lapa da Mouração reconhece-se a presença exclusiva de invertebrados de ambientes marinhos/estuarinos (ver Tabela 1), denunciando importações transregionais, muito provavelmente relacionadas com o papel simbólico conferido a estes elementos. Apesar de o conjunto arqueológico ainda não ter sido estudado é conhecida a utilização de conchas para a realização de elementos de adorno (contas, pulseiras ou pendentes) em contextos arqueológicos com as mesmas cronologias, não só no MCE. Embora muitas vezes não seja possível determinar a espécie sobre as quais foram elaboradas, como acontece no hipogeu das Lapas (contas sobre concha e vértebras de peixe) e Buraca da Moura da Rexaldia (contas sobre concha) (Delicado, 2016, p. 70), noutros casos, como nas grutas da Senhora da Luz (Rio Maior) ou Algar do Barrão (Alcanena), foi possível determinar a presença de *Dentalium* sp. e *Glycimeris glycimeris* para a elaboração de contas de colar e pulseira, respectivamente (Cardoso, Ferreira & Carreira, 1996, p. 236; Carvalho, Antunes-Ferreira & Valente, 2013). No conjunto malacofaunístico não foram detectadas perfurações efectuadas por predadores ou de origem antrópica.

Os moluscos exclusivamente marinhos denunciam contactos directos ou indirectos com a linha de costa mais próxima (a cerca de 24km até à Nazaré), áreas estuarinas e de rias, mas também contactos com populações da área do Norte de África. A recolha poderia ter sido efectuada pelos utilizadores do sepulcro ou mediante redes de troca com comunidades com assentamentos localizados mais próximos dos locais de aprovisionamento ou até mesmo elementos singulares. Destaca-se no conjunto um fóssil de amêijoa-boa, tendo-lhe sido atribuído muito provavelmente apenas um valor simbólico. Na área do MCE não existem outros estudos referentes a malacofauna dentro das mesmas cronologias.

4. FAUNA MAMALÓGICA

A fauna de vertebrados recuperada na Lapa da Mouração inclui um espectro diversificado de mamíferos. Segundo o número mínimo de indivíduos contabilizam-se 37 mamíferos (Gráfico 1).

4.1. Animais domésticos

4.1.1. Gado bovino (*Bos sp.*)

A presença de gado bovino apresenta um fraco destaque segundo a informação obtida através do número de restos determinados para a espécie (NRD = 34 – Gráfico 1). Foi registada a presença de dois indivíduos distintos, confirmada pelo número de falanges (um adulto) e tíbias (um juvenil). A presença de um indivíduo juvenil foi atestada pela existência de uma tíbia ainda não fundida, indicando que este juvenil teria uma idade inferior a 18 meses (idade de fusão entre os 18 e os 30 meses) (Moreno-García & Sousa, 2015, p. 116). É provável que os animais tenham sido mortos e desmanchados num outro local e levados apenas os elementos de maior interesse. Foram registadas apenas marcas de corte em ossos de adulto (astrágalo, calcâneo, metacarpo e carpo) indicando uma preferência pelos membros anteriores e posteriores para consumo. No caso do indivíduo juvenil não existem marcas de corte, mas pelo osso em questão, também o membro anterior terá sido levado para a gruta para consumo.

Pelo desgaste dentário acentuado, o adulto, apesar de ser um animal de dimensões relativamente reduzidas, foi abatido pela carne mas não sem antes ter fornecido diversos produtos secundários como leite ou tracção animal antes do seu consumo efectivo. As reduzidas dimensões dos animais podem estar relacionadas com a zona de habitat e as pressões exercidas em lugares de altitude, como são os lugares montanhosos e nomeadamente o Maciço Calcário Estremenho. Em época Neo-Calcolítica a frequência de *Bos sp.* não é muito abundante em necrópoles (Valente, 2016). Em época romana, a presença desta espécie está atestada, com maior ou menor abundância, em sítios como o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), a Casa do Governador (ambos em Lisboa), o Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira), a Quinta das Longas (Elvas), a Alcáçova de Santarém, Castro Marim e no Monte Molião (Lagos) (Valenzuela-Lamas, 2014; Santos *et alli*, no prelo; Cardoso & Detry, 2005; Davis, 2006;

Davis, 2007; Detry & Arruda, 2013), entre outros. Eram animais utilizados maioritariamente para trabalho, sendo somente depois consumidos.

4.1.2. Gado caprino (*Ovis aries* e *Capra hircus*)

Das primeiras espécies a serem domesticadas, as ovelhas e as cabras, apesar de semelhantes, produzem produtos distintos, podendo-se obter maior quantidade produtos de secundários a partir das ovelhas do que das cabras, tornando-as mais desejáveis (Simon, 2016, p. 36-37). No entanto, as cabras produzem mais leite, prosperam em zonas mais secas e montanhosas e requerem menos cuidados. Um estudo de Orlando Ribeiro (1995) indiciou que em terras de bons pastos a frequência de ovelha é superior à de cabra, e a de cabra superior em zonas de terras com pobres pastos e pedregosas (Simon, 2016, p. 37). Neste caso, não foi possível diferenciar todos os elementos ósseos, no entanto, aqueles que o permitiram, revelaram a presença de cinco ovelhas (três adultas e duas juvenis) e uma cabra (adulta). A totalidade de ossos cuja espécie não foi possível determinar, indicam a presença de cinco caprinos adultos, um sub-adulto e dois juvenis. Os dados não são suficientemente conclusivos para confirmar se também na Lapa da Mouração se mantém a tendência da presença de cabras em lugares de montanha.

A presença de cabra apenas foi determinada por um chifre e uma tíbia (NRD= 3 – ver Gráfico 1). Os elementos identificadores de ovelha são bem mais abundantes contando com um número de 13 restos determinados.

No Neolítico médio, no MCE, os exemplares de cabra são claramente superiores aos de ovelha, no entanto não existem dados concretos para o Neolítico final na região. Na baixa Estremadura onde predominam os grandes povoados como Leceia e Penedo do Lexim, está demonstrada a prevalência de ovelha sobre cabra (Valente, 2016, p. 96), no entanto o que acontece em ambientes de gruta ainda se encontra mal determinado.

O mesmo acontece no período romano, onde os contextos de gruta se encontram ainda pouco estudados ou por publicar. No entanto, a presença de caprinos está comprovada em outros sítios, como no Monte dos Castelinhos (Santos *et alii*, no prelo), no NARC (Valenzuela-Lamas, 2014), Castro Marim (Davis, 2007) e no Monte Molião (Detry & Arruda, 2013), onde podemos constatar que, à excepção de Castro Marim, as ovelhas são mais numerosas que as cabras, indo ao encontro do que se verifica nos grandes povoados Neo-Calcolíticos Estremenhos.

Salienta-se ainda a presença de um exemplar de *cf. Rupicapra pyrenaica* (camurça dos Pirenéus) representado por um fragmento de rádio e tíbia (ver Figura 2 e 3). A presença deste caprino proveniente da região montanhosa dos Pirenéus, remete para a possibilidade de camadas arqueológicas do Paleolítico superior, uma vez que por enquanto só nestas são conhecidas em contextos portugueses, como acontece na gruta do Caldeirão (Tomar) (Davis, 2002) (Figura 2).

4.1.3. Gado suíno (*Sus domesticus*)

A distinção entre porco doméstico e selvagem nem sempre é fácil de efectuar, porém, no caso da Lapa da Mouração, esta diferenciação foi possível. O número de restos determinados não é muito elevado (NRD = 105), no entanto foi permissível determinar a presença de sete indivíduos (quatro adultos, um sub-adulto e dois juvenis).

A presença de quatro adultos foi determinada com base no número de falanges II e dentição (M_3). Também através do número de falanges II e de um fragmento mandibular com M_1 e M_2 (sem M_3 ou indícios da sua breve erupção) se registou um sub-adulto (cuja linha de fusão já se encontrava visível). A existência de dois juvenis foi determinada pela presença de três fémures ainda não fundidos e duas mandíbulas esquerdas com dentição de leite (dP_2/dP_3). No conjunto foram determinados outros ossos ainda não fundidos (e.g. um úmero, um rádio, uma ulna, uma escápula, uma falange I e II e calcâneo direito e esquerdo), mas só os três fémures denunciaram a presença de dois indivíduos juvenis.

Perante os dados osteológicos e dados para as idades de fusão, é possível estimar que o indivíduo sub-adulto teria aproximadamente entre os 15 e os 17 meses de idade (falange II com linha de fusão visível e fragmento mandibular apenas com M_1/M_2 nascidos) e os juvenis uma idade superior aos 4 meses e anterior aos 30 meses (fusão do fémur entre os 30 e os 42 meses) (Cardoso & Detry, 2001 p. 147; Moreno-García & Sousa, 2015, p. 73). Os quatro adultos, determinados através da presença de quatro mandíbulas direitas possuidoras de M_3 e com desgaste ligeiro, indicam a presença de quatro indivíduos entre os 18 e os 22 meses, segundo o desgaste dentário.

O desgaste dentário segundo os parâmetros definidos por Grant (1982), apresenta-se entre "e" e "g",

sendo este um indicador etário para indivíduos entre os 16 e os 22 meses de idade, segundo Albarella (Albarella & *alii*, 2005, p. 31).

Os dados métricos efectuados para os elementos dentários M_1/M_2 e M_3, apresentam um panorama semelhante ao povoado de Leceia, sugerindo estarmos na presença de porco doméstico. As métricas dos molares de suíno são as menos afectadas pelo dimorfismo sexual, particularmente a largura do M_3. Os valores obtidos para a Lapa da Mouração enquadram-se nos intervalos métricos obtidos para Leceia (M_1 – entre os 15 e os 19 mm de comprimento e os 9 a 12 mm de largura; M_2 – entre os 18 e os 24 mm de comprimento por 12 a 15 mm de largura; M_3 – entre os 27 a 42 mm de comprimento e os 13 a 19 mm de largura) (Albarella & *alii*, 2005, p. 35), onde não existe praticamente javali. Os valores obtidos tanto para dentes soltos como para conjuntos de dentes com inserção mandibular, apresentam uniformidade métrica com os dados de Leceia.

Foram detectadas algumas marcas presentes nos ossos, nomeadamente de fogo e acção de carnívoros (ver Tabela 2). As marcas de fogo indicam que os ossos não terão sido submetidos a altas temperaturas (coloração negra), portanto, compatível com a hipótese de terem sido cozinhados para consumo, tratando-se essencialmente dos membros anteriores/posteriores. A acção de carnívoros no sepulcro foi evidenciada através de marcas de dentes num astrágalo e de uma falange I com a superfície alterada devido à sua ingestão por um outro animal.

Os suídeos encontram-se presentes em quase todos os contextos do período romano, sendo abatidos por norma ainda em tenra idade, já que não fornecem produtos secundários. Eram também sacrificados em rituais de *suovetaurilia* (Costa, 2011, p. 576), juntamente com bovídeos e caprinos. (Tabela 2).

	Cortes	Carnívoros	Roedores	Erosão	Fogo
Bos sp.	4				
Caprinos	2	1	2		1
Sus domesticus		1	1		4
Cervus elaphus	3		1	1	2

Tabela 2 – Dados referentes às marcas verificadas nos ossos.

4.1.4. Cão (*Canis familiaris*)

Foi registada a presença de um cão com base na ocorrência de uma tíbia e uma falange I já fundidas, indicando que o animal seria adulto. O estado de ligação das epífises proximais e distais da tíbia permitem fazer uma estimativa aproximada à morte do animal. Neste caso, apenas a epífise proximal estava presente, indicando que este teria mais de 18 meses (1,5 anos) (Moreno-García, 2003). Sobre este exemplar não existem mais informações, no entanto, em território nacional é conhecida a presença de outros cães em contexto do final do 4º e inícios do 3º milénio, já mencionados pelas autoras (Delicado *et alii*, no prelo). Em período romano, o registo desta espécie nos contextos publicados é frequente.

4.2. Actividades cinegéticas

As actividades cinegéticas apesar de recorrentes ao longo dos diversos períodos cronológicos têm maior destaque no neolítico antigo, como aliás é fácil de perceber, nos inícios da domesticação de gado bovino e caprino, perdendo importância principalmente no Neolítico final estremenho. Os animais frequentemente presentes em contexto arqueológico, mais facilmente associáveis a actividades de caça são o coelho e o veado. No caso da Lapa da Mouração conta-se com a presença de coelho (*Oryctolagus cuniculus*), veado (*Cervus elaphus*) e corço (*Capreolus capreolus*).

4.2.1. Coelho (*Oryctolagus cuniculus*)

Os abundantes restos de coelho são indicadores da exploração deste animal, sendo perceptível que por fornecerem menos quantidade de carne, devem ser avaliados de uma outra forma. A sua interpretação deve ser efectuada de forma qualitativa uma vez que testemunham a variedade de recursos faunísticos consumidos. Por outro lado, a análise a esta espécie tem de ser feita cautelosamente já que a sua presença pode oferecer muitas dúvidas quanto à sua origem, nomeadamente natural, actividade predatória ou actividade antrópica (Valente, 2016).

Foram determinados 73 restos de coelho, que se traduziram num número mínimo de 11 indivíduos determinados pelo número de pélvis (tanto direitas como esquerdas apresentavam-se na mesma quantidade). Nenhum dos ossos de coelho apresentava marcas de corte ou evidência de fogo, não significando isto, que o animal não pudesse ter sido consumido. Ao longo de todos os períodos cronológicos

a presença de coelho é uma constante em ambiente arqueológico, principalmente em contexto de gruta (e.g. elevado número de restos da gruta do Caldeirão) (Rowley-Cowny,1992; Davis, 2002).

4.2.2. Javali (*Sus scrofa*)

Embora a diferenciação entre javali e porco doméstico não seja uma tarefa fácil de executar, existem algumas diferenças morfológicas entre espécies. Os elementos de porco doméstico estudados não forneceram dúvidas quanto à sua espécie, principalmente quando comparados com Leceia, como já referido. No entanto, foram determinados três restos de javali (ulna, escápula e falange I), todos fundidos (de dimensões claramente superiores aos elementos de porco doméstico).

No neolítico antigo a distinção entre ambas as espécies ainda parece ser possível de determinar, no entanto, nos momentos seguintes após a introdução da agricultura e consequente domesticação e criação de animais (ovelha, cabra, boi e porco), a diferenciação entre ambos torna-se difícil de aferir não só pelas variações métricas, mas também pelo desconhecimento do estado de domesticidade da espécie. Em contextos de habitat do Neolítico final e Calcolítico, como em Leceia, a distinção ainda é dúbia ao contrário do que acontece no Zambujal (Torres Vedras). Na fossa 1 dos Perdigões, verifica-se apenas a presença de javali (Costa, 2013).

O mesmo acontece no período romano, onde as medidas de javali e de porco muitas vezes se sobrepõem, já que o javali peninsular tende a ser pequeno (Albarella *et alii,* 2005), não sendo muitas vezes a distinção entre ambas as espécies conseguida. Ainda assim, na Quinta das Longas foi registada a presença de javali (NRD = 11) e de porco (NRD = 108) (Cardoso & Detry, 2005).

4.2.3. Veado (*Cervus elaphus*)

Constituindo uma fonte de proteína considerável, a evidência de caça de veado em contextos arqueológicos não é desconhecida. A sua frequência será obviamente variável em função da quantidade de gado doméstico. No Neolítico antigo e médio do abrigo da Pena d'Água e Costa do Pereiro (Torres Novas) (Valente, 2016, p. 90, 93, 96), o registo de veado é superior a qualquer outra das espécies presentes. No Neolítico final a crescente frequência de consumo de gado suíno e caprino sobrepõe-se na maior parte dos casos à presença de veado (pelo menos em contexto de habitat). Em necrópoles ou acampamentos temporários a questão ainda é desconhecida, excluindo o caso da fossa 1 e fosso 9 dos Perdigões, onde a prevalência de veado se mantém.

Em época Romana, a presença de veado é frequente. No sítio do Monte dos Castelinhos (Santos *et alii*, no prelo), por exemplo, o número de restos de veado é bastante elevado (NRD = 102). Este sítio é mais interior, com densos arbustos e de utilização esporádica. O contrário acontece no NARC (Valenzuela-Lamas, 2014), onde se registam apenas 17 NRD, sendo este um sítio de cariz industrial e fabril, onde a presença destes animais seria de mais difícil acesso.

Na Lapa da Mouração foi identificado um adulto e um sub-adulto (cujos dois fémures e tíbia ainda não se encontravam fundidos).

De forma semelhante ao que acontece com os restos de bovino, também os veados identificados, neste caso o adulto, não é um animal de grandes dimensões. Provavelmente porque se poderá tratar de uma fêmea ou pelas questões já abordadas relacionadas com a pressão altimétrica. No entanto não existem dúvidas que o animal adulto foi caçado uma vez que evidenciava uma marca incisa num astrágalo e num úmero. O úmero apresentava ainda marcas de roedura provocadas por um carnívoro.

4.2.4. Corço (*Capreolus capreolus*)

A presença de corço em sítios arqueológicos portugueses pode ser considerada comum, uma vez que é uma espécie autóctone que habita preferencialmente áreas de floresta. Foram identificados quatro restos indicadores da presença de um indivíduo do sexo masculino através da recolha de uma haste. O rádio e astrágalos (direito e esquerdo) estavam fundidos indicando a presença de um adulto. Em relação ao chifre, estes caem nesta espécie de cervídeo todos os outonos, para voltarem a crescer maiores, de acordo com a idade do animal em época de reprodução (primavera). O tamanho do chifre indica que este animal teria mais de dois anos de idade.

Foram também recolhidos exemplares de corço na gruta do Caldeirão (Tomar) (Neolítico médio e final), Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) e na Alcáçova de Santarém (Época Romana) (Valente, 2016, p. 90, 93; Santos *et alii*., no prelo; Davis, 2006).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importa relembrar que esta análise foi efectuada sem uma base cronológica relativa atribuída às camadas com base nos materiais. Trata-se, portanto, de uma análise e interpretação do que foi efectivamente encontrado comparando o conjunto a ambientes semelhantes do Neolítico/Calcolítico e época Romana. Os dados apresentados só são passíveis de serem comparados com contextos semelhantes.

Já havia sido mencionado que as investigações zooarqueológicas referentes ao Neolítico começaram relativamente mais tarde do que as investigações sobre as mesmas de outras épocas (Valente, 2016), no entanto, também as investigações faunísticas do mundo romano se centram em *villae* e *civitas*. A realidade é que o número de achados romanos em gruta não é muito frequente e por esse motivo, não existem praticamente estudos sobre a temática.

Neste sentido os dados forneceram algumas hipóteses/questões:

1. O elemento de *cf. Rupicapra pyrenaica* (camurça dos Pirenéus) (fauna plistocénica) poderá ser indicador de camadas mais antigas que remetam para uma utilização do Paleolítico superior, ainda desconhecidas, uma vez que o sítio não foi totalmente escavado. No entanto a presença deste animal é conhecida noutros contextos arqueológicos estremenhos portugueses;
2. A possuírem os restantes ossos uma cronologia Neo-Calcolítica, significaria que o lugar não teria tido apenas uma utilização funerária, mas também uma ocupação "habitacional" temporária, provavelmente na primavera/verão, tendo em conta a idade de abate de alguns dos animais identificados. O estudo de materiais poderá fornecer algumas luzes neste aspecto;
3. Poderiam ter existido quatro utilizações distintas? Uma fase correspondente ao Paleolítico superior; uma segunda aos enterramentos, em época Neolítica; uma terceira fase, em que algum grupo ou elemento individual que se deslocava entre áreas (Neo-Calcolítico?) se acomodou na gruta, caçando alguns animais e consumindo outros oferecidos por comunidades próximas ou trazidos por si? E uma quarta fase de época Romana ainda de natureza indeterminada (?). As telhas romanas presentes seriam para a realização de um enterramento? Conhece-se a utilização funerária de grutas também em época Romana, no entanto, Santos Rocha afirmava que as tumulações eram neolíticas. Corresponderá isto à realidade? Não se sabem bem os contornos que o levaram a afirmar isto, no entanto o autor também menciona a presença de loiça romana que, também eventualmente, e segundo o conhecimento sobre o registo arqueológico, poderia servir de oferta votiva aos defuntos deste período.

Relativamente às espécies identificadas, destaca-se a superior presença de ovelha sobre cabra, com o consumo de indivíduos adultos e juvenis. Foi igualmente verificada a presença de porco doméstico e javali, revelando o recurso às actividades cinegéticas a par do consumo de animais domésticos. A exploração dos recursos secundários oferecidos por estes animais deverá ter sido aproveitada por esta ou por outras comunidades. Terão sido aproveitadas não só ovelhas e cabras mas também o gado bovino, não só para obtenção de leite, mas também lã, couro, tracção animal, e por fim, a sua carne. O recurso à caça parece andar a par com a presença de animais domésticos. O veado, o coelho e o javali seriam os alvos preferidos para consumo. O porco, não oferece efectivamente produtos secundários, no entanto, o seu rápido período de gestação e rápido crescimento, facilita a sua criação permitindo um maior consumo da sua carne, mesmo de indivíduos juvenis como se pôde verificar.

O aproveitamento de recursos marinhos encontra-se igualmente representado. Preferencialmente utilizados para consumo humano, as conchas destes invertebrados acabavam por ser reutilizados para a realização de contas, pendentes ou até mesmo pulseiras nos finais do 4º e inícios do 3º milénio a.n.e. conhecidas um pouco por todas as necrópoles deste período.

A relação entre homem-animal tem vindo a ser cada vez mais explorada. Neste caso, não se conhece o motivo da presença de um canídeo na gruta (votivo ou comensal?), embora se destaque uma especial relação entre as duas espécies.

Espera-se que o estudo dos materiais possa fornecer mais informações sobre o tipo de utilização conferida à Lapa da Mouração.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à equipa do LARC (Laboratório de Arqueociências) da DGPC (Direcção Geral do Património Cultural) que nos deu acesso à colecção de referência, para podermos tirar dúvidas de classificação.

BIBLIOGRAFIA

ALBARELLA, Umberto; DAVIS, Simon; DETRY, Cleia; ROWLEY-CONWY, Peter (2005) – Pigs of the "Far West": the biometry of Sus from archaeological sites in Portugal. *Anthropozoologica*. Paris. 40:2, pp. 27-54.

ARAÚJO, Ana Cristina; ZILHÃO, João (1991) – Arqueologia do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. *Estudos*. Lisboa. 8.

CARDOSO, João Luís; DETRY, Cleia (2001) – Estudo arqueozoológico dos restos de ungulados do povoado Pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, pp. 131-182.

CARDOSO, João Luís.; DETRY, Cleia (2005) – A lixeira baixoimperial da *villa* da Quinta das Longas (Elvas): análise arqueozoológica e significado económico-social. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, pp. 369-386.

CARDOSO, João Luís; FERREIRA, Octávio da Veiga; CARREIRA, Júlio Roque (1996) – O espólio das grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, pp. 195-256.

CARVALHO, António Faustino; ANTUNES-FERREIRA, Nathalie; VALENTE, Maria João (2013) – A gruta-necrópole neolítica do Algar do Barrão (Monsanto, Alcanena). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:1, pp. 101-119.

COSTA, Cláudia (2011) – A fauna mamalógica da villa romana das Almoinhas (Loures). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V. 1, pp. 561-589.

COSTA, Cláudia (2013) – *Tafonomia em contexto pré-histórico. A zooarqueologia como recurso para a compreensão das "estruturas em negativo" da Pré-História Recente*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Vols. 2.

DAVIS, Simon (2002) – The mammals and birds from the Gruta do Caldeirão, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:2, pp. 29-98.

DAVIS, Simon (2006) – Faunal remains from Alcáçova de Santarém, Portugal. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 43, pp. 144.

DAVIS, Simon (2007) – The mammals and birds from the Iron Age and Roman periods of Castro Marim, Algarve, Portugal. *Trabalhos do CIPA*. Lisboa 107.

DAVIS, Simon (2016) – Hacia una distinción métrica entre los astrágalos de oveja y cabra. In Lloveras Lluis; Rissech Carme; Nadal Jordi; Fullola Josep Maria (eds.) – *What bones tell us. El que ens expliquen els ossos*. Monografies del SERP 12, Universitat de Barcelona, pp. 35-58.

DELICADO, Cátia Saque (2016) – *A gruta artificial das Lapas (Torres Novas). Contributo para o conhecimento das práticas funerárias dos 4º* e 3º milénios *a.n.e. na Estremadura Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2 Vols.

DELICADO, Cátia Saque; SANTOS, Ana Beatriz; PORFÍRIO, Eduardo; SERRA, Miguel; DETRY, Cleia (*no prelo)* – Alto de Brinches 3 (Serpa): estudo da fauna recuperada nos contextos do 3º e 2º milénios a.n.e. *Cadernos do GEEvH*. 6.

DETRY, Cleia; ARRUDA, Ana Margarida (2013) – A fauna da Idade do Ferro e Época romana de Monte Molião (Lagos, Algarve): continuidades e rupturas na dieta alimentar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15:2. pp. 15-227.

GRANT, Annie (1982) – The use of tooth wear as a guide to the age of domestic ungulates. In WILSON, Bob; GRINGSON, Caroline; PAYNE, Sebastian, eds – *Ageing and sexing animal bones from archaeological sites*. British archaeological reports. Oxford. 109, pp. 91-108.

MACEDO, Maria (1996) – Rei Dom Carlos. *Campanhas oceanográficas. Estudo das Colecções Malacológicas*. Lisboa. INAPA.

PAYNE, Sebastian (1987) – Reference codes for wear states in the mandibular cheek teeth of sheep and goats. *Journal of Archaeological Science*. 14:6, pp. 609-614.

MORENO-GARCÍA, Marta (2003) – Estudo dos restos faunísticos da Anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz). In Gonçalves, Victor (ed.) – STAM-3. A Anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz). *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 32, pp. 432-439.

MORENO GARCÍA, Marta; SOUSA, Ana Catarina (2015) – Para além das muralhas, uma perspetiva dos recursos faunísticos no Calcolítico da Estremadura: o conjunto arqueofaunístico do Locus 5 do Penedo do Lexim (Mafra). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 18, pp. 101-124.

ROCHA, António Santos (1907) – A Caverna da Fórnea. *Boletim da Sociedade Archaeologica Santos Rocha. Figueira*. Tomo I, nº5, pp. 146-149.

ROWLEY-CONWY, Peter (1992) – The early Neolithic animal bones from Gruta do Caldeirão. In ZILHÃO, João ed. – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Trabalhos de Arqueologia. Lisboa. 6, pp. 231-237.

SANTOS, Ana Beatriz; PEREIRA, Álvaro; GOMES, Joana; MONTEIRO, Nuno; PIMENTA, João; MENDES, Henrique & DETRY, Cleia (*in press)* – Estudo Zooarqueológico do Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira, Portugal), In PIMENTA, Carlos & MORENO-GARCÍA, Marta (Eds.) – *O mundo animal na romanização da Península Ibérica / El mundo animal en la romanización de la Península Ibérica*. Actas do Encontro Ibérico realizado em Lisboa em 26 e 27 de Junho de 2015 no Auditório Manuel Valadares Museu Nacional de História Natural e da Ciência Laboratório de Arqueociências. Direcção Geral do Património Cultural.

SCHMID, Elisabeth (1972) – *Atlas of animal bones for prehistorians, archaeologists, and Quaternary geologists*. Amsterdam, Elsevier Science Publishers.

VALENTE, Maria João (1997) – A quantificação faunística: principais unidades, alguns parâmetros, regras e problemas. *Estudos do Quaternário*. Lisboa. 1, pp. 83-96.

VALENTE, Maria João (2016) – Zooarqueologia do Neolítico do Sul de Portugal: passado, presente e futurus. In DINIZ, Mariana; NEVES, César; MARTINS, Andrea (coord.) – *O Neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020: Perspectivas em debate*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa. 2, pp. 87-108.

VALENZUELA-LAMAS, Sílvia (2014) – Mammal remains from the Governor's House (Belém Tower, Lisbon) and Rua dos Correeiros (Baixa, Lisbon) in the context of fish processing factories in Lusitania. In DETRY, Cleia; DIAS, Rita (eds.) – *Proceedings of the First Zooarchaeology Conference in Portugal*. Oxford: Archaeopress, pp. 57-68.

VALERA, António Carlos; LINO, André (2016/2017) – Aspectos da interacção transregional na Pré-história Recente do sudoeste Peninsular: interrogando as conchas e moluscos nos Perdigões. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, pp. 189-218.

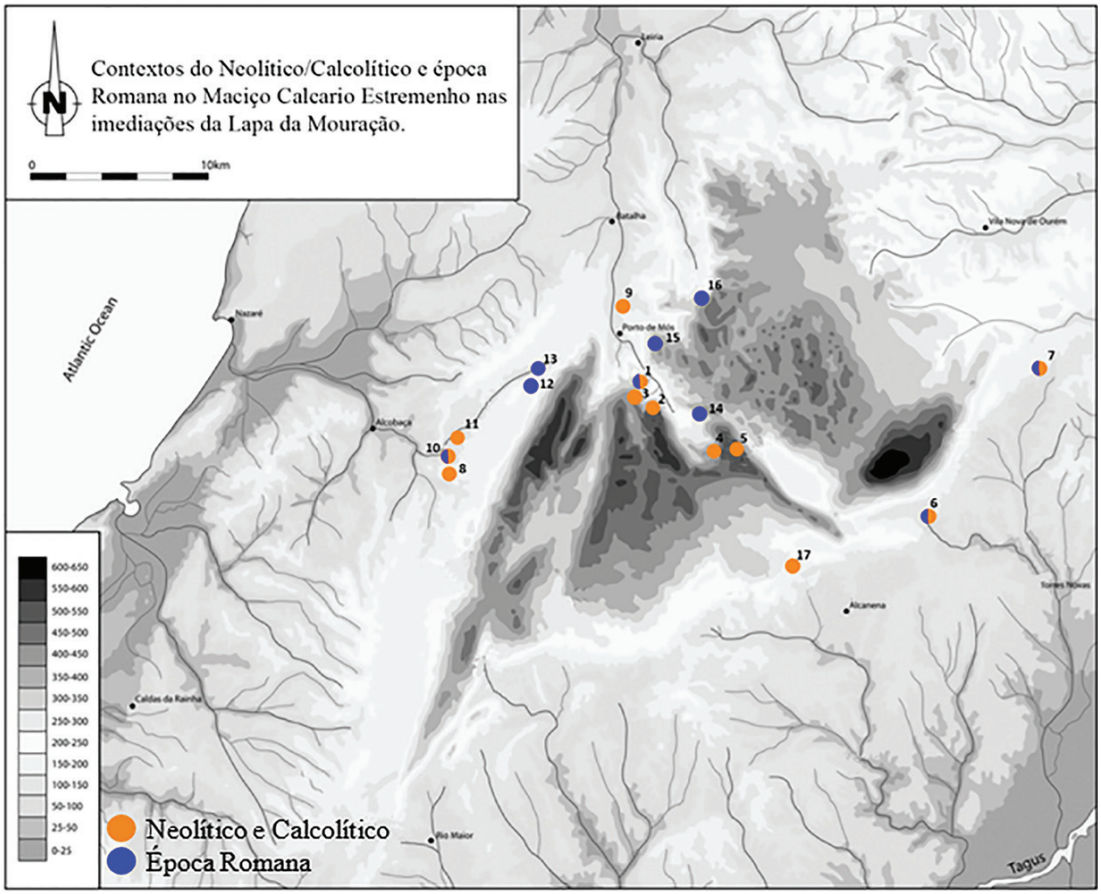


Figura 1 – Localização da Lapa da Mouração (1) no Maciço Calcário Estremenho e contexto arqueológico envolvente. **Legenda:** 2: Pragais (indeterminado); 3: Cova da Velha (gruta natural); 4: Covão do Poço (gruta natural); 5: Ventas do Diabo (gruta natural); 6: Gruta da Nascente do Almonda (gruta natural); 7: Buraca da Moura da Rexaldia (gruta natural); 8: Lagoa do Cão (gruta natural); 9: Freixo 3 (Vestígios); 10: Carvalhal de Aljubarrota (complexo de grutas naturais); 11: Cadoiço (gruta natural); 12: Cumeira de Baixo (habitat); 13: Cumeira de Cima (*pars rustica*); 14: Falsa de Alvados (*villae*); 15: Escorial (vestígios); 16: Fornecas (*villae*); 17: Casais da Mureta (gruta natural).



Figura 2 – Tíbia de *cf. Rupicapra pyrenaica* recuperada na Lapa da Mouração (1) e exemplar para comparação do Laboratório de arqueociências (2).

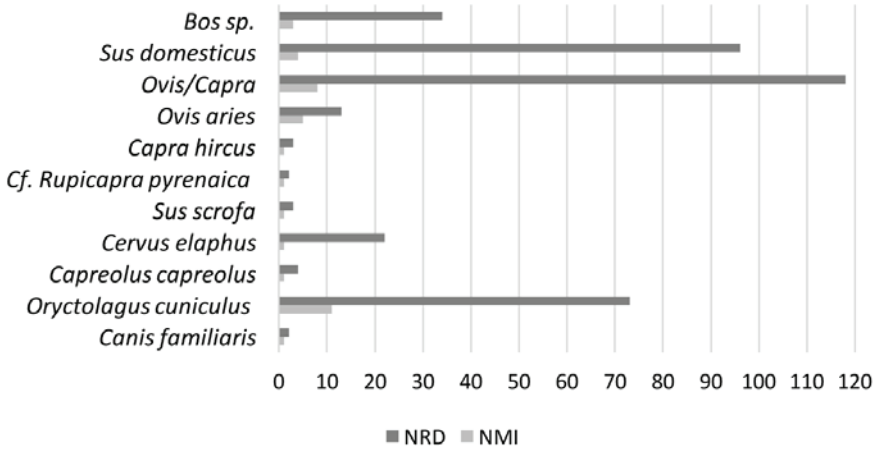


Gráfico 1 – Gráfico demonstrativo do Número de Restos Determinados (NRD) e Número Mínimo de Indivíduos (NMI) por espécie, recuperados na Lapa da Mouração.

RECONSTRUÇÃO PALEOAMBIENTAL DA MARGEM NORTE DO RIO TEJO ATRAVÉS DA ANÁLISE *MULTIPROXY* DE SEDIMENTOS RECOLHIDOS EM CONTEXTO DE OBRA COM ACHADOS ARQUEOLÓGICOS

Ana M. Costa[1], M. Conceição Freitas[2], Vera Lopes[3], César Andrade[4], Jacinta Bugalhão[5], Pedro Barros[6]

RESUMO

São apresentados neste trabalho os resultados do estudo de quatro sondagens recolhidas na margem Norte do Tejo. A análise destes sedimentos permite reconstruir a paisagem e compreender a evolução paleoambiental da margem antes da construção dos grandes aterros. A sua interpretação permitiu concluir que: a sedimentação na zona subtidal mais proximal à margem se inicia durante a ocupação da Idade do Ferro em Lisboa; a resposta a eventos de alta energia fica registada na coluna sedimentar através da presença de elementos alóctones ao sedimento local; para o topo do enchimento os sedimentos enriquecem em elementos antrópicos. Estes sedimentos mostram uma evolução natural entre uma área subtidal com mais influência marinha e uma área intertidal com mais influência fluvial e antrópica.

Palavras-chave: Lisboa, Tejo, Geoarqueologia, Sedimentos, Evolução paleoambiental.

ABSTRACT

In this work the results of the analysis performed on four sediment cores collected at the Northern margin of the Tagus river are presented. The interpretation of the results allows to reconstruct the palaeoenvironmental evolution of the margin through time and before the construction of the landfills. For the moment the main conclusions are: sedimentation on the subtidal area near the margin starts since the Iron Age occupation in Lisbon; high-energy events remain registered on the sedimentary column through the presence of allochthonous elements; upcore the sediment is enriched in anthropic artifacts. Sediments from the 4 analyzed cores show a natural evolution between a subtidal area with higher marine influence and an intertidal zone with predominance of fluvial influence and enriched in anthropic materials.

Keywords: Lisbon, Tagus, Geoarchaeology, Sediments, Palaeoenvironmental evolution.

1. Laboratório de Arqueociências (LARC) – Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e CIBIO/InBIO e IDL – Universidade de Lisboa; acosta@dgpc.pt

2. IDL – Universidade de Lisboa e Departamento de Geologia, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa; cfreitas@fc.ul.pt

3. IDL – Universidade de Lisboa e Departamento de Geologia, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa; vplopes@fc.ul.pt

4. IDL – Universidade de Lisboa e Departamento de Geologia, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa; candrade@fc.ul.pt

5. Direção-Geral do Património Cultural (DGPC); UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património; jacintabugalhao@gmail.com

6. Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; pbarros@dgpc.pt

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Lisboa é ocupada de forma contínua, pelo menos, desde a Idade do Ferro (e.g. Bugalhão, 2015a) numa área geográfica que corresponde ao que hoje se designa por Colina do Castelo e Baixa de Lisboa. A Colina do Castelo, sobre a qual foi erigido o Castelo de São Jorge, corresponde a uma elevação de substrato miocénico que atinge os 95m de altura. Geomorfologicamente, a Baixa de Lisboa corresponde a um esteiro – Esteiro da Baixa (EB) – resultante da confluência de dois importantes afluentes do rio Tejo, a Ribeira de Arroios e o Vale do Pereiro (ou Ribeira de Valverde), que define um vale encaixado profundo (~40m; PC98; Almeida *& alii*, 2009) preenchido com sedimentos do Plistocénico Final e Holocénico (Figura 1).

Estudos de âmbito arqueológico (e.g. Blot, 2003, Sousa, 2014), urbano (e.g. Durão, 2012) e paleoambiental (e.g. Almeida *& alii*, 2009) evidenciam que as alterações na paisagem assim como a ocupação dos terrenos baixos no EB começam a fazer-se sentir durante a Idade do Ferro e, mais intensamente, na ocupação romana, incidindo sobre a área de influência das linhas de água que ladeiam a cidade a Ocidente, alterando a dinâmica e afectando o próprio enchimento sedimentar do EB. As grandes alterações na frente ribeirinha a Sul ocorrem essencialmente a partir do final da Idade Média quando se começam a criar áreas utilitárias planas junto ao Tejo, através da construção de aterros para o desenvolvimento de actividades portuárias e de comércio marítimo (Durão, 2012).

A área conquistada ao rio é também visível na evolução da linha de costa que se obtém através da Cartografia Antiga de Lisboa (Figura 1) e de outros trabalhos desenvolvidos no EB. Matildes *& alii* (2011) propõe que a linha de costa pré-ocupação (sem data atribuída) se situa a cerca de 350m a norte do limite actual com base num modelo SIG realizado com dados de sondagens geotécnicas realizadas no EB. Relativamente à linha de costa em época romana, a proposta é da autoria de Jacinta Bugalhão e Ana Vale, com base na topografia e na cartografia dos sítios arqueológicos coevos conhecidos, sua interpretação e caracterização (trabalho em curso, no âmbito do "estudo e contextualização das ânforas e *terra sigilata* do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros", cuja equipa é constituída por Jacinta Bugalhão, Carlos Fabião, Rui Almeida, Catarina Viegas, Armando Sabrosa, Carolina Grilo e Ana Sofia Gomes).

A uma escala secular, e no que ao Esteiro da Baixa diz respeito, na Baixa Idade Média, verifica-se a continuidade progressiva de aterro (deliberado e resultante do despejo constante de detritos e escombros na margem fluvial), a pressão urbana (crescimento em extensão, densidade demográfica e aumento da importância relativa da Baixa, na cidade) e correspondente avanço da linha de costa. Os principais momentos são estruturalmente marcados com a construção das muralhas medievais ribeirinhas: a muralha dionisina (no final do século XIII) e a muralha fernandina (concluída em 1375). Entre o final do século XV e o século XVI, D. Manuel promove um programa de reordenamento urbano, incidindo especialmente na Baixa, assim transformada no novo centro da cidade (Bugalhão, 2015b). Deste programa, na frente ribeirinha, destaca-se a construção da nova residência real, o Paço da Ribeira, de um conjunto de edifícios públicos ligados ao comércio ultramarino e do Terreiro do Paço, redefinindo mais uma vez a linha de costa nesta importante área da cidade. Estas transformações da paisagem urbana são evidentes na cartografia antiga de Lisboa, nomeadamente na Planta de Lisboa levantada em 1650 por João Nunes Tinoco. A reconstrução da Baixa após o terramoto de 1755 representa mais um momento deste processo de urbanização na margem do Tejo, documentado, entre outros, na Planta Topográfica da Cidade de Lisboa de 1756, realizada por Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel. Relativamente aos aterros mais recentes, nos séculos XIX e XX, refira-se o Atlas da Carta Topográfica de Lisboa realizado entre 1856-58 sob a direcção de Filipe Folque e a Carta Topográfica de Lisboa de 1950 (Figura 1).

Neste trabalho apresentam-se os resultados de análises multiproxy realizadas em sondagens recolhidas em intervenções arqueológicas preventivas na frente ribeirinha de Lisboa (Figura 1, nºs 1 a 4). A interpretação destes resultados permitiu compreender como evoluiu a margem ao longo do tempo em termos ambientais e qual a influência antrópica nesta evolução até à construção dos aterros que hoje são a margem da cidade.

2. ENQUADRAMENTO

A área de estudo localiza-se numa faixa de 2km de extensão na zona ribeirinha de Lisboa, entre Santos-o-Velho e Alfama (Figura 1). Do ponto de vista geo-

lógico as sondagens em estudo foram realizadas em aluviões holocénicas que, por sua vez, assentam em terrenos miocénicos atribuídos às formações Camadas dos Prazeres (M_I), Areolas de Avenida da Estefânia (M_{II}), Calcários de Entrecampos ("Banco Real") (M_{III}) e Argilas de Forno do Tijolo (M_{IVa}) pertencentes ao intervalo cronológico Aquitaniano – Burdigaliano (Cunha *& alii*, 2005; Pais *& alii*, 2006).

3. MATERIAIS

Foram estudadas quatro sondagens recolhidas na margem norte do rio Tejo (Figura 1, referidas de W para E): EDP1, D. Luís I, Ribeira das Naus (RN) e Jardim do Tabaco (JT1);

A sondagem EDP1 foi recolhida na obra da Nova Sede da EDP (Figura 2), em 2012, cerca de 170cm abaixo do nível médio do mar (*ANMM*), coincidindo o seu topo com a base do Aterro da Boavista (século XIX). Tem um comprimento de 580cm, atingindo os 750cm *ANMM* e foi recolhida com recurso a um amostrador *van der Horst* e trado. Os trabalhos arqueológicos foram realizados por Alexandre Sarrazola e Rui Miguel Nascimento (ERA, Arqueologia S.A.). A EDP1 foi alvo de estudo prévio e os resultados das análises realizadas e a sua interpretação publicados em Costa *& alii* (2016) e Inácio *& alii* (2016) (Figura 2).

A sondagem D. Luís I foi recolhida em 2011, durante o decurso da obra do parque de estacionamento subterrâneo da Praça D. Luís I, no âmbito de trabalhos arqueológicos realizados por Alexandre Sarrazola, Marta Macedo, Lúcia Miguel e Artur Ribeiro (ERA, Arqueologia S.A.). Esta sondagem, com um comprimento de 248cm, foi recolhida com a ajuda de um amostrador *van Der Horst* e trado. Encontra-se enquadrada cronologicamente por dois achados de importância significativa, registados e escavados de forma sistemática pela equipa de arqueologia: i) no topo (149cm *ANMM*) encontrava-se uma estrutura náutica interpretada como uma grade de maré atribuída à segunda metade do século XVII / início do século XVIII (Sarrazola, 2014a; Figura 3-A); ii) 200cm abaixo da grade de maré, foi identificado um fundeadouro romano cuja utilização parece prolongar-se por cerca de 600 anos, entre o século I a.C. e o século VI A.D. (Sarrazola, 2014b; Parreira e Macedo, 2013; Figura 3-B).

A sondagem da Ribeira das Naus tem um comprimento de 746cm e foi recolhida em 2014, à cota de 101,5cm *ANMM*, abaixo do aterro antrópico, com ajuda de amostradores do tipo *van Der Horst* e *Livingstone*. Esta sondagem foi realizada durante a segunda fase da obra de Requalificação do Espaço Público da Ribeira das Naus, num trabalho arqueológico realizado por Nuno Mota, Cristina Nozes e Ana Caessa (Centro de Arqueologia de Lisboa – CAL / CML). A sondagem localiza-se numa área que foi utilizada durante vários séculos como doca – Doca da Caldeirinha (1756-1939), embora haja referência a episódios de aterro durante o período mencionado. A área de doca foi hoje reconstituída para lazer no espaço requalificado.

A sondagem do Jardim do Tabaco foi realizada em 2015 na obra do novo Terminal de Cruzeiros de Lisboa. Esta sondagem, realizada com meio mecânicos pela empresa Tecnasol Fge, Fundações e Geotecnia, S.A. no âmbito de trabalhos de geotecnia e contaminação de solos a realizar pelo LNEC, foi-nos gentilmente cedida pelo Porto de Lisboa, apenas nos troços que não foram utilizados integralmente pelo LNEC. Apesar dos hiatos no registo sedimentológico, a sua utilização e análise é de extrema importância, pois atinge um comprimento de cerca de 18m recuperando ainda parte do substrato miocénico, o que seria inatingível com o recurso a sondas manuais utilizadas pela equipa do projecto *Lisbon Stories*. Esta sondagem tem uma profundidade de ca.2250cm e foi colhida a uma cota de 3m *ANMM*. A área onde foi recolhida esta sondagem sofreu alterações antrópicas apenas desde o século XIX, durante a reestruturação da frente ribeirinha de Lisboa. A construção da Doca do Jardim do Tabaco iniciou-se em 1887 e terminou em 1907. Estão integrados na sondagem os materiais que correspondem ao aterro construído no século XIX (entre o topo da sondagem e os 0,3cm acima do NMM) e a formação miocénica onde assentam os depósitos holocénicos (entre os 1950-1350cm *ANMM*). Neste trabalho foram apenas analisados os sedimentos correspondentes ao enchimento recente da margem norte do Tejo, i.e. os sedimentos holocénicos. Os trabalhos arqueológicos foram realizados sob a direcção de Patrícia Bargão.

4. METODOLOGIAS

Todas as sondagens foram abertas, descritas e sub-amostradas de 2 em 2cm e as amostras liofilizadas. Com uma resolução distinta em cada sondagem, foram realizados ensaios de pH (método LNEC,

1967 e classificação de Costa, 1991), determinada a % de fracção grosseira (fg;>63µm) e de fracção fina (ff;<63µm) através de separação por via húmida utilizando um crivo de 63µm e realizada granulometria da ff (equipamento laser Malvern 2000). Foram também determinados os conteúdos em carbonato de cálcio ($CaCO_3$) através do método gasométrico (calcímetro Eijkelkamp) e em matéria orgânica total (MO_T) pelo método da calcinação (*Loss On Ignition – LOI*). As respectivas fracções de MO labile (MO_{lab}) e refractária (MO_{ref}) foram determinadas utilizando o método adaptado de Kristensen (1990). O Índice *Rp* (Kristensen, 1990), dado como a percentagem de MO_{ref} sobre a MO_T, foi utilizado como indicador da biodegradabilidade e da fonte de matéria orgânica no sedimento.

Na sondagem EDP1 foram analisadas amostras para identificação e contagem de foraminíferos (preparação de amostras através de metodologia de Murray, 2006, identificação de foraminíferos seguindo Loeblich e Tappan, 1988, Murray, 1971, Debenay, 2012) e nanofósseis calcários (Flores e Sierro, 1997; Ferreira e Cachão, 2003). Foi determinada a densidade de foraminíferos através do Índice Shannon (Shannon, 1948).

Uma amostra de cada sondagem foi datada por AMS ^{14}C na Beta Analytic Inc. As datas convencionais foram calibradas com o software Oxcal 4.2 (Bronk Ramsey *& alii*, 2013) utilizando a curva atmosférica IntCal13 (Reimer *& alii*, 2013). Os resultados obtidos (BP, cal BP e a.C./A.D.) são apresentados na tabela 1.

Amostra	Profundidade (*ANMM*)	Referência laboratório	Tipo de amostra	Data ^{14}C convencional	$\delta^{13}C$	Data calibrada (2σ)	Mediana	Fonte
EDP1#14 375-377	546cm	Beta-426279	Fragmento de madeira	260±30	-27,4‰	431-357 cal BP (28,3%) 332-280 cal BP (53,1%) 171-151 cal BP (12,3%)	304 cal BP (1647 cal A.D.)	Costa *& alii*, 2016.
DLuisI#4 130-132	280cm	Beta-412257	Material orgânico	1850±30	-25,0‰	1865-1715 cal BP (95,4%)	1784 cal BP (167 cal A.D.)	Este trabalho
RN#5 742-744	844cm	Beta-436174	Material orgânico	2030±30	-24,9‰	2105-2086 cal BP (2,7%) 2063-1898 cal BP (92,7%)	1980 cal BP (31 cal a.C.)	Este trabalho
JT1 16.18-16.21	1320cm	Beta-463530	Material orgânico	2450±30	-25,4‰	2703-2630 cal BP (26,7%) 2619-2558 cal BP (15,5%) 2544-2360 cal BP (53,2%)	2526 cal BP (577 cal a.C.)	Este trabalho

Tabela 1 – Data convencional e data calibrada para a sondagens EDP1, D. Luís I, Ribeira das Naus (RN) e Jardim do Tabaco (JT1). A calibração foi feita utilizando a curva IntCal13 (Reimer *& alii*, 2013).

5. RESULTADOS

5.1. Sondagem EDP1

Na sondagem EDP1 foram definidas quatro unidades deposicionais, separadas com base em observações macroscópicas, na textura, no conteúdo em componentes orgânicos e inorgânicos e na identificação de microfósseis (Costa *& alii*, 2016; Inácio *& alii*, 2016; Figura 4). As unidades definidas mostram uma sequência sedimentar depositada, numa primeira fase, num ambiente subtidal com maior influência marinha que, devido a processos naturais de sedimentação, se transforma numa margem estuarina menos profunda com mais influência fluvial e antrópica. Nesta sondagem, o processo natural de sedimentação (Unidades 1, 3 e 4; Costa *& alii*, 2016; Inácio *& alii*, 2016) parece ser interrompido por um evento energético do qual resulta um depósito mais grosseiro, rico em várias espécies de foraminíferos (pouco abundantes) típicos dos ambientes marinhos da plataforma continental e com a presença de elementos antrópicos como cerâmicas (Figura 5) e

carvões (Unidade 2; Costa *& alii*, 2016; Inácio *& alii*, 2016) (Figura 4).

Este evento foi tentativamente associado a eventos energéticos que ocorreram no século XVIII, como por exemplo uma tempestade que ocorreu em 1724 (Sarrazola, 2013) ou o tsunami de 1755. Devido a contaminação orgânica derivada do Aterro da Boavista que se sobrepunha ao sedimento recolhido, não foi possível datar por ^{14}C o sedimento orgânico da EDP1 e apenas se datou um fragmento de madeira encontrado aos 546cm *ANMM*, cuja data pode ser anterior ao sedimento que o incorpora. A idade calibrada desta madeira indica um período extenso entre 431cal BP e 151 cal BP (embora com maior probabilidade entre 332-280 cal BP; 2σ; Tabela 1); contudo, o facto de o fragmento de madeira se localizar junto com fragmentos de cerâmica atribuídos ao século XVIII limita este intervalo e aponta para a possibilidade de uma data de deposição durante o século XVIII para a Unidade 2. É importante referir que durante o século XVIII várias outras tempestades estão descritas como bastante destrutivas e violentas na área de Lisboa como por exemplo as tempestades de 1739 (Pfister *& alii*, 2010) e de 1788 (Fragoso *& alii*, 2015). A deposição da unidade basal (Unidade 1; Costa *& alii*, 2016; Inácio *& alii*, 2016) será anterior ao século XVIII, numa idade ainda por determinar.

5.2. Sondagem D. Luís I

Na sondagem D. Luís I foram definidas quatro unidades com características diferentes (Figura 6) definidas com base na granulometria, no conteúdo em MO (MO_T, MO_{Lab}, MO_{Ref}) e $CaCO_3$ e na presença de materiais antrópicos (Figura 6).

A Unidade 1 (397-359cm *ANMM*) é constituída por sedimentos finos de cor cinzenta com calhaus e abundantes fragmentos de concha que lhe confere uma classificação como areia vasosa na base a vasa arenosa no topo (valor médio da fg de 57%). A presença de fragmentos de conchas reflete-se no teor em $CaCO_3$ (valor médio de 28%) que decresce para o topo. O conteúdo em MO é constante ao longo de toda a unidade apresentando um valor médio de 3% (valor médio de MO_{Ref} = 2% e MO_{Lab} = 1%).

A Unidade 2 (359-242cm *ANMM*) foi dividida em duas Sub-unidades com base no decréscimo na fg e no conteúdo em bioclastos. Na base (359-334cm *ANMM*), integrados na Sub-unidade 2A (359-273cm *ANMM*), foram encontrados fragmentos de cerâmica num nível que corresponde ao fundeadouro romano encontrado durante o acompanhamento arqueológico da obra (Figura 3-B e 6) e utilizado entre os séculos I a.C. e VI A.D. (Sarrazola, 2014b; Parreira e Macedo, 2013). Este nível é constituído por um sedimento vasoso muito enriquecido em fragmentos de concha, em especial ostreídeos, que parece ter servido de suporte ao material antrópico composto por elementos de grandes dimensões e, por vezes, completos (e.g. ânforas). Esta Sub-unidade é constituída por um sedimento vasoso cuja fg decresce para o topo (Figura 6, valor médio de 47%) assim como o conteúdo em $CaCO_3$ (valor médio de 20%), reflectindo a diminuição dos fragmentos de concha e da granulometria. O conteúdo em MO_T (valor médio de 4%; MO_{Ref} = 3%; MO_{Lab} = 1%) mantem-se constante e similar aos teores da unidade anterior, embora a MO_{Lab} aumente para o topo. Foi datada uma amostra no topo da Sub-unidade 2A (280cm *ANMM*) que aponta para uma idade de 1784 cal BP (ca.170 cal A.D.), ou seja, ainda durante a ocupação romana. A diferença entre a profundidade em que foi realizada esta datação e a profundidade onde foi encontrado o fundeadouro romano poderá resultar de processos de remobilização / re-suspensão dos sedimentos do fundo (de natureza mais fina, vasosa) pelo afundamento dos materiais romanos, de grande dimensão, como e.g. ânforas (Figura 3). Esta data pode também resultar da inclusão de material orgânico antigo no sedimento sendo, por isso, necessária a realização de mais datações para esclarecer esta problemática. A Sub-unidade 2B (273-242cm *ANMM*) é também constituída por uma vasa que apresenta um decréscimo na fg (valor médio de fg de 17%) e no teor em $CaCO_3$ (valor médio de 13%), apesar de ambos os valores aumentarem no topo (> 255cm *ANMM*). Por oposição, o teor em MO_T (valor médio de 6%; MO_{Ref} = 4%; MO_{Lab} = 2%) aumenta em relação à Sub-unidade 2A. Um pico na MO_T e na MO_{Lab} foi determinado ca. 265cm *ANMM*. Esta sub-unidade parece depositar-se num ambiente de baixa energia, provavelmente já livre da influência do fundeadouro romano.

A Unidade 3 (242-166cm *ANMM*) é constituída por uma vasa cinzenta apresentando valores constantes de MO_T (valor médio de 5,6%; MO_{Ref} = 3,9%; MO_{Lab} = 1,3%) e de $CaCO_3$ (valor médio de 15%). Apresenta fragmentos de concha e, por vezes, ocorre bioturbação. A fg (valor médio de 44%) varia ao longo da unidade, apresentando-se mais elevada na base e no topo, com um decréscimo na ordem dos 20% entre

222-208cm *ANMM* (Figura 6), que parece reflectir uma menor presença de fragmentos de concha.

A Unidade 4 (166-149cm *ANMM*) corresponde aos 17cm do topo da sondagem que parecem estar maioritariamente sob a influência da grade de maré (Figura 3-A; Sarrazola, 2014a) e da utilização da margem. Apresenta uma textura mais grosseira (areia vasosa) com uma fg com valor médio de 69%. Na fg encontram-se seixos de quartzo, fragmentos de cerâmica, raros fragmentos de concha e restos de vegetais. A MO_T aumenta, apresentando um valor médio de 9,5% (MO_{Ref} = 5,4%; MO_{Lab} = 4,1%) e caracterizando esta unidade como a mais orgânica de toda a sequência sedimentar. Por oposição, o teor em $CaCO_3$ decresce (valor médio de 10%) para os valores mais baixos de toda a sondagem reflectindo os raros fragmentos de concha presentes.

Em toda a sondagem o Índice *Rp* apresenta valores na ordem dos 0,7 reflectindo uma dominância da MO_{Ref}, diminuindo na unidade do topo para valores próximos de 0,5 o que poderá indicar uma maior influência terrígena.

5.3. Sondagem Ribeira das Naus (RN)

A sondagem RN apresenta um padrão de sedimentação homogéneo em toda a sua extensão. Os sedimentos são finos (ff>96%), com alto teor de MO_T (valores entre 6% e 10%), Índice *Rp* com valores superiores a 0,5 (dominância da MO_{Ref}) e conteúdo moderado a baixo em $CaCO_3$, na ordem dos 3-4% (Figura 7). A sequência sedimentar apresentada parece resultar de uma sedimentação natural em ambiente subtidal de baixo hidrodinamismo. Contudo, foram definidas três Unidades com base em pequenas alterações no conteúdo da fg, MO_T, MO_{ref}, MO_{Lab}, Índice *Rp* e $CaCO_3$ (Figura 7).

A Unidade 1 (846-590cm *ANMM*) inclui na fg (valor médio 3,7%) uma componente inorgânica composta por quartzo, moscovite e feldspatos, raros fragmentos de espículas siliciosas (de esponjas), foraminíferos, ostracodos e fragmentos de concha de bivalves e gastrópodes; e uma componente orgânica constituída por fragmentos de carvão e restos vegetais. Os fragmentos de carvão, alguns com dimensões de ca.1cm, apresentam-se vitrificados e, por esse motivo, não foi possível identificá-los. Esta unidade tem valores médios de MO_T de 9,6%, (valor médio de MO_{ref} = 7,2% e MO_{Lab} = 2,4%), Índice *Rp* de 0,75 e $CaCO_3$ de 3.6%. Um nível de cor mais clara foi identificado macroscopicamente ca.590cm *ANMM*, numa posição que parece separar a Unidade 1 das unidades sobrejacentes (Figura 7).

A Unidade 2 (590-306cm *ANMM*) é definida com base na ligeira diminuição no teor em MO (valores médios MO_T = 7,5%; MO_{Ref} = 5,7%; MO_{Lab} = 1,8%) e $CaCO_3$ (valor médio = 3%). Nas amostras da base e do topo desta unidade verifica-se uma diminuição acentuada destes valores (MO_T 569cm *ANMM* = 5,6%; 337cm *ANMM* = 6,1%; $CaCO_3$, 569cm *ANMM* = 2,5%; 337cm *ANMM* = 0,1%). O índice *Rp* (valor médio = 0,7) sobe para 0,8 nesta unidade quando são retiradas as amostras da base e do topo que contém os valores mais baixos de MO, e cujo Índice *Rp* baixa para aproximadamente 0,5. O decréscimo do Índice *Rp* nestas amostras deve-se essencialmente à diminuição de MO_{Ref} (Figura 7).

A Unidade 3 (306-101,5cm *ANMM*) é caracterizada pelo aumento (relativamente à Unidade 2) nos teores de MO (MO_T = 8,6%; MO_{Ref} = 6,6%; MO_{Lab} = 2%) e $CaCO_3$ (4,3%). No entanto, verifica-se uma ligeira diminuição do Índice *Rp* para valores médios de 0,77 (Figura 7).

Para o topo da sondagem (Unidades 2 e 3) a fg diminui (valor médio na Unidade 2 = 1%; valor médio na Unidade 3=1,4%) e é essencialmente constituída por raros fragmentos de conchas, raros fragmentos de vegetais (incluindo raízes) e alguma mica.

A datação ^{14}C realizada na base desta sondagem (ca. 844cm *ANMM*) indica uma idade de 1980 cal BP (31 cal a.C.; Tabela 1) para o início da deposição da Unidade 1, ou seja, durante o período de ocupação romana em Lisboa. A área a ocidente do antigo e actual Terreiro do Paço está referenciada como polo de construção e reparação naval desde o final da Idade Média, graças ao aumento das actividades marítimas que ocorre em Lisboa. Há relatos de que todas as infraestruturas desta zona terão ficado destruídas com o sismo de 1755 (e.g. DI e UAICM, Marinha Portuguesa, 2014) e terão sido posteriormente reconstruídas e reorganizadas após 1759, como representado na Planta Topográfica da Cidade de Lisboa de 1756, realizada por Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel. Todavia, depósitos relacionados inequivocamente com o tsunami de 1755 não foram, até à data, encontrados nesta sondagem. Este facto pode estar relacionado com a baixa resolução das análises realizadas, com o reduzido número de indicadores analisados ou com hiatos sedimentares relacionados com processos erosivos naturais e/ou devidos a acções antrópicas.

A variação entre a unidade basal (Unidade 1) e as unidades sobrejacentes (Unidades 2 e 3) na constituição do material grosseiro e no teor de MO e $CaCO_3$ poderá estar relacionada com a construção da própria Doca da Caldeirinha que, após a sua edificação, passa a limitar a entrada de material fluvial / estuarino nesta área. Uma melhor resolução na análise dos sedimentos e o estudo de outros *proxies* ambientais, assim como a datação de mais amostras ao longo da coluna sedimentar, poderão ajudar na identificação dos factores que influenciaram estas mudanças.

5.4. Jardim do Tabaco (JT1)

Foram definidas cinco unidades na sondagem JT1 com base na presença de elementos antrópicos (e.g. cerâmicas, vidro) e na variação dos diferentes parâmetros analisados (Figura 8) nos sedimentos que assentam no substrato miocénico (Figura 8).

A Unidade 1 (1350-1120cm *ANMM*) é caracterizada por uma alternância entre areias finas micáceas e lodos de cor cinzento esverdeado escuro, tendo sido identificados alguns fragmentos de conchas e de carvão. A fg (valor médio de 58%; max=89%; min=24%) diminui para o topo desta unidade, variando de modo inverso em relação à MO (valor médio e 3,3%; max=5,9%; min=0,8%) e ao Índice *Rp* (valor médio de 0,7; Figura 8). O teor de $CaCO_3$ (valor médio de 5,5%; max=11%; min=0,1%) apresenta-se irregular na base e atinge o seu valor mais elevado aos 1270cm *ANMM* parecendo reflectir a variação textural do sedimento e estar relacionado com a presença de fragmentos de concha mais abundantes e identificados em observação macroscópica. A partir desta profundidade e para o topo da unidade o teor de $CaCO_3$ diminui ligeiramente. Da observação da fg à lupa binocular foi possível identificar nesta unidade grãos angulosos (raros rolados) de quartzo hialino e leitoso, algumas palhetas de moscovite e raros minerais pesados. Ocorrem também fragmentos de conchas (ostreídeos, moluscos e gastrópodes), espículas de ouriço, ostracodos e foraminíferos.

A Unidade 2 (1120-710cm *ANMM*) foi definida pela presença e abundância de materiais antrópicos de grande dimensão (>1cm) na base, nos quais se incluem fragmentos de cerâmica rolados, escória e fauna (*Bos* sp.), e sobre os quais assenta uma lâmina de areia (entre os 1103-1050cm *ANMM*) com calhaus de várias litologias, fragmentos de carvão e de conchas e gastrópodes inteiros. Para o topo o sedimento está representado essencialmente por vasas onde também ocorrem calhaus de vários tamanhos e litologias. A presença destes elementos materializa-se na percentagem da fg, que apresenta valores de ca.50%, e na representação gráfica da variação textural (Figura 8). O valor médio de MO_T é de 5%, de $CaCO_3$ de 6% e o Índice *Rp* é de 0,7. A fg é constituída essencialmente por grãos de quartzo, moscovite e raros minerais pesados, fragmentos de concha (gastrópodes e bivalves) e fragmentos de cerâmica vermelha. Ocorrem frequentemente partículas finas agregadas de cor cinzenta cuja constituição ainda não foi determinada.

A Unidade 3 (710-300cm *ANMM*) é constituída essencialmente por uma vasa cinzenta (valor médio fg de 17%) com raros fragmentos de concha e sem a presença de elementos antrópicos. Apresenta valores médios de $CaCO_3$ de 7%, MO_T de ca. 11% (reflectindo o maior conteúdo de MO de toda a coluna sedimentar) com Índice *Rp* de 0,6. A fg é essencialmente constituída por partículas finas agregadas de cor cinzenta similares às da unidade anterior, com raros grãos de quartzo, mica e fragmentos de concha.

A Unidade 4 (300-150cm *ANMM*) é constituída por vasa cinzenta e apresenta textura (valor médio da fg de 17%) e teor em $CaCO_3$ (valor médio de 6%) semelhante à unidade anterior; contudo ocorre uma diminuição da MO_T (valor médio de 8%) e da MO_{Lab} e um aumento da MO_{Ref} (Figura 8) o que resulta no valor de Índice *Rp* (valor médio 0,8) mais elevado de toda a sondagem. Esta unidade foi dividida em duas sub-unidades: Sub-unidade 4A (300-224cm *ANMM*) e Sub-unidade 4B (224-150cm *ANMM*) – essencialmente pela presença de calhaus de várias litologias e fragmentos de corda na Sub-unidade do topo. A fg de ambas as Sub-unidades é constituída, à semelhança da unidade anterior, por partículas finas agregadas de cor cinzenta embora ocorram raros fragmentos de cerâmica na Sub-unidade 4B.

A Unidade 5 (150cm *ANMM* e 30cm acima do *NMM*) é constituída por vasa castanha e foi igualmente dividida em duas Sub-unidades definidas com base na presença de elementos antrópicos. A Sub-unidade 5A (150-0cm *ANMM*) apresenta valores médios de $CaCO_3$ de 5%, MO_T de 9% e Índice *Rp* de 0,7. A Sub-unidade 5B (0-30cm acima NMM) é também constituída por vasa castanha com valores médios de MO_T de 4%, Índice *Rp* de 0,6 e $CaCO_3$ de 7%, mas incorpora muitos calhaus e elementos antrópicos como fragmentos de cerâmicas e de corda, reflectindo já contaminação do aterro que se lhe sobrepõe.

A fg é constituída essencialmente por partículas finas agregadas de cor cinzenta, algumas micas e restos vegetais e raros grãos de quartzo, calcite e cerâmica vermelha.
A datação da base desta sondagem (1320cm *ANMM*; Tabela 1) aponta para o início da deposição ca.2500 cal BP (577 cal a.C.), i.e., contemporânea da ocupação da Idade do Ferro em Lisboa. A presença de elementos antrópicos na Unidade 2, Sub-unidade 4A e Sub-unidade 5B parece revelar uma maior utilização da margem durante alguns períodos, contudo a determinação da cronologia destas ocupações/utilizações da margem apenas pode ser efectuada recorrendo à datação ^{14}C de mais amostras. No entanto, a diferença entre os constituintes da fracção grosseira das Unidades 1 e 2 e das Unidades 3 a 5 parece reflectir uma diferença no ambiente de deposição, correspondendo as primeiras a um ambiente natural e com maior influência marinha e as segundas a um ambiente mais confinado após a construção (finais do século XIX) da Doca do Jardim do Tabaco.

6. DISCUSSÃO

De uma forma geral, e apesar deste trabalho se desenvolver com base em dados preliminares e com uma análise de baixa resolução em algumas das sondagens analisadas (RN e JT1), é possível definir unidades sedimentológicas que mostram uma evolução para uma margem cada vez mais antropizada em toda a área estudada. As unidades basais de todas as sondagens parecem mostrar uma deposição em ambiente natural, subtidal, de baixo hidrodinamismo, com maior influência marinha (e.g. EDP1 e JT1) e sem interferência antrópica. A deposição destas unidades, com excepção em EDP1 para a qual ainda não foi realizada uma datação radiométrica fiável devido a contaminação dos sedimentos, tem início no período correspondente à Idade do Ferro / Período Romano, altura em que Lisboa começa a ser ocupada de forma contínua e mais intensiva. Para o topo das sondagens estão cada vez mais presentes materiais antrópicos que revelam uma proximidade da população ao rio Tejo. Os dados apresentados são concordantes com o trabalho desenvolvido por Vis *& alii* (2016) cujos dados apontam para um aumento das taxas de sedimentação no Vale do Baixo Tejo desde há 2000 anos em resposta a alteração do uso da terra na bacia hidrográfica do Tejo. Particularmente no que diz respeito à margem proximal norte do rio, e além do aumento das taxas de sedimentação já referidas, a ocupação contínua da cidade desde a Idade de Ferro, a utilização e alteração das linhas de água (e.g. Ribeira de Arroios e Vale do Pereiro) e as alterações de toda a frente ribeirinha ao longo do tempo, parecem influenciar os ambientes de deposição (e.g. margens livres vs. áreas de doca protegidas) e o conteúdo sedimentar (inclusão de materiais de origem antrópica). Apesar da maior ocorrência de elementos antrópicos nas unidades superficiais das sondagens, o ambiente de deposição ao longo da margem corresponde a uma sedimentação subtidal de baixo hidrodinamismo, interrompida, em alguns casos, por eventos mais energéticos, como se verifica na EDP1. Estes eventos energéticos poderão também estar representados nas outras sondagens, contudo é necessário aumentar a resolução das análises realizadas, particularmente no que diz respeito às sondagens RN e JT1 e analisar os sedimentos para outros proxies (e.g. $\delta^{13}C$, $\delta^{15}N$, C/N, fósseis e microfósseis), que nos ajudam a caracterizar o ambiente e a identificar elementos alóctones (e.g. microfósseis marinhos em ambientes estuarinos) e realizar mais datações que nos permitam estabelecer intervalos cronológicos e taxas de sedimentação.

7. CONCLUSÕES

O estudo *multiproxy* dos sedimentos das sondagens EDP1, D. Luis I, Ribeira das Naus e Jardim do Tabaco permitiu-nos, de forma preliminar, concluir que: i) a sedimentação na zona subtidal na área mais proximal à margem norte do Tejo se inicia, em grande parte, a partir da altura da Idade do Ferro / Período Romano em Lisboa, i.e. desde há ca. 2600 anos; ii) a resposta a eventos de alta energia que ocorreram durante o século XVIII (e.g. tempestades e / ou tsunami 1755) ficam registados na coluna sedimentar através da presença de elementos alóctones ao sedimento local (e.g. microfósseis marinhos; e.g. EDP1; Costa *& alii*, 2016; Inácio *& alii*, 2016); iii) como esperado, para o topo da sondagem os sedimentos ficam enriquecidos em materiais com origem antrópica. Nas quatro sondagens em estudo foram definidas diferentes unidades que mostram uma evolução natural entre uma área subtidal com mais influência de água marinha e uma área intertidal com mais influência fluvial, sobre a qual assentam os aterros que se constroem a partir de finais do século XVIII, evi-

denciando uma utilização cada vez mais intensa da margem do rio até à derradeira conquista do terreno ribeirinho para área emersa da cidade de Lisboa.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado no âmbito das bolsas FCT com a referência SFRH/BI/51557/2011 e SFRH/BD/110270/2015 atribuídas a Ana Maria Costa e do projecto *Lisbon Stories*. Este projecto foi apoiado pelo projecto FCT UID/GEO/50019/2013 – Instituto Dom Luiz. Agradecemos a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa (CML), particularmente ao Departamento de Património Cultural e ao Departamento de Informação Geográfica e Cadastro, que disponibilizou os mapas históricos de Lisboa georreferenciados (http://lxi.cm-lisboa.pt/ – Lisboa Interactiva – Câmara Municipal de Lisboa). Agradecemos também aos alunos do Departamento de Geologia da Universidade de Lisboa pela ajuda nas análises laboratoriais realizadas: I. Andrade, L. Andrade, D. Brito, J. Bernardo, L. Centeno, L. Correia, J. Cruz, C. Esteves, A. Faustino, B. Fonseca, H. Gonçalves, M. Inácio, M.L. Fonseca, N. Hoska, B. Martins, R. Melo, C. Morgado, M. Pacheco, V. Pais, J. Pessoa, R. Pestana, M. Quininha, D. Rato, P. Santos, A. Silva, M. Silva, D. Simões, K. Volochay; a Judit del Rio, e aos arqueólogos responsáveis pelos trabalhos realizados em cada área de estudo, já mencionados no texto. A fauna encontrada na sondagem JT1 foi identificada por Simon Davis e os carvões da sondagem RN1 foram identificados por João Tereso. Este trabalho não poderia ser realizado sem as equipas que ajudaram na recolha das sondagens, nomeadamente, P. Costa, A. Cruces, R. Danielsen, J. Ferreira, P. Mendes, S. Moreira, A. Oliveira, C. Ribeiro e T. Silva.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Isabel Moitinho; ANDRADE, César; FREITAS, Maria Conceição; MORENO, João; CABRAL, Maria Cristina; CRAVEIRO, Sandra; MARQUES, Fernando (2009) – Holocene paleoenvironmental evolution of the Lisbon downtown area as recorded in the Esteiro da Baixa sediments – first results. *Journal of Coastal Research.* SI 56, pp. 574-578.

BARGÃO, Patrícia; MENDES, David (2016) – *Relatório preliminar de acompanhamento arqueológico da empreitada de construção do terminal de cruzeiros de Santa Apolónia, Proposta de medidas de minimização complementares da Estrutura da Doca do Jardim do Tabaco.* Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC/CNANS, Processo 2015/003, 27 p. (documento policopiado).

BLOT, Maria Luísa (2003) – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia 28, Instituto Português de Arqueologia.

BRONK RAMSEY, Christopher; SCOTT, E. Marian; VAN DER PLICHT, Hans (2013) – Calibration for Archaeological and Environmental Terrestrial Samples in Time Range 26--50 ka cal BP. *Radiocarbon*. 55: 4, pp. 2021-2027.

BUGALHÃO, Jacinta (2015a) – *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. In: Uma casa pré-Pombalina na baixa lisboeta*. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Lisboa: CHAM, Arqueoarte, 3, pp. 7-12.

BUGALHÃO, Jacinta (2015b) – Um novo centro urbano, junto ao Tejo: contributos da Arqueologia. In TEIXEIRA, André; VILLADA, Fernando; SILVA, Rodrigo Banha da (coord.) – *Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos ciudades / história de duas cidades*. Ceuta / Lisboa: Cidade Autónoma de Ceuta / Câmara Municipal de Lisboa.

COSTA, Ana Maria; FREITAS, Maria Conceição; INÁCIO, Miguel; FATELA, Francisco; LOPES, Vera; ANDRADE, César; CACHÃO, Mário; MENDES, Patrícia Marques; SARRAZOLA, Alexandre; MACEDO, Marta; BETTENCOURT, José; CARVALHO, Rui; FREITAS, Teresa (2016) – Single Events and century-scale evolution of the northern margin of the Tagus river multidisciplinary approach to a natural and anthropic sediment record. *Estudos do Quaternário* 14, pp. 92-104.

COSTA, Joaquim Botelho (1991) – *Caracterização e constituição do solo*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian (4ª Ed.), pp. 537.

CUNHA, Teresa; PAIS, João; MONIZ, Catarina; CLAVIJO, Emílio; DIAS, Rúben; MANUPPELLA, Giuseppe (2005) – Carta Geológica na escala 1/50000, Folha 34-D Lisboa.

DEBENAY, Jean-Pierre (2012) – *A Guide to 1,000 Foraminifera from Southwestern Pacific: New Caledonia*. Marseille. IRD Editions.

DI & UAICM, Marinha Portuguesa (2014) – Ribeira das Naus, Projecto de Requalificação. *Revista da Armada*. 484. pp. 13-15.

DURÃO, Victor (2012) – Análise urbana de territórios construídos. Os aterros na baixa e na frente ribeirinha de Lisboa, Portugal. *Revista da Gestão Costeira Integrada.* 12:1, pp. 17-30.

FERREIRA, Jorge; CACHÃO, Mário (2003) – *Nanofósseis calcários em fácies costeiras: revisão de técnicas de estudo*. Ciências da terra (UNL), Lisboa: esp. V, CD-ROM, A76-A78.

FRAGOSO, Marcelo; MARQUES, David; SANTOS, João A.; ALCOFORADO, Maria João; AMORIM, Inês; GARCIA, João Carlos; SILVA, Luís; NUNES, Maria de Fátima (2015) – Climatic extremes in Portugal in the 1780s based on do-

cumentar and instrumental records. *Climate Research*. 66, pp. 141-159.

FLORES, Jose-Abel & SIERRO, Francisco (1997) – Revised technique for calculation of calcareous nannofossil accumulation. *Marine Micropalaeontological*. 43:3, pp. 321-324.

INÁCIO, Miguel; COSTA, Ana Maria; FREITAS, Maria Conceição; FATELA, Francisco; LOPES, Vera; ANDRADE, César; CACHÃO, Mário (2016) – Evolução da margem estuarina do Tejo a escala multisecular. *VI Congresso Jovens Investigadores em Geociências*, LEG 2016: pp. 26-29.

KRISTENSEN, Erik (1990) – Characterization of biogenic organic matter by stepwise thermogravimetry (STG). *Biogeochemistry*. 9, pp. 135-159.

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1967) – *Especificação E 203, Solos – Determinação do pH*. Documentação normativa, 2 p.

LOEBLICH, Alfred R. Jr. & TAPPAN, Hellen (1988) – *Foraminiferal genera and their classification*. New York. Van Nostrand Reinhold Company, pp. 2045.

MATILDES, Rita; ALMEIDA, Isabel Moitinho; TABORDA, Rui; MARQUES, Fernando (2011) – The contribution of GeoSIS_Lx database and geoscientific information system to the reconstruction of Lisbon's coastline. *Journal of Coastal Research*. 64, pp. 1702-1706.

MURRAY, John William (1971) – *An Atlas of British Recent Foraminiferids*. London. Heinemann Educational Books, LDA.

MURRAY, John William (2006) – *Ecology and Applications of Benthic Foraminifera*. London. Cambridge University Press, pp. 7-26.

PAIS, João; MONIZ, Catarina; CABRAL, João; CARDOSO, João Luís; LEGOINHA, Paulo; MACHADO, Susana; MORAIS, M.A.; LOURENÇO, Carla; RIBEIRO, Maria Luísa; HENRIQUES, Paulo; FALÉ, Pedro (2006) – Notícia explicativa da folha 34-D Lisboa, da Carta Geológica de Portugal na escala 1/50000, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, pp. 74.

PARREIRA, Jorge; MACEDO, Marta (2013) – O fundeadouro romano da Praça D. Luís I. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (eds.), *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 747-754.

PFISTER, Christian; GARNIER, Emmanuel; ALCOFORADO, Maria João; WHEELER, Dennis; LUTERBACHER, Jürg; NUNES, Maria Fátima; TABORDA, João Paulo (2010) – The meteorological Framework and the cultural memory of three severe winter-storm in early eighteenth-century Europe. *Climatic Change* 101, pp. 281-310.

REIMER, Paula J.; BARD, Edouard; BAYLISS, Alex; BECK, J. Warren; BLACKWELL, Paul G.; BRONK RAMSEY, Christopher; BUCK, Caitlin E.; CHENG, H.; GROOTES, Pieter M.; GUILDERSON, Thomas P.; HAFLIDASON, Haflidi; HAJDAS, Irka; HATTÉ, Christine; HEATON, Timothy J.; HOFFMANN, Dirk L.; HOGG, Alan G.; HUGHEN, Konrad A.; KAISER, K. Felix; KROMER, Bernd; MANNING, Sturt W.; NIU, Um; REIMER, Ron W.; RICHARDS, David A.; SCOTT, E. Marian; SOUTHON, John R.; STAFF, Richard A.; TURNEY, Christian S.M.; VAN DER PLICHT, Johannes (2013) – IntCal13 and Marine13 Radiocarbon Age Calibration Curves 0-50,000 Years cal BP. *Radiocarbon* 55:4, pp. 1869-1887.

SARRAZOLA, Alexandre (2013) – A grande tempestade de 19 de novembro de 1724. Subsídio para uma abordagem narrativa. Apontamentos de arqueologia e Património 9, pp. 83-88.

SARRAZOLA, Alexandre (2014a) – A Grade de Maré da Praça D. Luís I: subsídios para o conhecimento histórico da Lisboa Ribeirinha em Época Moderna. *Rossio: Estudos de Lisboa* 3, pp. 46-51.

SARRAZOLA, Alexandre (2014b) – O fundeadouro romano da actual Praça D. Luís I (Séculos I a.C. / VI d.C.). *Rossio: Estudos de Lisboa* 3, pp. 34-46.

SHANNON, Claude E. (1948) – A mathematical theory of communication. *Bell System Technical Journal* 27, pp. 379--423.

SOUSA, Elisa Rosa Barbosa de (2014) – *A ocupação pré--romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C.* (Estudos e Memórias, 7). Lisboa: UNIARQ, 449 p.

VIS, Geert-Jan; KASSE, Cornelis; KROON, Dick; VANDENBERGHE, Jef; JUNG, Simon; LEBREIRO, Susana M.; RODRIGUES, Teresa (2016) – Time integrated 3D approach of Late Quaternary sediment-depocenter migration in the Tagus depositional system: From river valley to abyssal plain. *Earth-Science Reviews*. 153, pp. 192-211.

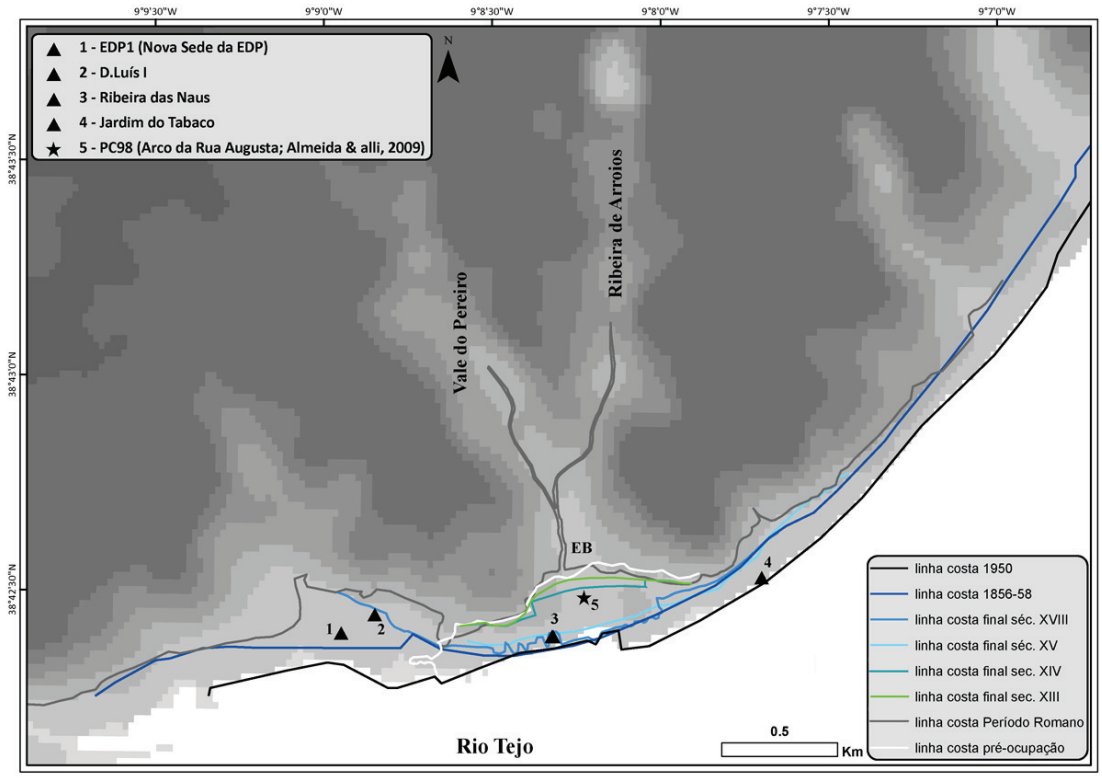


Figura 1 – Localização das sondagens geológicas apresentadas neste trabalho (triângulos a preto) e da sondagem PC98 (estrela a preto). Desenho da linha de costa da zona ribeirinha de Lisboa ao longo de tempo. Base hipsométrica de Lisboa e Portugal Continental. Estão representadas na figura as estruturas morfológicas mais relevantes assim como a designação da área geográfica. EB – Esteiro da Baixa.



Figura 2 – Vista geral da obra da Nova Sede da EDP, Cais do Sodré.



Figura 3 – Enquadramento arqueológico do local de recolha da sondagem D. Luís I. 3-A – Grade de maré atribuída à segunda metade do XVII / início século do XVIII (Sarrazola, 2014a). 3-B – Fundeadouro romano com utilização entre o século I a.C. e o século VI A.D. (Sarrazola, 2014b).

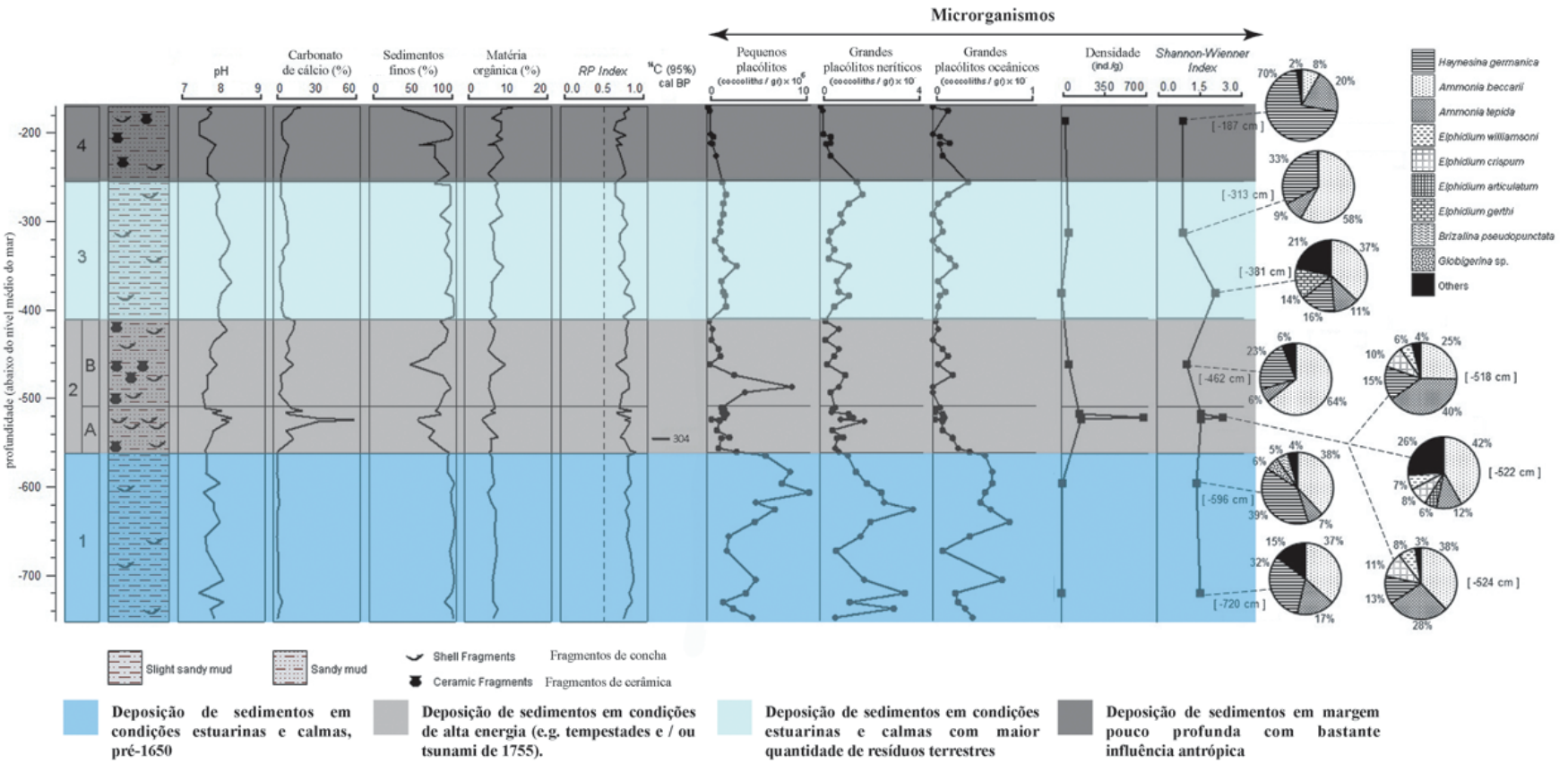


Figura 4 – Variação vertical dos parâmetros analisados na sondagem EDP1 projectados em profundidade (relativas ao nível médio do mar). As bandas coloridas representam diferentes ambientes deposicionais. Efectuada com base em Costa *& alii*, 2016.



Figura 5 – Fragmentos de cerâmica encontrados na sondagem EDP1 aos ca.562cm *ANMM*. Fotografias © José Vicente / Agência Calipo.

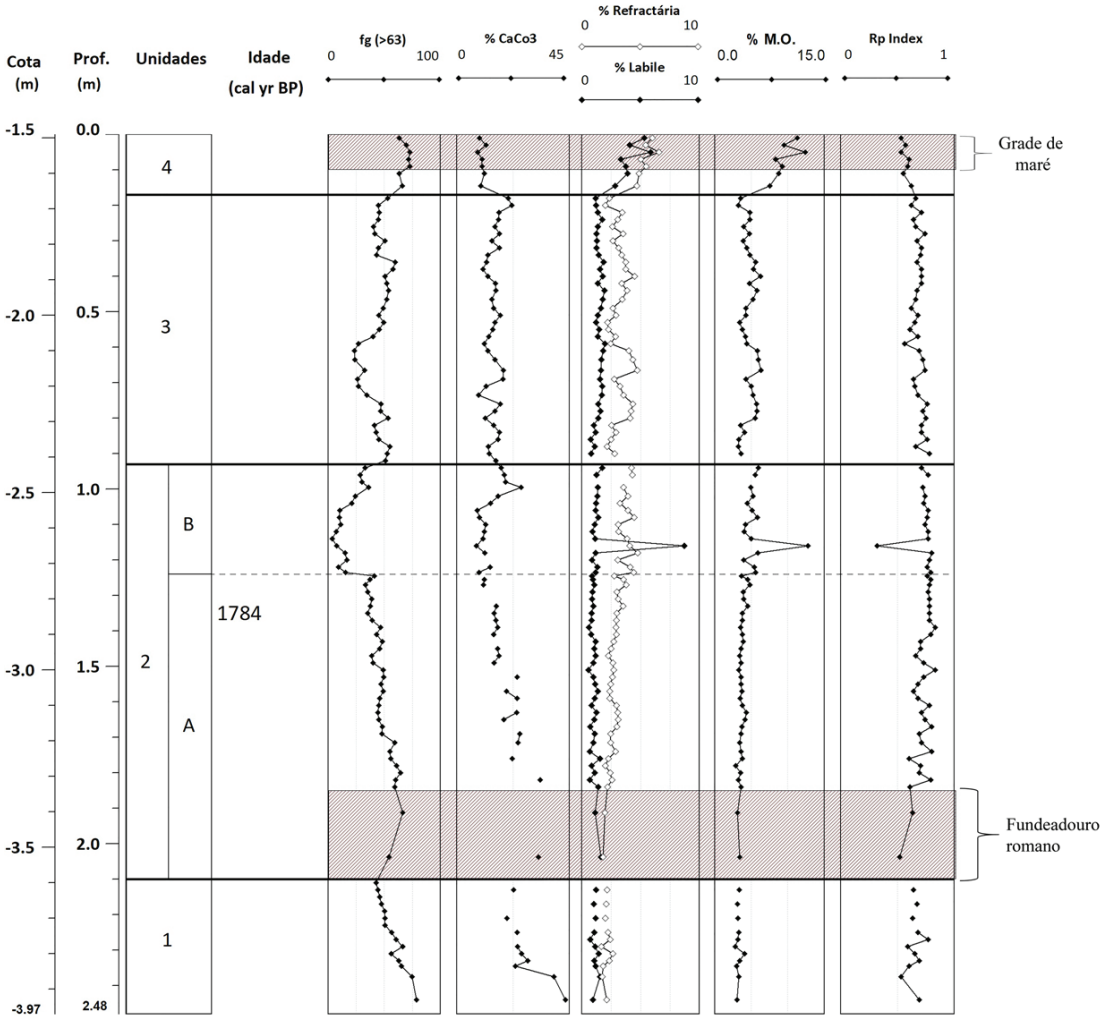


Figura 6 – Variação vertical dos parâmetros analisados na sondagem D. Luís I projectados em profundidade (Prof.) e em cota (Cota) relativa ao nível médio do mar.

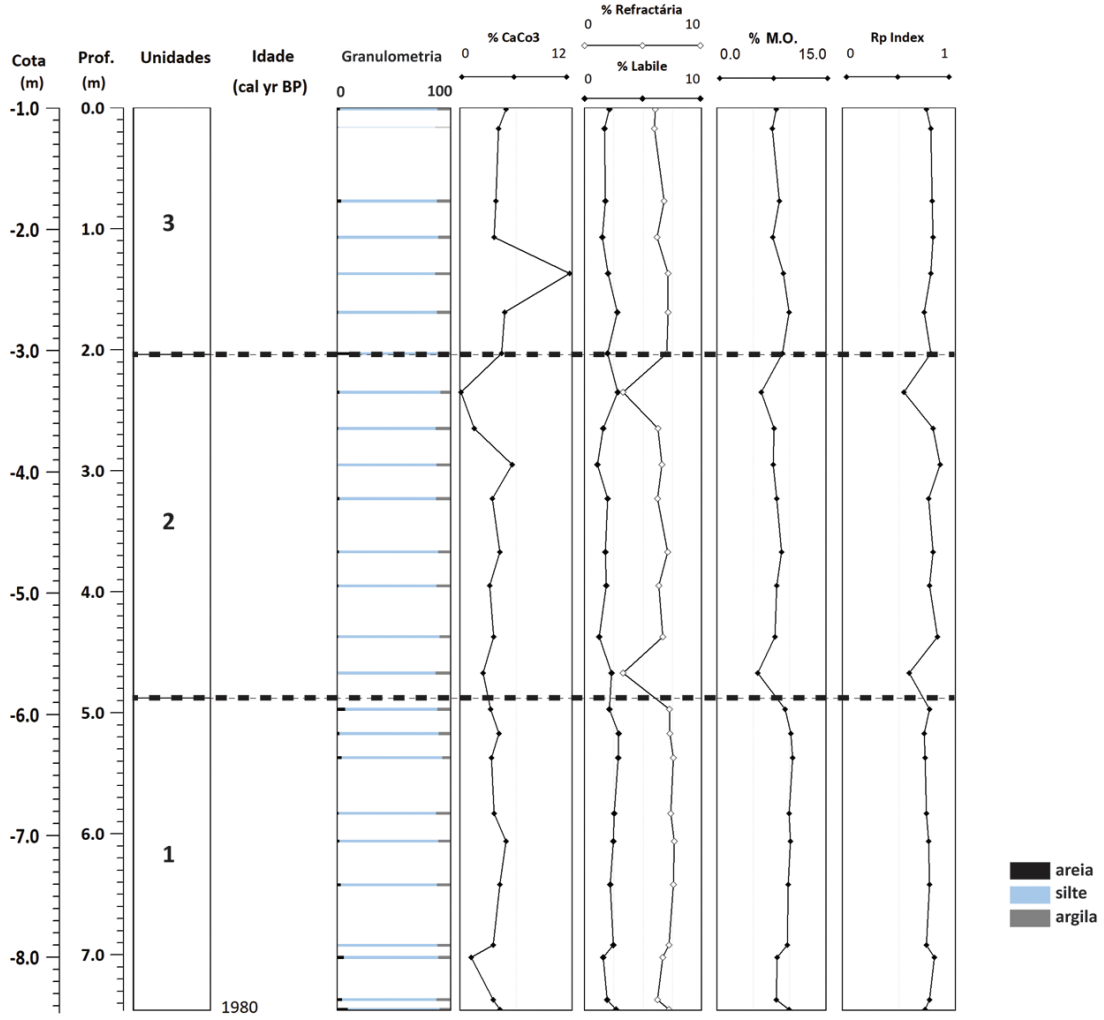


Figura 7 – Variação vertical dos parâmetros analisados na sondagem RN projectados em profundidade (Prof.) e em cota (Cota) relativa ao nível médio do mar.

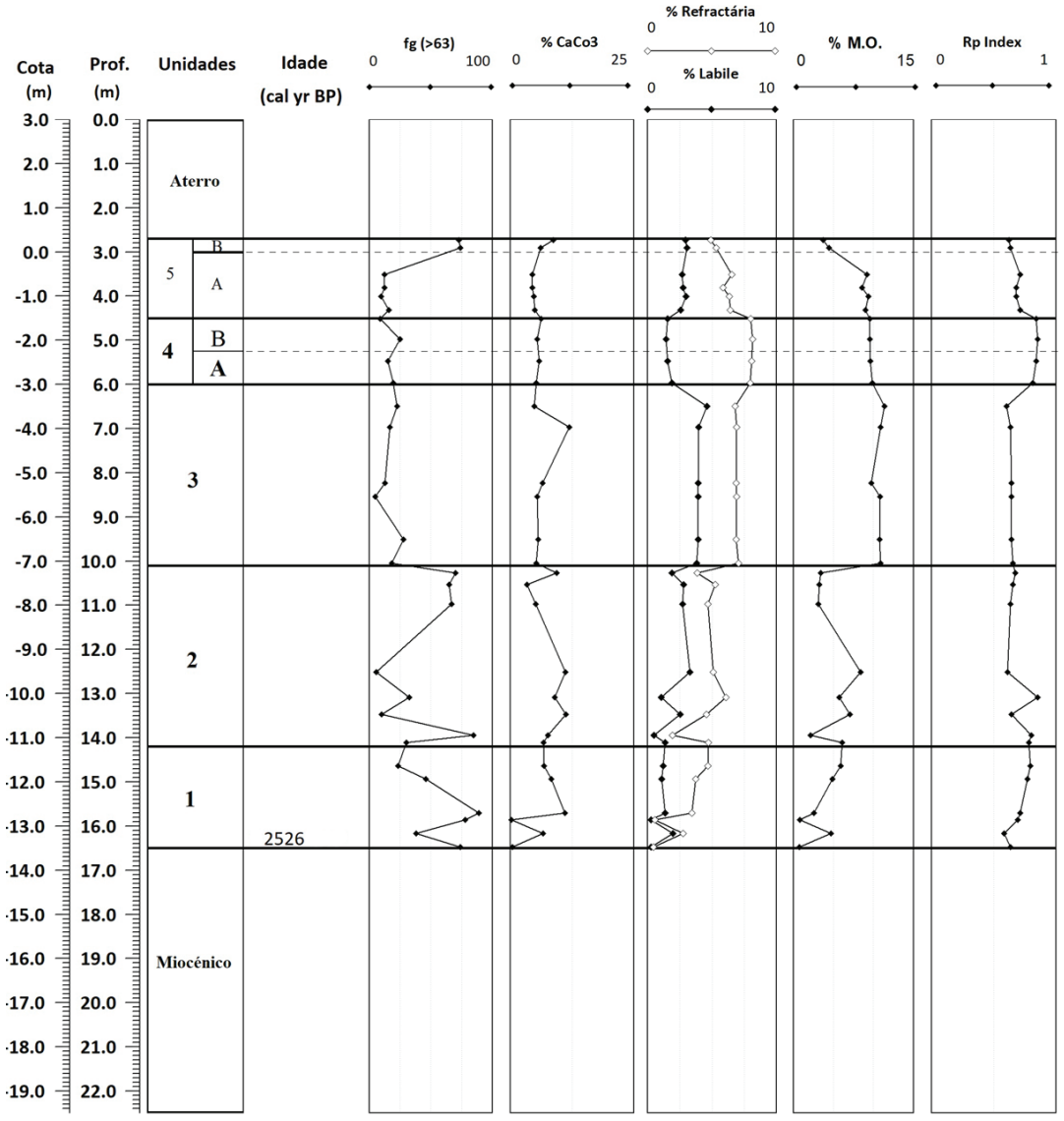


Figura 8 – Variação vertical dos parâmetros analisados na sondagem JT1 projectados em profundidade (Prof.) e em cota (Cota) relativa ao nível médio do mar.

ANÁLISE PRELIMINAR DOS PADRÕES DE LOCALIZAÇÃO DAS GRUTAS COM ARQUEOLOGIA DO CENTRO E SUL DE PORTUGAL

João Varela[1], Nuno Bicho[2], Célia Gonçalves[3], João Cascalheira[4]

RESUMO

Até ao momento não existe nenhum estudo intensivo de recolha de dados geográficos e arqueológicos que nos permita compreender os padrões geográficos e temporais da utilização das grutas durante a Pré-História em Portugal. O presente artigo pretende ser uma primeira abordagem a esta problemática, apresentando os resultados preliminares de um projeto que tem como objetivo o levantamento detalhado das características naturais de cada uma das cavidades arqueológicas atualmente conhecidas nas áreas do Maciço Estremenho, Serra de Montejunto e Barrocal Algarvio. A compilação dos dados numa base de dados SIG inédita, em paralelo com a incorporação de análises estatísticas e espaciais, permitirá estabelecer novos paradigmas para a ocupação e exploração do território por parte das comunidades humanas durante a Pré-História.

Palavras-chave: Pré-História, Grutas, Sistemas de Informação Geográfica, Análise espacial.

ABSTRACT

Currently, there is no intensive study of geographic and archaeological data that allows us to understand the geographical and temporal patterns of the use of portuguese caves during prehistoric times. The present article intends to be a first approach to this problem, presenting the preliminary results of a project that aims to survey the natural characteristics of each of the archeological cavities currently known in the areas of the Maciço Estremenho, Serra de Montejunto and Barrocal Algarvio. The compilation of these data in a innovative GIS database, in parallel with the incorporation of statistical and spatial analyzes, will allow to establish new paradigms for the occupation and exploration of the territory by the human communities during the Prehistory.

Keywords: Prehistory, Caves, Geographic Information System, Spatial Analysis.

1. INTRODUÇÃO

Em Portugal destacam-se três regiões cársicas onde se reconhecem importantes componentes arqueológicas em grutas ou abrigos: o Maciço Calcário Estremenho, a Serra de Montejunto e o Barrocal Algarvio. Sabe-se, porém, que a utilização das grutas localizadas nestas três áreas não foi contínua, alterando-se de período para período devido a um número elevado de fatores naturais e culturais que são da máxima importância para uma melhor compreensão das escolhas adaptativas das várias comunidades. Entre os primeiros podem-se contar, por exemplo, a altitude a que uma determinada cavidade está localizada, o declive de acesso à sua entrada, ou a própria alteração da sua visibilidade por modificações drásticas no coberto vegetal em redor.

Ao longo de toda a Pré-História poderão ter sido vários os motivos que levaram aos padrões de ocupação de espaços cársicos e à sua utilização diferen-

1. ICArEHB, Universidade do Algarve; jvarela_ceeaa@hotmail.com

2. ICArEHB, Universidade do Algarve; nbicho@ualg.pt

3. ICArEHB, Universidade do Algarve; cmgoncalves@ualg.pt

4. ICArEHB, Universidade do Algarve; jmcascalheira@ualg.pt

ciada no que diz respeito às atividades humanas. Desde simples abrigos para caça ou esconderijos/reservas de material, passando pela utilização enquanto espaços residenciais, locais de manifestação de arte e simbolismo, ou espaços funerários, as grutas tiveram, até mesmo em tempos históricos, um papel fundamental nas adaptações humanas.

Os trabalhos realizados em ambientes cársicos em âmbito arqueológico podem ser divididos, *grosso modo*, por duas áreas principais: Centro de Portugal (Maciço Calcário Estremenho e Serra de Montejunto) e sul de Portugal (Algarve).

1.1. Centro de Portugal

Os trabalhos arqueológicos realizados nas grutas do Centro de Portugal iniciaram-se no ano de 1865, quando Nery Delgado, explora as grutas da Cesareda (Casa da Moura, Lapa da Furada e Cova da Moura) (Brandão, 2009). Nos anos seguintes Delgado realiza escavações na gruta da Furninha (Peniche), onde descobre um importante conjunto faunístico e material lítico do Mustierense e Solutrense, e na gruta da Casa da Moura, onde recolhe também as típicas pontas de Parpalló.

António Mendes, em 1876, sob a égide de Carlos Ribeiro realiza escavações nas grutas artificiais da Quinta dos Anjos (Palmela). E, Carlos Ribeiro estuda as grutas do Poço Velho (Cascais). Mais tarde Veiga Ferreira, Zbyzewski, Leitão, North e Norton exploram diversas grutas das quais se destacam: Salemas, Nova da Columbeira (Bombarral), Correio-Mor (Loures) e Lugar do Canto (Alcanede).

Na década de 70 e 80 do século XX são de destacar as campanhas de exploração das grutas do Maciço Calcário Estremenho realizadas por João Zilhão, que culminam com a publicação de algumas obras relevantes, nomeadamente com ocupação do Paleolítico superior e Neolítico incluindo a Gruta da Feteira (Lourinhã), Gruta do Caldeirão e a Gruta do Almonda (Zilhão, 1984; 1992; 1997).

A sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia de Torres Novas (STEA) começa a desenvolver inúmeros trabalhos de arqueologia em grutas na década de 70, que são visitadas e exploradas no âmbito das suas atividades de espeleologia, em parte, consequência da integração nos seus quadros de alguns arqueólogos.

Outro investigador que se destaca neste âmbito é João Luís Cardoso nomeadamente com os estudos na Gruta do Lugar do Canto (Alcanede), a Gruta da Figueira Brava (Setúbal), Lapa do Bugio (Sesimbra), algar João Ramos (Alcobaça), Gruta do Correio-Mor (Loures), grutas de Carnaxide (Oeiras), gruta Ponta do Lage (Oeiras), grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior), Gruta da Columbeira (Bombarral), Gruta das Salemas (Loures), Gruta da Casa da Moura (Cesareda), Gruta da Furninha (Peniche), entre muitos outros artigos (*vide e.g.*, Cardoso, 2013; Cardoso *et al.*, 1996).

A investigadora Ana Cruz inicia em 1987 e continua até ao presente a escavação da Gruta do Morgado Superior (Tomar), atualmente no âmbito do projeto Meandro CVR "O Pacto estabelecido entre as Práticas Funerárias e a Paisagem: o Exemplo do Meandro Alto da Corvina – Moinho Velho – Fonte da Romã na Pré-História Recente (Tomar, Portugal)." Este projeto tem como objetivo principal proceder à compreensão ideológica, em diacronia, adentro das práticas mortuárias das comunidades "nabantinas" da Pré-História recente que utilizaram e/ou reutilizaram esses sítios (Gruta do Morgado Superior, Gruta das Andorinhas e Gruta da Pedreira do Sobral) (Cruz *et al.*, 2013).

No ano de 1994, Nuno Bicho inicia trabalhos de escavação arqueológica na Lapa do Picareiro que terminam no ano de 2001 e são posteriormente reiniciados por Jonathan Haws em 2005, e que decorrem até ao presente (inf. pes. Nuno Bicho).

Já no início do século XXI, Vitor S. Gonçalves dedica-se ao estudo e interpretação dos materiais provenientes das escavações do século XIX e XX das grutas Furnas do Poço Velho e Porto Covo ambas localizadas em Cascais (Gonçalves, 2008, 2009). Recentemente com a política das Câmaras Municipais de efetuarem os seus próprios estudos de proteção das áreas protegidas, através das Cartas Arqueológicas tem sido dado relevância aos trabalhos que foram feitos nas cavidades sob a sua área administrativa.

Os trabalhos de todos estes investigadores e outros mais anónimos permitiram que o estudo das grutas arqueológicas do Maciço Calcário Estremenho e do Centro de Portugal no geral resultasse em publicações onde se podem obter, na maior parte dos casos, uma boa caracterização dos contextos arqueológicos.

1.2. Sul de Portugal

O primeiro investigador a referir trabalhos de escavações em grutas do Algarve foi Charles Bonnet, em 1850, na obra "*Algarve Description Geographique et Geólogique*", onde relata as escavações que efetuou na Igrejinha dos Soidos e no Algar da Pena.

Contudo, o primeiro estudo programado sobre arqueologia nas grutas do Algarve, foi elaborado pelo pioneiro Estácio da Veiga, que publica os seus trabalhos nas Antiguidades Monumentais do Algarve (1886, vol.1). Nesse estudo, o autor, refere a problemática de o governo não autorizar estudos prolongados sobre a pré-história nas grutas da região.

Naquela obra, o autor refere ainda a existência de inúmeras grutas no Algarve. No concelho de Aljezur: caverna da Sinceira e Gralheiras; no concelho de Vila do Bispo: caverna da Barriga, gruta dos Ouriçais, furna ou caverna de Beliche Velho, furna de João Vaz; no concelho de Lagos: caverna da Sabrosa; no concelho de Portimão: caverna do Serro do Algarve; no concelho de Lagoa: caverna da Mexilhoeirinha, furna da Zorra ou do Medronhal, furna da Senhora da Rocha; no concelho de Albufeira: furna da Orada, grutas das Gralheiras, furnas da Praia, caverna do Sumidouro dos Lentiscais, no concelho de Silves: caverna de Algoz; no concelho de Loulé: Igrejinha dos Soidos (refere a escavação feita por Bonnet à procura de ossos), caverna Poço dos Mouros (refere uma escavação de Bonnet), caverna da Solestreira onde refere ter indicado a sua localização a um investigador inglês, que mais tarde a escavou e achou um esqueleto humano, contas de calaíte e outros objetos, caverna da Esparguinha da Lapa, caverna do Barrocalinho e caverna de Matos da Nora, no concelho de Olhão: a caverna dos Abismos e as cavernas da Ladroeira Grande e da Ladroeira Pequena. Estácio da Veiga refere ainda que nas áreas envolventes das grutas do Algarve, foram encontrados muitos exemplares de indústria de pedras polida, machados de pedra e numerosos artefactos pré-históricos, que preconizam a utilização das grutas durante a Pré-História.

Com o trabalho de Estácio da Veiga ficou assim comprovada a utilização das grutas do Algarve nos tempos pré-históricos, quer como refúgio, quer como local de armazenagem de produtos ou mesmo necrópole, com o achado do esqueleto humano e das contas de calaíte na gruta da Solestreira. Porém, ao contrário do que então se passava na Estremadura, este trabalho não resultou no achado e publicação de contextos arqueológicos bem caracterizados. Tratou-se essencialmente de um levantamento de ocorrências e de uma primeira caracterização do seu potencial.

Depois da publicação deste trabalho, António Santos Rocha, entusiasmado pelos trabalhos de Estácio da Veiga e pelos inúmeros artefactos que existiam no Algarve, resolve explorar a região seguindo as indicações do autor citado, tendo como objetivo recolher artefactos para enriquecer o museu por si fundado: o Museu da Figueira da Foz.

Explorou vários locais em 1894 e 1895, mas foi em 1900 que o seu primeiro ponto de interesse se estabeleceu: o estudo de uma gruta, a caverna do Serro do Algarve, localizada em Portimão mas, como escreveu no seu caderno de campo, existiram alguns percalços nesta atividade: "O proprietário, aliás bastante rico, era um velho sonhador de riquezas escondidas no seio da terra, e obrigou-nos, com a recusa do seu consentimento, a irmos divagar, durante alguns dias, pelos montes do concelho de Lagos, enquanto altas influências de Monchique, procuravam encaminha-lo para uma solução que nos fosse favorável". Tal obrigou a alteração da exploração prevista, pelo que a atividade já não foi desenvolvida (Arruda e Pereira, 2012).

Nos anos 60 do século XX, Manuel Bentes, um médico residente em Portimão e arqueólogo amador, explora a gruta de Ibne Ammar (Lagoa), onde realiza escavações e encontra vários objetos de adorno, artefactos líticos, restos cerâmicos e fauna, entre outros objetos que publica posteriormente no ano de 1980.

No ano de 1964, é aprovado o projeto de Prospecção da Gruta de Ibne Ammar, realizado pelo investigador Carl Harpsöe, assistido por Fernando Real. Os seus objetivos foram elaborar um estudo geo-espeleológico e paleoetnológico da cavidade para averiguar as suas potencialidades turísticas, salvaguardar o seu interior arqueológico, e elaborar os trabalhos de topografia e fotografia. Segundo a base de dados do Endovélico, foi recolhida cerâmica em locais que tinham sido explorados clandestinamente, crivagem da terra de locais explorados e ainda explorada a segunda entrada da gruta de Ibne Ammar.

Em 1965, Carl Harpsöe, dá continuidade aos trabalhos iniciados em 1964, explorando novas galerias da gruta de Ibne Ammar, efetuando a recolha de espólio cerâmico, pequenos ossos, contas fabricadas a partir de valvas de moluscos, obtendo a confirmação de novas escavações clandestinas até 60 cm de profundidade, que impediram a contextualização dos artefactos achados.

Nos anos 70 do século XX, o Centro de Estudos Espeleológicos e Arqueológicos do Algarve (CEEAA) recolhe diversos artefactos arqueológicos das grutas Ladroeiras e Salustreiras (entre os quais diversas

cerâmicas e um fragmento de placa de xisto) com o objetivo de evitar a sua destruição por vândalos (arquivo do CEEAA).

No ano de 1988, integrado no projeto de estudo do Paleolítico Superior de Portugal, José Arnaud e Lawrence Straus estudam e realizam sondagens arqueológicas nas grutas do Algar da Rocha da Pena, Algarão da Goldra e Igrejinha dos Soidos, esta última também com a participação de Teresa Gamito (Straus *et al*., 1992).

Na Rocha da Pena (Salir), são feitas sondagens com o intuito de avaliar o potencial arqueológico da jazida. Contudo, a escassez e indefinição tipológica do material encontrado em duas sondagens independentes foi insuficiente para estabelecer uma datação da ocupação humana desta cavidade, que deverá ter sido ocupada de uma forma muito esporádica numa época indeterminada da Pré-História.

Na gruta da Igrejinha dos Soidos (Alte), esses autores avaliaram o potencial arqueológico da gruta, devido a achados superficiais, como numerosos fragmentos de cerâmica de aparência pré-histórica, durante uma visita preliminar de inspeção realizada em 1987. Foram abertas duas sondagens, uma num recanto, junto à entrada da gruta e ao topo do cone detrítico, e outra junto à parede Este, na zona mais baixa da gruta. O espólio recolhido é de cronologia neolítica e calcolítica, de acordo com a publicação disponível (Straus *et al*., 1992). Porém, a reanálise destes materiais, indicam como mais prováveis cronologias proto-históricas, da Idade do Bronze final /Ferro (D. Cruz e A. F. Carvalho, inf. pes.).

No Algarão da Goldra (Faro) foi avaliado o potencial arqueológico da gruta, devido ao achado superficial de um fragmento de mandíbula fossilizada de equídeo, em 1987. Na abertura de sondagens a norte do cone central de dejeção, foram encontradas ossadas humanas e restos faunísticos (malacofauna e mamíferos terrestres), cerâmica lisa e decorada por impressão e incisão, instrumentos de osso, e artefactos líticos. A gruta terá sido ocupada durante o Neolítico médio, conclusão que se retira da tipologia do espólio e de diversas datações de radiocarbono já realizadas, algumas muito recentemente (Straus *et al*., 1992; Carvalho e Straus, 2012).

No ano de 1988, Isilda Martins apresenta, no livro "*Arqueologia do Concelho de Loulé*", um estudo onde enumera cerca de 30 grutas no concelho de Loulé e refere que algumas têm interesse arqueológico.

No ano de 1993, Mário Varela Gomes, faz uma escavação de emergência na gruta da Quinta do Ribeiro, que se encontrava a saque por curiosos, onde foram encontrados restos osteológicos humanos, atribuíveis a uma necrópole do Neolítico Final, mas sem espólio associado.

No ano de 1995, no projeto Levantamento Arqueológico do Algarve, Concelho de Lagoa, Mário Varela Gomes, Francisco Alves e João Luís Cardoso, reestudando a escavação anteriormente realizada na gruta de Ibne Ammar, encontram inúmero espólio do Neolítico antigo e Idade do Bronze final e de época medieval.

No ano de 1998, Nuno Bicho, no projeto PNTA/98 intitulado "Ocupação Humana Paleolítica do Algarve" (Segundo base de dados do Endovélico), explora as Rochas das Gralheiras com o objetivo de localização de sítios já conhecidos e prospeção de novas áreas. Em vários abrigos no maciço calcário da Rocha da Gralheira (S. Brás de Alportel), foram encontrados artefactos de cronologia do Paleolítico Superior à superfície, mas várias sondagens na zona não revelaram a presença de horizontes arqueológicos.

No ano de 1999, Mário Varela Gomes, no projeto sobre a Quinta do Ribeiro, em Loulé, tem como objetivo verificar a importância arqueológica do sítio, a sua função e cronologia. Foi identificado um pequeno nicho onde foram exumados restos humanos. Apesar da escassez do espólio, concluiu-se que se tratavam de restos de inumações ritualizadas, possivelmente em posição fletida de uma criança de sexo e idade indeterminada.

No ano de 2000, Nuno Bicho, no projeto acima referido, faz várias sondagens na gruta de Ibne Ammar, para conhecer a estratigrafia e o potencial arqueológico da gruta, recolha de amostras para datação e para caracterização cultural das ocupações paleolíticas. Foi possível comprovar a existência de material de cronologia Mousteriense bem como a ocupação do Neolítico Antigo e da Idade do Bronze.

No ano de 2007, os investigadores Mário Varela Gomes e David Calado Mendes; publicam um artigo sobre as cerâmicas da Idade do Bronze da gruta da Ladroeira Grande, que estavam na posse do Dr. José Mascarenhas e que foram dadas ao segundo autor para estudo.

No ano de 2014, João Varela durante a elaboração do seu trabalho de campo, com vista à sua tese de licenciatura, encontra à superfície na gruta da Salustreira Grande (Loulé), diversos artefactos que demonstram a existência de dois momentos cronológicos:

um do Neolítico/Calcolítico caracterizado por cerâmicas possivelmente com pastas com a superfície alisada e de fabrico manual, outros de cronologia do Bronze final/Ferro caracterizado por cerâmicas com as paredes brunidas, pasta redutora e trabalho em torno lento. Foi encontrado um fragmento de cerâmica possivelmente pintado com ocre, (o que remete de facto, a confirmar-se, para aquele primeiro momento de ocupação), fragmentos de seixos de quartzito e duas lascas de rocha metamórfica. Neste trabalho os materiais foram encontrados à superfície, não sendo recolhidos, mas sim fotografados, visto que não se tratava de uma intervenção legalmente enquadrada pela tutela.

No ano de 2016 no decorrer de obras da ETAR de Portimão são encontradas diversas grutas, e numa delas, conhecida por Gruta da Companheira, após sondagens coordenadas por Nuno Bicho descobre vestígios de ocupação humana do Paleolítico Médio, de há mais de 40 mil anos, atribuíveis ao Homem de Neandertal.

No ano de 2016, João Varela na sua tese de mestrado intitulada "Projecto de Investigação e Valorização da Gruta da Salustreira Grande (Loulé)" defende a criação de sinergia entre vários organismos que permitam a gestão e valorização das grutas arqueológicas do algarve que se encontram ao abandono e são alvo de ações de saques e de vandalismos.

Finalmente, é de referir a existência do projeto iniciado recentemente para a região algarvia, intitulado "O Património espeleo-arqueológico do Algarve: inventariação, caracterização e salvaguarda de cavidades cársicas com potencial arqueológico", liderado por Frederico Tátá Regala, que conta com o apoio científico do ICArEHB, cujo principal objetivo é o de providenciar um contributo relevante para a inventariação e caracterização das cavidades naturais existentes no território do Algarve, tendo em vista um melhor mapeamento e salvaguarda dos recursos patrimoniais.

A inexistência, por parte das entidades competentes, de um plano nacional de proteção e valorização das cavidades cársicas com vestígios arqueológicos, tem contribuído para a sua destruição e/ou vandalização. Verifica-se, por outro lado, a existência de muitas grutas com interesse arqueológico e outras com espólio arqueológico, que ainda não integram a base de dados do Endovélico, sendo de referir as inúmeras grutas identificadas no último ano na região do Algarve.

2. METODOLOGIA

A recolha de dados geográficos e arqueológicos para a construção de uma base de dados que incorpore as características naturais de cada cavidade arqueológica de cronologia Pré-Histórica passou, nesta primeira fase do projeto, pela consulta dos dados existentes na base de dados do Endovélico da Direção Geral do Património Cultural. Para a área de estudo, abaixo do rio Mondego, onde se concentram as áreas cársicas mais relevantes, estão registadas 242 grutas de cronologia variada (Gráfico 1). Após a seleção das que se enquadram na baliza cronológica aqui em análise (Pré-História Antiga e Pré-História Recente) e que possuem coordenadas geográficas atribuídas, o número de grutas incluídas na análise espacial é de 136 (Figura 1).

A criação da base de dados e as análises espaciais foram realizadas no software ArcGIS, versão 10.5, da ESRI, e a cartografia necessária obtida através do SRTM com resolução de 30m. A incorporação dos dados num Sistema de Informação Geográfica (SIG) permite uma abordagem analítica espacial dos dados com posicionamento geográfico definido.

Os métodos de análise espacial realizados incluíram: 1) análise 3D com base no modelo de elevação digital para extrair características topográficas da localização dos sítios; 2) e análise de distâncias para estabelecer possíveis relações entre os sítios arqueológicos e as linhas de água. A partir do SRTM foram criadas novas superfícies que representam a altitude, o declive e a orientação do declive. Para além destes dois parâmetros topográficos foram analisados os seguintes elementos: ordem do curso de água mais próximo, distância ao curso de água mais próximo e distância à linha de costa atual. A seleção destas variáveis está relacionada com o pressuposto de que algumas das características da paisagem são relativamente estáveis ao longo do tempo, garantindo uma correspondência relativamente sólida entre os dados atuais e o meio físico do passado. Algumas variáveis potencialmente importantes, como a distância aos cursos de água e linha da costa, são difíceis de calcular sem recorrer a medidas *proxy*, consequência das flutuações climáticas.

Como referido, o relevo foi quantificado através de três variáveis (*i.e.*, altitude, declive e orientação do declive). A altitude é definida como a distância vertical, em metros, entre o nível médio do mar e um determinado ponto (Gonçalves, 2013). O mapa da

altitude da área de estudo corresponde ao Modelo Digital de Elevação (MDE) reclassificado de 10 em 10 metros. O declive é a variação máxima da altitude entre dois pontos quaisquer do terreno em relação à distância entre eles. Apesar de não ser possível extrair diretamente o ângulo de inclinação do terreno, ou seja, o declive, a informação pode ser obtida uma vez que, para cada célula, está disponível o valor da elevação (Gonçalves, 2013). O mapa declive foi elaborado com recurso ao comando *slope* (em S*patial Analyt Tools* > *Surface*). De referir que quanto menor é o valor de inclinação, mais plano é o terreno de estudo e quanto maior é o valor de inclinação, maior é o declive do terreno.

A orientação do declive, também designado por orientação das vertentes, é a medida do ângulo horizontal da direção esperada do escoamento superficial, geralmente expressa em azimutes em relação ao norte geográfico (Gonçalves, 2013). É expressa em graus positivos de 0 a 360 no sentido dos ponteiros dos relógios a partir do 0 (norte). As áreas em que a inclinação é 0 (plana) a sua orientação é nula, sendo-lhe atribuído o valor -1 (Gonçalves, 2013). O mapa orientação do declive foi elaborado com recurso ao comando *Aspect* (em *Spatial Analyst Tools* > *Surface*).

As distâncias aos cursos de água foram realizadas tendo por base as linhas de água das Cartas Militares de Portugal à escala 1:25 000, no entanto é de referir que futuramente proceder-se-á à reconstrução das linhas de água através da modelação dinâmica do leito de cheia tendo em consideração as oscilações climáticas e, consequentemente, o avanço e recuo da linha de costa. A fim de reconhecer a diferença de potencial dos regimes de fluxo das linhas de água teve-se em consideração para o presente estudo a sua hierarquia (*vide* Horton, 1945; Strahler, 1952).

3. RESULTADOS

A análise exploratória dos atributos de cada gruta permitiu identificar quais as características topográficas e paisagísticas mais relevantes para a ocupação e/ou exploração do território por parte das comunidades humanas pré-históricas a sul do rio Mondego.

A análise dos dados relativos à altitude demonstra não existirem diferenças significativas entre os dois intervalos cronológicos, ainda que os sítios de cronologia da Pré-História Antiga (PHA) apresentam valores de distribuição de altitude que se localizam entre 0 e 600 metros, encontrando-se 62,5% dos sítios no intervalo de 0-200 metros. Este padrão também é observado nas grutas datadas da Pré-História Recente (PHR) e nas que apresentam uma cronologia que engloba os dois períodos cronológicos, (*i.e.,* PHA&PHR), respetivamente 67,5% e 68% (Gráfico 2A).

Os dados relativos ao declive embora apresentem algumas diferenças, mais uma vez não são significativas: 37% das grutas localizam-se em encostas que apresentam uma inclinação de 15-30º (PHA) e 43,75% de 5-15º (PHR). As grutas de cronologia PHA&PHR, concretamente 36%, seguem a tendência observada nas de PHR (Gráfico 2B).

A orientação do declive apresenta algumas diferenças entre cronologias. A análise das tabelas de frequências permitiu constatar que a categoria de orientação com maior percentagem de ocorrências é sudeste, independentemente da cronologia. No entanto, as grutas PHR apresentam também um valor elevado na orientação a norte (29,17%), e as de cronologia múltipla a norte e sudeste (16% cada) (Gráfico 2C).

As próximas categorias exploradas estão relacionadas exclusivamente com o possível nível de importância dos recursos hídricos existentes na região em estudo na localização dos sítios arqueológicos em ambiente cársico. A análise da ordem do curso de água mais próximo mostra que a maioria das grutas se localizam em cursos de água de ordem 1 (Gráfico 3A), ou seja, próximas de canais que não possuem tributários (afluentes). No entanto, é de referir que as grutas atribuídas exclusivamente à Pré-História Antiga ao contrário das de Pré-História Recente não se localizam próximo de cursos de água de ordem 4 (*i.e.*, curso de água que surge da confluência de dois de terceira ordem e que poderá receber tributários de ordens inferiores).

A distância euclidiana a que estes cursos de água se encontravam das grutas é importante para compreender as áreas de exploração do território. Os dados relativos à distância ao curso de água mais próximo demonstram que mais de 70% encontram-se no intervalo de 0-1000 metros, independentemente da cronologia (Gráfico 3B). E que, ao contrario dos outros dois intervalos cronológicos em análise, a totalidade dos de PHA localizam-se no máximo a 4000 metros de distância de um curso de água.

As distâncias euclidianas registadas para a linha de costa atual variam entre os 0km e os 60km, verifi-

cando-se que 66,7% se localizam a menos de 30 km. No que se refere à PHR 36,25% das grutas localizam-se a menos de 10km, observando-se a mesma tendência para as grutas PHA&PHR (32%) (Gráfico 3C).

4. CONCLUSÃO

O recurso a Sistemas de Informação Geográfica para implementação da base de dados das cavidades cársicas com vestígios arqueológicos abaixo do rio Mondego permitiu, num primeiro momento, visualizar as áreas de maior concentração deste tipo de sítios e a sua distribuição.

A análise espacial preliminar demonstrou não existirem diferenças significativas entre os períodos em análise. A inexistência de um padrão poderá estar relacionada com a aglutinação dos vários períodos cronológicos em dois grandes intervalos (PHA&PHR) originando a eliminação de particularidades registadas em cada momento tecno-cultural. Tal facto encontra-se relacionado com a fase embrionária deste estudo, que teve como base de partida a recolha e análise dos dados existentes na base de dados do Endovélico, que apresenta a cronologia de cada sítio de uma forma muito díspar (*e.g.*, tecno-complexo, período cronológico, etc.). Por outro lado, a necessidade de um levantamento rigoroso da localização geográfica de cada gruta, assim como das particularidades da sua envolvência, são essenciais para a elaboração de uma base de dados precisa e detalhada, de forma a compreender a sua relação com a paisagem e inferir a possível existência de fatores que determinaram a sua escolha por parte das comunidades humanas pré-históricas.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Costa (1985) – *Hidrogeologia do Algarve Central* – Dissertação apresentada à Universidade de Lisboa para a obtenção do Grau de Doutor em Geologia na especialidade de Hidrogeologia. Lisboa.

ARRUDA, Ana; PEREIRA, Carlos (2012) – *De Santa Olaia a Bensafrim: Itinerários e Percursos de Santos Rocha no Algarve*, in: VILAÇA, Raquel; PINTO, Sónia., coord., Santos Rocha, a Arqueologia e a Sociedade do seu Tempo. Lousã, Casino Figueira, pp. 133-151.

BENTES, Manuel (1966) – Cerâmicas das Furnas da Mexilhoeira da Carregação (Idade do Bronze). *V Colóquio Portuense de Arqueologia*, p. 233-256. Porto: Centro de Estudos Humanísticos (Lucerna, série 2, I).

BICHO, Nuno (2004) – As comunidades de Caçadores Recolectores do Algarve Ocidental: Perspectiva Ecológica. *Actas do Congresso de Evolução Geo histórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos*. Lisboa, Universidade Aberta, pp. 362-363.

BONNET, Charles (1990) – *Memória sobre o Reino do Algarve: Descrição Geográfica e Geológica*. (1850). Faro, Secretaria de Estado da Cultura.

BRANDÃO, José (2009) – Uma Intervenção na "Sala de Arqueologia Pré-Histórica" do Museu Geológico (Lisboa). *Revista da Faculdade de letras Ciências e Técnicas do Património I Série, Volume VII-VIII*, pp. 93-106.

CARDOSO, J. L. (2013) – A necrópole campaniforme da Gruta da Ponta da Lage (Oeiras). Estudo dos espólios cerâmicos e metálicos e respectiva cronologia absoluta. *Estudos Arqueológicos de Oeiras 20*, Câmara Municipal de Oeiras, pp. 589-604.

CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O. da Veiga; CARREIRA, J. Roque (1996) – O espólio Arqueológico das Grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior). *Estudos Arqueológicos de Oeiras 6,* Câmara Municipal de Oeiras, pp. 195-256.

CARVALHO, António Faustino (2008) – A Neolitização do Portugal Meridional. Os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve Ocidental. *Promontoria Monográfica nº 12*. Faro, Universidade do Algarve, pp. 210-213.

CARVALHO, António Faustino; STRAUS, Lawrence Guy (2012) – New radiocarbono dates for Algarão da Goldra (Faro, Portugal): A contribution to the Neolithic of the Algarve. *VI Encontro de Arqueologia Del Sudoeste Peninsular*. Villafrancade Los Barros, [s.n.].

CRISPIM, José (1987) – Os Lapiás do Carso do Algarve. *Publicação Especial nº 8*. Lisboa, Sociedade Portuguesa de Espeleologia, pp. 1-7.

CRISPIM, José; PÓVOAS, Liliana; STRAUS, Lawrence Guy (1993) – Further Studies of Algarão da Goldra and Igrejinha dos Soidos: archaeological cave sites in the Algarve (Portugal). *Revista Algar,* nº 4. Lisboa, Sociedade Portuguesa de Espeleologia, pp. 31-44.

CRUZ, Ana *et al.* (2013) – Gruta do Morgado Superior. Um estudo de caso funerário no Alto Ribatejo (Tomar, Portugal). *Vínculos de História nº 2*, pp. 143-168.

GOMES, Mário V.; Gomes Rosa V. (1988) – *Levantamento Arqueológico: Bibliográfico do Algarve*. Faro: Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura.

GOMES, Mário Varela; CALADO, David (2007) – Conjunto de cerâmicas da gruta da Ladroeira Grande (Moncarapacho, Olhão, Algarve) e os santuários subterrâneos, da Idade do Bronze Final, no Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia, Vol. 10*, número 1. Lisboa, Associação Portuguesa de Arqueologia, pp. 141-158.

GOMES, Mário Varela; CARDOSO, Luis João; FRANCISCO, Alves (1995) – *Levantamento Arqueológico do Concelho de Lagoa*. Lagoa, Câmara Municipal de Lagoa.

GOMES, Mário Varela; PAULO, Luís Campos (1999) – "A gruta da Quinta do Ribeiro (Goncinha, Loulé)". *Al'Ulyã: Revista do Arquivo Municipal de Loulé* nº 7, pp. 9-18.

GONÇALVES, Célia (2013) – *Modelos Preditivos de ocupação do território no Mesolítico entre os vales do Tejo e do Sado*. Tese de Doutoramento em Arqueologia da Universidade do Algarve.

GONÇALVES, Victor S. (2008) – *A Utilização Pré-Histórica da Gruta de Porto Covo (Cascais)*. Câmara Municipal de Cascais.

GONÇALVES, Victor S. (2009) – *As Ocupações Pré-Históricas das Furnas do Poço Velho (Cascais)*. Câmara Municipal de Cascais.

HORTON, Robert (1945) – Erosional development of streams and their drainage basins: hydrophysical approach to quantitative morphology. *Bulletin of the Geological Society of America Bull*, 56, pp. 275-370.

MARQUES, Teresa (1992) – *Carta Arqueológica de Portugal*. Portimão, Lagos, Silves, Albufeira, Loulé, S. Brás de Alportel. Lisboa: IPPC.

MARQUES, Teresa (1995) – *Carta Arqueológica de Portugal*. Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Alcoutim. Lisboa: IPPAR.

MARTINS. Isilda (1988) – *Arqueologia do Concelho de Loulé*. Câmara Municipal de Loulé.

MASCARENHAS, José (1985) – *Grutas do Cerro da Cabeça. A Gruta da Senhora" para possível aproveitamento turístico*. Olhão, Empresa litográfica do Sul, S.A.R.L. Vila Real de Santo António.

SILVA, Sofia (2007) – Entrevista a João Varela "Grutas Algarvias estão quase a saque". In *Jornal do Algarve*, 15 de Março de 2007.

STRAHLER, Arthur (1952) – Hypsometric (area-altitude) analysis of erosional topology. *Geological Society of America Bulletin*, 63 (11), pp. 1117-1142.

STRAUS, Lawrence *et al.* (1992) – Early Farming in the Algarve (Southern Portugal): A Preliminary view from two Cave Excavations near Faro. *Revista de trabalhos de Antropologia e Etnologia*, *Vol. XXXII*. Coimbra, Associação de Antropologia e Etnologia.

VARELA, João (2008) – Exploração da Gruta de Ibn Ammar. *Boletim Medusa, nº 10*, Faro, Centro de Estudos Espeleológicos e Arqueológicos do Algarve.

VARELA, João (2014) – *Estudo Espeleo-Arqueológico das Grutas do Algarve*. Tese Final de Licenciatura de Arqueologia. Universidade do Algarve.

VARELA, João (2016) – *Projecto de Investigação e Valorização da Gruta da Salustreira Grande (Loulé)*. Tese Final de Mestrado de Arqueologia. Universidade do Algarve.

VEIGA, S.P.M. Estácio da (1886) – *As Antiguidades Monumentais do Algarve. Vol. 1*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ZILHÃO, João (1984) – Gruta da Feteira (Lourinhã). Escavação de salvamento de uma necrópole Neolítica. *Trabalhos de Arqueologia nº1*. Instituto Português do Património Cultural.

ZILHÃO, João (1992) – Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo. *Trabalhos de Arqueologia nº6*. Instituto Português do Património Arqueológico.

ZILHÃO, João (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*. Edições Colibri.

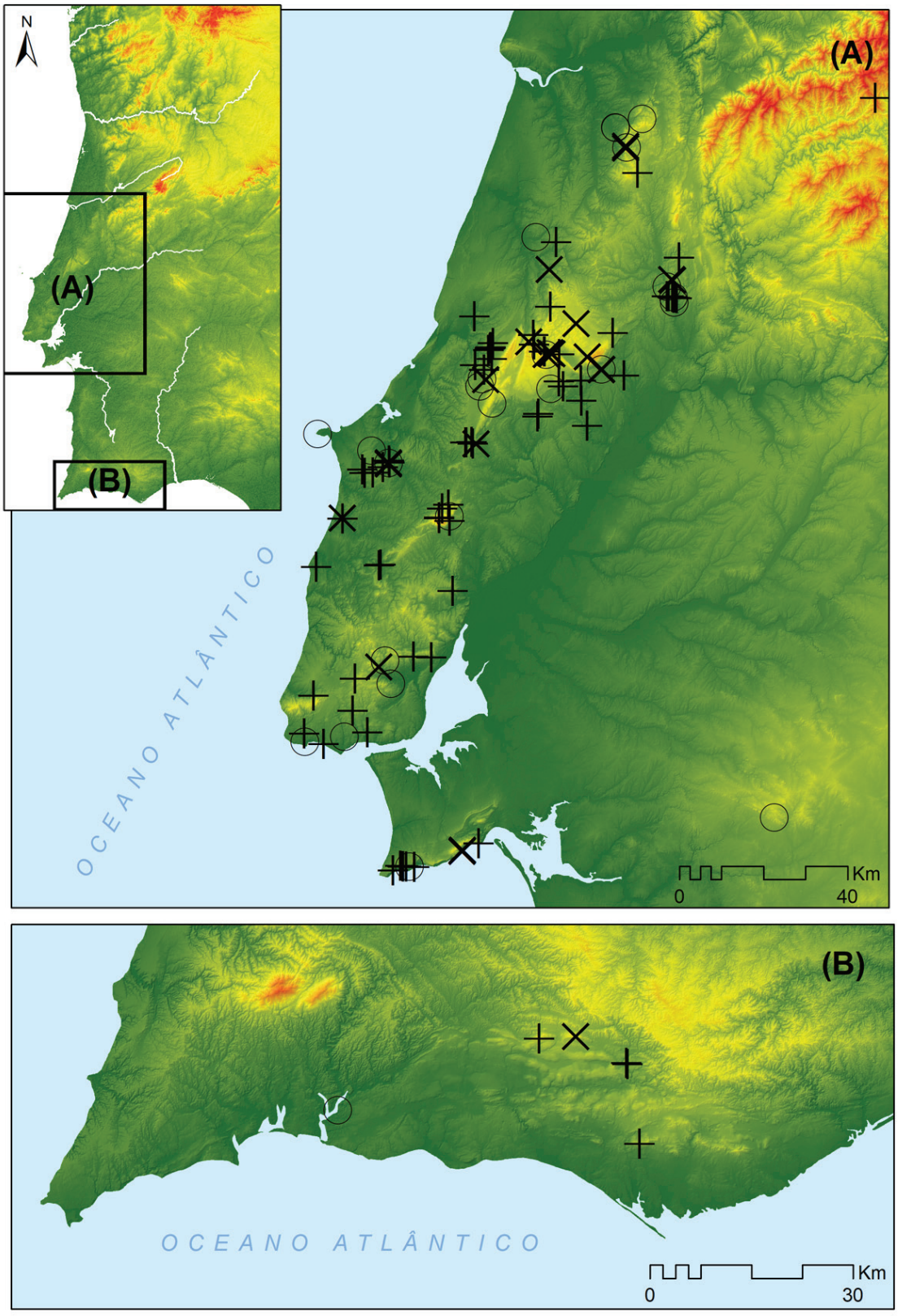


Figura 1 – Localização das grutas com vestígios arqueológicos, com destaque para a região Centro (A) e Sul (B).

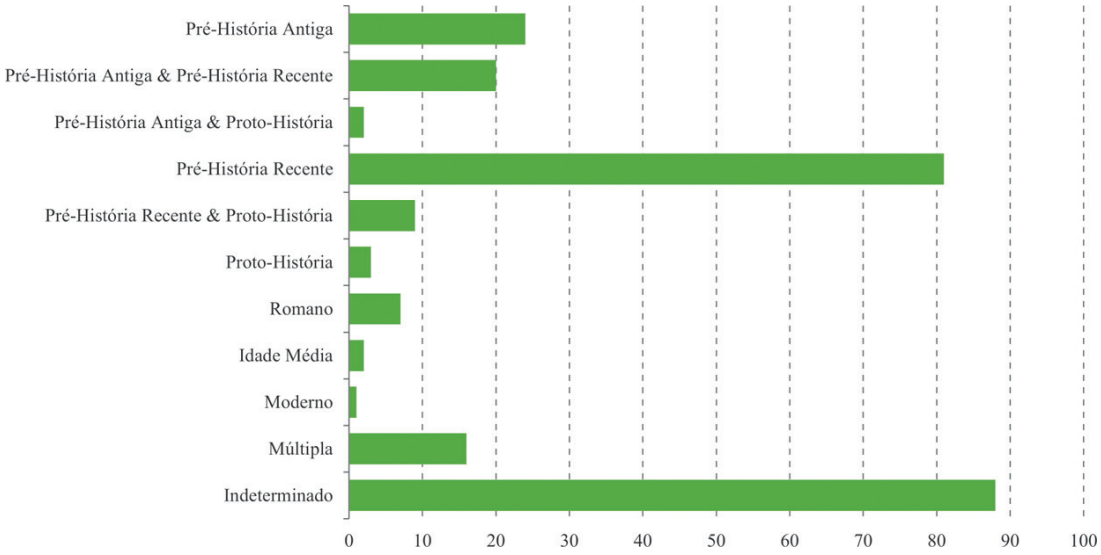


Gráfico 1 – Número total de grutas com vestígios arqueológicos por cronologia.

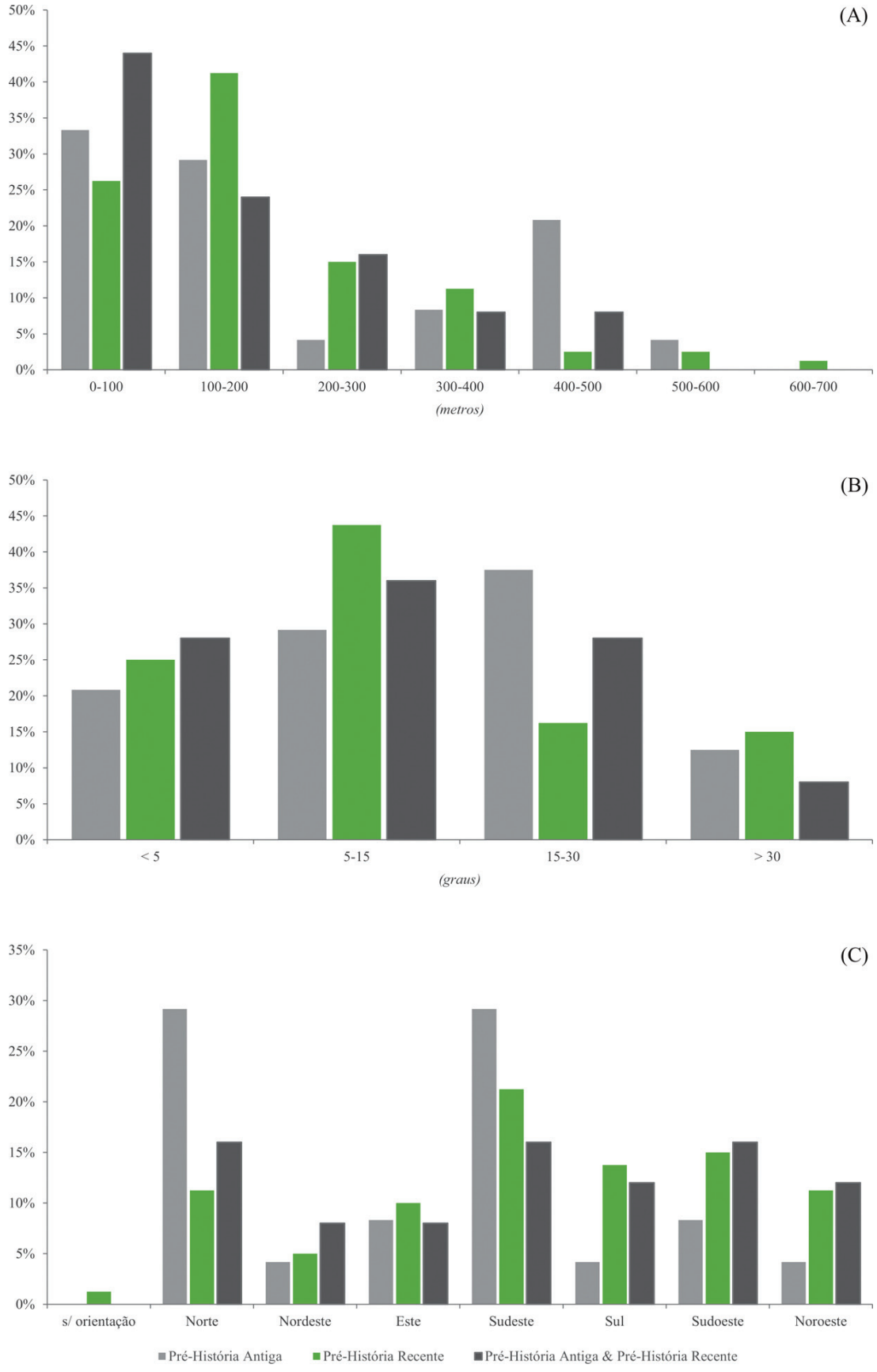


Gráfico 2 – Histogramas da distribuição das grutas por período cronológico de acordo com o relevo: altitude (A), declive (B) e orientação do declive (C).

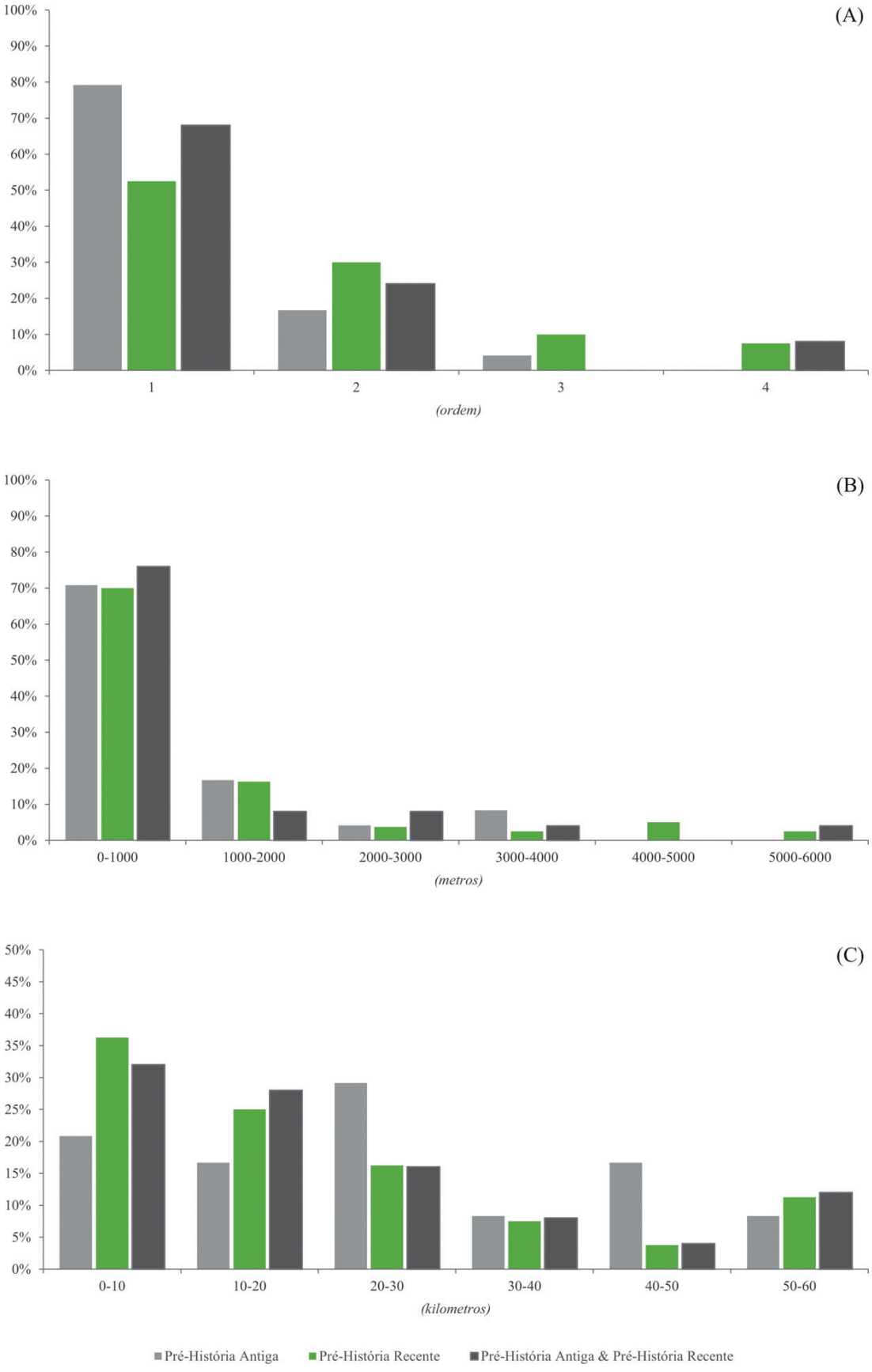


Gráfico 3 – Histogramas da proximidade das grutas aos cursos de água por período cronológico: ordem do curso de água mais próximo (A), distância ao curso de água mais próximo (B) e distância à linha de costa atual (C).

5
Proto-História

CONTEXTOS E PRÁTICAS FUNERÁRIAS DA IDADE DO BRONZE NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO AVE (NOROESTE DE PORTUGAL)

Hugo Aluai Sampaio[1]

RESUMO

Os dados para o Bronze Final permanecem desconhecidos. Durante o Bronze Inicial a presença de objetos metálicos e de alguns túmulos opulentos conectados com o vale parecem "marcar fisicamente" a paisagem. Nas montanhas os monumentos sob *tumuli* indiciam a importância do papel social da morte e da necessária preservação da memória ancestral. Durante o Bronze Médio os dados revelam modos de vida e concepções distintas da morte. Se para as comunidades serranas esta parece continuar a ser um importante marco espacial, nos vales predomina a morte invisível, quiçá associada à perda da importância do cadáver enquanto referência coletiva e espacial. Há, ainda, certos lugares ancestrais de memória e de grande significado coletivo (re)visitados entre o Bronze Inicial e o Bronze Final.

Palavras-chave: Bronze Inicial, Bronze Médio, Necrópole, Inumação, Cremação.

ABSTRACT

Late Bronze Age data is unknown. During Early Bronze the presence of metallic objects and some opulent tombs connected to valley areas seems to "physically sign" landscape. In mountain areas cairns indicate the social importance of death and the necessity of preserving ancestral memory. During Middle Bronze Age data reveals distinct lifestyles and conceptions of death. For communities linked to mountain areas death prevails as a significant form of landscape "imprinting". In valleys prevails an invisible death, perhaps connected to the increasing lost of corpses importance as collective and spatial references. There are also some immemorial ancestral places (re)visited between Early and Late Bronze Age that denounce collective meaningfulness.

Keywords: Early Bronze Age, Middle Bronze Age, Necropolis, Inhumation, Cremation.

1. INTRODUÇÃO

A área de estudo, geomorfologicamente acidentada e rica em recursos hídricos, apresenta terreno recortado, formando uma rede de vias naturais de circulação que interligam todo o Noroeste português. É uma zona onde abundam as jazidas primárias de estanho e volframite e os solos de apetência agrícola.
A ambiguidade de alguns dados poderá questionar o seu caráter funerário. E a sua interpretação estará sempre sujeita à crítica, ausentes que são (na maioria dos casos) os indícios irrefutáveis – como ossadas humanas – que os corroborem. No entanto, uma abordagem interpretativa e contextual aos dados aflora novas questões e problemáticas de investigação mas, acima de tudo, mostra a complexa e plural realidade funerária da Idade do Bronze na fachada atlântica.

2. CONTEXTOS DE TUMULAÇÃO E PRÁTICAS FUNERÁRIAS NA BACIA DO RIO AVE

Entre os sítios catalogados figuram diferentes tipologias (Tabela 1). A **reutilização de monumentos megalíticos** ocorreu na Lapinha (Guimarães) e, talvez, na Antela dos Corgos/Córregos (Trofa). Naquele contexto, segundo Sanches (1981, p. 94) um vaso

1. Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), Universidade do Minho; hugoaluai@gmail.com

tecnologicamente enquadrável na Idade do Bronze estaria "*por debaixo da pedra de cobertura de um dólmen*". Da Antela dos Corgos/Córregos há referência a, entre outros objetos líticos, um anel em cobre (Bouza Brey & López Cuevillas, 1929). Tratando-se de uma espiral (?) poderia remeter para uma reutilização ocorrida durante o Bronze Inicial.

Os **monumentos sob *tumuli*** escavados revelaram couraças pétreas maioritariamente graníticas, por vezes sobre uma camada de sedimentos, com abundantes quartzos, algo observado noutros monumentos coetâneos no NO de Portugal (entre outros, Cruz, Gomes & Carvalho, 1998a, 1998b; Vilaça & Cruz, 1999; Cruz *& alii*, 2000; Bettencourt, 2010a; Sá, 2014; Pereira, 2014). A couraça do monumento da Regedoura 2 incluía seixos e blocos graníticos "dente de cavalo", substituindo os feldspatos a função dos quartzos (Gabriel Pereira, comun. pess.).

Alguns destes monumentos possuíam elementos definindo o perímetro funerário: as lajes fincadas da Laje da Malhadoura 1; os 3 pequenos afloramentos circuitando o *tumulus* de Lobo 2; e, eventualmente, as lajes deslocadas para a superfície da câmara do monumento de Regedoura 2 (Gabriel Pereira, comun. pess.). Destaque para Lameirão/Cruz Nova (Celorico de Basto), cuja estela (Sousa, 1996) teria integrado originalmente a sua couraça (Ana Bettencourt, comun. pess.).

As partes centrais destes monumentos são variadas. A ausência de estrutura pétrea central em Vale de Chão 1 levou Vilas Boas (2014a, p. 22) a ponderar "*a deposição do corpo ou de eventuais cinzas (…) diretamente sobre o solo ou sobre qualquer estrutura em material perecível*". A presença de carvões vegetais na última camada da área central poderia explicar-se pela deposição de ossos cremados ou ritos de fogo aí praticados, permitindo questionar os papéis meramente sepulcrais destes monumentos. A construção de Vale de Chão 1 remonta ao Bronze Inicial (Tabela 2) e é consonante com as cronologias propostas para monumentos semelhantes (Vilaça & Cruz, 1999; Bettencourt, 2010a).

Sob a couraça pétrea do *tumulus* e em área central de Vale de Chão 2 blocos de maiores dimensões com disposição circular encostavam a nascente a um grande bloco gravado na superfície superior com 5 covinhas em semicírculo e, a poente, a outra pequena laje fincada na vertical gravada com mais três (Vilas Boas, 2014b). Associação semelhante verifica-se no *tumulus* 1 de Monte Calvo (Arouca), com uma estela gravada com um pedomorfo de bovino (Sá, 2014), ou no *tumulus* de Casinha Derribada 3 (Viseu), onde a laje de cobertura de uma fossa foi gravada com um reticulado, monumento datado do Bronze Médio (Cruz, Gomes & Carvalho, 1998b).

A câmara pétrea bastante perturbada de Regedoura 2 permitiu a recolha descontextualizada de um braçal de arqueiro, uma ponta de seta de tipo Palmela e vários fragmentos cerâmicos tecnologicamente situáveis na transição entre o Calcolítico e Bronze Inicial (Gabriel Pereira, comun. pess.).

A aglomeração destes monumentos em necrópoles deu preferência, amiúde, a lugares funerários ancestrais: Vale de Chão 1, 2 e 4 e Carvalho 1 e 2, foram construídos nas imediações do monumento megalítico de Vale de Chão 3, de cronologia anterior (Vilas Boas, 2014b); Regedoura 2 foi, também ele, erguido nas imediações do dólmen de Regedoura 1 (Gabriel Pereira, comun. pess.).

A maioria deste monumentos denuncia maior proximidade a ambientes montanhosos comparativamente a outros vestígios funerários.

Algumas **sepulturas planas** revelaram a presença de uma tampa de arena granítica (Sampaio *& alii*, 2014; Sampaio & Bettencourt, 2014; Sampaio, 2014). O grau de destruição/perturbação de outras não deixou perceber tal situação.

A distribuição espacial destas estruturas, como no caso do Pego, mostra dois núcleos, lembrando a necrópole do final do Bronze Médio de Agra de Antas (Esposende) tendencialmente polinuclear (Bettencourt, 2011).

Dentro de ligeiras nuances, as sepulturas planas apresentam arquiteturas e oferendas muito semelhantes (Figura 1), de um modo geral vasos de bordo horizontal, salvo raras exceções onde os materiais se encontravam ausentes.

Encontram paralelos em Tapado da Caldeira (Baião) (Jorge, 1980, 1983), Cimalha (Felgueiras) (Almeida & Fernandes, 2008), Alto da Vela/Gulpilhares (V.N. de Gaia) (Fortes, 1909), Coto da Laborada (Calvos de Randín) (López Cuevillas, 1930, 1947) ou Monte de Mesiego (O Carballiño) (Lopez Cuevillas & Lamas, 1958).

O seu enquadramento cronológico pode ser situado entre finais do Bronze Inicial e grande parte do Bronze Médio (Tabela 2).

Em relação a **fossas**, Cardoso (1936) menciona em Faísca (Guimarães) mais de uma dezena daquelas estruturas abertas no substrato rochoso, de contor-

no semicircular, de onde foram recolhidos 8 vasos cerâmicos de bordo horizontal, inteiros ou praticamente inteiros (Figura 2), e 2 fragmentos de um nono exemplar, entre outros quebrados pelos trabalhadores. A sua descrição aponta para uma necrópole de fossas. A corroborar esta hipótese destaque para os estados completos dos recipientes cerâmicos, recorrentes em contextos funerários do Bronze no Noroeste. Foi possível datar este contexto do Bronze Médio, entre finais do séc. XVII e meados da 2ª metade do séc. XV AC (Sampaio, 2014) (Tabela 2).

Durante trabalhos de emergência em Campo de Postigo (Póvoa de Varzim), na plataforma litoral, foram detetadas 2 fossas, e talvez uma terceira, das quais diversos fragmentos cerâmicos permitiram reconstruir 5 formas (Silva, 1985, 1993). O perfil estratigráfico da fossa 2 incluía uma faixa de arena granítica no topo interpretada como tampa (Silva, 1985). Referida como necrópole de cremação do Bronze Final (Silva, 1993), o recuo da sua datação para finais do Bronze Inicial/inícios do Bronze Médio baseou-se na comparação da forma cerâmica da fossa 2 com duas semelhantes, uma associada à reutilização da Idade do Bronze da Mamoa de Carreiro da Quinta (Vila Verde) e outra provavelmente recolhida numa das Mamoas de Prados (Arcos de Valdevez), datada de entre os finais do séc. XVIII e o séc. XVI AC (Bettencourt, 2010b).

Mesmo com toda a problemática inerente, mencione-se as fossas da área da necrópole do Pego. A sua contiguidade e semelhanças construtivas com sepulturas planas (com "tampas" de arena granítica), a recolha de colorante amarelo da fossa 2[2] e uma pequena cama circular de pedras de granito rico em biotite identificada no fundo da fossa 1 para albergar um contentor ou oferenda perecível, tem levado a defender a sua função sepulcral (Sampaio & Bettencourt, 2014; Sampaio, 2014).

Vale Ferreiro incluiu também exemplares de fossas hipoteticamente funerárias. A parte superior do enchimento da fossa 3 apresentava 4 fragmentos de moinhos manuais, relembrando o contexto do Medal (Mogadoruro) (Gaspar *& alii*, 2014), com enterramentos em fossa sob amontoados de seixos e blocos. Também a fossa 21, próxima ao túmulo 1 e colmatada com arena granítica no topo (tampa), relembra o verificado nas sepulturas planas e fossas da necrópole do Pego e na sepultura plana da Quinta do Amorim (Sampaio *& alii,* 2008, 2014; Sampaio & Bettencourt, 2014). Destaque, ainda, para a fossa 9 ou "casa-túmulo", estrutura em negativo de contorno ovalizado cujo quadrante poente interno incluía outra fossa retangular para acolher algo perecível (Bettencourt *& alii*, 2005). A par disso, 12 buracos de poste dispostos pelo lado interno e externo, com exceção do quadrante nascente, permitem pensar numa possível entrada (Bettencourt *& alii*, 2005).

Em termos de paralelos, e sem pretensões de exaustividade, contextos funerários em fossa são conhecidos em Fraga do Zorro (Verín) (Fábregas Valcarce, 2001; Prieto Martínez *& alii*, 2009b) ou Ribeira do Medal (Mogadouro) (Gaspar *& alii*, 2014). A datação de Fraga do Zorro situa-se nos finais do Bronze Inicial/inícios do Bronze Médio, entre inícios do séc. XIX e meados do séc. XVII AC (Prieto Martínez *& alii*, 2009b). Já a datação de Ribeira do Medal aponta para um contexto do Bronze Médio, entre meados do séc. XVIII e finais do séc. XVII AC (Gaspar *& alii*, 2014). Refira-se, também, o sítio de Boucinhas (Ponte de Lima), onde 2 fossas com recipientes inteiros (Almeida *& alii*, 1994) foram interpretadas como contextos sepulcrais. Posteriores sondagens permitiram a Bettencourt *& alii* (2004) identificar nas imediações uma área de povoado datada de entre os séculos XXIV e XX AC. Estas cronologias são consonantes com a data de Faísca (Tabela 2) mas, também, com a hipótese colocada por Bettencourt (2010b, 2011) para Campo de Postigo. Contudo, se forem consideradas funerárias as fossas nas imediações das sepulturas planas do Pego e a fossa 9 de Vale Ferreiro, este fenómeno poderá ter ocorrido, também, nos finais do Bronze Médio ou já no Bronze Final (Tabela 2).

Na bacia do Ave há, também, **contextos funerários de exceção**. Em Granjinhos (Braga) fragmentos cerâmicos dispersos de formas com as bases *in situ* indiciam uma deposição intencional (Bettencourt, 1999). As "*quatro urnas de incineração*" encontravam-se no interior de "*uma estrutura, aparentemente circular, definida por um alinhamento de pedras e saibro*" (Bettencourt, 2009, p. 98). Projetando o que restava desta estrutura, o "recinto" teria cerca de 7/7,5 m de diâmetro, ocupando os recipientes uma posição mais ou menos central (Figura 3). Análises dos seus conteúdos revelaram altos valores de fósforo, compatíveis com a presença de restos humanos. O local vinha sendo relacionado com o contexto ha-

2. Similar ao pedaço de colorante amarelo identificado no enchimento da sepultura plana 4.

bitacional datável do Bronze Final do Alto da Cividade (Bettencourt, 1999), mas a datação de fuligem de uma das urnas situa Granjinhos entre os séculos XVII e XV AC, data aceite atendendo a que contextos de cremação são conhecidos no NO da Ibéria desde o Calcolítico, como Agro da Nogueira (Bettencourt & Meijide Camselle, 2009). Pese embora as diferenças e a datação de entre os séculos XII e XI AC, o paralelo mais próximo e parecido com Granjinhos é a necrópole de Paranho (Tondela), "*uma estrutura (…) definida por um recinto semicircular de pedras, com 5 m de diâmetro, no interior do qual se distribuíam seis cistas de pedra. Continham restos humanos previamente cremados e depositados, quer directamente no interior das cistas, quer em urnas cerâmicas*" (Vilaça & Cruz, 1999, p. 81).

No sítio de Vale Ferreiro (Bettencourt, Lemos & Araújo, 2003), a câmara pétrea do túmulo 1, tipo cistoide e composta por 7 esteios de formas e dimensões variadas fincados ao alto, foi erguida no interior de uma fossa de contorno ovalar, secção em "U" e base aplanada. No interior da câmara encontravam-se ossadas humanas sem qualquer espólio. A base foi regularizada com duas lajes aplanadas e pequenos calhaus graníticos e o monumento foi coberto com uma laje granítica. Em redor da câmara, colmatando o interior da fossa, foi depositado um grande amontoado de calhaus e blocos de quartzo leitoso, formando um *cairn*. Por fim, fossa, câmara, tampa e *cairn* foram selados com arena granítica resultante da abertura da fossa no substrato (Bettencourt *& alii,* 2005). Exceção feita à tampa e ao esteio 1, as restantes lajes apresentavam desgaste por ação de água, pressupondo o seu transporte de áreas ribeirinhas imediatas. Desconhecem-se paralelos arquitectónicos na região e a data da sua construção remonta ao Bronze Inicial, entre meados do séc. XXII e inícios do séc. XIX AC (Bettencourt, Lemos & Araújo, 2003). O túmulo 2 foi igualmente construído no interior de uma fossa subretangular e cantos arredondados, de secção em "U" e base aplanada, com uma área mais elevada a toda a volta formando uma espécie de "*corredor de circulação*". No interior da área mais profunda a câmara funerária de "muro duplo" de calhaus e blocos de diferentes dimensões foi consolidada por um ligante à base de arena granítica. Os "muros", com espessura variável entre os 34 e os 40 cm, utilizaram blocos e seixos angulosos que engrossavam do topo para a base, estreitando a área de deposição do corpo. A utilização de diferentes tipos de rocha e minerais conferiu tons cinzas e brancos, pontuados por verdes e rosas das corneanas, entre vários fragmentos de moinhos manuais graníticos com as faces de moagem sem orientação específica. A base do túmulo, de formato subretangular e regularizada com lajes graníticas, uma estela e moinhos e fragmentos de moinhos manuais, incluía uma mancha avermelhada de colorante de formato triangular hipoteticamente envolvendo o defunto. Por fim, o monumento terá recebido uma cobertura em madeira selada com arena granítica (Bettencourt *& alli*, 2005). Embora se desconheçam paralelos no Noroeste português, a sua datação situa-o entre os séculos XXV e XXIII AC (Bettencourt, Lemos & Araújo, 2003) (Tabela 2).

Quanto às práticas funerárias, e no que respeita ao tratamento dos mortos, há indícios de inumação e cremação. A **inumação** do túmulo 1 de Vale Ferreiro incluía restos ósseos depositados na vertical, provavelmente de cócoras, de um indivíduo do sexo masculino com cerca de 15 anos, aparentemente sem patologias, orientado com a cabeça a norte e os pés a sul. Pequenos pontos avermelhados nas costelas comprovam o uso de colorante (Bettencourt, Lemos & Araújo, 2003).

A restante quota de contextos funerários evidencia a ausência de ossadas humanas, dada a acidez dos solos locais, sendo essencial fundamentar a interpretação de certas práticas como inumações. No Pego foram detetadas, durante a escavação em plano das sepulturas 9 e 11, camadas de coloração mais escura de distribuição central relacionadas com a presença de matéria orgânica e a decomposição do corpo, defendendo-se uma inumação individual em cada sepultura, provavelmente em decúbito lateral. A largura da sepultura de Quinta do Amorim, contudo, não exclui a hipótese de uma inumação dupla (Sampaio *& alii*, 2014). A natureza sepulcral destas estruturas percebe-se pela presença de vasos de bordo horizontal semelhantes aos da necrópole de Agra de Antas (Esposende), associados a ossadas de (pelo menos) 3 indivíduos (Cunha & Bettencourt, 2013).

No quadro do tratamento dos defuntos envolvendo a **cremação** destaque para os monumentos de Granjinhos e de Vale de Chão 1. Naquele, análises de HCI 0,1N e de Bray II aos sedimentos do interior de um dos recipientes revelaram forte presença de fósforo por 100g, compatível com o seu uso como urnas funerárias, contendo ossos ou cinzas humanas (Bettencourt, 1999). Atendendo à relação das formas

cerâmicas com o "recinto", à ausência de outros vestígios nas proximidades e aos valores de fósforo das análises, tratar-se-á de uma necrópole de cremação onde ocorreu a deposição secundária de restos de ossadas em urnas funerárias, pelo menos durante os séculos XVII e XV AC (Tab. 2). Já a reutilização do monumento de Vale de Chão 1, entre os séculos XVI e XIV AC (Tabela 2) (Vilas Boas, 2014a), foi materializada pela abertura de uma sepultura plana no seu *tumulus*. Embora ausentes quaisquer restos ósseos, a elevada presença de carvões de um grande tronco de carvalho queimado *in situ* no interior da abertura indicia a cremação secundária de um sarcófago (Vilas Boas & Martín Seijo, 2014). Na sepultura 322 de Cimalha (Felgueiras) foi registada a deposição de um tronco escavado, entretanto carbonizado (Almeida & Fernandes, 2008), associado a um recipiente cerâmico típico de contextos funerários do Bronze Inicial e Médio do NO português. Reminiscências destas práticas encontram-se também no monumento 1 do Rapadouro (Vila Nova de Paiva), onde no *cairn* talvez ainda calcolítico foram depositados, em finais do Bronze, ossos incinerados (Vilaça & Cruz, 1999).

Embora problemáticos, deve ainda ser referida a hipótese levantada por Silva (1993) para a necrópole de fossas de cremação de Campo de Postigo e o grafismo sugestivo de uma das fossas de Faísca registado por Cardoso (1936, p. 72), onde na "*parte subjacente ao vaso, encontravam-se, por vezes, filões de cinzas e carvão, à mistura com terra*" (hipotéticos indícios de cremação?).

O **uso de colorante** está registado nos túmulos 1, 2 e 3 de Vale Ferreiro. No primeiro, algumas costelas do indivíduo sepultado incluíam pequenos pontos avermelhados. A base do túmulo 2 preservava um fino sedimento avermelhado de formato subtriangular. Restos de colorante foram detetados sobre o filão de quartzo, na base do túmulo 3. E, no Pego, restos de colorante amarelado foram recolhidos da sepultura 4 e da fossa 2 (Sector II) (Sampaio & Bettencourt, 2011).

As **oferendas** mais recorrentes são as cerâmicas. Da reutilização do dólmen da Lapinha (Sanches, 1981) provém um púcaro subcilíndrico decorado. Desconhecem-se paralelos na região, mas as deposições cerâmicas frequentes nestas reutilizações datam do Bronze Inicial e Médio, como atestam vários casos entre a Beira Alta e o sul da Galiza (Bettencourt, 2011).

Nos monumentos sob *tumuli* de Vale de Chão 1 e 2 o reduzido tamanho dos fragmentos não permita ilação formal sobre os recipientes depositados (Vilas Boas, 2014a, 2014b). O monumento de Regedoura 2 incluía fragmentos cerâmicos de formas hemisféricas, permitindo enquadrá-lo genericamente no Bronze Inicial. A este propósito, no monumento sob *tumulus* de Senhor dos Aflitos (Arouca) ocorreu o depósito de "*uma taça carenada, de um possível recipiente subcilíndrico e de, pelo menos, dois vasos decorados com aplicações plásticas mamilares, sendo um deles um troncocónico*" (Pereira, 2014, p. 12). A presença destes materiais corresponderá a uma reutilização genericamente datada no Bronze Inicial.

A maioria das sepulturas da área incluiu oferendas de vasos cerâmicos (exceptuando raros casos sem qualquer espólio) de bordo horizontal. Apenas a sepultura LXXX do quarteirão dos C.T.T. (Martins *& alii*, 2010a, 2010b) incluía um troncocónico e o túmulo 3 de Vale Ferreiro um potinho.

Nos vasos de bordo horizontal ou forma 13 (Bettencourt, 1999) predominam os decorados que incluem composições mais ou menos complexas, situadas na parte interna do bordo, recorrendo à incisão, impressão, incisão e adição plástica, impressão e adição plástica e incisão e impressão. São vasos que evidenciam vestígios de fuligem, no caso da parede externa ocupando maioritariamente a área oposta à asa (70%), cujas análises químicas identificaram como gordura não especificada (Gonçalves *& alii*, 2010).

A datação de contextos com estes vasos vem sendo enquadrada no Bronze Médio, Bronze Médio e Final ou Bronze Final (Jorge, 1988; Cruz & Gonçalves, 1998-1999; Bettencourt, 1997, 1999), mas a sepultura 5 do Pego recua essa baliza para finais do Bronze Inicial, entre os séculos XXI e XVIII AC (Sampaio, 2014) (Tabela 2).

Também surgem em sepulturas vasos troncocónicos ou forma 14 (Bettencourt, 1999), como na sepultura LXXX do quarteirão dos C.T.T. A presença de fuligem, que na parede externa se distribui na zona oposta à asa e numa das laterais da pança, permite pensar no seu uso para a queima de substâncias. Contudo, não são excluídas outras hipóteses, como a adiantada para os troncocónicos da cista de A Forxa (Ourense), datados do Bronze Médio, que terão contido cerveja (Prieto-Martínez, Juan-Tresserras & Matamala, 2005; Prieto-Martínez, Lantes Suárez & Martínez Cortizas, 2009a). Neste caso haveria associação a práticas de comensalidade

ou à oferta de bebidas ao defunto. Os troncocónicos ocorrem principalmente durante o Bronze Inicial e Médio, comummente associados a contextos funerários (Bettencourt, 2009, 2010a), sendo que a datação do vaso do quarteirão dos C.T.T. situou o contexto no Bronze Inicial, entre os séculos XXI e XIX AC (Sampaio, 2014) (Tabela 2).

Outra forma presente em sepulturas planas é o potinho ou forma 10 (Bettencourt, 1999), como o depositado na extremidade S do túmulo 3 de Vale Ferreiro. Sem decoração e fuligem, a sua função parece ter sido distinta dos que revelam a ação do fogo. Esta forma está presente durante toda a Idade do Bronze (Bettencourt, 1997), embora com especial ênfase em cistas do Bronze Inicial da Galiza (entre outros, Vásquez Varela, 1980; Monteagudo, García & Lois, 1981).

No grupo das fossas da área de estudo consideradas como sepulcrais as formas mais comuns são, também, os vasos de bordo horizontal. Na necrópole de Faísca, datada do Bronze Médio (Tabela 2), as suas características e vestígios de fuligem admitem igualmente o seu envolvimento direto nas cerimónias fúnebres.

Da fossa 2 da possível necrópole de Campo de Postigo provém uma forma 8 (Bettencourt, 1999) decorada com digitações arrastadas formando traços verticais e 4 mamilos proeminentes simétricos no arranque da pança. A coloração distinta da metade inferior deste recipiente parece ter resultado do contacto com alguma substância (urna funerária ou contentor?). O seu caráter funerário tem como paralelos mais próximos as reutilizações dos monumentos megalíticos já referidos.

Poderia também ser referida, ainda que com as devidas reservas, a fossa 3 do Pego (Sector II), onde parte do perfil de um pote ou forma 2 (Bettencourt, 1999) com vestígios de fuligem em ambas as paredes foi recuperado.

Contextos fúnebres excecionais incluíram, também, materiais cerâmicos, como as 3 formas 5 e 1 forma 1 (Bettencourt 1999) do "recinto" do Bronze Médio de Granjinhos (Tabela 2). Com exceção do vaso 1993.0299, os vestígios de fuligem distribuíam-se maioritariamente pela área do bordo e início da pança. Os vasos 1993.0297 e 1993.0298 apresentam decoração recorrendo à técnica de adição plástica de elementos ou à conjugação daquela técnica com digitações. Nas paredes internas inferiores todos os recipientes apresentavam uma coloração distinta fruto do uso como urnas funerárias (e não enquanto oferendas).

O recipiente cerâmico bicónico com carena alta do túmulo 2 de Vale Ferreiro continha no seu interior vestígios de matéria orgânica de aspeto ferruginoso, encontrando-se sobre uma cama circular na extremidade NO da câmara formada por quartzos leitosos com veios ferruginosos. Aderências internas desta rara forma (infelizmente removidas no processo de limpeza da peça) apontam para um contentor de oferenda orgânica. Os paralelos mais próximos existem apenas no mundo meridional (Bettencourt *& alii*, 2005).

Há, ainda, um conjunto de vasos cerâmicos recolhidos inteiros, praticamente inteiros ou em menores proporções indiciando eventuais contextos funerários, mas a escassa informação disponível não permite grandes ilações. Cabem neste grupo os restantes vasos recolhidos nas imediações da sepultura LXXX do quarteirão dos C.T.T. (Figura 4) e da estrutura 12 de Quinta do Amorim, os vasos de Touguinha (Vila do Conde), Quinta da Bouça (Famalicão), Póvoa/Guidões (Trofa) e, eventualmente, Corvilho (Santo Tirso). Também no Monte da Penha (Guimarães) eventuais práticas funerárias não são excluídas (Sampaio, 2014). Figuram vasos de bordo horizontal, troncocónicos, potinhos, púcaros e subcilíndricos.

São raros os objetos líticos e metálicos. Naqueles figura um braçal de arqueiro do monumento sob *tumuli* de Regedoura 2 (Gabriel Pereira, comun. pess.), um peso de tear ou rede e um cossoiro ou conta de colar das sepulturas 7 e 8 do Pego (Sampaio *& alii* 2008) e uma estela granítica integrando a base do túmulo 2 de Vale Ferreiro (Sampaio & Bettencourt, no prelo). Nos objetos metálicos contam-se uma ponta de seta tipo Palmela de Regedoura 2 (Gabriel Pereira, comun. pess.) e duas espirais em ouro do túmulo 2 de Vale Ferreiro. Outras materialidades, ainda que com eventuais relações a práticas funerárias, levantam certas dúvidas (Sampaio, 2014): os aros de ouro de Bougado (Trofa); o bracelete de tiras de Sezures e o bracelete de Quinta do Bairro, ambos em ouro (V.N. de Famalicão); ou mesmo o bracelete em bronze do Corvilho (Santo Tirso).

3. A MORTE DURANTE A IDADE DO BRONZE NA BACIA DO AVE: BREVES CONCLUSÕES

Verifica-se a multiplicidade de contextos funerários, de estruturas e de práticas e algumas arquiteturas

singulares que revelam a preocupada materialização da perda irreparável que a morte representa. A inumação entre o Bronze Inicial e Médio e a cremação durante o Bronze Médio vincam, também, a variedade de ritos e ações no tratamento dos cadáveres.

Alguns grupos de estruturas formaram necrópoles, por vezes polinucleares, cuja significância pode ser cronológica, de género ou familiar. Certas arquiteturas funerárias ergueram-se nas imediações de contextos funerários ancestrais, corporizando autênticas paisagens mortuárias. Há, ainda, lugares onde práticas fúnebres excepcionais e complexas parecem ultrapassar as simples necrópoles. Cabem neste último exemplo algumas estruturas que valorizaram a litologia e o uso de colorantes. Em Vale Ferreiro, a base do túmulo 1, as costelas do indivíduo sepultado no túmulo 2 e a base do túmulo 3 incluíam vestígios de colorantes. A importância litológica no túmulo 2, pelo uso de diferentes tipos de rochas e minerais, destaca-se pelas matérias-primas de origem regional transportadas (corneanas siliciosas e pelíticas) e inclusas na arquitetura, obedecendo a critérios prévios talvez relacionados com o seu potencial significado. O uso de diferentes granitos, quartzos e milonitos locais e corneanas variadas nas arquiteturas de Vale Ferreiro poderão relacionar-se com as caraterísticas animistas do mundo, conforme defendido por Bradley (2000), Ingold (2000), Thomas (2001) ou Tilley (2004). Seria esta diversidade litológica uma forma de fazer convergir diferentes sentidos a um lugar, uma forma de representar os vários *loci* visitados num só local tornado especial? Seria, paralelamente, uma forma simbólica de legitimar os novos espaços ocupados, como defende Bettencourt (2010a) em relação às construções denunciando elevado investimento e oferendas de materiais excecionais?

As oferendas que acompanharam os mortos foram intencionalmente depositadas com um ou mais significados/sentidos: distinguir qualidades do(a) sepultado(a); associar um objeto pessoal ou biográfico ao defunto; recordação pelo(s) seu(s) ente(s) querido(s) pela perda; ou, simplesmente, uma forma como o defunto gostaria de ser relembrado. Em muitos casos estes objetos terão desempenhado papel ativo e preponderante nas cerimónias fúnebres, enquanto noutros parecem ter sido propositadamente fabricados para o efeito. Nos contextos funerários da bacia do Ave predominam os recipientes cerâmicos, sendo raros os elementos líticos e metálicos. Naqueles, a recorrente presença de fuligem deixa perceber o seu uso cultual envolvendo o uso de fogo. Mais do que simples oferendas, a envolvência destes vasos na liturgia fúnebre torna-os agentes. Outros, por seu turno, funcionaram como contentores ou urnas funerárias.

Não deverá ser esquecido, pois, que os vestígios materiais de contextos funerários são apenas uma parte da "manipulação" das percepções e das crenças. Interessará perceber que uma vez encetado todo o cenário envolvido nas práticas fúnebres, a análise dos seus vestígios permite perceber um pouco melhor a forma como a morte foi encarada e tratada mas, acima de tudo, materializada. Por esse motivo, objetos e práticas ganham, ao longo do tempo, significados distintos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos A.B., MAIA, Maria I.S., MOREIRA, Maria M.L. & BAPTISTA, António J. (1994) – A estação do Bronze Final da Regueira. Vitorino de Piães – Ponte de Lima. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto. 2ª Série. 11, pp. 547-565.

ALMEIDA, Pedro B. & FERNANDES, Francisco (2008) – O povoado da Idade do Bronze da Cimalha. *Actas do I Encontro de Arqueologia das Terras do Sousa* (Lousada, 2007). Lousada: Câmara Municipal (Oppidum; Número Especial), pp. 29-44.

BETTENCOURT, Ana M.S. (1997) – Expressões funerárias da Idade do Bronze no Noroeste peninsular. *Actas do IIº Congreso de Arqueología Peninsular*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, pp. 621-632.

BETTENCOURT, Ana M.S. (1999) – *A Paisagem e o Homem na bacia do Cávado durante o II e o I milénios AC*, 5 vols. Braga: Universidade do Minho (Tese de doutoramento – policopiada).

BETTENCOURT, Ana M.S. (2000) – Estações da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro da bacia do Cávado (Norte de Portugal). Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (*Cadernos de Arqueologia. – Monografias*; 11).

BETTENCOURT, Ana M.S. (2009) – A Pré-História do Minho. Do Neolítico à Idade do Bronze. In PEREIRA, Paulo, coord. – *Minho. Traços de Identidade*. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp. 70-118.

BETTENCOURT, Ana M.S. (2010a) – La Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica: un análisis a partir de las prácticas funerárias. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 67: 1, pp. 139-173.

BETTENCOURT, Ana M.S. (2010b) – Comunidades Pré-históricas da bacia do Leça. In VARELA, José M. & PIRES,

Conceição, coords. – *Rio da Memória: Arqueologia no Território do Leça*. Matosinhos: Câmara Municipal, pp. 33-88.

BETTENCOURT, A.M.S. (2011) – Estruturas e práticas funerárias do Bronze Inicial e Médio do Noroeste Peninsular. In BUENO, P.; GILMAN, A.; MARTÍN MORALES, C. & SANCHES PALENCIA, J., eds. – *Arqueología, Sociedad, Territorio e Paisage: Estudios sobre Prehistoria Reciente, Protohistoria y Transición al Mundo Romano em Homenaje a Mª Dolores Fernández-Posse*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Instituto de Historia (Bibliotheca Praehistorica Hispana; XXVII), pp. 115-140.

BETTENCOURT, Ana M.S. & MEIJIDE CAMASELLE, Gonzalo (2009) – Agro de Nogueira, Melide, A Coruña: Novos dados e novas problemáticas. *Gallaecia* Santiago de Compostela. 28, pp. 33-40.

BETTENCOURT, Ana M.S.; LEMOS, Francisco S. & ARAÚJO Maria T. (2003) – O complex arqueológico de Vale Ferreiro, Serafão, Fafe (Norte de Portugal). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 43: 1-2, pp. 113-132.

BETTENCOURT, Ana M.S.; DINIS, António; SILVA, Andreia; VEIGA, André M.; RIBEIRO, Emanuel; CARDOSO, Hugo; VILAS BOAS, Luciano & AMORIM, Maria J. (2004) – A estação arqueológica das Boucinhas, Regueira, Vitorino de Piães, Ponte de Lima (Norte de Portugal). *Portugalia*. Lisboa. 25, pp. 87-109.

BETTENCOURT, Ana M.S.; RODRIGUES, Alda; SILVA, Isabel S.; CRUZ, Carlos S. & DINIS, António (2005) – The ceremonial site of Vale Ferreiro, Fafe, in the context of the Bronze Age in Northwest Portugal. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 7, pp. 157-175.

BETTENCOURT, Ana M.S.; DINIS, António; FIGUEIRAL, Isabel; RODRIGUES, Alda; CRUZ, CarlosS.; SILVA, Isabel S.; AZEVEDO, Marta & BARBOSA, Rui (2007) – A ocupação do território e a exploração de recursos durante a Pré-História Recente do Noroeste de Portugal. In JORGE, S.O.; BETTENCOURT, A.M.S. & FIGUEIRAL, I. eds. – *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (Faro, 2004). Faro: Universidade do Algarve (Promontória Monográfica; 8), pp. 149-164.

BOUZA BREY, Fermín & LÓPEZ CUEVILLAS, Florentino (1929) – *Os Oestrymnios, os Saefes e a Orfebería en Galicia*. Santiago de Compostela: Arquivo de Seminário de Estudos Galegos.

BRADLEY, Richard (2000) – *An Archaeology of Natural Places*. New York / Oson: Routledge.

CANHA, Alexandre; AMADO, Margarida; GAMBOA, Nuno & SANTOS, Patrícia (2005) – *EIA – Parque Eólico das Terras Altas e Linha de Interligação à Subestação de Riba de Ave – Fafe*. Fafe.

CARDOSO, Mário (1936) – Novas urnas de largo bordo horizontal: um tipo regional de cerâmica primitiva. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 8: 1, pp. 65-87.

CRUZ, Domingos J. & GONÇALVES, António A.H. (1998/1999) – A necrópole de "Agra de Antas" (S. Paio de Antas, Esposende, Braga). *Portugalia*. Lisboa. Nova Série. 19-20, pp. 5-27.

CRUZ, Domingos; GOMES, Luís F. & CARVALHO, Pedro (1998a) – Monumento 2 da Serra da Muna (Campo, Viseu). Resultados preliminares dos trabalhos de escavação. *Actas do Coléquio* a Pré-História na Beira Interior. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, pp. 375-395.

CRUZ, Domingos; GOMES, Luís F. & CARVALHO, Pedro (1998b) – O grupo de tumuli da Casinha Derribada (concelho de Viseu). Resultados preliminares da escavação arqueológica dos monumentos 3, 4 e 5. *Conímbriga*. Coimbra: 37, pp. 5-76.

CRUZ, Domingos J.; VILAÇA, Raquel; SANTOS, André T.; MARQUES, João N. (2000) – O grupo de tumuli do Pousadão (Vila Nova de Paiva, Viseu). *Estudos Pré-históricos*. Viseu: 8, pp. 125-150.

CUNHA, Eugénia & BETTENCOURT, Ana M.S. (2013) – Bronze Age Populations of the Northwestern Iberia. Anthropological and pathological features of Quinta de Agua Branca (Vila Nova de Cerveira) and Agra de Antas (Esposende). *Livro de Resumos do I Bioanthropological meeting: a multidisciplinary approach* (Coimbra, 2013). Coimbra: CIAS, p. 63.

FÁBREGAS VALCARCE, Ramón (2001) – *Los petroglifos y su contexto: un ejemplo de la Galicia meridional*. Vigo: Instituto de Estudos Viguenses.

FORTES, José (1909) – *Gaya no passado. Mea villa de Gaya*. Porto: Empresa Editorial do Guia Ilustrado de Portugal.

GASPAR, Rita; CARRONDO, Joana; NOBRE, Luís, RODRIGUES, Zélia & DONOSO, Glória (2013) – Espaço para a morte. O terraço da foz do Medal (vale do Sabor, Nordeste de Portugal) durante a Idade do Bronze. *Estudos do Quaternário*. Porto. 10, pp. 59-72.

GONÇALVES, Luís; BETTENCOURT, Ana M.S. & ALVES, Maria .I.C. (2010) – Análises químicas de conteúdos orgânicos de recipientes cerâmicos da Idade do Bronze do Norte de Portugal. *Livro de Resumos das III Jornadas do Quaternário – Evolução Paleoambiental e Povoamento na Fachada Ocidental da Península Ibérica* (Braga 2010). Braga: APEQ, p. 8.

INGOLD, Tim (2000) – *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge.

JORGE, Susana O. (1980) – A necrópole do Tapado da Caldeira. *Arqueologia*. Porto: 2, pp. 36-44.

JORGE, Susana O. (1983) – Duas datas de C14 para a sepultura 1 da estação do Tapado da Caldeira (Baião). *Arqueologia*. Porto: 8, pp. 55-56.

JORGE, Susana O. (1988) – O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal. *Monografias Arqueológicas* 2. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.

LÓPEZ CUEVILLAS, Florentino (1930) – Nuevas cerámicas das antas galegas. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto: 4, pp. 263-282.

LÓPEZ CUEVILLAS, Florentino (1947) – Los vasos semiovoides y la cronología de los vasos de ancho borde horizontal. *Boletin de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*. Orense. 16: 1, pp. 1-12.

LÓPEZ CUEVILLAS, Florentino & CHAMOSO LAMAS, Manuel (1958) – Una necrópolis de sepulturas planas. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela. 13: 39, pp. 273-283.

MARTINS, Maria M.; FONTES, Luís; BRAGA, Cristina; BRAGA, José; MAGALHÃES, Fernanda & SENDAS, José (2010a) – Salvamento de Bracara Augusta – Quarteirão dos CTT/Avenida da Liberdade (BRA 08-09 CTT). Relatório Final. *Trabalhos Arqueológicos da Unidade de Arqueologia – Memórias 1*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

MARTINS, Maria M.; FONTES, Luís & ANDRADE, Francisco (2010b) – Salvamento de Bracara Augusta – Quarteirão dos CTT/Interligação Túnel Avenida da Liberdade (BRA 09 CTT-ITAVL). Relatório Final. *Trabalhos Arqueológicos da Unidade de Arqueologia – Memórias 2*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

MONTEAGUDO, Luis; GARCÍA, Alfredo & LOIS, Julio (1981) – El hacha de Salto (Rodeiro) y las primeras hachas de tope de dos asas en Europa. *El Museu de Pontevedra*. Pontevedra: 35, pp. 117-162.

PEREIRA, Gabriel (2014) – A sepultura sob tumulus do Senhor dos Aflitos (Alvarenga/Arouca, Centro-Norte de Portugal). Primeiros resultados. *Estudos do Quaternário*. Porto: 10, pp. 3-14.

PRIETO-MARTÍNEZ, Maria P.; JUAN-TRESSERRAS, Jordi & MATAMALA, Juan C. (2005) – Ceramic Production in the North-Western Iberian Peninsula: Studying the functional features of pottery by analyzing organic material. In PRUDENCIO, M.I.; DIAS, M.I. & WAERENBORGH, J.C., eds. – *Proceedings of the 7th European Meeting on Ancient Ceramics – Understanding people through their pottery*. Lisboa: Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN) / Ministério da Cultura / Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 42), pp. 193-199.

PRIETO MARTÍNZES, Maria P.; LANTES SUÁREZ, Oscar & MARTÍNEZ CORTIZAS, Antonio (2009a) – Dos enterramientos de la Edad del Bronce en la Provincia de Ourense. In FONTE, J., ed. – *Actas do Congresso Transfronteiriço de Arqueologia (Montalegre, 2008)*. Montalegre: Grupo Cultural Aqvae Flaviae (Revista Aqva Flaviae; 41), pp. 93-105.

PRIETO MARTÍNZES, Maria P.; MARTÍNEZ CORTIZAS, Antonio; LANTES SUÁREZ, Oscar & GIL AGRA, Dolores (2009b) – Estudio de la cerâmica del yacimiento de fosas de Fraga do Zorro. In FONTE, J., ed. – *Actas do Congresso Transfronteiriço de Arqueologia (Montalegre, 2008)*. Montalegre: Grupo Cultural Aqvae Flaviae (Revista Aqva Flaviae; 41), pp. 107-121.

SÁ, Edite (2014) – *Contextos e práticas funerárias da Idade do Bronze na Serra da Freita, (Centro-Norte de Portugal)*. Braga: Universidade do Minho (Tese de mestrado em Arqueologia – policopiada).

SAMPAIO, Hugo A. (2014) – *A Idade do Bronze na bacia do rio Ave (Noroeste de Portugal)*. Braga: Universidade do Minho (Tese de doutoramento – policopiada).

SAMPAIO, Hugo A. & BETTENCOURT, Ana M.S. (2011) – Produção e práticas metalúrgicas da Idade do Bronze no Noroeste português: o caso do Pego, Braga. In MARTINS, C.M.B.; BETTENCOURT, A.M.S.; MARTINS, J.I. & CARVALHO, J., eds. – *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*. Braga: CITCEM/APEQ, pp. 391-405.

SAMPAIO, Hugo A. & BETTENCOURT, Ana M.S. (2014) – Between the valley and the hilltop: Discoursing on the spatial importance os Pego's Bronze Age necropolis, Braga (Northwest of Portugal). *Estudos do Quaternário*. Porto: 10, pp. 45-57.

SAMPAIO, Hugo A.; BETTENCOURT, Ana M.S.; BARBOSA, Rui; DINIS, António & CRUZ, Domingos (2008) – A importânica do povoado do Pego no Bronze do Noroeste de Portugal. *In* E. Ramil Rego (ed.) *Actas do 1 Congresso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba (Vilalba, 2008)*. Vilalba: Museu de Prehistoria de Vilalba (Férvedes; 5), pp. 227-233.

SAMPAIO, Hugo A.; AMORIM, Maria J.; VILAS BOAS, Luciano & BRAGA, Ana C.G. (2014) – Contributo para o estudo dos contextos funerários do Noroeste português: o caso de estudo da Quinta do Amorim 2, Braga. *Estudos do Quaternário*. Porto: 10, pp. 35-43.

SANCHES, Maria J. (1981) – Recipientes cerâmicos da Pré-história Recente do Norte de Portugal. *Arqueologia*. Porto: 3, pp.88-98.

SILVA, Armando C.F. (1985) – As fossas ovóides de Beiriz e a problemática das práticas funerárias no Final da Idade do Bronze. *Actas do Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima III (Póvoa de Varzim, 1982)*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal, pp. 13-20.

SILVA, Armando C.F. (1993) – *A Idade do Bronze em Portugal. Pré-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 235-301.

SOUSA, O. (1996) – *Estatuária Antropomórfica Pré e Proto-histórica do Norte de Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Tese de mestrado – policopiada).

TILLEY, Christopher (2004) – *The Materiality of Stone: explorations in Landscape Archaeology*. Oxford University Press: Berg.

THOMAS, Julian (2001) – Archaeologies of Place and Landscape. *In* I. Hodder (Ed.) *Archaeological Theory Today*. Cambridge: Polity Press, pp. 165-186.

VÁSQUEZ VARELA, José M. (1980) – Enterramientos en cista de la Edad del Bronce en Galicia. *Pontevedra*. Pontevedra: 0, pp. 23-40.

VILAÇA, Raquel & CRUZ, Domingos J. (1999) – Práticas funerárias e cultuais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta. *Arqueologia*. Porto: 24, pp. 73-99.

VILAS BOAS, Luciano (2014a) – Vale de Chao 1, Braga. Um tumulus da Idade do Bronze no Noroeste português. *Estudos do Quaternário*. Porto: 10, pp. 15-23.

VILAS BOAS, Luciano (2014b) – *O Núcleo de Monumentos sob tumuli de Vale de Chão, Braga (serra do Carvalho): História de um lugar desde o Neolítico à Idade do Bronze*. Braga (Tese de mestrado – policopiada).

VILAS BOAS, Luciano & MARTÍN SEIJO, Maria (2014) – Ritos do fogo em contextos funerarios da Idade do Bronze do NW da Iberia: o caso de estudo do monument subtumulus do Vale do Chão 1. *Livro de Resumos do 3rd Enardas Colloquium. Living Places, Experienced Places*. Braga: APEQ/CITCEM, pp. 43-44.

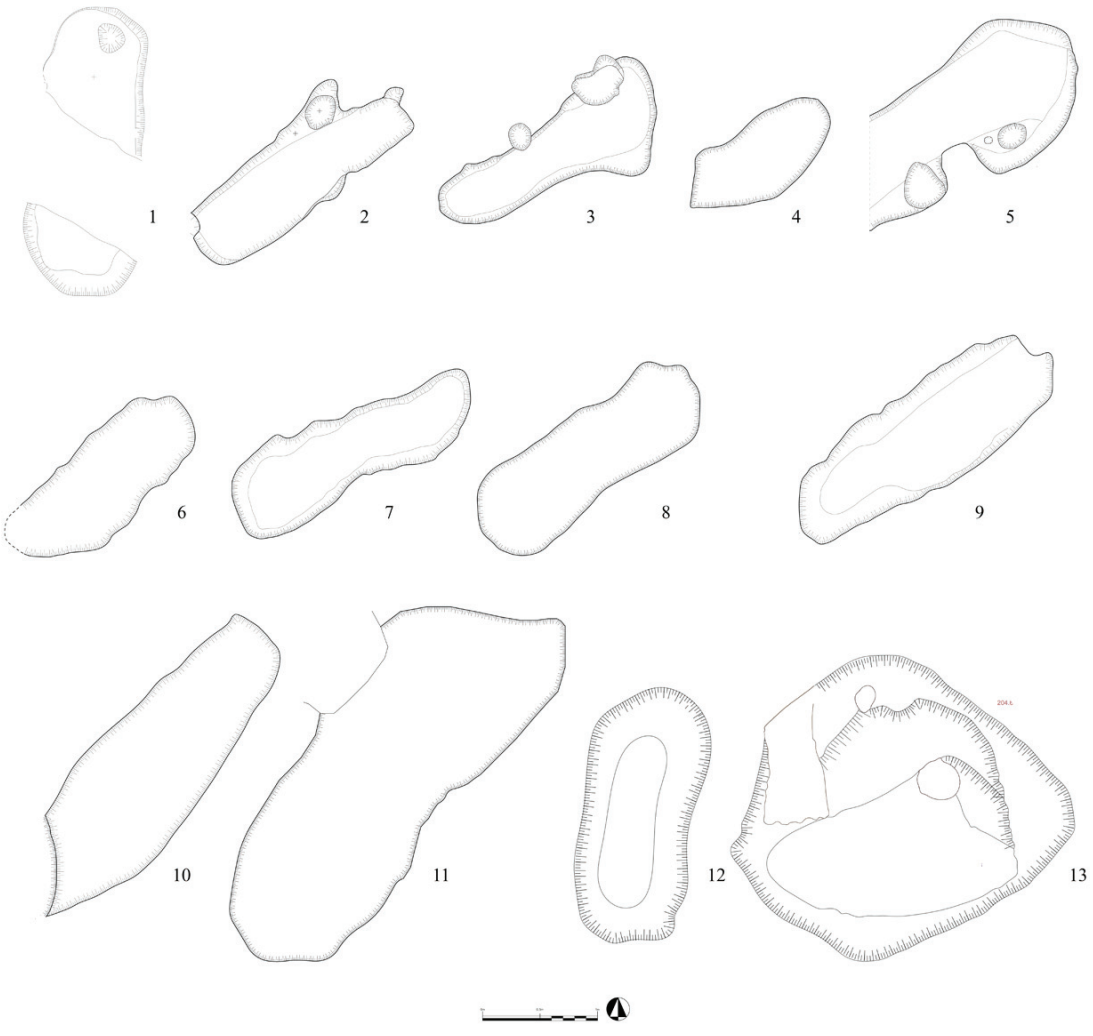


Figura 1 – Sepulturas planas identificadas e escavadas na bacia hidrográfica do rio Ave: 1. Quinta do Amorim (Braga); 2-10. Pego (Braga); 11. Quarteirão dos C.T.T. (Braga); 12-13. Vale Ferreiro (Fafe).

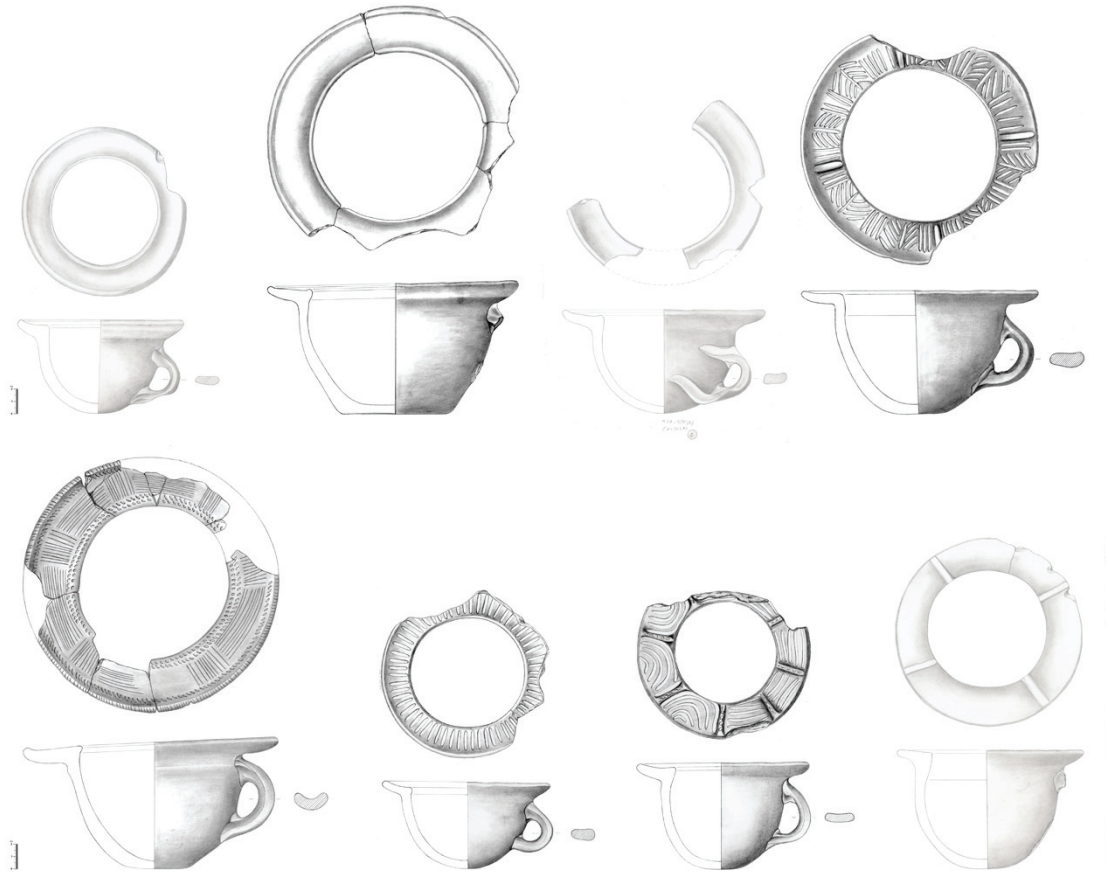


Figura 2 – Vasos de bordo horizontal recuperados do interior de fossas da hipotética necrópole de Faísca (Guimarães) (autor: Amélia Marques).

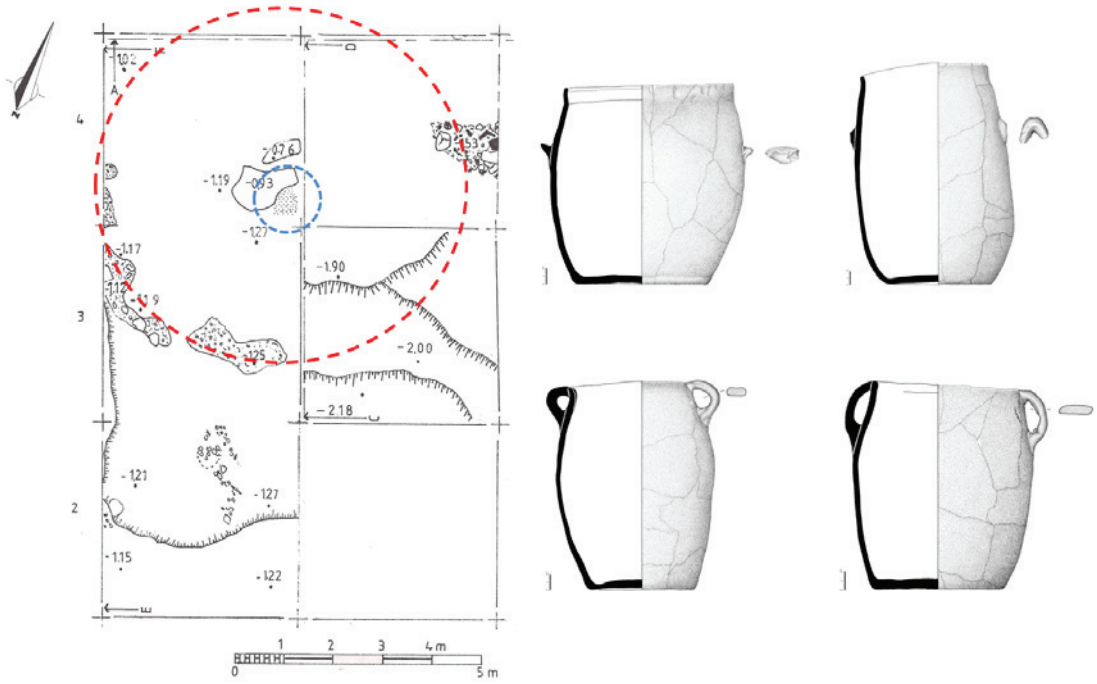


Figura 3 – Projeção do "recinto" de Granjinhos (círculo vermelho), posicionamento das urnas funerárias (círculo azul) e respetiva representação das mesmas (adaptado de Bettencourt (2000, Estampas V, VII e VIII)).

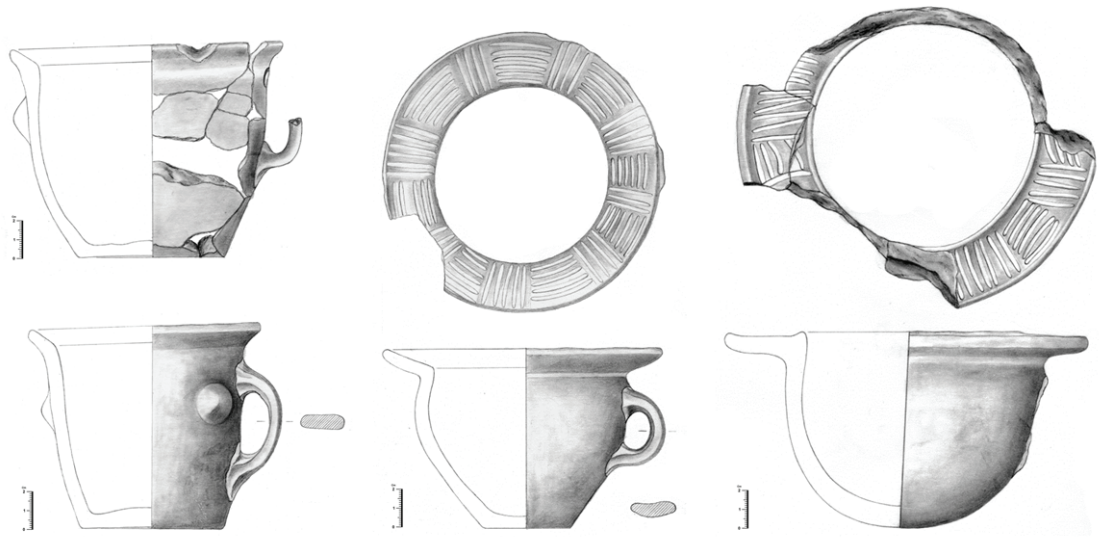


Figura 4 – Conjunto de vasos cerâmicos recolhidos durante os trabalhos do Quarteirão dos C.T.T. (Braga), incluindo o exemplar exumado da Sepultura LXXX (em baixo, à esquerda) (autor: Amélia Marques).

Sítio	Tipologia	Obs.	Bibliografia
Antela dos Corgos/ Córregos	Reutiliz. mon. megalít.	–	Bouza Brey & López Cuevilas, 1929
Lapinha	Reutiliz. mon. megalít.	–	Sanches, 1981
Vale de Chão 1, 2 e 4	Monum. sob tumuli	Necrópole	Vilas Boas 2014a, 2014b
Carvalho 1 e 2	Monum. sob tumuli	Necrópole	Vilas Boas 2014a, 2014b
Regedoura 2	Monum. sob tumuli	Necrópole	–
Laje da Malhadoura 1	Monum. sob tumuli	–	Canha *& alii*, 2005
Lobo 2	Monum. sob tumuli	–	Canha *& alii*, 2005
Lameirão/Cruz Nova	Monum. sob tumuli	–	Sousa, 1996
Pego	Sepulturas planas	Necrópole	Sampaio & Bettencourt, 2014; Sampaio, 2014
Vale Ferreiro	Sepulturas planas	Necrópole	Sampaio, 2014
Quinta do Amorim	Sepultura plana	Necrópole	Sampaio *& alii*, 2014; Sampaio, 2014
Quarteirão dos C.T.T.	Sepultura plana	Necrópole	Sampaio & alii, 2014
Faísca	Fossas	Necrópole (?)	Cardos,o 1936
Campo de Postigo	Fossas	Necrópole (?)	Bettencourt, 2010b
Pego	Fossas	Necrópole (?)	Sampaio *& alii*, 2008; Sampaio & Bettencourt, 2014
Vale Ferreiro	Fossa (casa túmulo?)	Necrópole	Bettencourt & alii, 2007
Granjinhos	Recinto	Necrópole	Sampaio, 2014
Vale Ferreiro	Túmulos	Necrópole	Bettencourt, Lemos & Araújo, 2003

Tabela 1 – Contextos funerários da Idade do Bronze por tipologia identificados na bacia do rio Ave.

Sítio	Ref. Lab.	Contexto	Idade BP	2 δ (cal BC) (95.4%)	Bibliografia
Vale Ferreiro	AA89670	Túmulo 2 (camada 1c)	3894±44	2479-2274 (89.4%) 2256-2208 (6.0%)	Bettencourt, Lemos & Araújo, 2003
Vale Ferreiro	Ua-19728	Túmulo 1	3635±50	2141-1884 (95.4%)	Bettencourt, Lemos & Araújo, 2003
Quart. CTT	14So/0634	Sep. LXXX Vaso cerâmico (2010.0393)	3570±40	2030-1867 (79.9%) 1848-1774 (15.5%)	Sampaio, 2014
Pego	AA102324	Sepultura 5 Vaso cerâmico (2004.0037)	3540±55	2026-1742 (94.5%) 1710-1700 (0.9%)	Sampaio, 2014
Vale de Chão 1	AA89664	Monumento sob tumuli (Camada 4b – área central)	3538±42	1976-1749 (94.4%) 2009-2002 (1%)	Vilas Boas, 2014a
Pego	AA89666	Sepultura 9 Vaso cerâmico (2007.0442)	3328±51	1740-1499 (95.4%)	Sampaio & Bettencourt, 2014
Qta. do Amorim	AA89661	Est. 12 Vaso cerâmico (2009.0765)	3345±42	1698-1524 (86.8%) 1739-1705 (6.8%)	Sampaio & alii, 2014
Vale Ferreiro	AA89671	Túmulo 4 (Camada 1a)	3295±61	1694-1440 (93.4%) 1734-1716 (2.0%)	Sampaio, 2014
Faísca	AA103119	Vaso cerâmico (MSA435(F))	3248±41	1616-1436 (95.4%)	Sampaio, 2014
Granjinhos	Beta374921	Urna funerária (1993.0297)	3250±30	1612-1490 (80.5%) 1484-1450 (14.9%)	Sampaio, 2014
Vale de Chão 1	AA89665	Reutilização do tumuli (estrutura 1, camada 1b)	3156±41	1516-1373 (90.8%) 1342-1318 (4.6%)	Vilas Boas, 2014a
Vale Ferreiro	AA63068	"Casa-túmulo" (camada 1)	2875±41	1134-925 (86.3%) 1195-1141 (8.8%) 1207-1204 (0.4%)	Bettencourt *& alii*, 2007

Tabela 2 – Datas de C^{14} disponíveis para os contextos da bacia do rio Ave citados ao longo do texto.

A NECRÓPOLE DA IDADE DO BRONZE DO CORVILHO (SANTO TIRSO): NOVOS DADOS PARA A SUA CONTEXTUALIZAÇÃO CRONOLÓGICA

Hugo Aluai Sampaio[1]

RESUMO

Em 1915, durante a construção do Hospital da Santa Casa da Misericórdia (Santo Tirso), e num pinhal pertença da Quinta do Gião, foram recuperados seis vasos cerâmicos e um bracelete em bronze. Ainda que os seus micro-contextos de deposição não sejam claros, a quantidade de vasos recolhidos e as suas tipologias têm permitido equacionar a hipótese da existência, naquele local, de uma necrópole da Idade do Bronze. Visando o seu enquadramento cronológico mais preciso, foi efetuada a recolha de fuligem do interior de um dos vasos para posterior datação por AMS. O resultado obtido, ainda que não podendo ser extrapolado aos restantes materiais, confirma, ainda assim, o uso do local para práticas funerárias já durante a Idade do Bronze Médio.
Palavras-chave: Noroeste de Portugal, Bronze Médio, Contexto funerário, Datação por AMS.

ABSTRACT

In 1915, during the construction of Hospital da Santa Casa da Misericórdia (Santo Tirso), in a pinewood at Quinta do Gião, six ceramic containers and one bronze bracelet were recovered. Although their micro context of deposition are not clear, the quantity of containers and their typologies allow to hypothesize the existence, in that same area, of a Bronze Age necropolis. In order to chronologically accurate this context, soot residues from the interior of one ceramic container was dated by AMS. The result, although it cannot be extrapolated to all the recovered materials, confirms the funerary use of this place during the Middle Bronze Age.
Keywords: Northwest of Portugal, Middle Bronze Age, Funerary context, AMS dating.

1. INTRODUÇÃO

Em 1915, durante a construção do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, em Santo Tirso, foram recolhidos e salvos diversos materiais arqueológicos. Ainda que os seus micro-contextos de deposição exatos não sejam claros, as características morfológicas dos materiais cerâmicos recolhidos podem ser genericamente enquadradas na Idade do Bronze regional.

A quantidade de objetos e a presença de formas cerâmicas comuns em contextos funerários do Noroeste português tem permitido levantar a hipótese de ter existido, em Corvilho, uma necrópole onde foram depositadas oferendas cerâmicas e, eventualmente, metálicas. Com o intuito de estreitar a cronologia de uso dessa hipotética necrópole, procedeu-se à realização de uma datação pelo radiocarbono.

A amostra analisada corresponde a fuligem raspada da parede interna de um dos vasos cerâmicos (número de inventário MMAP35), atualmente em depósito no Museu Municipal Abade Pedrosa, em Santo Tirso[2]. Seguidamente, a amostra foi encaminhada para o *NSF – Accelerator Mass Spectrometry Laboratory*, com sede em Arizona, nos Estados Unidos da América. A acompanhar a amostra selecionada seguiu uma ficha referindo àquele laboratório as substâncias conhecidas que estiveram em contacto com o vaso, dando a conhecer potenciais

1. Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), Universidade do Minho; hugoaluai@gmail.com

2. Agradece-se ao Doutor Álvaro Moreira a oportunidade concedida para o estudo dos materiais da necrópole do Corvilho aquando dos trabalhos de Doutoramento do autor mas, sobretudo, a sua abertura à recolha de amostras para datação daquele contexto.

contaminações ocorridas, principalmente, durante os trabalhos de conservação e restauro a que os materiais foram sujeitos.

2. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA, AMBIENTAL E ARQUEOLÓGICA

A necrópole do Corvilho ocupou a vertente oeste de uma pequena colina anexa à margem esquerda do rio Sanguinhedo, afluente pela mesma margem do rio Ave, do qual dista cerca de 1 km para sul (Figura 1).
O substrato local é de tipo monzogranito biotítioco, porfiroide, de grão grosseiro, também conhecido como Granitos de Guimarães e Santo Tirso (Andrade, Noronha & Rocha, 1986).
O local dista cerca de 10 e 14 km para SE, respetivamente, das jazidas de estanho de Pedras Negras/Vilarinho das Cambas (Vila Nova de Famalicão) e de Negreiros (Barcelos)/Lousado (Vila Nova de Famalicão) (Teixeira *& alli*, 1965). Num raio de pouco mais de 8 km seria possível a recolha de minérios sob a forma de aluvião nas margens dos cursos fluviais de maior dinâmica, como os rios Ave e Vizela.
Enquadrada em contexto de vale, atualmente a zona encontra-se fortemente construída muito por culpa do crescimento da malha urbana da cidade de Santo Tirso.
Em termos de vestígios arqueológicos datáveis da Idade do Bronze, refiram-se as sondagens efetuadas no castro de Monte Padrão, situado na cumeeira que separa as bacias hidrográficas do rio Ave, a norte, do rio Leça, a sul. Ali, Martins (1985) detectou a presença de formas cerâmicas carenadas e, também, cerâmica com decoração boquique, demonstrando influências oriundas da Meseta Norte. Com base nos materiais recuperados, Bettencourt (2010) propõe momentos distintos de ocupação do local: um datável do Bronze Médio, pela presença de fragmentos cerâmicos com decorações excisas e boquique tipo Cogotas I que, em contextos do Noroeste português, são datados daquela fase; e uma ou mais ocupações datáveis do Bronze Final, pela presença de diversas taças carenas de pasta fina e de acabamentos polidos, usuais neste período cronológico-cultural no Noroeste de Portugal.
Sabe-se, ainda, que em Chão de Presa terá aparecido "*Parte central de um machado de talão e dois anéis, com três nervuras finas no gume*" (Pinto, 1930, p. 306), objeto genericamente datável do Bronze Final, e proposta cronológica semelhante poderá atribuir-se a um machado de alvado de duas argolas proveniente algures de Santo Tirso (Cardoso, 1969).

3. AS MATERIALIDADES

O achado do Corvilho integra um conjunto de materiais onde estão representados seis vasos cerâmicos e um bracelete metálico (Figura 2). Uma vez que as materialidades em questão já se encontram detalhadamente descritas (Moreira 2016: 33-34), apenas serão referidos alguns pormenores que se entendem pertinentes.
Entre os recipientes cerâmicos constam um potinho e cinco vasos troncocónicos. O vaso **MMAP36** ou **[COR 1091]** (Figura 3), embora fraturado – crê-se que, possivelmente, durante a recolha/descoberta – apresenta-se praticamente completo, faltando o elemento de preensão vertical e partes do bordo (entretanto reconstruídas).
O elemento de preensão deixou um "negativo" na parte sensivelmente central da pança do vaso que, a julgar pela falta de uma pequena parte do bordo imediatamente acima, parecia ligar da pança àquele elemento. Trata-se de um potinho ou forma 11 (Bettencourt 1999) que apresenta acabamento alisado em ambas as faces, a par de ligeira corrosão. Não apresenta decoração nem indícios de fuligem.
Do vaso **MMAP35** ou **[COR 1086]** (Figura 4) apenas duas pequenas partes do seu bordo, posicionados em ambos os lados da área oposta à asa, são originais, pelo que a maior parte foi reconstruída. Apresenta bordo em aba soerguida e preserva o elemento de preensão vertical, de secção em fita, que arranca e termina na pança. Ambas as faces foram alisadas e incluem vestígios de fuligem que se distribuem pela área da parede e do bordo. Possui composição decorativa que recorreu à distribuição de 5 mamilos proeminentes dispostos horizontalmente e posicionados no lado externo da pança, abaixo do bordo, mais ou menos alinhados com o arranque superior da asa. Trata-se de um troncocónico ou forma 14 (Bettencourt, 1999).
O vaso **MMAP37** ou **[COR 1088]** (Figura 5) terá sido ligeiramente quebrado durante a recolha/descoberta, pelo que foi posteriormente reconstruído. Inclui alisamento e indícios de fuligem em ambas as faces que se distribui pelas paredes e base. O elemento de preensão vertical, em falta, observa-se pelos negativos na pança. Trata-se de um troncocónico ou forma 14 (Bettencourt, 1999).

Ao vaso **MMAP38** ou **[COR 1089]** (Figura 6) falta o elemento de preensão vertical e partes do bordo. O elemento de preensão vertical, a julgar pelo único negativo visível na pança, seria de secção em fita. O facto de uma das partes do bordo em falta ser precisamente a área acima deste negativo pressupõe que o mesmo pudesse arrancar diretamente do bordo. Embora ligeiramente corroído, percebe-se que foi alisado em ambas as faces. Não é decorado mas apresenta restos de fuligem distribuída pela área lateral da pança, de ambos os lados. Trata-se de um troncocónico ou forma 14 (Bettencourt, 1999) mas as suas paredes são praticamente retas comparativamente aos restantes troncocónicos.

O vaso **MMAP39** ou **[COR 1087]** (Figura 7) terá sido quebrado durante a recolha/descoberta – foi posteriormente reconstruído –, restando-lhe apenas uma pequena parte original do bordo, na zona oposta à asa. O elemento de preensão vertical, também em falta, afere-se pelos negativos deixados na parede externa da pança. O bordo é em aba soerguida. Apresenta polimento da face externa e alisamento da interna, além de indícios de fuligem em ambas as faces com distribuição pela pança e bordo.

Trata-se de um troncocónico ou forma 14 (Bettencourt, 1999) e tem paralelos com alguns dos vasos recolhidos no interior de algumas sepulturas planas da necrópole de Cimalha, em Felgueiras (Almeida & Fernandes, 2008).

O vaso **MMAP40** ou **[COR 1040]** (Figura 8) tem uma grande parte de bordo e da pança em falta, provavelmente quebrada durante a recolha/descoberta, pelo que foi posteriormente reconstruído. Embora não preserve elemento de preensão vertical – nem os seus negativos na pança – é possível que a grande secção em falta do bordo e pança correspondam à área que incluiria esse elemento. Apresenta ambas as paredes alisadas e fuligem apenas na parede externa que se distribui pela base e pança. Inclui composição decorativa que recorreu à aplicação de elementos plásticos sob a forma de quatro mamilos pouco proeminentes dispostos horizontalmente na pança. Um quinto mamilo faz parte da reconstituição da forma. Trata-se de um troncocónico ou forma 14 (Bettencourt, 1999).

Além dos recipientes cerâmicos o conjunto inclui, também, um bracelete em bronze maciço (**MMAP-34**) (Figura 9). É aberto, de forma circular e secção subrectangular, com face exterior arredondada e interna ligeiramente achatada. Possui dois terminais subesféricos, um em cada extremidade, igualmente maciços. Não são visíveis soldaduras. Encontra-se decorado na face externa, junto dos terminais, com finas linhas incisas transversais e, na restante área, por pontos puncionados formando linhas longitudinais.

4. DATAÇÃO PELO RADIOCARBONO

Os materiais da necrópole do Corvilho correspondem a 5 vasos cerâmicos troncocónicos e 1 potinho, recorrentes em contextos coetâneos cronologicamente situados entre o Bronze Inicial e Médio, ainda que os potinhos/púcaros possam perdurar por toda a Idade do Bronze (Bettencourt, 2009, 2010). Com o intuito de confirmar e de estreitar a periodização deste contexto, e atendendo aos recursos financeiros disponíveis, foi realizada uma datação absoluta pelo radiocarbono segundo a curva de calibração IntCal13 (Reimar *& alli* 2013). O resultado obtido confirma a utilização do local durante o que é convencionalmente aceite como a Idade do Bronze Médio regional, mais precisamente entre os séculos XVIII e XVI (Tabela 1).

Ref. Lab.	Tipo	Contexto	Idade BP	2 δ (cal BC)
AA102328	Fuligem	Vaso MMAP35	3354±55	1859-1854 (0.3%)
				1771-1502 (95.1%)

Tabela 1 – Resultado da datação por AMS de amostra de fuligem do Corvilho (Santo Tirso).

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES

Antes de mais deve ser sublinhado o facto de o tratamento prévio resultante de trabalhos de conservação e restauro efetuados ao vaso cerâmico datado não ter inviabilizado a correta datação de fuligem do mesmo. De resto, a opção de datar fuligem presente em recipientes cerâmicos tem-se mostrado deveras vantajosa (Sampaio, 2014).

A datação apresentada permite pensar que as práticas funerárias ocorridas no Corvilho incluíram o manuseamento e a deposição de (pelo menos) um vaso troncocónico. Contudo, *per si*, esta data não deverá excluir a possibilidade deste lugar ter sido frequentado e utilizado para práticas funerárias (ou outras quaisquer práticas) durante outras fases que não o Bronze Médio.

Ainda que a datação de um vaso recolhido em inícios do século passado tenha fornecido bons resultados, há que acautelar a extrapolação da mesma data para as restantes materialidades recolhidas no Corvilho. Isto porque outros dados, não apenas do Noroeste português, mostram como contextos funerários de tipo necrópole podem prolongar-se ao longo de amplas diacronias, conforme sucede, por exemplo, na necrópole do Pego, em Braga (Sampaio & Bettencourt, 2014; Sampaio, 2014), espaço utilizado para práticas funerárias que, tendo em conta as datas até agora disponíveis, se estenderam entre os finais do Bronze Inicial e o Bronze Médio, não sendo de excluir a sua utilização durante o Bronze Final. Assim, muitos destes lugares devem ser entendidos como o resultado de sucessivos episódios de revisitação e frequência, por vezes arrastando-se no tempo durante vários séculos, e não como produto de um único momento ou ação.

Ainda que a contemporaneidade entre as diferentes materialidades e os seus micro contextos de deposição possam (sempre) ser questionados, a quantidade de materiais aliada às formas cerâmicas recuperadas – comuns em ambientes funerários da Idade do Bronze no Noroeste português – levaram à denominação, na literatura da especialidade, do que se conhece hoje como necrópole do Corvilho, num local onde "*pela voz dos mais idosos*" era conhecida "*a existência (…) de um cemitério muito antigo*" (Santarém, 1955, p. 170). Não deverá ser esquecido, contudo, a proximidade da necrópole romana da Quinta da Devesa identificada, segundo Santarém (1955, p. 171), "*a cerca de 500 metros para Norte do Corvilho*".

Entre a recolha de vasos troncocónicos, especial destaque para o vaso com o número de inventário MMAP39/[COR 1087], pelas suas semelhanças a outros vasos recolhidos na necrópole de sepulturas planas de Cimalha (Almeida & Fernandes, 2008). Forma cerâmica mais rara é o potinho/púcaro, correspondente à forma 10 segundo a tabela formal disponível para o Noroeste português (Bettencourt, 1999). Mais ainda se tivermos em consideração que, contrariamente às restantes formas cerâmicas ali recolhidas, não apresenta contacto com o fogo nem elementos decorativos. Vaso cerâmico em condições semelhantes e em contexto funerário foi também identificado na extremidade sul do túmulo 3 de Vale Ferreiro (Sampaio, 2014; Sampaio & Bettencourt, no prelo), por exemplo.

Os vasos troncocónicos são recorrentes em contextos funerários entre o Bronze Inicial e Médio nos mais diversos tipos de construção funerária (Bettencourt 2010). Por sua vez, os potinhos são formas presentes durante toda a Idade do Bronze (Bettencourt, 1997), ainda que mais recorrentes em cistas datadas do Bronze Inicial na Galiza (veja-se, por exemplo, Rodriguez Gras, 1974; Ramil Soneira & Vásquez Varela, 1979; Vásquez Varela, 1980; Monteagudo, García & Lois, 1981).

Sem entrar na discussão do foro da semiótica e das hipotéticas mensagens "escondidas" na linguagem decorativa destes vasos – cuja ausência de ossadas não permite qualquer ilação ou relação com o indivíduo sepultado –, certo é que a ausência de indícios de contacto com o fogo (fuligem) no potinho/púcaro de Corvilho parece evocar uma função distinta das formas cerâmicas recorrentemente associadas a ritos de fogo, como os vasos de bordo horizontal ou troncocónicos, usualmente requeimados e que, inclusive, análises químicas mostraram, respetivamente, ter contido uma espécie de gordura não identificada (Gonçalves *et alii* 2010) ou mesmo cerveja (Prieto-Martínez, Juan-Tresserras & Matamala, 2005; Prieto-Martínez, Lantes Suárez & Martínez Cortizas, 2009).

Convirá também destacar que sítios que apresentam conjuntos cerâmicos formais variados, onde cabe o caso da necróple do Corvilho, devem impelir a uma abordagem que não se esgote apenas no estudo tecnológico e formal, mas que também valorize fatores cronológicos, sociais, simbólicos ou rituais. Infelizmente, a escassa informação disponível sobre os micro-contextos de deposição das materialidades de Corvilho, aliada à falta dos restos ósseos humanos, poderia ajudar a lançar luz sobre questões relacionados, por exemplo, com o género, a idade ou o papel social dos indivíduos sepultados.

Uma nota também relativa à recolha, nas imediações de formas cerâmicas, de um bracelete em bronze. Ainda que este objeto venha sendo datado da Idade do Ferro (Castro Pérez, 1997), não deve excluída a hipótese de este ser mais antigo. No entanto, tal hipótese ficará à mercê de futuros estudos, análises e datações que, quando disponíveis, poderão clarificar esta e outras questões. Ainda assim, e ao comprovar-se futuramente que o bracelete metálico do Corvilho seria desta fase, tratar-se-ia de uma novidade no âmbito dos contextos funerários do Bronze Médio do Noroeste português.

Uma última nota para a contiguidade, de resto, como sucede em muitos outros casos por todo o país, de práticas funerárias de períodos distintos numa mesma área. Da mesma forma que alguns monumentos funerários se aproximaram propositadamente de arquiteturas fúnebres ancestrais, esta recorrência parece demonstrar o perdurar destas práticas numa área muito próxima que, ainda que separadas por dezenas de séculos, corporizam uma verdadeira paisagem funerária.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Pedro B. & FERNANDES, Francisco (2008) – O povoado da Idade do Bronze da Cimalha. *Actas do I Encontro de Arqueologia das Terras do Sousa* (Lousada, 2007). Lousada: Câmara Municipal (Oppidum; Número Especial), pp. 29-44.

ANDRADE, M. Montenegro de; NORONHA, Fernando & ROCHA, António (1986) – Carta Geológica de Portugal (1/50000). Folha 9-B, Guimarães. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

BETTENCOURT, Ana M.S. (1997) – Expressões funerárias da Idade do Bronze no Noroeste peninsular. *Actas do II Congreso de Arqueología Peninsular*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, pp. 621-632.

BETTENCOURT, Ana M.S. (1999) – *A Paisagem e o Homem na bacia do Cávado durante o II e o I milénios AC*, 5 vols. Braga: Universidade do Minho (Tese de doutoramento – policopiada).

BETTENCOURT, Ana M.S. (2009) – A Pré-História do Minho. Do Neolítico à Idade do Bronze. In PAULO P. coord. – Minho. Traços de Identidade. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp. 70-118.

BETTENCOURT, Ana M.S. (2010) – La Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica: un análisis a partir de las prácticas funerárias. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 67: 1, pp. 139-173.

CARDOSO, Mário (1969) – Machados de bronze ornamentados. *Abrente* 1: 75-79.

CASTRO PÉREZ, Ladislao 1997. Brazalete de Bronce de Santo Tirso. *Santo Tirso Arqueológico*. Santo Tirso. 2ª Série. 1, pp. 5-11.

GONÇALVES, Luís; BETTENCOURT, Ana M.S. & ALVES, Maria I.C. (2010) – Análises químicas de conteúdos orgânicos de recipientes cerâmicos da Idade do Bronze do Norte de Portugal. *Livro de Resusmos das III Jornadas do Quaternário – Evolução Paleoambiental e Povoamento na Fachada Ocidental da Península Ibérica (Braga 2010)*. Braga: APEQ, p. 8.

MARTINS, Manuela (1985) – Sondagens arqueológicas no Castro do Monte Padrão, em Santo Tirso. *Cadernos de Arqueologia*. Santo Tirso. 2ª Série. 2, pp. 217-230.

MONTEAGUDO, Luis; GARCÍA, Alfredo & LOIS, Julio (1981) – El hacha de Salto (Rodeiro) y las primeras hachas de tope de dos asas en Europa. *El Museu de Pontevedra*. Pontevedra. 35, pp. 117-162.

MOREIRA, Álvaro (2016) – *Museu Municipal Abade Pedrosa: colecção arqueológica*. Santo Tirso: Câmara Municipal.

PINTO, Rui S. (1930) – Machados de bronze das margens do Ave. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e* Etnografia. Porto. 4: 3, p. 306.

PRIETO-MARTÍNEZ, Maria P.; JUAN-TRESSERRAS, Jordi & MATAMALA, Juan C. (2005) – Ceramic Production in the North-Western Iberian Peninsula: Studying the functional features of pottery by analyzing organic material. In PRUDENCIO, M.I.; DIAS, M.I. & WAERENBORGH, J.C. eds. – Proceedings of the 7th European Meeting on Ancient Ceramics – Understanding people through their pottery. Lisboa: Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN) / Ministério da Cultura / Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 42), pp. 193-199.

PRIETO MARTÍNZES, Maria P.; LANTES SUÁREZ, Oscar & MARTÍNEZ CORTIZAS, Antonio (2009) – Dos enterramientos de la Edad del Bronce en la Provincia de Ourense. In FONTE J. ed. – Actas do Congresso Transfronteiriço de Arqueologia (Montalegre, 2008). Montalegre: Grupo Cultural Aqvae Flaviae (Revista Aqva Flaviae; 41), pp. 93-105.

RAMIL SONEIRA, Jose & VÁSQUEZ VARELA, Jose M. (1979) – Enterramiento en cista de la edad del Bronce de 'O Cubillon', Xermade (Lugo). *El Museu de Pontevedra*. Pontevedra. 33, pp. 61-68.

REIMER, Paula J.; BARD, Edouard; BAYLISS, Alex; BECK, J. Warren; BLACKWELL, Paul G.; RAMSEY, Christopher B.; BUCK, Caitilin E.; CHENG, Hai; EDWARDS, R. Lawrence; FRIEDRICH, Michael; GROOTES, Pieter M.; GUILDERSON, Thomas P.; HAFLIDASON, Haflidi; HAJDAS, Irka; HATTÉ, Christine; HEATON, Timothy J.; HOFFMANN, Dirk L.; HOGG, Alan G.; HUGHEN, Konrad A.; KAISER, K. Felix; KROMER, Bernd; MANNING, Sturt W.; NIU, Mu; REIMER, Ron W.; RICHARDS, David A.; SCOTT, E, Marian; SOUTHON, John R.; STAFF, Richard A.; TURNEY, Christian S.M. & VAN DER PLICHT, Johannes (2009) – IntCal13 and Marine13 Radiocarbon Age Calibration Curves 0-50,000 Years Cal BP. *Radiocarbon*. Arizona. 55: 4, pp. 1869-1887.

RODRIGUEZ GRAS, J.M. (1974) – Un vaso y un puñal de la Edad del Bronce hallados en Malpica. *El Ideal Gallego*. A Coruña. 9 de xuño, pp. 20-21.

SAMPAIO, Hugo A. (2014) – *A Idade do Bronze na bacia do rio Ave (Noroeste de Portugal)*. Braga: Universidade do Minho (Tese de Doutoramento – policopiada).

SAMPAIO, Hugo A. & BETTENCOURT, Ana M.S. (2014) – Between the valley and the hilltop: Discoursing on the spatial importance os Pego's Bronze Age necropolis, Braga

(Northwest of Portugal). *Estudos do Quatenário*. Porto. 10, pp. 45-57.

SAMPAIO, Hugo A. & BETTENCOURT, Ana M.S. (no prelo) – *Memória de um lugar da Idade do Bronze do Noroeste português: Vale Ferreiro (Fafe) – estudo monográfico*. Braga: Laboratório de Paisagens, Património e Território.

SAMPAIO, Hugo A. & BERNARDO, Helena (2016) – A necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel): novos dados para a compreensão da morte durante a Idade do Bronze. *Livro de Resumos das VI Jornadas do Vale do Douro: do Paleolítico à Idade Média*. Porto: Asociación Científico-Cultual Zamora Protohistórica, p. 9.

SANCHES, Maria J. (1982) – Vasos da Estação Arqueológica do Corvilho – Santo Tirso. *Arqueologia*. Santo Tirso. 3, pp. 56-61.

SANTARÉM, Carlos F. (1955) – Algumas peças inéditas do Museu Abade Pedrosa: Espólio do Corvilho – Santo Tirso. *O Concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural*. Santo Tirso. 4: 2, pp. 105-111.

TEIXEIRA, Carlos & MEDEIROS, Arhur C. (1965) – Carta Geológica de Portugal à escala 1:50 000. Notícia explicativa da folha 9-A (Póvoa de Varzim). Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

VÁSQUEZ VARELA, Jose M. (1980) – Enterramientos en cista de la Edad del Bronce en Galicia. *Pontevedra*. Pontevedra. 0, pp. 23-40.

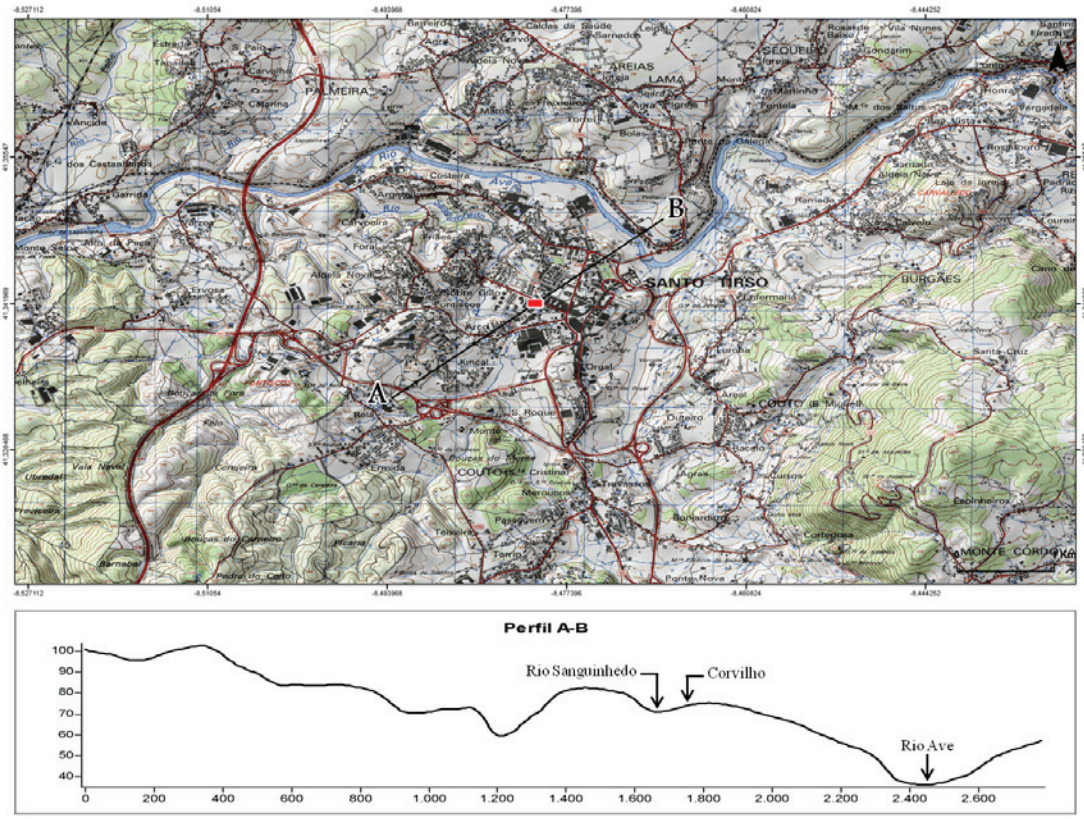


Figura 1 – Extrato de Carta Militar de Portugal, folha nº 98, à escala 1:25 000, com localização aproximada da necrópole do Corvilho e respetivo perfil topográfico (autor Filipe Pereira).



Figura 2 – Ilustração do "*Espólio arqueológico do Corvilho*" (autor Faya Santarém (1955, p. 179)).



Figura 3 – Potinho ou forma 11 (Bettencourt 1999) (autor c. Moreira (2016, p. 34)).

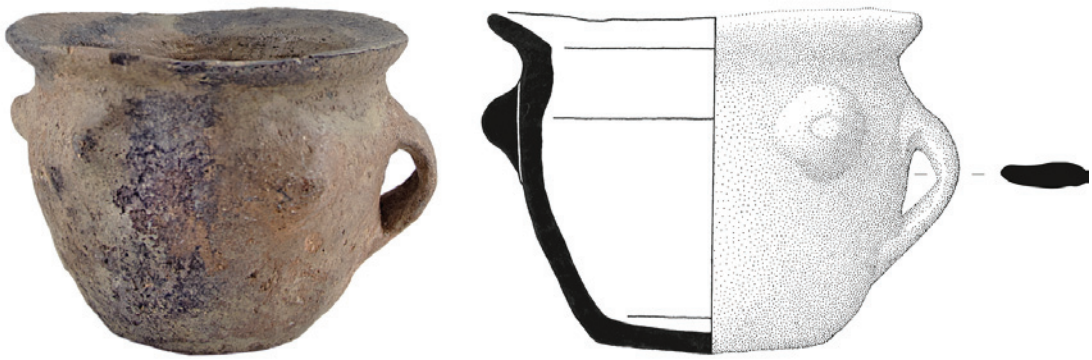


Figura 4 – Troncocónico ou forma 14 (Bettencourt 1999) (autor Moreira (2016, p. 33)).



Figura 5 – Troncocónico ou forma 14 (Bettencourt 1999) (autor Moreira (2016, p. 33)).



Figura 6 – Troncocónico ou forma 14 (Bettencourt 1999) (autor Moreira (2016, p. 34)).



Figura 7 – Troncocónico ou forma 14 (Bettencourt 1999) (autor Moreira (2016, p. 33)).



Figura 8 – Troncocónico ou forma 14 (Bettencourt 1999) (autor Moreira (2016, p. 34)).

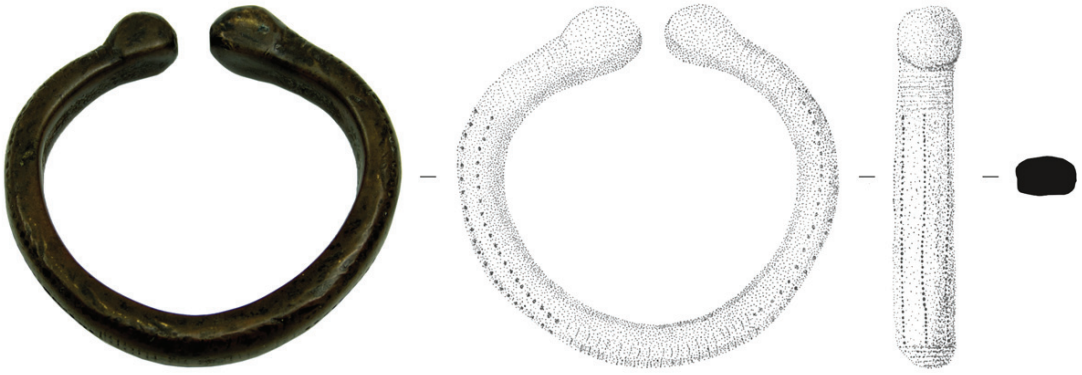


Figura 9 – Bracelete de bronze da hipotética necrópole do Corvilho (autor Moreira (2016, pp. 33))

POVOADO DE SÃO LOURENÇO. NOVOS DADOS. CASTRO DAIRE, VISEU (CNS 5114)

Vítor Manuel da Silva Dias[1]

RESUMO

O povoado de São Lourenço identificado com o CNS nº 5114[2], localiza-se no distrito de Viseu, concelho de Castro Daire, freguesia de Moledo (CMP nº 167). Os novos dados arqueológicos atestam não só, a morfologia da muralha e o carácter fortificado do sítio, como afinam a cronologia de fundação e ocupação do povoado. Implantado em elevação de topónimo idêntico, regista núcleo amuralhado com área aproximada de 26434 m² (perímetro c. 715 metros).

Os indicadores cerâmicos balizam a possível fundação do povoado no Bronze Final. Demonstra o conjunto de materiais cerâmicos, numismas e fíbulas continuidade da ocupação na Idade do Ferro e período romano, existindo igualmente registo de um numisma associado ao reinado de D. João I.

Palavras-chave: Povoado fortificado, Muralhas, Moedas, Fíbulas, Figura votiva de bode em bronze.

ABSTRACT

The settlement of São Lourenço identified with the CNS nº 5114 [1], is located in the district of Viseu, municipality of Castro Daire, locality of Moledo (CMP nº 167). New archaeological data attest for the morphology of the wall and for the fortified character of the site, but also for the chronology of the foundation and occupation of the settlement. Settled at high ground and under an identical toponym, the fortification registers a walled nucleus with an approximate area of 26,434 m² (perimeter c. 715 meters).

The ceramic indicators frame the possible foundation of the settlement in the Late Bronze Age. The set of ceramic materials, numismatics and fibula attest for the continuity of occupation of the locality during the Iron Age and Roman period, along with the evidence of the presence of a numisma, associated with the reign of D. João I.

Keywords: Fortified settlement, Wall, Roman coins, *Fibulae*, Bronze votive goat.

1. INTRODUÇÃO

Os dados apresentados enquadram-se no âmbito dos trabalhos da intervenção arqueológica desenvolvida na sequência do projeto do Parque Eólico de Três Marcos, propriedade de Parque Eólico do Douro Sul S.A. (Dias, 2016).

O estudo documenta o cumprimento integral das medidas de minimização, apresentando síntese dos resultados científicos desenvolvidos entre os dias 13 – 22 de agosto e 17 – 18 de dezembro de 2015. Todas as medidas minimizadoras foram preconizadas pela legislação patrimonial dando cumprimento à Decisão de Incidências Ambientais (DIncA), datada de 8 de julho de 2013, medida 32: "*sondagens arqueológicas de diagnóstico nas áreas afetas ao projeto localizadas no povoado de S. Lourenço".*

Relembra-se que a descrição do sítio arqueológico antes da presente intervenção era conhecida do seguinte modo: «Possível povoado fortificado da Idade do Ferro, contudo atualmente não se detetam à superfície quaisquer estruturas. Foram, contudo, recolhidos alguns materiais de superfície que atestam a sua ocupação durante a Idade do Ferro e subsequente romanização. Trabalhos mais recentes sugerem uma ocupação para este local entre o Período Romano e a Ida

1. Membro integrado doutorado do CIDEHUS, Universidade de Évora; vitorsilvadiasmail.com

2. http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=sitios.resultados&subsid=55771

de Média» (http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=sitios.resultados&subsid=55771) (Figura 1).
O povoado de São Lourenço identificado na base de dados Endovélico com o CNS nº 5114[3], localiza-se no distrito de Viseu, concelho de Castro Daire, freguesia de Moledo. Regista as seguintes coordenadas geográficas considerando um ponto central: latitude: 40.8311143; longitude W: -7840449. Confirmando-se o carácter amuralhado do povoado está documentado na folha 167 da CMP, 1: 25 000, estando o marco geodésico situado igualmente no interior da fortificação (Figura 2).
Os trabalhos arqueológicos tiveram como principais objetivos o cumprimento do ponto 32 da DINCA: efetuar sondagens arqueológicas de diagnóstico nas áreas afetadas ao projeto, localizados no povoado de S. Lourenço. A intervenção consistiu na realização de cinco sondagens arqueológicas (2x2m). Duas ao longo do caminho que percorre a plataforma e três na área da plataforma/fundação do AG10, com o objetivo de aferir o estado de conservação da estratigrafia arqueológica e avaliação do potencial patrimonial do sítio.
A metodologia aplicada pretendeu evitar e minimizar impactes patrimoniais negativos nos trabalhos que suscitam afetação no subsolo e registar toda a informação no sentido da contextualização estratigráfica e estrutural da área em causa.

2. ESTADO ATUAL DOS CONHECIMENTOS E CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO DA ÁREA ENVOLVENTE

O património arqueológico da região envolvente do povoado de São Lourenço é consideravelmente vasto e exige balizamentos geográficos pertinentes, sob pena da presente abordagem se tornar excessivamente longa. De facto, são diversos os trabalhos de prospeção arqueológica académica desenvolvidos desde a década de noventa na região localizada a norte de Viseu. Destaca-se especialmente a região de Vila Nova de Paiva e igualmente a região de Castro Daire. São vastas as ocorrências arqueológicas associadas ao horizonte megalítico e salientam-se na proximidade do povoado de São Lourenço os concelhos de Pendilhe, Touro e Vila Nova de Paiva.

3. http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=sitios.resultados&subsid=55771.

A excecionalidade de resultados desta região encontra-se associada a nomes como Domingos Cruz (Cruz *et alii*, 2000, Cruz, 2000, Vilaça e Cruz, 1995) que na década de noventa foi precursor de diversos trabalhos posteriormente continuados por Alexandre Canha (Canha, 2002), Marina Vieira (Vieira, 2000, 2004), Alexandre Valinho (Valinho, 1999), André Santos (Santos, 2000), ou Sílvia Mendes Loureiro (Mendes, *et alii*, 2006, 2011). O docente e formador Domingos Cruz, tem deste modo papel decisivo e incontornável para o melhor entendimento/conhecimento do património arqueológico da região. Relembra-se que a enorme densidade de sítios arqueológicos do horizonte megálito da região apenas regista "rival" na região alentejana do atual território português.
Destacam-se pela proximidade geográfica o sítio de arte rupestre de Pedra dos Pratos (CNS 845), localizada na vizinha freguesia de Mões e o povoado de Canedotes (CNS 11382) já situado em Vila Nova de Paiva. O primeiro dos sítios, apresenta cronologia entre o calcolítico e a Idade do Bronze. O segundo, regista datações próximas do Bronze Final. A coerência cronológica do neo-calcolítico mantém-se nos casos da necrópole megalítica de Pedralta (CNS 5077, 25114, 25115, 25116, 25117), ou na anta de Vale de Cavalos (CNS 3665), ou mesmo no dólmen de Vila de Um Santo (CNS 14545), todos localizados em Cota, Viseu.
O Habitat da Franqueira, (CNS 22023) e o Tesouro de Oiteiro, (CNS 22024) são, todavia, os sítios que melhor proximidade cronológica patenteiam ao espólio metálico. O primeiro regista tégulas, ímbrices, cerâmica comum e muita escória de fundição. O segundo corresponde a tesouro monetário de 29 denários republicanos com data provável do reinado de Augusto (c. 23 a. C). Apesar de datado da época republicana a presença deste entesouramento dá maior continuidade à presença de numismas romanos na região, antecedendo a sequência das datações imperiais dos numismas identificados no povoado de São Lourenço.
O índice informativo da região foi melhorado com a presente intervenção e poder-se-á afirmar que o conhecimento arqueológico do sítio atesta e valida indicações anteriores. Relembra-se sobre este assunto, que a descrição do povoado de São Lourenço antes da presente intervenção, era conhecida do seguinte modo no Portal do Arqueólogo: «possível povoado fortificado da Idade do Ferro, contudo atualmente

não se detetam à superfície quaisquer estruturas. Foram, contudo, recolhidos alguns materiais de superfície que atestam a sua ocupação durante a Idade do Ferro e subsequente romanização. Trabalhos mais recentes sugerem uma ocupação para este local entre o Período Romano e a Idade Média» (http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=sitios.resultados&subsid=55771).

O estado atual do conhecimento compreendido pela intervenção arqueológica, confirma o carácter fortificado do sítio através da sondagem 6, recuando a sua fundação até à Idade do Bronze (Bronze Final), graças a alguns fragmentos cerâmicos. A continuidade da ocupação na Idade do Ferro e período romano é igualmente reforçada pela análise de materiais cerâmicos, numismas e fíbulas.

3. DESCRIÇÃO DE RESULTADOS

A localização das sondagens foi selecionada de acordo com as condicionantes de acordo com as Incidências Ambientais (DIncA), datada de 8 de julho de 2013. Estas diretrizes foram articuladas com as ocorrências de superfície identificadas na sequência da prospeção prévia realizada no local de intervenção.

A localização da sondagem 1 pretendeu corresponder a uma das duas sondagens a localizar no caminho de acesso ao aerogerador 10. Esta seleção relaciona-se essencialmente com a presença à superfície de diversas telhas de meia cana, que suscitavam pela quantidade a perceção de poder existir um melhor índice de preservação no local (Figura 3).

A localização da sondagem 2 visou harmonizar-se com a localização de uma das três sondagens a implantar na plataforma do aerogerador 10. A seleção correspondeu ao local onde foi identificada a fíbula inventariada com o nº 134. A sugestão do material de superfície de elevado valor museológico reforçou a pertinência da implantação da sondagem de 2x2m.

A localização da sondagem 3 correspondeu a uma das três sondagens a localizar na plataforma do aerogerador 10. Tal como a sondagem 2, também a presença de metais, (moeda nº 158), foi determinante para a seleção do local a sondar arqueologicamente.

A localização da sondagem 4, tal como no caso anterior correspondeu a uma das três sondagens a localizar na plataforma do aerogerador 10. Foi a presença de mós (dormentes) e diversos fragmentos de cerâmica comum que tornou coerente a seleção do local desta sondagem.

A localização da sondagem 5, tal como sucedido com a sondagem 1, pretendeu corresponder a uma das duas sondagens a localizar no caminho de acesso ao aerogerador 10. A seleção deste local liga-se essencialmente com a necessidade de sondar uma área que espacialmente se enquadrasse com as exigências da tutela, materializando o acréscimo da amostra espacial e o diagnóstico duma área localizada mais distante das restantes sondagens. Apesar desta área se encontrar ausente de materiais de superfície considerou-se pertinente alargar a perspetiva espacial da amostragem (Figura 4).

A sondagem mecânica identificada como sondagem 6, elaborada em duas fases (agosto e dezembro) representa uma relevante perspetiva estratigráfica do sítio. Documenta igualmente a importância atribuída pela comunidade do povoado de São Lourenço a este elemento de carácter iminentemente defensivo e honorífico, permitindo enquadrar este sítio na categoria de povoados fortificados. Os recursos despendidos para a sua construção certamente implicaram uma capacidade organizativa e de recrutamento de dimensão apreciável.

O povoado de São Lourenço localizado em cabeço de topónimo idêntico, regista núcleo amuralhado com área de aproximadamente 26434 m2 e perímetro de cerca de 715 metros. Enquadrando-se na tipologia de povoado fortificado, romanizado, com provável origem na Idade do Bronze regista igualmente numisma associado à segunda dinastia da nacionalidade portuguesa. A identificação desta estrutura amuralhada, com cerca de 4 metros de espessura, foi confirmada pela realização da sondagem 6 e a presença romana pelos artefactos cerâmicos (tégulas, fragmento de prato de imitação de engobe vermelho pompeiano), e metálicos (numismas e fíbulas).

Para além da qualidade e quantidade dos artefactos exumados destaca-se o reduzido potencial estratigráfico e o carácter revolvido dos sedimentos, provocado pela ação mecânica intrusiva associada à florestação de pinheiro jovem.

Os materiais arqueológicos (elementos cerâmicos e metálicos) enquadram a cronologia de fundação do povoado na Idade do Bronze (cerâmica com decoração incisa "pós-cozedura", dita de "tipo Baiões/Santa Luzia": incisão com a pasta semi-seca), com ocupação até ao período romano (Figura 5).

Salienta-se igualmente dos materiais identificados fragmentos de cerâmica comum, fragmentos de imitação de engobe vermelho pompeiano (nº 134),

numismas associados aos imperadores Cómodo (2), Gordiano (1); Constantino I e II (1), Cláudio II (o Gótico) (2); 1 real de D. João I) e uma estatueta votiva de um bode;

O tratamento de todo o espólio metálico (cfr. figura 10) só foi possível graças à colaboração e intervenção das conservadoras restauradoras Carina Maurício e Dulce Osório, do laboratório da Fundação Cidade Ammaia, a quem agradecemos. No presente estudo apenas se apresenta síntese dos materiais com melhor índice de preservação e correspondente leitura (cfr. Estampa I-IV): **nº 134** fíbula romana em liga de cobre com moldura anular com botões decorativos (em Omega), do tipo B1 de Fowler, século I-III; (peso antes: 4,15 g; peso depois: 4,44 g; dimensões antes: 33 x 33 x 0,4mm; dimensões depois: 3,1 x 3,15 x 0,35 cm) **nº 162** fíbula romana em liga de cobre com moldura anular com botões decorativos (em Omega), do tipo B1 de Fowler, século I-III; (peso antes: 6,03 g; peso depois: 6,02 g; dimensões antes: 28 x 24 x 0,4 mm; dimensões depois: 2,5 x 2,85 x 0,35 cm); numismas **nº 163** Designação: moeda; Materiais: liga de cobre; Descrição: Anverso: busto com barba (?); Reverso: sem leitura; (peso antes: 9,06 g; peso depois: 9,04g; dimensões antes: 25 x 25 x 0,4mm; dimensões depois: 2,52 x 2,51 x 0,3 cm); Imperador: Cómodo; Moeda: Denário; Cronologia: 191-192; paralelos: RIC 252; **nº 165** Designação: moeda; Materiais: liga de cobre; Descrição: Anverso: busto virado para a direita; Reverso: figura antropomórfica de pé.; Reverso: sem leitura; (peso antes: 11,13 g; peso depois: 11,06g; dimensões antes: 3 x 2,8 x 0,35 cm; dimensões depois: 2,86 x 2,8 x 0,35 cm); Imperador: Gordiano; Moeda: sestércio; Cronologia: 238-244 (240); paralelos: RIC 0291; **nº 167** Designação: moeda; Materiais: liga de cobre; Descrição: Anverso: busto virado para a direita; Reverso: soldado fere cavaleiro com lança; (peso antes: 1,4 g; peso depois: 1,4 g; dimensões antes: 1,8 x 1,57 x 0,15 cm; dimensões depois: 1,8 x 1,56 x 0,15 cm); Imperador: Constantino II; Moeda: asse; Cronologia: 351-355; paralelos: RIC 72; **nº 169** Designação: moeda; Materiais: liga de cobre; Descrição: anverso: busto diademado com louros e rosetas couraçado para a direita; Reverso: *Securitas*, com cetro apoiada em coluna; (peso antes: 1,89 g; peso depois: 1,91 g; dimensões antes: 15 x 17 x 0,2 mm; dimensões depois: 1,7 x 1,5 x 0,2 cm); Imperador: Constantino I; Moeda: asse; Cronologia: 311-312; paralelos: RIC VI 089b; **nº 286** Designação: moeda; Materiais: liga de cobre; Anverso: busto radiado e couraçado para a direita; Reverso: Júpiter de pé, para a esquerda, com cetro e raio virado para baixo (?); (peso antes: 1,73 g; peso depois: 1,67 g; dimensões antes: 1,95 x 1,8 x 0,2 cm; dimensões depois: 1,83 x 1,76 x 0,15 cm); Imperador: Cláudio II (Gótico); Moeda: antoniniano; Cronologia: 268--270; paralelos: RIC 38v; **nº 288** alfinete/agulha ? Materiais: liga de cobre; (peso antes: 0,32 g; peso depois: 0,37 g; dimensões antes: 3,25 x 0,5 x 0,2 cm; dimensões depois: 3,25 x 0,5 x 0,2 cm; **nº 291** Designação: ex-voto (?) figura zoomórfica representando um bode, com fragmentos de bloco de chumbo aderentes aos pés. Regista ligeiras depressões para definir os olhos e a boca. Cornos curvos, bem definidos e proeminentes, com cauda curta colada ao corpo. Patas estilizadas sem grande detalhe; Materiais: liga de cobre; (peso antes: 182,05 g; peso depois: 180,68 g; dimensões antes: 7,6 x 7,45 x 1,9 cm; dimensões depois: 7,5 x 7,2 x 1,9 cm); Cronologia: pré-romana/romana (?); paralelos: http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=17713&EntSep=5#gotoPosition.

4. CONCLUSÕES

Os resultados apresentam dados surpreendentes e algo paradoxais que se sintetiza genericamente antes de se refletir sobre o seu significado com maior detalhe.

Atestou-se reduzida potência estratigráfica que faria prever um igualmente reduzido número de artefactos, que não se verificou. A expectável reduzida quantidade de dados arqueológicos não só, não se confirmou, como se revelou de singular qualidade em especial no caso dos metais.

A desconcertante realidade do registo arqueológico igualmente se documenta quando comparamos as particularidades da informação cerâmica e dos metais. Considerando a área sondada, são ambas as tipologias (cerâmica e metais) bem representadas quantitativamente, registando os metais melhor índice de preservação. Existindo igualmente indícios de forte atividade de detetorismo, causa igualmente estranheza a qualidade e quantidade de metais identificados à superfície.

Associando a elevada afetação das unidades estratigráficas, provocada pela ripagem mecânica associada à florestação de pinheiro jovem, bem como a sua reduzida potência, surpreende como é possível ainda identificar e exumar um alfinete/agulha? (nº

288), catorze (14) moedas (nºs 158, 161, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 198, 285, 286, 287, 289, 290), duas fíbulas (nº 134, 162) e uma estatueta votiva de um bode em bronze (nº 291).

5. SIGNIFICADO DOS RESULTADOS

Os resultados da intervenção confirmaram o acentuado índice de afetação estratigráfica do sítio. A única unidade sedimentar antrópica identificada ue's [1, 2, 5, 6, 9, 12], regista variação (entre 20 a 50 cm de profundidade) o que atesta o índice de afetação estratigráfica do local, encontrando-se muito alterada pela ripagem florestal, consumada nas últimas décadas na área intramuros do povoado.

O que mais se destaca do estudo realizado é a surpreendente quantidade de materiais metálicos inventariados. Sobressaem a qualidade construtiva e o número excecional de moedas e fíbulas, bem como a admirável estatueta votiva de bronze de um bode, ao qual surge associado na base fragmentos de liga de chumbo, indiciando a possível junção/união a outro elemento artefactual. A proporcionalidade da área sondada e a quantidade de elementos metálicos indicia que o sítio terá registado abundância de materiais arqueológicos. Esta riqueza quantitativa e qualitativa encontra-se intimamente associada a diversos "buracos" recentes e menos recentes, relacionados com a sucessiva prática de detetorismo no local. Não menos surpreendente é o fato de aparentemente se desconhecer até ao momento desta intervenção o troço de muralha identificado através da fotografia aérea.

Os elementos cerâmicos são de diversa ordem destacando-se da generalidade da maioria dos fragmentos de cerâmica comum, um único fragmento representativo da decoração incisa "pós-cozedura", dita de "tipo Baiões/Santa Luzia"[4] (nº 26) e um fragmento de prato de imitação de engobe vermelho pompeiano (nº 164). A primeira destas duas indicações faz remontar o possível termo *ante quem* do sítio ao Bronze Final e a segunda atesta a continuidade da ocupação, até ao final do século I início do II. A romanização do povoado é uma evidencia igualmente reforçada pela profusa presença de fragmentos de tégulas e confirmada pelos numismas romanos datados desde 187 até 355, como são os casos do imperador Cómodo, Gordiano, Cláudio II, Constantino I e Constantino II.

Os líticos registam menor quantidade e relacionam-se essencialmente, à exceção de um percutor (nº 171), a práticas diárias de moagem de cereal. A abundância de dormentes de mó graníticas é elemento indicador da densidade demográfica do povoado.

Destaque igualmente para as telhas de meia cana, especialmente concentradas nas imediações da sondagem 1, que pareciam aproximar o sítio de possíveis construções medievais/modernas, não confirmadas. Relembra-se a pertinência do topónimo do local: São Lourenço, bem como os inúmeros casos de sacralização de povoados proto-históricos documentada no atual território português. Enquadrada na temática da aparente dilatada continuidade do sítio evidencia-se uma moeda do reinado de D. João II (nº 198) datada de 1385-1433.

O núcleo amuralhado regista dimensão aproximada de 26434 m², perímetro de cerca de 715 m, comprimento máximo de cerca de 305 metros e largura máxima de cerca de 98 metros, estando o método construtivo registado pela sondagem mecânica identificada como sondagem 6. A construção do núcleo pétreo da muralha [11] cobre uma única unidade sedimentar antrópica [12], que por sua vez assenta na rocha matriz [13].

O registo dos perfis da muralha materializados no local da sondagem 6 são estratigraficamente idênticos. Todavia, o corte W apresenta núcleo pétreo muito menos estruturado e com menor índice de preservação. Os resultados documentam que a parte Oeste da muralha terá sido mais afetada (Figura 6).

De acordo com as indicações gráficas e fotográficas resultantes da sondagem mecânica, e apesar da dificuldade deste exercício resultante do intenso derrube de que foram alvo os elementos pétreos ao longo dos tempos, propõe-se como espessura para a linha de muralha 4 metros. Este valor parece coerente ao longo de todo o perímetro amuralhado e é coincidente não só, com a dimensão avaliada dos elementos pétreos de maior volumetria e consistência, mas também, com o a área onde parecia encostar no afloramento rochoso onde foi erigido o marco geodésico.

A afetação deste troço de muralha ocorrida em fase anterior ao projeto e correspondente fase de execução do Parque Eólico Três Marcos, indicia estar associada ao momento em que terão sido desenvolvidos trabalhos mecânicos de aterro e nivelamento, para

4. Este tipo de decoração incisa dita de "**tipo Baiões/Santa Luzia**" e considerada como de "pós-cozedura", será consumada num momento em que a pasta está semi-seca.

melhorar o acesso da estrada de terra batida, que atravessa a muralha do povoado de São Lourenço (cfr. figura 6). A melhoria dos níveis de circulação desta via rural que permite o acesso à cumeada do povoado de São Lourenço e respetivo marco geodésico terá utilizado elementos pétreos da própria muralha no aterro contemporâneo. Esta ação é mais evidente no registo do corte O porque a orientação da pendente topográfica segue a orientação E-O, fazendo com que a zona O registe maior inclinação e profundidade. Este fenómeno topográfico originou maior depósito de elementos pétreos a O, despoletando maior revolvimento e ações de derrube, resultando num registo pétreo mais desordenado, espaçado e por consequência menos consistente.

O conjunto de numismas apesar de não muito numeroso evidencia durante o período romano, precisamente entre os anos de 187 e 355, alguma continuidade. A análise cronológica demonstra que a datação mais antiga correspondente a cronologias associadas ao imperador Cómodo e a mais tardia é atestada pelo asse de Constantino II. Constata-se deste modo continuidade/regularidade cronológica nos numismas exumados atribuídos a Cómodo, Gordiano, Cláudio II, Constantino I e Constantino II.

A esta regularidade contrapõe-se o hiato temporal de 335 a 1385/1433. Desde a governação de Constantino II, até ao reinado de D. João I, está documentado um único real, registando-se ausência de moedas cunhadas descobertas no local de escavação.

Os trabalhos de florestação anteriores ao presente estudo truncaram definitivamente a estratigrafia do sítio, sendo expectável que as ilações que se poderão alcançar num local com este índice de afetação prévio sejam igualmente incompletas.

Em suma, o entendimento e avaliação das dinâmicas de ocupação, ampliação e possível abandono do espaço intramuros, foi amplamente condicionado pelo fluir do tempo, e pelo índice de preservação do registo arqueológico. Todavia, A dimensão do núcleo amuralhado pressupõe que a comunidade do povoado de São Lourenço terá experienciado momento(s) de considerável prosperidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado das intervenções arqueológicas, realizadas na área de plataforma e acesso do aerogerador 10 do Parque Eólico de Três Marcos, culminou essencialmente na identificação de novas realidades sedimentares (ue's: [1-10; 12-13]), estruturais (muralha: [11]) e diversos artefactos cerâmicos, líticos e metálicos. A identificação/confirmação desta realidade sedimentar, estrutural e artefactual enquadra o presente sítio arqueológico no âmbito dos povoados fortificados da região da Beira Alta, com fundação provável no Bronze Final, e continuidade ocupacional durante a Idade do Ferro e período romano, sendo igualmente certificada a presença de um único numisma medieval. Lamenta-se o recente florestamento da área intramuros, em ação anterior à presente intervenção e que aparenta ser o principal responsável pelo revolvimento e reduzida potência estratigráfica do local alvo de sondagens arqueológicas. A profunda ripagem do solo terá suscitado nas já "frágeis" unidades sedimentares antrópicas o revolvimento e consequente uniformização das ue's.

As ações de sondagem arqueológica desenvolvidas na sequência dos trabalhos do presente projeto facultaram a identificação de 291 artefactos arqueológicos, num contexto sedimentar bastante alterado, e com uma uniformização estratigráfica originada pela profunda ação mecânica do sítio. Para além, da identificação dos artefactos, acresce a confirmação da existência de um núcleo amuralhado, com a área de aproximadamente 26434 m² e perímetro aproximado de cerca de 715 m. Dos artefactos destaca-se a surpreendente qualidade e quantidade dos metais recolhidos à superfície e em escavação, dos quais será incontornável reforçar o valor museológico da estatueta votiva de um bode e de duas fíbulas. O conjunto de moedas atribui consistência cronológica à ocupação do sítio entre Cómodo (187) e Constantino II (355).

A presente ação arqueológica pretendeu avaliar e diagnosticar o índice de preservação do sítio arqueológico. Se por um lado, a estratigrafia do sítio se encontrava bastante alterada, o valor científico dos artefactos exumados, revelou-se surpreendente para o conhecimento do povoado de São Lourenço, principalmente considerando o atual índice de afetação sedimentar do sítio.

As sucessivas agressões de que o sítio foi alvo garantem ter sido esta uma derradeira oportunidade de melhor conhecer o povoado de São Lourenço, visto que o que aparenta sobejar são os fragmentos cerâmicos, líticos e metálicos de maior detalhe.

Seria pertinente refletir sobre os generalizados casos de sítios arqueológicos alvo de sucessivas afetações mecânicas relacionadas com práticas agrícolas e/ou

florestais e de detetorismo, sob pena, de se chegar demasiado tarde, a áreas que demonstram ter tido, elevado potencial patrimonial (Figuras 7, 8, 9 e 10).

BIBLIOGRAFIA

CANHA, Alexandre J. (2002) – *Canedotes: povoado do Bronze Final do Alto Paiva*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Porto. Porto. Policopiado.

CRUZ, Domingos Jesus da.; CANHA, Alexandre J.; LOUREIRO, Sílvia; VALINHO, Alexandre; VIEIRA, Marina (2000) – Património arqueológico do concelho de Vila Nova de Paiva: a ocupação humana do Alto Paiva desde a Pré-história à Alta Idade Média, *Estudos Pré-históricos*, 8, Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, pp. 251-264.

CRUZ, Domingos Jesus da (2001) – *O Alto Paiva: Megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-história Recente*. Dissertação de Doutoramento em Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.

DIAS, Vítor Silva (2016) – *Sondagens arqueológicas no povoado de São Lourenço (CNS 5114). Parque Eólico Três Marcos, Viseu, Castro Daire*. Relatório Final. Relatório entregue à DGPC.

LOUREIRO, Sílvia; MARQUES, Nuno J.; VALINHO, Alexandre (2006) – *O Alto Paiva – a ocupação humana no Iº Milénio a. C.*, Conimbriga XLV, Coimbra, pp. 105-124.

MENDES, Sílvia Loureiro (2011) – O Castro de Vila Cova-à-Coelheira: a ocupação proto-histórica. *Estudos Pré-históricos*, 14, Viseu.

SANTOS, André Tomás (2000) – A Pedra dos Pratos (Covelo de Paiva, Castro Daire, Viseu). Breve Estudo interpretativo. *Estudos Pré-históricos*, vol. VII, 2000, pp. 13-124.

VALINHO, Alexandre; LOUREIRO, Sílvia (1999) – O Castro de Vila Cova-à-Coelheira (Vila Nova de Paiva, Viseu), *Estudos Pré-históricos*, 7, Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, pp. 293-300.

VIEIRA, Marina Afonso (2000) – Alto Paiva. Povoamento nas épocas romanas e alto-medieval. *Coimbra*: 19.

VIEIRA, Marina Afonso (2004) – *O Alto Paiva: o Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*, Trabalhos de Arqueologia, 36, Lisboa: IPA.

VILAÇA, Raquel Maria da Rosa e CRUZ, Domingos Jesus da (1995) – Canedotes (Vila Nova de Paiva, Viseu). Povoado pré-histórico do Bronze Final. In *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 3, pp. 255-261.

Consulta digital

http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=55771

http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=17713&EntSep=5#gotoPosition

http://www.moedasportugal.com/index.php?main_page=product_info&cPath=34&products_id=736

http://www.wildwinds.com/coins/ric/claudius_II/RIC_0014.jpg

http://www.wildwinds.com/coins/ric/commodus/RIC_0166.jpg

http://www.wildwinds.com/coins/ric/commodus/RIC_0252.jpg

http://www.wildwinds.com/coins/ric/constantine/_cyzicus_RIC_VI_089bv.jpg

http://www.wildwinds.com/coins/ric/constantius_II/_alexandria_RIC_VIII_072.jpg

http://www.wildwinds.com/coins/ric/gordian_III/RIC_0291.jpg

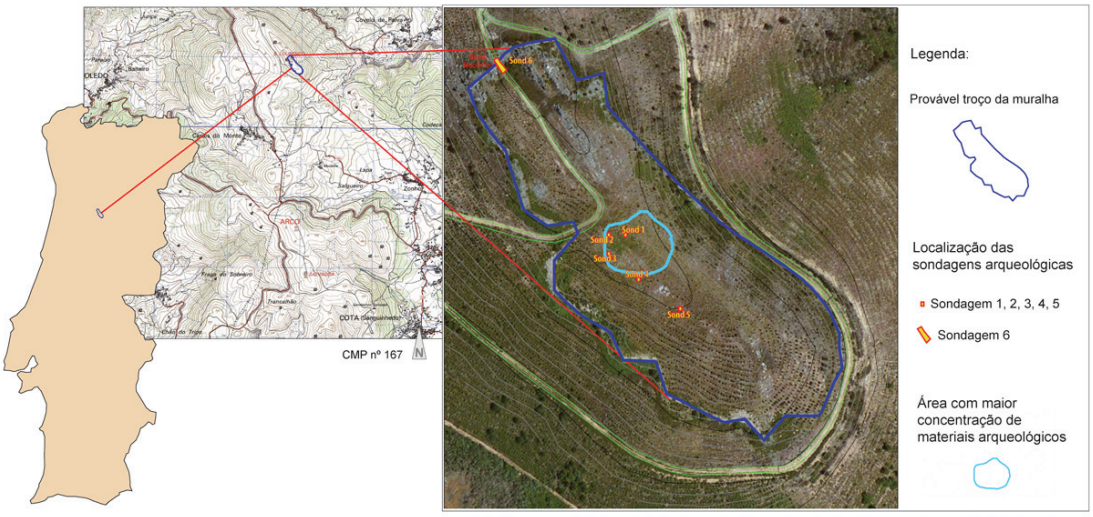


Figura 1 – Enquadramento Geocartográfico.



Figura 2 – Aspeto geral do topo da elevação do Povoado de São Lourenço.



Figura 3 – Aspeto geral da área onde se registava maior concentração de materiais à superfície.

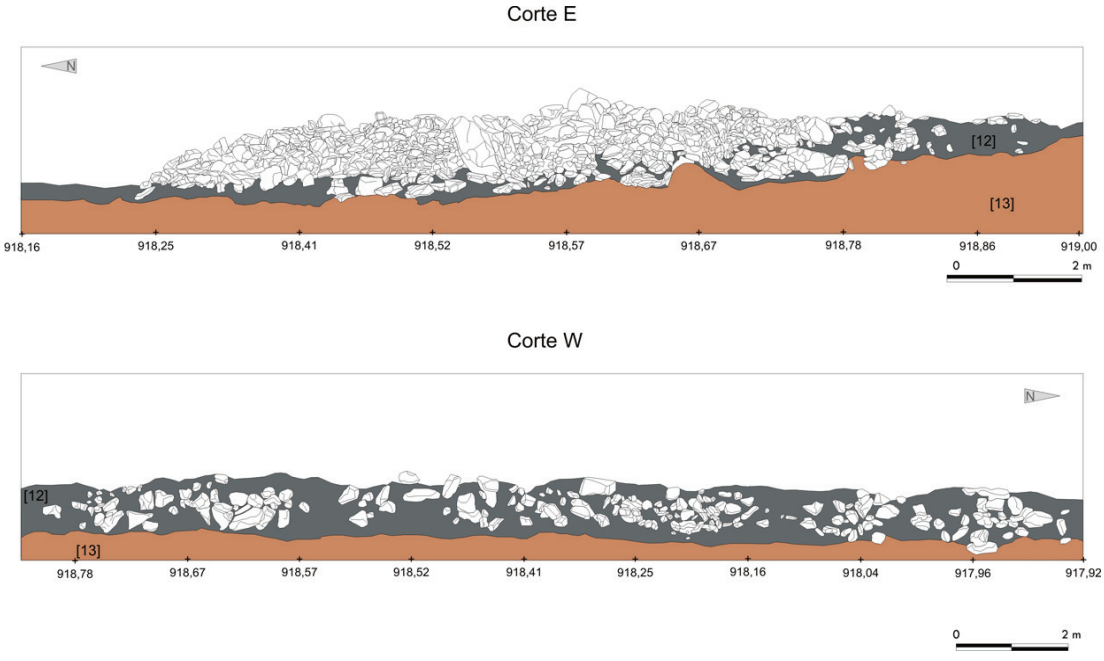


Figura 4 – Registo gráfico: corte Este e corte Oeste da muralha (sondagem 6).



Figura 5 – Registo do corte Oeste da muralha (sondagem 6).



Figura 6 – Aspeto geral da muralha antes da intervenção (sondagem 6).

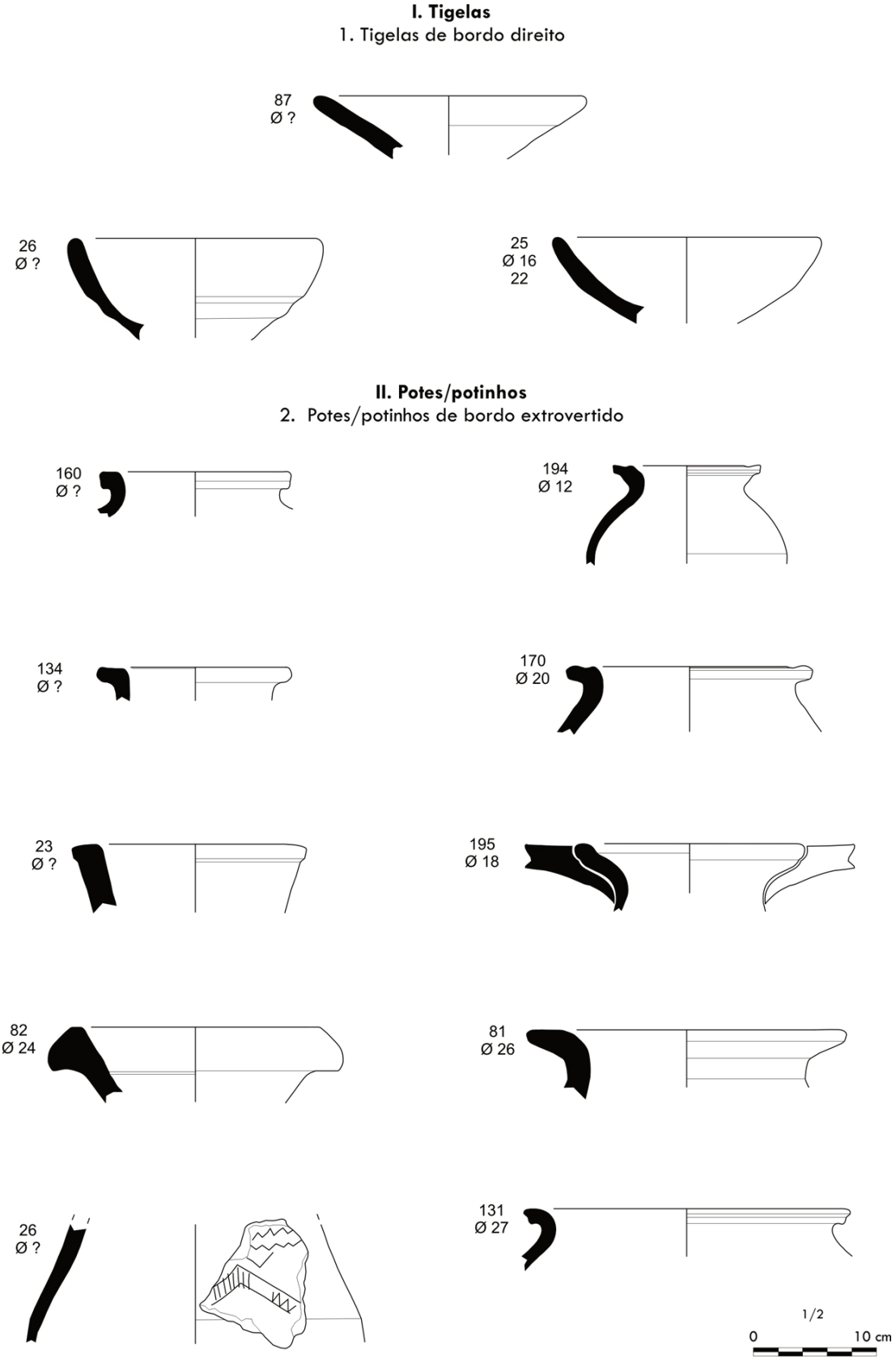


Figura 7 – Estampa I.

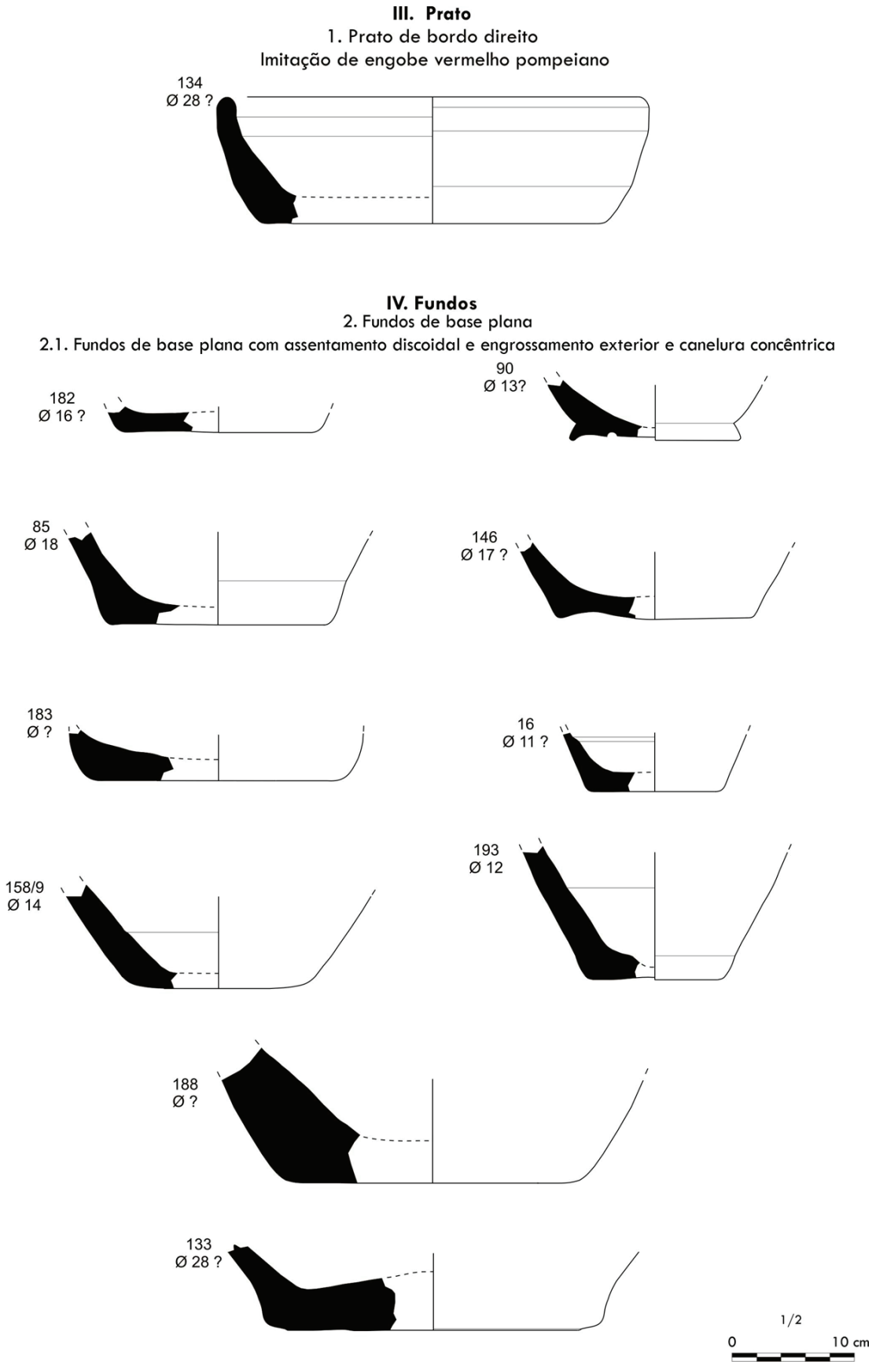


Figura 8 – Estampa II.



Figura 9 – Estampa III.

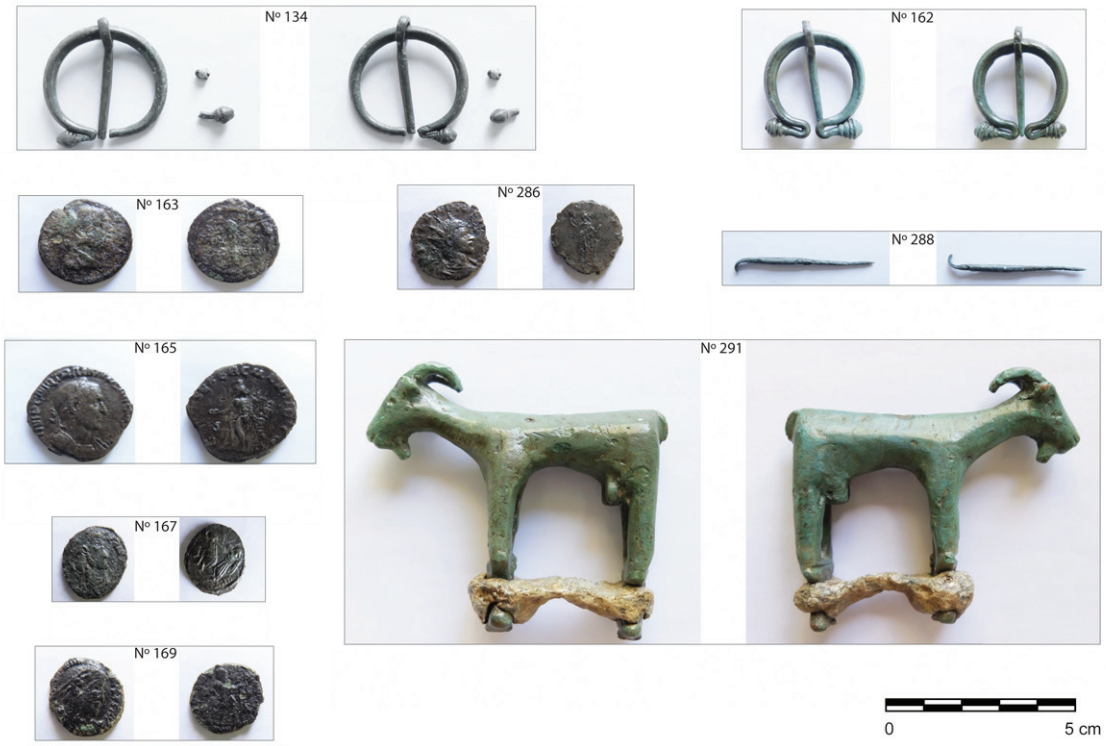


Figura 10 – Estampa IV.

O ENTERRAMENTO DA IDADE DO BRONZE DA GRUTA DAS REDONDAS (CARVALHAL DE ALJUBARROTA): UM CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO BRONZE ANTIGO NA ESTREMADURA ATLÂNTICA

João Carlos Senna-Martinez[1], Elsa Luís[2], Rita Matos[3], Pedro Valério[4], Maria de Fátima Araújo[5], João Tereso[6], Isabel Costeira[7]

RESUMO

No âmbito das intervenções de Vieira Natividade nas chamadas "grutas de Alcobaça" destaca-se a bem descrita escavação de um enterramento da Idade do Bronze na parte superior da Gruta das Redondas. Se bem que conhecido desde então, o conjunto do espólio associado merece uma abordagem mais actual a partir da sua revisão e, nomeadamente, do estudo e datação de uma amostra de cereal contida num dos recipientes e da análise composicional do excepcional conjunto de artefactos metálicos recuperado.

A partir dos resultados obtidos com o novo estudo reflecte-se sobre a respectiva relevância para a caracterização e compreensão do Bronze Antigo na Estremadura Atlântica.

Palavras-chave: Bronze Antigo, Estremadura Atlântica, Arqueometalurgia, Arqueobotânica, C14.

ABSTRACT

In the context of Vieira Natividade interventions in the so-called "Grutas de Alcobaça" stands out the well described excavation of a Bronze Age burial in the upper level of Gruta das Redondas. Although known since then, the associated collection deserves a more current approach steaming from its review, and in particular from the study and dating of a sample of cereal contained in one of the pottery vessels and from the compositional analysis of the exceptional set of metal artefacts recovered.

We discuss the results obtained and their relevance for the characterization and understanding of the Early Bronze Age in Atlantic Estremadura.

Keywords: Early Bronze Age, Atlantic Extremadura, Archaeometallurgy, Archeobotany, C14.

1. Centro de Arqueologia (Uniarq) da Universidade de Lisboa; smartinez@fl.ul.pt

2. Centro de Arqueologia (Uniarq) da Universidade de Lisboa; elsavluis@gmail.com

3. Museu Nacional de Arqueologia; ritapereiramatos@gmail.com

4. C2TN, Campus Tecnológico e Nuclear, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa; pvalerio@ctn.tecnico.ulisboa.pt

5. C2TN, Campus Tecnológico e Nuclear, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa; faraujo@ctn.tecnico.ulisboa.pt

6. InBIO|CIBIO (Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, Laboratório Associado|Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Universidade do Porto). Centro de Arqueologia (Uniarq) da Universidade de Lisboa; jptereso@gmail.com

7. Direção-Geral do Património Cultural-Mosteiro de Alcobaça; icosteira@malcobaca.dgpc.pt

1. MANUEL VIEIRA NATIVIDADE (1860-1918) E A GRUTA DAS REDONDAS OU ALGAR DE JOÃO RAMOS

Manuel Vieira Natividade terá desenvolvido a sua actividade arqueológica de campo sobretudo na década de 1890, conforme atestam numerosos documentos datados, testemunhos inequívocos do carácter pioneiro do seu trabalho.

A monografia "*Grutas de Alcobaça*" (Natividade, 1901) é a sua obra de referência, permitindo-nos os seus cadernos de campo um melhor conhecimento da sua metodologia de trabalho e, com frequência, esclarecer algumas dúvidas suscitadas por aquela, designadamente a propósito dos materiais que, elencados no texto e quadros de "Grutas de Alcobaça", não figuram entre as ilustrações.

É no pequeno caderno intitulado *VIEIRA NATIVIDADE, GRUTAS APONTAMENTOS*, que temos o registo da exploração da Gruta das Redondas ou Algar de João Ramos, iniciada em 14 de Fevereiro de 1898. Ocupa cinco páginas anotadas, com um total de 39 peças desenhadas, numeradas e com identificação da matéria-prima. Vinte e uma destas peças estão representadas nas Tábuas de Ilustração de *Grutas de Alcobaça*. A leitura da informação disponível diz-nos que a exploração se iniciou na parte mais funda da gruta, alargando-se depois para as galerias norte, através da remoção do que denomina o "*deposito recente*" e que caracteriza como "*… de pequena espessura, tendo, em media, vinte centímetros, e que por vezes assentava sobre um espesso manto de estalagmite terrosa alternada* [sic] *e com predomínio de grossa camada de argila ferruginosa, que pertence, segundo suponho, a edades geológicas…*" (Natividade, 1901, p.40). É desta camada (o "*deposito recente*") que provêm todos os materiais aqui estudados.

Em 14 de Fevereiro de 1898, é recolhido o que denomina de "*um belíssimo punhal de cobre*" (a mais emblemática peça desta gruta e que hoje sabemos ser uma alabarda – Fig.4-0048), uma ponta Palmela (Fig.4-0057) e dois (não um) pequenos vasos (Figura 1).

Da mesma camada, mas já da "entrada de "*uma das galerias N*" surgiram: associadas a restos de um vaso de grandes dimensões, grãos carbonizados de que chegou até nós a porção aqui estudada (Figura 2); 1 botão com perfuração em "v"; 1 conta de azeviche; 2 lâminas em sílex; 2 artefactos em pedra polida e algumas conchas marinhas. Desta camada e de localização que, pelo testemunho daquele arqueólogo, podemos supor próxima, isto é a parte mais funda da gruta, provêm a maioria dos restantes artefactos: mais 6 pontas Palmela, 2 punhais de lingueta, 4 punções, e 3 machados planos metálicos; restos de 12 recipientes cerâmicos: 3 "braçais de arqueiro"[8] (sendo um incompleto).

Confirmando o cariz funerário dos depósitos, refere Vieira Natividade que encontrou "*… Restos humanos alteradíssimos, e que não deviam pertencer a mais do que um indivíduo…*" (1901, p.40).

Na fase de gabinete e "laboratório", Manuel Vieira Natividade desenhou à escala e catalogou (inventariou) os materiais, restaurou as peças de cerâmica, analisou, comparou e discutiu com os seus pares nacionais e internacionais.

A investigação que levou a cabo permitiu-lhe concluir da singularidade da Gruta da Redondas no contexto da pré-história da região dos Coutos de Alcobaça "*… e que a faz considerar typicamente uma estação da edade do cobre*, [em que] *todos os objectos* [metálicos] *teen a linha de imperfeito acabamento, outros conservam nítidas as linhas de martelagem, e todas as arestas e gumes tão vivas que deixam ver o pouco ou nenhum uso que tiveram…*" (Id., Ibid.).

A singularidade dos materiais leva o autor a considerar esta jazida o exemplar-tipo do 5º Grupo na sua classificação das grutas: "*… instrumentos de cobre; raros instrumentos de pedra; abundancia de vasos com diversas formas; placas de schisto com dois buracos para suspensão…*" (*Id.*, p.18).

2. VESTÍGIOS CARPOLÓGICOS RECOLHIDOS NA GRUTA DAS REDONDAS (ALCOBAÇA): ANÁLISE E DATAÇÃO RADIOCARBÓNICA

Em 1960, tendo tido acesso aos restos arqueobotânicos recolhidos por Vieira Natividade nas Redondas, Afonso do Paço enviou uma amostra ao Eng. A.R. Pinto da Silva que acabou por desmentir a identificação do arqueólogo alcobacense (supostamente trigo), identificando-os como cevada nua (Paço, 1966; Silva, 1988). Junto dos aglomerados de grãos identificou escassas partes florais, i.e. componentes de espiga, nomeadamente um fragmento de arista e uma "base de flor" (Silva, in Paço 1966).

8. Que constituem os três primeiros braçais de arqueiro da arqueologia portuguesa: dois inteiros e um fracturado pelas furações.

Estes grãos são também mencionados por Ana Bettencourt (1988) que lhes atribui uma cronologia calcolítica. Interessava, porém, confirmar hoje a identificação realizada por Pinto da Silva, botânico notável e referência histórica da Arqueobotânica portuguesa, pois os critérios de identificação dos cereais arqueológicos foram aprimorados à medida que a carpologia se desenvolveu como disciplina nas últimas três décadas.

Foi agora também possível selecionar uma pequena parte da amostra disponível para datação radiocarbónica. Submetida a análise através de *Beta Analytical Radiocarbon Dating Laboratory* obteve-se o seguinte resultado: Beta-356036: 3660±30 BP; Cal BC 2140-1950 (a 2 sigma – 95% de probabilidade). Data que confirma a integração dos grãos e, com grande probabilidade, dos restantes materiais associados no mesmo nível, no Bronze Inicial.

Material analisado – Embora não existam quaisquer dados de proveniência além da menção ao sítio arqueológico, é provável que os vestígios carpológicos recebidos para análise correspondam a uma porção não enviada para análise em 1960. Ou seja, assume-se como provável uma proveniência como descrita acima.

O conjunto carpológico analisado é constituído por um aglomerado de grãos carbonizados do qual foi possível remover alguns grãos para facilitar a identificação. Estes foram observados à lupa binocular e, recorrendo aos critérios morfológicos presentes em obras da especialidade (Buxó 1997, Jacomet 2006, Zohary *et al.* 2012), foram identificados como *Hordeum vulgare* L. var. *nudum* (cevada de grão nu), confirmando-se, assim, a identificação efectuada por Pinto da Silva.

Os grãos de cevada nua apresentam alguma diversidade morfológica, bem patente no conjunto analisado. A degradação do pericarpo (superfície exterior) dos grãos aquando da sua carbonização e consequente formação do aglomerado contribuiu para a deformação de abundantes grãos, dificultando a sua identificação. Contudo, os elementos-diagnóstico foram observados em diversos grãos, nomeadamente, o escutelo por vezes alargado, o hilo estreito, ápice arredondado, secção arredondada e superfície exterior enrugada (Figura 3).

Contextualização dos vestígios da Gruta das Redondas – A interpretação da presença de cevada na gruta surge dificultada pela escassez de dados acerca do seu contexto de proveniência. Sabemos unicamente que os grãos surgiram no nível superior, à entrada de uma das galerias Norte e associados ao grande vaso que apenas se conhece através do registo de campo e da ilustração nº 177 da sua publicação de 1901. A associação aos outros artefactos e restos ósseos humanos recolhidos é muito provável porém não segura, tendo em conta o tipo de escavação efectuada e a ausência de um registo detalhado da distribuição horizontal e vertical dos achados. Pode ser colocada a hipótese de os grãos analisados terem integrado oferendas ou rituais funerários cujo significado nos é desconhecido. Porém, outras hipóteses mais mundanas mas não necessariamente desprovidas de simbolismo, tais como práticas de armazenagem, não podem ser descartadas por completo.

A presença de cevada de grão nu com uma datação do início da Idade do Bronze não é estranha no contexto ibérico. Este cultivo está entre o conjunto de cereais introduzido na Península Ibérica no início do Neolítico, assumindo nessa altura particular relevância (Buxó e Piquet, 2008). Manteve a sua importância ao longo do Calcolítico e só durante a Idade do Bronze o seu uso se foi esbatendo em detrimento da cevada de grão vestido (*Hordeum vulgare* L. subsp. *vulgare*) (Buxó e Piquet, 2008; Tereso, 2012; Tereso *et al.* 2016). Mesmo assim, é ainda um cultivo relevante no início deste período em algumas regiões, tais como o nordeste peninsular (Buxó e Piquet, 2008).

No Ocidente Peninsular a cevada de grão nu surge em diversas jazidas arqueológicas. Também na Estremadura foram encontrados grãos deste cultivo, em Vila Nova de S. Pedro (Azambuja), eventualmente em níveis Calcolíticos (Silva, 1988), assim como no Castro do Zambujal (Torres Vedras). Mais afastado da Gruta das Redondas, destaca-se o Buraco da Pala (Mirandela), onde a cevada nua surge abundantemente em níveis do Neolítico e Calcolítico (Ramil Rego e Aira Rodríguez 1993). Foi detectada igualmente, embora em quantidades residuais, em níveis calcolíticos do Crasto de Palheiros (Murça – Figueiral 2008).

A identificação dos grãos de cereal recolhidos por Manuel Vieira Natividade na Gruta das Redondas e a sua datação vêm confirmar a presença de cevada nua na Estremadura durante a Idade do Bronze. Contudo, só novas intervenções em outras jazidas, aplicando estratégias de recolha sistemática de sedimentos com vista à realização de estudos de Arqueobotânica, poderá contextualizar, a nível regional, os vestígios recolhidos na Gruta das Redondas.

3. O CONJUNTO DOS MATERIAIS METÁLICOS DA GRUTA DAS REDONDAS

Estas peças, bem como as restantes, da mesma proveniência, aqui estudadas, são identificadas por um algoritmo do tipo XXXX-XXXX-XXX em que os primeiros quatro algarismos iniciais constituem o número de inventário atribuído por Vieira Natividade, os quatro centrais correspondem ao inventário do Mosteiro de Alcobaça (Serviço dependente da Direção-Geral do Património Cultural, que tutela a coleção Vieira Natividade), com o qual nos referiremos às peças e, os últimos três remetem para as ilustrações da publicação de Vieira Natividade (Natividade, 1901).

O conjunto de materiais metálicos estudados engloba 17 artefactos: uma Alabarda de tipo Atlântico (0048), dois punhais de lingueta (0042 e 0037), 7 pontas Palmela (0063, 0061, 0064, 0054, 0058, 0057, 0053), três machados planos (0031, 0035, 0076 – este último de gume largo) e quatro punções (0074, 0072, 0071, 0070) (Figura 4).

3.1. Algumas reflexões sobre a tipologia

A peça melhor conhecida do conjunto é a lâmina de alabarda (0048). Embora descrita inicialmente como um punhal (Natividade, 1901, p.39-40) e como tal considerado por Spindler (1981, p.174, 264, Taff. 55b), pensamos que se trata também de uma peça a que convém melhor, vistos a assimetria da lâmina e o seu carácter robusto, a designação de alabarda (Senna-Martinez, 1994). Tem de dimensões 27,7cm × 6,6cm × 0,4cm, caracteriza-se ainda por uma nervura central pouco saliente, lados ligeiramente côncavos e duas caneluras de cada lado, paralelas aos bordos da lâmina. Podemos considerá-la como uma variante do tipo Carrapatas (Senna-Martinez, 1994, 2007, p.122, 2009).

Quanto aos dois punhais de lingueta: um (0037) é um exemplar clássico de lingueta longa e nervura central marcada (Dimensões: 12,35cm × 2,8cm × 0,3cm); o outro é um punhal curto, de formato romboidal e de lâmina larga na base (Dimensões: 8,0cm × 3,26cm × 0,25cm).

As sete pontas Palmelas distribuem-se pelos três tipos propostos por Delibes de Castro (1977, p.110 – cf. Tabela 2): Tipo A – De folha oval, com dois exemplares (61, 63); Tipo B – De folha oval estreitada, com três exemplares (53, 57, 58); Tipo C – De folha romboidal, com dois exemplares (54, 64). No que respeita às dimensões e, nomeadamente, ao peso, distribuem-se segundo dois grupos (Tabela 2) de acordo com a proposta de Gutiérrez Sáez, *et al.* (2010, p.408, Tab.1). Seriam, portanto e segundo aqueles autores, plenamente funcionais (*Id.*, *Ibid.*, p.414-416), nomeadamente como pontas de seta.

Nº	Tipo	Comprimento (cm)	Largura (cm)	Espessura (cm)	Peso (g)	Grupo Dimensional
57	Ponta Palmela B	5,1	1,4	0,3	4	Pequenas
63	Ponta Palmela A	4,1	2.0	0,3	5	
58	Ponta Palmela B	6,6	1,5	0,2	6	
61	Ponta Palmela A	7,5	2,0	0,2	8	
64	Ponta Palmela C	10,8	1,2	0,3	13	Médias
53	Ponta Palmela B	11,5	2,4	0,3	16	
54	Ponta Palmela C	10,3	2,1	0,4	22	

Tabela 1 – Tipologia e dimensões das Pontas Palmela da Gruta das Redondas.

As três lâminas de machado distribuem-se segundo dois tipos (Tabela 2). O primeiro, de tradição calcolítica, engloba os exemplares 0031 e 0035, são peças trapezoidais, ligeiramente mais largas no gume, de dimensões muito próximas. A terceira peça (0076) é diferente, trapezoidal e de gume marcadamente exvasado e mais largo do que o talão que é estreito.

Nº	Tipo	Comprimento (cm)	Largura (cm)	Espessura (cm)	Peso (g)
31	Machado plano	11.1	4,6	1,1	318
35	Machado plano	10,6	44	0,9	304
76	Machado plano de gume largo	9,8	5,5	1,0	233

Tabela 2 – Tipologia e dimensões dos machados planos da Gruta das Redondas.

Os quatro punções são bi-apontados e de secção circular irregular e foram provavelmente obtidos à forja a partir de barrinhas de metal. Os diferentes comprimentos para secções semelhantes sugerem fabrico individual dentro de uma norma geral variável (Tabela 3).

Nº	Tipo	Comprimento (cm)	Largura (cm)	Espessura (cm)	Peso (g)
70	Punção bi-apontado	5,7	0,3	0,3	2
71	Punção bi-apontado	6,7	0,3	0,3	3
72	Punção bi-apontado	6,1	0,3	0,3	3
74	Punção bi-apontado	7,9	0,3	0,3	3

Tabela 3 – Tipologia e dimensões dos punções da Gruta das Redondas.

3.2. Análise multi-elementar, por micro-EDXRF, da composição das ligas

3.2.1. Métodos

Os artefactos analisados estão em bom estado de conservação, completos e inteiros, com excepção da ponta Palmela com o nº 4195/6495-0064-192, completa mas composta por dois fragmentos.

A análise multi-elementar, por micro-EDXRF, da composição das ligas implicou a remoção da camada de corrosão numa pequena área (ø ~3-5 mm), polida com pastas de diamante progressivamente mais finas (15 µm -1 µm) de forma a obter uma superfície metálica limpa. O controle da limpeza foi efectuado com o auxílio de uma lupa binocular.

A caracterização elementar foi efectuada com um espectrómetro ArtTAX Pro micro-EDXRF, com ampola de raios-X de molibdénio (30W) e um detector de silício com uma resolução de 160 eV (Mn-Kα) e um sistema para posicionamento do feixe na área seleccionada da amostra – câmara fotográfica CCD e três díodos de luz com resolução espacial de 70 µm.

Em cada área polida foram efectuadas três medidas pontuais, empregando uma diferença de potencial de 40 kV e uma intensidade de corrente de 600 µA e um tempo de acumulação de 100 s. A quantificação elementar foi efectuada com utilização de software WinAxil e os factores de calibração considerados foram obtidos a partir de materiais certificados de referência, nomeadamente Phosphor Bronze 551, 552 e Leaded Gunmetal 183/3 (British Chemical Standards – Valério *et al.*, 2007). O erro relativo é inferior a 10% para os elementos de liga e inferior a 15% para elementos menores. Os limites de quantificação são de 0,60 % Ag, 0,50 % Sn, 0,50 % Sb, 0,10 % Zn, 0,10 % As, 0,10 % Pb e 0,05 % Fe (Valério *et al.*, 2016a).

Após a análise, as áreas superficiais expostas foram protegidas com um inibidor de corrosão – benzotriazol dissolvido em etanol – e cobertas com uma camada de resina acrílica – Paraloid B72® dissolvido em acetona. Para facilitar a identificação das áreas preparadas devido à possibilidade de futuras análises, não foi feita a respectiva reintegração cromática.

3.2.2. Resultados das Análises de Composição Elementar

Foram analisados os 17 artefactos metálicos inventariados e ainda os dois rebites da alabarda (MNV-

-4895). Os resultados estão representados na Tabela 3. A maioria dos artefactos estudados incluindo os dois rebites da alabarda (MVN 4895) são compostos por cobres arsenicais (76%, n = 15) – i.e. cobres com mais de 2 % de arsénio. O conteúdo médio de arsénio para o conjunto dos 17 artefactos e um dos rebites é de 3.8 ± 2.0 %. O rebite MVN4895B foi excluído desta análise uma vez que o valor obtido fica fora do intervalo de 2 sigma para a média. Não foram detectadas impurezas dentro dos limites de detecção e os conteúdos em Fe são muito baixos (< 0.05 %), o que é consonante com as técnicas metalúrgicas pré-fenícias (Craddock and Meeks, 1987) registadas para a Idade do Bronze peninsular.

N.º	Artefacto	Cu	As	Fe
MVN-4895	Alabarda Atlântica	94,8±0,2	5,16±0,23	<0,05
MVN-4895A	Rebite A	97,8±0,1	2,18±0,11	<0,05
MVN-4895B	Rebite B	89,7±1,8	10,3±1,77	<0,05
MVN-3795	Punhal de lingueta	97,5±0,3	2,51±0,29	<0,05
MVN-4295	Punhal de lingueta	94,8±0,2	5,16±0,23	<0,05
MVN-5495	Ponta Palmela	98,5±0,1	1,48±0,11	<0,05
MVN-5395	Ponta Palmela	96,0±0,0	3,97±0,03	<0,05
MVN-6195	Ponta Palmela	95,7±0,5	4,24±0,47	<0,05
MVN-5895	Ponta Palmela	94,8±0,8	5,16±0,82	<0,05
MVN-6395	Ponta Palmela	94,1±0,3	5,90±0,23	<0,05
MVN-5795	Ponta Palmela	93,5±0,1	6,48±0,16	<0,05
MVN-4195	Ponta Palmela	93,2±0,2	6,74±0,24	<0,05
MVN-3195	Machado plano	99,3±0,1	0,66±0,12	<0,05
MVN-3595	Machado plano	97,6±0,2	2,37±0,22	<0,05
MVN-7695	Machado plano de gume aberto	97,9±0,4	1,90±0,16	<0,05
MVN-7195	Punção	98,5±0,2	1,48±0,20	<0,05
MVN-7495	Punção	97,8±0,1	2,13±0,09	<0,05
MVN-7295	Punção	96,4±0,3	3,56±0,25	<0,05
MVN-7095	Punção	93,5±0,4	6,47±0,41	<0,05

Tabela 4 – Composição elementar dos artefactos com base em cobre da Gruta das Redondas. (conteúdo em % como média de ± um desvio padrão).

Embora não concordemos com a generalizada integração dos machados planos na categoria funcional de utensílios e não de armas, parece indiscutível, que também neste conjunto, a alabarda, os dois punhais de lingueta e as pontas Palmela apresentam um teor médio em As (4.7 ± 1.7 % As, n = 10) superior á média dos restantes artefactos (2.6 ± 1.8 % As, n = 8) confirmando uma tendência que investigações recentes têm vindo a revelar (Pereira, *et. al.* 2013; Valério, *et. al.* 2014 – Gráfico 1).

Comparando as diferentes tipologias, observamos que a alabarda, os punhais de lingueta, as Pontas Palmela e os punções têm conteúdos de arsénio superiores aos machados planos, tal como no caso dos exemplares do Zambujal (Müller *et al.*, 2007), assim como nos machados de Odemira, Porto Mourão, São Brás 3 e Três Moinhos (Valério *et al.*, 2016b).

Os valores encontrados para o conjunto das Redondas são semelhantes aos encontrados para os sítios alentejanos de Torre Velha 3 (Serpa) e Monte da Cabida 3 (Évora), atribuídos ao Bronze Médio (Valério *et al.*, 2014). As semelhanças verificadas, aliás repetidas noutras situações que seria fastidioso enumerar, sugerem tecnologias semelhantes para a produção de cobres arsenicais durante a Primeira Idade do Bronze (Bronze Inicial e Médio) em boa parte da Fachada Atlântica peninsular.

O elevado conteúdo em arsénio verificado para o rebite B da alabarda (10,3 ± 1,77 %) encontra-se bastante acima do valor médio para o restante conjunto de resultados obtidos (3,8 ± 2,0 % As) sendo completamente diferente do verificado para a lâmina (5,16 ± 0,23% As) e para o outro rebite conservado (Rebite A – 2,18 ± 0,11 % As). Esta situação indicia

a utilização de ligas diferentes nas diversas partes componentes desta peça. A busca de uma suposta maior dureza não se aplica ao rebite em causa uma vez que seria previsível que tal intenção se aplicasse preferencialmente aos gumes da lâmina e não a um rebite de fixação. Dois tipos de hipóteses podem ser aventados: (1) a busca de um efeito estético prateado, como foi sugerido para o caso do Monte da Cabida 3 (Valério *et al*., 2014); (2) ser um simples resultado do conhecimento empírico neste período depender, certamente e apenas, de um exame visual das peças pelo artesão, pelo que, mais prosaicamente, poderá tratar-se de uma manutenção/substituição de um rebite utilizando um pedaço de arame ou barrinha com composição diferente.

A demonstração recente de que os teores de arsénio nestes artefactos são independentes da maior ou menor eficácia dos mesmos, em termos de dureza de gumes (Pereira, *et al.* 2013), abre a porta a poder considerar-se que o aspecto visual prateado, que teores mais altos em As emprestam às peças, ser o pretendido em artefactos cuja ostentação social parece ser importante (Senna-Martinez e Luís, 2016; Valério *et al*., 2016b).

Por outro lado, se considerarmos o conjunto coevo e funcionalmente equivalente (porque igualmente associado a um enterramento singular) dos elementos metálicos de Fuente Olmedo (Martín Valls e Delibes de Castro, 1989) os teores de arsénio são inferiores a 2 % para todas as pontas Palmela e apenas no caso do punhal se aproximam dos 7%.

Pensamos que uma variabilidade nos teores de As, decorrente do cariz empírico de que se reveste o conhecimento metalúrgico das sociedades camponesas da Idade do Bronze peninsular, parece ser a melhor explicação. Variabilidade de liga esta, que apenas os primeiros bronzes superarão parcialmente, também provavelmente de forma visual e empírica (Senna-Martinez, *et al.* 2013; Valério *et al.* 2014).

4. O ESPÓLIO NÃO METÁLICO

4.1. O conjunto dos recipientes de olaria da Gruta das Redondas

Dos materiais descritos por Vieira Natividade (1901: p.39-41), apenas não chegou até nós o grande recipiente de armazenagem de colo estrangulado e base plana (*Id*. Fig.177) associado aos grãos de cevada.

O conjunto por nós estudado (Figura 5) enquadra-se bem, tipologicamente, nas produções de olaria que, na Estremadura Atlântica, acompanham deposições funerárias (Senna-Martinez, 1990 e 1994, p.172, nota 33).

Constituem-no: 3 tigelas em calote (Forma 4.3 – Fig.6: 891, 889, 415); 1 pote de colo estrangulado e carena média/alta (Forma 24.4 – Fig.6: 417); 2 taças de carena média/alta (Forma 22 – Fig.6: 429, 432); 3 vasos tronco-cónicos invertidos (Forma 26 – Fig.6: 433, 893, 894); 1 pote de colo estrangulado e base plana (Forma 28 – Fig.6: 892); e o colo de um copo de carena baixa (Figura 5: 512-492) que lembra algumas das "túlipas" argáricas (Castro Martínez, *et al*., 1993-1994).

Este último recipiente, representado por dois fragmentos que permitem reconstituir a forma, apresenta uma pasta particularmente cuidada e com poucos elementos não plásticos finos, paredes finas, cuidado acabamento brunido sobre engobe. Apresenta-se decorado com linhas incisas pós-cozedura formando losangos encastrados num motivo aparentemente contínuo e ocupando a totalidade do colo (Figura 6).

Este tipo de decoração é, até ao momento, desconhecido para o Bronze Antigo e Médio em qualquer outro contexto do Ocidente Peninsular. Vulgar nos ambientes do Bronze Final no Grupo Cultural Baiões/Santa Luzia (Senna-Martinez, 1993) apresenta-se aí com outro tipo de motivos geométricos, executados com um traço mais fino. O cariz mais grosseiro da presente decoração pode ser assim indicador de maior antiguidade.

Por outro lado, estando os restantes recipientes estudados muito mais completos, poderão estes dois pequenos fragmentos, únicos no conjunto, pertencer a uma intrusão posterior (Bronze Final?).

Os recipientes tronco-cónicos invertidos (Figura 7) são hoje generalizadamente considerados como maioritariamente pertencentes ao Bronze Antigo e Médio podendo, no primeiro caso, ocorrer em paralelo ou associados ainda a recipientes campaniformes tardios (Prieto Martínez, 2011). A demonstração que podem ter sido utilizados no consumo de cerveja (*Id. Ibid*.) pode explicar porque parecem ter tido uma utilização preferencial como espólio funerário – eventualmente num papel de ritual de comensalidade seguido de oferenda (?) – nomeadamente na metade norte do território português (Senna-Martinez e Luís, 2016: 117).

Face ao exposto e com excepção dos dois fragmentos decorados, os restantes recipientes são parte integrante do "pacote funerário" que vimos associando ao Bronze Inicial do Centro e Norte portugueses.

4.2. Objectos de adorno e artefactos líticos da Gruta das Redondas

De entre os artefactos que entram na categoria de ornamentos (já atrás referidos – cf. Natividade, 1901) contam-se uma conta bicónica em azeviche, um botão (em osso?) com perfuração em v e os célebres três ditos "braçais de arqueiro".

A conta bicónica de azeviche é idêntica àquelas bem conhecidas em enterramentos do Neolítico Final e Calcolítico estremenhos e beirões (Tipo 10 – cf. Senna-Martinez, 1989, p.603-606). A aceitarmos a sua contextualização neste enterramento – o que nada parece contrariar – estaríamos perante um prolongamento de utilização num contexto de Bronze Inicial como aliás é o caso do botão piramidal com perfuração em v, um tipo de botões que é bem conhecido em ambientes argáricos da 1ª Idade do Bronze (López Padilla, 2006) ou associado a "campaniformes de 2ª geração" (Senna-Martinez e Luís, 2016: 118). Importaria porém esclarecer se a matéria-prima é osso ou se estaremos em presença de marfim.

À data da sua descoberta, os "braçais de arqueiro" em xisto da Gruta das Redondas (Fig.8) constituíam o primeiro caso conhecido deste tipo de artefactos no território português (Natividade, 1909, p.40). Sabemos hoje que, não só a sua utilização continua na 1ª Idade do Bronze, nomeadamente em ambiente argárico (SCHÜLE, W. 1980, p.35, Abb.7), como também parece que, em vez de braçais, estaríamos em presença de elementos decorativos aplicados aos verdadeiros braçais, estes feitos em couro (Fokkens, Achterkamp, e Kuijpers, 2008) e portanto perecíveis. Esta última hipótese é particularmente sugerente para explicar o uso dos exemplares áureos (como o de Vila Nova de Cerveira – Armbruster e Parreira, 1993, p.70-71).

Completam o conjunto artefactual das Redondas, duas lâminas de sílex (407 e s/nº) e dois machados de anfibolito (757 e s/nº) com o gume esmagado. São elementos que não nos espantaria ver em contextos mais antigos, mas que também não consideramos incompatíveis com uma cronologia de Bronze Inicial, tanto mais que sabemos hoje que podem chegar em utilização ao Bronze Final (Como no caso do Cabeço do Crasto de S. Romão – Senna-Martinez, 1989, 189-205).

5. O ENTERRAMENTO DA GRUTA DAS REDONDAS E O BRONZE INICIAL DA ESTREMADURA ATLÂNTICA

A datagem cronométrica obtida para os grãos de cevada da Gruta das Redondas e que entendemos permitir datar o enterramento a que se associa, vem dar razão àqueles que, como nós, se têm batido pela atribuição ao Bronze Inicial deste conjunto. A sua grande homogeneidade, onde nem os artefactos líticos talhados e polidos são crono-culturalmente incompatíveis com os restantes, ganha em compreensão se tivermos presente que, outros conjuntos funerários de sentido similar são hoje conhecidos e datados do período entre o último quartel do terceiro milénio a.C. e o primeiro quartel do segundo milénio a.C. – intervalo que, aceitando embora alguma variabilidade regional dos seus limites, pensamos corresponder a esta etapa formativa da Idade do Bronze.

Comecemos por voltar a referir o enterramento individual de Fuente Olmedo (Martín Valls e Delibes de Castro, 1989), que a calibração e soma de probabilidades das duas datas obtidas coloca entre 2296-1831 cal a.C. em paralelismo cronológico com o conjunto das Redondas. Compõem o espólio do enterramento: o típico trio de recipientes Campaniformes Ciempozuelos (vaso, caçoila e taça); um conjunto de artefactos metálicos que inclui 11 pontas Palmela, um punhal de lingueta e um diadema áureo; uma ponta de seta de pedúnculo e aletas em sílex e um "braçal de arqueiro".

Com uma datação que pode ser um pouco mais antiga (Ua-43524 3917±33 BP/2490-2290 cal a.C.), o enterramento duplo da câmara quadrangular de Humanejos tem associados a um indivíduo masculino de idade avançada: uma alabarda atlântica de lingueta estreitada, um punhal de lingueta e uma ponta Palmela em cobre arsenical, um "braçal de arqueiro" em xisto e um cabo em marfim (Blasco Bosqued, Montero Ruiz e Flores Fernández, 2016, p.26-27).

O carácter tardio das pontas Palmela, no âmbito do "complexo campaniforme" e mesmo extra associações com cerâmica campaniforme, é algo que se vem impondo como evidente de há longa data (Briard 1991, p.187; Senna-Martinez, 1994), bem como o prolongamento da sua utilização em ambientes peninsulares do primeiro quartel, senão da primeira metade, do 2º milénio a.C. O mesmo poderemos dizer, pelo menos em ambiente argárico, dos braçais

de arqueiro e botões com perfuração em v (Schüle, 1980.). Deste modo, a sua associação a alabardas deve, quanto a nós, ser perspectivada nos mesmos termos em que se tem considerado a associação com punhais longos ou "espadas" de lingueta desenvolvida, jóias de ouro e braçais de arqueiro, dentro do conjunto de ocorrências que em tempos Harrison agrupou no que designou como "grupo de Montelavar" (Harrison, 1974). Isto é, um "complexo de prestígio" associado às transformações sociais da 1ª Idade do Bronze (Senna-Martínez e Luís, 2016).

Já em 1994, um de nós escrevia que "*… a distribuição das pontas Palmela, possível contrapartida peninsular para a difusão para sul das alabardas atlânticas, parece revelar um último momento em que o Ocidente Peninsular – e, particularmente, a Estremadura – participa, plenamente, da grande rede de troca de ideias (e de produtos) que acompanha a formação do Bronze Pleno da fachada atlântica da Europa (Coles & Harding, 1979, 210-13)…*" (Senna-Martinez, 1994, p.176).

Cremos que o enterramento, provavelmente masculino da Gruta das Redondas é, assim, reflexo e parte do processo de transformação social associado à emergência da Idade do Bronze na Estremadura Atlântica.

Lisboa, Junho de 2017

AGRADECIMENTOS

O presente estudo foi financiado por Fundos FEDER do Programa COMPETE 2020 e por Fundos Nacionais da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia – Projecto UID/Multi/04349/2013. Os autores agradecem ao Departamento de Conservação e Restauro (FCT-UNL) pela utilização do espectrómetro de micro-EDXRF.

BIBLIOGRAFIA

ARMBRUSTER, Barbara e PARREIRA, Rui *Eds.* (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Colecção de Ourivesaria. 1º Volume – Do Calcolítico à Idade do Bronze.* Lisboa. Instituto Português de Museus.

BETTENCOURT, Ana Maria (1988) – A Freguesia de Turquel (Alcobaça). Alguns dados arqueológicos. *Conimbriga*. 27, pp. 153-188.

BLASCO BOSQUED, Concepción; MONTERO RUIZ, Ignacio e FLORES FERNÁNDEZ, Raul (2016) – Bell Beaker funerary copper objects from the center of the Iberian Peninsula in the context of the Atlantic connections. Elisa GUERRA DOCE e Corinne LIESAU VON LETTOW-VORBECK, *Eds. Analysis of the Economic Foundations Supporting the Social Supremacy of the Beaker Groups.* Oxford. Archaeopress, pp. 19-35.

BRIARD, Jacques (1991.) – Les premiers cuivres atlantiques en France. Jean-Pierre MOHEN & Cristian ÉLUÈRE, *Eds. Découverte du Métal.* Paris. Picard, pp. 183-196.

BUXÓ, Rafael (1997) – *Arqueología de las Plantas*. Barcelona. Crítica.

BUXÓ, Rafael e PIQUÉ, Raquel (2008) – *Arqueobotánica. Los usos de las plantas en la península Ibérica.* Barcelona. Ariel.

CASTRO MARTÍNEZ, Pedro; CHAPMAN, Robert; GILI, Silvia; LULL, Vincent; MICÓ, Rafael; RIHUETE, Cristina; RISH, Roberto e SANAHUJA, María E. (1993-94) – Tiempos sociales de los contextos funerarios argáricos. *Anales de Prehistoria y Arqueología*. 9-10, pp. 77-106.

COLES, John M. e HARDING, Anthony F. (1979) – *The Bronze Age in Europe,* Londres, Methuen & Co.

CRADDOCK, Peter e MEEKS, Nigel D. (1987) – Iron in ancient copper. *Archaeometry*. 29, pp. 187-204.

DELIBES DE CASTRO, Germán (1977) – *El Vaso campaniforme en la meseta norte española.* Valladolid. Universidad de Valladolid. «Studia Archaeologica», 46.

FIGUEIRAL, Isabel (2008) – O Crasto de Palheiros (Murça, NE Portugal): a exploração dos recursos vegetais durante o III/inícios do IIº milénio AC e entre o Iº milénio AC e o séc. IIº DC. Maria de Jesus Sanches (*Ed.*), *O Crasto de Palheiros. Fragada do Castro. Murça – Portugal*. Murça. Câmara Municipal de Murça, pp. 79-108.

FOKKENS, Harry; ACHTERKAMP, Yvonne e KUIJPERS, Maikel (2008) – Bracers or Bracelets; About the functionality and meaning of Bell Beaker Wrist-guards. *Proceedings of the Prehistoric Society*. 74, pp. 109-140.

GUTIÉRREZ SÁEZ, Carmen; LÓPEZ DEL ESTAL, Alba; SIMÓN MARTÍN, Álvaro; MUÑOZ MORO, Pedro; BASHORE ACERO, Charles; CHAMÓN FERNÁNDEZ, Jorge; MARTÍN LERMA, Ignacio; SANZ SALAS, Elena; PARDO NARANJO, Ana I. e MARÍN DE ESPINOSA, Juan A. (2010) – Puntas de palmela: procesos tecnológicos y experimentación. *Trabajos de Prehistoria*. 67 (2), pp. 405-418.

HARRISON, Richard (1974.) – A closed find from Cañada Rosal, Prov.Sevilla and two Bell Beakers, *Madrider Mitteilungen*. 15, pp. 77-94.

JACOMET, Stefanie (2006) – *Identification of cereal remains from archaeological sites*. Basel University. Archaeobotany Lab. IPAS, 2ª edição.

LÓPEZ PADILLA, Juan A. (2006) – Distribución territorial y consumo de botones de perforación en 'V' en el ámbito argárico. *Trabajos de Prehistoria*. 63(2), pp. 93-116.

MARTÍN VALLS, Ricardo e DELIBES DE CASTRO, Germán, *Eds.* (1989) – *La Cultura del Vaso Campaniforme en las Campiñas Meridionales del Duero: el Enterramiento de Fuente-Olmedo (Valladolid)*. Valladolid. Museo Arqueológico de Valladolid. «Monografias», 1, pp. 74-80.

MELO, Ana Ávila de (2000) – Armas, utensílios e esconderijos. Alguns aspectos da metalurgia do Bronze Final: o depósito do Casal dos Fiéis de Deus. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 3 (1), pp. 15-120.

MÜLLER, Roland; GOLDENBERG, Gert; BARTELHEIM, Martin; KUNST, Michael e PERNICKA, Ernst (2007) – Zambujal and the beginnings of metallurgy in southern Portugal. Susan La Niece, Duncan Hook e Paul Craddock (*Eds.*) *Metals and Mines. Studies in Archaeometallurgy*. London. Archetype, pp. 15-26.

NATIVIDADE, Manuel Vieira (1901) – *Grutas de Alcobaça. Materiaes para o estudo do Homem*. Porto. Imprensa Moderna.

PAÇO, Afonso do (1966) – Grutas de Alcobaça. Aditamento. *Zephyrus*. 17, pp. 89-99.

PEREDA, Ignácio G. (2008) – *Joaquim Vieira Natividade: (1899-1968) Ciência e política do sobreiro e da cortiça*. Lisboa.

PEREIRA, Filipa; SILVA, Rui Jorge Cordeiro da; SOARES, António Monge e ARAÚJO, Maria de Fátima (2013) – The role of arsenic in Chalcolithic copper artefacts e insights from Vila Nova de São Pedro (Portugal). *Journal of Archaeological Science*. 40, pp. 2045-2056.

PRIETO MARTÍNEZ, Maria del Pilar (2011) – Vasos troncocónicos y cerveza en contextos campaniformes de Galicia: la cista de A Forxa como ejemplo. Maria del Pilar PRIETO MARTÍNEZ y Laure SALANOVA, *Eds. Las Comunidades Campaniformes en Galicia. Cambios sociales en el III y II milenios BC en el NW de la Península Ibérica*. Pontevedra, Diputación de Pontevedra, pp. 119-125.

RAMIL REGO, Pablo e AIRA RODRIGUEZ, María J. (1993) – A palaeocarpological study of Neolithic and Bronze Age levels of the Buraco da Pala rock-shelter (Bragança, Portugal). *Vegetation History and Archaeobotany*. 2, pp. 163-172.

SCHÜLE, Wilhelm (1980) – *Orce und Galera*. Mainz am Rhein. Verlag Philipp von Zabern.

SENNA-MARTINEZ , João Carlos; LUÍS, Elsa; REPREZAS, Jessica; LOPES, Filipa; FIGUEIREDO, Elin; ARAÚJO, Maria de Fátima e SILVA, Rui Jorge Cordeiro da (2013) – Os Machados Bujões / Barcelos e as Origens da Metalurgia do Bronze na Fachada Atlântica Peninsular. José M. ARNAUD, Andrea MARTINS and César NEVES, *Eds. Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 591-600.

SENNA-MARTINEZ, João Carlos (2009) – Armas, lugares e homens: Aspectos das práticas simbólicas na Primeira Idade do Bronze. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal. 17, pp. 467-488.

SENNA-MARTINEZ, João Carlos (2007) – Aspectos e Problemas das Origens e Desenvolvimento da Metalurgia do Bronze na Fachada Atlântica Peninsular. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal. 15, pp. 119-134.

SENNA-MARTINEZ, João Carlos (1994) – Subsídios para o Estudo do Bronze Pleno na Estremadura Atlântica: (1) A Alabarda de Tipo «Atlántico» do Habitat das Baútas (Amadora), *Zephyrus*. XLVI, pp. 161-182.

SENNA-MARTINEZ, João Carlos (1993) – O Grupo Baiões/Santa Luzia: contribuições para uma tipologia da olaria. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. 1, pp. 93-123.

SENNA-MARTINEZ, João Carlos (1990) – *Idade do Bronze na Estremadura Atlântica. Subsídios para um programa de estudo*. Tese complementar de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia. Universidade de Lisboa. policopiado.

SENNA-MARTINEZ, João Carlos (1989) –*Pré-História Recente da Bacia do Médio e Alto Mondego: algumas contribuições para um modelo sociocultural*. Tese de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia. Universidade de Lisboa. 3 Vols. policopiada.

SENNA-MARTINEZ, João Carlos e LUÍS, Elsa (2016) – Technique and Social Complexity: Development Trajectories of Peasant Societies with Metallurgy during the Bronze Age of Western Iberia. Joaquina Soares, *Ed. Social complexity in a long term perspective.* «Setúbal Arqueológica». 16, pp. 115-130.

SILVA, A. Pinto da (1988) – A paleoetnobotânica na arqueologia portuguesa. Resultados desde 1931 a 1987. Fernando Queiroga, Isabel Sousa e Carlos Oliveira (*Eds.*). *Palaeocologia e Arqueologia*. Vila Nova de Famalicão. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp. 13-29.

SPINDLER, Konrad (1981) – *Cova da Moura. Die Beüedlung des Atlantischen Küstengebietes Mittelportugals vom Neolithikum bis an das linde der Bronzezeit.* Mainz am Rhein. Verlag Phillip von Zabern. «Madrider Beiträge», 7.

TERESO, João Pedro (2012) – *Environmental change, agricultural development and social trends in NW Iberia from the Late Prehistory to the Late Antiquity*. Porto. University of Porto. Faculty of Sciences. Biology Department. PhD Thesis.

TERESO, João Pedro; BETTENCOURT, Ana Maria; RAMIL-REGO, Pablo; TEIRA-BRIÓN, Andrés; LÓPEZ-DÓRIGA, Inés; LIMA, António e ALMEIDA, Rubim (2016) – Agriculture in NW Iberia during the Bronze Age: A review of archaeobotanical data. *Journal of Archaeological Science: Reports*. 10, pp. 44-58.

VALÉRIO, Pedro; ARAÚJO, Maria de Fátima e CANHA, Alexandre (2007) – EDXRF and Micro-EDXRF studies of Late Bronze Age metallurgical productions from Canedotes (Portugal). *Nuclear Instrument and Methods in Physics Research*, part B, 263, pp. 477-482.

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António Monge; ARAÚJO, Maria de Fátima SILVA, Rui Jorge Cordeiro da; PORFÍRIO,

Eduardo e SERRA, Miguel (2014) – Arsenical copper and bronze in Middle Bronze Age burial sites of southern Portugal: the first bronzes in Southwestern Iberia. *Journal of Archaeological Science*. 42, pp. 68-80.

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António Monge; ARAÚJO, Maria de Fátima; SILVA, Rui Jorge Cordeiro da; BAPTISTA, L. (2016a) – Middle Bronze Age arsenical copper alloys in Southern Portugal. *Archaeometry*. 58 (6), pp. 1003-1023.

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António Monge; ARAÚJO, Maria de Fátima (2016b) – An overview of chalcolithic copper metallurgy from Southern Portugal. *Menga. Journal of Andalusian Prehistory*. 7, pp. 31-50.

ZOHARY, Daniel; HOPF, Maria e WEISS, Ehud (2012) – *Domestication of Plants in the Old World. The origin and spread of domesticated plants in southwest Asia, Europe, and the Mediterranean Basin*. Oxford. Oxford University Press. 4ª Ed.



Figura 1 – Tigela esférica e taça de carena alta descobertos em 14 de Fevereiro de 1898, no início da escavação da Gruta das Redondas.



Figura 2 – Massa de grãos carbonizados de cevada recolhida dentro dos restos de um grande vaso de armazenagem (Natividade, 1901: Figura 177).

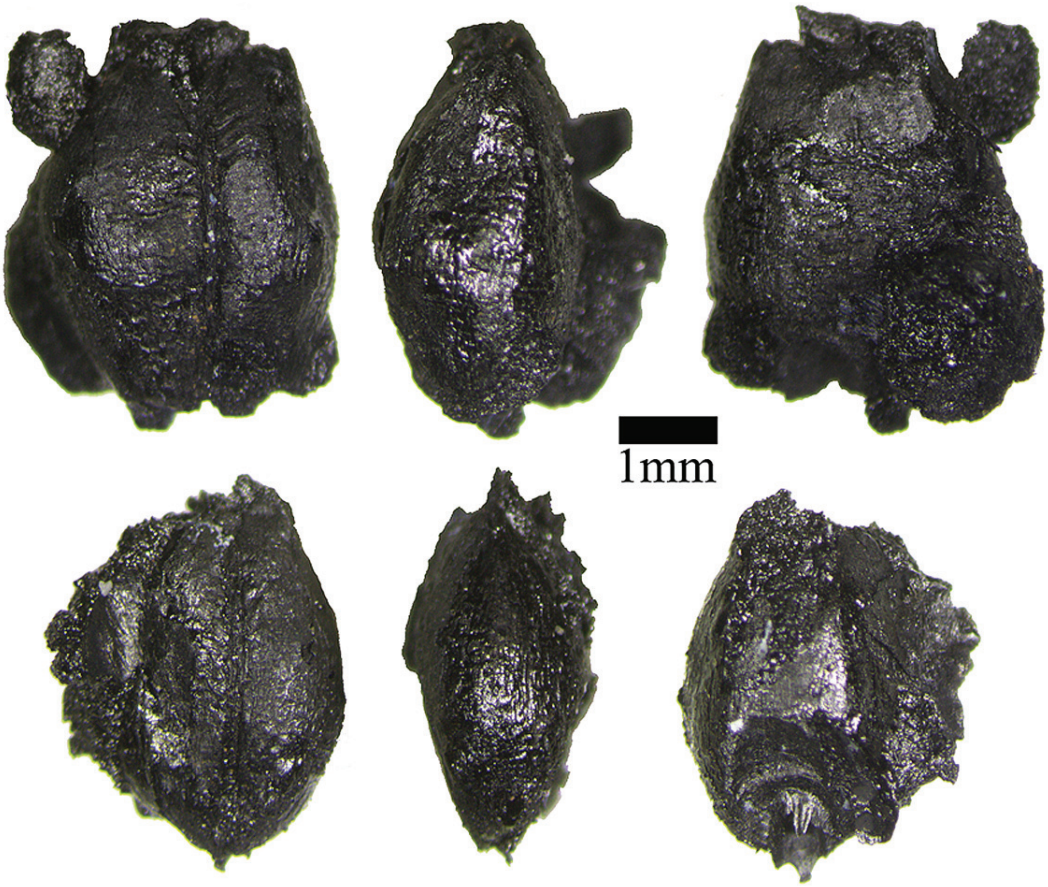


Figura 3 – Grãos de Hordeum vulgare var. nudum da Gruta das Redondas.

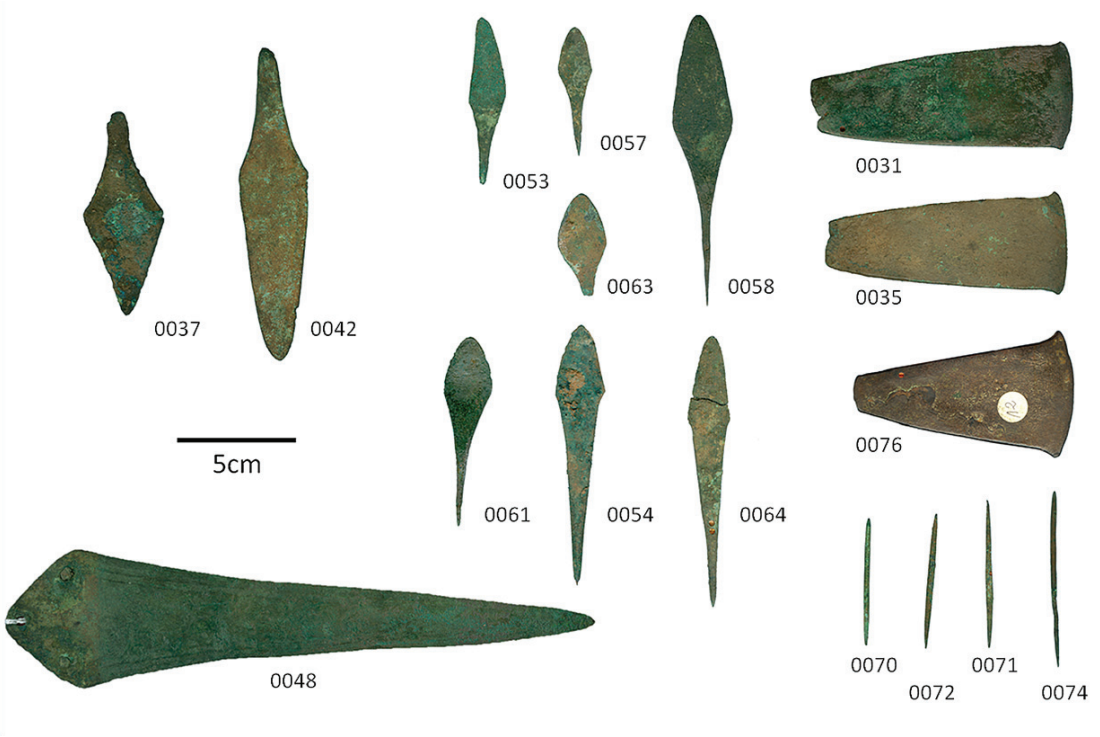


Figura 4 – O Conjunto dos materiais metálicos do enterramento da Gruta das Redondas.

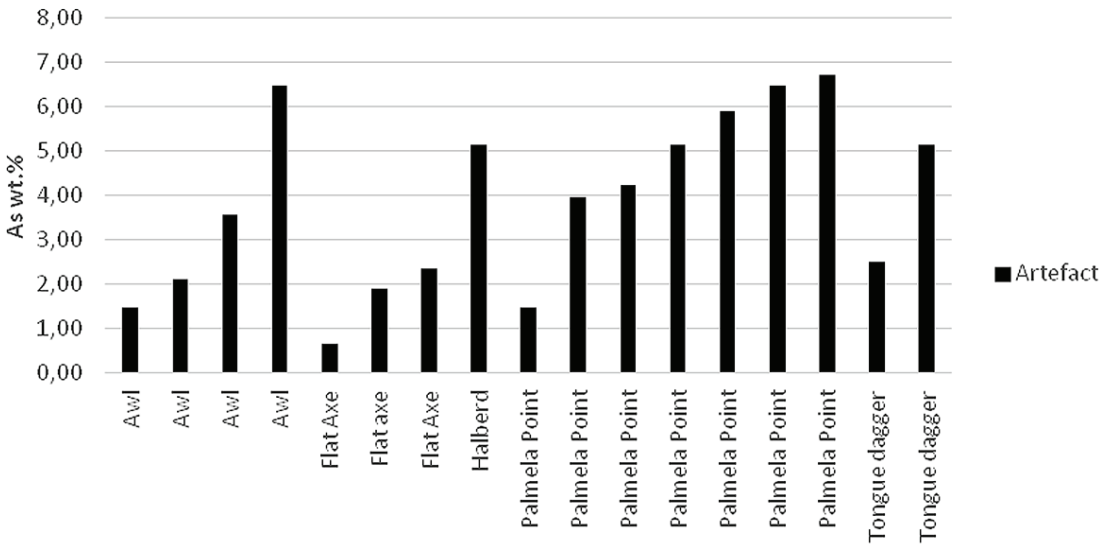


Figura 6 – Gruta das Redondas. Conteúdos em As das diversas categorias artefactuais.

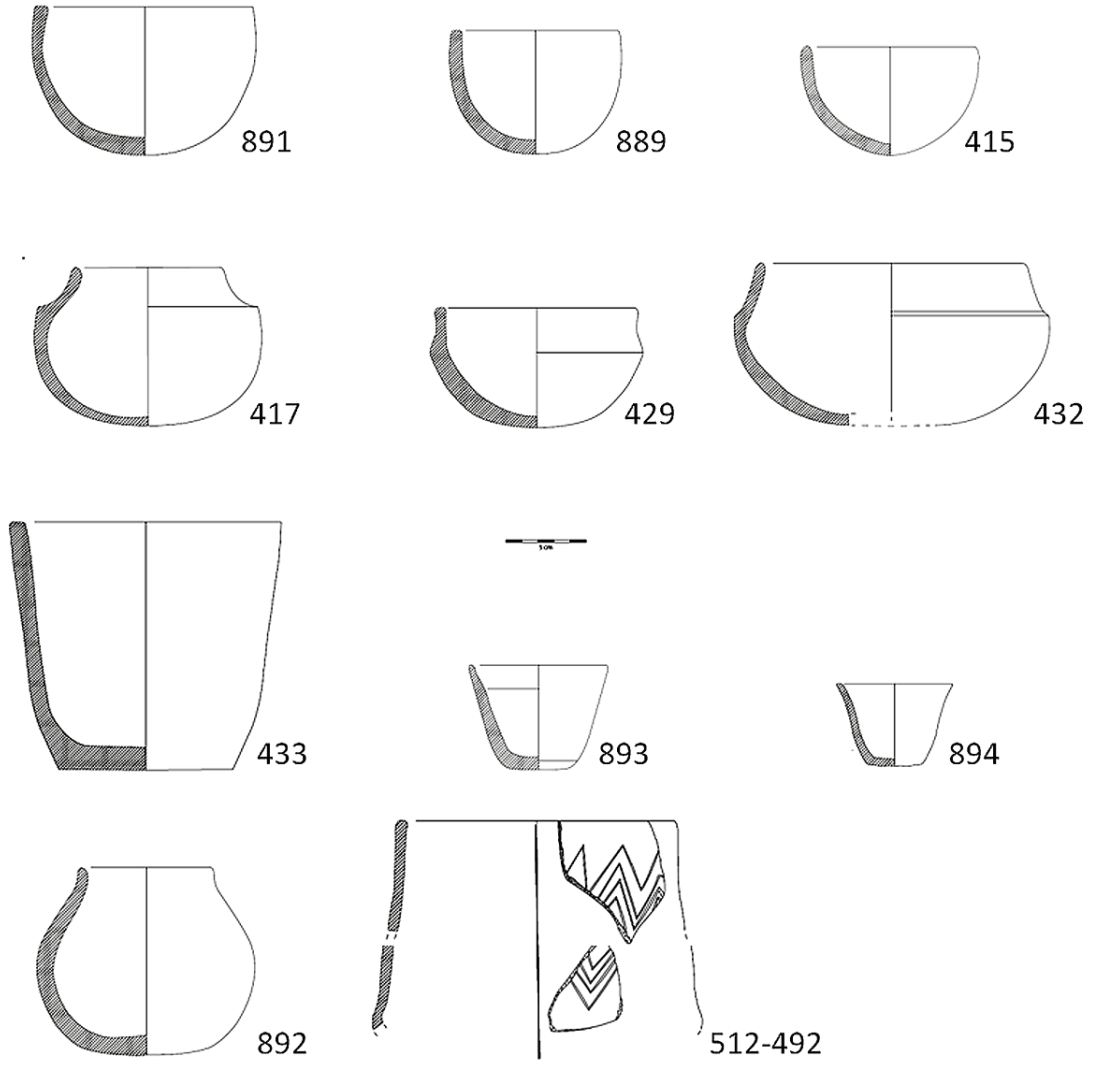


Figura 6 – Os recipientes de olaria associados ao enterramento da Gruta das Redondas.



Figura 7 – Fragmento de bordo do copo de carena baixa (512) com decoração incisa pós-cozedura (Figura 6 512-492).



Figura 8 – Vasos tronco-cónicos invertidos da Gruta das Redondas.

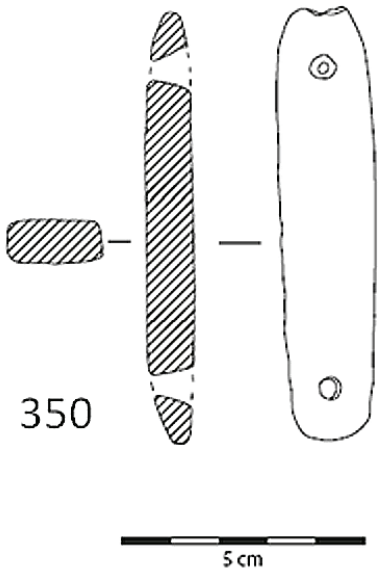


Figura 9 – "Braçal de Arqueiro", em xisto, da Gruta das Redondas.

O SÍTIO DE FOSSAS DA HORTA DO CABRAL 6. CONTRIBUIÇÃO PARA O CONHECIMENTO DA IDADE DO BRONZE NA REGIÃO DO TORRÃO (ALCÁCER DO SAL, PORTUGAL)

Henrique Matias[1], Marco António Andrade[2], Cláudia Costa[3], Hugo Aluai Sampaio[4], Inês Simão[5], António Monge Soares[6], Rui Monge Soares[7], Patrícia Monteiro[8]

RESUMO

A Horta do Cabral 6 localiza-se próximo da vila do Torrão, numa faixa aplanada com substrato de calcreto (caliço), no qual foram abertas e, posteriormente, colmatadas, estruturas negativas de tipo *fossa*. Nas 17 estruturas intervencionadas recuperaram-se elementos cerâmicos, pedra lascada e afeiçoada e fauna mamalógica, entre a qual se conta um veado juvenil completo e articulado, depositado intencionalmente numa das fossas e atribuível ao Bronze Final do Sudoeste, através da datação pelo radiocarbono de uma amostra do seu material ósseo. Foram ainda recolhidos e identificados elementos vegetais carbonizados. O carácter doméstico da ocupação do sítio parece evidente. Insere-se num conjunto de sítios caracterizados pelo agrupamento de estruturas negativas e, normalmente, sem estruturas positivas, que têm vindo a ser identificados em diversos locais do Sudoeste peninsular. Este tipo de jazida da Pré-História recente permaneceu desconhecido até muito recentemente.

Palavras-chave: Interior-sul de Portugal, Idade do Bronze, Cultura material, Estruturas negativas, Datação pelo radiocarbono.

ABSTRACT

The Horta do Cabral 6 site is located near the town of Torrão. It covers a flat area with a calcrete bedrock, in which some filled-up pit features were identified. The 17 excavated features yielded pottery sherds, flaked and ground stone artefacts as well as mammal remains, including a complete and articulated, intentionally deposited juvenile deer. Radiocarbon dating of a sample of this deer's skeleton places the site in the Southwestern Bronze Age. Charred plant remains were also found. The domestic nature of the occupation is apparent. Similar sites, characterized by concentrations of negative features and, often, lacking positive ones, have been identified in several areas of Southwestern Iberia. Until recently, this type of late prehistoric site was virtually unknown.

Keywords: South-interior Portugal, Bronze Age, Material culture, Negative features, Radiocarbon dating.

---

1. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Univ. de Lisboa, Faculdade de Letras, Univ. de Lisboa; hamatias@gmail.com

2. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Univ. de Lisboa, Faculdade de Letras, Univ. de Lisboa; marcoandrade@campus.ul.pt

3. ICArEHB – Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Human Behavior, Univ. do Algarve; cmcosta@ualg.pt

4. Laboratório de Paisagens, Património e Território, Univ. do Minho; hugoaluai@gmail.com

5. ERA Arqueologia, S.A.; inessimao@era-arqueologia.pt

6. Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN), Instituto Superior Técnico, Univ. de Lisboa, Campus Tecnológico e Nuclear; amsoares@ctn.tecnico.ulisboa.pt

7. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Univ. de Lisboa, Faculdade de Letras, Univ. de Lisboa; ruigusmao@hotmail.com

8. ICArEHB – Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Human Behavior, Univ. do Algarve; pamonteiro@ualg.pt

1. INTRODUÇÃO

Os trabalhos arqueológicos realizados na Horta do Cabral 6 foram executados no âmbito de trabalhos de Minimização de Impactes sobre o Património Cultural, resultantes da execução do *Adutor de Vale do Gaio (troço 4): Fase de obra* (EDIA), dirigidos por Henrique Matias e Inês Simão (ERA Arqueologia).
Estes trabalhos traduziram-se na realização de onze sondagens de diagnóstico, implantadas no percurso do adutor, com o objectivo de avaliar da natureza patrimonial de um conjunto de "manchas" de morfologia circular, correspondentes ao topo dos preenchimentos de estruturas negativas escavadas no substrato rochoso.
No interior destas estruturas foram recuperados elementos de cerâmica manual, pedra lascada, pedra afeiçoada e fauna mamalógica. Numa delas foi identificado um esqueleto, quase completo, de veado juvenil, cuja posição anatómica indica uma inumação intencional. O estudo aqui publicado pretende apresentar os dados obtidos durante a intervenção arqueológica e inserir a Horta do Cabral 6 nos contextos do Bronze Final do Sudoeste, utilizando ferramentas analíticas clássicas para a interpretação do espólio arqueológico, assim como dados radiométricos e paleoambientais.

2. HORTA DO CABRAL 6 – CARACTERIZAÇÃO E MATERIAIS

2.1. Caracterização geográfica e geológica do sítio

O sítio da Horta do Cabral 6 localiza-se na freguesia do Torrão, concelho de Alcácer do Sal, distrito de Setúbal. As suas coordenadas geográficas são 38°17'18.0"N; 8°13'16.0"W (WGS84). Encontra-se a cerca de 200 m a SE da vila do Torrão, implantado sobre uma área aplanada configurando uma pequena rechã, numa vertente suave com pendente para SSW (Figura 1.A). Esta área é marcada por um relevo bastante recortado pela rede de drenagem do rio Xarrama, associada à escarpa de falha do Degrau do Torrão com orientação NW-SE (cf. Gonçalves & Telles Antunes, 1992, p. 11) (Figura 1.B).
Ao nível da visibilidade, apresenta uma vista bastante desimpedida para sul, a partir da qual se observa, destacadamente, o povoado calcolítico do Monte da Tumba (Figura 1.C).
A região em torno ao Torrão caracteriza-se por uma área limite entre o Maciço Antigo e a Zona de Ossa-Morena, a NE, a Zona Sul Portuguesa, a NW, e a bacia do Sado e respectivo enchimento sedimentar cenozóico, a W-SW. Assim, entre retalhos da peneplanície alentejana (subconjunto da aplanação de Évora) e a bacia do Sado, verifica-se um relevo fortemente controlado por tectónica, que vai inclusivamente controlar todo o enchimento da bacia do Sado, durante o Cenozóico (Figura 1.B).
Na área onde o sítio se implanta, sob os níveis de utilização agrícola do terreno, verifica-se um substrato geológico bastante variado, onde se identificam três litologias diferentes: diorito, gabro e arenito (Figura 1.C-E).
De acordo com a Carta Geológica de Portugal a 1:50.000 (folha39-D), esta situação é explicada pelo facto da Horta do Cabral 6 se localizar especificamente no limite entre os dioritos e quartzodioritos do Carbónico do Maciço de Beja (Zona de Ossa-Morena), a NE, que se encontram fortemente afectados por intrusões filonianas (de "pórfiros de Beja" – Carbónico e de granitos biotíticos de grão médio – Westefaliano); e a Bacia do Sado, a SW, com os correspondentes depósitos detríticos carbonatados (Gonçalves & Telles Antunes, 1992).
No extremo oriental (onde estão implantadas as fossas 17 e 18), o substrato é de diorito e passa gradualmente a gabro à medida que nos aproximamos da área central do sítio, onde está localizada a maioria das estruturas negativas pré-históricas (fossas 2 a 16). Este fenómeno geológico parece ser frequente quando, nesta zona diorítica e quartzodiorítica, "localmente chega a observar-se a ocorrência de verdadeiros gabros, como acontece na pedreira situada a cerca de 500 m a norte do v.g. Torrão" (Gonçalves & Telles Antunes, 1992, p. 23). No interior de fissuras (diaclases) formadas no gabro observa-se frequentemente o desenvolvimento de filões de calcite, formados por precipitação secundária de carbonatos de cálcio, por vezes bem desenvolvidos em tamanho.
No extremo ocidental do sítio começam a aflorar os depósitos detríticos da bacia do Sado (Formação de Vale do Guizo). Estes depósitos detríticos heterogéneos correspondem, nesta área, a um arenito de cimento carbonatado, medianamente compacto, onde não foram construídas estruturas negativas (pelo menos na área intervencionada). No entanto, é frequente a presença de blocos desta rocha, de média a grande dimensão, no interior das fossas pré-históricas.

2.2. Estruturas

Nas 11 sondagens implantadas no sítio da Horta do Cabral 6 foram escavadas 17 estruturas negativas interpretadas como fossas (Figura 2). Na sondagem 1 foi ainda escavado o embasamento de um poste de electricidade ou telefone, que não foi considerado nos elementos gráficos e estatísticos aqui apresentados.

Escavadas no substrato geológico local, estas estruturas têm formas sub-circulares e apresentam alguma diversidade de perfis (Figura 3). De acordo com as tipologias genéricas estabelecidas por F. Cavulli (2008) e A. C. Valera (2008), adaptadas à realidade em análise, foram definidos os seguintes tipos: perfil troncocónico (/ \), perfil troncocónico invertido (\ /), perfil cilíndrico (| |) perfil em forma de "saco" (U) e perfil semi-esférico (◡) (Tabela 1). Os diâmetros apresentam alguma regularidade, variando entre 105 cm e 140 cm para o diâmetro máximo, e entre 80 cm e 120 cm para o diâmetro mínimo. Pelo contrário, as profundidades têm uma variação que chega quase a 1 m, entre os 50 cm e os 145 cm.

O número de depósitos que cada fossa continha era variável, entre apenas um (fossas 2, 12 e 14) e quatro depósitos (fossa 6). As fossas 3, 4, 5, 7, 10, 13, 15 e 16 continham dois depósitos sedimentares, enquanto que as fossas 8, 9, 11, 17 e 18 continham três. Estes depósitos sedimentares eram compostos essencialmente por uma matriz fina, maioritariamente siltosa. Nalguns casos, os sedimentos encontravam-se a embalar horizontes mais ou menos densos de blocos pétreos de tamanho médio a grande, que podiam ocorrer ao longo da sequência do preenchimento, quer no topo, em posição intermédia ou na base, não existindo qualquer padrão entre fossas para estes depósitos mais grosseiros. É de assinalar que no topo do enchimento da fossa 3 se encontrava um destes níveis com blocos pétreos de média dimensão e que, cerca de 50 cm por debaixo, encontrava-se o esqueleto correspondente ao enterramento de um veado jovem (ver ponto 3.1). Os blocos que compunham estes preenchimentos eram constituídos por rochas locais, como o gabro, o granito, o diorito e o conglomerado da formação de Vale do Guizo. A maioria destes elementos pétreos não apresentava aparente modificação antrópica; no entanto, e dado que a sua origem não é imediata, devem ser considerados como manuportes. Entre estes blocos foi registada a maioria dos elementos de pedra afeiçoada que foram recolhidos (moventes, dormentes, etc.).

	Ø máx.	Ø mín.	Prof.	Perfil	Fundo
Fossa 2	130	80	50	semi-esférico	côncavo
Fossa 3	140	100	100	troncocónico invertido	plano
Fossa 4	110	95	105	troncocónico	plano
Fossa 5	120	110	90	cilíndrico irregular	plano
Fossa 6	120	110	90	cilíndrico	plano
Fossa 7	140	120	70	cilíndrico irregular	plano
Fossa 8	130	90	145	em forma de "saco"	côncavo
Fossa 9	120	90	100	troncocónico	côncavo
Fossa 10	130	100	140	em forma de "saco"	côncavo
Fossa 11	140	110	110	semi-esférico irregular	plano
Fossa 12	120	110	80	cilíndrico	plano
Fossa 13	130	80	110	troncocónico invertido	plano
Fossa 14	130	80	90	semi-esférico irregular	plano irregular
Fossa 15	120	90	75	troncocónico irregular	plano
Fossa 16	105	95	100	cilíndrico	plano
Fossa 17	125	100	70	cilíndrico irregular	plano irregular
Fossa 18	120	75	65	tronco-cone irregular	plano
média	125	96	94		
mediana	125	95	90		

Tabela 1 – Dimensões e características morfológicas das estruturas negativas da Horta do Cabral 6. Valores em cm.

2.3. Artefactos

2.3.1. Cerâmica

No total das estruturas negativas escavadas, apenas em catorze se recolheram elementos cerâmicos – nomeadamente, nas fossas 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17 e 18, contabilizando tanto recipientes cerâmicos como elementos de tear (Figura 4). São maioritariamente fragmentos sem elementos caracterizadores (117 fragmentos, correspondendo a 79,1% do conjunto).

Os fragmentos com elementos caracterizadores (tais como bordos, fundos, carenas ou bojos com elementos de preensão/suspensão) encontravam-se em qualquer uma das estruturas escavadas, excluindo as fossas 3 e 4 (no conjunto são 31 elementos, o que corresponde a 20,9% do total de fragmentos de cerâmica). Assinala-se a inexistência de colagens entre fragmentos inter e intra fossas.

Não se reconhece nenhuma incidência específica de tipologias em estruturas particulares, registando-se uma certa distribuição homogénea das formas pelas estruturas escavadas.

Ao nível do fabrico, reconhecem-se dois tipos. O primeiro (Grupo 1), identificado em formas de pequena e média dimensão (taças carenadas, pequenos esféricos, pequenos globulares de bordo exvertido, pequeno recipiente de fundo plano), caracteriza-se por pastas compactas, com abundantes componentes não plásticos, maioritariamente de grão fino, com cozeduras e arrefecimentos maioritariamente redutores, com superfícies alisadas a polidas (por vezes, aproximando-se de brunido) (Figura 5).

O segundo tipo (Grupo 2), identificado em formas de grande dimensão (grandes esféricos, vasos troncocónicos e em forma de saco), caracteriza-se por pastas compactas a semi-compactas, com abundantes componentes não plásticos de calibre médio a grosseiro, com cozeduras e arrefecimentos maioritariamente oxidantes, com superfícies rugosas a alisadas (Figura 6).

Em termos da composição mineral dos componentes não plásticos, independentemente dos tipos de fabrico, são observáveis macroscopicamente grãos angulosos de feldspatos, quartzos, gabros e moscovites, com registo minoritário de biotites, óxidos de ferro e nódulos de argila consolidada (chamota?).

Não foi identificado qualquer elemento cerâmico com decoração.

Os elementos de tear (4 exemplares) encontraram-se exclusivamente nas fossas 8, 9 e 10 (Figura 7). São elementos espessos, de morfologia cilíndrica, com perfuração central, semelhantes aos recolhidos em Casarão da Mesquita 3 (Santos & *alli*, 2008). Apresentam pasta compacta a semi-compacta, com componentes não plásticos de grão médio a grosseiro.

2.3.2. Pedra Lascada

A indústria lítica encontra-se representada por alguns elementos talhados, sem grande expressão (9 peças), provenientes das fossas 4, 8, 9 e 17 (Figura 7). Este material resume-se a alguns resíduos de debitagem - lascas corticais e esquírolas, assim como blocos testados e informes. Foi identificado, ainda, um núcleo prismático esgotado para lamelas, em quartzo (Tabela 2).

As matérias-primas utilizadas são maioritariamente locais, como o quartzo e o gabro, sendo que esta última encontra-se representada por apenas uma lasca e não se exclui a hipótese de que possa ser acidental, e que por isso mesmo esteja relacionada com a fragmentação de algum elemento de pedra afeiçoada. O sílex (matéria-prima exógena) encontra-se unicamente representado por uma esquírola.

Classe tecnológica	Tipo	Matéria-prima	Total
Núcleo	remontante para lascas	quartzo	1
Núcleo	1 pp. p/lamelas	quartzo	1
Núcleo	informe p/lascas	quartzo	1
Núcleo	bloco testado	quartzo	1
Núcleo	1 pp. cortical p/lascas	pórfiro	1
Lasca		gabro	1
Lasca		quartzo	2
Esquírola		sílex	1
Total			**9**

Tabela 2 – Lista de elementos de pedra lascada presentes no sítio.

2.3.3. Pedra afeiçoada

Foram identificados 16 elementos de pedra afeiçoada. Entre eles contam-se dormentes, moventes e percutores, assim como elementos compósitos, tais como moventes/percutores e bigornas/percutores (Tabela 3). Os elementos de tendência arredondada ("esferóides"), comuns em contextos do Calcolítico e Idade do Bronze do Sudoeste peninsular, poderiam ser interpretados como "balas de funda"; contudo, ao apresentarem uma face aplanada, poder-se-á considerar a sua utilização como moventes (Figura 8).

As matérias-primas utilizadas são exclusivamente rochas duras de grão grosseiro, tais como o gabro e o pórfiro, sendo o quartzo e quartzito utilizados unicamente em elementos para percussão.

O grau de fragmentação e a existência de peças compósitas no sítio sugerem uma utilização intensiva deste tipo de elementos em actividades do quotidiano. Os elementos fragmentados encontram-se frequentemente associados a marcas de fogo.

Tipo	Total
Dormente	5
Movente	2
Percutor	6
Movente/percutor	2
Bigorna/percutor	1
Total	16

Tabela 3 – Lista de elementos de pedra afeiçoada presentes no sítio.

3. HORTA DO CABRAL 6 – ARQUEOCIÊNCIAS E ARQUEOMETRIA

3.1. Estudo da Fauna

Dentro da fossa 3 foi escavado um esqueleto quase completo de veado (*Cervus elaphus*), em articulação, depositado sobre o lado esquerdo e com orientação Norte-Sul (Figura 9.A). As únicas partes conservadas do crânio eram as mandíbulas, os ossos maxilares, com os respectivos molares, osso incisivo e osso occipital. As extremidades das patas (falanges) dianteiras e traseiras também estavam ausentes.

Os membros posteriores encontravam-se flectidos e articulados e os anteriores distendidos, com os ossos carpais desarticulados e um pouco dispersos, sugerindo a desarticulação destes aquando do processo decomposição. A parte cervical da coluna, embora articulada, encontrava-se dobrada no sentido posterior do esqueleto, ficando o crânio com a parte occipital voltada para a parte dianteira.

A mandíbula conservava, em articulação, os pré-molares de leite e o primeiro molar da dentição definitiva (M1) parcialmente visível (Figura 9.B). O M1 nos veados ibéricos germina entre os três e quatro meses de vida do animal e só termina o seu crescimento aos cinco meses (Azorit Casas, 2011). Estando o M1 ainda em crescimento, o veado da Horta do Cabral terá uma idade estimada à morte entre os 3 e os 5 meses.

A alteração das superfícies dos ossos, que impediu a conservação da superficie externa do osso, não permitiu a observação de marcas de manipulação antrópica como marcas de corte.

Na fossa 17 foi recuperado um fragmento de crânio de um *Bos taurus* (vaca) depositado sobre o osso occipital (Figura 9.C). Encontrava-se preservado grande parte do osso parietal, o frontal, incluindo os chifres, o osso occipital e o temporal (Figura 9.D).

Os restantes elementos faunísticos reportam-se a fragmentos não identificáveis que se encontravam nos depósitos das restantes fossas do sítio.

3.2. Paleobotânica

Neste estudo foram recuperados carvões das fossas 5, 6, 8, 10 e 18. Foram separados um total de 51 fragmentos de carvão, de dimensões superiores a 2 mm, para identificação taxonómica. A identificação taxonómica dos carvões foi realizada através da observação microscópica das três secções identificativas (transversal, longitudinal tangencial e longitudinal radial) a 100x e 200x no microscópio de luz incidente do ICArEHB (Leica 2500DP) e por comparação com atlas anatómico de árvores (Schweingruber, 1999) e colecção de referência de carvões actuais do ICArEHB.

O estudo permitiu a identificação dos seguintes taxa: cf. *Castanea, Erica arborea, Ericaceae, Quercus ilex/Q. coccifera, Quercus* subg. *Quercus, Quercus* sp., Monocotiledónea, Angiospérmica indeterminada. No que diz respeito à lista taxonómica (Tabela 4), não existem variações significativas entre as fossas, exceptuando a presença de um fragmento de cf. *Castanea* na fossa 6, ausente em todas as outras fossas. No entanto, tendo em conta o menor grau de certeza relativamente à identificação deste taxone e a tratar-se de apenas um fragmento, a sua presença não deve constituir um elemento diferenciador. Todas as fos-

sas apresentam, pelo menos, a presença *Quercus*, sendo que em todas se regista, também, presença de Angiospérmicas indeterminadas. A fossa 8 é a que apresenta uma maior diversidade taxonómica, tendo a presença de todos os taxa identificados, com excepção de cf. *Castanea*.

	Fossa 5	Fossa 6	Fossa 8	Fossa 10	Fossa 18	Total
cf. *Castanea*		1				1
Erica arborea			1			1
Ericaceae			2	1		3
Quercus ilex/Q. coccifera	1	3	2	3		9
Quercus subg. *Quercus*			1		1	2
Quercus sp.	4	4	2		1	11
Monocotiledónea			1			1
Angiospérmica indeterminada	1	3	1	5	3	13
Indeterminados			8	1	1	10
Total	**6**	**11**	**18**	**10**	**6**	**51**

Tabela 4 – Resultados da identificação taxonómica dos carvões exumados das fossas 5, 6, 8, 10 e 18 da Horta do Cabral 6 (em números absolutos).

3.3. Datação pelo Radiocarbono

Procurou-se datar pelo radiocarbono duas amostras de ossos: uma proveniente do esqueleto de *Cervus elaphus* da fossa 3 (tíbia e fémur esquerdos) e outra do crânio de *Bos taurus* encontrado na fossa 17. No entanto, os ossos deste último encontram-se bastante degradados, não contendo já qualquer quantidade de colagénio (N = 0%). Assim só foi possível datar o cervídeo da fossa 3, fazendo uso da Espectrometria de Cintilação Líquida, obtendo-se a data convencional de radiocarbono Sac-3056: 2870 ± 80 BP, a qual foi calibrada fazendo uso da curva IntCal13 (Reimer & *alli*, 2013) e do programa OxCal (Bronk Ramsey, 2001). Na Figura 10 encontra-se a representação gráfica da distribuição de probabilidades, bem como os valores numéricos correspondentes. Tendo em conta este resultado, poderá atribuir-se à fossa 3 uma cronologia do Bronze Final do Sudoeste (ver Mataloto & *alli*, 2013, Quadro IV).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos desenvolvidos na Horta do Cabral 6 traduziram-se na realização de 11 sondagens de diagnóstico, implantadas no percurso do adutor, tornando possível a caracterização de um conjunto de 17 estruturas negativas de tipo *fossa*, com cronologia enquadrável na Idade do Bronze do Sudoeste.

Escavadas no substrato geológico local, estas estruturas têm formas sub-circulares e perfis predominantemente cilíndricos a troncocónicos com o fundo plano ou com ligeira concavidade. Ao nível dos diâmetros (máximos) apresentam alguma regularidade, variando entre 105 cm e 140 cm, observando-se, no entanto, alguma disparidade no referente à profundidade (entre 50 cm e 145 cm).

Originalmente, o topo destas estruturas estaria representado por uma paleosuperfície sob a qual seriam escavadas. Esta paleosuperfície já não se encontra conservada, tendo contribuído para o efeito tanto fenómenos naturais (e.g. pedogénese) como antrópicos (e.g. trabalhos agrícolas com forte afectação do solo, em profundidade). Deste modo, as dimensões das fossas encontram-se sub-representadas, assim como a própria morfologia das estruturas, cuja truncatura erosiva não nos permite ter a sua forma completa. Reforçando esta ideia, assinala-se ainda a ausência de quaisquer níveis de ocupação sobre as estruturas negativas, assim como de estruturas em positivo (como empedrados, muros, etc.), tendo a acção erosiva perturbado a integridade do local.

As estruturas encontravam-se preenchidas, normalmente, por dois ou três depósitos, caracterizando-se também pela presença de alguns aglomerados de elementos pétreos, com litologias diversas.

No referente ao conjunto artefactual, foram recuperados elementos de cerâmica manual e de pedra lascada e afeiçoada, tendo-se também registado a presença de fauna mamalógica, entre a qual se conta um veado juvenil quase completo que terá sido

depositado intencionalmente numa das estruturas negativas, sem quaisquer artefactos associados, materializando assim possíveis rituais de cariz simbólico indeterminado, não obstante poder tratar-se simplesmente do descarte de uma carcaça (e.g. razões sanitárias).

A observação do posicionamento dos diferentes elementos do esqueleto, nomeadamente na parte dos membros dianteiros, onde se verifica o deslocamento dos carpais, sugere que o processo de decomposição, pelo menos de alguns segmentos anatómicos, tenha ocorrido em espaço aberto. O esqueleto foi datado pelo radiocarbono da transição do 2º para o 1º milénio a.C., isto é, atribuível ao Bronze Final do Sudoeste.

A deposição de esqueletos de mamíferos no interior de estruturas negativas durante a Idade do Bronze (e mesmo noutros períodos da Pré-História recente), ainda que rara, não é inédita. Na estrutura 12 da Pedreira de Trigaches 2, foi encontrado parte de um esqueleto de um veado sub-adulto, tendo uma amostra de material ósseo fornecido a data de 2790±180 BP (Sac-2369), enquanto que com uma amostra de cortiça, que devia forrar o interior da fossa, se obteve a data 3210 ± 50 BP (Sac-2328, ver Baptista & *alli*., 2013, pp. 817-818; Mataloto & *alli*., 2013, p. 318). Numa fossa da Horta do Jacinto (Baptista & *alli*, 2012) e numa outra da Torre Velha 3 (Porfírio & Serra, 2014) foi encontrado, no primeiro sítio, um esqueleto de suíno que jazia por debaixo de um enterramento humano, datado de 3220 ± 50 BP (Sac-2632, ver Mataloto & *alli*., 2013, p. 318), e, na fossa de Torre Velha 3, por cima de um esqueleto e outros restos ósseos humanos. Quanto a esqueletos de animais isolados ou em associação com outros esqueletos de animais, e sem ligação a práticas funerárias com enterramentos humanos, até ao momento, são ainda conhecidos em Alto de Brinches, onde se registaram canídeos e suínos na mesma estrutura negativa (Porfírio & Serra, 2014) e em Montinhos 6 (Costa, 2013), em que esqueletos de lebres e de corso se encontravam isolados na base de fossas.

Relativamente às formas cerâmicas, reconhece-se uma diversidade coetânea com outros contextos crono-culturalmente paralelizáveis. Com efeito, o conjunto da Horta do Cabral 6 reflecte os catálogos cerâmicos reconhecidos para sítios datáveis da Idade do Bronze, tendo sido identificadas formas carenadas (taças), esféricos, globulares de bordo exvertido, grandes vasos troncocónicos e em forma de saco (principalmente reconhecidos por fragmentos de fundo), por vezes com elementos de preensão/suspensão (mamilos e pegas alongadas verticais), o que poderia indiciar uma diacronia abarcando toda a Idade do Bronze do Sudoeste, mas que parece ser especialmente representativa de momentos de uma fase terminal do Bronze Pleno, que se prolonga pelo Bronze Final (Mataloto & *alli*., 2013).

Na análise antracológica, os *taxa* identificados demonstram a presença de espécies termófilas nas imediações do sítio, dados que são congruentes com os registos polínicos referentes à mesma cronologia e área geográfica (Santos & Sanchez-Goñi, 2003). Comparando com os dados antracológicos da ocupação calcolítica do Monte da Tumba, com cronologias do Calcolítico Inicial e Pleno (finais do 4º/inícios do 3º milénio a.C a meados do 3º milénio a.C., seg. Silva & Soares, 1987, p. 66; Soares & Cabral, 1987), denota-se uma menor diversidade taxonómica na Horta do Cabral 6. Ainda assim, em ambos os sítios se regista a presença maioritária de *Quercus* perenifólio e caducifólio, confirmando assim que estas duas espécies terão constituído parte importante da cobertura florestal da região durante o Quaternário recente (pelo menos entre finais do 4º e inícios do 1º milénio a.C.). A ausência de paralelos para a presença de *Castanea* em contextos destas cronologias no Sudoeste Peninsular, e a fraca presença desta espécie nos dias de hoje na região do Torrão, poderá levantar dúvidas sobre a sua classificação, não pondo de parte a hipótese de contaminação do contexto de recolha (e.g. penetração de raízes). A menor diversidade taxonómica da Horta do Cabral 6 estará relacionada, por um lado, com uma amostra significativamente menor à estudada para o Monte da Tumba – 477 fragmentos analisados e 17 taxons identificados (Badal, 1987, pp. 92-93) *contra* 51 fragmentos e 8 taxons, e por outro, com as próprias especificidades dos sítios e dos tipos de ocupação.

Apesar deste estudo preliminar ter permitido a identificação taxonómica dos carvões e, por conseguinte, identificado que espécies estariam a ser utilizadas como combustível no sítio, o reduzido número de fragmentos não permite avançar com interpretações relativas à funcionalidade das fossas. A presença dos carvões, de origem dispersa no preenchimento das fossas, indica que estes se encontram em posição secundária, resultando de resíduos de combustão realizada noutro local.

Não existem quaisquer indícios de reaberturas (to-

tais ou parciais) das estruturas, e a repetição que se verifica nas fossas, seja ao nível: a) das características sedimentares e intercalações de blocos na estratigrafia; b) da homogeneidade das pastas e tipologia da cerâmica; d) da distribuição da cerâmica e do restante material arqueológico; aliada à inexistência de vestígios de abatimentos das paredes por longa exposição das estruturas aos elementos naturais; levam a considerar que, pelo menos neste sector do sítio (que se prolongará para além dos limites intervencionados), existirá uma sincronia na utilização de muitas das estruturas, sendo a data obtida para o veado representativa da cronologia porventura atribuível a uma boa parte das estruturas intervencionadas.

A Horta do Cabral 6 enquadra-se num conjunto de sítios arqueológicos caracterizados pelo agrupamento de estruturas negativas tipo fossa e, normalmente, sem estruturas positivas preservadas, que têm vindo a ser identificados em diversos locais do Sul de Portugal, representando um tipo de ocupação da Idade do Bronze não conhecida até muito recentemente.

A interpretação da funcionalidade destas fossas não é fácil. De facto, a maioria está preenchida com depósitos que integram, normalmente, fragmentos cerâmicos, pouca indústria lítica, níveis de empedrados (por vezes, integrando alguns elementos de moagem), deixando poucas pistas sobre a sua(s) funcionalidade(s) e sobre a natureza dos sítios em que se integram (Valera, 2014).

BIBLIOGRAFIA

AZORIT CASAS, Concepción (2011) – Guia para la determinación de la edad del ciervo ibérico (Cervus elaphus hispanicus) através de su dentición: revisión metodológica y técnicas de elección. *Anales*. Real Academia de Ciências Veterinárias de Andalucia Oriental, 24: 1, pp. 235-264.

BADAL GARCIA, Ernestina (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. III – Estudo antracológico. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal, VIII, pp. 87-102.

BAPTISTA, Lídia, GOMES, Sérgio, COSTA, Cláudia (2012) – As dinâmicas de deposição no sítio pré-histórico de Horta do Jacinto (Beringel, Beja), In DEUS, Manuela ed. – *Actas do IV Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Almodôvar, 18 a 20 de Novembro de 2010)*, Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 585-595.

BAPTISTA, Lídia; OLIVEIRA, Lurdes; SOARES, António M. Monge; GOMES, Sérgio (2013). Contributos para a discussão da construção da paisagem nas bacias das Ribeiras do Álamo e do Pisão (Beringel e Trigaches, Beja) entre IVº e Iº Milénios a.C. In JIMÉNEZ ÁVILA, Jaime; BUSTAMANTE, Macarena. GARCÍA CABEZAS Miriam eds.– *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular (Villafranca de los Barros, 4-6 Octubre 2012)*, Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, pp. 791-827.

BRONK RAMSEY, Christopher (2001) – Development of the radiocarbon calibration program OxCal. *Radiocarbon*. University of Arizona. 43: 2A, pp. 355-363.

CAVULLI, Fabio (2008) – Abitare il Neolitico. Le piu antiche strutture antropiche del Neolitico in Italia Settentrionale. *Preistoria Alpina*, 43: 1, pp. 480.

COSTA, Cláudia (2013) – *Tafonomia em contexto pré-histórico. A zooarqueologia como recurso para a compreensão das estruturas negativas da Pré-História Recente*. Tese de doutoramento, Universidade do Algarve.

GONÇALVES, Francisco; TELLES ANTUNES, Miguel (1992) – *Notícia Explicativa da folha 39-D Torrão*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

MATALOTO, Rui; MARTINS, José M. Matos; SOARES, António M. Monge (2013) – Cronologia Absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, Base de Dados, Tratamento Estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 20, pp. 303-338.

PORFÍRIO, Eduardo; SERRA, Miguel (2014) – In death as in life. Ties between man and animals in the recent prehistory of lower Alentejo: two case studies from Alto de Brinches 3 and Torre Velha 3 (Serpa, Alentejo, Portugal). In DETRY, Cleia; DIAS, Rita, eds. – *Proceedings of the First Zooarchaeology Conference in Portugal, held at the Faculty of Letters, University of Lisbon, 8th-9th March 2012*, Oxford: Archaeopress, pp. 47-56.

REIMER, Paula J.; BARD, Edouard; BAYLISS, Alex, BECK, J. Warren; BLACKWELL, Paul G.; BRONK RAMSEY, Christopher; BUCK, Caitlin E.; CHENG, Hai; EDWARDS, R. Lawrence; FRIEDRICH, Michael; GROOTES, Pieter M.; GUILDERSON, Thomas P., HAFLIDASON, Haflidi; HAJDAS, Irka; HATTÉ, Christine; HEATON, Timothy J.; HOFFMANN, Dirk L.; HOGG, Alan G.; HUGHEN, Konrad A.; KAISER, K. Felix; KROMER, Bernd; MANNING, Sturt W.; NIU, Mu; REIMER, Ron W.; RICHARDS, David A.; SCOTT, E. Marian; SOUTHON, John R.; STAFF, Richard A.; TURNEY, Christian S. M.; Van der PLICHT, Johannes (2013) – IntCal13 and Marine13 Radiocarbon Age Calibration Curves, 0-50,000 Years cal BP. University of Arizona. *Radiocarbon*, 55: 4, pp. 1869-1887.

SANTOS, Filipe J. C.; AREZ, Luíz; SOARES, António M. Monge; DEUS, Manuela; QUEIROZ, Paula F.; VALÉRIO, Pedro; RODRIGUES, Zélia; ANTUNES, Ana Sofia; ARAÚJO, Maria Fátima (2008) – O Casarão da Mesquita 3 (S. Manços, Évora): um sítio de fossas «silo» do Bronze Pleno/Final na Encosta do Albardão. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 11: 2, pp. 55-86.

SANTOS, Luísa; SÁNCHEZ-GOÑI, M. Fernanda (2003) – Lateglacial and Holocene environmental changes in Portuguese coastal lagoons 3: vegetation history of the Santo André coastal area. *The Holocene* 13, pp. 459-464.

SCHWEINGRUBER, Fritz (1990) – *Anatomie europäischer Hölzer. Ein Atlas zur Bestimm ung europäischer Baum-, Strauch – und Zwergstrauchhölzer*. Haupt, Stuttgart.

SILVA, Carlos Tavares; SOARES, Joaquina (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. I – Escavações arqueológicas de 1982-82 (resultados preliminares). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal, VIII, pp. 29-79.

SOARES, António M. Monge; CABRAL, João M. Peixoto (1987) – O Povoado Fortificado Calcolítico do Monte da Tumba. VI. Cronologia Absoluta. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal, VIII, pp. 155-165.

VALERA, António (2008) – Recinto calcolítico dos Perdigões: fossos e fossas do Sector 1. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 3, pp.19-27.

VALERA, António Carlos (2014) – Continuidades e descontinuidades entre o 3º e a primeira metade do 2º milénio a.n.e. no Sul de Portugal: alguns apontamentos em tempos de acelerada mudança. *Antrope*. 1, pp. 298-316.

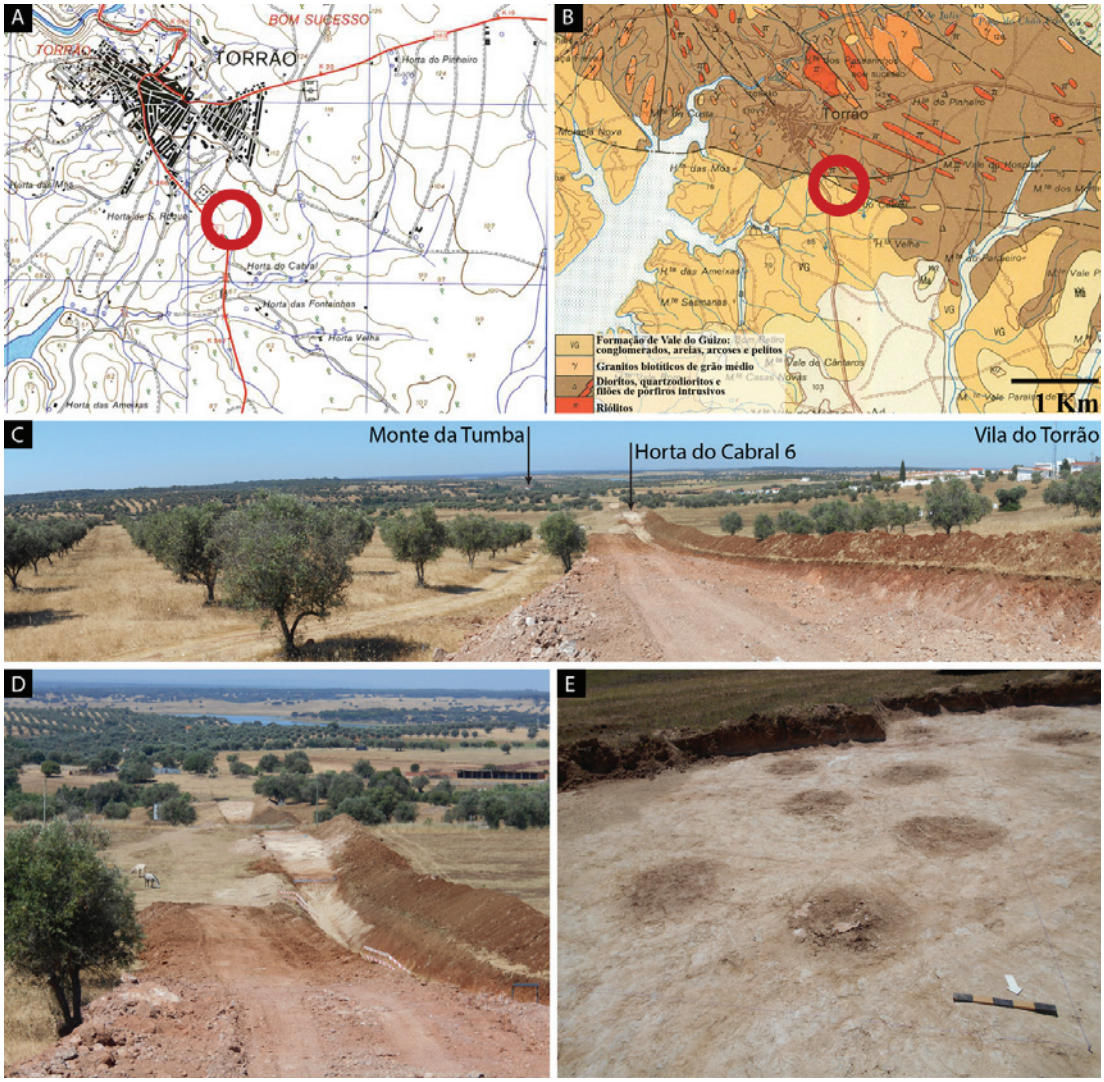


Figura 1 – **A.** e **B.** Localização da Horta do Cabral 6 nas C.M.P. (folha 487) e C.G.P. (folha 39-D), respectivamente. **C.** Vista panorâmica com localização da Horta do Cabral 6, do Monte da Tumba e do extremo SE da Vila do Torrão. **D.** Horta do Cabral 6 na área decapada. **E.** Pormenor das fossas antes da escavação.

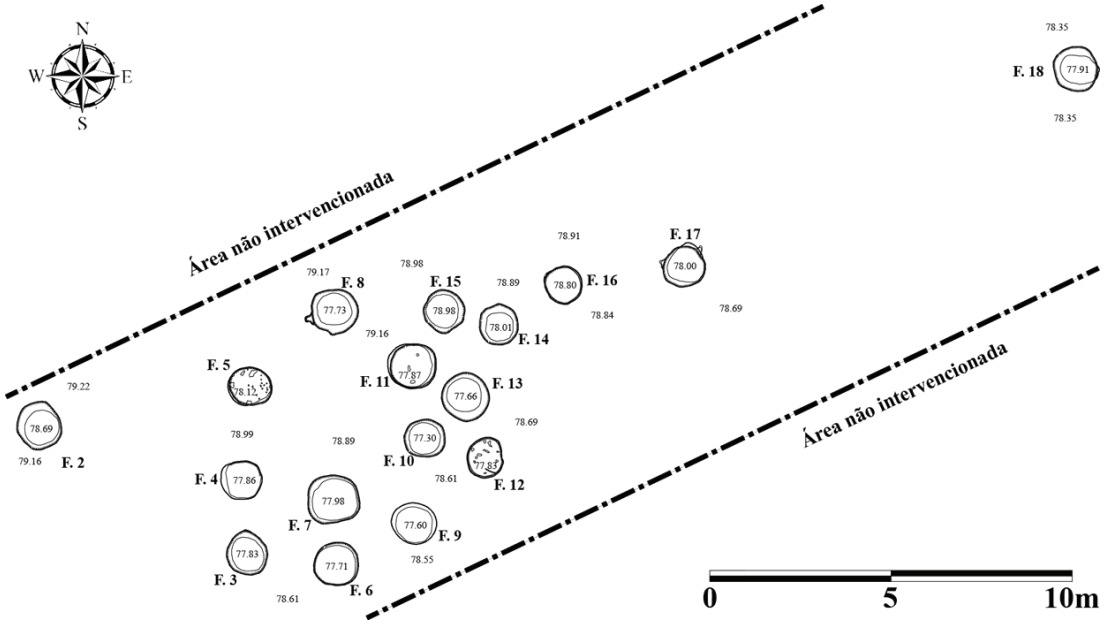


Figura 2 – Planta geral da Horta do Cabral 6. Cotas absolutas (*datum* de Lisboa) da superfície decapada e da base das estruturas negativas.

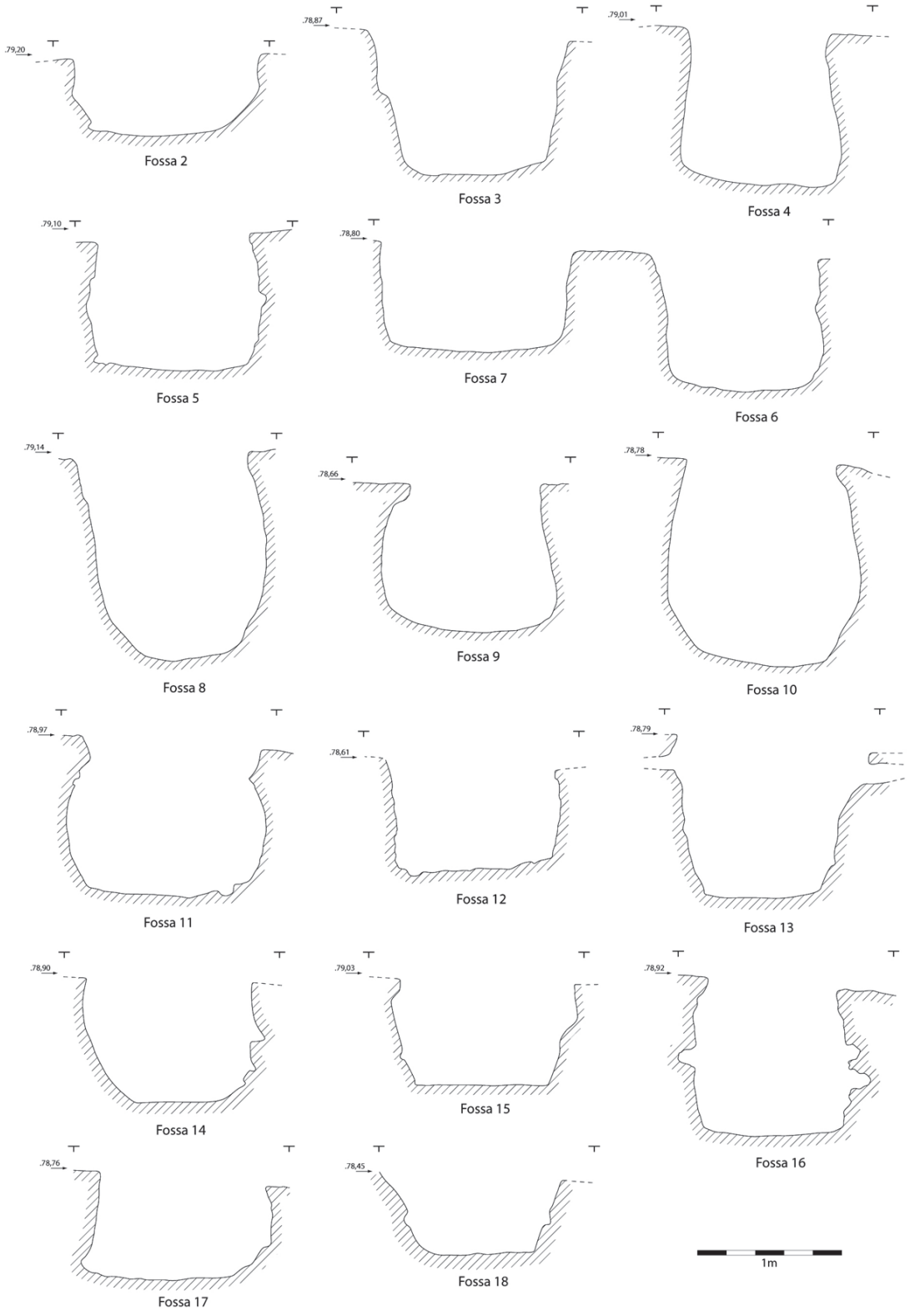


Figura 3 – Perfis das fossas da Horta do Cabral 6: perfil troncocónico (Fossas 4 e 9), perfil troncocónico invertido (Fossas 3, 13, 15 e 18); perfil cilíndrico (Fossas 5, 6, 7, 12 e 16); perfil em forma de "saco" (Fossas 8 e 10); perfil semi-esférico (Fossas 2, 11 e 14).

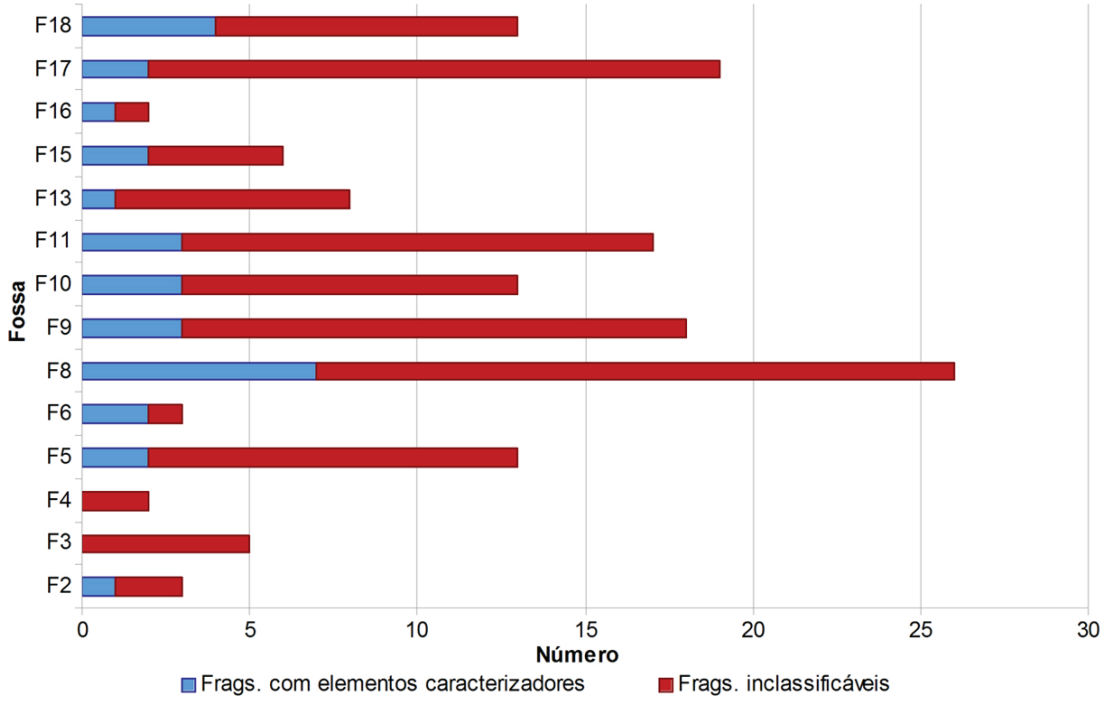


Figura 3 – Horta do Cabral 6. Distribuição dos elementos cerâmicos por fossa.

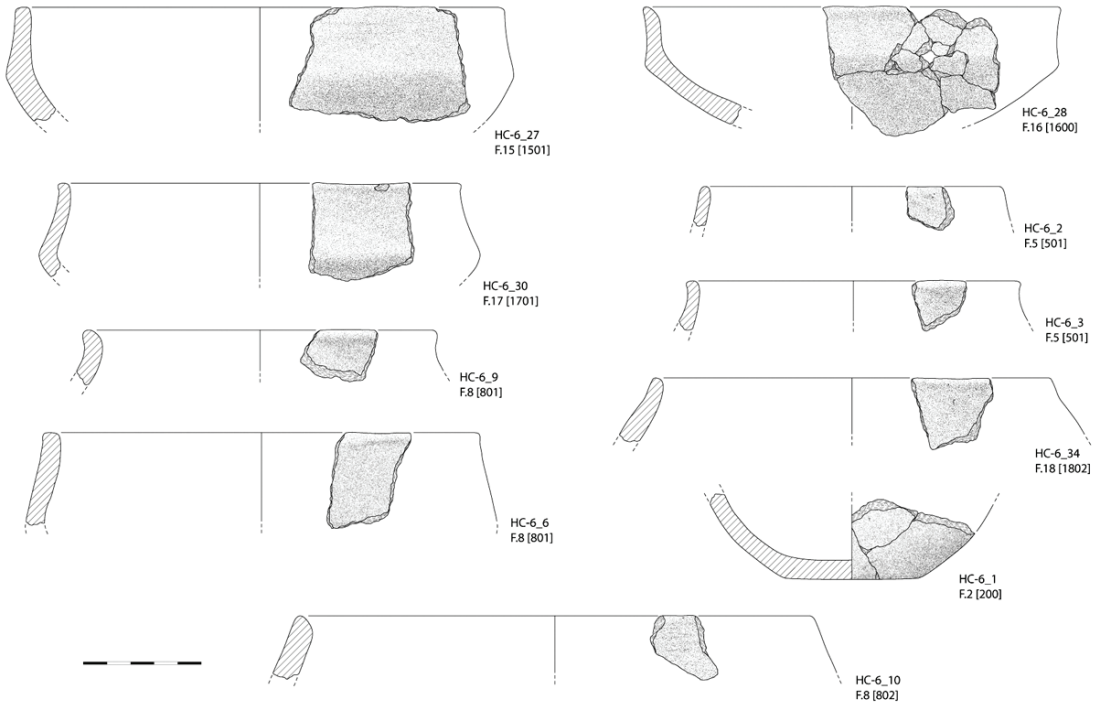


Figura 5 – Elementos cerâmicos do Grupo 1 recolhidos na Horta do Cabral 6: taças carenadas (HC-6_27, 28 e 30); pequeno esférico (HC-6_2); globulares de bordo exvertido (HC-6_3, 6, 9 e 34); pequeno recipiente de fundo plano (HC-6_1).

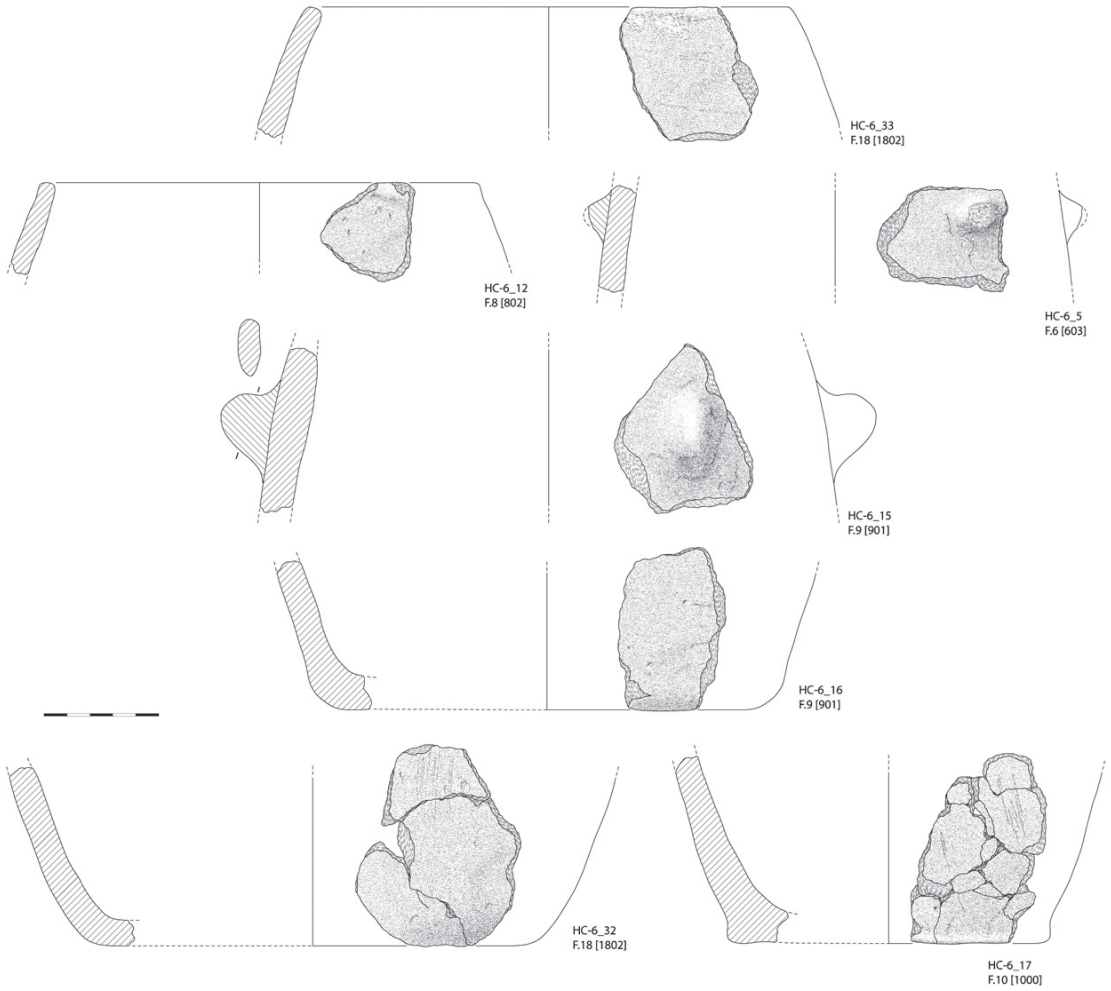


Figura 6 – Elementos cerâmicos do Grupo 2 recolhidos na Horta do Cabral 6: esféricos (HC-6_12 e 33); recipientes em forma de saco (HC-6_16 e 32); recipientes com elementos de preensão (HC-6_5 e 15); recipiente troncocónico com rebordo no fundo (HC-6_17).

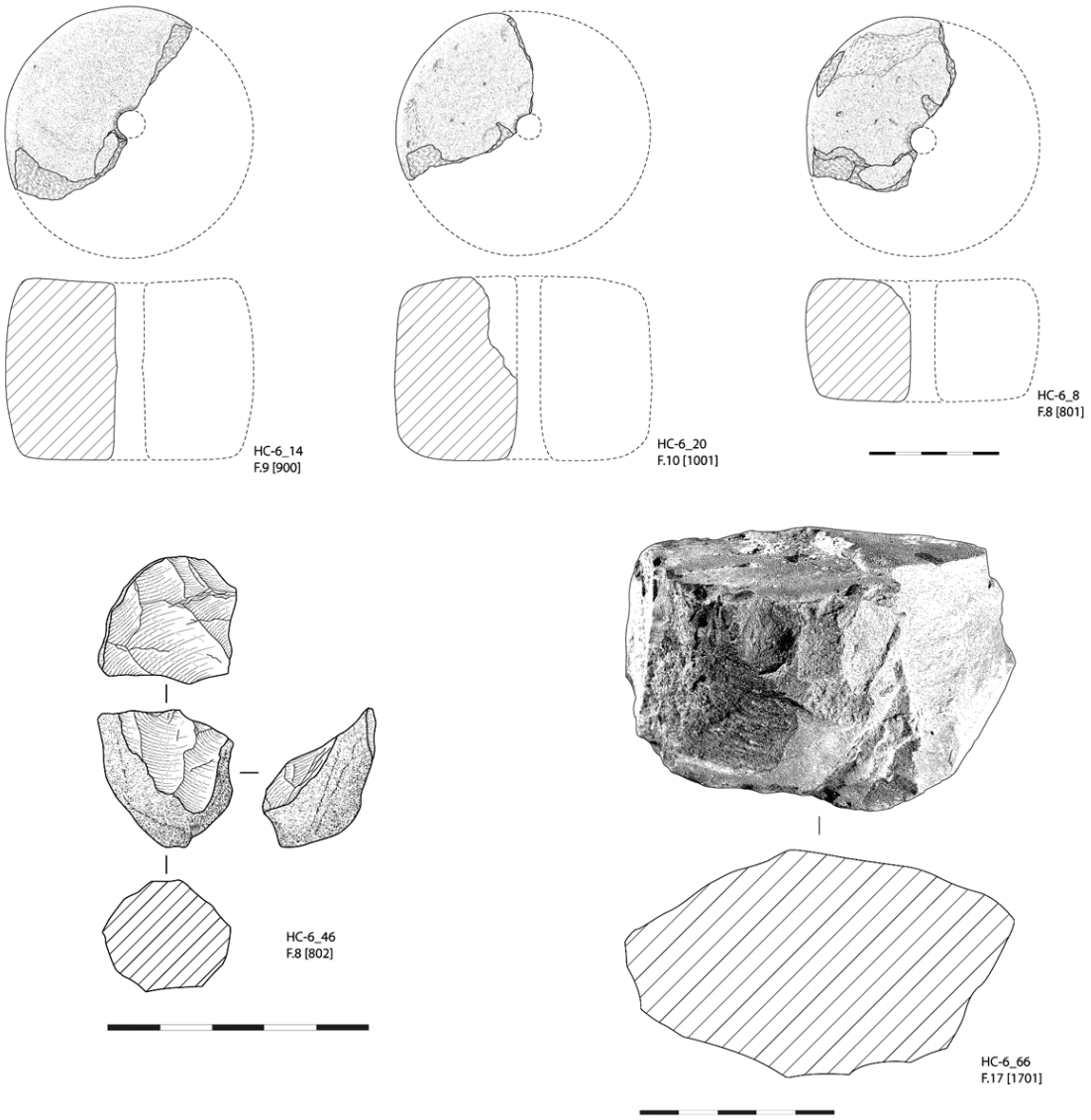


Figura 7 – Elementos de tear cilíndricos com perfuração central recolhidos na Horta do Cabral 6 (HC-6_8, 14 e 20). Elementos de pedra lascada recolhidos na Horta do Cabral 6: núcleo prismático de lamelas, em quartzo (HC-6_46); bloco de pórfiro sumariamente talhado (HC-6_66.).

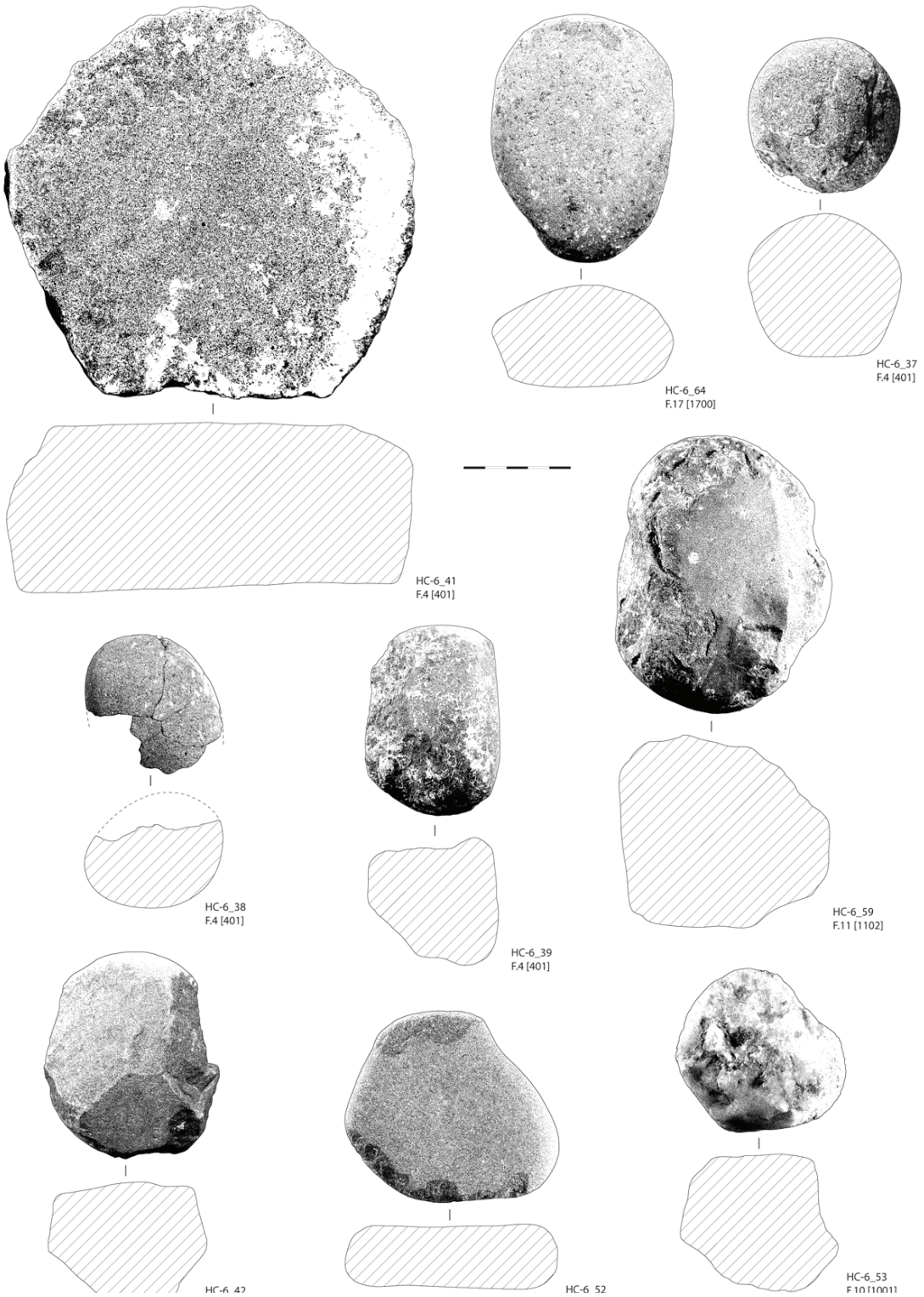


Figura 8 – Elementos de pedra afeiçoada recolhidos na Horta do Cabral 6: dormente em gabro (HC-6_41); movente em gabro (HC-6_64), "esferóides" em gabro (HC-6_37 e 38); percutores em pórfiro (HC-6_39 e 59), gabro (HC-6_42 e 52) e quartzo (HC-6_53). Movente também usado como percutor (HC-6_64); percutor também usado como bigorna (HC-6_52).

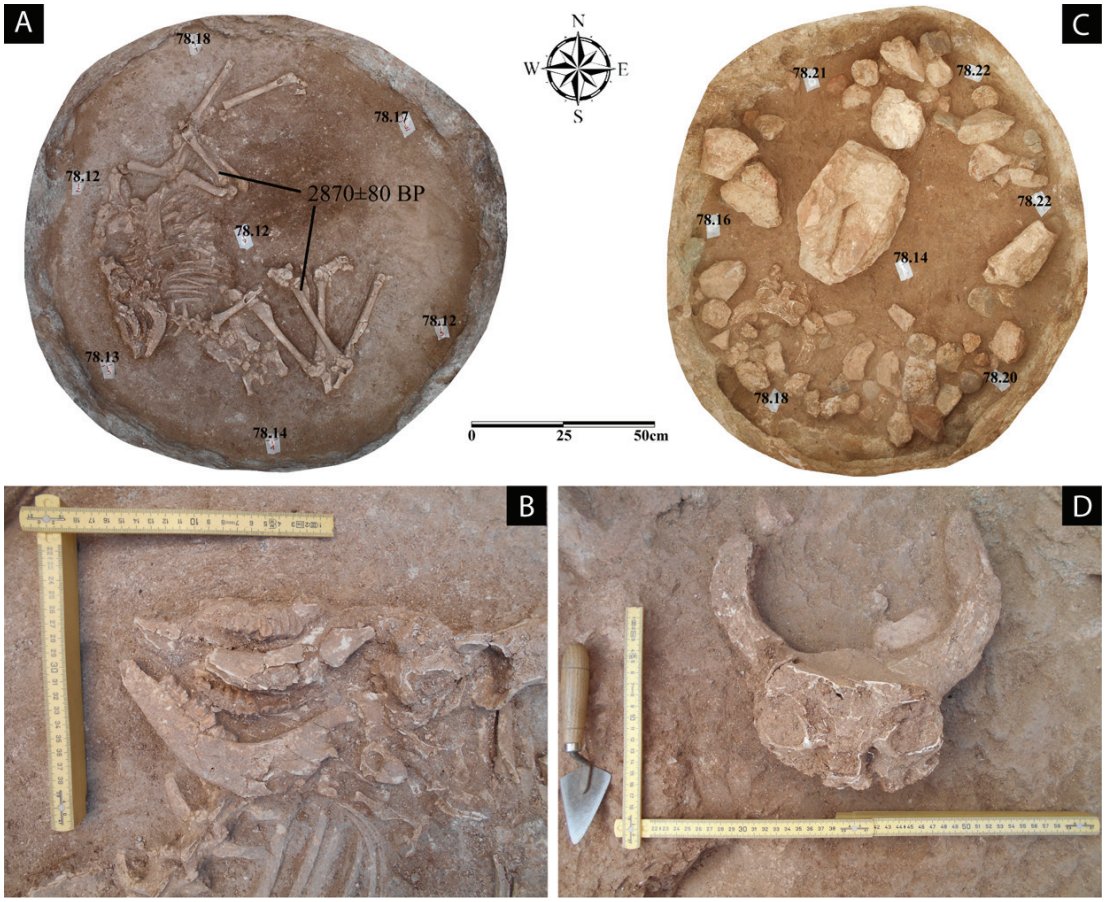


Figura 9 – Fauna da Horta do Cabral 6. **A.** Ortofoto da deposição de *Cervus elaphus* no interior da fossa 3 [301]. **B.** Detalhe do crânio do mesmo veado. **C.** Ortofoto do nível [1701] onde foi recolhido um crânio de *Bos taurus*. **D.** Detalhe do crânio do mesmo bovídeo.

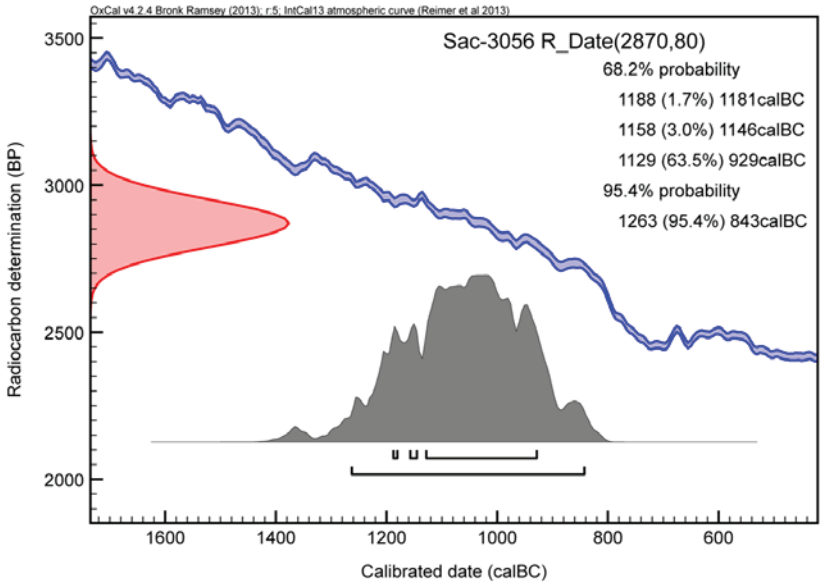


Figura 10 – Representação gráfica da data obtida para o cervídeo depositado na Fossa 3 de Horta do Cabral 6 (Sac-3056: 2870±80 BP), calibrada com recurso ao programa OxCal v.4.2.4 (Bronk Ramsey, 2001), usando a curva de calibração IntCal13 (Reimer & *alli*, 2013).

ESTUDO PALEOETNOBOTÂNICO DO CRASTO DE PALHEIROS NA IDADE DO FERRO – UMA ANÁLISE CARPOLÓGICA

Margarida Isabel Leite[1], João Pedro Tereso[2], Maria de Jesus Sanches[3]

RESUMO

Através da análise carpológica da Área Habitacional 6 do Crasto de Palheiros procuramos contribuir para a compreensão da organização crono-espacial e funcional do Recinto L da Plataforma Inferior Leste, tentando expandir o conhecimento sobre estratégias de armazenamento, processamento e consumo identificadas, com base na identificação taxonómica e na comparação com resultados anteriores. Em quantidades extremamente reduzidas regista-se uma presença de cereais – trigos vestidos (*Triticum dicoccum e Triticum spelta*), cevadas (*Hordeum*) e frutos de *Arbutus unedo*. É ainda de realçar a identificação de uvas (*Vitis vinífera*).

Palavras-chave: Crasto de Palheiros, Idade do Ferro, Plataforma Inferior Leste, Carpologia.

ABSTRACT

Through carpological analysis of the Dwelling Area 6 of Crasto de Palheiros, we aim to contribute to the understanding of the chrono-spatial and functional organization of the Enclosure L at Lower Eastern Platform, in an attempt to expand the knowledge of storage, processing and consumption strategies, based on taxonomic identification and comparison to previous results. In small quantities there is a presence of cereals – hulled wheats (*Triticum dicoccum* and *Triticum spelta*), barley (*Hordeum*) and fruits of *Arbutus unedo.* There are also grapes (*Vitis vinifera*).

Keywords: Crasto de Palheiros, Iron Age, Lower Eastern Platform, Carpology.

1. INTRODUÇÃO

O Crasto de Palheiros é um dos poucos sítios calcolíticos e da Idade do Ferro do nordeste português com estudos arqueobotânicos publicados, tanto na área da antracologia (Figueiral, 2008) como de carpologia (Figueiral, 2008; Oliveira, 2000). Estes estudos incidiram sobre diferentes áreas da jazida e contribuem de forma importante para a integração da região nas sínteses e debates sobre a evolução da paisagem e das práticas agrícolas do noroeste peninsular (Figueiral & Sanches, 2003; Sanches *et al.* 2007; Tereso, 2012).

Apesar da existência de estudos prévios, um amplo conjunto de amostras, em especial dos níveis da Idade do Ferro, encontra-se por estudar. Este apresenta potencial para esclarecer questões diversas, respeitantes principalmente a aspetos de estruturação e dinâmicas internas do sítio arqueológico. O estudo destas amostras constitui a parte central de uma dissertação de mestrado que visa a compreensão das dinâmicas de ocupação da Plataforma Inferior Leste do Crasto de Palheiros, ou seja, do seu Recinto L. Nesta plataforma foram encontrados abundantes vestígios carpológicos (Figueiral, 2008), cerâmicos (Pinto, 2011) e também osteológicos (Sanches, 2016) que têm vindo a constituir o fundamento interpretativo da área como local de armazenagem e consumo, relacionado com cereais e leguminosas, aí amplamente recolhidos. A metade norte da parte escavada desta plataforma encontra-se por estudar, mas o estudo em curso irá colmatar essa lacuna.

1. Mestranda em Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto; margaridaleite_93@hotmail.com

2. InBIO – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, Lab. Associado / CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Univ. Porto; Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; jptereso@gmail.com

3. Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Investigadora do CITCEM; mjsanches77@gmail.com

2. CRASTO DE PALHEIROS E PLATAFORMA INFERIOR LESTE (PIL): CRONOLOGIA E ESPACIALIDADE

Situado na região de Trás-os-Montes, na freguesia de Palheiros (Murça), a 590m acima do nível do mar, este sítio ocupa a totalidade de uma dobra quartzítica de grandes dimensões (Figura 1), onde as (re) construções se sucedem no tempo-espaço. A composição monumental e larga amplitude cronológica (do III milénio a.C. aos inícios do século I d.C.) são simultaneamente causa e efeito deste marcador paisagístico antrópico-natural, levando a que M.J Sanches (Coord., 2008) interprete o local como um antigo centro agregador das comunidades regionais, no Calcolítico, e como um povoado na I. do Ferro.

O Crasto é genericamente formado por duas unidades espaciais: a Interna, mais soerguida, e a Externa, mais baixa, rodeando a primeira. Esta ultima engloba a Plataforma Inferior e o Talude que a sustenta, mais os muros ou muralhas, da Idade do Ferro, que encimam esse talude. O Recinto L, que engloba a Área Habitacional 6, objeto deste trabalho, corresponde espacialmente à Plataforma Inferior Leste (Figura 3, Figura 4).

Em termos cronológicos, é assumido (e indicado por datas de 14C) que o povoado da Idade do Ferro tem início no séc.VI/V (Crasto III), independentemente de ter havido, ou não, continuidade com ocupações anteriores, ainda que mal documentadas, datadas de entre o séc. IX/VIII, localizáveis no Bronze Final (Crasto II) (Sanches, 2008).

De um modo mais específico, indica-se que o povoado da I. do Ferro (Crasto III) terá tido origem na área Leste, por volta do séc. VI/V a.C., em duas plataformas espacialmente contíguas – a PIL (Plataforma inferior Leste), e a área habitacional 7, ou, seja, a área habitacional sobre a plataforma do Talude Leste. Trata-se aqui de um povoado aberto (Crasto III-1). Em cronologia que não podemos especificar, mas que ocorrerá em data posterior a 300/200 a.C., a área aplanada da PIL foi rodeada por um muro, tendo uma imponente entrada do lado NE. Foi este espaço assim circunscrito, denominado de Recinto L, de ocupação contínua até cerca de viragem da Era (ou época levemente posterior), com limite por volta de 80 d.C., altura em que ocorreu um grande incêndio. Identifica-se interpretativamente como Crasto III-2 toda a vigência do povoado desde a construção do Recinto L até à ocorrência do incêndio neste local. O incêndio em si é assumido neste trabalho como Crasto III-2 terminal.

3. CRASTO III: CONTINGÊNCIAS ESTRATIGRÁFICAS E ESTUDOS PRÉVIOS

Antes de iniciarmos a reflexão sobre os dados carpológicos do Crasto de Palheiros é necessário compreender o seu processo de registo estratigráfico. Devido à complexa ocupação do povoado, os métodos de registo foram-se adaptando às necessidades interpretativas. Tendo-se registado inicialmente por camadas (cam.), acrescentou-se-lhe, em 1997, a denominação abreviada de complexo, ou seja, "Lx.". No fundo, "Lx" corresponde às "UEs" de Harris, mas estas não foram usadas como tal por não se ter usado a matriz em todas as suas componentes (ex. nas interfaces). Deste modo, "Lx" poderá ser lido como "UE".

Para efeitos de estudo carpológico, subdividimos a fase III-2 do Recinto L em dois blocos estratigráficos. No primeiro – III-2 – incluem-se as unidades estratigráficas (Lx.) de desenvolvimento da vida quotidiana nesta área e no segundo, III-2 terminal, aquelas do momento do incêndio.

As recolhas de macrorrestos foram efetuadas de modo sistemático em áreas não revolvidas. Porém, a ocupação contínua de uma área provoca naturais ablações e transformações, o que deve ser tido em conta tanto em Crasto III-1 como III-2. Somente em Crasto III-2 terminal podemos afirmar termos um registo fidedigno de um momento de ocupação: aquele que vigorava aquando do incêndio (Figura 2). Não foram efetuadas recolhas de contextos estratigráficos posteriores ao incêndio, por se tratarem de níveis superfíciais revolvidos pela agricultura e por potentes raízes de azinheiras.

Haviam-se estudado algumas amostras da zona sul do Recinto L, maioritariamente relacionadas com Unidades habitacionais (Figueiral, 2008) mas muitas amostras encontravam-se ainda por analisar, particularmente as da Área habitacional 6 que são objeto do presente estudo. Trata-se de uma área que precede espacialmente as Unidades habitacionais identificadas claramente em planta (Figura 3) e onde os amplos estudos arqueológicos, que incluíram análises de arqueobotânica (Figueiral, 2008), assim como estudos detalhados das produções cerâmicas (Pinto, 2011) e arqueozoológicas (Sanches, 2016), sugerem a existência, em proximidade, de locais de armazenagem de cereais, assim como de consumo.

Em ambas as subfases III-2 registam-se estruturas de combustão e aquilo que se interpretou até agora como pisos argilosos. Todavia, após cuidada observação dos "barros" recolhidos, concluímos que se torna necessário um estudo detalhado dos vestígios argilosos da Área Habitacional 6 (Figura 5), por poderem configurar possíveis derrubes de paredes argilosas cuja face exterior era, em alguns casos, pintada e a face interior revestida ou integrando ramagens. Estratigraficamente sob estes "pisos" foram recolhidas amostras sedimentares, cujo estudo aqui se apresenta.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

O volume de sedimento recolhido para análise deverá variar mediante o tipo de contextos (concentrados ou dispersos) analisados, os recursos financeiros disponíveis, capacidade de armazenamento e, principalmente, as questões que se procuram responder sobre o sítio arqueológico, onde a definição prévia de uma estratégia de recolha de sedimentos pode minimizar a perda de informação, rentabilizando o tempo de trabalho dos investigadores e assegurando a qualidade e preservação das amostras (Zapata e Figueiral, 2000; Pearsall, 2000; Wright, 2005; Martínez *et al.* 2008). Partindo destes princípios, durante as intervenções arqueológicas no Crasto de Palheiros estabeleceu-se uma recolha máxima de cerca de 20L por cada quadrado/complexo em contextos sedimentares dispersos (*apud* Figueiral & Mosbrugger, 2000) e recolhas integrais para cada buraco de poste ou lareira.

Na área habitacional 6 foram recolhidas amostras numa grande diversidade de contextos, durante a campanha de 1999. Estas encontram-se em fase de estudo por parte da primeira autora.

Apresentam-se aqui os resultados do estudo de 13 dessas amostras, cujas análises se encontram já terminadas. Estas advêm de 10 realidades estratigraficamente distintas. Estes 10 Lx. enquadram-se na fase III, nomeadamente nas subfases III-1, III-2 e III-2 Terminal (**Tabela 1**):

– **Fase III-1** – Desta primeira fase ocupacional foi estudado a [87] que constitui a unidade estratigráfica de ocupação com abundante argila de revestimento da qual foram recolhidas três amostras sedimentares e onde identificamos ainda material de outras estruturas relacionadas com aquela, as lareiras [89] e [92].

– **Fase III-2** – Foi analisado um nível ocupacional onde se regista um anteparo pétreo a par de um piso e da presença de uma terra argilosa dura e esbranquiçada [45.1], sob o [43].

– **Fase III-2 Terminal** – Inclui amostras recolhidas em dois buracos de poste [75] e [86], assim como numa possível estrutura de combustão [94]. Foram ainda amostrados níveis próximos da superfície, em que [82] corresponde ao topo da camada de destruição e [77] uma camada composta por argila esbranquiçada e cadinhos de barro de revestimento pintado com marcas de ramagens. Foi também analisado um nível de difícil interpretação que encosta à muralha do Recinto L [80].

As amostras foram crivadas e posteriormente flutuadas aquando dos trabalhos de escavação, com recurso a uma malha de 2-4 mm. No laboratório, a fração leve, resultante da flutuação, foi triada com recurso a uma lupa binocular. A identificação realizou-se por comparação com material de referência e atlas morfológicos (e.g. Berggren, 1981; Anderberg, 1994). Para identificação de cereais foram utilizados os critérios morfológicos definidos por Hillman *et al.* (1996) e Jacomet (2006).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 3 apresenta os resultados do estudo carpológico. É evidente o predomínio de grãos de trigo de grão vestido, nomeadamente de *Triticum dicoccum/spelta*, à semelhança do que se verificou nos estudos anteriores (Figueiral 2008). A cevada (*Hordeum vulgare*) surge também em diversas amostras. Os fragmentos de espiguetas ou ráquis de cereais são ocasionais assim como os vestígios de plantas silvestres. Porém, este cenário poderá advir do facto de ter sido utilizada uma malha de 2 a 4 mm no processamento de algumas amostras. Os fragmentos de ráquis e espiguetas, assim como as sementes/frutos de muitas espécies silvestres apresentam frequentemente dimensões reduzidas, abaixo da dimensão dessa malha utilizada nos crivos. Aqui salienta-se a presença de fragmentos de medronhos (fruto de *Arbutus unedo*). Recolheu-se ainda um pedicelo de uva (*Vitis vinifera*).

Nas amostras até agora estudadas, não foram encontradas diferenças significativas entre as diferentes fases (Tabela 2). O número relativamente reduzido de vestígios carpológicos não permite valorizar muito

as pequenas diferenças detetadas, nomeadamente a maior presença de grãos de cevada (*Hordeum vulgare*) nas fases mais recentes ou a presença de grãos de trigo nu (*Triticum aestivum/durum*) na fase mais antiga. Considerando a dimensão do conjunto, estas diferenças poderão ser meramente circunstanciais.

Verifica-se, sem surpresa, que as lareiras – deposições primárias (*apud* Schiffer, 1996) – apresentam pouca diversidade. Os contextos com maior diversidade carpológica são exatamente os contextos dispersos, assim como contextos bem delimitados, tais como enchimentos de buracos de poste, que deverão corresponder a deposições secundárias ou terciárias (*apud* Schiffer, 1987 e La Motta e Schiffer, 1999) ou mesmo deposições naturais pós-abandono.

Ainda que de forma preliminar, o conteúdo das amostras aqui apresentadas fornece pistas para a compreensão da PIL, em especial desta área especifica do Recinto L. Na comparação com os dados obtidos em estudos anteriores (Tabela 2), é evidente a reduzida quantidade de vestígios carpológicos na zona norte da área escavada (e que é aqui apresentada), contrastando com a grande abundância tanto de grãos e espiguetas de cereais, como de leguminosas na área sul. Nas amostras por nós estudadas, salienta-se ainda a ausência de grãos de milho-miúdo (*Panicum miliaceum*) e favas (*Vicia faba*), abundantes em outras áreas do Recinto. Estas ausências poderão resultar simplesmente da quase inexistência de vestígios carpológicos, em geral, ao invés de refletirem especificidades da relação destes cultivos com esta área do povoado.

A diferença de quantidade de vestígios carpológicos poderá advir também das diferenças estruturais dos dois espaços deste Recinto. A área anteriormente divulgada – a sul – caracteriza-se pela presença de diversas Unidades Habitacionais, nomeadamente construções pétreas ou de argila de planta circular. A área aqui estudada – a norte – corresponde a um espaço aparentemente aberto ou, pelo menos, sem construções pétreas, onde se encontram buracos de poste e lareiras. Deverá esta ultima corresponder a um local limítrofe, ainda que relacionado com a área anteriormente estudada, onde se encontram vestígios possivelmente relacionados com zona mais sul, tendo o material, sido eventualmente para aí remobilizado.

O que estes dados sugerem, por isso, é que a área interpretada como local de armazenagem e consumo de cereais, localizada no extremo sul do Recinto L, não se estenderia para a área mais a norte do mesmo, embora lhe seja contígua no espaço.

BIBLIOGRAFIA

ANDERBERG, A.-L. (1994) – *Atlas of seeds and small fruits of Northwest-European plant species with morphological descriptions*. Stockholm: Swedish Museum of Natural History, ISBN 9172604980.

BERGGREN, G. (1981) – *Atlas of seeds and small fruits of Northwest-European plant species with morphological descriptions*. Stockholm: Swedish Museum of Natural History, ISBN 9186510266.

FIGUEIRAL, Isabel; MOSBRUGGER, V. (2000) – A review of charcoal analysis as a tool for assessing Quaternary and Tertiary environments: achievements and limits. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*. Nº 164, pp. 397-407.

FIGUEIRAL, Isabel (2008) – Crasto de Palheiros (Murça, NE Portugal): a exploração dos recursos vegetais durante o III/inícios do IIº milénio AC e entre o Iº milénio AC e o séc. IIº DC In *O Crasto de Palheiros – Fragada do Crasto, Murça-Portugal,* Murça: Município de Murça, ISBN 978-972-97337-3-4, pp. 79-108.

FIGUEIRAL, Isabel; SANCHES, Maria Jesus (s.d) – Eastern Trás-os-Montes (NE Portugal) from the Late Prehistory to the Iron Age: the land and the people, in *The Mediterranean World Environment and History.* Paris: Fouache, E. (Ed.), Elsevier, pp. 315-329.

JACOMET, S *et al*., (2nd edition, 2006), *Identification of cereal remains from archaeological sites*, IPAS, Basel University.

LA MOTTA, V.M.; SCHIFFER, M.B. (1999) – Formation processes of house floor assemblages *In The Archaeology of Household Activities*. London: Allison, P.M., Routledge, ISBN 0-415-18052-X.

MARTÍNEZ, María Soledad García; ALMERO, Elena Grau (2008) – El papel del arqueólogo en la recuperación de macrorrestos vegetales. Propuesta de muestreo in *Revista ArqueoMurcia* Nº3, Consejería de Cultura y Turismo. Dirección General de Bellas Artes y Bienes Culturales. Servicio de Patriminio Histórico, ISSN 1697-074X, pp.1-25.

OLIVEIRA, M. (2000) – *O registo paleocarpológico do NO peninsular entre o IIIº e o Iº milénios a.C. Contributo para o estudo da alimentação pré e proto-histórica*. Braga: Universidade do Minho.

PEARSALL, D. (2000) – *Paleoethnobotany, a handbook of procedures*. San Diego

WRIGHT, Patti J. (2005) – Flotation samples and some paleoethnobotnical implications in *Journal of Archaeological Science*, Nº32, Elsevier Ltd, pp. 19-26.

SANCHES, Maria Jesus; NUNES, S.; PINTO, D. (2007) – Trás-os-Montes (Norte de Portugal): As gentes e os ecossitemas, do Neolítico à Idade do Ferro, in *A Concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica,* Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Faro: Jorge, S., Bettencourt, A.M.S., Figueiral, I. (Eds.) Universidade do Algarve, pp. 189-206.

SANCHES, Maria de Jesus (Coord.) (2008) – *O Crasto de Palheiros – Fragada do Crasto, Murça-Portugal*, Murça: Município de Murça, ISBN 978-972-97337-3-4.

SANCHES, Maria de Jesus (2016) – Animal bones, seeds and fruits recovered from Crasto de Palheiros. A contribuition to the study of diet and commensality in the recent Pre-History and Iron Age of Northern Portugal in *To feed the body, to nourish the soul, to create sociability. Food and commensality in pre and protohistoric societies*. Coimbra: FLUC|CPBA|Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda, ISBN 978-972-99352-6-8, pp. 85-125.

SCHIFFER, M. (1996) – *Formation Processes of the Archaeological Record*, Salt Lake City: University of Utah Press, ISBN-10 0874805139.

TERESO, João (2012) – *Environmental change, agricultural development and social trends in NW Iberia from the Late Prehistory to the Late Antiquity*, Porto: Biology Department, Faculty of Sciences. University of Porto, Tese de doutoramento.

ZAPATA, Lydia; FIGUEIRAL, Isabel (2000) – Carbones y semillas en los yacimientos dolménicos: possibilidades y limites del análisis arqueobotánico in *La recogida de muestras en arqueobotánica: objetivos y propuestas metodológicas, La gestión de los recursos vegetales y la transformación del paleopaisaje en el Mediterráneo ocidental.* Barcelona/Bellaterra: encuentro del grupo de trabajo de arqueobotánica de la Península Ibérica.

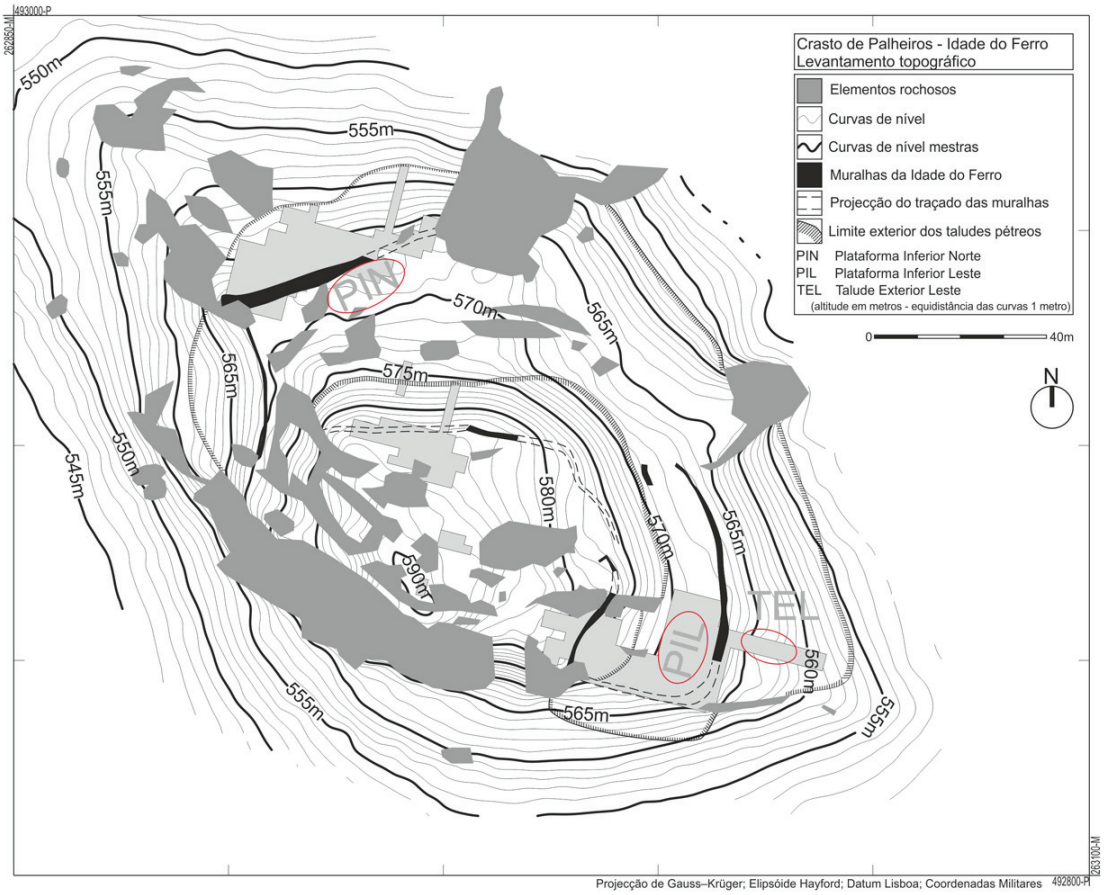


Figura 1 – Planta topográfica do Crasto de Palheiros. A área de Estudo coincide com a zona sul da PIL / Recinto L.

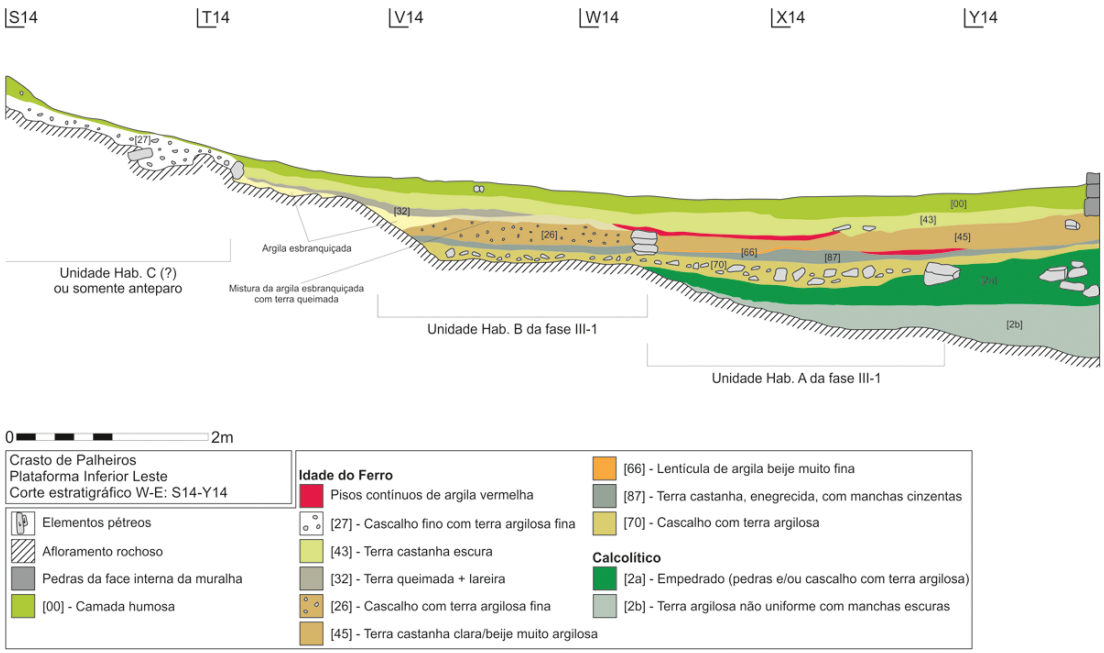


Figura 2 – Exemplificação da sequencia das unidades estratigráficas/ocupacionais da Idade do Ferro na zona norte da área escavada do Recinto L (Tintagem de Rafael Morais).

Fase	Lx.	Descrição
III - 1	87	Base da ocupação, na qual se inserem vestígios de piso argiloso. Terra castanha
	89	Possível estrutura de combustão. Mancha de terra inserida em Lx 87, mais escura
	92	Possível estrutura de combustão encostada a lajeado e inscrita em Lx.87
III - 2	45.1	Terra argilosa dura e esbranquiçada que se distingue de um outro complexo, o Lx.45. Sob Lx. 43 é uma área com presença de estruturas – anteparos – e um piso.
III - 2 T	75	Buraco de poste inscrito em [77], no quadrado V-16.
	77	Pertencente a subdivisão de camada. Igual a Lx. 43 e Lx.91. Camada argilosa esbranquiçada que se encontrava abaixo da camada 0, tendo-se constatado que se trata de barros de revestimento, possível área de armazenamento de cereais.
	80	Argila ou terra argilosa avermelhada em x/Y18-19, bate na muralha do recinto L
	82	Terra muito argilosa sob a camada 0 em V18-19 e W 17-18. Será o topo da camada de ocupação/destruição
	86	Buraco de poste, aberto na lx. 80 em Y18, 15cm de profundidade e circular
	94	Possível estrutura de combustão. Entra no corte em w19 e define-se no interior de Lx.43 e entra no Lx.91.

Tabela 1 – Contextos de recolha da PIL na Idade do Ferro.

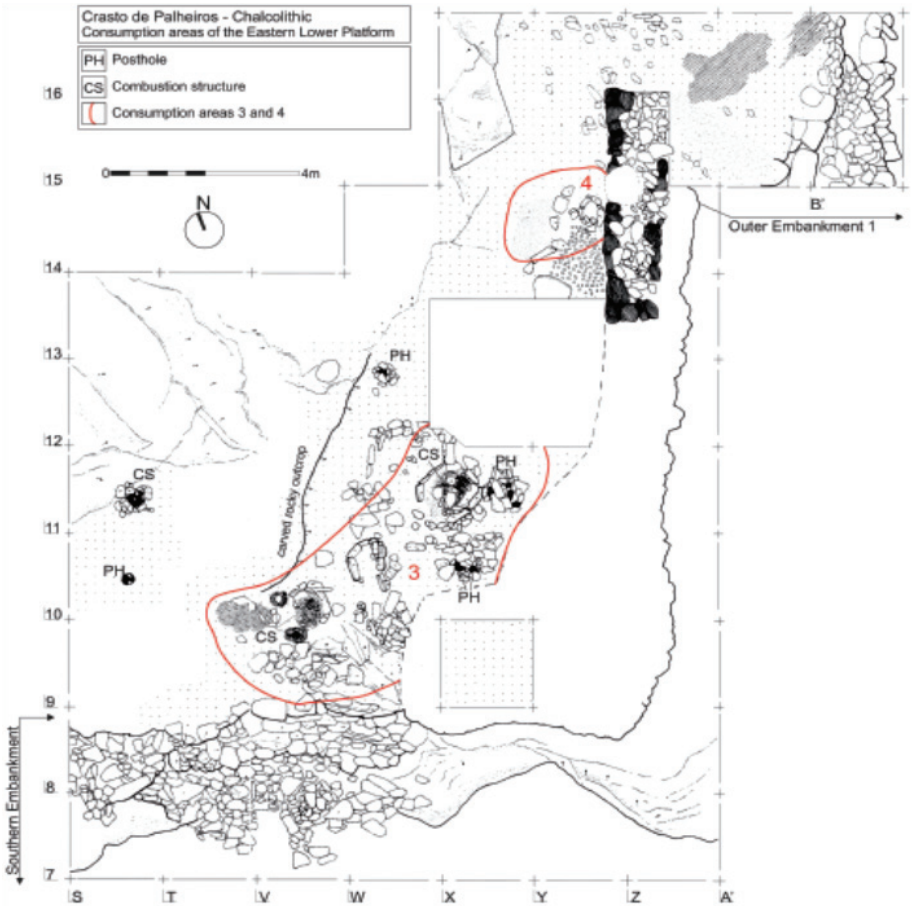


Figura 3 – Recinto L: Área do extremo sul (Unidades habitacionais 1, 2, 3, 4 e 5) e Área habitacional 6 (Tintagem de Rafael Morais)

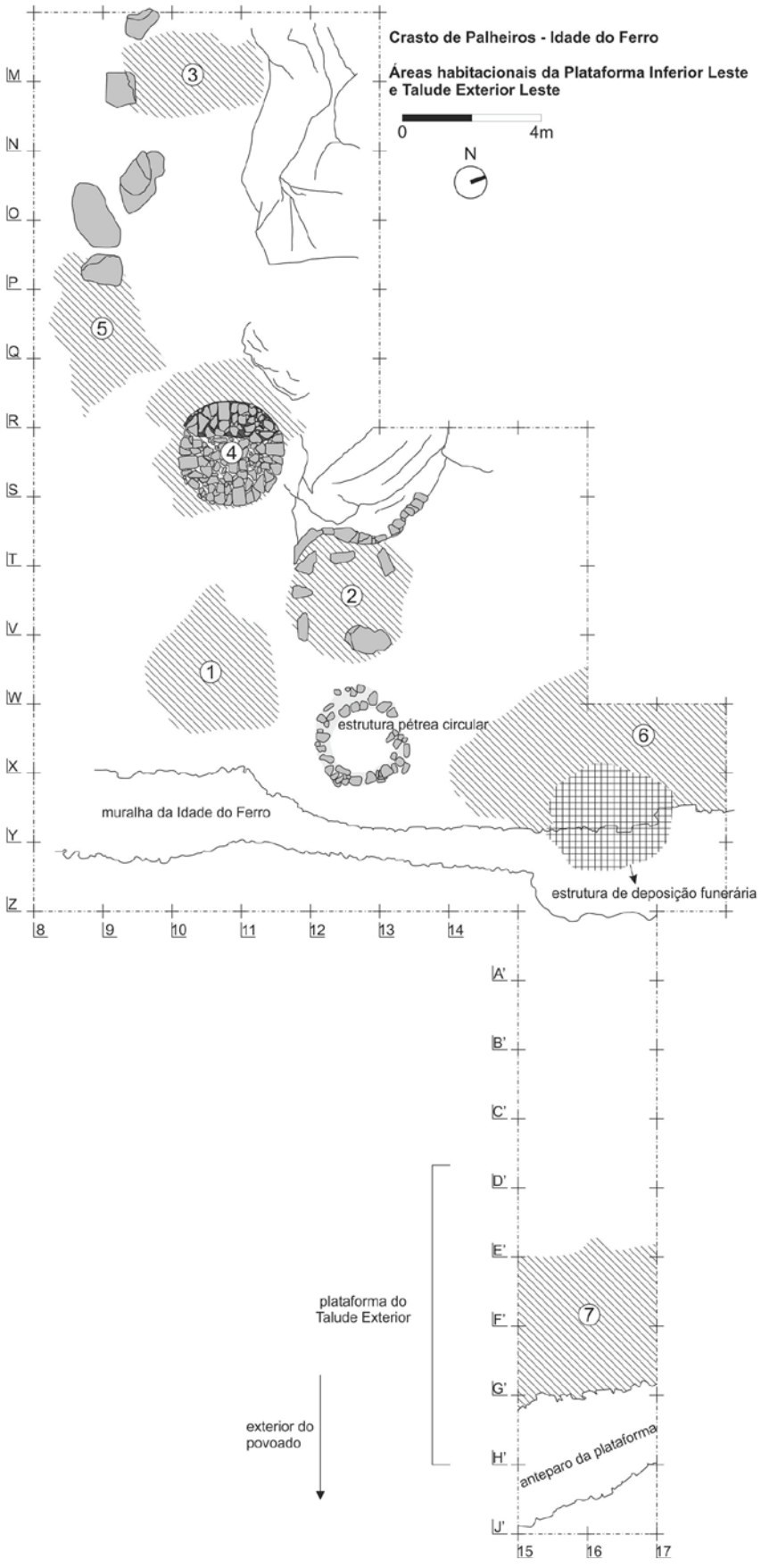


Figura 4 – Planta da Área do extremo sul e da Área Habitacional 6 do Recinto L na Idade do Ferro (Tintagem de Rafael Morais).

Subfase III – 2 (Idade do Ferro)							
Crasto de Palheiros PIL	Unidade Habitacional 1			Unidade Habitacional 3		Unidade Habitacional 4	
Amostra **Localização** **Volume sedimentar** **Complexo**	UET.97.120 W9 5L	UET.96.57 T/V11 1,2L Lx.14	UET.95.31 X10 1,4L Lx.14/16	UET.98.68 M/N9 1L Lx.47	UET.95.70 M9 1L Lx.47	UET.98.73 R11 1L Lx.61	UET.98.75A R9 1L Lx.59.2
Hordeum vulgare	49	105	4	127	576	264	2545
Hordeum vulgare (Frag. ráquis)						6	
Hordeum sp.	1						215
Panicum miliaceum		13280	4		114	6	
Panicum / Setaria		105	4				
Triticum dicoccum (gluma e base)							
Triticum spelta		25					
Triticum spelta (gluma e base)	5	15	4		124	328	
Triticum sp.	50		124				325
Vicia faba (completa)	1	15		25	132		15
Vicia faba (1 cotilédone)				18	36		5
Vicia faba (frag.)	1	25		177	480		
Bromus sp.							5
Pinus pinea							5
Cistaceae					6		
Indeterminado					6		

Tabela 2 – Registo das Unidades Habitacionais do Recinto L na Idade do Ferro (Seg. Figueiral).

Plataforma Inferior Leste – Subfase III-1			
Carpologia	Lx.87	Lx.89	Lx.92
	Ocupação	Lareiras	
Cereais – grãos			
Hordeum vulgare (inteiro)		1	
Hordeum vulgare (frag.)			
Triticum aestium/durum	2		1
Triticum dicoccum/spelta (inteiro)	7		2
Triticum dicoccum/spelta (fragmento)	1		1
Triticum sp.	2		
Triticum sp. (frag.)	1		
Triticeae (frag. grão c/escutelo)			
Triticeae (frag. grão s/escutelo)	31	9	2
Cereais – ráquis e espiguetas			
Triticum spelta (gluma e base)	1		
Triticum aestivum/durum (segmentos de ráquis com nós)			1
Outros			
Arbutus unedo (1/2 fruto)	1		
Arbutus unedo (frag.)	7		13
Cistus sp.	6		
Cistus sp. (frag. cápsula)			1
Daphne gnidium	1		
Vitis vinífera (pedicelo)	1		
Indeterminado	7		8

Tabela 3 – Registo preliminar carpológico da subfase III – 1 da Área Habitacional 6.

Plataforma Inferior Leste – Subfase III-2			Plataforma Inferior Leste – Subfase III-2 Terminal				
Carpologia	Lx. 45.1	Lx. 80	Lx. 75	Lx. 77	Lx. 82	Lx. 86	Lx.94
	Ocupação	Junto a muralha	Poste	Concentração Barro revestimento	Destruição	Poste	Lareira
Cereais -grãos							
Hordeum vulgare (inteiro)	1	3		1	4	1	
Hordeum vulgare (frag.)	4	5	2		6		
Hordeum vulgare c/ escutelo (2/3)				1			
Hordeum vulgare s/escutelo (1/2)				2			
Triticum dicoccum/spelta (inteiro)	14	14	7	52	6		19
Triticum dicoccum/spelta (frag.)	1	6					9
Triticeae (frag. grão c/escutelo)	1	1	3	44			
Triticeae (frag. grão s/escutelo)	61	88	9	8	31	6	71
Cereais – ráquis e espiguetas							
Triticum dicoccum (base gluma)				1			
Outros							
Arbutus unedo (2/3)						1	
Silene gallica			1				
Indeterminado							1

Tabela 4 – Registo preliminar carpológico da subfase III – 2 e da subfase III – 2 Terminal da Área Habitacional 6.

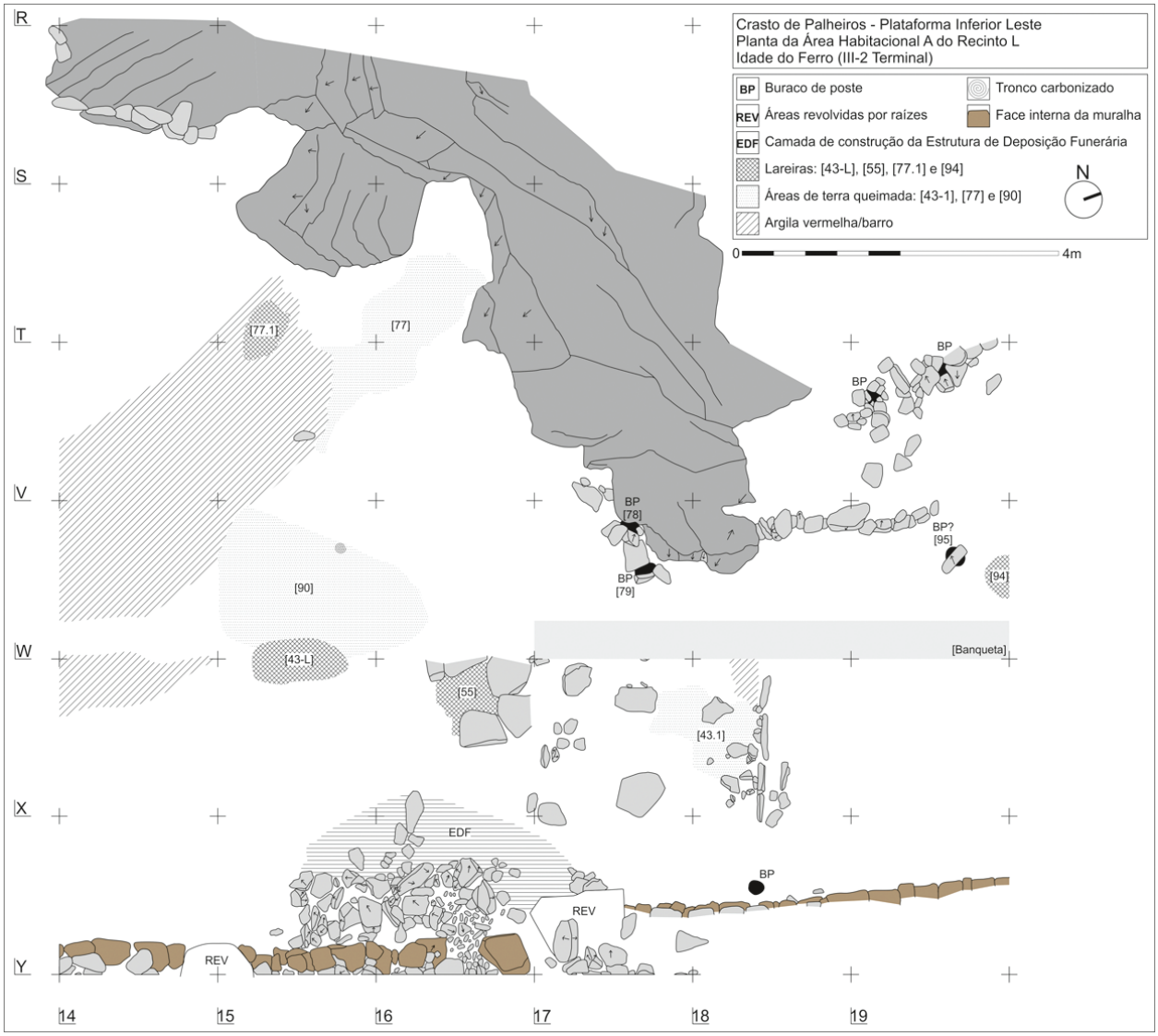


Figura 5 – Planta da Área Habitacional 6 – Área amostrada.

A COMPARAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ESTUDO DE PROCESSOS DE REPRESENTAÇÃO E INTERACÇÃO: O CASO DE "TARTESSOS"

Pedro Albuquerque[1]

RESUMO

Apresentam-se algumas questões sobre as vantagens do método comparativo na interpretação de processos de interacção identificados no registo arqueológico e nas fontes escritas. A comparação incide sobre alguns *case studies* que reflectem contactos entre grupos europeus e africanos em contextos diferentes (São Jorge da Mina e Angola), bem como sobre a construção das identidades dos Luso-africanos. Estes casos permitem colocar questões sobre as representações dos "Tartéssios" nas fontes antigas e sobre os processos de interacção que tiveram lugar no Sudoeste da Península Ibérica durante a primeira metade do I Milénio a.C.

Palavras-chave: Tartessos, História comparada, Identidade, Interacção cultural.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present some questions about the advantages of the comparative method for the interpretation of interaction processes known by the archaeological record and the classical sources. The comparison deals with some case studies about the contacts between European and African groups in different contexts (Elmina and Angola), and the construction of the Luso-African identities. Those cases can help us to pose some questions about the representations of the Tartesian people known by ancient sources and about the interaction processes that took place in Southwestern Iberia during the first half of the 1st Millennium BC.

Keywords: Tartessos, Comparative History, Identity, Cultural Interaction.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto é uma versão resumida da dissertação de doutoramento recentemente apresentada pelo signatário (Albuquerque, 2014), onde se defenderam propostas metodológicas para o uso da comparação no estudo dos contactos entre comunidades residentes e próximo – orientais no Sudoeste da Península Ibérica, concretamente entre a Baía de Cádis e o Tejo. Essa comparação implicava uma visão mais abrangente das fontes escritas que referem Tartessos, por um lado, e, por outro, o uso de informações provenientes de outros estudos sobre realidades africanas, em particular a construção do território colonial de Angola, as consequências do tráfico de escravos na Senegâmbia (sécs. XV – XIX) e, finalmente, a construção da identidade luso – africana (respectivamente, Henriques, 2004; McIntosh, 2001; Horta, 2009).

O uso desta bibliografia revelou-se bastante útil para o enriquecimento do questionário sobre os contactos interculturais ou processos de transformação do registo material resultantes do encontro de grupos com percepções territoriais e objectivos políticos diferentes. Ao mesmo tempo, foi um ponto de partida para o estudo de textos antigos que reflectem o comportamento de um grupo perante novas circunstâncias históricas ou, se preferirmos, de domínio de uma ideologia sobre outra.

A escolha de contextos africanos resulta, sobretudo, do facto de terem sido, nos últimos anos, alvo de várias revisões críticas que implicam, por exemplo, o estudo das fontes, o papel das comunidades residentes nestes processos, o alcance e os avatares das

1. FCT, Uniarq, Universidad de Sevilla; albuquerque@us.es

designações étnicas que as representações europeias deixam transparecer, a análise das tradições orais, etc.; em poucas palavras, registou-se uma emancipação em relação ao pensamento colonial que serviu de diapasão para o discurso histórico sobre África e os Africanos, não obstante as matizações que, obviamente, devem ser feitas. A existência de vários tipos de fontes (relatos de viagem, documentos políticos, crónicas, iconografia, oralidade, etc.) é, nesse sentido, duplamente aliciante: por um lado, pelo reconhecimento de problemas que têm no momento em que são ponto de partida para o estudo das comunidades residentes. Por outro, revelam dados inacessíveis aos olhos dos arqueólogos e lançam novos desafios de interpretação.

Quer isto dizer que se assume que as comunidades africanas dos séculos XV a XX são iguais aos grupos que habitavam o Sudoeste da Península Ibérica nos finais do chamado Bronze Final? Com toda a evidência, não. Mas o modo como esses contactos influenciaram o dia-a-dia dos agentes desses processos pôde ser, em muitos casos, registado através da iconografia ou, se for caso disso, do registo arqueológico.

É a partir desse momento que começamos a lidar com ideias já estabelecidas entre os estudos peninsulares: a existência de elites fascinadas com o "progresso" que o comerciante fenício traz consigo, o uso de novos elementos como símbolos de prestígio e uma transformação de gostos, hábitos de consumo e costumes (enterramentos, religião, etc.) como resultado mais evidente de contactos (estritamente) comerciais. A comparação pode servir, nesse sentido, para verificar até que ponto comunidades em circunstâncias de relações comerciais são influenciadas nesses aspectos e, ao mesmo tempo, analisar o impacto de colonizações ao nível do registo material.

É neste sentido que se apresenta uma reflexão – necessariamente breve – sobre o uso da comparação como ponto de partida para a caracterização e interpretação de processos de interacção e de representação de entidades em territórios pouco conhecidos. Este questionário revela-se útil, por exemplo, no estudo da "questão tartéssica", tanto na análise dos textos clássicos como o registo arqueológico associado a esta entidade peninsular.

Do ponto de vista metodológico, convém aclarar uma diferença significativa em relação às propostas de Lewis Binford (1962) sobre a Arqueologia como Antropologia, uma vez que o estudo antropológico, por natureza, analisa uma sociedade num momento presente e retira desse estudo conclusões sobre o seu funcionamento. Partir desses estudos para a análise do registo arqueológico, tratando o primeiro objecto de comparação como um "passado vivo" que serve de ponto de partida para a compreensão do segundo, é sem dúvida um exercício insuficiente numa aproximação como a que aqui se pretende apresentar. Nesse sentido, o facto de se analisar grupos africanos não substitui o estudo histórico pelo estudo antropológico, sobretudo quando se questiona um processo de transformação resultante de contactos numa perspectiva diacrónica e não sincrónica. Serve, portanto, esta aclaração para defender, perante quem lê este texto, que o que aqui se apresenta está muito longe de ser uma analogia etnográfica: a Antropologia pode estudar o funcionamento de uma sociedade nas relações entre os seus membros ou na sua relação com o território e os outros, mas não o seu processo histórico.

2. A COMPARAÇÃO COMO TEMA DE ESTUDO

> *"Compreender a sociedade, compreender os homens: para isso, servimo-nos das monografias como trampolins, para pelo método comparativo e relacionador – como faz o historiador – passarmos do registo momentâneo da vida de um grupo mais ou menos largo, à compreensão dos grupos, da sociedade ou sociedade globais, dos processos e relações sociais."*
> Godinho, 1971, p. 183

O texto de V. M. Godinho exprime na perfeição um debate, iniciado em finais do séc. XIX e mantido ao longo de várias décadas, sobre a relação entre a História e outras ciências sociais no contexto de estudos comparativos (entre outros, Braudel, 1969, pp. 98-99; Lefebvre, 1981, pp. 330-331; Lévi-Strauss, 1983) e que deu origem à fundação de três revistas destinadas à consolidação desta interdependência: *Annales de Géographie*, em 1891, *L'Année Sociologique* em 1896-1898 e *Revue de Synthèse Historique*, em 1900 (Bintliff, 1991, pp. 4-5; Friedman, 1996, p. 40ss). O programa da revista *Annales,* fundada em 1929 por L. Febvre e M. Bloch, acabou por dar continuidade a este debate (Bintliff, 1991, fig. 1.1; Van der Braembusshe, 1989, pp. 10-11) e a um trabalho publicado no ano anterior por este autor (Bloch, 1928).

Influenciado por Durkheim, Bloch defendeu a *Histoire comparée* a partir da análise de duas sociedades vizinhas e contemporâneas, a inglesa e a francesa, no estudo das *enclosures* entre os sécs. XVI e XIX, deixando entrever a necessidade de alargar o espectro das comparações (*ibid*., pp. 45-50; propostas anteriores em Langlois, 1890, p. 263; cf. Kocka, 2003, p. 40). Considerava também a possibilidade de comparar duas ou mais sociedades separadas no tempo e no espaço, inclusivamente sem qualquer tipo de relação entre ambas (Bloch, 1928, pp. 17-18). Este método comparativo seria uma ferramenta para colocar novas questões, testar e validar hipóteses de explicação e identificar a singularidade dos casos analisados (Sewell, 1967, pp. 209-210). Apesar das críticas que podem ser apontadas a Bloch (Sewell e Thrupp, 1980), os seus trabalhos abriram um importante caminho que não pode ser tratado com a devida profundidade no presente trabalho (uma perspectiva geral em Kocka, 1999, *passim*).

Não obstante, no caso aqui exposto, a comparação assume-se mais como uma ferramenta para a formulação de novos questionários sobre o impacto da chegada de novos contingentes populacionais a territórios que, aparentemente, são reorganizados. A construção de santuários em áreas estratégicas de acesso às matérias-primas ou a rotas comerciais pode ser, nesse sentido, um sintoma da imposição de novas formas de marcação territorial que, até então, seriam desconhecidas entre as populações locais.

Veremos como, por exemplo, a introdução destas novidades pode provocar mudanças significativas nos sistemas envolvidos nos processos, dependendo sobretudo do tipo de interacção. Observando o caso de São Jorge da Mina, para além da chegada de bens diferentes até então desconhecidos ou pouco conhecidos, resultante do comércio marítimo, não se registaram mudanças profundas ao nível da cultura material em geral (DeCorse, 2001, pp. 175ss.). Por outro lado, o desmantelamento sistemático dos marcadores territoriais em Angola provocou um conjunto de alterações significativo, precisamente pelo facto de se registar a imposição de um novo modelo territorial com implicações no quotidiano das populações e nas suas manifestações materiais (cf. Henriques, 2004, *passim*).

Como já se deixou entrever na introdução, o uso do método comparativo pode ser facilmente confundido com uma visão baseada nos "estádios" pelos quais as sociedades vão passando progressivamente, sobretudo quando se aplica a contextos muito diferentes entre si.

Nesta óptica, o estudo das sociedades africanas interessa a partir do momento em que há um registo do "antes" e do "depois" no contexto destes contactos, sobretudo se é possível avaliar o impacto destes processos nestes grupos, por exemplo após a destruição dos marcadores territoriais. Por outro lado, importa referir que o nome de algumas comunidades, entre elas o dos Bosquímanes (*bushmen* ou homens do bosque), é uma construção do observador externo.

Podemos partir desta observação para assinalar outra discussão: a formação/transmissão de etnónimos. Há já alguns anos, P. Moret (2004) partiu dos estudos de J.-L. Amselle e E. M'Bokolo (1999) para assinalar que muitos dos etnónimos que conhecemos na literatura clássica podem ser também o resultado da apropriação, por parte dos grupos representados e tal como nos casos africanos, de nomes atribuídos por um agente externo, construindo a partir daí uma relação de pertença étnica. Por outro lado, tais designações podem passar por várias mãos até se eternizarem num texto. Atendendo às reflexões de E. Crowley (1993, pp. 280-284), o nome pelo qual conhecemos uma entidade populacional pode chegar até nós de quatro modos diferentes: (1) nome pelo qual um grupo se conhece a si mesmo; (2) nome atribuído pelos seus vizinhos; (3) nome dado pelo observador externo (4) ou pelos informadores deste.

À excepção da primeira situação, todas estas designações resultam de representações influenciadas pelo filtro do observador, que nem sempre é aquele que escreve o texto (Horta, 1995, pp. 190-195). Um exemplo claro nesse sentido é, precisamente, a construção de Tartessos e dos Tartéssios na literatura clássica, ao qual se juntaria a Taršiš veterotestamentária (Albuquerque, 2014, pp. 93ss., com bibliografia). Neste caso, à lente dos observadores da Antiguidade juntam-se outras, a do historiador e arqueólogos actuais, que vêem nestes textos indicadores da existência de uma entidade bem definida, territorial e até mesmo linguisticamente, de raiz indígena.

Os estudos sobre a origem de um nome que foi hidrónimo (Fr. 184 *PMG*; Str. 3.2.11), corónimo (Anacreonte, fr. 361 *PMG* = Str. 3.2.14; Hecateu, *FGrH*, 1, fr. 38; Fr. 45 Nenci; Hdt. 1.163) ou topónimo (Hdt. 1.163; 4.152) em contextos literários diferentes, reflectem precisamente esta tentativa de definir a per-

tença dos chamados "tartéssios" (cf. Koch, 2003; Albuquerque, 2013). Do mesmo modo, as contribuições para a análise da toponímia pré-romana parecem também ir no mesmo sentido (Albuquerque, 2014, pp. 19-41; sobre a toponímia, cf. o recente trabalho de Correa, 2016), i.e., de recorrer ao critério da língua para a individualização de um grupo.

O uso deste critério é interessante por dois motivos: primeiro, porque não se conhece a língua "tartéssica". Segundo, porque não é claro que os observadores externos que deram origem aos textos que referem Tartessos tivessem em mente esse aspecto. Atendendo, por exemplo, a um texto bem conhecido (Hdt. 8.144), o "mundo grego", para os Espartanos, pertenceria a uma mesma "estirpe" (γενος/ génos)[2] e falava uma mesma língua, ao mesmo tempo que partilhava uma "comunidade de santuários e sacrifícios aos deuses", bem como "costumes semelhantes". Efectivamente, a língua é aqui assinalada como um entre vários elementos que definem uma relação de afinidade (em boa medida justificada pela presença de um inimigo comum), e é útil enquanto componente de uma provável autoidentificação. Porém, podemos perguntar se este ou os restantes aspectos são perceptíveis num contexto de heteropercepção, i.e., se os foceenses que supostamente terão conhecido os "Tartéssios" recorreram a esses mesmos critérios para individualizá-los.

A comparação com outros contextos revela-se, neste sentido, útil. As viagens etnográficas organizadas pelo governo português no território colonial de Angola puseram à prova muitos destes critérios de individualização. Com o objectivo de catalogar os grupos que habitavam o recém-criado país, os doutos observadores procuraram identificar as línguas faladas e, rapidamente, concluíram que uma língua podia ser falada numa extensão considerável, abarcando o espaço de grupos que se viam a si mesmos como diferentes dos seus vizinhos (cf. Albuquerque, 2014, p. 56, com bibliografia). Deste modo, o mapa linguístico de Angola é diferente do mapa etnológico, destacando-se destes estudos a dificuldade sentida no momento em que o observador procura recorrer ao seu quadro de referência para representar uma realidade que desconhece e que dever ser "traduzida" para um receptor ausente (Henriques, 2004, pp. 72-73). Ou seja, as informações transmitidas numa fonte, seja europeia medieval ou moderna sobre África, seja grega ou romana sobre a Península Ibérica, reflectem mais o pensamento do observador e dos seus potenciais receptores, do que a realidade dos grupos representados. Esta afirmação aplicar-se-ia a Tartessos (cf. *infra*).

O texto de Heródoto (8.144) pode ainda fornecer outras pistas que o revestem de grande interesse. No início da passagem, pode ler-se que os Espartanos se recusam a pactuar com os Persas porque estes destruíram e incendiaram imagens e templos dos deuses. Tais actos "exigem de nós [Espartanos] uma implacável vingança, em vez de colaborar com o autor de tais sacrilégios" (baseado na tradução de C. Schrader, 2006). Independentemente da historicidade deste diálogo, parece evidente que a destruição de marcadores territoriais (sobre os tipos de marcadores territoriais, cf. Henriques, 2004, p. 14-22; Albuquerque, 2014, p. 83), bem como a imposição de novos, é um comportamento comum em vários contextos. Assim, os exemplos de marcadores que são removidos, destruídos, ocupados, remodelados, etc., encontram-se tanto no contexto da construção do território colonial em Angola, em cenários de guerra na Antiguidade e, inclusivamente, nos dias de hoje.

Este comportamento deixa entrever um aspecto fundamental: a relação de pertença que um grupo mantém com o seu território. Para I. Castro Henriques, "o território é o espaço necessário à instalação das estruturas e das colectividades inventadas pelos homens, sendo também indispensável à criação, manutenção e reforço da identidade. O território fornece a garantia da autonomia colectiva. [...] O território é sempre simultaneamente o invólucro (o continente) e o suporte físico, espiritual e identitário das sociedades e das suas relações com as naturezas e os outros" (2004, p. 20).

Abordando a questão nesta perspectiva, a relação com o ambiente natural não se resume à exploração económica, e é determinante no modo como uma comunidade utiliza o espaço para construir a sua memória histórica. É o reconhecimento desta importância que pode motivar o desmantelamento das percepções territoriais, tanto no caso de Angola como em vários textos da Antiguidade (entre muitos outros, Dt. 12; Hdt. 8.144; Th. 1.8; Albuquerque, 2014, pp. 80 – 92). Seria, por outro lado, um ponto de partida para a análise dos processos de interacção iniciados com a chegada de novos contingentes

2. Agradeço a sugestão da Doutora Carmen Leal Soares para a leitura deste texto como uma referência ao termo *génos* e não a *ethnos*.

populacionais, em particular da construção novos edifícios em áreas estratégicas de circulação e, aparentemente, de controlo territorial.

3. CONTEXTOS AFRICANOS

> *"E finalmente guiado do Spirito Santo, encomendado a elle, arribou sobre a aldeoa que se dizia das Duas partes onde sorgio. . . e olhando com grande tento, o alto assento da terra, que pera defensam, e saúde da gente era muy desposto, e assy esperimentado e sondado as ancorações do mar pera os navios, achou que pêra Fortaleza se nom podia achar, nem pintar melhor deesposiçam, especialmente por aver hy muyta pedra".*
> Rui de Pina, *apud* Ballong, 1993, p. 69, n. 58

Em Janeiro de 1482, uma frota portuguesa desembarcava na "Costa da Mina" com o intuito de construir uma fortaleza na margem direita da lagoa de Benya, fronteira natural entre os reinos de Fetu/Afutu (a Este) e Eguafo/Comane (a Oeste), que serviria como entreposto comercial. A fundação foi, no entanto, autorizada por uma autoridade local, Nana Kwamena Ansah (Eguafo/Comane), que residia a 10km da costa (Ballong, 1993, p. 59). A posição fronteiriça desta construção pode indicar, por um lado, que seria uma "terra de ninguém" ou, por outro, que ali já residiam membros de um ou dos dois reinos (daí o topónimo "Aldeia das duas partes"?). As fontes não são, porém, explícitas nesse sentido e, ao que parece, o registo arqueológico não forneceu dados que comprovem ou desmintam esta situação (cf. DeCorse, 2001, pp. 47-49).

Alguns textos referem escaramuças entre os contingentes portugueses e os vizinhos, não só pelo incumprimento de promessas feitas, mas também pela destruição de espaços sagrados[3]. No que diz respeito ao último aspecto, torna-se especialmente interessante verificar que existem diferenças evidentes entre um e outro grupo no modo como percebiam e utilizavam o território envolvente e, neste caso, um espaço sagrado que não era reconhecido pelos Portugueses. Este era, talvez, o primeiro passo para a degradação dos poderes "indígenas" naquele espaço. Este enfraquecimento não deixa de ser uma consequência de interesses que não foram revelados durante as negociações e que se apresentavam como uma política de presentes. Neste sentido, as fontes não permitem afirmar com segurança que as relações entre Portugueses e Africanos eram pacíficas, uma vez que nem todos estariam de acordo com esta presença externa (Ballong, 1993, p. 60ss.).

O interesse pelo controlo das rotas comerciais que chegavam à lagoa de Benya por parte dos soberanos africanos terá motivado esta primeira aceitação. Estes contactos, por sua vez, terão dado início à formação de novas realidades económicas e sociais, em que as populações se viram forçadas a integrar-se no novo sistema ou, eventualmente, a proteger-se dele. Estas adaptações resultaram, por exemplo, na deslocação de grupos populacionais para lugares estratégicos nas redes de comunicação, no aumento populacional de alguns centros, ou mesmo no abandono de regiões inteiras motivado por conflitos ou pelo próprio tráfico de escravos (cf. DeCorse, ed., 2001, com várias contribuições, entre elas a de S.K. McIntosh, 2001). Neste novo sistema, antigas periferias convertem-se em novos centros e surgem comunidades dedicadas a outras actividades económicas (DeCorse, 2001, p. 31-32). À deslocação de grupos no território africano juntam-se outras, de comerciantes europeus, que ajudaram à formação de grandes núcleos populacionais ocupados por populações heterogéneas (cf. Ballong, 1993, p. 83, sobre o número de grupos envolvidos no comércio da Mina).

Esta heterogeneidade reflecte-se, por exemplo, na formação de comunidades como os Luso – africanos na Guiné de Cabo Verde (entre o rio Senegal e a Serra Leoa). De acordo com J. Horta, «ser português na Guiné foi [...] uma resultante de convergências heterogéneas nascidas de pontos de partida identitários, na aparência irredutivelmente antinómicos: europeu e africano» (2009, p. 262). Ao longo dos séculos XVI e XVII, integravam-se neste grupo indivíduos de origem italiana ou castelhana, Portugueses nascidos em Cabo Verde, homens e mulheres nascidos da união entre Portugueses e Africanos, Africanos nascidos na Guiné de Cabo Verde, etc. Este grupo apresenta um dinamismo extraordiná-

3. "Ao seguinte dia, começando os pedreiros a quebrar uns penedos que estavam sôbre o mar, junto onde tinham elegido os alicerces da fortaleza, não podendo os negros sofrer tamanha injúria como se fazia àquela santidade, que eles adoravam por Deus, acendidos em fúria que lhe o demónio atiçava pera todos ali perecerem ante o bautismo que depois alguns dêles receberam, tomaram suas armas e, com aquêle primeiro ímpeto, deram rijo em os oficiais que andavam nesta obra" (João de Barros, *Décadas* 1.3.2).

rio, integrando-se no seu seio identidades construídas em torno de critérios como a religião, a profissão ou mesmo a arquitectura (cf. Horta, 2009). Por outro lado, é também interessante constatar que as fontes relativas a este território transmitem uma percepção "mestiça" do espaço, em que a presença portuguesa e africana configuraria um todo marcado por uma certa interdependência, e onde o mercantilismo português confluía com a organização política africana num esquema de organização das rotas comerciais com vários grupos deste "território humano" (Dévérin, *apud* Horta, s.d.), revelando o que S. Gruzinski define como *pensée métisse* (Gruzinski, 1999) num espaço dominado, sobretudo, por autoridades africanas (Horta, s.d., pp. 11 – 12).

Os exemplos Costa da Mina e da Guiné de Cabo Verde não são, certamente, únicos, mas permitem constatar a existência de sistemas que implicam relações de cumplicidade que se revelam fundamentais na organização das rotas comerciais entre a costa e o interior. O impacto do comércio marítimo entre as comunidades africanas traduziu-se, eventualmente, na aquisição e procura de elementos materiais até então desconhecidos, tanto de origem africana como europeia (DeCorse, 2001, p. 144), ou mesmo na aquisição de novos hábitos de consumo[4].

Como podemos ver, a introdução destes novos sistemas pode ser determinante para a construção das relações de pertença dos grupos com os respectivos territórios, ou mesmo para a formação de novas identidades que nem sempre perdem a sua autonomia. A integração de *outsiders* nestas reconfigurações pode revelar-se extremamente complexa e dar origem a fenómenos como, por exemplo, a criação de *Spirit Provinces*, que garantia a coesão identitária em cenários naturalmente heterogéneos, sobretudo em locais de grande afluência (cf. Crowley, 1993, pp. 215ss.; Albuquerque, 2014, pp. 88 – 89).

A ausência de marcadores territoriais em espaços interiores – ou no "sertão" – reflecte, precisamente, uma situação em que o agente externo ocupa as zonas costeiras sem, no entanto, dominar as rotas de circulação. O conhecimento directo destas áreas por parte dos europeus é uma consequência do domínio colonial, o que aliás se reflecte em obras como *Cinco Semanas em Balão*, de Júlio Verne (1863), *De Angola à Contra-costa*, de Capelo e Ivens (1886) e *O Coração das Trevas,* de Joseph Conrad (1902). O impacto do sistema colonial é, nesse sentido, muito diferente, uma vez que implica uma organização territorial adaptada às necessidades do agente externo (Henriques, 2004). A penetração nestas áreas, atendendo ao caso de Angola, foi gradual. Depois de uma longa fase de contactos, em que os Portugueses levam a cabo trocas comerciais com as autoridades africanas, passa-se para uma fixação discreta numa aldeia ou nas suas imediações, em que o grupo externo está separado ou dependente destes soberanos. Esta situação criaria condições para uma terceira fase, marcada pela convergência e reorganização de espaços comerciais. A quarta e última implica a destruição das "casas comerciais" africanas e a instalação de Portugueses com ideias de domínio, que por sua vez acompanha o aumento numérico da população "branca" em Angola (Henriques, 2000, p. 77).

A instalação e reorganização dos "brancos" provocou um choque significativo entre percepções territoriais, levando a um desmantelamento sistemático dos marcadores que faziam parte das "lógicas civilizacionais" africanas e que configuravam as suas relações de pertença ou, por outras palavras, a sua memória histórica. Deste modo, anularam-se "os sistemas africanos de ocupação e gestão do território, substituindo-os pela violência da propriedade individual e pela lógica de produção industrial destinada ao comércio" (Henriques, 2004, pp. 14-15). Esta alteração do sistema de representação do espaço foi determinante para o desenvolvimento de estratégias de adaptação por parte dos grupos residentes, destinadas sobretudo à manutenção da sua própria identidade numa circunstância completamente nova de relação económica e social com o meio envolvente, e num sistema de "cumplicidades contraditórias" entre Portugueses e autoridades locais (*ibid*., p. 40ss.). Consequentemente "obrigados a entrar na engrenagem dos portugueses, os africanos organizam estratégias e inventam novas fórmulas culturais capazes de permitir a preservação dos valores essenciais da sua identidade, sem todavia

4. No *Tratado* de Almada pode ler-se: "Entrado pelo Rio acima de Casamança, que fica a barlavento do Cabo Roxo, vão correndo na entrada pela banda do Norte os Jabundos, e pelo lado do Sul os Banhuns de Ezigichor, como já fica dito; os quais se entendem todos, assim uns como outros; o qual Reino é grande, porque fica no sertão, sendo como muro aos Banhuns e Falupos, que lhe ficam à beira-mar; houve nele Reis primorosos, principalmente um chamado Macatamba (*sic*), o qual comia em mesa alta com suas toalhas postas, assentando em cadeira alta e comer cozido e feito ao nosso modo" (*apud* Horta, s.d., p. 10).

recusar a dinâmica da mudança. Assim, participam e orientam o sentido da metamorfose do território e organizam uma identidade angolana" (*ibid*., p. 46).
Assiste-se, portanto, a mudanças evidentes na paisagem humana, reveladas sobretudo pela imposição de novos marcadores territoriais com uma estética claramente ocidental e, em vários casos, a uma "africanização" desses elementos como instrumento para garantir a autonomia das comunidades locais. Consequentemente, os comportamentos individuais parecem acompanhar este processo, o que se revela, essencialmente, na estética do corpo (*ibid*., p. 46), a qual podemos considerar como "primeira fronteira" social ou simbólica.

4. A COMPARAÇÃO NA "QUESTÃO TARTÉSSICA"

Os dados apresentados até ao momento revelam quatro aspectos que podem ser considerados: (A) as dificuldades de interpretação de representações elaboradas por um observador externo; (B) a análise dos processos de interacção resultantes de dois tipos de contacto, em que um é hegemónico e outro não (sobre estas modalidades, cf. Alvar, 2000); (C) o uso desses contactos e representações como ponto de partida para elaborar um questionário no âmbito da hermenêutica das fontes antigas e (D) no âmbito do registo arqueológico do Sudoeste da Península Ibérica durante a primeira metade do I Milénio a.C.

A. Como foi defendido noutras ocasiões (Albuquerque, 2010; 2013; 2014), as fontes que mencionam Taršiš e Tartessos transmitem informações excessivamente vagas, nomeadamente no que diz respeito quer à sua localização, quer à sua composição étnica ou origem, quer mesmo à sua "etnografia" no sentido da descrição do seu funcionamento. Deixando agora de lado os textos bíblicos e os múltiplos significados da palavra Taršiš (cf. Koch, 2003, *passim*), as referências gregas mais antigas fazem parte da produção literária de dois poetas, Estesícoro e Anacreonte, que referem, respectivamente, a existência de uma paisagem habitada por seres monstruosos (Fr. 184 *PMG* = Str. 3.2.11) e por homens longevos (Fr. 361 *PMG* = Str. 3.2.14), em torno a finais do séc. VII e inícios do séc. VI a.C., reflectindo um interesse geral pelo mundo que existia a Ocidente das Colunas de Héracles. Gadir, por seu turno, é também mencionada a partir do 475-473 a.C. (Pi., *N*. 3.20-22; 4.69), marcando um ponto de referência incontornável na representação geográfica do Ocidente em geral, mais além do qual existiria Ταρτησσός, configurando uma imagem muito condicionada pelo próprio olhar do observador. Nem todas estas fontes são, como se sabe, de primeira mão e não podem, por isso, ser utilizadas como se se tratasse de um conjunto homogéneo útil na definição da evolução destes povos ao longo dos tempos (cf. García Fernández, 2013, pp. 694ss.; Albuquerque, 2013).

B. No que diz respeito a processos de interacção identificados na produção textual, o estudo destes casos africanos permite assinalar a possibilidade de que um contacto sem pretensões de hegemonia não traz consigo a destruição sistemática de marcadores territoriais. Pelo contrário, uma presença hegemónica pode resultar no desmantelamento dessas percepções com o objectivo de impor novas formas de territorialização. No entanto, atendendo ao caso de São Jorge da Mina, a diferença entre percepções territoriais pode originar situações de conflito com os grupos locais.

C. A comparação com casos africanos tem a particularidade de permitir destacar elementos que podem ser utilizados no questionário elaborado sobre outras realidades, sobretudo ao nível das formas de marcação do território que em muitos casos entram em confronto, e que resultam na destruição desses elementos (entre outros: Th. 1, 8; Hdt. 1,64.2; 8.144; Dt. 12; 2Rs. 23).
Atendendo às representações dos povos africanos nas fontes europeias, o conhecimento destas entidades circunscreve-se, por norma, às áreas costeiras e ao *hinterland* mais imediato, exigindo-se uma exegese textual que permita identificar a confluência de indígenas e agentes externos na formação de uma entidade (Horta, 1995; s.d.). Infelizmente, não dispomos de fontes que permitam este tipo de análise no contexto "tartéssico", sobretudo porque os próprios textos herodotianos (1.163 e 4.152) são o resultado de informações indirectas e não tinham como objectivo fornecer ao receptor uma descrição pormenorizada destas comunidades.
A comparação, novamente, permite colocar questões sobre a composição "étnica" de grupos que, tendencialmente, são vistos como pólos opostos (cf. Álvarez Martí – Aguilar, 2005, *passim*), sobretudo numa perspectiva diacrónica. Novamente, alguns

textos indicam a existência de contextos híbridos ou multiculturais que chamam a atenção quer pela quantidade de grupos incluídos numa mesma designação, quer pela variedade de situações entre costumes e língua, por exemplo. Ou seja, registam-se situações de evidente interpenetração e permeabilidade (cf. Albuquerque, 2014, pp. 74ss.) que podem estar na origem da formação de grupos que acabaram por ser identificados nas fontes clássicas, com menor ou maior rigor consoante a profundidade dos contactos. Como se disse, estes textos destinavam-se a receptores ausentes e reflectem um modo "europeu", "grego" ou "romano" de ver o mundo, o território e os outros. Como tal, dispensava-se uma explicação sobre os critérios que levavam à individualização desses grupos.

Se, por um lado, uma representação evoca um sistema de valores e os conceitos de uma sociedade, por outro pode fazer eco de relações sociais que afectam os intervenientes destes contactos. Faltando textos que transmitam a visão do "outro lado", do "indígena" ou, se preferirmos, do "objecto de representação", não possuímos elementos de contrastação, e neste caso o registo arqueológico é, podemos dizê-lo com segurança, manifestamente insuficiente. Por isso, o uso da documentação escrita para a análise de sociedades, sejam elas pré-romanas da Península Ibérica ou africanas obriga a admitir que analisar "o modo como os produtores das fontes escritas [...] as viram não é, propriamente, estudá-las em si mesmos" (Horta, 1995, p. 195).

D. É neste sentido interessante seguir as várias representações de Tartessos na recepção moderna e contemporânea dos textos. A construção de uma imagem ou "linguística" ou "arqueológica" de Tartessos (Albuquerque, 2014, pp. 19ss e 93ss., com bibliografia) dificilmente resiste a um exame atento e crítico destes textos, sobretudo porque nem eles próprios sustentam estas hipóteses. Tratando-se de fontes que reflectem a observação de zonas costeiras, não deixa de causar alguma perplexidade a identificação de grupos "tartéssicos" em áreas interiores, como se defendeu recentemente com argumentos interessantes (cf. Rodríguez González, 2016). Apesar do interesse desta discussão, não é o momento oportuno para desenvolvê-la, sobretudo porque o espaço escasseia.

Não se propõe aqui uma localização ou uma "fórmula" para entender, definir e delimitar um território, uma cidade ou uma sociedade referida em documentos cuja credibilidade é discutível. Tal como as fontes são o espelho dos observadores, as representações mais recentes de Tartessos revelam mais o pensamento dos investigadores e os seus objectivos do que, propriamente, propostas que permitam uma aproximação mais rigorosa ao que continua a ser um problema. Assim, uma análise das relações sociais a partir da construção de novas formas de territorialização (por exemplo, de santuários) pode não chegar a definir os mecanismos que estão associados às menções a Tartessos numa longa e heterogénea tradição literária, mas pode ser um ponto de partida para explicar as transformações que, aparentemente, ocorrem em meios indígenas nas áreas onde estes marcadores foram construídos.

O trabalho mencionado no início (Albuquerque, 2014) representou uma tentativa de aproximação, sobretudo metodológica, no sentido de uma perspectiva comparativa que aborda fontes escritas da Antiguidade, História de África e registo arqueológico, e que serve de ponto de partida para a formulação de questões sobre os processos de interacção desencadeados por grupos de origem externa com lógicas territoriais diferentes, e o seu impacto entre as comunidades locais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de Tartessos, como já foi demonstrado há alguns anos, apresenta diversos problemas, sobretudo ao nível da interpretação da produção textual e do modo como se passa deste tipo de documentação para a configuração de uma imagem arqueológica desta entidade (Álvarez Martí – Aguilar, 2005; 2009). Por um lado, assiste-se ao uso, por vezes acrítico, das fontes clássicas na reconstituição dos grupos populacionais descritos nestes textos, sem considerar as suas limitações, as circunstâncias de transmissão, o contexto da/na obra e do autor ou o conhecimento que este tinha da realidade que descrevia. Por outro, reproduz-se o termo "tartéssico" em ocasiões tão diferentes (algumas, inclusivamente, no mesmo trabalho), que se torna necessário "traduzir" o que se entende por essa definição.

Esta confusão é, com pouca margem de dúvida, o resultado mais evidente do uso de um conceito indefinido para o qual contribuíram as mais diversas perspectivas. Por outras palavras: Tartessos converteu-se num conceito polissémico composto

por uma extraordinária diversidade de propostas que revelam, no essencial, o pouco que sabemos a partir dos textos. Assim, o uso do termo "tartéssico" para definir um determinado registo arqueológico deveria ser acompanhado por uma revisão crítica, não só das fontes, mas também dos problemas apontados à investigação (*id*., 2005), de modo a dar maior consistência aos argumentos apresentados. A solução não passa, certamente, por ignorar a bibliografia que não interessa, ou por evitar a discussão de temas centrais. Também não passa por aguardar a chegada de novos dados.

Este artigo não pretende apresentar uma nova proposta que permita a localização de Tartessos ou mesmo a chave para a identificação arqueológica dos Tartéssios. Pretende, isso sim, recorrer a outros estudos para assinalar os problemas que envolvem o uso desse nome e, ao mesmo tempo, propor alguns temas de análise que podem explicar os resultados dos processos de interacção, sobretudo as transformações ao nível do registo material entre as comunidades residentes. Estas são mais profundas quando se regista, pelo menos aparentemente, a construção de novos marcadores territoriais e novas estratégias de exploração do território, ou mesmo as próprias relações sociais entre os membros de uma comunidade, ou entre esta e os seus vizinhos. No entanto, são ainda poucos os estudos arqueológicos em contextos africanos que permitam uma comparação mais sistemática ao nível do registo material.

Nas palavras de J. Kocka, "comparison helps to distance oneself bit from the case one knows best, from 'one´s own history'" (2003: 41). De facto, o estudo de outras realidades e, sobretudo, de outras propostas de análise, lança novos desafios e dá origem a questões que, sem a comparação, não seriam colocadas. É sobretudo por esta razão que não deve confundir-se "olhares comparativos" com "analogias etnográficas", e muito menos ver essa discussão como uma "arqueologia antropológica". Trata-se de partir de casos conhecidos e estudados noutro âmbito, com fontes das quais não dispomos, para analisar o registo arqueológico e processos de interacção no contexto da Península Ibérica proto-histórica, bem como as próprias fontes escritas.

Assim, apesar de todas as limitações que podem ser apontadas ao conhecimento destes contextos, a comparação pode revelar-se útil para a construção de uma análise crítica que não se circunscreva a um conjunto de apriorismos que, como sabemos, moldaram e ainda moldam a representação das comunidades pré-romanas da Península Ibérica em geral, e dos "Tartéssios" em particular.

BIBLIOGRAFIA[5]

ALBUQUERQUE, Pedro (2010) – *Tartessos: entre mitos e representações.* Lisboa: Uniarq.

ALBUQUERQUE, Pedro (2013) – Tartessos e Tartéssios, de Estesícoro a Éforo. In: Arnaud, José Morais; Martins, Andrea; Neves, César, eds., *Arqueologia em Portugal: 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 633-639.

ALBUQUERQUE, Pedro (2014) – *Tartessos: A construção de identidades através do registo escrito e da documentação arqueológica. Um estudo comparativo.* Dissertação de doutoramento (texto policopiado).

ALVAR EZQUERRA, Jaime (2000) – Comercio e intercambio en el contexto precolonial. In: Fernández Uriel, Pilar; Wagner, Carlos; López Pardo, Fernando, eds., *Intercambio y Comercio preclásico en el Mediterráeo. Actas del I Coloquio del CEFYP, Madrid, 9-12 de noviembre, 1998.* Madrid: CEFYP, pp. 27-34.

ÁLVAREZ MARTÍ – AGUILAR, Manuel (2005) – *Tarteso: la construcción de un mito en la Historiografía española.* Málaga: CEDMA.

ÁLVAREZ MARTÍ – AGUILAR, Manuel (2009) – Identidad y Etnia en Tartessos. *Arqueología Espacial*. Zaragoza. 27, pp. 79-111.

AMSELLE, Jean – Loup; M'BOKOLO, Elika (1999) – *Au coeur de l'Ethnie. Anthropologie de l'Identité en Afrique et ailleurs*. Paris: Payot.

BALLONG-WEN-MEWUDA, Joseph B. (1993) – *São Jorge da Mina: 1482-1637.* 2 vols. Lisboa, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais.

BINFORD, Lewis R. (1962) – Archaeology as Anthopology. *American Antiquity*. Durham:

BINTLIFF, John (1991) – The contribution of the Annaliste/ Structural History approach to Archaeology. In: Bintliff, J., ed., *The Annales School and Archaeology*. Leicester: Leicester.

BLOCH, Marc (1928) – Pour une histoire compare des sociétés europeénes. *Revue de Synthèse Historique.* Paris. 46, pp. 15-50.

BRAUDEL, Fernand (1969) – Écrits *sur l'Histoire.* Paris Flamarion.

5. As abreviaturas das fontes clássicas seguem o *Greek – English Lexicon*, de Liddell e Scott, bem como *Oxford Latin Dictionary*. *FrGH*: *Der Fragmente der Griechischen Historiker* (F. Jacoby). *PMG*: *Poetae Melici Graeci* (ed. D. L. Page).

CORREA RODRÍGUEZ, Antonio (2016) – *Toponimia antigua de Andalucía*. Sevilla: SPUS.

CROWLEY, Eve (1993) – *Contracts with spirits: Religion, Asylum and Ethnic Identity in the Cacheu region of Guinea – Bissau*. Michigan: UMI Dissertations / A Bell & Howell Company.

DECORSE, Christopher R. (2001) – *An Archaeology of Elmina. Africans and Europeans on the Gold Coast*. Washington, London: Smithsonian Institution Press.

DECORSE, Christopher R., ed. (2001) – *West Africa during the Atlantic Slave Trade: Archaeological Perspectives*. London, New York: Leicester University Press

FRIEDMAN, Susan (1996) – *Marc Bloch, Sociology and Geography: Encountering changing disciplines*. Cambrige [etc.]: Cambridge University Press.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José (2013) – Tartesios, túrdulos, turdetanos. Realidad y ficción de la homogeneidad étnica de la Bética romana. In: Santos Yanguas, Juan; Cruz Andreotti, Gonzalo; Fernández Corral, Marta; Sánchez Voigt, coords., *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: el caso hispano*. Vitoria: Universidad del País Vasco, pp. 691-734.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1971) – *Ensaios,* Vol. III, *Sobre teoria da História e Historiografia*. Lisboa: Sá da Costa.

GRUZINSKI, S. (1999) – *La pensée métisse*. Paris: Fayard.

HENRIQUES, Isabel Castro (2000) – Comércio e organização do espaço em Angola (c. 1870 – 1950). In: Santos, M.ª E.M., dir., *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 – c. 1930). III Reunião Internacional de História de África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga / Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 71-90.

HENRIQUES, Isabel Castro (2004) – *Território e Identidade*. Lisboa: Centro de História.

HORTA, José da Silva (1995) – Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações. In: *Colóquio Construção e Ensino da História de África. Actas das sessões realizadas na undação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de junho de 1994*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 181-200.

HORTA, José da Silva (2009) – Ser "Português" em terras africanas: vicissitudes da construção identitária na "Guiné do Cabo Verde" (sécs. XVI-XVII). In: Matos, S.C.; Henriques, I.C.; Fernandes, H.; Horta, J.S., eds. – *Nação e Identidades. Portugal, os portugueses e os outros*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa / Caleidoscópio, pp. 261-274.

HORTA, José da Silva (s.d.) – "O nosso Guiné": representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI – XVII). [em linha] cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/jose_silva_horta.pdf (cons. 25/6/2017).

KOCH, Michael (2003) – *Taršiš e Hispania*. Madrid: CEFYP.

KOCKA, Jürgen (1990) – Storia comparata, in *Enciclopedia delle Scienze Sociali*, Vol. 8 Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, pp. 389-396.

KOCKA, Jürgen (2003) – Comparison and beyond. *History and Theory*. Middletown. 42, pp. 39-44.

LANGLOIS, Charles (1890) – The Comparative History of England and France during the Middle Ages. *The English Historical Review*. Oxford. 5: 18, pp. 5-14.

LEFEBVRE, Georges (1981) – *O Nascimento da moderna historiografia*. Lisboa: Sá da Costa.

LÉVI – STRAUSS, Claude (1983) – Histoire et ethnologie. *Annales:* Économies*, Sociétés, Civilisations*. Paris. 38: 6, pp. 1217-1231.

MCINTOSH, Susan Keech (2001) – Tools for understanding transformation and continuity in Senegambian Society: 1500-1900. In: DeCorse, Ch. R., ed., *West Africa during the Atlantic Slave Trade: Archaeological Perspectives*. London, New York: Leicester University Press, pp. 14-37.

MORET, Pierre (2004) – Ethnos ou Ethnie? Avatars anciens et modernes des noms des peuples ibères. In: Cruz Andreotti, G.; Mora Serrano B., eds., *Identidades étnicas – identidades políticas en el mundo prerromano hispano*. Málaga: CEDMA, pp. 32-62.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Esther (2016) – *El reflejo de Tarteso en la periferia del Guadiana*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidad Autónoma de Madrid (Texto policopiado).

SCHRADER, Carlos (2006) – *Heródoto. Historia*. 5 vols. Madrid: Gredos / RBA.

SEWELL, William H. (1967) – Marc Bloch and the logic of Comparative History. *History and Theory*. Middletown. 6, pp. 208-218.

SEWELL, William H.; THRUPP, Sylvia (1980) – Comments. *The American Historical Review*. Bloomington. 85: 4, pp. 847-853.

VAN DEN BRAEMBUSSCHE, Antoon A. (1989) – Historical explanation and Comparative Method: towards a theory of History and Society. *History and Theory*. Middletown. 28: 1, pp. 1-24.

PRODUÇÕES CERÂMICAS DE INSPIRAÇÃO GREGA NO VALE DO BAIXO TEJO

Elisa de Sousa[1], João Pimenta[2]

RESUMO

Este trabalho tem como objectivo dar a conhecer a existência de produções cerâmicas da região do Baixo Tejo que se parecem ter inspirado em certos elementos morfológicos característicos dos vasos gregos. Trata-se de ocorrências pouco frequentes, que surgem até ao momento apenas em recipientes de cerâmica cinzenta, e que não parecem corresponder a uma produção estandardizada propriamente dita, mas antes a tendências pontuais no quadro artefactual regional. Ainda que seja difícil determinar a cronologia exacta deste fenómeno, atendendo aos dados arqueológicos actualmente disponíveis, a sua adscrição a momentos tardios da Idade do Ferro parece plausível, revelando, de certa forma, a adopção e incorporação de influências do Oriente Mediterrâneo no repertório cerâmico da área litoral centro atlântica do território português.

Palavras-chave: Extremo Ocidente, Cerâmica cinzenta, Idade do Ferro, Cerâmica grega, Emulação/inspiração.

ABSTRACT

The purpose of this work is to acknowledge the existence of ceramic productions from the Lower Tagus region that seem to have been inspired in certain morphological elements that are characteristic of the Greek vases. These occurrences are not frequent, and have so far appeared only in gray ware pottery, and therefore do not seem to correspond to a standardized production, but rather to occasional tendencies in the regional artifactual framework. Although it is difficult to determine the exact chronology of this phenomenon, given the archaeological data that is currently available, its ascription to the late Iron Age seems plausible, revealing, to a certain extent, the adoption and incorporation of Eastern Mediterranean influences into the ceramic repertoire of the Atlantic coastal area of the Portuguese territory.

Keywords: Far West, Gray ware, Iron Age, Greek pottery, Emulation/inspiration.

1. INTRODUÇÃO

A importação de cerâmicas gregas no Extremo Ocidente teve notáveis influências nas comunidades humanas que habitaram esta região durante a Idade do Ferro.

Naturalmente, estes efeitos manifestaram-se de forma diferenciada consoante as matrizes culturais de cada uma das áreas integradas neste espaço, adoptando distintos ritmos e feições que se relacionam quer com as próprias dinâmicas internas, quer com a intensidade dos contactos, directos ou indirectos, com o Oriente Mediterrâneo.

No quadro destes fenómenos, o caso mais notável é, sem dúvida, o que ocorreu no sul da área andaluza, onde se assiste ao eclodir de uma produção cerâmica bastante estandardizada que imita, sobretudo, quer em termos morfológicos quer decorativos, as produções de cerâmica ática de verniz negro que, durante os séculos V e IV a.C., tinham sido sistematicamente incorporadas nos hábitos quotidianos de consumo de produtos alimentares (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003, 2014; Sáez Romero, 2014a). É justamente a partir do último quartel do século IV a.C. que estas produções, genericamente designadas de tipo Kuass, surgem com considerável frequência nos repertórios artefactuais da área meridional da Península Ibérica e também no litoral marroquino, correspondendo ao serviço de mesa por excelência das comunidades que ocuparam estes territórios.

1. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; e.sousa@campus.ul.pt

2. Centro de Estudos Arqueológicos Vila Franca de Xira – CEAX; joao.marques@cm-vfxira.pt

A emergência destas produções de tipo Kuass é justificada pela necessidade de satisfazer a procura de vasos de morfologias helenísticas que se tinha criado nos momentos imediatamente anteriores (450 a 350 a.C.), ainda que tenham adoptado certas características estéticas mais próximas dos gostos culturais locais, de influência semita, como se verifica pela aplicação predominante de engobes de tonalidades avermelhadas nas superfícies destas peças (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003). No entanto, a produção de recipientes cerâmicos inspirados em protótipos gregos não surge apenas durante esta fase tardia da Idade do Ferro, nem se limita exclusivamente a esta região mais meridional.

Na própria área de Cádis, estudos recentes têm vindo a revelar que o repertório cerâmico local sofreu notáveis influências morfológicas e decorativas rastreáveis ao mundo grego desde, pelo menos, a época tardo-arcaica (finais do século VI a.C.), que se refletiram em diversas categorias (ânforas, cerâmica de cozinha e cerâmica de mesa), tendo reproduzido, com maior ou menor precisão, determinados protótipos helenos (Sáez Romero, 2014a). A intensidade deste fenómeno deve provavelmente relacionar-se com a própria natureza dos contactos que se estabeleceram entre esta metrópole e o mundo grego, que terão sido constantes e frequentes entre, pelo menos, os finais do século VI e o século IV a.C.

Contudo, também em outras regiões do Extremo Ocidente, em concreto no território português, é possível identificar certos elementos que refletem a influência grega nas produções cerâmicas locais. Nestes casos, trata-se provavelmente de contactos de natureza indirecta, tendo como mediadores os grandes centros urbanos do Sul Peninsular, que terão tido um papel determinante no abastecimento de vasos gregos às regiões mais interiores, mas que ainda assim terão transmitido certos códigos inerentes à utilização primária desses recipientes. Se a transmissão destas informações terá sido total ou parcial, ou se a sua adopção ou incorporação terá sido condicionada por critérios selectivos prévios por parte das comunidades receptoras, é algo que dificilmente se consegue estabelecer com base no mero registo arqueológico. Contudo, parece claro que, nestas áreas mais interiores, a cerâmica grega assumiu um valor prestigiante no quadro social, sendo sobretudo abundante em contextos de natureza funerária ou cultual.

A influência da cerâmica grega nas produções locais destas regiões parece ter sido pontual, não se verificando o mesmo grau de estandardização e sistematização que se observa no sul andaluz. Com efeito, parecem tratar-se de situações episódicas, porventura ligadas a contextos de maior conteúdo simbólico. O próprio detalhe reproduzido nestas peças não permite falar de uma imitação no verdadeiro sentido do termo (Bernal Casasola, 2014), mas sim de emulação/inspiração ou adopção de determinadas características que são frequentes nos vasos provenientes do Oriente Mediterrâneo, e que são aplicadas a certas peças locais. Por outro, as próprias limitações tecnológicas no quadro das respectivas produções cerâmicas, particularmente ao nível da qualidade dos revestimentos, terá condicionado estas tentativas a determinadas categorias cerâmicas, como é o caso da cerâmica de engobe vermelho e, sobretudo, à cerâmica dita cinzenta (Fabião, 1999; Sousa, 2016a).

As evidências relacionadas com esta problemática que têm vindo a ser identificadas no Baixo Tejo exibem características que se assemelham mais com estes horizontes interiores do que com as complexas redes de produção do sul Andaluz, onde a recorrência de formas que se inspiram ou imitam os protótipos gregos assume contornos bem mais sistemáticos, que refletem a existência de produções bem planificadas, tendo permitido observar neste processo uma progressiva helenização da cultura material de *Gadir* (Sáez Romero, 2014a).

2. INFLUÊNCIAS GREGAS NAS PRODUÇÕES CERÂMICAS DO VALE DO TEJO

Na área do Baixo Tejo, são, até ao momento, raros os vasos de produção local que exibem claras evidências da influência de protótipos gregos na sua execução.

Esta escassez poderá relacionar-se directamente com o número reduzido de importações gregas que têm sido identificadas nesta região, particularmente quando comparadas com os horizontes artefactuais mais meridionais da Península Ibérica. Com efeito, em toda a área do estuário, o número de vasos gregos até agora documentados reduz-se a cerca de quarenta fragmentos, mesmo quando se incluem todas as evidências de importantes núcleos de povoamento sidéricos, como é o caso de Lisboa, Almaraz e da Alcáçova de Santarém (Arruda, 1997, 1999-2000; Pimenta, Calado & Leitão, 2005; Sousa, 2014, 2016a; Arruda & Sousa, no prelo).

Tal situação poderá relacionar-se quer com a posição

mais periférica do Baixo Tejo face aos grandes circuitos comerciais mediterrâneos, quer com a aparente diminuição dos contactos com as áreas meridionais peninsulares que se terá verificado a partir dos meados do 1º milénio a.C. (Arruda, 2005; Sousa, 2014), momento em que a importação de vasos gregos atinge o seu auge nos mercados ocidentais.

Esta escassa quantidade de importações gregas poderá, por outro lado, estar também condicionada pela própria natureza dos trabalhos arqueológicos realizados na região, que têm incidido quase exclusivamente em contextos de *habitat*. Neste sentido, cabe recordar que no estuário do Sado, em Alcácer do Sal, se verifica uma notável disparidade entre o registo da área habitacional, onde se conhece apenas um fragmento de cerâmica grega (Arruda, 1997), e o da área funerária, que conta com cerca de meia centena destes vasos (Rouillard *et al*. 1988-89; Arruda, 2006; Gomes, 2016). Como tal, é muito provável que a futura identificação de contextos funerários no vale do Baixo Tejo altere significativamente este cenário, permitindo uma melhor compreensão da influência de materiais do Mediterrâneo Oriental no repertório artefactual centro-atlântico. De qualquer forma, parece claro que o peso que os materiais de origem grega exerceram no Baixo Tejo foi consideravelmente menos intenso do que em áreas mais meridionais, não tendo conduzido à imitação massiva de tipos helenísticos. Contudo, durante os últimos anos, tem sido possível identificar um número já significativo de ocorrências onde esta influência se pode constatar.

Até ao momento, estas evidências observam-se quase exclusivamente nas produções comummente designadas de cerâmicas cinzentas. Trata-se de uma categoria fabricada na região desde os momentos iniciais da Idade do Ferro, cuja origem se associa a contextos de matriz orientalizante, e que sempre manteve um uso preferencial no quadro da produção de recipientes destinados ao serviço de mesa (Arruda, 1999-2000; Vallejo Sánchez, 2005; Sousa, 2014; 2016b). O registo artefactual sidérico do Baixo Tejo mostra que, a partir de meados do 1º milénio a.C., o fabrico de cerâmicas cinzentas torna-se progressivamente mais intenso, acabando por constituir a principal componente do serviço de mesa após o desaparecimento dos vasos cobertos por engobe vermelho, que parece ter ocorrido num momento ainda indeterminado do século IV a.C. (Sousa, 2014, 2016b).

Com efeito, esta terá sido uma das principais justificações da selecção desta categoria para a produção de recipientes de inspiração helenística, aliada às suas características intrínsecas, em particular as cozeduras redutoras e as superfícies cuidadosamente polidas, que permitiam, entre as opções disponíveis, a melhor aproximação estética à cerâmica grega. Alguns dos exemplares aqui estudados exibem, inclusive, vestígios de tonalidades mais escuras nas suas superfícies, podendo indicar a aplicação de um engobe ou, mais provavelmente, de uma aguada, que terá sido posteriormente polida, permitindo uma ulterior similitude com os vasos orientais, situação que também foi observada num fragmento de características muito similares recolhido na Gruta da Lapa do Fumo (Arruda & Cardoso, 2013). Contudo, e atendendo ao estado de conservação da maioria dos exemplares, é difícil determinar se este procedimento era sistemático ou se foi aplicado em apenas alguns casos específicos.

Em termos morfológicos, os elementos de inspiração grega mais evidentes identificam-se num conjunto de peças de perfil carenado que têm surgido em diferentes sítios do estuário, concretamente em Lisboa (Pimenta, Calado & Leitão, 2014; Pimenta *et al.* 2014b; Fernandes & Coroado, no prelo), Santarém (Arruda, Viegas & Almeida, 2002) e no Porto do Sabugueiro (Sousa, 2016a), ainda que, em grande parte dos casos, não possuam um contexto arqueológico primário.

Entre os exemplares mais bem conservados, constata-se a tendência de aplicação de bordos simples e ligeiramente exvertidos, a partir dos quais se desenvolve um perfil carenado bem assinalado. As bases são de tendência anelar, exibindo um pé consideravelmente alto, cujo perfil se assemelha, de certa forma, com o verificado em algumas taças gregas (Sparkes & Talcott, 1970). Junto à área da carena, são aplicadas duas asas horizontais, de secção geralmente sub-circular, que constituem o elemento que mais claramente permite constatar a influência dos protótipos do Mediterrâneo Oriental. Os diâmetros de bordo das peças do Baixo Tejo são bastante reduzidos, oscilando entre os 86 e os 122 mm. As únicas peças de perfil completo, exumadas nas escavações realizadas na Alcáçova de Santarém e em Lisboa, na área do Castelo de São Jorge (Edifício do Beco do Forno n.º 16-20), têm alturas de 82 mm e 109 mm, e um diâmetro de base de 38 mm e 60 mm, respectivamente.

Não é fácil determinar com precisão os modelos orientais que serviram de inspiração para a produção destes exemplares. Os tipos mais próximos, se atendermos ao perfil carenado, às morfologias das asas e ao pé alto, seriam algumas variantes das *stemmed cups*, em concreto do *type C – concave lip*, *Vicup* ou *Acrocup*, cujas cronologias se centram sobretudo entre finais do século VI e século V a.C. mas que, em alguns casos, se podem prolongar até ao século IV a.C. (Sparkes & Talcott, 1970, p. 91-93). Contudo, a inexistência, até à data, de qualquer importação destes vasos na área impõe alguma cautela nesta associação. A própria escassez dos dados disponíveis sobre estas produções cinzentas de inspiração grega leva, inclusive, a equacionar até que ponto se pode assumir que todos os elementos que recordam os protótipos orientais sejam efectivamente o resultado de tais influências. Ainda que tal inquietação não se aplique em relação às asas horizontais e aos fundos de pé alto de tendência anelar, cuja relação com as morfologias helenas parece altamente provável, o perfil carenado presente nas produções centro-atlânticas é um elemento que foi sistematicamente privilegiado no fabrico de vasos destinados ao serviço de mesa do Baixo Tejo desde o período orientalizante (Sousa, 2014, 2016b). Como tal, a forma geral do corpo destas taças poderá corresponder apenas a uma reprodução de perfis preferenciais das tradições oleiras regionais, aos quais foram adicionados os restantes elementos de influência grega, patentes em várias importações características da segunda metade do século V e da primeira metade do século IV a.C. de Lisboa (em concreto *kylikes* e taças Cástulo) (Sousa, 2014, p. 112; Arruda e Sousa, no prelo).

Dados cronológicos precisos, que poderiam permitir uma melhor compreensão deste fenómeno, são, infelizmente, muito escassos até ao momento, considerando que as peças recolhidas quer em Santarém quer no Porto do Sabugueiro não se encontravam associadas a níveis primários de ocupação (Pimenta *et al.*, 2014a). Contudo, dois dos exemplares recuperados em Lisboa encontravam-se associados a contextos conservados, situação que permite tecer algumas considerações importantes sobre a sua cronologia. Com efeito, uma destas peças foi exumada num nível tardio da Idade do Ferro, datado de momentos avançados do século III a.C., que foi identificado durante as intervenções efectuadas na Rua de São João da Praça (Pimenta, Calado & Leitão, 2014). A restante foi exumada em escavações recentemente realizadas na área do Teatro Romano, dirigidas pela Dra. Lídia Fernandes[3], num nível que precede a fase romana republicana, tendo sido datado em torno a meados do século II a.C. Este exemplar terá sido reutilizado como material de construção, fazendo parte de um revestimento argiloso de uma estrutura de combustão que foi interpretada como forno cerâmico (Fernandes & Coroado, no prelo).

Ainda que estes sejam possíveis indicadores da ocorrência deste fenómeno apenas em fases tardias da Idade do Ferro, não se pode excluir a possibilidade de dados futuros poderem permitir antecipar esta cronologia, por ventura até momentos avançados do século IV a.C. Por outro lado, em Lisboa, existem também elementos que permitem comprovar que estas produções chegam, pelo menos, até à primeira fase de contacto com os agentes romanos, como se verifica pela recolha de um destes exemplares, de perfil completo, na escavação do Beco do Forno do Castelo, em Lisboa, num contexto datado do terceiro quartel do século II a.C. (Pimenta *et al.*, 2014b).

A questão relacionada com a funcionalidade que estes vasos de inspiração helenística assumiram é uma outra problemática difícil de abordar. A sua produção em cerâmica cinzenta de superfícies polidas é um indicador do seu uso preferencial no âmbito do serviço de mesa. A própria morfologia destes recipientes e, em particular, a presença de asas horizontais, apontam para uma utilização no quadro do consumo de líquidos, podendo indicar que nesta área centro atlântica se terão também adoptado alguns hábitos orientais relacionados com a ingestão de produtos vinários, ainda que sejam necessárias futuras análises de conteúdo para corroborar esta possibilidade. A confirmar-se esta hipótese, a escassez de importações anfóricas durante esta fase mais tardia da Idade do Ferro (Sousa, 2014), sobretudo de conteúdo vinário, poderia indicar que os produtos consumidos seriam sobretudo de origem regional. Neste âmbito, cabe recordar que a domesticação da vinha está atestada na área do estuário do Tejo desde meados do século VII a.C. (Leeuwarden & Jansen, 1985; Arruda, 1999-2000).

Por outro lado, é difícil determinar se o uso destes recipientes se revestiria de um carácter essencialmente quotidiano ou se estaria destinado a práticas

3. Agradecemos à Dra. Lídia Fernandes a cedência do desenho deste artefacto e das informações referentes ao seu contexto de recolha.

e contextos mais singulares. Infelizmente, faltam-nos elementos relativos à importância que estas produções possam ter adquirido no quadro da cultura material Centro Atlântica, particularmente devido à escassez de dados relacionados com os seus contextos de origem. Com efeito, e como já foi referido anteriormente, a maior parte destes vasos foram recuperados em campanhas de prospecção ou em escavações arqueológicas efectuadas em ambientes urbanos, situações que não permitem uma clara leitura dos seus contextos primários. No entanto, é de assinalar a recolha de uma destas taças na gruta da Lapa do Fumo, em Sesimbra, cuja frequentação durante a Idade do Ferro poderá ter-se revestido de um carácter fortemente simbólico ou ritual (Arruda & Cardoso, 2013), podendo, portanto, sugerir uma certa importância destas produções inspiradas em protótipos gregos entre as comunidades que habitaram a costa centro atlântica do território actualmente português.

Por outro lado, deve também assinalar-se a presença deste tipo de peças em Alcácer do Sal, uma vez que entre o conjunto de materiais pré-romanos recolhidos no sítio, actualmente expostos na Cripta Arqueológica do Castelo, foi possível reconhecer um exemplar muito semelhante, também de cerâmica cinzenta, dotado de uma asa horizontal. É, de momento, difícil de determinar se as evidências recolhidas no estuário do Sado são consequências de contactos comerciais com a área do Baixo Tejo ou se podem resultar de um fenómeno paralelo que se tenha gerado, simultaneamente, no quadro da cultura material sadina.

3. CONCLUSÃO

Apesar de indubitavelmente interessantes, estas evidências centro atlânticas que manifestam influências morfológicas rastreáveis ao mundo grego são, até ao momento, pouco expressivas em termos quantitativos. Os dados disponíveis parecem indicar que não se trata propriamente de uma produção sistemática, passível de ser individualizada no quadro das restantes categorias cerâmicas da área, mas antes de uma variante formal específica inscrita no âmbito das produções cinzentas regionais. Com efeito, as características morfológicas parecem ser constantes em todos os exemplares documentados: vasos de bordo simples e ligeiramente exvertido, corpo de perfil carenado, dotado de asas horizontais, e que termina num pé alto de tendência anelar. Atendendo à sua ausência nos repertórios artefactuais do século V e inícios do século IV a.C. do Baixo Tejo (Sousa, 2014), é provável que a emergência desta morfologia tenha ocorrido apenas no decurso desta última centúria, ou mesmo num momento mais tardio, perdurando, contudo, até ao período romano republicano, como se verifica pela sua presença em contextos do último terço do século II a.C.

Independentemente da sua expressividade quantitativa, a sua existência parece indicar a adopção de determinadas práticas associáveis ao consumo de líquidos, muito provavelmente de vinho, que podem relacionar-se com costumes do Mediterrâneo Oriental. Estas práticas terão sido introduzidas na fachada ocidental atlântica portuguesa durante os séculos V e IV a.C., estando directamente associadas à comercialização dos vasos gregos no Extremo Ocidente, e parecem ter perdurado até à fase inicial do período romano.

A escolha da categoria de cerâmica cinzenta como suporte preferencial para a manufactura destes vasos não terá sido, certamente, casual. Trata-se de uma produção cerâmica destinada, sobretudo, ao serviço de mesa, que reúne, simultaneamente, critérios tecnológicos que chegaram à Península Ibérica com a colonização fenícia e tendências estéticas que se parecem ter adequado aos gostos das comunidades indígenas. Estas características terão seguramente justificado o sucesso que esta categoria cerâmica obteve junto das populações autóctones, no seio das quais foi amplamente reproduzida, mas foi simultaneamente adoptada quotidianamente pelos seus criadores, como se manifesta em múltiplos centros oleiros fenícios da área peninsular. O seu sucesso, sobretudo no Extremo Ocidente, terá justificado a selecção desta categoria para a reprodução de vasos de estética helenística, com os quais se assemelhava, inclusive, em algumas características, sobretudo ao nível da tonalidade das superfícies e o seu cuidadoso polimento.

Deve ainda referir-se que estes vasos de cerâmica cinzenta são, até ao momento, as únicas evidências que se podem relacionar com influências helenísticas nesta região. Até ao momento, não se documentaram, em contextos preservados da Idade do Ferro do estuário do Tejo, quaisquer fragmentos de produções de tipo Kuass (Sousa 2009, 2014), que eram fabricadas, durante este mesmo período, no sul do território peninsular. Com efeito, conhecemos a

existência de apenas dois fragmentos desta produção em Lisboa, mas que foram ambos recolhidos em contextos de cronologia romana, o que parece indicar que este tipo de cerâmica não chega a esta região antes da fase da conquista (Sousa, 2009).

Por outro lado, deve também recordar-se que, durante a segunda metade do 1º milénio a.C., este fenómeno de emulação/inspiração em protótipos helenísticos não ocorre exclusivamente na fachada atlântica ocidental do território português. Na área alentejana, onde se cruzam influências dos horizontes pós-orientalizantes, celtizantes e meridionais, é possível verificar casos pontuais onde as produções locais exibem influências gregas. É o caso de um vaso recuperado no Castro da Azougada, coberto com engobe vermelho em ambas as superfícies e conservando parte de uma asa horizontal (Soares, 2012), que parece imitar uma *large stemless cup – inset lip*, ou taça Cástulo, que é, sem dúvida, uma das formas de cerâmica grega mais recorrentes na região, e também no próprio sítio (Rouillard, 1991). Também em horizontes de cariz mais "celtizante", como é o caso da Cabeça de Vaiamonte, surgem vasos de grande dimensão, uma vez mais de cerâmica cinzenta, que parecem ter absorvido influências dos *krater* gregos, e outros mais pequenos onde algumas características morfológicas similares às das *kylikes* são facilmente reconhecidas (Fabião, 1999). Contudo, e como já foi assinalado por C. Fabião (1999) este tipo de vasos não deve ser considerados como imitações no verdadeiro sentido da palavra, ainda que mostrem claramente a influência de elementos gregos na sua produção, observáveis quer na forma geral do vaso quer na sua base, apesar de estarem ausentes as típicas asas que desempenhariam um importante papel funcional nos recipientes originais.

Voltando ao Baixo Tejo, um último aspecto que consideramos relevante assinalar é que estes fenómenos de emulação/inspiração em protótipos exógenos não se centram exclusivamente na fase tardia da Idade do Ferro, perdurando até momentos bem mais tardios. Com efeito, os oleiros da região centro atlântica exibem um comportamento similar durante a fase da romanização: será, uma vez mais, no quadro das produções de cerâmica cinzenta que vamos encontrar uma maior frequência de reproduções de protótipos mediterrâneos, neste caso inspirados já em cerâmica campaniense e, mais tarde, em *terra sigillata* (Bugalhão *et al*., 2013; Pimenta, Soria & Mendes, 2014). A chegada em grandes quantidades destes materiais mediterrâneos, a partir do último quartel do século II a.C., à região, terá gerado, de forma mais evidente, uma progressiva estandardização dos hábitos de consumo alimentar, ainda que as origens desta tradição remontem a uma fase já anterior.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Ana Margarida (1997) – *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*. Lisboa: Edições Colibri.

ARRUDA, Ana Margarida (1999-2000) – *Los Fenícios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Universidade.

ARRUDA, Ana Margarida (2005) – O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 23, pp. 9-156.

ARRUDA, Ana Margarida (2006) – Cerâmicas Gregas encontradas em Portugal. In A AVV, *Vasos Gregos em Portugal*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 135-140.

ARRUDA, Ana Margarida; CARDOSO, João Luís (2013) – A ocupação da Idade do Ferro da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 731-754.

ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa (no prelo) – *The Greek Pottery in the Tagus* estuary.

ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; ALMEIDA, Maria José, (coord.) (2002) – *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

BERNAL CASASOLA, Dario (2014) – Nomenclatura y taxonomia de las cerâmicas de imitación hispanorromanas. A modo de psicoanálisis. In GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José; GARCÍA VARGAS, Enrique (eds.), *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética ocidental durante la Antiguedad (s. VI a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: Universidad, pp. 13-32.

BUGALHÃO, Jacinta; ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa; DUARTE, Cidália (2013) – Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 243-275.

FABIÃO, Carlos (1999) – *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território português*. Dissertação de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. [Edição policopiada].

FERNANDES, Lídia; COROADO, João (no prelo) – *Novos dados sobre a ocupação pré-romana do Teatro Romano de Lisboa: proveniência das produções cerâmicas dos sécs. IV e III a.C. (campanha arqueológica de 2010)*.

GOMES, Francisco (2016) – *Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário*. Dissertação de doutoramento em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. [Edição policopiada].

LEEUWAARDEN, Win Van; JANSSEN, Roel (1985) – A preliminary palynological study of peat deposit near an oppidum in the lower Tagus valley. In *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*. Lisboa. 2, p. 225-235.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, Ana Maria (2003) – *Las Cerámicas Gaditanas "Tipo Kuass". Bases para el análisis de la Bahía de Cádiz en época púnica*. Cádiz: Universidade.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, Ana Maria (2014) – El éxito de la vajilla helenística "tipo Kuass" ¿Resultado de la adopción de una moda estética o reflejo de transformaciones culinarias y comensales? In GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José; GARCÍA VARGAS, Enrique (eds.), *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética ocidental durante la Antiguedad (s. VI a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: Universidad, p. 119-176.

PIMENTA, João; CALADO, Marco; LEITÃO, Manuela (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8, p. 313-334.

PIMENTA, João; SILVA, Rodrigo; CALADO, Marco (2014) – Sobre a ocupação pré-romana de *Olisipo*. A intervenção arqueológica urbana da Rua de São Mamede ao Caldas n.º 15. In ARRUDA, Ana Margarida (ed.), *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, vol. 2, p. 712-723.

PIMENTA, João; SORIA, Vincenzo; MENDES, Henrique (2014) – Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. In *Atas do Congresso de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira (CIRA Arqueologia, 3), pp. 86-121.

PIMENTA, João; MENDES, Henrique; ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa; Soares, Rui (2014a) – Do Pré-Romano ao Império: a ocupação humana do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos*. Salvaterra de Magos, 1, p. 39-57.

PIMENTA, João; GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana; MOTA, Nuno; MIRANDA, Pedro (2014b) – O estabelecimento romano republicano de *Olisipo*: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.16-20) – Lisboa. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira (*CIRA Arqueologia*, 3), pp. 122-148.

ROUILLARD, Pierre (1991) – *Les grecs et la Péninsule Ibérique du VIIe au IV siècle avant Jésus-Christ*. Paris: Diffusion de Boccard.

ROUILLARD, Pierre; PAIXÃO, António Cavaleiro; VILLANUEVA PUIG, Marie-Christine; DURAND, Jean Louis (1988-89) – Les vases grecques d´Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 6/7, pp. 43-108.

SÁEZ ROMERO, António (2014a) – Imitaciones en las vajillas de mesa en la Bahía de Cádiz desde la transición tardoarcaica hasta la época tardopúnica. Actualización de los datos y nuevas propuestas. In GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José; GARCÍA VARGAS, Enrique (eds.), *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética ocidental durante la Antiguedad (s. VI a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: Universidad, p. 33-78.

SÁEZ ROMERO, António (2014b) – Oculto bajo el barniz. Aproximación inicial a las producciones grises de Gadir de época tardoclásica-helenística (siglos -IV/-III) . In GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José; GARCÍA VARGAS, Enrique (eds.), *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética ocidental durante la Antiguedad (s. VI a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: Universidad, p. 79-118.

SPARKS, Brian A.; TALCOTT, Lucy (1970) – *The Athenian Agora (XII) – Black and Plain pottery of the 6th, 5th and 4th centuries B.C.* Princeton: American School of Classical Studies at Athens.

SOARES, Rui (2012) – *O Cabeço Redondo. Um edifício da Idade do Ferro Pós-Orientalizante na Herdade do Metum (Moura)*. Dissertação de mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. [Edição policopiada].

SOUSA, Elisa (2009) – *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

SOUSA, Elisa (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

SOUSA, Elisa (2016a) – From Greek to Roman Pottery in the Far West. In JAPP, Sarah; KÖGLER, Patricia (eds.), *Traditions and Innovations. Tracking the Development of Pottery from the Late Classical to the Early Imperial Periods*. Viena: Phoibos Verlag, pp. 17-28.

SOUSA, Elisa (2016b) – A Idade do Ferro em Lisboa: uma primeira aproximação a um faseamento cronológico e à evolução da cultura material. *CuPAUAM*. Madrid. 42, p. 167-185.

VALLEJO SÁNCHEZ, Juan Ignacio (2005) – Las cerâmicas grises orientalizantes de la Península Ibérica. In *Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida: CSIC (Anejos de Archivo Español de Arqueologia), II, pp. 1149-1172.

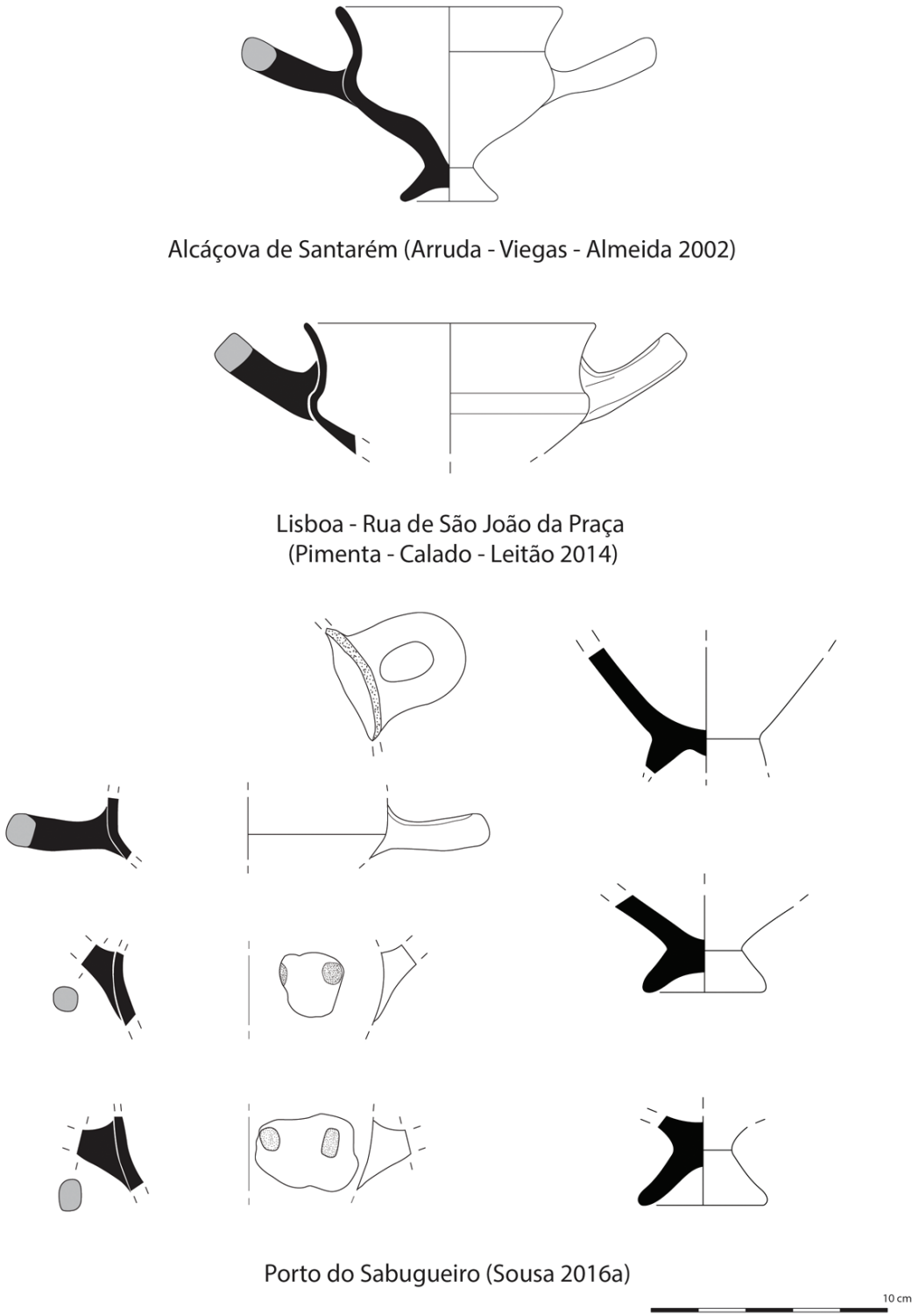
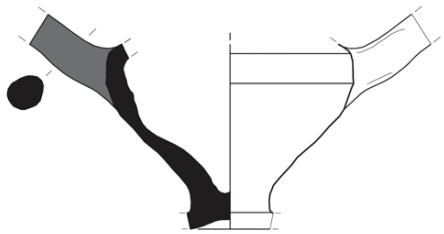
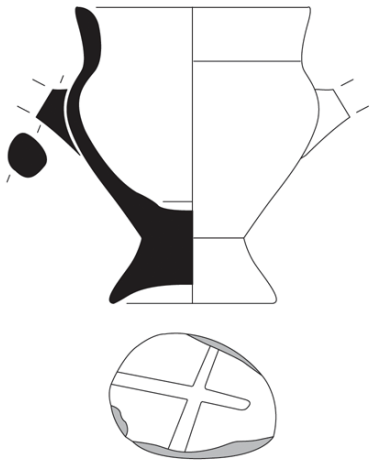


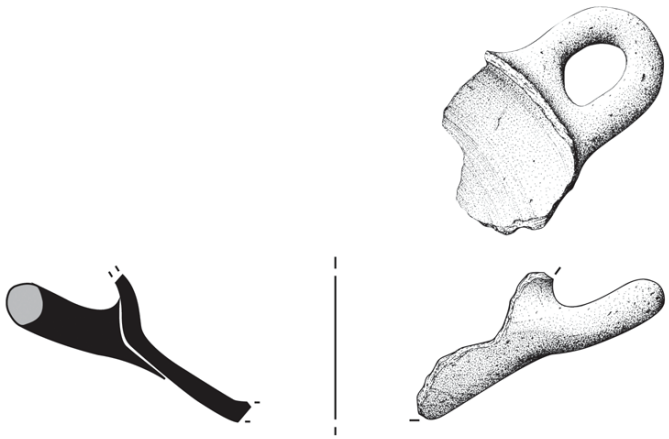
Figura 1 – Vasos de cerâmica cinzenta com elementos de inspiração grega recolhidos na Alcáçova de Santarém, Lisboa e Porto do Sabugueiro.



Lisboa - Teatro Romano (Fernandes - Coroado no prelo)



Lisboa - Beco do Forno do Castelo (Pimenta et. al. 2014)



Lapa do Fumo (Arruda - Cardoso 2013)

Figura 2 – Vasos de cerâmica cinzenta com elementos de inspiração grega recolhidos em Lisboa e na Lapa do Fumo.

O METAL DE BASE COBRE DOS OBJECTOS DE USO PESSOAL EM SEPULTURAS DA I IDADE DO FERRO DO MONTE BOLOR 1-2 (BEJA)

Pedro Valério[1], Maria Fátima Araújo[2], António M. Monge Soares[3], Rui Soares[4], Lídia Baptista[5]

RESUMO

O trabalho apresenta a caracterização elementar de objectos de uso pessoal da necrópole do Monte do Bolor 1-2 (Beja). Os artefactos à base de cobre encontravam-se associados a espólio característico da I Idade do Ferro, incluindo exemplares de luxo e/ou exóticos, tais como contas de colar de ouro, prata, vidro ou cornalina, arrecadas e braceletes de prata e escaravelhos de faiança egípcia. As análises por microespectrometria de fluorescência de raios X, dispersiva de energias, identificaram um conjunto constituído por cobres, cobres arsenicais, bronzes e bronzes com chumbo. Discute-se a diversificação das ligas no sul do território nacional durante a I Idade do Ferro, assim como a relação entre a composição, fusibilidade, cor, funcionalidade e possível proveniência dos metais desta necrópole.

Palavras-chave: Composição elementar, Cobre, Bronze, Importações, Mediterrâneo, I Idade do Ferro.

ABSTRACT

The work presents the elemental characterisation of copper-based personal belongings recovered in the necropolis of Monte do Bolor 1-2 (Beja). The copper-based collection was associated with typical Early Iron Age materials, including luxury and/or exotic specimens such as necklace beads made of gold, silver, glass or carnelian, silver earrings and bracelets and faience scarabs. The micro-energy dispersive X-ray fluorescence analyses have identified copper, arsenical copper, bronze and leaded bronze artefacts. The diversification of alloys in the southern Portuguese territory during the Early Iron Age is discussed, along with the relation between the composition, functionality, physical features (fusibility and colour) and possible origin (local *versus* exogenous) of the metallic goods from this necropolis.

Keywords: Elemental composition, Copper, Bronze, Imports, Mediterranean, Early Iron Age.

1. Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN), Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa; pvalerio@ctn.tecnico.ulisboa.pt

2. Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN), Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa; faraujo@ctn.tecnico.ulisboa.pt

3. Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN), Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa; amsoares@ctn.tecnico.ulisboa.pt

4. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ), Faculdade de Letras; ruigusmao@hotmail.com

5. Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP); Arqueologia & Património Lda.; lidiabap@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico do Monte do Bolor 1-2 (São Brissos, Beja) foi intervencionado, entre 2014 e 2015, no âmbito da minimização de impactes sobre o património cultural, decorrentes da execução do Bloco de Rega Beringel-Beja, o qual se integra no Sistema Global de Rega de Alqueva (Soares & alii, 2017).

Os trabalhos de campo em Monte do Bolor 1-2 abrangeram dois núcleos distintos, sendo que os efectuados numa zona bastante aplanada, a sudoeste (núcleo II), permitiram identificar uma área sepulcral constituída por 3 recintos e cerca de 20 sepulturas (Figura 1). A atribuição cronológica desta necrópole à I Idade do Ferro resulta da arquitectura funerária particular deste período, bem como do espólio associado aos indivíduos aqui sepultados. Desse espólio característico constam diversos vasos cerâmicos, armamento de ferro, escaravelhos de faiança egípcia, contas de colar de materiais exóticos e de luxo, tais como vidro, cornalina, prata e ouro, assim como arrecadas e braceletes de prata e diversos outros objectos de uso pessoal em ligas de cobre. Parte deste espólio é particularmente importante para balizar cronologicamente a necrópole, como sejam os braceletes "acorazonados" e as arrecadas de prata e as fíbulas tipo Ponte 3a, 3b e 9a (Ponte, 2006) de liga de cobre, permitindo atribuir-lhe um intervalo cronológico que se situará entre os séculos VII e VI a.C. (Soares & alii, 2017).

O presente trabalho consistiu na caracterização elementar do espólio de base cobre da necrópole da I Idade do Ferro do Monte do Bolor 1-2. Desta forma, pretende-se aprofundar o nosso conhecimento, ainda algo escasso, sobre o tipo de ligas metálicas utilizadas no período em causa, o designado pós-Orientalizante, o qual é caracterizado, no interior alentejano, por importantes mudanças culturais e diversas inovações tecnológicas com origem última na região Mediterrânica.

2. METAIS E SEUS CONTEXTOS

O conjunto metálico de base cobre estudado pertence ao espólio de diversas inumações da necrópole do Monte do Bolor 1-2 (Tabela 1).

Na sepultura UE 2607 foi inumado um indivíduo adulto jovem, de sexo feminino, com 5 pequenas contas metálicas e um conjunto de contas de vidro, estas últimas em mau estado de conservação. A sepultura UE 2712 continha a inumação de um indivíduo adulto, idoso (>50 anos), do sexo masculino, acompanhado por uma fíbula tipo Ponte 3b (Figura 2), com cronologia atribuível aos séculos VII-VI a.C. (Ponte, 2006). Na sepultura UE 4914 registou-se a inumação de um indivíduo adulto, do sexo feminino, com um vasto espólio, destacando-se uma tigela de cerâmica a torno (o único exemplar a torno encontrado na necrópole), diversas contas de ouro, prata, resina (âmbar?) e vidro, uma faca de ferro com cabo de osso decorado, bem como um anel e duas braceletes de uma liga de cobre, com decoração semelhante, composta por uma conta oblonga lisa (Figura 2). Estes ornamentos de liga de cobre têm paralelos na necrópole da Favela Nova (Ourique), com cronologia dos séculos VI-V a.C. (Gomes, 2014). Foi igualmente recuperado um fragmento do pé de uma fíbula, com apêndice caudal coroado num botão (Figura 2), correspondente ao tipo Ponte 9a/1, com cronologia dos séculos VII-VI a.C. (Ponte, 2006), o qual apresenta um paralelo na necrópole da Fareleira 2 (Vidigueira) (Figueiredo & Mataloto, 2017).

A sepultura UE 5511 continha a inumação de um indivíduo adulto, igualmente com um rico espólio, do qual se destacam arrecadas e pendentes de prata, um fecho de cinturão de ferro e um conjunto de toucador/estética, composto pela argola de suporte, uma pinça e uma espátula com decoração incisa (Figura 3). Este estojo de cosmética tem paralelos na necrópole de Palhais, na qual se registaram dois conjuntos enquadráveis no século VI a.C. (Santos & alii, 2009).

A sepultura UE 5634 apresentava indícios de violação e continha um indivíduo adulto, acompanhado por fragmentos de uma faca afalcatada e lanças/contos de ferro, bem como fragmentos de um fecho de cinturão, um alfinete de cabelo e uma fíbula (Figura 3), possivelmente do tipo Ponte 3a, com uma cronologia dos séculos VII-VI a.C. (Ponte, 2006). A sepultura UE 5638 apresentava, igualmente, indícios de ter sido saqueada; continha os restos osteológicos de um só individuo adulto, acompanhado por um pendente de cornalina, um cabo de osso (de punhal/faca de ferro?), assim como duas contas tubulares e fragmentos de uma pinça e de um estilete decorado de uma liga de cobre (Figura 3).

3. METODOLOGIA

Os artefactos à base de cobre seleccionados para estudo foram previamente preparados para análise por

microespectrometria de fluorescência de raios X, dispersiva de energias (micro-EDXRF). A preparação consistiu na remoção dos produtos de corrosão, numa área de dimensão reduzida (diâmetro inferior a 5 mm) na superfície do artefacto, através do polimento da mesma com pastas de diamante de granulometria progressivamente mais fina (15 μm a 1 μm). A ausência significativa de produtos de corrosão na área a analisar foi confirmada através de observações com uma lupa binocular Zeiss SteREO Discovery V20 (7,5'X a 150'X). Determinados exemplares estão totalmente corroídos pelo que, nestes casos, se efectuou apenas uma análise qualitativa sobre a camada de corrosão superficial, de modo a identificar o tipo de liga. Nos restantes, a superfície metálica preparada foi analisada num espectrómetro ArtTAX Pro, equipado com uma ampola com ânodo de Mo e um detector de Si com uma resolução de 160 eV a 5,9 keV (Bronk & alii, 2001). As condições de análise envolveram uma diferença de potencial de 40 kV, uma intensidade de corrente de 0,5 mA e 100 s de tempo real de medição. A quantificação foi efectuada com o software WinAxil, utilizando parâmetros fundamentais e coeficientes de calibração experimentais determinados com os padrões Phosphor Bronze 551 (British Chemical Standards) e Bronze 5 (Des Industries de la Fonderie). O erro relativo da quantificação elementar por micro-EDXRF é inferior a 10 % e os limites de quantificação dos elementos de interesse são 0,50 % Sn; 0,10 % Ni, As e Pb; e 0,05 % Fe.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os exemplares 4913-1 (fíbula), 5609-1 (fecho de cinturão), 5610-1 (fíbula), 5612-1 (alfinete), 5603-1 (conta), 5603-2 (conta) e 5603-3 (pinça) estão totalmente corroídos, sendo, no entanto, detectado que seriam constituídos por ligas de bronze, exceptuando-se a fíbula 4913-1 onde não foi identificada a presença de estanho. Nos restantes artefactos, as análises por micro-EDXRF permitiram determinar a sua composição elementar (Tabela 2).

Da análise dos resultados obtidos destaca-se, desde logo, que o conjunto de artefactos apresenta uma grande diversidade composicional. Convém referir que, para fins de identificação do tipo de liga, considera-se usualmente um teor de 2 % como o valor limite para que determinado elemento seja considerado um elemento de liga, ou seja, por exemplo, um bronze implica uma liga de cobre com mais de 2 % de estanho. Assim sendo, o conjunto de objectos de uso pessoal da necrópole da I Idade do Ferro do Monte do Bolor 1-2 inclui exemplares em cobre (Cu), cobre arsenical (Cu-As), bronze (Cu-Sn) e bronze com chumbo (Cu-Sn-Pb) (Figuras 4 e 5).

Os cobres arsenicais do Monte do Bolor 1-2 são as 5 contas (5,64-6,47 % As) da inumação na sepultura UE 2607. Os artefactos em cobre com teores elevados de arsénio são comuns em contextos do Calcolítico e do Bronze Pleno no sudoeste da Península Ibérica (Valério, Soares & Araújo, 2016; Valério & alii, 2016). No entanto, os cobres arsenicais desaparecem, quase por completo, com a adopção das ligas de cobre e estanho durante o Bronze Final (Hunt-Ortiz, 2003), não sendo esta conjuntura alterada com a reintrodução de artefactos em cobre durante a I Idade do Ferro (Valério & alii, 2010). Por exemplo, na colecção de 60 artefactos do povoado orientalizante, dos séculos VII-VI a.C., de El Palomar (Badajoz) existe apenas um cobre com teores "significativos" de arsénio, i.e. 1,41 % (Rovira & alii, 2005). Assim, este conjunto de contas em cobre arsenical poderá constituir uma importação, muito provavelmente da região Mediterrânica, tal como o conjunto de contas em vidro que também adornava o indivíduo inumado na sepultura UE 2067. O cobre com teores mais elevados de arsénio assume um tom prateado, que seria, com toda a certeza, apreciado para este tipo de ornamentos. No entanto, é sabido que, na Idade do Ferro, na região Mediterrânica, as operações de redução dos minerais de cobre ocorriam já em fornalhas que permitiam atmosferas redutoras que, por sua vez, originavam teores de ferro no cobre metálico superiores aos determinados nas cinco contas analisadas. Uma outra hipótese será a do aproveitamento, por um metalúrgico local, de um artefacto de cobre arsenical de cronologia muito anterior (Bronze Pleno?), que lhe terá chegado às mãos por um qualquer acaso, e do qual fez as contas em causa. Só mais análises de conjuntos metálicos de base cobre com esta cronologia poderão lançar alguma luz sobre esta questão.

Os restantes artefactos podem ser divididos em cobres (Cu), bronzes (Cu-Sn) e bronzes com chumbo (Cu-Sn-Pb) (Figura 5). Os dois "cobres" são o bracelete 4911-1 e a respectiva conta decorativa (4911-1c), cujos teores algo elevados de estanho (1,51-1,67 %) e chumbo (0,69-1,03 %) sugerem a utilização de sucata de bronze como matéria-prima. De referir que

nos três ornamentos desta inumação (anel 4904-1 e braceletes 4911-1 e 4911-2), o aro de cada exemplar é constituído por uma liga de composição semelhante à respectiva conta, indicando que a decoração de cada um dos exemplares será ainda a original. Para além disso, a bracelete que apresenta uma composição distinta (4911-1) é também aquela que mais se distingue estilisticamente neste conjunto, pois a sua conta (4911-1c) tem um lado plano ao invés das outras duas contas (4904-1c e 4911-2c) que são tubulares (Figura 2).

Dos restantes bronzes destaca-se claramente o estilete decorado 5603-5 da sepultura UE 5638, o qual apresenta um teor muito reduzido de estanho (3,03 %) e cujo teor algo elevado de chumbo (2,70 %) o classifica como um bronze ternário (Cu-Sn-Pb, Figura 5). Este tipo de liga apenas aparece no sul do actual território nacional em período Orientalizante, existindo alguns paralelos num anzol e numa pinça dos séculos IX-VII a.C. da Quinta do Almaraz (Valério & alii, 2012), em ex-votos do século VII a.C. de Alcácer do Sal (Schiavon & alii, 2013) e num eixo de torno de oleiro do século V a.C. de Cabeço Redondo (Valério & alii, 2015). O teor mais elevado de chumbo aumenta o intervalo de solidificação da liga, melhorando a sua fusibilidade e facilitando o vazamento de exemplares de maior dimensão (como o eixo de torno) ou com decoração mais elaborada (como os ex-votos). No caso do estilete do Monte do Bolor 1-2 tal composição de liga poderá indicar que a peça completa teria porventura uma decoração algo elaborada.

Os bronzes binários (Cu-Sn, Figura 5) do Monte do Bolor 1-2 apresentam teores de estanho algo normalizados (7,63-9,27 %) com duas excepções: (i) bronze pobre em estanho (5,03 %) da fíbula 2721-1 da sepultura UE 2712 e (ii) bronze rico em estanho (14,3 %) da espátula 5509-6 da sepultura UE 5511. Os bronzes com teores elevados de estanho apresentam um tom mais dourado, que replica a cor do ouro, sendo, por isso, adequados para exemplares de prestígio, como parece ser o caso desta espátula com decoração incisa. Os dois ex-votos em bronze binário de Alcácer do Sal (nº 1319 e nº 1328) apresentam precisamente esta característica, com 13,8 % e 14,7 % de estanho (Schiavon & alii, 2013). Por outro lado, os bronzes pobres em estanho são uma das características distintivas da metalurgia desta região na I Idade do Ferro. O paralelo mais relevante para este caso encontra-se no já referido espólio de duas sepulturas da necrópole do século VI de Palhais (Santos & alii, 2009), onde um conjunto de 7 exemplares metálicos (1 fíbula tipo Alcores e 2 conjuntos de toucador/estética) apresenta um teor reduzido de estanho (média de 4,4 ± 2,4 %), tendo sido interpretado como resultante da utilização de sucata de bronze ou da produção intencional de bronzes pobres por motivos de ordem económica ou tecnológica (Valério & alii, 2013). A perda de estanho por oxidação preferencial deste elemento face ao cobre, durante a fusão da liga, origina um material reciclado com menor teor de estanho do que a liga original. Por outro lado, as ligas pobres em estanho também podem indicar problemas no abastecimento de cassiterite ou um modo de economizar esta matéria-prima, a qual é menos abundante do que o cobre nesta região sul do território nacional.

Outra das características marcantes da metalurgia do bronze na I Idade do Ferro resulta do teor mais elevado de impurezas de ferro. O aumento do teor de ferro em artefactos metálicos foi inicialmente identificado por Craddock & Meeks (1987) ao comparar, entre outras, colecções pré-históricas e proto-históricas do SE da Península Ibérica. O incremento em ferro foi atribuído a uma melhoria nas condições de redução dos minérios de cobre, devido à utilização de verdadeiras fornalhas metalúrgicas, as quais promoveriam uma atmosfera mais redutora, conduzindo a uma maior rentabilidade na extracção de cobre do respectivo minério, mas também a uma maior incorporação de ferro no cobre metálico produzido. Esta tendência foi também identificada no sul do território nacional desde o início da Idade do Ferro, por comparação dos metais do povoado indígena do Castro dos Ratinhos (Valério & alii, 2010) com os exemplares do povoado com ocupação fenícia da Quinta do Almaraz (Valério & alii, 2012). No entanto, nesta região do sul do país, o aumento do teor de ferro nos metais à base de cobre parece ter-se generalizado, apenas, num período já avançado da I Idade do Ferro, no designado período pós-Orientalizante, tal como já indiciado pelo espólio da necrópole de Palhais (Valério & alii, 2013) e corroborado, agora, pelos objectos de uso pessoal da necrópole do Monte do Bolor 1-2.

Na I Idade do Ferro, o aumento do tipo de ligas de base cobre, assim com a diversificação das respectivas composições, parecem permitir distinguir uma metalurgia indígena herdada do Bronze Final duma metalurgia de influência Orientalizante (Figura 6). Para além disto, a comparação dos teores de estanho

e de ferro nos artefactos deste período evidenciam igualmente a composição única das 5 contas em cobre arsenical da sepultura UE 2607 (exemplares 2605-1/5), sustentando as hipóteses sugeridas anteriormente: importação ou reaproveitamento de artefacto em cobre arsenical. Por outro lado, a argola de suporte (5509-8) do conjunto de cosmética da sepultura UE 5511 enquadra-se bem nas produções indígenas dos inícios da Idade do Ferro, contrariamente à respectiva pinça (5509-1) e espátula (5509--6), podendo, deste modo, constituir um substituto da argola que originalmente suportaria este estojo de cosmética.

5. CONCLUSÕES

O estudo do espólio da necrópole dos séculos VII--VI a.C. do Monte do Bolor 1-2 revelou que, para além da utilização de metais nobres, como o ouro e a prata, também os ornamentos e utensílios à base de cobre apresentam uma grande diversidade composicional integrando cobres, cobres arsenicais, bronzes e bronzes com chumbo.

Um conjunto de contas em cobre arsenical constitui uma excepção aos metais utilizados nesta região durante a I Idade do Ferro, sendo a interpretação da existência desta liga nesta cronologia algo problemática. De qualquer modo, a liga em cobre arsenical poderá constituir uma tentativa de imitar os ornamentos em prata, os quais estão igualmente presentes nesta necrópole. A relação entre a composição e a cor da respectiva liga parece estar igualmente patente numa espátula decorada com elevado teor de estanho, o qual resulta num bronze dourado imitando as contas em ouro também existentes nesta área sepulcral. O teor mais elevado de estanho também aumenta a fusibilidade da liga, tal como o maior teor de chumbo do estilete decorado recuperado nesta necrópole.

O aparecimento de novas ligas metálicas e uma maior variabilidade composicional, por vezes associável à funcionalidade e/ou prestígio do exemplar, é uma das características marcantes da metalurgia da I Idade do Ferro já com influências Orientalizantes. Deste modo, o pós-Orientalizante apresenta-se como um período onde a metalurgia parece ser mais controlada por factores económicos e sociais, contrariamente ao Bronze Final, onde uma metalurgia de tradição doméstica de bronzes binários prevalece independentemente da função e tipologia em causa.

AGRADECIMENTOS

O presente estudo foi financiado por Fundos FEDER do Programa COMPETE 2020 e por Fundos Nacionais da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia – Projecto UID/Multi/04349/2013. Os autores agradecem ao Departamento de Conservação e Restauro (FCT-UNL) pela utilização do espectrómetro de micro-EDXRF.

BIBLIOGRAFIA

BRONK, Heike; ROHRS, Stefan; BJEOUMIKHOV, Aniouar; LANGHOFF, Norbert; SCHMALZ, J.; WEDELL, Reiner; GORNY, Hans-Eberhard; HEROLD, A.; WALDSCHLAGER, Ulrich (2001) – ArtTAX – A new mobile spectrometer for energy-dispersive micro X-ray fluorescence spectrometry on art and archaeological objects. *Fresenius Journal of Analytical Chemistry*. 371, pp. 307-316.

CRADDOCK, Paul T.; MEEKS, Nigel D. (1987) – Iron in ancient copper. *Archaeometry*. 29:2, pp. 187-204.

FIGUEIREDO, Margarida; MATALOTO, Rui (2017) – Necrópoles rurais sidéricas do Baixo Alentejo setentrional: sociedade e mundo funerário no Barros de Beja. In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, ed. – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida (Compendia et Acta; 1).

GOMES, Francisco B. (2014) – Importações mediterrâneas em contextos «Pós-Orientalizantes» do sul de Portugal (séculos VI-IV a.n.e.). *Onoba*. 2, pp. 27-44.

HUNT-ORTIZ, Mark A. (2003) – *Prehistoric mining and metallurgy in south west Iberian Peninsula*. Oxford: Archaeopress (British Archaeological Reports International Series; 1188).

PONTE, Salete da (2006) – *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Porto: Caleidoscópio.

ROVIRA, Salvador, MONTERO-RUÍZ, Ignacio, ORTEGA, José, JIMENEZ-ÁVILA, Javier (2005) – Bronce y trabajo del bronce en el poblado orientalizante de "El Palomar" (Oliva de Mérida, Badajoz). *Anejos de AEspA*. 35, pp. 1231-1240.

SANTOS, Filipe; ANTUNES, Ana; GRILO, Carolina; DEUS, Manuela de (2009) – A necrópole da I Idade do Ferro de Palhais (Beringel, Beja). Resultados preliminares de uma intervenção de emergência no Baixo-Alentejo. In PÉREZ MACÍAS, Juan Aurélio; BOMBA, Eduardo Romero, eds. – *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva: Universidad de Huelva, pp. 746-804.

SCHIAVON, Nick; CELAURO, Angela; MANSO, Marta; BRUNETTI, Antonio; SUSANNA, Fiammetta (2013) – Iron-Age bronze statuettes in southern Portugal: combining archaeological data with EDXRF and BSEM+EDS to as-

sess provenance and production technology. *Applied Physics A*. 113, pp. 865-875.

SOARES, Rui; BAPTISTA, Lídia; PINHEIRO, Rui; OLIVEIRA, Lurdes; RODRIGUES, Zélia; VALE, Nelson (2017) – A necrópole da I Idade do Ferro do Monte Bolor 1-2 (S. Brissos, Beja). In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, ed. – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida (Compendia et Acta; 1).

VALÉRIO, Pedro; SILVA, Rui J. C.; ARAÚJO, Maria de Fátima; SOARES, António M. Monge; BARROS, Luis (2012) – A multianalytical approach to study the Phoenician bronze technology in the Iberian Peninsula – a view from Quinta do Almaraz. *Materials Characterization*. 67, pp. 74-82.

VALÉRIO, Pedro; SILVA, Rui J. C.; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria de Fátima; BRAZ FERNANDES, Francisco M.; SILVA, António Carlos; BERROCAL-RANGEL, Luis (2010) – Technological continuity in Early Iron Age bronze metallurgy at the South-Western Iberian Peninsula - a sight from Castro dos Ratinhos. *Journal of Archaeological Science*. 37:8, pp. 1811-1919.

VALÉRIO, Pedro; SILVA, Rui J. C.; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria de Fátima; GONÇALVES, António P.; SOARES, Rui Monge (2015) – Combining X-ray based methods to study the protohistoric bronze technology in Western Iberia. Nuclear Instruments and Methods in Physics Research B. 358, pp. 117-123.

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria de Fátima (2016) – An overview of chalcolithic copper metallurgy from Southern Portugal. *Menga. Journal of Andalusian Prehistory*. 7, pp. 31-50.

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria de Fátima; SILVA, Rui J. C.; BAPTISTA, Lídia (2016) – Middle Bronze Age arsenical copper alloys in Southern Portugal. *Archaeometry*. 58:6, pp. 1003-1023.

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria de Fátima; SILVA, Rui J. C.; SANTOS, Filipe J. C. (2013) – The distinctive grave goods from Palhais (Beja, Portugal). New insights into the metallurgical evolution under Orientalizing influence in the southwestern end of Iberia. *Trabajos de Prehistoria*. 70:2, pp. 361-371.

Sepultura	Sexo	Idade	Artefacto	Referência
UE 2607	Feminino	Adulto jovem	Conta	2605-1
			Conta	2605-2
			Conta	2605-3
			Conta	2605-4
			Conta	2605-5
UE 2712	Masculino	Adulto idoso	Fíbula	2721-1
UE 4914	Feminino	Adulto	Anel	4904-1
			Bracelete	4911-1
			Bracelete	4911-2
			Fíbula	4913-1
UE 5511	Indeterminado	Adulto	Pinça	5509-1
			Espátula	5509-6
			Argola	5509-8
UE 5634	Masculino	Adulto	Fecho de cinturão	5609-1
			Fíbula	5610-1
			Alfinete	5612-1
UE 5638	Indeterminado	Adulto	Conta	5603-1
			Conta	5603-2
			Pinça	5603-3
			Estilete	5603-5

Tabela 1 – Artefactos à base de cobre da necrópole da I Idade do Ferro do Monte do Bolor 1-2.

Artefacto		Referência	Cu (%)	Sn (%)	Pb (%)	As (%)	Ni (%)	Fe (%)
Conta		2605-1	94,3	n.d.	n.d.	5,64	n.d.	<0,05
Conta		2605-2	93,2	n.d.	0,19	6,47	n.d.	0,08
Conta		2605-3	94,0	n.d.	0,11	5,76	n.d.	0,05
Conta		2605-4	93,9	n.d.	0,15	5,93	n.d.	<0,05
Conta		2605-5	94,2	n.d.	n.d.	5,78	n.d.	<0,05
Fíbula		2721-1	94,5	5,03	0,18	<0,10	0,12	0,15
Anel	(aro)	4904-1	90,1	9,27	0,14	n.d.	n.d.	0,49
""	(conta)	4904-1c	91,9	7,83	0,15	n.d.	n.d.	0,11
Bracelete	(aro)	4911-1	96,9	1,67	1,03	n.d.	n.d.	0,37
""	(conta)	4911-1c	97,3	1,51	0,69	n.d.	n.d.	0,41
Bracelete	(aro)	4911-2	91,7	7,63	0,15	n.d.	n.d.	0,51
""	(conta)	4911-2c	91,9	7,63	0,16	n.d.	n.d.	0,53
Pinça		5509-1	90,0	9,15	<0,10	0,16	0,25	0,34
Espátula		5509-6	85,1	14,3	0,10	n.d.	n.d.	0,42
Argola		5509-8	90,9	8,43	0,23	0,25	0,16	<0,05
Estilete		5603-5	93,9	3,03	2,70	0,19	n.d.	0,08

Tabela 2 – Composição elementar de artefactos da necrópole da I Idade do Ferro do Monte do Bolor 1-2 (n.d. – não detectado).

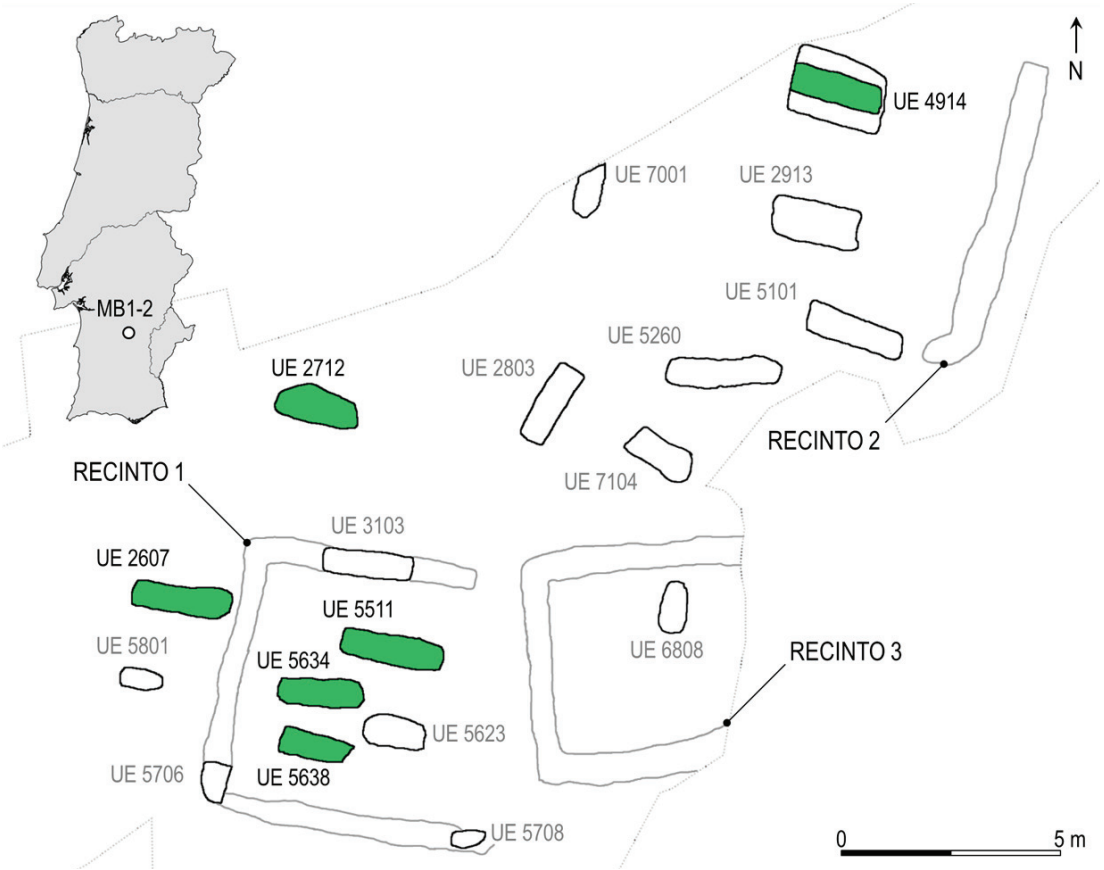


Figura 1 – Estruturas da Idade do Ferro do núcleo II do Monte do Bolor 1-2 (a verde assinalam-se as sepulturas com artefactos à base de cobre caracterizados no presente trabalho).



Figura 2 – Artefactos das sepulturas UE 2712 e UE 4914 do Monte do Bolor 1-2.



Figura 3 – Artefactos das sepulturas UE 5511, UE 5634 e UE 5638 do Monte do Bolor 1-2 (a pinça 5603-3 tem apenas uma das hastes, apresentando-se a sua imagem no espelho como a segunda haste).

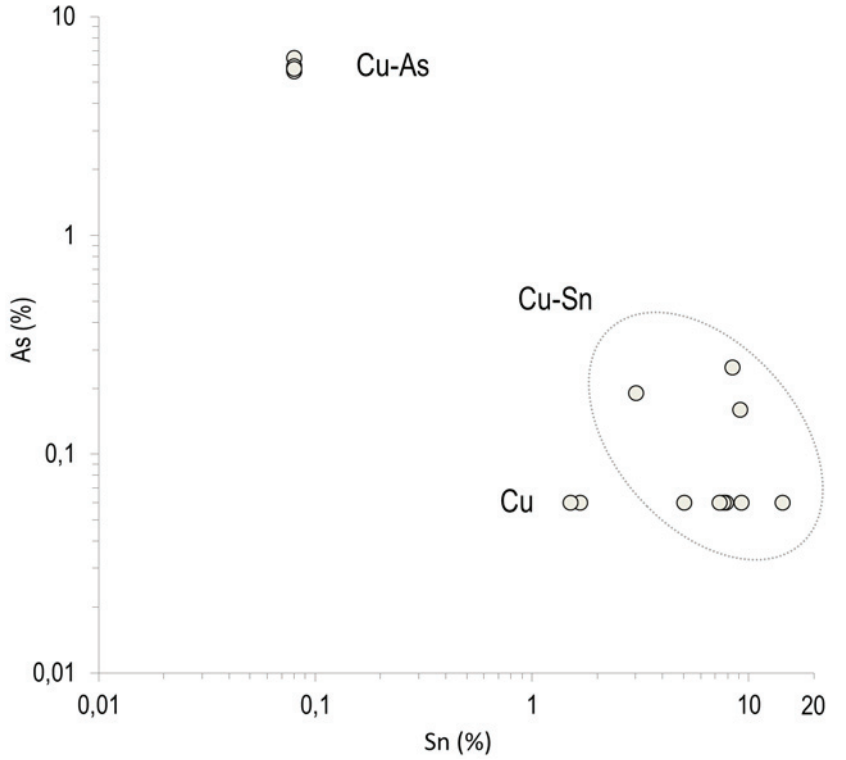


Figura 4 – Teores de estanho e arsénio nos artefactos do Monte do Bolor 1-2.

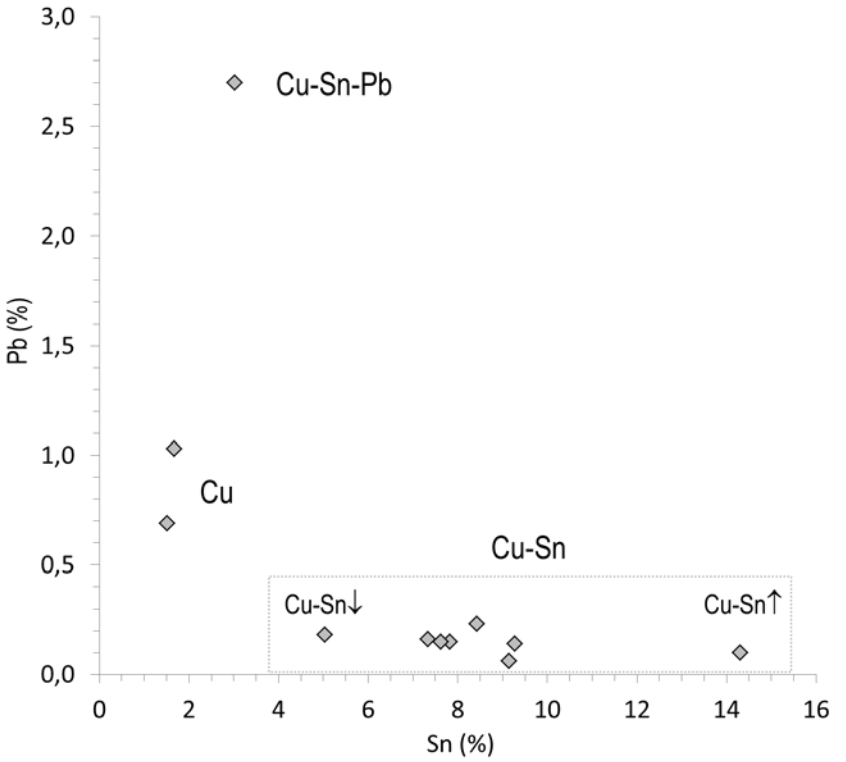


Figura 5 – Teores de estanho e chumbo nos artefactos do Monte do Bolor 1-2.

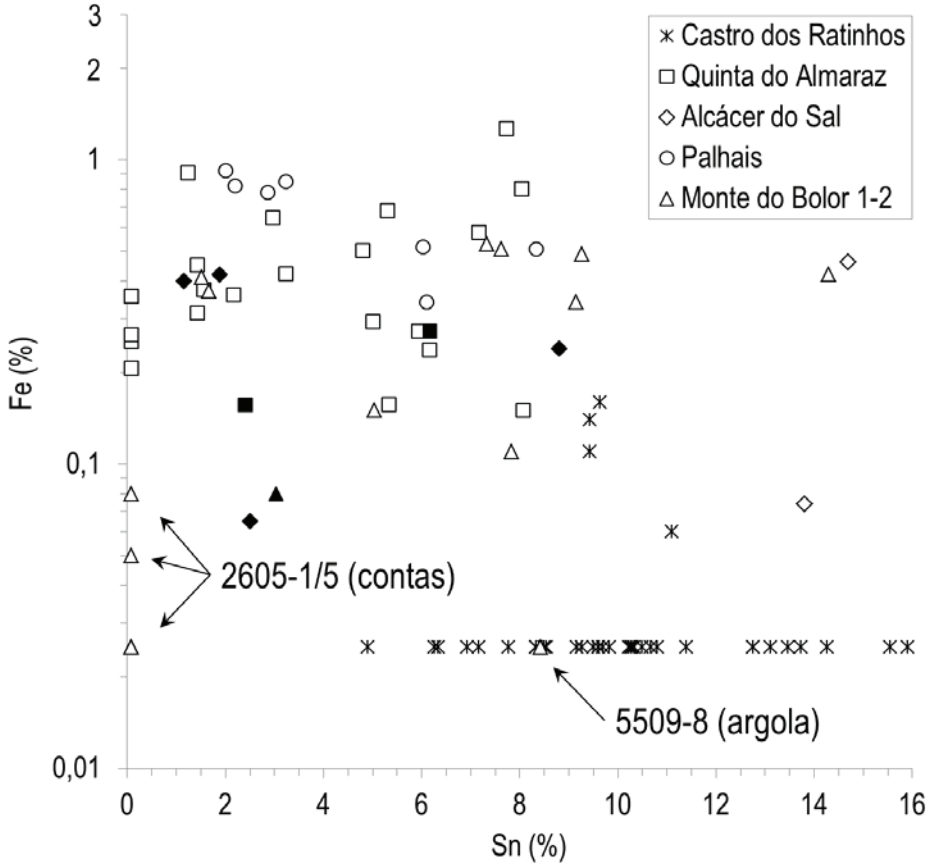


Figura 6 – Teores de estanho e ferro nos artefactos do Castro dos Ratinhos, Quinta do Almaraz, Alcácer do Sal, Palhais e Monte do Bolor 1-2 (a cheio indicam-se os cobres/bronzes com chumbo).

A AZOUGADA (MOURA) E O SISTEMA METROLÓGICO DA IDADE DO FERRO PÓS-ORIENTALIZANTE DO BAIXO E MÉDIO GUADIANA

Ana Sofia Antunes[1]

RESUMO

Nas escavações realizadas na década de 40 do século XX na Azougada (Moura) recolheram-se três pratos de balança, bem como onze ponderais de metal e um de xisto, que revelam a possível coexistência, no interior do Alentejo, no século V a.C., de dois padrões metrológicos baseados num siclo ligeiro de 7,83 gr. e num siclo pesado de 9,4 gr., cujas origens remontam ao Bronze Final e aos inícios da Idade do Ferro, respectivamente, conhecendo paralelo em época Pós-Orientalizante na Andaluzia Ocidental e na Extremadura espanhola, com destaque para Cancho Roano.

Palavras-chave: Ponderais, Balanças, Metrologia, Pós-Orientalizante, Alentejo.

ABSTRACT

In the excavations carried out in the '40s of the 20th century in Azougada (Moura) three scale plates as well as eleven metal weights and one made of schist were collected, revealing the possible coexistence, in Alentejo, in the fifth century BC, of two metrological standards based on a light shekel of 7.83 gr. and a heavy shekel of 9.4 gr., whose origins date back to the Late Bronze Age and to the beginnings of the Iron Age, respectively, knowing parallel in Post-Orientalizing times in Western Andalusia and Spanish Extremadura, with emphasis to Cancho Roano.

Keywords: Weights, Scales, Metrology, Post-Orientalizing, Alentejo.

1. INTRODUÇÃO

A Azougada (Moura) implanta-se sobre um pequeno cabeço da foz do Ardila, afluente do Guadiana. Foi alvo de escavações arqueológicas durante a década de 40 e no início da década de 50 do século XX. O estudo da maioria do conjunto cerâmico então recolhido permitiu enquadrar a ocupação do sítio no século V a.C., com perduração para o primeiro quartel da centúria seguinte e um possível início ainda em Quinhentos (Antunes, 2008; 2009a, 2009b e no prelo).

Nesses trabalhos foram recolhidos diversos ponderais e possíveis pratos de balança, que constituem um dos poucos testemunhos conhecidos da metrologia Pós-Orientalizante, em particular no interior do Alentejo, tornando, portanto, muito relevante, a publicação destes dados.

Existem, todavia, diversos factores que devem ser tomados em consideração quando da análise da metrologia antiga. Tornou-se consensual entre a investigação assumir que os sistemas de pesos antigos apresentam desvios entre o valor padrão ou teórico e o valor real, considerando o menor nível de rigor das balanças antigas, admitindo-se uma tolerância de ±5% (Vilaça, 2011, pp. 158).

Estes desvios podem resultar de fenómenos pós-deposicionais, como a corrosão, a transformação dos hidrocarbonatos (no caso do chumbo), o desgaste (fazendo baixar o peso) e a adição de impurezas, ou ter sido introduzidos quando da realização das peças, tanto inconscientemente, por dificuldades de controlo do processo metalúrgico, como intencionalmente, alterando-se o peso dos ponderais de modo a promover o lucro do vendedor. Exemplo dessa práctica é um dos ponderais de chumbo do

1. Centro de Arqueologia de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa; anantunes@gmail.com

Cerro del Villar, no qual foi introduzida uma quantidade mais elevada de estanho, baixando o peso, mas mantendo o volume (Aubet, 2002). Efectivamente, a densidade do estanho é de 7,310 kg/m^{-3}, ao passo que a do chumbo é de 11,340 kg/m^{-3} (Valério *et al.*, 2003, pp. 332).

2. OS PONDERAIS

Na Azougada foram recolhidos onze ponderais metálicos, quatro de bronze (n.os 1 a 4) e cinco de chumbo (n.os 5 a 11), fundidos em molde (figuras 1-3). Ressalva-se que a atribuição da matéria-prima foi efectuada por avaliação macroscópica e tomando em consideração os paralelos conhecidos para os pesos coevos, devendo ser confirmada e especificada a sua composição por meio de análises arqueométricas. Foi também aqui considerada uma peça de xisto (n.º 12), ainda que cautelosamente não se descarte outra funcionalidade (como cossoiro), por se conhecerem possíveis ponderais desta matéria-prima na mesma cronologia (nomeadamente em Cancho Roano) e por ostentar um peso que a inclui coerentemente num padrão ponderal documentado.

No que respeita à morfologia, constata-se que os ponderais de bronze são bitroncocónicos achatados e os de chumbo são discoides, por vezes irregulares (n.º 7), mantendo, portanto, a mesma linha morfológica dos seus congéneres do Bronze Final, mas distinguindo-se dos cúbicos, de influência fenícia, utilizados preferencialmente em contextos orientalizantes do litoral atlântico. A presença de um orifício central nas peças (de secção circular, em todos os casos) denuncia a existência do *ponderarium*, que teria uma trave vertical, onde se acomodariam de forma organizada.

A figura 4 sintetiza a informação metrológica, morfológica e contextual relativa aos ponderais. A inexistência de um conjunto completo dificulta a identificação do(s) sistema(s) de medição e do(s) padrão(ões) metrológico(s) associado(s). As únicas peças que apresentam marca de valor (uma, em concreto, por vezes duplicada) são as que têm um peso (actual) entre 27,43 gr. e 31,28 gr. (n.os 1 e 6-8), o que permite confirmar que se trata da unidade.

O ponderal mais fidedigno para apurar o valor aproximado da unidade é o n.º 1, de bronze, por constituir uma matéria-prima mais nobre do que o chumbo (e por isso possivelmente destinado a pesar bens de prestígio, com maior necessidade de rigor) e por apresentar a marca de valor numa peça que regista escassos indícios de fenómenos pós-deposicionais, com uma corrosão apenas ligeira. Embora manifeste alguma corrosão, o ponderal de chumbo n.º 8, com uma marca de valor em cada face, confirma o valor da unidade em torno de 31 gr.. Esta unidade está ainda confirmada pelos múltiplos e pelos divisores, como veremos na discussão, onde se abordará com detalhe a questão metrológica.

Na Azougada, a marcação da unidade é efectuada por meio de pontos, tal como sucede em Cancho Roano, o que difere da forma fenícia, que utiliza letras, mas corresponde à maneira síria (García-Bellido, 2002, pp. 95), assinalando-se que os ponderais conhecidos do Bronze Final não exibem marcas de valor.

Nos ponderais de chumbo, verifica-se uma semelhança constante de tamanho nas peças da unidade (em torno dos 2,5 cm) e nas do dobro (com cerca de 3,5 cm), o que permitiria serem reconhecidas mesmo que não estivessem marcadas. O mesmo não parece suceder nos ponderais de bronze, embora o único conjunto que se pode hipoteticamente individualizar (n.º 1 e talvez n.º 3 – unidade e dobro) tem sensivelmente o mesmo diâmetro, mas espessuras diferentes.

No caso dos exemplares de chumbo, as peças de unidade terão sido aferidas para confirmação do peso, uma vez que apresentam a marca de valor em ambas as faces, o que revela o seu uso intenso. As marcas foram aplicadas por meio de um troquel e colocadas junto ao bordo ou sensivelmente a meio da peça.

O facto de os ponderais de chumbo apresentarem níveis médios a elevados de corrosão e desgaste em alguns casos justifica que o seu peso real actual seja inferior ao peso teórico da unidade. Esta circunstância está bem demonstrada na peça n.º 6, com 27,43 gr, muito corroída e apresentando lacunas em dois extremos, num dos quais sintomaticamente fora registada a marca da unidade. Esta foi depois remarcada na mesma face do ponderal e também na outra face, o que demonstra que a peça foi repetidamente aferida e confirmada como valor padrão.

Existe alguma diferença de qualidade dos ponderais de bronze e de chumbo, revelando os primeiros um cuidado na simetria da forma e nos acabamentos que os segundos nem sempre apresentam. É o caso do n.º 7, no qual a forma, embora tendencialmente discoide, é bastante irregular, tal como sucede com a superfície, parecendo ter sido martelado nas laterais para que fosse conseguida uma aproximação a um formato circular.

Do ponto de vista da metalurgia, na Idade do Ferro, à utilização do bronze (típica do Bronze Final), junta-se o chumbo, característico dos pesos fenícios. É por isso usual que os ponderais sidéricos estejam representados por conjuntos bimetálicos, de chumbo e bronze, conforme sucede em Cancho Roano (Maluquer de Motes, 1983, pp. 81-84; Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, pp. 105-108 e 1996, pp. 75-78; García-Bellido, 1999 e 2003). A utilização sistemática de bronzes binários nos ponderais do Bronze Final é coerente com a metalurgia indígena. Na Idade do Ferro do interior extremenho, as ligas dos sítios analisados (Cancho Roano e El Risco) revelam uma alteração, surgindo bronzes chumbados (Vilaça, 2003, pp. 261; 2011, pp. 158; Montero Ruíz, Gómez Ramos e Rovira Llorens, 2003, pp. 201-202). É, portanto, fundamental, realizar análises arqueométricas dos ponderais da Azougada, para determinar a sua composição.

3. OS PRATOS DE BALANÇA

Identificam-se três das peças recolhidas como possíveis pratos de balança de bronze[2] (n.os 13 a 16 - inv. 51151 a 51153), que consistem em discos ligeiramente côncavos (Figura 5). O exemplar melhor preservado (n.º 13) teria um diâmetro de cerca de 9 cm e quatro perfurações, simetricamente espaçadas, junto ao bordo, uma vez que se preservaram três delas, diametralmente opostas, nas quais se prenderiam as correias, suspensas desde o travessão.

Nem sempre é fácil distinguir estas peças, sobretudo se não se encontram associadas aos ponderais, sendo por vezes interpretadas como discos integrantes de conjuntos de atrelagem equestre. No caso da Azougada consideramos estas peças possíveis pratos de balança por não conterem decoração e por revelarem um diâmetro de cerca de 9 cm (e poderem por isso acomodar os ponderais), o que as distingue de outras peças que consideramos discos de atrelagem equestre, com decoração ou lisas mas com um diâmetro de cerca de 5 cm, também existentes na Azougada.

Para além dos exemplares mais tardios (séculos IV-II a.C.) comuns na área ibérica, com destaque para os conhecidos nas necrópoles de El Cigarralejo ou de El Cabecico del Tesoro, em Múrcia, com diâmetros entre 7 e 11,5 cm, associados a ponderais (Lucas Pellicer, 1990, pp. 62; Cuadrado Díaz, 1987, pp. 101), pratos de balança idênticos aos da Azougada provêm da sepultura 65 da necrópole orientalizante de Setefilla, em Sevilha (Jiménez Ávila, 2002, pp. 306 e 492, n.º 179) e do povoado estremenho de El Risco, com 8,5 cm de diâmetro (Martín Bravo, 1999, p. 84, fig. 29, n.os 1 e 2). Quatro possíveis pratos de balança foram recolhidos em Cancho Roano (García-Bellido, 2003, pp. 136, sem representação gráfica por estarem muito fragmentados) e dois, pertencentes a balanças distintas, foram identificados em Castro Marim, num nível (depósito [89]) do séc. V a.C. (Pereira, 2008, pp. 77-78; Arruda e Freitas, 2008, pp. 440; Vilaça, 2011, pp. 162, nota 166). Uma balança registou-se na Rua do Rato, em Alcácer do Sal, num espaço interpretado como santuário portuário do século VI a.C., embora a identificação inicial da base, do topo e de um dos braços requeira confirmação (Arruda *et al*., no prelo *apud* Vilaça, 2011, pp. 151, nota 165).

As balanças teriam dois pratos (Lucas Pellicer, 1990), sendo semelhantes às que se conhecem no Próximo Oriente através das representações iconográficas de túmulos egípcios, como Gizé e Saqara e de peças como as recolhidas em Tell El-Amarna (Vilaça, 2011, pp. 161; Rahmstorf, 2006, pp. 18) e no Mediterrâneo Oriental, por exemplo através dos exemplares do naufrágio de Uluburun, que se acomodavam ainda nas suas caixas de madeira (Pulack, 2000).

Uma peça essencial para garantir o equilíbrio da balança e, concomitantemente, uma pesagem mais rigorosa, era o travessão, elemento raro no registo arqueológico peninsular e que não identificamos na Azougada. No Mediterrâneo Oriental e no Próximo Oriente conhecem-se alguns exemplares (Rahmstorf, 2006, pp. 18). Estas peças podiam ser realizadas em osso, chifre e, eventualmente, em madeira (Vilaça, 2011, pp. 161). Na área ibérica, reconheceu-se um exemplar metálico no povoado Grande de Tossal Redó, em Teruel, atribuída à fase de ocupação mais antiga, centrada entre finais do século VII a.C. e a centúria seguinte (Lucas Pellicer, 1990, pp. 63).

4. O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Os trabalhos realizados na Azougada conheceram diversos percalços, sendo inexistentes registos detalhados da estratigrafia, pelo que não se encontra facilitada a tarefa de associar os artefactos aos seus contextos arqueológicos (Antunes, 2009a; no prelo).

Alguns dos ponderais bitroncocónicos de bronze fo-

2. A composição destas peças deverá também ser comprovada e especificada por análises arqueométricas.

ram recolhidos na Vala 2, em 23 de Outubro de 1944, conforme descreve Manuel Pedro Madeira: «Na vala 2 vala que o Sr. Dr. Fragoso começou explorando na minha doença [...] A 50-75 apareceram alguns pedaços de bronze (em chapa)» (1944, fl. 10-11) – figura 6, nº 3. Manuel Heleno, tendo visitado a escavação em 20-11-1944, e embora os considere cossoiros, tomou nota dos ponderais de bronze recolhidos nesse ano: «Cossoiros. Há-os cónicos[3] e bicónicos. [...] O material [...] é de [...] bronze» (1944a, fl. 22-23). Esta informação é importante, uma vez que permite considerar a existência de um conjunto e atendendo a que apenas se descrevem mais dois ponderais nos cadernos de campo, presume-se que na Vala 2 tenham sido recolhidos outros dois, eventualmente os n.os 1 e 3, pela semelhança morfológica e pela coerência metrológica (constituem unidade e dobro, respectivamente).

A Vala 2 tinha uma orientação aproximada N-S e foi implantada no topo do cabeço, sensivelmente a Nordeste (Madeira, 1944, fl. 16) – figura 7. De acordo com Manuel Heleno, o sítio apresentava uma «plataforma superior de forma circular que mede de diâmetro N-S – 28 m e L-W – 43 m [...]» onde existia a «[...] cerca de 50 cm [de profundidade] uma construção [...]» e «No centro parece ser um fundo de pedra a 50 cm de profund.» (Heleno, 1944b, fl. 16-17).

Dois ponderais de bronze foram recolhidos na campanha de 1945 na vala N. Um surgiu no dia 12 de Outubro, a 1 m de profundidade (Madeira, 1945, fl. 12) e outro foi registado no dia 23 do mesmo mês quando da embalagem das peças, mas recolhido em data incerta, na camada artificial de 25-50 cm: «Cossoiro em bronze aparecido na vala N. 25/50» (Madeira, 1945, fl. 21) – figura 6, n.º 1. Corresponde este último à peça n.º 2, na qual então se inscreveu a lápis de carvão a indicação "Vala N – 25". Na mesma vala e à profundidade 0-25 foi recolhido, em dia desconhecido, um dos pratos de balança, possivelmente o n.º 13: «Chapinha de bronze aparecida na vala N. 0/25» (Madeira, 1945, fl. 27) – figura 6, n.º 2. Embora se admita a possibilidade de estas peças se puderem associar, o facto de a Vala Norte de 1944 corresponder em parte à escavação da Vala aberta no mesmo local no ano anterior por António Duarte e Marcelino Fialho Gomes (agentes locais) – sem qualquer registo da intervenção (Antunes, 2009a) – sugere cautela.

Atentem-se às palavras de Manuel Pedro Madeira, em 9 de Outubro: «[...] continuação da vala feita ao N do Castro, pelos arqueólogos de Moura e que eu mandei experimentar. [...]. Vou continuar a explorar esta parte N [...]. Na parte N fiz a sondagem e está dando resultado vou por isso fazer vala para ser explorada esta parte metodicamente» (1944, fl. 7-8). Em 10 de Outubro, confirma: «Não tenho posto profundidades aos objectos aparecidos do lado do N. porque tem aparecido em terra que já foi cavada pelos arqueólogos de Moura. Estou fazendo vala para assim indicar alturas em que aparecem os objectos» (1944, fl. 8-9). Finalmente, em 12 de Outubro refere: «Esta parte do N. começa agora a estar posta em trincheira porque antes de conseguir por o terreno em condições, fui explorando pelo fundo numa cova deixada pelos arqueólogos de Moura, até poder fazer a trincheira precisa para saber a altura a que os objectos aparecem» (1944, fl.9).

Um dos ponderais discoides de chumbo foi recolhido no dia 16 de Novembro de 1944 na Vala 10, aberta no topo do cabeço, a Noroeste, conforme descrição de Manuel Pedro Madeira: «Na vala 10 à prof. de 0,25 apareceu um cossoiro de chumbo [...]» (1944, fl. 16 e 32), o qual Manuel Heleno também regista quando da visita à escavação em 20 de Novembro: «Vala X [...] Cossoiros, um de chumbo» (Heleno, 1944b, fl. 14). Trata-se da peça n.º 11, na qual se inscreveu então a lápis de carvão "V.10 – 0,25".

Três outros ponderais discoides de chumbo surgiram em 1946, um no dia 20 de Setembro: «Cossoiro de chumbo. Encontrado a 60 cm de profundidade» (Madeira, 1946b, fl. 7) – figura 6, n.º 4; outro no dia 9 de Outubro: «Cossoiro de chumbo a 1,80 de profundidade» (Madeira, 1946b, fl. 17) – figura 6, n.º 5; e o último no dia 23 de Outubro: «Cossoiro de chumbo encontrado a 30 cm de profundidade (Madeira, 1946b, fl. 28) – figura 6, n.º 6. No dia 24 de Outubro descreve-se, sem imagem, um "Disco encontrado a 45 cm de fundo» (Madeira, 1946b, 28v), que talvez seja um prato de balança.

Relativamente aos dois ponderais e ao possível prato de balança identificados após 3 de Outubro, conseguimos integrá-los genericamente numa das estruturas da vertente ocidental do cabeço, pois nessa data inicia-se a: «Escavação do lado do Poente. Aparecimento de pequenas casas quadradas» (Madeira, 1946b, fl. 11v) – figura 8. A diferença de profundidade a que se encontravam indica que não estariam estratigraficamente associados.

Quanto ao ponderal recolhido no dia 20 de Setem-

3. Os cónicos são os cossoiros de cerâmica.

bro, não é possível identificar o seu contexto original de deposição, uma vez que as anotações de Manuel Pedro Madeira apenas referem de forma vaga a existência de estruturas, sem as localizar: «Começou o serviço no Castro da Azougada no dia 26 [de Agosto de 1946] – 2.ª feira, principiando pela limpeza do Castro (tirando montes de terra)» (1946b, fl. 1). Em 28 de Agosto redige: «Continuação da limpeza e princípio de nova escavação» (1946b, fl. 2v). Em 31 de Agosto descreve: «Continuação da escavação e aparecimento da continuação das paredes. Continua a aparecer construção» (1946b, fl. 3v).

Talvez as "paredes que continuam" se relacionem com a área escavada no lado Norte na campanha imediatamente anterior, que decorreu entre 15 de Abril e 21 de Maio de 1946 e foi interrompida abruptamente porque os trabalhadores optaram por ir trabalhar na ceifa, onde foram «[. . .] ganhar 30$00 com comedorias» (Madeira, 1946a, fl. 9v). Nessa área integravam-se os compartimentos esboçados no caderno de campo (Madeira, 1946a, fl. 10v) – figura 9 – onde se recolheu o cantil de engobe vermelho e o unguentário de alabastro (Antunes, no prelo), o que lhes confere relevância, mas não sabemos se o ponderal estava associado a estas peças.

Mais difícil é integrar contextualmente os restantes pratos de balança, porque existem diversas referências a chapas ou a discos de metal, sem ilustração, que podem também reflectir discos e outros elementos de conjuntos de atrelagem equestre.

A campanha de 1946 começou, no dia 18 de Abril, pela realização do desaterro das valas abertas no ano anterior, onde, como vimos, se recolheram ponderais. Embora não seja indicada a vala onde foi recolhido, registou-se um «Disco com buracos. Achado no desaterro» (Madeira, 1946a, fl. 1). No dia 16 de Maio se identificaram-se «2 discos de cobre em pedaços (na minha caixa do tabaco)» (Madeira, 1946a, fl. 8v), tendo no dia seguinte surgido lingotes de chumbo (Madeira, 1946a, fl. 9), junto ao piso calcetado de um dos compartimentos ilustrados na figura 16 (Madeira, 1946a, fl. 10v), o que permite colocar a possibilidade de associação entre as peças, embora sempre com as devidas reservas.

Na campanha de 1947, em Outubro, encontram-se as seguintes menções (Madeira, 1947): «Chapinha de cobre a 70 cm» (fl. 11 – dia 1); «Disco de cobre encontrado a 40 cm de prof (cx 3)» (fl. 21 – dia 17); «Chapinha de bronze a 25 cm de prof. (cx. 3)» (fl. 24 – dia 20); «Pedaço de chapa de cobre com buracos (ainda seguro com terra) encontrado a 45 cm de prof. (cx. 4)» (fl. 27 – dia 23); Chapinha de cobre a 30 cm de prof. (cx. 4)» (fl. 33 – dia 27).

São, portanto, muito limitadas as informações que podemos retirar sobre os contextos específicos das peças, que nos impedem de conjugar conjuntos com segurança, parecendo, todavia, que a maioria dos ponderais e dos pratos de balança provêm de pontos distintos do arqueossítio, o que revela que a actividade da pesagem era efectuada em vários locais.

5. DISCUSSÃO

A análise dos sistemas metrológicos é uma das vias mais profícuas para o estudo dos intercâmbios e da economia. Todavia, uma das maiores dificuldades no estudo da metrologia antiga é a identificação do padrão ponderal a que pertencem os pesos, sobretudo quando não dispomos de conjuntos completos, que nos permitam verificar cabalmente os múltiplos e os divisores da unidade. Esta limitação é acrescida da irregularidade do desvio entre o peso real e o peso padrão, constatando-se alguma variabilidade de pesos nas peças marcadas como unidade (c. 31 gr.) na Azougada.

A calibração dos divisores e dos múltiplos terá sido realizada a partir da unidade de c. 31 gr.. De facto, constatamos a presença do duplo nas peças n.º 2 (63,11 gr.) e n.º 3 (64,7 gr.), do triplo no ponderal n.º 10 (92,16 gr.) e de divisores nas peças n.º 12 (1/8) e n.º 5 (1/4). Os ponderais n.º 9 (73,26 gr) e n.º 4 (75,51 gr.) apresentam valores que extravasam o duplo, mas constatamos que em Cancho Roano uma peça com 72, 64 gr. (O.1.2) regista duas marcas de valor, comprovando corresponder ao dobro da unidade (García-Bellido, 2003, pp. 141-142), pelo que temos de aceitar uma grande variabilidade no peso real das peças ou a existência de sistemas de medição distintos.

Na Azougada, as variações do peso real das unidades (de 27,43 gr. a 31,28), dos dobros (de 63,11 gr. a 75,51 gr.), dos triplos (de 92,16 gr. a 102,42 gr.) e, eventualmente, do siclo, poderão reflectir a existência de dois parâmetros paralelos de pesos, o ligeiro e o pesado, usual na Antiguidade, hipótese já levantada por M. Paz García-Bellido para os ponderais de Cancho Roano (1999, pp. 377, nota 59; 2003, pp. 143, nota 32) e que parece adquirir maior consistência com a realidade detectada na foz do Ardila.

Constata-se que as variações de peso são semelhantes e sistemáticas na Azougada e em Cancho Roano,

pelo que é mais plausível que resultem de uma intencionalidade do que de irregularidades ponderais de um único sistema, que implicariam até 20% de tolerância na variação dos pesos, ainda que pudesse aceitar-se a justificação de M. Paz García-Bellido de que a calibração das peças talvez fosse efectuada recorrendo a diversos exemplares da unidade e não a uma única unidade padrão (2003, pp. 141). Não parece, todavia, ser essa a situação.

Efectivamente, é muito provável que na Azougada tenham coexistido dois padrões metrológicos com valores muito próximos e entre os quais era possível estabelecer equivalências (figuras 10-13).

Az-1 é o melhor documentado, basear-se-á e no siclo fenício de 7,83 gr. (procedente do *shaty* egípcio) e corresponderá ao sistema 1-2 de Cancho Roano (García-Bellido, 1999; 2002, pp. 95; 2003, pp. 142). Este sistema estava ainda representado na Extremadura espanhola, no período Pós-Orientalizante, em Turuñuelo (31,14 gr. – Jiménez Ávila e Domínguez de la Concha, pp. 140-142) e em El Risco, onde dois dos ponderais (de chumbo, perfurados) têm 7,7 gr. e 15,2 gr. (Martin Bravo, 1999, pp. 84 e 86, fig. 29, n.os 5 e 6), correspondendo portanto a um quarto e a metade da unidade e na Andaluzia Ocidental, em Castañuelo (c. 31 gr.) e no Cortijo de Evora (dois ponderais de bronze com 30,3 gr. e outro com o dobro) – Maluquer de Motes, 1983, pp. 84.

Az-2 relacionar-se-á com o siclo sírio ou ugarítico de 9,4 gr. e corresponderá ao sistema Cancho Roano 3-4 (García-Bellido, 1999; 2002; 2003, pp. 142). Ambos os casos traduzem um sistema decimal, uma vez que os valores se dividem pela metade.

Talvez o mesmo suceda em Rio Tinto, importante centro relacionado com a extracção e a metalurgia da prata nos séculos VIII e VII a.C. (Jiménez Ávila, 2002, pp. 306), onde os ponderais com 13,29 gr. e 22,50 gr. poderão corresponder ao siclo de 7,83 gr. (dobro e terço, respectivamente), enquanto os pesos com 18,93 gr. e 19,19 gr. poderão associar-se ao siclo de 9,4 gr. (dobro).

Neste contexto, seria importante conhecer os dados metalúrgicos e metrológicos do ponderal troncocónico achatado da Malhada das Taliscas 4 (Calado e Mataloto, 2008, pp. 211, fig. 1), cuja morfologia é incomum.

No caso de Az-1, os valores ponderais representados relativamente à unidade de c. 31 gr. são o oitavo, o quarto, a unidade (confirmada em três ponderais com marca), o dobro e o triplo, existindo ainda a metade do siclo. No que respeita a Az-2, apenas se documenta o valor ponderal relativo ao dobro e possivelmente ao triplo[4], embora pareçam registar-se também divisores do siclo, nomeadamente 1/3 e 2/3. O dobro de Az-2 (73-75 gr.) corresponde à metade da unidade maior de 146 gr. (peso teórico 150,4 gr.), identificada em Cancho Roano, que é em simultâneo o quádruplo da unidade média de c. 37 gr. desse arqueosítio, o qual se constata frequentemente nos torques de ouro e de prata das áreas Vaceia e Lusitana (García-Bellido, 1999; 2002, pp. 94-96; 2003; 2013, pp. 42) e que podemos encontrar de forma indirecta e aproximada na Azougada, na adição dos valores D e F de Az-1 (figuras 17-20).

A existência de diferentes unidades (inferior, intermédia e superior) que são, em simultâneo, divisores ou múltiplos umas das outras revela um sistema teoricamente bem estruturado, polivalente, adaptado à diversidade de produtos que seriam pesados.

As equivalências, que facilitariam as conversões necessárias, estariam garantidas (entre outros eventuais parâmetros que não chegaram até nós) do seguinte modo:

Az-1		Az-2
Siclo		2/3
Metade		1/3
8 x	=	7 x
10 x		8 x
13 x		12 x
D + F		Quádruplo da unidade

Ambos os padrões deverão partir da mina de 470 gr., que se pode dividir em 40, 50 ou 60 shekels, consoante seja de Hatti (com um shekel de 11,75 gr.), de Ugarit (com um shekel de 9,4 gr.) ou de Karkemish (com um shekel de 7,83 gr.), respectivamente[5] (Parise, 2004, pp. 17). No caso de Az-2, tal como de CR 3-4, estaremos em presença do shekel tiro-sírio de 9,4 gr. com uma mina de 50 shekels e com 25 âgôrot por shekel (García-Bellido, 2002, pp. 96).

Contrariamente ao que sucede em Cancho Roano,

4. Embora o valor de c. 102 gr. fique aquém do valor padrão para o triplo (112,80 gr.), constata-se que duas peças registam esse peso em Cancho Roano (N.5.2 – 102,02 gr.; N.5.4 – 102,70 gr.) – García-Bellido, 2003, pp. 141-, o que não deverá ser aleatório, até porque a primeira está marcada como triplo.

5. 470 gr. = 11,75 gr. x 40 = 9,4 gr. x 50 = 7,83 gr. x 60 (Parise, 2004, pp. 17).

onde uma peça de 9,14 gr. apresenta quatro marcas de valor, indicativas de que se trata do quarto da unidade (García-Bellido, 2003, pp. 141, n.º 2), na Azougada é difícil apurar o valor do(s) siclo(s) de referência, uma vez que as unidades mais pequenas não apresentam marcas.

O ponderal de 6,44 gr. (n.º 5) aproxima-se mais do siclo fenício do que do ugarítico e parece ser neste caso (Az-1) mais coerente admitir a existência de uma mina de 60 siclos (com um siclo ligeiro de 7,83 gr.) do que de 50 (com um siclo pesado de 9,4 gr.). De facto, trata-se de um valor semelhante a um dos ponderais de chumbo de Almaraz (6,38 gr. – Barros, 1999, I, pp. 71 e II, 128-129, *apud* Vilaça, 2011, pp. 147; Valério *et al*., 2003, pp. 332-333), correspondendo a uma unidade documentada em ambientes de influência fenícia, com uma vincada dinâmica comercial, registando-se também, no litoral atlântico português, em Alcácer do Sal, num peso de 29,5 gr. (Gomes, 2008, pp. 74), que corresponderá a um quádruplo (Vilaça, 2011, pp. 148) e, segundo cremos, em Castro Marim, num peso de bronze muito chumbado de 15,04 gr., que corresponderá a dois siclos, proveniente de um contexto do século VII a.C. (Pereira, 2008, pp. 42), discordando-se da atribuição que Raquel Vilaça faz deste ponderal ao siclo de 9,4 gr. (2011, pp. 153-154).

A presença do siclo fenício de 7,83 gr. na foz do Ardila parece estar atestada no Castro dos Ratinhos, onde se recolheu um ponderal com 7,03 gr.[6] (Valério *et al.* 2010, pp. 1813), apesar das cautelas que a existência de uma peça isolada exige, sem possibilidade de contraste do sistema metrológico com um conjunto. Foi atribuído à fase 1a, enquadrada pelas datações radiométricas sensivelmente entre 760 e 730 a.C., na qual os alicerces do edifício anterior (fase 1b – c. 830 e 760 a.C.), destruído por um incêndio e interpretado como santuário de influência fenícia, na componente cultural, na arquitectura e na métrica construtiva, foram reaproveitados para um novo edifício, erguido novamente segundo as técnicas construtivas do Bronze Final e no qual não se reconheceu já qualquer vocação sagrada (Berrocal-Rangel e Silva, 2010; Berrocal-Rangel *et al*., 2012; Soares e Martins, 2010). Neste contexto, é sintomático que o ponderal, de possível metrologia fenícia, mantenha uma morfologia (bitroncocónica) e uma metalurgia (bronze binário) indígenas, o que denunciaria a manutenção dos contactos comerciais com o litoral e do padrão ponderal associado, que se teria prolongado pelos períodos Orientalizante e Pós-Orientalizante.

Os contactos do Alentejo interior com o litoral e com os agentes fenícios ao longo do Período Orientalizante estão ainda atestados nos vasos de engobe vermelho, nos potes de tipos 8 e 11 de Tiro e nas ânforas de tipos 7-10 de J. Ramón Torres do Castro dos Ratinhos, no *pithos* e na fíbula de dupla mola da Torre Velha 3 (Serpa), nas ânforas de tipo R1 / 10.1.2.1 do Castelo de Serpa, nas urnas Cruz del Negro, nas ânforas de tipos 10.1.1.1 e 10.1.2.1. e nalgumas cerâmicas de engobe vermelho de Mértola, bem como no *thymiaterion* de Safara (Moura) e no touro de Mourão, que pertenceria também a um *thymiaterion*. Em época Pós-Orientalizante, a manutenção dos contactos com o litoral é revelada por diversos artefactos das necrópoles da região de Beja, como o *oenochoe* da Carlota, o *oenochoe*, a fíbula de tipo Los Alcores, o fecho de cinturão de dois garfos, os conjuntos de toucador de bronze, o escaravelho, as contas e o pendente em forma de bolota de prata, as contas de faiança egípcia e as contas de pasta vítrea de Palhais, os escaravelhos, os fechos de cinturão, as fíbulas e os conjuntos de toucador de bronze, as contas de pasta vítrea da Vinha das Caliças, entre outras peças (Antunes *et al*., 2016).

De qualquer modo, em contextos sidéricos, independentemente da metrologia, os ponderais cúbicos, tipicamente fenícios, parecem ter-se cingido aos sítios do litoral (Almaraz, Alcácer do Sal, Castro Marim, Huelva). Exceção constitui, para o Bronze Final e no interior, o povoado de Los Concejiles, com um ponderal cúbico, mas com metrologia (9,4 gr.) e metalurgia (Cu+Sn) antigas. Segundo Raquel Vilaça, de idêntica morfologia poderiam ser os objectos quadrados (cúbicos) presentes na estela de Cortijo de la Reina II (Córdova), se aceitarmos a proposta de Sebastian Celestino Pérez, de que os elementos circulares representados em algumas estelas de guerreiro corresponderão a ponderais (Celestino Pérez, 2001, pp. 181-182; Vilaça, 2011, pp. 163).

Outros exemplos demonstram também que a metrologia se sobrepõe à morfologia e à metalurgia, constituindo um caso interessante os três ponde-

6. Conforme detectou Raquel Vilaça (2003, pp. 152 e 2011, pp. 152), o ponderal do Castro dos Ratinhos foi publicado como tendo 4,5 gr. (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, pp. 309) e 7,0 gr. (Valério *et al*., 2010, pp. 1813). O ponderal foi novamente pesado, confirmando-se que tem 7,03 gr.. Agradeço a Luísa Guerreiro (Museu Nacional do Arqueologia) e a Pedro Valério, as diligências tomadas.

rais cúbicos de chumbo (com elevada proporção de estanho), de tipologia fenícia, do Cerro del Villar (Málaga), enquadrados na transição entre os séculos VIII e VII a.C. (Aubet, 2002), os quais, pelos valores que apresentam (5,33 gr., 14,18 gr. e 29,06 gr.) e pela relação que estabelecem entre si, revelando um sistema sexagesimal (1: 3: 6 «dracmas»)[7], ao invés de decimal, têm sido reinterpretados como representantes da metrologia focense (do sistema lídio, focense e persa de 5,4 gr. – trite –, 16,2 gr – estatera –. e 32,4 gr. – estatera dupla), apesar de estarem inclusive marcados com letras fenícias, o que se justificaria pelas dinâmicas comerciais que aquele entreposto estabelecia com agentes de distintas proveniências (Garcia-Bellido, 2002, pp. 96-99; 2003, pp. 138-140).
Não se pode deixar de referir, pela proximidade de valores ao ponderal n.º 5, o siclo egeu ou micénico de 6,5 / 6,8 gr., baseado num sistema binário, cuja presença na Península Ibérica parece estar documentada nos braceletes de "tipo Villena", os quais eram intencionalmente cortados para servirem de meio de pagamento e num dos ponderais (6,2 gr.) da Senhora da Guia de Baiões (Vilaça, 2003, pp. 248 e 267). Marisa Ruiz-Gálvez considera que o tesouro de Villena não deriva do comércio micénico, mas de uma rota pós-micénica, enquadrada no Bronze Final, relacionada com a presença cipriota na Sardenha (2000, pp. 267-268). Para além da Sardenha, também a Itália e a Sicília desempenharam um papel importante enquanto plataforma intermediária das relações entre o Ocidente e o Oriente no Bronze Final (Vilaça, 2012, pp. 14).
Neste âmbito, importa referir brevemente, no interior do Alentejo, a espada de tipo Sa Idda do Castro da Cola, destacado povoado de altura ocupado no Bronze Final (Viana, 1961) e a invulgar peça de bronze produzida com recurso a cera perdida do Pé do Castelo (Beja), com paralelo no Monte Sa Idda (*e.g.* Vilaça, 2012, pp. 24) e, no litoral atlântico, a Roça do Casal do Meio, contexto funerário para o qual as datações radiométricas apontam uma cronologia entre os séculos XI e IX a.C., no qual foram recolhidas duas pinças de bronze e um pente de marfim com origem mediterrânica e uma fíbula de bronze (tipo Ponte 1a), idêntica à de diversos sítios nas Beiras e na Extremadura Portuguesa, com paralelos na Sardenha e na Sicília (*e.g.* Vilaça e Cunha, 2005, pp. 55--56). Registe-se ainda a cerâmica sarda recolhida em Cádiz (Córdoba Alonso e Ruiz Mata, 2005) e em El Carambolo (Torres Ortiz, 2004; Nijboer e Van der Plicht, 2006; Aubet, 2008, pp. 179).
De qualquer modo, por ora, parece ser menos plausível que o siclo egeu se tenha mantido na Península Ibérica após a queda dos palácios micénicos e perante a supremacia do siclo ugarítico e, posteriormente, a presença das unidades fenícias. No Mediterrâneo Oriental, a queda do mundo micénico, *circa* 1200 a.C., estará relacionada com a substituição do padrão sírio pelo siclo hitita ou microasiático de 11,75 gr. (representado em território peninsular entre os séculos XI e IX a.C. nos braceletes de "tipo Sagrajas / Berzocana" e em colares e braceletes de ouro e de bronze coevos, como o torques de Portel – Galán e Ruiz-Gálvez, 1996, pp. 153; Ruiz-Gálvez, 2000, pp. 270; Vilaça, 2003, pp. 248), que dará posteriormente lugar ao shekel fenício de 7,83 gr. (Galán e Ruiz--Galvéz, 2014, pp. 229).
Retomando a reflexão sobre o valor do ponderal de 6,44 gr., constata-se que corresponde, por outro lado, a 2/3 do siclo sírio de 9,4 gr. e é um divisor documentado em ponderais do Bronze Final, em Baleizão (6,37 gr., Baleizão 5), no interior do Alentejo, no Castro de Pragança (6,28 gr.), na Estremadura Portuguesa e em Les Concejilles (6,37 gr.), na Extremadura espanhola. Os sítios alentejano e estremenho contêm conjuntos metrologicamente coerentes onde marcam presença diversos divisores da unidade – 1/2, 1/3, 1/5 e 2/3 em Pragança e ½, ¼ e 2/3 em Baleizão (Vilaça, 2003, pp. 257-259 e 2001, pp. 148-149 e 153-154).
O siclo sírio de 9,4 gr. parece também encontrar--se no Bronze Final na região de Moura, nomeadamente no tesouro do Álamo. Um dos braceletes tem 184 gr. e o outro 187,2 gr., sendo compostos por dez aros lisos unidos, cujo peso individual é de 18,4 gr. e 18,72 gr., respectivamente (Vilaça, 2003, pp. 268; Armbruster e Parreira, 1993, pp. 138), o que traduzirá metade da unidade de 37,6 gr.. Os três colares, com 171 gr., 208,4 gr. e 732,8 gr. (Armbruster e Parreira, 1993, pp. 78-83) poderão corresponder (de forma aproximada) ao quíntuplo, ao sêxtuplo e a vinte vezes a unidade.
No litoral, o padrão sírio de 9,4 gr. foi constatado também em Huelva, num local onde os contactos com os agentes fenícios recuarão a finais do século X / inícios do século IX a.C. (González de Canales

7. No mundo grego, os dracmas dividem-se em 6 óbolos, pelo que teríamos um dracma, um hemidracma = tri-óbolo e um óbolo (Garcia-Bellido, 2002, pp. 98; 2003, pp. 139).

et al., 2004, pp. 154-155), embora a ausência de um contexto arqueológico preciso e o facto de não estar representado o siclo fenício de 7,83 gr. sugira a Marisa Ruiz-Gálvez a associação dos ponderais aos materiais cipriotas, levantinos ou da Itália Central também recolhidos nessa intervenção (2009, pp. 104).

O facto de os hemishekels (4,70 gr.) de Gades do século III a.C. corresponderem a metade da unidade de 9,4 gr. revela que terá sido este o padrão adoptado quando da instalação fenícia no século IX a.C. (García-Bellido, 2013, pp. 40). A perduração do padrão nos territórios tartéssicos é denunciada pela cunhagem de moeda da província Ulterior, constatando-se a utilização da unidade de 9,4 gr. para o bronze e da metade de 4,7 gr. para a prata (García-Bellido, 2002, pp. 94-96).

Em Cancho Roano, no século V a.C., como se referiu *supra*, o valor de 9,1 gr. surge marcado como um quarto (Maluquer de Motes, 1983; Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993 e 1996; García-Bellido, 1999, 2002, 2003 e 2013), tendo a ausência de uma calibração fina no quarto e na unidade, com desvios distintos relativamente ao peso teórico, conduzido M. Paz García-Bellido a propor a associação do quarto de 9,1 gr. ao shekel sírio de 9,4 gr. (1999; 2002, pp. 94-96; 2003; 2013, pp. 42).

Na segunda metade do II milénio a.C., o padrão ugarítico ou sírio-cananeu de 9,4 gr., correspondente ao *qdet* egípcio de 9,4 gr. do Império Novo, estava disseminado pelo Mediterrâneo Oriental, incluindo Chipre, tendo-se verificado a sua coexistência no porto de Ugarit com outros quatro sistemas de pesos (egeu, hitita ou microasiático, Karkemish e mesopotâmico), para os quais era possível realizar conversões, por conterem equivalências[8] (Mederos e Lamberg-Karlovsky, 2004, pp. 202-203; Parise, 2004, pp. 17; Ruiz-Gálvez, 2000; Vilaça, 2011, pp. 159). Também os naufrágios de Uluburun (Pulack, 2000), Gelidonya e Kfar Sahmir demonstraram a coexistência de sistemas de pesos distintos, provavelmente adaptados aos diferentes portos onde esses navios comerciavam (Galán e Ruiz-Gálvez, 2014, pp. 230).

8. 1 talento = 60 minas (28.200 kg); 1 mina = 50 siclos (470 gr.); 1 siclo = 9,4 gr. (Parise, 2004, pp. 17). Por exemplo, 1 shekel ugarítico (9,4 gr.) = 4/5 shekel hitita (11,75 gr.). Portanto: 5 x 9,4 gr. = 47 gr.; 4 x 11,75 gr. = 47 gr. Como tal: 4 (2 + 2) shekels ugaríticos = 5 shekels hititas. Os múltiplos aplicáveis são 1, 2, 5 e 10, sendo os mais habituais 2 e 5 (Mederos e Lamberg-Karlovsky, 2004, pp. 203 e 208).

Raquel Vilaça conseguiu determinar que o padrão sírio-cananeu de 9,4 gr., com os seus múltiplos e divisores, estava implementado nos contextos indígenas do Bronze Final (séculos XI a IX a.C.) do interior peninsular, o que revela que estas comunidades estavam incluídas em redes de intercâmbio internacionais, nomeadamente de âmbito mediterrânico, antes dos contactos com os agentes fenícios (2003; 2011), cuja implantação na Península Ibérica recua, com base nos dados mais recentes, ao século IX a.C. (Aubet, 2008), balizando-se a ocupação da Plaza de las Monjas-Mendez Nuñez, em Huelva, entre finais do século X-inícios do século IX a.C. (González de Canales *et al.*, 2008) e a fase IV de La Rebanadilla, em Málaga, na segunda metade do século IX a.C. (Arancibia Román *et al.*, 2011, pp. 130).

Sem pretensões de exaustividade, até porque não constitui esta a temática central deste trabalho, mas por uma questão de enquadramento, assinalem-se os elementos relacionados com um novo código simbólico de estatuto (aliado ao banquete e ao consumo ritual) e de estética, de inspiração mediterrânica, presentes em contextos do Bronze Final ou representados nas estelas coevas (em alguns casos sem existência material), como espetos articulados, ganchos de carne, carros, liras, fíbulas, pinças, navalhas de barbear, pentes de marfim e contas de âmbar, oriundas do Báltico no caso das da Moreirinha e de Baiões, embora desconheçamos o trajecto específico que as trouxe até aqui, recordando-se que havia âmbar do Báltico entre a carga de proveniência diversificada do navio de Uluburun (Vilaça, 2012, pp. 18 e 21).

Podem ainda ser evocados os artefactos de ferro presentes em sítios indígenas beirões e estremenhos em contextos datados sensivelmente entre 1300 e 900 cal. AC (Almagro-Gorbea, 1993; Senna-Martinez, 2000; Vilaça, 2006; 2013), a *pyxis* ática do Geométrico Médio II, de Huelva (Gómez Toscano, 1989), ou a cerâmica micénica de Llanete de los Moros de Montoro (Córdova), proveniente da oficina de Micenas-Berbati na Argólida, tradicionalmente situada entre os séculos XIV-XIII a.C. e a cerâmica a torno sem decoração de Llanete de los Moros e de Purullena (Granada), cuja datação radiométrica apontou aqui para um intervalo entre os séculos XV e XIII cal B.C., embora Marisa Ruiz-Gálvez considere que as cerâmicas micénicas e a torno lisas se devam enquadrar antes entre 1250 e 1000 a.C. (*e.g.* Ruiz-Gálvez, 2009, pp. 98-102).

Os investigadores têm concordado num protagonismo cipriota no que respeita aos intermediários orientais do comércio responsável pela chegada daqueles produtos à Península Ibérica, no âmbito da designada "rota do âmbar", no último quartel do II milénio a.C. (Mederos, 1996; Ruiz-Gálvez, 2009; Torres Ortiz, 2012), reforçando esta ideia os paralelos cipriotas propostos para algumas cerâmicas a torno de Purullena (Torres Ortiz, 2008) e para a pátera de Berzocana (Mederos, 1996; Torres Ortiz, 2012), bem como a adopção da técnica da cera perdida, introduzida na Sardenha, a par da metalurgia do ferro, por cipriotas e reconduzida para a Península Ibérica por aquela via (Vilaça, 2012, pp. 22), ainda que possa existir mescla de agentes de outras proveniências no cômputo global dos intercâmbios mediterrânicos, nomeadamente uma *koiné* de comerciantes privados do Levante, do Egeo e do Mediterrâneo Central, como poderão porventura testemunhar os materiais eubeus, cipriotas, vilanovianos e sardos de Huelva e os sardos de Carambolo e de Cádiz (Ruiz-Gálvez, 2008, pp. 39; 2009, pp. 109; Galán e Ruiz-Gálvez, 2014).

Muito importantes na discussão desta temática são as evidências recentemente estudadas de dois hipogeus funerários (2 e 4) do Monte da Ramada 1 (Aljustrel), que testemunham a presença de contas de pasta vítrea, de faiança egípcia, de ovo de avestruz e possivelmente de marfim no interior do Alentejo no Bronze Final, numa cronologia centrada no século X a.C., embora o hipogeu 2 continue a ser utilizado na centúria seguinte. Um conjunto de pulseiras de bronze do hipogeu 4 apresenta ainda um valor de estanho muito baixo, atípica para as produções regionais, mas comum no Mediterrâneo Oriental (Valério *et al*., 2017). Estes dados comprovam a existência de contactos e de intercâmbios, em moldes que é necessário ainda apurar, com o Mediterrâneo Oriental.

Os ponderais trazem à colação o debate sobre a existência de registos, que certamente terão existido, mas que de que não subsistem vestígios materiais na Azougada, para além da escrita em forma de grafitos sobre cerâmicas (Antunes, 2009a). Alguns testemunhos arqueológicos denunciam, todavia, a sua existência noutros sítios, como as tabuinhas de madeira com gonzos de marfim de Uluburum ou a possível tábua e o estilete de Huelva (González de Canales *et al*., 2008; Ruiz Gálvez, 2008, pp. 30), encontrados junto a ponderais em ambos os casos.

Esses registos seriam fundamentais para se conhecer com exactidão os bens pesados. No caso da Azougada, a pequena dimensão dos possíveis pratos de balança e, sobretudo, o peso diminuto dos ponderais revelam que estariam destinados a controlar de forma rigorosa pequenas quantidades de bens ou de matérias-primas de elevado valor, como metais, marfim (em bruto ou transformados, em ambos os casos), perfumes, denunciados pelos unguentários de cerâmica, de vidro e de alabastro (Antunes, no prelo), pedras preciosas, pigmentos, sal, mel, entre outros, o que revela a importância da Azougada na gestão e controlo de produtos e eixos comerciais e do território envolvente.

Para além das transacções comerciais, deve ser também equacionada a utilização dos ponderais no âmbito da metalurgia local (do bronze e do chumbo), de que existem evidências na Azougada, para pesagem das quantidades de metal. Embora não possamos ter a certeza, é possível que os pratos de balança recolhidos no dia 16 de Maio de 1946 estivessem associados aos lingotes de chumbo registados no dia seguinte (Madeira, 1946a, fl. 8v e 9). Recorde-se também que, em Cancho Roano, um dos pratos de balança estava junto a uma pepita de ouro e a dois ponderais de pequeno valor (García-Bellido, 2003, pp. 136 e 154).

A possível existência de dois padrões metrológicos (ou um, com um siclo ligeiro e um siclo pesado) na Azougada reforça a interpretação deste sítio como importante polo comercial da foz do Ardila, articulado com distintos eixos comerciais, virados tanto para o interior, como para o litoral. As semelhanças da cultura material Pós-Orientalizante do Alentejo interior com a da Extremadura espanhola e a da Andaluzia Ocidental já tinham revelado a integração do Médio e do Baixo Guadiana no mesmo processo cultural e comercial (Antunes, 2008; 2009a e b), circunstância que é comprovada pela existência de sistema(s) de medida comum(ns). Efectivamente, tanto o siclo sírio de 9,4 gr., com raízes no Bronze Final, como o siclo fenício de 7,83 gr., que recuará aos contactos com o litoral na transição para o Período Orientalizante (século VIII a.C.) estão documentados nestes territórios.

É inequívoca a associação dos ponderais ao poder e ao estatuto dos seus possuidores, em particular os de bronze, incluindo-se (por vezes a par de balanças) entre os bens de prestigio depositados em algumas sepulturas mediterrânicas do Bronze Final e da Idade do Ferro, como a 47 de Lefkandi (Grécia), as 3, 11,

20, 21 de Ayia Irini, a 523 de Amathus (Chipre), as de Akko ou a sepultura familiar fenícia de Achviz, em Israel (Ruiz-Gálvez, 2008, pp. 33-34; 2009, pp. 105--106; 2014, pp. 231-234), para além dos exemplos da área ibérica e da possibilidade de estarem representados nas estelas de guerreiro, em conjunto com outros elementos de estatuto (Celestino Pérez, 2001, pp. 181-182; Vilaça, 2011, pp. 163). Faz sentido que o poder da pesagem e do controlo esteja nas mãos de indivíduos destacados na sociedade, nomeadamente da aristocracia Pós-Orientalizante.

Em Cancho Roano, se os ponderais de chumbo se recolheram tendencialmente em compartimentos onde decorreriam actividades usuais do quotidiano, os de bronze associavam-se a espaços (N-5) onde se concentravam outros artefactos de prestígio (García-Bellido, 2003, pp. 149).

Na Azougada não podemos estabelecer com exactidão o enquadramento contextual das peças e as relações específicas com outros artefactos, mas não pode ser ignorado o facto de que foram recolhidos no sítio diversos elementos de prestígio, relacionados com um ambiente aristocrático, como cerâmicas áticas, artefactos de bronze, como espetos, conjuntos de atrelagem equestre, peças zoomórficas pertencentes a móveis de luxo ou a matriz com representação de um bovino, unguentário de vidro e de alabastro, ou objectos de adorno de bronze e de vidro (Antunes, 2008; 2009a; 2009b e no prelo).

Por outro lado, não podemos negligenciar os artefactos que conferem uma tónica ritual ou sagrada ao sítio, com destaque para o *smithing god*, os recipientes com asas de mãos, ambos de bronze e, possivelmente o cantil de engobe vermelho com duas mãos incisas sobre o bojo (Antunes, 2009a e no prelo) e recordar que os ponderais ocorrem também frequentemente em santuários, sendo conhecidos diversos exemplos coevos na Grécia, onde ponderais de bronze eram confiados à divindade, como garante de validação do valor ponderal e de justiça na sua utilização (García-Bellido, 2003, pp. 148). Para além disso, havia que registar o peso e o valor das oferendas, como poderá ter ocorrido em Cancho Roano, constituindo os santuários importantes centros de acumulação de riqueza.

A conjugação dos dois factores, económico/comercial e sagrado reforça a hipótese que colocámos em trabalhos anteriores (Antunes, 2008, 2009a; 2009b e no prelo) de a Azougada ter constituído um sítio--guia, onde existiria eventualmente um santuário, na foz do Ardila, onde as trocas comerciais se realizavam num palco neutro sacralizado.

BIBLIOGRAFIA

ALMAGRO-GORBEA, Martin (1993) – La introducción del hierro en la Península Ibérica. Contactos precoloniales en el período protoorientalizante. *Complutum*. Madrid. 4, pp. 81-94.

ANTUNES, Ana Sofia (2008) – 'Castro' da Azougada (Moura, Portugal): percursos do Pós-Orientalizante no Baixo Guadiana. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. – *Sidereum Ana I. El Rio Guadiana en el Época Post-Orientalizante. Mérida, 24--26 de maio de 2006*. Mérida: Instituto de Arqueologia de Mérida, pp. 327-351.

ANTUNES, Ana Sofia (2009a) – *Um conjunto cerâmico da Azougada. Em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana*. [O Arqueólogo Português, Supl. 5]. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

ANTUNES, Ana Sofia (2009b) – Castro" da Azougada (Moura, Portugal): sacralidade e dinamismo comercial no Baixo Guadiana durante o Pós-Orientalizante. *IV Simposio Internacional de Arqueología de Mérida. Santuarios, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental. 2 al 5 de noviembre de 2005*. Mérida: Instituto de Arqueologia de Mérida, pp. 131-142.

ANTUNES, Ana Sofia (no prelo) – Unguentários de alabastro, de vidro e de cerâmica da Azougada (Moura). Em torno da natureza do sítio e do papel dos perfumes na Idade do Ferro Pós-Orientalizante Peninsular. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. S. V. 6.

ANTUNES, Ana Sofia; DEUS, Manuela; ESTRELA, Susana; LARRAZÁBAL, Javier; SOARES, António Monge e SALVADOR MATEOS, Rosa (2016) – Monte do Bolor, Monte do Pombal 2, Salsa 3 e Torre Velha 3: Contextos de planície da I Idade do Ferro do Alentejo Interior. In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, ed. – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida. Consorcio de la Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica, pp. 159-185.

ARANCIBIA ROMÁN, Ana; SAN JOSÉ, Lorenzo Galindo; JUZGADO NAVARRO, Mar; DUMAS PEÑUELAS, Miguel e SÁNCHEZ-MORENO, Vicente Marcos (2011) – Aportaciones de las últimas intervenciones a la arqueologia fenicia de la Bahía de Málaga. In MARTÍ-AGUILAR, M. Álvarez, ed. – *Fenicios en Tartessos: nuevas perspectivas*. British Archaeological Reports. International Series 2245. Archaeopress: Oxford, pp. 129-149.

ARMBRUSTER, Babara e PARREIRA, Rui, coords. (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia – Colecção de Ourivesaria. Do Calcolítico à Idade do Bronze*. I. Lisboa: IPM.

ARRUDA, Ana Margarida; FERREIRA, M; SOUSA, Elisa; LOURENÇO, Pedro; LIMA, J.; CARVALHO, A. R. (no prelo) – Contributos para o conhecimento da Idade do Ferro de

Alcácer do Sal: os dados da Rua do Rato. *1.º Encontro de Arqueologia e História de Alcácer do Sal (2009)*.

ARRUDA, Ana Margarida; FREITAS, Vera Teixeira (2008) – O Castelo de Castro Marim durante os séculos VI e V A.N.E.. In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, ed. – *Sidereum Ana I. El río Guadiana en época post-orientalizante. Anejos de AEspA XLVI*. Madrid, pp. 429-446.

AUBET, Maria Eugenia (2002) – Notas sobre tres pesos fenícios del Cerro del Villar (Málaga). In AMADASI GUZZO, M. G.; LIVERANI, M.; MATTHIAE, P., eds. – *Da Pyrgi a Mozia. Studi sull'Archeologia del Mediterraneo in Memoria di Antónia Ciasca*. Roma, pp. 29-40.

AUBET, Maria Eugenia (2008) – Political and economic implications of the new Phoenician chronologies. In SAGONA, C., ed. – Beyond the homeland: markers in Phoenician chronology. Peeters: Leuven, pp. 247-259.

BARROS, Luís (1999) – *O fim do Bronze e a Idade do Ferro no território de Almada*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.

BERROCAL-RANGEL, Luis e SILVA, António Carlos (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004--2007. O Arqueólogo Português*. Suplemento 6. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

BERROCAL-RANGEL, Luis; SILVA, António Carlos e PRADOS, Fernando (2012) – El Castro dos Ratinhos, un ejemplo de orientalizacion entre las jefaturas del Bronce Final del Suroeste. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) – *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final. Anejos de* AEspA *LXII*. Mérida: CSIC, pp. 167-184.

CALADO, Manuel; MATALOTO, Rui (2008) – O Post--Orientalizante da margem direita do regolfo de Alqueva (Alentejo central). In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, ed. – *Sidereum Ana I. El río Guadiana en época post-orientalizante, Anejos de* AEspA *XLVI*. Madrid: CSIC, pp. 185-217.

CELESTINO PÉREZ, Sebastian (2001) – *Estelas de guerrero y estelas diademadas*. Barcelona.

CELESTINO PÉREZ, Sebastián; JIMÉNEZ ÁVILA, F. Javier (1993) – *El palacio-santuario de Cancho Ruano IV (el Sector Norte)*. Badajoz.

CELESTINO PÉREZ, Sebastián; JIMÉNEZ ÁVILA, F. Javier (1996) – *El palacio-santuario de Cancho Roano. V. El Sector Oeste*. Badajoz: Museo Provincial de Badajoz.

CÓRDOBA ALONSO, Ignacio e RUIZ MATA, Diego (2005) – El asentamiento fenicio arcaico de la Calle Cánovas del Castillo (Cádiz). Un análisis preliminar. In CELESTINO PÉREZ, Sebastián e JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, eds. – *El Período Orientalizante. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida. Protohistoria del Mediterráneo Occidental. Anejos de* AEspA *XXV*, pp. 1269-1321.

CUADRADO DÍAZ, Emeterio (1987) – *La necrópolis iberica de «El Cigarralejo»*, *Mula*. Murcia, Madrid.

GALÁN DOMINGO, Eduardo; RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, Marisa (1996) – Divisa, dinero y moneda. Aproximación al estúdio de los patrones metrológicos prehistóricos peninsulares. *Complutum Extra*. 6 (II). Madrid, pp. 151-165.

GALÁN, Eduardo; RUIZ-GÁLVEZ, Marisa (2014) – Writing, ciphers, self-consciousness and private trade at the eve of the Phoenician colonization. *VI Congresso Internacional de Estudos Fenício Púnicos. Lisboa, 25 de Setembro a 1 de Outubro de 2005*. Lisboa, pp. 228-237.

GARCÍA-BELLIDO, M.ª Paz (1999) – Sistemas metrológicos, monedas y desarrollo económico. *IV Simposio sobre los Celtíberos. Economía*. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, Diputación de Zaragoza, pp. 363-386.

GARCÍA-BELLIDO, M.ª Paz (2002) – Los primeros testimonios metrológicos y monetales de fenicios y griegos en el sur peninsular. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: CSIC. 75, pp. 93-106.

GARCÍA-BELLIDO, M.ª Paz (2003) – Los ponderales y sus funciones económica y religiosa. In CELESTINO PÉREZ, Sebastian, ed. – *Cancho Roano IX. Los materiales arqueológicos*. II. Madrid, pp. 127-155.

GARCÍA-BELLIDO, M.ª Paz (2013a) – Los sistemas ponderales en el mundo púnico de Iberia y Ibiza. *La moneda y su papel en las sociedades fenicio-púnicas. XXVII Jornadas de Arqueología Fenício-Púnica (Eivissa, 2012)*. Eivissa, p. 35-60.

GARCÍA-BELLIDO, M.ª Paz (2013b) – Los Griegos de Iberia en época Arcaica y Clásica según los datos metrológicos y numismáticos. *El Oriente Griego en la Península Ibérica. Epigrafia y Historia*. Madrid: Real Academia de la Historia, pp. 111-136.

GOMES, Esmeralda P. (2008) – *Os ex-votos proto-históricos do Castelo de Alcácer do Sal*. Tese de mestrado policopiada. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa

GÓMEZ TOSCANO, Fernando (1989) – A propósito del fragmento de Geométrico Medio II del Museo Provincial de Huelva. *Cuadernos del Suroeste*. Huelva. 1, pp 1-6.

GÓNZALEZ DE CANALES, Fernando; SERRANO PICHARDO, Leonardo; LLOMPART GÓMES, Jorge (2004) – *El emporio fenicio precolonial de Huelva (c. 900-770 a.C.)*. Huelva.

HELENO, Manuel (1944a) – *Cad. n.º 1. 1944. Excursão a Moura. Out*. [Manuscrito]. Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo Manuel Heleno.

HELENO, Manuel (1944b) – *Cad. n.º 2. Excursão a Moura. Out*. [Manuscrito]. Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo Manuel Heleno.

JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (2002) – *La Toréutica orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: Real Academia de la Historia.

JIMÉNEZ ÁVILA, Javier; DOMÍNGUEZ DE LA CONCHA, Consuelo (1995) – Materiales protohistoricos de El Turuñuelo (Mérida, Badajoz). *Pyrenae*. 26, pp. 131-151.

LUCAS PELLICER, Maria Rosario (1990) – La balanza de dos platillos: el primer instrumento de medida conocido en la Península Ibérica. *Verdolay*. Murcia: Museo de Murcia. 2, pp. 61-66.

MADEIRA, Manuel Pedro (1944) – *Diário das escavações feitas no Castro da Azougada, (Moura) no ano de 1944* [Manuscrito]. Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo Manuel Heleno.

MADEIRA, Manuel Pedro (1945) – *Diário das escavações do Castro da Azougada (Moura)* [Manuscrito]. Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo Manuel Heleno.

MADEIRA, Manuel Pedro (1946a) – *Escavações no Castro da Azougada (Moura). Ano de 1946. 1º semestre. 17 do 4 a 21 do 5/46. 3ª campanha* [Manuscrito]. Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo Manuel Heleno.

MADEIRA, Manuel Pedro (1946b) – *Castro da Azougada (Moura). Ano de 1946 de 26/8/46 a 28/10/46. 4ª campanha* [Manuscrito]. Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo Manuel Heleno.

MADEIRA, Manuel Pedro (1947) – *Escavação no Castro da Azougada. Moura. Ano de 1947 – de 22 de Setembro a 1 de Novembro de 1947* [Manuscrito]. Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo Manuel Heleno.

MARTÍN BRAVO, Ana Maria (1999) – *Los Orígenes de Lusitania. El I milenio a.C. en la Alta Extremadura*. Madrid: Real Academia de la Historia.

MEDEROS, Alfredo (1996): «La conexión levantino--chipriota. Indicios del comercio atlántico con el Mediterráneo oriental durante el Bronce Final (1150-950 AC)». *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 53 (2), pp. 95-115.

MEDEROS, Alfredo; LAMBERG-KARLOWSKY, C. C. (2004) – Weight Systems and Trade Networks in the Old World (2500-1000 BC). In HUDSON, M; WUNSCH, C., eds. – *Creating Economic Order. Record- Keeping, Standardization, and the Development of counting in the Ancient Near East. International Scholars Conference on Ancient Near Eastern Economies*. 4. Maryland, pp. 199-214.

MALUQUER DE MOTES, Juan (1983) – *El Santuario Protohistórico de Zalamea de la Serena, Badajoz, II, 1981-1982 (Programa de Investigaciones Protohistoricas V)*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Universidad de Barcelona.

MONTERO RUÍZ, Ignacio; GÓMEZ RAMOS, Pablo; ROVIRA LLORENS, Salvador (2003) – Aspectos de la metalurgia orientalizante de Cancho Roano. In CELESTINO PÉREZ, Sebastian, ed. – *Cancho Roano IX. Los Materiales Arqueológicos II*. Mérida, pp. 195-210.

NIJBOER, A. J. e VAN DER PLICHT, J. (2006) – An interpretation of the radiocarbon determination of the oldest indigenous-Phoenician stratum thus far excavated at Huelva, Tartessos (south-west Spain). *BABesch (Bulletin Antieke Beschaving. Annual Papers on Classical Archaeology)*. 81, pp. 31-36.

PARISE, Nicola (2004) – Equivalencias entre las antíguas unidades ponderales en Oriente y las primeras especies monetárias de Occidente. *XII Congreso Nacional de Numismática (Madrid-Segovia, 25-27 octubre de 2004)*. Madrid, pp. 15-22.

PEREIRA, Teresa Rita (2008) – *Os Artefactos Metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em Época Romana*. Dissertação de mestrado policopiada. Lisboa: Universidade de Lisboa.

PULACK, C. (2000) – The balance weights from the Late Bronze Age shipwreck at Uluburum. In PARE, C. F. E., ed. – *Metals Make the World Go Round*. Oxford, pp. 247-266.

RAHMSTORF, Lorenz (2006) – In search of the earliest balance weights. In Alberti, M. E. *et alii*, eds. – *Weights in context. Bronze Age weighing systems of Eastern Mediterranean, chronology, typology, material and archaeological contexts*. Roma.

RUIZ-GÁLVEZ, Marisa (2000) – Weight systems and exchange networks in Bronze Age Europe. In PARE, C., ed. – *Metals make the world go round*. Oxford: Oxbow, pp. 267-279.

RUIZ-GÁLVEZ, Marisa (2008) – Writing, Counting, self-awareness, experiencing distant worlds. Identity processes and free-lance trade in the Bronze Age / Iron Age transition. *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ane). La precolonización a debate*. Madrid: CSIC, pp. 27-40.

RUIZ-GÁLVEZ, Marisa (2009) – Que hace um micénico como tú en un sitio como éste? Andalucia entre el colapso de los palacios y la presencia semita. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 66, n.º 2, pp. 93-118.

SENNA-MARTINEZ, João Carlos (2000) – O problema dos primeiros ferros peninsulares em contextos do Bronze Final na Orla Atlântica: os dados do "Outeiro dos Castelos de Beijós" (Carregal do Sal). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. 6, pp. 43-60.

SOARES, António M. Monge e MARTINS, J. M. M. (2010) – A cronologia absoluta para o Castro dos Ratinhos. Datas de Radiocarbono. In BERROCAL-RANGEL, Luis e SILVA, António Carlos – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007. O Arqueólogo Português*. Suplemento 6. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp 409-414.

TORRES ORTIZ, Mariano (2004) – Un fragmento de vaso askoide nurágico del fondo de cabaña del Carambolo. *Complutum*. Madrid: Universidad Complutense. 15, pp. 45–50.

TORRES ORTIZ, Mariano (2008) – Los "tempos" de la precolonización. In CELESTINO PÉRES; RAFAEL, Nuria e ARMADA, Xois-Luis, eds. – *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ane). La precolonización a debate.* Madrid: CSIC, pp. 58-67.

TORRES ORTIZ, Mariano (2012) – La precolonización en Extremadura. In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, ed. – *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final. Anejos de* AEspA *XLII*, Mérida: CSIC, Instituto de Arqueología de Mérida, pp. 455-474.

VALÉRIO, Pedro; MELO, Ana Ávila; BARROS, Luís; ARAÚJO, Maria Fátima. (2003) – Archaeometallurgical studies of prehistorical artefacts from Quinta do Almaraz (Cacilhas, Portugal). *Archaeometallurgy in Europe.* I. Milano, pp. 327-336.

VALÉRIO, Pedro; SILVA, Rui J. C.; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria Fátima; FERNANDES, Francisco M. Braz; SILVA, António C. e BERROCAL-RANGEL, Luis (2010) – Technological continuity in Early Iron Age bronze metallurgy at the South-Western Iberian Península. A sight from Castro dos Ratinhos. *Journal of Archaeological Science.* XXX, pp. 1811-1819.

VALÉRIO, Pedro; ARAÚJO, Maria Fátima; SOARES, António M. Monge; SILVA, Rui J. C.; BAPTISTA, Lídia e MATALOTO, Rui (2017) – Early imports in the Late Bronze Age of South-Western Iberia: the bronze ornaments of the hypogea at Monte da Ramada 1 (Southern Portugal). *Archaeometry*. Doi: 10.1111/arcm.12310.

VIANA, Abel (1961) – Nossa Senhora da Cola. Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. Vol. V.

VILAÇA, Raquel (2003) – Acerca da existência de ponderais em contextos do Bronze Final / Ferro Inicial no território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série IV. XXI, pp. 245-288.

VILAÇA, Raquel (2011) – Ponderais do Bronze Final-Ferro inicial do Ocidente peninsular: novos dados e questões em aberto. In GARCÍA-BELLIDO, M. Paz; CALLEGARIN, Laurent; JIMÉNEZ DÍAZ, Alicia, eds. – *Barter, Money and Coinage in the Ancient Mediterranean (10th-1st centuries BC). The role of Western Mediterranean Colonies as focus of ponderals use and monetization: Phoenicians, Greeks and Carthaginians. Anejos de* AEspA *LVIII.* Madrid: CSIC, pp. 139-167.

VILAÇA, Raquel (2012) – "Late Bronze Age: Mediterranean impacts in the western end of the Iberian Peninsula (actions and reactions)". *Cuadernos de Arqueología Mediterránea.* 21, pp. 13-41.

VILAÇA, Raquel e CUNHA, Eugénia (2005) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra). Novos contributos. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. S. II. 13, pp. 48-57.

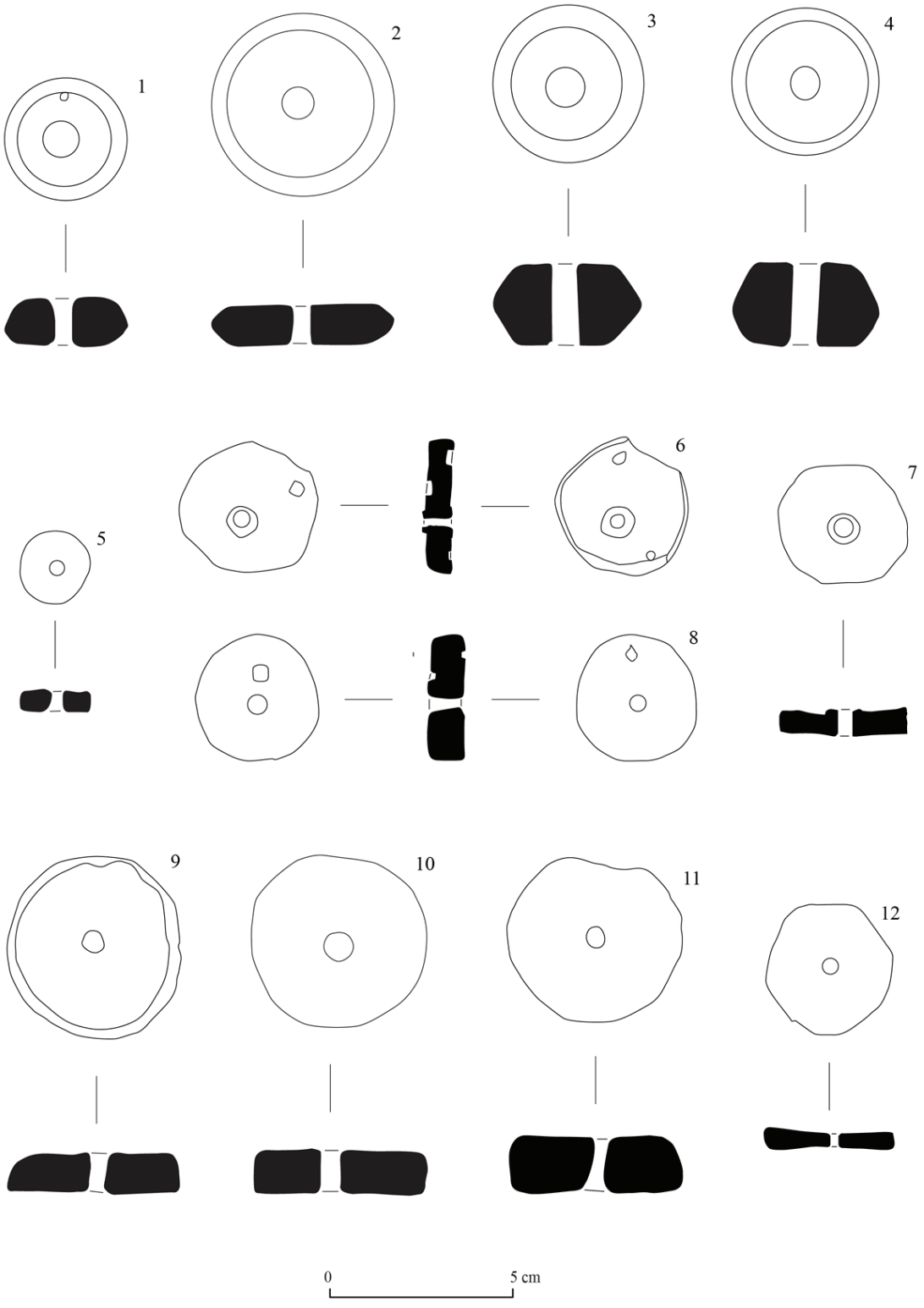


Figura 1 – Ponderais. 1 a 4 – bronze; 4 a 11 – chumbo; 12 – xisto.



Figura 2 – Ponderais (face 1). Foto: Ana Sofia Antunes.



Figura 3 – Ponderais (face 2). Foto: Ana Sofia Antunes.

N.º peça	N.º inv.	Peso real (gr.)	Tipo de valor	Marca de valor	Relação com a unidade c. 31 gr.	Relação com o siclo (c. 7,75) 7,83 gr.	Relação com a unidade teórica 37,6 gr.	Relação com o siclo teórico 9,4 gr.	Morfologia	Indicações contextuais	Referências nos Cadernos de Campo	Factores de alteração do peso
Bronze												
1	46666	30,65	C	*	unidade	quádruplo	–	triplo	Bitroncocónico achatado com perfuração circular central	Vala 2 - 50-75? Vala N - 1m?	Heleno, 1944a, fl. 22-23 e Madeira, 1944, fl. 10-11. Madeira, 1945, fl. 21.	corrosão ligeira
2	46665	63,11	D	–	dobro	óctuplo	–	sétuplo	Bitroncocónico achatado com perfuração circular central	Vala N - 25	Anotado a lápis de carvão na peça. Referido em Madeira, 1945, fl. 21.	corrosão ligeira / média e algum sedimento agregado
3	46664	64,7	D	–	dobro	óctuplo	–	sétuplo	Bitroncocónico achatado com perfuração circular central	Vala 2 - 50-75? Vala N - 1m?	Heleno, 1944a, fl. 22-23 e Madeira, 1944, fl. 10-11. Madeira, 1945, fl. 21.	corrosão ligeira
4	46667	75,51	E	–	–	décuplo	dobro	óctuplo	Bitroncocónico achatado com perfuração circular central	Vala 2 - 50-75? Vala N - 1m?	Heleno, 1944a, fl. 22-23 e Madeira, 1944, fl. 10-11. Madeira, 1945, fl. 21.	corrosão média e algum sedimento agregado
Chumbo												
5	46663	6,44	B	–	1/4	1 siclo	–	2/3	Discoide com perfuração central	Lado Poente: 0,30 ou 1,80 m? / Lado Norte: 0,60 m / Outro?	Madeira, 1946b, fl, 7 / 17 / 28.	corrosão média
6	46659	27,43	C	* (na face 1 – repetido; na face 2 – marcado 1 vez)	unidade	quádruplo	–	triplo	Discoide irregular (devido ao desgaste) com perfuração circular descentrada	Lado Poente: 0,30 ou 1,80 m? / Lado Norte: 0,60 m / Outro?	Madeira, 1946b, fl, 7 / 17 / 28.	corrosão elevada; quebrado num dos extremos e desgastado noutro, onde foi colocada uma das marcas de valor
7	46658	28,11	C	–	unidade	quádruplo	–	triplo	Discoide irregular com perfuração circular descentrada	Lado Poente: 0,30 ou 1,80 m? / Lado Norte: 0,60 m / Outro?	Madeira, 1946b, fl, 7 / 17 / 28.	corrosão média
8	46662	31,28	C	* (nas 2 faces)	unidade	quádruplo	–	triplo	Discoide com perfuração central	Lado Poente: 0,30 ou 1,80 m? / Lado Norte: 0,60 m / Outro?	Madeira, 1946b, fl, 7 / 17 / 28.	corrosão média e sulcos de impacto numa das superfícies
9	46661	73,26	E	–	–	décuplo	dobro	óctuplo	Discoide com perfuração central	Lado Poente: 0,30 ou 1,80 m? / Lado Norte: 0,60 m / Outro?	Madeira, 1946b, fl, 7 / 17 / 28.	corrosão ligeira / média e um sulco de impacto numa das superfícies
10	46660	92,16	F	–	triplo	duodécuplo	–	décuplo	Discoide com perfuração central	Lado Poente: 0,30 ou 1,80 m? / Lado Norte: 0,60 m / Outro?	Madeira, 1946b, fl, 7 / 17 / 28.	corrosão média
11	2011-58-329	102,42	G	–	triplo?	13 x	triplo?	undécuplo	Discoide irregular com perfuração circular central	V.10 - 0,25	Anotado a lápis de carvão na peça. Referido em Madeira, 1944, fl. 16 e em Heleno, 1944b, fl. 14.	corrosão média
Xisto												
12	46637	3,85	A	–	1/8	metade	–	1/3	Discoide irregular com perfuração central	–	–	–

Figura 1 – Ponderais. Dados morfológicos, metrológicos e contextuais.

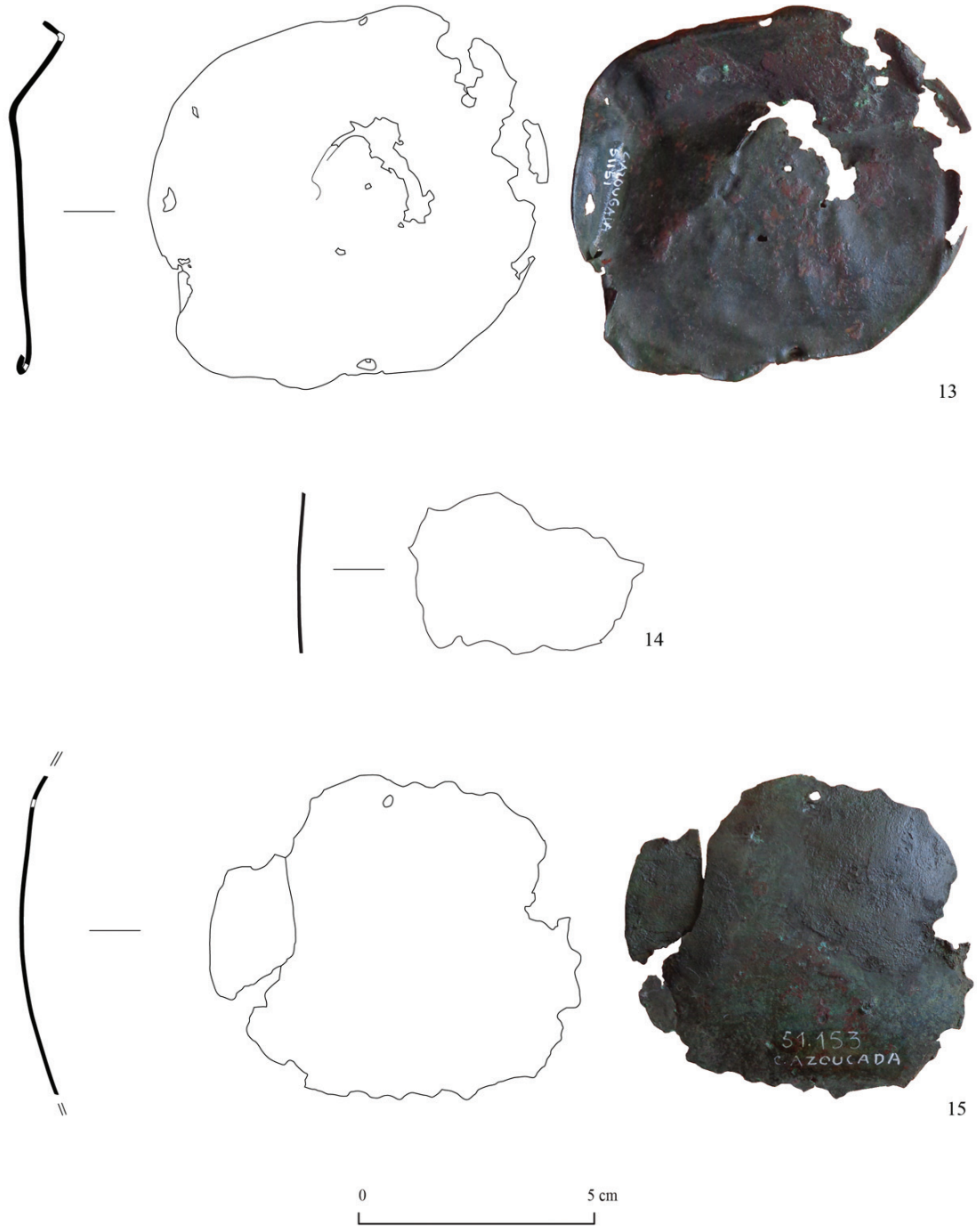
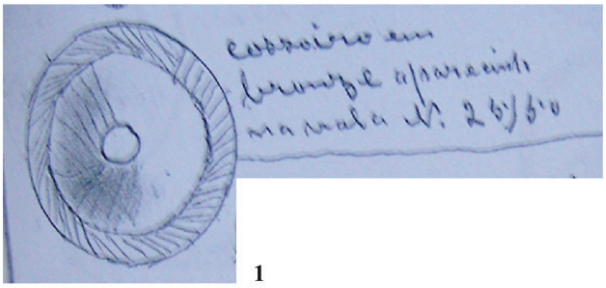
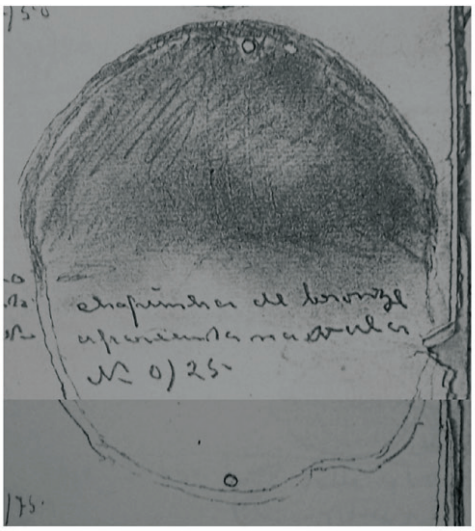


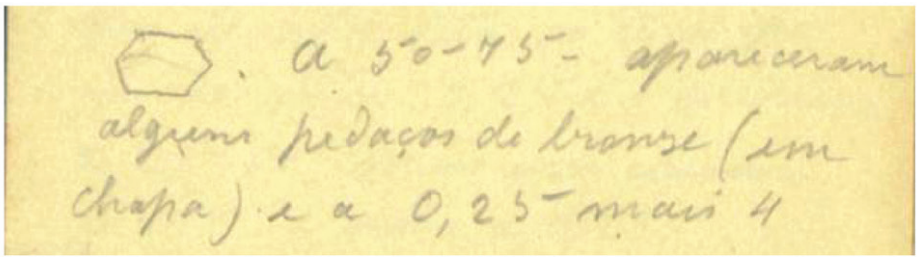
Figura 5 – Pratos de balança. Fotos: Ana Sofia Antunes.



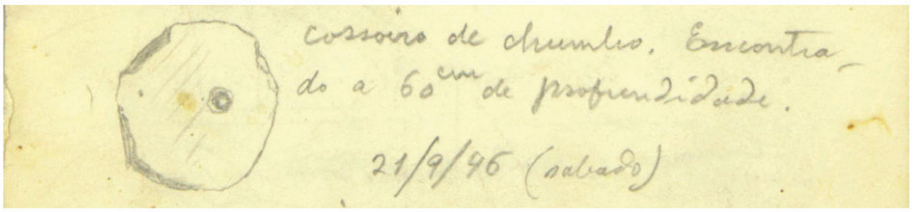
1



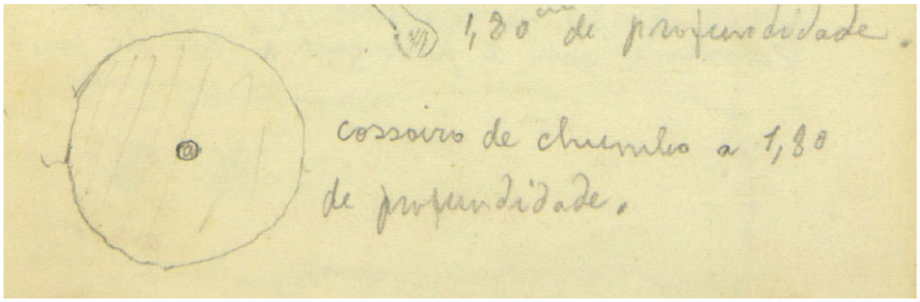
2



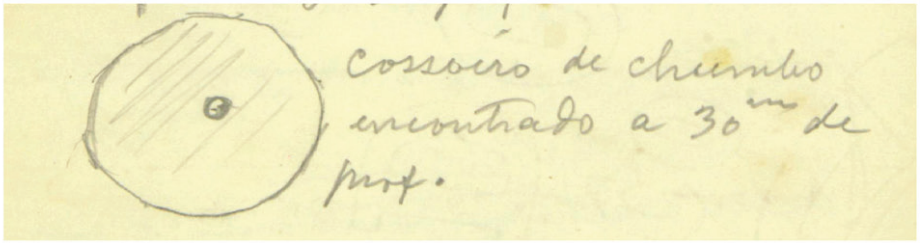
3



4



5



6

Figura 6 – Excertos dos cadernos de campo de Manuel Pedro Madeira. 1– ponderal de chumbo n.º 2, recolhido na Vala N em 12.10.1945 (1945, fl. 12); 2– prato de balança recolhido na Vala N (1945, fl. 27); 3- ponderal de bronze recolhido na Vala 2 em 23.10.1944 (1944, fl. 11); 4- ponderal de chumbo recolhido no dia 20.09.1946 (1946b, fl. 7); 5-ponderal de chumbo recolhido no dia 9.10.1946 (1946b, fl. 17); 6- ponderal de chumbo recolhido no dia 23.10.1946 (1946b, fl. 28).

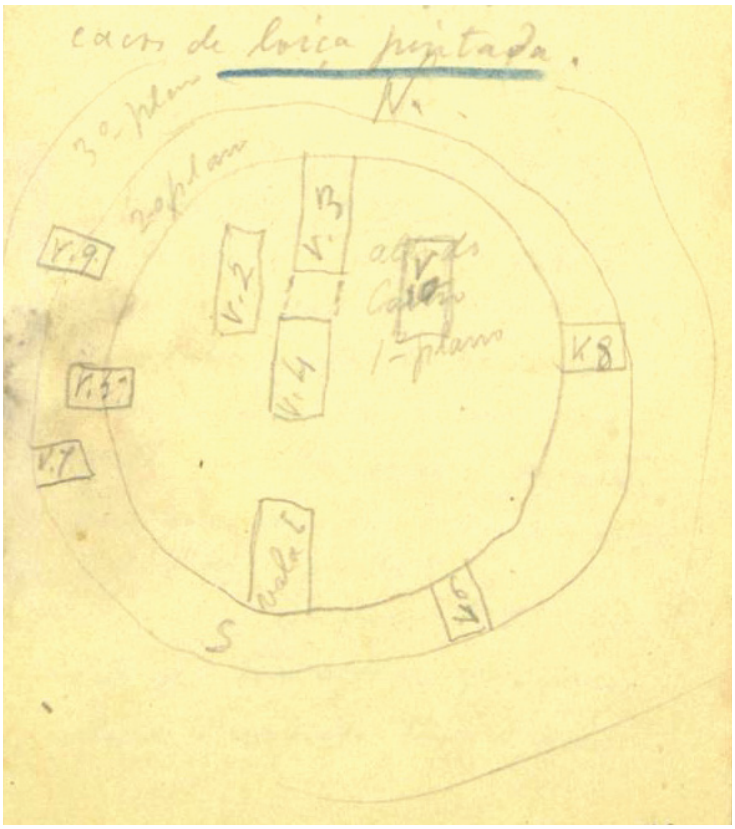


Figura 7 – Excerto do caderno de campo de Manuel Pedro Madeira com localização das valas abertas até 1944 (Madeira, 1944, fl. 16).

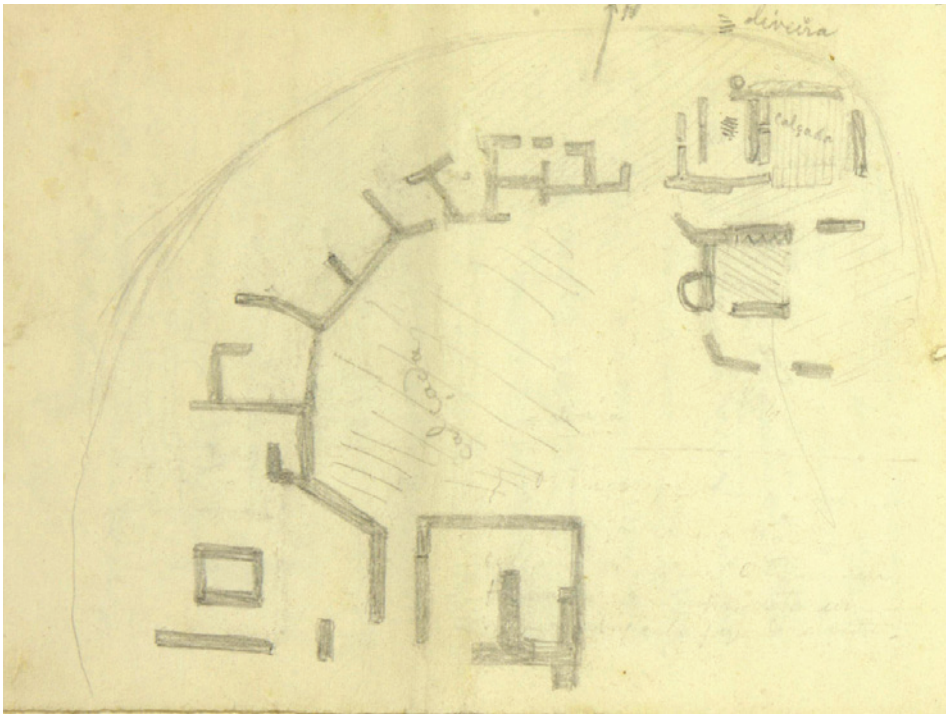


Figura 8 – Excerto do caderno de campo de Manuel Pedro Madeira com planta geral do sítio (Madeira, 1946b, fl. 21).

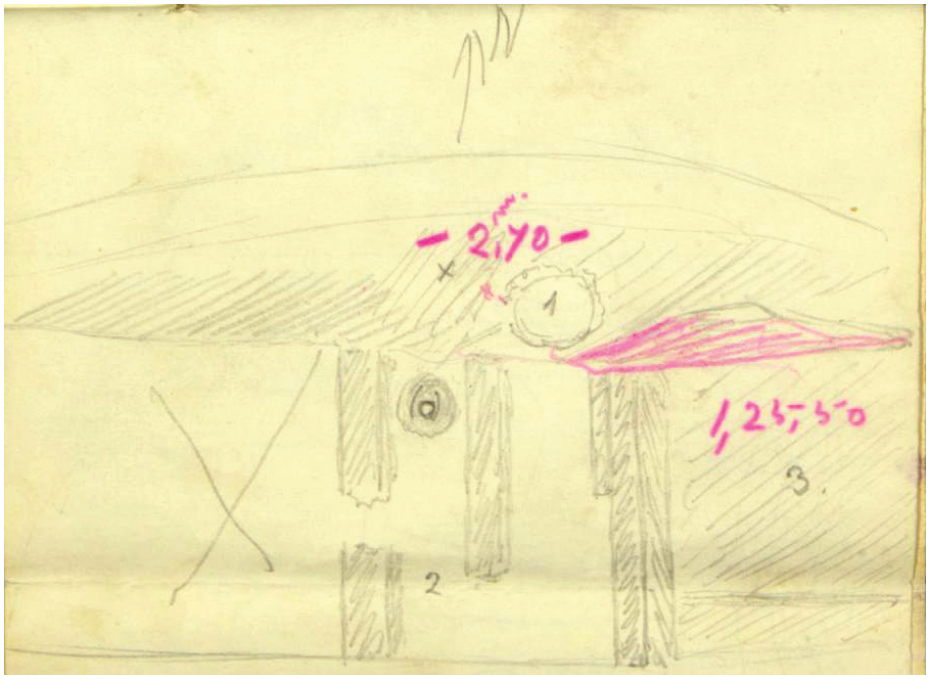


Figura 9 – Excerto do caderno de campo de Manuel Pedro Madeira com planta dos compartimentos da vertente Norte (Madeira, 1946b, fl. 10v).

Valor ponderal	AZ-1 (7,83 gr.)	AZ-2 (9,4 gr.)
metade	3,85	–
1/3	–	3,85
2/3	–	6,44
unidade	6,44	–
triplo	–	(27,43)*
	–	28,11
	–	30,65*
	–	31,28*
quádruplo	(27,43)*	–
	28,11	–
	30,65*	–
	31,28*	–
sétuplo	–	63,11
	–	64,7
óctuplo	63,11	–
	64,7	–
	–	73,26
	–	75,51
décuplo	73,26	-
	75,51	92,16
undécuplo	–	102,42
duodécuplo	92,16	–
13 x	102,42?	–

Figura 10 – Tabela com comparação de pesos entre Az-1 e Az-2 baseados no siclo e sua relação com o valor ponderal (valores reais). Os asteriscos assinalam a marca de valor.

Valor ponderal	AZ-1 (7,83 gr.)	AZ-2 (9,4 gr.)
terço	2,61	**3,13**
metade	**3,91**	4,7
2/3	5,22	**6,26**
unidade	**7,83**	9,4
dobro	15,66	18,8
triplo	23,49	28,2
quádruplo	**31,32**	37,6
quíntuplo	39,15	47
sêxtuplo	46,98	56,4
sétuplo	54,81	**65,8**
óctuplo	**62,64**	75,2
nónuplo	70,47	84,6
décuplo	**78,3**	**94**
undécuplo	86,13	**103,4**
duodécuplo	**93,96**	112,8
13 x	**101,79**	122,2
14 x	109,62	131,6

Figura 11 – Tabela com comparação de pesos entre Az-1 e Az-2 baseados no siclo e sua relação com o valor ponderal (valores teóricos). A negrito os valores presentes na Azougada.

Valor ponderal	AZ-1 (31,32 gr.)	AZ-2 (37,6 gr.)
oitavo	3,85	–
quarto	6,44	–
terço	–	–
metade	–	–
unidade	(27,53)*; 28,11; 30,65*; 31,28*	–
dobro	63,11: 64,7	73,26; 75,51
triplo	92,16; 102,42?	102,42?
quádruplo	4 x C; 2 x D; C + E	D + F
décuplo	–	–

Figura 12 – Tabela com comparação de pesos entre Az-1 e Az-2 baseados nas unidades de c. 31 gr. e de c. 37 gr. e sua relação com o valor ponderal (valores reais). Os asteriscos assinalam a marca de valor.

Valor ponderal	AZ-1 (31,32 gr.)	AZ-2 (37,6 gr.)
oitavo	**3,91**	4,7
quarto	**7,83**	9,4
terço	10,44	12,53
metade	15,66	18,6
unidade	**31,32**	37,6
dobro	**63,24**	**75,2**
triplo	**93,96**	112,8
quádruplo	125,28	**150,4**
décuplo	313,2	376

Figura 13 – Tabela com comparação de pesos entre Az-1 e Az-2 baseados nas unidades de c. 31 gr. e de c. 37 gr. e sua relação com o valor ponderal (valores teóricos). A negrito os valores presentes na Azougada.

OS OSSOS TRABALHADOS DO CASTRO DA AZOUGADA (MOURA, PORTUGAL)

Mariana Nabais[1], Rui Soares[2]

RESUMO

O Castro da Azougada é um sítio tipo "monte" dedicado à exploração agropecuária e recursos fluviais, implantando-se na margem esquerda da foz do rio Ardila, na margem esquerda do Guadiana. A cultura material baliza cronologicamente o sítio entre o século V a.C. e a primeira metade do século IV a.C. O espólio de 20 ossos trabalhados recolhidos nas escavações da década de 1940, é inédito e o único caso conhecido para a margem esquerda do Guadiana. O conjunto é constituído por peças trabalhadas utilizando conchas marinhas e restos de mamíferos de dimensão superior à do coelho. A indústria óssea confirma a preconização de actividades pesqueiras, revela uma produção têxtil local e a prática de potenciais actos mágico-religiosos.

Palavras-chave: Osso trabalhado, Tecnologia óssea, Castro da Azougada, Idade do Ferro, Moura.

ABSTRACT

Castro da Azougada is a "monte" (= hill) site dedicated to farming and the exploitation of river resources. It is located on the left side of Ardila's river mouth, on the left side of river Guadiana. Material culture has dated the site between the 5th and the first half of the 4th century b.C. The worked bone assemblage is the only known for the left side of the Guadiana and comprises 20 pieces recovered from the 1940s excavations. The collection is composed by several remains using marine shells and bones of mammals larger than rabbit-size as raw materials. The bone industry confirms that fishing activities, textile production and potential religious practices were done on site.

Keywords: Worked bone, Bone technology, Castro da Azougada, Iron Age, Moura.

1. INTRODUÇÃO

Entre os materiais recolhidos em intervenções arqueológicas são frequentes os elementos líticos e cerâmicos que tendem a manifestar-se numa quantidade significativa de utensílios e potes, lascas e cacos. No entanto, também o material faunístico está presente, incluindo vestígios de animais que naturalmente visitaram os sítios de ocupação humana (como é tão frequente nas grutas paleolíticas), bem como restos de alimentação e ossos trabalhados. Entre os últimos, encontram-se não só elementos do endoesqueleto dos animais vertebrados, mas também do exoesqueleto (como as hastes, o corno, as garras) e conchas dos mais variados moluscos (Salvado 2001:33, 2004:35).

O uso do osso como matéria-prima remonta ao Paleolítico Inferior. Na África do Sul, em Swartkrans (datado de cerca de 1.8 e 1 milhão de anos antes do presente), foram descobertas lascas alongadas de osso que deverão ter sido utilizadas para a exploração de ninhos de térmitas por parte do *Australopithecus robustus* (Blackwell & d'Errico, 2001). Porém, a consideração de tais ferramentas como sendo osso trabalhado é polémica, uma vez que se terá verificado um aproveitamento de fragmentos ósseos já disponíveis e não o afeiçoamento consciente da matéria-prima com vista à função desejada. De qualquer forma, é notável a utilização de osso como matéria-prima desde as mais remotas cronologias até à actualidade, verificando-se o fenómeno em todos os continentes. Contudo, o estudo da tecnologia óssea

1. Institute of Archaeology – University College London (UCL). London Arts and Humanities Partnership (LAHP); mariananabais@gmail.com

2. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT); ruigusmao@hotmail.com

tende a ser deficitário. É evidente a clara preferência por estudos de material lítico e cerâmico, não só por serem bastante frequentes em sítios arqueológicos, mas sobretudo por serem bons indicadores cronológicos, de trocas comerciais, de evolução tecnológica, estrutura social, entre outros. Também os enterramentos ou a arte parietal têm grande relevância, na medida em que estão intimamente ligados ao foro simbólico e religioso, à evolução das mentalidades, o sentido estético, patologias, demografia e mobilidade. Os ossos trabalhados tendem a ser apreciados pelos investigadores, mas são comummente considerados pouco relevantes para a reconstrução do passado (St-Pierre & Walker 2007:2). Esta realidade também se aplica a Portugal, onde são raros os estudos de tecnologia óssea. Além das razões mencionadas, acresce a frágil conservação do osso em sítios arqueológicos, exceptuando as deposições em gruta e em solos calcários cujas condições permitem a recolha de uma maior variedade e quantidade destes materiais, como acontece no Maciço Calcário Estremenho e no litoral Algarvio (Salvado 2001:31). Acresce o facto de as técnicas de manufactura de ferramentas em osso serem muito semelhantes desde o Paleolítico. De facto, os furadores, os alfinetes ou as pontas de projéctil são transversais a várias cronologias e culturas (LeMoine 2001:3).

O estudo da indústria óssea começou por ser considerado relevante pela escola francesa, destacando-se os projectos dos inícios dos anos 1990s de Camps-Fabrer, "*La Commission de Nomenclature sur l'Industrie de l'Os Prehistorique",* e de Patou-Mathis, "*Industrie Osseuse Peu* Élaboré*".* Nas últimas duas décadas verificou-se novo fulgor na investigação, tendo o grupo de trabalho *Worked Bone* do *International Council for Archaeozoology* (ICAZ) sido um dos principais impulsionadores desta nova dinâmica (Vitezović, 2016:7). Aquilo que se verifica é que os ossos trabalhados podem também ser fósseis directores, como no caso das agulhas e das pontas de seta que foram usadas como marcadores culturais específicos no Paleolítico Superior. Foram ainda elementos fundamentais para a identificação de tecnologias invisíveis no registo arqueológico, como é o caso da produção e utilização de vestuário. Desta forma, para o estudo da indústria óssea é necessário compreender a *chaîne opératoire* na produção dos objectos, o que potenciará uma melhor compreensão do contexto social em que foram manufacturados. É necessário entender o como, o porquê e onde foi adquirida a matéria-prima, que uso lhe foi dado e em que condições se deu o seu descarte. A compreensão das propriedades mecânicas das diferentes partes anatómicas dos diversos animais, ajuda a perceber o motivo da escolha de um determinado elemento para a manufactura de um determinado objecto. É também essencial ter em conta quais os materiais que estariam disponíveis e que possível significado poderiam eles conferir ao objecto final. Há que considerar que diferentes grupos humanos poderão processar a matéria-prima e manufacturar objectos de formas distintas, podendo também utilizar os mais variados estilos de decoração (sendo a ausência de decoração também relevante na análise). Por fim, os utensílios em osso são frequentemente utilizados na produção de outras ferramentas e, muitas vezes, poderão mesmo eles ter sido manufacturados com utensílios especializados. Desta maneira, pensar nos objectos em osso trabalhado integrando-os em contextos mais alargados, permite-nos fazer inferências sobre a presença de materiais que não se conservaram no registo arqueológico e/ou inferir actividades que de outra forma não seriam evidentes (LeMoine 2001:3).

Assim sendo, para os ossos trabalhados recolhidos no Castro da Azougada (Moura, Portugal), pretende-se: 1) identificar a matéria-prima a nível anatómico e taxonómico; 2) identificar os gestos técnicos utilizados na produção dos objectos; 3) interpretar as suas funções; e 4) inserir os objectos em osso trabalhado num contexto sócio-cultural que nos permita inferir as mais variadas actividades e dinâmicas do grupo humano que ocupou o local. Nem todos estes objectivos poderão ser cumpridos para todos os objectos descritos, considerando que estão intimamente dependentes do grau de transformação da matéria-prima. Há também que considerar que os significados associados a elementos relacionados com estatuto social e com o espectro simbólico-religioso não nos são possíveis de comprovar na actualidade, não passando muitas vezes de meras sugestões.

2. CASTRO DA AZOUGADA

O Castro da Azougada corresponde a um sítio de tipo "monte", como tem vindo a ser designado pela investigação, dedicado à exploração agropecuária e aos recursos fluviais, implantando-se num pequeno cabeço próximo da foz do rio Ardila, na margem esquerda do Guadiana (Figura 1). Entre a cultura

material, foi já recuperado um importante conjunto de materiais que balizam cronologicamente o sítio entre o século V a.C. e a primeira metade do século IV a.C., nos quais se destacam cerâmicas, metais, vidros, líticos e fauna. Entre estes, assumem especial importância pelo seu valor cronológico, cerâmicas áticas, cerâmicas pintadas, ânforas, fíbulas, braseiros e um elemento de *thymiaterion*.

A arquitectura até agora conhecida revela a existência de vários compartimentos ortogonais de dimensões variáveis, dispostos em torno de um espaço central, ocupando todo o topo do cabeço onde se implanta. As estruturas identificadas são constituídas por uma base pétrea, sobre a qual se desenvolveriam em altura paredes com recurso a tijolos de adobe. Entre as estruturas de maior dimensão, contam-se muros com cerca de um metro de espessura.

A implantação da Azougada na junção de dois importantes rios coloca-a numa confluência de rotas de circulação, que poderão em parte explicar a relevância que parece assumir no território em questão durante o século V a.C. Por outro lado, durante os inícios do século IV a.C., o surgimento a apenas três quilómetros de distância de um povoado característico da segunda Idade do Ferro, na zona do Castelo de Moura, poderá explicar a longevidade da Azougada em relação a outros sítios rurais que terminam a sua existência nos finais do século V a.C. (Soares, 2017).

A localização do sítio numa zona de calcários e dolomites (Barros e Carvalhosa & Galopim de Carvalho 1970) é responsável pela preservação de material faunístico. Deste modo, além dos ossos trabalhos recolhidos nas campanhas dos anos de 1940s, foram também recolhidos restos alimentares nas escavações mais recentes de 2016. Estes formam um conjunto de 632 restos de ossos e conchas, sendo os mamíferos domesticados, como o gado bovino e caprino, os melhor representados. A prática cinegética deveria complementar a dieta da população, dado a presença de cervídeos e coelhos, tal como a pesca e recolecção de conchas fluviais. As ainda parcas amostras de fauna ictiológica e malacológica sugerem contactos com o litoral, dada a presença de taxa de meio marinho (Nabais & Soares, 2017)

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Os ossos trabalhados estudados foram recolhidos nas escavações dos anos 1940s, dirigidas por Manuel Heleno e Fragoso de Lima. Durante tais intervenções apenas os objectos menos fragmentados e de relevante qualidade estética deverão ter sido guardados. É assim que nos chegam até hoje os vestígios de osso trabalhado que foram armazenados no Museu Nacional de Arqueologia (MNA) e no Museu Municipal de Moura (MMM), sem nunca antes terem sido estudados e devidamente publicados. Na maior parte dos casos não existem referências ao local exacto da sua descoberta no Castro da Azougada, tendo a maioria das peças sido muito sumariamente descrita nos cadernos de campo.

A observação macroscópica dos vestígios de osso trabalhado foi realizada no MNA e no MMM. Nos casos em que a transformação da matéria-prima não foi demasiado intensa, procedeu-se à identificação anatómica e taxonómica dos vestígios, recorrendo à consulta da colecção de referência osteológica do Laboratório de Arqueociências (LARC) da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), à colecção de referência de malacofauna pessoal de um dos autores (Mariana Nabais) e à utilização de atlas de identificação como Schmid (1972) e Hayward & Ryland (1995). Nos casos em que não foi possível a identificação taxonómica, tentou-se incluir as peças em categorias de tamanho animal: Mamífero Grande (vaca, cavalo), Mamífero Médio (veado, gamo), Mamífero Pequeno (ovelha, porco), Mamífero Muito Pequeno (coelho, gato), Ave e Concha.

Sempre que possível, procedeu-se à observação dos gestos técnicos utilizados na manufactura dos objectos, bem como das marcas de utilização. De acordo com Salvado (2004:42), as técnicas de manufactura dos artefactos em osso dividem-se em três grupos distintos: esboço, forma e acabamento. Para a produção dos esboços, são frequentemente utilizadas as técnicas da percussão, serragem, flexão, torsão e entalhe. Para dar forma ao artefacto é comum a utilização do entalhe, desbaste, abrasão e perfuração. O acabamento é conseguido através do polimento e, por vezes, pelo endurecimento com fogo. Todas estas técnicas podem ser utlizadas de forma isolada ou em associação, mas o investigador tende a ser capaz de apenas identificar as últimas usadas, uma vez que estas se terão sobreposto às técnicas anteriores. Finalmente, é essencial proceder à análise comparativa dos artefactos estudados com outros de diferentes proveniências numa tentativa de dedução da sua função.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados um total de 20 artefactos de osso trabalhado. A maioria destas peças foram descrita e, por vezes, desenhada nos cadernos de campo. Considerando que apenas os elementos de algum valor estético e/ou simbólico seriam guardados, não é de estranhar que tenha havido cuidado na recolha dos ossos trabalhados. A sua presença revela que existiriam condições geológicas propícias à conservação do osso e concha, aliás como verificado pelas mais recentes escavações de 2016 (Nabais & Soares, 2017).

4.1. Elementos Apontados

A maioria dos ossos trabalhados encontrados no Castro da Azougada consistem em elementos de alguma forma apontados. São geralmente feitos aproveitando a morfologia dos ossos longos de mamíferos de porte pequeno e/ou médio, sendo as ulnas, os metápodes e as tíbias consideradas por vários investigadores (por exemplo Campana, 1989:23 ou Altamirano, 2011:283) como os elementos mais indicados para o seu fabrico. Tendem a ter pelo menos um dos lados apontados, se bem que existem elementos com duas pontas. Por vezes, a ponta em si não é afiada, podendo adquirir formas hemisféricas irregulares. A funcionalidade destes elementos apontados pode variar, podendo ter sido utilizados para perfurar peles, permitindo a passagem de uma agulha e fio, ou para perfurar e decorar outros ossos e cerâmicas (Salvado, 2001:39).

Entre os elementos apontados, aqueles com uma configuração mais evidente são as agulhas em osso polido, as quais encontram paralelo regional no século V a.C. numa peça do Cabeço Redondo (Soares, 2012: Estampa LIV). A matéria-prima encontra-se demasiado trabalhada no caso da Figura 2A e, por isso, é impossível inferir sobre a espécie e o elemento anatómico que serviram de base à sua produção. No entanto, é evidente que terá sido utilizado um osso longo de mamífero, havendo ainda vestígios do canal medular, tendo-se realizado uma perfuração circular com diâmetro de 3,17 mm na sua parte proximal. O seu aspecto polido terá sido conseguido através da abrasão com grão fino e também causada pela utilização. Pensa-se que outra agulha (Figura 2B) está também presente no sítio. A peça apresenta uma forma mais achatada e a sua parte distal está ausente. Porém, a parte proximal está bem conservada revelando o aproveitamento do foramen natural de um metápode de herbívoro de pequeno ou médio porte. A perfuração é oblonga com algum polimento no interior causado pelo uso.

Foi igualmente identificada a parte distal de um utensílio apontado bem afiado e polido (Figura 2C). Terá sido realizado sobre um osso longo de um vertebrado, mas a sua utilização é desconhecida, pois encaixa perfeitamente em peças como os alfinetes de cabelo, agulhas ou furadores. A presença do canal medular de um mamífero de pequeno porte é revelada na Figura 2D. Esta consiste numa ponta hemisférica, não sendo possível saber se corresponderia à parte distal ou proximal da peça. Assim sendo, a sua função é desconhecida. O mesmo se verifica com dois fragmentos de osso, sendo um deles feito com base numa lasca de um osso longo de mamífero (Figura 2M) e o outro aproveitando uma costela de animal de pequeno porte (Figura 2L).

Por fim, foi recolhido um artefacto com duas pontas com 8,55 cm de comprimento e 1 cm de largura máxima (Figura 2E). Foi elaborado sobre um osso longo de mamífero de pequeno ou médio porte, sendo ainda visível o canal medular. A peça terá sido afeiçoada através da abrasão recorrendo a grão grosso. Cleyet-Merle (1990:84) considera elementos duplamente apontados como anzóis de pesca, em que a linha seria atada à sua parte mesial. O anzol bi-apontado, seria engolido pelo peixe, ficando preso na sua boca de forma transversal, não podendo o animal libertar-se do engenho. A vantagem destes anzóis consiste na matéria-prima utilizada de fácil acesso e de simples substituição caso fosse perdida. Têm também a vantagem de não se enterrarem na areia na maré baixa, como acontece com os anzóis metálicos. Por estes motivos, de la Blanchère (1926) reporta a sua utilização ainda no século XX entre os pescadores franceses das províncias litorais do canal da Mancha.

Contudo, a classificação como anzol não é pacífica. Camps-Fabrer (1966:133) considera que as duas pontas da peça têm de ser rigorosamente simétricas para ser interpretada como anzol; enquanto Rodanés Vicente (1987:79) afirma que tal interpretação só é possível mediante a presença de uma marca na zona mesial do objecto para fixação do fio. No entanto, Cleyet-Merle (1990:86) faz a salvaguarda que as peças direitas em osso com dupla-ponta apresentam morfologias e tamanhos distintos, sendo sempre interpretadas como anzóis por este autor. É também esta interpretação que é privilegiada por

Salvado (2001:42) para os dois elementos recolhidos na Serra das Éguas, um povoado de ocupação Neolítica e Calcolítica do concelho da Amadora (Lisboa).

4.2. Cossoiros

Os cossoiros são elementos frequentemente recuperados em sítios proto-históricos peninsulares. São geralmente concebidos em material cerâmico, podendo apresentar morfologias variadas. Os cossoiros estão associados à produção têxtil, nomeadamente à fiação. Esta última implica a utilização máxima de dois cossoiros por utilizador, sendo um aplicado na roca e outro utilizado como contrapeso no fuso (Pereira 2013:685).

No Castro da Azougada foram recuperados três possíveis cossoiros de osso, sendo todos morfologicamente idênticos, com uma face esférica e a outra plana. Devido à falta de paralelos para estas peças, classificam-se estes artefactos como cossoiros, dado a sua semelhança morfológica a alguns exemplares de cerâmica. A produção destes artefactos foi relativamente simples, uma vez que aproveitou a morfologia naturalmente esférica da cabeça do fémur, procedendo apenas à perfuração central da *fóvea capitis* de configuração circular. A regularização da parte posterior plana poderá ter sido conseguida por abrasão, ou aplanada durante a sua utilização. Para a obtenção da cabeça do fémur, poder-se-á ter utilizado a percussão ou serragem para a sua separação. No entanto, tal poderá ter sido evitado caso se tenha recorrido a um animal juvenil, em que a cabeça do fémur não se encontra ainda fusionada com a diáfise. Os três cossoiros estudados são muito semelhantes, podendo enquadrar-se morfologicamente no Tipo A (esférico) definido por Pereira (2013:fig.2), não apresentando qualquer tipo de decoração. Estes artefactos são provenientes de animais mamíferos de pequeno ou médio porte, não sendo possível aferir se corresponderiam a animais adultos ou juvenis. Com base nas dimensões e configuração da zona envolvente da *fóvea capitis*, é possível que o cossoiro da Figura 2K corresponda a um caprino. Os cossoiros das Figuras 2I e 2J poderão corresponder a animais de maiores dimensões, talvez de um grande suíno ou mesmo de um veado. Estes animais foram identificados entre o material faunístico recolhido nas escavações de 2016 (Nabais & Soares, 2017) e pode-se sugerir o seu aproveitamento após a sua utilização alimentar.

Tal como referido, de momento não são conhecidos paralelos no território nacional de cossoiros com a morfologia descrita. No entanto, há evidências em Godin Tepe, no Irão, um sítio com ocupação desde o Calcolítico até à Idade do Ferro. Aí foi recolhido um cossoiro de osso que segue o mesmo modelo de produção dos do Castro da Azougada, através do aproveitamento da cabeça do fémur de um mamífero (Crabtree & Campana, 2010:50). Ainda que de formatos diferentes e com técnicas de manufatura distintas, são vastos os exemplos de utilização de cossoiros entre várias tribos indígenas da costa noroeste americana. A matéria-prima utilizada varia entre a pedra, a madeira e o osso, consoante o material a ser fiado. Assim sendo, os cossoiros mais leves são os de osso (geralmente em osso de baleia) que são utilizados na fiação de ortigas, de pêlo de cão e de lã (Loughran-Delahunt, 1996:22).

A produção têxtil está comprovada no Castro da Azougada dada a frequência significativa de cossoiros cerâmicos (actualmente em estudo por Rui Soares) e a presença de agulhas em osso. No entanto, é difícil compreender a função dos cossoiros de osso, se estariam de facto associados à produção de fibras mais finas (talvez relacionadas com tecidos pouco comuns) ou se teriam outras funções ainda desconhecidas.

4.3. Peça de jogo e/ou adivinhação

O conhecimento da utilização de astrágalos na Antiguidade advém principalmente das fontes iconográficas, epigráficas e das evidências arqueológicas dos períodos Clássico e Helenístico (Minniti & Peyronel, 2005:18). No entanto, há também elementos provenientes de sítios da Idade do Bronze na Anatólia e no corredor Sírio-Palestino (por exemplo, Gilmour, 1997; Crabtree & Campana, 2010).

As fontes clássicas descrevem a utilização de astrágalos facetados numa variedade de jogos – como a *Tropa*, a *Penthelita* ou a *Omilla* –, em que os jogadores rolariam os astrágalos no chão de forma semelhante aos actuais dados, seguindo-se a contagem da pontuação obtida. As contagens seriam complexas, com uma possibilidade de 35 combinações diferentes (Mazzorin & Minniti, 2013:372). Com base em alguns jogos modernos, propôs-se a hipótese de alguns astrágalos serem propositadamente mais pesados, de forma a terem mais impacto aquando o contacto com os outros ossos. Esta sugestão baseou-se na existência de alguns astrágalos arqueológicos com uma perfuração preenchida por chumbo. Po-

rém, não parece que tal explicação seja a mais correcta (Carè, 2013:93). A alternativa viável prende-se com o possível uso destes astrágalos com chumbo como pesos de medida. Esta ideia é suportada pela existência de pesos de medida em metal imitando a forma de astrágalos (Mazzorin & Minniti, 2013:372). Os atrágalos parecem também ter exercido funções rituais. Na gruta de Korykeion, em Creta, de época Clássica, foram recolhidos milhares de astrágalos. Estes foram interpretados como oferendas, cujos ossos terão sido recuperados dos animais sacrificados e atirados para o *simulacrum* da divindade para que esta pudesse interpretar as várias combinações de pontuação e assim prever o futuro (Mazzorin & Minniti, 2013:372). Esta prática de adivinhação, a *astragalomanteia*, poderia também ser realizada em templos ou outras zonas sagradas. Nestes casos seriam utilizadas versões simplificadas, apresentando-se os ossos polidos e, por vezes, com inscrições para que o crente pudesse mais facilmente interpretar a mensagem dos deuses (Carè, 2013:93).

Há também evidências de astrágalos usados como oferendas funerárias, como no emblemático caso da necrópole de Lucifero (século VI a III a.C., Itália), em que foram recolhidos cerca de 9000 ossos em 149 enterramentos. Não parece ter havido uma standardização das deposições, não existindo duas deposições iguais, além de terem sido utilizados ossos afeiçoados e não-afeiçoados (Carè, 2013). Para a Península Ibérica, Cardoso & Arruda (2016:203) referem os casos de Alcácer do Sal, onde se recolheram astrágalos polidos na necrópole de Nossa Senhora dos Mártires e no espaço sacro da Rua do Rato, mencionando também os paralelos espanhóis das necrópoles de Cruz del Negro e Medellín, e os santuários de Cancho Roano e La Mata. A estes exemplos, podem acrescentar-se os casos das necrópole de Cigarralejo (Rísquez & García Luque, 2007) e de Coímbra del Barranco Ancho (Martín-Poveda 2014). Foi com base nos amplos achados de astrágalos em contextos funerários que Carè (2013:87) propôs uma classificação tipológica: A) astrágalos não modificados; B) astrágalos com perfuração; C) astrágalos facetados; D) astrágalos facetados e com perfurações; e E) astrágalos com presença de chumbo.

O elemento encontrado no Castro da Azougada é um astrágalo de caprino, não sendo possível distinguir entre ovelha e cabra dado a sua intensa transformação (Figura 2H). O seu lado posterior foi aplanado com recurso à abrasão, tendo removido por completo a sua curvatura natural. Todas as outras faces foram igualmente aplanadas, resultando num paralelepípedo rectangular de pouca espessura, sem decoração e sem perfuração. A peça insere-se no tipo C de Carè (2013), mais precisamente no subtipo C2, em que o osso se torna num género de placa dado a remoção total das proeminências trocleares. Uma vez que este achado se encontra completamente descontextualizado, não é possível saber qual terá sido a sua função. No entanto, exclui-se a sua utilização como peso de medida, dado a ausência de chumbo. Além disso, não foi ainda descoberto nenhum enterramento no Castro da Azougada excluindo, por isso, a sua utilização como deposição funerária. Assim sendo, este astrágalo marcadamente facetado é de momento interpretado como peça de adivinhação, ou de jogo, ou ambos.

4.5. Cabos

No Castro da Azougada foram recolhidos dois cabos: um aproveitando a diáfise de um rádio de um pequeno mamífero, talvez um caprino (Figura 2N), e o outro utilizando a ponta de um chifre de cervídeo (Figura 2O). O primeiro parece aproveitar a depressão posterior da diáfise, onde encaixa a ulna, para um melhor manuseamento da zona proximal. A parte distal, apresenta uma secção mais arredondada, com uma perfuração ampla realizada através da remoção do osso esponjoso e do tutano do seu interior. As suas bordas encontram-se bem polidas, devendo aí encaixar o restante elemento distal da peça.

O segundo cabo foi conseguido através da provável fractura do chifre por percussão. Talvez uma primeira tentativa frustrada para a fractura do elemento se tenha verificado, o que é sugerido pela presença de uma marca de cutelo transversal na parte proximal da peça. As naturais irregularidades da superfície do chifre foram suavizadas através da abrasão com grão grosso, como é observável macroscopicamente. A parte distal corresponde à zona de encabamento, tendo por isso uma perfuração com as bordas cuidadosamente polidas.

Estes cabos utilizam elementos anatómicos e gestos técnicos descritos em vários sítios arqueológicos, como nos casos de Grzybiany (Polónia, Idade do Ferro) (Baron, Diakowski & Stolarczyk, 2016:32), Espargueira (Portugal, Neolítico e Calcolítico) (Salvado, 2001:43) e Monte do Bolor 1-2 (Portugal, I Idade do Ferro) (Soares *et al*, 2017:236). Este último torna-se relevante, na medida em que apresenta

um cronologia semelhante ao Castro da Azougada, bem como a sua proximidade geográfica em Beja. Na sepultura UE 4914, foi recolhida uma pequena faca de ferro com encabamento em osso trabalhado com decoração incisa de pequenas circunferências na parte proximal.

4.6. Elemento Decorado

Em todo o espólio de osso trabalhado recolhido no Castro da Azougada, apenas um elemento se apresenta decorado (Figura 2G). Trata-se de um fragmento com 3,7 cm de comprimento realizado sobre um osso longo de um mamífero de pequeno porte. A decoração incisa apresenta uma malha de losangos delimitados por uma linha recta que lhes é perpendicular na zona que se interpreta como sendo a parte proximal do objecto. Nessa zona proximal identificam-se dois entalhes que poderão ter facilitado o encaixe de qualquer outro material. Pela configuração do fragmento e o facto de estar simplesmente decorado, poder-se-ia colocar a hipótese de ter sido uma placa.

Alguns fragmentos de placa de morfologia semelhante foram encontradas no sítio de La Mata, Espanha (Rodríguez Díaz, 2004: fig. CT-31), sendo cronologicamente comparáveis e apresentando também alguns losangos na sua decoração. No sítio da Idade do Ferro de Cambourne, em Inglaterra, foi igualmente identificada uma placa rectangular em osso com decoração incisa formando um X e intervalada com circunferências e perfurações. Este objecto foi interpretado como fazendo parte da ornamentação de uma pequena caixa de madeira (Leivers, 2009:64).

4.7. Conchas perfuradas

Foram identificadas três conchas marinhas que deverão ter sido utilizadas como pendentes, não sendo necessariamente utilizadas ao peito dado a grande dimensão e peso de algumas delas. Entre as conchas de maiores dimensões encontra-se uma valva direita de *Acanthocardia tuberculata* (Figura 3B). É pouco provável que esta espécie tivesse sido recolhida viva durante a maré baixa, uma vez que o seu habitat se estende até cerca de 200 m de profundidade (Hayward & Ryland 1995:596). A concha apresenta várias fracturas recentes e uma perfuração na zona do umbo. Parte da perfuração está danificada, mas estima-se que teria um diâmetro máximo de 4,6 mm. O orifício é de produção antrópica, dado ter um contorno mais irregular que os de predação, além de apresentar marcas claras da abrasão causada pelo movimento de um furador (Cabral & Monteiro-Rodrigues 2015:247).

Ainda que de menores dimensões, a valva de *Glycymeris* sp. apresenta maior densidade e peso (Figura 3D). Este animal habita a cerca de 100 m de profundidade (Hayward & Ryland 1995:582) chegando à praia apenas após a morte e através do movimento das ondas responsável pela abrasão marinha identificada na parte dorsal da concha. Contudo, o polimento que apresenta na zona dos dentes, dever-se-á à sua utilização enquanto pendente. A perfuração oblonga na zona do umbo é claramente antrópica, sendo evidentes os movimentos rotativos de abrasão provocados pelo furador. Peças idênticas, com o mesmo tipo de perfuração e polimento dos dentes foram encontradas na Fossa 3 da necrópole púnica de Cádiz (Mesa Hernández & Niveau, 2014:82).

O mesmo gesto técnico de perfuração foi também reconhecido no umbo da valva esquerda de berbigão (*Cerastoderma edule*) (Figura 3C). Esta concha é facilmente recolhida na maré baixa, sobretudo em zonas de estuário, uma vez que prefere sedimentos vasosos e aguenta baixas salinidades (Hayward & Ryland 1995:598). O artefacto não apresenta quaisquer sinais de erosão marinha, não sendo possível inferir se a sua recolha terá sido aquando a morte ou vida do animal. No entanto, é curioso notar um ligeiro polimento na sua parte dorsal, que talvez possa ser atribuído à sua utilização, se bem que tal fenómeno seria esperado na parte ventral caso tivesse sido usado como pendente.

Finalmente, entre as conchas marinhas foi identificada uma valva direita (a valva plana) de uma vieira (*Pecten maximus*) (Figura 3A). O tipo de degradação da concha indica que este elemento foi recolhido na praia, estando o animal já morto. As três perfurações que apresenta parecem ser devidas à actividade de predadores marinhos, visto os orifícios serem regulares e perfeitos (Cabral & Monteiro-Rodrigues 2015:245). Tais perfurações poderiam ser aproveitadas para passar um fio e proporcionar uma utilização do tipo pendente, mas não parece haver nenhuma marca de utilização em nenhuma das perfurações. Assim sendo, a utilização dada a esta concha mantém-se desconhecida.

4.8. Outros

Apenas três vestígios pertencentes à colecção de osso trabalhado analisada não se enquadram em ne-

nhuma das categorias acima mencionadas. Um deles corresponde a um fragmento de diáfise de osso longo de um muito pequeno vertebrado que se encontra polido em toda a sua superfície (Figura 2P). Através da observação macroscópica, é evidente que tal polimento foi realizado com grão fino, podendo ter-se recorrido ao grés, a um outro osso ou a uma pele molhada embebida em areia ou xisto (Salvado, 2004:48). Dado a peça deter duas fracturas recentes, é impossível compreender como se desenvolveria o resto do artefacto e, por isso mesmo, não se consegue determinar a sua função.

Um fragmento de diáfise de osso longo de um mamífero de pequeno porte com marca de queimadura foi também recolhido e considerado pelos escavadores como sendo um osso trabalhado (Figura 2F). A sua fractura em V dá-lhe uma configuração apontada, mas não parecem existir marcas de utilização nessa superfície nem em toda a superfície óssea que sugiram um uso particular deste fragmento. Constata-se, portanto, que a sua recolha se deverá ter devido ao facto de estar queimado. De acordo com o trabalho experimental de Nicholson (1993), os ossos expostos ao calor atingem uma coloração negra entre os 300 e os 400°C. Dado a reduzida expressão de elementos expostos ao calor no Castro da Azougada, é difícil compreender o motivo da queimadura, se acidental, se devido a actividades culinárias, utilização como combustível ou ritual.

Finalmente, um elemento desenhado e descrito nos cadernos de campo (Madeira, 1946:4) como sendo a cabeça de um parafuso em osso, não foi encontrado entre as colecções do MNA ou do MMM. Pelo desenho, a peça apresenta uma cabeça achatada, seguida de um corpo cilíndrico sem decoração, passando depois este a ter uma aparência fusiforme. Ainda que a sua morfologia se assemelhe a um parafuso actual, o mais provável é que corresponda a uma cabeça de alfinete. No entanto, sem possibilidade de observação do artefacto, a sua interpretação torna-se difícil.

5. CONCLUSÃO

O estudo dos artefactos em osso trabalhado recolhidos no Castro da Azougada revela a utilização de matéria-prima que estaria disponível no local. A maioria dos elementos parece ter sido realizada sobre partes anatómicas de mamíferos de pequeno e médio porte, como os caprinos, os suínos e os cervídeos. Uma vez que não se procedeu a uma recuperação exaustiva dos restos faunísticos, não é possível aferir a *chaîne opératoire* utilizada na manufactura destas peças, nem se seriam produzidas no local.

Contrariamente aos artefactos em osso, as peças em concha denunciam os contactos com o litoral, quer por trocas comerciais quer por visitas dos habitantes da Azougada a zonas de praia. Todas as conchas presentes parecem ter sido recolhidas após a morte do animal, talvez em zonas de estuário, e foram quase exclusivamente utilizadas como pendentes, com excepção da valva de vieira. A presença destes elementos, a sua escassez e o seu uso ornamental, demonstra a relativa importância dada a estas peças pelos ocupantes do sítio. Porém, não é possível compreender se a sua utilização estaria de alguma forma associada a funções simbólicas, religiosas e/ou hierárquicas.

Dentro do panorama mágico-religioso, pode-se considerar o astrágalo polido de caprino. A sua provável utilização como peça de jogo e/ou de adivinhação implicaria que mais elementos deste tipo tivessem sido recolhidos. Ainda assim, a presença de um elemento é já suficiente para sugerir que tais práticas decorreriam no local. Caso se verificasse algum tipo de ritual praticado no Castro da Azougada, seria de esperar um maior volume de ossos queimados de longa exposição ao calor, de forma a se encontrarem calcinados. Esse não parece ser o caso e, por isso mesmo, os elementos queimados recolhidos nas escavações antigas e recentes parecem estar associados a actividades culinárias de preparação de alimentos.

Como demonstrado por Nabais & Soares (2017), a dieta da população revela elementos de exploração de uma economia local bastante ruralizada, com predomínio de espécies domésticas de gado bovino e caprino, que terão sido complementadas por elementos cinegéticos, como o veado. O recurso a elementos fluviais está confirmado pela ampla frequência de conchas de rio, tendo também sido registada a presença de elementos marinhos de malacofauna e ictiofauna. Ainda que não hajam evidências de peixes de água doce, é bem provável que também estes integrassem a dieta da população local, como se infere pela existência de alguns anzóis de bronze depositados no MNA. De qualquer forma, a actividade pesqueira (fluvial) volta a ser confirmada pela presença de um anzol de dupla ponta em osso polido.

Por fim, a actividade têxtil está comprovada. Ainda que não se conservem os tecidos e as fibras dos

vestuários, as agulhas e cossoiros confirmam a produção têxtil local. Considerando a variabilidade de matérias-primas utilizadas na produção de cossoiros de acordo com o tipo de fibra a ser fiada, é evidente que diferentes materiais seriam trabalhados. A presença de cossoiros em osso sugere a hipótese de fios mais finos serem produzidos localmente. A reduzida frequência destes cossoiros pode ser interpretada como um possível indicador da raridade de tal produção, que talvez fosse de acesso restrito a um pequeno número de pessoas.

Os ossos trabalhados do Castro da Azougada encontram-se relativamente bem preservados. O espólio é pequeno e os elementos são de proveniência desconhecida entre as áreas escavadas. Ainda assim, confirmam a existência de relações com o litoral, reforçam as evidências da actividade pesqueira pela população local e revelam a possível existência de uma actividade têxtil até então desconhecida. A presença de elites parece ser evidente dado a fiação de elementos mais finos e de aparente escassez no local, bem como a presença de elementos de adorno (como os pendentes), elementos decorados e a presença de facas, provavelmente metálicas, de encabamento em osso. Finalmente, o matiz mágico-religioso poderá estar associado à presença de elementos de adorno e ao único astrágalo polido recolhido. Espectros relacionados com elites locais e a presença religiosa só poderão ser aprofundados através de um estudo arqueológico integrado do sítio que inclua a análise de todos os restantes materiais, bem como das estruturas identificadas. Para isso, é fundamental a continuação dos trabalhos arqueológicos no Castro da Azougada, de modo a obter mais informação sobre o sítio, com base numa recuperação exaustiva de materiais com proveniência exacta conhecida.

BIBLIOGRAFIA

ALTAMIRANO, Manuel (2011) – Bone industry from the Bronze Age in Central Iberia. The settlement of La Motilla. In BARON, Justyna & KUFEL-DIAKOWSKA, Bernardeta, eds – *Written in Bones: studies on technological and social contexts of past faunal skeletal remains*. Wroclaw: Uniwersytet Wroclawski, Instytut Archeologii, pp. 273-284.

BARON, Justyna; DIAKOWSKI, Marcin; STOLARCZYK, Tomasz (2016) – Bone and antler artefacts from an 8-5th century BC settlement at Grzybiany, south-western Poland. In VITEZOVIĆ, Selena, ed – *Close to the Bone. Current Studies in Bone Technologies*. Belgrade: Institute of Archaeology, pp. 28-47.

BARROS E CARVALHOSA, António; GALOPIM DE CARVALHO, António (1970) – *Carta Geológica de Portugal, Folha 43-B, Moura Escala 1:50000*. Direcção de Minas e Serviços Geológicos.

BLACKWELL, Lucinda; D'ERRICO, Francesco (2001) – Evidence of Termite Foraging by Swartkrans Early Hominids. *Proceedings of the National Academy of Sciences USA*, 98, pp. 1358-1363.

CABRAL, João Paulo; Monteiro-Rodrigues, Sérgio (2015) – Orifícios de predação em concha de moluscos marinhos. Um modelo experimental para o estudo de perfurações em conchas arqueológicas. In GUTIÉRREZ ZUGASTI, Igor; CUENCA SOLANA, David; GONZÁLEZ MORALES, Manuel, eds – *La Investigación Arqueomalacológica en la Península Ibérica: Nuevas Aportaciones.* Santander: Nadir Ediciones, pp. 241-250.

CAMPANA, Douglas (1989) – *Natufian and Protoneolithic Bone Tools. The Manufacture and Use of Bone Implements in the Zagros and the Levant.* BAR International Series 494. Oxford: Oxbow.

CAMPS-FABRER, Henriette (1966) – *Matière et art mobilier dans la Préhistoire Nord-Africaine et Saharienne*. Paris: Artes et Métiers Graphiques.

CARDOSO, João Luís; ARRUDA, Ana Margarida (2016) – Faunas domésticas e rituais funerários em Alcácer do Sal (Idade do Ferro). In VILAÇA, Raquel; SERRA, Miguel, eds – *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades.* Coimbra: FLUC, CEPBA, Palimpsesto, pp. 193-217.

CARÈ, Barbara (2013) – Knucklebones from the Greek Necropolis of Locri Epizefiri, Southern Italy (VIth-IIIth century BC): typological and functional analysis. In LANG, Felix, ed – *The Sound of Bones*. Salzburg: ArchaeoPlus, pp. 87-99.

CLEYET-MERLE, Jean-Jacques (1990) – *La Prehistoire de la Pêche*. Paris: Editions Errance.

CRABTREE, Pam; CAMPANA, Douglas (2010) – Worked Bone Remains from Godin Tepe, Iran – Chalcolithic to Iron Age. In LEGRAND-PINEAU, Alexandra; SIDÉRA, Isabelle; BUC, Natacha; DAVID, Eva; SCHEINSOHN, Vivian, eds – *Ancient and Modern Bone Artefacts from America to Russia.* BAR International Series 2136. Oxford: Archaeopress, pp. 49-54.

DE LA BLANCHÈRE, Henri (1926) – *La pêche et les poissons. Dictionnaire Général des Pêches.* Paris: Librairie Delagrave.

GILMOUR, Garth (1997) – The nature and function of astragalus bones from archaeological contexts in the Levant and Eastern Mediterranean. *Oxford Journal of Archaeology*, 16, pp. 167-175.

HAYWARD, Peter; RYLAND, John (1995) – *Handbook of the Marine Fauna of North-West Europe.* Oxford: University Press.

LEIVERS, Matt (2009) – Worked Bone. In WRIGHT, James; LEIVERS, Matt; SEAGER SMITH, Rachel; STEVENS, Chris, eds – *Cambourne New Settlement. Iron Age and Romano-British Settlement on the Clay Uplands of West Cambridgeshire*. Volume 2. Salisbury: Wessex Archaeology Ltd, pp. 64-65.

LEMOINE, Genevieve (2001) – Skeletal Technology in context: an optimistic overview. In CHOYKE, Alice; BARTOSIEWICZ, László, eds – *Crafting Bone: Skeletal Technologies through Time and Space*. BAR International Series 937. Oxford: Archaeopress, pp. 1-7.

LOUGHRAN-DELAHUNT, Isa (1996) – *A Functional Analysis of Northwest Coast Spindle Whorls*. Unpublished Master Dissertation presented to The Faculty of Western Washington University.

MADEIRA, Manuel Pedro (1946) – *Diário de Escavação no Castro da Azougada – 3ª campanha (Moura). Ano de 1946 – 1º semester. 17 do 4 a 21 do 5/46 [Manuscrito]*. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.

MARTÍN-POVEDA, Javier (2014) – Uso y significado de los astrágalos en los ajuares funerários ibéricos: la necrópolis del poblado de Coímbra del Barranco Ancho (Jumilla, Murcia). *Alberca*, 12, pp. 43-57.

MAZZORIN, Jacopo; MINNITI, Claudia (2013) – Ancient use of the knuckle-bone for rituals and gaming piece. *Anthropozoologica*, 48, pp. 371-380.

MESA HERNÁNDEZ, Eduardo; NIVEAU, Ana Maria (2014) – Análisis arqueomalacológico de tres contextos rituals de la necropolis púnica de Cádiz. *Archaeofauna,* 23, pp. 69-88.

MINNITI, Claudia; PEYRONEL, Luca (2005) – Symbolic or Functional Astragali from Tell Mardikh-Ebla (Syria). *Archaeofauna*, 14, pp. 7-26.

NABAIS, Mariana; SOARES, Rui (2017) – Zooarchaeological evidence from the Iron Age site of Castro da Azougada (Moura, Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 20, pp. 61-69.

NICHOLSON, Rebecca (1993) – A morphological investigation of burnt animal bone and an evaluation of its utility in archaeology. *Journal of Archaeological Science,* 20, pp. 411-428.

PEREIRA, Teresa (2013) – Por um Fio: Tipologia e função do conjunto de cossoiros de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/Portugal). In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds – *Arqueologia em Portugal. 150 anos.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 681-691.

RÍSQUEZ, Carmen; GARCÍA LUQUE, Antonia (2007) – Actividades de mantenimiento en el registro funerario? El caso de las necropolis iberas. *Traballs d'Arqueologia*, 13, pp. 147-173.

RODANÉS VICENTE, José (1987) – *La industria* ósea *prehistórica en el valle del Ebro. Neolítico – Edad del Bronce.* Zaragoza: Diputación General de Aragón.

RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso (2004) – *El Edificio Protohistórico de "La Mata" (Campanario, Badajoz) y su Estudio Territorial*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

SALVADO, Maria Clara (2001) – Os artefactos ósseos dos povoados da Espargueira/Serra das Éguas e da necrópole de Carenque, do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 19, pp. 29-56.

SALVADO, Maria Clara (2004) – Apontamentos sobre a utilização do osso no Neolítico e Clacolítico da Península de Lisboa. *O Arqueólogo Português*. Suplemento 2. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

SCHMID, Elisabeth (1972) – *Atlas of Animal Bones.* Elsevier: London.

SOARES, Rui (2012) – *O Cabeço Redondo. Um Edifício da Idade do Ferro Pós-Orientalizante na Herdade do Metum (Moura)*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de mestrado, exemplar policopiado.

SOARES, Rui (2017) – A cerâmica grafitada e o seu contexto, entre a margem esquerda do Guadiana e a Serra de Aracena. *Revista Onuba*, pp. 171-193.

SOARES, Rui; BAPTISTA, Lídia; PINHEIRO, Rui; OLIVEIRA, Lurdes; RODRIGUES, Zélia; VALE, Nelson (2017) – A Necrópole da I Idade do Ferro do Monte do Bolor 1-2 (S. Brissos, Beja). In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, ed – *Actas do Encontro Siderum Ana III "El Rio Guadiana y Tartessos" (Mérida, 19 a 21 de Setembro de 2012)*. Publicaciones del Consorcio de la Cieudad Monumental de Merida. Serie Compacta (Compendia et Acta). Merida nº1, pp. 265-301.

ST-PIERRE, Christian; WALKER, Renee (2007) – *Bones as Tools: Current Methods and Interpretations in Worked Bone Studies.* BAR International Series 1622. Oxford: Archaeopress.

VITEZOVIĆ, Selena (2016) – *Close to the Bone. Current Studies in Bone Technologies*. Belgrade: Institute of Archaeology.



Figura 1 – Localização do Castro da Azougada.



Figura 2 – Ossos trabalhados do Castro da Azougada recolhidos nas intervenções da década de 1940. A-B) Agulhas em osso polido. C-D) Elementos apontados em osso polido. E) Osso polido com duas pontas, provavelmente utilizado como anzol. F) Fragmento de osso longo queimado. G) Osso longo polido decorado, talvez utilizado como placa de decoração. H) Astrágalo de caprino polido utilizado com peça de jogo e/ou adivinhação. I-K) Cossoiros de osso polido aproveitando a cabeça do fémur de mamíferos de pequeno e/ou médio porte. L-M) Elementos apontados em osso polido. N-O) Rádio e chifre de mamífero polido utilizados com cabo de faca; seta vermelha indica marca de corte no último. P) Osso longo polido de mamífero.

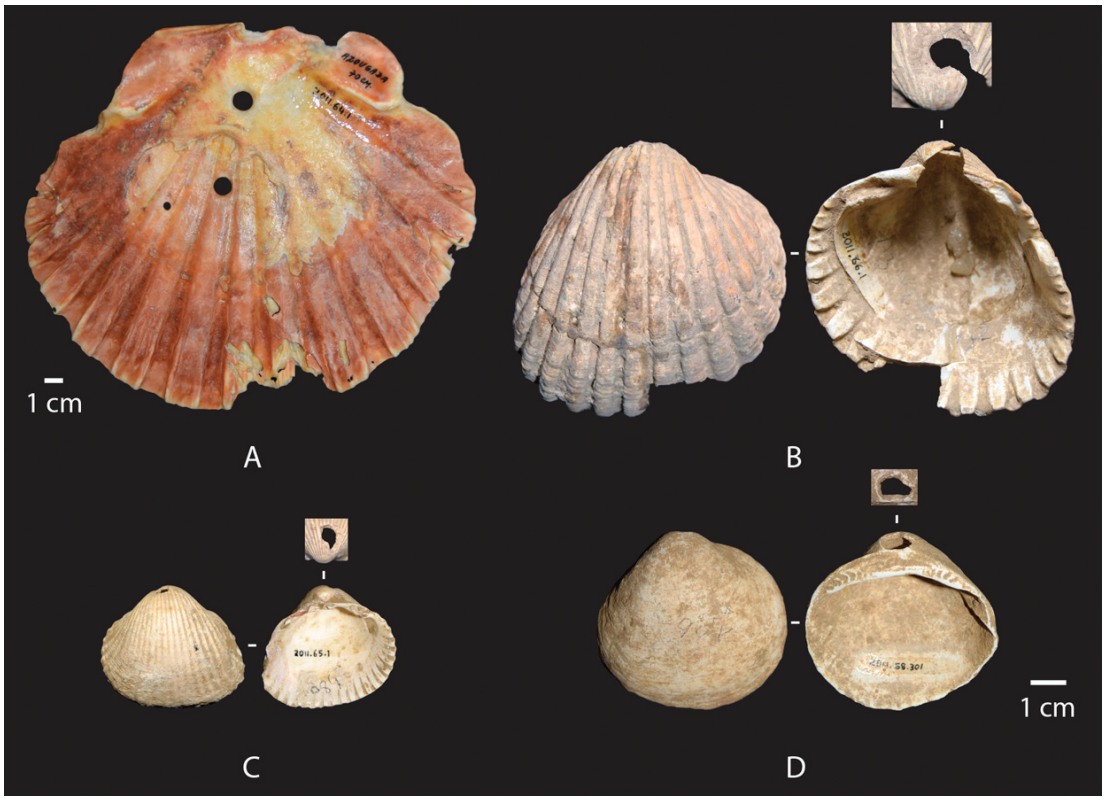


Figura 3 – Conchas marinhas perfuradas do Castro da Azougada. A) Valva direita de *Pecten maximus* com três perfurações naturais. B-D) Conchas marinhas com perfurações antrópicas e utilização como pendente: *Acanthocardia tuberculata*, *Cerastoderma edule* e *Glycymeris* sp.

JANELAS ABERTAS SOBRE A IDADE DO FERRO: OS QUEIMADORES DE MESAS DO CASTELINHO (ALMODÔVAR)

Susana Estrela[1]

RESUMO

Os queimadores são peças singulares das comunidades da plena Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. A sua presença em Mesas do Castelinho (Almodôvar) mostra uma utilização ritual, associada a cossoiros e a artefactos que remetem para libações. Esta associação contextual interessará na procura da sua funcionalidade noutros contextos habitacionais ou na explicação da sua presença e utilização em necrópoles, proporcionando novas vias na investigação.

Palavras-chave: Mesas do Castelinho, Idade do Ferro, Queimadores, Funcionalidades, Sudoeste peninsular.

ABSTRACT

The burner vessels are unique artefacts of the full Iron Age communities of the South-western Iberian Peninsula. Its attendance in Mesas do Castelinho (Almodôvar) shows a ritual use, associated with spindle whorls and artefacts that refer to libations. This contextual association will interest in the search for its functionality in other housing contexts or in the explanation of its presence and use in necropolis, providing new investigation paths.

Keywords: Mesas do Castelinho, Iron Age, Fenestrated vessels, Functionalities, South-western Iberian Peninsula.

"*Estes vasos (...) seriam empregados em rituais religiosos ou funerários (...) a concepção não se afasta dos modernos incensórios (...) utilizados pelas chamadas «bruxas», ou mulheres de virtude ou de adivinho*" (Ribeiro & Ferreira, 1971, p. 259)

1. MESAS DO CASTELINHO: PRINCIPIO, MEIO E FIM DE UM POVOADO FORTIFICADO

Num cruzamento de vias naturais de comunicação, a meio caminho entre a peneplanície alentejana a Norte e a Serra do Caldeirão a Sul é construído, entre os finais do século V e os inícios do século IV a.C., o perímetro amuralhado de Mesas do Castelinho, com perto de 3,5 ha dispostos em duas plataformas sobranceiras à Ribeira de Mora, tributária do Rio Mira (Figura 1).

O povoado fortificado da Idade do Ferro materializa um urbanismo reflexivo de uma concentração populacional, um núcleo rural que recebe, em quantidades relativamente escassas e esporadicamente, os artigos do comércio de larga escala. A extensa maioria da sua cerâmica é de origem local/regional (Estrela, 2010-2011).

Em meados do século II a.C., uma profunda renovação urbanística estabelece na plataforma B uma arquitectura definida por três ruas e com quarteirões contíguos. Na plataforma A e sobre as preexistências da Idade do Ferro edifica-se o chamado Complexo de Construções do século I a.C. Este urbanismo marca o fim do povoado fortificado e é influenciado por Roma, mas a forma de construir e organizar os espaços são muito análogas às preexistentes, num sítio cuja relevância regional se incrementa sobremaneira a partir desta altura (Guerra & Fabião, 2010, p. 477).

Um bom exemplo deste tecido cultural muito próprio pode ser visto num depósito inaugural de um dos compartimentos da plataforma B, datável de um momento impreciso da 2ª metade do século II a.C., que tem como preexistências, e entre outro espólio, um universo feminino definido por uma

1. FCT / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; estrela.susana@gmail.com

estatueta curótrofa – objecto de um culto matricial com raízes no mundo mediterrânico, um unguentário em vidro da forma 2 do Grupo Mediterrânico 3 de Harden mas também pelas tradicionais e indígenas peças cerâmicas, como um cossoiro decorado, um queimador e um pote manual decorado com incisões (Estrela, 2013).
Assim se manterá o povoado até ao seu abandono, nos inícios do século II d.C.: uma passagem do Mediterrâneo numa vasta geografia interior chamada céltica por Estrabão.

2. OS NOMES DAS COISAS

Nem sempre os queimadores são fenestrados, como é o caso daqueles com representações de pássaros, entendidos como componentes das cerimónias fúnebres de algumas necrópoles do século VI a.C. da área de Beja (Arruda, 2016, pp. 406; 421) ou do recipiente similar do estrato superior da *favissa* do *oppidum* de Alhonoz, Sevilha, datado do século II a.C. (Belén 2011-2012, pp. 338-340; 345 – fig. 9).
Por outro lado, há peças caladas que não terão sido defumadores. Na Catalunha, recipientes com pés com janelas triangulares do século VI a.C. serviram como vasos de libações ou como urnas em contextos funerários (Graells i Fabregat & Sardà Seuma, 2007, pp. 83-85) e da ocupação tardia da cidade de *Numancia*, Sória, há suportes calados (Wattenberg, 1963, pp. 103; 189-190 – nºs 825, 828, 829, 830, 831).
Das peças singulares que são os queimadores das cronologias pós-finais do século V a.C., sobressai a técnica dos calados, com janelas triangulares, romboidais ou circulares um pouco por toda a superfície das peças (Berrocal-Rangel, 1992, p. 98), num aspecto essencialmente prático, orientado para a saída dos fumos resultantes da queima de essências odoríferas, ainda que nem sempre se notem sinais de fogo nas peças, e funcionais seriam também as asas e as aplicações plásticas mamilares que alguns deles mostram – por vezes mais ou menos decorados, possibilitando a preensão e/ou o transporte (Fabião, 1998, vol. 2, p. 68; 74).
Só as aberturas nas bases conservadas parecem ser meramente decorativas, associadas ou não a outras decorações, compondo o repertório estilístico do Sudoeste peninsular e presentes em diversas formas, manuais e a torno.
A morfologia será o elemento com menos peso para a atribuição do nome destas peças já que não cabem numa categoria tipológica própria (Berrocal-Rangel, 1994a, p. 190), não havendo "*(…) uma forma de «queimador», mas sim diversas formas "fenestradas" ou "caladas" (…)*" (Fabião, 1998, vol. 2, p. 67).
Retiremos as aspas e analisemos a sua presença no Sudoeste da Península Ibérica.

3. OS QUEIMADORES NO SUDOESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA

Estas peças ocorrem em diferentes sítios dum vasto território interior, ao longo da segunda metade do I milénio a.C., na Meseta, no mundo ibérico do Levante, mas são sobretudo expressivos no Sudoeste peninsular, concretamente no Alentejo e na Baixa Extremadura, em território céltico.
Essencialmente por uma questão de economia de espaço – e não por falta de interesse nos e dos contextos respectivos, não serão elencadas as suas presenças mais setentrionais e orientais, focando-se essencialmente o Sudoeste, com uma fronteira algo artificial estabelecida a Sul do Tejo, integrando portanto a área da actual província de Cáceres, na Alta Extremadura, ainda que esta configure em alguns aspectos uma cultura mais afim do mundo mesetenho.
Na actual área de Cáceres, há menções ainda algo difusas a queimadores: no povoado fortificado de La Coraja e na sua necrópole, El Tercio, em cronologias dos séculos IV a II a.C. (Rivero de la Higuera, 1974, pp. 360; 368 – fig. 7, nº 29; 372; 377 – nº 29; Estebán Ortega, 1993, pp. 68; 70; fig. 8; 75; fig. 13 – e, f; Heras Moral, 2001, p. 190 – fig. 4); no povoado fortificado de Villasviejas del Tamuja, talvez dos séculos III-II a.C. (Martín Bravo, 1999, pp. 197; 231). Dois pés destacados decorados com excisões, no povoado com longa diacronia de Aliseda, não garantem uma classificação segura enquanto queimadores, dada a sua situação pós-deposicional e residual em estratos tardo-republicanos e a própria morfologia dos fragmentos conservados (Rodríguez Díaz & Pavón Soldevilla, 1999, pp. 81-82 – forma G2).
Por contraste, o estudo monográfico de uma das necrópoles deste povoado, a de El Mercadillo, permitiu conhecer a existência de um queimador como oferenda do túmulo feminino 15.2 e outro fora de contexto, ambos datados do século IV a.C. (Hernández Hernández & Galán Domingo, 1996, pp. 40, 42, 71, 78 – 46.2; 79 – fig. 46, nº 2; 105).
Na Baixa Extremadura, em necrópoles da actual demarcação de Badajoz, surgem queimadores em

Cantamento de la Pepina, datáveis do século IV a.C., junto das urnas cinerárias colocadas em covachos abertos na rocha (Rodríguez Díaz & Berrocal Rangel, 1988, pp. 218-219; 228; Berrocal Rangel, 1990, pp. 312-313; 314 – fig. 4; Berrocal-Rangel, 1992, p. 109), o que sugere o seu uso enquanto dádivas secundárias e, em El Jardal, um queimador seria acompanhamento funerário, entre os séculos IV-III a.C (Jiménez Ávila, 2015, pp. 383, 389 – fig. 8, nº 2; 390; 399-400).

Em povoados, existem no *oppidum* de Badajoz, em contextos revolvidos ou na fase IIIB, entre a 2ª metade do século IV a.C. e o século III a.C. (Berrocal. Rangel, 1994b; pp. 156; 158; 164 – fig. 10.1, nº 23; 169 – fig. 13, nº 13; 174 – fig. 16, nº 39; 175); nos povoados fortificados de La Mesilla, dos séculos IV-II a.C. (Pavón Soldevilla, 1996, pp. 134-135 – fig. 8, forma V; 156; 158) e de La Ermita de Belén, dispersos pelo Nível IV do Corte 1, numa ocupação dos séculos IV a II a.C. (Rodríguez Díaz, 1991; pp. 40; 42- 43; 77, 142-143; 242); mas também no abandono de um dos fundos de cabana do povoado aberto de El Espadañar, entre os séculos IV-III a.C. (Sanabria Murillo *et al*., 2013, pp. 1257; 1260 – fig. 13).

O povoado fortificado de Castrejón de Capote, fundado em meados do século V a.C., conheceu, entre os séculos IV a II a.C., para além de um grande desenvolvimento das estruturas defensivas, uma rua central adossada por habitações. No centro de um espaço com 4m² sobrelevado em relação à rua e a céu aberto, foram identificados uma mesa-altar em pedra, um banco corrido e, entre outros materiais, 30 queimadores manuais mais ou menos exuberantemente decorados, nenhum deles com sinais de fogo (Berrocal-Rangel, 1989, pp. 252-254; 270; 1992, pp. 107-109; 360; 1994a; pp. 91-92; 190-196; 2004, p. 108). Este último aspecto denunciaria peças novas, (Cabanillas de la Torre, 2013, p. 136 e fig. 9), num ritual acabado de realizar em meados do século II a.C., rapidamente destruído (Berrocal-Rangel, 2004, p. 108). Esta estrutura e seus materiais foram vistos como um espaço ritual público, com oferendas cárneas, libações e queima de substâncias aromáticas e psicotrópicas, como revelarão os vestígios de *crocus*, talvez açafrão, numa peça não calada (Berrocal-Rangel, 1994a, pp. 196; 251; 263-276; 375 - Lâm. 49, nº 2132), uma cerimónia com um fundo ideológico gentilício atestado pelas peças produzidas localmente, com os queimadores, portadores do fogo doméstico a ganharem o estatuto de portadores do fogo comunitário, como observado nos rituais latinos vestais (Berrocal-Rangel, 2004, p. 108).

No interior andaluz constam dos sítios fortificados de Pasada del Abad (Pérez Macías, 1993, p. 401; Fig. 2) e Castillo de Aroche, Huelva (Berrocal-Rangel, 1994a, p. 318).

No Alentejo, surgem em povoados fortificados: nos contextos dos séculos IV-III a.C. do Castelo de Serpa (Braga & Soares, 1986, pp. 185 – nºs 9 e 10; 186 – nºs 11 e 12; 196-197); no Castelo Velho de Safara (Moura), datado dos séculos IV-III a.C. (Costa, 2010, pp. 37-38; Est. V, nº 657); no Cerro Furado, Beja (Ribeiro & Ferreira, 1971, pp. 257-259), podendo falar de uma estrutura cultual (Fabião, 1998, vol. 2, p. 196) da chamada II Idade do Ferro ou de época romana; no chamado Castro de Segóvia, Elvas, dos séculos IV-II a.C., depositado no Museu Nacional de Arqueologia (http://www.matriznet.dgpc.pt/: [2017], nº 2004.45.4); no Castelo da Lousa, Mourão, ocupado entre a 2ª metade do século I a.C. e os inícios do século I d.C. (Pinto & Schmitt, 2010, pp. 250-251 – nº 25; 288-289 – nº 19; 330; 340 – Est. XLIII, nº 25; 394 Est. XCVII – nº 19).

Sob outra forma, bastante distinta das que se conhece para as etapas posteriores aos finais do século V a.C., está presente no edifício de Cabeço Redondo (Moura), do século V a.C. (Soares, 2012, pp. 61- 64; Est. L) e, sob a forma de um fundo com pé destacado e decorado com incisões – e não correspondendo a descrição anterior (Gomes, 2001, p. 114), ocorre em contextos votivos dos últimos anos do 1º quartel do século IV a.C. da Azougada (Moura), questionando-se a presença de queimadores neste sítio (Antunes, 2009, pp. 358; 385 – Fig. 246: Est. CXXXI, nº 354).

Em contextos funerários, estão presentes na necrópole de meados do século VI a.C. – meados do século V a.C. da Tera (Mora), com um uso para lá dos rituais fúnebres (Mataloto, 2010-2011, pp. 91 – fig. 9; 92) e sob uma forma bem distinta das mais frequentes na segunda metade do I milénio a.C. Na necrópole dos séculos IV-III a.C. do Monte da Atafona (Almodôvar) existem dois exemplares: um associado ao único túmulo até hoje publicado (Silva & Gomes, 1992, pp. 177; 269 – fig. 61A), que um estudo ainda no prelo informa tratar-se do túmulo 1, e outro do *Cinzeiro* a Este daquele túmulo, ambos relacionáveis com oferendas secundárias (Gonçalves, Barros & Melro, n. p. – agradeço a cedência do artigo).

Ocorrem também em habitats abertos da área de Beja: na ocupação dos séculos IV-III a.C. do povoado

com fundos de cabana de Pisões 5 (Bargão & Soares, 2015, pp.77 – fig. 21, nº 2; 78) e entre os inícios do século IV a.C. – inícios do século III a.C., nos estratos prévios ao forno de produção cerâmica de Malhada de Biterres 2 (Estrela *et al*., 2012, pp. 359-361; 365). Ambos os casos são resultantes do empreendimento de Alqueva, conformando uma parte da revolução epistemológica que trouxe para o registo arqueológico do Sudoeste peninsular novos paradigmas de caracterização das comunidades humanas desta vasta área interior.

No povoado fortificado de Garvão (Ourique), expandido no século IV a.C. (Ponte, 2012, p. 47) do depósito secundário do século III a.C. conhecem-se oito queimadores, sete dispersos e o oitavo oriundo do conjunto IX. São manuais, com janelas triangulares e circulares por vezes associadas. As bases são trípodes, cúbicas ou piramidais ou com pés mais ou menos destacados. Quatro deles são asados. As decorações são impressas, incisas ou com aplicações plásticas, por vezes reunidas (Beirão *et al*., 1985, pp. 63-65; 100; 101 e 103 – nº 140). Um revela elementos ornitomórficos aplicados; noutro existem sinais de fogo (Berrocal-Rangel, 1992, p. 361 – Lâm. 12, nº 6; 1994a, pp. 192; 195). Estas e as demais peças acusam a presença próxima de um santuário ainda incógnito, com relevância regional e onde se lê a penetração e absorção de modelos culturais mediterrânicos mas com devotos sobretudo célticos, atendendo à representatividade dos materiais (Fabião, 1998, vol. 1, pp. 266-268), que em rituais colectivos cultuariam uma divindade salutífera e protectora e com certo carácter ctónico (Berrocal-Rangel, 2004, p. 112). Uma análise recente pondera a formação tardia do depósito, talvez na 1ª metade do século II a.C., com o avanço da conquista romana, num clima de insegurança que teria obrigado à ocultação das oferendas do santuário (Gomes, 2012, p. 120).

Em Cabeça de Vaiamonte (Monforte), dadas as características das escavações dirigidas por Manuel Heleno, é difícil datar e contextualizar os queimadores. Conhecem-se 12 queimadores, nenhum deles com sinais de fogo, sete deles bem conservados e com janelas triangulares, e apenas um deles é manual. A padronização de formas e de fabrico e com simplificação das janelas significarão uma cronologia mais recente, relacionável com o uso do sítio como destacamento militar romano (Fabião, 1998, vol. 2, pp. 70-73; 76; vol. 3, fig. 49), de que há com indícios no armamento datado do 1º quartel do século I a.C. (Pereira, 2013b). As tigelas bem conservadas e a abundância de cossoiros assinalarão contextos cerimoniais (Fabião, 1998, vol. 1, pp. 195-196; vol. 2, p. 75).

4. A PLENA IDADE DO FERRO NO SUDOESTE PENINSULAR: UM ENCONTRO DE CULTURAS

Dos sítios elencados sobressai, em primeiro lugar, uma longa tradição no uso de peças destinadas à combustão de odores. Logo a seguir, um repertório de matriz celticizante, patente na associação de queimadores a recipientes com matrizes impressas, situação verificada em quase todos os sítios do Sudoeste e que a bibliografia citada demonstra.

Os queimadores são produções locais mas há uma padronização morfológica, funcional e decorativa presente nas tradições oleiras das comunidades (Berrocal-Rangel, 1992, pp. 108-109). Algo similar existirá nos recipientes com matrizes impressas, com a relativa monotonia morfológica das peças e a repetição das mesmas "estampilhas" independentemente da área ou do local onde são identificadas (situação verificada sobretudo no Grupo I de Fabião), enunciando uma isonomia das comunidades que gerem territórios autónomos e pouco vastos (Fabião, 1998, vol. 2, p. 178), reflexo da facilidade da difusão da técnica e do que ela implica (uma matriz) ou talvez da identificação dos produtos armazenados (Estrela, 2010-2011, p. 114).

E o cenário actual é da presença destas peças não só e apenas em povoados fortificados como defendia a tradicional teoria sobre a Idade do Ferro mas também em algumas das necrópoles daqueles povoados (como em El Mercadillo ou Cantamento de la Pepina) e em povoados abertos e sem condições de defesa.

Outra associação existe entre queimadores e cossoiros. Estes remetem para tarefas femininas quando em âmbitos habitacionais, e presentes em ambientes cultuais e funerários falam de uma matriz religiosa mediterrânea; aqueles, quando em contextos habitacionais, relacionar-se-ão com a necessidade de afastar os odores das fibras têxteis ou como parte da preparação da coloração das mesmas (Estrela, 2010-2011, p. 110).

A sua reunião contextual atribui funcionalidades aos espaços ou revela episódios rituais.

No Sudoeste, esta reunião existe no expressivo conjunto de Castrejón de Capote e, como se verá, em

Mesas do Castelinho. Os dados de Cabeça de Vaiamonte são inseguros mas a presença de queimadores e tigelas bem conservados e de 1660 cossoiros, alguns deles decorados e outros grafitados, entretanto analisados (Pereira, 2013a) configurará, como já citado, um âmbito ritual. Os 150 cossoiros, um terço deles decorados e quatro esgrafitados, do altar A de Castrejón de Capote, teriam funções comerciais como meio de contar e controlar as oferendas ou cultuais, como ex-votos (Berrocal-Rangel, 1994a, pp 219-229; 2004, p. 108).

Noutros locais, por aparentemente não se associarem, remeterão mais facilmente e talvez precipitadamente, para espaços habitacionais. Estes dados menos seguros, apenas intuídos, mostram-se em níveis de utilização do Castelo de Serpa (Soares & Braga, 1986, p. 196), à superfície no Castelo Velho de Safara (Costa, 2010, pp. 1; 73), na fase de abandono de El Espadañar (Sanabria Murillo *et al.*, 2013, p. 1268) e nos 82 cossoiros dispersos ou reunidos do Castelo da Lousa (Pinto & Schmitt, 2010, pp. 324-325).

Em El Jardal, o único cossoiro conhecido integraria o conjunto 2 e o queimador não faria parte de qualquer contexto funerário (Jiménez Ávila, 2015, p. 380 – fig. 3, nº 2; 383; 391). Da Atafona existem os já mencionados queimadores e quatro cossoiros mas estes provêm de outros contextos funerários (Gonçalves, Barros & Melro, n. p.).

Ainda assim, é razoável afirmar que os queimadores mostram sepulturas femininas, como aliás revelam os dados antropológicos do túmulo 15.2 de El Mercadillo (Hernández Hernández & Galán Domingo, 1996, pp. 40; 71), ou como indicará a arrecada de ouro do túmulo publicado da Atafona, acompanhada por um queimador (Silva & Gomes, 1992, pp. 177; 269- fig. 61A), se bem que os estudos antropológicos não sejam categóricos a este respeito (Gonçalves, Barros & Melro, n. p.).

Os esquemas culturais dos contextos funerários posteriores aos finais do século V a.C. estarão em aparente continuidade com os contextos votivos mais antigos, neste tema da distinção sexual, quando se prova, precisamente nos queimadores com representações de aves das necrópoles da área da Beja, ou no queimador ritual de Alhonoz, o culto da deusa mediterrânea Astarté/Tinnit (Arruda, 2016, pp. 406; 410; 421).

Já os cossoiros das necrópoles de cronologias posteriores aos finais do século V a.C. não terão de reportar linear e directamente sepulturas femininas. Dos cinco túmulos com cossoiros de El Mercadillo, em três era impossível assegurar a presença de mulheres sepultadas mas assim foram vistos, ainda que os autores refiram, noutros contextos de cremação, o uso indistinto destas peças em túmulos masculinos e femininos (Hernández Hernández & Galán Domingo, 1996, pp. 34; 44; 56; 60; 65; 71; 88). O uso destas peças no altar A de Castrejón de Capote envolve um carácter comunitário, esbatendo eventualmente esta associação de género e antevendo, para os contextos pós-finais do século V a.C., conotações reveladoras de uma mescla de influências.

Noutras áreas e sobre cronologias anteriores há referências às janelas triangulares dos pés de peças de túmulos catalães como inspiradas em peças orientais usadas originalmente no trabalho têxtil que ganham simbolismo a partir da sua inclusão em túmulos importantes atenienses do século VII a.C. (Graells i Fabregat & Sardà Seuma, 2007, pp. 85-86). A associação de peças caladas com cossoiros, em contextos votivos com a mesma proveniência, também está patente no extremo ocidente europeu.

5. OS QUEIMADORES DE MESAS DO CASTELINHO

O que se apresenta e discute constitui uma revisão do estudo destas peças do sítio, mais ou menos extensamente apresentado e/ou a propósito da sua associação a artefactos da ocupação da Idade do Ferro e de época romana republicana (Estrela, 2010, vol. I, pp. 69-72; 2010-2011; 2013, p. 674). É também uma actualização, com a inserção de artefactos identificados em níveis da fase de época romana republicana ou em recolhas de superfície, como o obtido em 1975 por Teresa Júdice Gamito e José Morais Arnaud, depositado em 2010 no Museu Nacional de Arqueologia (Figura 2:A – 1), mas também os achados em revolvimentos causados pelas destruições de 1986 - como o decorrente da minimização de Carlos Jorge Ferreira em 1987 (Figura 2: A – 2), ou os encontrados casualmente após esta data (Figura 2: A – 3 e 4).

O conjunto em análise é constituído por fragmentos de bordos, fundos, asas e bojos de 18 queimadores, longe portanto das situações de peças bem conservadas de outros sítios mas a sua quantidade é tanto mais significativa quanto mais de metade deles se encontra nas sequências de ocupação e abandono de determinados espaços.

Mostram fabrico manual, cozeduras redutoras, superfícies relativamente cuidadas, alisadas ou mesmo

polidas. Apenas um fragmento mostra sinais de fogo. Destacam-se as decorações que acompanham as peças, com incisões lineares ou mais elaboradas, aplicações plásticas decoradas com incisões e as que por vezes rodeiam as janelas. Ainda que o conjunto seja monótono no respeitante às janelas, sempre triangulares, algumas decorações mais ou menos profusa e ostensivamente aplicadas denotam um certo *horror vacui,* como Berrocal-Rangel reparou para as peças de Castrejón de Capote (1992, p. 108).

Não será propriamente a decoração que linearmente dirá se estamos perante recipientes com uso votivo ou, ao invés, com utilizações mais quotidianas. Os mecanismos de utilização destas peças só se entendem com as suas associações a outros materiais.

Descartáveis para este entendimento mas merecendo ilustração, já que ajudarão no estudo de peças similares de outros sítios e contextos, estão os fragmentos recolhidos à superfície (Figura 2: A – 1 a 4) ou em situação pós-deposicional – em níveis de aterro reportáveis aos inícios da fase de ocupação romana republicana de alguns espaços domésticos dos sectores A1 e A3 (Figura 2: B – 5 e 6), B2 e e B3 (Figura 2: C – 8 e 10), no derrube da linha exterior de muralha no talude ocidental da Plataforma B ou em níveis de utilização de uma das ruas da mesma mesa (Figura 2: C – 7 e 11).

Um contexto, porém, dá conta da perduração da utilização dos queimadores nos inícios da ocupação de época romana, algures na 2ª metade do século II a.C., com um exemplar com sinais de fogo identificado no momento da criação do Ambiente XXX do Sector B3, um espaço situado a Oeste da Rua 2, no chamado 2º Quarteirão. Integra o depósito fundacional supracitado e já alvo de publicação (Estrela, 2013), ainda que num espaço mais amplo do que então se supunha (Figura 2: C – 9). Ali se revelam sinais de gestos rituais e de um universo feminino que cedem lugar aos trabalhos masculinos, e numa esfera intimista, num aposento subalterno do urbanismo do povoado romanizado.

Os dados da ocupação da Idade do Ferro, presentes em dois sectores das duas plataformas do sítio, permitem apreender a funcionalidade destas peças singulares e dos respectivos espaços, ainda que em contextos e graus de preservação distintos.

Os queimadores presentes na plataforma A reportam-se a contextos de abandono presentes em dois extremos da área a Sul do chamado Complexo de Construções do Século I a.C. do Sector A1, no Ambiente XIII (a Este) e no que convencionei chamar como Ambiente XV (a Oeste), e em estratos cuja cronologia pode ser remetida para um intervalo situado entre os finais do século III a.C. e a 1ª metade do século II a.C. (Figura 3), ou seja, já na fase terminal do povoado fortificado da Idade do Ferro.

Os três queimadores presentes nestes estratos (Figura 3: 1, nº 1131; 2 – nº 1069 e 3 – nº 1038) convivem com dois cossoiros – um deles decorado (Figura 3: nº 3937 e 1 – nº 3938), com tigelas e pequenos potes manuais, por vezes decorados com incisões e com aplicações plásticas mamilares (Figura 3: 2 – nº 1077; 3 – nºs 1037 e 3965), com pratos de peixe pintados de produção regional (Figura 3:3 – nº 3956), com potes médios e pequenos pintados, produzidos na área da actual Andaluzia (Figura 3: 2 – nºs 541 e 1229), com grandes contentores de armazenamento a torno e de produção local/regional (Figura 3:1 – nº 551), com recipientes "estampilhados" dos Grupos I e II de Fabião (Figura 3: 1 – nºs 4025 e 4024; 2 – nº 939; 3 – nºs 760, 1004 e 755), com duas ânforas gaditanas T-8.2.1.1 (Figura 3:1 – nº 15; 3 – nº 36). No Ambiente XV, o estrato mais recente revelava, em clara posição secundária, um fragmento de fundo de uma taça Cástulo (Figura 3, nº 3922). A maioria dos materiais elencados está ilustrada como amostra de origens ou formas representadas. Apenas os cossoiros, os queimadores, as ânforas ou a taça Cástulo surgem nas quantidades representadas na figura.

Todos eles falam de uma ocupação mais antiga que a cronologia contextual obtida, remetendo para um âmbito ritual do qual o que chegou ao registo arqueológico se resume à fragmentação das peças e à afectação substancial destes estratos feita pela estratigrafia sobrejacente e com a destruição de 1986.

Ainda assim, é possível equacionar, por um lado, alguma separação física entre os contextos das duas áreas do Sector A1 onde se identificaram os queimadores, facto que apontará para diferentes âmbitos espaciais coevos ou, em alternativa, em diferentes momentos. Por outro lado, parece ser possível ponderar que os contextos respectivos de utilização daquelas peças se reportarão a uma cronologia centrada no século III a.C.

Na plataforma B foram identificados queimadores em dois episódios de utilização sequenciados do Ambiente X, um espaço adossado às linhas fortificadas situado no extremo Noroeste do Sector B2. O acesso a este compartimento fazia-se desde Este. Os queimadores do momento mais antigo identifi-

cam-se num piso cujo acesso se faz pelo topo de um muro que perde o estatuto de divisor, apoiado no interior por um degrau/soleira. Sobre aquele muro é construído um outro cujo topo irá também servir como soleira/degrau, desta feita associado ao piso mais recente (Figura 4).

A cerâmica aqui recolhida, inscrita essencialmente num círculo de produção local/regional, define uma cronologia do século III a.C., talvez centrada nos seus meados. A sequência estratigráfica é relativamente longa, iniciada em meados do século IV a.C. e exclusivamente pautada por momentos de utilização. O facto de os queimadores ocorrerem praticamente nos estratos superiores desta ocupação, separando-se da ocupação de época romana por apenas um estrato de utilização, configura e valoriza a datação proposta. Os recipientes mostram-se melhor conservados, comparativamente aos dos níveis de abandono do Sector A1 supracitados, ainda que, mais uma vez, longe das situações de peças bem preservadas de Capote ou Garvão.

Numa descrição inversa à ordem de deposição estratigráfica, e apenas parcial por entre o relativamente vasto acervo material constante no Ambiente X de Mesas do Castelinho, temos o seguinte cenário: no piso mais recente, associado a duas lareiras construídas simplesmente com terra, dois queimadores convivem com cerâmica manual usada para armazenamento e consumo de alimentos – um pote manual, uma tigela com pega mamilar e fragmentos de recipientes decorados com matrizes impressas (Figura 4: 1 – nºs 4001, 4002, 4089, 4018, 4042 e 4043, respectivamente). Um destes recipientes, já do grupo II de Fabião, identifica-se também no aterro respectivo deste piso, associado a outros fragmentos do Grupo I, um cossoiro ou uma tampa manual. Este espólio convive com dois queimadores (Figura 4: 2 – nºs 4044, 4047, 3941, 4073, 3935 e 4003-433, respectivamente), um deles parcialmente recolhido no piso justaposto, relacionado com uma estrutura de apoio do tipo poial/banco construída no canto Noroeste do compartimento. Sobre este poial/banco foi identificado um cossoiro que se associava a outros dois cossoiros e a abundante cerâmica quebrada em conexão. Destaco aqui as produções manuais de recipientes de armazenagem – grandes contentores com decoração impressa ou com cordões plásticos decorados com incisões e com asas em ferradura, potes médios e pequenos com técnicas decorativas similares ou tigelas. Deste espólio manual merece menção particular o pote médio de pé destacado e com um acabamento polido de muito boa qualidade, usado como contentor de líquidos e a curiosa e incomum peça decorada ostensivamente na superfície externa com incisões e cuja utilização é por agora de difícil interpretação (Figura 4:3 – nºs 3949, 3950, 4011, 425, 4010, 4021, 4093, 4081, 4432, respectivamente). As peças a torno reportam-se a usos no armazenamento e/ou na preparação de alimentos, com bacias ou potes/panelas (Figura 4: 3 – nºs 4091 e 4092).

Os dados falam de espaços cerimoniais em ambas as plataformas que poderão ter funcionado coevamente, o que remeterá para cerimónias de cariz mais familiar do que propriamente comunitário, o que se afigura como um dado relevante e interessante para os contextos com queimadores do Sudoeste peninsular. Ainda que, como já referido, os contextos do Sector A1 reportem a momentos de abandono, as ânforas de preparados de peixe e os grandes recipientes "estampilhados" são melhores indicadores de consumos recorrentes no tempo que a grupos alargados. Os queimadores encontrados descontextualizados em estratos da ocupação romana republicana deste sector e do Sector A3 desenham, juntamente com os identificados em contextos da Idade do Ferro, uma área relativamente circunscrita da plataforma e do povoado, o que se revela como mais um elemento a considerar para acentuar a importância espacial dada a este tipo de eventos. A presença aqui, de mais de metade da escassa cerâmica ática conhecida do sítio, maioritariamente descontextualizada, e a mesma representatividade das ânforas gaditanas, são outros sinais das características especiais e diferentes desta área.

Algures em meados do século III a.C., os contextos de utilização do Sector B2 falam de cerimónias que terão existido até aos finais do mesmo século. Os restantes compartimentos deste sector são de uso familiar, ainda que com algum nível de vocação distinta, como, por exemplo, o verificado no Ambiente VII, localizado a Sul, onde existiram em diferentes momentos fornos metalúrgicos. A escassa presença de cerâmica de grande circulação, de que destaco aqui as ânforas – duas T-8.2.1.1. no piso preexistente ao Ambiente X e uma T-8.1.1.2 usada no transporte de azeite e recolhida no espaço contíguo a Este e coevo do Ambiente X, ajudam também a conformar uma área que é, por definição, residencial e familiar. Assim entendidos, os contextos enunciados distan-

ciam-se das leituras anteriores, que mostravam de forma algo circunscrita tarefas domésticas femininas de fiação, patentes nos cossoiros e onde os queimadores tinham funções essencialmente práticas, para afastar os odores das fibras têxteis ou como bases de preparação das mesmas (Estrela, 2010, vol. I, p.72; 2010-2011, p. 110; 2013, p. 674). Estas leituras não serão totalmente rejeitáveis e mesmo em contextos de reuniões cultuais familiares farão algum sentido. Já procurar uma eventual distinção sexual de gestos nestas cerimónias é mais arriscado e difícil mas, ainda assim, há que apontar a provável transferência do uso e do significado dos cossoiros: associados a lavores femininos em ambientes domésticos, poderão ter tido nestas reuniões e pelas mesmas mãos, outras utilizações, como ex-votos ou como meio de controlar ou contar oferendas. As mesmas mãos seriam as portadoras do fogo doméstico contido nos queimadores usados em partilhas de odores e libações.

Claro está, a arqueometria confirmaria ou infirmaria estas leituras, mas elas aqui ficam como hipóteses para caracterizar os contextos das peças singulares que são os queimadores. Os cossoiros do sítio mereceriam também uma análise mais aprofundada. Fica apresentado o desafio e o convite para o seu estudo.

6. JANELAS ARDENTES

Os queimadores do povoado rural de Mesas do Castelinho são parte importante do cerimonial de reuniões de cariz familiar, mais intimistas ou caseiras que o que revelam os dados de Cabeça de Vaiamonte, El Castrejón de Capote ou Garvão. Os contextos estratigráficos de Mesas do Castelinho falam de uma cronologia centrada no século III a.C., em contraponto parcial com os dados conhecidos para aqueles três outros sítios.

Mais que epifenómeno, a produção e utilização das peças singulares que são os queimadores reproduzirá crenças que nos escapam, ainda que sobre elas se possa equacionar a existência de relação entre este povoado rural e a natureza benfazeja, numa comunhão que procura afastar os temores dos temporais ou das secas, das más colheitas ou das fracas caçadas. Sobre o ritual, foge-nos a componente do cheiro mas podemos visualizar o efeito cénico das janelas ardentes, do fogo bruxuleante – numa acepção talvez não muito afastada da raiz do adjectivo usado.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ana Sofia Tamissa (2009) – *Um conjunto cerâmico da Azougada. Em torno da Idade do Ferro pós-orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. (O Arqueólogo Português; Suplemento 5).

ARRUDA, Ana Margarida (2016) – À *vol d'oiseau*. Pássaros, passarinhos e passarocos na Idade do Ferro do Sul de Portugal. In SOUSA, Ana Catarina; CARVALHO, António; VIEGAS, Catarina, eds. – *Terra e água. Escolher sementes, invocar a deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. (Estudos & Memórias; 9); pp. 403-423.

BARGÃO, Patrícia; SOARES; António Manuel Monge (2015) – Pisões 5: um sítio de fossas dos barros de Beja. In MEDINA ROSALES, Nieves, ed. – *VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular. Aroche-Serpa, 29, 30 de noviembre, y 1 de diciembre de 2013*. Aroche: Ayuntamiento de Aroche. pp. 65-87.

BEIRÃO, Caetano de Mello; SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina; GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1985) – Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 3, pp. 45-136.

BELÉN (2011-2012) – Notas sobre religiosidad turdetana. Los depósitos sagrados del oppidum de Alhonoz (Herrera, Sevilla). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 37-38, pp. 333-348.

BERROCAL RANGEL, Luis (1990) – Materiales cerámicos "a mano" de una necrópolis nertobriguense (El Cantamento de la Pepina, Badajoz). In BURILLO MOZOTA, Francisco, coord. – *II Simposio sobre los Celtíberos. Necrópolis celtibéricas*. Zaragoza: Institución Fernando El Católico. pp. 311-315.

BERROCAL-RANGEL, Luis (1989) – El asentamiento "céltico" de Castrejón de Capote (Higuera La Real, Badajoz). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 16, pp. 245-295.

BERROCAL-RANGEL, Luis (1992) – *Los pueblos célticos del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Editorial Complutense.

BERROCAL-RANGEL, Luis (1994a) – *El altar prerromano de Capote. Ensayo etno-arqueológico de un ritual céltico en el Suroeste peninsular*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.

BERROCAL-RANGEL, Luis (1994b) – El *oppidum* de Badajoz. Ocupaciones prehistóricas en La Alcazaba. Madrid. In ALMAGRO-GORBEA, Martín; MARTÍN BRAVO, Ana María, eds. – *Castros y* oppida *en Extremadura*. Madrid. (Complutum Extra; 4), pp. 143-187.

BERROCAL-RANGEL, Luis (2004) – Banquetes y rituales colectivos en el Suroeste peninsular. *Cuadernos de Prehis-*

toria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid. Madrid. 30, pp. 105-119.

CABANILLAS DE LA TORRE, Gadea (2013) – La céramique du sanctuaire celtique de Capote (Higuera la Real, Badajoz, Espagne). Les gestes du banquet à travers l'étude fonctionnelle de la vaisselle. In DENTI, Mario; TUFFREAU-LIBRE, Marie; VILLETE, Mathilde, eds. – *La céramique dans les contextes rituels. Fouiller et comprendre les gestes des Anciens: actes de la table ronde de rennes (16-17 juin 2010)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes. pp. 127-139.

COSTA, Teresa (2010) – *O Castelo Velho de Safara (Moura): Elementos para o seu estudo*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [http://hdl.handle.net/10451/4255].

ESTEBAN ORTEGA, Julio (1993) – El poblado y la necrópolis de "La Coraja", Aldeacentenera, Cáceres. *El proceso histórico de la Lusitania Oriental en* época *prerromana y romana*. Mérida. (Cuadernos emeritenses; 7), pp. 55-112.

ESTRELA, Susana (2010) – Os Níveis Fundacionais da Idade do Ferro de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Os Contextos Arqueológicos na (*Re) Construção do Povoado*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 2 Vols. [http://hdl.handle.net/10451/3009].

ESTRELA, Susana (2010-2011) – Mesas do Castelinho (Almodôvar): uma aldeia amuralhada na paisagem da Idade do Ferro do Baixo Alentejo. *Arqueologia & História*. Lisboa. 62-63, pp. 101-115.

ESTRELA, Susana (2013) – Um depósito fundacional do século II a.C. em Mesas do Castelinho (Almodôvar). Uma análise preliminar. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César, coord.- *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 671-679.

ESTRELA, Susana; COSTA, Marco; PORFÍRIO, Eduardo; SERRA, Miguel (2012) – Malhada de Biterres 2 (Mombeja, Beja): um forno da Idade do Ferro nos alvores da romanização. *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Almodôvar, 18 a 20 de Novembro de 2010*. Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar. pp. 347-369.

FABIÃO, Carlos (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na Área Céltica do Território hoje Português*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 3 Vols. [Policopiado].

GOMES, Francisco Bentes (2012) – *Aspectos do sagrado na colonização fenícia. Contextos de culto de influência oriental na Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-III a.n.e.)*. Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Cadernos da UNIARQ; 8).

SILVA, Armando Coelho da; GOMES, Mário Varela (1992) – *Proto-história de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.

GOMES, Mário Varela (2001) – Divindades e santuários púnicos, ou de influência púnica, no Sul de Portugal. *Os Púnicos no Extremo Ocidente. Actas do Colóquio Internacional realizado na Universidade Aberta, Lisboa, 27 e 28 de Outubro de 2000*. Lisboa: Universidade Aberta. pp. 99-148.

GONÇALVES, David; BARROS, Pedro; MELRO, Samuel (n.p.) – Os restos humanos cremados da necrópole do Monte da Atafona (Almodôvar). Resultados preliminares. *VIII Encontro de Arqueologia do Algarve. Silves, 21-23 de Outubro de 2010*.

GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos (2010) – Mesas do Castelinho (Almodôvar): um exemplo de urbanismo falhado no sul da Lusitânia. In GORGES, Jean-Gérard; NOGALES BASARRATE, Trinidad, eds. – *VII Table Ronde Internationale sur la Lusitanie Romaine. Naissance da Lusitanie Romaine (Ier av. – Ier ap. J. C.). Toulouse, 8-9 novembre 2007*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano de Mérida. pp. 459-488.

GRAELLS I FABREGAT, Raimon e SARDÀ SEUMA, Samuel (2007) – La crátera de la tumba 184 de Agullana y otros soportes y pies calados de Cataluña y el Languedoc: aproximación al origen, uso y significado. *Rivista di archeologia*. Roma. 31, pp. 77-89.

HERAS MORAL, Francisco Javier (2001) – Algunas consideraciones acerca de los materiales reciclados en las necrópolis prerromanas cacereñas. *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*. Pamplona. 9, pp. 175-196.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca e GALÁN DOMINGO, Eduardo (1996) – *La necrópolis de "El Mercadillo" (Botija, Cáceres)*. Mérida: Junta de Extremadura/Consejería de Cultura y Patrimonio. (Extremadura Arqueológica; VI).

JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (2015) – Tumbas de la II edad del Hierro de la necrópolis de El Jardal (Herrera del Duque, Badajoz). In MEDINA ROSALES, Nieves, ed. – *VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular. Aroche-Serpa, 29, 30 de noviembre, y 1 de diciembre de 2013*. Aroche: Ayuntamiento de Aroche. pp. 377-404.

MARTÍN BRAVO, Ana María (1999) – *Los orígenes de Lusitania: el I milenio a.C. en la Alta Extremadura*. Madrid: Real Academia de la Historia. (Bibliotheca Archaeologica Hispana; 2).

MATALOTO, Rui (2010-2011) – Os senhores da terra: necrópoles e comunidade rurais do território alto alentejano nos sécs. VI-V a.C. *Arqueologia & História*. Lisboa. 62-63, pp. 77-100.

PAVÓN SOLDEVILLA, Ignacio (1996) – El castro de "La Mesilla" (Alange, Badajoz): apuntes para la definición de la Segunda Edad del Hierro en el valle del Matachel. *Cuadernos de prehistoria y arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 23, pp. 124-163.

PEREIRA, Teresa Rita (2013a) – Por um fio: tipologia e função do conjunto de cossoiros de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/Portugal). In ARNAUD, José Morais; MARTINS,

Andrea; NEVES, César, coord. – *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 681-691.

PEREIRA, Teresa Rita (2013b) – As armas na romanização: o exemplo de Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Portugal). In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier; BUSTAMANTE, Macarena; GARCÍA CABEZAS, Miriam, eds. – *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular. Villafranca de los Barros, 4-6 octubre de 2012*. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros. pp. 1327-1360.

PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (1993) – Poblados de la Edad del Hierro en la Sierra de Huelva. Orígenes e influencias en la formación de la *Baeturia*. *1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto. (Trabalhos de Antropologia e Etnologia; 33: 3-4), pp. 393-406.

PINTO, Inês Vaz; SCHMITT, Anne (2010) – Cerâmica comum. In ALARCÃO, Jorge de; CARVALHO, Pedro; GONÇALVES, Ana, coord. – *Castelo da Lousa: intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. (Studia Lusitana; 5), pp. 219-443.

PONTE, Teresa Ricou Nunes da (2012) – *Em torno às ocupações antigas de Garvão*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 Vols. [1º Vol disponível em http://hdl.handle.net/10216/66446].

RIBEIRO, Eduardo Cação; FERREIRA, Octávio da (1971) – Acerca dos vasos com "janelas triangulares" do Castro do Cerro Furado (Guadiana). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 81: 3-4, pp. 255-259.

RIVERO DE LA HIGUERA, María Cleofé (1974) – Algunas cerámicas ibéricas decoradas del «Castro Plaza del Tercio» (Torrecillas de la Tiesa, Cáceres). *Zephyrus*. Salamanca. 25; pp. 351-377.

RODRÍGUEZ DÍAZ, Alfonso, coord. (1991) – *La Ermita de Belén (Zafra, Badajoz). Campaña 1987*. Mérida: Editora Regional de Extremadura.

RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso; BERROCAL RANGEL, Luis (1988) – Materiales cerámicos de la Segunda Edad del Hierro del Cantamento de la Pepina (Fregenal de la Sierra, Badajoz). *Cuadernos de prehistoria y arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 15, pp. 215-252.

RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso; PAVÓN SOLDEVILLA, Ignacio (1999) – *El poblado protohistórico de Aliseda (Cáceres). Campaña de urgencia de 1995*. Aliseda: Ayuntamiento de Aliseda.

SANABRIA MURILLO, Diego; SÁNHEZ HIDALGO, Fernando; MENÉNDEZ MENÉNDEZ, Andrea; GIBELLO BRAVO, Victor (2013) – Nuevos datos para el conocimiento de la Segunda Edad del Hierro en la Betúria Túrdula. El yacimiento de El Espadañar (Quintana de la Serena, Badajoz). In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier; BUSTAMANTE, Macarena; GARCÍA CABEZAS, Miriam, eds. – *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular. Villafranca de los Barros, 4-6 octubre de 2012*. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros. pp. 1245-1273.

SOARES, António Manuel Monge; BRAGA; José Rodrigues (1986) – Balanço provisório da intervenção arqueológica já realizada no Castelo de Serpa. *I Encontro de Arqueologia da Região de Beja, Beja, 17-19 Janeiro de 1986*. Beja. (Arquivo de Beja, II Série, 3), pp. 167-198.

SOARES, Rui (2012) – *O Cabeço Redondo. Um edifício da Idade do Ferro pós-orientalizante na Herdade do Metum (Moura)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [http://hdl.handle.net/10451/7919].

WATTENBERG, Federico (1963) – *Las cerámicas indígenas de Numancia*. Madrid: Universidad de Madrid/Valladolid: Diputación Provincial de Valladolid. (Bibliotheca Praehistorica Hispana; 4).

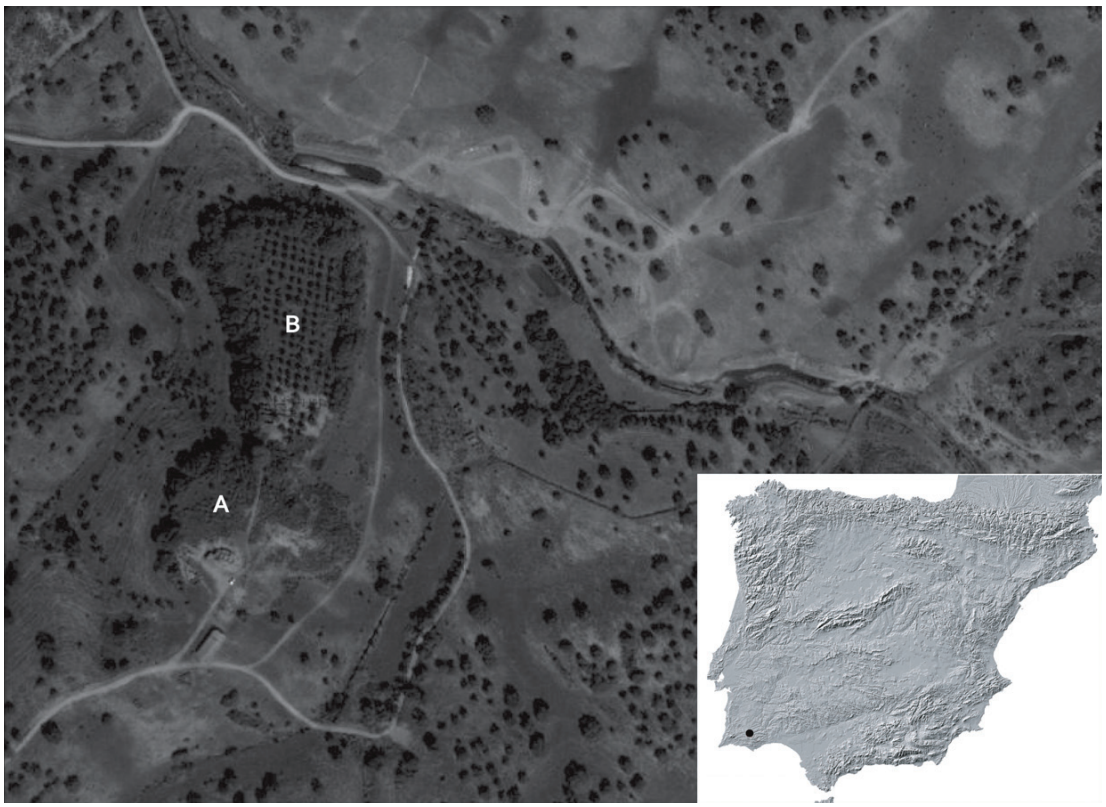


Figura 1 – Mesas do Castelinho (foto áerea – fonte *Google Earth*, modificado) e sua localização na Península Ibérica.

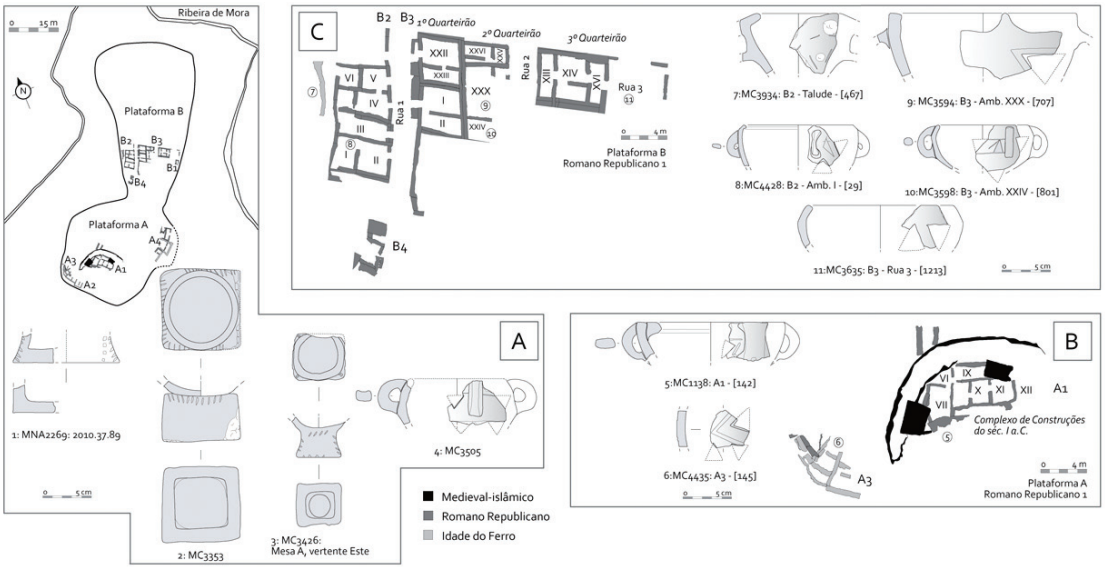


Figura 2 – Queimadores identificados fora de contexto (A) e em contextos de época romana republicana nas duas plataformas de Mesas do Castelinho (B e C).

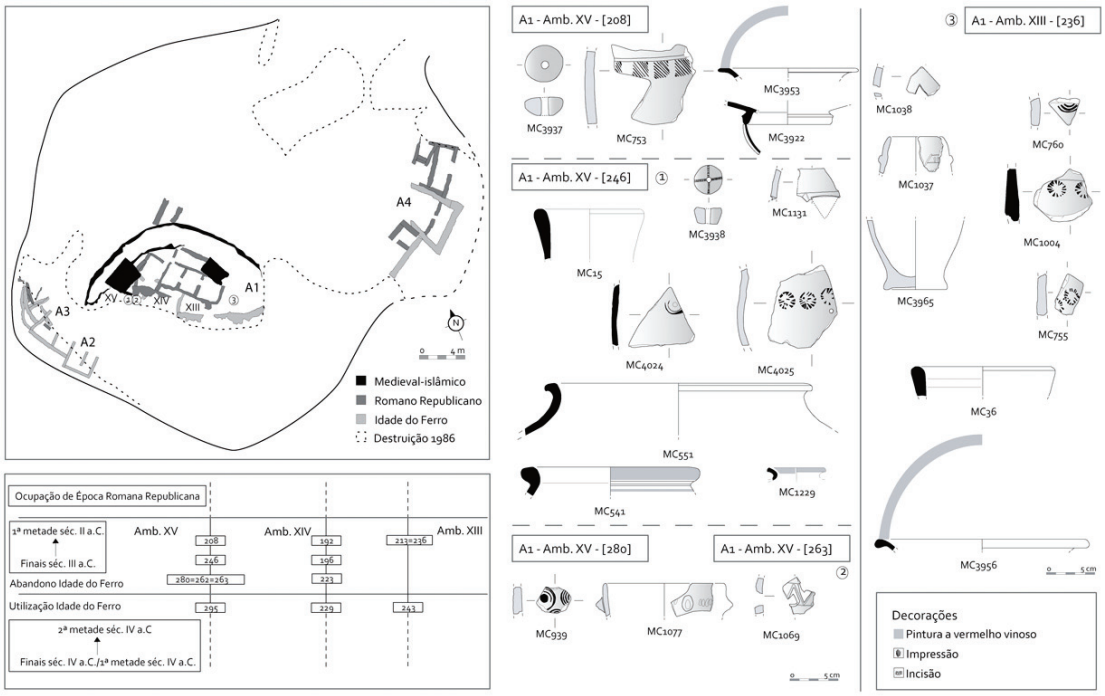


Figura 3 – Queimadores e demais espólio associado no Sector A1.

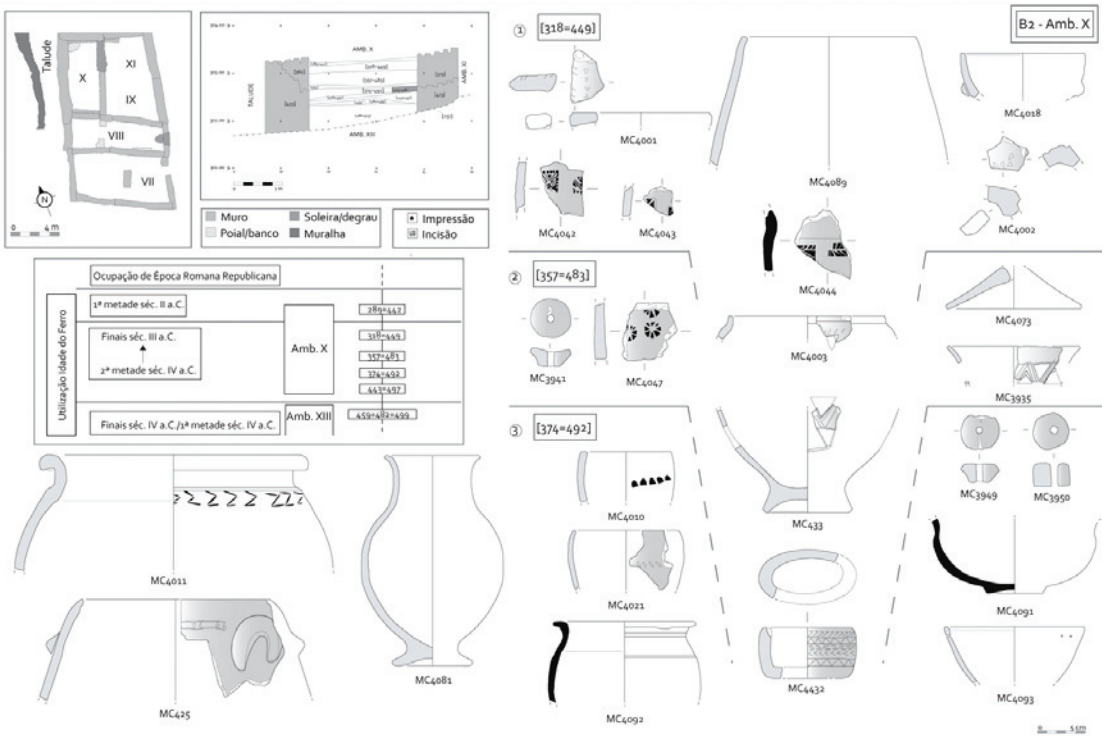


Figura 4 – Queimadores e demais espólio associado no Sector B2.

O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO ESPIGÃO DAS RUIVAS (CASCAIS)

José d'Encarnação[1], Guilherme Cardoso[2]

RESUMO

Duas sondagens arqueológicas na área do Espigão das Ruivas, Cascais, em 1991, possibilitaram identificar vestígios de uma ocupação que perdurou intermitentemente entre a Idade do Ferro e o período medieval.

O sítio arqueológico assenta sobre um esporão natural, do litoral, na falésia do lado poente da praia de Porto Touro ou Guincho Velho. Dali observa-se uma vasta área de mar entre o Cabo Raso e o Cabo da Roca.

Os materiais mais antigos mostram uma ocupação inicial da Idade do Ferro, enquanto os mais modernos são já do período islâmico, associados a uma estrutura quadrangular de pedra seca.

Palavras-chave: Porto de abrigo, Idade do Ferro, Romano, Medieval.

ABSTRACT

In 1991 two archaeological surveys were carried out at Espigão das Ruivas, in the municipality of Cascais, where were identified assets of a human occupation that dated from the Iron Age up to Medieval Times, on a non regular basis.

The archaeological site stands on a coastal-spur, upon a western cliff, at the Porto Touro or Guincho Velho's beach. From there, we can see the entire Atlantic coast between Cabo Raso and Cabo da Roca.

The older assets allow ascertaining an initial settlement in Iron Age, while the discovery of Islamic assets and a quadrangular dry-stone building are the proof of a later occupation.

Keywords: Safe Harbour, Iron Age, Romans, Dark Ages.

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico do Espigão das Ruivas é conhecido nos meios arqueológicos desde o terceiro quartel do século XIX, através da publicação de um artigo póstumo de Francisco de Paula e Oliveira, "Antiquités Préhistoriques et romaines des environs de Cascaes":

"**Espigão das Ruivas**. C'est le nom d'un rocher baigné par la mer, situé au sud-est du cap da Roca, non loin du hameau de Biscaia. Ce rocher, très escarpé, s'avance dans la mer, formant une petite presqu'île d'un accès extrêmement difficile. Il est probable qu'il n'en ait pas toujours été ainsi, et que cette circonstance soit due aux dégradations causées par la mer, fréquemment orageuse dans cette côte. En effet, ce rocher presque inaccessible présente des indices d'avoir été habité à une époque reculée: des fondements d'édifices, des monceaux de débris de tuiles, de briques, de poterie, le démontrent d'une manière positive. Je n'ai pas eu le temps d'explorer ces ruines, je ne peux en conséquence rien dire de précis sur leur caractère et leur âge, mais les rares indices que j'ai observés dénoncent une haute antiquité. La poterie, quoique révélant l'emploi du tour, est en général fabriquée d'une pâte grossière; les tessons ont leurs arêtes très émoussées, et ils présentent le même aspect des tessons de poterie romaine qu'on trouve ailleurs à la surface du sol.» (Oliveira, 1888/92, 95 e 96).

Durante dez anos procurámos identificar este sítio arqueológico. Em 1983, estivemos perto; mas, devido às fortes rajadas que se faziam sentir, não foi possível fazer a parte final da escalada, com receio de nos desequilibrarmos e nos precipitarmos na ravina. Só no ano seguinte, após a confirmação de João Kadich, é que nos inteirámos que, na verdade, ficava no esporão a poente de Porto Touro. Quando voltámos ao local, num dia calmo, recolhemos à superfí-

1. Universidade de Coimbra; jde@fl.uc.pt

2. Centro de Arqueologia de Lisboa; gijpcardoso@gmail.com

cie do terreno, sobre o afloramento rochoso, vários fragmentos de cerâmica, que se encontravam fora de contexto e que nos deram uma pequena visão do tipo de vestígios que ali se podiam encontrar.
No entanto, as dúvidas que ficaram após as observações que fizéramos do local levaram-nos a proceder a sondagens arqueológicas em 1991, com a finalidade de se saber quais os períodos da sua ocupação, se existiam estruturas, para que serviam e o seu grau de conservação. Tivemos então a colaboração do pessoal do Gabinete da Câmara Municipal de Cascais, chefiado à época pelo saudoso João Cabral (Figura 1).

2. A ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Como foi referido, o sítio localiza-se no topo sul do esporão, a nascente do Porto Touro. Implantado numa superfície aplanada de encosta suave, tem uma área aproximada de 855 m² de superfície, delimitado por escarpas com mais de 30 metros de altura.
Não existiam grandes hipóteses de efectuar sondagens no local, devido ao espaço ser muito limitado e o substrato geológico aflorar à superfície em grande parte da área. Assim mesmo, ficou decidida a abertura de duas sondagens na parte central do planalto. Uma aproximadamente ao centro, onde a camada de terra aparentava maior altura e outra um pouco mais a sul, onde se observavam vestígios de muros.
A finalidade das sondagens era saber o estado de conservação das estruturas e as datações dos vestígios arqueológicos (Figura 2).

2.1. SI

A primeira sondagem que efectuámos foi aproximadamente no centro do planalto, um pequeno quadrado de 2 x 2 m (Figura 1).
No decurso desta intervenção, foram identificados dois estratos na metade SE, onde o terreno afundava mais um pouco em relação à envolvência. Pelo seu aspecto, concluímos que terá servido para extracção de pedra para construção, tendo sido arrancada à rocha com uma simples alavanca. A corroborar esta ideia, verificou-se a ausência de qualquer tipo de material arqueológico na parte mais profunda da depressão, bem como qualquer marca de corte com ferramentas de gume no substrato geológico (Figura 3).
Os materiais arqueológicos provenientes dos dois estratos arqueológicos ali identificados revelaram ser provenientes de deposições secundárias, atribuíveis a factores de escorrência devido às águas da chuva e ainda a factores antrópicos durante a última ocupação do sítio (Figura 3).

2.2. SII

Após a implantação de SI, abriu-se, um pouco mais a sul, um rectângulo de 5 m x 6 m, onde se observava um amontoado de pedras soltas, com materiais arqueológicos à mistura. Logo à superfície, sobre as pedras do lado sul da estrutura, recolheram-se dois fragmentos de uma pequena taça de *terra sigillata*, um cossoiro (Figura 9, nº 22), uma possível pintadeira (Figura 10, nº 45), abundantes fragmentos de cerâmica de grandes contentores cerâmicos da Idade do Ferro e outros mais pequenos de época medieval.
Ao aprofundar toda a sondagem, observou-se uma primeira camada de terra com pedras caídas e fragmentos de cerâmica de diferentes períodos. Considerámos a existência de uma segunda camada quando a terra se tornou mais escura, tanto no interior da estrutura como no lado exterior. Na base, junto à rocha, identificaram-se, no meio de terra negra, duas áreas de fogueira, onde se recolheram cerâmicas da Idade do Ferro envolvidas com fragmentos de telha, cerâmica de fabrico manual regional de época tardo-romana e medieval islâmico (Figura 5).
A escavação daquele espaço possibilitou identificar a base de uma estrutura quadrangular de pedra solta, rústica, com paredes de dupla fiada e uma entrada virada a nordeste (Figura 4-8).
O piso interno apresentava-se irregular, terra e rocha, com ligeiro pendente para o lado sul. No canto sudeste, encontraram-se vestígios de uma lareira sobre a rocha (Figura 4, F1) e, ao seu nível, para além de fragmentos de bojos de ânforas da Idade do Ferro, também fragmentos de recipientes alto-medievais (Figura 10, nºs 36-38). Uma segunda lareira foi identificada no lado poente do exterior da estrutura (Figura 4, F2). A mesma apresentava materiais datáveis do século IX (nºs 40-42), juntamente com fragmentos de bojos de ânfora da Idade do Ferro, entre os quais um fragmento de bordo de ânfora (Figura 9, nº 3).

3. OS MATERIAIS

3.1. Idade do Ferro

Deste período temos alguns fragmentos de ânforas (Figura 9, nºs 1-15), *pithoi* (Figura 9, nºs 16-19), raras cerâmicas cinzentas (Figura 10, nºs 23-25) e um cossoiro (Figura 9, nº 22).

A maioria dos fragmentos de ânfora apresenta pastas finas, macias, foliáceas, com partículas minúsculas de moscovite, alguns grãos de óxido de ferro e raros quartzos minúsculos. As cores das pastas podem variar entre: 2.5YR5/6[3] (nº 1 e 9); 5YR6/4 (nº 2); 2.5YR5/4 (nº 4); 2.5YR5/1 (nº 5); 2.5YR3/2 (nº 6 e 8); 5YR6/5 (nº 7).

Parte das pastas destes exemplares são características das produções do estuário do Tejo. Embora sejam mais brandas do que o habitual e as paredes externas de todos estes exemplares se encontrarem muito erodidas devido a efeitos atmosféricos, tal não nos permite observar se teriam ou não engobe.

Para o exemplar nº 1 encontramos paralelo em Torres tipo T-10.1.2.1., que o inclui nas produções da "… área del Extremo Occidente y del Océano Atlántico…" (Ramon Torres, 1995, 280), datando-o na transição entre os séculos VII e VI a. C., e que Elisa de Sousa e João Pimenta caracterizam como tipo 1 das produções anfóricas do Estuário do Tejo, com cronologias dos séculos VIII/ VII a. C. (Sousa e Pimenta, 2014, 305). No sítio arqueológico de Freiria, este tipo de ânfora foi recolhido na fossa da Idade do Ferro, estrato 4, datado em cronologia absoluta dos finais do século VI a. C. a finais do século IV a. C. (Cardoso e Encarnação, 2013, 176).

No tipo 3 das produções do Tejo incluímos as ânforas nºs 2-6. Foram datadas por Elisa Sousa e João Pimenta dos séculos V a IV a. C. (Sousa e Pimenta, 2014, 306-308, Figura 2). Em Freiria, recolheram-se em contextos datáveis entre meados do século VI a. C. e meados do IV a. C. (Cardoso e Encarnação, 2013, Figura 33, nº 6).

Um outro grupo de peças (nºs 7-9) integra-se no tipo T-1.2.1.3. de Ramon Torres, que lhe atribui uma cronologia entre 625 e 475 a. C. (1995, 279-283). As produções do Tejo foram incluídas no tipo 4, a que Pimenta e Sousa atribuem uma cronologia que vai do século V a meados do século II a. C. (Pimenta e Sousa, 2014, 308). Recolheram-se em Freiria bordos semelhantes ao tipo B/C de Pellicer (Cardoso e Encarnação, 2013, Figura 56, nº 8 e Figura 56, nº 17).

O fragmento de bordo de ânfora nº 10, de pasta dura, castanha avermelhada (Munsell 5YR5/4) é do tipo T12.1.1.1., que Ramon Torres coloca nas produções do Sul da Península Ibérica, centradas na área do Estreito e em Cádis, durante a 2ª Guerra Púnica, referindo também a existência de exemplares desta forma nas Baleares e na Galiza (Torres, 1995, 290).

Dentro das produções gaditanas temos mais dois pequenos fragmentos de um bordo de ânfora do tipo D de Pellicer, peça nº 11, que oferece uma pasta fina, macia, de cor castanha avermelhada (Munsell 5YR5/4). Ramon Torres inclui esta forma de bordo no tipo T-7.4.2.2., datando-o da primeira metade do século II a. C.

Mais raras são as asas e os fundos destes tipos de ânfora, por aparecerem muito fragmentados, não nos permitem incluí-los em nenhuma forma conhecida (nºs 12 e 14). Sendo comuns na *villa* romana de Freiria, na fossa da Idade do Ferro, estrato IV, encontram-se datados em cronologia absoluta, dos finais do século VI a. C. aos finais do IV a. C. (Cardoso e Encarnação, 2013, Figura 26).

Dos três fragmentos de *pithoi* recolhidos, dois têm origem em recolhas de superfície (nºs 16 e 17) e um outro na sondagem SII, entre as camadas 1 e 2 (nº 18). Em Freiria, existem bocas do mesmo tipo (Cardoso e Encarnação, 2013, Figura 24), recolhidas no estrato IV da fossa da Idade do Ferro, encontrando-se datadas, em cronologia absoluta, dos finais do século VI a. C. aos finais do IV a. C. (idem, 176).

Recolheu-se, à superfície de SII, um cossoiro completo, decorado na base com motivo raiado, inciso, idêntico, na forma, a um outro recolhido em Freiria (Figura 60, nº 7).

Dentro das produções de pastas cinzentas finas, recolheram-se vários fragmentos, entre os quais os exemplares de que apresentamos desenho (Figura 10, nºs 23, 25 e 26) e uma outra, taça/prato, mas de pasta grosseira.

Nas produções manuais de tradição indígena, entre os vários fragmentos recolhidos, possuímos um com furo para suspensão, possivelmente de um prato; um bordo extrovertido de pote, com pasta dura, vermelha escura e cozedura redutora (nº 21), idêntico, na forma, a outros recolhidos em Freiria no estrato IV, da fossa da Idade do Ferro, que está datado, em cronologia absoluta, dos finais do século VI a. C. aos finais do IV a. C. (Cardoso e Encarnação, 2013, 176, Figura 26).

3.2. Período Romano

As cerâmicas romanas recolhidas no Espigão das Ruivas resumem-se a dois fragmentos de uma pequena taça de *terra sigillata* sudgálica, da forma Drag. 24/25, da segunda metade do século I d. C. e alguns exemplares de cerâmica comum, dos quais

3. Munsell Soil Color Charts.

um bordo de jarro (?), com gargalo canelado (nº 27), um fragmento de bordo de prato (nº 28), um fragmento de bordo de garrafa, um fragmento de púcaro com decoração brunida (nº 30) e três fragmentos de panelas de bordo em aba horizontal (nºs 31-33).

3.3. Da Antiguidade Tardia ao Período Islâmico

Os materiais cerâmicos deste período foram apresentados no Congreso Internacional de Cerámica Altomedieval en Hispania y su Entorno (S. V-VIII d. C.), realizado em Zamora, em 2016 (Cardoso e Batalha, no prelo).

São maioritariamente produções locais, levantadas à roda lenta e cozidas em ambientes redutores, em que foram utilizados dois tipos de argilas diferentes:

- Uma, sedimentar, de cor vermelha, micácea, com vestígios de fragmentos de calcário;
- Outra, com origem em solos alterados de rochas ígneas, pasta branca ou rosada, caracterizada pela presença de feldspatos, quartzos e com ausência de micas.

Deste período são as peças nºs 34-45. Da fase mais antiga apresentamos dois fragmentos de bordo, nºs 35 e 42, que datámos dos séculos VI e VII d. C.; as restantes são da fase final, entre os séculos VIII e X (Cardoso e Batalha, no prelo).

De realçar a presença de fragmentos de telha de canudo de fabrico local, que se encontravam espalhados por toda a área, tanto nos estratos de superfície como nos mais fundos. A ausência de telhas inteiras ou estratos com grandes concentrações de fragmentos desta tipologia leva-nos a supor que, após o abandono do local, aquelas tenham sido removidas, a fim de serem reutilizadas noutras construções.

Recolheram-se, à superfície do terreno, dois fragmentos de sílex, do tipo existente no Vale de Alcântara, Lisboa, apresentando vários batimentos nas arestas, o que evidencia a sua utilização como pederneiras para fazer fogo.

Também se recolheu à superfície do terreno, sobre o muro sudeste da estrutura de SII, uma provável pintadeira anelar, cuja mesa se apresenta decorada com seis gomos ovais, dispostos uniformemente, ligados entre si (nº 45).

4. ESTRUTURA

Como foi referido anteriormente, em SII identificou-se uma estrutura em pedra seca, de planta quadrangular, com uma entrada virada a nordeste. A terra que se encontrava no seu interior era negra, misturada com carvões. Na base, junto à rocha, do lado esquerdo junto à porta, identificou-se uma fogueira com grande concentração de carvões de pequenas dimensões, com os quais foram recolhidos alguns fragmentos de cerâmica da Idade Média.

As paredes apresentam espessuras irregulares, fenómeno decorrente, certamente, do derrube das mesmas, bem como à ausência de alicerces.

Do lado exterior da estrutura, a nascente, identificou-se outra fogueira (Figura 4, F2). Esta teria servido, eventualmente, para sinalizar o local à navegação.

5. DISCUSSÃO

Do topo do rochedo abrange-se uma área de ampla visibilidade desde o Cabo Raso até à Baía das Caixas, a sul da Azoia. Exposto aos fenómenos de erosão, este local ofereceu pequenas bolsas no substrato, com uma potência estratigráfica reduzida, revolvida e, por vezes, nula. Neste caso, foram o tipo de pastas, as técnicas de fabrico, bem como, sempre que possível, os aspectos formais e tipológicos, os meios utilizados para estabelecer cronologias.

Ignoramos a funcionalidade daquele pequeno esporão sobranceiro ao mar e de difícil acesso. Algumas hipóteses têm sido avançadas: local de culto, posto de vigia ou, até mesmo, um farol de apoio à navegação (Fabião, 2006: 66 e 67), sem que alguma delas seja verificável até ao momento.

Na verdade, a pequena praia de Porto Touro tem acesso através de um estreito canal ladeado por vários escolhos, o que obrigava ao uso de pequenas embarcações a remos, durante a aproximação ao porto ou à saída deste.

A ideia de farol é aceitável, a fim de sinalizar o local aos navegantes que procurassem, ao cair do dia ou à noite, aquele porto de abrigo, em tudo semelhante ao que devia de existir em Porto Brandão – «brandão» significa precisamente círio ou vela de grandes dimensões –, ou, como no caso do porto de Cascais, onde, até há poucos anos, um pequeno farolim guiava os mareantes durante a noite, de modo a melhor localizarem a Praia da Ribeira.

O porto poderá ter servido também de apoio às actividades de pirataria que ali se acoitariam à espera das presas, abastecimento de água e outros víveres (Borges, 2016, 180).

Nos finais do século XIX e até inícios do século XX, estiveram aboletados no Porto Touro pescadores

que faziam parte da campanha da armação da Roca, para a pesca da sardinha, de que forneciam as fábricas de conservas da vila de Cascais. Dessa época é a muralha que se vê na praia, onde existia um guincho que, com os anos, enferrujou, ficando inoperacional – daí o antigo nome de «porto do guincho», como era conhecido também o Porto Touro, passando posteriormente a ser identificado por Porto do Guincho Velho – já desactivado nos anos 70, quando visitámos o local. Teria sido usado para puxar as barcas da armação da Roca para terra. Desse período ficaram, um pouco mais acima da praia, ao lado do caminho da Biscaia, as ruínas das instalações da companha da Roca, onde, nos meados do século passado, ainda existia uma taberna gerida por um casal, para abastecimento de víveres aos pescadores que ali aportavam durante o Verão.

6. CONCLUSÕES

O sítio arqueológico do Espigão das Ruivas, situado no litoral, assume características próprias e que nos remetem para um mundo ligado ao mar, que terá servido esporadicamente de apoio a actividades marítimas durante a Idade do Ferro e o Período Romano. Na Antiguidade Tardia, o sítio terá sido habitado durante longos períodos até aos inícios da influência islâmica, altura em que foi abandonado definitivamente, restando da última ocupação a estrutura quadrangular escavada em SII.

Tudo leva a crer que o sítio também teria sido usado esporadicamente como porto de embarque ou desembarque de pessoas e mercadorias.

As fogueiras que se identificaram no interior e no exterior da estrutura de SII poderão ter servido – como se afirmou – de sinalização para os pescadores, que, surpreendidos pelo cair da noite no mar, precisavam de encontrar, com segurança, o seu caminho de regresso ao porto de abrigo.

BIBLIOGRAFIA

BORGES, Marco (2016) – «A importância do Porto Touro e do sítio arqueológico do Espigão das Ruivas (Cascais) entre a Idade do Ferro e a Idade Moderna». *História*, IV Série, Vol. 6, Porto, Revista da FLUP, pp. 161-182.

CARDOSO, Guilherme (1991) – *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais*. Câmara Municipal de Cascais, Cascais.

CARDOSO, Guilherme, e BATALHA, Luísa (s/d) – «As cerâmicas altomedievais das *villae* do *ager* ocidental de *Olisipo* – Lusitânia». In *Congreso Internacional de Cerámica Altomedieval en Hispania y su Entorno (S. V – VIII d. C.),* Zamora. No prelo.

CARDOSO, Guilherme, e ENCARNAÇÃO, José d' (1993) – «Sondagem no Espigão das Ruivas (Alcabideche, Cascais)». *Al-madan*, II Série, nº 2, Almada, p. 150.

CARDOSO, Guilherme, e ENCARNAÇÃO, José d' (2013) – «O povoamento pré-romano de Freiria – Cascais». CIRA Arqueológica, 2, Vila Franca de Xira, 2013, pp. 133-181.

FABIÃO, Carlos (2006) – «A dimensão da Lusitânia: periferia ou charneira no Império Romano?». *In Lusitânia Romana. Entre o Mito e a Realidade. Actas da VI Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, pp. 53-74.

OLIVEIRA, Francisco de Paula e (1888/92) – «Antiquités Préhistoriques et Romaines des Environs de Cascaes». *Communicações da Commissão dos Trabalhos Geológicos*, tomo II, fascículo I, Lisboa, pp. 85-92.



Figura 1 – Vista aérea tirada sobre o mar para terra. “A”, Espigão das Ruivas: “B”, Porto Touro.

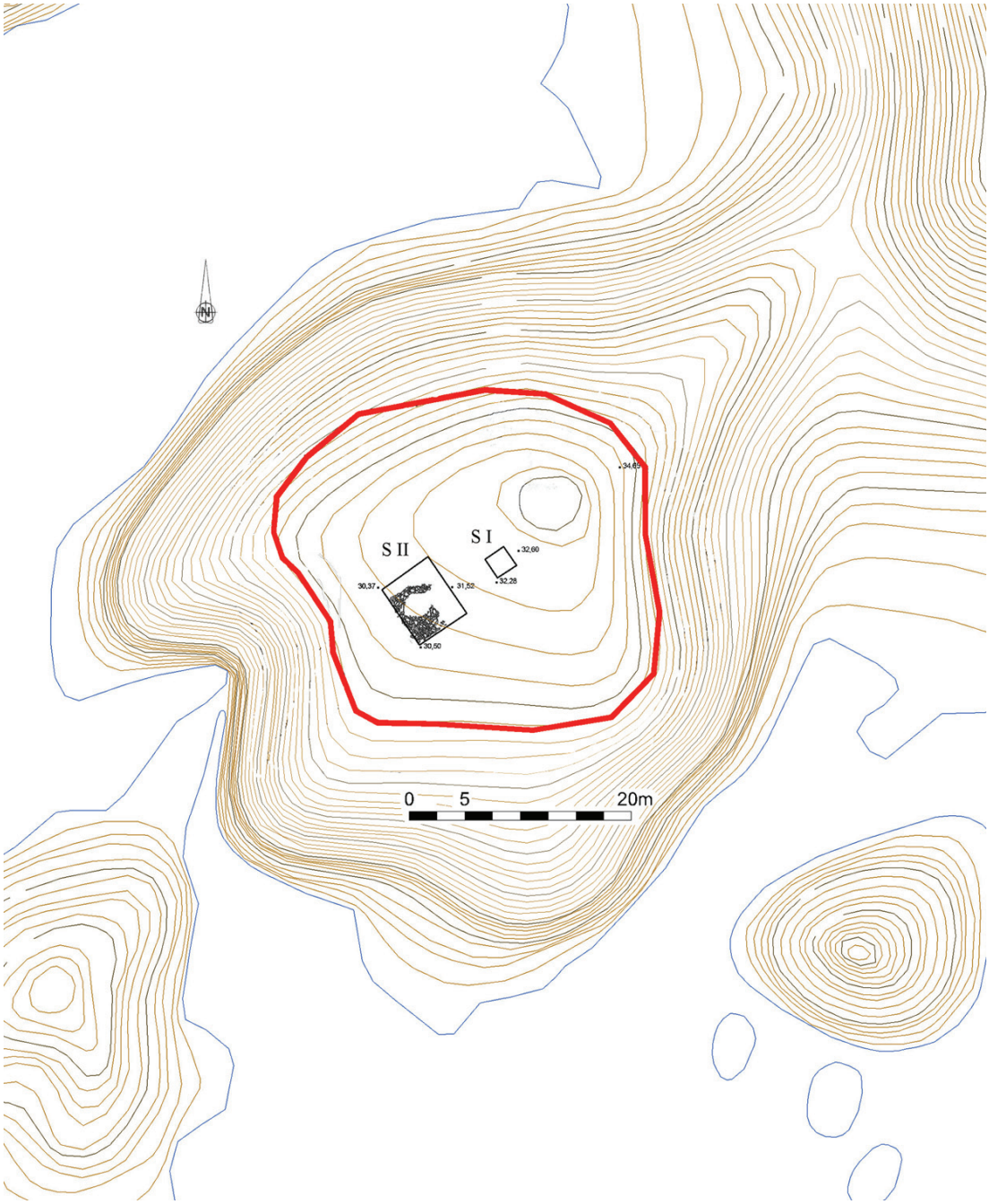


Figura 2 – Planta do sítio arqueológico e implantação de S I e S II.



Figura 3 – Sondagem I. Observe-se o buraco no canto direito inferior.

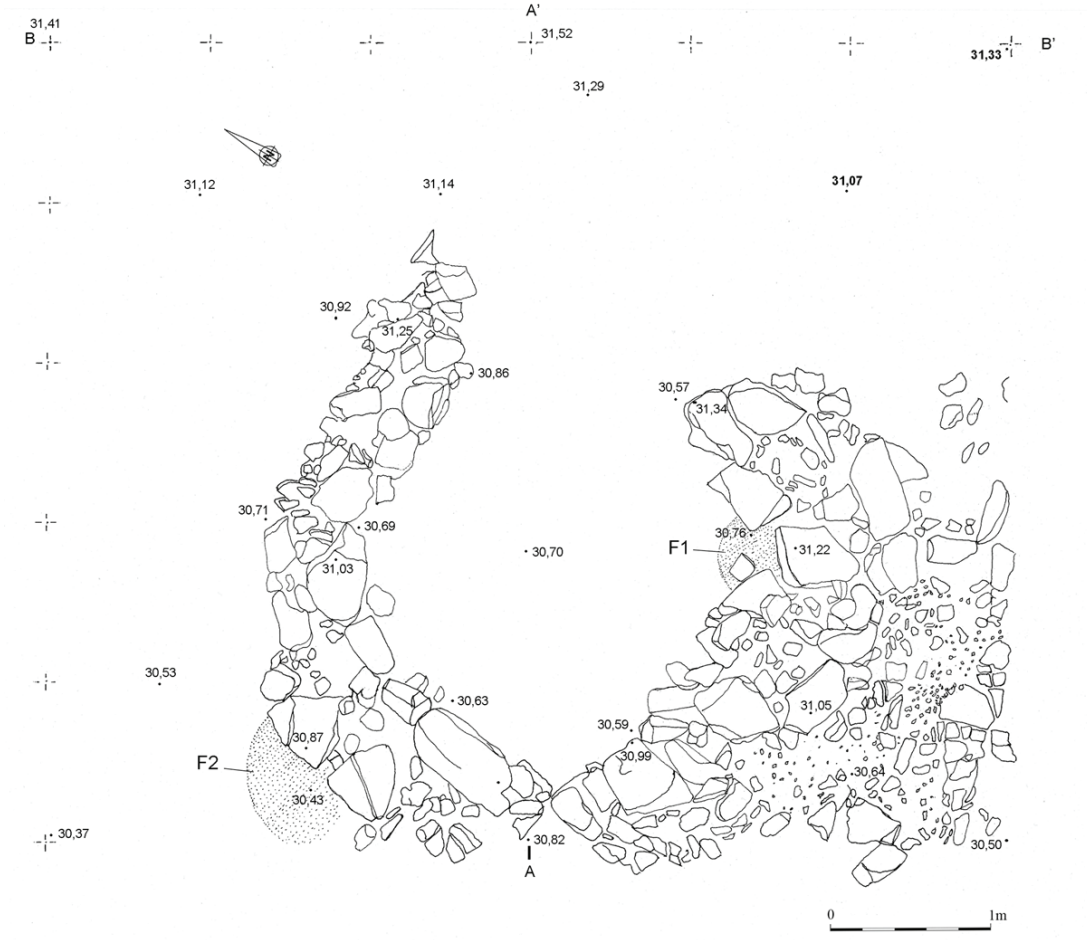


Figura 4 – Planta de S II. F1 e F2, fogueiras. Indicação dos cortes A-A' e B-B'. (Desenhos de Severino Rodrigues).

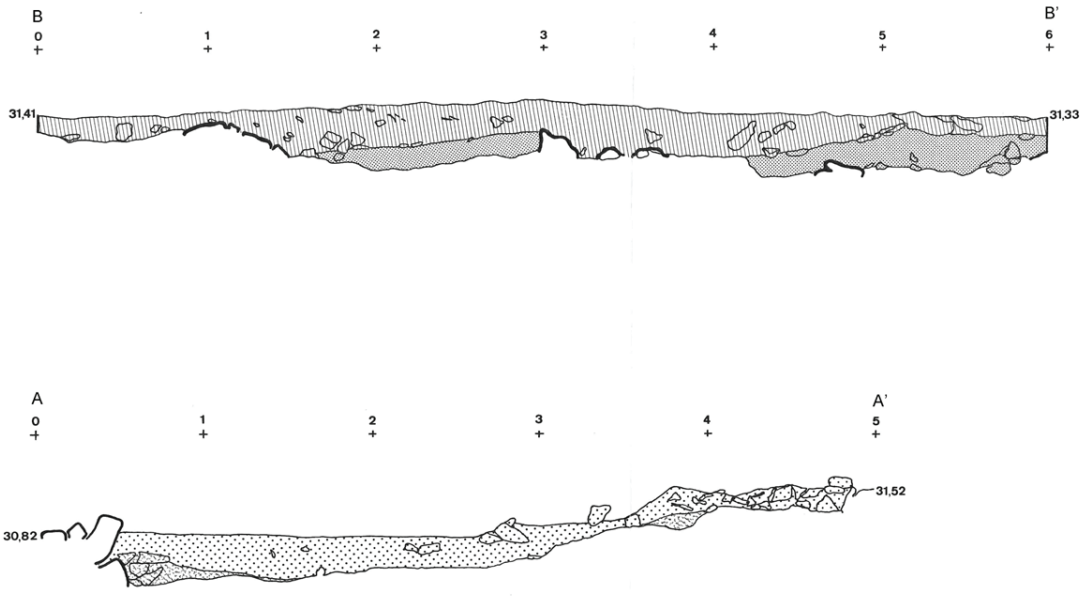


Figura 5 – S II, cortes A-A' e B-B'. (Desenhos de Severino Rodrigues).



Figura 6 – Sondagem II. Corte A-A', visto de nascente.



Figura 7 – Sondagem II. Edifício de planta quadrangular, após a sua escavação, visto de norte.



Figura 8 – Sondagem II. Edifício de planta quadrangular, após a sua escavação, visto de poente.

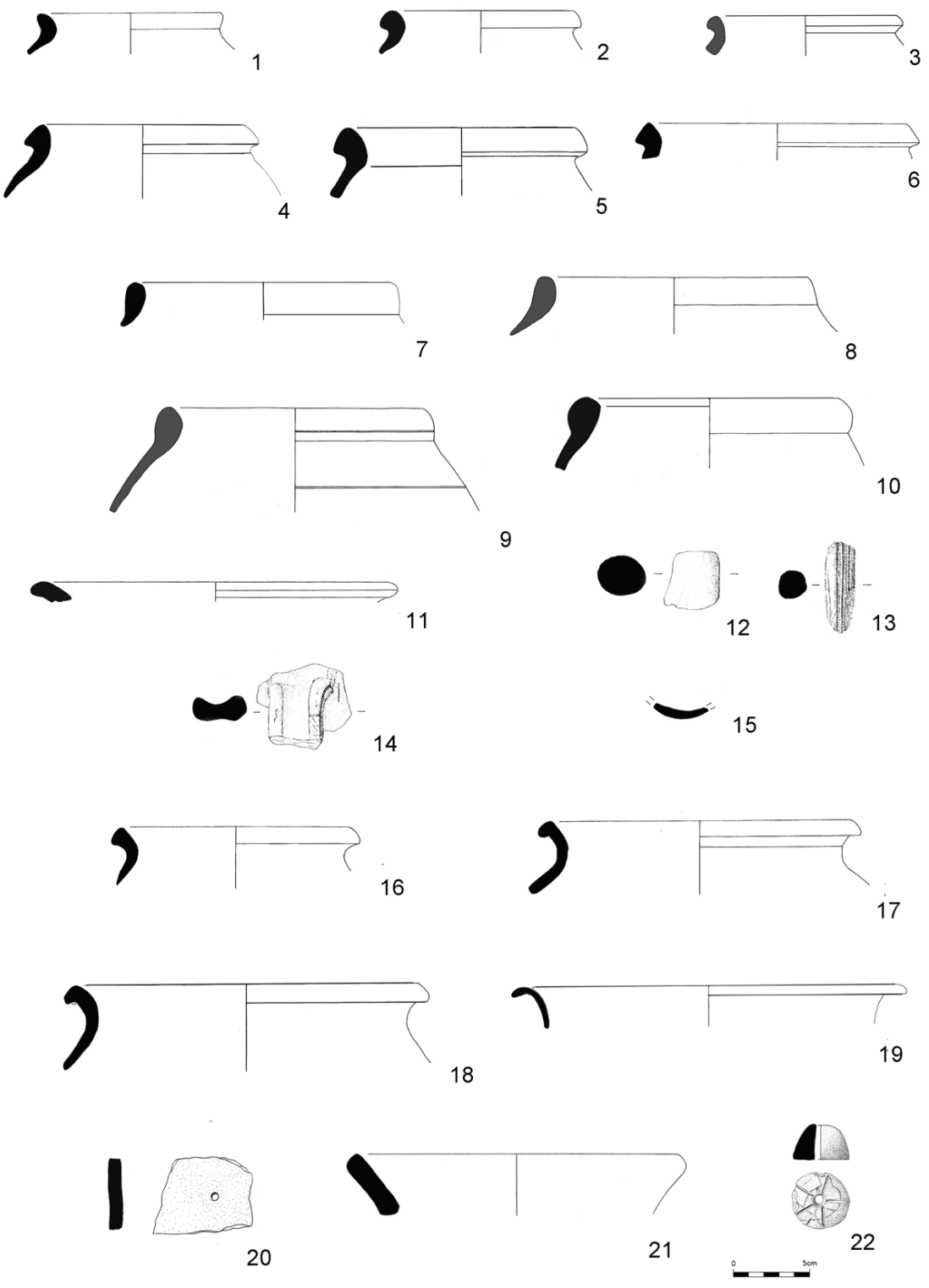


Figura 9 – Cerâmicas da Idade do Ferro. (Desenhos de Luísa Batalha).

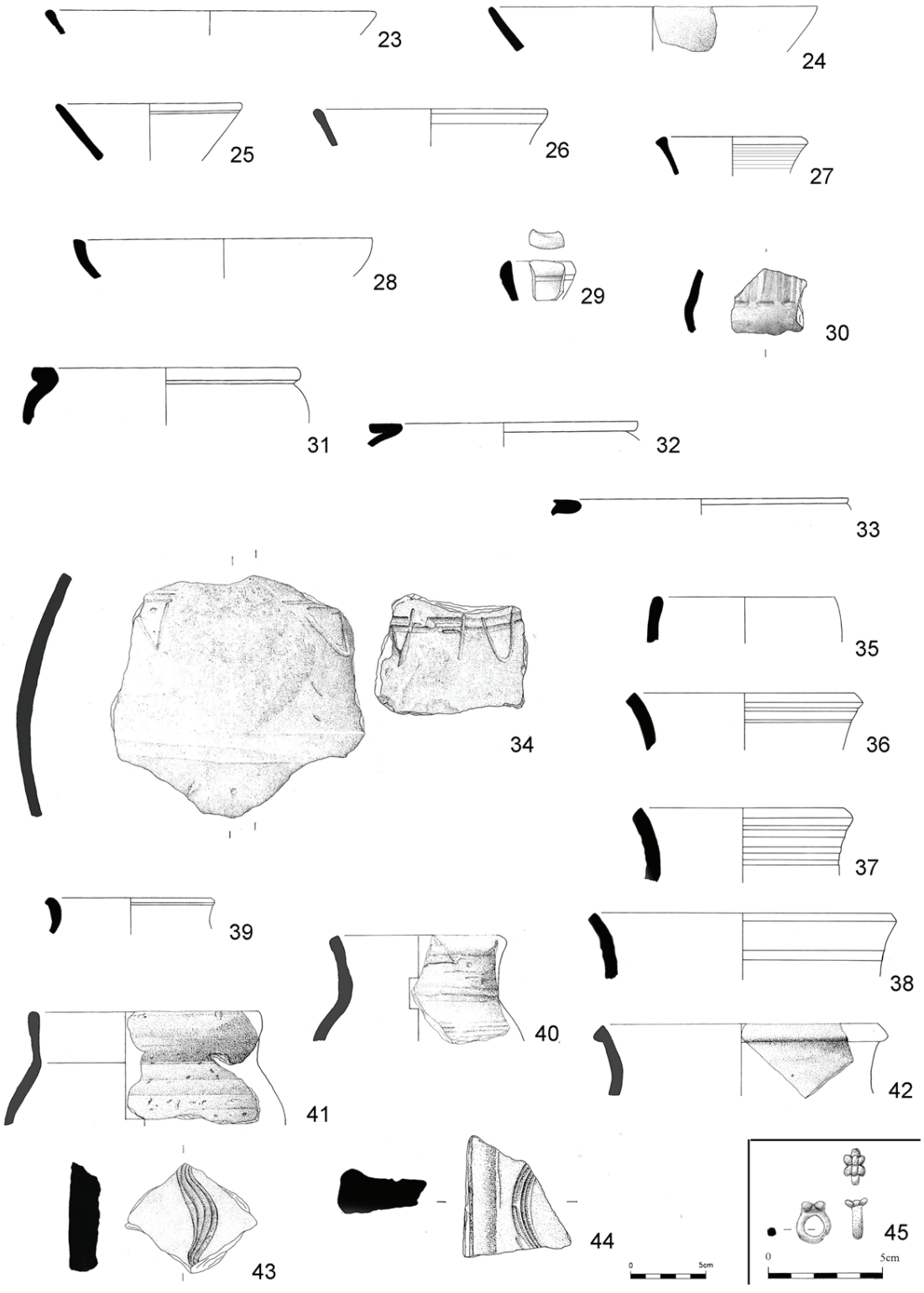


Figura 10 – Cerâmicas do Período Romano, Antiguidade Tardia e Período Islâmico. (Desenhos de Luísa Batalha).

6
Arte Rupestre

E DEPOIS DO CÔA?
A INVESTIGAÇÃO DE ARTE RUPESTRE EM PORTUGAL DESDE 1995
PARTE 1: A SUL DO TEJO

Andrea Martins[1]

RESUMO

Em 1995, o processo Côa provocou uma revolução na arqueologia nacional, levando a que pela primeira vez passa-se a ser independente nos organismos de tutela do património. Esta mudança foi na prática resultado do processo mediático que se desenrolou em torno da polémica da construção da barragem de Foz Côa *vs* preservação das gravuras rupestres. A importância do contexto arqueológico aliada a uma conjugação política favorável fez com que o complexo de arte rupestre do Côa ficasse preservado, iniciando assim uma nova etapa nos estudos de arte rupestre em Portugal.

Ao longo destes 22 anos muitas mudanças ocorreram, quer do ponto de vista administrativo, metodológico, epistemológico, social e académico, existindo uma nova geração de arqueólogos que também investigam sítios de arte rupestre.

Pretendemos com este trabalho fazer uma abordagem historiográfica à temática em questão, abordando os principais sítios e trabalhos realizados. Neste primeiro texto incidiremos sobre a investigação realizada no território a sul do Tejo, ou seja, nos distritos de Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro.

Palavras-chave: Arte rupestre, Historiografia, Sul de Portugal, 1995-2017.

ABSTRACT

In 1995, the Côa process has done a revolution in national archeology, leading to the first time being independent in national heritage organisms. This change was in practice the result of the mediatic process that unfolded around the controversy of the construction of the dam of Foz Côa *vs* preservation of the rock engravings. The importance of the archaeological context allied to a favorable political combination meant that the Côa rock art complex was preserved, thus initiating a new stage in studies of rock art in Portugal.

Throughout these 22 years, many changes have occurred, from an administrative, methodological, epistemological, social and academic point of view, and there is a new generation of archaeologists who also investigate rock art archaeological sites.

We intend with this work to make a historiographical approach to the subject in question, addressing the main sites and works carried out. In this first text we will focus on the investigation carried out in the territory south of the Tagus river, in the districts of Setúbal, Portalegre, Évora, Beja and Faro.

Keywords: Rock Art, Historiography, South of Portugal, 1995-2017.

1. INTRODUÇÃO A UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA

Este projecto que agora se inicia tem como objectivo realizar uma abordagem historiográfica aos últimos 22 anos de estudos de arte rupestre em Portugal. Tarefa que poderá se revelar demasiado ambiciosa, pois poderemos ainda não possuir o devido distanciamento temporal que permita uma análise global e de conjunto, relacionando pessoas, acontecimentos, espaços e tempo. No entanto, e tendo em conta estas possíveis limitações, pretendemos sistematizar

1. Uniarq, FLUL-UL; FCT; Associação dos Arqueólogos Portugueses; andrea.arte@gmail.com

os principais trabalhos desenvolvidos, recorrendo essencialmente a resultados publicados ou através da consulta do Arquivo Português de Arqueologia.
Iniciaremos este trabalho pelo sul, abarcando os distritos de Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro, dando assim início a uma série de textos mais analíticos que incidirão sobre todo o território Português, marcando pontos num mapa que parece, no que diz respeito aos sítios com manifestações gráficas, sempre meio cheio. Na realidade são conhecidos muitos sítios em Portugal, mas na prática poucos foram já estudados por especialistas, ou seja, por arqueólogos que estudam contextos arqueológicos. Estas problemáticas epistemológicas e metodológicas serão também abordadas em outros textos, sendo já de destacar também a alteração exponencial relativa a nível académico, levando a que neste momento existam 12 doutorados cujo tema de tese foi relacionado com arte rupestre em Portugal. Numa classe pequena a nível nacional, como é a arqueológica, este número alcança uma dimensão que terá de ser analisada, do ponto de vista académico e pessoal, demonstrando o poder de "atracção" de uma temática que infelizmente tem sido subalternizada pela ciência arqueológica.

2. O PONTO DE PARTIDA – A REVOLUÇÃO CÔA

Em 1995 encontravam-se identificados no Sul de Portugal importantes sítios com arte rupestre, destacando-se a Gruta do Escoural, o extenso núcleo do Vale do Tejo, os abrigos com arte esquemática de Arronches e diversos monumentos megalíticos com gravuras (menires). A investigação relativa à arte rupestre encontrava-se estagnada contrastando com a espantosa identificação no Norte do país do complexo artístico do Vale do Côa, que mudará todo o panorama arqueológico nacional.
A "Revolução do Côa" marcou profundamente o estudo da arte rupestre, pois esta foi pela primeira vez verdadeiramente valorizada e reconhecida na sua importância intrínseca, bem como a tomada de consciencialização pública e política da importância da arqueologia, com a suspensão da construção da barragem de Foz Côa. A identificação e divulgação, a partir de 1995, do complexo de arte rupestre do Vale do Côa levou não só à criação do Instituto Português de Arqueologia (IPA), mas também do Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART) e do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), alcançando a arte rupestre um estatuto autónomo na arqueologia nacional. O CNART tinha como função e objectivo não apenas estudar a arte do Côa, mas funcionar como o organismo que teria de inventariar e promover o estudo e a divulgação da arte rupestre em território nacional, bem como zelar pela conservação e salvaguarda dos sítios arqueológicos. Pretendia promover a realização de estudos sectoriais sobre arte rupestre, bem como organizar seminários técnicos e funcionar como a entidade reguladora e tutelar dos trabalhos realizados em sítios com arte rupestre. A constituição de novos especialistas, através da realização de cursos de formação, estaria também nos objectivos do CNART (Baptista, 1995); porém, a maioria destas propostas não tiveram uma continuidade ou não foram mesmo realizadas, em parte devido à extinção do centro no âmbito de uma nova remodelação administrativa. O IPA foi também extinto, sendo integrado no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), que por sua vez deu lugar à actual Direcção-Geral Património Cultural (DGPC), um organismo que tinha sido extinto após o 25 de Abril e que renasceu no século XXI, trazendo consigo toda a pesada máquina burocrática e perdendo a arqueologia a sua independência e autonomia. O património arqueológico português anda assim, presentemente, à mercê de pareceres e decisões políticas, com extinções e reformulações sucessivas, ficando, muitas vezes, para segundo plano o que verdadeiramente importa, ou seja, o estudo, valorização e preservação dos sítios arqueológicos.

3. A SUL DO TEJO

Os últimos 20 anos foram marcados no SW do território português pelo grande empreendimento público de construção da barragem do Alqueva e respectivos canais de rega. Esta obra possibilitou a identificação de numerosos sítios com arte rupestre, de cronologia variada, desde paleolítico até época moderna, levando a que o número de ocorrências crescesse bastante. As restantes novas identificações foram realizadas no âmbito de projectos de investigação, alguns deles direccionados especificamente para a arte rupestre, possibilitando um incremento de estudos específicos. Por outro lado foram efectuadas novas investigações em sítios já bem conhecidos (núcleo de Arronches) ou projectos de valorização

(Escoural) contribuindo para um melhor conhecimento das manifestações rupestres existentes nesta área do território Português[2].

Ausentes desta abordagem, estarão os milhares de sítios com covinhas que povoam todo o sul de Portugal, que surgem nos mais diversos locais (monumentos megalíticos, rochas isoladas, povoados pré-históricos, castelos.) e cuja larga diacronia abarcará praticamente todos os períodos da ocupação humana. A arte megalítica, apesar de distinta do importante grupo do centro de Portugal, apresenta-se neste território quase exclusivamente com gravuras executadas em esteios de antas ou, e preferencialmente, nos menires existentes quer em cromeleques ou isolados. Destacam-se os Cromeleques dos Almendres e de Portela de Mogos, onde diversos menires apresentam gravações esquemático-simbólicas, fazendo com que a função mágico-religiosa destes recintos Pré-Históricos fique reforçada.

3.1. Sítios emblemáticos já conhecidos: Escoural e Vale do Tejo

Em 1963 foi identificada a mais ocidental das grutas-santuário com arte paleolítica da Europa, a denominada Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo). Corresponde, até ao momento, à única gruta com gravuras e pinturas paleolíticas existente no nosso território, e desde a sua identificação figura nas grandes sínteses de arte paleolítica europeia. O reconhecimento da sua importância ficou bem visível no processo "relâmpago" de classificação do sítio arqueológico em Monumento Nacional, decorridos apenas 6 meses da sua identificação (Figura 1). Do ponto de vista iconográfico estão presentes as representações de espécies mais comuns na imaginética rupestre Paleolítica: auroque (Figura 2), equídeo, cervídeo e cabra, bem como numerosos signos ou motivos abstractos, destacando-se um motivo em forma cónica formado por inúmeros traços paralelos, interpretado como um tectiforme ou possível representação de uma cabana. Tecnicamente foi utilizada pintura (nos tons vermelhos e negro) e também gravura – motivos filiformes, distribuídos por toda a área da gruta.

Ao longo deste meio século foram realizados inúmeros trabalhos arqueológicos, que incidiram quer na necrópole neolítica que existia no interior da gruta, nas gravuras e pinturas paleolíticas ou ainda na escavação do povoado calcolítico do Escoural sob o qual existem numerosas rochas com gravuras esquemáticas. Esta diversidade levou a que distintas equipas trabalhassem em vários períodos, faltando no entanto uma sistematização monográfica de todos os trabalhos. A última publicação sobre o Escoural (Silva, 2011) tentou superar esta falha, apresentando uma revisão historiográfica pormenorizada, compilando os principais resultados apresentados por diversos investigadores.

Relativamente à arte rupestre somos da mesma opinião de outros investigadores (Gomes, 2002) que o inventário produzido pela equipa luso-belga que efectuou escavações e levantamentos entre 1989 e 1993 (Araújo e Lejeune, 1995) apresenta graves lacunas e alguns erros, não correspondendo à totalidade dos motivos existentes no interior da gruta, principalmente no que diz respeito às gravuras filiformes. Mais recentemente trabalhos efectuados pela equipa do Museu do Côa levaram à identificação de novas manifestações gráficas demonstrando como é imperativo um novo levantamento exaustivo de toda a gruta (Silva, 2011). Iniciou-se igualmente um projecto em parceria com o Laboratório Hércules da Universidade de Évora cujo objectivo é a utilização de técnicas arqueométricas não intrusivas para a caracterização de pigmentos e, também análise de elementos bio-colonizadores que possam afectar as pinturas e gravuras. Os primeiros resultados das análises realizadas através de espectrometria de fluorescência de raios X, combinada com microscopia electrónica de varrimento e microscopia Raman, revelaram que os pigmentos pretos são de componentes diversas (manganês, carvão animal e carvão vegetal) e os vermelhos são óxido de ferro com componentes também distintas (Campos, 2016), resultados que podem abrir um leque de possibilidades de estudo para este sítio já tão bem conhecido.

Na mesma perspectiva o núcleo de rochas com gravuras existentes no topo da colina do Escoural, algumas delas alvo de levantamento por M. V. Gomes não foi ainda devidamente publicado (Gomes *et al.,* 1994; Gomes, 1989; 2002), não se conhecendo a extensão deste conjunto, todos os motivos existentes

2. O presente texto resulta da adaptação do artigo entregue para as actas do VIII Encontro de Arqueologia do SW Peninsular, realizado em Outubro de 2014. Optámos por incluir este trabalho que permanece inédito até ao momento (Novembro de 2017) iniciando assim este projecto historiográfico a nível nacional, possibilitando também a divulgação de um texto escrito em 2015 e infelizmente ainda não publicado.

e a sua relação exacta com o povoado calcolítico. A possibilidade de estabelecimento de relações estratigráficas entre níveis arqueológicos e gravuras rupestres torna este sítio arqueológico como excepcional para o estabelecimento de periodizações relativas à arte esquemática pós-paleolítica.
No verão de 2017 iniciou-se um projecto de valorização e intervenção arqueológica no povoado exterior do Escoural, de responsabilidade de Ana Vale e Rui Mataloto, realizando-se trabalhos de limpeza e registo das estruturas e das rochas com gravuras rupestres (http://www.uniarq.net/uniarqdigital8.html).

No centro do território português encontramos o núcleo do Vale do Tejo, ciclo artístico que comemorou recentemente 40 anos da sua descoberta e posterior submersão. Sobre este importante sítio arqueológico dedicaremos um texto mais extenso em trabalho posterior, lembrando apenas que foi o Vale do Tejo que nos anos 70 catapultou a arte rupestre para um novo patamar dos estudos arqueológicos, só suplantado 20 anos depois com o Vale do Côa.
Relativamente à investigação efectuada destaca-se o trabalho monográfico académico de M. Varela Gomes (2010) onde, pela primeira vez, este ciclo artístico foi exaustivamente descrito, apresentado e discutido, proporcionando assim um inventário para posteriores análises e interpretações. Muito recentemente (Setembro de 2017) foi também defendida a tese de doutoramento de Sara Garcês, intitulada "Cervídeos: símbolos e sociedade nos primórdios da agricultura no Vale do Tejo" abordando um tema específico deste longo ciclo artístico.
Infelizmente o Vale do Tejo não sobreviveu aos desígnios do mundo moderno tendo a barragem do Fratel submergido a quase totalidade dos diversos núcleos de gravuras (Figura 3). Resta-nos ainda umas décadas até à desactivação da barragem e, talvez, as gravuras estejam novamente visíveis.

3.2. Arte móvel paleolítica: as placas de Vale de Boi

O sítio arqueológico de Vale de Boi (Vila do Bispo), identificado em 1998 e alvo de intervenções arqueológicas em três áreas distintas (Declive, Plataforma e Abrigo), mostra ocupação humana durante todo o Paleolítico, prolongando-se por época holocénica com um nível de ocupação datado do Neolítico Antigo (Bicho, 2006: 109). Na área de intervenção do Abrigo foram identificadas aproximadamente uma dúzia de placas de xisto com gravuras abstractas datadas do Gravetense, Porto-Solutrense e Magdalenense, bem como uma outra com gravuras de motivos zoomórficos de cronologia Solutrense (24--25000 calBP) (Bicho *et al.*, 2012).
Nesta pequena placa, identificada em 2005, foram identificadas quatro figuras sobrepostas entre si, três auroques e um provável cervídeo. Esta placa mostra sinais de preparação prévia e todo o espaço operativo foi utilizado, havendo um preenchimento de toda a superfície, formando este palimpsesto de motivos. Segundo os investigadores, o normativismo das representações de auroques revelam a sua execução por um único autor, que em diferentes fases (sequenciais) gravou estes motivos pela seguinte ordem: linha cérvico dorsal + falo + patas dianteiras + cabeça + focinho + pescoço + patas traseiras/barriga (Bicho *et al.,* 2012). O outro lado da placa não mostra gravuras rupestres mas traços e marcas resultantes da extracção de colorante ferruginoso, revelando assim uma dupla função deste artefacto (Figura 4).
Posteriormente foi publicado outro estudo que faz a revisão da placa anteriormente referida, bem como apresenta uma outra placa Solutrense também com motivos gravados (Simón Vallejo *et al.*, 2012). Esta segunda placa, identificada em 2006, apresenta um motivo abstracto caracterizado por um conjunto de linhas convergentes curvas, traçadas da esquerda para a direita, formando uma espécie de feixe de traços. Também esta placa foi utilizada para retirar material colorante e, simultaneamente, para local de gravação de um dispositivo iconográfico específico.
Estes artefactos correspondem ao núcleo de arte móvel paleolítica mais setentrional do sul da Península Ibérica, tendo também a datação mais antiga. As placas de Vale de Boi inserem-se assim no conjunto de sítios com arte móvel paleolítica já identificados no território Português: Fariseu e Quinta da Barca (Vale do Côa), Chancudo (Beja), Xarez (Monsaraz), Buraca Grande (Rendinha) e Caldeirão (Tomar). Este conjunto de sítios foi aumentado recentemente com o excepcional achado de centenas de placas gravadas no Terraço da Foz do Medal, sítio intervencionado no âmbito da construção da barragem do Sabor (Figueiredo *et al.,* 2015), bem como com as placas gravadas do sítio arqueológico da Cardina I em Foz Côa (Aubry *et al*, 2015).

3.3. O grande projecto do Alqueva

Datam de 1975 as primeiras prospecções não institucionais na área da futura barragem do Alqueva,

feitas por José Morais Arnaud e alguns alunos, com o principal objectivo de identificar sítios de cronologia paleolítica, num momento em que ainda não havia um plano de salvaguarda traçado nem legislação que a isso exigisse. Foram constituídas diversas equipas nos anos seguintes, realizando-se trabalhos de prospecção mais ou menos intensivos (Estudos de Impacte Ambiental de 1985 e 1995), até, e após numerosas alterações institucionais, tutelares e políticas, se alcançar um "Quadro Geral de Referência" publicado na íntegra em 1999 (Silva, 1999). Neste inventário com 1525 referências, apenas duas surgem com a classificação de "arte rupestre", os sítios da Agualta 6 (95694) e Agualta 7 (95699), existindo 35 referências classificadas de "Pedra com covinhas", não tendo qualquer outra descrição (Silva, 1999).

Na actualização da base de dados do inventário dos sítios arqueológicos, publicada em 2000, no 2º volume das Memórias d'Odiana surge apenas mais um sítio integrável na categoria de arte rupestre: Zambujeiro 2 (Portel), nº 1556, descrito como "um grande monólito em xisto, apresentando gravadas numa das faces três covinhas", de cronologia Neo-Calcolítica (Silva, 2000: 327).

Analisando assim a bibliografia produzida verifica-se que até 2000 eram conhecidos na área a afectar pelo projecto de construção da maior barragem de Portugal e respectivo regolfo (25 000 hectares) somente 3 sítios com arte rupestre e cerca de três dezenas de pedras com covinhas. Não foi efectuada prospecção intensiva direccionada para arte rupestre, acção sugerida em 1997 por Mário Varela Gomes aos técnicos da EDIA após visita a alguns dos sítios identificados (Gomes, 2001: 51).

Apenas no início do novo milénio, pela primeira vez, uma entidade – o Instituto Português de Arqueologia – refere que deveria ser realizada uma prospecção direccionada para a arte rupestre, tendo apresentado proposta a ser executada pelo ainda existente CNART (Centro Nacional de Arte Rupestre) em Outubro ou Novembro, trabalhos não realizados por dificuldades logísticas. Simultaneamente, em finais de Outubro de 2000 a EDIA foi informada pelo arqueólogo da Junta da Extremadura, responsável pelo acompanhamento do processo no sector Espanhol do regolfo, da descoberta de um importante núcleo de gravuras junto do Guadiana, próximo de Cheles. Os trabalhos iniciaram-se imediatamente e decorreram durante 2001 efectuando-se prospecção intensiva e levantamentos de todas as gravuras rupestres pela equipa espanhola, tendo mesmo sido alterada a metodologia após a identificação de gravuras filiformes paleolíticas. Do lado Português, apenas em Abril de 2001 (através de email de Manuel Calado para o IPA a 26 de Abril), se viriam a identificar as primeiras gravuras, iniciando-se também os trabalhos de levantamento ficando sob responsabilidade de António Martinho Baptista, então director do CNART (Silva, 2001: 85).

O processo mediático que decorreu intensamente nos meses seguintes catapultou uma vez mais a arqueologia para a primeira página dos jornais, levando a uma troca acesa de posições entre vários investigadores. Os trabalhos arqueológicos de levantamento das numerosas rochas com gravuras rupestres, quer na margem portuguesa como na margem espanhola, foram assim efectuados por equipas especializadas em arte rupestre (CNART e arqueólogos Junta de Extremadura) e os resultados encontram-se publicados nas monografias da EDIA. Neste caso, e, ao contrário do que aconteceu no Vale do Tejo, foram necessários apenas alguns anos para toda a comunidade ter acesso aos registos pormenorizados, ao conhecimento integral destas rochas historiadas e de todo este importante ciclo artístico, que, neste momento, se encontra submerso pelo grande lago do Alqueva.

Ainda sobre o projecto Alqueva um dos sítios arqueológicos contemplados desde o início do plano de minimização da barragem do Alqueva foi a transferência e salvaguarda do Cromeleque do Xarez (Monsaraz). Este peculiar cromeleque, de formato quadrangular com menir central, foi intervencionado por Mário Varela Gomes, que durante os trabalhos de levantamentos identificou em alguns dos menires gravuras rupestres. Estas são maioritariamente constituídas por covinhas, algumas delas alinhadas como no grande menir central (Figura 5), mostrando também um dos menires um báculo gravado (Gomes, 2000).

3.3.1. Agualta 7

O sítio arqueológico denominado de Agualta 7 (Mourão) foi identificado durante os trabalhos de prospecção da área a afectar pela barragem do Alqueva em 1995, correspondendo a um dos escassos sítios com arte rupestre referidos no Quadro Geral de Referência, com o número de inventário 95699 (Silva, 1999). Desta forma estava contemplada a realização de trabalhos de salvamento arqueológico, tendo ficado enquadrado no Bloco 5 do Plano de

Minimização de Impactes sobre o Património Arqueológico na área do regolfo do Alqueva, bloco este destinado aos contextos da Pré-História recente da margem esquerda do Guadiana sob responsabilidade científica de António Carlos Valera.

O levantamento e estudo deste sítio com arte rupestre foi efectuado por Lara Bacelar Alves, estando publicado na íntegra na monografia do Bloco 5 (Alves, 2013; Valera, 2013). Trata-se de uma rocha localizada no topo de uma vertente sobranceira ao rio Guadiana, à cota relativa de 160m e por esta razão não deverá ter sido afectada directamente pela albufeira do Alqueva.

A superfície decorada insere-se num imponente afloramento xistoso, pouco perceptível a cotas baixas, mas com uma excelente visibilidade para todo o vale do Guadiana, estando muito próximo do povoado calcolítico de Moinho de Valadares.

A composição desta rocha historiada é constituída exclusivamente por motivos filiformes, predominantemente motivos lineares. Estes foram executados por uma incisão ou abrasão directa, superficial, obtida através de um instrumento lítico muito aguçado ou instrumento metálico. Os motivos presentes são: lanças, motivos antropomórficos, reticulados, motivos geométricos, soliforme e inúmeros traços mais ou menos profundos.

A análise à composição permitiu definir uma larga-diacronia, com sucessivos episódios de gravação, dando origem ao profuso palimpsesto, não sendo no entanto possível definir um momento inicial de execução. Através de paralelos iconográficos foi possível definir que um dos momentos de gravação se situe no final da Idade do Bronze e início da I Idade do Ferro (paralelos com as armas) e que o motivo soliforme poderá ter sido executado num período relacionado com uma das fases de ocupação do povoado, nomeadamente no Calcolítico (Alves, 2013: 532).

Este sítio arqueológico encontra-se directamente relacionado com o sítio Agualta 6, sendo intervisíveis, correspondendo a uma estação característica da denominada arte Esquemático-Linear, tendo representações de armas, figuras antropomórficas, signos geométricos, figuras ovóides, entre outros.

A Agualta 7 enquadra-se também no ciclo de Arte Esquemático-Linear, cujas balizas cronológicas foram definidas por vários investigadores como tendo início na Idade do Bronze até ao final da Idade do Ferro. Na análise a esta rocha destaca-se também o facto de determinadas áreas da superfície terem sido escolhidas sistematicamente para execução do reportório iconográfico, levando às sobreposições já referidas, efectuadas também em épocas históricas. De cronologia moderna salienta-se uma curiosa figura antropomórfica, com roupa – casaco, calças, sapatos e chapéu (Figura 6) (Alves, 2013: 535).

3.3.2. Ciclo artístico do Guadiana

O núcleo de gravuras do Guadiana foi identificado no início da primeira década de 2000 e distribuía-se pelas margens do Guadiana, em território português (margem direita) e em território espanhol (margem esquerda). A maioria das rochas historiadas, actualmente submersas pela barragem do Alqueva, encontram-se em território espanhol, sendo que na margem portuguesa a quantidade e diversidade temática seria menor. Encontra-se publicada a monografia dos trabalhos efectuados na margem espanhola (Collado Giraldo, 2006), sendo que mais recentemente foi também publicada a monografia dos trabalhos efectuados na margem direita (Baptista e Santos, 2013), pelo então CNART. Ainda sobre as rochas da margem portuguesa tinham já sido publicados alguns estudos sintéticos (Baptista, 2001; 2002). O reportório iconográfico e a implantação topográfica mostram paralelos com o Vale do Tejo, predominando as figuras abstractas e geométricas. As circunstâncias de emergência e salvamento pelo registo também se repetiram 30 anos depois, levando a que fossem utilizados diversos métodos de registo e de levantamento das gravuras, como a realização de moldes de látex e visualização das gravuras através do método bicromático.

Na margem espanhola foram identificados, no núcleo de Molino de Manzanares, 565 painéis, com gravuras de vários períodos, desde época paleolítica até Idade do Ferro (Collado Giraldo, 2006) (Figura 7), correspondendo este núcleo a mais de dois terços da arte rupestre do Guadiana (Baptista 2001).

Na zona da Moinhola, já no lado português, foram identificados 118 painéis com gravuras, sendo que outros núcleos – Mocissos, Roncanito, Malhada das Taliscas, Malhada dos Gagos, Foz de Pardais, Perdigoa, entre outros, são de menores dimensões. Ao todo foram inventariadas 238 rochas, distribuídas ao longo de mais de 30 km na margem direita do rio Guadiana, tendo sido todas as rochas alvo de levantamento, mesmo as que apresentavam apenas motivos recentes ou manchas de ponteados dispersos (Baptista, 2002).

Foram estabelecidos para este "santuário rupestre" quatro períodos iconográficos. O primeiro, ainda no Paleolítico Superior, num momento final do Magdalenense, com um reduzido reportório icnográfico apenas existente em duas rochas (Rocha 30 de Moinhola e Rocha 1 de Porto Portel). O segundo período abarca um vasto leque temporal, entre o IV e o III milénio a.C., correspondendo à grande maioria das rochas historiadas, que mostram iconografia muito diversa (antropomorfos, zoomorfos, motivos geométricos), sendo as morfologias circulares predominantes (Figura 8). A iconografia e técnicas de execução características da Idade do Ferro foram referenciadas em algumas rochas, constituindo assim o terceiro período. E por último o quarto período, onde foram identificadas diversas gravuras de época moderna e contemporânea (Baptista e Santos, 2013).

3.3.3. Regolfo do Açude do Pedrógão

Ainda no âmbito do projecto Alqueva foi efectuada pela equipa do CNART trabalhos de prospecção e levantamento, na área do Açude do Pedrógão, realizados em Outubro-Novembro de 2002. Identificaram-se diversas rochas com gravuras inseridas cronologicamente na Pré-história recente e em períodos já históricos (Moinho dos Bilores, Moinho do Carneiro, Moinho da Barca, Ribeira do Sobroso, Azenhas da Rabadoa e Abrigo dos Galeados), destacando-se porém neste trabalho a identificação de um abrigo com pinturas rupestres (Baptista e Santos, 2013: 305).

Este abrigo – Abrigo do Bufo – corresponde assim ao sítio arqueológico com vestígios pictóricos, identificado e publicado, localizado mais a sul do território Português. Trata-se de uma superfície vertical de xisto quartzítico, semi-abrigada por uma pala, localizada na margem direita do rio Ardila, margem esta oposta ao bem conhecido povoado proto-histórico da Azougada.

Foram identificados três painéis, mostrando o primeiro deles um interessante motivo pintado formado por 10 barras verticais e paralelas, formando quase um motivo pectiniforme. A coloração é homogénea, de um vermelho vinhoso, tendo sido executadas sem qualquer preparação da superfície de base, técnica recorrente no ciclo de pintura rupestre esquemática peninsular. Os outros dois painéis apresentam motivos gravados, pela técnica filiforme, formando no painel 2 um motivo geométrico, enquanto que no painel três apenas um motivo não figurativo (Baptista e Santos, 2013: 308).

3.4. Rocha da Hera: um pequeno abrigo no sudoeste Alentejano

A Rocha da Hera localiza-se em Odemira (Beja) e foi identificado por Lara Bacelar Alves e Jorge Vilhena após indicações de um habitante local, no âmbito de um projecto de investigação. Ao visitarem o abrigo, de acesso difícil e com recurso a iluminação artificial, reconheceram o dispositivo iconográfico constituído por gravuras esquemáticas.

Foi utilizado como refúgio esporádico de pastores e a ele está associada uma lenda da Moura Encantada, plenamente conhecida pelos habitantes locais (Vilhena e Alves, 2007).

O dispositivo iconográfico localiza-se no tecto do abrigo e é formado por dois motivos antropomórficos e numerosos signos lineares, que se sobrepõe mutuamente criando um emaranhado de linhas.

São gravuras incisas, filiformes, sendo que o primeiro antropomorfo sobressai nesta superfície, mostrando braços, pernas e mãos bem abertos. Trata-se de uma figura esquemática executada intencionalmente sobre o caos de linhas rectas, curvas ou ovais que não formam qualquer tipo de composição reconhecível iconograficamente. O segundo antropomorfo localiza-se numa zona mais lateral e aproveita a configuração do próprio relevo, sendo igualmente esquemático, com representação das extremidades e executado por incisão muito fina.

Os investigadores enquadram estes motivos no denominado ciclo de Arte Esquemático-Linear, sendo que através de várias considerações como a sua relação com a necrópole de cistas, a implantação e características morfológicas dos antropomorfos, consideram que estas gravuras foram executadas em meados/finais do 2º milénio a.C. (Vilhena e Alves, 2007).

4. NOVAS DESCOBERTAS E NOVAS ABORDAGENS A SÍTIOS TÃO BEM CONHECIDOS: O NÚCLEO DE ABRIGOS DE ARRONCHES

Nestes últimos anos têm sido realizados importantes trabalhos de revisão ou de novas abordagens a sítios com arte rupestre conhecidos já desde inícios do século XX, destacando-se o núcleo de abrigos de Arronches. Nesta área geográfica, Serra de São Mamede – Portalegre, Marvão, Arronches – têm sido

desenvolvidos trabalhos de prospecção por várias equipas, nomeadamente por Jorge Oliveira da Universidade de Évora, levando à identificação de numerosos abrigos com pinturas esquemáticas.

4.1. Prospectar, olhar e identificar

No Norte Alentejano foram assim identificados vários abrigos com Pintura Rupestre Esquemática (PRE), iniciando-se as descobertas em Abril de 2003 com a identificação, por Maria Ribeiro, do Abrigo do Ninho do Bufo, localizado na Penha da Esparoeira, em Marvão. Encontra-se a escassas centenas de metros da fronteira luso-espanhola, numa imponente formação quartzítica, estando o pequeno abrigo a meia encosta, encaixado numa reentrância, possuindo grande visibilidade sobre o território envolvente. O dispositivo iconográfico é formado por representações idiomórficas (pontos e barras) e figuras antropomórficas, tendo sido utilizados pigmentos de coloração vermelha e também branca. Estes motivos foram interpretados como contadores, apresentando paralelos com os abrigos existentes em Esperança, sendo a cronologia atribuída da transição do IV para o III milénio a.C. (Ribeiro, 2011).

Nos últimos anos vários PNTA's foram propostos por Jorge Oliveira, alguns em co-direcção com Clara Oliveira, com objectivo de efectuar o estudo da PRE existente na Serra de São Mamede e proceder a prospecções intensivas nos maciços quartzíticos existentes desde o cerro de Marvão até à área de Esperança. Foram também efectuadas escavações arqueológicas nos abrigos já conhecidos (Oliveira e Oliveira, 2013; 2015a; 2015b), procurando contextualizar as pinturas esquemáticas e estabelecer sequências crono-culturais.

Alguns destes abrigos identificados em prospecção foram já referenciados em diversas publicações (Oliveira e Oliveira, 2015a), sendo efectuada uma descrição sumária. São eles:

- Abrigo do Pego do Inferno – localiza-se perto da Ribeira do Abrilongo, junto à fronteira com Espanha, e o acesso efectua-se pelo território espanhol apenas em tempo seco e no Verão devido ao caudal da ribeira. O dispositivo iconográfico localiza-se no interior do abrigo, no tecto e paredes laterais, sendo constituído por antropomorfos esquemáticos e ramiformes;
- Abrigo dos Louções 2 – localiza-se nas proximidades da Lapa dos Louções, junto do marco geodésico dos Louções e virado a sul, correspondendo a um pequeno abrigo onde foram pintados dois antropomorfos esquemáticos;
- Outeiro das Pratas – localiza-se na localidade de Pratas e, em um de três pequenos abrigos, foram visualizadas pinturas esquemáticas na face exterior virada a nascente;
- Cerro das Lapas é um abrigo com pinturas esquemáticas na face interior nascente, localizado na localidade das Lapas;
- Abrigo da Senhora da Penha localiza-se em Portalegre, sendo de reduzidas dimensões, estando virado a poente e o dispositivo iconográfico constituído por dois antropomorfos (Oliveira e Oliveira, 2015a: 209);
- Relvinha – encontra-se em Marvão, a escassos metros da muralha, numa parede quartzítica quase vertical, onde se visualizam dois painéis, com motivos de cor vermelha constituídos por traços paralelos e serpentiformes sobrepostos (Oliveira e Oliveira, 2015a: 210);
- Sapoio – pequeno abrigo localizado na escarpa do Sapoio (Marvão) onde foram identificadas várias linhas de cor preta (Oliveira e Oliveira, 2015: 210).

São referidos ainda os abrigos Pedra Torta, Ti Raposa e Serra da Cabaça (Oliveira e Oliveira, 2009; 2015a).

Deste conjunto de novos abrigos destaca-se a Gruta da Senhora da Lapa, na freguesia de Alegrete, concelho de Portalegre. Este abrigo foi identificado em Setembro de 2009 e localiza-se no interior da Ermida da Senhora da Lapa, numa íngreme encosta virada a Espanha, a escassos metros da fronteira. Trata-se de uma gruta ou abrigo natural, aberta na formação quartzítica, e na qual foi construída na sua entrada uma ermida cristã. O acesso faz-se actualmente por uma pequena passagem sob o altar, entrando-se numa larga sala formada por dois patamares, separados por um muro. Este muro secciona longitudinalmente o abrigo e poderá ter funcionado como o altar primitivo, sendo que no solo do nível inferior encontravam-se blocos de xisto e quartzito, bem como fragmentos de argamassa e tijoleira. As paredes foram anteriormente caiadas, porém, o estado de desagregação da cal permite observar a existência de representações esquemáticas vermelhas, constituídas por figuras antropomórficas, digitações e barras. Os investigadores efectuaram uma sondagem arqueológica no interior da gruta, identificando um nível sedimentar com abundantes fragmentos de estuque decorado, interpretado como pertencente

ao altar primitivo e enquadrado cronologicamente no século XV. Relativamente ao dispositivo iconográfico, este é formado por diversos antropomorfos e digitações, tendo sido efectuado decalque e registo fotográfico, bem como a topografia da cavidade (Oliveira e Oliveira, 2015a).

Verificamos assim que a prospecção direcionada para identificação de sítios com manifestações pictóricas apresenta bons resultados quando efectuada por equipas sensibilizadas para isso e com experiência arqueológica. As cristas quartzíticas que se desenvolvem desde o Tejo, passando por Portalegre até Arronches mostram-se assim como locais propícios (pelas próprias condições geológicas e geomorfológicas) à ocorrência de pinturas, sendo necessários mais trabalhos de prospecção intensiva que poderão alargar este conjunto de sítios arqueológicos.

4.2. Voltar ao que estava estudado. Ou será que estava?

Na segunda década do século XX destacam-se no panorama arqueológico português os trabalhos desenvolvidos pelo Abade Henri Breuil, que inicia o seu contacto com os sítios com arte no nosso território através do Abrigo de Valdejunco em Arronches. O estudo deste abrigo, identificado em 1917, corresponde ao primeiro trabalho sistemático e científico efectuado numa estação de arte rupestre, tendo sido publicado na monumental obra de Breuil "Les Peintures Rupestres Schématiques de la Península Ibérique", de quatro volumes, editados entre 1933 e 1935 (Gomes, 2002: 143). No capítulo IV do I volume, H. Breuil descreve dois abrigos com pintura esquemática existentes no norte do país: Cachão da Rapa e Pala Pinta, não tendo porém os visitado (Breuil, 1933a), dedicando posteriormente no volume IV um capítulo (VIII) exclusivamente à descrição pormenorizada do Cachão da Rapa (Breuil, 1935). O abrigo de Arronches surge primorosa e detalhadamente descrito e apresentado o decalque no volume II, capítulo X (Breuil, 1933b), correspondendo, ainda actualmente, a uma das melhores descrições existentes sobre a Lapa dos Gaivões.

Durante todo o século XX diversos investigadores e curiosos visitaram a Lapa dos Gaivões, efectuando "levantamentos" ou estudos parciais, tendo sido na década de 60 identificados os abrigos denominados de Lapa dos Louções e Igreja dos Mouros e, mais recentemente, (anos 80) o denominado Abrigo Pinho Monteiro (Castro e Ferreira, 1960-1961; Gomes, 1984; 1985; 1989a; Oliveira e Borges, 1998; Oliveira, 2004; Peixoto, 1997; Pestana, 1984; 1987; Santos Júnior, 1942).

Entre 2009 e 2014 os abrigos de Arronches estiveram integrados num PNTA intitulado "Abrigos com arte esquemática do Centro de Portugal: mundo simbólico e antropização da paisagem", de responsabilidade científica da signatária, correspondendo ao projecto de doutoramento, publicado já monograficamente (Martins, 2011, 2013a, 2013b, 2014, 2016). O principal objectivo era fazer uma revisão dos estudos existentes, efectuando, pela primeira vez, um levantamento integral e sistemático de toda a iconografia existente nos 4 abrigos (Lapa dos Gaivões, Lapa dos Louções, Igreja dos Mouros e Abrigo Pinho Monteiro), integrando este núcleo de abrigos no ciclo de Arte Esquemática Peninsular.

Em 2009 foi igualmente apresentado outro PNTA intitulado "ARA – Arte Rupestre de Arronches", de responsabilidade de J. Oliveira e C. Oliveira, igualmente aprovado pela DGPC. Neste projecto os investigadores pretendiam realizar diversos trabalhos arqueológicos nos vários abrigos conhecidos, nomeadamente novos registos gráficos, topográficos e fotográficos, bem como novas sondagens no Abrigo Pinho Monteiro, na Lapa dos Gaivões e na Igreja dos Mouros (Oliveira e Oliveira, 2013; 2015a; 2015b).

Face à extensa bibliografia produzida nos últimos anos, nomeadamente a de carácter monográfico (Martins, 2014; 2016), não se justifica uma nova descrição pormenorizada dos 4 abrigos de Esperança (Lapa dos Gaivões, Lapa dos Louções, Igreja dos Mouros e Abrigo Pinho Monteiro). Será assim apenas apresentada uma breve descrição dos reportórios iconográficos existentes e trabalhos arqueológicos desenvolvidos, tendo em conta que estes abrigos mostram uma elevada variabilidade de tipologias de motivos e os resultados alcançados com as intervenções são também importantes. Resta-nos salientar a importância destes 4 sítios arqueológicos integrados no ciclo de Pintura Rupestre Peninsular, cuja cronologia abarca toda a Pré-História recente até ao início da Idade do Bronze. Esperamos assim que nos restantes abrigos, recentemente identificados, sejam também efectuados estudos monográficos.

4.2.1. Lapa dos Gaivões

A Lapa dos Gaivões corresponde a um abrigo quartzítico de grandes dimensões localizado na vertente Sul da Serra dos Louções.

Foram identificados 64 motivos, que correspondem a 291 figuras, sendo predominantes os pontos (168) e as barras (72). Os 26 motivos antropomórficos e os nove zoomorfos destacam-se igualmente no reportório iconográfico (Figura 9). Menos frequentes são os motivos geométricos (5), os indeterminados (5), os motivos de tendência circular (3), os tectiformes (2) e, com apenas um exemplar, os motivos diversos, neste caso, caracterizado como um possível idoliforme (motivo 35) (Martins, 2016).

A equipa de Évora realizou sondagens na plataforma inferior do abrigo, onde referem ter visualizado à superfície duas estruturas circulares, nas quais foram implantadas as quadrículas de escavação. Os resultados são muito parcos, apenas uns possíveis restos de talhe em quartzo hialino, e numa das sondagens um possível buraco de poste (Oliveira e Oliveira, 2015a: 202). Não obstante os resultados da intervenção, os investigadores continuam a referir que as "estruturas" (interpretadas por nós como blocos de abatimento da crista quartzítica) correspondem, a maior delas, ao local de confinamento de gado e, a mais pequena, à cabana do pastor.

4.2.2. Lapa dos Louções

A Lapa dos Louções corresponde a uma estreita fenda, originada por uma diáclase, cuja abertura encontra-se disposta lateralmente à parede quartzítica. Mostra um interior de reduzidas dimensões, sendo apenas possível visualizar o reportório iconográfico através de iluminação artificial.

Foram caracterizados nove motivos iconográficos neste abrigo. No painel 1 surgem dois motivos: um antropomórfico e um indeterminado. No painel 2 temos sete motivos iconográficos: 3 motivos rectangulares – tectiformes, 1 motivo polilobolado (categoria diversos) (Figura 10), 2 motivos geométricos e 1 motivo indeterminado (Martins, 2016).

4.2.3. Igreja dos Mouros

A Igreja dos Mouros é um abrigo de média dimensão, formado pela sobreposição de grandes blocos que originaram um espaço interior amplo.

O reportório iconográfico é reduzido, tendo sido identificadas oito figuras, onde se destacam os três motivos ramiformes (Figura 11). A restante iconografia é constituída por uma barra, um antropomorfo, um tectiforme, um motivo geométrico e um indeterminado (Martins, 2016).

A equipa de Évora realizou em 2012 três sondagens neste abrigo, duas localizadas no interior e a restante na plataforma exterior. A sondagem na zona mais interior do abrigo revelou apenas, junto da sua base, duas concentrações de ocre. Foram recolhidos carvões cuja datação é: Beta-336388: 4320 +/-30BP, calibrado a 2 sigma – CalBC 3080 a 3060. Na sondagem juntos dos painéis com pinturas rupestres identificou-se um muro, que se adossa à base de lareira, podendo ter funcionado como paravento do abrigo. Os materiais recolhidos apontam para uma cronologia de Calcolítico pleno sendo constituídos por duas pontas de seta em xisto, um movente de granito e dois fragmentos de prato de bordo espessado. Estes materiais são consentâneos com a datação obtida na sondagem mais interior.

Na sondagem realizada no exterior do abrigo identificou-se o limite de outra estrutura que delimitava o átrio, sendo que datação resultante dos carvões recolhidos foi: Beta 336387: 920+/- 30BP, calibrado a 2 sigma CalAD 1010-1170, data esta relacionada claramente com a época de conquista cristã (Oliveira e Oliveira, 2015a: 211).

4.2.4. Abrigo Pinho Monteiro

Este imponente abrigo localiza-se no topo da Serra do Cavaleiro, sendo a entrada de grandes dimensões. O reportório iconográfico é formado por 42 motivos, que correspondem a 98 figuras, sendo predominantes as barras (44), os pontos (25) e os motivos antropomórficos (16) (Figura 12). Destacam-se pela sua singularidade a presença de dois motivos soliformes. Menos frequentes são os motivos indeterminados (5), os geométricos (3) e os restos de pigmento (1). Surge, ainda, um único motivo ramiforme e um motivo enquadrado nos diversos, neste caso, caracterizado como um idoliforme (motivo 39) (Martins, 2016).

A equipa de Évora realizou também neste abrigo uma sondagem arqueológica, junto da área intervencionada nos anos 80 por M. Varela Gomes, tendo sido recolhido apenas material lítico (sílex e quartzo hialino) em zonas de limpeza integrado nas indústrias microlíticas cuja cronologia proposta é bastante lata – desde Paleolítico final, Mesolítico ou Neolítico Antigo.

Foram efectuadas três datações: a APM2 proveniente de uma mancha de carvões e cinzas – Beta 296435: 920 +/- 40BP, calibrada a 2 sigma – CalAD 1010-1170, uma data claramente inserida em época medieval, podendo assim estar relacionada com a

obtida na Igreja dos Mouros. As outras duas datações de carvões recolhidos sobre a base da rocha no interior do abrigo e junto da parede revelaram cronologias mais antigas: 1ª Beta 296433 – BP 9640 +/-50BP, calibrada a 2 sigma –CalBC 9250 a 9100, e a 2ª datação – Beta 296434 – BP 8390 +/-40BP, calibrada a 2 sigma – CalBC7570 a 7460, demonstrando, segundo os autores, que desde finais do Paleolítico e também no Mesolítico foram feitas fogueiras no abrigo, sendo que num período entre neolítico e Idade do Bronze foi erguido o muro à entrada e efectuado o reportório iconográfico existente no tecto e paredes (Oliveira e Oliveira, 2015a: 212).

Estas datações sobre carvões, recolhidos na base do abrigo, na sua zona mais exterior, não se percebendo se fazem parte de estruturas de combustão (referidas mas não caracterizadas ou apresentadas graficamente) são certamente importantes, mas deverão ser integradas numa apresentação total da intervenção arqueológica realizada, que se localizou numa zona bastante perturbada (é referido que a sondagem foi marcada junto do corte dos anos 80 que estava em mau estado de conservação). Efectivamente entre o final do Paleolítico e o Neolítico as comunidades continuaram a expressar-se graficamente, quer através de pinturas (Martins, 2014) ou gravuras, bem como por artefactos simbólicos. Porém, tal como a data medieval não deverá ser directamente relacionada com as pinturas, também estas datações mais antigas terão de ser encaradas com prudência quando extrapoladas para atribuição crono-cultural do reportório iconográfico. Poderão relacionar-se ou não, facto que não será comprovado devido à impossibilidade actual de datação directa destas pinturas.

5. PERSPECTIVAS FUTURAS E PALAVRAS FINAIS

Estas breves linhas tentaram assim ser uma primeira abordagem à arte rupestre no sul do território Português, ficando muito por dizer, nomeadamente no que diz respeito à arte megalítica e ao extenso "mundo" das covinhas que se distribuem por todo o território e abarcam cronologia muito variada.

Analisando a distribuição geográfica dos principais sítios identificados verifica-se que há uma ausência quase total em toda a faixa litoral, situação esta que poderá ser justificada por diversas circunstâncias. Podemos estar perante questões de preservação diferencial dos sítios arqueológicos, directamente relacionada com o tipo de substrato geológico, que por um lado não apresenta superfícies passíveis de ter manifestações quer gravadas quer pintadas, como não possibilita a sua preservação e consolidação (exp. arribas fósseis do litoral). Igualmente questões arqueográficas poderão justificar esta situação, nomeadamente a inexistência de projectos que contemplem prospecção direccionada para a arte rupestre, existindo algumas zonas que a probabilidade de encontrar sítios pode ser elevada (alguns exemplos: Serra Algarvia, num pequeno troço do rio Sado ou na Serra da Adiça e Ardila).

Um regresso a sítios já conhecidos, com novas abordagens e metodologias, possibilitará também a produção de novos conhecimentos, destacando-se para esta ideia o complexo do Escoural, quer em relação à arte paleolítica do interior da gruta, como para o povoado calcolítico exterior onde surgem rochas gravadas com arte esquemática.

Por último, atendendo à polémica das gravuras do Alqueva, não deixa de ser interessante verificar que após a experiência que a "geração Tejo" teve no salvamento pelo registo das gravuras do Vale do Tejo, impulsionando a adopção de práticas científicas nos estudos de arte rupestre, o mesmo erro tenha sido efectuado por duas vezes. A primeira vez no Côa e a segunda no Guadiana, projectos em que não foi feita prospecção intensiva e sistemática direccionada para arte rupestre, com equipas especializadas. Neste caso, foi à terceira vez que se acertou, com o Vale do Sabor, onde após um primeiro Estudo de Impacte Ambiental muito parcelar e sintético, foi formada uma equipa de arqueólogos direccionados apenas para arte rupestre, o que levou à identificação, posterior levantamento e estudo de centenas de rochas historiadas. Não podemos, porém, deixar de pensar quantas mini-hidrícas ou barragens de menores dimensões foram feitas sem a devida prospecção sistemática para arte rupestre? Provavelmente saberemos daqui a umas dezenas de anos… as gravuras lá estarão.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Lara Bacelar (2013) – Anexo I. A Rocha Gravada de Agualta 7, *in As Comunidades Agropastoris na Margem esquerda do Guadiana*, VALERA, António Carlos, Memória d' Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva 2ª série, nº 6, EDIA, pp. 505-538.

ARAÚJO, Ana Cristina; LEJEUNE, Marilyse (1995) – A Gruta do Escoural (Necrópole Neolítica e Arte Rupestre Paleolítica), *Trabalhos de Arqueologia*, nº 8, IPPAR, Lisboa.

AUBRY, Thierry; BARBOSA, Fernando; GAMEIRO, Cristina; LUÍS, Luís; MATIAS, Henrique; SANTOS, André Tomás; SILVESTRE, Marcelo (2015) – De regresso à Cardina 13 anos depois. Resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos de 2014 no Vale do Côa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 18, pp. 5-26.

BAPTISTA, António Martinho (1995) – O Centro Nacional de Arte Rupestre e o património artístico da pré-história em Portugal, *Encontros de divulgação e debates em estudos sociais,* Vila Nova de Gaia: Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial, pp. 135-137.

BAPTISTA, António Martinho (2001) – Trabalhos do Centro Nacional de Arte Rupestre, *Al-Madan*, Centro de Arqueologia de Almada, II série, nº 10, pp. 201-203.

BAPTISTA, António Martinho (2002) – Arte Rupestre na Área de influência da Barragem do Alqueva em Portugal, *Al-Madan*, Centro de Arqueologia de Almada, II série, nº 11, pp. 158-164.

BAPTISTA, António Martinho; SANTOS, André Tomás (2013) – *A Arte Rupestre do Guadiana Português na área de influência do Alqueva, Memórias d'Odiana – 2ª série*, nº 1, EDIA, 339 p.

BICHO, Nuno (2006) – *A Pré-História do Algarve*, Territórios da Pré-História em Portugal – coord. Luiz Oosterbeek, vol. 9, *ARKEOS.*

BICHO, Nuno; SÍMON VALLEJO, María; CORTÉS SÁNCHEZ, Miguel (2012) – A Solutrean zoomorphic engraved plaquette from the site of Vale Boi, Portugal, *Quartär*, 59, pp. 153-164.

BREUIL, Henri (1933a) – *Les Peintures Rupestres Schématiques de la Péninsule Ibérique, Vol. I – Au Nord du Tage*, Imprimerie de Lagny.

BREUIL, Henri (1933b) – *Les Peintures Rupestres Schématiques de la Péninsule Ibérique, Vol. II –Bassin du Guadiana*, Imprimerie de Lagny.

BREUIL, Henri (1935) – *Les Peintures Rupestres Schématiques de la Péninsule Ibérique, Vol. IV –Sud-Est et Est de l'Espagne*, Imprimerie de Lagny.

CAMPOS, António Luís (2016) – A Química da Arte Rupestre, *National Geographic Portugal,* Julho 2016.

CASTRO, Luís de Albuquerque; FERREIRA, Octávio da Veiga (1960-1961) – As pinturas rupestres Esquemáticas da Serra dos Louções, *Conímbriga,* Vols. II-III, Universidade de Coimbra, pp. 1-20.

COLLADO GIRALDO, Hipólito (2006) – *Arte Rupestre en la Cuenca del Guadiana: El Conjunto de Grabados del Molino Manzánez (Alconchel-Cheles), Memórias d'Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva*, 4, EDIA, S.A., 559 p.

FIGUEIREDO, Sofia; XAVIER, Pedro; NOBRE, Luís (2015) – Placas móveis com grafismos rupestres paleolíticos do Terraço do Medal (Nordeste, Portugal): uma primeira análise a temas e estilos, *ARKEOS 37, XIX INTERNATIONAL ROCK ART CONFERENCE – IFRAO 2015*, pp. 1573-1588.

GOMES, Mário Varela (1984) – In Memoriam, *O Arqueólogo Português*, sério 4, nº 2, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 7-14.

GOMES, Mário Varela (1985) – Abrigo Pinho Monteiro – 1982, *Informação Arqueológica 5 – 1982/83*, Lisboa: Instituto Português de Património Cultural, pp. 90-91.

GOMES, Mário Varela (1989) – Arte Rupestre e Contexto Arqueológico, *Almansor – Revista de Cultura*, nº 7, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, pp. 225-269.

GOMES, Mário Varela (2001) – O Património Amordaçado, ainda a arte rupestre do Guadiana, *al-madan*, II série, nº 11, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 50-53.

GOMES, Mário Varela (2002) – Arte rupestre em Portugal – perspectiva sobre o último século, *Arqueologia e História, Arqueologia 2000 – Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal*, nº 54, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.139-194.

GOMES, Mário Varela (2010) – *Arte Rupestre do Vale do Tejo – Um Ciclo Artístico-Cultural Pré e Proto-Histórico,* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 3 vols, (Dissertação de Doutoramento, texto policopiado).

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela; SANTOS, M. Farinha dos (1994) – O santuário exterior do Escoural - Sector SE, *V Jornadas Arqueológicas - Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 2º volume, Lisboa, pp. 93-108.

MARTINS, Andrea (2011) – Arte esquemática em Portugal: um projecto em construção, OrJIA eds., *Actas de las II Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica (Madrid, 6,7 y 8 de Mayo de 2009*), JIA 2009, Tomo II, pp. 815-818.

MARTINS, Andrea (2013a) – Arte Esquemático en Portugal: los abrigos com pinturas del Macizo Calcáreo Extremeño, In MARTÍNEZ GARCÍA, Julian; HERNÁNDEZ PÉREZ, Mauro, coord., *Arte Rupestre Esquemático en la Península Ibérica – II Congreso 2010*, Ayuntamiento de Vélez-Blanco, pp. 317-323.

MARTINS, Andrea (2013b) – A Pintura Rupestre Esquemática em Portugal: muitos sítios, mesmas pessoas?, In AR-

NAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, coord., *Arqueologia em Portugal – 150 anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 495-505.

MARTINS, Andrea (2014) – *Abrigos de Arte Esquemática Pintada do Centro de Portugal: mundo simbólico e antropização da paisagem*, Universidade do Algarve, 2 vols (texto policopiado).

MARTINS, Andrea (2016) – *A Pintura Rupestre do Centro de Portugal. Antropização Simbólica da Paisagem pelas Primeiras Sociedades Agro-pastoris, Monografias AAP*, 3, Associação dos Arqueólogos Portugueses.

OLIVEIRA, Jorge de (2004) – A arte rupestre no contexto megalítico Norte-Alentejano, *Sinais da Pedra – Actas do 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre na Europa Atlântica*, Ed. Fundação Eugénio de Almeida, cd-rom.

OLIVEIRA, Jorge de; BORGES, Sofia (1998) – Arte Rupestre no Parque Natural da Serra de São Mamede, *Ibn Maruan – Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 8, Câmara Municipal de Marvão, Edições Colibri, pp. 193-202.

OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (2009) – *Relatório de Progresso do PNTA – ARA – Arte Rupestre de Arronches em 2009,* Universidade de Évora, (IGESPAR – texto policopiado).

OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (2013) – Abrigo Igreja dos Mouros – Esperança – Arronches, no contexto da Arte Esquemática da Serra de S. Mamede, In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, coord., *Arqueologia em Portugal – 150 anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 507- 514.

OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (2015a) – Trabalhos Arqueológicos nos abrigos com arte rupestre da Serra de S. Mamede, *Actas del VII Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular*, Ayuntamiento de Aroche, pp. 199-218.

OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (2015b) – A arte rupestre esquemática pintada no contexto megalítico da Serra de São Mamede, GONÇAVES, V.; DINIZ, M.; SOUSA, A.C (eds.), *5º Congresso do Neolítico Peninsular, estudos & memórias* 8, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 547-556.

PEIXOTO, Ana (1997) – A Lapa dos Gaivões – Arronches, *Ibn Maruan – Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 7, Câmara Municipal de Marvão, pp. 265-291.

PESTANA, Manuel Inácio (1984) – Arte Rupestre – do conjunto pictórico dos Louções ao da Serra do Cavaleiro agora descoberto*, A Cidade – Revista Cultural de Portalegre*, Março 3, Portalegre: Edições Colibri, pp. 33-35.

PESTANA, Manuel Inácio (1987) – Arte Rupestre da freguesia da Esperança (concelho de Arronches), *Primeiras Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano 85 – actas*, pp. 17-24.

RIBEIRO, Margarida (2011) – Pinturas Rupestres do Ninho do Bufo na Penha da Esparoeira – Marvão. Notícia da sua descoberta, In CARNEIRO, André; ROCHA, Leonor; MORGADO, Paula; OLIVEIRA, Jorge, eds*., Arqueologia do Norte Alentejano – Comunicações das 3ª Jornadas*, Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Fronteira, pp. 405-409.

SANTOS JÚNIOR, Joaquim (1942) – *Arte Rupestre*, Comunicação apresentada ao I Congresso do Mundo Português, Porto, 49 p.

SILVA, António Carlos (1999) – *Salvamento Arqueológico no Guadiana*, Memórias d'Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva, nº 1, EDIA.

SILVA, António Carlos (2000) – Inventário Arqueológico, Actualização, *Das Pedras do Xerez às novas Terras da Luz*, Memórias d'Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva, nº 2, EDIA, pp. 303-363.

SILVA, António Carlos (2001) – A Minimização de Impactes Arqueológicos no Alqueva e a "Arte Rupestre do Guadiana", *Al-Madan*, IIª série, 10, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 80-86.

SILVA, António Carlos (2011) – *Uma Gruta Pré-Histórica no Alentejo – Escoural*, Ministério da Cultura, Direcção Regional de Cultura do Alentejo.

SÍMON VALLEJO, María; CORTÉS SÁNCHEZ, Miguel; BICHO, Nuno (2012) – Primeras evidencias de arte mueble paleolítico en el sur de Portugal, *Trabajos de Prehistoria,* 69, N.º 1, enero-junio 2012, pp. 7-20.

VALERA, António Carlos (2013) – *As Comunidades Agro-pastoris na Margem esquerda do Guadiana,* Memória d' Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva 2ª série, nº 6, EDIA.

VILHENA, Jorge; ALVES, Lara Bacelar (2007) – Subir à maior altura. Espaços funerários, lugares do quotidiano e 'arte rupestre' no contexto da Idade do Bronze do Médio/ Baixo Mira, *Vipasca – Arqueologia e História*, N.º 2. 2ª série, pp. 194-218.



Figura 1 – Gruta do Escoural



Figura 2 – Gruta do Escoural – painel onde se visualizam várias representações de auroques.



Figura 3 – Vale do Tejo – rocha do núcleo do Fratel, um dos poucos que não se encontram submersos.

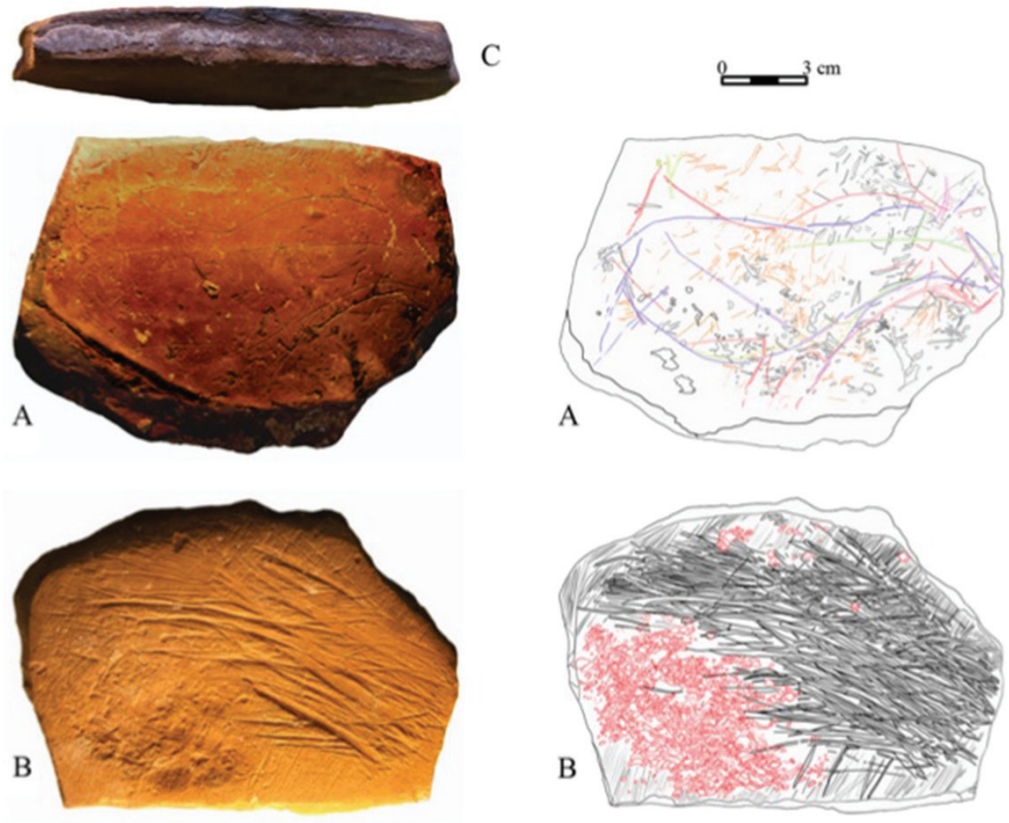


Figura 4 – Placa 1 de Vale de Boi (Simón Vallejo *et al.*, 2012).



Figura 5 – Menir central do Cromeleque do Xarez, visualizando-se as covinhas (autoria André Teixeira).

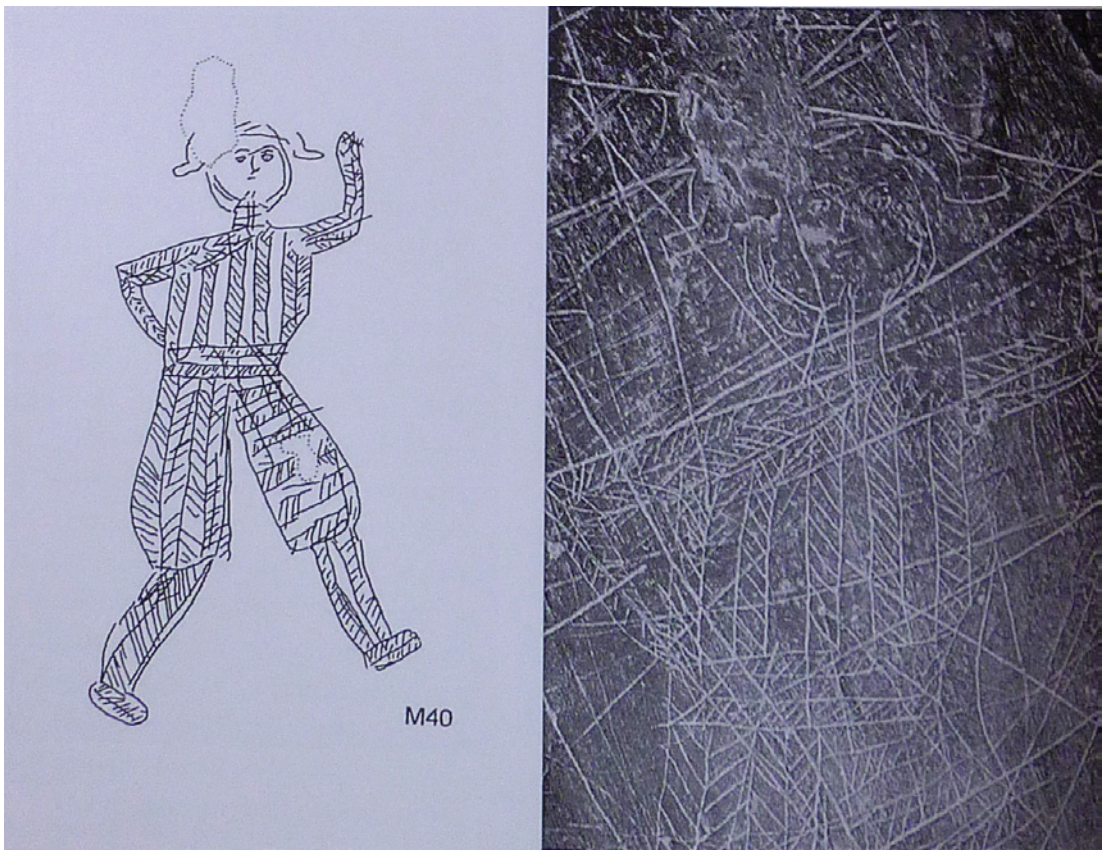


Figura 6 – Agualta 7 – antropomorfo de época moderna (Alves, 2013).



Figura 7 – Molino de Manzánez, representação de bovídeo paleolítico (Collado Giraldo, 2006).

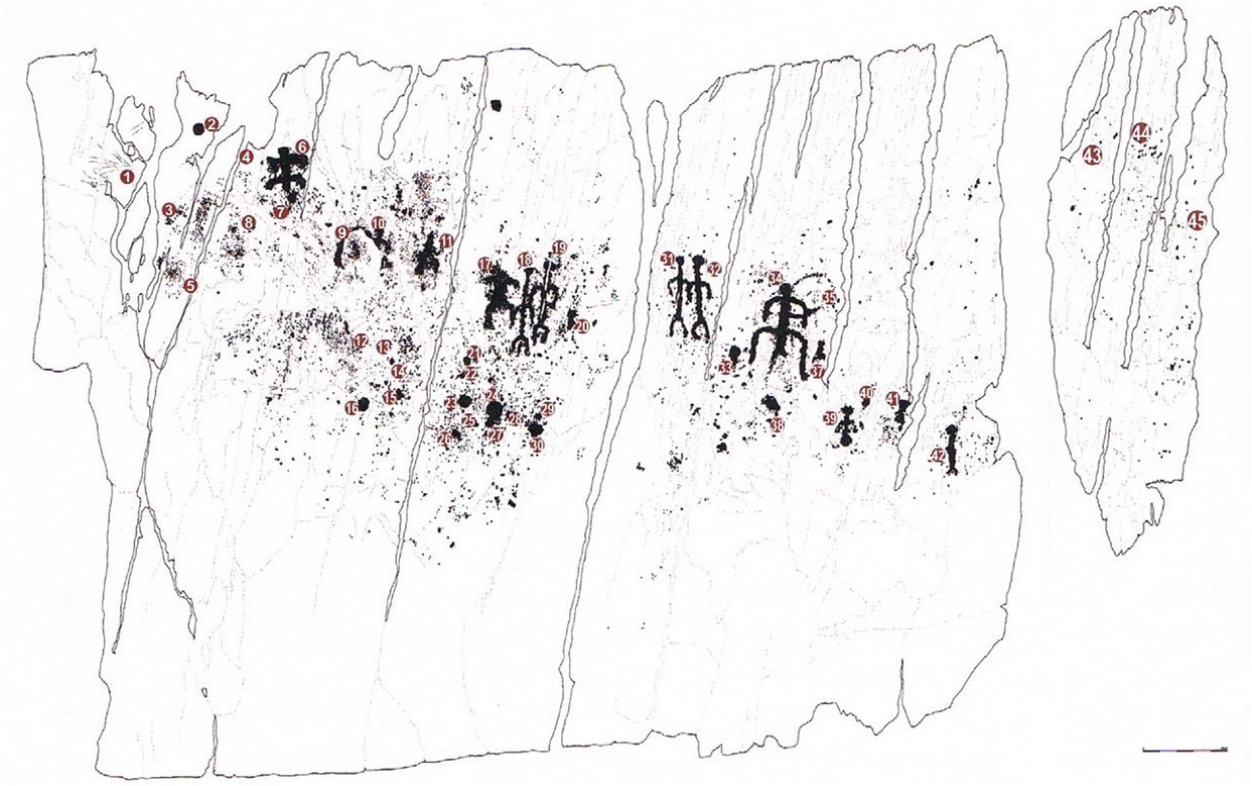


Figura 8 – Rocha 2 da Perdigoa (Baptista e Santos, 2013).



Figura 9 – Lapa dos Gaivões - painel 1, visualizando-se um motivo antropomórfico, um círculo, um serpentiforme e um zoomorfo.



Figura 10 – Lapa dos Louções – motivo polilobolado.

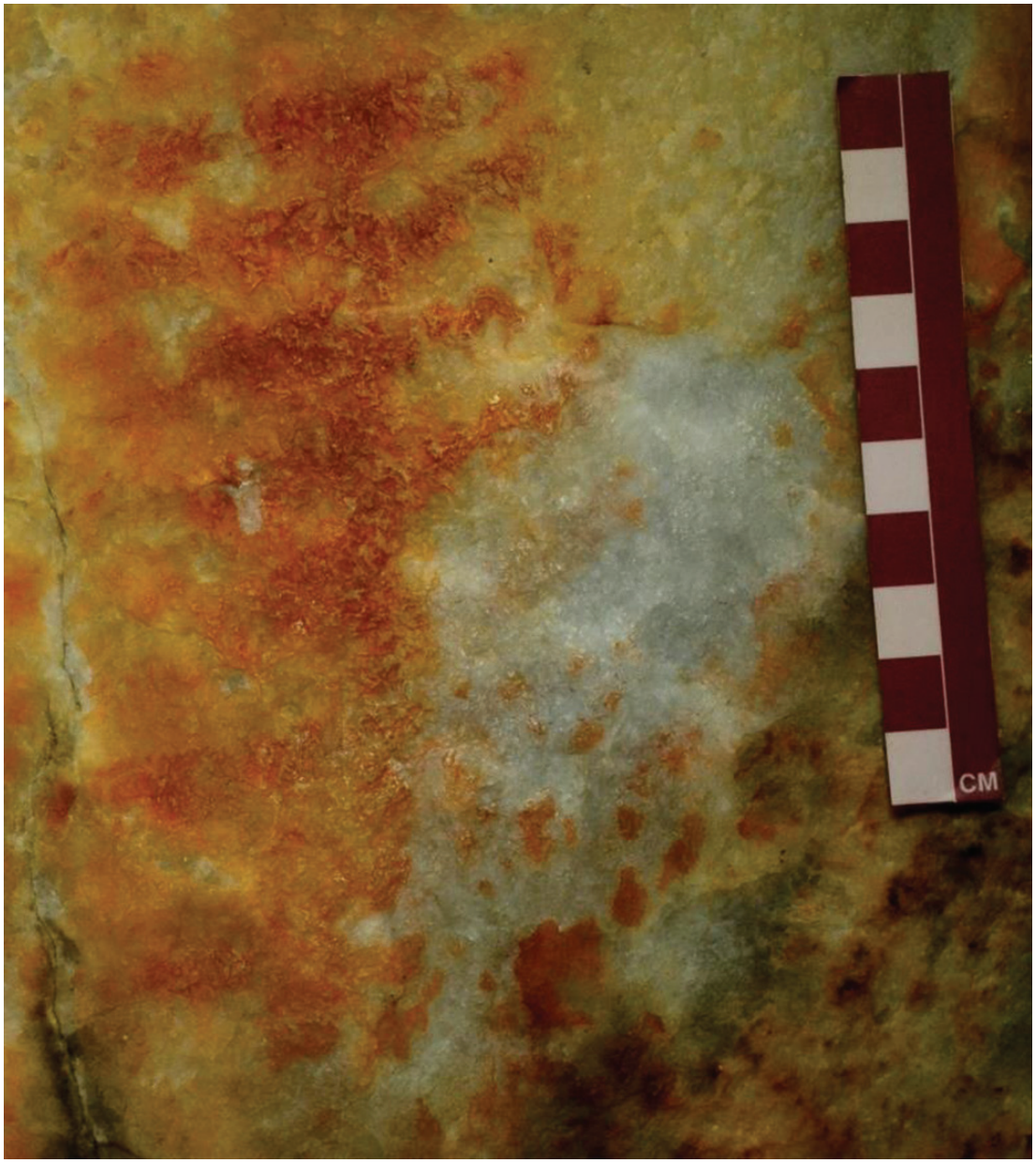


Figura 11 – Igreja dos Mouros – motivo 6 (Martins, 2014).

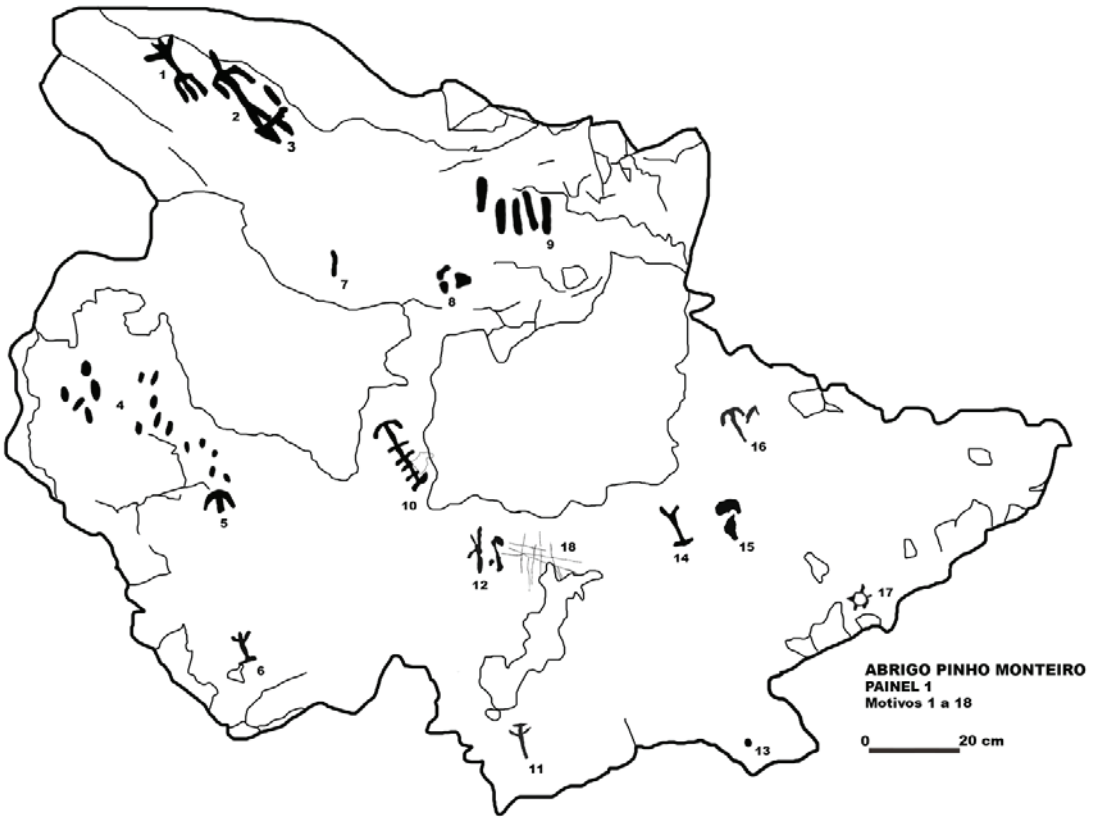


Figura 12 – Abrigo Pinho Monteiro – painel 1 (Martins, 2014).

ISTO NÃO É UM AFLORAMENTO! É UMA ROCHA DE ARTE RUPESTRE… FACTORES POTENCIAIS DE ESCOLHA DE SUPERFÍCIES DE ARTE RUPESTRE NA FASE ANTIGA PALEOLÍTICA DA ARTE DO CÔA

António Batarda Fernandes[1]

RESUMO

Na literatura especializada de arte rupestre encontram-se várias referências ao papel que diferentes factores, em contextos crono-espaciais diversos, poderão ter desempenhado na escolha de superfícies a pintar e/ou gravar. Tom, proeminência ou localização topográfica das superfícies pétreas, encontram-se entre os mais frequentemente mencionados. O objetivo deste artigo é analisar sinteticamente a relevância de factores usualmente referidos na bibliografia aquando da escolha de rochas suscetíveis de serem sujeitas a atenção artística durante a fase antiga paleolítica da Arte do Côa. Tal análise terá necessariamente de examinar até que ponto questões de preservação diferencial permitem ou não retirar conclusões pertinentes acerca da importância de cada um dos factores discutidos.

Palavras-chave: Arte Rupestre do Côa, Graveto-Solutrense, Preservação Diferencial.

ABSTRACT

Several references to the role that different factors, within diverse chronological and geographical contexts, may have played in the choice of surfaces to be painted and/or engraved can be found in the rock art literature. Tone, prominence or topographic location of stone surfaces, are some of the most frequently mentioned. The purpose of this paper is to synthetically analyze the relevance of usually mentioned factors in the choice of rock surfaces susceptible of being subject to artistic attention during the Côa Art archaic Upper Palaeolithic period. Such an analysis will necessarily have to examine the extent differential preservation issues allows to draw pertinent conclusions about the importance of each factor in the choice of surfaces.

Keywords: Côa Valley Rock Art, Gravettean-Solutrean, Differential Preservation.

1. INTRODUÇÃO

Na literatura especializada de estudos de arte rupestre diversas referências mencionam determinados factores como relevantes na escolha de superfícies pétreas que foram sujeitas a intervenção artística (ver, por exemplo, Leroi-Gourhan, 1992, pp. 215--259, 349-376; Steinbring, 1992; Bradley, 2000; Nash & Chippindale, 2004; Bahn, 2016, pp. 201-216, 312-320).[2] Os modelos interpretativos apresentados nessas análises constituem-se, conquanto possuindo diversos cambiantes epistemológicos determinados pelos diferentes contextos de investigação, como abordagens a uma das questões mais recorrentes nos estudos de arte rupestre: "Porquê arte rupestre aqui, neste(a) afloramento/superfície/gruta, e não noutro(a)s?". Para além das questões de filosofia de ciência acima aludidas, esses mesmos con-

1. Fundação Côa Parque, Rua do Museu, 5150-629 Vila Nova de Foz Côa; antoniobatarda@arte-coa.pt.

2. Sendo variadas as referências, indicam-se somente, devido a constrangimentos de espaço no presente escrito, estes trabalhos como pontos de partida para uma pesquisa mais alargada sobre esta temática. No entanto, ao longo do texto e quando considerado relevante, serão citadas referências pertinentes para a análise de cada factor.

textos de investigação, nomeadamente a cronologia e localização da arte rupestre estudada, determinam também a preferência por modelos interpretativos que destacam a importância de determinados factores potenciais de selecção em detrimentos doutros. Tais escolhas serão explicadas pela grande diversidade global de entornos onde existe alguma forma de arte rupestre. Por outro lado, autores há que apenas marginalmente, ou mesmo de todo, valorizam o papel de potenciais factores de escolha no fenómeno "Arte Rupestre", sugerindo que questões de preservação diferencial, e graus elevados de destruição do registo rupestre ao longo dos anos, não permitirão tomar a pequena *parte* hoje existente pelo *todo* original (ver, por exemplo, Bednarik, 1994).

Como já bastamente notado, cada caso é um caso e se optimistamente será possível extrair dados relevantes de análises à escala local ou mesmo regional que informem modelos de aplicação a uma escala global (Fernandes, 2017), o propósito deste artigo é o de analisar se na arte de cronologia Graveto-Solutrense do Vale do Côa se encontram indícios que permitam aquilatar da relevância de potenciais factores de escolha, apresentando ainda uma visão de conjunto mas sintética sobre o que neste momento se pode avançar relativamente ao caso particular do Côa.[3] Dando mais relevo a um ou outro atributo e em maior ou menor detalhe, tal sugestão pode ser encontrada nos escritos de autores que nos últimos 20 anos têm lançado o olhar sobre a arte rupestre de cronologia paleolítica do Côa (Baptista & García Díez, 2002; Jorge, 2003; Baptista, Santos & Correia, 2006, 2008a, 2008b; Fernandes, 2012, 2016a; Santos, 2012; Reis, 2011; Fernandes *& alii*, 2017). Assim, pretende-se cotejar os atributos potenciais de escolha que se tem vindo a mencionar no estudo do *corpus* mundial de arte rupestre com o caso particular da Arte do Côa de fase antiga e discutir sucintamente quais se poderá considerar terem desempenhado um papel relevante em tempos Graveto-Solutrenses.

2. ACERCA DAS QUESTÕES DE PRESERVAÇÃO DIFERENCIAL DA ARTE RUPESTRE GRAVETO-SOLUTRENSE DO VALE DO CÔA

As questões de preservação diferencial relativas à Arte do Côa da fase mais antiga, mas também de cronologia posterior, têm vindo a ser intensamente debatidas pelos investigadores que se interessam pelo tema. Embora cada siga a sua própria abordagem, é duma forma geral possível distinguir duas grandes perspectivas discordantes: uma que ensaia demonstrar que a perda de motivos e superfícies de arte rupestre terá sido elevada ou mesmo muito elevada ao longo dos 20, 25 milénios que hoje nos separam da fase mais antiga (Baptista, 2009, 130--131; Aubry *& alii*, 2010; Aubry, Luís & Dimuccio, 2012, 2014-2015) e outra, onde o autor se inclui, que tenta evidenciar que a taxa de preservação até aos nossos dias da arte desse mesmo período é razoável se não mesmo muito razoável (Fernandes, 2012, 2016b; Reis, 2011; Fernandes *& alii*, 2017).[4] Embora seja um truísmo afirmá-lo, julga-se importante realçar que um fenómeno multifacetado como a arte rupestre, imanente dum ser complexo como o *Sapiens sapiens*, é necessariamente… complexo. Assim, diferentes perspectivas terão o seu cabimento contribuindo para que estejam disponíveis interpretações *diversas*, complementares por não serem completamente antagónicas, e que contribuem para ampliar o conhecimento contemporâneo acerca de tal fenómeno, ou conjunto de fenómenos, como é a arte paleolítica do Vale do Côa.[5] Embora as duas perspectivas apresentem argumentos refutáveis, mas de índole necessariamente especulativa, já que é impossível saber exactamente o que se terá perdido completamente, o autor acredita que este debate académico revela a apreciável dinâmica científica que tem sido possível mobilizar em torno do estudo da arte rupestre do Vale do Côa. Por sua vez, esta di-

3. Este período foi escolhido por ser aquele que apresenta arte parietal de características mais 'monumentais' (Baptista, 2009, pp. 166-183), cuja dimensão simbólica, de necessidade de transmissão eficiente de conteúdos, e, portanto, de escolha dos suportes mais apropriados, terá tido maior importância.

4. Não será possível nesta ocasião detalhar aprofundadamente os argumentos apresentados por ambas abordagens, remetendo-se pois o leitor para a consulta das referências indicadas.

5. Sublinhe-se que Bahn (2016) identifica e discute, no contexto específico da arte parietal da Europa Ocidental do Paleolítico Superior, onde a Arte do Côa se insere, formal e tematicamente, a influência de diversos atributos na escolha das superfícies a gravar e/ou pintar.

versidade de perspectivas concorre igualmente para apresentar aos visitantes que demandam o Côa narrativas/interpretações plurais acerca da arte rupestre enriquecendo assim a visita pública ao Museu do Côa e Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC).
Se as questões de preservação diferencial são relevantes na análise que seguidamente se apresenta, merecendo consideração particularizada relativamente a cada um dos factores discutidos, é importante notar que todo o estudo dum determinado conjunto de arte rupestre se realiza hoje a partir dos dados existentes e que se preservaram no decurso da passagem dos milénios (ver também Reis, 2011, pp. 39-41). Por exemplo, no caso do Côa, a análise estatística das diferentes espécies representadas na arte paleolítica da fase antiga é feita precisamente a partir do sobrevivente acervo rupestre. Ou seja, e apresentando somente um exemplo concreto dos muitos que se poderão invocar acerca do enviesamento de olhar acerca dum *todo* passado do qual hodiernamente apenas *parte* se pode apreciar, se o registo rupestre original paleolítico tivesse sobrevivido na sua totalidade talvez a espécie que hoje determinamos como a mais representada (o bovídeo, ver Baptista, 2009, p. 113) fosse suplantada, mesmo que marginalmente, por outra. Um maior enfâse dado a uma fraca taxa de preservação impedirá ainda a asserção de modelos interpretativos acerca da organização espacial da arte arcaica do Côa que propõem uma articulação entre as diversas rochas gravadas e motivos aí contidos. Se muito se perdeu, as vinculações entre rochas e motivos hoje observáveis ter-se-ão estabelecido no passado Graveto-Solutrense duma forma actualmente não observável.[6] Considerando uma taxa de preservação muito fraca ou mesmo fraca, tais constrangimentos, deveriam coibir a realização de estudos que tenham como ponto de partida os dados hoje disponíveis, ao que se supõem, muito incompletos. Tal concorrerá para constringir (ainda mais) o que é no presente possível inquirir cientificamente acerca da arte paleolítica da fase antiga do Côa ou doutros sítios de cronologia e contexto geográfico semelhante ou mesmo díspar. Pelo contrário, se a taxa de preservação for razoável ou mesmo muito razoável, as considerações estatísticas, que no fundo informam na base todos os estudos interpretativos de arte rupestre no que se refere aos temas representados, técnicas pictóricas, bem como extrapolações relativas à existência dos nossos antepassados paleolíticos, nascença da arte, e à própria história da espécie, terão um maior grau de aceitabilidade, já que se terá perdido uma menor quantidade do todo original. Embora se possa dizer o mesmo relativamente ao registo arqueológico *lato sensu,* tal não deve impedir, como não tem impedido, que se tentem estabelecer, a partir dos dados existentes, teorias interpretativas, i.e. grandes narrativas, que almejam conhecer e sistematizar os diversos componentes do processo de evolução humana. Paralelemente, não será o caminho mais interessante assumir uma completa perda de inocência pós-modernista, no sentido de no limite não existir uma *verdade* ou mesmo *verdades* científicas, como final ou incontornável. Sugere-se que o conhecimento científico é construído de forma contingente necessariamente plural. Aliás, a moderna psicanálise sugere que o *Sapiens sapiens*, a nível individual, mas também como espécie, nunca conseguirá conhecer-se totalmente; saber precisamente qual(is) a(s) sua(s) *verdade(s)* (Zizek, 1989). Neste sentido, para além do facto da arte, da ciência ou da religião, em conjunto e/ou separadamente, poderem ser entendidas como tentativas de chegar a patamares de *verdade*, nas diversas escalas ontológicas em que os seres humanos operam, será impossível não projectar o presente, inalienável de todas a suas cargas ideológicas, vivenciais, ou de personalidade, na visão que o sujeito observador tem sobre um qualquer fenómeno histórico, fazendo assim com que este mesmo momento presente determine a forma como contemporaneamente se lê e estuda o passado (Khader, 2013). Por conseguinte, também relativamente à matéria aqui especificamente tratada, poderemos afirmar que o que ainda hoje sobrevive é suficientemente relevante para daí inferir indicações relevantes acerca dum complexo rupestre original e sua importância na vida paleolítica?

6. Refira-se que modelos desta índole, que o autor reputa de propostas relevantes que ajudam a enriquecer o conhecimento contemporâneo acerca do fenómeno arte rupestre, foram avançados para vários sítios de arte rupestre da fase arcaica do Vale do Côa (Baptista, Santos & Correia, 2006, 2008a, 2008b).

3. IDENTIFICAÇÃO E DISCUSSÃO DOS FACTORES POTENCIAIS DE ESCOLHA

A lista que seguidamente se apresenta discute os diversos factores potenciais de escolha comum-

mente referidos, conjuntamente com as atinentes questões de preservação diferencial, e considerando o caso específico da arte de fase antiga do Vale do Côa. Se por um lado se tentará balizar a discussão pelo estritamente necessário a uma abordagem inicial de conjunto a este tema, nota-se também que estes factores podem encontrar-se numa situação de interdependência relativamente à sua acção no contexto específico da Arte de fase antiga do Vale do Côa, o que conferirá um grau elevado de complexidade a tal análise. Por outro lado, optou-se por uma abordagem micro-local e local que embora tenha de considerar todo o contexto regional se foca essencialmente na escala do afloramento individual (*Existência prévia de motivos* e *Características físicas das superfícies gravada*) e na dos conjuntos de arte rupestre (*Inserção espacial dos afloramentos gravadas*). Finalmente, as inferências que informam a discussão deste caso específico resultam da observação empírica decorrente do trabalho de campo levado a cabo nos últimos 17 anos, das conversas tidas com um vasto conjunto de colegas do PAVC e outros especialistas que têm desenvolvido investigação no Côa, assim como dos vários estudos dados ao prelo sobre todas as questões conexas à que presentemente se analisa.[7]

3.1. Existência prévia de motivos

Num artigo presentemente em fase final de publicação (Fernandes, no prelo), o autor propõe que, juntamente com outras características como sejam temas representados e cânones artísticos seguidos, as diversas rochas com motivos de fase antiga no Vale do Côa em situação de sobreposição fornecem indícios claros acerca da dimensão simbólica desta arte. É argumentado que a escolha de determinados painéis e de áreas específicas de painéis onde já figuravam motivos gravados para sobrepor novas representações terá sido propositada, uma forma de perpetuar conteúdos ou mesmo comunicar novos significados no local considerado apropriado para tal. Nota-se que nestes casos se terá deliberadamente sobreposto motivos no topo de representações já existentes, quando em muitas destas superfícies existiriam áreas disponíveis onde nenhuma gravura foi aposta. Se razoavelmente será impossível afirmar que todos os afloramentos gravados na fase Graveto-Solutrense teriam disponíveis áreas que não tenham sido gravadas, pode contudo hoje constatar-se que subsistem diversas Rochas com motivos desta cronologia sobrepostos *intencionalmente* (Baptista, 2009, pp. 142-146). De entre estas, podemos particularizar os casos das Rochas 3 da Penascosa (ver Baptista, 2009, pp. 24-25, 86-87) ou 1 da Canada do Inferno (*ibidem*, pp. 22-23) (ver também discussão sobre *Qualidade*).[8]

3.2. Características físicas das superfícies gravadas

3.2.1. Tom

Esta característica das superfícies gravadas será uma das mais difíceis de considerar como factor de escolha, já que os afloramentos xistosos do Vale do Côa apresentam tonalidades muito díspares, por vezes até no mesmo painel sendo impossível determinar como esses tons se terão modificado no decurso dos milénios. Constituem-se como questões de preservação diferencial das colorações no momento Graveto-Solutrense de gravação das superfícies gravadas, a colonização biológica (nomeadamente por micro-organismos, líquenes e briófitas), a localização em leito de cheia, a deposição de sedimentos, lixiviações várias ou a migração de materiais ferrosos do interior das rochas em direção à superfície (Rodrigues 2003, p. 426). Assim, este será um factor a não considerar.

3.2.2. Qualidade

Opta-se por listar esta característica dos afloramentos destacadamente como *Qualidade* embora também se pudesse incluir neste item a dureza ou textura das superfícies gravadas. Acredita-se que não traduzindo todos estes termos exactamente os mesmos atributos, acabará por ser *Qualidade* a designação que melhor descreverá o que terá constituído uma condição determinante na escolha dos painéis e afloramentos a gravar. De facto, como nota Mário Reis (2011, pp. 44-54), a existência de áreas coesas, relativamente uniformes, e apresentando dinâmicas de degradação (Fernandes, 2014) em estado de desenvolvimento incipiente, terá sido condição preferencial para a gravação de motivos, não só em

7. Ver, entre outras, as referências indicadas na Introdução e secção anterior.

8. Devido às contingências de espaço da presente publicação, não será possível apresentar figuras ilustrando os casos de Rochas específicas do Côa mencionados ao longo deste artigo. Assim, citar-se-ão, na primeira menção de cada caso no texto, publicações onde se encontram disponíveis fotografias e desenhos pertinentes para os exemplos apresentados.

tempos Graveto-Solutrenses. Estas áreas evidenciam a resiliência dos xistos regionais (Rodrigues, 2003), mas também dos granitos da zona mais setentrional do PAVC, nomeadamente do Núcleo de Arte Rupestre da Faia (Reis, 2011, pp. 58-59), já que sobreviveram figuras gravadas em condições razoáveis ou muito razoáveis de conservação desde, tempos Graveto-Solutrenses, há cerca de 25.000 anos. Todas as superfícies gravadas, ou não, resistiram até aos dias de hoje apresentando em maior ou menor grau sinais da passagem do tempo sendo útil considerar este factor, no que toca às questões de preservação diferencial, conjuntamente com o que abaixo se menciona acerca da *Orientação cardinal dos afloramentos gravados*. De qualquer modo, adianta-se que, tendo sempre em conta a tal resiliência dos xistos locais, sendo os afloramentos a face visível de famílias de diáclases regionais, apresentando superfícies lisas e, no limite, minimamente, coesas, será de admitir que a perenidade dessas mesmas superfícies como um todo estará mais dependente dos mecanismos de instabilização gravitacionais do que das dinâmicas superficiais de perda, pese embora os *não muito* numerosos casos de perda parcial de motivos por 'desplacagem' superficial hoje observáveis.

3.2.3. Forma

Aqui não se considera o contorno detalhado dos afloramentos, passível de ser integrado em figuras rupestres, e por isso considerado na subsecção *Potencial para a integração de formas naturais pré-existentes nos motivos*, mas sim a forma global do afloramento. No Côa, um caso específico sugere que a área que foi gravada terá sido determinada pela forma do painel. É o caso da Rocha 3 da Penascosa, em terá sido a forma longitudinal do painel a delimitar a 'tela' a utilizar pelos artistas paleolíticos. De qualquer modo, este caso concreto *não sugere uma escolha deliberada* dum determinado afloramento mas sim um condicionamento à gravação. Assim, sendo aqui discutido por ser referido na bibliografia especializada, este factor não é considerado como aplicável no caso do Côa.

3.2.4. Volume

A grande maioria das Rochas do Côa com arte Graveto-Solutrense apresentam volumes consideráveis – o que também poderá ter contribuído para um maior destaque na paisagem destas superfícies (ver *Proeminência*) – apresentando ainda hoje grandes ou médias superfícies gravadas. Como exemplos, podem citar-se todas as Rochas de fase antiga da Penascosa, da Ribeira de Piscos, nomeadamente a 13 (*ibidem*, pp. 138-139), ou da Canada do Inferno. Questões de preservação diferencial tornam complexo supor um volume equivalente ou igual dos afloramentos aquando da sua gravação. No entanto, nota-se que a ter havido mudanças elas ocorreram apenas num 'sentido'. Ou seja, as rochas poderão ter perdido secções, nunca ganhando novas. Assim, afloramentos, originalmente já de dimensões bem razoáveis, poder-se-ão ter reduzido, nunca ficado maiores. Como tal, propõe-se que hoje, dependendo evidentemente dos casos específicos, ainda se conseguirá observar porções razoáveis ou mesmo sensivelmente totais dos volumes existentes à época de gravação.

3.2.5. Inclinação dos afloramentos

Num trabalho anterior (Fernandes, 2014, pp. 94--95), o autor notou que painéis gravados do Vale do Côa de cronologia paleolítica de fase antiga, todos possuindo configuração vertical, apresentam pendores de todo não negligenciáveis das suas superfícies. Tal facto foi associado à pressão gravitacional motivada pela localização dos afloramentos em encostas de pendente relativamente acentuado. Contudo, uma vez que será impossível determinar as inclinações apresentadas pelos afloramentos gravados em tempos Graveto-Solutrenses, este atributo não será considerado.

3.2.6. Potencial para a integração de formas naturais pré-existentes nos motivos

Este atributo foi analisado de forma desenvolvida em publicação recente sobre as rochas da fase antiga do Vale do Côa mas também de Siega Verde (Fernandes *& alii*, 2017). Em ambos os sítios, dado o número razoável de motivos em que é possível sugerir a integração de formas naturais (contorno das superfícies rochosas, fracturas, zonas convexas ou côncavas) das superfícies rochosas nos motivos gravados, aliás documentada noutras ocorrências em França e Espanha de arte da mesma cronologia (*ibidem*, p. 293), concluiu-se que este atributo poder-se-á ter constituído como um potencial factor de escolha das superfícies a gravar. Relativamente a questões de preservação diferencial, foi ainda sugerido que estes casos evidenciam, em menor ou maior grau, uma conservação *óptima* das áreas *pre-*

cisas dos afloramentos rochosos onde foram *directamente* inscritos motivos gravados integrando formas naturais pré-existentes (*ibidem*, pp. 298-311). Por outro lado, foi ainda possível identificar outros casos em que não existindo um aproveitamento de formas pré-existentes contudo se verifica que diferentes planos dos afloramentos onde foram apostas representações artísticas se apresentam num estado de conservação semelhante ou mesmo idêntico ao que teriam no momento Graveto-Solutrense de gravação (*ibidem*, p. 310).

3.3. Inserção espacial dos afloramentos gravadas

3.3.1. Orientação cardinal

Este atributo dos afloramentos gravados, e sua conexão com questões de preservação diferencial, tem sido amplamente discutido, ao longo dos últimos 20 anos, no quadro dos projectos de investigação levados a cabo no Vale do Côa. Remetem-se pois os leitores para a leitura das referências bibliográficas acima citadas, nomeadamente dos artigos mais recentes. Aqui notar-se-á, contudo, que se considera que as questões de preservação diferencial enunciadas por Aubry, Luís e Dimuccio (2012, 2014-2015) explicarão apenas em parte a preponderância de motivos paleolíticos da fase antiga em afloramentos orientados a SE quando existiam, em tempos Graveto-Solutrenses, superfícies expostas a outras orientações, nomeadamente NW e, no caso específico do Núcleo de Arte Rupestre da Penascosa, também W. Argumentos apresentados relativamente à preservação preferencial dos painéis de arte rupestre *hoje* conhecidos não deixam de ter, considerando também a complexidade de todos os fenómenos multifacetados e interligados que promovem a degradação da arte rupestre, um âmbito necessariamente especulativo, nomeadamente ao afirmar-se que a "primeira fase da arte paleolítica apenas se preservou durante o ultimo Máximo Glaciar porque esteve, e alguma dela ainda estará, coberta por depósitos aluviais e coluviais" (Aubry, Luís & Dimuccio, 2014-2015, p. 154). Assim sendo, sugerir que foram as superfícies orientadas a SE as que "tiveram melhores condições de preservação" (*ibidem*, p. 168) por oposição àquelas expostas a NW, será irrelevante (além de complexa demonstrabilidade no que concerne ao papel da Biodeterioração nos processos de degradação, ver Marques *& alii*, 2014) porque *toda* a Arte da fase antiga do Côa (ou uma grande maioria) hoje conhecida apenas terá sobrevivido por ter estado soterrada durante muitos milénios por depósitos mobilizados pelo rio ou caídos das encostas.

Se de facto todos os processos que moldaram a paisagem contemporaneamente reconhecida de arte rupestre do Vale do Côa são por natureza dinâmicos, manifestando-se ao longo do tempo geológico, os trabalhos de escavação levados a cabo na Rocha 1 do Fariseu, coberta por camadas sedimentares pleistocénicas e holocénicas que praticamente tapavam a totalidade dos seus quase três metros de altura (Aubry *& alii*, 2010; Baptista, 2009, pp. 54-67), forneceram indicações que importa valorizar. A camada estratigráfica mais antiga que foi possível datar evidencia que a maior parte da Rocha 1 não estaria ainda coberta e portanto disponível para gravação em momentos anteriores a pelo menos 18.400 anos BP (Aubry *& alii*, 2010). Mais significativamente, a cronologia da sequência estratigráfica identificada demonstra que a Rocha terá estado *exposta*, durante períodos posteriores paleolíticos, aos efeitos perniciosos para a conservação das suas figuras gravadas promovidos pelo clima mais agressivo do último Máximo Glaciar. Assim, bastas representações artísticas de fase arcaica identificadas neste afloramento densamente gravado[9] sobreviveram, expostas, aquando da fase final do último Máximo Glacial, tendo em conta as datações obtidas para as camadas pleistocénicas mais recentes que progressivamente foram cobrindo o painel (Aubry *& alii*, 2010). Ora, se é verdade que este afloramento é somente um de quase uma centena de superfícies com figurações da fase antiga, não é menos certo que esta é a única Rocha de Arte Rupestre identificada (e escavada) até hoje no Vale do Côa soterrada por níveis pleistocénicos, mesmo se apenas parcialmente já que uma porção dos sedimentos soterrantes são de cronologia holocénica. Assim, os dados obtidos na escavação *desta* Rocha não permitirão assertar um modelo de preservação das Rochas com Arte da fase antiga do Côa assente no seu enterramento em larga escala durante a fase final do último Máximo Glaciar.

9. É interessante notar que a atribuição de mais de 20.000 anos aos motivos da fase antiga desta e doutras rochas do Vale do Côa, que o autor aliás subscreve, é proposta também baseada em analogias estilísticas com arte pertencente ao vasto registo rupestre da Europa Ocidental, nomeadamente de França e Espanha, e datada por vários métodos (Baptista, 2009, pp. 166-171; Santos, 2012, pp. 43-44). É que a comparação estilística é um exercício interpretativo, logo subjectivo, mas não menos efectivo ou plausível…

Cumulativamente, será complexo sustentar que muitas das Rochas de fase antiga situadas a cotas mais elevadas do que o leito do rio, tenham sido cobertas por aluviões e/ou coluviões, nomeadamente as Rochas 6 ou 7 da Penascosa, 13 da Ribeira de Piscos, praticamente todas da Quinta da Barca, assim como da Canada do Inferno. Refira-se que Rebelo e Cordeiro sugerem que nalguns casos há indícios relevantes duma "não regularização (das superfícies gravadas) por depósitos periglaciares e uma manutenção até agora, apesar do último pico de frio do Tardiglaciar e das acções erosivas posteriores" (1997, p. 101). É ainda mencionada especificamente a Rocha 15 da Canada do Inferno "onde as marcas da actuação do gelo são tão fortes que não deixam dúvidas quanto à sua exposição durante um pico de frio muito intenso que (…) não será fácil aceitar como localizado em tempos históricos" mas sim de cronologia Tardiglaciar ou mesmo "dos últimos tempos (…) do Pleniglaciar superior" (*ibidem*).

Como foi já notado por outros autores (Reis, 2011), de um modo geral, os afloramentos localizados em vertentes expostas a NW apresentam hoje uma menor qualidade das suas superfícies, nomeadamente no que concerne à disponibilidade de áreas 'mais' passíveis de serem gravadas. Conquanto se tenham de considerar questões de preservação diferencial das superfícies (gravadas ou não) expostas a NW e localizadas em vertentes com a mesma orientação *vs.* aquelas orientadas a SE, tal poderá indicar uma escolha deliberada de afloramentos. Não uma escolha apenas determinada por razões culturais *lato sensu,* como também pela própria disponibilidade, no período Graveto-Solutrense, de painéis considerados como possuindo os atributos físicos necessários para uma gravação efectiva e minimamente perene, nomeadamente *Qualidade*.

3.3.2. Acessibilidade/Articulação com cursos de água

A maioria dos afloramentos de arte rupestre da fase antiga localiza-se a cotas baixas, nas margens do Côa, ou dos seus tributários, nomeadamente a Ribeira de Piscos (Fernandes, 2014, pp. 4-11). Como já mencionado, foi o estabelecimento da bacia hidrográfica que determinou a existência de diáclases ao ar livre passíveis de serem utilizadas pelos gravadores do Côa. Duma forma geral, é possível verificar a existência de afloramentos desde altitudes mais elevadas até ao fundo do vale (*ibidem*). Obviamente, dependendo da génese e configuração específica de cada encosta que na zona do PAVC forma o curso meândrico do Côa, e seus afluentes, existem áreas com mais ou menos afloramentos, situados a cotas baixas, a meia-encosta ou no topo, ou muito perto do topo, das vertentes (*ibidem*, pp. 76-84, 100-101). O facto de existirem muito mais afloramentos gravados da fase antiga junto às linhas de água não é encarado como sendo em si uma escolha 'cultural' (muito menos enquadrada por uma qualquer intenção 'ritualista' ligada a um hipotético 'culto da água'), mas talvez mais explicável pela mais fácil acessibilidade das superfícies rupestres, tendo em conta que as linhas de água formam trilhos naturais, como já sugerido noutra ocasião (Fernandes 2012). Apesar de nem sempre estes caminhos serem fáceis de percorrer – veja-se a zona mais setentrional do PAVC, o desfiladeiro em terrenos graníticos da Faia onde os grandes blocos de granito tornam a progressão lenta, exigente e mesmo perigosa – o troço final do Côa implantou-se sobre terrenos xistosos mais 'dúcteis', criando uma paisagem de pendentes mais suaves e margens mais ou menos abertas e suaves onde poucos obstáculos naturais, para além do fluxo do rio, existem. O granítico Núcleo de Arte Rupestre da Faia será mesmo um caso paradigmático acerca da relação entre acessibilidade e cota baixa dos painéis gravados, já que apesar das dificuldades de acesso, arte rupestre da fase antiga foi gravada muito próxima das margens do rio, e não acima, em zonas mais elevadas dos paredões quase verticais e muito difíceis de alcançar, mesmo com o auxílio de andaimes, que se alteiam desde o leito do rio até aos planaltos cimeiros de ambas as margens do Côa. Por outro lado, o facto de se ter escolhido a Faia granítica, para além das margens xistosas menos declivosas do troço imediatamente final do Côa, para a inscrição de motivos rupestres de fase antiga a uma cota baixa, nas margens do trilho natural que o rio constitui, remete para outra interpretação da importância cultural da localização dos afloramentos gravados: a dos motivos terem sido feitos para terem um grau elevado de visibilidade, para servirem como *media* para a difusão duma determinada mensagem (ou de várias) contida(s) nos símbolos escolhidos para serem tema da arte do Côa (e, em grande medida, da arte doutros sítios de arte rupestre em gruta ou ao ar livre da mesma cronologia), os mais impressionantes (quer pelas dimensões, quer pelo comportamento) herbívoros na altura existentes na região (Fernandes, 2016a; no prelo).

3.3.3. Articulação com atributos do entorno

Para além da aparente correlação com cursos de água, vários autores referem a articulação da arte rupestre com outros atributos individuais e notáveis da paisagem, como sejam grutas, abrigos naturais, árvores de grande porte, nascentes aquíferas, montes ou colinas, pequenos cabeços ou blocos rochosos de formas mais ou menos sugestivas (ver, por exemplo, Nash & Chippindale, 2004). No caso específico do Côa, assim como de outros sítios com arte rupestre pré-histórica ao ar livre, será extremamente difícil estabelecer a existência de árvores junto às superfícies gravadas aquando da realização de motivos rupestres. Já outros atributos, no caso concreto do Côa, não parecem ter desempenhado papel algum, já que não existem grutas na região, pois o substracto rochoso não é conducente à sua formação. Tão pouco se poderá vislumbrar alguma ligação entre a arte rupestre de fase antiga do Côa e nascentes aquíferas. Quanto a blocos e pequenos cabeços rochosos, para além dos próprios afloramentos xistosos, cuja própria existência foi condição *sine qua non* para execução de gravações, verifica-se que na zona granítica mais setentrional do PAVC, nos planaltos que encimam o curso do Côa existem várias aglomerações de blocos de dimensões variáveis marcando de forma visível a paisagem, na zona compreendida entre Almendra e Algodres. No entanto, até ao momento, nenhumas gravuras da fase antiga foram identificadas nesses blocos. Já no que respeita a abrigos, se nas zonas xistosas localizadas imediatamente antes da foz do Côa praticamente não existirão abrigos naturais, no já mencionado Núcleo de Arte Rupestre da Faia, sobrevivem motivos de fase antiga em abrigo criado pela configuração precisa de trechos das paredes graníticas verticais que ladeiam o curso do Côa. Contudo, como será sugerido pelo caso da Rocha 6 da Faia, onde um motivo da fase antiga sobrevive numa reentrância do substracto rochoso *vs*. outros motivos vizinhos muito similares (de fase antiga, de estilo idêntico e representando o mesmo animal, o auroque) que, tudo o leva a crer, se perpetuaram até ao presente completamente ao ar livre (Fernandes *& alii*, 2017, Figuras 11 e 12), este não é um caso de preservação diferencial.[10] Embora seja de valorizar a existência das superfícies abrigadas da Faia onde sobrevivem motivos gravados e pintados da fase antiga, sugere-se como factor determinane na escolha da Rocha 6 o *Potencial para a integração de formas naturais pré-existentes nos motivos rupestres* (*ibidem*), assim como, em menor grau, a localização na margem do Rio Côa. Por último, considera-se a sugestão de Baptista, Santos & Correia (2008a) relativamente à importância que os montes do Fariseu e de S. Gabriel terão desempenhado na "estruturação simbólica da arte Gravetto-Solutrense" (*ibidem*, p. 38) dos três sítios localizados rodeando a sua base a S, E e N (respectivamente, Ribeira de Piscos, Fariseu e Vale Figueira; ver *ibidem*, Figura 2), como fundamentada. Assim, será plausível ver na saliência paisagística destes montes (ao quais de poderia juntar a Penascosa-monte, ver Baptista, 2009, p. 172) um factor de escolha destas três áreas como apropriadas para a inscrição de arte rupestre. Contudo, esta asserção aplicar-se-á apenas à escala local do *sítio de arte rupestre*, e não na escala micro-local de escolha específica dos *afloramentos a gravar*.

3.3.4. Proeminência/Localização proeminente

Será importante definir o que se entende por proeminência e localização proeminente duma superfície rupestre do Vale do Côa, já que se crê que estes dois atributos não serão totalmente idênticos. Assim, para além da questão do volume, acima examinada e marginalmente valorizada na presente análise, sugere-se que o facto duma rocha se encontrar relativamente isolada, sobressaindo das restantes, lhe conferirá um destaque vincado e assim mais visibilidade. Embora questões de preservação diferencial possam, mais uma vez, truncar a compreensão contemporânea de como as rochas e seu entorno imediato se apresentavam em momentos Graveto-Solutrenses, verificam-se algumas instâncias em que será possível observar que não muito terá sido perdido no que se refere ao afloramento total (não relativamente a perdas parciais em secções dos próprios afloramentos) no decurso dos milénios. Tal é o caso do entorno e dos afloramentos relativamente isolados constituídos pelas Rochas 3 e 5 da Penascosa, 1 da Canada do Inferno, 1 da Ribeira de Piscos, 1 de Vale Figueira (ver Baptista, 2009, p.110-111) ou 1 do Fariseu.

Por seu turno, a localização proeminente é entendida como sendo conferida pela associação com determinadas características topográficas como se-

10. Pelo menos no que diz respeito aos motivos gravados e seu suporte, já que os traços pintados ainda patentes nesta rocha sobreviveram em melhores condições na zona abrigada, apesar de ainda serem discerníveis a olho nu na zona desabrigada.

jam as bocas de cursos de água ou pequenos promontórios/recôncavos marginando rios e ribeiras. Também neste caso é possível observar que muitas das rochas gravadas de fase antiga se encontram localizadas junto destes acidentes geográficos, como sejam os casos das Rochas na foz da própria Canada do Inferno (ver *ibidem*, pp. 42-43), 13 da Ribeira de Piscos, 1 e 2 da Quinta da Barca (ver *ibidem*, pp. 170, 150-151, respectivamente) ou 1 e 7 do Fariseu. Neste caso particular, as questões de preservação diferencial não serão de todo impeditivas de considerar este factor, já que será razoável afirmar que estes atributos, especialmente as fozes dos cursos de águas, se terão mantido muito pouco inalterados, ou mesmo de todo, na sua configuração desde o Graveto-Solutrense. Este atributo, no que respeita às bocas dos cursos de água, deverá ser considerado conjuntamente com a *Acessibilidade/Articulação com cursos de água*, uma vez que as embocaduras dum curso de água se constituem também como uma confluência e/ou encruzilhada de *trilhos*.

3.3.5. Propriedades acústicas/de ressonância do entorno

Este é um atributo que tem sido insistentemente referido nos últimos anos, nos casos de sítios ao ar livre, sob abrigo ou em gruta (Fazenda *& alii*, 2017). De um modo geral, o autor tem reservas relativamente à preponderância ou não deste atributo na escolha de superfícies de arte rupestre, aliás confirmadas pelo artigo acima citado. É que todas estas localizações, e tal será evidente no caso de grutas e abrigos como também de sítios ao ar livre se consideramos a sua localização no fundo de vales bem encaixados, ou mesmo de desfiladeiros, como no caso do Côa, pressupõem, logo à partida, a existência de qualidades de reverberação sonora nestes entornos. Assim, se um dado entorno possui no seu todo propriedades de ressonância, como será possível individualizar apenas as zonas específicas onde existem painéis de arte rupestre? Para aquilatar acerca de diferenças vincadas nas qualidades de ressonância entre zonas com e sem arte rupestre será necessário realizar medições deste atributo em toda uma gruta, um abrigo ou corredor ribeirinho onde, nalgum ponto particular existem motivos artísticos. Ora, se estudos realizados acerca da arte em gruta sugerem uma correlação entre as propriedades acústicas de zonas bem delimitadas e a existência de motivos artísticos (Waller, 1993), casos de estudo em sítios ao ar livre pecam por apenas terem realizado medições nas zonas imediatas onde se localizam painéis de arte rupestre (ver, por exemplo, Diaz-Andreu & García Benito, 2012). No caso concreto do Vale do Côa, localizando-se os sítios de arte rupestre de fase antiga ao longo dum corredor ribeirinho relativamente extenso, o facto de alguns serem contíguos tornará problemática a particularização das qualidades acústicas/de ressonância de cada.[11] Por outro lado, a existência de afloramentos graváveis em tempos Graveto-Solutrenses não se terá verificado ao longo de todo este corredor ribeirinho. De qualquer modo, no futuro próximo estão previstas medições preliminares das qualidades acústicas dos sítios de arte rupestre do Vale do Côa. Note-se ainda, que sendo possível medir qualidades vincadas e individualizáveis de ressonância nos sítios de arte rupestre do Vale do Côa, questões de preservação diferencial poderão ser relevantes, pois se se poderá afirmar que a configuração do entorno que conferirá essa propriedade existe, de forma pouco alterada, ou mesmo de todo, desde há mais de 20.000 anos, tal poderá não ser aplicável à escala micro-local do afloramento.

4. CONCLUSÃO

De todos os factores examinados, crê-se que os seguintes poderão ser considerados como tendo desempenhado um papel na escolha de afloramentos a gravar: *Volume, Proeminência, Acessibilidade/Articulação com cursos de água*, *Orientação cardinal*, *Existência prévia de motivos*, *Potencial para a integração de formas naturais pré-existentes nos motivos, Articulação com atributos do entorno (Montes)*, *Localização proeminente* e *Qualidade*.[12] Obviamente, os factores identificados poderão ter actuado cumulativamente, como demonstra o facto das Rochas a que se aludiu como exemplos terem sido mencionadas em vários dos itens listados. Por outro lado, dever-se-á notar que os atributos, em acção conjunta, parcial ou total, ou individual, aqui considerados não deverão ser considerados como tendo determinado a escolha de superfícies a gra-

11. Isto embora se verifique também a existência, na arte de fase antiga, de hiatos espaciais relevantes, como por exemplo entre a Penascosa/Quinta da Barca e a Ribeira de Piscos/Fariseu/Vale Figueira.

12. A verificação de mensurabilidade das *Propriedades acústicas/de ressonância do entorno* aguarda trabalho de campo.

var em *todos* os casos de afloramentos com Arte do Côa da fase antiga. Este estudo é apenas uma análise preliminar, sendo por ora impossível apresentar dados relativos à percentagem de Rochas com arte Graveto-Solutrense em que os factores de escolha discutidos podem ser considerados como relevantes. Finalmente, realce-se que nunca se entendeu a não aleatoriedade na escolha dos afloramentos a gravar em tempos Graveto-Solutrenses puramente como uma questão *Natureza vs. Cultura*, ou muito menos se propôs motivações ritualistas guiando intentos artísticos, logo *culturais*.

BIBLIOGRAFIA

AUBRY, Thierry; DIMUCCIO, Luca; BERGADÀ, Mercé; SAMPAIO, Jorge; SELLAMI, Farid (2010) – Palaeolithic engravings and sedimentary environments in the Côa River Valley (Portugal): Implications for the detection, interpretation and dating of open-air rock art. *Journal of Archaeological Science*. Londres. 37, pp. 3306-3319.

AUBRY, Thierry; LUÍS, Luís; DIMUCCIO, Luca (2012) – Nature vs. Culture: Present day spatial distribution and preservation of open-air rock art in the Côa and Douro River Valleys (Portugal). *Journal of Archaeological Science.* Londres. 39, pp. 848-866.

AUBRY, Thierry; LUÍS, Luís; DIMUCCIO, Luca (2017) – Porque é que a arte do Coa se concentra na margem esquerda? Condicionantes geológicas e ambientais para a formação e conservação dos suportes artísticos do Vale do Coa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 4/5, 2014-2015, pp. 133-174.

BAHN, Paul (2016) – *Images of the Ice Age.* Oxford: Oxford University Press.

BAPTISTA, António Martinho (2009) – *O paradigma perdido: o Vale do Côa e a arte paleolítica de ar livre em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

BAPTISTA, António Martinho; GARCÍA DÍEZ, Marcos (2002) – L'art paléolithique dans la vallée du Côa (Portugal): La symbolique dans l'organisation d'un sanctuaire de plein air. In *L'art paléolithique à l'air libre: Le paysage modifié par l'image*. Saint-Estève, France: GAEP/GÉOPRE, pp. 187-205.

BAPTISTA, António Martinho; SANTOS, André Tomás; CORREIA, Dalila (2006) – Da ambiguidade das margens na grande arte de ar livre no Vale do Côa: Reflexões em torno da organização espacial do santuário Gravetto-Solutrense na estação da Penascosa/Quinta da Barca. *Côavisão*. V. N. Foz Côa. 8, pp. 156-184.

BAPTISTA, António Martinho; SANTOS, André Tomás; CORREIA, Dalila (2008a) – Estruturação simbólica da arte Gravetto-Solutrense em torno do monte do Fariseu (Vale do Côa). In *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, vol. 1*. Porto: ACDR de Freixo de Numão, pp. 38-61.

BAPTISTA, António Martinho; SANTOS, André Tomás; CORREIA, Dalila (2008b) – O santuário arcaico do Vale do Côa: novas pistas para a compreensão da estruturação do Bestiário Gravettense e/ou Gravetto-solutrense. In *Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa*. Salamanca: Junta de Castilla y León, pp. 89-144.

BEDNARIK, Robert (1994) – A taphonomy of palaeoart. *Antiquity*. Cambridge. 68: 258, pp. 75-82.

BRADLEY, Richard (2000) – *An archaeology of natural places*. London: Routledge.

DIAZ-ANDREU, Margarita & GARCÍA BENITO, Carlos (2012) – Acoustics and Levantine rock art: Auditory perceptions in La Valltorta Gorge (Spain). *Journal of Archaeological Science.* Londres. 39, pp. 3591-3599.

FAZENDA, Bruno; SCARRE, Chris; TILL, Rupert; JIMÉNEZ PASALODOS, Raquel; ROJO GUERRA, Manuel; TEJEDOR, Cristina; ONTAÑÓN PEREDO, Roberto; WATSON, Aaron; WYATT, Simon; GARCÍA BENITO, Carlos; DRINKALL, Helen; FOULDS, Frederick (2017) – Cave acoustics in prehistory: Exploring the association of Palaeolithic visual motifs and acoustic response. *The Journal of the Acoustical Society of America.* Nova Iorque. 142:3, pp. 1332-1349.

FERNANDES, António Batarda (2012) – Orientação da arte rupestre do Vale do Côa: Um caso de estudo na distribuição espacial da arte paleolítica ao ar livre. In *Trabalhos de Arqueologia 54*. Lisboa: DGPC, pp. 261-272.

FERNANDES, António Batarda (2014) – *Natural processes in the degradation of open-air rock-art sites. An urgency intervention scale to inform conservation*: *The case of the Côa Valley world heritage site, Portugal.* Oxford: Archaeopress.

FERNANDES, António Batarda (2016a) – The fate of a thinking animal: the role of Upper Palaeolithic rock-art in mediating the relationship between humans and their surroundings. In *Archaeology with Art*. Oxford: Archaeopress, pp. 13-32.

FERNANDES, António Batarda (2016b) – Orientação das vertentes e conservação de arte rupestre: dados meteorológicos preliminares acerca do complexo de arte rupestre ao ar livre do Vale do Côa. In *Estudos Pré-Históricos 18: Actas da II Mesa-Redonda Artes Rupestres da Pré-História e da Proto-História*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, pp. 19-40.

FERNANDES, António Batarda (2017) – Paul G. Bahn. Images of the Ice Age. Third Edition, 2016. *European Journal of Archaeology*. Cambridge. 20: 2, pp. 375-379.

FERNANDES, António Batarda (no prelo) – The entrapment of art: rock-art, order, subversion, creativity, meaning and the appeal of illusive imagery. *Open Archaeology*.

FERNANDES, António Batarda; REIS, Mário; ESCUDERO REMIREZ, Cristina; VÁZQUEZ MARCOS, Carlos (2017) – Integration of natural stone features and conservation of the Upper Palaeolithic Côa Valley and Siega Verde open-air rock-art. *Time and Mind*. 10: 3, pp. 293-319.

JORGE, Vítor Oliveira (2003) – Algumas reflexões em torno da arte rupestre do Centro-Interior do país, com principal referência ao Côa. In *A irrequietude das pedras. Reflexões e experiências de um arqueólogo*. Porto: Afrontamento, pp. 117-136.

KHADER, Jamil (2013) – Zizek now or never: Ideological critique and the nothingness of being. In *Zizek Now: Current Perspectives in Zizek Studies*. Cambridge: Polity Press, pp. 3-15.

LEROI-GOURHAN, André (1992) – *L'art pariétal: Langage de la préhistoire*. Grenoble: Jérome Millon.

MARQUES, Joana; HESPANHOL, Helena; PAZ-BERMÚDEZ; Graciela; ALMEIDA, Rubim (2014) – Choosing between sides in the battle for pioneer colonization of schist in the Côa Valley Archaeological Park: a community ecology perspective. *Journal of Archaeological Science*. Londres. 44, pp. 196-206.

NASH, George; CHIPPINDALE, Christopher (2004) – *Pictures in place: The figured landscapes of Rock-Art*. Cambridge: Cambridge University Press.

REBELO, Fernando; CORDEIRO, Rochette A. M. (1997) – A geomorfologia e a datação das gravuras de Foz Côa – Metodologia e desenvolvimento de um caso de investigação científica. *Finisterra*. Coimbra. 32:63, pp. 95-105.

REIS, Mário (2011) – Prospecção da arte rupestre do Côa: ponto da situação em Maio de 2009. In *Actas do V Congresso de Arqueologia Interior Norte e Centro de Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 11-124.

RODRIGUES, José Delgado (2003) – Histórias com água e pedras. Nem sempre mole, nem sempre duras. In *A Geologia de Engenharia e os recursos geológicos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 419-435.

SANTOS, André Tomás (2012) – Reflexões sobre a arte paleolítica do Côa: a propósito da superação de uma persistente dicotomia conceptual. In *Trabalhos de Arqueologia 54*. Lisboa: DGPC, pp. 39-67.

STEINBRING, Jack (1992) – Phenomenal attributes: site selection factors in rock art. In *American Indian Rock Art 17*. Tucson: American Rock Art Research Association, pp. 102-113.

WALLER, Steven (1993) – Sound reflection as an explanation for the content and context of rock art. *Rock Art Research*. 10:2, pp. 91-101.

ZIZEK, Slavoj (1989) – How did Marx invent the symptom? In *The sublime object of ideology*. London: Verso Books, pp. 11-54.

A ARTE RUPESTRE DA GRUTA DO ESCOURAL – NOVOS DADOS ANALÍTICOS SOBRE A PINTURA PALEOLÍTICA

António C. Silva[1], Guilhem Mauran[2], Tânia Rosado[3], José Mirão[4], António Candeias[5], Carlos Carpetudo[6], Ana Teresa Caldeira[7]

RESUMO

Apesar de comumente aceite a atribuição de uma cronologia paleolítica aos vestígios de pintura descobertos há meio século na Gruta do Escoural, o seu estudo arqueológico nunca fora além de considerações estilístico-formais, dificultadas pela ausência de contextos arqueológicos seguros. No âmbito de uma abordagem mais alargada de observações e registos analíticos recorrendo a novas tecnologias disponíveis, foi pela primeira vez possível proceder a um conjunto de análises físico-químicas aos pigmentos pré-históricos usados no Escoural, cujos resultados agora se apresentam e discutem.

Palavras-chave: Arte parietal, Pintura paleolítica, Análise de pigmentos.

ABSTRACT

Although is generally accepted the attribution of a Paleolithic chronology to the vestiges of painting discovered half a century ago in Escoural's Cave, his archaeological study never went beyond stylistic-formal considerations, due the absence of evident archaeological contexts. In the context of a broader approach to analytical observations and records of Escoural art using new available technologies, it was for the first time possible to carry out a set of physic-chemical analyzes on the prehistoric pigments, the results of which are now presented and discussed.

Keywords: Cave art, Paleolithic painting, Pigments' analyses.

A Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo) descoberta há pouco mais de meio século (1963), continua a ostentar o estatuto de única cavidade do território português onde está comprovada a presença de vestígios rupestres parietais (pintura e gravura) atribuídos ao Paleolítico. Tal circunstância confere-lhe particular importância no âmbito da arqueologia nacional, apesar das importantes descobertas de arte rupestre paleolítica entretanto ocorridas nos últimos anos em diversos contextos. Ainda assim, apesar das preocupações do ponto de vista da salvaguarda e gestão patrimonial por parte da Administração, traduzidas primeiro na classificação e proteção do local e mais recentemente na sua aquisição e valorização, a Gruta do Escoural e as suas diversas manifestações de cultura material, não têm nos últimos tempos, congregado o interesse por parte da investigação arqueológica que a sua singularidade justifica. Após os trabalhos pioneiros de Manuel Farinha dos Santos (SANTOS, 1964), continuados nos

1. Direção Regional de Cultura do Alentejo; acsilva@cultura-alentejo.pt

2. Laboratório HERCULES, Universidade de Évora; hercules@uevora.pt

3. Laboratório HERCULES, Universidade de Évora; tanocasrosado@gmail.com

4. Laboratório HERCULES, Universidade de Évora; jmirao@uevora.pt

5. Laboratório HERCULES, Universidade de Évora; candeias@uevora.pt

6. MORBASE, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; carlos.carpetudo@gmail.com

7. Laboratório HERCULES, Universidade de Évora; atc@uevora.pt

anos 70 com a colaboração de Jorge Pinho Monteiro e Mário Varela Gomes (SANTOS *et alii*, 1980) e seguidos do projecto luso-belga promovido no final dos anos 80 pelo Serviço Regional de Arqueologia do Sul (ARAÚJO *et alii*, 1995), é consensual que, quer a temática da arte rupestre parietal, quer a problemática das ocupações pré-históricas da cavidade, estão longe de poder ser considerados assuntos esgotados no Escoural. Em todo o caso, no âmbito dos recentes trabalhos de requalificação das estruturas de visita, promovidos pela DRCA por ocasião da comemoração do cinquentenário da sua descoberta, foi possível realizar ações pontuais de investigação, das quais destacamos:

– novos levantamentos de motivos rupestres, quer por metodologia tradicional (decalque directo), quer por fotografia digital, proporcionando novas leituras dos grafismos conhecidos mas também o registo de motivos pintados e gravados inéditos;
– primeiras tentativas de datação absoluta dos motivos rupestres (pintura e gravura), ainda que de forma indirecta (datação dos depósitos de calcite através do método Uranio-Tório);
– *primeiros ensaios de caracterização fisico-química dos pigmentos usados na pintura;*

Para além destas acções mais diretamente relacionadas com as ocupações arqueológicas da cavidade, foram também promovidos nos últimos anos diagnósticos de âmbito geomorfológico, ambiental e biológico, avaliando entre outros factores, os impactos e alterações provocadas pela visita pública ao longo das últimas décadas, com vista à elaboração de um plano de gestão e conservação preventiva dos vestígios de arte parietal (BRUNET *et alii*, 2002; MONTES, 2015). Todavia na presente comunicação daremos particular destaque aos resultados obtidos recentemente na caracterização física dos vestígios de pintura, os quais constituem apenas uma fração do registo rupestre e arqueológico em causa, e que foram possíveis graças ao interesse e disponibilidade dos adequados meios técnicos por parte do Laboratório Hercules da Universidade de Évora.

1. A PINTURA RUPESTRE DA GRUTA DO ESCOURAL – O ESTADO DOS CONHECIMENTOS

Estão bem documentadas as circunstancias do reconhecimento da arte parietal na cavidade do Escoural, nomeadamente dos primeiros vestígios pictóricos ali identificados (SILVA, 2011). O facto da cavidade ter estado encerrada, pelo menos desde o Neolítico Final, e das figuras entretanto observadas se encontrarem cobertas por uma camada de calcite, constituíram os argumentos básicos para o reconhecimento da sua antiguidade pré-histórica. No seu primeiro trabalho sobre a Gruta, divulgado um ano após a descoberta (SANTOS, 1964), Farinha dos Santos publicaria nove motivos pictóricos figurativos que atribuiu, com base em critérios estilístico-formais, ao Paleolítico Superior. Pouco tempo depois tal proposta seria aceite *in loco* por André Glory, à época responsável pelo estudo da Gruta de Lascaux. Em relatório preliminar (GLORY *et alii*1,1965) refere ter observado 33 figuras cuja localização assinala em planta esquemática. Tal número, pese embora a ausência de descrição e localização exaustiva, decorre da desdobragem analítica de alguns motivos antes publicados por Santos mas também da identificação de várias gravuras, então pela primeira vez assinaladas. Infelizmente, o contributo de Glory ficaria por aqui, uma vez que a sua morte prematura inviabilizaria a continuação da prevista colaboração no estudo da arte do Escoural. Ainda assim, no que respeita à pintura, Glory destacou a predominância dos motivos zoomórficos obtidos através de contorno em traço único negro, excepcionalmente vermelho, por vezes com alguns ensaios de preenchimento interior mas de que subsistem apenas vestígios. Não deixou de observar que a maior parte das figuras se encontra coberta por uma camada de calcite, por vezes tão espessa que apenas humedecendo os cristais, se consegue visualizar uma parte dos motivos. No que respeita à cronologia, com base nas características estilísticas - cornos em arco, olho circular, membros terminando de forma arredondada e sobre o mesmo plano, representação as silhuetas em traço único e ausência da representação da pelagem – Glory faz recuar a arte parietal do Escoural às origens da própria Arte Paleolítica, ou seja ao Aurigancense.

Farinha dos Santos publicou ainda individualmente algumas novas gravuras que entretanto identificou no Escoural, mas seria com Jorge Pinho Monteiro e Mário Varela Gomes que retomaria no final dos anos 70, o estudo sistemático da arte parietal do Escoural (SANTOS *et alii*, 1980). Verifica-se então uma abordagem global ao conjunto da arte parietal do Escoural, interpretando-se a cavidade, sob a influência de Leroi-Gourhan, como um "santuário rupestre"

mas reconhecendo-se, face a estilos e técnicas diferenciadas, a possibilidade de uma longa diacronia na sua estruturação e utilização. Na altura, aqueles autores deram clara prioridade ao registo de todo um conjunto de gravuras ainda inéditas, analisadas segundo a respectiva técnica de gravação e estilo e normalmente consideradas de cronologias mais recentes do que os motivos pintados. Ainda assim, tendo em conta a planta então publicada, o número de motivos pintados reconhecidos aumenta significativamente (21). No entanto, dada a sua evidente degradação ou sobreposição pela calcite, a pintura é sumariamente tratada, em contraste com o detalhe analítico concedido às gravuras. Entre as poucas novidades figurativas no âmbito pictórico então referenciadas, destaca-se uma grande cabeça de cavalo pintada a vermelho, próximo da entrada actual, que anos mais tarde Mário Varela Gomes viria a publicar individualmente (GOMES, 1995).

O estudo de conjunto entretanto publicado por Marilise Lejeune no âmbito do projecto Luso-belga (ARAÚJO *et allii*, 1995), apesar de trazer poucos dados inéditos, teve pelo menos o mérito de constituir a única tentativa de organização de um *corpus* da arte parietal do Escoural. Cada motivo, pintado ou gravado, foi analisado e descrito de forma idêntica, devidamente numerado e localizado sobre a planta geral da Gruta, acompanhado pelo registo gráfico. Actualmente este inventário está desactualizado mas continua a servir de base para qualquer abordagem à arte rupestre do Escoural e será a sua numeração que seguiremos neste trabalho na identificação dos motivos analisados. No que respeita especificamente à pintura, Lejeune inventaria 33 motivos, a negro ou a vermelho, embora em raras ocasiões as duas cores também apareçam associadas. Cerca de dois terços destes motivos são simples pontos ou traços, por vezes formando conjuntos não figurativos e apenas um terço mostra representações de cariz zoomórfico, ainda que muito incompletas ou parcelares, por vezes de difícil interpretação.

Na falta de datações absolutas, as propostas de integração cronológica, baseadas essencialmente em critérios estilístico-formais, têm variado ao longo do tempo, mas tendencialmente os vários autores têm apontado para uma maior antiguidade da pintura do Escoural relativamente à gravura. Referimos já que Glory propusera uma cronologia aurignacense para o conjunto da arte rupestre do Escoural, recuando a proposta original de Farinha dos Santos que atribuíra as primeiras pinturas identificadas ao Estilo III de Leroi-Ghourhan, entre o Solutrense e o Magdalenense. Posteriormente este arqueólogo, em resultado da colaboração com Pinho Monteiro e Varela Gomes, sugere para a pintura do Escoural uma datação essencialmente Solutrense Antigo (Estilo II de Gourhan), proposta de que Lejeune não se afastará no inventário publicado em 1995. Mais recentemente, com base nos dados comparativos entretanto proporcionadas pelas descobertas do Vale do Côa, uma equipa liderada por António Martinho Baptista (GARCIA *et alii*, 2000), viria a propor para a pintura paleolítica do Escoural, um ou vários momentos de execução no contexto cronológico entre o Gravetense e o Proto-solutrense, aproximando-se assim da proposta de João Zilhão que, com base apenas no estudo do reduzido contexto arqueológico conhecido, considerara para a arte paleolítica do Escoural uma cronologia Aurignacense, retomando a proposta original de Glory (ZILHÃO, 1997).

2. ENSAIOS ANALÍTICOS À ARTE PARIETAL DO ESCOURAL

No decorrer dos recentes trabalhos de renovação das estruturas de circulação (2011), foi possível observar sectores da gruta menos acessíveis, circunstancia que permitiu a identificação de um novo painel com gravuras e de uma nova figura pintada de côr vermelha, uma pequena cabeça de auroque virada à esquerda, vista de perfil mas com os cornos representados em perspectiva torcida. O painel gravado, com cerca de 1x1m, localizado numa parede vertical parcialmente encoberta pelo passadiço que corre sobre um estreito corredor entre a Sala 1 e a Galeria 3, foi objecto de levantamento por decalque por uma equipa do Parque Arqueológico do Vale do Côa (Fig.1). A nova pintura foi localizada por António Bairinhas na Galeria 6, a cerca de três metros de altura relativamente ao solo actual (Fig.2) (Figura 1).

Tirando também partido daqueles trabalhos de renovação, uma equipa internacional sob a direção de João Zilhão e Alistair Pike, procedeu em 2011 a um programa de recolha de amostras das crostas de calcite das paredes da Gruta para datação pelo método do Urânio-Tório. Selecionadas em função da sua posição, de "cobertura" ou "suporte" relativamente às pinturas ou gravuras, a amostragem visou a obtenção de datas absolutas sobre a respectiva formação calcítica e, indirectamente, datas limites (*ante*

quem ou *post quem*) para a execução dos vestígios rupestres associados. No âmbito desta acção, inscrita num projecto envolvendo várias grutas ibéricas decoradas (PIKE *et alii*, 2012), foram recolhidas 24 amostras no Escoural. Infelizmente, devido a dificuldades de financiamento do projecto, o tratamento laboratorial das amostras do Escoural não está concluído, não havendo ainda resultados.

Entretanto em 2016, a disponibilidade de equipamentos adequados por parte do Laboratório HERCULES da Universidade de Évora, cuja aplicabilidade ao estudo físico-químico dos vestígios da arte parietal pré-histórica interessava testar, proporcionou as condições para a realização de um conjunto de observações e análises experimentais nunca antes ensaiadas nesta Gruta. Para além da obtenção de imagens digitais dos principais motivos pictóricos através de fotografia, macrofotografia e reflectografia de infra-vermelhos e de análises não invasivas de pigmentos, por análise *in situ* com espectrómetro de fluorescência de raios X portátil, procedeu-se a um conjunto de análises laboratoriais de micro-amostras de pigmentos, cujos resultados são o principal objecto desta comunicação. O sensível procedimento de amostragem dos pigmentos, estabelecido em articulação com a DGPC, foi realizado com o máximo de cuidados exigíveis no âmbito da conservação, minimizando qualquer impacto sobre a percepção visual dos motivos pictóricos.

2.1. Fotografia e Macro-fotografia

Para documentação do processo de amostragem e registo das condições gerais dos motivos pictóricos, foram recolhidas imagens do espectro visível, com câmaras digitais (NIKON D3100 s e FUJIFIL X-A1), com iluminação de lâmpadas de halogéneo. As imagens recolhidas, também com a colaboração do projecto MORBASE da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, foram analisadas com o software DStretch, de modo a aumentar o contraste entre o suporte e os vestígios de pintura, modificando as cores analisadas. A macrofotografia foi usada pontualmente para observação do estado de conservação da matéria pictural numa escala microscópica, permitindo também testar a sua aplicabilidade na caracterização técnica das formas e meios usados pelo homem pré-histórico na aplicação dos pigmentos sobre as paredes da gruta. As observações foram realizadas com um microscópio Dino-lite Digital (AM7115MZT (Dino-Lite 5MP Edge AM7115MZT), tendo sido escrutinadas seis figuras, duas de cor vermelha e 4 de cor preta. Também foi utilizada uma câmara Fuji x-a1 para obter macrofotografias de alguns motivos, com as lentes MCEX-16 e MCEX-11, com a focal de 200 mm (Figura 2).

2.2. Reflectografia de infra-vermelhos

A reflectografia de infravermelhos baseia-se na análise da luz reflectida no espectro infravermelho por um motivo iluminado com radiação Vis-IR (400 a 1800 nm).Tirando partido da capacidade de penetração da radiação infravermelha nas camadas pictóricas e do facto da calcite ser transparente para elas, é possível observar motivos ou parte de motivos não visíveis a olho nu, facilitando uma leitura mais abrangente dos motivos e respectivos estilos artísticos ou mesmo proporcionar a identificação de figuras não conhecidas. Tendo em conta que a generalidade dos motivos rupestres, nomeadamente os pintados, se encontram cobertos por uma camada de calcite, este método é especialmente eficaz na observação e registo da arte rupestre nesta cavidade, como se verificou nos resultados obtidos nalguns dos ensaios efectuados. A análise foi efectuada com uma câmara de reflectografia de IV de alta resolução OSIRIS equipada com um detector de InGaAs (Figura 3).

2.3. Análises in situ

Os espectrómetros de fluorescência de raios X por dispersão de energias (EDXRF) têm sido usados para determinarem *in-situ* a composição elementar dos pigmentos em arte rupestre (BECK *et alii*, 2013). Ainda que seja necessário melhorar a relação sinal/ruído, o método pode fornecer informação relevante para perceber qual o componente básico usado na pintura. Algumas análises *in situ* foram ensaiadas nas pinturas mais acessíveis do Escoural, usando um espectrómetro portátil TRACER III/IV SD (Bruker). O instrumento usa uma fonte de Ródio e foi operado a 40 keV com tempos de aquisição de 30 s, para assegurar uma boa recolha do sinal. As pinturas analisadas foram também objecto de micro-amostragem, para comparação e aprofundamento da análise dos pigmentos.

2.4. Análise de Micro-amostras

Estabelecido um plano de distribuição da amostragem envolvendo as principais figuras negras e vermelhas, foram recolhidas 16 amostras de camadas pictóricas com bisturis, obedecendo a um protocolo

rigoroso no que respeita à conservação dos motivos gráficos, ao registo da amostragem e à não contaminação das amostras. Estas foram primeiro observadas ao microscópio estereoscópico, para assegurar a presença do pigmento e para a sua divisão em sub-amostras. Uma destas era embebida em resina epoxy e polida para obtenção do corte estratigráfico e análise por microscopia ótica, microscopia Raman e microscopia electrónica de varrimento acoplada a espetrometria de raios X (MEV-EDX). A fração de amostra não montada era usada para análise por micro-FTIR,micro-DRX e MEV-EDX .

2.4.1. Microespectroscopia de infra-vermelhos (micro-FTIR)

Os espectros de infra-vermelho das amostras foram obtidos em modo de transmissão com célula de diamante num espectrómetro de infravermelhos com transformada de Fourier (Bruker Tensor 27) acoplado a um microscópio (Hyperion 30) e a um detector MCT, permitindo análise pontual em diferentes áreas das amostras (resolução espacial de 2 mm). A aquisição foi realizada com o software OPUS 7.2 (Copyright © Bruker OptiK GmbH 2012), na região média dos Infra-vermelhos de 4,000 a 600cm^{-1}. Cada "espectro" resulta da acumulação de 64 "scans" com uma resolução espectral de 4 cm^{-1}.

2.4.2. Microscopia electrónica de varrimento acoplada a espectrómetro de raios X (MEV-EDX)

Os cortes estratigráficos das micro-amostras foram observados primeiramente num microscópio óptico Leica DM2500M para análise da estratigrafia e posteriormente num microscópio electrónico de varrimento Hitachi S-3700 N SEM acoplado com a um espectrómetro de EDX Bruker XFlash S1010. As microanálises foram obtidas através de análises pontuais e de mapeamento bidimensional com voltagem de 20kV em modo de pressão variável a 40 Pa de pressão parcial.

2.4.3. Microespectroscopia Raman (micro-Raman)

A Espectroscopia Raman foi usada para complementar os resultados de microscopia electrónica de varrimento e permitir a plena identificação dos diversos pigmentos usados pelos homens pré-históricos. As medidas foram realizadas quer nos cortes estratigráficos quer em amostras não montadas, por microspectroscopia Raman usando um microscópio Raman HORIBA Xplora. As análises foram executadas com dois lasers diferentes de 638 e 785 nm, com um filtro a 1-50% para evitar a destruição da amostra. Os espectros foram obtidos por acumulação de 5 a 20 varrimentos com aquisição de 10-20 s por varrimento e uma resolução espectral de 5 cm^{-1}. A calibração foi realizada com padrão de sílica e certificada com pigmentos padrão em pó de amarelo de cádmio, óxido de crómio e azul ultramarino. Os dados foram recolhidos com o software OPUS 7.2. A identificação das "fases minerais" baseou-se na comparação dos espectros e dos picos característicos encontrados na literatura específica. As análises foram ainda realizadas com o Laser de 638 nm para os pigmentos negros com baixa potência do laser (inferior a 10 mW) e com o Laser 785 nm para os pigmentos vermelhos, com especiais cuidados para evitar a carbonização das amostras. Foi dada especial atenção a zonas específicas, 150-800 cm^{-1} no caso dos pigmentos pretos e 100-1400 cm^{-1}, nos pigmentos vermelhos, para assegurar a adequada deteção dos sinais Raman dos minerais presentes na preparação dos pigmentos.

2.4.4. Micro-difração de raios X (micro-DRX)

A caracterização mineralógica dos pigmentos foi obtida por microdifração de raios X realizadas num microdifractómetro Bruker D8 Discover equipado com uma fonte de Cu, um detector linear Lynxeye, operando entre 3º a 75º com intervalos de 0.05º/s. Os padrões da difração de Raios X foram analisados com o software Bruker: DIFFRAC.EVA. Apenas 6 amostras apresentaram dimensão suficiente para a realização das análises por micro-difração, duas eram de pigmento preto (**GdE7** e **E8**) e quatro de vermelho (**GdE 11,E2,E7** e **E13**).

3. RESULTADOS DAS ANÁLISES LABORATORIAIS

A opção de recurso à micro-amostragem resultou das limitações das análises não invasivas ED-XRF *in situ*. Com esta metodologia, dada a presença exagerada do sinal do cálcio, apenas foi possível determinar que todas as figuras vermelhas contêm um elevado nível de Ferro e que as figuras negras se subdividem em dois principais tipos de pigmento: os de óxido de manganés e os de material de carbono. No entanto, uma vez que estas análises foram realizadas sem nenhum filtro que aumentasse o sinal dos

elementos menores, não foi possível distinguir os carvões de origem animal ou vegetal, uma vez que o cálcio não podia ser usado como critério para os distinguir. Por outro lado também não era possível, com este método, detectar com precisão a presença do fósforo, de modo a conseguir-se tal distinção. Assim, a opção da micro-amostragem tornava-se imperiosa, tendo sido recolhidas 16 amostras, oito de pigmento vermelho e oito de pigmento negro, abrangendo uma dezena de painéis, localizados em diferentes sectores da Gruta (Fig. 4). As micro-amostras, divididas em distintas "sub-amostras" foram posteriormente sujeitas à análise laboratorial por diferentes técnicas de microanálise. Apresentamos em capítulos separados os resultados obtidos nas análises das micro-amostras negras e vermelhas, embora no conjunto das dezasseis amostras tratadas, três apresentem ambos os pigmentos, ainda que a sua sobreposição estratigráfica não seja clara: as amostras negras **E1** e **E4** e a amostra vermelha **E2** (Figura 4).

3.1. Pigmentos negros

Diferentes técnicas e métodos de análise proporcionaram informação complementar, permitindo a identificação dos pigmentos e a sua caracterização. Por micro-FTIR só foi possível obter informação sobre o tipo de pigmentos pretos para a amostra com negro de osso alterado devido, por um lado, às bandas intensas de carbonato do substrato de calcite e, por outro, ao limite inferior de número de onda a 600cm^{-1} que impede a observação das bandas características de óxido de manganês. O espectro de infra-vermelhos da amostra contendo osso queimado difere de todos os outros possuindo as bandas características de C-H alifático e O-H (entre 3500 cm^{-1} e 2000 cm^{-1}) e a bandas que se encontram na componente mineral dos ossos: 1565 cm^{-1} a "amido II", 1402 cm^{-1} e 870 cm^{-1} a grupo carbonato, 1204 cm^{-1} e 600 cm^{-1} a grupo fosfato de um pigmento alterado de carvão de osso (van LOON *et alii*, 2004). Comparando o perfil do espectro obtido com o espectro de carvão de ossos processados analisados por van Loon and Boon, verifica-se que existe uma elevada concordância sendo indicativo de pigmento com uma composição similar.

A *espectrometria Raman* revelou a existência de pelo menos dois tipos de pigmentos negros; um contendo óxido de manganês e outro com carbono. Com efeito, a presença de carbono amorfo foi detectada graças a dois destacados picos em torno de 1550 e 1350 cm^{-1}. Não foi possível distinguir por este método o carvão vegetal do animal, tal como já observado por outros (COCCATO *et alii*, 2015). A espectrometria Raman permitiu detectar os óxidos de manganês através das bandas a 580 e 650 cm^{-1}. A calcite foi detectada em todas as amostras enquanto substracto do pigmento. A *microscopia electrónica* de varrimento (MEV-EDX) efetuada em cortes estratigráficos das amostras de pigmentos pretos permitiu complementar a informação obtida pelas outras técnicas revelando a existência de pelo menos três origens diversas para o preto: uma de óxido de manganês, outra de carvão vegetal e por fim uma de carvão animal, cobrindo uma camada de argila contendo alguns elementos siliciosos, identificáveis como fósseis marinhos. Análises pontuais em partículas reconhecíveis como pigmento durante a microscopia óptica, permitiram completar a identificação dos três tipos de pigmentos pretos. As análises EDX confirmaram os resultados obtidos com infravermelhos e espectroscopia Raman, permitindo uma nítida distinção entre os óxidos de manganês, o carvão animal e o carvão vegetal. Enquanto os óxidos de manganês são facilmente identificáveis por que contêm um elevado nível de manganês, o carvão animal é assinalado, graças à simultânea detecção de cálcio e fósforo nas partículas do pigmento. Por fim, uma vez que as análises eram efetuadas em secções embebidas em resina epóxida, o carvão vegetal era identificado nos casos em que nenhum outro elemento era detectado no espectro EDS para além de carbono, ou através da observação da própria morfologia das partículas.

No que respeita à preparação de pigmento preto para realizar as diferentes figuras do Escoural, apenas os pigmentos de óxido de manganês apresentavam traços de "feldspato potássico", possivelmente correspondendo a uma massa ou carga acrescentada pelos pintores paleolíticos, tal como está referenciado em várias grutas paleolíticas francesas (Clottes *et al.* 1990). As partículas de óxido de manganês apresentam uma estrutura acicular como se vê na Fig. 5-A. As análises realizadas por MEV-EDX nestas partículas revelaram um elevado nível de potássio e traços de bário. Isto parece apontar para a presença de criptomelano $(K,Ba)Mn_8O_{16}xH_2O$, o único óxido de manganês com elevado teor de potássio, com uma estrutura acicular e possíveis traços de bário. As análises por micro-DRX não permitiram concluir da presença da criptomelano mas revelaram a presença de uma fase amorfa. No entanto, para um mineral ser

detectado por DRX tem de estar numa concentração superior a 3% da amostra. Como se observa com o MEV, a fase de óxido de manganês é muito pequena e dificilmente detectável por DRX (Figura 5).

As três figuras negras analisadas que usaram o carvão animal (**GdE13/44, E6/19 e E8/22**)[8], também apresentam argila que poderá ter sido usada como carga. Os elementos identificados por MEV-EDX tendem a mostrar que essas argilas eram de origem natural detrítica. Os paleolíticos devem ter acrescentado argila ao pigmento para obterem uma substância mais maleável, fácil de aplicar nas paredes da gruta. Futuras análises a depósitos de argila ainda existentes na gruta poderão determinar se elas foram usadas na manufactura dos pigmentos ou se provêm de depósitos secundários já existentes nos ossos queimados usados para obter o preto. A amostra **GdE13** /44, difere das outras duas amostras contendo carvão animal (**E6**/ 19 e **E8**/22). Enquanto estas duas também apresentam partículas de carvão vegetal, a amostra **GdE13** /44 apenas contem partículas de carvão animal misturado com vestígios de fósseis marinhos siliciosos (Fig. 5-C). A presença destes materiais bem como a maior dimensão das partículas de carvão, parece apontar não só para o uso de argilas de diferentes proveniências mas também para preparações diversas. Por sua vez, as figuras feitas com carvão vegetal não apresentam vestígios de qualquer carga. As únicas amostras com vestígio de argila e outros componentes, correspondem às duas amostras que apresentam partículas de negro e vermelho (**E1/30 e E4/59**). Assim, face a estes dados, parece que os vestígios de argila e outros elementos deverão limitar-se às figuras vermelhas e não às negras. Aparentemente, em todas as figuras a negro analisadas, o carvão vegetal era directamente aplicado, sem qualquer acção prévia que modificasse as suas propriedades mecânicas ou estéticas. No entanto, as partículas presentes nas amostras de carvão vegetal não apresentam sempre as mesmas características em tamanho e aspecto, podendo distinguir-se dois grupos principais, A e B. O grupo A, incluindo **GdeA/26, E1/30 e E12/66**, corresponde a grandes partículas de carvão (média superior a 15 mm), com aspecto lamelar, que pode parecer grafite nalguns casos (Fig. 5 B). O Grupo B, (**E4/59, E6/19 e E8/22**) mostra partículas de menores dimensões, sem especiais estruturas. Face a estas diferenças, podemos concluir que pelo menos dois tipos diferentes de carvão vegetal foram usados no Escoural. Embora a maioria das figuras negras do Escoural recorra ao carvão vegetal como pigmento, a paleta dos negros mostra-se diversificada, graças ao uso do óxido de manganês, osso queimado e diferentes tipos de carvão vegetal. As figuras negras podem dividir-se assim em três grupos: as que usam na composição do material pictórico, o óxido de manganês (**GdE7/61**) ou o carvão de osso (**GdE13/44**); as que foram obtidas directamente com "carvão vegetal" (**GdeA/26 e E12/66**) e ainda pinturas que poderão ter sido "reavivadas" com traços a carvão (**E1/30 e E4/59, E6/19 e E8/22**). Este último grupo pode ainda subdividir-se: as que parecem reavivar pintura negra (**E6 e E8**) ou pinturas vermelhas (**E1 e E4**). A esta variedade de fórmulas podemos acrescentar diferenças que poderão indiciar técnicas de preparação diversas: o pigmento de carvão de osso mostrando grandes fragmentos (**GdE13**) ou pequenos fragmentos (**E6 e E8**); usos diferenciados do carvão vegetal, um grupo deixando partículas grandes (**GdEA, E1 e E12**) e um com partículas pequenas (**E4, E6 e E8**) (Tabela 1).

3.2. Pigmentos vermelhos

Como se verificou nos pigmentos negros, sucessivas análises providenciaram informação complementar de modo a determinar a respectiva composição. Por micro-FTIR e micro-Raman foi possível verificar a existência de vestígios de argila, hematite e gesso nalgumas amostras, sobre um substracto de calcite cujo sinal intenso, no entanto, tende a mascarar todos os sinais dos restantes componentes. Tendo em conta o baixo sinal do pigmento, as análises de infravermelhos e Raman não foram suficientes para caracterizar e discriminar os diversos materiais que integram os pigmentos vermelhos. Assim, realizaram-se análises complementares por MEV-EDX e micro-DRX.

As análises por micro-DRX permitiram confirmar os resultados obtidos com as de infravermelhos e Raman, demonstrando a presença de calcite e hematite em todas as oito amostras. No entanto, vários problemas foram detectados com as análises por micro-DRX incluindo problemas de orientação e de limite de deteção das fases dos minerais que não permitiram a identificação das fases cristalinas que pudessem acrescer a informação obtida pelas outras técnicas. Particularmente relevantes foram

8. Na identificação das figuras onde foram recolhidas as amostras, seguimos a numeração atribuída por Lejeune (Araújo e Lejeune 1995).

as observações por MEV-EDX que permitiram distinguir cinco diferentes tipos de pigmentos entre as 8 amostras analisadas. Os vários grupos podem resultar de diferentes processos de manufactura dos pigmentos, mas nalguns casos poderão decorrer de diferentes estádios de alteração, como veremos mais adiante.

De entre as figuras vermelhas presentes na Gruta do Escoural, podem distinguir-se dois grupos: figuras pintadas com pigmentos manipulados e as realizadas directamente com nódulos de ocre. Diferentes elementos permitem distinguir diferentes grupos de pigmentos vermelhos: o mineral de ferro identificado pela sua côr e pelos padrões de XRD (difração de raios-X), o tamanho das partículas e os outros elementos minerais com as quais os minerais de ferro são encontrados em associação. A amostra (E5/72), provavelmente executada directamente com um nódulo de ocre, apresentava micro partículas com ferro sobre uma camada muito fina (4 a 5 mm) de Si-Al /argila. A raridade e o tamanho das partículas, mais pequenas do que 15 mm, suportam a hipótese da figura 72, ter sido obtida com recurso a um fragmento de ocre natural. De facto não só as partículas com ferro deste tamanho, não podem ser obtidas triturando hematite, como neste caso, mostram ser de origem natural. De entre os outros grupos de pigmentos vermelhos, os subgrupos da biotite (**GdEB e E2**) e dos Ti-óxidos (**GdE11 e GdE12**), parecem corresponder a dois ocres naturais mas a presença de biotite e de feldspato potássico, pode indicar a existência de processos de manufactura diferenciados. De facto, a presença do feldspato potássico e de biotite tem sido considerada como evidência da manufactura de pigmentos paleolíticos, por adição àqueles componentes, de material colorante tal como ocre (CLOTTES *et alii*, 1990). Naturalmente, isso também pode acontecer numa argila sem qualquer adição antrópica. Em misturas de ocres sem acção humana, os minerais como a biotite e o feldspato potássico são normalmente de pequena dimensão (menos de 3mm), enquanto nas misturas antrópicas estes são de maiores dimensões, entre 10 e 50mm, com possibilidade de maiores tamanhos se os materiais não forem triturados. Considerando a dimensão dos componentes minerais, os dois sub-grupos podem ainda ser diferenciados. Na verdade, os sub-grupos Ti-óxidos apresentam componentes minerais de tamanho micrométrico, enquanto no sub-grupo das biotites as partícula de biotite apresentam dimensões de 10 a 100 mm. Neste caso, o primeiro grupo (Ti-óxidos) deve ser considerado como ocre natural, enquanto o segundo pode corresponder a uma preparação. Esta tendência também é confirmada pelo tamanho das partículas com ferro. De facto, o sub-grupo Ti-óxidos apresenta partículas com ferro muito pequenas, atribuíveis à formação do "ocre-natural". Enquanto o sub-grupo das "biotites" contem óxido de ferro, cuja dimensão varia de 0.9 a 50 mm. É provável que o homem paleolítico, neste caso, possa ter misturado hematite, para reforçar o vermelho do pigmento.

Um outro sub-grupo contendo hematite pode também ser identificado como mistura antrópica (Amostras **E7/22** e **E11/64**). Apenas uma das amostras revelou uma mistura de hematite, gesso e feldspato e vestígios de apatite. As análises por MEV-EDX identificaram claramente a presença do gesso (Ca e S) e do feldspato e detectaram traços de fosfato de cálcio (Ca e P). A apatite foi identificada pela análise por DRX. Estes traços de apatite já tinham sido identificados noutros estudos e têm sido atribuídos à preparação de pigmentos com instrumentos de osso (CLOT *et alii* 1995, CLOTTES *et al.* 1990,) comprovando a existência de um processo de fabrico dos pigmentos usados na arte paleolítica. O processamento de materiais colorantes é também confirmado pela presença do gesso que é normalmente considerado uma carga quando detectado na preparação dos pigmentos pré-históricos. No entanto, observaram-se algumas diferenças nas duas análises. Embora ambas correspondam a um "ocre", a amostra **E11** apresenta uma estrutura particular. Na verdade a camada pictórica contendo as partículas com ferro, é muito fina (cerca de 2 mm) e corresponde a partículas com ferro embebidas numa matriz de fosfato de cálcio, rodeado por duas diferentes argilas, uma da família da albite e outra próxima do talco. Os artistas paleolíticos podem ter usado parte da parede húmida e maleável da Gruta para prepararem uma pasta de cor, aplicando-a depois na superfície da parede, sem qualquer preparação prévia (LORBLANCHET, 2010), deixando assim a camada de argila na qual aplicaram a camada pictórica. Como o talco e a argila presentes parecem cobrir o motivo, a sua aplicação parece posterior possivelmente para reavivar a figura ou para a modificar. Enquanto a amostra **E11** (motivo 64) apresenta maiores diferenças com a **E7** (motivo 22), ambas apresentam traços de apatite e por isso foram consideradas no mesmo grupo de

pigmentos manufacturados. A amostra E7 poderá ter sofrido mais alterações do que a E11, explicando as diferenças entre elas. Finalmente um último grupo de pigmentos vermelhos (E 13 – novo auroque) foi identificado. Ao contrário dos outros grupos este ocre não apresenta hematite mas lepidocrocite. A presença deste óxido-hidróxido de Ferro FeO(OH) é confirmada pela matiz da amostra, mais alaranjada do que as amostras com hematite. A lepidocrocite foi identificada pela análise por DRX e parece ter sido usada no seu estado natural (Tabela 2).

4. CONCLUSÕES

Embora os estudos de caracterização dos pigmentos usados na arte das cavernas tenham acompanhado, quase desde o início, o seu reconhecimento arqueológico, proporcionando um conhecimento geral sobre os pigmentos usados pelo homem paleolítico, o aprofundamento da sua caracterização físico-química desenvolveu-se em particular no último quartel do Século XX, especialmente através de estudos conduzidos em Altamira e Lascaux. Como curiosidade, refira-se que Andrè Glory, o arqueólogo que atestou nos anos 60 a antiguidade da pintura do Escoural, foi um dos responsáveis pelo incremento destes estudos, ao recolher nas suas escavações em Lascaux entre 1952 e 63, restos de colorantes e diversos artefactos relacionados com a sua manipulação ou aplicação. Estes seriam posteriormente usados (COURAUD *et alii*, 1979) no desenvolvimento dos estudos modernos sobre os diferentes pigmentos utilizados pelo homem pré-histórico, procurando identificar a sua proveniência bem como as técnicas da sua manipulação e aplicação na pintura paleolítica. Com efeito, tendo em conta o seu significado arqueológico, enquanto elemento material de uma cadeia operatória muito específica, a análise exaustiva da composição dos materiais usados na pintura ou desenho, pode fornecer-nos informação sobre os seus autores e as suas motivações, em particular se for possível cruzar essa informação com dados cronológicos mais precisos e identificar as respectivas fontes de matérias primas. Desde logo sobre eventuais significados técnicos ou culturais que se possam inferir quer das escolhas das fontes ou da circulação das matérias colorantes originais, de origem mineral, vegetal ou animal, quer do seu uso em estado natural ou previamente manipulado em conjunto com outros elementos. No caso específico do Escoural, pese embora o carácter preliminar dos resultados obtidos, a complexidade técnica desde já revelada pelos materiais pictóricos analisados, tem pelo menos o mérito de confirmar as observações estilístico-formais que, apesar da sua marginalidade geográfica, haviam desde cedo colocado a arte da Gruta do Escoural no contexto da arte paleolítica europeia.

Estão identificados há algumas décadas os principais tipos de pigmentos que poderão ter sido utilizados pelo homem pré-hisórico, para obtenção das cores, nomeadamente o negro ou o vermelho, as únicas cores presentes nas figuras do Escoural: o negro obtido a partir de matéria orgânica (carvão vegetal ou animal) ou mineral (carvão mineral ou óxidos de manganésio), enquanto o vermelho obtido a partir de ocres ou de óxidos de ferro.

Comparando aqueles princípios gerais, no que respeita aos pigmentos identificados no Escoural, através do presente programa analítico conduzido pelo Laboratório HERCULES, poderemos concluir:

a) **Pigmentos negros de origem mineral**: o óxido de manganês foi identificado apenas numa das amostras (GdE7). A este cariz de aparente excepção (apesar da abundante presença deste mineral nas proximidades da Gruta, explorado até ao início do Século XX na vizinha mina da Nogueirinha) acrescentam-se dois outros aspectos a ter em consideração na avaliação deste resultado: não é totalmente seguro, apesar da sua associação a vestígios de feldspato potássico, que estejamos perante um pigmento manipulado; por outro lado o motivo (61) não figurativo, tem um carácter algo atípico no contexto da pintura do Escoural.

b) **Pigmentos negros de origem orgânica (carvão)**: estão presentes os vestígios de origem vegetal (5 amostras) e animal (2 amostras). Em dois casos (amostras E4 e E6), correspondendo a pinturas figurativas com alguma complexidade (motivos 19 e 59), ambos os tipos de carvões são identificados em conjunto, permitindo alguma especulação sobre a prática de "esboço" ou de "reavivamento". No caso do uso dos carvões, deverá destacar-se ainda como dado seguro, a circunstancia de algumas figuras terem sido "desenhadas" directamente com fragmentos de carvão (entre elas a chamada figura "híbrida", motivo 26) e de nas restantes, apesar de presentes outros elementos, não ser inequívoca quer a sua prévia manipulação quer o modo de

aplicação, com os dedos ou um qualquer artefacto. Em todo o caso, já Glory na sua análise estilística à pintura do Escoural, tinha destacado que as figuras eram delineadas "através de contornos de traço único", o que parece estar de acordo com a técnica e os materiais usados na sua execução.

c) **Pigmentos vermelhos de origem mineral**: Com excepção da cabeça de auroque recentemente descoberta e que mostra que a cor, mais alaranjada, decorre do uso de um ocre com Lepidocrocite, todas as restantes amostras revelam como elemento colorante a Hematite. Também no caso dos vermelhos, se colocam dúvidas relativamente ao modo como estes foram aplicados. Em metade das amostras, algumas referentes a motivos pintados de carácter figurativo, não há qualquer indício de manipulação prévia dos ocres, tendo estes, eventualmente sob a forma de nódulos, sido usados directamente no desenho das figuras. A presença da biotite e da apatite nalgumas amostras, pode no entanto indiciar nestes casos alguma manipulação antrópica, hipótese reforçada pela análise macrofotográfica de algumas figuras que apontam para o uso dos dedos na aplicação do pigmento vermelho.

Pesem embora as muitas interrogações que persistem, face à diversidade dos resultados obtidos, apesar de tudo abarcando a generalidade dos materiais e processos reconhecidos na arte rupestre pré-histórica, podemos antes de mais reafirmar a autenticidade e antiguidade da arte rupestre do Escoural, corroborando as propostas de sucessivas gerações de arqueólogos, que na ausência de datações absolutas e contextos arqueológicos seguros, basearam as suas conclusões apenas nas características estilístico-formais em presença. Por outro lado, se já era admitida uma diferenciação cronológica entre os vestígios de pintura e gravura, apontando para uma mais ou menos longa diacronia na arte rupestre do Escoural, é possível que a diferenciação de processos e técnicas que se inferem do conjunto destas análises, possam também apontar para momentos distintos da produção pictográfica escouralense. As hipóteses da presença de "reavivamentos" de figuras, já anteriormente referida, face ao reconhecimento de diversas associações entre pintura e gravura, acentuam ainda mais a noção de "santuário rupestre", onde se vão sucedendo num mesmo espaço e por vezes sobrepondo, as distintas intervenções iconográficas, apesar de separadas no tempo e até nas motivações (SANTOS, 1980).

Apesar dos indícios que parecem apontar nalguns casos para alguma preparação prévia elementar dos pigmentos, podemos inferir do conjunto dos resultados obtidos que há uma clara predominância do uso dos pigmentos no seu estado natural, quer no que respeita ao preto quer no que respeita ao vermelho, embora em ambos os casos, haja diversidade na sua origem e seleção. Aceitando como premissa plausível que essa terá sido a forma primária de uso da cor pelo Homem pré-histórico, os resultados agora obtidos seriam congruentes com as propostas de uma cronologia recuada para a pintura do Escoural. No entanto, essa é uma hipótese que continuará dependente das aguardadas datações absolutas ensaiadas através da calcite.

No caso do preto, apesar de uma amostra provar o uso do óxido de manganês, mineral presente nas proximidades da gruta, é o carvão de origem animal ou vegetal que prova ser o principal recurso aqui usado, de forma natural, aplicado directamente sobre a superfície rochosa na delineação das figuras ou, mais raramente, triturado e misturado com argilas para se obter a matéria pictórica. Esta variabilidade também se verifica nos pigmentos vermelhos analisados, embora o pigmento base seja quase sempre a Hematite obtida a partir de ocres, por vezes usados directamente sem qualquer manipulação ou adição. Nalguns casos, surgem indícios que apontam para a sua prévia manipulação, havendo duas situações em que a presença da "apatite" indicia o uso de um instrumento de osso na preparação do pigmento.

Tendo sido nossa preocupação dar desde já a conhecer os primeiros dados empíricos proporcionados por este programa de estudos analíticos, convirá no entanto referir que o aprofundamento da análise dos dados obtidos estará dependente do desenvolvimento das várias linhas de pesquisa ensaiadas, quer do ponto de vista analítico quer arqueológico. Como tem sido repetidas vezes recordado, importa antes de mais rever, completar e publicar, com recurso às novas tecnologias cada vez mais acessíveis, o "corpus" integral dos vestígios rupestres parietais da Gruta do Escoural, instrumento indispensável à salvaguarda e investigação pluridisciplinar deste património único no território português.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Ana Cristina; LEJEUNE, Marylise (1995) – Gruta do Escoural: Necrópole Neolítica e Arte Rupestre Paleolítica. Lisboa, *Trabalhos de Arqueologia*, nº 8, IPPAA.

BECK, Lucile; ROUSSELIÈRE, Hélène; CASTAING, Jacques; DURAN, Adrian; LEBON, Matthieu; LAHLIL, Sophia; PLASSARD, Frédérique (2013) – Analyse in situ des dessins préhistoriques de la grotte de Roufignac par fluorescense X et diffraction X portable. *ArchéoSciences*, pp.139-152.

BRUNET, Jean; MALAURENT, Philippe; VOUVÉ, Jean; MOINHOS, Maria José; MARQUES, João (2002) – Études de conservation de la grotte ornée d'Escoural, *Património Estudos*, nº3, IPPAR, Lisboa, pp. 79-83.

CLOT, André; MENU, Michel; WALTER, Philippe (1995) – Manières de peindre des mains à Gargas et Tbirasn (Hautes-Pyrénées). *L'Anthropologie* 99, pp. 221-235.

CLOTTES, Jean; MENU, Michel; WALTER, Philippe (1990) – La préparation des peintures magdaléniennes des cavernes ariégeoises. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, tome 87, pp. 170-192.

COCCATO, Alessia; JEHLICKA, Jan; MOENS, Luc; VANDENABEELE, Peter (2015) – Raman spectroscopy for the investigation of carbon based black pigments. *J. Raman Spectrosc*, 46, pp. 1003-1015.

COURAUD, Claude; LAMING-EMPERAIRE, Annette (1979) – Les colorants, in *Lascaux Inconnu, XII supplément à Gallia Préhistoire*, pp. 153-170.

GARCÍA-DIEZ, Marcos; BAPTISTA. António Martinho; ALMEIDA, Manuel; BARBOSA, Fernando; FÉLIX, João (2000) – Observaciones en torno a las grafias de estilo paleolítico de la Gruta de Escoural y su conservación, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v.3, nº 2, Lisboa, pp. 5-14.

GLORY, André; VAULTIER, Maxime; SANTOS, Manuel Farinha (1965) – La grotte ornée d'Escoural (Portugal), *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 62:1, Paris, pp. 285-295.

GOMES, Mário Varela (1995) – Cavalo de cor vermelha da Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo), in *Estudos de Arte e História, Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Veja, Lisboa, pp. 295-305.

LORBLANCHET, Michel (2010) – Art pariétal: grottes ornées du Quercy. Ed. du Rouergue.

MONTES, Ramón (2015) – Estudio ambiental y medidas de conservación preventiva de las manifestaciones rupestres de la gruta de Escoural (Alentejo, Portugal) Actuaciones 2010-2012, *Almansor,* 3ª série, nº 1, pp. 9-50.

PIKE, Alistair.; HOFFMANN, Dirk.; GARCÍA-DIEZ, Marcos; PETTITT, Paul; ALCOLEA, José; BALBÍN, Rodrigo; GONZÁLEZ-SAINZ, Cesar; HERAS, Carmen; LASHERAS, José Antonio; MONTES, Ramón; ZILHÃO, João. (2012) – U-Series Dating of Paleolithic Art in 11 Caves in Spain, *Science*, vol. 336 (www.sciencemag.org).

SANTOS, Manuel Farinha (1964) – Vestígios de pinturas rupestres descobertas na Gruta do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa (2ª série) pp. 5-47.

SANTOS, Manuel Farinha; GOMES, Mário Varela; MONTEIRO, José Pinho (1980) – Descobertas de arte rupestre na Gruta do Escoural (Évora, Portugal). In *Altamira Symposium*, Madrid: Ministerio de Cultura, pp. 205-243.

SILVA, António Carlos (2011) – *Uma Gruta Pré-histórica no Alentejo*, DRCA, Évora.

VAN LOON, Annelies; BOON, Jaap (2004) – Characterization of the deterioration of bone black in the 17th century Oranjezaal paintings using electron-microscopic and micro-spectroscopic imaging techniques. *Spectrochim. Acta Part B At. Spectrosc*.59, pp. 1061-1069.

ZILHÃO, João (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*, Edições Colibri, Lisboa, 2 volumes.



Figura 1 – Painel gravado inédito – levantamento da equipa do Parque Arqueológico do Vale do Coa, 2011 (A. M. Baptista, André Santos e Fernando Barbosa).

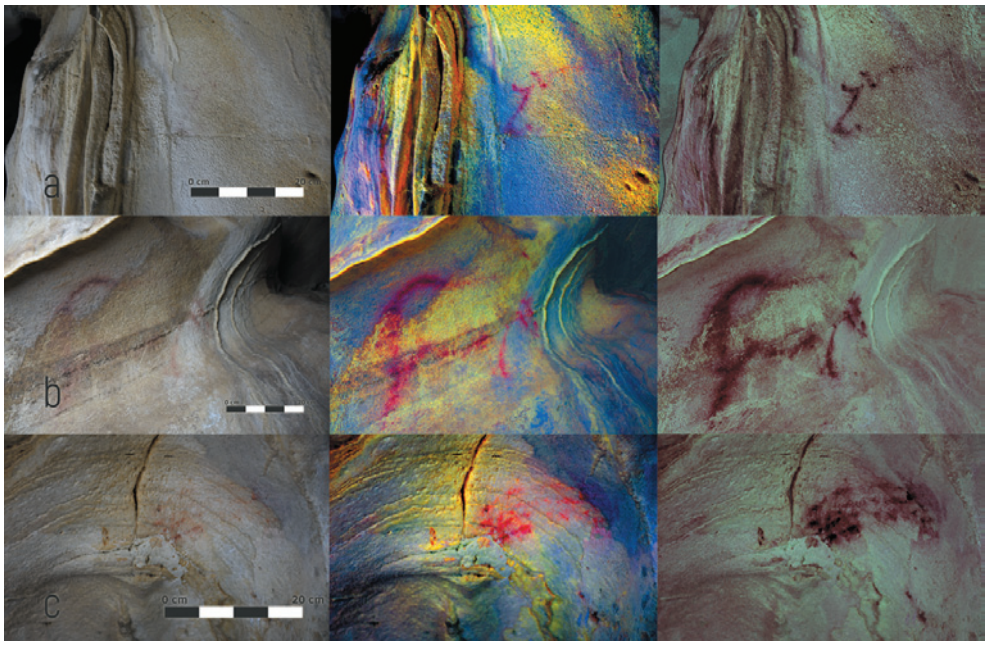


Figura 2 – Exemplos de aplicação do DStretch a alguns motivos pictóricos do Escoural, incluindo a pintura inédita (A – cabeça de auroque vermelha) descoberta em 2011.

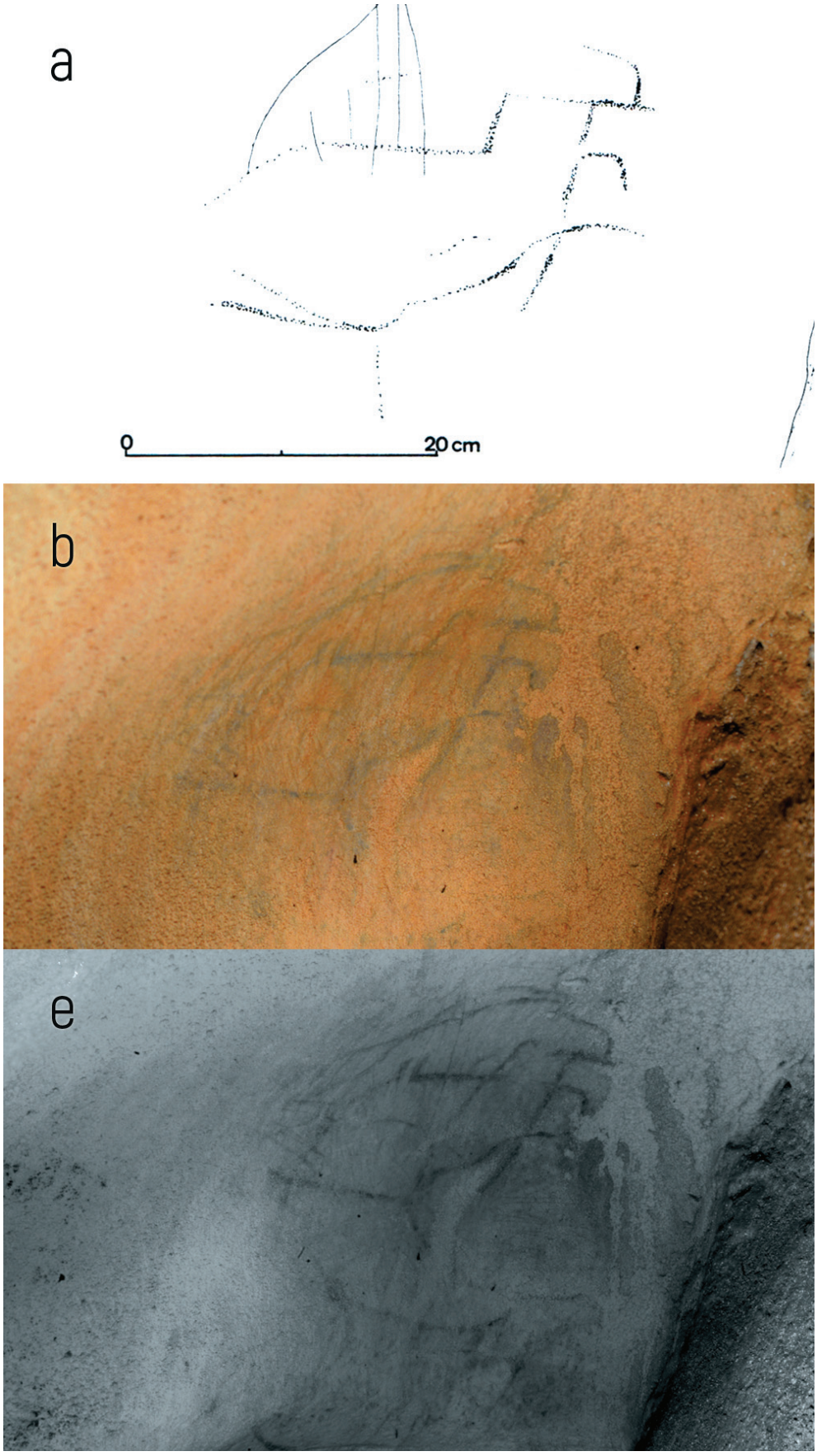


Figura 3 – Observação do motivo 59 através da reflectografia (E). Comparar com a foto (B) e o registo gráfico de Lejeune (A).

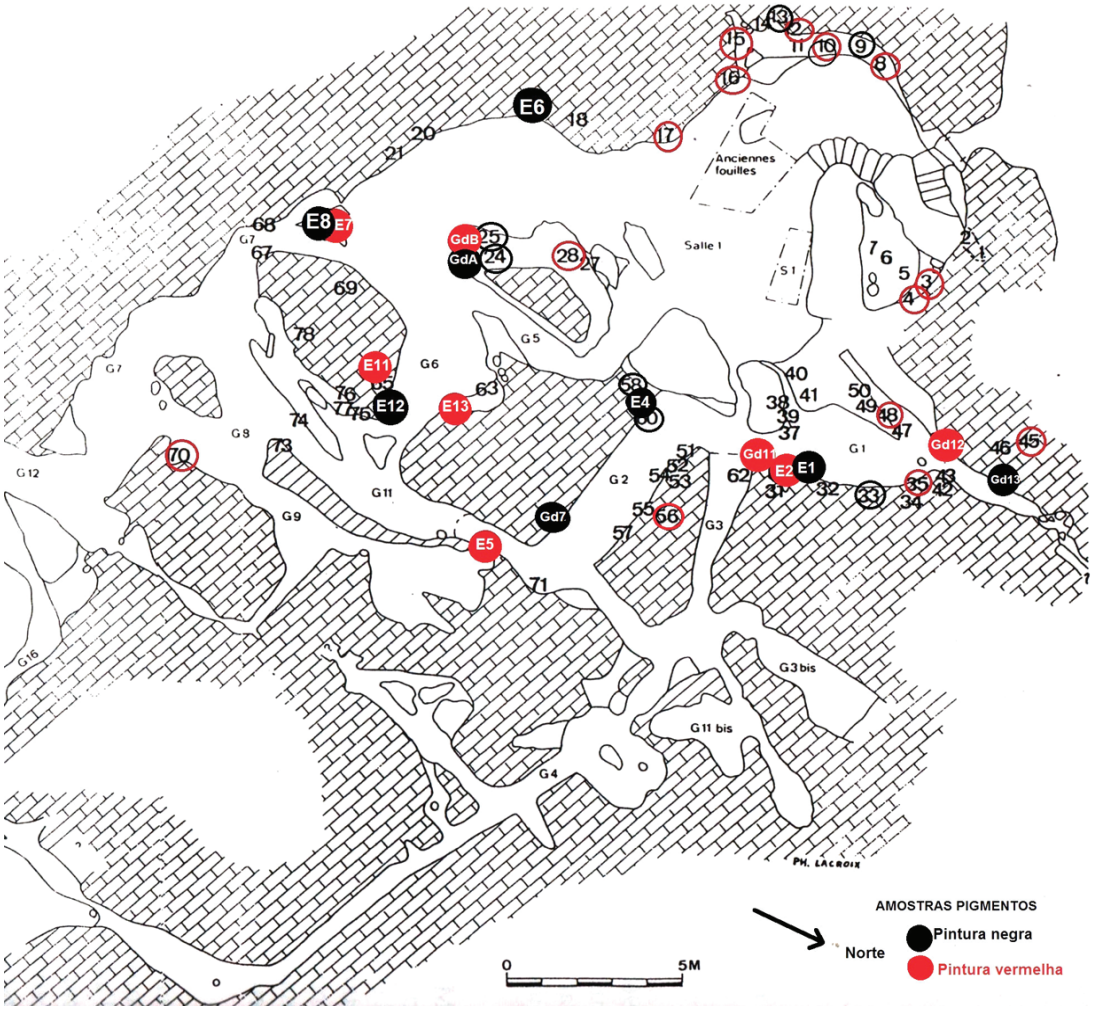


Figura 4 – Distribuição topográfica das micro-amostras.

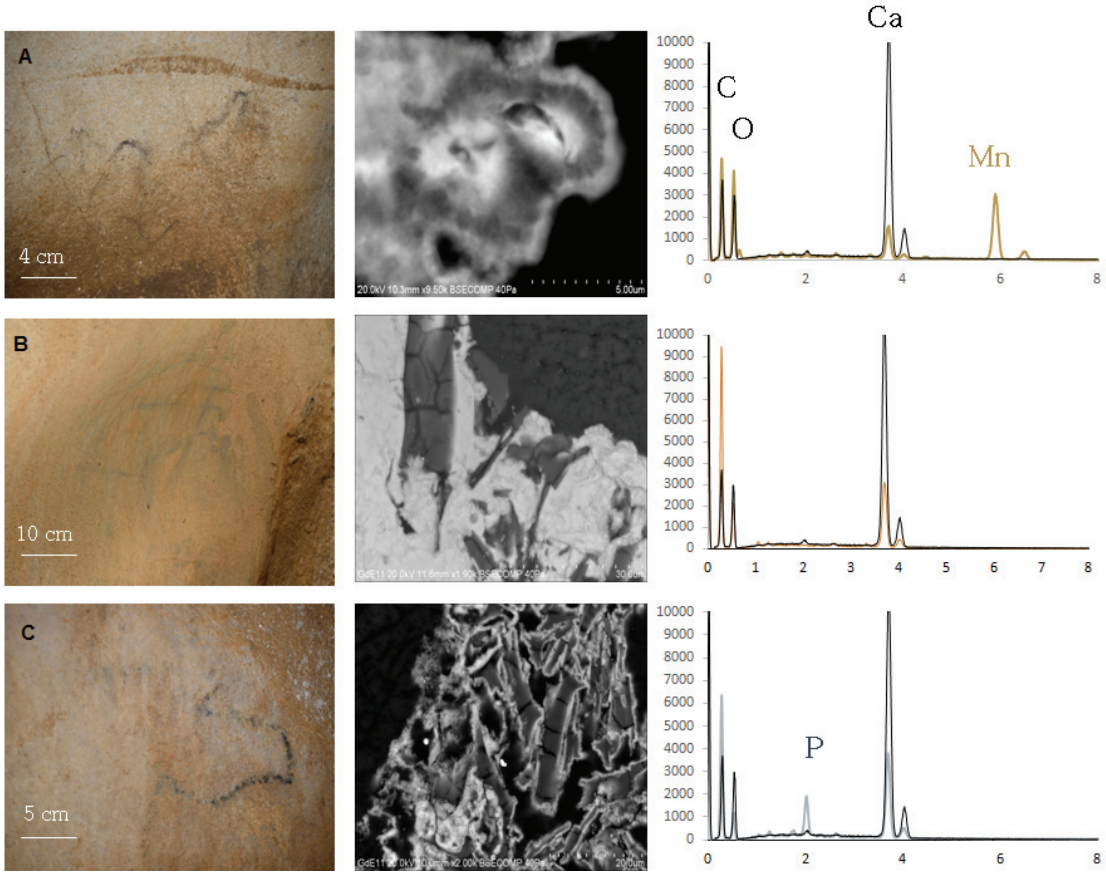


Figura 5 – A – (GdE7 – fig.61) Observação SEM da estrutura acicular do pigmento de óxido de manganês. B – (E4 – fig.59) Observação SEM de partículas de carvão do grupo A (cinzento), embebidas num substrato de carbonato de cálcio (branco); C – (GdE13 – fig.44) Observação SEM da estrutura do carvão de osso. Fosfato de cálcio e sulfato de bário aparecem em branco, o material de carbono, em cinzento.

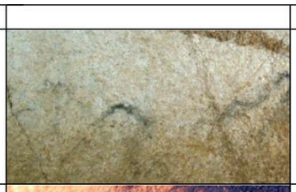
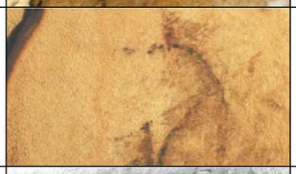
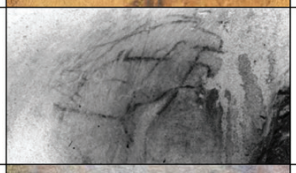
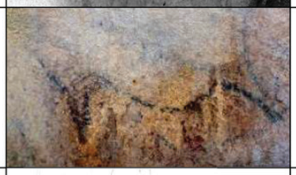
Amostra	*Motivo(Lejeune1995)*		*pigmento*	*preparação*
GdE7	61 Vestígios negros difusos, não figurativos		**Mn óxido**	Negro obtido a partir de óxido de manganés, apresentando vestígios de feldspatos potássico, usado como espessante ou "carga"
GdE 13	44 Cabeça de equídeo a negro associado a gravura		**Carvão animal**	Mistura de carvão animal apresentando grandes partículas com vestígios de fósseis marinhos siliciosos; vestígios de argila usado como espessante ou "carga"
GdE A	26 Cabeça de equídeo (?) parte da figura dita "híbrido"		**Carvão Vegetal**	Carvão vegetal aplicado directamente no seu estado natural, apresentando-se em grandes partículas
E 1	30 Membro traseiro de equídeo		**Carvão Vegetal**	Carvão vegetal, partículas pequenas, associado a indícios de colorante vermelho composto por Hematite, Ti Óxido e argila. O negro pode corresponder a um esboço ou ao reavivamento de uma pintura a vermelho
E 4	59 Cabeças de equídeos apenas observáveis através da reflectografia		**Carvão vegetal**	Carvão vegetal, partículas pequenas, com vestígios de "carvão animal"; associado a Hematite, Ti Óxido e a argila, indícios de pigmento vermelho. O negro pode corresponder a um esboço ou a reavivamento de pintura a vermelho
E 6	19 Ventre de quadrúpede, equídeo?		**Carvão vegetal**	Carvão vegetal, partículas pequenas, misturado com "carvão animal"; pode fazer parte de um esboço prévio ou ser um reavivamento de pintura negra anterior
E 8	22 Taços negros difusos, associados a vermelhos, dito "pássaro"		**Carvão animal**	Carvão animal, partículas pequenas, com vestígios de carvão vegetal; pode fazer parte de um esboço prévio ou ser um reavivamento de pintura negra anterior
E 12	66 Três traços difusos a negro		**Carvão vegetal**	Carvão vegetal aplicado directamente no estado natural e apresentando grandes partículas

Tabela 1 – Pigmentos negros – síntese de resultados.

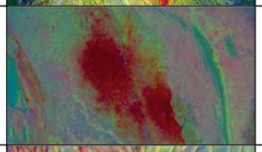
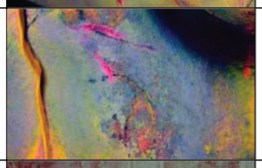
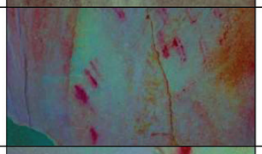
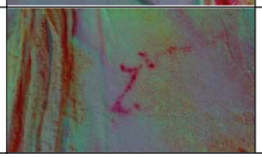
Amostra	*Motivo (Lejeune 1995)*		*pigmento*	*preparação*
GdE 11	F29 Conjunto não figurativo de traços vermelhos		**Hematite** Ti óxidos	Ocre natural com hematite, observável em micro-partículas, provavelmente usado sem preparação antrópica
GdE 12	36 Mancha vermelha		**Hematite** Ti óxidos	Ocre natural com hematite, observável em micro-partículas, provavelmente usado sem preparação antrópica
GdE B	23 Traços vermelhos em grande painel figurativo		**Hematite** Biotite	Preparação de ocre natural com hematite e vestígios de feldspato potássico e biotite; a mistura com a hematite pode ser intencional, para reforçar o vermelho;
E 2 Gal. 1	30 Traços vermelhos sobre equídeo a negro (ver **E1**)		**Hematite** Biotite	Preparação de ocre natural com vestígios de feldspato potássico e biotite; a mistura com a hematite pode ser intencional, para reforçar o vermelho;
E 5	72 Cabeça de equídeo		**Hematite**	Ocre natural com partículas de ferro muito finas (micro-partículas), provavelmente usado sem preparação antrópica
E 7	22 Taços vermelhos difusos, dito "pássaro" (ver **E8**)		**Hematite** Apatite	Pigmento de ocre provavelmente manipulado com feldspato e gesso mostrando traços de fosfato de cálcio (uso de instrumentos de osso na preparação?)
E 11	64 Traço vermelho vertical		**Hematite** Apatite	Pigmento de ocre revelando vestígios de manipulação, do mesmo grupo que E7 mas com diferenças que podem resultar de alterações diferenciadas
E 13	(inédito) Cabeça de auroque		**Lepidocrocite** Óxido-hidróxido de ferro	Ocre natural, diferenciando-se da Hematite pela sua cor mais alaranjada; usado directamente sem preparação

Tabela 2 – Pigmentos vermelhos – síntese de resultados.

A ARTE MEGALÍTICA DA MAMOA 1 DO TACO (ALBERGARIA-A-VELHA, AVEIRO). NOVOS RESULTADOS

Lara Bacelar Alves[1], Pedro Sobral de Carvalho[2]

RESUMO

Três décadas volvidas desde a sua identificação por Fernando Silva, a Arte Megalítica da Mamoa 1 do Taco foi revisitada no âmbito do projecto de valorização patrimonial da necrópole. À época foi dada à estampa uma magnífica composição de motivos formados por arcos de círculo concêntricos gravada num esteio da câmara dolménica, tema pouco comum no espaço peninsular mas frequente noutras latitudes. Em 2014, detectou-se a presença de gravuras em quatro dos cinco ortostatos conservados. Este monumento guardava ainda, no interior do *tumulus*, uma peça notável: um elemento de dormente de mó manual com vestígios de pigmento vermelho. Neste artigo apresenta-se o registo gráfico dos esteios decorados e discutem-se algumas hipóteses interpretativas em torno da dicotomia estilística que este acervo encerra.

Palavras-chave: Arte Megalítica, Megalitismo, Neolítico, Centro-norte de Portugal.

ABSTRACT

Three decades since its discovery by Fernando Silva, the megalithic art of Taco mound 1 was revisited as part of a conservation project. At the time, a magnificent composition of motifs formed by concentric arcs engraved on one of the slabs of the chamber was published. Although the low frequency of these designs in Iberian megalithic art, they are common in other latitudes. In 2014, a new study allowed the identification of carved motifs in four of the five preserved slabs. Yet, this monument also concealed a remarkable object in the *tumulus*: a grinding stone containing remains of red pigment. In this paper we present the recording of the decorated slabs and discuss interpretative hypothesis on the assemblage's stylistic dichotomy.

Keywords: Megalithic Art, Megaliths, Neolithic, Central-northern Portugal.

1. INTRODUÇÃO

A arte parietal do Taco 1 foi objecto de novo estudo, em 2014 e 2015, no âmbito do projecto de salvaguarda intitulado "Valorização Patrimonial das Mamoas do Taco em Albergaria-a-Velha", promovido pela Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha e executado pela empresa Eon, Indústrias Criativas, Lda, sob a direcção científica de um dos signatários signatários (PSC) (Figura 1). Os resultados da análise dos contextos arqueológicos, verdadeiramente excepcionais, são apresentados de forma autónoma (Carvalho, neste volume).

A necrópole do Taco foi dada à estampa por Leite de Vasconcelos (1912, p. 71) mas somente em 1985, perante a expansão do Parque Industrial de Albergaria-a-Velha e as ameaças dela decorrente, se implementou um plano de intervenção com vista ao seu estudo e salvaguarda. Fernando Augusto Silva deu a conhecer, à época, dois monumentos sepulcrais pré-históricos com características muito particulares, sendo de relevar a identificação de motivos gravados num dos esteios da mamoa 1 (Silva, 1986, 1992, 1997).

Tomando em consideração as informações obtidas por aquele autor e as observações feitas durante a

1. Bolseira de pós-doutoramento. Fundação para a Ciência e Tecnologia – FSE/POCH / Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP), Universidade de Coimbra; lara.b.alves@uc.pt

2. EON, Indústrias Criativas, Lda; pedrosobraldecarvalho@eonic.pt

intervenção de 2014/2015, podemos afirmar que a mamoa 1 do Taco encerraria um dólmen de câmara poligonal alongada, de planta naviforme, com 3,60 m de comprimento (eixo este-oeste) e 2,70 m de largura (eixo norte-sul)[3], aberta a sudeste (Figura 2).
Embora condicionados pelo "arranjo" feito por Fernando Silva, podemos inferir que seria um dólmen com nove esteios, dos quais se conservam cinco: três do lado sul e dois do lado norte. Note-se que esta necrópole, situada em plena Plataforma Litoral, assenta nas proximidades de uma faixa metamórfica pertencente ao complexo de xisto-grauváquico, o que explica a utilização do xisto como matéria-prima para a construção da estrutura dolménica (Carvalho, neste volume). A câmara funerária insere-se num montículo tumular de planta circular com 34 m de diâmetro e 2,20 m de altura conservada, composto essencialmente por terras argilosas, com uma estrutura pétrea intermédia, formando um coroa lítica. Em termos genéricos, as características deste monumento apontam para a sua inserção cronológica entre os finais do Vº e inícios do IVº milénio a.C. (*ibidem*).

2. METODOLOGIA GERAL

O registo da arte parietal na única câmara funerária conservada na necrópole do Taco teve início com a cuidada remoção da flora liquénica que invadia as superfícies dos esteios, acção executada por Vera Caetano, também responsável pela reconstituição o esteio que se encontrava tombado, sendo que dois dos seus fragmentos apresentavam sulcos gravados (Carvalho e Caetano, 2016). No decurso dos trabalhos, a observação das superfícies, favorecida pela luz solar rasante, permitiu a descoberta de um conjunto de novas gravuras que, por terem sido abertas através de picotagem superficial, se tornaram apenas perceptíveis após a limpeza manual dos esteios. Procedeu-se, de seguida, ao seu levantamento fotográfico integral com luz rasante artificial. Na documentação do acervo iconográfico foi fundamental o recurso às novas tecnologias de registo digital de arte rupestre por fotogrametria, designadamente ao Modelo de Resíduo Morfológico (MRM) desenvolvido por Hugo Pires (Pires, *et al.* 2005) que proporciona uma maior acuidade no levantamento morfológico das superfícies e, concomitantemente, na visualização de gravuras rupestres severamente afectadas pela erosão. O registo fotográfico e as imagens produzidas pelos modelos tridimensionais serviram de base ao registo gráfico vectorial dos motivos gravados, da responsabilidade de um dos signatários (LBA). Conforme temos vindo a salientar, o registo com base na modelação digital por fotogrametria requer a confirmação das observações *in loco*, no sentido de distinguir criteriosamente sulcos de origem antrópica e irregularidades naturais da superfície (fissuras, concavidades, estrias, etc.). Veremos um exemplo adiante.
É natural que factores como a colonização liquénica tenham impedido, aquando da primeira intervenção arqueológica no monumento, a visualização do conjunto inscultórico mais discreto agora identificado (Silva, 1992). À época, apenas a grande composição que ocupa a metade superior do esteio 3 foi dada à estampa e amplamente divulgada em trabalhos de síntese sobre o megalitismo e Arte Megalítica da bacia do Vouga (Silva, 1993; 1997). Esta composição figurou também como elemento de relevo na elaboração de uma tese que procurou contribuir para individualizar um grupo estilístico de Arte Megalítica no noroeste português e ocidente da Galiza que se articula, no tempo e no espaço, com uma tradição de arte rupestre de ar livre, a Arte Atlântica peninsular, de feição abstracta, cuja distribuição se estende desde a Península Ibérica às Ilhas Britânicas (Alves, 2003).

3. O CONJUNTO INSCULTÓRICO DA MAMOA DO TACO 1: DESCRIÇÃO TÉCNO-MORFOLÓGICA

Se os recentes trabalhos arqueológicos permitiram acrescentar novas páginas à história deste monumento, a verdade é que permanecem as dificuldades em procurar dar resposta a questões importantes que se prendem com a relação entre a arte e a biografia do sítio. Isto deve-se, em grande medida, à paupérrima preservação de toda a área de implantação da estrutura dolménica. Na realidade, já Fernando Silva alertara para o elevado grau de destruição em que se encontrava esta zona do monumento, o que se atestou não só pelo facto de apenas um dos esteios se conservar *in situ* mas também pela "presença de fragmento de tégula incrustada no fundo da vala de um esteio" (Silva, 1992, p. 275), o que sugere a grande antiguidade das sucessivas perturbações

3. O lado norte da câmara encontrava-se muito destruído e incompleto, pelo que esta medida é calculada com base nas fossas e esteios ainda existentes.

que recuarão, pelo menos, ao período romano. Na verdade, o único esteio no qual foram identificadas gravuras, em 1985, encontrava-se na altura tombado no interior da câmara com a face gravada voltada para o solo.

Assim, da câmara dolménica original subsistem quatro esteios insculturados. Não é possível compreender se algum deles se encontra integralmente conservado, por se ter verificado que um fragmento decorado pertencente ao esteio 1 jazia sobre o solo e que um motivo gravado no topo do esteio 3 se encontra truncado junto ao seu rebordo superior.

Um dos aspectos mais originais deste monumento, se nos cingirmos ao contexto da Arte Megalítica do litoral centro-norte de Portugal, é o facto de apresentar gravuras em suporte de xisto já que o granito tende a ser a matéria-prima mais frequente. Dada a escassez de afloramentos rochosos nas imediações, os construtores terão recorrido à fonte mais próxima, situada no Monte da Senhora do Socorro (cf. Carvalho, neste volume). Esta elevação, também conhecida por Pedra da Águia ou Bico do Monte, configura um cabeço alongado que se ergue, dominando toda a planura, cerca de 2 quilómetros para ENE do Taco e no sopé do qual se avistaram, em 1982, duas mamoas, entretanto destruídas (Silva, 1992, p. 267).

A utilização do xisto confere ao suporte textura foliácea, brilho e cores metálicas cujas tonalidades variam do dourado ao prateado e castanho, criando um ambiente cénico no interior da câmara pouco convencional, a não ser que a totalidade das superfícies tivessem, em algum momento, sido integralmente pintadas. É do lado esquerdo (ou sul) da estrutura que surgem os esteios com maior número e densidade de gravuras (Figura 1; Figura 3).

3.1. Esteio 1

O esteio 1 foi objecto de um meticuloso trabalho de restauro que implicou a remontagem de fragmentos que jaziam na área periférica da câmara na peça maior que havia sido reerguida por Fernando Silva. Por este motivo, o esteio apresenta um contorno subrectangular, distinto do que foi registado em 1992, sendo certo que ainda se encontra truncado na extremidade superior.

A superfície apresenta textura rugosa e heterogénea, sobretudo nos rebordos, coloração cinzenta bastante matizada pelas escorrências ferrosas e é sulcada por um filonete linear de quartzo que coincide com um dos eixos de fractura e se dispõe obliquamente à xistosidade, orientada no sentido do eixo longitudinal do esteio.

Uma das linhas gravadas no fragmento maior mostrou ter continuidade para uma outra sulcada na superfície do esteio que se encontrava implantado no solo desde a década de 1980. Talvez assim se explique uma certa erosão diferencial, visto que os sulcos gravados no bloco solto se apresentam melhor conservados, ainda com vestígios do negativo do picotado no interior do sulco.

No seu todo, o esteio exibe dois conjuntos de traços paralelos, cada um composto por duas linhas abertas a picotado e dispostas obliquamente ao eixo longitudinal da superfície. Estes singelos sulcos não formam qualquer motivo icónico mas permitem-nos tecer algumas considerações de cariz metodológico que respeitam especificamente à aferição do método de levantamento tridimensional por fotogrametria. Neste caso particular, a imagem que resulta da aplicação do MRM (Figura 4) parece mostrar um conjunto mais complexo de linhas dos que as que se representam no registo gráfico obtido após a observação *in loco* da superfície que permitiu confirmar a ausência de vestígios de percussão no interior de algumas dessas linhas. Tratam-se, na realidade, de fissuras e sinuosidades de origem natural que, dada a sua profundidade e orientação, se salientam visualmente na imagem bicromática produzida pelo modelo tridimensional. Aliás, a linha marcada a cinzento no registo corresponde a uma ondulação natural dos planos de xistosidade que dá continuidade a uma fractura por destacamento de placas [4]. No entanto, e apesar de não ter quaisquer implicações no que respeita à interpretação do conjunto, é possível que esta quebra no plano de xistosidade sugerisse aos lapicidas a ideia de sulco. No referido fragmento reposto em E1, ocorre também uma linha recta com sulco de perfil em V, aberta por abrasão.

3.2. Esteio 2

A superfície de E2 exibe textura relativamente homogénea, com coloração predominantemente cinzenta e o característico brilho metálico do suporte. O sentido da xistosidade é sub-vertical com fissuras que se dispõem obliquamente ao eixo longitudinal

4. Esta observação foi corroborada pelo consultor do projecto na área de Geologia, Luís Simões (Instituto Politécnico que Viseu) aquando de uma visita ao monumento.

do esteio. As gravuras não se destacam à vista dada a ausência de contraste pictórico entre a superfície e o interior do sulco, pese embora o seu razoável grau de conservação. O esteio exibe, na zona superior, uma pequena figura subrectangular com ângulos arredondados definida a picotado, do canto inferior esquerdo da qual parte um apêndice linear cujo sulco se confunde com uma fractura por ter sido aberto através de um movimento de picotagem no sentido longitudinal, lascando a superfície durante a acção de desbaste (Figura 3; Figura 6). Na parte inferior, a apenas 30 cm do solo, foi gravada uma figura poligonal aberta, composta por dois traços paralelos verticais unidos no topo por um horizontal. Adjacente ao seu ângulo superior direito foi toscamente gravado um pequeno apêndice linear. Na realidade, a morfologia do sulco que define a figura poligonal é homogéneo, embora algo irregular e distinto do daquele apêndice. É de realçar que os dois motivos ocupam as extremidades superior e inferior da superfície, mantendo-se o espaço operatório privilegiado, ou seja, o centro, isento de gravuras.

3.3. Esteio 3

A superfície interna deste esteio apresenta textura e morfologia bastante homogéneas. Embora genericamente bem conservada, é visível uma área de degradação no quadrante superior direito que afectou o motivo que encima a composição gravada. Um outro conjunto de arcos, mais abaixo, encontra-se truncado do lado direito. A tonalidade acastanhada da metade do lado direito do suporte, conferida pela presença de escorrências ferrosas, contrasta com a do lado esquerdo, predominantemente cinzenta.

A composição de quatro motivos formados por arcos de círculo concêntricos (ou pseudo-concêntricos, como Fernando Silva os descreveu) domina todo o conjunto ornamental. Gravada na metade superior, é delimitada, do lado direito, por uma linha de fractura. Esta é, verdadeiramente, a composição tutelar deste monumento, apresentando características que a diferenciam e individualizam do restante conjunto iconográfico. Em primeiro lugar, realça-se a eleição da superfície revestida por uma fina película acastanhada para sulcar as gravuras que, aí abertas, desvelam a coloração cinzenta e textura granulosa do interior da rocha, dotando a coreografia de figuras de um efeito pictórico, tal como sucede no monumento da Mota Grande, observação que curiosamente se refere a uma combinação de círculos concêntricos (Baptista, 1997). Em segundo lugar, estes motivos afastam-se, morfológica e estilisticamente, dos demais por se tratarem de figurações compostas por traços curvilíneos, enquanto a larga maioria das restantes são definidas por segmentos de linha rectas e/ou angulosas. Por último, aqui se encontra uma verdadeira composição na qual os motivos que se repetem e organizam entre si no espaço operatório, mostrando coerência estilística e técnica, enquanto as demais surgem como, o que aqui consideramos, apontamentos isolados no todo visual do interior da câmara dolménica.

Estas quatro figuras foram circunstanciadamente descritas por Fernando Silva e analisadas sob o ponto de vista técno-morfológico (1992, pp. 276-278) (Figura 5). Observou-se então que os dois motivos que encimam a composição exibem uma regularidade e aprimoramento do sulco e uma simetria de formas maior do que o par de motivos que se posiciona mais abaixo. Nestes, o sulco apresenta-se ligeiramente mais largo e cursivo, sendo que se dispõem obliquamente em relação ao eixo maior da superfície do esteio enquanto o par de cima se dispõe verticalmente. Esta diferenciação sugeriu ao autor do estudo que a gravação das imagens tenha ocorrido em dois momentos, pressupondo a participação de distintos executantes (Silva, 1992, p. 277). De qualquer forma, é certo que o maior ou menor apuro técnico não macula o sentido de composição que este conjunto apresenta e a sua originalidade relativamente aos demais. Outra nota deixada por Fernando Silva respeita à eventual sobreposição que ocorre entre os dois motivos que ocupam uma posição central na composição, referindo que na elaboração da figura de baixo se evita o traço vertical que parte do interior do conjunto de arcos que a encima. Porém, através do registo por fotogrametria e confirmação no terreno, verifica-se que aquela linha efectivamente corta, ou seja, sobrepõe-se, ao arco externo do motivo infra (Figura 6).

Todavia, foi este mesmo registo que permitiu visualizar com acuidade os contornos de uma nova figura no esteio 3 que se pode classificar dentro do eclético universo dos reticulados (Figura 3). O motivo encontra-se gravado numa zona bastante irregular do ortostato, na base do esteio a *c.* de 20 cms da linha de solo e exibe um sulco estreito e muito delido cujo interior não se destaca, sob o ponto de vista cromático, da superfície. Configura uma figura subrectangular com cantos arredondados e parcialmente

segmentada no seu interior. O sulco é distinto dos que definem os arcos de círculo e mais superficial, o que poderá testemunhar a existência de mais do que uma fase decorativa neste esteio e neste monumento. Aliás, a presença de motivos situados próximo do nível do solo poderá explicar-se pelo facto da sua gravação ter sido realizada antes da colocação do esteio no respectivo alvéolo de implantação, tal como é sugerido para outros casos conhecidos (e.g. Carrera, 2006: 82).

3.4. Esteio 5

Situado do lado direito da câmara, este esteio apresenta uma superfície manifestamente mais irregular do que as dos seus congéneres do lado oposto. A coloração de base cinzenta é matizada por manchas ferrosas que ocupam o centro e lado esquerdo do ortostato. Disposto obliquamente ao eixo vertical do esteio (atendendo à sua orientação actual), surge um rectângulo com cantos arredondados aberto mediante picotado muito superficial (Figura 3). Para definir o seu contorno, o desbaste parece ter seguido as linhas de esfoliação natural da superfície nos sectores superior e esquerdo. Um pouco acima surge uma zona onde as linhas de fractura da superfície parecem definir naturalmente uma outra forma vagamente quadrangular.

4. O TANGÍVEL E O INTANGÍVEL NO ACERVO DECORATIVO

Do conjunto inscultórico ressalta a dicotomia entre a grande composição tutelar constituída por formas geométricas curvilíneas, hoje polarizadora da cenografia no interior da câmara funerária e o conjunto de apontamentos gráficos discretos compostos por linhas, figuras geométricas poligonais rectilíneas ou linhas poligonais abertas que se distribuem de forma esparsa pelos esteios. Destes, apenas o reticulado do esteio 3 se pode considerar uma forma complexa. No que respeita à técnica de execução, a composição tutelar exibe sulcos produzidos mediante picotado regular e perpendicular à superfície. Pelo contrário, as demais gravuras, partilham uma execução cursiva, de desbaste mais grosseiro e superficial (Figura 6). Desta forma, à exuberância, visibilidade, ordenamento, convencionalismo e carácter complexo da grande composição opõem-se a sobriedade, discrição, fluidez e simplicidade das formas dos motivos isolados.

Que ilações retirar da análise desta dicotomia? Antes de mais, há duas ideias fundamentais que resultam, em grande medida, de projectos desenvolvidos nas últimas décadas e que têm vindo a estimular uma importante mudança de paradigma na investigação da Arte Megalítica peninsular (e.g. Carrera, 2006; 2011; Bueno e Balbín, 1992; 2004). A primeira radica na evidência de que a arte parietal é um elemento intrínseco ao fenómeno megalítico, partilhando a diversidade que lhe é inerente sendo que esta, embora se manifeste à escala do monumento individual, não impede que se identifiquem grupos e tendências (Carrera, 2016). A segunda prende-se com a constatação de que arte e monumentos não devem ser perspectivados como construções estáticas na medida em que, tal como as arquitecturas, a decoração dos monumentos é passível de ter sofrido sucessivas acções de renovação e remodelação (*ibidem*).

Assim, uma das hipóteses que se coloca é a de que a dicotomia estilística patente neste dólmen possa indiciar a presença de duas ou mais fases de gravação por se tratarem de acervos muito distintos estilisticamente ou, em alternativa, pertencerão à mesma.

Se aceitarmos a última possibilidade, há dois cenários que se afiguram plausíveis. No primeiro, partindo-se do princípio de que a gravura foi a técnica de execução única neste monumento, a dicotomia entre uma 'arte' mais escondida, discreta, desconexa e uma 'arte' visualmente exuberante, seria intencional. Todavia, esta hipótese é posta em causa pelos resultados de estudos sistemáticos que indicam que, nos casos conhecidos em que as gravuras não abrangem a totalidade dos esteios surgindo, pois, como elementos pontuais, elas seriam complementadas com pintura simples (Carrera, 2006: 75). É importante referir também que o xisto é o tipo de suporte que permitiria com facilidade a execução de uma decoração gravada invasora dos esteios, tal como ocorre nos monumentos galegos da Roza das Modias ou na Mamoa da Braña, sendo que nesta última apenas os esteios de xisto receberam gravuras abertas a picotado (Carrera, 2006: 78).

No segundo cenário, a gravura articular-se-ia com pintura invasora da totalidade, ou de alguns, esteios da câmara que a erosão não permitiu que chegasse até ao nossos dias. Assim sendo, teríamos hoje uma imagem muito parcelar do ambiente artificialmente criado no interior do espaço sepulcral, uma imagem amputada da sua espectacularidade pictórica e da qual subsistiria o conjunto mais discreto de gravu-

ras. Porém, desta forma, o impacto visual do bicromático da grande composição que nos parece intencional, seria obviamente diluído.

Se considerarmos que existiram uma ou várias fases de remodelação da cenografia interna, então, de acordo com a proposta geral de Fernando Carrera para o ordenamento crono-estratigráfico das técnicas de execução, a gravura (com ou sem pintura) é tendencialmente mais antiga do que a pintura simples (2006, pp. 125), o que, remetendo para o caso em apreço, leva a supor que a coreografia de arcos concêntricos cuja gravação aproveita o contraste cromático entre a patina superficial e o interior da rocha, poderia ter sido a composição inaugural deste monumento, sendo certo também que não se conhece esta tipologia de motivos na pintura megalítica. Numa fase subsequente, poderão ter sido concebidos os discretos apontamentos gravados e complementados com pintura simples. Porém, esta asserção pode ser contrariada pela suposta gravação de algumas figuras discretas junto à base dos esteios. Há, assim, uma miríade de possibilidades que devem ser equacionadas e que, embora não sejam esclarecedoras para definir a diacronia estilística neste monumento, poderão servir de referência para futuros estudos.

É certo que a discussão sobre a articulação entre pintura e gravura na Arte Megalítica é antiga mas só nas últimas décadas vem sendo sistematicamente investigada (e.g. Carrera, 2006). Neste contexto deve salientar-se que, na região geográfica onde se insere a mamoa 1 do Taco, existe um monumento onde se comprovou não só a complementaridade entre pintura e gravura, como também a ideia de como a preservação diferenciada turva o entendimento do aspecto original do interior das câmaras dolménicas decoradas: o dólmen 1 da Aliviada, em Escariz, Arouca[5]. Este monumento foi escavado em meados do século XX mas o primeiro levantamento da Arte Megalítica deve-se a E. Shee que, nos finais da década de 1970, identificou gravuras e pinturas em três dos esteios da câmara que se encontravam *in situ*: o esteio de cabeceira e dos dois que o ladeavam (1981). Constatou-se que a decoração pintada invadia o espaço operatório e, maioritariamente, preenchia as superfícies gravadas. Aquela investigadora afirma que a relação entre pintura e gravura é algo confusa visto que, nalgumas áreas, a primeira parece ter sido aplicada antes e, noutras, em fase posterior à segunda (*ibidem*). No início da década de 1980, Fernando Silva procedeu a nova intervenção naquele monumento e deparou-se com o desaparecimento da quase totalidade da pintura registada pela investigadora irlandesa. Restavam apenas as gravuras! Mas, por sua vez, teve a felicidade de identificar ornamentação pintada e gravada em quatro outros esteios, três dos quais se encontravam com a face interna protegida ou por estarem tombados ou recobertos por terra. Curiosamente, nestes, figuravam motivos geométricos, linhas onduladas e reticulados gravados cujo sulco se encontrava preenchido com pintura a branco à qual se sobrepunha outra, de cor vermelha (Silva, 1986). Numa das superfícies, um motivo sub-rectangular de cantos arredondados foi gravado e posteriormente pintado e insere-se numa composição em que a demais ornamentação é apenas pintada (*ibidem*).

Na verdade, alguns motivos ali presentes são formas geométricas ou lineares simples e, por isso, não muito distintas dos apontamentos gravados na câmara da mamoa 1 do Taco. À semelhança do que sucedeu no dólmen 1 da Aliviada, se os esteios do monumento do Taco tivessem sido pintados e essa pintura tivesse desaparecido, a imagem que restaria da ornamentação resumir-se-ia a gravuras pontuais dispersas pelas superfícies. Como é evidente, um argumento contra esta hipótese é o facto destes esteios terem também sido encontrados com as faces decoradas tombadas no solo mas mesmo assim não conterem pintura. Todavia, sabemos que no Taco, a câmara foi aberta e os esteios manipulados e deslocados, eventualmente mesmo desde época romana. Por outro lado, a proposta de que aqueles possam ter sido, em algum momento, pintados é reforçada pela extraordinária descoberta, nas terras que constituem o *tumulus*, de um elemento dormente de mó manual com uma depressão central polida e vestígios de pigmento vermelho, perfeitamente conservado (Figura 7). Apesar de termos em preparação um estudo analítico, parece evidente que, à semelhança de outras conhecidas no contexto peninsular, esta peça teria sido utilizada para macerar colorante destinado à preparação do solo no espaço funerário e/ou à pintura dos esteios (e.g. Carrera, 2006: 114-116), podendo mesmo ter sido utilizada como paleta.

Neste contexto, a composição de arcos de círculo concêntricos permanece estilisticamente isolada no

5. Trata-se de um dólmen simples de planta alongada, à semelhança da câmara da mamoa 1 do Taco, formado por nove esteios, sete dos quais continham decoração pintada e/ou gravada (Silva, 1984).

conjunto hoje visível, contudo, desconhecendo-se o arranjo gráfico de uma eventual composição pintada, ou tê-la-ia integrado ou pertenceria a uma fase distinta (anterior?). A aferição de qualquer uma das hipótese esbarra necessariamente na escassa informação obtida por via das intervenções arqueológicas em virtude da acentuada degradação do monumento. Foram aqui discutidas várias propostas interpretativas não com o intuito de formular uma pretensa sequência estilística com base na manipulação de argumentos que se mostrariam sempre especulativos, mas sim para reiterar a diversidade que caracteriza a Arte Megalítica e contribuir de alguma forma para a renovação, em curso, dos pressupostos epistemológicos que norteiam a investigação desta temática. Assim, a utilização de uma metodologia escorada em escalas de análise espaciais, temporais e conceptuais dialécticas poderá permitir captar simultaneamente a diversidade de soluções que decorre da criatividade humana no emprego de uma determinada linguagem simbólica, mas também, numa perspectiva mais abrangente, identificar continuidades, estabelecer relações com fenómenos análogos e coevos, prosseguindo uma visão de conjunto, globalizante, das diversas manifestações de cariz social e cultural das comunidades neolíticas peninsulares.

5. AS GRAVURAS DA MAMOA DO TACO 1 NO CONTEXTO DAS TRADIÇÕES ARTÍSTICAS DO NEOLÍTICO EUROPEU

O exercício de enquadramento estilístico do acervo decorativo da mamoa 1 do Taco traduz-se, em última instância, numa tentativa de desvelar os contextos sociais, culturais e simbólicos onde estariam integradas as comunidades que erigiram este dólmen. Para tal é ainda prática corrente na investigação de arte rupestre o estabelecimento de paralelismos, à escala regional e supra-regional, com a iconografia presente noutros monumentos.

Se isolarmos cada uma das gravuras que compõem o grupo mais discreto, como os rectângulos ou o reticulado, um exercício de comparação das formas *de per si* pode remeter-nos para contextos geográficos e culturais muito díspares[6]. Quando se tratam estes motivos geométricos simples, a comparação de figuras individuais pode induzir deduções erróneas. Na realidade, o estabelecimento de paralelos entre motivos individuais foi apanágio de um período recuado da história da investigação em arte rupestre que vem lentamente sendo abandonado como método preferencial de análise. O presente estudo tenta distanciar-se das contingências várias inerentes à análise comparativa de motivos individuais que não remetam directamente para o repertório figurativo canónico das grandes tradições artísticas europeias que alcançam o território peninsular. Em alternativa, ensaiam-se propostas inspiradas no conceito de 'estilo' proposto por R. Layton (1991) que atende à conjugação dos seguintes factores: o repertório iconográfico, a regularidade das formas, a técnica de execução, o modo como os motivos se organizam entre si e no espaço operatório do suporte (e.g. Alves, 2012). Assim perspectivada, a proposta de inclusão de uma composição (e não de motivos geométricos simples isolados) nos convencionalismos estilísticos de uma determinada tradição artística permite, de forma mais sólida, abrir portas à discussão dos contextos sócio-culturais no âmbito dos quais foram criados e das possíveis relações com fenómenos coevos e congéneres (*ibidem*).

No acervo decorativo do Taco, o único vestígio que autoriza tecer considerações fundamentadas a este respeito é a grande composição tutelar gravada no esteio 3 que remete para a estética de uma arte abstracta tipificada pelas formas geométricas curvilíneas, frequentemente gerando padrões concêntricos ou alinhamentos reiterados. No Neolítico europeu, composições com estas características ocorrem, com maior frequência, ao longo da fachada Atlântica, desde o Noroeste peninsular, Bretanha e Irlanda, quer no âmbito da Arte Megalítica, quer da arte em penedos ao ar livre – a Arte Atlântica – pouco representada na região francesa mas que inclui a Grã-Bretanha. A forma através da qual os arcos de círculo concêntricos se articulam entre si como elementos figurativos na criação de uma composição de grande impacto visual recorda o ordenamento da decoração da estela do Dólmen de Tumba del Castellin / Pola de Allande, nas Astúrias (e.g. Blas Cortina, 1997; Twohig, 1981), de alguns esteios do sobejamente

6. Isto no que respeita à investigação dos contextos sociais e culturais que permeiam a selecção de temas do repertório figurativo que tipifica uma tradição artística porque no que respeita à escala da análise técno-morfológica da iconografia, vimos que existem vagas semelhanças entre formas geométricas simples gravadas na mamoa 1 do Taco e no dólmen 1 da Aliviada.

conhecido Dólmen de Gavrinis, na Bretanha francesa (e.g. Cassen, *et al.* 2014) ou dos monumentos irlandeses de Knowth e Newgrange (Eogan,1986) (Figura 8). No contexto da Arte Atlântica peninsular, os arcos de círculo ocorrem com pouca frequência. Um dos casos excepcionais são as gravuras rupestres de Pozo Ventura, em Pontevedra (Galiza, Espanha) cuja composição sugere ao autor do estudo paralelos com a Arte Megalítica irlandesa e bretã (Sartal Lorenzo, 1999) (Figura 9). Se procurarmos a ocorrência de figurações comuns à Arte Atlântica e Arte Megalítica do noroeste português e Galiza, verifica-se que são escassos, embora se deva valorizar a presença da referida combinação de círculos concêntricos gravada num esteio da Mota Grande (Baptista, 1997).

Curiosamente, se nos é permitido estabelecer paralelos estilísticos entre diferentes composições gráficas à escala supra-regional, tal não ocorre quando se atenta aos contextos artísticos mais próximos do monumento em apreço, designadamente da Beira Litoral portuguesa, onde se destacam os dois sítios com Arte Atlântica na Serra do Arestal – Fornos dos Mouros (e.g. Alves, 2013) e Outeiro dos Riscos (Alves, 2003) – e as gravuras do monumento de Chão Redondo 2 (Santos, *et al.* 2010-2011). Mas, embora a Arte Megalítica da Galiza e Noroeste português se paute por uma grande heterogeneidade estilística à escala local, verifica-se a repetição pontual de modelos iconográficos e compositivos em monumentos apartados a grandes distâncias (Alves, 2003; Alves, 2009, p. 399-400).

Esta leitura interpretativa funda-se num estudo globalizante da arte do pós-glaciar no Noroeste peninsular que considera a contemporaneidade (pelo menos parcial) entre as manifestações ao ar livre de Arte Atlântica e uma corrente de Arte Megalítica de cariz essencialmente abstracto, onde predominam os motivos curvilíneos e da qual estão praticamente ausentes os antropomorfos e zoomorfos típicos da Arte Esquemática pintada (Alves, 2003; 2009; 2014). Esta corrente coincide *grosso modo* com o que Bello Diéguez designou de 'grupo norocidental' que contrapôs ao chamado 'grupo de Viseu' (1995), ou seja, ao grupo de monumentos decorados da Beira Alta e Trás-os-Montes, que é hoje consensual definir-se como uma expressão da Arte Esquemática, como a seu tempo sugeriram P. Bueno e R. Balbin (1992). Seguindo esta linha de raciocínio, um de nós (LBA) propôs a existência, na área geográfica de distribuição da Arte Atlântica (onde a pintura esquemática está ausente) de um amplo sistema de representação simbólica de carácter iminentemente abstracto com convenções estilísticas distintas: uma vocacionada para contextos funerários e outra, a arte de ar livre, que incita à percepção da paisagem (Alves, 2003; 2009; 2012).

Mas a grande questão que se mantém prende-se com as motivações que impeliram estas comunidades a ornamentar de forma mais ou menos exuberante o interior dos túmulos monumentais. É certo que seriam palco de importantes ritos de passagem mas poderiam constituir-se também como uma metáfora da sobrevivência das comunidades e da continuidade geracional por se definirem simultaneamente como casas para os mortos e mausoléus para os vivos onde se negociava simbolicamente a regeneração da natureza e da ordem social.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Lara Bacelar (2003) – *The Movement of Signs: Post-glacial rock art in north-western Iberia.* (2 vols). Dissertação de Doutoramento (PhD). Universidade de Reading. Reading.

ALVES, Lara Bacelar (2009) – O sentido do signos: reflexões e perspectivas para o estudo da arte rupestre do pós-glaciar no Norte de Portugal. In BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo ed. – *Arte Prehistórico al aire libre en el sur de Europa*, Junta de Castilla y Leon, pp. 381-413.

ALVES, Lara Bacelar (2012) – The circle, the cross and the limits of abstraction and figuration in north-western Iberian rock art. In COCHRANE, Andrew and JONES, Andy eds. – *Visualising the Neolithic: abstraction, figuration, performance, representation. Neolithic Studies Group Seminar Papers 13*. Chapter 13. Oxford: Oxbow Books, pp. 198-214.

ALVES, Lara Bacelar (2013) – Arte rupestre no concelho de Sever do Vouga: A Arte, a Terra e o Tempo. Eon, Indústrias Criativas, lda (coord), *Genius Loci. O Espírito do Lugar.* Capítulo 6. Sever do Vouga: Câmara Municipal de Sever do Vouga, pp. 77-101.

ALVES, Lara Bacelar (2014) – Intermitências: a arte e a Idade do Bronze no Ocidente peninsular, *A Idade do Bronze em Portugal*, *Antrope – série monográfica* [Em linha] nº1, Centro de Pré-história. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar: 15-51.

BAPTISTA, António Martinho (1997) – Arte megalítica no planalto de Castro Laboreiro, *Brigantium*, 10, pp. 191-216.

BLAS CORTINA, Miguel Ángel de (1997) – El arte megalítico en el território cantábrico: un fenómeno entre la nitidez y la ambiguidad, *Brigantium*, (Actas do III Colóquio Internacional de Arte Megalítico). A Coruña. 10 pp. 69-89.

BRADLEY, Richard (1997) – *Rock art and the Prehistory of Atlantic Europe: Signing the Land,* London / New York: Routledge.

BUENO RAMÍREZ, Primitiva; BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo (1992) – L'art megalithique dans la Peninsule Iberique: Une vue d`ensemble. *L'Anthropologie*, 96, 2-3, pp: 499-572.

BUENO RAMÍREZ, Primitiva; BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo (2004) – Arte megalitico en la Peninsula Iberica: contextos materiales y simbolicos para el Arte Esquematico. *Congreso Internacional de Arte Esquemático*. Velez Blanco, pp. 57-84.

CASSEN, Serge, GRIMAUD, Valentin, LESCOP, Laurent, MARCOUX, Nancy, OBERLIN, Christine, QUERRÉ, Guirec (2014) – The first radiocarbon dates for the construction and use of the interior of the monument at Gavrinis (Larmor-Baden, France), *Past. The newsletter of the Prehistoric Society.* 77, pp. 1-4.

CARRERA RAMÍREZ, Fernando (2006) – Arte parietal en monumentos megalíticos del área noroccidental peninsular. In CARRERA RAMÍREZ, Fernando e FÁBREGAS VALCARCE, Ramón eds. – *Arte parietal megalítico en el Noroeste peninsular. Conocimiento y conservación*, Tórculo Edicións, pp. 61-151.

CARRERA RAMÍREZ, Fernando (2011) – *El arte parietal en monumentos megalíticos del Noroeste Ibérico*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series 2190).

CARRERA RAMÍREZ, Fernando (2016) – Lo que heredamos. Ideas sobre arte megalítico. *ARPI* 04 Extra – Homenagem a Rodrigo de Balbín Behrmann, Universidad de Alcalá de Henarez, Madrid, pp. 58-74.

CARVALHO, Pedro Sobral de (2015) – *Mamoas do Taco (Albergaria-a-Velha). Valorização e Dinamização Cultural. Relatório Final. Vol.1 Trabalhos de arqueologia*, policopiado.

CARVALHO, Pedro M. Sobral de (neste volume) – Tumulações da Pré-história Recente do Centro/Norte Litoral: o caso das Mamoas do Taco (Albergaria-a-Velha, Aveiro).

CARVALHO, Pedro M. Sobral de (2016) – *Taco a Taco. A história de dois monumentos (Albergaria-aVelha)*, Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha.

CARVALHO, Pedro M. Sobral de; CAETANO, Vera Moreira (2016) – As Mamoas do Taco (Albergaria-a-Velha): Recuperação e valorização patrimonial*, Albergue – História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha.* Albergaria-a-Velha: Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha*,* nº 3, pp. 219-253.

EOGAN, George 1986. *Knowth and the passage-grave tombs of Ireland*, Thames and Hudson.

LAYTON, Robert (1991) *The Anthropology of Art*, Cambridge: Cambridge University Press.

PEÑA SANTOS, António de la (2005) – Arte rupestre en Galicia. In HIDALGO CUÑARRO, José Manuel coord. – *Arte Rupestre Prehistórica do Eixo Atlântico*. Vigo, Porto, Bruxelas: Eixo Atlântico, pp. 3-82.

O'KELLY, Michael (1982) – *Newgrange. Archaeology, Art and Legend*, Thames and Hudson

PIRES, Hugo; MARTÍNEZ RUBIO, José; ELORZA ARANA, Artzai (2015) – Techniques for revealing 3D hidden archaelogical features: morphological residual models as virtual-polynomial texture maps, *Int. Arch. Photogramm.* Remote Sens. Spatial Inf. Sci., XL-5/W4, pp. 415-421.

SANTOS, Filipe João Carvalho dos, PERPÉTUO, João Miguel André, SANTOS, André Tomás, GOMES; Luís Filipe Coutinho (2010-2011) – O Dólmen 2 de Chão Redondo (Sever do Vouga, Aveiro): um monumento com iconografias. Resultados dos trabalhos de escavação e restauro, *Portugália*. Nova Série. DCTP-FLUP. Porto. 31-32, pp. 5-41.

SARTAL LORENZO, Miguel A. (1999) – O petroglifo Pozo Ventura (Poio, Pontevedra). *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 18, pp. 119-130.

SILVA, Fernando Augusto Pereira da (1984) – A arte parietal do Dólmen da Aliviada – Escariz, *Aveiro e o seu Distrito*. Aveiro. 33, pp. 37-45.

SILVA, Fernando Augusto Pereira da (1986) – Monumentos megalíticos da freguesia de Escariz (Arouca): Ponto da situação à luz dos primeiros trabalhos. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia.* SPAE. Porto. 26, pp. 51-74.

SILVA, Fernando Augusto Pereira da (1992) – A necrópole megalítica do Taco (Albergaria-a-Velha). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia.* SPAE. Porto. 32, pp. 263-292.

SILVA, Fernando Augusto Pereira da (1993) – Megalitismo e tradição megalítica no Centro-Norte Litoral de Portugal: breve ponto da situação. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia.* (Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular) SPAE. Porto. 33:1-2, pp. 263-292.

SILVA, Fernando Augusto Pereira da (1997) – A Arte Megalítica da bacia do Médio e Baixo Vouga, *Brigantium* (Actas do III Colóquio Internacional de Arte Megalítico), A Coruña. 10, pp. 123-148.

TWOHIG, Elizabeth Shee (1981) – *The Megalithic Art of Western Europe,* Oxford: Clarendon Press.

VASCONCELLOS, José de Leite de (1912) – *Mâmoas de Albergaria a Velha. O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1ª Série, 17, pp. 71-73.



Figura 1 – Aspecto do interior da câmara dolménica após os trabalhos de conservação e restauro.

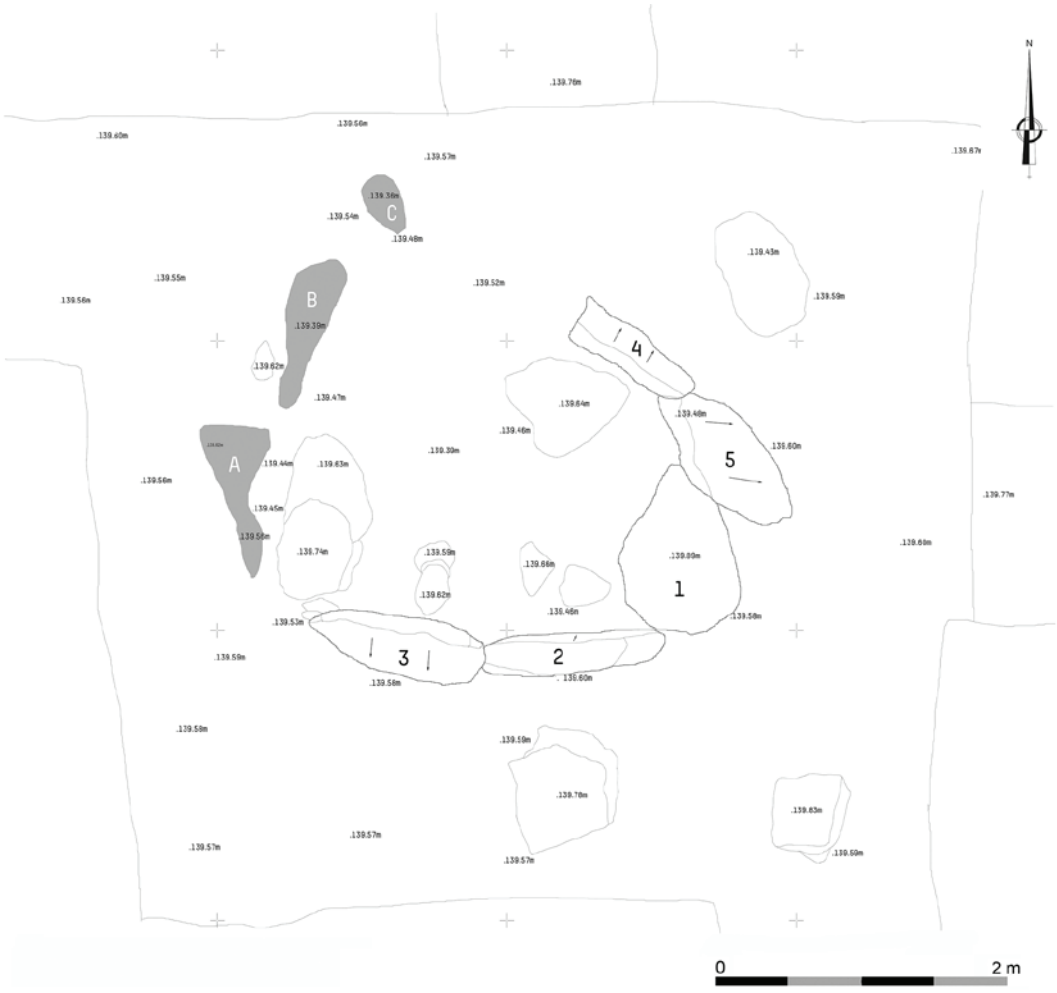


Figura 2 – Planta da câmara funerária da Mamoa 1 do Taco, numa fase em que o esteio 1 se encontrava ainda tombado na zona da entrada.

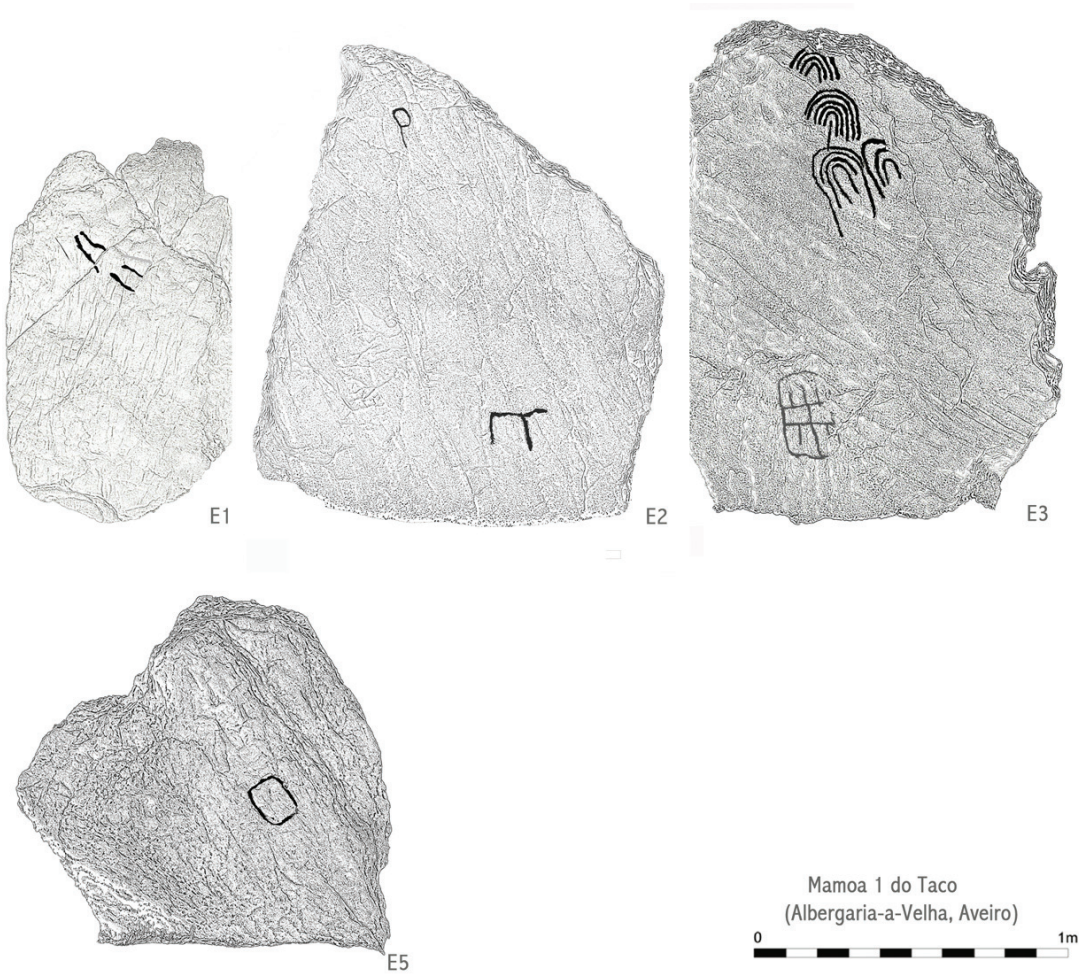


Figura 3 – Registo gráfico dos esteios decorados do lado sul da câmara dolménica.

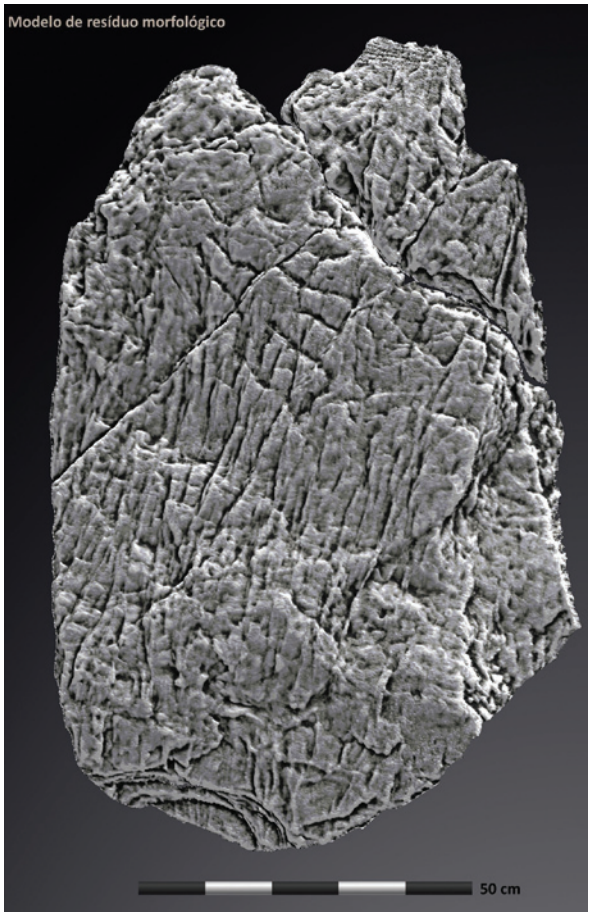


Figura 4 – Registo por fotogrametria / MRM do esteio 1 (autoria: Hugo Pires).



Figura 5 – Decalque dos motivos presentes no esteio 3 da Mamoa 1 do Taco, executado por Fernando Silva em 1985 (adaptado de Silva, 1992: Est. XI).



Figura 6 – Pormenor da técnica de execução da gravura central do esteio 3 formada por arcos de círculo concêntricos. Nesta imagem é patente que o seu apêndice linear vertical se sobrepõe ao sulco do arco exterior da figura que se situa abaixo (em cima). Detalhe dos motivos gravados no esteio 2 abertos por meio de um picotado mais cursivo e superficial (em baixo).



Figura 7 – Elemento dormente de mó manual com vestígios de pigmento vermelho, exumada das terras do *tumulus*.

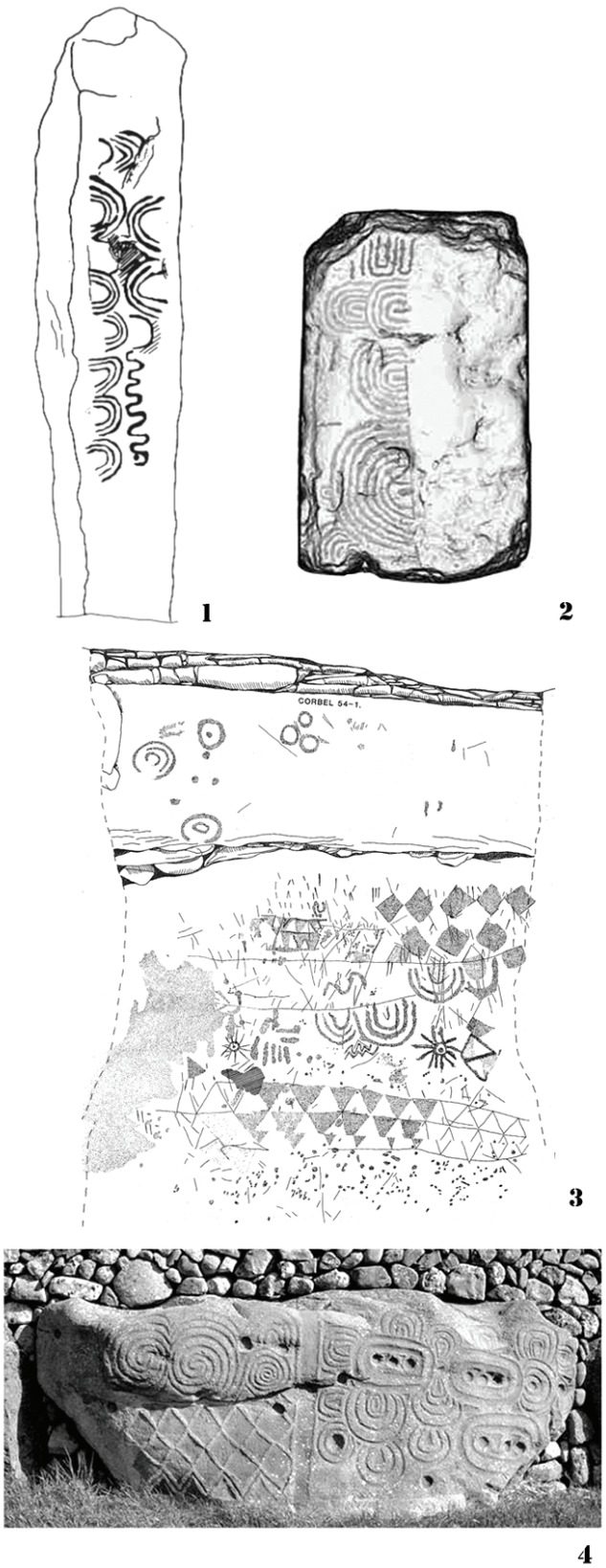


Figura 8 – Alguns exemplos de monumentos megalíticos europeus que exibem composições elaboradas de arcos concêntricos com ou sem apêndice linear: 1. Tumba del Castellin / Pola de Alande, Astúrias (seg. Shee Twohig, 1981: Fig. 68); 2. Gavrinis, esteio 12, Bretanha, França (Cassen, *et al.* 2014); 3. Knowth, sítio 1 – túmulo nascente, esteio 54, Irlanda (Eogan, 1986: 154); 4. Newgrange, Irlanda (O'Kelly, 1982; The Department of Art, Heritage and the Gaeltacht http://www.newgrange.com/newgrange-k52.htm).



Figura 9 – O conjunto inscultórico de Pozo Ventura, uma superfície granítica ao ar livre na província galega de Pontevedra (Peña Santos, 2005: 58).

O MONTE FARO – UMA PAISAGEM ICÓNICA DA ARTE ATLÂNTICA PENINSULAR

Lara Bacelar Alves[1], Mário Reis[2]

RESUMO

No início da década de 1980 foram estudados por E. J. Silva e A. Leite da Cunha, três sítios paradigmáticos na área do Monte Faro (Valença, Viana do Castelo): Monte da Laje, Tapada do Ozão e Monte dos Fortes. Actualmente, o Monte Faro figura como o primeiro grande conjunto de Arte Atlântica identificado em Portugal. A mais recente actualização do inventário permitiu aumentar de 122 (em finais de 2015) para 135 o número de rochas decoradas, sendo a grande maioria atribuível àquela tradição artística pré-histórica. Contido numa área de c. de 26 km², o acervo equivale sensivelmente à totalidade das ocorrências conhecidas e dispersas pelo Noroeste do país. Neste artigo ensaia-se uma primeira abordagem às principais temáticas representadas e sua implantação na paisagem.
Palavras-chave: Pré-história Recente, Arte Atlântica, Vale do Minho.

ABSTRACT

In the beginning of the 1980s, E. J. Silva and A. Leite da Cunha published three paradigmatic rock art sites in the area of Monte Faro (Valença, Viana do Castelo): Monte da Laje, Tapada do Ozão and Monte dos Fortes. At present, Monte Faro stands as the major Atlantic Art assemblage found in Portugal. The most recent update allowed the number of carved rocks inventoried to rise from 122 (by the end of 2015) to 135, the large majority belonging to that prehistoric rock art tradition. Enclosed in an area of c. 26 km², this assemblage corresponds approximately to the overall number of occurrences scattered across north-western Portugal. This paper brings a preliminary account of the imagery displayed and its landscape setting.
Keywords: Late Prehistory, Atlantic Art, Minho valley.

1. INTRODUÇÃO

A tradição artística pré-histórica de cariz iminentemente abstracto que tomou os frios granitos do Noroeste como suporte privilegiado, constitui uma das temáticas mais difíceis, controversas e, talvez por esse motivo, fascinantes da Pré-história peninsular (Figura 1). É reflexo disso mesmo, a prevalecente ausência de consenso entre os estudiosos em torno da própria designação desta realidade: 'petroglifos galegos', 'grupo galaico de arte rupestre', 'arte galaico-portuguesa', 'galego-atlântica', 'grupo 1 da arte do noroeste', Arte rupestre Atlântica ou, como preferimos, 'Arte Atlântica peninsular' (e.g. Baptista, 1983-84; Alves e Reis, no prelo). A controvérsia prolonga-se a outros aspectos fundamentais como a compreensão do seu devir histórico e, logo, dos contextos sociais e culturais que subjazem à sua adopção e posterior consolidação na esfera do simbólico (Figura 1).

A dificuldade em estabelecer um balizamento cronológico concreto, a par da herança de uma tradição historiográfica, focalizada na análise do que se encontrava plasmado na face da rocha, marcou um período de impasse, apenas ultrapassado, em meados da década de 1990, com os estudos inspirados na chamada Arqueologia da Paisagem que culminam na publicação da obra seminal de Richard Bradley

1. Bolseira de pós-doutoramento. Fundação para a Ciência e Tecnologia – FSE/POCH / Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP), Universidade de Coimbra; lara.b.alves@uc.pt

2. Fundação Côa Parque; Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP). Universidade de Coimbra; marioreissoares@sapo.pt

(1997). Nos seus primeiros trabalhos, Bradley estabeleceu os princípios metodológicos que haviam de fazer escola nas décadas seguintes (Bradley, Harding e Mathews, 1993). Concebe a arte rupestre de ar livre pertencente a esta tradição como um sistema de comunicação visual, uma 'linguagem de signos' fixada em locais particulares da paisagem. Seria, então, um sistema passível de descodificação. Um dos eixos fundamentais da pesquisa passou pela análise da relação entre a localização de motivos circulares simples e complexos e a) diferentes topografias (terras altas e terras baixas), b) a presença de monumentos megalíticos e c) áreas passíveis de serem ocupadas por povoados. Embora a inspiração no estruturalismo clássico não tenha sido assumida explicitamente pelo autor, a busca pela compreensão da sintaxe subjacente à aposição dos motivos geométrico-abstractos na paisagem, recorda a metodologia aplicada por A. Leroi-Gourhan (1965) na tentativa de isolar a estrutura do 'santuário ideal' na Arte Paleolítica (Alves, 2012a: 262). Se a escola estruturalista da década de 1960-70 introduziu o estudo dos contextos espaciais na Arte Paleolítica, divergindo da perspectiva centrada essencialmente nos motivos individuais de H. Breuil, a obra de R. Bradley conduziu a uma mudança de paradigma de natureza similar no estudo da arte do pós-glaciar (*ibidem*). Pese embora alguma disparidade nos resultados analíticos obtidos na Grã-Bretanha e na Galiza Ocidental (Bradley 1997), o conjunto dos pressupostos metodológicos da Arqueologia da Paisagem rapidamente ganhou adeptos, beneficiando de um importante *upgrade* com a disseminação do recurso aos sistemas de informação geográfica (SIG). S. Fairén corroborou algumas leituras no terreno feitas previamente por R. Bradley e a sua equipa no conjunto de arte rupestre de Northumberland (norte de Inglaterra) através da aplicação desta ferramenta (2007) e, no Noroeste peninsular, a adesão é particularmente notória no seio de alguns grupos de investigação galegos, (e.g. Parcero-Oubina, *et al.* 2013). No entanto, a viabilidade dos estudos com base nestes programas computacionais para a investigação de arte rupestre pode ser comprometida na ausência de uma complementaridade com a prática de campo, a experiência sensorial do espaço e o contacto directo com o objecto de estudo.

Independentemente dos resultados obtidos nas diferentes áreas geográficas investigadas por Bradley (1997) aos quais não são alheios aspectos como as escalas e variáveis de análise é hoje irrefutável que a Arqueologia da Paisagem desencadeou uma das mais importantes rupturas epistemológicas no estudo da arte do pós-glacial europeia e, concretamente da Arte Atlântica. A ideia de que esta realidade se manifesta essencialmente como uma 'arte geográfica' (Bradley, 1997) articulando-se intimamente com elementos particulares do mundo natural, com espaços cultuais e os da vivência quotidiana das comunidades pré-históricas, abriu portas a uma nova percepção do seu significado simbólico e a uma miríade de abordagens interpretativas revolucionárias. Actualmente, entende-se o estudo analítico da arte na paisagem e sua relação com outros sítios arqueológicos como parte integrante dos trabalhos de recolha de dados primários no terreno (embora não deva ser encarado como um fim em si mesmo ou como uma componente da investigação isenta de subjectividade).

No dealbar no novo século, um de nós (LBA) procedeu a uma revisão circunstanciada da arte do pós-glaciar no Noroeste peninsular, conduzindo o estudo mediante a observância de três escalas de análise dialécticas ou seja, da paisagem ao que se encontra inscrito nas superfícies rochosas e vice-versa (Alves, 2003). Neste sentido, procurou-se definir uma equidistância na análise da localização dos sítios no espaço natural, das características físicas do lugar e dos motivos e composições, relevando a sua interacção com a morfologia e os acidentes naturais do suporte, com a experiência sensorial do *locus*, e as formas da paisagem (e.g. Alves, 2002; 2003). No entanto, se foi possível reexaminar alguns conjuntos alargados de sítios com Arte Esquemática pintada e gravada no norte de Portugal sob esta perspectiva, o mesmo não se logrou aplicar aos sítios com Arte Atlântica nesta região. Em pleno contraste com as realidades conhecidas na Galiza, Irlanda, norte de Inglaterra e Escócia, por onde se expande esta tradição, no Noroeste português não só o acervo se mantinha diminuto, como as rochas decoradas figuravam como ocorrências isoladas e dispersas desde as margens do Minho à bacia do Vouga. Para este cenário contribuiu, por um lado, a ausência de uma investigação sistemática e continuada como existiu na região galega de Pontevedra e o facto dos estudos se centrarem nas rochas iconograficamente complexas e monumentais (e.g. Alves e Reis, 2017).

Ora, foi com o intuito de colmatar esta importante lacuna na investigação da arte pré-histórica em

Portugal que se gizou, em 2013, um projecto de investigação[3] com o objectivo principal de identificar um acervo amplo de rochas decoradas pertencentes àquela tradição artística, contido numa unidade de relevo topograficamente circunscrita. A sistematização dos resultados das acções de prospecção arqueológica e catalogação de arte rupestre na área do Monte Faro permitiu confirmar a descoberta do maior conjunto de Arte Atlântica em Portugal (Alves e Reis, 2017). Superando todas as expectativas, alcançou-se, em finais de 2015, um total de 122 rochas inventariadas (*ibidem*). Porém, como se relevou na notícia de descoberta (Alves e Reis, no prelo), em virtude do potencial da área de estudo eleita, este número seria sempre provisório. E, de facto, à data de redacção deste texto, o acervo é composto por 135 superfícies decoradas.

Por se encontrar em curso o moroso processamento do registo gráfico e levantamento digital tridimensional das superfícies decoradas que permitirá articular as observações no terreno com um estudo estatístico rigoroso, este artigo pretende apenas esboçar um primeiro ensaio sobre as temáticas mais representativas, com base nos resultados obtidos nos trabalhos de inventariação.

2. A ARTE ATLÂNTICA DO MONTE FARO: PRINCIPAIS TEMÁTICAS E SUA IMPLANTAÇÃO NA PAISAGEM

O Monte Faro ergue-se como uma imponente elevação granítica sobre o vale do rio Minho, confinando a norte, oeste e leste com os seus terraços fluviais (Figura 2; Figura 3). A área de estudo perfaz, no seu todo, c. de 26 km^2 e abarca duas elevações contíguas: o Monte Faro, a noroeste, com uma altitude máxima a.n.m. de 567 m e, a sudeste, o Monte dos Fortes cujo topo atinge os 563 m a.n.m.. Administrativamente, situa-se no distrito de Viana do Castelo, concelho de Valença, e abrange as uniões de freguesia de Gandra e Taião, Gondomil e Sanfins e as freguesias de Ganfei e de Verdoejo.

As primeiras investigações arqueológicas direccionadas para o estudo da arte rupestre foram promovidas pelo Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (GEAP) e desenvolvidas por uma equipa liderada por Eduardo Jorge Silva e Ana Leite da Cunha (Cunha e Silva, 1980; Silva e Cunha 1986). Desde então, as rochas decoradas do Monte dos Fortes, Monte da Laje e Tapada do Ozão figuram, a par da Bouça do Colado, como os sítios mais representativos da então chamada 'Arte galaico-portuguesa' ou 'grupo 1 da arte do Noroeste' e sobre elas se fundamentaram propostas cronológicas para a datação deste conjunto regional (e.g. Baptista, 1986; Jorge, 1991). Na década seguinte, um artigo publicado nas Actas do Congresso Internacional de Arte Rupestre de Vigo que, lamentavelmente, não mereceu ampla divulgação, anunciava a descoberta ocasional de um importante conjunto de gravuras rupestres no Monte Faro, embora sem referências exactas à sua localização (Novoa e Sanromán, 1999). Em 2004, foi dado à estampa, também no país vizinho, o levantamento de uma muito interessante rocha decorada com zoomorfos, situada na Quinta da Barreira (Novoa e Costas, 2004). Assim, face ao potencial do Monte Faro para acolher um complexo vasto de gravuras rupestres, em razoável estado de conservação, não tivemos dúvida em elegê-lo como área privilegiada para a prospecção arqueológica no âmbito de um projecto de investigação plurianual (Alves e Reis, 2017).

A revelação de um tão extenso conjunto permite, pela primeira vez em território nacional, uma investigação assente nos princípios teórico-metodológicos da Arqueologia da Paisagem, sendo um dos objectivos o de testar as diversas hipóteses interpretativas que vêm sendo colocadas relativamente à implantação topográfica das principais classes de motivos que caracterizam a Arte Atlântica. Considera-se este exercício cartográfico como um instrumento de análise numa fase de desenvolvimento da investigação que auxilia no processo de sistematização das informações obtidas no terreno e não é, como se disse anteriormente, isento de subjectividade.

Um dos aspectos mais notáveis deste acervo, perceptível desde os primeiros momentos do trabalho de campo, é a elevada percentagem de gravuras rupestres pré-históricas, por comparação com as

3. Os trabalhos foram conduzidos no âmbito do projecto de investigação plurianual *As gravuras rupestres da Serra do Extremo no Contexto da Arte Atlântica do Alto Minho (Valença, Viana do Castelo)*, inscrito na categoria A do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, aprovado e autorizado pela Direcção Regional de Cultura do Norte mediante o ofício nº S-2013/301195 (C.S. 838854) de 17/01/2013 – Processo nº DRP-DS/2012/00-00/20992/EIA/1332 (C.S: 107867) e desenvolveu-se no cumprimento do programa de trabalhos de bolsa de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)-POPH/FSE atribuída a um de nós (LBA).

ocorrências de cronologia histórica e/ou indeterminada (Alves e Reis, 2017; Alves e Reis, no prelo). Actualizados os dados, as ocorrências pertencentes à tradição de Arte Atlântica peninsular ultrapassam já a centena (ocorrem em 102 rochas inventariadas), contam-se 14 superfícies onde figuram exclusivamente motivos atribuíveis a época histórica e 19 com gravuras de cronologia indeterminada. Há, sem dúvida, uma clara predominância da arte pré-histórica e esta difunde-se amplamente pelas encostas da serra, evitando, de acordo com o conhecimento actual, as linhas de cumeada (*ibidem*) (Figura 4).

Reportando-nos às principais temáticas, as figuras geométrico-abstractas de feição circular (classe na qual não se incluíram as covinhas) ocorrem em 69 superfícies, as figuras zoomórficas em 15 rochas e as representações de armas ou objectos encabados em 5 (Figura 5).

2.1. As gravuras geométrico-abstractas de feição circular

O repertório figurativo geométrico-abstracto pode, à primeira vista, entender-se como muito homogéneo e repetitivo, mas, na realidade, esta classe de motivos caracteriza-se sim, por uma grande diversidade morfológica, bem patente no acervo do Monte Faro. Independentemente da ideia de que esta tradição obedece a uma rígida codificação simbólica, como alguns autores defendem, as inúmeras nuances na concepção dos motivos de feição circular, acentuadas pela maneira como foram intencionalmente moldados ao suporte, é um claro indício de que havia espaço para uma boa dose de criatividade por parte do executor (Alves, 2009a). As clássicas combinações de círculos concêntricos com ou sem covinha central, os círculos simples e aqueles que envolvem conjuntos de pontos são os sub-tipos predominantes. Contudo, surgem outros muito específicos que também são comuns à Arte Atlântica peninsular e das Ilhas Britânicas: as combinações de círculos concêntricos com sulcos lineares que partem da covinha central para o exterior da figura, ou variantes do motivo em forma de 'buraco de fechadura'.

Neste acervo tem sido reiteradamente observada a estreita interacção entre os motivos gravados e a morfologia estrutural do suporte, um diálogo que já se reconhecera noutros contextos portugueses e que nos conduziu a explorar a hipótese de que a criação dos motivos geométrico-abstractos poderia ter obedecido a uma interpretação prévia das características físicas e sensoriais da superfície rochosa (e.g. Alves 2003; 2012b). De facto, um dos traços distintivos da Arte Atlântica do Monte Faro é o seu carácter escultórico que contribui para a consolidação da ideia de que, não só as macro formas do relevo terão sido relevantes para a eleição dos *loci* (e.g. Bradley, 2000; Bradley e Watson, 2012) mas também a microtopografia do suporte influenciou a selecção de determinados motivos.

Porém, a escassez de regularidades é, sem dúvida, o que melhor caracteriza o acervo. Apesar de haver alguma preferência por lajes graníticas rasa ao solo, cujas dimensões podem ir da dezena de metros aos 50 centímetros, não se identifica um tipo de suporte claramente dominante, nem mesmo no que respeita à geologia, dado que, no sítio do Pinhal do Rei, gravuras geométrico-abstractas foram sulcadas nas rugosas superfícies expostas de uma mancha de rocha metamórfica quartzo-feldspática (o chamado 'ortognaise da Gandra'). Na verdade, as figuras circulares surgem ora isoladas, como motivos únicos numa superfície rochosa, ora se organizam em intrincadas composições. Surgem talhadas em penedos de morfologia e textura muito irregulares, aproveitando as suas protuberâncias naturais ou as dobras do granito mas ocorrem igualmente em superfícies lisas (Alves e Reis, no prelo). No conjunto, maioritário, de composições simples, não são raros os motivos circulares isolados que ocupam pequenos e discretos painéis rasos ao solo, mas aparecem também em grandes superfícies passíveis de comportar faustosa composição.

No esboço cartográfico que se traz à estampa (Figura 6) as rochas identificadas como exibindo composições complexas, no caso particular da Arte Atlântica do Monte Faro, obedecem a, pelo menos, um dos seguintes critérios, enquanto aquelas que cumprem a sua totalidade são aqui designadas composições 'barrocas':

1. presença de três ou mais motivos circulares (combinações de círculos concêntricos, círculos simples, círculos preenchidos por covinhas, espirais…);
2. presença de linhas rectas ou sinuosas que unem motivos entre si;
3. combinações de círculos concêntricos com 3 ou mais anéis ou motivos circulares mais de 30 cm de diâmetro.

Uma das constatações mais interessantes prende-se com a existência de uma profusão de indeléveis, mas

discretos, apontamentos gráficos na forma de composições simples, muitas vezes um só motivo circular, nas imediações de composições complexas ou 'barrocas'. Conforme se pode observar no mapa de distribuição, estas últimas não tendem a ocupar uma área topográfica exclusiva, encontrando-se tanto nas zonas mais altas das encostas, como nos patamares médios e inferiores da serra (Figura 6).

Esta revelação parece evidenciar, no nosso entender, a verdadeira essência da Arte Atlântica. Esta tradição não se singulariza pela presença das composições monumentais que atraíram a atenção dos investigadores ao longo do último século, mas sim pela construção de verdadeiras paisagens signadas, 'anotadas' até à exaustão, com sinais mais ou menos discretos que nos surgem inesperadamente ao olhar e onde, pontualmente se exibem as grandes composições, verdadeiras obras d'arte, que obedeciam a uma concepção prévia e adequada à forma do receptáculo. Se algumas destas obras podem ser vistas como telas cinzeladas, outras aproximam-se indubitavelmente do conceito de escultura, como a Tapada do Ozão[4] (Figura 7).

Sumariamente, no que concerne à associação entre arte rupestre e outros sítios arqueológicos inventariados na área de estudo, o caso mais flagrante é o da Fonte Volide, onde rochas gravadas com composições circulares se dispõem em redor de uma necrópole megalítica formada por três mamoas estabelecendo entre si uma estreita relação visual e de proximidade física (Alves e Reis, 2017; Alves e Reis, no prelo)[5]. Porém, na área ocupada pela grande necrópole megalítica da Chã da Quebrada (v. Figura 4) que se encontra actualmente muito alterada pela construção de um edifício de exploração agrícola e eucaliptais, não se identificaram vestígios de arte pré-histórica, pese embora A. L. da Cunha e E. J. Silva tenham relatado o achado de um bloco pétreo com uma covinha, junto às mamoas (1980).

2.2. As figuras zoomórficas

São, actualmente, quinze as rochas inventariadas na área do Monte Faro que ostentam gravuras de quadrúpedes (Figura 8). Estes motivos distribuem-se preferencialmente pelas vertentes viradas a norte e nordeste, em superfícies que ocupam as zonas a meia encosta, no sítio da Fonte Formosa, mas são maioritários nos pequenos esporões rochosos ou patamares situados nas cotas mais baixas e, logo, mais próximos da planura do vale do Minho, sempre com o rio à vista.

A primeira notícia da presença de gravuras zoomórficas no Monte Faro consta do artigo assinado por Novoa e Sanromán (1999). Aqui se refere a ocorrência de uma rocha contendo motivos de feição esquemática que se fez corresponder, no inventário do nosso projecto, à rocha 4 do núcleo I do Escaravelhão. Foi, mais tarde, publicado, numa revista galega, o levantamento de uma outra superfície com um extenso conjunto de figuras animais de distinta tipologia a qual designaram "A laxe da Quinta da Barreira" (Novoa e Costas, 2004: 183). Este estudo surgiu no contexto da sistematização dos achados de gravuras de quadrúpedes na bacia do Minho, em ambos os lados da fronteira. Os autores destacam o dinamismo da composição, com a quase totalidade dos animais virados na direcção sudeste, e a presença de uma representação de um quadrúpede com um projéctil com ponta foliácea bem evidente sobre o dorso (lança?) (*ibidem*) (Figura 8). Assinalam, de facto, o carácter invulgar desta associação que se repete no sítio de Outeiro Gordo (Rianxo, Galiza) e, num âmbito estilístico algo distinto, num dos colossais veados da Laxe dos Carballos, em Campo Lameiro (Galiza) (*ibidem*).

O conjunto de figuras animais até agora identificado é dotado, como se pode observar na selecção que consta na Figura 8, de uma variabilidade estilística notável, se atendermos à relativa exiguidade da área de estudo. Verifica-se a presença de um estilo mais esquemático ou estilizado na citada rocha 4 do Escaravelhão I e na rocha 2 da Fonte Formosa onde as gravuras ocupam superfícies rochosas pouco ou nada proeminentes. Surgem ainda as formas sub-naturalistas mais clássicas do acervo galego na

4. O ponto a tinta plástica vermelha sobre a superfície decorada da rocha da Tapada do Ozão, perceptível na fotografia da Figura 7, é uma das numerosas marcas que detectámos em 2015 na área em estudo, sobre a quase totalidade das ocorrências por nós identificadas nos primeiros anos do projecto. Não sendo, evidentemente, da nossa responsabilidade a colocação destes pontos pintados sobre as rochas decoradas, e no sentido de acautelar a boa conservação dos painéis e eventuais danos que podem vir a ser inflingidos por trabalhos arqueológicos (ou não) desenvolvidos sem o necessário enquadramento legal, foi dado conhecimento desta situação à Direcção Regional da Cultura do Norte, via correio electrónico, no dia 4 de Dezembro de 2015.

5. Na chã da Fonte Volide, as rochas 3 e 4 encontram-se apenas a apenas 20-25m da mamoa 3.

Fonte Formosa, São Tomé e Quinta da Barreira. Mas também ocorrem sub-tipos morfológicos relativamente originais como o veado de uma das superfícies do Verdoejo. É ainda de assinalar a combinação de diferentes sub-tipos na rocha 2 da Telheira, onde se detectaram sobreposições e variações consideráveis de patina em diferentes figuras.

Verifica-se que os quadrúpedes surgem representados quer em posição estática, quer dinâmica, assinalando-se, em alguns casos, a sua intencional gravação em superfícies inclinadas, dispostos de forma a simular o movimento dos animais pela vertente da rocha. As cenas de equitação estão presentes em rochas na vertente nordeste, designadamente no sítio de São Tomé.

No que respeita à sua associação com outras classes de motivos, particularmente com as combinações circulares, são apenas seis os casos identificados de convergência destas duas temáticas sobre a mesma superfície, embora só em dois deles se estabeleça uma articulação estreita, no espaço operatório, entre animais e combinações circulares, visto que, maioritariamente, ocupam áreas distintas do suporte. Nas restantes nove ocorrências, os quadrúpedes configuram superfícies monotemáticas.

É problemático o exercício de identificação rigorosa das espécies representadas a partir dos escassos detalhes anatómicos exibidos nestas figurações. Reconhecem-se claramente equídeos e cervídeos, porém há características particulares que apontam para a possível presença de capríneos, com ampla cornamenta em V isenta de ramificações ou enrolando para trás em forma de sabre, e mesmo de bovídeos.

2.3. As representações de armas e/ou objectos encabados

Considerando o actual quadro de referência, o número de motivos de armas e/ou objectos encabados é relativamente diminuto e, uma vez mais, se verifica alguma heterogeneidade formal nas representações conhecidas (Figura 9). Incluem-se neste conjunto as sobejamente conhecidas gravuras do Monte da Laje (Silva e Cunha, 1986), a representação de objecto encabado na rocha 7 do núcleo I do Escaravelhão, ambos na encosta ocidental do Monte Faro, a figura da rocha 3 de Santo Ovídio, a única que mais se aproxima da forma mais clássica da alabarda[6]. Na rocha 10 deste mesmo sítio surge uma figura algo ambígua junto a uma fenda num penedo, onde um sulco linear profundamente gravado e morfologicamente semelhante ao cabo da alabarda da rocha 3, se une a uma depressão oblonga na superfície. O quinto registo equivale ao referido projéctil (lança?) representado sobre o dorso de um quadrúpede na Quinta da Barreira. À excepção desta última, as demais implantam-se em patamares a meia encosta.

Tendo em conta os resultados dos trabalhos de prospecção, a rocha do Monte da Laje (agora rocha 1 do Monte da Laje) mantém-se como um sítio absolutamente singular no conjunto do Monte Faro, tal como no contexto do Noroeste português. Figuras de armas tipologicamente análogas e os chamados 'idoliformes' não ocorrem em nenhuma outra superfície decorada registada até ao momento na área de estudo. Os motivos presentes incluem punhais e idoliformes, círculos concêntricos, covinhas e linhas (Silva e Cunha, 1986). Deste conjunto sobressai a grande escala a que foram representados os punhais (o maior mede 1, 15 m x 0, 35 m e o menor, 0.60 m x 0, 24). Merece igualmente destaque a sua morfologia invulgar, distinguindo-se, por este facto, da generalidade dos seus congéneres galegos, pese embora o punhal de lâmina triangular encontrar paralelos na rocha da Poza da Lagoa II (e.g. Peña e Rey, 2001: v. quadro pp. 47). Os punhais são os elementos iconográficos centrais no espaço operatório, ladeados pelos grandes idoliformes, sendo que as combinações de círculos concêntricos se distribuem pela periferia da rocha (Silva e Cunha, 1986).

Os trabalhos de prospecção permitiram verificar que esta rocha não se encontra isolada, contudo, todas as demais pertencentes ao sítio do Monte da Laje, distribuem-se pelo topo do esporão e ostentam quase exclusivamente figuras de feição circular. A rocha 1 acaba por ocupar, desta forma, uma posição marginal e implantar-se numa zona topograficamente atípica, na base da encosta, no rebordo de uma área deprimida, sem destaque particular na paisagem (Alves e Reis, 2017; Alves e Reis, no prelo).

6. As actuais rochas 7 do Escaravelhão I e rocha 3 de Santo Ovídio foram-nos indicadas por Pablo Novoa, a quem agradecemos a disponibilidade de nos ter acompanhado numa incursão pela área de estudo, em 2012, no âmbito do trabalho preparatório para a elaboração do projecto de investigação.

3. PALAVRAS FINAIS

É, de facto, a primeira vez que em Portugal, nomeadamente no Entre-Douro-e-Minho, surge uma tão vasta concentração de gravuras de tradição Atlântica numa unidade de relevo circunscrita. Conforme se referiu, a maioria dos sítios conhecidos até ao início deste projecto eram compostos por um número reduzido de rochas decoradas, cenário que se pode dever à relativa escassez de investigação e preferência pela documentação de rochas com composições monumentais. A emergência dos estudos assentes nos princípios epistemológicos da Arqueologia da Paisagem, no dealbar do novo século, acabou por ter repercussões importantes na forma como se perspectivam os estudos em arte rupestre e se desenham as estratégias de investigação.

As características deste acervo aproximam Portugal da vizinha Galiza, tal como do norte de Inglaterra, Escócia e Irlanda, onde os grandes conjuntos de Arte Atlântica são uma realidade conhecida. O cenário que se identificou no Monte Faro, permite colocar a hipótese dele vir a ser replicado no Noroeste português, dependendo das condições de preservação da paisagem e desde que a investigação no terreno se oriente nesse sentido.

O que verdadeiramente ressalta da primeira análise deste conjunto é que a componente geométrico-abstracta desta tradição surge aqui, como vimos, reunida em núcleos reveladores de uma organização extraordinariamente coerente na paisagem em termos de implantação, intervisibilidade e mobilidade. As rochas que contêm as principais temáticas da Arte Atlântica peninsular não ocupam áreas inacessíveis, mas zonas potenciais de passagem nos trajectos quotidianos de pessoas e animais.

O conjunto de reflexões que aqui trazemos serão necessariamente objecto de estudo mais aprofundado após a reprodução gráfica das superfícies gravadas que temos em preparação. As características específicas deste acervo permitirão ainda ampliar e melhor contextualizar o actual debate em torno da cronologia da emergência desta tradição artística no Noroeste, em particular da proposta do seu recuo ao IVº milénio AC, extensamente clarificada noutros trabalhos (e.g. Alves, 2003; Alves, 2009a e b, 2014).

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Lara Bacelar (2002) – The Architecture of the Natural World – evidence from rock art in western Iberia, in SCARRE, Chris (Ed.), *Monuments and Landscape in Atlantic Europe*. Londres/Nova York, Routledge, pp. 51-69.

ALVES, Lara Bacelar (2003) – *The Movement of Signs. Post-glacial rock art in north-western Iberia*, Tese de Doutoramento, Reading, Universidade de Reading.

ALVES, Lara Bacelar (2009a) – Signs on a rock veil: work on rocks, 'prehistoric art' and identity in north-west Iberia, in O'CONNOR, Blaze; COONEY, Gabriel, CHAPMAN, John, (Eds), *Materialitas: working stone, carving identity*. Oxford, Oxbow, pp. 169-180.

ALVES, Lara Bacelar (2009b) – O sentido dos signos – reflexões e perspectivas para o estudo da arte rupestre do pós-glaciar no Norte de Portugal", in Balbín Behrmann, Rodrigo de (Eds), *Arte Prehistórico al aire libre en el sur de Europa*, Salamanca, Junta de Castilla y Leon, pp. 381-413.

ALVES, Lara Bacelar (2012a) – Circular images and sinuous paths. Engaging with the biography of rock art research in the Atlantic façade of north-west Iberia, in A. Jones and J. Pollard (eds), *Image, memory and monumentality: archaeological engagements with the material world. A celebration of the academic achievements of Professor Richard Bradley*. Chapter 25. Prehistoric Society Research Papers Nº 5. The Prehistoric Society. Oxbow Books. Oxford: 260-272.

ALVES, Lara Bacelar (2012b) – The circle, the cross and the limits of abstraction and figuration in north-western Iberian rock art. In COCHRANE, Andrew; JONES, Andy (Eds), *Visualising the Neolithic: abstraction, figuration, performance, representation*. Oxford, Oxbow, pp. 198-214.

ALVES, Lara Bacelar (2014) – Intermitências: a arte e a Idade do Bronze no Ocidente peninsular, in *A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas*, Tomar, Centro de Pré-história / Instituto Politécnico de Tomar, pp. 15-51 (Antrope – série monográfica [em linha] n.º1).

ALVES, Lara Bacelar; REIS, Mário (2017) – *As gravuras rupestres da Serra do Extremo no contexto da Arte Atlântica do Alto Minho (Valença, Viana do Castelo) – Relatório de Progresso – 2013*, Direcção-Geral do Património Cultural, Lisboa.

ALVES, Lara Bacelar e REIS, Mário (no prelo) – As gravuras rupestres do Monte Faro (Valença, Viana do Castelo) – um exemplo maior da Arte Atlântica peninsular, *Portugália* – nova série, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BAPTISTA, António Martinho (1983-84) – Arte Rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva, *Portugália*, IV-V, Porto, departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 71-82.

BAPTISTA, António Martinho (1986) – Arte rupestre pós-glaciária. Esquematismo e abstracção, in *História da Arte em Portugal, vol. 1*, Lisboa, Alfa, pp. 31-55.

BRADLEY, Richard, HARDING, Jan, MATHEWS, Margaret (1993) – The sitting of prehistoric rock art in Galloway, south-west Scotland, *Proceedings of the Prehistoric Society*, 59, pp. 269-283.

BRADLEY, Richard (1997) – *Rock art and the Prehistory of Atlantic Europe. Signing the Land*. Londres / Nova York, Routledge.

BRADLEY, Richard (2000) – *An Archaeology of Natural Places*.Routledge. Londres e Nova Iorque.

BRADLEY, Richard e WATSON, Aaron (2012) – Ben Lawers: carved rocks on a loud mountain, in Andrew Cochrane and Andrew Meirion Jones (eds), *Visualising the Neolithic: Abstraction, Figuration, Performance, Representation*, Neolithic Studies Group Seminar Papers 13, Oxbow Books, pp. 64-78.

CUNHA, Ana Leite; SILVA, Eduardo Jorge Lopes (1980) – Gravuras rupestres do Concelho de Valença. Montes dos Fortes (Taião), Tapada do Ozão, Monte da Laje, in *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Guimarães, pp. 121-131.

FAIRÉN JIMENEZ, Sara (2007) – British neolithic rock art in the landscape. *Journal of Field Archaeology*, 32: 283-295.

JORGE, Susana Oliveira (1991) – A ocupação do espaço no Norte de Portugal durante o III – inícios do II milénio A. C.. In JORGE, Vítor Oliveira; JORGE, Susana Oliveira, (Dir. de), *Incursões na Pré-história*. Porto, Fundação Eng. António de Almeida, pp. 299-380.

LEROI-GOURHAN, André (1965) – *Préhistoire de l'art occidental*. Mazenod, Paris.

NOVOA ÁLVAREZ, Pablo; SANROMÁN VEIGA, José (1999) – Nuevos Aportes del Arte Rupestre del Norte de Portugal. In *Actas del Congreso Internacional de Arte Rupestre Europeu, Vigo, 1998*. CD-ROM.

NOVOA ÁLVAREZ, Pablo; COSTAS GOBERNA, Fernando Javier (2004) – La fauna en los grabados rupestres de la Ribeira portuguesa del Miño. *Glaucopis*,10 (4), Vigo, pp. 117-204.

PARCERO-OUBINA, César, FÁBREGA-ÁLVAREZ, Pastor, GUIMIL-FARIÑA, Alexandro, VALDEZ-TULLETT, Joana (2013) – Capítulo 11. Castros, caminos, rutas y ocupación del espcio. Modelización y análisis de las formas de movilidad asociadas a los asentamientos de la Idad del Hierro a traves de herramientas SIG. In Felipe CRIADO BOADO, Filipe, MARTÍNEZ CORTIZAS, Antonio e GARCÍA QUINTELA, Marco Virgilio . *Petroglifos, paleoambiente y paisaje. Estudios interdisciplinares del arte rupestre de Campo Lameiro (Pontevedra)*. Traballos de Arqueoloxía e Patrimonio 42, Instituto de Ciencias del Patrimonio, C.S.I.C. Madrid: 171-185.

PEÑA SANTOS, Antonio de la e REY GARCÍA, José Manuel (2001) – *Petroglifos de Galicia*. A Coruña: Via Láctea.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes; CUNHA, Ana Leite (1986) – As gravuras do Monte da Laje (Valença). *Arqueologia*, 13, Porto, GEAP, pp. 143-158.



Figura 1 – Combinações de círculos concêntricos gravadas na rocha 1 do núcleo V do Escaravelhão, nas faldas ocidentais do Monte Faro – um exemplo da iconografia clássica da Arte Atlântica.

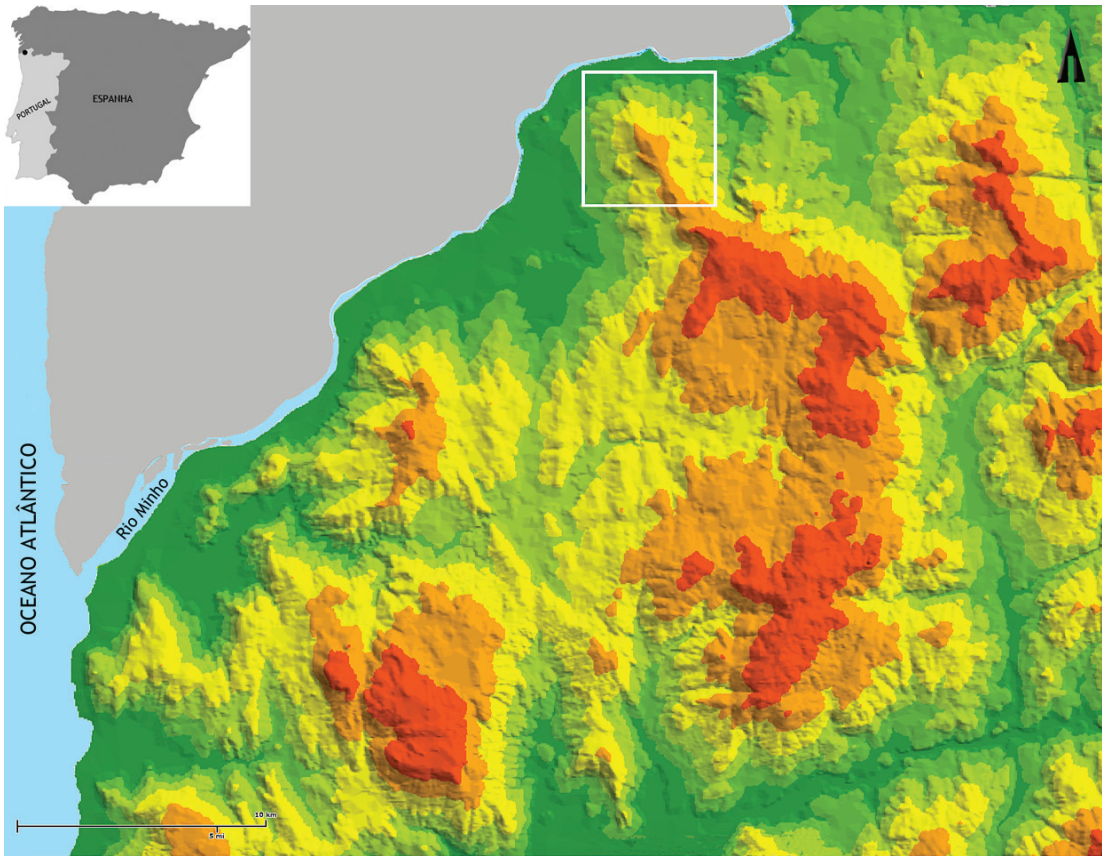


Figura 2 – Localização da área de estudo, sobre o vale do Minho (Fonte: geoPortal-LNEG).



Figura 3 – Vista sobre as vertentes mais altas do Monte Faro, desde a chã da Fonte Volide.

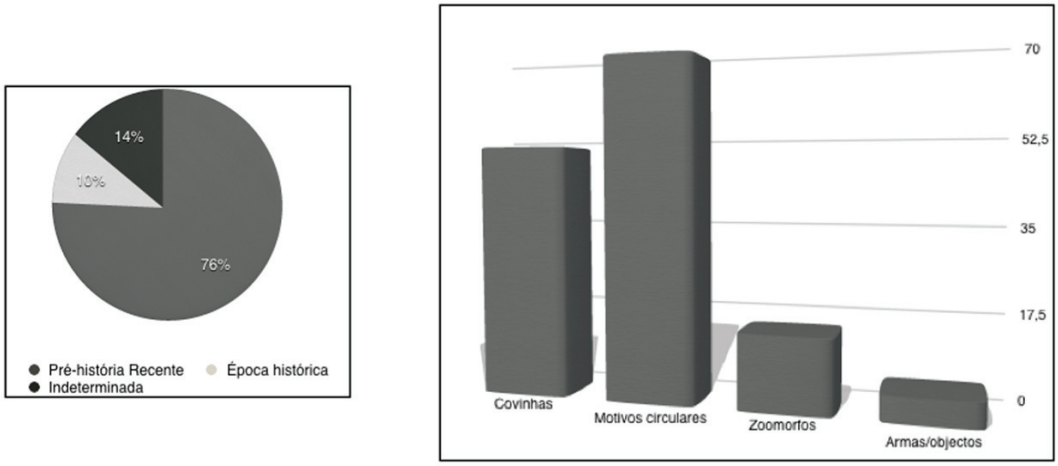


Figura 5 – Dados estatísticos actualizados relativamente à atribuição cronológica das rochas decoradas (2013-2016), à esquerda e ocorrência das principais temáticas no acervo do Monte Faro (2013-2016), à direita.

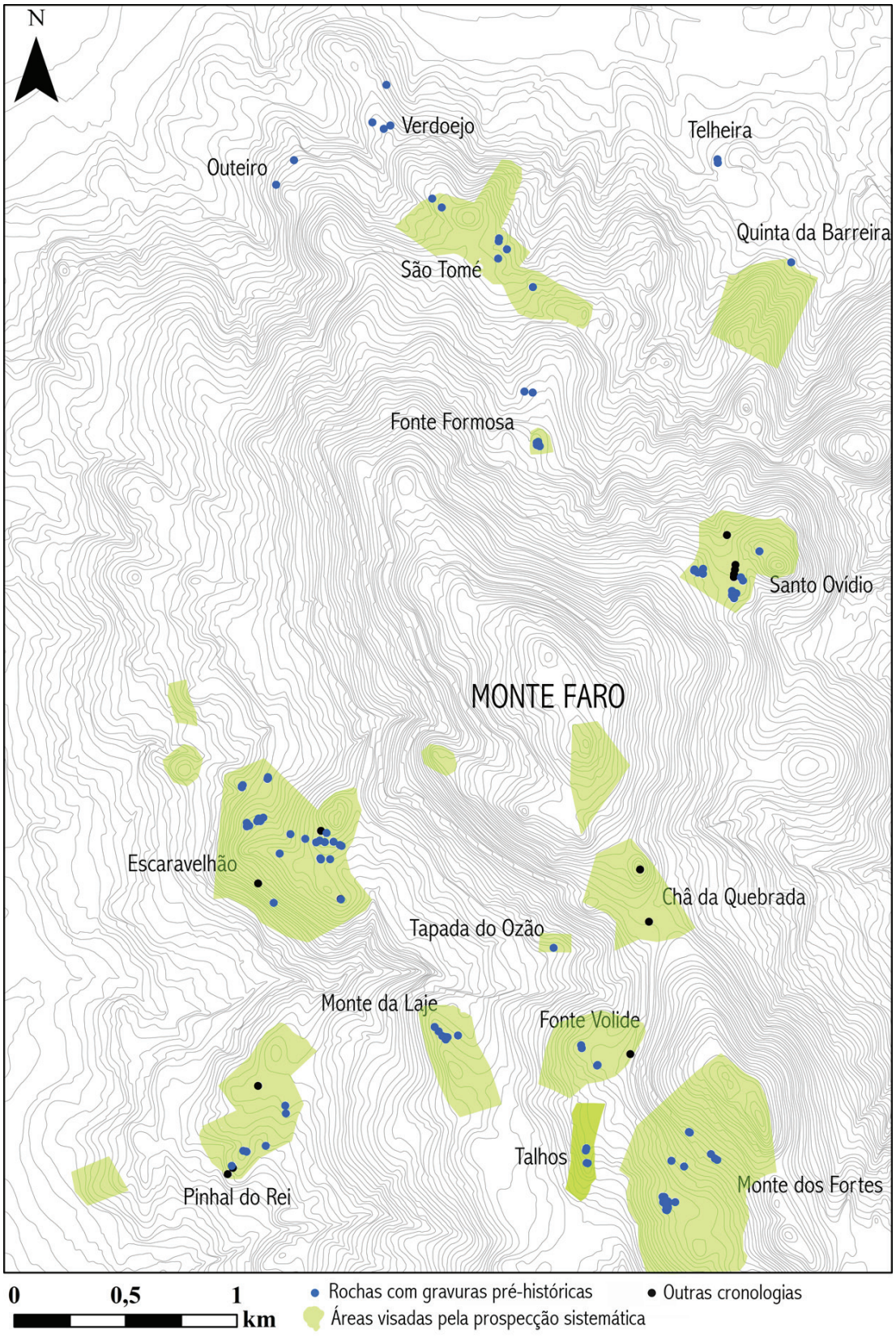


Figura 4 – Mapa de distribuição das rochas com gravuras rupestres inventariadas no âmbito do projecto de investigação.

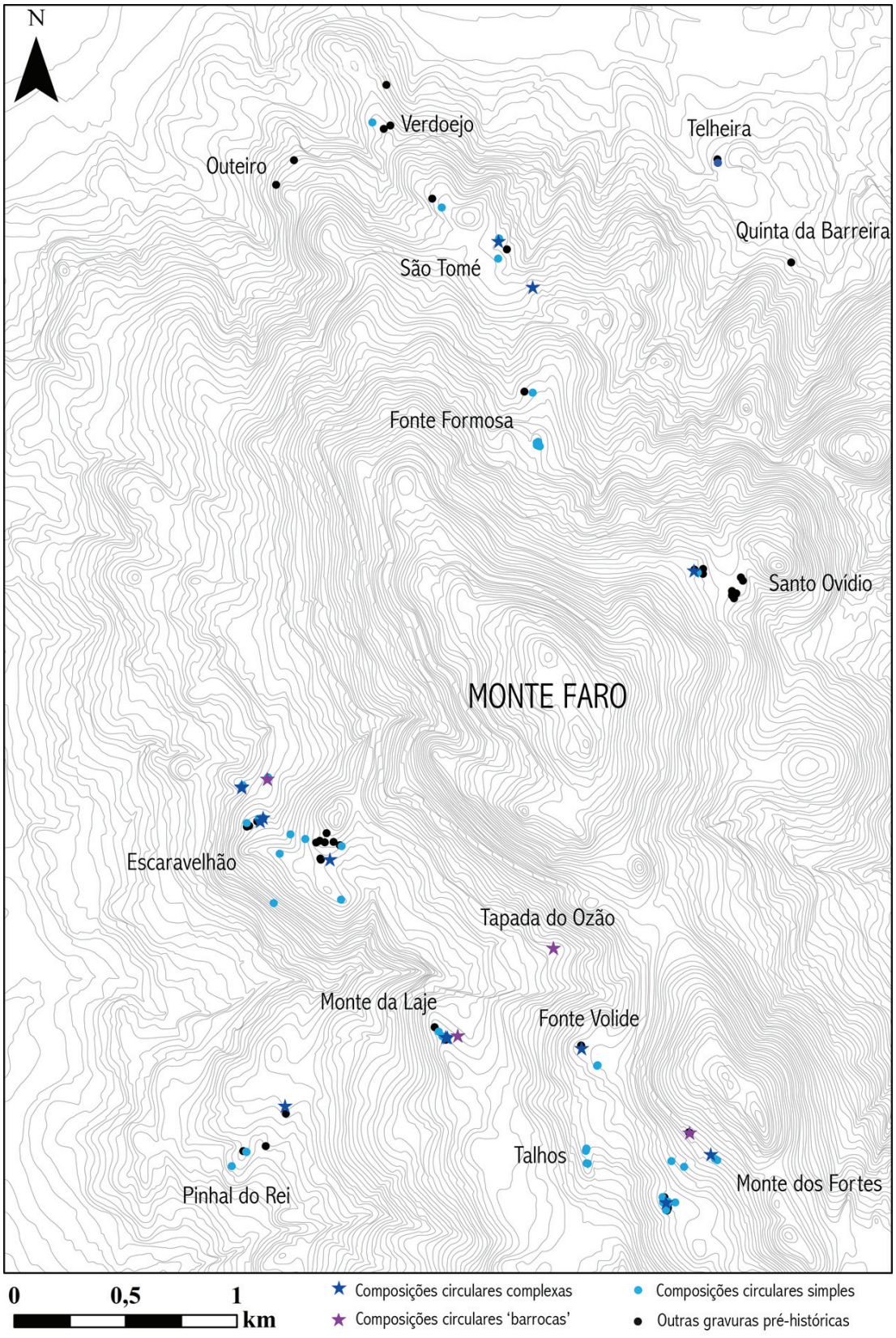


Figura 6 – Mapa de distribuição dos motivos abstractos de feição circular na área do Monte Faro.



Figura 7 – Rocha 3 do núcleo I do Monte dos Fortes (em cima) e rocha 1 da Tapada do Ozão (em baixo).

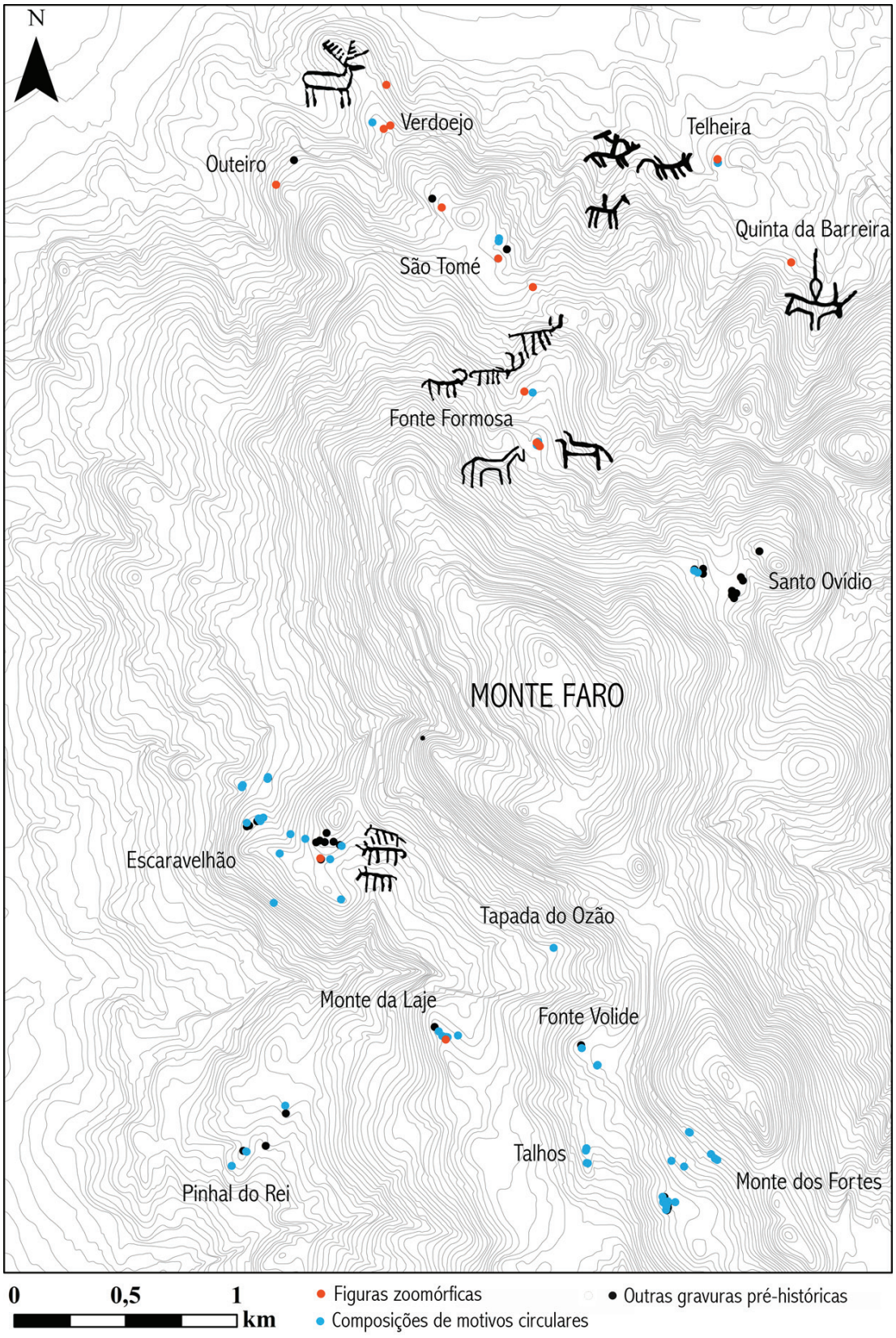


Figura 8 – Mapa de distribuição dos motivos zoomórficos na área do Monte Faro.

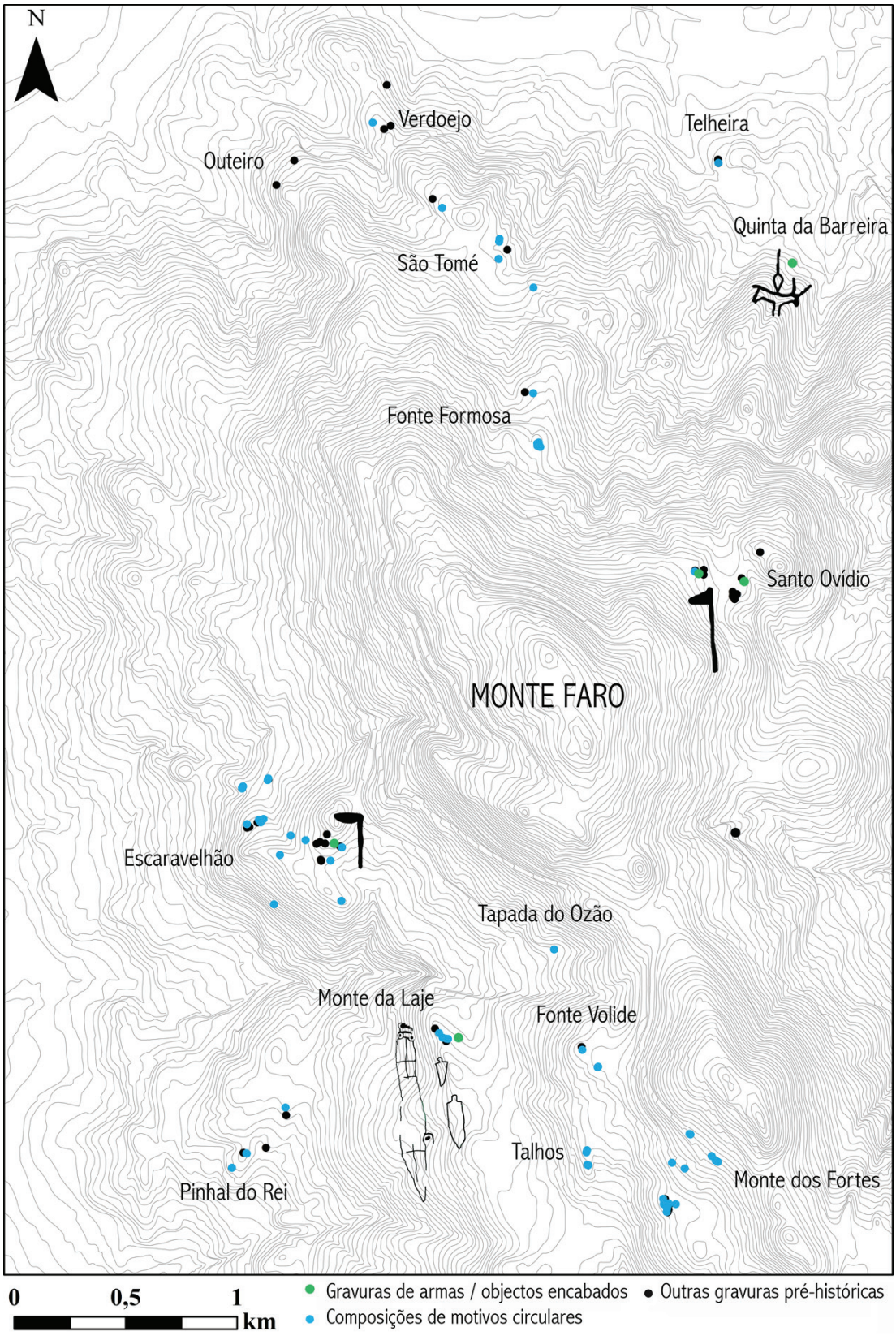


Figura 9 – Mapa de distribuição dos motivos de armas/objectos encabados na área do Monte Faro.

GRAVURAS RUPESTRES DO NOROESTE PORTUGUÊS PARA ALÉM DAS ARTES ATLÂNTICA E ESQUEMÁTICA

Ana M. S. Bettencourt[1]

RESUMO

Partindo da premissa de que a Arte Atlântica do Noroeste se caracteriza, apenas, por composições circulares e se desenvolveu durante o Neolítico-Calcolítico, e de que a Arte Esquemática de ar livre se individualiza, ainda que embrionariamente, em duas fases, sendo a primeira do Neolítico e Calcolítico e a segunda proto-histórica, foi possível isolar um grupo significativo de motivos gravados que se afastam de ambos os estilos e que serão alvo de estudo neste trabalho. Trata-se de um grupo, que por paralelos com objetos metálicos e motivos gravados nas estelas do Sudoeste ibérico, se pode inserir na Idade do Bronze, materializando, no Noroeste, novas cosmogonias de matriz mediterrânica e atlântica e aumentando a rede de lugares de significação colectiva experienciados pelas comunidades.

Palavras-chave: Noroeste de Portugal, Arte proto-histórica, Novas cosmogonias, Rede de lugares.

ABSTRACT

Considering the assumption that North-western Iberian Atlantic Rock Art includes only cups and rings representations and was developed back to the Neolithic-Chalcolithic, and that open-air Schematic Rock Art can be individualised in two main phases, the first one dating back to Neolithic and Chalcolithic, and the second developed during protohistoric period, it was possible to isolate a significant group of recorded motifs in outcrops that differ from both these styles. These would be scrutinized in this work. Based on parallels established with metallic objects and recorded depictions identified in Iberian Southwest steales, it is possible to situate chronologically this group in the Bronze Age. From an interpretative point of view, they may materialise new cosmogonies based on Mediterranean and Atlantic origins, enlarging a network of places of collective meaning experienced by Northwest Bronze Age inhabitants.

Keywords: Northwest of Portugal, Protohistoric Rock Art, New cosmogonies, Network of places.

1. INTRODUÇÃO

Em texto recente foi defendida uma conceção restrita para a Arte Atlântica, considerando que esta designação se deve usar, apenas, para incluir composições circulares, por vezes interligadas por sulcos mais ou menos meandriformes. Ou seja, este estilo seria composto, essencialmente por círculos com covinhas centrais, círculos concêntricos, semicírculos concêntricos, espirais, labirintiformes e figuras geométricas ou grosseiramente geométricas preenchidas com nuvens de pontos (Bettencourt, 2017a; 2017b). Já a designada Arte Esquemática foi subdividida, ainda que embrionariamente, em duas fases hipotéticas: uma *Arte Esquemática Antiga* caracterizada por círculos simples, quadrados segmentados, alguns retângulos e antropomorfos esquemáticos, e uma *Arte Esquemática Recente*, com motivos em forma de U, ovais ou círculos abertos, por vezes com covinhas ou sulco no seu interior e falos (Bettencourt, 2017a; 2017b).

Tendo em conta estes pressupostos verificou-se a existência de uma grande variedade de motivos gravados nesta região, muitos deles de expressão geográfica mais ampla do que o Noroeste português, que tanto se gravaram isolados nas superfícies ro-

1. Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), Departamento de História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho; anabett@uaum.uminho.pt

chosas, como se associaram a figura**ções atlânticas ou esquemáticas. Por este** motivo não se integram em nenhum daqueles dois grupos estilísticos, merecendo, por isso, reflexão especial neste trabalho. Referimo-nos, por exemplo, às armas, a alguns utensílios, aos círculos segmentados internamente, aos barquiformes, **às palet**as e objetos similares e aos podomorfos. Cada um destes motivos será analisado em termos formais, espaciais, topográficos, cronológicos e alvo de interpretação.

2. ARMAS, FERRAMENTAS, CÍRCULOS SEGMENTADOS, BARQUIFORMES, PALETAS E PODOMORFOS

2.1. Armas

Estão inventariados até agora 12 afloramentos gravados com armas (Santos-Estévez *et al.,* 2017; Bettencourt, 2017), além de referências a outros cuja interpretação dos motivos como sendo armas, suscita dúvidas. Tal é o caso das eventuais alabardas da Laje da Churra, Viana do Castelo (Santos, 2014) e da possível alabarda da vertente Este do Monte Faro, Valença[2] (Alves, 2014). Este acervo, além de ampliar a área de distribuição espacial destes motivos, até à bacia do Vouga, possibilitou perceber o seu grau de articulação ou não, com ou estilos de arte rupestre conhecidos no Noroeste.

Sintetizando, conhecem-se armas nas bacias dos rios Minho, Âncora, Lima, Neiva, Tâmega e Vouga. Na bacia do Minho destacam-se os casos do Monte da Laje (Cunha e Silva, 1980; Silva e Cunha, 1896; Alves 2013); da Costa da Areira 1 (Novoa *et al*., 2006)[3]; da Costa da Areira 2 (Santos-Estévez *et al.,* 2017); da Barreira (Novoa e Costas Goberna, 2004), todos em Valença. Na bacia do Âncora as armas estão presentes na Bouça dos Feitos (inédito) e em Santo Adrião 1 (Bettencourt e Santos-Estévez, 2014; Santos-Estévez e Bettencourt, 2015; Santos-Estévez *et al.,* 2017), ambos em Caminha. Na bacia do rio Lima, conhece-se um punhal na Galga, Ponte de Lima (Loureiro, 2014; Santos-Estévez *et al.,* 2017; Bettencourt, 2017). Na bacia do Neiva, estes motivos estão gravados na Laje da Chã das Cruzes 1 (Santos-Estévez *et al.,* 2017) e, eventualmente, nos Penedos Gordos (Bettencourt, 2017), ambos em Barcelos. Na bacia do Douro as representações de armas distribuem-se por vários dos seus afluentes. Tal é o caso do Penedo do Matrimónio, Montalegre (Bettencourt *et al.,* 2004; Gomes, 2004-2005), na bacia do Tâmega, um dos principais afluentes da margem norte do Douro, e na Fraga Marcada, São Pedro do Sul[4], na bacia do Paiva, um importante afluente da margem sul do Douro (Silva *et al.,* 2017). Na bacia do Vouga, foi gravada uma arma na Sobidade, Vale de Cambra (Rodrigues *et al.,* 2014).

O tipo de armas é diversificado. Conhecem-se representações de alabardas (com ou sem nervuras na lâmina), de punhais com diferentes tipos de cabos (alguns deles embainhados), de arcos e flechas, de espadas curtas e de pontas de lança, ou seja, de armas que parecem atravessar uma ampla cronologia, pelo menos, desde o Bronze Inicial até ao Bronze Final. No entanto, crê-se que a maioria das armas se deverá inserir na fase mais antiga, quer por paralelos, quer porque, à escala europeia, este tipo de fenómenos, normalmente ocorre quando é necessário afirmar uma nova imagética e a simbólica que se lhe associa[5]. Nesta etapa incluem-se as alabardas, a maioria dos punhais e, talvez, alguns dos arcos e flechas, por estarem presentes na estela de Longroiva, na Meda, atribuível, genericamente, a um momento antigo da Idade do Bronze (Jorge e Jorge, 1990). As representações de armas atribuíveis ao Bronze Médio e Final são em menor número. No Bronze Médio poderá inserir-se a espada curta de Santo Adrião 1, e ao Bronze Final, a ponta de lança da Barreira, Valença, tendo em conta as suas características formais (Bettencourt, 2013a, 2013b).

Alguns afloramentos com armas parecem ter sido gravados em mais do que um momento da Idade do Bronze, podendo ter estado em uso durante um período lato. Referimo-nos, por exemplo, ao caso de Santo Adrião 1 onde uma espada se adiciona a uma alabarda, com características de gravação distintas. Há, ainda, a assinalar a gravação de armas em época históricas. Tal parece ser o caso da Galga, em Ponte de Lima, onde um punhal da Idade do Bronze foi alterado dando origem a um outro de tipologia tardo-romana (Santos Estevez *et al.,* 2017). No entanto não se afigura como verosímil que as gravações de

2. Novoa *et al.* (2006, p. 42), considera este motivo como sendo a representação de um serpentiforme.

3. Os autores publicaram este afloramento com a designação de Santo Ovídeo – Martim, o que não corresponde à toponímia local.

4. As gravuras deste afloramento foram efetuadas através da técnica filiforme.

5. Sobre este assunto consultar Goldhahn (2014).

armas se tivessem verificado, ininterruptamente e de forma sistemática, desde a Idade do Bronze até períodos históricos, apesar da existência de fenómenos de convergência de gravação de armas, no mesmo lugar, e em cronologias distintas, cujo significado está por estudar (Bettencourt, 2017).

As armas tanto ocorrem associadas a motivos da Arte Atlântica (em sentido restrito), como a motivos de cronologia e estilo indeterminado, ou isoladas, numa diversidade de situações que também se verificam na Galiza (Fábregas *et al.,* 2009). No primeiro caso, inserem-se os *loci* do Monte da Laje e dos Penedos Gordos. No primeiro, as armas e os "esteliformes" que as acompanham foram gravados através de sulcos com características distintas dos que foram usados para delinear as composições circulares – aliás muito pouco perceptíveis. No segundo caso, o eventual arco e flecha associado a um antropomorfo e cervídeo esquemáticos, também foram gravados com sulcos com características distintas do das composições circulares. De notar que esta composição se dispõe numa das extremidades do afloramento como se se tratasse de uma adição de sentidos em relação às gravuras pré-existentes. A registar, ainda, a Costa da Areira 1, onde, uma das alabardas se associa a um motivo ovalar, concêntrico e sem covinha central, muito mais visível do que a alabarda, e que se afasta dos círculos concêntricos da arte atlântica, parecendo antes, a representação de um escudo (Figura 1).

Associadas a motivos de cronologia e estilo indeterminado, encontram-se as alabardas da Costa da Areira 2 (onde ocorrem covinhas), o punhal da Bouça dos Feitos (inédito), a alabarda e espada de Santo Adrião 1, as alabardas e punhais da Chã da Laje das Cruzes 1 e o punhal da Sobidade. Alguns destes motivos poderão ser representações de estelas, como é o caso da Bouça dos Feitos, ou escudos, como na Chã da Laje das Cruzes (neste caso quadrado), mas a falta de estudos detalhados, torna estas sugestões carentes de confirmação. A ponta de lança da Barreira, associa-se a representações de quadrúpedes subnaturalistas, cuja integração na Arte Atlântica em sentido restrito, também poderá questionar-se (Bettencourt, 2017). O arco e flecha da Fraga Marcada associa-se a reticulados complexos e a outras eventuais armas (punhais ou pontas de lança e, talvez, alabardas). Há, também, a associação de punhais a figuras antropomórficas subnaturalistas, como é o caso do Penedo do Matrimónio, em Montalegre. Isolado, encontra-se, apenas, o punhal da Galga, em Ponte de Lima.

Assim, nesta área do Noroeste, tendo em conta a ampla cronologia das representações de armas, a sua distribuição espacial e a falta óbvia da sua articulação com a Arte Atlântica consideramos estes motivos como manifestações de uma cosmogonia que terá surgido posteriormente àquele mundo estilístico[6]. Esta hipótese, defendido em sínteses sobre a Idade do Bronze do Noroeste português (Bettencourt, 2009, 2013a) e sobre a arte rupestre desta região (Bettencourt, 2017), difere da que foi proposta por Alves (2014, p. 42) onde defender que "*a representação de armas metálicas deve considerar-se um evento episódico na longa história de vida da Arte Atlântica do noroeste peninsular*" e que "*o 'culto das armas' que emerge da primeira metalurgia associa-se estreitamente ao simbolismo da Arte Atlântica no noroeste peninsular. Aqui, as gravuras de armas integram-se na linguagem simbólica e cénica numa óptica de continuidade".*

De destacar, em abono da hipótese agora defendida, o aparecimento de armas gravadas no Nordeste transmontano, onde a iconografia atlântica não é conhecida. Tal é o caso das alabardas da Pedra Escrita de Ridevides[7], em Alfândega da Fé (Abreu, 2012, p. 110), e da alabarda e punhais de Vale Figueira 11, em Torre de Moncorvo (Figueiredo, 2013). De salientar, ainda, os punhais de morfologia mais antiga de Molelinhos, Tondela (Russel Cortez, 1955; Gomes e Monteiro, 1976/1977; Cunha, 1991), na bacia do Mondego, lugar onde se gravaram armas até à Idade do Ferro. Assim, as armas, tanto parecem materializar o papel simbólico e social de novos lugares, de novas "estórias" e de novos mitos, como podem constituir-se como agentes ativos na reinterpretação ou integração simbólica do passado, no caso de se localizarem em afloramentos previamente gravados ou nas suas proximidades (Bettencourt, 2009, 2013a, 2017).

6. Para a Galiza a controvérsia é grande. Há autores que consideram as armas vinculadas com a Arte Atlântica (Fábregas *et al.,* 2009), enquanto outros, como Santos-Estévez (2012), que apesar de as datarem numa cronologia curta (entre os finais do 3º e inícios do 2º milénios a.C.), as afastam deste estilo artístico.

7. Apesar das armas representadas na Pedra Escrita de Ridevides e em Molelinhos terem sido gravadas através da técnica filiforme, não se considera que tal corresponda a um novo grupo estilístico (Baptista, 1983-1984; 1986b).

Santos-Estévez *et al.* (2017) defendem, para as armas gravadas durante o Bronze Inicial (alabardas e punhais), várias interpretações, usando a divisão metodológica de armas em posição ativa e passiva. Os autores consideram a hipótese de que, no caso das armas em posição passiva (em superfícies horizontais ou com os gumes virados para o solo), estas poderão representar, metaforicamente, deposições ou oferendas às "divindades" ou aos espíritos dos lugares. Já as armas em posição ativa (com os gumes voltados para o espaço celeste), poderão materializar lugares de agregação onde se consolidam laços de identidade entre grupos da mesma comunidade (Santos-Estévez e Güimil Fariña, 2015), mas, também, lugares onde se realizariam cerimónias de evocação ou invocação de espíritos ou divindades celestes (Santos Estevéz *et al.* 2017).

É provável que o ato de gravar e as cerimónias a ele associadas estivessem articulados com outros ritos onde a dádiva é significante, como é o caso dos depósitos metálicos, que, por vezes, se realizaram em concavidades de afloramentos gravados, tal como Alves e Comendador (2009) destacaram. Contudo, só um estudo holístico de interrelação de todos os lugares da Idade do Bronze com aqueles onde ocorrem deposições de objetos metálicos (depósitos, túmulos e povoados), poderá permitir uma melhor interpretação dos diferentes sentidos da metalurgia do cobre e do bronze, no contexto das paisagens simbólicas da Idade do Bronze.

2.2. Ferramentas

Sob esta designação inclui-se um grupo diversificado de objetos, como os machados (que poderiam ter servido como armas) e as foices que ocorrem em diferentes contextos e, provavelmente, em cronologias distintas.

Os machados planos, encabados transversalmente, apesar de raros, aparecem gravados quer em afloramentos com arte de tradição esquemática quer associados a imagéticas proto-históricas. No primeiro caso registam-se no Fieiral 2, Melgaço (Bettencourt e Rodrigues, 2014) (Fig. 1) e no Outeiro Machado 1, Chaves (Santos Júnior, 1978). No segundo, ocorrem na Laje da Churra (Santos, 2014), um afloramento cuja maioria de motivos se inserem na proto-história (Bettencourt, 2017). De notar que há similitude entre estes machados e os que foram gravados em algumas estelas alentejanas, datáveis do Bronze Inicial e Pleno (Díaz-Guardamino, 2010) ou do Bronze Médio (Gomes, 2006), como, por exemplo, a do Assento / Santa Vitória, Beja, onde também ocorre uma alabarda (Viana e Ribeiro, 1956). Neste sentido é possível que os raros machados gravados no Noroeste correspondam a uma simbólica que se tenha expandido de sul para norte, já durante o Bronze Inicial, momento em que se deverão ter intensificado contactos suprarregionais entre estas duas regiões devido à necessidade de abastecimento de cobre por parte das populações do norte.

Outras "ferramentas" gravadas foram as foices, raras, que tanto aparecem isoladas, como no caso do Penedo do Podão, Montalegre (inédito), como associadas a outras ferramentas e armas, como em Molelinhos, Tondela, um afloramento com longa diacronia (Cunha, 1991). Pelos paralelos com as foices encontradas nos depósitos de artefactos metálicos estes objetos ter-se-ão gravado durante o Bronze Final.

Sintetizando podemos considerar que a gravação daquilo que se interpreta como "ferramentas", foi realizado, pelo menos, a partir do Bronze Inicial / Médio até ao Bronze Final.

2.3. Círculos segmentados internamente

Os círculos segmentados internamente, normalmente subdivididos em quatro partes, tendo, por vezes, um sulco reto ou curvo, adossado pelo exterior, aparecem isolados ou em afloramentos com Arte Atlântica em *stricto sensu*, com Arte Esquemática (gravada ou pintada), com quadrúpedes subnaturalistas ou com outros motivos, raros, e que poderão ser seus contemporâneos.

Em associação com motivos de arte atlântica, ocorrem, por exemplo, de norte para sul, na Laje das Fogaças[8], Caminha (Viana, 1929, 1960; Novoa e Costas Goberna, 2004); em Figueiró 1 (Viana, 1960); na Breia 1 (Bettencourt, 2013a), ambos em Viana do Castelo; na Pedra da Costa, Arcos de Valdevez (Baptista, 1986a; Sá, 2015); no Crastoeiro 2, Mondim de Basto (Dinis e Bettencourt, 2009; Dinis, 2014); no Outeiro dos Riscos 1, Vale de Cambra (Souto, 1932, 1938; Alves, 2003; Bettencourt *et al.,* 2014). Em associação com a arte esquemática encontramo-los na fronteira norte de Portugal, no Fieiral 2, Melgaço[9]

8. Pela concepção de arte atlântica usada pela signatária, este afloramento apenas apresenta uma espiral que se poderá enquadrar neste estilo, sendo os demais motivos atribuíveis a outras gramáticas figurativas.

9. Na área onde foi gravado um machado encabado.

(Bettencourt e Rodrigues, 2013) (Fig. 1); no Gião, Arcos de Valdevez (Baptista e Lima 2002, *in* Abreu 2012: 248); em Lamelas, Ribeira de Pena (Sanches e Gomes, 2017); no Outeiro Machado 1 (Santos Júnior, 1978) e na rocha 11 do Fial I, Tondela (Santos, 2008), já na bacia do Mondego. Ocorrem, ainda, na Breia 5, Viana do Castelo, associados a cavalos subnaturalistas (inéditos). Na Laje da Churra (Santos, 2014) associam-se a inúmeros motivos que se afastam da Arte Atlântica ou Esquemática (Figura 2). Isolados, encontram-se em Arga de Cima, na Serra de Arga, em Caminha, adjacentes a afloramentos gravados com um reticulado e um motivo de tipo bastão (Figura 2).

Trata-se, pois, de um motivo que, pela posição periférica que ocupa face aos de arte atlântica ou de tradição esquemática, se pode considerar tardio, com origem provável na Idade do Bronze **Médio ou Final e** representando, mais uma forma de assimilação ou integração simbólica dos lugares dos antepassados (Bettencourt, 2013a, 2017).

De salientar que ocorre, fundamentalmente, em áreas ricas em estanho, o que poderá considerar-se como um dado mais para o vincular com a Idade do Bronze.

Motivos similares representam rodas de carros nas estelas do Sudoeste (Almagro Basch, 1966) atribuíveis ao Bronze Final. Este motivo também ocorre num pendente, em bronze, proveniente das ocupações do Bronze Final, inícios da Idade do Ferro do povoado de S. Estevão da Facha, Ponte de Lima (Almeida *et al.* 1980). É possível que tenha persistido até à Idade do Ferro atendendo ao facto de aparecer gravado no interior da Pedra Formosa do balneário sul de Briteiros, Guimarães (Cardoso, 2015).

O seu significado poderá ser múltiplo. Se a sua forma lembra uma roda, o que, naturalmente, implica carro e movimento, é provável que possa associar-se ao movimento do ciclo solar, neste caso significando, metaforicamente, o carro solar. Nesta perspetiva, reveste-se de especial interesse a disposição espacial destes motivos na Laje da Churra (Santos, 2014), onde os círculos segmentados se concentram, em grande número, a nascente do afloramento, como se simbolizassem a força que as "rodas/carros" ou os "carros solares", necessitariam para fazer nascer o sol por detrás dos cumes da serra de Santa Luzia. Sensivelmente, a meio deste afloramento, num patamar alto e horizontalizado, encontra-se o maior círculo segmentado, como se simbolizasse o momento em que o astro se encontra na fase de maior magnitude. De notar que na arte rupestre da Idade do Bronze da Escandinávia este motivo é, também, interpretado como sendo a representação do sol, o qual é usualmente associado a barcos que transportam o sol na sua jornada solar (Kristiansen, 2010).

2.4. Barquiformes

Este motivo, até há pouco tempo, conhecido apenas na costa da Galiza (Alonso Romero, 1976; 1995, 2011; Novoa 1995; Costas Goberna *et al.*,1995; Costas Goberna e Peña Santos, 2006; Verde Andrés e Costas Goberna, 2009; Costas Goberna e Peña Santos, 2011; Rey Silva, 2014) foi, recentemente, encontrado no norte de Portugal (Bettencourt 2013a; Santos, 2013, 2014). Tendo em conta a diversidade de motivos que se podem incluir nesta designação estes foram subdivididos em barquiformes com mastro e em barquiformes de tipo canoa (Santos, 2014). São abundantes na Laje da Churra, existindo alguns deles com representações estilizadas do que parecem marinheiros, remos, quilhas e eventuais redes de pesca (Santos, 2014). Foram inseridos na Idade do Bronze, tendo em conta a identificação do que parece ser uma alabarda dentro de um barquiforme (Santos, 2014). Neste afloramento, onde apenas ocorrem escassas espirais, inseríveis na arte atlântica, os barquiformes associam-se a diversos motivos atípicos deste grupo estilístico, como círculos segmentados, quadrúpedes esquemáticos, alguns cavaleiros, um reticulado, paletas de diversas tipologias, entre outros (Figura 3). Existem barquiformes, similares aos da Laje da Churra, na Eira do Louvado, Viana do Castelo (Bettencourt e Santos, 2014; Bettencourt, 2017) e em St. Adrião (Bettencourt, 2017; Santos-Estévez e Bettencourt, 2017) (Figura 3). Fora da área litoral foi identificado um barquiforme de tipo canoa, na Bouça da Miséria, Guimarães (Cardoso, 2015: 236), inserido na Idade do Bronze, inícios da Idade do Ferro (Figura 3).

Pela distribuição litoral da maioria dos barquiformes em estudo, e pela gramática decorativa que os acompanha ou que existe em afloramentos nas suas proximidades, coloca-se a hipótese de que são representações que surgem desde a Idade do Bronze (Bettencourt 2013a, 2013b; Santos 2014), momento, a partir do qual, se incentivam os contactos suprarregionais com os mundos atlânticos e mediterrânicos. Neste sentido cabe perguntar se seriam gravuras realizados por populações indígenas ou

se, pelo contrário, teriam sido gravadas por forasteiros, perto dos locais onde teriam desembarcado[10]. Nesse caso e dada a presumível interação com os indígenas, seria admissível que tivessem escolhido lugares previamente gravados e de grande significação colectiva local, para aí materializar os seus ritos ou invocações, no que talvez se possam interpretar como fenómenos de sincretismo. Neste caso corresponderiam a novos ideogramas que se associariam à arte proto-histórica local, provavelmente com sentidos similares.

As embarcações representadas correspondem a um meio de transporte que possibilita a viagem entre diferentes pontos, por rio ou por mar. Os barcos também navegam entre mundos cultural e fisicamente distintos. Nesta perspetiva parece possível que este motivo se possa interpretar como um ideograma que expresse a viagem, não apenas em sentido literal mas, também, metafórico e ou mítico. Neste sentido, poderão simbolizar diversas viagens experienciadas por determinadas comunidades, como, por exemplo, as que ocorrem entre o nascimento e a morte, com os seus diferentes ritos de passagem, as que ocorrem para além da morte ou, até, viagens relacionadas com o mundo dos astros, como por exemplo, narrativas míticas relacionadas com a jornada solar.

A barca como metáfora de comunicação ou de viagem, da travessia ou da interligação entre mundos tem sido defendida por vários autores, não raro associada à morte, como é o caso da barca dos mortos, no Egito (Chevalier e Gheerbrant, 1982, entre outros) ou à "viajem" solar, na Escandinávia (Kristiansen e Larsson, 2006; Kristiansen, 2010).

Face à associação de alguns barquiformes com covinhas ou círculos sobre o mastro (representações solares?), como é o caso da Laje da Churra, da Eira do Louvado e de St. Adrião, cabe perguntar se não estaremos face a representações da mitologia nórdica aqui gravadas por navegantes atlânticos? De notar que se tem vindo a defender a presença de contactos entre a Ibéria e a Escandinávia, durante a Idade do Bronze, nomeadamente durante o Bronze Final, com base em dados arqueológicos e arqueométricos (Ling e Stos-Gale, 2015).

2.5. Paletas e objetos similares

O termo paleta corresponde a uma diversidade de objetos, cuja parte superior pode ter contorno quadrangular, retangular, circular ou oval, e a parte inferior corresponde a um cabo com diferentes características. Este pode ser perpendicular ou curvo em relação ao corpo do objecto e ter terminação pontiaguda, horizontal, circular ou irregular (Fig. 4). A tipologia deste grupo de objetos está por fazer, assim como a distribuição espacial e a inter-relação de cada tipo com outros motivos. É possível que existam subtipos de diferentes cronologias, bem como diferentes interpretações. A este propósito Abreu (2012: 525) questiona-se se poderão ser "*wooden work shovel, small ritual objects to collect the ashes of the dead, bronze mirrors, or "all of these*".

Como hipótese de trabalho considera-se que as paletas circulares poderão corresponder a espelhos, pela sua similitude com estas representações nas estelas do "sudoeste ou extremenhas", inseríveis no Bronze Final, como é o caso das estelas de Telhado, Fundão[11]; da Pedra da Atalaia I, Celorico da Beira (Diáz-Guardamino, 2010); do Baraçal II, Sabugal (Santos *et al.,* 2011); de São Martinho II, Castelo Branco (Gomes e Monteiro, 1977); do Ervidel II, Beja (Gomes e Monteiro, 1977), entre outras.

Já as paletas semi-ovais, ovais e quadrangulares de cantos arredondados assemelham-se às navalhas de barbear do Bronze Final Ibérico, conforme paralelos encontrados na área da necrópole de Caldas de Monchique (Viana *et al.,* 1948, 1950), no depósito de Huerta de Arriba, Burgos, e no exemplar de Nules, Castellón (Santa Olalla, 1942). Ao ser assim, a maioria destes motivos seria do Bronze Final e corresponderia a influências mediterrânicas e continentais inseríveis no reportório iconográfico do Noroeste. Talvez por esse motivo sejam raros e mais frequente na área oriental, o que corresponderia à sua via de penetração terrestre e fluvial (Figura 4).

Apesar de raras, ocorrem tanto em processos de adição com arte atlântica ou esquemática, como em associação com iconografias estranhas a estes grupos estilísticos. Em adição à arte atlântica, paletas

10. De destacar que estes barquiformes se distribuem no litoral norte, entre Caminha e Viana do Castelo, nas proximidades de baías arenosas passíveis de terem sido usadas para o desembarque. Referimo-nos às baías que correspondem às praias do Forte de Paçô, de Arda, de Afife e de Vila Praia de Âncora, resguardadas, ainda, durante a Idade Moderna, por várias fortificações.

11. *Boletim Informativo dos Sócios da Sociedade de Trebaruna*, 1 (1), (2012): 3.

circulares e quadrangulares, encontram-se representadas em Campelo 1, Mondim de Basto (Dinis, 2011) onde se interligam, através de sulcos largos e profundos, sobrepondo-se, nitidamente, aos motivos circulares e provocando uma reordenação do espaço gravado (Fig. 5). Em processo de adição à arte esquemática encontram-se no Fieiral 2, Melgaço (Bettencourt e Rodrigues, 2013), de forma dispersa pela superfície da rocha, onde, por vezes, se sobrepõem, parcialmente, a motivos anteriores, nomeadamente a antropomorfos. O mesmo parece acontecer no Chã da Rapada, Ponte da Barca (Martins, 2006; Alves, 2012; Bettencourt, 2013a) e, talvez, em Cabanas, Fafe (Sampaio e Garcia Diez, 2000). A associação destes motivos a reportórios inovadores está bem patente na Laje da Churra (Santos, 2014) (Fig. 12); em Campelo 3, Mondim de Basto (Dinis, 2011) e na Sobidade, Vale de Cambra (Rodrigues *et al.,* 2014). Por fim, de salientar o caso do Outeiro Machado 1 (Santos Júnior, 1978), onde grande diversidade de paletas se associam a motivos inseríveis na Arte Esquemática Tardia (Bettencourt, 2017), entre outros proto-históricos, como os círculos segmentados (Figura 5).

A interpretação deste signo é problemática, podendo, caso correspondam a lâminas de barbear e/ou espelhos, relacionar-se com cerimoniais associados com o tratamento privilegiado do corpo, certamente vinculado apenas com alguns elementos da sociedade com poder para os manipular e gravar. Também é de questionar se, no Noroeste, as superfícies do afloramentos gravados com "estes" motivos, não poderiam desempenhar a mesma função do que as estelas extremenhas ou os depósitos onde estes artefactos se encontram?

2.6. Podomorfos

Os podomorfos humanos e animais são raros na região em estudo. Podomorfos de animais, provavelmente de bovinos (pela forma e dimensões), associados a covinhas, apenas foram registados na Senhora da Laje 2, em Arouca (Silva *et al.,* 2009), na área meridional do Noroeste português. No entanto estes motivos podem aparecer na Galiza, pelo que a sua área de extensão é vasta. Já os podomorfos humanos (de um ou de ambos os pés) correspondem a motivos diversificados em termos formais e de dimensões díspares que se inserem numa tradição iconográfica distinta das Artes Atlântica e Esquemática, podendo ocorrer como elemento intrusivo (adições ou sobreposições) em cada um destes "estilos" ou isolados (Figura 6), sendo, portanto mais recentes.

Em termos cronológicos os podomorfos de bovino deverão inserir-se na Idade do Bronze, tendo em conta a laje/estela, gravada com esse motivo, encontrada no monumento funerários sob *tumulus* de Monte Calvo / Lousedo 1, Arouca, inserível nessa cronologia (Sá, 2014), a escassos quilómetros da Senhora da Laje 2. Terão ambos os locais conotação funerária ou corresponderão a diferentes significados no âmbito de um universo simbólico mais complexo?

Quanto aos podomorfos humanos é provável que surjam, também, na Idade do Bronze Inicial ou Médio, e perdurem até à Idade do Ferro Recente. De destacar, em abono desta hipótese, a representação de um par de podomorfos descalços ou de sandálias nas estelas de Gomes Aires, Almodóvar, Beja (Almagro Bash, 1966) e de Ervidel 1 (Gomes e Monteiro 1977, Gomes, 2006) datáveis do Bronze Inicial ou Pleno (Guadarmino, 2010). Quanto ao seu término, há que salientar o facto de que, só durante a fase de romanização do povoado de Briteiros, em Guimarães, um dos afloramentos gravado com este motivo foi partido (Cardoso, 2015, p. 182).

O significado dos podomorfos tem suscitado ampla discussão e diversas interpretações embora deva considerar-se a hipótese de que possam ter diferentes interpretações consoante o período em que foram gravados, as suas características, número, dimensões, orientação e associação com outros motivos. De um modo geral interpretamo-los como ideogramas que indicam a chegada e a partida de seres, humanos e/ou míticos, a determinados lugares de grande significação simbólica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das premissas assumidas sobre as artes atlântica e esquemática serem passíveis de discussão, elas revelaram-se operativas em termos científicos pois permitiram, ainda que provisoriamente, individualizar uma iconografia proto-histórica estranha àquelas expressões artísticas, embora a sua individualização como estilo seja precoce, dado o estado embrionário da investigação. Nesta inserem-se símbolos de ampla expressão espacial, existentes, igualmente fora da região em estudo, inseríveis, cronologicamente, na Idade do Bronze, alguns deles, com provável persistência durante a Idade do Ferro.

Durante o Bronze Inicial o Noroeste teria assistido

à emergência de uma nova ideologia no âmbito da qual, pelo menos a gravação de alabardas e de alguns punhais e, talvez, de alguns podomorfos, se assume como importante para marcar determinados lugares *ex-nihilo* e integrar política, social e religiosamente os antigos lugares dos antepassados, num contexto mais alargado de ocupação e de incorporação do território que passa, igualmente, pela deposição de armas em novos e velhos túmulos. Legitimada a ocupação física e simbólica deste território, esta prática parece deixar de fazer sentido durante várias gerações, até que, algures no Bronze Médio, talvez na primeira metade do 2º milénio a.C.[12], mas, sobretudo, no Bronze Final, novo reportório de artefactos e de ideias, de origens meridional, continental e atlântica, entram em circulação no Noroeste. Este terá sido assimilado pelas populações locais, de forma assimétrica, ou corresponder, nalguns casos, a manifestações de populações forâneas, o que explicaria a relativa raridade de alguns destes motivos num espaço geográfico tão vasto. Referimo-nos a novas armas (espadas e pontas de lança), a "ferramentas" (machados (?) e foices), a eventuais objetos de *toillete* (espelhos e navalhas), a motivos abstratos (círculos segmentados), a prováveis escudos, e aos barquiformes. Ao comprovar-se que as paletas representariam espelhos e navalhas, tal poderia vincular-se com a expansão de um novo sistema de valores associado a uma nova cultura do corpo por parte de novas entidades sociais em afirmação (Treherne, 1995; Sórensen, 1997), provavelmente com funções simultaneamente políticas e religiosas. Este fenómeno, comum em várias áreas da Europa, verifica-se, também, na fachada mais ocidental da Ibéria, a partir do Bronze Final, como se depreende do achado de pinças, pentes, navalhas e espelhos em depósitos metálicos, contextos funerários, povoados ou representados nas estelas do Sudoeste (Vilaça, 2009; Ruiz-Galvez Priego, 2013, entre outros).

De igual modo, a associação de círculos segmentados com um machado (Fieiral 2), com barquiformes (Laje da Churra), aparentemente distintos dos representados no mundo mediterrânico, e com cavalos (Breia 1 e 5), na área mais litoral do noroeste português, lembra iconografias da Idade do Bronze interpretadas noutras áreas da Europa atlântica como estando associadas à mitologia solar (Kristiansen e Larsson, 2006; Fredel, 2010; Kristiansen, 2010).

Em suma, durante a Idade do Bronze do Noroeste, parece ter existido uma nova iconografia que, ora se articula com lugares gravados mais antigos (através da adição de novos e da alteração de velhos motivos), em fenómenos de integração, reordenação e sincretismo com o passado, ora se manifesta em composições originais. Tal amplia o número de lugares significantes da Idade do Bronze que deveriam estudar-se em rede com outros lugares, na presunção de que cumpririam papéis distintos mas interligados, no quadro de uma nova estruturação da paisagem.

Apoios: Trabalho realizado no *âmbito* dos projetos *Natural Spaces, Architecture, Rock Art and Depositions from the Late Prehistory of the Western front of Central and Northern Portugal: from Actions to Meanings* (PTDC/HIS-ARQ/112983/2009), financiado pelo COMPETE e FEDER, e *Rock Art of the Northwest Iberia. Liminality and Heterothopy* (SFRH/BSAB/114296/2016), financiado pela FCT.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maria Emília (1976) – *Rock-Art in Portugal: History, Methodology and Traditions.* Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

ALONSO ROMERO, Fernando (1976) – *Relaciones Atlánticas Prehistóricas entre Galicia y las Islas Británicas*, Vigo.

ALONSO ROMERO, Fernando (1995) – La embarcacíon del petroglifo Laxe Auga dos Cedros (Pedornes, Santa Maria de Oia, Pontevedra). *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología, Vigo, 1993.* Vol. 2. Vigo: Municipio de Vigo, pp. 137-145.

ALONSO ROMERO, Fernando (2011) – Las embarcaciones prerromanas del área atlántica europea. *Anuario Brigantino*, 34, pp. 93-158.

ALMAGRO BASCH, Martín (1966) – *Las Estelas Decoradas del Suroeste Peninsular*. Madrid: CSIC.

ALMEIDA, Carlos Alberto F.; SOEIRO, Teresa; ALMEIDA, Carlos Alberto B.; BAPTISTA, António J. (1980) – Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha. *Arquivo de Ponte de Lima,* 3, pp. 3-90.

ALVES, Lara B. (2003) – *The Movement of Signs. Post-Glacial Rock Art in North-western Iberia*. Reading: University of Reading.

12. De notar que a metalurgia do bronze, no Sudoeste ibérico, é conhecida desde o segundo quartel do 2º milénio a.C. (Valério *et al.,* 2014b) e fabricada, pelo menos, no 3º quartel do 2º milénio a.C. (Valério *et al.,* 2014a) o que poderá explicar novos fluxos de intercâmbio entre o sul e o noroeste ibérico, na procura de estanho.

ALVES, Lara B. (2012) – *Génio e Talento do Passado. A Arte Gravada do Penedo do Encanto e da Chã da Rapada.* Viseu: ADERE-PG / Arqueohoje, Lda.

ALVES, Lara B. (2013) – Gravuras rupestres do Monte da Laje, Gandra, Valença. In BETTENCOURT, Ana M. S. *A Pré-história do Noroeste Português*, Tomar/ Braga: CEIPHAR / CITCEM, pp. 191-194.

ALVES, Lara B. (2014) – Intermitências: a arte e a Idade do Bronze no ocidente peninsular. *A Idade do Bronze em Portugal: os Dados e os Problemas* (Antrope, série monográfica, nº 1). Tomar: IPT, pp. 15-51.

ALVES, Lara B.; COMENDADOR, Beatriz (2009) – Rochas e metais para além da físico-química. In BETTENCOURT, Ana M. S.; ALVES, Lara B. eds. – *Dos Montes, das Pedras e das Águas. Formas de Interacção com o Espaço Natural da Pré-história à Actualidade.* Braga: CITCEM/APEQ, pp. 37-54.

BAPTISTA, António M. (1983-1984) – Arte rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva. *Portugalia,* 34, pp. 71-88.

BAPTISTA, António M. (1986a) – Adenda à notícia explicativa da Carta Geológica de Portugal, folha 1-D (Arcos de Valdevez) – Arqueologia, *Terra de Val de Vez*, 9, pp. 97-116.

BAPTISTA, António M. (1986b) – Arte rupestre pós-glaciária. Esquematismo e abstração. *História da Arte em Portugal.* vol.1. Lisboa: Alfa, pp. 31-55.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2009) – A Pré-história do Minho: do Neolítico à Idade do Bronze. In PEREIRA, Paulo coord. – *Minho. Traços de Identidade*, Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp. 70-113.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2013a) – *A Pré-história do Noroeste Português*, Tomar/Braga: CEIPHAR/CITCEM.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2013b) – O Bronze Final no Noroeste português. Uma rede complexa de lugares, memórias e ações. *Estudos Arqueológicos de Oeiras,* 20, pp. 145-162.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2017) – *O Sentido das Pedras. Pensando a Arte Rupestre do Noroeste*, Braga: Lab2PT.

BETTENCOURT, Ana M. S.; RODRIGUES, Alda (2013) – A arte rupestre do Fieiral, Castro Laboreiro, Melgaço. In BETTENCOURT, Ana M.S. *A Pré-história do Noroeste Português*, Tomar/Braga: CEIPHAR/CITCEM, pp. 132-138.

BETTENCOURT, Ana Maria S.; SANTOS, Ana C. (2014) – Eira do Louvado. In Ana M.S. BETTENCOURT e ABAD-VIDAL, Emilio eds. – *CVARN – Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português*, (www.cvarn.org).

BETTENCOURT, Ana Maria S.; SANTOS-ESTÉVEZ, M. (2014) – Santo Adrião 1. In Ana M.S. BETTENCOURT e ABAD-VIDAL, Emilio eds. – *CVARN – Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português*, (www.cvarn.org).

BETTENCOURT, Ana M.S.; SIMÕES, Pedro P.; RODRIGUES, Alexandre (2014) – Outeiro dos Riscos 1, In Ana M.S. BETTENCOURT e ABAD-VIDAL, Emilio eds. – *CVARN – Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português*, (www.cvarn.org).

BETTENCOURT, Ana M.S.; SANCHES, Maria de Jesus; DINIS, António; CRUZ, Carlos (2004) – The rock engravings of Penedo do Matrimónio in Campo de Caparinho. *Journal of Iberian Archaeology,* 6, pp. 61-82.

CARDOSO, Daniela (2015) – *Arte Atlântica do Monte de S. Romão (Guimarães) no Contexto da Arte Rupestre Pós-paleolítica da Bacia do Ave, Noroeste Português,* Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain (1982) – *Dictionnaire des symboles: mythes, rêves, coutumes, gestes, formes, figures, coulers, nombres*. Paris: Robert Laffont / Jupiter.

COSTAS GOBERNA, Fernando Javier; PEÑA SANTOS, António de La (2006) – Los barcos de los petroglifos de Oia. Los tesoros del hechicero y una nueva embarcación. *Glaucopis*, 12, pp. 277-292.

COSTAS GOBERNA, Fernando Javier; PEÑA SANTOS, António de La (2011) – *Los Barcos de los Petroglifos de Oia. Embarcaciones en la Prehistoria Reciente de Galicia*, Vigo.

COSTAS GOBERNA, Fernando Javier; NOVOA, Pablo; SANROMÁN, José A. (1995) – Sta Mª de Oia. Us grabados rupestres. Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología, Vigo 1993. Vol. 2, Vigo: Municipio de Vigo, pp. 131-135.

CUNHA, Ana L.; SILVA, Eduardo Jorge L. (1980) – Gravuras rupestres do concelho de Valença. Montes dos Fortes (Taião), Tapada do Ozão, Monte da Laje. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular.* Vol. 2, Guimarães, pp. 121-131.

CUNHA, Ana L. (1991) – Estação de arte rupestre de Molelinhos. Notícia preliminar, *Actas das IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1990)*, Lisboa, pp. 253-258.

DÍAZ GUADARMINO, Marta (2010) – *Las Estelas Decoradas en la Prehistoria de la Península Ibérica*, Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

DINIS, António (2011) – O santuário rupestre de Campelo, Mondim de Basto (Norte de Portugal). *Oppidum,* 5, pp. 11-26.

DINIS, António (2014) – Crastoeiro 2. In BETTENCOURT, Ana M.S. e ABAD-VIDAL, Emílio eds. – *CVARN – Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português* (www.cvarn.org).

DINIS, António; BETTENCOURT, Ana M. S. (2009) – A Arte Atlântica do Crastoeiro (Noroeste de Portugal): contextos e significados, *Gallaecia,* 28, pp. 41-47.

FÁBREGAS, Rámon; RODRÍGUEZ RELLÁN, Carlos; RODRÍGUEZ ÁLVAREZ, E. (2009) – Representacións de armas no interior de Galicia (comarca de Deza, Pontevedra). Unha reflexión sobre a distribución e cronoloxía destes motivos, *Gallaecia* 28: 49-68.

FIGUEIREDO, Sofia (2013) – *A Arte Esquemática do Nordeste Transmontano: Contextos e Linguagens*, Braga. Universidade do Minho.

FREDELL, Åsa C. (2010) – A mo(ve)ment in time? A comparative study of a rock-picture theme in Galicia and Bohuslän. In FREDELL, Åsa C.; KRISTIANSEN, Kristian, CRIADO, Filipe eds. – *Representations and Communications. Creating an Archaeological Matrix of Late Prehistoric Rock Art*. Oxford / Oakville: Oxbow, pp. 52-74.

GOLDHAHN, Joakim (2014) – Engraved biographies: Rock art and the life-histories of Bronze Age objects, *Current Swedish Archaeology*, 22, pp. 97-136.

GOMES, Mário V. (2004-2005) – A hierogamia do Penedo do Matrimónio (Montalegre, Vila Real). *Arqueologia & História,* 16-17, pp. 51-63.

GOMES, Mário V. (2006) – Estelas funerárias da Idade do Bronze Médio do Sudoeste Peninsular – A iconografia do poder. *Actas do VIII Congresso Internacional de Estelas Funerárias.* (O Arqueólogo Português – Suplemento 3). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 47-62.

GOMES, Mário V.; MONTEIRO, Jorge P. (1976/1977) – A estela decorada da herdade do Pomar (Ervidel-Beja). Estudo comparado, *Setúbal Arqueológica,* 2-3, pp. 281-343.

GOMES, Mário V.; MONTEIRO, Jorge P. (1977) – Las estelas decoradas do Pomar (Beja-Portugal). Estudio comparado, *Trabajos de Prehistoria*, 34, pp. 165-212.

JORGE, Vítor O.; JORGE, Susana O. (1990) – Statues-menhirs et stèles du Nord du Portugal, *Revista da Faculdade de Letras*, 7, pp. 299-324.

KRISTIANSEN, Kristian (2010) – Rock art and religion: the sun journey in Indo-European mythology and Bronze Age rock art, In FREDELL, Åsa C.; KRISTIANSEN, Kristian, CRIADO, Filipe eds. – *Representations and Communications. Creating an Archaeological Matrix of Late Prehistoric Rock Art*. Oxford/Oakville: Oxbow, pp. 93-115.

KRISTIANSEN, Kristian; LARSSON, Thomas B. (2006) – *La Emergencia de la Sociedad del Bronce. Viajes, Transmisiones y Transformaciones,* Barcelona: Bellaterra S.L.

LING, Joan; STOS-GALE, Zofia A. (2015) – Representations of oxhide ingots in Scandinavian rock art: the sketchbook of a Bronze Age traveller, *Antiquity,* 89: 343, pp. 191-207.

LORENZO-RUZA, Ramón (1951) – Petróglifos e labirintos. *Revista de Guimarães*, 61, pp. 378-393.

LOUREIRO, Luís (2014) – Gaurca/Gauarca, In BETTENCOURT, Ana M.S. e ABAD-VIDAL, Emílio eds. – *CVARN – Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português* (www.cvarn.org).

MARTINS, Andrea (2006) – Gravuras rupestres do Noroeste Peninsular: a Chã da Rapada. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9:1, pp. 47-70.

NOVOA, Pablo (1995) – Nuevos aportes del arte rupestre gallego, *Revista de Arqueología,* 168, pp. 6-15.

NOVOA, Pablo; COTAS GOBERNA, Fernando Javier (2004) – La fauna en los grabados rupestres de la Ribeira portuguesa del Miño. *Boletin del Instituto de Estudios Vigueses,* 10, pp. 177-204.

NOVOA, Pablo; COSTAS GOBERNA, Fernando Javier.; LÓPEZ, Paulino; SAN ROMAN VEIGA, José.; FERREIRA, Dora. (2006) – Gravuras rupestres pré-históricas no concelho de Valença, *Boletim Municipal,* 63, pp. 40-43.

REY SILVA, Arturo (2014) – Nautical iconography from the Iberian Peninsula in Prehistory. In TRIPADI, Sila ed. – *Maritime Contacts of the Past: Deciphering Connections Amongs Communities,* New Dehli: Delta Book World, pp. 361-401.

RODRIGUES, Alexandre; BETTENCOURT, Ana M.S.; SIMÕES, Pedro P. (2014) – Sobidade. In BETTENCOURT, Ana M.S. e ABAD-VIDAL, Emílio eds. – *CVARN – Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português* (www.cvarn.org).

RUIZ-GALVEZ PRIEGO, Mª Luisa (2013). – *Con el Fenicio en los Talones*, Barcelona: Bellaterra Arqueologia.

RUSSEL CORTEZ, Fernando (1955) – Contribuicion al estudio de la Protohistoria de los "Lusitani" (entre el Duero y el Tajo), *Archivo Español de Arqueología,* 28, pp. 90-101.

SÁ, Edite (2014) – *Contextos e práticas funerárias da Idade do Bronze na Serra da Freita, (Centro-Norte de Portugal).* Braga: Universidade do Minho.

SÁ, Sofia (2015) – *Turismo Arqueológico: um Projeto de Valorização da Arte Rupestre no Vale do Lima*, Braga: Universidade do Minho.

SAMPAIO, Jorge; GARCIA DIEZ, Marcos (2000) – A arte rupestre do planalto da Lameira, Celorico de Basto e Fafe. *Revista de Guimarães*, 110, pp. 189-207.

SANCHES, Maria de Jesus; GOMES, Nuno C. (2017) – Lamelas rock art site as a fundamental contributor to the knowledge of post glacier art in Northwestern Iberia. In BETTENCOURT Ana M.S., SANTOS-ESTÉVEZ, Manuel; CARDOSO, Daniela; SAMPAIO, Hugo A. eds. – *Recorded Places, Experienced Places. The Holocene Rock Art of the Iberia Atlantic Margin*, BAR, Oxford: Archeopress.

SANTA-OLALLA, Julio M. (1942) – Esconderijo de la Edad del Bronce Atlántico en Huerta de Arriba (Burgos). *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropologia, Etnografia y Prehistoria,* 17, Madrid, pp. 127-164.

SANTOS, Ana C. (2013) – Gravuras rupestres da Laje da Churra, Carreço, Viana do Castelo, In BETTENCOURT, Ana M.S. *A Pré-história do Noroeste Português*, Tomar/Braga: CEIPHAR / CITCEM, pp. 196-200.

SANTOS, Ana C. (2014) – *A Lage da Churra (Carreço, Viana do Castelo). Estudo Monográfico de um Lugar Gravado,* Braga: Universidade do Minho.

SANTOS, André T. (2008) – *Uma Abordagem Hermenêutica – Fenomenológica à Arte Rupestre da Beira Alta: o Caso do Fial (Tondela, Viseu)*. (Estudos Pré-Históricos 13). Viseu: CEPHBA.

SANTOS, André T.; VILAÇA, Raquel; MARQUES, João Nuno (2011) – As estelas do Baraçal, Sabugal (Beira Interior, Portugal), In R. Vilaça (coord.), *Estelas e Estátuas-Menires, da Pré a Proto-História. Actas das IV Jornadas Raianas*. Sabugal: Câmara Municipal, pp. 319-342.

SANTOS-ESTÉVEZ, Manuel (2012) – Da "Arte Atlântica" no contexto europeu: conceitos, problemáticas e perspectivas – unha visión diacrónica da Arte Atlântica dentro dun novo marco cronolóxico. *Artes Rupestres da Pré-História e da Proto-História: Paradigmas e Metodologias de Registo* (Trabalhos de Arqueologia 54), Lisboa, pp. 226-235.

SANTOS-ESTÉVEZ, Manuel (2015) – Looking out to sea: accessibility to the coast and distribution of Bronze Age rock art. *Proceedings of XXVI Valcamonica Symposium*, 1-5. Capo di Ponte: CCSP, pp. 1-6.

SANTOS-ESTÉVEZ, Manuel; GÜIMIL FARIÑA, Alejandro (2015) – The maritime factor in the distribution of Bronze Age rock art. In P. Skolund, J. Ling, U. Bertilsson (eds.), *Picturing the Bronze Age*, Oxford: Oxbow Books, pp. 143-154.

SANTOS-ESTÉVEZ, Manuel; BETTENCOURT, Ana M.S. (2015) – *O Conjunto de Gravuras Rupestres de Santo Adrião, Caminha, Viana do Castelo. Relatório Técnico-Científico dos Trabalhos Arqueológicos Realizados em 2015*, Braga: Universidade do Minho. Relatório submetido à Direção Geral do Património Cultural-DGPC (Formato Digital – PDF).

SANTOS-ESTÉVEZ, Manuel; BETTENCOURT, Ana M. S.; CARDOSO, Hugo A.; BROCHADO, Cláudio; FERREIRA, Gonçalo (2017) – Shape and meaning. Engraved weapons as materialisations of the Calcolithic/Early Bronze Age cosmogony. In BETTENCOURT Ana M.S., SANTOS-ESTÉVEZ, Manuel; CARDOSO, Daniela; SAMPAIO, Hugo A. eds. – *Recorded Places, Experienced Places. The Holocene Rock Art of the Iberia Atlantic Margin*, BAR, Oxford: Archeopress.

SANTOS JÚNIOR, J. (1978). – As gravuras rupestres do Outeiro Machado (Val d'Anta-Chaves), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 23:2-3, pp. 207-234.

SILVA, António Manuel S.P., LEITE, Joana N., ROCHA, Daniela (2009) – Do espaço vivido ao espaço imaginado. Aproximações interdisciplinares à antropização dos planaltos da Freita (Arouca) do 3º ao 1º milénios a.C. In BETTENCOURT, Ana M.S.; ALVES, Lara eds. – *Dos Montes, das Pedras e das Águas. Formas de Interacção com o Espaço Natural da Pré-História à Actualidade*, Braga: APEQ / CICTEM, pp. 95-130.

SILVA, António Manuel S.P., LEITE, Joana N.; LEMOS, P.A.P.; FIGUEIREDO, Manuel V. (2017) – Rock art places and contexts at Gralheira Massif (Central-NW Portugal): a general overview. In BETTENCOURT Ana M.S., SANTOS-ESTÉVEZ, Manuel; CARDOSO, Daniela; SAMPAIO, Hugo A. eds. – *Recorded Places, Experienced Places. The Holocene Rock Art of the Iberia Atlantic Margin*, BAR, Oxford: Archeopress.

SILVA, Eduardo Jorge L.; CUNHA, Ana L. (1986) – As gravuras rupestres do Monte da Laje (Valença). *Livro de Homenagem a Jean Roche*: Lisboa: INIC pp. 490-505.

SØRENSEN, Marie Louise S. (1997) – Readind dress: the construction of social categories and identities in Bronze Age Europe, *Journal of European Archaeology,* 5:1, pp. 93-114.

SOUTO, Alberto (1932) – Arte rupestre em Portugal (Entre Douro e Vouga), *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 5, pp. 285-300.

SOUTO, Alberto (1938) – Arqueologia Pré-histórica do distrito de Aveiro-Arte rupestre. A insculturas do Arestal e o problema das combinações circulares e espiralóides do Noroeste Peninsular, *Arquivo do Distrito de Aveiro,* 4, pp. 5-19.

TREHERNE, Paul (1995) – The warrior's beauty: the masculine body and self-identity in Bronze-Age Europe. *Journal of European Archaeology* 3:1, pp. 105-145.

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António M. M.; ARAÚJO, Maria de Fátima; SILVA, R.J.C.; PORFÍRIO, Eduardo; SERRA, Miguel (2014a) – Arsenical copper and bronze in Middle Bronze Age burial sites of southern Portugal: the first bronzes in Southwestern Iberia. *Journal of Archaeological Science.* 42:1, pp. 68-80.

VALÉRIO, Pedro; BAPTISTA, Lídia; GOMES, Sérgio; PINHEIRO, Rui; FERNANDES Sandrine; SOARES, António M. M.; ARAÚJO, Maria Fátima (2014b) – Malhada do Vale da Água – novos dados sobre a metalurgia do Bronze Pleno do Sudoeste, *VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Aroche-Serpa, 2013,* Huelva, pp. 576-586.

VERDE ANDRÉS, Cándido; COSTAS GOBERNA, Fernando Javier (2009) – ¿Unha nova embarcación na costa de Oia? A singularidade da figura dun petróglifo de Mougás e outras novidades na serra da Grova (Oia, Pontevedra). *Glaucopis,* 14, pp. 211-230.

VIANA, Abel (1929) – As insculturas rupestres de Lanhelas (Caminha, Alto Minho). *Portucale*, 2:10, pp. 282-290.

VIANA, Abel (1960) – Insculturas rupestres do Alto Minho (Lanhelas e Carreço-Viana do Castelo, Portugal), *Boletín de la Comisión de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, 22:1-4, pp. 209-231.

VIANA, Abel; RIBEIRO F.N. (1956) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja,* 13:1-4, pp. 153-167.

VIANA, Abel; FORMOSINHO, José; FERREIRA, Octávio da V. (1948) – Duas raridades arqueológicas, *Revista do Sindicado Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores,* 24, pp. 1-18.

VIANA, Abel; FORMOSINHO, J.; FERREIRA, Octávio V. (1950) – *Necrópolis de Caldas de Monchique*, Madrid.

VILAÇA, Raquel (2009) – Sobre rituais do corpo em finais do II, inícios do I milénios a.C.: do espaço europeu ao território português, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, pp. 489-511.



Figura 1– Em cima: alabarda da Costa da Areira 1 e possível escudo. Em baixo: machado de gume alargado encabado, associado a círculo segmentado.



Figura 2 – Diversos círculos segmentados encontrados na Laje da Churra, associados a eventuais paletas circulares e retangulares, zoomorfos, um antropomorfo, covinhas e um semicírculo concêntrico (seg. Santos, 2014).



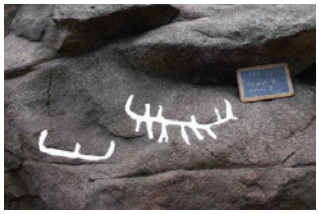


Figura 3 – À esquerda: alguns barquiformes da Laje da Churra (seg. Santos, 2014). Estes associam-se a dois zoomorfos, a, pelo menos, uma paleta, entre outros motivos de difícil interpretação. O barquiforme maior tem uma covinha no topo. À direita: barquiformes de Santo Adrião, pintados sobre o suporte digital (seg. Santos-Estévez e Bettencourt, 2015, adaptado).

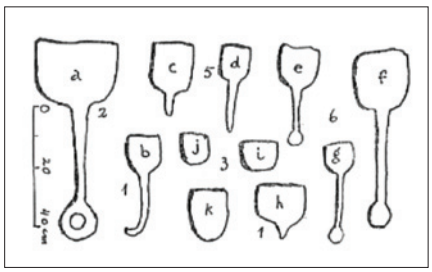


Figura 4 – Diversidade de paletas do Outeiro Machado 1, Chaves (seg. Santos Júnior, 1978, p. 225).

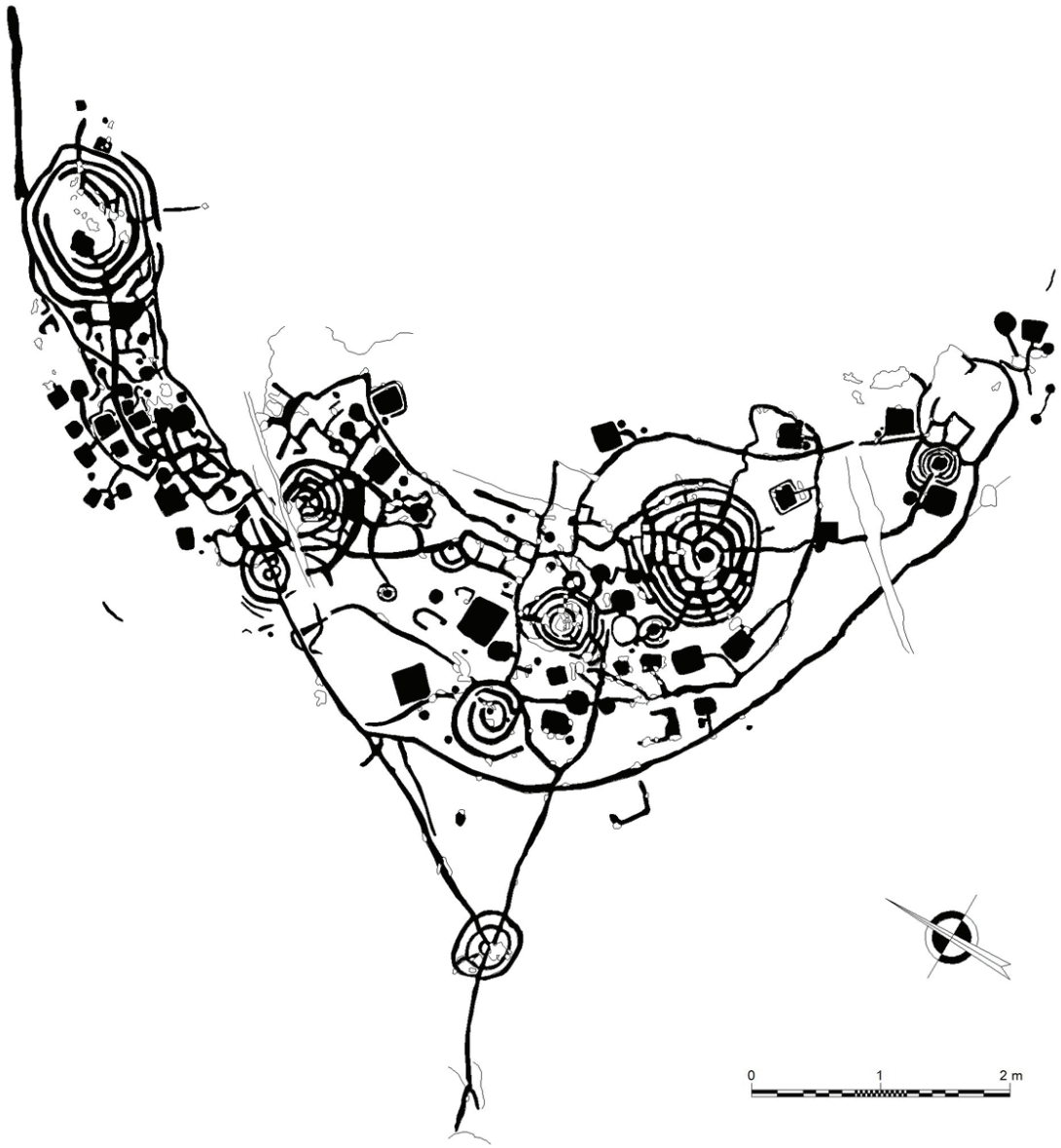


Figura 5 – Decalque de Campelo 1 com inúmeras paletas de diversos tipos, unidas por sulcos (seg. Dinis, 2011).



Figura 6 – Podomorfos da Quinta dos Laranjais, Guimarães (seg. Cardoso, 2015).

O CONJUNTO DE GRAVURAS RUPESTRES DE SANTO ADRIÃO (CAMINHA, PORTUGAL). EMBARCAÇÕES, ARMAS, CAVALOS E EX-VOTOS

Manuel Santos-Estévez[1], Ana M. S. Bettencourt[2]

RESUMO

Este artigo pretende dar a conhecer os primeiros resultados dos trabalhos de limpeza, decalque, levantamento fotogramétrico e escavação desenvolvidos no caos de blocos graníticos de Santo Adrião, no concelho de Caminha. Os ditos trabalhos permitiram identificar 11 afloramentos com gravuras rupestres, alguns deles com motivos pouco frequentes na arte rupestre do Norte de Portugal. Os motivos registados correspondem a composições circulares, armas, quadrúpedes, um reticulado, motivos em U e três barquiformes. Também foram exumados 24 artefactos líticos possivelmente depositados intencionalmente entre as fendas do caos de blocos onde se encontram as gravuras.

Palavras-chave: Norte de Portugal, Gravuras rupestres, Quadrúpedes, Embarcações, Ex-votos líticos.

ABSTRACT

The aim of this paper is to show the first results of archaeological works of cleaning, recording, photogrammetric survey and excavation developed in Santo Adrião site situated in Caminha council in North-western Portugal. During the archaeological works were found 11 new rock art outcrops, some of them with unusual designs in Portuguese rock art. These motifs are cup and rings, weapons, quadrupeds, a grid pattern, u-shaped figures and three boats. There were also collected 24 lithic artefacts probably deposited intentionally into the cracks situated in between the recorded outcrops.

Keywords: North of Portugal, Rock art, Quadrupeds, Boats, Lithic artefacts offerings.

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico fui descoberto, em 2013[3] e registado no Corpus Virtual de Arte Rupestre – CVARN (Bettencourt e Santos-Estévez, 2014). Na altura, apenas foi identificado um afloramento gravado, a que se deu a designação de Santo Adrião 1 (STA 1). A intensa vegetação que povoava o local impediu, então, a prospeção intensiva da área. Foi apenas em julho de 2015, no âmbito de um novo projeto intitulado *Paisagem e Representação do Poder na Pré-história Recente: Arte Atlântica e Estátuas-Menir (PARES)* que se procedeu à limpeza da vegetação local e ao estudo sistemático do mesmo. O resultado deste trabalho possibilitou a descoberta de mais 10 afloramentos gravados, a maioria deles com temas raros no contexto da arte rupestre do noroeste português, bem como de artefactos líticos detetados no interior das fendas existentes entre eles. Impunha-se, assim, dar a conhecer este importante lugar gravado e tecer algumas considerações sobre o seu papel no contexto da arte rupestre do Noroeste.

1. Laboratório de Paisagens, Património e Território – Lab2PT, Departamento de História da Universidade do Minho, Braga, Portugal. Bolseiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia; manuel.santos@mundo-r.com

2. Laboratório de Paisagens, Património e Território – Lab2PT, Departamento de História da Universidade do Minho, Braga, Portugal; anabett@uaum.uminho.pt

3. Pelo engenheiro Horácio Faria, morador em Afife, concelho de Viana do Castelo, a quem agradecemos as informações prestadas.

2. LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO, CONTEXTO FÍSICO E AMBIENTAL E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

A estação arqueológica de Santo Adrião localiza-se na freguesia de Âncora, concelho de Caminha, distrito de Viana do Castelo, no Norte de Portugal.
As coordenadas geográficas em graus, minutos e segundos, segundo o sistema WGS 84, são as seguintes: Lat. 41º 47' 04'' N; Long. 8º 50' 34'' W, à altitude de 223 metros.
Santo Adrião está implantado num patamar natural, a meio da vertente oeste do Monte do Cúturo, a noroeste da serra da Santa Luzia, numa área de transição entre os cumes da serra e o curso inferior da bacia do rio Âncora. Trata-se, portanto, de uma local que apresenta uma boa visibilidade sobre a costa e a foz do respetivo rio (a noroeste) e a penedia do topo do Cúturo (a sudeste) (Figuras 1 e 2).
Segundo a Carta Geológica de Portugal, na escala 1/200000, o substrato geológico local é composto por granito de grão médio de duas micas que aflora abundantemente, em impressivos caos de blocos. Aquele onde se encontram as gravuras é o mais destacado no patamar onde se implanta e facilmente visualizado para quem se aproxima do local oriundo de qualquer quadrante (Figura 1).
O modo como alguns afloramentos se dispõem originam abrigos pequenos e pouco profundos, abertos a noroeste, atualmente esvaziados de sedimentos. Entre os diferentes afloramentos há, ainda, inúmeras fendas, sendo de destacar uma que, a partir de oeste/noroeste, possibilita o trânsito humano até ao "centro" deste caos de blocos onde se encontra um afloramento algo destacado, de contorno retangular e de topo aplanado, onde existem inúmeras pias de origem natural. O acesso a este afloramento também se encontra muito facilitado pelo lado este, com entrada pela área onde se concentram três das gravuras aqui estudadas: as números 1, 2 e 6 (Figura 2). De notar que é, também, a partir destes dois corredores de acesso ao "centro" do caos de blocos que se tem possibilidade de aceder ao afloramento gravado nº 3, localizado, a norte, a uma quota mais elevada do que a maioria. De salientar que os restantes afloramentos gravados deste amontoado de blocos se encontram na sua extremidade su-sudeste e sudeste.
O vale do Âncora seria rico em estanho de aluvião, tendo presente que nas vertentes oeste da serra de Arga, onde este rio nasce, há abundantes jazidas primárias deste minério (Pereira, 2012).
Atualmente, o espaço apresenta um coberto vegetal arbóreo intenso, composto, essencialmente, por espécies invasores, como o eucalipto e a acácia. No que diz respeito à vegetação arbustiva, destacam-se as giestas e os tojos. Sem este tipo de vegetação o local seria visível desde longe (Figura 2).
Na área existem inúmeros sítios arqueológicos. Para além das gravuras rupestres de Santo Adrião 8, 9 e 11, descritos neste trabalho, conhecem-se outros afloramentos gravados nas imediações. Referimo-nos à Matança, a cerca de 700 metros para oeste-noroeste, já na freguesia de Afife, com composições circulares de estilo atlântico (Bettencourt *et al.,* 2014); ao conjunto de Chão do Cano, em Âncora, a cerca de 1 km para nor-noroeste, também com composições circulares de estilo atlântico, a par de outras consideradas mais recentes (Bettencourt e Amorim, 2014) e ao conjunto do Facho 1 e 2, Âncora, com diversos quadrúpedes, a cerca de 1,5 km para noroeste (inédito). São, também, conhecidos monumentos funerários sob *tumuli* nas imediações, tais como a Mamoa da Chã de Afife, Afife, a cerca de 3 km para sudeste (inédita), a Mamoa da Ereira/Madorro, Afife (Silva 1988), a cerca de 2,7 km para oeste-noroeste, e a Mamoa da Aspra/Cova da Moura, Âncora (Silva,1989) com câmara em fossa e depósito de vasos campaniformes, que deverá inserir-se no Calcolítico ou no Bronze Inicial, a cerca de 2,2 km para norte-noroeste. O povoamento proto-histórico materializa-se nos povoados do Cúturo, a cerca de 500 m para sudeste, da Cividade/Suvidade, a cerca de 1,5 km para oeste-noroeste (Silva, 1986) e de Santo António, a cerca de 1,7 km para oeste-sudoeste, este com ocupação, pelo menos, a partir do Bronze Final (Bettencourt, 2013).

3. METODOLOGIA

Os trabalhos em Santo Adrião passaram por diversas etapas a saber: corte de parte da vegetação arbórea composta por infestantes; eliminação das arbustivas e limpeza de musgos e líquenes das superfícies rochosas; escavação dos sedimentos nos interstícios dos afloramentos; escavação de um dos abrigos – abrigo 1; sondagem arqueológica na plataforma existente a este do aglomerado; decalque dos motivos gravados sobre plástico polivinilo e canetas de acetato e reprodução mediante fotogrametria.

A limpeza de musgos e líquenes foi realizada a seco, com escovas de plástico. A escavação dos interstícios e diaclases dos afloramentos, do abrigo 1 e da sondagem foi realizada com a ajuda de colherins e de pequenos picos, e tendo em atenção a existência de diferentes unidades estratigráficas que, quando apareceram, foram descritas, numeradas e registadas gráfica e fotograficamente. Todos os achados foram devidamente georreferenciados no sistema de coordenadas geográficas WGS84, cotados, etiquetados e inseridos numa ficha de espólio arqueológico.
O estudo das gravuras foi realizado macroscopicamente mediante observação com luz natural, a diferentes horas do dia, por vezes, com luz orientada através de um espelho; observação com luz artificial, à noite; decalque; fotografia digital e fotogrametria. Na fotogrametria foram usados dois programas informáticos. O primeiro foi o *Agisoft Photoscan*, que permitiu realizar um registo tridimensional dos afloramentos com motivos gravados. Numa segunda fase o modelo tridimensional foi tratado no programa *Meshlab* para tornar mais visíveis as gravuras no modelo. Este programa destaca, com tonalidades diferentes, as superfícies convexas e as côncavas.

4. RESULTADOS

Além de Santo Adrião 1, foram identificados mais 7 afloramentos com gravuras no caos de blocos granítico e outros 3 na área envolvente. Os afloramentos foram descritos em termos físicos e geomorfológicos, bem como os respetivos motivos neles inscritos, tendo-se especial atenção ao modo como se distribuíam na topografia dos afloramentos. Foram identificados painéis, quando existentes, e descrita a composição de cada um. Por fim teceram-se apreciações de ordem técnica sobre os métodos de gravação.

4.1. Afloramentos gravados no seio do caos de blocos

4.1.1. Santo Adrião 1 (STA 1)

Corresponde a um afloramento granítico relativamente sobrelevado (0,60 m de altura máxima) com contorno grosseiramente trapezoidal, localizado na extremidade nascente do caos de bloco. Tem cerca de 4,07 m de comprimento por 1,01 m de largura máxima. Em termos gerais, está orientado de sudoeste para nordeste, tal como a superfície gravada, que, apesar de aplanada, apresenta declive relativamente acentuado para nordeste, onde é menos sobrelevada (Figura 3).
No que diz respeito aos motivos, STA 1 apresenta apenas um painel gravado com motivos que se dispõem de sudoeste para nordeste. Aí foi possível identificar o que parece uma alabarda à qual se teria adossado uma espada sem encabar, através de um sulco menos largo do que aqueles que definem o motivo anterior (Bettencourt e Santos-Estévez, 2014). Há ainda outro sulco profundo, paralelo às referidas armas, e diversos motivos difíceis de identificar. Os motivos foram gravados por percussão seguida de abrasão.

4.1.2. Santo Adrião 2 (STA 2)

O afloramento granítico de Santo Adrião 2 (STA 2), com orientação de noroeste para sudeste, apresenta dimensões consideráveis (cerca de 3,98 m de comprimento, por 2,10 m de largura máxima e 1,70 m de altura máxima), sendo um dos mais impressivos do local. Trata-se de um afloramento de cor cinzenta clara, de grão médio a grosseiro, possuindo várias diaclases, pequenos encraves de quartzo e pias em formação e outras já formadas. A sul nota-se que foi fraturado. Encontra-se a norte de Santo Adrião 1 sendo visível pela mesma audiência. Aí distinguiram-se dois painéis gravados por intermédio de percussão, seguida de abrasão. O painel 1, no topo aplanado do afloramento, foi gravado com um barquiforme que se oriente quase de este para oeste. Tem 1,25 m de comprimento, fundo aplanado e o que parece ser a proa definida por dois pequenos sulcos, um curvo para o interior e outro recto que, em associação, fazem lembrar a cabeça de um animal. A popa é definida por um sulco curvo para o interior. No interior registam-se 5 sulcos verticais pequenos (que talvez representem a tripulação) e um sulco de maior dimensão (mastro?) que parece ter algo amarrado no topo (vela?). Há, ainda, duas figuras ovaladas na parte dianteira da embarcação que poderão representar cobertos ou tendas. No canto superior esquerdo da composição, a noroeste, observa-se um motivo formado por um círculo com apêndice (um astro?). Sob o barquiforme há, ainda, uma covinha que se associa a um motivo composto por outra covinha rodeada por um círculo aberto, que se prolonga num apêndice (Figura 4). O painel 2, situado na parte inferior do afloramento, a 0,40 m do solo atual, sob uma espécie de pala, apresenta dois barquiformes, que também se orientam de oeste para este. O situado à esquerda da composição tem 18 cm de comprimen-

to, fundo plano, proa e popa bem destacadas e ligeiramente curvadas para o interior e um sulco central (marinheiro?). O barquiforme situado à direita, tem 32 cm de comprimento, fundo tendencialmente plano, parecendo mais arqueado junto à eventual proa. A proa e popa são curvadas para o interior. Do seu interior saem 4 sulcos verticais que poderão representar a tripulação. No exterior do casco há 6 sulcos que talvez representem os remos. A figura junto ao que parece a proa, por se encontrar mais levantada, não se articula com os remos. Quer no barquiforme maior como neste, na base das proas, há um pequeno sulco horizontalizado como um prolongamento da proa, semelhante a um rostro náutico (Figura 4), pormenor que ainda se encontra em algumas embarcações tradicionais dos rios do norte de Portugal[4] e que facilita a atracagem (Figura 4).

4.1.3. Santo Adrião 3 (STA 3)

Santo Adrião 3 (STA 3) situa-se numa das parte mais alta do caos de blocos. Tem cerca de 6,70 m de comprimento, por 3,10 m de largura máxima e 2,50 m de altura e um contorno trapezoidal. Apresenta uma orientação noroeste – sudeste e uma superfície superior praticamente plana, embora com uma ligeira inclinação para noroeste. As gravuras distribuem-se, apenas, pela superfície localizada no topo do afloramento, correspondendo aos motivos gravados a maior altitude de todo o conjunto de Santo Adrião. Aí identificou-se um reticulado, que corresponde ao motivo central do painel, encimado por uma covinha. Pelo lado nordeste existe um cavalo de cabeça erguida e cauda levantada em posição de alerta. Orienta-se para sudoeste e está montado por um cavaleiro. Este transporta no braço direito, levantado, o que parece ser uma vara em posição de ser lançada para o reticulado. O braço esquerdo segura as rédeas. A sudoeste da composição há, ainda, dois motivos em forma de U ou duas ovais abertas. Os motivos foram gravados por intermédio da técnica de percussão, seguida, aparentemente, de abrasão. A sudoeste e sudeste observam-se duas grandes pias naturais às quais foi adicionado um canal artificial, ligando-as entre si (Figura 5). A pia mais a sudeste abre-se para uma parede vertical com inúmeras fraturas superficiais que lhe conferem um aspecto de broa. Na experiência que fizemos ao colocar água na pia maior verificou-se que esta escorre para a segunda pia e, daí, para a referida parede, penetrando no solo (submundo?). Para que tal acontecesse com facilidade, a quantidade de líquido vertido na pia grande teria que ser significativa, pois o sulco entre as pias, está ligeiramente sobrelevado em relação ao fundo da pia maior (Figura 5).

4.1.4. Santo Adrião 4 (STA 4)

Santo Adrião 4 (STA 4) situa-se a 4 m a sudeste de Santo Adrião 1. Corresponde a um afloramento de pequenas dimensões, com cerca de 1,28 m de comprimento, por 2,25 m de largura e 1,35 m de altura, existente na periferia do caos de blocos. Os motivos gravados encontram-se numa superfície quase vertical, num único painel. Aí foram identificados 5 sulcos, alguns deles parecendo formar cruciformes e a letra "P", que se creem de cronologia histórica. A destacar uma covinha isolada e um sulco meandriforme nas extremidades do qual se gravaram covinhas, e que se assemelha vagamente, a um serpentiforme de duas cabeças. Tecnicamente estes motivos foram gravados de forma semelhante às outras gravuras.

4.1.5. Santo Adrião 5 (STA 5)

Santo Adrião 5 (STA 5) corresponde a um afloramento granítico com cerca de 4,94 m de comprimento, por 2,15 m de largura e 0, 68 m de altura máxima, relativamente ao solo atual. Possui duas diaclases de maior dimensão, entre outras menores. Um pouco por toda a superfície, mas com maior concentração na área sudoeste, observam-se inúmeros estalamentos e marcas que parecem corresponder a extração de pedra, em tempos históricos. Embora a superfície gravada seja relativamente inclinada, a restante superfície é bastante plana. Possui apenas um painel gravado, virado a nordeste, com um motivo que forma um V invertido, no vértice do qual existe uma covinha com 5 mm de profundidade. Este motivo foi realizado por percussão seguido de abrasão.

4.1.6. Santo Adrião 6 (STA 6)

Localiza-se entre os afloramentos 1 e 2. Trata-se de um afloramento de pequenas dimensões, orientado de sudoeste para nordeste, com cerca de 1,91 m de comprimento, por 1,64 m de largura e 0,54 cm de altura. Possui apenas um painel com uma gravura que corresponde a um círculo de pequenas dimensões, gravado a este. Este foi realizado por percussão seguido de abrasão.

4. Uma das signatárias (AMSB) inventariou alguns embarcações fluviais de madeira com esta característica, no rio Lima, no âmbito do projeto Celebração da Cultura Costeira.

4.1.7. Santo Adrião 8 (STA 8)

Localiza-se na extremidade su-sudeste do caos de blocos de Santo Adrião, num afloramento com orientação sudoeste – nordeste. Tem cerca de 3,60 m de comprimento, por 2,08 m de largura e 1 m de altura máxima. A superfície gravada corresponde a uma parede quase vertical, com inúmeras diaclases e alguns encraves e está virada para este. Cada motivo está delimitado por diaclases, sendo que três deles são claramente quadrúpedes, talvez cavalos muito esquemáticos (embora o motivo 3 tenha aparentemente uma pata em falta). Há, ainda, um outro motivo indeterminado (o nº 4). Analisando em pormenor os 3 quadrúpedes partimos do princípio que a cauda corresponderá ao sulco curvo, pelo que o motivo 1 parece estar orientado de sudeste para noroeste, o motivo 2 de este para oeste e o motivo 3 de nordeste para sudoeste. Caso o motivo 4 seja um zoomorfo bastante erodido, este estaria a dirigir-se de nordeste para sudoeste ou vice-versa. Resulta curioso constatar que o motivo 2 é semelhante à própria forma do afloramento, que visto de sudeste faz lembrar a parte superior e o pescoço de um cavalo (Figura 6).

4.2. Afloramentos gravados no exterior do caos de blocos

4.2.1. Santo Adrião 7 (STA 7)

Santa Adrião 8 corresponde a um afloramento granítico situado na periferia do caos de blocos e implantado a escassos metros para nordeste deste. Apresenta uma forma piramidal, medindo cerca de 1,80 m de comprimento, por 1,70 m de largura e 1,15 m de altura. Não se visualizam diaclases consideráveis, apenas alguns encraves de quartzo. Apresenta um único motivo gravado no topo "pontiagudo" do afloramento, correspondendo a um círculo concêntrico de duas voltas, parcial, que o rodeia pelo lado este. Encontra-se em avançado estado de erosão (Figura 7).

4.2.2. Santo Adrião 9 (STA 9)

Santo Adrião 9 corresponde a um afloramento granítico implantado a 500 m para nordeste do caos de blocos de Santo Adrião. O afloramento encontra-se orientado de nordeste para sudoeste e mede cerca de 2,95 m de comprimento, por 0,96 m de largura e 0,40 m de altura. Apresenta algumas diaclases e alguns encraves de quartzo. Há apenas 1 painel. Este localiza-se na superfície mais alta do afloramento e é composto por um círculo aberto, a partir do qual sai um pequeno apêndice. À volta deste existe um círculo, também aberto em dois locais. Ocorre, ainda um segmento de círculo, que se anexo ao segundo círculo. A impressão final é de um círculo concêntrico de 3 voltas, incompleto, mas atravessado por um sulco (Figura 8).

4.2.3. Santo Adrião 10 (STA 10)

Santo Adrião 10 é um afloramento granítico implantado a 450 m a leste do núcleo de gravuras principal de Santo Adrião, localizado num antigo caminho de terra batida, atualmente descontinuado, nas cercanias de Santo Adrião 9. Tendo em conta a sua inserção no caminho, não é de estranhar que o mesmo seja medianamente regular, e esteja quase à cota do solo, sendo que na sua parte mais elevada dista apenas 0,15 m do solo. Embora esteja parcialmente coberto, apresenta cerca de 4,80 m de comprimento visíveis, bem como 1,74 m de largura. No que diz respeito aos motivos presentes, identificou-se, apenas, uma cruz latina com base triangular. Tratar-se-á de uma cruz com peanha. Tendo em conta as características do próprio motivo, estaremos provavelmente perante uma gravura do período Medieval ou Moderno.

4.2.4. Santo Adrião 11 (STA 11)

Trata-se de um afloramento granítico implantado a 2 m a sul do caos de blocos. Com uma orientação de nordeste para sudoeste, o afloramento mede cerca de 2,74 m de comprimento, 1,5 m de largura e 0,64 m de altura máxima relativamente ao solo. A superfície, onde podemos observar cinco pias de origem natural, mas com possíveis alterações artificiais, é plana. De registar dois sulcos antrópicos que ligam, algumas pias entre si.

4.3. Espólio encontrado nas fendas e no abrigo 1 do caos de blocos

No decorrer dos trabalhos de remoção dos sedimentos existentes entre as fendas dos afloramentos e na camada humosa que cobria o abrigo 1, foram exumados artefactos líticos de diferentes tipos e alguns seixos rolados de quartzito. Os artefactos líticos subdividem-se em dois grupos: os realizados em pedra polida e os executados em pedra lascada. No primeiro grupo destacam-se 2 moventes de moinhos manuais, fragmentados, em granito, um deles com grande desgaste da superfície de moagem. No segundo grupo registam-se diversos objetos sobre seixos rolados, como 2 seixos com entalhes unifa-

ciais; 1 seixo talhado bifacialmente; 2 percutores – um deles sobre seixo fragmentado; 1 núcleo e 2 lascas não retocadas. Os seixos rolados de diferentes dimensões e formas, tanto se encontravam inteiros, como fragmentados. A este conjunto deve associar-se uma pequena esfera, em granito.

Há que destacar 1 bloco granito de contorno sensivelmente retangular, com 25 cm de comprimento, por 15 cm de largura e 10 cm de espessura. Numa das suas faces apresenta-se gravado com três sulcos, desiguais em largura, que, articulando-se com pequenas irregularidades naturais, formam um motivo sub-retangular (Figura 9).

Há que reconhecer que não é possível saber qual o contexto original de todos estes artefactos pois encontravam-se inseridos em camadas de enchimento das fendas, sem quaisquer carvões que permitissem datações de radiocarbono. O bloco gravado foi exumado quando se limpou a camada humosa e única do abrigo 1, mas poderá ser oriundo de uma camada antiga e ter permanecido, mais ou menos *in situ*, devido ao seu peso, enquanto os restantes sedimentos foram erodidos. Um dos moinhos foi depositado a 4 m ao sudoeste de STA 1 e o outro a 8,50 m ao oeste deste afloramento. Os percutores foram localizados a 2 m ao norte de STA 1 e num abrigo situado a 9 m ao norte de este mesmo afloramento. O restante conjunto de peças encontradas foi registado nas fendas situadas entre os afloramentos STA 1, 2, 3 e 4 e no abrigo situado a 2 m a noroeste de STA 3. Na envolvente de STA 5, 6 e 7 não apareceram peças. Estes materiais foram depositados no Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, em Braga.

5. DISCUSSÃO DOS DADOS E INTERPRETAÇÕES

O conjunto de resultados obtidos no âmbito dos trabalhos desenvolvidos no conjunto pétreo do Santo Adrião permite colocar a hipótese de que se está face a um lugar de grande importância no contexto da arte rupestre do noroeste português, pois apesar das composições gravadas não serem em grande número, apresentam uma iconografia pouco frequente na região que importa integrar em termos cronológico-culturais e interpretar. De registar, ainda, os afloramentos gravados com iconografia clássica da arte atlântica, nas imediações deste espaço, cuja localização será discutida.

5.1. Inserção cronológico-cultural

A primeira ocupação deste local ter-se-á verificado no Neolítico[5] através da gravação de dois afloramentos (STA 8 e STA 9) com composições circulares de estilo atlântico. Referimo-nos, particularmente, a Santo Adrião 8, pelo facto de se localizar em área contígua ao caos de blocos, e no caminho de acesso à passagem natural que permite aceder ao seu centro. Esta particularidade, associada à forma pontiaguda do afloramento e ao local onde se gravou o motivo, no seu topo, parece indiciar que este se constitui como uma mnemónica do próprio amontoado pétreo que o "domina" pelos lados noroeste, oeste e sudoeste. Assim sendo, o caos de blocos poderia ter já uma grande significação simbólica desde o Neolítico, mesmo sem ter sido gravado. De notar que Santo Adrião 9, embora a cerca de 500 m para nordeste deste local, se localizado, também, numa das vias naturais que lhe dá acesso.

De uma forma geral podemos considerar que estes dois afloramentos se localizam num corredor de circulação entre o vale e o topo da serra, sendo possível que estivessem articulados com os lugares gravados da Matança e de Chão do Cano, de iconografias similares, mas a quotas mais baixas e com maior complexidade de motivos. Tal reproduz, à escala de análise local, a lógica de distribuição da arte atlântica do noroeste português (Bettencourt, 2009, 2017a; Cardoso, 2015) mas, também, da Galiza (Bradley *et al*., 1995; Bradley, 1997; Santos-Estévez, 1998).

A materialização do papel simbólico do caos de blocos de Santo Adrião parece ter-se verificado, apenas, durante o Bronze Inicial, através da gravação de uma possível alabarda em Santo Adrião 1. Ainda durante a Idade do Bronze, ter-se-ia gravado, no mesmo afloramento, uma espada, como se se quisesse representar um depósito compósito. De notar que ambas as armas estão em posição passiva, num afloramento, cuja inclinação indicia que estes objetos se interrelacionariam com uma fenda existente na base do afloramento ou com o subsolo[6].

Algures durante a Idade do Bronze, talvez no Bronze Final ou na Idade do Ferro, e em frente a STA 1

5. É adotada neste trabalho a cronologia proposta Alves (2003) para a arte atlântica do Noroeste ibérico.

6. Foi efetuada uma sondagem arqueológica em frente deste afloramento e de STA 2 e STA 6 com o objetivo de se encontrarem deposições que se articulassem com as gravuras mas estas não revelaram qualquer atividade antrópica.

foram gravadas três representações de embarcações. Em termos estilísticos devemos destacar que cada uma delas apresenta um "desenho" diferente, como se representassem tipos de embarcações distintas. A maior, provida de mastro e de cobertos para pessoas ou carga, seria a de longo curso, sendo as restantes, de tipo canoa, propícias para varar na areia. Em abono desta hipótese, note-se que, em ambas, se representam marinheiros e, numa delas, os remos. A ideia que se tem é de que estamos face a uma narrativa em que se conta uma cena de desembarque real, mítica ou mitificada. De notar que a própria orientação dos barcos, assim o sugere. Claro que a diversidade das três embarcações poderia explicar-se, igualmente, pelo facto de terem sido gravados em diferentes momentos, mas a uniformização tecnológica dos sulcos com que foram gravadas, em termos de profundidade e de largura, não permite defender tal hipótese.

As representações de barquiformes são raras no noroeste de Ibéria, sendo na área costeira entre a ria de Vigo e a foz do rio Lima que se conhece o maior número de representações de barcos de cronologia pré ou proto-histórica. Aqui encontram-se os barquiformes de Borna, em Meira, Galiza (García Alén e Peña Santos, 1980), de Rio Vilar, em Oia, Galiza (Costas *et al*., 1995), da Laje da Churra, em Carreço, Viana do Castelo (Santos, 2014) e da Eira do Louvado, em Carreço, Viana do Castelo (Bettencourt e Santos, 2014). Mais para o interior registam-se possíveis barquiformes em Passos 3, Monção, no vale do Minho (Bettencourt, 2014), e na Bouça da Miséria, Guimarães, no vale do Ave (Cardoso, 2015). No entanto, os mais parecidos com o caso de estudo são os da Laje da Churra, localizada a cerca de 4 km a 5 km para sudoeste de Santo Adrião 2. Neste afloramento há, também, uma grande diversidade destes motivos, que Santos (2014) subdividiu em barquiformes com mastro e barquiformes de tipo canoa, existindo, neste grupo, alguns muito similares aos representados no painel 2 de STA 2, embora os portadores de mastro sejam distintos. Tal poderá indiciar que as embarcações de tipo canoa seriam de origem local e bem conhecidas nos estuários e na costa do noroeste, daí a sua similitude entre sítios, e que as embarcações com mastros, seriam de origem forânea, provavelmente atlântica[7] e, possivelmente, de diferentes proveniências, pelo que é natural que a sua representação seja algo distinta de caso para caso (Figura 10). No entanto todos são portadores de proas e popas proeminentes e de cascos achatados, características propícias à navegação no atlântico[8].

Algures no Bronze Final ou nos inícios da Idade do Ferro, ter-se-á gravado o cavaleiro de Santo Adrião 3 que parece querer arremessar uma arma em direção do reticulado aí existente. Tal indicia que este motivo representa algum tipo de adversidade ou obstáculo a ultrapassar. De notar que nesta composição há dois motivos em forma de U invertido, tradicionalmente designadas por ferraduras e inseríveis no Grupo II do Noroeste (Baptista, 1983-84), na Arte Esquemática Atlântica (Santos-Estévez, 2007) ou na Arte Esquemática (Santos, 2008) que têm vindo a ser atribuída a distintas cronologias, desde o Neolítico à Idade do Ferro. Os autores deste texto subscrevem cronologias proto-históricas para este motivo, com Bettencourt (2017a) a considerar que é posterior ao Bronze Inicial e pertencente à Arte Esquemática Recente, e Santos-Estévez (2007) a considerá-lo como do 1º milénio a.C.

Já os quadrúpedes de Santo Adrião 8, de estilo distinto do representado em Santo Adrião 3, são de mais difícil classificação.

Em suma, o caos de blocos de Santo Adrião terá sido foco de atividade social e simbólica por uma ampla diacronia, desde o 4º ao 1º milénios a.C.

5.2. Interpretação

Interpretar estes lugares é tarefa difícil para qualquer arqueólogo, tanto mais que Santo Adrião, no âmbito da sua ampla diacronia, poderá ter sido palco de vários sentidos.

Se a arte atlântica poderá corresponder a uma forma de "praticar" o espaço experienciado pelas comunidades neolíticas é de admitir que seja, globalmente, contemporânea da construção dos monumentos megalíticos que se distribuem no vale (Mamoa da Ereira) ou no topo da serra de Santa Luzia (Mamoa da

7. Apesar de se defender a navegação fluvial e por cabotagem no atlântico ocidental, desde o Neolítico, é a partir da Idade do Bronze que o fenómeno está bem documentado, sobretudo a partir das descobertas das embarcações de North Ferriby, para as quais se admite poderem ter tido mastros amovíveis, e de Dover, na Grã-Bretanha. Sobre o assunto consultar Guerrero Ayuso (2009).

8. Embora para época mais recente as fontes clássicas descrevam as embarcações do Canal da Mancha com características similares (Guerrero Ayuso, 2009).

Chã de Afife), sendo possível que os lugares gravados pudessem, entre múltiplas significações, marcar espaços liminares no seio dos caminhos vivenciados pelos seus construtores, ainda portadores de um modo de vida pautado por alguma mobilidade num território circunscrito (Bettencourt, 2009; 2013).

Sendo frequente no Noroeste a deposição de fragmentos de moinhos nos montículos que caracterizam os monumentos megalíticos, cabe perguntar se serão desta fase a deposição de moinhos moventes no caos de blocos de Santo Adrião? E neste caso, o que significarão, além de estabelecerem uma ligação entre diferentes lugares? O moinho transforma a matéria, seja a pedra, a argila, o ocre, o grão. Assim sendo, significarão metáforas de transformação (do mundo, das pessoas, das plantas e dos animais)? E a sua deposição? Será resultado de ações de agradecimento ou de evocação?

Em relação às gravações de armas defendeu-se, em texto recente (Santos-Estévez *et al.,* 2017), que poderão representar metáforas de oferendas às "divindades" ou aos espíritos dos lugares. De notar que, no caso concreto, elas orientam-se, simultaneamente, para uma fenda, ou seja, para o interior da terra (sagrada?) e para nordeste, onde nasce o sol no solstício de verão.

Quanto aos barquiformes é admissível pensar que resultem da materialização de cultos de origem forânea em lugares cerimoniais endógenos onde existissem cultos, aparentemente similares, funcionando como ideogramas de viagens míticas ou mitificadas (Bettencourt, 2017b). Talvez por essa razão o local escolhido esteja relativamente perto da costa e com visibilidade sobre ela, nomeadamente sobre a foz do rio Âncora que desagua num porto natural. Face à orientação dos barcos (este-oeste) e à associação do barco com mastro com um motivo circular com apêndice, existente a noroeste, cabe perguntar se não estaremos perante representações de mitologia celeste (viagens celestes?). De notar que, tanto Santo Adrião 1 (com armas), como Santo Adrião 2 (com barcos) e Santo Adrião 6, com um pequeno círculo a este (o sol?), se organizam, espacialmente, num pequeno anfiteatro virado a nascente. Não cremos que estas características sejam acidentais, pelo que colocamos a hipótese de que este conjunto de motivos gravados poderão interrelacionar-se e relacionar-se, pelo menos em parte, com ritos associados ao tempo cíclico, durante a Idade do Bronze ou inícios da Idade do Ferro.

Terá o motivo sub-retangular, gravado no pequeno bloco granítico, sido depositado durante esta fase de vida de Santo Adrião? De notar certa semelhança com o símbolo presente em algumas estátuas-menires da Pré-história Recente do Noroeste, a que se dá o nome convencional de estola. Ao ser assim, corresponderia este símbolo à personificação da estátua-menir e do seu significado?

O que referir em relação às restantes materialidades (artefactos sobre seixos e seixos) encontradas nas fendas e nos espaços entre penedos?

Se alguns seixos poderiam ter sido trazidos em épocas históricas aquando da extração de pedra manual que ocorreu no local, podendo ter sido usados como cunhas, (principalmente os fragmentados) cremos que, pelo menos os que se encontram em ótimo estado de conservação, poderão indiciar deposições intencionais, ou seja, oferendas ao lugar, no contexto da visitação cíclica do *locus*[9]. No entanto, os seixos fragmentados também poderiam ter sido ferramentas de gravação que, pelo facto de permitirem insculpir os signos representativos do mundo simbólico, se tornariam significantes. De notar que este tipo de achados também foram documentados numa escavação levada a cabo na entrada do abrigo de Pedra Furada, em Campo Lameiro, na Galiza, cujo acesso foi gravado com arte Atlântica. Aí foram encontrados dois seixos rolados de forma alongada (Santos-Estévez, 2013). Na Suécia, na região de Bohüslan, também foram registados artefactos líticos e cerâmicos no interior de fendas de afloramentos com gravuras rupestres da Idade do Ferro (Bengtsson e Ling, 2008).

Ao aceitarmos a hipótese da deposição intencional, cabe perguntar se tais objetos teriam sido amortizados diretamente no interior das fendas ou depositadas sobre o caos de blocos e, com o tempo, terem escorregado para os interstícios existentes entre os penedos? Apesar de não termos resposta para estas questões é notório que a sua procedência seria marinha ou fluvial, tendo sido trazidos para o local a partir das margens do rio ou das praias (dada a característica achatada de alguns seixos). Talvez os ar-

9. Tal como foi referido, as sondagens arqueológicas realizadas em área contígua ao caos de blocos, pelo lado nascente, não revelaram qualquer ocupação arqueológica que permitisse enquadrar, em termos cronológico-culturais, os artefactos sobre seixos rolados e os seixos rolados encontrados no interior do caos de blocos.

tefactos talhados possam ter sido trazidos de jazidas arqueológicas existentes nos terraços marinhos ou fluviais das imediações[10] sendo considerados significantes por se reconhecer que teriam sido feitas pelos antepassados.

Apesar das muitas dúvidas suscitadas e das falta de resposta para muitas delas, o *locus* gravado de Santo Adrião merece especial destaque no contexto da arte rupestre do noroeste ibérico pelo seu ineditismo e pelas problemáticas que equaciona.

AGRADECIMENTOS

Manuel Santos-Estévez agradece à FCT a bolsa de pós-doutoramento com a referência SFRH/BPD/93700/2013 no âmbito da qual se insere este trabalho. Ana M. S. Bettencourt agradece à FCT a bolsa de licença sabática com a referência SFRH/BSAB/114296/2016 – *Rock Art of the Northwest Iberia. Liminality and Heterothopy,* no contexto da qual realiza este texto. Ambos os autores agradecem à Junta de Freguesia de Âncora e à Câmara Municipal de Caminha, todo o apoio prestado durante a realização dos trabalhos de campo.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Lara Bacelar (2003) – *The Movement of Signs. Post-Glacial Rock Art in North western Iberia*. Reading: University of Reading.

BAPTISTA, António Martinho (1983-1984) – Arte Rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva. *Portugália*, Nova série, 4-5, pp. 71-82.

BENGTSSON, Lasse e LING, Johan (2007) – Scandinavia's most finds associated rock art sites. *Adoranten.* Tanum Rock Art Research Center, pp. 40-50.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2009a) – Entre os montes e as águas: ensaio sobre a percepção dos limites na Pré-história da faixa costeira entre o Minho e o Lima (NW português). In BETTENCOURT, Ana M.S. e ALVES, Lara B. eds. – *Dos Montes, das Pedras e das Águas*. Braga: CITCEM, APEQ, pp. 131-162.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2009) – A Pré-história do Minho: do Neolítico à Idade do Bronze", In PEREIRA, Paulo coord. – *Minho. Traços de Identidade*, Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp. 70-113.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2013) – O Bronze Final no Noroeste português. Uma rede complexa de lugares, memórias e ações. In CARDOSO, J. L. ed. – *Carlos Ribeiro (1813-1882). Geólogo e Arqueólogo. Homenagem da Câmara Municipal de Oeiras e da Academia das Ciências de Lisboa nos 200 anos do seu nascimento*. [Estudos Arqueológicos de Oeiras 20], pp. 145-162.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2014) – Passos 3. In BETTENCOURT, Ana M. S. e ABAD-VIDAL, Emilio eds. – *CVARN – Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português* (www.cvarn.org).

BETTENCOURT, Ana M. S. (2017a) – *O Sentido das Pedras. Pensando a Arte Rupestre do Noroeste Português*. Braga: Lab2PT.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2017b) – Gravuras rupestres do noroeste português para além das artes atlântica e esquemática, *Actas do II Congresso da Associação de Arqueólogos Portugueses,* Lisboa: AAP.

BETTENCOURT, Ana M. S. e SANTOS, Ana C. (2014) – Eira do Louvado. In BETTENCOURT, Ana M. S. e ABAD-VIDAL, Emilio eds. – *CVARN – Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português* (www.cvarn.org).

BETTENCOURT, Ana M. S. e AMORIM, Maria João (2014b) – Chão do Cano 1. In BETTENCOURT, Ana M. S. e ABAD-VIDAL, Emilio eds. – *CVARN – Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português* (www.cvarn.org).

BETTENCOURT, Ana M. S., SILVA, Isabel S. e SIMÕES, Pedro, P. (2014) – Matança. In BETTENCOURT, Ana M. S. e ABAD-VIDAL, Emilio eds. – *CVARN – Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português* (www.cvarn.org).

BRADLEY, Richard (1997) – *Rock Art and the Prehistory of Atlantic Europe.* London: Routledge.

BRADLEY, Richard, CRIADO BOADO, Felipe e FÁBREGAS VALCARCE, Ramón. (1995) – Rock Art and the prehistoric landscape of Galicia: the results of field survey between 1992 and 1994. *Proceedings of the Prehistoric Society* 61: 347-370.

CARDOSO, Daniela (2015) – *Arte Atlântica do Monte de S. Romão (Guimarães) no Contexto da Arte Rupestre Pós-paleolítica da Bacia do Ave, Noroeste Português,* Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

COSTAS GOBERNA, Fernando Javier, NOVOA ÁLVAREZ, Pablo; SANROMÁN VEIGA, José Antonio (1995) – Sta Mª de Oia. Sus grabados rupestres. In *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología (Vigo 1993)* Vol. II. Vigo, pp. 131-35.

GARCÍA ALÉN, Alfredo e PEÑA SANTOS, Antonio de La (1980) – *Grabados Rupestres de la Provincia de Pontevedra.* La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

10. Segundo Pereira (2012), as margens do Âncora são ricas em terraços quaternários.

GUERRERO AYUSO, Víctor M. (2009) – *Prehistoria de la Navegación. Origen y Desarrollo de la Arquitectura Naval Primigenia*. Bar International Series 1952. Oxford: Archaeopress.

PEREIRA, Eurico (1992) – *Carta Geológica de Portugal na Escala 1/200 000. Notícia Explicativa da Folha 1*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

SANTOS, Ana C. (2014) – A Laje da Churra (Paço, Carreço, Viana do Castelo). Estudo monográfico de um lugar gravado. Braga: Universidade do Minho (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, André Tomás (2008) – *Uma abordagem hermenêutica-fenemonológica à arte rupestre da Beira Alta: o caso do Fial (Tondela, Viseu)*, [Estudos Pré-históricos 13). Viseu: CEPBA.

SANTOS-ESTÉVEZ, Manuel (1998) – Los espacios del arte: construcción del panel y articulación del paisaje en los petroglifos gallegos, *Trabajos de Prehistoria*, 55, 73-88.

SANTOS-ESTÉVEZ, Manuel. (2007) – *Petroglifos y Paisaje Social en la Prehistoria Reciende del Noroeste de la Península Ibérica*. [TAPA 38]. Santiago de Compostela: IEGPS-CSIC.

SANTOS-ESTÉVEZ, Manuel (2013) – La Excavación Arqueológica del Arte Rupestre. In *Petroglifos, Paleoambiente y Paisaje. Estudios Interdisciplinares del Arte Rupestre de Campo Lameiro (Pontevedra*). Santiago de Compostela: INCIPIT-CSIC, pp. 107-123.

SILVA, Armando C. F. (1986) – *A Cultura Castreja no Norte de Portugal*. Paços de Ferreira.

SILVA, Eduardo Jorge L. (1988) – A Mamoa de Afife: breve síntese de 3 campanhas de escavação. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 28:1-2, pp. 127-132.

SILVA, Eduardo Jorge L. (1989) – Escavação da Mamoa de Aspra. Vila Praia de Âncora (Caminha). *Revista de Ciências Históricas*, 4, pp. 13-38.



Figura 1 – Localização de Santo Adrião em excerto da Carta Militar de Portugal nº 27, à escala 1:25.000.

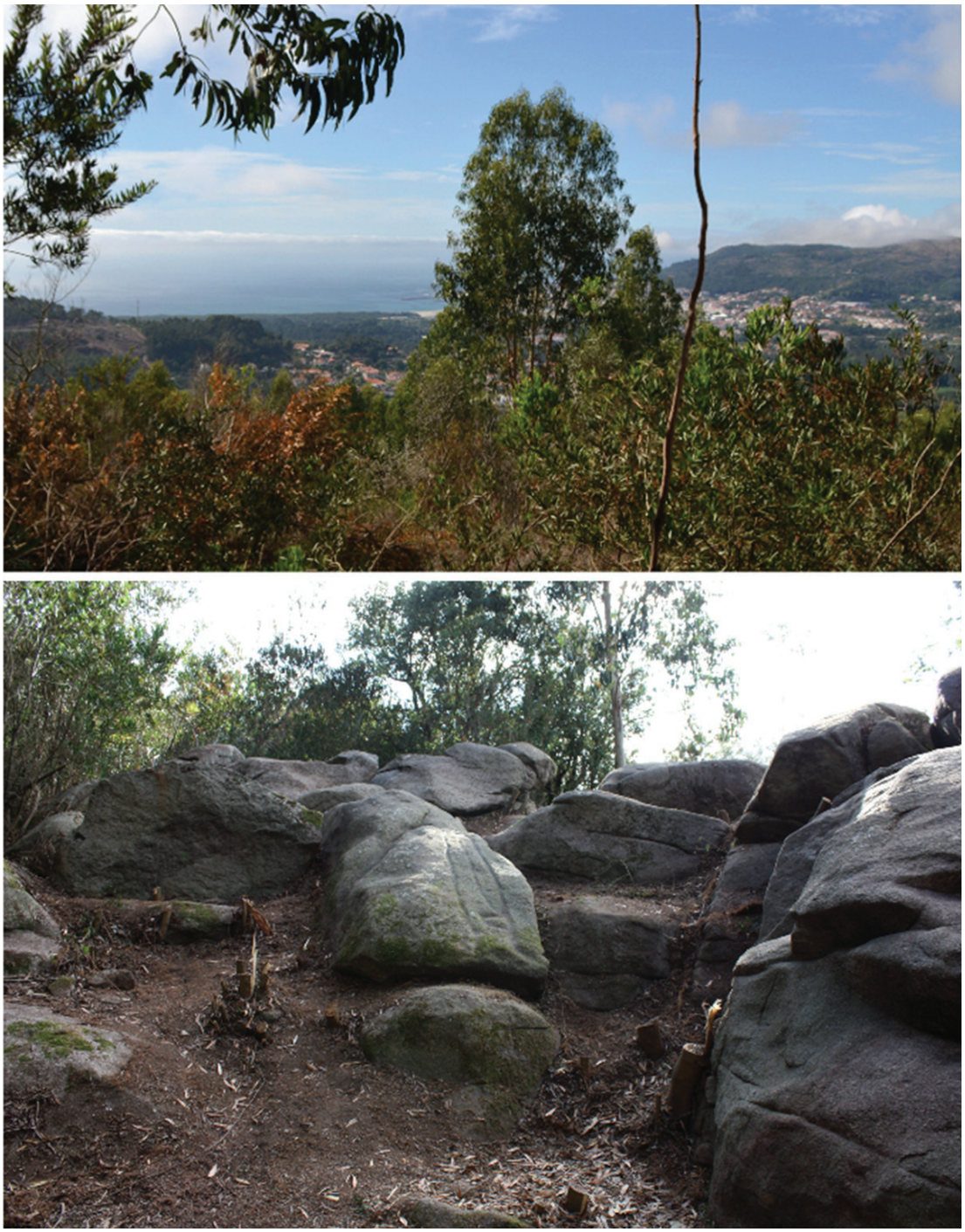


Figura 2 – Topo: observação do estuário do Âncora e da bacia de Vila Praia de Âncora a partir do centro do caos de blocos. Em baixo: caos de blocos de Santo Adrião, visto de nordeste, onde se nota a área de entrada no seu interior.



Figura 3 – Santo Adrião 1. Esquerda: afloramento em processo de limpeza. Direita: fotogrametria das gravuras.



Figura 4 – Santo Adrião 2. No topo: embarcação do painel 1. Em baixo: embarcações do painel 2. A pintura a branco foi realizada sobre o suporte fotográfico.



Figura 5 – Santo Adrião 3. No topo: vista geral do topo e de uma das paredes laterais do afloramento. Em baixo: fotogrametria das gravuras.

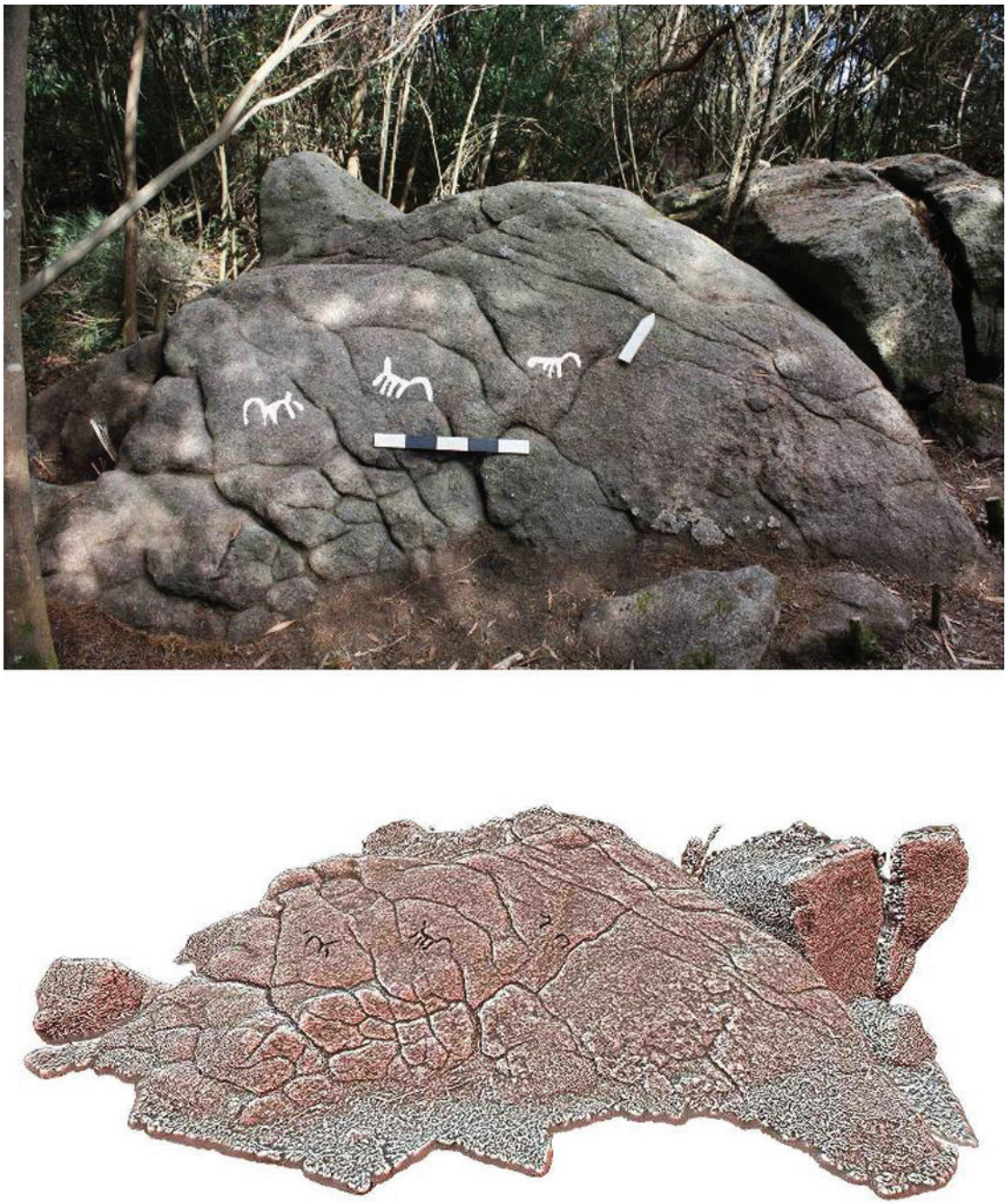


Figura 6 – Santo Adrião 7. No topo: afloramento visto desde sudeste. Abaixo: fotogrametria dos motivos gravados.



Figura 7 – Santo Adrião 7, vista a partir de nordeste.



Figura 8 – Santo Adrião 8. Motivo pintado sobre fotografia digital.



Figura 9 – Bloco com gravura subretangular.

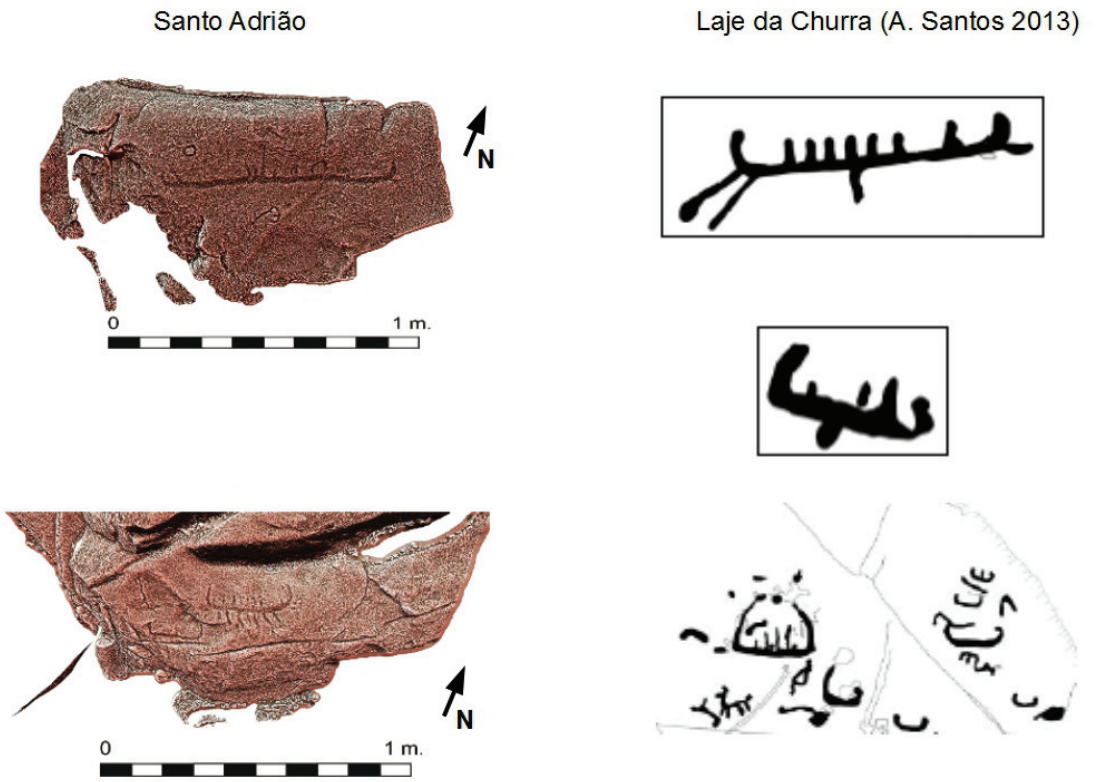


Figura 10 – Esquerda: barquiformes sem mastro e com mastro de Santo Adrião 3. Direita: vários tipos de barquiformes sem mastro (?) da Laje da Churra, segundo Santos (2014). De notar a presença de covinha associada a alguns barquiformes.

UMA ABORDAGEM "MULTI-PROXY" APLICADA À CONSERVAÇÃO DO SÍTIO DE ARTE RUPESTRE DE COBRAGANÇA, MAÇÃO, PORTUGAL

Sara Garcês[1], Hugo Gomes[2], Vera Moleiro[3], Hugo Pires[4], Flávio Joaquim[5], Anabela Pereira[6], Luiz Oosterbeek[7]

RESUMO

Este trabalho apresenta uma abordagem multidisciplinar à monitorização do estado de conservação do sítio de arte rupestre de Cobragança, em Mação, Portugal. Este apresenta um estado grave de conservação, compreendendo-se, hoje em dia, uma perda bastante acentuada do conjunto de gravuras devido a fatores naturais e, essencialmente, fogos florestais. Tendo como princípio a análise dos primeiros registos de campo nos anos 40 do século XX, inicia-se um processo de monitorização da alteração do estado de conservação do sítio. Através da combinação de vários métodos, é possível compreender o processo de degradação do sítio, proceder à reconstituição aproximada do acervo iconográfico e, a partir deste, valorizar o Património e desenvolver ações de proteção e divulgação sustentáveis.

Palavras-chave: Cobragança, Conservação, Arte rupestre, Documentação, 3D.

ABSTRACT

This paper presents a multi-proxy conservation monitoring approach to Cobragança rock-art site, Mação, in central Portugal. It presents a serious state of conservation with the loss of several engravings mainly due to natural factors and forest fires. Starting with the analyses of the first field records made in 1940, a process of monitoring the alteration of the site begins. Through the combination of several methods, it is possible to understand the process of degradation of the site, to proceed to the accurate tracing and understanding of the iconographic set and, from this, to value this heritage and to develop actions of sustainable protection and dissemination.

Keywords: Cobragança, Conservations, Rock art, Documentation, 3D.

1. INTRODUÇÃO

A história da investigação da arte rupestre é muitas vezes caracterizada como sendo uma contínua procura por técnicas de documentação confiáveis e precisas (Clogg & Díaz-Andreu, 2000). Nas últimas décadas, as técnicas informáticas digitais foram introduzidas no processo de documentação de arte rupestre, o que originou uma grande revolução. Novos sistemas de hardware e software, criados comumente para outras disciplinas, logo foram aplicados com sucesso na Arqueologia, e como a arte rupes-

1. Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (u. ID73 – FCT); Inst. Terra e Memória; saragarces.rockart@gmail.com

2. Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (u. ID73 – FCT); Inst. Terra e Memória; hugo.hugomes@gmail.com

3. Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (u. ID73 – FCT); Inst. Terra e Memória; vera_moleiro@hotmail.com

4. Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo – Faculdade de Arquitectura da Univ. do Porto; miqhapaqnan@gmail.com

5. Instituto Terra e Memória; flavio.joaquim83@gmail.com

6. Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo; Instituto Terra e Memória; belaborralheiro@gmail.com

7. Inst. Politécnico de Tomar; Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (u. ID73 – FCT); Inst. Terra e Memória; loost@ipt.pt

tre lida, essencialmente, com imagens, muitos dos processadores de software digital de imagens foram aplicados na documentação tanto de laboratório como de campo. Tornou-se possível aprimorar, tratar, retocar, medir, equilibrar e corrigir basicamente todos os aspetos que uma imagem de arte rupestre envolve. Um novo conjunto de novas metodologias de documentação tem sido aplicado a diferentes tipos de sítios de arte rupestre, independentemente da sua cronologia, localização ou técnica. Algumas preocupações são evidentes: o mais importante é evitar técnicas intrusivas ou metodologias destrutivas e, ao mesmo tempo, tornar possível a documentação precisa e autêntica, não só para fins científicos, mas também para monitorização da conservação dos painéis e para fins de divulgação. Muitos dos processos de documentação de arte rupestre hoje em dia, começam com a análise dos decalques antigos. Adições, retoques ou novas figuras são normalmente reconhecidas (González-Sainz and Ruiz, 2010).

Juntamente com esta nova gama de metodologias aplicadas à arte rupestre, o scanner de varrimento digital de fotogrametria 3D veio acrescentar um "background" de precisão e alta qualidade aos registos de arte rupestre. Apesar da documentação de alta precisão surgir como uma ferramenta revolucionária na arte rupestre, tanto as técnicas de 2D como as de 3D apresentam alguns problemas e ainda podem ser consideradas complementares uma da outra. Embora as técnicas de documentação em 2D apresentem problemas de distorção, precisão e estejam sujeitas a uma interpretação subjetiva pessoal por parte do observador (López-Montalvo & Domingo Sanz, 2005), o registo em 3D apresenta uma documentação mais precisa e adequada, mas pode ainda apresentar alguns problemas na reprodução de superfícies com problemas de conservação ou com muitas sobreposições.

2. O SÍTIO DE ARTE RUPESTRE DE COBRAGANÇA, MAÇÃO, PORTUGAL

O sítio de arte rupestre de Cobragança está localizado a cerca de 1.2 km da vila do Caratão na área municipal de Mação, Portugal central (Figura 1). Geologicamente, a área ocupa um dos pontos mais elevados, sobre o vale em que uma falha coloca em contacto a série silúrica a norte e a série ordovícica a sul. Este cabeço é o único formado por conglomerados de Lousa, unidade litoestratigráfica formada por depósitos continentais, de idade Pliocénica, (Romão, 2006), pertencentes à Bacia Cenozóica do Baixo Tejo. Para melhor compreender o grau de degradação das gravuras, análises petrográficas foram realizadas na superfície rochosa. A rocha apresenta uma cor castanha-avermelhada, textura clástica, clastos angulosos a sub-rolados relativamente à sua dimensão. Quanto à sua natureza mineralógica, tanto os clastos como a matriz são essencialmente de quartzo, no entanto são também observáveis em menor quantidade feldspato potássico e plagióclase (Moleiro, 2015) (Figuras 1 e 2).

O sítio de arte rupestre de Cobragança foi descoberto em 1943 e fotografado na altura. Para realçar as gravuras, foi usado giz sobre as mesmas. Apenas 40 anos mais tarde (em 1983) as rochas foram fotografadas de novo e um decalque em 2D dos painéis foi realizado. Para o decalque foi utilizado plástico transparente posicionado diretamente sobre as superfícies rochosas e marcadores permanentes para a marcação das gravuras. Neste decalque, é possível observar que muitas gravuras que foram na altura documentadas, são hoje difíceis ou mesmo impossíveis de observar. Em 1998, os painéis foram de novo fotografados e já se registava um certo grau de erosão devido a fatores naturais, como a chuva e vento. Os painéis estavam quase completamente cobertos de líquenes quando um incêndio, em 2003, afetou gravemente os painéis com gravuras. Entre 2001 e 2012 registaram-se 381 ocorrências de incêndio no concelho de Mação. 2003 foi o ano mais grave tendo ardido 20456 hectares. O maior incêndio que teve início neste concelho ocorreu a 3 de agosto de 2003 consumindo 6100 hectares (Gráfico 1 e 2).

Está provado (mesmo que em diferentes contextos) que as altas temperaturas afetam gravemente a superfície das rochas com arte rupestre (Allison & Bristow, 1999; Hoerlé, 2006; Tratebas, Cernevy & Dorn, 2004; Meiklejohn, Hall & Davis, 2009). Deste modo, foram realizadas algumas intervenções relativas à conservação dos painéis. O objetivo era mitigar os efeitos da erosão térmica provocada pelo incêndio. Foi possível observar que as altas temperaturas a que as rochas estavam sujeitas, levaram a uma mudança significativa na cor dos painéis gravados e vários destacamentos na rocha ocorreram. Foi realizado um croqui dos painéis com as gravuras e um trabalho de conservação de consolidação da superfície gravada (Oosterbeek, Cura & Pereira, 2004). No entanto, a superfície gravada, já frágil de-

vido às consequências dos incêndios, foi exposta a problemas de conservação de ordem natural, como vento, chuva, variação de temperatura, líquenes, musgos, raízes de árvores e arbustos pequenos que começaram a crescer indiscriminadamente após o incêndio. Em 2008, algumas fotografias dos painéis foram realizadas, permitindo-nos observar a extrema variação de cor dos painéis aliados à extrema dificuldade de ver as gravuras. Outro decalque em 2D foi feito já registando o desaparecimento de algumas gravuras em comparação com o decalque de 1983. Novamente, o decalque foi feito usando plástico transparente posicionado diretamente sobre a superfície da rocha e marcador permanente para desenhar as gravuras.

As figuras apresentadas nos painéis podem ser interpretadas como uma forma de flor, uma figura retilínea, uma forma oval completamente preenchida com linhas de radiação (no painel 1) e uma figura ovalada com uma linha traçada no meio, dois círculos concêntricos com radiação lineares, duas figuras quadrangulares com apêndices (uma dela com uma covinha no centro), algumas figuras circulares com ou sem covinhas e alguns traços soltos juntamente com algumas covinhas (no painel 2) (Figura 3).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A primeira abordagem para uma melhor captura digital do sítio de arte rupestre de Cobragança aconteceu em 2014 durante uma visita noturna aos painéis com gravuras. O material necessário para este exercício foi selecionado para garantir um bom registo fotográfico em formato digital, recorrendo a material técnico para leitura de valores de fotometria ambiente e calibração de cores. Em termos de equipamento, recorreu-se a uma câmara digital Canon 5D Mark II, uma objetiva Canon 50mm f/1.6, um fotômetro Sekonic Flashmaster L358, um Passaport ColorChecker de amostra 24 cores com 125mm (altura) x 90mm (largura) x 9mm (espessura), peso de 80g com uma faixa de humidade máximo de 85%, não condensante e uma faixa de temperatura para uso normal da caixa: 32°–104° Fahrenheit / 0°–40° Celsius. Também foi usado um tripé da gama profissional Manfrotto e algumas luzes contínuas de tipo LED portáteis médias e pequenas com cobertura de campo de iluminação de 8 a 4m². A técnica utilizada para a captura da imagem teve a intenção de mudar a perceção visual do olhar sobre as gravuras de rocha e aplicar o conhecimento do campo da fotografia científica nas técnicas de iluminação no local. O uso de iluminação LED além de ser económico também é importante porque é uma luz contínua, com variações de temperatura de cores entre 4500K e 5300K. Foram colocadas num enquadramento previamente considerado tendo em conta a posição dos painéis com gravuras. O objetivo passou por distribuir a luz ao longo do ambiente envolvente e não nos próprios painéis. As imagens foram feitas de acordo com as seguintes configurações da camara fotográfica: Modo Manual; Balanço Automático de Brancos, Diafragma de f/22; Iso: 400; Exposição de Luz 1/30''S; Formato de Ficheiro Digital: RAW, Lente: 50mm f/1.4 (Figura 4).

A segunda abordagem ao registo gráfico dos dois afloramentos com arte rupestre foi realizada em Fevereiro de 2016 através de uma nova técnica de registo desenvolvida e aplicada por Hugo Pires e designada por Modelo Residual Morfológico (MRM) (Pires *et al*., 2015). Embora as suas aplicações não se restrinjam à arte rupestre gravada nem aos suportes pétreos, o MRM tem revelado grande capacidade de identificação de vestígios de arte rupestre, de difícil perceção ou mesmo ocultos, em diversos contextos arqueológicos (Caninas *et al*., 2011; 2016) (Pires *et al*., 2015) (Vilaça *et al*., 2016).

Ao contrário das técnicas convencionais de registo, centradas na observação e inspeção direta das gravuras, o MRM é uma técnica de análise morfológica do micro-relevo que recorre apenas a réplicas digitais das superfícies gravadas.

Estas réplicas são formadas por extensas quantidades de pontos medidos através de tecnologias de digitalização tridimensional nas superfícies do objeto real. No presente caso optou-se pela aplicação de fotogrametria digital para a obtenção dos modelos digitais pela portabilidade e baixo custo que esta técnica apresenta. A utilização de uma estação total com medição remota de distância permitiu estabelecer um referencial orientado e escalado às dimensões reais.

Seguindo um processo fotogramétrico digital de orientação externa e interna de fiadas de fotogramas foi possível realizar o cálculo de nuvens de pontos das duas superfícies gravadas com uma resolução espacial média de 0,4mm/ponto. No total, foram processados mais de 30 milhões de pontos descrevendo detalhadamente a morfologia das superfícies gravadas. Os resíduos morfológicos de sulcos

gravados que persistam na superfície e que tenham expressam volumétrica superior à resolução espacial do registo adquirem assim a sua imagem digital prestando-se a ser analisados através de processos computacionais.

Através do algoritmo de segmentação desenvolvido para esta técnica, o relevo predominante é separado do residual e as diferenças obtidas representadas em escalas de cor onde os níveis de predominância e residualidade são ajustados à dimensão e expressão volumétrica dos vestígios. O resultado consiste num mapeamento micro-orográfico de elevado contraste que permite evidenciar características dificilmente percecionadas através da observação direta das superfícies. A informação 3D foi finalmente convertida em imagens bidimensionais segundo planos ortográficos escalados passíveis de virem a ser utilizados como suporte gráfico de decalques interpretativos por via digital (Figura 5).

4. RESULTADOS

Os resultados da fotografia aplicada permitiram a visualização (no painel 2) de um conjunto de gravuras já conhecidas dos decalques anteriores e três gravuras que são de momento impossíveis de visualizar a olho nu (Figura 6: círculos verdes). Estas três novas figuras apresentam uma forma oval e circular. O exercício fotográfico relevou-se com o mais detalhado registo em fotografia digital do sítio de Cobragança até ao momento. No entanto, levantou algumas questões relativas à possibilidade de uma análise das rochas em 3D permitir, ou não, a visualização das gravuras reconhecidas através da fotografia noturna. O Modelo Morfológico Residual (MRM) confirma assim os resultados da aplicação fotográfica noturna. No painel número 2 de Cobragança foi possível observar não só gravuras reconhecidas nos primeiros decalques da rocha, como também gravuras completamente inéditas.

5. CONCLUSÕES

Com este artigo, pretendemos apresentar uma abordagem de monitoração de conservação para o sítio de arte rupestre de Cobragança, Mação, no centro de Portugal, que apresenta graves problemas de conservação devido a um incêndio florestal e consequente erosão pelo vento e pela chuva. Esta abordagem de monitoração de conservação permitiu não só, pela primeira vez, fazer uma reprodução em 3D perfeita e integral dos painéis com gravuras como, através desta, uma representação gráfica em 2D de ambos os painéis (Figura 7). Além disso, permitiu compreender o grau de dano causado pelo incêndio florestal, pois foi possível ver mais gravuras através da reprodução 3D e 2D que é possível ver a olho nu. Além disso, as novas gravuras que apareceram nas primeiras fotos que foram levadas aos painéis (na década de 40) e na aplicação de fotogrametria 3D, significam que com este levantamento preciso é possível analisar o grau de dano que está implicado na rocha independentemente da visualização, ou não, das gravuras. Também pode significar que agora é possível fazer uma reprodução precisa dos painéis para fins de registro e divulgação do património no caso de esses painéis desaparecerem no futuro. Com este trabalho, pretendemos avaliar as possibilidades que esta abordagem de conservação pode ter ao ser aplicada em futuras ações de conservação, desenvolvimento de produtos para disseminação do património e documentação precisa e realista da arte rupestre.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo e Instituto Terra e Memória pelo acesso ao material arquivado correspondente ao sítio de Cobragança, nomeadamente fotografia e decalques. Ao Departamento de Geologia da UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro pela disponibilidade de equipamento técnico utilizado na realização e observação das lâminas delgadas. Ao Instituto Politécnico de Tomar pelo acesso ao equipamento de fotografia. Agradecemos à Fundacão para a Ciência e Tecnologia o apoio à pesquisa realizada, no âmbito do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra (projeto estratégico UID/ Multi/00073/2013).

BIBLIOGRAFIA

CANINAS, João, PIRES, Hugo, HENRIQUES, Francisco, CHAMBINO, Mário (2016) – Rock art in Portugal's border area. *Rock Art Research,* 33 (1), pp. 79-88.

CANINAS, João, HENRIQUES, Francisco, BAPTISTA, Álvaro, PIRES, Hugo (2016) Pedra das Cruzinhas. Notícia de um monólito gravado na fronteira entre os concelhos do Sabugal e Guarda. *Sabucale,* 3, pp. 33-54.

CLOGG, Phil; DÍAZ-ANDREU, Margarita (2000) – Digital Image Processing and the Recording of Rock Art. *Journal of Archaeological Science*, 27, pp. 837-843.

GÓNZALEZ-SAINZ, César; IDARRAGA, Ruiz (2010) – Una Nueva Visita a Santimamiñe. Precisiones en el conocimiento del conjunto parietal paleolítico. *Kobie,* Anejo 11, 180 p.

HOERLÉ, Stéphane (2006) – Rock temperatures as an indicator of weathering processes affecting rock art. *Earth Surface Processes and Landforms,* 31 (3), pp. 383-389.

LÓPEZ-MONTALVO, Esther; DOMINGO SANZ, Inés (2005) – Nuevas tecnologias y restitución bidimensional de los paneles levantinos: Primeros resultados y valoración crítica del método. *Actas del III Congreso del Neolítico en la Península Ibérica,* pp. 719-728.

MEIKLEJOHN, K.I.; HALL K.; DAVIS J.K. (2009) – Weathering of rock art at two sites in the KwaZulu-Natal Drakensberg, southern Africa. *Journal of Archaeological Science,* 36 (4), pp. 973-979.

MOLEIRO, Vera (2015) – *Antropização da Paisagem e Gestão das matérias-primas: estudo arquepetrográfico de monumentos megalíticos do Alto Ribatejo, Portugal.* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Politécnico de Tomar – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Departamento de Geologia da UTAD – Departamento de Território, Arqueologia e Património do IPT).

OOSTERBEEK, Luiz; CURA, Sara; PEREIRA, A. (2004) – Cobrança, Relatório de Emergência. *Techne,* 9, pp. 55-64.

PIRES, Hugo; FONTE, João; GONÇALVES-SECO, Luís; CORREIA SANTOS, Maria João; SOUSA, Orlando (2015) – Morphological Residual Model – A tool for enhancing epigraphic redings of higjly erosioned surfaces. Information Technologies for Epigraphy and Cultural Heritage. *Proceedings of the first EAGLE, International Conference.* Sapienza University Editrice, Roma, Itália, pp. 133-144.

ROMÃO, José (2006) – *Carta Geológica de Portugal. Folha 28-A, Mação.* Lisboa: INETI – Departamento de Geologia. 77 p.

TRATEBAS, Alice; CERVENY, Nicole Villa; DORN, Ronald (2013) – The Effects of Fire on Rock Art: Microscopic Evidence Reveals the Importance of Weathering Rinds. *Physical Geography,* 25 (4), pp. 313-333.

VILAÇA, Raquel; ROSA, J.M., BIZARRO, J., PIRES, Hugo; BAPTISTA, P. (In press) – Nova estela, nova história. Um referencial do Bronze Final na Cova da Beira (Telhado, Fundão, Portugal), Simpósio *"Imagens na Pedra na Pré-História e na Proto-História",* Braga, 30 de Novembro de 2016.



Figura 1 – Localização do sítio de Cobragança em Mação, centro de Portugal.

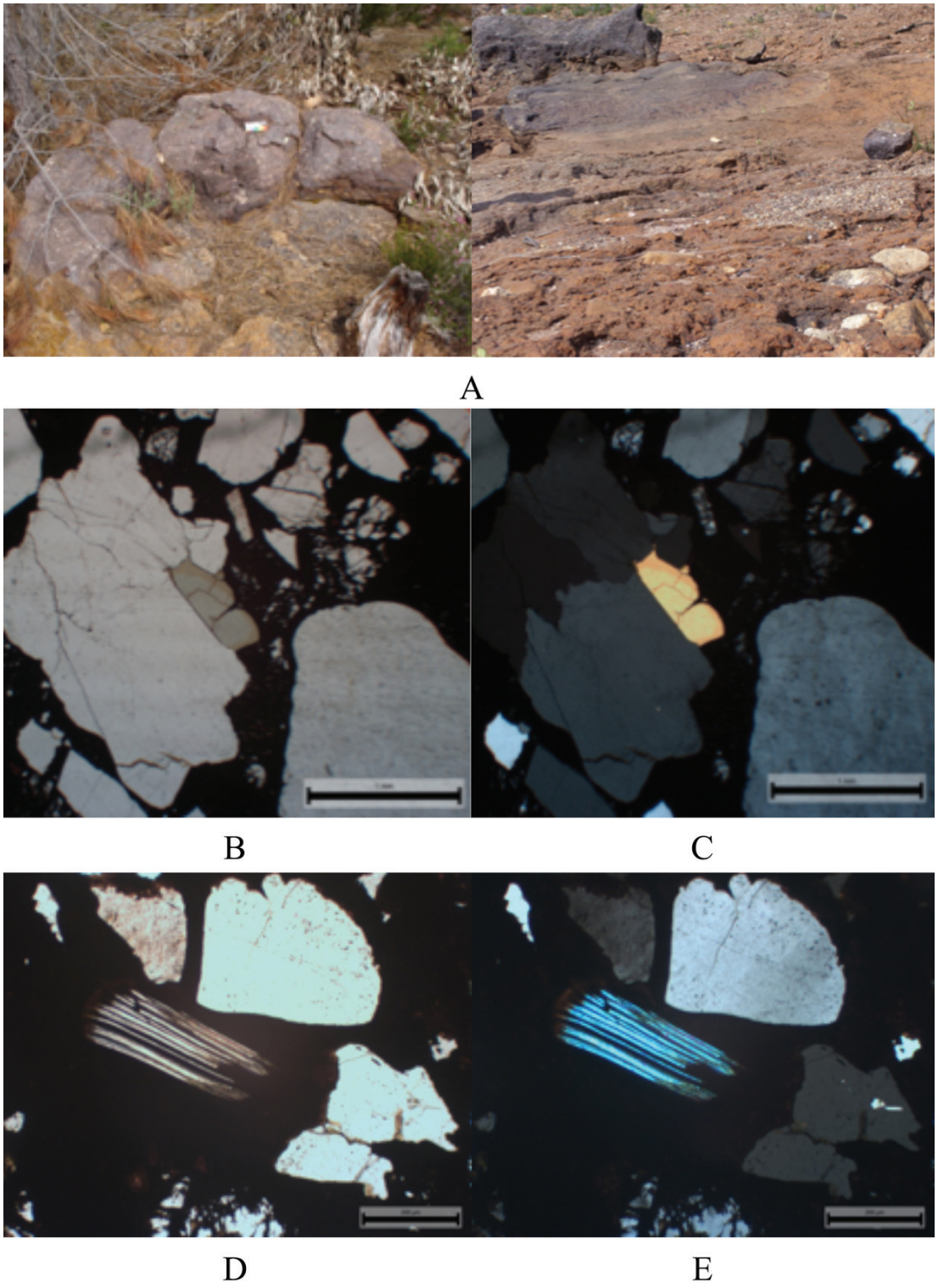


Figura 2 – A – Afloramento onde foi recolhida a amostra; Microtextura da rocha: B – C – Turmalina envolvida por quartzo (B - nicóis //; C – nicóis +); D – E – Moscovite com óxidos de ferro nas clivagens, quartzo e cimento ferruginoso (D - nicóis//; E - nicóis +) (Moleiro, 2015).

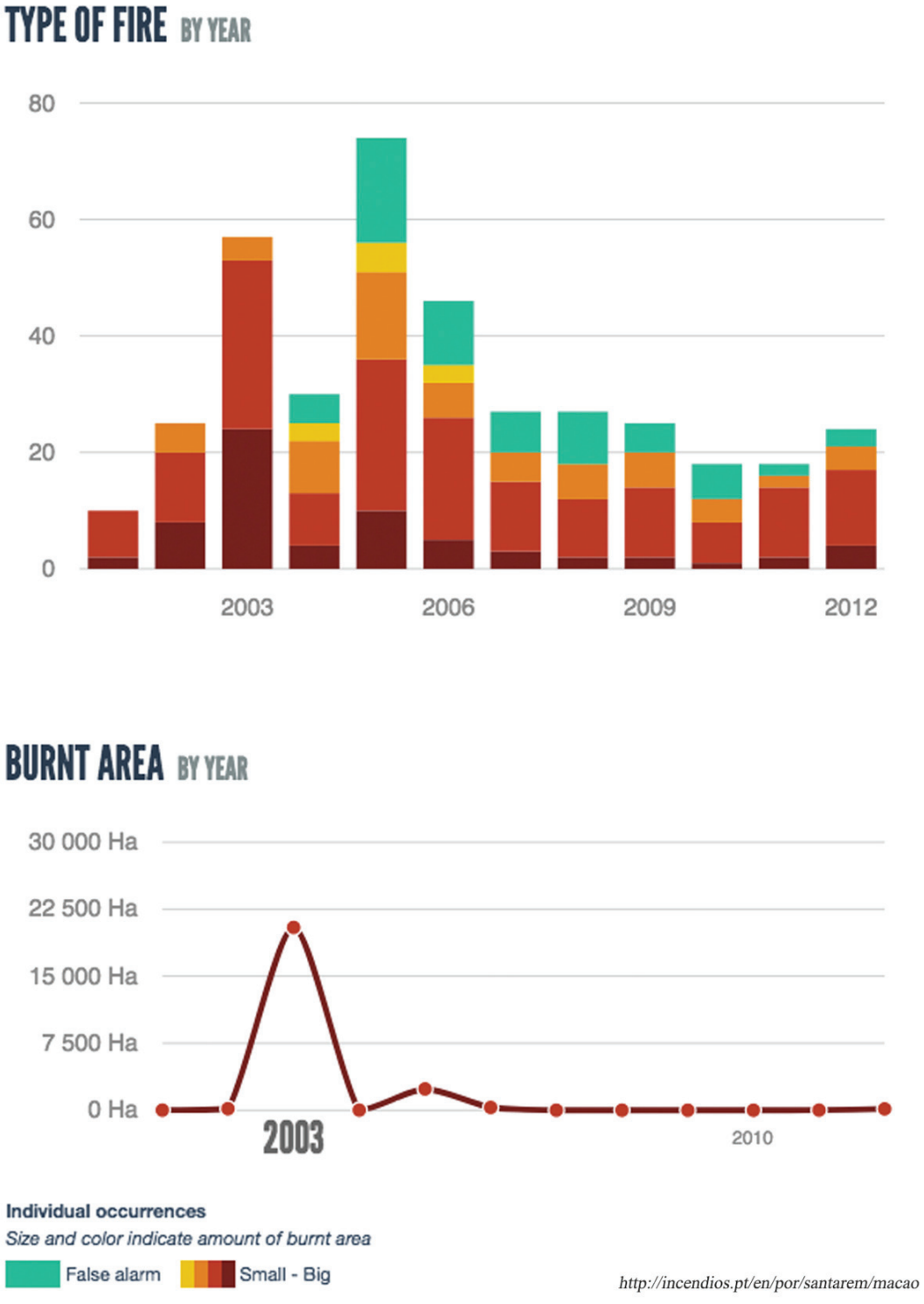


Gráfico 1 e 2 – Dados sobre a intensidade dos fogos no concelho de Mação entre 2001 e 2012. Adaptado de: http://incendios.pt/en/por/santarem/macao

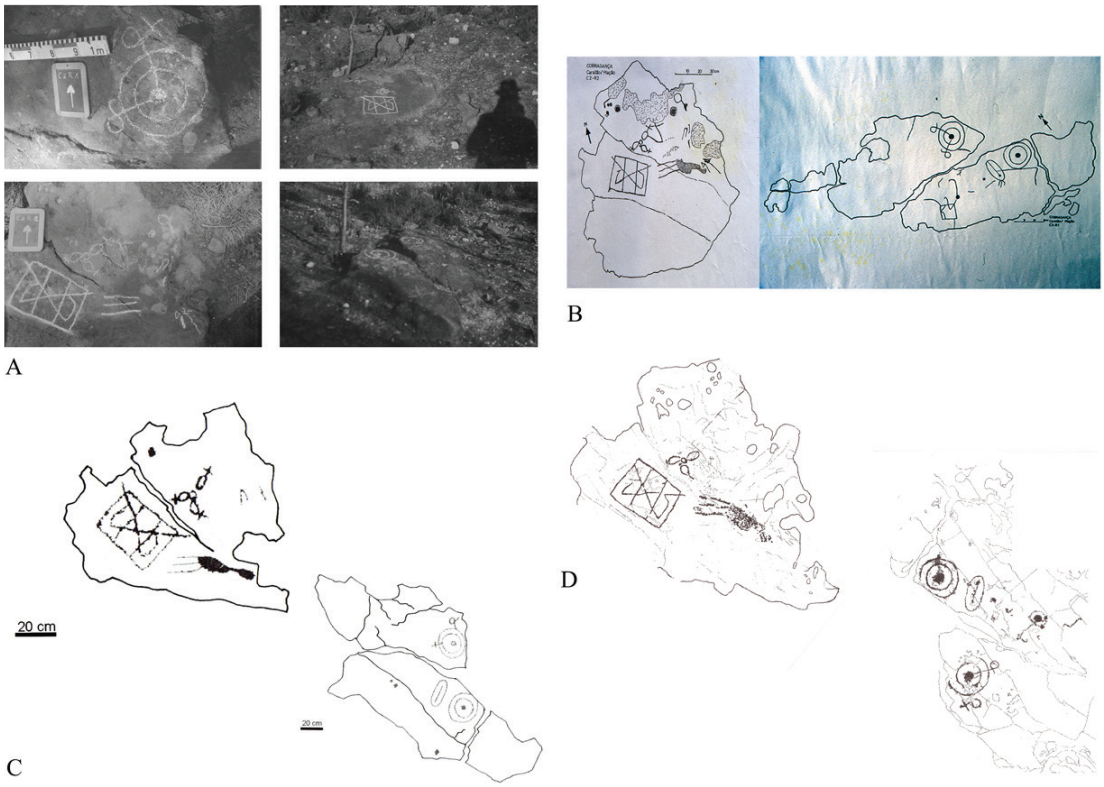


Figura 3 – A – Fotografia de Cobragança de 1943; B – Decalque em duas dimensões de 1984; C – Croqui dos painéis de arte rupestre durante o trabalho de conservação pós-incêndios em 2003; D – decalque em duas dimensões de 2008; Fonte: Instituto Terra e Memória, Mação.



Figura 4 – (1) Posição fixa de uma pequena lanterna LED; (2) Posição fixa de uma pequena lanterna LED; (3) Posição fixa de uma pequena lanterna LED; (4) Posição móvel de uma pequena lanterna LED; (5) Posição móvel de um LED de lanterna média; (6) Posição móvel de um LED de lanterna média; (7) Posição de movimento de um LED de lanterna média.

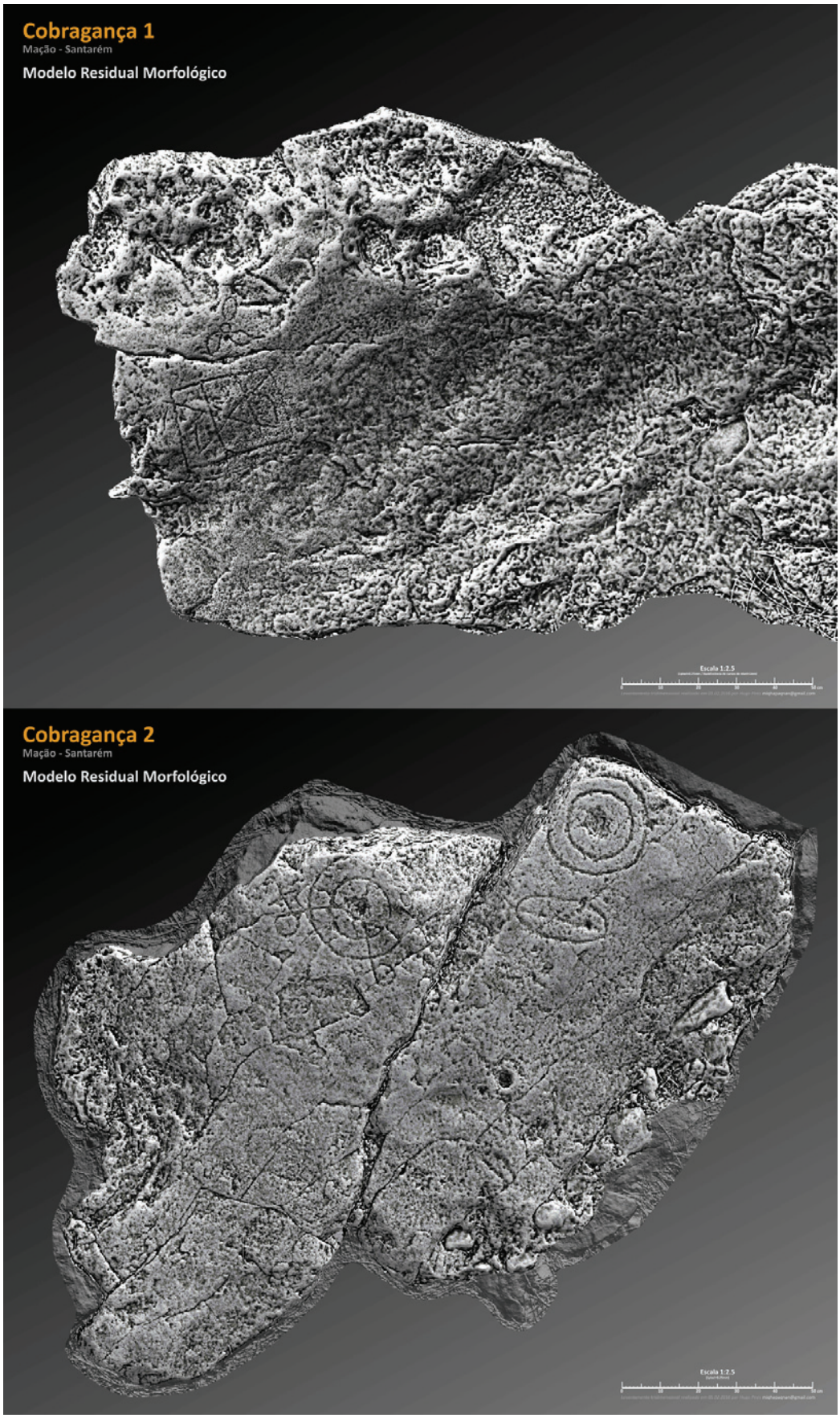


Figura 5 – Resultados obtidos através da aplicação do MRM aos modelos 3D dos dois painéis gravados de Cobragança, com representação do micro-relevo segundo uma escala de cinzento.



Figura 6 – A – (1) O resultado da técnica fotográfica usando 7 luzes portáteis LED fixas e móveis; B: O retangular vermelho mostra as gravuras já conhecidas, enquanto o retangular verde mostra três novas gravuras que são impossíveis de ver a olho nu.

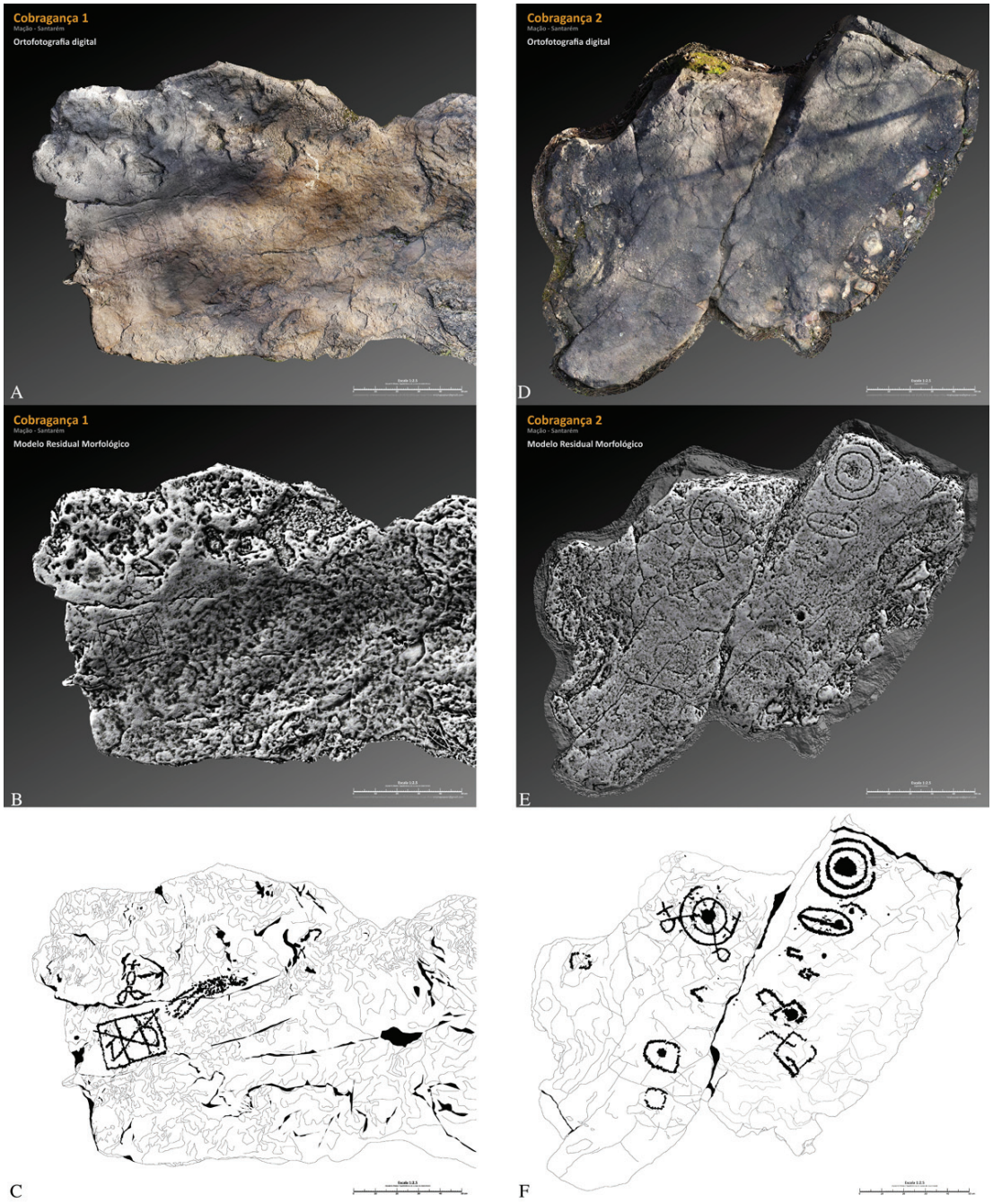


Figura 7 – A – Ortofoto da rocha 1 de Cobragança; B – Modelo Residual Morfológico da rocha 1 de Cobragança; C – Decalque 2D preciso da rocha 1 de Cobragança; D – Ortofoto da rocha 2 de Cobragança; E – Modelo Residual Morfológico da rocha 2 de Cobragança; F – Decalque 2D preciso da rocha 2 de Cobragança.

7
Antiguidade Clássica e Tardia

O PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE A OCUPAÇÃO HUMANA EM TORNO DA ALDEIA DE PEGARINHOS (ALIJÓ) – EM BUSCA DAS ORIGENS DA ROMANIZAÇÃO DO DOURO

Tony Silvino[1], Pedro Pereira[2]

Com a colaboração de Thierry Argant, Joana Brito, Tiago Ferreira, Rodolphe Nicot, Vincent Rault e Laudine Robin

RESUMO

O Vale do Douro durante o período Romano é, desde cedo, um tema sobre o qual vários investigadores têm dedicado uma atenção particular, sobretudo devido à estreita ligação de Roma à viti-vinicultura na perspectiva da historiografia tradicional, essencial no esquema económico regional desde o Período Moderno até aos nossos dias.

O Projecto de Investigação sobre a Ocupação Humana em torno da Aldeia de Pegarinhos, Alijó (PIOHP) iniciou-se em 2012, terminando a sua primeira fase em 2016. Com uma ocupação clássica faseada em dois momentos, o sítio de Trás do Castelo é, entre os séculos Iº e IIIº, ocupado por uma estrutura de cariz económico, com vários tipos de estruturas de produção e transformação de matérias primas. Num segundo momento, durante o século IVº, o sítio voltará a ser ocupado, mas num contexto sobretudo habitacional.

Os objectivos iniciais do projecto eram extremamente específicos, ligados sobretudo ao processo de romanização. No entanto, os dados proporcionados permitem-nos ir além dos lugares comuns e recoleções de artefactos em que a historiografia tradicional se tem suportado para escrever a história do Douro Romano.

Palavras-chave: Alijó, Romanização, Vale do Douro.

ABSTRACT

Since early on that the Douro Valley during its dominion by Rome has attracted researchers. This is mostly due to the traditional link between Rome and the advent of wine production and the role this economic activity has played in the region since Modern times until today.

Started in 2012, the Projecto de Investigação sobre a Ocupação Humana em torno da Aldeia de Pegarinhos, Alijó (PIOHP) has lasted, in its first phase, for four years. With a classical occupation divided in two defined moments, the Trás do Castelo site is, between the first and third centuries A.D., occupied by an agricultural and artisanal structure, with several different types of structures. A second moment, during the fourth century A.D. the site is re-occupied.

The initial objectives of the project were very specific, mostly connected to the Romanization process. Nevertheless, the data collected has allowed us to better understand the Roman Douro Valley History.

Keywords: Alijó, Romanization, Douro Valley.

1. Arqueólogo da EVEHA. Investigador do CITCEM; pegaton@yahoo.com

2. Arqueólogo. Investigador do CITCEM; pedro.abrunhosa.pereira@gmail.com

O Projecto de Investigação sobre a Ocupação Humana em torno de Pegarinhos iniciou-se em 2012, no Castro de Vale de Mir (Pegarinhos). Um dos objectivos principais do projecto de investigação foi o da problemática da romanização do Vale do Douro, temática sobre a qual os dois coordenadores do projecto se têm vindo a debruçar nos últimos anos.

A Proto-História e, sobretudo, a transição deste período para o domínio romano, têm vindo a ser analisadas na historiografia tradicional desde o século XIX, adoptando um relevo importante na obra de historiadores como Afonso do Paço ou Francisco Martins Sarmento. Todavia, será apenas durante a primeira metade do século XX, com escavações arqueológicas e estudos promovidos por pioneiros da Arqueologia portuguesa, como José Leite de Vasconcelos, Ricardo Severo ou Fernando de Russel Cortez, que começaremos a assistir a uma perspectiva verdadeiramente focada na realidade regional do Noroeste Peninsular. Embora a produção literária seja vasta sobre este tema, poucas intervenções têm vindo a ser promovidas no Vale do Douro com o intuito de melhor compreender como é que se desenvolveram os castros e como é que estes se adaptaram ao novo panorama político-administrativo que nasce com a romanização.

O Castro de Vale de Mir localiza-se num promontório, no extremo Norte da planície de Alijó, sobranceiro ao Vale do Souto. Em 2008, aquando de trabalhos de abertura de uma via em terra batida entre a sede da freguesia (Pegarinhos) e a aldeia de Vale de Mir na vertente Este do Casto, um dos coordenadores deste projecto, Tony Silvino foi contactado pela Junta de Freguesia pois tinham sido encontrados "barros e muros antigos" durante os trabalhos de decapagem dessa via. Embora na altura ambos os coordenadores se encontrassem vinculados a um outro projecto, o ESPROCOM, no Concelho da Mêda, iniciaram-se os procedimentos para que, em 2012, fosse possível realizar um projecto de sondagens manuais na área do terreno apeliado como Trás do Castelo (Figura 1).

O projecto, que contemplava inicialmente a realização de sondagens tanto em Vale de Mir como em Castorigo, centrar-se-ia em Vale de Mir nas campanhas seguintes, uma vez que o Castro de Castorigo, embora de maiores dimensões, possui um manto vegetal bem mais denso e, infelizmente, aparenta ter sido alvo de escavações abusivas pela mão de detectoristas.

A campanha de 2012, com uma duração de apenas duas semanas, resultou num total de nove sondagens, nos patamares inferiores do terreno. Decorrente destas sondagens, foram descobertas várias estruturas e vestígios móveis com datações relativas apontando sobretudo para um período de romanização plena, entre os séculos II e IV d.C. A maioria das estruturas aparentavam ser fruto de construções relativamente grosseiras, com reutilizações de outros elementos (como foi o caso do muro na sondagem 3, onde foi detectado um fragmento de *catillus* re-utilizado no muro) e com raras utilizações de argamassas, fossem de barro ou de cal. No entanto, foram apenas descobertas duas estruturas que aparentavam indicar a existência de elementos importantes para o estudo da romanização do Douro: uma estrutura de tanque, escavada directamente sobre a rocha base e recoberta de *opus signinum* (sondagem 8) e um muro, em *opus quadratum* extremamente regular em cuja construção foi utilizado opus signinum enquanto material ligante (sondagem 9) (Figura 2).

Na campanha seguinte, em 2013, foi continuado o projecto de sondagens, embora tenham sido realizadas duas expansões, nomeadamente das sondagens 8 e 9. A realização de sondagens na periferia da área em estudo permitiu compreender que o conjunto de edifícios que seriam mais tarde identificados estão concentrados numa orientação Norte-Sul. Da mesma forma, a expansão das sondagens 8 e 9 permitiram ter uma melhor leitura interpretativa das estruturas previamente identificadas. No final da intervenção foi possível compreender que o muro identificado na sondagem 9 se expandia para Sul e para Norte, onde se liga a um ângulo recto do que aparentava ser um edifício.

Durante a escavação de 2014 foram concentrados esforços na expansão das sondagens 9 (iniciada em 2012), 10 e 14 (iniciadas em 2013 e próximas à sondagem 9). Nessa área foram finalmente identificados quatro compartimentos num grande edifício rectangular, construídos com recurso ao método de socalcos para regularizar o terreno. Foi também nesta campanha que foram recolhidos uma grande quantidade de vestígios móveis e em que conseguimos definitivamente ter datações relativas de ocupação para o século I d.C. Os métodos constructivos utilizados no edifício, como a utilização de argamassa de barro e cal, o corte de pedra, extremamente regular, e a própria organização espacial dos diversos comparti-

mentos, recordavam um sentido de ordem e técnica constructiva clássicos. Embora inicialmente, tanto a estrutura arquitectónica como algum do material metálico descoberto durante a escavação permitissem a associação a algum tipo de estrutura de cariz militar, as descobertas posteriores invalidaram esta primeira análise. Durante esta campanha foram ainda realizadas campanhas de limpeza e registo de uma via próxima, que fez ligação entre Vale de Mir e Pegarinhos durante, pelo menos, o período Moderno e Contemporâneo e de uma pedreira próxima, que poderá também ter sido utilizada em períodos recentes. No entanto, tanto a proximidade do sítio destas ocorrências tal como a orientação da via, em direcção ao Castro de Castorigo, aparentam revelar as suas origens em horizontes mais remotos (Figura 3).

As campanhas de 2015 e 2016 permitiram definitivamente compreender que as estruturas descobertas em Trás do Castelo fariam parte da estrutura de produção e transformação de matérias primas de uma exploração agrícola, possívelmente mesmo de uma villa, embora nos continue a escapar o espaço residencial. A descoberta de uma série de edifícios, ligados à estrutura descoberta nas campanhas de 2013 e 2014 através de um pequeno pátio aberto. Outras estruturas foram identificadas, em ligação a um grande espaço aberto ou pátio, no extremo Noroeste da área intervencionada. Entre as estruturas identificadas foi detectado uma série de compartimentos ligados ao tratamento e armazenamento de cereais, um lagar e várias estruturas ligadas a escoamento hídrico (Figura 4).

O estudo dos materiais exumados do sítio tem vindo a ser feito todos os anos por investigadores especializados nas suas respectivas áreas. Assim, todos os anos tem sido possível ter um panorama bem definido das fases de ocupação dos diferentes espaços em intervenção.

A partir do fácies cerâmico, conseguimos delinear uma primeira proposta para o faseamento da ocupação do sítio de Trás do Castelo, dividida em três fases principais e subsequentes abandonos. Embora seja notória a falta de informação acerca das produções (e respectivo consumo) regionais, existem alguns dados que nos permitem estabelecer paralelos. Ao mesmo tempo, o estudo das peças provindas de importações, como é o caso das terra sigillatas, presentes em todas as fases, permite atribuir um faseamento cronológico, composto por três momentos principais e, em contraste com outros elementos exumados, permite reconhecer tanto a cronologia como funcionalidade dos diversos espaços.

A primeira fase, que decorre entre o final do século Iº e o século IIIº da nossa Era, é marcado por ser o momento da primeira ocupação (e construção) de estruturas de cronologia romana. É neste momento que se verificam a construção do lagar de vinho, áreas de moagem e armazenamento de cereais e estruturas ligadas ao tratamento de produtos têxteis. Os materiais cerâmicos que provém desta fase dividem-se em dois conjuntos. O primeiro, que engloba produções da segunda metade do século Iº d.C., e um segundo, mais tardio, do século IIIº da nossa Era.

A segunda fase de ocupação desenvolve-se no século IVº da nossa Era. Caracteriza-se por uma re-ocupação dos vários espaços e estruturas da primeira fase, com ligeiras re-construções de estruturas. Esta segunda fase possui um espólio algo pobre, dando-se destaque a um indivíduo de terra sigillata hispanica tardia (TSHT) e um de EVP. Esta ocupação aparenta também ter um carácter habitacional, ao contrário do que sucedeu durante a primeira fase de ocupação de Trás do Castelo. Predominam formas de louça utilitária, de consumo de alimentos.

O abandono do sítio, após a segunda fase de ocupação, decorre no final do século IVº d.C. Devemos frisar que a segunda fase de abandono de Trás do Castelo foi alvo de destruição extensiva devido à prática da agricultura. Inclusive, nas sondagens a Nascente (1, 2 e 3, visíveis a Sul na imagem 4) são ainda bem visíveis os traços de charrua e arado nos muros da primeira e segunda fases de ocupação. Logo, é visível uma certa heterogeneidade de material cerâmico nesta fase de abandono. No caso das cerâmicas finas, mais uma vez, devemos ter em conta a presença de uma grande quantidade de terra sigillatas. No entanto, ocorrem tanto de tipo hispânico tardio como hispânico e gálico, de produções mais antigas, embora em números muito baixos. Este facto é explicável pelos revolvimentos de solos decorrentes da agricultura praticada na zona, que foi ocupada por cerealíferas e árvores de fruto até há poucas décadas. No entanto, ainda foi possível recuperar depósitos sedimentares com poucas ou nenhumas intrusões. Predominam as formas dedicadas à preparação e serviço de alimentos, tal como sucede ao longo de toda esta segunda fase de ocupação, sendo bem visíveis os pratos, potes ou potinhos que predominam no contexto rural clássico do Vale do Douro. É também notória a presença de elementos de armazenagem

de tipo *dolia*, sendo pelo menos duas das formas dedicadas à conservação de vinho ou de derivados.
A maioria dos elementos cerâmicos estudados provenientes do sítio de Trás do Castelo, num total de 9278 fragmentos, enquadram-se nas tipologias ditas comuns. São na sua maioria elementos utilitários ligados à preparação ou consumo de alimentos. Há uma concentração de peças ligadas ao armazenamento e conservação de produtos, sob a forma de *dolia* no espaço de pátio intervencionado nas campanhas de 2015 e 2016. Relativamente às peças de importação, sobressaem as terra sigillattas hispânicas, procedentes dos ateliers da actual Rioja, com datações variáveis entre o final do século Iº e o século IVº (Figura 5).
Relativamente a outros tipos de materiais, foi descoberta uma muito pequena quantidade de elementos vítreos, sobretudo de serviço de mesa. Foi ainda identificada uma grande quantidade de *instrumentum*, sobretudo relacionada com transformação de matérias primas (tecelagem e moagem) como mós, pesos de tear ou cossoiros. Foram também detectadas algumas ocorrências de elementos de prestígio ou de indulmentária, como fíbulas e tachas de calçado. A maioria dos elementos metálicos encontram-se ligados à construção, com especial relevância para pregos e tachas, ou ainda ligados ao consumo e preparação de alimentos e do dia a dia, como o demonstram algumas lâminas de facas encontradas no sítio e respectivas pedras de amolar (Figura 6).
Os numismas encontrados em Vale de Mir foram descobertos em três tipos de contexto: enquanto achados isolados, o que sucedeu sobretudo nas camadas superiores, fruto de movimentações de sedimentos devido à actividade agrícola na zona anterior à nossa intervenção e aos momentos de destruição de elementos edificados; enquanto depósitos monetários; e como elementos de acto fundacional. A maioria das moedas descobertas durante o projecto remetem para a última fase de ocupação, nomeadamente final do século III e século IV. No entanto, durante a campanha de 2015, momento em que também foram descobertos os maiores depósitos monetários, foi possível identificar pelo menos um numisma datável do século Iº, em depósito fundacional e em flor de cunho (denário de Domiciliano, cunhado em Roma em 84 d.C.[3]), que permitiu datar a estrutura de prensa do lagar (Figura 7).

3. Identificada com o número 1 na imagem 7.

A realidade do sítio de Trás do Castelo é similar a tantos outros sítios arqueológicos no Vale do Douro: durante décadas foram alvo de suposições e hipóteses estabelecidas em grande parte numa perspectiva historiográfica sem um suporte empírico.
O facto de se tratar de uma estrutura agrária na área de incidência directa de um castro leva-nos a traçar paralelismos com o Alto da Fonte do Milho (Canelas, Peso da Régua). Embora esse sítio tenha sido alvo de uma primeira intervenção na década de 1940, apenas foi re-escavado com a Direcção Regional da Cultura do Norte a partir de 2010. Fernando Cortez, o primeiro investigador a realizar uma intervenção de envergadura no sítio, classificou-o enquanto «castellum» ou villa fortificada, uma vez que, entre outras estruturas de transformação, descobriu um lagar de vinho no sítio. A intervenção da DRC-N clarificou tratar-se de uma *villa* implantada sobre e em torno de um castro de cronologia anterior, tal como aparenta suceder com o sítio de Trás do Castelo. No entanto, as dimensões e escalas entre os dois sítios não são comparáveis: a área funcional conhecida da Fonte do Milho aparenta corresponder a sensívelmente um quarto àquela de Trás do Castelo.
Levantam-se ainda muitas questões sobre a ocupação de Trás do Castelo, como sucedeu o processo de romanização, do espaço e dos seus habitantes, o que aconteceu aos seus habitantes? Terá sido Trás do Castelo o primeiro núcleo de povoamento de Vale de Mir e, posteriormente, outros locais? Como é que este local interagia com outros estabelecimentos agrícolas e núcleos populacionais da mesma região?
O Projecto de Investigação em que se inseriram estas escavações terminou em 2016. No entanto, pretendemos-se realizar novas campanhas em breve na zona. Talvez num futuro próximo possamos responder a algumas das questões que este projecto levantou no seu início e que têm vindo a surgir ao longo da sua realização.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1988) – *Roman Portugal*. Warminster. Aris & Phillips.

ALARCÃO, Jorge de (1995) – *Domínio Romano em Portugal*. Europa América, 4ª edição.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1997) – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho – Esposende*. Tese de Doutoramento defendida pelo autor na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 22 de Outubro de 1997.

DIAS TAVARES, Lino (1995) – *Cerâmica comum romana em Tongobriga*. Trabalho complementar à dissertação de doutoramento em pré-história e arqueologia, Porto, Universidade do Porto, policopiado.

PEREIRA, Pedro (2017) – *O Vinho na Lusitânia*. Ed. Afrontamento. Porto (no prelo).

PEREIRA, Pedro e MORAIS, Rui (2015) – *Estudo crono-tipológico de dolia romanos em Portugal*. Ex Officina Hispania – Cuadernos de la SECAH, 2, pp. 33-44.

PEREIRA, Pedro e SILVINO, Tony (2012) – *O Projecto de Investigação sobre a Ocupação Humana em torno da aldeia de Pegarinhos*. Relatório policopiado.

PEREIRA, Pedro e SILVINO, Tony (2013) – *O Projecto de Investigação sobre a Ocupação Humana em torno da aldeia de Pegarinhos*. Relatório policopiado.

PEREIRA, Pedro e SILVINO, Tony (2014) – *O Projecto de Investigação sobre a Ocupação Humana em torno da aldeia de Pegarinhos*. Relatório policopiado.

PEREIRA, Pedro e SILVINO, Tony (2015) – *O Projecto de Investigação sobre a Ocupação Humana em torno da aldeia de Pegarinhos*. Relatório policopiado.

SÁ COIXÃO, António Nascimento de (2009) – *Carta Arqueológica do Concelho de Mêda*. Câmara Municipal da Mêda: Mêda.

SÁ COIXÃO, António Nascimento de e SILVINO, Tony (2008) – *Rumansil I: Deux fours de potiers des IIIe-IVe S. dans la Vallée du Douro*. In Actes du Congrès de l'Escala-Empúries. Lyon : SFECAG, pp.633-642.

SÁ COIXÃO, António Nascimento de e SILVINO, Tony (2009) – *Coriscada, une grande villa romaine du Portugal*. Archéologia, V. 464, Lyon, pp. 52-60.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

SILVINO, Tony, PEREIRA, Pedro e BRITO, Joana (2017) – *A cerâmica romana de Trás do Castelo (Vale de Mir, Alijó) – rupturas e continuidades de uma exploração agrícola romana no Vale do Douro*. Actas das VI Jornadas de Arqueología do vale do Douro (no prelo).

SILVINO, Tony e SÁ COIXÃO, António Nascimento de (2008) – *Rumansil I (Murça-do-Douro): une production de céramiques au IIIe s. ap. J.-C. dans la vallée du Douro*. SFECAG, Actes du congrès de L'Escala-Empuries, 2008, pp. 633-642.

SILVINO, Tony, SÁ COIXÃO, António Nascimento de e PEREIRA, Pedro (2014) – *Le faciès d'un* établissement *rural au nord de la Lusitanie. L'exemple de la* villa *du Mouro (Coriscada, Mêda)*, in R. Morais, A. Fernandez, J. M. Sousa (coord.) *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia*, Monografias ex officina Hispana II, tomo I, pp. 329-326.

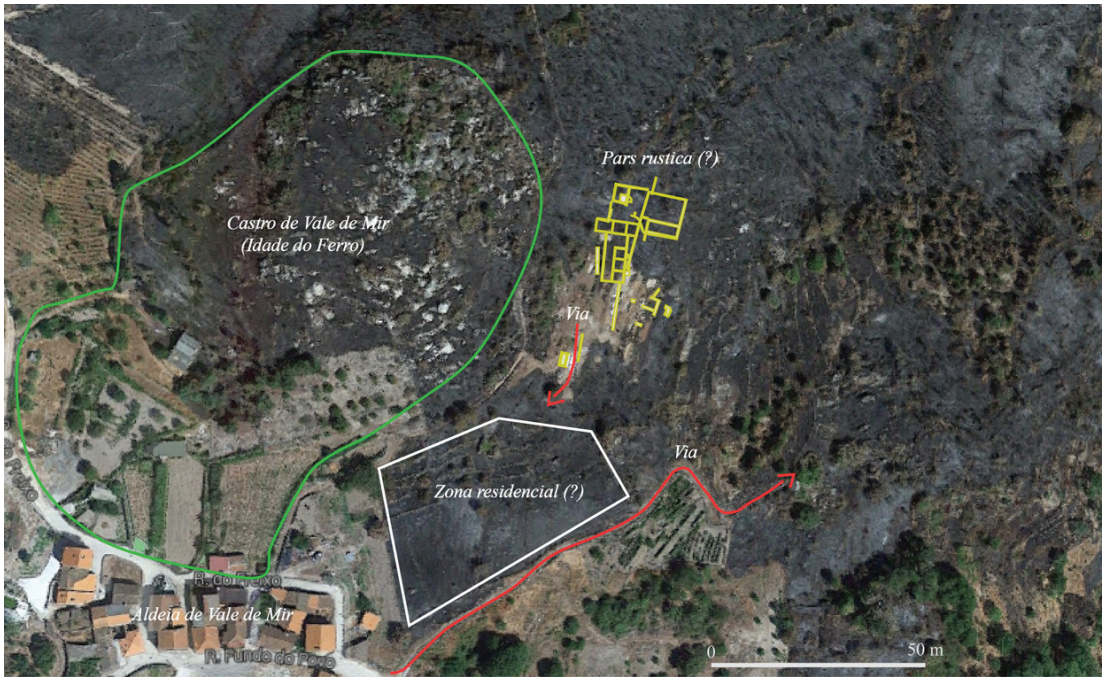


Figura 1 – Acesso ao Castro de Vale de Mir.



Figura 2 – Sondagem 9, Trás do Castelo.



Figura 3 – Edifícios presentes na sondagem 10, Trás do Castelo.

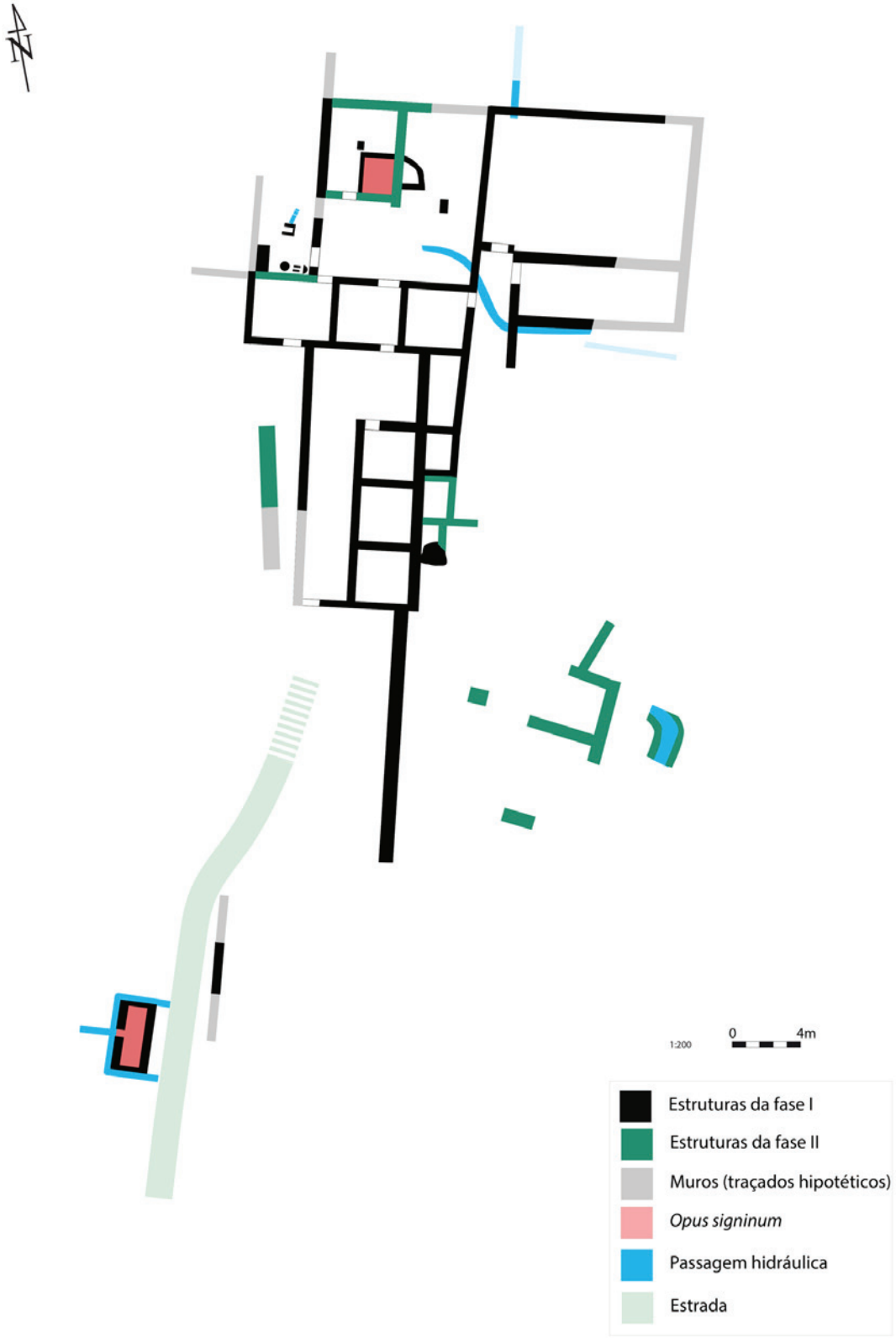


Figura 4 – Planta da área intervencionada de Trás do Castelo.

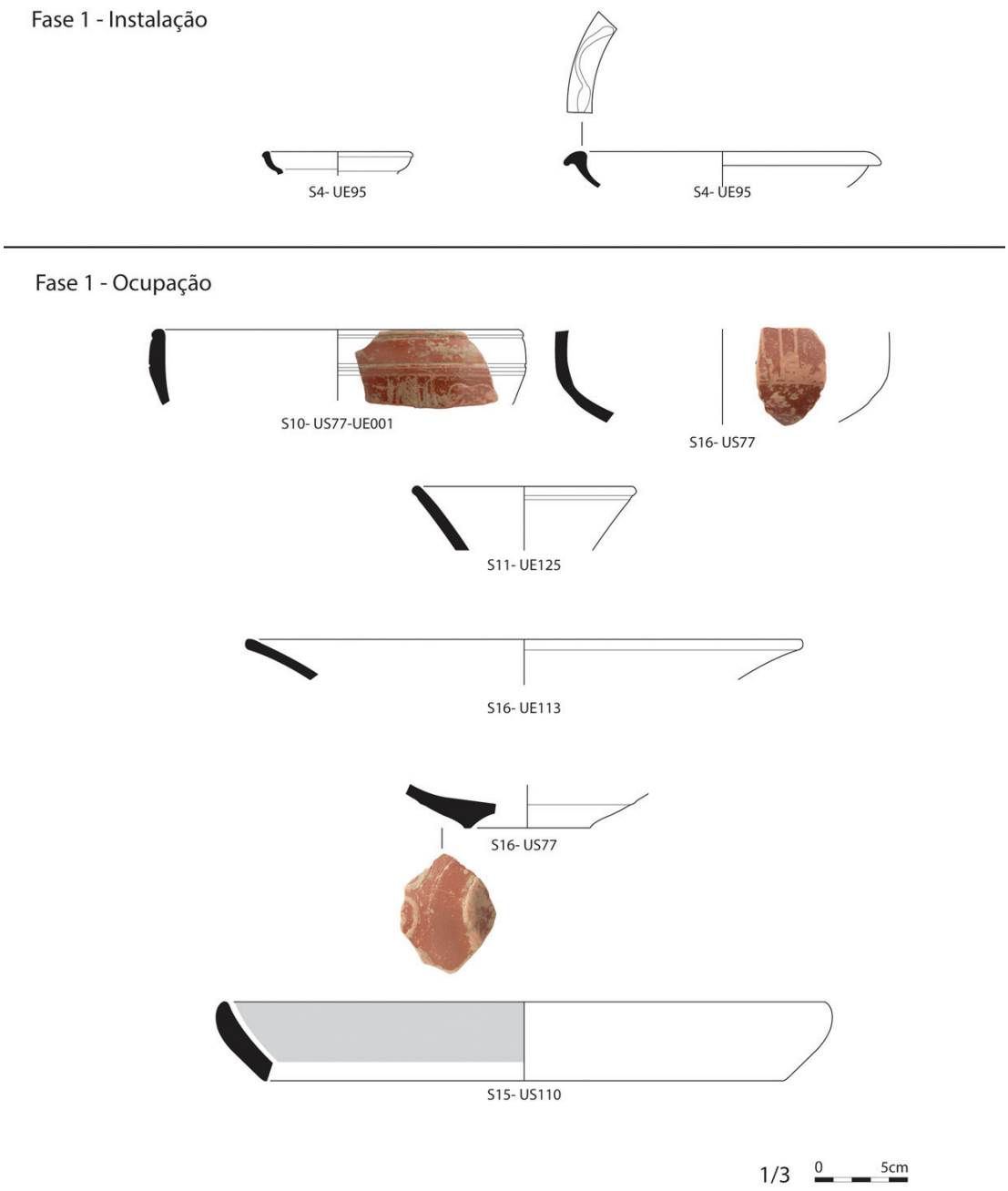


Figura 5 – Tipologias cerâmicas procendentes das primeiras fases de ocupação de Trás do Castelo.



Figura 6 – *Catillus* re-utilizado na segunda fase de ocupação, Trás do Castelo.

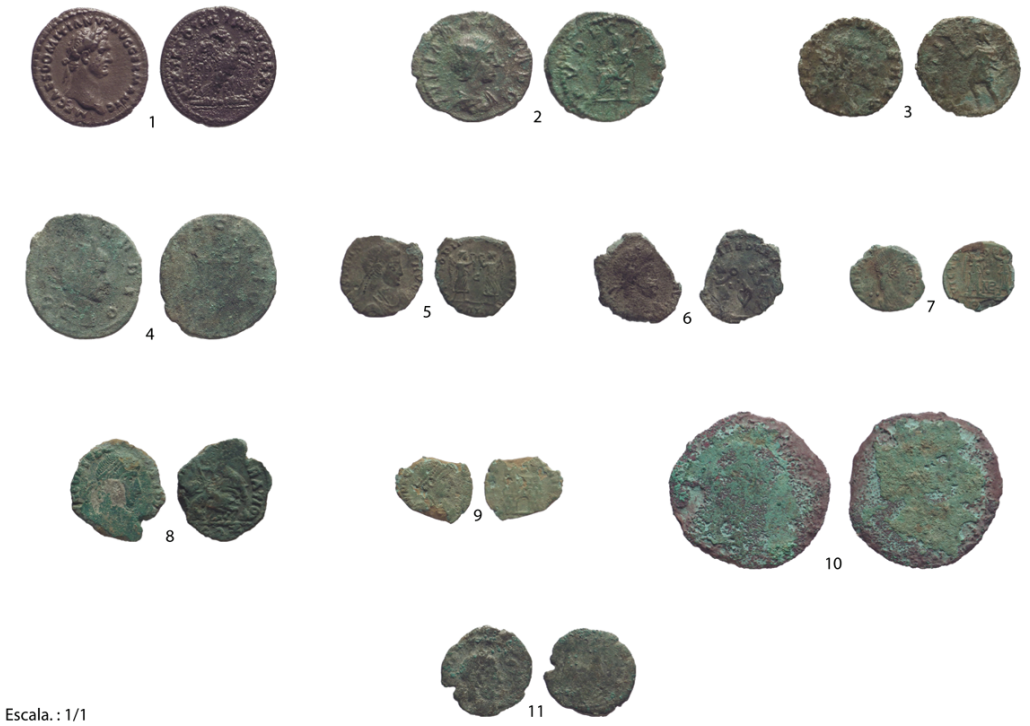




Figura 7 – Numismas procedentes da campanha de 2015 em Trás do Castelo.

O *CORPVS* DOS MOSAICOS ROMANOS DO *CONVENTVS BRACARAVGVSTANVS*

Fátima Abraços[1], Licínia Wrench[2], Cátia Mourão[3], Filomena Limão[4], Jorge Tomás García[5]

RESUMO

Há já alguns anos que nos dedicamos ao estudo do mosaico romano, à sua inventariação, conservação e restauro. Demos a conhecer em vários estudos os mosaicos romanos provenientes de sítios arqueológicos do atual território português, que se encontram *in situ* ou em coleções de museus e particulares. No entanto, graças ao apoio da tutela do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa (MDDS) e ao trabalho de intervenção arqueológica da equipa de Salvamento de *Bracara Augusta*, temos dado maior destaque ao estudo dos mosaicos romanos que se encontram no território atual do antigo *Conuentus Bracaraugustanus*. Queremos agora reunir este património mosaístico e proceder ao seu estudo de forma sistemática no âmbito de um *Corpus*: "O *Corpus* dos mosaicos romanos do *Conuentus Bracaraugustanus"*. Neste artigo pretendemos apresentar o trabalho que temos vindo a desenvolver e o que pretendemos incrementar para dar continuidade a este projeto.

Palavras-chave: Mosaico romano, *Corpus*, *Conuentus Bracaraugustanus*, Conservação e restauro.

ABSTRACT

For some years now we have dedicated ourselves to the study of the Roman mosaic, its inventory, conservation and restoration. We have made known in several studies the Roman mosaics coming from archaeological sites of the present Portuguese territory, which are found *in situ* or in collections of museums and individuals. However, thanks to the support of the Regional Museum of Archeology D. Diogo de Sousa and the work of archaeological intervention of the team of "*Salvamento de Bracara Augusta*", we have given greater prominence to the study of the Roman mosaics that are in the territory of the old *Conuentus Bracaraugustanus*. Our aim is to gather together the mosaic heritage of this *Conuentus* and undertake a systematic scientific and technological study within a *corpus*: "The *Corpus* of Roman mosaics in the *Conuentus Bracaraugustanus*". In this paper we intend to present the work we have been developing and what we intend to increase in order to continue this project.

Keywords: Roman mosaic, *Corpus*, *Conuentus Bracaraugustanus*, Conservation and restoration.

1. INTRODUÇÃO

Desde o início da década de noventa, quando integrámos o projeto do *Corpus dos Mosaicos Romanos do Sul de Portugal*, apercebemo-nos da falta de um estudo específico sobre conservação e restauro e inventário atualizado dos mosaicos romanos descobertos no atual território português, pelo que, no ano de 1996, apresentámos à Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa um projeto de investigação para Mestrado sobre a História da Conservação e restauro do mosaico romano, no sentido de melhor conhecermos o estado de conservação dos mosaicos no sul de Portugal, que defendemos no ano de 2000 (ABRAÇOS, 1999). No ano seguinte, expusemos à mesma Faculdade um projeto de in-

1. Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa; maria.abracos.09@gmail.com

2. Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa; wrench.licinia@gmail.com

3. Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa; cmourao@fcsh.unl.pt

4. Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa; msglimao@hotmail.com; flimao@fcsh.unl.pt

5. Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa / jtg.jorge@gmail.com

vestigação para Doutoramento que incluía o estudo dos mosaicos de todo o território, onde apresentamos o estudo dos mosaicos das coleções de museus, que descrevemos em 429 fichas, com documentação gráfica e fotográfica, segundo o modelo de fichas do *Corpus* dos Mosaicos Romanos do sul de Portugal e demos a conhecer os mosaicos romanos provenientes de sítios arqueológicos do atual território português, que se encontram *in situ* ou em coleções de museus ou particulares, num total de 254 sítios com pavimentos revestidos a mosaico. Este inventário tem vindo a ser completado em estudos parcelares, apresentados em Encontros e Congressos e publicados em revistas da especialidade e nas respetivas atas (ABRAÇOS, 2008; 2011; 2014; 2015 a); 2015 b); 2015 c); 2016 a) e 2016 b); WRENCH, 2015).

Iniciámos a nossa investigação, no Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa (MDDS) seguida do estudo dos mosaicos romanos que se encontravam em coleções de museus, bem como de um inventário e breve descrição de todos os sítios arqueológicos com mosaico no atual território português, a norte do Rio Douro (Figura 1).

Começamos por estudar os mosaicos da coleção deste Museu, porque a maioria dos que foram descobertos e levantados na área deste *Conuentus* aí se encontra reunida, o que muito ajuda à investigação para a prossecução do *Corpus* dos mosaicos romanos deste *conuentus*.

1.1. Os discípulos de Bairrão Oleiro na equipa do *Corpus* dos Mosaicos Romanos do *Conuentus Bracaraugustanus*

Em 1976, foi criado o Departamento de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e João Manuel Bairrão Oleiro, como professor catedrático convidado, foi chamado por José Augusto França para coordenar este departamento e participar na abertura do Mestrado de História da Arte. Soube juntar à sua volta um conjunto de discípulos que se apaixonaram pelo estudo da arquitetura, escultura e da mosaística, principalmente na área da Antiguidade Clássica. Em 3 de Junho de 1993 proferiu a sua última aula sobre "O Mosaico Romano em Portugal", lembrando os estudiosos que se destacaram nesta temática e referindo que se "tem procurado incentivar o gosto por este ramo da arte romana, quer ao nível dos trabalhos anuais, na disciplina de História da Arte da Antiguidade, quer ao das teses de mestrado", referindo as dissertações de Mestrado, já então apresentadas, de Licínia Nunes Correia Wrench, Maria Felisbela Borges e Maria Teresa Caetano, e muitos outros que se seguiram (MACIEL, 1996a, p. 14).

Lembramos ainda que Bairrão Oleiro recebeu o Prémio Gulbenkian de Arqueologia 1992/1994 pelo volume I da obra *Corpus dos Mosaicos Romanos em Portugal*. Em 1996, foi publicada pelas Edições Colibri uma coletânea de textos nos quais vários investigadores consagrados mostraram o seu reconhecimento ao Professor em "*Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*", organizada por Justino Maciel, discípulo e Assistente de Bairrão Oleiro, que sucedeu ao mestre no Departamento de História da Arte da FCSH/NOVA, onde defendeu a sua tese de Doutoramento sobre Antiguidade Tardia e paleocristianismo em território português (MACIEL, 1996b) e onde assegurou a docência das cadeiras de Antiguidade Clássica e Tardia ao nível dos três ciclos de ensino, orientando as teses de Doutoramento de Licínia Wrench e Filomena Limão, ambas sobre escultura arquitetónica, e ainda Maria Teresa Caetano, Francine Alves, Cátia Mourão e Miguel Pessoa, todas sobre musiváriа romana. Foi também Diretor do Instituto de História da Arte, onde atualmente se mantém como coordenador principal do Grupo de Investigação sobre Arte da Antiguidade.

Em 2006, o Professor Justino Maciel, arguente da nossa tese de doutoramento, fez o convite para integrarmos o Grupo de Estudos de Antiguidade Clássica e Tardia do Instituto de História da Arte da Universidade Nova, onde conhecemos os membros deste Grupo, que já há alguns anos vinham a desenvolver estudos sobre a arte musiva como Cátia Mourão, Licínia Wrench e Filomena Limão que têm apresentado os resultados dos seus estudos em dissertações de mestrado e teses de doutoramento, bem como em revistas da especialidade e em atas de encontros científicos nacionais e internacionais e têm contado com o apoio da Associação Para o Estudo e Conservação do Mosaico Antigo (APECMA) e da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo (AIEMA). Em 2015, o IHA acolheu os dois primeiros projetos de Pós-Doutoramento em História da Arte da Antiguidade financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, um apresentado por Jorge Tomás García, professor espanhol da Universidad de Murcia, com orientação de Cátia Mourão, este projeto intitula-se "Visual Culture in Ancient Lusitania" e incide especialmente nas relações entre

pintura e mosaico; outro apresentado por Filomena Limão com orientação do Professor Justino Maciel e intitulado: "*DECOR* in Antiquity (1st to 8th): Concept and *Praxis* in Western *Hispania* – Sense(s) and performances-architectural sculpture, mosaics, painting. A dedicação destes especialistas ao estudo do mosaico romano levou-nos a convidá-los para integrarem o nosso Projeto do *Corpus* dos Mosaicos romanos do *Conuentus Bracaraugustanus.*

1. Sobre o *Corpus* dos mosaicos romanos de Portugal

Em Portugal, no seguimento daquilo que lá fora se defendia, em relação à publicação de um *Corpus* Internacional de Mosaicos, o Professor Doutor Artur Nobre de Gusmão, Diretor do Serviço de Belas Artes da Fundação Calouste Gulbenkian, dirigiu um convite a Bairrão Oleiro, solicitando-lhe que organizasse o *Corpus* dos Mosaicos Romanos em Portugal. A primeira obra do *Corpus,* dedicada à "Casa dos Repuxos" de Conimbriga, no *Conventus Scallabitanus,* foi então publicada em 1992 e apresentada em dois volumes (OLEIRO, 1992). Bairrão Oleiro viu reconhecida publicamente esta sua obra quando em 1995 lhe foi atribuído o "Prémio Gulbenkian de Arqueologia 1992-1994".

A segunda obra do *Corpus*, iniciada em 1991, e dirigida por Janine Lancha e Pierre André, com a colaboração de Fátima Abraços, Adília Alarcão, D. Bédard, J.-P. Bost, J.-P. Brun, Marta Macedo, Rui Nunes, Fernando Real e Catarina Viegas foi publicada, no ano 2000, pelo Instituto Português dos Museus (LANCHA, 2000).

Posteriormente, J. Lancha, Catarina Viegas e Cristina Oliveira continuaram os trabalhos no Museu de Faro, tendo concluído o estudo do mosaico do Oceano, bem como o estudo dos mosaicos do Cerro da Vila e de Milreu, que publicaram, em 2013, no terceiro volume do *Corpus Nacional, consagrado ao estudo dos mosaicos do Algarve-Este* (LANCHA; OLIVEIRA, 2013).

O número de tomos, já editados e em preparação, necessários para a publicação do *Corpus* de mosaicos de todo o país, corresponde, grosso modo, à estimativa apresentada por Bairrão Oleiro, à Fundação Calouste Gulbenkian, em carta datada de 23 de Abril de 1991 e dirigida a Nobre de Gusmão: "Penso que *Conimbriga* exigirá, pelo menos, a publicação de um outro tomo para o estudo e divulgação dos mosaicos das casas de Cantaber, dos esqueletos e das suásticas e dos achados dispersos. Dadas as condições especiais desta estação serão os volumes mais detalhados e aprofundados. Incluindo estes dois tomos, admito que para o convento Escalabitano (grosso modo a zona entre Tejo e Douro) possa prever-se um mínimo de 5 tomos; para o Bracarense a N. do Douro) 1 tomo; e para o Pacense (a S. do Tejo), onde os mosaicos são particularmente numerosos, talvez uns seis ou sete. Esta estimativa não pode por vários motivos ser rigorosa. De facto não é possível prever o ritmo de novos achados ou de publicação de resultados de escavações ou de estudos monográficos que eventualmente venham a facilitar a recolha de dados para o *corpus*. (…)" (OLEIRO, 1991).

1.2. Metodologia do *Corpus* dos Mosaicos Romanos do *Conuentus Bracaraugustanus* (CMRCB)

Iniciamos o *Corpus* com a descrição dos mosaicos descobertos na cidade de *Bracara Augusta*. Como já referimos anteriormente, a construção do novo Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, as intervenções arqueológicas desenvolvidas pela equipa de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga e pela equipa de salvamento de *Bracara Augusta*, tutelada pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, trouxeram ao nosso conhecimento vários pavimentos, em mosaico, presentes em vários conjuntos habitacionais, que temos vindo a estudar e a publicar. O primeiro conjunto que apresentamos foi posto a descoberto em 1991, quando da construção do Museu D. Diogo de Sousa, onde foi encontrada uma casa com duas salas pavimentadas com mosaicos que continuam *in situ*. A maioria dos mosaicos descobertos em Braga foi levantada e depositada no Museu Regional Arqueológico D. Diogo de Sousa. São poucos os que continuam *in situ*. Até agora inventariamos 18 sítios com mosaico dentro da cidade de Braga e estamos a completar o preenchimento de 51 fichas, contendo cada uma a descrição de um mosaico ou fragmento de mosaico. Quanto aos mosaicos fora da cidade de Braga foram já inventariados 26 sítios com mosaico. As fichas serão preenchidas conforme o modelo abaixo apresentado.

Resumimos nesta apresentação parte da metodologia de um trabalho que é fruto de mais de duas décadas de investigação e que será apresentado numa publicação composta por dois volumes: um de texto e outro com o *corpus* musivo. Quanto ao volume de texto, para além da introdução, agradecimentos, abreviaturas, bibliografia e lista das ilustrações, apre-

sentaremos: as circunstâncias da nossa intervenção no *Conuentus Bracaraugustanus*; o *Conuentus* no seu contexto Ibérico (*Bracara, Lucus, Asturica*); os limites do *Conuentus Bracaraugustanus*; a topografia dos sítios romanos com mosaico; as fontes, desde a sua descoberta à atualidade; o estudo dos contextos arqueológicos e arquitetónicos dos mosaicos e o estudo das pinturas murais.

Para o estudo dos contextos arqueológicos convidámos os arqueólogos que procederam às escavações dos arqueossítios. Esta colaboração possibilitará uma melhor interpretação dos contextos arqueológicos, arquitetónicos e sociológicos, onde estavam integrados os mosaicos e aferir as nossas datações com base em critérios estilísticos e em critérios arqueológicos.

1.3. A Ficha Modelo para a descrição de cada mosaico do *CMRCB*

O volume do *corpus* musivo apresentará a descrição de todos os mosaicos, os que se encontram *in situ* e os que pertencem às coleções dos museus. Para a ficha de descrição, procurámos adaptar um modelo de ficha, tendo como base os anteriores *Corpora* e o trabalho de Cristina Oliveira sobre os mosaicos de Rio Maior (OLIVEIRA, 2003). A ficha é constituída pelas seguintes entradas: o número do mosaico na obra seguido do número de inventário da peça no museu a que pertence; tema; localização atual do mosaico: coleção do museu, reserva ou exposição; local do achado: sempre que existam informações sobre as escavações da proveniência do mosaico, referimos as coordenadas e as condições do achado; data do achado; dimensões do mosaico: as dimensões totais do fragmento, em metros ou em centímetros, quando apresentam dimensões reduzidas; área visível no momento da descoberta; área conservada: permite analisar as lacunas, saber, algumas vezes, a percentagem da parte conservada do mosaico e analisar as características do suporte do tesselato (camada de assentamento), se é original ou se recebeu novo suporte e qual o tipo e espessura; técnica de colocação (assentamento): referente ao modo de colocação do tesselato, em *opus tessellatum* ou em *opus uermiculatum*; materiais: onde identificamos o tipo de material do tesselato e a cor; densidade das tesselas: a unidade de medida seguida é o dm^2 e acrescentamos as dimensões médias das tesselas em centímetros; estratégia de execução: referente à colocação do tesselato, referimos se é fina, média ou larga e se as juntas intersticiais são finas ou largas; restauros antigos: referimos se existem e o modo como se apresentam; restauros modernos: onde registamos todas as intervenções de consolidação, conservação e restauro; ilustração utilizada: onde registamos a ilustração utilizada para a caracterização do mosaico (desenhos, fotografias, levantamentos). A fotografia poderá ser da autoria dos estudiosos ou pertencente aos arquivos dos museus; bibliografia específica: assinalamos toda a bibliografia inerente a cada mosaico; descrição: onde se identifica o tipo de decoração musiva, seguindo a descrição objetiva dos *Décor I e II* e/ou do *Dicionário de motivos geométricos*; observações: acrescentamos todas as informações pertinentes para cada mosaico. Reúnem-se aqui todos os paralelos conhecidos e criticam-se com vista ao estabelecimento de cronologias; datação: tendo em conta que a maioria dos mosaicos está fora do seu contexto, apenas será possível apresentar para alguns uma datação com base em critérios estilísticos e para muito poucos uma datação com base em critérios arqueológicos. Nem sempre será possível preencher todos os *itens*, pelo que optamos por excluí-los sempre que não houver informação a registar.

1.4. Trabalhos a desenvolver no âmbito do *Projeto do* Corpus *dos mosaicos romanos do Conuentus Bracaraugunaus* (CMRCB) para 2017

Pretendemos continuar com o estudo e inventário dos mosaicos romanos nas coleções dos museus nacionais e levantamento dos problemas de conservação e restauro dos mosaicos romanos nos museus e *in situ,* na área do *Conuentus Bracaraugustanus.*

Para dar continuidade ao projeto supracitado, participaremos até ao final de 2017 nas seguintes Missões e Encontros: campanha de estudo dos mosaicos depositados nos museus da cidade do Porto (julho, 2017); campanha de estudo dos mosaicos depositados no Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, Braga, e visita aos locais de origem dos mosaicos (missão a realizar em setembro de 2017); campanha de estudo dos mosaicos da *Villa* romana de Sendim, Porto, Felgueiras (julho de 2017).

Participaremos nos seguintes Encontros: IV Encontro da APECMA (Portugal-Argélia, 8 de julho de 2017, em Condeixa, Portugal); XIII Colóquio do ICCM (International Committee for the Conservation of Mosaics) (15 a 20 de outubro de 2017, em Barcelona); II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Faculdade de Letras e Museu do

Carmo (novembro de 2017, em Lisboa); Congresso Internacional: A arte do ornamento: sentidos, arquétipos, formas e usos (23-25 de novembro de 2017, Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa).

2. O PROJETO DO *CORPVS* DOS MOSAICOS ROMANOS DO *CONVENTVS BRACARAVGVSTANVS*

Iniciamos o *Corpus* com a descrição dos mosaicos descobertos na cidade de *Bracara Augusta*. O primeiro conjunto que apresentamos foi posto a descoberto em 1991, quando da construção do Museu D. Diogo de Sousa, onde foi encontrada uma casa com duas salas pavimentadas com mosaicos que continuam *in situ*.

Dos mosaicos que integram o *Corpus* evidenciamos, como exemplos para apresentar neste Encontro, quatro sítios arqueológicos, onde foram tomadas diferentes decisões quanto à continuidade dos mosaicos *in situ*, como os da cripta do MDDS, o da Escola Velha da Sé e o mosaico da Casa da Roda, ou quanto ao levantamento e musealização do mosaico do peristilo da *domus* do Seminário de Santiago, exposto no museu Pio XII.

2.1. Os mosaicos da cripta do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa

Este museu foi edificado no Alto da Colina da Cividade. Na área de implantação do novo edifício procedeu-se a uma escavação (Alto da Colina da Cividade, "Cavalariças", Braga), cujo trabalho decorreu entre 1990/1991. Foi nessa altura que se descobriram as estruturas de uma casa com pavimentos de mosaico, que pelas suas características, se decidiu que ficasse integrada no espaço-cripta do próprio edifício. A raridade deste tipo de mosaico na região, cuja acidez dos solos é pouco propícia à sua preservação, a sua dimensão e constituição impediram que fosse removido. Foi protegido com areia, para mais tarde ser alvo de um minucioso trabalho de restauro, de modo a poder integrar o programa expositivo do Museu, conforme podemos observar na Figura 2.

Um dos painéis musivos é constituído por um tabuleiro de xadrez (variante do esquema do *Décor I*, est.115a). O outro painel (variante do esquema do *Décor I*, est.138e) é decorado com quadrícula de linhas de ampulhetas. A análise da constituição do aparelho das estruturas da casa a que pertencem estes pavimentos, a dimensão e densidade das tesselas e o rigor da execução do motivo dos mosaicos, principalmente junto à boca de drenagem, bem como a perfeição da canalização talhada em granito, que passa por baixo do painel 1 leva-nos a atribuir-lhe uma datação bastante recuada – Alto Império (ABRAÇOS, 2011, p. 827-831).

2.2. O mosaico da Escola Velha da Sé – Rua D. Afonso Henriques nº 1

Em 1998, devido a uma proposta de remodelação do edifício da antiga "Escola Velha da Sé" procedeu-se a uma intervenção arqueológica que foi realizada pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, dirigida pelo Dr. Armandino Cunha, cujos trabalhos decorreram, em diferentes fases, até 2003 e onde foi possível musealizar as estruturas arqueológicas descobertas na cave do edifício, mantendo-as *in situ*.

Na parte superior do edifício pôde continuar a funcionar a atual União de Freguesias da Sé, Cividade e Maximinos (Figura 3). A área intervencionada no subsolo do edifício ocupa uma superfície total de 720 m² , onde foi posta a descoberto a parte sul de uma habitação romana com vestígios de um hipocausto e de pavimentos revestidos com material latério e mosaicos (Figura 4).

Tendo por base a estratigrafia e os materiais arqueológicos, foram individualizadas três fases construtivas para esta habitação. A primeira fase pode ser datada do século I e está representada por vários muros que definem compartimentos que se relacionam com a parte privada do edifício. A segunda fase corresponde a uma remodelação significativa da habitação, que pode ser datada entre os finais do séc. III e os inícios do séc. IV.

A remodelação da *domus* que define esta segunda fase de ocupação caracterizou-se pela construção de um balneário, na área sudoeste do edifício. A edificação do complexo de banhos sacrificou a zona da casa anteriormente ocupada por um possível *peristylium*. Relacionado com esta reforma está um pavimento em mosaico que recobria um extenso corredor e que permitia aceder à nova área da habitação, possibilitando a articulação do espaço de banhos com outros compartimentos da casa. Este mosaico de tesselas bicromas apresenta um esquema compositivo definido por círculos e quadrados adjacentes pelo vértice, determinando bobinas. Este padrão ter-se-á expandido na parte ocidental do Império, desde o séc. II,

ocorrendo em mosaicos da Suíça, Alemanha e França. Será uma variante do quadriculado oblíquo de quadrados, conhecido em Pompeios, desde o séc. I a. C.. Na *Hispania,* bem como no Norte de África, este esquema teve ampla difusão, ocorrendo até data bastante avançada (ABRAÇOS; WRENCH, 2017).

2.3. O mosaico da Casa da Roda

Em 1986, o imóvel da Casa da Roda (Casa dos Paiva Marinhos erguida no século XVI e onde foi instalado o Hospício dos Expostos) foi adquirido e requalificado pela Câmara Municipal e atualmente abriga a Junta de Freguesia de S. João do Souto. Em 1992, foram feitas escavações no edifício e posto a descoberto um mosaico que depois de limpo, consolidado e fotografado foi coberto por não haver condições físicas de musealização (Figura 5).

O mosaico da Casa da Roda foi pela primeira vez referido por Fátima Abraços (ABRAÇOS, 2005, p. 219), tendo sido posteriormente apresentado no Encontro Internacional de Olimpos, Turquia (WRENCH, 2015) e aprofundada a sua análise no Congresso XIV *AD Saeculum Augustum*, em 2014, em Lisboa. Dada a inexistência de outros elementos arqueológicos adjuvantes da sua cronologia, pela qualidade técnica que apresenta, por comparações estilísticas e pelo facto de *Bracara Augusta*, no séc. III, ter tido um grande desenvolvimento urbano após a sua passagem a capital da *Galaecia*, datámo-lo dos séculos III-IV (WRENCH, 2015, p. 57). Sobre a cercadura de peltas alternadamente dispostas, refira-se que esta decoração é muito frequente em mosaicos tardios do mundo romano. Especificamente, com folhas cordiformes, apensas aos vértices medianos das peltas, encontramos, no território português, os exemplos de um mosaico de Martim Gil, Leiria (COSTA, 1905, pp. 49-50), três pavimentos musivos da *Villa* de Quinta das Longas, Elvas, sendo dois datados dos inícios do século IV e um deles, em que figura um pequeno crismon, datado do século V (OLIVEIRA; CARVALHO; ALMEIDA, 2011, pp. 907-908) e um mosaico de Mértola, já de época justiniana (LOPES, 2003, pp. 106-107). Quanto às duas outras cercaduras, onda policroma e linha de sólidos, elas aparecem muito difundidas em mosaicos norte-africanos, sobretudo a partir do séc. III, e em mosaicos do Oriente mediterrânico. A onda policroma do mosaico da Casa da Roda tem pouca volumetria, se comparada com as ondas de um mosaico da *Villa* de Santiago da Guarda, Leiria, mosaicos datados *in genere* dos séculos IV-V (PEREIRA, 2008, p. 175) ou a onda policroma circundante do painel figurado do *triclinium* da «Casa da Medusa» de Alter do Chão, Portalegre, em mosaicos datados dos séculos III-IV (ANTÓNIO, 2015, p. 41; pp. 46-48). Quanto à terceira cercadura visível no mosaico da Casa da Roda, decorada com uma linha de sólidos, devemos distingui-la da linha de consolas em perspectiva que, segundo sabemos, apenas surge em dois mosaicos de Conímbriga, datados de finais do séc. II (OLEIRO, 1973, p. 92; p. 110). Para esta decoração de cercaduras, com os sólidos alinhados, encontramos paralelos nos mosaicos portugueses, apenas em mosaicos da *Villa* do Rabaçal, Penela, em mosaicos datados da segunda metade do século IV (PESSOA, 1998, p. 58) e da *Villa* de Santiago da Guarda. O mosaico policromo da Casa da Roda revela-se de grande interesse no conjunto dos mosaicos romanos do território português, sobretudo pelo decorativismo revelado na associação de três diferentes temas nas três cercaduras existentes, remetendo-nos para o entrecruzamento de influências que a arte do mosaico tardio sofreu, nomeadamente em *Bracara Augusta*.

2.4. O mosaico do peristilo da *domus* do Seminário de Santiago, exposto no Museu Pio XII

Em 1967 foi encontrado no centro do claustro principal do Seminário de Santiago um fundo de antigo *impluuium* rectangular, com bordos arredondados e dois entrantes, decorado com um fragmento de mosaico policromo figurativo: fauna marinha. Quando inteiro, o mosaico era delimitado a toda a volta por um rebordo em duplo filete de tesselas vermelhas e pretas e contava com uma composição formada por várias espécies ictiológicas nadando num fundo de tesselas brancas, animado por filas paralelas de tesselas negras, representando a ondulação das águas. Hoje conservam-se apenas quatro peixes inteiros (barbo, peixe-vermelho, salmonete e mugem), um polvo, uma moreia, duas amêijoas e dois ouriços-do-mar (Figura 6).

Embora o tratamento gráfico do fundo confira uma certa unidade ao conjunto, a dispersão das figuras, o seu tratamento plástico isolado e a ausência de interação comportamental anulam esse efeito e evidenciam a desarticulação compositiva, resultando o todo num reportório da fauna aquática. Por comparação estilística com os conjuntos musivos de Milreu, que em território nacional constituem os paralelos mais estreitos, e pelas evidências arqueológicas

do contexto arquitetónico, este mosaico será datável do século IV. O mosaico foi levantado pela equipa de Conimbriga e recolocado sobre um novo suporte de argamassa moderna, encontrando-se exposto no Museu Pio XII. Aquando do seu levantamento ficou muito fragmentado, tendo as partes do tesselado sido colocadas sobre suportes de cimento e emolduradas; mais tarde foi retirado aquele suporte de cimento e colocado um novo com menor espessura, surgindo agora os vários fragmentos conjugados numa reconstituição parcial.

2.5. A pintura mural

As paredes internas dos principais edifícios de *Bracara Augusta* seriam decoradas com pinturas de tonalidades e motivos variados. A pintura mural realizava-se com a técnica do fresco, com uma grande profusão de motivos. A paleta de cores utilizada era bastante ampla: preto, branco, vermelho e amarelo; verdes, azuis e violetas mais raramente.

Os vestígios aqui apresentados pertencem à coleção do MDDS e foram encontrados numa *domus* romana identificada na Rua Frei Caetano Brandão / Santo António das Travessas (RIBEIRO, 2010, p. 57). São fragmentos de reboco pintado que conservam vestígios de pintura. Os fragmentos identificados com os números de inventário 2002.0146; 2004.1206 e 2002.0143 foram detetados no mesmo sector de escavação. É possível que pertencessem ao mesmo compartimento da casa, provavelmente um espaço extremamente decorado, com tons e motivos variados.

O fragmento 2002.0146 conserva parte do suporte original e um revestimento formado por um fundo castanho claro sobre o qual sobressaem frisos de cores diferentes. Os dois frisos principais encontram-se separados por cerca de 3.5 cm.

O fragmento 2004.1206 preservou parte do suporte e o revestimento superficial constituído por um fundo vermelho separado por um friso horizontal, formado por uma faixa central de cor preta e duas laterais de cor branca.

O fragmento 2002.0143 conserva o suporte de base assim como o revestimento pintado, formado por motivos geométricos e mede cerca de 0.22 m por 0.17 m. Sobre um fundo de coloração castanho-escuro surge uma malha castanha clara, composta por faixas horizontais e outras verticais, desenhando uma série de quadrados, atravessados por outras faixas na diagonal. A representação exibe uma boa qualidade com a transmissão de algum relevo e dá a ilusão de que estamos perante uma estrutura de madeira. A faixa central mede cerca de 1.3 cm de espessura, enquanto as laterais são mais estreitas, com cerca de 0.5 cm. Os frisos apresentam alguma degradação, sendo possível visualizar uma cor avermelhada numa camada inferior o que sugere que num primeiro momento se pintou o painel com a cor de fundo e depois se aplicaram os frisos (RIBEIRO, 2010, pp.394-395). Estes fragmentos seriam integrados num painel com decoração geométrica. O fragmento 2002.0140 conserva o suporte no qual se apoiava a pintura assim como vestígios desta última, de coloração azulada. A cronologia destes vestígios de pintura é incerta, embora, em contexto arqueológico tenham sido datados de meados do século IV [6] (Figura 7), (Figura 8), (Figura 9), (Figura 10).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta os trabalhos desenvolvidos e já publicados pela equipa de Salvamento de *Bracara Augusta*, podemos concluir que o período correspondente aos finais do século III / inícios do século IV representa um momento de grande atividade construtiva em *Bracara Augusta*, confirmando-se inúmeras remodelações em muitos edifícios e registando-se igualmente grandes transformações no traçado urbano. A maioria dos mosaicos pertencerá a esta fase de grande atividade construtiva, no entanto alguns fragmentos foram encontrados em sítios arqueológicos que dizem respeito a uma fase de remodelação atribuível a um período mais tardio. Esta fase será contemporânea das grandes transformações, do conjunto urbano bracarense, associadas à construção da primeira basílica paleocristã no sítio da atual Sé Catedral, durante o século V, facto que terá determinado a concentração do tecido urbano no quadrante nordeste da cidade e o abandono de algumas áreas centrais e meridionais da antiga cidade romana.

Quanto à gramática decorativa, verificamos que os mosaicos da região de Braga são na sua maioria deco-

6. O estudo da pintura mural é aqui desenvolvido, bem como no *Corpus*, por Jorge Tomás Garcia, no âmbito do seu projeto de pós-doutoramento apresentado ao Instituto de História da Arte da FCSH/UNL e é financiado pela FCT (SFRH/BPD/99633/2014). Filomena Limão, que também colabora no Projeto do *Corpus*, é bolseira da FCT para pós-doutoramento, apresentado à mesma instituição, (SFRH/BPD/107743/2015).

rados com motivos geométricos e vegetalistas, mas são conhecidos também cinco sítios arqueológicos que apresentam mosaicos decorados com fauna marinha. Podemos acrescentar agora aos motivos figurados o fragmento decorado com medalhão circular incluído numa trança policroma de duas pontas com um *cantharus*, proveniente das escavações realizadas na Rua D. Afonso Henriques, nº 20-28. No entanto, esta gramática decorativa de inspiração *Hispanica*, Norte Africana e Oriental, apresenta, aqui em *Bracara Augusta*, especificidades locais. Este cruzamento de influências foi certamente consolidado pelas relações desta região do Noroeste com o Sul da Hispânia feitas através da rota atlântica.

BIBLIOGRAFIA

ABRAÇOS, Maria de Fátima (1999) – Contributo para a História e Inventário dos Mosaicos Romanos do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português.* Lisboa. Série IV. 17, pp. 345-397.

ABRAÇOS, Maria de Fátima (2000) – *História da Conservação e Restauro do Mosaico Romano*. Tese de Mestrado de História da Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [Texto policopiado].

ABRAÇOS, Maria de Fátima (2005) – *Para a História da Conservação e Restauro do Mosaico Romano*. Tese de Doutoramento na especialidade de História da Arte. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (3 volumes). [Texto policopiado].

ABRAÇOS, Maria de Fátima (2008) – Conservation et restauration des mosaïques romaines au Portugal: Quelques exemples dans les collections de musées. In *Proceedings. Lessons learned: reflecting on the Theory and practice of mosaic conservation. The 9th Conference of the International Committee for the Conservation of Mosaics, 2005.* Tunisia: Getty Publications, pp. 69-74.

ABRAÇOS, Maria de Fátima (2011) – Os mosaicos romanos de *Bracara Augusta* da colecção do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, Braga. In *Actas do X Colóquio Mosaico Greco-Romano (AIEMA): O Mosaico Romano nos Centros e nas Periferias. Originalidades, Influências e Identidades (Museu Monográfico de Conímbriga, 29 de Out. a 3 de Nov. de 2005)*. Conímbriga: Instituto dos Museus e da Conservação, pp. 827-835.

ABRAÇOS, Maria de Fátima (2015a) – Os mosaicos de *Bracara Augusta*. Itinerários de divulgação. In APECMA/AIEMA ed. – *Actas do Encontro Portugal-Galiza. Mosaicos Romanos. Fragmentos de Cultura nas Proximidades do Atlântico* (6 e 7 de julho de 2013: Rabaçal, Braga e Lugo), p. 134-149.

ABRAÇOS, Maria de Fátima (2015b) – Roman Mosaics of *Bracara Augusta*. Basins: Aspects of Iconography. In *Atti XII Colloquio AIEMA* (Venezia, 11-15 settembre 2012). Sripta Edizioni, pp. 481-484.

ABRAÇOS, Maria de Fátima (2015c) – The Mosaics with Geometric Patterns from the West and the East of the Roman Empire: The Hourglass Pattern and the Significance of the "Le Décor Géometrique de la Mosaïque Romaine I-II". *Journal of Mosaic Research* 7, Bursa: Uludağ University, pp. 1-9.

ABRAÇOS, Maria de Fátima (2016 a) – Os Mosaicos Romanos de *Bracara Augusta:* Novos Achados. In NEIRA JIMÉNEZ, Luz, ed. – *Estudios sobre mosaicos antiguos y medivales* (Actas del XIII Congreso AIEMA Madrid, 14-18 de septiembre de 2015). Roma: "L'ERMA" di Bretschneider (Hispania Antigua, Serie Arqueológica, 6), pp. 315-322.

ABRAÇOS, Maria de Fátima (2016b) – Os mosaicos romanos nas colecções dos museus de Portugal. Itinerários: paraísos guardados, paraísos revelados. In TOMÁS GARCÍA, Jorge (ed.) – *Imagens do Paradeisos nos Mosaicos da Hispania.* Amsterdão: Adolf M. Hakkert Publisher (col. Classical and Byzantine Monographs, Vol. LXXXV), pp. 366-390.

ABRAÇOS, Maria de Fátima; WRENCH, Licínia Nunes Correia (2017) – The Roman mosaics of *Bracara Augusta*: re-reading and reinterpretation of decorative motifs. *Journal of Mosaic Research* 10, Bursa: Uludağ University [no prelo].

ANTÓNIO, Jorge (2015) – Mosaicos geométricos da Casa da Medusa. *ABELTERIUM – Revista online de Arqueologia e História do Município de Alter do Chão*, Vol. II/Número I/ Maio/2015, Edição Alter do Chão, pp. 39-51 (http://www.cm-alter-chao.pt/pt/abelterivm).

COSTA, António Marques da (1905) – Mosaicos romanos de Portugal: Dois mosaicos romanos achados nas proximidades de Leiria. *O Arqueólogo Português.* Lisboa. X, pp. 49-50.

Décor I – Le décor géométrique de la mosaïque romaine: répertoire graphique et descriptif des compositions linéaires et isotropes (1985) – BALMELLE, Catherine; BLANCHARD-LEMÉE, J.; CHRISTOPHE, J.; DARMON, J.-P.; GUIMIER-SORBETS, A.-M.; LAVAGNE, H.; PRUDHOMME, R.; STERN, H.. Paris: Picard.

Décor II – Le Décor Géométrique de la Mosaïque Romaine II: Répertoire graphique et descriptif des décors centrés (2002) – BALMELLE, C.; BLANCHARD-LEMÉE, M.; DARMON, J.-P.; GOZLAN, S.; RAYNAUD, M.-P. (2002). Paris: Picard.

Dicionário de Motivos Geométricos – Dicionário de Motivos Geométricos no Mosaico Romano (1993) – VIEGAS, Catarina; ABRAÇOS, Fátima; MACEDO, Marta. Conímbriga: Liga dos Amigos de Conímbriga.

LANCHA, Janine; ANDRÉ, Pierre (2000) – *Corpus Mosaicos romanos de Portugal II, CONVENTVS PACENSIS 1, A villa de Torre de Palma*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

LANCHA, Janine; OLIVEIRA, Cristina (2013) – *Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal – Algarve Este,* II *Conuentus Pacensis,* 2 *Algarve Este.* Faro: Universidade do Algarve.

LOPES, Virgílio (2003) – *Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvores do cristianismo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

MACIEL, Manuel Justino coord. (1996a) – *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Edições Colibri.

MACIEL, Manuel Justino (1996b) – *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.

MAGALHÃES, Fernanda (2013) – "Arquitetura doméstica em Bracara Augusta". Interconexões – Revista de Ciências Sociais, volume 1, nº 1. Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Católica Portuguesa, pp. 13-30.

MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Jorge; MAGALHÃES, Fernanda; BRAGA, Cristina (2012) – Urbanismo e Arquitectura de Bracara Augusta: Sociedade, economia e lazer. In *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia* (RIBEIRO, M. C.; MELO, A. S. (coords.). Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, espaço e memória" (CITCEM), pp. 29-67.)(http://hdl.handle.net/1822/19522).

MOURÃO, Cátia (2008) – *Mirabilia Aquarum: Motivos aquáticos em mosaicos da Antiguidade no território português*. Lisboa: EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A..

OLEIRO, João Manuel Bairrão (1973) – Mosaicos de Conímbriga encontrados durante as sondagens de 1899. *Conimbriga*, 12. Coimbra: Universidade de Coimbra (Faculdade de Letras / Instituto de Arqueologia), pp. 67-158.

OLEIRO, João Manuel Bairrão (1991) – Carta datada de 23 de Abril de 1991 e dirigida a Nobre de Gusmão. In *Arquivo documental da Fundação Calouste Gulbenkian*. SBA: 6528.

OLEIRO, João Manuel Bairrão (1992) – *Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal: Conventus Scallabitanus, I, Conimbriga – Casa dos Repuxos*. Conímbriga: IPM/MMC.

OLIVEIRA, Cristina Fernandes (2003) – *A VILLA Romana de Rio Maior: estudo de mosaicos*. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, nº 31).

OLIVEIRA, Cristina; CARVALHO, António; ALMEIDA, Maria José de (2011) – La villa de Quinta das Longas (Elvas-Portugal): les mosaïques du Bas-Empire. In *Actas do X Colóquio do Mosaico Greco-Romano (AIEMA): O Mosaico Romano nos Centros e nas Periferias. Originalidades, Influências e Identidades (Museu Monográfico de Conímbriga, 29 de Out. a 3 de Nov. de 2005)*. Conímbriga: Instituto dos Museus e da Conservação, pp. 903-914.

PEREIRA, Rodrigo Marques (2008) – Resultados dos Trabalhos Arqueológicos no Paço de Vasconcelos em Santiago da Guarda (Maio de 2002 a Julho de 2004). *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular: Hispânia Romana*. Faro: ed. Centro de Estudos de Património-Universidade do Algarve, pp. 171-181.

PESSOA, Miguel (1998) – *Villa Romana do Rabaçal. Um objecto de Arte na Paisagem*. Penela: Câmara Municipal de Penela.

RIBEIRO, Jorge Manuel Pinto (2010) – *Arquitectura romana em Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias*. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Minho.

TOMÁS GARCÍA, Jorge (ed.); MACIEL, Manuel Justino; MOURÃO, Cátia (coords.); (2016) – *Imagens do Paradeisos nos Mosaicos da Hispania*. Amsterdão: Adolf M. Hakkert Publisher (col. Classical and Byzantine Monographs, Vol. LXXXV), pp. 366-390.

WRENCH, Licínia Nunes Correia (2005) – *Decoração Vegetalista nos Mosaicos Portugueses*. Lisboa: Edições Colibri / Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL.

WRENCH, Licínia Nunes Correia (2015) – Some Geometrical Patterns and Decorative Motifs occurring in Roman Portuguese Mosaic: A Comparative Approach with Eastern and Western Mosaics. *Journal of Mosaic Research* 7, Bursa: Uludağ University, pp. 49-59.



Figura 1 – *Hispania*, *Conuentus Bracaraugustanus*, *Bracara Augusta*. (MARTINS, 2012, p. 26)



Figura 2 – Os mosaicos da *domus* da cripta do MDDS. (©AFMDDS)



Figura 3 – Aspeto do edifício da antiga Escola Velha da Sé, onde foi descoberto o mosaico. (cAFMDDS)



Figura 4 – Pormenor do mosaico da *domus* da Escola Velha da Sé decorado com um esquema compositivo definido por círculos e quadrados adjacentes pelo vértice, determinando bobinas. (©AFMDDS)



Figura 5 – Aspeto do mosaico da Casa da Roda, aquando da sua descoberta. (©AFMDDS)



Figura 6 – Atual montagem dos vários fragmentos em exposição no Museu Pio XII do mosaico do peristilo da *domus* do Seminário de Santiago. (Fotografia de Miguel Ramos).



Figura 7 – Fragmento 2002.0146 (©AFMDDS)

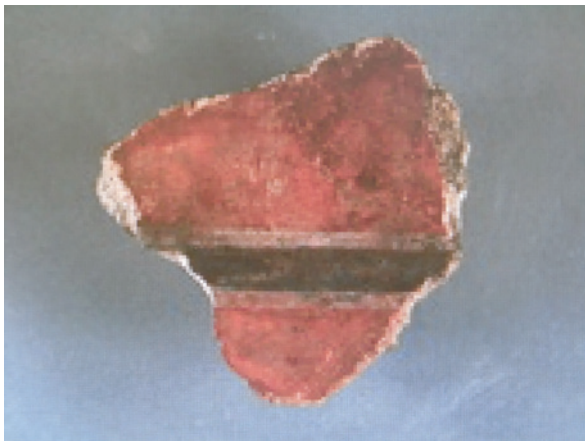


Figura 8 – Fragmento 2002.1206 (©AFMDDS)



Figura 9 – Fragmento 2004.0143 (©AFMDDS)



Figura 10 – Fragmento 2002.0140 (©AFMDDS)

VESTÍGIOS DE TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS NO CONCELHO DE CASTELO DE VIDE (PORTALEGRE, PORTUGAL) – INSERIDOS NO POVOAMENTO RURAL ROMANO

Sílvia Monteiro Ricardo[1]

RESUMO

Em época romana, o Alentejo demonstra uma densa exploração agrícola, da qual ficaram como testemunhos elementos móveis e algumas estruturas, essencialmente.

O estudo destes elementos contribui para entender aspetos económicos e técnicos quanto à funcionalidade e exploração do *fundus*, no quadro das estratégias económicas do povoamento rural.

Os elementos móveis fornecem importantes dados quanto à orientação, quantificação produtiva e evolução tecnológica. Apesar de também suscitarem dúvidas quanto às cronologias, reaproveitamentos noutras épocas posteriores, e o facto de raramente aparecem associados às respetivas estruturas produtivas.

Este artigo é fundamentalmente um inventário dos contrapesos e outros componentes relacionados com a transformação de produtos, identificados no concelho de Castelo de Vide. Pretendem-se reconhecer novos dados e leituras, num concelho com um património arqueológico singular.

Palavras-chave: Alentejo, Castelo de Vide, Estruturas agrárias, Contrapesos.

ABSTRACT

In Roman times, Alentejo shows a dense agricultural exploitation, from which stood as testimony moving elements and some structures.

The study of these elements helps to understand economic and technical aspects regarding the functionality and exploitation of fundus, within the framework of the economic strategies of rural settlement.

The mobile elements provide important data regarding the orientation, productive quantification and technological evolution. Although they also raise doubts about chronologies, reutilizations in later times, and the fact that they rarely appear associated with their productive structures.

This article is fundamentally an inventory of the counterweights and other components related to the transformation of products, identified in the municipality of Castelo de Vide. The aim is to recognize new data and readings in a municipality with a unique archaeological heritage.

Keywords: Alentejo, Castelo de Vide, Agrarian structures, Weights.

1. INTRODUÇÃO

Em época romana, o Alentejo demonstra uma densa exploração agrícola, na qual se destaca as *villae* como unidade produtora principal.

Numa cronologia ainda vaga, mas que se pode situar entre os séculos I e V d.C., na região do Alentejo, foi possível documentar lugares onde se produziu azeite e vinho em plena época da presença romana (FABIÃO, 2013). Foram os estudos pioneiros de Abel Viana e os recentes programas de prospeção sistemática de lugares ocupados em época romana, que permitem identificar muitos destes locais neste vasto território.

1. CHAIA – Universidade de Évora; silviamonteiroricardo@gmail.com

Castelo de Vide é um concelho do Norte Alentejo (Figura 1), distrito de Portalegre, que se subdivide em 4 freguesias. O concelho é limitado a nordeste por Espanha, a leste pelo município de Marvão, a sul pelo município de Portalegre, a sudoeste pelo município do Crato e a oeste e noroeste pelo município de Nisa.

Está integrado na serra de São Mamede, contando com uma elevada e diversificada dinâmica paisagística que combina condições estratégicas, naturais e mineralógicas, comprovado pela variedade de vestígios arqueológicos dispersos por todo o concelho.

As linhas de água sazonais são abundantes e as principais ribeiras irrigam os campos fazendo com que algumas zonas apresentem bons níveis de humidade durante a maior parte do ano. Ainda que a paisagem esteja em constante mudança, as praticas e tradições muitas vezes permanecem.

A produção de azeite e vinho é uma característica da zona do Alentejo, e Castelo de Vide não é exceção, como demonstram os vários testemunhos e marcas que ficaram e que nos contam estas histórias acerca de tradições e recursos económicos.

Da transformação de produtos temos vários testemunhos por toda a área do concelho, desde contrapesos a lagariças escavadas na rocha.

Aquando da Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide, em 1975, são apontados três contrapesos como vestígios produtivos, atualmente o inventário subiu para mais de duas dezenas de elementos inéditos. Resultante dos trabalhos de prospeção levado a cabo pela Secação de Arqueologia da Camara Municipal de Castelo de Vide.

Segundo António Carvalho (CARVALHO, 1999), o cultivo e produção em época romana são realidades localizadas geograficamente e economicamente no mundo rural e que se podem dividir analiticamente rem 3 fases sequenciais: fase de cultivo, fase de produção e sequentemente fase de consumo e comércio. Neste artigo, pretende-se focar apenas na segunda fase - a produção de azeite e vinho. É, essencialmente um inventário dos elementos relacionados com várias fases da transformação de produtos, identificados no concelho de Castelo de Vide, realizado no âmbito de uma investigação mais alargada.

A fase de fabrico compreende a informação relativa às estruturas de produção e dos diferentes elementos que compõem a fase produtiva – pesos de lagar, bases de espremedura, canalizações, etc. A maioria dos elementos destas tipologias encontrados em Castelo de Vide estão atualmente inéditos e estas produções fornecem importantes dados para compreender a economia e determinados aspetos sociais de época, particularmente se conciliados com estudos anfóricos, que nesta primeira fase não se vai fazer.

Os vestígios da cultura do azeite ou do vinho, produções complexas de identificar arqueologicamente, requerem espaços próprios para as várias fases que compõem o processo transformativo. Ainda que existam "produções silenciosas" que não nos deixam vestígios arqueologicamente detetáveis, por norma de pequenas produções, em que o processo é simplificado e reduzido à fase da pisa.

Genericamente, no processo de produção de azeite, após a apanha da azeitona, segue-se a moagem da azeitona, efetuada num *trapetum*, *mola olearia* ou moinho rotativo cilíndrico. Posteriormente, a fase central da produção, a prensagem. Feita por um mecanismo de prensa de viga, os mecanismos mais eficientes. Estes sistemas de extração mais complexos requerem custos de utilização e espaços com características construtivas específicas e estão direcionados para produções excendentárias.

Dentro das prensas de viga, existiam prensas de parafuso, de viga central e de torno. A forma de distinção entre os tipos de prensa verifica-se pelo tipo de acionamento da prensa, ou seja, arqueologicamente pode definir-se a partir da localização do contrapeso. Os contrapesos são fundamentalmente os elementos que subsistem e testemunham a existência destas estruturas. Cujo estudo contribui para entender aspetos económicos e técnicos quanto à funcionalidade e articulação com a exploração do *fundus*, no quadro das estratégias económicas do povoamento rural romano.

Morfologicamente, os contrapesos podem ser cilíndricos ou paralelepipedais. Existe uma forte tendência para utilizar peças paralelepipedais nas prensas de torno e cilíndricas nas prensas de parafuso. Cronologicamente a prensa de torno é mais antiga do que a de parafuso. (CERVANTES, 2014)

Um outro elemento móvel associado à prensagem de azeitona ou de uva são os *areae* (base de prensa) e os *lapis pedicinorum*. Os pés de prensa consiste numa laje onde se apoiavam as seiras com um canal cavado em círculo para conduzir o azeite até um tanque ou *dolium*.

O *lapis pedicinorum* corresponde ao encaixe da parte traseira do *praelum* nas prensas de viga, e é um

elemento chave no seu funcionamento. O *praelum* pode ser sustentado na sua parte traseira através de distintos mecanismos, que devem contrastar a força exercida no extremo oposto pelo mecanismo de acionamento e que estão apoiados no *lapis pedicinorum*. Este elemento pode ser construído" ou em pedra, encastrado no piso. Este último sistema é o mais utilizado por ser mais estável.

Por fim, a decantação no caso do azeite, e a fermentação no caso da produção de vinho. Ambas as fases têm durações distintas, ocorrem em tanques ou *dolium*. No caso do azeite, o processo é mais complexo e por norma decorre em vários tanques sequenciais. O processo de fabrico do vinho é ligeiramente mais simples, e acontece dentro de *dolium* ou de *dolium* em fossa.

O estudo dos elementos móveis está inerente a problemáticas. Principalmente pelo facto destes elementos móveis estarem na maioria das vezes descontextualizadas ou reutilizados, o que leva a suscitar dúvidas em relação às respetivas cronologias, reaproveitamentos em épocas posteriores, e o facto de raramente aparecem associados às respetivas estruturas produtivas. Estes elementos fornecem importantes dados ao nível da orientação, quantificação da produção e de evolução tecnológica. Para os estudos dos contrapesos na Hispânia, o elemento mais visível destas produções, segue-se a tipologia estabelecida por J. P. Brun a partir do seu trabalho sobre os lagares de azeite romanos na região francesa de Var. A classificação destas peças é feita a partir da sua morfologia e do tipo de encaixes que apresentam.

Desta forma, pretende-se dar a conhecer novos dados nesta temática, num concelho com um património arqueológico singular, uma vez que nas últimas décadas têm-se discutido a transformação de recursos e produção de azeite e vinho.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A relevância do azeite e do vinho nas economias antigas da Península Ibérica é conhecida desde épocas bastante recuadas, principalmente por referências às bases económicas da Hispânia nos tratados antigos.

O estudo das estruturas transformativas foi alvo de revisão do ponto de vista historiográfico nos anos noventa nos países mediterrânicos, com exceção da Península Ibérica. Estas complexas instalações têm diretrizes construtivas distintas consoante a produção de vinho ou azeite, apesar de arqueologicamente serem difíceis de distinguir.

Um dos primeiros problemas dos *torcularia* hispano-romanos era a falta de uniformização terminológica. De forma a colmatar este problema, nas *Actas do Congresso Internacional de 1993*, em Atenas, incluiu-se um anexo terminológico para os elementos e espaços de elaboração de vinho e azeite (AMOURETTI; BRUN, 1993).

Fábricas de aceite en el campo hispano-romano (FERNÁNDEZ CASTRO, 1983) reflete a primeira tentativa de inventariação das prensas existentes no território hispânico.

A produção de vinho e azeite na Península Ibérica começa a ser foco de atenção de estudos regionais, ainda que com poucas escavações sistemáticas e projetos de investigação.

Os trabalhos na década de oitenta de J. Alarcão (ALARCÃO, 1983, 1988) marcam a viragem na arqueologia portuguesa. Inventariam-se vestígios dispersos na bibliografia e reconhecem-se elementos em superfície. Iniciam-se escavações nos *torcularia* das *villae* de São Cucufate, Freiria e reinterpretam-se as estruturas de prensado e armazenamento de Torre de Palma.

A arqueologia do vinho lusitano marca a década de noventa (FABIÃO, 1998, 1994), uma corrente que se tem manifestado especialmente na realização de congressos monográficos centrados nos aspetos culturais destas bebidas em época pré-romana e romana (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1999, 2011; MEZQUÍRIZ, 1999).

J. P. Brun (BRUN, 1986) sistematiza tipologicamente prensas e contrapesos, uma metodologia aplicável à totalidade dos exemplares dispersos pelo Império. Estas realidades começam também a ganhar a atenção dos investigadores que estudam o peso das elites rurais na economia (LEWIT, 1991; 2012).

O maior estudo sobre esta temática é de Yolanda Peña Cervantes (PEÑA CERVANTES, 2014, 2012). Enumera 551 espaços de transformação de vinho e azeite na Hispânia, maioritariamente rurais, 3 dos quais no concelho de Castelo de Vide. Neste ano realizou-se o congresso *De vino et oleo Hispaniae. Áreas de producción y procesos tecnológicos del vino y el aceite en la Hispania romana*, no Museo Arqueológico de Murcia, onde foram apresentados os mais recentes estudos sobre a transformação de produtos.

O território do atual Alentejo está desprovido de estudos e de uniformização dos mesmos, havendo

alguns trabalhos publicados, principalmente através das cartas arqueológicas concelhias. A sul, a arqueologia de salvaguarda tem fornecido dados relevantes publicados nas *Memórias de Odiana* (EDIA) tal como os resultados de *O projeto das cidades de Beja (*LOPES, 2003). Destacam-se resultados de trabalhos de prospeção e escavação, e investigações referentes ao povoamento rural romano, que incidem sobre espaços rústicos das *villae* (CARVALHO, 1999, 2001; CARNEIRO, 2014).

No território de Castelo de Vide propriamente dito, a Carta Arqueológica do concelho de Castelo de Vide constitui um dos principais trabalhos no entanto já desatualizada. Os trabalhos que se seguiram foram da responsabilidade da Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide (daqui para frente designada de SACMCV) com o desígnio de atualizar a Carta Arqueológica do concelho, mas grande parte dos dados estão inéditos. Enquadrado no projeto PRAM-CV, Povoamento rural Alto-Medieval no território de Castelo de Vide, têm-se intervencionado algumas estruturas de lagar com datações mais tardias e que têm contribuído para compreender a articulação e continuação destas produções, neste território.

3. METODOLOGIA

A metodologia seguida nesta investigação iniciou-se com revisão documental e pesquisa bibliográfica. A pesquisa incidiu sobre publicações de Cartas Arqueológicas onde por norma estes elementos são referidos de forma avulsa e isolada, e publicações sobre Castelo de Vide ou povoamento rural romano no Norte Alentejo. Também se procurou compreender os processos produtivos e como todos os elementos se articulam para melhor perceber o que procurar. Não foram contemplados neste estudo elementos vinculados a sítios de lagar já escavados de cronologias mais tardias.

Posteriormente conciliou-se a pesquisa documental com o levantamento já feito pela SACMCV e com deslocações aos sítios já identificados com a finalidade de relocalizar os mesmos. Estas relocalizações tiveram como principal objetivo confirmar medições, fotografias e efetuar desenhos dos mesmos.

Para a tipificação dos contrapesos localizados na Península Ibérica vai ser seguida a tipologia realizada por J.P. Brun a partir do seu trabalho sobre as produções romanas da região francesa de Var (Brun, 1986), também utilizada por Peña Cervantes, uma metodologia aplicável à totalidade dos exemplares dispersos pelas várias regiões do Império.

Após a construção de uma tabela com todos os sítios e informações sobre os mesmos, procedeu-se à georreferenciação em SIG, ainda que nenhum esteja *in situ*.

Futuramente espera-se prospetar zonas específicas do concelho de forma a perceber se existem mais elementos deste género.

4. SÍTIOS

Com os dados recolhidos atualmente no concelho de Castelo de Vide podemos fazer uma análise transversal dividida em dois parâmetros distintos. Achados isolados e sítios intervencionados, em que existem estruturas com elementos produtivos estruturados.

Dos 19 locais que compõem este estudo, o único sítio de cronologia romana escavado que compreende estruturas produtivas e dois contrapesos de lagar é o Mascarro. Os restantes 18 sítios remetem para achados isolados ou reutilizados, em que apenas foi identificado um ou mais recursos relacionados com a prensagem de azeitonas ou de uva. (Tabela 1)

Tabela 1 – Sítios identificados com vestígios de produção no concelho de Castelo de Vide

Nº	Topónimo	Freguesia	Tipo de sítio
1	Amieira	Santa Maria da Devesa	Achado isolado
2	Casão das Taigas	Nossa Srª Póvoa e Meadas	Achado isolado
3	Colegiada	Santiago Maior	Achado isolado
4	Fonte da Beldroega	S. João Batista	Achado isolado
5	Fonte do Jazigo	Santa Maria da Devesa	Achado isolado
6	Lameira	S. João Batista	Achado isolado
7	Mascarro	S. João Batista	Lagar intervencionado
8	Meada	Nossa Srª Póvoa e Meadas	Achado isolado

Tabela 1 (Continuação)

9	Monte do Dr. Eugénio	Nossa Srª Póvoa e Meadas	Achado isolado
10	Monte Novo	S. João Batista	Achado isolado
11	Remendos Manuel Antunes	Santiago Maior	Achado isolado
12	Santo Amador	Nossa Srª Póvoa e Meadas	Achado isolado
13	Santo Amarinho	S. João Batista	Achado isolado
14	Tapada da Azinheira	Santiago Maior	Achado isolado
15	Tapada Grande	Nossa Srª Póvoa e Meadas	Achado isolado
16	Vale da Bexiga – sítio 7	S. João Batista	Achado isolado
17	Vale da Manceba 1	S. João Batista	Achado isolado
18	Vale do Cano – Tapada da Figueira	Santa Maria da Devesa	Achado isolado
19	Vale Silvano	S. João Batista	Achado isolado

Em alguns destes sítios apenas de reconhecem manchas de dispersão de material de construção e de cerâmica comum. O sítio do Vale da Bexiga tem cerca de 11 entradas na SACMCV, com vestígios variados que vão desde construções a sepulturas. Santo Amarinho também compõem um sítio com vestígios estruturais e materiais nas imediações de uma necrópole medieval constituída por um conjunto de dezasseis sepulturas de lajes e três escavadas na rocha. Foi recolhida uma ara em formato de paralelepípedo de granito, que pela tipologia de letra, atribui-se à segunda metade do século I d.C. (RICARDO, 2015).

Na Tapada Grande existem lagariças rupestres, uma represa romana e manchas de dispersão de materiais relativamente perto do contrapeso aí identificado de grandes proporções (Figura 2).

O sítio do Vale do Cano – Tapada da Figueira é um sítio bastante curioso porque tem vários elementos construtivos dispersos pelo atual monte, de entre os quais quatro contrapesos de lagar, e manchas de materiais de cronologias mais tardias/medievais, bem como uma árula reutilizada numa das casas do monte e bases de coluna.

O sítio do Mascarro, o único com estruturas produtivas de cronologia romana, parcialmente intervencionado no concelho, remete para «(…) *parte de uma estrutura destinada à decantação de azeite, onde são visíveis três recipientes que estariam adossados, conectados ou não na parte superior.*» (RICARDO, 2015, 34). Neste local foram identificados em prospeção, a uns metros da estrutura descrita dois contrapesos de lagar, classificados como de tipo 12 de Brun (figura 3), que aciona uma prensa de parafuso.

Muitos outros estão reutilizados em construções, como acontece com o *lapis pedicinorum* e o contrapeso do Casal das Taigas, o *lapis pedicinorum* da Colegiada, do Vale da Manceba (Figura 4) e de Santo Amador (Figura 6). Existem ainda alguns locais referidos por alguns autores, mas que ainda não foram identificados em campo e como tal não se confirmou a informação, como é exemplo Chão Salgado «*Informações orais de pesos de lagar que também não foi possível confirmar.*» (CARNEIRO, 2014, p. 114) e Poço de Marvão «*encontra-se um pedestal com dois encaixes e um fragmento de um peso de lagar. A casa está sobre um local de ocupação: encontram-se imbrices e tégulas, e ainda cerâmica comum, todos de feição tardo-romana.*» (CARNEIRO, 2014, p. 122). Ou até os vestígios da Tapada da Ameixoeira, citada por Maria da Conceição Rodrigues, em 1975.

5. RESULTADOS

Apuraram-se novos resultados e colocaram-se novas questões, coadjuvadas pela metodologia.

Analisando os sistemas de elaboração de vinho e azeite a nível tecnológico, existem vários componentes que deixam vestígios arqueológicos e que indicam determinados aspetos relacionados com o fabrico dos diferentes produtos.

Os vários elementos pétreos da fase da moagem, como o *trapetum*, o moinho rotativo cilíndrico e a *mola olearia*, constituídos maioritariamente em pedra.

Em termos da fase de prensado, as bases de espremedura (*areae*), os contrapesos e os *lapis pedicinorum*. Os *areae*, tal como elementos de moagem, não foram identificados ainda no concelho, apenas se registaram contrapesos e *lapis pedicinorum*, sendo os primeiros os mais representativos.

Estes funcionam como mecanismo de acionamento da prensa de viga e são relevantes porque podem de-

terminar o tipo de prensa, através do tipo de encaixe e disposição do mesmo permite reconstruir o movimento do *praelum*.

A distinção entre contrapeso de prensa de torno e de parafuso compreende-se essencialmente através da existência ou não de uma perfuração no topo. Ou seja, os contrapesos destinados a acionar prensas de torno carecem de cavidade, e apresentam encaixes laterais e geralmente um rasgão transversal para fixar o torno. (PEÑA CERVANTES, 2010)

Regra geral, os contrapesos apresentam formas cilíndricas ou paralelepipedais. E têm tendência a existirem peças paralelepipedais associadas a prensas de torno e cilíndricas a prensas de parafuso. No entanto é complicado tirar mais informações dos mesmos se não tiverem *in situ*, como alerta Yolanda Peña Cervantes (2010, 71) «*La mayoría de los contrapesos recuperados en la península Ibérica aparecen fuera de contexto arqueológico, documentados en prospecciones de carácter más o menos científico. Este hecho determina que en muy pocos casos dispongamos de la cronología y del produto al que estuvieron destinadas las prensas accionadas por estas piezas.*».

Quanto ao *lapis pedicinorum*, compreende o encaixe da parte posterior do *praelum* nas prensas de viga, sendo um dos elementos chave do seu funcionamento. Em termos de registo arqueológico, apenas restam os blocos de pedra encastrados na soleira da sala de prensado e são o único elemento claro na identificação da prensa de viga.

Analisando a tabela 2, onde estão reunidos todos os dados relacionados com a produção de azeite e vinho existentes no concelho de Castelo de Vide, po-

Tabela 2 – Listagem com a tipificação dos elementos produtivos reconhecidos no concelho de Castelo de Vide

Topónimo	Tipologia	Produção	Bibliografia
Amieira			Inédito
Casão das Taigas 1	*lapis pedicinorum*	Azeite?	RODRIGUES, 1975
Casão das Taigas 2	contrapeso troncocónico com encaixes laterais de cauda de andorinha e encaixes superiores indeterminados		RODRIGUES, 1975
Colegiada	*lapis pedicinorum*	Azeite?	Inédito
Fonte da Beldroega			CARNEIRO, 2014
Fonte do Jazigo	Indeterminado		Inédito
Lameira	contrapeso troncocónico com encaixes laterais de cauda de andorinha e encaixes superiores indeterminados		Inédito
Mascarro 1	tipo 12. prensa de parafuso	Azeite	RICARDO, 2015
Mascarro 2	tipo 12. prensa de parafuso	Azeite	RICARDO, 2015
Meada 1	tipo 12. prensa de parafuso		CARNEIRO, 2014
Meada 2	contrapeso cilíndrico com encaixes laterais de cauda de andorinha e encaixes superiores indeterminados		CARNEIRO, 2014
Monte do Dr. Eugénio 1	tipo 12. prensa de parafuso		CARNEIRO, 2014
Monte do Dr. Eugénio 2	Indeterminado		CARNEIRO, 2014
Monte Novo	Indeterminado		Inédito
Remendos Manuel Antunes	tipo 53. prensa de parafuso		Inédito
Santo Amador	*lapis pedicinorum*	Azeite?	Inédito
Santo Amarinho	contrapeso cilíndrico com encaixes laterais de cauda de andorinha e encaixes superiores indeterminados		ENCARNAÇÃO, 1984 ALARCÃO, 1988 CARNEIRO, 2014 RICARDO, 2015

Tabela 2 (Continuação)

Tapada da Azinheira	Indeterminado		Inédito
Tapada Grande	tipo 12. prensa de parafuso		RODRIGUES, 1975 CARNEIRO, 2014
Vale da Bexiga – sítio 7	tipo 54. prensa de parafuso		Inédito
Vale da Manceba 1	*lapis pedicinorum*	Azeite?	ALARCÃO, 1988 CARVALHO, 1999 RODRIGUES, 1975 CARNEIRO, 2014
Vale da Manceba 2	Indeterminado		ALARCÃO, 1988 CARVALHO, 1999 RODRIGUES, 1975 CARNEIRO, 2014
Vale do Cano – Tapada da Figueira 1	tipo 53. prensa de parafuso		ENCARNAÇÃO, 1984 ALARCÃO, 1988 PAÇO, 1953 PAÇO e ALMEIDA, 1962 RODRIGUES, 1975 CARVALHO, 1999 OLIVEIRA, PEREIRA, PARREIRA, 2007 CERVANTES, 2010
Vale do Cano – Tapada da Figueira 2	contrapeso cilíndrico com encaixes laterais de cauda de andorinha e encaixes superiores indeterminados. Prensa de parafuso		ENCARNAÇÃO, 1984 ALARCÃO, 1988 PAÇO, 1953 PAÇO e ALMEIDA, 1962 RODRIGUES, 1975 CARVALHO, 1999 OLIVEIRA, PEREIRA, PARREIRA, 2007 CERVANTES, 2010
Vale do Cano – Tapada da Figueira 3	tipo 53. prensa de parafuso		ENCARNAÇÃO, 1984 ALARCÃO, 1988 PAÇO, 1953 PAÇO e ALMEIDA, 1962 RODRIGUES, 1975 CARVALHO, 1999 OLIVEIRA, PEREIRA, PARREIRA, 2007 CERVANTES, 2010
Vale do Cano – Tapada da Figueira 4	tipo 53. prensa de parafuso		ENCARNAÇÃO, 1984 ALARCÃO, 1988 PAÇO, 1953 PAÇO e ALMEIDA, 1962 RODRIGUES, 1975 CARVALHO, 1999 OLIVEIRA, PEREIRA, PARREIRA, 2007 CERVANTES, 2010
Vale Silvano	contrapeso cilíndrico com encaixes laterais de cauda de andorinha e encaixes superiores indeterminados. Prensa de parafuso		Inédito

demos apontar que os contrapesos estão em maioria em relação aos *lapis pedicinorum*, num total de 4, um número bastante mais reduzido em comparação com os contrapesos num total de 21, da totalidade dos 25 reconhecidos.

Todos os contrapesos que foi possível classificar apontam para a existência em época romana de prensas de viga, especificamente prensas de parafuso, dado que são todos morfologicamente cilíndricos ou troncocónicos. Os contrapesos de tipo 12 de Brun (1986) está em maioria, sendo uma evolução tecnológica do tipo 10, como explica Peña Cervantes (2011, 45) «*En Hispania nos encontramos con un uso abundante del contrapeso cilíndrico dotado de encajes de cola de milano en su lateral y de perforación longitudinal central en su parte superior (tipo 12), detectando incluso una variante de forma cilíndrica del tipo 10 paralelepípedo, carente del encaje longitudinal en la parte superior de la pieza. Este último tipo tiene, hasta donde conocemos, una difusión localizada exclusivamente en el* ámbito *hispano, especialmente en el sur peninsular.*», como já tinha sido verificado e referido no sítio do Mascarro, juntando-se assim os sítios da Meada e da Tapada Grande.

A autora afirma que os contrapesos relacionados a prensas de torno têm cronologias tardo republicanas e alto imperiais e poderiam acionar tanto produções de azeite como de vinho na Hispânia, coexistindo em algumas regiões. Mas infelizmente «*desconocemos el tipo específico de más de la mitad de las piezas cilíndricas documentadas, lo que limita necesariamente las possibilidades de nuestro estudio. Estas piezas, aunque se documentan en todas las regiones vinícolas u oleícolas de época romana, presentan una mayor concentración en las actuales provincias de Córdoba y Sevilla y en zona sur de Lusitania.*» (PEÑA CERVANTES, 2010, 74)

O topo dos contrapesos é fulcral para a sua tipificação, daí haver alguns elementos indeterminados neste estudo, todos os restantes foram analisados e classificados.

O contrapeso do sítio das Lameiras (Figura 5), contrapeso troncocónico com encaixes laterais de cauda de andorinha e encaixes superiores indeterminados, é muito semelhante ao contrapeso do sítio de Los Palacios (Madrid), um sítio com orientação e elaboração vinícola, abandonado nos finais do século IV ou na primeira década do século V d.C. (MAJOR GONZÁLEZ, PENEDO COBO, PEÑA CERVANTES, 2013).

Quanto aos contrapesos do tipo 12 de Brun (Brun, 1986) existem semelhantes em San Martín de Trevejo (Cáceres) e Villameil (Cáceres), sítios com vários vestígios construtivos e o último com uma *area* associada ao contrapeso. O mesmo tipo de prensa verifica-se na prensa baixo imperial do sítio Mas del Carxorro (Tarragona) e em Val de Viña.

Contrapesos do tipo 53 de parafuso, está identificado um contrapeso nas instalações oleícolas da villa do Milreu (Estói), sendo esta correspondente ao período flávio, assim como na villa de S. Cucufate (Vidigueira), onde foram identificados dois contrapesos tipo 53 vinculados à produção de vinho. No caso de Torre Águia (Badajoz), de acordo com as estruturas que pertencem à *villa* romana tardia está documentado um contrapeso tipo 53, na camada de amortização século II d.C. Estes dois exemplos confirmam a presença alto imperial de tornos no território da antiga Hispânia com cronologias do baixo-império associadas a este tipo de contrapesos.

Do tipo 54, de prensa de parafuso, estão identificadas elementos idênticos nos sítios de Sant Andreu de Lavaneres (Barcelona), associado a uma sala de prensagem, e em Mayoralgillo de Vargas (Cáceres).

6. DISCUSSÃO

São várias as questões associadas a estas estruturas, que dificultam a identificação e particularmente a interpretação destas realidades:

– Os mesmos tipos de prensas eram utilizados para ambas as produções, o que leva a uma marcante indefinição arqueológica, já que em muitos casos não se documentam elementos relacionados com dispositivos de extração distintos.
  Como elementos de identificação estruturais contamos, no caso do azeite, com testemunhos das fases de moagem e decantação.
– A descoberta de estruturas de decantação associadas a elementos de prensado atua como um indício direto da elaboração oleícola. No entanto também devemos ter em conta a reutilização dos moinhos, peças facilmente retiradas do contexto primário.
  Esta questão leva a que um número muito reduzido de elementos de moagem sejam localizados em posição primária, o que faz com que as provas de moagem dos *torcularium* sejam bastante reduzidas.
– Em certos dispositivos de decantação, os for-

mados exclusivamente por dois tanques, podem existir problemas de identificação, dependo do seu estado de conservação e tamanho, já que morfologicamente não se diferenciam das estruturas de pisa.

– J. P. Brun (Brun 2004b) verifica uma certa vinculação entre o uso de pés de prensa de pedra e o prensado do azeite, devido ao maior peso exercido na extração deste produto.
Documentamos também mas em menor numero, exemplares de a*reae* de pedra na produção de vinho. Também se tentou relacionar o tamanho das cubetas com o tipo de produto elaborado, com pouco êxito uma vez que o tamanho dos recetores do prensado depende também de outras variáveis, como o volume de produção e a própria organização interna do trabalho do prensado e decantação em cada *torcularium*.

– No caso da Hispânia, temos documentado um total de 251 contrapesos, localizados em 188 sítios arqueológicos distintos. A maior parte das peças foram recolhidas à superfície, por isso desconhecemos o contexto arqueológico no qual se integram. Este facto determina que em muitos poucos casos dispomos da cronologia do produto ao que estiveram destinados as prensas acionadas por estas peças.

7. CONCLUSÃO

Segundo as informações dadas a conhecer, pode-se concluir que neste território, a maioria dos elementos estão vinculados a prensas de parafuso, que segundo vários estudos, estão por sua vez maioritariamente associados à produção de azeite.
Foram unicamente contemplados vestígios descontextualizados. Sem dados de escavação, a leitura obtida é limitada. No entanto, este apontamento preliminar permite-nos perceber que os contrapesos e *lapis pedicionrum*, são indícios claros do uso de prensas de viga, e mais especificamente de prensas de parafuso, introduzidas na Península Ibérica no século III d.C..

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1983) – *Portugal Romano*. Lisboa: Europa América.

ALARCÃO, Jorge de (1988) – *Roman Portugal*, Warminster.

AMOURETTI, Marie-Claire, BRUN Jean Pierre (1993) – La production du vin et de l'huile en Méditerranée, *BCH, supl.* 26, Atenas.

BRUN, Jean Pierre (1986) – L'oléiculture antique en Provence. Les huileries du département du Var. *RANarb, supl.* 15, París.

CARNEIRO, António (2014) – *Lugares, tempos e pessoas: Povoamento rural romano no Alto Alentejo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. I.

CARVALHO, António (1999) – Evidências arqueológicas da produção de vinho nas uillae romanas do actual território português: alfaias vitícolas e lagares de vinho. Em *Economie et Productions en Lusitanie Romaine. Actes e Travaux reúnis et présentés* par Jean Gérard Gorges et Fernando Germán Rodríguez Martín. Madrid: Casa Velázquez. (Collection de la Casa de Velázquez, nº 65), pp. 361-390.

FABIÃO, Carlos (1998) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1-1, pp. 169-198.

FABIÃO, Carlos (2013) – O Azeite no Ocidente da Península Ibérica na época romana. Em BOHM, J. (eds.) *O Grande Livro da Azeitona e do Azeite*. Lisboa: Dinalivro editora, pp. 66-73.

FERNÁNDEZ CASTRO, M. (1983) – Fábricas de aceite en el campo hispanorromano, *Producción y comercio de aceite en la Antigüedad*. II Congreso Internacional, Sevilla, pp. 569-599.

LEWIT, Tamara (1991) – *Agricultural production in the Roman Economy, A.D. 200-400*, Oxford.

LOPES, Maria Conceição (2003) – *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da civitas de Pax Ivlia*, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, Anexos de Conimbriga, 3, Coimbra.

MAJOR GONZÁLEZ, Miguel, PENEDO COBO, Eduardo, PEÑA CERVANTES, Yolanda (2013) – *El torcvlarivm del asentamiento rural romano de Los Palacios, Villanueva del Pardillo (Madrid): a propósito de la producción de vino en la zona central de Hispania*. Em espacio, tiempo y forma. serie i prehistoria y arqueología, 6. Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia.

MEZQUÍRIZ, Maria Angeles (1999) – La producción de vino en territorio navarro durante la época romana, *El vino en la Antigüedad romana: II Simposio de Arqueología del Vino (S. Celestino, ed.),* Madrid, pp. 241-251.

PEÑA CERVANTES, Yolanda (2010) – *Torcularia La producción de vino y aceite en Hispania. Catálogo de yacimientos analizados en cedé.* Institut Català d'Arqueologia Clàssica. Tarragona.

PEÑA CERVANTES, Yolanda (2011) – Variantes tecnológicas hispanas en los procesos de elaboración de vino y aceite en época romana. *Anales de prehistoria y arqueologia De vino et oleo Hispaniae*. AnMurcia, 27-28, pp. 37-57.

PEÑA CERVANTES, Yolanda (2014) – Bodegas y almazaras en Hispania: Estructuras y ámbitos de producción, en: Bustamante, M. y Bernal, D. eds., *Artífices idóneos. Artesanos, talleres y manufacturas en Hispania*, Mérida, pp. 211-267.

RICARDO, Sílvia (2015) – *Sítio Arqueológico do Mascarro – Um modelo para o povoamento antigo no concelho de Castelo de Vide. Évora*. Dissertação de mestrado defendida na Escola das Ciências Sociais da Universidade de Évora. Évora.

RODRÍGUEZ MARTÍN, Francisco (1999) – Los asentamientos rurales romanos y su posible distribución en la cuenca media del Guadiana. Em J. G. Gorges, F. G. Rodríguez Martín (eds). Économie *et territoire en Lusitanie romaine*, Madrid, pp. 121-134.

RODRÍGUEZ MARTÍN, Francisco (2011) – La producción de vino y aceite entre avgvsta emerita y el occidente atlántico. *De vino et oleo Hispaniae*. AnMurcia, 27-28, pp. 451-469.



Figura 1 – Localização do concelho de Castelo de Vide no mapa de Portugal continental.



Figura 2 – Contrapeso da Tapada Grande (Fotografia: SACMCV).

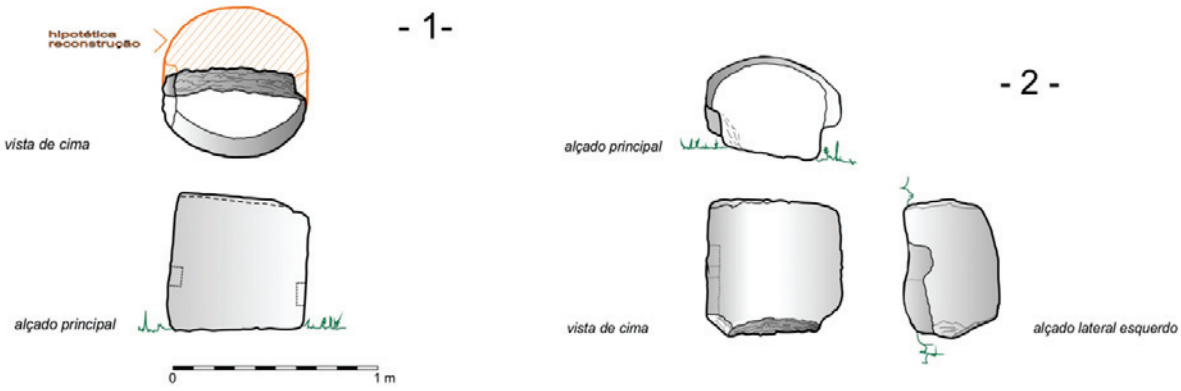


Figura 3 – Contrapeso do Mascarro, tipo 12 de Brun (Desenho: João Magusto)



Figura 4 – *Lapis pedicinorum* do Vale da Manceba, reutilizado na ombreira da um chafurdão (Fotografia: SACMCV).



Figura 5 – Contrapeso das Lameiras, descontextualizado, atualmente no monte a servir de banco (Fotografia: Sílvia Ricardo) .



Figura 6 – *Lapis pedicinorum* do sítio de Santo Amador, reutilizado num muro de divisão de propriedade.

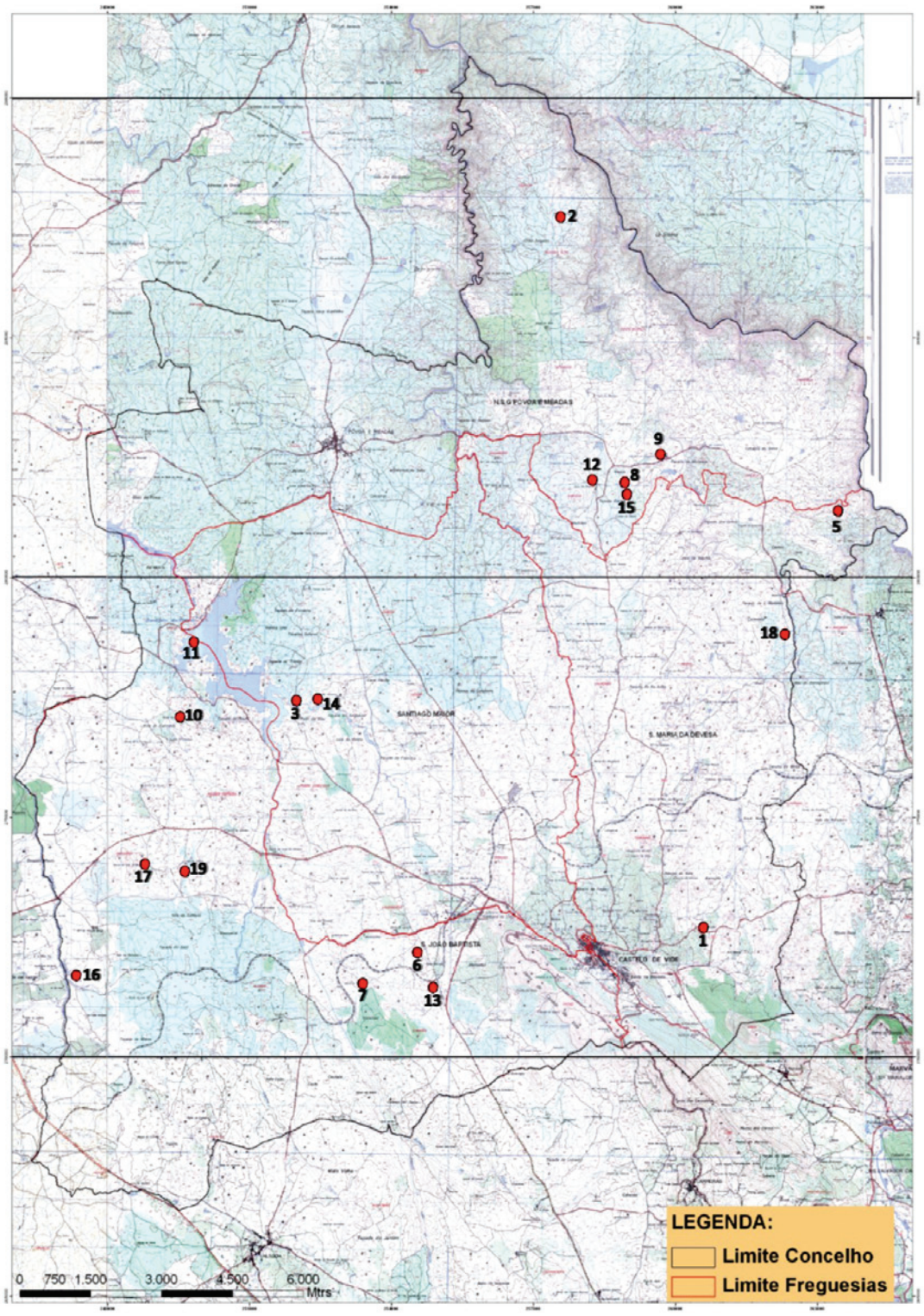


Figura 7 – Localização dos sítios identificados com vestígios de produção no concelho de Castelo de Vide.

NOVOS DADOS SOBRE A OCUPAÇÃO DE ÉPOCA ROMANA REPUBLICANA DA NECRÓPOLE DO OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES (ALCÁCER DO SAL): O ESPÓLIO METÁLICO

Francisco B. Gomes[1]

RESUMO

Apesar de conhecida sobretudo pela sua intensa utilização durante a Idade do Ferro, a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) apresenta uma sequência de ocupação algo mais ampla, que engloba também a Época Romana, e em particular os momentos iniciais desta, como se tem vindo a evidenciar em estudos recentes. A presente contribuição visa acrescentar ao panorama já conhecido um conjunto de materiais metálicos inéditos de cronologia segura ou provavelmente republicana, que reforçam a imagem de um uso funerário continuado da necrópole durante esse período.

Palavras-chave: Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), Período Romano Republicano, Fíbulas, S*impulum,* Javalinas.

ABSTRACT

Despite being known mostly due to its intense use during the Iron Age, the necropolis of Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) presents a somewhat longer sequence of use, which also comprises the Roman period, and particularly its earliest moments, as has been put in evidence by recent studies. This contribution aims to enlarge the available evidence by adding to it an ensemble of metallic pieces of certain or probable republican chronology, which give further strength to the idea that the necropolis continued to be used as a funerary area during this period.

Keywords: Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), Roman Republican Period, *Fibulae, Simpulum,* Javelins.

1. A NECRÓPOLE DO OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES: BREVE ENQUADRAMENTO GERAL

A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (OSM) (Figura 1) ocupa uma plataforma sobrelevada com respeito aos depósitos aluvionares do Sado situada sensivelmente um quilómetro a Ocidente da elevação onde eventualmente se ergueu o Castelo de Alcácer do Sal, na qual se situaria o núcleo principal do povoado correspondente (Silva *et al.* 1980-1; Paixão 2001).

Este conjunto funerário foi identificado pela primeira vez ainda durante o século XIX, quando a realização de trabalhos agrícolas nas imediações da ermida medieval do Senhor dos Mártires resultou na descoberta de um importante conjunto de materiais prontamente dado a conhecer por J. Possidónio Narciso da Silva (1875).

Apesar do imediato reconhecimento da importância do sítio, os primeiros trabalhos arqueológicos só se realizariam meio século mais tarde, sob a direcção de V. Correia, que ali empreendeu significativos trabalhos de escavação (Correia 1925; 1928), cuja pu-

1. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Fundação para a Ciência e Tecnologia; franciscojbgomes@gmail.com

blicação exaustiva nunca chegou a realizar devido ao seu prematuro falecimento.

Os trabalhos de campo só viriam a ser retomados já nos finais da década de 1960, desta feita sob a responsabilidade de A. Cavaleiro Paixão (1970), que viria ainda a realizar novas intervenções na necrópole entre os finais da década de 1970 e os inícios da década seguinte, não tendo estas últimas contudo sido objecto de publicação detalhada (Paixão 1983).

A incompleta publicação do registo gerado por estas várias intervenções originou um quadro de referência que, apesar dos melhores esforços de sistematização realizados já em finais do século XX (Fabião 1998: 350-369; Arruda 1999-2000: 72-86), apresenta significativas lacunas, que só recentemente começaram a suprir-se com o estudo integral dos espólios exumados nesta necrópole, que contudo nem sempre permite obviar a falta da documentação de campo que, caso se conserve, se encontra hoje em paradeiro desconhecido.

Uma dessas lacunas diz respeito às fases finais da ocupação deste conjunto funerário, escassamente definidas, registando-se nomeadamente um quase total desconhecimento dos horizontes correspondentes aos inícios da presença romana, que contudo se intuíam a partir da publicação de alguns materiais dispersos (cf. *infra*), situação que o presente trabalho pretende suprir, dando continuidade a um estudo já publicado (Gomes/ Alves 2017).

2. A OCUPAÇÃO DE ÉPOCA ROMANA REPUBLICANA DO OSM

Ao largo da longa história da investigação sobre a necrópole do OSM o conjunto funerário alcacerense foi sempre predominantemente analisado à luz dos importantes dados correspondentes à sua utilização durante a Idade do Ferro. Com efeito, as evidências de Época Romana ali exumadas e pontualmente assinaladas desde muito cedo (Baptista 1895; Correia 1925: 155) foram longamente remetidas para segundo plano, sem dúvida devido à sua escassa entidade. Não obstante, a descoberta da vizinha necrópole da Azinhaga do Senhor dos Mártires (Paixão 1970: 92) e a sua subsequente escavação (Paixão 1979; 1981) permitiram de alguma forma enquadrar as evidências de cronologia alto-imperial, que passaram desde então a poder relacionar-se com depósitos pertencentes à periferia daquele outro conjunto funerário. Pelo contrário, as já mencionadas evidências dispersas de uma ocupação da envolvente da área da Ermida do Senhor dos Mártires durante o período republicano, apesar de recolhidas nalguns estudos de âmbito mais abrangente (Almeida 1953: Est. XXX, n.1; Delgado 1971) e devidamente assinaladas por alguns autores com referência específica à sequência da necrópole (Fabião 1998: 354; cf. tb. Fabião 1999: 170), permaneceram até recentemente difíceis de avaliar, devido fundamentalmente à ausência de estudos exaustivos que permitissem aferir da dimensão do conjunto republicano e do seu significado funcional e cronológico no contexto da sequência de utilização da necrópole.

A tal facto não será estranha a total ausência, em todas as descrições dos trabalhos realizados na necrópole (e bem assim na vizinha Azinhaga do Senhor dos Mártires), de qualquer menção à existência de contextos preservados do período em análise, facto que muito possivelmente não se deve apenas à omissão dos responsáveis desses trabalhos, podendo com efeito resultar de factores pós-deposicionais.

Existem, por certo, algumas indicações indirectas de que os materiais republicanos poderão ter-se recolhido em contextos secundários e revolvidos – veja-se, por exemplo, a descrição do contexto de achado de uma terracota helenística enquadrável no período em causa, cujo fragmento preservado se teria recolhido «*. . joeirado avulso entre a terra remexida da necrópole. . .*» (Correia 1925: 166).

Caberia assim pensar que, seguindo uma tendência ao que tudo indica iniciada já durante a II Idade do Ferro, os contextos deste período poderão ter sido relativamente superficiais e pouco estruturados, facto que os tornaria particularmente vulneráveis à intensa exploração agrícola desta zona, actividade que, como ficou dito, levou à própria descoberta da necrópole.

Apesar destas limitações, o estudo integral dos materiais exumados no OSM, recentemente finalizado (Gomes 2016), permitiu identificar um número relativamente substancial de materiais de cronologia romana republicana, incluindo um expressivo conjunto cerâmico (Figura 2), já estudado (Gomes/ Alves 2017), e o mais reduzido mas ainda assim significativo conjunto metálico que se apresenta nesta contribuição (Figura 3).

A revisão dos dados resultantes da análise do conjunto cerâmico romano-republicano do OSM não cabe no escopo do presente contributo. No entanto, e como forma de melhor contextualizar as peças adiante estudadas, caberia recordar que esse

conjunto inclui cerâmicas de verniz negro de tipo itálico – tanto produções de Ischia/Nápoles (*vulgo* Campaniense A) como de Cales/Teano, bem como ainda algumas imitações com pastas cinzentas –, unguentários – enquadráveis no Grupo B de E. Cuadrado (1977-8) e M. Py (1993) e no Grupo D deste último investigador (*ibidem*) –, ânforas – especificamente um exemplar de tipo Mañá C2a de produção norte-africana e uma provável ânfora Greco-Itálica de produção tirrénica –, bem como um fragmento de uma terracota de estilo helenístico (Gomes 2014) e uma lucerna de tipo Ricci H (Almeida 1953: Est. XXX, n. 1).

A apreciação global destes materiais permitiu, por um lado, delimitar a cronologia da fase republicana da necrópole, que parece desenvolver-se entre os meados do século II e os finais do I a.n.e., evidenciando, por outro lado, que a área do OSM terá sido utilizada, ou pelo menos frequentada, de forma contínua, ao longo de todo o período romano republicano. A natureza dos materiais estudados permitiu também defender que essa utilização se terá revestido de uma natureza provavelmente funerária, em consonância com a funcionalidade desta área quer no período precedente quer já durante o Alto Império (Gomes/Alves 2017: 304-5).

Como veremos nas páginas seguintes, o espólio metálico, apesar de menos numeroso, permite reforçar a imagem obtida mediante o estudo da cerâmica, consolidando além disso a imagem de uma utilização continuada desta área funerária, bem como algumas das conclusões de índole cultural tecidas no contexto desse outro estudo.

3. O ESPÓLIO METÁLICO ROMANO REPUBLICANO DO OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES

3.1. Elementos de indumentária: as fíbulas

Os elementos de indumentária encontram-se representados no conjunto em apreço por dois exemplares, sem que possa excluir-se que algumas outras peças de tipo dito "La Tène" recentemente estudadas (Gomes 2016: 243) possam também ter sido utilizadas ainda em Época Romana Republicana.

O primeiro exemplar já claramente enquadrável neste período (Figura 3, n.1) corresponde contudo a uma peça de tipo Schüle 4h (Schüle 1969: 271-280) ou Ponte 32 (Ponte 2006: 218-244). Esta peça conserva a ponte, peraltada e de secção poligonal, com molduras caneladas em ambas as extremidades, o descanso, de tendência triangular, e o característico apêndice caudal moldurado. O seu comprimento máximo é de 5,4cm para uma largura máxima de 4cm e uma espessura máxima da ordem dos 0,8cm.

O referido apêndice caudal, que constitui o elemento definidor deste grupo tipológico, apresenta uma configuração particular que não se engloba em nenhuma das variantes definidas recentemente por J. Miguez (2014: Figura 3), apresentando uma série de molduras pouco espessas rematadas superiormente por um elemento de tendência esférica achatada. A haste do apêndice prolonga-se para lá desse elemento, encontrando-se encimada por um pequeno disco.

As fíbulas do tipo em apreço são, como é sabido, francamente abundantes no território actualmente português, não parecendo relevante neste contexto referenciar todas as ocorrências conhecidas, e ainda recentemente inventariadas (Ponte 2006: 218-244; Miguez 2014). Haveria contudo a notar uma particular concentração deste tipo no Sudoeste Peninsular, também ela recentemente sublinhada por uma nova análise deste grupo tipológico (Miguez 2014).

O correcto enquadramento crono-cultural das fíbulas deste grupo tem sido objecto de diversas propostas divergentes, desde os que defendem a sua elevada antiguidade (Schüle 1969: 271-280; Ponte 2006: 218-244), aos que as colocam já numa fase avançada da Idade do Ferro (Berrocal Rangel 1992: 137).

Contudo, e mais recentemente, uma revisão global deste grupo permitiu, a meu ver de forma bastante definitiva, enquadrar as fíbulas deste tipo numa etapa já plenamente republicana, podendo o apogeu da difusão destas peças enquadrar-se entre os meados do século II e os finais do I a.n.e. (Miguez 2014), o que justifica a sua inclusão no presente estudo.

Quanto à segunda peça (Figura 3, n.2), que se inclui neste trabalho sob reserva dada a sua cronologia relativamente ampla (cf. *infra*), corresponde a um exemplar do chamado Tipo "Alésia", enquadrável no Tipo 21, variante a1 de M. Feugère (1985: 299-311) ou no Tipo 41.1b/1 de S. da Ponte (2006: 343-353).

Do exemplar do OSM conservam-se a ponte, lisa e com a típica feição triangular das peças deste grupo, e parte do descanso, de tendência trapezoidal. A extremidade proximal da ponte, decorada com três ranhuras simples, apresenta uma configuração tubular, evidenciando que esta peça possuiria uma mola de charneira, como é de resto característico deste

grupo. Esta mesma extremidade apresenta uma ranhura intermédia, necessária em função da mecânica das fíbulas deste grupo, dotadas de fuzilhão livre (*idem*: 344). O comprimento máximo desta fíbula é de 6cm, para uma largura máxima de 2cm e uma espessura máxima de 2,4cm.

As fíbulas de tipo "Alésia" são relativamente frequentes no actual território português (*idem*: 466--470), podendo assinalar-se a sua presença no povoado do Pedrão, Palmela (*idem*: n. 212), nas Mesas do Castelinho, Almodôvar (Miguez 2011: 46), em *Mirobriga*, Santiago do Cacém (Ponte 2006: nn. 214, 219, 221 e 223), na área do Castelo de Sines (*idem*: n. 220) ou ainda na Cabeça de Vaiamonte, Monforte, (*idem*: nn.208, 211, 218 e 225-6), para citar apenas os exemplos documentados no Sul do actual território nacional. O tipo específico documentado no OSM é, contudo, raro, registando-se uma única ocorrência da variante Ponte 41.1b/1 em Portugal, neste caso em *Conimbriga* (*idem*: n. 217).

Quanto à sua cronologia, e como ficou dito, a inclusão da peça em estudo no período romano--republicano não pode considerar-se de todo segura. Com efeito, as fíbulas de Tipo "Alésia" apresentam uma ampla diacronia de uso que dificulta o correcto enquadramento crono-cultural de uma peça sem contexto como a que aqui me ocupa.

Não obstante, optei por inclui-la na presente análise na medida em que as origens tardo-republicanas das fíbulas deste grupo se podem considerar cabalmente demonstradas, remontando o tipo em apreço aos meados do século I a.n.e. (Feugère 1985: 306; Ponte 2006: 347-9). A sua perduração ao longo de toda a centúria seguinte parece contudo igualmente bem documentada (*ibidem*; cf. tb. Miguez 2011: 46 e 91-2), pelo que é perfeitamente plausível que o exemplar do OSM se possa relacionar já com o horizonte alto-imperial desta necrópole.

3.2. Elementos de baixela: um simpulum de tipo "*Pescate*"

Outro elemento significativo que pode atribuir-se com segurança ao período em apreço corresponde a um fragmento do cabo de um *simpulum* itálico de bronze de pega horizontal (Figura 3, n.3), enquadrável no chamado Tipo "Pescate", recolhido por M. Castoldi e M. Feugère no seu Tipo 1 (1991).

Apesar de incompleto, o exemplar do OSM, com um comprimento máximo restituível de 19cm, uma largura máxima de 2cm e uma espessura máxima de 0,3cm, conserva com efeito algumas das características típicas das peças deste grupo, nomeadamente uma extremidade distal em gancho rematado por um prótomo zoomorfo, que no caso vertente caberia interpretar como correspondendo a um canídeo. Este elemento encontra-se unido por uma haste de secção quadrangular a um tramo em forma de remo cujas margens laterais se encontram salientadas por duas ranhuras que lhe conferem um aspecto moldurado, decoração igualmente característica dos *simpula* deste grupo. Infelizmente, o exemplar alcacerense não conserva a porção cilíndrica que uniria este tramo ao elemento de fixação que permitia por sua vez a união entre este cabo e o receptáculo correspondente, ou alternativamente a um segundo tramo de idêntica configuração que se uniria por sua vez ao mencionado receptáculo.

Por esta razão não é possível precisar se a peça em apreço corresponderia a um exemplar binário do Tipo 1.A de M. Castoldi e M. Feugère (1991) ou se se trataria de uma peça mais complexa, ternária, englobável no Tipo 1.B definido pelos mesmos investigadores (*idem*). Apesar desta limitação, caberia assinalar que ambos os tipos citados se encontram bem representados nos conjuntos de época tardo--republicana peninsulares. Com efeito, o Tipo 1.A (Figura 4) encontra-se actualmente representado na Península Ibérica por um total de 25 exemplares (Mansel 2004; Erice Lacabe 2007; Azcárraga Cámara *et al.* 2014; Méndez Madrid, 2015), havendo a notar uma presença significativa de exemplares deste tipo no actual território português (Fabião 1999; cf. tb. Pereira no prelo). Os *simpula* do Tipo 1.A estão com efeito presentes nas Mesas do Castelinho, Almodôvar (três exemplares), no Castelo Velho de Cobres, Castro Verde (um exemplar), no Castelo da Lousa, Mourão (um exemplar), no Castelo Velho de Veiros, Estremoz (um exemplar) e na Cabeça de Vaiamonte, Monforte (sete exemplares) (cf. Fabião 1999, com bibliografia; Pereira no prelo).

O Tipo 1.B, embora menos bem representado nos conjuntos peninsulares (Figura 4), soma ainda assim um total de 15 exemplares (Mansel 2004; Erice Lacabe 2007; Aurrecoechea Fernández, 2009; Azcárraga Cámara *et al.* 2014), estando uma vez mais bem documentado no actual território nacional. Com efeito, conhecem-se peças deste tipo provenientes das Mesas do Castelinho, Almodôvar (um exemplar), da Cabeça de Vaiamonte, Monforte (três exemplares), do Bombarral (um exemplar) e da Lomba do

Canho, Arganil (um exemplar) (cf. Fabião 1999, com bibliografia; Pereira no prelo) (Figura 4).

Como se pode apreciar pela enumeração precedente, os *simpula* do tipo em apreço surgem, no Ocidente Peninsular, essencialmente em contextos de povoado (Fabião 1999: 170), embora não se possa descartar que tal facto se deva ao quase total desconhecimento das necrópoles correspondentes às etapas iniciais do domínio romano.

Note-se, por exemplo, que a ausência de elementos deste tipo na necrópole alcacerense, especificamente notada, com estranheza (e, acrescente-se, com notável intuição), por C. Fabião (*ibidem*), resultava afinal de uma incompleta publicação dos espólios ali exumados, lacuna agora suprida.

Finalmente, e no que diz respeito à sua cronologia, caberia assinalar que à luz dos dados disponíveis a cronologia de ambos os tipos citados se pode considerar *grosso modo* coincidente. Assim, os *simpula* deste tipo ter-se-ão desenvolvido durante o último quartel do século II a.n.e. e a sua utilização parece bem atestada ao longo, pelo menos, dos dois primeiros terços da centúria seguinte (cf. Castoldi & Feugère 1991; Fabião 1999; Mansel 2004; Azcárraga Cámara *et al*. 2014; Méndez Madrid, 2015).

3.3. Elementos de armamento: um conjunto de pontas de lança ou javalina

Finalmente, um último conjunto de elementos que pode atribuir-se, com razoável segurança, ao período em análise compõe-se de um grupo de folhas pertencentes a armas de arremesso, que pela sua tipologia se diferenciam do nutrido conjunto de lanças da Idade do Ferro do OSM e, de uma forma mais geral, das lanças pré-romanas peninsulares, cuja tipologia geral se encontra hoje em dia bastante bem caracterizada (Quesada 1997: 360-392).

As seis peças deste conjunto (Figura 3, nn.4 a 9) caracterizam-se pelas suas dimensões relativamente reduzidas, apresentando comprimentos máximos entre os 15,3 e os 15,3cm e larguras máximas entre os 2,1 e os 3,6cm. Morfologicamente apresentam alvados de secção circular proporcionalmente longos e folhas de configuração ovalada e secção lenticular ou ligeiramente losânguica, desprovidas da nervura central que caracteriza a esmagadora maioria das lanças pré-romanas. A sua morfologia permite pensar que, mais do que a lanças, poderão ter pertencido a projécteis de tipo javalina.

Caberia assinalar que a adscrição cronológica destas peças à etapa romana republicana do OSM não se pode considerar absolutamente segura, já que, como é sabido, as lanças integram os inventários da necrópole praticamente desde os seus momentos iniciais (cf. Schüle 1969; Paixão 1983) e, na ausência de contextos primários para os exemplares em estudo, a sua particular morfologia poderia em última análise considerar-se um regionalismo.

Não obstante, julgo que apesar do incompleto conhecimento da morfologia das lanças e javalinas de Época Republicana no território peninsular, existem elementos de comparação significativos em contextos desse período que permitem sustentar a adscrição das peças analisadas aos momentos iniciais da presença romana no Ocidente Peninsular.

Assim, pode assinalar-se a presença de peças muito similares às do OSM nos acampamentos de Alésia (Ulbert 1984: 105), de Numância (Luik 2010: Figura 2) e de Cáceres el Viejo (Ulbert 1984: Taf. 24, nn.181-3), bem como em Osuna, Sevilha, em contextos sem dúvida relacionados com algum dos vários episódios bélicos ocorridos em torno à antiga *Urso* durante o período republicano (Quesada 2008: 15 e Figura 5B). Uma outra peça do mesmo tipo foi exumada na necrópole do Cerro de las Balas, em Sevilha (Nuñez Pariente de León / Quesada Sánz 2000), constituindo pelo seu contexto funerário um paralelo particularmente relevante para as peças do OSM.

Já no que diz respeito ao actual território português, caberia referenciar a presença de um conjunto significativo de peças deste tipo na Cabeça de Vaiamonte, em Monforte, recolhidas no tipo II.B de T. R Pereira (2014). Note-se que se trata, uma vez mais, de um sítio onde a presença de contingentes militares romanos parece mais que provável (Fabião, 1998; Pereira 2014). Outro exemplar, ao que tudo indica do mesmo tipo, foi exumado no povoado do Pedrão, em Palmela, cuja ocupação romano-republicana, porventura de natureza igualmente militar, é também bem conhecida (Silva/ Soares 1973: Est. VI).

Considerando estes paralelos, parece poder afirmar-se que os projécteis do tipo em apreço se encontram já presentes na panóplia armamentícia na transição para o último terço do século II a.n.e., como atesta a sua presença em Numância (Luik 2010), conhecendo uma difusão apesar de tudo significativa já durante a centúria seguinte, alcançando pelo menos a época cesariana.

4. A MODO DE CONCLUSÃO: NOVOS OBJECTOS, VELHAS PRÁTICAS?

Os elementos agora apresentados permitem complementar o panorama já desenhado a partir do estudo do repertório cerâmico de Época Romana Republicana (Gomes/Alves 2017), reforçando, apesar do seu reduzido número, a imagem de uma ocupação ao que tudo indica contínua desta área funerária durante o período em apreço.

Funcionalmente, a presença destes elementos parece apoiar a ideia de que essa ocupação foi, também durante a República, de natureza funerária, já avançada a partir do estudo dos materiais cerâmicos (*idem*: 104-105). Com efeito, se a presença de um *simpulum* poderia explicar-se em função de outras práticas de natureza não necessariamente funerária, a existência de elementos de indumentária e armamento parece coadunar-se melhor com a existência de verdadeiros depósitos funerários do que com outras funções que poderiam propor-se para este espaço (*ibidem*).

Não obstante, caberia salientar que a presença do referido *simpulum* reforça a hipótese de um ritual funerário fortemente marcado por rituais de banquete e comensalidade, já intuídos a partir do estudo do repertório cerâmico, nomeadamente dos recipientes de verniz negro de tipo itálico, cujas formas se relacionam directamente com o consumo de alimentos e de bebida, e acessoriamente dos contentores anfóricos recolhidos no OSM.

Este não se trata, contudo, de um aspecto necessariamente inovador próprio do ambiente republicano, podendo com efeito rastrear-se no registo arqueológico pré-romano abundantes elementos que sugerem que as práticas de comensalismo e o consumo de alimentos e bebida constituiriam uma parte integral dos ritos funerários já desde a I Idade do Ferro (cf. Cardoso/Arruda 2016). Estas práticas parecem ter-se prolongado ao longo de toda a diacronia de uso sidérica da necrópole, como sugerem outros elementos (cf. Gomes 2016), entre os quais se poderia destacar o bem conhecido conjunto de cerâmica ática exumado no OSM (Rouillard *et al.* 1988-9; Gomes 2017).

De igual modo, o uso de fíbulas como parte da indumentária fúnebre não constitui também ele uma novidade, sendo prática corrente na necrópole, uma vez mais, desde a I Idade do Ferro, tendência que por sinal se terá acentuado já durante a segunda metade do I milénio a.n.e., notando-se uma forte predominância dos tipos anulares hispânicos no conjunto das fíbulas ali recolhidas (cf. Ponte 1985; Gomes 2016).

Finalmente, a deposição de armas, e particularmente de armas de haste, escassamente documentada no registo funerário de Época Romana Republicana (cf. Nuñez Pariente de León/ Quesada Sanz 2000), constitui no caso do OSM um nexo mais de continuidade com as práticas e discursos funerários do período precedente, onde o armamento, e em particular as lanças, ocuparam desde os momentos iniciais da necrópole um lugar francamente destacado (cf. Schüle 1969; Paixão 1983; Gomes 2016), como ficou dito acima.

Assim, estes elementos parecem secundar a interpretação das práticas funerárias republicanas do OSM proposta a partir do estudo do material cerâmico, o qual permitiu entrever a existência de uma "*Romanização Material*" (Fuentes Domínguez 1992), em que novos elementos de origem e/ou inspiração forânea, neste caso predominantemente itálica, se incorporam localmente em práticas e discursos de caracter eminentemente local, integrando-se numa lógica de "evolução na continuidade" que só se romperá com o advento do Principado de Augusto e a profunda reestruturação que caracteriza a transição para o Alto Império, e que bem poderá ter ditado a inauguração de uma nova necrópole servindo a população de *Salacia*.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha gratidão à Dr.ª Teresa Rita Pereira pelo seu apoio na elaboração deste trabalho, nomeadamente através da sugestão e disponibilização de bibliografia de relativa à baixela metálica romana-republicana.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, José António Ferreira de (1953) – Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 2, 2, pp. 5-208.

ARRUDA, Ana Margarida (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra.

AURRECOECHEA-FERNÁNDEZ, Joaquín (2009) – Vajilla metálica de época romana en la región central de Hispania (actuales CC.AA. de Madrid y Castilla-La Mancha). *Sautuola*. Santander. XV, pp. 327-348.

AZCÁRRAGA CÁMARA, Sandra, BAQUEDANO PÉREZ, Enrique, MÄRTENS ALFARO, Gabriela, CONTRERAS MARTÍNEZ, Miguel & RUIZ ZAPATERO, Gonzalo (2014) – Vajilla broncinea tardorrepublicana en El Llano de la Horca (Santorcaz, Madrid). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 87, pp. 109-121.

BAPTISTA, Joaquim Correia (1896) – Salacia. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 4-5, pp. 143-4.

BERROCAL-RANGEL, Luis (1992) – *Los pueblos célticos del suroeste peninsular*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

CARDOSO, João Luís & ARRUDA, Ana Margarida (2016) – Faunas domésticas e rituais funerários em Alcácer do Sal. In: VILAÇA, Raquel & SERRA, Miguel (eds.) – *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades. Alimentação e comensalidade nas sociedades pré e proto-históricas.* Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. pp. 193-218.

CASTOLDI, Marina & FEUGÈRE, Michel (1991) – Les simpulums. In : FEUGÈRE, Michel & ROLLEY, Claude (eds.), *La Vaisselle Tardo-Républicaine en Bronze*. Dijon: Université de Bourgogne. pp. 61-88.

CORREIA, Vergílio (1925a) – Uma conferência sobre a Necrópole de Alcácer do Sal. In: *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra. pp. 151-168.

CORREIA, Vergílio (1928) – Escavações realizadas na Necrópole Pré-Romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. In: *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra. pp. 169-179.

CUADRADO, Emeterio (1977-8) – Ungüentarios cerámicos en el mundo ibérico. Aportación cronológica. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 50-1, pp. 389-400.

DELGADO, Manuela (1971) – Cerâmica campaniense em Portugal. In: *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Universidade de Coimbra. pp. 403-424.

ERICE LACABE, Romana (2007) – La vajilla de bronce en *Hispania*. *Sautuola*. Santander. XIII, pp. 197-216.

FABIÃO, Carlos (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na Área Céltica do actual território português*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 3 Volumes. Edição policopiada.

FABIÃO, Carlos (1999) – A propósito do depósito de Moldes, Castelo do Neiva, Viana do Castelo: a baixela romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:1, pp. 163-198.

FEUGÈRE, Michel (1985) – *Les fibules en Gaule méridionale, de la conquête à la fin du Ve s. ap. J.-C.*. Paris: CNRS.

FUENTES DOMÍNGUEZ, Ángel (1992) – Las necrópolis ibéricas y su transformación ante la romanización. In: BLÁNQUEZ PÉREZ, Juan & ANTONA DEL VAL, Victor (eds.), *II Congreso de Arqueología Ibérica: Las necrópolis*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. pp. 587-606.

GOMES, Francisco B. (2014) – Uma terracota de estilo helenístico da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal): breves notas. *Conimbriga*. Coimbra. 53, pp. 81-97.

GOMES, Francisco B. (2015) – The Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal, Portugal) in the context of the Iron Age funerary practices of the Southwestern Iberian Peninsula. In: ROCHA, Leonor, BUENO, Primitiva & BRANCO, Gertrudes (eds.), *Death as Archaeology of Transition: Thoughts and Materials*. Oxford: Archaeopress. pp. 327-341.

GOMES, Francisco B. (2016) – *Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro do Sul de Portugal (sécs. VIII-V a.n.e.): os dados do registo funerário.* Tese de Doutoramento no Ramo de História, na especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.

GOMES, Francisco B. (2017) – Un conjunto de cerámicas áticas inéditas de la Necrópolis de Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). *Onoba*. Huelva. 5, pp. 3-18.

GOMES, Francisco B. & ALVES, Catarina (2017) – The final phases of the Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal, Portugal): the Roman Republican material. *SPAL*. Sevilha. 26, pp. 87-111.

LUIK, Martin (2010) – Los hallazgos de armas en los campamentos romanos alrededor de Numancia. *Gladius*. Madrid. 30, pp. 61-78.

MANSEL, Karin (2004) – Vajilla de bronce en la Hispania republicana. In: OLMOS, Ricardo & ROUILLARD, Pierre (eds.), *La vajilla Ibérica en Época Helenística (siglos IV-III al cambio de era)*. Madrid: Casa de Velázquez. pp. 19-30.

MÉNDEZ MADRID, Juan Carlos (2015) – El *simpulum* itálico de Fuente de la Mora (Leganés, Madrid). *ArqueoWeb*. Madrid. 16, pp. 90-101.

MIGUEZ, João (2011) – *As fíbulas do Sudoeste da Península Ibérica enquanto marcadores étnicos: o caso das Mesas do Castelinho*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.

MIGUEZ, João (2014) – As fíbulas do tipo Schüle 4h no Sudoeste da Península Ibérica. In: JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, BUSTAMANTE, Macarena, GARCÍA CABEZAS, Miriam (eds.), *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste*. Vilafranca de los Barrios: Ayuntamiento de Vilafranca de los Barrios. pp. 1303-1326.

NUÑEZ PARIENTE DE LEÓN, Esther & QUESADA SÁNZ, Fernando (2000) – Una sepultura con armas de Baja Época Ibérica (o de época romana republicana) en la necrópolis del "Cerro de las Balas" (Écija, Sevilla). *Gladius*. Madrid. 20, pp. 191-220.

PAIXÃO, António Cavaleiro (1970) – *A necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. Novos elementos para o seu estudo*. Tese de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.

PAIXÃO, António Cavaleiro (1979) – Necrópole da Azinhaga do Senhor dos Mártires. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 2, pp. 76-79.

PAIXÃO, António Cavaleiro (1981) – Intervenção de emergência na Necrópole romana da Azinhaga do Senhor dos Mártires – Alcácer do Sal – Distrito de Setúbal. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 4, pp. 165-169.

PAIXÃO, António Cavaleiro (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 1, pp. 273-286.

PAIXÃO, António Cavaleiro (2001) – Alcácer do Sal proto-histórica no contexto mediterrânico. In: *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa. Lisboa: Universidade Aberta. pp. 149-172.

PEREIRA, Teresa Rita (2014) – Entre Sertório e César: as marcas do exército no sítio arqueológica de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/Portugal). *Cira-Arqueologia*. Vila Franca de Xira. III, pp. 322-342.

PEREIRA, Teresa Rita (no prelo) – As representações de animais na baixela metálica tardo-republicana: o exemplo de Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Portugal). In: *Actas do Encontro "O mundo animal na romanização da Península Ibérica"*. Lisboa: Laboratório de Arqueociências / CIBIO / InBio.

PONTE, Salete da (1985a) – Algumas fíbulas de Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 3, pp. 137-154.

PONTE, Salete da (2006) – *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Coimbra: Caleidoscópio.

PY, Michel (1993) – Unguentariums. In PY, Michel (dir.), *Dicocer. Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. av. n. è.-VIIe s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*. Lattes: Association pour la Recherche Archéologique en Languedoc Oriental. pp. 581-584.

QUESADA SÁNZ, Fernando (1997) – *El armamento ibérico: estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la cultura ibérica: (siglos VI-I a.C.)*. Montagnac: Éditions Monique Mergoil.

QUESADA SÁNZ, Fernando (2008) – Armamento Romano e Ibérico en *Urso* (Osuna): testimonio de una época. *Cuadernos de los Amigos de los Museos de Osuna*. Osuna. 10, pp. 13-19.

SCHÜLE, Wilhelm (1969) – *Die Meseta-kulturen der Iberischen Halbinsel: Mediterrane und Eurasische elemente in früheisen zeitlichen kulturen südwesteuropas*. Berlim: Walter de Gruyter & Co.

SILVA, Carlos Tavares da & SOARES, Joaquina (1973) – Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal). In: *Actas das II Jornadas Arqueológicas*, vol. I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 245-305.

SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Joaquina, BEIRÃO, Caetano de Mello, DIAS, Luísa Ferrer e COELHO-SOARES, António (1980-1) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, pp. 149-218.

ULBERT, Günter (1984) – *Caceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*. Mainz: Philipp von Zabern.

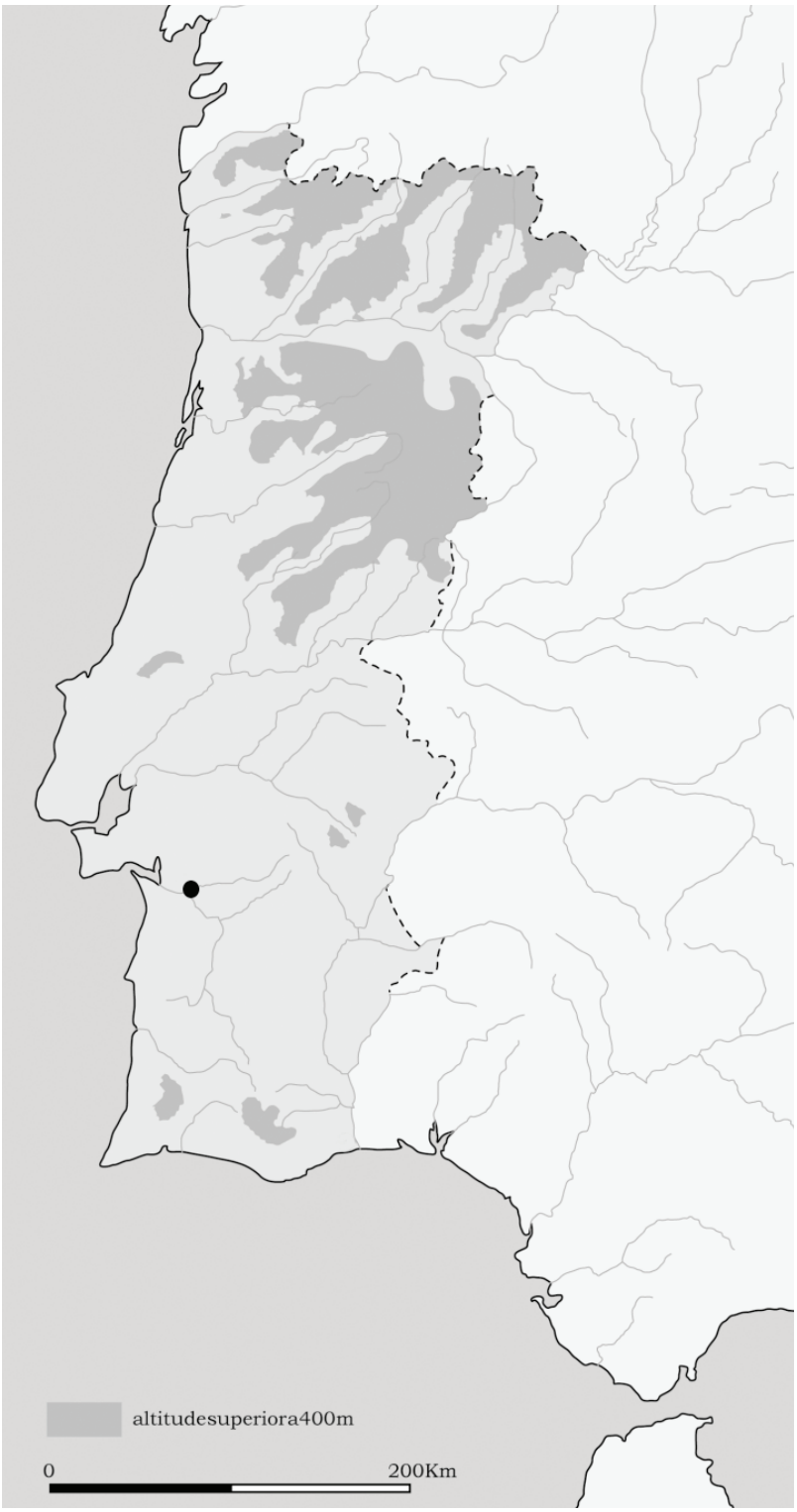


Figura 1 – Localização do Olival do Senhor dos Mártires no actual território português.

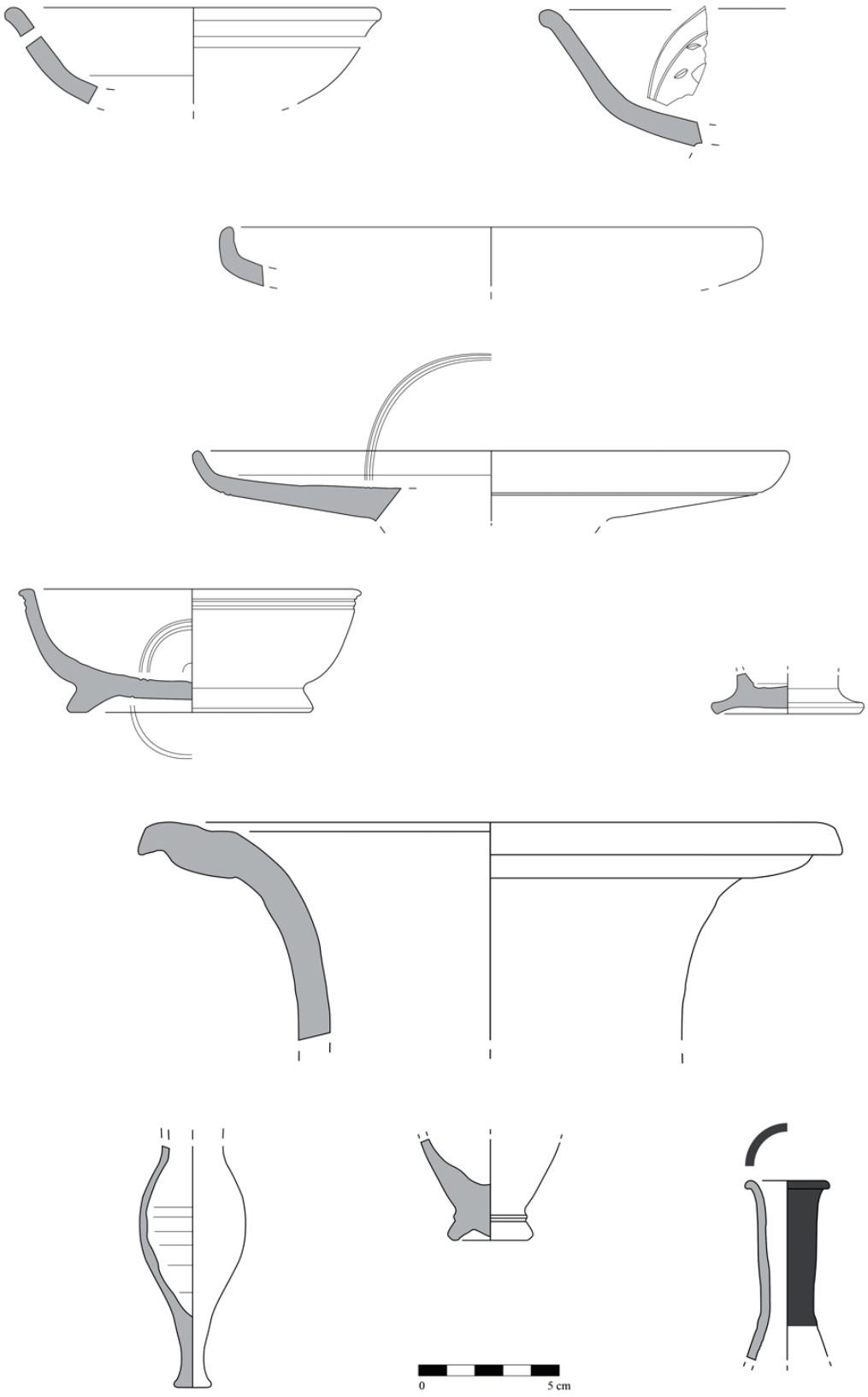


Figura 2 – Selecção de materiais cerâmicos romano-republicanos do Olival do Senhor dos Mártires (seg. Gomes/Alves 2017, adaptado).

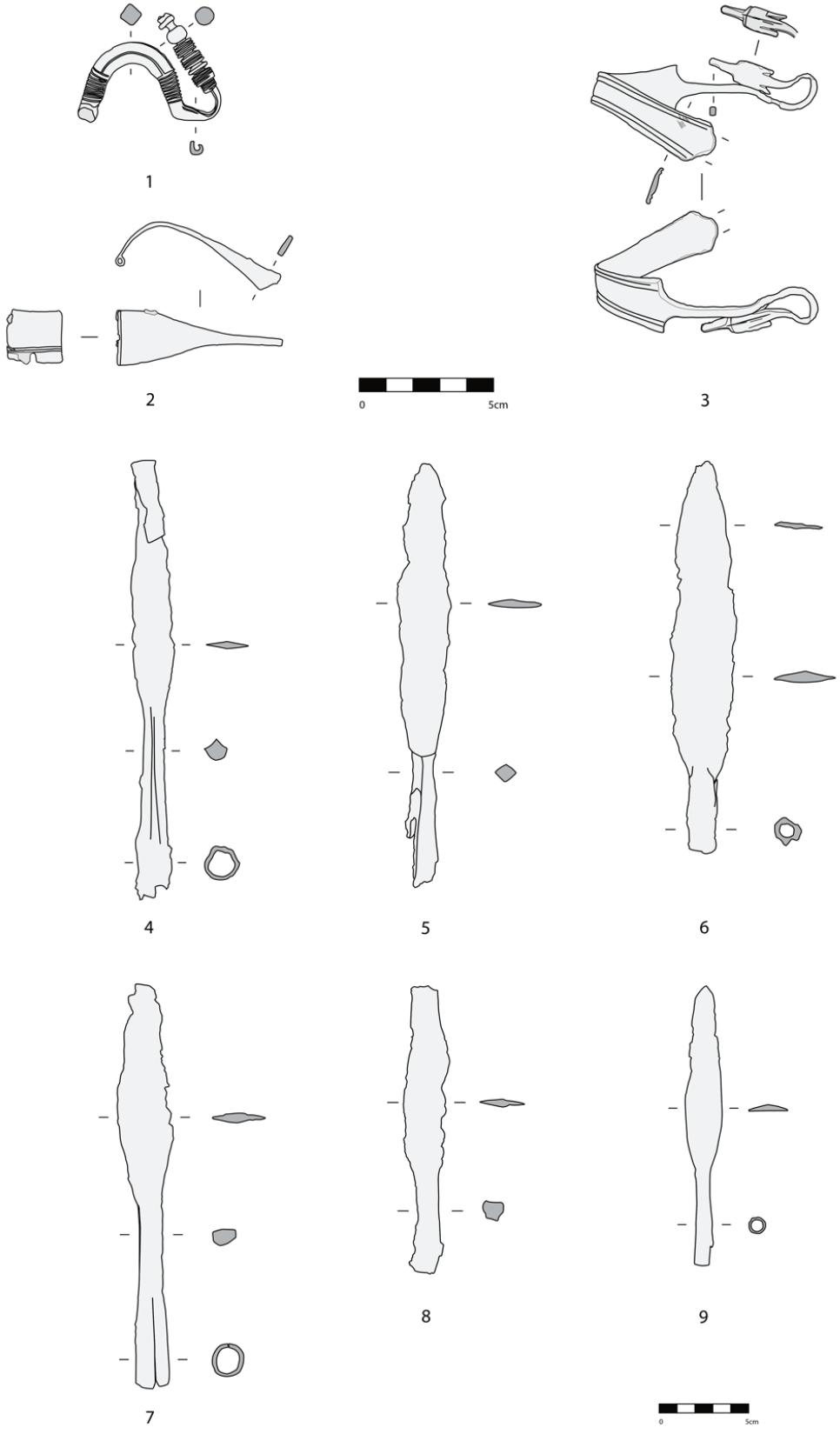


Figura 3 – Materiais metálicos romano-republicanos do Olival do Senhor dos Mártires (1. Fíbula de Tipo Schüle 4h; 2. Fíbula de Tipo 'Alésia'; 3. Pega de *simpulum* de Tipo 'Pescate'; 4 a 9. Pontas de javalina).

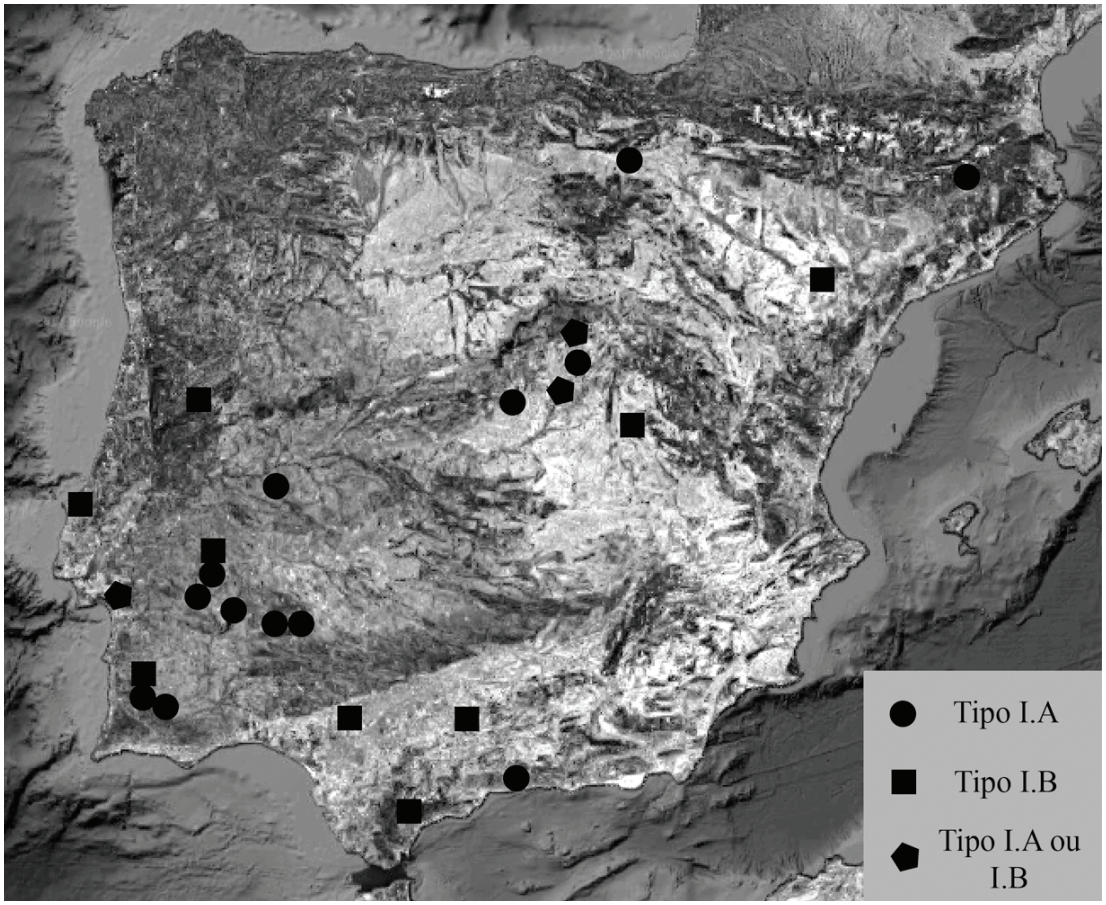


Figura 4 – Distribuição dos *simpula* de Tipo 1.A e 1.B de M. Castoldi & M. Feugère (1991) na Península Ibérica.

REFLEXÕES EM TORNO DA JAZIDA ARQUEOLÓGICA TORRE VELHA 1 E A SUA RELAÇÃO COM O ESPAÇO E DINÂMICAS OCUPACIONAIS ENVOLVENTES

Teresa Ricou Nunes da Ponte[1]

RESUMO

Neste artigo analisamos alguns sítios arqueológicos espacial e cronologicamente afins das ocupações detectadas na *villa* romana de Torre Velha 1, ao longo da sua diacronia que ilustram distintos tipos e modelos de povoamento.

Palavras-chave: *Villa*, Necrópole, Território.

ABSTRACT

In this article we analyze some archaeological sites spatially and chronologically related to the occupations detected in the Roman villa of Torre Velha 1, along its diachrony that illustrate different types and models of settlement.

Keywords: *Villa*, Village, Necropolis, Territory.

1. IMPLANTAÇÃO GEOMORFOLÓGICA

Implantado no interior do Baixo Alentejo, o concelho de Serpa engloba a vasta superfície de terras aplanadas características do relevo de Portugal Meridional (Feio, 1987, p.11). Os solos, no geral, profundos e pesados derivam de rochas eruptivas básicas, do complexo gabro-diorítico da região de Beja, ricos em fósforo, contendo elevadas proporções de argila - os «barros» e por isso de elevada produtividade.

No interior do concelho podem ser individualizados três espaços geomorfológicos distintos: o primeiro diz respeito às terras de barros e envolve a vila e o seu termo mais imediato; o segundo compreende os relevos de solos magros xistosos da assim designada Serra de Serpa a sul do Guadiana entre o rio Chança e o Guadiana e o terceiro é definido pelo relevo residual formado por três cristas paralelas de calcário metamórfico, com orientação hercínica de NNW-SSE que se estendem desde a fronteira, constituindo a Serra de Ficalho (EIA, Bloco Sul do Subsistema de Rega do Ardila, 2008: 12). Enquadra-se geologicamente, na unidade morfoestrutural mais antiga do território Português – o maciço Antigo ou Hespérico, e mais concretamente na transição da Zona de Ossa Morena, com a zona Sul Portuguesa, duas das principais unidades geotectónicas, em que se subdivide o Maciço Hespérico. A maior parte da área situa-se sobre rochas metamórficas (xistos, micaxistos, vulcanitos e mármores) e ígneas (gabro-dioritos, pórfiros, granitos e vulcanitos), de idade pré-câmbrica a paleozóica (EIA, Bloco Sul do Subsistema de Rega do Ardila, 2008: 11)

Na zona do vale da Ribeira da Laje, onde se implantou o encosto da Barragem da Lage, no alinhamento do eixo da barragem, observa-se um estreitamento localizado do vale, ligeiramente assimétrico, que evidencia inclinações ligeiramente superiores na encosta da margem esquerda. Estas inclinações resultam do facto de nesta margem se localizar um esporão rochoso constituído por intrusões filonianas (rio-dacíticos e doleríticos), enquanto na margem direita ocorrem essencialmente granodioritos decompostos a muito alterados (Projecto de Execução do Adutor Brinxes-Enxoé e respectivo Bloco de Rega; Coba-Prossistema, 2008).

1. Bolseira de Doutoramento, FCT/CEAACP; teresaricou_2@hotmail.com

A nível hidrológico o Guadiana destaca-se como o curso de água mais importante do concelho, bem como alguns dos seus afluente como a Ribeira do Enxoé e seus subsidiários actuando ao longo das épocas como elementos estruturantes do povoamento, (Lopes *et alii*, 1997, p. 17). Tal confirma-se na área do traçado da Ribeira da Laje, agora em estudo, onde floresceu uma rede densa de povoamento de época romana e medieval, e se vislumbra uma hierarquização do povoamento, organizado em torno de centros redistribuidores de produtos e locais de produção que aglutinavam à sua volta sítios satélites, com funcionalidades distintas e complementares (Nunes da Ponte, 2010, 15). Esta densa rede de povoamento é perceptível desde o período romano, com claras continuidades até ao período Islâmico, ainda que obedecendo a dinâmicas e lógicas funcionais, muito distintas, nesta «*longue durée*».

2. INTRODUÇÃO

A uma escala microrregional os sítios inventariados, no regolfo da Barragem da Laje e suas imediações, objecto de sondagens ou escavações arqueológicas, no âmbito do EFMA, foram os seguintes: Torre Velha 1, Torre Velha 7, Torre Velha 3, Torre Velha 11, Torre Velha 13 e Torre Velha 5. Todavia os sítios que forneceram informações relevantes para a contextualização de Torre Velha 1, foram Torre Velha 3, para o período Tardo – romano, alto-medieval e emiral; Torre Velha 13 para o período Imperial e Baixo-Império, Torre Velha 11 para o período Imperial e Islâmico e Torre Velha 7 para o Baixo -Império, tardo-romano.
No que respeita ao sítio Torre Velha 1 e as épocas cronológicas em que se insere, período romano, tardo-romano / alto medieval e Islâmico, as distintas intervenções arqueológicas realizadas, por toda a área abrangida pelo regolfo da barragem, permitiram identificar uma quantidade significativa de sítios cujas características materiais levam a inseri-los neste mesmo intervalo cronológico de tempo longo. Será sobre alguns desses sítios que nos iremos debruçar.
Um aspecto a destacar é a da aparente continuidade de ocupação do mesmo espaço (ainda que com características muito distintas), entre época romana e medieval, podendo em alguns destes sítios observar-se a coexistência de cerâmicas enquadráveis num período tardo-romano, com outros recipientes cerâmicos cujos perfis encontram já paralelos no período alto medieval e emiral, como são os casos da Torre Velha 1 e Torre Velha 3, ou entre o período romano e os séculos XI-XII em Torre Velha 11, ou sítios cuja natureza, funcionalidade e relação de proximidade indicam tratarem-se de espaços complementares na exploração do território, como é o caso do edifício de Torre Velha 7, em relação a *villa* de Torre Velha 1.
No que se refere aos espaços funerários enquadráveis nesta época, identificaram-se dois modelos distintos: um de necrópole alargada e isolada, Torre Velha 13, relacionada com a as fases de funcionamento da(s) *villae* romanas de Torre Velha 1 e um outro espaço de necrópole associado a um modelo de habitat, de cronologia Tardo-antiga e Emiral, correspondente ao sítio Torre Velha 3.

3. *VILLA* DA TORRE VELHA 1

O sítio arqueológico da Herdade da Torre Velha, CMP 533 e 523, com as coordenadas U.T.M 630.40, 4203.20, implanta-se em uma suave ondulação do terreno orientada E-O, oscilando as cotas reais entre os 181,7 m (topo da elevação) e os 166 m, enquadrada pelo Barranco da Laje a Oeste e o Barranco da Amoreira a Este, (afluentes da Ribeira do Enxoé) os vestígios dispersam-se à superfície, ao longo de cerca 2,5 hc.
O local é identificado na Carta Arqueológica do Concelho de Serpa, com o número 129 sob a designação de villa romana da Torre Velha (Lopes *et alli*, 1997, p. 50, 55 e 56). Posteriormente surge designada no EIA da Barragem da Laje como Torre Velha 1, com a numeração 131, designação que adoptamos.
Em período romano a fixação deste tipo de estabelecimento (*villa*), neste local, terá sido determinada, sem dúvida, entre outros factores pela abundância de água, pela qualidade dos solos e pela proximidade da via de comunicação que ligava a *civitas* de *Pax Iulia* a *Onuba*. De facto, um dos traçados proposto para esta via entre as *mansiones* de *Fines* e Serpa (duas das estações, mencionadas no Itinerário de Antonino do percurso viário entre *Arucci* e *Pax Iulia*), tendo em conta a topografia do terreno, passa nas imediações da Torre Velha 1, provindo das *villae* das Coelheiras (nº 410), Abóbada (nº 212), Figueiras (nº 214), Meirinho (nº 285), Laje (nº 311), Maria da Guarda (nº309/310), Cidade das Rosas (nº 308), Santa Justa (nº 301), dirigindo-se para Serpa, donde continuava pela Bemposta (nº 363) até ao Guadiana (Lopes, 2004, p. 141;Nunes da Ponte, 2010). Por outro lado, a importância das linhas de água como

atractivos para o estabelecimento de *villae* romanas nesta zona já foi também sublinhada (Lopes *et alii*, 1997, p.138, Lopes, 2004), sendo essa importância acentuada pela existência de algumas barragens, que certamente serviram para irrigar algumas culturas (Lopes, 2004, p. 210).

O momento inicial da instalação da *villa* de Torre Velha 1, remontará aos finais do séc. I a. C, inícios do século I d. C. Construído ex-novo uma vez que não se encontraram precedentes ocupacionais pré-romanos no local documentou-se melhor, este momento inicial de instalação, nas intervenções de 2008 efetuadas pela empresa Palimpsesto. Nesta intervenção, na designada sondagem 1 escavaram-se vestígios de um edifício de planta quadrada com cronologia Imperial, ainda que continuamente ocupado e reformulado, ao longo de todo o período de vigência e ocupação humana do local, materializado na construção e posterior amortização de compartimentos, estruturas e na sucessão de pavimentos, constatada nas sondagens 1, 2, 3 e 4, (já da intervenção de 2010 a cargo da empresa Arkhaios), culminando com a abertura de uma série de fossas de despejos e suportes para talhas com cronologias, as quais em 2012 atribuímos ao período Califal (Nunes da Ponte, 2012, 233), mas hoje em face de um estudo aprofundado do espólio, estendemos pelo menos, até ao século XII.

Os momentos iniciais de instalação da *villa* são na restante área, sobretudo conhecidos ao nível do espólio, dadas as grandes alterações arquitectónicas que a *villa* sofreu integrada nas fases e edifícios posteriores de época tardo-romana, dificultando, ao mascarar estes primeiros momentos, o reconhecimento das suas características originais e fundacionais (Chavarria, 2007, p. 89). Mas é sobretudo, no século IV que se dão grandes alterações na morfologia e arquitectura do sítio. É de atribuir a este período a construção do que parece ser um segundo edifício, implantado a uma cota inferior, ao anterior, com funções de balneário.

O século IV d. C, na Hispânia é um século excepcional para o desenvolvimento e florescimento da arquitectura termal, associado a importantes *villae*, caracterizando-se por uma complexidade arquitectónica e planimétrica relacionada a luxuosos acabamentos e ornamentos (García Entero, 2005-05, p. 61). Comum a estes complexos, transformados desde finais do século III d. C. e ao largo do século IV d.C., é o papel predominante os seus espaços frios assumem (*vestibula, apodytera, frigidaria*, etc.) que parecem converter-se em salas de recepção de uma elite aristocrática que reforça a sua coesão através, do uso de grandes complexos termais privados. A arquitectura balnear privada, transforma-se assim em um dos veículos da aristocracia tardo-romana para evidenciar a *dignitas*, estatuto social e riqueza do proprietário (García Entero, 2005-06, p. 62).

Porém será também desde finais deste século e, sobretudo, longo dos séculos V e VI d. C. que este tipo de instalações começam a sofrer uma série de transformações, abandonando o seu caracter termal para adoptar outro tipo de funções, quer sejam religiosas, funerárias ou produtivas (García Entero, 2005-06, p. 62), tendência que se vê confirmada, no caso apresentado. Esta reconversão funcional e a amortização dos espaços é um fenómeno que na Hispânia se começa a verificar ao longo do séc. IV e se generaliza ao longo dos séculos V e VI d. C. (García Entero, 2005-06, p. 63). Por outro lado, o estudo das *villae* na península ibérica e a análise da documentação relativa a outras áreas (principalmente Gália, Itália e Britânia, demonstram que não se tratou de um processo ou processos isolados, mas tal como se poderá constatar estas mudanças e alterações da funcionalidade original de espaços residenciais das *villae*, produziram-se de forma generalizada em um grande número de *villae* localizadas na metade ocidental do império (Chavarria, 2007, p. 121).

Do exposto, a partir do período tardo-antigo a *villa* mantem-se ocupada, mas existe uma aparente retracção na área residencial com uma reconversão das zonas anteriormente ocupadas com caracter de lazer e higiene, assumindo novas funções de caracter produtivo, fenómeno ilustrado com um dos *alveus* do edifício termal, o qual é inutilizado e no seu lugar construído um forno. Em meados dos séculos VI-VII, eventualmente VIII, o forno é abandonado. Relacionado com este fenómeno será a amortização do *frigidarium* e a sobreelevação dos antigos espaços de circulação. Sobre estes níveis registou-se a presença de níveis de circulação, com materiais com paralelos, por exemplo em jazidas do Alto Algarve oriental datadas entre os séculos V-VIII d. C e do século IX (Catarino, 2005-06, 120) e no sítio vizinho de Torre Velha 3, com o qual apresenta neste período, grandes afinidades em termos de espólio, registando-se formas e fabricos semelhantes (Vaqueiro, 2015). O sítio continua a ser ocupado pelo menos até ao século XII, com uma dinâmica funcio-

nal muito diferente, instalando-se aqui uma possível alcaria.

4. TORRE VELHA 3

Torre Velha 3 implanta-se no local, onde hoje em dia se situa o encosto Oeste da barragem da Laje, em um cabeço de encostas suaves e vertentes aplanadas, contornado a Nascente e a Norte pela Ribeira da Laje. Aqui se escavou uma área com cerca de 13 mil m² , a qual permitiu um primeiro vislumbre às distintas ocupações cronológicas e funcionais da área. A par de ocupações do período Calcolítico, Idade do Bronze ou Idade do Ferro, destacam-se as ocupações Tardo antigas e Emirais do sítio, pelo reconhecimento a nível local de um fenómeno extensível a outras zonas da Península Ibérica e mundo europeu.

O aparecimento de um sítio Tardo-antigo e Alto-medieval com as características de Torre Velha 3 insere-se num novo modelo de povoamento baseado no aparecimento de jazidas de caracter camponês e núcleos populacionais que se originam em meados do século VI e se desenvolvem ao longo do século VII e VIII, em vários pontos da península (Roig Buxo, 2009, p. 209; Vigil-Escalera, 2003, 2007, 2010). Este tipo de povoamento vem substituir o modelo de povoamento rural Baixo-Imperial baseado nas *villae* residenciais e produtivas, que paulatinamente vão sendo abandonadas ou os seus antigos espaços residenciais reconfigurados assumindo novas facetas (funerárias, produtivas, habitacionais) como é o caso da *Villa* Torre Velha 1, mantendo-se todavia ocupada simultaneamente ao sítio de Torre Velha 3, do qual dista aproximadamente em linha recta cerca de 500m.

Apesar do abandono das *villae* enquanto residência dos *dominus*, a presença de uma jazida com as características de Torre Velha 3, poderá significar que a propriedade em si manteve-se em funcionamento e os trabalhadores da mesma, talvez descendentes dos camponeses que trabalharam nas *villae* nos momentos de seu maior esplendor, seguem considerando as antigas *villae* como um ponto de referência. É também possível que as alterações e transformações arquitectónicas e funcionais que se detectam nos edifícios residenciais, sejam obra destas mesmas pessoas. Ou seja, ainda que os pontos de habitat possam ser distintos (mas muito próximos), existe permanência na ocupação dos espaços agrícolas, existindo uma ruptura, esta processa-se ao nível não da localização dos novos pontos de habitat mas a nível do modelo e da organização deste mesmo habitat (Arino Gil, 2006, p. 333). Mais o fenómeno do desaparecimento das *villae* enquanto residência senhorial e aristocrática e a sua substituição por novos modelos de povoamento e formas de habitar está bem documentado, em pelo menos toda a metade ocidental do Império, em um processo generalizado, cujas variações admitidas concernem a questões de cronologia (Arino Gil 2006, p. 333).

Em Torre Velha 3, juntamente com outros contextos e níveis da Antiguidade tardia de cariz doméstico, onde predominavam fossas, silos, (alguns com deposições de animais e humanos no seu interior) e fundos de cabana (Vaqueira, 2015), surgiu um cemitério de inumação, ou pelo menos com características distintas do anterior espaço de enterramento conhecido neste espaço de época Imperial, relacionado com Torre Velha 1: o sítio Torre Velha 13, (que mais adiante desenvolveremos) em termos de tipologia de enterramento, orientação, espólio e finalmente pela sua associação a estruturas e elementos de cariz funcional distinto do «simplesmente» mundo funerário (Alves, *et alii*, 2014, p. 5). Esta área funerária tardo-antiga, escavada apenas parcialmente, revela distintas tipologias de enterramento, orientações e tradições de inumação, entre sepulturas simplesmente escavadas na rocha, (com ou sem cobertura), estruturadas lateralmente com recurso a material laterício e /ou a elementos pétreos reaproveitados do sítio vizinho de Torre Velha 1, podendo corresponder a pelo menos dois momentos cronológicos diferenciados: V-VII e VIII-IX (Alves, *et alii*, 2014, p. 5). Este último momento relacionada já com a ocupação emiral de Torre Velha 3.

4.1. Torre Velha 3, Tipologia de enterramentos

Dentro da Antiguidade Tardia, coexistem três tipos de enterramento distintos: em fossa; covacho rectangular simples de topos arredondados e sepulturas constituídas, com uma caixa rectangular pétrea ou cerâmica, com ou sem cobertura (Costeira, *et alii*, 2009,p. 18; Alves *et alii*, 2014), podendo assumir algumas destas sepulturas, nomeadamente as construídas com fiadas de lateres dispostos ao alto, uma morfologia trapezoidal.

Do segundo tipo de enterramento escavado: covacho rectangular simples com os topos arredondados, escavaram-se, desta cronologia, 16 inumações simples e 2 inumações com associação a redução/

ossário. Nestes dois últimos casos observou-se que o comprimento das sepulturas era superior ao necessário para a deposição do inumado, atendendo à sua estatura (Costeira, *et alii*, 2009, p. 20). Esta discrepância entre estatura dos inumados *versus* dimensão das sepulturas, segundo os autores, poderá ter duas explicações: ou as inumações reaproveitarem um espaço pré-existente ou poderá relacionar-se com funções rituais, como rituais de comensalidade da Antiguidade Tardia os quais devido à natureza dos vestígios (géneros alimentícios) não terão deixado testemunhos no registo arqueológico (Costeira, *et alii*, 2009, p. 20).Os inumados foram depositados em decúbito dorsal, orientados de Noroeste para Sudeste e nos casos melhor conservados foi possível verificar que os membros superiores se encontravam flectidos com as mãos sobre a pélvis (Alves *et alii,* 2013, p. 1935).

O terceiro tipo de enterramento diz respeito ao covacho rectangular estruturado com elementos de construção, formando caixas sepulcrais com elementos cerâmicos de construção ou elementos pétreos de natureza diversa (Costeira *et alii*, 2009, p. 23). Este tipo de enterramentos, por vezes possuem ou não cobertura e/ou base, registando-se duas variantes: só com lateres (3 casos) ou com material laterício e pedras (Idem, ibidem). Neste tipo de sepulturas predomina a orientação O-E. Registe-se, também a ausência de reduções/ossários e de espólio funerário. É ainda referida a presença de fragmentos de cerâmica de contenção, dentro dos elementos de cobertura das inumações (Costeira *et alii*, 2009) algo habitual em necrópoles deste período com cronologias que abarcam desde o final do século IV ao final do século VI, princípios do VII (Carmona Berenguer 1990, p. 156), nomeadamente em *El Ruedo (Almedinilla*, Córdova), ou em *Alcalar de Henáres e Duraton* (Carmona Berenguer, 1990, p.159). De registar que os enterramentos se encontravam em decúbito dorsal (Alves, *et alii*, 2013, p. 1943).

4.1.1. Enterramentos em Fossa

Quanto as inumações em fossa correspondem a reutilizações de estruturas negativas cuja função primária, de acordo com os autores da intervenção (Costeira *et alii*, 2009, p. 18) seria doméstica (armazenamento de produtos agrícolas), detectaram-se em seis estruturas negativas tipo fossa. Mais tarde, essa contagem foi corrigida para sete elementos (Alves, *et alii*, 2014, p. 204; Vaqueira, 2015, p. 41). As fossas, de formato em U, oscilam em cerca de 1,50-2 m de profundidade e o diâmetro de abertura entre 1 m -1, 5 m (Alves, *et alii*, p. 1946).

De acordo com os autores da escavação, neste tipo de inumações, a ausência de um padrão relativo as orientações das inumações é norma. Quanto à posição dos enterramentos, os cadáveres maioritariamente foram depositados em decúbito dorsal, ainda que se registem casos em decúbito lateral (direito ou esquerdo) e decúbito ventral (Idem). A deposição dos inumados denota o cuidado na colocação dos cadáveres, à excepção dos indivíduos das fossas [2400] e [2579], (Alves, *et alii*, 2013, 1247). Na primeira, o individuo parece ter sido simplesmente atirado, para logo de seguida a estrutura ser colmatada com depósitos sedimentares, repletos de lixo doméstico (idem). Mas de uma forma geral a maioria das inumações denota um certo cuidado e desvelo na colocação do morto.

Dentro desta tipologia, destaque-se o aparecimento, de um enterramento múltiplo, com vários indivíduos e reduções (Alves *et alii*, 2013,1247), com a particularidade de ter sido depositado sobre o sedimento orgânico que cobre as inumações a u.e. [2455], um equídeo em decúbito ventral, encostado às paredes da fossa, no qual, junto ao pescoço do animal, depositaram um elemento pétreo que impede o crânio do animal tombar para o centro da fossa (Alves, *et alii,* 2009; 19). Esta fossa com quatro enterramentos, dois depositados em decúbito lateral esquerdo e posição fetal (Alves *et alii*, 2013, 1950), uma redução/ossário e um equídeo, poderá demonstrar, a nível do ritual, influências germânicas e poderá estar relacionada com enterramentos de personagens de caracter excepcional e alto estatuto (Annaert, 2007 p. 91). No entanto, a presença de carcaças completas de animais em fossas associados a restos humanos e inumações completas é um dado bem conhecido em ocupações deste período, desde *Can Gambus* 1ou *Els Mallols* (na Catalunha), com datações compreendidas entre os séculos VI-VIII d. C. Nestes casos os animais em questão associados às inumações são cães, gatos, ovelhas, leitões e um crânio de um bovino (Vigil-Escalera, 2013, p. 14). Na região de Madrid provenientes de *El Pelicano*, *Gózquez* ou *Congosto* registam-se situações similares, de posição em fossas com maior ou menor grau de desvelo na colocação dos cadáveres, com ou sem manipulação de enterramentos anteriores, associadas à deposição de fauna doméstica (Vigil-Escalera, 2013, p. 19).

A sepultura/fossa possui, ainda, associada à inumação [1492], uma espécie de estruturação[2], pois, dispostos ao alto, encostado a parede de limite Oeste da «fossa» [2440], são visíveis *imbrices e tegulae,* cuja morfologia e disposição, se assemelham à cobertura de algumas das sepulturas islâmicas, presentes no local e em necrópoles islâmicas do período emiral, nomeadamente da zona de Mérida (Alba, 2011, p. 44).

De salientar que dos níveis de enchimento desta estrutura negativa é proveniente um aplique de fecho de cinturão, de formato rectangular com 3 cm de comprimento e 2, 5 cm de largura e 0, 1 cm de espessura (Alves *et alii*, 2013, p. 1959; Vaqueira, 2015, p. 101). A peça é decorada, em uma das suas faces com elementos triangulares, puncionados, organizados em linhas horizontais, que alternam com zonas em branco, assemelhando-se a placas exumadas na necrópole da Silveirona II em Estremoz e a peças provenientes de necrópoles da região de Granada (Alves *et alii*, 2013, p. 1959; Vaqueira, 2015, p. 101), com cronologias a rondarem os séculos VI-VII d. C.

No que concerne à carcaça animal aqui depositada, a presença de enterramentos de equídeo, no seio de necrópoles neste período, concentra-se no mundo insular, escandinavo, germânico e o Este da Europa. No Norte da Gália e na margem esquerda do Reno estão apenas modestamente representados (Olivier Putelat, 2015, 635). Atribui-se-lhe um significado simbólico, baseado no caracter psicopompo da montada, sublinhando o seu aspecto ostentatório, ocupando o cavalo um lugar privilegiado no seio da simbologia e das crenças germânicas (Putelat, 2015, 635), pois a oferta funerária de um cavalo, tem consigo implícita a ideia de oferecer ao morto um guia para a sua vida do além (idem).Contudo como acima referimos este tipo de depósitos (carcaças animais) é frequente em contextos similares, um pouco por toda a área geográfica da actual europa, nesta cronologia e tipos de contextos.

Este tipo de inumações extra-cemiteriais, em silo ou «depósitos especiais» (como já foram designadas), de caracter e significado polissémico, poderão estar relacionadas com formas de exclusão social no seio da própria comunidade aldeã ou camponesa (Vigil-Escalera, 2013a, p. 11-31), que aqui se estabeleceu. Nos casos conhecidos observa-se, uma clara graduação entre as sepulturas localizadas fora da área cemiterial, desde as que obedecem a todos os preceitos arquitectónicos, tipológicos ou de ritual funerário que caracterizam as inumações dos membros da comunidade, até às mais extremas assimiláveis às de alguns animais domésticos, as quais poderiam materializar a presença de indivíduos ou famílias não livres, no seio da comunidade (Vigil-Escalera, 2013, 30). Assim, este tipo de inumações (extra-cemiteriais), em todas as suas diversas variantes: enterramentos isolados, enterramentos em fossa, poderá ser entendido como um conjunto de práticas efectuadas por aqueles que foram excluídos socialmente, privados de utilizar o espaço de representação, por excelência da comunidade: o cemitério (idem).

Todavia, no caso agora em estudo, é dos níveis de enchimentos, de alguns destes enterramentos em fossa, que procede o espólio mais significativo, associados às inumações tardo-antigas, a já referida placa de cinturão decorada e a presença de um brinco em bronze com aro aberto, de extremo apontado e no lado oposto um remate de configuração geométrica, decorado através de moldura ou arestas dispostas na horizontal, proveniente da estrutura negativa [2224], associado a um segundo enterramento em fossa, a u.e. [2049], depositado em decúbito dorsal (Alves *et alii*, 2009). Este tipo de brincos são adereços de inequívoca tradição romana começando a ser detectados em necrópoles do séc. IV, tendo conhecido notável expansão em meados do século VI d. C (Arezes, 2013, 121). Brincos idênticos ao agora em questão detectaram-se, por exemplo, na necrópole da Abuxarda, Cascais (Arezes, 2013), na Silveirona II em Estremoz, com datação compreendida entre os séculos V-VII (Wolfram, 2004, 239). Também em Serpa, nas jazidas de Montinhos 6 e Loja 5 recolheram-se exemplares muito semelhantes, enquadrados no mesmo intervalo temporal (Arezes *et alii*, 2012, 1920).

Tal como em outras jazidas de cronologias semelhantes da região de Madrid, tais como *Congosto*, ou *El Pelicano*, em Torre Velha 3, este tipo de fossas ditas «depósitos especiais» localizam-se não em uma área funerária individualizada, mas no seio do grupo de estruturas de armazenamento, com caracter doméstico e das estruturas residenciais espalhadas um pouco pela área (Vigil-Escalera, 2013, p. 21),

2. Não concordamos com os autores da escavação quando afirmam que os enterramentos humanos «… foram de alguma forma atirados para o interior da estrutura negativa, como deixam entender (segundo os autores) os elementos de cerâmica de construção (*tegulae e imbrice) que se amontoam com estes restos humanos (Alves, et alii, 2013, 1948)*».

ainda que por vezes existam sepulturas de tipologia distinta nas suas proximidades.

4.2. Espaços domésticos, de Armazenamento, Produtivos e Artesanais

Os contextos funerários identificados na área de Torre Velha 3 inserem-se num assentamento rural de caracter mais vasto, com uma diacronia na ocupação do espaço desde o séc. V-VI até seguramente o século IX, em pleno período emiral. Um assentamento de caracter aberto e estável, cuja localização em suave ladeira, não parece assumir critérios de domínio ou de visibilidade frente ao território circundante. A sua implantação dever-se-á, a critérios de proximidade sobre as parcelas agrícolas exploradas (Vigil-Escalera, 2010, p. 280) e à facilidade de obtenção de água, para a criação de hortas e pastos regados, com um mínimo possível de investimento e esforço. A sua população dedicar-se-á, entre outras actividades, a uma agricultura baseada no cultivo do cereal, como o demonstra a existência numerosa de silos deste período na jazida (Alves *et alii*, 2014, Vaqueira, 2015, p. 41), cerca de 143 elementos, e a presença de mós nos níveis de enchimento de algumas destas estruturas (Idem).

Este tipo de jazidas poderão assumir um caracter extensivo devido às deslocações e sucessivas reconstruções das diferentes unidades domésticas que compõem estes núcleos, segundo ciclos geracionais de deslocação, chegando atingir os 10 hc, tais como a aldeia de *Gózquez* (Vigil-Escalera, 2013b). Infelizmente de Torre Velha 3 apenas se escavou cerca de 13000 m² , tornando difícil uma interpretação mais fina respeitante ao sítio e à sua inserção, por exemplo na categoria de aldeia ou de granja. Do que parece não existir dúvidas é de que as realidades identificadas correspondem a unidades domésticas, com mecanismos independentes de gestão estratégica das suas reservas de cereal (Vigil-Escalera, 2013 b, p.201), materializadas quer nas estruturas negativas de tipo fundo de cabana de distintas tipologias, associadas, ou não, a construções com embasamento em pedra e alçados em tapial e adobe com cobertura de telhas: o designado ambiente II, com dois momentos distintos de reformulação do espaço que sucede a um primeiro edifício[3] (Alves *et alii*, 2009, p. 34; Vaqueira, 2015, p. 43), quer aos inúmeros silos, buracos de postes, lareiras estruturas artesanais (fornos, com pelo menos 3 elementos identificados) e produtivas (entre as quais se encontra um lagar Ambiente I[4]), para além de possíveis poços, dispersas pela área escavada.

A identificação do espaço sepulcral, cemitério seria um argumento irrefutável em termos da sua inserção em uma categoria ou outra, mas infelizmente a informação é demasiado parcial para que possamos concluir com certeza se realmente este existe enquanto espaço diferenciado, ou se assume um caracter mais disperso. Os autores da escavação referem para o período tardo-antigo a existência de pelo menos 4 áreas de concentração de sepulturas, sendo que duas delas poderiam corresponder à mesma, no ponto mais elevado do cabeço, composta por 9 enterramentos (Alves *et alii,* 2014, p. 1249), enquanto as terceiras e quartas áreas de concentração de sepulturas se implantam a cotas mais baixas e constam de 11 sepulturas (Idem). Finalmente referem ainda que terão detectado os limites Este e Oeste de uma necrópole aparentemente extensa, a qual se deveria prolongar para Norte (Idem), ou seja apesar de referir, para este período, a existência de 4 áreas de concentração de sepulturas, no final referem que estes 4 núcleos pertenceram a uma necrópole mais extensa. Assim, sendo no campo das hipóteses a dúvida persiste e perante a constatação da existência destas pequenas áreas de concentração de sepulcros dispersos pelos vestígios identificados, leva-nos no momento, a não excluir liminarmente a possibilidade de Torre Velha 3 se inserir na categoria de uma granja e não de uma aldeia. Realce-se que os méto-

3. As estruturas positivas identificadas designadas Ambiente I e II pertencem já aos momentos mais tardios daocupação do sítio designadamente as fases AII-A-AIIB (Vaqueira, 2015, p. 43), de época emiral (Vaqueira, 2015), contemporâneos portanto dos enterramentos emirais ai identificados e escavados pela equipa da Palimpsesto.

4. O ambiente I corresponde a uma construção rectangular em alvenaria, revestida a *opus signinum*, implantado no topo do cabeço, bastante próximo do Ambiente II. Dada a ausência de vãos de acesso, os autores da escavação propõem uma função como tanque de armazenagem das águas pluviais (Idem) ou de quaisquer outros líquidos, na nossa opinião, e afastada a função cultual, relacionados com o desenvolvimento de actividades produtivas (Nunes da Ponte, 2010). Recentemente no âmbito de uma tese de mestrado equaciona-se novamente, a hipótese desta estrutura hidráulica se relacionar com actividades produtivas (Vaqueira, 2015, p. 119), mencionando a autora as similitudes com o designado edifício E6 de *Gózquez de Arriba*, uma construção de planta rectangular, interpretado como uma prensa (Vigil Escalera, 2009, p. 211).

dos da foto interpretação aplicados em uma análise de macro escala que permitiu visualizar não só o sítio, mas também a sua evolvente geográfica, revelou que as estruturas se parecem estender ao longo de cerca de 200 000 m² (Costa *et alii*, 2014, p. 238).

De registar que alguns dos contextos funerários, sepulturas em covacho e em fossa, detectados sobrepõem-se a níveis de aterro, estruturas habitacionais e silos de momentos anteriores, nomeadamente as sepulturas [1209 e 813], bem como os enterramentos em fossa [2400 e 2579] (Alves *et alii,* 2014, 1949), indiciando a existência de várias fases de ocupação do local, numa dinâmica comum a estabelecimentos rurais deste tipo.

De acordo com os autores da intervenção a cronologia de abandono e amortização de algumas destas estruturas negativas[5], poderá atendendo aos fragmentos de LRC recolhidos remontar aos finais do século V-VI d. C (*terra sigillata* Foceense, PRS ou LRC) em formas correspondentes a pratos, todos com decoração em *guilloché*, predominando a forma 3 de Hayes (PY, 1993, p. 502-503),a forma mais representada nos sítios do actual território português (Viegas, 2003, p. 205). São também dignos de registo a presença de terra sigillata clara D, datadas quer do século IV, quer de finais do V, inícios do séc. VI d. C, decorados com um reportório estampilhado, o qual remete a motivos cristãos (Alves *et alii*, 2014, p. 206). Essa cronologia (V-VI d. C) poderá fazer sentido, para os momentos iniciais de instalação no sítio e não a sequência por estes proposta, com uma primeira instalação dos séculos III e IV d. C (Alves, *et alii*, 2014, p. 208), baseados na presença de TSH (*Dragendorff* 36), ânforas de fabrico lusitano de tipo Almagro 50 e Almagro 51 C e de um numisma: uma majoriana, atribuída ao imperador Magno Máximo (idem) datada de finais do séc. IV (idem), que consideramos como elementos residuais provenientes da *villa* vizinha de Torre Velha1[6].

Por outro lado, ao datarem um segundo numisma que surgiu sobre um piso do momento mais antigo de ocupação do ambiente II, do séc. VI d. C (Alves *et alii*, 2014, p. 209) não enquadram correctamente a cronologia de construção deste momento, cuja cronologia foi revista por Lígia Vaqueira em 2015, com o reconhecimento do numisma enquanto um *félus* de cronologia emiral (Vaqueira, 2015, 123). Assim, em relação ao Ambiente II esta autora propõe que estejamos perante o ilustrar do processo de transição de uma estrutura habitacional monocelular polivalente para um espaço compartimentado em duas divisões. Ou seja, um processo transicional entre uma habitação monocelular típica do período visigodo, para uma casa policelular característica de época emiral (Vaqueira, 2015, 123). Esta autora sugere em termos de faseamento destas construções a sítio a existência de pelo menos três fases, sendo que a segunda fase, datada entre os finais do séc. VII e a segunda metade do século VIII, corresponde à construção do edifício AII-C, onde se recolheu o referido numisma e finalmente um terceiro momento (segunda metade do séc. VIII, ao século IX, que coincide com a destruição/remodelação do edifício AII-C e a construção de AII-A e AII-B (Vaqueira, 2015,p. 122), certamente contemporâneo da necrópole emiral ai escavada e a qual permanece inédita.

5. INSTALAÇÕES AGRÍCOLAS E PRODUTIVAS: TORRE VELHA 7

Torre Velha 7 implanta-se a meia encosta, virado a Oeste, na margem direita da Ribeira da Laje e surge classificado em sede de Recape, como um pequeno sítio de época romana, onde numa área bastante restrita se identificou uma concentração de material de construção romana. O sítio foi escavado em duas fases, cujas intervenções correram a cargo de duas empresas distintas; a primeira fase a cargo da empresa Palimpsesto e a segunda em 2010 a cargo da empresa Arkhaios.Refira-se que a escavação desta jazida foi condicionada pela escassa potência estratigráfica (0 a 40 cm em alguns locais), a qual condicionou a preservação de estruturas e níveis sedimentares arqueológicos, acentuados pelo tipo de solos_ magros e pela plantação em 2005 de um olival em regime intensivo. Pelo qual as camadas arqueológicas identificadas reflectem essa realidade. Conjugue-se com a percepção de que o sítio teve vários momentos de ocupação e remodelação de es-

5. Isto é se não considerarmos como elementos residuais, designadamente as realidades onde estas foram identificadas.

6. No mesmo sentido vai a presença de elementos arquitectónicos reutilizados (*spolia*) na amortização de algumas das estruturas negativas escavadas silos e fossas, bem como na construção das sepulturas destaquem-se os fragmentos de colunas em mármore (2 exemplares), um fragmento, também em mármore, de uma base de coluna, dois fragmentos de frisos em mármore e a presença de dois ornamentos em mármore, não especificados (Costeira *et alii*, 2009, p. 74).

paços ao longo do seu período de vigência, sem que estes tenham ficado claros ou bem caracterizados nas intervenções realizadas.

Desta forma identificou-se um conjunto de estruturas, as quais compunham um edifício, cuja planta não foi definida na totalidade, prolongando-se a instalação rural para além da área intervencionada. Do que foi possível escavar é visível um núcleo central formado por alinhamentos pétreos, que configuram distintos compartimentos rectangulares. É de salientar que uma breve análise aos paramentos das estruturas que configuram estes espaços, permite destrinçar diferenças a nível dos aparelhos e do tipo de ligante utilizado, o que indica a existência de fases diferentes de construção/reformulação do espaço deste (s) edifício(s).

Entre as estruturas reconhecidas destaque-se a presença de um tanque de forma rectangular revestido *a opus signinum*, com meia cana, com 3,85 m de comprimento por 2,00m de largura (medidas do interior): a u.e. [2019], conservando apenas cerca de 20 cm de alçado conservado, associado a um segundo tanque semicircular: u.e. [1605], com 1,30 m de comprimento, por 1,60 m de largura e com alçado conservado em cerca de 0,50 cm. O fundo deste segundo tanque tinha um desnível de cerca de 0,70 cm, em relação ao piso actual do tanque rectangular [2019]. De salientar, no limite Sul do tanque [2019], no piso original a identificação de uma depressão, o qual de acordo com a autora da intervenção: «poderá corresponder a uma remodelação da estrutura para adaptar um mecanismo de decantação no momento da construção do tanque semicircular...» (Matos, 2009, p. 19). As características destas estruturas permitiram considerar que se estaria perante um sistema de decantação de líquidos, ou seja, o tanque rectangular [2019] funcionaria como receptor, enquanto o tanque semicircular [1605] seria interpretado como tanque de decantação, provenientes do tanque de recepção [2019] (ao qual se encontra adossado) e que prenuncia uma inclinação de cerca de 10cm (Idem). Este segundo tanque de feição circular, no fundo possuía uma depressão circular e sobre esta recolheu-se um *dolium* partido *in sito*, o qual corresponderia a um recipiente no qual seria armazenado o produto final proveniente da u.e [2019]. Esta estrutura poderá, ser interpretada como um *calcatorium*, de um lagar de vinho, ou seja um espaço de esmagamento de uvas e separação do mosto, espaço normalmente difícil de identificar no registo arqueológico, pois para além de ser complicado destrinçar se estamos perante instalações de prensagem oleícolas ou vitivinícolas, (uma vez que ambas, por vezes, utilizam o mesmo sistema de prensagem), o próprio processo de pisar a uva poderá ser efectuada em recipientes de madeira, o que raramente deixa evidências a nível do registo arqueológico. Por outro lado, o elevado grau de destruição em que normalmente se encontram este tipo de estruturas pode levar a que sejam interpretadas, apenas como tanques de recepção e/ou de depósito.

A presença de alguns elementos técnicos construtivos poderão indicar que se trata de um *calcatorium*, pois são estruturas tecnicamente homogéneas, maioritariamente de forma rectangular que recorrem genericamente ao *opus signinum* e a elementos hidráulicos, como meias canas em *opus*, na junção do pavimento com as paredes de limite ou a poços de limpeza, de altura variável, geralmente com um orifício de saída para o mosto que liga directamente a um *lacus* de alvenaria, o qual surge a uma cota inferior (Pena Cervantes, 2009, 67), permitindo, assim, pelo sistema de pisar a uva e posterior decantação a recolha deste mosto e o processo de elaboração do vinho.

Esta descrição encaixa-se bem com o caso agora em estudo, se bem que, convém sublinhar, a adição do suposto *lacus* de forma semicircular, ao possível *calcatorium*, parece ser efectuada em uma fase posterior à construção deste primeiro tanque rectangular, visível, quer pela diferente técnica de construção empregue, sem *opus signinum* a revestir as paredes, (apenas o pavimenta, com a típica meia cana no fundo), quer pelo rombo que é efectuado no pavimento do tanque rectangular, interpretado, em fase de escavação, como a construção de um orifício de ligação e escoamento de líquidos entre as duas estruturas (Idem, 2009, p. 14).

É importante sublinhar que estruturas de características técnicas construtivas semelhantes são outras vezes associadas a instalações oleícolas, nomeadamente na *villa* de *Lo Cortijo de Los Robes*, em Jáen, sendo identificadas enquanto tais, pela presença de outros indícios, nomeadamente a existência de grande quantidades de caroços de azeitona carbonizados, em um dos compartimentos vizinhos e pela presença de um trapetum reutilizado como contrapeso, na fase seguinte de remodelação da *villa*, datada da II metade do séc. II d. C. Ou seja, apenas a

vinculação deste tipo de depósitos hidráulicos[7] com elementos de prensagem, moagem, armazenamento de vinho ou azeite permitem determinar com exactidão qual a sua funcionalidade (Pena Cervantes, 2009, p. 75).

A Sudeste, adossado ao tanque rectangular em *opus signinum*, detectou-se uma extensa plataforma de enrocamento, configurando um espaço com 11.90 m de comprimento por 8.40 m de largura, totalizando uma área de 99.96 m² , delimitada por diferentes estruturas pétreas lineares, as quais indiciam distintos momentos de remodelação/alteração do espaço edificado original. Este maciço pétreo adjacente ao tanque rectangular, do ponto de vista construtivo caracteriza-se pela presença de pedras de pequena dimensão sobrepostas numa camada de pedras de média e grande dimensão ligadas apenas por terra. Todo o maciço está delimitado por muros de alvenaria de blocos pétreos de média e pequena dimensão afeiçoados, com excepção do muro no limite SE o qual apresenta no seu aparelho alguns silhares, o que lhe confere uma construção mais robusta. Outro aspecto a considerar no empedrado/enrocamento é a presença de um muro central à estrutura, visível na sondagem 2 (Matos, 2011,p. 32). Não foram identificados quaisquer vestígios de argamassa ou pavimento sobre o empedrado, o que, de acordo com a autora da escavação remete para um possível enrocamento para construção de uma plataforma superior, sólida para assentamento da prensa do lagar (Matos, 2011, p. 32). Nesta perspectiva aqui se desenvolveria a plataforma de prensagem, a uma cota superior, da qual apenas se conservou o dito maciço. A atentar por exemplos conhecidos e tal como era norma, neste tipo de instalações, deveria ter um revestimento impermeabilizante, tal como o *opus signinum*.

Este tipo de maciço pétreo é semelhante aos detectados, por exemplo, na *villa* romana de Freiria (Cascais), contígua ao lagar de azeite aí registado e identificado como o local onde assentaria a prensa do lagar *_torcular* (Encarnação, 2006, p. 22). Também no concelho de Serpa, na villa romana da Aldeia do Grilo foi identificado, contíguo ao espaço reconhecido como lagar de vinho e à respectiva plataforma de prensagem, um extenso e potente estrado pétreo semelhante ao identificado em Torre Velha 7, ainda que, os elementos pétreos em questão sejam de maiores dimensões, interpretado como um enrocamento para construção de uma plataforma superior (Neves *et alii*, 2009, p. 17). De salientar a existência e a remodelação do edifício em um determinado momento e a construção de um possível espaço de armazenamento, de formato rectangular, imediatamente a Este da plataforma de prensagem.

5.1. Espólio e Cronologia de Ocupação

No panorama do espólio recolhido, na campanha de 2010 destaca-se a elevada presença de *dolium* e de tampas: as duas formas cerâmicas mais numerosas e representativas, relacionados com o tipo de contexto em que se inserem: instalações produtivas de um lagar.

O aparecimento de *dolia* neste estabelecimento atesta que se realizava uma importante actividade agrícola, ainda que desconhecemos qual o seu conteúdo. No entanto, alguns dos fragmentos de dolium possuíam a superfície interna pezgada, indício de que estarão relacionados com a contenção e armazenamento do vinho (Vaz Pinto, 2007 p. 98), os restantes poderão ter contido azeite. A presença de pez responde tanto à necessidade de impermeabilizar estes recipientes cerâmicos, como ao poder anti-séptico da resina. O próprio gosto desta resina chegará a converter-se em um sabor procurado pelos romanos, como evidência de um bom vinho, produzindo-se uma variedade específica, designada *picatum*, que se distingue precisamente pelo seu sabor resinado (Pena Cervantes, 2008: 32). Aliás sublinhe-se a detecção na área imediatamente a Norte do tanque semicircular de uma série de interfaces negativos circulares que parecem corresponder ao negativo da colocação de recipientes cerâmicos deste tipo.

Os restantes elementos cerâmicos recolhidos, entre os que se incluem taças da forma Drag. 37 de fabrico gálico, típica do período Flaviano, ou um segundo fragmento da mesma forma, mas de fabrico Hispânico dos ateliers do Vale do Ebro, decorado com o estilo decorativo mais típico das produções hispânicas entre os finais do século I-II d. C, ou seja, as séries de círculos concêntricos (Viegas, 2003, p. 143). Destaca-se ainda um fragmento de prato da forma Drag. 15/17 (Carvalho, 1998, p.71). Estes pratos parecem apontar para uma cronologia entre Cláudio/Nero e Vespa-

7. O volume de informação, em termos tipológicos, que se pode extrair da análise morfológica e construtiva dos *lacus* é muito limitado, dada a sua homogeneidade construtiva e diferenças de volume de capacidade, as quais variam invariavelmente de uns sítios para os outros.

siano, numa primeira fase, continuando em época Flaviana em grande número, começando a escassear em finais do século I, sendo raros os que atingiram a época de Trajano (Carvalho, 1998, p. 71).

No que diz respeito à sigillata africana predomina em absoluto o fabrico em A, das formas Hayes 9B e Hayes 14/17, ainda que se registe um fragmento ocasional em C de um prato. As primeiras formas em africana A começaram a ser produzidas a partir da segunda metade/finais do séc. I (entre as quais se incluem as formas Hayes 6,7,8,9 A e 9 B) mas o auge da difusão destes produtos ocorreu em meados do séc. II e durante o séc. III, relacionados com o fabrico e difusão de formas como a Hayes 14, 17, 14/17 (Carvalho, 1998, p. 71). O exemplar mais tardio de sigillata africana corresponde a um fragmento de africana C da forma Hayes 50 B, um prato de dimensões variáveis, com parede extrovertida, rectilínea e bordo de lábio semicircular ou ligeiramente biselado; cujas características morfológicas, a saber: abertura e inclinação das paredes, torna-se aceitável uma cronologia de meados do séc. III (230/40-325) – IV d. C (Viegas, 2003, p.73).

Entre os contentores anfóricos recolhidos, a par de fabricos Lusitanos, minoritários no seio do conjunto estudado, dominam os contentores de fabrico Bético, nomeadamente da zona da baia Gaditana e da bacia do Guadalquivir destacando-se entre as formas reconhecidas uma Dressel 20, relacionada com o transporte e importação do azeite e do *defrutum* (Viegas, 2009, p.153), com uma cronologia de produção desde o século II, até seguramente finais do século III, de acordo com datações consulares de 275 d. C, podendo entrar dentro do século IV, ou um fragmento de bordo de uma Dressel 14 contentor habitualmente relacionado com conteúdos piscícolas e seus derivados. A ânfora Dressel 14 Bética integra-se no tipo IV de Beltrán, tendo sido identificada a sua produção na Bética, em *Calahonda* e *Motril* (Granada). Uma produção local/regional lusitana encontra-se atestada na costa algarvia, e nos vales do Tejo e do Sado. A cronologia proposta arranca no século II, prolongando-se pelo século III (Viegas, 2009, p.222). Em termos de cerâmica comum dominam os fabricos locais, idênticos a fabricos registados na jazida Torre Velha 1. Quanto à morfologia a maioria das formas de cerâmica comum reporta-se à estação arqueológica de São Cucufate (Vidigueira). Destaca-se um amplo conjunto que oscila sob a designação de pote/panela de bordo em aba horizontal por vezes ligeiramente oblíquo, cujas cronologias apontam para o Alto, mas também para o Baixo-Imperio. De referir ainda as bilhas da forma XII-A-2 (Vaz Pinto, 2003, p. 67), bilhas de bordo oblíquo evasado formando face interna oblíqua, colo estreito e asa vertical, as quais surgem com diferentes cronologia, consoante as jazidas arqueológicas, facto normal ao tratar-se a cerâmica comum, uma vez que o longo arco temporal de fabrico das formas de cerâmica comum conduz a que a mesma forma, em diferentes jazidas, se registe em contextos temporais distintos. Assim, na Ilha do Pessegueiro, esta forma surge em níveis do século II d. C, enquanto na Olaria do Pinheiro (Alcácer do Sal) apenas se regista em níveis do século III d. C. Por sua vez em São Cucufate surge indiscriminadamente nos níveis Alti-imperiais e Baixo-Imperiais. Entre o espólio registe-se ainda a presença de formas em cerâmica comum com cronologias mais tardias, baseadas em paralelos, que podem atingir os séculos V e VI d. C, nomeadamente em Milreu e Cerro da Vila (Teichner, 2008, p. 498).

Os trabalhos de escavação e estudo do espólio permitiram balizar uma ocupação compreendida pelo menos entre a 2.ª metade do séc. I d. C e o séc. V d. C (Matos, 2010; Nunes da Ponte, 2010).

Em termos de análise do sítio, o tipo de estruturas identificados indica que nos encontramos perante um local de trabalho, produção e armazenamento de cariz agrícola. Como escrevemos anteriormente, no espaço escavado a potência estratigráfica era diminuta e está evidenciada a existência de várias fases de construção/reformulação dos espaços cuja adscrição cronológica não é fácil. Todavia o que conhecemos do sítio autoriza a reconhecer, o local, pelo menos no Baixo-Império como um centro de armazenagem e transformação de produtos, na órbita da *villa* romana da Torre Velha 1, integrando o seu *Fundus*.

6. NECRÓPOLES – TORRE VELHA 13

Durante os trabalhos de execução da rede viária do Bloco de Brinxes-Enxoé identificou-se uma necrópole de inumação, designada Torre Velha 13, escavada pela empresa Arqueologia e Património, sob a direcção de Lídia Baptista (Baptista *et alii,* 2010). A necrópole implanta-se, nas traseiras do actual monte da Torre Velha, a meia encosta, virada a Sul, entre os Barrancos da Laje, Oeste e o Barranco da

Torre imediatamente, a Oeste. Desenvolvia-se em dois núcleos: um primeiro, mais próximo do topo do cabeço com sepulturas de orientação predominantemente NE-SW e um segundo núcleo, próximo do Barranco da Torre, com sepulturas maioritariamente orientadas W-E (Baptista, *et alii*, 2010). Os dois núcleos distam entre si cerca de 100 m, sem que tenha sido possível avaliar a sua real dimensão e extensão (Idem).

No total intervencionaram-se 19 sepulturas de inumação, registando-se o emprego único deste tipo de ritual. Ainda se identificaram mais três sepulturas, as quais não foram escavadas, uma vez que não seriam afectadas pela construção do referido caminho (Idem).Quanto ao tipo de sepulturas, os autores, destacam a presença de 4 sepulturas com telhado de duas águas feito com tégulas, 10 sepulturas cobertas horizontalmente com tégulas, 1 cista em tégula e 4 sepulturas de tipologia indeterminada (mas, nas quais foi possível verificar o uso de tégulas como elementos construtivos das sepulturas). Cremos que os autores se referem às sepulturas em fossa de formato aproximadamente rectangular ou sub-rectangular escavadas no substrato geológico, por vezes com paredes revestidas a tégulas e outros elementos pétreos, outras utilizando ou reutilizando as tégulas enquanto elemento de cobertura dos covachos. A esta tipologia deverão corresponder as sepulturas n.º 2 e 15, visíveis nas fotografias disponíveis. Uma outra curiosidade em termos de tipologia de enterramento levantou-nos a sepultura n.º 17, pois, surge na zona de cabeceira um ímbrice (Baptista, Pinheiro, Rodrigues, 2010), a qual, poderá ser um indício de uma incipiente antropomorfização da sepultura, dado que habitualmente surge em contextos de enterramentos mais tardios, relacionada com rituais cristãos (Inácio, 2006, p. 56). Esta solução, a título de exemplo, é utilizada em algumas sepulturas de orientação O-E da necrópole de Morgado das Taipas em Algoz (Inácio, 2006, p. 56), mas também se observou na necrópole tardia escavada recentemente em 2015, pela empresa Arqueologia e Património, no sítio Horta do Pombal, Beja (CNS6034), associada à *villa* com o mesmo nome. Também na necrópole da Laje do Ouro, Crato ou do Casal do Rebolo em Sintra se verifica a utilização de imbrices ou pedras sobre a cabeça do defunto (Gonçalves, 2011). Desta forma muitas vezes são colocados, no interior das sepulturas, vários tipos de "calços" ou "almofadas" em pedra ou ladrilho, sob o crânio, ou ladeando-o, para que o indivíduo sepultado possa manter a cabeça a mais direita possível, evoluindo posteriormente para sepulturas de forma antropomórfica, com a cabeça e os ombros bem marcados, impossibilitando o descair do crânio, relacionado com o culto cristão, por se adaptar à crença de ressurreição final (Inácio, 2006, p. 71).

Em termos de preservação do espólio ósseo, apenas em 6 sepulturas se conservava o esqueleto, ainda que com graus de preservação distintos. Os enterramentos foram depositados em decúbito dorsal, com os membros superiores (quando preservados) estendidos e paralelos ao corpo (notando-se ligeiras flexões) e os membros inferiores estendidos e paralelos entre si em decúbito dorsal (Idem) Quanto ao espólio associado às inumações, as "oferendas" correspondem a vasos cerâmicos de fabrico comum (pratos, potes, potinhos), lucernas e um fundo em vidro de forma indeterminada. Estes elementos, de acordo com os autores, enquadram-se numa cronologia entre os séculos I e III d.C. (Baptista *et alii*, 2012, p.752), Ainda no que concerne às oferendas votivas associadas às inumações, salientávamos o caso da oferenda da sepultura 15, u.e. [1503], a qual deverá corresponder a forma III-A-4 de São Cucufate (Vaz Pinto, 2003, p. 232; fig. 120). De acordo com esta autora trata-se de uma forma de tigela carenada, de parede aprumada, que poderá ser inspirada na forma Hayes 14 de Sigillata clara A, com uma cronologia sugerida, desde meados do século II até ao século III (Idem: 232). Em São Cucufate a distribuição desta forma pelos vários horizontes, demonstra que esta só aparece a partir do horizonte 3, onde a presença é mais forte e nos horizontes 4 e 6, apontando para que se trate de uma forma, que emerge apenas nos finais do Alto-Império, ou mesmo no Baixo-Império, sendo mais típica da primeira metade deste último período (Vaz Pinto, 2003: 233). Em Valdoca (Aljustrel) e nas necrópoles da região de Elvas surge em contextos cuja datação global atinge os finais do século III (Idem). Na olaria da Quinta do Rouxinol, surge maioritariamente em contextos datados do século III ao século V d. C (Santos, 2011, est.VI, 61). Quanto ao potinho da figura 10B, a ausência de bordo impede uma classificação mais precisa, no entanto enquadram-se genericamente no tipo «potinho» da olaria do Seixal, onde surgem dois fundos muito semelhantes ao exemplar da Torre Velha 13 (Santos, 2011, est. XXV, 2-3-B, p. 86), recolhidos em contextos do século III ao século V d. C

(Idem). Quanto ao potinho da figura 10 C, corresponde à forma XII 2.1.B da Ammaia descrita como um potinho/púcaro de bordo extrovertido formando aba oblíqua soerguida alongada, lábio biselado ou alongado colo pronunciado formando garganta interna, com ligeiras caneluras ao nível do ressalto do colo e zona do ombro com asa vertical a arrancar ao nível do bordo, com perfil esférico com aperto na zona superior, envasado, fundo de base plana levemente alargada e assentamento discoidal (Silva, 2015, est. LXXXI, N.º 479). Este tipo de potinhos proveniente da Porta Sul e da zona das termas atesta cronologia da segunda metade do século V (Silva, 2015, 233), com paralelos desde São Cucufate, Conimbriga, Egitânia ou Mérida (Idem).

Do enunciado sublinhe-se a existência de dois núcleos de enterramento, próximos entre si, mas com discrepâncias ao nível da orientação dos defuntos. A questão da variação da orientação dos defuntos é uma das constantes observadas no mundo romano, a qual ainda não encontrou uma resposta unânime (Cunha, 2008, p. 51). Das diferentes possibilidades normalmente propostas (existência de um caminho prévio, relação com o trajecto do sol consoante o ano, características geológicas do terreno, relação com uma crença ou ritual especifico, nenhuma parece abarcar todas as realidades funerárias conhecidas no mundo romano (Cunha, 2008, p. 51).

Certos autores baseados em estudos de necrópoles romanas da região de Valência, propõem a existência de uma predominância nas orientações Norte - Sul em período Alti Imperial, existindo a partir dos séculos III-IV d. C cada vez mais orientações Este-Oeste, tornando-se esta exclusiva nos séculos VI-VII d. C (González Villaescusa, 2001, p. 19). Em Portugal, no Alto Alentejo, no caso da necrópole da Silveirona (Estremoz), a maioria das sepulturas orientam-se Noroeste-Sudeste ou Oeste/Noroeste a Este/Sudeste, independentemente das suas datações. No entanto, as sepulturas cujo espólio é datado do século III d. C em diante e cuja orientação é conhecida, são unicamente orientadas a Oeste--Noroeste e Este-Sudeste ou Este-Oeste (Cunha, 2008, p. 51), o que poderá abonar a favor dos estudos da região de Valência. Na zona de Córdova, na necrópole de *El Ruedo* bem como na necrópole *de Boatella,* as sepulturas, com cobertura de tégulas planas em posição horizontal são datadas da primeira metade do século III e o final da primeira metade do século IV (Carmona Berenguer, 1991: 155), a mudança da orientação das sepulturas Norte--Sul, também será um dado cronológico, já que esta orientação, perdura até o século IV, momento no qual é substituída pela orientação Este-Oeste de influência cristã (Carmona Berenguer, 1991, p. 53).A cronologia proposta para a necrópole de *El Ruedo*, com várias fases de utilização, situa-se no marco da cultura tardo-romana, com uma data de funcionamento compreendida desde os inícios do século IV, perdurando até aos finais do século VI d. C, podendo inclusive alcançar os princípios do século VII d.C. Segundo a mesma autora a composição e morfologia das sepulturas: coberturas, fossas, tipo de enterramento, orientação, repete-se em necrópoles tardo-romanas, datando as sepulturas revestidas com ladrilhos ou as de cobertura de tégulas planas no século IV, enquanto as sepulturas com coberturas de lousas toscas remetem para o século V (Carmona Berenguer, 1991: 158).

A escavação de Torre Velha 13 demonstrou a existência de dois núcleos de sepulturas afastados entre si em cerca de 50 m, demonstrando uma diversidade de técnicas construtivas empregues, quer na construção da sepultura em si, que na estrutura de cobertura. A mesma diversidade é patente nas orientações das sepulturas, bem como no binómio presença / ausência de espólio. Como corolário, creio que a cronologia proposta para o período de vida útil da necrópole deveria ser alargada, pelo menos até ao século V d. C e a data do seu início (a avaliar pelo tipo de enterramentos e ritual) avançada até ao século II d. C. A prática da inumação está documentada em algumas necrópoles desde datas precoces, mas no entanto é apenas no século II d. C que se dá a expansão e a adopção generalizada desta prática nas províncias ocidentais do império, com uma fase de transição que se manifesta na coexistência, no mesmo espaço cemiterial, dos dois rituais (incineração e inumação), entre o século II e o III d. C (Gonzalez Villaescusa, 2001, p. 77).

BIBLIOGRAFIA

ANNAERT, Rica (2007) – La Nécropole Mérovingienne de Broechem (VI e-VII e siécle), (Ranst, province d´Anvers, Bélgique), Um primeier billan des fouilles, in Laurent VERSLYPE (dir.) – *Villes et campagnes en Neustrie -Sociétés – Economies – Territoires – Christanisation (Actes des XXVe journées internationales d'Archéologie Mérovingienne de l'AFAM*, 2007) pp. 312-340.

ALVES, Catarina; COSTEIRA, Catarina; ESTRELA, Susana; PORFÍRIO, Eduardo e SERRA, Miguel (2009) – *Torre Velha 3. Relatório Final (2ª fase). Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da Construção da Barragem da Laje (Serpa)*. Relatórios Palimpsesto 2009.

ALVES, Catarina; COSTEIRA, Catarina; ESTRELA, Susana; PORFIRIO, Eduardo; Serra, Miguel (2014) – Análise Preliminar dos Contextos da Antiguidade Tardia do Sítio Torre Velha 3, (Barragem da Laje, Serpa), *in 4.º Colóquio de Arqueologia do Alqueva, o Plano de Rega (2002-2010)*. Beja: EDIA (Memórias de Odiana, 2.ª Série, Estudos Arqueológicos de Alqueva), pp. 203-2011.

AREZES, Andreia (2011) – *Elementos de Adorno Alti-Medievais em Portugal (S.V-VIII),* Dissertação de Doutoramento, edição policopiada apresentada à Faculdade de Letras do Porto.

ARINO GÍL, Enrique (2006) – Modelos de Poblamiento Rural en la Provincia de Salamanca entre la Antiguedad Tardia y la Alta Edad Média, In *Zephyrus, 59,* Salamanca: Ediciones de la Universidad, pp. 317-337.

BARRAGAN VALENCIA, Maria Carmen (2002) – Arqueologia dela Muerte, Espacios e Usus funerários en época romana e tardoantiga. In Vaquerizo, D. (ed.) *Espacio y Usos Funerários en el Occidente Romano: actas del Congresso Internacional*. Cordova, vol.2, pp. 141-201.

CARMONA BERENGUER, Silvia (1990) – La Necropolis Tardorromana de El Ruedo, Almedinilla, Córdoba, *Annales de Arqueologia Cordobesa*, n.º 1, Córdoba, Universidad de Córdoba, pp. 155-172.

CHAVARRIA ARNAU, Alexandra (2007) – *El Final de Las Villae en Hispania (siglos IV-VIII),* Bibliothèque de l'Antiquité Tardive, 7, Brepols, Turnh.

GARCÍA ENTERO, Virgínia (2006) – "Los balnea de las villas tardoantiguas en Hispania", *Villas tardoantiguas en el Mediterráneo ocidental* (CHAVARRIA *et alii*), Anejos de AespA XXXIX, 97-111, Madrid.

ENCARNAÇÃO, José; CARDOSO, Guilherme (1995) – A *villa* romana de Freiria, cascais, e o seu Enquadramento Rural, *Separata da Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa,* 2, (Lisboa, 1995), pp. 51-62.

INÁCIO, Isabel (2005) – *A necrópole de Vale de Condes. Alcoutim no contexto da antiguidade tardia do Algarve.* Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Lisboa. Lisboa: Policopiado.

ROIG BUXO, Jordi (2013) – Silos, poblados e iglesias: almacenaje y rentas en época visigoda y altomedieval en Cataluña (siglos VI al XI), *Horrea, Barns and Silos: Storage and incomes in early medieval europe* / coord. Alfonso Vigil-Escalera Guirado, Giovanna Bianchi, pp. 145-170.

LOPES, Maria Conceição (2003) – *A cidade romana de Beja – Percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Iulia*, Coimbra.

PEÑA CERVANTES, Yolanda (2009) – Aportaciones al Conocimiento de la Evolucion de la Veja Baja de Toledo, Estudio preliminar de la excavation de la parcela R.3, *Espacio, Tiempo y Forma*, série 2 (Madrid, 2009), pp. 157-175.

VIGIL ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2006) – Primeros pasos hacia el análisis de la organización interna de los asentamientos rurales de época visigoda, J. MORÍN (ed.), *La investigación arqueológica de la época visigoda en la Comunidadd e Madrid, Zona Arqueológica* 8, Vol. II, Alcalá de Henares. pp. 366-373,

VIGIL ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2007) – Granjas y aldeas altomedievales al Norte de Toledo (450-800 d.C.), *Archivo Español de Arqueología,* 80, pp. 239-284.

VIGIL ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2013) – Comunidad política aldeana y exclusión. Una revisión de las formas de inhumación altomedievales (ss. V-VIII d.C.) *Reti Medievali Rivista,* 14, 1 Firenze University Press.

A OCUPAÇÃO ROMANA DO MONTE DOS TOIRAIS, MONTEMOR-O-NOVO. UM EXEMPLO DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA NO CONTEXTO DOS FINAIS DOS ANOS 90 (SÉC. XX)

Jorge Vilhena[1], Carolina Grilo[2]

RESUMO

O sítio arqueológico do Monte dos Toirais localiza-se no concelho de Montemor-o-Novo, na região do Alentejo Central. Identificado em 1996 e intervencionado em 1998, constituiu-se como um dos primeiros testemunhos de uma intervenção em contexto empresarial no âmbito da arqueologia de salvamento, então relacionada com o Plano de Minimização de Impacte Ambiental da A6 – Autoestrada do Alentejo central.

O sítio compreendeu uma primeira ocupação da Idade do Ferro, centrada no século V a.C., e uma segunda ocupação de cronologia romana alto-imperial, objeto da presente comunicação. Volvidos quase 20 anos da intervenção ali realizada, e em paralelo aos estudos em curso sobre a ocupação proto-histórica do local, pretende-se apresentar uma síntese dos testemunhos de época romana identificados no Monte dos Toirais. Partindo de uma abordagem centrada na caracterização das estruturas e nos espólios aí exumados, discutem-se alguns aspetos relacionados com a dinâmica do local no contexto da ocupação rural romana da região a oeste de *Ebora Liberalitas Iulia*.

Palavras-chave: Arqueologia de emergência, Período romano, Ocupação rural, Alentejo central.

ABSTRACT

The archaelogical site of Monte dos Toirais is located in Montemor-o-Novo, in the central Alentejo region. The site, identified in 1996 and surveyed in 1998, was one of the first cases of a business archaelogical survey in the context of emergency archaeology, then related with the A6 Environmental Impact Study – Central Alentejo freeway.

The site uncovered evidence of an Iron Age occupation, dated from the 5th century BC and a roman occupation from imperial age, the latter object of the following paper. Nearly 20 years after its excavation, and following ongoing studies on the proto-historic remains, we present a brief synthesis of the roman testimonies identified in Monte dos Toirais. Through the analysis of the archaeological remains – the preserved structures and artefact assemblages – we discuss certain aspects of the site's dynamic in the context of the rural roman occupation in western region of *Ebora Liberalitas Iulia*.

Keywords: Preventive archaeology, Roman period, Rural occupation, Central Alentejo.

1. Arqueólogo; jorgecostavilhena@gmail.com

2. Arqueóloga; UNIARQ. Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; ramosgrilo.carolina@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico do Monte dos Toirais foi localizado por José Morais Arnaud em 1996, no âmbito do levantamento arqueológico integrado no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) prévio à construção do sublanço Montemor-o-Novo/Évora da A6 (Marateca-Elvas). Foi localizada naquele documento uma ocupação romana no local, definida pelos achados de superfície das prospeções de campo efetuadas. A mancha de distribuição desse material de superfície foi cartografada, verificando-se na altura que apenas o extremo norte seria afetado pela construção da autoestrada.

O local, denominado sítio n° 6 da lista elaborada, foi, portanto, detetado atempadamente antes do início da obra e protegido pela regulamentação definida no quadro do EIA. Propôs-se a sinalização física do mesmo, por forma a reduzir o risco de afetação por pessoas e/ou máquinas, que não terá sido concretizada. Ainda assim, a delimitação cartográfica (à escala 1:2000) da mancha de dispersão de materiais de superfície, efetuada sobre as plantas de execução do projeto deveria ter funcionado como zona de proteção da jazida arqueológica durante a realização de todos os trabalhos que implicassem a alteração da topografia original da zona, o que não veio a acontecer, tendo em junho de 1997 a empresa responsável pela construção daquele sublanço utilizado o local para a remoção de solo para a construção do aterro da autoestrada, denominando esta área como Zona de Empréstimo n° 3.

Não houve, durante esta ação, consulta ao recomendado no EIA, resultando daí a destruição de parte significativa da jazida, o que, após a deteção da «infração» pela fiscalização da BRISA, conduziu à interrupção dos trabalhos da maquinaria pesada no local. Foi então solicitado ao primeiro signatário (J.V.) a elaboração de um parecer, remetido ao Instituto Português de Arqueologia (IPA), que requereu a realização de sondagens arqueológicas no local, efetuadas em 1998, pela empresa Cronos, Arqueologia e Conservação Lda., sob a direção científica do mesmo.

2. LOCALIZAÇÃO

O sitio arqueológico do Monte dos Toirais situa-se na União de Freguesias de N. Sr.ª da Vila, N. Sr.ª do Bispo e Silveiras, concelho de Montemor-o-Novo e distrito de Évora, a nascente da cidade sede de concelho, tendo como pano de fundo a sul, as faldas setentrionais da Serra de Monfurado. Corresponde a um esporão de encostas suaves voltado a norte, com uma altimetria máxima de 243m (Figura 1). A coordenada central da zona de ocupação romana do sítio é: N38º38'49,0 W8º09'27,0. A sul o local é limitado pela Estrada Nacional 114, entre Montemor-o-Novo e Évora, nesta zona alinhada na orientação oeste-este. A estrada corta o esporão em talude, que provavelmente destruiu parte dos vestígios arqueológicos. Aproximadamente oblíqua ao traçado desta, entre 350 a 100 metros para norte foi implantada a A6, estando presentemente a jazida arqueológica espartilhada pelas duas vias. Posteriormente à intervenção arqueológica de 1998, foi inteiramente reposta a cobertura de solo sobre os desaterros efetuados até substrato rochoso, o que alterou significativamente a fisionomia do lugar. Depois, o sítio voltou a ser cultivado com cereais de sequeiro e pastagem.

O rio Almansor corre a cerca de 300m para norte, estando o local ladeado a este e oeste por linhas de água que, das faldas da serra, vêm desaguar ao rio. O esporão e a encosta onde foram referenciadas as ocupações antrópicas constituem o primeiro relevo acima do rio na direção sul. A relação entre o local e o Almansor, que possivelmente determinou as antigas ocupações humanas do local, foi interrompida pela construção da A6, que se implantou entre os dois. Para norte e este, do outro lado do rio, o relevo abre-se para dar lugar à peneplanície dos campos de Évora, onde o marco humano cunhou uma paisagem de searas, apenas interrompidas por esparsas árvores (sobretudo azinheiras e oliveiras) e linhas de choupos e outras árvores de grande porte que flanqueiam o traçado serpenteante das linhas de água de maior expressão (Figura 1).

Ao invés, após o início dos relevos sobre a planura da bacia do rio, o coberto vegetal muda de alguns zambujeiros e azinheiras dispersas entre searas de encosta, como o era o Monte dos Toirais, para dar lugar ao montado cerrado de sobreiros e azinheiras das faldas da serra, cujos cumes são cobertos por bosque.

3. OS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Os trabalhos no Monte dos Toirais decorreram entre fevereiro e abril de 1998. À superfície do terreno, na zona raspada da encosta leste do esporão onde se concentravam os vestígios romanos, eram visíveis abundantes fragmentos (de quebra antiga e recentes)

de materiais de construção, como tégulas, imbríces, quadrantes, tijolos, cerâmica comum, *terra sigillata*, ânforas e de *dolia*, junto com alguma pedra aparelhada local e exógena. Uma análise cuidada permitiu observar, restos de muros *in situ* de construções de planta retangular e quadrangular de pedra argamassada, destruídos, por arranque, no plano de terraplanagem. Esta destruição terá ocorrido indubitavelmente durante a escavação da zona de empréstimo.

Já o topo do esporão foi igualmente atingido pela remoção de inertes, não sendo possível confirmar se aí existiram vestígios arqueológicos, embora a situação topográfica desta zona o indique com alguma probabilidade. O facto de a profundidade dos empréstimos de terra nesta zona ter atingido frequentemente os 2 m, deixando totalmente exposto o substrato rochoso escavado em grandes degraus, inviabilizou qualquer perceção de índole arqueológica.

Na vertente norte do esporão, confinando com a nova autoestrada, detetou-se uma zona de concentração de cerâmica de cronologia proto-histórica, a torno e manual, assim como fragmentos mós manuais, percutores e lâminas (elementos de foice?) talhadas em sílex, e elementos pétreos com algum afeiçoamento, embora não tenham sido assinalados manifestos indícios de estruturas habitacionais ou funerárias. Nesta zona, o número de vestígios atribuíveis à ocupação romana era pouco expressivo, à imagem do que se veio a verificar em escavação, indiciando que esta se encontrava confinada à área mais a este da elevação.

Pouco clara ficou a relação entre os dois assentamentos arqueológicos, uma vez que a faixa de contacto entre os materiais da Idade do Ferro e do período romano foi raspada até à rocha ou coberta por um manto de areias arrastadas pelas chuvas, não sendo possível determinar, com exatidão, se as duas ocupações contactam e/ou sobrepõem em algum ponto.

Cabe ainda sublinhar que nos depósitos a ocidente encontraram-se blocos de muros argamassados que devem ter tido origem na encosta do lado este e do topo do esporão, e, que na faixa que delimita a parcela e a separa da EN 114, onde a topografia do terreno se mantém original, foi identificado um peso de lagar em granito de forma cilíndrica, com dois entalhes laterais de forma trapezoidal para preensão, partido a um terço do topo e de tipologia idêntica a outros exemplares conhecidos na região de Évora.

Foram estabelecidas 10 sondagens arqueológicas (num total de 70m^2) na área de afetação do empréstimo de terras, distribuídas pelas zonas que indiciavam à superfície, poder fornecer estratigrafias conservadas. Destas, as sondagens III, IV e X, implantadas no topo e lado este do esporão, forneceram estruturas de época romana, observando-se nas restantes o afloramento praticamente à superfície do terreno, com alguns materiais remobilizados, o que, face às condicionantes acima descritas, deve ser analisado com reserva, não sendo prova suficiente para afirmar a inexistência de vestígios arqueológicos na periferia imediata das mesmas.

3.1. Estruturas identificadas

A sondagem III registou a presença de três muros articulados em ângulos retos, com alinhamentos su-sudoeste/nor-nordeste e na perpendicular, que se conservavam apenas abaixo do plano da raspagem da zona de empréstimo, que em toda a envolvente atingiu e expôs o afloramento granítico (Figura 2). Estes muros encostavam a entalhes escavados na rocha, formando um compartimento subtérreo (ou, pelo menos, de piso bastante abaixo da superfície original do terreno em época romana) de planta quadrada ou retangular com amplitude interna de 4,40 m e mais de 0,90 m de profundidade. A construção desta estrutura foi elaborada sem grandes preocupações, verificando-se que os muros apenas possuíam face aparelhada para o lado interior do compartimento, já que os espaços entre os paramentos e os entalhes na rocha foram preenchidos com pedra miúda e materiais reutilizados, como tijolos de quadrantes, ligados com argamassa pobre em cal. A espessura destas paredes era considerável, com cerca de 0,70 m. Este compartimento foi interpretado como uma cave de armazenamento, à qual se acedia por intermédio de degraus também escavados na própria rocha (não foi possível em 1998 escavar este compartimento até ao fim).

No seu interior, detetou-se um estrato sedimentar barrento e compacto, com alguns carvões, do qual foi oriunda a maioria do espólio cerâmico do local, que deverá estar relacionado com a desativação desta estrutura (estrato 6), tendo sido igualmente identificado junto das paredes internas deste espaço um sedimento caracterizado por uma terra avermelhada e barrenta, com elementos de rocha de base e argamassa, de textura arenosa, que poderá ter estado relacionado com um derrube dos muros que seriam construídos com recurso a terra e adobes (ver sondagem IV).

A sondagem IV foi implantada 18 m a leste da sondagem III, numa zona onde eram visíveis alguns segmentos de muros que delineavam um compartimento, embora a sua implantação, mais perto da superfície atual do terreno, evidenciasse o fraco estado de conservação dos mesmos. Junto destes, alguns materiais de construção, corresponderam à totalidade do espólio observado, não permitindo uma leitura funcional deste espaço, que se desenvolvia num alinhamento semelhante ao identificado na sondagem III. A nível construtivo, observou-se a presença de dois muros paralelos de orientação norte-sul (Estr. 3 e 4), um dos quais travado a norte por um outro troço estrutural perpendicular, construído com o mesmo tipo de aparelho, embora mais irregular e com menor presença de elementos pétreos, ligado por uma argamassa arenosa muito pobre em cal (Estr. 5). Este muro assentava sobre uma outra estrutura paralela aos muros anteriormente descritos, que parecia, à primeira vista, construído apenas em argamassa e barro, mas que continha bastantes elementos estruturantes em pedra de pequena e média dimensão (Estr. 6), também ela disposta de forma irregular, parecendo corresponder, com o muro que se lhe sobrepunha, a um momento de remodelação do espaço original, delimitado a norte. A rocha de base, nesta área apresentava-se regularizada, mas a cota mais alta, devendo corresponder ao nível de circulação destes espaços, que, ao contrário do encontrado na Sondagem III, não revelava indícios de rebaixamento interno. Por outro lado, com exceção da Estrutura 6, os restantes muros possuíam vala de fundação escavada na rocha de base, de largura pouco superior aos próprios, cerca de 0,90m. Os estratos escavados no interior destes espaços não revelaram quaisquer materiais arqueológicos (Figura 2).

Por último, na sondagem X, 7 m a norte da sondagem IV e 18 m a nordeste da sondagem III, foi identificado um canto de um compartimento muito destruído e alterado pela afetação de obra de 1997, cujo alinhamento permitia relacionar com o compartimento identificado na sondagem IV. A estrutura aí identificada encontrava-se ao nível fundacional, sem estratigrafia ou materiais arqueológicos associados, sendo estes oriundos exclusivamente de recolhas de superfície e compostos por materiais de construção e algumas escórias de ferro.

4. O ESPÓLIO

De acordo com o parco espólio recolhido, o Monte dos Toirais terá tido uma ocupação centrada entre os meados do século I e o século III d.C., ainda que o mau estado de conservação, com alterações e desgastes nas superfícies dos materiais, e a profunda afetação do local não permitam descartar uma maior longevidade do mesmo. Estas datações constituem-se assim como hipóteses de trabalho baseadas na informação proveniente da cronologia das cerâmicas exumadas nos níveis superficiais, relacionados com a destruição do local na fase de implantação e inicio de obra, mas, fundamentalmente, com os dados oriundos da intervenção arqueológica.

Especial relevância assumiu o conjunto material recuperado na Sondagem III, relacionado com o compartimento 3 (cave), onde se documentou a maioria do espólio cerâmico, assim como alguns elementos pétreos e metálicos, fornecendo os dados para os inícios da ocupação no local. O primeiro era composto maioritariamente por cerâmicas comuns e de construção, materiais anfóricos e cerâmicas finas, recolhidas em mais do que um estrato (estratos 5 e 6), sugerindo uma utilização deste espaço num intervalo de tempo não muito prolongado, iniciado, pelo menos, nos meados do século I d.C., pela presença de *terra sigillata* de tipo itálico, de que se conservaram cerca de 14 fragmentos, na sua maioria de forma indeterminável, traduzidos em dois indivíduos: um exemplar de bordo muito fragmentado (Figura 3, nº 1) e um fundo de *patera* do tipo B.1.2 (nº5) (Ettelinger *et al.,* 1990, p. 155).

A *terra sigillata* sudgálica está representada por 13 fragmentos, integrados em seis NMI, sendo o leque de formas constituído por pratos dos tipos mais comuns: um exemplar da forma Drag. 18 (nº 4), três indivíduos da forma Drag 15/17 (nºs 2 e 3) e dois exemplares de fundos de taças sem classificação tipológica (nºs 6 e 7). Estas formas são representativas das importações da segunda metade do séc. I (Viegas, 2005), ainda que a sua longa cronologia de produção não permita uma maior distinção temporal, em locais de escavações antigas e com dados estratigráficos limitados, como será o caso do Monte dos Toirais. Cabe ainda sublinhar a inexistência de formas decoradas e de produções de *terra sigillata* de origem hispânica, frequentes em contextos do meio-dia peninsular a partir de época Flávia (Bustamante Alvarez 2010, p. 153; Quaresma 2012, p. 235;

Grilo & Martins, 2013, p. 1490), um fator que poderá estar mais relacionado com a reduzida amostra do local do que propriamente com um abandono do mesmo ainda em época recuada (embora esta seja também uma hipótese a considerar, face à coerência da maioria das cerâmicas finas aí recolhidas).

Um único exemplar de paredes finas, de produção bética com o verniz muito desgastado e com decoração mamilar aplicada em barbotina, de cronologia integrada na segunda metade do século I d.C., momento da generalização deste tipo decorativo nos contextos peninsulares (Mayet, 1975), incorpora também o conjunto das cerâmicas finas importadas, assim como um exemplar de reservatório e orla de lucerna sem integração morfo-cronológica, igualmente de origem bética.

No que concerne às ânforas e aos alimentos transportados, a informação passível de ser extraída é também ela bastante reduzida, em função do escasso número de exemplares recuperados (cerca de três indivíduos). Entre os exemplares do Vale do Guadalquivir, contam-se um indivíduo pertencente ao tipo oleário Dressel 20 (Figura 4, nº 28) e outro do tipo Haltern 70 (não ilustrado), por norma relacionado com o transporte de conteúdos vitivinícolas da Bética. O primeiro corresponde a um fragmento de asa com marca *in hansa* em cartela retangular truncada e ilegível, totalmente erodida. O destaque da preensão na zona da asa com o colo (Berni Millet, 2008; Berni Millet e García Vargas, 2016), permite colocar a hipótese de tratar de uma versão desta forma enquadrada entre os meados do século I e os inícios do século II, embora a ausência de outros detalhes morfológicos (bordo, colo, ou parte do corpo), obrigue a uma prudência nesta proposta e a fornecer uma cronologia mais lata para a mesma, entre os meados do século I e o século III.

Também dos contextos do Compartimento 3 foi recuperado um exemplar de "Lusitana antiga" (nº 27) enquadrável na fase mais antiga de laboração das olarias do Vale do Sado, nomeadamente em Abul, que os autores classificaram como Dressel 14, variante A, semelhante aos modelos mais precoces de bordo em banda, recolhidos em depósitos tiberianos, e também identificada no centro de produção do Largo da Misericórdia, Setúbal (Silva, 1996). Este contentor, designado como Haltern 70 de fabrico lusitano, seria o resultado da imitação de modelos béticos, sobretudo da Haltern 70 (Mayet & Silva, 2002), uma vez que apresenta características formais em tudo idênticas àquele tipo produzido no Vale do Guadalquivir (Filipe, 2016). Todavia, esta designação não tem reunido o consenso geral entre os investigadores, sendo estas formas designadas frequentemente como "afins à Haltern 70", uma vez que se encontram ainda mal caracterizadas e tipificadas, mercê da escassez de exemplares completos e de materiais recolhidos em contextos estratigráficos seguros, bem como de um quase total desconhecimento dos seus centros produtores (*Idem*, 2016).

O exemplar em questão do Monte dos Toirais é semelhante aos da *villa* de Vilares de Alfundão, Ferreira do Alentejo (Norton *et al*., 1993-94) e dos níveis de amortização da lixeira do 3º quartel do século I d.C. da Avenida Miguel Fernandes, em Beja (Grilo & Martins, 2013, p. 1489).

Entre a cerâmica comum, a totalidade dos materiais recuperados enquadra-se, formal e tipologicamente, nas produções de tradição romana dos conjuntos do Sul do atual território português, apresentando, contudo, alguma diversificação no âmbito produtivo. A maioria corresponde a produções de âmbito local/regional com provável origem na região trastagana (cerca de 31 NMI).

A nível tecnológico, o conjunto é dominado pelas produções montadas a torno, de pastas de matriz não calcária de coloração cinzenta, textura média e grosseira e forte presença de minerais negros, um componente também registado entre os materiais relacionados com a ocupação da Idade do Ferro do sítio, pelo que se poderá postular uma origem de âmbito local para o mesmo. Estão igualmente representados três exemplares de pastas alaranjadas, cuja origem poderá estar relacionada com os vales do Sado e do Tejo, uma vez que apresentam características semelhantes aos fabricos das olarias destas regiões. Por último, há ainda a destacar a presença de dois exemplares de cerâmica comum com provável origem na região da Bética, na zona costeira.

Entre a cerâmica de cozinha, registam-se seis exemplares de potes/panelas (Figura 4, nºs 16, 17, 19, 20, 21 e 23), dois dos quais com vestígios de fogo (nºs 20 e 21), sugerindo uma utilização no âmbito da preparação de alimentos a quente. Estas são formas frequentes na região alentejana e do vale do Tejo ao longo de todo o período romano, caracterizadas por um bordo voltado para o exterior, levemente amendoado, colo curto e pela ausência de asas; foram identificadas, por exemplo, na *villa* romana de Pisões, Beja, em contextos do século I até inícios do III

(Pinto, 2003), Alcácer do Sal, em níveis da segunda metade do século I e dos inícios do século II (Tavares da Silva *et al.*, 1987) ou na *villa* de S. Cucufate, entre outros, onde correspondem à forma VIII-B-2 (Pinto, 2003, p. 347, fig. 304).

Outros exemplares apresentam morfologias de bordos e perfil diferentes: o nº 17, de bordo vertical com garganta interna é também uma forma típica dos contextos alto imperiais da região alentejana (Pinto, 2003), assim como o nº 18, de bordo oblíquo voltado para o exterior, com uma cronologia de produção mais alargada (*Idem*, 2003), ou o nº 19, de pastas alaranjadas com origem provável no vale do Tejo ou do Sado, que corresponde a uma variante de bordo arqueado formando garganta interna, também registado naquelas regiões em contextos alto-imperiais (Coelho-Soares, 1987; Pinto, 2003; Grilo, Santos, 2017), assim como na região alentejana, na necrópole de Santo André, em Montargil, em contextos de meados do século I e do primeiro quartel do século II (Nolen, Ferrer Dias, 1981). Há igualmente a registar a presença de duas tampas (Figura 3, nºs 14 e 15), artefactos acessórios e de função diversificada: nº 14, de bordo ligeiramente escalonado e o nº 15, de bordo voltado para o exterior, assim como a ausência dos tachos, uma forma bastante vulgarizada nos contextos de época romana, facto que poderá estar relacionado, uma vez mais, com um problema de amostragem.

Cinco exemplares de talhas compreendem as formas de armazenamento, atestando a vocação eminentemente agrícola desta unidade agrária. Recorde-se que uma das funções dos *dolia* seria permanecerem parcialmente enterrados no subsolo dos compartimentos de armazenamento (como a provável cave encontrada na sondagem III), estando destinados à conservação de produtos alimentares (Viegas, Dinis, 2009, p. 10). Estão presentes exemplares de bordo horizontal (Figura 5, nº 32) e exemplares de bordo voltado para o exterior (Figura 4, nº 26; Figura 5, nº 31), com ligeira aba (nº 30), que apresentam algumas semelhanças com exemplares da *villa* romana de S. Cucufate, Vidigueira (Pinto, 2003).

Entre as formas de serviço e preparação destacam-se os pratos, tigelas, potinhos e alguidares. O nº 12 corresponde ao único exemplar de prato identificado no Monte dos Toirais. A variante de parede direita e de bordo sem espessamento está vulgarizada em contextos coevos da região sul, integrada no tipo I-A-1 de São Cucufate (Pinto, 2003, p. 161-164) com cronologias que percorrem os diferentes horizontes daquela *villa*, embora com maior expressão nos níveis datados do século II até ao século IV d.C. (*Idem*, p. 163). Trata-se de uma forma cuja função pode estar também relacionada com a confeção de alimentos a quente, de claras semelhanças, com exceção da profundidade e dimensão, com as tigelas recolhidas no Monte dos Toirais, que correspondem à forma mais representada no conjunto global da cerâmica comum. Foram exumados cerca de nove exemplares integrados num único protótipo, com parede hemisférica e bordo direito, com ou sem espessamento (nºs 8 a 11), que, dada a sua simplicidade, corresponde a uma forma recorrente e bem documentada em diferentes contextos. Entre outros, salientamos as diversas referências a este tipo formal, nas necrópoles da região do Alto Alentejo (Nolen, 1985, p. 95, est. XXXIII), e de Elvas (Nolen e Ferrer Dias, 1981, p.68), onde esta variante ocorre com uma datação enquadrada genericamente entre o século I e o século III (*Idem*, 1981). Os dados cronológicos de S. Cucufate, onde corresponde ao tipo III-A-1, indicam que se trata de uma forma de longa duração, embora mais presente no Alto Império, no século I e inícios do século II (Pinto, 2003, p. 223).

Entre os potinhos salientam-se os nºs 16 e 22: o primeiro com bordo direito amendoado de perfil tendencialmente ovoide, está também atestado naquela *villa*, onde corresponde à forma X-A-3-a (Pinto, 2003, p.402, fig. 410) documentada ao longo dos diferentes horizontes da daquela estação, assim como na necrópole de Santo André, em Montargil, em contextos alto-imperiais da 2ª metade do século I/1º quartel do século II (Nolen, Ferrer Dias, 1981). Já o nº 22 encontra-se praticamente intacto, com exceção do bordo, com a superfície coberta por um engobe vermelho e uma canelura na zona mais larga do bojo e encontra paralelos igualmente entre os potinhos de São Cucufate, tanto ao nível formal como de acabamentos de superfície (Pinto, 2003, p. 402).

O nº 13 corresponde ao único alguidar ou bacia identificado no local, cuja forma permite tecer algumas considerações. Corresponde a uma variante de bordo voltado para o exterior, levemente oblíquo, formando uma pequena carena abaixo do mesmo com parede oblíqua. Embora o exemplar em questão esteja conformado com recurso às pastas locais, esta é uma forma bem documentada nas olarias dos vales do Tejo e do Sado, nas suas características pastas alaranjadas e com particular expressão, de acordo com os dados conhecidos, no Baixo Império. Toda-

via, parece importante ressalvar que está presente no Castelo da Lousa, Mourão, desde, pelo menos, o período augustano, estando conformada, tal como no caso em questão em pastas locais (Pinto; Schmit, 2010, p. 265). De acordo com as autoras do estudo sobre a cerâmica comum daquele sítio arqueológico, trata-se de uma forma frequente em contextos imperiais nas estações alentejanas (*Idem*, 2010). Do mesmo modo, os contextos algarvios também têm vindo a documentar a presença destas formas em momentos mais recuados, em Monte Molião ou em Balsa (Arruda, Viegas e Bargão, 2009, p. 11; Nolen, 1994, est. 33, cr-24), estando a produção de exemplares deste tipo bem documentada na província da Bética, em níveis da segunda metade do século I e inícios do século II d.C. na villa de los Castillones, em Málaga (*Idem*, 2009).

Do conjunto de espólio metálico, oriundo também do compartimento da sondagem III, constavam pregos e fragmentos disformes de bronze e de ferro, assim como escórias de redução/depuração deste mesmo metal, sugerindo a existência de estruturas de transformação metalúrgica e um consequente aproveitamento dos recursos mineiros da região. Vários fragmentos de mós rotativas de granito foram também recuperados no local, assim como o referido de peso de lagar em granito de forma cilíndrica, observado nos moroiços de pedra resultantes da despedrega em fase de obra, indicando a existência de atividades de transformação agrícola no local, compatíveis com uma funcionalidade eminentemente agro-produtiva das estruturas identificadas (Figura 3, 4 e 5).

5. O MONTE DOS TOIRAIS NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO ROMANA DA REGIÃO

Em função da destruição de parte substancial da(s) jazida(s) e do facto da área escavada se ter verificado insuficiente para perceber o tipo de implantação existente no Monte dos Toirais, tal como foi já ressalvado para o espólio, os dados obtidos devem ser tomados com a devida cautela quanto a possíveis funcionalidades e singularidades do local face ao conhecimento sobre o povoamento romano na região. Não obstante, importa também indicar que o tipo de estruturas exumadas e o espólio associado destacam algumas semelhanças e considerações face a outros locais conhecidos na região de Montemor-o-Novo.

Com efeito, os vestígios identificados no Monte dos Toirais apontam para a existência de um conjunto edificado, polinucleado e composto por mais do que um edifício, conforme observado nas sondagens III, VII e IX, que terá funcionado, pelo menos, durante o alto-império. Não foram identificados indícios claros de habitat, como estruturas de combustão ou outras estruturas secundárias, no entanto, as estruturas encontradas parecem estar relacionadas com a exploração dos recursos agrícolas e minerais da área, construídas em alvenaria grosseira de base pétrea, aliada a material de construção e com recurso à terra como elemento construtivo, aproveitando o afloramento artificialmente aplanado como pavimento ou nível de circulação e procedendo-se ao seu rebaixamento intencional para a construção de uma pequena cave. Estas técnicas construtivas revelam uma aparente simplicidade construtiva que se coaduna a um tipo de implantação de cariz funcional e de utilização frequente e são comuns a outros locais de cronologia romana conhecidos na região, alguns dos quais escavados na década de 60 do século passado como a Herdade da Comenda da Igreja, o Curral dos Cães e o Cabeço do Ceivo (Paço e Lemos, 1962), e já mais recentemente no âmbito do plano de minimização de impactes da construção da barragem dos Minutos.

Entre a diversidade de soluções arquitetónicas observadas nestes espaços designados como casais agrícolas, ressalta a presença de técnicas de edificação e funcionalidades semelhantes, com espaços associados a funções diversas dos trabalhos do campo, e da exploração agrícola (Paço e Lemos, 1962), assim como a semelhança dos espólios exumados. Compostos por diferentes núcleos, à semelhança do Monte dos Toirais, também no Curral dos Cães e no Cabeço do Cervo foram identificados materiais semelhantes, relacionados maioritariamente com a prática agrícola, desde formas de armazenamento do tipo talha ou *dolia*, mós e instrumentos agrícolas, mas igualmente cerâmicas finas e materiais anfóricos, depreendendo-se desta forma que estes espaços estariam plenamente integrados nos circuitos comerciais da época (Fabião, 1992; Galhofas, 2016).

Mais recentemente, os trabalhos realizados na Barragem dos Minutos, vieram consolidar a imagem de um povoamento relativamente denso, constituído por pequenos sítios relacionados com a exploração agrícola dos solos, ainda que os trabalhos efetuados, na sua maioria de diagnóstico, não tenham permitido determinar as reais dimensões e funcionalidades dos mesmos. Entre estes, os mais significativos for-

neceram modelos construtivos de planta ortogonal com algumas semelhanças com o Monte dos Toirais, como Amoreirinha 8 ou Minutos 6, este último com uma ocupação que remonta, pelo menos à época alto-imperial (Silva, 2004; Silva e Brazuna, 2006).
Ficaram por localizar as estruturas produtivas artesanais diretamente relacionadas com as atividades económicas desenvolvidas no Monte dos Toirais em época romana. Alguns vestígios identificados, como o já mencionado peso de lagar, característico das prensas de tipo *prelum*, bem como as evidências dispersas de atividades paleo-metalúrgicas, apontam para a presença de estruturas de transformação relacionadas com a olivicultura e dedicadas à beneficiação de minerais metálicos. As escórias indicam que existiu produção de ferro no sítio por redução direta de minerais de Fe em baixo-fornos (e provavelmente a subsequente depuração das massas obtidas nessa primeira operação), e é também verosímil que também tenham sido produzidas e reparadas/recicladas ferramentas e apetrechos afins numa oficina de forja local. Mas, dado o volume de escórias encontrado, tratar-se-iam de atividades paleo-siderúrgicas com reduzida escala de laboração ou mesmo esporádicas, eventualmente para autoabastecimento da própria unidade agrícola quando necessário (Vilhena e Grangé, 2011). Neste contexto, embora sejam vagos os dados disponíveis sobre a exploração dos recursos do território envolvente, merece especial atenção a referência à exploração de Fe na mina da Serra dos Monges em época romana (Saa, 1964; Thadeu, 1965; Alarcão, 1983), localizada na faixa de múltiplas mineralizações de Fe, Cu e Au do campo mineiro de Montemor-o-Novo, 5 a 10 km a sul do Monte dos Toirais (Thadeu, 1965).
Por regra, era comum no século passado considerar "romanos" todos os vestígios antigos de mineração ou de metalurgia pré-industrial, mesmo os de épocas históricas posteriores (Vilhena e Grangé, 2011).
Por outro lado, devemos sublinhar que, embora a ausência de outros elementos característicos destas atividades transformadoras não permita tirar conclusões mais sólidas, é hoje evidente a importância da produção silvícola e vinícola na região alentejana em época romana, atestada, a título de exemplo, na *villa* de Torre de Palma, onde foram identificados e estudados um lagar e uma adega (Maloney, Hale, 1996).
Por último, cabe sublinhar que este padrão de povoamento pautado pela existência de pequenos sítios ou casais agrícolas estaria enquadrado numa rede de povoamento mais vasta, determinada pela presença de *villae* e outros modelos de assentamentos. Na envolvência, estão ainda referenciadas outras estações com intervenções arqueológicas, como o Alto do Castelinho da Serra (Burgess,1987; Gibson, 1992), o povoado da Valada do Almansor (Burgess,1987), a *villa* da Fonte do Prior (Paço e Lemos, 1962), assim como outros, identificados quer no decurso de trabalhos de arqueologia preventiva, como no âmbito de trabalhos promovidos pelo próprio município (Carta Arqueológica do Concelho de Montemor-o-Novo), que têm vindo a fornecer um manancial informativo de extrema importância para o conhecimento da arqueologia romana da região. Apenas o estudo integrado de todas estas realidades permitirá uma análise consolidada e consubstanciada do povoamento rural em época romana na periferia do centro urbano de *Ebora Liberalitas Iulia*.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge (1976) – "Sobre a Economia Rural do Alentejo na Época Romana". *Conímbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia, XV, pp. 1-40.

ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; BARGÃO, Patrícia (2010) – "A cerâmica comum de produção local de Monte Molião". *Xelb*. Silves: 10, pp. 285–304.

BERNI MILLET, Piero (2008) – Epigrafía anfórica de la Bética. Nuevas formas de análisis. Barcelona: Collecció Instrumenta, vol. 29.

BERNI MILLET, Piero; GARCÍA VARGAS, Enrique (2016) – Dressel 20 (Guadalquivir Valley). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. Disponível em: http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-western-lusitania). Acedido em 17-07-2017.

BURGESS, Colin (1987) – Fieldwork in the Evora District, Alentejo, Portugal 1986-1988. N*orthern Archaeology*, 8, pp. 52-56.

BUSTAMANTE, ÁLVAREZ, Macarena (2010) – *Terra Sigillata Hispánica en Augusta Emerita (Mérida, Badajoz). Valoración tipocronológica a partir de los vertederos del suburbio Norte*. Cádiz.

CARNEIRO, André (2014) – *Lugares Tempos e Pessoas – Povoamento Rural Romano no Alto Alentejo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2 Vols.

COELHO-SOARES, Antonia (1987) – Materiais arqueológicos da Courela dos Chãos (Sines). Setúbal Arqueológica. Setúbal: 8, pp. 193-201.

ETTINGLER, E. *et al.* (1990) – *Conspectus formarum terrae sigillatae Italico modo confectae*. Romisch – germanische Comisión des deutschen archãologischen Instituts zu Frankfurt, Boonn.

GALHOFAS, Marisa (2016) – *Contributo para o conhecimento do povoamento rural romano no Concelho de Montemor-o-Novo: Caso da Barragem dos Minutos*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora. Disponível:https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/18815/1/tese%20final_%20vers%C3%A30%20final.pdf. acedido em 11-07-2017.

GIBSON, C.; CORREIA, Virgílio Hipólito,; BURGESS, Colin (1998) – Alto do Castelinho da Serra (Montenor-o-Novo, Évora, Portugal) A Preliminary Report on the excavations at the Late Bronze Age to Medieval Site, 1990-93. *Journal or Iberian Archeology*. Porto. 0, pp. 191-244.

GRILO, Carolina; MARTINS, Andrea (2013) – "O espólio dos contextos de amortização da Av. Miguel Fernandes, Beja. Um contributo para o conhecimento da cidade romana". In *VI Encontro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: Ayuntamiente de Villafranca de los Barros, pp. 1472-1496.

GRILO, Carolina; SANTOS, Cézer (2017) – A cerâmica comum da *villa* romana de Povos, Vila Franca de Xira. *Cira Arqueologia*, 5, pp. 86-115.

FILIPE, Victor (2016) – Haltern 70 (Western Lusitania). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. Disponível em: http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-western-lusitania). Acedido em 17-07-2017.

MALONEY, Stephanie; HALE, John (1996) – "The villa of Torre de Palma (Alto Alentejo)". *Journal of Roman Archaeology*. Ann Arbor: 9, pp. 275-294.

MANTAS, Vasco (1988) – "Implantação rural romana em torno da *villa* de S. Cucufate (Vidigueira)". 1º Encontro de Arqueologia da Região de Beja (1986). *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja. 2ª série, 3, pp. 23-42.

MAYET, Francoise (1975) – *Les ceramiques a parois fines dans la Peninsule Ibérique*. Paris.

MAYET, Francoise e SILVA, Carlos Tavares da (1998) – *L'atelier d'amphores de Pinheiro, Portugal*. Paris: Ed. Du Boccard.

NOLEN, Jeanette (1985) – *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.

NOLEN, Jeanette (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares, Balsa*. Lisboa: Museu Instituto Português de Museus.

NOLEN, Jeanette; DIAS, Luísa Ferrer (1981) – "A necrópole de Santo André. Os materiais (II)". *Conimbriga*. Coimbra. XX, pp. 33-178.

NORTON, José *et al.* (19993-1994) – "Ânforas da *villa* romana de Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo)". *Conimbriga*. Coimbra: 32-33, pp. 181-190.

PAÇO, Afonso do; LEMOS, J. (1962) – "Reconhecimentos arqueológicos de emergência nas herdades da Comenda da Igreja e da Comendinha". *XXVI Congresso Luso-espanhol para o progresso das Ciências*. Porto, pp. 317-333.

PAÇO, Afonso do; LEMOS, João de (1962) – *Vila Romana da Herdade da Fonte do Prior (Montemor-o-Novo)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

PINTO, Inês Vaz (2003) – *A Cerâmica Comum das Villae Romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

PINTO, Inês Vaz, e SCHMIT, Anne (2010) – Cerâmica comum. In ALARCÃO, Jorge; CARVALHO, Pedro e GONÇALVES, Ana (Coord.), *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. Merida: Studia Lusitana, 5, pp. 219-443.

QUARESMA, José Carlos (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano: Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Lisboa: Estudos e Memórias. UNIARQ.

SAA, Mario (1964) – *As grandes vias da Lusitânia: o itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: Vol. 5.

SILVA, Carlos Tavares; BEIRÃO. Caetano; SOARES Joaquina; DIAS, L. F. COELHO SOARES, Antónia (1981) – "Escavações Arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979)". *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, pp. 149-218.

SILVA, Carlos Tavares (1996) – "Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia", In: *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado* (actas das jornadas, Seixal, 1991). Seixal.

SILVA, Inês Mendes da (2004) – *Amoreirinha 8 – Montemor-o-Novo: Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2004. Relatório técnico cientifico*. Arquivo DGPC, Lisboa, Portugal.

SILVA, Inês Mendes da; BRAZUNA, Sandra (2006) – "Intervenção arqueológica no sítio romano dos Minutos 6". *Revista ERA Arqueologia*. 7. Lisboa, pp. 57-70.

THADEU, Décio (1965) – «Carta Mineira de Portugal na escala de 1/500 000. Notícia explicativa». Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

VIEGAS. Catarina (2005) – *A terra sigillata da Alcáçova de Santarém*. Lisboa: Trabalhos de Arqueologia

VIEGAS, C. e DINIS, T. (2010) – "Pedras d'el Rei (Tavira): villa suburbana de Balsa". In *Xelb* Silves: 10, pp. 235-251.

VILHENA, Jorge (1998) – *Monte dos Toirais (Montemor-o-Novo): intervenção arqueológica de emergência/salvamento*. Redondo: Cronos Arqueologia. Policopiado.

VILHENA, Jorge; GRANGÉ, Mathieu (2011) – "Of slag and men. Iron mining and metallurgy in the Mira valley (Southwest Portugal) from Iron Age to the Middle Ages". In C. MARTINS, A. BETTENCOURT, J. MARTINS, J. CARVALHO (coord.) – *Povoamento e exploração dos recursos mineiros na Europa Atlântica Ocidental*. Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» / APEQ – Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, pp. 83-112.

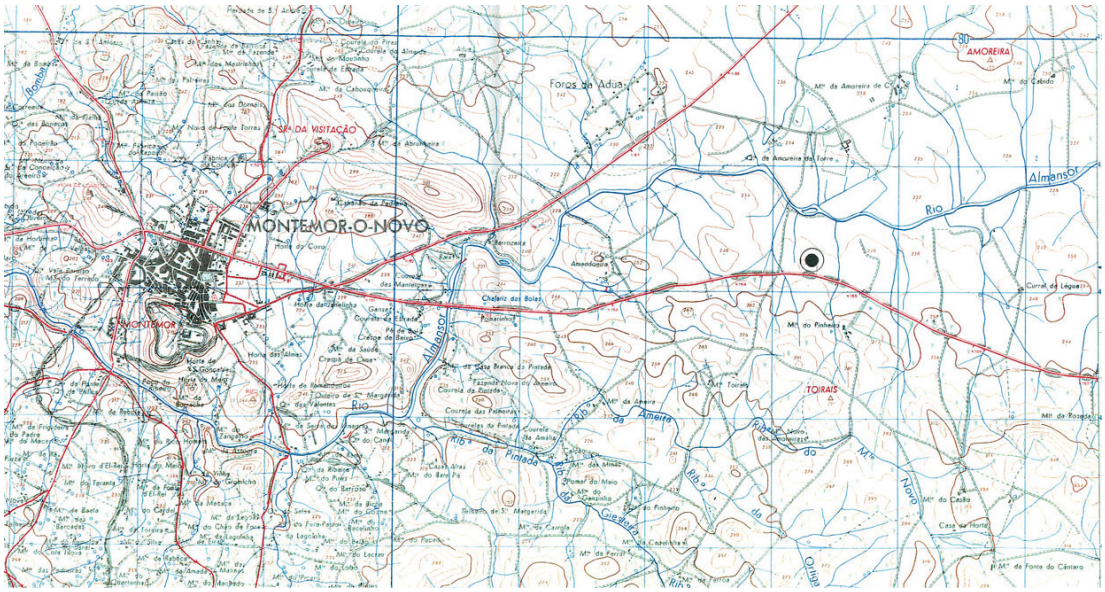


Figura 1 – Localização do Monte dos Toirais na Carta Militar de Portugal esc. 1:25.000, Folha 447.

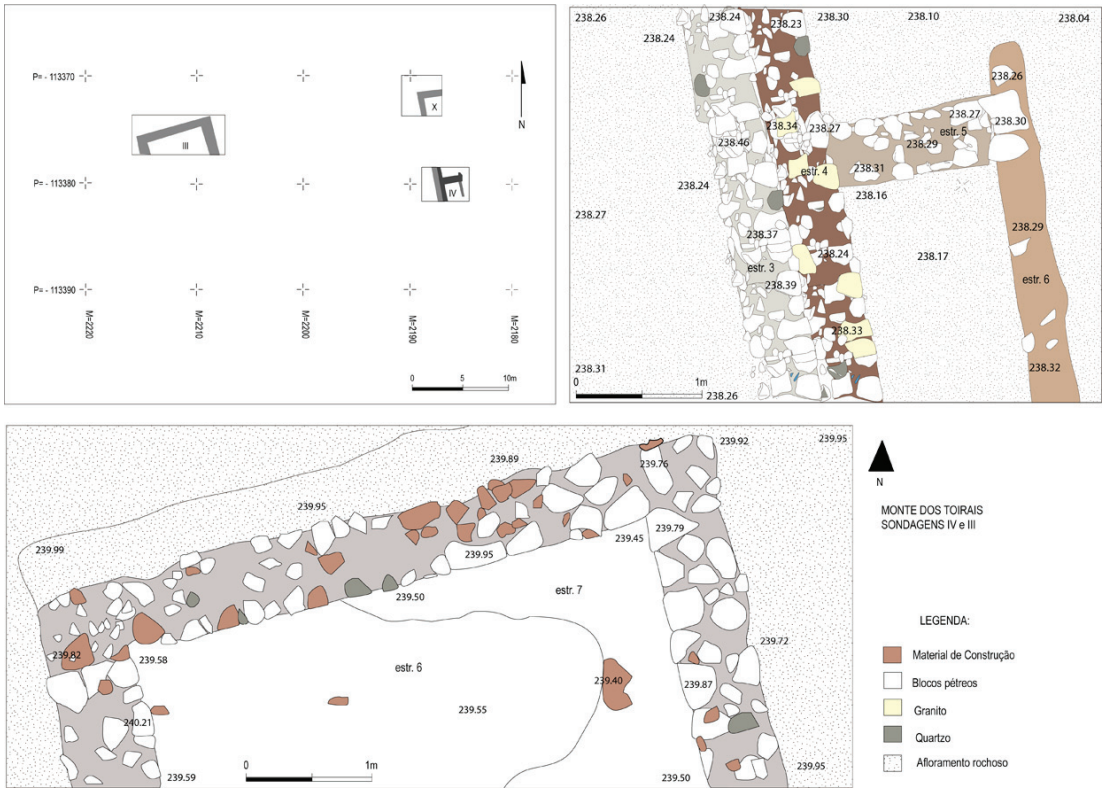


Figura 2 – Planta das estruturas identificadas nas sondagens III e IV.

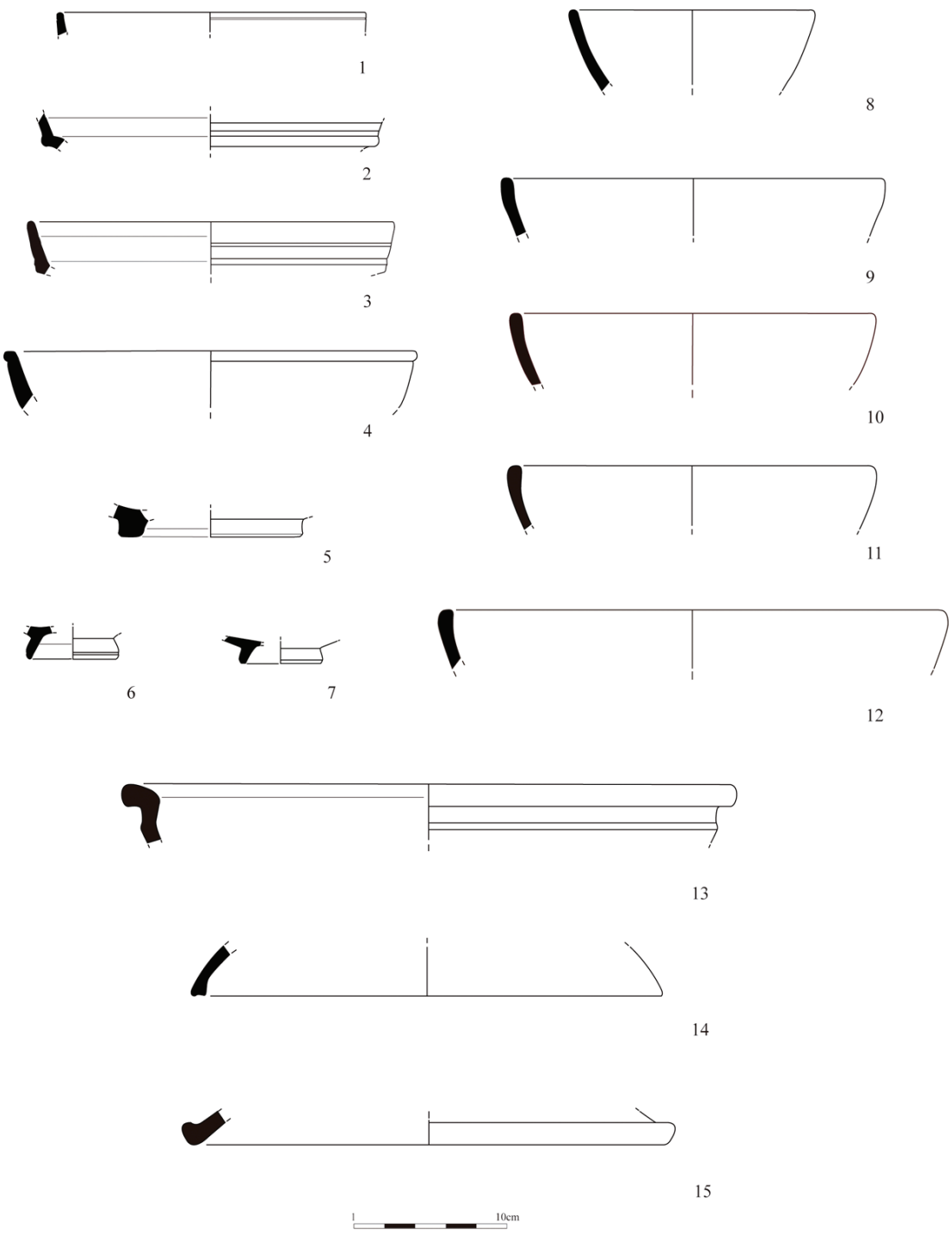


Figura 3 – Espólio recolhido na sondagem III. *Terra sigillata* (1 a 7); cerâmica comum (8 a 15)

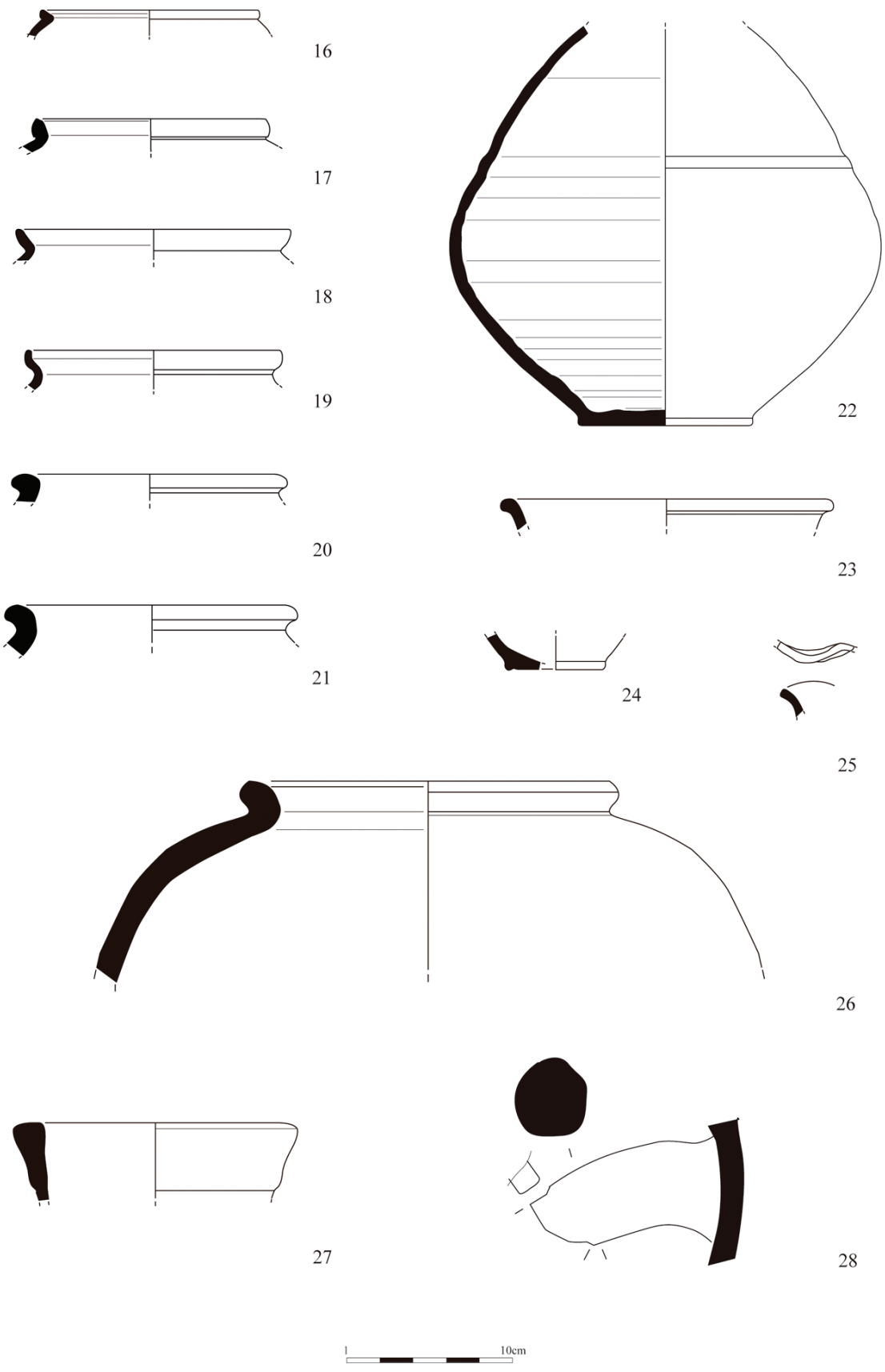


Figura 4 – Espólio recolhido na sondagem III. Cerâmica comum (16 a 26); ânforas (27 e 28).

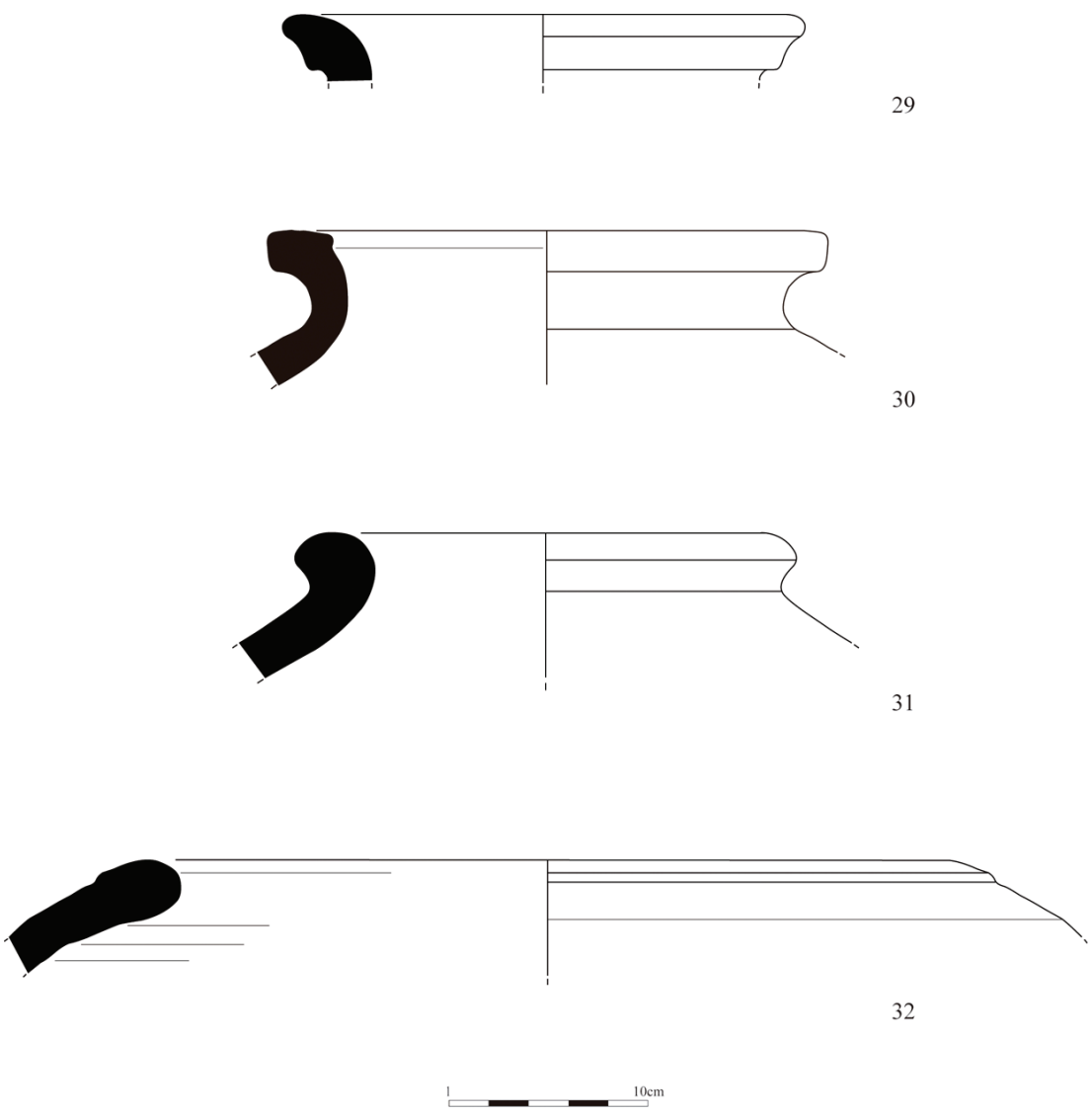


Figura 5 – Espólio recolhido na sondagem III. Cerâmica de armazenamento (29 a 32).

A ACTUAÇÃO VOTIVA DOS GRUPOS DE ORIGEM SERVIL NO SUL DA LUSITÂNIA

Sílvia Teixeira[1]

RESUMO

O propósito deste trabalho passa por expor algumas considerações a respeito da presença e actuação dos grupos de origem servil em âmbito votivo, no Sul da Lusitânia, procedendo ainda à averiguação de algumas ideias que têm sido difundidas pela literatura desta temática, a respeito da representatividade de escravos e libertos na epigrafia votiva e da natureza das divindades por eles cultuadas no contexto mais lato da Hispânia.

Com vista a cumprir este propósito, recorremos à epigrafia latina como principal fonte informativa, a qual, embora quantitativamente modesta e susceptível a dificuldades de interpretação, decorrentes da complexa identificação de escravos e libertos nas inscrições, afigura-se-nos informativa nestes aspectos, corroborando o importante papel destes grupos nas vivências socioculturais da Lusitânia.

Palavras-chave: Epigrafia votiva, Escravos, Libertos, Sociedade lusitano-romana.

ABSTRACT

This paper aims to present some views on the votive presence and activity of the servile groups in Southern Lusitania, while also examining certain ideas which have featured in the literature pertaining to these topics, regarding the representation of slaves and freedmen in the votive epigraphy, and the nature of the worshipped deities in the broader context of Hispania.

In order to fulfil this purpose, the Latin epigraphy will be deployed as the main informative source, despite its modest dimension and susceptibility to interpretation problems, due to the complex identification of slaves and freedmen in the inscriptions, given its potential to bring us information on such aspects, validating the important role of these groups in the socio-cultural undertakings of Lusitania.

Keywords: Votive epigraphy, Slaves; Freedmen, Lusitanian-Roman society.

1. PREÂMBULO. O CONTEXTO GEOGRÁFICO E TEMÁTICO

A noção da considerável influência dos grupos de origem servil no perfil económico e sociocultural das sociedades romanizadas não é recente, datando os mais antigos trabalhos a este respeito dos séculos XVII e XVIII. Atribuindo a estes indivíduos um peso potencialmente significativo na construção da história social da Lusitânia enquanto província romana, este trabalho pretende focar-se na sua importância em âmbito cultual, tendo vindo a merecer menos atenção em prol da análise dos escravos e libertos enquanto recursos económicos e marcadores de *status* e mobilidade social. Neste sentido, avulta a relevância da documentação epigráfica como fonte informativa, permitindo-nos a aproximação às percepções e comportamentos destes grupos em âmbito religioso, através de elementos de análise como as características dos monumentos, representatividade e distribuição das divindades cultuadas, indicação de eventuais cargos e profissões dos dedicantes, entre outros.

Porém, tal como qualquer outra fonte informativa, a epigrafia não se encontra isenta de entraves, nomeadamente quanto à ambiguidade da identificação de escravos e libertos (Mangas, 1971; Fabre, 1976 e 1981; Encarnação, 1984), tendo em conta a extensão, a partir de finais do séc. I d. C., da tendência para a omissão quer das referências ao estatuto servil,

1. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; silvia_teixeira16@yahoo.com

quer da filiação em indivíduos de nascimento livre; juntamente com o facto de a onomástica de origem grega não constituir um critério seguro para a identificação de escravos e libertos, podendo designar também imigrantes do Mediterrâneo oriental ou os seus descendentes.

Assim sendo, este trabalho entende como indivíduos de origem servil todos aqueles que, além de se identificarem claramente como *servus* ou *libertus* (nas suas diversas formas abreviadas), possuem antropónimos orientais ou latinos que se observem com frequência neste meio, contando com mais de 5% de escravos e/ou libertos entre os seus portadores (Kajanto, 1982) e omitindo sempre a filiação.

No tocante à extensão territorial, sobressaem quatro delimitações na globalidade do espaço a Sul do Tejo, que optámos por considerar para este trabalho, dada a relevância das suas amostras epigráficas: o Sul do território actualmente português, que constitui a parte mais ocidental deste território, composto por vários núcleos de feição urbana e rural; a capital provincial, *Augusta Emerita*, à qual se associa o território de *Turgalium*, enquanto sua comunidade estipendiária, e ainda o território de *Norba*, que constitui uma colónia militar.

É neste contexto geográfico-cultural que pretendemos averiguar a exactidão de certas ideias que têm povoado a literatura referente a estas realidades no contexto da Hispânia, nomeadamente: a noção dos integrantes do meio servil como o grupo melhor representado em contexto votivo (Vázquez Hoys, 1981: 43); a maior inclinação destes para os cultos locais e orientais, em detrimento dos cultos oficiais romanos (Mangas, 1971: 114; Vázquez Hoys, *op. cit.*), e a falta de correspondência entre as divindades cultuadas por escravos e libertos.

2. O PANORAMA VOTIVO NO SUL DO TERRITÓRIO ACTUALMENTE PORTUGUÊS

De uma forma geral, a representação dos grupos de origem servil em âmbito votivo afigura-se modesta nesta parte do território, sobretudo dos escravos. Das 73 inscrições votivas analisadas neste espaço, 21 fazem referência a indivíduos de origem servil (29%), equitativamente repartidas pelos territórios urbanos e rurais. Esta amostra regista 25 indivíduos, 16 dos quais são dados como libertos; por sua vez, nove indivíduos afiguram-se detentores de condição escrava. Nos espaços urbanos, os libertos constituem a segunda categoria mais presente na epigrafia, a seguir aos cidadãos romanos, encontrando-se os escravos em terceiro lugar (Teixeira, 2015: 99), o que se afigura ilustrativo do importante papel dos libertos no desenvolvimento urbano. Por seu lado, na esfera rural mantém-se o domínio da cidadania romana, enquanto a representatividade dos libertos desce em favor dos *peregrini*, seguindo-se-lhes os escravos (Teixeira, 2015: 110).

No tocante às divindades, a epigrafia votiva desta parte do território compreende cerca de 41 divindades diferentes, 15 das quais contam com escravos e libertos entre os seus cultuantes, distribuídas por um conjunto de 21 epígrafes, o que nos remete para um panorama votivo diversificado e algo fragmentado. As divindades romanas emergem como as mais cultuadas entre estes grupos, em concordância com o seu domínio no panorama votivo global do território (Teixeira, 2015: 33), seguindo-se-lhes as de natureza oriental. Poderemos estar na presença de uma ligação entre o meio servil e os cultos romanos de natureza florestal, documentados quase unicamente no âmbito rural do Sul do território português, como sugere o conjunto formado pelas seguintes inscrições:

– IRCP 58 (Loulé, Faro): *D(ianae) S(ilvestri) [vel D(eo) S(ilvano)] s(acrum) / Fonteius / Philomu /sus ex vo / tu animo / libens / posuit* (Encarnação, 1984: 104)[2]; IRCP 61 (Serros Altos, Albufeira, Faro): *S(ilvano) (hedera) S(ancto?) (hedera) T(?) / votum / posuit T (?) / aram / Peculiaris* (Encarnação, 1984: 109)[3]. Estas epígrafes, que têm sido entendidas como homenagens a Diana e/ou Silvano, constituem os únicos testemunhos do culto destas divindades no território em análise, registando dois cultuantes de presumível origem servil (Teixeira, 2015: 114).

– IRCP 437 (Bencatel, Vila Viçosa, Évora): *Fontan[o?] / sacrum / Threptus C(aii) Appulei / Silonis • ser(vus) v(otum) s(olvit) • l(ibens) • a(nimo) / ob • aquas • inventas*; e IRCP 438 (Ervedal, Avis, Portalegre): *Fontano/et • Fontanae/*

2. Por sua vez, J. Cardim Ribeiro (2002a: 444) propõe *D(ianae) S(ilvano) S(ilvestri)*; já a leitura de J. M. Abascal (HEp 6, 1996, 1040) liga esta inscrição a uma divindade nitidamente distinta: *D(eae) S(anctae) S(acrum)*.

3. J. Cardim Ribeiro (2002b: 445) lê *Silvano Silvestri Dianae*; enquanto as leituras apresentadas em CIL II 5138 e ILER 477 propõem *S(aluti) S(anctae) D(eae)*.

pro salut(e) • Al / bi • Fausti • Albia / Pacina • v(otum) • s(olvit) • a(nimo) • l(ibens), registando um escravo e dois presumíveis libertos, respectivamente, entre os quatro cultuantes de Fontano/a identificados no território em análise (Teixeira, 2015: 376).

– HEp 17, 2008, 212 (Beja, Beja): *Bona[e • Deae / Iu]lia • L(uci) l(iberta) • Sat[urnina • d(e) • s(ua) • p(ecunia) • d(onum) • d(edit)]*, tratando-se da única destas epígrafes descoberta em âmbito urbano, que assinala o cumprimento de um voto a *Bona Dea* por uma liberta, constituindo também o único testemunho do culto desta divindade (Teixeira, 2015: 100-101). Cabe ainda referir o facto de esta inscrição, gravada num lintel, sugerir a possibilidade de a dedicante ter custeado a edificação de um pequeno templo à divindade, remetendo assim para o seu apreciável poder aquisitivo (Encarnação, 2008: 223-24).

Os escravos e libertos desta parte do território não terão sido alheios à invocação das divindades em âmbito colectivo, procedendo ao cumprimento dos votos pela saúde ou benefício tanto dos seus companheiros de servidão como dos seus donos. Entre os exemplos desta situação na esfera urbana contam-se uma inscrição de Milreu, Faro[4], documentando o cumprimento de um voto por um liberto "pela saúde e prosperidade deles" (Encarnação, 1984: 43), juntamente com uma epígrafe de Beja[5] que nos dá a conhecer a iniciativa conjunta de dois escravos com vista a homenagear a sua presumível dona (Encarnação, *op. cit*: 301). Por seu lado, em âmbito rural, além da já referida epígrafe de IRCP 438, cabe referir uma outra inscrição da *villa* de Pisões (S. Tiago Maior, Beja)[6], na qual o escravo *Catulus* parece assumir a representação de uma colectividade de escravos, que se reuniria assim para prestar homenagem ao seu dono ("*Gaio Atilio Cordo nostro*").

Por fim, cabe referir a existência de certas divindades, que contam com testemunhos únicos no Sul do território português, registando apenas cultuantes oriundos do meio servil, como são os casos de Esculápio, Juno (Teixeira, 2015: 101-102), Mitra (Teixeira, 2015: 125) e Toga (*op. cit.*: 123); embora esta situação se afigure mais relacionável com o carácter fragmentado do conjunto epigráfico votivo atribuído ao meio servil.

A homenagem a Esculápio acima referida, procedente do núcleo urbano de Miróbriga (Santiago do Cacém)[7], assume especial relevância pela sua referência a *um medicus Pacensis*, ilustrando a ligação entre o culto desta divindade e o meio servil, a qual parece relacionar-se com o papel desta divindade enquanto patrona da medicina, actividade entendida como típica de libertos na Roma alto-imperial (Daremberg, Saglio e Pottier, 1900: 1672, s. v. "Medicus").

3. O PANORAMA VOTIVO DE *AUGUSTA EMERITA*

A cultura epigráfica de *Emerita Augusta* constitui um reflexo fidedigno do seu papel enquanto capital provincial, com mais de um milhar de inscrições integráveis em diversos contextos. Como assinala M. Pastor Muñoz (2010: 339), a maioria da epigrafia latina emeritense reveste-se de um carácter honorífico, revelando-se portanto mais informativa a respeito dos sectores mais influentes da sociedade, entre os quais se contam senadores, cavaleiros e decuriões.

Efectivamente, em âmbito votivo registam-se apenas cerca de 51 inscrições, 21 das quais registam indivíduos dados como pertencentes ou ligados ao meio servil (41%). A representação de escravos e libertos afigura-se mais proeminente na epigrafia funerária, dada a ligação destes monumentos aos estratos mais modestos da sociedade (Pastor Muñoz, *op. cit.*: 338).

Os libertos fazem-se representar de forma mais marcada na epigrafia votiva em comparação com os escravos, pois, de entre os 19 indivíduos de origem servil registados neste âmbito, 5 identificam-se como escravos e 14 como libertos.

Das 21 divindades registadas no repertório epigráfico emeritense, dez terão sido objecto de culto por parte dos grupos de origem servil. Apesar de metade destas constituírem divindades romanas, com

4. IRCP 2: *[. . .] / EF[. . .] LIS[. . .] / M(arcus) Acilius [Bal?]/bus lib(ertus) [. . .] / [. . .] [p]ro salute [et re]/[d]itus(!) aeor[um] / [a(nimo) l(ibens)] v(otum) [s(olvit)].*

5. IRCP 229: *Iunoni / Secundae • n(ostrae) / Primogene / et • Felix • ser(vi).*

6. IRCP 290: *Saluti (hedera) pro / G(aio) • Atilio • / Cordo • n(ostro) • Cat/ulus · ser(vus) / votum • s(olvit) • a(nimo) • l(ibens).*

7. IRCP 144: *Aesculapio (hedera) / deo / C(aius) / Attius Ianuarius / medicus pacensis / testamento legavit / ob merita splendi/dissimi ordinis / [qu]od ei [q]uinquatri/[. . .]VM praestiterit / [F]abius Isas heres / fac(iendum) (hedera) cur(avit) (hedera).*

apenas três representando as divindades orientais (Cíbele, Mitra e Némesis), o culto destas revela-se predominante no que respeita ao número de inscrições a elas consagradas, perfazendo quase metade do total de epígrafes.

Destaca-se Mitra como a divindade mais frequentemente invocada, o que se afigura consistente com a situação descrita por J. Toutain (1911: 160-63 e 166--67) e J. Alvar (1981: 64) quanto à abundante representação de indivíduos detentores de onomástica oriental, incluindo escravos e libertos, entre os cultuantes desta divindade: das 10 invocações descobertas no território emeritense, oito registam dedicantes de presumível origem servil. No panorama votivo global, Mitra emerge também como a divindade mais cultuada, pese embora o predomínio dos cultos romanos, quer no que respeita ao número de divindades, quer ao conjunto de inscrições a elas dedicadas.

Os libertos emeritenses presentes entre os cultuantes de Mitra terão gozado de apreciável estatuto socioeconómico, como sugerido pelos exemplos de *T. Claudius Artemidorus*, cuja dedicatória se encontra inscrita numa base de estátua (CIL II 464), e de *C. Camilius Superatus*, que manda fazer uma ara cujas exíguas dimensões não obscurecem a graciosidade deste monumento (HAE 2692). Na epigrafia votiva de Mérida estão presentes, além do conhecido sacerdote de Mitra, *G. Accius Hedychrus*, dois outros detentores deste cargo, desta vez integrados no culto de Cíbele[8], que terão presidido à cerimónia do *taurobolium* enquanto rito fundamental deste culto (Toutain, 1911: 78-79; 84).

Por seu lado, no tocante às divindades romanas, merece referência o cumprimento do voto a *Venus Victrix* por um *medicus*[9], tratando-se de uma profissão bem representada na epigrafia emeritense, embora esta constitua a única referência a um *medicus* fora do âmbito funerário nesta colónia (Edmondson, 2009: 120-122); bem como a homenagem de um liberto ao *Genius* emeritense[10], fazendo-se acompanhar da oferenda de uma palma, ilustrando a integração deste indivíduo na norma sociocultural romana, embora a ausência de menção ao material da palma nos impeça de precisar o alcance da sua pujança socioeconómica (Étienne e Mayet, 1984: 169-70).

Por fim, também no território emeritense se registam certas divindades que, entre os testemunhos únicos do seu culto, contam exclusivamente com escravos e/ou libertos entre os dedicantes, como é o caso de *Edigenio*, entendido como uma divindade ligada aos ideais de renascimento e fecundidade (Prósper, 2002: 308); juntamente com Juno, Cíbele, *Dea Sancta Proserpina*, *Genio colonia* e Vénus.

4. O PANORAMA VOTIVO DE *NORBA*

A epigrafia de *Norba* compreende mais de cinco centenas de inscrições, 117 das quais se inserem em âmbito votivo (cerca de 23%), apontando para o maior peso da epigrafia votiva nesta colónia, em comparação com *Emerita*. No entanto, a representação do meio servil neste âmbito afigura-se menor em comparação com a capital provincial, dada a presença destes grupos em apenas 14 destas inscrições (12%), documentando também 14 indivíduos. Esta modesta amostra provém, na sua grande maioria, do meio rural, com apenas duas epígrafes pertencentes ao núcleo urbano de *Norba Caesarina*. Tal como tem vindo a ser observado, a representação dos libertos mantêm-se mais notória face à dos escravos, uma vez que apenas dois destes indivíduos se identificam como tal, sendo os restantes detentores de condição liberta.

O repertório epigráfico votivo de *Norba* compreende 27 divindades, oito das quais contam com indivíduos de origem servil entre os seus cultuantes. Contrariamente à situação que caracteriza o panorama votivo de Mérida, as divindades romanas surgem como as mais cultuadas entre os escravos e libertos de *Norba*, embora não se apresentem muito aquém das suas correspondentes autóctones. Destaca-se o culto de Júpiter, que surge mais frequentemente invocado na forma tradicionalmente romana, *Iovi Optimo Maximo*, embora se verifique também o que parece constituir um fenómeno de sincretismo entre esta divindade e uma correspondente local, de natureza e características semelhantes.

Esta situação revela-se idêntica no panorama votivo global, marcado pelo claro predomínio dos cultos romanos, destacando-se, mais uma vez, o de Júpi-

8. CIL II 5260: *M(atri) d(eum) s(acrum) / Val(eria) Avita / aram tauriboli(i) / sui natalici red/diti d(onum) d(edit) sacerdo/te Doccyrico Vale/riano arc(h)igallo / Publicio Mystico.*

9. CIL II, 470: *Veneri Victrici / L(ucius) Cordius Sym/phorus medicus / sacr(avit) ex voto.*

10. ERAE 9 = AE 1984, 485: *G(enio) c(oloniae) I(uliae) A(ugustae) E(meritae) / C(aius) Antistius / C(ai) lib(ertus) / Iucundus / palm(am) ex p(ondo) II(unciarum) / v(otum) s(olvit) l(ibens) a(nimo).*

ter, homenageado quer como *Iovi Optimo Maximo*, quer revestido de outros epítetos, nomeadamente *Solutorio* e *Repulsorio*.

As duas únicas epígrafes integráveis na esfera urbana invocam também divindades romanas, mais concretamente *Nabia*[11] e Vénus[12], sendo que esta última constitui o único testemunho do culto desta divindade no território norbense. Afigura-se curioso o facto de terem em comum o epíteto *Augusta*, sendo uma destas divindades indígena, e a outra romana; tendo ainda em conta a presumível ligação de *Nabia* a ambientes rurais, enquanto divindade dos vales (Melena, 1984: 244; Prósper, 2002: 189-95). Já no tocante aos monumentos, estes consistem, na sua quase totalidade, em aras de feição rústica, contrastando com a relativa graciosidade dos exemplares emeritenses.

5. O PANORAMA VOTIVO DE *TURGALIUM*

À semelhança de *Norba*, o repertório epigráfico de *Turgalium* compreende cerca de 500 inscrições, 83 das quais se inserem em âmbito votivo. Todavia, apenas dez destas fazem referência a cultuantes integráveis no meio servil (12%), um valor equiparável ao verificado para o território norbense, registando também 10 indivíduos. Tal como tem vindo a verificar-se para as restantes delimitações territoriais, os libertos gozam de mais abundante representação em contexto votivo, embora a disparidade entre ambos os grupos não se revele tão acentuada, identificando-se três dos 10 indivíduos como escravos, e sete como libertos.

Na epigrafia votiva de *Turgalium* estão presentes 23 divindades, seis das quais contam com grupos de origem servil entre os seus dedicantes. Também neste território se verifica a proximidade dos cultos indígenas e romanos em termos de fixação, não obstante a maior popularidade destes últimos. Júpiter afirma-se novamente como a divindade mais cultuada, quer na vertente tradicionalmente romana, quer assimilada à divindade das populações locais. Neste sentido, revela-se curiosa uma inscrição de Ibahernando (Cáceres) registando o cumprimento de um voto a *Deo Optimo Maximo*[13], pela semelhança com o modelo tradicionalmente romano de invocação de Júpiter, podendo designar a divindade indígena do local (Esteban Ortega e Redondo Rodríguez, FE 133, 2015, 557).

Estamos perante o único testemunho do culto desta divindade em toda a extensão territorial considerada, pertencente à esfera rural, tendo o voto sido cumprido por um possível detentor de condição escrava. Já em âmbito urbano, cabe referir a dedicatória ao *Genio Turgalensium* por um presumível liberto[14], juntamente com a invocação de *Nabia*[15], que não parece ter sido cultuada fora do âmbito urbano.

Todavia, cabe referir que, contrariamente ao que se verifica na capital provincial, as divindades orientais não terão recebido culto por parte de escravos e libertos, não obstante a sua presença na epigrafia votiva do sítio. Embora Júpiter se mantenha como a divindade mais cultuada em *Norba*, merece também referência a popularidade do culto de Belona, divindade à qual é consagrada a quase totalidade das dedicatórias a divindades orientais.

6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pese embora o carácter limitado e fragmentário dos dados com que pudemos contar para este trabalho, afigura-se lícito retirar algumas ilações a respeito das percepções e atitudes dos indivíduos de origem servil em âmbito votivo.

Primeiramente, importa referir que a actuação votiva destes no Sul da Lusitânia apresenta-se modesta, contrastando com a situação descrita por A. Vázquez Hoys (1981: 43). Curiosamente, a representação destes indivíduos revela-se mais acentuada na epigrafia votiva de Mérida, cujos escravos e libertos têm sido mais nitidamente ligados ao âmbito funerário, em detrimento do votivo. Todavia, esta situação afigura-se consistente com a apreciável influência destes grupos nas várias esferas de actividade da colónia (Edmondson, 2000: 311; Pastor Muñoz, 2010: 356). Provavelmente devido à sua maior pujança e

11. AE 1984, 494 (Cáceres, Cáceres): *A(ugustae) Nabiae / Victor / Sempr(oni) s(ervus) / a(nimo) l(ibens) v(otum) s(olvit).*

12. Fita Colomé, 1917: 437 (Cáceres, Cáceres): *Veneri A(ugustae) / Antestia / Anuis An/testiae l/iberta li/be(n)s a(nimo) v(otum) s(olvit) / {V}.*

13. FE 133, 2015, 557: D*(eo) O(ptimo) M(aximo) / Nothu/s Au[. . .] / ex / voto [A]/ran(t)o/ni(?) (p)oni(t?).*

14. CIL II, 618 (Trujillo, Cáceres): *Genio / Turg(alensium) / Lucius Crusi/nus Pr/imigen/ius / v(otum) s(olvit).*

15. Melena, 1984: 239 (Trujillo, Cáceres): *[S]urus(?) T/ancini l(ibertus) / Nabi(ae) s(acrum) a(nimo) l(ibens) / aram p/osuit et / vot(um) sol(vit).*

mobilidade económica, os libertos gozam de mais abundante representação do que os escravos, sendo os monumentos epigráficos reflexo do seu poder aquisitivo, particularmente em Mérida e nos núcleos urbanos do Sul do território actualmente português. De uma forma geral, avulta a elevada romanização religiosa destes territórios e indivíduos, sem que, no entanto, esta tenha obliterado a presença de divindades indígenas e orientais na religiosidade dos grupos de origem servil; particularmente em Mérida, onde se observa uma mais acentuada ligação entre estes indivíduos e os cultos orientais. A situação exposta por J. Mangas (1971: 114) e A. Vázquez Hoys (*op. cit.*) encontra então reflexo nesta parte do território, embora a fixação dos cultos romanos se afigure na realidade mais pronunciada face ao descrito pelos mesmos. Afigura-se curioso o facto de os testemunhos do culto de Juno (apenas dois exemplares, de Mérida e Beja) registarem unicamente escravos e libertos entre os seus cultuantes, tendo em conta o afastamento destes indivíduos em relação ao culto de divindades romanas oficiais (Mangas, *op. cit.*).

Quanto à natureza das divindades cultuadas, a situação descrita por J. Mangas (1971: 273), que enfatiza a ligação entre as divindades indígenas e os escravos, ligando porém os libertos ao fenómeno de sincretismo destas com as suas correspondentes romanas, deve ser matizada para o território em análise, dado que estes também não se revelam alheios ao culto de divindades puramente autóctones. Efectivamente, cabe referir aqui o facto de certos testemunhos do culto destas divindades registarem o cumprimento de votos tanto por parte de escravos como de libertos, nomeadamente em âmbito rural.

No entanto, o carácter fragmentado dos dados não nos permite tirar ilações sólidas sobre a distribuição das divindades consoante a esfera urbana ou rural dos territórios, embora se afigure observável uma maior ligação das divindades orientais a centros urbanos, bem como das divindades romanas de natureza florestal aos territórios rurais. Um aspecto comum à globalidade do território em análise passa pela ligação dos libertos a divindades tutelares (embora de forma subtil, tendo em conta a modéstia das amostras epigráficas). Tal como havia sido descrito por G. Fabre (1976: 424), trata-se de um reflexo da ligação entre os libertos e a cidade onde residem.

No tocante à evidência do desempenho de certos cargos por estes indivíduos em contexto votivo, a informação de que dispomos apresenta-se escassa, merecendo no entanto referência a presença de sacerdotes do culto de Cíbele, em Mérida e Beja; bem como a participação de *medici* nos rituais votivos, em Mérida e Santiago do Cacém.

Tendo em consideração a ambiguidade que caracteriza a condição liberta face aos escravos e aos *civi Romani*, afigura-se então plausível que estes indivíduos tenham recorrido às práticas e rituais votivos como forma de reforçar o sentimento de coesão e pertença entre eles. Todavia, a escassez de dados relativos aos escravos não nos permite confirmar a consonância ou discrepância das suas práticas votivas em relação aos libertos. Por sua vez, encontrando-se desprovidos de personalidade jurídica, os escravos terão buscado na religiosidade uma forma de exprimir a sua humanidade e obter algum conforto das agruras da condição servil.

BIBLIOGRAFIA

AE: *L'Année* Épigraphique. *Revue des publications épigraphiques relatives à l'Antiquité romaine*. Paris: Presses Universitaires de France.

ALVAR, Jaime (1981) – El culto de Mitra en Hispania. *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo. 5, pp. 51-72.

CIL II: HÜBNER, Emil (1869) – *Corpus Inscriptionum Latinarum II. Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berlin: G. Reimer.

DAREMBERG, Charles; SAGLIO, Edmond; POTTIER, Edmond (1900) – *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines. Vol. III*. Paris: Hachette et Cie.

EDMONDSON, Jonathan (2000) – Conmemoración funeraria y relaciones familiares en Augusta Emerita. In GORGES, Jean-Gérard; NOGALES BASARRATE, Trinidad (coords). *Sociedad y cultura en Lusitania romana: IV Mesa Redonda Internacional sobre la Lusitania romana*. Mérida: Junta de Extremadura, pp. 299-328.

EDMONDSON, Jonathan (2009) – New light on doctors, medical training and links between Augusta Emerita and Olisipo in the mid-first century AD. In AAVV (eds.). *Espacios, usos y formas de la epigrafía hispana*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Anejos de Archivo Español de Arqueología, 48), pp. 117-129.

ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições romanas do conventus Pacensis: Subsídios para o estudo da romanização (=IRCP)*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras. 2 vol.

ENCARNAÇÃO, José d' (2008) – IRCP, 25 anos depois. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11: 2, pp. 215-230.

ERAE: GARCÍA IGLESIAS, Luís (1972) – *Epigrafia romana de Augusta Emerita*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidad Complutense de Madrid.

ESTEBAN ORTEGA, Julio; REDONDO RODRÍGUEZ, José Antonio (2015) – Ara votiva en Ibahernando, Cáceres (Conventus Emeritensis). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 133, nº 557.

ÉTIENNE, Robert; MAYET, Françoise (1984) – La dénomination antique de Mérida. *Lucerna: Colectânea de estudos de homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*. Porto, pp. 159-172.

FABRE, Georges (1976) – Les affranchis et la vie municipale dans la Péninsule Ibérique sous le Haut-Empire: Quelques remarques. In AAVV (eds.). *Actes du Colloque sur l'Esclavage (IV Colloque du Groupe International de Recherches sur l'Esclavage dans l'Antiquité, Besançon, 1973)*. Paris: Les belles lettres, pp. 417-462.

FABRE, Georges (1981) – *Libertus*: Recherches sur les rapports patron-affranchi à la fin de la République Romaine. Paris: E. de Boccard (Collection de l'école française de Rome, 50).

FITA COLOMÉ, Fidel (1917) – Epigrafía romana y griega de la provincia de Cáceres: Nuevas ilustraciones. *Boletín de la Real Academia de Historia*. Madrid. 71, pp. 437.

HAE: *Hispania Antiqua Epigraphica. Suplemento anual de Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Instituto de Arqueología y Prehistoria Rodrigo Caro / Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

HEp: *Hispania Epigraphica*. Madrid: Universidad Complutense.

ILER: VIVES, José (1971) – *Inscripciones latinas de España romana*. Barcelona: Universidad de Barcelona.

KAJANTO, Iiro (1982) – *The Latin cognomina*. Roma: Giorgio Bretschneider Editore (Commentationes Humanarum Litterarum XXVI, 2) (reimpressão da edição original de 1965).

MANGAS, Julio (1971) – *Esclavos y libertos en la España romana*. Salamanca: Universidad de Salamanca.

MELENA, José (1984) – Un ara votiva romana en El Gaitán, Cáceres. *Veleia*. Vitoria-Gasteiz. 1, pp. 233-260.

PASTOR MUÑOZ, Mauricio (2010) – Sociedad y epigrafía en Augusta Emerita durante el Alto Imperio: Los libertos. In GORGES, Jean-Gérard; NOGALES BASARRATE, Trinidad (coords.). *Origen de la Lusitania romana (siglos I a. C. – I d. C.): VII Mesa Redonda Internacional sobre la Lusitania romana*. Toulouse: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 337-366.

PRÓSPER, Blanca (2002) – *Lenguas y religiones prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad (Acta Salmanticensia, 295).

RIBEIRO, José Cardim (2002a) – Ara consagrada a Diana (e a Silvanus?), por Fonteius Philomusus. In RIBEIRO, José Cardim (coord.). *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 444-445, nº 114.

RIBEIRO, José Cardim (2002b) – Árula consagrada a Silvanus e a Diana, por Peculiaris. In RIBEIRO, José Cardim (coord.). *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 445-446, nº 115.

TEIXEIRA, Sílvia (2015) – *Cultos e cultuantes no Sul do território português em época romana (sécs. I a. C. – III d. C.): Uma aproximação à sociologia das religiões*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

TOUTAIN, Jules (1911) – *Les cultes païens dans l'empire romain. Tome II: Les cultes orientaux*. Paris: E. Leroux (Bibliothèque de l'École des Hautes Études, Sciences Religieuses, 20). Disponível online em http://www.archive.org/details/lescultespaens02tout, descarregado em 05-12-2013.

VÁZQUEZ, Ana María (1981) – Algunas consideraciones sobre cultos locales en la Hispania romana. *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo. 5, pp. 41-50.

ATAEGINA UMA DIVINDADE PENINSULAR

Cristina Lopes[1]

RESUMO

Este artigo apresenta linhas de pesquisa relativas aos aspetos que se afiguram mais relevantes quanto à divindade peninsular Ataegina. Esta divindade surge, em muitos aspetos, como um caso excecional da religião indígena. Nomeadamente no que respeita às variantes da sua nomenclatura, possível extensão geográfica, iconografia e iconologia. Este contributo trata ainda de incluir a temática do seu culto, ainda mal compreendido, nomeadamente em Mérida, aproximada a Proserpina enquanto culto privado e ligado às elites emeritenses e à sua apropriação do *Lucus Feroniae*.

Palavras-chave: Divindade Peninsular, Divindade inominada, Ataegina.

ABSTRACT

This article presents lines of research for aspects that seem more relevant about the peninsular deity Ataegina. This divinity appears, in many respects, as an exceptional case of the Indigenous religion. Namely, in the variants of her nomenclature, geographical extension, iconography and iconology of the divinity. This contribution is also including the thematic of her cult, yet poorly understood, in Merida, close to Proserpina as a private worship and connected to the emeritenses elites and their appropriation of the *Lucus Feroniae*.

Keywords: Peninsular Divinity, Innominate Divinity, Ataegina.

1. INTRODUÇÃO

Ataegina destaca-se, no panorama das religiões pré-romanas, ainda com muito por revelar. A extensa quantidade dos seus testemunhos epigráficos, bem como a *interpretatio* com Proserpina integrando assim um caracter ctónico, fazem com que ela seja um caso excecional no contexto peninsular. O tema suscitou o interesse, por vezes aparentemente deslumbrado, de eminentes investigadores, sobretudo desde os achados de Santa Lucía, em El Trampal, Alcuéscar, Cáceres. No entanto ao aproximarmo-nos desta tarefa convém esclarecer sumariamente o caracter embrionário dalgumas matérias sobre a temática em analise.

Quando nos reportamos à "religião lusitana" J. de Hoz (1986, p. 32), define-a como o conjunto de dados oriundos da Lusitânia referentes ao complexo de crenças religiosas que, embora com alguns traços particulares, seria partilhado por diversos povos pré-romanos de origem indo-europeia, dentro e fora da Península Ibérica. Só em território atualmente português contam-se cerca de 270 epigrafes registando teónimos indígenas, o que é um número significativo atendendo à sua retraída extensão geográfica (Encarnação e Guerra, 2010, p.96) e que atesta a importância que detinha. Destaca-se ainda que os cultos indígenas da Hispânia terão sofrido uma progressiva romanização, que se deteta apoiada no aumento dos testemunhos epigráficos no séc. II (Lambrino, 1965, p.224).

Uma vez que se tornava uma tarefa hercúlea disponibilizar de forma clara o que seria o culto a Ataegina em todo o seu esplendor, devido ás lacunas que maculam a informação disponível, apresenta-se aqui uma síntese do atual estado de conhecimentos.

2. O NOME DA DIVINDADE

Salienta-se que embora existam várias linhas de investigação em que a organização dos repertórios é guiada por princípios muito diferentes, toda sistematização é baseada em critérios essencialmente linguísticos. Uma vez que são eles que determinam por via da regra, a integração das diferentes entidades nos respetivos grupos. Esta posição, com já grandes antecedentes, levou muitos pesquisadores a acreditar que se poderia aderir ao conhecimento da

1. clopes99@gmail.com

própria natureza das divindades, através do significado do significado do teónimo. No entanto, vários estudiosos, como Unterman (1985, p. 356) ou Hoz (1986, pp. 33-37) alertaram sobre as dificuldades e a natureza restritiva dessas abordagens.

Desta forma e no que respeita às fontes que propiciam o melhor conhecimento das divindades indígenas da Lusitânia, Hoz (1986) salienta o potencial da epigrafia, reconhecendo, no entanto, as dificuldades que poderão decorrer da adaptação da língua pré-romana à norma latina, tal como J. d'Encarnação (1975, p. 302, 1987ª, p.8 e 2002, p. 13). Assim o monumento epigráfico enquanto fonte informativa reveste-se de um valor fundamental nesta investigação.

A partir de sua análise linguística, podemos ver que esta deidade peninsular aparece com várias designações na sua nomenclatura, tais como Ataegina / Ataecina / Adaecina / Adaegina ou também com a variante com 2 tt ou 2 dd, sendo ainda usual encontrar o epíteto T ou Turibrig ou Dea Domina Sancta. Infra estão listados alguns exemplos:

daeae sanctae Turibrige
d(eae) d(ominae) s(anctae) Turibri
d(eae) d(ominae) s(anctae) T(---) A(taecinae)
deae Ataecinae Turobrigae (s)anctae
dea Ataecina Turibrig(ae?) Proserpina
d(eae) Ate(cinae) Proserpinae Tu(---)
d(eae) d(ominae) (T)uri(b)ri
(d)o(minae) s(anctae) Tur(---) A(taecinae)
do(minae) d(eae) s(anctae) turibri(g)e Adegine
domina (A)ttaegina (T)urubrigae
dominae Turibri (A)deginae
(T)uribri A(t/d)ecin(ae)

A usual junção do epíteto Turi-/Turobrigensis, também lido como Turibrigae/Turibri (Guerra, 2002b, p. 155), ao teónimo tem suportado a hipótese da existência de um santuário a Ataegina em Turóbriga, situada por Plínio na Betúria Céltica, atendendo à sua terminação céltica em *briga* (Vasconcelos, 1905, p. 158). A localização de Turóbriga terá sido motivo de larga discussão académica, pois não há consenso quanto ao seu paradeiro persiste, no entanto, o carácter lusitano de Ataegina (Abascal, 2002, p. 57). Na época de Leite Vasconcelos, as fontes clássicas eram conhecidas e já havia elevada dispersão de achados (sem Santa Lucía del Trampal). O trabalho de Vasconcelos foi aliás um marco para o conhecimento das divindades indígenas, bem como das origens do povo português (Fabião, 2011, pp. 160-61). A sua obra Religiões da Lusitânia (1897, 1905 e 1913) apesar da sua considerável antiguidade e das limitações que lhe são inerentes viria a constituir um apoio incontornável para a investigação destas matérias. Nas suas três obras Vasconcelos organizou as divindades de acordo com a sua caracterização a partir da etimologia dos teónimos e da extensão geográfica dos mesmos.

O que impressionou Vasconcelos não foi apenas a dispersão, a variação da escrita, mas também o epíteto. Dea Sancta (quando apareceu apenas com essa designação foi considerada Ataegina), uma vez que, em geral, a conjugação dos dois determinativos – *sanctus* e *dominus* – é rara para outras divindades. O sufixo incomum "cina" ou "gina", Leite Vasconcelos (1905, p.161), entendeu que este era o radical e analisou ATAE (repetição, como uma partícula de reforço), GINA – Indo-européia que vem de GENOS – a renascida, incluindo assim o caracter ligado à natureza e à primavera, o renascimento da Terra, não só pela filologia, mas também porque está associado a Proserpina (versão latina da Perséfone). Teria sido adotada em Mérida a partir de Turobriga e dai ter-se-ia distribuído ao longo da Lusitânia, devido aos deslocamentos de indígenas, sobretudo enquanto Ataegina Turibrig Proserpina (Garcia Bellido, 2001, pp. 55-58). Já Prósper (2002, p. 300) atribui a origem no topónimo "Ataiko", assim como a função protetora do povo dos Ataecini, ou dos Vetões. Outros autores tais como (Untermann, 1987, p. 66) procuraram ligar o teónimo ao irlandês arcaico adaig, com o significado de "noite", donde ressalta uma assimilação de Ataegina à Prosérpina romana, de natureza ctónica (Prósper, 2002, p. 294). No entanto Abascal (2002, Luquuntur saxa, p.54) alerta que atualmente o dito vocábulo irlandês só esta atestado a partir do seculo VIII e, portanto, excede temporalmente a época pré-romana e romana.

3. O CULTO DE ATAEGINA

No que respeita ao seu santuário, pelo que foi anteriormente exposto, este teria tido uma importância considerável na época pré-romana, importância que se transpôs para a romanidade. Acresce ainda que Ataegina é a única divindade paleohispânica que existe adorada fora da Península Ibérica. E apenas Ilurdeda, outra divindade paleohispânica também terá peregrinado, mas com um número mais re-

duzido de epígrafes. No atual estado de conhecimentos o seu culto é disperso por uma grande área geográfica, que cobre aproximadamente de Beja a Toledo, ou no triângulo Norba-Turgalium-Emerita, no entanto, há casos controversos que podem ampliar esse território.

Nos anos oitenta, a escavação conduzida por Caballero Zoreda na igreja mozárabe de Santa Lucía de El Trampal em Alcuéscar, Cáceres, permitiu recuperar 50 epígrafes votivas e funerários reutilizados no edifício. 15 eram altares dedicados a Ataecina Turibrigensis, cerca de 20 sem inscrições e outro grupo com o nome do falecido em que não se menciona nenhuma divindade, possivelmente porque estão no santuário dessa divindade. Este lugar está situado entre as montanhas, no vale que é abastecido por águas ferruginosas e saudáveis, ideal para um bosque sagrado dedicado a uma divindade salutar e infernal que protege a água, a natureza, a população, os bens agrícolas, os vivos e a vida do alem. A situação geográfica privilegiada mostra que está localizada em local de passagem que certamente seria favorecido desde época Tartessica e que unia Norba a Metellinum. Este ponto é favorecido pela confluência de cinco povos, os Lusitanos, Vetões, Celtas, Turdulus e Celtiberos.

Garcia Bellido (2001) descobriu que, nas fontes clássicas em relação a Mérida, é mencionado que numa extremidade de seu território, há um "Lucus Feroniae", ou seja, um bosque sagrado. Está aninhado entre montanhas num vale que é alimentado por águas ferruginosas salutíferas, ideal para um bosque sagrado dedicado a uma divindade salutar e infernal. Há todas as razões para acreditar que o culto em época romana tinha especificidades, de acordo com o lugar e a cronologia, o que é compreensível e atestado pela epigrafia. Temos evidências de um culto mais simplificado de Ataegina, em Mérida e áreas circundantes, uma situação especial em que Ataegina é adorada assimilada a Proserpina, certamente vinculada às elites emeritensis e á sua apropriação do Lucus Feroniae emeritensis. A elite emeritense terá apropriado o culto local, mas com formulários mais fluidos, que certamente terá abrangido aspetos do culto indígena, ao que se sobrepôs.

Quanto à cronologia das inscrições, há algumas que podem ser incluídas no primeiro século, mas a maioria são do século II e ainda existem algumas do século III. O que é constante é o nome, o epíteto e as cabras. A cabra é o animal que se associa a Ataegina. Sabemos que gado foi sacrificado a Proserpine, mas não sabemos se eram cabras. Há na região os ex-votos acima mencionados e que, supostamente, estão conectados ao culto, existe monumentos epigráficos com um encaixe, bem como cabras que têm um tipo de pé que serve para encaixar a Cabrita no topo do referido monumento. Como evidência, duas peças apareceram em Malpartida de Cáceres, ex-votos para a deusa Santa Turi Adaegina, uma inscrição de bronze com a cabra em cima, bem como ex-votos e mais cabras de bronze ou terracota em outros lugares de adoração. Os testemunhos epigráficos, de acordo com Abascal Palazón, levaram a supor terem existido vários centros de adoração, pelo menos três santuários, como poderia ser o caso de Mérida e seus arredores, outro próximo de El Trampal em Alcuéscar e Dehesa Zafrilla de Malpartida, Cáceres, onde foram encontrados os dois Ex-votos sob a forma de uma cabra. No estado atual do conhecimento, descobrimos ainda que não existe um padrão de referência para definir os devotos de Ataegina, Lopes (2014, p.99).

4. SANTA LUCÍA DEL TRAMPAL

O sitio de Santa Lucía del Trampal está localizada a 441 m, na meia encosta da serra da Centinela, sobre o vale onde corre o rio Aljucén. Vários cursos de água escorrem da montanha para o rio, sendo que perto da igreja moçárabe do local existe um deles. Para Garcia Bellido, não será surpreendente depois de conhecer a fonte que brota da terra ao lado de El Trampal e que contem aguas ferruginosas e salutíferas, bem como a sua localização geográfica, que este terá sido um lugar de eleição para um santuário. Lugar onde a divindade ctónica entra em contato com a superfície terrestre e fertiliza-a. Os monumentos epigráficos deste lugar são, como observou Abascal, idênticos às estelas do S.O. em tamanho e morfologia, medem 220 cm e são encontrados principalmente na Extremadura e nos vales dos grandes rios, mas aqui a "usual" necrópole correspondente não foi encontrada. As estelas funerárias também encontradas juntamente com altares votivos, na igreja moçárabe, foram genericamente datadas por Abascal, do seculo I a inícios do seculo III, baseado na forma dos altares e na sua comparação com outros da região (1995, p.76).

As 15 novas lápides de Alcuéscar a Ataegina, recuperadas na escavação do local alteraram o anterior panorama e permitem pensar neste lugar como um

importante lugar de culto. Caballero supôs que, devido à profusão de achados, á sua situação particular suprarreferida, quanto à confluência de cinco povos, bem como pelas suas características físicas e económicas, este poderia ser o principal santuário da divindade. Associado a Ataegina, a cabra seria o seu animal consagrado, tendo sido recuperadas duas cópias de bronze e uma placa com referência à deusa. A maioria das estelas de El Trampal contém os buracos para o que deveria ser o ajuste das referidas representações das cabritas. El Trampal está localizado a quatro quilómetros da estrada romana Emérita Asturicam, no ponto que uniu a Meseta com a bacia do Guadiana, e outra rota, supostamente uma das mais importante da Extremadura, que uniu Metellinum a Norba passando pelo vale que separa o Montanha de Montánchez de El Trampal.

Nas proximidades, em Arroyo Molinos situam-se ainda as ruínas do local de Los Trampales. Essas ruínas possuem vestígios arquitetónicos do período romano e também água mineral ferruginosa. Mais a noroeste, no local de Las Torrecillas em Alcuéscar, Abascal Palazón e Caballero supõem que poderia ser o local de proveniência dos materiais reutilizados em Santa Lucia. A 250 m de Santa Lúcia, há outra ermida de Santiago, em torno da qual as estelas foram coletadas e a menos de 1 km encontra-se S. Jorge, outro local com escórias de ferro, sigillatas e restos romanos tardios.

De fato, na área circundante há uma ampla dispersão de achados incluindo Montánchez e importantes vestígios arqueológicos foram recuperados, embora não tenham sido detetadas estruturas importantes que possam ser classificadas como urbanas. Há uma série de lápides reutilizadas na igreja, bem como mármores e telhas, o que levou Caballero a supor que esses materiais estariam próximos no momento da construção. Abascal, no entanto, defendeu que as 50 aras e estelas funerárias poderiam ser levadas para El Trampal, do local de Las Torrecillas, que ele considera ter sido Turobriga e, portanto, sede do culto e que o lugar onde esta Santa Lucia terá sido o Lucus Feroniae. Garcia Bellido pensa que é difícil sustentar que os 50 blocos possam ter vindo de Las Torrecillas até porque as lápides funerárias usadas são monumentais, pelo que é mais credível que o material reutilizado em Santa Lucia estivesse *in situ*. Também não subescreve a proposta de Turobriga ter sido aí porque estabelece que um topónimo em brigga descreve uma cidade. A cristianização do sítio pagão pode ser outro elemento a favor de transformações marcadas pelo fervor religioso que também aconteceu na Itália nos primitivos centros de culto de Feroniae. Conclui-se que não há certeza para a proveniência dos materiais de Santa Lúcia e, portanto, para a valorização exata do Lucus Feroniae (Garcia Bellido, 2001, pp. 58-60).

5. ICONOGRAFIA E ICONOLOGIA DA DIVINDADE

É possível que o culto de Ataegina, tivesse suplantado ou acompanhado outro culto a uma divindade muito antiga que tivesse como animal representativo a cabra. Os testemunhos para apoiar esta hipótese vêm de Cancho Roano em Badajoz, entre os ex-votos, encontrou-se o resto de uma cabra em bronze que mede mais de 50 cm, e abundantes restos faunísticos de cabra, provavelmente de banquetes rituais. Ataegina seria assim uma das sucessoras desta importante divindade peninsular inominada. Séculos mais tarde, a presença de Vetões na área denominaria e tornaria oficial o culto a Ataegina. Naquele Lucus de El Trampal que manteria o conteúdo sagrado da deidade anterior, incluindo o uso de cabras, com a inovação dos monumentos inscritos, com o nome de Ataegina. Se a deusa anterior fosse aquela descrita por Estrabão como a Deusa noturna inominada, então este era um campo fértil para *interpretatio* com qualquer deidade de características semelhantes, o que parece ser o caso. Porém, constatamos que manteve seu caráter minimalista na imagem, caráter que permaneceu na interpretação de Feroniae e Magna Mater.

Em Santa Lucia, junto às 11 estelas de Ataegina, encontram-se 12 anepígrafas, que de acordo com Garcia Bellido, seria possivelmente de outro povo que rende culto à divindade do Lucus. Seria, pois, a presença de outras formas de culto num santuário de fronteira. Também diferindo do culto atestado com as designações de *dea domina sancta*, que Bellido pensa tratar-se de outra deusa funcionalmente semelhante, mas não necessariamente Ataegina. Abascal Palazón subscreve esta posição e diz que também os epítetos *sanctus/sancta* não podem se inscrever para um culto único, tal como *dea domina sancta* esta documentado na zona de Cáceres para Mercúrio e Bellona. Bellido também ressalta que é impossível compreender a complexidade de um santuário de tal longevidade e que envolveu muitos povos

em contínua transformação territorial e espiritual. Supondo-se que Ataecina não tivesse monopolizado o culto e que não seremos capazes de reconstruir a complexidade de deidades maiores, para as quais a cultura clássica não tinha *interpretatio* direta. Assim só podemos recorrer de forma fragmentada a facetas específicas de sua personalidade através das suas divindades especializadas, como aconteceu com Astarte e Tinite, que se tornou Demeter, Afrodite, Atenae ou Juno, Venus, Minerva, ou também os casos das divindades orientais, Cybele e Isis.

A população de Emérita apresenta-se como uma população heterogénea de itálicos, pessoas de fora da Península Ibérica e indígenas. Neste cruzamento de tradições, encontramos muitas divindades de diferentes origens e funcionalmente pleonásticas, diferentes em mitos, mas com funcionalidades idênticas, em um enorme caldo cultural. Não são religiões de mistério, pois não precisavam de iniciação e às vezes, encontramos adoração de deidades mistéricas fora do contexto do ciclo iniciático. Garcia Bellido conclui que a interpretação romana da deidade do Lucus com Feroniae deve ter acontecido por ser uma divindade maior. Ressalta ainda importância da água, de onde resulta a consequente associação com as ninfas, que, embora sejam figuras secundárias da mitologia romana, parecem ter desempenhado um papel importante, e sobretudo a nível da iconologia, porque a elas recorreram para as colocar nas moedas da fundação de Emérita.

Nenhuma das estelas com *dea domina sanc*ta tem figuração, essa não figuração parece concentrar-se na área de Betúria e Lusitânia na época pré-romana, onde quase não há representações de figuras humanas. Existem essencialmente cabras e algumas estelas tem crescentes lunares. Uma estela foi encontrada em Malpartida com uma figura que parece orar e que Abascal (2001, p. 56) propõe ser referente a Ataegina, mas Garcia Bellido defende que não é, e que este é um fenômeno idêntico ao que levou um lusitano a colocar na Sardenha, num Ninfeu uma inscrição a Ataegina. Assim não parece ter existido figurações da divindade no Lucus Feroniae Emeritensis em contexto indígena. Mas sim pelos romanos que desde a fundação de Emérita entrou como uma deusa adotiva, num ato comum de dominação atestado na figuração numismática das primeiras cunhagens emeritensis. Uma escultura monumental do museu de Mérida pode representar a deusa Ataegina, trata-se de uma deusa entronizada com os pés sobre flores, ao lado do trono surgem duas serpentes que marcam o caráter ctónico, embora a cabeça e as mãos não tenham sido preservadas. Foi encontrado perto do santuário a Mitra, onde os cultos das divindades místicas e ctónicas foram associados, e onde as divindades indígenas foram frequentemente acolhidas. Não conhecemos o nome que os emeritensis atribuíam para designar esta deidade, embora a funcionalidade fosse certamente a mesma que era dada a Ataecina (Garcia Bellido, 2001, pp. 68-70).

Ataegina é, como foi anteriormente referido, por vezes identificada com Prosérpina (Lambrino, 1965, p. 231, Vasconcelos, 1905, p. 154), pelos seus atributos infernais, mas também propiciatórios, incluindo a atribuição do epíteto *sancta* a Prosérpina, dado como característico de Ataegina (Vasconcelos, 1905, p. 155). Na sequencia desta assimilação, teria ocorrido uma transferência dos atributos de cariz não só produtivo, mas também infernal de Prosérpina para Ataegina. J. d'Encarnação (1975, p. 117) sublinha o caracter infernal de Ataegina, rejeitando a atribuição das características agrárias que tanto tinha Vasconcelos (1915, pp. 154-157) enfatizado considerando-a uma Deusa do renascimento e da Primavera e associando-a a outra divindade, a saber Libera, já J. Abascal (2002, p. 55) ressalva ainda o caracter de divindade lunar e a possibilidade do culto prestado a Santa Eulalia em Mérida ser a supervivência daquela antes dispensado a Ataegina.

No que respeita ao ritual, possivelmente tratava-se da prática dos sacrifícios, embora o seu conhecimento seja ainda bastante lacunar. Numa das dedicatórias de Emérita esta revela-se como uma divindade infernal à qual é feita uma *devotio* (Vasconcelos, 1905, p. 165). A escassa documentação proveniente da Lusitânia sobretudo quanto ao material disponível no domínio do panteão, bem como pela falta de organização e sistematização da mesma (Hoz, 1986, p. 46) torna difícil vislumbrar um quadro satisfatório. Sendo o sacrifício uma prática claramente documentada na religiosidade lusitana desde Estrabão. A pratica dos sacrifícios, como é sabido, incluem oferendas de cabras, ovelhas e touros, em rituais designados suovetaurilia, nos quais são sucessivamente sacrificados estes animais (Hoz, 1986, pp. 47-48).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ategina surge como uma divindade indígena cujo culto subsistiu de forma bastante notória durante

o Principado (Abascal, 2002, p. 53), afirmando-se como a segunda divindade indígena mais cultuada no Sul peninsular, após Endovélico (Encarnação, 1984, pp.50-80), que surge como um caso excecional no panorama das divindades pré-romanas, tal como preconizam Schattner, Guerra, e Fabião, (2005). Refiro ainda que sinteticamente a exposição Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, e a edição do livro, coordenado por J. Cardim Ribeiro (2002), que contem contributos de diversos investigadores dedicados a esta temática, foram importantes acréscimos para este conhecimento. Calado em comunicação privada salientou ainda que Ataegina é considerada por alguns investigadores como o "par" de Endovélico, sendo que o seu culto pressupunha a realização de oferendas de animais, o que poderia constituir um aspeto comum com o culto de Endovélico, atendendo aos elementos escultóricos associados à epigrafia deste (Vasconcelos, 1905, p. 169), bem como o caracter ctónico de ambos.

Garcia Bellido (2001) considera que podemos atestar a interpretação romana da deusa do Lucus sob nomes como Ataecina, Proserpina, Feroniae, Dea Domina Sancta ou Salus Augusta, certamente enquanto versões da divindade que tivera um culto muito anterior e que foi tão importante que quando da fundação de Emérita, capital da província de Lusitânia, foi para o panteão como Proserpina/Ataegina. Esta possui uma notória diversidade de atributos, nos seus vários epítetos (dea, domina, sancta…), testemunhando assim a grande importância do seu culto (Vasconcelos, 1905, p. 173). Nas inscrições desprovidas de teónimo, a sua atribuição é suportada pela presença do epíteto dea sancta, o que, segundo J. Abascal (2002, p. 53), o que não constitui um critério suficientemente válido, visto que os elementos sanctus/sancta e deus/dea não se afiguram exclusivos de uma divindade, sendo mesmo frequente o seu uso no Ocidente peninsular. É ainda bem possível que, como afirma Abascal, o culto inicial fosse dos Vetões.

Existe controvérsia sobre se Sta. Lucía era o local original do espaço de culto que teria abrigado esta grande coleção de altares votivos. Bellido pensa que Turobriga pode estar situada em Talavedra La Vieja onde as epígrafes de Ataecina apareceram sem outros nomes e onde vem a lápide do bassus turobrigensis. Mas onde o culto e numerosos vestígios se materializaram, de forma mais numerosa foi no santuário de Alcuéscar. Com uma situação geográfica excecional, pois encontrava-se no enclave de cinco povos diferentes e na conexão entre a bacia do rio Tagus e do rio Guadiana. A extensão do culto pelos documentos epigráficos mostra que se espalhou através de várias zonas, como foi o caso de Malpartida em Cáceres com os Vetões, em Quintos Beja com uma epígrafe que sugere a existência de uma faculdade com magisti ou um culto organizado, com os Celtas no território celtibero, porém o culto arreigou-se principalmente em na zona de Mérida e possivelmente foi reproduzida na numismática como ninfa, como Ceres e chamada Proserpina.

Podemos supor nesta fase, o culto particularizado com vários epítetos que nunca nos alcançaram, possivelmente um dos grandes santuários ganhou grande importância e é no alvorecer da romanidade que este culto se cristalizou na epigrafia e se expandiu com o epíteto concreto desse Santuário especial, enquanto os outros desapareceram, dilatando-se em uma vasta região. A cadeia Feroniae – Perséfone – Proserpina – Ataecina parece ser bem atestada, embora seja necessário ter em mente que o culto em questão abrange um período de tempo de pelo menos quatro séculos, desde o primeiro século até o século III e que portanto, sofreu mutações consideráveis. A origem do fenómeno estaria antes de mais no ambiente religioso próprio das populações celtas da Península (Almagro-Gorbea e Alvarez-Sanchis, 1993, Mantas, 1984, p. 364).

BIBLIOGRAFIA

ABASCAL PALAZON, Juan Manuel (2002) – Ataecina. In RIBEIRO, José Cardim (coord.) – *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 53-60.

ALMAGRO-GORBEA, Martín e ALVAREZ-SANCHIS, Jesus (1988) – La sauna de Ulaca. Saunas y banos iniciáticos en el mundo celtico. *Cuadernos de Arqueologia de la Univerdidad de Navarra*. Navarra.

CABALLERO ZOREDA, Luis (1987) – 'Hacia una propuesta tipológica de los elementos de la arquitectura de culto cristiano de época visigoda (Nuevas iglesias de El Gatillo y El Trampal)', *II Congreso Nacional de Arqueología, Zaragoza*, Vol.I, pp. 61-98.

CABALLERO ZOREDA, Luis e ROSCO MADRUGA, Juan (1988) – 'Iglesia visigoda de Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (prov. Cáceres). Primera campaña de trabajos arqueológicos 1983-84', Extremadura Arqueológica I, Caballero Zoreda, Luis and Sáez Lara, Fernando (1999), *La Iglesia Mozárabe*

de Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (Cáceres): Arqueolgía y Arquitectura, Memorias de Arqueología Extremeña no.2, Mérida, pp. 231-249.

CABALLERO ZOREDA, Luis e SANCHEZ SANTOS, Juan Carlos (1990) – 'Reutilizaciones de material romano en edificios de culto cristiano', in A.González Blanco and J.M. Blázquez Martínez (eds), *Antigüedad y Cristianismo, VII, Cristianismo y Aculturación en Tiempos del Imperio Romano*, Murcia, pp. 431-485.

CALADO Manuel, (2014) – comunicação pessoal

ENCARNAÇÃO, José d' (1975) – *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização.* Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras. 2 vol.

ENCARNAÇÃO, José d' (1987) – Divindades indígenas da Lusitânia. Separata de *Conimbriga*. Coimbra, pp. 5-37.

ENCARNAÇÃO, José d' (2002) – Das religiões e das divindades indígenas na Lusitânia. In RIBEIRO, José Cardim (coord.) – *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 11-16.

ENCARNAÇÃO, José d'; GUERRA, Amilcar (2010) – The current state of research on local deities in Portugal. In ARENAS-ESTEBAN, Jesus (ed.) – Celtic Religion across space and time. *IX Workshop Fontes Epigraphici Religionum Celticarum Antiquarum (FERCAN*). Molina de Aragón e Toledo: Centro de Estudios de Molina y Alto Tajo e Junta de Comunidades de Castilla-La-Mancha, pp. 94-112.

FABIÃO, Carlos (2011) – *Uma História da Arqueologia Portuguesa. Das origens à descoberta da Arte do Côa*. [s. l.]: CTT Correios de Portugal.

GARCÍA Y BELLIDO, Antonio (2001) – *Lucus Feroniae Emeritensis*. Consejo Superior de Investigaciones Cientificas. Madrid.

GUERRA, Amílcar (2002) – Omnibus Numinibus et Lapitearum: algumas reflexões sobre a nomenclatura teonímica do Ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 5, nº 1, Lisboa, pp. 147-159.

GUERRA, Amílcar (2010) – Algumas considerações sobre divindades e espaços sagrados, de período romano, na região eborense. In OLIVEIRA, Francisco de; OLIVEIRA, Jorge; PATROCÍNIO, Manuel (coords.) – *Espaços e Paisagens: Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 3. História, Arqueologia e Arte*. VII Congresso da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos. Associação Portuguesa de Estudos Clássicos/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, pp. 107-120.

GUERRA, Amílcar; SCHATTNER, Thomas; FABIÃO, Carlos (2003) – Novas investigações no santuário de Endovélico (S. Miguel de Mota, Alandroal): a campanha de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. vol. 6, nº 2, Lisboa, pp. 415-479.

HOZ, Javier de (1986) – La religión de los pueblos prerromanos de Lusitania. In CHAPARRO, Cesar (coord.) – *Manifestaciones religiosas en la Lusitania. Primeras Jornadas*. Cáceres: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura/Departamento de Ciencias de la Antigüedad, pp. 31-49.

LAMBRINO, Scarlart (1965) – Les cultes indigènes en Espagne sous Trajan et Hadrien. In PIGANIOL, Andre; TERRASSE, Henri (org.) – *Les Empereurs Romains d'Espagne. Actes du Colloque International sur les empereurs romains d'Espagne*. Paris: Centre Nationale de la Recherche Scientifique, pp. 223-242.

LOPES, Cristina (2014) – *Ataegina uma divindade Paleohispânica. Revista Santuários 1*. Lisboa, pp. 97-103.

MANTAS, Vasco Gil (1984), A inscrição rupestre de estação luso-romana da Mogueira (Resende), *Revista de Guimarães* 94, pp. 361-370.

MANTAS, Vasco (2002ª) – Da vitória militar à vitória médica e à protecção das mulheres: Vénus. In RIBEIRO, José Cardim (coord.) – *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 119-123.

PRÓSPER, Blanca Maria (2002) – *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad – Acta Salmanticensia, 295 p.

VASCONCELLOS, José Leite (1897) – *Religiões da Lusitânia, I*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

VASCONCELLOS, José Leite (1905) – *Religiões da Lusitânia*, II. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

VASCONCELOS, José Leite (1913) – *Religiões da Lusitânia*, na parte que principalmente se refere a Portugal. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional.

SCHATTNER, Thomas, GUERRA, Amílcar, FABIÃO, Carlos (2005) – 'La investigación del santuario de Endovelico en São Miguel da Motta (Portugal)', *Palaeohispanica* 5, pp. 893-908.

UNTERMANN, Jürgen (1985) – Los teónimos de la region lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas. *Actas del III Colóquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispânicas* (Lisboa 1980) Salamanca 1985, pp. 343-346.

ESPÓLIO DE CERÂMICAS FINAS ROMANAS E SEPARADORES DOS FORNOS DO MORRAÇAL DA AJUDA (PENICHE, PORTUGAL)

Eurico Sepúlveda[1], Guilherme Cardoso[2], Catarina Bolila[3], Severino Rodrigues[4], Inês Ribeiro[5]

RESUMO

Na persecução dos estudos e das análises a que temos vindo a fazer ao espólio cerâmico romano, obtido desde 1998 neste sítio arqueológico tivemos como objetivo principal o estudo do material anfórico para o qual se publicou muito recentemente (2016) uma tabela crono tipológica desta produção. Pretendemos com esta nossa nova comunicação apresentar um estudo sobre a cerâmica fina, sobre as imitações, suas tipologias e produções locais, neste caso baseado na análise das pastas em que foram efetuadas, assim como, tentar apresentar mais uma pista, que se torne em uma outra ajuda com o fim de obter a origem de Lúcio Arvénio Rustico, o "fundador" desta olaria romana.

Palavras-chave: Cerâmicas finas, Importação, Produções locais, Tipologia, Peniche.

ABSTRACT

In the sequence of the studies and analysis we have been making to the Roman pottery assets, obtained since 1998 at the archaeological site of Morraçal da Ajuda, Peniche, the main goal was the study of amphorae fragments, that was made, recently (2016), and had as result a chronological and typological table of the production. With this paper we intend to present a new study concerning other pottery assets, such as fine wares, imitations of thin walled pottery, typologies and productions, based on chemical analysis of their fabrics, as well as trying to present new clues that might be of great help to understand the origin of *Lucius Arvenius Rusticus*, the *figlina's* "founder".

Keywords: Fine wares, Thin walled imports, Local productions, Typologies, Peniche.

1. INTRODUÇÃO

A *figlina* do Morraçal da Ajuda, Peniche, identificada em 1998 durante a construção de um court de ténis (Cardoso, Gonçalves e Rodrigues, 1998), conta já com a identificação de quatro fornos cerâmicos, várias entulheiras e algumas estruturas de apoio à produção.

Apresenta ainda um trabalho de investigação que nos últimos 19 anos pôs a descoberto o espólio cerâmico deste centro produtor, que terá laborado entre o último quartel do século I a.C. e o final do século II, inícios do III.

A contínua utilização agrícola dos terrenos nos séculos seguintes levou à destruição de grande parte das estruturas, e no século XX novas construções urbanas puseram em causa a integridade do espaço. Contudo, as várias escavações arqueológicas levadas a cabo pela equipa desde 1998 e as várias campanhas de trabalho de laboratório e inventário per-

1. Associação Cultural de Cascais; euricosepulveda@gmail.com

2. C.A.L., Câmara Municipal de Lisboa; gijpcardoso@gmail.com

3. Instituto de Arqueologia e Paleociências, Universidade Nova de Lisboa; catarinabolila@hotmail.com

4. Associação Cultural de Cascais; severino.rodrigues@cm-cascais.pt

5. Associação Cultural de Cascais; inesribeiro_@hotmail.com

mitiram identificar e estudar até ao momento mais de 10.000 fragmentos que nos contam a realidade deste centro produtor.

Localizada na costa atlântica da província da Lusitânia, esta produção anfórica estaria relacionada com a atividade piscatória da região, bastante rica à época tal como nos dias de hoje. A abundância das matérias-primas disponíveis para esta laboração também estará por trás da escolha do local, bem como uma posição privilegiada nas rotas marítimas que facilitaria a exportação dos produtos finais.

Terão sido estas as razões que levaram o seu proprietário/produtor *Lucius Arvenius Rusticus* a implantar esta "fábrica" na ilha de Peniche, desenvolvendo aqui a sua indústria. A presença de várias marcas de oleiro identificadas, até ao momento, em fragmentos de ânforas de produção local (muitas delas deformadas) com a sua marca, atesta a relação de proprietário e propriedade. Esta marca identifica ainda e até ao momento a difusão dos produtos desta olaria por toda a antiga província da Lusitânia (Cardoso, Rodrigues, Sepúlveda, Ribeiro, 2016), confirmando a importância deste centro produtor. A descoberta deste sítio arqueológico permitiu também conhecer melhor a presença romana nesta zona. A existência de uma olaria dedicada à produção anfórica conduz à possibilidade da presença de um centro de produção de preparados piscícolas nas redondezas, apesar de até ao momento não ter sido ainda identificado.

Com o decorrer da investigação tornou-se claro que a produção de ânforas para o transporte de produtos piscícolas era a principal laboração da *figlina*. Milhares de fragmentos foram identificados, muitos deles com visíveis marcas de deformação resultante de más cozeduras, mas que mesmo assim permitiram a criação de uma tipologia específica para as produções da *figlina* do Morraçal de Peniche (Cardoso, Rodrigues, Sepúlveda, Ribeiro, 2016), resultado de um "desafio" colocado à equipa de arqueólogos que estudam o sítio no Congresso Internacional Lusitanian Amphorae: Production and Distribution em 2013.

A criação de uma tipologia passava também por uma necessidade de diferenciar a produção de Peniche das restantes produções, hispânicas e não só, tendo em conta as particularidades de certas formas estudadas, aliando aos tipos de fabrico identificados até então (Cardoso, Rodrigues e Sepúlveda, 2006). Mas a produção cerâmica na *figlina* do Morraçal, não se limitou aos tipos anfóricos, estando identificadas outras produções como as de cerâmica comum, cerâmica de construção e até mesmo cerâmicas finas, alvo de estudo no presente artigo.

2. CERÂMICA DE PAREDES FINAS

Definimos estas cerâmicas romanas como sendo aquelas que eram utilizadas à mesa para ingerir líquidos, onde estão incluídos os copos, os cálices, as taças e as pequenas bilhas. Estas cerâmicas, durante o período republicano e princípios do principado, não possuíam engobe, o qual só aparece, posteriormente, com gamas do laranja, que poderiam apresentar, além disso, brilho intenso. Foram muito populares na Península Ibérica, durante um período de tempo que vai desde o séc. I a.C. e os finais do séc. I d.C., onde foram substituídas no mercado "global" romano de então, pelo vidro, não deixando de ser, em tempos republicanos, mais uma das provas de romanização dos povos indígenas. A sua cópia é, pois, muitas vezes efetuada nas olarias das províncias romanas da Tarraconense, da Bética e da Lusitânia. Especialmente, as produções da *figlina* do Morraçal da Ajuda serão objeto do nosso estudo, tendo como ressalva o alerta de Françoise Mayet quando afirma que "… il est difficile et dans ces conditions de séparer nettement des produits importés des imitations locales" (1975, p. XIII).

2.1. Importação com origem itálica

Seguidamente, iniciaremos o nosso estudo pelo único fragmento que pensamos, atendendo às características da sua pasta e cor, que varia entre o laranja e o creme, seja proveniente de importação itálica. Trata-se de um fragmento de parede de taça carenada com ranhura a defini-la (Figura 1, nº 11), à qual não foi possível a atribuição de uma forma, apesar de termos encontrado um exemplar idêntico, ou bastante semelhante, apresentado por Mayet para Conimbriga. Trata-se de um exemplar da forma Mayet XXXIV (1975, Pl. XXXV, nº 282), cuja característica é, no entanto, ter uma espessura reduzida, tipo "coquille d'œuf"[6], como o exemplar do Morraçal, motivo porque seja passível de o incluir nesta categoria, na medida em que a sua espessura varia entre os 1,5 e os 3mm. Convém também ressalvar o facto de que este fragmento apresenta um diâmetro maior para o que é comum nestas formas apresentadas por

6. Mayet, 1975, pp. 69-71.

Mayet. Devido à exiguidade da peça, não arriscamos qualquer atribuição cronológica.

2.2. Produção do Morraçal da Ajuda

Do espólio obtido durante as várias intervenções arqueológicas levadas a cabo na *figlina* do Morraçal da Ajuda, em Peniche, iremos apresentar o estudo referente à produção de cerâmica comum fina e que pensamos poder ter como base a cópia de protótipos de paredes finas.

O primeiro grupo é constituído por quatro taças (Figura 1, nº 1- 3, e 12) da forma Marabini LVII, que se caracteriza por ser "two handled, shallow, conical cups" (Marabini Moevs, 1973, pp. 136, 167 e 168), em que as duas asas partem da base, não apresentando engobe. Podemos verificar esta mesma característica nos fragmentos exumados na *figlina* do Morraçal. Em relação à taça com o nº 1, esta foi encontrada toda fragmentada, e após trabalhos de restauro ofereceu um perfil completo da mesma, embora nos pareça que a parede sofreu um ligeiro achatamento, o que determinou um perfil menos rectilíneo do que a forma de Cosa, apresentada por Marabini. Não é despiciendo apresentar a hipótese de se poder tratar de uma variante local, o que nos leva, no entanto, a questionar qual o modelo que os oleiros do Morraçal utilizaram quando produziram estas taças.

A cronologia apontada pela autora, para esta forma, corresponde a um intervalo de tempo que vai desde os finais de Augusto até inícios de Tibério, com a possibilidade de atingir o principado de Cláudio (*idem*, p. 136 e 168). Os paralelos que encontrámos foram apenas os apresentados por Marabini para Cosa, estando ausentes em: Alcácer do Sal, Alcáçova de Santarém, *Bracara Augusta*, Castelo da Lousa e Conimbriga.

O grupo seguinte é o segundo mais abundante em peças de todos os conjuntos apresentados, com sete elementos (Figura 1, nº 4-8, 10 e 22), só suplantado pelo conjunto dos separadores. Trata-se, então, de uma taça hemisférica, do tipo Ricci 2/412 (Ricci, 1985, p. 292, tav. XCIII, nº 8), com o bordo espessado no interior, tendo diâmetros que variam entre os 70 e os 180mm, o que nos leva a pensar que os diâmetros maiores deverão corresponder a possíveis variantes desta forma. Falta também a canelura a todos estes exemplares por nós apresentados, que a caracteriza, tal como acontece a uma taça decorada com barbotina, atribuída também a esta forma, encontrada em Conimbriga (Mayet, 1975, Pl. XLV, nº 378)[7]. Ricci aponta, para estes exemplares, uma cronologia do principado de Augusto, enquanto o exemplar de Conimbriga, referido *supra*, e atendendo à decoração que apresenta, tem uma cronologia da segunda metade do século I (*idem*, p. 79).

Um outro fragmento de bordo de vaso globular (Figura 1, nº 18), pertence à forma Mayet XXI, cujo colo se caracteriza por ser vertical, terminando num bordo oblíquo (Mayet, 1975, p. 56). Trata-se de uma forma muito popular em sítios arqueológicos de cronologia romana, com diacronias de Augusto-Tibério, tais como Alcácer do Sal, Alcáçova de Santarém, Castelo da Lousa e Tróia (inédito).

O próximo fragmento (Figura 1, nº 19) diz respeito a uma forma atribuível aos denominados "potinhos" alentejanos, com um colo ligeiramente extrovertido e lábio espessado. Estes "potinhos" são característicos dos espólios das necrópoles do Alto Alentejo, e tentariam copiar a forma precedente (Nolen, 1985), sendo muito vulgares em sítios com cronologias que se inserem "desde os inícios do século I a.C. até à época de Cláudio- Nero (*idem*, 1993, p. 58).

O fragmento de bordo convexo (Figura 1, nº 23) pertencerá provavelmente a uma "taça de perfil globular" (Passelac, 1993, p. 515) da forma Mayet X, se atendermos à largura da boca que possui um diâmetro de 116mm. São taças que possuem duas asas em que, por vezes, o bojo não é decorado, o que se torna em exceção, visto que normalmente apresenta vários tipos de decoração, desde o guilhochis à barbotina. A cronologia considerada está concentrada em período republicano e inícios do principado (75/10 a.C.). A esta mesma forma pensamos pertencer o bordo que apresenta uma ranhura a definir o lábio que, por vezes estas taças biansadas possuem (Figura 1, nº 9). Os paralelos encontrados para o atual território português são em quantidade moderada e estão presentes em: Alcácer do Sal (inédito), Alcáçova de Santarém, Castelo da Lousa e Setúbal (RAJG, 19, no prelo).

O fragmento de bordo com ranhura (Figura 1, nº. 17) poderá pertencer a uma taça carenada de tipo Ricci 2/433 (1985, p. 283 e 284, Tav. XCI, nº 10) ou, ainda, à forma Mayet XXXIII, embora se trate de uma taça hemisférica com "rainure peu profonde" junto ao

7. Um fragmento idêntico ao nº 8, já tinha sido por nós apresentado em 2006, aquando do Simpósio Internacional de homenagem a Françoise Mayet, tendo sido classificado como de tipologia imprecisa (Cardoso, Rodrigues e Sepúlveda, 2006, p. 273, nº 171).

bordo (1975, p. 68, Pl. XXXIV, nº 269). Atendendo às diacronias apresentadas para as duas formas indicadas, ambas com cronologia de Augusto-Tibério, enquadram-se dentro dos parâmetros indicados para os inícios de laboração da olaria romana do Morraçal da Ajuda.

Seguidamente o fragmento (Figura 1, nº 25) diz respeito a um bordo de "…taça de perfil hemisférico e com bordo vertical" (Cardoso, Rodrigues e Sepúlveda, 2006, p. 271, fig. 26 e p. 272), espessado no interior. Este fragmento foi considerado como pertencente à forma Mayet XXXIII, com a mesma diacronia que o fragmento anterior.

Outro fragmento de bordo (Figura 1, nº 24) deverá pertencer a um copo da forma 2B na tipologia das cerâmicas de paredes finas de Mayet, (1975, p. 27, Pl. III, nº 17), com perfil fusiforme, tendo o bordo oblíquo e marcado no arranque do corpo. Estes copos estão presentes em Alcácer do Sal, Alcáçova de Santarém[8] e Setúbal, e a sua cronologia deverá pertencer a meados do século I a.C.

Outro bordo (Figura1, nº 29) proficuamente moldurado, pensamos poder classificá-lo como pertencente a uma taça de perfil globular da forma Mayet XXXII, com cronologia entre 20 e 60 d.C., que nos parece ser a simbiose perfeita entre os nºs 238 e 239 apresentados pela investigadora francesa (*idem*, 1975, pp. 64-66 e Planche XXX). São pouco abundantes em sítios arqueológicos de época romana, no atual território português, no entanto constam dos espólios de *Bracara Avgvsta* e de Tróia (inédito).

O pequeno fragmento de bordo (Figura 1, nº 16) poderá ser, com sérias reservas, considerado como uma cópia de uma taça hemisférica da forma Mayet XXXVII, pois não apresenta o bordo marcado por uma ranhura[9]. Rui Morais (2010, pp. 163 e 168, Est. XIII, nº 55), para o espólio do Castelo da Lousa, apresenta bordo de inclinação idêntica, classificando-o como Ricci 2/223, com cronologia de Cláudio aos Flávios.

A um copo da forma Mayet XIV (*idem*, p. 52, Pl. XXIII, nº 176) parece-nos pertencer o fragmento de bordo, com lábio ligeiramente extrovertido e arranque de parede a tender para o convexo (Figura 1, nº 30). Estes copos estão presentes em sítios datados com ocupação romana dos finais do séc. I a.C. e inícios do séc. I d.C. Em Santarém constam do espólio estudado por Ana Margarida Arruda e Elisa de Sousa (2003, pp. 274-275, nº 188), assim como em Miróbriga-Chãos Salgados (Nolen, 1976-77, pp. 437, Est. IV, nº 8).

Dentro do grupo dos fragmentos inclassificáveis considerámos os seguintes fragmentos de bordo:

- Bordo com lábio espessado (Figura 1, nº 20), com possível paralelo em *Bracara Augusta* classificado por Rui Morais como pertencente a uma taça da forma Mayet X (2005, pp. 299 e 329, nº 20), com cronologia de finais da República a inícios de Augusto.
- O bordo com lábio voltado para o interior (Figura 1, nº 28), que deverá pertencer a uma taça que tem precisamente como possível paralelo na Alcáçova de Santarém, o nº 188 (Arruda e Sousa, 2003, pp. 274/5), embora o fragmento do Morraçal apresente uma pasta arenosa e com um "engobe" (?) de cor negra.
- A próxima peça (Figura 1, nº 21) é um bordo com arranque de pança que será possivelmente reta e que poderá ter uma forma que coadune com a de um exemplar do museu Arqueológico de Barcelona, trazida à estampa por López Mullor, que lhe atribuiu a forma LXIX por analogia relativa com as taças de terra *sigillata* itálica da forma "Oberaden 9 del servicio I", (1990, pp. 441 e 444), sem cronologia definida.
- Também o bordo (Figura 1, nº 26), devido à exiguidade da peça não foi passível de obtenção de qualquer tipo de classificação.
- Um outro fragmento (Figura 1, nº 27) atendendo ao seu perfil, parece-nos mais uma tentativa grosseira de copiar taças do reportório da *terra sigillata* do que cerâmicas de paredes finas. A taça, que nos parece ser carenada, apresenta uma canelura bem acentuada, embora pouco espesso na carena, a partir da qual, tudo indica que as paredes obliquariam no sentido da base. Todas estas características do perfil nos fazem lembrar as taças Drag. 24/25, que apresentam cronologias vastas desde 15 – 100 d.C.
- Terminamos com um fragmento (Figura 2, nº 39) que nos suscitou sérias dificuldades pois trata-se de uma pequena parede de perfil globular, com zona decorada por canelura, e com o

8. Parece-nos ter como paralelo o fragmento de bordo, nº 30, apresentado para este sítio arqueológico, por Arruda e Sousa, (2003, p. 248-250).

9. A possibilidade de ser um vaso da forma Mayet XIII não será de deixar de ser ponderada o que iria implicar cronologias mais altas ou seja de Augusto e Tibério.

arranque de uma asa que tanto poderá pertencer a uma taça da forma Mayet X como a uma bilha Mayet LXIII, muito remotamente.

Bilhas

Os fragmentos de bilhas que foram encontrados, durante as escavações efetuadas na sondagem 1, nas camadas 1 e 2D (S1-C1, e S1-C2D), no ano de 2002, não ultrapassam as 5 unidades (Figura 2, nºs 34-38). O seu tamanho atinge, nos três maiores n°s 34, 37, e 38 a boca e todo o colo, terminando na inflexão que faz a ligação à pança, enquanto os mais pequenos nºs 35 e 36 são mais curtos pois só apresentam a boca. As três primeiras possuem as seguintes características tipológicas, boca trilobada onde a espessura ronda, em média os 3mm atingido na zona de inflexão para a pança os 4mm, a qual seria ovoide, o que permite-nos classificá-las como uma possível variante da forma Mayet LXIII[10], na medida em que o tipo de asa não possui, na parte superior, a proteção para que o líquido não vertesse ou salpicasse a mão de quem utilizava este tipo de garrafa. É, no entanto, de sublinhar e ressalvar que o bico trilobado da bilha nº 36, embora seja do mesmo tipo, possui o bordo decorado com uma ranhura diferenciando-o dos outros dois, que entre eles também não são homogéneos. A cronologia deste tipo segundo o investigador espanhol, López Mullor, abrange a época de Augusto até meados do séc. I d.C. Por fim, ao outro bordo devido ao seu tamanho reduzido, não permite a atribuição a um tipo dentro das classificações sobre estes contentores e líquidos.

Fundos/Bases

O primeiro conjunto é constituído por três fragmentos de bases (Figura 1, nºs 13-15), que pertencerão certamente a taças do serviço de mesa, se atendermos ao seu perfil ligeiramente côncavo, que se observa nas duas primeiras. Não nos parece ser descabido poder compará-las com bases que apresentam as taças classificadas como pertencentes à forma Marabini LVII (*supra*). Quanto à terceira, já com perfil plano, poderá pertencer a qualquer outro tipo de taça ou copo, tendo em conta as cronologias apontadas para o espólio que foi analisado.

Quanto aos fundos (Figura 1, nºs 31 e 32), que são certamente relativos às bilhas que descrevemos como pertencendo à forma Mayet LXIII, fazendo parte, também, do serviço de mesa na medida em que possuímos, e já publicámos, exemplares completos em diferentes congressos que ocorreram no Bombarral (2005), em Setúbal (2006), no Seixal 2010[11] e nas Astúrias 2012[12]. Por sua vez o fragmento que corresponde à terceira base (Figura 1, nº 33), devido às suas pequenas dimensões, foi por nós considerado como inclassificável.

3. ELEMENTOS AUXILIARES NAS COZEDURAS – SEPARADORES

Pertence a este conjunto um número de 14 NMI que tinham como função distanciar as peças, a serem cozidas no forno da *figlina* do Morraçal de forma a evitar acidentes que pudessem ocorrer durante o tempo necessário para a cozedura.

Em relação a estes suportes destinados às ânforas, que neste caso possuem uma forma troncocónica, já demos à estampa um artigo sobre os mesmos (Cardoso, Rodrigues, Sepúlveda e Ribeiro, 2017, pp. 66, 77-79) cabendo-nos agora dar conhecimento deste tipo de objetos cerâmicos para peças mais delicadas. Estas com maior facilidade, podiam sofrer acidentes durante a cozedura dando lugar a perdas de rentabilidade dos fornos, neste caso relacionados com o conjunto mais vasto deste espólio que temos vindo a apresentar e a analisar.

Trata-se pois de peças circulares, em forma de anel, mas que possuem um ponto de inflexão, normalmente a meio e logicamente ocas (Figura 2, nºs 40-53).

Ruiz Montes apresentou, no seu último trabalho em 2014 sobre as cerâmicas finas no complexo oleiro de Los Villares de Andújar, diversos tipos de separadores/"distanciadores" (*idem*, pp. 111-121) de vários tipos embora, nos pareça, que apenas um deles, com pastas calcárias poderá servir de paralelo (*idem*, figura 57, primeira coluna, última fila, o primeiro a contar da esquerda). A cronologia deste complexo oleiro da Bética apresenta sérias dificuldades[13] mas poderemos apontar grosso modo uma diacronia que se irá

10. Forma adicionada à tipologia de Mayet por López Mullor em 1989 e confirmada em 2008, que as denomina como *oinochai*.

11. 2010, publicado em 2017.

12. No prelo.

13. Para aprofundar esta temática veja-se Bustamante Álvarez, 2013.

centrar no terceiro quartel do séc. I d.C., conhecendo a sua produção, uma decadência acentuada no séc. II. Estas diacronias de Los Villares serão muito baixas para estes separadores, na medida em que estas não condizem com as das taças que certamente apoiavam durante a cozedura[14].
Françoise Mayet e Carlos Tavares da Silva também em 1998 e em relação à sua monografia sobre os fornos de ânforas do Pinheiro tinham apresentado dois separadores, com interrogação dos autores, encontrados em horizontes arqueológicos do Alto Império (*idem*, p. 87, e fig. 41 nºs 66 e 67).

4. AS PASTAS

As condicionantes técnicas para a manufactura das cerâmicas finas exigiram aos oleiros de Peniche um maior cuidado na escolha e depuração das argilas usadas no fabrico deste tipo de peças. Nota-se assim que as cozeduras a que foram submetidas podiam ser de finalização oxidante ou redutora, sendo esta última utilizada na maior parte das vezes nas taças. A oxidante foi aplicada maioritariamente no caso dos jarros. Alguns casos houve em que as peças se apresentam bicolores, cinzentas por fora e alaranjadas por dentro.
Quanto ao tipo de pastas empregues, realizámos análises com recurso a uma lupa binocular com uma ampliação de 10-20 vezes, o que permitiu identificar dois tipos destintos utilizados nas produções de cerâmicas finas de Peniche:
Pasta tipo A: apresenta características siliciosas com abundantes grãos de quartzo rolado de pequenas dimensões que dão um aspecto granulado às peças. Os quartzos estão presentes nas variantes do defumado, do leitoso, do róseo e do hialino.
Pasta de tipo B: Pastas pouco arenosas, em que os elementos não-plásticos são relativamente pouco abundantes, o que implica uma concentração destes menor da que se observa na pasta A. Os elementos de quartzo que a constituem são idênticos aos que apurámos para o tipo anterior nas variantes do defumado, do leitoso, do róseo e do hialino. Podem aparecer vestígios de margas brancas e amarelas que quando sobrecozidas apresentavam margas com tonalidades que variavam dentro das gamas dos cinzentos. Observaram-se ainda óxidos de ferro que variam entre os vermelhos e os castanhos-escuros.

5. AMBIENTES DE RECOLHA

A maioria das peças que apresentamos neste artigo é proveniente da zona de entulheiras que ocupava um espaço aberto a norte do forno 1. Fazem parte do espólio obtido durante as sondagens efectuadas em S1, S1A/ B/ D/ E as quais são apresentadas com os seguintes números: 1, 2, 4-8, 10, 11, 13, 14, 16-18, 21, 22, 25, 26, 29, 31-39, 42-47, 50 e 52 (Cardoso, Rodrigues, Sepúlveda e Ribeiro 2015).
Um segundo conjunto é do ambiente do forno 3, enchimentos após o abandono do forno, área anexa ao corredor do *praefurnium* e *fornax*: 3, 9, 12, 15, 19, 24, 27, 28, 30 e 51.
O terceiro é proveniente da sondagem S15, localizada na zona de entulheiras a nascente de S1: nºs 40, 41, 49 e 53.
Em contexto de revolvimento temos uma peça proveniente de S14, a nº 48, e à superfície do terreno, a nº 20.
Assim a maioria destas peças são de estratos augustanos a meados do séc. I d.C., localizados a norte e nascente do Forno 1, associados a fragmentos de ânforas dos tipos Peniche 1 a 4 e onde também se recolheu a quase totalidade destes marcados com o selo de *Lucius Arvenius Rusticus*, característico das primeiras produções da *figlina* do Morraçal da Ajuda, Peniche.

6. CONCLUSÕES

Através das cronologias obtidas para as cerâmicas finas podemos inferir que os separadores recolhidos nos mesmos estratos terão possivelmente a mesma diacronia, do principado de Augusto ao de Cláudio.
Também as características dos ambientes da cozedura consubstanciam a função auxiliar dos separadores através do que pudemos observar nas colorações das pastas bicolores – cinzentas nas paredes exteriores e vermelhas pelo exterior.
Estas conclusões são sucintas por não se terem encontrado os fornos onde se cozeram este tipo de cerâmicas.

14. Experiências efetuadas em laboratório, indicaram precisamente diâmetros iguais para as bocas de certas taças e para estes suportes.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa de (2003) – Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa vol. 6:1, pp. 235-286.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena (2013) – *La terra sigillata hispânica en AVGVSTAEMERITA. Estudio tipo cronológico a partir de los vertederos del suburbio norte*. Anejos de AEspa, Mérida.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino; SEPÚLVEDA, Eurico de (2006) – A olaria romana de Peniche. In *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. Setúbal, pp. 253-278.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino; SEPÚLVEDA, Eurico de; RIBEIRO Inês (2015) – A *figlina* do Morraçal da Ajuda, Peniche – Última fase de Produção. In QUARESMA, José Carlos; MARQUES, João António Marques (eds.) *Monografias AAP.* Lisboa. 1, pp. 105-116.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino; SEPÚLVEDA, Eurico de; RIBEIRO Inês (2016) – Production during the Principate in Peniche (Portugal). Raw materials, kilns and amphora typology. In PINTO, Inês Vaz, ALMEIDA, Rui Roberto de, MARTIN, Archer (eds.), *Lusitanian amphorae: Production and distribution*. Exeter: Roman and late Antique Mediterranean Pottery 10, pp. 3-17.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino; SEPÚLVEDA, Eurico de; RIBEIRO, Inês (2017) – A olaria romana do Morraçal da Ajuda: estruturas de produção. In FABIÃO, Carlos, RAPOSO, Jorge, GUERRA, Amílcar, SILVA, Francisco, eds. *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental*. Lisboa, Seixal, Almada, pp. 049-088.

LÓPEZ MULLOR, Alberto (1990) – *Las cerámicas romanas de paredes finas en Cataluña*. Barcelona.

LÓPEZ MULLOR, Alberto (2008) – Las cerámicas de paredes finas en la fachada mediterránea de la Península Ibérica y las Islas Baleares. In BERNAL CASASOLA, Darío; RIBERA I LACOMBA, Alberto (eds.), *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*, RCRF, XXVI, pp. 343-383.

MARABINI MOEVS, Maria Teresa (1973) – *The Roman thin walled pottery from Cosa (1948-1954)*. Memoirs of the American Academy in Rome. Roma. XXXII.

MARTÍN HERNANDEZ, Esperanza; RODRÍGUEZ MARTÍN, Gérman (2008) – Paredes finas de Lusitania y del cuadrante noroccidental, In BERNAL CASASOLA, Darío; RIBERA I LACOMBA, Alberto (eds.) *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*, RCRF, XXVI, pp. 385-406.

MAYET, Françoise (1975) – *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris: CNRS.

MAYET, Françoise (1976) – Céramiques à parois fines. In ALARCÃO, Jorge; ETTIENNE, Robert, eds. – *Fouilles de Conimbriga. Céramiques diverses et verres*. Paris. VI, pp. 385-406.

MAYET, Françoise; SILVA Carlos Tavares da (1998) – *L'Atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris.

MORAIS, Rui (2005) – *Autarcia e comercio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial, contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial.* Barcelos: Universidade do Minho.

MORAIS, Rui (2010) – Cerâmica de paredes finas. In ALARCÃO, Jorge; CARVALHO, Pedro; GONÇALVES, Ana (eds.) – *Castelo de Lousa – Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida. *Stvdia Lusitana*, 5, pp. 153-172.

NOLEN, Jeannette (1976-77) – Alguns fragmentos de paredes finas de Miróbriga. *Setúbal Arqueológica*, 2-3. Setúbal, pp. 423-454.

NOLEN, Jeannette (1985) – *Cerâmica Comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa.

NOLEN, Jeannette (1994) – Cerâmicas e *vidros de Torre de Ares*. Balsa. Lisboa.

PASSELAC, Michel (1993) – Les céramiques à parois fines. In PY, Michel, ed. *Dictionnaire des céramiques antiques en Méditerranée nord-occidentale.* Lattes. *Lattara*, 6, pp. 511-521.

RICCI, A. (1985) – Ceramica a pareti sottili. In V.V. A.A. – *Atlante delle forme ceramiche II. Ceramica fine romana nel bacino Mediterraneo (tardo Ellenismo e primo Impero)*. Roma, pp. 241-353 e Tavole.

RODRÍGUEZ MARTÍN, Germán (1996a) – *Materiales de un alfar emeritense: Paredes finas, lucernas, sigillatas y terracotas*. Merida. Cuadernos Emeritenses. 11.

RODRÍGUEZ MARTÍN, Germán (1996b) – La cerámica de "Paredes finas", en los talleres emeritenses. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Madrid, tome XXXII, pp. 139-179.

RUIZ MONTES, Pablo (2014) – *Romanización y producción de cerámicas finas en las áreas periféricas de la Bética. Factores de implantación, comercio y desarrollo técnico en el suburbium artesanal de* Isturgi Triumphale *(Los Villares de Andújar, Jaén) (ss. I-II d.n.e)*.BAR International Series 2642, Oxford.

SEPÚLVEDA, Eurico; SOUSA, Élvio Melim de; FARIA, João Carlos; FERREIRA, Marisol (2003) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 3: paredes finas, pasta depurada, engobe vermelho pompeiano e lucernas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 6, nº 2, pp. 383-399.

SEPÚLVEDA, Eurico; BOLILA, Catarina; FERREIRA, Marisol [em preparação] – Cerâmicas de paredes finas de Alcácer do Sal.

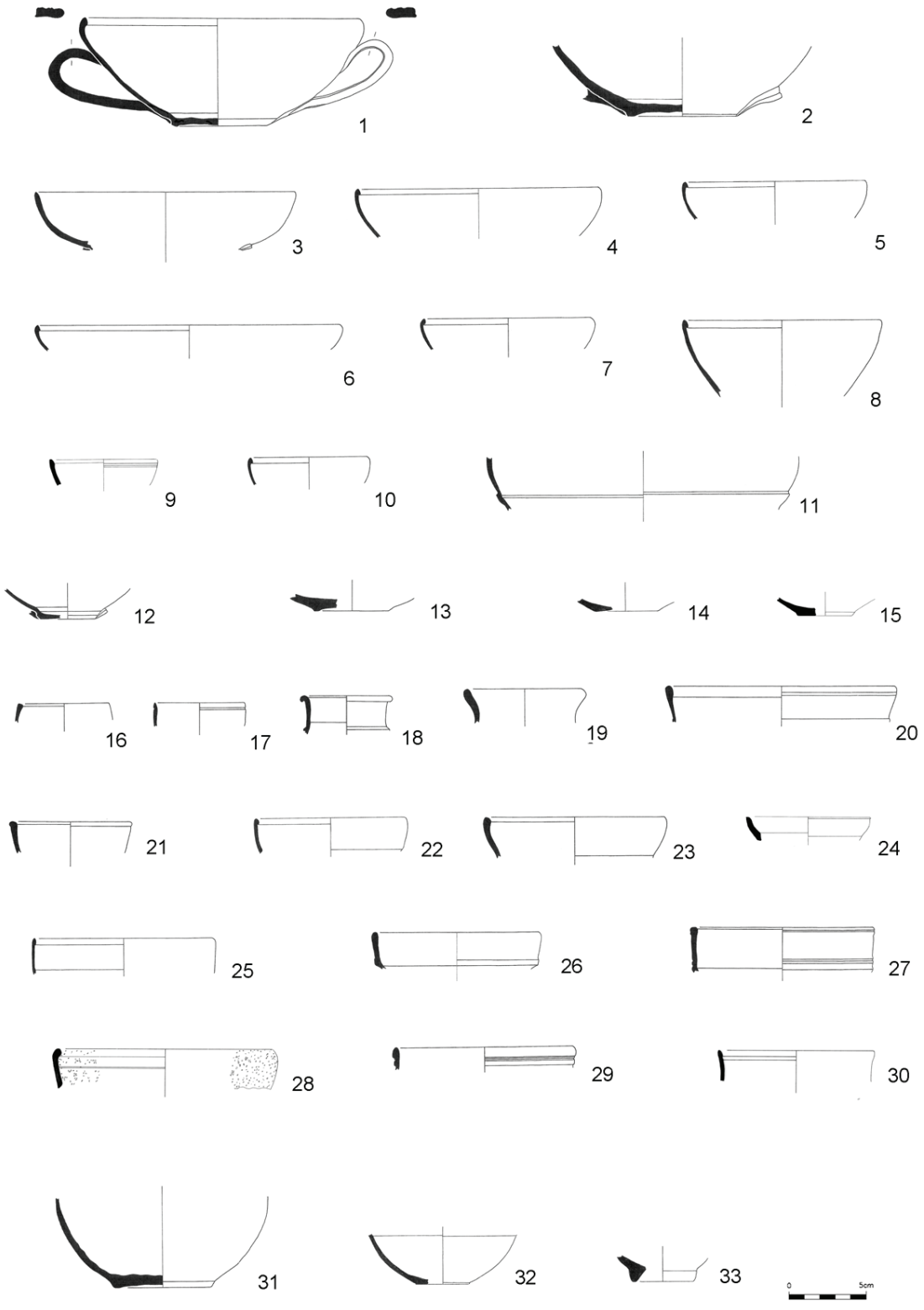


Figura 1 – Cerâmica de paredes finas, nº 11; cerâmicas finas, as restantes.

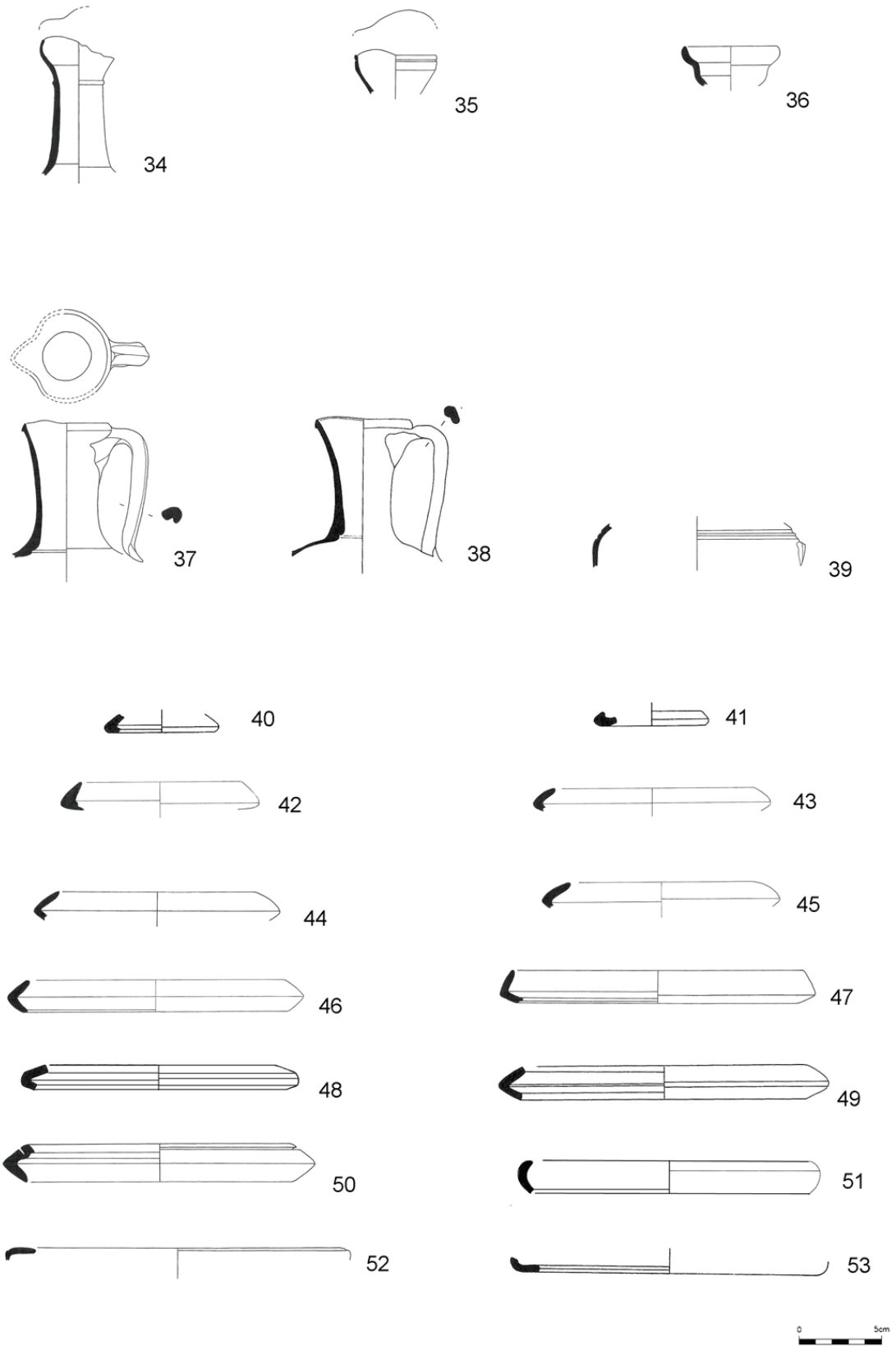


Figura 2 – nºs 34-39, cerâmicas finas; nºs 40-53, separadores.

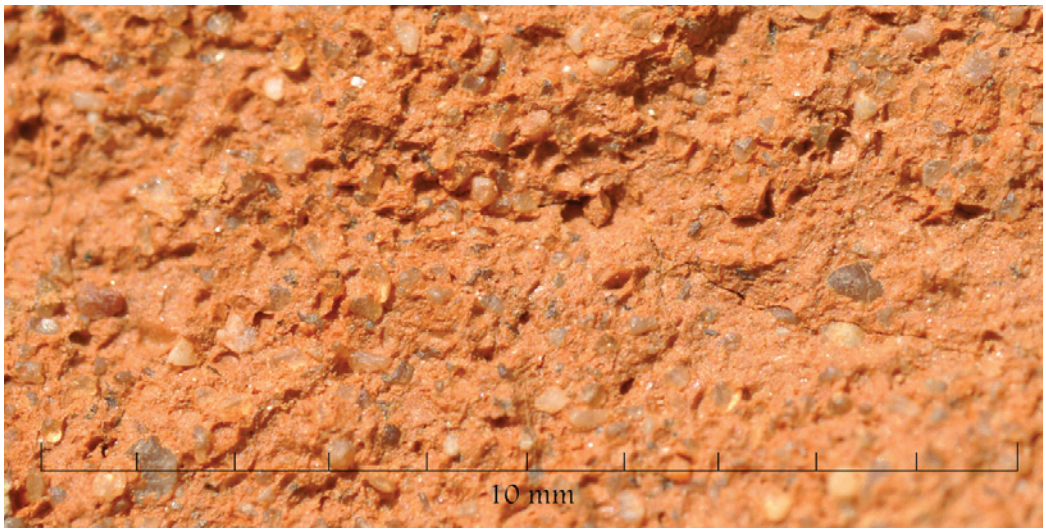


Figura 3 – Fotografia macro de uma peça, de cozedura oxidantes, fabricada com a pasta do tipo A, de Peniche.



Figura 4 – Pormenores de fragmento de taça fina de cozedura redutora, fabricada com a pasta do tipo A, de Peniche.



Figura 5 – Pormenores de fragmento de taça fina de cozedura oxidante, fabricada com a pasta do tipo A, de Peniche.

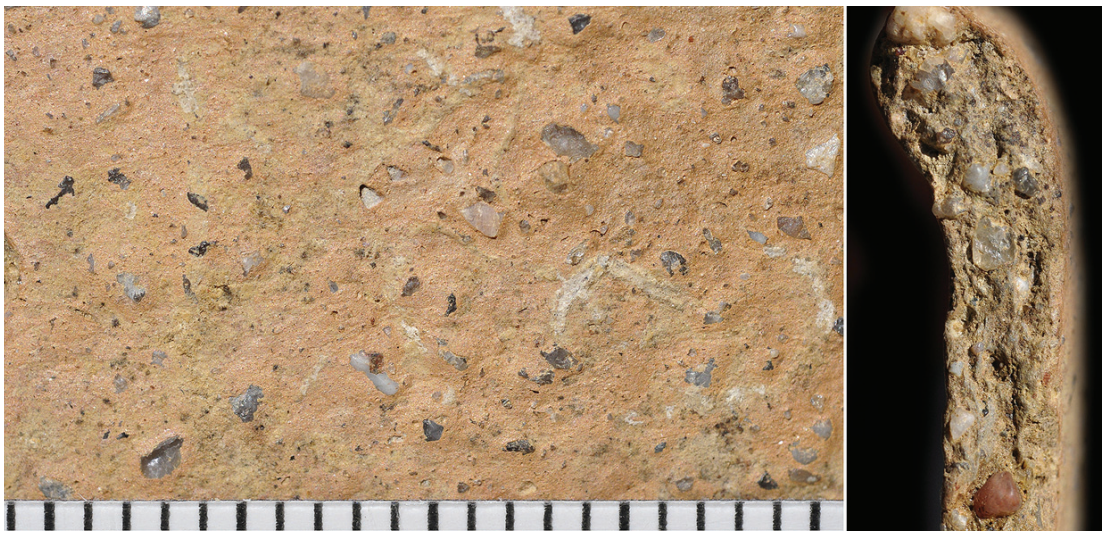


Figura 6 – Pormenores de fragmento de taça fina, fabricada com a pasta do tipo A, de Peniche.

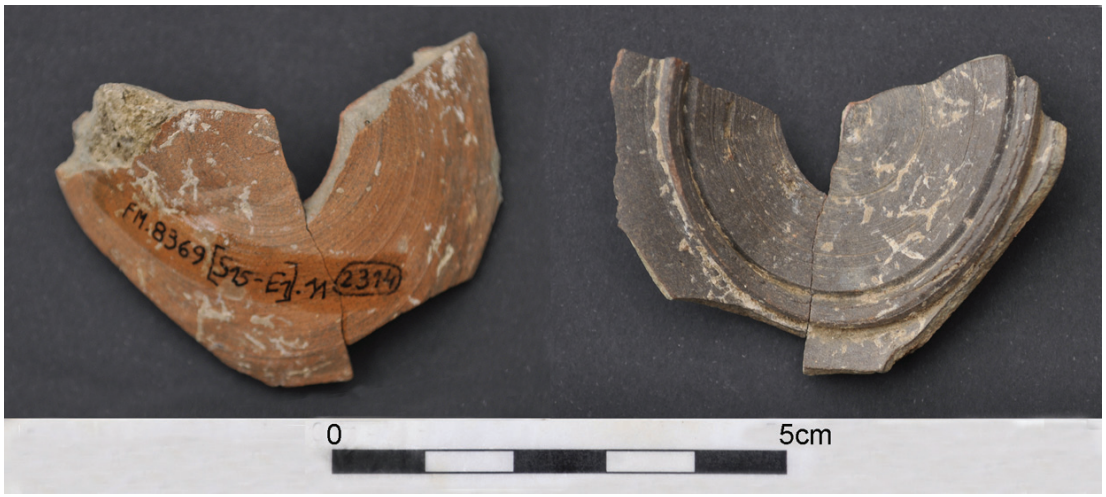


Figura 7 – Fragmento de fundo de taça (?) deformada pelo calor que apresenta cores distintas entre a parede exterior e a interior, fabricada com a pasta do tipo B, de Peniche.



Figura 8 – Fragmento de separador bicolor, fabricada com a pasta do tipo B, de Peniche.



Figura 9 – Fragmento de separador bicolor, fabricada com a pasta do tipo B, de Peniche.



Figura 10 – Taça de duas asas, invertida, sobre fragmento de separador bicolor.

AS «MARCAS DE OLEIRO» NA *TERRA SIGILLATA* DE VALE DE TIJOLOS (ALMEIRIM) E AS DINÂMICAS COMERCIAIS NO *AGER SCALLABITANVS* DURANTE O PRINCIPADO

Rodrigo Banha da Silva[1], João Pimenta[2], Henrique Mendes[3]

RESUMO

O sítio rural romano de Vale de Tijolos surge-nos mencionado por diversas vezes (Henriques, 1982, 1987; Quinteira, 1996, 1997), estando referenciado com o CNS 3110. Conhecido através de uma vasta dispersão superficial de vestígios cerâmicos, vítreos, metálicos e numismáticos, desconhece-se para já qualquer estrutura.

No Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira encontra-se depositada uma colecção de materiais arqueológicos proveniente do sítio rural romano de Vale de Tijolos, de que se seleccionaram para esta apresentação as «marcas de oleiro» na *terra sigillata*, 26 exemplares na sua maioria muito fragmentários. Estão representadas impressões efectuadas em fabricos de modo itálico, tardo-itálicos pisanos, sud-gálicos de La Graufesenque e hispânicos setentrionais, bem ilustrativos da elevada capacidade de aprovisionamento e da diversidade do fornecimento de que o local dispôs entre finais do séc. I a.C. e as primeiras décadas do séc. II d.C.

O balanço diacrónico do conjunto de «marcas de oleiro» permitiu esboçar o perfil de importações de Vale de Tijolos, e contrastar os dados com os com a mesma natureza do outro importante sítio rural de Azeitada e do centro redistribuidor regional correspondente à cidade de *Scallabis* (Silva, 2012), reavaliando os perfis regionais de consumo da *terra sigillata* nesta zona nevrálgica do Baixo Tejo português.

Palavras-chave: Arqueologia Romana, Terra Sigillata, Povoamento rural romano, «Marcas de Oleiro», Comércio Romano.

ABSTRACT

The Roman rural settlement of Vale de Tijolos was often quoted (Henriques, 1982, 1987; Quinteira, 1996, 1997), corresponding to national code site CNS 3110. It is known through a vast dispersion of finds, namely pottery, glass, metal artefacts and coins, but no constructive remains are known so far.

In Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (Vila Franca de Xira Centre for Archaeological Studies) is deposited a collection of materials from the site, «potter´s stamps» on samian ware were being selected for publication: 26 individuals, mainly very incomplete. Italic fabrics, Pisan Late Italic, La Graufesenque and northern Spain are the groups present, illustrative of acquisition capacities and of diversity of supply available for the site, from mid Augustan to Hadrianic times.

Time span balance of chronologies associated to stamps allows to sketch imports profile of Vale de Tijolos, and to constrast it to data from nearby rural settlement of Azeitada and from the town of Santarém, the regional distributor centre (Silva, 2012), evaluating consummation pattern in the commercial vital zone of Lower Portuguese Tagus.

Keywords: Roman Archaeology, Terra Sigillata, Roman Rural Settlement, «Potter's Stamps», Roman Commerce.

1. CHAM – FCSH/UNL e UAç; rbds@fcsh.unl.pt

2. CEAX – Museu Municipal de Vila Franca de Xira; Uniarq; joao.marques@cm-vfxira.pt

3. CEAX – Museu Municipal de Vila Franca de Xira; henrique.mendes@cm-vfxira.pt

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico de Vale de Tijolos, Almeirim (Figura 1), corresponde ao CNS N.º 3110 da Base de dados Endovélico, sendo conhecido, na literatura arqueológica, pelos vastos vestígios de superfície datados de época romana, ainda hoje particularmente bem visíveis e que devem corresponder a uma *uilla* e à(s) sua(s) necrópole(s) (Henriques, 1982, 1987; Quinteira, 1996, 1997).

A ampla área de dispersão dos materiais arqueológicos espraia-se pelo topo e encostas de uma colina aplanada no topo que se debruça sobre o Vale de Tijolos, a nascente, e sobre o Pego da Rainha, a norte, alcançando uma área de cerca de 7 hectares de extensão (Henriques, 1982). Por si só, esta elevada amplitude sugere um elevado grau de destruição do arqueossítio.

As mais antigas referências ao sítio e suas putativas ocupações pretéritas remontam aos anos vinte do século passado. Em 23 de Fevereiro de 1923, é publicado no *Correio da Estremadura* um artigo de José Frazão de Vasconcelos intitulado "Alguns subsídios para uma monografia de Almeirim", surgindo aí uma interessante referencia à descoberta na Quinta de Vale de Tijolos ao "(…) achado de um púcaro de barro com cerca de 80 moedas de prata, romanas, dos Imperadores Tito, Vespasiano, Nerva, Trajano e Adriano" (Vasconcelos, 1923).

Em 1949, voltam a existir dados relativos a achados de materiais romanos decorrentes da realização de trabalhos agrícolas. De acordo com os dados transmitidos por Eurico Henriques, no *Levantamento Arqueológico do Concelho de Almeirim*, sabemos que terão sido então recolhidos uma ânfora completa e uma moeda do Imperador Calígula (Henriques, 1987). O mesmo autor refere ainda que "aparecem em determinados locais vestígios de fundações", assim como relata a destruição de um túmulo romano na sequência do alargamento da área de estacionamento existente à entrada da Quinta, junto à Estrada Nacional n.º118.

É precisamente graças aos trabalhos promovidos na década de oitenta do século passado, que se recolheu uma significativa colecção de materiais arqueológicos, essencialmente cerâmicos, que se encontram depositados na sede da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.

A acrescentar a esta informação, no Museu Nacional de Arqueologia preserva-se sob o Código MNAE 0535, uma ampla colecção de materiais arqueológicos provenientes deste arqueossítio. Poucos dados sabemos sobre essas recolhas, quem as efectuou e com que enquadramento. Preserva-se, porém, entre os materiais uma etiqueta manuscrita datada de 11/8/1964 e com a indicação de "Vale de Tijolo".

Em meados dos anos noventa António Quinteira volta a chamar a atenção sobre o sítio, realizando aí trabalhos de prospecção arqueológica no âmbito da sua dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho (Quinteira, 1996). Nesse estudo individualiza sob a denominação de Quinta de Vale de Tijolos uma estação arqueológica que define como *uilla*, e publica alguns materiais aí recolhidos, nomeadamente uma pequena mas significativa colecção de materiais metálicos (Quinteira, 1997).

No decorrer do Projecto de Investigação MOCRATE-Monte dos Castelinhos e a romanização do Baixo Tejo, voltámo-nos a debruçar sobre Vale de Tijolos e os materiais aí recolhidos, dispersos por diversos Museus. Nesse sentido, temos vindo a estudar estas colecções, nomeadamente o conjunto anfórico do qual já se publicaram as marcas, inserindo-se o presente trabalho nessa linha (Fabião *et al.*, 2016).

No decorrer daquelas investigações deparámo-nos com uma inesperada ocupação anterior, até ao momento desconhecida, datada de Época Proto-Histórica, em concreto da Idade do Bronze Final. A presença de algumas cerâmicas manuais, a par de um conjunto de braceletes em bronze, permitem atestar esta ocupação (Soares *et al.*, 2015).

A reanálise do espólio aqui recolhido reafirma a relevância que o sítio apresentou em Época Romana, com uma lata diacronia de ocupação. Uma primeira leitura parcial do conjunto da *terra sigillata* foi efectuada no âmbito da dissertação de doutoramento de um dos signatários (Silva, 2012: 626-631). Nela se estudaram três "marcas de oleiro", e se abordaram e classificaram 172 outros elementos (79 NMI) itálicos, sud-gálicos e hispânicos, e se observaram outros africanos que permitiram aferir uma cronologia para a ocupação romana que se estende dos finais do século I a.C. ao século V d.C., pelo menos (Idem: 628-629, fig. 186).

Mais recentemente, os estudos em curso, nomeadamente das cerâmicas finas, das ânforas e do conjunto de metais, permitiram consolidar a hipótese de que o sítio romano terá surgido em momentos mais recuados, de meados do século I a.C., pelo menos. Estão ali

presentes as ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1, ânforas do Guadalquivir dos tipos Ovóide 4 e 6, cerâmica campaniense, imitações em cerâmica cinzenta de formas de campaniense, paredes finas, etc. (Pimenta, Mendes e Henriques, 2014: 265). Entre o espólio metálico estão atestadas duas *glandes plumbeae* (Guerra e Pimenta, 2013: 58) e um quinário argênteo de *Augustus,* com cunhagem em Mérida (RIC I, 1a), encerrando uma datação de entre 25 a 23 a.C. (Pimenta, Mendes e Henriques, 2014: 265) (Figura 1).

2. BREVE ENQUADRAMENTO DE VALE DE TIJOLOS NA REDE DE POVOAMENTO DOS AGRI DE SCALLABIS

O acto fundacional da *colonia scallabitana*, com probabilidade na década de 30 a.C. (Faria, 1999), comportou a criação de uma paisagem nova, sendo particularmente visíveis ainda hoje no aro de Almeirim os traços fossilizados do cadastro romano atribuído a este momento (Henriques, 1982; Quinteira, 1996; Mantas, 2012).

A forte presença militar itálica, que se prolongou após o momento da incorporação em 138 a.C. (Fabião e Pimenta, 2014), para além de ter favorecido a continuidade dos fluxos comerciais entrados pela foz do Tejo durante o restante do período republicano, forjou de igual modo na zona uma identidade cultural predisposta ao consumo de bens "à romana" (Silva, 2012), que a fixação na nova colónia de contingentes populacionais itálicos iria então consolidar em definitivo.

As evidências no sítio de Vale de Tijolos anteriores à dedução por Octávio são contudo evidentes (ver supra), e implicam uma ocupação do espaço bem mais antiga do que esta data, o que coloca problemáticas interessantes, e que estão todavia por resolver. De todas assoma, com mais alto significado, a explicação para como se articulou a implementação da centuriação colonial romana com os sítios manifestamente pré-existentes, alguns remontando mesmo à plena Idade do Ferro, de que Vale de Tijolos é tão-somente um exemplo regional. A questão assume uma dimensão superlativa, se se levar em consideração que os problemas que se põem para os *agri* escalabitanos se colocam, na mesma exacta medida, para o *territorium* de *Olisipo*, o que é o mesmo que dizer que muito pouco sabemos quer das circunstâncias históricas, como dos processos de integração, de toda esta vasta e relevante região tagana na esfera romana, entre a tardo-república e o alto-império.

Independentemente da severidade das lacunas no nosso conhecimento actual, Vale de Tijolos surge em associação de proximidade a um dos principais eixos estruturantes do povoamento romano da região, a via *Olisipo-Scallabis,* concretamente o seu divertículo pela margem esquerda do Tejo, que Vasco Mantas supõe provir do tronco comum através de uma travessia na zona do Escaroupim (Mantas, 2012). A importância vial desta variante mais meridional é manifesta, porque testemunhada por um número razoável de marcos miliários.

Na realidade, a escassez de povoamento romano assinalado no segmento da via que percorre a margem direita do grande rio após Alenquer, por Aveiras e até atingir Santarém, é altamente contrastante, por oposição, à elevada densidade e relevância das evidências arqueológicas associadas ao trajecto pela margem esquerda. Porventura a explicação para a existência dos dois traçados alternativos radique na melhor aptidão sazonal de um e de outro troço, sugerindo também os escassos dados disponíveis, datados do período republicano e anteriores, que o troço meridional equivaleria a um itinerário mais antigo.

Apesar dos muitos e variados dados, dispersos e fragmentários, é no momento impossível clarificar a dinâmica e as características específicas da ocupação romana de Vale de Tijolos, que com segurança assumiu uma simultaneidade de funcionalidades domésticas, produtivas e funerárias.

3. AS «MARCAS DE OLEIRO» NA TERRA SIGILLATA DE VALE DE TIJOLOS

As «marcas de oleiro» constituem um domínio específico de estudo em Arqueologia Romana, cuja pertinência se prende com a informação mais qualificada em termos cronológicos e de origem dos vasos que encerram (Silva, 2012).

No caso presente, amplia-se o conhecimento nesta matéria relativo ao local, de que se conheciam já três «marcas» (Silva, 2012: Sc.Ag.1-3), a que se juntam agora mais duas dezenas de exemplares inéditos. Vale de Tijolos ombreia, deste modo, com o sítio muito próximo de Azeitada (Almeirim), o assentamento do aro rural com mais ampla representação de impressões em todo o Vale do Tejo, um e outro com números muito superiores aos atingidos pelos arqueossítios análogos e muito mais bem trabalhados como Povos (Vila Franca de Xira), Frielas (Loures)

ou Freiria (Cascais), para apenas citar alguns casos.
Em Vale de Tijolos quatro fabricos estão representados por «marcas» (itálico, tardo-itálico, sud-gálico e hispânico de La Rioja) que cobrem um espectro cronológico situado entre finais do séc. I a.C. e as primeiras décadas do séc. II d.C., adoptando-se a ordem indicada para a sua apresentação.

3.1. Produções de modo itálico

As produções de modo itálico em Vale de Tijolos estão representadas por 7 impressões, a mais antiga das quais se inscreve no período que medeia a mudança da Era e os primeiros anos do principado de Tibério, e a mais recente podendo atingir os primeiros do de Vespasiano, demonstrando a constância do aprovisionamento itálico à região, já observada no Vale do Tejo em *Olisipo*, *Scallabis* e respectivos *agri* (Silva, 2012).
Trata-se no caso, e conforme ao perfil regional, de um abastecimento fragmentário quanto aos centros abastecedores, onde se fazem representar quer as duas principais produções atestadas nas hispânias, a corneliana de Arezzo e a do grupo dos ateianos de Pisa, quer oficinas bem mais limitadas na sua dimensão e capacidade. Constata-se, de igual modo, uma rica diversidade geográfica de origens dos vasos, estando presentes Arezzo, Pisa, Pozzuoli e Scoppieto, pelo menos, o que não deixa de ser sintomático considerando o número limitado de exemplares.

1 – *Auillius* (OCK 371)
Sob o nome *Auillius* se abriga no OCK um conjunto de impressões maioritariamente do Centro da Itália que poderá não corresponder a um único oleiro, o que melhor explicará o lapso longo de laboração indicado, de 20 a.C. a 40 d.C. Contudo, e como o próprio *corpus* adverte, a maioria da produção repertoriada data já do principado de Tibério, estando bem representada nos contextos de Dangstetten e Loyasse-Lyon (OCK).
No caso presente, a impressão é do modelo *in planta pedis*, equivalente ao tipo OCK 371.28, portanto situável entre 15 e 40 d.C.

2 – *Publius Cornelius* (*P. Cornelius (2)*-OCK 624)
A produção de *Publius Cornelius* teve lugar em Cincelli, nos arredores de Arezzo, onde a *officina* tinha as suas instalações e onde laborou um elevado número de elementos servis que também assinaram a produção, que compulsou quer vasos lisos quer decorados. Possuindo uma das mais longas laborações, iniciada cerca de 20 a.C. e terminada pouco após 40 d.C., como a investigação vem de há muito assinalando, os vasos cornélios parece terem tido nas Hispânias um dos seus mercados preferenciais (Kenrick-OCK; Silva, 2012).
A impressão de Vale de Tijolos foi feita em cartela circular, de que resta metade porque cerceada. Mostra um P isolado, horizontalizado em relação ao desenvolvimento do texto, ladeado à esquerda por palma, e somente as duas letras finais LI de um texto que corria ao longo do bordo da cartela. O modelo da impressão, a grafia e a ornamentação interna têm paralelo no grupo OCK 624.51-58 (OCK: 192), mas não corresponde a nenhum dos exemplos, pelo que constitui um novo tipo de impressão do oleiro.
De um ponto de vista cronológico o modelo de «marca» situa-se entre os finais do principado de Augusto e os inícios do de Tibério, período em que as principais oficinas itálicas experimentam e desenvolvem novos modelos de impressão (circulares, ovais, polifóleos, triangulares,…), mas antes do pleno principado do último imperador mencionado, quando o tipo *in planta pedis* se constituiu como o normalizado.

3 – *L. Crispius* (OCK 711)
L. Crispius é um oleiro arretino de pequena dimensão, produtor de loiça lisa, e que terá laborado entre 1 e 20 d.C. (OCK: 208).
A impressão rectangular de Vale de Tijolos, executada sobre prato, poderá equivaler ao modelo OCK 711.6, mas infelizmente o *corpus,* aquando da sua elaboração, não dispunha de desenho.

4 – *Ennius* (OCK 761)
Ennius é um dos oleiros de maior capacidade de compulsão de vasos de *Puteolis*, tendo um período de laboração longo (OCK: 215).
O pequeno fragmento do fundo de taça de tipo indeterminável ostenta uma impressão equivalente ao modelo OCK 761.4, mas o espaçamento à direita da impressão ribatejana mostra-se mais "apertado" do que a versão constante no *corpus*.

5 – *L. Plo(tius) Por( )* (OCK 1485)
A officina dos *Plotii* estava situada num esporão bem internado para o interior do Vale do Tibre, em Scoppieto (Terni, na Úmbria), e constitui um dos casos mais excepcionais de entre a produção itálica

porquanto o pequeno centro produtor foi descoberto em data recente e tem sido objecto de intenso trabalho arqueológico, sendo aliás a única olaria itálica de que por isso se conhecem bem as estruturas produtivas e as espacialidades arquitectónicas (Bergamini, 2003, 2016). Noutro sentido, a pequena dimensão da olaria permite bem determinar o processo de difusão dos vasos, que percorriam o Vale do Tibre até Roma e Óstia, onde se encontram muito bem representados, e a partir destes locais foram também embarcados para os espaços do Mediterrâneo Ocidental Europeu e para a fachada Atlântica, onde se encontram quer na Lusitânia Ocidental, quer na *Germania Inferior* (Bergamini, 2016).

Embora as olarias tenham produzido uma miríade de elaborações, desde as cerâmicas de verniz negro à cerâmica comum, o essencial da produção da *terra sigillata* de Scoppieto ocorreu sob a direcção de dois irmãos, *L. Plo(tius) Soz( )* e *L. Plo(tius) Por( )*, o último dos quais nos surge agora nos agri escalabitanos numa «marca» *in planta pedis* do tipo OCK.1485.6. Um, ou o outro, havia sido já identificado antes em Lisboa (Silva, 2012: Ol.193), demonstrando não se tratar de um epifenómeno.

A data da impressão do sítio dos *agri scallabitanus* inscreve-se na cronologia geral da compulsão de *sigillata* de Scoppieto, entre o 2º e o 3º quartos do séc. I d.C., especialmente activa nos principados dos Imperadores Cláudios (OCK: 333; Bergamini, 2003, 2016).

6 – *Xanthus (2)=Cneus Ateius Xanthus* (OCK 2536= OCK 316)

A história de *Xanthus* é bem conhecida e inicia-se já no momento da transferência das grandes oficinas de *Cneus Ateius* de Arezzo para a foz do Arno, para Pisa, ocorrida cerca de 5 a.C. (Kenrick,). Aí laborando como elemento servil, assumiria mais tarde com *Mahes, Zoilus* e *Mahes* papel de coordenação da produção, assinando já como *libertus* e compulsando quer vasos decorados quer lisos, como é o caso (Idem).

A impressão de Vale de Tijolos, XA[NTHI] apresenta-se no fundo de pequena taça, inscrita em cartela *in planta pedis*, equivalendo ao modelo 2536.126 (OCK:509). Pode, por essa razão, atribuir-se-lhe uma cronologia de 15-40 d.C.

7 – *Vmbricius (1)* (OCK 2441)

A assinatura é adscrita a Arezzo, entre 10 a.C. e os meados do séc. I d.C., podendo albergar mais que um indivíduo. No caso presente, a impressão truncada aproxima-se dos exemplares circulares OCK.2441.74-75, podendo corresponder-lhes mas está borrada. Dado o tipo de cartela, deverá equivaler a produção tardo-augústea ou tibéria inicial.

8 – Oleiro não identificável = cartela muito truncada

Publicada antes (Silva, 2012: Sc.Ag.1), a única "marca de oleiro" em produções itálicas não atribuída a um oleiro equivale a um exemplar muito fragmentado e ilegível de marca bilinear, o tipo mais corrente em época augústea a partir da segunda década antes da Era, impresso no fundo interno de um fundo de taça Consp.B.2.5, morfologia associada a tipos corrente nas duas décadas centrais em torno da Era.

3.2. Produções tardo-itálicas

As produções denominadas tardo-itálicas, com proeminência para a pisana, assinalam nova presença na Península de Lisboa, depois de ter ficado claro que esta produção, embora em muito limitados números, atinge com frequência esta área da Lusitânia costeira ocidental (Silva, 2012).

9 – C.P.PI(*sanus*) (OCK 1342)

O OCK repertoria mais de uma dezena de punções daquele que é reputado como "o primeiro oleiro tardo-itálico". Esta diversidade de modelos implica uma produção de alguma escala iniciada em torno de 50 d.C., aspecto que se esbate quando se considera a longevidade do oleiro, que atinge o final do primeiro século da Era (OCK).

A impressão de Vale de Tijolos, apesar de se encontrar truncada, é atribuível ao oleiro de Pisa, com base em vários argumentos: em primeiro lugar, a inter-punctuação triangular que ostenta é um traço paleográfico muito característico das marcas de C.P.Pi(*sanus*); em segundo lugar, merece o mesmo comentário a forma arcaizante da grafia do P, de cabeça aberta, que, embora não exclusiva é recorrente na mesma *officina*; por fim, a associação de ambas as características ao formato em *tabella ansata* de dimensão maior, menos comum nas "assinaturas" das olarias da Península Itálica, como ao tridente com que termina a inscrição, tornam a atribuição ao oleiro irrefutável.

Vários dos modelos de C.P.Pi(*sanus*) repertoriados no *OCK* mostram-nos um elemento final que se segue ao texto: um coração, uma seta, uma *hedera*. O tridente está, todavia, ausente. Trata-se, portanto,

de um novo modelo de assinatura do oleiro, permitindo desfazer as dúvidas colocadas a propósito de um exemplar absolutamente idêntico de Lisboa, idêntico (Silva, 2012: Ol.192). Noutro sentido, este aspecto é muito revelador, pois a ocorrência de ambas impressões conecta categoricamente o sítio ribatejano com o grande porto do Tejo.
O fragmento é demasiado pequeno para se poder propor uma morfologia concreta. Todavia, o perfil muito robusto denunciado pela espessura da parede, como a dimensão e formato da cartela da «marca», denunciam tratar-se de prato ou pratel. Do mesmo modo, as características já plenamente "tardias" de revestimento e pasta afastam o prato de Vale de Tijolos dos outros exemplares de *C.P.PI(sanus)* repertoriados em Lisboa (Silva, 2012: Ol. 1, 257 e 258), aparentemente mais situados no período de transição.

3.3. Produções sud-gálicas
No sítio de Vale de Tijolos estão presentes apenas vasos preservando impressão oriundos do grupo de La Graufesenque, o que corresponde ao quadro regional já conhecido (Silva, 2012), sendo neste domínio o fabrico que atinge maior número de «marcas», com metade do total do conjunto.

10 – *Crestus i* (NOTS, 3: 189)
O oleiro iniciou a sua actividade nos finais do principado de Nero, permanecendo em laboração até Domiciano (NOTS: 189).
A impressão está muito "borrada", sendo muito semelhante a NOTS 8d, mas não igual. Foi executada no fundo de uma taça de tamanho médio Drag.24/25, de perfil robusto.

11 – *Maccarus i* (NOTS, 5: 159-169)
O oleiro é um dos mais prolixos da produção rutena de La Graufesenque, tendo estado activo no período do arranque da grande exportação, ainda com Tibério e depois, com Cláudio e Nero, cessando antes do final do principado deste último (NOTS: 168).
A grafia de *Maccarus i* utiliza com frequência nexos MA, mas no caso o que se observa é um nexo MAC, a que se seguem vestígios de um A, pelo que se trata de novo modelo de impressão, executado no fundo de prato, quase certamente um Drag.18 pela obliquidade acentuada do fundo.

12 – *Murranus i* (NOTS, 6: 181-196)
Murranus i teve elevada capacidade produtiva, desenvolvida ao longo de um período de actividade de alguma longevidade, tendo iniciado a sua produção cerca de 45 d.C. e operado até ao pleno principado de Domiciano (NOTS: 193).
A estampilha foi mal impressa, tendo ficado desvanecidos os caracteres centrais, o que dificultou a leitura. Corresponde a uma cartela muito fina, onde se inscreveram caracteres delicadamente traçados, dos quais se divisam nitidamente dois Rs e os vestígios em haste oblíqua de um A final e dois caracteres anteriores, MV, faltando a expressão inicial OF. Assemelha-se, por isso, ao modelo NOTS 15d, não lhe equivalendo todavia. A encerrar uma cronologia compatível com o modelo ao qual se aparenta proximamente, e por este ter ocorrido no Keramiklager de Oberwinthertur, deverá situar-se já no principado de Vespasiano ou após este.
As dimensões da cartela adequavam-se ao pequeno tamanho da tigela onde foi aposta a impressão, uma Drag. 24/25.

13 – *Sabinus iii* (NOTS, 8: 15-29)
Sabinus iii é um dos oleiros de maior capacidade de compulsão de vasos rutenos, tendo estado activo em La Graufesenque entre c. 50 e 80 d.C. (NOTS, 8: 27), sendo aliás de forma bem destacada o mais representado fornecedor de *sigillata* sud-gálica do Vale do Tejo (Silva, 2012).
No caso presente atesta-se a impressão do modelo NOTS 20a, somente assinalada em Saint-Georges-de-Rennes, na Gália, e em Vechten, na *Germania Inferior*, no fundo de tigelas Drag. 24/25 e Drag.27g, como é o caso. A modelação do pé denuncia uma cronologia já avançada, o que está de acordo com as características do revestimento.

14 – *Siluinus i* (NOTS, 8: 310-313)
Oleiro flávio, *Siluinus i* terá laborado 70 e 100 d.C. A impressão de Vale de Tijolos equivale ao tipo NOTS 9a, repertoriada no próprio centro produtor mas também em Xanten, Wissbaden, Vechten, Londres, Caerwent,Colchester, Wainborough, no forte de Caerleon, em Wroxeter, Cirencester, Richborough, e por uma vez na Gália, em Bregny. Em quase todos os casos a impressão foi aplicada no fundo de pratos Drag.18, como é o caso presente, mas também com frequência em Drag.18R, existindo somente um caso em que foi feita sobre Drag.27 e um outro sobre Drag.33 (NOTS, 8: 311-312).

15 e **16** – *Vitalis ii* (Polak 354-358).
A impressão n.º 15 foi já objecto de estudo anterior (Silva, 2012: 631), e destaca-se o facto de ter sido executada no fundo de uma taça decorada da forma Drag.29.
Já o n.º 16 equivale à impressão executada no fundo de um prato Drag.18, de perfil robusto, com o texto [OF].VIIA, sendo que do caracter final se divisa somente a haste oblíqua esquerda, por exaustão do punção.

17 – Grafomorfo
As impressões grafomorfas são frequentes na produção de La Graufesenque. Todavia o seu estudo mais detalhado está ainda por fazer, existindo em Vechten um elevado número de modelos bem datados, trabalhados por Marinus Rien Polak (2000). O exemplar presente não encontra, porém, paralelo seguro com estes, por estar em falta a outra metade do fundo do prato e da cartela respectiva. A despeito desta circunstância, as características de modelação do fundo do prato Drag.18 autorizam uma datação dentro de um espectro Cláudio-Vespasiano.
O aspecto mais extraordinário do exemplar presente reporta-se, todavia, ao pequeno e cuidado grafito inscrito na parede externa do fundo, nas proximidades do pé: trata-se do numeral VIII, perfeitamente isolado, desconhecendo-se se, na outra metade do fundo, algo mais fora grafado.
Ora, a gravação de textos no fundo interno em contextos de consumo está normalmente associada a "marcas de posse", equivalendo na maior parte dos casos a elementos onomásticos, abreviados ou desenvolvidos (vide caso dos n.ºs 19, 21 e 23 de Vale de Tijolos, abaixo), geométricos (cruciformes, polifóleos, …) ou estilizações filiformes, sendo os numerais extremamente raros. Em casos muito excepcionais, após o numeral o texto nomeou categoricamente o numeral como indicativo do preço do vaso, o que acontece somente em dois casos conhecidos: num prato da 2ª metade do séc. II d.C. do tipo Lud.Tb ou Ta, de Salzburgo, com o texto "AS XII" (Kovacsovics, 1987 *apud* Quaresma, 2003: 79), e numa taça decorada Drag.37, de meados do séc.II d.C. de *Flauia Soluia*, também na Áustria, com um texto mais desenvolvido e indicando 20 asses como o preço do vaso (Noll, 1972 *apud* Quaresma, 2003: 76).
Portanto, o numeral VIII grafado no fundo do prato de Vale de Tijolos poderá, sem que se o possa garantir em absoluto, equivaler ao custo em asses de um prato Drag.18 na Lusitânia ocidental, sendo um valor consentâneo com os raríssimos preços que conhecemos para elementos vasculares desta natureza.

18 a **22** – Oleiros não identificáveis = Cartelas muito truncadas
O grupo de cartelas muito truncadas integra 3 pratos e uma pequena tigela, e em apenas dois exemplares se divisam ainda caracteres: o n.º 18 permite ler a parte final de um texto com um E de hastes horizontais alongadas, mostrando-se o restante da extremidade da cartela desvanecido; o n.º19, por seu turno, é um fundo de Drag.18 com a extremidade direita da cartela, onde se lê somente o S terminal da onomástica, devendo assinalar-se que ostenta parte de um grafito no fundo externo onde se vê uma haste vertical e lê um P.
Os n.ºs 20 a 22 permitem vislumbrar somente vestígios da impressão, equivalendo o primeiro a uma pequena tigela Ritt.8 ou Drag.24/25 e os restantes, de novo, a pratos Drag.18.

3.4. Produções hispânicas setentrionais
A representação de fabricos de *sigillata* hispânica assinados em Vale de Tijolos documenta somente os oriundos de La Rioja, estando ausentes as elaborações andujarinas, doutra forma atestadas no local (Silva, 2012).
Somente 4 impressões foram repertoriadas, reforçando a sua representação o oleiro setentrional mais documentado na Península de Lisboa, *Lapillius*, e acrescentado-se-lhe agora *Firmus Tritiensis.*

23 – *Firmus Tritiensis* (Bustamante 683)
A impressão foi executada no fundo interno de uma pequena taça, que tanto pode equivaler a uma Drag.27 como a uma Drag.33.
À cartela falta a porção esquerda, restando o texto (…)MI.TRITO que se atribui sem dificuldades ao artesão riojano em epígrafe, sem que todavia se tenha encontrado paralelo extacto para a impressão na bibliografia (Mayet, Sáez Preciado e Saéz Preciado, 1999; Bustamante Alvarez, 2010).
Firmus Tritiensis ocorre com várias impressões na grande lixeira urbana emeritense escavada na Calle Almendralejo n.º 41, sendo um dos seis oleiros do top da capital lusitana, com *Attius Britto, Attius Festus, Lapillus, Sempronius* e *Valerius Paternus,* grupo que forneceu metade do aprovisionamento hispano

ali documentado, (Bustamante Alvarez, 2010: 668). No referido local surge 1 vez em contexto vespasiânico, 14 vezes em estratigrafias datadas de 80-90 d.C., 9 vezes em 90-100 d.C., 1 vez em 80-100 d.C. e outra em meados do séc. II d.C., considerando a investigadora espanhola que este último equivalerá a um elemento "residual", e situando a actividade de *Firmus Tritiensis* entre 80 e 100 d.C., o que parece ajustado (Idem: 683).

24 e **25** – *Lapillius* (Bustamante 547-552).
Lapillius é um dos produtores riojanos de maior capacidade produtiva, tendo desenvolvido a sua actividade oleira nas olarias de Trício e El Quemao ao longo de um período lato que não se consegue precisar melhor no momento, entre 70 e 150 d.C. (Bustamante Álvarez, 2010: 759, fig. 331).
As lacunas nos *corpora* hispânicos impedem-nos de fixar paralelos-tipo.
Produtos do oleiro estavam já presentes no Vale do Tejo em Lisboa (Idem: Ol.404), na Quinta da Barradinha (Alenquer- Idem: Ol.Ag. 11), Santarém (Diogo, 1984: 120; Viegas, 2003: 159 = Silva, 2012: Sc.26 e 32) e Azeitada (Almeirim- Silva, 2012: Sc.Ag.23).

26 – Oleiro não identificável = Cartela muito truncada
O exemplar apresenta a parte central de uma cartela de caracteres bem desenhados e espaçados onde somente se lê parte de um P e um R, não se tendo conseguido repertoriar impressão exactamente equivalente, inviabilizando deste modo a identificação do oleiro.
O pequeno fragmento mostra o característico "ressalto hispânico" no fundo externo de uma tigela de tamanho médio ou pequeno.
(Figuras 2, 3 e 4)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indicadores do perfil de consumo de Vale de Tijolos aferidos a partir das «marcas de oleiro» em *terra sigillata* evidenciam uma probabilidade maior de importação a partir de 20 a.C., quando aportam os fabricos de Arezzo, sendo notório o aumento da capacidade aquisitiva deste modo demonstrada nos finais do principado de Augusto, quando os valores sobem significativamente. A partir de Tibério, porém, os problemas sentidos no comércio são evidentes, sendo um dos seus reflexos prováveis a quebra intensa das exportações oriundas dos centros maiores da Península Itálica, aproveitando esta janela de oportunidade centros com outras localizações, nomeadamente laciais e campanos, aspecto que se traduz numa maior diversificação de origens.
Não sendo a quebra tibéria tão intensa em Vale de Tijolos como noutros locais da região, como *Scallabis* (Viegas, 2003; Silva, 2012) ou *Olisipo* (Silva, 2012), a baixa equivale a uma estabilidade nos indicadores que se irá prolongar até Nero, quando os números do consumo disparam para ultrapassar nitidamente os máximos tardo-augústeos e tibérios iniciais (Figura 5).
Com alguma peculiaridade, porque nisto se distingue do vizinho sítio de Azeitada ou de Lisboa e seus *agri* como um todo (Silva, 2012), Vale de Tijolos mostra o seu *floruit* transmitido por impressões já com Vespasiano, quando se fazem chegar contingentes relevantes de vasos de La Rioja que acompanham os rutenos, cuja importação ainda permanece com vitalidade. Todavia, a partir da década de 80 d.C. o colapso dos números ir-se-á arrastar ao longo do principado de Domiciano, para perder entidade a partir dos meados do de Trajano. Claro está que esta leitura, mais do que traduzir as dinâmicas comerciais, reporta-nos a perca do hábito epigráfico, mas não deixa de traduzir uma quebra efectiva no consumo na primeira metade do século II d.C., que se traduz de outras formas pelo cessar das exportações de La Graufesenque, pela desagregação do modelo Flávio praticado no grupo de La Rioja ou se manifesta na fragilidade das importações africanas neste período que se atestam na região, e que se percepcionam nos valores de *Scallabis* (vide Viegas, 2003).

(os autores escrevem com a ortografia antiga, anterior ao actual acordo ortográfico)

BIBLIOGRAFIA

BERGAMINI, Margherita (2003) – "Una prodizione firmata Marcus Perennius Crescens a Scoppieto", in *Rei Cretariae Romane Fautorum Ata*, 38. Abingdon: Rei Cretariae Romane Fautorum, pp. 133-144.

BERGAMINI, Margherita (dir.) (2016) – *Scoppieto, IV/2, I material. Terra sigillata liscia, punzoni e matrici*. Roma: Edizioni Quazar.

DIOGO, A. Dias (1984) – "O material romano da 1ª Campanha de Escavações da Alcáçova de Santarém", in *Conimbriga*, 23. Coimbra, pp.111-141.

FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar; ALMEIDA, J.; ALMEIDA, Rui; PIMENTA, João; FILIPE, Vitor (2016) – *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museo Nacional de Arte Romano de Mérida)*. Lisboa: Union Académique Internationale, Academida das Ciências de Lisboa, UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (*Corpus Internationale des Timbres Amphoriques*, Fascilule 19).

FARIA, António Marques de (1999) – "Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos", in *Revista Portuguesa de Arqueologia*,vol.2, n.º2. Lisboa: pp. 29-50.

GUERRA, Amílcar; PIMENTA, João (2013) – "Os projéteis de funda do Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português", in *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo.* Lisboa e Vila Franca de Xira: Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 47-58.

HENRIQUES, Eurico (1982) – *Elementos para a Carta Arqueológica do Concelho de Almeirim. Almeirim.* Texto dactilografado. 19/12/82. Processo 82/1 (242) IGESPAR.

HENRIQUES, Eurico (1983) – "Balanço da 1.ª Exposição Arqueológica", in *Jornal Almeirinense.* Almeirim. 1/1/83.

HENRIQUES, Eurico (1987) – *Levantamento Arqueológico do Concelho de Almeirim.* Almeirim. Processo 82/1 (242) IGESPAR.

PIMENTA, João; MENDES, Henrique; HENRIQUES, Eurico (2014) – "O Acampamento militar romano do Alto dos Cacos – Almeirim", in *CIRA Arqueologia,* 3, *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira, pp. 256-292.

QUARESMA, José Carlos (2003) – *Terra Sigillata Sud-Gálica num Centro de Consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Mirobriga?)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, (Col. *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 30).

QUINTEIRA, António (1996) – *Scallabis, análise contextual e perspectivas de estudo.* (Dissertação apresentada à Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre). Braga: Universidade do Minho (policopiado).

QUINTEIRA, António (1997) – "Estação arqueológica de Vale de Tijolos, Almeirim", in *Munda*, 34. Coimbra: pp. 23-30.

QUINTEIRA, António (1998) – "Estação arqueológica da Azeitada (Almeirim)", in *Conimbriga*, 37. Coimbra: pp. 151--183.

MANTAS, Vasco Gil (2012) – "A estrada romana de Olisipo a Scallabis. Traçado e vestígios", in *CIRA Arqueologia,* 1, *Actas da Mesa Redonda «De Olisipo a Scallabis» – A rede viária romana no Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira, pp. 4-28.

NOLL, R. (1972) – "Eine Sigillatateschüssel mit Eigentumvermerk und Presieangabe aus *Flauia Soluia"*, in *Germania*, 50. Frankfurt: pp. 148-152.

KOVACSOVICS, W. (1987) – "«As XII» – Eine Preisengabe auf einem Sigillata-Teller aus Salzburg", in *Germania*, 65. Frankfurt: pp. 222-225.

SILVA, Rodrigo Banha (2012) – *As "marcas de oleiro" na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa* (Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em Arqueologia). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

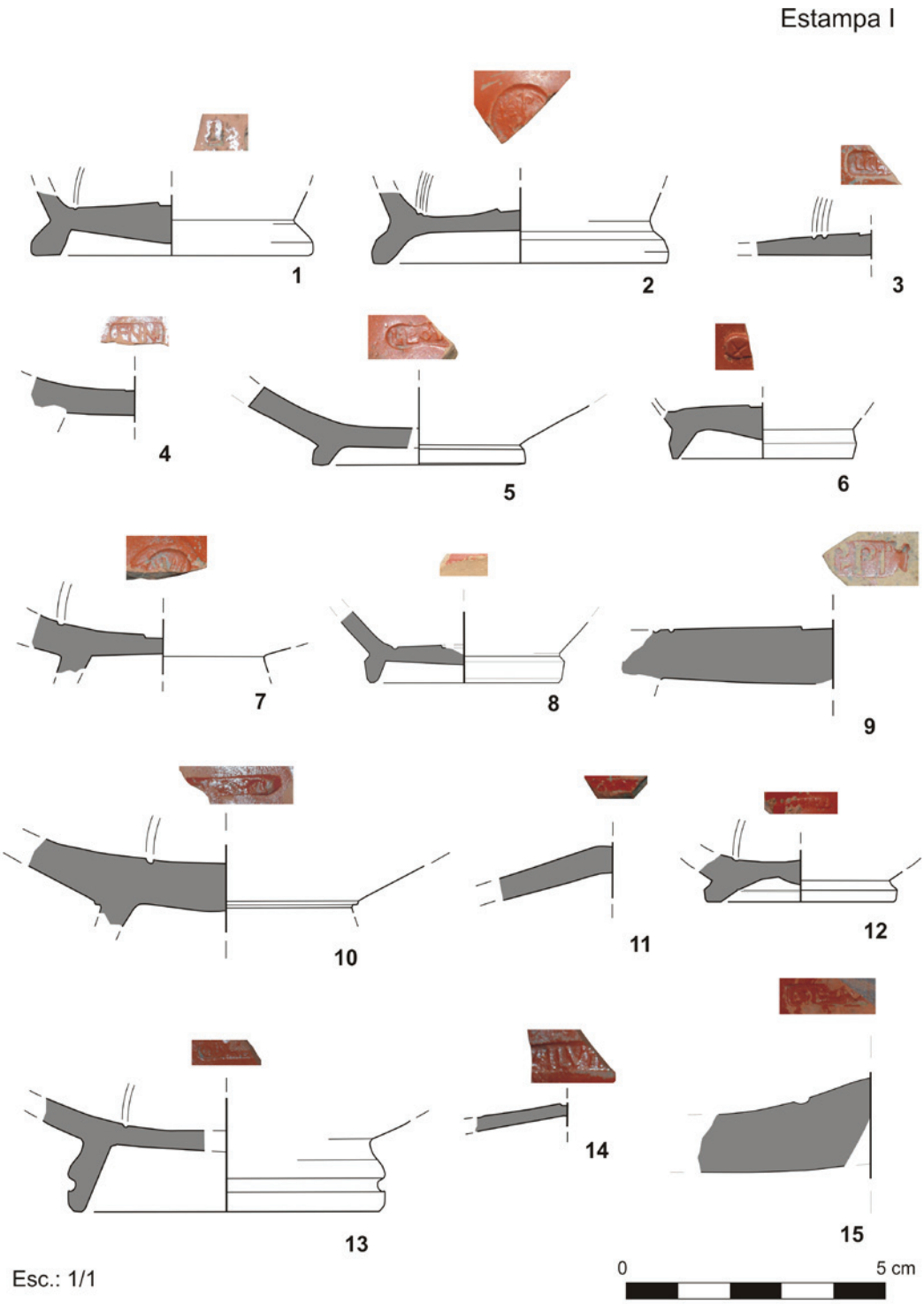
SOARES, António Monge; ARAÚJO, Maria Fátima; VALÉRIO, Pedro; PIMENTA, João (2015) – "Composição elementar de artefactos metálicos de Vale de Tijolos e da Eira da Alorna (Almeirim): A metalurgia do Bronze Final no território nacional", in *CIRA Arqueologia*. 4. Vila Franca de Xira, pp. 11-18.

VASCONCELOS, J.F. (1923) – "Alguns subsídios para uma monografia de Almeirim", in *Correio da Estremadura*, N.º 1672, de 23 de Fevereiro de 1923.

VIEGAS, Catarina (2003) – *A terra sigillata da Alcáçova de Santarém- Cerâmica, economia e comércio*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Col. *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 26).

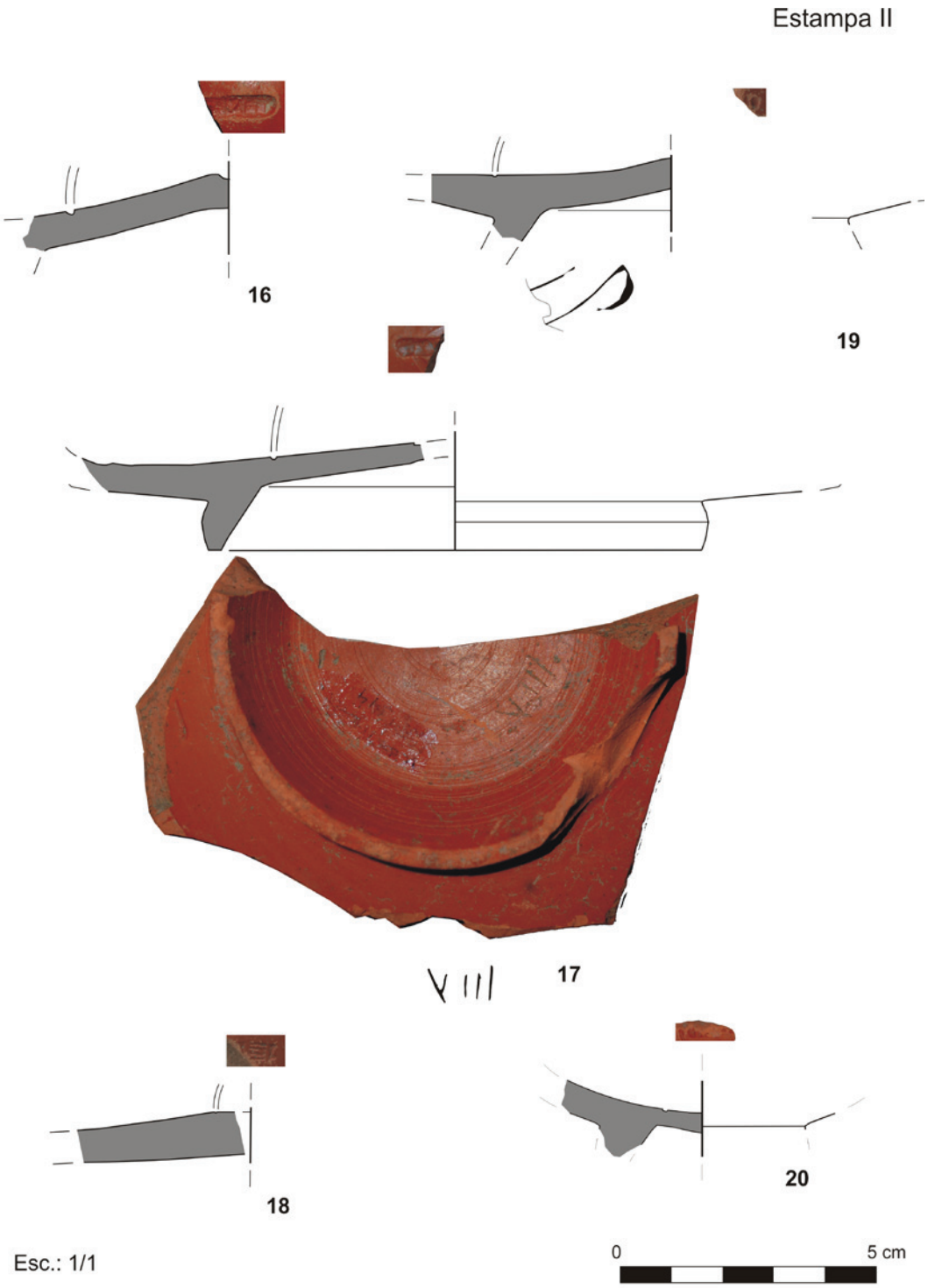


Figura 1 – Localização relativa de Vale de Tijolos no Estuário e Vale do Baixo Tejo Português.



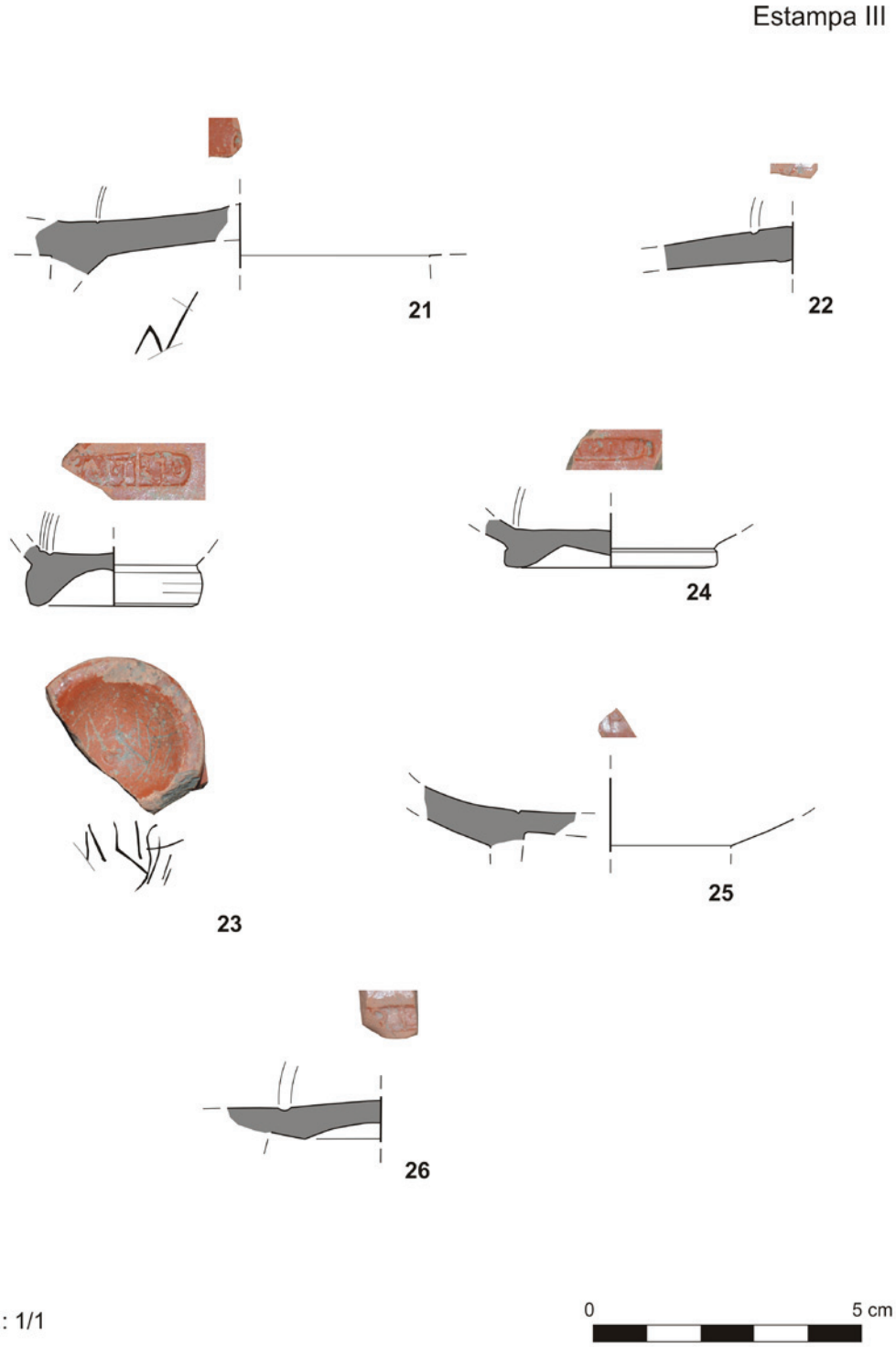
Estampa I- «Marcas de oleiro» das produções itálicas (1-9) e sud-gálica (10-15) de Vale de Tijolos.

Figura 2 – Estampa I – «Marcas de oleiro» das produções itálicas (1-9) e sud-gálica (10-15) de Vale de Tijolos.



Estampa II- «Marcas de oleiro» da produção sud-gálica (cont.) (16-20) de Vale de Tijolos.

Figura 3 – Estampa II – «Marcas de oleiro» da produção sud-gálica (cont.) (16-20) de Vale de Tijolos.



Estampa III- «Marcas de oleiro» das produções sud-gálica (cont.) (21-22) e hispânica de La Rioja (23-26) de Vale de Tijolos.

Figura 4 – Estampa III – «Marcas de oleiro» das produções sud-gálica (cont.) (21-22) e hispânica de La Rioja (23-26) de Vale de Tijolos.

EVIDÊNCIAS DE UM ESPAÇO FUNERÁRIO. VESTÍGIOS DE UMA NECRÓPOLE ROMANA ÀS PORTAS DE *SCALLABIS*

Carlos Boavida[1], Tânia Manuel Casimiro[2], Telmo Silva[3]

RESUMO

No final de 2013, durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico de obra no Largo Pedro Álvares Cabral (Santarém) foram identificados diversos vestígios da presença humana ao longo de várias centúrias. Aquele espaço localiza-se a escassos metros da antiga porta de *Alpram*, no principal acesso ao planalto onde foi construída a alcáçova de Santarém.

Embora muito destruídos, os mais antigos achados correspondiam a pequenas fossas preenchidas por cinzas, no interior das quais foram recuperados diversos fragmentos de recipientes vítreos, na maioria deformados por exposição ao fogo, assim como restos de pequeno pote cerâmico e pequenas esquírolas de osso carbonizado.

Tendo em conta as características apontadas e a localização do achado, pensamos estar perante necrópole de incineração de Época Romana, datável entre os séculos I e II d.C..

Palavras-chave: Santarém; Necrópole; Época Romana.

ABSTRACT

In late 2013, an archaeological excavation at Largo Pedro Álvares Cabral (Santarém), led to the discovery of evidence of anthropic activities. This site is located in short distance from the old *Alpram* wall gate, and a main access to the plateau where the Santarém castle was built.

Although very destroyed, the earliest finds were recognized as small graves filled with ashes, inside of which were recovered several fragments of glass containers, mostly deformed by fire exposure, the remains of a small ceramic pot, as well as small fragments of carburized bone.

The evidence and the location of the finds suggests that it can correspond to a Roman incineration necropolis, dating from 1st to 2nd centuries AD.

Keywords: Santarém, Necropolis, Roman Era.

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Os contactos com comunidades vindas do Mediterrâneo Oriental durante a Idade do Ferro, como demonstram os múltiplos achados arqueológicos recuperados na alcáçova, fizeram de Santarém um importante entreposto comercial, ao mesmo tempo que introduziram novos hábitos de consumo (Arruda & Catarino, 1982; Arruda, 2002: 30-34).

Embora ainda existam algumas dúvidas sobre o local onde foi instalado o acampamento militar na origem da colónia romana, criada em meados do século I a. C. (Alarcão, 2002: 37-42), a sua importância estratégica e comercial levou a que fosse elevada a sede de *conventus* durante o principado de Augusto (Viegas, Custódio & Mata, 1996: 63-64).

São diversos os vestígios da presença romana no planalto da alcáçova, não só a nível estrutural, onde se destacam o *podium* de um templo e um outro edifí-

1. Instituto de Arqueologia e Paleociências – UNL / Associação dos Arqueólogos Portugueses; cmpboavida@gmail.com

2. Instituto de Arqueologia e Paleociências – UNL / Instituto de História Contemporânea – UNL / Associação dos Arqueólogos Portugueses / Bolseira pós-doc FCT; tmcasimiro@fcsh.unl.pt

3. Instituto de Arqueologia e Paleociências – UNL; telmoaps@gmail.com

cio público de função indeterminada, mas também os numerosos fragmentos cerâmicos (Diogo, 1984; Arruda & Almeida, 1998; Arruda & Viegas, 2002; Arruda & Sousa, 2003; Arruda, Viegas & Bargão, 2005, 2006; Bargão, 2006; Pereira, 2008; Silva, 2013) e vítreos (Antunes, 2000).

Fora da área da alcáçova foram encontrados alguns materiais dispersos (Almeida, 2002: 93, nota 3), mas na aqueles não surgem associados a qualquer contexto que lhes seja contemporâneo, o que não permite que sejam interpretados de forma categórica como evidência da dimensão da cidade romana, face a essa localização. O mesmo se poderá afirmar em relação ao traçado de alguns arruamentos da actual cidade, que embora sugestivos (Gaspar, 1975: 142; Garcia, 1977: 74; Rodrigues & Custódio, 1997: 176--184), continuam a não ter prova arqueológica indiscutível de que integrariam o espaço urbano durante a Época Romana (Viegas, 2003: 19-20).

Duas importantes vias, vindas de *Olisipo*, passavam pela então *Scallabis*, seguindo a partir desta última para *Bracara Augusta* e para *Emerita Augusta*. Secundários a estas vias, condicionados pela topografia, existiam caminhos que permitiam aceder ao núcleo urbano e que se encontravam pouco antes de se chegar à zona do Alporão (Mantas, 1986: 16; 2002: 109-110).

Recentemente, naquele local foram identificados vestígios de ocupação romana imperial, nomeadamente uma necrópole, que se sobrepõe a espesso depósito onde abundavam materiais anteriores à 1.ª metade do século I d. C.. Foram ali colocadas à vista diversas deposições em urna, assim como um possível *ustrinum*, sobre os quais, a partir do século III, vão surgir diversas sepulturas de inumação (Liberato, 2012: 3-4; Santos, Liberato & Geota, 2012: 157). Embora a prática da incineração se tenha difundido durante a presença romana, ela já existia anteriormente no território nacional, tendo começado progressivamente a ser substituída pela inumação a partir do início do século II, no caso do termo de *Olisipo* (Duarte, 2003: 268) e apenas na centúria seguinte na região de Penafiel e de *Bracara Augusta* (Soeiro, 2015: 171).

A existência de um espaço funerário neste local, no exterior do núcleo urbano, junto dos acessos àquele, obedecia à legislação de então, plasmada na Lei das Doze Tábuas (Braga, 2015: 125).

2. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS (2012-2013)

Entre Abril de 2012 e Dezembro de 2013 ocorreram obras de substituição de infraestruturas de diversa ordem (electricidade, água, saneamento e telecomunicações), em vários arruamentos do Centro Histórico de Santarém (Boavida, Casimiro & Silva, no prelo). Um dos locais intervencionados nesse âmbito foi o Largo Pedro Álvares Cabral, onde os trabalhos foram precedidos pela abertura de sondagens de diagnóstico, em Maio de 2013 (Boavida, Casimiro & Silva, 2013). Aquelas revelaram a presença de seis silos escavados no substracto geológico, cuja quantidade se revelou bem mais numerosa durante o decorrer da obra (Julho-Outubro), ultrapassando as duas dezenas.

Foram igualmente identificadas algumas estruturas murárias na zona fronteira à Igreja da Graça, às quais se encontravam associados, pelo menos, dois níveis de pavimentos. O espólio recuperado nestes contextos é constituído essencialmente por objectos cerâmicos cuja cronologia permitiu datar o momento de abandono dos mesmos no final do século XIV, época em que se inicia a construção da igreja (Casimiro, Boavida & Silva, 2014).

Os trabalhos continuaram depois na Rua Vila de Belmonte (Novembro-Dezembro), onde, encostada ao corte Este, foi encontrada uma conduta de saneamento de alvenaria que, após acentuada curvatura, segue aquela orientação, descendo pela Calçada da Graça (actual Travessa D. Pedro de Menezes), perpendicular à vala principal. Esta conduta, ao que tudo indica construída no final a 2.ª metade do século XIX, contorna o extremo Sul da Casa do Brasil, tendo perturbado a estratigrafia do local até cerca de 1,00m de profundidade (Boavida, Casimiro & Silva, no prelo) (Figura 1).

3. EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

A abertura de uma vala secundária, perpendicular ao corte Oeste, para construção de um sumidouro, permitiu a identificação de pequena bolsa de sedimento negro (constituído por cinzas), afectada em momento anterior a esta intervenção para a instalação de tubos de PVC para cabos telefónicos – Estrutura 1 (Figura 2B). A limpeza da área e a sua delimitação possibilitaram a colocação à vista do que subsistia de uma estrutura negativa subquadrangu-

lar, cuja profundidade não ultrapassava os 0,30 m, encontrando-se a sua parte superior a escassos 0,80 m da actual superfície da rua.
A escavação do sedimento mencionado permitiu a recolha de vários restos cerâmicos, assim como de múltiplos fragmentos de vidro, correspondentes a recipientes na sua maioria deformados por exposição ao fogo. Após limpeza daqueles, foi possível reconstituir algumas formas, onde além de um pequeno pote se incluem unguentários. Foram ainda encontradas algumas esquírolas de osso carbonizado, além de um fragmento de objecto em liga de cobre.
Na continuidade dos trabalhos, seguindo para Norte pela Rua Vila de Belmonte, na vala principal, debaixo do colector de saneamento a ser substituído, foram encontradas outras duas bolsas de cinzas com características idênticas às observadas no primeiro caso – Estruturas 2 e 3 (Figuras 2C/2D). Infelizmente, devido à sua localização, assim como à intensa pluviosidade que se registou durante aqueles dias, não foi exequível a definição daquelas bolsas para aferir as suas dimensões, tendo-se verificado, no entanto, que a mancha de ocupação de cada uma daquelas correspondia a uma área com diâmetro máximo de 1,00 m. Nenhuma destas bolsas ofereceu qualquer tipo de espólio.
A Norte destes contextos, por baixo de pavimento de pequenos seixos rolados sobre o qual estava construída a estrutura de saneamento, foi recuperado fragmento de *tegulae* por cima de algumas pedras envolvidas por sedimento castanho claro arenoso, sem qualquer outro espólio associado, do qual não foi possível aferir a função – Estrutura 4 (Figuras 2E/2F).
Durante a restante intervenção no Largo Pedro Álvares Cabral, em níveis medievais, foram recolhidos alguns artefactos romanos dispersos, produzidos em cerâmica. Além de um fragmento de *terra sigillata* hispânica, que poderá corresponder a pé de prato ou taça, que não foi possível classificar, destaca-se ainda o bico fundeiro de uma ânfora da forma Dressel 1 integrado na estrutura da boca de um silo (Figuras 3F/3H).

4. ESPÓLIO

Em relação à peça cerâmica identificada, da qual subsiste apenas metade, possuí corpo globular assente em fundo ligeiramente destacado e a espessura das suas paredes não ultrapassa os 0,002 m. Não se preserva o bordo, nem existem quaisquer evidências de terem existido asas (Figuras 3A/3B). Foi produzido com pasta laranja claro (MSCC 7.5 YR 7/8) que mostra elementos não plásticos de calibre muito fino. Enquanto a superfície externa é brunida, sem qualquer tipo de engobe, a interior apresenta diversas manchas enegrecidas.
A sua fina espessura levou-nos a considerar que se poderá tratar de uma peça de paredes finas, no entanto, a mesma não encontra paralelo na tipologia apresentada por Françoise Mayet (1975). Contudo, em estudo sobre as produções emeritenses apresentado por F. Germán Rodríguez Martín, onde estão presentes diversos exemplares das formas enunciadas naquela tipologia, surgem outras inéditas, como a forma XIV (*ollita*), que mostra algumas semelhanças com o recipiente identificado em Santarém. Aquela encontra-se atribuída ao período Cláudio-Vespasiano, podendo prolongar-se até ao início do século II d. C. (1996: 164-165 e 170, fig. 10). Através da via que ligava a capital da Lusitânia à cidade de *Olisipo*, estes produtos chegavam facilmente ao território nacional (Rodríguez Martín, 1996: 177).
A presença deste artefacto no depósito poderá indicar a sua utilização secundária como urna, tendo sido recolhido em associação com alguns fragmentos de osso carbonizados (Figura 3E).
A descoberta de contentores, em cerâmica ou vidro, usados de forma primária ou secundária como urnas é frequente neste tipo de contextos. Alguns exemplos desta situação foram identificados em antigas áreas periféricas de cidades como *Bracara Augusta* (Braga, 2015) ou *Olisipo* (Silva, 2002; Gonçalves *et alli*, 2010; Bugalhão *et alli*, 2013).
Não se encontrou nenhum recipiente vítreo completo, estando presentes o fundo de um unguentário e o bordo e gargalo de outros dois, entre demais fragmentos de forma indeterminada. Foram produzidos em vidro transparente, com colorações que variam entre o azul e o verde amarelado (Figuras 3C/3D).
Os bordos são extrovertidos, terminando em lábio de perfil semicircular, por vezes destacado internamente. Daqueles arrancam gargalos altos e estreitos. Embora possuam semelhanças com a forma 82 de Isings (1957: 97-99), a sua deformação devido à exposição ao fogo não permite uma classificação inquestionável.
O fundo plano, muito espesso, poderá corresponder igualmente àquela forma, nas suas variantes B1 ou B2, tendo depósito triangular do qual arrancava gargalo estreito que não se preserva. O uso deste

tipo de unguentário terá ocorrido na área ocidental do império a partir do final do século I d. C., mas acima de tudo na 1.ª metade do século II d. C., surgindo com alguma frequência até ao final dessa centúria e no início da seguinte (Isings: 1957: 97-99).
Em sepultura encontrada no Pombalinho, concelho de Santarém, entre outros objectos vítreos, foram recolhidos também unguentários deste formato, tendo o contexto, em função do espólio, sido atribuído ao início do século II d. C. (Alarcão, 1968: 78).
A forma surge também em exemplares recuperados em Balsa (Alarcão, 1970: 254), na Aramenha (Alarcão, 1971: 198), no Monte Novo do Castelinho (Almodôvar) (Fabião *et alli*, 1998, 214) ou na Azinhaga do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) (Gomes, 2013: 815-816), só para citar alguns casos. Em *Augusta Raurica*, perto de Basileia (Suíça), foi encontrado unguentário deste formato que também mostra paredes muito espessas como o exemplar *scallabitano* (Rütti, 1991: 119 e 314, tafel 102, n.º 2355).
Desconhece-se qual seria o objectivo da colocação de unguentários junto dos cadáveres sobre a pira ou padiola antes da sua incineração, mas muito provavelmente os óleos que continham auxiliariam na combustão. Por outro lado, as diferentes essências desses óleos poderiam igualmente ter algum carácter ritual relacionado com a vida no outro mundo (Fadić, 1998, 80).
A exposição ao fogo em muitos casos levaria à sua deformação, como sucede com um dos exemplares agora apresentados.
O depósito de cinzas em análise ofereceu ainda pequeno elemento metálico em liga de cobre. Apesar de em análise preliminar se ter classificado aquele como possível fuzilhão de fíbula, visto que aquelas surgem com alguma frequência associadas a este tipo de contextos, a ausência do orifício de fixação da mesma não permite a sua caracterização de forma conclusiva, correspondendo portanto a objecto indeterminado (Figura 3E).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos arqueológicos ocorridos no Largo Pedro Álvares Cabral (Santarém) permitiram a identificação de diversos vestígios de uma necrópole de Época Romana. Este espaço funerário foi encontrado numa área próxima ao principal acesso ao núcleo urbano de então. Evidências semelhantes foram anteriormente encontradas na zona do Alporão, a uma escassa centena de metros do local agora apresentado. No entanto, naquele caso, tanto as deposições em urna, como o possível *ustrinum*, foram posteriormente afectados pela sobreposição de sepulturas de inumação.
Embora apenas uma das fossas (Estrutura 1) tenha oferecido algum espólio, aquele permitiu atribuir a formação do contexto algures entre o final do século I d. C. e os meados da centúria seguinte, o que poderá indicar que a zona do actual Largo Pedro Álvares Cabral permanecia externa ao espaço urbano naquela data.
Por outro lado, partindo do pressuposto que na última morada os mais abastados teriam consigo mais espólio votivo que os demais, a presença ou ausência daquele nas fossas agora analisadas pode ser um reflexo da riqueza do individuo sepultado. Contudo, a conservação deficitária daqueles contextos pode ser a responsável por aquela inexistência.
Apesar de não ter sido possível aferir a área de dispersão dos moimentos, dado a sua proximidade com os encontrados no Alporão, a hipótese daqueles dois espaços poderem estar eventualmente associados não deve ser colocada de parte, podendo mesmo ser contemporâneos, pelo menos durante a vigência da prática da incineração.
Não deve deixar de ser referida a inexistência de quaisquer vestígios de inumações como naquele outro local, mesmo que fora de contexto. Embora se possa afirmar que tal facto de poderá dever à pressão urbanística ocorrida na zona, evidenciada pela presença de silos e outras estruturas murárias de cronologia medieval, assim como pelos edifícios actualmente existentes, erguidos durante a Idade Moderna e Contemporânea; por outro lado, esta "ausência" pode ter resultado de uma regressão populacional na época em que o uso da inumação se começou a afirmar, levando ao abandono de algumas áreas de necrópole até então utilizadas.

AGRADECIMENTOS

Dário Neves e Filipe Oliveira pelo apoio na realização dos trabalhos arqueológicos.
Eurico Sepúlveda, Guilherme Cardoso, Rodrigo Banha da Silva e Edgar Fernandes pelos esclarecimentos sobre diversos aspectos, assim como a indicação e cedência de alguma bibliografia.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge (1968) – "Espólio de uma sepultura luso-romana de Pombalinho (Santarém)". *O Arqueólogo Português*, 2 – S. III. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, pp. 77-86.

ALARCÃO, Jorge (1970) – "Vidros romanos de Balsa". *O Arqueólogo Português*, 4 – S. III. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, pp. 237-272.

ALARCÃO, Jorge (1971) – "Vidros romanos de Aramenha e Mértola". *O Arqueólogo Português*, 5 – S. III. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, pp. 190-2015.

ALARCÃO, Jorge (2002) – "Scallabis e o seu território" *in* Arruda, A. M; Viegas, C.; Almeida, M. J. (coord.) *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/ Câmara Municipal de Santarém, pp. 37-46.

ALMEIDA, M.ª José (2002) – "O planalto de Marvila e os núcleos ribeirinhos" *in* Arruda, A. M; Viegas, C.; Almeida, M. J. (coord.) *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Santarém, pp. 83-93.

ANTUNES, Ana Sofia (2000) – "Vidros romanos da Alcáçova de Santarém". *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3.2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 153-199.

ARRUDA, Ana Margarida (2002) – "A Alcáçova de Santarém e os Fenícios no Estuário do Tejo" *in* Arruda, A. M; Viegas, C.; Almeida, M. J. (coord.) *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Santarém, pp. 73-82.

ARRUDA, Ana Margarida; ALMEIDA, Rui Roberto (1998) – "As ânforas da classe 32 da Alcáçova de Santarém (campanhas de 1983-1991)". *Conímbriga*, 37. Coimbra: Instituto de Arqueologia – Faculdade de Letras / Universidade de Coimbra, pp. 201-231.

ARRUDA, Ana Margarida; CATARINO, Helena (1982) – "Cerâmicas da Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém". *Clio*, 4. Lisboa: Centro de História – Universidade de Lisboa, pp. 35-40.

ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa (2003) – "Cerâmicas de paredes finas da Alcáçova de Santarém". *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6.1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 235-286.

ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina (2002) – "Cerâmicas de «engobe vermelho pompeiano» da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5.1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 221-238.

ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; BARGÃO, Patrícia (2005) – "As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém". *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8.1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 279-298.

ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; BARGÃO, Patrícia (2006) – "Ânforas lusitanas da Alcáçova de Santarém" *in* Silva, C. T.; Soares, J. (dir.) *Actas do Simpósio Internacional: Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet*. Setúbal Arqueológica (13). [S. l.]: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal / Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 233-252.

BARGÃO, Patrícia (2006) – *As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a Época Romana Republicana na Alcáçova de Santarém* (2 vols.). Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s. n.] (138+140 p.) (policopiado, não publicado).

BOAVIDA, Carlos; CASIMIRO, Tânia Manuel; SILVA, Telmo (2013) – *Sondagens de diagnósctico – Largo Pedro Álvares Cabral (Marvila, Santarém). Relatório Final*. [S. l.]: ARPA – Arqueologia e Património, Lda. (policopiado; não publicado).

BOAVIDA, Carlos; CASIMIRO, Tânia Manuel; SILVA, Telmo (no prelo) – "Do Romano ao Contemporâneo: 2000 Anos de Arqueologia nas ruas de Santarém". *Arqueologia & História*, vol. 66-67; Lisboa: Associação dos Arqueológos Portugueses.

BRAGA, Cristina Vilas Boas (2015) – "Entre a Vida e a Morte: rituais funerários e espaços sepulcrais em Bracara Augusta" *in* Silva, G.; Leite, L.; Silva, É.; Neto, B. (org.) *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano. I Colóquio Luso-Brasileiro de Estudos Clássicos*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, pp. 124-139.

BUGALHÃO, Jacinta; ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa; DUARTE, Cidália (2013) – "Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa)". *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, pp. 243-275.

CASIMIRO, Tânia Manuel BOAVIDA, Carlos; SILVA, Telmo (2014) – "Pottery consumption in Medieval Santarém (12th-15th century)". Comunicação apresentada no congresso *Medieval and later ceramic development, production and trade along the Atlantic seaboard* promovido pelo Medieval Pottery Research Group no Museu Nacional de Arte Antiga (18 Junho).

DIOGO, Ant.º Manuel Dias (1984) – "O material romano da 1.ª campanha de escavações na Alcáçova de Santarém (1979)". *Conímbriga*, 23. Coimbra: Instituto de Arqueologia – Faculdade de Letras / Universidade de Coimbra, pp. 111-141.

DUARTE, Cidália (2003) – "Núcleo de Paleobiologia Humana: Bioantropologia" *in* Mateus, J. E.; Moreno-Garcia, M. (eds.) *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um programa multidisciplinar para a Arqueologia sob tutela da Cultura*. Trabalhos de Arqueologia, 29. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 263-298.

FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar; LAÇO, Teresa; MELRO, Samuel; RAMOS, Ana Cristina (1998) – "Necrópole romana do Monte Novo do Castelinho (Almodôvar)". *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1.1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 199-220.

FADIĆ, Ivo (1998) – "Invenção, produção e técnicas antigas de laboração do vidro" *in Transparências Imperiais. Vidros romanos da Croácia*. Catálogo da exposição no Museu Nacional de Arqueologia. Milan: Skira, pp. 75-92.

GARCIA, José Manuel (1977) – "Em torno de Scallabis" *in* Martins, B. C.; Custódio, F.; Moreira, J. G.; Custódio, J.; Pereira, J. F. M.; Cardoso, M. S. (org.) *Santarém – A Cidade e os Homens*. Santarém: Junta Distrital, pp. 65-77.

GASPAR, Jorge (1975) – Estudo geográfico das aglomerações em Portugal Continental". *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, 10 (19). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, pp. 107-152.

GOMES, Francisco B. (2013) – "Os vidros romanos das necrópoles de Alcácer do Sal depositados no Museu Nacional de Arqueologia" *in* Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C. (edit.) *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 813-820.

GONÇALVES, David; DUARTE, Cidália; COSTA, Cláudia; MURALHA, João; CAMPANACHO, Vanessa; COSTA, Ana Maria; ANGELUCCI, Diego. E. (2010) – "The Roman cremation burials of Encosta de Sant'Ana (Lisbon)". *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 13. Lisboa: Instituto Português de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, pp. 125-144.

ISINGS, Clasina (1957) – *Roman glass from dated finds*. Archaeologica Traiectina (II). Gronningen/Djakarta: Academiae Rheno-Traiectinae Instituto Archaeologico, 149 p.

LIBERATO, Marco (2012) – "Novos dados sobre a paisagem urbana de Santarém medieval (séculos V-XII): a necrópole visigoda e islâmica de Alporão". *Medievalista online*, 11. [S. l.]: Instituto de Estudos Medievais – FCSH/UNL (*http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11/liberato1107.html* – visto em Junho 2014).

MANTAS, Vasco Gil (1986) – "Arqueologia Urbana e Fotografia Aérea: contributo para o estudo do urbanismo antigo de Santarém. Évora e Faro" *in I Encontro de Arqueologia Urbana*. Trabalhos de Arqueologia (3). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, pp. 13-26.

MANTAS, Vasco Gil (2002) – "A rede viária de Scallabis" *in* Arruda, A. M; Viegas, C.; Almeida, M. J. (coord.) *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Santarém, pp. 107-112.

MAYET, Françoise (1975) – *Les céramiques a parois fines dans la Péninsula Ibérique*. Paris: Centre Pierre Paris/CNRS – Bordeaux III, 279 p.

PEREIRA, Carlos (2008) – *As lucernas romanas de Scallabis*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s. n.] (226 p.) (policopiado, não publicado).

RODRIGUÉZ MARTÍN, Francisco Germán (1996) – "La cerâmica de «paredes finas» en los talleres emeritenses". *Antiquité – Moyen-Age*. Mélanges de la Casa de Velázquez (tomo 32.1). Madrid: Casa de Velázquez, pp. 139-179.

RODRIGUES, José Augusto; CUSTÓDIO, Jorge (1997) – "Evolução urbana. Hipótese de ocupação humana na Época Romana – *Scallabis Colonia*" in Custódio, J. (dir.) *Santarém: cidade do Mundo*, 1. Santarém: Câmara Municipal, pp. 176-184.

RÜTTI, Beat (1991) – *Die römischen Gläser aus Augst und Kaiseraugust. Katalog und Tafeln*. (Forschungen in Augst, 13). Augst: Römermuseum Augst, 442 p.

SANTOS, Helena; LIBERATO, Marco; GEOTA, Ricardo Próspero (2012) – "Alterações urbanísticas na Santarém Pos-Medieval. A diacronia de abandono de uma rua no planalto de Marvila" *in* Teixeira, A.; Bettencourt, J. M. (coord.) *Velhos e Novos Mundos – Estudos de Arqueologia Moderna*, vol. I. ArqueoArte (1). Lisboa: Centro de História do Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, pp. 157-162.

SILVA, Rodrigo Banha da (2002) – "Sepulturas da Calçada do Garcia (Lisboa) e o Urbanismo de Olisipo" *in* Barros, L.; Henriques, F. R. (coord.) *Actas do 3.º Encontro de Arqueologia Urbana*. Monografias – Arqueologia. Almada: Câmara Municipal, pp. 193-205.

SILVA, Rodrigo Banha da (2013) – "«Marcas de oleiro» na *terra sigillata* de Santarém" *in* Cruz, A. R.; Graça, A.; Oosterbeek, L.; Rosina, P. (ed.) *Actas do I.º Congresso de Arqueologia do Alto Ribatejo – Homenagem a José da Silva Gomes*. Arkeos: perspectivas em diálogo (34). Tomar: Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, pp. 231-242.

SOEIRO, Teresa (2015) – "*A preferência pela inumação nas necrópoles romanas dos sécs. III – IV d.C. do Município de Penafiel (Norte de Portugal)" in* Branco, G.; Rocha, L.; Duarte, C.; Oliveira, J.; Bueno-Ramírez, P. (eds.) *Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário. Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição*. Évora: Centro de História de Arte e Investigação Artística – Universidade de Évora, pp. 159-174.

VIEGAS, Catarina (2003) – *A terra sigillata da Alcáçova de Santarém. Cerâmica, economia e comércio*. Trabalhos de Arqueologia (26). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 320 p.

VIEGAS, Catarina; CUSTÓDIO, Jorge; MATA, Luís. (1996) – "Santarém – Fundamentação história. Três mil anos de História" *in* Custódio, J.; Mata, L.; Nazaré, L. (coord.) *Santarém – Cidade do Mundo*, vol. 1. Santarém: Câmara Municipal, pp. 59-94.

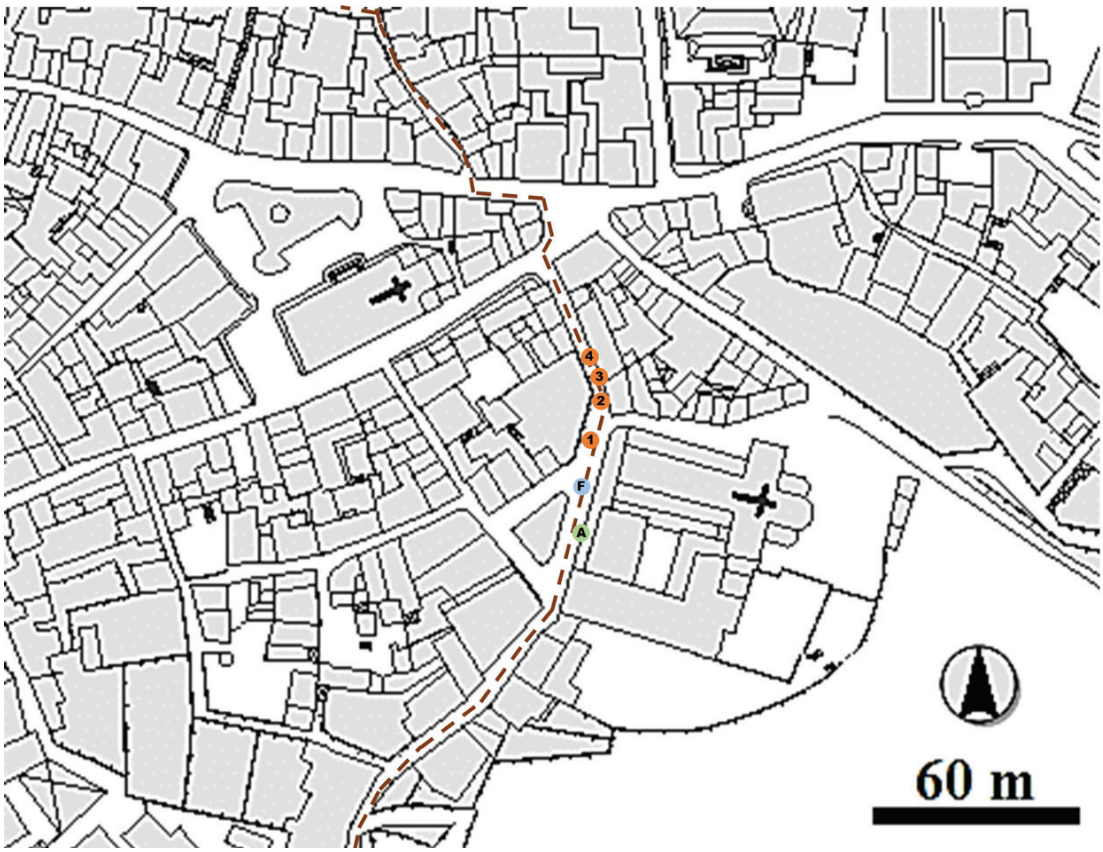


Figura 1 – Localização das estruturas identificadas no Centro Histórico de Santarém. 1/4 – Deposições secundárias; A – Bico fundeiro de ânfora Dr. 1; F – Fundo em *terra sigillata* hispânica. A tracejado o percurso da vala da obra.



Figura 2 – Diversos aspectos da intervenção arqueológica. A – Vista geral da área onde foram identificadas as estruturas, estando assinalada em primeiro plano o local da Estrutura 1, onde se recuperou espólio; B – Vista superior da Estrutura 1; C – Perspectiva da Estrutura 2; D – Vista superior da Estrutura 3; E/F – Vista superior da Estrutura 4 após a escavação e perspectiva antes da escavação.

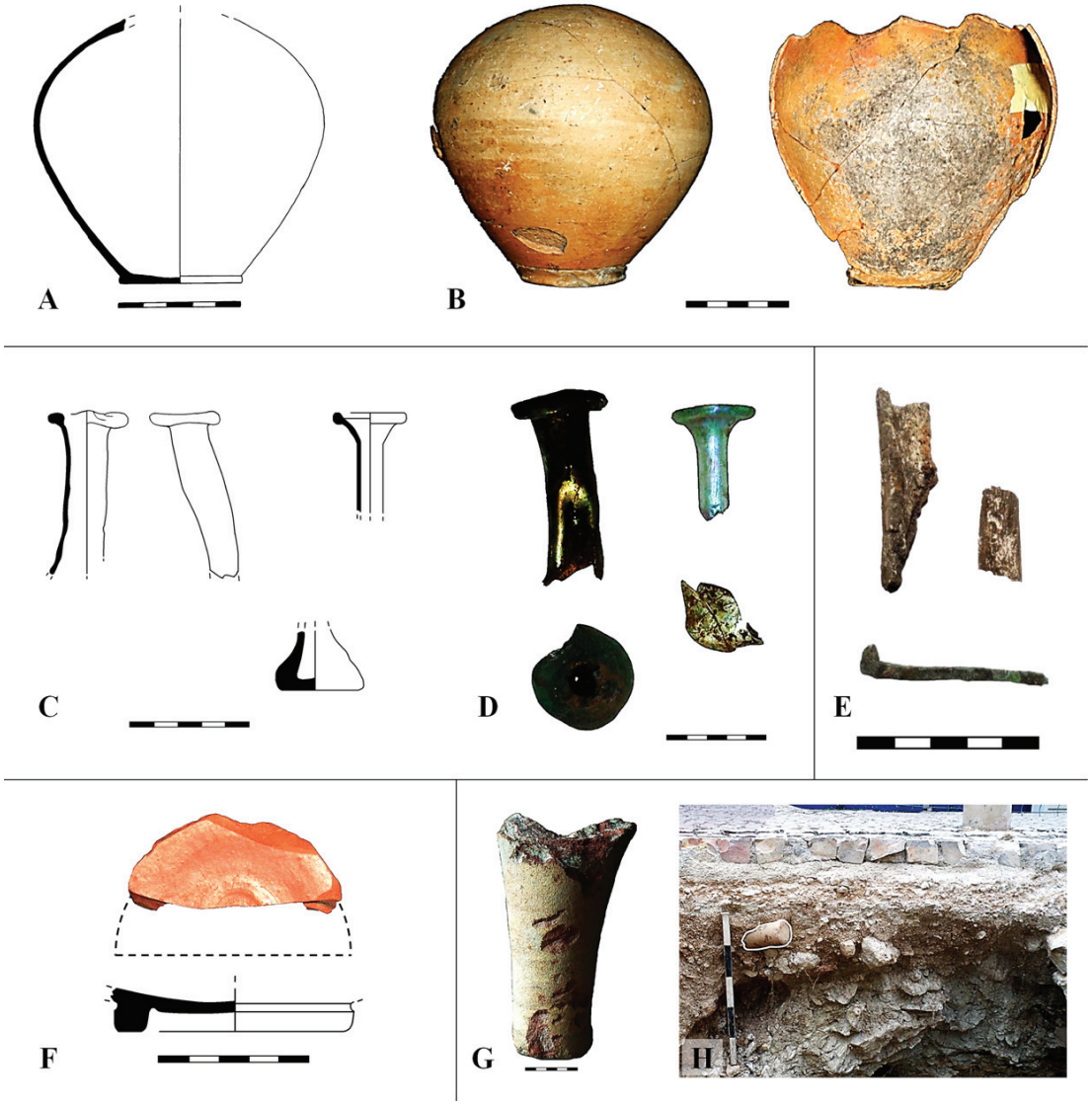


Figura 3 – Espólio recuperado. A/B – Recipiente cerâmico; C/D – Fragmentos de unguentários em vidro; E – Esquírolas de osso carbonização e elemento metálico; F – Fundo em *terra sigillata* hispânica; G/H – Bico fundeiro de Dressel 1 e a sua localização no corte. Escala: 5 cm (A/G); 50 cm (H).

¿REQUIESCAT IN PACE? ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR A POSSÍVEIS CASOS DE ENTERRAMENTOS ATÍPICOS IDENTIFICADOS NA NECRÓPOLE NOROESTE DE OLISIPO

Sílvia Casimiro[1], Francisca Alves Cardoso[2], Rodrigo Banha da Silva[3], Sandra Assis[4]

RESUMO

Dezasseis anos após a grande intervenção arqueológica na Praça da Figueira, surgem novos dados relativos ao universo funerário da Necrópole Noroeste de Olisipo. Tendo subjacente uma abordagem transdisciplinar, foram analisados os dados relativos aos trabalhos arqueológicos, escavados e estudados os restos ósseos humanos as estruturas funerárias e respetivo espólio material associado. O cruzamento destes dados com a informação obtida a partir dos registos estratigráfico e fotográfico, permitiu identificar padrões de inumação que se destacam e suscitam uma especial atenção. Pretende-se, desta forma, apresentar explicações passiveis de caracterizar estas inumações que, desde logo, se apresentam como fora da norma verificada naquele contexto.

Palavras-chave: Enterramentos desviantes, Arqueotanatologia, Tafonomia, Necrópole romana, Rituais funerários.

ABSTRACT

Sixteen years after the major archaeological intervention in Praça da Figueira, data on the funerary universe of the Olisipo Northwest Necropolis starts to emerge. Focussing on a transdisciplinary approach, the archaeological and anthropological records were analysed, the human skeletal remains were excavated in laboratory and the funerary structures and respective grave goods were studied. The results of these data with the information obtained from the stratigraphic and photographic records allowed the identification of some burial patterns which require a special attention. The aim is to present possible explanations to characterize these burials that clearly differ from the norm found in that context.

Keywords: Deviant burials, Archaeothanatology, Taphonomy, Roman Necropolis, Funerary Rituals.

1. LABOH, Laboratório de Antropologia Biológica e Osteologia Humana, CRIA, Centro em Rede de Investigação em Antropologia, IEM, Inst. de Estudos Medievais, FCSH – UNL; scasimiro@fcsh.unl.pt

2. LABOH, Laboratório de Antropologia Biológica e Osteologia Humana, CRIA, Centro em Rede de Investigação em Antropologia, FCSH – UNL; francealves@gmail.com

3. CAL, Centro de Arqueologia de Lisboa, CHAM, Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, FCSH – UNL; rodrigo.banha@cm-lisboa.pt

4. LABOH, Laboratório de Antropologia Biológica e Osteologia Humana, CRIA, Centro em Rede de Investigação em Antropologia, FCSH – UNL; sandraassis78@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Muitos têm sido os conceitos utilizados para descrever os enterramentos que não obedecem ao padrão mais representado num determinado contexto cronocultural, ou apresentam características pouco comuns, tais como desviantes (Murphy, 2008), atípicos (Gardela & Duma, 2013), não-normativos (Damyanov, 2012), não usuais (Tsaliki, 2008) ou irregulares (Milella *et alii,* 2015), entre outros. Apesar destes conceitos serem utilizados como sinónimos, e de alguns autores se empenharem na discussão sobre o seu significado intrínseco e origem etimológica (Aspöck, 2008), é frequentemente aceite pela comunidade científica que estes enterramentos diferem dos demais, por exemplo, na deposição ou tratamento do corpo, na localização e/ou construção da sepultura ou no tipo de materiais e/ou espólio associado (Aspöck, 2008). Estudos desenvolvidos no âmbito da antropologia e da etnografia têm revelado que, pelos mais diversos motivos, na morte, alguns indivíduos recebem um diferente tratamento (Tsaliki 2008; Aspöck 2008; Ucko, 1969). Estes enterramentos constituem-se como potenciais ferramentas para uma visão considerável nos processos de formação de identidade, de negociação e/ou de diferenciação entre culturas (Parker Pearson, 1999; Reynolds, 2009; Gregoricka *et alii*, 2017). Se considerarmos que as práticas funerárias ilustram os actos praticados pelos vivos, na criação de uma moldura mortuária, estas são passiveis de oferecer uma visão de eventuais contrastes identitários e culturais, entre aqueles a quem é conferido um ritual funerário diferente e todos os outros cujos rituais decorreram, aparentemente, dentro na norma (Gregoricka *et alii*, 2017).

De entre os conceitos utilizados para classificar estes enterramentos, o termo "desviante" é apontado como problemático, já que encerra uma conotação negativa sugerindo, à partida, algum tipo de exclusão social. Esta visão poderia incidir sobre filhos ilegítimos (Hodgson, 2013; Burnston, 1982), adúlteros (Hodgson, 2013; Tsaliki, 2008), criminosos, escravos, portadores de deficiências físicas ou, remetendo para o imaginário sociocultural, tais como o de indivíduos tidos como vampiros (Tsaliki, 2001; Nuzzolese & Borrini, 2010; Minozzi *et alii*, 2012) ou associados a bruxaria/feitiçaria (Tsaliki, 2001; Handler, 1996). Contudo, muitos casos rotulados como "desviantes" não se enquadram nos casos acima descritos, referindo-se a indivíduos aos quais foi conferido um ritual funerário "diferente", mas por motivos relacionados com as circunstâncias da morte e/ou pela sua condição à morte. A título de exemplo, refira-se indivíduos não baptizados, mães e/ou neonatos que morrem no parto (Tsaliki, 2008), vítimas de homicídio ou mortes violentas, suicidas, guerreiros mortos em combate, entre outros. Adicionalmente, a presença de doenças infectocontagiosas é também um factor a considerar, especialmente na interpretação de enterramentos que sugerem um menor cuidado na deposição do cadáver. Por fim, refiram-se os processos tafonómicos ou pós-deposicionais que, não considerados ou mal avaliados, podem facilmente induzir em erro, quando interpretados os gestos funerários. Motivados pelas condições físicas do espaço sepulcral, pela acção de factores antrópicos ou ecológicos, estes processos podem produzir alterações substanciais no enterramento, alterando o posicionamento dos vários elementos ósseos. No presente estudo, dada a referida conotação negativa associada ao conceito de "desviante" optou-se pela utilização do termo "atípico".

Cruzando dados biológicos com o registo arqueológico, pretende-se explorar possíveis interpretações para um conjunto de enterramentos de cronologia romana, recuperados aquando da escavação da Necrópole Noroeste de Olisipo, entre 1999 e 2001, na sequência da identificação de um vasto potencial arqueológico durante a construção de um parque de estacionamento subterraneo na Praça da Figueira, em Lisboa. Os trabalhos arqueológicos revelaram um amplo horizonte cronológico e cultural, compreendido entre a Pré-História Recente e a Contemporaneidade revelando, entre outros contextos, as ruínas do extinto Hospital Real de Todos os Santos e a Necrópole Noroeste de Olisipo, com uma ampla cronologia que se inicia em meados do século I d.C. e termina no inicio do século V d.C. (Silva, 2005). Após uma análise preliminar que incidiu sobre a dinâmica estratigráfica e os materiais e estruturas exumadas, correspondentes às fases de ocupação romana, com vista a promover a leitura e compreensão do espaço, foi definido um conjunto de cinco momentos, denominados por "Fases" e enumerados cronologicamente a partir da mais ancestral (Casimiro, Prata & Silva, 2017; Silva & Casimiro, 2013; Silva, 2005). As Fases I e II correspondem a evidências de época romana, tanto anteriores como posteriores à instalação do urbanismo alto-imperial. A Fase

III revela o momento de funcionamento da necrópole romana enquanto espaço monumentalizado, inserindo-se entre meados do século I e finais do III (fig.1a). A Fase IV apresenta já evidências correspondentes ao momento de "desmonumentalização" e posterior desactivação da necrópole, correspondendo ao período compreendido entre finais do século III e início do século V, quando a utilização da área como necrópole parece ter cessado (fig.1b). De facto, nesta fase (IV), o espaço intervencionado, assume a aparência de paisagem arruinada, fruto de uma acção de "desmonumentalização" da Necrópole Noroeste de Olisipo. Ainda assim, a área envolvente à grande via romana que conduzia a Scallabis, e daí a Emérita e Bracara, persistiu temporariamente como área de sepultamento, sendo predominantes as inumações, praticadas no interior de ataúdes em madeira ou em fossas simples abertas no solo (Silva, 2005) (Figura 1).

A última fase definida, identificada como Fase V, corresponde ao período compreendido entre os séculos V e, possivelmente, VIII. No início desta fase, há claras evidências de que o espaço já não serve um fim funerário. Este facto poderá explicar-se pela progressiva cristianização da cidade, que gerou novas ideologias e novas formas de ritualização da morte e que resulta numa distinta topografia urbana (Casimiro, Prata & Silva, 2017; Silva, 2005). Durante este período, este espaço caracteriza-se por apresentar uma baixa densidade ocupacional, podendo interpretar-se como uma retracção do espaço suburbano do noroeste da cidade. Neste sentido, a área da actual Praça da Figueira ocuparia uma localização periurbana com algumas características de espaço ruralizado (Casimiro, Prata & Silva, 2017; Silva & Casimiro, 2013). Relativamente às fases III e IV, que correspondem à ocupação do espaço como necrópole, foram identificados enterramentos humanos correspondentes a rituais de inumação (n=61) e cremação (n=23). Em alguns casos, por motivos que se prendem com a urgência dos trabalhos em campo, procedeu-se à exumação em bloco. Por esse motivo, ressalva-se que os números indicados não são definitivos, uma vez que ainda decorrem os trabalhos de escavação em laboratório. Das 60 sepulturas escavadas, foram identificados 61 indivíduos: 33 adultos e 28 não adultos. Com a excepção de uma sepultura que continha os restos ósseos de dois neonatos, todas as outras referem inumações primárias e individuais (Casimiro *et alii*, 2017).

2. MATERIAL E MÉTODOS

Dos 61 indivíduos analisados, destacam-se sete (quatro adultos e três não adultos), por motivos relacionados com a sua deposição, constituindo assim o foco do presente trabalho. Tendo subjacente os registos de campo, procedeu-se à análise dos parâmetros relativos à Antropologia Funerária atendendo a aspectos, como a tipologia e a forma da sepultura, o tipo de inumação, o modo de deposição, orientação e a posição do individuo e o mobiliário funerário associado.

O perfil cronológico das sepulturas é aferido pela articulação dentro da dinâmica estratigráfica reconhecida, com alguns elementos integrantes do mobiliário funerário a ancorar as propostas de datação.

Paralelamente, traçou-se o perfil biológico dos indivíduos. Para estimar a idade biológica dos não-adultos foram considerados métodos morfológicos e métricos. Os métodos morfológicos basearam-se na observação do desenvolvimento ósseo e dentário, (Ferembach; Schwidetzky & Stloukal, 1980; Sheuer & Black, 2000). Não foi desenvolvida qualquer análise relacionada com a diagnose sexual de não adultos, uma vez que a estimativa do sexo em indivíduos cujo dimorfismo sexual é incipiente, está sujeita a consideráveis erros interpretativos (Cardoso & Saunders, 2008; Galdames *et alii*, 2009). A estimativa da idade à morte em adultos considerou a maturação biológica do esqueleto, atendendo ao grau de encerramento das epífises tardias (Buikstra & Ubelaker, 1994; White & Folkens, 2005), assim como as alterações da superfície auricular (Lovejoy et al., 1985) e da sínfise púbica (Brooks & Suchey, 1990). A morfologia do osso coxal e do crânio foram os indicadores considerados para a estimativa do sexo em adultos (Buikstra & Ubelaker, 1994; Bruzek, 2002; White & Folkens, 2005). Para o mesmo efeito, foi ainda considerada a análise métrica de alguns ossos longos e do tarso (Wasterlain, 2000). Por fim, efetuou-se uma análise macroscópica de todos os elementos ósseos, visando a identificação de eventuais alterações ósseas de natureza patológica e tafonómica (Buikstra & Ubelaker, 1994; Ortner, 2003).

3. RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir dos casos selecionados são apresentados individualmente, seguindo um modelo descritivo.

Caso 1: H1-2/ UE8905/Esq.46

A análise do esqueleto 46 revelou um indivíduo adulto do sexo feminino. Trata-se de uma inumação primária individual, orientada no sentido SE-NO. O individuo foi depositado directamente numa fossa aberta no solo, em decúbito supino e inclinado sobre o seu lado esquerdo (Figura 2).

O esqueleto encontrava-se totalmente articulado, próprio de casos em que a decomposição do cadáver ocorre num espaço colmatado. Os membros inferiores estavam flectidos para o lado esquerdo, sendo que o esquerdo se encontrava mais elevado em relação ao direito. Quanto aos membros superiores, estes apresentavam-se flectidos e posicionados posteriormente, com as extremidades distais dos rádios e ulnas (esquerdos e direitos) juntos, encostados à zona posterior das vertebras lombares. É o posicionamento descrito que se destaca, justificando a classificação do indivíduo como atípico. Cronologicamente, esta inumação insere-se nas primeiras décadas do século IV. Não foi identificado qualquer tipo de mobiliário funerário associado.

No que concerne as alterações ósseas de natureza patológica refira-se a presença de alguns osteomas, em botão, no frontal e parietais e a observação de caries. Acresce ainda a perda antemortem de dentes e desgaste dentário na cavidade oral. Na extremidade distal da fíbula esquerda registou-se um ligeiro desvio no alinhamento da diáfise, acompanhado de irregularidades na superfície óssea, e que consubstanciam uma provável fratura remodelada. Ainda no esqueleto apendicular, destacou-se a presença de algumas alterações da entese e hipertrofia óssea, designadamente nas clavículas, extremidade proximal dos úmeros, crista ilíaca, e espaço de inserção do Tendão de Aquiles (calcâneo esquerdo). Na coluna torácica foram observados nódulos de Schmorl nas vértebras T6 a T10, assim como osteofitose marginal no rebordo do corpo da T5 a T12, e sinais de compressão do corpo, mais notórios entre a T6 e a T8. Ainda no corpo das vértebras torácicas refira-se a presença de alguma assimetria lateral em relação ao eixo central do corpo. Na 4ª vértebra lombar (L4) assinalou-se uma pequena lesão erosiva (~1 cm) no rebordo ântero-superior do corpo, estendendo-se do limite do anel vertebral e penetrando no corpo da vértebra. O sacro revelou um conjunto de defeitos congénitos, caracterizados pela fusão incompleta dos arcos neurais de alguns segmentos (S1/S2 e S4/S5), e que correspondem a um caso de espinha bífida.

Caso 2: GH2/UE8918/Esq.39

O esqueleto 39 pertence a um indivíduo não adulto com uma idade à morte estimada entre os 4 e os 8 anos. Trata-se de uma inumação primária individual orientada no sentido SE-NO. O individuo foi depositado em decúbito supino, com recurso a ataúde. O esqueleto encontrava-se parcialmente desarticulado, com enfase na região do tórax e membros superiores e cintura pélvica. Sendo um aspecto comummente verificado nos casos em que a decomposição cadavérica ocorre num espaço não colmatado. Os membros inferiores encontravam-se estendidos. A desarticulação dos elementos ósseos da região do tórax e pélvis motivaram a seleção deste individuo para o conjunto de casos destacados, ainda que, com algumas reservas (Figura 3).

Do mobiliário funerário fazem parte uma Sigillata Clara Africana A – Hayes 14C (Hayes, 1972, 1980), uma terracota regional coroplástica (galo/galinha); duas cerâmicas comuns de produção regional (um pote biansado e um pote/panela). Relativamente à cronologia, os elementos vasculares em Terra Sigillata Clara Africana concedem um carácter decisivo. É situável dentro do século III d.C. em função das cronologias aferidas para o tipo por Michel Bonifay (2004). Assinale-se a concordância da datação com o que se conhece para a laboração da olaria da Quinta do Rouxinol (Seixal), dado o pequeno pote associado, apresentar a muito característica pasta regional caulínica comprovadamente saída daquela *officina* (Santos, 2012). Não foram registadas quaisquer alterações ósseas de cariz patológico.

Caso 3: H3/UE8831/Esq.47

O esqueleto 47 refere um indivíduo adulto, do sexo masculino (Figura 4).

Trata-se de uma sepultura primária e individual com orientação SE-NO, onde o individuo foi depositado num pequeno covacho ovalado, sem recurso a ataúde. Os membros superiores encontravam-se flectidos sobre o ventre e os membros inferiores estendidos. À semelhança do anterior (esq.39), as áreas correspondentes ao tórax e à cintura pélvica encontravam-se bastante desarticuladas, motivando a seleção deste individuo para o conjunto de casos destacados.

Cronologicamente, insere-se na fase III. O mobiliário funerário é composto por três vasos em cerâmica comum de produção regional (uma bilha e dois potes/panelas).

Para além de alterações da cavidade oral (tártaro e desgaste dentário), foram observadas algumas afecções articulares (p.e. crescimento ósseo) na clavícula, omoplata e mão. No corpo da 5ª e 6ª vértebra cervical registaram-se alterações degenerativas severas designadamente, osteofitose marginal, porosidade e esmagamento. Nas vértebras lombares (L1-L3) também se assinalou osteofitose marginal, mais conspícua no lado esquerdo do corpo. Por fim, registou-se a presença de alterações da entese no rádio direito (inserção do *biceps brachii*).

Caso 4: H1-2/UE8931/Esq.73
O esqueleto 73 refere um indivíduo não adulto com uma idade à morte estimada entre os 2 e os 4 anos. Trata-se de uma sepultura primária e individual, do tipo covacho, com orientação NO-SE (Figura 5).
À semelhança dos dois casos anteriores (esq.39 e 47), o esqueleto 73 encontrava-se parcialmente articulado, sendo que as áreas correspondentes ao tórax e à cintura pélvica se encontravam desarticuladas, motivando a seleção deste individuo para o conjunto de casos selecionados. O indivíduo foi depositado em decúbito supino com os membros inferiores estendidos e paralelos. O membro superior direito encontrava-se flectido sobre o abdómen, sendo que o esquerdo não foi possível observar, dada a desarticulação.
Inserida no período que compreende a fase III, não apresentava mobiliário funerário. Não foram observadas alterações ósseas de natureza patológica.

Caso 5: H3/UE8940/Esq.48 (Figura 6).
O esqueleto 48 corresponde a um indivíduo do sexo feminino. A fusão parcial da epífise esternal da clavícula, a ausência de fusão do primeiro segmento do sacro, e a retenção de cristas e sulcos na sínfise púbica apontam para uma idade inferior a 30 anos.
Trata-se de uma inumação primária individual, orientada no sentido SE-NO. O indivíduo foi depositado num covacho aberto sobre um muro pré-existente, sem recurso a ataúde. O membro superior direito encontrava-se flectido sobre o abdómen. A desarticulação do membro superior esquerdo impediu a aferição da sua exacta posição. De salientar a posição atípica dos membros inferiores: o membro inferior direito encontra-se estendido, enquanto que o membro inferior esquerdo se encontra flectido com o pé posicionado debaixo da tíbia direita.
No domínio das alterações ósseas e dentárias, destaca-se na cavidade oral, a presença de tártaro e desgaste dentário, mais notório nos primeiros molares.

Caso 6: L3/UE9115/Esq.33
O esqueleto 33 refere um indivíduo do sexo feminino. A fusão de todas as epífises do esqueleto e a ausência de indicadores de degenerescência óssea apontam para um adulto jovem. Trata-se de uma inumação primária individual, orientada no sentido SE-NO. O individuo foi depositado num pequeno covacho sem recurso a ataúde. Os membros superiores encontravam-se flectidos sobre o tórax/abdómen e, como no caso anterior (esq.48), é a posição dos membros inferiores que se destaca: o membro inferior direito encontra-se estendido, enquanto que o esquerdo se encontra flectido, com o pé por baixo da tíbia direita.
Cronologicamente, insere-se no período compreendido entre século II e o final do III d.C.
O mobiliário funerário é composto por uma bilha em cerâmica comum de produção regional, depositada ao lado do membro superior direito. Cronologicamente, insere-se no período compreendido entre século II e o final do III d.C. O mobiliário funerário é composto por uma bilha em cerâmica comum de produção regional, depositada junto do membro superior direito (Figura 7).
No domínio paleopatológico observaram-se alterações da entese, mais conspícuas no rádio direito (inserção do *biceps brachii*), rótula direita (músculo *vastus*) e calcâneos (tendão de Aquiles). No ílio esquerdo observou-se uma pequena projeção óssea na região da espinha ilíaca póstero-superior. Nas vértebras torácicas notou-se um pequeno desvio lateral direito em relação ao eixo central do corpo, mais expressivo entre a 4ª e a 10ª vértebra (T4-T10). Registaram-se depósitos de tártaro e a presença de desgaste dentário.

Caso 7: E2/UE3814/Esq.4
O esqueleto 4 refere um indivíduo não adulto com a idade à morte estimada entre os 6 e os 8 anos. Trata-se de uma sepultura primária e individual, do tipo covacho, com orientação SE-NO.
À semelhança do Caso 2, a sua classificação como atípico levanta dúvidas. No entanto, optou-se pela sua inclusão, pelas semelhanças que apresenta em relação aos casos 2, 3 e 4, este encontrava-se parcialmente desarticulado, principalmente no que se refere ao tórax e à cintura pélvica. O individuo foi de-

positado em decúbito supino, com recurso a ataúde. Os membros inferiores encontravam-se estendidos, não sendo possível observar a posição dos membros superiores, dado o estado de desarticulação.

Deverá referir-se que esta sepultura de forma rectangular, foi construída por cima da maior de três *cupae* – com cerca de 2,40 m de comprimento – identificadas nesta necrópole, sendo que esta foi alvo de violação, ainda, na Antiguidade (Casimiro *et alii*, 2017; Campos, 2012). Por este motivo, quando se dá o abatimento de terras para o interior da *cupa*, devido a danos estruturais provocados pela violação, a sepultura de E2 é afetada, acabando por sofrer também um abatimento (Figura 8).

O mobiliário funerário era constituído por uma moeda; dois elementos de vidro (um copo e outro inclassificável); dois elementos em Sigillata Clara africana A e C e ainda um pote/panela em Cerâmica Comum de produção regional. A propósito do numisma, salienta-se que, ainda que muito degradado, pelo tipo de disco e módulo estimável poderá equivaler a um Antoniniano, unidade monetária predominante no século III d.C. e que perde, progressivamente e com grande intensidade, a percentagem em prata da liga original, de tal forma que no último terço da centúria é, na prática, constituída quase apenas por cobre. Já o vidro não é enquadrável tipologicamente dado o estado degradado dos exemplares. Ainda assim, trata-se de vidro incolor e fino, o que está de acordo com datações dentro do lapso do século II d.C. às primeiras décadas do IV d.C. (Isings, 1959). Carácter mais decisivo adquirem os elementos vasculares em terra sigillata clara africana: o prato Hayes 14 C, em fabrico A, associado ao prato Hayes 50A, em fabrico C, remetem esta inumação com maior probabilidade para o último terço do século III ou primeiros anos do seguinte (Bonifay, 2004; Hayes, 1972, 1980).

Não foram registadas quaisquer alterações ósseas de cariz patológico.

4. DISCUSSÃO

A discussão dos casos considera os parâmetros relacionados com os aspectos rituais e/ou condicionantes socioculturais, a presença/ausência de alterações ósseas de natureza patológica e, por último, as alterações tafonómicas ou pós-deposicionais.

Relativamente ao primeiro parâmetro, os casos 1, 5 e 6, são ilustrativos de enterramentos diferenciados. O Caso 1 parece apontar para a presença de algum tipo de exclusão social. Aparentemente o individuo foi descartado enquanto cadáver, preservando as mãos posicionadas atrás das costas, como se estivessem atadas. Acresce que a posição dos membros inferiores parece sugerir que o mesmo estaria de joelhos e terá caído para trás. Um caso com algumas similaridades, datado do século V, foi identificado na cidade romana de Venta Icenorum em Caistor (Norwich, Reino Unido). Nesse caso, a posição dos membros superiores e inferiores é idêntica, tendo o indivíduo, aparentemente, sido depositado em decúbito lateral, não sendo certo se este está localizado numa necrópole (particularidade que parece relevante), assim como nada se sabe sobre o perfil biológico do individuo, uma vez que ainda decorre o respectivo estudo arqueológico e bioantropológico (informação pessoal do Professor Will Bowden, da Universidade de Nottingham).

Relativamente aos casos 5 e 6, que dizem respeito a dois adultos jovens do sexo feminino, a posição do membro inferior esquerdo sugere uma flexão vertical no momento da inumação, que por acção dos processos tafonómicos, nomeadamente a decomposição do cadáver, terá dado origem a um descaimento daquele membro para um plano horizontal. Da interpretação deste caso não podemos excluir, completamente, motivações de natureza sociocultural. Note-se porem, que ao contrário do Caso 1, nestes dois casos não haveria, necessariamente, uma visão negativa dos inumados, por parte de quem procedeu ao ritual. Um caso idêntico foi identificado em Gloucester (Reino Unido). A posição dos membros inferiores é igual, inclusive na lateralidade. No caso de Gloucester trata-se de um individuo adulto jovem, do sexo masculino. Na interpretação deste caso os autores não se focaram no simbolismo da deposição, limitando-se à sua discrição e justificando a posição do membro inferior como resultante do processo de decomposição do cadáver em espaço não colmatado, apresentando algumas reservas nessa interpretação, motivadas pelo facto de apenas terem sido recuperados 2 pregos que, eventualmente, poderiam fazer parte de um ataúde (Simmonds, Marquéz-Grant & Loe, 2008).

De todos os casos apresentados, o argumento de que algumas patologias severas, como o caso das de natureza infectocontagiosa poderiam justificar algumas deposições atípicas, como resposta por parte da comunidade à presença de doenças capazes de

produzir visivelmente repulsa ou medo de contágio, não se coaduna com os casos apresentados. Ou seja, aparentemente nenhum dos indivíduos apresenta alterações ósseas de natureza patológica, capazes de causar repulsa e, consequentemente, dar origem a exclusão social e ao tratamento funerário distinto. A maioria das alterações observadas e descritas (p.e. tártaro, desgaste dentário, afecções articulares, alterações da entese), são bastante frequentes na análise de material osteológico, e transversais no espaço e no tempo.

Em termos de paleopatologia o único caso a ser revisitado, será o Caso 1 (esq.46), cujo individuo apresenta uma lesão observada na 4ª vértebra lombar semelhante ao padrão descrito na literatura como associado à brucelose ou Febre de Malta, uma infecção zoonótica (p.e., Anderson, 2003; Curate, 2003/2004; D'Anastasio *et alii*., 2009). No mesmo individuo foi ainda observada a existência de espinha bífida e nódulos de Schmorl, justificando-se uma futura análise paleopatológica mais detalhada com vista a diagnósticos diferenciais.

Considerando, por fim, a influência ou o impacto dos factores tafonómicos ou pós-deposicionais, na interpretação destes casos, deve atender-se que estes poderão ser motivados pelas condições físicas do espaço sepulcral, assim como pela acção de factores antrópicos ou ecológicos. Muitas alterações têm também origem em factores biológicos inerentes ao próprio individuo, nomeadamente no processo de decomposição do cadáver e, em toda uma dinâmica que lhe está associada (Pinheiro, 2006), sendo possível que o mesmo cadáver desenvolva vários níveis de decomposição em simultâneo, devido a factores intrínsecos e extrínsecos (Pinheiro, 2006). Estes processos podem produzir alterações substanciais no enterramento, alterando o posicionamento dos vários elementos ósseos, desarticulando-os e misturando-os, por vezes criando um cenário "imaginário" de manipulação cadavérica. O facto da tafonomia criar limites na interpretação em campo, adequa-se aos casos 2, 3, 4 e 7. Nos casos 2 e 7, a presença de ataúde poderá justificar o remeximento dos elementos ósseos e a quebra da integridade articular, motivado pela decomposição do cadáver num espaço não colmatado (no Caso 7, acresce o facto de a sepultura ter colapsado). Nos casos 3 e 4, cuja decomposição decorreu em espaço colmatado ou semi-colmatado, o remeximento poderá dever-se a múltiplos factores que vão desde as especificidades do terreno e da própria sepultura (p.e. sepulturas superficiais, como parece ser o caso), à acção da fauna e da flora, à pressão urbana, entre outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise destes ambientes, aqui considerados como um complexo que inclui: esqueleto / sepultura / espaço funerário, requer uma observação e diálogo transdisciplinar e um extremo rigor metodológico, assente nos conceitos inerentes à Arqueotanatologia, atendendo a que a sua ausência implica a incapacidade de interpretar correctamente qualquer deposição mortuária (Neves *et alii,* 2012; Duday, 2009) – a interpretação correcta destes ambientes está directamente relacionada e, sobretudo, condicionada pelos métodos e pelo registo da sua escavação (Neves *et alii*, 2012; Lecrec, 1990). A este propósito, relembra-se que os casos apresentados foram analisados com recurso a registos fotográficos e gráficos, complementados com outros registos de campo.

Se é verdade que os restos ósseos encerram um registro biológico da vida de um indivíduo, também é verdade que estes incorporam uma personalidade social moldada e adaptada à influência cultural (Gregoricka *et alii,* 2017; Agarwal & Glencross, 2011). O ambiente funerário constitui-se como um elemento chave, não apenas, para compreender o tratamento após a morte, já que esse tratamento poderá reflectir a forma como o individuo seria visto pela sociedade (Sofaer, 2006) mas, também, para a reconstrução dos rituais funerários e para compreender as suas dinâmicas e a forma como estes são operados dentro de uma determinada sociedade.

AGRADECIMENTO

Gostaríamos de agradecer a todos os estudantes que têm contribuído nos trabalhos de tratamento das séries/colecções osteológicas presentemente responsabilidade do Laboratório de Antropologia Biológica e Osteologia Humana (LABOH/CRIA/FCSH, Universidade Nova de Lisboa).

Os autores gostariam ainda de reconhecer o contributo da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia: Francisca Alves Cardoso é Investigador FCT (IF/00127/2014), programa apoiado pela Comissão Europeia ESF e POPH. Ambas as investigadoras Sandra Assis (IF/00127/2014/POSDOC) e Silvia Casimiro (CRIA2017 IF/00127/LIC) desenvolve-

ram actividades integrando o Projecto Exploratório Bone Maters/Matérias ósseas (IF/00127/2014/CP1233/CT0003). Sílvia Casimiro foi também bolseira de investigação do LABOH (BI/LIC/04038/LABOH), no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento do CRIA (UID/ANT/04038/2013), tendo o CRIA apoiado a participação de Francisca Alves Cardoso neste congresso.

BIBLIOGRAFIA

AGARWAL, Sabrina; GLENCROSS, Bonnie (2011) – Building a Social Bioarchaeology. In AGARWAL, Sabrina & GLENCROSS, Bonnie, eds – *Social Bioarchaeology*. Oxford, Wiley-Blackwell.

ANDERSON, T. (2003) – The first evidence of brucellosis from British skeletal material. *Journal of Paleopathology* 15(3), pp. 153-158.

ASPÖCK, Edeltraud (2008) – What Actually Is a 'Deviant Burial'? Comparing German-Language and Anglophone Research on 'Deviant Burials. In MURPHY, Eileen, eds. – *Deviant Burial in the Archaeological Record*. Oxford: Oxbow Books, pp. 17–34.

AUFDERHEIDE, Arthur; RODRÍGUEZ-MARTÍN, Conrado; LANGSJOEN, Odin (1998) – *Cambridge Encyclopedia of Human Paleopathology*. Cambridge University Press.

BROOKS, S.; SUCHEY, J.M. (1990) – Skeletal age determination based on the os pubis: a comparison of the Acsádi-Nemeskéri and Suchey-Brooks methods. *Human Evolution* 5, pp. 227-238.

BONIFAY, Michel (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. BAR International Series, 1301. Oxford.

BRUZEK, Jaroslav (2002) – A method for visual determination of sex, using the human hip bone. *American Journal of Physical Anthropology* 117, pp. 157-168.

BUIKSTRA, Jane; UBELAKER, Douglas (1994) – Standards for data collection from human skeletal remains. *Proceedings of a Seminar at the Field Museum of Natural History*, Arkansas, Archaeological Survey Research Series, 44.

BURNSTON, Sharon Ann (1982) – Babies in the Well: An Underground Insight into Deviant Behavior in 18th Century Philadelphia. T*he Pennsylvania Magazine of History and Biography* 106(2), pp. 151.

CAMPOS, Ricardo (2012) – As cupae do ager Olisiponensis. In ANDREU PINTADO, J. ed. – *Las cupae hispanas: origen, difusión, uso, tipología*. Universidad Nacional de Educación a Distancia, UNED, UNED Tudela : Fundación Uncastillo, pp. 476.

CARDODO, Hugo; SAUNDERS, Shelley (2008) – Two arc criteria of the ilium for sex determination of immature skeletal remains: a test of their accuracy and an assessment of intra an inter observer error. *Forensic Science International*, 178, pp. 24-29.

CASIMIRO, Sílvia; ALVES CARDOSO, Francisca; SILVA, Rodrigo Banha da; ASSIS, Sandra; MARQUÉZ-GRANT, Nicholas (2017) – ‹…et sepultus est›. A multiplicidade da morte na Necrópole Noroeste de Olisipo. Colóquio A Morte em Lisboa: novos dados, novas problemáticas. Comissão de Estudos Olisiponenses, Associação dos Arqueólogos Portugueses. Museu Arqueológico do Carmo.

CASIMIRO, Sílvia; PRATA, Sara; SILVA, Rodrigo Banha da (2017) – Enterramentos infantis em contextos não funerários na Alta Idade Média. In FONTES, João Luis Inglês *et al* (coord), Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes. Estudos 15. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 37-55.

CURATE, Francisco (2003/04) – A brucelose em paleopatologia: um estudo de caso proveniente da necrópole Cristã de Cacela Velha. *Antropologia Portuguesa* 20/21, pp. 209-235.

DAMYANOV, M. (2012) – Normative and Non-Normative Burial Practices in the Necropolis of Greek Colonies in Western Black Sea. *Journal Ancient West & East*, 11.

D'ANASTASIO, Ruggero; ZIPFEL, Bernhard.; MOGGI-CECCHI, Jacobo; STANYON, Roscoe; CAPASSO, Luigi (2009) – Possible Brucellosis in an Early Hominin Skeleton from Sterkfontein, South Africa. *PLoS ONE* 4(7): e6439.

DUDAY, Henry (2009) – *The archaeology of the dead: Lectures in archaeothanatology*. Oxford: Oxbow Books.

FARRELL, Maura (2012) – Prone, stoned, and losing the head: Deviant burials in early medieval Ireland in the 5th to 12th centuries. In *Trowel*, Vol 13. AIYA Proceedings.

FEREMBACH, D.; SCHWIDETZKY, I.; STLOUKAL, M. (1980) – Recommendations for age and sex diagnoses of skeletons. *Journal of Human Evolution*, 9, pp. 517–549.

GALDAMES, Iván; MATAMALA, Daniela; SMITH, Ricardo (2009) – Sex determination in mandibles in the first year of life by a quantitative approach. *International Journal Morphology*, 27:1, pp. 113-116.

GARDEŁA, Leszek; DUMA, Pawel (2013) – Untimely death. Atypical burials of children in early and late medieval Poland. *World Archaeology* 45(2), p.314-332.

GREGORICKA, Lesley; SCOTT, Amy; BETSINGER, Tracy; POLCYN, Marek (2017) – Deviant burials and social identity in a Postmedieval Polish cemetery: An analysis of stable oxygen and carbon isotopes from the "vampires" of Drawsko. *American Journal of Physical Anthropology*, in press, pp. 1-18.

HANDLER, Jerome (1996) – A Prone Burial from a Plantation Slave Cemetery in Barbados, West Indies: Possible Evidence for an African-Type Witch Or Other Negatively Viewed Person. *Historical Archaeology* 30(3), pp. 76.

HAYES, John W (1972) – *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.

HAYES, John W (1980) – *Supplement to Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.

HODGSON, Jesslyn (2013) – Deviant Burials in Archaeology. *Anthropology Publications*. Paper 58. University of Western Ontário.

ISINGS, Clasina (1957) – *Roman Glass from dated finds, Colecção Archaelogica traiectina*; volume II. Groningen: J. B. Woltas.

LECRERC, Jean (1990) – La notion de sepulture. *Bulletin et Memoires de la Societé d'Anthropologie de Paris*, 2 (3-4), pp. 13-18.

LOVEJOY, C. Owen; MEINDL, Richard; PRYZBECK, Thomas; MENSFORTH, Robert (1985) – Chronological metamorphosis of the auricular surface of ilium: new method for the determination of adult skeletal age at death. *American Journal of Physical Anthopology*, 68, pp. 15-28.

MILELLA, Marco; MARIOTTI, Valentina; BELCASTRO, Maria Giovanaa; KNÜSEL, Christopher (2015) – Patterns of Irregular Burials in Western Europe (1st-5th Century A.D.). *PLoS ONE* 10(6): e0130616.

MINOZZI, Simona; FORNACIARI, Antonio; FORNACIARI, Gino (2012) – Commentary on: Forensic Approaches to an Archaeological Casework of "vampire" Skeletal Remains in Venice: Odontological and Anthropological Prospectus. J Forensic Sci 2010; 55(6), p.1634–7. *Journal of Forensic Sciences* 57(3), pp. 843.

MURPHY, Eileen. (2008) – Introduction. In MURPHY, Eileen, eds. – *Deviant Burial in the Archaeological Record*. Oxford, UK. Oxbow Books, p. xii.

NEVES, Maria João; FERREIRA, Maria Teresa; ALMEIDA, Miguel; PINHEIRO, João (2012) – A importância dos processos de decomposição cadavérica para a interpretação do registo osteoarqueológico. *Almadan* II Série (17), pp. 30-37.

NUZZOLESE, Emilio; BORRINI, Matteo (2010) – Forensic Approach to an Archaeological Casework of "Vampire" Skeletal Remains in Venice. Odontological and Anthropological Prospectus. *Journal of Forensic Sciences* 55(6), pp. 1634-1637.

ORTNER, Donald (2003) – *Identification of pathological conditions in human skeletal remains*. Academic Press, Amsterdam.

PARKER PEARSON, Mike (1999) – *The archaeology of death and burial*. Thrupp: Sutton Publishing Ltd.

PINHEIRO, João (2006) – Decay Process of a Cadaver. In: SCHMITT Aurore, eds – *Forensic Anthropology and Medicine*. Humana Press, pp. 85-116.

REYNOLDS, Andrew (2009) – *Anglo-Saxon deviant burial customs*. Oxford University.

SANTOS, César (2012) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SCHEUER, Louise; BLACK, Sue (2000) – *Developmental juvenile osteology*. San Diego, Academic Press.

SILVA, Rodrigo Banha da (2005) – *As «marcas de oleiro» na terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. – séc. II d.C.)*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, apresentada à Universidade do Minho.

SILVA, Rodrigo Banha da; CASIMIRO, Sílvia (2013) – A Fase V na Praça da Figueira (Lisboa): na periferia de Olisipo nos séculos V a VIII. *VIII Mesa Redonda Internacional Sobre a Lusitânia*, 10-11 maio. Mangualde.

SIMMONDS, Andrew; MARQUÉZ-GRANT, Nicholas; LOE, Louise (2008) – Life and death in a roman city: Excavation of a Roman cemetery with a mass grave at 120–122 London Road, Gloucester. *Archaeology Monograph* N.6, Oxford Archaeological Unit. Oxford.

SOFAER, Joanna (2006) – *The Body as Material Culture: a Theoretical Osteoarchaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.

TSALIKI, Anastasia (2008) – Unusual Burials and Necrophobia: An Insight into the Burial Archaeology of Fear. In MURPHY, Eileen, eds – *Deviant Burial in the Archaeological Record*. Oxbow Books, Oxford.

TSALIKI, Anastasia (2001) – Vampires Beyond Legend: A Bioarchaeological Approach. *Proceedings of the XIII European Meeting of the Paleopathology Association*, Chieti, Italia.

UCKO, Peter (1969) – Ethnography and Archaeological Interpretation of Funerary Remains. World Archaeology, Vol. 1, n.2. *Techniques of Chronology and Excavation*. Taylor & Francis Ltd. pp. 262-280.

UBELAKER, Douglas (1989) – *Human skeletal remains: excavation, analysis and interpretation*. 2nd Ed. Washington, Taraxacum Washington.

WASTERLAIN, Rosa Sofia (2000) – *Morphé: análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da colecção de esqueletos identificados do Museu de Antropologia da Universidade de Coimbra*. Dissertação de mestrado em Evolução Humana. Departamento de Antropologia. Universidade de Coimbra.

WHITE, Tim; FOLKENS, Peter (2005) – *The human bone manual*. Burlington: Elsevier Academic Press.

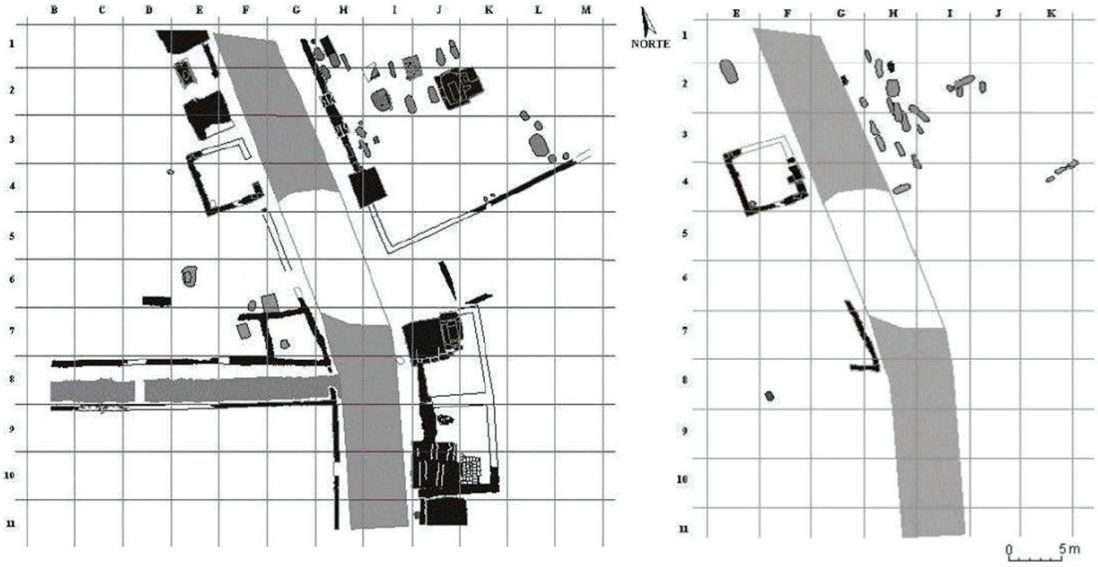


Figura 1 – Plano geral das Fases de ocupação correspondentes à Necrópole Noroeste de Olisipo – da direita para a esquerda: fase III e fase IV.



Figura 2 – Esqueleto 46 (Centro de Arqueologia de Lisboa, 2001).



Figura 3 – Esqueleto 39 (Centro de Arqueologia de Lisboa, 2001).



Figura 4 – Esqueleto 47 (Centro de Arqueologia de Lisboa, 2001).



Figura 5 – Esqueleto 73 (Centro de Arqueologia de Lisboa, 2001).



Figura 6 – Esqueleto 48 (Centro de Arqueologia de Lisboa, 2001).



Figura 7 – Esqueleto 33 (Centro de Arqueologia de Lisboa, 2000).



Figura 8 – Esqueleto 4 (Centro de Arqueologia de Lisboa, 2000).

O ESPAÇO DE NECRÓPOLE ROMANA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO, LISBOA

Nelson Cabaço[1], Alexandre Sarrazola[2], Rodrigo Banha da Silva[3], Liliana Matias de Carvalho[4], Marina Lourenço[5]

RESUMO

No nº 84 a 90 da Rua das Portas de Santo Antão foi identificado um espaço de necrópole que vem contribuir de forma muito significativa para o estado atual dos nossos conhecimentos relativo à ocupação romana de Lisboa. Uma abordagem mais específica orientada para as suas práticas funerárias e associadas evidências materiais permite o enquadramento deste contexto nos séculos III a inícios do IV d.C., época de importantes transformações na organização urbana de Olisipo.

Palavras-chave: Olisipo, Necrópole, Período Romano, Séculos III d.C..

ABSTRACT

On the n's 84 to 90 of Rua das Portas de Santo Antão, in Lisbon, during a building requalification project, funerary contexts of the roman period were identified. Those contexts enclose a remarkable contribution to our knowledge about the roman occupation of Lisbon, especially about the funerary practices. The archaeological materials had allowed us to insert these tombs on the III to early IV cs. A.D., for the most, a period of important transformations of the urban organization of Olisipo.

Keywords: Olisipo, Necropolis, Roman Period, III century A.D..

1. INTRODUÇÃO

Os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da reabilitação do edifício localizado na Rua das Portas de Santo Antão n.ºs 84 a 90, em Lisboa, foram executados pela Era-Arqueologia, tendo permitido a identificação de aterros de cronologia moderna/contemporânea, relacionados com a construção do edifício, importando, convindo ressalvar aqui a deteção de um espaço de necrópole de período Romano, e níveis de escorrência que continham material enquadrável na Pré-história Recente (Figura 1).

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-CRONOLÓGICO

No que respeita a intervenções arqueológicas próximas ao local da presente intervenção, importa referir, desde logo, as ações de Irisalva Moita motivadas pelas obras de extensão do metropolitano, em 1960, 1961 e inícios de 1962, no Rossio, na Praça da Figueira e noutros locais das imediações (MOITA, 1968).

A riqueza dos vestígios arqueológicos desta zona da cidade já era conhecida, uma vez que em 1953 fora identificada a escadaria da Igreja de Todos-os-Santos na loja "Irmãos Unidos", que se localizava entre a Praça da Figueira e o Rossio. O Hospital Real de Todos-os-Santos, que funcionou entre os séculos XVI e XVIII, foi erigido a partir de 1492 (final do reinado de D. João II) em terrenos obtidos ao Convento de São Domingos, tendo Moita conduzido uma extensa escavação do remanescente entre agosto e setembro de 1960. O acompanhamento das obras na Praça da Figueira prosseguiu, entre 1961 e o início de 1962, pela mão da mesma olisipógrafa (Idem).

Em 1961 Moita descobriu no subsolo do Rossio uma

1. Era-Arqueologia; nelsoncabaco@era-arqueologia.pt

2. Era-Arqueologia; alexandresarrazola@era-arqueologia.pt

3. CAL-CML; CHAM-FCSH da UNL e UAç; rodrigo.banha@cm-lisboa.pt

4. CIAS – Centro de Investigação em Antropologia e Saúde (Universidade de Coimbra); liliana_m_carvalho@yahoo.com.br

5. Era-Arqueologia; mar.lourenco22@gmail.com

estrutura de grandes dimensões de época romana, que só em 1994 seria devidamente identificada como a *spina* do circo de *Olisipo*, aquando do retomar das escavações que lhe exumaram também parte da arena (SEPÚLVEDA, VALE, SOUSA, SANTOS, GUERREIRO, 2002: 245-246).

Entre os anos 1961 e 2002 foi identificada a Necrópole Noroeste de *Olisipo*, dispersa por uma área que abrange desde a Praça da Figueira ao Largo de São Domingos, Encosta de Santana e Calçada do Garcia. Irisalva Moita recolhera, em 1961, de forma avulsa, epigrafia funerária e artefactos provenientes de sepulturas de incineração romanas, tendo-lhe permitido assinalar um total de vinte e seis cremações, para tomar a iniciativa de uma primeira escavação em cinco dias de fevereiro de 1962 (SILVA, 2005: 9-10), uma vez que os trabalhos desenvolvidos até então no quadro da extensão da rede do metropolitano eram somente de acompanhamento (VALE e FERNANDES, 2002: 109-121).

A partir dos inícios de fevereiro de 1962 procedeu-se ao salvamento do remanescente da necrópole romana, agora mediante uma escavação arqueológica, sistemática, dirigida por Ferreira Bandeira (SILVA, 2005: 10). No seguimento destes trabalhos foi possível identificar uma via romana, em torno da qual se organizava a necrópole (SILVA, 2005, 2012). As escavações arqueológicas permitiram ainda a identificação de estruturas de dois monumentos a este da via e de outros compartimentos a oeste, como diversos contextos funerários, de incineração e inumação (Idem).

Entre 1999 e 2001, no âmbito da construção do parque de estacionamento subterrâneo da Praça da Figueira, procedeu-se à escavação integral desta área, trabalhos a cargo do Museu da Cidade de Lisboa sob a direcção de um dos autores (RBS), coadjuvado pontualmente por Marina Carvalhinhos.

Desta escavação resultou a identificação de cinco grandes momentos cronológicos no espaço: o Hospital de Todos os Santos (Época Moderna), a ocupação da Baixa Idade Média, do período de dominação islâmica, os níveis romanos e Antiguidade Tardia e, por fim, da Idade do Bronze Final.

Embora não tenha sido então possível determinar a extensão original da necrópole, a intervenção permitiu entrever um limite mínimo a norte, tendo por base as sepulturas e epígrafes exumadas no Largo de São Domingos nos finais do séc. XIX, e as sepulturas identificadas na Calçada do Garcia, nos meados daquele século (SILVA, 2002). A sul, a intervenção de 1999/2001 pode apenas comprovar a continuidade do espaço funerário para além da "zona mediana da praça atual", visto estar circunscrita à estrutura do parque em construção.

Limitada a oeste pelo circo, a necrópole desenvolvia-se em torno da via antes identificada por Bandeira Ferreira em 1962, e de um divertículo para nascente que percorria a meia encosta nascente da Colina de Santana (MURALHA, COSTA e CALADO, 2002), à qual estariam associadas as sepulturas da Calçada do Garcia, bem como outras datadas dos séculos I ao III/IV d.C., reveladas nas escavações da Encosta de Santana em 2002 (Idem) e, depois, aquando da retoma das escavações em 2004 (agradecemos a informação aos responsáveis, Manuela e Vasco Leitão). Este caminho secundário estaria ligado à "Via Norte" na zona do Largo de S. Domingos.

A "Via Norte" seria a linha estruturante da própria necrópole, tendo sido observada uma hierarquização do próprio espaço funerário em função da proximidade a este caminho principal (SILVA, 2005, 2012).

As escavações da Praça da Figueira de 1999-2001 permitiram definir cinco momentos distintos para o período romano e da Antiguidade Tardia, definidos pelo carácter da ocupação do espaço (SILVA, 2005: 38-58):

1ª Fase – a presença dos materiais líticos e cerâmicos é atribuível à Idade do Bronze Final, mas também alguns elementos de cerâmicas atribuíveis à Idade do Ferro e um fragmento de cerâmica campaniense remetem para uma primeira cronologia da ocupação romana do espaço, situável entre o século II a.C. e o segundo terço do século I a.C., já dentro do período de dominação romana de *Olisipo*.

2ª Fase – período de "instalação do primeiro urbanismo alto imperial", verificando-se uma maior dinâmica na estruturação do espaço, que se caracteriza principalmente com a construção da primeira pavimentação da "Via Norte" de Olisipo. Tendo sido identificada outra via, perpendicular à anterior, sendo uma via secundária que serviria mais tarde de acesso ao circo e a outras estruturas, e um muro que delimitaria a Norte esta via de menor entidade, com uma construção semelhante aos primeiros muros encontrados.

3ª Fase – Corresponde aos espaços de utilização funerária intensiva, junto à "Via Norte", desenvolvendo-se de uma forma estruturada em seu redor. Esta fase equivale ao funcionamento da necrópole "monu-

mentalizada", causa de um fenómeno de transformação do ritual da morte ocorrido a partir dos finais da República em muitas cidades da Hispânia em finais do período Republicano, mas principalmente no início dos principados dos Júlios-Cláudios, elemento que remete os inícios da necrópole para o principado de Cláudio (SILVA, 2012).

A "Via Norte" seria a linha estruturante da necrópole, à exceção dos sepultamentos junto da "entrada porticada" e do muro. Apesar da inumação ser praticada em *Olisipo* nos finais do século I a.C. e primeiras décadas do I d.C., fenómeno observável na necrópole da Rua dos Correeiros, na "Necrópole NO" da cidade a prática da incineração era aparentemente exclusiva no séc. I d.C. É ainda de referir a utilização constante de alguns edifícios funerários até ao século III d.C.

Num segundo momento, entre os séculos II e III d.C., ocorre um período de acentuação desta monumentalidade na zona da Praça da Figueira, uma ocorrência que tem lugar nas cidades mais romanizadas do ocidente. Ocorre também uma reorientação do troço sul exumado da "Via Norte" (inclinação mais a 30º a NO). É ainda de salientar o encerramento da via secundária com um portão duplo e ferrolhos já no século III d.C., um condicionamento que poderia estar associado à acessibilidade ao circo.

4ª Fase – é um período de "desmonumentalização" da necrópole resultante de ações intensivas e sistemáticas de roubo de pedra, relacionáveis com a construção de um novo sistema defensivo urbano, levando à destruição das arquitecturas funerárias. Tratou-se de um fenómeno rápido, que alguns numismas em estratigrafia permitiram definir o ano de 270 d.C. como data inferior para o seu início, sendo outro indicador de abandono destas estruturas o *bustum* encontrado no centro da via secundária e assinalado com um silhar estucado, exemplo da desativação deste caminho. O espaço continua, todavia, a ser utilizado como espaço funerário, com vários exemplos de cremações e inumações, as últimas amplamente predominantes, provavelmente ao longo do séc. IV d.C.

5ª Fase – esta fase corresponderá ao abandono gradual e lento desta área como espaço de necrópole, numa data imprecisa ainda no século IV d.C. Esta fase da Época Tardo-Romana/Antiguidade tardia corresponderá ainda, nas etapas mais avançadas, ao abandono do próprio espaço da Praça da Figueira, embora tenham sido identificadas seis sepulturas de inumação, maioritariamente de infantis, ainda que dispersas e dissociadas entre si. A cronologia, destas sepulturas é indeterminável, dada a inexistência de espólio associado.

Nesta última fase se integra ainda a última reforma efetuada à "Via Norte", a qual terá ocorrido nos finais do séc. IV d.C. ou inícios do século V d.C., de acordo com dois numismas de Arcádio (385-409 d.C.) exumados sob o novo pavimento, em ambos os troços escavados a sul e a norte da Praça. Esta via foi sobreposta por finas camadas areno-argilosas, com poucos materiais, que, contudo, sugerem a utilização do espaço ainda como trajeto viário. Correspondendo a toda a área escavada, foi identificada uma unidade estratigráfica uniforme, correspondente a um período deposicional lento, que indicia o momento de definitivo abandono do local, tratando-se do último registo assimilável a estes períodos (SILVA, 2005, 2012).

3. CARACTERIZAÇÃO DO NÚCLEO DA NECRÓPOLE DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO E RITUAL FUNERÁRIO DOCUMENTADO

O espaço de necrópole agora apresentado revelou 9 sepulturas e uma estrutura que possivelmente teria também função funerária.

Do ponto de vista estrutural os contextos funerários podem ser divididos em dois grupos: sepulturas em covacho alongado (Sepulturas 1, 2, 5, 6 e 9) e sepulturas estruturadas (Sepulturas 3, 4, 7 e 8).

No que concerne às sepulturas estruturadas, estas podem ser divididas em: as que possuíam coberturas com *lateres*, a formar duas águas (Sepulturas 3, 7 e 8), e cobertura realizada com pedras de pequena a média dimensão, que cobriam *lateres* dispostos em V (Sepultura 4). Menciona-se, ainda que as sepulturas 4 e 7 apresentavam características das suas paredes internas distintas relativamente às restantes. A sepultura 4 apresentava as paredes totalmente revestidas com um reboco de cal, branco; já a sepultura 7 apresentava as suas paredes revestidas a argamassa, formando uma pequena "caixa".

No que se refere ao ritual funerário, podemos inferir que 5 dos indivíduos (sepulturas 1, 2, 5, 6 e 9) teriam sido inumados dentro de caixões de madeira, considerando a disposição e a existência de pregos de grandes dimensões no interior das sepulturas, tendo-se o esquife desintegrado ao longo do tempo. A maioria dos enterramentos era acompanhada por espólio votivo, composto por cerâmica comum (ta-

ças, potes, bilhas, jarros), em *Sigillata* clara africana, lucernas (duas destas decoradas), recipientes em vidro, objetos metálicos, entre estes anéis, numismas, agulhas e uma pinça. Este conjunto material permite-nos enquadrar as presentes sepulturas numam época tardia da ocupação romana de *Olisipo*, mais concretamente em pleno século III d.C. ou, pelo mais, atingindo os inícios do IV d.C. Importa mencionar que os materiais votivos apenas estavam presentes nas sepulturas que continham indivíduos adultos.

Todos os indivíduos foram inumados em decúbito dorsal com os membros superiores em extensão ou suavemente fletidos sobre o abdómen, e os membros inferiores em extensão, seguindo uma orientação Sul-Norte ou Sudeste-Noroeste (Figura 2).

4. COMPONENTE ARTEFACTUAL

Os "mobiliários funerários" das sepulturas das Portas de Santo Antão mostram uma diversidade de composição que deriva de critérios complexos e que importa aferir comparativamente no futuro, onde terão jogado o seu papel fatores tais como *status* (social, económico, …), género, idade, gentilidade ou a identidade cultural e religiosa.

Sendo o momento presente da investigação do *funus* olisiponense ainda precoce para avaliar desta matéria, a "riqueza" de espólio de algumas sepulturas, de que seguirão elementos ainda de carácter preliminar, sugere a presença de alguns indivíduos dotados de relativa capacidade aquisitiva, a despeito da relativa simplicidade da conformação arquitetónica das sepulturas, em especial do aspeto exterior visível na época.

A **sepultura 1** estava acompanhada por um prato em *terra sigillata* clara africana da forma Hayes 50A/B em C1/2. A variante A está associada a cronologias de 230/240 a 325 d.C. (HAYES, 1972: 72), situando Hayes a variante de transição A/B já a partir de inícios do séc. IV d.C. (Idem: 73), o que é desmentido pelos dados de Miróbriga (QUARESMA, 2012: 175), e por um conjunto também estratigrafado de um contexto do último terço da terceira centúria da Rua do Ouro, também em Lisboa (SILVA e VALONGO, no prelo).

Estas datações são consentâneas com o restante do mobiliário, onde pontuava uma deveras peculiar lucerna de canal de muito grande dimensão (com um diâmetro do reservatório de quase 11 cm), em pasta regional, com a representação provável, mas muito borrada, de uma divindade feminina de corpo inteiro, uma pequena bilha em pasta regional caulínica, assimilável aos típicos fabricos da olaria da Quinta do Rouxinol (Seixal- SANTOS, 2012), um fundo assente em coroa de pezinhos repuxados de um copo em vidro transparente, assimilável a uma "variante do tipo Isings 34" presente em Balsa e Conímbriga, que segundo Jeanette Smith Nolen deverá remeter para o séc. III d.C. (NOLEN, 1994: 174), e uma taça vítrea da forma Isings 96b, em vidro translucido ligeiramente tingido de verde claro, com decoração de círculos na copa executados a buril. A morfologia de taça em vidro decorada, embora originada no séc. II d.C., é recorrente em contextos do séc. III d.C., quando parece haver um maior cuidado no tratamento do bordo, alvo de polimento como é o caso, característica que parece desaparecer no século seguinte (ISINGS, 1959: 115).

Completando os bens deixados junto do defunto, uma moeda em liga de cobre, ainda por tratar, mas que equivale categoricamente a um *Antoninianus*, unidade monetária emitida a partir de Caracala, em 215, e que irá ser substituída durante a reforma monetária promovida pela tetrarquia, a partir de 294 d.C. Neste sentido, a conjugação de todos os elementos autoriza a situar o sepultamento entre dentro do último terço do séc. III d.C., não ultrapassando os finais da última década desse século (Figura 3).

A **sepultura 2** revelou dois recipientes em vidro transparente, dos quais um de pé em bolacha, inclassificável tipologicamente, e partes de um copo enquadrável no tipo Isings 32 (ISINGS, 1959: 46), uma lucerna regional de disco (VIEIRA, 2011), revelada no interior de um pote em cerâmica comum regional depositado aos pés do defunto, conjuntamente com uma tigela de bordo em aba e um pequeno jarro no mesmo fabrico. Junto ao joelho direito foi depositado um pequeno objecto de bronze. Altamente significativo é o achado de dois anéis em liga de cobre, um dos quais ainda na falange do indivíduo.

De um ponto de vista da aferição cronológica, o conjunto de materiais da sepultura 2 encontra paralelos em fabricos regionais dos séculos III à primeira metade do IV d.C., o que é válido para as cerâmicas comuns (SANTOS, 2012) e lucerna (VIEIRA, 2011), tendo a decoração em depressões do copo em vidro Isings 32, paralelo num contexto de cremação do séc. III d.C. da Praça da Figueira, todavia ainda inédito (RBS-inf.pessoal).

A **Sepultura 3** revelou um mobiliário constituído por uma agulha em osso, uma pinça em liga de cobre, dois anéis em liga de cobre, um recipiente em vidro muito degradado, inclassificável por isso, um pote biansado de corpo bi-cónico em cerâmica regional e duas tigelas de bordo em aba no mesmo fabrico. De um ponto de vista da aferição cronológica, assume especial relevo uma moeda, um *Antoninianus* ainda em tratamento de conservação, a lucerna regional de disco, com paralelo em exemplares da Praça da Figueira encontrados em sepulturas da Fase III (VIEIRA, 2011), elementos que configuram uma cronologia de novo dentro do séc. III d.C., possivelmente rondando o segundo e o terceiro quartel da centúria (Figura 4).

A **Sepultura 4** proporcionou a identificação de um mobiliário diversificado, em que uma lucerna de disco regional, datável do séc. III d.C. (VIEIRA, 2011) e os restos de um recipiente em vidro transparente se encontravam no interior de um pote de bordo extrovertido em cerâmica comum regional, depositado um pouco distante dos pés do indivíduo. No exterior deste elemento se identificaram um segundo recipiente vítreo, do tipo AR.60/1 (RÜTTI, 1991: 269), e uma tigela em *terra sigillata* clara africana A do tipo Hayes 14C, forma típica do séc. III d.C. (BONIFAY, 2004: 159). As características destes dois últimos elementos situam de forma categórica o sepultamento dentro do séc. III d.C.

A **sepultura 5**, à semelhança da anterior, revelou um pote em cerâmica comum regional depositado na zona junto aos pés, no interior do qual se veio a identificar uma lucerna regional de disco, do séc. III d.C., com paralelos no núcleo da necrópole da Praça da Figueira (VIEIRA, 2011). Juntamente com este elemento se colocaram um recipiente em vidro transparente, um copo do tipo Isings 35 (ISINGS, 1959: 49-50), uma taça em cerâmica comum regional, e um pequeno potinho em pasta regional caulínica, este último assimilável às produções típicas da olaria da Quinta do Rouxinol, e também enquadrável no séc. III d.C. (Seixal- SANTOS, 2012). Duas moedas, encontradas na zona do tórax, do lado direito deste equivaliam a um sestércio ainda ilegível e a um *Antoninianus*, ambos em processo de conservação.

A **Sepultura 6**, repete os rituais de deposição de mobiliário aos pés do defunto anteriores, onde se contava um pequeno objecto em liga de cobre, três potes biansados de corpo bicónico, em cerâmica comum regional, um pote de bordo extrovertido e uma pequena bilha de boca trilobada no mesmo fabrico. Reforçando a homogeneidade dos conjuntos funerários, um potinho em cerâmica caulínica da já mencionada olaria romana da Baía do Seixal, marca presença. Duas moedas foram encontradas de permeio com as cerâmicas da sepultura, que parecem equivaler a *Antoniniani* (de novo em curso de tratamento), e uma lucerna regional do tipo Dressel 27--28, morfologia recorrente em contextos lisboetas do séc. III d.C. (VIEIRA, 2011) (Figuras 5 e 6).

A **sepultura 8**, violada na Antiguidade, proporcionou somente a identificação de uma taça em cerâmica comum regional, estando ausentes vestígios osteológicos. Contudo, o seu enquadramento e as práticas de sepultamento encontram paralelo nas restantes do conjunto do núcleo das Portas de Santo Antão, como no da Praça da Figueira, sendo provável uma data de entre o séc. II d.C. avançado e a primeira metade do séc. IV d.C., observações de igual modo válidas para os restos muito afetados da inumação praticada com o recurso a esquife a que se atribuiu a designação de **sepultura 9**.

5. ANÁLISE ANTROPOLÓGICA

5.1. Tafonomia

Os agentes de tafonomia tiveram um papel de destaque neste contexto. O sedimento com elevado grau de humidade promoveu a deterioração das peças osteológicas mais frágeis (esqueleto axial) bem como das zonas de maior concentração de osso trabecular, levando à desintegração quase completa de alguns esqueletos, nomeadamente os não adultos das sepulturas 5 e 7. A presença de algumas raízes foi igualmente um fator de agressão para o material. Não obstante, os fenómenos de origem antrópica foram os mais adversos à preservação da necrópole. Obras prévias à atual (edifício adjacente) afetaram as sepulturas 6 e 9 em dois terços da sua totalidade e a construção de uma casa de banho destruiu metade da sepultura 8. Outros fatores diretamente relacionados com os trabalhos de estabilidade e segurança da estrutura do edifício afetaram três sepulturas (3, 4 e 6) cada uma foi perfurada por uma viga de metal e injeção de betão líquido. De um modo geral o material osteológico apresenta um estado de preservação muito fragilizado, nomeadamente os dois não adultos (sepultura 5 e 7), dos quais não foram recuperados mais do que fragmentos osteológicos de dimensão muito reduzida.

Destaca-se neste trabalho a estreita relação entre os trabalhos de construção civil e a arqueologia, tendo sido por vezes efetuado de modo intercalado, devido às limitações impostas pela segurança. O melhor exemplo corresponde ao caso da sepultura 1, que deu início à abertura dos trabalhos e decorreu de modo bastante atípico. Visto que a sepultura se encontrava no limite da parede de um nível bastante superior, e na impossibilidade da sua acessibilidade pelos processos habituais, procedeu-se à abertura de uma "janela" no corte que permitiu uma inusitada definição integral do esqueleto (Figuras 7 e 8).

5.2. Osteobiografia

O perfil biológico da amostra intervencionada revela um número mínimo de oito indivíduos *in situ*, a sepultura 8 encontrava-se desprovida de qualquer vestígio osteológico humano. Destes, dois correspondem a não adultos possivelmente infantes, tendo em conta as dimensões sepulcrais e o estado de desenvolvimento osteológico dos fragmentos conservados, e quatro adultos (FEREMBACH *et al.,* 1980 e MACLAUGHLIN, 1990). As características morfológicas e métricas observadas enquadram quatro indivíduos nos parâmetros correspondentes ao sexo feminino e dois ao sexo masculino (FEREMBACH *et tal.,* 1980; SILVA 1995; WASTERLAIN, 2000 e BRUZEK, 2002), figura 3. A estimativa das estaturas apenas foi exequível em dois indivíduos do sexo feminino, um com aproximadamente 151,94±3,56cm e outro com 156,13±3,56cm e num indivíduo do sexo masculino com uma estatura de cerca de 166,03±3,48cm (OLIVIER *et tal*., 1978) (Figura 9).

Neste conjunto as lesões patológicas identificadas são bastante escassas, em grande parte devido ao mau estado do material, facto que condicionou severamente a sua leitura. Foram registadas lesões de entese ligeiras (CRUBÉZY, 1988) em dois indivíduos, o da sepultura 4, na inserção do deltóide do úmero direito e na inserção do ligamento rotiliano-quadrilátero da patela direita e no indivíduo da sepultura 9, na inserção do ligamento rotiliano-quadrilátero da patela esquerda. A clavícula direita do indivíduo da sepultura 4, apresenta na extremidade esternal uma ligeira depressão circular que poderá estar relacionada com algum tipo de distúrbio circulatório (ORTNER, 2003), de referir ainda a presença do caracter discreto, sutura metópica (HAUSER e DE STEFANO, 1989) no crânio do mesmo.

A análise odontológica revela perda de dentes *post-mortem* nos três indivíduos das sepulturas 1, 3 e 4. O desgaste dentário manifesta-se igualmente nos três indivíduos, com intensidade variável entre os graus 2 e 6 (SMITH, 1984). O tártaro está presente em dois indivíduos, o da sepultura 1, com intensidade média na face bucal e no da sepultura 4, de modo vestigial na linha cimento-esmalte. Encontram-se lesões criogénicas graves apenas no indivíduo da sepultura 1, estando uma delas acompanhada por um quisto periapical. De referir ainda a presença de hipoplasias do esmalte dentário na dentição inferior do indivíduo da sepultura 3.

É imprescindível referir que o estado de preservação do material osteológico, nomeadamente dos indivíduos não adultos, constituiu um forte condicionante para a avaliação dos parâmetros da análise paleobiológica, e que as conclusões aqui apresentadas são apenas fruto do trabalho produzido em campo.

6. DISCUSSÃO

A identificação de um núcleo de sepulturas no edifício com os números 84-90 da Rua das Portas de Santo Antão constitui um contributo relevante para o conhecimento da Necrópole Noroeste de *Olisipo* (SILVA, 2002), por comprovar de forma categórica a extensão para norte do uso funerário dos espaços que ladeavam a "Via Norte" de acesso à cidade.

Deverá notar-se, em Portas de Santo Antão, uma homogeneidade mais do que relativa nas práticas funerárias documentadas, onde o ritual de inumação era exclusivo, e o uso do esquife recorrente. Pelo menos num caso, a estrutura negativa não revelou no seu interior restos do indivíduo, circunstância que pode deter uma explicação de natureza pós-deposicional mas pode também, e em alternativa, traduzir tratar-se de sepultamento cenotáfico.

O estudo dos mobiliários associados aos indivíduos permitiu percecionar a razão da similitude do *funus* no núcleo, a índole cronológica das sepulturas reveladas, dado que todas as datáveis se situam dentro do séc .III d.C. Acrescente-se que as práticas encontram bons paralelos em sepultamentos seus contemporâneos da Praça da Figueira onde se utilizou esquife, nomeadamente em E2 e GH2 (vide, neste mesmo volume, CARDOSO, CASIMIRO e SILVA).

Todavia, o fator cronológico revela-se insuficiente para explicar a homogeneidade verificada nas práticas funerárias do núcleo das Portas de Santo Antão, pois na Praça da Figueira se documentou um nú-

mero razoável de cremações do séc. III d.C., de tipo *bustum* ou em deposição secundária, ambas utilizando cistas em tijolo para receber os *ossilegia* (SILVA, 2005). Outros fatores terão, assim, de ser convocados, podendo para já sugerirem-se explicações de índole cultural e/ou de parentesco dos inumados, que só outro tipo de análises poderia sustentar. Na Praça da Figueira, os espaços encontravam-se bem delimitados arquitetonicamente, constituindo recintos e/ou monumentos, dado necessariamente resultarem de parcelamentos e vínculos de propriedade privativa. Esta característica não era tão patente no espaço da Encosta de Santana, tanto quanto se pode ler em função da informação disponível (MURALHA, COSTA e CALADO, 2002), o que é também sugerido na mesma zona pelo laconismo dos elementos referentes à Calçada do Garcia (SILVA, 2002), visto que nas áreas próximas à via secundária ali identificada se não revelaram estruturas análogas, como também as práticas funerárias parece terem sido bem mais descontínuas, dispersas no espaço. Os dados proporcionados nas Portas de Santo Antão não permitiram esclarecer acerca da organização espacial na qual se integravam os sepultamentos, garantidamente praticados na encosta e com alguma proximidade ao trajeto da "Via Norte". De facto, os elementos compaginados ao longo do grande eixo viário, recorde-se, do Largo de São Domingos e Praça da Figueira (1961, 1962 e 1999-2001), a que agora se junta o núcleo apresentado, era seguramente de densa utilização funerária na zona da Praça, característica que a amostragem presente sugere agora repetir-se bem mais a norte, permitindo entrever uma apreciável extensão para a Necrópole Noroeste de *Olisipo,* afinal a composição de uma determinada "paisagem cultural" na aproximação ao núcleo urbano romano, "clássica", e verificar a sua permanência até aos finais do séc.III d.C.

BIBLIOGRAFIA

BONIFAY, Michel (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d´Afrique.* Oxford: Archaeopress (Col. *British Archaeological Reports, International Series*. 1301).

BRUZEK, Jaroslav (2002) – "A method for visual determination of sex, using the human hip bone", in *American Journal of Physical Anthropology*, 117: 157-168.

CRUBÉZY, Eric (1988) – *Interactions entre facteurs bio--culturels, pathologie et caracteres discrets: example d'une population médiéval. Thèse de Doctorat*. Montpellier, Université de Montpellier.

FEREMBACH, Denis, *et al.* (1980) – "Recomendations for age and sex diagnosis of skeletons", in *Journal of Human Evolution*, 9(7): 517-549.

HAYES, John. W (1972) – *Late Roman Pottery.* Londres: British School at Rome.

Olivier, Gean-Pierre, *et al.* (1978) – New estimation of stature and cranial capacity in modern man. *Journal of Human Evolution*, 7(6): 513-518.

ISINGS, Clasina (1959) – *Roman glass from dated finds.* Groningen e Jacarta: Academiae Rheno-Traiectinae Instituto Archaeologico (col. *Archaeologia Traiectina*, II).

MACLAUGHLIN, S. M (1990) – "Epiphyseal Fusion at The Sternal End of the Clavicle in a Modern Portuguese Skeletal Sample", in *Antropologia Portuguesa*, 8: 59-68.

MOITA, Irissalva (1968) – "Achados de época romana no sub-solo de Lisboa", in *Revista Municipal,* Ano 19. N.ºs 116--117. Lisboa: pp. 33-71.

MURALHA, João; COSTA, Cláudia CALADO, Manuel (2002) – "Intervenções Arqueológicas na Encosta de Sant'Ana (Martin Moniz, Lisboa)", in *Al-Madan*, 2ª série nº 11. Almada: pp. 245-246.

NOLEN, Jeannette U. Smit (1994) – *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares Balsa*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus.

Olivier, Gean-Pierre, *et al.* (1978) – New estimation of stature and cranial capacity in modern man. *Journal of Human Evolution*, 7(6): 513-518.

ORTNER, Donald (2003) – *Identification of pathological conditions in human skeletal remains* (2ª ed.). Amsterdam: Academic Press.

QUARESMA, José Carlos (2012) – *Economia Antiga a partir de um centro de consume lusitano. Terra Sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Miróbriga ?)*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (col. *Estudos & Memórias*, 4).

RIBEIRO, Inês Sofia Alves (2010) – *A Terra Sigillata Hispânica da Praça da Figueira (Dissertação de Mestrado em Arqueologia)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

RÜTTI, Beat (1991) – *Die Römischen Gläser aus Augst und Kaiseraugst*, vol. II, *Katalog und Tafeln*. Augst: Museen und Archäologie des Kantons Basel-Landschaft (col. Forschungen in Augst, 13).

SANTOS, Cézar Renato (2012) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol (Dissertação de Mestrado em Arqueologia)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).

SEPÚLVEDA, Eurico; VALE, Ana; SOUSA, Vítor; SANTOS, Vítor; GUERREIRO, Natalina (2002), A cronologia do circo

de Olisipo: a Terra Sigillata", in *Revista Portuguesa de Arqueologia,* vol.5, fasc.2. Lisboa: pp. 245-275.

SILVA, Ana Maria (1995) – "Sex assessment using the calcaneus and talus", in *Antropologia Portuguesa*, 13: 107-119.

SILVA, Rodrigo Banha (2002) – "As sepulturas da Calçada do Garcia e o urbanismo de Olisipo", in *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*. Almada: Câmara Municipal de Almada (col. *Monografias Arqueologia*), p. 193-205.

SILVA, Rodrigo Banha (2005) – *As "marcas de oleiro" em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. – séc. II d.C.) (Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, especialização em Arqueologia Urbana*). Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais (policopiado).

SILVA, Rodrigo Banha (2012) – *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

SILVA, Rodrigo Banha; VALONGO, António (no prelo) – "Ocupação romana na Rua do Ouro", in *CIRA Arqueologia*, n.º 5. Vila Franca de Xira: Museu e CEAX – Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira.

VALE, Ana; FERNANDES, Lídia (2002) – "Intervenção arqueológica na Praça de D.Pedo IV (Rossio) em Lisboa", in *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*. Almada: Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus (col. *Monografias Arqueologia*), pp. 109-121.

VIEIRA, Vasco Alexandre Correia Noronha (2012) – *As lucernas romanas da Praça da Figueira (Lisboa: contributo para o conhecimento de Olisipo (Dissertação de Mestrado em Arqueologia)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

WASTERLAIN, Rosa Sofia (2000) – *Morphé: Análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da colecção de esqueletos identificados do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em Evolução Humana*. Coimbra: Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. [policopiado].



Figura 1 – Localização do Edifício 84 a 90 da Rua das Portas de Santo Antão, Lisboa Excerto de CMP:431 Esc.: 1:25000.

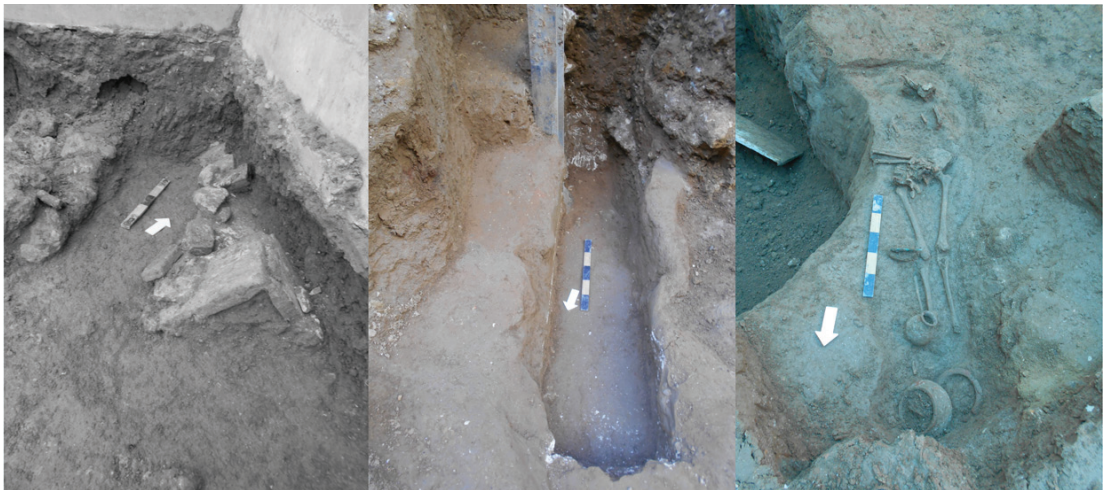


Figura 2 – Tipologia das Sepulturas Estruturadas com cobertura (à esquerda – Sepultura 3 e ao centro – Sepultura 4) e em Covacho (Sepultura 2). Destaca-se ainda a presença de estuque branco nas paredes interiores da Sepultura 4 (ao centro).



Figura 3 – Conjunto votivo da Sepultura 1, destaca-se à direita em cima o prato em terra *sigillata* clara africana da forma Hayes 50A/B em C1/2, em cima ao centro uma pequena bilha em pasta regional caulínica, assimilável aos típicos fabricos da olaria da Quinta do Rouxinol.



Figura 4 – Conjunto votivo da Sepultura 3.



Figura 5 – Conjunto votivo da Sepultura 6.

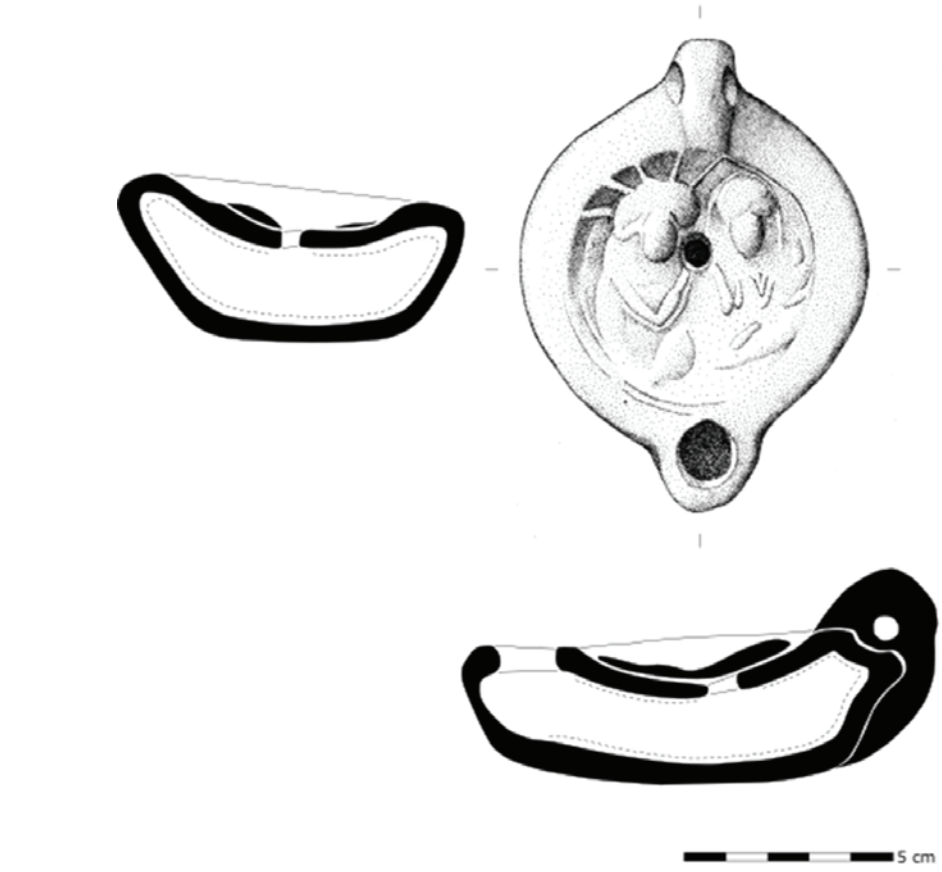


Figura 6 – Estampa de lucerna Dressel 27-28.



Figura 7 – Plano geral do indivíduo [610] da sepultura 1.



Figura 8 – Indivíduo [610] da sepultura 1 *in situ*.

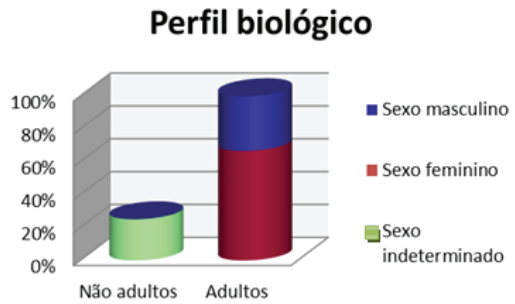


Figura 9 – Perfil biológico da necrópole da Rua das Portas de Santo Antão.

PINTURA MURAL NA TRAVESSA DO FERRAGIAL, LISBOA

Raquel Henriques[1], António Valongo[2]

RESUMO

O aparecimento de um conjunto, embora, fragmentado, de pintura mural romana, datado do século I/II d.C., identificados durante uma intervenção de sondagens de diagnóstico arqueológico, realizadas no interior do edificado situado na Travessa do Ferragial nº 1 a 14, em Lisboa.

Palavras-chave: Pintura, Mural, Romano, Século I/II d.C.

ABSTRACT

The appearance of a fragmented set of Roman mural painting, dating from the first/second century AD, identified during an intervention of archaeological diagnostic surveys, carried inside the building located at Travessa do Ferragial nº 1 a 14 in Lisbon.

Keywords: Painting, Roman, Mural, First/Second century AD.

1. INTRODUÇÃO

A realização de sondagens arqueológicas de diagnóstico, no edifício da Rua do Arsenal, com números de polícia entre 116 e 132, em particular a sondagem 6, aqui destacada, localizada, na zona tardoz, correspondente ao nºs 1 a 14 da Travessa do Ferragial com cotas mais elevadas deu origem à identificação e registo de uma nova realidade, de todo inesperado, um contexto romano desconhecido até ao momento.

Esta ação de diagnóstico foi solicitada aos signatários do artigo pelo promotor (*Veiga de Mago, Sociedade de Serviços Financeiros e Investimentos, Lda.*) em nome dos proprietários (*Lugares Delineados, S.A. e Morningtalents Unipessoal, Lda*), resulta de um programa de prospeção geotécnica realizada pela empresa *Teixeira Duarte* com o objetivo de reconhecer com maior detalhe as condições geológicas e geotécnicas do solo, das fundações do edifício, as características do terreno e da estrutura de contenção de terras existente(s) no tardoz do edifício ao longo da encosta, no sentido de confirmar e apoiar as decisões de projeto, para compreender o estado de conservação e preservação das sapatas do edifício.

2. SONDAGEM 6

Localiza-se no interior do piso 4 do edificado voltado para a Travessa do Ferragial. A sondagem teve uma implantação de 250cm x 250cm, no entanto, após a sua escavação foi identificada a existência de uma estrutura de cronologia indeterminada, que se desenvolvia fora dos seus limites iniciais. Com a necessidade de compreender a estrutura pétrea identificada e após reunião no local com o Promotor e a Tutela, procedeu-se ao alargamento da mesma, numa tentativa de obter um melhor registo, enquadramento, contextualização e conhecimento assim como uma descrição mais abrangente da estrutura identificada. A sondagem passou de 6,25m2, sensivelmente, para cerca de 21,50m2, com intuito de identificar, potenciar e/ou despistar qualquer condicionalismo em fase de obra.

No canto, a SE, da sondagem foi colocado a descoberto um muro (U.E: [611]) estrutura construtiva em blocos de pedras com ligante em argamassa branca, que se desenvolve para Sul (Figura 7). A estrutura positiva apresentava-se com um revestimento exterior de argamassa de cor amarela/esbranquiçada. Foi possível verificar que a estrutura não só se de-

1. Arqueóloga; raquelinhahenriques@gmail.com

2. Arqueólogo; antonio.valongo@gmail.com

senvolvia para Sul, mas também para Este, com a continuação de um outro muro (U.E: [630]) que corta os calco-arenitos, correspondentes ao substrato geológico identificado no local.
Depois da remoção de todas as estruturas recentes existentes no local, identificou-se o derrube de estuques pintados romanos (U.E: [626]), no interior da divisão, o sedimento argiloso bastante compacto, castanho claro com nódulos de argamassa branca e um número significativo de fragmentos de estuque pintado (Figura 2).
No decorrer da escavação do derrube romano (U.E: [626]), numa cota mais avançada e próxima ao aparecimento do derrube das telhas romanas (U.E: [629]), foi observado uma maior concentração de fragmentos arquitetónicos, elementos decorativos, frisos romanos que fariam a ligação entre as paredes da divisão com o teto, em argamassa areada, esbranquiçada com relevo e de revestimento estucado. Foi possível, recuperar dois bons fragmentos, num dos quais foi possível observar a ligação ao elemento estucado de cercadura policromada semelhante aos exibidos nas paredes do local. O depósito seguinte corresponde ao derrube de telhas romanas ao primeiro momento do derrube (U.E: [629]) (Figura 3). O sedimento é areno-argiloso, moderadamente compacto, de cor castanho amarelado. Apresenta nódulos de argamassa esbranquiçada e de argila vermelha, ainda, com a presença de estuque pintado embora parco, juntamente com *tegulae e imbrices*. Infelizmente não foi possível identificar qualquer vestígio ou presença do pavimento existente na divisão. Não sabemos qual seria o tipo de pavimento do local, apenas sabemos que os estuques pintados nas paredes, deste compartimento, assentavam sobre o pavimento, uma vez que foi possível observar um ligeiro levantamento, rebarba, no estuque pintado das paredes para assentar sobre o chão e não o chão a encostar nas paredes de estuque pintado. Na cota onde o pavimento estaria implantado, podemos dizer que, este, teria um ligeiro declive para o interior, justificado, eventualmente, com a intenção de colmatar e/ou evitar a presença de humidades nas paredes estucadas.
Relativamente ao tipo de pavimento que esta divisão pudesse auferir, apenas podemos apresentar algumas propostas, tais como, de terra batida e/ou madeira ou ainda algo construído com lajes, sendo esta a hipótese a mais plausível, no entanto observa-se uma total ausência de evidências arqueológicas, de material construtivo, que possa ser associado ao pavimento. Contudo, é importante mencionar que devido ao luxo atestado e evidenciando nas paredes, estucadas, com representações geométricas e policromadas, é difícil acreditar que o pavimento possa ter sido " tão" modesto, por isso propomos com muita cautela, na caracterização desse nível de pavimentação, que este tenha sido, em lajes de pedra, entretanto removidas durante o abandonado do local.
Do pavimento, inexistente, podemos apenas especular, como hipótese, que durante o abandono do local houve um intuito furtivo na sua remoção, devido, provavelmente, à sua importância porém são questões de difícil resposta pois os vestígios recuperados não nos permitem uma resposta mais contundente.

3. PINTURA MURAL

O estuque pintado observa-se encostando/revestindo as paredes (U.E's: [611 e 630]), apresenta-se com uma argamassa de espessura variável em média com 4 cm, no interior do compartimento com o objetivo de receber o estuque, esse feito à base de cal que servia para receber as tintas, colocadas antes que a camada seguinte se encontrasse totalmente seca, formando combinações cromáticas e em algumas delas translúcidas (Figura 9).
No canto a Norte o painel mural com a U.E: [634] (Figura 5), encontra-se solidário com o muro U.E: [630], constituído por blocos de pedra de médio calibre emparelhados desenvolvendo-se para Este. Encontra-se preservado *in situ,* um pequeno losango em vermelho pompeiano mais próximo do edifício contíguo, corresponde a um pequeno fragmento de cerca de 50cm x 40cm. No canto a Oeste do muro preserva-se um pequeno fragmento de painel com cerca de 90cm x 30cm com motivos geométricos. A moldura inferior, o plinto, apresenta um fundo branco com alguns traços de vermelho pompeiano, sendo terminado e colmatado no canto, simultaneamente com o outro muro que se desenvolve a Sul (U.E: [611]), é possível observar também, outra moldura a desenvolver-se para Este que se apresenta com um fundo a branco e alguns traços em verde oliva sendo uma continuação do estuque anterior, é uma tentativa de representação marmoreada, nos limites inferiores mais próximos do chão. Esta técnica de imitação, *opus sectile fictícios*, observa-se em particular nos plintos, através dos jogos decorativos

de imitação dos veios, irregulares, do mármore que se repetem em séries, formando um fundo. Esta técnica teve uma grande expressão um pouco por todo o mundo lusitano. (PEDROSO, R. (2005))

A composição da moldura superior é formada por uma pequena cercadura com 7cm de espessura, em verde oliva, interrompida por uma linha reta de cor branca, filete, com canto quadrangular que envolve o painel, observado em cima, este, quadrangular, em vermelho pompeiano, sendo interrompido por um outro filete de cor branca com canto quadrangular. Nesta parede de estuque pintado podemos observar, uma particularidade, no canto superior (a NO), a reparação na pintura, diferenciada pela ausência do vermelho pompeiano existente na composição mas antes em tons de bege, evidenciando a reparação ocorrida.

O estuque pintado no canto a Oeste (U.E: [633]), do compartimento (Figura 4) encontra-se solidário com o muro que se desenvolve para Sul (U.E: [611]). Nesta parede de estuque pintado podemos observar no canto superior a Norte, também, uma reparação na pintura diferenciada pela ausência do vermelho pompeiano e com a presença da tonalidade bege. A composição artística do fresco com a U.E: [633], que se desenvolve para Sul, continua a Oeste, através da ligação/solidária ao estuque com a U.E: [634], mencionado anteriormente. Observa-se preservado *in situ,* um retalho com cerca de 90cm x 80cm. O plinto apresenta-se quadrangular em tons de branco com linhas em verde oliva com representação marmoreada, fazendo a ligação com o fresco observado na parede solidária (U.E: [634]), através das linhas e traços de vermelho pompeiano, onde se verifica a constante aplicação de *opus sectile fictícios.* A composição da moldura superior, acima do plinto, é composta por uma pequena cercadura de 7cm de espessura em verde oliva, interrompida por um filete de cor branca com canto quadrangular que cerca o painel observado na parte superior, quadrangular, em vermelho pompeiano, vedando assim o seu interior. O interior é interrompido por duas linhas retas, filetes, de cor branca formando um canto quadrangular. Os estuques devem ser compreendidos e interpretados juntos uma vez que ambos se apresentam solidários e contínuos.

O limite a Sul da divisão romana é interrompido pelo muro tardoz do edifício (U.E: [608]), sendo a Este interrompido pela presença da sapata do edifício contiguo (U.E: [632]), corresponde à divisão entre edificados com uma orientação N-S. Podemos concluir que o edifício, a Este, com o número de porta 16 na Travessa do Ferragial, cortou esta realidade, uma vez que parte desta realidade desenvolve-se com essa orientação. A realidade a Sul desapareceu, provavelmente, devido à queda da escarpa existente no local porém não conseguimos identificar qualquer evidência arqueológica que comprove. Poderá, também, ser compreendida pela pressão urbanística, causada pela construção do muro de contenção, no tardoz do edificado.

4. CONCLUSÕES

A grande novidade deste edifício depreende-se com a sondagem 6, na Travessa do Ferragial 1 a 14, com o aparecimento de níveis romanos, até então, desconhecidos no local, sendo o conhecimento de vestígios romanos mais próximos na Rua Vítor Cordon nº 31. Possibilitando assim o alargamento do conhecimento atual, em relação à área de influência romana da cidade de *Felicitas Iulia Olisipo,* aproximando-a à linha de costa do rio tejo pois as zonas costeiras sempre foram bastante férteis e aprazíveis. A particularidade da localização, no cimo da arriba, aumenta a posição privilegiada de observação da navegabilidade no rio tejo, determinado assim a importância do local em período romano.

A ação dos fatores naturais e antrópicos provocam quase sempre a destruição das partes superiores das estruturas e consequentemente preservando as zonas inferiores das mesmas (mais próximas do solo). Assim os derrubes/derrocadas ofereceram uma proteção aos rodapés, plintos, dos estuques tendo sido possível enquadrá-los nos esquemas estílicos da pintura mural romana, dentro do estilo III, que com as devidas cautelas, podemos reconhecer alguns paralelos com a casa de Mitreo, em Mérida.

O aparecimento dos frisos em argamassa esbranquiçada e estucada, além do conjunto de pintura mural identificado *in situ,* assim como os fragmentos de estuque pintado retirados do local, promovem este "modesto" contributo para o conhecimento, das técnicas decorativas presentes no mundo romano, particularmente, na cidade de *Felicitas Iulia Olisipo.* Através dos níveis de derrube ocorridos no interior da divisão e atestado pelo parco material arqueológico, recuperado, podemos dizer que o abandono do sítio terá ocorrido durante o século II/III d. C. Compreende-se por um conjunto de bojos de pas-

ta alaranjada, alguns anfóricos, uma asa anfórica Lusitana 3 (Inv.0095), um prato em carena de *terra sigillata* hispânica de Andujar, forma Dragendorff nº15/17 (Inv.0096), assim como um bordo de um pote de cerâmica comum (Inv.0089) e um fragmento de vidro (Inv.0088). Foi possível retirar duas moedas de bronze em muito mau estado de conservação (Inv.0092 e Inv.0093), correspondentes ao primeiro momento do derrube (U.E:629), uma das quais, após uma análise microscópica foi possível observar o busto do imperador Adriano (reinado 117-138), por isso concluímos que a construção do compartimento, em particular da pintura mural, não poderá ser posterior ao século I/II d.C. Este conjunto de estuques romanos identificados *in situ,* vem ajudar a enriquecer os contextos já conhecidos em alguns locais na cidade, nomeadamente nas Termas dos Cássios (FERNANDES, L. 2004), enquadrando-se no horizonte da pintura mural observada nos Armazéns Sommer (GOMES, A. 2004).

AGRADECIMENTOS

Atendendo ao estudo prematuro deste contexto em particular, não poderíamos deixar de considerar um pequeno parágrafo de agradecimentos:
Aos proprietários, *Lugares Delineados, S.A. e Morningtalents Unipessoal, Lda* que custearam todos os trabalhos de arqueologia à empresa promotora *Veiga de Mago, Sociedade de Serv*iços Financeiros e Investimentos, *Lda.,* pelas condições criadas para a boa execução dos diversos trabalhos, ao Rodrigo Banha da Silva, Arqueológo, C.A.L. e F.C.S.H. – U.N.L. e ainda a Lídia Fernandes, Arqueológa, coordenadora do Museu de Lisboa- Teatro Romano/ E.G.E.A.C., ambos pela generosidade na partilha de conhecimentos.

BIBLIOGRAFIA

CASTILHO, Júlio (1981) – *A Ribeira de Lisboa.* Vol. IV. (4º ed.) Câmara Municipal de Lisboa.

FABIÃO, Carlos (2010) – *Modelos forenses nas cidades da Lusitania: Balanço e perspectiva.* In NOGALES BASARRATE, Trinidad, ed. *Cuidad y Foro en Lusitanea Romana.* Mérida, Museo Nacional de Arte Romano, pp. 343-359.

FERNANDES, Lídia (2004) – Decoracao arquitectonica da *villa* romana de Frielas. In *Arqueologia como documento*. Loures: Museu Municipal, pp. 21-36.

FERNANDES, Lídia (2006) – O teatro de Lisboa: intervencao arqueologica de 2001. In *Actas del Congreso Internacional sobre Teatros Romanos en Hispania, Córdoba 2002*. Cordoba: Seminario de Arqueologia, pp. 181–204.

FERNANDES, Lídia (2007) – A decoracao arquitectonica de epoca romana do *municipium olisiponense*: a propósito de alguns elementos arquitectonicos da Praça da Figueira (Lisboa). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Serie IV. 25, pp. 291-336.

FERNANDES, Lídia (2011) – A decoração arquitectónica de *Felicitas Iulia Olisipo*. Revista Portuguesa de Arqueologia, Volume 14, pp. 263-311.

GOMES, Ana (2004) – *Relatório dos Trabalhos de escavação nos Armazéns Sommer*, Lisboa.

GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra; PIMENTA, João; VALONGO, António; MENDES, Henrique; GUERRA, Sandra; PINTO, Paula; RIBEIRO, Susana (2004) – *Primeiros resultados da intervenção arqueológica nos Armazéns Sommer, Lisboa.* Comunicação apresentada ao IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Faro 2004.

HENRIQUES, Raquel; VALONGO, António (2017) – *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos da Rua do Arsenal Nº116/132*, Lisboa.

PEDROSO, Rui (2005) – Pintura Mural Luso-Romana. *O Arqueológo Português*, Série IV, 23, pp. 321-366.

ROCA ROUMENS, Mercé; FERNANDEZ GARCÍA, Maria Isabel (2005) – "Introducción al estúdio de la cerámica romana. Una breve guía de referencia" – CVDAS nº1, *Revista de Arqueología e História*, Málaga: Universidade de Málaga.

SILVA, Raquel (2000) – A *Uilla* romana de Frielas. *O Arqueológo Português*, Série IV, 18, pp. 71-84.

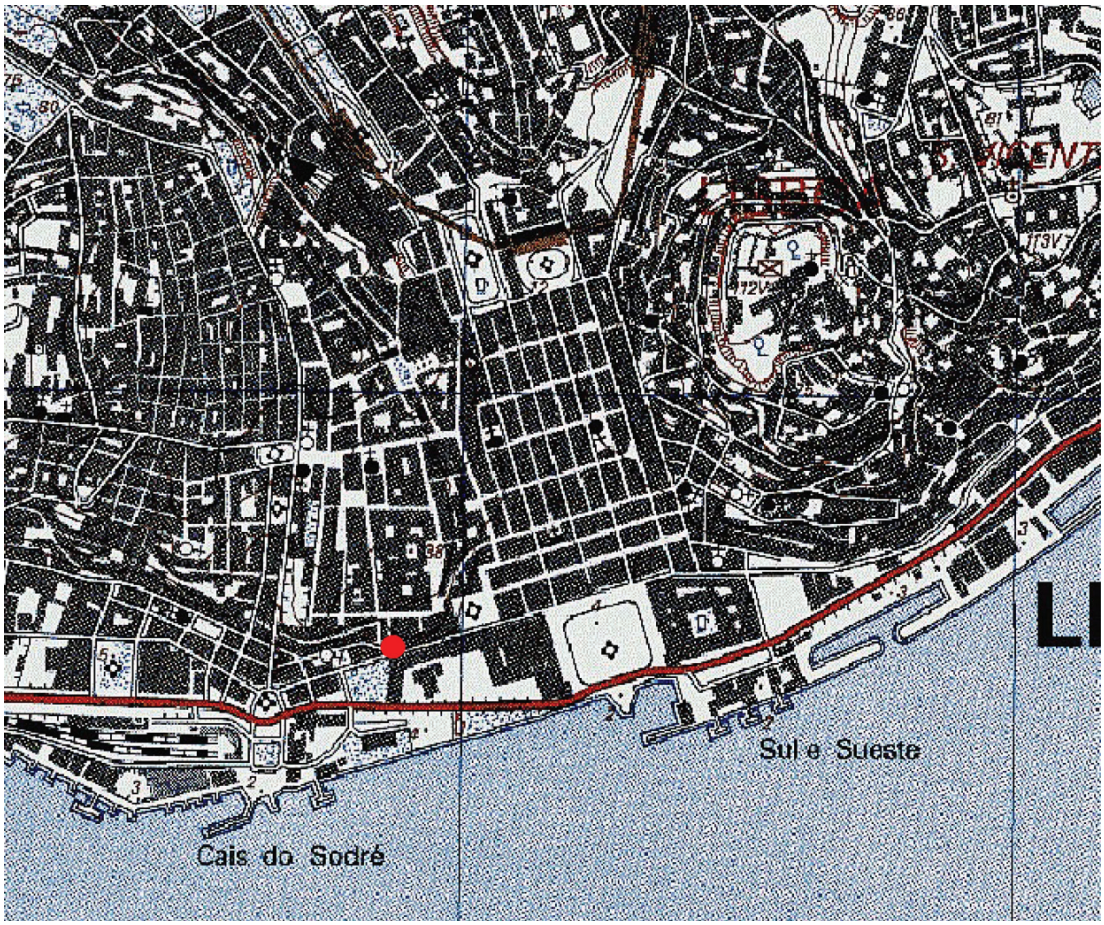


Figura 1 – Localização: C.M.P 1:25.000 folha nº 431, coordenadas 38 ° 42’27.3”N, 9 ° 08’27.1”W.



Figura 2 – Nível de derrube de estuques romanos (U.E:626).



Figura 3 – Nível de derrube de telhas romanas, 1ºmomento do derrube (U.E:629).

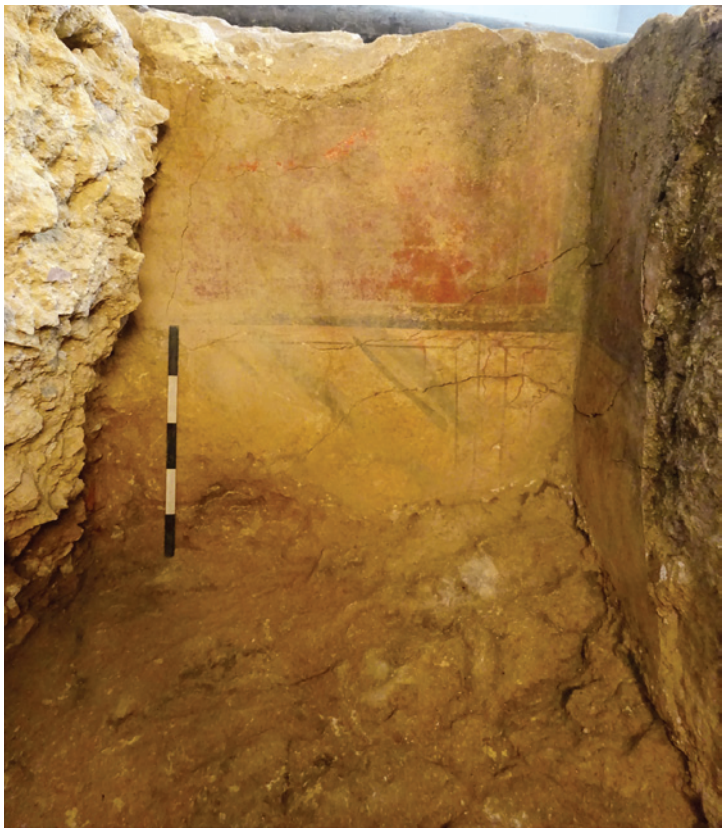


Figura 4 – Pintura mural, alçado oeste (U.E:611/633).



Figura 5 – Pintura mural, alçado Sul (U.E:630/634).

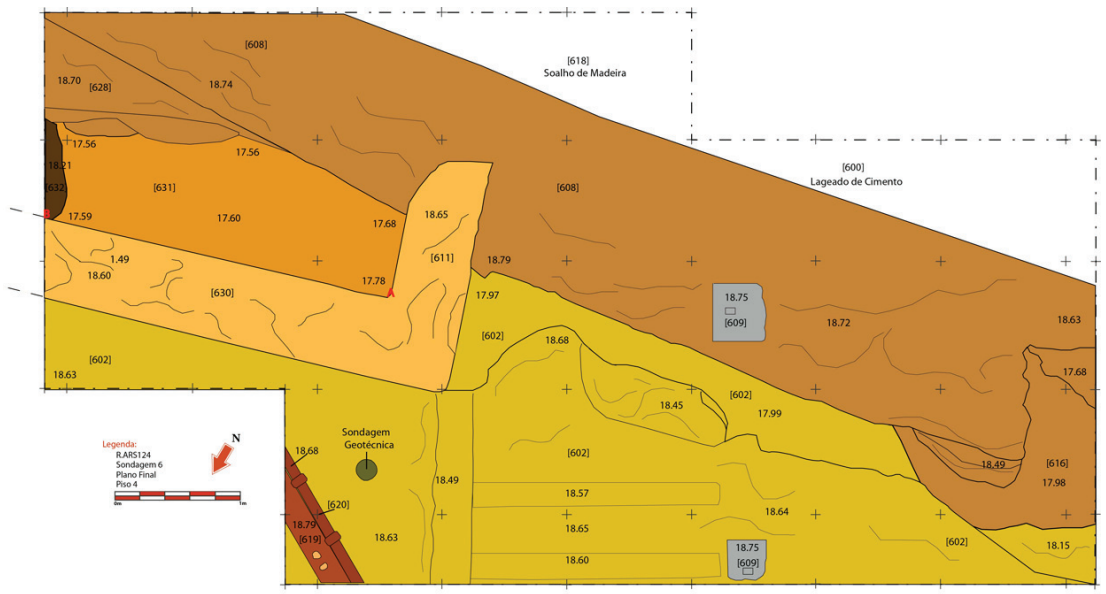


Figura 6 – Planta Final da Sondagem 6.

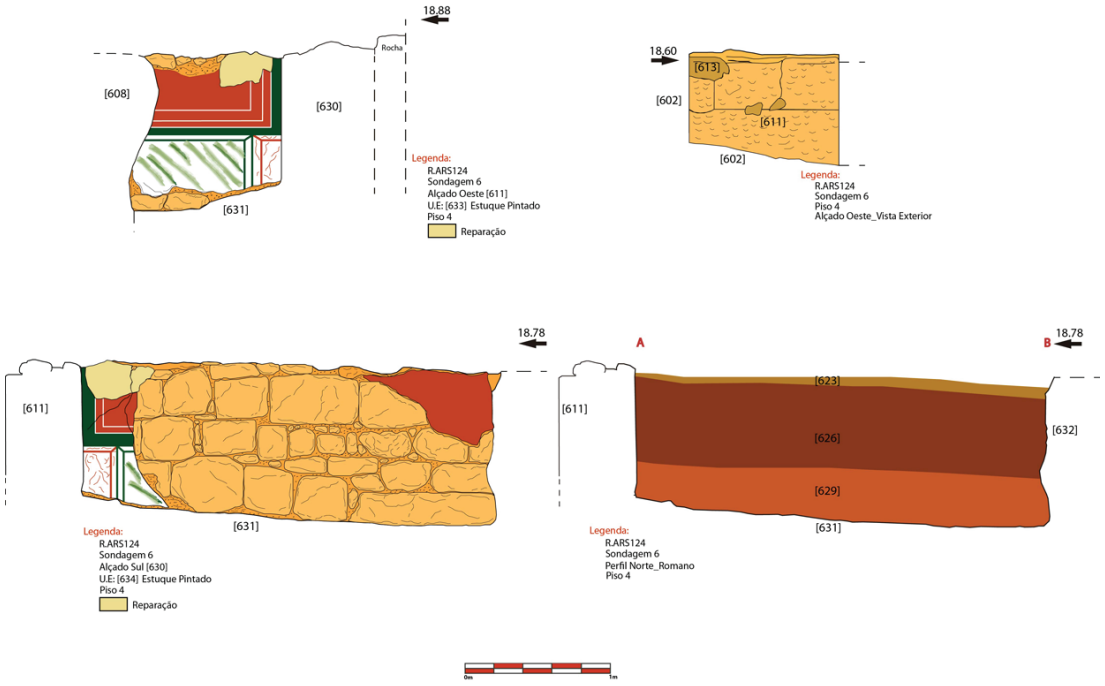


Figura 7 – Pintura Mural, alçados e perfil estratigráfico.

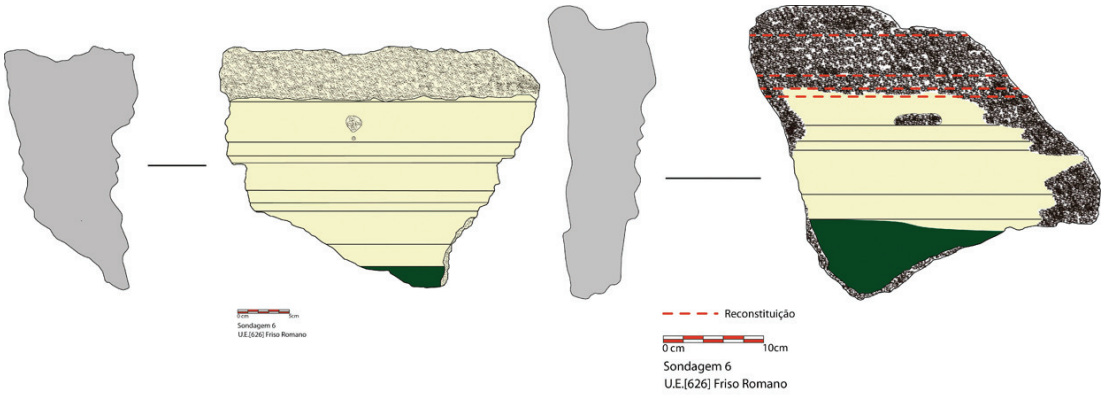


Figura 8 – Exemplo dos frisos estucados.

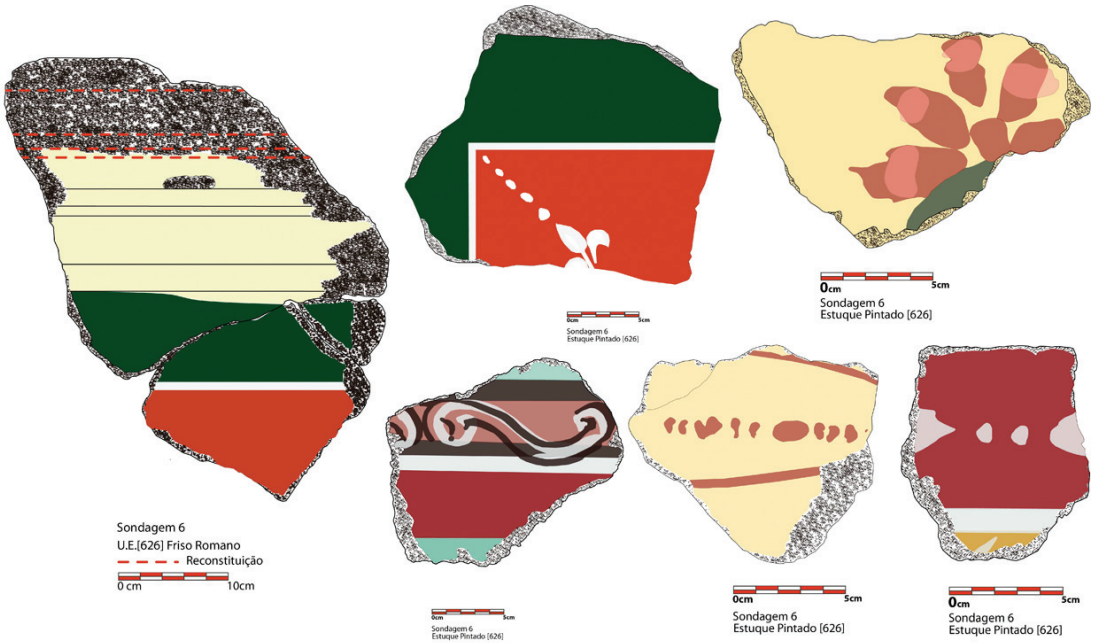


Figura 9 – Exemplo de alguns fragmentos de estuques recolhidos no derrube da U.E:626.

ASPETOS CONSTRUTIVOS DO TEATRO ROMANO DE LISBOA: MATÉRIAS-PRIMAS E TÉCNICAS EDIFICATIVAS

Lídia Fernandes[1]

RESUMO

Apresentam-se alguns resultados interpretativos relativos à construção do teatro de *Felicitas Iulia Olisipo*. Tais aspetos, referidos por vezes, não foram ainda sujeitos a uma análise detalhada e circunscrita.

A campanha arqueológica realizada no interior do monumento em 2015, permitiu a obtenção de novas informações e diferentes vertentes de análise, como seja o processo inicial da edificação ou as obras de preparação do terreno, permitindo perceber de que forma a planimetria inicial do modelo se implementou no solo.

Também a matéria-prima utilizada merece atenção, ainda que a utilização intensa dos recursos pétreos locais fosse expectável. Algumas análises químicas e mineralógicas realizadas permitem ir um pouco mais além quanto a interpretações sobre a seleção dos materiais e a razão da sua inclusão em determinados locais.

Palavras-chave: Construção, Arquitetura, Argamassa, *Opus*, Matéria-prima.

ABSTRACT

The following paper presents the interpretative results regarding the construction of the theatre of *Olisipo*. These aspects, sometimes referred to, have not yet been subject to detailed and circumscribed analysis.

The archaeological campaign carried out inside the monument in 2015 uncovered new information and introduced different viewpoints about the initial building process and groundwork preparation, demonstrating how the initial plan was implemented on the terrain.

Although intense use of the local stone resources is expected, raw materials also deserve some attention. Chemical and mineralogical analyses allowed to go a little further on interpretations about the material selection and the reason of its inclusion in certain places.

Keywords: Construction, Architecture, Mortar; Opus, Raw material.

1. INTRODUÇÃO

Localizado junto à foz de um rio navegável, *Olisipo* desde cedo tirou partido desta situação privilegiada. O relevo acentuado promoveu a defesa natural do local e a criação de hierarquias construtivas definidas pela proximidade/afastamento em relação ao rio. O elevado número de achados de cronologia sidérica registados junto à zona ribeirinha, evidencia uma ocupação intensa de toda a orla costeira desde tempos antigos, e que se estende, de igual modo, pela zona de encosta, o que é comprovado pelos achados detetados nas imediações do teatro romano (entre outros, no Pátio do Aljube: CALADO *& alii*, 2013, p. 641-649; na Rua de S. Mamede nº 15: PIMENTA, SILVA & CALADO; Sé de Lisboa: AMARO, 1993) e na área imediatamente a sul, no interior do atual museu (CALADO; PIMENTA; FERNANDES; FILIPE, 2013, p. 641-649; FERNANDES & COROADO, no prelo). No mesmo local, também se regista o aparecimento de estruturas do período romano-republicano – uma possível estrutura habitacional – que se sobrepôs aos níveis da IIª Idade do Ferro e responsável pela sua destruição (FERNANDES, 2013, p. 765-773; PIMENTA, 2014, p. 44-60). A edificação do teatro de *Olisipo* foi responsável pelo derrube das construções que acabamos de mencionar (Figura 1). Uma vez que se encontravam escavadas no afloramento, a edificação do teatro mais não fez que as absorver na própria construção.

1. Arqueóloga. Coordenadora do Museu de Lisboa – Teatro Romano, EGEAC; lidiafernandes@egeac.pt

2. CRONOGRAMA DA DESCOBERTA DO TEATRO ROMANO

A historiografia tem tradicionalmente indicado a data de 1798 como a da descoberta do monumento. Os primeiros levantamentos gráficos do teatro reportam-se a esse ano sendo da autoria do arquiteto italiano Francisco Xavier Fabri o belíssimo desenho aguarelado[2]. No entanto, a verdadeira descoberta deve-se ao Arqtº Manuel Caetano, como bem demonstrou Carlos Fabião (FABIÃO, 2006, p. 63) pelas novas informações constantes em documentos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Após a sua descoberta o monumento romano é esquecido, para o que terá concorrido o contexto de enorme instabilidade que então assolava o reino. Em 1807 ocorre a primeira invasão napoleónica e, nesse mesmo ano, a família real foge para o Brasil. Somente a publicação, impressa em 1815 e da autoria do latinista Luís António de Azevedo, permitirá posteriormente, a comprovação da existência do monumento romano levando a que Fernando de Almeida, em 1964, realizasse uma primeira intervenção no local (ALMEIDA, 1965). Passado um ano, o projeto de intervenção arqueológica será continuado por Irisalva Moita, então Conservadora dos Museus Municipais da C.M.L. A sua ação traduz-se na escavação do local entre 1965 e 1967 e, simultaneamente, numa política de aquisição dos edifícios sobrepostos às ruínas do teatro romano. Na sequência de tais diligências vários edifícios são demolidos com o objetivo de possibilitar o alargamento da área de escavação (MOITA, 1970).

Em 1982 Jorge de Alarcão publica um pequeno texto sobre o edifício cénico (1982, p. 287-302) ainda que, e tal como o próprio indica, pouco se pudesse dizer sobre o mesmo sem que novas intervenções no local fossem realizadas. Entre 1985 e 1988 o Instituto Arqueológico Alemão procedeu ao levantamento gráfico das ruínas do Teatro. Esse trabalho, (HAUSCHILD, 1990) constitui ainda hoje um documento imprescindível para a compreensão da totalidade da área intervencionada durante as escavações antigas.

Em 1987 a edilidade cria um gabinete técnico para proceder de forma sistemática à escavação do local (RODRIGUES, 1987, p. 3-31). Os trabalhos, iniciados em 1989 somente se prolongaram até 1993, tendo-se processado na Rua da Saudade, artéria que, a partir de então, ficou interdita ao trânsito viário. A área intervencionada coincidiu com a zona das bancadas, tendo-se detetado parte do sistema artificial de suporte da *cavea*. O deficiente estado de conservação dos vestígios levou a concluir que as estruturas que se encontravam a uma maior cota, haviam sido as mais precocemente destruídas. Foi também escavada a parte nascente coincidente com um dos *aditi maximi*.

A opção metodológica que então prevaleceu foi a de preservar todos os vestígios colocados a descoberto facto que impediu perceber, devido à conservação de inúmeras estruturas arqueológicas de época posterior (especialmente dos sécs. XVII e XVIII), quais os níveis relacionáveis com o teatro romano (DIOGO, 1993, p. 217-224)[3]. A partir de 1993 os trabalhos cessaram e, em 1998, o antigo gabinete foi desativado.

Somente em 2001, por ocasião da criação do então Museu do Teatro Romano se deu início a uma sistemática escavação do teatro, processando-se tais trabalhos na parte sul, no interior do museu dedicado ao monumento. A partir desse ano e em várias campanhas (2001, 2005, 2006, 2010 e 2011) escavou-se integralmente a área disponível.

No pátio do museu foi exumada a estrutura do *post scaenium* permitindo compreender como o teatro se implantou no terreno. Em 2014, aquando da remodelação do museu, foram feitas duas sondagens arqueológicas na Rua de S. Mamede, confirmando-se a continuação do alicerce do *post scaenium* e a presença de compartimentos retangulares no seu interior, talvez com a função de *choraggia*. Em 2015 foi intervencionado o interior do teatro procedendo-se à remoção das estruturas sobrepostas ao mesmo e tendo-se exumado a parede norte do *aditus maximus* nascente.

3. MORFOLOGIA DO EDIFÍCIO CÉNICO

Atualmente apenas se encontra a descoberto cerca de um terço da totalidade do teatro. Pensamos que o seu limite exterior poderá corresponder a uma estrutura, detetada em 1989, no canto nordeste do antigo

2. Original que se encontra no Museu de Lisboa (C.M.L., nº inv. MC/DES/12).

3. Destes trabalhos apenas foi publicado o artigo mencionado, com prolixas fotografias, mas que pouco esclarecem os contextos de escavação. Outros trabalhos referem-se simplesmente ao estudo de algum espólio cerâmico então encontrado.

edifício com o nº 4 da Rua da Saudade. A confirmar-se esta ideia, o teatro teria um diâmetro de 71 m o que corresponde a 240 PR, ou seja, a 2 *Actus*. Esta dimensão enquadra-se no desenho que hoje é possível fazer incluindo as estruturas de contenção encontradas na parte sul do monumento, no interior do atual museu (Figura 2).

Entre 1964 e 1967, as intervenções feitas por D. Fernando de Almeida e Irisalva Moita coincidiram com a parte central do teatro: a zona do *proscaenium*, tendo-se conservado somente o alicerce, com uma largura máxima de 1,55 m, ainda que tenham sido recolhidas inúmeras pedras do *frons pulpitum*. Este muro teria originalmente 29,53m (correspondente a c. 100 PR). Igualmente foi identificado o *hyposcaenium,* com revestimento em *opus signinum*.

Na área inferior ao palco regista-se a presença de duas fiadas de pilares retangulares, *in situ*, rodeados inferiormente por uma meia-cana em *opus signinum*. O *pulpitum*, em madeira, assentaria nestes pilares, dos quais se conservam doze, com alturas diferenciadas, equidistantes entre si, colocados em duas fiadas. A mais próxima do proscénio conserva sete pilares enquanto a localizada a sul apresenta cinco, sendo que os restantes se escondem ainda por baixo da atual Rua de S. Mamede.

Também na década de 1960 foi colocada à vista parte da *orchestra*, a qual conservava algumas lajes de revestimento. Apesar de o estado de conservação ser deficiente, o negativo das placas deixadas na argamassa subjacente permitiu a reconstituição do padrão geométrico que possuiria. Esta reconstituição foi pela primeira vez realizada por Theodor Hauschild em 1985/88 (HAUSCHILD, 1990, Abbildung 6), propondo um padrão geométrico que recorreu a lajes quadradas de dois tamanhos nas cores rosa claro e rosa vivo e placas retangulares de cor cinza. Mais recentemente propôs-se uma nova reconstituição que segue, de perto, a ensaiada em 1990 (Figura 3).

A *orchestra* teria um diâmetro de 17,75 m, incluindo a *proedria*. Apesar de os dois degraus que constituiriam esta estrutura não se conservarem é precisamente a sua ausência que permite concluir pela sua inclusão no plano original do edifício. Os negativos deixados no substrato rochoso assim como no *opus caementicium*, permitem reconhecer os suportes ritmados que suportaram as pedras do último degrau, contíguo às bancadas. O início destas, até cerca de metade da *imma cavea* (possivelmente com nove degraus) encontra-se encaixado na própria rocha o que acontece, igualmente com a parte norte do *aditus maximus* nascente, o único que se encontra a descoberto. As bancadas apresentam um deficiente estado de conservação tendo sido das estruturas mais afetadas com a desmontagem do monumento após o seu abandono. Os grandes muros da *cavea* foram reaproveitados para a instalação do casario o que aconteceu logo nos inícios do séc. V d.C. tendo-se registado num dos *vomitoria* um contexto habitacional desse período (CALADO, RAMOS, 2010-2011). Também em 2015 intervencionámos novamente o local tendo sido identificada uma lareira e espólio do séc. V d.C. e que confirmam a cronologia anteriormente apontada.

Este *vomitorium* é o único que se conserva. Localiza-se no final da *imma cavea*, onde existiriam outros quatro. Pela reconstituição do edifício que propomos, através da aplicação do modelo vitruviano, preconizam-se outras seis saídas que facilitariam o acesso à *summa cavea* e ao nível da *summa gradatione*.

Nas intervenções da década de 1960 foi encontrada uma imponente estrutura, localizada no mesmo alinhamento do proscénio que constituiria a parede sul do *aditus maximus* nascente. Em 2015 foi exumada a parede norte deste corredor, composta também por silharia almofadada. Conseguimos, deste modo, obter a largura total do *aditus* que seria de 1,93 m na zona exterior (a nascente) e de 1,63 m junto ao proscénio (Figura 4).

Um dado que desafia a nossa interpretação é o facto de não se presenciarem sistemas hidráulicos. Com efeito, o único sistema de recolha de águas localiza-se no *hyposcaenium* e corresponde a uma bacia, com um diâmetro de 2,5 m que recolheria as águas que se acumulavam na zona inferior ao palco. O revestimento a *opus signinum* desta área, de grande qualidade, oferece uma superfície homogénea, com meia cana a estabelecer a ligação ao muro do *proscaenium*[4]. O facto de o substrato rochoso ser composto por margas argilosas poderá explicar, de alguma forma, esta ausência de escoamento para o subsolo, no entanto, não explica a forma como foi realizada a condução das águas para o exterior do edifício.

O *opus signinum* – composto por inúmeros frag-

4. O cuidado na escolha da matéria-prima foi determinante. As areias empregues no *opus signinum* desta superfície são quartzíticas, de grão fino a médio, sub-roladas e pouco brilhantes, características que as diferenciam de todas as restantes que foram analisadas naquele espaço (BRITO, 2001).

mentos de cerâmica doméstica e de construção partida e muito rolada, de granulometria média – foi sobreposta a um *rudus* composto por pedras calcárias de médio calibre. À primeira vista a estrutura não denota qualidade demarcável, no entanto, a fina camada de argamassa de cal que recobre o pavimento é extremamente aderente e homogénea, conservando-se ainda em vários locais (Figura 5). Análises geológicas realizadas evidenciam o cuidado na seleção das areias, de granulometria fina a média, compostas por grãos de quartzo predominantemente sub-rolados e pouco brilhantes (BRITO, 2011).

4. CRONOGRAMA DA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO CÉNICO

O início da construção do teatro deverá ter ocorrido logo no primeiro momento da monumentalização da cidade (FARIA, 2001, p. 351–362). A opção de construir um tão grande edifício numa encosta virada a sul e não em sítio plano, mostrando evidente oposição aos preceitos vitruvianos (Livro V, Cap. III), comprova a função de propaganda que se queria transmitir ao edificar o monumento cénico neste preciso local (FERNANDES, 2013, p. 765-773; FERNANDES, *et alli*, 2015, p. 203 – 224).

Pensamos que os primeiros trabalhos de construção do teatro se iniciaram pela realização de um ambicioso projeto de engenharia que determinou as necessárias soluções. A encosta sul concentrou as principais preocupações dos arquitetos / engenheiros, sendo o local onde se verificaram os primeiros trabalhos de engenharia. Apesar de não conhecermos com precisão o paleosolo deste local, estamos em presença de um desnível topográfico com cerca de 16 m, que se desenvolve numa dimensão de quase 22m entre a parte central do edifício cénico e o *decumanus* que, possivelmente, se localizaria próximo do traçado da atual R. Augusto Rosa (MANTAS, 1997, p. 25-26; FERNANDES, SEPULVEDA, ANTUNES, 2012, p. 44-55).

Pelas intervenções arqueológicas realizadas comprovamos que a construção do *post scaenium* apenas foi conseguida pela realização de uma enorme escavação que arrasou quase por completo as ocupações anteriores, sendo os vestígios da IIª Idade do Ferro identificados quase residuais (FERNANDES, FILIPE, 2007, p. 229-253; CALADO, *et alli*, 2013, p. 641-649). A edificação da grande estrutura de suporte apenas se iniciou quando o substrato geológico mais compacto foi encontrado a cerca de 8 m de profundidade em relação ao solo atual (Rua de S. Mamede). Foi nesta base mais sólida que a estrutura do *post scaenium* se alicerçou, o mesmo acontecendo com outro muro, paralelo, situado a cerca de 5 m. A área entre muros foi, posteriormente, novamente preenchida com os sedimentos que haviam sido removidos correspondendo assim, a uma deposição secundária. É precisamente neste local que é possível definir dois momentos: um no início da construção do *post scaenium* e outro atribuível ao arranjo urbanístico da vertente sul da encosta, o que terá ocorrido depois de avançados os trabalhos do interior do espaço cénico.

A demarcação destes dois momentos é constituída por um derrube composto por amontoados de pedra, alinhados em três fiadas, paralelas entre si (orientação este/oeste). Os níveis subjacentes integravam materiais cerâmicos que, cronologicamente apenas se prolongam até aos anos 10/15 do século I d.C. (Figura 6). Estas obras iniciais de engenharia correspondem, assim, ao início da edificação do teatro (SEPÚLVEDA, FERNANDES, 2013, p. 43-172).

A criação de grandes terraços ou patamares, realizados pela construção de grandes muros paralelos entre si, permitiu a reorganização da encosta onde o teatro foi erigido e a respetiva consolidação. Simultaneamente, estas estruturas dotaram o monumento de uma envolvente urbanística singular que tirou o melhor partido da implantação geográfica, transformando o teatro num marco propagandístico do Império Romano (entre outros: FERNANDES, SEPÚLVEDA, ANTUNES, 2012, p. 44-55; FERNANDES, 2013, p. 765-773).

Paralelamente, devem ter-se processado os trabalhos no interior do monumento cénico. Decerto que a parte central do teatro – proscénio, *orchestra* e *pulpitum*, assim como a parte inferior da *cavea*, – terão sido edificadas num primeiro momento. Também neste contexto se enquadra a realização dos elementos arquitetónicos, todos eles talhados em pedra local e revestidos a estuque, sendo marcante a uniformidade que encontramos na matéria-prima e técnica empregue (FERNANDES, 1997, vol. II, p. 167-175; FERNANDES, 2004-2005, p. 83-94; FERNANDES, 2011, p. 263-311). Pelas evidências técnicas e estilísticas observadas, tais elementos inscrevem-se em tradições tardo-republicanas (Figura 7). O emprego intensivo do calcário fossilífero local, muito irregular, no qual é sumariamente esculpida a morfologia

da peça; o emprego de bases áticas com e sem plinto, mas muito pouco evolucionadas, e os paralelos que se estabelecem com peças análogas do *porticus post scaenum* do teatro de Mérida ou com os capitéis, de enorme similitude, identificados no teatro romano de Medellín, datado de Augusto (RÖRING, 2009, p. 163-172; MATEOS CRUZ; PICADO PÉREZ, 2011, p. 373-410), são paralelos que afiançam uma proximidade, mormente estilística mas, naturalmente também, cronológica.

Infelizmente não temos dados que nos auxiliem numa análise evolutiva precisa da edificação do teatro romano de *Olisipo*. Pensamos que a zona da *summa cavea* terá sido a última a ser realizada possivelmente devido ao facto de a sua concretização se ter articulado com a possível construção do fórum o qual, apesar de não ter sido até ao momento detetado, acreditamos ter-se implantado na plataforma natural que existe imediatamente a norte do teatro, coincidente com o atual Largo dos Lóios.

No entanto, apesar do que referimos, não possuímos de momento dados que nos confirmem tais suposições. Certo é que a edificação do teatro é anterior ao ano 57 d.C. uma vez que essa é a data da renovação da sua parte central. A renovação então efetuada nas estruturas da *orchestra* e do proscénio é comprovada pela inscrição que esta última estrutura conserva (FERNANDES, CAESSA, 2004-2005, 83-102).

Esta nova campanha de obras do teatro não se traduziu numa pontual alteração decorativa, antes numa renovação, ou embelezamento, da parte central do teatro, com fins claramente propagandísticos e feita pelo liberto, seviro augustal, *Caius Heius Primus* que dedica tais obras ao imperador Nero, como ficou bem expresso na inscrição do proscénio. Mas também os *aditi maximi* terão sido renovados. O achado, em local próximo ao teatro, de dois lintéis em calcário rosa, um deles com parte de uma inscrição onde se lê "C. HEIVS PRIMVS. DEDIT" confirma ter sido esta a personagem responsável pela encomenda. Estes capeamentos destinaram-se, decerto, aos lintéis originais das duas entradas monumentais do teatro (FERNANDES, *et alli*, 2015, 132-145), embora o facto de se tratar de finos capeamentos corrobore a ideia de os lintéis originais não terem sido substituídos. Apesar destas remodelações, tudo indica que a fachada cénica terá ficado inalterada. Talvez tenha sido nesta ocasião que a parte sul da envolvente do teatro foi concluída. Na verdade, as cronologias que obtemos a partir do primeiro nível das fundações apontam para um segundo momento enquadrável entre os inícios do séc. I d.C. e meados da centúria. Se assim for, teremos trabalhos de renovação ornamental a serem feitos na zona central do edifício cénico e simultaneamente, a conclusão das obras de construção dos grandes patamares situados a sul do teatro.

Um fragmento de capitel, recolhido em 2006, no *vomitorium* do teatro, datável da segunda metade do séc. I / séc. II d.C., assim como outros dezasseis fragmentos, encontrados entre 1965-67 e atribuíveis a meados ou finais do séc. I, todos pertencentes à ordem jónica, enquadram-se neste segundo momento de remodelação do teatro que poderá ser coincidente com a finalização das obras. Estas peças inscrevem-se num novo tipo de capitel jónico, que emprega uma diferente matéria-prima – o calcário liso, branco, de boa qualidade – que segue diferentes preceitos decorativos, talhados diretamente no bloco pétreo (FERNANDES, 2011, p. 263-31).

Apontaríamos, deste modo, uma sucessão construtiva que se inicia possivelmente nos primeiros anos do séc. I d.C. com a realização das fundações da grande estrutura do *post scaenium* – que suportaria a fachada cénica e consolidava a encosta – ocorrendo em paralelo à construção da parte central do teatro. Um segundo momento traduz-se numa remodelação ornamental do *proscaenium*, *orchestra* e *aditi maximi,* em meados do séc. I d.C. o qual terá sido acompanhado pelo término das obras dos terraços construídos na zona sul. Um segundo momento de remodelação situar-se-á nos finais do séc. I d.C. ou inícios do séc. II d.C. com o emprego de novos capitéis mas os quais, muito possivelmente, não foram aplicados na fachada cénica original.

5. MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

O substrato geológico onde foi construído o teatro romano é composto por formações geológicas do Complexo Miocénico, possuindo, de igual modo, níveis de areias ferruginosas, de cor rosada, amarela e esbranquiçados que formam o grés ou margas caliças. Observam-se também estratos arenosos, com múltiplos fósseis. Verticalmente esta formação passa a calcário compacto e muito fossilífero da formação superior (PAIS *et al.* 2006). Esta variedade geológica foi amplamente aproveitada, quer para a realização dos elementos decorativos, como referido, quer para o encaixe da parte central do teatro, assim

como para a realização do *opus caementicium* usado de forma intensiva na edificação do monumento. Cortado e aplanado, o afloramento foi nivelado de modo a possibilitar o seu revestimento homogéneo com silhares.

A face sul do *post scaenium* evidencia, no entanto, algumas áreas onde são empregues fiadas sobrepostas de silharia, dispostas alternadamente em face/testa. Estas áreas constituem o que podemos designar por contrafortes que reforçam a estrutura internamente. Estes contrafortes apresentam uma largura mais ou menos constante de cerca de 1,50m (cerca de 5PR) ainda que o distanciamento entre si não seja constante. Definiriam compartimentos entre eles, espaços ocos que aligeiravam a construção provavelmente usados para guardar adereços ou qualquer outro fim. Paralela a esta estrutura, especificamente a 5,46 m (18,5 PR) para sul, foi descoberta outra, que conserva cerca de 4 m de altura, coeva da anterior.

Estas duas estruturas, sensivelmente paralelas entre si têm por função a contenção da colina e a realização de plataformas artificiais entre si. É claro o uso do *opus caementicium* utilizado num sistema de cofragem. São reconhecíveis pelo menos quatro fiadas, sensivelmente horizontais e regulares, com uma altura que varia entre os 50/60 cm, sendo visíveis as linhas de união entre as mesmas (Figura 8).

Esta estrutura foi construída de sul para norte, não se presenciando qualquer vala de fundação e apoiando-se diretamente no afloramento rochoso. O facto de o teatro de *Olisipo* se ter implantado numa zona de acentuada inclinação obrigou, para além de um reforço da fundação, à construção de plataformas que permitiram infraestruturas de apoio ao monumento. A ideia de um criptopórtico – assim concebido pela construção de plataformas sucessivas – permite explicar como o teatro se implantou numa encosta tão inclinada, solução arquitetónica que não seria estranha em *Olisipo* (FERNANDES, 2013, p. 765-773). Para a parte superior propomos a existência de colunatas que constituiriam peristilos e áreas de circulação através de rampas ou escadarias. A ausência de dados concretos que corroborem esta ideia impede, no entanto, a confirmação desta proposta.

Na *cavea* destaca-se a utilização intensiva do *opus caementicium* o que é bem visível no maciço norte do *aditus maximus* nascente, o único a descoberto. A separação entre a rocha e o *opus caementicium* torna-se, por vezes, difícil de diferenciar. Quando o afloramento se encontra presente, ele é aplanado e aí são talhados os próprios silhares que, inferiormente, não são desgarrados do afloramento. É o que acontece no *aditus* nascente (Figura 4). Aqui, a parede norte é composta por uma fiada inferior de blocos talhados na rocha que suporta uma segunda fiada de silhares, estes já exentos. Também na infraestrutura da *cavea* no lado nascente a rocha foi aproveitada como "cofragem" para o enchimento da restante área com *opus caementicium*. A utilização de cal viva na argamassa possibilitou uma maior rapidez construtiva. A areia empregue é essencialmente quartzítica, oferecendo um maior poder de agregação. O emprego deste cimento de excecionais qualidades foi generalizado no teatro de *Olisipo*.

Quanto à análise granolumétrica dos agregados, evidencia-se na maioria das amostras recolhidas, uma distribuição do grão similar com partículas bem calibradas de areia fina de composição essencialmente quartzosa e reduzida quantidade de finos (silte e argila). As argamassas foram produzidas com cal aérea e com agregados selecionados e lavados, indiciando fases de preparação dos agregados como a crivagem e a lavagem, compatível com o bom acabamento de superfície que se observou nos locais de recolha (FERNANDES, COROADO, em publicação). É de referir que três das amostras recolhidas – alicerce da estrutura do *post scaenium*, base do muro do proscénio e fiadas inferiores das bancadas – todas apresentam nítidas similitudes compositivas e técnicas, caracterizando-se por ligante de calcite e areia fina quartzosa. Estes dados, ainda que devam ser considerados com alguma cautela apontam, no entanto, para uma mesma técnica e materiais, corroborando a contemporaneidade das estruturas mencionadas. Igualmente interessante, ainda que expectável, é a consideração de que tais areias serão de proveniência local, das margens do rio Tejo, concretamente em relação aos grãos de quartzo que poderão ser provenientes das formações areníticas que bordejam o rio. A cal, empregue em larga e variada percentagem, terá igualmente sido obtida usando os calcários existentes nesta área (BRITO, 2001, p. 23-26).

Um aspeto curioso, relacionado com o plano construtivo, foi detetado na campanha arqueológica de 2015. Com o prolongamento e finalização da escavação na parte nascente da área arqueológica, foram identificados traços bem marcados no afloramento rochoso que terão auxiliado na colocação da primeira fiada de silhares. Com efeito, não se trata de silhares exentos mas antes da marcação, na rocha, do

alinhamento que as fiadas de silhares que se sobreporiam, deveriam respeitar. (Figura 9).

6. DESENHO ARQUITETÓNICO

A confrontação entre o modelo vitruviano e os vestígios conservados do teatro de *Olisipo* permite concluir por um claro conhecimento daquele. Na proposta de reconstituição que apresentamos – e perante a ausência de algumas dimensões, devido ao insuficiente estado de conservação das estruturas – recorremos aos postulados vitruvianos que partem do diâmetro da *orchestra* para a planificação do edifício. O diâmetro total do teatro será de 71 m (Figura 2). São claras as similitudes com o teatro de Mérida e, de igual modo, com o teatro de Medellín. As soluções decorativas da pavimentação da *orchestra* são idênticas nestes três casos correspondendo, em todos eles, a um embelezamento posterior ao da edificação inicial. As diferenças que existem entre estas três partes dos edifícios cénicos são relativamente pequenas, como seja o caso do desenho geométrico da pavimentação da *orchestra* que apresenta ligeiras modificações de caso para caso. De realçar que o mármore usado é da mesma proveniência, isto é mármore cinzento alentejano, possivelmente de Trigaches. Estas pedras são combinadas geometricamente com outros elementos de cor rosa que, no caso do teatro de Lisboa, são provenientes da zona de Sintra tratando-se de um calcário margoso e não de mármore, mas integrando-se no conceito de *marmora* de época romana dada a sua superfície homogénea e cor apelativa. Nos três casos igualmente se regista a presença de estátuas de silenos que se posicionavam na parte superior do *frons pulpitum*.

O que atualmente conhecemos do espaço emeritense corresponde à renovação que o mesmo sofreu em época do imperador Cláudio, ou, possivelmente, em época flaviana, altura em que a *orchestra* foi repavimentada empregando-se a ordem coríntia na *frons scaenae* (TRILLMICH, 1993: 113-123).

Não possuímos nenhum indício sobre a fachada cénica. Apenas podemos afirmar que foi empregue a ordem jónica e que os elementos arquitetónicos conservados traduzem as técnicas maiss tradicionais que utilizam a pedra local estucada. Pensamos que a fachada cénica se articularia em três níveis, de acordo com a dimensão total do edifício e a posição do provável muro peribolar.

Aquando da realização a sondagem na Rua de S. Mamede em 2014 ficou evidente a destruição total e a desmontagem quase integral que sofreu a fachada cénica, com o objetivo de reaproveitar a matéria-prima na reconstrução da cidade depois do terremoto de 1755. No *opus caementicium* ficou o negativo do que poderá ter sido um dos pilares do *podium* da fachada (Figura 10).

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1982) – O Teatro Romano de Lisboa. *El Teatro en la Hispania Romana* (Actas del Simposio). Badajoz, pp. 287-302.

ALMEIDA, D. Fernando de (1965) – Notícias sobre o teatro de Nero, em Lisboa. *Lvcerna*, Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia (Porto, 4 a 6 de Junho de 1965, vol. 5, Porto, pp. 561-571.

AMARO, Clementino (1993) – Vestigios materiais orientalizantes do claustro da Se de Lisboa. *Estudos Orientais IV – Os Fenicios no territorio portugues*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, pp. 183-192.

BRITO, Rui Miguel (2001) – *Estudo geológico das argamassas do teatro romano da Cidade de Lisboa*. Lisboa, Divisão de Museus e Palácios Municipais (CML) (texto policopiado).

CALADO, Marco César; RAMOS, Maximino Romão Mendes (2010-2011) – *Desactivação dos Equipamentos Lúdicos Romanos – O exemplo de um contexto tardo-romano do Teatro Romano de Lisboa*. Trabalho policopiado apresentado na Arqueologia Tardo-Romana, Suevo-Visigótica da FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

CALADO, Marco; PIMENTA; João; FERNANDES, Lídia; FILIPE, Victor (2013) – Conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro do teatro romano de Lisboa: as cerâmicas de engobe vermelho. *In* ARNAUD, José Morais; MARTINS, Ana; NEVES, César, eds. - *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 641-649.

DIOGO, A. M. Dias (1993) – O Teatro romano de Lisboa. Notícia sobre as actuais escavações. *Cuadernos de Arquitectura Romana: Teatros Romanos de Hispânia*, vol. 2, Universidade de Múrcia, Múrcia, pp. 217-224.

FABIÃO, Carlos (2013) – Escavando entre papéis: sobre a descoberta, primeiros desaterros e destino das ruínas do teatro romano de Lisboa. *Vir bonus peritissimus aeque. Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo*. Centro de Estudos Clássicos. Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, pp. 389-409.

FARIA, Antonio Marques de (2001) – Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4.2, pp. 351-362.

FERNANDES, Lídia (2004-2005) – As bases de coluna nos desenhos dos séculos XVIII e XIX do Teatro romano de Lis-

boa. *Revista Arqueologia e História,* Associação dos Arqueólogos Portugueses. 56/57, Lisboa, pp. 83-94.

FERNANDES, Lídia (2011) – A decoração arquitectónica de época romana do municipium olisiponense. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 14, pp. 263-311.

FERNANDES, Lídia (2013) – Teatro romano de *Olisipo: a marca do novo poder romano. Arqueologia em Portugal. 150 anos* (coord. J.M. Arnaud, A. Martins, C. Neves), Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, pp. 765-773.

FERNANDES, Lídia, LOUREIRO, Carlos; BRAZUNA, Sandra; SARRAZOLA; Alexandre; PRATA, Sara (2015) – Paisagem urbana de *Olisipo*: fatias da história de uma cidade. *Revista Portuguesa de Arqueologia* – volume 18, pp. 203-224.

FERNANDES, Lídia; CAESSA, Ana (2004-2005) – O *proscaenium* do Teatro romano de Lisboa: aspectos arquitectónicos, escultóricos e epigráficos da renovação decorativa do espaço cénico. *Revista Arqueologia e História*, nº 58/59, pp. 83-102.

FERNANDES, Lídia; COROADO, João – A construção do Teatro de *Olisipo*: o estudo das argamassas e a engenharia do monumento romano. *Congresso Internacional de História da Antiguidade Clássica – Diálogos Interdisciplinares* (Coimbra e Conimbriga – 20-22 maio 2015) (em publicação).

FERNANDES, Lídia; FILIPE, Victor (2007) – Cerâmicas de engobe vermelho pompeiano do Teatro Romano de Lisboa", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 10, nº 2. Lisboa. pp. 229-253.

FERNANDES, Lídia; SEPÚLVEDA, Eurico; ANTUNES, Márcio (2012) – Teatro Romano de Lisboa: sondagem arqueológica a sul do monumento e o urbanismo de Olisipo, *Revista Almadan*, pp. 44-55.

FERNANDES; Lídia; NOGALES-BASARRATE, Trinidad – Programas Decorativos Teatrales de *Lusitania. VIII Reunión de Escultura Romana en Hispania* (Córdoba, 5-8 outubro 2016) (em publicação).

HAUSCHILD, Theodor (1990) – Das Romische Theater von Lissabon. Planaufnahne 1985-88. *Madrider Mitteilungen*, 31. Mainz, pp. 348-392.

MANTAS, Vasco Gil (1997) – Olisipo e o Tejo. In *Actas do IIº Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha* (Padrao dos Descobrimentos, 2-4 Julho 1997). Lisboa: Ed. CML, pp. 15-41.

MATEOS CRUZ, P., PICADO PÉREZ, Y. (2011) – El teatro romano de Metellinum, M*adrider Mitteilungen*, 52. Heidelberg: 373-410; Taffeln, pp. 13-23.

MOITA, Irisalva (1970) – O Teatro Romano de Lisboa. *Revista Municipal,* 124/125, Lisboa, pp. 7-37.

PIMENTA, J.; SILVA, R. B.; CALADO, M. (2005) – Sobre a ocupação pré-romana de *Olisipo*: A Intervenção Arqueológica Urbana da Rua de São Mamede ao Caldas N.º 15. *VI Congresso Internacional de Estudos Fenício Púnicos*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (25 de Setembro a 1 de Outubro de 2005). Lisboa, pp. 712-723.

PIMENTA, João (2014) – Os Contextos da conquista: *Olisipo* e *Decimo Jvnio Bruto*. *CIRA-Arqueologia* III. Atas do Congresso Conquista e Romanização do vale do Tejo. Ed. Câmara Municipal Vila Franca de Xira, pp. 44-60.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1987) – O Teatro romano de *Felicitas Julia* (Lisboa), *Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros*, nº 15, Lisboa, pp. 3-31.

SEPÚLVEDA, Eurico; FERNANDES, Lídia (2013) – Teatro romano de *Felicitas Iulia Olisipo*: la *sigillata* de tipo itálico decorada (campañas 2005-2006). Congreso Internacional de la SECAH: Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania (Cádiz 3-4 de Marzo de 2011). *Monografías ex officina hispana*. Tomo II. Cádiz, pp. 59-72.

TRILLMICH, W. (1993) – «Novedades en torno al programa iconográfico del teatro romano de Mérida», *Actas de la Iª Reunión sobre Escultura Romana en Hispania,* Museo Nacional de Arte Romano de Mérida. pp. 113-123.

RÖRING, N. (2009) – "Nuevo estudio arquitectónico de la fachada escénica del teatro romano de *Augusta Emerita*", La *Scaenae frons* en la arquitectura teatral romana (Actas del Symposium Internacional celebrado en Cartagena – 12 a 14 Marzo 2009). Universidad de Murcia, Fundación Teatro Romano de Cartagena, pp. 163-172.



Figura 1 – Localização do teatro de *Felictas Iulia Olisipo*. Implantação dos vários vestígios romanos com indicação de algumas áreas funcionais da cidade e possível linha de costa em época romana. (Lídia Fernandes e Carlos Loureiro, Museu de Lisboa).

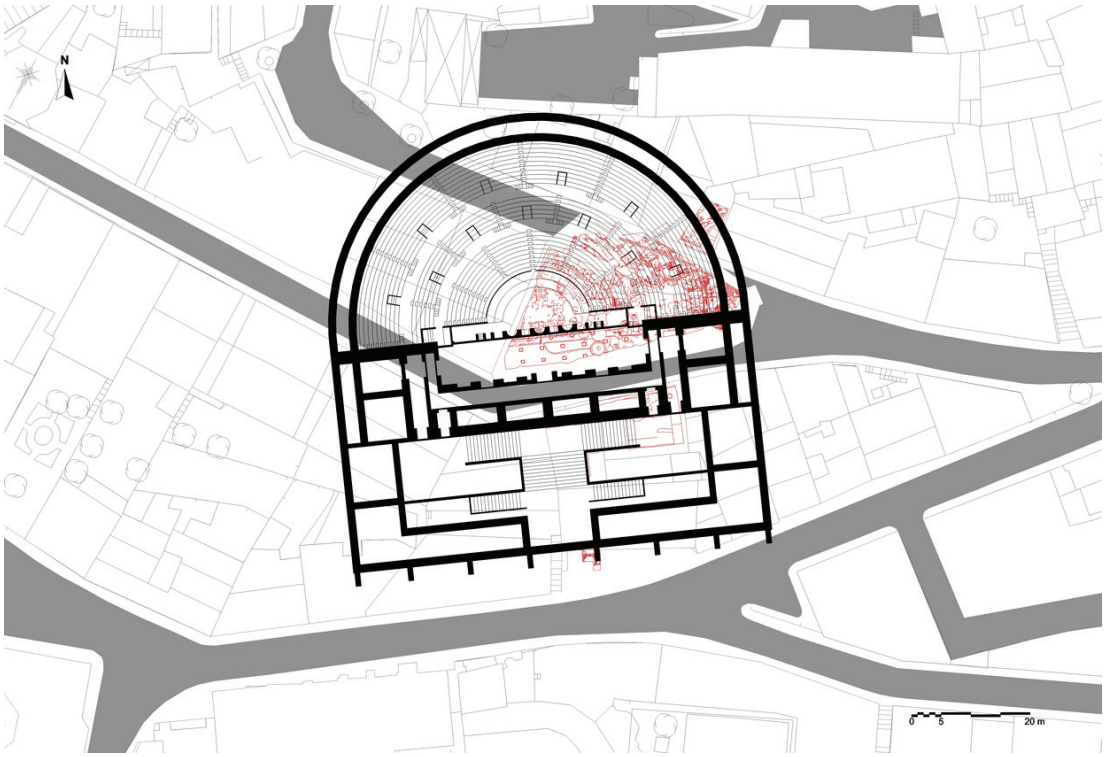


Figura 2 – Planta do teatro romano de Lisboa sobreposta à malha urbana atual. A encarnado a área intervencionada arqueologicamente (desenho Carlos Loureiro / Lídia Fernandes, Museu de Lisboa).

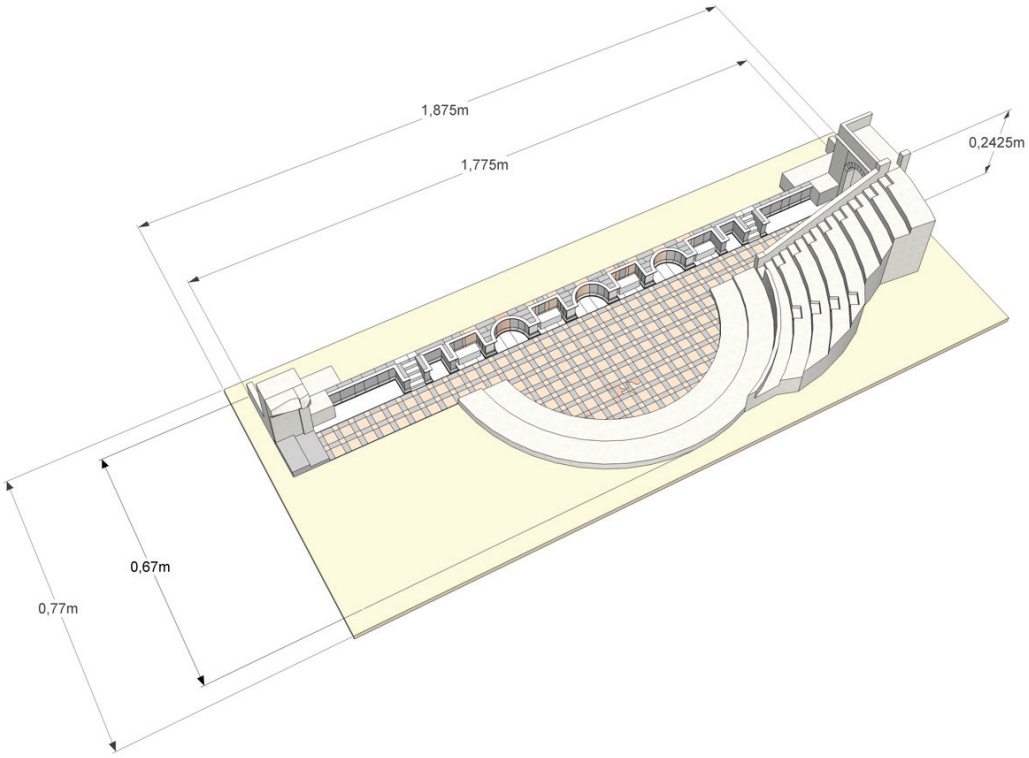


Figura 3 – Proposta de reconstituição da zona central do teatro romano, com o proscénio, *orchestra* e início das bancadas e estando representada a área da *proedria* (degraus mais largos a branco). (Desenho de Carlos Loureiro / Museu de Lisboa).



Figura 4 – Face sul da parede norte do *aditus maximus* nascente observando-se a fiada superior com aparelho almofadado. Intervenção arqueológica de 2015. (Fotografia Lídia Fernandes / Museu de Lisboa – Teatro Romano).



Figura 5 – Aspeto do *opus signinum* junto ao embasamento da estrutura do proscénio. É visível a constituição interna do pavimento com fragmentos de tijolo, mas, igualmente, a camada de fina argamassa que o recobria. (Fotografia José Avelar / Museu de Lisboa).



Figura 6 – Perspetiva de poente para nascente, observando-se um dos derrubes identificados por cima do afloramento rochoso, sobre o qual foi alicerçado a estrutura do *post scaenium*. (Fotografia Lídia Fernandes / Museu de Lisboa – Teatro Romano).

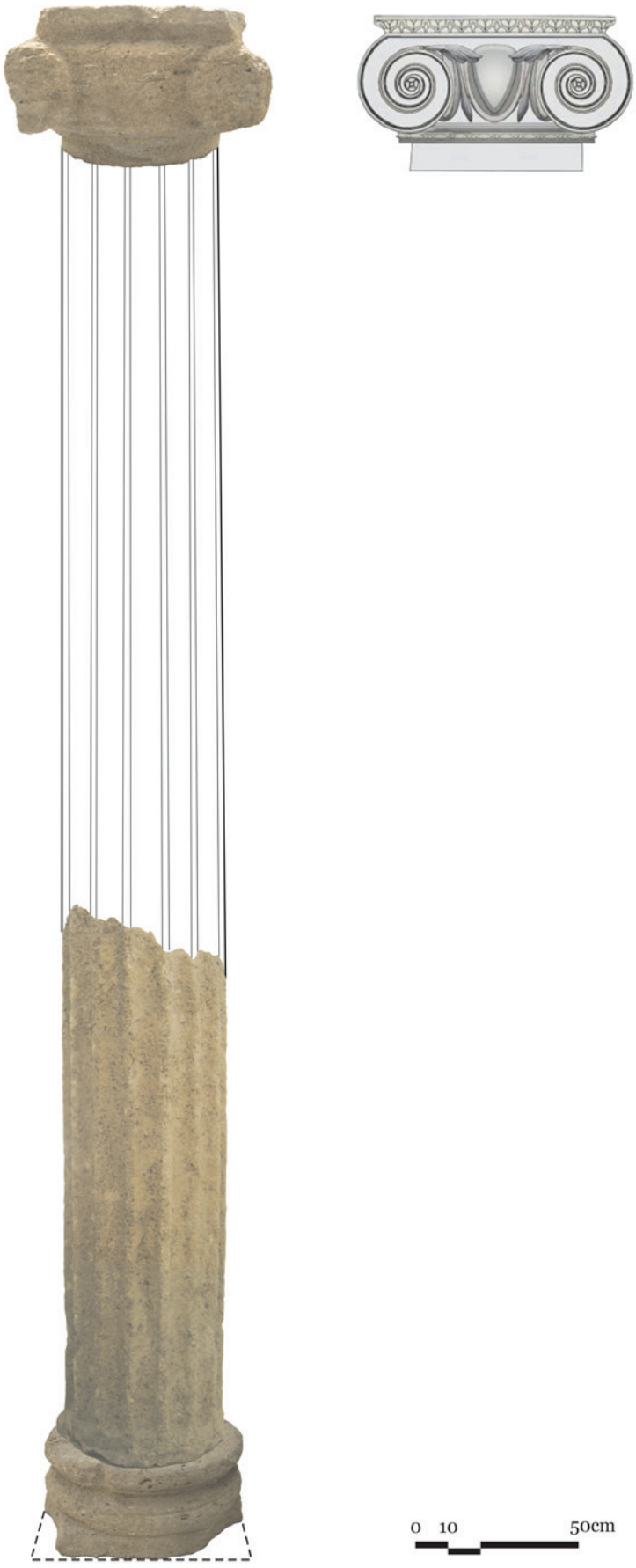


Figura 7 – Capitel, fuste e base e possível reconstituição da ordem jónica da fachada cénica do teatro romano de Lisboa (montagem gráfica de Carlos Loureiro / Museu de Lisboa).



Figura 8 – Estrutura sul de contenção, situada a sul dos *post scaenium* (atualmente suporta o terraço do museu), observando-se as várias fiadas sobrepostas de opus *caementicium*. (Fotografia de José Avelar / Museu de Lisboa).



Figura 9 – Perspetiva de poente para nascente, observando-se, junto à escala, o traçado na rocha (orientação este/oeste), do alinhamento que deveria ser seguido pela fiada de silhares a sobrepor. (Fotografia José Avelar / Museu de Lisboa).



Figura 10 – Perspetiva de poente para nascente da vala de sondagem aberta na Rua de S. Mamede. No canto inferior esquerdo negativo de silhar. (Fotografia José Avelar / Museu de Lisboa).

UM CONTEXTO CERÂMICO E VÍTREO DA PRIMEIRA METADE DO SÉC. III D.C. DO PALÁCIO DOS CONDES DE PENAFIEL (LISBOA)

Raquel Guimarães[1], Rodrigo Banha da Silva[2]

RESUMO

Uma extensa escavação arqueológica municipal teve lugar nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel (Lisboa), entre 1992 e 1993. O conhecimento actual do urbanismo romano de *Olisipo* situa esta área nas traseiras das *Thermae Cassiorum*, o grande edifício público para banhos da cidade, cuja construção os dados mais recentes remetem para o lapso Flávios-Trajano (SILVA, 2012). O local revelou uma sequência estratigráfica somente iniciada no período júlio-cláudio, equivalente a uma sucessão de depósitos detríticos urbanos, prática que ali se prolongou até à Antiguidade Tardia (SILVA e DE MAN, 2013).

Entre as unidades identificadas, o contexto «Q.15/Cam.20» revelou um extenso e diversificado conjunto de materiais vítreos e cerâmicos (*sigillata*, lucernas, terracota, ânforas, cerâmicas comuns, . . .), infelizmente muito fragmentado, onde se deverá destacar a presença de 103 fragmentos de *terra sigillata* clara africana, acompanhada por um único fundo hispânico oriundo de Andújar e um outro sudgálico. Os fabricos norte africanos A eram exclusivos, tendo sido identificadas as formas Hayes 9B, 14B, 16, e, maioritárias, as Hayes 14A e 27. A representatividade e morfologias remetem a formação deposicional para uma data dentro da primeira metade do séc. III d.C. O conjunto assoma, portanto, como um valioso contributo para a definição do perfil vítreo e cerâmico de Lisboa naquele período.

Palavras-chave: Lisboa, Arqueologia Urbana, Arqueologia Romana, Cerâmica Romana, Vidro Romano, Comércio Romano.

ABSTRACT

An vast urban excavation took place in 1992-1993 in the gardens of Penafiel Counts Palace, in the slope hill of Lisbon's St. Jorge's Castle. Present readings on roman town of *Olisipo*'s urbanism place the site behind *Thermae Cassiorum*, a monumental baths building built during Flavian-Trajan times, according to more recent investigation (Silva, 2012). The site itself revealed a strata sequence of successive depositional layers initiated during Julio-Claudian period, the result of urban garbage discard that lasted until Late Antiquity (SILVA e DE MAN, 2013).

Amongst the various S.U., context «Q.15/Cam.20», a shallow oval pit, displayed a numerous and diversified set of pottery (*sigillata*, oil lamps, terracota, amphorae, coarse wares. . .) and glass, unhappily very fragmentary. One has to emphasize the presence of 103 sherds of *sigillata*, from which only one south-gaulish and another south hispanic, from Andújar, the remaining being ARSW A only. North African fabrics correspond to forms Hayes 9B, 14 B, 14/17, with a largely prevalence of Hayes 14A and 27. Therefore, the context was likely formed in the first half of 3d century AD. For that reason, the set arises as a valuable contribution to the definition of Lisbon's glass and pottery *facies* in that period.

Keywords: Lisbon, Roman Archaeology, Roman Pottery, Roman Glass, Urban Archaeology, Roman Commerce.

1. FCSH – UNL; ras.guimaraes95@gmail.com

2. CHAM – FCSH – UNL e UAç e CAL – DPC – CML; rodrigo.banha@cm-lisboa.pt

1. PREÂMBULO

Em Lisboa, a transferência do Ministério das Obras Públicas das suas instalações do Terreiro do Paço para a zona da Colina do Castelo, processo que se iniciou em 1991, trouxe consequências para o património arqueológico da cidade, ao ter implicado a reformulação e/ou adaptação de um conjunto de imóveis situado entre as ruas de São Mamede ao Caldas, das Pedras Negras, a Travessa do Almada e a Calçada do Correio Velho.

Os trabalhos arqueológicos foram inicialmente despoletados pela detecção da afectação do subsolo provocada pela abertura de diversas sondagens geotécnicas em poço nos pisos térreos dos três edifícios contíguos confinantes pelo lado ocidental com a Travessa do Almada (DIOGO, 1991): neles se identificariam depois, entre 1991 e 1998, os vestígios densos de uma ocupação do espaço quase contínua entre o séc. XVIII e os meados do séc. I d.C. e, a partir do episódio se construiu uma estreita relação entre a extinta Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (D.G.E.M.N.), que tinha a seu cargo a condução do projecto, e o extinto Gabinete Técnico do Teatro Romano de Lisboa-CML (G.T.T.R.L.), responsável pelas escavações. Por esta razão, quando o vizinho quarteirão equivalente ao Palácio dos Condes de Penafiel iniciou os trabalhos preparatórios para a sua adaptação a sede do Ministério das Obras Públicas, a necessidade da construção de um piso de parqueamento subterrâneo no espaço do jardim, localizados no quadrante NE do conjunto, implicou a execução de uma escavação arqueológica preventiva, prévia, cometida pela D.G.E.M.N. ao G.T.T.R.L com o consentimento do extinto Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural. Como aconteceria em todas as intervenções do organismo municipal, a direcção científica dos trabalhos foi da responsabilidade exclusiva de António Dias Diogo.

O local proporcionou uma mal conhecida riqueza informativa, muito condicionada hoje pela inacessibilidade dos registos descritivos e gráficos produzidos na escavação a expensas da Câmara Municipal de Lisboa. De facto, nos organismos públicos (DGPC e CAL-CML) se conservam somente os registos das indicações contextuais de proveniência, associados aos materiais (Figura 1).

2. ASPECTOS GENÉRICOS SOBRE A ESCAVAÇÃO DO PALÁCIO DOS CONDES DE PENAFIEL 1992-1993 E O SEU CONTEXTO «Q. 15/CAMADA 20»

A escavação dos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel decorreu entre Março de 1992 e Fevereiro de 1993 sob a forma de escavação preventiva, executada em exclusivo por meios manuais, tendo no final assumido a forma de "acompanhamento", com o rebaixamento das áreas destinadas à implantação dos pilares feita já com recurso a meios mecânicos.

A intervenção foi executada mediante a implantação de uma malha quariculada de 5 m x 5 m, ordenada numericamente "este-oeste" e "sul-norte", a partir do vértice SE da superfície interna delimitada pelos muros de fachada do jardim. Deste modo se definiram 16 quadrículas totais ou parciais. Os trabalhos procuraram desmontar as camadas mediante os seus limites naturais, tendo-se procurado numerá-las sequencialmente na ordem inversa à da sua formação, no interior de cada quadrícula. Foram na altura produzidos os levantamentos gerais de planta, alçados pontuais de estruturas e perfis estratigráficos das quadrículas ou do interior de estruturas negativas (fossas e silos). Não fôra a dispensa da utilização de banquetas no processo, como a formulação de novas sequências de camadas nos quadrantes de quadrícula nomeados por letras na segunda fase dos trabalhos, desenvolvida já em 1993, e tratar-se-ía de um exemplo clássico da aplicação dos princípios metodológicos preconizados por Wheeler em 1957 (HARRIS, 1991).

Seguindo esta metodologia, um dos autores (RBS) escavou à época, na "Quadrícula 15", uma estrutura negativa pouco profunda, com o formato de calote esférica, afectada pelo seu lado meridional pela implantação de um muro de Época Moderna. A dita estrutura encontrava-se preenchida pela "Camada 20", unidade equivalente a um depósito castanho muito escuro, muito carbonatado e inçado de pequenos carvões, que revelou elevada quantidade de cerâmica muito fragmentária, alguns fragmentos de vidro, raros metais (ferro) e escassos restos faunísticos.

O contexto fora cerceado no topo por depósitos um pouco posteriores, de matriz arenosa e/ou argilosa, mostrando colorações variáveis na gama dos esverdeados e acinzentados. A fossa, por seu turno, cortou outros depósitos com aquela mesma matriz, mas de tonalidades predominantemente esverdea-

das, assentes nas margas de base com a mesma cor (Figura 2).
Toda a área intervencionada mostrou, nas zonas onde a escavação atingiu os níveis geológicos (Q.s 3, 7, 9, 13, 14), a existência de uma pendente oblíqua de sentido "NE-SO". Assentando sobre este substrato, as primeiras camadas antrópicas (depósitos) revelaram em associação *sigillata* itálica e sudgálica (SILVA, 2012), pelo que, em função dos conhecimentos actuais sobre os ritmos de importação desta categoria cerâmica em *Olisipo*, não deverão remontar a um período anterior a momentos avançados do principado de Tibério, pelo mais (SILVA, 2012).
Toda a área escavada, que perfazia cerca de 450 m^2, mostrou uma generalizada ausência de estruturas de Época Romana, à excepção de um "muro de contenção", que se mantem preservado e visível *in loco*. Tanto quanto se pode induzir pelos escassos registos conservados, o local equivale a uma zona de acumulação de despejos detríticos urbanos, formados sucessivamente ao longo de um espaço de tempo alargado, como se viu antes, iniciado no séc. I d.C., e que tem o seu epílogo no século VI d.C., conforme já foi antes divulgado (SILVA e DE MAN, 2013). Este tipo de realidades do local constitui a continuação daquelas, entretanto publicadas por José Carlos Quaresma das Escadinhas de São Crispim (QUARESMA, no prelo), local fronteiro ao Palácio dos Condes de Penafiel para norte. Por esta razão entrevê-se a existência em Lisboa de uma zona da cidade romana com clara afinidade com outras áreas vastas destinadas aos despejos detríticos, conhecidas noutras cidades da Hispânia (REMOLLÁ e ACERO, 2011) (Figura 3).

3. O CONJUNTO CERÂMICO E VÍTREO DO CONTEXTO «Q.15/CAM.20» DO PALÁCIO DOS CONDES DE PENAFIEL

A amostragem global do contexto em estudo equivale a 328 (NMI), distribuídos por vidro (3,05% total), *sigillata* e "cerâmica africana de cozinha" (24,21 %), lucernas e uma terracota (2,42%), ânforas (8,2 %), equivalendo o remanescente a cerâmicas comuns (62,12%), das quais somente 0,91% são importações itálicas e uma emeritense
Na sua composição ficou evidenciada a predominância, expectável, da cerâmica comum e do material anfórico local/regional sobre as restantes classes cerâmicas e os vidros. Ainda assim assume significado o peso assumido pelas cerâmicas oriundas da actual Tunísia (*sigillata* clara africana A, "cerâmica africana de cozinha" e ânforas), que assumem um significativo peso de 24,51 % do conjunto global, traduzindo quadros marco económicos bem conhecidos (QUARESMA, 2009).

3.1. Vidros (Figura 4)

O conjunto de vidros do contexto, homogéneo, equivale a 10 NMI, onde se contam dois fragmentos de vidraça de vidro translúcido ligeiramente tingido de verde claro, uma parede de garrafa no mesmo fabrico e fundos de dois outros distintos recipientes inclassificáveis, em vidro translúcido incolor, com algumas (poucas) bolhas de ar.
A morfologia mais representada é a AR98 1/I, que Beat Rütti situa entre o segundo quarto a meados do séc. II d.C. e o fim do séc. III d.C. (RÜTTI, 1991: 96), que conta com uma taça de perfil completo restituível, dois outros bordos e dois fundos (3NMI), em vidro incolor ou ligeiramente tingido de verde claro. Como classificáveis acompanham a forma mais representada um fundo de copa em vidro verde azulado translúcido tipo do AR.101, situável entre finais do séc. II d.C. e os meados do séc. III d.C. (Idem: 99), e um bordo em vidro transparente incolor do tipo Isings 42a=AR.80.I, de mais amplo espectro cronológico, de Nero/Flávios até ao séc. III d.C. (Idem: 85).

3.2. *Terra Sigillata* Clara Africana (Figura 4)

Relativamente à *terra sigillata* contamos com a esmagadora maioria das produções africanas do Norte da actual Tunísia. Todos os indivíduos pertencem ao fabrico A.
A forma mais antiga do conjunto é a Hayes 9B (1 NMI), cronologicamente situada entre os meados do século II d.C. e o primeiro quartel do século III (HAYES, 1972: 35). O tipo mais abundante é a Hayes 27, tipo de prato de bordo levemente invertido e fundo de pé baixo anelar, com a presença de 26 NMI neste contexto. A este segue-se a forma Hayes 14, com 20 NMI exumados (14A=13 NMI; 14B=2 NMI). De referir ainda a presença de 10 indivíduos de fundos com pé anelar, que poderão pertencer às formas Hayes 14 ou 16 e que, portanto, foram tratados como Hayes 14/16.
O grosso do conjunto apresenta cronologias compreendidas entre os meados/finais do século II d.C. até aos meados do século III d.C., pelo mais. Deste modo, e sendo as cronologias de produção da forma Hayes 27 de entre 160 d.C. e 220 d.C. (HAYES, 1972:

51), as da 14A e 16 de fim do séc. II d.C. e inícios do séc. III d.C. (BONIFAY, 2004: 159) e da 14 B com probabilidade da primeira metade do séc. III d.C. (Idem) A incidência das datas é, portanto, indicativa de se tratar de um contexto da primeira metade do séc. III d.C., com alta probabilidade ainda dentro do período Severo.

3.3. Cerâmica Africana de Cozinha (CAfC) (Figura 5)

A CAfC faz-se representar através de 16 NMI. Destes, a forma Hayes 197 é prevalente, com 6 indivíduos (NMI), estando presentes as formas Hayes 196, 195, esta nas variantes clássicas e tardia, Hayes 197 e 23B/Lamb.10A.

As características de fabrico da Hayes 197, mostrando pátinas cinzentas, ou com o bordo enegrecido (categoria C/A de BONIFAY, 2004: 221 e ss.), bem como morfologias de bordo com ranhura no topo nos 4 exemplares preservando esta porção da Hayes 197, em conjunto denunciam uma origem exclusiva na actual Tunísia setentrional e cronologias centradas nos finais do séc. II d.C. e no III d.C. (Idem: 225). O exemplar único da forma 23B/Lamb.9A inscreve-se neste mesmo âmbito de datas, muito embora os parâmetros cronológicos se alarguem para um lapso entre algures dentro da primeira metade do séc. II d.C. e o séc. IV d.C. Todavia, a pouca altura do lábio está mais conforme as tendências que Michel Bonifay documentou já para o segundo quarto-meados do séc. III d.C. (BONIFAY, 2004: 211).

A Hayes 196 está, também, bem representada, com a presença de 5 indivíduos (NMI) no contexto. Estas tampas estão usualmente associadas à forma Hayes 183, embora uma utilização em conjunto com o prato Hayes 23 não possa ser totalmente descartada (BONIFAY, 2004: 225). A variante A, caracterizada pelo espessamento do bordo, preponderante neste contexto, aparenta ser posterior cronologicamente à variante B (1 NMI), começando a ser produzida a partir do período severo (Idem).

A forma Hayes 195 está representada neste contexto por dois indivíduos, um da variante clássica e outro da variante tardia. A produção da primeira variante inicia-se ainda nos finais do séc. II d.C. e estende-se até aos inícios do século III d.C. (BONIFAY, 2004: 227).

3.4. Lucernas e terracota (Figura 4)

As lucernas deste contexto apresentam-se bastante fragmentadas, não permitindo a sua inserção numa tipologia. Constatámos, no entanto, que estão documentadas de forma equilibrada as produções regionais e africanas (3 NMI cada) e um exemplar bético com afinidade com o grupo das lucernas "mineiras" Rio Tinto-Aljustrel (1 NMI).

Neste contexto se recolheu igualmente metade de uma cabeça feminina em terracota elaborada em pasta regional, objeto de publicação recente (SILVA, 2015), a que se acrescentam dois novos fragmentos, eventualmente correspondentes a zonas do torso do mesmo objecto.

3.5. Ânforas (Figura 5)

O conjunto anfórico classificável do Palácio dos Condes de Penafiel é composto por 58 NMI. Foi-nos possível ainda aferir a proveniência de 207 fragmentos de parede. Todos os indivíduos classificáveis, com excepção de dois fragmentos, estão genericamente inseridos no período entre os meados do séc. II e os do séc. IV d.C.

Destaca-se a forte presença das produções locais/regionais dos vales do Tejo/Sado, expectável, que perfazem 63%/NMI da amostra total. As elaborações béticas apresentam-se em menor número do que as lusitanas (34%/NMI), mas apesar disto assumem um valor bastante significativo em relação às restantes produções, africanas (3 NMI), gálicas (2 NMI) e itálicas (2 NMI), que apenas apresentam 1% do conjunto anfórico.

No universo lusitano deverá enfatizar-se a predominância da forma Lusitana 3, com 42 NMI, inserida cronologicamente entre o final século I d.C. e cerca de 225-250 d.C. (QUARESMA E RAPOSO, 2016). As restantes formas lusitanas distribuem-se entre as tipologias lusitanas Keay 16 (1 NMI) e Dressel 14 (2 NMI), contando-se com a presença de um indivíduo inclassificável oriundo das olarias do Morraçal da Ajuda (Peniche).

Das importações extraprovinciais se documentaram envases para vinho (gaulês e mediterrânico central-Lipari ?), azeite (bético), pastas de peixe (Bética) e alúmen (?) (Mediterrâneo Central-Lipari), através das morfologias anfóricas Gauloise 4, Dressel 7-11, Dressel 20 e, com probabilidade, Richborough 527. A impossibilidade de classificar os três indivíduos africanos não autorizam a descriminação dos produtos respectivos neles contidos.

3.6. Cerâmica Comum

Foram inventariados 658 fragmentos de cerâmica comum, equivalentes a 203 NMI. Trata-se de um conjunto extenso, homogéneo, tratando-se sobretudo de peças utilizadas na confecção de alimentos, com especial destaque para os tachos, potes/panelas e caçarolas/pratos covos, que apresentam, na sua maioria, marcas de fogo no exterior.

3.6.1. Cerâmica Comum Itálica (Figura 5)

Atribuímos às elaborações itálicas, com reservas, um fragmento de bordo de "queimador" com decoração de bandas digitadas, que apresenta um revestimento de um engobe branco amarelado, patente noutros fabricos com aquela origem, tirrénicos.

Sem dúvidas encerram origem centro-itálica vários fragmentos do bordo e parede de um mesmo almofariz itálico integrável no tipo Dramont D2, que ostenta na pasta piroxenas de pequena e média dimensão, elemento que pode indicar tratar-se de produção campana. As cronologias associadas a este elemento são todavia mais recuadas, de até aos anos ´60/´70 do séc. II d.C. O perfil horizontalizado do bordo remete para os momentos finais da produção. Duas explicações assomam para esta presença: ou se trata de objecto a que foi prolongado o tempo de vida a uso ou, em alternativa, se deveria inscrever o elemento vascular entre os escassos indivíduos "residuais" no contexto do Palácio dos Condes de Penafiel.

3.6.2. Cerâmica Comum Emeritense

Entre o material colectado cota-se um fragmento do fundo, com pé, e arranque da copa de potinho/pucarinho em pasta branco-rosada, dura, e engobe externo alaranjado, aderente, que apresenta as características típicas das elaborações oleiras emeritenses, e que deste modo documenta a entidade dos fluxos da capital lusitana para o principal porto marítimo provincial.

3.6.3. Cerâmica comum local/regional (Figura 6)

Os recipientes mais abundantes são os potes/panelas, que receberam esta designação uma vez que, salvo algumas excepções, não nos foi possível distinguir as formas exclusivamente destinadas à confecção de alimentos das formas de armazenamento de vitualhas. Os potes/panelas do PPJ apresentam uma homogeneidade considerável do ponto de vista da sua morfologia, correspondendo na sua maioria a formas de bordo simples voltado para o exterior, com o colo curto e pança ovóide/globular. Distinguimos os fundos destas formas entre reentrantes e não reentrantes.

Seguem-se os tachos, os *caccabus* latinos, recipientes normalmente fechados, embora possam existir peças abertas, com ou sem asas, com uma pança que pode ser esférica, ovóide ou carenada, a par de fundo plano ou convexo (SANTOS, 2011: 48). Geralmente é um recipiente proporcionalmente mais baixo do que a panela. Distinguimos duas variantes distintas no nosso contexto: A variante A abarca tachos de bordo, mais ou menos espesso, dobrado dobre o ombro, com pança tendencialmente ovóide ou arredondada. Esta forma encontra paralelos na Quinta do Rouxinol no tipo 2.1.7.2 (SANTOS, 2011: 78-79, Est. XX), no Alto da Cidreira (NOLEN, 1988: Est. XI, nº 83 e Est. V, nº 9), em Muge (SANTOS, 2011: 78), e em Beja com a forma VII-A-1 (PINTO, 2003: 316). O diâmetro do bordo varia entre os 14 cm e os 20 cm.

A variante B apresenta o bordo voltado para o exterior, mais ou menos espessado, com a pança a apresentar usualmente um perfil ovóide. Distinguimos, à semelhança das panelas, os fundos desta forma em reentrantes e não reentrantes.

As caçarolas/pratos covos estão também bem representadas neste contexto. Mais uma vez, decidimos utilizar esta denominação de forma abrangente, com peças que se dividem funcionalmente entre o serviço de mesa, muitas vezes separados por outros autores em categorias distintas, e a preparação de alimentos ao lume. Distinguimos duas variantes: a A apresenta o bordo voltado para o interior, espessado, de parede recta, oblíqua ou levemente curvada e fundo plano. Esta forma aparenta ter paralelos com a forma de prato 1.1.3.4 da Quinta do Rouxinol (SANTOS, 2011: 57), que por sua vez apresenta paralelos com peças da *villa* romana do Alto da Cidreira (NOLEN, 1988: 155, Est. VIII, n.º 155), na olaria do Pinheiro (MAYET, SILVA, 2009: 88, nºs 22, 24 e 26) e na *villa* romana de São Cucufate, com a forma I-B-3 (PINTO, 2003: 184-186);

A variante B apresenta o bordo direito, por vezes algo voltado para o interior, mas não o suficiente para se integrar na forma A (ver paralelos). Dentro desta tipologia incluem-se dois indivíduos de produção regional, mas que apresentam uma pasta de melhor qualidade do que as restantes peças, que incluímos no grupo de imitação de cerâmica de cozinha africana e de *terra sigillata* clara, nomeadamente da forma Hayes 14 e Hayes 181, esta última com uma

banda cinzenta pintada no bordo, a imitar a pátina do protótipo africano (QUARESMA, 2012: 213).
Consideramos os potinhos como uma forma de mesa, utilizada também como recipiente para beber. A análise apenas macroscópica da pasta destas peças permitiu distinguir uma pasta caulínica, mas que apresenta elementos suficientes para a sua distinção em três subgrupos. Destacamos a presença de duas formas de potinhos: os potinhos de bordo contracurvado e asas verticais, e os potinhos de bordo virado para o exterior, com aba ligeiramente oblíqua e asas também verticais. A primeira variante apresenta paralelos na forma 2.4.3.2 da Quinta do Rouxinol (SANTOS, 2011: 285), enquanto a segunda parece corresponder ao tipo 2.3.9.1 também do Rouxinol (idem:186), presente de igual modo no Alto da Cidreira (NOLEN,1988. Est. VIII, nº 40), e com paralelo na forma X-B de S. Cucufate (PINTO, 2003: 415-418).
O grupo caulínico A distingue-se por apresentar cor esbranquiçada, aproximando-se das tonalidades beges muito claras. É uma pasta dura e compacta, bastante depurada, com fractura nítida, textura granulosa com alguns vacúolos bem distribuídos. Apresenta poucos ENP's, distinguindo-se raros elementos férricos e quartzíticos, muito rara moscovite e cerâmica moída. Os exemplares deste grupo ostentam ainda uma superfície muito alisada a espátula, e engobe fino de coloração castanho alaranjado a avermelhado, cobrindo sobretudo ambas as superfícies do bordo.
O grupo B é, como já referido anteriormente, bastante semelhante ao grupo A, apresentando mais ENP's, nomeadamente moscovite. Os indivíduos do grupo B não aparentam ter a mesma intensidade de alisamento que o grupo anterior, e o engobe parece cobrir uma maior extensão das peças.
As mesmas morfologias dos vasos em pasta caulínica apresentam-se ainda num outro fabrico regional, de pasta castanho rosada.
Os jarros e bilhas não estão presentes em grande número no contexto. Dois dos exemplares não foram passíveis de serem classificados, uma vez que eram fundos e, portanto, não os conseguimos inserir numa tipologia. Dois outros correspondem a bilhas de bordo trilobado com asa de fita vertical, nervurada.
A cerâmica de armazenamento, nomeadamente os *dolia*, não se encontra bem representada, sendo que apenas foram assinalados 3 fragmentos de bojo, com pasta bastante grosseira. Ainda na cerâmica de armazenamento incluímos os potes de médias e grandes dimensões, entre os 16 e os 22 cm de diâmetro, que distinguimos dos potes/panelas sobretudo pela sua maior dimensão, que poderão ser interpretados também como *dolia*, uma vez que não se verificam quaisquer vestígios das peças terem ido ao lume. Destacamos um dos indivíduos, com um diâmetro de 22 cm, decorado com um cordão plástico no colo (PPJ/92/36856), que aparenta ser de uma forma relativamente pouco frequente, com paralelos na Quinta do Rouxinol na forma 2.2.4.2 (SANTOS, 2011: Est. XXIII), nas necrópoles do Alto Alentejo (NOLEN, 1985: Est. XLIX, n.º 506),encontrando-se igualmente em S. Cucufate (PINTO, 2003: 346-347).
As bacias, multifuncionais, integram-se também nas cerâmicas denominadas de uso higiénico, para satisfação dos cuidados pessoais, de cosmética e lavagens em geral (SANTOS, 2011: 38). Possuímos duas variantes, obtidas a partir da distinção do bordo e da orientação da parede, sendo sempre de bordo em aba voltada para exterior. Uns apresentam bordos voltados para exterior com aba oblíqua, de parede recta, vertical ou oblíqua e perímetro elíptico, e encontram-se também representados nos contextos da Quinta do Rouxinol com o tipo 1.6.4.2 (SANTOS, 2011: 72, Est. XIII). Distinguimos a outra variante pela sua aba arredondada, circular, e bico vertedor. Todavia não discernimos ainda o seu tipo de parede, uma vez que o estado de conservação destas peças ainda não proporcionaram uma conclusão categórica a este respeito.
As tampas ou opérculos são peças de profundidade variável, com a finalidade de cobrir várias morfologias de recipientes, e assemelham-se, por vezes, a pratos. Dois exemplares não têm variante determinada, pois forem identificadas apenas pelas suas pegadeiras discóides. Identificaram-se duas variantes nos exemplares do PPJ: as tampas de bordo direito, ligeiramente boleado, e parede tendencialmente oblíqua, e aquelas também de bordo direito, mas com as paredes horizontais, semelhantes aos tipos 4.1.1 e 4.1.2 da Quinta do Rouxinol (SANTOS, 2011: 101-102. Est. XXXIX).

3.7. Materiais "residuais" (Figura 5)
Os índices de residualidade do contexto são, aparentemente, insignificantes. Se na categoria das "cerâmicas comuns", ou até nas ânforas, o estado actual dos conhecimentos não autoriza maior descriminação cronológica, ao nível das cerâmicas "finas" a

questão torna-se muito clara: a título demonstrativo, entre 105 fragmentos de *sigillata*, somente dois equivalem a elementos inquestionavelmente remobilizados, no caso um fragmento de fundo de prato em fabrico do grupo de La Graufesenque, e um outro, de taça hispânica, oriunda de Andújar (0,6 %NMI total). Nas mesmas circunstâncias se encontra um fundo em cerâmica de paredes finas itálica da forma Mayet XXIV, tardo-republicana a tibéria (0,3 %NMI total), como uma asa de ânfora de uma Dr.7/11 oriunda do Guadalquivir, mencionada atrás (0,3 %NMI total) (Tabela 1).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto apresentado do Palácio dos Condes de Penafiel representa um contributo valioso para a definição dos *facies* cerâmicos e vítreos olisiponenses, vindo preencher uma lacuna específica no que se refere ao momento representado, a primeira metade do séc. III d.C.

Em relação a este último aspecto, parece demonstrada a elevada fiabilidade da amostra, quer pela sua expressão quantitativa, alta, quer pela homogeneidade demonstrada dos "elementos datantes" (em especial os vidros e as produções de *sigillata* clara e de cerâmica de cozinha), que aliás são sugestivos de um lapso de tempo mais limitado, do primeiro terço do século, o que equivale ao período da dinastia Severa. Os dados transmitem, portanto, uma confiança nas suas bases essenciais (datação e representatividade quantitativa), conferindo deste modo outro significado às inferências que se podem construir sobre o contexto do jardim Palácio dos Condes de Penafiel.

Noutro sentido, porém, a investigação recente vem pondo de manifesto que os processos de formação dos contextos são um elemento fundamental da análise, e que no caso específico das cidades, lugares heterotópicos por excelência, são múltiplos os factores que condicionam estes processos, por consequência tornando-se fundações imprescindíveis da análise (PEÑA, 2007; REMOLÁ e ACERO, 2011). Ora, neste sentido, para o demonstrar basta contrastar os números obtidos para as ânforas (8,2%-NMI total) e para o conjunto da *sigillata e* "cerâmica africana de cozinha" (23,24%-NMI total) do contexto «PPJ.Q.15/C.20» com os da escavação do Banco de Portugal, de formação mais alongada no tempo e com outra inserção urbana, onde às centenas de fragmentos em *terra sigillata* e cerâmica africana de cozinha se contrapõem os 2022 elementos inventariáveis de material anfórico (ROCHA *et al.,* 2013: 1012), para se perceber como o elemento é determinante numa cidade como Lisboa.

No caso presente, e a despeito da manifesta falta de elementos gráficos que o permitam melhor demonstrar, a abertura da estrutura negativa e a sua colmatação equivalem a um processo curto no tempo, leitura que a homogeneidade da composição da amostragem de cerâmicas e vidros vem reforçar.

Em conclusão, neste contexto da primeira metade do séc. III d.C., recorde-se que plausivelmente do período severo, fica patente a pluralidade das importações extra provinciais (Mediterrâneo Central, Gália, Bética e África), onde a actual Tunísia domina em exclusivo as cerâmicas de mesa forâneas, e o comércio oleícola bético se mantém ainda em níveis "aceitáveis". O que sobressai no contexto do PPJ, contudo, é a vitalidade demonstrada pelas variadas elaborações oleiras regionais (cerâmica comum, lucernas, terracota e ânforas), onde o vinho regional envasado nas ânforas Lusitana 3 merece especial referência (40,7% NMI do total anfórico).

BIBLIOGRAFIA

BONIFAY, Michel (2004) – *Études sur la céramiques romaine tardive d'Afrique.* Oxford: Archaeopress (col. *BAR International Series*, n.º 1301).

DIOGO, António Manuel Dias (1991) – *Relatório Preliminar da Intervenção Arqueológica na Rua das Pedras Negras n.ºs 22-28 (Lisboa)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa (policopiado).

HARRIS, Edward. (1991) – *Princípios de Estratigrafia Arqueológica.* Barcelona: Editorial Crítica (col. *Crítica Arqueología*).

HAYES, John W. (1972) – *Late roman pottery*. London: The British School at Rome.

HAYES, John W. (1980) – *A supplement to late roman pottery*. London: The British School at Rome.

NOLEN, Jeanette (1985) – *A Cerâmica Comum das Necrópoles do Alto Alentejo*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança.

NOLEN, Jeanette (1988) – "A *villa* romana do Alto do Cidreira (Cascais) – Os materiais", in *Conímbriga*, Vol. XXVII. Coimbra: pp. 61-140.

PEÑA, J. Theodore (2007) – *Roman Pottery in the Archaeological Record.* Oxford: orford University.

PINTO, Inês Vaz (2003) – *A cerâmica comum das uillae romanas de São Cucufate.* Lisboa: Universidade Lusíada.

QUARESMA, José Carlos (1999) – "Terra Sigillata Africana, Hispânica, Foceense Tardia e Cerâmica Africana de Cozinha de Mirobriga (Santiago do Cacém)", in *Conímbriga*, vol. XXXVIII. Coimbra: pp. 137-200.

QUARESMA, José Carlos (2012) – *Economia Antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Miróbriga ?).* Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (col. *Estudos e Memórias*, n.º4).

QUARESMA, José Carlos; RAPOSO, Jorge. (2016) – Lusitanas 3. In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*.

QUARESMA, José Carlos (no prelo) – "Late contexts from *Olisipo* (Lisbon, Portugal)", in *Ceramics and Atlantic Connections: Late Roman and early medieval imported pottery on the Atlantic Seaboard (Newcastle. 26-27th March 2014)*. Newcastle: Newcastle University.

REMOLÁ, Josep Anton; ACERO, Jesús (Eds.) (2011) – *La gestíon de los Resíduos en Hispania. In memoriam Xavier Dupré Raventós*. Madrid/Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, Consejo Superior de Investigaciónes Científicas (Col. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*, vol. LX).

ROCHA, Artur Ferreira; REPREZAS, Jessica Levy; MIGUEZ, João Nuno; INOCÊNCIO, Joana Rosa Correia (2013) – "Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos", *Arqueologia em Portugal 150 Anos;* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1011-1018.

RÜTTI, Beat (1991) – *Die römischen gläser von Augst und Kaiserausgst*, vol. II, *Katalog und Tafeln*. Augst: Museen und Archäologie des Kantons Basel-Landschaft (col. *Forschungen in Augst*, 13/2).

SANTOS, Cézer (2011) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras, Departamento de História.

SILVA, Rodrigo Banha da (2015) – Duas terracotas femininas romanas do Palácio dos Condes de Penafiel (Lisboa). In: *Estudos e relatórios de Arqueologia Tagana*, nº5, pp. 1-6. Lisboa.

SILVA, Rodrigo Banha da; DE MAN, Adriaan (2012) – "Palácio dos Condes de Penafiel: A significant late antique context from Lisbon", in *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo.* Mértola e Silves: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 397-402.

SILVA, Rodrigo Banha da (2012) – *As "marcas de oleiro" na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia)*. Lisboa: FCSH/UNL (policopiada).

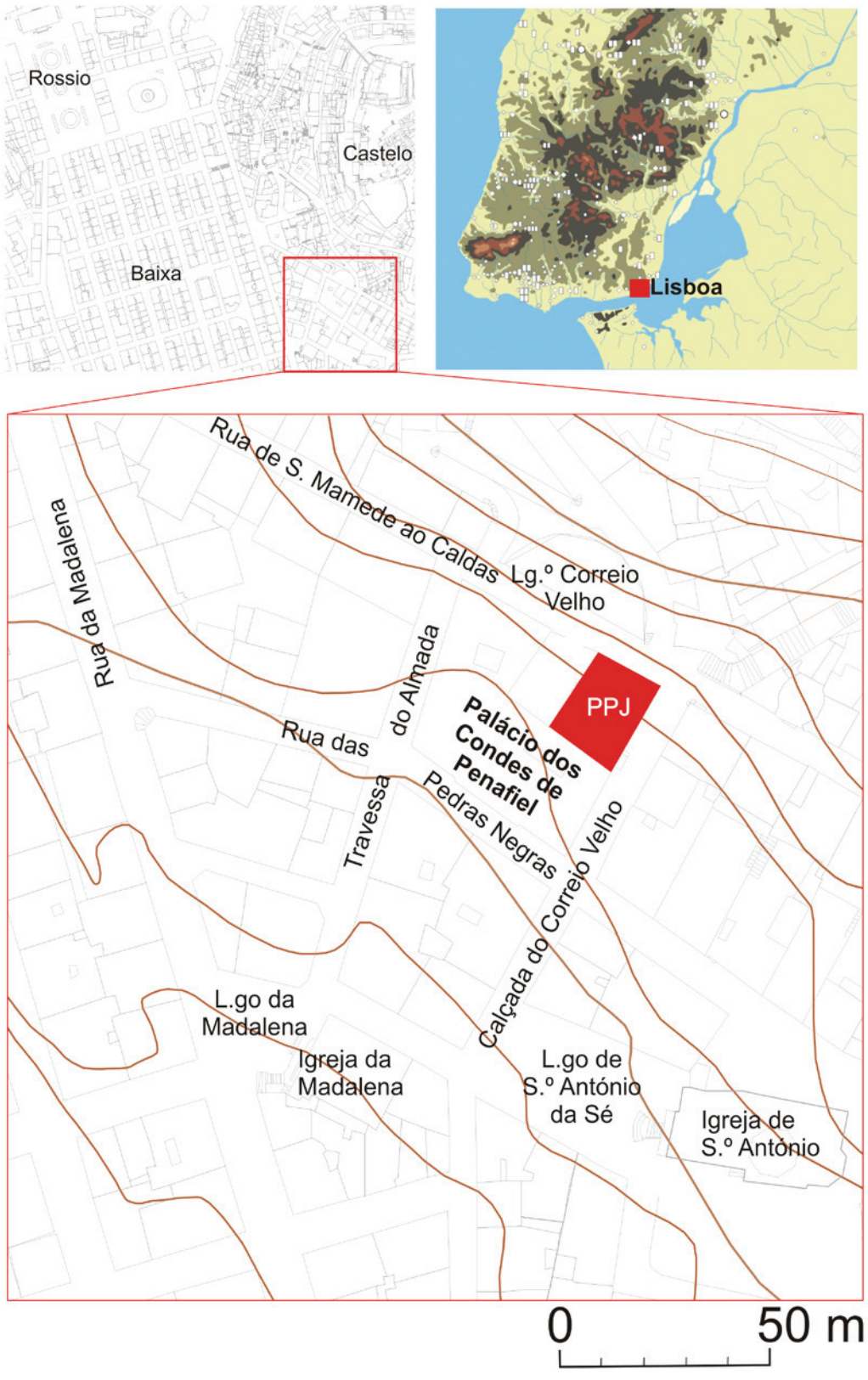


Figura 1 – Localização da escavação de 1992-1993 nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel (Santa Maria Maior, Lisboa).

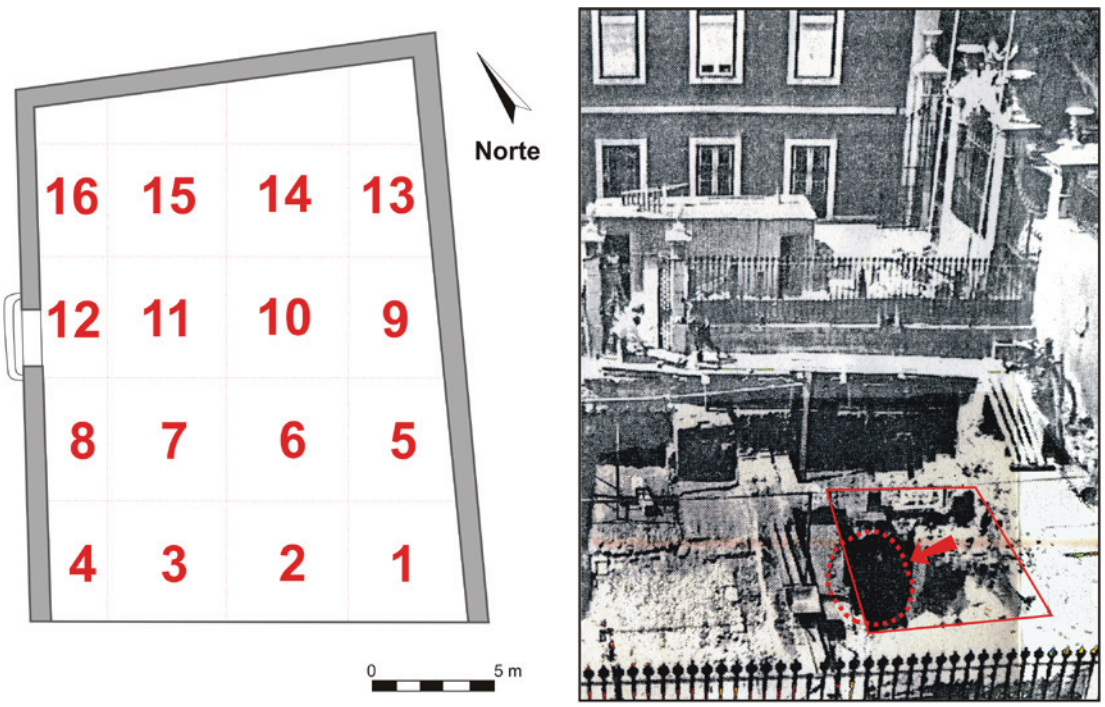


Figura 2 – Quadriculagem da intervenção em PPJ. A I.A.U. em Setembro de 1992 (segundo o jornal O Independente, de 04/09/1992). Vista tomada de este. Indica-se a localização aproximada da Quadrícula 15 e do contexto «Q.15/C.20».

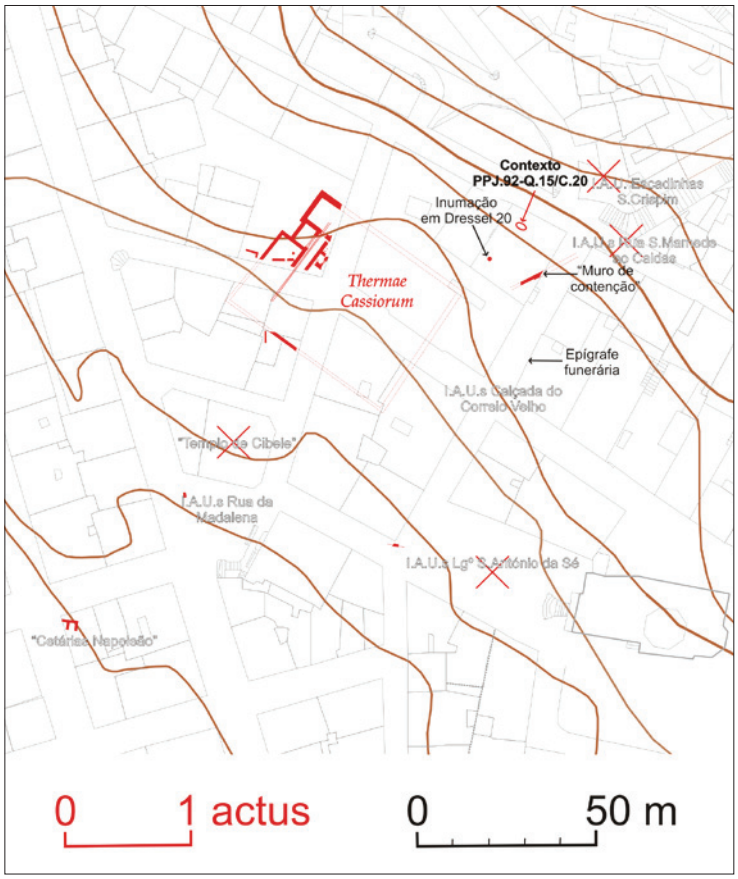


Figura 3 – Relação do contexto «PPJ-Q.15/C.20» com o conhecimento actual do urbanismo romano do entorno.

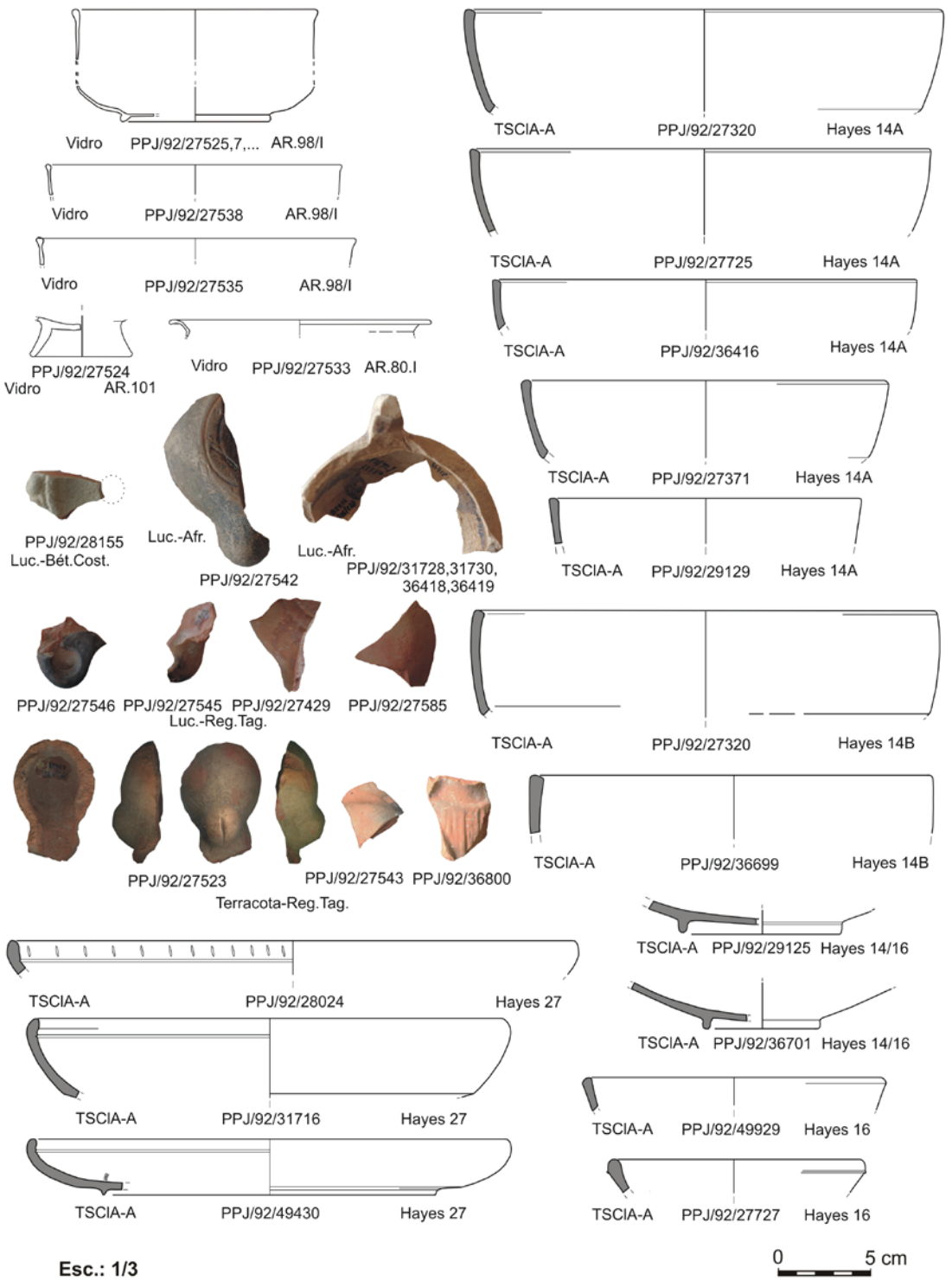


Figura 4 – Vidros, terra sigillata clara africana, lucernas e terracota do contexto «Q.15/cam.20» da I.A.U. nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel.

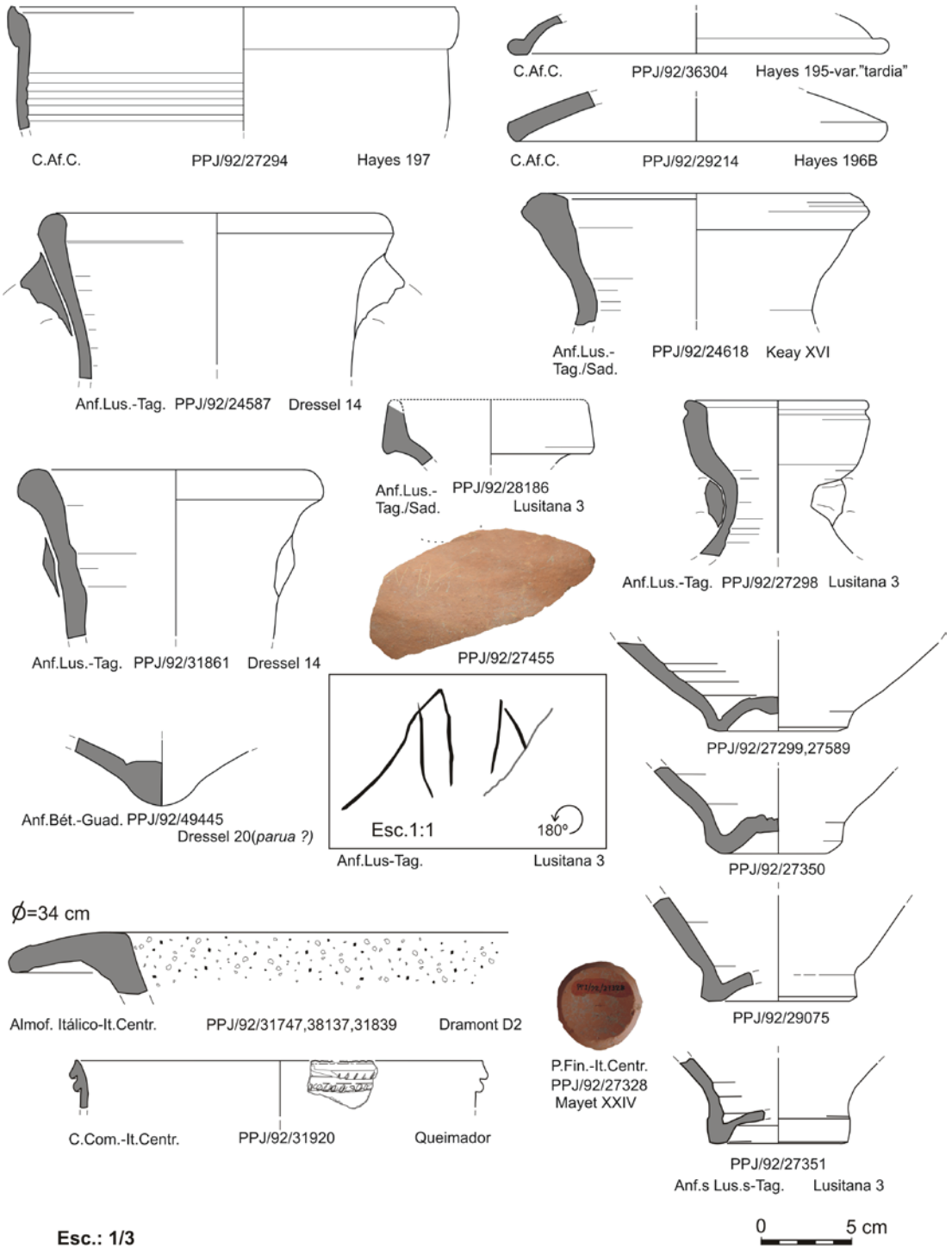


Figura 5 – Cerâmica africana de cozinha, ânforas e cerâmica itálica do contexto «Q.15/cam.20» da I.A.U. nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel.

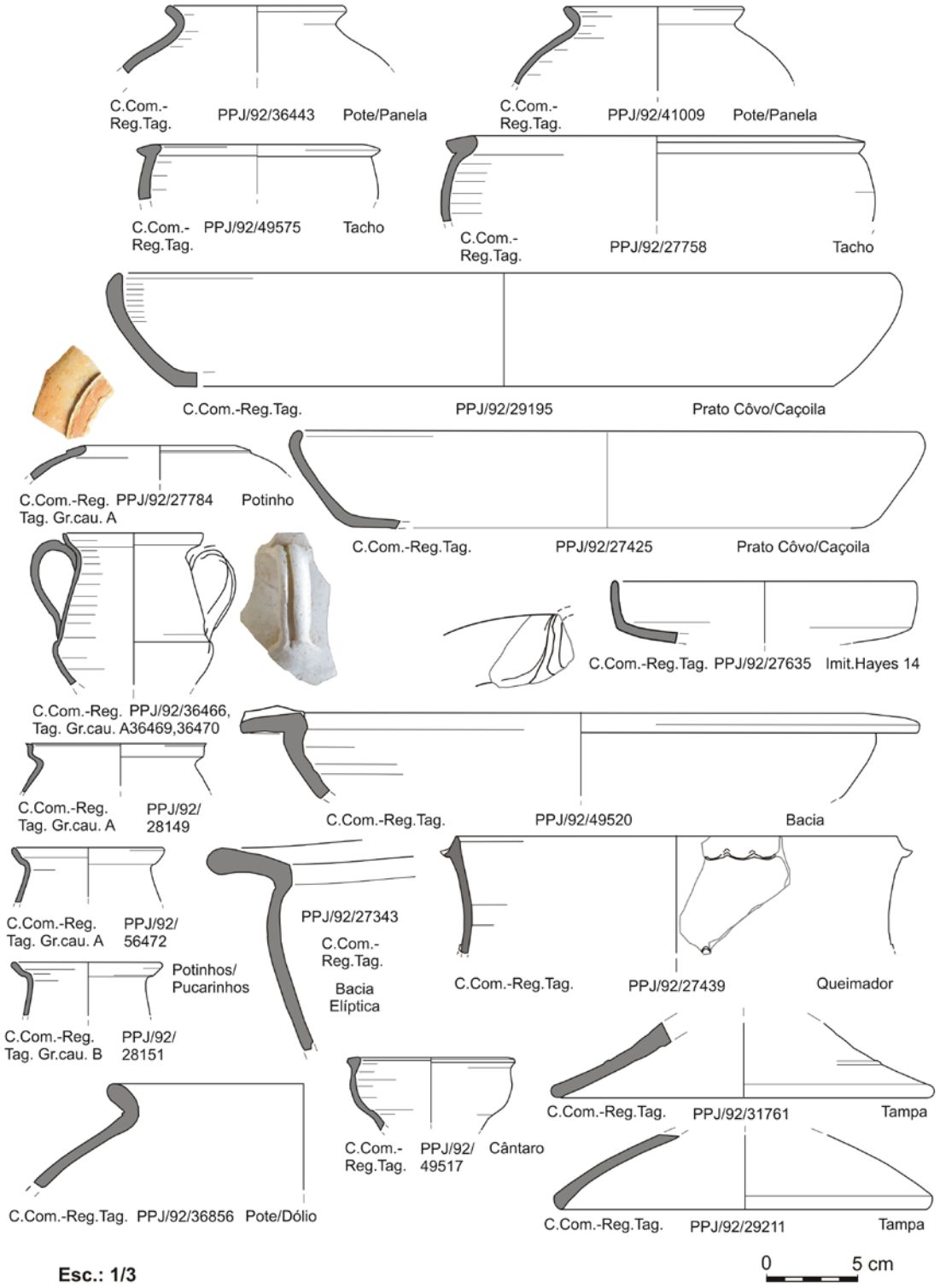


Figura 6 – Cerâmica comum regional tagana do contexto «Q.15/cam.20» da I.A.U. nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel.

CONTEXTOS ROMANOS IDENTIFICADOS NA FRENTE RIBEIRINHA DE LISBOA

Helena Pinheiro[1], Raquel Santos[2], Paulo Rebelo[3]

RESUMO

O presente artigo pretende apresentar os resultados preliminares de duas intervenções arqueológicas levadas a cabo em dois imóveis localizados na frente ribeirinha de Lisboa: no Campo das Cebolas, nº 1 a 12A / Arco de Jesus, nº 1 a 5 e na Rua dos Bacalhoeiros, nº 16 a 16D/Arco das Portas do Mar, nº1 a 5. Os trabalhos permitiram identificar diversos contextos de época romana, nomeadamente pisos, muros, parte do que parece corresponder ao tanque central do peristilo de uma *domus* romana, do qual se destacam duas bases de coluna da ordem coríntia, e a muralha romana tardia (finais do século IV/século V d.C.), vestígios importantes para a construção da "manta de retalhos" que constitui o conhecimento da Lisboa antiga.

Palavras-chave: Lisboa, Época romana, Muralha tardia, Peristilo, Colunas coríntias.

ABSTRACT

The aim of this paper is to bring public the preliminary results of two archaeological excavations on two buildings in Lisbon's waterfront: Campo das Cebolas, nº 1 a 12A / Arco de Jesus, nº 1 a 5 and Rua dos Bacalhoeiros, nº 16 a 16D/Arco das Portas do Mar, nº 1 a 5. The work allowed us to identify multiple contexts of roman period, mainly pavements, walls, part of what seems a central tank of the peristyle of a roman *domus* from which stands two column's bases of the Corinthian order and the late roman defensive wall (late 4th/5th century A.D.), important evidences for the construction of the "patchwork" that is the knowledge of the ancient Lisbon.

Keywords: Lisbon, Roman period, Late-roman fortification, Peristyle, Corinthian columns.

1. INTRODUÇÃO

Os dados das intervenções arqueológicas que aqui se apresentam resultam de trabalhos decorrentes na frente ribeirinha da cidade de Lisboa, a Este do Terreiro do Paço, na sequência de projectos de recuperação de dois edifícios para a sua transformação em unidade hoteleira e de habitação (Figura 1). A proximidade de ambos os imóveis com outros anteriormente intervencionados e cujos achados arqueológicos assumem grande relevância, nomeadamente os antigos Armazéns Sommer e a Casa dos Bicos, permitiu desde logo antever a presença de importantes vestígios patrimoniais. Os trabalhos têm vindo a ser desenvolvidos no imóvel sito no Campo das Cebolas, nº 1 a 12A e Arco de Jesus, nº 1 a 5, sob direcção de Paulo Rebelo e Helena Pinheiro, bem como no edifício localizado na Rua dos Bacalhoeiros, nº 16 a 16D e Arco das Portas do Mar, nº1 a 5, a cargo de Raquel Santos e Helena Pinheiro.

Os trabalhos arqueológicos solicitados à Neoépica, Lda. consistiam essencialmente em sondagens de diagnóstico prévio, pelo que, em alguns casos, a leitura dos contextos identificados é bastante parcelar. O facto de as intervenções arqueológicas ainda não se encontrarem concluídas e o espólio se encontrar ainda em fase de tratamento levam a que os dados que aqui se apresentam constituam ainda uma análise preliminar da ocupação destes espaços anterior ao Terramoto de 1755 mas de onde se destacam vestígios do urbanismo em época romana.

1. Neoépica, Lda.; neoepica@gmail.com

2. Neoépica, Lda.; neoepica@gmail.com

3. Neoépica, Lda.; neoepica@gmail.com

2. CAMPO DAS CEBOLAS, Nº 1 A 12A E ARCO DE JESUS, Nº 1 A 5

Foram realizadas no local 12 sondagens de diagnóstico manuais, uma vala perimetral entre duas sondagens e 12 sondagens parietais. As sondagens de diagnóstico foram marcadas nas áreas de maior afectação do projecto, nomeadamente nos espaços onde se previa a construção de poços de elevador e de reforços estruturais ao nível das fundações do edifício em causa. Duas das sondagens propostas inicialmente tinham ainda como propósito identificar o troço da muralha romana tardia que se previa passar sensivelmente a meio do edifício, de acordo com os dados recolhidos nas intervenções arqueológicas levadas a cabo nos antigos Armazéns Sommer em 2004 e em 2014/2015.

Os trabalhos de diagnóstico realizados permitiram desde logo pôr a descoberto em sete sondagens uma série de estruturas murárias e/ou níveis de derrube de cronologia romana, praticamente abaixo dos pisos actuais do edifício. Uma vez que o projecto desenvolvido após a realização das sondagens não previa a afectação de nenhum destes contextos, os trabalhos arqueológicos foram dados por concluídos, não tendo sido possível aferir a total extensão dos vestígios nem a funcionalidade dos muros identificados.

Em três das sondagens realizadas foi possível identificar o troço da muralha romana tardia, cuja face interna (lado Norte), à semelhança do que se havia identificado na intervenção nos antigos Armazéns Sommer, se apresenta escalonada em degraus (RIBEIRO & *alii*, no prelo). A estrutura construída entre os séculos IV/V d.C. (GASPAR e GOMES, 2007, p.694) apresenta uma largura mínima que ronda os 4,50m (na sondagem I) e os 4,60m (nas sondagens V e VI), à qual acrescem os degraus. A sondagem I, com continuidade em duas sondagens parietais, foi a única cuja cota dos trabalhos permitiu identificar a existência de degraus, sendo que o primeiro, nas paredes do edifício actual, se encontrava já desbastado (Figura 2). Contrariamente ao registado no edifício a Este do Arco de Jesus, os degraus aqui registados não apresentam todos a mesma largura (média de cerca 0,50m) nem se encontram às mesmas cotas. Esta situação prender-se-á certamente com uma adaptação da estrutura a eventuais irregularidades geomorfológicas. As sondagens parietais permitiram também verificar que a muralha se encontra preservada exclusivamente ao nível do piso térreo (Figura 2).

Apenas na sondagem I foi possível atingir alguma profundidade no lado Norte da muralha, ao proceder-se à escavação de alguns depósitos de cronologia romana tardia, destacando-se a presença de abundante cerâmica de construção e um depósito (ou possível derrube) constituído por grandes silhares calcários, um dos quais almofadado. Nesta área a intervenção foi dada por concluída quando se atingiu um piso em argamassa e elementos pétreos de pequena dimensão, com ligeira pendente Norte-Sul e que parece encostar à estrutura muralhada (sensivelmente a 1,30m de profundidade). Destacam-se, de entre os materiais recolhidos num dos depósitos que cobria esse piso, um fragmento de taça Hayes 58B em TS Africana D e um fragmento de bordo de ânfora da forma Almagro 50, enquadráveis no século IV (Figura 9).

Nas sondagens I, V e VI procedeu-se à escavação de alguns depósitos a Sul da muralha (num máximo de 1,30m de profundidade), tendo-se recolhido materiais arqueológicos enquadráveis em época contemporânea e moderna. A escavação destes depósitos permitiu ter uma leitura mais clara do alçado Sul da muralha, bastante fragilizado pela acção do rio no passado. Na sondagem VI, onde a muralha se encontra bastante afectada por canalizações em grés, é de destacar a integração parcial de um muro pré-existente na estrutura muralhada. Esse muro, com cerca de 1m de largura, apresentava o alçado Sul rebocado, e é a sua incorporação no troço de muralha que permite que esta atinja os 4,60m registados na sondagem V.

Os trabalhos levados a cabo nas sondagens VIII e X permitiram por sua vez identificar estruturas murárias e níveis de derrube igualmente de período romano. Contudo, como referido, o desenvolvimento de um projecto pouco impactante para as realidades identificadas impossibilitou a continuação do diagnóstico, não tendo sido possível atribuir uma funcionalidade ou uma cronologia mais precisa dos contextos identificados. Destaca-se, na sondagem VIII, um muro com orientação Este-Oeste, constituído por elementos pétreos aparelhados de pequena a grande dimensão, nomeadamente calcários, *lateres* e dois elementos arquitectónicos, um dos quais um fragmento de fuste. A Norte e a Sul desta estrutura os trabalhos foram interrompidos a cerca de 0,90/1m de profundidade, em dois níveis de derrube constituídos maioritariamente por ímbrices (Figura 3).

Na sondagem X destaca-se um outro muro com orientação Este-Oeste, com cerca de 1,20m de largura, constituído por elementos pétreos calcários de pequena a grande dimensão. A face voltada a Sul encontra-se muito bem aparelhada, com silhares dispostos em fiadas regulares, apresentando ainda vestígios de reboco. A escavação foi interrompida entre os 0,50m e 1m de profundidade, num nível constituído essencialmente por *lateres* com vestígios de argamassa que parece corresponder ao derrube de uma estrutura (Figura 6). A Norte, embora a área disponível para escavação fosse bastante reduzida, foi possível perceber que os depósitos escavados foram cortados pela vala de fundação desse muro, demonstrando pelo menos dois momentos de ocupação (Figura 4).

Destacamos de entre os materiais recolhidos, e que se encontram ainda em fase de tratamento, vários fragmentos de cerâmica cinzenta e um fragmento de ânfora do depósito [1010] cortado pela construção da estrutura. Estes materiais, nomeadamente as taças Lamb.28 e Lamb.6, o prato Lamb.7 (Figura 5) e o bordo de ânfora Classe 67 ou Dressel 12, enquadram-se cronologicamente nos séculos II ou I a.C. (Figura 9). Deve ter-se em conta que a atribuição da forma Lamb.7 (Figura 5) levanta algumas dúvidas uma vez que é feita com base num fragmento de fundo com decoração estampilhada em forma de losango no interior de dois círculos concêntricos e que encontra paralelos em Santarém (SORÍA, 2013, p.260-261). Quanto ao fragmento de ânfora, como refere Catarina Viegas, "*parece inegável a semelhança*" [da forma Dressel 12] "*com os exemplares da Classe 67*" (2011, p.201). Pela descrição apresentada para a forma Classe 67, nomeadamente o "*bordo de lábio ovalado ou em fita e que possui um ressalto ou moldura que estabelece a separação entre o bordo e o colo*", parece-nos mais provável estarmos perante um fragmento deste tipo em detrimento da forma Dressel 12 (VIEGAS, 2011, p.198).

3. RUA DOS BACALHOEIROS, Nº 16 A 16D E ARCO DAS PORTAS DO MAR, Nº1 A 5

Foram inicialmente realizadas no imóvel três sondagens de diagnóstico que previam a identificação da Cerca Moura, cujo traçado hipotético Vieira da Silva propôs passar sensivelmente a meio deste edifício (1987), bem como o conhecimento da estratigrafia no local onde se prevê a construção de um poço de elevador e, junto à fachada principal, de caixas de visita de águas residuais. Devido aos vestígios arqueológicos identificados, estas sondagens foram alvo de alargamentos. Foi ainda realizada uma sondagem parietal para averiguar a existência de muralha em cota vertical positiva. Os trabalhos de diagnóstico não se encontram, à data de fecho deste artigo, totalmente concluídos, uma vez que uma parte do edifício se encontra ocupada por um estabelecimento comercial em funcionamento.

Os trabalhos levados a cabo no local permitiram registar diversos contextos anteriores ao terramoto de 1755, nomeadamente um piso de época moderna constituído por tijoleiras e que se encontrava em muito mau estado de conservação (quebrado e com marcas de incêndio); um poço cuja construção não conseguimos datar mas que terá sido abandonado em inícios do século XVII; a muralha romana tardia; e outros vestígios de época romana, nomeadamente um piso constituído por *lateres* e *tegullae* e parte do que poderá constituir um tanque central de um peristilo. Uma vez que os materiais ainda se encontram em fase de tratamento e que as estruturas identificadas não foram desmontadas não nos é possível precisar com maior detalhe a cronologia destes vestígios.

Relativamente aos contextos de época romana é de destacar desde logo o troço da muralha tardia localizado sensivelmente ao centro do edifício, orientado Oeste-Este e com uma largura total de cerca de 6m de largura. Os seus paramentos exteriores são constituídos por silhares de grande dimensão, sendo o seu interior colmatado por elementos pétreos de pequena a grande dimensão dispostos arbitrariamente. A tonalidade da argamassa só foi aferível nos paramentos exteriores – esbranquiçada – uma vez que o "miolo" se encontra muito contaminado por contextos posteriores. Não nos foi possível conseguir uma leitura do seu alçado Norte uma vez que se lhe sobrepunha uma viga de contraventamento do edifício actual; a Sul identificou-se o que parece ser uma outra estrutura, igualmente orientada Oeste-Este, com cerca de 1,30m de largura e alçado Sul rebocado, que se encontra exactamente no alinhamento proposto por Vieira da Silva para a Cerca Moura e que parece adossar à muralha tardo-romana.

A encostar ao alçado Sul desta última estrutura encontravam-se alguns depósitos com materiais cerâmicos enquadráveis em época moderna, pré-terramoto. Contudo, uma vez que a cota de afectação prevista rondava 1,20m de profundidade não

foi possível alcançar a base da mesma e, por sua vez, datar a sua construção.

A Norte da muralha romana tardia procedeu-se posteriormente a alargamentos para Este e Oeste da sondagem I, numa tentativa de conseguir uma leitura em área dos vestígios entretanto identificados, nomeadamente um piso em *lateres* e *tegullae* e uma estrutura murária constituída por silhares de grande dimensão sobre os quais assentava uma base de coluna e que eram parcialmente revestidos por *opus signinum*.

Verificou-se que os contextos, claramente de época romana, se encontravam cortados pela vala de construção de um poço cujo abandono podemos datar de início do século XVII. Foi possível escavar os enchimentos desta estrutura até cerca de 2,30m de profundidade, cota a que se atingiu o nível freático, tendo-se recolhido sensivelmente nos últimos 0,60m abundante material cerâmico pouco fragmentado.

Nesta última fase dos trabalhos foi possível determinar a totalidade da extensão do piso em *lateres* e *tegullae* que havia sido identificado aquando dos trabalhos da sondagem I, encontrando-se o piso cortado a Oeste pela vala de construção do poço; a Norte pelo alicerce da parede limite do compartimento; e a Sul e a Este por estruturas negativas de função indeterminada. Para além destas afectações laterais, o topo do piso encontra-se ainda bastante danificado, com profundas depressões e ondulações.

A Oeste e a Sul do poço outras estruturas foram cortadas pela sua vala de construção. A Oeste identificou-se um conjunto de três muros que delimitam um tanque revestido a *opus signinum,* o qual tem continuidade para Oeste do edifício, não se encontrando cortado pela parede actual. Estes muros apresentam uma construção imponente, com uma base constituída por silhares rectangulares de grande dimensão sobre os quais se dispõem *lateres* unidos com argamassa de tonalidade esbranquiçada. Uma argamassa idêntica é utilizada no reboco das faces exteriores das estruturas. Nos cantos NE e SE, assentes nos silhares, encontram-se duas bases de coluna em pedra de lioz, possivelmente da ordem coríntia. A primeira, no canto NE, encontra-se em relativamente bom estado de conservação, exceptuando o plinto que apresenta dois dos cantos quebrados (foi possível detectar um interface negativo de tentativa de roubo deste elemento e que justifica o seu desvio em relação ao muro). A segunda, no canto SE, apresenta o toro superior picado, tendo sido incorporada numa das vigas de contraventamento do edifício. Neste troço a estrutura encontra-se parcialmente derrubada, estando os seus silhares caídos imediatamente ao lado e ainda parcialmente encaixados sob os *lateres*. Uma vez que a estrutura não foi, nem será, alvo de desmonte, torna-se difícil apontar uma cronologia exacta para a sua construção (Figura 6).

Os trabalhos levados a cabo no teatro romano de Lisboa podem, contudo, ajudar-nos nesta questão. Os dados recolhidos, nomeadamente no que diz respeito à substituição do urgeiro revestido a estuque por pedra de lioz, permitem avançar a hipótese de uma construção a partir do segundo quartel do século I. A utilização de "*materiais mais nobres* [...] *traduz uma mudança no que respeita às soluções decorativas utilizadas na primeira fase de urbanização das cidades e aquelas que vão ser aplicadas a partir da época Júlia-Cláudia"* (FERNANDES, 2002, p.254).

No lado Norte deste conjunto foi possível observar algumas alterações posteriores, se bem que ainda em período romano, nomeadamente um piso constituído por um depósito argilo-siltoso compacto que encostou ao reboco exterior do muro que limita o tanque a Norte. Ora, não parece fazer sentido construir uma estrutura com silharia imponente e bem aparelhada, rebocá-la e, de seguida, tapá-la quase na totalidade com um piso de menor qualidade. A hipótese de estarmos perante uma estrutura que tenha perdurado no tempo, com algumas alterações, parece-nos mais coerente. Infelizmente, não nos foi possível estabelecer uma relação estratigráfica deste conjunto com a muralha tardia ou datar os contextos sobre os quais foi construído. A proximidade deste tanque ao troço de muralha, no entanto, sugere uma alteração ou desactivação de um edifício pré-existente, à semelhança do que foi possivel observar aquando dos trabalhos nos antigos Armazéns Sommer. Aí, um dos exemplos do "*processo do recuo urbano preconizado pelo amuralhamento tardio, comum a muitas cidade da Hispânia nos séculos IV/V, é o testemunho de um muro que corre com orientação E-O apresentando estuques pintados em ambas as faces que foi completamente envolvido no miolo da muralha"* (RIBEIRO *& alii*, no prelo). Pelas razões acima descritas, esta hipótese carece de confirmação.

Dos materiais arqueológicos recolhidos, e que, como referido, se encontram ainda em fase de tratamento, destacamos alguns fragmentos de *terra sigillata* (TS) recuperados no interior do tanque e que nos poderão elucidar relativamente ao abandono completo do possível peristilo. Refiram-se os fragmentos de bor-

do de taça/prato da forma Hayes 3C com decoração de um veado (Figura 7) e Hayes 3E ou 3F em TS Foceense e um fragmento de taça Hayes 91 no que nos parece ser TS Africana D (Figura 9), enquadráveis cronologicamente entre a segunda metade do século V e a primeira metade do século VII. Do depósito que cobria o piso constituído por *lateres* e *tegullae* destaca-se um fragmento de fundo de TS Africana D, da forma Hayes 93, e que apresenta decoração de um cupido (Figura 8). Cronologicamente, este fragmento enquadra-se em finais do século V ou inícios do século VI.

A Sul do poço, cortado pela vala de construção desse, registou-se um outro muro que poderá ter fundação romana. Esta estrutura, orientada Sul-Norte, apresenta dois aparelhos construtivos distintos: um mais antigo constituído por silhares de grande dimensão com vestígios de uma argamassa alaranjada e uma argila esverdeada que poderão ter funcionado como ligante e outro mais recente, caracterizado por elementos pétreos de pequena e média dimensão e fragmentos de cerâmica de construção ligados por uma argamassa de tonalidade esbranquiçada. Num corredor no limite NE do edifício identificou-se um outro muro com características idênticas. Contudo, uma vez que os trabalhos arqueológicos foram interrompidos sem a escavação integral da área, não foi possível atribuir cronologias a estas estruturas. Poderemos apenas afirmar que os dois momentos construtivos são anteriores à construção do poço.

4. CONCLUSÕES

Os dados que aqui se apresentam, embora escassos, parecem-nos fundamentais para o entendimento da Lisboa romana. Ainda que não possamos atribuir cronologias finas para a construção e utilização dos contextos identificados, podemos apontar um *terminus ante quem* com base na edificação da muralha romana tardia que se supõe ter ocorrido nos séculos IV/V d.C. (Figura 10).

Se, por um lado, nos encontramos limitados no nosso conhecimento por cotas de afectação previstas nos projectos de reabilitação dos edifícios devolutos, por outro, como é exemplo o sítio da Rua dos Bacalhoeiros, deparamo-nos com um rebaixamento profundo decorrente da reconstrução pombalina que faz com que os vestígios de época romana se encontrem a cotas imediatamente abaixo dos pisos actuais, cenário comum a outros sítios arqueológicos (FERNANDES, 2011, p.300). Esta situação leva a que os materiais arqueológicos recolhidos nos contextos de destruição (nomeadamente interfaces negativos de tipo vala ou outros) sejam cronologicamente idênticos aos dos níveis afectados. Num caso específico, conseguimos datar uma afectação contemporânea simplesmente porque um fragmento de bordo de ânfora se encontrava contaminado com cimento.

No que toca ao urbanismo da Olisipo romana, os dados recolhidos nas intervenções que aqui se apresentam, juntamente com os dados obtidos durante os trabalhos arqueológicos nos antigos Armazéns Sommer (RIBEIRO *& alii*, no prelo), permitem demonstrar uma ocupação intensa da frente ribeirinha, simultaneamente de cariz industrial e doméstico. Os dois núcleos de transformação piscícola mais próximos dos edifícios intervencionados – localizados na Rua dos Bacalhoeiros, nº32 / Rua da Padaria, nº1-9 e na Casa dos Bicos – terão sido edificados entre o século I e primeiras décadas do século II e abandonados algures durante o século IV (FILIPE & *alii*, 2016, p.426; FILIPE, 2008, p.309). Se compararmos estes dados com os que conseguimos recolher parece-nos provável que estas unidades fabris tenham laborado ao lado de grandes núcleos domésticos.

O abandono desses sítios durante o século IV, que coincide com a cronologia apontada para o início da construção da muralha tardia, demonstra uma alteração das preocupações sentidas pela população romana. Uma estrutura que, em média, ronda os 5m de largura e que teria, no mínimo, 8m de altura (RIBEIRO & *alii*, no prelo), evidencia claramente um clima de grande instabilidade em Olisipo, à semelhança do que acontecia noutros pontos do Império Romano.

BIBLIOGRAFIA

BÉLTRAN, Miguel (1990) – *Guía de la cerámica romana*. Zaragoza: libros pórtico.

FERNANDES, Lídia (2011) – A decoração arquitectónica de Felicitas Iulia Olisipo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 14, pp. 239-261.

FERNANDES, Lídia (2007) – A decoração de época romana no municipium Olisiponense: a propósito de alguns elementos arquitectónicos da Praça da Figueira (Lisboa). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 25, pp. 291-336.

FERNANDES, Lídia (2002) – Sobre dois capitéis de Lisboa. *Conímbriga*. Coimbra. 41, pp. 237-256.

FERNANDES, Lídia; MARQUES, António; FILIPE, Victor; CALADO, Marco (2011) – A transformação de produtos piscícolas durante a Época Romana em Olisipo: o núcleo da Rua dos Bacalhoeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 14, pp. 239-261.

FILIPE, Victor (2008) – Importação e exportação de produtos alimentares em Olisipo: as ânforas romanas da Rua dos Bacalhoeiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11:2, pp. 301-324.

FILIPE, Victor; QUARESMA, J. Carlos; LEITÃO, Manuela; ALMEIDA, Rui (2016) – Produção, consumo e comércio de alimentos entre os séculos I e III d.C. em Olisipo: os contextos romanos da Casa dos Bicos, Lisboa (intervenção de 2010). In JÁRREGA, Ramon; BERNI, Piero, eds. – *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo. III Congreso Internacional de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua (SECAH) – Ex Officina Hispana (Tarragona, 10-13 de diciembre de 2014)*. Tarragona: ICAC – SECAH, pp. 15-19.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana (2007) – As muralhas de Olisipo: o troço junto ao Tejo. In RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio; RODÁ DE LLANZA, Isabel, eds. *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma: actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26–29, XI, 2005) en el V aniversario de la declaración, por la UNESCO, de la muralla de Lugo como Patrimonio de la Humanidad*. Lugo: Museu Provincial, pp. 685-698.

HAYES, J. W. (1972) – *Late roman pottery*. Londres: The british school at Rome.

PIMENTA, João; SORÍA, Vincenzo; MENDES, Henrique (2014) – Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. In *Atas do Congresso de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo. CIRA Arqueologia. N.º 3*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 86-121.

QUARESMA, João. C. (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano*. Série estudos e memórias. 4. Lisboa: Uniarq.

RIBEIRO, Ricardo Ávila; NETO, Nuno; REBELO, Paulo; ROCHA, Miguel [no prelo] – *Dados preliminares de uma intervenção arqueológica nos antigos Armazéns Sommer, Lisboa (2014-2015). Três mil anos de História: do Contemporâneo à Idade do Ferro.*

SANTOS, Cézer; RAPOSO, Jorge; QUARESMA, João C. (2015) – Análise crono-estratigráfica da olaria romana da Quinta do Rouxinol (Corroios, Seixal). In *Contextos estratigráficos na Lusitânia (do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Lisboa, pp. 117-148.

SEPÚLVEDA, Eurico; BOLILA, Catarina; SANTOS, Raquel (2014) – LRC (PRSW) e LRD (CRSW) provenientes da escavação de emergência efectuada na villa romana do Alto do Cidreira (Cascais). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V. 4/5, pp. 375-411.

SEPÚLVEDA, Eurico; SOUSA, Élvio; FARIA, João; FERREIRA, Marisol (2001) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 2: "cerâmicas de verniz negro" e cinzentas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 19, pp. 199-234.

SILVA, Vieira (1987) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Lisboa. Vol. I, 2ª edição.

SORÍA, Vincenzo (2013) – A cerâmica de mesa em época tardorepublicana em Scallabis: o contributo da campaniense. In BERNAL, D.; JUAN, L.C.; BUSTAMANTE, M; DÍAZ, J.J.; SÁEZ, A. M., eds. – *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania. I Congreso Internacional de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua (SECAH) – Ex Officina Hispana (Cádiz, 3-4 de março de 2011)*. Cádiz: UCA. pp. 249-269.

VIEGAS, Catarina (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Série estudos e memórias. 3. Lisboa: Uniarq.



Figura 1 – Planta de Lisboa com implantação dos sítios intervencionados (fonte: http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/).



Figura 2 – Vista geral do alçado Norte da muralha tardo-romana, preservada no solo e nas paredes actuais do edifício.



Figura 3 – Plano final da sondagem VIII, com muro de época romana ladeado por derrubes e com fragmento de fuste incorporado.



Figura 4 – Plano final da sondagem X, com derrube de lateres a encostar a um muro de época romana.



Figura 5 – Fragmento de cerâmica cinzenta com decoração estampilhada recolhido no depósito [1010].



Figura 6 – Vista geral, em 3D, da área intervencionada a Norte da muralha tardia. À esquerda na imagem, o possível peristilo, tendo uma base de coluna a Norte e a segunda incorporada na viga de contraventamento do edifício, a Sul. Ao centro observa-se o poço, abandonado no século XVII. À direita na imagem, o piso em lateres e tegullae.



Figura 7 – Fragmento de TS Foceense, com decoração de um veado no fundo interno.

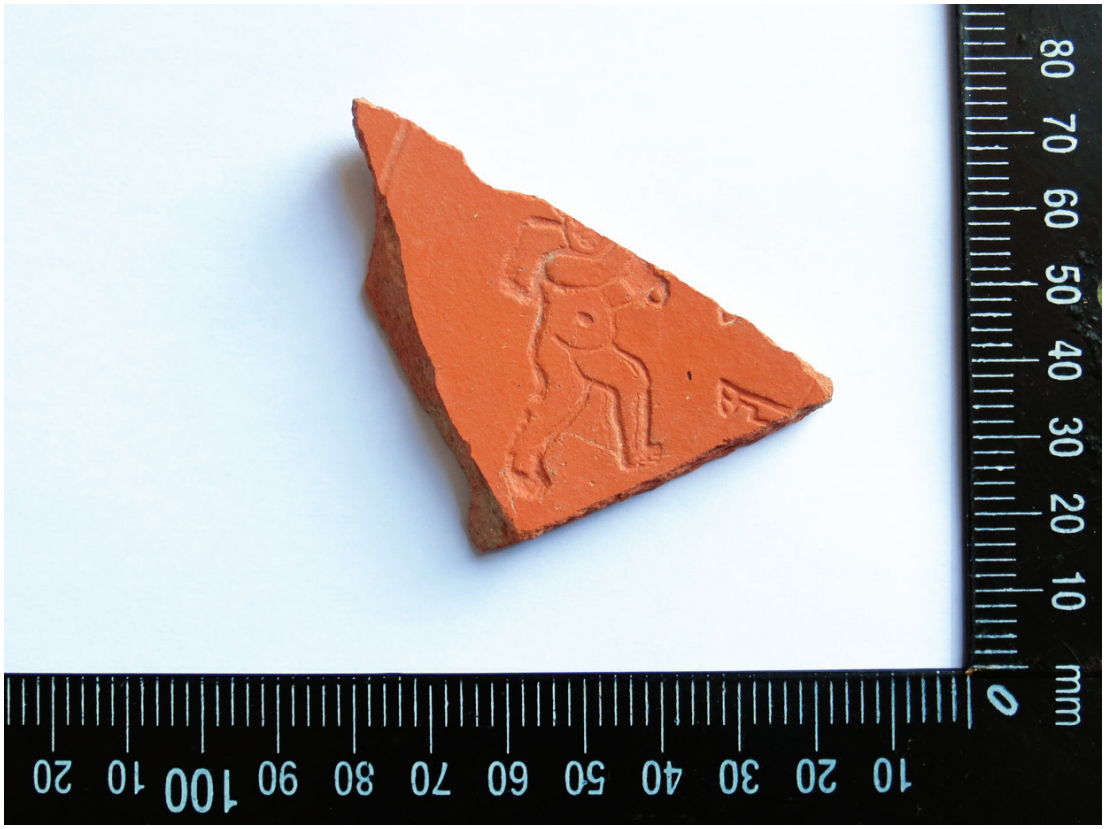


Figura 8 – Fragmento de TS Africana D, com decoração de cupido no fundo interno.

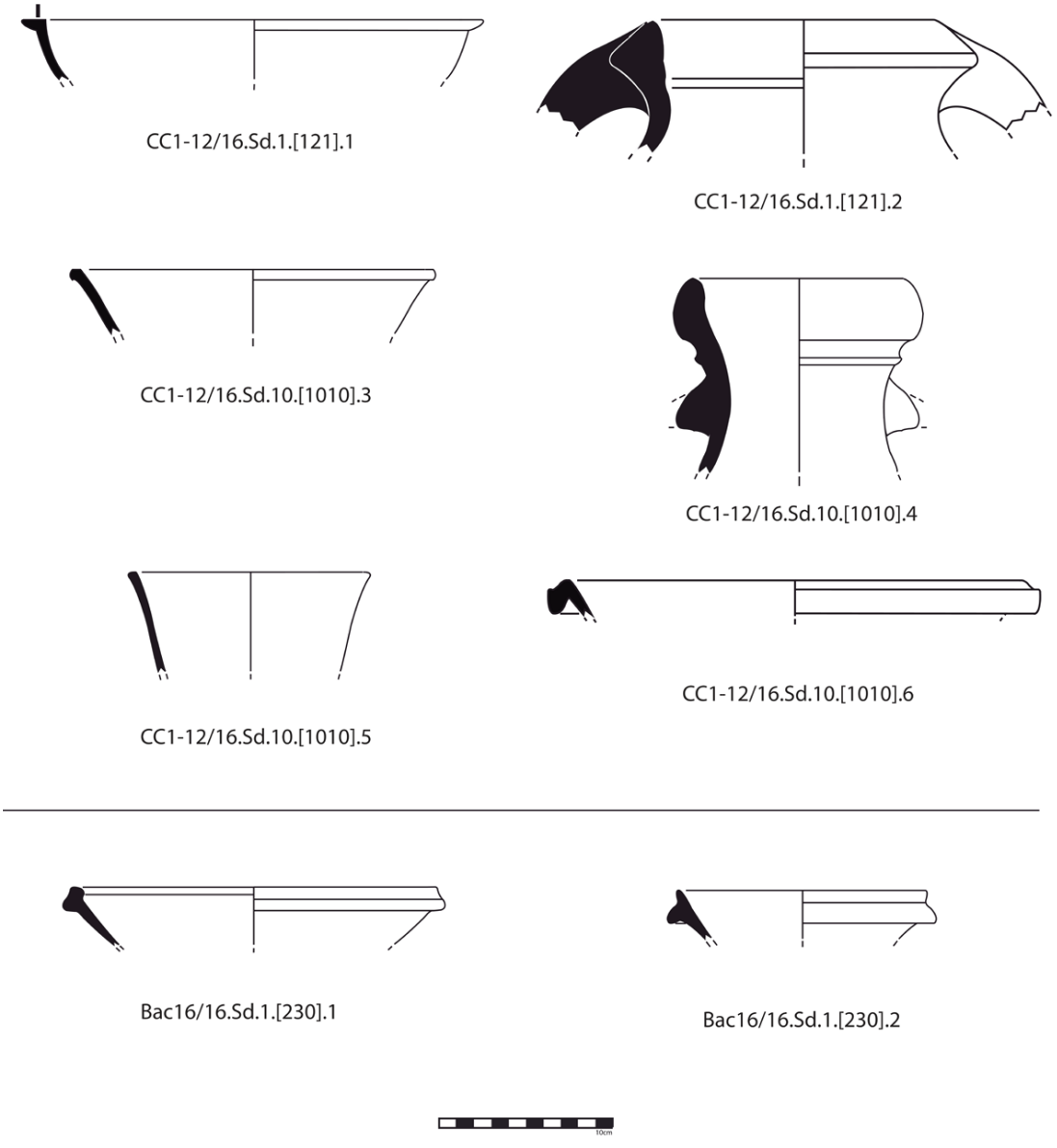


Figura 9 – Fragmentos cerâmicos representativos de alguns dos depósitos escavados. CC1-12 – nº 1 a 6: Taça Hayes 58B, Ânfora Almagro 50, Taça Lamb.28, Ânfora Classe 67, Taça, Taça Lamb.6 (?); Bac16 – nº 1 e 2: Taça Hayes 3E ou 3F, Taça Hayes 91.

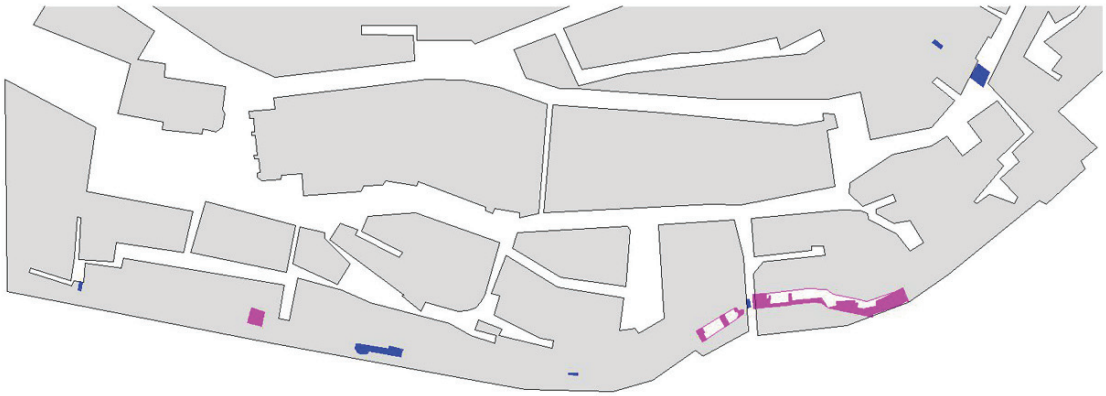


Figura 10 – Implantação dos troços identificados da muralha romana sobre planta de Lisboa. A roxo encontram-se assinalados os troços identificados em intervenções da Neoépica, Lda.

AS ÂNFORAS ROMANAS DA NOVA SEDE DA EDP (LISBOA)

José Carlos Quaresma[1], Rodrigo Banha da Silva[2], José Bettencourt[3], Cristóvão Fonseca[4], Alexandre Sarrazola[5], Rui Carvalho[6]

RESUMO

O desenvolvimento do projecto da sede da EDP na zona do aterro oitocentista da Boavista, em Lisboa, foi acompanhado por uma intervenção arqueológica preventiva extensa, da responsabilidade da ERA Arqueologia, S.A.. O local revelou testemunhos da actividade portuária de Lisboa nos períodos da Expansão Ultramarina e Contemporâneo. Todavia, a intervenção proporcionou também a identificação de evidências de uma utilização mais remota do espaço fluvial, remontando à Época Romana. O conjunto de materiais datados do período romano é composto quase em exclusivo por fragmentos anfóricos, recolhidos nos níveis lodosos equivalentes ao fundo estuarino, de permeio com artefactos ulteriores. Contudo, o estado de conservação da maioria das espécies, onde alguns mostram apreciável estado de conservação, remetem para outro tipo de fenómenos originários das formações estratigráficas, conectados com a actividade portuária de *Olisipo*. A diversidade de tipos de ânfora presentes compreende morfologias lusitanas, béticas, itálicas e africanas, abarcando uma diversidade de cronologias e conteúdos associados, constituindo um contributo para o conhecimento da dinâmica comercial romana olisiponense e das conexões respectivas então estabelecidas entre a foz do Tejo e o trânsito de mercadorias entre o Atlântico e o Mediterrâneo.

Palavras-chave: *Olisipo*, ânforas, Arqueologia Romana, Porto de Lisboa, Arqueologia Marítima.

ABSTRACT

The development works on the headquarters of EDP (Portuguese Electricity Company), located in Lisbon's riverfront area filled in the 19th century, was object of archaeological preventive works by ERA Arqueologia, S.A. The site revealed relevant evidence for town's harbour activities in the Age of Overseas Portuguese Empire and later, but also some scarce evidence related to previous uses of space, dated from Roman period. The assemblage of Roman pottery was formed, almost exclusively, by amphora sherds, collected in the muddy levels equivalent to former river Tagus bed, together with much later artefacts. In spite of this stratigraphy position, dated well after Roman Period, the presence of most of the Roman pottery is explainable through other formation processes related to harbour activities of the Roman town of *Olisipo*. Different amphora types are present, including Lusitanian, Baetican, Italic and African morphologies, enclosing diverse chronologies and contents related, the set forming a contribution to readings on commercial dynamics at stake in Lisbon between late 2nd c. BC to 4/5th c. AD, and to the role of the Tagus river mouth region involvement in sea fare traffic between the Atlantic and the Mediterranean.

Keywords: Roman Lisbon, Amphorae, Roman Archaeology, Lisbon´s harbour, Maritime Archaeology.

1. IEM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; josecarlosquaresma@gmail.com

2. CAL-DPC-CML e CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; rodrigo.banha@cm-lisboa.pt

3. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; jbettencourt.cham@gmail.com

4. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; cristovaofonseca@gmail.com

5. ERA Arqueologia, S.A.; alexandresarrazola@era-arqueologia.pt

6. ERA Arqueologia, S.A.; ruicarvalho@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A intervenção arqueológica de minimização de impactes efectuada pela empresa ERA Arqueologia, S.A., para edificação da sede corporativa da EDP, no quarteirão a Sudeste do cruzamento entre a Rua D. Luís I e o Boqueirão dos Ferreiros revelou uma sequência arqueológica com uma cronologia entre as épocas romana e contemporânea[7]. Foram reconhecidas três realidades cronológicas distintas: a Fábrica de Gás da Boavista, que laborou entre a década de 1840 e os primeiros decénios da centúria seguinte; o aterro da Boavista, uma das maiores obras públicas de oitocentos a nível nacional; e os vestígios associados à frente fluvial da antiga praia da Boavista, nos quais se englobam duas embarcações da segunda metade do século XVII ou de inícios da centúria seguinte e materiais relacionados com actividades portuárias, de ancoragem ou desembarque (Sarrazola & *alii*, 2014; Fonseca & *alii*, 2016; Bettencourt & *alii*, no prelo).

Os vestígios mais antigos, anteriores ao aterro da Boavista, surgiam em quatro unidades sedimentares identificadas numa sondagem geológica (EDP1). Esta revelou que a Unidade 1 foi depositada em ambiente subtidal de baixa energia até ao século XVII; a Unidade 2 a uma alteração abrupta neste padrão de sedimentação, de mais alta energia, relacionada provavelmente com uma tempestade extrema que ocorreu em 1724 e/ou com o tsunami de 1755; e as Unidades 3 e 4 a um retorno às condições estuarinas subtidais, marcada por um aumento de energia devido a uma menor profundidade da coluna de água (Costa & *alii*, 2016).

Estes sedimentos mostram um claro aumento da assinatura antrópica, sobretudo a partir do século XVI, tendo-se registado pratos e escudelas em loiça esmaltada a branco com tipologias daquele período, majólicas italianas e faiança portuguesa do século XVII ou numerosos cachimbos e garrafas de vidro do século XVIII, a par de âncoras de várias tipologias e dois navios de finais do século XVII, primeira metade do XVIII (Sarrazola & *alii*, 2014; Fonseca & *alii*, 2016; Bettencourt & *alii*, no prelo). Os materiais encontravam-se dispersos, não sendo possível, na maior parte dos casos, recuperar a cota de recolha e atribuí-los a uma das unidades sedimentares devido aos constrangimentos à intervenção arqueológica, que consistiu sobretudo no acompanhamento da remoção mecânica dos sedimentos. O mesmo acontece com os materiais de época romana, mais escassos, embora tenha sido registada uma concentração na zona oeste, a uma cota -3.85 ao nível médio do mar, onde foi registada uma ânfora Dressel 14 (Fig. 1, n.º 3). De qualquer modo, as características do contexto (concentração de materiais em zona ribeirinha submersa até ao aterro da Boa Vista) sugerem que este está relacionado com actividades portuárias, constituindo uma evidência directa da utilização crescente daquele espaço desde pelo menos a época romana. Neste artigo apresenta-se um estudo sistemático das ânforas daquele período.

2. O CONJUNTO ANFÓRICO

As recolhas praticadas no âmbito do acompanhamento arqueológico foram condicionadas pelas condições de escavação, efectuada sobretudo com maquinaria pesada que não permitia uma recolha sistemática porque muitos materiais estavam envoltos nos próprios sedimentos, o que explicará o carácter da composição do conjunto cerâmico de cronologia romana que a seguir se trata. De facto, apenas se conseguiram repertoriar mais 8 fragmentos incaracterísticos de paredes de ânforas lusitanas, estando a "cerâmica comum" e todas as restantes categorias cerâmicas do período romano, ausentes das amostragens recolhidas.

1 (Figura 1) – Fragmentos de bocal de ânfora do tipo Dressel 1A itálica.

Conjunto de fragmentos pertencentes a uma mesma ânfora do Tipo Dressel 1A, preservando uma porção do bordo, colo, uma asa e vestígios do arranque superior de uma outra.

Bordo destacado e saliente, de secção triangular, com uma relação de espessura/largura próxima de 1/1,5. Colo projectando tendência cilíndrica, com zona de encaixe da asa no colo, localizada um pouco abaixo da aba do bordo.

Pasta de coloração avermelhada, compacta e depurada, de textura homogénea, contendo vacuólos, fendas, elementos quartzosos, alguma calcite e raros pe-

7. A complexidade dos contextos levou a empresa de arqueologia a associar-se a especialistas de diversas áreas da arqueologia terrestre, náutica e subaquática, paleobotânica e geomorfologia, nomeadamente ao CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, que garantiu a especialidade de arqueologia marítima.

quenos ferromagnesianos, todos muito bem distribuídos. Trata-se de fabrico itálico, da área do Tirreno.
Engobe externo branco-amarelado.
Ostenta a meio do colo um grafito pós-cozedura ancoriforme, invertido.
Diâmetro externo do bordo: 14,7 cm.

2 (Figura 1) – Fragmento do bico fundeiro de ânfora provavelmente pertencente ao mesmo tipo do exemplar anterior.
Fragmento equivalente ao fundo maciço com morfologia de tendência cilíndrica de uma ânfora provavelmente do mesmo tipo que a anterior.
Pasta de coloração vermelha, muito granulosa e de fractura irregular, muito compacta e muito dura, homogénea, contendo muito abundantes piroxenas, denunciando uma muito provável origem campana.
Engobe externo branco-amarelado.
Altura máxima conservada: 6,7 cm.

3 (Figura 1) – Fragmentos de ânfora da forma Dressel 14 lusitana, a que falta a extremidade com o bico fundeiro.
Bordo de secção sub-triangular, o colo cilíndrico, alto, as asas de fita de secção oval dotadas de nervura profunda central. O corpo é de tendência cilíndrica.
Pasta de coloração alaranjada, medianamente compacta, com muitos vacuólos arredondados, com quartzo hialino de pequena e média dimensão, escassa moscovite, rara chamota cinza e rara mica dourada, sempre de muito finas dimensões. A superfície varia entre a gama dos castanhos e castanhos acinzentados. Trata-se de uma pasta atribuível às oficinas do Tejo ou do Sado.
De assinalar que boa parte do interior do colo apresenta vestígios de resina, notando-se numa secção vertical do interior do corpo pequenas zonas de escorrimento daquele revestimento.
A morfologia da ânfora insere-se no tipo Dressel 14 lusitano, equivalendo muito provavelmente a um fabrico do Tejo. Deverá fazer-se notar que as cronologias do início da produção nos centros do "grande rio" estão ainda por precisar com acuidade, e que os modelos denominados "Lusitana Antiga", a que sucede, estão com muito maior expressão documentados em estratigrafias lisboetas bem definidas e datadas ainda na década de 60 d.C. (Silva, Filipe & Almeida, 2016).
Diâmetro máximo do bordo – 17,0 cm; Altura máxima conservada – 83,5 cm.

4 (Figura 1) – Fragmento do bico fundeiro de ânfora da forma Dressel 14 lusitana.
Fundo de secção troncocónica, com pequena glande exterior, macissado pelo interior com adição de argila.
Pasta como a do exemplar anterior.
Altura máxima conservada: 12,8 cm.

5 (Figura 1) – Fragmento do bico fundeiro de ânfora da forma Dressel 14 lusitana.
Fundo simples, de secção troncocónica.
A pasta é semelhante à dos dois números anteriores, apresentando as superfícies acastanhadas e vestígios de alisamento a trapo.
Ostenta no exterior o grafito "P", invertido, notando-se a grafia fechada da cabeça do caracter.
Altura máxima conservada: 9,0 cm.

6 (Figura 2) – Fragmento de ânfora da forma Lusitana 3 conservando o bordo, colo, uma asa e porção do corpo.
Bordo em fita. Asas de fita a nascer ainda na parte inferior do bordo, nervuradas, de secção ovalada. Colo um pouco convergente.
Pasta avermelhada, medianamente compacta, textura medianamente granulosa, contendo quartzo hialino bem distribuído de média e pequena dimensão, e frequente e fina moscovite. As superfícies mostram-se acastanhadas.
Trata-se de uma pasta atribuível às oficinas do Tejo ou do Sado.
Diâmetro do bordo – 9,8 cm.

7 (Figura 2) – Fragmentos de ânfora da forma Almagro 51C lusitana conservando a boca, colo, asas, uma porção do corpo e parte do fundo.
Bordo em fita, de lábio arredondado, demarcado interiormente do colo por estrangulamento. Asas de fita a nascerem da sobeira do bordo, junto ao lábio, com dupla nervura bem marcada, de secção em oval alongada. Corpo piriforme.
Pasta avermelhada, mas muito alterada pelas condições pós-deposicionais que a fizeram assumir uma coloração laranja-ocre, medianamente compacta, textura medianamente granulosa, contendo quartzo hialino bem distribuído de pequena dimensão, escassa e fina moscovite. Os processos pós-deposicionais aquáticos, e de contaminação química, alteraram profundamente a coloração da pasta.
Trata-se de uma pasta atribuível às oficinas do Tejo ou do Sado.

De conteúdo piscícola, a investigação defende um início de produção do tipo ainda nos finais do séc. II d.C., estando a morfologia consolidada em meados do século seguinte, que perdurarão até à quinta centúria (Viegas, Raposo & Pinto, 2016).
Diâmetro do bordo – 8,9 cm. Largura máxima do corpo – 29,8 cm.

8 (Figura 2) – Fragmento de ânfora da forma Almagro 51C lusitana conservando a porção superior do corpo, o colo, asas e bordo.
As características do bordo, colo e asas são como as do exemplar anterior, deste se distinguindo por a dupla nervura das asas ser menos marcada e por um aspecto mais maciço da parte superior do corpo.
Pasta de coloração laranja-avermelhada, medianamente compacta, de grão médio fino, depurada, contendo pouco quartzo hialino bem distribuído de pequena e média dimensão, rara e finíssima moscovite. Trata-se de uma pasta atribuível às oficinas do Tejo ou do Sado.
Diâmetro máximo do bordo – 12,5 m.

9 (Figura 2) – Fragmento de ânfora da forma Almagro 51C lusitana conservando a porção inferior do corpo e o bico fundeiro.
Fundo troncocónico, destacado do corpo, maciçado pelo interior mediante a adição de argila.
Pasta de coloração laranja-avermelhada, medianamente compacta, de grão médio fino, depurada, apresentado vacuólos ligeiramente alongados, contendo pouco quartzo hialino bem distribuído de pequena dimensão, escassa e fina moscovite bem distribuída e raro feldspato de média dimensão. Como o exemplar anterior, trata-se de uma pasta atribuível às oficinas do Tejo ou do Sado.
Altura máxima conservada – 15,0 cm.

10 (Figura 2) – Fragmento de ânfora da forma Almagro 51C lusitana conservando a porção inferior do corpo e o bico fundeiro.
Pasta como a do exemplar anterior.
Altura máxima conservada – 13,0 cm.

11 (Figura 2) – Fragmentos de ânfora da forma Almagro 50 lusitana, conservando o bordo, colo, uma asa e porções do corpo.
Pasta de coloração acastanhada, medianamente compacta, de grão médio fino, apresentando vacuólos, contendo algum quartzo hialino bem distribuído de pequena e média dimensão, escassa e fina moscovite bem distribuída e raro feldspato de média dimensão. Como o exemplar anterior, trata-se de uma pasta atribuível às oficinas do Tejo ou do Sado.
Diâmetro interno do bordo – 11,8 cm.

12 (Figura 2) – Fragmento do bordo de ânfora do tipo Dressel 20, bética.
Fragmento de bordo de perfil exterior circular, dotado de inflexão equivalente a estrangulamento na face interna.
Pasta de coloração creme, bastante compacta e homogénea, com pequenos e abundantes vacuólos arredondados e alongados, algumas cavernas, abundantes E.N.P.s correspondentes a elementos quartzosos, moscovite e feldspato de pequena dimensão. As características da pasta indicam uma origem na Bética, no Vale do Guadalquivir.
Diâmetro máximo do bordo – 14, 4 cm.

13 (Figura 2) – Fragmento de ânfora da forma Keay XVI bética, conservando a boca, colo, asas e a porção superior do corpo.
Bordo de secção triangular, colo curto pouco destacado do corpo. As asas são maciças, de secção ovalada, colocadas sobre o bordo.
Pasta de coloração creme, bastante compacta e homogénea, de grão fino, muito pequenos vacuólos arredondados, escassa moscovite e rara mica dourada de muito pequena dimensão. As características da pasta indicam uma origem na Bética litoral.
Diâmetro máximo do bordo – 16, 8 cm.

14 (Figura 3) – Fragmentos de ânfora de morfologia indeterminada, bética, conservando uma porção inferior do corpo.
Corpo convergente, cónico
Pasta como a do exemplar anterior.
Altura máxima conservada – 15, 0 cm.

15 (Figura 3) – Fragmentos de ânfora da forma Africana IIA conservando a boca, colo, asas e porções do corpo.
Bordo esvasado, de secção ovalada, demarcado do colo, que é de tendência cilíndrica mas ligeiramente convergente. As asas, de secção ovalada, nascem da parte superior do colo e fixam-se inferiormente próximo do arranque da parte superior do corpo. Este último é de tendência cilíndrica, com o terço superior inflectindo de forma convergente para

o colo. A morfologia do bordo situa o exemplar no sub-tipo IIA.2 (Bonifay, 2004).
Pasta de coloração vermelho-alaranjada, compacta, homogénea, de grão médio, medianamente depurada, com quartzo hialino eólico. Apresenta a superfície acinzentada. As características de fabrico apontam para uma possível origem numa oficina do Norte da Tunísia.
O sub-tipo Africana IIA.2 está associado a um lapso cronológico situado por Michel Bonifay (2004, p. 111) entre o final do séc. II d.C. e a primeira metade do séc. III d.C., tendo como conteúdo muito provável os preparados de peixe e não o azeite.
Diâmetro máximo do bordo – 14,9 cm.

16 (Figura 3) – Fragmentos de ânfora da forma Africana do tipo Keay 25.3 = Africana III B, conservando a porção da boca, colo e asas.
Bordo esvasado de lábio pendente e afilado, distinto externamente do colo, que é de tendência troncocónica, por pequeno filete. Asas de secção ovalada a nascer da parte superior do colo e a fixarem-se na parte inferior do mesmo.
Pasta de coloração vermelho-alaranjada (côr de tijolo), compacta, algo homogénea, com quartzo hialino eólico rolado de pequenas dimensões, minerais negros, calcites de grande dimensão e ocorrência de fragmentos de rocha sedimentar de médias-grandes dimensões. As características de fabrico apontam para uma possível origem numa oficina do Norte da Tunísia.
O tipo Keay 25.3 = Africana III B encerra uma cronologia situável no séc. IV d.C., podendo ter um conteúdo de preparados de peixe ou, muito provavelmente, vinário (Bonifay, 2004, p. 122).
Diâmetro máximo do bordo – 13,0 cm.

3. O CONHECIMENTO ACTUAL SOBRE A FACHADA RIBEIRINHA OCIDENTAL DE OLISIPO

Os conhecimentos acerca do interface aquático da cidade romana de *Olisipo* basearam-se, até meados dos anos 1990, em dados difusos e sem uma base contextual empírica. Contudo, este panorama iniciaria a sua mudança a partir dos meados daquela década, acompanhando a profunda transformação verificada na arqueologia portuguesa, e na lisboeta em particular. Por outro lado, sucessivos grandes empreendimentos em zonas da antiga fachada ribeirinha iriam proporcionar novos dados para as leituras, se bem que insuficientes ainda para se traçar com certeza a configuração da paleo-topografia no período romano.
Os dados actuais permitem, no entanto, uma aproximação arqueológica a este tema, baseada nas várias propostas publicadas anteriormente, na cartografia de época moderna (sobretudo para a zona ocidental da cidade), na distribuição de materiais romanos em depósitos fluviais de baixa profundidade ou na localização das várias cetárias identificadas na baixa da cidade desde a década de 1980. Estes vestígios marcam os limites para a linha de costa, os primeiros porque documentam ambientes interditais ou subtidais, os segundos porque correspondem a estruturas construídas perto da linha de costa (Figura 4).
No Pátio do Ministério da Marinha, junto à Avenida da Ribeira das Naus, teve lugar em 1995 uma intervenção arqueológica de acompanhamento da abertura de um poço do Metropolitano, conduzida por uma equipa ligada à administração central. Ali se reconheceu uma longa sequência estratigráfica, com notada relevância das unidades formadas em Época Moderna e um justificado destaque para o achado de uma estrutura desse período, ligada à construção naval (Marques & Santos, 2000).
Este trabalho permitiu detectar um nível ("camada 14") que os escavadores descrevem como de "argila arenosa, de cor negra acinzentada" (Marques, Sabrosa & Santos, 1997, p. 166) e situar o antigo leito do Tejo neste ponto numa cota absoluta de -3,25 m (Idem, p. 167).
O conjunto material associado a esta unidade da estratigrafia equivalia a cerca de 500 fragmentos cerâmicos, maioritariamente paredes inclassificáveis de ânforas, à excepção de um muito limitado número de dez exemplares desta tipologia de contentor (8 "NMI"), um prato do tipo Hayes 76 em TSClA-D, um outro Hayes 27 em TSClA-A um púcaro e um fundo de bilha, ambos em cerâmica comum regional (Idem: 166-167). As morfologias anfóricas representadas reportavam-se a uma Dressel 14 lusitana, duas Dressel 7/11, igual número de Keay XVI, uma Dressel 20, todas béticas, uma ânfora africana de tipo indeterminável e uma outra inclassificável (Idem).
Os trabalhos arqueológicos na metade oriental da Praça do Município, em 1997, permitiram de igual modo a identificação de um potente nível de cascalheira ("unidade 15"), cujo topo se situava à cota absoluta - 0,50 m (Muralha & Leitão, 1998). A detec-

ção de cerâmicas de cronologia romana de permeio com a cascalheira (que chegava a atingir 70 cm de espessura) foi feita num único plano intermédio e já durante os trabalhos da construção do parqueamento subterrâneo, e a recolha, executada por um dos autores (RBS), incidiu numa faixa de 10 m de largura este-oeste ao longo de toda a longitude do espaço e só num nível previamente rebaixado mecanicamente. Tratou-se de uma recolha selectiva, que permitiu reunir um conjunto escasso de cerca de uma dezena de fragmentos em *terra sigillata* (sudgálica e clara africana-A, C e D), «Cerâmica Africana de Cozinha» e um vidro. Poucos exemplares de cerâmica comum regional e um bordo de almofariz itálico do tipo Dramont D2 ampliavam o conjunto, amplamente dominado pelo material anfórico, de que se recolheram somente cerca de 200 fragmentos (em curso de estudo por Rui Roberto de Almeida): ali se assinalou a presença de contentores do tipo Maña C2b, Dressel 1 do Tirreno (muito escassos), Dressel 14, Lusitana 3, Almagro 51C, lusitanos, Haltern 70, Dressel 7/11, Dressel 20 e Keay XVI, béticos, dois fundos africanos inclassificáveis, e uma parede eventualmente pertencente ao tipo Oriental LR2.

Também não muito distante do Pátio do Ministério de Marinha, e contíguo à Praça do Município, o edifício do Banco de Portugal foi alvo de uma prolixa intervenção arqueológica em anos recentes, que vem sendo largamente divulgada (Rocha & *alii*, 2013).

No local, 2022 fragmentos anfóricos eram inventariáveis: 1215 oriundos do Tejo/Sado, 210 Guadalquivir, 286 da Baía Gaditana e em menor número itálicos, africanos, gauleses e do Mediterrâneo Oriental (Rocha & *alii*, 2013, p. 1012). Predominam os tipos Dressel 14, com 614 exemplares (30,4%), Dressel 20, 182 exemplares (9%), Almagro 51C, 177 exemplares (8,8%), Lusitana 3, 139 exemplares (6,9%) e outras tipologias minoritários como Almagro 50 ou Keay XVI (Idem, p. 1012). O conjunto do Banco de Portugal, o mais extenso dos já repertoriados, incluía igualmente uma amostragem vasta de *terra sigillata*, alvo de estudo monográfico recente, onde mais de metade equivalia a produções africanas, as produções hispânicas de *Tritium Magallum* e de Andújar se equilibravam e a *sigillata* sud-gálica estava bem representada, sendo notório o contingente de «Cerâmica Africana de Cozinha» (Santos, 2015, p. 248).

Encontrando-se os três locais referidos numa disposição vagamente em linha recta perpendicular ao rio, mais do que o jogo de cotas entre eles interessa fazer notar a distinta representatividade das várias classes cerâmicas, que se situa bem acima dos 90% de material anfórico no Pátio de Marinha e Praça do Município, números que sintomaticamente baixam no Banco de Portugal em razão da muito maior proximidade às zonas mais densamente ocupadas do subúrbio ocidental de *Olisipo*.

Se estas zonas expectavelmente encerrariam evidências portuárias, o achado do horizonte estratigráfico romano de fundo estuarino na Praça D. Luís I, reconhecido numa extensão de 254 m2 (Parreira & Macedo 2013; Parreira & Macedo 2016, p. 167), permitiu reequacionar as leituras da geografia portuária da cidade romana, e chamar a atenção para o papel desempenhado pela antiga "Ribeira Ocidental" de Lisboa em época romana.

Na Praça D. Luís I recolheu-se um número ainda não especificado de fragmentos, entre as cotas -3,6 e -3,85 m, nos quais se identificaram variadas produções (*terra sigillata* sudgálica, hispânica, clara africana D, paredes finas – uma das quais de Montans –, e "uma curiosa imitação" – ? – de TSClAf-A, TSClAf-C e CAfC, para além de cerâmica comum (Idem)). O conjunto anfórico era, como seria de esperar, predominante, tendo permitido a identificação de 28 exemplares de Dressel 14, 15 de Lusitana 3, 8 de Almagro 51C e 3 Almagro 50, entre as produções lusitanas, mas também 1 Dressel 1 itálica, 1 Haltern 70, 1 Dressel 20 e 7 Keay XVI, béticas, 1 Gauloise 4, 3 Africanas II ou III e, constituindo as mais antigas evidências do local, dois exemplares das morfologias 4.2.1.1 e 8.2.1.1 de Ramón Torres (Idem, pp. 168-170).

A despeito da dispersão cronológica do conjunto da Praça D. Luís I, é interessante notar a coincidência dos arcos cronológicos deste local e da Sede da EDP, devendo a este propósito destacar-se a documentação da presença de contentores anfóricos do período Republicano Romano, que sugerem uma actividade portuária desenvolvida ainda nos séculos antes da Era, e a vitalidade bem mais expressiva atingida no período Imperial. O pequeno conjunto anfórico da Sede da EDP vem, portanto, juntar-se às evidências que permitem sustentar a leitura de um papel portuário desempenhado pela antiga "Ribeira Ocidental" de Lisboa no período romano, em particular da hoje desaparecida Baía da Boavista.

Lisboa, Junho de 2017

BIBLIOGRAFIA

BETTENCOURT, José; CARVALHO, Patrícia; COELHO, Inês; FONSECA, Cristóvão; LOPES, Gonçalo; SILVA, Tiago (no prelo) – Os navios de Lisboa: balanço e perspectivas de investigação. In *Actas do I Encontro do Centro de Arqueologia de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

BONIFAY, Michel (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: BAR International Series. 1301.

COSTA, Ana; FREITAS, Maria Conceição; INÁCIO, Miguel; FATELA, F.; LOPES, Vera; ANDRADE, César; CACHÃO Mário; MENDES, P. M.; SARRAZOLA, Alexandre; MACEDO, Marta; BETTENCOURT, José; CARVALHO, R.; FREITAS, Teresa (2016) – Single events and century-scale evolution of the northern margin of the Tagus River before the Boavista landfill: a multidisciplinary approach to a natural and anthropic sediment record. *Estudos do Quaternário*. APEQ: Braga. 14, pp. 92-104.

FONSECA, Cristóvão; BETTENCOURT, José; BRAZÃO, Alexandre; CHOUZENOUX, Christelle; PINTO, Marco; SILVA, Tiago; CARVALHO, Patrícia; COELHO, Inês; FREIRE, Jorge (2016) – Boa Vista 1 and Boa Vista 2: first data on two Early Modern ships discovered in Lisbon (Portugal). In NEGUERELA MARTÍNEZ, Iván; CASTILLO BELINCHÓN, Rocío; RECIO SÁNCHEZ, Patricia, coord. – *IKUWA V. Proceedings of the 5th International Congress on Underwater Archaeology – A heritage for mankind*. Cartagena: Ministerio de Educacíon, Cultura y Deporte, pp. 957-967.

MARQUES, João; SABROSA, Armando; SANTOS, Vítor (1997) – Estrato romano da Avenida Ribeira das Naus (Lisboa). *Almadan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 2ª Série, n.º 6, pp. 166-167.

MARQUES, João; SANTOS, Vítor (2000) – Acompanhamento das Obras do Metropolitano de Lisboa: Intervenção Arqueológica na Avenida da Ribeira das Naus. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (20-23 de Fevereiro de 1997)*. Almada: Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus. (col. *Monografias – Arqueologia*), pp. 165-176.

MURALHA, João; LEITÃO, Manuela (1998) – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica da Praça do Município (Lisboa) 1996-1997*. Lisboa: Museu da Cidade (policopiado).

PARREIRA, Jorge; MACEDO, Marta (2013) – O fundeadouro romano da Praça D. Luís I. In *Congresso de 150 Anos Associação dos Arqueólogos Portugueses*. In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 747-754.

PARREIRA, Jorge; MACEDO, Marta (2016) – Lusitanian Amphorae and Transport Coarse from the Roman Anchorage of Praça D. Luís I (Portugal). In PINTO, Inês Vaz; ALMEDA, Rui; MARTIN, Archer, eds. – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Exeter: Archaeopress (col. *Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, n.º 10), pp. 167-171.

ROCHA, Artur; REPREZAS, Jéssica; MIGUEZ, João; CORREIA, Joana (2013) – Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos. In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1011-1018.

SANTOS, Ana dos (2015) – *A Terra Sigillata e a cerâmica de cozinha africana do Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa) (Dissertação de Mestrado)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SARRAZOLA, Alexandre; BETTENCOURT, José; TEIXEIRA, A. (2014) – Lisboa, o Tejo e a Expansão Portuguesa: os mais recentes achados arqueológicos da Lisboa Ribeirinha. In *O Tempo Resgatado ao Mar. Catálogo da Exposição*. Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda e Museu Nacional de Arqueologia, pp. 111-116.

SILVA, Rodrigo Banha da; FILIPE, Victor; ALMEIDA, Rui (2016) – Julio-Claudian lusitanian amphorae: a perspective on selected contexts from Olisipo (Lisbon, Portugal). In PINTO, Inês Vaz; ALMEDA, Rui; MARTIN, Archer, eds. – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Exeter: Archaeopress (col. *Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, n.º 10), pp. 153-166.

VIEGAS, Catarina; RAPOSO, Jorge, PINTO, Inês Vaz (2016) – Almagro 51C (Western Lusitania). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (http://amphorae.icac.cat/amphora/almagro-51c-western-lusitania), 20 July, 2016 [consultado a 16.06.2017].

Figura 1

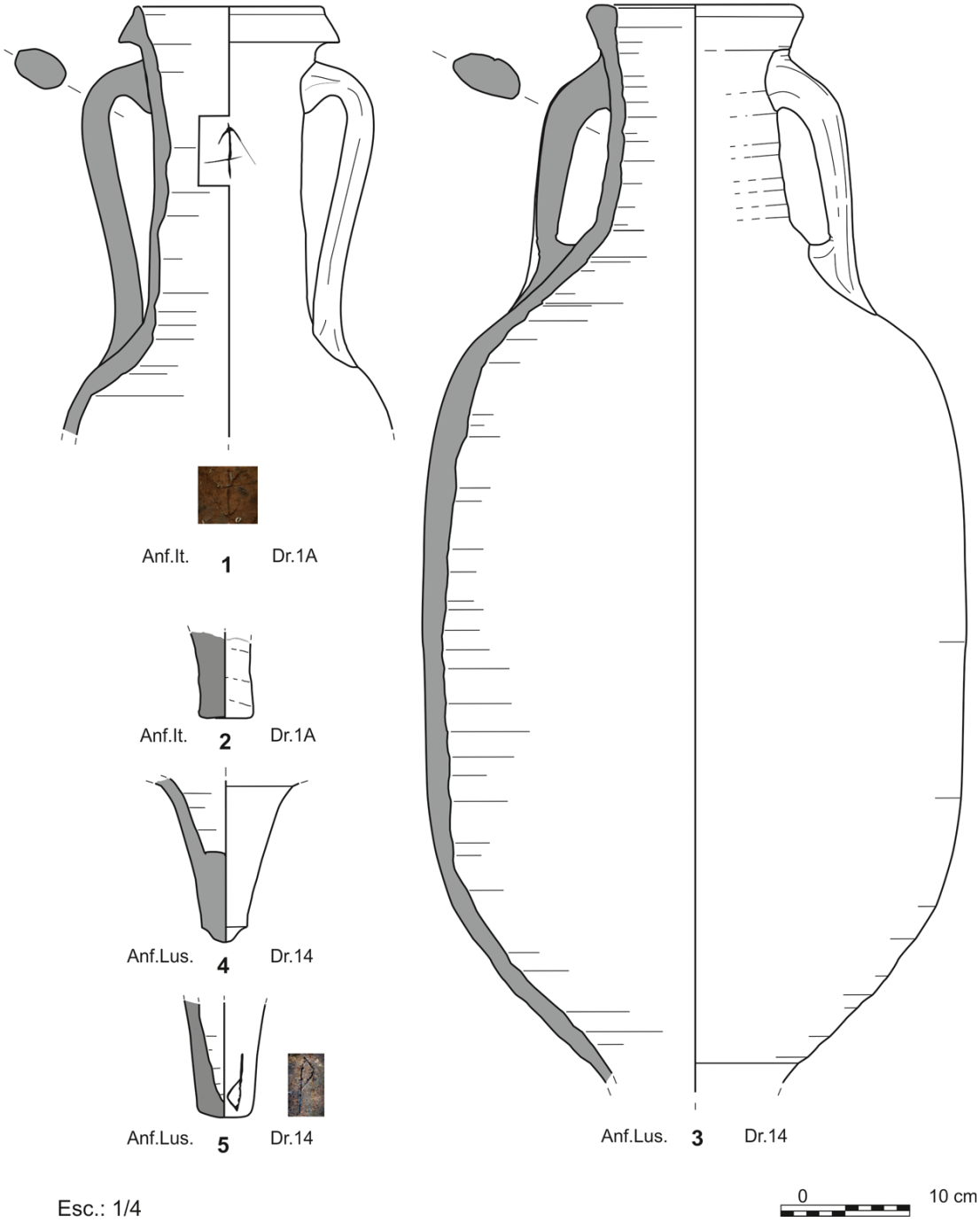


Figura 1 – Ânforas itálicas do Tirreno Dr.1A (1-2) e Lusitanas do Tejo/Sado Dressel 14 (3-5) da Sede da EDP.

Figura 2

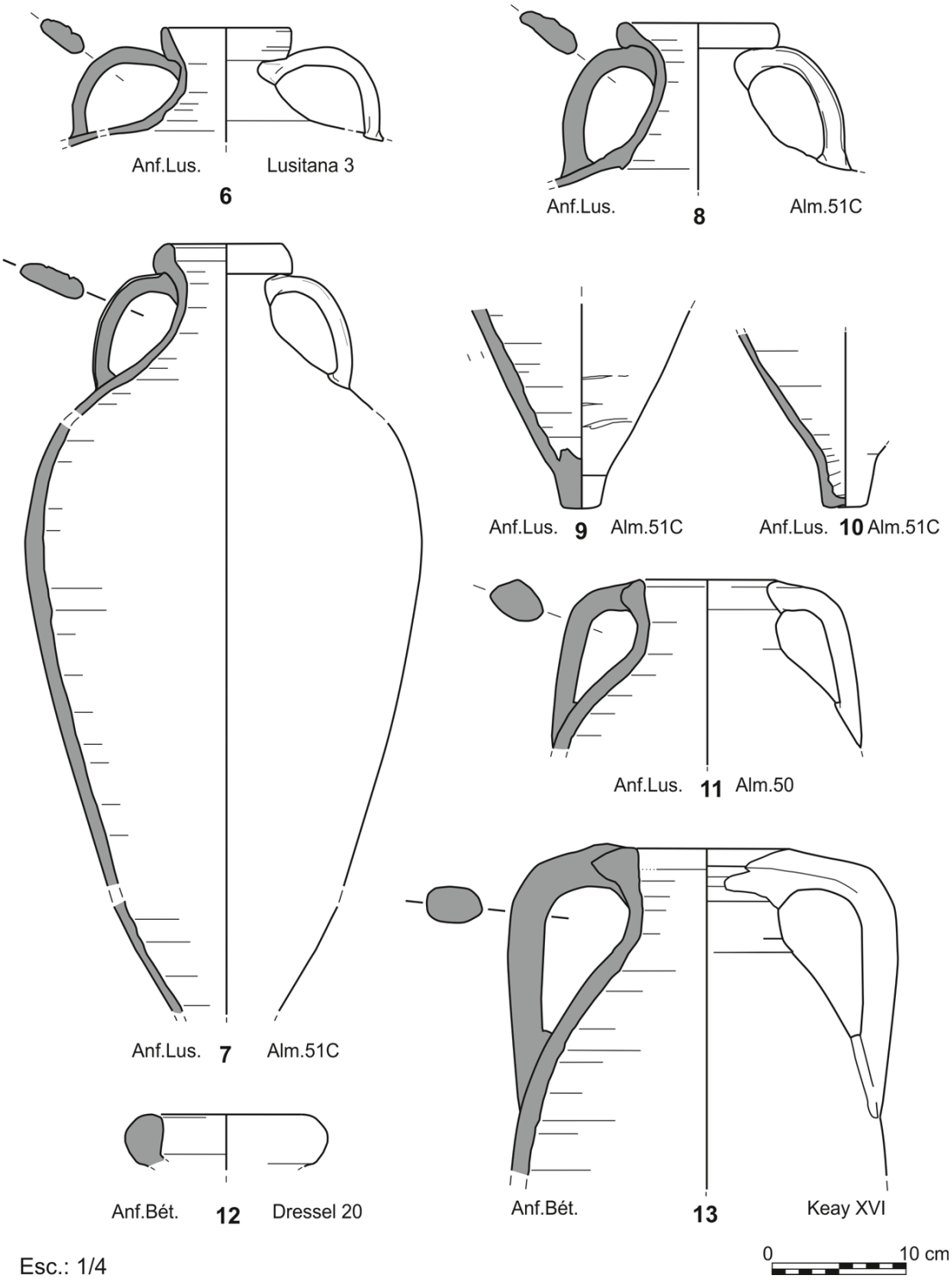


Figura 2 – Ânforas lusitanas do Tejo/Sado Lusitana 3 (6), Almagro 51C (7-10) e Almagro 50 (11); béticas Dressel 20 (12) e Keay XVI (13) da Sede da EDP.

Figura 3

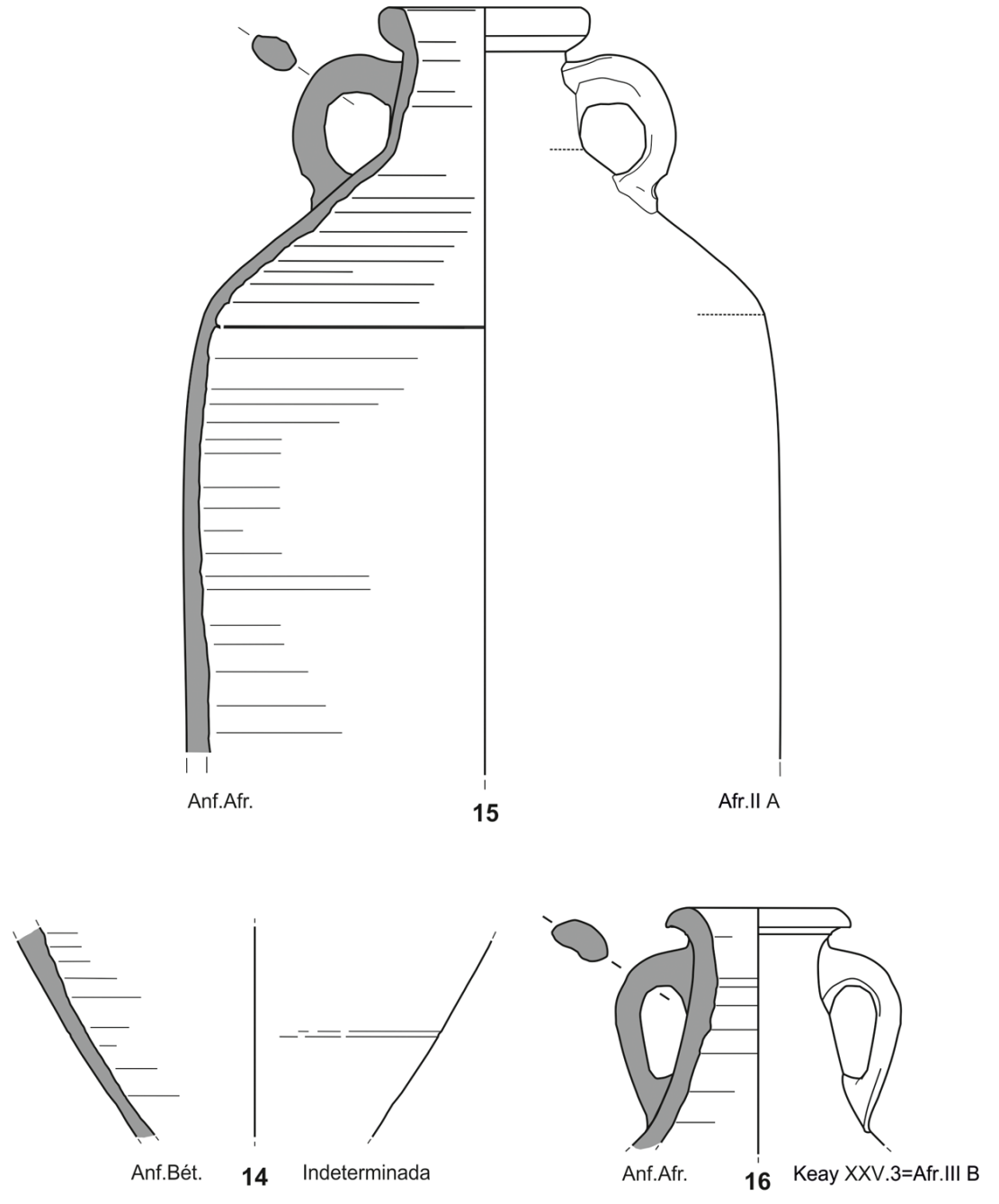


Figura 3 – Ânforas bética indeterminada (14) e africanas Africana IIA (15) e Keay XXV.3=Africana III B (16) da Sede da EDP.

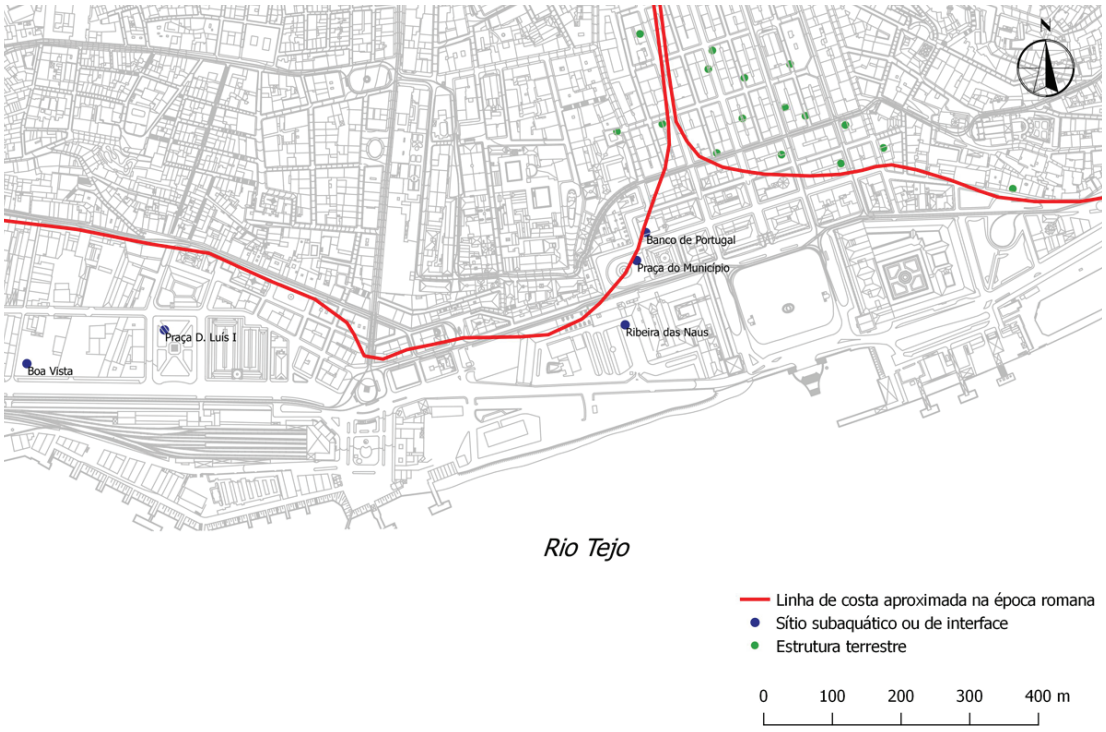


Figura 4 – Localização dos sítios arqueológicos e da linha de costa aproximada na época romana sobre levantamento topográfico de Lisboa.

AS ÂNFORAS DE TIPO LA ORDEN NA LUSITÂNIA MERIDIONAL: PRIMEIRA LEITURA, IMPORTÂNCIA E SIGNIFICADO

Rui Roberto de Almeida[1], Carlos Fabião[2], Catarina Viegas[3]

RESUMO

No presente trabalho realizamos uma chamada de atenção para a presença na Lusitânia meridional de um tipo anfórico específico designado como La Orden, relativamente pouco conhecido no ocidente peninsular. Trata-se de uma ânfora que foi produzida nos arredores da cidade de Huelva (antiga *Onuba*) e que constitui um indicador privilegiado da persistência da produção/comercialização de preparados piscícolas da região da actual Andaluzia correspondente ao extremo ocidental da antiga província da Bética, durante o último terço do século V e a primeira metade do século VI d.C. Assim, através de alguns conjuntos cerâmicos onde foram recentemente detectadas, procuramos valorizar a importação e contextualizar a difusão destas ânforas, ainda que de forma preliminar, no quadro do território do actual Algarve durante o período tardo antigo.

Palavras-chave: Algarve, Bética, Antiguidade Tardia, Ânforas, La Orden, Economia.

ABSTRACT

This paper deals with the identification of some examples of a not well known late amphora type called "La Orden". This amphora was produced at the outskirts of Huelva (formerly *Onuba*) and it's a good indicator for the persistence of fish based products production and distribution from *Baetica*'s western area (nowadays western Andalusia) from late Fifth Century until the first half of the Sixth Century. From several ceramic assemblages where this amphora type was recently identified we essay some comments on import contexts and diffusion routes in the southernmost area of *Lusitania* (nowadays Portuguese Algarve).

Keywords: Algarve, Baetica, Late Antiquity, Amphorae, La Orden, Economy.

1. INTRODUÇÃO

As ânforas La Orden foram produzidas no extremo ocidental da antiga província da Bética, durante os finais do século V e a primeira metade do século VI d.C., mais concretamente nas imediações da cidade de Huelva, a antiga *Onuba*. A sua identificação incipiente em contextos de consumo no território algarvio - uma vez que facilmente se classificariam como cerâmica comum, os seus fragmentos, se o observador não estiver familiarizado com esta peculiar forma e fabrico - permite verificar que a importação de alimentos transportados em ânforas não se esgotou com a "desagregação do Império", nem com as balizas temporais usualmente estabelecidas para o final das indústrias de preparados piscícolas da *Baetica*, tradicionalmente localizadas em meados do século V d.C., nem os contentores usados no transporte destes artigos alimentares se circunscrevem aos bem conhecidos tipos Keay XVI, XXII e XIX, cuja cronologia final de produção/circulação se costuma fixar no mesmo período. Partindo de uma base material gerada por trabalhos arqueológicos de natureza muito diversificada, pretende-se, através da selecção de um elemento de diagnóstico concreto – as ânforas de tipo La Orden – contribuir para o conhecimento do dinamismo económico do sul da Lusitânia e da maior longevidade dos seus mecanis-

1. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Univ. de Lisboa. Faculdade de Letras. Univ. de Lisboa / FCT; rui.dealmeida@gmail.com

2. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Univ. de Lisboa. Faculdade de Letras. Univ. de Lisboa; cfabiao@campus.ul.pt

3. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Univ. de Lisboa. Faculdade de Letras. Univ. de Lisboa; c.viegas@letras.ulisboa.pt

mos comerciais e interação com a província vizinha da Bética durante a Antiguidade Tardia, concretamente durante a primeira metade do século VI d. C.

2. AS ÂNFORAS LA ORDEN

O contexto produtivo anfórico da região de Huelva durante a Antiguidade tardia remete-nos para um momento de ressurgimento ou retoma da produção, que se regista a partir do século IV. Este fenómeno foi particularmente sentido nesta vertente ocidental da Bética, contrariando a tendência geral que se verifica na restante província (García Vargas & Bernal Casasola, 2008). Neste contexto, desenvolvem-se nos arredores da antiga *Onuba*, uma série de unidades produtivas nos sítios de El Eucaliptal, em Punta Umbría, El Terrón, em Lepe, e na Barriada de La Orden, em Huelva, cuja documentação foi recentemente sistematizada (O'Kelly Sendrós, 2012, p. 319-336; 2016). Alguns autores admitem mesmo que este "renascimento" correspondeu a um amplo e complexo fenómeno que se estenderia à vizinha área algarvia, uma vez que se verifica a existência de vários detalhes morfológicos comuns nas ânforas produzidas em ambas regiões (García Vargas & Bernal Casasola, 2008, p. 672).

As ânforas do tipo La Orden caracterizam-se por um bordo voltado para o exterior, aplanado no topo e de secção rectangular com moldura exterior, ou arredondado e biselado, ambos com concavidade interna para receber uma tampa. O colo é curto e com uma aresta marcada na sua parte média; as asas, apresentam um típico perfil em forma de grande orelha sobrelevada, de secção ovalada com sulcos ou cristas longitudinais, arrancam na parte inferior do colo ou imediatamente debaixo dele e assentam no ombro. O corpo apresenta caneluras bastante acentuadas e possui um perfil piriforme invertido, terminando num fundo cónico maciço (O'Kelly Sendrós, 2016). Tal como parece suceder com outras formas onubenses, como é o caso das ânforas El Térron 1 e 2, este tipo parece partilhar algumas características morfológicas com outras formas como é o caso das Keay XIX béticas e das Almagro 51 A-B e Algarve 1 (Figura 2).

Na ausência de dados estratigráficos seguros nos contextos produtivos associados à recolha das ânforas La Orden, foram os dados obtidos em locais de consumo como em Lagos, na Rua Silva Lopes (Ramos, Almeida & Laço, 2006), em Sevilha ou em Almería, que permitiram situar a sua cronologia na primeira metade do século VI (O'Kelly Sendrós, 2012, p. 329). Mais recentemente, os contextos obtidos na cidade de *Baelo Claudia* permitiram alargar esta cronologia, pois aí as ânforas La Orden ocorrem em contextos da segunda metade do século V (Bernal Casasola *et al*., 2013; Bernal Casasola, 2016).

No caso das ânforas de El Eucaliptal e El Terrón, a sua localização costeira e a associação dos fornos a áreas de exploração dos recursos marinhos remete para um conteúdo piscícola, mas o mesmo conteúdo não parece ser tão evidente para as ânforas onubenses do tipo La Orden. Segundo J. O'Kelly Sendrós, um conteúdo vínico poderia ser igualmente defendido, tendo por base a localização interior desta *figlina* e a proximidade de terrenos férteis, do ponto de vista agrícola (2012). Em nosso entender, um conteúdo relacionado com os preparados piscícolas parece ser o mais provável, dadas as características do contentor e a sua distribuição.

3. O RASTREIO (POSSÍVEL) DA DISPERSÃO: SÍTIOS, MATERIAIS E CONTEXTOS

A circunstância de se encontrarem em estudo diversos conjuntos de materiais arqueológicos de sítios do Algarve, possibilitou a identificação de vários exemplares de ânforas do tipo La Orden neste território.

3.1. Quinta das Antas / Torre de Aires, Luz de Tavira (cidade romana de *Balsa*) – CNS 60.

A cidade romana de *Balsa* foi identificada ainda no século XIX por Estácio da Veiga. Os documentos epigráficos associados às fontes escritas, nomeadamente ao Itinerário de Antonino, assim como os dados numismáticos e ainda os vestígios arqueológicos "explorados "no local, permitiram a sua correcta localização na área da Quinta das Antas e de Torre de Aires (Tavira) (Veiga, 1866). Apesar da importância que se reconhece a este núcleo urbano, o sítio nunca foi objecto de trabalhos arqueológicos sistemáticos. Depois dos trabalhos de Estácio da Veiga, além de intervenções pontuais, devem referir-se os trabalhos arqueológicos realizados por Maria e Manuel Maia, ainda nos anos 70 do século XX. O espólio recolhido no Museu Nacional de Arqueologia mostra que a ocupação do local não é anterior ao período de Augusto, prolongando-se até à primeira metade do século VI (Nolen, 1994; Viegas, 2011).

Considerando as importações anfóricas para o perío-

do compreendido entre os séculos III e V, assinala-se uma alteração significativa do peso relativo das áreas abastecedoras da cidade de *Balsa*, face aos momentos anteriores (Viegas, 2011). Se anteriormente ao século III o aprovisionamento de produtos alimentares transportados em ânforas era oriundo sobretudo da vizinha Bética, a partir do século III/IV assiste-se à crescente importância dos produtos locais (da Lusitânia), assim como dos norte africanos (especialmente tunisinos). Assim, num universo estudado de 110 ânforas para esse período, as produções lusitanas correspondem a 34,5% do total, enquanto as béticas se reduzem para 43,5% face à etapa anterior alto imperial em que correspondiam a 88,3% (121 exemplares). Nesta fase tardo antiga, assiste-se ainda ao surgimento do Norte de África como área de aprovisionamento relevante correspondendo as ânforas provenientes da actual Tunísia a 18,2% do total (Viegas, 2011, p. 358-389, Tabela 47). Recentes revisões de materiais de *Balsa*, feitas por dois de nós (RRA e CV), com distintos objetivos, concretamente os estudos sistemáticos das ânforas e da cerâmica comum, permitiram a identificação de um conjunto de peças que anteriormente tinham sido incluídas quer nas categorias das ânforas "*por determinar*" e/ou "*indeterminadas*", quer na de "*cerâmicas comuns*" e que correspondem a ânforas tardias produzidas na área da actual cidade de Huelva ou em outras zonas do antigo território onubense. Assim, além das ânforas do tipo La Orden, identificaram-se ainda fragmentos pertencentes aos tipos El Eucaliptal 1, El Eucaliptal 2 e El Terrón. Do primeiro tipo, o que agora nos ocupa directamente, contam-se actualmente 5 fragmentos de bordo (Figura 2) e 10 prováveis fragmentos de asas.

Dadas as circunstâncias da recolha e identificação destes materiais torna-se difícil avaliar objectivamente, do ponto de vista quantitativo, qual o peso destes materiais no conjunto das importação tardias da cidade de *Balsa*. Assim, por um lado, parece correcto afirmar-se que as formas mais comuns em época tardia correspondem ao tipo Keay XVI, não só nas importações béticas como também no conjunto, já que ao universo de 52 exemplares béticos tardios anteriormente estudado (Viegas, 2011) apenas se podem acrescentar cinco indivíduos que se integram no tipo La Orden; por outro lado, convém ter presente que o primeiro está situado no período compreendido entre o século III e os meados do V d. C., enquanto o segundo pode ser posterior, aparentemente entre a segunda metade/final do V e os meados do VI d.C, correspondendo portanto a âmbitos de produção e difusão distintos.

3.2. Faro, cidade romana de *Ossonoba* – vários CNS

Na actual cidade de Faro, antiga *Ossonoba*, apesar da escassez de intervenções arqueológicas de carácter sistemático, foi possível reconhecer distintas componentes do urbanismo antigo. O conjunto de ânforas tardias conhecido incluiu inicialmente materiais provenientes das intervenções realizadas no Museu Municipal e na área do Mosaico do Oceano (Viegas, 2011, p. 206-241). Para esta fase, o esquema de abastecimento tripartido (Lusitânia/Bética/Norte de África) parecia apresentar o mesmo padrão de *Balsa*. Posteriormente a documentação viu-se enriquecida/ampliada pelo estudo de um conjunto de outros materiais provenientes de diversas áreas da cidade, sobretudo da área designada por Vila-Adentro resultantes de trabalhos arqueológicos de características muito diversas, que, de um modo geral, e ao contrário das anteriores, implicaram apenas intervenções em extensão, de pouca profundidade e reduzidas cotas de afecção (Almeida *et al*., 2014, p. 151-160). Graças à natureza da amostra, que ascendia a um total de 277 exemplares, foi possível valorizar as importações tardias deste relevante núcleo urbano, destacando-se as importações provenientes do Mediterrâneo oriental (Almeida *et al*., 2014, Fig. 3 e 4). Neste conjunto, assinala-se um maior peso das produções lusitanas (44,4%) a que se seguem as importações Béticas com 27,8%, norte africanas (19,1%) e as provenientes do Mediterrâneo Oriental (7,9%). Novamente, entre as importações tardias béticas dominam as Keay XVI e XVI/XXII da área costeira ocidental, provavelmente de Cádis, conhecendo-se apenas um exemplar pertencente ao tipo La Orden (Figura 2), proveniente das escavações realizadas por Abel Viana em 1968 no Largo da Sé, carecendo de qualquer informação estratigráfica associada (Almeida *et al*., 2014, fig. 3, p. 688).

3.3. Loulé Velho, Loulé – CNS 745

O sítio arqueológico de Loulé Velho, um extenso aglomerado costeiro de difícil caracterização, revelou até à data um estabelecimento de salga de peixe com diversas cetárias, mas também relevantes indícios de exploração agrícola, com a presença de contrapesos de lagar de azeite ou vinho. Uma das estruturas identificadas corresponde a um edifício com

ábside que tem sido interpretado como uma possível basílica (Gomes & Serra, 1996, p. 29-49), a que se associa um conjunto de sepulturas e espólio de época tardia (Bernardes, 2008, p. 9-22). Em processo acelerado de destruição pela erosão da costa e avanço do mar, este sítio tem vindo a ser objecto de intervenções esporádicas com carácter de emergência, sempre que os episódios da ruína das estruturas o justificam. As publicações que têm resultado desses trabalhos dão a conhecer uma série de materiais de cronologia diversificada onde pontuam as *sigillatas* africanas (Clara D), a *sigillata* tardia da Gália (DSP) ou a foceense, além das características jarras que se associam às sepulturas (Luzia, 2004, p. 43-131).

Apesar de serem escassos os exemplares anfóricos conhecidos (entenda-se publicados…), o conjunto que até hoje pôde ser recuperado em inúmeras recolhas de superfície é bem mais numeroso e rico, tal como nos revela a amostra em exposição no Museu Municipal de Loulé – que inclui, ânforas lusitanas Almagro 51C, ânforas béticas Keay XVI, Beltrán 72 e Dressel 23, bem como alguns tipos africanos, para nos atermos somente aos exemplares tardios – e na recente exposição patente no Museu Nacional de Arqueologia: *Loulé. Territórios, Memórias e Identidades*, entre os quais se contam ânforas orientais do tipo LRA1. Assim, neste sítio, também não surpreende a existência de um exemplar do tipo La Orden (Almeida, no prelo).

3.4. Vale da Arrancada, Portimão – CNS 18712

A *villa* romana do Vale da Arrancada (Portimão) foi identificada por Leite de Vasconcelos em 1918 (Vasconcelos, 1918, p. 126-128) e, posteriormente, já na década de 80, objecto de intervenções de carácter preventivo por parte de Olívio Caeiro e Rui Parreira. Situada numa pequena elevação junto ao rio Arade, com ligação ao Atlântico, os trabalhos arqueológicos aí realizados não produziram infelizmente o necessário registo estratigráfico de materiais e estruturas. No entanto, possibilitaram a recolha para o Museu de Portimão de um conjunto relevante de materiais provenientes de uma cisterna, que permite aproximar-nos da caracterização do consumo de produtos alimentares transportados em ânforas e de outros produtos manufacturados (cerâmica comum, *terra sigillata*, etc.), neste sítio de âmbito rural durante a Antiguidade Tardia.

No estudo realizado sobre as ânforas Lusitanas já tivémos oportunidade de nos referir ao contexto dos materiais da cisterna e ao processo de formação deste depósito (Fabião, Viegas & Freitas, 2016, p. 257-269). Resumidamente, trata-se de um conjunto muito heterogéneo com cerâmicas que possuem uma ampla diacronia, fragmentos de cerâmica de verniz negro (campaniense), diversos fabricos de *terra sigillata*, cerâmica comum e faiança (Fabião, Viegas & Freitas, 2016, p. 258). Contudo, a maior parte da cerâmica fina de mesa corresponde a *sigillata* Clara D das formas Hayes 59, 61A, 61B, 63, 67, 87A, e 91, com cronologias desde o final do século IV até ao terceiro quartel do século V. A amostra inclui ainda um importante lote de materiais das formas Hayes 97 e Hayes 93 / Fulford 52.1 / El Mahrine 18, que data da primeira metade do século VI (Hayes, 1972, p. 145-148), assim como o tipo Hayes 91C, de cronologia idêntica (Bonifay, 2004, p. 179). Integrável na mesma cronologia, encontra-se ainda a *sigillata* foceense e a DSP. Defendemos que este depósito corresponde à fase final de ocupação da *villa*, ao seu abandono e ao consequente entulhamento e desactivação da cisterna, uma vez que as cerâmicas mais tardias se encontram representadas por vários fragmentos que permitem reconstituição quase integral do seu perfil. Esta realidade encontra-se na *sigillata* Clara D, sucedendo o mesmo com os exemplares de ânforas lusitanas e repete-se com as ânforas tipo La Orden (Figuras 3 e 4).

No conjunto anfórico, que é formado por 117 indivíduos, maioritariamente correspondente a produções lusitanas de âmbito local/regional (67%), o segundo grupo mais numeroso (16,8%) integra as ânforas procedentes da Bética, sendo possível determinar a sua origem na região de Cádis, no vale do Guadalquivir, costa oriental e região de Huelva (Fabião, Viegas & Freitas, 2016, p. 257-269). As importações extrapeninsulares incluem ânforas norte africanas que correspondem a cinco exemplares (dos tipos Africana IID, Africana IIIA e Keay 27B) e as originárias do Mediterrâneo oriental com os tipos Late Roman Amphora 1a, 1b e 4. Uma ânfora (Keay 79) é proveniente das Ilhas Baleares. No restante, a amostra possui ainda nove exemplares que não foi possível integrar tipologicamente, nem identificar a sua origem (*Ibidem*).

Sendo cautelosos nas leituras quantitativas deste material, dadas as dificuldades que a ausência do registo estratigráfico comporta, verifica-se neste caso uma presença mais expressiva de seis exemplares de ânforas do tipo La Orden (NMI), num conjunto

em que as produções originárias da bética costeira se resumem a apenas três exemplares, as do vale do Guadalquivir seis e as da costa bética oriental/zona de Málaga um exemplar (NMI) (Fabião, Viegas & Freitas, 2016, Fig. 12).

3.5. Lagos, vários CNS

Os últimos anos deram a conhecer um importantíssimo volume de dados da cidade de Lagos, na sua maioria como resultado de diversas intervenções de carácter preventivo ou de emergência, de maior ou menor fôlego, na área do centro histórico. Destacamos aquelas que possibilitaram a identificação de várias unidades de produção de preparados de peixe, aparentemente integrados em espaço urbano, uma vez que vários outros dados, como mármores, fragmentos de mosaicos e materiais de construção laterício, indicadores de áreas residenciais sofisticadas se documentaram. Regista-se também a presença de produção cerâmica e fragmentos de ânforas queimados ou deformados, indicando o fabrico local de contentores, num registo de autarcia ainda difícil de caracterizar em toda a sua extensão.

Associado a estas realidades foi recolhido um abundante acervo material, que inclui cerâmicas finas de diferentes épocas, ânforas importadas, cerâmica comum, etc. (Arruda, 2007; Ramos, 2008; Serra & Diogo, 2008; Ramos, Almeida & Laço, 2006; Ramos *et al*., 2007; Filipe, Brazuna & Fabião, 2010).

Na intervenção realizada na Rua Silva Lopes nºs 4-8, identificou-se um complexo de época romana destinado à produção de salgas de peixe, composto por três unidades produtoras integradas num complexo de maiores dimensões, que se desenvolvia seguramente sob os actuais edifícios nºs 2 e 2A da Rua Silva Lopes e, muito possivelmente, também para o actual nº 105 da Rua 25 de Abril. A diacronia da sua utilização/laboração remonta a um momento impreciso na segunda metade do século I ou nos meados do século II d.C. (Ramos & Almeida, 2005; Almeida & Moros Díaz, 2014), mas para o tema aqui tratado, o da circulação de produtos e ânforas tardias, o momento que se reveste de particular interesse é o representado pela Fase II, o período compreendido entre os meados do século V, momento de entulhamento parcial e restruturação, e o abandono definitivo da fábrica, na primeira metade do século VI d.C. (Ramos & Almeida, 2005; Ramos, Almeida & Laço, 2005; Ramos *et al*., 2007). Durante este lapso de tempo, pelo menos as cetárias 1, 2 e 5, as mais próximas da entrada do complexo, continuaram a ser utilizadas para a produção de preparados de peixe até ao seu entulhamento abrupto e abandono definitivo.

Os conjuntos cerâmicos provenientes das cetárias 1, 2 e 5, particularmente da última, a que maior quantidade, qualidade e diversidade de materiais ofereceu, apresenta enormes afinidades com outros conjuntos tardios do litoral hispânico, que a investigação tem vindo a trazer à luz nas últimas duas décadas, sobretudo ao nível das cerâmicas comuns[4], com importações presumivelmente das Baleares, Norte de África e Mediterrâneo central (Macías Solé, 1999; Reynolds, 1993; Bernal Casasola, 2003; Ramón Torres, 2008), mas também das cerâmicas finas de mesa[5] e ânforas, ambas importações de ampla circulação.

Entre as ânforas destes contextos, cuja recente revisão e estudo em curso permitiu alcançar a cifra de 244 fragmentos, há que mencionar, por um lado, a abundante presença dos tipos Algarve 1 (38%) e Almagro 51C (36%), no que se refere à produção local/regional, valores que entendemos estarem longe de poder ser explicados como residuais, e que devem certamente corresponder à produção local e/ou regional e à sua perduração até este momento, tal como ultimamente temos vindo a defender (Ramos & Almeida, 2005; Fabião, Filipe & Brazuna, 2010;

4. Ditas afinidades são bastante evidentes, por exemplo, no caso dos vasos com bico vertedor; do alguidar do tipo Tarraco GI/2, RE0816/17 de Ramon Torres; dos almofarizes dos tipos Reynolds Wl.19J.3 /Reynolds Wl.19L.2 e do tipoTarraco M/65; das panelas do tipo Tarraco OC/26.2 ou Reynolds W6.6v, do tipo Tarraco OC/48.5, 49 ou 51 (variante pequena), do tipo Reynolds W1.32 e do tipo Tarraco OC/l.6, bastante bem documentadas em Algeciras, no sudeste e levante peninsular, bem como em Itália, na Cripta Balbi, de finais do V ao VII; das caçoilas baixas dos tipos Tarraco Cb/22 e Cb/23; da grande jarra/cântaro do tipo Tarraco G/39 ou assimilável à Fulford4.1; estas e outras formas possuem, todas elas, datações preferentes entre os finais do século V e o VI/VII d. C. Paralelamente, há ainda uma presença muito significativo de peças e tipos de produção manual e a torno lento, onde estão melhor representadas as caçoilas altas, com pegas horizontais mamiladas e com digitações, dos tipos Tarraco CA/23 e Reynolds HW10.5b,tradicionalmente datadas entre a segunda metade do século V e meados do VII d. C.

5. Entre as cerâmicas finas recolhidas contam-se exclusivamente *sigillatas* foceenses e TSCD, nomeadamente: Hayes 3, 3c, 3d e 3f; Hayes 50; Hayes 67; Hayes 87 a e b; Hayes 91c e d; Hayes 99b; Hayes 104A e Atalante 46, incluindo a variante pequena.

Fabião *et al.* 2017); por outro lado, a presença de ânforas de azeite Dressel 23 do Vale do Guadalquivir (2%), ânforas da costa bética dos tipos Keay XVI (3%), Keay XIX (3%), representando as La Orden 4% do total (=10 frags.) (Figura 2); estão ainda atestadas ânforas do Mediterrâneo oriental (2%), entre as quais uma LRA 2, diversos fragmentos indeterminados (7%), entre os quais alguns de proveniência norte-africana e vários outros residuais, de época altoimperial (5%).

Igualmente relevantes para o conhecimento do período de tempo e do tipo anfórico em apreço foram as intervenções realizadas no âmbito do projecto URBCOM – Requalificação Urbana da Rua 25 de Abril e Rua Silva Lopes –, que permitiram documentar uma diacronia de ocupação desde a segunda metade do século I (época flávia) até ao século VI, ou mesmo mais tarde. Na Rua 25 de Abril identificaram-se vários contextos de natureza industrial, nomeadamente duas cetárias e uma estrutura de grandes dimensões, interpretada como o muro de delimitação da unidade de produção de preparados de peixe ali identificada (Ramos, 2008), bem como outros de cariz doméstico na área setentrional da rua. Por sua vez, na Rua Silva Lopes surgiram vestígios de novas cetárias, bastante destruídas, que poderiam fazer parte do anterior complexo, bem como vestígios inequívocos da existência da atividade oleira local, relacionada com a produção de ânforas Almagro 51C e Algarve 1 (Filipe, Brazuna & Fabião, 2010, p. 306-308).

A escavação de várias sondagens de diagnóstico e a escavação integral das áreas das chamadas "Caixas de Visita" dos colectores, permitiram recuperar conjuntos cerâmicos diversificados enquadráveis em momentos claramente posteriores aos meados do século III e que se prolongavam até ao século VI.

A área da Caixa de Visita 2 foi a que revelou a sequência ocupacional mais complexa, com três momentos claramente diferenciados – um mais antigo correspondente a um espaço industrial e outro o mais tardio, de carácter doméstico –, sendo que o terceiro compreende três fossas, que cortaram não só os estratos de abandono dos espaços anteriores, mas também o próprio substrato geológico. A análise e estudo preliminar da componente artefactual permitiu datar a última fase do seu enchimento no final do século V ou mesmo já do VI, com TSCD, formas Hayes 61b e 91b e alguns fragmentos indeterminados de DSP.

A Fossa 3 da qual se escavou apenas uma pequena parte, pois excedia os limites da área de intervenção, apresentava um importante conjunto constituído por vários fragmentos de ânfora, alguns ainda em conexão. Os exemplares recuperados, e também recentemente revistos, perfazem um total de 24 fragmentos, e incluem a forma local Algarve 1 (13 frags.) e a Almagro 50 de produção algarvia (um frag.), as formas béticas Keay XIXb (três frags.), Dressel 23 (cinco frags.) e as La Orden (dois frags.) (Figura 2), que marcam, uma vez mais, a sua presença. Registou-se ainda cerâmica de cozinha africana. Num momento posterior ao abandono desta fossa destaca-se a presença de fragmentos de ânforas provenientes do Mediterrâneo Oriental, que não puderam ser classificados devido à sua reduzida dimensão (Filipe, Brazuna & Fabião, 2010, p. 311-312.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou valorizar a presença das ânforas La Orden no território algarvio, à luz da recente investigação. O objectivo era também chamar a atenção para esta forma, tomando-a como mais um indicador das dinâmicas comerciais numa etapa de que se conhece ainda pouco, a Antiguidade Tardia.

A primeira observação que se poderá fazer prende-se com a geografia da distribuição destes contentores: é transversal à costa algarvia e não apenas na proximidade imediata do Guadiana, o território mais próximo da origem e o cenário mais expectável para o seu aparecimento, tal como nos atesta o conjunto de Punta del Moral, Ayamonte (Pérez Macías, González Batanero & Rodríguez Martín, 2013), ou na vertente oriental do Sul da Lusitânia. Pelo contrário, encontramo-los em toda a extensão do território algarvio, ainda que quase sempre em reduzida quantidade. A segunda observação, a natureza da distribuição: os sítios arqueológicos do actual território algarvio onde ocorrem as ânforas La Orden mostram-nos que a difusão destes contentores e seus produtos faz-se notar quer nos núcleos urbanos, tanto nas capitais de *civitates* de *Balsa* e *Ossonoba*, como em Lagos, de estatuto jurídico indeterminado, como Loulé Velho ou Vale da Arrancada. Esta cartografia, que se encontra necessariamente incompleta e reflecte a investigação que se tem realizado nos distintos locais, será certamente completada nos próximos anos, desenhando uma malha mais densa e rica para a distribuição dos preparados piscícolas Onubenses.

A presença deste tipo anfórico em Mértola não é, assim, de estranhar, por vários motivos, não só pelo dinamismo que o núcleo urbano conhece durante a Antiguidade Tardia, mas também pela facilidade de acesso através da importante via que o Guadiana constitui. Exceptuando as cerâmicas finas de mesa (Fernandes, 2012), são escassos os dados conhecidos das importações anfóricas de Mértola neste período. No entanto, foi possível reconhecer entre o material recuperado nas intervenções preventivas da unidade hoteleira Beira Rio, um exemplar quase completo (a que apenas falta o bordo) de uma ânfora do tipo La Orden (Lopes, 2014, p. 355 e 362, nº 197). Trata-se, de um contexto portuário onde ocorre igualmente uma ânfora LRA 6 do Mediterrâneo oriental (embora a classificação mereça alguma reserva), a que se associam também vários fragmentos de sigillata Clara D com decoração estampada do estilo E de Hayes, portanto com cronologia do século V – VI d. C.

Na carta de dispersão desta forma, merecem ainda especial referência os dados do noroeste peninsular, concretamente os da ria de Vigo na medida em que, constituindo-se como o testemunho mais setentrional da distribuição atlântica deste envase, abrem perspectivas para a sua identificação em outros contextos do ocidente da Lusitânia. De facto, documenta-se nesta etapa, além das cerâmicas de mesa africanas e foceenses, ânforas oriundas do Mediterrâneo oriental (como as LRA 1B, 2A, 3 e 4), assim como importações africanas (como os tipos Keay 62A, 55 e 8B). Como refere A. Fernández Fernández "Las importaciones béticas continúan llegando durante los mediados del s. VI, principalmente los productos de la franja costera Huelva-Algarve (ánforas Tipo La Orden y otras) y también pequeños contenedores olearios Dressel 23d del Val del Guadalquivir (…)" (2014, p. 129).

Quanto à contextualização destes materiais no território algarvio, refira-se que na maior parte dos casos não foi possível valorizar esta componente. Contudo, quando tal foi possível, como em Lagos ou no Vale da Arrancada, as ânforas La Orden encontram-se recorrentemente associadas a exemplares das produções lusitanas Algarve 1 e Almagro 51C de produção algarvia, assim como às formas béticas Keay XVI e XIX, destinadas a transportar preparados piscícolas, e às Dressel 23 de azeite do Vale do Guadalquivir ou ainda a ânforas norte africanas ou do mediterrâneo oriental como a LRA 2.

Por outro lado, deve referir-se que a forte ligação/integração económica do sul da Lusitânia com a Bética corresponde a uma realidade patente nos contextos algarvios desde a Idade do Ferro e que se prolonga pelo Principado até à Antiguidade Tardia, em contextos que parecem oscilar entre "concorrência" e complementaridade, já comentados em outros lugares (Fabião, 2000; Sousa & Arruda, 2010; Viegas, 2011).

No entanto, mesmo tratando-se de territórios vizinhos/contíguos, a presença das ânforas tipo La Orden na Bética ou no Algarve lusitano reveste-se de um significado bastante diferente nas duas áreas. Se na região de Huelva, esta manufactura remete para um "renascer" da economia produtiva bética, a partir dos finais do século IV, no sul da Lusitânia ela parece dar expressão à continuidade das interações regionais, bem como documentar a longevidade da produção anfórica lusitana, pujante desde pelo menos o século III, em vários pontos do território algarvio e que se vê prolongada até aos finais do século V ou mesmo ao VI.

Pelo que ficou demonstrado, pode afirmar-se que as ânforas La Orden constituem mais um indicador da dinâmica comercial em que o território algarvio participa durante a Antiguidade Tardia e os seus mecanismos. A cartografia da sua difusão coincide largamente, por exemplo, com a da *sigillata* foceense e certamente com a de outros artigos de análoga cronologia. Por outro lado, a associação das produções lusitanas às ânforas La Orden, em contextos fiáveis, permitirá o rastreio, de forma mais sistemática, da longevidade da produção de preparados piscícolas lusitanos e da sua difusão.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rui Roberto de (no prelo) – 274. Ânfora La Orden da Bética. In António Carvalho, Dália Paulo, Rui Roberto de Almeida (coord.), *Loulé. Terítórios. Memórias. Identidades*. Catálogo. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

ALMEIDA, Rui Roberto de; VIEGAS, Catarina; BEJA, Nuno; TEIXEIRA, Nuno (2014) – As Ânforas do Mediterrâneo Oriental em Faro (*Ossonoba)*. Novos dados para equacionar o comércio durante a Antiguidade Tardia. In Rui Morais, Adolfo Fernández Fernández e Maria José Sousa (eds) – *As produções cerâmica de imitação na Hispânia. Actas do II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana (Braga, 2013)*. Tomo II, pp. 151-160.

ALMEIDA, Rui Roberto de; MOROS DÍAZ, Juan (2014) – Um Testemunho da *Figlina Scalensia* em Lagos (Portugal).

A propósito da grande fossa detrítica da fábrica de salga da Rua Silva Lopes. *Al-Madan online*, II Série, n.º 19, tomo 1, p. 44-59.

ARRUDA, Ana Margarida (dir.) (2007) – *Laccobriga. A ocupação romana na baía de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos.

BERNAL CASASOLA, Darío (2003) – La factoria de salazones de Iulia Traducta. Espectaculares hallazgos arqueológicos en la Calle San Nicolás nº 3-5 de Algeciras. *Almoraiva*, 29, pp. 163-183.

BERNAL CASASOLA, Darío; ARÉVALO, Alícia; MUÑOZ, A.; EXPÓSITO, José Angel; DÍAZ, José Juan; LAGÓSTENA, Lazaro; VARGAS, José Manuel; LARA, Medina; MORENO, E.; SÁEZ, Antonio; BUSTAMANTE, Macarena (2013) – Las termas y el *suburbium* marítimo de *Baelo Claudia*. Avance de un reciente descubrimiento, ONOBA, 01. *Revista de Arqueología y Antigüedad*, 0 (1), pp. 115-152.

BERNAL CASASOLA, Darío (2016) – 29. Ánfora Onubense do Tipo "La Orden" In Fernández, A.; Barciela, P., Emporium. *Mil años de comercio en Vigo*. Catálogo. Vigo, pp. 108-109.

BERNARDES, João Pedro (2008) – Intervenção Arqueológica de Emergência no Sítio Romano de Loulé-Velho (Quarteira). In *al-'Ulyà* – revista do Arquivo Municipal de Loulé. 12, Loulé, pp. 9-22.

BONIFAY, Michel (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: Archaeopress (BAR Int. series 1301).

FABIÃO, Carlos (2000) – O sul da Lusitânia (Algarve português) e a Baetica: concorrência ou complementaridade? In: *Congreso Internacional Ex Baeticae Amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano (Sevilla-Écija, 1998)*, vol. II, pp. 717-730.

FABIÃO, Carlos; FILIPE, Iola; BRAZUNA, Sandra (2010) – Produção de Ânforas Romanas em Lagos: os dados resultantes das intervenções de contrato realizadas no âmbito do Projecto URBCOM. *Xelb*. Silves. 10, pp. 323-336.

FABIÃO, Carlos ; VIEGAS, Catarina; FREITAS, Vera de (2016) – The Lusitanian Amphorae from the Roman Villa of Vale da Arrancada (Portimão, Algarve, Portugal). In Pinto, I.V.; Almeida , R. R. de; Martin, A. (eds) – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution* (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10), pp. 257-269.

FABIÃO, C.; ALMEIDA, R. R.; BRAZUNA, S. e FILIPE, I. (2017) – "Produção de Ânforas em Lagos na Antiguidade Tardia. Ensaio de caracterização de um novo tipo: Algarve 1". In FABIÃO et al. Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental / Roman Pottery Works: international seminar and experimental archaeological workshop. Lisboa: UNIARQ / CMS / CAA, pp. 175-194 (actas de seminário/ateliê | proceedings of seminar/workshop, Seixal, 2010).

FERNANDES, Edgar (2012) – *Cerâmicas finas norte africanas e mediterrânicas orientais no baixo Guadiana (séculos V a VII)*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Policopiado.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo (2014) – *El comércio tardoantiguo (ss.IV-VII) en el Noroeste peninsular a través del registro cerámico de la Ria de Vigo* (RLAMP 5), Oxford.

FILIPE, Iola; BRAZUNA, Sandra; FABIÃO, Carlos (2010) – Ocupação Romana da Área Urbana de Lagos: novos dados resultantes do Projecto URBCOM. *Xelb*. Silves. 10, pp. 305-321.

GARCÍA VARGAS, Enrique; BERNAL CASASOLA, Darío (2008) – Ánforas de la Bética», In: Bernal Casasola, D.; Ribera i Lacomba, A., (eds.), *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*, Universidad de Cádiz, Cádiz, pp. 661-687.

GOMES, Mário Varela; SERRA, Manuel Pedro (1996) – Loulé-Velho (Quarteira, Loulé). Resultado da primeira campanha de escavações arqueológicas. In *al-'Ulyà* – revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé. 5, pp. 29-49.

HAYES, John William (1972) – *Late Roman pottery*. The British School at Rome. Londres.

O'KELLY SENDRÓS, Jessica (2012) – Las ánforas onubenses de época tardorromana, In: Bernal Casasola, D.; Ribera i Lacomba, A., (eds.), *Cerámicas Hispanorromanas II. Producciones regionales*, Cádiz, pp. 319-336.

O'KELLY SENDRÓS, Jessica (2016) – «La Orden (Costa Baetica)», [em linha] *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y consumo* <http://amphorae.icac.cat/amphora/la-orden-baetica-coast>, 20 July, 2016.

LOPES, Virgílio (2014) – *Mértola e o seu território na Antiguidade Tardia (século IV–VIII)*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Huelva. Policopiado. < http://rabida.uhu.es/dspace/handle/10272/8053>

LUZIA, Isabel (2004) – O Sítio Arqueológico de Loulé-Velho. In *al-'Ulyà* – revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé. 10, pp. 43-131.

MACÍAS SOLÉ, Josep Maria (1999) – *La ceràmica comuna tardoantiga a Tarraco, Anàlisi tipològica i històrica (segles V-VII)*, TULCIS Monografies Tarraconense 1, Tarragona.

NOLEN, Jeannette (1994) – *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus.

PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio; GONZÁLEZ BATANERO, Diego; RODRÍGUEZ MARTÍN, Manuel Javier (2013) – El fondeadero romano de Isla del Moral y el comercio marítimo en la desembocadura del Guadiana. *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie II, Historia Antigua. 26, pp. 339-369.

RAMÓN TORRES, Joan (2008) – La cerámica ebusitana en la Antigüedad Tardía. In: Bernal Casasola, D.; Ribera i La-

comba, A., (eds.), *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión,* Universidad de Cádiz, Cádiz, pp. 563-582.

RAMOS; Ana Cristina; ALMEIDA, Rui Roberto de (2005) – O Complexo industrial conserveiro de época romana na Rua Silva Lopes, Principais resultados de uma intervenção de emergência no Centro Histórico de Lagos, *Xelb* 5, pp. 101-118.

RAMOS, Ana Cristina; ALMEIDA, Rui Roberto de; LAÇO, Teresa (2006) – O complexo Industrial da Rua Silva Lopes (Lagos), Uma primeira leitura do sítio e análise das suas problemáticas no quadro da indústria conserveira da Lusitânia meridional. In *Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica, Homenagem a Françoise Mayet*, Simpósio Internacional (Setúbal 2004), *Setúbal Arqueológica*, 13, pp. 83-100.

RAMOS, Ana Cristina; ALMEIDA, Rui Roberto de; LAÇO, Teresa; VIEGAS, Catarina (2007) – Les céramiques communes du VIè s. du complexe industriel de salaisons de poissons de Lagos (Portugal), in Bonifay, M. e Tréglia, J.-C. (eds.) *LRCW2 Late Roman Coarse wares, cooking wares and amphorae in the Mediterranean. Archaeology and Archaeometry*, vol. I, Oxford: BAR Intern. series 1662 (I), pp. 85-97.

RAMOS, A. C. (2008) – Novos Dados sobre a Ocupação Antiga do Centro Histórico de Lagos. A intervenção na Rua 25 de Abril, n.º 53-55. *Xelb*. Silves. 8, p. 87-98.

REYNOLDS, Paul (1993) – *Settlements and Pottery in the Vinalopó Valley (Alicante, Spain): A.D. 400-700*. BAR Int. Ser. 588, Oxford.

SERRA, Miguel e DIOGO, M. (2008) – POLIS de Lagos: resultados preliminares. *Xelb*. Silves. 8, p. 215-222.

SOUSA, Elisa; ARRUDA, Ana Margarida (2010) – A Gaditanização do Algarve. In Los Púnicos de Iberia: Proyectos, revisiones e síntesis. *Mainake*. Málaga. 32 (2), p. 951-974.

VASCONCELLOS, José Leite de (1918) – *Pelo Sul de Portugal (Baixo Alentejo e Algarve)*, Lisboa, Imprensa Nacional.

VEIGA, Sebastião Phillipes Martins Estácio da (1866) – *Povos Balsenses. Sua situação geographico-physica indicada por dous monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d'Ares. Distante seis kilometros da cidade de Tavira*. Lisboa: Editora, a Livraria Catholica.

VIEGAS, Catarina (2011) – *A ocupação romana do Algarve – estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Série estudos e Memórias. Lisboa: UNIARQ. 3. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/9775.

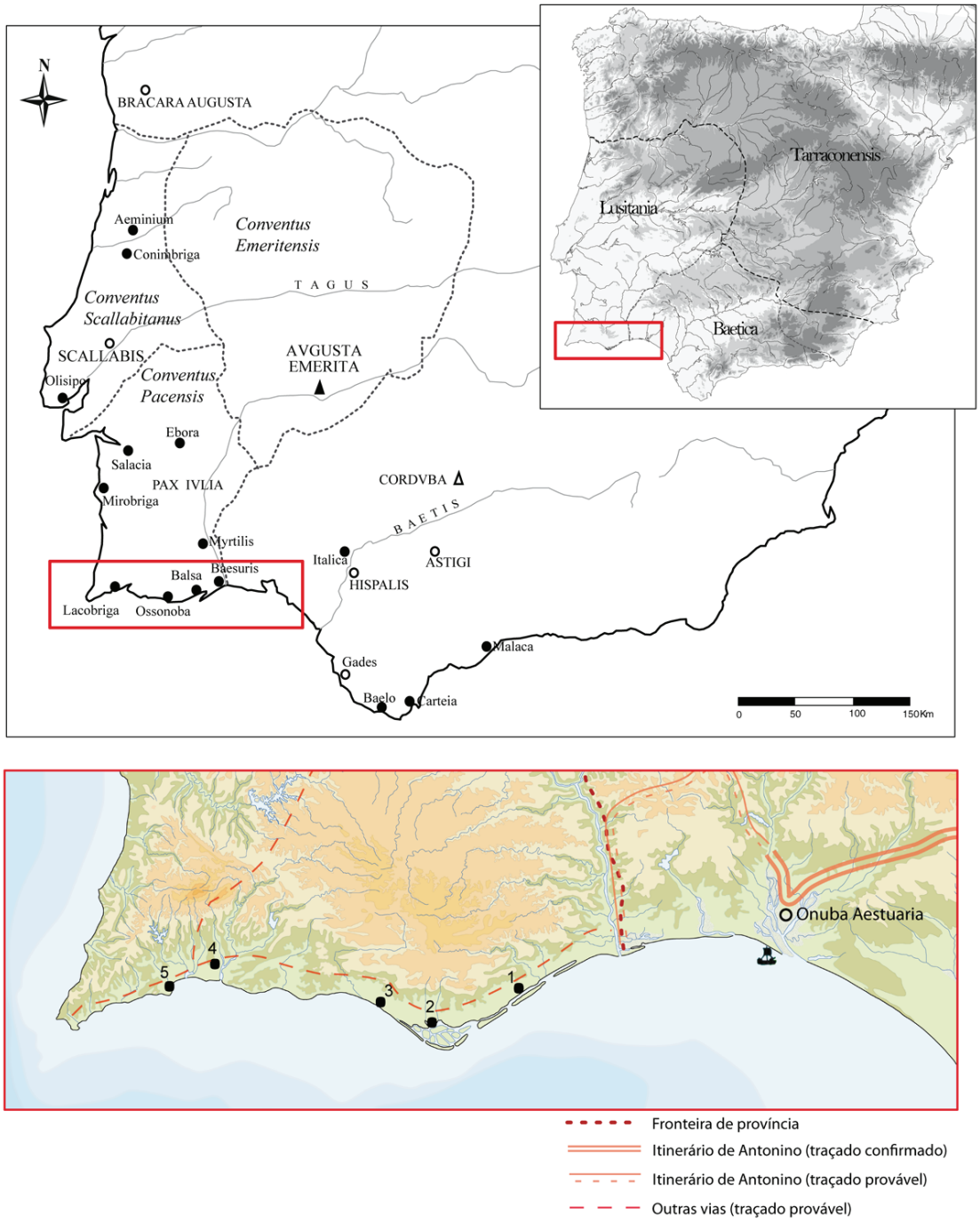


Figura 1 – Localização da área de estudo e cartografia dos achados de ânforas La Orden na costa meridional da Lusitânia. 1. *Balsa*; 2. Faro; 3. Loulé Velho; 4. Vale da Arrancada; 5. Lagos.

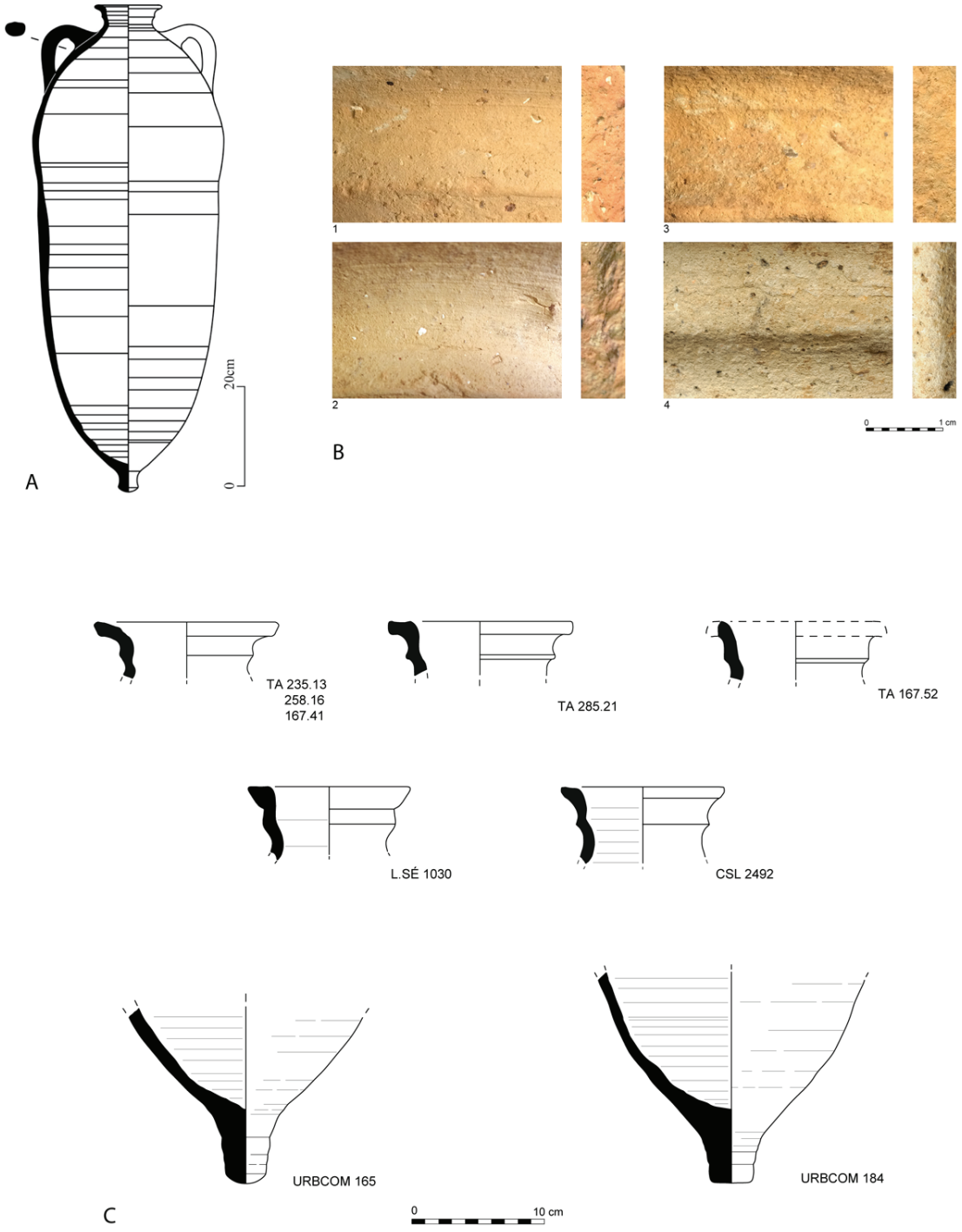


Figura 2 – A) Ânfora La Orden (segundo O'Kelly Sendrós, 2012); B) aspecto das superfícies e das fracturas das várias pastas identificadas em ânforas La Orden nos sítios estudados: 1-3, *Balsa*, 4, Loulé Velho; C) fragmentos provenientes de *Balsa* (TA), Faro – Largo da Sé (L.SÉ), Lagos – Rua Silva Lopes 4-8 (CSL), Lagos – Rua 25 de Abril 53-55 (URBCOM).

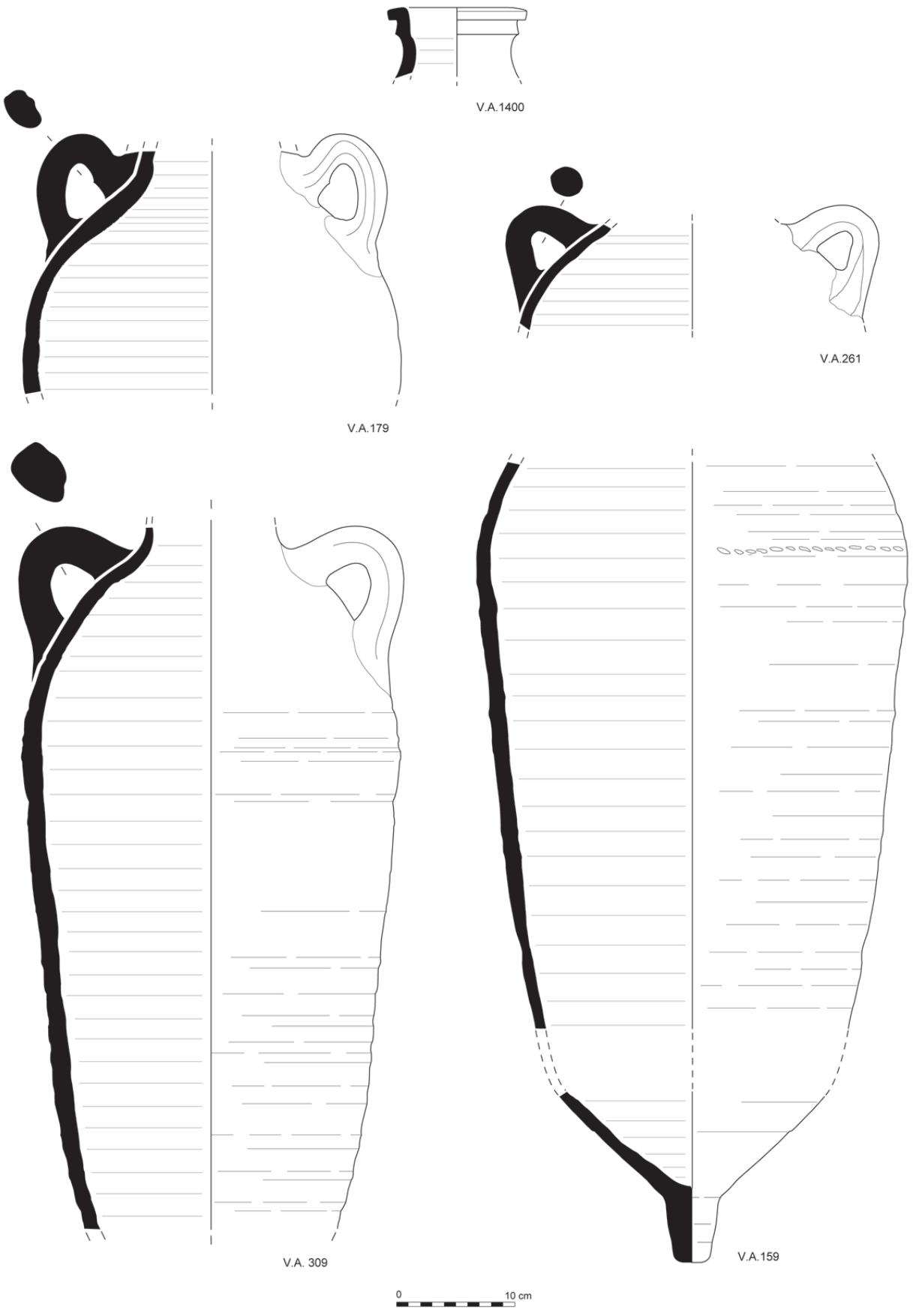


Figura 3 – Fragmentos de ânforas La Orden de Vale da Arrancada.

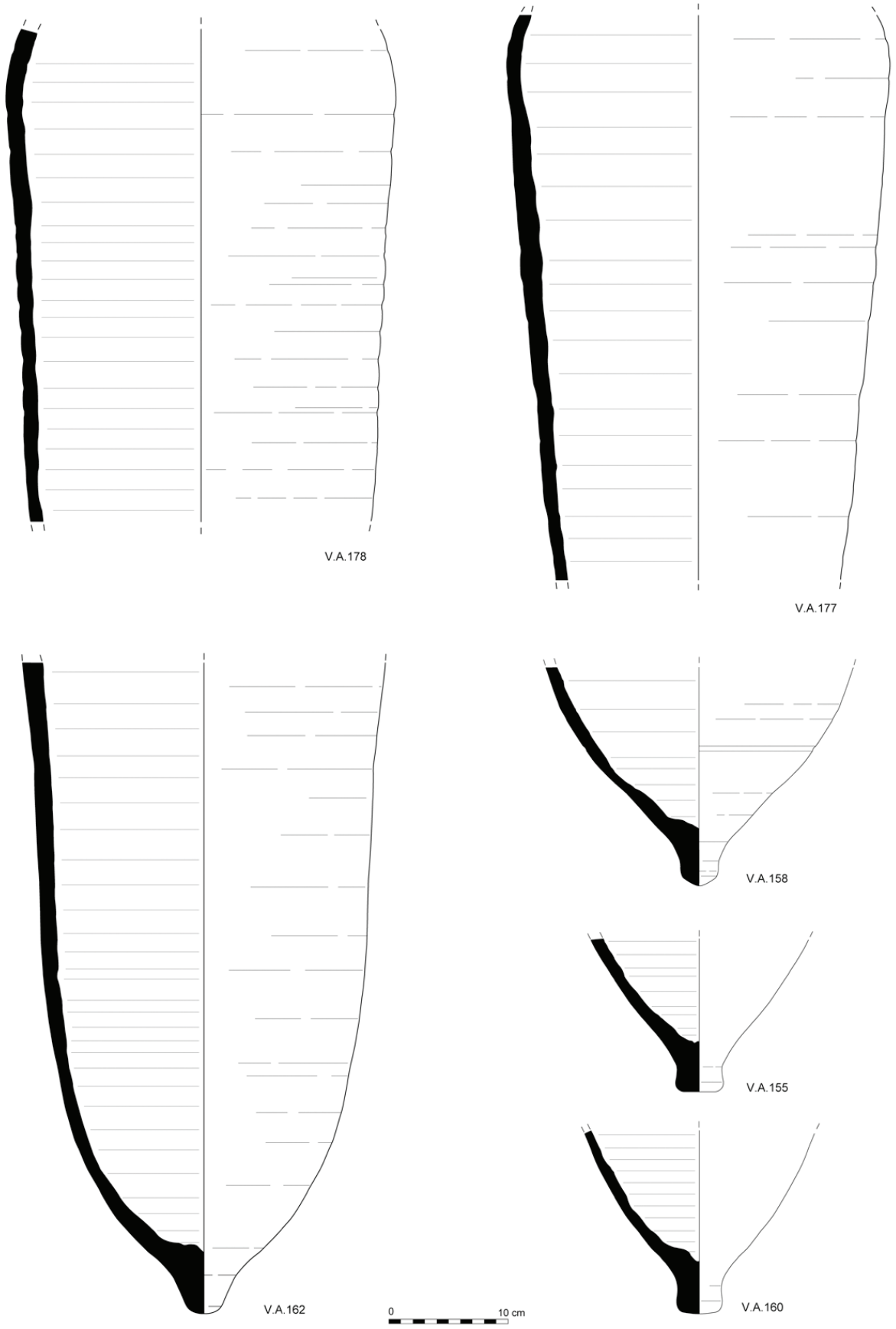


Figura 4 – Fragmentos de ânforas La Orden de Vale da Arrancada.

COMBUSTÍVEL PARA UM FORNO: DINÂMICAS DE OCUPAÇÃO DE UM ESPAÇO EM MONTE MOZINHO (PENAFIEL) A PARTIR DE NOVOS DADOS ARQUEOBOTÂNICOS

Filipe Costa Vaz[1], Luís Seabra[2], João Pedro Tereso[3], Teresa Pires de Carvalho[4]

RESUMO

Entre 2008 e 2011, durante escavações no sector A-2008 do Castro de Monte Mozinho (Penafiel), foram recolhidas amostras sedimentares para análise arqueobotânica em contextos da Antiguidade Tardia associados a várias estruturas, como lareiras, um forno e fossas. Apresentam-se dados inéditos que permitem reinterpretar a totalidade do conjunto arqueobotânico, assim como os seus contextos de proveniência. Foram identificadas várias espécies usadas como combustível, em especial giesta, castanheiro e carvalho. A recolha de grãos de cereais, palha e ervas daninhas, associados a um forno, sugere que resíduos de processamento de cultivos foram utilizados como combustível. A similitude entre os conjuntos arqueobotânicos aponta para que o compartimento adjacente tenha sido utilizado como local de depósito dos resíduos da limpeza do forno.

Palavras-chave: Monte Mozinho, Arqueobotânica, Antiguidade tardia, Combustível, Forno alimentar.

ABSTRACT

Between 2008 and 2011, during the excavation of the sector A-2008 of Monte Mozinho (Penafiel, Portugal) several features and structures (such as fireplaces, pits and an oven) ascribed to the Late Antiquity were identified. Sediment samples were collected with the objective of undergoing archaeobotanical analysis. Unpublished data will be here presented. Results from charcoal remains identified a substantial number of species, namely Leguminosae, chestnut and deciduous oak. The recovery of cereal grains, straw and weeds, in association with an oven, suggests that crop processing residues were used as fuel. Based on the similarities between the archaeobotanical assemblages, it is likely that these debris were being discarded in a contiguous semi-abandoned room.

Keywords: Monte Mozinho, Archaeobotany, Late Antiquity, Food oven, Fuelwood.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Monte Mozinho e o setor A-2008

O Castro de Monte Mozinho está implantado numa elevação a 408m de altitude no concelho de Penafiel (Figura 1). De fundação romana (primeira metade do séc. I) e com uma ocupação que se estende em certas áreas até ao séc. VI, o povoado espraia-se por uma área de cerca de 20ha (Soeiro, 1998) circunscrita por três panos de muralha: no topo, meia-encosta e

1. InBIO – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, Lab. Associado; CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Univ. Porto; filipe.mcvaz@gmail.com

2. InBIO – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, Lab. Associado; CIBIO - Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Univ. Porto; lc_pacos@hotmail.com

3. InBIO – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, Lab. Associado; CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Univ. Porto; Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; jptereso@gmail.com

4. Câmara Municipal de Penafiel; tcarvalho60@gmail.com

numa zona aplanada no sopé da elevação (Figura 1).
Monte Mozinho foi alvo de várias campanhas de escavação desde os inícios de 1970 da responsabilidade da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e desde 2000 pela Câmara Municipal de Penafiel (Carvalho & Queiroga, 2005). As intervenções mais recentes, decorridas entre 2008 e 2011 num sector designado de A-2008, puseram a descoberto um núcleo edificado da Antiguidade Tardia, constituído por vários compartimentos associados em torno de um átrio central (Figura 2). A localização destas estruturas (Figura 1), entre a muralha exterior e o núcleo residencial mais profusamente escavado no topo do povoado, o tipo construtivo pouco cuidado e a presença de um conjunto artefactual diferenciado, deixou antever tratar-se de um equipamento destinado a outros fins que não o habitacional (Tereso *& alli*, 2013; Vaz, 2012; Vaz, Tereso & Carvalho, 2017) (Figura 2).
O compartimento 1, de formato retangular e grandes dimensões, ostenta uma grande laje de granito altamente ruborizado, alterada pelo calor do fogo sobre o qual terá sido ateado. Esta estrutura deverá ter servido com base a uma lareira doméstica que poderá ter reaproveitado uma eventual base da câmara de forno raso (Vaz, 2012). Na sua envolvente, e estendendo-se para a zona central do compartimento, registou-se uma mancha de sedimento com frequentes inclusões de carvão. Uma estrutura de armazenagem quadrangular, pétrea, foi também identificada no canto sul deste compartimento (Tereso *& alli*, 2013).
No canto este do setor, o compartimento 2 (Figura 2) foi encontrada uma estrutura de armazenagem semelhante. Duas fossas foram definidas a oeste. Por seu turno, o compartimento 3 (Figura 2), de reduzidas dimensões, é marcado pelo forno circular que ocupa grande parte da área disponível e do qual já não resta a cobertura (Vaz, 2012; Vaz, Tereso & Carvalho, 2017). No canto este existe ainda uma segunda estrutura de combustão constituída por um embasamento pétreo, encimado por uma laje de granito de grão fino. Uma grande parte deste compartimento terá sido escavado diretamente na rocha-base que o delimita a sul e que constitui parte da parede nordeste e sudeste.
Datações de C^{14} realizadas em grãos de *Secale cereale* (centeio) (Figura 3) recolhidos em amostras da estrutura de armazenagem do compartimento 1 e do forno do compartimento 3, revelaram existirem duas fases de ocupação sequenciais (Vaz, Tereso & Carvalho, 2017). Estes dados são coerentes com uma reestruturação deste espaço que envolveu, p.e., a construção do muro noroeste do compartimento 3 – que deveria antes estar aberto para o *atrium* – o abandono do compartimento 1 e eventualmente do compartimento 2 (Figuras. 2 e 3).

1.2. Estudos arqueobotânicos anteriores

No âmbito das dissertações de mestrado de Filipe Vaz (2012) e doutoramento de João Tereso (2012) foi estudado um conjunto de amostras recolhidas entre 2008 e 2011 nos compartimentos 1, 2 e 3 do sector A-2008 do Castro de Monte Mozinho, assim como publicados os principais resultados obtidos (Tereso *& alii*, 2010, Vaz & Tereso, 2012; Tereso *& alii*, 2013; Vaz, Tereso & Carvalho, 2017). Estas publicações incidiram somente na componente carpológica dos compartimentos 1 e 2 e antracológica dos compartimentos 1 e 3.
No caso do compartimento 1, e em contextos arqueologicamente relacionados com a estrutura de combustão, os resultados arqueobotânicos levaram à conclusão de que terão sido usadas nas últimas ignições da mesma, madeira de castanheiro (*Castanea sativa*) e em menor número carvalho (*Quercus*) de folha caduca, choupo (*Populus* sp.), e giestas/tojos (Leguminosae). No canto nordeste deste compartimento, foi também amostrado uma concentração de carvão, pinhas, sementes e caruma de pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*). Esta conjugação inusual de elementos vegetais da mesma espécie no mesmo contexto, conjugado com o posicionamento estratigráfico e a não associação a qualquer estrutura, levou à sua interpretação como resultado de um evento de combustão único e limitado temporalmente. De realçar a importância das pinhas de pinheiro-bravo como recurso para iniciar a combustão (Carvalho, 2006; Tereso *& alii*, 2013).
Dentro deste compartimento a maioria das evidências carpológicas encontravam-se relacionadas principalmente com uma estrutura quadrangular cuja função estaria associada à armazenagem de cereais. Do interior desta provieram uma significativa diversidade de grãos de cereais entre os quais milho-miúdo (*Panicum miliaceum*), milho-painço (*Setaria italica*) e centeio *(Secale cereale*). As análises das restantes amostras deste primeiro compartimento revelaram poucos dados no que diz respeito à carpologia. Contudo, destacou-se a presença de sementes

de Genisteae (tribo de Leguminosae que inclui várias espécies arbustivas).
As amostras recolhidas no compartimento 2 apenas foram analisadas na sua componente carpológica. A maioria dos macrorrestos vegetais identificados provieram de amostras recolhidas fora da estrutura de armazenagem existente naquele espaço, em unidades associadas ao momento final da sua ocupação e abandono. A escassez de material carpológico presente na estrutura de armazenagem sugere que aquando do seu abandono, esta não estaria a ser utilizada com essa função pelo que a sua interpretação enquanto tal deve-se essencialmente à sua morfologia e à presença, na estrutura semelhante do compartimento 1, de cereais.
Os resultados obtidos revelaram-se substancialmente diferentes dos obtidos no compartimento anterior, tendo sido recuperada uma grande quantidade e diversidade de elementos carpológicos. De referir a presença de grãos e de ráquis de centeio (*Secale cereale*), grãos de milho-painço (*Setaria italica*), grãos de milho-miúdo (*Panicum miliaceum*), grãos e ráquis de trigo nu (*Triticum aestivum/durum*) e grãos de aveia (*Avena* sp.). A presença de restos de palha – em especial ráquis – é quantitativamente significativa (Tereso *& alli,* 2013).
Estes cereais encontram-se associados a abundantes sementes de plantas silvestres. O táxon preponderante é *Rumex bucephalophorus* (catacuzes-do-norte), da família das Polygonaceae mas o conjunto é muito biodiverso. Destaca-se também a presença de *Vicia sativa/angustifolia*, *Plantago* sp., *Sesamoides*, entre muitas outras espécies. Embora as espécies identificadas apresentem significativa amplitude ecológica, o conjunto parece representar essencialmente ervas daninhas, eventualmente com plantas de pastagens e áreas ruderais (Tereso *& alli*, 2013). Este conjunto carpológico foi interpretado como forragem para animais, que teria sido guardado e/ou consumido no compartimento 2 na sua última fase de utilização.
A escavação e o estudo antracológico do forno presente no compartimento 3, juntamente com a análise da sua arquitetura, e exemplos etnográficos permitiram avançar que a sua funcionalidade estaria relacionada com a confeção e preparação de alimentos. Quando comparado com o compartimento 1, o leque de espécies analisadas, não obstante ser sensivelmente o mesmo, variou substancialmente na sua proporção. A maioria dos fragmentos identificados neste caso foram ramos de pequeno diâmetro de leguminosas, existindo também, em menor número, *Castanea sativa*, *Quercus* caducifólia e *Fraxinus* sp. – um padrão de espécies recorrentemente referido em exemplos etnográficos em fornos deste tipo (e.g. Carvalho, 2006; Vaz, Ferreira & Machado, 2014). Nestes casos, a madeira de espécies leguminosas teria como função a iniciação da combustão, enquanto que as restantes espécies, com troncos de maior porte e combustão mais lenta, manteriam a temperatura no interior da câmara de forma constante e propício para a cozedura de pão e outros alimentos.
Não obstante os relevantes e promissores resultados destes artigos, o estudo integral do conjunto amostrado e a interpretação conjunta da valência antracológica e carpológica, encontra-se ainda por finalizar. Pretende-se com o presente artigo colmatar esta lacuna, apresentando-se os dados inéditos dos vestígios vegetais encontrados, conjugando-os aos já existentes. Atendendo à particularidade dos contextos identificados nos compartimentos em causa, a leitura conjunta destes dados poderá levar à sua reinterpretação.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo incidirá sobre o conjunto de 40 amostras sedimentares recolhidas nos compartimentos 2 e 3 ainda não analisadas ou cujo estudo antracológico ou carpológico se encontra ainda por realizar.
No compartimento 2, as amostras sedimentares foram recolhidas em contextos associados ao derrube/ocupação do espaço e nas duas fossas identificadas. Estas duas fossas encontram-se estratigraficamente num nível mais antigo. O seu enchimento encontrava-se coberto por níveis sedimentares que se estendiam ao resto do compartimento.
No caso do compartimento 3, foram recolhidas amostras nas unidades sob o forno, sob o piso de ocupação e junto à estrutura de combustão no canto sudeste do espaço. No sentido de obter uma distribuição espacial mais fina na amostragem no forno, este foi divido em quadrantes seguindo a orientação Norte-Sul e Este-Oeste da quadriculagem usada no sector.
Foram efetuadas recolhas manuais localizadas, com exceção das estruturas de combustão do compartimento 3 (lareira e forno) onde foi feita uma recolha integral do sedimento escavado (Tabela 1). Os volumes de sedimento variaram entre os 0,75l e os 25,5l.

O sedimento recolhido foi depois processado por flutuação manual simples, tendo-se recorrido a uma coluna de crivos com malhas de 2mm, 1mm e 0.5mm. Este processo foi realizado nas instalações do Departamento de Biologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

A observação de sementes e demais carporrestos foi realizada à lupa binocular e o diagnóstico efetuou-se por comparação morfológica com elementos atuais, com recurso à coleção de referência do Herbário da Universidade do Porto (PO) e de atlas anatómicos e de bibliografia especializada (e.g. Berggren, 1981; Anderberg, 1994; Jacomet, 2006; Nesbitt, 2006).

O elevado volume de várias das amostras levou à realização de subamostragens. Assim, os resultados apresentados representam um somatório entre quantidades efetivas provenientes de amostras analisadas na íntegra e quantidades estimadas das amostras subamostradas. Devido ao vasto conjunto carpológico, realizou-se a contabilização apenas de elementos carpológicos unitários. Foram considerados unidades os macrorrestos vegetais inteiros ou fragmentados com escutelo, no caso das cariopses de gramíneas, ou com hilo, quando aplicável.

No que respeita ao estudo antracológico, os fragmentos de carvão de dimensões superiores a 2mm foram analisados segundo metodologia standard: seccionamento manual nos planos transversal, radial e tangencial, identificação de caracteres anatómicos e posterior comparação com atlas anatómicos de referência (e.g. Schweingruber, 1990; Vernet *& alii*, 2001) e a ferramentas interativas digitais de apoio à identificação das espécies (Heiss, 2002). Esta observação foi realizada com recurso a uma lupa binocular e um microscópio ótico de luz refletida.

Para a identificação de Leguminosae (Fabaceae) foram seguidos os tipos anatómicos de Oliveira *& alii,* (no prelo), constituindo uma inovação face aos estudos anteriores. Esta família abarca uma grande diversidade de espécies que apresentam elevada sobreposição de caracteres anatómicos. Este facto, conjugado com a ausência de estudos anatómicos detalhados previne a obtenção de identificações taxonomicamente mais detalhadas. De forma a otimizar o estudo antracológico e incrementar o seu potencial interpretativo, foram distinguidos quatro tipos anatómicos com base nas características das secções transversais e tangenciais:

– Leguminosae Tipo I – secção tangencial composta por raios bi e trisseriados.
– Leguminosae Tipo II – as características anatómicas deste tipo assemelham-se às do género *Ulex*, tal como definido por Vernet *& alii,* (2001), com raios tri a multisseriados na secção tangencial e poros distribuídos tendencialmente de forma diagonal na secção transversal.
– Leguminosae Tipo III – secção tangencial composta por raios uni e bisseriados, anatomicamente semelhante ao género *Adenocarpus* definido por J.-L. Vernet (2001).
– Leguminosae Tipo IV – este tipo corresponde à descrição que Schweingruber (1990) faz de *Cytisus scoparius*.

Foram também registadas várias características dendrológicas cuja presença na madeira carbonizada permite melhor caracterizar práticas de gestão e uso destas madeiras como combustível, como a curvatura dos anéis e a presença de fissuras radiais, tecido vitrificado, madeira de reação e xilófagos (Marguerie *&* Hunot, 2007; MacParland *& alii,* 2010; Thery-Parisot *&* Henry, 2012; Moskal del Hoyo *& alii,* 2010).

Seguindo a metodologia implementada nas análises antracológicas anteriormente realizadas, estudou-se um número mínimo 150 de carvões por amostra. Em muitos casos foram analisadas mais que uma por u.e., pelo que nestes casos o número total de fragmentos por unidade por vezes excedeu os 150 carvões. Nos casos em que a amostra não forneceu este número mínimo, foi analisado todo o conteúdo antracológico disponível.

3. RESULTADOS

3.1. Compartimento 2

A madeira carbonizada mais frequente pertence ao segundo tipo de Leguminosae, constituindo 30% do conjunto observado neste compartimento, seguido de *Castanea sativa* (castanheiro) com 28%. Num segundo plano de frequência, surge o *Quercus* (carvalho) de folha caduca com 17%. As restantes espécies constituem cerca de 10%, entre os quais se destacam (por ordem de frequência) o salgueiro (*Salix* sp.), Rosaceae Maloideae (subfamília na qual se incluem *Sorbus* spp. [sorveira, tramazeira, entre outros], *Crataegus monogyna* [pilriteiro] e *Malus sylvestris* [macieira] entre outras), a videira (*Vitis vinifera*), o freixo (*Fraxinus* sp.) e o feto (*Pteridium aquilinum*). Dois outros tipos de giesta foram também identificados, permitindo colocar a possibilidade de existirem pelo menos três diferentes espécies des-

ta numerosa família. Ainda assim, a variabilidade anatómica das espécies desta família não permite excluir a hipótese de se tratar de uma só espécie, ainda para mais quando existe um predomínio claro de um dos tipos anatómicos. Os 15.3% restantes correspondem a um conjunto de fragmentos de carvão cujas condições de preservação não permitiram a identificação para lá do nível da classe, tendo-se designado como Dicotiledóneas.

O estudo antracológico do conteúdo das 18 amostras do compartimento 2, recolhidas em 13 unidades estratigráficas, revelou um reduzido conjunto de espécies e morfotipos, não obstante o total de 2281 fragmentos analisados (Tabela 2).

No que diz respeito às características dendrológicas registadas (curvatura anelar e presença de fissuras radiais, vitrificação, madeira de reação e xilófagos), apenas se verificaram dados estatisticamente relevantes em 5 dos morfotipos identificados: castanheiro, giestas, feto, carvalho de folha caduca e salgueiros/choupos.

A curvatura dos anéis revelou ser prevalentemente fraca no caso do castanheiro e carvalho de folha caduca, enquanto que os vários tipos de giesta e o feto seguem a tendência contrária e apresentam curvaturas maioritariamente fortes o que não surpreende, considerando que se tratam de espécies de pequeno e médio porte, no caso das giestas, e de porte herbáceo, no caso dos fetos. No caso do salgueiro/choupo, a distribuição das curvaturas é mais repartida.

Não houve qualquer registo neste conjunto de fragmentos de madeira carbonizada com evidências de degradação biológica por ação de insetos, e apenas uma espécie de madeira registou madeira de reação (castanheiro). A presença de fissuras radiais e vitrificação foi igualmente escassa e desprovida de algum padrão assinalável. A exceção foi o feto (*Pteridium aquilinum*), com 33% e 25%, respetivamente e cuja particularidade (ausência de crescimento secundário e índices de humidade elevados) poderão propiciar o surgimento destas características aquando da sua combustão.

3.2. Compartimento 3

A análise carpológica incidiu sobre 20 amostras, oriundas de 11 unidades estratigráficas. Os resultados revelaram uma quantidade e diversidade significativa de macrorrestos vegetais, provenientes principalmente forno (Tabela 3). Nesta estrutura, o mau estado de conservação, e a consequente menor disponibilidade de sedimento dos quadrantes NE e NW, influenciou os resultados totais, fornecendo menos elementos carpológicos.

Os grãos de cereais dominam o conjunto identificado. Dentro deste grupo, os milhos revelaram-se os mais frequentes, em especial *Panicum miliaceum* (milho-miúdo) e *Setaria italica* (milho-painço). Alguns grãos encontravam-se danificados pelo que foram identificados como *Panicum/Setaria* ou mesmo ao nível da tribo (Panicoideae).

Registou-se também a presença de centeio (*Secale cereale*) (Tabela 3) e, em menor quantidade, trigo de grão nu (*Triticum aestivum/durum*) e aveia (*Avena* sp.). À semelhança dos estudos anteriores, a inexistência de partes florais de aveia não permite saber se estamos perante uma espécie cultivada ou silvestre.O predomínio de grãos de milho não deve ser sobrevalorizado. Na verdade, estes apresentam dimensões muito reduzidas (c. 1mm), pelo que os grãos de centeio, embora em menor dimensão, representam um volume maior. Em u.e. do interior do forno registou-se a presença de castanha (Fig. 3) e de frutos silvestres como um cotilédone de bolota (*Quercus* sp.), uma semente de amora-silvestre (*Rubus* sp.) e uma grainha de uva (*Vitis vinifera*).

As restantes plantas silvestres, dominadas por aquénios de *Rumex bucephalophorus*, representam uma parte reduzida do conjunto carpológico, não obstante ter-se verificado alguma diversidade, à semelhança do identificado no compartimento 2. Contudo, no compartimento 3 assistiu-se à presença de vários táxones inéditos no sítio. São disso exemplo a identificação de sementes de meimendro (*Hyoscyamus niger*), mericarpos de granza-dos-campos (*Sherardia arvensis*) e uma semente de linho (*Linum* sp.) que, devido às suas reduzidas dimensões, se entendeu não se tratar de um cultivo. Estas novas evidências ampliam o vasto conjunto carpológico de Monte Mozinho.

Apenas quatro novas amostras com conteúdo antracológico foram analisadas no compartimento 3, face ao restante ter sido já publicado (Vaz, Tereso & Carvalho, 2017). O conjunto de espécies e a sua proporção no conjunto corresponde à tendência verificada nos restantes compartimentos, com uma prevalência do segundo tipo de Leguminosae, castanheiro e carvalho de folha perene.

4. DISCUSSÃO

Não obstante indicarem a recorrência da maioria das espécies nos três compartimentos, a comparação dos resultados antracológicos e carpológicos obtidos no âmbito deste estudo com os anteriormente publicados (Tereso *& alii*, 2013; Vaz *& alii*, 2017) revela diferenças que merecem destaque.

O compartimento 1, cujo conjunto arqueobotânico já se encontrava integralmente estudado, demonstrou ser o menos biodiverso ao nível antracológico entre os três (Tabela 4), com 12 morfotipos identificados, contrastando com os 21 registados no compartimento 3, mesmo excluindo os três tipos de Leguminosae, cuja diferenciação apenas ocorreu neste último estudo.

Foram várias as espécies somente verificadas num dos compartimentos ou cuja frequência se centrou especialmente num destes espaços. O compartimento 1 concentra a maioria das identificações de choupo (*Populus* sp.). O compartimento 2, que congrega cerca de 44% do total de carvões identificados, revelou as únicas presenças de nogueira (*Juglans regia*), feto (*Pteridium aquilinum*) e videira (*Vitis vinifera*). Por seu turno, o compartimento 3 reúne todas as identificações de medronheiro (*Arbutus unedo*), esteva (*Cistus* sp.) e a larga maioria de urze (*Erica* spp.). Salienta-se, porém, que a generalidade destes táxones surgem representados por poucos fragmentos de carvão.

As várias diferenças elencadas entre os conjuntos arqueobotânicos dos compartimentos poderão ser o resultado de vários fatores, sendo que um dos mais relevantes será a cronologia. Como explicado anteriormente, as datações efetuadas no compartimento 1 e 3 revelaram que o compartimento 1 seria já uma ruína aquando da última utilização do forno, no compartimento 3. As evidências construtivas e o registo estratigráfico são difíceis de interpretar pelo que é difícil de compreender se o abandono do compartimento 2 ocorreu em paralelo com o do compartimento 1 ou 3.

A existência de tipos diferentes de estruturas em cada um dos espaços, refletindo os diferentes tipos de atividades, poderá também explicar as diferenças ente o conjunto de espécies identificadas.

Os dados relativos à curvatura dos anéis revelaram tendências semelhantes às identificadas no estudo anterior, com os fragmentos de castanheiro e carvalho a ostentarem curvaturas prevalentemente fracas, enquanto as espécies de menor porte, como os vários tipos de giesta e o feto seguem a tendência contrária e apresentam curvaturas fortes, indicando o uso de fragmentos de madeira de menor diâmetro.

4.1. Compartimento 2

No compartimento 2 distinguem-se dois tipos de contextos: as duas fossas localizadas junto á parede noroeste e os sedimentos dispersos pela superfície do compartimento.

O enchimento das fossas é o momento mais antigo detetado neste espaço, encontrando-se estratigraficamente abaixo dos níveis dispersos neste compartimento. A escassez de vestígios carpológicos contrasta com a abundância detetada nos contextos que se lhe sobrepõem, salientando o seu caráter distinto. Os carvões detetados nas fossas deverão ter sido depositados com o sedimento que as selou, de origem desconhecida. São, assim, deposições secundárias de interpretação difícil, atribuindo-se-lhe um potencial essencialmente paleoecológico mas de complexa integração cronológica. O conteúdo antracológico é semelhante ao de outros contextos, com um predomínio de leguminosas, castanheiro e carvalhos de folha caduca.

Os contextos dispersos e derrubes no interior do compartimento caracterizam-se pela predominância de madeira de castanheiro e leguminosa, seguido de carvalho de folha caduca. Os restantes táxones surgem de forma esporádica, apresentando unicamente duas novidades na lista taxonómica, face ao conteúdo das fossas: madeira de videira (*Vitis vinifera*), usualmente com curvaturas fortes, e caules de monocotiledóneas. A presença destas últimas deverá estar relacionada com o conjunto carpológico identificado nestes contextos (Tereso *& alli*, 2013). Este conjunto foi interpretado como tratando-se de resíduos de processamento de cereais e de sementes de plantas silvestres, eventualmente aí depositados para servir de forragem, mas a análise antracológica, realizada sobre as mesmas amostras, permite questionar esta interpretação.

Desconhece-se se a carbonização destes elementos terá ocorrido neste compartimento ou se estes terão sido transportados para ali, já carbonizados. Não foram detetadas estruturas de combustão neste compartimento, o que não invalida a sua existência numa forma não estruturada. Caso estes vestígios não tivessem sido remobilizados, os carvões e sementes teriam sido resultado de uma ignição no lo-

cal seguida do abandono do compartimento. Esta ignição poderia ter sido propositada ou acidental. No primeiro caso, é provável que as componentes antracológicas e carpológicas estivessem diretamente associadas, como combustível. A existência de sementes de leguminosas arbustivas, juntamente com a madeira deste mesmo grupo taxonómico, aponta neste sentido. Na hipótese de se tratar de uma ignição acidental, a ligação entre os conjuntos antracológico e carpológico poderá não ser inequívoca. Esta hipótese pressupõe a coexistência dos vestígios naquele espaço, mas não uma função comum. Esta hipótese não descarta a interpretação inicial deste compartimento, embora também não a confirme. Para esclarecer esta questão seria necessária uma estratégia de amostragem distinta com melhor definição espacial e processando um maior volume de sedimentos (e.g. Ruas *& alli*, 2005).

Com os dados disponíveis, não é claro o contexto de carbonização dos vestígios botânicos identificados, no entanto, a interpretação do conjunto arqueobotânico, em especial carpológico, do compartimento 3 tornam mais provável a hipótese de a carbonização ter ocorrido noutro local, como se verá no ponto seguinte.

4.2. Compartimento 3

A análise carpológica do compartimento 3 destaca-se pelo claro domínio dos cereais, e em particular o milho-miúdo, o milho-painço e o centeio. Deste último foram recuperados grãos e fragmentos de ráquis. Estes resultados encontram-se em consonância com os estudos anteriores. Foi detetada alguma diversidade de espécies silvestres, na sua maioria já identificadas no compartimento 2 (Tereso *& alli*, 2013). Estes parecem corresponder principalmente a daninhas de campos de cereais – *Raphanus raphanistrum*, *Hyoscyamus niger, Galium* sp. – ou a espécies comuns em bordos de caminhos, campos abandonados entre outros contextos muito antropizados. A presença de uma castanha carbonizada, recolhida no interior do forno, constitui uma novidade neste sector de Monte Mozinho. São raros os vestígios carpológicos de castanha em época romana no noroeste peninsular, tendo sido identificados em noutros dois sítios também adscritos á Antiguidade Tardia: nas termas romanas de Chaves (Vaz, Tereso & Carvalho, 2017) e no sítio arqueológico do Areal, Vigo (Bríon, 2010), em ambos os casos através da preservação em água. As grainhas de uva encontram-se nos três compartimentos estudados em Monte Mozinho, contudo sempre em números muito reduzidos. A interpretação destes elementos carpológicos no interior do forno e nas suas imediações não é inequívoca. Embora a presença de grãos de cereais no interior do forno possa sugerir que a sua carbonização resultou de algum tipo de confeção, e.g. torrefação, consideramos que essa interpretação é pouco provável, dada a presença e diversidade de sementes de plantas silvestres e a semelhança face ao conteúdo do compartimento 2. Como tal, é mais provável que os elementos em questão correspondam ao reaproveitamento como combustível, de resíduos de processamento de cereais que era necessário descartar. A presença de abundantes grãos não colide com esta interpretação, considerando que correspondem a um volume relativamente reduzido e que é habitual que os resíduos de processamento incorporem alguns grãos. O mesmo havia já sido referido na interpretação do compartimento 2 (Tereso *& alli*, 2013). No seguimento da interpretação da estratigrafia e do conjunto antracológico deste compartimento 3 (Vaz, 2012; Vaz, Tereso & Carvalho 2017), é provável que os vestígios carpológicos encontrados no exterior do forno, junto à sua boca, correspondam a limpezas e/ou escorrências do mesmo.

Esta interpretação do conteúdo arqueobotânico do forno está em linha com o tipo de vestígios encontrados dispersos no compartimento 2, podendo ambos os contextos ser interpretados em conjunto. Neste sentido, os vestígios do compartimento 2 poderiam corresponder a resíduos de combustão resultantes do uso do forno, o que pressupõe uma utilização distinta daquela anteriormente preconizada para este compartimento e consequentemente uma interpretação distinta do conjunto carpológico aí detetado. Segundo esta nova hipótese, que consideramos mais provável, o compartimento 2 teria sido usado, na sua última fase, como local de depósito de detritos. Não se pode descartar, no entanto, a hipótese de o compartimento 2 ter sido utilizado como local de depósito de combustível que seria usado no forno tendo-se carbonizado em circunstâncias que nos são desconhecidas. Em ambas os casos, não é claro, porém, se o compartimento 2 estaria ou não devoluto.

5. CONCLUSÃO

Os resultados arqueobotânicos do estudo de amostras inéditas provenientes dos compartimentos 2 e 3

do setor A-2008 do Castro de Monte Mozinho, revelaram interessantes dados sobre este sector, questionando interpretações prévias. Entre as espécies usadas como combustível, destacaram-se a giesta, castanheiro e carvalho. No que concerne à componente carpológica, foi identificado um conjunto diverso, composto principalmente por cereais, entre os quais milho-miúdo e milho-painço, centeio e trigo de grão nu, assim como uma grande diversidade de espécies silvestres.

A interpretação conjunta destes novos dados carpológicos e antracológicos, em conjugação aos resultados já publicados sobre os mesmos compartimentos, permitiu discutir e aprofundar o discurso interpretativo anteriormente proposto, interrelacionando funcionalmente o compartimento 2 e 3. Segundo esta nova possibilidade interpretativa, o compartimento 2 terá sido local de depósito dos resíduos resultantes da utilização do forno existente no compartimento 3. Esta conclusão foi aferida através da análise estratigráfica do compartimento 2 e através da constatação da similitude arqueobotânica dos conjuntos encontrados no interior do forno do compartimento 3 e dos níveis dispersos do compartimento 2. Os resultados e as conclusões deste estudo arqueobotânico demonstram, uma vez mais o importante contributo que esta área (infelizmente ainda com pouca adesão em Portugal) pode fornecer para a compreensão dos espaços e suas dinâmicas, assim como dos processos de formação do registo arqueológico. Por outro lado, relevam a necessidade de estudar conjuntamente vestígios antracológicos e carpológicas, evidenciando que, também nos estudos de arqueobotânica, o todo é mais do que a soma das partes.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Camara Municipal de Penafiel pelo financiamento das intervenções arqueológicas. Filipe C. Vaz foi financiado através de uma bolsa de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência SFRH/BD/99930/2014. João P. Tereso foi financiado através de uma bolsa de Pós-Doutoramento com a referência SFRH/BPD/88250/2012 da mesma instituição.

BIBLIOGRAFIA

ANDERBERG, Anna-Lena (1994) – *Atlas of seeds and small fruits of Northwest-European plant species with morphological descriptions*. Stockholm: Swedish Museum of Natural History.

BERGGREN, Greta (1981) – *Atlas of seeds and small fruits of Northwest-European plant species with morphological descriptions*. 3. Salicaceae-Cruciferae, Stockholm: Swedish Museum of Natural History.

BRIÓN, Andrés Teira (2010) – Wild fruits, domesticated fruits. Archeobotanical remains in Roman saltworks at O Areal, Vigo (Galicia, Spain). *Des hommes et des plantes. Exploitation du milieu et gestion des ressources végétales de la préhistoire à nos jours*. XXXe rencontres internationales d'archéologie et d'histoire d'Antibes Sous. Antibes: Éditions APDCA, pp. 199-207.

CARVALHO, Ana (2006) – *Etnobotánica del Parque Natural de Montesinho. Plantas, tradición y saber popular en un territorio del Nordeste de Portugal*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Autónoma de Madrid.

CARVALHO, Teresa Pires de e QUEIROGA, Francisco (2005) – O Castro do Mozinho: os últimos trabalhos desenvolvidos. in Carvalho, Teresa Pires de, (coord.) *Castro, um local para habitar – Colóquio*, Cadernos do Museu, 3, Penafiel.

HEISS, Andreas (2002) – *Anatomy of European and North American woods* – an interactive identification key. Consultado em 20 de junho de 2017, em http://www.holzanatomie.at/.

JACOMET, Stephanie (2006) – I*dentification of cereal remains from archaeological sites: Archaeobotany Lab*. Basel: IPAS, Basel University.

MARGUERIE, Dominique e HUNOT, Jean-Yves (2007) – Charcoal analysis and dendrology: data from archaeological sites in north-western France. Journal of Archaeological Science 34, pp. 1417-1433.

MCPARLAND, Laura; COLLINSON, Margaret; SCOTT, Andrew; CAMPBELL, Gill; VEAL, Robyn. (2010) – Is vitrification in charcoal a result of high temperature burning of wood? *Journal of Archaeological Science* 37, pp. 2679-2687.

MOSKAL DEL HOYO, Magdalena; WACHOWIAK, Melvin; BLANCHETTE, Robert (2010) – Preservation of fungi in archaeological charcoal. Journal of Archaeological Science 37, pp. 2106-2116.

NESBITT, Mark (2006) – *Identification guide for Near Eastern grass seeds*. London: Institute of Archaeology.

OLIVEIRA, Cláudia; TERESO, João Pedro; MANZANO, Carmen; AMEIJENDA, Alicia; GOMES, Sérgio (no prelo) – "Do combustível aos gestos, dos gestos à paisagem: discussão a partir dos dados arqueobotânicos do Vau". Atas do VI Congreso del Neolítico en la Península Ibérica "*Los cambios económicos y sus implicaciones sociales durante el Neolítico*

de la Península Ibérica". Facultad de Letras y Filosofia. Universidad de Granada. Granada, Espanha.

REIMER, Paula; BARD, Edouard; BAYLISS, Alex; BECK, Warren; BLACKWELL, Paul; BRONK RAMSEY, Christopher; BUCK, Caitlin; CHENG, Hai; EDWARDS, Lawrence; FRIEDRICH, Michael; GROOTES, Pieter; GUILDERSON, Thomas; HAFLIDASON, Haflidi; HAJDAS, Irka; HATTÉ, Christine; HEATON, Timothy; HOFFMANN, Dirk; HOGG, Alan; HUGHEN, Konrad; KAISER, Felix; KROMER, Bernd; MANNING, Sturt; NIU, Mu; REIMER, Ron; RICHARDS, David; SCOTT, Marian; SOUTHON, John; STAFF, Richard; TURNEY, Christian; VAN DER PLICHT, Johannes (2013) – IntCal13 and Marine13 Radiocarbon Age Calibration Curves 0–50,000 Years cal BP. *Radiocarbon* 55, pp. 1869-1887.

RUAS, Marie-Pierre; BOUBY, Laurent; PY, Vanessa; CAZES, Jean-Paul (2005) – An 11th century a.d. burnt granary at La Gravette, south-western France: preliminary archaeobotanical results. *Veget Hist Archaeobot* 14, pp. 416-426.

SCHWEINGRUBER, Fritz-Hans (1990) – *Anatomy of European woods*. Berna: Paul Haupt and Stuttgart Publishers.

THERY-PARISOT, Isabelle e HENRY, Aureáde (2012) – Seasoned or green? Radial cracks analysis as a method for identifying the use of green wood as fuel in archaeological charcoal. *Journal of Archaeological Science* 39, pp. 381-388.

SOEIRO, Teresa (1998) – Monte Mozinho: 25 anos de trabalhos arqueológicos. In: Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida. *Cadernos do Museu Penafiel*. Penafiel. 2, pp. 11-28.

TERESO, João Pedro (2012) – *Environmental Change, Agricultural Development and social trends in NW Iberia from the Late Prehistory To The Late Antiquity*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

TERESO, João Pedro; CARVALHO, Teresa Pires de; ALMEIDA DA SILVA, Rubim; RAMIL-REGO, Pablo (2010) – Cultivos e armazenagem em Monte Mozinho: dados preliminares. In Bettencourt, Ana; Alves, Maria; Monteiro-Rodrigues, Sérgio (Eds.), *Variações Paleoambientais e evolução antrópica no Quaternário do ocidente peninsular*, APEQ/CITCEM, pp. 149-158.

TERESO, João Pedro; RAMIL-REGO, Pablo; CARVALHO, Teresa Pires de; ALMEIDA-DA-SILVA, Rubim; VAZ, Filipe Costa (2013) – Crops and fodder: evidence for storage and processing activities in a functional area at the Roman settlement of Monte Mozinho (northern Portugal). *Vegetation History and Archaeobotany*. 22, pp. 479-492.

VAZ, Filipe Costa (2012) – *Gestão e Usos de Recursos Vegetais no Noroeste Peninsular: a Antracologia de Monte Mozinho*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VAZ, Filipe Costa; TERESO, João Pedro (2012) – Estudo Antracológico do compartimento 1, setor A-2008 de Monte Mozinho. *Estudos do Quaternário*. Braga. 8, pp. 38-47

VAZ, Filipe Costa.; FERREIRA, Daniela; MACHADO, João (2014) *Serra: Património Imaterial do Tâmega e Sousa*. 1ª ed. Centro de Estudos do Românico e do Território, Lousada.

VAZ, Filipe Costa; TERESO, João Pedro; CARVALHO, Teresa Pires de (2017) – Selection of firewood in Monte Mozinho (NW Iberia) in the Late Antiquity: A question of function and availability. *Quaternary International*. 431, pp. 103-115.

VERNET, Jean-Louis; OGEREAU, Paule; FIGUEIRAL, Isabel; MACHADO YANES, Carmen; UZQUIANO, Paloma (2001) – *Guide d'identification des charbons de bois préhistoriques et récents. Sud-Ouest de l'Europe: France, Péninsule ibérique et îles Canaries*. Paris: CNRS Editions.

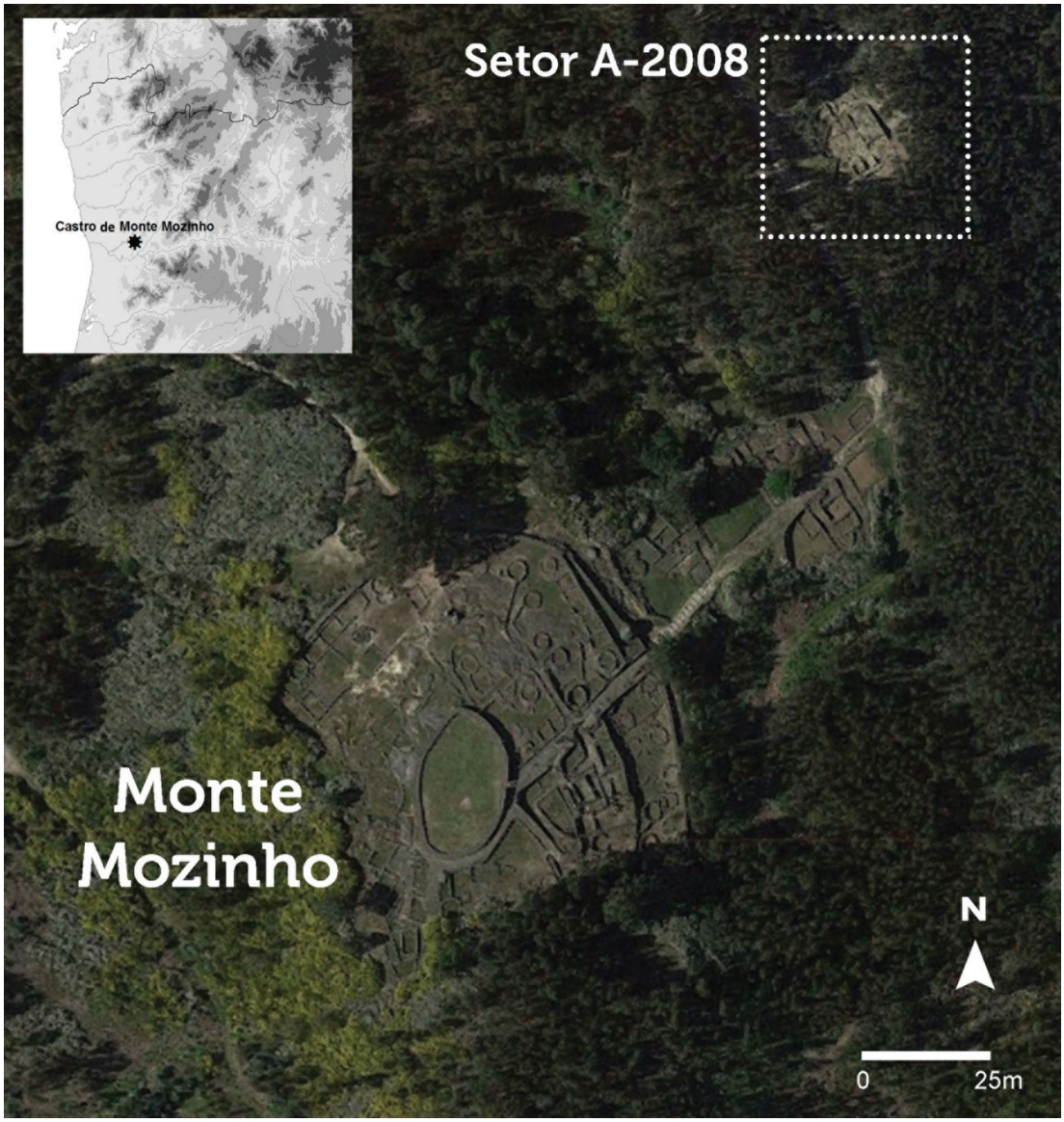


Figura 1 – Localização do setor A-2008 no Castro de Monte Mozinho. (adaptado de Google Maps. Junho de 2017. Disponível em: https://www.google.pt/maps/@41.1467838,-8.3107587,273m/data=!3m1!1e3).

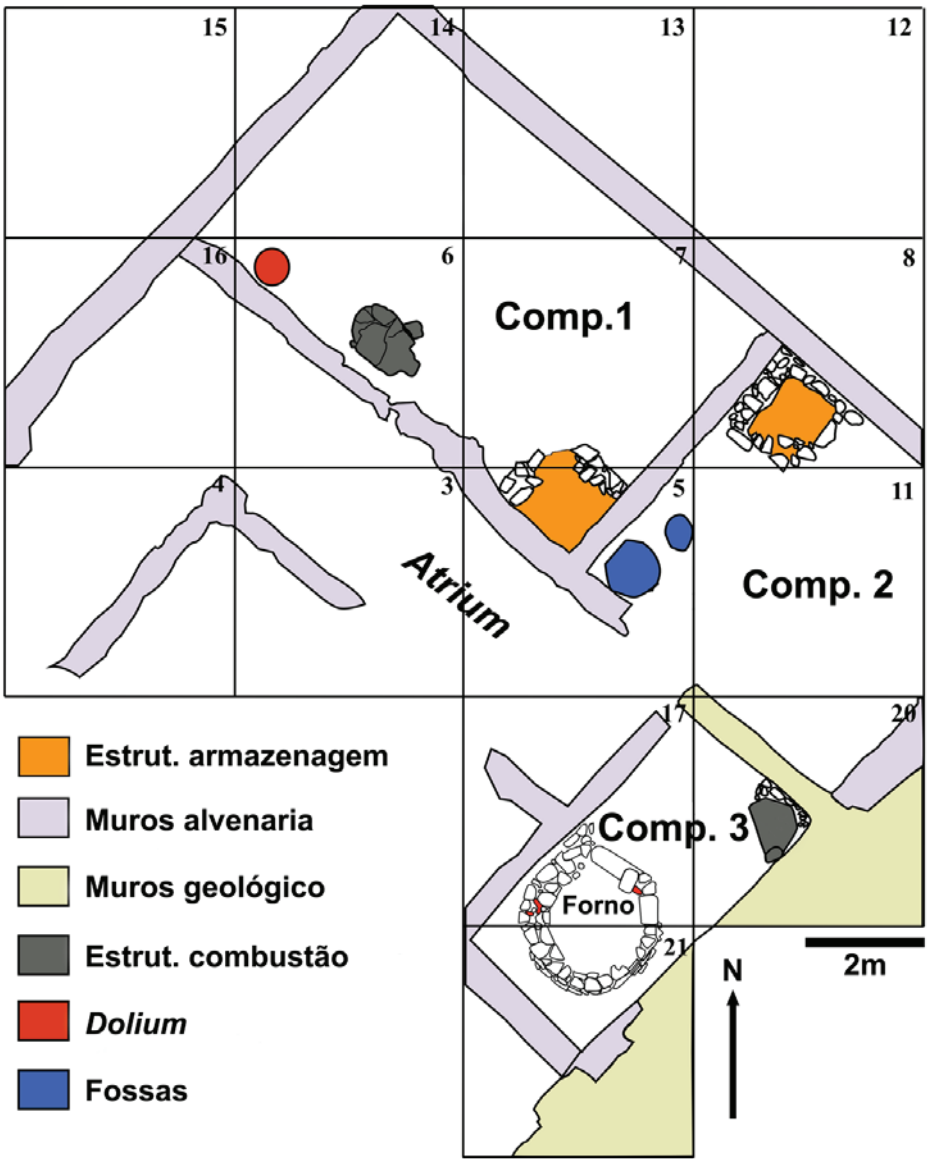
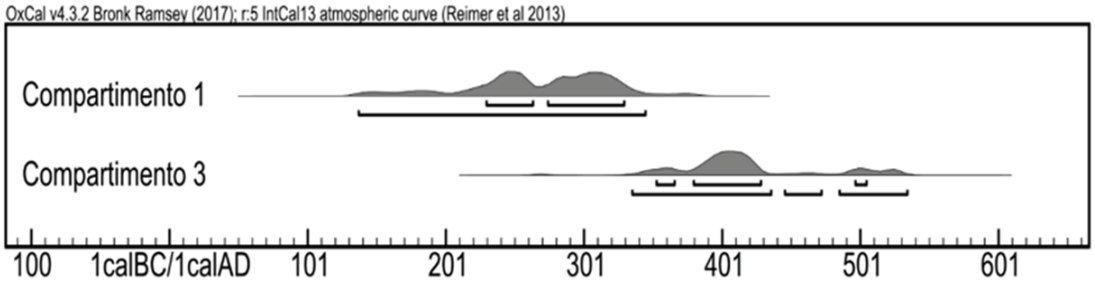


Figura 2 – Plano esquemático do setor A-2008 (adaptado de Vaz *& alli*, 2017).



Contexto	Ref. Lab.	Data BP	Cal. (2 sigma)
Estrutura de armazenagem do Compartimento 1- Grãos de centeio	Beta-309441	1770±30	138-345 d.C. (95,4%)
Forno do Compartimento 3 - Grãos de centeio	Beta-349646	1640 ± 30	336-534 d.C. (95,4%)

Figura 3 – Datações de radiocarbono do sector A-2008, calibradas com Oxcal 4.3 (curva IntCal 13) (Reimer *& alii,* 2013).

	UE	Vol. (l)	Tipo de contexto
Compartimento 2	21	12,5	Nível disperso
	41	7,5	Derrube
	51	6,5	
	76	0,75	
	78	20	
	87	21,2	Nível disperso
	91	7,5	
	98	1,1	
	99	10,2	Fossa 1
	100	1,5	Fossa 2
	152	4,5	Derrube
	160	11	Fossa 3
	162	4,5	Fossa 4
Compartimento 3	144	1,5	Derrube exterior forno
	156	13,1	
	157	1,8	
	165	2	Limpezas lareira, sob o piso
	172	6,5	Derrube exterior forno
	173	3,5	Limpezas forno, sob o piso
	193	12	Limpezas lareira, sob o piso
	194	20	Derrube exterior forno
	195	7,5	Derrube câmara forno (NW)
	195	24,5	Derrube câmara forno (NE)
	195	28	Derrube câmara forno (SE)
	195	12	Derrube câmara forno (SW)
	204	30,5	Base câmara forno (NE)
	204	31	Base câmara forno (SE)
	204	31,5	Base câmara forno (SW)
	205	4	Embasamento forno

Tabela 1 – Contextos de proveniência das amostras em estudo do compartimento 2 e 3.

Compartimento	2																		3				
Quadrado	8	11		8	1	5	11					28	20	5		20			Total	20	17/21	17	20	
UE	21		87		91	98	41	51	78			76	152	99	100	160		162		156	157	172	165	Total
Contexto	Níveis dispersos						Derrubes							Fossas						Derrubes			Forno	
Espécie / Amostra	**16**	**29**	**58**	**5**	**38**	**46**	**33**	**8**	**9**	**20**	**25**	**64**	**56**	**69**	**63**	**65**	**68**	**61**		**51**	**48**	**67**	**53**	
Alnus/Corylus									3	1							1		5			2	1	3
Castanea sativa	145		46	92	33	20	19	23	61	21	12	25		29		76	4	33	639	11	5	42	30	88
Frangula alnus		4			1							1	1		1				8	1				1
Fraxinus sp.		1			3	4			1	4		1			2		2	1	19					
Juglans regia														1					1					
Leguminosae tipo I						2													2				1	1
Leguminosae tipo II	3	30	51	9	50	52	26	34	57	68	39	40	17	48	39	30	66	25	684	66	10	76	31	183
Leguminosae tipo IV								1	2	1									4			4		4
Pinus pinaster																1			1					
Prunus avium/cerasus						3		3								3			9			1	1	2
Prunus sp.					2								4				1	1	8	2				2
Pteridium aquilinum							7						15						22					
Quercus caducifólia	1	8	40	17	31	37	4	7	13	28	3	49	7	45	21	19	41	12	383	22		11	60	93
Quercus perenifólia																1			1					
Rosaceae Maloideae	1		4		1	2	2	3				22		1	2	3	2		43	3		2		5
Salix sp.		19		4	4	8	9	12		1	4			4	1	2	4	2	74	3				3
Vitis vinifera		14					2					4	2						22					
Monocotiledónia		2						2		2			1						7			1		1
Dicotiledónea		27	9	28	25	22	14	24	13	24	27	8	22	22	7	15	29	33	349	22	5	11	26	64
Total	150	105	150	150	150	150	83	109	150	150	85	150	69	150	73	150	150	107	2281	130	20	150	150	450

Tabela 2 – Resultados antracológicos do compartimento 2 e 3.

Unidade estratigráfica	165	173	193	144	156	157	172	194	195	204	205	Total
Cereais (grão) Contexto	Exterior lareira			Derrube exterior					Forno Derrube câmara	Base Câmara	Embasamento	
Avena sp.					1				4			5
Panicoideae								16	91	1802	670	2579
Panicum miliaceum		18			1	68			129	1118	151	1485
Panicum/Setaria		8			2	12			6	11	18	57
Secale cereale	1	2	5	1	2		3	2	12	159	32	219
Setaria italica		2							15	477	143	637
Triticeae		3		3					10	110	46	172
Triticum aestivum/durum								1				1
Cereais (ráquis)												
Secale cereale								33				33
Outras Gramineae (grão)												
Briza media										1		1
Digitaria sp.										1	2	3
Gramineae- indeterminada							1		7	20	8	39
Leguminosae												
Genisteae	1								9			10
Leguminosae tipo *Melilotus*										5		5
Leguminosae tipo *Trifolium*											1	1
Ornithopus sp.										1	1	2
Ornithopus sp. (silíqua)									15			15
Vicia sativa/angustifolia											1	1
Vicia sp.									3	27	2	32
Vicia tenuifolia		1										1
Leguminosae indeterminada			33						9	8	1	51
Frutos												
Castanea sativa											1	1
Quercus sp. (cotilédone)					1							1
Rubus sp.		1										1
Vitis vinifera							1					1
Outros												
Anagallis arvensis										1		1
Carex sp.									5			5
Chenopodium sp.									19			19
Cirsium/Carduus									5		4	9
Compositae											1	1
Corrigiola litoralis										1		1
Euphorbia sp.										1		1
Galium sp.					1					9		10
Hyoscyamus niger									1	56	6	63
Linum sp.											1	1
Montia fontana						11						11
Polygonaceae	1							33			1	35
Raphanus raphanistrum (silíqua)									7	1	2	10
Reseda sp.									9			9
Rumex acetosella			32				1			4		37
Rumex bucephalophorus							1		30	50	2	83
Rumex sp.			32						2		3	37
Sesamoides										4		4
Sherardia arvensis										9		9
Silene gallica										1	2	3
Urtica sp.									1			1
Veronica sp.										1		1
Indeterminado	1	5	3		1		6		4	2	4	26

Tabela 3 – Resultados carpológicos do compartimento 3.

	Compartimento			
Morfotipo	**1**	**2**	**3**	**Total**
Alnus/Corylus		5	4	9
Arbutus unedo			3	3
Castanea sativa	573	639	397	1609
Compositae			1	1
Cistus sp.			3	3
Erica australis/arborea			5	5
Erica umbellata/scoparia			21	21
Erica sp	3		8	11
Frangula alnus	1	8	1	10
Fraxinus sp	3	19	62	84
Juglans regia		1		1
Leguminosae	66		613	679
Leguminosae tipo I*		2	1	3
Leguminosae tipo II*		684	183	867
Leguminosae tipo IV*		4	4	8
Pinus pinaster	83	1	2	86
Populus sp.	58		9	67
Prunus avium/cerasus		9	7	16
Prunus sp.	5	8	7	20
Pteridium aquilinum		22		22
Quercus perenifólia	2	1	4	7
Quercus caducifólia	77	383	273	733
Rosaceae/Maloidea		43	10	53
Salix sp.	5	74	43	122
Salix/Populus			8	8
Vitis vinifera		22		22
Ulmus minor	8		3	11
Dicotiledónea	115	349	136	600
Monocotiledónea	15	7	6	28
Indeterminado	2		4	6
Total	1016	2281	1818	5115

Tabela 4 – Resultados antracológicos finais dos três compartimentos (Tereso *& alli*, 2013; Vaz *& alli*, 2017). *Categorias morfotipológias segundo Oliveira *& alli* (no prelo) apenas implementadas nas amostras analisadas no âmbito deste artigo.

A NECRÓPOLE DE ALCOITÃO NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS FUNERÁRIAS ALTO-MEDIEVAIS DO CONCELHO DE CASCAIS

Catarina Meira[1]

RESUMO

O presente poster tem como finalidade apresentar os resultados do estudo da necrópole de Alcoitão, considerando os testemunhos arqueológicos respeitantes às práticas funerárias levadas a cabo no atual concelho de Cascais durante os séculos VI e VII.

A necrópole de Alcoitão é um cemitério composto por sepulturas de inumação, cujos indivíduos eram depostos com escassos espólios funerários. Observa-se a reutilização das sepulturas para uma sucessão de enterramentos, além de que grande parte das sepulturas de Alcoitão, orientadas canonicamente Este-Oeste, fossem estruturadas por esteios pétreos. Segundo um esboço de finais do século XIX, as sepulturas distribuíam-se em filas paralelas. Depreende-se com este estudo que o tipo de necrópole está associada à existência de uma pequena comunidade rural.

Palavras-chave: Arqueologia, Alta Idade Média, Sepulturas.

ABSTRACT

This poster aims to present the results of the study of Alcoitão's necropolis which involves the archaeological remains of funerary practices developed in the municipality of Cascais during the VIth and VIIth centuries.

The necropolis of Alcoitão is a cemetery constituted by inhumation graves whose deceased were buried with scarce funerary assets. The systematic reuse of the graves for various burials was observed, as well as its canonical orientation and their characteristic rock structure. According with a sketch from the late nineteenth century, all the graves were aligned in parallel rows. The results of this study reveals that this type of necropolis is associated with the existence of a small rural community.

Keywords: Archaeology, Early Middle Ages, Graves.

1. INTRODUÇÃO

A necrópole de Alcoitão situa-se na freguesia de Alcabideche, entre o Centro de Reabilitação de Alcoitão e a autoestrada Cascais-Lisboa. O sítio da necrópole localiza-se numa elevação (121 m de altitude) que dista cerca de seis metros da Estrada Nacional 6-8, ocupando uma área de 2400 m² . A mesma situa-se a 257 m Noroeste da Ribeira da Cadaveira e a 712 m Este da Ribeira da Amoreira e implanta-se em solos litólicos de classe C e em solos calcários de classe E. Geologicamente o local onde se implanta esta necrópole define-se por uma formação de regatão, arenitos, pelitos e dolomitos e por filões e massas de traquibasalto. Além disso é de notar que a sua área de proteção arqueológica, estabelecida pelo decreto n.º 67/97 de 31 de Dezembro, é afetada uma envolvente bastante urbanizada e por vários eixos viários.

As sepulturas que constituem a necrópole foram divulgadas pela primeira vez em 1888-1892 por Francisco Paula e Oliveira, membro dos Serviços Geológicos de Portugal, durante uma Comunicação na Comissão dos Trabalhos Geológicos intitulada «*Antiquités préhistoriques et romaines des environs de Cascaes*». Esta resultava de uma campanha de exploração arqueológica que o seu autor havia feito

1. NOVA-FCSH | IEM, Bolseira FCT (SFRH/BD/118391/2016); catarinabmeira@gmail.com

por todo o concelho na procura de vestígios arqueológicos. F. Paula e Oliveira refere então a existência de um cemitério composto por 34 sepulturas, dez das quais ainda se encontravam cobertas e estruturadas por lajes horizontais e verticais. As mesmas dispunham-se em sete filas no sentido Norte-Sul, como ilustra o único esboço conhecido da necrópole (OLIVEIRA, 1888-1892, pl. I: fig. 1) (Figura 1). Mencionava ainda que todas as sepulturas apresentavam uma orientação aproximada Este-Oeste e que, em termos métricos, tinham de profundidade entre 30 cm e 60 cm, de largura entre 60 cm a 90 cm e de comprimento entre 1,80 m a 2,20 m. Entre as sepulturas destacou uma em particular devido ao facto de possuir, segundo o autor, 3 metros de comprimento. Destacou igualmente uma ou duas sepulturas por possuírem apenas cerca de 1 m de comprimento, o que se aliava ao facto de conterem esqueletos de crianças (OLIVEIRA, 1888-1892, p. 6).

Do ponto de vista arquitetónico, todos os sepulcros estavam estruturados por duas lajes verticais dispostas em cada um dos lados, e por mais uma colocada aos pés e outra à cabeceira. Nas sepulturas que se encontravam ainda com tampa, a mesma era constituída por duas ou três lajes calcárias. Essas lajes não eram afeiçoadas. Por vezes, tal como registado por Francisco Paula e Oliveira, recorreu-se à utilização de argamassa feita de cal e tijolo esmagado para selar os intervalos entre as lajes.

A escavação da necrópole por parte deste autor veio revelar um espólio osteológico muito significativo e bem conservado. Foi ainda exumado algum espólio funerário, bastante mais escasso, composto por adornos pessoais (anéis e fivelas) e jarros de cerâmica (em número de 2). Este espólio foi considerado por Afonso do Paço como sendo uma marca cultural de povos germânicos invasores (PAÇO, 1960). Todas peças deste conjunto foram encontradas em sepulturas diferentes (OLIVEIRA, 1888-1892, p. 6-7).

A partir da publicação de F. Paula e Oliveira é percetível que a reutilização de sepulturas estava já generalizada. Aliás durante toda a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média é uma característica comum à maioria dos cemitérios de inumação. Sobre este fenómeno o autor teoriza acerca dos laços de parentesco que podiam unir os vários indivíduos depostos dentro da mesma sepultura (OLIVEIRA, 1888-1892, p. 7). Regra geral, as sepulturas continham mais do que um esqueleto, normalmente dois ou três, tendo-se observado um caso em que estavam inumados 5 indivíduos. Refere ainda este autor que os esqueletos se encontravam na sua maioria completos. Os indivíduos em deposição primária estavam deitados sobre as costas, em decúbito dorsal, com a face virada para cima, para o céu, e a orientação da sepultura a Este proporcionava uma posição ao defunto que poderia, no Dia do Juízo Final, avistar Deus quando se levantasse a Este. Os braços estavam estendidos ao longo do corpo ou, alternativamente, as mãos pousavam sob a bacia.

Para além dos esqueletos escavados que se encontravam em deposição primária, o escavador descreveu ainda os diversos ossários existentes nas várias sepulturas, cuja prática é característica do ritual do reaproveitamento dos sepulcros. Em Alcoitão, F. Paula e Oliveira terá observado duas soluções distintas para a arrumação dos ossários: podiam estar posicionados na parte inferior das sepulturas (na área dos pés), sem que se tenha observado uma disposição lógica dos mesmos, ou podiam ter sofrido uma seleção prévia, uma vez que alguns crânios foram poupados e colocados nos intervalos dos fémures dos esqueletos deitados, sendo as restantes peças esqueléticas removidas para o exterior da sepultura (OLIVEIRA, 1888-1892, p. 7).

Em 2001, no âmbito da construção da Via Longitudinal Norte (Troço Nó das Fisgas / Quinta de S. Martinho), uma equipa orientada por Lurdes Trindade, com a colaboração de José d' Encarnação e Guilherme Cardoso, realizou sondagens na área de proteção a Poente e a Norte. Em sequência foi descoberta uma sepultura na zona Poente, o que obrigou à decapagem integral dessa área e à identificação de mais duas sepulturas. Foi ainda possível relocalizar uma outra – a Sepultura A –, escavada por F. Paula e Oliveira, encontrando-se já vazia (Figura 2). Esta apresentava-se orientada Este-Oeste, sendo igualmente estruturada por lajes. Já não tinha cobertura e faltava-lhe parte dos esteios do lado Norte e dos pés. Os que se conservavam eram todos em calcário local (CARDOSO e ENCARNAÇÃO, 2001).

No que respeita às novas sepulturas descobertas, uma era de tipo cista – Sepultura 1 – composta por duas lajes de cobertura. Encontrava-se orientada Este-Oeste e por cima da tampa foram identificados dois crânios: um de um indivíduo jovem e outro de um adulto, e mais alguns ossos muito fragmentados. Os esteios que compunham a caixa da sepultura, de calcário local, encontravam-se colocados em cutelo. No interior desta sepultura estava deposto

um indivíduo em decúbito dorsal, virado a Nascente (CARDOSO e ENCARNAÇÃO, 2001) (Figura 3). Já as Sepulturas 2 e 3, viradas a Este, eram do tipo fossa, não dispondo de material pétreo a delimitá-las e não eram providas de lajes de cobertura. Cada uma continha um indivíduo em decúbito dorsal, estando os ossos em muito mau estado de conversação (CARDOSO e ENCARNAÇÃO, 2001) (Figuras 4 e 5). O espólio identificado era unicamente osteológico, não havendo nenhum espólio funerário a registar.

Os trabalhos de prospeção realizados no âmbito da presente investigação tiveram como finalidade apurar o estado de conservação das sepulturas já escavadas, atentar mais algumas particularidades arquitetónicas das mesmas e eventualmente proceder ao reconhecimento de novos vestígios. Foi possível relocalizar a Sepultura A: este sepulcro de lajes, de tipologia retangular, não apresenta indícios de antropomorfismo, confirmando-se o facto de já não conservar os esteios na zona dos pés, nem a tampa de cobertura e de estar orientado Este-Oeste. Tem 1,95 m de comprimento da cabeceira ao último esteio preservado. Em seu redor constatou-se a existência de grandes blocos de pedra que poderiam ter pertencido a outras sepulturas. Os mesmos podem ainda resultar do desmantelamento consequente da escavação de F. Paula e Oliveira. Esses blocos, por vezes com 1 m de comprimento, surgem à superfície, uns mais soterrados do que outros, e têm uma orientação consonante com a Sepultura A. É ainda de destacar que se observa *in loco* alguns fragmentos de materiais de construção, especialmente telha.

2. DESCRIÇÃO DO ESTUDO DAS COLEÇÕES OSTEOLÓGICAS DO SÍTIO: METODOLOGIAS E RESULTADOS

Não se pode deixar de enumerar uma série de dificuldades que surgiram no estudo desta necrópole. Em primeiro lugar, a investigação fica comprometida pela falta de um registo gráfico rigoroso e pela ausência de determinadas informações que a arqueologia dos cemitérios alto-medievais privilegia atualmente. O único registo gráfico deste sítio é apresentado por F. Paula e Oliveira (OLIVEIRA, 1888-1892, pl. I: fig. 1) (Figura 1). Trata-se de um esboço muito simples, cujo objetivo é ilustrar a disposição das sepulturas e apontar aquelas que ainda conservavam as tampas de cobertura. A análise desse esboço não permite tirar elações pormenorizadas acerca da arrumação dos indivíduos e dos ossários no interior das sepulturas, ou acerca da disposição dos espólios funerários em relação aos esqueletos. Não são raras as vezes em que os objetos de indumentária e de adorno pessoal aparecem ainda *in situ* (brincos junto ao crânio, placas de cinturão na zona da bacia, anéis ainda nas falanges de origem, entre outros exemplos).

Outra dificuldade adveio da tentativa de análise sepultura-a-sepultura, recorrendo ao estudo dos materiais osteológicos depositados atualmente no Museu Nacional de Arqueologia (MNA). Tal análise possibilitou ter a perceção de que não há coincidência entre o número de sepulturas relatadas por F. Paula e Oliveira na sua publicação (OLIVEIRA, 1888-1892) e o número de sepulturas registadas nas caixas que contêm os ossos exumados na escavação do século XIX.

F. Paula e Oliveira descreve ter descoberto um total de 34 sepulturas nesta necrópole (OLIVEIRA, 1888-1892, p. 6). Por razões que se desconhecem, ou por ausência de restos humanos em algumas sepulturas que o autor não assinalou, o Museu Nacional de Arqueologia conserva espólios osteológicos atribuíveis a apenas 28 sepulturas. Curiosamente uma delas está indicada como a N.º 47. Verificou-se ainda que as sepulturas 1, 16, 17, 19, 22, 30 e 31 não tinham qualquer espólio osteológico associado, uma vez que não estavam registadas nas caixas.

Assim, após o estudo antropológico preliminar, que contou com o contributo da antropóloga Raquel Granja, verifica-se que há uma discrepância entre o que foi publicado (OLIVEIRA, 1888-1892; PAÇO, 1960; CARDOSO, 1991) ou integrado em relatórios (CARDOSO e ENCARNAÇÃO, 2001) e a informação coletada nas coleções osteológicas depositadas no MNA. A discrepância pode ser resumida da seguinte forma:

- Número de sepulturas descritas em publicação e relatórios: 34 (identificadas em 1888) + 3 (identificadas em 2001) = total de 37 sepulturas.
- Número de sepulturas com restos humanos: 28 (referenciados no MNA como provenientes das escavações realizadas em 1888) + 3 (identificados como exumados nas escavações de 2001) = 31 sepulturas.

Há assim, portanto, um desfasamento de seis sepulturas e um número imprevisível de indivíduos.

Apesar de quaisquer contradições que possam surgir no que respeita ao número de sepulturas com

conservação óssea que tenham existido, o inventário osteológico realizado permitiu apurar um NMI de 74 indivíduos. Este número resulta da adição entre os indivíduos provenientes das sepulturas descobertas em 1888 - 69 indivíduos (depositados no MNA) - e os esqueletos exumados nas escavações de 2001 - 5 indivíduos. Para além destes, no MNA estão ainda depositados mais 10 crânios sem qualquer indicação de sepultura, o que elevaria em 10 indivíduos o número referenciado. Todavia, por não se ter a certeza da sua proveniência, os mesmos não foram considerados neste estudo.

Apresentam-se de seguida os resultados do estudo preliminar antropológico realizado sobre a coleção osteológica da necrópole de Alcoitão (Tabela 1). O mesmo foi realizado para efeitos de reconhecimento do NMI, mas, sempre que possível, identificou-se o sexo e a idade à morte. Tal informação é essencial para o estudo arqueológico da necrópole, mas é claramente insuficiente para um estudo antropológico. A informação de cariz antropológica cingiu-se assim aos dados básicos necessários para uma correta análise arqueológica e histórica nesta necrópole.

Para a definição do NMI exumados durante as escavações de 1888 recorreu-se ao método proposto por Herrmann *et all.* (1990) para os ossos longos e considerando as adaptações de Silva (1993; 2002) que tem em conta a lateralidade e o estado de maturação dos ossos de indivíduos imaturos. Para além disso, cruzou-se as frequências de outras peças esqueléticas (crânios, coxais, mãos, pés e dentes), tendo em conta a dimensão relativa e o estado de maturação. Procedeu-se, tal como indicado, a uma caracterização básica da idade e sexo dos indivíduos enterrados nesta necrópole. Este estudo foi levado a cabo no Museu Nacional de Arqueologia, local de depósito da referida coleção e contou, como já mencionado anteriormente, com a ajuda da antropóloga Raquel Granja.

Os dados respeitantes às sepulturas e aos esqueletos descobertos nas escavações realizadas em 2001 a propósito da construção da Via Longitudinal Norte e que se apresentam também seguidamente (Tabela 2) foram obtidos exclusivamente dos relatórios de escavação entregues ao Instituto Português de Arqueologia (IPA). Do mesmo consta a análise antropológica preliminar efetuada pelo antropólogo Luís Lopes durante os trabalhos arqueológicos. Por não constarem em tal trabalho as informações relativas à diagnose sexual e etária desses esqueletos, esses dados não podem ser incluídos. Não foi possível aceder ao material osteológico da intervenção de 2001, porque, conforme informação de Guilherme Cardoso, o mesmo ainda está na posse do antropólogo Luís Lopes para o seu estudo e a consequente publicação.

Tabela 1 – Resultados do estudo antropológico das sepulturas de Alcoitão descobertas em 1888 (MEIRA, 2015).

Sepultura	***Indivíduos***		**Número Mínimo de Indivíduos (NMI)**
	Sexo	**Idade à Morte**	
2	Indeterminado	Maturo	3
	Indeterminado	Maturo	
	Não observável	Imaturo	
3	Indeterminado	Maturo (Mais de 40 anos)	2
	Não observável	Imaturo	
4	Feminino	Maturo	3
	Masculino	Maturo	
	Não observável	Imaturo (Cerca de 7/8 anos)	
5	Masculino	Maturo	1
6	Não observável	Imaturo (Cerca de 7/8 anos)	2[2]
	Indeterminado	Maturo	
7	Masculino	Maturo	3
	Feminino	Maturo	
	Não observável	Imaturo (Cerca de 6/7 anos)	
8	Masculino	Maturo	3
	Masculino	Maturo	
	Não observável	Imaturo	
9	Não observável	Imaturo	4
	Não observável	Imaturo	
	Não observável	Imaturo (Cerca de 7/8 anos)	
	Não observável	Imaturo (Cerca de 4 anos)	

Tabela 1 (Continução)

10	Masculino	Maturo	2
	Feminino	Maturo	
11	Feminino	Maturo	1
12	Não observável	Imaturo (Cerca de 4 anos)	3
	Não observável	Imaturo (Mais de 15 anos)	
	Não observável	Imaturo (No máximo 19 anos)	
13	Não observável	Imaturo (Cerca de 3/4 anos)	2
	Não observável	Imaturo (Cerca de 9 anos)	
14	Feminino	Maturo	2
	Indeterminado	Maturo	
15	Indeterminado	Maturo	5
	Indeterminado	Maturo	
	Não observável	Imaturo (Cerca de 5/6 anos)	
	Não observável	Imaturo (Cerca de 8 anos)	
	Não observável	Imaturo	
18	Não observável	Imaturo (Pelo menos 15 anos)	1
20	Masculino	Maturo	2
	Indeterminado	Maturo	
21	Feminino	Maturo	4
	Masculino	Maturo	
	Indeterminado	Maturo	
	Não observável	Imaturo (Mais de 5 anos)	
23	Masculino	Maturo	3
	Não observável	Imaturo	
	Não observável	Imaturo	
24	Feminino	Maturo	3
	Feminino	Maturo	
	Masculino	Maturo	
25	Feminino	Maturo	2
	Masculino	Maturo	
26	Feminino	Maturo	1
27	Masculino	Maturo	3
	Feminino	Maturo	
	Não observável	Imaturo (Cerca de 12 anos)	
28	Masculino	Maturo	2
	Feminino	Maturo	
29	Masculino	Maturo	1
32	Masculino	Maturo	6
	Masculino	Maturo	
	Feminino	Maturo	
	Feminino	Maturo	
	Indeterminado	Maturo	
	Não observável	Imaturo	
33	Indeterminado	?	1[3]
34	Não observável	Imaturo (Cerca de 6/7 anos)	2
	Não observável	Imaturo	
47	Masculino	Maturo	2
[2]	Não observável	Imaturo (No máximo 18 anos)	
			TOTAL: 69 indivíduos

2. Considerou-se como sepultura infantil, uma vez que o indivíduo maturo apenas se faz representar através de uma falange direita proximal que pode ser proveniente da terra de enchimento.

3. A diagnose sexual deste indivíduo através do crânio é difícil, já que apresenta uma mastoide característica do sexo feminino e um occipital próprio do sexo masculino. Também a diagnose etária se revela complicada: por um lado, a dimensão do crânio parece a de um indivíduo maturo; mas por outro, a sua espessura aparenta ser a de um indivíduo imaturo.

Tabela 2 – Estudo antropológico das sepulturas de Alcoitão descobertas em 2001 (Cardoso e Encarnação, 2001).

Sepultura	Indivíduos		Número Mínimo de Indivíduos (NMI)
	Sexo	Idade à Morte	
1	?	Maturo?	3
	?	Maturo?	
	Não observável	Imaturo	
2	?	Maturo?	1
3	?	Maturo?	1
			TOTAL: 5 indivíduos

3. O ESPÓLIO

À semelhança de inúmeras necrópoles de cronologia análoga, também nesta a maior parte das sepulturas não dispunham de espólio funerário no seu interior. Ainda assim, foi possível analisar três peças – dois jarros cerâmicos e um anel de bronze proveniente desta necrópole e depositado no MNA.

Do conjunto apenas o jarro *AL. 2* se encontra associado a uma sepultura – a Sepultura 2 –, informação foi apenas proporcionada pelo registo do Museu Nacional de Arqueologia, uma vez que F. Paula e Oliveira não lhe faz menção em «*Antiquités préhistoriques et romaines des environs de Cascaes*» (OLIVEIRA, 1888-1892).

3.1. Cerâmico

AL. 1 – Jarro (Figura 6)

Forma fechada, composta por corpo globular e um colo hiperboloide. É impossível determinar a morfologia do bordo por estar fraturada nesta parte. O arranque da asa, em fita, é de secção trapezoidal, orientada verticalmente em relação à peça e fixada na parte superior do corpo. Apresenta uma base em disco.

Exibe duas incisões paralelas na superfície externa do bojo, logo abaixo do colo.

O mesmo foi fabricado a torno e cozido em ambiente oxidante.

A pasta apresenta uma consistência média e textura homogénea. Tem uma concentração fraca de ENP, observando-se macroscopicamente micas, quartzos e elementos feldspáticos.

Tanto as superfícies e as fraturas são de cor laranja (5YR 7/8).

Não são visíveis marcas de fogo, nem de utilização.

Atributos métricos: Altura máxima – 164 mm; Diâmetro máximo – 100 mm; Diâmetro da boca – s/d; Diâmetro do colo – 42 mm; Diâmetro da base – 46 mm; Espessura média – 3,5 mm

Peso: 229,4 g.

Notas: Desconhece-se a sepultura de proveniência, mas segundo F. Paula e Oliveira foi encontrado aos pés de um indivíduo (OLIVEIRA, 1888-1892, p. 7).

AL. 2 – Jarro (Figura 7)

Forma fechada de corpo piriforme. É impossível apurar a morfologia do bordo, uma vez que se encontra fraturado a essa altura. O arranque da asa é de secção circular, orientada verticalmente em relação à peça e fixada na parte superior do corpo. Apresenta uma base côncava.

O fabrico foi realizado a torno e a peça foi cozida em ambiente oxidante.

A pasta tem uma compacidade média e textura arenosa. Apresenta uma densidade abundante de ENP, sendo possível observar macroscopicamente micas, quartzos, feldspato e calcário.

Tanto as superfícies como as fraturas têm cor castanha avermelhada (5YR 6/6).

Não são visíveis marcas de fogo, nem de utilização.

Atributos métricos: Altura máxima – 118 mm; Diâmetro máximo – 69 mm; Diâmetro da boca – s/d; Diâmetro do colo – 30 mm; Diâmetro da base – 44 mm; Espessura média – 4 mm

Peso: 212,7 g.

Notas: Proveniente da Sepultura 2.

3.2. Metálico

AL. 3 – Anel (Figura 8)

Peça em bronze, fundida a molde, de aro plano convexo.

A mesa apresenta uma moldura lisa definida por um sulco inciso ao longo de todo o contorno. No campo central estão traçados cinco 'SSS' paralelos entre si, elaborados através de incisão.

O aro também se encontra decorado com três linhas incisas que formam um elemento triangular. O vértice de cada linha termina num círculo impresso e puncionamento concêntrico.

Atributos métricos (segundo AREZES, 2010, An – 10): Diâmetro do aro – 25,35 mm x 23,88 mm; Diâmetro da mesa – 14,68 mm x 10,39 mm; Espessura média – 2,62 mm.
Cronologias propostas: séculos VI-VII d.C. (proposta por AREZES, 2010).

4. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO CRONO-CULTURAL

A necrópole de Alcoitão é um cemitério composto por sepulturas de inumação, cujos indivíduos eram depostos com escassos ou nenhum espólio funerário, o que é uma característica comum no mundo funerário alto-medieval. Em Alcoitão, apenas foram recolhidos dois jarros cerâmicos, que derivam das formas fechadas de cerâmica comum para conter e servir líquidos, e um anel de bronze decorado datado do século VI-VII d.C. Outra particularidade observada, que também é comum às demais necrópoles da mesma cronologia, foi a da reutilização quase sistemática das sepulturas para mais do que um enterramento, originando a formação de ossários resultantes de inumações anteriores. Estes podiam ou não obedecer a uma seleção prévia, mas denota-se a prática de arrumar os ossos das inumações anteriores antes de se depositar uma nova inumação (Tabela 3). No conjunto das escavações aqui realizadas (1888 e 2001) ter-se-á apurado um total de 37 sepulturas; no entanto, há restos humanos atribuídos a apenas 31, desconhecendo-se o que terá ocorrido com os restos osteológicos de 6 sepulturas, ou se as mesmas não teriam ossos conservados. Não obstante, é de supor que o NMI obtido através do estudo antropológico da coleção desta necrópole – 74 indivíduos – será certamente inferior ao número real de inumações realizadas em Alcoitão.

Tabela 3 – Alcoitão: Indivíduos por sepultura (MEIRA, 2015).

Indivíduos por sepultura	Sepulturas escavadas em 1888	Sepulturas escavadas em 2001	Número de sepulturas (%)
1 indivíduo	5; 11; 18; 26; 29; 33	2; 3	8/31 (25,8%)
2 indivíduos	3; 6; 10; 13; 14; 20; 25; 28; 34; 47		10/31 (32,3%)
3 indivíduos	2; 4; 7; 8; 12; 23; 24; 27	1	9/31 (29,0%)
4 indivíduos	9; 21		2/31 (6,5%)
5 indivíduos	15		1/31 (3,2%)
6 indivíduos	32		1/31 (3,2%)
Sem restos humanos	1; 16; 17; 19; 22; 30; 31		7/37 (18,92%)

É possível que grande parte das sepulturas de Alcoitão fossem estruturadas por esteios laterais e nas extremidades, ou que, pelo menos, fossem cobertas por um número variável de lajes calcárias, normalmente não afeiçoadas. A utilização de argamassas para selar os intervalos entre as lajes foi igualmente identificada. O princípio de orientar invariavelmente todas as sepulturas Este-Oeste relaciona-se com a crença numa vida *post-mortem*: no Dia do Juízo Final, os defuntos erguer-se-iam virados para Nascente onde seriam recebidos pela luz de Deus.
Os dados que nos chegaram não possibilitam a que se possa realizar uma análise da organização interna do espaço cemiterial, pois o único registo possível é o esboço de F. Paula e Oliveira que indicia apenas uma disposição das sepulturas de forma paralela entre si, formando filas. Nesse sentido, há uma clara intenção de organização da necrópole e, subjacente a isso, depreende-se que haveria quem (o poder local ou um conjunto de comunidades) a define-se.
O perfil demográfico que o estudo elementar de Antropologia que foi efetuado permitiu o reconhecimento de 45 indivíduos maturos, entre os quais 17 do sexo masculino, 14 do sexo feminino e 15 de sexo indeterminado. A estes acresce a identificação de 28 indivíduos imaturos e de 1 cuja idade e sexo não foi possível determinar. Seis sepulturas (6, 9, 12, 13, 18 e 34) podem ser consideradas como exclusivamente infantis por conterem apenas esqueletos de indivíduos imaturos. À exceção deste conjunto, verificou-se que uma mesma sepultura poderia ser usada por homens, mulheres e crianças, o que leva a crer que não havia uma intencionalidade em diferenciar os indivíduos no que respeita ao sexo ou à idade. Desconhece-se a relação que os indivíduos inumados poderiam ter entre si, não sendo possível aferir laços de parentesco sem que sejam efetuadas análises de ADN.
O tipo de necrópole, a sua composição demográ-

fica e localização geográfica sugerem que a mesma estaria relacionada com uma pequena comunidade rural. Os trabalhos de prospeção realizados permitiram observar a existência na superfície do terreno de telha, o que pode indicar a presença, nas proximidades, de locais de habitação. As estruturas habitacionais alto-medievais aliavam técnicas de construção com materiais mais duradouros (como a telha e a pedra) a outros perecíveis (madeiras e entramados vegetais) cuja identificação é mais difícil ao olho do prospetor, mas que não implica a sua inexistência. Também é conhecida, para contextos deste período, a proximidade a áreas habitadas, exploradas agrariamente e os locais funerários respetivos (MARTÍN VISO, 2012; QUIRÓS CASTILLO, 2013; VIGIL-ESCALERA GUIRADO, 2007).

Os dados fornecidos pela *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais* (CARDOSO, 1991) e pela plataforma *online* 'Portal do Arqueólogo'[4] indicam que, nas proximidades deste espaço cemiterial está referenciado um outro sítio arqueológico denominado de Casal do Goilão (CNS 11258) que, aparentemente, seria um espaço habitacional de carácter rural. Todavia, a informação disponível não habilita a que se infira a sua dimensão e demais características. Aquando da realização da Carta Arqueológica, Guilherme Cardoso observou a presença de fragmentos de *imbrices* e de cerâmica comum provenientes de um casal agrícola, os quais atribuiu ao período tardo-romano (CARDOSO, 1991, p. 42). No entanto, em 2001, na sequência da construção do Lanço Estádio Nacional / Cascais – Nó de Carcavelos / Nó de Alcabideche da A5, as prospeções sistemáticas realizadas na área do traçado notaram a total destruição do sítio arqueológico, originado pela construção do estaleiro de obra da construção da A5, sem que tenha havido trabalhos de minimização prévios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação destas necrópoles evidencia a prática da inumação que vinha sendo comum no Ocidente desde finais do século III. A sua prática reflete a influência de cultos orientais que sublinhavam a importância de manter a integridade dos corpos para uma vida depois da morte.

A orientação canónica Este-Oeste que se verificou para quase todas as necrópoles do concelho de Cascais prende-se com a crença no Dia do Juízo Final, o que revela não só uma nova atitude perante o enterramento, mas também que a orientação canónica era conhecida e estava bem presente.

Um dos pontos mais problemáticos é a presença de espólio funerário no interior das sepulturas. Os espólios metálicos são os únicos elementos datantes dos enterramentos da necrópole de Alcoitão, balizando-a cronologicamente entre os séculos VI e VII d.C. As normas cristãs incitavam o despojamento material dos indivíduos na hora da morte, mas nota-se uma certa liberdade nas soluções adotadas pelos primeiros cristãos. Os rituais funerários seriam praticados no seio da comunidade e cuja condução era decidida pela família do defunto. Se por um lado, podemos pensar que os jarros cerâmicos indiciam o Batismo no momento da morte, há que considerar também que a presença de espólios no interior das sepulturas reflete a prevalência de antigos hábitos pagãos.

Conclui-se apenas que estas populações rurais encontravam-se efetivamente cristianizadas, mas a sua posição periférica em relação aos influxos culturais e religiosos da cidade (Lisboa), levou a que continuassem demasiado impregnadas pelos costumes ancestrais pagãos. Daí que tenham persistido hábitos antigos e que os rituais fúnebres se desenvolvessem segundo as regras de entidades mais restritas – as comunidades/famílias.

O estudo das necrópoles do concelho de Cascais (Lisboa) permitiu colocar novamente em discussão um conjunto de informações de carácter arqueológico que se davam como "arrumadas".

Os dados que foram possíveis de coligir dão a ideia de um território onde as populações levaram a cabo rituais funerários nos quais se denotam arqueologicamente reminiscências de um Passado pagão. As necrópoles de inumação dos séculos VI e VII caracterizam-se pela diversidade arquitetónica das sepulturas, pela proximidade espacial entre elas respeitando uma orientação canónica Este-Oeste, pela presença de espólios funerários que acompanhavam os defuntos e pelo intenso reaproveitamento de sepulturas para uma sucessão de enterramentos.

Os resultados alcançados permitem, agora, começar a construir uma ideia do que terá sido morrer no concelho de Cascais entre os séculos VI e VII, apesar de os buracos de informação serem ainda consideráveis.

4. Veja-se 'Portal do Arqueólogo': Casal do Goilão http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=54410 [Consultado a 21/5/2015]

O presente poster teve como intuito rever os dados disponíveis da necrópole de Alcoitão e permitir integrar este fenómeno funerário no processo histórico da sociedade rural alto-medieval portuguesa. Espera-se ainda que este trabalho possa estimular estudos neste mesmo sentido que integrem metodologias interdisciplinares que propiciem novos dados e novas leituras de velhas necrópoles.

BIBLIOGRAFIA

AREZES, Andreia (2010) – *Elementos de adorno altimediévicos em Portugal (séculos V a VIII)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Policopicado.

CARDOSO, Guilherme (1991) – *Carta Arqueológica de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José d' (2001) – *Relatório das Sondagens Realizadas na Área de Protecção da Necrópole de Alcoitão (Concelho de Cascais)*. Disponível na Biblioteca de Arqueologia da Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

HERRMANN, Bernd; GRUPE, Gisela; HUMMEL, Susanne; PIEPENBRINK, Hermann; SCHUTKOWSKI, Holger (1990) – *Prähistorische Anthropologie. Leitfaden der Feld- und Labormethoden*. Berlin: Springer-Verlag.

MARTÍN VISO, Inaki (2012) – Enterramientos, memoria social y paisaje en la Alta Edad Media: propuestas para un análisis de las tumbas excavadas en roca en el centro-oeste de la Península Ibérica. *Zephyrus: Revista de Prehistoria y Arqueología*. Vol. LXIX. Salamanca: Universidad de Salamanca, pp. 165-187.

MEIRA, Catarina (2015) – As necrópoles alto-medievais do concelho de Cascais (Séculos VI e VII). Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado.

OLIVEIRA, F. P. e (1888-1892) – *Antiquités préhistoriques et romaines des environs de Cascaes*. Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos. Tomo II. Lisboa: Academia Real das Sciencias, pp. 82-107.

PAÇO, Afonso do (1960) – Vestígios de influência germânica no concelho de Cascais. *Separata da revista Bracara Augusta*. Volume IX. Braga: Câmara Municipal de Braga, pp. 30-40.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (ed.) (2013) – El poblamiento rural de época visigoda en Hispania. Arqueología del campesinato en el interior peninsular. *Documentos de Arqueología Medieval 6*. Bilbau: Universidad del País Vasco.

SILVA, Ana Maria (1993) – *Os restos humanos da gruta artificial de São Pedro do Estoril II: Estudo antropológico*. Relatório de investigação em Ciências Humanas. Coimbra: Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra. Policopiado.

SILVA, Ana Maria (2002) – *Antropologia funerária e paleobiologia das populações portuguesas (litorais) do Neolítico Final/Calcolítico*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia Biológica. Coimbra: Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Policopiado.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2007) – Granjas y aldeas altomedievales al Norte de Toledo (450-800 D.C.). *Archivo Español de Arqueología*. Vol. 80. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 239-284.

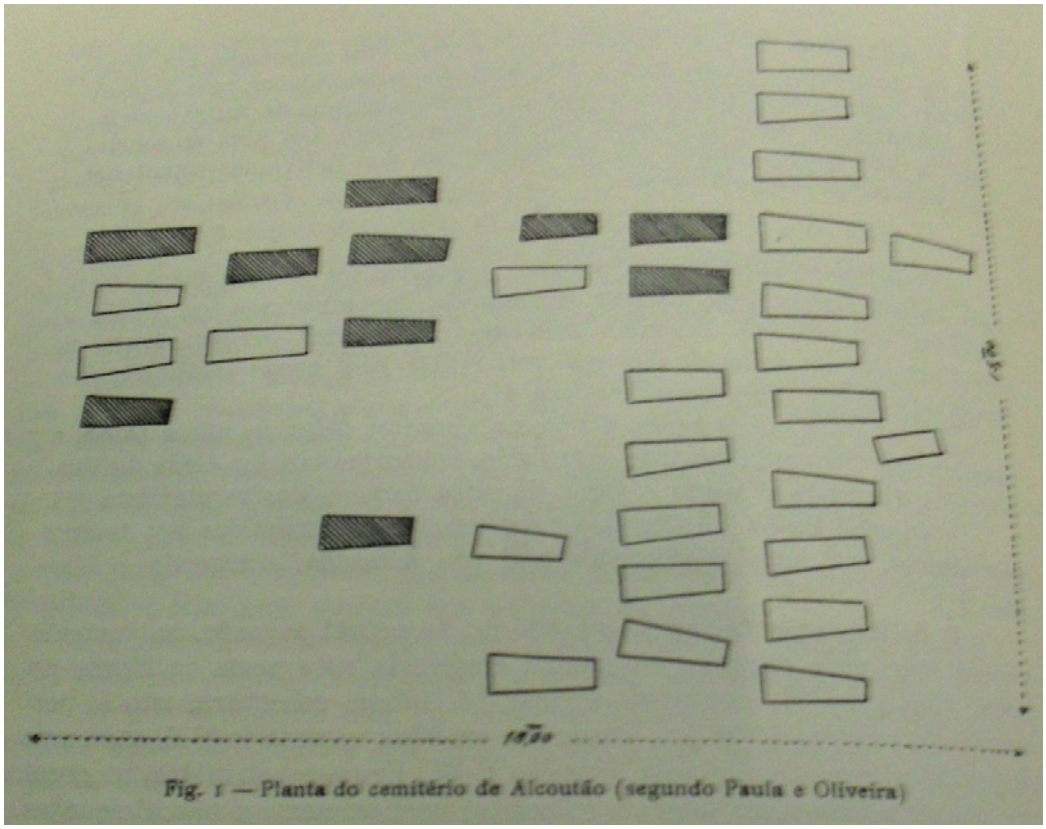


Figura 1 – Planta da necrópole de Alcoitão. A negro, as sepulturas que ainda mantinham lajes de cobertura, Autor: Francisco Paula e OLIVEIRA, 1888-1892, pl. I: fig. 1.



Figura 2 – *Sepultura A* à data dos trabalhos de campo realizados pela autora, Autor: Catarina MEIRA (autora), 2015.



Figura 3 – *Sepultura 1*, Autor: Guilherme CARDOSO e José d' ENCARNAÇÃO, 2001.

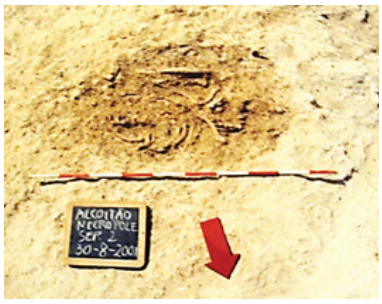


Figura 4 – *Sepultura 2*, Autor: Guilherme CARDOSO e José d' ENCARNAÇÃO, 2001.



Figura 5 – *Sepultura 3*, Autor: Guilherme CARDOSO e José d' ENCARNAÇÃO, 2001.

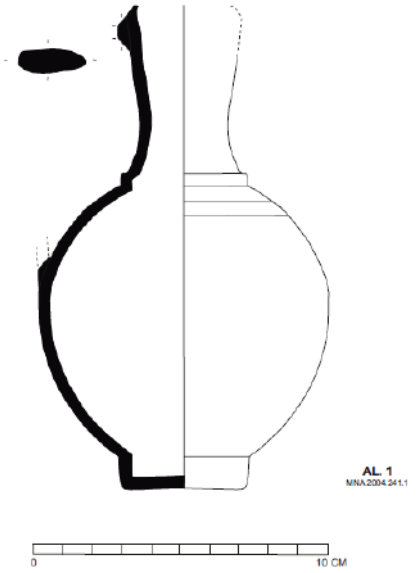


Figura 6 – Desenho do jarro AL. 1, Autor: Catarina MEIRA (autora), 2015.

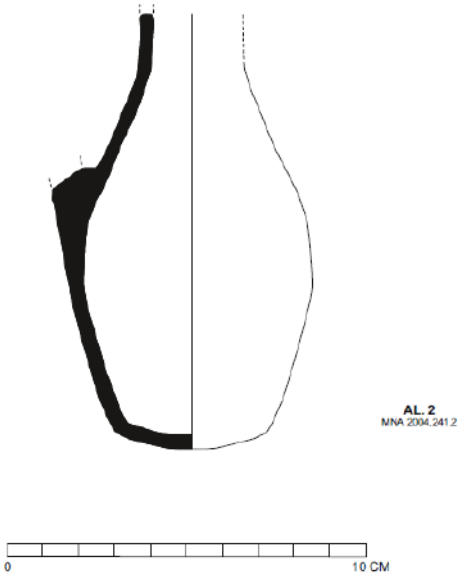


Figura 7 – Desenho do jarro AL. 2, Autor: Catarina MEIRA (autora), 2015.



Figura 8 – Desenho do anel AL. 3, Autor: Andreia AREZES, 2010, Est. LXXII: 208.

PAISAGEM E ESTRATÉGIAS DO POVOAMENTO RURAL ROMANO E MEDIEVAL NO TROÇO MÉDIO DO VALE DO GUADIANA

João António Ferreira Marques[1]

RESUMO

Através da informação disponível para o conjunto de sítios arqueológicos intervencionados, situados nos actuais municípios ribeirinhos portugueses da barragem de Alqueva, constantes no sistema de informação Endovélico, nos relatórios e nas monografias dos trabalhos entretanto publicadas, pode efectuar-se uma síntese analítica da evolução do povoamento rural neste território, nomeadamente para os períodos romano e medieval.

As intervenções efectuadas nesta área regional num conjunto muito significativo de ocorrências arqueológicas, desenvolvidas desde meados dos anos 90 do século XX, permitiram verificar quais as alterações e persistências na paisagem e nas estratégias de povoamento. Revelaram assim contextos que não costumam ser objecto da investigação arqueológica tradicional, nomeadamente para o período de transição entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média.

Palavras-chave: Barragem de Alqueva, Povoamento rural, Antiguidade Tardia, Alta Idade Média.

ABSTRACT

Through the information available for the set of archaeological sites located in the Portuguese municipalities bordering the Alqueva dam and included in the Endovélico information system, in the reports and monographs of the works published recently, it is possible to make an analytical synthesis of the evolution of rural settlement in this territory, especially for the Roman and medieval periods. The interventions carried out in this regional area in a very significant set of archaeological occurrences, developed since the middle of the 90s of the 20th century, allowed to verify the changes and persistence in the landscape and the settlement strategies. In this way, they revealed contexts that are not generally the object of traditional archaeological research, especially for the transition period between Late Antiquity and the High Middle Ages.

Keywords: Alqueva dam, Rural settlement, Late Antiquity, High Middle Ages.

1. ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

O conjunto dos sítios arqueológicos aqui analisados deve o seu estudo à construção da barragem de Alqueva no final dos anos noventa do século XX e ao respectivo programa de minimização de impactes arqueológicos que teve como objectivo diagnosticar o valor científico e patrimonial de algumas centenas de sítios, bem como efectuar o registo dos contextos mais relevantes. A estratégia de intervenção encontrava-se enquadrada no referido programa que condicionou os resultados obtidos, quer por questões processuais, técnicas e temporais, quer pela própria natureza e localização dos sítios na albufeira, tendo sido escavadas somente estações situadas até à cota 152 m, correspondente ao nível pleno de armazenamento.

A área abrangida pelos trabalhos arqueológicos desenvolvidos em território português situa-se nos concelhos de Alandroal, Reguengos de Monsaraz, Portel e Mourão, no distrito de Évora, e de Moura, no distrito de Beja, localizando-se na região do Alentejo, no Sul de Portugal (Figura 1).

As intervenções realizadas neste conjunto muito

1. CHAIA/UÉ e CEAACP/UC-UP-CAM; jmarques64@gmail.com

significativo de ocorrências arqueológicas situadas em meio rural, revelaram contextos que não costumam ser objecto da investigação arqueológica tradicional, nomeadamente para o período de transição entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média.
Através da informação disponível para o conjunto de sítios intervencionados, situados administrativamente nos actuais municípios ribeirinhos portugueses do regolfo de Alqueva, constantes no Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica da Direção-Geral do Património Cultural, bem como presente nos relatórios e nas monografias dos trabalhos entretanto publicados, pode efectuar-se uma síntese analítica da evolução do povoamento rural neste território.

2. CONTEXTO GEOGRÁFICO

A região de estudo é dominada pelo rio Guadiana, um dos maiores rios da Península Ibérica com uma extensão de cerca de 780 km, ocupando a sua bacia hidrográfica uma superfície de cerca de 61000 Km^2, que apresenta caudais sazonais irregulares, que originam cheias catastróficas ou estiagens prolongadas sem periodicidade fixa, atravessando áreas com características climatéricas semi-áridas e afectadas por impacte antrópico recente, apresentando um comportamento hidrológico similar ao dos *widian* das áreas desérticas do norte de África e da Península Arábica (Angelluci, 2003, p. 6).
Do ponto de vista geológico, esta área integra-se na denominada "Zona de Ossa-Morena" que abrange, não só parte do actual Alentejo, como da confinante *Extremadura* espanhola, formada por rochas metamórficas paleozóicas, acompanhadas por rochas ígneas e por coberturas sedimentares terciárias e quaternárias (Angelluci, 2003, p. 8). Do ponto de vista geomorfológico, esta área corresponde à peneplanície do Alentejo na qual o rio Guadiana é o elemento morfológico dominante que corre num vale entalhado, onde interrompe o extenso planalto alentejano. Nesta área surge em amplos meandros encaixados e limitados pelas encostas do vale fluvial, caracterizado pela presença de um sistema de terraços aluviais quaternários (Angelluci, 2003, p. 9).
A maioria dos solos são esqueléticos com elevados riscos de erosão, apresentando afloramentos rochosos e muito baixa fertilidade: não produzem, sendo maioritariamente rochosos ou constituídos por mato. No entanto, entre Reguengos de Monsaraz e Monsaraz, existe uma extensa mancha de solos mediterrânicos com uma fertilidade boa e sem problemas de erosão.
A região tem clima mediterrânico com influência atlântica, proporcionando verões quentes e secos e invernos curtos e chuvosos, sendo a precipitação total anual entre os 600 e os 700 mm e a temperatura média de 16º mas com amplitudes térmicas de cerca de 25º. Dada a ausência de estudos do clima antigo e da vegetação da área de estudo do troço médio do vale do Guadiana, por dificuldades na obtenção de amostras viáveis, só é possível extrapolar resultados de investigações de áreas regionais limítrofes.
De acordo com Paula Queiroz (1999, pp. 204-205), no Holocénico Recente estabelece-se «um novo ciclo paleoclimático, iniciado com uma fase de clima húmido a hiper-húmido, passando posteriormente a períodos gradualmente mais secos».
Numa abordagem paleobotânica das regiões do nordeste do Mediterrâneo, Beaulieu *& alii* (2005, pp. 114-126) consideram ter eventualmente havido um período húmido no prelúdio da Idade do Ferro (ca 2900 – 2300 BP) e um aumento de seca no Período Romano. Estabelecem e precisam que dois períodos da nossa era, um situado entre 820 e 1075 e outro, entre 1220 e 1360, correspondem ao período quente e seco medieval, em que estas condições climatéricas são síncronas com uma mudança agrícola, com a expansão da cultura da oliveira e da vinha na Península Ibérica.
Também o estudo de sedimentos marinhos pouco profundos (nas vertentes geológicas e biológicas) permitiu identificar as variações climáticas dos últimos dois mil anos, provenientes da bacia de deposição do rio Tejo junto a Lisboa (Abrantes *& alii*, 2005, pp. 2477-2494). Para o "Período Quente Medieval" (entre 550 e 1300) identificou-se aqui a diminuição do fluxo de água do rio Tejo, enquanto para a "Pequena Idade do Gelo" (entre 1300 e 1900) se sugere o aumento das descargas do rio resultantes de uma maior pluviosidade.

3. PAISAGEM E POVOAMENTO RURAL DO SUDOESTE PENINSULAR

A paisagem não existe sem o tempo e a sua historicidade é uma peça chave para o debate sobre a relação de paisagem arqueológica com o que se pode genericamente definir como sociedades ou economias camponesas (Ruiz, 1998, p. 7), procurando-se ela-

borar, a partir do registo arqueológico, uma história amadurecida da paisagem (Ortega, 1998, p. 45).

Se a arqueologia da paisagem, como paradigma arqueológico, procura analisar através da cultura material a dimensão espacial dos grupos humanos, em que a paisagem actual é uma parte do registo arqueológico, correspondendo à forma mais visível dum objecto produzido pelos grupos humanos do passado e do presente, o conceito de paisagem, por oposição ao determinismo do espaço, pode ser definido não como o meio ambiente exterior e estranho aos grupos humanos, mas antes como uma construção social e cultural: algo que se construiu, manejou, apropriou e ordenou material e conceptualmente (Clarke, 1977, pp. 11-14).

Para Chris Wickham (2002, p. 12), os sítios rurais encontram-se demasiado sujeitos às diferenças micro-regionais tendo em conta a ecologia, a geografia económica e as relações sociais, sendo portanto difícil impor uma única explicação sobre as suas alterações.

A principal dificuldade para a análise da evolução rural em Portugal entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, nomeadamente no decurso da formação do Al-Andalus, é a quase inexistência de estudos arqueológicos centrados ou dirigidos na investigação dessa problemática. Para a elaboração de um modelo teórico serão necessários mais dados e estudos arqueológicos que permitam assim sistematizar o povoamento em territórios geograficamente coerentes (Gómez Martínez, 2015, p. 108).

A questão da reconstituição da paisagem no actual território português no Período Romano e na denominada Alta Idade Média, foi objecto de uma sistematização por parte de Jorge de Alarcão (1998). Propõe para a generalidade do território concebermos «uma paisagem tardo-romana, suévica e visigótica de aldeias e casais, granjas e *villae* sem grande integração mas progressivamente polarizada pela fundação de igrejas, seculares ou monásticas» (Alarcão, 1998, p. 117). Mas, de facto, na Alta Idade Média, em presença de um território aberto, vai impor-se um complexo território dominial, compartimentado e sujeito a impostos e servidões, polarizando em torno de uma igreja, com os seus fregueses e distintos dos fiéis de outra igreja, criando divisões discretas na paisagem e territórios «demarcados que fronteiravam pelas cumeadas dos montes, pelas ribeiras divaguantes ou entestavam nas carrarias antigas» (Alarcão, 1998, p. 113). Enquadram-se aqui, em Alcoutim, os casos referidos por Helena Catarino (1997/1998, p. 545) do Montinho das Laranjeiras, «uma villa romana que se transformou em mosteiro visigótico e moçárabe», e de Clarines, «uma possível aldeia/paróquia visigótica, também com população moçárabe no período muçulmano».

A crise que sobreveio ao século V acabaria por ser fatal ao sistema mundo do Império Romano do Ocidente onde, a partir de então, o espaço mediterrânico entrou em contínua transformação. Para além das modificações de organização política e socioeconómica do Império Romano, a dinâmica histórica não se cristalizou. Esta dinâmica coincidiu não só com a desagregação do Império do Ocidente no século V, como também com a luta expansionista do Império do Oriente pela hegemonia do imenso espaço do Mediterrâneo no século VI, vendo-se superado no século VII, primeiro pelos Sassânidas e, depois, pelos Árabes.

Não podemos aqui deixar de referenciar a importância da regressão demográfica na organização do povoamento, na mudança da composição da sociedade e da sua estrutura, que levou ao fim do sistema esclavagista, com implicações no sistema de produção, e que conduziu a uma concentração populacional em pequenos núcleos, ou centro urbanos, ou mesmo, ao abandono de cidades inteiras. Este era um mundo auto-suficiente, ruralizado, pouco monetizado e centrado num comércio local, no qual persistiam, contudo, trocas de longo curso.

A peste bubónica terá sido um importante factor conjuntural na instabilidade e desagregação do Mediterrâneo na Antiguidade, cuja demografia ocidental, entre o século VII e a primeira metade do século VIII, deve ter conhecido o seu ponto mais baixo desde o Alto Império Romano, segundo Le Goff & Biraben (1969, pp. 1499). Entendem estes investigadores que se pode especular sobre os efeitos demográficos, financeiros e políticos que a peste justiniana produziu no vasto espaço em que tocou.

Mas se para a Hispânia da Antiguidade Tardia ainda não foram identificados contextos ou provas materiais que demonstrem sem ambiguidade a existência de peste bubónica, as fontes escritas indicam que foi atingida pela peste de 541-543 e que no século e meio seguinte teve pelo menos três surtos (Kulikowski, 2007, p. 150).

Em finais do século VII, a economia hispânica deveria encontrar-se em condições precárias, fazendo Pedro Chalmeta referência a uma grande fome no reinado

de Ervígio e, já no século VIII, para além da epidemia de peste bubónica de 693 e a outra grande fome entre 707 e 709 que causou imensa mortandade, na qual, segundo a crónica de 754, teria morrido metade da população (Chalmeta Gendrón, 2003, p. 73).

A visão da paisagem rural tardo-romana proposta por Jorge de Alarcão (1998, pp. 113, 117), de aldeias e casais, granjas e *villae*, sem grande integração, mas progressivamente polarizada pela fundação de igrejas, seculares ou monásticas, parece constatar-se até certo ponto na área estudada, se bem que faltem evidências de locais de culto. Só foi identificado um possível local, constituído pela ermida identificada no Convento do Alcance, em Mourão, mas ao qual foi atribuída uma cronologia Baixo Medieval. Na Alta Idade Média, vai impor-se um território dominial, compartimentado e sujeito a impostos e servidões, centrado em torno de uma igreja, criando divisões discretas na paisagem e territórios.

Sobre esta questão do povoamento rural (Boone, 2001, pp. 119-120), em Mértola constatou-se que nos sítios rurais existiu uma variável continuidade da cultura material e que, entre os séculos VI e IX, surgiram na paisagem pequenas granjas e vilas de carácter medieval.

Na maior parte dos sítios rurais da região de Beja, pelo menos até ao século XI, verifica-se o prolongamento de protótipos anteriores (Macias, 2006, p. 124), o que se encontrará relacionado com o substrato populacional indígena original e com a continuidade da classe terra-tenente até à adopção desses modelos pelas novas elites que se instalaram regionalmente. Não se pode, contudo, pressupor que o povoamento islâmico tenha decalcado a realidade, do de origem romana.

Também Pérez Aguilar (2013, pp. 7-9), ao abordar a problemática das alcarias (*al-qurà*), apresenta uma proposta para a diferenciação descritiva dos sítios rurais no Al-Andalus em que distingue quatro ordens ou categorias de sítios rurais. A primeira, corresponde a realidades arqueológicas semelhantes a povoados, aldeias e lugares (com casario). A segunda categoria, não confinada a pequenas áreas, onde há uma clara predominância de actividades de exploração económica da envolvente sobre aquelas de carácter comunitário, na qual se podem incluir os *montes alentejanos (maŷāšir*) ou granjas (*raḥāl*). A terceira categoria, corresponde a sítios rurais de planta dispersa, resultado da combinação de várias entidades populacionais, próximas e interrelacionadas funcionalmente, cuja planta se encontra fragmentada por certos itens. Por fim, a quarta categoria, corresponde a sítios de controlo territorial, geralmente de carácter estatal, que podem encontrar-se integrados numa rede de assentamentos rurais como os atrás referidos, tratando-se na maioria dos casos de torres-atalaias (*burūŷ*), castelos ou recintos fortificados (*ḥusūn*).

Deve-se ter presente que a base fundamental do *ḥiṣn* e das *qurà* é o tipo de povoamento, em que os habitantes são fundamentalmente camponeses (Franco Moreno, 2008, p. 512).

O povoamento disperso da Antiguidade Tardia / Alta Idade Média e Período Islâmico Emiral dá lugar a povoados de maiores dimensões nos séculos XI e XII, situação que não se parece constatar na área da barragem de Alqueva, devido às limitações da área de estudo (cota do NPA de 152 m) que poderão ter deixado de fora povoamentos concentrados, situados em altura, em áreas mais elevadas (Gómez Martínez, 2015, p. 131).

4. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NO TROÇO MÉDIO DO VALE DO GUADIANA

4.1. Sítios romanos (Blocos 10, 11 e 12)

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito do "Bloco 10 – Ocupações romanas da margem direita do Guadiana: Alandroal e Reguengos de Monsaraz até ao Álamo", tiveram como objectivo estudar as ocupações romanas da margem direita do Guadiana nos actuais concelhos do Alandroal e de Reguengos de Monsaraz até à Ribeira do Álamo. Inicialmente, encontravam-se atribuídos 13 sítios a este Bloco, mas acabaram por ser intervencionados apenas dez, a saber: Monte Branco 2 (CNS 5266), Outeiro do Castelinho 2 (CNS 13566), Moinho do Roncanito 2 (CNS 13572), Foz dos Pardais 1 (CNS 13583), Xerez de Baixo 13 (CNS 13597), Alto da Azenha d'El Rei 3 (CNS 13603), Monte do Anastácio Manuel 7 (CNS 13611), Monte do Anastácio Manuel 3 (CNS 13613), Lameira 1 (CNS 13617) e Lameira 5 (CNS 16296) (Figura 2).

Como corolário destes trabalhos foi finalmente publicada, em 2013, a respectiva monografia (Gomes, Brazuna & Macedo, 2013) que procurou estudar o território como um todo.

Os trabalhos desenvolvidos permitiram distribuir os sítios de acordo com quatro tipos de modelos ocupacionais, nomeadamente: povoados defensi-

vos, *villa*, granja e pequenos sítios (Gomes, Brazuna & Macedo, 2002, p. 134).

No conjunto dos sítios intervencionados não foram encontradas evidências de ocupações tardo-romanas e alto-medievais, ou seja a sua cronologia Imperial Romana plena afasta-os do horizonte cronológico desta investigação. No entanto, deve destacar-se a importância evidenciada pela mineração e metalurgia nos sítios de Outeiro do Castelinho 2 (CNS 13566) e a *villa* fortificada de Outeiro do Castelinho 1 (CNS 19659), situados junto à ribeira de Lucefecit. O Outeiro do Castelinho 2 apresentou possíveis fornos de fundição que, apesar de muito afectados pelos trabalhos agrícolas, forneceram um pendente de bronze em forma de mão esquerda aberta. Neste âmbito da mineração e de outras actividades económicas complementares, há ainda a referir o importante complexo constituído pelo sítio Xerez de Baixo 13. Também no sítio Lameira 1, *habitat* localizado num terraço fluvial do rio Guadiana, foi identificado um fragmento de cerâmica comum datada dos séculos V-VII d.C.

O projeto enquadrado pelo "Bloco 11 – Ocupações Romanas afectadas pelo Regolfo de Alqueva (Reguengos de Monsaraz e Portel)" intentou investigar e compreender a provável interligação de algumas estações arqueológicas seleccionadas com o Castelo da Lousa (CNS 42), situado na margem oposta do Guadiana, imediatamente em frente e com a designada "rota do minério". Das 24 estações inicialmente previstas foram seleccionadas e intervencionadas 18 do Período Romano (22, se considerando autonomamente os vários núcleos), situadas todas elas do lado direito da margem do Guadiana, da foz da ribeira do Álamo à foz do rio Degebe. Dado que a monografia não chegou a ser publicada, exceptuando-se os relatórios finais e as fichas de sítio, são escassas as referências bibliográficas disponíveis (ver Faria, 2002, pp. 139-144).

A maioria dos sítios intervencionados pelo Bloco 11 situam-se no concelho de Reguengos de Monsaraz e, de uma forma geral, foram sobretudo efectuadas sondagens de diagnóstico para aferição da tipologia, dimensão e cronologia, nomeadamente a partir do espólio associado.

Verifica-se que, na generalidade dos casos, os sítios apresentavam uma estratigrafia diminuta e muito alterada, pois ao longo do tempo foram afectados pelos trabalhos agrícolas ou pelas alterações no uso do solo, encontrando-se, na maioria dos casos, os vestígios das estruturas murárias apenas ao nível das fundações que, por vezes, permitem identificar, ou pelo menos indiciar, a respectiva compartimentação ou os ambientes em causa.

Refira-se que em vários sítios se identificaram à superfície os materiais de construção, pétreos e cerâmicos, de edifícios que se encontravam já completamente destruídos.

A situação do estado de conservação dos sítios é bastante limitativa no que concerne ao estudo da arquitectura dos assentamentos, mas, também, para o estudo dos contextos associados e para a atribuição da cronologia rigorosa dos mesmos. No âmbito das conclusões apresentadas por João Carlos Faria em 2002, (pp. 143-144), foram definidos dois horizontes cronológicos para as ocupações estudadas no âmbito do Bloco 11. Para o Período Romano evidenciou os sítios situados na área de Pego do Lobo – Charnequinha (CNS 16326) e Vinha do Pego do Lobo (CNS 16332) – e na área da Defesinha, com uma dimensão de cerca de 2,5 hectares, propondo, dada a sua densidade, que este conjunto constituía um aglomerado maior: Defesinha 1 – Núcleo 1 (CNS 13565), Defesinha 1 – Núcleo 2 (CNS 13567), Defesinha 1 – Núcleo 3 (CNS 13568) e Defesinha 16 (CNS 13576).

No horizonte alto-medieval foram igualmente integrados sítios localizados nessas duas áreas, nomeadamente na primeira, Defesinha 4 – Núcleo 1 (CNS 13579) e Defesinha 4 – Núcleo 2 (CNS 13573), o que poderá atestar alguma continuidade nas ocupações, bem como outros sítios: Duquesa 4 (CNS 13575), Cismeira 6 (CNS 13569), Cismeira 8 (CNS 13570), Carreira de Cavalos 3 (CNS 13574) e Carreira de Cavalos 5 (CNS 13571), bem como os eventuais *habitat* de Seita 7 (CNS 16316), Monte Barbosa de Cima 1 (CNS 20963) e Espinhaço 17 (CNS 16315), Espinhaço 14 (CNS 16300), Monte Roncanito 11 (CNS 16314) e Monte Roncão 2 (CNS 16309), a que se encontrava associada uma estrutura de apoio em Monte Roncão 3 (CNS 16312).

Há ainda a referir a eventual necrópole de Monte Musgos 7 (CNS 16329) e a necrópole do Pego do Lobo de Lá (CNS 16323), relativamente à qual subsistem questões relacionadas com a interpretação da deposição e orientação dos corpos.

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito do projecto do "Bloco 12 – Romano – Margem esquerda do Guadiana (Moura e Mourão)" tiveram como objectivo prioritário conhecer melhor a estratégia de povoamento romano no Alentejo, particu-

larmente nesta região, que ainda integra o território de *Pax Iulia*.

Partindo do levantamento arqueológico previamente efectuado pela EDIA (Silva, 1996), seleccionaram-se alguns dos 18 sítios inicialmente previstos para realização de trabalhos de prospecção geoeléctrica e/ou geomagnética, variando as áreas analisadas entre os 0,6 e os 1,5 ha (Lopes, 2013, p. 23): Monte do Judeu 7 (CNS 16363), Monte das Farias 2 (CNS 16347), Monte dos Serros Verdes 3/Serros Verdes 8 (CNS 13561), Monte da Charneca 4 (CNS 13587), Monte da Charneca 12 (CNS 13580) e Luz 3 (CNS 16364).

Por se ter verificado que se encontrava em cota superior ao nível pleno de armazenamento da barragem, não foi intervencionado São Leonardo 4 (CNS 21171), cujos vestígios circundavam a capela com esse patrono. Pela mesma razão foram suspensos os trabalhos no *habitat* do Monte do Conde 3 (CNS 21361) já depois de iniciados (Lopes, 2013, p. 24).

Foram assim intervencionados, nomeadamente através da execução de sondagens arqueológicas, os dez sítios seguintes: Monte da Charneca 4, Monte dos Serros Verdes 3 / Serros Verdes 8, Luz 3, Monte das Lebres 1 (CNS 13582), Monte das Farias 2, Monte da Charneca 12, Monte do Judeu 7, Piçarras 1 / Monte das Piçarras 2 (CNS 16365), Monte do Conde 3, Ratinhos 2 / Monte Novo do Ratinho 2 (CNS 16360).

As estações estudadas nesta área do regolfo de Alqueva encontram-se localizadas em cabeços junto ao rio Guadiana ou nas imediações de linhas de água tributárias, como o Alcarrache ou o Zebro e apresentavam na generalidade, mau estado de conservação. Correspondiam a pequenas unidades económicas, casais rurais que no Período Romano se dedicaram sobretudo à agricultura e a outras actividades artesanais relacionadas com a mineração e transformação dos metais. Estas últimas actividades encontram-se atestadas pela quantidade de escórias de ferro e de cobre registada nos vários sítios, nomeadamente no Monte do Conde 3 e no Monte das Lebres 1, bem como pela eventual forja escavada em Charneca 4 (Lopes, 2013, p. 37).

Neste contexto, não pode deixar de se referir a necrópole tardo-romana de Monte das Farias 2. Para além deste último, não foram detectados outros sítios enquadrados cronologicamente na Antiguidade Tardia.

4.2. Sítios medievais e modernos (Blocos 13, 14 e 15)

Tendo em vista a minimizar os impactes negativos decorrentes da construção da barragem de Alqueva, o "Bloco 13 – Medieval – Moderno (Alandroal e Reguengos de Monsaraz)", até à ribeira do Álamo, foram intervencionados 14 sítios, – quando inicialmente se encontravam previstos 13 –, sendo apresentados pela ordem com que são expostos na monografia dos trabalhos entretanto publicada (Ferreira, 2013): Moinho da Volta 8 (CNS 13639), Moinho da Volta 9 (CNS 13593), Moinho da Volta 13 (CNS 13589), Monte do Touril de Agosto 1 (CNS 13586), Outeiro do Pombo 4 (CNS 13581), Moinho da Volta 1 (CNS 13591), Moinho da Volta 2 (CNS 13585), Monte dos Currais 1 (CNS 13594), Malhada das Taliscas 5/11 (CNS 16311) e Miguéns 1/13 (CNS 16313). Note-se que o referenciado na monografia Monte dos Cabeços 1 (CNS 15274), se localiza no concelho de Ferreira do Alentejo e foi intervencionado fora do âmbito geográfico destes trabalhos, pelo que não será abordado. Acrescem ainda outros sítios que, apesar de terem sofrido trabalhos de minimização, não integraram a monografia, a saber: Cerro dos Mouros (CNS 13588), Monte do Anastácio Manuel 4 (CNS 16298), Monte do Anastácio Manuel 5 (CNS 16299) e Xerez de Baixo 37 (CNS 16308) (Figura 3).

Os pequenos sítios rurais intervencionados neste projecto constituem um relevante contributo para o conhecimento do povoamento rural da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média na região em questão. Estes apresentam características tipológicas únicas, muito interessantes, bem como analogias com alguns dos sítios estudados no âmbito dos trabalhos do Bloco 14. No entanto, algumas das conclusões apresentadas no estudo monográfico, nomeadamente no que concerne à cronologia atribuída a algumas das estações, levantam alguma discussão e requerem aprofundamento.

Destacam-se os dois *habitat* rurais escavados no concelho do Alandroal, Moinho da Volta 1 e Moinho da Volta 2, que apresentam um programa arquitectónico com características similares, como os poiais (em nosso entender, possíveis lareiras) e poiais/leitos, encontrando-se em ambos os casos documentado o derrube da cobertura em telha, relativo ao seu abandono. Neste conjunto poderá ser ainda enquadrado o sítio Malhada das Taliscas 5/11, também no Alandroal (Figura 4).

O Monte dos Currais 1, situado no concelho de Reguengos de Monsaraz, apresenta uma organização arquitectónica complexa que, com os seus cinco ambientes e a possível inumação infantil, faz lembrar o

sítio Cabeçana 4 escavado no âmbito do Bloco 14, onde a datação tardia obtida através de C^{14} (abandono em meados dos séculos XI-XII) levanta questões quanto à sua cronologia de ocupação e abandono, não se considerando razoável que esse espaço se mantivesse sem grandes alterações na sua cultura material desde meados do século VII até àquela data. Estes *habitat* poderão corresponder a pequenos casais agrícolas alto-medievais, nos quais um agregado familiar garantiria o seu sustento através da exploração dos recursos locais.

Na área abrangida pelos trabalhos arqueológicos do "Bloco 14 – Medieval / Moderno – Bacia do Degebe e Reguengos a sul do Álamo (Reguengos de Monsaraz e Portel)" os objectivos a alcançar relacionavam-se com a caracterização de 33 sítios atribuídos aos Períodos Medieval e Moderno, identificados durante as prospecções preliminares compiladas no Quadro Geral de Referência (Silva, 1996 e 1999). Foi avaliado o respectivo valor científico e patrimonial e, numa fase posterior, efectuada a recolha e registo exaustivo da informação das estações mais significativas. Estes trabalhos foram entretanto objecto de publicação da respectiva monografia (Marques & alii, 2013).

Inicialmente efectuou-se o reconhecimento e reavaliação dos sítios, executando-se sistematicamente sondagens de diagnóstico para aferir o respectivo valor científico, ponderando quais deveriam ser objecto de alargamento das sondagens ou de escavação em área. Foram intervencionados 29 sítios, pois Perdigueiros 1 (CNS 27470), em Portel, não foi localizado, muito possivelmente por ter sido surribado para plantação de pinheiros, tendo-se verificado no decurso das relocalizações que outros três locais se encontravam fora da cota máxima de enchimento da albufeira, 152 m: Monte Roncanito 1 (CNS 20993), Monte Roncanito 3 (CNS 20995) e Monte Musgos 10 (CNS 27793).

Nos sítios afectos ao Bloco 14, as várias intervenções permitiram diferenciar quatro locais que, no Quadro Geral de Referência do Alqueva (Silva, 1996), se encontrava atribuídos genericamente aos Períodos Medieval ou Moderno. A reavaliação das estações Monte Roncão 11 (CNS 16354), Monte Roncanito 4 (CNS 16384), Espinhaço 9 (CNS 16381) e Monte Roncanito 2A (CNS 16379), permitiu corrigir a sua cronologia, verificando-se que as suas ocupações datavam da Idade do Ferro.

Não integram ainda esta análise os seguintes *habitat* intervencionados com cronologias atribuídas ao Período Moderno/Contemporâneo: Monte Roncanito 5 (CNS 17274), Monte Roncanito 23 (CNS 13598) Rocha da Gramacha 2 (CNS 13592), Monte da Tapada 40 (CNS 16346) e Monte do Balanco (CNS 16377), assim como estruturas etno-arqueológicas interpretadas como abrigo, como é o caso do Monte Roncanito 26 (CNS 27810), ou como "chafurdos": Monte Roncanito 17 (CNS 13616), Monte Barbosa 7 (CNS 13595) e Espinhaço 6 (CNS 20982).

No conjunto dos sítios intervencionados o Cabeçana 4 (CNS 13599) revelou-se um dos mais relevantes, dada a dimensão e estado de conservação, onde foi possível identificar dois núcleos de ocupação, certamente relacionados entre si. As técnicas de construção apresentavam alguma diversidade, inclusivamente no mesmo espaço, o que evidencia a capacidade de adaptação e o carácter moldável destes modelos arquitectónicos. Corresponderá a um assentamento rural de uma pequena comunidade que funcionava como espaço de habitação rural permanente de uma eventual família alargada. Esta estrutura deteria alguma capacidade de armazenar excedentes agrícolas, expressa na abundância de grandes contentores que, por sua vez, evidenciam a possível existência de uma exploração agrícola de razoáveis dimensões (Figura 5).

Quanto à cronologia da sua construção, à duração da ocupação e do seu abandono, aponta-se para uma ocupação contínua desde meados do século V, não se identificando sinais de destruição violenta, nem se constatando uma progressiva diminuição do espaço ocupado, mas sim a adaptação do espaço a novas necessidades e condições que levaram à divisão de alguns ambientes, criando uma diferente compartimentação dos espaços. O seu abandono, por volta de finais do século VIII, poderá ter acontecido rapidamente, não se verificando uma progressiva diminuição do espaço ocupado.

O sítio Espinhaço 7 (16382) encontrava-se muito destruído, mas ainda assim revelou uma estrutura de *habitat* com escasso e muito fragmentado espólio cerâmico, abundante presença de fabricos manuais e de torneado lento e de cozeduras redutoras e irregulares. Estes indicadores, bem como a presença de um fragmento de tégula, levaram a enquadrá-lo de forma genérica na Alta Idade Média, entre os séculos VI e VIII.

Na proximidade deste sítio arqueológico, junto da mesma linha de água tributária do rio Guadiana, encontra-se o Espinhaço 11 (CNS 16356), porventu-

ra um *habitat*, do qual somente restava o material que eventualmente constituiu os muros da sua estrutura, como pedras em quartzo e xisto e a cerâmica de construção constituída por fragmentos de telha. Datou-se o sítio, de forma genérica, na Alta Idade Média, tendo por base a elevada percentagem de fabricos manuais e de torneado lento.

As sondagens efectuadas no sítio Monte Roncanito 13 (CNS 16349) permitiram identificar uma estrutura pétrea muito destruída e exumar algum espólio cerâmico com interesse, apontando para uma ocupação de uma comunidade rural com reduzidas relações de intercâmbio com os meios urbanos mais próximos, no período de transição entre a Antiguidade Tardia e o Período Islâmico, possivelmente centrada por volta dos séculos VIII-IX.

A proximidade deste sítio com o similar do Monte Roncanito 14 (CNS 16367), sugere a possibilidade de existir um povoamento baseado em pequenos casais agrícolas, eventualmente em conexão uns com os outros.

O Monte Roncão 13 (CNS 16362), muito afectado pelos trabalhos agrícolas, revelou também estruturas habitacionais bem organizadas que formavam dois ambientes e que cronologicamente se integram de forma genérica, de acordo com as características técnicas do espólio, na transição entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, entre os séculos VII e X.

Já o sítio Monte Roncanito 10 (CNS 13604) desdobrava-se numa plataforma alongada onde se identificaram três núcleos com ocupação simultânea. O núcleo principal de habitação, de razoáveis dimensões e onde se concentra quase todo o espólio encontrado, estava implantado num dos extremos da plataforma, próximo dos caminhos actuais e deveria ter sido composto por vários espaços, tendo sido edificado com recurso a uma variedade de técnicas construtivas que revelam uma diversidade significativa de soluções na utilização da matéria-prima local, em que o pavimento consistiria no afloramento xistoso regularizado. A cerca de 135 m, encontrava-se o sítio designado como Monte Roncanito 10B, de difícil caracterização devido à escassez dos vestígios murários e de espólio, mas cuja homogeneidade de técnicas e materiais permite considerar tratar-se contemporânea do restante conjunto, constituindo uma dependência de apoio do núcleo principal, possivelmente com funções de curral.

A cerâmica exumada, com o predomínio do torneado rápido e da cozedura oxidante ou alternada, corresponde sobretudo a produções de carácter regional que remetem para relações com núcleos urbanos, onde as trocas com outras áreas geográficas seriam frequentes, de que será exemplo o achado de um fragmento de candil. O espólio cerâmico reúne características que encontramos em conjuntos cerâmicos urbanos com cronologias dos séculos IX-XI. Esta estação parece tratar-se, assim, de um conjunto habitacional que suportaria uma pequena comunidade camponesa, provavelmente de natureza familiar, sendo algumas das estruturas dedicadas à residência e outras, possivelmente, às actividades agro-pastoris.

O sítio Monte Roncanito 18 (CNS 13619) encontrava-se quase totalmente destruído, subsistindo restos de muros de uma estrutura habitacional com pelo menos uma divisão/estância, vestígios de um nível de pavimento de terra batida no seu interior e um vão de acesso, junto do qual foi recolhida grande quantidade de telha. A estrutura identificada apresentava uma planta muito simples, ortogonal, com muros de xisto em perpianho e um enchimento de terra argilosa e blocos pétreos de quartzo e xisto menores. A tipologia construtiva, com base na matéria-prima local, terra, xisto e quartzo, é similar a grande parte dos restantes sítios com cronologias coevas, como o Monte Roncanito 10. Embora a cerâmica se encontre muito fragmentada, a sua análise aponta para uma ocupação centrada no Período Islâmico, nos séculos X-XII.

As sondagens efectuadas em Cabeçana 3 (CNS 13614) permitiram evidenciar o elevado grau de destruição do sítio, tendo somente revelado a presença de dois troços de muros de uma estrutura de planta desconhecida, construídos em xisto e quartzo de pequeno e médio calibre com um ligante de terra argilosa. A ausência de materiais arqueológicos expressivos impede a indicação de uma cronologia concreta, embora os traços gerais indiquem uma atribuição alargada no Período Medieval/Moderno.

A estrutura quadrangular identificada em Espinhaço 4 (CNS 16350) deverá corresponder a um pequeno *habitat* ou a uma instalação de apoio aos trabalhos agrícolas no meio rural. O espólio encontrado, consentâneo com a interpretação do sítio como um *habitat* rural, pouco contribui para esclarecer a cronologia do sítio, enquadrado genericamente no Período Medieval.

A proximidade deste sítio com o de Espinhaço 5 (CNS 16358), junto à mesma linha de água tributária

do rio Guadiana, permite equacionar um padrão de implantação de pequenos casais agrícolas, disseminados em pequenas elevações junto aos interflúvios e pequenas várzeas, que, apesar do seu grau de destruição, não deixam de ser relevantes para o entendimento do modelo de povoamento rural Medieval desta área.

O Monte Roncão 10 (CNS 16348), apesar de se encontrar praticamente arrasado, apresentou o espólio mais numeroso deste conjunto de sítios, o que permitiu a sua ampla análise. A diversidade e amplitude dos vestígios arqueológicos identificados atestam a existência no local de um complexo habitacional de grandes dimensões, onde foram identificados três núcleos de estruturas separadas entre si e que poderiam pertencer a um único complexo com espaços abertos interiores, como pátios, ou logradouros, ou a um *habitat* com distintos espaços de utilização.

Relativamente ao espólio cerâmico exumado, embora continuem a dominar as formas de cozinha e de armazenamento e transporte, aumenta significativamente a percentagem de loiça de mesa. A maior diversidade formal e a presença mais significativa de loiça de mesa, podem ser conotadas com uma maior influência dos meios urbanos. No entanto, sobrevivem formas muito rudimentares que não parecem corresponder a elementos residuais de eventuais fases de ocupação mais antigas, mas antes a características perduráveis endémicas do mundo rural onde o sítio se insere. O conjunto do espólio recolhido enquadra-se entre os séculos XIV e XVI, com predominância das formas atribuíveis aos séculos XIV e XV, e atesta o cariz habitacional do local, destacando o Monte Roncão 10 como um *habitat* rural do Período Medieval Cristão, posterior à conquista feudal, revelando uma cultura material algo singular neste contexto rural.

O Monte Barbosa 5 (CNS 13590) encontrava-se destruído pelas lavras agrícolas, facto que pudemos visualizar após os trabalhos arqueológicos, sendo os dados coligidos sobretudo correspondentes à cerâmica recolhida, nomeadamente de construção, e a uma estrutura negativa, de onde se exumou variado espólio cerâmico. O reportório formal e a presença de cerâmicas revestidas de vidrado, atestam relações com meios urbanos só frequentes em Época Moderna, bem como o maior poder aquisitivo dos habitantes do sítio e evidenciam a existência de uma ocupação permanente entre finais da Idade Média e os inícios do Período Moderno, séculos XV-XVI.

O sítio arqueológico Cabeçana 7 (CNS 13602) enquadra-se no panorama geral das ocupações Medievais/Modernas da região, correspondentes a *habitat* localizados sobre pequenas elevações próximas de linhas de água de cariz sazonal, com vestígios de construções muito afectadas pelos trabalhos agrícolas. No local, foram identificados três troços de muros construídos sobre o afloramento rochoso, que integravam um complexo habitacional com diferentes espaços interiores. A exiguidade dos vestígios apenas permite supor a existência de um pequeno *habitat*, provavelmente de cariz rural, com uma ocupação bastante limitada no tempo. A qualidade dos vidrados das cerâmicas é consentânea com uma cronologia de finais da Idade Média e inícios da Idade Moderna, séculos XIV a XVI.

Em Monte Musgos 3 (CNS 16374) foram efectuados trabalhos de limpeza e de sondagem que permitiram a identificação de uma estrutura pétrea em xisto e argamassa composta por três muros. A sua funcionalidade afigurou-se, contudo, indeterminada, dada a exiguidade da área escavada e em virtude da suspensão dos trabalhos face à presença de cerâmicas manuais pré-históricas provenientes de ocorrências do topo da rechã. A presença da interface negativa, tipo silo, no interior da estrutura construída sobre o terraço fluvial, sugere o possível carácter habitacional da mesma, ou, pelo menos, a sua utilização sazonal, uma vez que as cheias do Degebe invalidariam um uso continuado da mesma. Já a prospecção nas imediações do sítio nas margens do rio, permitiu a identificação de outras estruturas murárias que foram sumariamente limpas e que apontam para uma ocupação do local Medieval ou Moderna, que poderia estar também relacionada com a travessia do rio, ou com uma estrutura de apoio à mesma.

Em Espinhaço 5 (CNS 16358) foi identificada uma única construção, aparentemente isolada, de planta rectangular, construída com as técnicas habituais nos vários sítios em análise. O espólio recolhido é muito pobre e pouco contribuiu para esclarecer as características funcionais e a cronologia de ocupação do sítio que contudo se situou, devido às características técnicas do vasilhame, no final da Idade Média ou inícios do Período Moderno, séculos XIV a XVI. As características da loiça de cozinha recolhida, indiciam tratar-se de um espaço de habitação de cariz rural com escassas ligações a ambientes urbanos.

A destruição do sítio Monte Roncanito 14 (CNS 16367), situado nas proximidades do Monte Ron-

canito 13 (CNS 16349), impede qualquer tipo de conclusão para além de enquadrar o sítio, de forma vaga, num contexto rural de Época Medieval/Moderna, onde só a presença de um pequeno silo, de telha e de três outros fragmentos cerâmicos, comprovam uma ocupação humana.

As sondagens efectuadas no núcleo designado como Monte Roncanito 2 (CNS 16379) permitiram identificar uma sepultura isolada e eventualmente violada, de cronologia indeterminada.

O Monte Roncão 12 (CNS 16355) corresponde a um pequeno assentamento rural, com estruturas cuja forma não foi possível definir na sua totalidade, e com um espólio reduzido e inexpressivo. No entanto, a presença de material de construção, nomeadamente telha, e de cerâmica de utilização doméstica, como panelas, alguidares e alguma loiça de mesa, permitem definir o sítio como um espaço de habitação. Dadas as características técnicas do espólio cerâmico, atribui-se ao sítio uma cronologia de ocupação que se situará genericamente entre o final da Idade Média e o início da Época Moderna (séculos XIV a XVI).

A maioria dos sítios localizava-se em rechãs ou pequenas plataformas situadas nas zonas interfluviais, junto a talvegues pouco pronunciados e, nalguns casos, em terraços fluviais ou junto a pequenas várzeas abertas. Por exemplo, a situação, dos sítios Espinhaço 4, 5 e 11 e Monte Roncanito 18, junto a linhas de água que, pelo menos actualmente, correm sazonalmente ou nos períodos de chuva, denuncia um padrão de assentamento baseado sobretudo na proximidade dos tributários do rio Guadiana, principal recurso da área de estudo.

Em suma, em relação aos conjuntos edificados intervencionados, as técnicas construtivas não são muito sofisticadas e utilizam o material local: pedra de xisto, quartzo e terra, sendo as estruturas em taipa com alicerces em quartzo, ou em placas de xisto cravadas no afloramento. Não obstante, a presença de diferentes técnicas construtivas e as soluções arquitectónicas identificadas, por vezes, num mesmo local, traduzem um claro domínio tecnológico das matérias-primas locais e uma adaptação socioeconómica ao território onde estas comunidades se inserem.

O denominado "Bloco 15 – Ocupações Medievais e Modernas na Margem Esquerda do Guadiana (Moura e Mourão)" procurou, de forma genérica, contribuir para o conhecimento e compreensão da ocupação humana dessa área em que os trabalhos prévios de prospecção realizados pela EDIA, permitiram inventariar 42 sítios arqueológicos atribuíveis a esses períodos cronológicos e que integraram este bloco. Os trabalhos de prospecção realizados em 1998, permitiram relocalizar os referidos 42 sítios, bem como detectar outros locais com ocupação, tendo sido seleccionados 11 sítios para a realização de sondagens prévias de avaliação de potencial arqueológico, cujos resultados justificaram o alargamento da área de intervenção em cinco casos.

Os principais resultados foram entretanto objeto de publicação monográfica (Santos & Abranches, 2013). Os sítios intervencionados por este bloco acabaram por revelar poucos dados relativos à ocupação tardo-romana e alto-medieval da região. Ainda assim, sublinha-se as referências a vários sítios localizados na Póvoa de São Miguel, concelho de Moura, nomeadamente: Altas Moras 7 (CNS 13600), onde foi recolhida de cerâmica cinzenta tardo-romana ou alto-medieval, entre outros materiais mais recentes (Santos & Abranches, 2013, p. 34); Monte do Pavilhão 1 (CNS 13606), que forneceu fragmentos com cronologia da Antiguidade Tardia (Santos & Abranches, 2013, p. 75); e Cid Almeida 1 (CNS 13605), com a identificação de alguns fragmentos cerâmicos com características que parecem indicar uma cronologia de meados do século X, sendo-lhe genericamente atribuída uma cronologia de ocupação situada entre a Alta Idade Média e o Período Islâmico (Santos & Abranches, 2013, p. 52).

Surgem vários sítios com ocupações contínuas, desde o Período Medieval cristão à Idade Moderna, como no Monte da Serra Brava 7 (CNS 13610), uma casa constituída por dois compartimentos relativamente pequenos e por uma outra divisão quadrangular, provavelmente correspondente à cozinha, onde foi identificado um silo aberto no afloramento de xisto com um rebordo recortado para colocação de tampa (Santos & Abranches, 2013, pp. 60-61), e o Monte das Juntas 9 (CNS 13609), (Santos & Abranches, 2013, p. 69). Destacam-se os trabalhos efectuados na importante estação de Vila Velha (CNS 16342) os quais permitiram detectar e distinguir estruturas complementares do ciclo de vivência da população no local, o núcleo habitacional, próximo da igreja, e uma extensa necrópole na sua envolvente (Santos & Abranches, 2013, p. 132). Tendo por base os materiais arqueológicos exumados, nomeadamente a cerâmica, o local terá tido uma ocupação continua desde, pelo menos, o século XIII até ao século XVI, sendo dos séculos XV e XVI a parte

significativa dos materiais identificados, apontando para uma progressiva desertificação (Santos & Abranches, 2013, p. 132).
No Convento do Alcance (CNS 21408) os trabalhos arqueológicos comprovaram uma ocupação anterior relacionada com a ermida dos finais do século XIV, inícios do século XV, que não foi possível caracterizar em termos construtivos. À ermida estaria associada uma necrópole, da qual foi observado um enterramento identificado na Sondagem 2, bem como uma sepultura antropomórfica escavada na rocha. O espólio é maioritariamente do século XVIII e corresponderá ao período de utilização mais intensa do convento (Santos & Abranches, 2013, p. 86).
Os trabalhos efetuados no Monte do Outeiro (CNS 13607), Vila Ruiva 7 (CNS 13608), e Monte do Lobata 3 (CNS 13612) evidenciaram ocupações de Época Moderna, (Santos & Abranches, 2013, pp. 37, 40 e 77). No Monte do Candeias 1 (CNS 13601) as sondagens evidenciaram uma significativa diversidade cerâmica, quer tipológica quer cronológica, abrangendo os séculos I/II e os séculos XVI/XVII (Santos & Abranches, 2013, p. 45).

5. ESTRATÉGIAS DE POVOAMENTO RURAL NO TROÇO MÉDIO DO VALE DO GUADIANA

O Mediterrâneo pode ser considerado como um contínuo de descontinuidades (Al-Azmeh, 2014, p. 17): um espaço de continuidades, mas não necessariamente de regiões ligadas, uma micro-ecológica constelação de micro-ecologias, regiões que, quando ligadas, o são por estados imperiais, culturas ou cultos resultando numa densa fragmentação, complementada por uma luta pelo controlo político das vias de comunicação.
Embora os pequenos sítios rurais habitualmente não sejam objecto de investigação devido à sua exígua e pobre cultura material, os trabalhos arqueológicos abordados permitiram exumar elementos relativos às populações camponesas que, numa ampla diacronia, ocuparam e exploraram este território.
Os trabalhos arqueológicos de minimização de impactes da barragem de Alqueva executados nos concelhos de Alandroal, Reguengos de Monsaraz, Portel, Mourão e Moura, evidenciaram, nomeadamente para os períodos tardo-romano e alto-medieval, um conjunto de ocupações rurais que moldaram a paisagem no troço médio do Guadiana (Figura 6).
Os estudos posteriormente desenvolvidos permitiram compreender que estes sítios constituíam sobretudo pequenos núcleos rurais que se podem agrupar em três principais tipos. Em primeiro lugar, o "monte", unidade agrícola correspondente a um conjunto formado por moradia e edificações de apoio onde viveria uma família alargada ou várias famílias, a partir do qual se articularia a exploração de uma mais vasta propriedade fundiária com os pequenos "casais". Neste tipo poderemos integrar em primeiro lugar as "quintas" ou "granjas" que, apesar de constituírem unidades de exploração de dimensão mais reduzida, acabam por constituir também um centro económico, eventualmente articulando-se com outros "casais". Em segundo lugar, o "casal", unidade unifamiliar constituída por edificação isolada, eventualmente com pequenas áreas ou anexos para armazenamento e apoio à produção agro-pecuária, que se encontraria em conexão com outras unidades similares, articuladas em torno de um núcleo central (como um "monte", ou um centro político-administrativo e/ou militar, ou um *"ḥiṣn"* no Período Islâmico). Finalmente, em terceiro lugar, as casas isoladas de apoio aos trabalhos agrícolas com ocupações, ainda que sazonais. Uma variante desta tipologia correspondente às construções de apoio a actividades agro-pastoris, como as pocilgas ou chafurdos, de acordo com a designação regional.
São exemplos do primeiro grupo de sítios, "montes", o conjunto constituído pelo Cabeçana 4, com ocupação sobretudo alto-medieval (séculos V-VIII), o Monte Roncanito 10 (séculos IX-XI), o Monte Roncão 10, conjunto da Baixa Idade Média (séculos XIII-XIV), o sítio atribuído já ao Período Moderno, Monte Roncanito 23 (século XVII) e, hipoteticamente, o arrasado Monte Barbosa 5 (séculos XV-XVI). Neste conjunto podemos ainda acrescer o sítio do Bloco 13, Monte dos Currais 1, ao qual foi atribuída uma cronologia entre o século VII e os séculos XII-XIII. Verifica-se que em todos os períodos encontramos este tipo de estruturas que, embora com localizações diferentes, espelham a continuidade de uma forma específica de ocupação do território, em que prima a proximidade do grupo camponês ao meio que lhe providencia o sustento.
No segundo grupo tipológico, identificaram-se nos trabalhos do Bloco 14, alguns pequenos casais em que a estrutura habitacional é reduzida ao mínimo para albergar uma família, de que são exemplos os sítios Espinhaço 4 e Espinhaço 5 e, ainda, eventualmente, os muito destruídos Espinhaço 7 e Cabeçana 7.

Acrescem a estes, os sítios do Bloco 13, Moinho da Volta 1, Moinho da Volta 2, Malhada das Taliscas 5 / 11, Monte do Touril de Agosto 1 e, eventualmente, o muito destruído Monte do Anastácio Manuel 4.

Esta divisão não reflecte uma evolução cronológica linear, mas antes uma coexistência entre diferentes tipos e hierarquias de sítios, organizados numa estrutura de povoamento articulada ao longo dos diferentes séculos que ocupam o nosso estudo. De acordo com os dados arqueológicos, constatou-se uma sequência quase ininterrupta no povoamento desde o século V até ao século XX, verificando-se, no entanto, um hiato nos séculos XII-XIII que poderá explicar-se com a alteração estrutural do povoamento nos momentos que vão anteceder a conquista cristã e a sua respectiva consolidação naquela área territorial.

O conjunto das estações intervencionadas revela padrões de assentamento seculares, em que o mesmo tipo de sítio surge em diferentes épocas, em espaços com similares características topo-geográficas, com pequenas variações de localização.

Refira-se que as técnicas construtivas dos conjuntos arquitectónicos estudados não são muito sofisticadas e utilizam o material local, pedra de xisto, quartzo e terra, sendo as estruturas em taipa, com alicerces em quartzo ou em placas de xisto fincadas no afloramento. Não obstante, a presença de diferentes técnicas construtivas e soluções arquitectónicas observadas, por vezes, num mesmo local, traduz um claro domínio tecnológico das matérias-primas locais e uma adaptação socioeconómica ao território onde estas comunidades se inserem.

Relativamente aos sítios tardo-romanos e medievais intervencionados entre 1998 e 2003, pode-se em síntese referir os principais resultados.

Verifica-se existirem evidências de mineração e metalurgia no Período Imperial Romano nos sítios de Outeiro do Castelinho 2 e Xerez de Baixo 13, e de metalurgia em Monte da Charneca 4 e em Lameira 1, onde surge também associada cerâmica da Alta Idade Média. Tirando esta última ocorrência, não se verificou uma continuidade de ocupação em locais relacionados com a mineração e metalurgia.

Quanto aos locais de culto, surge somente a referência em Mourão a uma ermida de finais do século XIV que será anterior ao Convento do Alcance. Sugere-se que os mesmos se deverão eventualmente encontrar em áreas mais afastadas, ou mais elevadas, do vale do Guadiana.

Relativamente a áreas cemiteriais, foi identificada no vale do rio Degebe, em Monte Musgos 7, uma sepultura dos séculos V a VII que poderá fazer parte de uma necrópole maior. Ainda no vale do Degebe, foi escavada a extensa necrópole de Pego do Lobo de Lá, onde se identificaram 32 sepulturas, datadas dos séculos V a VII. Em Moura, foi escavada uma necrópole com oito sepulturas rectangulares, Monte das Farias 2, provavelmente tardo-romana (inícios do século IV ao V ou inícios do VI). Refira-se ainda a sepultura violada, de época imprecisa, identificada durante os trabalhos no Monte Roncanito 2 e as duas escavadas no afloramento granítico em Monte dos Currais 1.

Tirando estes dois últimos casos e o Monte Musgos 7, não há nas imediações *habitat* que possam encontrar-se associados, nomeadamente no caso da extensa necrópole de Pego do Lobo de Lá.

Quanto ao povoamento urbano, há que referir o grande sítio fortificado islâmico de Castelo de Cuncos, em Villa Nueva del Fresno, com ocupação desde a II Idade do Ferro, e ocupação Islâmica a partir do final do século IX, início do século X, até à primeira metade do século XIII. Já mais recente, temos em Mourão a Vila Velha, núcleo urbano Medieval Cristão, com uma ocupação continua desde, pelo menos, o século XIII até ao século XVI, realidade que nos remete para a importância de outros núcleos urbanos na estruturação do povoamento rural, como Monsaraz e Mourão.

Relativamente aos sítios rurais, verifica-se uma concentração na margem direita do rio Guadiana, no concelho de Reguengos de Monsaraz, com vários núcleos de *habitat* alto-medievais. Um exemplo muito claro é o conjunto de sítios em redor do actual Monte Roncanito, onde encontramos assentamentos desde a Idade do Ferro até ao século XX e, esporadicamente, até à actualidade, com características morfológicas semelhantes. Nesta área em concreto, a confluência de vias de comunicação terrestre definidas pela topografia e a proximidade do Guadiana e de outras linhas de água secundárias, poderão ter sido factores determinantes para a localização das estações. O Bloco 11 identificou um conjunto destes sítios na área de Defesinha, Carreira de Cavalos e Cismeira. Mais a sul, verifica-se uma outra concentração de *habitat* na área do Monte Roncão d'El Rei, e para lá da já referida na área do Monte Roncanito, em articulação com os sítios Espinhaço e Cabeçana.

Destaca-se ainda, para o Período Islâmico, o *habitat* localizado em Moura, Cid Almeida 1, com frag-

mentos cerâmicos de meados do século X e o Monte Roncanito 10 (séculos IX-XI).

Sublinhe-se aqui a limitação das intervenções arqueológicas aos sítios localizados até à cota de 152 m – correspondente ao nível pleno de armazenamento da barragem de Alqueva – que poderá explicar algumas das lacunas detectadas no povoamento.

É diminuta a presença de espaços funerários bem estruturados que também poderá relacionar-se com a aparente ausência de espaços de sociabilidade, como o caso dos locais e edificações de culto. Para além da condicionante da cota de afectação, as questões lacunares também poder-se-ão dever à localização da área de estudo, por se tratar de um espaço agro-pecuário marginal na dinâmica da económica regional e até local.

Relativamente à tipologia dos edifícios e sua evolução, a estrutura mais complexa integrou-se na Antiguidade Tardia, na transição para o Período Islâmico, como se pode constatar no caso do sítio Cabeçana 4, que poderá ter convivido com outros sítios de menores dimensões, pequenos casais agrícolas que albergariam pouco mais do que uma unidade familiar alargada. Não foi possível compreender como este *habitat* de dimensões razoáveis se articularia com esses mesmos locais e quais as suas relações de interdependência socioeconómica, face às contingências da intervenção arqueológica e à própria natureza e estado de conservação dos sítios.

É certo que, a nível da arquitectura, os locais apresentam diferentes orgânicas internas, com adaptabilidade e modelação às necessidades da comunidade e ao terreno, denotando-se uma evolução a partir de um núcleo central, em linha ou em bloco, verificando-se ambos os casos.

Também se constatou a existência de sítios polinucleados (caso do Monte Roncanito 10), onde um edifício principal teria nas proximidades, embora a 100 ou 200 m, estruturas de apoio de características técnicas construtivas semelhantes, mas de dimensões mais reduzidas e tipologias diferentes, que podem corresponder a diferentes áreas de apoio à exploração agrícola e/ou a núcleos de *habitat* derivados do pólo original.

Outras estruturas eram compostas por um único compartimento rectangular, especulando-se se corresponderiam a uma utilização sazonal, ou se constituíam um núcleo de habitação secundário dedicado, por exemplo, a actividades pecuárias.

Embora as estações estudadas apresentem na generalidade mau estado de conservação, uma estratigrafia fina e reduzida quantidade de materiais cerâmicos, características que condicionam a validade estatística dos resultados, o estudo dos materiais das estações do Bloco 14 permitiu constatar evidentes marcas de continuidade, sobretudo nas técnicas produtivas e nos atributos das pastas das cerâmicas locais que constituem a maior parte do espólio recolhido.

Com o agrupamento e síntese de todos os resultados deste universo de estudo, foi possível distinguir as produções cerâmicas pela repetição de características associadas: pastas, técnicas, acabamentos, decoração. No que diz respeito às técnicas de fabrico utilizadas, estas demonstram a tendência geral resultante da ruptura dos mercados urbanos na Antiguidade Tardia, que deu lugar à proliferação de produções locais e regionais com tecnologias que implicavam um reduzido investimento em aprendizagem e infra-estruturas oleiras. Deste modo, na Alta Idade Média encontramos elevadas percentagens de produções de fabrico manual e com torneado lento que a partir do século X decrescem a favor das produções a torno rápido. Nas cozeduras, constatamos a mesma dinâmica, com elevadas percentagens de cozeduras redutoras, alternadas e irregulares na Alta Idade Média, que vão diminuindo na Baixa Idade Média, superiorizando-se as cozeduras oxidantes no Período Moderno. No que diz respeito às formas, o claro domínio do vasilhame de armazenamento dos sítios com ocupação mais antiga é substituído, a partir da Baixa Idade Média, por uma maior variedade formal e maior presença de loiça de cozinha, que no Período Moderno evolui para o predomínio da loiça de mesa, evidenciando um reforço das relações de intercâmbio com os meios urbanos e a integração destes núcleos de povoamento rural nos mercados urbanos regionais. As cerâmicas locais, em alguns casos, convivem com elementos exógenos provenientes dos mercados urbanos. Este fenómeno, que se inicia na Antiguidade Tardia, continua durante o Período Islâmico e sobrevive até à Idade Moderna.

A exploração deste território apresentava várias dificuldades face aos parcos recursos naturais, devendo incidir na produção agro-pecuária, não existindo indícios na área do Bloco 14, de exploração mineira, ou de outra qualquer actividade que não sejam a agricultura e a pastorícia. No entanto, refira-se que, na margem esquerda do Guadiana, se identificaram para o Período Romano vários sítios ligados à mineração e à

metalurgia, conforme foi acima referenciado.
Em alguns casos, existia alguma capacidade de acumulação de excedentes, mesmo que pequena, traduzida na existência de alguns pequenos silos e de grandes recipientes cerâmicos de armazenamento, elementos reveladores da pequena escala das comunidades camponesas, eventualmente enquadradas por aristocracias absentistas.
Facto extraordinário a destacar, é a persistência das técnicas construtivas, adaptadas aos materiais locais e que se encontram presentes em todas as épocas, como uma marca genuína do território e destas comunidades rurais.

6. PERSPECTIVA FINAL

Para o estudo do povoamento rural, para além dos estudos arqueológicos e arquitectónicos, realça-se a necessidade de procurar a identificar as relações espaciais de racionalização e de legitimação do poder que dão enquadramento às redes de povoamento de sítios em altura, a hierarquização das mesmas e as relações espaciais entre *habitat* e fortificação.
De acordo com os resultados dos trabalhos arqueológicos, na área estudada verifica-se um abandono generalizado das antigas zonas povoadas na Alta Idade Média, constatando-se que o povoamento islâmico não terá dado continuidade ao romano.
Reconhece-se igualmente uma quase inexistência de recintos fortificados de época islâmica, exceptuando-se o caso do mais tardio Castelo dos Cuncos.
Estas intervenções e estudos, apesar das suas inerentes limitações, constituem um importante contributo na identificação, conhecimento e compreensão das sociedades camponesas entre a Antiguidade Tardia e a Industrialização nesta área do troço médio do vale do Guadiana, onde actualmente se localiza o grande lago de Alqueva.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial a Filipa Bragança, da área de Informação e Gestão Arqueológica da DGPC, pelo apoio facultado a esta investigação e publicação.

BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, F.; LEBREIRO, S.; RODRIGUES, T.; GILA, I.; BARTELS-JÓNSDÓTTIR, H.; OLIVEIRA, P.; KISSEL, C.; GRIMALT, J.O. (2005) – Shallow-marine sediment cores record climate variability and earthquake activity off Lisbon (Portugal) for the last 2000 years. *Quaternary Science Reviews*. 24, 23-24, pp. 2477-2494.

ALARCÃO, Jorge de (1998) – Paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga: Revista do Instituto de Arqueologia*. Coimbra. Nº 37, pp. 89-120.

AL-AZMEH, Aziz (2014) – *The Emergence of Islam in Late Antiquity. Allah and His People*. Cambridge University Press, 658 p.

ANGELLUCI, Diego E. (2003) – *Estudos de geoarqueologia no Castelo da Lousa – Mourão*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências (Cadernos do CIPA, 40).

BEAULIEU, J.-L. de; MIRAS, Y.; ANDRIEU-PONEL, V.; GUITER, F. (2005) – Vegetation dynamics in north-western Mediterranean regions: Instability of the Mediterranean. In *Plant Biosystems – An International Journal Dealing with all Aspects of Plant Biology: Official Journal of the Societa Botanica Italiana*. Vol. 139: 2, pp. 114-126.

BOONE, James L. (2001) – Tribalism, Ethnicity, and Islamization in the Baixo Alentejo of Portugal: Preliminary results of investigation into transitional period (AD 550-850) rural settlements. *Era*. Lisboa: Era, Arqueologia/Colibri, 4, pp. 105-121.

CATARINO, Helena (1997/1998) – *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados* (Al-'ulyã, 6). Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 3 vols., 1306 p.

CHALMETA GENDRÓN, Pedro (2003) – *Invasión e Islamización. La Sumisión de Hispania y la Formación de al-Andalus*. Jaén: Universidad de Jaén, 461 p.

CLARKE, David L., ed. lit. (1977) – *Spatial archaeology*. London: Academic Press, XI, 386 p.

FARIA, João Carlos (2002) – Ocupações romanas e tardo-romanas afectadas pelo regolfo de Alqueva: Bloco II: do afluente do Álamo ao rio Degebe: resultados preliminares. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série 2, n.º 11 (Dez.), pp. 139-144.

FERREIRA, Fernando Rodrigues (2013) – *Arqueologia alto-medieval no regolfo do Alqueva: vestígios de uma ocupação judaica nas margens do Guadiana no século VII* (Memórias d'Odiana, 2.ª Série, 11). Beja: EDIA/DRC-Alentejo, 183 p.

FRANCO MORENO, Bruno (2008) – *De Emerita a Marida: el territorio emeritense entre la Hispania gothorum y la formación de Al-Andalus (ss. VII-X): transformaciones y pervivencias*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidad Nacional de Educación a Distancia (Madrid). [Em

linha, consult. 28.05.2014]. Disponível em WWW: <URL: http://e-spacio.uned.es/fez/eserv/tesisuned:GeoHis--Bfranco/Documento1.pdf>.

GOMES, Sofia de Melo; BRAZUNA, Sandra; MACEDO, Marta de (2013) – *A ocupação romana na bacia de Alqueva: da ponte de Ajuda à ponte velha de Mourão: uma proposta de reconstrução da paisagem* (Memórias d'Odiana, 2.ª Série, 8). Beja: EDIA/DRC-Alentejo, 324 p.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2015) – La presencia islámica en el sudoeste de la Península Ibérica en época emiral. FRANCO MORENO, Bruno; ALBA CALZADO, Miguel A.; FEIJOO MARTÍNEZ, Santiago, coord., In *Frontera inferior de al-Andalus: Actas III – IV Jornadas de Arqueología e Historia Medieval* (Mérida, 18-19 Octubre de 2013). Mérida: Junta de Extremadura (cultura patrimonio y arqueología) y Mérida, Consorcio de la Ciudad Monumental Histórico – Artística y Arqueológica, pp. 95-122.

KULIKOWSKI, Michael (2007) – Plague in Spanish Late Antiquity. In LITTLE, Lester K., ed. – *Plague and the End of Antiquity: The Pandemic of 541–750*. Cambridge University Press, pp. 150-170.

LE GOFF, Jacques; BIRABEN, Jean-Nöel (1969) – La peste dans de Haut Moyen Âge. In *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. [Em linha]. Ano 24, 6, pp. 1484-1510. [Consultado a 21 de Dezembro de 2014]. Disponível em WWW: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1969_num_24_6_422183>.

LOPES, Maria da Conceição (2013) – *Em tempos de Roma pela margem esquerda do Guadiana: Bloco 12 do projecto de salvamento arqueológico do Alqueva* (Memórias d'Odiana: estudos arqueológicos do Alqueva. 2.ª Série, 9). Beja: EDIA – /DRC – Alentejo, 94 p.

MACIAS, Santiago. (2006) – *Mértola. O último porto do Mediterrâneo.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

MARQUES, João; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GRILO, Carolina; BATATA, Carlos (2013) – *Povoamento rural no troço médio do Guadiana entre o rio Degebe e a ribeira do Álamo (Idade do Ferro e períodos medieval e moderno): Bloco 14 – intervenção e estudos no Alqueva* (Memórias d'Odiana, 2.ª Série, 13). Beja: EDIA/DRC-Alentejo, 421 p.

MARQUES, João António Ferreira (2016) – *O povoamento rural no troço médio do vale do Guadiana entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média.* Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Évora. Edição policopiada.

ORTEGA ORTEGA, Julián M. (1998) – De la arqueologia espacial a la arqueologia del paisage: Es annales la solución? In BURRILLO, Francisco, ed. coord. – *Arqueologia del Paisage (5º Coloquio Internacional de Arqueología Espacial: Teruel del 14-16 septiembre de 1998).* Teruel: Seminario de Arqueologia y Etnología Turolense (Arqueologia Espacial; 19-20), pp. 33-51.

PÉREZ AGUILAR, Luis Gethsemaní (2013) – Problemas metodológicos en el estudio del mundo rural andalusí. *Medievalista* [Em linha]. Nº14, (Julho – Dezembro). [Consultado 10.03.2014]. Disponível em WWW: < URL:http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA14/aguilar1406.html>.

QUEIROZ, Paula (1999) – *Ecologia Histórica da Paisagem do Noroeste Alentejano.* Dissertação de doutoramento em Biologia apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.

RUIZ, Arturo (1998) – Teorias, métodos y técnicas. In BURRILLO, Francisco, ed. coord. – *Arqueologia del Paisage (5º Coloquio Internacional de Arqueología Espacial, Teruel del 14-16 septiembre de 1998).* Teruel: Seminario de Arqueologia y Etnología Turolense (Arqueologia Espacial; 19-20), pp. 7-8.

SANTOS, Heloísa Valente dos; ABRANCHES, Paula Barreira (2013) – *A ocupação medieval e moderna dos territórios da margem direita do Guadiana nos actuais concelhos de Moura e Mourão* (Memórias d'Odiana, 2.ª Série, 10). Beja: EDIA DRC-Alentejo, 187 p.

SILVA, António Carlos (1996) – *Património Arqueológico no Regolfo de Alqueva, Quadro Geral de Referência.* Beja: EDIA, 186 p. Edição policopiada.

SILVA, António Carlos (1999) – *Salvamento Arqueológico no Guadiana. Do inventário patrimonial à minimização dos impactes.* Beja: EDIA (Memorias d'Odiana; 1), 416 p.

WICKHAM, Chris (2002) – Asentamientos rurales en el Mediterráneo occidental en la Alta Edad Media. In TRILLO, Carme, coord. - *Asentamientos Rurales y Territorio en el Mediterráneo Medieval. Jornadas de Arqueología Medieval* (3. 2000. Berja). Granada: Editorial Athor Pergamos / Ayuntamiento de Berja / Grupo de Investigación "Toponimia, Historia y Arqueologia del Reino de Granada", pp. 11-29.

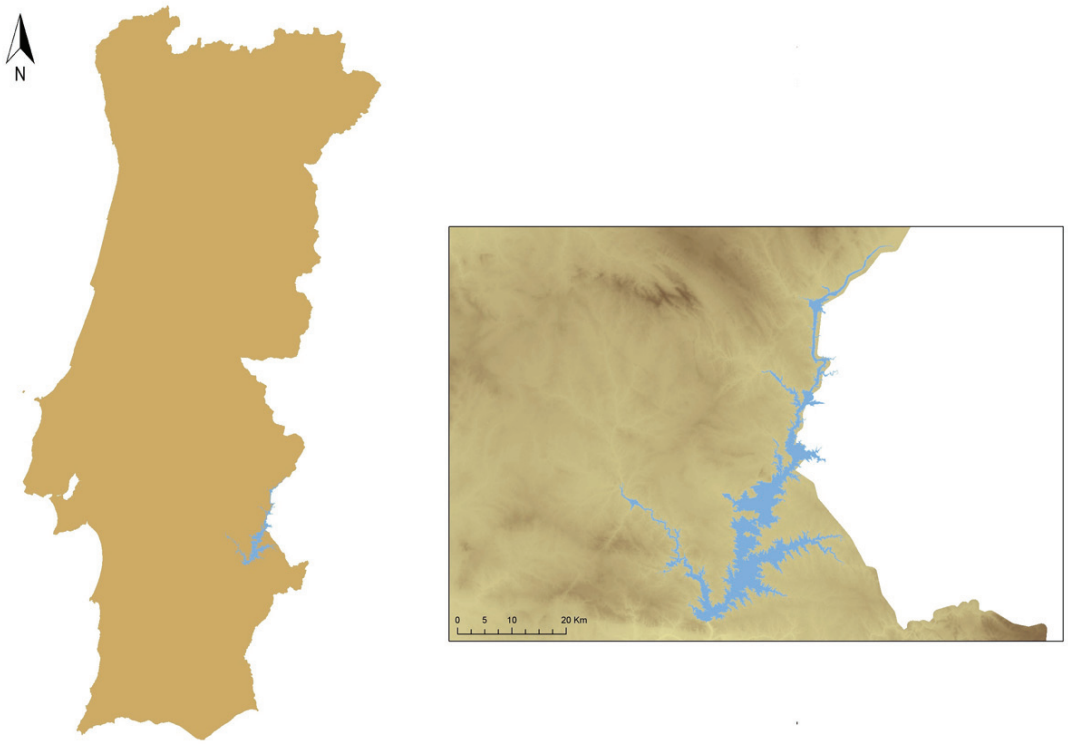


Figura 1 – Localização no território português do regolfo de Alqueva e da área analisada.

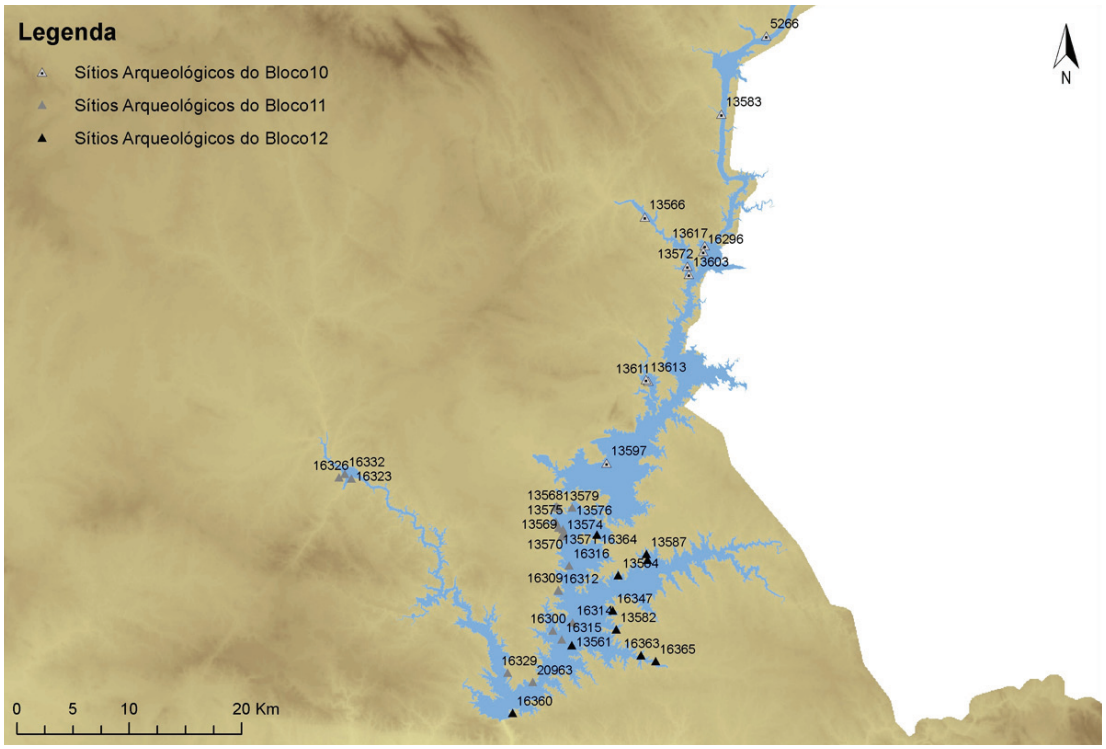


Figura 2 – Sítios romanos (Blocos 10, 11 e 12).

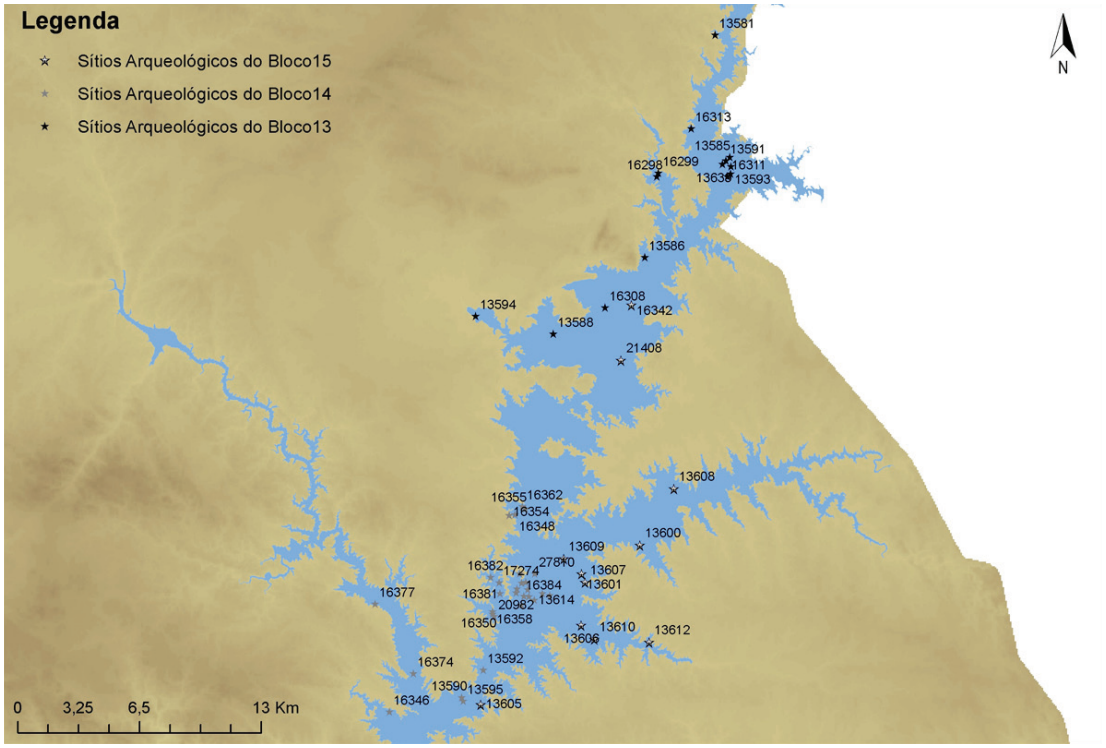


Figura 3 – Sítios medievais e modernos (Blocos 13, 14 e 15).



Figura 4 – Monte dos Currais 1, vista geral do sítio.



Figura 5 – Cabeçana 4, vista das estruturas exumadas.

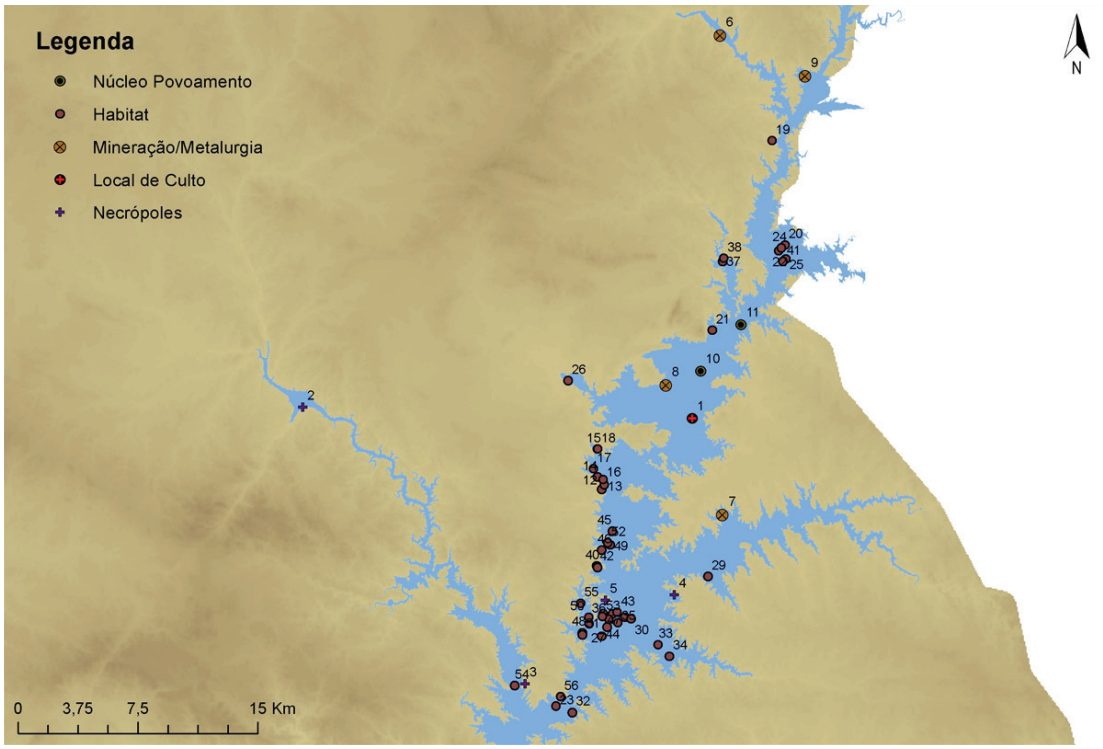


Figura 6 – Tipologias dos sítios tardo-romanos e alto-medievais.

1 – Convento do Alcance (21408)
2 – Pego do Lobo de Lá (16323)
3 – Monte Musgos 7 (13629)
4 – Monte das Farias 2 (16347)
5 – Monte do Roncanito 2 (16379)
6 – Outeiro do Castelinho 2 (13566)
7 – Monte da Charneca 4 (13587)
8 – Xerez de Baixo 13 (13597)
9 – Lameira 1 (13617)
10 – Vila Velha (16342)
11 – Castelo de Cuncos (–)
12 – Cismeira 6 (13569)
13 – Cismeira 8 (13570)
14 – Carreira de Cavalos 5 (13571)
15 – Defesinha 4 – Núcleo 2 (13573)
16 – Carreira de Cavalos 3 (13574)
17 – Duquesa 4 (13575)
18 – Defesinha 4 – Núcleo 1 (13579)
19 – Outeiro do Pombo 4 (13581)
20 – Moinho da Volta 2 (13585)
21 – Monte do Touril de Agosto 1 (13586)
22 – Moinho da Volta 13 (13589)
23 – Monte Barbosa 5 (13590)
24 – Moinho da Volta 1 (13591)
25 – Moinho da Volta 9 (13593)
26 – Monte dos Currais 1 (13594)
27 – Monte do Roncanito 23 (13598)
28 – Cabeçana 4 (13599)
29 – Altas Moras 7 (13600)
30 – Cabeçana 7 (13602)
31 – Monte Roncanito 10 (13604)
32 – Cid Almeida 1 (13605)
33 – Monte do Pavilhão 1 (13606)
34 – Monte da Serra Brava 7 (13610)
35 – Cabeçana 3 (13614)
36 – Monte Roncanito 18 (13619)
37 – Monte do Anastácio Manuel 4 (16298)
38 – Monte do Anastácio Manuel 5 (16299)
39 – Espinhaço 14 (16300)
40 – Monte Roncão 2 (16309)
41 – Malhada das Taliscas 5/11 (16311)
42 – Monte Roncão 3 (16312)
43 – Monte Roncanito 11 (16314)
44 – Espinhaço 17 (16315)
45 – Seita 7 (16316)
46 – Monte Roncão 10 (16348)
47 – Monte do Roncanito 13 (16349)
48 – Espinhaço 4 (16350)
49 – Monte Roncão 12 (16355)
50 – Espinhaço 11 (16356)
51 – Espinhaço 5 (16358)
52 – Monte Roncão 13 (16362)
53 – Monte do Roncanito 14 (16367)
54 – Monte Musgos 3 (16374)
55 – Espinhaço 7 (16382)
56 – Monte Barbosa de Cima 1 (20963)

MÉRTOLA NA ANTIGUIDADE TARDIA. A TOPOGRAFIA HISTÓRICA

Virgílio Lopes[1]

RESUMO

O presente trabalho inscreve-se numa linha de investigação arqueológica que tenho vindo a desenvolver, desde 1990, no Campo Arqueológico de Mértola.

Os resultados são fruto de diversas campanhas de escavação que tenho levado a cabo como corresponsável, integrado na equipa da instituição e que, de uma forma ininterrupta, em muito têm contribuído para o conhecimento da cultura material e da topografia histórica da cidade de *Myrtilis* e do seu território na Antiguidade Tardia.

Palavras-chave: *Myrtilis*, Complexo religioso, Antiguidade Tardia, Mértola, Portugal.

ABSTRACT

The theme of the present work is part of an archaeological research that I have been developing since 1990 in Mértola's Archaeological Centre.

The results are the outcome of several archaeological excavation I have carried out as co-responsible, integrated into the institution's team, and that has greatly contributed, on a continuous basis, to the knowledge of the material culture and historical topography of the city of *Myrtilis* city and its territory in Late Antiquity.

Keywords: *Myrtilis*, Religious complex, Late Antiquity, Mértola, Portugal.

1. INTRODUÇÃO

A história do burgo de Mértola foi, desde sempre, fortemente condicionada por dois factores que moldaram a sua ocupação e a sua importância ao longo do tempo. Em primeiro lugar, a sua localização estratégica: implantado no topo de uma elevação ladeada pelo rio Guadiana, a nascente, e pela ribeira de Oeiras, a poente, possuía excelentes condições naturais de defesa. Em segundo, o ser ponto extremo da navegabilidade do rio Guadiana: a montante da vila, o acidente geológico do Pulo do Lobo, com um desnível de catorze metros, impede a progressão de embarcações para norte, pelo que Mértola adquire importância fundamental como último porto de acostagem. Esses factores tornaram-na num importante entreposto mercantil, em permanente contacto com um vasto território interno e com o Mar Mediterrâneo. Pelo porto da cidade escoavam-se, por exemplo, o ouro, a prata e o cobre extraídos das entranhas da faixa piritosa ibérica, em particular os minerais provenientes das minas de S. Domingos, localizadas na margem esquerda do Guadiana, de *Vipasca* (Aljustrel) ou dos «chapéus de ferro», explorados na zona a Oeste de Mértola. E, claro está, ao porto arribavam as gentes de mil paragens e os mais diversos produtos e artefactos (Figura 1). Mértola foi, sem dúvida, o porto de *Pax Iulia*, e possivelmente, na Antiguidade Tardia o porto de Mérida. Na Antiguidade Tardia, *Myrtilis* manteve a sua importância económica e vocação mercantil. Os dados arqueológicos revelam que a atividade do porto de Mértola não decaiu e, a atestá-lo, estão as diversas importações de cerâmicas do Mediterrâneo oriental. A cidade, em si mesma, era a placa giratória das riquezas comerciais e minerais, que atravessavam o território em carroças ou no dorso de animais e, já embarcadas, desciam até ao mar e daí aos portos mediterrâneos. No sentido inverso chegavam mercadorias exóticas, múltiplos artigos provenientes de outras paragens, bem como outras gentes, com as suas linguagens, cultos e culturas. Este constante vaivém

1. Campo Arqueológico de Mértola, Centro de Estudos em Arqueologia Artes e Ciências do Património, Bolseiro Pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia; virgilioamlopes@sapo.pt

Mapa de Nélia Romba, Campo Arqueológico de Mértola; Desenhos da Torre do Rio de Carlos Alves.

trouxe os primeiros evangelizadores e a nova mensagem começou a florescer entre os patrícios e plebeus da *Myrtilis* romana, numa época em que o culto se oficializava e as várias comunidades religiosas podiam conviver simultaneamente (Figura 2).

As referências documentais da cidade e do seu sistema de defesa são escassas e resumem-se à Crónica de Idácio que refere que «Censorius comes, qui Legatus missus fuerat ad Sueuos, rediens Martyli, obsessus a Rechila in pace se tradidit» (Idacio, 1984, p. 82). O texto permite deduzir a existência de uma fortificação importante em Mértola, em 440 que, ao ser escolhida por *Censorius* como refúgio, demonstra a capacidade para resistir, durante algum tempo, ao cerco de Requila. A presença sueva, referida por esta fonte, deve ter sido efémera, não tendo ficado qualquer vestígio arqueológico que o demonstre nem registo epigráfico que o ateste.

2. O COMPLEXO RELIGIOSO

A plataforma, onde está implantado o complexo religioso e o corredor porticado, é suportada por uma construção subterrânea designada por criptopórtico-cisterna. A descoberta desta construção foi feita no início do século XVI, por Duarte de Armas que anota no seu «Livro das Fortalezas» o seguinte: «aqui esta huã abobada atopida muyto booa» (Branco, 1997, p. 6).

Os trabalhos de escavação levados a cabo pelo C.A.M., em finais dos anos setenta do século XX, no interior desta estrutura, que «foi minuciosamente desentulhada durante cinco anos» (Torres & Silva, 1989, p. 31), revelaram uma galeria com um papel essencialmente estrutural, de contenção e suporte da plataforma de implantação do forum. Assim, no seu lado norte, para suportar maiores pressões numa amplitude mais vasta, o desnível era compensado por um criptopórtico de 32 metros de comprimento, com largura e alturas médias de, respetivamente, 2,70 e 5,80 (Torres & Oliveira, 1987, p. 618). Equaciono, contudo, que esta galeria teve, no início, várias funções: serviu como elemento estruturante de apoio e sustentação do complexo religioso, integrou o sistema defensivo da cidade e funcionou como local de armazenamento de mercadorias, dadas as temperaturas amenas do interior da galeria durante os meses de Verão.

Nos últimos trinta anos, as escavações da Acrópole puseram a descoberto um conjunto de construções do complexo religioso. Este é constituído pela sala do batistério, um compartimento anexo, situado a norte, uma passagem em cotovelo e um espaço que ladeia a abside; a sul e a norte é delimitado por um compartimento de planta basilical e uma galeria porticada. Este complexo batismal implantou-se na parte noroeste da plataforma artificial onde se teria possivelmente localizado o *forum* da cidade de *Myrtilis*. Este grande edifício, de planta retangular, continha no seu interior um batistério octogonal implantado no centro de um tanque ou piscina rodeado por um deambulatório. Partindo do espaço central abre-se a leste uma abside de planta em arco ultrapassado onde marcas no solo indicam a possível localização de uma mesa de altar. O pavimento da galeria porticada e o deambulatório estavam cobertos por um belo tapete de mosaicos, do qual se conservam alguns fragmentos.

A pia batismal, com um ressalto em degrau que serviria de assento, é sustentada pelo exterior por oito pequenos absidíolos. A água trazida da encosta do castelo penetrava na pia por uma canalização de chumbo e jorrava no alto de um pequeno pináculo cravado no centro. Alguns lances de degraus permitiam o acesso ao tanque e à pia batismal completamente revestidos com placas de mármore e envolvidos por uma cancela.

Este batistério tem algumas semelhanças técnicas e formais com exemplares da França mediterrânica, do Norte da Itália e de Cartago na Tunísia – todos datados entre os séculos IV e VII. Contudo, é no batistério de Ljubljana (Emona, Eslovénia) que são mais notórias as semelhanças construtivas, tendo os autores que estudaram este conjunto batismal e o pórtico anexo, situado a sua cronologia por volta do século V d.C.. Na costa italiana da Ligúria um complexo batismal, também com elementos semelhantes ao de Mértola, é atribuível a meados do mesmo século (3. 4).

Associado ao espaço batismal existe um significativo conjunto musivo, de que fazem parte várias representações mitológicas entre as quais, é de realçar no deambulatório do batistério, um Belerofonte cavalgando o Pégaso para matar a Quimera e, no longo corredor porticado, dois leões afrontados e várias cenas de caça com um cavaleiro empunhando um falcão (Lopes, 2003). Procurando os paralelos para estas representações, não podemos deixar de referir uma pequena capela perto de Hergla, na Tunísia, onde foi descoberto um mosaico em que também

são representados dois leões afrontados e uma cena de caça com falcoaria, conjunto datado do século VI d. C. (Figura 4).
Nos meses de junho e julho de 2013 a equipa do CAM iniciou uma escavação arqueológica na encosta do Castelo de Mértola, que tinha como objetivo a compreensão da sequência ocupacional daquela área. O edifício, onde se insere esta estrutura octogonal, encontra-se em fase de escavação, no entanto, os elementos existentes permitem-nos estimar as suas dimensões interiores: comprimento máximo 23 m e largura 7,75 m.
A piscina tem uma largura exterior máxima de 4,80 m, a profundidade máxima é de 1,52 m, sendo de 1,16 m de profundidade até ao orifício do desaguo. Interiormente, estrutura-se em degraus com distinta altura, sendo o fundo constituído por duas placas de mármore que formam um octógono irregular (Figura 5).
Em termos de ato batismal existem duas possibilidades documentadas em Mértola. A este respeito C. Godoy Fernández refere: «Desde épocas paleocristãs, a tradição antiquíssima das primeiras comunidades tinha mostrado sempre uma predileção pela imersão completa dos catecúmenos que, naquele tempo, se realizava em fontes de água viva, imitando o baptismo de Jesus no Jordão. Mas também em épocas mais recentes se autorizou o rito de aspersão em caso de não se dispor de melhores condições» (Godoy Fernández 1989, pp. 607-635). E existem também casos, segundo esta autora, em que o ritual poderia ser misto.

3. O *SUBURBIUM*

Os principais locais de enterramento da Antiguidade Tardia situavam-se fora de portas, no *suburbium,* junto às principais vias de ligação a *Pax Iulia*.
Os dados referentes aos espaços de culto funerário da Antiguidade Tardia, que foram descobertos na antiga cidade de *Myrtilis,* advêm, essencialmente, dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos em monumentos que se encontram, atualmente, em situações distintas de conservação e usufruto: em primeiro lugar, a necrópole da Achada de S. Sebastião e a basílica paleocristã do Rossio do Carmo - ambos os casos foram escavados, musealizados e realizado o respetivo estudo monográfico; em segundo lugar, dois sítios de escavação situados na Rua Afonso Costa, um no subsolo da antiga ermida de Santo António, dita dos Pescadores, onde atualmente se encontra o Cineteatro Marques Duque e ainda o mausoléu (Figura 6).

4. O MAUSOLÉU

Nos anos de 2008 e 2009, as intervenções arqueológicas levadas a cabo no eixo comercial da Vila de Mértola revelaram uma imponente construção. O monumento corresponde a uma construção com um comprimento máximo de 14 m e uma largura de 9,5 m, conservando as criptas alçados com uma altura máxima que rondava 1,78 m e, nas paredes, a cerca de 1,4 m de altura, foram observados vestígios do arranque de duas abóbadas de berço. As criptas possuíam, a nível dos pavimentos, quatro sepulturas de contornos retangulares, com uma orientação nascente-poente. Na parte central da cripta conserva-se uma sepultura intacta, coberta por uma argamassa em *opus signinum*, semelhante aos enterramentos coevos de Mértola.
Os elementos de arquitetura decorativa de grandes dimensões, como um cimácio e um fragmento de coluna, bem como a considerável dimensão das estruturas associadas às criptas, levam a colocar a hipótese de que, pudesse haver um segundo piso cujo acesso poderia ser feito pelo exterior, na parte norte das estruturas. Das camadas de revolvimento, existentes no interior das criptas, verificou-se a existência de argamassa com vestígios de pintura e restos de mosaico.
As informações epigráficas de que dispomos (um epitáfio em grego e outro em latim) apontam para dois enterramentos de jovens adultos, um masculino, com o nome Pedro e com 18 anos de idade, e um outro, do qual não se conhece o nome, que viveu 17 anos, apontam para uma ocupação do espaço situada pelo menos entre os anos 522 (?) e 566 (Lopes, 2014).

5. BASÍLICA DO CINETEATRO

A mais antiga referência histórica a este edifício provém da obra de Estácio da Veiga, intitulada *Memórias das Antiguidades de Mértola,* publicada em 1880. O autor refere o «limitado reconhecimento que empreendi junto à valleta da estrada, quasi em frente da ermida de Santo Antonio» (Veiga 1983, p. 117). e terem ali aparecido três epitáfios funerários, gravados em placas de mármore.
As intervenções arqueológicas desenvolvidas no local no século XXI, contribuíram para a identifica-

ção das paredes que, possivelmente, delimitavam o edifício e o dividiam, interiormente, em três naves, tendo a nave central, mais larga, no seu eixo central interior, uma abside. Pelos vestígios observados, depreendo a existência de um templo com dimensões que rondariam os 22 m de comprimento e os 15 m de largura, com a nave central com cerca de 6 metros de largura e as naves laterais com 4 m de lado. O espaço coberto deveria rondar os 330 m^2. A proposta planimétrica que apresento, de uma igreja com três naves e duas absides afrontadas, baseia-se na probabilidade de estarmos em presença de um templo relativamente simétrico e compartimentado interiormente, como a maior parte dos edifícios religiosos coetâneos.

A escavação arqueológica não nos permitiu saber quando é que a basílica e a necrópole deixaram de funcionar, contudo, apesar das indicações epigráficas nos remeterem para um intervalo situado entre 465 e 518, é perfeitamente admissível que a sua construção se iniciasse em meados do século V, tendo-se prolongando a sua utilização pelas centúrias seguintes.

6. A BASÍLICA DO ROSSIO DO CARMO

Este local foi utilizado como necrópole na Idade do Ferro e no período romano e supõe-se ter existido nesta zona uma área cemiterial desde o século IV a.C., hipótese sustentada pela lápide funerária que estava a ser reutilizada e servia de tampa de uma sepultura paleocristã com «escrita do sudoeste», encontrada nas obras efetuadas em 1993. Posteriormente, o Rossio do Carmo teve uma necrópole de inumação (a partir do final do século I d. C.). A localização junto à via enquadra-se dentro de numa prática comum que estabelecia que, ao passar pelo local dos enterramentos cada um devia prestar constantes homenagens aos seus falecidos antepassados. Esta zona cemiterial antecede a futura basílica ocupando as sepulturas, já no século V, uma área considerável da zona onde se implantaria o templo. Segundo Manuela A. Dias, as inscrições funerárias encontradas no local permitem com segurança, atestar uma ocupação contínua entre, pelo menos, os anos 462 e 729 d.C. (Dias & Gaspar 2006, p. 135).

Tratava-se de uma igreja de três naves, com sete tramos separados por colunas e com duas absides contrapostas, semicirculares e que eram ressaltadas em relação ao corpo do edifício.

Segundo aquilo que os vestígios arqueológicos permitem calcular, a basílica teria cerca de 31,5 m de comprimento por 16 m de largura interior, sendo o comprimento máximo das naves laterais 23,8 m. (Macias, 1993, p. 39). Quanto aos sistemas construtivos trata-se de um edifício em alvenaria de pedra argamassada, com espessas camadas de reboco de cal.

Este edifício revela uma funcionalidade funerária em quase todo o espaço interior, bem como nas áreas adjacentes, onde se localizam sepulturas em fossa, escavadas na rocha. A cobertura destes túmulos era feita com *opus signinum* e, em alguns casos, identificados com uma lápide funerária. O conjunto de lápides estudadas por Manuela A. Dias revela não só questões de natureza cronológica ou estilística mas, também, dados de natureza social e geográfica. Através do seu estudo ficou provada a presença em Mértola de várias comunidades humanas oriundas de todo o Mediterrâneo (Dias, 1993, p. 103).

7. O PORTO

Na área ribeirinha as estruturas monumentais inscrevem-se na Antiguidade Tardia e são testemunho da importância que a zona portuária possuía nessa época. De todo o conjunto monumental de muralhas existentes, a Torre do Rio (também chamada torre couraça) é paradigmática das técnicas construtivas do período tardo-romano (Fig. 7). A torre do rio foi declarada Monumento Nacional em 1910 sendo, na linguagem popular, o monumento designado por "ponte romana".

No que concerne a funcionalidade desta estrutura, três hipóteses deverão ser consideradas. Uma das utilizações poderá estar relacionada com a defesa da cidade, de forma a permitir a ligação entre a muralha e o rio, para um melhor aprovisionamento de água, mesmo em situações de assédio militar. Uma segunda, complementar da primeira, relaciona-se com o controlo da zona portuária, como refere Vitrúvio, no Capítulo XII do Livro Quinto do clássico De Architectura, "(…) os portos prestarão naturalmente os melhores serviços se estiverem bem situados e possuírem espigões ou promontórios salientes, a partir dos quais, para o seu interior e segundo a natureza do local sejam formados ângulos ou curvaturas. (…) De um e de outro lado dos portos deverão ser erguidas torres, a partir das quais, por meio de máquinas, se possa passar correntes de ferro de um lado ao outro" (Maciel, 1996, pp. 325-326). Esta referência à existência de sistemas de proteção dos

portos através de correntes metálicas que, esticadas, na zona da barra e/ou entre as margens, impediam o livre movimento dos navios em certas áreas dos portos fluviais, é uma situação que se adapta perfeitamente ao caso em estudo. Outra hipótese é poder estar relacionada com algum mecanismo de elevação (grua) que pudesse servir para a descarga de barcos, encaminhando os produtos pela parte superior, ganhando assim altura para poder vencer o desnível da zona junto ao rio em relação à cota da muralha; como o aparelho das torres se encontra, atualmente, destruído na sua parte superior, não é possível proceder à confirmação arqueológica desta hipótese de funcionalidade (Figura 8).

No que se refere às técnicas de construção, a fábrica da torre é claramente idêntica à que foi adotada na construção do criptopórtico. Temos, assim, *um terminus ante quem* para a construção do criptopórtico proporcionado pela pavimentação dos espaços com mosaicos, para os quais os paralelos existentes se situam maioritariamente no século VI dC. (Fig.9).

Concluímos, portanto, que o monumento está localizado num espectro cronológico entre os finais do século III, data posterior à utilização da ara votiva aqui encontrada, e o século VI, limite cronológico atribuído à aplicação dos pavimentos musivos existentes sobre o criptopórtico do complexo religioso de Mértola.

A ligação do burgo ao rio deveria ser feita, em período romano e posteriores, pela Porta da Ribeira. Esta, como é visível no desenho de Duarte D'Armas, era constituída por uma porta em cotovelo, encimada por um torreão, demolido nos meados do século XIX (Boiça, 1993, p. 59). O único acesso da cidade ao rio fazia-se, então, pela designada porta da ribeira, lógica funcional que será apenas alterada nos anos 30 do século XX, quando se leva a cabo a construção do atual cais e se abre uma estrada que liga esta estrutura portuária à vila. Com esta remodelação urbanística também o local de passagem do rio foi alterado. A construção do cais leva a que, nas suas imediações, se instale a ponte barca, que vem substituir a velha travessia do Guadiana feita junto à Torre do Rio.

8. CONCLUSÕES

A partir do século IV d.C., desmembrado o Império e dificultadas as ligações terrestres e marítimas anteriores, apenas algumas cidades-estado mantêm uma certa vida urbana. É o caso de Mértola, onde a descoberta de duas importante basílicas funerárias, contendo, inclusive, lápides escritas em grego, e dois baptistérios, importantes pela dimensão das suas estruturas e pelo seu conjunto musivo, não só comprovam a existência na cidade de uma próspera comunidade de mercadores do Mediterrâneo oriental, ativa durante os séculos V, VI e VII, como nos sugere que a navegação pelo Guadiana e o comércio marítimo nunca foram interrompidos (Torres, 1998, pp. 7-8) e mantiveram o fulgor económico da localidade. Conhecemos relativamente bem os espaços funerários, a grande basílica do Rossio do Carmo, a do cineteatro e ainda o mausoléu, templos que albergavam enterramentos no seu interior e no espaço envolvente. Estes locais proporcionaram um importante acervo epigráfico, testemunho de uma elite, onde se incluem epitáfios em latim, em grego e também com simbologia hebraica. A cidade de *Myrtilis* foi uma importante urbe que a partir da segunda metade do século V e durante os séculos VI-VII gozou de prosperidade como o traduzem os vestígios arqueológicos postos a descoberto nas últimas décadas, e que continuam a surpreender-nos com novos achados.

Mértola, Junho de 2017

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge (1988) – *Roman Portugal*, Vol. II, Fas.3. England: Aris & Phillips LTD, Warminster.

ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.

ALBIOL LÒPES, Esther (2013) – Una Pintura De Ststre De L'antiguitat Tardana Al Batisteri De Barcelona, «*Quarhis Quaderns D'arqueologia I Història De La Ciutat De Barcelona*», Epoca II, Núm. 9, 164-183.

ALMEIDA, Fernando de (1976), "A ruínas da chamada ponte romana de Mértola (Portugal)". *Madrider Mitteilungen*, 17, 295-300.

ARRUDA, Ana Margarida; BARROS, Pedro; LOPES, Virgílio. (1998) – "Cerâmicas áticas de Mértola" *Conímbriga*, XXXVII, 121-149.

ARRUDA, Ana Margarida (1997) – *As cerâmicas áticas de Castro Marim*. Lisboa: Edições Colibri.

BARROS, Mª. de Fátima Rombouts de; BOIÇA, Joaquim; GABRIEL, Celeste. (1996) – *As comendas de Mértola e Abria Ruiva – As Visitações e os Tombos da Ordem de Santiago 1482-1607*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

BOIÇA, Joaquim (1993) – "Topografia Histórica de Mértola" *Arqueologia Medieval*, 3, 47-59.

BOIÇA, Joaquim; BARROS, Mª. de Fátima Rombouts de (2011) – A Igreja Matriz De Mértola. In MACIAS, Santiago, et al., *Mesquita Igreja de Mértola Mértola: Campo Arqueológico de Mértola*. 33-88.

BOUNEGRU, Octavian; ZAHARIADE, Mihail (1996) – "Ports et Aménagements Portuaires". *Le Forces Navales du Bas Danube et de la Mer Noir aux. Ier – VIe Siècles* (82-83). Oxford.

BOURGUET, Pierre du (1965) – *La Peinture Paléo--Chrétienne*, Port Royal, 3, Suiça.

CAMACHO MACIAS, Aquilino. (1988) – *EL Libro de Las Vidas de Los Santos Padres de Mérida*, Mérida.

DELGADO, António (1871) – *Nuevo* método de *clasificación de las medallas autónomas de España,* 4 vols. Sevilla: Ed. Círculo Numismático.

DELGADO, Manuela (1992) – "Cerâmicas romanas tardias de Mértola originárias do Médio Oriente". *Arqueologia Medieval*, 1, 125-133.

DIAS, M. Manuela Alves (1993) – Epigrafia, In MACIAS, Santiago, *et al*., *Museu de Mértola Basílica Paleocristã*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 102-138.

DIAS, M. Manuela Alves; GASPAR Catarina (2006) – *Catálogo das Inscrições Paleocristãs do Território Português (Ciptp)*, Centro de Estudos Clássicos UL, Lisboa.

DIAS, M. Manuela Alves; GASPAR Catarina; LOPES, Virgílio (2013) – Mértola En La Antigüedad Tardía: Nuevos Datos Arqueológicos y Epigráficos, «*Habis*» 44, Universidad de Sevilla, p. 247-267.

DUARTE DE ARMAS (1990) – *Livro das fortalezas de Duarte de Armas. Estudo introdutório de Manuel da Silva Castelo Branco.* Lisboa: INAPA; Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 20, (136) p. ISBN 972-9019-26-2. Exemplar existente Torre do Tombo, Biblioteca 143/93.

FABIÃO, Carlos (1987) – "Ânforas republicanas de um depósito de Mértola no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia". *O Arqueólogo Português*, 5, 125-148.

FABIÃO, Carlos (1992) – *A romanizarão do actual território português. História de Portugal, (MATTOSO, José Dir.)* Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores. 202-203

FERNANDES, Edegar M. C. M. (2012) – *Cerâmicas finas norte-africanas e mediterrânicas orientais no Baixo Guadiana (séculos V a VII).* Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

GARCÍA MORENO, Luís Agustim (1999) – "La ciudad en la antigüedad tardía (siglos V a VII). *Complutum y las ciudades hispanas en la antigüedad tardía: actas del I Encuentro Hispania en la antigüedad tardía.* (GARCÍA MORENO, Luís Agustim RASCÓN MARQUÉS, Sebastian Eds), Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 7-23.

GODOY FERNÁNDEZ, Cristina (1989) – Baptistérios Hispánicos (Siglos IV al VIII): Arqueología y Liturgia. «*Actes Du XIe Congrès International D'archéologie Chrétienne*» (Vol. 1, Rome: Ecole Française, p. 607-635.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2006) – *Cerámica islámica de Mértola: producción y comercio.* Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid. em http://eprints.ucm.es/7087/ (Consulta 28-5-2017)

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2011) – Intervenção Arqueológica na Mesquita-Igreja Matriz de Mertola, In MACIAS, Santiago et al., *Mesquita Igreja de Mértola Mértola: Campo Arqueológico de Mértola*, 89-104.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; LOPES, Virgílio (2008) – "La Torre del Río de Mértola. Una estructura portuaria tardorromana". *Strutture e insediamenti antichi e medievali funzionali alla viabilità commerciale terrestre e marítima. Atti del Convegno.* Roma, 4 Aprile 2008. Roma: Pieraldo Edicione. p. 15-25 + Tav. I-VII.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; TORRES, Cláudio; LOPES, Virgílio; PALMA, Maria de Fátima; REIMÃO COSTA, Miguel (2016) – "*Mértola e o Guadiana. Uma charneira entre o mar e a terra". Entre Rios e Mares: um Património de o V da Rede BrasPor* . (Cancela da Fonseca, L. *et alii* Eds) Rio de Janeiro. 179-182. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B6sP81MfpdgSYkNRYmVrV2hVckk/view (Consulta. 28-5-2017).

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Enrique (Ed.) (2005) – *Imago antiqua: Lugo romano*. Lugo: Ayuntamiento.

IDACIO (1974) – *Chronique (Introduction, texte critique, traduction par Alain Tranoy*). Paris: Ed. du Cerf.

IDACIO (1984) – *Idacio, Obispo De Chaves, Su Cronicón. (Introducción, Texto Crítico, Versión Española y comentario por Julio Campos, Sch.* P.). Salamanca: Ediciones Calasancias.

LOPES, Virgílio (1993) – Materiais Arqueológicos, In MACIAS, Santiago, et al, *Museu de Mértola Basílica Paleocristã, Campo Arqueológico de Mértola*, Mértola, p. 66-100.

LOPES, Virgílio (1999) – "*A necrópole da Achada de S. Sebastião. Museu de Mértola: a necrópole e ermida da Achada de S. Sebastião*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 79-99.

LOPES, Virgílio (2003) – *Mértola Na Antiguidade Tardia, Campo Arqueológico de Mértola*, Mértola.

LOPES, Virgílio (2006) – "O território de Mértola e as vias de comunicação no período romano". *Actas das I Jornadas As vias do Algarve São Brás de Alportel*: Câmara Municipal, 46-53.

LOPES, Virgílio (2008) – O Edifício Religioso Da Antiguidade Tardia, In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *Alcáçova do Castelo De Mértola 1978-2008 Trinta Anos De Arqueologia,* Câmara Municipal de Mértola, Mértola, p. 11-21.

LOPES, Virgílio (2009) – "*As necrópoles de Mértola no mundo romano até à Antiguidade Tardia". Morir en el Mediterráneo Medieval.* Oxford: British Archeological Report. p. 31--58. URI: http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/1755. (28-5-2017).

LOPES, Virgílio (2012) – *Museu de Mértola. Casa Romana.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

LOPES, Virgílio (2014) – *Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV-VIII).* Huelva: Universidade de Huelva. Dissertação de Doutoramento. Disponível em <http://rabida.uhu.es/dspace/handle/10272/8053>, [Consulta realizada em 29/8/2016].

LOPES, Virgílio; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; & RAFAEL, Lígia (2012) – *Museu de Mértola. Arrabalde Ribeirinho.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

MACIAS, Santiago (1993) – "Um Espaço Funerário", In MACIAS, Santiago, *et al*., *Museu de Mértola Basílica Paleocristã*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 30-62.

MACIAS, Santiago (2006) – Mértola – *O Último Porto Do Mediterrâneo*, 3 Vols., Campo Arqueológico de Mértola, Mértola.

MACIAS, Santiago & TORRES, Cláudio (2011) – Mesquita de Mértola. In MACIAS, S., *et al*., *Mesquita Igreja De Mértola Mértola: Campo Arqueológico de Mértola,* 9-31.

MACIEL, M. Justino (1996) – O Livro V De Architectura de Vitruvio. In MACIEL, M. J. *Homenagem Ao Professor Bairrão Oleiro*, Lisboa: Colibri, 325-326.

MANTAS, Vasco (1997) – *Os caminhos da Serra e do Mar. Noventa séculos entre a terra e o mar (331-326).* Lisboa: IPPAR.

MORILLO CERDÁN, Angel, HERAS Y MARTÍNEZ, Cesár, M., DURÁN CABELLO, Rosalía-María (2007) – "La muralla tetrárquica de Legio: aproximación al conocimiento de un sistema constructivo". *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio: Lucus Augusti como paradigma Lugo* (RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio; RODÁ DE LLANZA, Isabel Eds), Diputación Provincial, 381-399.

PAVÓN MOLDONADO, Basílio (1993) – *Ciudades e fortalezas lusomusulmanas.* Madrid: M.A.E., Agencia Española de Cooperación Internacional, Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe.

RICARD, Robert (1954) – Couraça et coracha. *Al-Andalus: revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada,* vol. XIX, 150-172.

ROLDÁN HERVÁS, José Manuel (1975) – *Itineraria Hispana: fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*, Valladolid.

RUIZ ACEVEDO, Juan Manuel (1998). *Las vías romanas en la Provincia de Huelva*. Huelva: Diputación Provincial.

SEVILLANO FUERTES, M. Ángeles (2007) – "La muralla romana de Astorga (León)", *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio: Lvcvs Avgvsti como paradigma,* (RODRÍGUEZ COLMENERO Antonio; RODÁ DE LLANZA, Isabel Eds.), Lugo, 2005, 343-347.

SIMPLÍCIO, Cândida; BARROS, Pedro; GARCIA Ana Cartarina (1999) – "Prospecções arqueológicas no rio Guadiana--Porto de Mértola". *Almadan*, n. 8, 54-62.

SIMPLÍCIO, Cândida.; BARROS, Pedro; LOPES, Virgílio. (2003) – "O porto romano de Mértola". *IV Jornadas de Arqueología Subacuática, Puertos fluviales antiguos: ciudad, desarrollo e infraestructuras : actas, Valencia, 2001.* [Valencia]: Universitat de València, Departament de Prehistòria i d'Arqueologia, 35-48.

TORRES, Cláudio (1992) – "Povoamento antigo no Baixo Alentejo: alguns problemas de topografia histórica". *Arqueologia Medieval*, n. 1, 197-198.

TORRES, Cláudio (1998) – *"O Guadiana: envolvimento histórico. Odiana,* [Faro]: Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 8-12.

TORRES, Cláudio; OLIVEIRA, José Carlos (1987) – O Criptopórtico-Cisterna da Alcáçova de Mértola. In *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Madrid, 1987.. Madrid: [Comunidad de Madrid] T. II, p. 617-626.

TORRES, Claudio; SILVA, Luís A (1989) – *Mértola Vila Museu*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

VALENTE, Jorge P., *et al.* (1982) – "Ara votiva de Mértola". *Ficheiro Epigráfico*, n. 1, Coimbra, 3-5.

VEIGA, Sebastião Ph. Estácio da (1983) – *Memórias das Antiguidades de Mértola. Edição fac-similada de 1880.* Lisboa / Mértola: Imprensa Nacional-Casa da Moeda / Câmara Municipal de Mértola.

VIANA, Abel (1947) – "Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo", *Arquivo de Beja*, vol. 4, 3-39.

VIANA, Abel. (1960) – Notas históricas e arqueológicas do baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*, vol. 17, 139-229.

VITERBO, Sousa (1988) – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses (vol. 1).* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Figura 1 – Vista geral de Mértola e do Rio Guadiana.

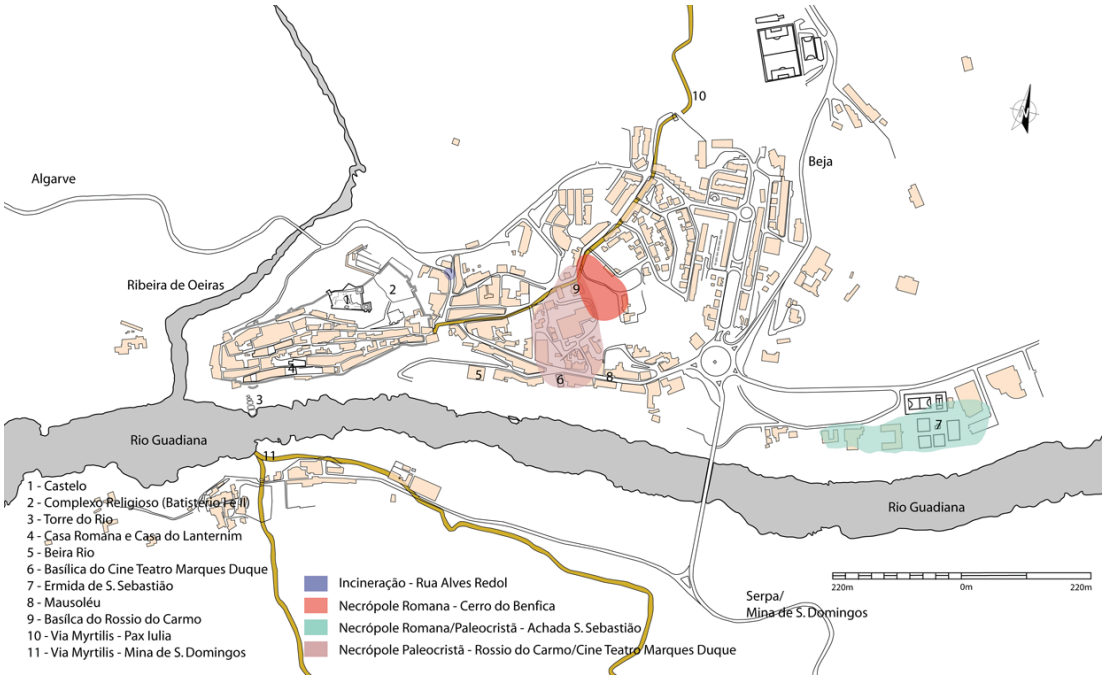


Figura 2 – A topografia histórica de Mértola (Desenho Nélia Romba).

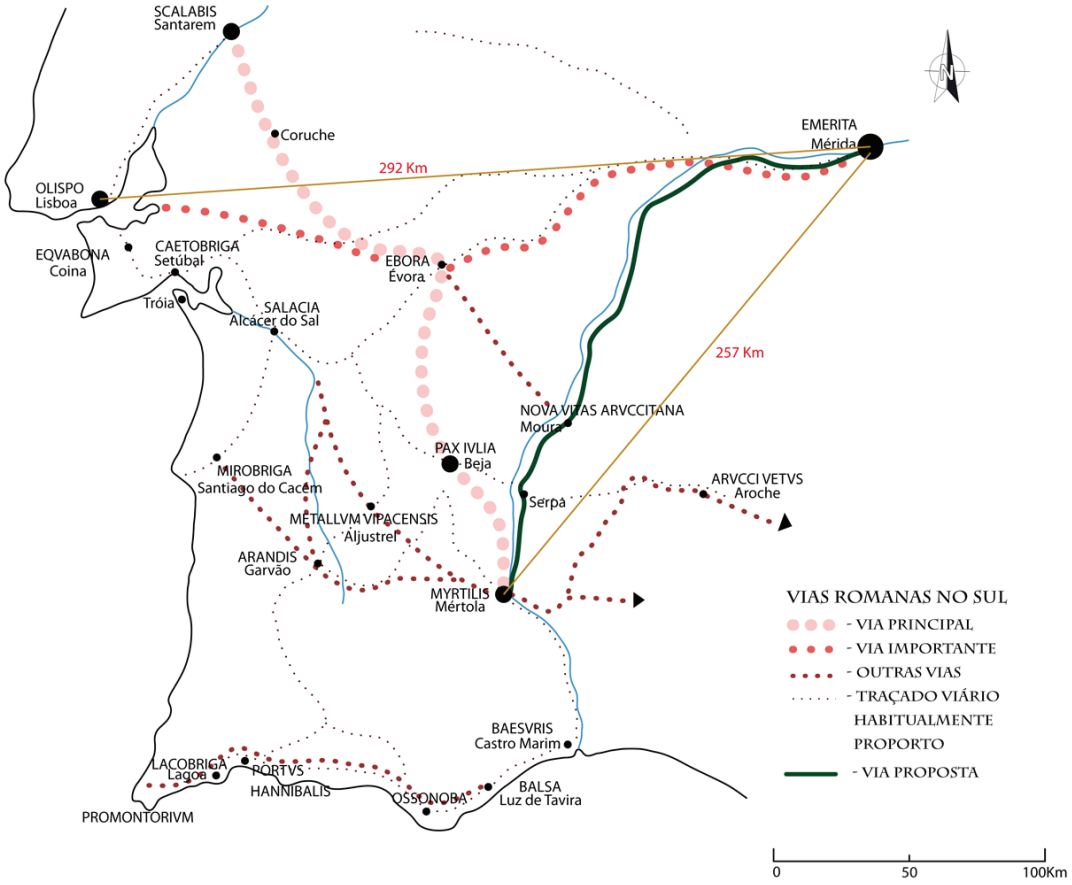


Figura 3 – As principais vias romanas do sudoeste peninsular (Desenho Nélia Romba).

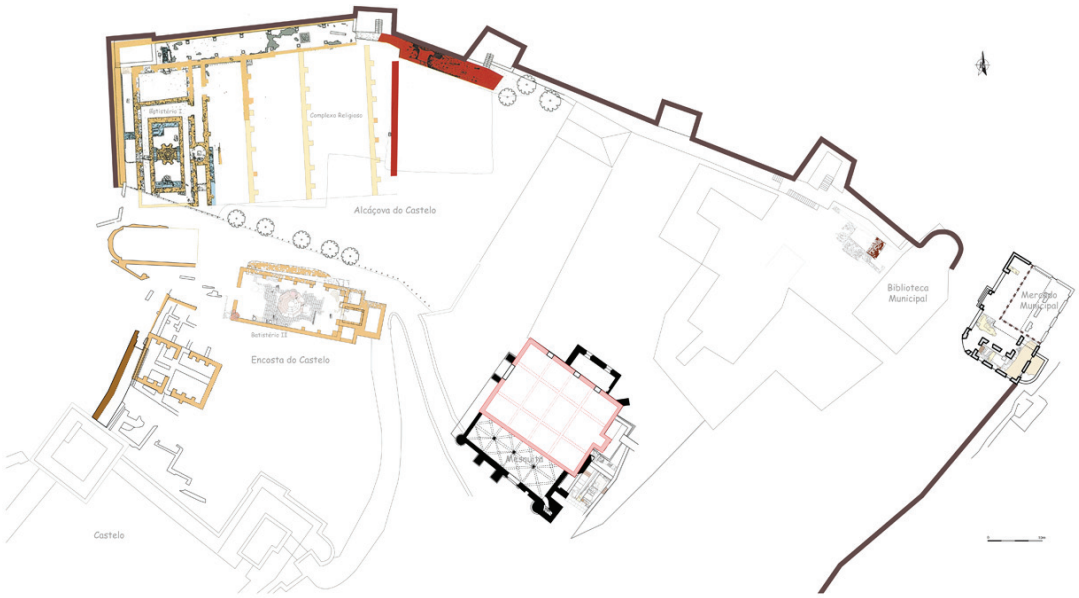


Figura 4 – Planta do complexo religioso (Desenho Nélia Romba).



Figura 5 – Mosaicos do complexo religioso.



Figura 6 – Baptistério II.

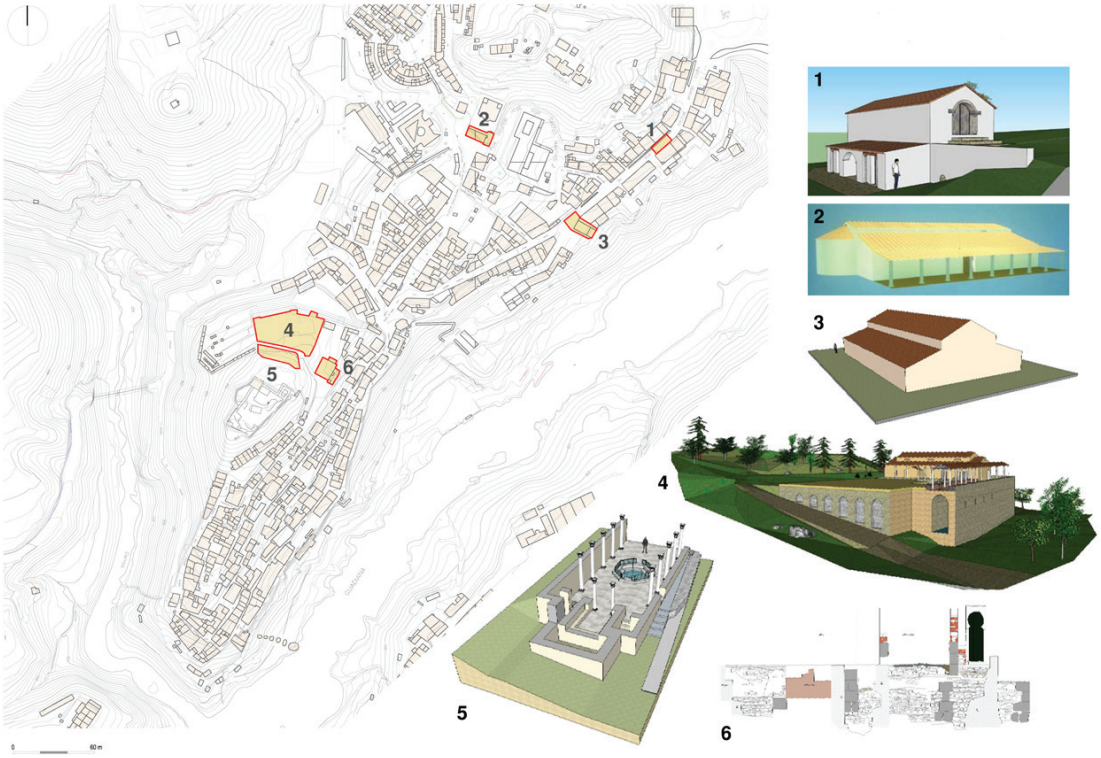


Figura 7 – A topografia religiosa de Mértola (1 – Mausoléu, 2 - basílica do Rossio do Carmo, 3 – basílica do Cine-teatro, 4 complexo religioso e batistério I, 5 – batistério II, 6 templo anterior à mesquita) (Desenho Carlos Alves).



Figura 8 – Torre do Rio.

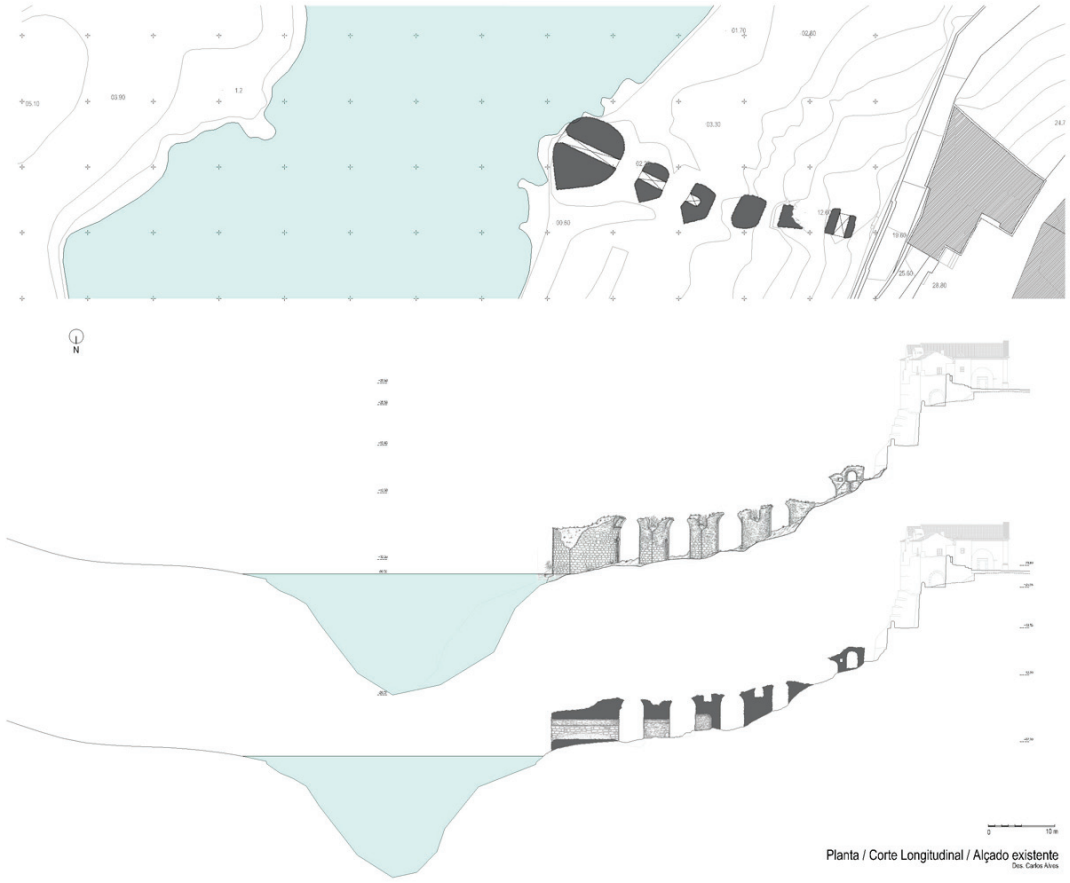


Figura 9 – Planta e alçados da Torre do Rio (Desenho Carlos Alves).

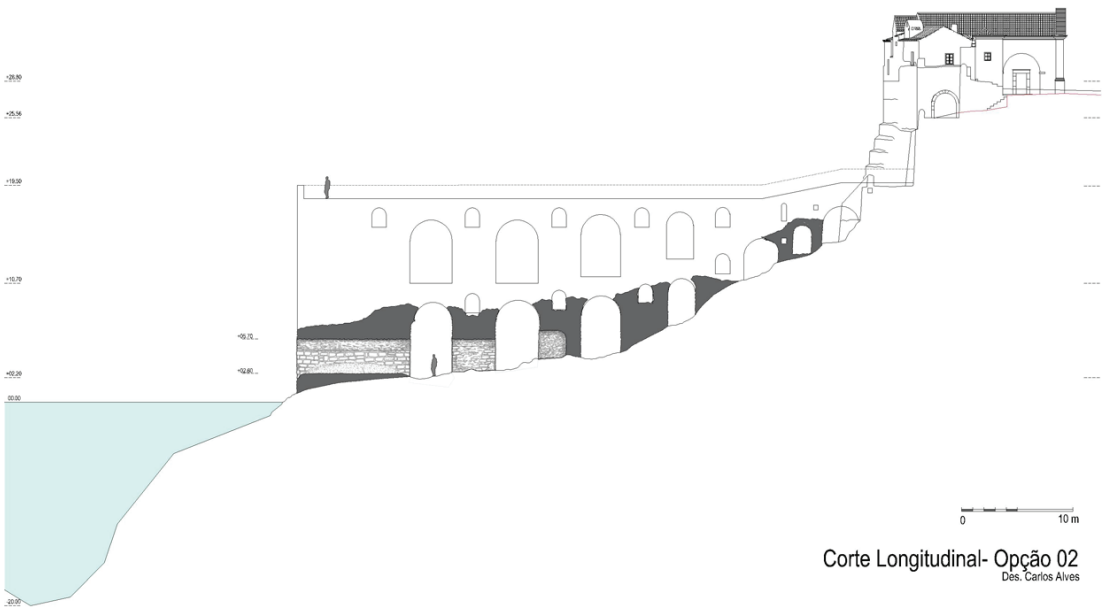


Figura 10 – Proposta de reconstituição volumétrica da Torre do Rio (Desenho Carlos Alves).

8
Época Medieval

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA DE SANTARÉM ENTRE OS SÉCULOS VIII E XIII: UMA ANÁLISE MACROSCÓPICA A PARTIR DA LOCALIZAÇÃO DAS NECRÓPOLES ISLÂMICAS

Marco Liberato[1], Helena Santos[2]

RESUMO

Como regra geral, as necrópoles muçulmanas na Península Ibérica localizam-se no exterior do espaço amuralhado, em áreas despovoadas ou com baixa densidade construtiva. A identificação em Santarém durante as últimas décadas de vários núcleos de enterramentos depositados segundo o ritual islâmico, permite realizar um ensaio preliminar em torno da evolução urbana da cidade, entre os séculos VIII e XIII.

Palavras-chave: Evolução Urbana, Necrópoles islâmicas, Santarém.

ABSTRACT

As a general rule, Muslim necropolis in the Iberian Peninsula are located outside the walls, always in areas with less constructive density. During the last decades, the identification of several burial sites organized according to the Islamic ritual, allows to carry out a preliminary essay about the urban evolution of the city of Santarém, between the VIIIth and XIIIth centuries.

Keywords: Urban Evolution, Islamic necropolis, Santarem.

INTRODUÇÃO

Quando morreu Crisóstomo, fidalgo que por amor se vestia de pastor no romance D. Quixote de la Mancha, logo se espalhou a notícia da sua última vontade. Entendida como algo bizarra pelas outras personagens, tinha registado no seu testamento «que o enterrassem no campo, como se fosse mouro» (Cervantes, 2015, p. 44). Passagem reveladora de que na Castela do século XVII, uma das características mais marcantes das práticas funerárias islâmicas na Península, o afastamento dos enterramentos face aos núcleos mais densamente ocupados das povoações, era recordada pela generalidade da população. De facto, os trabalhos arqueológicos das últimas décadas têm comprovado sistematicamente essa implantação topográfica tipificada. Sem pretensões de exaustividade, vejam-se os exemplos de Pamplona (Faro Carballa, Barbarena Unzu e Unzu Urmeneta, 2007-2008, p. 238), Jaén (Serrano Peña e Castillo Armenteros, 2000, p. 95), Córdova (Teresa Casal, 2003) ou, em território português, Beja (Serra, 2012) e Mértola (Macias, 2005, p.239).

Com base nessa premissa, mas integrando sempre outras fontes, quer arqueológicas quer documentais, apresentam-se algumas considerações, mais esquemáticas que modelares, sobre a evolução da paisagem urbana de Santarém, baseadas na localização e cronologia de utilização das necrópoles islâmicas da cidade.

1. A NECRÓPOLE DA ALCÁÇOVA

Durante a escavação arqueológica do sítio Avenida 5 de Outubro, n.ºs 2-8 (doravante A5O), que decorreu

1. Bolseiro de doutoramento da FCT / Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património; marcoliberato@hotmail.com

2. Investigadora Independente; lenamps@hotmail.com

entre Agosto e Novembro de 2007 e Junho e Setembro de 2008[3], a estratigrafia histórica da cidade de Santarém foi registada em cerca de mil metros quadrados. O que permitiu determinar a existência de um espaço de necrópole onde todos os horizontes culturais que se sucederam entre o início da Era e o período islâmico foram enterrando os seus defuntos (Liberato, 2012) (Figura 1).

São vários os factores que contribuem para considerar que nesta necrópole foram inumados os primeiros habitantes muçulmanos da cidade. Mais concretamente, os que se instalaram no núcleo da Alcáçova, que de resto acolhia populações de origem oriental desde a Idade do Ferro (Arruda, Viegas e Almeida, 2002, p. 33). Desde logo pela sobreposição de sepulturas organizadas segundo o ritual islâmico a enterramentos romanos e alto-medievais, demonstrando a estabilidade funcional deste espaço ao longo de aproximadamente um milénio. Depois, a aparente hesitação demonstrada nalgumas inumações em torno da orientação canónica, que poderá indiciar uma cronologia pré-califal, como discutimos noutro lugar (Liberato, 2012).

A sua extensão contribui também para esta leitura, uma vez que parece demonstrar um dilatado período de utilização. Para além desta intervenção, durante o acompanhamento arqueológico da substituição de infra-estruturas de saneamento na Rua João Afonso/ 1º Dezembro, foram identificados mais três enterramentos, na extremidade ocidental da Rua de S. Martinho. A necrópole alcançaria mesmo o Largo de Marvila, onde no âmbito do acompanhamento arqueológico para a instalação de uma *ilha ecológica*, se referenciaram novamente indivíduos inumados segundo o ritual islâmico[4]. Comprovando-se que estes três núcleos conformam uma mesma necrópole, a esta organizar-se-ia ao longo de um eixo com pelo menos cento e sessenta metros de comprimento (Figura 2).

Esta distribuição de enterramentos parece demonstrar que a cidade não se estendeu para outros pontos do planalto de Marvila até período tardo-islâmico, encontrando-se circunscrita à Alcáçova. De facto, a necrópole só terá sido desactivada entre os finais do século X e o século XII. Muito embora as realidades identificadas na escavação da A5O não se encontrem ainda totalmente sistematizadas, podemos avançar com algumas correlações estratigráficas que o demonstram (Figura 3).

Assim, a abertura do silo [1857] interceptou o enterramento [2003]. Do sedimento [1856], depositado no seu interior, foi recolhido um conjunto artefactual que podemos classificar genericamente de califal/taifa. De facto, os fragmentos de verde e manganés, embora de pequenas dimensões, parecem apresentar os círculos em óxido que definem frequentemente o corpo das representações zoomórficas dos séculos X-XI (Gómez Martinez *et.al,* no prelo). Cronologia que coincide também com outros elementos, sendo exemplo a frequência de panelas com lábio semicircular. Nas centúrias seguintes esta forma tornar-se-á amplamente minoritária, face às novas soluções com remate para-triangular (Liberato, 2011, p.32).

Outros contextos semelhantes podem ser convocados para demonstrar a mutação funcional do espaço, que seria uma realidade plenamente consumada na transição entre os séculos XI e XII. Assim, aquando da abertura das estruturas negativas [1667] e [1378] foram interceptados, respectivamente, os enterramentos [2358] e [2128].

No enchimento do primeiro, depósito [1666], foi recuperado um perfil de redoma com colo alto, com vidrado de tom melado. A moldura plástica que se anuncia nesse fragmento e se encontra presente num exemplar sem revestimento proveniente do mesmo contexto, apresenta bons paralelos em Mértola, onde recebe uma datação coincidente com as centúrias mencionadas (Gómez Martinez, 2014, p. 144). Surge também em peças recuperadas na Meseta, sendo uma solução comum entre os séculos X e XIII (Retuerce Velasco, 1998, forma B).

Para o mesmo âmbito cronológico aponta o fragmento decorado com corda seca parcial recuperado no depósito [1359], que colmatava o silo [1378]. Apesar de diminuto, tem semelhanças evidentes com peças de Toledo, Badajoz ou Cuesta de la Veja, datadas do século XI, nomeadamente ao nível da pasta clara muito depurada, das cores utilizadas - verde e mel forte – e, principalmente, pela presença de pequenos traços de manganés que saem das linhas de separação do vidrado e participam da composição ornamental (Déléry, 2006, pp. 1851, 1920 e 1152). Estes surgem também em recipientes de Vascos e

3. Ocorreram trabalhos neste sítio em momentos diversos dos aqui registados. Todavia, nenhum dos signatários participou dos mesmos.

4. Informação oral do responsável pelos trabalhos arqueológicos desse projecto, António Matias, a quem agradecemos.

Albarracin, sendo que neste caso se pondera a sua produção já no século XII (Déléry, 2006, pp. 1277 e 1519). Estão presentes outras soluções formais comuns nas mesmas cronologias, como sejam as panelas de bordos triangulares, as grandes tigelas com o bordo reentrante ou a variante com espessamento do lábio. De resto, esta última forma parece anunciar uma tendência, que se afirmará posteriormente, para "modelar" a extremidade das formas abertas, solução especialmente comum durante o século XIII (Liberato, 2011, p. 34).

Por fim, refira-se novo contexto, mais tardio, o silo [1631], que destruiu parcialmente a sepultura [1985] e se encontrava colmatado com o depósito [1598]. Muito embora a presença no seu enchimento de corda seca total ou pintura a vermelho pudesse conduzir, empiricamente, a uma proposta cronológica anterior à conquista cristã, esses materiais compartilham o contexto com duas metades de moedas diferentes. O estado de conservação da legenda desses numismas não permite leitura, mas corresponderão, com toda a probabilidade, a dinheiros de Afonso II ou Sancho II, uma vez que a cruz do reverso não se encontra circunscrita ao interior da moldura circular, mas antes se estende praticamente até à orla (Lemos, 1983, pp. 197-201), demonstrando portanto a sua cunhagem entre 1211 e 1245. De resto, os bordos aplanados das panelas e as tigelas com o bordo muito modelado são também consonantes com um enquadramento cronológico em torno do século XIII (Figura 4).

2. OS ENTERRAMENTOS DOS FINAIS DO DOMÍNIO ISLÂMICO

Em síntese, podemos asseverar que entre os séculos X-XII a necrópole da A5O foi desactivada, sendo muito provável que a sua dessacralização tenha ocorrido ainda em período islâmico. Poderemos eventualmente relacioná-la com uma alteração urbanística estrutural. Fontes islâmicas e cristãs coincidem no registo de uma grande campanha de construção de fortificações pelo poder almorávida, em data anterior a 1143. Terão sido certamente erigidas junto da área onde actualmente se encontra a igreja e a torre de Alporão, sendo verosímil que este elemento defensivo corresponda à materialização dessas notícias documentais (Liberato, 2012).

Assim, edificada uma nova muralha que passou a envolver a necrópole que vem sendo referida, seguramente que os enterramentos terão continuado numa nova área extramuros. Poder-se-ia equacionar que os enterramentos da Rua de S. Martinho e do Largo de Marvila, já mencionados, correspondessem à deslocação da necrópole para a frente da linha defensiva almorávida. No entanto, as descrições da incursão almóada de 1184 são unânimes ao referir a estruturação de um arrabalde nesta área (Liberato, 2012), que terá mesmo sido identificado nas intervenções arqueológicas no âmbito do projecto de requalificação das Ruas João Afonso / 1º de Dezembro. Informação que infelizmente ainda não pôde ser sistematizada e que permanece inédita.

Pelo que outros dois núcleos de enterramentos islâmicos, localizados bastante mais distantes de Alporão, parecem ser o registo material deste processo de deslocalização dos espaços de necrópole da comunidade muçulmana, presumivelmente ocorrido em torno do século XI. Um foi identificado na Rua das Capuchas, enquanto outro se localizava na Rua Capelo Ivens / Travessa do Froes. Dada a distância entre eles – perto de quinhentos metros - estaremos certamente a tratar com dois cemitérios diferentes, embora eventualmente contemporâneos, o que não é inédito no universo urbano peninsular. Mau grado a diferença de escala, tomemos o exemplo de Córdova, que chegou a ser servida por dezassete destes equipamentos (Teresa Casal, 2003, p. 157) (Figura 5). Relativamente ao primeiro local, foi registada novamente uma sobreposição de silos ao cemitério, do qual se identificaram cinco sepulturas. Do interior do silo 5 foi recuperado um conjunto artefactual datável dos finais do século XIV ou inícios da centúria seguinte (Boavida, Casimiro e Silva, 2013, p. 943), demonstrando a desactivação do necrotério em época anterior.

No caso da Rua Capelo Ivens, durante o acompanhamento arqueológico de uma empreitada de requalificação imobiliária, foi possível registar evoluções funcionais diferenciadas no espaço intervencionado, pelo menos até aos finais da Idade Média. Assim, na área Nordeste do espaço verificou-se que a necrópole foi pouco perturbada. De época anterior à densificação construtiva centrada na Idade Moderna, registaram-se somente estruturas que sugerem uma gestão de caudais de água. Poderão estar relacionadas com uma eventual adscrição desta área a actividades agrícolas e/ou como espaços de circulação. A estratigrafia subjacente, com a presença de camadas de sedimentos comparativamente espessas, cromática

e granulometricamente semelhantes a *terra rossa*, embalando escassos materiais arqueológicos, parece de facto apoiar a tese de estarmos perante um espaço que foi pouco antropizado até ao século XVI. Como nota, uma vez que tentaremos voltar a este assunto de forma mais detalhada, nesta área foi identificada uma incineração em urna, verosivelmente de época romana[5], sob os enterramentos islâmicos.

Já a construção de um compartimento que atingiu a rocha-base na área mais a Oeste, a par de outras actividades como a abertura de estruturas negativas para colocação de talhas, comprometeu bastante a conservação da necrópole islâmica neste sector. Um desses contentores cerâmicos, ainda *in situ*, encontrava-se colmatado com sedimentos que embalavam materiais dos finais do século XV, inícios do século XVI, assinalando um *terminus ante quem* para esse processo de urbanização, eventualmente dinamizado entre os séculos XIV-XV. Diacronia que só poderá ser afinada com uma atenta sistematização de todas as correlações estratigráficas, tarefa que ainda não foi terminada.

Muito embora seja cedo para firmar conclusões, visto que carecemos de mais dados, nomeadamente de análises de sedimentos e, eventualmente, de algum enquadramento documental que possa escorar esta interpretação, algumas das sepulturas islâmicas aqui localizadas parecem mesmo ter sido sujeitas a algum "processo de higienização", eventualmente contemporâneo da densificação da malha urbana durante a Baixa Idade Média (Figura 6).

Os exemplos mais evidentes dessa acção correspondem a dois contextos que, apesar de no momento da escavação já não alojarem qualquer vestígio de enterramentos, eram formalmente semelhantes aos covachos das restantes sepulturas e tinham a mesma orientação cardeal. Assim, a interface [319] encontrava-se preenchida pelo depósito [318], que parece ter sido queimado *in situ* e se caracterizava por ser solto, de tom muito negro, sendo composto essencialmente por carvões. Muito semelhante àquela realidade, identificou-se também a interface [316], com uma colmatação em tudo idêntica à anterior, sendo possível observar que as suas paredes, bem como a base, estiveram expostas a fogo. Verificou-se ainda ter sido interceptada por uma outra interface, de pequeno diâmetro e planta circular, nomeada [317], que parecia ser o negativo de uma estaca. Assinale-se, no entanto, que estas putativas sepulturas foram intervencionadas apenas na área necessária para a implantação das vigas, pelo que não se recuperou a sua planta integral. Registe-se ainda que o abandono da necrópole será anterior a este curioso processo de incineração de algumas fossas funerárias (Figura 7).

As sepulturas [344] e [434] encontravam-se sob a estrutura em alvenaria [350], que corresponde ao bocal de um silo. Fica assim demonstrado que a construção, bem como o abandono dessa estrutura negativa, se desenrolaram em momentos em que o necrotério já estava desactivado. Os sedimentos recuperados no seu interior embalavam materiais que nos parecem enquadráveis no século XIII. No caso do depósito [348], mesmo a ocorrência de pintura a branco, muitas vezes acriticamente associada a cronologias islâmicas, aponta nesse sentido. De facto, surge praticamente restrita a formas relacionadas com o consumo de líquidos e em percentagens mínimas – em cerca de 2% dos fragmentos cerâmicos – tendências características do período pós-islâmico (Liberato, 2011, pp. 86). A diversidade de perfis dos bordos das panelas, com a solução aplanada a ser já bastante frequente, bem como a ocorrência de tigelas com lábios modelados ou dos testos com bordo triangular vertical, ajudam a reforçar esse âmbito cronológico (Liberato, 2011, pp. 77-81) (Figura 8).

Por fim, a presença de moedas, mau grado não permitirem leitura, convida também a enquadrar a formação deste depósito num momento posterior à conquista da cidade por D. Afonso Henriques. Novamente, o abandono destas necrópoles e a relocalização dos enterramentos islâmicos, estarão relacionados com a construção de mais um elemento defensivo.

3. O CEMITÉRIO DOS MOUROS FORROS

De facto, a incursão almóada de 1184 terá ameaçado perigosamente a cidade, afirmando as crónicas muçulmanas que só foi detida, *in extremis*, junto das muralhas da Alcáçova (Liberato, 2012). Certamente como resposta a esses acontecimentos e precavendo a eventualidade de novo ataque, D. Sancho I inicia rapidamente a construção de uma nova linha de

5. Neste momento, uma eventual necrópole romana neste local parece ter duas explicações possíveis. Pode estar relacionada com uma ocupação peri-urbana ainda não identificada ou sinalizar a existência de uma via com origem na Alcáçova, ao longo da qual se foram organizando as inumações.

muralhas. Em 1191 surge a primeira referência documental ao «muro de Marvila», seguindo-se em 1218 a menção à porta de Atamarma e, em 1232, às portas de Manços (Viana, 2007, p.67-69).

Esta sucessão de notícias estabelece o período de construção, bem como o esboço do seu trajecto, revelando que a cintura já rodeava todo o sector Norte e Oeste da cidade na primeira metade do século XIII, sendo expectável que se desenvolvesse, *grosso modo*, de acordo com a configuração proposta por Mário Cardoso (Cardoso, 2001, p. 206). Como avançamos noutro local, esta construção teria como objectivo primordial impedir a circulação de máquinas de guerra no planalto de Marvila e não tanto proteger uma área densamente povoada (Liberato, 2012). De resto, sucedem-se ao longo do século XIII referências documentais a espaços vazios de construções no seu interior (Beirante, 1980, p.73) e a estratigrafia do sector NE da intervenção na Rua Capelo Ivens, como já avançamos, parece de facto comprovar arqueologicamente que, pelo menos até à Idade Moderna, existiam parcelas não edificadas no seu perímetro.

No entanto, terá como que nobilitado o novo espaço intramuros, precipitando novamente a deslocalização das necrópoles muçulmanas. Nesta perspectiva, as inumações islâmicas identificadas no Largo Cândido dos Reis, que se desenvolviam pelo menos ao longo de um hectare (Matias, 2009, p.639), corresponderão certamente ao necrotério dos mouros forros (Figura 9). As dimensões mencionadas e esta atribuição cronológica não colidem. De facto, podem corresponder a mais de dois séculos e meio de inumações, uma vez que é segura a presença da minoria islâmica em Santarém na segunda metade do século XV (Barros, 2004).

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; ALMEIDA, Maria José de (2002) – *De Scallabis a Santarém.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

BARROS, Maria Filomena Lopes de (2004) – «Os mouros de Santarém. A comuna e os espaços» in *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578): catálogo da exposição / Museu Municipal de Santarém*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, pp. 61-67.

BOAVIDA, Carlos; CASIMIRO, Tânia e SILVA, Telmo (2013) – «Silos medievais da Travessa das Capuchas (Santarém): estruturas e cultura material», *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 937-945.

CERVANTES, Miguel de (2015) – *Dom Quixote de la Mancha*, Publicações D. Quixote.

CARDOSO, Mário de Sousa (2003) – *As muralhas de Santarém. Enquadramento histórico-arqueológico*, Santarém: Câmara Municipal de Santarém.

DÉLÉRY, Claire (2006) – *Dynamiques* économiques*, sociales et culturelles d'al-Andalus à partir d'une* étude *de la céramique de cuerda seca (seconde moitié du X e siècle-première moitié du XIII e siècle*), tese de doutoramento em História apresentada à Université Toulouse II – Le Mirail.

FARO CARBALLA, José Antonio; BARBARENA UNZU, María García e UNZU URMENETA, Mercedes (2007-2008) – «Pamplona y el Islam. Nuevos testimonios arqueológicos». *Trabajos de Arqueologia Navarra*, n.º 20, pp. 229-284.

GÓMEZ MARTINEZ, Susana, *et al*., (no prelo) – «El verde y morado en el extremo occidental de al-Andalus (siglos X al XII)» *in Actas do XI Congresso da Association Internationale pour l'Etude des Céramiques Médiévales et Modernes en Méditerranée.*

GÓMEZ MARTINEZ, Susana (2014) – *Cerámica islámica de Mértola. Museu de Mértola.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

LEMOS, Paulo A.F. de (1981 – 1983) – «Moedas dos primeiros reis. Evolução dos seus tipos.», *Nvmus*, 2ª série, volume IV-VI, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, pp. 197-202.

LIBERATO, Marco (2011) – *A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval. Uma abordagem diacrónica: séculos XI a XVI*, dissertação de mestrado em Arqueologia, Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa.

LIBERATO, Marco (2012) – «Novos dados sobre a paisagem urbana da Santarém medieval (séculos V-XII): a necrópole visigoda e islâmica de Alporão». *Medievalista* [Em linha], Nº11. [Consultado 12.06.2017].

MACIAS, Santiago (2005) – *Mértola. O último porto do Mediterrâneo.* 3 volumes. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

MATIAS, António José (2009) – «Culturas distintas, um mesmo espaço. O Largo Cândido dos Reis na caracterização de gestos quotidianos e rituais funerários de Santarém medieval» in Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: "O Gharb no al-Andalus: síntesis e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos (Silves 23, 24 e 25 de Outubro 2008), *Xelb*, n.º 9, pp. 637-654.

RETUERCE VELASCO, Manuel (1998) – *La cerâmica andalusí de la Meseta.* Tomo II. Madrid: NRT Ediciones.

SERRA, Miguel (2012) – «Análise arqueológica da necrópole islâmica de Beja». *Arqueologia Medieval*, n.º 12, pp. 235-245.

SERRANO PEÑA, José Luis e CASTILLO ARMENTEROS, Juan Carlos (2000) – «Las necrópolis medievales de Marroquíes Bajos, (Jaén). Avance de las investigaciones arqueológicas». *Historia e Arqueologia Medieval,* n.º 7, pp. 93-120.

TERESA CASAL, Maria (2003) – «Los cementerios musulmanes de Qurtuba». *Arqueologia Cordobesa*, n.º 9, Cordoba: Servicio de Publicaciones Universidad de Córdoba / Delegación de Cultura Deputación de Córdoba.

VIANA, Mário (2007) – *Espaço e povoamento numa vila portuguesa. (Santarém 1147 – 1350)*, Casal de Cambra / Lisboa, Caleidoscópio / Centro de História da Universidade de Lisboa.

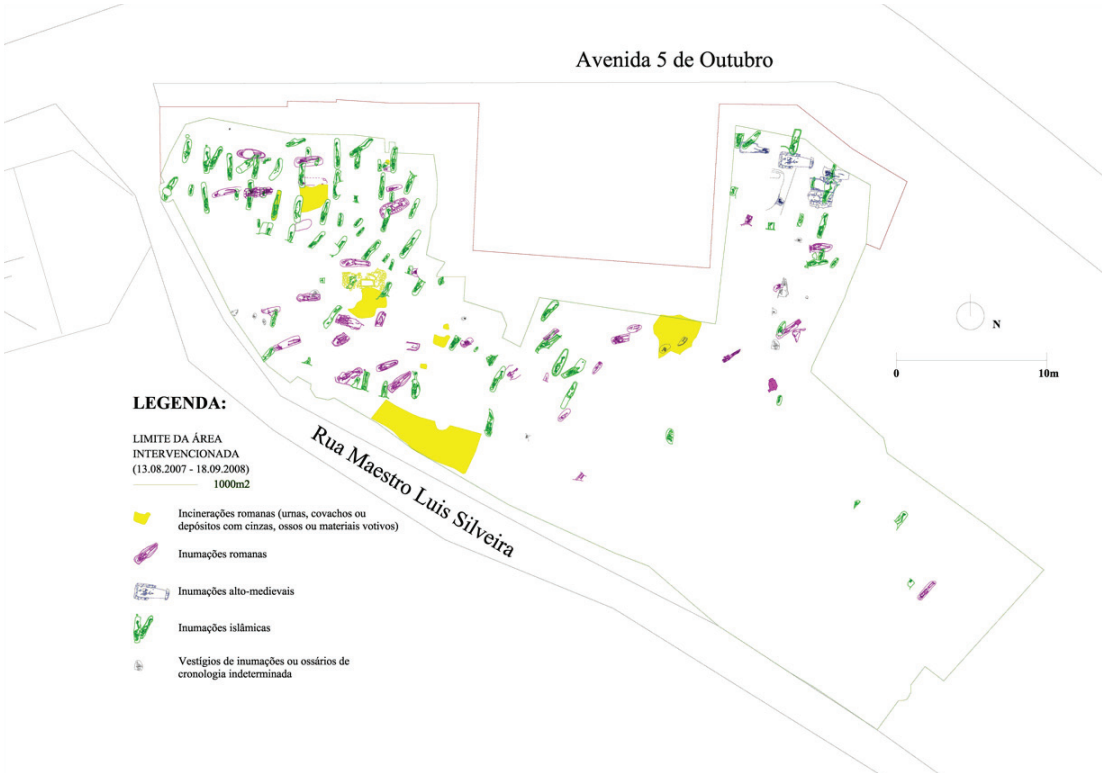


Figura 1 – Planta dos contextos funerários identificados na Avenida Cinco de Outubro, n.ºs 2 a 8.



Figura 2 – Representação esquemática da relação espacial entre espaços muralhados e necrópoles (século VIII – século XI).



Figura 3 – Exemplo de sobreposição de estrutura negativa tipo silo à necrópole.

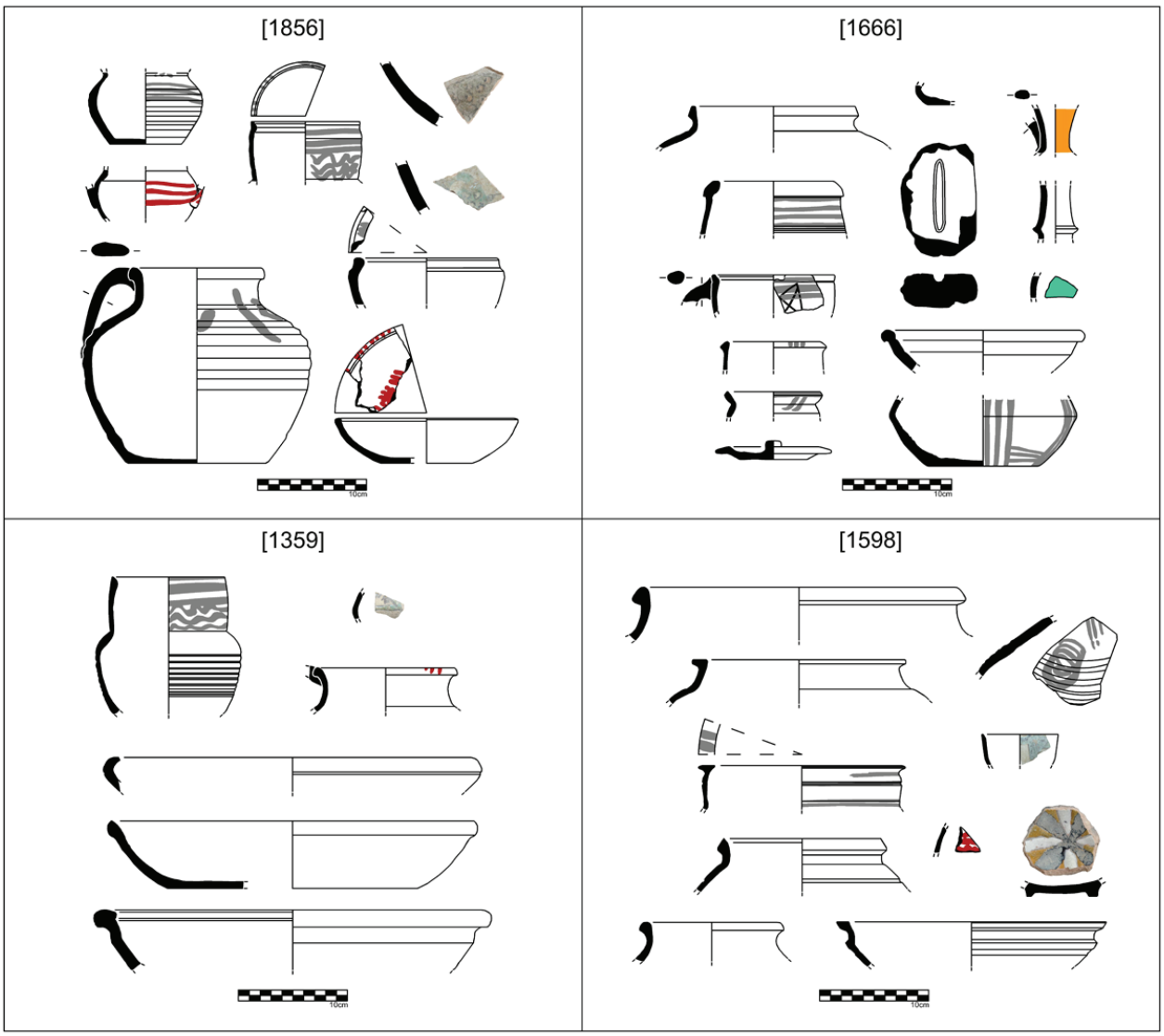


Figura 4 – Materiais cerâmicos de contextos que interceptaram sepulturas.



Figura 5 – Representação esquemática da relação espacial entre espaços muralhados e necrópoles (Finais do século XI – finais do século XII).



Figura 6 – Matéria orgânica incinerada no interior de eventual sepultura.

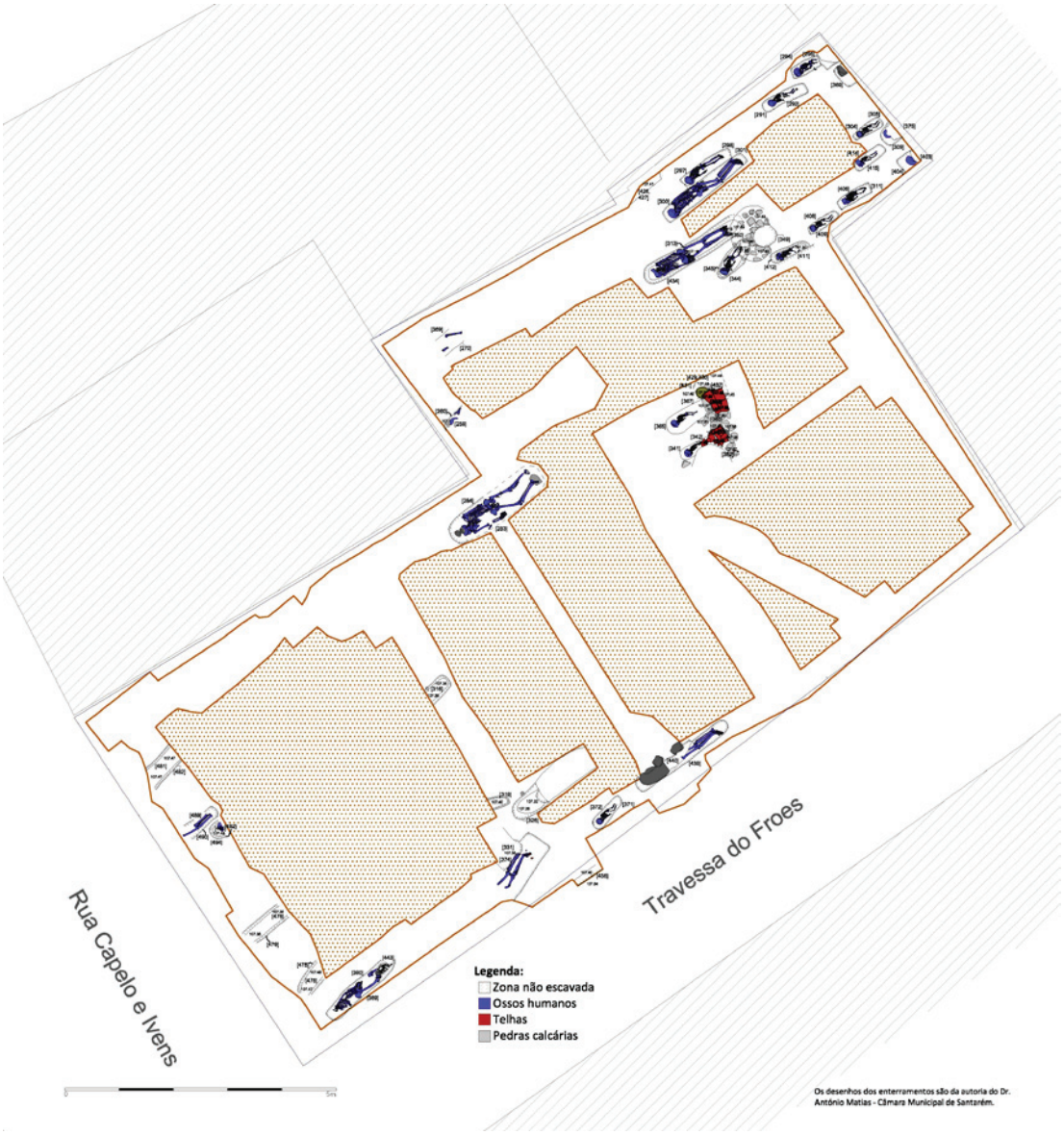


Figura 7 – Planta dos contextos funerários identificados na Rua Capelo e Ivens / Travessa do Froes.

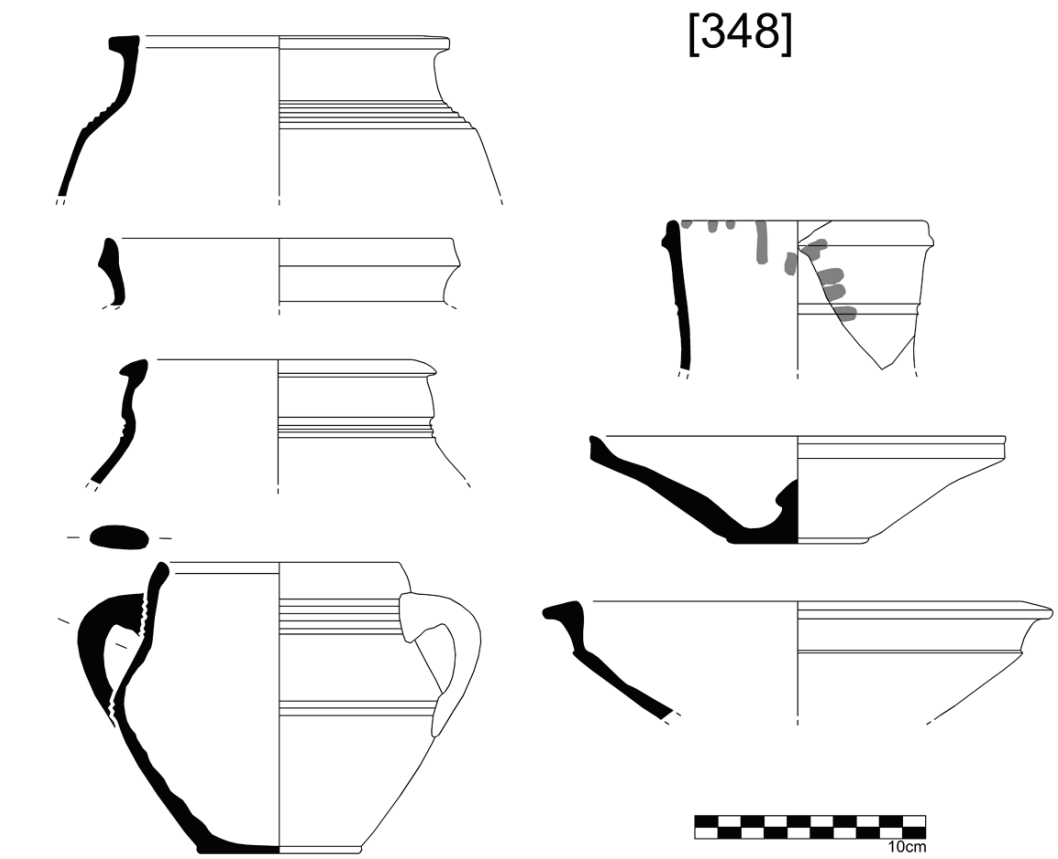


Figura 8 – Materiais cerâmicos recuperados no interior do silo [349].



Figura 9 – Representação esquemática da relação espacial entre espaços muralhados e necrópoles (Século XIII – finais do século XV).

O POVOAMENTO RURAL ISLÂMICO NA *KURA* DE ALCÁCER DO SAL: BREVE ANÁLISE DA TOPONÍMIA

Marta Isabel Caetano Leitão[1]

RESUMO

O presente trabalho pretende, através da análise da toponímia de origem árabe e berbere na cartografia, dar a conhecer os modelos de povoamento e de ordenamento territorial no espaço geográfico que corresponderia, em parte, ao território da *kura* de Alcácer do Sal durante a ocupação muçulmana. Para além do actual concelho de Alcácer do Sal foram considerados, para efeitos desta investigação, a região da Península de Setúbal, os concelhos de Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira e algumas regiões do distrito de Évora, nomeadamente Alcáçovas, Cabrela e São Brás do Regedouro, freguesia hoje extinta e que integra actualmente a freguesia de Nossa Senhora da Tourega no concelho de Évora.

Palavras-chave: Arqueologia Medieval Islâmica, Território, Toponímia, Povoamento, Fortificações.

ABSTRACT

This paper intends to present, through the analysis of the toponymy of arab and berber origin in cartography, the models of settlement and territorial planning in the geographic space that would correspond, partly, to the territory of the Alcácer do Sal *kura* during the muslim occupation. For the purposes of this investigation, and besides the current municipality of Alcácer do Sal, other regions were considered, such as the region of the Setúbal Peninsula, the municipalities of Grândola, Santiago do Cacém, Sines and Odemira and some regions of the district of Évora, namely Alcáçovas, Cabrela and São Brás do Regedouro, a parish now extinct and which currently integrates the parish of Nossa Senhora da Tourega in the Évora municipality.

Keywords: Islamic Medieval Archeology, Territory, Toponymy, Settlement, Fortifications.

1. OS LIMITES DO TERRITÓRIO

Não são conhecidos, na totalidade, os limites que abrangiam o território da *kura* de Alcácer do Sal e nem as várias oscilações que o mesmo sofreu desde o século VIII ao XIII. Contudo, sabe-se através das fontes escritas, quer islâmicas, quer cristãs, que aquela possuía um território muito vasto. No século VIII, quando chegaram os primeiros contingentes muçulmanos à cidade, a mesma passou a fazer parte da *kura* de Beja, possuindo nessa altura, possivelmente, um pequeno território que não ultrapassaria os limites do actual concelho (Rei, 2012, p. 117).

Após a instalação dos *Banu Danis* na cidade, a partir da segunda metade do século IX, aquela terá crescido economicamente, fazendo com que no século X, sob o domínio Califal, fosse elevada a capital de distrito, cujo seu território ia desde a Serra da Arrábida à Serra de Grândola e Cercal, dominando, portanto, povoações como Palmela, Grândola, Sines, Santiago do Cacém e Odemira (Levi-Provençal e Garcia Gómez, 1950, p. 158; Picard, 2000, p. 194).

Este território deve ter-se mantido, sem grandes flutuações, após a queda do Califado e a emergência dos Reinos de Taifas, contudo durante o domínio Almorávida, dados os constantes avanços e recuos da reconquista cristã para Sul, o domínio de Alcácer abrangia, pelo menos no plano militar, segundo o geógrafo *al-Idrisi*, parte do Alentejo e da Estremadura espanhola até Coria (Coelho, 2008, p. 51).

1. Bolseira de Doutoramento na Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Instituto de Arqueologia e Paleociências (IAP) – Universidade Nova de Lisboa; martaleitao11@gmail.com

O seu território teria crescido consideravelmente nessa altura e com a chegada dos Almóadas, em 1191, aquele teria sofrido algumas alterações, uma vez que para Norte, a povoação de Palmela já estaria sob o domínio cristão, perdendo a *kura* de Alcácer parte desses domínios, assim como para Sul com a perda da cidade de Évora, que também já estaria em posse dos cristãos. Ainda assim, apesar de já não deter o controlo dessas regiões, o espaço geográfico que abrangia a totalidade da *kura* alcacerense continuaria a ser muito vasto, tendo, possivelmente, adquirido outros territórios que anteriormente fariam parte da *kura* de Beja e do Reino de Taifa de Évora.
Após a reconquista cristã definitiva, em 1217, a cidade foi entregue à Ordem de Santiago que ali viria a instalar a sua sede e todos os territórios que outrora estariam sob a sua alçada durante o Período Almóada, passaram a integrar os domínios da respectiva Ordem. Nessa altura o seu termo compreendia as vilas de Grândola, Santiago do Cacém, Sines, Vila Nova de Milfontes, Odemira, Alvalade, Torrão, Ferreira do Alentejo, Cabrela e Canha. Todavia, poucos anos após a tomada da cidade, vários daqueles territórios tornaram-se independentes, como é o caso de Cabrela, que se separou em 1220, Canha que recebeu carta de foral em 1235, o Torrão e Santiago do Cacém que se autonomizaram em 1249, Alvalade que passou a constituir termo próprio em 1252, tal como Odemira em 1256 e Sines em 1274. Grândola viria a autonomizar-se apenas em 1544 (Cardoso, 1747, p.139; Baião, Cidade e Múrias, 1940, p. 61; Pereira, 2000, pp. 52-53).

2. A TOPONÍMIA DE ORIGEM ÁRABE

Na região em estudo pode-se encontrar mais de uma centena de topónimos de origem árabe que reflectem a forte presença daquele povo no território ao longo dos séculos VIII e XIII. Contudo, é importante salientar que o surgimento de alguns desses topónimos pode ter sido posterior à reconquista cristã, não estando, por isso, relacionados com a ocupação muçulmana, embora sejam derivados da língua árabe, tendo permanecido, posteriormente, no português corrente. É o caso, sobretudo, de vocábulos como aldeia, azenha, açougues, zambujeiro, entre outros. Ainda assim, a conservação de tais termos durante o domínio cristão, parece denunciar uma clara presença muçulmana no espaço geográfico que agora se analisa (Figura 1).
A toponímia de origem árabe na região que correspondia, grosso modo, à *kura* de Alcácer do Sal estende-se pela terminologia relativa ao povoamento, sistemas defensivos, actividades de exploração económica e extractivas, orografia dos terrenos, vegetação, caminhos, água e técnicas de irrigação, mas também por termos de carácter administrativo, religioso, bélico e clânico. Inclui termos relativos a unidades de povoamento como *al-qarya* (alcaria), *al-day´a* (aldeia), *al-munya* (almoinha), *al-madânî* (almandanim), *ad-dawâr* (aduares), *alb* âraq (alberge e albergaria), *qarâ bahîj* (penique) e de fortificações como *al-qala´a* (alcalá), *hisn* (asna/asneirinho), *at-talâya* (atalaia), *qal´at al-harag* (catifarras), *sajra* (chagas), *murtabâ* (murtal) e *burj* (porches/ portancho/parchanas) (Tabelas 1 e 2).

Topónimo	Concelhos	Origem/Significado
Alberge/Albergaria	Alcácer do Sal	*alb* âraq, "tosco, lugar de insónia" – estalagem (Alves, 2013, p. 112)
Alcaria/Alcarial/Alcariota/ Caria/Caeira	Alcácer do Sal, Grândola, Montemor-o-Novo (Cabrela), Odemira, Palmela e Santiago do Cacém	*al-qariyya*, "a povoação", "a aldeia" (Machado, 1958, pp. 152-153; Alves, 2013, pp. 126; 370)
Aldeia	Montemor-o-Novo (Cabrela) e Santiago do Cacém	*al-day´a*, "o povoado" (Machado, 1958, p. 175; Alves, 2013, p. 137)
Aduares	Santiago do Cacém	De aduar, *ad-dawâr*, "a aldeia", "o povoado", "o acampamento" (Alves, 2013, p. 89)
Almandanim	Santiago do Cacém	*al-madânî*, "a medina", "o citadino" (Alves, 2013, p. 174)
Almoinha/ Armuinha	Santiago do Cacém e Sesimbra	*al-munya*, "a horta", "a quinta" (Alves, 2013, p. 191; López Cuevas, 2014, p. 162)
Penique	Alcácer do Sal	De carapenique (?), *qarâ bahîj*, "povoação bonita" (Alves, 2013, p. 369)

Tabela 1 – Topónimos relacionados com unidades de povoamento.

Topónimo	Concelhos	Origem/Significado
Alcalá/Alcalainha	Évora (São Brás do Regedouro)	*al-qala´a*, "o castelo" (Acién Almansa, 2001, pp. 61-64; Alves, 2013, p. 120)
Asna/Arneirinho/ Asneirinho	Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines	*hisn*, "a fortaleza", "o castelo" (Marques, 1993, p. 194; Leitão e Vivas, 2009, p. 226)
Atalaia	Alcácer do Sal, Alcochete, Grândola, Montemor-o-Novo (Cabrela), Montijo, Odemira, Palmela, Santiago do Cacém e Viana do Alentejo (Alcáçovas)	*at-talâya*, "os lugares avançados", "lugar alto donde se exerce vigilância"(Machado, 1997, p. 280; Alves, 2013, p. 250)
Catifarras	Santiago do Cacém	*qal´at al-harag*, "torre do imposto"(Leitão e Vivas, 2009, p. 229)
Chagas	Alcácer do Sal	*sajra*, "penha fortificada", "promontório escarpado com funções de vigilância" (Leitão e Vivas, 2009, p. 229)
Murtal	Évora (São Brás do Regedouro)	De murteda (?), *murtabâ*, "posto alto de vigia" (Alves, 2013, p. 668)
Porches/Portancho/ Parchanas	Alcácer do Sal	*burj*, "torre", "castelo"(Alves, 2013, p. 710)

Tabela 2 – Topónimos relativos a fortificações.

Surgem igualmente topónimos de cariz religioso como *´abd allâh* (abela), *´ayn ad-dîn* (aiana), *munt xâqar* (Monchique), *muhsin* (murfacém), *Balmallâ* (Palmela/Palmelas) e outros ligados directamente a edifícios religiosos através de *al-masjid* (almagede), *az-zâwiya* (azóia) e *masjid* (mesquita), mas, também, com funções militares tais como *ar-râbita* (Arrábida). Outros podem ser relacionados com o poder e a administração dos territórios através dos termos *ad-dalîl* (adail), *ad-farâmîn* (alfarim), *al-garb* (Algarve), *ar-rayyis* (arrais), *as-saytara* (asseiceira), *kûra* (courela), *xarama* (Xarrama), enquanto outros referem-se a actividades bélicas como *al-barda´a* (albardeiras), *al-mugawâr* (almograve/almorgarve) e *barâ`a* (baralha) (Machado, 1997, p. 186).

No que respeita à paisagem surgem alguns nomes relativos à topografia dos terrenos e dos recursos geológicos e naturais, através dos vocábulos âf (afeiteira), *al-harrâra* (alferrara), *al-jarûz* (algeruz), *al-gâr* (algares), *al-marj* (almargue/almargens), *al-burûjî* (alpertuche), *anît* (aniza), *ar-ru`ûws* (arrouçada), *barâh* (brejo), *qulla* (colo), *ax-xaraf* (enxarafe), *al-jazîra* (lezírias), *lawha* (lousal/louseira), *anfâ* (nafia), *al-bartîl* (portela/ portelinha), *samûq* (samouco/samouqueira/o) e *sil* (silveiras) (Alves, 2013).

Outros nomes alusivos à água e às técnicas de irrigação parecem ter particular relevo, desde *araba* (arapouco), *ar-rîf* (arrifoias), *as-sanya* (assenha/azenha/atafona), *qanâya* (canha), *axaqâf* (enxacafres), *mal birka* (malpique), *batîha* (patameira), *ranan* (rangina) e *turra* (Torrão), assim como os relacionados com a agricultura, designadamente *ad-da´ma* (adema), *al-galî* (algalé), *al-uzayla* (algoceira), *al-qalîb* (alqueivinho/ alqueiveiros), *al-binâ* (alvião), *rabasa* (arrabacinha/ rabaça/rabaçal/rabasqueira), *ar-ragâda* (arregota), *marana* (marnel), *rabîda* (rabiça), *rummâna* (romeiras), *barwaza* (várzea/ verge) e com a actividade pecuária, a partir de *ad-dûla* (ádua), *barr bâ`id* (barbadinho), *gannâm* (ganhão), *gamlî* (gamita) e *zarîba* (sebe). Outros são respeitantes à flora como *al-harxûfa* (alcachofra), *ad-darû* (aroeiras), *hayy* (faias), *xaqwarsî* (sargaçal), *tarfa* (tarrafeiro) e *zabbûj* (zambujeira/zambujal) (Marques, 1993, pp. 163-164).

Alguns topónimos referem-se a caminhos, através dos termos *alama* (álamos/almo), *an-nixân* (anixa), *al-balât* (alvalade), *as-samt* (assenta) e *fanâr* (fanais). Surgem ainda outros relacionados com as actividades de comércio, pesca e extracção como *as-sûq* (açougues), *al-kubxa* (Alcobaça), *al-dabba* (aldrava), *al-anbar* (alambre), *al-fibr* (alfebre /Alfebrinho), *al-marjûm* (almarjão/almarjões), *arîx* (arez), *balasân* (baleizão), *barrî* ou *barga* (barrancão, barrosinha/barrada), *burd* (burdo), *qadaba* (cadaveira), *quff* (cufenos), *gaxx* (gacha), *malâ`a* (malhadas), *bidra* (piçarral), *burûn* (porrão), *rahj al-gâr* (rosalgar), *safîr* (safira), *tâbiyya* (taipas/taipadas) e *taraqa* (trancão) (Alves, 2013).

A presença berbere está atestada por alguns topónimos de origem clânica e onomástico-étnico, assinaladamente *abûl* (abul), *badawî* (Beguíno), *Banu…* (?) (Bemcaniz, Bemposta, Bemfeita, Bem parece, Benagala), *Banu Qasim* (Bem casados), *Banu ʿIsa* (Banaiça), *Banu + Fátima* (Benafátima), *Ben al-Wazîr* (Benagazil/Benagazilinho), *Banu ʿAmir* (Benamor), *Ben ʿAbîd* (Benavide/Benavidinho), *Ben Agâ* (Benega), *Ben ʿAffân* (Bonfim), *Banu Qasim* (Cacém), *gil* (Gil) e *Luwata* (Lobatos) (Tabela 3). Por último, surgem outros topónimos de origem árabe, desde *al-jayyida* (algedas), *al-barî* (alvarengas/alvarotes), *ar-rauq* ou *ar-rûqa* (arouca), *labba* (Lapa), *xaqabân* (Sacavena), *xibâl* (Sancadilha), assim como outros de significado indeterminado como Lá aparece e Machamim (*Idem*, *ibidem*).

Topónimo	Concelhos	Origem/Significado
Abul	Alcácer do Sal	*abûl*, "pai de [alguém] " (Alves, 2013, p. 68)
Beguíno	Santiago do Cacém	De beduíno (?), *badawî*, "habitante do deserto" (Alves, 2013, p. 228)
Bemcaniz	Odemira	De *Banu…* (?), clã berbere (Marques, 1993, p. 140)
Bemposta	Alcácer do Sal, Odemira, Santiago do Cacém e Sines	Idem
Bemfeita	Odemira	Idem
Bem parece	Grândola, Santiago do Cacém e Sines	Idem
Bem casados	Odemira	De *Banu Qasim*, clã berbere (Marques, 1993, p. 141)
Banaiça	Santiago do Cacém e Sines	De *Banu ʿIsa*, clã berbere (Marques, 1993, p. 140)
Benafátima	Odemira	*Banu + Fátima* (Machado, 1958, p. 25)
Benagazil/ Banagazil/ Benagazilinho	Alcácer do Sal e Santiago do Cacém	De *Ben al-Wazîr*, clã berbere (Machado, 1958, p. 25; Alves, 2013, p. 311)
Benagala	Santiago do Cacém	De *Banu…* (?), clã berbere (Marques, 1993, p. 140)
Benamor	Odemira	De *Banu ʿAmir*, clã berbere (Marques, 1993, p. 141)
Benavide/Benavidinho	Odemira	*Ben ʿAbîd*, "filho do adorador" (Alves, 2013, p. 313)
Bonfim	Setúbal	De Benafim (?), *Ben ʿAffân* "filho do puro" (Alves, 2013, p. 310)
Cacém	Santiago do Cacém	De *Banu Qasim*, clã berbere (Marques, 1993, p. 139)
Gil	Montijo, Santiago do Cacém	*gil*, "tribo", "nação" (Alves, 2013, p. 544)
Lobatos	Alcácer do Sal	De *Luwata*, tribo berbere (Marques, 1993, p. 139)

Tabela 3 – Topónimos de origem clânica e onomástico-étnico.

3. A ORGANIZAÇÃO DO POVOAMENTO RURAL À LUZ DA TOPONÍMIA

Quando *Ibn Saíde* descreve o território do *al-Andalus*, no século XIII, na sua obra *al Mughrad biholi-l-Maghreb*, refere o seguinte: "*Quando falei em dar uma adequada e justa descrição do Al-Andalus, quis dizer que é um país cercado pelo mar, abundante em frutos e produções de todo o género, com muitas cidades e vilas, e de tal modo povoadas que, se um viajante percorre uma certa distância, encontra a cada passo no seu caminho aldeias, cidades e vilas rústicas e campos cultivados e nunca se deparará, como é geralmente o caso noutros países, com grandes porções de terra não cultivada ou deserto. Isto está ligado também aos hábitos dos andaluzes que, em vez de viverem todos juntos, agrupados em cidades e aldeias, como fazem os egípcios, preferem residir em casas pequenas e habitações no meio dos campos, à beira de regatos e no declive de montanhas, o que dá ao país um aspecto de conforto e prosperidade que o viajante procurará em vão noutras partes.*" (Coelho, 2008, p. 63).

Através desta descrição de *Ibn Saíde* podemos compreender como estava organizado o território do *al-Andalus*. Segundo aquele, encontravam-se dispersas pelo território, não muito distantes entre si, várias pequenas unidades de povoamento que exploravam a terra e que se localizavam em zonas elevadas e perto de cursos de água. De facto, os muçulmanos são conhecidos pelas grandes técnicas inovadoras que empreenderam nas formas de cul-

tivo da terra, designadamente com a criação da agricultura de irrigação que obrigava naturalmente à utilização de grandes quantidades de água para produzir excedentes. Estas necessidades faziam com que fossem privilegiados os solos mais férteis para a agricultura, preferencialmente junto de um curso de água, como um rio ou ribeira, para implantação destes povoados.

Por outro lado, o factor segurança seria outro aspecto a ter em consideração quando se elegiam os lugares para construir uma cidade ou aldeia. Sobre esta localização fala-nos *Abd al-Malik*, na sua obra *Kitab Al-Agdiya* (Tratado dos Alimentos), quando refere o seguinte: "*Os melhores lugares (para viver) são os elevados, sempre que tenham desocupado o lado norte, sem montanhas que os tapem e os ultrapassem, os que estão rodeados de vinhedos e os costeiros. Os piores são os que estão ocultos por montanhas mais elevadas que eles, sobretudo se ocupam uma depressão num lugar pantanoso, com a parte orientada a norte coberta, e livre a que fica a sul, sem nenhuma montanha nem obstáculo que a tape. Estes lugares, por serem pantanosos, é de esperar que produzam enfermidades (…).*" (García Sànchez, 1992).

Para além da preferência por solos relativamente férteis para a instalação de habitats, também a escolha de uma zona elevada, sempre com o lado Norte desocupado e o Sul protegido por uma elevação, seria o ideal para poder-se controlar os movimentos dos exércitos inimigos que vinham do Norte e, ao mesmo tempo, estariam protegidos dos ventos e do frio tendo coberto o lado que achar-se-ia virado a Sul.

Administrativamente o território do *al-Andalus* encontrava-se organizado em várias capitais de distrito, designadas de *kuras*, que respeitavam em grande parte os limites administrativos territoriais implantados anteriormente pelos romanos, e à frente das quais estava um *wali* (governador) que era nomeado pelo poder central e que detinha o poder militar e civil. No século X, no território do *Gharb*, nomeadamente à frente do governo da *kura* de Alcácer do Sal estaria a família berbere dos *Banu Danis*, cujo *wali* nomeado pelo califa seria *Yahyā b. Abi Dānis*, enquanto no século XII, já sob o domínio dos Almóadas, o governo da cidade foi entregue, pelo califa *Ya´qub al-Mansur*, a *Muhammad b. Sidray b. Wazir*, cuja sua família teria estado anteriormente a gerir os territórios da cidade de Évora (Levi-Provençal e Garcia Gómez, 1950, p. 158; Picard, 1997, p. 230, Torres, 1997, pp. 332-335).

Por sua vez, cada *kura* possuía pequenas comarcas, denominadas de *iqlim/aqalim* que abrangiam uma pequena *madina* ou um *hisn* (castelo rural), responsável pela jurisdição de um território, designado de *hawz* (alfoz), que seria definido por limites naturais, como um cerro, curso de água ou caminho e que era composto por várias fortificações, alcarias (*qarya*) e outras unidades de povoamento de menor dimensão. Cada *hawz* (alfoz) podia possuir um governador, normalmente ligado a uma tribo árabe ou berbere, que seria responsável pela colecta de impostos e que estaria subordinado ao *wali* da respectiva *kura* onde se inseria o território (Bazzana, 1990, p. 126; Guichard, 1990, p. 199; Tahiri, 2001, p. 18).

Através das investigações desenvolvidas no *Sharq-al-Andalus* conhece-se melhor hoje como se organizava o povoamento rural muçulmano. Aquele consistia na distribuição de vários núcleos de povoamento, como alcarias e pequenas aldeias, ligadas às terras de cultivo, situadas em vales e zonas planas irrigáveis, que se organizam em redor de uma fortificação, nomeadamente um *hisn* (castelo rural), *qal`a* (alcalá) ou *ma`qil* (albacar) que, por sua vez, estaria localizado numa zona elevada e que serviria de refúgio às populações que ali se abrigariam em caso de perigo (Castillo Armenteros, 1998, pp. 201-206). Este parece ser efectivamente o padrão de organização territorial que persistiu desde o século IX à primeira metade do século XI. Contudo, a partir de finais do século XI e, sobretudo no século XII, com a instalação dos Almorávidas e Almóadas, ocorreu uma modificação nos modelos de povoamento dando-se o surgimento de novas alcarias fortificadas que passaram a concentrar a população que se acharia dispersa nos pequenos núcleos rurais, possuindo muitas delas uma torre defensiva, como é exemplo o Castelo de Salir no Algarve e a Alcaria de Torre de Bufilla em Valência (López Elum, 1994, p. 189; Catarino, 1997, p. 561).

No que respeita à organização funcional interna dessas alcarias, sabe-se, graças às fontes escritas muçulmanas, que aquelas possuíam um governo constituído por assembleias de anciãos ou *aljamas* (mesquitas) e que os seus habitantes estavam unidos por fortes laços de parentesco. Estes edifícios religiosos não eram somente espaços de culto, poderiam, analogamente, funcionar como instituições de ensino (*madrassa*), onde se aprenderia a ler e escrever, mas também várias outras ciências como matemática e geometria, tal como os princípios básicos do Co-

rão. Para além disso, eram locais ainda de reuniões e debates, sendo nesses espaços que se desenrolava a maior parte das actividades que envolviam toda a comunidade que habitava nas alcarias (Domínguez Berenjeno, 2000, p. 13; Calvo Capilla, 2004, p. 42).

A vida quotidiana da comunidade estava essencialmente ligada à exploração do meio rural circundante, o qual geria e obtinha os recursos, encontrando-se, por isso, as várias casas organizadas em prol dessas actividades de carácter agrícola e agro-pecuário, podendo interferir nestes casos o concelho de anciões para decidir como estas deveriam estar dispostas. Possuíam, deste modo, espaços bastante amplos que se dividiam em várias partes, nomeadamente as propriedades privadas pertencentes a grupos parentais e que se destinavam à agricultura de regadio e sequeiro. Havia também as terras comunais destinadas ao pastoreio, caça, recolha de madeira e frutos silvestres, entre outros bens naturais e, por último, existiam as terras mortas que constituíam uma série de espaços incultos pertencentes à comunidade que, devido à sua distância do núcleo, poderiam ser cultivadas, provavelmente em sequeiro, por qualquer membro do grupo tendo em vista obter algum rendimento (Trillo San José, 2004, pp. 80-137; *Idem*, 2006, p. 244).

De acordo com os dados obtidos da toponímia para o território da *kura* de Alcácer do Sal verifica-se, à semelhança daquilo que se constata nas regiões do *Sharq-al-Andalus*, mas também no *Gharb*, nomeadamente no Algarve Oriental, que o povoamento rural muçulmano se articulava em redor de um pólo centralizar como uma pequena *madina* ou *hisn* que, ao mesmo tempo, se encontrava protegida por várias *burj* e *talâya* dispersas pelo território. A cidade de Alcácer do Sal enfrentou vários perigos ao longo de séculos, desde os ataques vikings no século IX, assim como as várias investidas cristãs, sobretudo quando aquela região foi território de fronteira, nos finais do século XII e inícios do XIII, durante o Período Almóada, encontrando-se Lisboa e Palmela já em posse dos cristãos, assim como Évora. Toda esta conjectura obrigava naturalmente à instalação de um conjunto de postos de vigia, como torres atalaias e castelos rurais, que visassem controlar os movimentos de exércitos inimigos que se poderiam aproximar da cidade.

Antes da conquista almóada, a *madina* de Alcácer do Sal encontrava-se protegida a Noroeste pelo *hisn* de Palmela e de Sesimbra, controlando aqueles o acesso ao estuário do Sado a partir do Norte. Em redor daqueles estruturava-se o povoamento em várias unidades de menor dimensão como é exemplo a Alcaria do Alto da Queimada (Fernandes, 2004, p. 278), situada na Serra do Louro e junto da ribeira de Corva, e a Alcaria da Portela, situada na Serra de São Francisco e junto do ribeiro de Alcube, assim como alguns ribats junto à costa, conforme denuncia o topónimo Arrábida, e diversas torres atalaia. Em redor do *hisn* de Sesimbra havia ainda uma almuinha que constituiria a residência aristocrata de um funcionário latifundiário ou de um membro da família dos *Banu Danis*, porventura de *Abd Allān b. Umar b. Abī Danis* que estaria a governar aquela zona, e alguns edifícios religiosos onde as populações fariam as suas orações, conforme sugere os topónimos Mesquita e Azóia (Figura 2).

A Norte da cidade de Alcácer encontrava-se ainda um outro *hisn*, conforme sugere o topónimo Asna, nas proximidades da actual povoação de São Martinho, situado numa zona de cota elevada e junto das ribeiras de São Martinho e Barrancão, assim como de um caminho que, para Norte, seguiria para Montemor-o-Novo e, para Sul, passaria pelas Minas de Carvão de Santa Susana, concelho de Alcácer do Sal, seguindo depois para a povoação de Santa Catarina de Sítimos e Alcácer, onde ao longo daquele se achavam várias atalaias, mas também alcarias (Figura 3).

A partir da aldeia de Santa Catarina de Sítimos até à povoação de Arez e Vale de Guiso, seguindo depois para a cidade de Alcácer, haveria uma série de torres atalaia e outras fortificações ao longo das margens da ribeira de Santa Catarina de Sítimos e do rio Sado, conforme se verifica pelos topónimos Porches, Parchanas, Portancho e Chagas, que controlavam todo o acesso àquele curso de água, mas também à via romana que por ali passava e que ligava Alcácer a Évora. Perto da povoação de Arez, nas margens da ribeira do Alfebre, localizavam-se as principais indústrias ligadas ao tingimento dos tecidos, enquanto o barro seria extraído, próximo das margens do Sado, onde hoje se localiza a Barrosinha (Figura 4).

A Sudoeste da cidade, seguindo pela via romana em direcção a Évora, achava-se o *hisn* do Torrão. A partir dele a via romana ramificava-se, seguindo em direcção a Évora protegida por várias torres de vigia, como a Atalaia da Quinta, e em direcção ao *hisn* das Alcáçovas e de Alcalá, ambos situados em zonas elevadas e junto de cursos de água (Figura 5). A Sul de Alcácer do Sal, próximo da costa, havia um outro

hisn que controlava o caminho de acesso às Minas da Caveira e ao redor do qual se articulavam as várias aldeias e alcarias, sempre situadas junto de cursos de água e com amplos espaços de cultivo.
Perto da actual cidade de Santiago do Cacém haveria um outro *hisn* que seria controlado pelo clã berbere *Banu Qasim*, achando-se em redor do mesmo várias alcarias, aldeias e almuinhas protegidas igualmente por torres atalaia. O topónimo Almagede no seio daquelas denuncia a existência de uma mesquita que seria utilizada pela comunidade rural (Figura 6). Prosseguindo em direcção a São Bartolomeu da Serra por um caminho de terra batida, passava-se por uma atalaia até alcançar um outro *hisn* e dai, até à actual povoação de São Domingos, onde estaria igualmente um castelo rural, junto da ribeira de São Domingos, e em torno do qual se situava a Alcaria Nova, Alcaria de Cima, Monte de Alcaria da Ribeira e Monte de Alcariota. Do *hisn* de São Domingos partiria uma via terrestre até Alvalade.
Seguindo para Sul, em redor da pequena *madina* de Odemira, articulavam-se várias unidades de povoamento, como a Alcaria e Alcaria Nova, situadas junto ao rio Mira e ribeira da Tamanqueira, assim como a Alcaria de Estombar, junto ao ribeiro dos Carapetos e o Alcarial, junto a um caminho e ribeira do Salto. Todos estes núcleos eram protegidos por torres localizadas ao longo das principais vias de comunicação, conforme se verifica pelo topónimo Catifarras. Próximo da costa, a cidade de Odemira era protegida por um *hisn*, conforme sugere o topónimo Monte Novo dos Arneirinhos, tendo sob o seu domínio a Alcaria do Clemente, Moinho da Alcaria e Alcaria Ventosa, situadas junto do rio Mira e ribeira do Vale, e Alcarias e Alcaria do Alto, situadas junto de serras (Figura 7).
Cada *iqlim* era administrado por clãs berberes, conforme se verifica na toponímia deixada pelos mesmos. A Norte de Alcácer do Sal persistem alguns desses topónimos como Bemposta e Lobatos (*Luwata*), cujos seus territórios seriam separados pelo ribeiro da Asseiceira. Na Península de Setúbal achar-se-iam os *Ben ʿAffân* (Bonfim) e nos arredores da cidade de Alcácer, junto às margens do Sado, aparece topónimos como Benagazil e Benagazilinho que remetem para a presença dos *Ben al-Wazîr*, à semelhança daquilo que se verifica em Santiago do Cacém, onde para além destes estariam os *Banu Qasim* (Cacém), *Banu ʿIsa* (Banaiça), situados também em Sines, e outros clãs de origem desconhecida, através dos topónimos Bemposta, Benagala e Bem parece, encontrando-se, este último, também em Grândola e Sines. À semelhança de Santiago do Cácem, os *Banu Qasim* (Bem Casados) ocupariam similarmente o território de Odemira, assim como as tribos Benafátima (Banu + Fátima), *Banu ʿAmir* (Benamor), *Ben ʿAbîd* (Benavide/Benavidinho) e outros clãs de origem desconhecida, através de topónimos como Bemposta, Bemcaniz e Bemfeita.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise da toponímia podemos concluir que a organização do povoamento rural muçulmano na *kura* de Alcácer do Sal obedecia a uma determinada hierarquia, onde *madina* e *hisn* tinham um papel polarizador, estruturando-se as restantes unidades de povoamento ao seu redor e deles directamente dependestes, como as *al-qarya*, *al-dayʿa* e *al-munya*, mas também os vários campos de cultivo e de pastagem. Por outro lado, a distribuição do povoamento derivava de vários factores, entre eles, as condições naturais, onde adquiria bastante relevo a riqueza dos solos e, particularmente, a abundância dos cursos de água, como os rios e as ribeiras, que condicionavam, naturalmente, a distribuição dos distintos povoados no território.
Os vários redutos defensivos situavam-se em zonas de cota elevada ou pequenos cerros aplanados e controlavam, essencialmente, os principais cursos de água navegáveis, como é exemplo as várias torres situadas junto às margens do Sado e da ribeira de Santa Catarina de Sítimos, e as principais vias de comunicação que ligavam os vários núcleos urbanos entre si, como a Atalaia da Quinta, junto ao *hisn* do Torrão, e as Atalaias junto aos *husun* de Vale da Asna, Palmela e *madina* de Odemira.
Após a tomada de Alcácer do Sal, em 1191, por parte dos Almóadas e a perda de alguns territórios a Norte, como Lisboa e Palmela, mas também a Sul, com a perda de Évora, tornaram aquela numa região de fronteira, obrigando a mesma a reestruturar o seu território, através da instalação de uma rede de fortificações, com a finalidade de barrar os movimentos dos exércitos cristãos que poderiam vir, tanto do Norte, como do Sul. Terão sido construídas, nessa altura, várias torres atalaia e pequenos castelos rurais nas margens do rio Sado, mas também ao longo da via romana que seguiria para Évora e que passaria pelos *husun* do Torrão e Alcáçovas. Todas

elas encontrar-se-iam articuladas entre si, permitindo uma defesa adequada da cidade de Alcácer do Sal, assim como dos pequenos núcleos urbanos e pequenas unidades de povoamento rurais que dela estariam dependentes.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Adalberto (2013) – *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

ACIÉN ALMANSA, Manuel (2001) – De nuevo sobre la fortificación del emirato. In FERNANDES, Isabel Cristina, coord. – *Mil Anos de Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, pp. 59-75.

BAIÃO, António; CIDADE, António; MÚRIAS, Manuel (1940) – *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I. Lisboa: Ática.

BAZZANA, André (1990) – *Archéologie de l'lwbitat médiéval dans l'ancien Sharq al-Andalus (Espagne oriental)*. Thèse d'État. Lyon: Université Lumière Lyon 2.

CALVO Capilla, Susana (2004) – Las mezquitas de pequeñas ciudades y núcleos rurales de al-Andalus. In *Îlu. Revista de Ciencias de las Religiones Anejos*. 10, pp. 39-63.

CARDOSO, Padre Luiz (1747) – *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de todas as cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real.

CASTILLO ARMENTEROS, Juan (1998) – *La campiña de Jaén en época emiral (s. VIII-X)*. Jaén: Universidad de Jaén.

CATARINO, Helena (1997) – O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica: Povoamento Rural e Recintos Fortificados. *al-ulyã*. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé. Nº6. 3 vols., 1306 p.

COELHO, António, Borges (2008) – *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Editorial Caminho.

DOMÍNGUEZ Berenjeno, Enrique (2000) – El registro territorial de Alcalá de Guadaira en época norteafricana (ss. XI-XIII). In *Actas de las VI Jornadas de Historia de Alcalá de Guadaira*. Alcalá de Guadaira: Ayuntamiento de Alcalá de Guadaira.

FERNANDES, Isabel Cristina (2004) – *O Castelo de Palmela: do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri.

GARCÍA SÁNCHEZ, Expiración (1992) – Abu Marwan`Abd al-Malik B. ABI L-ALA IBN ZUHR: Kitab Al-Agdiya (Tratado de los Alimentos). In *Fuentes Arábico-Hispanas*. 4. Madrid: C.S.I.C.

GUICHARD, Pierre – *Les Musulmans de Valence et la Reconquéte (Xıe-XIIIe siècles)*, vol. I, Damasco, 1990.

LÉVI-PROVENÇAL, Evariste; GARCIA GÓMEZ, Emilio (1950) – *Una crónica anónima de Abd al-Rahmân III al--Nâsir*. Madrid – Granada: C.S.I.C - Instituto Miguel Asin.

LEITÃO, André; VIVAS, Diogo (2009) – A Presença Islâmica no Alentejo Litoral. Uma abordagem à luz da toponímia. In SILVA, Isabel; MADEIRA, João; FERREIRA, Sofia, coord. – *Actas do 1º Encontro de História do Alentejo Litoral*. Sines: PSA-Sines-Câmara Municipal de Grândola, pp. 220-229.

LÓPEZ ELUM, Pedro (1994) – *La alquería islámica en Valencia. Estudio arqueológico de Bofilla: siglos XI a XIV*. Valência: Álvaro de Bazán.

LÓPEZ CUEVAS, Fernando (2014) – Las almunias de Madinat Qurtuba. Aproximación preliminar y nuevos enfoques. *In Anahgramas*. Universidad de Córdoba. 1, pp. 161-207.

MACHADO, José Pedro (1958) – *Influência arábica no vocabulário português*, 2 vol. Lisboa: Álvaro Pinto.

MACHADO, José Pedro (1997) – *Ensaios Arábico – Portugueses*. Lisboa: Editorial Notícias.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1993) – *Nova História de Portugal: Portugal das Invasões Germânicas à "Reconquista"*, vol. II. Lisboa: Editorial Presença.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes (2000) – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri.

PICARD, Christophe (1997) – *L'Océan Atlantique musulman: de la conquête arabe à l'époque almohade: navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal – Espagne – Maroc)*. Paris: Unesco.

PICARD, Christophe (2000) – *Le Portugal musulman (VIIIe – XIIIe siècle): l'occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose.

REI, António (2012) – *O Gharb Al-Andalus Al-Aqsâ Na Geografia Árabe: (séculos III h. / IX d.c. – XI h ./ XVII d.c.)*. IEM – Instituto de Estudos Medievais.

TAHIRI, Ahmed (2001) – *Agriculura y poblamiento rural en Sevilla durante la época ´Abâdî*. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla.

TORRES, Cláudio (1997) – O Garb-Al-Andaluz. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal, [vol. 1]: Antes de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 329-384.

TRILLO SAN JOSÉ, Carmen (2004) – *Agua, Tierra y Hombres en Al-Andalus: La dimensión agrícola del mundo nazarí*. Granada: Ajbar.

TRILLO SAN JOSÉ, Carmen (2006) – La alquería y su territorio en Al-Andalus: estrategias sociales de organización y conservación. In *Arqueología Espacial*. 26, pp. 243-262.



Figura 1 – Território português, delimitação da área geográfica em estudo.



Figura 2 – Localização dos topónimos Almoinha e Azóia nos arredores do *hisn* de Sesimbra (Carta Militar de Portugal à escala 1:25 000, folha nº 464).

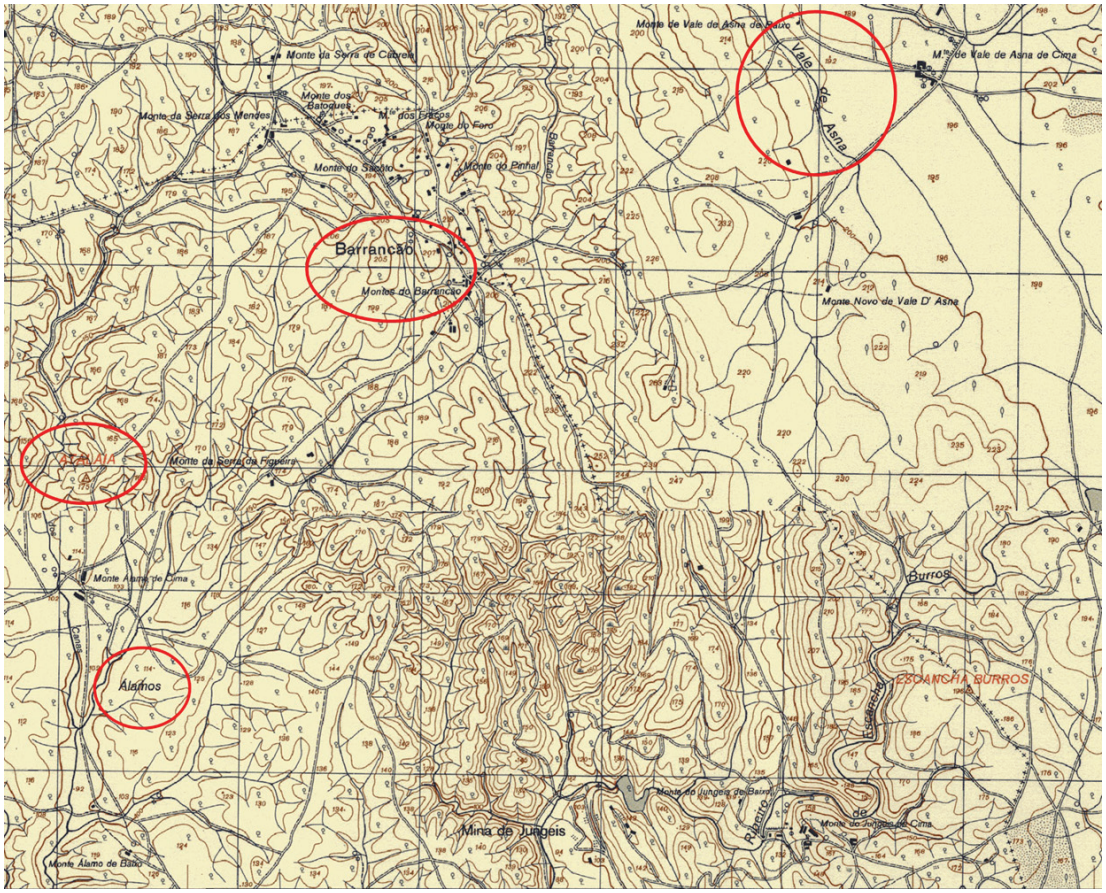


Figura 3 – Topónimos de origem árabe em torno do *hisn* de Asna situado na freguesia de São Martinho, concelho de Alcácer do Sal (Carta Militar de Portugal à escala 1:25 000, folha nº 457).

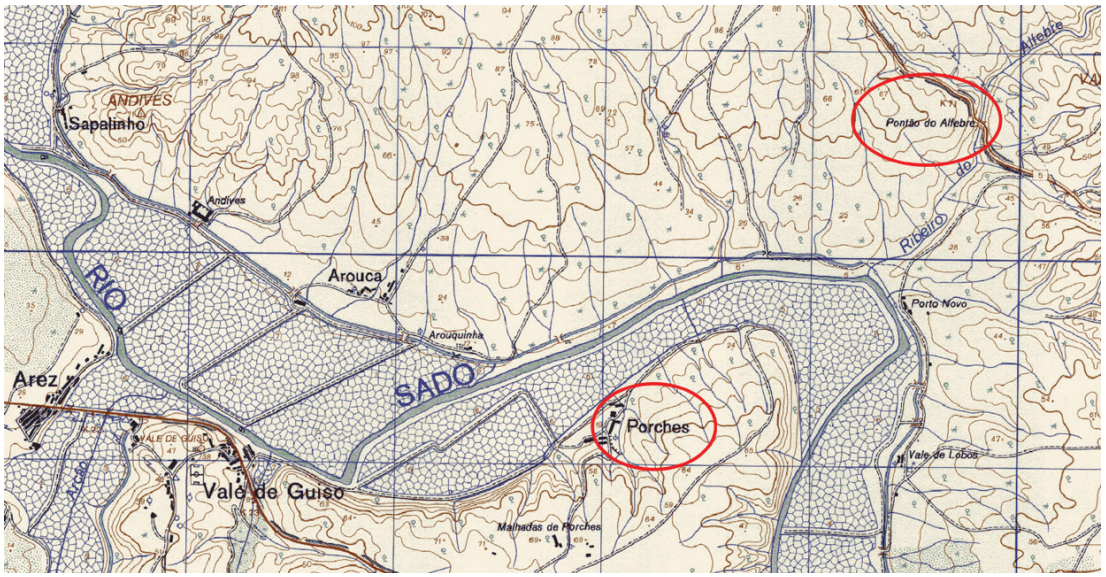


Figura 4 – Localização dos topónimos Porches e Alfebre junto às margens do rio Sado em Alcácer do Sal (Carta Militar de Portugal à escala 1:25 000, folha nº 486).

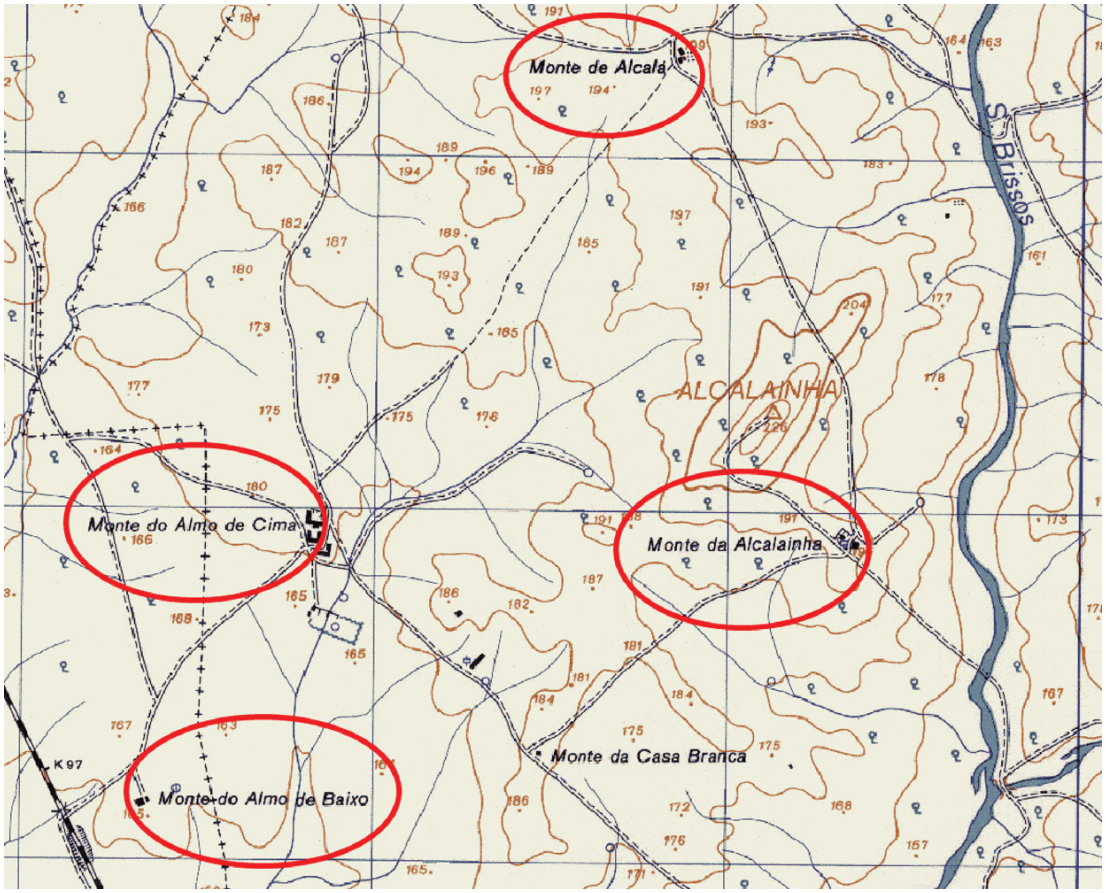


Figura 5 – Localização do *Hisn* Alcalá e estrada do Almo, concelho de Évora (Carta Militar de Portugal à escala 1:25 000, folha nº 470).

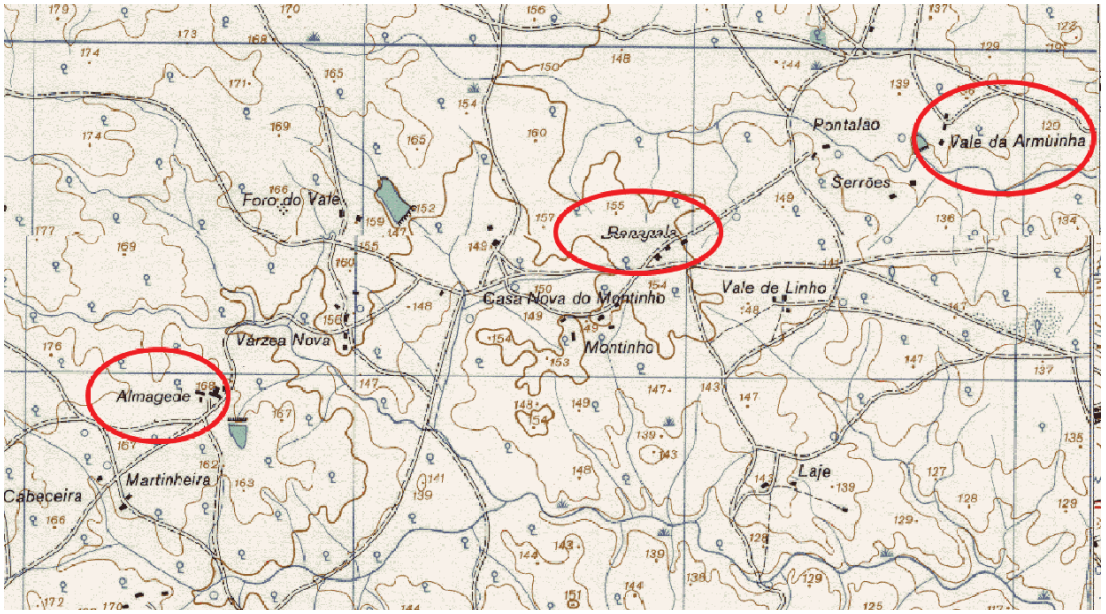


Figura 6 – Topónimos Almagede, Benagala e Armuinha nos arredores do *hisn* de Santiago do Cacém (Carta Militar de Portugal à escala 1:25 000, folha nº 517).

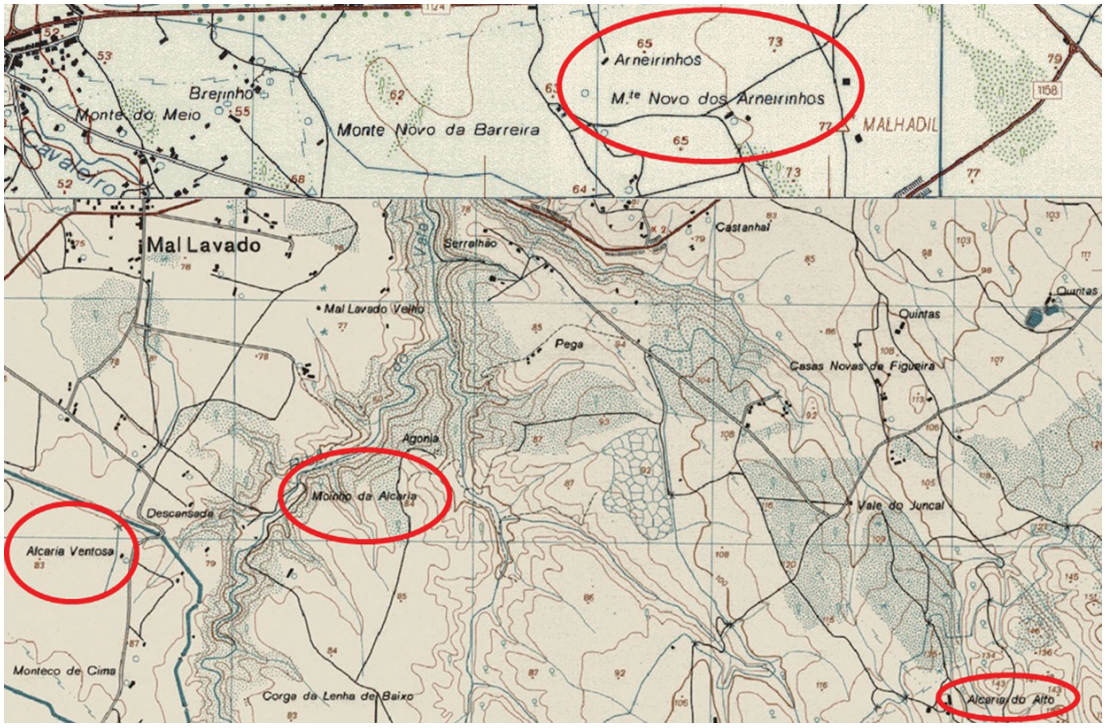


Figura 7 – *Hisn* do Monte Novo dos Arneirinhos e as alcarias inseridas no seu alfoz nos arredores de Odemira (Cartas Militares de Portugal à escala 1:25 000, folhas nºs 552 e 560).

MANIFESTAÇÕES LÚDICAS NA CERÂMICA DO GHARB AL-ANDALUS

Maria José Gonçalves[1], Susana Gómez Martínez[2], Jaquelina Covaneiro[3], Isabel Cristina Fernandes[4], Ana Sofia Gomes[5], Isabel Inácio[6], Marco Liberato[7], Constança dos Santos[8], Jacinta Bugalhão[9], Helena Catarino[10], Sandra Cavaco[11], Catarina Coelho[12] – Grupo de Estudo sobre Cerâmica Islâmica do Gharb al-Andalus – CIGA (ciga.portugal@gmail.com) – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património.

RESUMO

Malhas, marcas e "pedras" de jogo surgem com maior ou menor frequência no registo arqueológico, em suporte cerâmico. A sua forma, mais ou menos circular, não levanta grandes dúvidas quanto à associação a muitos dos jogos fruídos pelas classes populares no Garb al-Andalus. Mais raramente, surgem formas cerâmicas semelhantes às utilizadas no quotidiano das populações, mas de dimensão reduzida, tendo a sua interpretação funcional sido já objecto de estudos vários sem que, contudo, se estabilizasse a sua integração no mundo do lazer. Mais raramente ainda, surgem pequenos objectos coroplásticos, configurando sobretudo animais mas também figurações humanas, cuja associação a jogos e rituais diversos também tem sido aceite com reservas. Uma reflexão sobre estas problemáticas, e uma sistematização dos objectos cerâmicos que se poderão inscrever no mundo das manifestações lúdicas, é o objectivo do Grupo CIGA para este segundo congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Palavras-chave: Gharb al-Andalus, Lúdico, Pedra de jogo, Miniaturas, Objectos coroplásticos.

ABSTRACT

Ceramic disks and game pieces, in ceramic, appear with some frequency in the archaeological record. Their shape, more or less circular, do not raise much doubt as well as their association with many of the games enjoyed by the popular classes in the Gharb al-Andalus. More rarely, other ceramic forms of reduced size appear. Their functional interpretation has been subject of several studies without agreement on their integration into the world of leisure. Even more rarely do small coroplastic objects arise, configuring mainly animals but also human figures. Until now, its association with games and rituals has not been consensual among researchers. The objective of the CIGA Group for this second Congress of the Association of Portuguese Archaeologists is a reflection on these issues, and a systematization of the ceramic objects that can be included in the world of ludic manifestations.

Keywords: Gharb al-Andalus, Ludic, Play disks, Miniature, Coroplastic objects.

1. Câmara Municipal de Silves; maria.goncalves@cm-silves.pt

2. Campo Arqueológico de Mértola; Universidade do Algarve; susanagomez@sapo.pt

3. Câmara Municipal de Tavira; jaquelinacovaneiro@hotmail.com

4. Museu Municipal de Palmela; isacrisff@gmail.com

5. Direcção-Geral do Património Cultural; agomes@dgpc.pt

6. Direcção-Geral do Património Cultural; isabelminacio@gmail.com

7. Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia; marcoliberato@hotmail.com

8. Arqueóloga; constancavs@gmail.com

9. Direcção-Geral do Património Cultural; jacintabugalhao@gmail.com

10. Universidade de Coimbra; hcatarino@fl.uc.pt

11. Câmara Municipal de Tavira; scavaco@hotmail.com

12. Direcção-Geral do Património Cultural; catgcoelho@gmail.com

1. INTRODUÇÃO – O JOGO NO ISLÃO

Embora este artigo incida sobre uma compilação de objectos que, de uma forma ou outra, foram relacionados com funções lúdicas, não podemos deixar de fazer algumas reflexões sobre o conceito e o significado do jogo numa perspectiva alargada histórico-cultural, se bem que esta tarefa se revista de complexidade e controvérsia.

Já Johan Huizinga, em 1938, iniciava o *Homo Ludens* com a afirmação de que todo o jogo significa alguma coisa (Huizinga, 2000) e alertava para a sua importância como manifestação cultural e para a complexa relação do jogo com a identidade de grupo, a festa, o ritual e o sagrado. Sendo assim, nem sempre é claro que deva ser incluído apenas dentro do estrito âmbito "lúdico" e que deva ser enquadrado, por exemplo, na esfera da competição, da expressão musical, do espectáculo ou da função didáctica de apreensão do papel que cada indivíduo desempenha na sociedade. De facto, o verbo latino *lūdō* podia significar jogar, divertir-se, passar o tempo, exercitar-se, representar, cantar ou recitar, em função do contexto em que era usado.

Para o período medieval, alguns autores preferem circunscrever o lúdico apenas aos jogos de azar, aos intelectuais e aos desportivos, excluindo outras formas de "diversão" e "entretenimento" como a música e o teatro (Mehl, 2003, JUEGO).

No caso específico do Islão, quando se fala do jogo, costumam ser citados os versículos 90-91 da Surata *al-Māida* do Alcorão:

> 90. *"Ó crentes, as bebidas inebriantes, os jogos de azar, (o culto aos) altares de pedra, e as adivinhações com setas, são manobras abomináveis de Satanás. Evitai-as, pois, para que prospereis.*
>
> 91. *Satanás só ambiciona infundir-vos a inimizade e o rancor, mediante as bebidas inebriantes e os jogos de azar, bem como afastar-vos da recordação de Allah e da oração. Não desistireis, diante disto?"* (Alcorão, 2010, 5:90-91).

A palavra árabe usada nesta surata para expressar jogos de azar é *maysir* (CORAN, 1986: 5:90), que se refere a um jogo específico da arábia pré-islâmica. O facto de a sua proibição estar associada, no mesmo versículo, ao culto aos altares e à adivinhação com setas é, segundo T. Fahd, um sinal claro do carácter mágico e sacrílego que se dá ao jogo, condenado pela sua ligação a cultos pagãos (Enciclopedie, 1991, 'MAYSIR').

Em boa parte, a aversão do Islão aos jogos de azar também se prende com o ilícito de obter um benefício económico ilegal ou gratuito, sem esforço, fundamento semelhante para a condenação da usura e do roubo. Assim, Rosenthal distingue entre *ḳimār*, jogos de azar que implicam dinheiro e, portanto, estritamente proibidos pelo direito muçulmano, mas nem por isso menos praticados e sujeitos a uma controversa jurisprudência (Encyclopedie, 1986, *'ḲIMĀR'*), e *la'ib,* termo mais genérico que lhe serve para debruçar-se sobre os jogos infantis, mesmo reconhecendo que não existia uma demarcação entre estes e os dos adultos, mas que seriam mais permissíveis entre as crianças como meio de aligeirar os rigores da educação e de os iniciar em aptidões mais sérias (Encyclopedie, 1986, *'LA'IB'*).

Num âmbito de análise mais sociológico, cabe fazer também um alerta sobre a diferença entre o conceito de *criança* no islão medieval e na actualidade. Os autores do Islão Clássico dedicaram importantes reflexões à infância, tanto do ponto de vista pediátrico como da sua educação, que são frequentemente atribuídas a influências helénicas e helenísticas (Gil'adi, 1992, Gutiérrez e Pernil, 2004). Uma das ideias implícitas nestes textos é a importância do exemplo dos pais para a formação do carácter do futuro adulto e para o relacionamento com outras crianças, na aprendizagem dos papéis que cada um deve desempenhar na sociedade. Deve ser neste contexto, de preparar o pequeno para a sua vida adulta e de exercitar as suas capacidades cognitivas e sociais, que devemos considerar o jogo infantil.

O jogo, tanto de adultos como de crianças, pode ser considerado, deste modo, como fazendo parte de rituais quotidianos de quem procura a fortuna nos dados ou nos jogos de tabuleiro, ou de rituais de iniciação na vida adulta das crianças que assim apreendiam o papel e os gestos que lhe seriam próprios (Gómez Martínez, 2011, 43).

2. MALHAS, MARCAS, "PEDRAS" DE JOGO E JOGOS DE TABULEIRO

É comum, em sítios arqueológicos de diversos períodos, encontrar fragmentos de cerâmica recortados habitualmente em forma de disco mas, por vezes, também em forma de losango ou de pétala. Considerados objectos menores no estudo da cerâmica, mereceram pouca atenção também entre os estudos de cerâmica islâmica.

Com dimensões entre 1 e 6 centímetros, caberia dis-

tinguir entre as formas mais pequenas que poderiam servir de pedras de jogo, e as maiores de 5 centímetros que poderiam ser utilizadas como malhas ou, inclusive, como tampas para jarras e panelas.

As pedras de jogo serviram como marcas em jogos de tabuleiro, normalmente gravados em pedra. Poderiam também ser inscritos em outros suportes cerâmicos como tijolos ou telhas, ou no caso do tabuleiro de Alquerque do 3 registado num fragmento de ânfora romana e que, embora de cronologia indeterminada, foi recolhido em contexto de época islâmica na Rua dos Correeiros, em Lisboa (Fernandes, 2013, 145, n.º 23), ainda que não tenhamos conhecimento de qualquer caso do período islâmico.

Embora sejam frequentes as pedras de jogo em cerâmica, qualquer pedrinha poderia servir para essa função. De facto, conhecemos pedras de jogo feitas em pedra como, por exemplo, o conjunto de 9 pedras de jogo recortadas a partir de pequenas lajes de xisto cinzento encontradas no tanque da casa IX do Bairro almóada da Alcáçova de Mértola, junto das quais também apareceram outras duas talhadas a partir de fragmentos de cerâmica branca, sugerindo fazer parte dum mesmo conjunto (Gómez Martínez, 2014, 171).

São muito numerosos os exemplos medievais de tabuleiros de jogo gravados sobre diversos suportes de pedra, incluindo paramentos verticais, em toda a Península Ibérica (Larrén, 2009). Pertence ao Castelo Velho de Alcoutim o maior conjunto e a maior variedade de jogos de tabuleiro de época islâmica provenientes de um único sítio arqueológico. Gravados por incisão em lajes de xisto, estes tabuleiros pertencem a seis tipologias diferentes: Alquerque, Tábua, Moinho ou Trilha, Tapatan ou Galo, Mancala e Soldado (Catarino, Dias e Teixeira, 2007, 655; Catarino, Teixeira e Dias, 2011). Algumas das pedras poderiam estar associadas ao Jogo do Xadrez, no entanto, este era um jogo aristocrático, pouco difundido entre os grupos menos favorecidos da sociedade.

Ainda no que diz respeito às pedras de jogo de forma cilíndrica, foi esboçada a hipótese de que algumas delas substituíssem moedas. Realizaram-se comparações entre alguns exemplares de pedras e moedas do mesmo período, mas sem qualquer conclusão definitiva. Apenas o estudo de grandes séries de umas e de outras permitiria obter conclusões definitivas (Gómez Martínez, 2014, 171).

Algumas "pedras" de maiores dimensões podem ser relacionadas com o jogo da malha ou jogo do chito, um exercício de habilidade em que, basicamente, um disco plano, a "malha", é lançada sobre um cilindro de madeira, o chito, a uma distância determinada, num terreno plano e livre de obstáculos (Martínez Gámez, 1995; Cabral, 1998, 41-42). Enquanto os jogos de tabuleiro se podem enquadrar nos jogos intelectuais, os jogos de malha e de terreiro terão melhor enquadramento no âmbito dos jogos de habilidade e de exercício físico. Muito difundidos pelo território peninsular, vários autores atribuem-lhes uma origem romana, sem revelarem a fonte que justifica esta afirmação, e alguns também os relacionam com desportos praticados na Antiguidade Grega, nomeadamente, o lançamento de disco.

3. MINIATURAS

Contamos com um conjunto considerável de peças de tamanho reduzido que têm vindo a ser consideradas por vários autores como brinquedos (Marineto, 2006; Flores *et alii*, 2006). Replicam formas conhecidas na sua dimensão utilitária, recorrendo a muitos dos acabamentos de superfícies usados em objectos de função doméstica (aguadas, engobe e vidrado), tal como a muitas das suas técnicas ornamentais, sobretudo a pintura, as caneluras e as linhas incisas e, mais raramente, os traços de manganês. No Gharb al-Andalus, não se verificam recursos ornamentais de maior complexidade de materialização, no entanto, exemplares da Andaluzia Oriental apresentam decorações vidradas complexas (Flores, 2006).

Purificação Marineto (1995 e 2006) deu a conhecer a mais completa colecção de réplicas de vasilhame doméstico, designando-as com o nome popular de *cacharritos* e considerando-as objectos lúdicos para as brincadeiras das meninas abastadas da cidade palatina de Alhambra. Cláudio Torres rebate a interpretação destas miniaturas como simples brinquedos, argumentando que o jogo dos meninos e a própria noção de criança devem ser interpretados no contexto medieval e não em função do conceito contemporâneo de infância. O jogo do "pequeno adulto", revestido de capacidades mágicas e poderes profilácticos, nunca poderia ser considerado uma banal brincadeira (Torres, 2004, 3-4). Mais recentemente, Isabel Flores Escobosa e Guillermo Rosselló-Bordoy comissariaram a exposição *Del Rito al Juego*, onde se voltou a insistir no valor salutar dos brinquedos e na importância do jogo no processo de adestramento,

aprendizagem e assimilação da realidade, ou ainda na interacção com o meio (Peral e López, 2006, 114). Porém, alguns autores têm equacionado a possibilidade de que se trate de protótipos ou amostras, mais fáceis de transportar no comércio de longo curso, que servissem ao almocreve para planificar futuras vendas. Esse seria o motivo da elevada semelhança técnica e da qualidade de execução da maioria destas peças, equiparável aos congéneres de dimensões "normais" (Malpica, 2003). O facto, precisamente, de se tratar sempre de peças de primoroso fabrico a torno rápido, tem levado a considerar que, numa primeira análise, são demonstrações de perícia dos oleiros, independentemente do uso que os objectos pudessem assumir posteriormente (Gómez Martínez, 2011, 61 e 2014, 169).

Acreditamos que, apesar da sua pequena dimensão, alguns objectos tiveram função utilitária. Recipientes com maior capacidade podem ter sido utilizados para conter produtos raros e concentrados, como especiarias, essências e condimentos exóticos. Um exemplo é a pequena garrafa encontrada na zona dos Banhos da Alcáçova de Silves que ainda conserva a tampa metálica (fig. 16 do catálogo) (Gomes, 2003, 293 e 297). Assim, a inclusão de pequenos púcaros, potes e garrafas na categoria de objectos lúdicos deve ter sempre em consideração, não apenas as dimensões mas outras informações como os seus contextos de proveniência e eventuais marcas de uso. Estas dúvidas não se colocam quando a miniatura não pode definitivamente assegurar as mesmas funções dos seus congéneres utilitários, como por exemplo a panela de Silves (fig. 14 do catálogo) (Gomes, 2003, 317, 321) ou a base de talha de Mértola, na qual o bico, não estando furado, perde a função que possui no objecto original (fig. 25 do catálogo) (Palma e Gómez, 2009, 711).

A quantidade destas miniaturas em Silves (cidade onde surgem de forma recorrente) é assinalável, não havendo distinção entre a hierarquia espacial da cidade (alcáçova, almedina e arrabaldes). Esta mesma observação pode ser feita para Mértola onde, como em Silves, a maioria dos contextos é de natureza habitacional.

4. OBJECTOS COROPLÁSTICOS

Torres Balbás, em 1956, assinalava a existência de quadrúpedes de barro cozido em Córdova, Almeria e Granada. Alguns deles eram interpretados como apitos mas, no geral, relacionava estes objectos com brinquedos e citava um tratado de *hisba* de *Ibn Rusd*, avô de Averroes, que criticava o costume de fabricar brinquedos em forma de animais no contexto da celebração do ano novo. Também Al-'Uqbani assinalava em Tlemcem o mesmo costume, que considerava de origem cristã.

Não conhecemos, no Gharb, exemplares que possam ser considerados como apitos ou assobios, objectos de forte carácter apotropaico que espantavam os maus espíritos (Rosselló, 2006, 24 e 43).

A maior parte destes objectos coroplásticos consiste em fragmentos de figuras incompletas que parecem corresponder a apêndices de vasilhas (vasos, aguamanis e talhas) com os quais partilham técnicas de acabamento e decoração e onde estariam ligados a funções profilácticas e rituais de purificação (Torres *et alii,* 1996). O exemplo mais destacado é, sem dúvida, o muito conhecido Vaso de Tavira, a cujas figuras se atribuiu um carácter apotropaico e simbólico que foi amplamente argumentado (Maia, 2004; Torres, 2004; Paulo, 2007).

Realmente, não temos exemplos de figuras que, com toda a certeza, tenham sido concebidas como autónomas e, portanto, que não possam ser enquadradas neste grupo de aplicações plásticas de outros objectos. No entanto, consideramos tal como outros autores (Torres *et alii,* 1996) que, uma vez separados dos objectos aos que pertenciam originalmente, estas figuras possam ter sido conservadas quer pelo seu valor lúdico, quer pelo seu valor simbólico de amuletos.

5. OBJECTOS MUSICAIS

Neste artigo recolhemos alguns tamborins de cerâmica, que pela sua similitude com as *darbukas* que ainda se tocam por todo o território africano, não deixam lugar a dúvida de qual seria a sua função.

Temos outros testemunhos de instrumentos musicais encontrados em contexto arqueológico no Gharb al-Andalus. Um exemplo iconográfico é o adufe, que vemos representado no Vaso de Tavira, utilizado como o fazem hoje as adufeiras da Beira. Mais duvidoso é o instrumento que, neste mesmo vaso algarvio, toca um segundo músico: talvez um pequeno tambor, ou um instrumento de sopro. Muitas reservas levantam, também, alguns objectos de osso trabalhado (Moreno-Garcia e Pimenta, 2006), que inicialmente foram considerados flautas, mas que parecem corresponder a partes de instru-

mentos mais complexos, semelhantes à gaita-de--foles, dos quais não se conservariam os elementos fabricados com materiais orgânicos perecíveis (Gómez Martínez, 2011, 42).
A música, o som e a dança sempre foram imprescindíveis em todos os rituais de passagem. Eram eficazes para afugentar demónios e perigos (Rosselló, 2006). É neste contexto, e não no de um banal entretenimento, que devemos entender os poucos instrumentos musicais encontrados nas escavações arqueológicas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de sistematização foi realizado sobre quatro conjuntos específicos de objetos cerâmicos relacionados com o lazer, independentemente do seu caráter social e etário.
Se para as comuns malhas, marcas, "pedras" de jogo e para alguns instrumentos musicais não existirão dúvidas quanto à sua integração na categoria de artefactos lúdicos, o mesmo não acontece com as denominadas miniaturas e objectos coroplásticos.
Efetivamente, nestes casos específicos a fronteira entre o lúdico e o funcional é muito ténue.
Algumas miniaturas poderão não ter função lúdica, mas sim tratar-se de reproduções cerâmicas de recipientes produzidos originalmente em outros suportes, como parece ser o caso específico de unguentários e perfumadores geralmente produzidos em vidro ou metal, fenómeno que recebe o nome de esqueomorfismo.
Existem por outro lado, recipientes de uso de mesa de dimensões mais reduzidas do que as habituais que não poderão ser considerados miniaturas de âmbito lúdico, mas sim artefactos do quotidiano, com função idêntica aos de maiores dimensões, eventualmente destinados ao uso por crianças ou, mesmo, de atribuição utilitária distinta das suas funções habituais.
Da amostra tida em consideração, verifica-se que são efetivamente miniaturas os recipientes cuja dimensão não permite qualquer função utilitária, mas que reproduzem, de modo fidedigno, congéneres existentes nas dimensões convencionais.
Outros exemplos há que ostentam reduzidas dimensões, mas em que é este o seu formato próprio, não tendo correspondência com formas de tamanho maior, como por exemplo os tinteiros (fig. 21 do catálogo).
Do mesmo modo, é ténue a fronteira entre o lúdico e o simbólico/profiláctico especialmente no que diz respeito às figuras coroplásticas e a alguns instrumentos musicais, cuja representação, no presente caso, se encontra associada a recipientes de cerâmica compósitos.
Presente em todas as sociedades, e apesar da complexidade em definir fronteiras entre o lúdico, o funcional e o simbólico/profilático, o objecto lúdico, independentemente da sua forma ou tipologia, é inerente ao homem, possuindo, para além da sua inegável função lúdica e de divertimento, uma relevante função cultural, educacional e ritual, enquanto veículo de socialização e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

ALCORÃO (2010) – *Alcorão Sagrado*. Tradução de Prof. Samir EL HAYEK. Oeiras: AD ASTRA ET ULTRA, 2010. ISBN 978-989-682-015-2.

CABRAL, António (1998) – *Jogos populares portugueses de jovens e adultos*. Lisboa: Editorial Noticias. ISBN 972 46 0924 3.

CATARINO, Helena (1997/98) – *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica – povoamento e recintos fortificados*. In *Al-'Uliã*, nº 6, 3 vols, Loulé.

CATARINO, Helena; DIAS, Fernando e TEIXEIRA, Manuela (2007) – Colecção de tabuleiros de jogos do Castelo Velho de Alcoutim (Alcoutim, Algarve). *Vipasca Arqueologia e História* [CD-ROM]. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel n.º 2. 2.ª série. pp. 654-657.

CATARINO, Helena, TEIXEIRA, Manuela e DIAS, Fernando (2011) – *Tabuleiros de Jogos do Castelo Velho de Alcoutim. Guia da Exposição Jogos Intemporais*. Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim.

CAVACO, Sandra e COVANEIRO, Jaquelina (2016) – *Trabalhos arqueológicos no Claustro do Convento de Nossa Senhora da Graça (2002). Relatório Final. Parte II. Análise dos Materiais Cerâmicos*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira. Estampa XXVI, peça 234.

CAVACO, Sandra (2011) – *O arrabalde da Bela Fria: contributos para o estudo da Tavira islâmica*. Dissertação de mestrado em Portugal Islâmico e o Mediterrâneo. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade do Algarve. Disponível em http://hdl.handle.net/10400.1/3109. pp. xxxix-xl, peça 314.

CORÁN (1986) – *El Corán*. Edición preparada por Julio Cortés. Barcelona: Editorial Heder. ISBN 978-84-254-1570-8. 779 p.

ENCYCLOPEDIE (1986) – *Encyclopédie du Islam*. Nouvelle édition, Tomo V. Leiden. E. J. Brill. ISBN 90 04 07820 7.

ENCYCLOPEDIE (1991) – *Encyclopédie du Islam*. Nouvelle édition, Tomo VI. Leiden. E. J. Brill. ISBN 90 04 08113 5.

FERNANDES, Lídia (2013) – *Tabuleiros de Jogo Inscritos na Pedra – um Roteiro Lúdico Português*. Lisboa: Ed. Apenas, 321 p. ISBN 978-989-618-411-7.

FLORES ESCOBOSA, Isabel (dir.) (2006) – *Del rito al juego. Juguetes y silbatos de cerámica desde el Islam hasta la actualidad. Diciembre 2006 – Febrero 2007. Museo de Almería*. Catálogo de la exposición. Almería: Junta de Andalucía. Consejería de Cultura. ISBN 84-8266-650-9.

FLORES ESCOBOSA, Isabel *et alii*, (2006) – Juguetes, silbatos e instrumentos musicales en tierras almerienses. *In Del rito al juego. Juguetes y silbatos de cerámica desde el Islam hasta la actualidad. Diciembre 2006 – Febrero 2007. Museo de Almería*. Catálogo de la exposición. Almería: Junta de Andalucía. Consejería de Cultura. ISBN 84-8266-650-9. pp. 51-71.

GARCIA, Cristina Tété (2015) – *Cacela-a-Velha no contexto da Actividade Marítima e do Povoamento Rural do Sudoeste Peninsular nos séculos XII-XIV*. Tese de doutoramento. Universidade de Huelva. pp. 305.

GIL'ADI, Avner (1992) – *Children of Islam. Concepts of Childhood in Medieval Muslim Society*. London: Palgrave Macmillan; 1992. ISBN 978-0333555989.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2001) – *Palácio Almóada da Alcáçova de Silves* – Catálogo de Exposição, Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Silves.

GOMES, Rosa Varela (2003) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova*. *Trabalhos de Arqueologia* nº 35. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2011) – *Os Signos do Quotidiano: Gestos, Marcas e Símbolos no al-Ândalus. Catálogo da Exposição*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 978-972-9375-34-7.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2014) – *Cerámica Islámica de Mértola.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN: 978-972-9375-40-8. 423 p.

GONÇALVES, Maria José; KHAWLI, Abdallah (2004) – Um lote de Cerâmica Estampilhada de um Arrabalde Islâmico de Silves. In *Actas do IV Congresso Peninsular de Arqueologia*, pp.175-192.

GONÇALVES, Maria José; PIRES, Alexandra; MENDONÇA, Carolina (2008) – Utensílios do quotidiano de um arrabalde islâmico de Silves: análise preliminar da louça de cozinha. In *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve – XELB* 9, vol. II. Silves: Câmara Municipal de Silves, pp. 695-706.

GONÇALVES, Maria José *et alii* (2016) – Coisas *raras* na cerâmica do Gharb al-Andalus. In *Actas do Encontro Internacional "Encontros com a História", Mértola 16 a 18 de Junho de 2016* (no prelo).

GUTIÉRREZ GUTIÉRREZ, Aurora; PERNIL ALARCÓN, Paloma (2004) – *Historia de la infancia. itinerarios educativos*. Madrid: UNED. ISBN 978-84-362-6649-8.

HUIZINGA, Johan (2000) – *Homo ludens*. [em linha]. Tradução brasileira de João Paulo Monteiro. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2000. [Consult. 28-6-2017]. Título original: Homo Ludens – vom Unprung der Kultur im Spiel. Disponível em WWW: <http://jnsilva.ludicum.org/Huizinga_HomoLudens.pdf>.

LARRÉN IZQUIERDO, Hortensia (2009) – Juegos de alquerque y arquitectura medieval. In *Alfonso X el Sabio [exposición] Sala San Esteban*. pp. 608-611.

LUZIA, Isabel (2015) –Antes do Mercado. In *Al-'Ulyà* Loulé: Arquivo Histórico Municipal / Câmara Municipal de Loulé. Nº 15, pp. 49-75.

MAIA, Maria Garcia Pereira (2004) – O Vaso de Tavira e o seu contexto. In *Portugal, Espanha e Marrocos. O Mediterrâneo e o Atlântico. Actas do Coloquio Internacional Universidade do Algarve, Faro, Portugal, 2, 3 e 4 de Novembro de 2000*. Faro: Universidade do Algarve, 2004. ISBN 972-95685-6-1. pp. 143-166.

MALPICA CUELLO, Antonio (2003) – Miniaturas de cerámicas nazaríes en Granada. In *Cerámicas islámicas y cristianas a finales de la Edad Media. Influencias e intercambios. Ceuta, 13-16 noviembre, 2002*. Ceuta: Museo de Ceuta. ISBN 84-87148-43-3. pp. 249-275.

MARINETO SÁNCHEZ, Purificación (2006) – Juegos y distracciones de los niños en la ciudad palatina de la Alhambra. *In Del rito al juego. Juguetes y silbatos de cerámica desde el Islam hasta la actualidad. Diciembre 2006 – Febrero 2007. Museo de Almería. Catálogo de la exposición*. Almería: Junta de Andalucía. Consejería de Cultura. ISBN 84-8266-650-9. pp. 73-92.

MARTÍNEZ GÁMEZ, Manuel (1995) – *Educación del ocio y tiempo libre con actividades físicas alternativas.* Madrid: Librerías Deportivas Esteban Sanz. ISBN 84/8597/59/9-9

MEHL, Jean Michel (2003) – Juego. In LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (eds.)– *Diccionario razonado del Occidente medieval*. Madrid: Akal, 2003.

MORENO-GARCÍA, Marta, PIMENTA, Carlos (2006) – Música através dos ossos?. . . Propostas para o reconhecimento de instrumentos musicais no al-Ândalus. *In Al-Ândalus. Espaço de mudança. Balanço de 25 Anos de História e Arqueologia Medievais*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-26-7.

PALMA, Mª Fátima; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2010) – Níveis Islâmicos da Biblioteca Municipal de Mértola. In *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular. Aracena, 27, 28 y 29 de noviembre de 2008*. ISBN 978-84-92679-59-1. pp. 1290-1315. Huelva: Universidad de Huelva.

PAULO, Luís Campos (2007) – O simbolismo da purificação. O "Vaso de Tavira": iconografia e interpretação. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol. 10. n.º 1 (2007) pp. 289-316.

PERAL BEJARANO, Carmen e LÓPEZ CHAMIZO, Sonia (2006) – Aproximación al juguete en su contexto arqueológico en Málaga. *In Del rito al juego. Juguetes y silbatos de cerámica desde el Islam hasta la actualidad. Diciembre 2006 – Febrero 2007. Museo de Almería. Catálogo de la exposición*. Almería: Junta de Andalucía. Consejería de Cultura. ISBN 84-8266-650-9. pp. 111-131.

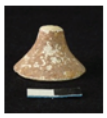
ROSSELLÓ-BORDOY, Guillermo (2006) – El largo camino de una investigación. *In Del rito al juego. Juguetes y silbatos de cerámica desde el Islam hasta la actualidad. Diciembre 2006 – Febrero 2007. Museo de Almería.* Catálogo de la exposición. Almería: Junta de Andalucía. Consejería de Cultura. ISBN 84-8266-650-9. pp. 13-47.

TORRES, Cláudio (2004) – *O Vaso de Tavira, Una proposta de interpretação*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

TORRES, Cláudio *et alii* (1996) – Técnicas e utensílios de conservação dos alimentos na Mértola islâmica. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 0872--2250. Nº 4 (1996) pp. 203-218.

TORRES BALBÁS, Leopoldo (1956) – Animales de juguete. *Al-Andalus*. Madrid – Granada. Vol. XXI. pp. 373-375.

1





Designação: Marca de Jogo
Proveniência: Alcáçova de Silves
Dimensões: Altura 2,2cm; diâmetro 2,9cm;
Acabamento: Restos de vidrado
Cronologia: Século XIII
Bibliografia: Gomes e Gomes, 2001: 122; Gomes, 2003:219, 220

2





Designação: Marca de Jogo
Proveniência: Alcáçova de Silves
Dimensões: Altura 2,2cm; diâmetro 2,2cm
Decoração: Restos de pintura branca
Cronologia: Século XIII
Bibliografia: Gomes e Gomes, 2001: 122; Gomes, 2003: 326, 327

3





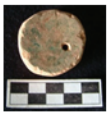
Designação: Malha
Proveniência: Silves - Arrabalde Oriental
Contexto: Superfície
Dimensões: Diâmetro: 0,56cm
Decoração: Estampilhagem
Cronologia: Século XII-XIII
Bibliografia: Gonçalves e Khawli, 2004: 191

4



Designação: Marca de Jogo
Proveniência: Silves - Arrabalde Oriental
Contexto: Lixeira
Dimensões: Diâmetro: 0,41cm
Decoração: Corda Seca Total
Cronologia: Século XII (?)
Bibliografia: Inédito

5



Designação: Marca de Jogo
Proveniência: Silves - Arrabalde Oriental
Contexto: Indeterminado
Dimensões: Diâmetro: 0,37cm
Acabamento: Vidrado verde
Cronologia: Islâmica indeterminada
Bibliografia: Inédito

6



Designação: Malha
Proveniência: Silves - Arrabalde Oriental
Contexto: Aterro sob piso habitação
Dimensões: Diâmetro: 0,62cm
Decoração: Melado e Manganês
Cronologia: Século XII
Bibliografia: Inédito

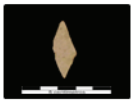
7





Designação: Marca de jogo
Proveniência: Claustro do Convento da Graça - Tavira
Contexto: Nível de abandono/aterro das estruturas
Dimensões: alt. 23mm, Ø 30mm, esp. 6mm
Cronologia: 2ª metade do séc. XII - 1ª metade do séc. XIII
Bibliografia: Cavaco e Covaneiro, 2016: peça 387

8





Designação: Marca de jogo
Proveniência: Claustro do Convento da Graça - Tavira
Contexto: Muro - estrutura n.º 93
Dimensões: larg. 14mm, comp. 33mm, esp. 5mm
Cronologia: 2ª metade do séc. XII - 1ª metade do séc. XIII
Bibliografia: Cavaco e Covaneiro, 2016: peça 318

9





Designação: Marca de jogo
Proveniência: Arrabalde da Bela Fria - Tavira
Contexto: Nível de abandono/aterro das estruturas do arrabalde
Dimensões: Larg. 18mm, comp. 33mm, esp. 6mm
Cronologia: 1ª metade do séc. XIII
Bibliografia: Cavaco, 2011: peça 314

10



Designação: Jarra
Proveniência: Loulé - Novo Mercado
Dimensões: 6,5cm x 9,1cm
Tecnologia:
Pasta: Beije
Cozedura: Oxidante
ENP: Pouco abundantes e finos
Morfologia: Bordo: Vertical
Lábio: Semicircular
Corpo: Globular
Base: Anelar
Asas: Duas dispostas verticalmente
Decoração: Corda seca parcial
Cronologia: Séculos XI-XII
Depósito: MNA. 17084
Bibliografia:Luzia, 2015,. 71, Fig 29

11



Designação: Jarra
Proveniência: Área Urbana de Silves
Dimensões: Altura 8,5cm; diâmetro bordo 5cm; diâmetro corpo 7,6cm; Espessura 0,3cm
Tecnologia:
Pasta: Beije
Cozedura: Oxidante
ENP: Pouco abundantes e finos
Morfologia:
Bordo: Vertical
Lábio: Semicircular
Corpo: Globular
Base: Anelar
Asas: Duas dispostas verticalmente
Cronologia: Séculos XII-XIII
Bibliografia: Gomes e Gomes, 2001: 124,125

12



Designação: Jarra
Proveniência: Silves - Arrabalde Oriental
Contexto: Associado a derrube de casa
Dimensões: Altura 8,4cm; diâmetro corpo 7,4cm; diâmetro bordo 5,8cm diâmetro base 3,6cm
Tecnologia:
Pasta: Laranja
Cozedura: Oxidante
ENP: Grão fino a médio
Acabamento: Engobe laranja
Morfologia:
Bordo: Vertical
Lábio: Arredondado
Corpo: Globular
Base: Convexa
Pé: Anelar
Asas: Duas verticais
Decoração: Caneluras no corpo; pintura branca no bordo, bandas paralelas dispostas horizontalmente
Cronologia: Séculos XII-XIII
Bibliografia: Inédito

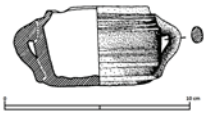
13



Designação: Bule
Proveniência: Área Urbana de Silves
Dimensões: Altura 7,5cm; diâmetro corpo 10cm; diâmetro base 6,5cm, espessura 0,3cm
Tecnologia:
Pasta: Rosada
Cozedura: Oxidante
ENP: Abundantes de grão médio a fino
Morfologia:
Bordo: Vertical
Lábio: Semicircular
Corpo: Globular
Asas: Uma disposta verticalmente
Decoração: Pingos vidrados de cor castanha sobre o corpo
Cronologia: Séculos XII-XIII
Bibliografia: Gomes e Gomes, 2001: 125

14

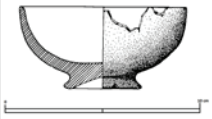




Designação: Panela
Proveniência: Alcáçova de Silves
Dimensões: Altura 3,7cm; diâmetro do bordo 5,5cm; diâmetro corpo 6,6cm; diâmetro base 6,1cm; espessura 0,4cm
Tecnologia:
Pasta: Laranja
Cozedura: Oxidante
ENP: Abundantes de grão fino a médio
Acabamento: Aguada de cor negra
Morfologia:
Bordo: Introvertido
Lábio: Perfil subrectangular
Corpo: Troncocilíndrico com carena alta
Fundo: Plano
Asas: Duas dispostas verticalmente
Decoração: Pintura branca, linhas paralelas dispostas horizontalmente
Cronologia: Século XIII
Bibliografia: Gomes e Gomes, 2001: 124, 126; Gomes, 2003: 317, 321

15

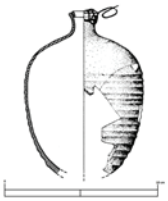




Designação: Taça
Proveniência: Alcáçova de Silves
Dimensões: Altura 4,5cm; diâmetro bordo 8,5cm; diâmetro base 4cm; espessura 0,5cm
Tecnologia:
Pasta: Beije
Cozedura: Oxidante
ENP: Muito finos
Acabamento: Vidrado de cor branca
Morfologia:
Bordo: Secção semicircular
Corpo: Hemisférico
Base: Plana
Pé: Anelar
Decoração: Restos de cor dourada
Cronologia: Séculos XII-XIII
Bibliografia: Gomes, 2003: 221, 222

16

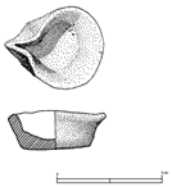




Designação: Ânfora
Proveniência: Alcáçova de Silves
Contexto: Zona dos banhos de casa palatina
Dimensões: Altura 7,7cm; diâmetro bordo 3,7cm: diâmetro corpo 8,8cm; diâmetro base 4; espessura 0,4cm
Tecnologia:
Pasta: Beije clara
Cozedura: Oxidante
ENP: Abundantes de grão finíssimo
Morfologia:
Bordo: Extrovertido
Lábio: Sessão semicircular
Corpo: Ovoide
Base: Não conserva
Decoração: Caneluras horizontais
Cronologia: Século XIII
Bibliografia: Gomes e Gomes, 2001: 92; Gomes, 2003: 293, 297
Observações: Conserva parte da tampa, presa ao corpo por arame de chumbo. **Provável função utilitária**.

17





Designação: Candeia
Proveniência: Almedina de Silves
Contexto: Interior de silo
Dimensões: Altura 1,6cm; diâmetro 4,6cm; diâmetro de base 3,4cm; espessura 0,2cm
Tecnologia:
Pasta: Laranja
Cozedura: Oxidante
ENP: Abundantes de grão médio
Morfologia:
Bordo: Extrovertido e trilobado
Lábio: Perfil semicircular
Corpo: Cilíndrico
Base: Plana
Cronologia: Séculos XII-XIII
Bibliografia: Gomes, 2001: 124, 126

20





Designação: Pote
Proveniência: Arrabalde Ocidental de Silves
Contexto: Interior de silo
Dimensões: Altura 5,8cm; diâmetro corpo 7,4cm; diâmetro bordo 4cm; diâmetro base 4,2cm; espessura 0,4cm
Tecnologia:
Pasta: Rosa
Cozedura: Oxidante
ENP: Finíssimos
Acabamento: Restos de vidrado pouco aderente de cor castanha
Morfologia:
Bordo: Extrovertido
Lábio: Perfil semicircular
Corpo: Globular
Base: Plana
Asas: Duas dispostas verticalmente, sendo uma mais elevada e fechada
Cronologia: Século X (?)
Bibliografia: Inédito
Observações: Convive com candil de asa no interior da chaminé e púcaro com pintura negra

21



Designação: Tinteiro (?)
Proveniência: Almedina de Silves
Dimensões: Altura 3cm; diâmetro máximo 5,5cm; diâmetro bordo 5cm; diâmetro base 4,5cm
Tecnologia:
Pasta: Laranja
Cozedura: Oxidante
ENP: Abundantes de pequena a média dimensão
Morfologia:
Bordo: Extrovertido
Lábio: Em aba
Corpo: Cilíndrico
Cronologia: Islâmica indeterminada
Bibliografia: Inédito
Observações: Vestígios de fogo.
Provável função utilitária

22



Designação: Copo
Proveniência: Almedina de Silves
Dimensões: Altura 3,5cm; diâmetro corpo 5,6cm; diâmetro base 4,6cm; Espessura máxima 0,7cm
Tecnologia:
Pasta: Beije acinzentada
Cozedura: Oxidante
ENP: Abundantes de média dimensão
Morfologia:
Bordo: Extrovertido
Lábio: Arredondado
Corpo: Ovoide
Base: Plana
Asas: Arranque de uma desde a base
Decoração: Pintura vermelha que materializa linhas paralelas verticais preenchidas por pequenas pintas
Cronologia: Século XI?
Bibliografia: Inédito

23



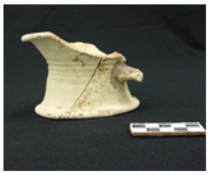
Designação: Taça
Proveniência: Arrabalde Oriental de Silves
Contexto: Indeterminado
Dimensões: Altura 4cm; diâmetro corpo 6,8cm; diâmetro base 5,5cm; espessura 0,3cm
Tecnologia:
Pasta: Laranja
Cozedura: Oxidante
ENP: Grão fino a médio
Acabamento: Aguada laranja
Morfologia:
Bordo: Vertical
Lábio: Arredondado
Corpo: Cilíndrico
Base: Plana
Cronologia: Séculos XII-XIII (?)
Bibliografia: Inédito

24



Designação: Fragmento de Fogareiro (?)
Proveniência: Arrabalde Oriental de Silves
Tecnologia:
Pasta: Cinzenta
Cozedura: Redutora
ENP: Grão fino a médio
Morfologia: Base troncocónica e arranque de corpo com perfurações
Cronologia: Islâmica Indeterminada
Bibliografia: Inédito

25



Designação: Miniatura de Base de talha
Proveniência: Biblioteca Municipal de Mértola.
Contexto: Abandono do Bairro almóada
Dimensões: Diâmetro 13,7 cm; Largura: 11,5 cm
Tecnologia: Pasta branca, com elementos não plásticos de xisto e calcário médios, Fabrico a torno rápido e cozedura oxidante.
Morfologia: Boca circular, bordo extrovertido com lábio quadrangular, corpo troncocónico invertido com bico rectangular, fundo plano com base anelar diagonal muito alta.
Decoração: Pingos de vidrado verde.
Cronologia: 1ª metade do século XIII.
Bibliografia: Palma e Gómez, 2010: 711.

26



Designação: Miniatura de Base de Talha
Proveniência: Biblioteca Municipal de Mértola
Contexto: Abandono do Bairro almóada
Dimensões: Diâmetro boca 3,7 cm; Largura: 4,3cm, Altura 5cm
Tecnologia: Pasta branca, com elementos não plásticos de xis pequenos, Fabrico a torno rápido e cozedura oxidante
Morfologia: Boca circular, bordo extrovertido com lábio quadrangular, corpo troncocónico invertido com bico rectangu fundo plano com base anelar diagonal muito alta
Decoração: Pingos de vidrado verde
Cronologia: primeira metade do século XIII
Bibliografia: Gómez Martinez, 2011: nº 28

27



Designação: Figura antropomórfica (boneco)
Proveniência: Alcáçova de Silves
Contexto: Habitacional
Dimensões:
Altura: 7,9cm; Largura: 3cm
Tecnologia:
Pasta: Fina e depurada
Cozedura: Oxidante
ENP: Alguns grão muito fino
Acabamento: Alisado com aguada
Cronologia: Islâmica (séc. XII-XIII)
Bibliografia: Gomes e Gomes, 2001: 125; Gomes, 2003: 407, 408

28



Designação: Figura zoomórfica
(cavalinho com arranque de presumível cavaleiro que não se conserva)
Proveniência: Almedina de Silves
Contexto: Enchimento de silo
Dimensões: Altura máxima: 4cm; comprimento máximo: 7cm
Tecnologia:
Pasta: Laranja
Cozedura: Oxidante
ENP: Pequena a média dimensão xistosos e calcários
Cronologia: Islâmica (séc. XI-XII)
Bibliografia: Gonçalves *et alli* (no prelo)

29



Designação: Tambor
Proveniência: Castelo Velho de Alcoutim
Dimensões: Altura: 21,6cm; diâmetro bordo: 14cm
Tecnologia:
Cozedura: oxidante
ENP: médios e grandes
Superfícies: alisadas com engobe e espatulado
Morfologia:
Bordo: Extrovertido
Lábio: Inflexão interna sem ressalto
Campânula: Troncocónica invertida
Corpo: Cilíndrico
Cronologia: Contextos do séc. X/XI
Bibliografia: Catarino, 1997/98: 1126, Est. XL.1

30

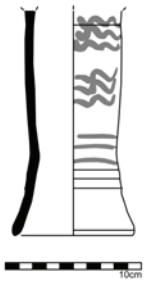




Designação: Tambor
Proveniência: Almedina de Silves
Contexto: Enchimento de Silo
Dimensões: Altura conservada: 17,7cm; diâmetro bordo: 10,8cm
Tecnologia:
Pasta: cor laranja homogénea
Cozedura: oxidante
Morfologia:
Bordo: introvertido
Lábio: semicircular
Campânula: troncocónica invertida; Corpo: cilíndrico
Decoração: pintura branca
Três composições de reticulado flanqueado por quatro bandas verticais. Banda horizontal a delimitar o corpo da campânula
Cronologia: Século XII
Bibliografia: Gonçalves *et alli*, no prelo

31



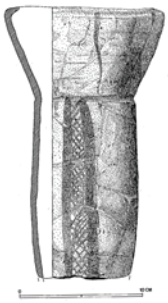


Designação: Tambor
Proveniência: Silves - Alcáçova
Dimensões: altura: 22cm; diâmetro bordo: 10cm
Tecnologia:
Pasta: rosada homogénea
Cozedura: oxidante
Morfologia:
Bordo: introvertido
Lábio: semicircular
Campânula: troncocónica invertida
Corpo: cilíndrico
Cronologia: séc. VIII
Decoração: Pintura vermelha/alaranjada. Corpo: composição decorativa constituída por quatro bandas verticais com dois motivos diferentes que alternam .Campânula: traços verticais irregulares na face lateral e, na face superior, motivo floral. Bordo: linhas entrelaçadas
Bibliografia: Gomes e Gomes, 2001: 52; Gomes 2003: 490, 491

Designação: Tambor
Proveniência: Santarém
Dimensões: Altura conservada 16,1 cm; diâmetro fundo 9cm
Tecnologia:
Cozedura: Oxidante
ENP: Pequenos (≤ 2mm)
Corpo: troncocónico
Decoração: Acabamento fruste, com alisamento parcial. Pintura a branco.Três colunas que combinam os mesmos motivos. Junto à base surge um conjunto de três linhas rectas horizontais, sobre o qual se sucedem dois agrupamentos de três linhas onduladas
Cronologia: Séc. XI- séc. XII
Bibliografia: Gonçalves *et alli*, no prelo

32





ESTUQUES DECORADOS ISLÂMICOS, DO SÉCULO XI, DO CASTELO DE SILVES

Rosa Varela Gomes[1]

RESUMO

Durante as escavações arqueológicas dirigidas pela autora, em 2007 e 2016, no Castelo de Silves, recuperámos no exterior de área palatina do século XII, situada a nascente daquela alcáçova, conjunto de estuques. Estes, encontravam-se tombados sobre pavimento, constituído por massa de cal e areia, muito bem conservado. Os estuques correspondem a sectores de arcarias, decoradas através de relevos, incisões, excisões e pintura, assim como a pedaços de paredes ornamentadas com motivos de carácter arquitectónico, epigráfico, fitomórfico e geométrico. Verificámos que os elementos decorativos polícromos daqueles testemunhos foram, propositadamente, cobertos com massa de cal, tendo em vista escondê-los, aspecto que pode ter ocorrido devido a preceitos religiosos, a quando da chegada das comunidades almorávidas àquele território do *Gharb al-Andalus*.
Palavras-chave: Silves, Castelo, Palácio, Estuques decorados.

ABSTRACT

Archaeological excavations conducted by the author in 2007 and 2016, in the Silves' Castle, led to the discovery of an important set of wall plasters fragments outside a 12th century palace, located in an area south-east inside that alcazaba. These architectonical elements were laid over a well preserved floor made with a mixture of sand and lime. The plasters correspond to parts of arches possessing reliefs, incisions, excisions and paintings, and sectors of walls decorated with architectonical, epigraphic, phytomorphic and geometric motifs. One of the most interesting characteristics of these plasters is the fact that their primitive polychromous decorations were covered with lime, hiding the original work, an action which may be related to some religious precept adopted when the Almorávides arrive in this part of the *Gharb al-Andalus*.
Keywords: Silves, Castle, Palace, Decorated plasters.

1. INTRODUÇÃO

O *Palácio das Varandas*, na alcáçova de Silves, foi famoso no Ocidente Peninsular graças à sua beleza e localização, tendo sido mencionado em eloquente poesia intitulada "*Evocação de Silves*", da autoria de *al-Mutamid*, rei-poeta de Sevilha, nascido em Beja e falecido em Agmat, em 1095. Ali recorda, com saudade, os tempos de juventude, passados em tal edifício, onde "*moravam guerreiros como leões e brancas gazelas. E em que belas selvas e em que belos covis. . .*" (Coelho, 1975, pp.300-302).

Dispunha-se, até 2007, de reduzida informação arqueológica que, muito fragmentada, efectivamente, não reflectia o impacto emocional que conduziu à expressiva referência literária criada por *al-Mutamid* (Gomes, 2003, pp. 412-430). De facto, ao longo de distintas escavações arqueológicas que temos vindo a realizar, desde 1984, no Castelo de Silves, pusemos à vista sectores de muros, identificados sob palácios almorávidas e almóadas, algum espólio metálico, vítreo, cerâmico e, apenas, pequeno fragmento de estuque de parede, polícromo, que atribuímos a sector de palácio do século XI. Esta cronologia foi conferida através de importante sucessão estratigráfica, reconhecida e confirmada através de datações absolutas, durante as intervenções mencionadas (Gomes, 2003, p.468).

Graças ao projecto de musealização do Castelo de Silves, promovido pela Câmara Municipal daquela

1. Instituto de Arqueologia e Paleociências e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, F.C.S.H.; rv.gomes@fcsh.unl.pt

cidade, no âmbito do Programa Silves Polis, efectuámos acompanhamento arqueológico da obra referida, entre 2003 e 2007, o que nos permitiu intervencionar áreas ainda não investigadas e, entre elas, o sector sudeste da alcáçova. Neste, correspondendo a área exterior e sob as ruínas de palácio almóada ali existente, exumámos fragmentos de estuques pertencentes a sectores de arcarias, decoradas através de relevos, incisões, excisões e de pintura, assim como porções de paredes, ornamentadas com motivos de carácter arquitectónico, epigráfico, fitomórfico e geométrico, que se encontravam sobre pavimento do século XI (Figura 1).

Dada a importância daqueles raros testemunhos, e tendo em atenção a sua fragilidade, pois corria-se o risco de desaparecerem dissolvidos pelas infiltrações de águas pluviais, tivemos oportunidade de realizar nova escavação arqueológica, em 2016, no sector assinalado. Só foi possível efectuar esta campanha graças ao apoio da Câmara Municipal de Silves e, em particular, da sua Vereadora da Cultura, Drª Luísa Conduto Luís e da Presidente daquela Autarquia, Drª Rosa Gonçalves da Palma, a quem cumpre expressarmos o nosso reconhecimento. Este, estende-se à Câmara Municipal de Albufeira, dada a cedência de técnico especializado em conservação e restauro de estuques e que connosco ali colaborou. A FCSH-UNL ofereceu apoio logístico, através do Instituto de Arqueologia e Paleociências (IAP), tanto aos trabalhos de campo como de gabinete, devidamente autorizados pela Tutela.

Participaram naquela campanha, os técnicos de conservação e restauro da Câmara Municipal de Silves, Drª Fátima Silva e Isabel Nunes, o Dr. Pedro Gago, da Câmara Municipal de Albufeira, assim como os alunos do 1º Ciclo de Arqueologia da FCSH da UNL, Vera Cardoso Gonçalves, Jéssica Teixeira Iglésias, Jaziele Garcia Pereira, Maria João Santos, Miguel Martins de Sousa e João Álvaro Veloso.

Os desenhos de campo e de gabinete estiveram a cargo das Drªs Joana Gonçalves e Sílvia Costa.

2. ESTRATIGRAFIA

A sequência estratigráfica observada coincide, em parte, com a registada nas campanhas anteriores neste sector, identificando-se seguintes camadas arqueológicas:

Camada 1 – Removida em campanhas anteriores;

Camada 2 – Constituída por terras pouco compactadas, de cor castanha (5YR 4/3)[2], apresentando entre 0,20 m e 0,60 m de potência, contendo muitas pedras de arenito vermelho, algumas afeiçoadas, assim como fragmentos de estuques de paredes, de cor branca, pertencentes a derrube de muro, de palácio almóada, assim como artefactos muito fragmentados. Foi intervencionada, apenas, a base desta camada que terá integrado a ocupação compreendida entre 1191, data da reconquista muçulmana do Castelo de Silves, e a sua tomada definitiva pelos cristãos em 1248;

Camada 3 – Era formada por terras de cor castanha acinzentada (5YR 4/6), apresentando entre 0,30 m e 0,40 m de espessura, guardando muitos pequenos fragmentos de telhas, pedras e nódulos de argamassa de cal e areia, assim como algum espólio arqueológico.

Corresponde à ocupação do Castelo efectuada durante a administração Almorávida-Almóada, que terminou em 1189, com a primeira conquista cristã da cidade;

Camada 4 – Foi subdividida, neste sector, em duas camadas a C4A e C4B. A C4A era constituída por terras de cor castanha (2.5 YR 3 /4), com matriz argilosa, apresentando potência entre 0,10 m e 0,30 m, contendo fragmentos de elementos arquitectónicos, de estuque, que se encontravam tombados *in loco*. A C4B era formada por terras de cor castanha (2.5 YR 2.5/3), contendo abundantes telhas, mostrando entre 0,20 e 0,25 m de potência, que assentavam em pavimento constituído por massa compacta de areia e cal. Exumámos pregos, de ferro, que poderiam ter pertencido a cobertura deste espaço, estruturado com vigas de madeira.

Esta camada deve corresponder, em termos cronológicos, ao Primeiro Reino Taifa de Silves e ao início da permanência Almorávida (Figura 2).

3. ELEMENTOS ARQUITECTÓNICOS

Q279/C4-4 – Fragmento correspondendo, possivelmente, a porção de gelosia. Foi fabricado com massa de cal e areia de cor bege clara. Mostra decoração, em relevo, constituída por dois grandes motivos poligonais entrecruzados, com seis faces, formados por cordões duplos. Mede 0,402 m de comprimento, 0.276 m de largura e 0,052 m de espessura média (Figura 3).

2. Os códigos cromáticos referem-se às *Munsell Soil Color Charts* e, por isso, devem entender-se como aproximados.

Q279/C4-5 – Fragmento, correspondendo a porção de arco. Foi fabricado com massa de cal e areia, de cor branca. A face interior ou intradorso, oferece decoração, em relevo e excisa, composta por faixa central inserida em cartela, delimitada por duas linhas incisas, decorada com motivo vegetalista esquemático, possivelmente palmetas, pintado de cor vermelha escura. Este encontra-se ladeado por duas faixas cor-de-laranja. A moldura envolvente é composta por volutas em relevo, estilizadas e dispostas em série. Mede 0,132 m de comprimento 0,194 m de largura, e 0,020 m de espessura média.

Q279/C4-6 – Fragmento, correspondendo a porção de arco. Foi fabricado com massa de cal e areia, de cor branca. A face interior ou intradorso, oferece decoração, em relevo, inserida em cartela, delimitada por duas linhas incisas, preenchida por cordões duplos, formando teoria de motivos em forma de grandes SS unidos. Estes encontram-se pintados de cor vermelha escura e são ladeados por faixas pintadas cor-de--laranja. Mede 0,184 m de comprimento, 0,096 m de largura e 0,050 m de espessura máxima (Figura 4).

Q279/C4-7 – Fragmento, correspondendo a porção de arco. Foi fabricado com massa de cal e areia, de cor branca. A face interior ou intradorso oferece decoração, em relevo e excisa, composta por faixa central contendo sucessão de palmetas, pintadas de cor vermelha escura, ladeadas por duas faixas cor--de-laranja. Conserva-se porção do remate formado por volutas, estilizadas, dispostas em série e adossadas a moldura. Na face correspondente à fachada dianteira observa-se o arranque de moldura vertical. Mede 0,262 m de altura, 0,201 m de largura e 0,130 m de espessura média (Figura 5).

Q279/C4-8 – Fragmento, correspondendo a porção de arco. Foi fabricado com massa de cal e areia, de cor branca. A face interior ou intradorso, oferece, ao centro, decoração em relevo e excisa, composta por faixa central decorada com motivos fitomórficos, pintados de cor vermelha escura, ladeados por faixas pintadas cor-de-laranja. Os frisos envolventes são compostos por pequenas volutas, estilizadas, dispostas em série e adossadas a dupla moldura. A face correspondente à fachada dianteira apresenta porção de moldura vertical. Mede 0,320 m de altura, 0,214 m de largura e 0,164 m de espessura média (Figura 6).

Q279/C4-9 – Fragmento, correspondendo a porção de arco. Foi fabricado com massa de cal e areia, de cor branca. A face interior ou intradorso, oferece decoração em relevo, constituída por faixa, contendo teoria de medalhões, obtidos por excisão preenchidos com motivos fitomórficos, palmetas e bolbos de lótus, rodeados por cordão da eternidade e pintados, de cor vermelha escura. Encontram-se ladeados por duas faixas pintadas, cor-de-laranja. Os frisos envolventes são formados por volutas estilizadas dispostas em série e adossadas a molduras. Mede 0,484 m de comprimento, 0,198 m de largura e 0,046 m de espessura média (Figura 7).

Q279/C4-10 – Fragmento, correspondendo a porção da fachada principal de arco ultrapassado. Foi fabricado com massa de cal e areia, de cor branca acinzentada. A face mostra moldura constituída por duas faixas em relevo de cor branca, separadas por faixa pintada cor-de-laranja, que pertencem ao lado esquerdo de alfiz. O vão do arco encontra-se demarcado, por moldura pintada de cor negra e faixa de cor vermelha. O espaço entre o arco e o alfiz era de cor branca, mas ali reconhecem-se restos de epígrafe pintada de cor negra. Mede 0,96 m de altura, 0,44 m de largura e 0,82 m de espessura média (Figura 8).

Q279/C4-1 – Fragmento, correspondendo a porção de parede. Foi fabricado com massa de cal e areia de cor branca. Mostra decoração pintada, nas cores vermelha e negra, formada por motivo de carácter arquitectónico, onde se pode observar fortificação, constituída por pano de muralha e duas torres, com plantas de forma quadrangular e possuindo ameias. Este motivo encontra-se rodeado por elementos fitomórficos e leteriformes, pintados de cor vermelha escura. Mede 0,128 m de altura, 0,264 m de largura e 0,010 m de espessura média.

Q279/C4-2 – Fragmento, correspondendo a porção de parede. Foi fabricado com massa de cal e areia de cor branca. Mostra decoração, pintada, composta por tema de carácter geométrico, definido através de elementos hexagonais entrelaçados, delimitados nas cores negra e branca. Os espaços interiores daqueles encontram-se pintados nas cores vermelha escura e turquesa. Mede 0,174 m de altura, 0,200 m de largura e 0,080 m de espessura média.

Q279/C4-3 – Fragmento, correspondendo a porção de parede. Foi fabricado com massa de cal e areia de cor branca. Mostra decoração pintada, composta por motivo de carácter geométrico constituído por teoria de losangos, definidos através de elementos entrelaçados, contornados de cor negra e preenchidos de cor branca. O interior dos losangos é de cor vermelha escura ou turquesa. Mede 0,157 m de altura, 0,297 m de largura e 0,036 m de espessura média (Figura 9).

4. INTEGRAÇÃO CULTURAL

Os elementos arquitectónicos descritos, de estuque, foram exumados sobre nível de telhas que assentava, directamente, sobre pavimento de compartimento que integrava a camada 4 deste arqueossítio. Esta constatação sugere que aquela construção terá sido demolida ou destruiu-se o telhado e, a seguir, as paredes e vãos.

Tais testemunhos muito embora encontrados *in loco*, não mostravam qualquer tipo de conexão entre eles, dado dispormos, neste momento, de sectores de arcos que oferecem diversos motivos decorativos indicando, por isso, que pertenceriam a diferentes elementos arquitectónicos ou, quiçá, a uma mesma arcaria, cujos arcos seriam decorados com motivos algo distintos. Todos os estuques foram produzidos com massa de cal e areia de cor branca, branca algo acinzentada ou bege e tanto as ornamentações, como as técnicas neles usadas, ou o facto de corresponderem, maioritariamente, a sectores de arcos, conduzem a aceitarmos tratar-se de testemunhos resultantes de um mesmo programa de edificação. Apenas três dos exemplares por ora inventariados pertencem a sectores de fachadas, de arcos ultrapassados. Estes ofereciam requintadas e distintas decorações polícromas, onde predominam temáticas fitomórficas a par de outras geométricas sendo, por vezes, contornadas com cordões entrelaçados, o cordão da eternidade, que, de igual modo, se regista no fragmento de gelosia e, também, em dois elementos pertencentes a paredes. As pinturas presentes nos estuques foram executadas nas cores vermelha, negra e laranja, sendo menos utilizadas as cores branca e turquesa (Gomes, 2013, pp. 68-75). Esta policromia consta tanto nos fragmentos de paredes como no intradorso dos arcos.

Verificámos, durante o levantamento efectuado, que os testemunhos recuperados ofereciam, sobre a decoração polícroma, espessa camada de cal branca que, propositadamente, foi utilizada para obliterar e esconder a ornamentação, tanto incisa e excisa, como pintada, que ofereciam.

Os elementos de arcos mencionados são similares a outros, seus contemporâneos, presentes na Aljaferia de Saragoça ou recuperados no Castelo de Balaguer (Alòs e Solanes, 2010, pp. 52-67; Martín-Bueno e Sáenz Preciado, 1998, p. 258). Todavia em ambos casos, as decorações existentes no intradorso das arcarias oferecem, apenas, pintura, com temáticas fitomórficas e geométricas, enquanto nos exemplares de Silves as ornamentações foram efectuadas através de excisão e de incisão dos motivos decorativos. Esta técnica observa-se, embora com diferentes temáticas, tanto na fachada como no intradorso, das arcarias existentes no lado ocidental do salão de Abd al-Rahman III, em Madinat al-Zahra (Acién Almansa, 2000, p. 47).

O fragmento de gelosia (Q279/C4-4), decorado com motivos geométricos poligonais, além de conferir claro efeito decorativo, permitia filtrar a luz que entrava no interior de compartimento. Com essa função foram empregues gelosias nas janelas laterais da Mesquita de Córdova, realizadas em mármore, mandadas executar, possivelmente, durante as campanhas de obras de al-Hakam II (961-976) (Stierlin, 1997, pp. 90-93). Gelosias estão, de igual modo, patentes em janela dupla, datada do século XI, do palácio da Aljaferia de Saragoça (Stierlin, 1997, p. 186).

Somente um fragmento de estuque de parede (Q279/C4-1), oferece temática decorativa de carácter arquitectónico, que constitui representação pouco comum no mundo islâmico peninsular. Os outros dois fragmentos de paredes apresentam decoração geométrica. Esta, regista-se, de igual modo, nos estuques reconhecidos nas paredes do sector noroeste do Jardim Alto em Madinat az-Zahra, onde foram representados motivos losangulares e fitomórficos, nas cores vermelha escura e branca (Vallejo Triano, 2010, pp. 337-340).

As cores observadas nos testemunhos mencionados, além de dependerem do gosto do arquitecto que planeou o espaço, poderiam possuir simbologia própria. A cor mais representada foi a vermelha, que simboliza a vida, e foi muito utilizada, com variantes cromáticas, ao longo da permanência islâmica no *al-Andalus* (Chebel, 2001, p.123). A junção da cor vermelha com a amarela dá origem à cor-de-laranja, de igual modo usada nos estuques silvenses. Estes oferecem, ainda, pequenos apontamentos de cor branca que, "*segundo o Profeta Maomé. . . Deus criou o Paraíso branco*". A cor negra, embora represente a morte, está muito presente no Islão dado ter sido a utilizada na indumentária usada pelo Profeta, a quando da conquista de Meca (Chebel, 2001, pp.122-124). Aquela cor foi empregue, somente, para delinear os motivos figurados dos estuques e, em particular, os de parede.

A anulação da policromia nos elementos arquitectónicos de Silves, através da utilização de espessa

camada de massa de cal, tendo por objectivo a uniformização, através da cor, tanto das arcarias como das paredes, poderá relacionar-se com a presença da administração almorávida que, a partir de 1094, se terá instalado na Península Ibérica e, possivelmente, em data próxima daquela em Silves.

Aquela comunidade preconizava a implementação de rigorosos preceitos islâmicos, onde tudo o que fosse supérfluo devia de ser banido. A simplificação das temáticas decorativas está bem patente nas mesquitas de Nédroma, de Alger ou mesmo na de Qarawiyyîn, em Fez, onde a decoração, muito singela, se concentra junto aos respectivos *mihrabs* (Golvin, 1979, pp.170-241; López Guzmán, 1995, pp. 107-116). Naqueles edifícios religiosos predominam as ornamentações geométricas, algumas fitomórficas, com o objectivo de implementar uma renovação do Islão, através da recuperação da verdadeira Fé.

É possível que após a demolição da área palatina do século XI, da alcáçova de Silves se tivesse construído outra, eventualmente no período compreendido entre 1128 e 1139. Esta cronologia corresponde à data em que terá sido cunhado quirate almorávida (Q138/C2), que encontrámos no acesso a palácio almorávida/almóada, sob as pedras do pavimento. Muito embora o numisma referido não possuísse indicação de oficina ou de data, apresentava o nome de *Ali ben Yusuf* e a nomeação do seu herdeiro, *Emir Sir*, o que permite atribuir-lhe a cronologia mencionada (Gomes, 2003, p. 53).

Os estuques, do século XI, do Castelo de Silves constituem testemunhos raros no panorama nacional, dado não se conhecerem outros, como por se encontrarem associados à mítica residência palatina que *al-Mutamid* cantou "*Saúda o Palácio das Varandas da parte de um jovem que sente perpétua saudade daquele alcácer…*" (Coelho, 1975, pp. 300-302).

BIBLIOGRAFIA

ACIÉN ALMANSA, Manuel (2000) – 15 años de investigación sobre Madīnat al-Zahrā. In *Madinat al-Zahra, 1985--2000, 15 años de recuperación*. Córdoba: Ed. Junta de Andalucía, Consejo de Cultura, pp. 25-55.

ALÒS, Carme; SOLANES, Eva (2010) – Els elements arquitectònics i ornamentals. In *Catàleg de la colleció de materials andalusins del Museu de la Noguera*. Noguera: Museu de la Noguera, pp. 52-67.

CHEBEL, Malek (2001) – *Dictionnaire des Symboles Musulmans*. Paris: Ed. Albin Michel.

COELHO, António Borges (1975) – *Portugal na Espanha Árabe*. IV. Lisboa: Seara Nova, col. Paralelos.

GOLVIN, Lucien (1979) – *Essai sur l'Architecture Religieuse Musulmane*. Paris: Éditions Klincksieck.

GOMES, Rosa Varela (2003) – Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus – A Alcáçova, *Trabalhos de Arqueologia*, nº 35. Lisboa: I.P.A.

GOMES, Rosa Varela (2013) – *Arquitecturas – Testemunhos Islâmicos em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Aga Khan Trust For Culture.

LÓPEZ GUSMÁN, Rafael Jesús (1995) – La Arquitectura de los Almorávides. In *La arquitectura del Islam occidental*. Madrid: Lunwerg, pp. 107-114.

MARTÍN-BUENO, Manuel; SÁENZ PRECIADO, Juan Carlos (1998) – Los materiales arqueológicos. In *La Aljafería*. Zaragoza: Cortes de Aragon, pp. 250-300.

STIERLIN, Henri (1997) – *Islão, de Bagdade a Córdova, A Arquitectura Primitiva do Século VII ao Século XIII*. Lisboa: Taschen.

VALLEJO TRIANO, Antonio (2010) – *La Ciudad Califal de Madīnat al-Zahrā, Arqueología de su Arquitectura*. Córdoba: Editorial Almuzara.

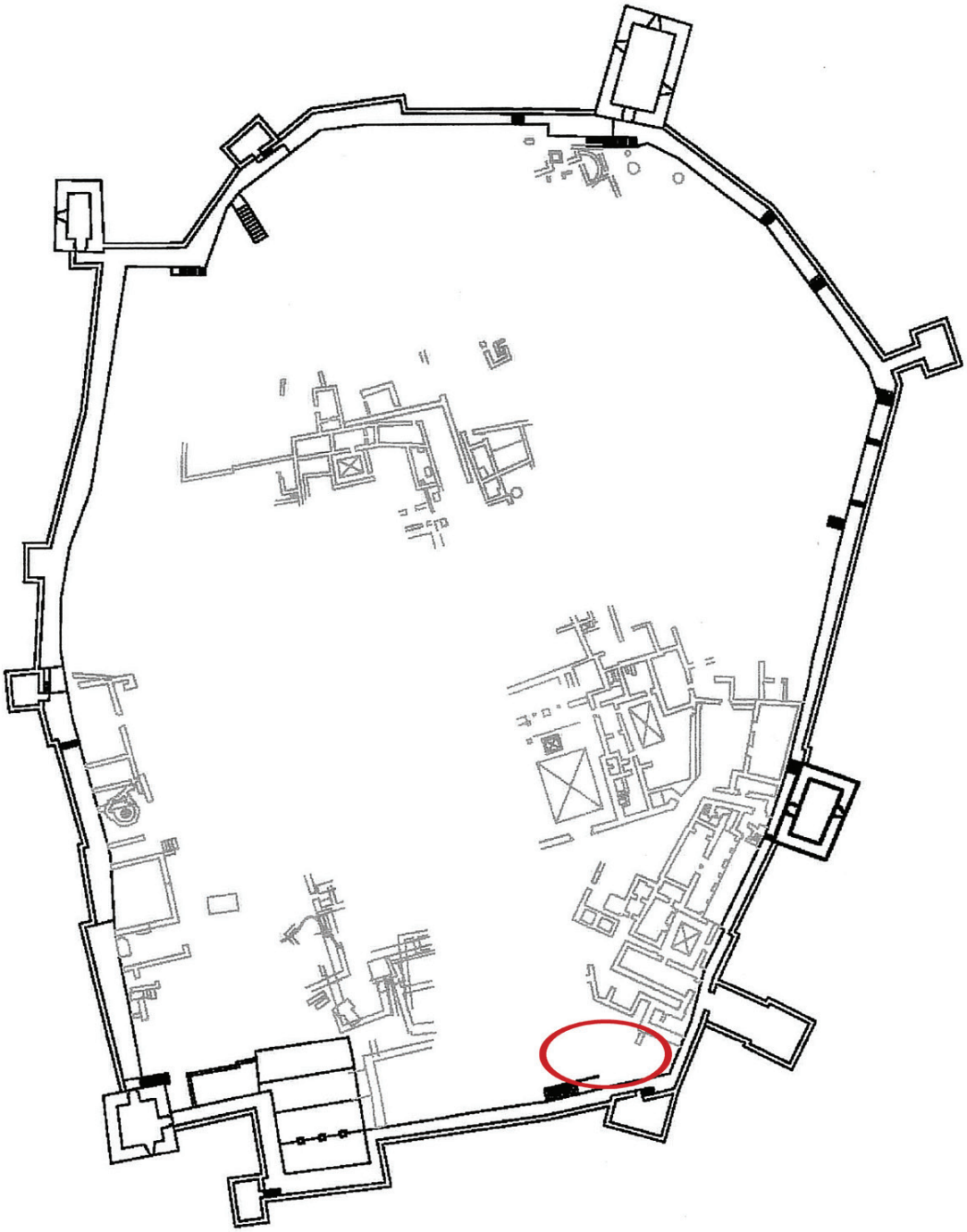


Figura 1 – Castelo de Silves. Planta esquemática dos testemunhos arquitectónicos identificados, com indicação da área do sector sudeste, onde os estuques foram descobertos (lev. R. Cunha, C. Gaspar, A. Machado e S. Costa).

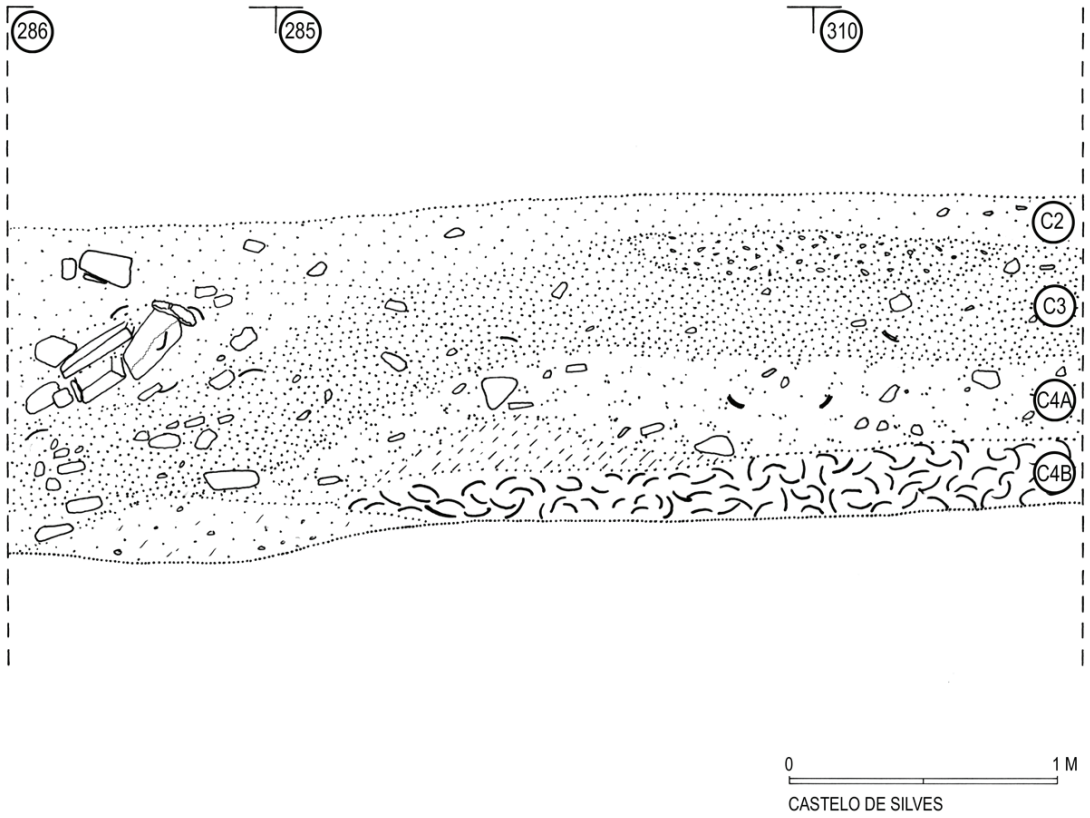


Figura 2 – Castelo de Silves. Sector sudeste. Corte observando-se sucessão estratigráfica da camada 2 à camada 4 (A e B) (lev. J. Gonçalves).

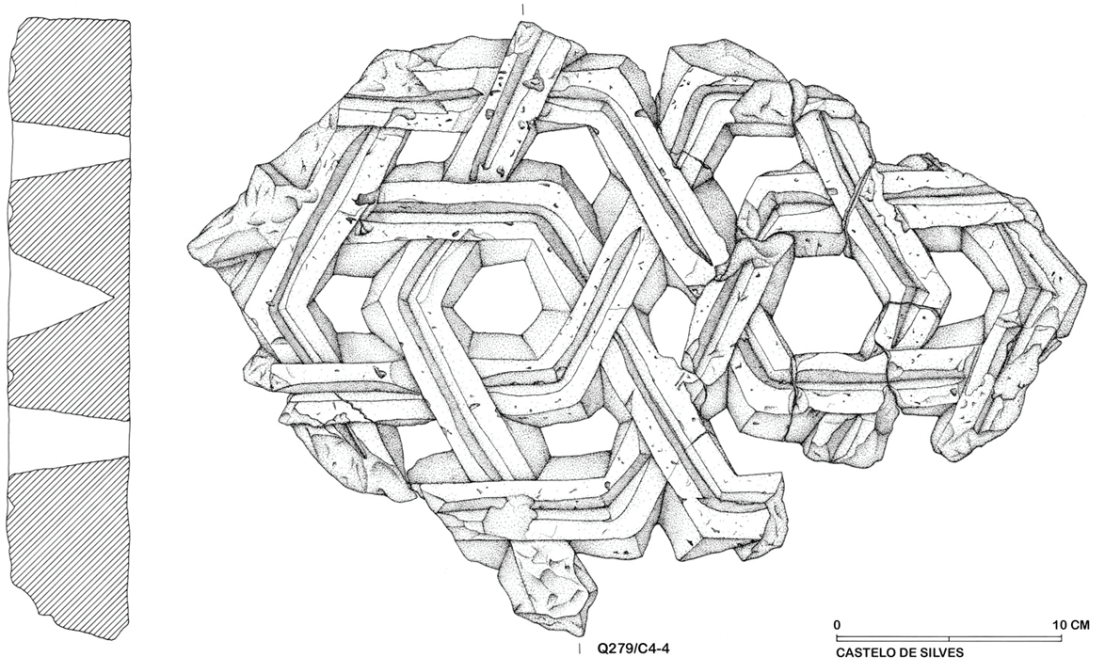


Figura 3 – Castelo de Silves. Sector sudeste. Fragmento de gelosia em estuque (des. S. Costa).

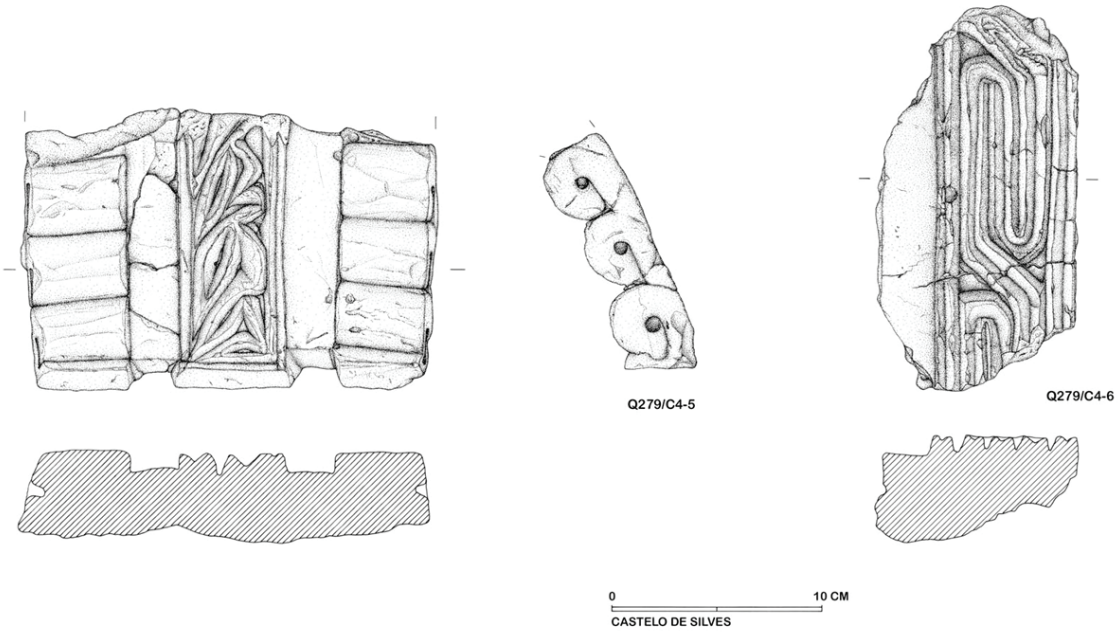


Figura 4 – Castelo de Silves. Sector sudeste. Fragmentos de arcos em estuque (des. S. Costa).

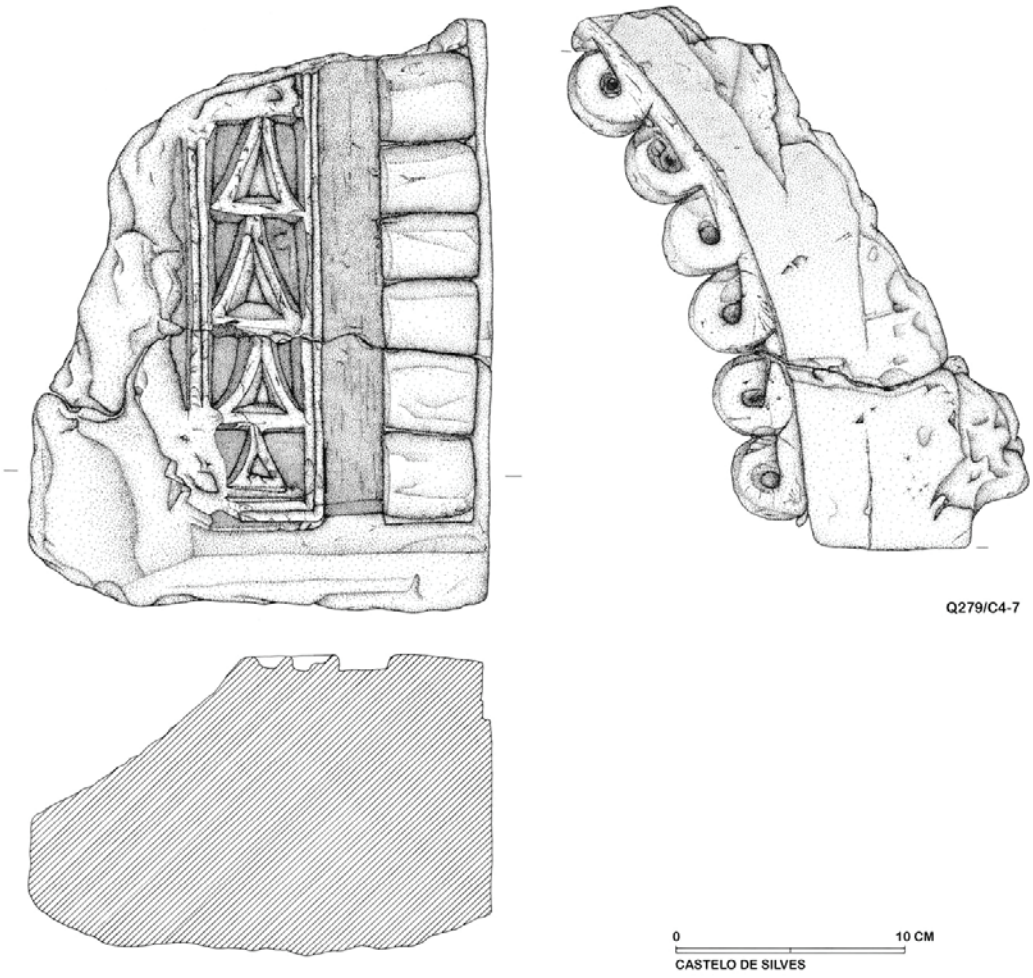


Figura 5 – Castelo de Silves. Sector sudeste. Fragmento de arco em estuque (des. S. Costa).

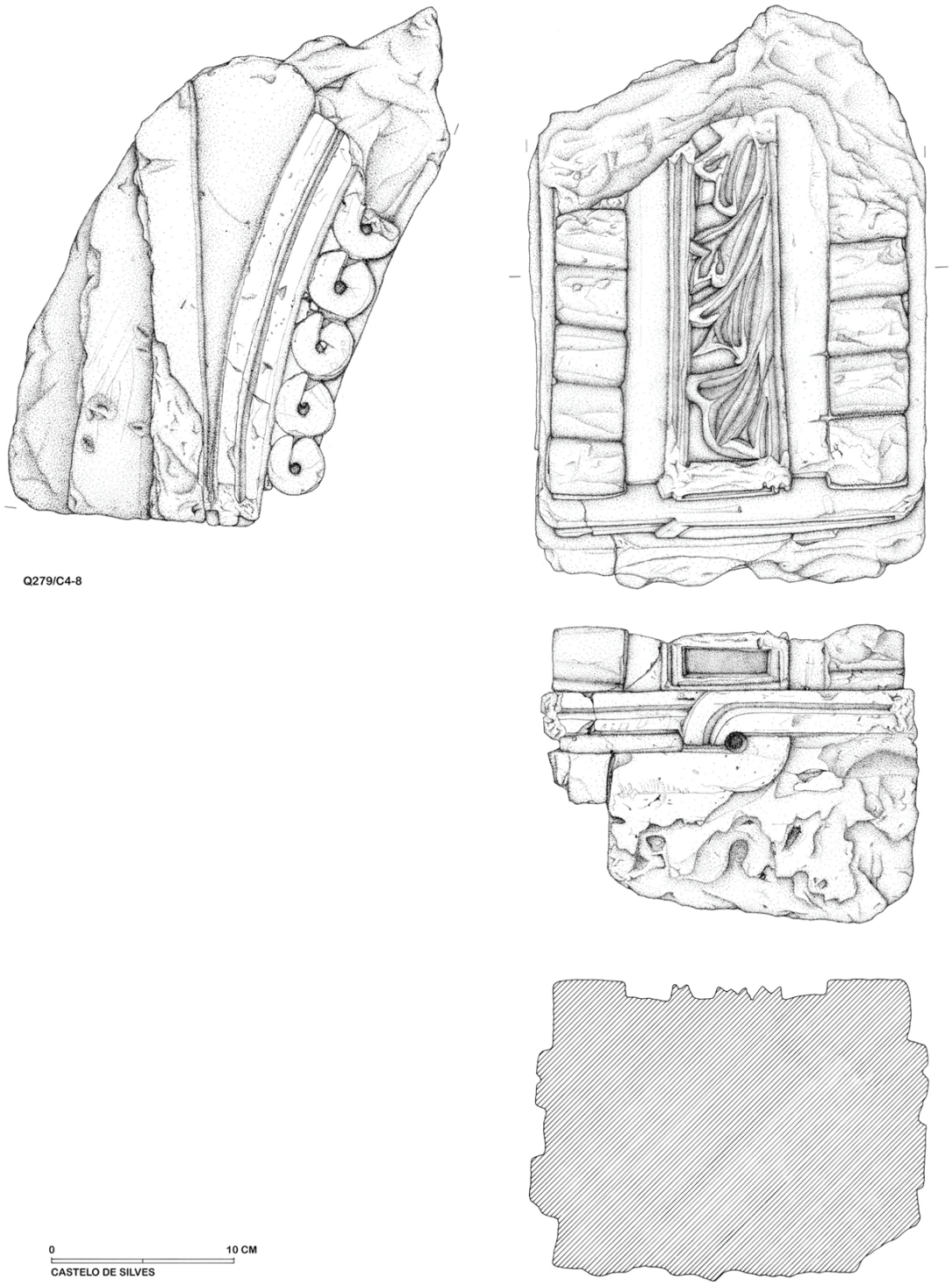


Figura 6 – Castelo de Silves. Sector sudeste. Fragmento de arco em estuque (des. S. Costa).

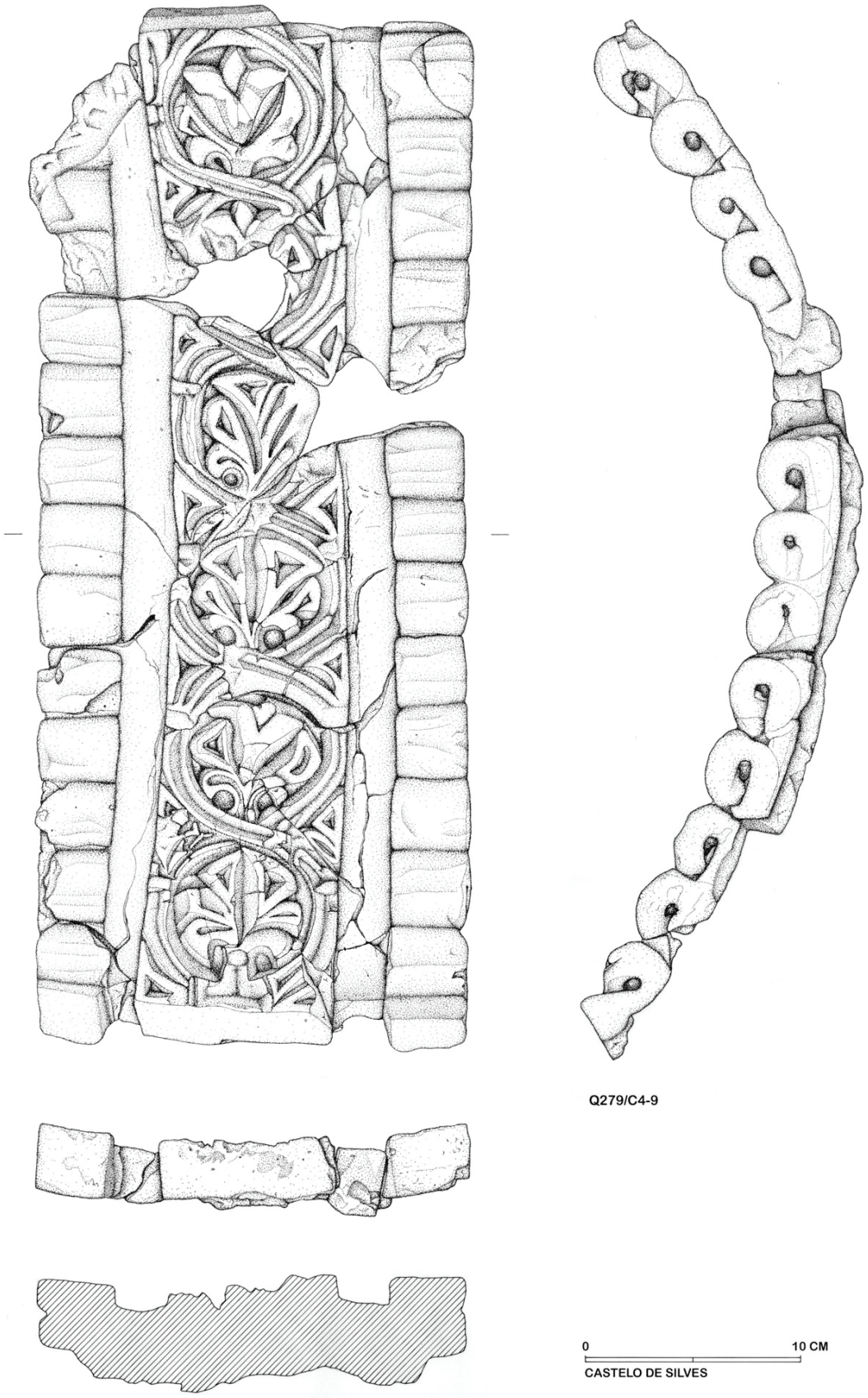


Figura 7 – Castelo de Silves. Sector sudeste. Fragmento de arco em estuque (des. S. Costa).

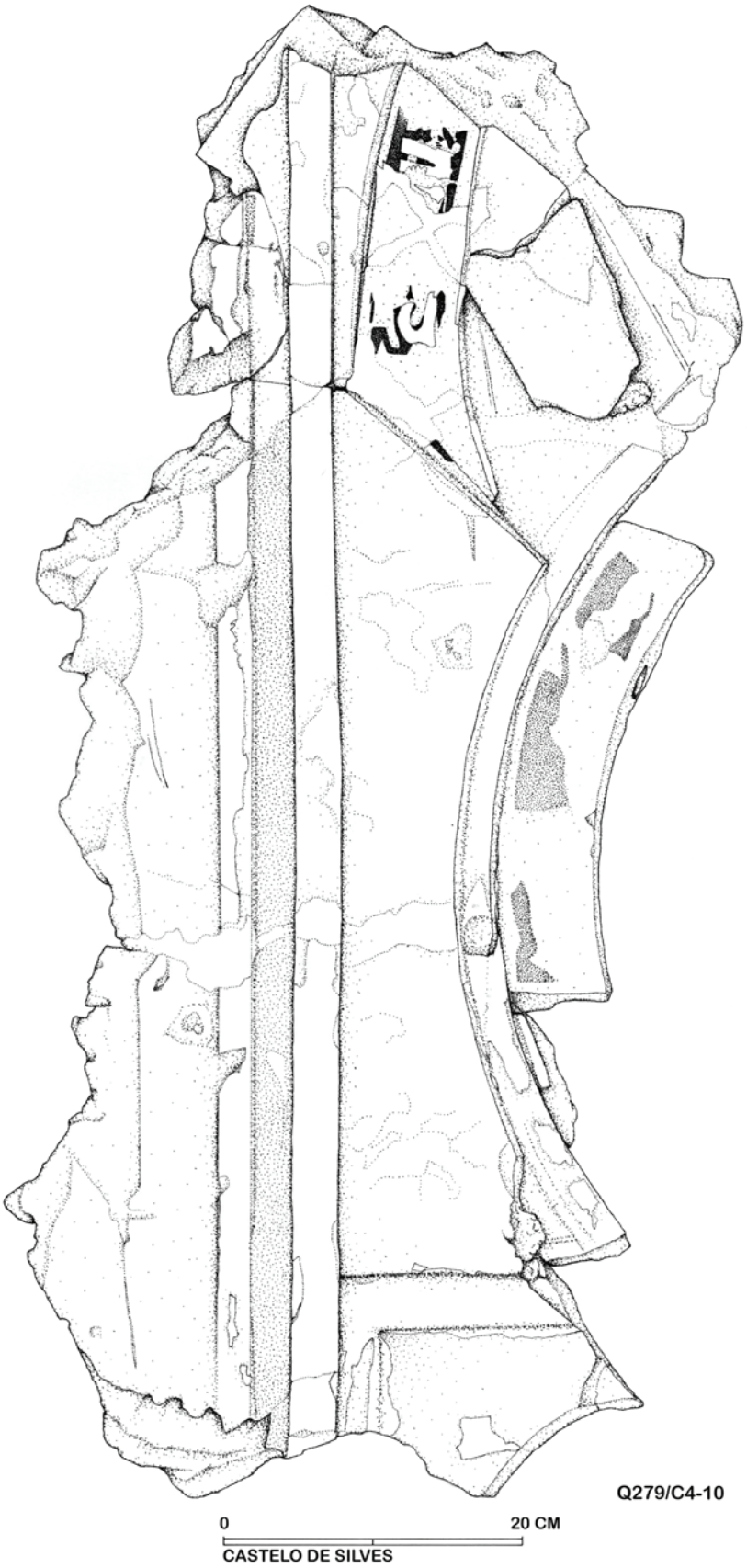


Figura 8 – Castelo de Silves. Sector sudeste. Fragmento de arco ultrapassado em estuque (des. S. Costa).

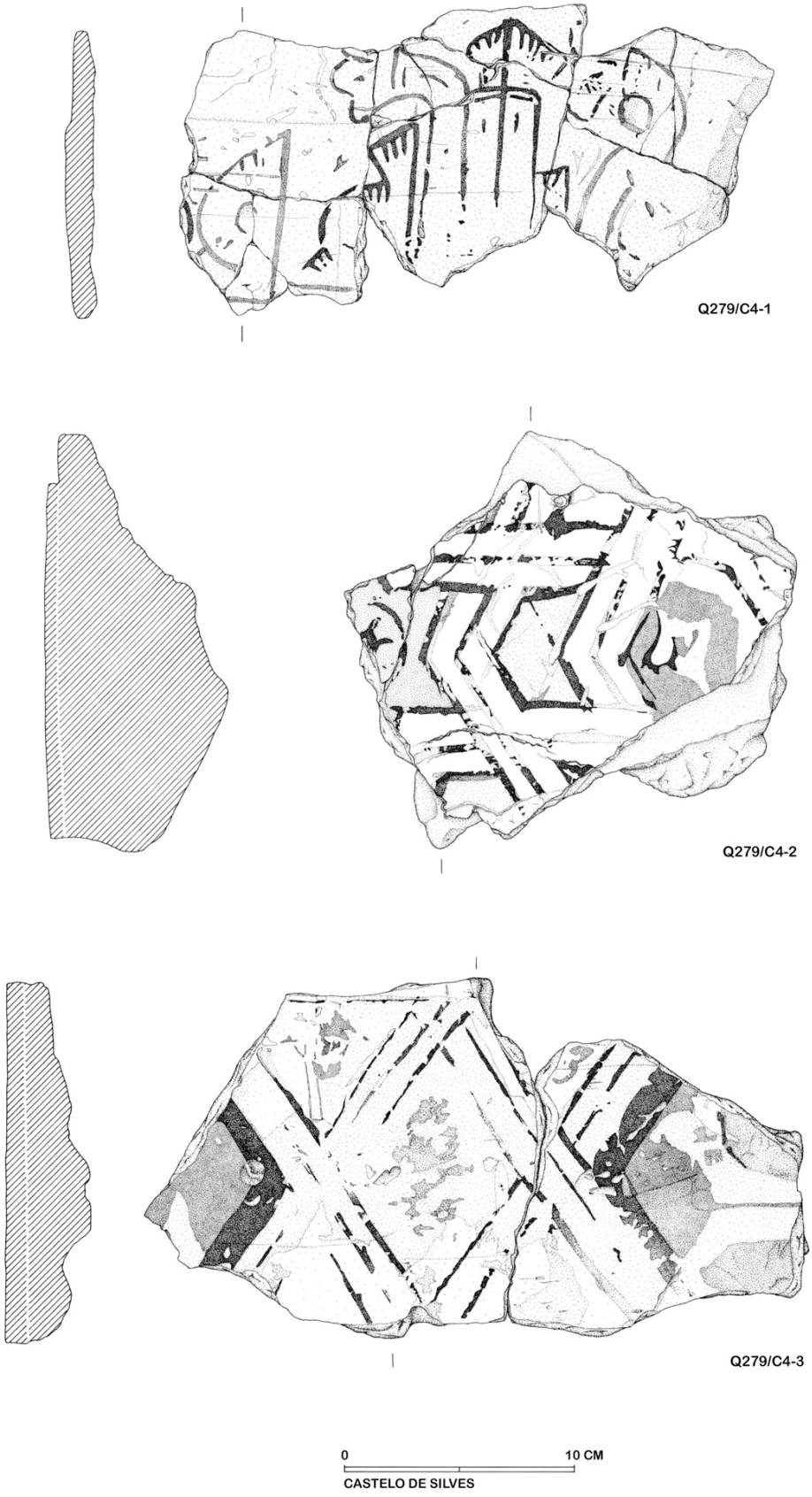


Figura 9 – Castelo de Silves. Sector sudeste. Fragmentos de estuques polícromos de parede (des. S. Costa).

O SISTEMA DEFENSIVO MEDIEVAL DE TAVIRA – ELEMENTOS OCULTOS POR ENTRE O CASARIO

Jaquelina Covaneiro[1], Sandra Cavaco[2], Fernando Santos[3], Liliana Nunes[4]

RESUMO

Referida tardiamente na documentação muçulmana, a medina de Tavira apresenta um forte desenvolvimento urbano entre os finais do século XII e os inícios do século XIII. É durante o período almóada que se regista o alargamento da cintura defensiva da cidade e o seu reforço, conseguido através da edificação de torres e barbacãs. Nos últimos anos têm-se multiplicado as obras relacionadas com a requalificação de imóveis que determinaram um conjunto diversificado de trabalhos arqueológicos.

Os dados que aqui se apresentam procedem de intervenções realizadas em locais distintos do centro histórico da cidade de Tavira. Pese embora o facto dos trabalhos arqueológicos fornecerem informações fragmentárias, tem sido possível aduzir novos elementos caracterizadores ao sistema defensivo medieval da medina de Tavira.

Palavras-chave: Tavira, Época islâmica, Sistema Defensivo.

ABSTRACT

Referred belatedly in the Muslim documentation, the medina of Tavira presents a strong urban development between the late 12th century and the beginning of 13th. It is during the Almohad presence in Tavira that the strengthening and enlargement of the defensive wall of the city by building towers and moats is registered.

In the last years, the works related to the re-qualification of buildings have been multiplied and determined a diverse set of archaeological works

The data presented here come from interventions carried out in different places of the historical centre of the city of Tavira. Although the archaeological works provide fragmentary information it has been possible to add new elements that characterize the medieval defensive system of the Tavira medina.

Keywords: Tavira, Islamic Period, Defensive System.

1. INTRODUÇÃO

Os trabalhos arqueológicos levados a cabo nos últimos quinze anos no centro histórico da cidade de Tavira têm-se revelado fundamentais no que ao conhecimento do sistema defensivo diz respeito. Até meados da última década do século passado pouco se conhecia da Tavira Islâmica, excepção feita para o castelo e suas muralhas.

A análise dos resultados das intervenções arqueológicas, da documentação escrita, para além da observação de gravuras, fotografias e de cartografia antiga, permite avançar com algumas propostas interpretativas respeitantes à evolução do sistema defensivo.

2. O LUGAR

Inicialmente, a ocupação da cidade desenvolveu-se numa pequena colina com cerca de 30 metros de altitude, a colina de Santa Maria, *a última ondulação serrana antes das terras baixas que se estendem junto à foz do Gilão e onde começam os sapais e as*

1. Município de Tavira; jcovaneiro@cm-tavira.pt

2. Município de Tavira; scavaco@cm-tavira.pt

3. Arqueólogo; fernandogpsantos@gmail.com

4. Arqueóloga; Lianunes00@gmail.com

salinas da actual Ria Formosa (Torres, 1997, p. 439). Em tempos distintos, este pequeno cerro foi o lugar escolhido por um conjunto diverso de comunidades humanas como local de assentamento. Trabalhos arqueológicos realizados nas últimas duas décadas revelam a presença de uma ocupação da Idade do Bronze, sendo de destacar a ocupação histórica da denominada "Colina Genética" no decurso da primeira metade do 1º milénio a.C. e a época islâmica, período em que se assistiu a uma considerável expansão urbana, que em última análise viria a ocupar outras áreas espaciais.

A escolha da colina de Santa Maria como lugar de assentamento, por um sem número de povos, pressupõe a existência de necessidades e/ou objectivos comuns. Assim, podemos observar que esta cidade beneficia de uma implantação única na paisagem. Por um lado, a sua posição recuada em relação à linha de costa permite-lhe evitar ameaças externas vindas do mar. Por outro lado, a protecção dada pelas ilhas-barreira protege-a dos mais variados fenómenos (tempestades, *tsunamis*,...). Estas características permitem que esta cidade litoral reúna óptimas capacidades defensivas, reforçadas pela construção de um sistema defensivo extraordinário.

Este eficaz sistema defensivo serviria para proteger a sua situação portuária excelente, localizada no limite da área de influência das marés e com acesso a um rio navegável, permitindo aceder ao interior do território e às suas riquezas.

Este *n*úcleo de feição urbana virado para o mar, ora Mediterrâneo, ora Atlântico, de acordo com os desafios do tempo (Costa, 2003, p. 183), afirmou-se ao longo dos séculos enquanto lugar central do território envolvente, permitindo aos seus habitantes controlar o trânsito de pessoas e de bens entre o litoral e o interior do território, favorecendo o intercâmbio de ideias, bens e produtos.

3. AS ORIGENS

Até ao momento, os dados resultantes dos trabalhos arqueológicos (Maia, 2003a e 2003b; Maia, 2008; Maia e Gómez Toscano, 2012; Simão e Pinto, 2009) realizados na colina de Santa Maria revelaram que a ocupação mais antiga localiza-se na face virada a Sul-sudeste.

A responsável pelos trabalhos arqueológicos efectuados quer no Palácio da Galeria, quer em Netos, estabelece que a primeira ocupação da colina genética se situará entre o *Horizonte Médio e o Horizonte Residual da Idade do Bronze Final, isto é, entre 1000 e 750* a.n.e. (Maia, 2008, p. 59). O povoamento registado na colina de Santa Maria teria uma origem local, prévia à presença de "fenícios" em Tavira. O povoado possuiria alguma organização estrutural, tendo-se reconhecido áreas de fundição de minério e espaços habitacionais.

No que à Idade Ferro diz respeito constatamos que a localização e a topografia da cidade mantêm a continuidade da ocupação anterior (Bronze Final), reforçando as condições naturais de defesa do espaço habitacional com um recinto muralhado.

A integração de Tavira no processo de expansão fenícia, que podemos situar em finais do século VIII a.C., traduz-se num acentuado crescimento económico e ocupacional. Os testemunhos trazidos à luz do dia pelos trabalhos arqueológicos (Maia, 2000; Maia, 2007; Maia, 2008; Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008; Mateus, 2010; Pinto e Simão, 2009) evidenciam características orientalizantes, quer ao nível do espólio (cerâmicas pintadas em bandas, cerâmicas de engobe vermelho, vasos trípodes, urnas *Cruz del Negro*, ...), quer ao nível da arquitectura.

Os contactos com o Mediterrâneo mantem-se entre os séculos V e III a.C., observando-se a presença de materiais cerâmicos que traduzem a existência de trocas comerciais a longa distância (Arruda, 2007, p. 121). Esta vitalidade económica possibilita a Tavira manter-se como lugar central do seu território.

Após séculos de ocupação humana a colina de Santa Maria aparenta ter sido abandonada por cerca de 14 séculos, desde a ocupação turdetana até à ocupação islâmica (Corvo, 2008, p. 20). As razões que levaram ao abandono, e posterior reocupação da cidade por populações islâmicas, têm originado algumas hipóteses interpretativas (Maciel, 2003; Mantas, 2003) mas que, até ao momento, carecem de bases concretas de fundamentação.

A realização de trabalhos na colina genética, nomeadamente no BNU (Maia, 2003b), na Pensão Castelo (Basílio, Neves e Almeida, 2006) e no Solar dos Corte Real (Maia, 2005a) tem vindo a revelar que a ocupação islâmica mais antiga da cidade se localiza na face virada a Sul-sudeste e que deverá situar-se em torno do século XI.

4. PRIMEIROS VESTÍGIOS DE UM SISTEMA DEFENSIVO

Os primeiros vestígios de um sistema defensivo na colina de Santa Maria datam da Idade do Ferro e dizem respeito a uma muralha fenícia com casamatas e passadiços, identificada em Netos (Maia, 2000, p. 3), datada por Maria Maia da segunda metade do século VIII a.C.

No decorrer de trabalhos arqueológicos no Terreiro do Parguinho foi identificada uma estrutura com características similares à muralha de Netos. Segundo a responsável dos trabalhos arqueológicos, *num período contemporâneo ou posterior aos séculos VIII-VI a.C. assiste-se à construção de uma estrutura, aparentemente, de grandes dimensões que poderá estar relacionada com um troço da muralha da Idade do Ferro já identificada noutros locais. . .* (Mateus, 2010, p. 55).

Os dados arqueológicos revelam que o assentamento urbano da Idade do Ferro estaria protegido por um sistema defensivo que marcaria o território e delimitaria o espaço "urbano". As *muralhas, oferecendo uma visão impressionante desde longe, tinham certamente uma forte carga simbólica, ainda que a sua função defensiva e militar não fosse, de forma nenhuma, despicienda* (Maia, 2003b, p. 62).

A contínua ocupação da colina de Santa Maria transformou e humanizou a paisagem, pelo que estes muros defensivos foram "escondidos" por camadas e camadas de história que só em anos recentes têm vindo a ser revelados.

5. A PRESENÇA ISLÂMICA

É na face virada a Sul-sudeste da colina genética de Santa Maria que se localizam os vestígios islâmicos mais antigos, sendo provável que aqui se localizasse *a qarya* (alcaria) mencionada por al-Idrîcî (Domingues, 2003, p. 342), a qual estava protegida por um *hisn,* referido por Ibn Çâhib al-Çalâ no século XII (*Ibidem*, p. 343).

No final das Segundas Taifas, esta pequena povoação enfrenta o poder vigente, o "Califado Almóada" e, após três cercos, é conquistada. Esta resistência ao "inimigo" é um indício da eficácia do sistema defensivo existente. No decurso do século XII terão ocorrido diversas obras de reforço do perímetro muralhado: por exemplo, no BNU, foram destruídas várias casas de um bairro para a construção da muralha (Maia, 2003, p. 159).

Sob o domínio almóada, o pequeno *hisn* de Tabîra adquire o estatuto de mādina (cidade) e, em cerca de trinta anos, afirma-se como capital de um distrito, superando a antiga capital, Faro (Khawli, 2003, p. 131; Tahiri, 2003, p. 151).

O desenvolvimento económico e demográfico que Tavira regista sob governação almóada é significativo, e decorre, quer do facto do califado almóada ter nomeado, em 1169 (564 H), para governador de Tavira o *háfiz Abû Iahiâ Zacarias Ibn Sinân* (Khawli, 2003, p. 135), quer dos avanços da cristandade.

Em paralelo, registam-se alterações urbanas significativas, das quais salientamos a edificação de novas áreas habitacionais. Extramuros, surge o arrabalde da Bela Fria, que se prolongaria pelo espaço entretanto ocupado pela ermida de S. Roque (Covaneiro e Cavaco, 2010) e alcançaria o antigo Orfeão (Assunção, 2007, p. 39), hoje Pousada da Juventude. Intramuros, o bairro do Convento da Graça espraia-se pela encosta noroeste da colina (Covaneiro e Cavaco, 2004, p. 51).

De modo a defender a mādina Tavira, verificam-se obras de reforço da muralha, materializadas na construção de uma barbacã e da maioria das torres, sendo ainda construídos novos troços de muralha, os quais resultaram no aumento da cintura defensiva (Maia, 2003, p. 160; Maia, 2006, p. 48).

6. ELEMENTOS OCULTOS POR ENTRE O CASARIO

Nos últimos quinze anos diversos investigadores (Cavaco, 2011; Cavaco e Covaneiro, 2009; Correia, 1998; Maia, 2003a e 2003b; Maia, 2005a; Maia, 2006 e Paulo, 2006) têm-se debruçado sobre o tema da ocupação de Tavira no decurso da presença islâmica, bem como sobre o sistema defensivo edificado por essas populações.

6.1. Muralha

O estudo do conjunto defensivo e atribuição de cronologias aos diferentes panos da muralha de Tavira tem enfrentado alguns desafios (Cavaco e Covaneiro, 2009, p. 436). Por um lado, alguns dos panos e torres encontram-se em terrenos privados, muitos dos quais inacessíveis (*Ibidem*, p. 436). Por outro lado, existem construções adossadas à muralha estando, por este motivo, muitos panos ocultos no interior de casas.

De realçar, ainda, o facto de que *a maioria dos tro-*

ços de muralha e torres defensivas sofreram sucessivas intervenções de restauro e consolidação que, em certos casos, alteraram profundamente as suas características fundamentais (Paulo, 2006, p. 92). Estas alterações são passiveis de ser observadas em fotografias antigas que retratam as obras executadas pela Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, entre as décadas de 40 e 70 do século XX.

No entanto, nos últimos anos os dados obtidos a partir de algumas das intervenções realizadas na cidade têm contribuido para o levantar do véu.

Na Rua Gonçalo Velho os trabalhos revelaram a existência de uma estrutura em alvenaria de pedra, de grandes dimensões, que se prolongava numa extensão de cerca de 5,50m (Simão e Baptista, 2010, p. 34). Esta estrutura apresentava-se rebocada em cerca de 0,40cm, desde o topo conservado, altura a partir da qual se podia observar o aparelho construtivo em cerca de 1,20m de profundidade (*Ibidem*, p. 28). Os responsáveis pelos trabalhos atribuíram a esta estrutura uma cronologia de época islâmica (*Ibidem*, p. 25).

A observação do *Atlas del Marqués de Heliche* (Sánchez Rúbio,Testón Núñez e Sánchez Rúbio, 2004, p. 23) permite observar o traçado da muralha na área em apreço, sendo de destacar a existência de uma porta no Largo do Terreiro da Vila, a Porta da Vila, *de entrada indirecta, protegida pela barbacã, cuja função é a de inviabilizar o acesso directo ao interior do povoado* (Paulo, 2006, p.117). Aparentemente, a intervenção realizada na Rua Gonçalo Velho não identificou vestígios passíveis de serem atribuídos a uma porta mas revelam a presença de uma estrutura muraria de grandes dimensões que deverá encontrar correspondência na muralha referida nas fontes históricas e cartográficas.

Na Travessa dos Pelames n.º 6 e 8, os trabalhos arqueológicos associados à obra de reconstrução do pano de muralha aí existente, puderam atestar que a estrutura, até então considerada de Época Medieval, corresponde a uma construção de Época Moderna e Contemporânea, que altera o original alinhamento do pano de muralha medieval do sistema defensivo de Tavira.

No decurso dos trabalhos, em área adjacente a essa estrutura muraria, não foram identificados quaisquer níveis fundacionais ou estrutura de embasamento, passíveis de corresponder à muralha medieval. Em contrapartida, verificou-se que a estrutura em alvenaria assenta em estratos cujos materiais cerâmicos se enquadram em cronologias da Idade do Ferro (Santos, 2016, p. 6). A estrutura em análise, caracterizada por alvenarias bastantes heterogéneas e de fraca qualidade, executadas sem recurso a ligantes de argamassas de cal, parece corresponder a um muro de suporte de talude dos logradouros que se localizam a Este, a cota superior, cuja construção permitiu uma ampliação destes espaços para além do original perímetro muralhado de Época Medieval.

A partir da observação da planta de Leonardo Ferrari do século XVI, incluída no *Atlas del Marqués de Heliche* (Sánchez Rúbio, Testón Núñez e Sánchez Rúbio, 2004, p. 23), verificamos que o pano de muralha nesta área apresenta um ponto de inflexão de cerca de 150º, depois seguiria até à Torre que se encontra adossada à Porta que abre para a Travessa dos Pelames. Previamente ao início dos trabalhos tinhamos algumas reservas quanto à leitura da cartografia antiga, parecendo-nos duvidosa a inflexão registada neste pano de muralha. Actualmente, e de acordo com os dados desta intervenção, torna-se admissível que o pano de muralha se encontre alguns metros a Este da área intervencionada, sob os aterros dos logradouros aí existentes.

6.2. Torres

No que concerne as torres sabemos, através de uma planta de Leonardo Ferrari do século XVI incluída no *Atlas del Marqués de Heliche* (*Idem*), que as muralhas de Tavira estariam dotadas de 22 torres, a que se somam as sete torres do Castelo. Trabalhos arqueológicos realizados na Rua da Liberdade n.º 78 (Covaneiro, Cavaco e Candeias, 2015; Santos e Nunes, 2015) e n.º 52/54 (Maia, 2004) lançam uma nova luz sobre esta temática, "obrigando" a repensar questões relacionadas com o sistema defensivo da cidade.

A intervenção arqueológica efectuada na Rua da Liberdade n.º 78 decorreu da obra de reabilitação do edifício, sendo que os trabalhos executados visaram a salvaguarda e a minimização de impactes negativos sobre os vestígios histórico-arqueológicos. Numa primeira fase, os trabalhos foram executados pela equipa de arqueologia municipal (Covaneiro, Cavaco e Candeias, 2015). No entanto, é no decurso da segunda fase, da responsabilidade de Fernando Santos e Liliana Nunes (2016), que são revelados vestígios histórico-arqueológicos de valor extraordinário.

Durante os trabalhos arqueológicos foi posto a descoberto parte de uma estrutura, correspondente a uma torre, de planta quadrangular ou sub-quandrangular, podendo observar-se o seu cunhal

original sul (Figura 1). As dimensões máximas observáveis da estrutura são de 3,68m por 1,2m, sendo a altura máxima conservada, desde o seu embasamento, de 3,7m. A intervenção permitiu constatar que a estrutura desenvolve-se nos sentidos nordeste e noroeste, em direcção aos lotes vizinhos.

O material construtivo do Torreão corresponde à descrição de diversos autores no que concerne o aparelho construtivo do sistema defensivo da *medina* de Tavira. Segundo Luís Campos Paulo o *aparelho construtivo de Tavira era globalmente constituído por taipa, formada por argamassa de cal e terra, ao qual era adicionado fragmentos de cerâmica e pedra calcária da região, de pequena e média dimensão. A estrutura era posteriormente revestida por alvenaria de pedra calcária da região, formada por blocos de pequena e média dimensão, que alternavam em fiadas, unidas por argamassa de cal. A cobrir a alvenaria dispunha-se argamassa de cal que consolidava toda a estrutura* (Paulo, 2006, p. 93). O embasamento da estrutura assenta directamente no substrato geológico calcário e desenvolve-se por 1,40m de altura, sendo executado em alvenaria de pedra calcária local, irregular, de pequena, média e grande dimensão e ligante de cal bem depurada, resistente e com grande aderência. O material construtivo das faces do Torreão é constituído por blocos de pedras facetadas de média e grande dimensão, conferindo regularidade à superfície exterior da estrutura, que apresenta um generoso barramento de argamassa de cal, toscamente aplicado nas juntas, e parcialmente sobre a superfície da alvenaria. O enchimento da torre corresponde a uma sucessão de camadas de taipa com adição de cal, pedras de calcário local de pequena e média dimensão e fragmentos de cerâmica de construção e cerâmica comum, propositadamente fragmentados para o efeito. Estes níveis de taipa, que não logram atingir a solidez da taipa militar, são, ainda assim, caracterizados por uma grande compacticidade e resistência, características certamente resultantes da adição de cal a estas argamassas de terra crua.

Pese embora os materiais recolhidos nos níveis de construção do Torreão serem escassos e de reduzida dimensão, os dados obtidos a partir do seu estudo permitem balizar a construção desta estrutura entre os séculos XII e XIII.

Tendo em conta os resultados obtidos, consideramos que o Torreão integra o sistema defensivo da mādina de Tavira, sendo possível observar o seu alinhamento com a torre existente a Sudoeste.

Maria Maia refere que na Rua da Liberdade n.º 52/54 *a Vala 2 partiu do topo "Norte" da torre medieval islâmica anteriormente detectada.... De notar que as escadas de acesso à piscina que atingem pouca profundidade se instalarão sobre a torre já referida* (2004, p. 1). Pela descrição depreendemos que Maria Maia terá identificado o embasamento de uma torre, supostamente islâmica. Contudo, não menciona outros dados sobre esta estrutura, apenas refere que os terrenos estariam destinados a pomares, hortas e jardins e que as estruturas identificadas serão muros de sustentação de terras (*Ibidem*, p. 4).

No *Atlas del Marqués de Heliche* está registada uma torre no canto sul-sudeste do castelo, hoje desaparecida. Por outro lado, algumas fotografias antigas tiradas a partir da margem esquerda do Gilão, parecem denunciar alguns indícios de que essa torre ainda existiria no século XX.

Tendo em conta o acima mencionado, e a partir do ensaio de implantação da torre identificada por Maria Maia, pudemos notar que a estrutura mostra grande proximidade com as muralhas do Castelo/alcáçova. Neste sentido, e apesar de serem parcas as evidências e registos disponíveis, parece-nos que a torre identificada por Maria Maia integre o ângulo Este do Castelo/Alcáçova, à semelhança do que se verifica nos seus ângulos Sudoeste e Norte.

A edificação desta torre coloca a tónica no equilíbrio da arquitectura militar da alcáçova, garantindo a defesa a partir de estruturas avançadas nas vertentes angulares. A partir deste exercício, consideramos, ainda que com as devidas reservas, a possibilidade de ter existido uma torre no ângulo noroeste da Alcáçova.

Trabalhos arqueológicos realizados na encosta noroeste da colina, na Horta da Bela Fria, colocaram a descoberto uma torre albarrã (Covaneiro e Cavaco, 2012), que integraria um conjunto de quatro torres albarrãs (Cavaco, 2011, p. 67).

A torre identificada na Bela Fria não se encontra completamente visível, uma vez que parte da área onde esta se implanta não foi alvo de trabalhos arqueológicos. Tendo isto em consideração, desconhecemos a sua planta e dimensões, de igual modo não sabemos se aproveita no todo, ou só em parte, a rocha-base como alicerce. Na base desenvolvem-se quatro socalcos, que deveriam estar soterrados. A altura entre cada socalco é de 0,30cm, distando cerca de 1,90m entre o topo do quarto socalco e a altura máxima conservada da torre (Covaneiro e Cavaco, 2012, p. 71).

Na base, e na face voltada a nascente, a torre apresenta cerca de 12,70m de largura máxima. O corpo mede à volta de 7,70m de comprimento máximo e cerca de 2,90m de largura visível (*Idem*).
Os cunhais desta estrutura são constituídos por silhares rectangulares observando-se que o restante aparelho é composto por pedra calcária aparelhada, de pequena e média dimensão, disposta em fiadas uniformes e regulares. O interior da torre é preenchido por grandes blocos de pedra, não aparelhada, interligados por argamassa de cal de elevada dureza, resistência e durabilidade (*Idem*).
Na Rua de Trás dos Muros, os trabalhos realizados por Manuel Maia possibilitaram a identificação de *um grande passadiço. . . que guardaria a Porta da Bela Fria* (Maia, 2003, p. 160). O passadiço é *un muro puente abovedado de longitude muy variable* (Pavón Maldonado, 1999, p. 252) que permite a ligação entre a muralha e a torre albarrã que *son torres destacadas de la muralla más de lo normal* (*Idem*). Embora apenas tenha chegado até nós um pequeno troço do passadiço, a sua orientação e localização permite considerarmos que este elemento ligaria a torre albarrã da Bela Fria à muralha.
Ainda na área em apreço, constatamos que o passadiço da torre albarrã do Convento da Graça não chegou até nós. No entanto, após observação de fotografias antigas, verificamos que parte da estrutura do passadiço subsistiu até meados da década de 40 do século XX, período após o qual as obras de conservação, efectuadas pela Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, a ocultaram. Escavações realizadas no n.º 10 da Rua da Bela Fria[5] permitem concluir que a torre albarrã do Convento da Graça não terá sido alvo de alterações significativas, no que à sua configuração diz respeito, com exclusão do paramento exterior.
Tendo em conta os dados reunidos, podemos considerar que as torres albarrãs da Bela Fria e do Convento da Graça defenderiam a Porta da Bela Fria, pese embora o facto de até ao momento não termos claras evidências arqueológicas da existência desta Porta da cidade medieval.

6.3. Barbacã

A muralha pode apresentar pontos fracos, pelo que são construídas torres, barbacãs e fossos de forma a contrabalançar essas fragilidades. *La barbacana es de una función defensiva total. El enemigo encontraba en ella un serio obstáculo, a veces insalvable, para llegar al pie de la muralla principal al que difícilmente podían acceder las máquinas de guerra* (Pavón Maldonado, 1999, p. 279). No caso de Tavira também *poderia ter funcionado como regulador do curso fluvial* (Paulo, 2006, p. 115).
Nos últimos anos os trabalhos arqueológicos têm contribuído com novos dados, determinantes para uma melhor compreensão da estrutura defensiva da cidade.
Na Rua de Trás dos Muros, Manuel Maia colocou a descoberto um novo troço da barbacã em taipa militar (2006, p. 48). Este muro defensivo, juntamente com as duas torres aí existentes, defenderia a Porta que aí se abre para a Travessa dos Pelames.
Na Travessa dos Pelames n.º 6 a 8, trabalhos arqueológicos recentes puseram a descoberto um troço da barbacã (Figura 2), que deverá encontrar correspondência no troço já identificado por Manuel Maia na Rua de Trás dos Muros. A estrutura agora identificada apresenta semelhanças com a barbacã atrás mencionada, ao nível da tipologia construtiva e respectivas dimensões.
A estrutura muralha reconhecida em Pelames, com orientação NE/SO, apresenta 1,5m de largura, desenvolvendo-se por cerca de 7,4m de comprimento. É constituída por um capeamento em alvenaria de pedra de calcário local e ligante de argamassa de cal, bem depurada e resistente. Na vertente NE a estrutura apresenta-se constituída por taipa militar, robusta e resistente, onde se pode observar a ranhura para a colocação do agulheiro dos taipais dispostos espaçadamente. A face NO da barbacã encontra-se regularizada, exibindo, pontualmente o reboco em argamassa de cal. Não foi possível identificar claramente a face SE que, parece ter sido integrada nas estruturas dos tanques que, posteriormente se lhe adossam.
Considerando a hipótese de que esta estrutura corresponderá à barbacã, e que estará associada ao pano de muralha medieval, supostamente situado alguns metros a Este da área intervencionada em Pelames, julgamos útil referir que o afastamento entre estas duas estruturas será superior a 10m. A existência deste espaço, necessariamente "vazio" de construções, permite considerarmos um outro uso, para além da natural utilização militar. Porém, a ausência

5. Resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados no local, sob a responsabilidade científica de Fernando Santos e Andreia Campoa.

de outros dados não permite de momento avançar com qualquer hipótese de trabalho na interpretação desta realidade.

Ainda na encosta noroeste da colina, mais precisamente na Calçada de Santa Maria, foi identificado um muro, numa extensão de 0,80cm, com cerca de 1,60m de largura, não tendo sido colocados a descoberto os seus alicerces (Covaneiro e Cavaco, 2012) (Figura 3). A tipologia construtiva da estrutura murária, não sendo despicienda a sua implantação e dimensões, permite considerar que este muro integraria o sistema defensivo da cidade. Assim, poderia esta estrutura, em articulação com os outros elementos defensivos, proteger a Porta da Bela Fria, de que até ao momento não temos indícios claros da sua existência apesar de sabermos que *esta Porta quiseram os frades Agostinhos tapar no ano de 1570, tendo a isso se oposto os munícipes* (Anica, 2003, p. 73). Contudo, este acesso ao interior da cidade, *uma azinhaga* (*Idem*) deveria divergir, não no seu todo mas em parte, do traçado que sobreviveu até à actualidade[6].

Na Rua da Liberdade n.º 78, ainda que apresentando distintas características construtivas, foi igualmente identificado um troço da barbacã. Na vertente nordeste do lote, esta estrutura murária apresenta uma largura de 1,5m, desenvolvendo-se por uma extensão de 8,2m. Na vertente sudoeste identificou-se um segundo troço, com cerca de 4,5m de extensão. Contudo, e por se desenvolver parcialmente sob os aterros do lote vizinho, não foi possível observar e registar a largura original deste troço observando-se, porém, o seu desenvolvimento em extensão no sentido Sudoeste, sob o casario existente.

A observação desta estrutura no seu todo, permite afirmar que ela deverá prosseguir nos lotes adjacentes, no sentido nordeste e sudoeste, em áreas actualmente construídas.

O núcleo da estrutura é constituído por alvenaria de pedra calcária irregular, de pequena e média dimensão, com sedimento de permeio e disposta de forma irregular. As superficies exteriores são constituídas por blocos de pedra, toscamente facetadas, e dispostas em fiadas regulares alternadas. A face sudeste mostra a aplicação de uma fina camada de reboco de argamassa à base de cal, de cor bege, pouco resistente.

No que concerne os níveis fundacionais, verificou-se que assenta num nível descontínuo de argamassa à base de cal e areia, pouco resistente e não sobre o substrato geológico calcário.

A barbacã, na vertente sudoeste do lote, apresenta-se conservada a uma cota superior, revelando um alinhamento distinto daquele identificado na vertente nordeste. Este facto parece-nos coerente se considerarmos que a estrutura deverá inflectir, num ângulo de 90º (não identificado por se localizar sob a estrutura de um forno), avançando até ao alinhamento que permite defender o Torreão.

Ainda relativamente à barbacã, verificamos que esta estutura partilha do alinhamento do Torreão, encontrando-se afastada deste cerca de 1,4m. Segundo Manuel Maia, *na zona posta a descoberto* [na Rua de Trás dos Muros]*, há uma distância de cerca de 1,5m entre a barbacã e a torre maciça, igualmente almóada* (2005b). Por outro lado, Luís Campos Paulo refere *medidas semelhantes* (…) *na rua dos Pelames, antigamente denominada por rua ou Azinhaga da Barbacã* (2006, p. 116). A propósito do espaço existente entre estes dois elementos defensivos Pavón Maldonado afirma *respecto al ancho de la liza o paseo de ronda entre el antemural y la muralla principal se daba variedad manifiesta* (1999, p. 282) e, mais à frente refere que *el ancho de la liza dependía muchas veces de la proyección al exterior de las torres albarranas…* (*Idem*). Tendo em conta os dados disponíveis, pensamos que estes não são suficientemente esclarecedores ou satisfatórios para tecer considerações quanto à existência, ou não, de um passeio de ronda distribuído de forma uniforme entre a barbacã e a muralha.

Ainda no que concerne o troço de barbacã da Rua da Liberdade, e considerando que os materiais cerâmicos nos remetem para cronologias de época medieval islâmica (aparentemente de período almóada), o facto de não terem sido recolhidos materiais arqueológicos posteriores, assim como o cruzamento com informações de algumas fontes documentais, poderão permitir-nos atribuir cronologias de construção (ou reconstrução) da estrutura em período anterior ao século XIV. Concorre para esta definição a referência às ordens de D. Fernando no sentido de *… demolir, por razões defensivas, as habitações da Rua Nova Grande* [actual Rua da Liberdade] *que ti-*

6. Os trabalhos arqueológicos efectuados na Calçada de Santa Maria, sob a responsabilidade de Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco, revelaram a existência de estruturas habitacionais, com orientação similar à estrutura murária aí encontrada.

nham sido construídas adossadas à muralha… (Magalhães, 2008, p. 225) para o Castelo ficar mais *"desabafado"* (Costa, 2003, p. 187).

Desta forma, poderemos supor que a estrutura da barbacã já estaria assimilada pelo tecido urbano em expansão por volta da 2.ª metade do século XIV, condenada pelas construções acostadas ao pano de muralha que o rei mandou demolir. Tendo em consideração este facto, é compreensível que este elemento defensivo, bem como o Torreão aí identificado, não apareçam representados no *Atlas del Marqués de Heliche* ou no esboço de alçado produzido por Sande de Vasconcelos.

7. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Tal como afirmado por Christine Mazzoli-Guintard (2000, p. 287), a construção de torres, barbacãs e fossos destina-se a reforçar os panos de muralha compensando os seus pontos fracos, como por exemplo as portas.

A observação do sistema defensivo da cidade de Tavira permite confirmar que as torres e a barbacã edificadas tinham como objectivo a defesa das portas mas também o reforço dos panos de muralha, especialmente em áreas mais abertas ao exterior e, por isso, mais desprotegidas.

A proposta interpretativa que agora se apresenta (Figura 4) teve como base de trabalho um conjunto diverso de fontes, das quais destacamos, a documentação escrita, fotografias, gravuras e cartografia antiga, bem como os dados obtidos em resultado das intervenções arqueológicas. Esta proposta respeitante à evolução do sistema defensivo de Tavira em período medieval islâmico é, por isso mesmo, uma hipótese de trabalho em construção, passível de alteração sempre que se justificar.

BIBLIOGRAFIA

ANICA, Arnaldo Casimiro (2003) – *Tavira e o seu Termo: Memorando histórico*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira.

ARRUDA, Ana Margarida; COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Cavaco (2008) – A necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça (Tavira). *Xelb. Actas do 5.º Encontro Arqueologia no Algarve*. Silves. 8: I. pp. 141-160.

ARRUDA, Ana Margarida (2007) – A Idade do Ferro no Algarve: velhos dados (e outros mais recentes) e novas histórias. *Xelb. Actas do 4.º* Encontro de Arqueologia do Algarve. Silves. 7. pp. 116-130.

ASSUNÇÃO, Gustavo (2007) – *Relatório Final. Intervenção do logradouro do antigo Orfeão de Tavira*.

BASÍLIO, Lília; NEVES, Maria João; ALMEIDA Miguel (2006) – Os materiais cerâmicos da "Lixeira 2" da "Pensão Castelo" – Novos dados sobre a ocupação islâmica de Tavira. In. *Xelb. Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves. 6: II. pp. 105-114.

CAVACO, Sandra (2011) – *O arrabalde da Bela Fria. Contributos para o estudo da Tavira Islâmica*. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade do Algarve.

CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina (2009) – Um (novo) olhar sobre a Tavira Islâmica. *Xelb. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves. 9. pp. 429-443.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra; CANDEIAS, Celso (2015) – *Nota Técnica. Trabalhos arqueológicos na Rua da Liberdade n.º 78*.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra (2012) – *Calçada de Santa Maria. Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos*.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra (2010) – Ermida de S. Roque. *Relatório Preliminar*.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra; LOPES, Gonçalo (2008) – O bairro Almóada do Convento de Nossa Senhora da Graça – Tavira. Notícia preliminar. *Promontoria Monográfica. Actas do 4º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro. XI. pp. 51-62.

CORVO, Alberto (2008) – Tavira litoral, território em mudança. In. *Tavira, patrimónios do mar. Catálogo da exposição*. Câmara Municipal de Tavira. pp. 17-33.

CORREIA, Fernando Branco (1998) – Fortificações islâmicas do Gharb. In. *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo Catálogo da exposição*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. pp. 193-206.

COSTA, João Paulo Oliveira e (2005) – *D. Manuel I*. Rio de Mouro. Círculo de Leitores.

COSTA, Paula M. C. Pinto (2003) – Tavira nos séculos XII a XV – a ocupação cristã. In. *Tavira. Território e poder. Catálogo da exposição*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 183-203.

KHAWLI, Abdallah (2003) – Tavira Islâmica. Novos dados sobre a sua história. In. In. *Tavira. Território e poder. Catálogo da exposição*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 131-146.

MACIEL, M. Justino (2003) – O território de Balsa na Antiguidade tardia. In. In. *Tavira. Território e poder. Catálogo da exposição*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 105-126.

MAGALHÃES, Natércia (2008) – *Algarve – Castelos, Cercas e Fortalezas*. Letras Várias. Edições e Arte.

MAIA, Manuel (2003) – Muralhas islâmicas de Tavira. In. *Tavira. Território e poder. Catálogo da exposição*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 155-162.

MAIA, Manuel (2005a) – Muralha islâmica e portuguesa. In. *Roteiro do Património Arquitectónico e Militar de Tavira*. Câmara Municipal de Tavira. pp. 12-16.

MAIA, Manuel (2005b) – *Muralha Islâmica de Tavira. Barbacã Almóada*. Campo Arqueológico de Tavira. [online]. [03.07.2017] Disponível em http://geohistorica.net/arkeotavira.com/arqueologia/tavira/barbaca/index.html

MAIA, Manuel (2006) – A Barbacã da Muralha de Tavira. *Xelb. Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves. 6: I. pp. 41-50.

MAIA, Maria (2000) – Tavira fenícia. O território para Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a. C. In. *Fenícios y Território. Actas do II Seminário Internacional sobre Temas Fenícios.* [online]. [11.09.2010]. Disponível em http://www.arkeotavira.com/Estudos/Tavira.pdf

MAIA, Maria (2003a) – A Idade do Bronze Final. In. *Tavira: território e poder.* Câmara Municipal de Tavira. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 39-47.

MAIA, Maria (2003b) – Fenícios em Tavira. *Tavira. Território e poder. Catálogo da exposição*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 57-72.

MAIA, Maria (2004) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos (sondagens) efectuados as traseiras (quintal) do prédio Rua da Liberdade n.º 52/54 em Tavira.*

MAIA, Maria (2005) – *Relatório Correspondente à Segunda Fase dos Trabalhos Arqueológicos nas Ruínas de Corte Reais*. Exemplar policopiado.

MAIA, Maria (2007) – *Relatório do acompanhamento arqueológico do desaterro e movimentação de terras para a execução do Projecto Integrado de Desenvolvimento Turístico das Muralhas de Tavira.*

MAIA, Maria (2008) – *Relatório das sondagens arqueológicas realizadas pela Associação Campo Arqueológico de Tavira, no "Parque das Festas", antigo horto/logradouro do Palácio da Galeria.*

MAIA, Maria e GÓMEZ TOSCANO, Francisco (2012) – Um achado da Idade do Bronze em Tavira. In ÁVIA, Javier Jiménez, ed. – *SIDEREUM ANA II. El río Guadiana en el Bronze Final*. Anejos de Aespa LXII. pp. 327-344.

MANTAS, Vasco Gil (2003) – A cidade de Balsa. In. *Tavira. Território e poder. Catálogo da exposição*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 85-94.

MATEUS, Brígida (2010) – *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Trabalhos de Arqueologia. Terreiro do Parguinho n.º 2 a 4, Tavira.*

PAULO, Luís Campos (2006) – *Tavira Islâmica. A Cidade e o Território.* Tese de Mestrado em História e Arqueologia Medievais.

PAVÓN MALDONADO, Basilio (1999) – *Tratado de Arquitectura Hispano-Musulmano. Ciudades y Fortalezas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Vols. I e II.

PINTO, Marina; SIMÃO, Inês (2009) – *Sondagens Arqueológicas de Diagnóstico. Antigo Parque de Festas, Tavira. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos.*

SÁNCHEZ RÚBIO, Rocio; TESTÓN NÚÑEZ, Isabel; SÁNCHEZ RÚBIO, Carlos M. (2004) – *Imágenes de un imperio perdido. El Atlas del Marqués de Heliche.* [online] Badajoz. 4 Gatos. [28.02.09]. Disponível em http://4gatos.es/editorial/atlas-del-marques-de-heliche

SANTOS, Fernando; NUNES, Liliana (2016) – *Relatório Final. Trabalhos Arqueológicos no âmbito da Obra de Reabilitação de edificio sito na Rua da Liberdade, n.º 78 – Tavira.*

SANTOS, Fernando (2016) – *Nota Técnica. Trabalhos arqueológicos no âmbito da obra de reconstrução de troço de muralha em Tavira – Travessa dos Pelames 6 e 8. Tavira.*

SILVA, Manuela Santos (2004) – Estudo introdutório. In. *O Foral de Tavira de 1504: estudo e transcrição*. Tavira. Câmara Municipal de Tavira. pp. 6-29.

SIMÃO, Inês; BAPTISTA, Brígida (2010) – *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Sondagens de Diagnóstico: Ecopontos do Centro Histórico de Tavira.*

TAHIRI, Ahmed (2003) – Tavira Islámica. Una entidad urbana de Ukšunuba en Gharb al-Andalus. In. *Tavira. Território e poder. Catálogo da exposição*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 147-154.

Plantas

VASCONCELOS, José de Sande – *Borrão do Alçado da planta de Tavira: visto da parte do nascente pa. o occidente segundo a direcção e ordens d'Illmo e Exmo. Senhor Conde de Val de Reys. Gor. e Capam.* [online]. [11.06.2011]. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart512323.pdf.



Figura 1 – Vista geral do torreão e da barbacã da Rua da Liberdade n.º 78.



Figura 2 – Vista geral da barbacã da Travessa dos Pelames n.º 6 a 8.



Figura 3 – Vista geral da torre albarrã da Bela Fria.



Figura 4 – Proposta interpretativa do sistema defensivo de Tavira.

A PORTA DE ALMEDINA (COIMBRA): OBSERVAÇÕES NO ÂMBITO DA RECUPERAÇÃO DE FACHADAS NA TORRE DE ALMEDINA

Sara Oliveira Almeida[1]

RESUMO

A Torre de Almedina impõe-se, ainda hoje, a quem ingressa no centro histórico de Coimbra, erguendo-se no ponto mais vulnerável da cerca muralhada, na passagem entre a almedina e os arrabaldes.

Trata-se de um monumento emblemático, controverso e já amplamente intervencionado. Em 2011, a empreitada de reabilitação de fachadas veio fornecer novas pistas de investigação e tornar uma vez mais evidente o quanto ainda se nos escapa das transformações operadas no monumento.

Neste sentido, para além de uma nova interpretação e datação para o quadro de baixos-relevos inferior sobre a porta, avança-se com a descoberta de um elemento de reforço defensivo da entrada na abóbada superior e de dados que complementam o conhecimento acerca do aspecto original do painel escultórico superior.

Palavras-chave: Coimbra, Muralha, Arqueologia de Salvaguarda, Arquitectura defensiva, Apocalipse.

ABSTRACT

Almedina Tower imposes itself, even today, to those who enter the historical center of Coimbra. The building rises at the topographically most vulnerable point of the walled fence, in the passage between the *al-madinâ* (the ancient part of the town) and the suburb.

It is an emblematic monument of the city, controversial and already widely intervened. The last renovation work on the façades in 2011 provided research clues and displayed how much still escapes us of the transformations operated in the monument.

A new interpretation and chronology is now presented for the lower bas-relief frame on the door, the discovery of a defensive reinforcement element of the entrance, in the superior vault, and data that complements the understanding of the original aspect of the upper sculptural panel.

Keywords: Coimbra, City wall, Rescue archeology, Defensive architecture, Apocalypse.

1. INTRODUÇÃO

A Torre da Almedina impõe-se, ainda hoje a quem ingressa no núcleo antigo da cidade de Coimbra. Esta mole arquitectónica ergue-se no ponto topograficamente mais vulnerável da cerca medieval, na passagem entre a almedina e os arrabaldes que se distendiam entre a muralha e o rio.

Trata-se de um monumento emblemático da cidade, controverso na determinação da sua evolução e transformações e já amplamente intervencionado, particularmente no século XX. Mais do que isso corresponde a um símbolo da cidade que fascina todos os que o atravessam, ainda que quotidianamente. Aqui, o pendor do caminho vê-se temperado pelo devaneio de olhar as paredes ao abismo das alturas, fixando-se em diferentes aparelhos que resistem ao escrutínio de quem os fita. Este estímulo sensorial, fruto dos mistérios com que o monumento nos assedia, erradamente insinua que de tão exposta e vislumbrada a construção já pouco terá a revelar.

Efectivamente, na sequência da última empreitada de reabilitação de Fachadas da Torre de Almedina, promovida pela autarquia, em 2011, a acessibilidade

1. Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP); sara_almeida11@hotmail.com

aos panos intervencionados possibilitou a constatação de um conjunto de evidências que fornecem pistas para a investigação das transformações operadas no monumento, nomeadamente no que toca à defesa da Porta.

O presente trabalho sem pretensão de tratar o vasto leque de questões que se levantam relativamente a esta construção[2] pretende apresentar um contributo muito objectivo e concreto, circunscrevendo-se às observações potenciadas pela obra. Apresentam-se assim as ocorrências detectadas ao nível dos elementos construtivos e decorativos e conjecturam-se possíveis significados interpretativos dentro do restrito alcance da intervenção.

2. O MONUMENTO: HISTÓRIA, INTERVENÇÕES, INTERPRETAÇÕES

Não é certa a época de construção da Torre de Almedina, nem tão pouco se revela claro o seu faseamento evolutivo. Admite-se a sua associação, ou a de uma parte dos seus componentes estruturais, à cerca medieva. No entanto, dada a proximidade da muralha romana, cujo traçado não distará muito deste ponto, não é de descartar completamente a hipótese da Porta ou Torre incorporarem fossilizadas marcas desse período.

De facto, como oportunamente havia notado Nogueira Gonçalves (1947) na passagem que consagra à sua descrição e interpretação, a construção "considerada tanto no seu plano térreo como na elevação, pertence a diversas épocas" (Figura 1).

A este respeito as fontes documentais sem serem resolutivas lançam alguma luz sobre a questão. No século X, Ahmede Arrazi fala de uma "cidade muito forte" e "castelo mui excelente" e Edrici fazendo eco dos textos do séc. XI/XII menciona uma cidade "absolutamente inexpugnável" cercada por "muralha sólida, rasgada por três portas" (Coelho, 1972) uma das quais, naturalmente, a de Almedina. À mesma referem-se os textos cristãos, nomeadamente um documento de 933 do mosteiro do Lorvão que aludindo á localização da Igreja de Santa Cristina assenta que "*et est ipsa ecclesia secus murum ciuitatis. . . ad portam de Almedina*" (*Diplomata et Chartae*, doc. 37 *apud* Ventura, 1979: 46). Esta surge igualmente designada como *Porta da Cidade* em 1088 e *Porta do Arco* em 1229 (Ibid., 47).

Posteriormente, no *livro do Almoxarifado* de 1395 afirma-se que o rei (D. Joâo I) "*tinha hua tenda com a dicta porta* (a da Almedina) *a qual foy tapada cando fezeram a torre nova da dicta porta"* (Ibid, 225).

Em finais do séc. XV, a Torre alberga a Casa de Audiência da Câmara, designando-se de *tore da rrolaçam* em aforamento de 1502 (Campos, 1875: 57, doc. Nº CIII *apud* Alarcão, 2008: 220). Ao longo do século seguinte ocorrem obras de remodelação incidindo sobretudo na parte superior e na sua organização interna.

Ainda em época moderna, o Tombo da Câmara de 1532 (Tombo Antigo) mostra que a torre e o arco da Almedina, bem como a barbacã, estavam afogados por prédios de habitação que já não seriam nesta data muito recentes. O tombo antigo descreve neste ano a torre desta forma: "*Item tê a dita çidade hua torre sobre a porta de almedina de hum sobrado por ser te o meio maciça cõ suas escadas de pedrarya e ê* çima *huas varandas de aRedor em que fazê camara e em baixo audiências e ê cima tê hua capela em que se diz missa antes que entrem a camara a qual tem um vão de comprido do norte ao vendaval sete varas e de largo do soão pera trauessya outras sete varas*" (Carvalho, 1963: 41).

Esta fase de utilização coincide com o fenómeno generalizado de depredação da cerca que leva a Câmara, de acordo com o Livro de regimentos e posturas (1940: 51), a determinar no séc. XVI a proibição de se tirar pedra da muralha.

Já em época contemporânea (1875) dá-se a instalação do tribunal na Torre e em 1878, por deliberação camarária, aqui se fixa a sede da Escola Livre das Artes e Desenho.

Às obras associadas ao funcionamento das reuniões camarárias, tribunal e escola artística somam-se as sucessivas campanhas de restauro e conservação promovidas pela DGEMN (1942/1945/1946 e 1953). Sucede-se em 1954 a inauguração da instalação do Museu Etnográfico, para em 1988 o edifício passar a integrar o Arquivo Histórico Municipal. Finalmente, as últimas obras de grande vulto ocorridas reportam-se a 2000 e foram promovidas pela Câmara para instalação do atual núcleo museológico (Núcleo da Cidade Muralhada) (Figura 2).

Esta sucessão de utilizações exponencia, em grande medida, os desafios de leitura do monumento favorecendo o redobrar de hipóteses interpretativas.

A proposta de Nogueira Gonçalves (Correia e Gon-

2. Que foi já alvo de trabalhos de natureza arqueológica em 2000 e 2014, ainda não publicados.

çalves, 1947: 6) assenta num modelo primitivo de porta (do séc. IX) com arco e abóbada intermédia de época condal (sécs, XI-XII) entre dois cubelos. Defende ainda a extensão dos cubelos, ligando-se por meio de arco e forte torreão em finais do séc. XV / início do séc. XVI (Figura 3).

Do mesmo modo, também Pedro Dias (1982: 52) vê na matriz geral da torre uma obra de feição renascentista, apoiando-se igualmente na data *1541* (associada à palavra *Senado*), inscrita no lintel de uma porta interior da torre.

Já, Berta Duarte (2005: 97) atribui à governação de D. Sesnando a reforma que confere ao monumento "o aspecto de forte torreão que ainda hoje conserva". Mais plausível afigura-se a exposição de Jorge de Alarcão (2008: 225) que integra a ampliação da porta e construção da torre no contexto das grandes obras de reforço das muralhas e construção da barbacã empreendidas por D. Fernando. De facto, o vulto dos trabalhos de construção fernandinos, a sua incidência numa área adjacente à porta e o contexto geopolítico da época, para além dos argumentos aduzidos pelo autor (robustez da torre, frestas muito estreitas, matacães e escudo nacional no chanfro da esquina do lado direito [Figura 4]), fazem desta uma explicação francamente apelativa. Para mais, esta linha de interpretação encontra-se em sintonia com a já citada referência do *Livro do Almoxarifado* de 1395 à tenda do rei "*tapada cando fezerom a tore nova da dicta porta"* (da Almedina). Ora, a ser sesnandina a torre não seria "*nova"* na época do mestre de Avis. De igual modo, uma atribuição manuelina à dita *tore nova* referida no tempo de D. João I resulta numa impossibilidade histórica.

Portanto, na ausência de novos argumentos admite-se então uma cronologia da segunda metade do séc. XIII para a edificação da possante torre que em traços gerais se conserva actualmente.

O mesmo investigador apresenta uma proposta de transformação diacrónica do monumento que, conquanto potencialmente controversa ou até um pouco livre, se revela particularmente estimulante em termos conceptuais.

Refira-se a título exemplificativo a proposta da hipotética barbacã do séc. XII (Alarcão, 2008: 228). A particularidade da inserção oblíqua da porta da muralha e o seu paralelismo com a de Conimbriga já havia sido notada por Adrian de Man (2005: 13) entendida naquele caso numa lógica de desenho táctico. Tal como é referido, esta disposição pouco franca não é vulgar ainda que com paralelos longínquos. Certo é que o hipotético cubelo embebido no aparelho do lado direito da porta (cf. Figura 3) testemunha que esta inserção oblíqua recua pelo menos à primitiva configuração da porta (neste local). Nesta lógica, a existência de uma barbacã de porta à maneira estipulada por Vegésio (Livro IV, IIII) "*ut ante portam addatur propugnaculun",* enquadrar-se-ia perfeitamente numa tradição defensiva muçulmana com princípios estabelecidos na tratadística romana e que se podem observar até ao séc. XIII (Monteiro, 1999: 73). A solução proposta por Jorge de Alarcão (2008: 227) na sequência da indicação patente em documento de 1211, sugestivamente assinado "*inter ambos lados da porta de Almedina"* configuraria, para além do óbvio reforço defensivo, maior equilíbrio ao traçado do sistema da entrada na muralha dotando-o de uma entrada frontal que atenuaria a obliquidade da porta da muralha propriamente dita. Desta feita, o arco pequeno da barbacã fernandina assumir-se-ia como uma reinterpretação desta hipotética construção (Figura 4).

3. NOVOS DADOS E OBSERVAÇÕES

Os dados e as ideias que aqui se apresentam decorrem das observações e da documentação efetuada no âmbito da intervenção de *recuperação de fachadas* da *Torre de Almedina (2ª Fase)* desenvolvida em 2011. Neste contexto, a detecção de um novo elemento na constituição da abóbada superior da porta da Almedina implicou a adopção de uma estratégia de registo que passou pelo levantamento do seu intradorso[3].

Tal como a conhecemos presentemente, a porta da muralha, em termos volumétricos, situa-se num plano reentrante da torre, antecedida por um corredor de acesso encimado por uma abóbada de arco quebrado sobre a qual se desenvolve o possante torreão.

Nesta zona, a descoberta de novos dados vêm somar-se aos já referidos vestígios arquitectónicos patentes no lado ocidental da passagem da Torre (Figura 3). Sendo de crer que a coexistência de distintos aparelhos construtivos ao nível da cobertura da entrada, bem como as discrepâncias na configu-

3. Os levantamentos orto-fotogramétricos realizados pela Artescan resultam de registos complementares acrescentados ao levantamento do CEAACP, parcialmente publicado por Jorge de Alarcão (2008) e gentilmente cedido para propósitos de estudo.

ração dos dois lados da abóbada (Figuras 5 e 6) revelam realidades cronologicamente desfasadas que importa analisar.

O corpo mais antigo, corresponde à passagem mais baixa com os respectivos arcos e porta. Segundo Nogueira Gonçalves (Correia e Gonçalves, 1947:6) a porta teria arco em ferradura, tendo as ombreiras salientes sido cortadas no século XIX. Efectivamente, neste sector notam-se profundas transformações, registando-se uma significativa extensão de aparelho de pedra miúda decorrente de reparações recentes, que foi encoberta com reboco.

Tal como já foi extensamente referido, o cubelo existente no lado ocidental (a azul no esquema patente na figura 3) é absorvido numa robusta construção de blocos grosseiramente esquadriados com assentamento de tendência linear provavelmente de autoria fernandina. Esta fase construtiva (identificada a amarelo no esquema patente na fig. 3) englobará ainda a estrutura e couraça exterior da torre, o lado oriental da entrada, o topo da parede de fundo sobre a porta (Figura 5) e a cortina da abobada superior assente nas impostas laterais.

Até à referida intervenção desconhecia-se que a estereotomia da abóbada superior engloba dois aparelhos distintos, dissimulados pelo efeito da uniformização de fingidos (Figura 6).

O primeiro e mais extenso é em silharia de calcário incorporando dois matacães na linha de fecho. Um manto de marcas de canteiro polvilha esta superfície, identificando-se vinte e uma siglas distintas. Saliente-se que o desenho da abóbada denuncia um assinalável desvio de simetria relacionado com a projecção da entrada e o seu desajuste relativamente ao eixo da porta. Esta assimetria é compensada pelo arranque recuado da abóbada no lado SW (cf. Figuras 5 e 7) e mascarado no que toca à percepção ao nível do chão, pela linearidade da imposta (cf. Figura 7). Refira-se ainda que aqui a regularidade do aparelho é intencionalmente reforçada pela adição de juntas destacadas (Figuras 5 e 6).

O segundo aparelho, em soleto cerâmico, conforma uma faixa (com 1,45 cm de largura) junto à parede de fundo, revestida com barramento de argamassa decorado com aplicação de juntas fingidas em destaque (identificado com trama pontilhada na figura 6). Esta construção desenvolve-se de encosto à parede de fundo, assentando nas paredes laterais (em alvenaria de pedra). Mercê do já referido recuo da base da abóbada (a SW), este apoio nos muros laterais é mais evidente no lado oriental que se apresenta saliente (cf. Figuras 5 e 7).

Perante os dados acima apresentados tudo indica que a zona da abóbada imediatamente sobre a porta era vazada. Assim sendo, existiria um grande vão sobre a porta cuja interpretação não resulta totalmente clara.

A utilização deste "poço" para o despejo de matéria sobre os atacantes tornaria redundantes os mata-cães existentes e poderia, pela proximidade, danificar a própria porta. Embora provável, não parece, assim, inteiramente seguro que fosse esta a função associada a esta abertura.

Igualmente discutível afigura-se a sua relação com o funcionamento de uma grade de descer. O recurso a esta estratégia de defesa documentada já em período romano encontrava-se assim estipulada por Vegésio: "*ponitur cataracta, quae anulis ferreis ac funibus pendet, ut si hostes intraverint demissa aedem extingantur inclusi"* (Livro IV, IIII). Este era assim apontado como um recurso eficaz na protecção contra o fogo. O *Portculis*, em inglês, ou *rastrillo,* em castelhano, surgem recorrentemente associados à defesa das portas medievais, sendo célebre a do ribat de Susa (Pavon Maldonado, 1999: 418). A titulo ilustrativo refiram-se os exemplos da Porta do Mercado em Almazan (Sória) e da Porta de Toledo em Cidade Real (Blasques, 1915) por evidenciarem, sobretudo a última (datada dos séc. XIII/XIV), uma feição muito próxima da da Torre da Almedina. Esta analogia formal entre as duas torres (da Almedina e de Toledo em Cidade Real) com datações aparentemente aproximadas está patente na sua integração num robusto torreão com desenvolvimento em altura e na sobreposição de arco ogival frontal, ao arco em ferradura, muito embora a Torre da Almedina ostente superior monumentalidade. Contudo, nos dois casos espanhóis o rastrillo[4] corre encaixado num arco ogival posicionado entre os arcos da porta. Ou seja, nos casos citados o arco superior define claramente um mata-cão sobre a porta (Figura 7).

De todo o modo esta abertura será encerrada com o esmorecimento dos requisitos defensivos da cidade, possivelmente aquando da instalação da Casa de Au-

4. Informação consultada em http://www.miciudadreal.es/2013/03/19/ciudad-real-importantes-restos-arqueologicos-descubiertos-en-la-puerta-de-toledo-podrian-probar-que-su-construccion-se-remonta-al-reinado-de-alfonso-x/.

diências da Câmara e da aplicação do painel escultórico superior (fase rosa no esquema patente na figura 3). Efectivamente, o segundo aspecto documentado no âmbito da intervenção de 2011 prende-se com o citado painel escultórico superior. Este retábulo organizado em três molduras ostenta o brasão nacional e o brasão da cidade (com a representação de Sidazunda) e ao centro uma escultura da Senhora com o Menino e pinha (Figuras 7, 8 e 9). Esta composição datará da segunda metade ou finais do século XV (muito embora a peça central possa ser mais antiga). Com efeito este elemento, na sua função de suporte propagandístico, marca um novo capítulo na história do edifício – o da sua adaptação ao exercício civil. Os trabalhos de restauro e limpeza vieram a revelar vestígios de uma extensiva policromia, testemunho da opção estética de enfatizar por meio da ostentação decorativa a iconografia do poder. Refira-se que o topo da parede de fundo (sobre o painel) preservava ainda vestígios de pintura vermelha e que os baixos-relevos e a escultura eram profusamente coloridos preservando pigmentos de pintura a dourado, rosa, amarelo, esverdeado, azul, preto e vermelho. Assim sendo esta parede seria (pelo menos na zona mais elevada) inteiramente coberta com pintura, que associada à componente escultórica conferir-lhe-ia um destaque e exuberância inexistentes no seu aspecto actual (Figura 8). É nesta fase, e denunciando o mesmo cuidado e preocupação estética, que terá ocorrido a operação de uniformização da aparência da abóbada com a sua caiação e aplicação de juntas em destaque e fingidas (Figuras 8 e 9).

Finalmente resta-nos aludir aos vestígios mais antigos de três baixos-relevos embutidos na parede de topo sob o painel acima referido. Das imagens apenas se conservam, em avançado estado de degradação, as dos extremos, encontrando-se a figura central apagada pela erosão (Figura 9).

Na opinião de Nogueira Gonçalves (Correia e Gonçalves, 1947:7) trata-se da representação da serpe rastejante e de um leão passante, alusivas à lenda da Sidazunda, configurando-se no que seria o mais antigo símbolo do brasão da cidade a que atribui uma cronologia do séc. XIII.

Contudo, apresenta-se agora uma interpretação alternativa para a identificação e datação da cena aqui figurada.

Em visita ao local, Nelson Correia Borges[5] impressionado com o estilo arcaico da figura da direita identifica o estreito paralelismo com a besta do Apocalipse do Lorvão.

Com efeito, é nítida a afinidade deste baixo-relevo com a besta da terra figurada no célebre manuscrito de 1189 – note-se a bidimensionalidade do perfil, a postura, o movimento da cauda rematada com apêndice, a posição dos membros com garras nas extremidades (Figuras 10b e 10d). Assumindo então a partilha da mesma identidade e a alusão a este imaginário compreender-se-ia igualmente a presença da serpente figurada na extremidade ocidental.

Sem outros dados de sustentação para além da razoabilidade da ideia, enuncia-se então a hipótese de, ao centro e como representação principal, ter figurado o cordeiro, numa alusão à *Vitória do Cordeiro* – epílogo triunfal da narrativa apocalíptica (Figura 10 a).

Parece-nos assim que esta conjectura se revela mais apropriada ao imaginário e ideologia da época, constituindo uma mensagem rica de desdobramentos de sentido, directamente dirigida ao Inimigo da nação e da fé.

Admitindo-se a teoria exposta, propõe-se, portanto, o recuo da datação do conjunto figurativo para o século XII. Neste contexto, o encastramento das imagens poderia inscrever-se numa ação de restauro ou manutenção assumida, possivelmente, por D. Sancho I, ou até resultar de uma intervenção de maior vulto. Mas relativamente a esta questão, sem o surgimento de novos elementos parece-nos estéril discorrer (Figura 10).

4. NOTA FINAL

Para rematar as observações expostas destacam-se as ilações que nos parecem mais relevantes por arrastarem novas linhas de interpretação ou simplesmente ajudarem a compor a imagem de algumas das etapas de transformação da Torre da Almedina.

Assim, antes de mais, equaciona-se a possível identificação da cena apocalíptica da *Vitória do Cordeiro* nos arcaicos baixos-relevos que encimam a porta, sugerindo-se uma datação compatível com o reinado do Povoador para a lavra desta mensagem.

Em segundo lugar, chama-se a atenção para a existência de um aparente matacão, de dimensão muito superior aos que eram conhecidos, pendente sobre a porta, da fase de conformação do forte torreão e da abóbada superior (sec. XIV) e que terá sido en-

5. A quem se agradece a informação.

cerrado no século seguinte ou nos inícios de XVI. Finalmente, relativamente a esta fase, regista-se o momento de transformação do monumento em que sobressai um programa de adaptação do edifício a uma missão civil, com conhecidos testemunhos ao nível das transformações do espaço interior e agora no que respeita ao sector analisado (zona da entrada). Esta fase reveste-se de uma evidente preocupação estética em uniformizar e monumentalizar o intradorso da abóbada e assinalar através da criação do painel superior e da sua ostensiva riqueza cromática a marca de uma nova ordem assente no poder da religião, da nação e do município.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (2008) – *Coimbra – a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

CARVALHO, José Branquinho de (1963) – Tombo Antigo (1532) (leitura e notas de) (continuação). *Arquivo Coimbrão*. Coimbra. 18, pp. 36-83, 192-230.

COELHO, António Borges (1972) – *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: I.

BLÁZQUEZ, António (1915) – La puerta de Toledo de Ciudad Real. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Tomo 66, pp. 290-295.

DE MAN, Adrian (2005) – Braun, Hoefnagel e as muralhas da cidade de Coimbra, *Arquivo Coimbrão*. Coimbra. 38, pp. 7-18.

DE MAN, Adrian (2007) – Três Muralhas Urbanas e Alguns dos Seus Problemas. *al-madan*. II série. 15, pp. 68-74.

DIAS, Pedro (1982) – *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença:1490-1540*. Coimbra: Edições Epartur.

DUARTE, Berta (2005) – "Coimbra, cidade muralhada". *Arquivo Coimbrão*, Coimbra. 38, pp. 93-108.

CORREIA, Virgílio e NOGUEIRA, Gonçalves (1947) – *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Lisboa. 1.

Livro de regimentos y posturas desta mui nobre e sempre leal cidade de Coimbra / "Livro I da Correia (continuação)" (publicado por LOUREIRO, José Pinto em Arquivo Coimbrão, 5, 1940, pp. 49-157).

MONTEIRO, João Gouveia (1999) – *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média, Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*. Lisboa: Edições Colibri.

MONTEIRO, João Gouveia, BRAGA, José Eduardo (2009) – *Vegésio: Compendio de Arte Militar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

PAVÓN MALDONADO, Basílio (1999) – *Tratado de Arquitectura Hispano-musulmana. II, Ciuidades y Fortalezas*. Madrid.

VENTURA, Leontina (1979) – A muralha coimbrã na documentação medieval. In *Actas das Ias Jornadas do Grupo de Arqueologia do Centro*. Coimbra, pp. 43-56.



Figura 1 – Planta de localização da torre da almedina com indicação do traçado da barbacã.



Figura 2 – Orto-fotomontagem das fachadas Sul e Norte (levantamento Artescan).

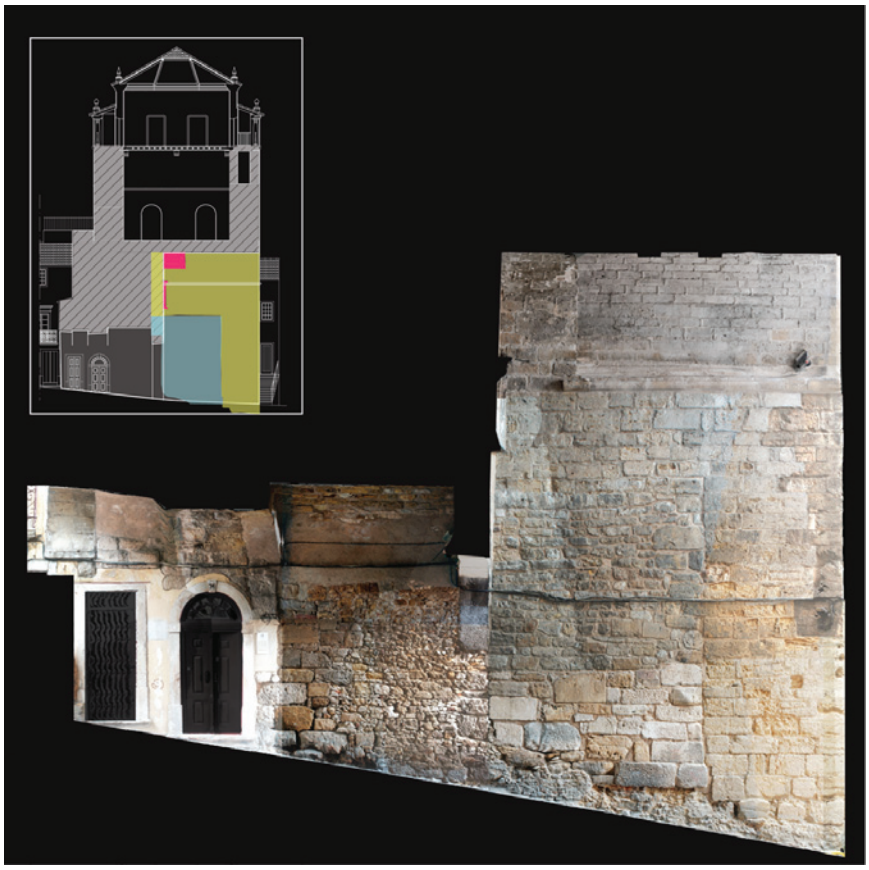


Figura 3 – Orto-fotomontagem do lado ocidental da passagem, com indicação esquemática do faseamento construtivo (levantamento Artescan e Sara Almeida (Corte))



Figura 4 – Fotografia do escudo nacional no chanfro da esquina do lado direito da entrada.

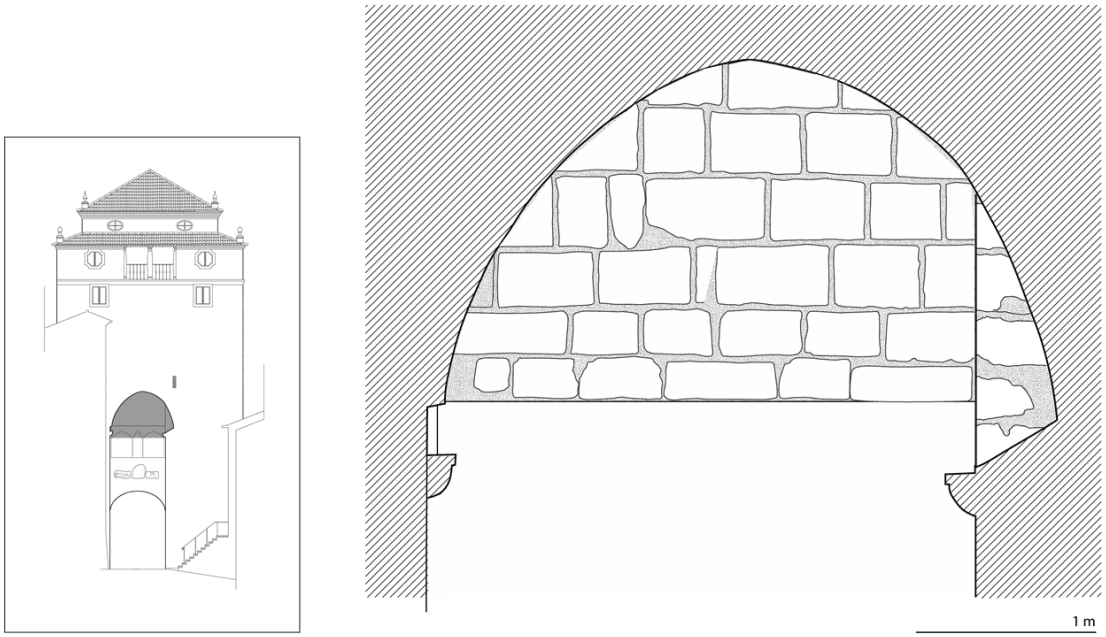


Figura 5 – Levantamento do aparelho em alvenaria da parede de fundo da abóbada superior.

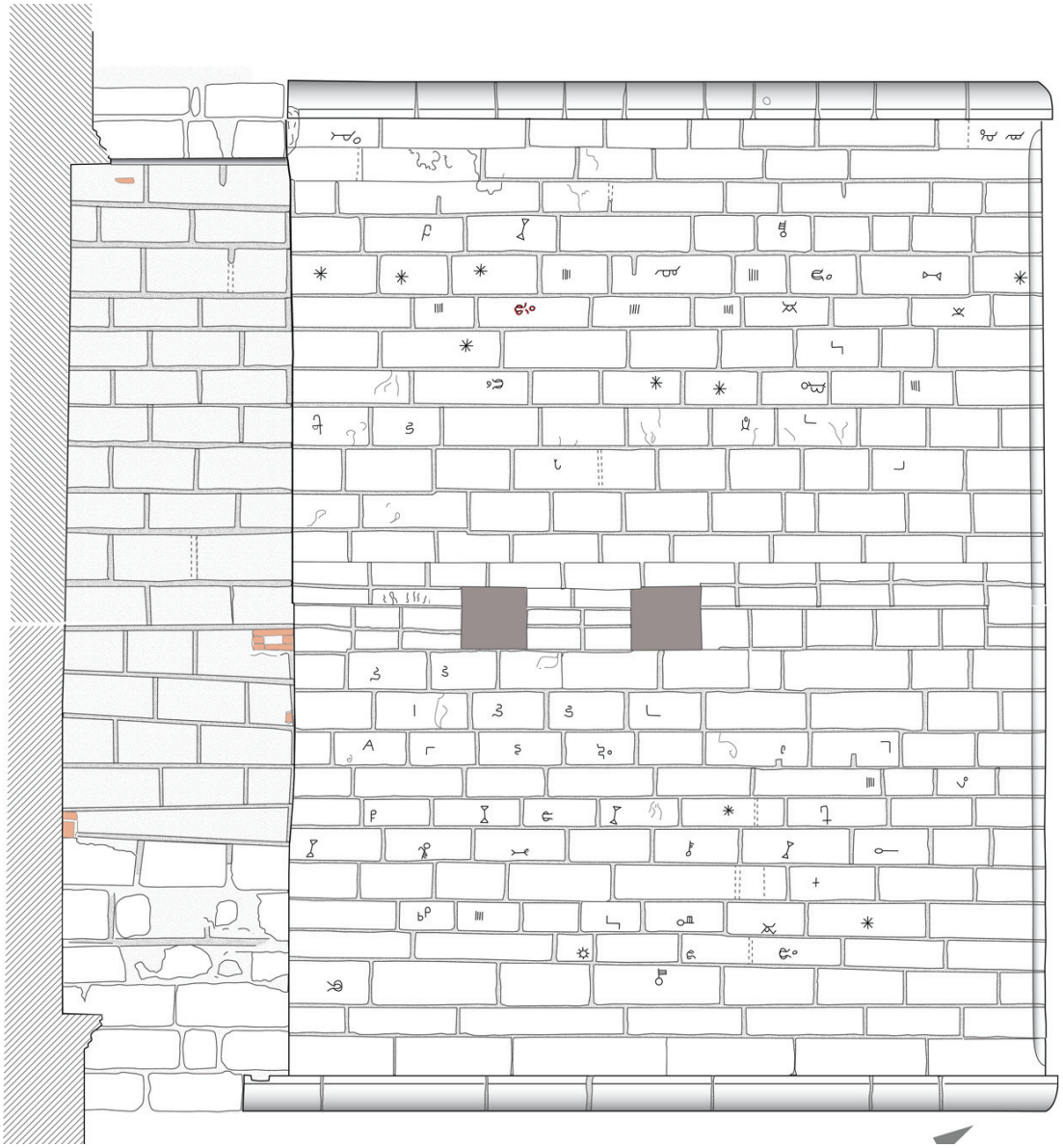


Figura 6 – Levantamento do intradorso da abóbada superior (a pontilhado aparelho de silhares fingidos).



Figura 7 – Nuvem de pontos 3D coloridos da abóbada superior da Porta da Almedina (Artescan).



Figura 8 – Aspecto actual das fachadas Sul e Norte da Torre de Almedina.



Figura 9 – Pormenor dos painéis escultóricos na parede de fundo da entrada da torre.



Figura 10 – a) ilustração da Vitória do Cordeiro do Apocalipse do Lorvão de 1189 (fl 191r); b) ilustração da Besta da Terra do Apocalipse do Lorvão de 1189 (fl 161r); c) fotografia do baixo-relevo da serpente; d) fotografia do baixo-relevo da besta. (Fotos de Sara Almeida e iluminuras disponíveis em http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4381091.)

A MINHA BOCA CONTA UMA HISTÓRIA: ABRASÃO DENTÁRIA E A SUA RELAÇÃO COM ACTIVIDADE E HÁBITOS PESSOAIS NUMA AMOSTRA PORTUGUESA DE ÉPOCA MEDIEVAL/MODERNA

Liliana Matias de Carvalho[1], Sofia N. Wasterlain[2].

RESUMO

Quando se pretende conhecer as populações passadas, o estudo do desgaste dentário em amostras osteológicas de origem arqueológica possui grande valor. Este estudo pretende analisar casos invulgares de desgaste dentário em indivíduos da necrópole de São João de Almedina (Coimbra, Portugal, séculos XII a XVI). Observaram-se macroscopicamente todos os dentes disponíveis tanto nas suas faces oclusais como interproximais. Notaram-se padrões de desgaste pouco comuns (abrasão) nos dentes anteriores de três indivíduos. Os resultados serão interpretados à luz das condições biológicas, socioeconómicas e comportamentais da época medieval/moderna usando-se informações de outros estudos sobre desgaste extra-mastigatório, dados históricos e paralelos etnográficos. Pretende-se averiguar se o desgaste dentário pode fornecer informações relevantes sobre actividades comportamentais dos indivíduos inumados em São João de Almedina.

Palavras-chave: Desgaste parafuncional, Uso de cachimbo, Desgaste dentário, Actividades ocupacionais, Necrópole medieval/moderna.

ABSTRACT

Dental wear is a parameter of great value in order to know more about past populations. The loss of dental tissues may result from diet but also from intentionally or unintentionally putting objects into the mouth. In this study, the cases of abrasion on the anterior teeth of three individuals from the São João de Almedina (SJA) necropolis (Coimbra, Portugal, 12th-16th centuries) are presented. Teeth were observed macroscopically in both the occlusal/interproximal facets. Results will be discussed at the light of the biological, socioeconomic and behavioral conditions of the medieval/modern period using information from studies on extra-masticatory wear, historical data and ethnographic parallels. It is intended to investigate if dental wear can provide relevant information about the individuals recovered from SJA.

Keywords: Extra-masticatory wear, Use of pipe, Tooth wear, Occupational activities, Medieval/modern necropolis.

1. INTRODUÇÃO

O desgaste dentário não é considerado por si só uma condição patológica já que a perda progressiva de tecido dentário é o resultado do stresse da mastigação ou uso tecnológico (Cunha, 1994; Hillson, 1986; Molnar, 1972; Powell, 1985; Silva, 2012; Wasterlain, 2006), logo uma condição natural que começa depois da erupção dentária. Pode, contudo, tornar-se patológico se em grau excessivo ou se favorecer o surgimento de outras patologias orais (Carvalho e Wasterlain, 2017; Wasterlain, 2006).

1. Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, Departamento de Ciências da Vida, Univ. de Coimbra; liliana.carvalho@student.uc.pt

2. Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, Departamento de Ciências da Vida, Univ. de Coimbra; sofiawas@antrop.uc.pt

Uma vez que o esmalte dentário, após a sua formação, não sofre regeneração, todo o período pós-eruptivo fica gravado no dente, podendo os investigadores aceder a informações importantes – abrangendo a idade, dieta ou a saúde – sobre o período funcional dos dentes, o que enriquece o conhecimento sobre os indivíduos e as comunidades onde estes se inseriam (Hillson, 1996; Molnar, 1972; Molnar, 2011; Powell, 1985; Wasterlain, 2006). Embora provocado por movimentos mecânicos directamente relacionados com o funcionamento mastigatório e oclusão da cavidade oral, uma parte importante do desgaste deve-se também à dieta e preparação dos alimentos (Forshaw, 2009; Marquez-Grant, 2009; Molnar, 1972; Molnar, 2011; Waters-Rist & *alii*, 2013). Para além dos hábitos alimentares também outros hábitos culturais podem ficar plasmados no desgaste dentário tais como os relacionados com actividades artesanais (Albashaireh e Al-Shorman, 2010; Bocquetin & *alii*, 2005; Erdal, 2008; Lorkiewicz; 2008; Monozzi & *alii*, 2003; Scott e Jolie, 2009; Turner e Anderson, 2003; Waters--Rist & *alii*, 2013), de embelezamento (Mower, 1999; Torres-Rouff, 2003) ou medicinais (Araújo, 1996; Bonfiglioli & *alii*, 2004; Cook & *alii*, 2015; Molnar, 1972, 2011; Ricci & *alii*, 2014; Wallace, 1974).

Podem-se considerar três tipos diferentes de desgaste: a abrasão, o atrito e a erosão, que no decurso da actividade da cavidade oral se camuflam entre si (Albashaireh e Al-Shorman, 2010; Hillson, 1996; Holst e Coughlan, 2000; Mower, 1999; Powell, 1985; Robb & *alii*, 1991). Na realidade, um dente raramente está sujeito a apenas uma das formas de desgaste sendo usual a acumulação de factores de desgaste (contacto com outros dentes, consistência e preparação da comida, componentes não alimentares da dieta, erosão ácida, etc.) (Grmek, 1983 *in* Cunha, 1994; Hillson, 1996; Leek, 1972; Marquez-Grant, 2009; Powel, 1985).

O destaste dentário pode influenciar ou ser influenciado por outras patologias orais como as cáries e a osteoartrose temporomandibular ou mesmo a perda dentária *ante mortem* desenhando-se uma interação que funciona de forma quase pendular (Cook & *alii*, 2015; Hodges, 1991; Lorkiewicz, 2013; Molnar, 2011; Roberts e Manchester, 2005; Torres-Rouff, 2003; Wallace, 1974; Waters-Rist & *alii*, 2013).

Uma das grandes vantagens do estudo do desgaste em populações do passado é o registo do uso dos dentes como ferramenta (3ª mão) associado a actividades culturais não alimentares ou de modificações dentárias intencionais, vestígios de rituais/acções de embelezamento das populações arqueológicas (Domett & *alii*, 2011; Molnar, 2011, Mower, 1999; Rufino, 2014; Wasterlain, 2006). Também os hábitos de higiene oral podem influenciar o desgaste como é o caso do uso de palitos de madeira/osso para limpar os espaços interdentários ou mesmo para fins terapêuticos que deixem marcas de abrasão nos dentes (Bonfiglioli & *alii*, 2004; Cook & *alii*, 2015; Ricci & *alii*, 2014; Roberts e Manchester, 2005; Wasterlain, 2006). O uso dos dentes em actividades extra mastigatórias tem vindo a ser documentado pela antropologia biológica em material arqueológico e pela antropologia social em recolhas etnográficas ao longo de mais de 100 anos e percorre desde as comunidades paleolíticas ao homem contemporâneo (Albashaireh e Al-Shorman, 2010; Bocquetin & *alii*, 2005; Bonfiglioli & *alii*, 2004; Cook & *alii*, 2015; Deter, 2009; Erdal, 2008; Estalrrich e Rosas, 2015; Haour e Pearson, 2005; Lorkiewicz, 2013; Minozzi & *alii*, 2003; Molnar, 1972; Mower, 1999; Ricci & *alii*, 2014; Rossi-Fedele, 2015; Scott e Jolie, 2009; Scoot e Winn, 2011; Turner e Anderson, 2003; Wallace, 1974; Waters-Rist & *alii*, 2013). Este registo é essencial a quem estuda o passado uma vez que permite aceder a outros dados que não os disponibilizados pela cultura material ou fontes históricas.

Alguns investigadores têm tentado sistematizar o estudo da abrasão que, embora sendo um tipo muito particular de desgaste, permite uma abordagem única (Deter, 2009; Molnar, 2011; Mower, 1999; Scott e Jolie, 2009). Ainda assim o mais comum é que estes casos sejam referidos no âmbito de um estudo de patologia oral alargado e não alvo de uma pesquisa específica (Carvalho, 2013; Wasterlain, 2006). Assim, mesmo que o isolamento total dos tipos de desgaste seja uma utopia pretende-se analisar o desgaste dentário atípico (abrasão), ou seja, o que não resulta directamente da actividade de mastigação/oclusão usualmente realacionadas com a alimentação e normal funcionamento da cavidade oral. Espera-se, deste modo, que o desgaste forneça informações sobre os hábitos culturais ou atividades ocupacionais dos indivíduos analisados. É fundamental a comparação com outras amostras populacionais mas também com registos históricos e etnográficos (Erdal, 2008; Molnar, 1972; Scott e Jolie, 2009).

2. MATERIAL

O material a considerar neste estudo é proveniente da necrópole da igreja de São João de Almedina (SJA), que se localizava em Coimbra, no sítio onde atualmente se encontram tanto o pátio do Museu Nacional de Machado de Castro (MNMC) como a atual Igreja de São João de Almedina (Silva, 2016). As escavações neste local decorrem em grande parte do interesse no criptopórtico e fórum romanos (Carvalho, 1998; Silva, 2016). Em 1930, Virgílio Correia tornou pública a existência e localização destas estruturas romanas, iniciando as sua escavação que de certo modo durou até ao século XXI (Carvalho, 1998; Silva, 2016).

O material osteológico estudado foi entregue na década de 1940 ao então Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra (antiga designação da atual Antropologia, pertencente ao Departamento de Ciências da Vida), embora não se tenha conhecimento de nenhum técnico ou investigador ligado ao Instituto que tenha participado na escavação que terá sido dirigida pelo Doutor Bairrão Oleiro (Cunha, 1994; Silva, 2016). Não se possui qualquer documento escrito sobre a escavação. No entanto, pela análise das fotos, Cunha (1994) pôde inferir que a tipologia das sepulturas se inseria na dos enterramentos da Baixa Idade Média, o que vai ao encontro da cronologia do cemitério sugerida pelas fontes documentais escritas. Os enterramentos seriam em decúbito dorsal diretamente na terra, a uma profundidade variável, e podiam ser parte de uma sepultura individual ou reutilizada.

A partir de várias fontes e de alguns elementos indiretos, pôde-se balizar com alguma certeza a utilização da antiga Igreja de SJA. Segundo Vasconcelos (1937), citado por Correia e Gonçalves (1947 *in* Cunha, 1994), esta primeira igreja de SJA terá sido mandada erigir entre 1129 e 1131 e, embora pronta em 1138, apenas foi sagrada no final do séc. XII/inícios do séc. XIII. O claustro, no entanto, terá sido construído num momento anterior, datando de cerca de 1087 (Pimentel, 2005 *in* Nogueira e Magalhães, 2008). Será menos seguro afirmar o término do seu tempo útil. Coelho (1989) refere que a antiga igreja terá sido abandonada nos finais do séc. XV a favor de uma nova, com a mesma denominação, mas construída não exatamente sobre a antiga (Cunha, 1994; Silva, 2016). A incerteza da data de encerramento da antiga igreja prende-se com o período de transição para a nova, em que a primeira terá funcionado pontualmente, razão pela qual terá sido referida nos séculos XV e XVI (Cunha, 1994; Silva, 2016). Deste modo, a igreja original poderia estar ainda a ser utilizada no séc. XVI, já que os registos nos livros paroquiais da nova igreja apenas começam em 1538 (Cunha, 1994). Consegue-se então datar o período funcional da antiga igreja de São João de Almedina e respetiva necrópole entre os séculos XII (1138) e XVI (1538).

Em 1963, Xavier da Cunha assinou uma publicação onde referia que uma parte do material havia sido alvo de uma análise métrica por Maria Augusta Neto (Cunha, 1963). Posteriormente a esta data, os ossos apenas foram estudados em 1994 por Cunha (1994), que procedeu a uma extensa caracterização paleodemográfica e paleopatológica no âmbito da sua dissertação de doutoramento, e por Carvalho (2013), cuja investigação de Mestrado em torno da série se centrou no estudo da paleopatologia dentária.

A amostra analisada é composta por 28 indivíduos masculinos, 20 femininos e 10 de sexo indeterminado, divididos por três classes etárias – adultos jovens, adultos e adultos idosos – num total de 58. Apenas foram observados dentes permanentes e *in situ*. Dos 1084 alvéolos disponíveis, somente 50,3% (546/1084) continham dentes observáveis para o desgaste oclusal.

3. METODOLOGIA

Para o registo do desgaste oclusal atípico (abrasão) observaram-se todos os dentes disponíveis tanto nas suas faces oclusais como interproximais. Esta observação macroscópica foi efectuada com recurso a uma lupa e sob luz directa. Sempre que se detectaram zonas de desgaste com inclinações não relacionáveis com os usuais planos de desgaste por atrito ou explicáveis por oclusão anormal estes foram apontados como abrasão.

4. RESULTADOS

Durante a observação do material foram identificados dois novos casos de desgaste atípico aos quais se juntou um terceiro já identificado por Cunha (1994) correspondendo a 5,1% dos indivíduos estudados (N=58).

4.1. Caso 1

O primeiro caso, corresponde a um indivíduo adulto (Ind.3) do sexo masculino cujos incisivos centrais superiores exibem um desgaste de aspecto polido na superfície labial, imediatamente abaixo e paralelamente à linha da gengiva (Figura 1). Este desgaste já tinha exposto parte da dentina. Dado que existe a mandíbula deste indivíduo, foi possível experimentar a oclusão com o maxilar superior, sendo esta normal. As superfícies afectadas não tocavam noutros dentes.

4.2. Caso 2

O segundo caso de desgaste ocorre também num indivíduo do sexo masculino com uma idade à morte entre os 45 e 60 anos (Ind.2). Os dentes afectados foram os incisivos laterais superiores na face distal e lingual (Figura 2). O desgaste é caracterizado por dois sulcos, relativamente profundos, que se localizam na diagonal, dando um aspecto de "V". O esmalte foi atingindo mas não se consegue saber se a dentina foi ou não afectada já que os sulcos estão cobertos com o que parece ser cálculo dentário. Os sulcos são semelhantes em ambos os dentes.

4.3. Caso 3

O terceiro caso foi mencionado por Cunha (1994) ao observar um indivído adulto (nº54) de sexo indeterminado que exibe um desgaste semicircular nos ângulos incisais de dois dentes inferiores esquerdos, o 1º molar e o 2º pré-molar. O maxilar superior está ausente (Figuras 3 e 4). A nossa observação confirmou o caractér atípico deste desgaste.

5. DISCUSSÃO

Foram registados dois novos casos de abrasão que, em conjunto com o possível caso de uso de cachimbo notado por Cunha (1994), exprimem uma utilização dos dentes como "terceira mão" ou envolvimento em hábitos pessoais/culturais, aumentando a frequência deste tipo de evidências para 5,1% (3/58) dos indivíduos desta amostra. Olhando atentamente para os dois novos casos, o caso um com duas facetas de desgaste, com largura considerável e que expõem a dentina, localizadas na superfície labial dos incisivos centrais superiores, e um outro, caso 2, em que as facetas se localizam na face lingual e distal dos incisivos laterais superiores caracterizando-se por pequenos sulcos em "V", podemos dizer que por envolverem mais do que um dente e serem simétricos na sua manifestação colocam de parte uma origem ligada com a dieta. Uma provável causa terapêutica ou paliativa também não parece aceitável dada a localização e o padrão do desgaste. As facetas observadas também não se coadunam com modificações dentárias intencionais de origem cultural e/ou estética, além de estas não serem prováveis para a época e sociedade em questão. Do mesmo modo pode-se desvalorizar uma causa como a erosão, que deixaria um padrão facilmente reconhecível (desgaste em cúpula), ou o atrito, já que este costuma atingir mais que dois dentes e nos casos em apreço não existia qualquer contacto interdentário com as zonas atingidas. Parece-nos então que apenas podem ter sido provocados por abrasão, com um objecto estranho à cavidade oral.

O desgaste do caso 1 é bastante invulgar podendo ser provocado por um objecto duro que fosse encostado aos incisivos centrais. Em termos bibliográficos o que se assemelha mais a este padrão de desgaste são os "labrets" (elementos de adorno dos povos nativo americanos que se assemelham com os actuais piercings ou "alargadores") que também produzem um desgaste bilateral nas faces labiais dos dentes anteriores (Torres-Rouff, 2003). Como não existem registos deste procedimento cultural em Portugal à época, somos levados a pensar que um mesmo procedimento (e não a mesma causa) estaria na origem do desgaste. Assim os dentes poderiam ter sido afectados por algo que frequentemente se lhes encostasse, como um instrumento musical de sopro ou outro objecto ligado a uma actividade artesanal que provocasse desgaste na superfície labial (soprador de vidro?) (Mower, 1999; Schiodt & *alii*, 1980). No que concerne aos instrumentos de sopro são várias as iluminuras medievais e gravuras modernas que representam músicos com instrumentos de sopro atestando essa hipótese. No entanto, com a informação disponível, será sempre uma possibilidade e não uma certeza (Almeida, 2010).

No caso 2 (figura 2) não se poderá excluir a possibilidade de as alterações observadas corresponderem a características morfológicas (variação morfológica ou caracteres discretos) dadas as semelhanças com o caracter discreto conhecido como "interruption grooves" (Turner & *alii*, 1991; Soto & *alii*, 2010). Turner e colegas foram os primeiros a descrever esta característica morfológica dentária, em 1967, como sulcos que cruzam o cíngulo nos incisivos e

frequentemente continuam até à raiz, sendo detectados ocasionalmente nos incisivos superiores especialmente nos laterais. Os autores referem que pode ser confundido com um dente afectado por desgaste severo, o que será improvável já que no vivo este caracter está sob a gengiva (Turner & *alii*, 1991; Soto & *alii*, 2010). Ainda que a sua caracterização como morfológica seja apelativa e digna de discussão não nos parece a mais adequada. De facto, os dentes em causa são incisivos laterais superiores mas os sulcos não estão localizados na área mencionada, situando-se acima da linha da gengiva, o que pode ser confirmado pela presença de depósitos de cálculo supra-gengival bem mais próximos da linha de gengiva do que o defeito em questão (figura 2). A ser uma característica morfológica, também seria de esperar que os bordos do sulco estivessem já um pouco gastos e por isso arredondados, o que não se passa neste caso, encontrando-se os bordos bastante afiados, o que sugere terem sido produzidos até próximo da altura da morte do indivíduo. Em Araújo (1996), é referido um caso de incisivos superiores com desgaste lingual, avançando-se a hipótese de ser o "*signe de cordonnier*", resultando do uso dos dentes em tarefas não mastigatórias. De facto, dada a sua localização, os dentes anteriores são muito mais usados no auxílio de tarefas (3ª mão) do que os posteriores, muito mais confinados apenas à mastigação (Lukacs e Pastor, 1998). O facto de o sulco estar com o que parece ser tártaro (embora também possa ser um preenchimento de origem tafonómica) levanta a possibilidade de a actividade que gerou os sulcos ter sido interrompida, possibilitando que a placa dentária se depositasse e mineralizasse posteriormente. Neste caso, o tipo de desgaste leva-nos a acreditar estar na presença de um indivíduo que tem uma actividade ocupacional ligada à produção artesanal como a cestaria, em que é necessário puxar fibras com os dentes, ou a fiação/pescaria, em que é usual segurar/passar/puxar a linha entre os dentes (Albashaireh e Al-Shorman, 2010; Scott e Jolie, 2009; Waters-Rist & *alii*, 2013). Infelizmente nem sempre se consegue fazer a conexão entre os vestígios arqueológicos e as marcas do seu fabrico deixadas nos vestígios osteológicos das populações que os manufacturava (Lernia & *alii*, 2012).

Finalmente no caso 3, embora apenas se tenha podido observar a mandíbula, o tipo de desgaste semi-circular que incide somente na zona interdentária, é indicativo de um desgaste provocado pelo uso de cachimbo quando este é seguro entre os dentes (figuras 3 e 4). Alguma confusão pode surgir quando se compara este desgaste ao produzido por pregos que são seguros entre os dentes, uma evidência de algumas actividades manuais como carpinteiro (Turner e Anderson, 2003). No entanto, este último tipo de desgaste produz ângulos mais fechados, afecta quase totalmente a parte mesial da coroa dentária e tende a atingir múltiplos dentes numa mesma cavidade oral (Turner e Anderson, 2003). Já a descrição que Molnar (2011: 683) faz das marcas deixadas pelo uso do cachimbo aplica-se totalmente ao padrão de desgaste observado no caso 3 de SJA: "The common denominator is a mark on the occlusal surface of the tooth caused by a rounded object held between the teeth". O hábito de fumar tabaco usando cachimbo foi assimilado com a chegada ao Novo Mundo no final do século XV e disseminou-se gradualmente na Europa, África e Ásia sobretudo por via dos marinheiros e navegadores (Caldeira, 2008; Handler, 2008; Shaw, 2013). Aliás, este foi um hábito inicialmente muito associado ao "pessoal do mar" e escravos e mais tarde a classes menos favorecidas (Calado & *alii*, 2013; Hull, 2016; Shaw, 2013). As fontes históricas referem que o tabaco passou a ser cultivado, em Portugal, a partir de 1558 (Shaw, 2013). Até então, a planta teria que ser importada. Note-se que embora o tabaco tenha feito sucesso na Europa, inicialmente a sua forma de consumo era na forma de rapé, sendo cheirado e não fumado (Caldeira, 2008). No continente americano, o tabaco para além de fumado era também frequentemente mascado, o que produz um outro padrão de desgaste (Molnar, 1972; Mower, 1999). Os cachimbos usados, em Portugal, entre os séculos XVII e XIX, poderiam ser de porcelana (muito raros) ou de caulino, um material argiloso muito fácil de partir, o que contribui para a sua relativa frequência em contextos arqueológicos (Calado & *alii*, 2003; Calado & *alii*, 2013). Estes cachimbos, por se partirem facilmente com o calor quando acessos, seriam quase descartáveis havendo investigadores que mencionam uma durabilidade de cerca de uma semana (Calado & *alii*, 2003). O calor seria igualmente sentido pelo indivíduo ao segurar o cachimbo entre os dentes, o que levaria a que alguns utilizadores os "forrassem" com tecidos, cortiça ou fibras naturais (Calado & *alii*, 2003). Por outro lado, a pressão exercida sobre as boquilhas do cachimbo era tal que algumas apresentam as marcas dos dentes (Calado & *alii*, 2003). Sabemos que em

meados do século XVI já se teria instalado o hábito de fumar cachimbo, inclusivamente com a presença de importações e que, nos finais do mesmo século, as producções de cachimbos de caulino (os mais baratos) se banalizaram (Calado & *alii*, 2003; Calado & *alii*, 2013; Caldeira, 2008). No entanto, dada a delimitação temporal superior da necrópole estudada – 1638 – e a sua localização geográfica, uma vez que Coimbra não é uma cidade portuária, à luz do caso identificado, esta disseminação teria que ser muito rápida. Atendendo a que ao uso do cachimbo eram inicialmente atribuídas propriedades terapêuticas e que o indivíduo em causa apresentava uma quantidade significativa de cálculo dentário, sugestiva de uma ineficaz autolimpeza oral, frequentemente associada a enfermidades, Cunha (1994), sugere, que este caso possa reflectir um uso de cachimbo com intuito terapêutico. Note-se, no entanto, que alguns estudos, incluindo em material arqueológico pós-medieval, referem que uma das consequências do consumo de tabaco em cachimbo é uma maior presença de cálculo dentário nos fumadores (Albandar & *alii*, 2000; Bánóczy e Squier, 2004; Renshaw e Powers, 2016). A pesquisa efectuada parece-nos, no entanto, apoiar a tese avançada por Cunha (1994) já que o uso do tabaco como terapêutica por parte de navegadores portugueses está atestado documentalmente (Caldeira, 2008). Este indivíduo poderia estar directamente relacionado com os navegadores que exploravam o Novo Mundo tendo possibilidade de adquirir o hábito, os cachimbos e o tabaco por via das trocas entre os países europeus e o continente Americano. Deste modo, estaríamos na presença da evidência osteológica mais antiga de uso de cachimbo em Portugal e ao mesmo tempo de uma prova razoavelmente sólida do fumo do tabaco usado com intuito terapêutico. Com a democratização do consumo de tabaco, pelo menos dentro de alguns segmentos populacionais, a sua vertente terapêutica foi perdendo importância (Caldeira, 2008). No entanto, apenas no século XIX surge a crítica social aos efeitos negativos do consumo de tabaco (Walker e Henderson, 2010).

Poder-se-á categorizar este desgaste atípico sob a definição de modificações dentárias não intencionais ainda que as causas que lhes estão subjacentes sejam diferentes: o uso dos dentes como terceira mão nos casos 1 e 2 e hábitos individuais de natureza não ocupacional no caso 3, para segurar ou rasgar. Devido ao seu grau marcado, indica um gesto repetido com frequência, em alguns casos com uma origem laboral e noutros ocupacional. Em amostras populacionais mais numerosas e que revelam maior frequência de casos de abrasão é importante analisar os resultados sob o ponto de vista da divisão sexual do trabalho (Estalrrich e Rosas, 2015; Molnar, 1972). No caso da presente amostra, com apenas dois casos de sexo identificado (ambos masculinos), essa interpretação é ainda limitada.

Wasterlain (2006), que também reportou um caso de abrasão acentuada e de forma invulgar em dentes anteriores, conseguiu, por o material estudado ser identificado (sexo, idade à morte, local de nascimento e morte e ocupação, entre outros), relacioná-lo com a profissão do indivíduo (um pescador), notando o potencial informativo das marcas dentárias tanto a nível individual como populacional. Araújo (1996) também registou, para o seu material do Neolítico Final/Calcolítico, a prática do uso dos dentes como 3ª mão. Ainda assim, são poucos os casos portugueses alvo de publicação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação cuidadosa de todas as peças dentárias de São João de Almedina permitiu identificar três casos de indivíduos com uso de dentes em funções não alimentares: um fumador de cachimbo, um possível músico ou fabricante artesanal (soprador de vidro?) e um possível artesão/ pescador.

Os casos de abrasão observados em peças osteológicas de origem arqueológica que, como vimos, são uma fonte de informação riquíssima para o entendimento das populações do passado, são usualmente registados como curiosidades de dada amostra (*case studies*) e não alvo de uma procura programada e exaustiva (Molnar, 2011). O estudo e registo do desgaste por abrasão ganharia muito se fossem guiados por premissas acessíveis e aplicáveis por todos os investigadores de modo a possibilitar uma comparação entre amostras osteológicas. Com este intuito, Molnar (2011) deixa algumas recomendações que incluem, para cada caso de desgaste atípico, o registo do tamanho, frequência, intensidade e localização assim como uma detalhada documentação fotográfica.

O estudo dos remanescentes osteológicos das populações arqueológicas é apenas totalmente entendido em complemento com a informação arqueológica dos sítios intervencionados. No caso em apreço esse cruzamento de dados não é infelizmente possível

por se tratar de intervenções arqueológicas muito antigas e assim temos que cruzar os dados com informações/fontes bibliográficas contemporâneas às populações das necrópoles e também com amostras osteológicas coevas.

Há que ter algum cuidado quando se estabelece uma relação entre um defeito e uma única actividade sendo essencial ter presentes as limitações espaciais, culturais e temporais das amostras (Molnar, 2011; Mower, 1999).

Não obstante a amostra estudada apresentar limitações fruto da sua escavação antiga e registo pouco pormenorizado, o estudo do desgaste dentário e, em particular, do desgaste atípico, revelou informações sobre actividades relacionadas com os comportamentos dos indivíduos, o que contribui para a obtenção de um retrato mais completo de parte da população medieval de Coimbra.

BIBLIOGRAFIA

ALBANDAR, Jasim M.; STRECKFUS, Charles F; ADESANYA, Margo R; WINN, Deborah M (2000) – Cigar, pipe and cigarette smoking as risk factors for periodontal disease and tooth loss. *Journal of Periodontology*, volume 71, number 12, pp. 1874-1881.

ALBASHAIREH, Z.S.M; AL-SHORMAN, A.A. (2010) – The frequency and distribution of dental caries and tooth wear in a Byzantine population of Sa´ad Jordan. International *Journal of Osteoarchaeology*, 20, pp. 205-213.

ALMEIDA, Ana N. (coord.) (2010) – *História da vida privada em Portugal. Os nossos dias*. Lisboa, Círculo de Leitores.

ARAÚJO, Maria T. G. L. (1996) – *Os dentes humanos das grutas artificiais de S. Pedro do Estoril: incidência de algumas lesões patológicas e estudo de desgaste numa amostra de dentes do Neolítico Final/Calcolítico*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

BÁNÓCZY, J; SQUIER, C. (2004) – *Smoking and disease*, European Journal of Dental Education, 8: pp. 7-10.

BOCQUENTIN, Fanny; SELLIER, Pascal; MURAIL, Pascal (2005) – Abrasion dentaire et travail specialize dans la population natoufienne de Mallaha (Israel). *Comptes Rendus Palevol*, 4: pp. 351-357.

BONFIGLIOLI, Benedetta; MARIOTTI, Valentina; FACCHINI, Fiorenzo; CONDEMI, Silvana (2004) – Masticatory and Non-masticatory dental modifications in the epipalaeolithic necropolis of Taforalt (Morocco). *International Journal of Osteoarchaeology*, 14: pp. 448-456.

CALADO, Marco; PIMENTA, João; SILVA, Rodrigo Banha Da(2003) – Cachimbos de cerâmica provenientes da escavação do Caminho da Ronda do Castelo de São Jorge em Lisboa. *Património Estudos*, nº5.

CALADO, Marco; PIMENTA, João; FERNANDES, Lídia; MARQUES, António (2013) – Os cachimbos cerâmicos do Palácio Marialva. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16: pp. 383-392.

CALDEIRA, Arlindo M. (2008) – *O tabaco: percurso de uma "planta medicinal" entre a América e a Europa*. Workshop Plantas Medicinais e Fitoterapeuticas nos Trópicos.

CARVALHO, Liliana (2013) – *Regressando a São João de Almedina (Coimbra, Portugal): estudo da patologia oral de uma população medieval urbana*. Dissertação de Mestrado em Evolução e Biologia Humanas. Departamento de Ciências da Vida, Universidade de Coimbra.

CARVALHO, Liliana; WASTERLAIN, Sofia (2017) – Desgaste dentário na necrópole medieval de São João de Almedina (séc. XII/XVI) e a sua relação com os hábitos alimentares. *Antropologia Portuguesa*, volume 31.

CARVALHO, Pedro (1998) – *O Forum de Aeminium*. Lisboa, Ministério da Cultura.

COOK, Della C; BASTOS, Murilo Q.R; LOPES, C; MENDONÇA DE SOUZA, S; SANTOS, R.V. (2015) – Pretos Novos: evidence for african oral hygiene practices in Brazil, 1769-1830. *International Journal of Osteoarchaeology*, 25: pp. 238-244.

CUNHA, A. Xavier (1963) – Contribuição antropológica para o estudo de portugueses medievais: o espólio ósseo das sepulturas de S. João de Almedina. Contribuição para o *Estudo da Antropologia Portuguesa*, 7(8): pp. 176-188.

CUNHA, Eugénia (1994) – *Paleobiologia das populações medievais portuguesas: os casos de Fão e de S. João de Almedina*. Tese de Doutoramento em Antropologia, Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

DETER, Christina A. (2009) – Gradients of occlusal wear in Hunter-Gatherers and Agriculturalists. *American journal of Physical Anthropology*, 138: pp. 247-254.

DOMETT, Kate M; NEWTON, Jennifer; O´REILLY, Dougald J.W; TAYLES, Nancy; SHEWAN, Louise; BEAVAN, Nancy (2011) – Cultural modification of the dentition in prehistoric Cambodia. *International Journal of Osteoarchaeology*, 23, issue 3: pp. 274-286.

ERDAL, Yilmaz S. (2008) – Occlusal grooves in anterior dentition among Kovuklukaya inhabitants (Sinop, Northern Anatolia, 10th Century AD). *International Journal of Osteoarchaeology*, 18: pp. 152-166.

ESTALRRICH, Almudena; ROSAS, Antonio (2015) – Division of labor by sex and age in Neanderthals: an approach through the study of activity-related dental wear. *Journal of Human Evolution*, 80: pp. 51-63.

FORSHAW, Roger J. (2009) – Dental health and disease in ancient Egypt. *British Dental Journal*, 206: pp. 421-424.

HANDLER, Jerome (2008) – Aspects of the african slave trade: smoking pipes, tobacco and the middle passage. *African Diaspora Archaeology Newsletter*, volume 11, issue 2: pp. 1-11.

HAOUR, A; PEARSON, J.A. (2005) – An instance of dental modification on a human skeleton from Niger, *West Africa. Oxford Journal of Archaeology*, 24 (4): pp. 427-433.

HILLSON, Simon (1986) – *Teeth. Cambridge Manuals in Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press.

HILLSON, Simon (1996) – *Dental Anthropology*. Cambridge, Cambridge University Press.

HOLST, Malin; COUGHLAN, Jennie (2000) – Dental health and disease. In: FIORATO, VERONICA; BOYSTON, ANTHEA; KNUSEL, CHRISTOPHER eds. – *Blood Red Rose: The archaeology of a mass grave from the Battle of Towton AD 1461*. Oxford, Oxford Books: pp. 77-89.

HULL, Graham (2016) – The excavation and analysis of an 18th-century deposit of anatomical remains and chemical apparatus from the rear of the first Ashmolean Museum (now The Museum of the History of Science), Broad Street, Oxford. *Post-Medieval Archaeology,* 37/1: pp. 1-28.

LEEK, Filce (1972) – Teeth and Bread in Ancient Egypt. *The Journal of Egyptian Archaeology*, 58, pp. 126-132.

LERNIA, Savino Di; N´SIALA, Isabella M; MERCURI, Anna M. (2012) – Saharan prehistoric basketry. Archaeological and archaebotanical analysis of the early-middle Holocene assemblage from Takarkori (Acasus Mts., SW Libya). *Journal of Archaeological Science*, 39: pp. 1837-1853.

LORKIEWICZ, Wieslaw (2013) – Nonalimentary tooth use in the Neolithic population of the Lengyel culture in Central Poland (4600-4000 BC). *American Journal of Physical Anthropology*, 144: pp. 538-551.

LUKACS, Jonh R.; PASTOR, Robert F. (1988) – Activity--Induced Patterns of Dental Abrasion in Prehistoric Pakistan: Evidence From Mehrgarh and Harappa. American *Journal of Physical Archaeology*, 76: pp. 377-398.

MARQUEZ-GRANT, Nicholas (2009) – *The human remains from the church of São João and São Vicente (Bragança, Portugal).* Oxford, Vessants Arqueologia i Cultura.

MINOZZI, Simona; MANZI, Giorgio; RICCI, Francesca; LERNIA, Savino Di (2003) – Nonalimentary tooth use in prehistory: an example from early Holocene in central Sahara (Uan Muhuggiag, Tadrart Accus, Libya). *American Journal of Physical Anthropology,* 120: pp. 225-232.

MOLNAR, Stephen (1972) – Tooth wear and culture: a survey of tooth functions among some prehistoric populations. *Current Anthropology*, volume 13, Number 5: pp. 511-526.

MOLNAR, Petra (2011) – Extramasticatory dental wear reflecting habitual behavior and health in past populations. *Clinical Oral Investigations*, 15: pp. 681-689.

MOWER, Jim P. (1999) – Deliberate ante-mortem dental modifications and its implications in archeology, ethnography and anthropology. *Papers of the Institute of Archaeology*, 10: pp. 37-53.

NOGUEIRA, Isabel; MAGALHÃES, Raquel R. (2008) – *Coimbra: das origens a finais da Idade Média*. Câmara Municipal de Coimbra.

POWELL, Mary L. (1985) – The analysis of dental wear and caries for dietary reconstruction. In: GILBERT ROBERT I., MIELKE, JAMES H, eds. – *The analysis of the prehistoric diets*. San Diego, Academic Press: pp. 307-338.

RENSHAW, Layla; POWERS, Natasha(2016) – The archaeology of post-medieval death and burial. *Post-Medieval Archaeology*, 50/1: pp. 159-177.

RICCI, Stefano; CAPECCHI, Giulia; BOSCHIN, Francesco; ARRIGHI, Simona; RONCHITELLI, Annamaria; CONDEMI, Silvana (2014) – Toothpick use among Epigravettian Humans from Grotta Paglicci (Italy). *International Journal of Osteoarchaeology,* 26, issue 2: pp. 281-289.

ROSSI-FEDELE, Giampiero (2015) – Dental abrasion of incisor caused by a babies' dummy clip: a case report. *Dental update*, 42, pp: 682-685.

ROBERTS, Charlote; MANCHESTER, Keith (2005) – *The Archaeology of Disease*. Gloucestershire, Sutton.

ROBB, Nigel D; CRUWYS, Elizabeth; SMITH, Bennett G.N. (1991) – Regurgitation erosion as a possible cause of tooth wear in ancient British populations. *Archives of Oral Biology,* volume 36, number 8: pp. 595-602.

RUFINO, Ana I. P. (2014) – *Modificações dentárias intencionais e patologia oral: estudo de uma amostra de escravos africanos dos séculos XV-XVII.* Dissertação de Mestrado em Evolução e Biologia Humanas, Departamento de Ciências da Vida, Universidade de Coimbra.

SCHIODT, Morten; LARSEN, Vagn; BESSERMANN, Mogens (1980) – Oral findings in glassblowers. *Community dentistry and oral epidemiology*, volume 8, issue 4: 195-200.

SCOTT, G.Richard; JOLIE. RuthB. (2009) – Tooth-tool use and yarn production in Norse Greenland. *Alaska Journal of Anthropology*, volume 6, number 1: pp. 253-264.

SCOTT, G. RICHARD.; WINN, J.R. (2011) – Dental chipping: contrasting patterns of microtrauma in Inuit and European populations. *International Journal of Osteoarchaeology*, 22: pp. 723-731.

SHAW, Thurstan (2013) – Early smoking pipes: in Africa, Europe and America. The *Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, volume 90, number 2: pp. 272-305.

SILVA, Ana M. (2012) – *Antropologia funerária e paleobiologia das populações portuguesas (litorais) do Neolítico final – Calcolítico*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SILVA, Ricardo J.C. (2016) – *O Museu Nacional de Machado de Castro – um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco.* Tese de Doutoramento em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SOTO, Jorge; MORENO, Sandra; MORENO, Freddy (2010) – Antropología Dental y Periodoncia: Relacíon entre los Rasgos Morfológicos Dentales y la Enfermedad Periodontal. *Acta Odontológica Venezolana.* Voluman 48, nº3, pp. 1-12.

TORRES-ROUFF, Christina (2003) – Oral implications of labret use: a case from pre-columbian Chile. *International Journal of Osteoarchaeology*, 13: pp. 247-251.

TURNER, Graham; ANDERSON, Trevor (2003) – Marked occupational dental abrasion from medieval Kent. *International Journal of Ostearchaeology*, 13: pp. 168-172.

TURNER II, C. GRAHAM.; NICHOL, C.R.; SCOTT, G.RICHARD (2010) – Scoring procedures for key morphological traits of the permanent dentition: the Arizona State University dental anthropology system. *Advances in dental anthropology*. New York: Wiley-Liss Inc, pp. 13-31.

WALKER, Don; HENDERSON, Michael(2010) – Smoking and health in London´s East End in the first half of the 19th century. *Post-Medieval Archaeology*, 44/1: pp. 209-222.

WALLACE, John A. (1974) – Approximal grooving of theeth. American Journal of Physical Anthropology, 40: pp. 385-390.

WASTERLAIN, Rosa S. N. (2006) – *"Males" da Boca: estudo da patologia oral numa amostra das colecções osteológicas identificadas do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (finais do séc. XIX/ inícios do séc. XX)*. Tese de Doutoramento em Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

WATERS-RIST, Andrea; BAZALLISKLL, Vladimir I; WEBER, Andrzej; GORIUNOVA, Olga I. KATZENBERG, M. Anne (2013) – Activity-induced dental modification in Holocene Siberian hunter-gatherers. *American Journal of Physical Anthropology,* 143: pp. 266-278.



Figura 1 – Maxilar superior do indivíduo 3 onde são visíveis as marcas invulgares de desgaste por abrasão presentes nos incisivos centrais. Fotografia de Liliana Matias de Carvalho.



Figura 2 – Maxilar superior do indivíduo 2 onde são visíveis os dois sulcos de abrasão que afectaram os incisivos laterais. Fotografia de Liliana Matias de Carvalho.



Figura 3 – Maxilar inferior do indivíduo 54 onde é visível, o padrão de desgaste atípico no 2º pré-molar e 1º molar esquerdos (vista lateral esquerda). Fotografia de Bruno M. Magalhães.



Figura 4 – Maxilar inferior do indivíduo 54 onde é visível o padrão de desgaste atípico no 2º pré-molar e 1º molar esquerdos (vista superior). Fotografia de Bruno M. Magalhães.

ESTUDO ARQUEOBOTÂNICO DO POVOADO ALTO-MEDIEVAL DE S. GENS: PERSPETIVAS SOBRE A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS LENHOSOS E AGRÍCOLAS

Cláudia Oliveira[1], Ana Jesus[2], Catarina Tente[3], João Pedro Tereso[4]

RESUMO

A ocorrência de um incêndio no sítio de S. Gens permitiu a conservação de matéria orgânica resultante do colapso de estruturas de madeira associadas aos penedos que delimitavam a entrada do povoado. Os resultados obtidos revelaram o domínio de carvalhos (*Quercus* spp.) nos carvões e milho-miúdo (*Panicum miliaceum*) na carpologia. Dos restantes, salienta-se a presença de fragmentos de pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*) e algumas espécies arbustivas, vários cereais e, ainda, carporrestos da flora local. O estudo deste sítio, em conjugação com outros, permitirá obter uma caracterização regional da exploração de recursos naturais no centro de Portugal, numa cronologia onde os estudos arqueobotânicos ainda não são frequentes.

Palavras-chave: Centro de Portugal, Milho-miúdo, Carvalho, Pinheiro-silvestre.

ABSTRACT

A fire event in S. Gens allowed the conservation of organic material from the destruction of timber structures associated with rock outcrops in the settlement entrance. Results revealed the dominance of oak species (*Quercus* spp.) in the charcoal assemblage and broomcorn millet (*Panicum miliaceum*) in the carpological assemblage. Concerning the remaining taxa, it is highlighted the presence of Scots-pine (*Pinus sylvestris*) and some shrubby species, several cereals and carporemains of local flora. The study of this site, associated with others, will allow a regional characterization of natural resources exploitation in central Portugal in a chronology where the archaeobotanical studies are not common.

Keywords: Central Portugal, Broomcorn millet, Oak, Scots-pine.

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico de S. Gens (Celorico da Beira, Guarda) é um povoado alto medieval datado do século X (Tente e Carvalho, 2011) que ocupa uma área plana no vale junto à confluência da ribeira dos Tamanhos com o rio Mondego. S. Gens é conhecido, principalmente, pelas inúmeras sepulturas rupestres que compunham a necrópole e que se encontram na proximidade do povoado, distribuído por uma área de, aproximadamente, 0,5 ha. Este apresenta uma planta ovalada delimitada por uma cerca com uma única entrada voltada ao vale da ribeira dos Tamanhos. A cerca seria composta por uma paliçada em madeira de carvalho assente numa base de pedra não aparelhada (Queiroz, 2009c; Tente, 2010,

1. CIBIO-InBIO-UP – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos / Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, Lab. Assoc. – Universidade do Porto; Faculdade de Ciências da Univ. do Porto; claudia.oliveira1991@gmail.com

2. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; anaclaudiasousajesus6@gmail.com

3. IEM; Universidade Nova de Lisboa; catarina.tente@gmail.com

4. CIBIO-InBIO-UP - Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos / Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, Lab. Assoc. – Universidade do Porto; Faculdade de Ciências da Univ. do Porto; UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; jptereso@gmail.com

p. 234). A entrada estaria guarnecida pela presença de *tors* graníticos que apresentam entalhes de suporte de outras estruturas e que permitiriam a circulação entre eles e no topo dos mesmos (Tente, 2013, p. 65). Além da estrutura defensiva identificada, a descoberta de vestígios de lareiras em associação com outros materiais (e.g. cerâmicas, metais) permitiu distinguir a presença de unidades domésticas (cabanas).

S. Gens contou com quatro campanhas de escavação entre 2008 e 2013. A escavação arqueológica em 2008, do Sector 10, pôs a descoberto a cerca que rodeava o povoado e uma área de ocupação com uma lareira. Em 2011 e 2012, uma das partes centrais do povoado junto à cerca, Sector 4, foi escavada. Aí intervencionou-se a zona da cerca e da paliçada, o que permitiu verificar que os postes que a formavam, tombaram sempre para o lado interno, observação que havia sido feita também na campanha de 2008. Nesta área central identificaram-se ainda as unidades domésticas supra referidas. Na campanha de 2012-2013, a intervenção prosseguiu no sector 4, no entanto, apostou-se na abertura de uma área na zona correspondente à entrada do povoado. Aqui foi intervencionada uma área de 88 m², onde se identificou uma grande mancha (unidade estratigráfica (U.E.) [30]) que continha um elevado aporte orgânico que terá resultado do colapso das estruturas de madeira que enquadravam a entrada provocado por um incêndio. A destruição do sítio pela combustão permitiu a excecional conservação desta unidade estratigráfica e outras que lhe estavam anexas. As condições extraordinárias de conservação de macrorrestos permitiram a conservação de uma amora (Tente *& alii* 2017b, no prelo) e de grande parte do acervo carpológico do sítio.

Além de S. Gens, outros sítios que se enquadram na mesma realidade regional do Alto Mondego são a Senhora do Barrocal (Sátão, século X), Soida (Celorico da Beira, século X) e Penedo dos Mouros (Gouveia, século X-XI). Os estudos arqueobotânicos realizados nestes sítios (com exceção do sítio da Senhora do Barrocal) basearam-se na análise de um menor número de amostras (entre 9 e 48 amostras), compreendendo recolhas manuais e amostras sedimentares que revelaram a presença de vestígios de madeira carbonizada, sementes e frutos com uma diversidade assinalável (van Leeuwaarden e Queiroz, 2003; Queiroz, 2009a, b e c; Tente *& alii,* 2017a, no prelo).

A integração dos dados provenientes do estudo dos macrorrestos vegetais de S. Gens, em conjugação com trabalhos ainda a decorrer, permitirão obter uma caracterização cada vez mais detalhada da exploração dos recursos lenhosos e de práticas agrícolas do período alto medieval no contexto regional do centro de Portugal.

2. MATERIAL E MÉTODOS

As amostras analisadas neste estudo foram recolhidas no sector 4 e correspondem às U.E [1], [4], [30], [36] e [39], escavadas durante a campanha de escavação de 2012-2013:

- A U.E. [1] é uma camada perturbada situada logo abaixo da camada humosa e que, eventualmente, poderá corresponder a usos recentes. A incerteza associada à sua integridade levou a que não fosse considerada na análise de resultados deste estudo. Foi recolhida uma amostra de 10l de terra.
- A U.E. [4] corresponde a uma mancha de terras escuras com seixos que deverá corresponder ao despejo de uma lareira. Foi recolhida uma amostra de 10l.
- A U.E. [30], como mencionado antes, é um nível sedimentar associado ao incêndio e derrube de estruturas de madeira junto à entrada do povoado. Esta U.E. estende-se por 59 quadrados de 1m², tendo sido recolhidos um mínimo de 10l por quadrado.
- As U.E. [36] e [39] correspondem a níveis de circulação, tendo sido recolhidas 1 amostra em cada.

As primeiras 30 amostras foram flutuadas manualmente e as restantes 66 amostras foram processadas com uma máquina de flutuação de tipo Siraf, com recurso a malhas de 0,5mm.

A análise do material antracológico efetuou-se segundo uma metodologia padrão. Um mínimo de 50 carvões por amostra, de dimensão igual ou superior a 2mm, foram selecionados de forma aleatória e analisados recorrendo à observação das três secções de diagnóstico (transversal, longitudinal radial e longitudinal tangencial). Os fragmentos foram observados à lupa binocular e microscópio de luz refletida e a identificação foi auxiliada com recurso a atlas anatómicos (e.g. Schweingruber, 1990). Além do diagnóstico taxonómico foram registadas várias características tafonómicas, das quais se destacam

a curvatura de anéis (fraca, moderada ou forte) e a deteção da presença de vitrificação (e.g. MacParland *& alii,* 2010) e fissuras radiais (e.g. Théry-Parisot e Henry, 2012).

Neste estudo optou-se pela distinção de unicamente dois tipos anatómicos de *Quercus*, nomeadamente *Quercus* de folha caduca e *Quercus* de folha perene. Estas designações eram utilizadas na análise dos resultados obtidos neste estudo e na comparação com estudos anteriores, desta e de outras jazidas. Não é possível distinguir as diferentes espécies de *Quercus* de folha caduca através da anatomia da sua madeira, devido à grande sobreposição de caracteres anatómicos das diferentes espécies (e.g. *Quercus robur*, *Quercus pyrenaica*, *Quercus faginea*) e à sua variabilidade em função de variáveis ambientais e da posição na árvore (e.g. tronco, ramos de diferentes calibres e posições) (Schweingruber, 1990). O mesmo acontece com as espécies de folha perene (e.g. *Quercus ilex*, *Quercus suber*, *Quercus coccifera*), ainda que por vezes seja possível a identificação de carvões de sobreiro (*Quercus suber*).

Os vestígios carpológicos foram observados à lupa binocular e a sua identificação botânica foi efetuada através da comparação morfológica com elementos atuais, com recurso à coleção de referência do Herbário da Universidade do Porto (PO) e a atlas da especialidade (Berggren, 1981; Anderberg, 1994; Jacomet, 2006; Nesbitt, 2006; Bojnanský e Fargašová, 2007). As designações dos táxones seguiram a Flora Ibérica (Castroviejo, 1986-2012). No caso das famílias não representadas na Flora Ibérica foi utilizada a Flora Europaea (Tutin, 1964-1980).

3. RESULTADOS

Foram estudadas 96 amostras sedimentares repartidas pelas diferentes U.E. e 10 amostras não continham qualquer vestígio carpológico. Eventuais efeitos das diferentes técnicas (flutuação manual e flutuação com recurso a máquina), tais como descritos por Buxó (1997), surgem atenuados nos resultados finais pelo facto de terem sido recolhidas várias amostras nos mesmos quadrados, tendo a maioria sido processada com máquina.

A análise de antracologia revelou a presença de carvões em todas as amostras e foram analisados 3763 fragmentos (Tabelas 1 e 4) no conjunto das diferentes U.E.. De uma forma geral, destaca-se a predominância de *Quercus* spp. que se repartem em *Quercus* de folha caduca (45,4%, doravante *Quercus* caducifólia), *Quercus* sp. (30,3%) e o morfotipo menos representado, *Quercus* de folha perene (0,3% e apenas 10 fragmentos). Seguidamente surge *Fraxinus* sp. (3,7%) e, ainda com uma representação assinalável, os fragmentos cujo estado de preservação não permitiu uma identificação além de Dicotiledónea. Com uma percentagem residual, surgem outros táxones, onde se incluem *Alnus* sp., *Erica arborea/australis*, Leguminosae ou *Pinus sylvestris* e alguns fragmentos de cortiça, de pequenas dimensões.

Na caracterização tafonómica aqui apresentada no conjunto das U.E., foi possível observar a curvatura de anéis em 57,6% (n=2169) dos fragmentos. A quase totalidade destes fragmentos apresentavam curvatura fraca (98,2%, n=2129) e os restantes repartem-se em 1,8% (n=38) para curvatura moderada e apenas 0,1% (n=2) para a curvatura forte. A ocorrência de fenómenos de vitrificação verificou-se em 1152 fragmentos (30,6%) e as fissuras radiais apenas em 270 fragmentos (7,2%). Dicotiledónea é o táxon com maior percentagem de incidência destas alterações, aliás dificultando a sua identificação a um nível taxonómico mais detalhado. Nos 1152 fragmentos com vitrificação, 486 (cerca de 42%) correspondiam a Dicotiledónea, enquanto que no caso das fissuras radiais, mais de metade (149 num total de 270) pertencem também a este táxon.

No que concerne a outras características tafonómicas, detetou-se a presença de madeira de reação em cinco fragmentos de pinheiro (*Pinus sylvestris* e *Pinus* sp.) e a ocorrência de galerias de insetos xilófagos em três carvões de *Quercus* caducifólia. No decorrer da análise dos carvões foi detetada, também, a ocorrência de anéis sinuosos (diminuição do tamanho do anel de crescimento onde o lenho de verão se apresenta muito reduzido ou praticamente imperceptível) em 35 fragmentos de *Quercus* caducifólia.

3.1 A U.E. [30]

Uma primeira caracterização do conjunto arqueobotânico incidiu exclusivamente sobre a U.E. [30] (Tabela 1) (Tente *& alii,* 2017b, no prelo). Nos carvões, a dominância de *Quercus* spp. é evidente. Ainda assim, procedeu-se a uma espacialização dos resultados de forma a detetar eventuais padrões de concentração ou dispersão dos táxones. A distribuição dos carvões pelos diferentes quadrados (Figura 1) evidencia o padrão de dominância de *Quercus* (*Quercus* caducifólia e *Quercus* sp.) em todas estas unidades

espaciais. Assim, não são notadas diferenças entre os quadrados com a exceção de S7, T6 e T7 onde a diversidade se encontra mais repartida entre os diferentes táxones, com evidência para a frequência assinalável de *Fraxinus* sp.. Conjuntamente, o hábito arbóreo é claramente predominante (Figura 1).

Relativamente à carpologia, foram estudadas 84 amostras sedimentares da U.E. [30]. Os resultados foram divididos em três grupos: espécies cultivadas (Tabela 2), espécies silvestres (Tabela 3) e milho-miúdo (Gráfico 1). Como discutido anteriormente (Tente *& alii,* 2017b, no prelo), as espécies cultivadas representam 70 % do total e desses, 91 % são cariopses de *Panicum miliaceum*, justificando-se, assim, a sua análise em separado. Os restantes 9% correspondem a grãos de centeio (*Secale cereale*), cevada (*Hordeum vulgare*) e trigo de grão nu (*Triticum aestivum/durum*). Este último tipo morfológico inclui *Triticum aestivum*, *Triticum turgidum* e *Triticum turgidum* subsp*. durum*, espécies impossíveis de distinguir através da morfologia dos seus grãos (Hillman *& alii,* 1996). Alguns grãos encontravam-se em mau estado de preservação, só tendo sido possível identificações ao nível do género (*Triticum* sp. – trigo) ou da tribo (Triticeae – que inclui, entre outros, o trigo, a cevada e o centeio).

No segundo grupo (30%), salienta-se a existência de espécies silvestres da flora local associadas, principalmente, a afloramentos rochosos, como a *Coincya monensis* (Aguiar, 2001) mas também a ambientes ruderais. Os dados finais deste grupo (Tabela 3), não estão integralmente descritos ao nível da espécie. No caso de Polygonaceae foram distinguidas, morfologicamente, quatro tipos morfológicos diferentes (*Rumex* tipo *arenastrum/aviculare*, *Rumex* tipo *bucephalophorus*, *Rumex* tipo *acetosa/longifolius* e *Rumex* tipo *cripus/obtusifolius*). No caso de Gramineae existem pelo menos cinco espécies diferentes, atestadas pela presença de cariopses de morfologia bem distinta, ainda que não seja sempre possível adscrevê-las a táxones concretos. A cariopse de aveia (*Avena* sp.) está incluída no grupo de espécies silvestres mas, na ausência de partes florais, não é possível distinguir a aveia silvestre da cultivada. O mesmo problema ocorre com a semente da papoila-dormideira (*Papaver somniferum subsp. somniferum/ssp. setigerum*), já apresentada no artigo anterior (Tente *& alii,* 2017b, no prelo). Os exemplares presentes na U.E. [30] estão muito degradados e considera-se mais prudente identificá-los ao nível do género (*Papaver* sp.). Identificaram-se ainda quatro tipos de Leguminosae (tipos *Trifolium*, *Melilotus*, *Medicago* e Genisteae). Para além de sementes e frutos, também surgiram caules e folhas e alguns coprólitos, maioritariamente de térmitas, na U.E. [30] e na U.E. [4].

O terceiro grupo corresponde ao número total de cariopses de *P. miliaceum* (Figura 2) e Panicoideae. A identificação ao nível da subfamília Panicoideae verificou-se quando o estado de preservação dos grãos não permitiu uma identificação mais precisa. Assim, apesar de não se poder excluir que estes grãos pertençam a outra Gramineae silvestre, considerando a abundância de grãos de *P. miliaceum* nas amostras é mais provável que estes sejam, efetivamente, grãos danificados desta espécie. Como tal, a figura 3 representa a distribuição de grãos de *Panicum miliaceum* e Panicoideae, partindo do princípio que pertencem todos à mesma espécie.

É importante salientar que os grãos de milho-miúdo que surgem em grandes quantidades nas amostras sedimentares da U.E. [30] são bastante menores (< 2mm) do que os grãos dos outros cereais (> 4 mm). Como tal, ainda que surjam menos grãos de centeio, trigo e cevada, estes deverão corresponder a um maior volume do que os grãos de milho (Figura 2), (Figura 3) (Tabela 3).

Foi analisada a distribuição espacial dos grãos de *Panicum miliaceum* de forma a tentar perceber a existência de eventuais padrões. Como se observa na figura 3, a maior concentração de milho-miúdo ocorre na parte noroeste da área escavada, nomeadamente nos quadrados S6 e R7. Aqui os subquadrados S6.1 e S6.6. apresentam mais de 80 cariopses de milho-miúdo. Apenas 10 subquadrados, não possuíam cariopses de *P. miliaceum*. As amostras de cinco destes subquadrados foram flutuadas com a máquina de flutuação, enquanto que em outros quatro subquadrados foram aplicados ambos os métodos de processamento. Como tal, não deverá existir um considerável enviesamento provocado pelo método de processamento de amostras. Estes quadrados, juntamente com os quadrados com menos de 5 ocorrências de *P. miliaceum*, estão todos mais próximos dos penedos. Excetua-se o quadrado T6.9, o qual tem mais de 15 cariopses de *P. miliaceum* (Gráfico 1). Observando o Gráfico 1, é importante salientar a amostra do quadrado R7, com 58 grãos de milho-miúdo. Esta não se encontra representada na figura 3 pois não está adstrita a um subquadrado específico.

3.2. As restantes U.E.

Relativamente às restantes unidades estratigráficas, os dados da análise dos macrorrestos estão espelhados na Tabela 4. No que concerne aos carvões identificados (num total de 150 fragmentos), a diversidade observada segue os padrões observados na U.E. [30], com predomínio de *Quercus* caducifólia com mais de dois terços dos carvões identificados. A presença predominante deste tipo anatómico encontra paralelos nos estudos anteriormente realizados nesta jazida. De facto, a análise de uma amostra sedimentar (subamostrada em cerca de 600 gramas) recolhida no interior da lareira revelou exclusivamente a presença de *Quercus* caducifólia, identificado então como *Quercus pyrenaica* (Queiroz, 2009c).

O estudo carpológico destas unidades estratigráficas permitiu detetar dois táxones que não ocorrem na U.E. [30]: *Rubus cf. idaeus* (framboesa) na U.E. [39] e *Rubus* tipo *ulmifolius* (amora) na U.E. [4]. A possível semente de framboesa está associada à presença de algumas espécies cultivadas, como o *P. miliaceum*, e a cinco sementes de espécies silvestres como *Anagallis arvensis,* normalmente associadas a locais fortemente antropizados. Neste povoado, no sector 10, já tinha sido identificado um fruto de *Prunus avium* (cereja, Queiroz, 2009c). Tanto a amora como a cereja também já tinham sido identificadas em sítios medievais como o Penedo dos Mouros (Queiroz, 2009a). Os dados carpológicos da U.E. [36] são muito semelhantes aos dados da U.E. [30], com a predominância de cariopses de milho-miúdo e, em menor quantidade, grãos de cevada e trigo de grão nu (Tabela 4).

Os diferentes tipos de leguminosas silvestres e de gramíneas (Tabela 4) presentes na U.E. [36], possuem uma morfologia muito semelhante entre si o que torna a sua identificação além do género problemática. Estas mesmas espécies foram identificadas na U.E. [30].

4. DISCUSSÃO

O estudo dos macrorrestos provenientes da jazida de S. Gens permitiu a obtenção de novos dados para uma área geográfica e período com um enorme potencial arqueobotânico, traduzindo-se num apreciável número de carvões identificados e outros tantos elementos carpológicos de grande valor interpretativo.

Embora tenha sido estudado um conjunto grande de carvões, estes apresentaram escassa diversidade florística. Tal dever-se-á à natureza do principal contexto analisado, a U.E. [30], que aparentemente resulta da destruição provocada por um incêndio (Tente, 2013). Os carvões analisados, predominantemente de carvalho (*Quercus* caducifólia) com curvaturas fracas, ou seja, de grande calibre (porte arbóreo), deverão corresponder, assim, a vestígios da construção destruída. O uso de madeira de carvalho para construções surge documentado em outros estudos antracológicos da região, nomeadamente na Soida (Queiroz, 2009b), onde foi detetada uma paliçada de madeira de carvalho, destruída por um incêndio.

Foram detetados em S. Gens diversos fragmentos de carvão de carvalho com anéis sinuosos. A presença de anéis sinuosos poderá resultar de fenómenos ambientais (e.g. períodos de seca), prática de poda das árvores e outras atividades de gestão florestal como a talhadia (e.g. Deforce e Haneca, 2014) que se refletem no desenvolvimento dos anéis.

S. Gens localiza-se na zona de confluência entre a Ribeira dos Tamanhos e o rio Mondego, numa área que deveria corresponder igualmente à confluência de diferentes ecossistemas. Áreas geridas pelas comunidades humanas deveriam completar um cenário de alguma diversidade florística. Depois de *Quercus*, as espécies ripícolas, ou seja, que compõem a vegetação das margens dos rios, representam o grupo de táxones com maior percentagem no conjunto dos carvões analisados sugerindo que, também, os habitats ribeirinhos foram explorados para a obtenção de madeira, possivelmente usada para construção. A vegetação ripícola surge representada pelo freixo (*Fraxinus* sp.), amieiro (*Alnus* sp.) e, eventualmente, Rosaceae Maloideae (que inclui espécies ribeirinhas como *Crataegus monogyna* - pilriteiro). Foi possível, ainda, identificar uma quantidade residual de fragmentos de táxones arbustivos como *Erica* ou Leguminosae, entre outros. O emprego destas espécies acontece, muitas vezes, como material de ignição de combustões ou ainda como material de construção (revestimento da cobertura das habitações), hipótese já avançada no estudo antracológico efetuado por Queiroz (2009c).

Relativamente à análise da distribuição espacial dos fragmentos de carvão, verificou-se uma padronização onde *Quercus* spp. são sempre dominantes relativamente a outros táxones. Uma alteração ao padrão de dominância assiste-se nos quadrados S7, T6 e T7 onde *Fraxinus* sp. surge com frequência assinalável

entre 5 e 18% e poderá estar associado a um fenómeno de concentração, em que a grande quantidade de carvões não equivaleria a uma grande quantidade de indivíduos ou de madeiramentos, no caso de se tratar do derrube de uma estrutura de madeira. A categoria "outros" engloba sempre os táxones arbustivos, parcamente representados no conjunto de fragmentos analisados. Como foi já referido, o predomínio de espécies com porte arbóreo vai de encontro à interpretação apresentada para a U.E. [30], que corresponderia ao colapso de estruturas de madeira.

Os resultados da carpologia evidenciaram a predominância do milho-miúdo. Outros cultivos surgem em números reduzidos, como o centeio, o trigo de grão nu e a cevada. Foi ainda detetado um grão de aveia, desconhecendo-se se pertence a uma espécie doméstica ou silvestre. As espécies silvestres presentes em S. Gens correspondem principalmente a daninhas de cultivos e a espécies ruderais que poderiam encontrar-se no próprio povoado.

No norte e centro de Portugal, o cultivo do milho-miúdo está documentado em época medieval sendo em algumas zonas um dos cereais dominantes (Oliveira Marques, 1978; Gonçalves, 2012). Os restantes cereais detetados em S. Gens surgem também frequentemente mencionados na documentação medieval e no registo carpológico.

Nesta região, o cultivo da fava (*Vicia faba*) e trigo de grão nu (*Triticum aestivum/durum*) está atestado no Penedo dos Mouros (van Leeuwaarden e Queiroz, 2003) e Senhora do Barrocal (Tente *& alii,* 2017a, no prelo). Aparece neste último sítio, ainda em estudo, uma grande quantidade de cereais, salientando-se o predomínio de cariopses de centeio (*Secale cereale*) e aveia (*Avena* sp.) seguido por milho-miúdo (*P. miliaceum*) e cevada (*Hordeum vulgare* subs. *vulgare*) (Tente *& alii,* 2017a, no prelo). No Penedo dos Mouros foi detetada uma concentração de favas numa zona central dos *tors*, na qual havia uma estrutura de madeira com dois pisos onde eram guardados alimentos e outros bens (Tente, 2013, p. 63).

A análise da distribuição espacial de grãos de milho-miúdo demonstra uma concentração nos quadrados S6 e R7, área noroeste da escavação. Três hipóteses podem ser colocadas para explicar esta concentração: estar associada a outras estruturas localizadas a norte e sobrepostas aos afloramentos graníticos ali existentes (área que não foi intervencionada e onde só há sedimento acumulado nos interstícios dos afloramentos), estaria efetivamente relacionada com o derrube da estrutura que existiria na entrada do povoado ou poderia estar relacionada com escorrência de materiais já que a área contígua é mais alta do que a área que foi escavada.

Ainda que os dados arqueobotânicos obtidos potenciem principalmente interpretações de índole paleoetnobotânica, referentes ao uso de madeira para construção, às espécies cultivadas e à história do evento destrutivo que potenciou a preservação dos vestígios botânicos, é possível retirar ilações paleoecológicas da simples presença destas espécies no povoado em questão. A presença predominante de *Quercus* spp. coincide com a caracterização biogeográfica atual da região da Serra da Estrela (Costa *& alii,* 1998; Connor *& alii,* 2012). O estudo demonstrou que os carvalhais foram usados para a obtenção de matéria-prima utilizada em construção. O mesmo aconteceu com as formações ribeirinhas, onde se recolheu madeira de freixo e amieiro. Os ambientes mais antropizados encontram-se bem representados, não só no estudo antracológico, pela presença de carvões de urze e giestas/tojos, mas principalmente no estudo carpológico, no qual se detetaram diversos cultivos, mas também espécies daninhas e ruderais.

Como foi referido, não é possível valorizar qualquer análise quantitativa ou paleoecológica aos macrorrestos vegetais pois os contextos em questão não propiciam esse tipo de abordagem. Como tal, não se deverá utilizar o conjunto estudado para deduzir o peso relativo, na paisagem, dos diferentes ambientes detetados. No entanto, a conjugação dos dados arqueobotânicos com os registos faunísticos recuperados sugere a existência de bosques nas imediações, nomeadamente, através da presença de táxones selvagens (e.g. *Cervus elaphus*, *Sus scrofa*) (Tente *& alii*, 2017b, no prelo).

A conjugação da informação fitossociológica com os dados palinológicos atesta a presença das espécies detetadas no estudo antracológico e carpológico aqui apresentado (van der Knaap e van Leeuwen, 1995) na região, no período em estudo. Como exceção, assinala-se a presença de *Pinus sylvestris*, que não ocorre, até à data, nos outros sítios medievais. É interessante a sua presença numa cronologia tão recente, uma vez que a sua distribuição está relacionada com as condições climáticas características do último período glaciar (Fernandes, Bento e Devy-Vareta, 2015). Ainda assim, a história holocénica desta espécie é pouco conhecida, em especial a sua eventual sobrevivência até fases recentes deste in-

terglaciar em áreas onde hoje já não ocorrerá de forma espontânea, nomeadamente em refúgios. Os estudos polínicos disponíveis apontam para a existência, na fase em estudo, de fortes ações de desflorestação que viriam a alterar a história ecológica da região de forma muito marcante. Logo, as etapas clímax da vegetação que corresponderiam a florestas de carvalhos e pinheiros não têm capacidade de regeneração, tornando a área pobre em vegetação arbórea e esta é substituída por estádios intermédios da sucessão ecológica em que predominam as formações herbáceas e arbustivas. Assim, os registos polínicos indicam uma tendência de aumento da pressão antrópica sobre os recursos florestais na região, com a diminuição da quantidade de pólen arbóreo, a recorrência de incêndios (pelo surgimento de camadas de cinza/carvão nas colunas polínicas) e o surgimento de espécies associadas a práticas agrícolas, nomeadamente, o cultivo de cereais e alterações ao uso do solo (Aguiar e Pinto, 2007).

5. CONCLUSÕES

O estudo arqueobotânico do povoado de S. Gens permitiu obter uma caracterização da exploração de recursos vegetais pelas comunidades que habitavam o sítio. Assim, a presença de vestígios de madeira de carvalho (associada a curvaturas fracas) numa zona associada ao colapso de estruturas permite inferir a utilização destas espécies como material de construção das mesmas. Salienta-se, ainda, a identificação inédita de *Pinus sylvestris* para esta cronologia e região. A análise da carpologia revelou a presença de diversos cereais e vestígios de flora local e uma elevada frequência de milho-miúdo, com uma distribuição diferenciada. A diversidade observada no estudo reflete a composição da flora regional cuja presença foi atestada pela integração de outros dados paleoecológicos. Assim, S. Gens apresenta-se como mais um ponto de referência no estudo e compreensão das dinâmicas de exploração dos recursos naturais no centro do país.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Carlos (2001) – *Flora e vegetação da Serra de Nogueira e do Parque Natural de Montesinho*. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

AGUIAR, Carlos; PINTO, Bruno (2007) – Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal continental: até à Idade Média. In Árvores e florestas de Portugal: floresta e sociedade, uma história comum. Lisboa: *Jornal Público*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Liga para a Protecção da Natureza. pp. 15-53.

ANDERBERG, Anna-Lena (1994) – *Atlas of seeds and small fruits of Northwest-European plant species with morphological descriptions*. Stockholm: Swedish Museum of Natural History.

BERGGREN, Greta (1981) – *Atlas of seeds and small fruits of Northwest-European plant species with morphological descriptions. 3. Salicaceae-Cruciferae*. Stockholm: Swedish Museum of Natural History.

BOJNANSKÝ, Vít; FARGAŠOVÁ, Agáta (2007) – *Atlas of Seeds and Fruits of Central and East-European Flora. The Carpathian Mountains Region*. Dordrecht: Springer Science & Business Media.

BUXÓ, Ramon (1997) – *Arqueología de las Plantas. La Explotación Económica de Las Semillas y Los Frutos en el Marco Mediterráneo de la Península Ibérica*. Barcelona: Crítica.

CASTROVIEJO, Santiago (coord. Gen.) (1986-2012). Flora Iberica 1-8, 10-15, 17-18, 2. Madrid: Real Jardín Botánico. CSIC.

CONNOR, Simon E.; ARAÚJO, João; VAN DER KNAAP, Willem O.; VAN LEEUWEN, Jacqueline F. N. (2012) – A long-term perspective on biomass burning in the Serra da Estrela, Portugal. *Quaternary Science Reviews*. 55: pp. 114-124.

DEFORCE, Koen; HANECA, Kristof (2015) – Tree-ring analysis of archaeological charcoal as a tool to identify past woodland management: The case from a 14th century site from Oudenaarde (Belgium). *Quaternary International*. 366: pp. 70-80.

COSTA, José Carlos; AGUIAR, Carlos; CAPELO, Jorge Henrique; LOUSÃ, Mário; NETO, Carlos (1998) – Biogeografia de Portugal continental. *Quercetea*. 0: p. 5-55.

FERNANDES, Manuel; BENTO, João; DEVY-VARETA, Nicole (2015) – Aspetos biogeográficos e paleoambientais de uma população finícola de *Pinus sylvestris* L. na serra do Gerês (NW Portugal). *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*. 7: pp. 159-181.

GONÇALVES, Iria (2012) – *Por terras de Entre-Douro-e--Minho com as Inquirições de D. Afonso III*. Co-edição CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Tempo e Memória", FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Edições Afrontamento. Porto.

HILLMAN, Gordon C.; MASON, Sarah; DE MOULINS, Dominique; NESBITT, Mark (1996) – Identification of archaeological remains of wheat: the 1992 London workshop. *Circaea*. 12 (2): pp. 195-209.

JACOMET, Stephanie (2006) – *Identification of cereal remains from archaeological sites: Archaeobotany*. Lab, IPAS, Basel University.

MCPARLAND, Laura C.; COLLINSON, Margaret E.; SCOTT, Andrew C.; CAMPBELL, Gil; VEAL, Robyn (2010) – Is vitrification in charcoal a result of high temperature burning of wood? *Journal of Archaeological Science*. 37: pp. 2679-2687.

NESBITT, Mark (2006) – Identification guide for Near Eastern grass seeds, London: Institute of Archaeology, University College London.

OLIVEIRA MARQUES, António H. (1978) – *Introdução à História da Agricultura em Portugal*: *A questão cerealífera durante a Idade Média*. Edições Cosmos. Lisboa.

QUEIROZ, Paula (2009a) – Novos dados arqueobotânicos sobre o Penedo dos Mouros (Gouveia). *Terra Scenica-Território Antigo Relatórios*. Lisboa. 11.

QUEIROZ, Paula (2009b) – Estudo arqueobotânico no Povoado Medieval da Soida, Celorico da Beira. *Terra Scenica-Território Antigo Relatórios*. Lisboa. 12.

QUEIROZ, Paula (2009c) – Estudo antracológico no sítio de S. Gens, Celorico da Beira. *Terra Scenica – Território Antigo Relatórios*. Lisboa. 13.

SCHWEINGRUBER, Fritz. H. (1990). *Anatomy of European woods*. Paul Haupt and Stuttgart Publishers.

TERESO, João Pedro (2012) – *Environmental change, agricultural development and social trends in NW Iberia from the Late Prehistory to the Late Antiquity*. Faculty of Sciences. Porto. University of Porto.

TERESO, João Pedro; TENTE, Catarina; BAPTISTA, Hugo (2016) – O sítio da Senhora do Barrocal (Sátão, Viseu): vestígios das práticas agrícolas e de exploração dos recursos agrários no século X. In *Old and New Worlds: the Global Challenges of Rural History*. Conferência Internacional. Lisboa. Instituto Universitário de Lisboa. pp. 1-14.

TENTE, Catarina. (2010) – *Arqueologia medieval cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*. Tese de Doutoramento. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

TENTE, Catarina; CARVALHO, António Faustino (2011) – The establishment of radiocarbon chronologies for early Medieval sites: a case study from the Upper Mondego Valley (Guarda, Portugal). *MUNIBE (Antropologia-Arkeologia)*. 62: pp. 461-468.

TENTE, Catarina (2013) – A origem da formação da paisagem rural medieval no Alto Mondego (Guarda, Portugal) o contributo da arqueologia. *Norba. Revista de História*. 25-26: pp. 61-75.

TENTE, Catarina; BAPTISTA, Hugo; TERESO, João Pedro; CÉRCIO, Margarida; VELOSO, João; OLIVEIRA, Cláudia; SEABRA, Luís; MEIRA, Catarina; DE SOUZA, Gabriel; CORDERO-RUIZ, Tomás; REAL, Manuel (2017a, no prelo) – Senhora do Barrocal (Sátão) na viragem do milénio. Primeira abordagem à sequência ocupacional, cultura material e função do sítio arqueológico, In TENTE, C. (Ed.) – *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*, Viseu: C. M. Viseu, no prelo.

TENTE, Catarina; PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; BROOKES, Stuart; MORENO-GARCÍA, Marta; DE SOUZA, Gabriel; TERESO, João Pedro; OLIVEIRA, Cláudia; JESUS, Ana (2017b) – Povoamento e modos de vida no limite oriental do território viseense durante o século X. O Povoado de S. Gens, In TENTE, C. (Ed.) – *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*, Viseu: C. M. Viseu, no prelo.

THÉRY-PARISOT, Isabelle; HENRY, Auréade (2012) – Seasoned or green? Radial cracks analysis as a method for identifying the use of green wood as fuel in archaeological charcoal. *Journal of Archaeological Science*. 39: pp. 381-388.

TUTIN Thomas Gaskell (Ed.) (1964-1980). *Flora Europaea*. Cambridge: Cambridge University Press.

VAN DER KNAAP, Willem O.; VAN LEEUWEN, Jacqueline F. N. (1995) – Holocene vegetation succession and degradation as responses to climatic change and human activity in the Serra de Estrela, Portugal. *Review of Palaeobotany and Palynology*. 89: pp. 153-211.

VAN LEEUWAARDEN, Win; QUEIROZ, Paula Fernanda (2003) – Estudos de arqueobotânica no Penedo dos Mouros / Gouveia – II. *Trabalhos do CIPA*. Lisboa. 47: pp. 1-9.

Quadrado	Subquadrado	*Alnus* sp.	*Erica australis/ arborea*	*Erica scoparia/ umbellata*	*Erica* sp.	*Fraxinus* sp.	Leguminosae	*Quercus* caducifólia	*Quercus* perenifólia	*Quercus* sp.	*Pinus sylvestris*	*Pinus* sp.	Rosaceae Maloideae	Dicotiledónea	Indeterminado	Total
R6	6		1			2		50		37				10		100
R7							1	37		12						50
R7	1							12		14				7		33
	2					2		45		20				16		83
	3					2		14		17		1		15	1	50
	4	1	1			1		8		19				14		44
	6					1		21		36				20		78
	7					2		25		32				11		70
	8	1				1		18		33				10		63
	11		1					21		24				4		50
	12							11		39				11		61
	13					2		26		16				6		50
	16					1		56	1	20				15		93
R8		1						28		14				7		50
R8	11							26		12				12		50
	14	1						32		12				5		50
R9	13							26		14				10		50
S6	1							69		23				8		100
	2					2		29		11				8		50
	3							28		11				23		62
	4							3		5				3		11
	6	1	1		1	1		116	2	30			1	19		172
	7					3		40		38				3		84
	8							4		5				5		14
S7	1					4		18		16				18		56
	2					3		26		20				16		65
	3					3	1	13		25				13		55
	4		1			4		28		23				15		71
	5					6		20		33				8		67
	7			1	1	5		39		32				30	1	109
	8					7		14		20				21		62
	9							6		7				3		16
	10		1			2		29	1	25				14		72
	11		1			2		20		10				16		49
	12					3		20		20				16		59
	13			1	2	3		47		25				11		89
	14		1					23		19				7		50
	15					1		38		38				16		93
	16					3		28		6				13		50
S8	2					1		22		15				12		50
	3		1					63		27		1		8		100
	5					4		13		12				18		47
	7							41		7				2		50
	9							15		21				15		51
	10					3		28		14				5		50
	11					4	1	35		18				19		77
	12					2		49		21				15	1	88
	15					2		16		17				15		50
	16					1		22		19				13		55
S9	9							32		9				9		50
T6	1					1		2		4				2		9
	2					6		20	1	11				20		58
	5					6		8		14				10		38
	9					8		10	1	16				15		50
T7	1					4		19		13				14		50
	5					1	1	3		4	1			10		20
	9					20	1	5		12				12		50
	13					4		15		11				9		39
T8	6							34		6				10		50
	9					1		21		19				9		50
	13					4		15	1	13	1			16		50
Total		5	9	2	4	138	5	1602	7	1116	2	2	1	717	3	3613

Tabela 1 – Frequência absoluta de carvões na U.E. [30].

Taxa / Quadrado	R7	R7										R8			S6					S7											S8			S9	R6		T6		Total
		2	3	4	6	7	8	11	13	16	8	11	14	1	2	3	6	7	2	3	5	7	10	12	13	14	16	9	10	16	9	6	2	5	6	
Hordeum vulgare subsp. *vulgare*																	3																				3
Hordeum vulgare subsp. *vulgare* (frag.)											1																			1							2
Secale cereale	7	1					1	1				4	1	2			2			1	1	3	1								1	1					27
Secale cereale (frag.)												1																									1
Secale cereale (frag. Longitudinal)														1																							1
Triticum aestivum/durum	2								1					1						1									1								6
Triticum aestivum/durum (frag.)						1		1																													2
Triticum sp.														1																							1
Triticeae																	3			1																	4
Triticeae (frag.)	11		2	1	3	5	1	2	1	13	2	3	2	18	1	2	22	4	2	2	1	3	6	2	4	1	4	2	5		1	2	4	3	1	136
Total	20	1	2	1	3	6	2	4	2	13	3	8	3	23	1	2	30	4	2	3	4	6	7	2	4	**1**	4	2	6	1	2	3	4	3	1	183

Tabela 2 – Frequência absoluta de espécies cultivadas (excluindo *Panicum miliaceum*) na U.E. [30].

| Quadrado | R6 | R7 | R7 | | | | | | | | | | | R8 | R8 | | R9 | S6 | | | | S7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | S8 | | | | | | | | | | | | | | | | S9 | T6 | | | T7 | | | T8 | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---

U.E.	4	36	39	Total
Subquadrado	N25.13	-	S9.15	
Antracologia				
Fraxinus sp.			2	2
Quercus caducifólia	39	32	37	108
Quercus perenifólia	2	1		3
Quercus sp.	6	12	6	24
Rosaceae Maloideae			1	1
Dicotiledónea	3	5	4	12
Total	50	50	50	150
Carpologia				
Carpologia - domésticos				
Panicum miliaceum		20	1	21
Secale cereale (frag.)		2		2
Triticum aestivum/durum		2		2
Triticeae (frag.)		3	2	5
Carpologia - silvestres				
Anagallis arvensis			1	1
Gramineae tipo *Digitaria*		2		2
Gramineae - ind. (frag.)		1		1
Leguminosae tipo *Genista*		1		1
Leguminosae tipo *Melilotus*		1		1
Leguminosae tipo *Trifolium*		1		1
Ornithopus compressus (lomento)			1	1
Rubiaceae tipo *Galium*			3	3
Rubus cf. *idaeus*			1	1
Rubus ulmifolius	1			1
Indeterminado (frag.)	4	39	4	47
Coprólito	2			2
Total	7	72	13	92

Tabela 4: Frequência absoluta de elementos antracológicos e carpológicos das U.E. [4], [36] e [39].

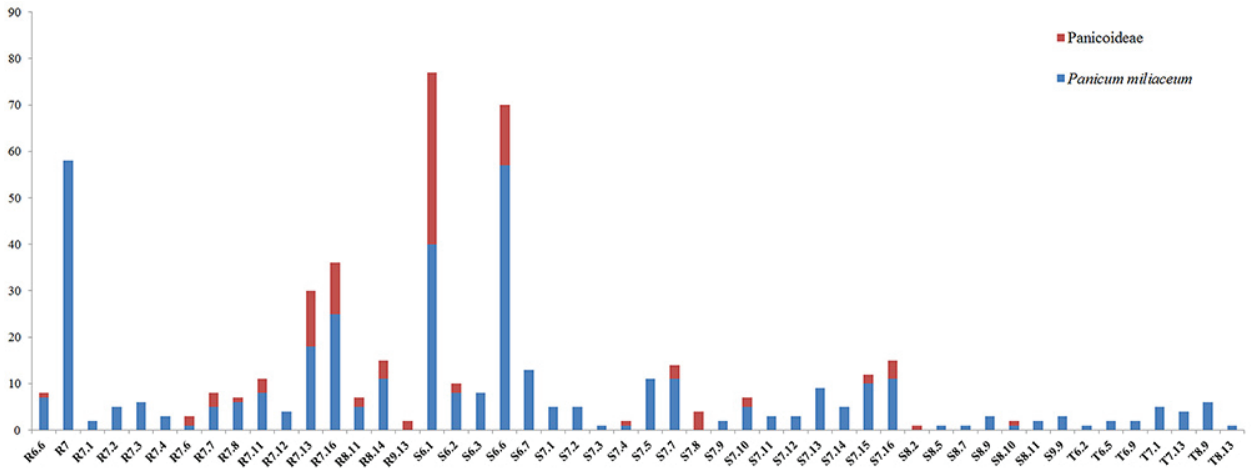


Gráfico 1 – Valores absolutos de grãos de *Panicum miliaceum* e de Panicoideae nos diferentes subquadrados da U.E. [30].

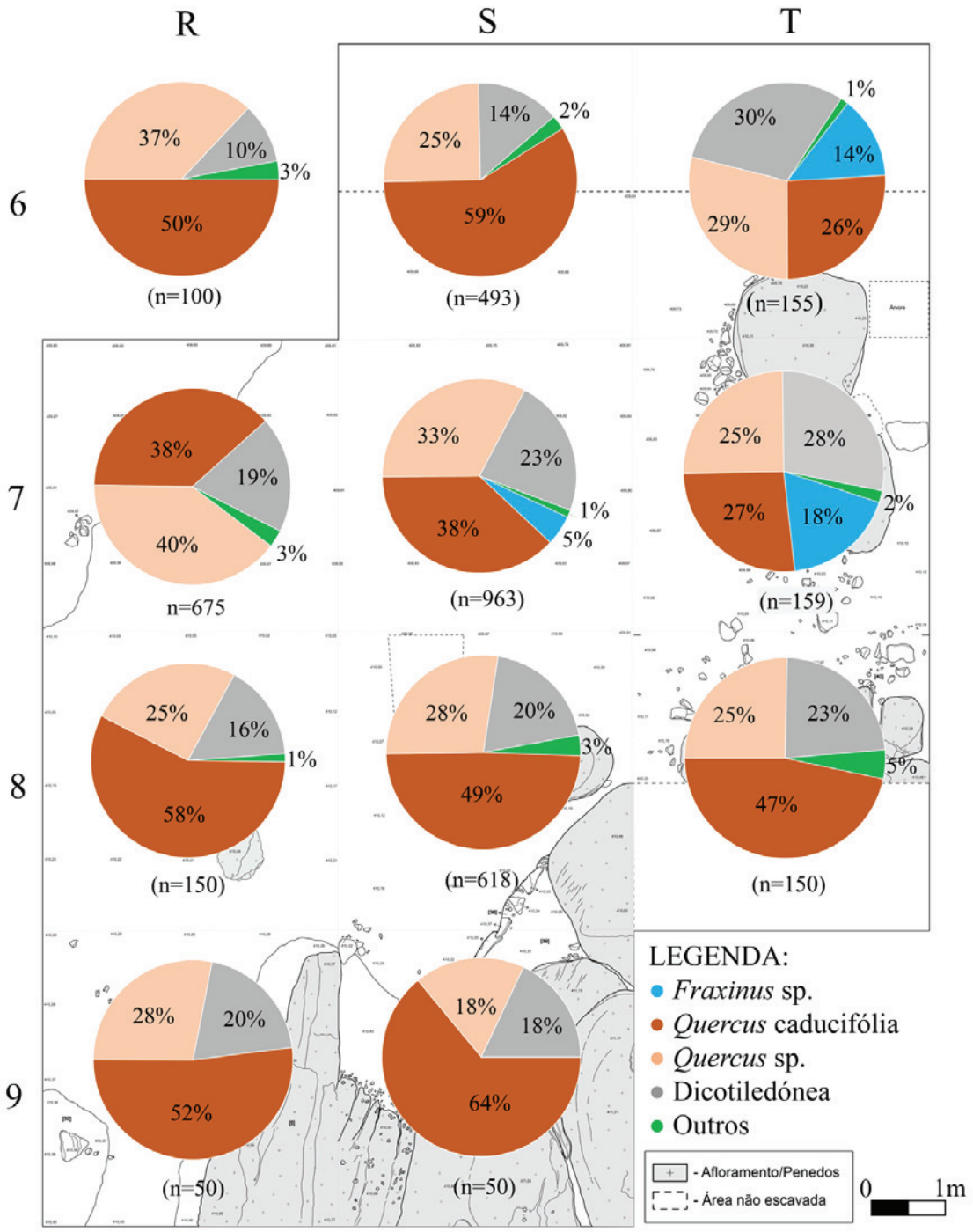


Figura 1 – Distribuição espacial, por quadrado da U.E. [30], dos fragmentos de carvão identificados no povoado de S. Gens. A categoria "Outros" engloba os táxones cuja frequência relativa foi inferior a 5%.

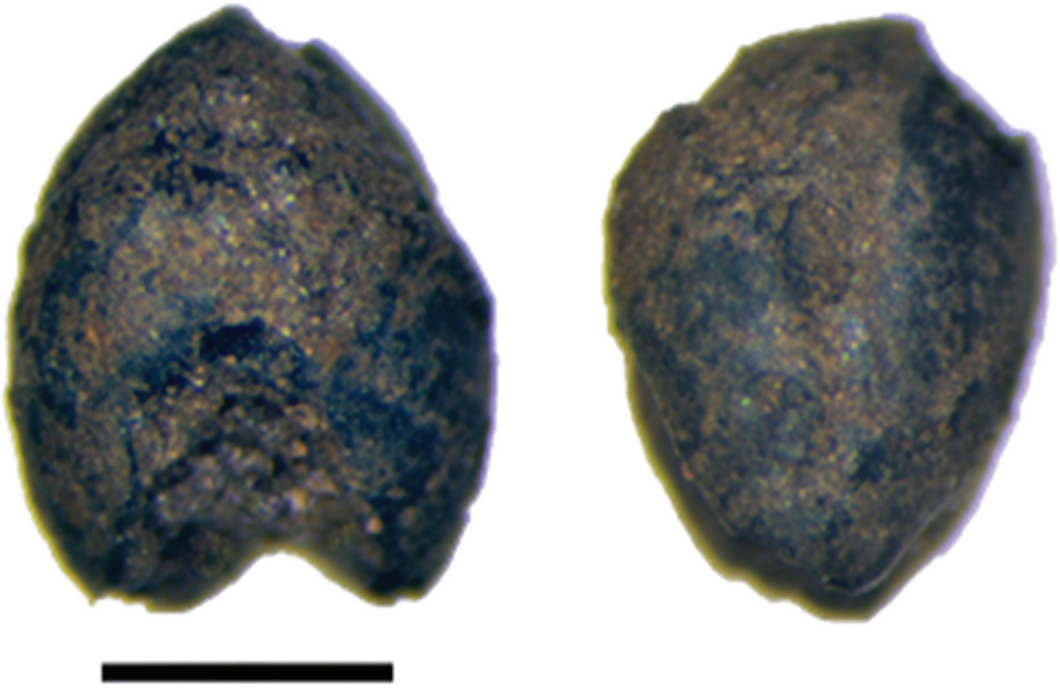


Figura 2 – Grão de *Panicum miliaceum* (Escala: 1mm).

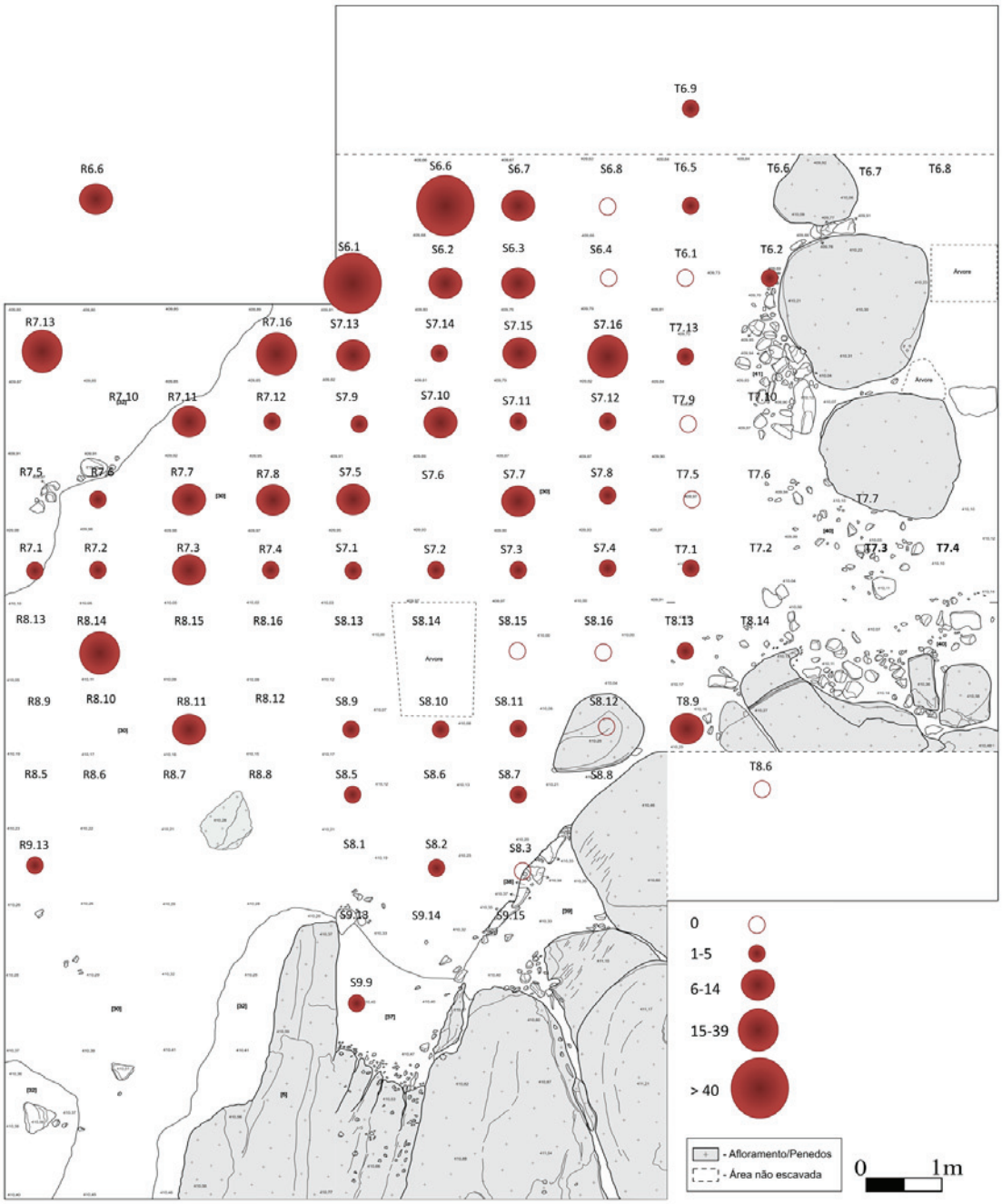


Figura 3 – Distribuição espacial, por subquadrado, do total de *Panicum miliaceum* e Panicoideae identificados na U.E. [30].

ADORNOS DE CAVALO DA ÉPOCA MEDIEVAL, PROVENIENTES DAS ESCAVAÇÕES DO CASTELO DE ALMOUROL (1898)

Maria Antónia Athayde Amaral[1]

RESUMO

Luís Teixeira Beltrão concluiria, em Janeiro de 1899, o relatório sobre uma escavação realizada em 1898 e iniciada por Garcês Teixeira, talvez, ainda, em 1897, no Castelo de Almourol. Curiosamente, acompanhava este documento uma representação cartográfica contendo a planta da fortificação onde se assinalavam as áreas intervencionadas e, ainda, através da referência aos números 1 a 7, o local onde se encontrara muito do material exumado (fotografia nº 2). A amostra de peças sobre a qual me debrucei faz parte do conjunto de material então recolhido, constituído por 170 artefactos e 444 moedas, em grande parte exposto no núcleo museológico da Escola Prática de Engenharia, agora Regimento de Engenharia Nº1, e diz respeito a um conjunto de peças utilizadas como adorno nos cavalos durante a Idade Média.

Palavras-chave: Acessórios de arnês, Pendentes de arnês, Suportes de suspensão, Cavalos, Idade Média.

ABSTRACT

In January of 1899 Luís Teixeira Beltrão wrote a report on an excavation, begun by Garcês Teixeira, perhaps in 1897, at the Castelo de Almourol. His report includes a map of the fortification showing that he escavated. In addition, places where much of the exhumed material was found are refered to with the numbers 1 to 7. My studies concern about a set of pieces used as decorate horses during the Middle Ages. These include 170 artifacts and 444 coins currently on display in the museum of the Practical Engineering School (*Escola Prática de Engenharia*), now known as the First Engineering Regiment (*Regimento de Engenharia Nº1*).

Keywords: Harness fittings and pendants, Suspension mounts, Horse, Medieval.

1. O CASTELO DE ALMOUROL

O Castelo de Almourol localiza-se na freguesia de Praia do Ribatejo, no concelho de Vila Nova da Barquinha, no distrito de Santarém e ergue-se numa pequena ilha no meio do rio Tejo, à cota de 19 metros de altitude, aproveitando um maciço rochoso granítico que se desenvolveu na ponta Este e que cai abruptamente sobre as águas, na zona Sul, Este e Oeste, proporcionando condições naturais e excepcionais de defesa e vigilância.

Esta localização, num ponto de cruzamento de vias antigas, de origem romana, que estabeleciam a ligação Norte-Sul e Oeste-Este, e onde era possível atravessar a vau o grande obstáculo físico que era o rio Tejo, conferiu a esta fortaleza uma destacada importância estratégica e militar.

O castelo foi mandado construir por Gualdim Pais, filho de Paio Ramires, da linhagem dos Ramirões, e de D. Gontrode Soares, dos Correias, ligado a uma nobreza com domínios a Sul de Braga e na zona do vale do Cávado[2], que esteve à frente do mestrado da Ordem do Templo, entre 1156 e 1195. Protagonista de um percurso militar excepcional, partiu para o

1. Direcção Geral do Património, maamaral@dgpc.pt

2. Sobre a personalidade de Gualdim Pais e seu percurso ver Barroca, 1995; *Idem*, 1996-1997, p. 176-202; *Idem*, 2002, p. 536; Mattoso, 1982, p. 215;

Próximo Oriente entre 1151-1552, no âmbito da IIª Cruzada pregada por S. Bernardo, em 1146, e aqui tomou contacto com as inovações, no âmbito da arquitectura militar, dos Cruzados na Terra Santa, que se iriam reflectir no programa que viria a desenvolver, em Portugal, de construção de raiz nalguns casos, ou de reforma, noutros, de pelo menos dez fortalezas distribuídas pelas várias linhas de defesa localizadas no território sob administração da ordem do Templo – a zona entre Coimbra e Santarém, a zona da fronteira Leste, e, por fim, os vales dos rios Zêzere e Nabão[3]. Este reforço das estruturas militares face à ameaça externa almóada, seria acompanhada por acções de incentivo ao povoamento de que são testemunho a concessão das cartas de foral a Pombal, Zêzere e Tomar (Barroca, 1996-97, p. 279).

No território de Ceres, a segunda grande linha de defesa a Sul de Coimbra, o programa integraria a construção dos castelos de Tomar, em 1160, e de Almourol, em 1171, e a reforma dos castelos de Cardiga e do Zêzere.

Do projecto de Gualdim Pais para o castelo de Almourol chegou, até aos nossos dias, grande parte dos elementos que o constituíram, pelo menos no seu esqueleto base – a planimetria da fortaleza, os panos das muralhas exterior e interior, reforçados por alambor na zona Norte, a zona habitacional desenvolvida em vários pisos de que são testemunho os ajimezes do pano de muralha sul[4], o adarve, nomeadamente o adarve sobre a porta principal, a torre de menagem e uma parte do sistema de ameias, que várias descrições e representações em desenho, do século XVIII e XIX, documentam (fotografia nº 1).

O castelo, aproveitando ao máximo a topografia do terreno, nomeadamente a elevação proporcionada pelos afloramentos rochosos, que lhe confere um destaque na paisagem e um ângulo de visibilidade de longo alcance e o punha a salvo de eventuais subidas das águas, desenvolveu-se em planta de configuração irregular, sub hexagonal, de altos paramentos feitos de blocos graníticos pouco afeiçoados, que assentam directamente nos afloramentos rochosos, por vezes reforçados por sistema de alambor, como nos foi dado observar na zona Norte, e por dez torres de planta semicircular ou subcircular. A necessidade de adaptação à topografia do lugar resultou num traçado das muralhas algo sinuoso que se tentou regularizar com a adopção, sempre que possível, de troços rectilíneos cuja inflexão de percurso seria marcada pelos já referidos torreões, solução anteriormente experimentada no castelo de Pombal (Barroca, 1996-1997, p. 189).

A fortificação divide-se em dois recintos muralhados, por onde se acede por portas – o primeiro recinto, de maiores dimensões, subdividido num primeiro pátio e numa plataforma inferior onde se encontram todas as dependências residenciais para uso da guarnição militar; e o segundo recinto, a uma cota superior e também muralhado, onde se ergue a torre de menagem.

Esta disposição permitia uma defesa mais eficaz pois uma vez alcançado o primeiro pátio o invasor deparava-se com obstáculos, de que o rampeamento da base da muralha que envolve a torre de menagem, a Oeste, é exemplo. Aumentando a estabilidade do muro, dificultava o assalto por escada, e colocava o inimigo à mercê dos tiros infligidos a partir dos planos superiores, nomeadamente dos adarves (Barroca 1996-1997, p. 200).

O acesso principal ao primeiro recinto faz-se por porta em arco de volta perfeita, localizada a Oeste, que se encontra flanqueada por dois torreões circulares e sobrepujada por inscrição em mármore branco comemorativa da vida e dos feitos de Gualdim Pais, bem como evocativa do programa construtivo do castelo de *Almourel*, de que foi protagonista[5]. A porta é delineada, externa e internamente, por aduelas compostas por silhares em granito bem aparelhados contrastando com as fiadas de pedra, de

3. O primeiro domínio, concedido à Ordem do Templo em 1128, nos finais do governo de D. Teresa, estender-se-ia em torno do itinerário romano *Olisipo-Eminium-Bracara* e polarizava-se no Castelo de Soure. O segundo, dominando uma via interior que dava acesso à Ladeia, centrava-se em torno do Castelo de Ceras, doado por D. Afonso Henriques, à Ordem, em 1159 (Barroca, 2002, p. 536-537).

4. Agradeço ao Dr. Paulo Fernandes a confirmação da classificação tipológica destes vãos, cuja utilização, em finais do século XII, e ainda segundo este investigador, documentam a adopção de uma tradição templária já experimentada na região de Coimbra, concretamente em Soure, um século antes.

5. Barroca, 2000, pp. 361-367. Esta lápide foi lida e publicada por vários autores: Brandão, 1632 B, p.27 Vº; Cunha, 1634-35, vol. II, p. 55; Teixeira, 1908, p. 162; Teixeira, 1925, p. 14-15; Teixeira, 1926, p. 71; Costa, 1982, p. 17; e a ela fizeram referência: Santa Catarina, 1722, pp.3-4; Leal, 1873-90, s.v. "Almourol", vol. 1, pp.156-157; Osório, 1896, p. 206; Osório, 1897, p. 36; Sousa, 1931, p. 627;

configuração irregular, do restante paramento. Na ombreira da face interna da porta, do lado superior esquerdo e imediatamente abaixo do arranque do arco, uma inscrição romana[6] testemunha a necessidade da conclusão rápida da construção da fortaleza utilizando todo o material disponível[7], por um lado, e documenta uma eventual ocupação prévia da ilha ou, pelo menos, de algum local próximo, hipótese reforçada, ainda, quer pela existência de mais materiais romanos e atribuíveis à época visigótica, reaproveitados em vários outros paramentos (Barroca, 1996-1997, p. 200), quer pelo conjunto de moedas romanas e outros materiais exumados nas escavações de final do século XIX.

Esta zona apresenta-se delineada, no sentido longitudinal e coincidente com o eixo longo da ilha, pelo paramento voltado a sul, de grande altura, que inflecte, em cunha, para Este, reforçado por seis cubelos de feição circular, e adarve na parte superior. Nele se rasgaram os ajimezes, cujos ornamentos ainda estavam *in situ* em 1843[8] correspondentes aos aposentos da guarnição militar, cujos alicerces a referida escavação pôs a descoberto, bem como se rasga a porta da traição, com um poço adjacente também identificado no decurso das referidas escavações. A plataforma superior deste recinto é percorrida por um arruamento que termina na porta de acesso ao castelejo. O vão, antecedido de três degraus altos, é delineado por arco de características semelhantes ao da porta principal e igualmente encimado por inscrição em mármore branco comemorativa da construção do castelo *Almoirel*[9]. Na sua face interna identifica-se um silhar almofadado romano.

O perímetro do castelejo é delineado, a sul, por paramentos que adossam à torre de menagem, e a norte, pela muralha principal reforçada por quatro torres de configuração subcircular. A torre de menagem, de planta quadrangular, apresenta muros com diferentes espessamentos ao longo dos seus três pisos, partindo de uma base com cerca de dois metros de espessura e com cerca de 1,30 m na parte superior. No ângulo nordeste da base, três fiadas escalonadas e desalinhadas da planta da torre, denunciam uma eventual construção pré existente. À torre acedia-se, no final do século XIX, por escada encostada à meta-de Este da parede Norte e por porta localizada a cerca de 2,80 m de altura. No segundo piso rasga-se uma janela voltada a Sul, rematada superiormente por lintel liso e sobrepujada pelo símbolo da Ordem do Templo. O seu interior, nos finais do século XIX, estava totalmente desprovido de escadas de acesso aos pisos superiores e ao terraço cujas ameias são originais ou pelo menos bastante antigas (Osório, 1897, p. 37; Costa, 1982, p. 19, Furtado, 1996, v. I, p. 63).

As muralhas dos dois recintos são coroadas por ameias e têm adarves com percursos independentes, um linear, ao longo da muralha sul, sem parapeito na face interna, e o segundo articulado com o recinto superior, cujas extremidades do percurso a Oeste e a Este, apresentam a particularidade de se desprenderem dos muros principais, o que as aproxima, em termos formais, como chamou a atenção Mário Barroca, das couraças. Estes troços salientes, que apresentavam a fragilidade da grande exposição ao tiro a partir do plano inferior, foram reforçados por duplo parapeito, documentando, uma vez mais, *uma grande capacidade de adaptação das soluções arquitectónicas aos condicionalismos do terreno e um invulgar domínio da arte militar* (Barroca, 1996-1997, p. 202). Nos paramentos Sul e sudeste da muralha existe ainda uma linha de seteiras a meia altura alinhadas com as seteiras superiores ou intercaladas. As torres, ao interior das quais se acede, em grande parte, por portas rectangulares, em planos inferiores ao adarve, ostentam seteiras e são igualmente coroadas por ameias.

Fica por esclarecer a localização da capela de Santa Maria de Almourol, mandada fazer pelo comendador Ruy Velho *sobre a porta do dicto Castello*, a que se refere um documento de 13 de Dezembro 1467, e onde terá casado a sua sobrinha com Martim Vaz de Bulhão (Dias, 1991, p. 108). Dada a total falta de espaço sobre a porta principal talvez a hipótese

6. Costa, 1982, p. 17. Trata-se de uma inscrição funerária consagrada aos deuses manes por membros da família Frontão.

7. Esta necessidade de incutir um ritmo acelerado à construção encontra-se igualmente documentada no projecto de Tomar onde, na torre de menagem se aproveitaram inúmeros materiais pré existentes, de origem romana, visigótica ou moçárabe (Barroca, 1996-1997, p. 194).

8. Segundo o Conde de Melo existiriam, naquela altura, *duas janelas, uma das quais conserva ainda restos dos antigos ornamentos que revelam o gosto gótico* (…) Citado por FURTADO, 1996, v. I, p. 63.

9. Barroca, 2000, pp. 367-369. Esta lápide foi lida e publicada por vários autores: Costa, 1771, p. 47 e 141-142; Osório, 1897, p. 37; Azevedo, 1911, p. 405; Teixeira, 1926, p. 70; Sousa, 1931, p. 627; Sequeira, 1949, p. 145-146; e a ela fizeram referência: Brandão 1632b, p.27 vº; Cunha, 1634-35, vol. II, p. 55; Sousa, 1931, p. 627;

mais plausível seja a aventada por Alfredo da Costa (Costa, 1982, p. 19), que coloca a capela na torre junto à porta de entrada do castelejo, ou na base da mesma, onde, talhados nos afloramentos, se vêem, ainda hoje, alinhamentos que parecem corresponder a alicerces[10]. De qualquer das formas é possível que a fortaleza tenha sido objecto de uma campanha de obras nos inícios do século XV, nomeadamente após um incêndio documentado na carta de Martim Gonçalves, cavaleiro comendador de Almourol e tio do Condestável, a D. João I[11].

2. A ESCAVAÇÃO DO CASTELO DE ALMOUROL

O relatório[12] do então alferes de Infantaria Luís Teixeira Beltrão[13], datado de Janeiro de 1899, refere-se a umas escavações no castelo de Almourol, de que o próprio teria sido encarregado, e *já anteriormente começadas pelo tenente Garcez Teixeira* (fl.1); por outro lado, os artigos do próprio Garcês Teixeira (1908, p. 159 e 1951, p. 4) são inequívocos quanto ao início dos trabalhos de desaterros, dentro do castelo, executados com o principal objectivo de atingir *o nível primitivo dos terraplenos interiores* (Teixeira, 1908, p. 156). Refere o autor que se teriam iniciado logo após a formalização da afectação do castelo de Almourol à Escola Prática de Engenharia, o que teria acontecido quando era comandante o coronel José Emílio de Santana da Cunha Castelo Branco (1896-1899). É de crer que estes trabalhos, até pela dimensão que atingiram, possam ter tido inicio, ainda, em 1897, sendo certo que se desenvolveram em pleno em 1898. A escavação, de acordo com a cartografia que acompanha o relatório, ter-se-á desenvolvido no recinto principal, entre a muralha Sul e o caminho de acesso ao castelejo. Pôs-se a descoberto aquilo que se julga ser a estrutura mestra da zona habitacional destinada à da guarnição militar que, no caso de Almourol, era bastante diminuta[14] – uma grande parede longitudinal de 20 m de comprimento e de 0,50 m de espessura, paralela à muralha sul e uma parede perpendicular no seu extremo oriental, com igual largura e com a qual articula. Apareceram, ambas, à profundidade de 1,50 metros, e assentavam, segundo informação do autor, directamente sobre a rocha. No extremo Oeste desta parede foi detectado o arranque de uma abóbada sugerindo uma estrutura de cobertura deste tipo ao nível do rés-do-chão (fotografia nº 2).

A construção encontra-se subdividida por paredes transversais, duas que se mantiveram e duas que foram demolidas, que testemunham pelo menos dois níveis ocupacionais. Uma das remanescentes, dista da parede que perfaz o limite Este, 9,80 m, começando só a 2,7 m de profundidade e terminando ao nível de 4,85 m, e apresentando uma espessura de 0,90 m; a outra, encostando-se de um lado à muralha do castelo e do outro à parede longitudinal, com uma espessura de 0.50 m, começava ao nível de 0,50 e terminava ao nível 2,7 m. Entre esta parede e a transversal mestra, foi encontrado um pavimento forrado de um cascão horizontal com uma calha de secção semicircular com 0,22 m de diâmetro e com um ligeiro declive para um espaço vazio que se abria na muralha, eventualmente de escoamento de águas. Estas estruturas assentavam directamente no entulho, o que sugere a sua construção posterior. Nesta zona, onde o tenente Garcez Teixeira tinha iniciado uma pequena escavação que atingiu a profundidade de 2,20 m, designada no mapa pelo número 1, encontraram-se a maior parte dos objectos que aqui apresentamos: os medalhões, que começaram a aparecer a dois metros de profundidade, ao pé da parede que foi demolida, e as guarnições de latão, fechos, a espora e alguns objectos de cerâmica[15] nos entulhos que jaziam por baixo desta.

No desenho (fotografia nº 2) e descrição que estamos

10. O documento que a esta capela se refere foi publicado na íntegra por Teixeira, 1951, p. 4; e por Baião, 1951-55, p. 16 e por Furtado 1996, vol. III.

11. Martim Gonçalves ter-se-á destacado nos serviços prestados na guerra contra Castela (CDJI, II, p. 229, 251, 335, 393 e 418) e terá sido recompensado pelo monarca como atesta a doação, em 1424, do Pego de Almourol, com os direitos de apenas ali se poder pescar com licença do Alcaide (Dias, 1991, 108 e Furtado, 1996, vol. III).

12. Arquivo da Escola Prática de Engenharia, *Documentos Antigos, Castelo de Almourol, Documentos Valiosos*.

13. Arquico Histórico Militar (PT/AHM/DIV/1/35A/1/01/0044) Luís Teixeira Beltrão nasceu em Lisboa a 18 de Fevereiro de 1871, filho de José Joaquim Teixeira Beltrão e de D. Joana Barbosa de Vasconcellos Beltrão. Foi comandante em Tancos entre 1927-1929.

14. Oliveira, 2013, 394. Um documento datado de 1201, visto por Viterbo, refere apenas 5 templários.

15. Os objectos de cerâmica já não integravam actualmente a colecção proveniente desta escavação e que se guarda no Museu de Tancos.

a seguir há referência a zonas de achados numeradas de 1 a 7, com correspondência em tabuleiros numerados. Se houve ou não um inventário escrito destas peças, desconhecemos. Há sim, subsistente nos selos que acompanham as peças, dois inventários posteriores, havendo correspondência nos selos de configuração oval recortada com o inventário realizado em 17 de maio de 2000.

No inventário geral que realizámos em 2016-2017, incluímos todo o material existente e proveniente da escavação, verificando-se uma predominância de objectos metálicos em cerca de 90,5%. Relativamente ao tipo de metal de que são constituídos estes artefactos, 48% são em liga metálica de cobre ocorrendo também objectos em liga de bronze, de que evidenciamos, para além do conjunto apresentado, uma magnífica espora, um conjunto de guizos, uma candeia, uma agulha, um dedal, uma colher; 52% dos objectos são em ferro, onde se inclui o espólio bélico – pontas de lança –, e outro espólio de cariz doméstico que atesta bem o caracter habitacional desta estrutura. Especial destaque ainda para o conjunto de centenas de numismas, maioritariamente em prata, com um largo espectro cronológico: quatro moedas romanas, um número considerável de numismas da I Dinastia – D. Sancho I, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, Afonso IV e D. Fernando –, alguns numismas da II Dinastia – D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. Manuel I, D. Sebastião, D. João III; e apenas um exemplar da IV dinastia, V réis de D. João IV.

Dada a extensão e variedade tipológica da amostra optámos por estudar, agora, e porque pouca atenção têm merecido em território nacional, apenas os artefactos que se podem incluir no denominado equipamento militar e relacionado com a arte de montar.

2.1. ADORNOS DE JAEZES:

incluem medalhões de suspender, medalhões de pregar ou fixar e elementos de articulação.

As peças mais emblemáticas desta colecção incluem exemplares em liga de cobre e de bronze e apresentam muitas semelhanças com as peças existentes em Espanha, nomeadamente na região de Catalunha e Aragão – Museu do Instituto Valencia de D. Juan e no museu Episcopal de Vich (Martin Ansón, 1977 e 1986) –, no Museu Arqueológico Nacional de Madrid (Olaguer-Feliu y Alonso, 1993), no Museu de Londres (Clark, 1995), e no museu de Cluny de Paris.

Não nos vamos deter, aqui, na problemática, já tão dissecada, da denominação destas peças[16]. Sobre o seu uso, utilizaram-se sobretudo nos jaezes dos cavalos, pregados com pernos ou cosidos (tendem a ser maiores e de melhor execução técnica) e/ou suspensos em rédeas, almofadas de selim, selas correias e mantos – como foi, sem dúvida, o caso desta colecção, não descurando ainda a hipótese da utilização de peças deste tipo, as de menor tamanho, em coleiras de cães e de falcões. Por outro lado, peças semelhantes, nomeadamente as armoriadas, foram ainda aplicadas no vestuário homens ou mulheres da realeza e da nobreza (Hablot, 2017, Seixas, 2002, p. 431-452 e Fernandes, 1999, 373-384).

Cavaleiros nobres e cavaleiros das ordens militares ornamentavam a sua indumentária e sobretudo os acessórios dos seus cavalos, em rituais militares, rituais políticos – desfiles sumptuários, nas paradas, nas cerimónias – e em rituais familiares – casamentos, grandes festas – e de lazer – divertimentos marciais como torneios e justas. Usados como adorno ou como elemento distintivo da estirpe a que pertencia o cavaleiro, ou ainda como certificado de propriedade de uma família concreta, tinham uma forte carga simbólica. *Veritable prolongment animal du chevalier, sa monture apparait comme une des multiples composantes de son identité sociale, au même titre que son corps, son nom, sa parenté, ses biens, en réalité un autre lui-même.* (Hablot, 2017, p. 114).

Sobre a utilização destas peças em território português temos poucos testemunhos recolhidos mas

16. Martin Ansón, 1977, p. 297-301; Olaguer-Feliu y Alonso 1993, p. 89-90. Conhecidas desde a Antiguidade Clássica como Philarae, são inúmeras as denominações pelas quais são conhecidas. Desde logo, e a mais comum, a designação medalhas de pretal, que surge na documentação, em catálogos de museu, ou nos antiquários e coleccionistas catalães, tem levantado polémica já que o pretal é uma parte específica do arnês e os medalhões foram utilizados em selas e selins, nas rédeas da parte da frente, nos mantos, acompanhando a evolução do arnês ao longo dos tempos. Outras denominações avançadas – jaez colgante – referente a todo e qualquer adorno relativo à cavalaria ou às correias das crinas, em dias de gala –, pinjantes ou joyeles – as peças de ourivesaria – ; piezas colgantes ou chapas, expressões utilizadas pelos arqueólogos catalães, annelets volants, bralants e pendentes, como são conhecidas, na mesma altura em França, ou armorial pendants, no Britsh Museum (que no caso peninsular é restritivo uma vez que as nossas quase nunca são heráldicas) –, referem-se ao mesmo tipo de peças, mas nenhuma das designações gerou, até à data, consenso entre os autores.

este vazio reflete apenas o pouco interesse que o seu estudo suscitou até à data. Encontrámos uma referência no capítulo "equipamento de montar" dos extratos dos livros de contas da rainha D. Leonor de Portugal, filha de Afonso IV e Beatriz de Castela, casada com o rei Pere IV de Aragão e precocemente falecida, um ano após os esponsais, apensos ao testamento e publicados por Adriana Almeida (. *Item recibieron de Bernalyt Dolit, argentero, de un freno com su peytral (. . .). Et havia en el dicho freno entrepedientes et sobrepiendentes, que eran.XXV., de plata esmaltados con senyales de Portogal et de Castiella et con navallas de plata de los dichos senyales et con una figura de castiello ensomo de las dichas cabeçanas de plata dorada, con scudos chicos de plata dorados de los dichos senyales* [Almeida 2012, pp. 54].

Mais recentemente tivemos conhecimento de outras referências testamentárias que podem fornecer informação precisosa sobre a dimensão artística, social e económica destas peças em territorio nacional (Morujão, 2010).

As colecções peninsulares conhecidas e estudadas por investigadores espanhóis apontam para oficinas catalãs, aragonesas, levantinas e, em muitos casos, para a zona de dominação árabe (Ansòn, 1977, 306; Olaguer-Feliu y Alonso 1993, p. 101). Teriam existido em Portugal, também, oficinas, como parece sugerir o texto em português antigo das peças nº 1 e nº 2 aqui apresentadas?

A colecção agora em apreço comporta 19 artefactos, 17 deles medalhões, que, segundo Gracês Teixeira, seriam em número superior, não tendo, da leitura que fiz dos seus artigos, encontrado correspondência para algumas peças - um dos medalhões com elmo encimado por grifo e filactera (semelhante aos nºs 14 e 15), o medalhão igual ao nº 9, um medalhão com escudo esquartelado pela cruz de Cristo, um medalhão esmaltado com dama de vestido de mangas compridas e leão aos pés e com a inscrição TENER AMOR (uma temática muito comum, outro com B gótico minúsculo esmaltado encimado por coroa aberta (TEIXEIRA, 1932, p. 6-7); As peças são todas executadas em ligas metálicas de cobre e bronze, douradas, douradas e esmaltadas ou em cor natural (um só exemplar, o nº 14). As formas são maioritariamente circulares, lobuladas ocorrendo uma fita ondulada, e são decoradas, numa só face, com temas do imaginário cavaleiresco quando o amor, a caça e a guerra eram os passatempos de primeira ordem da nobreza e dos cavaleiros medievais. Ocorrem, em menor número, motivos geométricos de círculos (Nº5), motivos vegetalistas (Nº 12) ou cordiformes e em trabalho liso (Nº8).

Na colecção de Tancos sobressai o tema do Amor (peças nºs 1 a 3, nº 7, nº 9 a 11, nº 13 e nºs 16 e 17) mas ressalvamos o facto de ser esta uma primeira abordagem, e do estudo em curso poder alterar estes resultados, nomeadamente com a identificação de peças armoriadas. A manter-se este tema predominante é provável que estas peças tenham sido usadas sobretudo nos divertimentos marciais dos cavaleiros ou em grandes festas. Na temática do Amor inclui-se o tema da "Deposição do elmo na cabeça do cavaleiro pela dama" (nºs 1 a 3), que cremos ser uma variante do tema da "coroação do cavaleiro pela dama"; o tema do "Castelo do Amor" (Nº 9), um busto de dama sob a arquitectura castelar aludindo ao coração como uma fortaleza que o amante deve conquistar (Martin Ansón, 1977, 310); a letra A (Nº13) e a "dama com a manga" (Nº17). O simbolismo religioso aparece eventualmente na peça Nº 18, em que a figura alada pode corresponder a um anjo. Outras peças podem integrar temas heráldicos (Nºs 14 e 15) bem como ainda estão por identificar o significado das letras e inscrições representadas. Talvez possamos ainda identificar, nos medalhões Nº 1 a 3, o tema da guerra.

Em termos tipológicos as peças são classificadas como medalhões de suspensão ou pendentes, as que têm a argola de suspensão como acontece com os Nºs 1, 14, 15, 17 e 18; medalhões de fixar ou pregar as peças Nº 4, 5 a 8 e 16; de fixar/pregar e passar as correias, as peças Nºs 2, 3 e 9; de pregar/fixar integrando elemento para suspensão do pendente, as peças Nºs 10, 12, 13 e 19 e, por fim, para pregar/fixar, passar as correias e integrar o elemento para suspensão do pendente, a peça Nº 11. O diâmetro das pecas oscilam entre 4,5 cm e 9,5 cm não tendo constatado que as peças de fixar fossem de maior dimensão, como no caso catalão.

Para terminar, e porque se trata de uma primeira abordagem de um estudo que se pretende aprofundar numa prespectiva pluridisciplinar, com a participação do Instituto José de Figueiredo e de investigadores de variadas áreas da história, gostaríamos apenas de avançar com uma hipótese relativamente ao porquê de um conjunto deste tipo dentro do castelo de Almourol.

As condições de achado destas peças, descritas pelo

alferes Luis Teixeira Beltrão, bem como a coerência deste conjunto, sugerem-nos que poderiam ter sido encontradas todas juntas, eventualmente guardadas numa arca, ou arqueta, decorada com motivos esmaltados semelhantes aos dois medalhões – os nº 7 e nº 8 – cuja funcionalidade mantemos em aberto. Se assim foi, é natural que a sua preservação, que permitiu o seu resgate, nos finais do século XIX, estivesse associada a um valor que poderia ser simbólico, evocativo de feitos políticos ou militares, ou simplesmente sentimental, como pode ter sido o seu uso durante a boda da sobrinha do comendador Rui Velho, Isabel Botelho com Martim Vaz de Bulhão, vedor e contador da fazenda de D. João II, nos Açores (Dias, 1991, p. 108).

2.2. INVENTARIO

Nº 1 MEDALHÃO-PENDENTE
Liga metálica de cobre com aplicações de ouro e esmalte.
Séculos XIV-XV
D. 9,4 cm A. (elemento de suspensão) 1,7 cm E. 0,2 cm;
TEIXEIRA, 1951, p. 4-5; FURTADO, 1996, v. 1, p. 670-71.
Placa de formato circular com argola de suspensão na parte superior.
Preenchida com decoração executada a buril ou cinzel, numa só face, apresenta-se dourada em toda a superfície à excepção das zonas esmaltadas que preenchem o fundo e as letras. O esmalte foi aplicado segundo a técnica do escavado.
Compõe-se de três registos: uma fina moldura dourada externa delimitada por filets e preenchida por linhas oblíquas incisas; um registo circunscrito no primeiro, delimitado por filet, com uma inscrição com campo dourado e letras esmaltadas a azul. E, por fim, o registo compositivo principal, num plano com 7,5/8 cm de diâmetro, composto por eixo central representado pelo cavaleiro encimado por uma árvore estilizada, com tronco e copa larga preenchida a recticulado inciso. O cavaleiro, envergando armadura completa, com espada de pomo discoidal e guardas rectas, pendente de um cinto, está ajoelhado sobre a perna direita, de mãos postas, disposto a ¾. Do lado direito do medalhão a dama com vestido longo de decote redondo, cintado, pregueado e com botões até abaixo, segura nas mãos um bacinete de viseira articulada, com a parte superior pontiaguda, que vai depor sobre a cabeça do cavaleiro. Do lado esquerdo do medalhão um cavalo disposto de perfil, com a cabeça junto ao cavaleiro e corpo distorcido. Entre o cavaleiro e o cavalo, o pendão. A cena dispõe-se sobre fundo esmaltado a azul, as figuras são douradas, com elementos incisos esmaltados a azul. Reverso em trabalho liso.
Leitura (Teixeira, 1951: 5): † AMO RVOU ME UACO FICA O CORACOM MEU (Amor vou me; vaco fica o coraçom meu)

Nº 2 MEDALHÃO DE ALETAS
Liga metálica de cobre com aplicações de ouro e esmalte.
Séculos XIV-XV
D. 9,4 cm; E. 0, 2 cm;
Teixeira, 1932, p. 4-5; Idem, 1951, p. 4-5; Furtado, 1996, vol. I, p. 670-71.
Medalhão circular, em cobre, com duas aletas de configuração rectangular, terminação bifurcada e dois espigões voltados para o centro para a passagem das correias. As aletas têm perfuração central – uma ainda com o perno original, em ferro –, destinada ao pregamento directo. A peça é idêntica a nº 1 e nº 3, com o mesmo tema decorativo e a mesma inscrição, igualmente lida por Garcês Teixeira (1951: 5). Inscreve-se na tipologia dos medalhões de aletas dos nº3 e nº 9. Reverso em trabalho liso.

Nº 3 MEDALHÃO DE ALETAS
Liga metálica de cobre com aplicações de ouro e esmalte.
Séculos XIV-XV
D. 9,5 cm; E. 0,2 cm;
Teixeira, 1932, p.4-5; *Idem*, 1951, p. 4-5; Furtado, 1996, vol 1, p. 670-71.
Peça com temática, decoração e inscrição idêntica à nº 1 e à nº 2. Inscreve-se na tipologia dos medalhões de aletas dos nº2 e nº 9. Reverso em trabalho liso.

Nº 4 TIRA METÁLICA DE FIXAÇÃO
Liga metálica de cobre com aplicações de ouro e esmalte.
Séculos XIV-XV
C. 36 cm; L. 1,9 cm;
Tira de metal, ondulada, com inscrição. Tem tela no seu interior e encontra-se perfurada nas extremidades.

Nº 5 DISCO DE FIXAÇÃO
Liga metálica com aplicações de ouro.
Séculos XIV-XV
D. 6 cm
Placa de formato circular com decoração de círculos de várias dimensões. Na orla exterior uma moldura relevada em trabalho liso. Ao centro, onde se inscreve um círculo relevado, apresenta uma perfuração. O friso de círculos apresenta duas perfurações junto à orla externa, de fixação. Na face principal tem colado o identificador de Nº de Inventário ilegível.

Nº 6 PEÇA ESMALTADA DE FIXAÇÃO
Liga metálica de cobre com aplicações de ouro e esmalte.
Séculos XIV-XV
D. 7,2 cm; A. 1,5 cm
Peça em metal, recortada no bordo e com a parte central de formato circular e sobrelevada, com vestígios de douradura e esmalte. Bordo em aba, recortado, com motivos em forma de chaveta, revestido a douradura, e com quatro perfurações, três das quais ainda com o perno de cabeça semicircular e haste ainda visível pelo reverso. A parte central é esmaltada com motivos decorativos vegetalistas e geométricos de cor azul e vermelha e letra(s) dourada(s). No reverso tem colado o identificador de Nº de Inventário 27. Reverso em trabalho liso.

Nº 7 PEÇA ESMALTADA DE FIXAÇÃO
Liga metálica de cobre com aplicações de ouro e esmalte.
Séculos XIV-XV
D. 7,2 cm; A. 1,5 cm
Peça em metal, recortada no bordo e com a parte central de formato circular e sobrelevada, com vestígios de douradura e esmalte. Bordo em aba, recortado, com motivos em forma de chaveta, revestido a douradura, e duas perfurações para pregagem.
O registo central é esmaltado, a verde e dourado, com cartela de enrolamentos vegetalistas onde se inscreve a letra A (?). No reverso, em trabalho liso, tem colado o identificador de Nº de Inventário 29.

Nº 8 MEDALHÃO DE FIXAÇÃO
Liga metálica de cobre com aplicações de ouro e esmalte.
Séculos XIV-XV
D. 6,5 cm; A. 2,2 cm
Placa/disco de cobre, de formato circular, com decoração. Na orla exterior, uma moldura relevada cordiforme, perfurada em 4 pontos ainda mantém os pernos. A zona central é sobrelevada em dois registos em trabalho liso: uma moldura em meia cana prolongada por uma calote esférica. Vestígios de douradura. Reverso em trabalho liso. Na face principal tem colado o identificador de Nº de Inventário ilegível. Reverso em trabalho liso.

Nº 9 MEDALHÃO DE ALETAS
Liga metálica de cobre com aplicações de ouro e esmalte.
Séculos XIV-XV
C. 9,6 cm; L. 6,2 cm;
Teixeira, 1932, p. 8 (havia outra peça igual a esta). Idem 1951:5; Furtado, 1996, vol. 1, p. 670-71 e vol. 3, imagem 114.
Medalhão de formato circular, com aletas terminadas em V e perfuradas ao centro, decorado e esmaltado. O bordo do medalhão, polilobado, apresenta uma moldura, em relevo, de semicírculos intercalados por motivos triangulares, salientes, decorados com sulcos incisos e dourados. Nesta moldura inscreve-se o tema do "Castelo do Amor" representado por uma fortificação, ladeada por duas rosetas de 6 pétalas, composta por duas torres laterais, de dois pisos, unidas por um arco encimado por uma torre central, de um só piso. O castelo assenta ainda num *podium* de quatro degraus. Dentro do arco e enquadrada pelas referidas torres inscreve-se uma figura feminina coroada, a três quartos e voltada sobre o seu lado direito, sobre fundo esmaltado de vermelho. Toda a peça tem douradura e o verso é em trabalho liso. No verso tem colado o identificador de Nº de Inventário Nº6.

Nº 10 MEDALHÃO DE ALETAS
Liga metálica de cobre com aplicações de ouro e esmalte.
Séculos XIV-XV
C. 11 cm; L. 5,1 cm; D. medalhão 5,1 cm
Medalhão de formato circular, decorado e esmaltado, com duas aletas com pernos de fixação, dispostas na vertical, de formato rectangular e terminação bifurcada a superior, e com as extremidades inferiores perfuradas para a suspensão de um elemento de articulação. O bordo do medalhão apresenta dupla moldura com inscrição que enquadra uma figuração imperceptível. Toda a peça tem douradura, esmalte azul na face principal e o verso é em trabalho liso. Inventário antigo Nº 7.

Nº 11 MEDALHÃO DE ALETAS
Liga metálica de cobre com aplicações de ouro e esmalte.
Séculos XIV-XV
C. 9,4 cm, L. 6,6 cm; D. medalhão 5,1 cm
Furtado, 1996, v. I, p. 670-671; Teixeira, 1951, p. 5;
Medalhão circular com duas aletas laterais de terminação bifurcada – com os pernos e com arranque dos travessões para passagem de correias –, e um elemento de articulação na parte inferior, perfurado no centro das suas duas hastes sugerindo comportar um elemento de suspensão eventualmente decorado. A face principal ostenta uma moldura de linhas oblíquas e incisas, em todo o perímetro, delimitada por *filet*s incisos com inscrição. Na moldura central, sob fundo esmaltado a azul, uma figura em pé, ligeiramente voltada sobre o seu lado direito, segurando algo. Ladeia-a o que parece ser uma árvore. Toda a peça é dourada. O verso é em trabalho liso. Leitura de Teixeira, 1951, p. 5 † AMO RVOU ME UA
Leitura sugerida:† AMOR [...]

Nº 12 MEDALHÃO
Liga metálica de cobre com aplicações de ouro e esmalte.
Séculos XIV-XV
D. 5,7 cm L. 6 cm;
INVº Nº 53
Teixeira, 1932, p. 7.
Medalhão circular com argola de suspensão e travessão na parte superior, para pregar a tecido, correias ou sela. O travessão compõe-se por elemento rectilíneo rematado nas extremidades por motivo em forma de coração, perfurado, ainda com o perno do lado direito, e com zona de articulação composta por dois círculos vazados que, conjuntamente com o círculo soldado ao medalhão (pendente), são atravessados por prego. A face principal do medalhão ostenta uma primeira moldura de 2 mm com friso geométrico de ziguezagues, uma segunda moldura esmaltada a vermelho e branco, uma terceira moldura de encordoados, uma quarta moldura de oito quadrifólios intercalados por esmalte vermelho e, por fim, ao centro, sobressai uma flor de seis pétalas. O reverso, em trabalho liso, tem colado o identificador de Nº de Inventário Nº5.

Nº 13 MEDALHÃO
Liga metálica de cobre com aplicações de ouro e esmalte.
Séculos XIV-XV
A.8,5 cm; L. 6,6 cm;
Teixeira, 1932, p.9.
Medalhão polilobado com oito elementos salientes, de formato semicircular, que na parte superior e inferior parecem constituir elementos de suspensão. O campo tem diversos motivos incisos em ziguezague mas a composição principal é um friso em U, ou uma filactera com inscrição que emoldura a letra A de grandes dimensões, A letra parece esmaltada bem como parece haver vestígios de esmalte na parte superior esquerda. O reverso é em trabalho liso e tem colado o identificador de Invº Nº2.

Nº 14 MEDALHÃO
Liga metálica de cobre
Séculos XIV-XV
A.7,2 cm; D. 6,7 cm; L. 6,6 cm;
Teixeira, 1932, p. 6.
Medalhão de formato circular de suspensão. Na face principal ostenta, no perímetro, uma moldura de enrolamento de folhas de hera onde se inscreve um registo com um elmo voltado à esquerda, com guarda nuca, encimado por um grifo, da boca do qual suspende uma filactera ou uma manga. O elmo apoia-se num escudo à valona formado por três arcos de círculo e um E gótico minúsculo dourado. O reverso é em trabalho liso e tem colado o identificador de Nº de Inventário Nº4. Igual ao Invº 57. Leitura da filactera por Teixeira, 1932, p. 6: RAISO.

Nº 15 MEDALHÃO
Liga metálica de cobre e esmalte e douradura
Séculos XIV-XV
A.7,2 cm, D. 6,7 cm, L. 6,6 cm;
Teixeira, 1932, p. 6.
Medalhão de formato circular de suspensão idêntico ao anterior mas esmaltado e dourado. O reverso é em trabalho liso e tem colado o identificador de Nº de Inventário Nº4. Igual ao Invº 57. Existia um terceiro exemplar.

Nº 16 MEDALHÃO DE ALETAS
Liga metálica de cobre
Séculos XIV-XV
D. 4,4 cm; L. 6,6 cm;
Medalhão com pequenas aletas de terminação semicircular que ainda conserva os pernos de cabeça hemisférica. O medalhão tem formato circular, com primeiro registo em moldura lisa, o segundo registo

é uma moldura de enrolamentos incisos e o terceiro registo, inscrito, representa um frontão triangular do qual pende ramagem sob fundo recticulado que pode corresponder a uma tenda ou à letra A. O reverso é em trabalho liso e tem colado o identificador de Nº de Inventário Nº9.

Nº 17 MEDALHÃO
Liga metálica de cobre
Séculos XIV-XV
A. 6 cm; L. 4,6 cm;
Medalhão de formato oval de suspensão. Na face principal ostenta, no perímetro, uma moldura com *filet*, em trabalho liso, com uma inscrição que, por sua vez, emoldura o registo principal. Figura feminina voltada à esquerda que segura na sua mão direita uma manga. A figura tem rosto ovalado, olhos orientalizantes e cabelo comprido, sobre os ombros, realçado por incisões finas a sugerirem cabelo, vestido de manga comprida e decote redondo. O reverso é em trabalho liso e tem colado o identificador de Nº de Inventário Nº13.

Nº 18 MEDALHÃO
Liga metálica de cobre
Séculos XIV-XV
D. 5,7 cm
Medalhão circular de suspender. Compõe-se por uma moldura externa decorada com linhas oblíquas ziguezaguiantes, incisas, delimitada por *filets*, uma moldura em trabalho liso, também delimitada por linha incisa, e uma imagem central alada, eventualmente um anjo. Toda a peça é dourada. REVERSO: em trabalho liso.

Nº 19 ELEMENTO DE ARTICULAÇÃO
Liga metálica de cobre com douradura
Séculos XIV-XV
D. 5,7 cm
Elemento de suspensão constituído por corpo principal dividido em três registos, e corpo inferior articulado, de formato cruciforme. O corpo principal desenvolve-se em quatro registos distribuídos da seguinte forma: corpo superior de forma losangular com terminações de enrolamentos, a superior bifurcada, num registo moldurado. Encontra-se perfurado para fixação; o segundo registo, apresenta uma forma ovalóide com motivos incisos inscritos numa moldura; o terceiro registo, distribui-se ao longo de uma placa de formato e secção rectangulares decorada com X inciso e aletas, com parte inferior perfurada para fixação; o corpo inferior articula-se com o principal por dobradiça e apresenta-se de formato e secção rectangulares com duas aletas salientes triangulares e terminações bifurcadas. A decoração, para além de molduras nas extremidades, em trabalho liso, apresenta motivo central e X, feito por incisão. Conserva os pernos com cabeça hemisférica. Douradura na face principal, verso em trabalho liso. Tem o identificador de Nº de Inventário, um selo oval recortado, não legível.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Adriana R. de (2012) – . . .com armas de Aragon et Leones et Castiellos et armas de Portogal. Representações heráldicas nos bens de Leonor de Portugal, Rainha de Aragão (1347 1348), in *Estudos de Heráldica Medieval*, Lisboa, pp. 43-57.

BAIÃO, António (1951-5) – Uma capela de N. Senhora no Castelo de Almourol, inaugurada no meado do Século XV, *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, vol. III, Tomar, pp. 15-16.

BARROCA, Mário Jorge (1996-1997) – A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do século XII*, in PORTUGÁLIA*, Nova Série, v. XVII-XVIII, pp. 171-209.

BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (863-1422)*, vol. II, Corpus Epigráfico Medieval Português, t. 1, pp. 361-369.

BARROCA, Mário Jorge (2002) – Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (séc.s XII a XIV), in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500),* pp. 535-548.

CLARK, John (1995) – *The Medieval Horses And Its Equipment (c.1150-1450). Medieval Finds From Excavations in London:* 5. Museum of London. London.

COSTA, Alfredo G. da (1982) – O Castelo de Almourol e o Turismo, Livro do Congresso – I Congresso dos Monumentos Militares Portugueses, Lisboa.

DIAS, JOÃO A. (1991) – As comendas de Almourol e Cardiga das Ordens do Templo e de Cristo na Idade Média. *In As Ordens Militares em Portugal*, Palmela, p. 101-113.

FERNANDES, ISABEL C. (1999) – Contributo para o estudo da iconografia santiaguista: uma insígnia proveniente de contexto arqueológico do Castelo de Palmela, in *Ordens Militares. Guerra, religião poder e cultura, Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela, pp. 373-384.

FURTADO, TERESA P. (1996) – *O Castelo de Almourol Monumento e Imaginário*, Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. I, II, III (policopiado).

GARCÍA PÉREZ, Concepción (1993) – Metodología para a catalogación y análisis de los pinjantes góticos del Museo Arqueológico Nacional, *Boletín de la ANABAD*, Tomo 43, Nº 3-4, 1993, pp. 137-140.

HABLOT, Laurent (2017) – Le Chaval et l´emblématique au Moyen Âge, *in Le Chaval au Moyen* Âge (coordenação de Élisabeth Lorans), Presses universitaires François-Rabelais de Tours.

LEAL, P. (1873) – Portugal Antigo e Moderno, s.v. *Almourol*, vol. 1, Lisboa, pp.156-157.

MARTIN ANSÓN, M. Luísa (1977) – Adornos Metálicos en los Caballos: Pinjantes y aplicaciones, *in Archivo Español de Arte*, tomo 50, nº 199, pp. 297-312.

MARTIN ANSÓN, Maria Luísa (1986) – La colección de pingentes del Museo Lazaro Galdiano*, in Goya: Revista de Arte* (Exemplar dedicado a: Las colecciones de Don José Lázaro Galdiano), Nº 193-195, pp. 57-65.

MATTOSO, José (1982) *Ricos Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Lisboa.

MORUJÃO, Rosário (coordenação), (2010) – *Testamenta Ecclesiae Portugaliae* (1071-1325) Lisboa.

OLAGUER-FELIU Y ALONSO, Fernando (1993) – Catalogo de la Colección de Pinjantes y de Piezas de Jaez de caballo medievales Del Museo Arqueológico Nacional, *Boletín del Museo Arqueológico Nacional* (Madrid), XI, pp. 89-106.

OLIVEIRA, Luís F. (2014) – Dos castelos às Ordens Militares: os espaços da vida religiosa e comunitária, in *Actas do Castelos das Ordens Militares*, vol. II, pp. 389-407.

OSÓRIO, Manuel (1896) – O Castello de Almourol, *Revista de Engenharia Militar*, pp. 199-208.

OSÓRIO, Manuel (1897) – O Castello de Almourol (conclusão), *Revista de Engenharia Militar*, pp. 32-44.

SEQUEIRA, GUSTAVO Matos (1949) – *Inventário Artístico de Portugal*, Vol. III, Distrito de Santarém.

SEIXAS, Miguel M. (2002-2003) – Alguns achados de interesse heráldico recolhidos nas escavações arqueológicas de Torres Vedras, in *Armas e Troféus*, IX série, pp. 431-452.

SOUSA, José M. C. de (1931) – Bibliografia da Inscrições Portuguesas do século XII, *O Instituto*, vol. 82, Coimbra.

TEIXEIRA, Francisco A. G. (1908) – Almourol, *in Serões. Revista*, nº 39, Setembro, vol. II, pp. 155-166.

TEIXEIRA, Francisco A. G. (1925) – Uma iluminura do seculo XVI. v. V das *Contribuições para a Historia das Artes em Portugal*, Lisboa.

TEIXEIRA, Francisco A. G. (1926) – O Castelo de Almourol. As Inscrições Portuguesas, *Serões de Tancos*, vol. 1, nº 9, Tancos, Junho de 1926, pp. 69-71: Idem, vol. I, nº 10, Tancos, Julho de 1926, pp. 78-79.

TEIXEIRA, Francisco A. G. (1929) – Almourol, *Serões de Tancos*, vol. I, Tancos, 1929, pp. 12-15 e 19-22.

TEIXEIRA, Francisco A. G. (1932) – O Espólio do Castelo de Almourol, *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, vol. III, Tomar, pp. 4-10, *Revista de Arqueologia*, vol. 2, Lisboa, 1934-36, pp. 140-145.

VITERBO, S. (1895), in *Diário de Notícias* de 13 de Outubro.

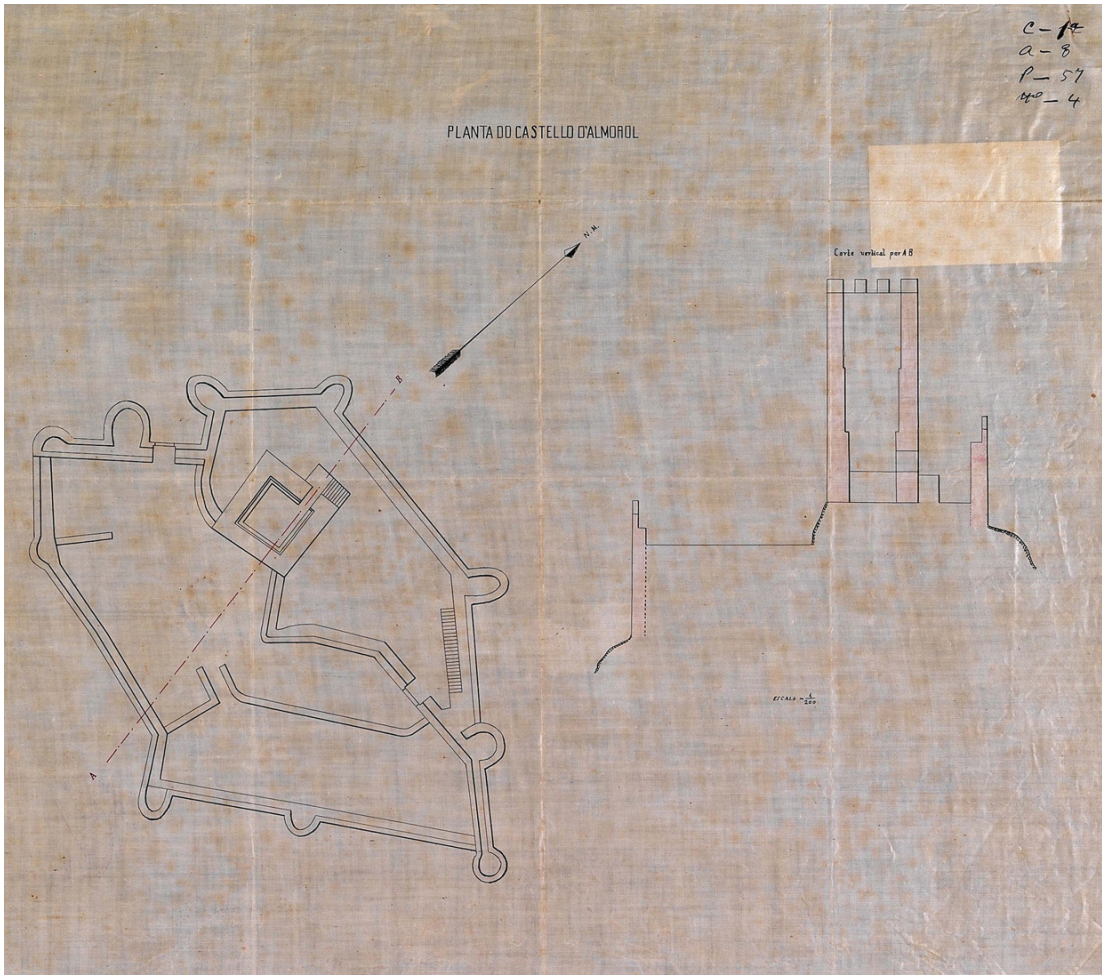


Figura 1 – Planta do Castelo de Almourol escala original 1/200 (finais do Século XIX, Arquivo da Direção de Infraestruturas do Exército (DIE)).

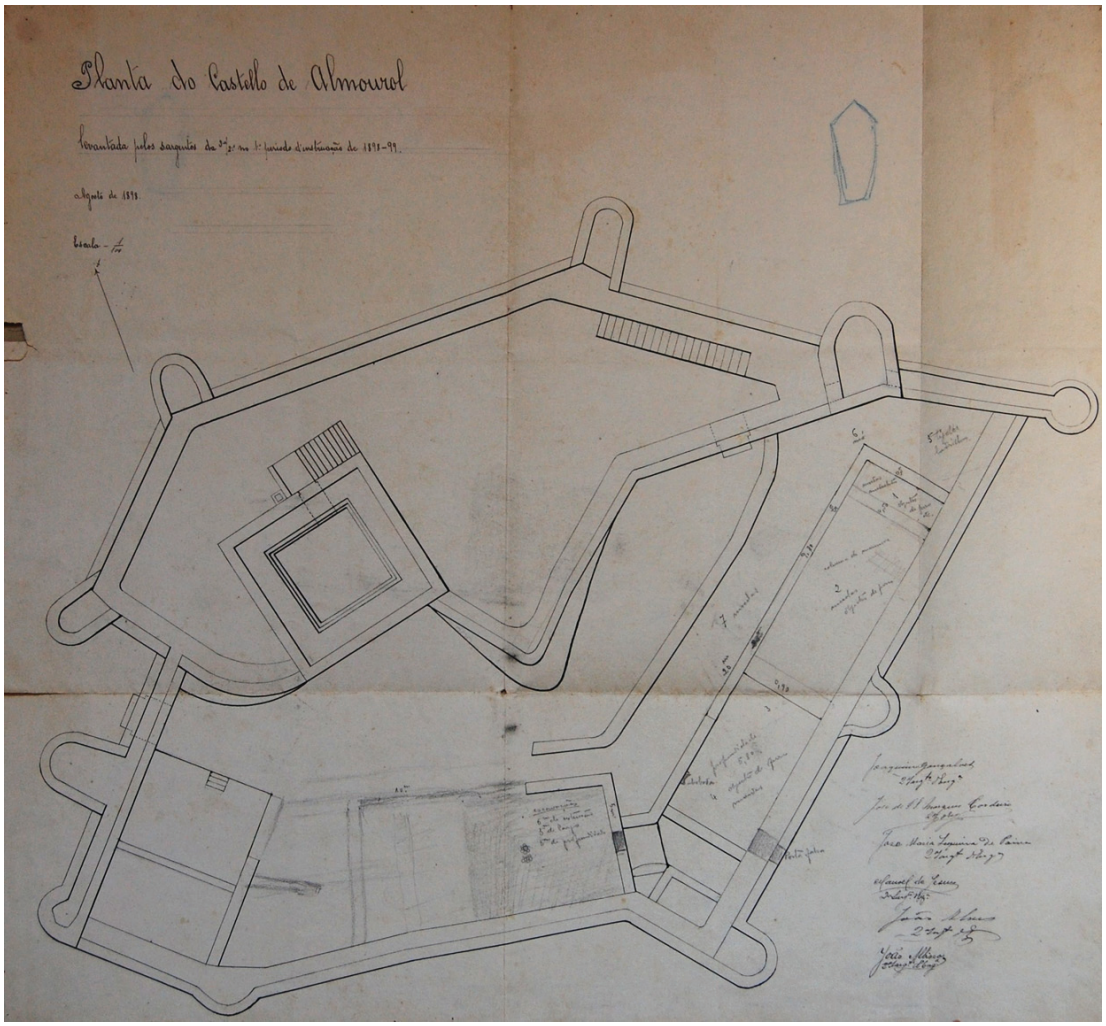


Figura 2 – Levantamento de 1898-1899, Arquivo da Escola Prática de Engenharia, Tancos.



Figura 3 – Nº 1 Medalhão-Pendente.



Figura 4 – Nº 4 Tira Metálica de Fixação



Figura 5 – Nº 6 Peça Esmaltada de Fixação.



Figura 6 – Nº 9 Medalhão de Aletas.



Figura 7 – Nº 10 Medalhão de Aletas.



Figura 8 – Nº 11 Medalhão de Aletas.



Figura 9 – Nº 14 Medalhão.



Figura 10 – Nº 19 Elemento de Articulação.

AS MARCAS DE CANTEIRO DA SÉ DE LISBOA

Sofia Silvério[1]

RESUMO

O estudo das marcas de canteiro, surge como suporte na identificação dos diferentes períodos de construção, por que um edifício como a Sé de Lisboa terá passado. Tendo sido identificadas dezenas de marcas de canteiro nesta catedral, tentou-se que pudessem de algum modo suportar e apoiar algumas das datações dadas às diferentes fases construtivas. Foi, ainda, abordado o estudo morfológico e simbólico das marcas, dada a sua importância no contexto epocal em que foram produzidas, pelo que constituem informação cronológica não despicienda.

Palavras-chave: Marcas de Canteiro, Sé de Lisboa, Arqueologia da Arquitectura.

ABSTRACT

The study of the marks of stonemason, appears as support in the identification of the different periods of construction, why a building like the Cathedral of Lisbon will have passed. Having identified dozens of stonemason marks in this cathedral, it was attempted that they could somehow support and support some of the dating given to the different constructive phases. It was also approached the morphological and symbolic study of the marks, given its importance in the epochal context in which they were produced, reason why they constitute chronological information not negligible.

Keywords: Stonemason Marks, Lisbon Cathedral, Archeology of Architecture.

Segundo Madeleine Winkckel (1965, p. 6) *" a sigla foi, no início, a marca duma «oficina» – escola que transmitia o conhecimento técnico por meio da prática diária no local de construção – composta por vários artífices e aprendizes. Dentro de cada* «oficina» em acção vão-se formando pouco a pouco variações da sigla base: estas variações irão individualizar os homens". J.M Cordeiro de Sousa (1928, p.3) acrescenta, ainda, que as referidas marcas devem ser *"uma indicação do trabalho produzido pelo canteiro, para lhe ser contado o pagamento da empreitada"*.

Com base nas anteriores premissas, as marcas de canteiro podem, deste modo, ser consideradas suporte na identificação dos diferentes períodos de construção, por que um determinado edifício terá passado.

Ainda que, ao longo da historiografia do edifício, pouco tenha sido estudado acerca deste tema e à semelhança do que acontece em outros edifícios homólogos, foram identificadas dezenas de marcas de canteiro na Sé de Lisboa, nomeadamente na torre sul e norte, no deambulatório exterior, no deambulatório interior e suas capelas absidais, nas escadas em caracol que ligam o trifório norte ao corpo da igreja e no claustro.

O levantamento dessas evidências foi realizado através do registo fotográfico, usando uma escala de 5cm. Posteriormente, as imagens foram tratadas recorrendo à ferramenta informática Adobe Photoshop, permitindo, deste modo, manter as marcas de canteiro à escala real, seguida da sua impressão e decalque. Terminada esta etapa, as imagens foram digitalizadas e mantidas à sua real dimensão.

Numa breve análise, em alguns dos casos, percebe-se que não houve uma preocupação do autor de determinada sigla em manter a mesma dimensão, exactamente as mesmas características estilísticas, e até, a sua orientação ou posição, ainda que facilmente explicada pela ideia de que *"... as marcas eram feitas antes das pedras colocadas na parede..."* (Sousa, 1928, p.7). Encontram-se nesta situação as siglas números 3, 4, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 24, 25, 36, 37, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 86, 87, 89, 90, 95,96,98,99,102, 103, 110, 111, 112, 116, 117 e 118.

De acordo com os estudos de Madeleine Van de

1. FCSH – Universidade Nova de Lisboa; sofia.d.silverio@gmail.com

Winckel e de J.M. Cordeiro, dedicados às siglas da Sé de Lisboa, é possível estabelecer algumas analogias e, assim, classificar por períodos algumas das marcas de canteiro, bem como o século a que pertencem.
De um modo geral, na torre sul foram identificadas siglas correspondentes ao século XII (siglas 1e 5), embora, as restantes marcas não tenham sido passíveis de balizar com rigor. Quanto à torre norte foram identificadas marcas de canteiro do século XII (siglas 9, 10, 15 e 16), e do reinado de D. Manuel I (1495-1521), ao qual correspondem as siglas 11,12 e 13, demonstrando por certo uma pequena intervenção de restauro. Ainda na torre norte, foram identificadas siglas de difícil datação, dado que as mesmas foram adoptadas quer no Período Românico, quer no Gótico, tratando-se das marcas números 17 e 18.
No trifório norte, não foi possível precisar cronologicamente cada uma das siglas identificadas. Percebeu-se, no entanto, que as marcas de canteiro 20 e 23 aparecem, também, nas escadas em caracol que ligam o trifório norte ao corpo do templo, pelo que terão sofrido intervenção na mesma altura.
A parte exterior do deambulatório apresenta, nas superfícies das paredes, siglas do século XII (siglas 35 e 41), o que poderá levantar a questão de que algumas das marcas terão sido adoptadas por diferentes mestres ou oficinas durante vários séculos, ou mesmo a reutilização de alguma da pedraria mais antiga. Ainda no mesmo espaço, identificaram-se siglas atribuídas ao século XIV (siglas 26 e 40).
Também no deambulatório mas na sua parte interior e capelas absidais, foram identificadas siglas classificáveis no século XII (sigla 49), que à semelhança do que foi descrito anteriormente, poderá levantar questões acerca da utilização contínua do mesmo sinal por diferentes mestres ou oficinas, assim como relativos ao reaproveitamento de pedraria anteriormente existente. Foram ainda reconhecidas siglas do reinado de D. Dinis (1279-1325), a que correspondem as siglas 52,53 e 69, e siglas do século XVI como é o caso da sigla 41.
Nas escadas em caracol, que ligam o trifório norte ao corpo da igreja, encontram-se representadas siglas características do século XII, nomeadamente as correspondentes às siglas 110,111,112, 1119 e 122. As restantes marcas são difíceis de classificar, percebendo-se, no entanto, que este local foi alvo de intervenção de restauro, nos anos 20 da passada centúria, sendo prova disso a figura 1.
Quanto ao claustro, não se pode tirar conclusões que possam ser fidedignas. A sigla nº 124 parece estar incompleta, devido ao restauro de um dos blocos de pedra. Por outro lado, as marcas nºs 125 e 126 são passíveis de terem sido reutilizadas ao longo dos tempos. As duas siglas leteriformes (127 e 128) também são pouco conclusivas em termos de datação.
A gravação original das presentes siglas, foi na sua maioria, efectuada recorrendo à técnica de incisão, e só muito pontualmente através de picotagem. A qualidade da matéria-prima de base contribuiu para o bom estado de conservação, a que nos chegam as ditas marcas.
Todas as siglas foram tratadas e caracterizadas em fichas individuais presentes no anexo 3. Foi, ainda, elaborado quadro geral de todas as marcas de canteiro distribuídas por tipologia (leteriformes, abreviaturas, estreliformes, chaves, cruciformes, flechas e outras) e com número de ficha correspondente.

1. LETERIFORMES

Verificámos dez formas distintas desta letra, sendo as mais simples as correspondentes aos nºs 7 e 19, não apresentando segmento recto, até às mais complexas como a nº 20 composta por dois segmentos, no seu interior, formando um X e boleado nas extremidades inferiores. Em nenhuns dos casos foi possível chegar a uma datação fidedigna
A letra B apresenta-se de forma singular, com uma morfologia simples. Desconhece-se a sua cronologia.
No caso da letra C, foram verificados doze formas divergentes. A sua figura pode apresentar-se com formas redondas, como as correspondentes aos números 3, 4, 6, 117, 118, 119 e 22, ou com formas quadrangulares, como as siglas correspondentes aos números 15, 16, 84, 120 e 92. A mais simples corresponderá ao nº 6 e a mais complexa a nº 22, em que as suas extremidades são boleadas.
Encontrou-se na Sé quatro formas distintas da letra D. A mais simples corresponde ao nº 108 e as mais complexas aos números 67 e 78, apresentando estas, dois segmentos rectos no seu interior. A sua cronologia é desconhecida, no entanto as siglas mais complexas, anteriormente referidas, foram identificadas em textos do século XV.
A letra E apresenta-se de forma singular, com uma morfologia simples. Desconhece-se a sua cronologia.
Em forma de G minúsculo, apresenta-se de forma singular. Desconhece-se a sua cronologia.
Verificámos quatro formas distintas desta letra. As

mais simples correspondem aos nºs 64 e 128, das quais se desconhece cronologia, até às mais complexas como as nºs 5 e 41 com forma triangular nas extremidades superior e inferior, que pertencem ao século II.
Em forma de L maiúsculo, apresenta-se de forma singular. Desconhece-se a sua cronologia.
Em forma de M maiúsculo, foram encontrados dois exemplares na Sé de Lisboa. Morfologicamente apresentam extremidades elaboradas e segmento de recta na extremidade central. A sua cronologia corresponderá aos séculos XIV-XV.
Em forma de N maiúsculo, apresenta-se de forma singular e simples. Desconhece-se a sua cronologia.
Em forma de P maiúsculo, apresentam-se de forma singular e simples. Desconhece-se a sua cronologia.
Verificámos dez formas distintas desta letra, sendo as mais simples as correspondentes aos nºs 17,18, 79 e 108, até às mais complexas como a nº 70 composta por dois segmentos nas suas extremidades. As siglas nºs 98 e 99, apresentam-se em forma de S medieval minúsculo. Em nenhuns dos casos foi possível chegar a uma datação fidedigna
Em forma de T, as duas siglas apresentam morfologia divergente. A sigla nº 113 apresenta-se de forma simples, com dois segmentos rectos, já a sigla nº 82 apresenta características mais elaboradas, com as duas extremidades superiores arredondadas. Desconhece-se a sua cronologia.
Em forma de Y, as duas siglas apresentam morfologia equivalente. A sua cronologia é desconhecida.
Foram encontrados quatro siglas distintas desta letra, sendo a mais simples a sigla nº 110 e a mais complexa a sigla nº 69. As mais complexas apresentam quatro "dentes", em vez de três comos as restantes. A cronologia destas siglas é desconhecida, à excepção da sigla nº 69, cuja datação atribuída pertence ao reinado de D. Dinis (1279-1325).´
Verificámos duas formas similares desta letra, de difícil interpretação. A sua cronologia é desconhecida.

2. ABREVIATURAS

A maioria das abreviaturas identificadas na Sé de Lisboa são de fácil interpretação, correspondendo a antropónimos. No caso das siglas número 27, 30 e 47, ainda que correspondam a abreviaturas, são morfologicamente mais complexas, dificultando interpretação rigorosa. Desconhece-se a cronologia de cada uma delas.

ESTRELIFORMES
Foram encontradas cinco estreliformes muito semelhantes, ainda que umas se apresentem maior perfeição morfológica que outras.
Com forte carga simbólica, este signo pode ter múltiplos significados, ainda que todos eles se resumam ao numero cinco, que expressa a união dos desiguais. Podendo representar reconhecimento para membros de uma mesma sociedade ou, até, símbolo da ideia perfeita (Chevalier e Gheerbrant, 1986, p.811).A sua cronologia corresponde ao século XII.

3. CHAVES

Foram verificados três exemplares similares deste signo. Apresenta na sua morfologia dois dentes e forma circular na sua extremidade esquerda.
Simbolicamente pode representar o acesso ao paraíso, poder ou prosperidade (Chevalier e Gheerbrant, 1986, p.670). A sua cronologia é desconhecida.

4. CRUCIFORMES

Foram verificadas cinco formas cruciformes distintas. A sigla nº 34 representa a cruz grega, as nºs 46 e 91 a cruz potençada, a sigla nº126 a cruz suástica ou gamada e nº 45 a cruz triunfante que simboliza o triunfo final ou reinado de Jesus Cristo sobre o mundo.
De um modo geral, e apesar de ser um dos símbolos mais antigos do mundo, na tradição cristã a cruz representa a história da salvação e paixão de Cristo (Chevalier e Gheerbrant, 1986, pp.362-363).
À excepção da sigla nº 48, com datação atribuída ao século XVI, é desconhecida a cronologia das restantes marcas de canteiro.

5. FLECHAS

Foram identificados dois tipos distintos de flechas, sendo a nº 123 mais complexa e a nº125 mais simples e menores dimensões.
Podendo ter vários significados, essencialmente, este signo pode representar o intercâmbio entre o Céu e a Terra (Chevalier e Gheerbrant, 1986, p.502). A sua cronologia é desconhecida.

6. OUTRAS

A maioria das siglas presentes nesta categoria são de difícil interpretação, sem qualquer paralelo. Ainda

assim, o signo presente na sigla nº 8 apresenta paralelos em estampilhas na cerâmica almóada e corresponderá aos séculos XII-XIII.
A sigla nº 40 corresponde à flor-de-lis que será sinónimo de brancura e consequentemente de pureza e inocência (Chevalier e Gheerbrant, 1986, p. 504). A sua cronologia corresponderá ao século XIV.
A cronologia das restantes siglas é desconhecida.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fernando de (1962) – "A arte visigótica em Portugal", *O Arqueólogo Português,* vol. IV, pp. 7-278.

AMARO, Clementino José Gonçalves (2001) – "Presença muçulmana no claustro da Sé Catedral – três contextos com cerâmica islâmica", *GARB – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, pp. 165-197, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa.

ARAÚJO, Norberto de (1944) – *"Inventário de Lisboa",* fascículo 1, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.

ARRUDA, Ana Margarida; FREITAS, Vera Teixeira de; VALLEJO SANCHEZ, Juan (2000) – "As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa"; *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3 (1), pp. 25-59.

CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain (1986) – *"Diccionario de los Símbolos"*, Editorial Herber, Barcelona.

CHICÓ, Mário Tavares (1953) – "A Catedral de Lisboa e a arte portuguesa da Idade Média", *Belas Artes*, nº 6, pp. 3-6.

FERNANDES, Carla Varela (2006/2007) – "D. Afonso IV e a Sé de Lisboa – A escolha de um lugar de memória", *Arqueologia e História*, nºs 58/59, pp. 143-166.

FERNANDES, Paulo Almeida (2002) – "O sítio da Sé de Lisboa antes da Reconquista", *Artis*, nº 1, pp. 57-87.

FERNANDES, Paulo Almeida (2004) – "Iconografia do Apocalipse: uma nova leitura do portal ocidental da Sé de Lisboa", *Revista Estudos – Património*, nº 7, pp. 91-100.

FUSCHINI, Augusto (1904) – *"A Architectura Religiosa da Edade-Média"*, Imprensa Nacional, Lisboa.

GOMES, Rosa Varela (1999) – *Silves (Xelb) uma cidade do Gharb Al-Andalus: Arqueologoa e História (séculos VII-XIII)*, volume I, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

HARRIS, Eduard (1991) – *"Principios de Estratigrafia Arqueológica"*, Editorial Crítica, Barcelona.

JORGE, Virgolino Ferreira (1989) – "Aspectos Iconográficos dos capitéis da Igreja do Salvador do Mundo no Sobral de Monte Agraço*", Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, volume XXVI, pp. 509-520, Câmara Municipal, Póvoa de Varzim.

MATOS, José Luís Martins de (1994) – "Escavações arqueológicas nos claustros da Sé de Lisboa"; *Al-Madan*, 2ª Série, vol. 3, p. 108.

MATTOSO, José (1993) – "*A Monarquia Feudal (1096--1480)",* História de Portugal, volume II, Editorial Estampa, Lisboa.

SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (1994) – *Dicionário da História de Lisboa*, Editora Carlos Quintas e Associados Lda., Lisboa.

NETO, Maria João (1999) – "Os restauros da catedral de Lisboa à luz da mentalidade do tempo", *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in Memoriam*, vol. II, pp. 131-141, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

NUNES, Eduardo Borges (1981) – *"Abreviaturas Paleográficas Portuguesas"*, 3ª edição, Lisboa.

REAL, Manuel Luís (1995) – "Inovação e resistência: dados recentes sobre a Antiguidade cristã no Ocidente peninsular", *IV Reunió d'Arqueologia Cristana Hispânica / Secció Histórico – Arqueologia,* pp. 17-68, Institut d'Etudis Catalans, Institut d' Arqueologia e Prehistoria, Universitat de Barcelona, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de História de Arte, Universidade Nova de Lisboa, Barcelona.

RODRIGUES, Jorge (1995) – *História da Arte Portuguesa*, volume I, pp. 181-263, Temas e Debates, Lisboa.

SOUSA, J-M. Cordeiro de (1928) – "Marcas de Canteiro*", O Arqueólogo Português*, vol. XXVII, pp. 1-9.

SUCENA, Eduardo (2004) – *" A Sé de Patriarcal de Lisboa"*, História e Património, Sete Caminhos, Lisboa.

SUMAVIELLE, Elísio (1986) – " Igreja *de Santa Maria Maior, Sé de Lisboa"*, Instituto Português do Património Cultural, Editora Teorema, Lisboa.

WINCKEL, Madeleine Van de (1965) – *"Atribuição de data a edifícios antigos pelo método das siglas lapidares"*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.



Figura 1 – Grafito de 1920, localizado nas escadas que ligam o trifório norte ao transepto, Sé de Lisboa.

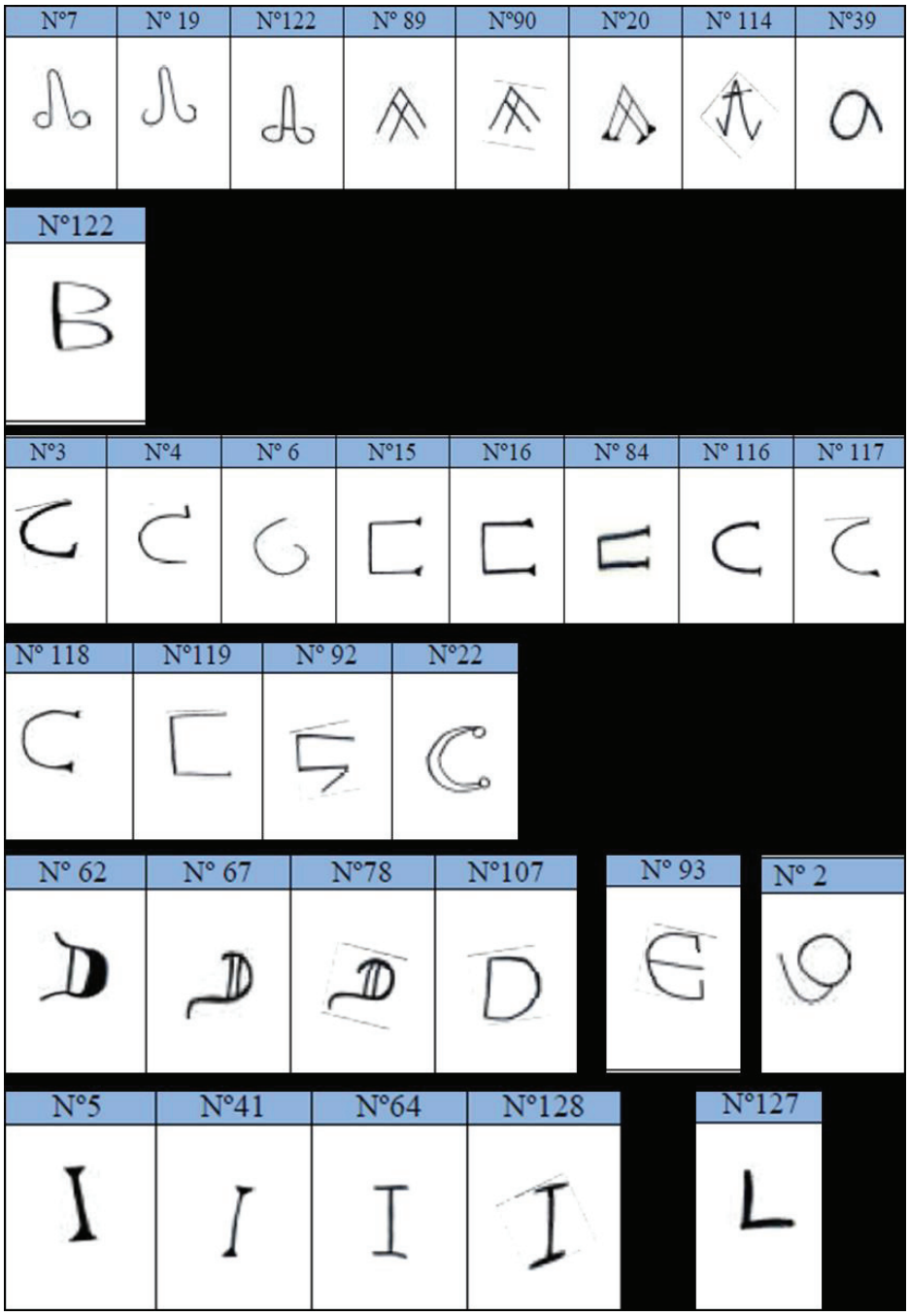


Figura 2A – Leteriformes (Marcas de canteiro da Sé de Lisboa).

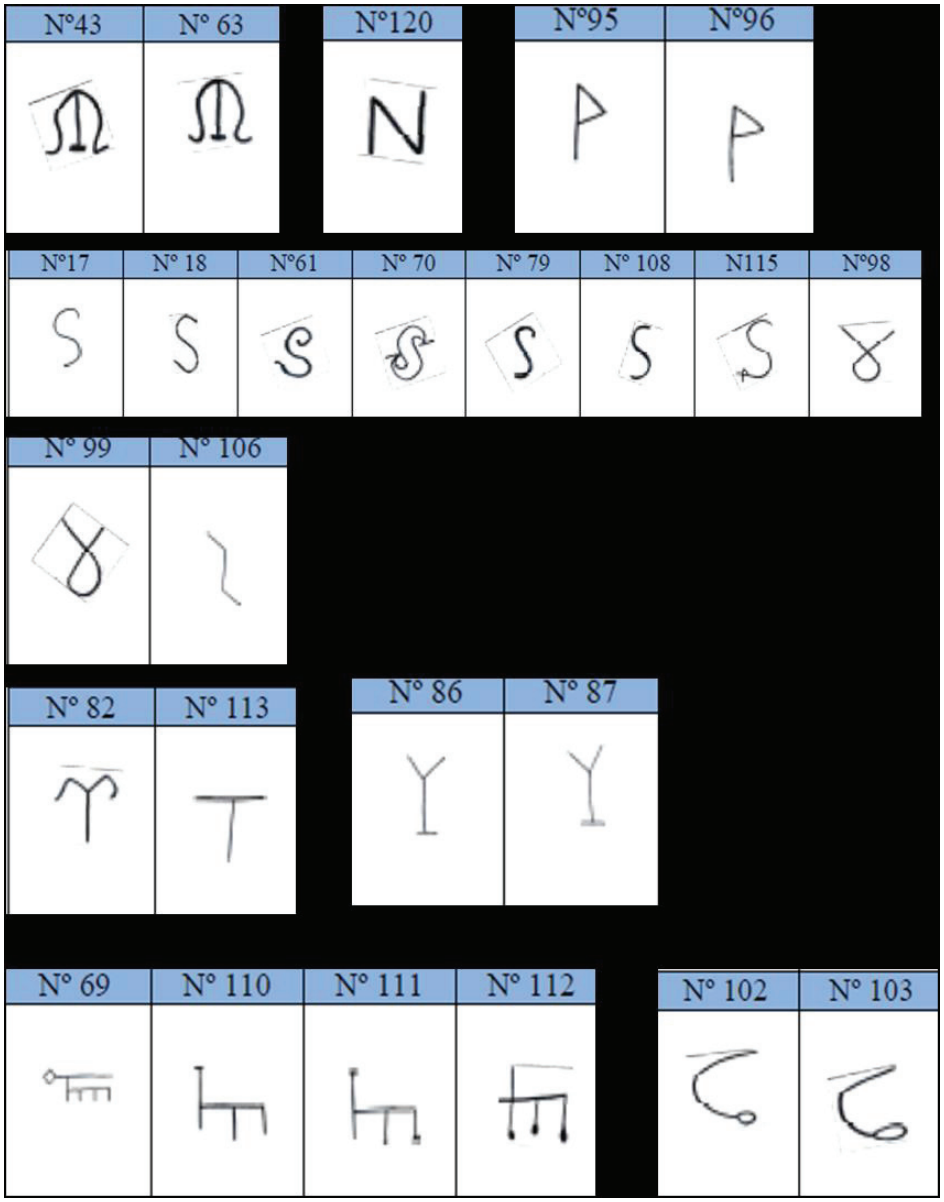


Figura 2B – Leteriformes (Marcas de canteiro da Sé de Lisboa).



Figura 3 – Abreviaturas (Marcas de canteiro da Sé de Lisboa).

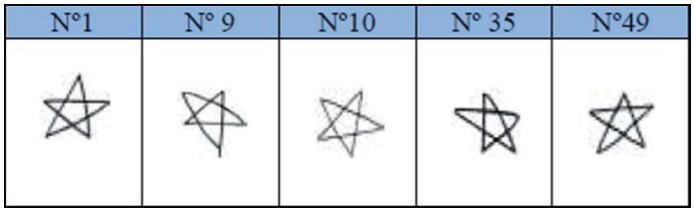


Figura 4 – Estreliformes (Marcas de canteiro da Sé de Lisboa).

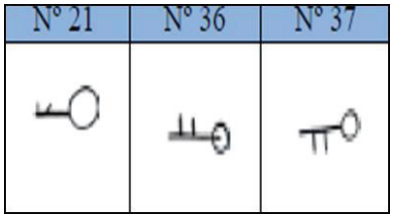


Figura 5 – Chaves (Marcas de canteiro da Sé de Lisboa).

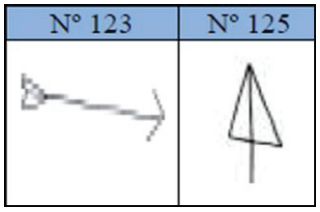


Figura 6 – Flechas (Marcas de canteiro da Sé de Lisboa).

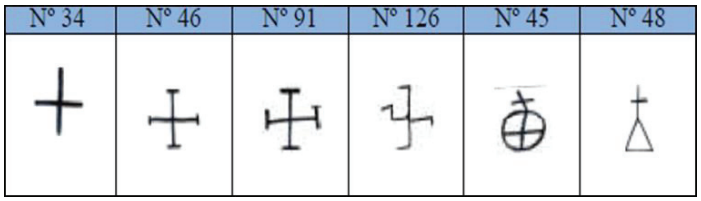


Figura 7 – Cruciformes (Marcas de canteiro da Sé de Lisboa).

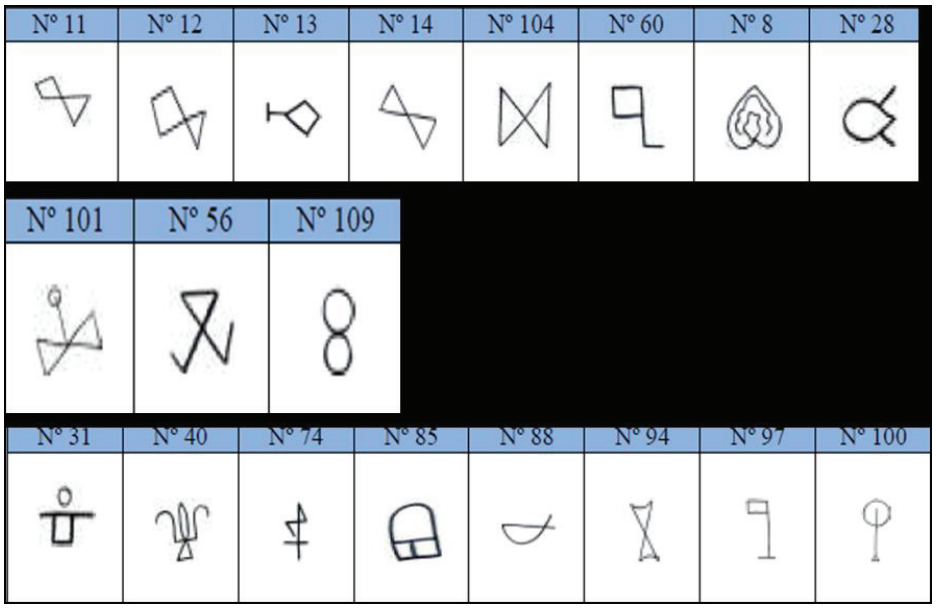


Figura 8 – Outras (Marcas de canteiro da Sé de Lisboa).

O COMÉRCIO MEDIEVAL DE CERÂMICAS IMPORTADAS EM LISBOA: O CASO DA RUA DAS PEDRAS NEGRAS N.OS 21-28

Filipe Oliveira[1], Rodrigo Banha da Silva[2], André Bargão[3], Sara Ferreira[4]

RESUMO

Uma extensa escavação decorreu entre 1991 e 1998 em três edifícios contíguos na Rua das Pedras Negras, em Lisboa, cujos dados permanecem no essencial inéditos. Tendo o tema sido antes aflorado em data recente (Silva *et al*., no prelo), os autores publicam e descrevem o conjunto ali colectado das cerâmicas medievais importadas entre os finais do século XIII e o século XIV, que incluem produções valencianas, sevilhanas, granadinas, de Saintonge (polícroma, lisa e "mosqueada"), Norte da França, flamengas (Bruges e Antuérpia?), inglesas (Londres) e, eventualmente, dos Países Baixos. O seu conjunto a amostragem mostra um predomínio marcado das elaborações oleiras comerciadas a partir dos portos de Bordéus e La Rochele sobre todas as restantes origens, sendo sintomático quer da capacidade aquisitiva dos lisboetas atingida entre os reinados de D. Afonso III e D. Pedro I, como do papel preponderante desempenhado pela cidade de Lisboa no quadro das teias de relações comerciais marítimas então estabelecidas por Portugal com o norte atlântico europeu.

Palavras-chave: Idade Média, Lisboa, Cerâmica medieval, Comércio medieval, Sécs. XIII-XIV.

ABSTRACT

An extensive archaeological excavation occurred between 1991 and 1998 in Rua das Pedras Negras, Lisbon, but data remains mainly unpublished. The authors publish and describe the assemblage of medieval imported pottery dating from late 13th to 14th centuries, turning back to the theme already previously treated (Silva *et al*., forthcoming). Productions include fabrics originated in Valencia, Seville and Granada, Saintonge («polychrome», «highly decorated», plain and «mottled»), North French («highly decorated»), Flemish (from Bruges and perhaps Antwerp), English (London) and, eventually, the Low Countries. The overall assemblage demonstrates that ceramic productions exported through Bordeaux and La Rochelle harbours are predominant over the remaining, and quantity and diversity are symptomatic of high acquisition capacity verified by Lisboners between the reigns of Afonso III and Pedro I, as well as of the chief role played by Lisbon in the network of commercial maritime relations then established between Portugal and the north Atlantic European façade.

Keywords: Middle Ages, Lisbon, Medieval Pottery, Medieval Commerce, 13th-14th centuries.

1. INTRODUÇÃO

No interior de três edifícios contíguos pertencentes ao Estado Português decorreu, entre 1991 e 1998, uma intervenção arqueológica conduzida em continuidade por uma equipa da Câmara Municipal de Lisboa, dirigida por António Dias Diogo. O espaço estava localizado em plena Colina do Castelo, no exterior da «Cerca Moura», e ali se documentou uma parcela ampla do urbanismo medievo e moderno da capital, depois obliterado pelo plano "pombalino" de reconstrução da cidade que se seguiu a 1755.

Do conjunto das realidades identificadas sobreviveram no local somente os restos monumentais das

1. CHAM – FCSH – UNL; UAç; ERA – Arqueologia; filipe.alexandre.so@gmail.com

2. CHAM – FCSH – UNL; UAç; CAL – DPC – CML; rodrigo.banha@cm-lisboa.pt

3. CHAM – FCSH – UNL; UAç; andrebargao@gmail.com

4. CHAM – FCSH – UNL; UAç; sara.isabel91@hotmail.com

«Termas dos Cássios» e de uma ocupação da Antiguidade Tardia que as reutilizou, ruínas que há duas décadas aguardam, de forma estóica, uma solução de integração urbanística. Porque os registos da escavação permanecem inacessíveis, dado estarem ainda na posse do responsável, o rico acervo de dados mantem-se no essencial inédito e por explorar, a despeito da sua manifesta importância.
Neste sentido, o objectivo dos autores com o presente trabalho é o de acrescentar ao escasso conhecimento público sobre a arqueologia da Rua das Pedras Negras n.ºs 22-28 um conjunto de cerâmicas importadas de origem europeia, datado dos finais do século XIII ao séc. XIV (Figura 1).

2. UM BREVE APONTAMENTO SOBRE O ESTUDO EM PORTUGAL DAS CERÂMICAS MEDIEVAIS IMPORTADAS DA EUROPA NOS SÉCULOS XIII-XIV

Os estudos em Portugal acerca de cerâmicas medievais importadas da Europa têm-se centrado sobretudo nos diversos fabricos originários das zonas meridionais hispânicas, nomeadamente das zonas valenciana, granadina e sevilhana, sendo secundarizados os das restantes origens, porventura pela sua mais difícil identificação.
Fugindo a este panorama, a primeira publicação portuguesa que abordou de forma sistemática a caracterização dos fabricos das cerâmicas medievais importadas nos séculos XIII-XIV deveu-se à equipa que operou na Casa do Infante, na cidade do Porto, a propósito de um diversificado conjunto recolhido em níveis atribuídos à primeira metade do séc. XIV. Por esta via, a equipa portuense aflorou a presença em contextos portugueses de importações oriundas de paragens mais setentrionais, tendo conseguido somente assignar com segurança o grupo «Saintonge polícromo» à origem respectiva, e destrinçado quatro outros grupos que supôs de origem francesa (Real *et al.*, 1995: 177-178), o que parece ajustado à luz dos conhecimentos actuais, mas apenas em parte.
Para o caso lisboeta, deveu-se a Alexandra Gaspar a primeira publicação onde se deu a conhecer a presença na capital portuguesa de cerâmica deste tipo, no caso um pichel oriundo de Saintonge (Gaspar e Amaro, 1997). Somente em 2008, António Marques, associado a outros colaboradores, acrescentaram ao limitado conhecimento disponível o conjunto também variado recolhido nas escavações mais recentes do Teatro Romano (Fernandes *et al.*, 2008). Em 2013, dois dos autores (RBS e FO) apresentaram uma comunicação oral sobre o tema à reunião anual do *Medieval Pottery Research Group*, numa primeira tentativa de inventariação das ocorrências em Lisboa, que desgraçadamente teve de permanecer inédita. A matéria iria ser retomada de novo pelo grupo de autores do presente trabalho, a propósito de quatro contextos específicos (Praça da Figueira, Praça do Município, Rua das Pedras Negras e Rua dos Correeiros-Sond.24: Silva *et al.*, no prelo), mas também por António Marques, que deu a conhecer exemplares seleccionados oriundos da Praça da Figueira, Rua do Ouro e Rua das Pedras Negras (Marques, 2015: 178-180).
Não é demais enfatizar a importância que assumem os tipos cerâmicos importados da Europa extra-peninsular no último quarto do século XIII e no século XIV, por constituirem um muito valioso instrumento para precisar as cronologias dos contextos arqueológicos respectivos dentro da Baixa Idade Média.
Noutro sentido, o surgimento destas produções nos contextos portugueses encerra explicações de relativa simplicidade. Elas prendem-se com a dinâmica no âmbito comercial verificada no aro atlântico europeu neste período da Idade Média e, para o caso português, com a teia de relações especialmente activas entre os reinados de D. Afonso III e D. Pedro I, bem como com a assunção nesta época de uma clara proeminência portuária e comercial por Lisboa à escala do reino, e no quadro deste mesmo comércio. Ao assunto voltaremos mais detalhadamente, um pouco adiante.
Todavia, o dado arqueológico não cumpre apenas o papel de ilustrar um panorama económico histórico global de há muito traçado para Lisboa a partir das fontes manuscritas (Pradalié, 1975; Marques, 1987; …), mas deverá procurar aferir os significados antropológico e social das ocorrências dos produtos oleiros nos contextos específicos onde surgem (Jervis, 2017), bem como executar o balanço diacrónico e de origem das várias produções para, a partir daí, extrair leituras próprias no âmbito da história económica medieval.
A investigação sobre a temática em Portugal lida, todavia, com limitações gerais a um tempo severas e, no imediato, inultrapassáveis: se o quadro das leituras está bem estabelecido para certas regiões europeias mais setentrionais, com destaque para

os panoramas das produções inglesas (Pearce *et al*, 1985), ou do consumo em diversas partes do Reino Unido (Haggarty, 2006), os dados disponíveis para o âmbito de produção dos principais centros produtores que abasteceram os espaços hispanos (como os restantes europeus) são-nos tanto mal conhecidos, como insuficientemente caracterizados. Encontram-se nestas circunstâncias os casos da região de Saintes, do Norte de França e da Flandres, aguardando-se portanto, e com a necessária avidez, que a investigação francesa e belga faculte à restante comunidade estes dados essenciais.

3. OS FABRICOS CERÂMICOS IDENTIFICADOS NA RUA DAS PEDRAS NEGRAS

As cerâmicas recolhidas na Rua das Pedras Negras n.ºs 22-28 / Travessa do Almada / Rua de São Mamede ao Caldas n.º 23 objecto do presente estudo mostram uma diversidade de fabricos (pastas, vidrados, decorações, …) que denunciam origens múltiplas. Destas, foi possível atribuir com segurança uma boa parte a produções meridionais hispânicas (granadinas e valencianas), flamengas (de Bruges e Antuérpia ?), da região de Saintes (Saintonge), do Norte da França (Rouen), Inglaterra (Londres) e assinalar a eventual ocorrência de produtos oleiros com origem nos Países Baixos (vd. Figura 6).

Na organização dos diferentes grupos seguimos as linhas definidas e a nomenclatura de Haggarty para os fabricos oriundos de França, a que acrescentámos os fabricos flamengos, inglês e os definidos pela investigação hispânica para os fabricos ibéricos (Hita Ruiz, 2013) (Figura 2).

Há que referir que do estudo foi excluída uma parede de talha vidrada a chumbo com decoração estampilhada islâmica, Almóada, bem como um fragmento de gargalo, parte superior da parede e arranque de asa em produção de pó de pedra, oriunda do espaço germânico do Vale do Reno (Sieburg? Raeren? Colónia? …): ao passo que o primeiro elemento se apresenta com as fracturas muito roladas, indiciando tratar-se de elemento mais antigo mobilizado pelas formações com datas que aqui interessam, o segundo não se inscreve nas características morfológicas em voga no mesmo lapso temporal, e provém de uma outra zona da escavação que proporcionou a recolha de cerâmicas dos séculos XIII-XIV, mas pode equivaler quer a acções de remobilização ulterior quer a uma "contaminação" ocorrida durante o processo de escavação (Figura 3).

Grupo 1 – Produções granadinas de reflexo dourado

A produção granadina de reflexo metálico ostenta uma pasta avermelhada, medianamente granulosa, de fractura tendencialmente irregular, compacta, mostrando muitos vacuólos e menos frequentemente, vácuos arredondados, contendo elementos quartzosos muito bem distribuídos, raras palhetas negras e elementos ferro-magnesianos de média dimensão, ocasionalmente grandes.

O vidrado apresenta-se no exterior côr azul turqueza, recobrindo a totalidade da peça, sobre a qual se executou uma composição decorativa obtida por traço acastanhado de faixas preenchidas com motivos geométricos e o que aparentam ser reservas (somente se conserva, e mal, a parte superior de um vaso fechado). A superfície interna apresenta-se igualmente vidrada, com coloração branco amarelada clara, de estanho.

Provenientes das oficinas nazaris de Granada e Málaga estes fabricos tiveram o seu apogeu nos séculos XIII e XIV com grande projecção nos contextos norte-africanos, embora ainda circulassem nas primeiras décadas do séc.XV como é comprovado pelos sua presença nos contextos de destruição de Ceuta em 1415 pelos portugueses (Villada Paredes, 2015, 174-176).

Grupo 2 – Produções valencianas de «verde e negro»

As produções valencianas de «verde e negro» (ou «verde e manganês», como surgem também referidas na investigação portuguesa) foram elaboradas na sequência de uma longa tradição que remonta ao período califal do al-Andaluz, difundido-se por centros oleiros peninsulares ao longo dos séculos subsequentes.

Na área do Reino de Valência, conquistado pelos cristãos em finais do século XIII e incorporada no Reino de Aragão, teve lugar importante produção deste grupo por oleiros muçulmanos, conhecendo-se para já, e em exclusivo, o comprovativo arqueológico de olarias em Paterna (Mesquida García, 2002), nos arredores de Valência.

Corroborando a atribuição feita a Paterna, a pasta presente em dois exemplares de formas abertas identificados na Rua das Pedras Negras apresenta-se bícroma, com o cerne alaranjado e as superfícies amareladas, granulosa, de fractura de tendência irregular,

compacta, contendo muitos grãos de cerâmica moída, pequenos quartzos hialinos e leitosos de pequena e média dimensão, raros fragmentos de tendência arredondada de rocha sedimentar (micro fósseis incluídos) como de elementos ferromagnesianos angulosos, bem distribuídos, e ainda muitos vacuólos.
O vidrado é branco de estanho, medianamente brilhante, espesso, com pequenos vácuos e raras fendas visíveis a olho nu, com pintura a traço negro, de manganês, e a verde, de cobre, compondo decorações geométricas e fitomórficas nos dois casos repertoriados. O exterior das peças apresenta-se isento de revestimento.

Grupo 3 – Produções sevilhanas de «azul e dourado»
As produções sevilhanas detectadas mostram pastas de coloração amarelada clara, medianamente brandas, granulosas, de fractura irregular, contendo muitas fendas, alvéolos e vacuólos, muitos elementos quartzosos hialinos e leitosos, como ferromagnesianos, todos muito bem distribuídos.
Ambas as superfícies das duas peças identificadas, equivalendo a pequenas porções de formas fechadas, foram recobertas por vidrado branco de estanho, sobre o qual se divisam somente os vestígios dos traços a azul. Num dos casos, que preserva o arranque inferior da asa, a degradação do vidrado admite a existência de decoração dourada que estaria assim hoje desvanecida.
Estes fabricos seguem a mesma tradição cultural observadas nas peça granadinas, apresentando cronologias similares, embora de momento, os seus centros se apresentem parcamante estudados.

Grupo 4A – Saintonge polícromo («Saintonge polychrome»)
A produção de Saintonge caracteriza-se por uma pasta muito calcária ou caulínica de coloração esbranquiçada ocasionalmente a tender para o bege ou para o rosado muito claro, muito dura como compacta e homogénea, muito depurada, apresentando fractura nítida, textura esponjosa e lamelar, com muitos infimos vacuólos e raras fendas. Assinala-se a presença frequente de muito pequenos nódulos férricos, pouco frequentes palhetas sub-angulosas negras também férreas, elementos quartzosos alaranjados arredondados, sendo ocorrentes, mas muito raros, os nódulos de cerâmica moída, com casos que podem atingir 0,8 mm.
A superfície dos recipientes foi cuidadosamente alisada previamente e recebeu primeiro um engobe branco transparente extremamente fino, homogéneo, aderente e muito brilhante, com a mesma coloração da pasta, que depois "vitrificou". As decorações polícromas foram executadas sobre o engobe, delimitadas a traço de manganês e depois preenchidas a vidrado verde ou a amarelo.
As decorações compreendem em exclusivo fitomórficos (folhas e caules de videira), aves de perfil (uns e outros preenchidos total e/ou parcialmente a verde, amarelo e traço castanho-negro) e um escudo heráldico (delimitado a castanho-negro preenchido a amarelo ou sem este preenchimento). As gramáticas decorativas incluem também decorações aplicadas antropomórficas de duas caras colocadas em ambos os lados do bordo, alternadamente em relação à posição do bico e ao arranque superior da asa, que são opostos. Como na restante decoração, certos detalhes fisionómicos das caras foram tratados de forma diferencial, nomeadamente os olhos e boca, com a utilização de traço ou ponto a manganês, castanho muito escuro/negro.
O tratamento das superfícies internas varia, assinalando-se na Rua das Pedras Negras quer a ocorrência de revestimento vidrado a verde claro, muito fino e trânslucido, quer de recipientes desprovidos de revestimento.
A espessura das paredes é, invariavelmente, fina, em torno dos 2,5 mm.
O repertório formal do grupo é monótono, restringindo-se a pichéis altos e esguios (de que o exemplar do NARC é um excelente exemplo – cf. Gaspar e Amaro, 1997), e jarros com corpo de tendência globular e colo também alto, esta última a única morfologia seguramente representada na Rua das Pedras Negras.
Os fabricos de «Saintonge polícromo» parecem corresponder a um segmento temporal muito curto, que George Haggarty restringiu, ainda com cautelas, ao lapso 1275-1325, mas que crê ser mais curto ainda (Haggarty, 2006, 28-29), tendo tido lugar nas imediações da Capela de Notre Dame des Pots, em Saintonge (Saintes). Como Gaimster outrora sugerira, a inspiração estética parece ter que se buscar nas produções italianas designadas por "proto-majólica", onde os fitomórficos do mesmo tipo são recorrentes, adaptada localmente, como denunciado pelo gosto local pela representação heráldica. A restrição decorativa equivalente à recorrência da ave de perfil, e à uniformidade assinalada no traço do desenho desta, implica um número muito limitado de "pintores",

eventualmente restrito a uma ou duas gerações de "pintores" (Haggarty, 2006, 56-57 e informação pessoal, a quem se aproveita para agradecer).
Em sentido oposto, deverá atender-se às diferenças assinaláveis na modelação dos elementos antropomórficos aplicados no bordo, onde alguns exemplares denotam uma elevada preocupação na definição dos detalhes, como é o caso do conhecido pichel recolhido em Cardiff, qualidade muito elevada que está claramente ausente na maioria dos exemplares conhecidos, como acontece com o pichel do NARC (Gaspar e Amaro, 1997) e os dois casos assinalados na Rua das Pedras Negras.

Grupo 4B – Saintonge «muito decorado» («Saintonge Highly Decorated»)
As pastas deste grupo são idênticas às do grupo anterior, somente delas se distinguindo por uma sensível e menor depuração das argilas.
O exterior dos recipientes ostenta um revestimento a vidrado verde, fino e muito aderente, oscilando heterogeneamente no mesmo vaso entre tonalidades de verde mais claras (Pantone 369U, 271U, …) e mais escuras (Pantone 343U, 3435U, …).
Na parede exterior dos exemplares detectados na Rua das Pedras Negras documentou-se a aplicação de decorações de faixas ondeadas obtidas mediante roletilha, estampilhas circulares ornadas internamente com botão central e radiado de 8 raios, filiformes verticais obtidos através de molde, incisões. Conta, também, com um exemplar ostentando uma aplicação plástica no bordo de cara antropomórfica, similar à presente nos exemplares com decoração polícroma.
A espessura das paredes é modalmente situada nos 4,5 mm, mas pode ser bem mais fina, com um caso de 2,5 mm.
O repertório formal do grupo representado no local lisboeta restringe-se a pichéis altos e esguios.
O grupo terá sido produzido no mesmo local que o «Saintonge polícromo», todavia admitindo-se uma cronologia mais extensa, ainda imprecisa, podendo extender-se a todo o século XIV (Haggarty, 2006, 56-57).

Grupo 4C – Saintonge «manchado» («Saintonge Mottled»)
A pasta apresenta-se como a do grupo anterior. O vidrado é bitónico, esverdeado escuro e verde muito claro, deixando ver a superfície da pasta, com gamas esverdeadas equivalentes às dos grupos anteriores, formando uma superfície texturada, com efeito visual tipo manchado, com tonalidades que vão desde o verde esbranquiçado ao verde muito escuro. Por vezes o vidrado recobre só parcialmente a parede externa do vaso.
A espessura das paredes varia entre o fino (c. 2,5 mm) e o médio (4,5 mm).
As únicas morfologias seguramente identificadas na Rua das Pedras Negras reportam-se a jarros, num caso de corpo com corpo de tendência bi-troncocónica.
Cronologia similar à do grupo anterior (Haggarty, 2006, 24-25).

Grupo 4D – Saintonge liso, verde brilhante («Saintonge bright green»)
O grupo partilha as características das pastas e vidrados de 4B, documentando-se exemplares dotados de vidrado interno e externo e outros apenas recobertos pelo exterior.
O repertório morfológico compreende, para além dos jarros e/ou pichéis, uma pequena copa de pé, dotada de pelo menos uma asa.
Cronologia como a dos anteriores (Haggarty, 2006: 26-27).

Grupo 5 – Tipo Rouen («Rouen Type»)
O grupo é constituído na Rua das Pedras Negras por um único exemplar, que apresenta pasta de coloração branca e tonalidade bege-acinzentada muito clara, compacta, de fractura nítida, textura granulosa, com vacuólos e contendo pequenos elementos arredondados férreos muito bem distribuídos, raras palhetas negras de muito pequena dimensão e muito raras partículas de moscovite de muito pequena dimensão.
Recobrindo a parede exterior, um vidrado laranja de tonalidade acastanhada. Sobre este, e de forma alternada, foram aplicados cordões plásticos verticais, depois decorados a roletilha e recobertos a vidrado amarelo. Embora ausentes na Rua das Pedras Negras conhece-se um vasto repertório decorativo que inclui diversas aplicações de "botões" plásticos e escamas depois vidradas a amarelo, de que bons exemplos foram já apresentados da Casa do Infante (Porto-Real *et al.*, 1995: 178, fig. 5, n.ºs 1 e 3).
A espessura das paredes situa-se nos 3,0 mm.
Os fabricos da cidade de Rouen conheceram uma muito ampla difusão no séc.XIII e primeira metade do séc.XIV, atingindo os espaços escandinavos do Mar do Norte, como Gales, Inglaterra e Escócia (Ha-

ggarty, 2006, 58-60), situando-se a cidade do Porto como o ponto mais meridional da distribuição até à presente publicação (Real *et al*., 1995: 179).

Grupo 6 – "Francês muito decorado" («North French Highly Decorated»)

A designação compreende afinal um grupo heterogéneo de produções, elaboradas no Norte da França actual, incluindo portanto aquilo que era à época espaço flamengo, compreendendo Beauvay e Tournai.

As pastas são invariavelmente brancas, como os vidrados predominantemente verdes, de chumbo, ou verde mais claro, quando cobre foi adicionado. As produções de Beauvay, já seiscentistas e posteriores, apresentam variações no vidrado, surgindo colorações amareladas em vidrados verdes heterogéneos que variam entre o verde escuro e o claro (Haggarty, 2006, 66-67). Esta característica encontra-se em três picheis altos colectados na Rua das Pedras Negras, qualquer deles ostentando uma decoração a molde de filiformes verticais, podendo ser esta a origem dos vasos. A forma equivale ao repertório habitual desta produção. A estas morfologias fogem uma caçarola com bico/pegadeira vazada e um pequeno fragmento de prato com decoração incisa na face interna, atestados por uma vez no local.

As pastas presentes no local em estudo são de coloração branco-acinzentado claro, granulosas e de fractura irregular, contendo alguns elementos quartzosos, raros elementos micáceos, e ocasionais fragmentos de cerâmica moída, bem distríbuidos.

Grupo 7 – Pichéis de Bruges («Bruges Highly Decorated»)

O fabrico de Bruges é muito homogéneo e caracteriza-se por apresentar pastas avermelhadas ou bícromas, i.e., avermelhadas com o cerne cinzento, medianamente homogéneas, compactas, granulosas, de fractura irregular, com muitos vacuólos, com poucos elementos quartzozos e rara moscovite de muito pequena dimensão, com os elementos bem distribuídos.

O vidrado é espesso, de coloração verde, normalmente entre o verde-alface e o verde-oliva, quase sempre muito manchado, com laivos e mosqueado de verde escuro alternando com manchas claras. O interior é desprovido de vidrado, mostrando uma pasta que por vezes se apresenta com uma patina alternada avermelhada e violácea.

Muito característica dos fabricos flamengos de Bruges é a utilização de um espesso engobe branco recobrindo a peça pelo exterior, que todavia não está sempre presente de forma uniforme, existindo inclusivé vasos onde este está ausente. A intenção do engobe era a de ocultar a coloração vermelha da pasta, procurando deste modo "imitar" mais proximamente os fabricos do tipo "Francês Muito Decorado" (Verhaege, 1987, 207). Contudo, ao contrário dos fabricos franceses, onde a área é sempre de fita, fina ou nervurada, nos fabricos flamengos as asas são invariavelmente de rolo, como os fundos são digitados.

As gramáticas decorativas típicas de Bruges compreendem as vieiras, "cachos de uva" e a aplicação de faixas a roletilha cobrindo a totalidade da peça, tendo sido produzidos na cidade da Flandres entre os finais do séc. XIII e a primeira metade do séc. XIV, conforme os dados dos contextos de produção ali exumados e que aguardam publicação para breve (De Groote, informação pessoal, a quem se aproveita para agradecer).

As produções flamengas de Bruges já haviam sido antes assinaladas na cidade do Porto (Real *et. al*, 1995: 177 e 178, fig. 5, n.ºs 7 e 8), embora não identificadas como tal, parecendo estar muito presentes e bem distribuídas em Lisboa, onde ocorrem no Teatro Romano (Fernandes *et al*., 2008), Rua dos Bacalhoeiros (Marques, 2015: 179), muito embora as características de fabrico da peça, como o próprio autor salienta, não coincidam aqui na totalidade), Praça do Município, e com forte representação na Praça da Figueira (Silva *et al*., no prelo).

Grupo 8 – Loiça de Londres («London-Type Ware»)

As pastas das produções londrinas apresentam-se normalmente de coloração na gama do vermelho acastanhado, apresentando-se com alguma frequência exemplares sobrecozidos que por isso assumem uma coloração quase exclusivamente escura, cinzenta (Munsel N 4-8), excepto numa ténue fracção superficial castanho-avermelhada, caso do exemplar identificado em Lisboa. A reforçar esta ilação, o colo apresenta-se visivelmente deformado.

Com textura de grão médio, a pasta é compacta, medianamente homogénea, sendo muito frequentes os vacuólos, e contendo raros elementos quartzosos angulosos e muito raros e ocasional moscovite e feldspato.

Os vidrados são também de coloração variável. No caso presente equivale a um verde azeitona, media-

namente espesso e muito aderente, que recobre apenas parte do vaso, deixando o pé isento. Sobre este vidrado plumbífero, a que terá sido aduzido cobre que lhe confere a côr (Pearce *et al*., 1985: 4-5), foi aplicada no corpo uma decoração de linhas de pintura branca obtidas com um engobe não muito aderente, compondo uma gramática que não é possível compreender dado o estado fragmentário do objecto.
A parede apresenta uma espessura média de 4,9 mm.
A produção londrina do grupo foi executada com muita probabilidade em diversos locais da capital inglesa (Idem), e tem origem em fabricos datados do séc.XII que se arrastarão até aos meados do séc. XIV. Datam dos momentos iniciais as técnicas decorativas, mas depois serão introduzidos os fundos digitados como as bases em trípode ao longo do séc. XIII, altura em que a produção de Londres incorpora gramáticas decorativas francesas, nomeadamente de Rouen e do Norte da França (Idem).
O tipo de vaso globular equivale aos denominados "squat jugs" ou "large squat jugs" (Idem), que aqui designámos por jarro. Dele se conservam 78 distintos fragmentos, alguns com colagens entre si, que por partilharem quer as características de pasta, revestimento e decoração, salientando-se a já aludida sobrecozedura, mas também por provirem no seu conjunto de uma mesma área da escavação, supomos pertencerem a um mesmo indivíduo.

Grupo 9 – Produção não identificada
Em contextos medievais de Inglaterra e Gales, datados dos séculos XIII e XIV, ocorre uma produção que recebeu a designação a epígrafe, que reproduz os modelos em voga nos espaços atlânticos europeus do Mar do Norte, o que pode incluir produções em variados centros oleiros ingleses (Pearce, 1985).
A pasta do exemplar apresenta-se avermelhada, dura, depurada, de fractura nítida, textura de tendência lamelar, contendo fendas, muitos vacuólos de pequena e média dimensão, elementos ferromagnesianos de pequena dimensão, muito rara e pequena mica dourada, bem como alguns restos de rocha sedimentar, todos muito bem distribuídos.
Cobre o exterior do pichel um vidrado verde, que recobre a decoração de quatro traços incisos praticados na pasta formando setas na parte superior, uma faixa em zig-zag entre dois ressaltos e um ondulado abaixo do ressalto inferior. A parede interna apresenta-se isenta de revestimento. Gramática decorativa análoga encontra-se quer em produções flamengas como britânicas, mas geralmente a execução é de outra forma obtida. Similarmente ao exemplar em causa, alguns pichéis e jarros das produções londrina e do «tipo Scarborough» mostram decorações incisas, mas as pastas não coincidem de todo.
Deste modo, terá que se admitir uma origem indeterminada, que pode incluir a Inglaterra (que não Londres), a Flandres (que não Bruges) e os Países Baixos. A parede ostenta uma espessura média de 4,5 mm (Figura 4 e Figura 5).

3. O CONJUNTO DA RUA DAS PEDRAS NEGRAS E O SEU SIGNIFICADO NO QUADRO DO COMÉRCIO DE FINAIS DO SÉC.XIII E DA PRIMEIRA METADE DO SÉC.XIV

A escavação de 1991 a 1998 na Rua das Pedras Negras permitiu a recolha de aproximadamente duas centenas de fragmentos de cerâmicas europeias importadas entre os finais do séc.XIII e o séc.XIV, tendo sido possível identificar com segurança pelo menos nove centros produtores distintos, onde as elaborações oleiras do arco atlântico europeu dominam claramente. Trata-se, portanto, da composição de um mosaico de origens que documenta arqueologicamente as relações comerciais activas entre finais do século XIII e meados do séc.XIV, sintomática da dimensão atingida então por Lisboa no quadro do comércio atlântico.
O conjunto cerâmico constitui, todavia, uma representação bem menor do que o seu número "em bruto" sugere: aplicando uma metodologia de contagem de número mínimo de indivíduos (NMI – Tuffreau-Livre), o número total contrai-se para uns bem mais modestos 33 exemplares (vide Tabela 1, *infra*).
As produções hispanas estão representadas por somente cinco indivíduos: um jarro granadino, um prato e uma taça de Paterna e dois jarros sevilhanos. Contudo, quer o exemplar naziri quer os sevilhanos podem ultrapassar o lapso temporal predominante, ultrapassando a primeira metade do séc.XIV, podendo até atingir os inícios do séc. XV. Neste sentido, o contingente peninsular é francamente discreto face à representação europeia atlântica, o que não deixará de traduzir o privilégio conferido entre finais do séc.XIII até meados do séc.XIV a esta última macro-região, traduzindo de um outro modo o panorama já observado na cidade do Porto por via documental manuscrita, e corroborada pelo dado arqueológico da Casa do Infante, onde as conexões

mediterrânicas surgem apenas na centúria de quatrocentos (Real *et al*., 1995).

Deverá notar-se o claro predomínio das elaborações oleiras de Saintonge e do Norte de França/Flandres. De facto, as redes de comércio activas no reinado de D.Dinis, e um pouco antes e pouco após, ligam Portugal em especial à Inglaterra e à Flandres e, em menor escala, aos portos da Normandia, a Bordéus e La Rochele. Como afirmou Oliveira Marques, é neste período que se iniciou o processo, que iria desenvolvendo até às primeiras décadas do XVI, que forjou a ampla e extensa teia de portos marítimos do Reino conectados com Lisboa, abrangendo o Minho (Valença, Fão, Viana e Caminha), Douro (Porto e Vila do Conde), a região de Aveiro, foz do Mondego (Buarcos), a costa do Oeste (Leiria, Salir, Atouguia, Lourinhã, Torres Vedras), o "Além Tejo" (Setúbal e Odemira), como o Algarve no seu todo (Marques, 1987: 130). No sentido da mais curta distância, o Tejo surge-nos na documentação medieval como um "mar", nomeadamente no *Foral da Portagem*, de 1399 (cit. Idem), e serviam a cidade os portos de Cascais, Almada, Vale de Zebro, Coina, Montijo, Frielas, Povos, Vila Franca, Azambuja, Santarém, Punhete e Tomar (Idem: 150) (Figura 6).

O Tejo, e o Oceano, proporcionavam abundante sal, pescado e marisco. O sal é sobejamente estudado como elemento vital para a exportação portuguesa, essencial para o Mar do Norte, desde os estudos de Virgína Rau (1984). Já o peixe e o marisco, suficientes para as necessidades da população residente, são repetidas vezes exaltados nas descrições dos visitantes estrangeiros, alcançando o peixe importante exportação a partir do séc. XIII, pelo menos (Pradalié, 1975): destaca-se, de entre o variado pescado, a sardinha fumada. Os destinos principais do comércio desta última com o exterior foram o Sul de Espanha e o Norte da Europa, e a ela se referem, por exemplo, o já citado "*Foral da Portagem*", que menciona a este propósito os mercadores catalães que daqui transportavam a sardinha para Aragão e Sevilha, e o valerem *"muito mais as sardinhas de fumo que as de pilha*" (Marques, 1987: p.169).

Carente em cereal, azeite e carne, Lisboa importa do hinterland próximo, de outras regiões portuguesas menos próximas e inclusivé da Europa. Já o vinho, abundante e de qualidade díspar, era largamente produzido. Parte era destinada ao comércio externo europeu, tendo como destino as Ilhas Britânicas, a Flandres e Alemanha. Em contrapartida do Atlântico provinha também algum vinho francês.

O quadro geral das importações de fora do reino era todavia dominado pelos têxteis, quer de alta, quer de baixa qualidade, parece que seguidos dos metais (cobre, ferro, aço, estanho, . . .), para além dos produtos alimentares mencionados acima (Marques, 1987: 164). Constam da documentação desde o séc. XIII (Pradalié, 1975) e embora os elementos quantificáveis sejam escassos, aqueles disponíveis apontam para que na primeira metade do séc. XV um volume de cerca de 80% dos panos, provavelmente de maior qualidade, fosse oriundo da Flandres e das Ilhas Britânicas, cujas cotas flutuariam conjunturalmente a favor de um ou de outro grupo fornecedor. Abaixo dos 10% situam-se os panos da Normandia, Bretanha, Castela e Aragão (Marques, 1987: 162-163).

O cobre europeu ocupou aliás lugar de destaque, sendo importantes os objectos em cobre e latão destinados ao consumo, e o lingote para transformação. Cabe aqui mencionar-se como de alto significado o cobre dirigido para a amoedação, que conhece a partir de meados do séc. XIII uma actividade sem precedentes resultante do processo de extensa monetização da economia, que o dado arqueológico bem corrobora, e que a criação de uma Casa da Moeda à Cruz dá testemunho.

A actividade marítima e portuária terá, portanto, proporcionado a oportunidade da importação dos vasos cerâmicos de maior qualidade rastreados nos contextos da cidade de Lisboa, mais que provavelmente incluídos como carga secundária nos fretes, funcionando por consequência como elemento subsidiário das importações.

Ora, este mesmo intenso movimento comercial teve igualmente expressão urbana na cidade: relembre-se a criação das Tercenas com D. Afonso III, das da Oura por D. Dinis (na zona da Praça do Município actual), ou o evidente crescimento da ocupação da parte extra-muros equivalente à Baixa, de que a Rua Nova é exemplo, em interacção permanente com o rio, e onde se fixava o comércio e as residências de mercadores.

A expressão maior do surto urbanístico será, todavia, a decisão por D. Dinis em 1294 de proteger o interface ribeirinho, em concertação política com a cidade, levando à construção da "muralha dionisina" ou da Ribeira. Como nota de rodapé sobre esta última matéria, dever-se-á notar que a magnitude desta obra presumivelmente se deverá ter arrastado um pouco no tempo: será ainda a ela que alude um do-

cumento de D. Pedro I, datado de 1361, relativo aos *agrauos de lisboa corregidos por el rey em cortes act* quando menciona explicitamente as dificuldades do concelho junto dos proprietários que nos arredores detêm pedreiras "*que som comprejdoras pera o muro que ora se faz na dicta cidade*"? Ou a que muralha da cidade se refere então o documento? (*Chancelaria de D .Pedro I*, fl.62 v.º – Marques, 1984: 255).

As fontes manuscritas reportam, de igual modo, a residência em Lisboa de mercadores oriundos da Flandres, designadamente de Bruges e Antuérpia, ingleses, franceses, germânicos, aragoneses e catalães (Pradalié, 1975; Marques, 1987).

De um ponto de vista arqueológico, serão estes os mais que prováveis agentes responsáveis pela introdução no quotidiano lisboeta dos recipientes europeus como da forma de consumo vínico que lhes estava associada, rastreáveis na Rua das Pedras Negras através dos pichéis e jarros franceses, flamengos e de um outro londrino. Será este cosmopolitismo medievo responsável também pela fraca expressão dos produtos oleiros de qualidade sud-hispânicos, que perdem neste período a primazia outrora detida, produtos oleiros que decerto encerravam maior continuidade e longevidade de importação. Entre finais do séc. XIII e a primeira metade do séc. XIV, portanto, a capital portuguesa procura alinhar o seu gosto com os padrões europeus mais setentrionais.

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, Lídia, MARQUES, António, TORRES, Andreia (2008) – "Ocupação Baixo Medieval do Teatro Romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas". *Arqueologia Medieval*, 1º. Porto: Afrontamento e Campo Arqueológico de Mértola, pp. 159-183.

GASPAR, Alexandra., AMARO, Clementino (1997) – "Cerâmicas dos séculos XIII a XV de Lisboa". *La Céramique Mediévalle en Méditerranée, Actes du VI Congrès de l´AIECM Aix-en-Provence 13-18 novembre 1995).* Aix-en-Provence: Éditions Narrations, pp. 337-345.

HAGGARTY, George (2006) – *A gazetteer and summary of French pottery imported into Scotland c. 1150 to c. 1650 a ceramic contribution to Scotland's economic history Ceramic Resource Disc 3,* Tayside and Fife Archaeological Society.

HITA RUIZ, José Manuel, VILLADA PAREDES, Fernando (2013) – "Entre el Islam y la Cristandad: cerâmicas del siglo XIV en Ceuta. Avance Preliminar": in ÁLVAREZ, José Javier (Ed.) *Cerâmicas islâmicas y cristianas a finales de la Edad Média; Influencias y intercâmbios.* Ceuta: Museo de Ceuta, pp. 367-405.

JERVIS, Ben (2014) – "Ceramics and Coastal Communities in Medieval (Twelfth – Fourteenth Century) – Europe: Negotiating Identity in England's Channel Ports". *European Journal of Archaeology*, n.º 20 (1) 2017, pp. 148-167.

MARQUES, António (2015) – "Jarro decorado; Jarro decorado; Pichel decorado com vieiras e "cachos", in TEIXEIRA, André., VILLADA PAREDES, Fernando. SILVA, Rodrigo Banha (Eds.) (2015) – *Lisboa 1415 Ceuta. História de dos ciudades-História de duas cidades.* Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, Câmara Municipal de Lisboa, FCSH, pp. 178-180.

MARQUES, António Henrique de Oliveira (1987) – *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, in SERRÃO, Joel e MARQUES, António Henrique de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. IV. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, António Henrique de Oliveira (Ed.) (1984) – *Chancelaria de D.Pedro I (1357-1367).* Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Instituto Nacional de Investigação Científica.

MESQUIDA GARCÍA, Mercedes (2002) – *La cerámica de Paterna: reflejos del Mediterráneo*, Valência: Generalitat Valenciana.

PEARCE, Jaqueline, VINCE, Alan, JENNER, Anne (1985) – *A Dated type-series of London medieval pottery, Part 2, London-type ware.* London: London and Middlesex Archaeological Society (Special paper, n.º 6).

PRADALIÉ, Gérard (1975) – *Lisboa. Da Reconquista ao fim do século XIII.* Lisboa: Palas Editores.

REAL, Manuel Luís, GOMES, Paulo Dórdio, TEIXEIRA, Ricardo, e MELO, Rosário Figueiredo (1995) – "Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do infante – Porto: elementos para uma sequência longa – séculos IV--XIX": In *Actas das I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós--Medieval – métodos e resultados para o seu estudo (Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1992)*. Porto: Câmara Municipal de Tondela, pp. 171-186.

VERHAGEN, Frans (1987) – "La céramique en Flandre (XHI^{e}-XVe siècle): quelques aspectsde l'évolution et de la concurrence", in *La céramique (V^{e}-XIXe s.). Fabrication – Commercialisation – Utilisation. Actes du premier congrès international d'archéologie médiévale (Paris, 4-6 octobre 1985)*, Caen: Société d'Archéologie Médiévale, 1987. pp. 203-225. (Actes des congrès de la Société d'archéologie médiévale, 1).

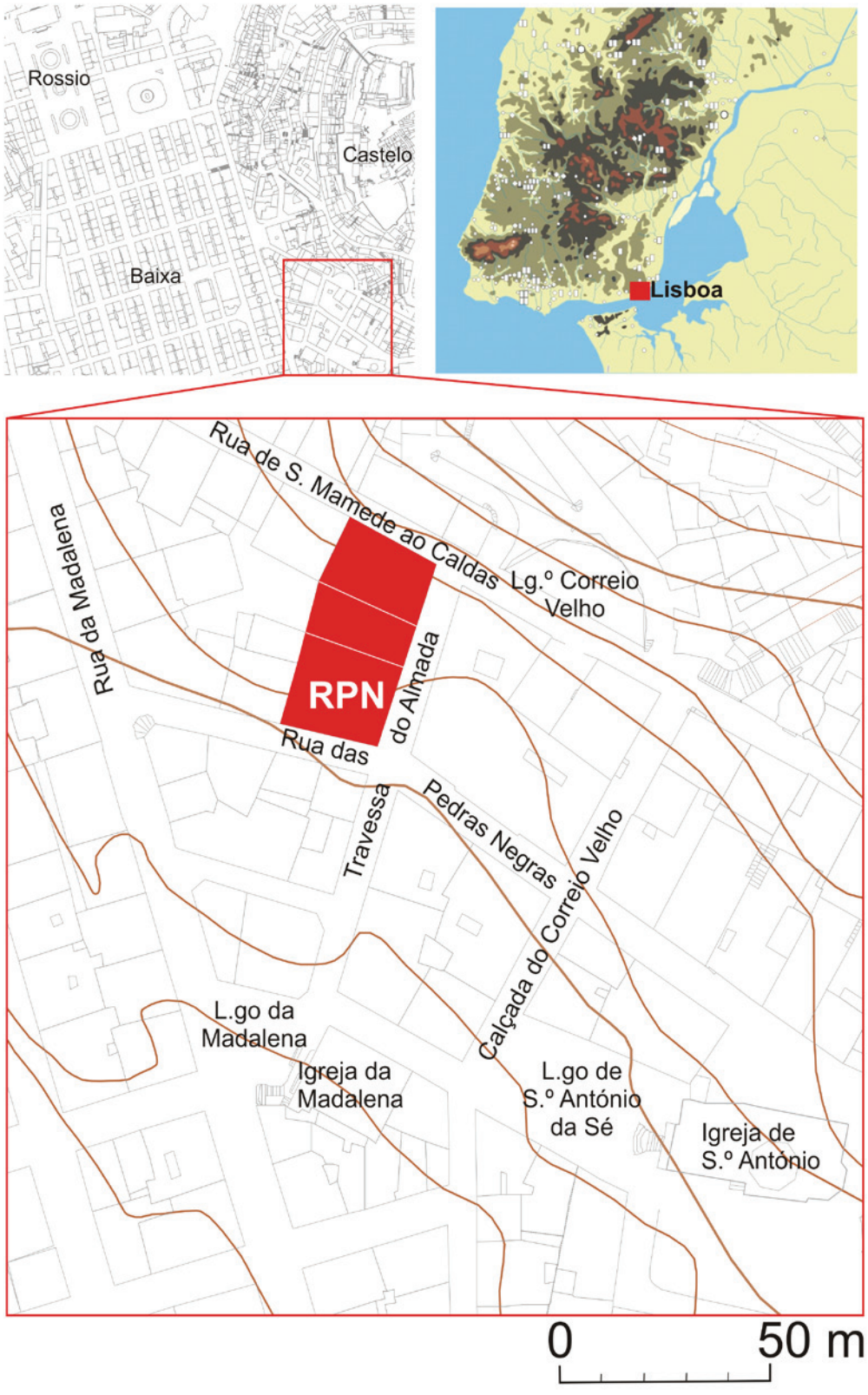


Figura 1 – Localização da escavação de 1991-1998 no edifícios da Rua das Pedras Negras n.ºs 22-28 / Tv. do Almada / R. S. Mamede ao Caldas (Santa Maria Maior, Lisboa).

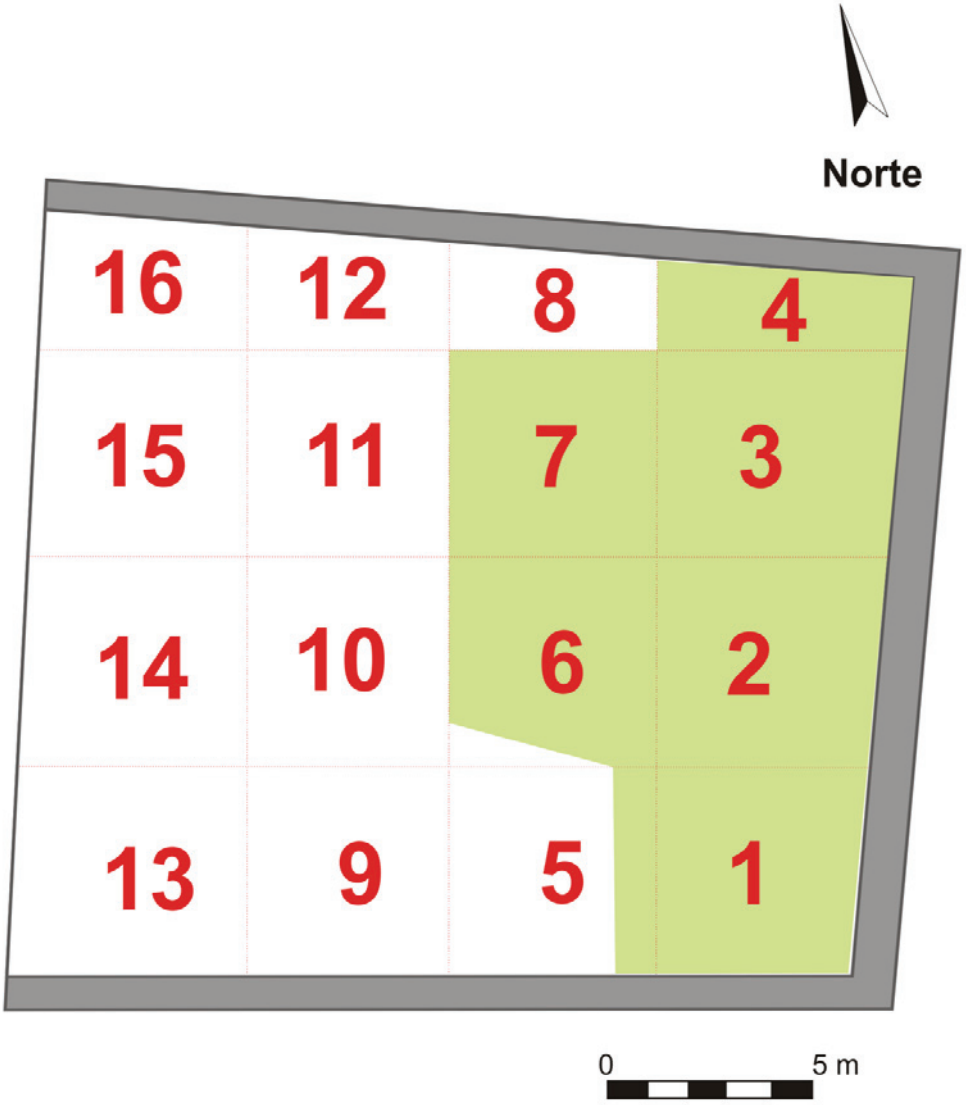


Figura 2 – Quadriculagem da escavação do edifício da Rua das Pedras Negras n.ºs 22-28, com indicação (a verde claro) das unidades onde se verificou a ocorrência de cerâmicas medievais importadas dos finais do séculos XIII ao séc. XIV.

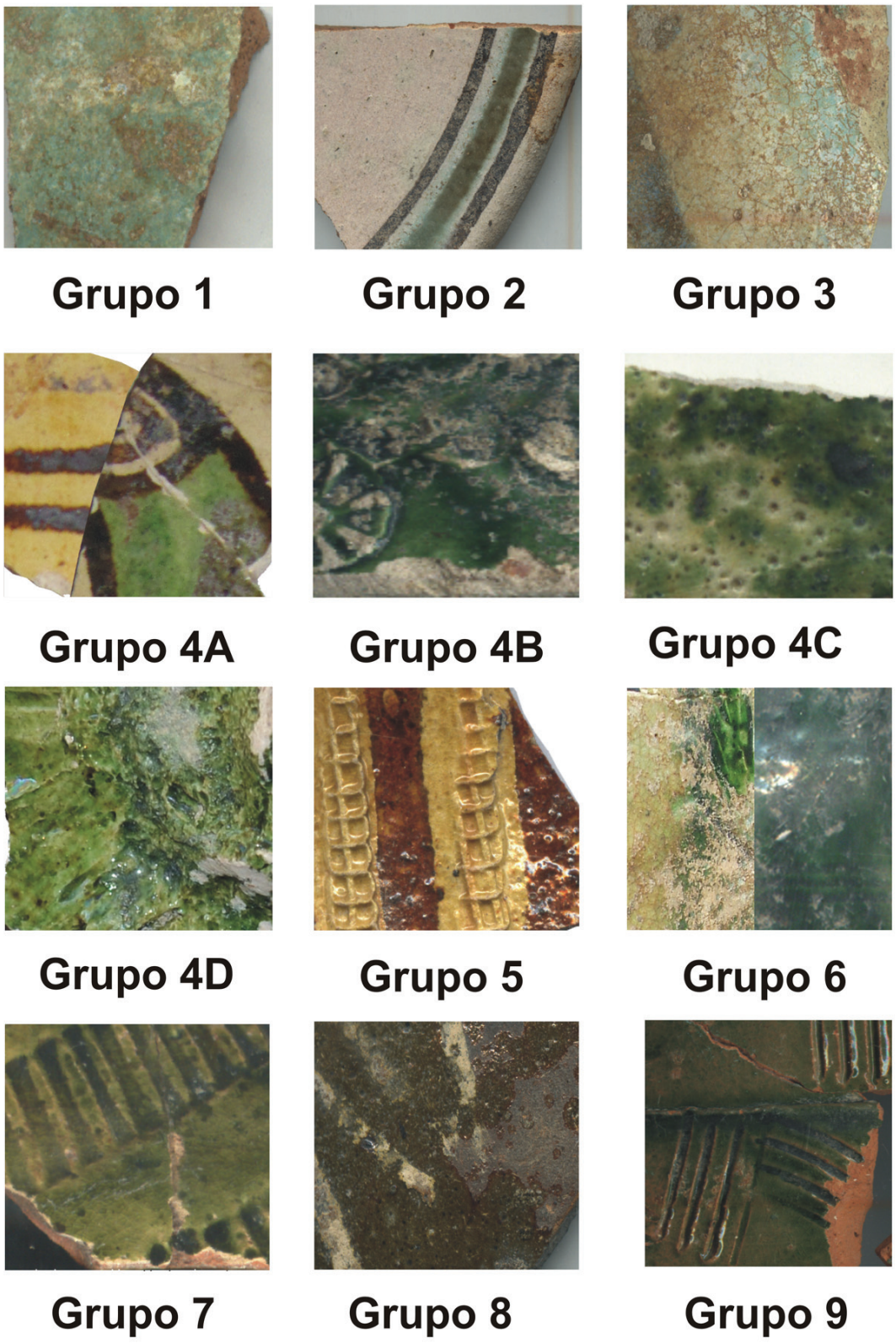


Figura 3 – Tabela dos grupos de fabrico nas cerâmicas medievais importadas dos finais do séculos XIII ao séc. XIV da Rua das Pedras Negras n.ºs 22-28.

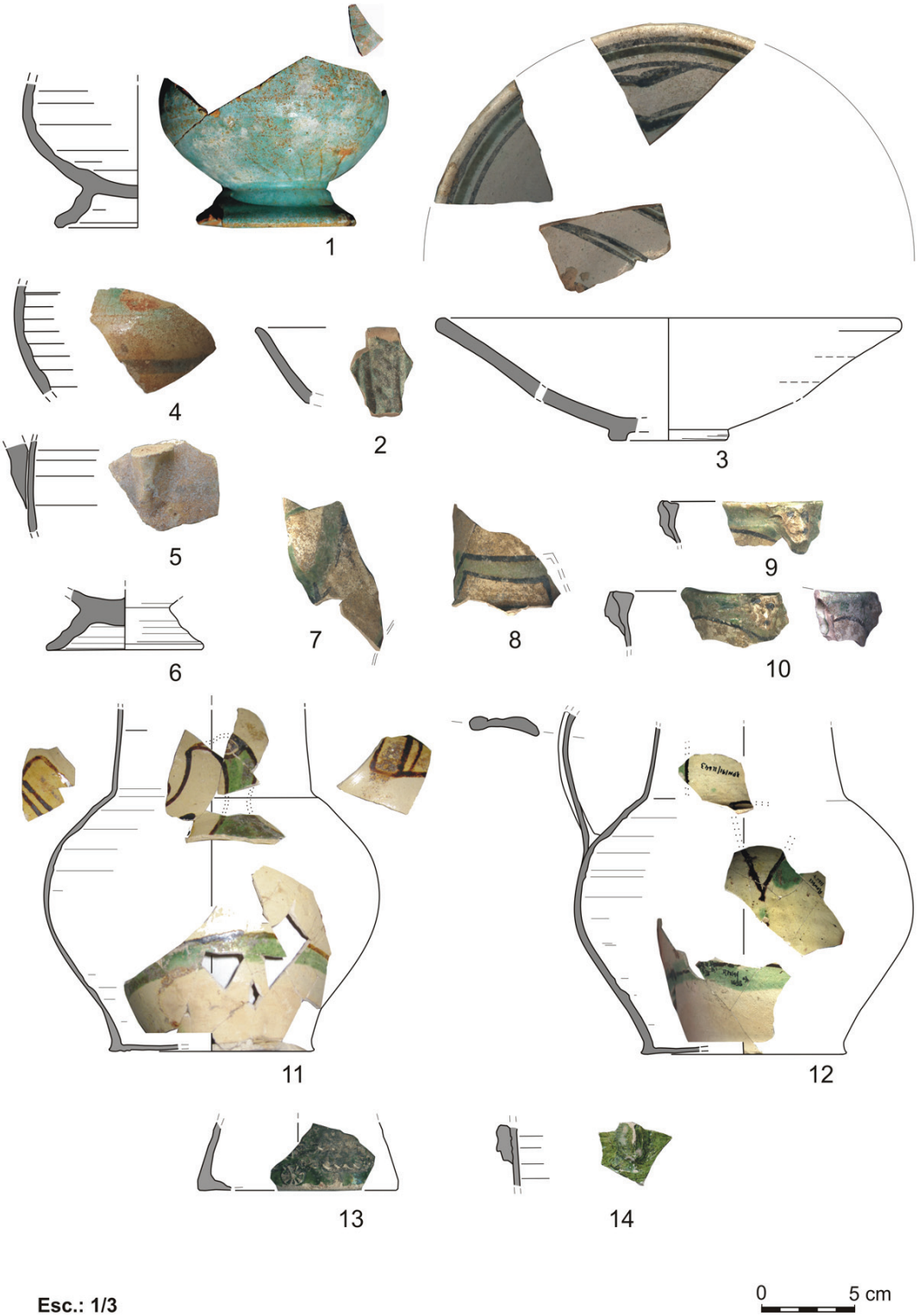


Figura 4 – Cerâmicas medievais europeias dos finais do século XIII e do século XIV da I.A.U. da Rua das Pedras Negras n.ºs 22-28 (Lisboa): Granada (1), Paterna-Valência (2-3), Sevilha (4-6) e Saintonge (7-14).

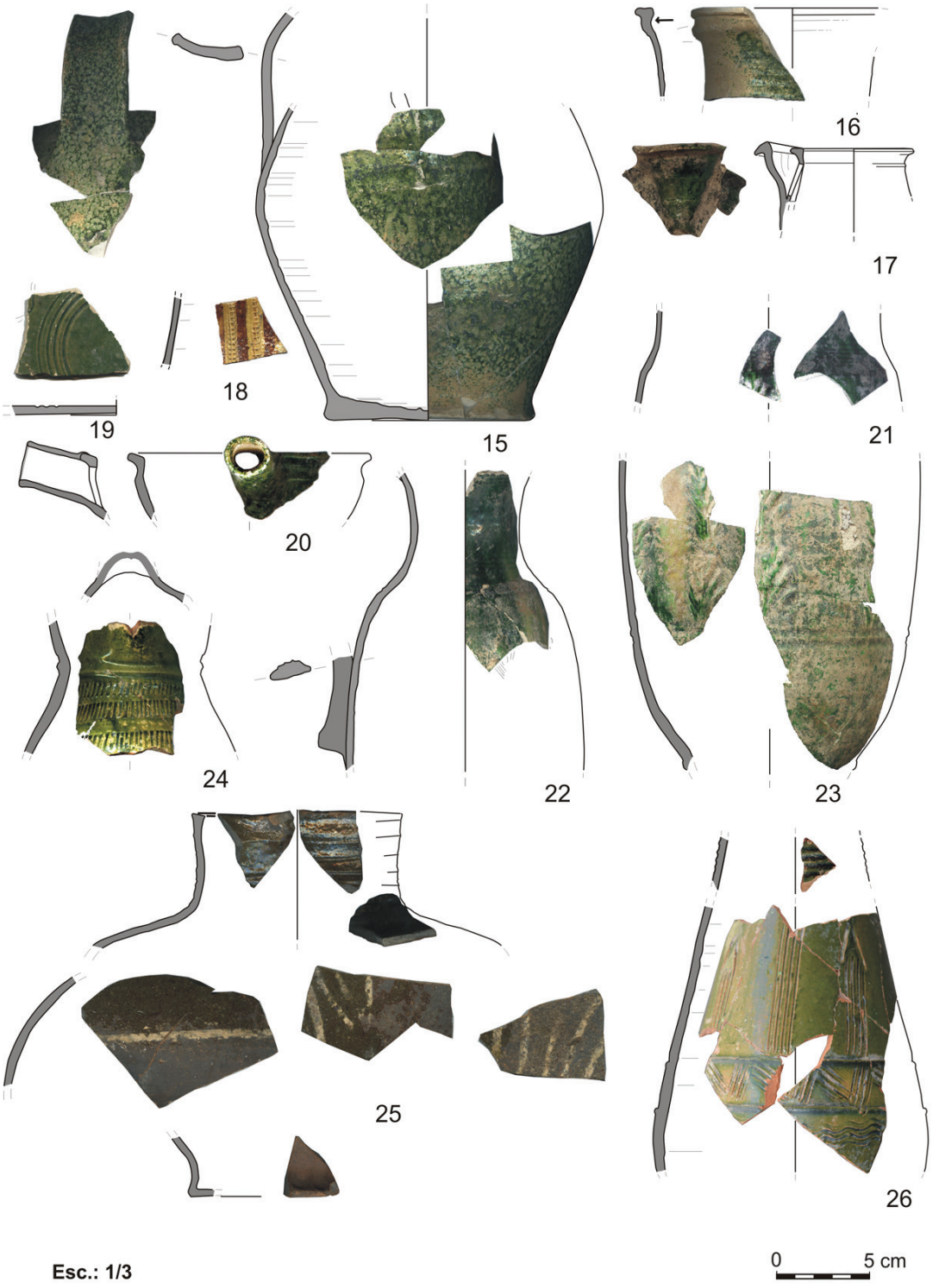


Figura 5 – Cerâmicas medievais europeias dos finais do século XIII e do século XIV da I.A.U. da Rua das Pedras Negras n.ºs 22-28 (Lisboa): Saintonge (cont.) (15-17), Rouen (18), "Norte da França" (19-23), Brugges (24), Londres (25) e de origem desconhecida norte europeia (26).



Figura 6 – Mapa dos centros oleiros europeus activos que forneceram ou poderão ter fornecido elaborações oleiras a Lisboa entre os finais do séc. XIII e o séc. XIV.

	Prato	Jarro	Pichel alto	Pichel pequeno	Copa	Caçarola	Totais
Grupo 1		**1**					**1**
Grupo 2	**2**						**2**
Grupo 3		**2**					**2**
Grupo 4A		**4**					**4**
Grupo 4B		**3**					**3**
Grupo 4C		**5**					**5**
Grupo 4D		**1**	**2**	**1**	**1**		**5**
Grupo 5		**1**					**1**
Grupo 6	**1**	**4**				**1**	**6**
Grupo 7			**2**				**2**
Grupo 8		**1**					**1**
Grupo 9		**1**					**1**
Totais	**3**	**23**	**4**	**1**	**1**	**1**	**33**

Tabela 1 – Quantificação das cerâmicas europeias dos sécs.XIII-XIV de RPN (em NMI).

CONSTRUÇÕES EM TAIPA DE ÉPOCA MEDIEVAL E MODERNA: O EXEMPLO DO CHIADO

Vanessa Mata[1], Nuno Neto[2], Paulo Rebelo[3]

RESUMO

As intervenções arqueológicas realizadas pela Neoépica, Lda. na Rua António Maria Cardoso, no Chiado, revelaram um conjunto de estruturas que ilustram uma frequente ocupação daquele espaço desde Época Medieval, com recurso a técnicas construtivas diversas, entre as quais se destacam as construções em taipa.

Para além da presença de troços da Muralha Fernandina, em cuja edificação se verificou o emprego da taipa militar, os contextos arqueológicos com cronologia mais recuada, datados do século XVI, são testemunhados por muros em alvenaria de pedra, mas também por vestígios de estruturas em taipa que formariam um espaço habitacional. As escavações arqueológicas em área permitiram detectar igualmente testemunhos estruturais associados aos Palácios que marcaram a morfologia daquela zona do Chiado em Época Moderna.

Palavras-chave: Arquitectura de Taipa, Muralha Fernandina, Chiado.

ABSTRACT

The archaeological interventions carried out by Neoépica, Lda. at Rua António Maria Cardoso, in Chiado, revealed a set of structures that illustrate a frequent occupation of this area since the Medieval Age using various constructive techniques, among which are the constructions of rammed earth.

In addition to the presence of sections of the Fernandina Wall, whose construction saw the use of militar rammed earth construcions, the archaeological contexts with the most outdated chronology, dating from the 16th century, are witnessed by stone constructed walls, but also by the remains of rammed earth structures that would form a living space. Archaeological excavations in the area also allowed to detect structural testimonies associated to the Palaces that marked the morphology of that Chiado area in Modern Age.

Keywords: Rammed Earth Architecture, Fernandina Wall, Chiado.

1. INTRODUÇÃO

As intervenções arqueológicas realizadas pela Neoépica, Lda. em dois edifícios da zona do Chiado, em Lisboa, nomeadamente os números 9 a 13 e número 25 da Rua António Maria Cardoso, permitiram reconhecer uma dinâmica ocupacional cujos vestígios materiais mais recuados datam do momento da construção da Cerca Medieval e que persistiu de forma mais ou menos intensa desde o período Moderno até à actualidade. Desenvolvidos no âmbito de uma operação de arqueologia preventiva realizada pela equipa signatária do presente artigo, estes trabalhos permitiram identificar o traçado da Muralha Fernandina, mais precisamente: a parte do lanço Ocidental que se estende entre as portas de Santa Catarina e o Postigo do Duque e cuja disposição condicionou a configuração urbana do local durante a Época Moderna e, consequentemente, o traçado urbano actual.

O presente artigo pretende apresentar alguns dados obtidos com a execução dos mencionados trabalhos, em particular de um conjunto de elementos estruturais de carácter civil construídos com recurso à taipa.

1. Neoépica, Lda.; neoepica@gmail.com

2. Neoépica, Lda.; neoepica@gmail.com

3. Neoépica, Lda.; neoepica@gmail.com

A taipa surge comummente caracterizada como uma técnica de construção monolítica, cujo sistema de formação consiste na colocação de sucessivas camadas de terra, geralmente de fina espessura, entre cofragens de madeira (ou taipais), que vão sendo apiloadas manualmente. A taipa é ainda hoje recorrentemente utilizada no território Português, com especial incidência nas regiões do Sul, em particular nas do Algarve e do Alentejo. É resultado de um longo processo de desenvolvimento tecnológico que utiliza a terra como matéria-prima, fruindo de vantagens, a ela inerentes, tais como a sua abundância e facilidade de extracção, transporte e manuseamento, não descurando de igual modo as potencialidades a que esta tipologia de construções se encontra usualmente associada (RODRIGUES, 2005/2007, pp. 149-155).

No espaço geográfico que corresponde actualmente ao território português, a aplicação da terra crua como material de construção para a edificação de elementos estruturais remonta ao Paleolítico Médio. Surge com a criação dos primeiros habitats, vindo o recurso a esta técnica construtiva a estender-se ao longo dos períodos Pré e Proto-Históricos e a ser utilizado em estruturas de tipologia diversa (GOMES, 2005, pp. 125-131).

Apesar de a utilização de terra compactada em construções, sobretudo com objectivos de protecção, ter testemunhos datados de Época Romana, foi durante o Período Islâmico que se generalizou a aplicação de alvenaria de taipa, quer na arquitectura civil, quer na edificação de dispositivos de carácter defensivo. As fontes documentais árabes mencionam a utilização de estruturas defensivas erguidas com recurso a este processo construtivo desde os séculos VIII e IX no território da Península Ibéria sob o domínio muçulmano, sendo a taipa militar difundida de forma mais sistemática com a criação de fortificações durante o período Almoada (CATARINO, 2005, pp. 138-143).

O conhecimento arqueológico referente aos vestígios estruturais construídos com recurso à alvenaria de taipa em períodos subsequentes, quer ainda em Época Medieval, mas sob domínio cristão, quer durante o Período Moderno, é menos alargado. Contudo, a aplicação desta técnica na edificação de dispositivos defensivos encontra-se documentada, por exemplo, pela muralha construída por D. Fernando, a designada Cerca Nova, durante o século XIV, com o objectivo de assegurar a defesa da cidade de Lisboa (Figura 1).

2. ARQUITECTURA DE TAIPA

O emprego da terra crua pelas comunidades humanas na criação de elementos estruturais encontra-se sob as formas mais diversificadas, constituindo-se como matéria-prima habitualmente amassada com outros inertes e usada na construção de estruturas de tipologia variada. É igualmente comum a sua utilização enquanto material de ligação ou união de outros elementos componentes das alvenarias ou mesmo como forma de isolamento de estruturas, como por exemplo os revestimentos dos silos em barro.

As técnicas construtivas que utilizam a terra crua como matéria de base são igualmente diversas. Além da taipa, existem o adobe e o tabique: quanto ao primeiro exemplo, consiste em blocos (ou tijolos) de terra crua e de outros inertes, moldados em formas ou manualmente e secos ao sol; enquanto a segunda técnica mencionada consiste na aplicação da terra conjuntamente com estruturas de madeira (GOMES, 2005, pp. 125-131).

Relativamente à taipa, muito embora a sua forma de construção seja relativamente homogénea, quer na arquitectura civil quer na edificação de dispositivos militares, com o recurso a cofragens no interior das quais são depositadas camadas de terra amassada e batida, a composição das estruturas pode apresentar grandes diferenças que se reflectem no seu grau de consistência. A taipa militar, por exemplo, por conter cal e outros materiais (elementos inertes e cerâmicos, por exemplo) na mistura com a terra é, de uma forma geral, mais resistente (BRUNO, 2005, pp. 39-44).

3. A RUA ANTÓNIO MARIA CARDOSO

A Muralha Fernandina

Os trabalhos arqueológicos realizados na Rua António Maria Cardoso, nos edifícios com os números 9 a 13 e 25, em particular as sondagens parietais executadas nas paredes correspondentes aos limites Oeste dos imóveis em questão, trouxeram dados relativamente à reconstituição do traçado da Muralha naquele local bem como a técnica construtiva utilizada na sua edificação.

A Cerca Nova mandada construir por D. Fernando, entre 1373 e 1375, como forma de proteger a cidade de Lisboa dos ataques provenientes de Castela, desenvolver-se-á actualmente ao longo das fachadas tardozes dos edifícios ali presentes. No número 25, os trabalhos arqueológicos confirmaram a existência

do troço da Muralha na zona do logradouro do edifício. Pôde constatar-se que o dispositivo defensivo se desenvolve no sentido Norte-Sul e que faz uma inflexão para Este, formando assim o 3º redente, corroborando o que afirma Vieira da Silva.
No edifício com os números 9 a 13, verificou-se a mesma orientação da estrutura Medieval, reaproveitada para a construção das estruturas do século XVII e que corresponde actualmente à fachada tardoz do edifício. Também aqui se encontra presente uma inflexão para Nascente, que Vieira da Silva considera tratar-se do 4º redente.
As sondagens parietais confirmaram igualmente as disposições construtivas apontadas para a construção da Muralha Fernandina, recorrendo ao uso de taipa militar. A edificação da estrutura fez-se através de cofragens cujos negativos das juntas ainda hoje são visíveis na estrutura e que revelam uma métrica de 0,85m, estando igualmente presentes os orifícios de agulheiro resultantes da construção.
Quanto à composição da estrutura, apresenta uma consistência forte conseguida através da mistura de argamassa de cal com inclusões de pedra calcária e fósseis de pequenas dimensões, a qual formaria as faces da muralha. Em alguns troços, que correspondem essencialmente ao miolo da estrutura e a zonas de cota muito elevada, é visível uma composição algo distinta, com sedimento siltoso de coloração castanha alaranjada (NETO, no prelo) (Figura 2).

4. O URBANISMO DE ÉPOCA MODERNA E A ARQUITECTURA CIVIL DE TAIPA

A zona do Chiado onde actualmente se localizam os dois edifícios alvo de estudo pertence à freguesia do Mártires, a qual terá sido fundada em 1148 e que conhecerá um intenso urbanismo já desde o século XVI. Uma das fontes para o conhecimento do urbanismo desenvolvido nessa época é a gravura de Georgio Braunio, de 1593, na qual podemos encontrar ilustrado o local onde posteriormente surgiria a Rua António Maria Cardoso. Através da gravura de século XVI observa-se um traçado urbano que perduraria até ao terramoto de 1755. Esta constitui-se uma zona onde, no início da Época Moderna, proliferou a fundação de instituições religiosas, como igrejas e conventos, e a construção edifícios de carácter palaciano, como o Palácio do Marquês de Valença e o Palácio dos Duques de Bragança (NETO, no prelo).
Os vestígios arqueológicos identificados durante as escavações realizadas no edifício da Rua António Maria Cardoso, nº 9 a 13, revelam uma diacronia de ocupação em que o vestígio estrutural mais antigo corresponde à Cerca Fernandina, sendo que após a fundação desta se registou um hiato ocupacional do espaço só quebrado durante a Época Moderna. A intervenção arqueológica permitiu então o reconhecimento de parte do urbanismo, que se sabe intensamente desenvolvido no século XVI, através da identificação de elementos estruturais, possivelmente de carácter habitacional.
Em duas das áreas intervencionadas, especificamente nos sectores II e VI, localizados genericamente nos limites Nordeste e Sudeste do edifício, registou-se a presença de estruturas cujos contextos associados nos indicam terem sido fundadas durante o século XVI. Embora tenham sido recolhidos dados que indiciam a sua construção no mesmo intervalo cronológico, estas estruturas apresentam tipologias de construção distintas.
Em ambos os sectores foram identificados muros que seguem, *grosso-modo*, alinhamentos idênticos, concretamente Norte-Sul e Este-Oeste, seguindo o traçado determinado pela Muralha Medieval. Todavia, verifica-se uma heterogeneidade nas suas características, tanto no que respeita às suas dimensões como aos materiais que os compõem. Foi registada a presença de muros utilizando uma alvenaria de pedra e argamassas de composição diversa e estruturas em cujo aparelho se observam elementos pétreos unidos por um sedimento de matriz argilosa e de consistência compacta (Figura 3).
Não obstante, os vestígios estruturais com fundação datada do século XVI com maior expressividade no local apresentam como técnica construtiva a taipa, cuja composição difere do que se observa na estrutura defensiva de Período Medieval.
As estruturas a que nos referimos constam de dois muros de taipa, unidades estratigráficas [671] e [672], com orientação Norte-Sul e Este-Oeste, entre os quais se constata um adossamento, localizados na área que ocupa o limite Sudeste do edifício. As relações estratigráficas permitem-nos aferir que as duas estruturas serão coetâneas a outros elementos estruturais, dos quais apenas sobreviveram porções constituídas por uma alvenaria de pedra. Todavia, consideramos que estas teriam na sua origem uma composição idêntica, ou seja, que a restante estrutura, em altura, se desenvolveria em taipa, tendo a sua base em alvenaria de pedra.

Efectivamente, os dois muros são constituídos por um miolo em taipa que assenta numa alvenaria de pedras calcárias, bastante irregulares tanto na sua disposição como nas suas dimensões, unidas por um sedimento argiloso. Estes elementos, que terão funcionado como base da estrutura, não apresentam qualquer revestimento e o seu acabamento revela-se tosco e irregular.

Nas estruturas de cariz civil construídas em taipa é bastante comum a presença deste enrocamento composto por pedra, geralmente pouco porosa. Deste modo, a base em aparelho pétreo serve de suporte à restante edificação, conferindo-lhe um apoio mais robusto, por um lado, mas sobretudo elevando a estrutura. A alteação da estrutura impossibilita assim a sua erosão junto do solo e constitui um entrave à subida da água pelas paredes por acção da capilaridade (ROCHA, 2005, pp. 22-26).

Nas duas paredes em questão, sobre este embasamento, ergue-se a restante estrutura formada em taipa. Porém, como referimos, associados a estas, identificaram-se igualmente dois alinhamentos estruturais, cujos elementos componentes revelam semelhanças com os alicerces das paredes em taipa. Os muros [673], com orientação Norte-Sul, e [696], que se desenvolve no sentido Este-Oeste, apresentam um aparelho pétreo de pequeno e médio calibre, contendo cerâmica de construção em quantidade residual, unido por uma argamassa de cal de consistência compacta. Neste sentido, supomos que terão funcionado como alicerce de estruturas em taipa, delimitando um espaço de planta rectangular (Figura 4).

No que concerne ao seu miolo, a taipa é constituída por um sedimento de matriz silto-argilosa, muito compactado e de coloração castanha clara, contendo alguns picos de carvão e elementos inertes. Muito embora estejam presentes em quantidade residual, estes materiais proporcionam à estrutura uma maior consistência e constam de pedras calcárias, de pequena e média dimensão, e de fragmentos cerâmicos, tanto de construção como de cerâmica comum.

Pelo que nos foi possível constatar, a matéria-prima terá sido recolhida na área, uma vez que o sedimento presente na composição da taipa apresenta semelhanças relativamente ao substrato geológico identificado no local. Uma das vantagens do uso da terra crua enquanto material de construção reside, de facto, na sua abundância e na facilidade da sua obtenção. A recolha da matéria-prima pode ser sempre feita junto do local onde se pretende construir, sendo para tal necessário a exclusão da camada vegetal, visto conter matéria orgânica (ROCHA, 2005, pp. 22-26) (Figura 5).

No limite Norte da estrutura em taipa, que se desenvolve paralelamente ao alinhamento da Muralha, a parede é delimitada por tijoleiras dispostas umas sobre as outras horizontalmente e que apresentam um entalhamento, conferindo à estrutura um limite onde terá existido uma porta. Ademais, no seguimento destas e a uma cota inferior, foi colocada uma pedra cuja reduzida porção que sobreviveu nos sugere ter correspondido a uma pedra de soleira. Estes elementos estruturais (tijoleiras e laje) definiriam e reforçariam, portanto, as ombreiras e soleiras da porta. Embora de cronologia distinta, no bairro islâmico de Mértola "Nas jambas e nalguns cunhais o remate foi feito com recurso a silhares ou tijoleiras" (MACIAS, 2005, p. 133) (Figura 6).

A existência de portas associadas a este conjunto estrutural é testemunhada também pela estrutura [6115]. Esta, que embora se estenda para Sul do espaço formado pelas quatro paredes supra descritas, terá sido erigida e utilizada no mesmo momento. Verifica-se na sua composição, de modo geral, a existência de pedra de pequena e média dimensão, disposta aleatoriamente e unida por um sedimento argiloso e compacto. A estrutura é, no entanto, delimitada igualmente por tijoleiras sobrepostas e colocadas sobre uma pedra de soleira, formando uma abertura na parede que seria completada possivelmente por uma porta (Figura 7).

Fundamental para a perduração deste tipo de estruturas é a existência de um revestimento aplicado nos seus alçados. Nas duas paredes em taipa identificadas no sector VI da intervenção arqueológica, os paramentos exibem um acabamento alisado, proporcionado por um reboco fino de argamassa de cal, cuja função primordial seria a de garantir a durabilidade da construção. As características inerentes a este tipo de edificação tornam indispensável a existência de algum tipo de revestimento, rebocado ou mesmo caiado, que possibilite a sua protecção face à acção dos agentes atmosféricos, sobretudo, tendo em vista impedir a infiltração da água, cuja acção facilmente provocaria a rápida erosão das paredes (RODRIGUES, 2005/2007, pp. 149-145).

O levantamento arqueológico destas estruturas revela uma certa homogeneidade no que diz respeito às suas dimensões, sendo que para as paredes erigi-

das em taipa a largura ronda os 0,50m, enquanto os seus alicerces apresentam uma largura ligeiramente superior. Tal coaduna-se com as dimensões das estruturas de que apenas nos restam os vestígios do que seriam os embasamentos de paredes, como é o caso da parede [673], cuja largura é de cerca de 0,60m. Quanto à altura conservada observa-se uma certa disparidade, visto que nas estruturas onde sobrevive a presença de um aparelho em taipa as paredes atingem cerca de 1,50m/1,60m.

A interpretação da articulação destas estruturas, muito afectada pela fundação de construções posteriormente ali existentes, sugere-nos que corresponderiam às paredes exteriores de um espaço de planta aparentemente rectangular. O espaço cujo interior apresenta uma dimensão aproximada de cerca de 7,8m comprimento por 3,20 m de largura, seria delimitado a Este e a Oeste pelas paredes [673] e [671] e a Norte e a sul pelas paredes [696] e [672].

Não foram identificadas paredes internas ou divisórias, sendo que os elementos estruturais presentes na área que corresponderia ao seu interior datam de momentos ocupacionais posteriores, nomeadamente dos finais do século XVII e também pertencentes às estruturas do edifício que ali surgiu na Época Contemporânea, após a reorganização do espaço urbano em consequência do terramoto de 1755 (Figura 8).

Tendo em conta que os indícios da ocupação associada a este espaço habitacional se revelam escassos, a aferição das cronologias para o momento de funcionamento destas estruturas fez-se essencialmente com a identificação do momento da fundação.

Os momentos de ocupação associados a estas estruturas são, como mencionado, realmente escassos e com pouca expressão estratigráfica. Consistem em depósitos provenientes de pequenos despejos em que o material associado surge apenas em quantidade residual e insuficiente para estabelecer um momento cronológico para a sua formação. Existem ainda realidades que, dadas as suas características, nomeadamente por possuírem uma consistência muito compacta e superfícies relativamente aplanadas, nos indicam que poderão tratar-se de pisos em terra batida. No caso destes depósitos/pavimentos verifica-se igualmente a escassez de material arqueológico atribuível a um momento cronológico preciso.

A detecção de arquitecturas de taipa em contextos arqueológicos, como nos indicou a intervenção na Rua António Maria Cardoso, poderá oferecer algumas dificuldades, dado que a composição do miolo das estruturas se constitui, de modo geral, idêntico ao dos depósitos que se encontravam estratigraficamente associados. Na intervenção arqueológica em questão a existência dos revestimentos, assim como o facto de possuírem uma consistência distinta, permitiu detectar estas estruturas, embora em alguns casos os momentos de derrube se assemelhassem a edificações. Um desses momentos de destruição das estruturas traduziu-se mesmo numa porção bastante conservada de parede, claramente em posição de derrube, composta por sedimento silto-argiloso, muito compacto e de coloração castanha clara. Para além de uma largura de cerca de 0,50m, os dois lados encontram-se revestidos por um reboco fino de argamassa de cal e apenas o facto de se encontrar com uma orientação distinta das restantes estruturas nos deu a certeza de não corresponder a um elemento estrutural *in situ*.

O abandono e derrube das estruturas de século XVI terá ocorrido por ocasião da implantação das fundações de um edifício, possivelmente associado às dependências do Palácio do Marquês de Valença, que integraria os compartimentos abobadados localizados na zona Oeste do actual imóvel (NETO, no prelo). Ao longo das áreas intervencionadas, os trabalhos arqueológicos colocaram a descoberto elementos estruturais de planta aparentemente quadrangular, constituídos por um aparelho pétreo com argamassas de cal e areia de consistência compacta, que consideramos corresponderem aos alicerces ou bases de pilares que suportariam o edifício do século XVII.

5. CONCLUSÕES

A utilização da terra na arquitectura é transversal ao longo da história da construção. Introduzida pelas primeiras comunidades humanas na edificação dos seus habitats e evoluindo para construções mais robustas, com o desenvolvimento da taipa militar, esta técnica construtiva subsiste até à actualidade.

Na dinâmica ocupacional do Chiado, em particular nas áreas ocupadas pelos dois imóveis alvo de trabalhos arqueológicos, sobressai essencialmente um urbanismo de Época Moderna, assente num traçado predeterminado pela construção da Muralha Fernandina no século XIV.

Entre as várias técnicas construtivas presentes no local, a taipa encontra-se representada por dois exemplos estruturais construídos em momentos crono-

lógicos distintos e ilustrando uma arquitectura de cariz militar e uma arquitectura de carácter civil.
As potencialidades e vantagens que acompanham esta tipologia de construção, sobretudo relacionadas com a facilidade de obtenção, transporte e utilização, terão dado origem à proliferação de estruturas em terra crua também em Época Moderna, de que é testemunho o espaço, possivelmente de carácter habitacional, edificado no decorrer do século XVI na actual Rua António Maria Cardoso (Figura 9).

CARTOGRAFIA

Urbium proeciarum mundi theatrum quintum, de Georgio Braunio Agrippinate, 2ª estampa, 5º volume, 1593, Museu da Cidade – CML, Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

BRUNO, Patrícia – Taipa militar em Portugal: Fortificações do período de domínio muçulmano. In PIRES, Maria Emília, rev.; BROWN, Reginal, trad.; MERTEN, Jacob, rev. da trad. – *Arquitectura de terra em Portugal*. Lisboa: Argumentum, pp. 39-44.

CARITA, Hélder (1999) – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte.

CASTILHO, Júlio (1937) – *Lisboa Antiga – Segunda Parte, Bairros Orientais*, Lisboa, Vol. VIII, 2ª Edição, S. Industriais da C.M.L.

CATARINO, Helena (2005) – Arquitectura de taipa no Algarve islâmico: As escavações nos castelos de Salir (Loulé) e de Paderne (Albufeira). In PIRES, Maria Emília, rev.; BROWN, Reginal, trad.; MERTEN, Jacob, rev. da trad. – *Arquitectura de terra em Portugal*. Lisboa: Argumentum, pp. 138-143.

CORREIA, Mariana (2005) – Universalidade e diversidade da arquitectura de terra. In PIRES, Maria Emília, rev.; BROWN, Reginal, trad.; MERTEN, Jacob, rev. da trad. – *Arquitectura de terra em Portugal*. Lisboa: Argumentum, pp. 12-19.

FRANÇA, José Augusto (2005) – *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa, Livros Horizonte.

GOMES, Mário Varela (2005) – Arqueologia da arquitectura de terra em Portugal. In PIRES, Maria Emília, rev.; BROWN, Reginal, trad.; MERTEN, Jacob, rev. da trad. – *Arquitectura de terra em Portugal*. Lisboa: Argumentum, pp. 125-131.

GOMES, Rosa Varela (2006) – Arquitectura civil e militar de taipa no barlavento algarvio (séculos XII-XIII). In CORREIA, Mariana; JORGE, Vítor Oliveira; SOUSA, Goretti Ferreira de, coords. – *Terra: Forma de construir. Arquitectura. Antropologia. Arqueologia. 10ª Mesa-Redonda de Primavera*. Lisboa: Argumentum, pp. 132-137.

MACIAS, Santiago (2005) – Habitar em Terra Mértola: técnicas construtivas do Bairro da Alcáçova. In PIRES, Maria Emília, rev.; BROWN, Reginal, trad.; MERTEN, Jacob, rev. da trad. – *Arquitectura de terra em Portugal*. Lisboa: Argumentum, pp. 132-137.

NETO, Nuno; REBELO, Paulo; MATA, Vanessa (no prelo) – A Cerca Fernandina: das Portas de Sta. Catarina ao Postigo do Duque – *Actas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa*, Lisboa: CML.

ROCHA, Miguel (2005) – Taipa na arquitectura tradicional: técnica construtiva. In PIRES, Maria Emília, rev.; BROWN, Reginal, trad.; MERTEN, Jacob, rev. da trad. – *Arquitectura de terra em Portugal*. Lisboa: Argumentum, pp. 22-26.

RODRIGUES, Paulina Faria (2007) – Construções em terra crua: Tecnologias, potencialidades e patologias. *Revista Musa*. Setúbal. 2, pp. 149-155.

SILVA, A. Vieira (1960) – O Palácio dos Duques de Bragança em Lisboa. In SILVA, A. Vieira – *Dispersos*. Vol. 3. Lisboa: Biblioteca Municipal.

SILVA, A. Vieira (1987) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Lisboa: Município.

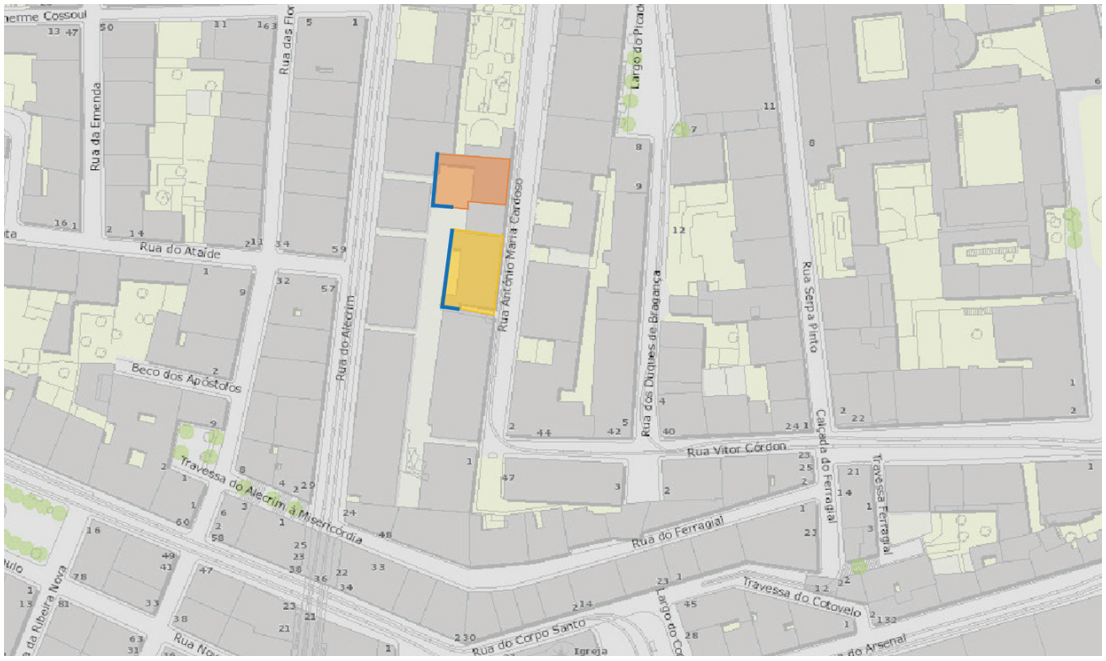


Figura 1 – Localização dos edifícios em pormenor da planta da cidade de Lisboa (Fonte: http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/). A laranja, o edifício nº 25 e a amarelo o edifício nº 9 a 13. A azul a implantação do troço de Muralha Fernandina detectado.



Figura 2 – Sondagem Parietal, Paramento Este da Muralha Fernandina.



Figura 3 – [255] – Alçado Norte, Alçado de muro em alvenaria de pedra.



Figura 4 – [672] – Alçado Sul, Alçado de muro em taipa, com enrocamento em aparelho pétreo e revestimento.



Figura 5 – [671] – [672], Plano de muros em taipa [671] e [672].



Figura 6 – Alçado, Pormenor do muro em taipa onde existiria uma porta.



Figura 7 – [6115] – Alçado, Pormenor do muro onde existiria uma porta.



Figura 8 – Vista Geral do compartimento habitacional com paredes em taipa.



Figura 9 – Implantação da Muralha Fernandina e estruturas em taipa de carácter habitacional.

RUA DO ARSENAL 148, LISBOA. RESULTADOS DA ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA

António Valongo[1]

RESUMO

O presente trabalho incide sobre os achados arqueológicos identificados em edificado Pós-pombalino localizado entre o Largo do Corpo Santo e a Praça do Comércio, na frente ribeirinha do centro histórico de Lisboa. Atestadas pela bibliografia, as Casas Nobres estavam enquadradas entre a Rua da Corte Real e a Calçada do Corpo Santo, datáveis do século XVI. A Calçada do Corpo Santo foi identificada no sector Oeste, onde também foi reconhecido paredão de embate das marés e embasamento da Ermida de Nossa Senhora da Graça associada à Irmandade dos Mareantes no século XV. Um dos achados de maior destaque, a Muralha Fernandina, construída em 1373/75, identificou-se troço bem preservado com imbricamento com Torre João Bretão de configuração impar.

Palavras-chave: Muralha Fernandina, Torre, Casas do Infantado.

ABSTRACT

The present work focuses on the archaeological findings identified in a post-Pombaline building located between Largo do Corpo Santo and Praça do Comércio, on the riverside front of the historical center of Lisbon. Attested by the bibliography, the *Noble Houses* were framed between *Rua da Corte Real* and *Calçada do Corpo Santo*, dating back to the 16th century. The *Calçada do Corpo Santo* was identified in the West sector, where it was also recognized a wall of clash of the tides and foundation of the *Ermida de Nossa Senhora da Graça* associated with the *Irmandade dos Mareantes* in the 15th century. One of the most outstanding finds, the Fernandina Wall, built in 1373/75, was identified a well preserved section with overlapping with João Bretão Tower of an odd configuration.

Keywords: D. Fernando Walls, Tower, Houses of the Infant.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se à preparação, implantação e execução de um projecto de arquitectura que visou a recuperação de três edifícios que ocupam sensivelmente 685 m² e se encontravam em relativo mau estado de preservação, não habitados, com algumas das fracções a revelarem preocupantes condições de segurança essencialmente pela carga térmica que possuíam, potenciando forte progressão a incêndios e com questões de derrocada interior em eminência. A intenção da reformulação destes edifícios permitiu a criação de uma unidade hoteleira de excelência localizada em tão nobre área. Este sítio sofreu três campanhas de diagnóstico, duas delas da responsabilidade do signatário, a primeira no início de 2012 e a terceira no primeiro quartel de 2015. A segunda intervenção de diagnóstico foi de autoria do Dr. António Vicente, no ano de 2012. A intervenção arqueológica para a implantação do projecto foi da responsabilidade do autor deste trabalho, iniciada em Abril de 2015 e terminada em Outubro de 2016. Os trabalhos foram custeados pela empresa *Greatcreation SA* e promovidos pela *Veiga de Mago, Gestão e Investimento*. O edificado localiza-se entre os números de polícia 134 e 148 da Rua do Arsenal, 1 e 45 da Travessa do Cotovelo e os números 25 e 28 do Largo do Corpo Santo em Lisboa. Pertencente à freguesia da Misericórdia, inicia no Largo do Corpo Santo a Oeste, terminando no Terreiro do Paço a Este, dando serventia à Praça do Município (Figura 1). Fachada voltada a sul na zona ribeirinha e parede

1. Arqueólogo; antonio.valongo@gmail.com

tardoz voltada para Travessa do Cotovelo a Norte. A clara implantação destes edifícios no Centro Histórico da cidade de Lisboa enquadra-se nas áreas de servidão administrativa do Monumento Nacional designado "Castelo de São Jorge e Restos das Cercas de Lisboa", classificado como Monumento Nacional conforme Decreto de 16/06/1910, D.G. nº 136 de 23/06/1910 e "Lisboa Pombalina" C.I.P., pela Portaria nº 740-DV/2012, DR, 2ª série, nº 248 de 24 de Dezembro de 2012.

Esta intervenção foi regida por objectivos muito concretos, fundamentalmente a actuação preventiva de minimização de impactos devido ao empreendimento neste meio urbano; a avaliação de potências estratigráficas resultantes da intervenção; salvaguarda de espólio, estruturas e estratigrafia aí identificadas, bem como a apresentação das realidades registadas. Atendendo à proximidade do rio e aos valores de cotas absolutas baixos, teríamos que ter sempre a preocupação com a presença de água, inevitável nesta localização até determinada altimetria. Assim, procurou-se executar a escavação em duas fases distintas. A primeira fase até sensivelmente 2 metros de profundidade relativamente à superfície, respeitava a separação natural efectuada pelas sapatas do edificado nos estratos de aterro e alteamento pós pombalinos e construtivos do edificado, onde nos foi possível utilizar alguns meios mecânicos com intuito de agilizar os trabalhos mantendo sempre os contextos secos.

A segunda fase de execução foi enquadrada pela numeração atribuída da identificação dos diversos compartimentos reconhecidos das Casas Nobres. Nesta fase trabalhamos na sua grande maioria em contextos molhados para os quais foi sempre preponderante a execução de pequenas bolsas de bombagem que pela gravidade nos eram mais fáceis de reconhecer e menos difícil de escavar.

2. CASAS NOBRES

As referências bibliográficas apontam a implantação inicial da primeira casa da família dos Corte-Real através de uma concessão de praia a Vasco Eanes Corte Real em 1501 e indicam que D. Manuel mandou executar um grande aterro em 1502 para serventia da cidade, nesta área encostada à Muralha Fernandina e Torre de João Bretão, *"Perto da porta de Cata-que-farás, e junto da Torre de João Bretão, que estava sobre a dita porta, doou D. Manuel a Vasco Eanes Côrte-real, oito braças de craveira de largo na praia, ao longo do muro da cidade em que bate o mar..."* (Vieira da Silva, 1987). As Casas Nobres tornar-se-iam uma certeza pela evidência arqueológica quando em 2012 se executaram as primeiras sondagens de diagnóstico com intuito de averiguar a potência arqueológica do sítio e identificar estruturas que pudessem condicionar/inviabilizar a execução de projecto de arquitectura. Os trabalhos executados nas diversas fases de diagnóstico apontavam claramente a presença dum edifício nobre constituído por elementos murários e pavimentos de tijoleira e lajeados.

A organização ortogonal que as estruturas apresentavam entre si, permitiu a interpretação de alguns compartimentos do conjunto das Casas Nobres. Estas realidades correspondem a muros de compartimentação das referidas Casas Nobres de época Moderna e que em determinados compartimentos ainda apresentam o pavimento lajeado como representado na Planta Geral (Figura 2).

O **compartimento 1**, identificado no canto Nordeste do edificado foi, na sua grande maioria, escavado em 2012 em diagnóstico, na Sondagem 1. Sofreu alargamento para melhor percepção das realidades que se apresentavam. O aumento desta área de escavação, permitiu a identificação e registo de duas estruturas murárias de pedras e tijoleiras com ligante em argamassa, bem como de pavimento constituído por tijoleiras, que conseguimos identificar preservado sensivelmente 3m² . Foi atestado desgaste intencional na estrutura identificada a Norte que correspondia a parede tardoz do edifício das Casa Nobres e que se compreende pela colocação embutida das tijoleiras nesse elemento estruturante do edifício. Deste compartimento não foi possível identificar o seu limite a Este e Sul uma vez que foi seccionado pela implantação das sapatas do edifício pós-pombalino. Esta realidade poder-se-á compreender como parte do edifício referenciado como "*Casas Nobres do Infantado"* (Vieira da Silva 1987) que vem aproveitar como estruturante a robustez de estrutura pré-existente. Pela sua exiguidade não nos foi possível atribuir funcionalidade a este compartimento (Figura 2).

Os **compartimentos 2 e 3** foram identificados também no lado Este da intervenção e deveriam corresponder a uma só divisão da orgânica original do edifício do século XVI. Estas áreas de pequenas dimensões são o resultado de ordenamento interior

e que evidenciaram o que restava de um pavimento em calçada em mau estado de preservação que interpretamos como remodelação ainda no século XVII. O compartimento 2 revelou preservado sensivelmente 6 m² e o compartimento 3 sensivelmente 4 m² . Apresentam perfeita ortogonalidade com todos as estruturas do edifício respeitando sempre a orientação estruturante do elemento pré-existente. A sua exiguidade e o impacto que evidenciou pela colocação de estruturas associadas ao edificado pós-pombalino inviabilizam uma melhor percepção acerca das suas funcionalidades (Figura 2).

O **compartimento 4** revelou-se uma divisão com maiores dimensões que as anteriores, tinha sensivelmente 43 m² bem delimitado a Norte pelo elemento defensivo e consistentes muros que ainda apresentavam algum estuque de revestimento, não apresentou preservado nenhuma porta e/ou ligação para os compartimentos adjacentes, mas apresentava claras evidências da presença de fogo no seu revestimento. Do seu pavimento apenas identificamos o negativo de assentamento, provavelmente de lajes sobre argamassa amarelada por cima dos níveis de aterro. Este compartimento sofreu impacto bastante considerável pela colocação de poço pós-pombalino e estrutura de arrumos construída em cimento e tijolos (Figura 2).

Do **compartimento 5** apenas resgatamos sensivelmente 1 m² uma vez que se localiza muito próximo da sapata Sul do edificado de 1775. Teria ligação com o compartimento 4 a Norte, o compartimento 7 a Oeste e a Rua da Corte Real a Sul. Deste compartimento apenas podemos referir que apresentava revestimento de argamassa estucada nas faces das suas paredes a Norte e Oeste. Não evidenciou a presença de pavimento, a sua exiguidade preservada compreende-se pelo forte impacto destrutivo causado aquando da construção das sapatas do edificado (Figura 2).

Os **compartimentos 6 e 8**, individualizados em escavação, são o resultado da compartimentação em fase tardia da ocupação do edifício (Figura 2). O compartimento 6 apresenta-se com sensivelmente 22 m² . Parte desta área foi inicialmente intervencionada na última fase de diagnóstico com intuito de reconhecer os níveis freáticos do sítio. A identificação de algumas estruturas veio condicionar a continuação da escavação, pelo que os objectivos desse diagnóstico ficaram aquém do pretendido. Neste compartimento identificamos o reaproveitamento de pré-existência como parede tardoz. Foi-nos possível identificar uma parede no sentido Norte/Sul, contígua ao compartimento 4 e ainda duas estruturas em muito mau estado de preservação que correspondem a divisão com o compartimento 8. Nas paredes Norte e Este atestamos a presença de pequeno lambril aplicado em tijoleira e revestimento em argamassa com claras evidências da presença de fogo. Na parede Sul foi identificada a passagem para o compartimento 7. Corresponde a uma porta com soleira em laje, estrutura de ligação entre os dois compartimentos e ainda o que restava de um pavimento lajeado. De considerar ainda que neste compartimento Norte foi identificado parte de lajeado rampeado sobre a parede pré-existente, que terminava em pequeno degrau e que interpretamos como acesso às Casas Nobres vindo da antiga *Rua do Arco dos Cobertos* (Vieira da Silva 1987). Efectivamente, tratava-se dum elemento constituído por três lajes de grande calibre ordeiramente colocadas e com uma ligeira pendente para o interior terminando em degrau no que restava do lajeado. Neste compartimento foi-nos possível identificar com clara segurança a presença da estrutura defensiva, elemento estruturante, reaproveitada como parede tardoz do edifício, sofrendo impacto aquando da sua reformulação, nomeadamente desmantelamentos para a abertura do acesso e ainda o desgaste identificado num dos seu silhares para reproduzir o biselamento como elemento decorativo característico da arquitectura Manuelina. De acrescentar que na parede a Sul, onde se identificou a porta, também reconhecemos parte duma coluna. Esta era formada por uma base com fuste. A base em cantaria de pedra, assentava sobre argamassa esbranquiçada, constituída pela faixa de base com 14cm de altura onde apoia o imoscapo ou quarto de círculo com 11cm de altura. Sobre este, apoia segunda faixa com 13cm de altura com topo decorado com bisel ou chanfradura com 3cm de altura onde apoia o toro de 7cm de altura, por cima pequeno filete com 2cm de altura onde apoia a escócia circular de 8cm de altura e no seu topo pequeno astrálogo ou tondinho com 4cm de altura. O fuste apresenta 43cm de diâmetro e 100,5cm de altura, foi construído sobre lioz branco com laivos rosa e não apresenta decoração. Foi identificado *in situ* e em conecção com a respectiva base sem ligação com elemento superior mas pelas suas características supõem-se que fizesse conjunto com outro fuste similar até à ligação superior que não identificamos (Figura 3). Neste caso

em particular, o conjunto que recuperamos ainda *in situ* constituído pela base e fuste de coluna, inicialmente corresponderiam a elementos arquitectónicos dum grande compartimento das Casas Nobres do século XVI que estavam incorporados em parede de interior aquando de reformulação do espaço no século XVII.

O **compartimento 7** com sensivelmente 34 m² localiza-se a sul dos denominados compartimento 6 e 8. Tem comunicação com o compartimento 6 pela já referida porta com laje de soleira e ainda apresentava o pavimento lajeado em relativas boas condições de preservação. Apresentava uma parede a Este limítrofe com o compartimento 5 e parede limítrofe a Oeste com o compartimento 10. Ambas apresentavam argamassa de revestimento nos seus alçados, com fortes evidências da presença de fogo que se compreendem pelo fatídico dia de 1 de Novembro de 1755. Na parede a Oeste identificou-se um pequeno balcão constituído por pequenas tijoleiras com biselamentos e argamassa de revestimento. Este balcão inviabiliza a comunicação entre esses compartimentos, foi construído sobre ligação inicial do século XVI e corresponde a intervenção de entaipamento e remodelação efectuada no século XVII. Para além da porta já referida só nos foi possível identificar a separação com os compartimentos a Norte pela sapata. Na escavação deste compartimento, foi-nos possível recuperar um elemento de base de coluna muito semelhante ao anteriormente descrito no compartimento 6, em pior estado de conservação, reutilizado como material de enchimento/construção na base da sapata pós-pombalina. Apresentava-se com faixa de 12cm de altura de topo decorado com bisel ou chanfradura com 2cm de altura onde apoia o toro de 8cm, por cima pequeno filete com 2cm onde apoia a escócia circular de 7cm de altura e no topo pequeno astrálogo ou tondinho de 3cm de altura onde assenta um pequeno filete de 3cm de altura onde assentaria fuste que não foi possível identificar. A proximidade com o elemento anteriormente descrito poder-nos-á apontar para contextualização de conjunto construtivo e decorativo existente no século XVI, reformulado no século XVII e/ou destruído pela elaboração das sapatas do edifício pós-pombalino. No compartimento 7 foi-nos possível recuperar parte considerável do seu pavimento lajeado correspondente à última reformulação e utilização antes da destruição destas estruturas pelo Terramoto de 1755 (Figura 2).

O **compartimento 8** com sensivelmente 36 m² estava em relativo mau estado de preservação, foi dos compartimentos que mais afectação sofreu com a implantação da estacaria pombalina e das grandes sapatas de pedras e argamassa como estruturas de base do edificado de 1775. Estava enquadrado entre o compartimento 11 a Oeste, o compartimento 7 a Sul, o compartimento 6 a Este e a Norte também apresentava como estruturante o reaproveitamento da pré-existência como parede tardoz do edifício. Foi-nos possível identificar o que restava de uma pequena estrutura divisória no sentido Norte/Sul caracterizada por pedras de pequeno e médio calibre com ligante em argamassa amarelada, correspondente a parede divisória com o compartimento 6. Esta estrutura estaria associada a acesso a Norte pela *Rua do Arco dos Cobertos* (Vieira da Silva 1987) apresentando um pequeno lambril em tijoleira no compartimento contíguo a Este. Da separação com o compartimento 7 apenas pudemos atestar a sua sapata no sentido Este/Oeste caracterizada por pedras de pequeno, médio e grande calibre com ligante em argamassas alaranjadas, correspondente à construção da primeira fase de ocupação do edifício. Esta estrutura revela alinhamento paralelo ao apresentado pela pré-existência estruturante a Norte. A Oeste conseguimos determinar o seu *terminus* pela presença e continuação da estrutura pré-existente de época Medieval. Nos contextos mais antigos e com a exumação do conjunto de lajes no seu canto sudoeste foi-nos possível recuperar o que restava duma barrica de madeira com o seu topo estruturado com tijolos, interpretada como latrina referente a ocupação inicial do espaço ainda no século XVI e inutilizada pela reformulação e colocação do pavimento lajeado. Deste, apenas nos foi possível recuperar dois pequenos conjuntos, correspondentes à remodelação efectuada no século XVII e referentes da última ocupação do edifício. A sua diferença de cota e alteração de orientação poderiam pressupor a existência de dois compartimentos, contudo, não nos foi possível atestar essa possibilidade pela inexistência de qualquer estrutura divisória e que apenas o poderemos sugerir como uma hipótese de trabalho (Figura 2).

A área do **compartimento 9** foi inicialmente intervencionada como Sondagem 12 aquando do diagnóstico causado pelo interesse no conhecimento dos níveis freáticos do sítio. Localizado no canto Sudoeste do Sector Este apresenta sensivelmente 9 m² , foi assim considerado aquando a atribuição de

compartimentos para a segunda fase da escavação em área. Na altura, não nos foi possível interpretar este local como área de exterior, induzindo em erro alguma mesclação com os compartimentos das Casas Nobres.

Foi-nos possível identificar um conjunto constituído por muro com duas ombreiras biseladas em conexão com soleira de grandes lajes, pavimento lajeado no interior e uma calçada no exterior caracterizada por pequenas pedras roladas de basalto. Corresponde a parede de fachada com a porta de entrada para as Casas Nobres pelo seu acesso a Sul.

Na área de exterior também nos foi possível identificar estrutura constituída por pedras de pequeno, médio e grande calibre e ligante em argamassa. Encontrava-se em más condições de preservação atestadas pela implantação das sapatas e canalização de esgotos do edificado pós-pombalino, a sua interpretação aponta para base do arco da Rua da Corte Real e faria ligação entre as Casas Nobres e o Palácio dos Corte-Real. Este conjunto identificado entre o ambiente de interior caracterizado pelo pavimento lajeado correspondente à ultima remodelação do edifício no século XVII e o contexto exterior da calçada de pedras roladas e o arranque do arco encontrava-se em perfeita harmonia. A calçada que a bibliografia aponta como sendo *"... a Rua da Corte Real."* (Vieira da Silva 1987) era uma artéria entre a antiga Calçada do Corpo Santo, a Oeste, que fazia ligação com o Paço da Ribeira a Este (Figura 2). Foi construída em área exterior da urbe em parcela ganha ao rio para serventia da cidade com o aterro mandado efectuar por D. Manuel em 1502 (Vieira da Silva 1987). Esta artéria tem a sua orientação bem vincada paralelamente à estrutura defensiva pré-existente identificada, correspondendo à parede tardoz do edifício das Casas Nobres. Para além de toda a planta das Casas Nobres organizada em articulação com a estrutura defensiva, também a orientação desta rua apresenta e respeita a memória estruturante que as estruturas defensivas implantaram na organização urbanística até aos nossos dias como se reconhece no alinhamento da parede tardoz do edificado pós-pombalino.

O **compartimento 10** foi identificado no Sector Este junto ao canto Sudoeste e ocupa sensivelmente 56 m² . Os trabalhos de escavação arqueológica realizados nesta área foram muito profícuos e revelaram algumas estruturas deveras interessantes (Figura 2). Na área correspondente a este compartimento conseguimos identificar uma série de estruturas murárias de divisão com os compartimentos contíguos. O compartimento 10 é ladeado a Este pelo compartimento 7, tem ligação a Norte com o compartimento 11 e apresenta comunicação com área de exterior na estrutura muraria mais a Sul. A Oeste não nos foi possível nenhuma identificação visto se tratar duma área correspondente ao edificado contíguo e que não estava sobre intervenção. Na estrutura divisória a Norte apontamos para a eventual presença de porta comunicante entre os dois compartimentos mas que infelizmente não podemos confirmar devido à destruição causada pela implantação de sapata pós-pombalina. Confirmou-se a reutilização de alinhamentos e materiais da estrutura defensiva que foi parcialmente desmantelada e/ou reaproveitada para a implantação deste complexo das Casas Nobres.

A Este foi-nos possível identificar a parede divisória com o compartimento 7. Também se apresentava revestida com película de argamassa estucada e com grandes evidências da presença de fogo. No canto Nordeste, foi identificado um pilar com biselamento que poderia induzir à presença de porta com o compartimento contiguo a Este. Na sua face voltada para o compartimento 7 foi identificado um pequeno balcão, anteriormente descrito, que apontava para o entaipamento de porta na ligação entre esses dois compartimentos. Assim, a junção desses dois elementos podem indicar a presença duma porta entre aos dois compartimentos numa fase inicial do edifício ainda no século XVI e que sofreu alterações e entaipamento aquando a sua reformulação no século XVII.

Do lado Oeste poucos elementos estruturantes podemos referir pela sua proximidade e implantação das sapatas do edificado pós-pombalino causadoras de fortes impactos sobre os elementos de época Moderna. Contudo, foi-nos possível identificar o arranque dum pilar com a decoração biselada. A sua presença poder-nos-á induzir como base de colocação de fuste de coluna, sendo aqui apresentada como hipótese e proposta de trabalho. Este encontrava-se paralelamente enquadrado com o pilar atrás referido na parede oposta, formando assim um elemento decorativo característico da arquitectura Manuelina.

A estrutura identificada a Sul corresponde à parede de fachada do edifício. Identificaram-se pedras de grande calibre correspondentes à ombreira da porta, bem como lajes de grande calibre como soleira. Neste muro está implantada uma porta constituída por dual ombreiras de pedra com biselamentos bem evidentes a ladear a soleira de lajes. Esta foi outra das

entradas nas Casas Nobres que identificámos na escavação e corresponde ao acesso pela Rua da Corte Real (Vieira da Silva 1987).

O compartimento 10, que interpretamos como átrio, corresponde a entrada pela Rua da Corte Real nas denominadas Casas Nobres, apresentava grande parte do pavimento lajeado com evidências impactantes das sapatas pós-pombalinas (Figura 2). Nesta divisão identificou-se a boca dum poço em forma circular constituído por lajes de grande calibre. A escavação do poço revelou o aparelho construtivo interior e o espólio exumado remete-nos o entulhamento/abandono para o século XVII. O registo em corte desta área evidencia a sua sequência de construção, onde se destaca o pavimento lajeado e sua preparação que apontamos sendo a última pavimentação ainda do século XVII. O subsequente pavimento em tijoleira correspondente a ocupação anterior e camadas heterógenas de enchimento que apontamos cronologicamente para os contextos de construção ainda no século XVI. De acrescentar que se identificou o assentamento do poço constituído por pedras de pequeno e médio calibre alternadas com tijoleiras ordeiramente colocadas e ligante em argamassa de cal esbranquiçada; bem como o seu interior composto por pedras de pequeno, médio e grande calibre ordeiramente colocadas e tijoleiras. A ausência de ligante em argamassa permite a entrada de água doce vinda da colina que empurrava e se sobrepunha em relação à água salobre, permitindo assim o constante abastecimento pela presença e renovação de tão precioso vívere. A última reconfiguração e intervenção no seu interior com intuito de criar pequena divisão no seu canto Sudeste, podemos aferir o acrescento de pequeno muro de pedras de vários calibres, ligante em argamassa e ainda com revestimento estucado preservado com fortes evidências de fogo que apontam para a destruição no fatídico dia de 1 de Novembro de 1755 (Figura 4).

Felizmente o projecto de arquitectura implantado valorizou a recuperação destes contextos permitindo a integração e preservação do pavimento com as pedras de cabeçamento do poço bem enquadradas com os pilares biselados de interior, a porta de entrada pela Rua da Corte Real e os estuques com evidências de fogo identificados neste compartimento que vos convidamos a visitar em piso intermédio no interior do Hotel.

O **compartimento 11** foi alvo de duas das campanhas elaboradas em fase de diagnóstico com intuito de atestar a presença de estruturas condicionantes e/ou impeditivas de determinado projecto de arquitectura. Este compartimento também apresenta a Norte o reaproveitamento estruturante da pré-existência como parede tardoz do edifício, enquadrado a Este pelo compartimento 8, o compartimento 10 a Sul e ainda o compartimento 12 a Este e ocupa sensivelmente 45 m² . Inicialmente identificou-se o paramento Este/Oeste que viria ser determinante na execução desta intervenção. Tal como o compartimento 8, esta divisão sofreu bastante acção impactante resultado da implantação das sapatas do edifício de 1775. A continuação dos trabalhos permitiu a identificação de algumas sapatas pós-pombalinas mas também se identificaram estruturas associadas às Casas Nobres. Destacamos parte dum pavimento em tijoleira que, embora em muito maus estado de preservação, nos permitiu aferir o último nível de ocupação deste edifício. Da segunda fase de diagnóstico destacamos algumas estruturas murárias e ainda alguns elementos de pavimento também em tijoleira, anteriormente referidos. Para além deste que atesta a última ocupação do compartimento, ainda nos foi possível identificar um pequeno núcleo calcetado com pequenas pedras de calcário e basalto em muito mau estado de preservação que correspondia aos níveis de ocupação relativos ao século XVI. A divisão com o compartimento 8 apenas foi atestada pelo alçado voltado a Este da estrutura defensiva. A Oeste identificamos o compartimento 12 e uma pequena divisão em cota relativamente inferior, com dois degraus que reaproveitavam silhares do elemento defensivo no seu acesso. A Sul foi identificada estrutura caracterizada por pedras de pequeno, médio e grande calibre com ligante em argamassas amareladas que apresentava argamassa de revestimento com evidências de fogo. Neste muro no sentido Este/Oeste estaria uma porta que faria a comunicação entre os compartimentos 10 e 11, não foi totalmente identificado porque verificámos o seu reaproveitamento e desconstrução aquando da implantação das sapatas pós-pombalinas. Aqui, foi-nos possível atestar o reaproveitamento da pré-existência na reformulação e reorganização dos espaços. Atestámos na parede a Norte um desgaste causado sobre o elemento defensivo para a colocação dum pequeno balcão provavelmente para o arrumo de alguns materiais e/ou utensílios do quotidiano e ainda a Sul o desmantelamento e adoço sobre pedras de médio e grande calibre ordeiramente colocadas (Figura 2).

O **compartimento 12** está localizado no canto mais Noroeste das Casas Nobres e ocupa sensivelmente 22 m² . Esta área foi parcialmente escavada na segunda fase de diagnóstico onde apenas foi possível a identificação de estrutura murária, uma soleira e parte de pavimento lajeado (Vicente 2013). Esta área teve impacto bastante significativo pela implantação da descarga de águas dos andares superiores, do esgoto e de duas das sapatas, todos do edifício pós-pombalino. Este compartimento está enquadrado com a sapata do edifício pós-pombalino a Norte, a antiga Calçada do Corpo Santo a Oeste, parte do compartimento 10 a Sul, o compartimento 11 e parte da estrutura defensiva a Este.

A evolução dos trabalhos de escavação em área potenciou os resultados e revelou contexto constituído por parede no sentido Norte/Sul de considerável espessura de pedras e argamassa, por soleira com marca de gonzo, cunhal com chanfradura biselada, bem como do pavimento lajeado que anteriormente tinha sido atestado em diagnóstico e que nos foi possível identificar quase na totalidade nesta pequena área circunscrita.

Da estrutura murária identificada podemos referir como sendo a sapata de suporte da parede de fachada voltada a Oeste das Casas Nobres para a antiga Calçada do Corpo Santo. Foi identificada a porta de acesso caracterizada por ombreiras de pedra, duas soleiras com marca de gonzo, enquadradas com pilar central biselado, pavimento lajeado no interior e elementos de calçada no exterior. Atestamos a reutilização de parte do paramento defensivo que ali flecte para Norte, neste caso em particular, como parede de fundo com aplicação de argamassa de revestimento. Tendo a muralha como elemento estruturante para a construção das Casas Nobres a Norte, o *terminus* das referidas Casas no canto noroeste deverá coincidir com o alinhamento interno da Muralha Fernandina na antiga Rua do Arco dos Cobertos e actual Travessa do Cotovelo. Assim, esta realidade é interpretada como o canto Noroeste das referidas Casas Nobres com acesso pelo antigo Largo ou Calçada do Corpo Santo, construída originalmente no século XVI até à sua destruição pelo terramoto do fatídico dia de 1 de Novembro de 1755.

Nesta área do compartimento 12 também se identificou um pequeno contexto com sensivelmente 1,5 m² , compreendido com pavimento lajeado ladeado por muros a Sul, Oeste e a Norte. Tinha acesso a Este por dois degraus que revelam a reutilização dos silhares da estrutura defensiva para uma pequena divisão que funcionaria a uma cota relativamente inferior à do pavimento lajeado da entrada voltada a Oeste e ainda do pavimento em tijoleira identificado no compartimento 11. Poderemos estar na presença de um pequeno compartimento de despensa que assim potenciasse melhores condições de preservação de produtos perecíveis. Esta sugestão terá que ser interpretada como hipótese de trabalho susceptivel a correcção à luz de novos conhecimentos e interpretações (Figura 2).

Em jeito de conclusão, apresentamos grande parte da planta recuperada das Casas Nobres. Foi-nos possível identificar três acessos distintos, a Norte pela antiga *Rua do Arco dos Cobertos*, a Oeste pela antiga *Calçada do Corpo Santo* e a Sul a entrada pela *Rua da Corte Real*. Identificamos parte da parede de fachada voltada a Sul, parede limítrofe a Oeste, bem como do reconhecimento limítrofe a Norte do condicionalismo aplicado pela estrutura defensiva que foi estruturante na construção de Época Moderna. Assim, com a *Muralha Fernandina* a servir de apoio da parede tardoz do edifício, desconstruída e reutilizada dependendo da circunstância, pudemos atestar a orgânica do edifício com a presença de grande parte das estruturas de interior com pavimentos em tijoleira, nos compartimentos 1 e 11, bem como da utilização de pavimentos lajeados identificados nos Compartimentos 6, 7, 8, 10 e 12. (Figura 2).

3. CALÇADA DO CORPO SANTO

Inicialmente identificada na primeira fase de diagnóstico nos inícios de 2012 na denominada Sondagem 6 localizada no canto mais a Noroeste, junto ao cunhal e parede do edifício em frente à actual Igreja do Corpo Santo. Os trabalhos de escavação confirmaram o que restava de calçada constituída por pedras de pequeno e médio calibre de calcário, basaltos e seixos rolados com ligante em argamassa amarelada com nódulos de argamassa esbranquiçada e areia de grão fino, pequenos seixos, pequenos fragmentos de cerâmica comum e alguns nódulos de carvão muito dispersos, interpretado o abandono do Largo ou Praça do Corpo Santo no século XVIII (Vieira 1987).

O alargamento em área dos trabalhos de escavação neste Sector Oeste confirmou a presença da calçada constituída por pedras de pequeno e médio calibre em basalto e calcários com ligante em argamassa

esbranquiçada. Esta estrutura revelou-se extraordinariamente muito bem preservada. A sua estabilidade e o seu estado de preservação foi inicialmente reconhecido aquando da construção do edificado, potenciando a implantação das sapatas internas imediatamente sobre a calçada. De referir que apenas se identificou cortada pelas sapatas limítrofes do edificado, sendo as paredes mestras que procuraram em profundidade maior estabilidade a oferecer ao edifício pós pombalino (Figura 2).

Foi-nos possível atestar a sua presença com sensivelmente 283 m² , em toda a extensão determinada pelo edificado voltado a Oeste. Sobre esta calçada foi possível identificar camada arenosa acinzentada com cinzas e carvões, faianças, porcelanas, cerâmica comum, fragmentos de cachimbo em caulino. Segundo a bibliografia, (Castilho, 1983) D. Manuel mandou calcetar o "Rossio de Cata-que-Farás" com licença régia para aforar terrenos para depósito de mastros de navios e estruturas de cobertura em 1512, correspondendo esta realidade ao calcetamento desta praça ou largo (Figura 5).

Assim, conclui-se que estamos perante contexto de rua de Época Moderna caracterizada como uma calçada, que segundo o espólio associado entendemos como abandonada após o dia de 1 de Novembro de 1755.

4. EMBASAMENTO DA ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA

A estrutura que caracterizamos foi identificada aquando a execução da Sondagem 6 de diagnóstico no ano de 2012. Esta estrutura é definida pela colocação ordeira de calcários do Miocénico, alguns conquíferos do Banco Real e por grandes blocos de pedra calcária conquífera, basaltos, granitos, cerâmica de construção, como ligante apresenta argamassa esbranquiçada e areia de grão fino e médio no seu interstício. Trata-se duma estrutura cuidada, forte, bem aparelhada e com grandes evidências de desgastes diversos. A uniformização da parede, bem como da ligeira inclinação característica para mais facilmente aguentar o embate directo das forças de maré, aponta para a presença de estrutura que serviu como paredão de embate das ondas, portanto que a determinado momento esteve a descoberto como quebra-mar (Figura 6). Este paredão é uma obra de engenharia que consiste numa estrutura costeira semelhante a um molhe, apoiada pelo próprio peso das pedras. O ângulo de inclinação pode remeter para alguma função de quebra-mar que tem por finalidade principal proteger das ondas do mar. No alçado Sul na pedra de base a Este encontra-se representado uma **âncora**. Esta representação permite estabelecer uma eventual ligação à Irmandade dos Mareantes associada à Ermida da Senhora da Graça, diretamente relacionada com as gentes do mar (Figura 7).

A consulta bibliográfica e cartográfica (Vieira da Silva 1987) apontava para a presença da Ermida de Nossa Senhora da Graça. Os trabalhos de escavação em área permitiram a identificação de sensivelmente 19 metros de extensão desta estrutura. Os valores conhecidos da ermida seriam de 7 varas e 3 palmos de frente que correspondem sensivelmente a 8,36m. Se atendermos que era ladeada por edifício contíguo a Oeste com 7 varas, sensivelmente 7,7m, bem como edifício contíguo a Este com 8 varas e 3 palmos, sensivelmente 9,46m, facilmente compreendemos um conjunto edificado com sensivelmente 25,52m e que poderia corresponder a parte de embasamento rectangular desse conjunto compreendido pelos três edifícios.

Dos poucos fragmentos cerâmicos recolhidos do seu embasamento foi-nos possível balização cronológica enquadrada no século XV. Embora estivesse em contacto directo com as forças das marés, não inviabiliza que também tenha tido um papel importante como embasamento de área aplanada em cota superior onde possa ter sido localizada a Ermida de Nossa Senhora da Graça mas um pouco mais recuada da linha de costa e mais próxima da colina. Poderemos estar na presença duma intervenção de fundo durante o século XV com intuito de ganhar terreno ao mar com a construção de um enorme paredão que aguentasse com o impacto constante das forças das marés e que em simultâneo sirva como embasamento para plataforma elevada onde assentariam outros edifícios, dos quais poderemos considerar a Ermida de Nossa Senhora da Graça bem como dos edifícios contíguos. Como foi identificada no canto Noroeste do edifício, podemos conjecturar que essa estrutura se desenvolve no espaço exterior para Norte e Oeste no Largo do Corpo Santo, não nos sendo possível o registo de toda a sua área.

5. AS ESTRUTURAS DEFENSIVAS: MURALHA FERNANDINA E TORRE DE JOÃO BRETÃO

A aliança com Inglaterra, na Guerra dos 100 anos, causou a insegurança generalizada efectivada pela guerra com Castela na segunda metade do século XIV. Os assaltos e incêndios que o exército de D. Henrique de Castela executou contra Lisboa obrigou a elaboração duma nova cintura defensiva da cidade, a "Cerca Nova", mandada construir por D. Fernando em 1373. A muralha seria de alvenaria e taipa militar com volume sensivelmente de 86.000 m² , 46 portas e 77 torres e a sua construção demorou cerca de dois anos, terminada no ano de 1375.

Apontada a sua existência pela bibliografia, a presença deste Monumento Nacional é um elemento condicionante a qualquer intervenção nesta zona do centro histórico de Lisboa (Vieira da Silva 1987). Identificada inicialmente em duas sondagens de diagnóstico (Valongo 2012) foi elemento estruturante para a elaboração dum projecto de revitalização de edificado em relativas más condições de habitabilidade (Figura 8).

5.1. Muralha Fernandina

Os trabalhos de arqueologia efectivados no interior dos edifícios permitiram identificar um troço considerável da "Cerca Nova" ou "Muralha Fernandina". A grande estrutura que identificamos na intervenção da Rua do Arsenal 148 apresenta sensivelmente 32 metros de extensão, com sensivelmente 3 metros de altura no ponto mais alto desde o seu embasamento, não sendo possível identificar a presença de ameias. Não nos foi possível identificar as duas faces desta estrutura defensiva, apenas atestamos o alçado exterior uma vez que serviu como base de implantação de parte da parede tardoz dos edifícios, a sua face interior estaria fora da área onde nos era possivel executar a intervenção arqueológica, correspondendo à actual Travessa do Cotovelo. Implantada numa área ainda de fraca ocupação tornou-se elemento estruturante no crescimento da cidade no seu alargamento para Oeste. Não nos foi possível identificar em momento algum os contextos no interior da cidade mas aponta-se para a existência da Rua do Arco dos Cobertos no interior da área amuralhada e precisamente paralela ao alinhamento interior da Muralha Fernandina. Esse arruamento, relacionado com o Arco dos Cobertos é referido pela bibliografia como sendo a Porta implantada neste canto Sudoeste da cidade defendida pela denominada Torre de João Bretão (Vieira da Silva 1987). Foram implantadas de raiz com forte embasamento constituído por pedras de pequeno, médio e grande calibre com argamassa de cal esbranquiçadas escura como ligante sobre o corte das argilas correspondentes aos níveis do Miocénico no leito do Rio Tejo. De considerar as referências bibliográficas em que a referem *"... ao longo do muro da cidade em que bate o mar..."* (Vieira da Silva 1987), apontando para a sua construção na praia onde sofria impacto directo das marés. Foi-nos possível atestar o desgaste que esta estrutura defensiva sofreu no seu alçado exterior causado pelo constante impacto das marés. O seu interstício é constituído por pedras, tijoleiras, ligante em argamassa de cal com areia, nódulos de carvões, fragmentos de conchas esmagadas e cerâmica moída. A sua colocação foi preparada por linha de silhares maioritariamente na horizontal para uniformizar linha de cota constante ao longo deste troço identificado. Por vezes, colocaram-se alguns silhares na vertical pela necessidade de vencer cota mais elevada, como verificamos na área do compartimento 6+8. Apresenta alçado exterior constituído por paramento de silhares aparelhados extremamente bem elaborados em calcário do Miocénico bastante resistentes com muitas representações de marcas de canteiro. Infelizmente não nos foi possível identificar o seu espessamento total mas valores recolhidos aquando diagnóstico em 2012 apontava para espessamento superior a 3 metros (Figura 9).

A contextualização política conturbada no século XIV com o reino de Castela obrigava uma construção sólida de carácter defensivo e não meramente simbólico. Perante as constantes ameaças de invasão pelo reino de Castela a *"Cerca Nova"* mostrou-se efectivamente, forte, robusta, capaz e fundamental na defesa e manutenção da independência do Reino aquando de tentativa de assalto pelo exército Castelhano em 1384 pela desembocadura do Tejo. Este troço identificado na nossa intervenção arqueológica ganha uma relevância extraordinária não só pelas suas características construtivas mas também pela sua localização estratégica fundamental na defensibilidade da cidade, inviabilizando desembarques na praia, seria o ponto mais Sudoeste da Muralha Fernandina, junto ao rio e na inflecção para Norte na Colina do Alecrim.

5.2. Torre João Bretão

Inicialmente identificada na Sondagem 4 aquando a primeira fase de diagnóstico no ano de 2012 com o registo do alinhamento coincidente com a *Muralha Fernandina* e aparentando imbricamento de algumas pedras com o pano da muralha indicando eventual arranque da parede Este da *Torre de João Bretão* (Valongo 2012). Com o início dos trabalhos em 2015 confirmamos em toda a sua extensão dentro do edificado estrutura de alvenaria como parte da estrutura defensiva da cidade, um troço da *Muralha Fernandina* e *Torre de João Bretão* junto à *Porta de Cata-que-farás*. A *Torre de João Bretão*, localizada no extremo Sudoeste da *Muralha Fernandina*, era a primeira estrutura defensiva contra uma investida pela foz do Tejo. Da *Torre de João Bretão* identificamos no seu ponto mais alto sensivelmente 2.8 metros desde o seu embasamento implantado nas argilas do Miocénico sendo que não nos foi possível confirmar ou infirmar a presença de ameias ou terraços, nem tão pouco se seria oca. Tem dimensões compreendidas com sensivelmente 8.3 metros de largura, comprimento máximo de 9.3 metros, apresenta alçados Este e Oeste com sensivelmente 5 metros, alçados Sudeste e Sudoeste com sensivelmente 5,8 metros. Tal como a Muralha, a Torre também foi implantada de raiz com forte embasamento sobre os níveis do Miocénico no leito do Rio Tejo. O Alçado voltado para Sudeste apresenta um pormenor extraordinário; atendendo as linhas de silhares do troço da Muralha que se encontram alinhados, inclusivamente no seu imbricamento com o alçado voltado a Este da Torre de João Bretão, foi-nos possível identificar o seu remate constituído por cortes específicos e cirúrgicos para o bom encaixe dos silhares. A Torre de João Bretão é uma estrutura com configuração fora do comum das outras torres da estrutura defensiva da cidade de Lisboa em época Medieval que se conhecem. Evidenciou a forma quinária de um triângulo sobre quadrado, formando, assim um *Talha Mar* visto estar totalmente implantada nas argilas do Miocénico dentro do rio junto à praia. O desgaste evidenciado nos seus alçados assim o sugere (Figura 9). Era um dos pontos mais importantes na defesa da *Muralha Fernandina* neste troço a Sudoeste, estrategicamente bem colocada para melhor defender a *Porta Cata-que-farás*, no assalto às muralhas, como também potenciava total controlo e domínio de eventuais manobras das armadas inimigas pela desembocadura do Tejo (Figura 10).

A denominação de Torre de João Bretão é atribuída a um corsário nascido em 1455, em Morlaix na Bretanha, Nordeste da França que atacava navios de carga essencialmente ao Largo de Cascais. Depois de troca de correspondência com a Rainha Dona Leonor foi convidado pelo rei D. João II a ficar ao seu serviço. Teve papel preponderante na armada portuguesa onde foi almirante, recebeu do rei entre outros bens um palácio em Lisboa e uma pensão pelos serviços extraordinários. As poucas informações apontam para a sua morte no ano de 1492 no seu palácio em Lisboa.

6. CONCLUSÕES

Na complexidade da intervenção arqueológica foi possível resgatar do subsolo lisboeta grande parte das estruturas das Casas Nobres do Infantado, parte da antiga Calçada do Corpo Santo, paredão/embasamento da Ermida de Nossa Senhora da Graça e ainda o contexto defensivo Medieval constituído por troço da Muralha Fernandina e Torre de João Bretão construídos em 1373/75. O projecto de arquitectura pretendeu oferecer o "melhor de dois mundos", preservou, integrou e musealizou a Muralha Fernandina, a Torre de João Bretão e parte do edifício das Casas Nobres, permitindo a sua visualização, apreciação e valorização com a circulação ao nível da base da estrutura defensiva para possibilitar a recriação de uma vivência de época. Implantou-se a circulação sobre a Torre de João Bretão permitindo percepcionar a sua forma e dimensão, técnica de construção, faces aparelhadas de silhares e imbricamento com pano de muralha que se desenvolve para Este bem como o reaproveitamento para as estruturas habitacionais construídas sobre os elementos defensivos. Os trabalhos de arqueologia desenvolvidos neste edificado permitiram aferir uma diacronia de ocupação desde a Idade Média até à época Contemporânea. Recuperaram essa memória do urbanismo dos séculos XIV a XVI num caso típico de ocupação da zona ribeirinha, potenciando a fruição destes dois conjuntos recriando as vivências da época. As referências documentais foram confirmadas pelos resultados arqueológicos com a revelação deste conjunto de ruínas em bom estado de preservação. A integração e musealização de parte deste conjunto único contribuí indiscutivelmente para o melhor conhecimento da cidade medieval e moderna e das suas estruturas defensivas, valorizando o

equipamento turístico onde está incluída.
O carácter único deste conjunto patrimonial valoriza a unidade hoteleira e a cidade com a integração das ruínas, contando a história do espaço, tornando-o num projecto de grande potencial pedagógico e cultural que vos convidamos a visitar e desfrutar.

7. BIBLIOGRAFIA

CALADO, Margarida; SILVA, Jorge Henrique, (2005) – *Dicionário de Termos da Arte e Arquitectura*, Editorial Presença, Lisboa.

CARITA, Hélder (s.d.) – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521).*

CASTILHO, Júlio (1981) – *A Ribeira de Lisboa.* Vol. IV. (4º ed.) Câmara Municipal de Lisboa

SILVA, Raquel Henriques da (2004) – Arquitectura religiosa pombalina, *Monumentos,* Revista Semestral de Edifícios e Monumentos, n.º 21, Lisboa

VALE, Ana (s.d) – *Relatório das escavações do Palácio Conde Real, Corpo Santo, Lisboa.*

VALONGO, António (2012) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos na Rua do Arsenal nº 148.*

VICENTE, António (2013) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos na Rua do Arsenal nº 148.*

VIEIRA DA SILVA, Augusto (1987) – A Cerca Moura de Lisboa (3º ed.), Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

VIEIRA DA SILVA, Augusto (1987) – As Muralhas da Ribeira de Lisboa. Vol. I. Câmara Municipal de Lisboa.

VIEIRA DA SILVA, Augusto (1987) – As muralhas da Ribeira de Lisboa. Vol. II. Câmara Municipal de Lisboa.

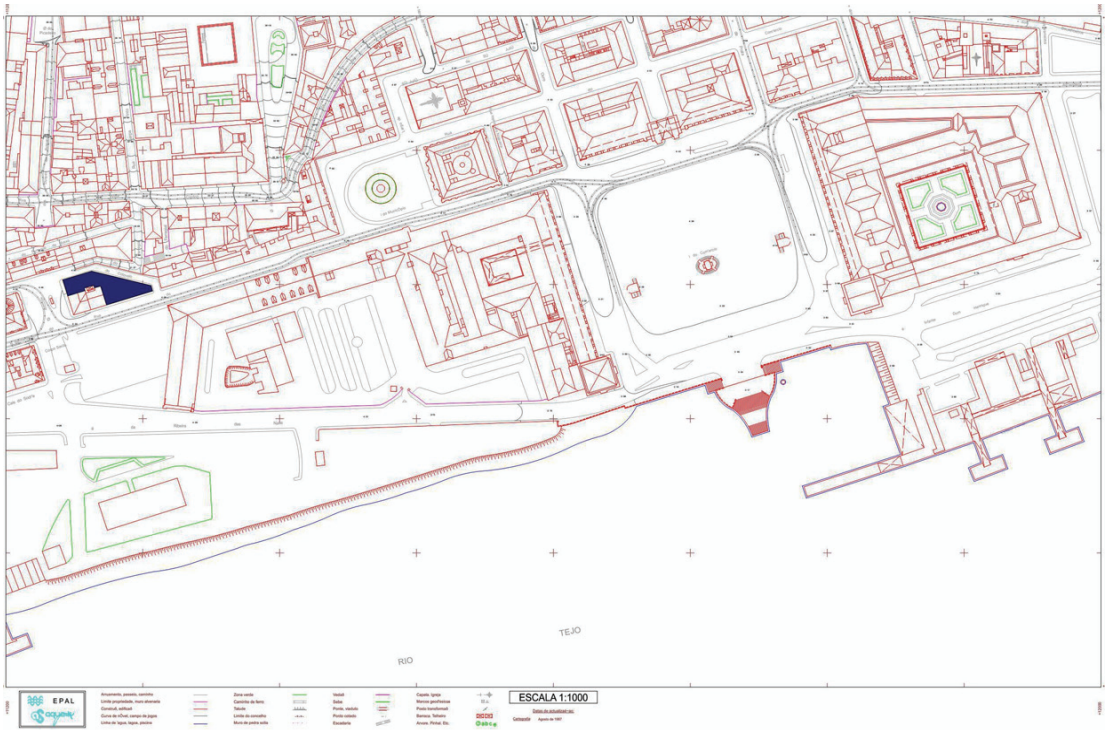


Figura 1 – Localização da intervenção.

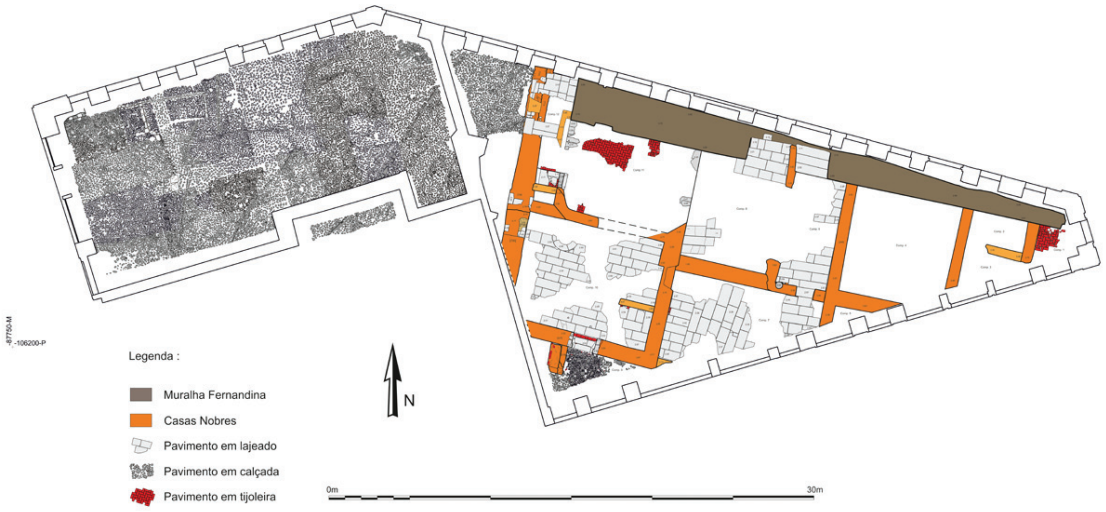


Figura 2 – Planta geral das *Casas Nobres* e *Calçada do Corpo Santo*.



Figura 3 – Compartimento 6.



Figura 4 – Compartimento 10.



Figura 5 – Foto Geral da *Calçada do Corpo Santo*.



Figura 6 – Foto do paredão.

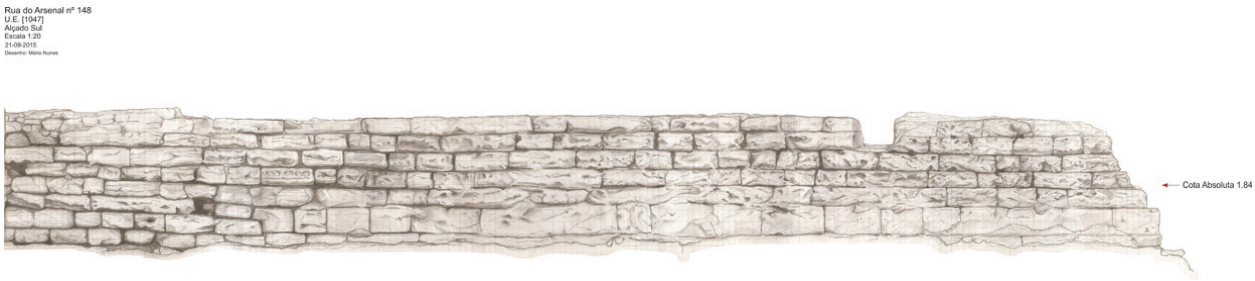


Figura 7 – Desenho do alçado.



Figura 8 – Planta Geral da *Muralha Fernandina* e *Torre de João Bretão*.



Figura 9 – Alçado da *Muralha Fernandina*.



Figura 10 – Fotografia da *Torre João Bretão*.

CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO TARDOMEDIEVAL NA RUA DA PRATA 221-231 E RUA DOS CORREEIROS 158-168, LISBOA

Filipe Oliveira[1], João Miguez[2], Catarina Furtado[3], Cláudia Costa[4]

RESUMO

No decorrer da intervenção arqueológica realizada no edificio da Rua da Prata 221-231 e Rua dos Correeiros 158-168, nos anos de 2015 e 2016, foram exumados diversos contextos associados com a larga diacronia ocupacional desta zona da cidade. Daqui destacam-se as evidências do urbanismo seiscentista e setecentista, e os vestígios materiais das actividades e indústrias que permeavam esta área de Lisboa dos séculos XIV e XV. Procura-se apresentar este sítio como um caso de estudo da evolução urbanística da cidade de Lisboa dos finais da medievalidade até à actualidade. Considera-se que a informação extraída dos vestígios cerâmicos, estruturais e faunísticos contribui para a melhor comprensão dos modos de vida socieconómicos existentes na área actualmente compreendida entre as Ruas da Prata e dos Correeiros.

Palavras-chave: Séculos XIV e XV, Tardomedieval, Evolução urbanística, Cerâmica, Fauna, Lisboa.

ABSTRACT

During archaeological excavations at Rua da Prata 221-231 and Rua dos Correeiros 158-168, in Lisbon, in the years of 2015 and 2016, a diverse set of contexts were unearthed closely associated with the long occupational lifespan of this area of the city. We aim to highlight the remains of urbanism from 16th and 17th centuries and the assemblages of pottery and fauna related to the daily activities and shops that spread over this area during the 14th and 15th centuries. As such, we present a case study for the evolution of Lisbon's urbanism from late Medieval to late Modern age. We consider that the information extracted from the pottery sherds, faunal remains and architectural remains might contribute to a better understanding of the history and development of this area of the city.

Keywords: 14th and 15th centuries, Late-medieval, Urban evolution, Pottery, Faunal remains, Lisbon.

1. INTRODUÇÃO

No interior de dois edificios contíguos, na Rua da Prata 221-231 e Rua dos Correeiros 48-58, decorreu entre os anos de 2015 e 2016 uma intervenção arqueológica conduzida por uma equipa da Era Arqueologia, SA dirigida por Filipe Oliveira e João Miguez. O espaço, localizado na Baixa Pombalina, encontra-se hoje ocupado por um edifico de traça oitocentista, de 3 pisos, rés-do-chão e águas furtadas que, no lote referente à rua da Prata, apresenta um piso subterrâneo, uma das várias caves executadas nesta área da cidade durante os anos 70/80's. A intervenção arqueológica que aqui apresentamos correspondeu a trabalhos de diagnóstico desenvolvidos no decurso de obras de transformação do edificado num conjunto hoteleiro,

1. CHAM – FCSH – UNL; Era – Arqueologia, SA; filipe.alexandre.so@gmail.com

2. Era – Arqueologia, SA; joao.miguez@gmail.com

3. Era – Arqueologia, SA; ciscafurtado@hotmail.com

4. ICArEHB – Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Human Behavior, Universidade do Algarve; cmcosta@ualg.pt

tendo os trabalhos daqui decorrentes dado resposta às necessidades do respectivo projecto.
O objectivo dos autores deste artigo é acrescentar ao conhecimento da evolução da malha urbana da Baixa lisboeta pré-terramoto e oferecer um conjunto de dados relativos às práticas industriais e de descarte de lixos de Lisboa na transição do período Medieval para o Moderno (séc.XIV-XV).

2. BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA BAIXA POMBALINA DA IDADE MÉDIA À MODERNIDADE

Os estudos acerca da evolução histórico-urbanística da Baixa de Lisboa têm uma longa tradição fruto do forte interesse que inúmeros olisipógrafos e historiadores apresentaram por esta área da cidade (Castilho; Silva; Swartz …), aos quais, mais recentemente, se juntaram os contributos da arqueologia, aportando dados sobre períodos e contextos em que a historiografia se apresentava omissa (i.e. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), Mandarim Chinês).
Embora os primeiros indícios de desenvolvimento construtivo nesta área remontem ainda ao período romano (NARC), foi já nos séculos XI-XII d.C. que um processo de urbanização constante se materializou, aproveitando o contínuo assoreamento do esteiro (fig.1) do Tejo (Silva, 1987, p. 24-25). Observou-se a expansão da área habitada para ocidente do perímetro da Cerca Moura formando aquilo que é hoje conhecido como o Bairro Islâmico da Praça da Figueira (Silva, 2013) e que certamente se desenvolveria para Sul, ao longo da Rua dos Correeiros (Filipe, 2012), e para Oeste com os fornos do Mandarim Chinês (Bugalhão, 2004). O processo prossegue após a conquista da cidade em 1147, apresentando a área densidade populacional suficiente para a definição de várias freguesias (Silva, 1987, p. 29), com sede nas igrejas da Madalena (1164), Santa Justa (1174) e São Nicolau (c. 1200), culminando na necessidade de D. Fernando I de, em 1373, mandar levantar uma nova cerca para defender o novo espaço, o qual correspondia a mais do dobro da área defendida pela Cerca Moura (Silva, 1987b) (Figura 1).
No reinado de D. Manuel, a cidade presenta algumas metamorfoses como a definição da Rua Nova dos Mercadores e desenvolvimento de toda a frente ribeirinha, a criação do Bairro Alto (Carita, 1994, pp. 16-18), o que demonstra que a antiga malha urbana já não conseguia conter a crescente população lisboeta (Moita, 1994, p. 141). É também desta altura que data a extinção das Judiarias, e em particular da Judiaria Grande, o que leva à incorporação dos seus quarteirões na restante trama da cidade.
As alterações seguintes observadas na Baixa reflectem as mutações inerentes a uma malha urbana orgânica, com modificações de quarteirões e arruamentos, quer por iniciativa privada como estatal/municipal, e que foram cristalizadas na planta da cidade de Tinoco (1650) (Figura 2). Foi o terramoto de 1755 e a reconstrução sequente que maior impacto tiveram na Baixa, promovendo o total abandono do traçado orgânico em prol de uma disposição ortogonal. Daqui resultam muitas das características ainda hoje presentes e tendencialmente atribuídas à Baixa Lisboeta como os seus largos arruamentos e o traçado homogéneo dos seus quarteirões (Figura 2).

3. O CONTEXTO DA RUA DA PRATA

Os contextos identificados na intervenção arqueológica da Rua da Prata 221-231 e Rua dos Correeiros 48-58 reflectem a evolução deste espaço do século XIV ao XIX. Arquitecturalmente os actuais edifícios apresentavam ainda muitas das características da construção pombalina, comportando quatro pisos, o primeiro, «o piso nobre», com janelas sacadas em continuidade, os segundo e terceiro de rendimento, com janelas «de peitoril», o quarto, de águas furtadas em colocação irregular e um rés-do-chão de lojas para o comércio local (França, 1989, p. 40).
O **rés-do-chão**, ainda ocupado por actividade lojista, mostrava, sob um piso em azulejo hidráulico, o patamar de circulação original em lajes rectangulares de pedra calcária, quase totalmente preservado. O levantamento deste lajeado e da argamassa usada no seu assentamento expôs uma sequência estratigráfica com cerca de 1.30 m de profundidade, formada por um conjunto de depósitos areno-argilosos, com muitas inclusões de argamassas, fragmentos de cerâmica de construção, e porções de recipientes cerâmicos e lixos de cariz doméstico (cinzas, restos de faunas, etc). Estas correspondem aos aterros executados durante o processo de reconstrução oitocentista com o objectivo de subir a cota geral de ocupação da Baixa (França, 1989,p. 50).
Com a remoção destes níveis, relativos à reconstrução oitocentista, foi exposto um conjunto de estruturas: um piso em calçada e seis muros e respec-

tivos alicerces, referentes à ocupação pré-terramoto deste quarteirão (Figura 3). A realidade observada caracterizava-se por uma trama formada por três muros orientados a E/O e outros 3 de orientação N/S, tendencialmente perpendiculares entre si. Foi possível inferir dois momentos construtivos neste conjunto; o mais antigo correspondendo ao muro [614/615], o qual foi parcialmente desmontado aquando da construção da fase seguinte representada pelas estruturas [618]/[617], [616], [630], [637] e [632], e a calçada [627] – (Figura 3), (Figura 4) e (Figura 5).

Observam-se assim evidências dos processos de mutação e alteração da malha urbana que marcavam a Lisboa pré-terramoto, onde espaços pré-existente são seccionados e compartimentados consoante as novas necessidades dos seus ocupantes.

O desmonte das estruturas relativas à ocupação pré--terramoto permitiu recuperar vários fragmentos cerâmicos presentes nas argamassas usadas na sua construção, o que nos permitiu atribuir uma datação *post-quem* para a sua edificação. Sob este conjunto de estruturas foi identificada uma sequência de estratos argilosos (Figura.6), muito homogéneos e de coloração castanha-esverdeada. A sua composição e morfologia parecia indicar um processo deposicional lento e em contexto húmido, semelhante ao observado em áreas de aluvião. Eram níveis bastante antropizados tendo sido recuperados inúmeras porções de recipientes cerâmicos, e uma quantidade razoável de vest**ígios de** arqueofauna (Figura 6).

4. A CULTURA MATERIAL CERÂMICA E FAUNA

O conjunto das cerâmicas recolhidas neste contexto (Figura 4) é composto por inúmeros exemplares, distribuidos por 3 fases ocupacionais distintas: a construção pombalina, com o Grupo I, formado pelas faianças e o Grupo II pelas produções de cerâmica comum; a ocupação moderna, com os fabricos hispanos importados Grupo III e IV; e os níves baixo medievais com as importações norte-europeias Grupo V e VI, hispanas Grupo VII, fabricos locais Grupo VIII e faunas Grupo IX.

Grupo I) Faiança

As produções de faiança portuguesa apresentam pastas de cor amarela pálida (5YR 6/8), algo granulosa e compacta, com elementos quartozos distribuídos e raros elementos ferro-magnesianos. O vidrado é de cor branca, brilhante e espesso, recobrindo a totalidade da peça. Tipologicamente o conjunto é marcado sobretudo por formas abertas, como pratos covos e covilhetes, tendo apenas sido identificado um exemplar de jarro. Neste conjunto dominam os indivíduos de superficies não decoradas, nomeadamente os pratos e a maioria dos covilhetes (Figura 4 – 1, 2 e 3), sendo aqueles que se mostram decorados apresentam temáticas decorativas típicas de finais da primeira metade do século XVIII (Casimiro, 2013: 363-364), como covilhetes decorados com motivos de contas a azul e vinhoso.

Grupo II) Cerâmica comum e vidrada

As produções locais mostram pastas de cor castanha--avermelhada (5YR 4/4 ou 7.5YR 8/4), granulosa e compacta, de fracturação irregular, apresentando inclusões de elementos quartozos leitosos e hilianos junto com ferromagnesianos bem distribuídos. As tipologias dominantes correspondem a peças de cozinha, sendo as formas mais comuns as panelas de corpo globular algo achatado e os tachos de perfil subtrococónico acompanhados de testos discóides com pega central. Junto destas foram recuperados alguns exemplares de alguidares troncocónicos, cujo anverso era revestido com um fino e opaco vidrado de cor amarela alaranjada, e alguns bacios tipo «de cartola», assim definidos pelo seu perfil cilindrico e aba larga aplanada e fundo plano. A similitude das pastas observadas neste conjunto parece apontar para uma mesma proveniência, talvez das várias olarias que nesta fase polvilhavam as colinas de Anjos e Arroios (Sebastian, 2009, pp. 210-211) e as quais, pela sua proximidade, abasteceriam mais facilmente as necessidades dos habitantes da cidade.

Grupo III) Importações hispanas esmaltadas

As produções sevilhanas mostram pastas de cor amarela pálida (10YR 8/4), com textura granulosa marcada por fendas, mostra inclusões de elementos quartzosos hialinos e leitosos e ferro-magnesianos bem distribuídos. As superfícies são revestidas com um esmalte de estanho fino, baço, de cor azul, e sobre o qual foi reproduzida uma decoração *beretina* em tom azul-escuro. Os exemplares identificados (Figura 4 – 7, 8, 9 e 10) correspondem a formas abertas, os pratos de pequena dimensão comuns às oficinas sevilhanas, e produzidos desde de finais do XVI e inícios do século XVII (Gutiérrez, 2000, p. 51).

As produções valencianas mostram pasta de cor laranja pálida (5YR 7/6), compacta, com muitos grãos de cerâmica moída, elementos ferromagnesianos e pequenos quartzos hialinos e leitosos de pequena e média dimensão, bem distribuídos. As superfícies exteriores mostram revestimento em vidrado de estanho, espesso mas pouco brilhante, com pintura a traço espesso de cor azul de temática decorativa geométrica. O único exemplar (Figura 4 – 5) corresponde a uma forma aberta, possivelmente uma taça de pé anelar, uma tipologia comum às olarias existentes no termo de Valência (Ibidem,p. 32) durante os finais do século XVI.

Grupo IV) Reflexos metálicos de Valência

Com pastas similares às observadas nas peças de superfícies esmaltadas de Valência foram recuperados alguns fragmentos apresentando as superfícies revestidas com um esmalte espesso, mas baço, de cor branca. Sobre o seu colo foi aplicada uma decoração reticulada em tom de azul claro e produzida num traço espesso. Nos espaços entre o reticulado e em bandas verticais que intercalam esta decoração, observam-se motivos arabizantes ou espiralados produzidos com técnica de reflexo metálico acobreado e dourado.

O reverso do fragmento apresenta-se apenas revestido a esmalte, mostrando apenas raras pingas de reflexo metálico derivados do processo de decoração do exterior. O recipiente em questão (Figura 4 – 6) corresponde a um pote de gargalo alto, uma tipologia comum às oficinas valencianas, nomeadamente as de Muel, na segunda metade do século XVI (Ibidem, p. 69).

Grupo V) Saintonge

As produções de Saintonge caracterizam-se por pastas calcárias ou caulínicas de cor esbranquiçada (White N/9.5), muito dura, homogénea e compacta, com fracturação nitída e textura esponjosa. Apresentam inclusões de pequenos elementos ferromagnésicos, raros nódulos de cerâmica moída, e elementos quartzosos.

A superficie dos recipientes foi alisada e revestida com um engobe branco transparente, muito fino, que «vitrificou», sendo a decoração aplicada sobre este revestimento.

O repertório formal das olarias medievais de Saints correspondem predominantemente a picheis altos e esguios ou jarros de vinho de corpo globular alto.

Presente neste contexto foram identificadas duas formas distintas desta produção:

O primeiro subgrupo, Saintonge manchado (Figura 4 – 15 e 17), é caracterizado pela aplicação de um vidrado bitónico, verde escuro e verde claro, aplicado em toda a superfície da peça de forma a reproduzir uma textura «mosqueada» ou manchada, mas que permite ver a cor original da pasta.

O segundo subgrupo, Saintoge policromo (Figura 4 – 16), é marcado pela aplicação de decoração delimitada a traço de manganês e preenchidas com vidrado verde ou amarelo.

As temáticas decorativas presentes correspondem a motivos fitomórficos (folhas e caules de videiras) associadas a aves em perfil, ambos delimitados por traço manganês e preenchidos por vidrado verde, associados a motivos heráldicos, delimitados a traço manganês e preenchidos com vidrado amarelo (Silva *& alii*, no prelo).

Estes exemplares de pichéis oriundos das olarias da região francesa de Saintonge são datados da primeira metade do século XIV (Silva, 2015, p. 178), sendo peças associadas à importação e consumo de vinho da região de Bordéus.

Grupo VI) Flandres

Outro grupo de produções norte-europeais corresponde às cerâmicas da Flandres (estampa II – 14).

Estas apresentam pastas de cor avermelhada (2.5YR 6/8), algo homogéneas, compacta, poucos elementos quartzozos e rara moscovite de muito pequena dimensão, com os elementos bem distribuídos.

O vidrado é espesso, de coloração verde, com laivos de mosqueado de verde escuro alternando com manchas claras. O interior é desprovido de vidrado, mostrando uma pasta que por vezes se apresenta com uma pátina alternada avermelhada. Uma característica dos fabricos flamengos de Bruges é a utilização de um espesso engobe branco recobrindo o exterior da peça, antes da aplicação do vidrado verde, quiçá numa tentiva de ocultar a coloração vermelha da pasta, procurando deste modo "imitar" mais proximamente os fabricos do tipo "Francês Muito Decorado" (Verhaege, 1987, p. 207).

A temática decorativa representada caracteriza-se por motivo de "cachos de uva" e a aplicação de faixas a roletilha cobrindo a totalidade da peça. Tendo sido produzidos na cidade da Flandres entre os finais do séc. XIII e a primeira metade do séc. XIV, sendo conhecidos outros exemplares na cidade em contextos

contemporâneos da Praça da Figueira (Silva, 2015, p. 179) e Rua do Ouro (ibidem, p. 180).

Grupos VII) Fabricos hispanos
A estas produções provenientes do Norte da Europa associam-se alguns fragmentos de peças vindas de Espanha (Figura 4 – 18 e 19).
As produções valencianas, à semelhança daquelas identificadas no momento II, mostram pasta de cor laranja pálido (5YR 7/6), compacta, com muitos grãos de cerâmica moída, elementos ferromagnesianos e pequenos quartzos hialinos e leitosos.
As superfícies exteriores mostram revestimento em vidrado de estanho, espesso mas pouco brilhante, decorada em técnica de "Verde e Castanho", com uso de óxidos de cobre e manganês, a qual enquadramos nos meados do século XIV (Gutiérrez, 2000, pp. 30-31).
Acompanhando esta encontramos um fragmento de outra taça, revestida a esmalte de estanho e decorada com um padrão reticulado em tom de azul-cobalto. Embora a porção seja reduzida é possível associar este exemplar a produções comuns ao levante espanhol conhecidas como "Blue on White" e datáveis igualmente do século XIV (Ibidem, p. 32-33).

Grupo VIII) Produções locais
Junto com as cerâmicas de importação encontravam-se vários fragmentos de cerâmica comum (fosca) de produção local, com pastas de cor castanha-avermelhada (5YR 4/4 ou 7.5YR 8/4), granulosa e compacta, fracturação irregular, apresentando inclusões de elementos quartozos leitosos e hilianos junto com ferromagnesianos bem distribuidos.
A forma mais comum aqui identificada são os tachos (Figura 4 – 12 e 13) de base plana, de corpo troncocónico, algo convexo separado de bordo recto de lábio semicircular, por inflexão de cariz horizontal. Foram ainda identificados alguns fragmentos de frigideiras, nomeadamente as pegas de rolo com aplique cerâmico de perfil discóide.
Junto com as peças de cozinha estão algumas peças de servir à mesa (Figura 4 – 11), nomeadamente taças de perfil carenado ou hemisférico, junto com alguns fragmentos de pratos-tampa, de perfil troncocónico e fundo em pé anelar. Observa-se assim um acervo comum a uma vivência doméstica dos habitantes da Lisboa quatrocentista e quinhentista (Silva, 2015, pp. 130-135).

Grupo IX) Faunas
Nestes níveis foram ainda recolhidos inúmeros exemplares de fauna de animais vertebrados e invertebrados. O grupo melhor representado é o dos mamíferos, principalmente de vaca, mas também porcos, cabras, ovelhas, cavalos/burros e cães, embora em menor número. Foi ainda identificado um elemento de galo/galinha (Tabela 1). O conjunto dos invertebrados é dominado pelas ostras, cujo estudo se encontra em curso pela investigadora Susana Martinez. A leitura dos dados aponta para o claro domínio dos elementos de vaca, totalizando mais de 60% do total da amostra identificada. Seguem-se os ovinos/caprinos e os suínos com contributos menores (Tabela 1).
No cômputo geral, a representação anatómica aponta para a clara maioria de elementos que compõem o esqueleto axial, como costelas e vértebras de animais de grande porte, mas também uma representatividade bastante expressiva de elementos das patas, nomeadamente segmentos de ossos longos, mas também as extremidades das patas, ou seja, metápodos e falanges (Gráfico 1 e Tabelas 1 e 2). Esta representatividade revela que as colecções têm duas origens, por um lado correspondem às acumulações dos desperdícios de lixeiras domésticas, de onde provém os segmentos de costelas, vértebras e ossos longos. Por outro lado, a representatividade de segmentos de metápodos (metacarpos e metatarsos, Figura 4 – 20) e falanges, bem como a incidência de marcas de corte nesses elementos, correspondem a desperdícios de oficinas de aproveitamento de peles e ossos como matéria-prima para fabrico artesanal. Aliás, a este propósito, convém realçar o facto de, no conjunto da Rua da Prata, estarem muito melhor representadas as 1ª falanges de vaca comparativamente às restantes, o que poderá apontar para o aproveitamento das segundas falanges (e eventualmente das terceiras falanges) para uma determinada actividade artesanal (Gráfico 1 e Tabela 2).

5. INTERPRETAÇÃO DO CONTEXTO MEDIEVAL DE DESCARTE

As infomações recuperadas dos níveis medievais, selados pela ocupação moderna, levantam algumas questões sobre a sua formação e o contexto de onde proveem os materiais dali recolhidos. Cronologicamente o contexto apresenta-se bem balizado, os acervos dali recolhidos integram o universo material dos

séculos XIV-XV, observando-se vários exemplos de cerâmicas de produção local e fabricos importados.
A presença de alguns destes materiais, nomeadamente as importações hispanas e norte-europeias, reflecte a larga rede de relações comerciais que o Reino de Portugal, e a cidade de Lisboa em particular, detinham com o restante continente europeu, a qual ganhou fulgor nos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV durante o renascimento comercial europeu do século XIV. Estes contactos comerciais com o Norte da Europa, nomeadamente Inglaterra, Flandres e, em menor medida, os portos franceses da Normandia e Bordéus, asseguravam a presença de mercadores estrangeiros no porto de Lisboa procurando negociar produtos como couros, azeite, melaços, vinhos, sal e produtos piscícolas, e trazendo em troca produtos texteis e panos, especiarias, metais e armas, vinhos regionais e recipientes cerâmicos (Silva, 2012, p. 289).
As relações comerciais com os restantes reinos ibéricos eram igualmente intensas, com a presença constante de mercadores galegos, castelhanos, cantábrios e catalães, nos portos portugueses, comerciando em algumas das produções locais de peixes fumados e sal, mas também como escalas no seu próprio comércio com o Mundo Atlântico (ibidem, p. 288). Bastante frequentes em contextos lisboetas trecentistas, como o NARC (Gaspar e Amaro, 1997), no Teatro Romano (Fernandes *& alii*., 2008) e Praça da Figueira, Praça do Município, Rua das Pedras Negras e Rua dos Correeiros (Silva, 2015, pp. 178-180). A sua presença neste local evidencia as capacidades e práticas aquisitivas das comunidades locais e os seus hábitos de descarte dos recipientes após a sua eventual quebra.
Pois de facto, de um contexto de descarte se trata, e junto destas peças esteticamente apelativas e financeiramente mais caras observam-se vários recipientes de cerâmica comum, relativos a serviços de cozinha e de mesa, cujas pastas de colorações castanhas-avermelhadas (5YR 4/4 ou 7.5YR 8/4) os colocam nos fabricos das olarias locais. Acompanha-os um conjunto de fauna, principalmente de mamíferos, de espécies domésticas, relacionadas com a alimentação, cuja presença se liga com o abandono das partes não comestíveis e, por outro lado, acumulações de desperdícios de oficinas manufactureiras de aproveitamento das peles, nomeadamente de vacas, e de osso como matéria-prima.
A presença de tais elementos nestes níveis está fortemente ligada com as práticas medievais de tratamento de resíduos domésticos e industriais, os quais seriam descartados predominantemente para a frente ribeirinha ou pelos "regos das imundícies", os vestígios encanados do antigo esteiro da baixa, que terá permanecido visível até ao Reinado de D.Fernando ou D. João I (Silva, 1987, 24-25). Já muito assoreado e limitado no século XIV, na altura da produção destes contextos, estaria ainda assim activo, descendo de Arroios, passando pelas Hortas de São Domingos, entrando na Baixa pela Rua da Betesga, e descendo até ao Tejo, onde desaguava junto à ponte de Morraz (algures na actual rua Rua de São Julião) (ibidem, p. 25).
A observação das características morfológicas da sequência deposicional, tendencialmente horizontal de matriz argilo-siltosa e apresentando tonalidades entre o verde-pálido e castanho-esverdeado, demonstram-se muito similares àquelas observadas em níveis de aluvião embora aqui muito antropizados, o que denota que o seu processo de formação implicou uma exposição constante a um contexto húmido ou a uma linha de água corrente.
Tendo sido já atribuída uma proveniência aos materiais cerâmicos, quer as importações como as produções locais, carece, no entanto, de explicação a proveniência da fauna e sobretudo dos elementos que demonstram manipulação ou transformação com fins industriais. Estes proveem certamente da área envolvente, dos descartes e despejos daqueles que habitavam nas freguesias da Madalena e São Nicolau, e das várias actividades industriais que polvilhavam a Baixa durante a Idade Média.
De facto, a toponímia pré-terramoto apresenta um interessante indício da presença generalizada destas actividades por toda a Baixa com nomes como Beco dos Tanoeiros, Rua dos Curtidores, Rua da Tinturaria, dos Bolseiros, dos Sapateiros (Silva, 2012: p. 281). Muitas destas actividades correspondiam a indústrias transformadoras de produtos orgânicos, como peles, couros, cortiça ou madeira, tendo todas a necessidade de lidar com os resíduos resultantes os quais teriam de ser descartados nas imediações ou na frente ribeirinha. Existiam ainda vários Açougues (Silva, 2012, p. 281) de carne e peixe, os quais produziam igualmente grandes quantidades de resíduos associados ao desmanche das carcaças dos animais ali comerciados, principalmente, conforme os dados revelados pela escavação, bovídeos, os quais poderiam ser descartados nas tercenas, junto ao rio, ou nos canais do antigo esteio.

Devemos ainda considerar a proximidade da Judiaria Grande de Lisboa, supostamente a Sul da Igreja de São Nicolau. Este bairro, já amplamente estudado (Silva, 1900), funcionava quase como uma cidade dentro da cidade, com as suas indústrias e comércio próprio, negociando com os habitantes da restante cidade e cujos habitantes, apresentando uma capacidade aquisitiva acima da média, poderiam obter os fabricos importados identificados neste contexto

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inevitável, o processo de reconstrução pombalina marcou profundamente este edificado e os contextos arqueológicos antecedentes. O processo de reconstrução em si, já muito descrito e analisado, encontra-se aqui claramente repetido, com toda a estrutura do presente edificado assente em profundas e maciças fundações, a construção das quais afectou todos os elementos relativos a faseamentos prévios. Grande impacto tiveram também os aterros executados nesta altura, que, usando uma mistura de elementos dos edificados demolidos, terras resultantes das aberturas de novas fundações e sedimentos provenientes das imediações, procuravam resolver alguns dos problemas intrínsecos da ocupação humana da Baixa, nomeadamente as constantes inundações que derivavam da irregularidade do terreno, e da presença do antigo esteiro do Tejo que, embora encanado, continuava a desaguar as águas provenientes de Arroios e do Rossio (Silva, 1987, 28-29).

Este processo de nivelamento selou a ocupação anterior, um conjunto de estruturas construídas no século XVI, e que se caracterizam por uma longa vida útil, apenas abandonados nos meados do século XVIII. Observam-se, no entanto, evidências de dois momentos distintos de construção, caracterizados por uma complexificação e compartimentação do espaço, o que denota a contínua e mutável ocupação moderna da Baixa Lisboeta.

Será este mesmo processo de contínua evolução da malha urbana que terá levado a selar e urbanizar o presente lote, que, até ao século XV, se apresentava livre e usado como local de descarte de lixos locais. De facto, historigraficamente este processo pode ser englobado na contínua urbanização da baixa e nas reformas impostas no reinado de D. Manuel, entre finais do XV e inícios do XVI, com o encanamento do que restava dos antigos esteios e canais que corriam á vista aberta nas ruas de Lisboa, e o empedramento de alguns dos arruamentos, procurando-se, assim, aumentar a higiene e salubridade da via pública.

Os contextos de descarte identificados nos níveis medievais apresentam-se como um interessante contributo para o estudo da Lisboa Medieval dos séculos XIV e XV, evidenciando não só os contactos comerciais que os seus habitantes detinham com o Mundo Atlântico e Mediterrânico, mas também contribuindo com dados para os hábitos de tratamento e descarte de lixos orgânicos derivados de indústrias ou contextos de abate e desmanche de animais, e dados particulares sobre a composição e natureza dos animais que eram trazidos para a cidade de Lisboa com vista a abastecer as necessidades dos habitantes e oficinas locais.

Em suma, a intervenção do sítio da Rua da Prata 221-231 e Rua dos Correeiros 58-68 contribuiu com um conjunto de dados muito interessante sobre a evolução da ocupação humana desta área particular da cidade, desde o séc. XIV até à actualidade, permitindo uma melhor compreensão da evolução urbanística da cidade de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Luís Filipe, ALMEIDA, Isabel Moitinho, ANGELUCCI, Diego (2006) – A Encosta de Sant'Ana antes de Lisboa: uma abordagem geoarqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.9, núm.2, pp. 127-156.

BUGALHÃO, Jacinta, GOMES, Sofia, SOUSA, Maria João, (2003) – Vestígios de produção oleira islâmica no núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Arqueologia Medieval*, 8, Lisboa, Edições Afrontamento, pp. 129-191.

BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, Maria João, GOMES, Sofia (2004) – Vestígios de produção oleira no Mandarim Chinês, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, pp. 575-643.

CARITA, Helder (1994) – Bairro Alto e a legislação urbana para Lisboa nos séculos XVI e XVII. *Lisboa Iluminista e o seu Tempo*.Lisboa: UAL.

CASIMIRO, Tânia (2013) – Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística. *Revista Portuguesa de Arqueologia*,16, Lisboa, pp. 351-367.

FRANÇA, José Augusto (1983) – *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. Instituto de Cultura e Lingua Portuguesa, Ministério da Educação.

FERNANDES, Lídia, MARQUES, António, TORRES, Andreia (2008) – "Ocupação Baixo Medieval do Teatro Romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas". *Arqueologia Medieval*,

1º. Porto: Afrontamento e Campo Arqueológico de Mértola, pp. 159-183.

GASPAR, Alexandra., AMARO, Clementino (1997) – "Cerâmicas dos séculos XIII a XV de Lisboa". *La Ceramique Medievalle en Mediterranee, Actes du VI Congres de l´AIECM Aix-en-Provence 13-18 novembre 1995*). Aix-en-Provence: Éditions Narrations, pp. 337-345.

GUTIÉRREZ, Alexandra (2000) – *Mediterranean Pottery in Wessex Households (13th to 17th Centuries)*. BAR British Series 306.

MOITA, Irisalva (1994) – Lisboa no século XVI. In *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.

SEBASTIAN, Luís (2009) – *A produção oleira de faiança em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em História com especialidade de Arqueologia, FCSH-UNL.

SILVA, Augusto Vieira da (1900) – A Judiaria Grande de Lisboa. In *O Archaeologo Português – Colecção illustrada de materiaes e noticias*, 5:11-12, Lisboa: Museus Ethnologico Português.

SILVA, Augusto Vieira da (1987) – *A Cerca Moura de Lisboa – Estudo histórico e descritivo*, Públicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 3.ª ed, Lisboa: Sociedade Tipográfica S.A.

SILVA, Carlos Guardado da (2012) – *Lisboa Medieval – A organização e a estruturação do espaço* urbano, 2.ªed, Lisboa: Edições Colibri.

SILVA, Rodrigo Banha (2015) – *Lisboa 1415 Ceuta – historia de duas cidades*, Ceuta: Papel de Aguas.

SILVA, Rodrigo Banha; GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (2011) – O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa). In: *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular – Encontros e Desencontros*, Lisboa: IAP – FCSH-UNL.

VICTOR, Filipe; CALADO, Marco; GUERRA, Sandra; VALONGO, António (2012) – «A importação de cerâmica no Arrabalde Ocidental de Luxbuna. Dados preliminares da intervenção realizada no Hotel de Santa Justa». In: GONÇALVES, Joana, GÓMEZ-MARTINES, Susana, (ed) *X Congresso Internacional Cerâmica Medieval no Mediterrâneo, At Silves e Mértola*, Câmara Municipal de Silves & Campo Arqueológico de Mértola, pp. 711-718.



Figura 1 – Planta da Baixa Lisboeta mostrando a implantação do sítio da Rua da Prata 221-231 e relação com traçado do esteiro na Idade Média.



Figura 2 – Implantação aproximada do sítio na Planta de Tinoco de 1650.



Figura 3 – Foto das estruturas pré-terramoto identificadas no sítio da Rua da Prata 221-231 (autoria José Pedro Machado, ERA Arqueologia, SA).



Figura 4 – Registo do corte Este, onde se observam os estratos silto-argilosos relativos à utilização medieval deste contexto.



Figura 5 – 1) Planta geral da área de intervenção, mostrando as estruturas pré-terramoto; 2) Corte Sudeste, mostrando a sequência ocupacional desde o século XIV à Actualidade (autoria José Pedro Machado, ERA Arqueologia, SA).

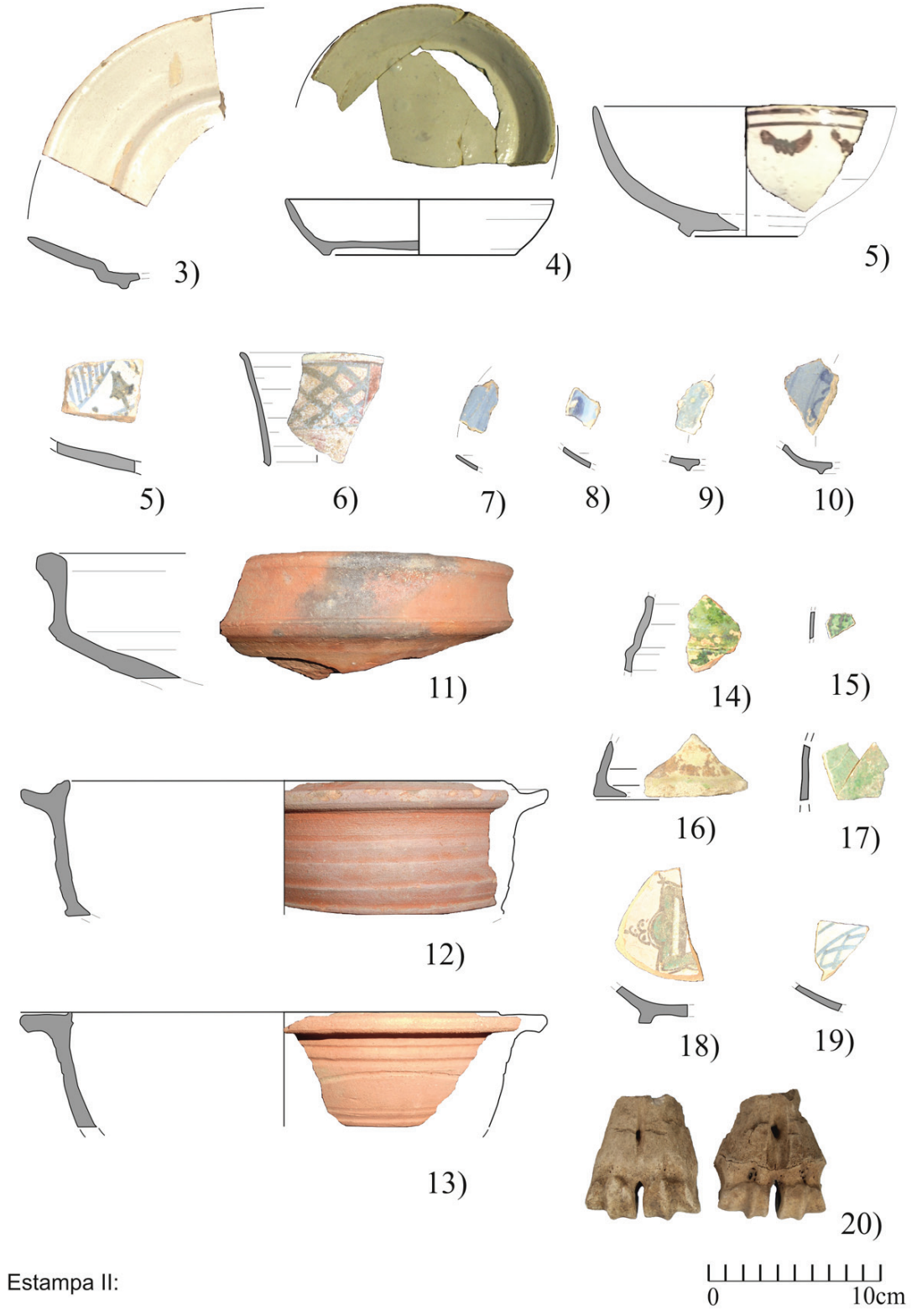


Figura 6 – 1) faiança portuguesa (1, 2) e fabrico do Juncal (3); importações hispanas esmaltadas (5, 7, 8, 9, 10); reflexos metálicos de valência (6); fabricos comuns locais (11, 12 e 13); importações norte-europeias (14, 15, 16 e 17); importações hispanas (18 e 19); metápodos de vaca com marcas de corte (20).

	Nº	% Nº	NMI
Canis familiaris (cão)	2	1,3	1
Equus sp. (cavalo/burro)	6	3,8	2
Sus sp. (porco/javali)	18	11,3	2
Bos taurus (vaca)	97	60,6	4
Capra hircus (cabra)	6	3,8	1
Ovis aries (ovelha)	5	3,1	1
Ovis/Capra (cabra/ovelha)	24	15,0	3
Aves	2	1,3	
Total	160	100	14

Tabela 1 – Número (Nº) total de restos faunísticos e número mínimo de indivíduos (NMI).

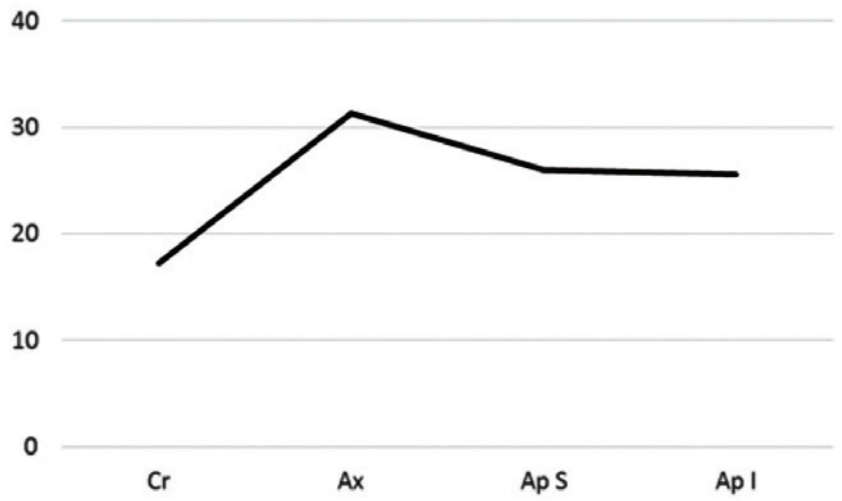


Gráfico 1 – Perfil de representação anatómica. Valores em percentagem (%). Cr – crânio; Ax – esqueleto axial; Ap S – esqueleto apendicular superior; Ap I – esqueleto apendicular inferior.

	Aves	*Canis familiaris*	*Equus* sp.	*Sus* sp.	*Bos taurus*	*Ovis /Capra*	*Ovis aries*	*Capra hircus*
Chifres					9			5
Fragmentos crânio				1	4			
Mandíbula		1	1	6	2	3		
Dentes soltos				1				
Atlas					1	1		
Axis						3		
Escápula			2		2			
Úmero					8	1	2	
Rádio				2	6	8	1	
Ulna	1			3	1			
Rádio+ulna			1					
Carpais					1			
Metacarpo					9	1	2	1
Pelvis				3	1			
Fémur	1			1	1	2		
Tíbia				1	4	2		
Tarsais					4	1		
Metatarso					11	2		
Metapodos					2			
Falange I					22			
Falange II			1		2			
Falange III			1		7			
Total	2	1	6	18	97	24	5	6

Tabela 2 – Representação anatómica das espécies da Rua da Prata.

BREVE APONTAMENTO SOBRE A CERCA ("VELHA") MEDIEVAL DE LAGOS

Ana Gonçalves[1], Elena Móran[2], Ricardo Costeira da Silva[3]

RESUMO

Apresentam-se os resultados obtidos numa pequena intervenção arqueológica realizada no centro histórico de Lagos (Rua 5 de Outubro, n.º 36) que concorrem para aprofundar o conhecimento acerca do sistema muralhado medieval desta cidade. A designada acção de natureza preventiva permitiu identificar e localizar, pela primeira vez, a presença de um fosso que acompanha o pano poente do recinto defensivo. Para além das características formais desta estrutura, expõe-se o contexto estratigráfico registado e o espólio arqueológico associado que permite corroborar cronologicamente o ritmo das acções construtivas relacionadas com a expansão urbanística de Lagos no período renascentista.

Palavras-chave: Lagos (Portugal), Cerca Medieval, Fosso Poente, Cerâmica (séc. XV-XVI).

ABSTRACT

This paper presents the results of a circumscribed archaeological intervention that took place in the historic center of Lagos (Rua 5 de Outubro, n.º 36) which contributes to improve the understanding of the medieval city wall device. In the context of this rescue intervention it was possible to identify and locate, for the first time, the presence of a ditch that follows the west side of the defensive enclosure.

In addition to the description of the formal features of the structure, are also displayed the recorded stratigraphic context and the associated archaeological materials that allows to chronologically corroborate the rhythm of the constructive actions related to the urban expansion of Lagos in the Renaissance period.

Keywords: Lagos (Portugal), Medieval city wall, Ditch, Pottery (15th-16th century).

1. INTRODUÇÃO

A designada Cerca "Velha" implantada na encosta nascente de uma das mais proeminentes colinas de Lagos, concluída no século XIV, delimitava o burgo primitivo desta cidade, conhecido como Vila Adentro. O desenvolvimento urbano deste núcleo leva à construção, em meados do século XVI, de uma nova cerca muralhada ("Nova") absorvendo o alinhamento medieval e motivando a sua paulatina degradação e demolição. Hoje pouco resta desta construção e embora a cartografia antiga nos forneça uma imagem geral da sua configuração, escasseiam as informações concretas sobre a totalidade dos seus elementos constituintes. Entre estes alude-se agora para a presença de um fosso que acompanha o pano poente do recinto defensivo, posto em evidência durante uma intervenção arqueológica preventiva realizada na Rua 5 de Outubro (Figura 1) e cuja existência era, até então, desconhecida.

Tal como outras intervenções arqueológicas em contexto urbano em Portugal, também esta se traduz numa acção de curto alcance e circunscrita à necessidade específica de determinada obra. Raramente estes trabalhos permitem decifrar ou obter uma clara compreensão dos débeis testemunhos postos a descoberto. Neste caso, longe de serem eloquentes, os resultados obtidos contrapõem-se à exiguidade do espaço sondado. Apesar dos dados agora apresentados serem uma "parte sem todo" foi pos-

1. Arkhaios – Profissionais de Arqueologia e Paisagem, Lda; arkhaios@sapo.pt

2. Serviço de Arqueologia Urbana / Câmara Municipal de Lagos; elena.moran@cm-lagos.pt

3. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP); ricardo_silva78@hotmail.com

sível contextualizar e interpretar os vestígios detectados com a área envolvente e enquadrá-los historicamente devido às condições particulares de jazida beneficiadas pela leitura clara da estratigrafia que se encontra selada. Para além do contributo, ainda que restrito, para o conhecimento histórico da cidade, nomeadamente da sua cerca medieval, julgamos ser relevante a publicação de acções arqueológicas que embora de "circunstância" beneficiam os mecanismos de gestão e planeamento urbanístico, nomeadamente na avaliação do risco do subsolo, auxiliando, a montante, os decisores envolvidos no planeamento e apreciação de operações urbanísticas.

2. A CERCA MEDIEVAL DE LAGOS: BREVE ENQUADRAMENTO

Os recintos amuralhados de Lagos (medieval e renascentista) têm concentrado a atenção de vários autores e sido alvo de inúmeros estudos (Cf. a título de exemplo: Rocha, 1991: 89-91; Callixto, 1992: 56; Paula, 1992; Díaz-Guadarmino e Morán, 2008; Parreira 2008; Pereira, 2012 e 2012/2013) que nos dispensam, aqui, de reproduzir informação já sobejamente conhecida.

As referências mais antigas a este núcleo urbano sugerem uma fundação de raiz portuguesa: a doação da «aldeia de Lagos», em 1253, pelo rei castelhano Afonso X ao Bispo de Silves, Frei Roberto (Pereira, 2012: 19; 2012/2013: 138); o foral outorgado a Lagos, por D. Afonso III, possivelmente em simultâneo com o de Silves, em 1266, que legitima a posse da aldeia de Lagos pela Coroa portuguesa (*idem*); e a atribuição de jurisdição independente e do título de vila pelo rei D. Pedro I, em 1361 (Rocha, 1991: 23; Paula, 1992: 354). É, assim, comumente aceite que a fortificação de Lagos tenha tido início ainda no séc. XIII. Embora se desconheça a sua data precisa, é provável que remonte ao reinado de D. Dinis[4] (Pereira, 2012/2013: 139). A construção da fortificação foi demorada, estando em 1332 (no reinado de Afonso IV) ainda por concluir (Rocha, 1991: 90).

Encerrando o núcleo primitivo de Lagos conhecido como Vila Adentro, esta cerca vilã fechava um recinto quadrangular com cerca de 200 x 300 metros (Rocha, 1991: 89-91) que contava, provavelmente, com cinco portas (Paula, 1992: 151).

Paulatinamente, o perímetro da Cerca Velha torna-se exíguo para albergar os numerosos fogos que cresceram como arrabaldes do burgo. Será já com D. Manuel I, que concede novo foral a Lagos em 1504, que se iniciará a expansão urbana, com a construção de edifícios públicos e o enobrecimento da vila (Pereira, 2012/2013: 143). O desenvolvimento económico de Lagos, o aumento demográfico e as limitações de uma muralha ao modo antigo incapaz de albergar novos dispositivos de artilharia tornaram necessária a construção de um novo perímetro defensivo, que abrangesse os diversos núcleos urbanos e protegesse eficazmente a zona portuária. O plano global desta segunda cerca muralhada, conhecida como Cerca Nova, foi traçado entre 1553 e 1555, pelo Arquitecto Régio Miguel Arruda (Pereira, 2012/2013: 156, nota 66). O novo sistema defensivo, cuja edificação terá sido impulsionada a partir do reinado de D. João III (Pereira, 2012: 61-62), veio delimitar o núcleo primitivo medieval, a zona ribeirinha e a zona alta da vila, integrando ainda a colina da Igreja de São Sebastião, de acordo com o observado na planta do seu projeto que se encontra no Arquivo Militar de Estocolmo (*idem*: 639). A construção da cerca renascentista estimula a progressiva demolição da anterior estrutura defensiva, nomeadamente dos panos norte e poente que não são absorvidos no novo alinhamento. Para além disso, o desgaste dos tempos, o estrago dos Homens e o forte impacto que o sismo de 1755 terá tido em Lagos (Rocha, 1991; Costa e Abreu, 2005; Almeida *et alii*, 2006) encarregaram-se de apagar, quase por completo, os vestígios da cerca medieval. Muito embora o seu traçado surja representado na planta do projeto da cerca quinhentista (atrás mencionado) e reproduzido nos desenhos de Alessandro Massay (Figura 2), do primeiro quartel do século XVII, e na cópia que, em meados do século XVII, Leonardo de Ferrari fez de um original mais antigo (Sánchez Rubio *et alii*, 2004: espec. 67), não existem informações que permitam reconstituir os elementos que se encontram omissos na cartografia antiga (torreões, portas, fossos…).

3. INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA RUA 5 DE OUTUBRO, N.º 36: CONTEXTO ESTRATIGRÁFICO, FOSSO E ESPÓLIO EXUMADO

A área em estudo encontra-se localizada entre as duas cercas de Lagos: intramuros à Cerca Nova mas extramuros à Cerca Velha (Figuras 1 e 2). Os traba-

4. Conforme se depreende das Memórias Paroquiais, vol. 19, nº 24ª, pp. 117-136 [Arquivo Nacional Torre do Tombo].

lhos arqueológicos foram realizados no âmbito do processo de alteração e ampliação de um pequeno edifício de habitação situado na Rua 5 de Outubro, n.º 36 (Freguesia de São Gonçalo de Lagos). Tendo em conta a sensibilidade patrimonial desta zona, foram implementadas medidas preventivas de minimização de hipotéticos impactes da obra sobre o património arqueológico que se consubstanciaram na realização de uma sondagem de diagnóstico de 4m² (2x2m) junto à fachada do edifício voltada para a via pública (Figura 3) e no acompanhamento arqueológico de todas as acções que interferissem no subsolo. Os resultados obtidos procedem desta sondagem que atingiu cerca de 4m de profundidade e permitiu registar a sequência estratigráfica total do local e identificar uma estrutura em negativo (Figura 4). O substrato geológico de natureza calcária encontrava-se talhado e com uma pendente de cerca de 1.40m (cota de 13.40m no topo e 12.00m no nível mais baixo). A característica do corte da rocha sugere a existência de um fosso com orientação paralela ao pano poente da Cerca Velha. A exiguidade da área intervencionada e a sua implantação junto ao limite da via pública impediram uma melhor caracterização desta estrutura. Embora não tenha sido possível definir a extensão total do referido fosso, quer do seu limite superior quer da sua largura ou profundidade máxima, este parece apresentar um perfil em "U". O troço registado corresponde ao seu limite exterior poente, verificando-se que se prolongará sob o traçado da actual Rua 5 de Outubro.

O referido fosso encontrava-se colmatado por vários níveis diferenciados de aterro (Figura 4). Os níveis de aterro mais recentes (compostos pelas u.e.[s] 101, 105, 107 e 108) encontram-se associados aos níveis de construção da habitação contemporânea (edifício existente) que parecem circunscrever-se aos finais do séc. XIX / inícios do séc. XX. Estes sobrepõem-se aos estratos de colmatação do fosso onde se registaram duas realidades estratigráficas distintas: um primeiro nível correspondente à desactivação intencional do fosso composto por terra castanho alaranjada, solta e arenosa (u.e. 111 a 115[5]) que é cortada, superficialmente, por uma pequena fossa detrítica / lixeira (u.e. 110).

A relação estratigráfica desta lixeira constituída por terra castanho escura solta, carvões, fauna mamalógica e malacológica, parece atestar a sua posterioridade relativamente ao enchimento original do fosso. Este dado assume particular relevância pois desta lixeira provém os únicos numismas exumadas na intervenção e que se afiguram como importantes índices cronológicos. A respectiva classificação determina a presença de um Meio-Vintém em prata e de um ceitil, ambos do reinado de D. Manuel (1495--1521). As duas únicas moedas recuperadas reforçam a determinação de uma cronologia para a formação desta lixeira que, por intermédio da sua correlação estratigráfica, pode apoiar a atribuição de uma proposta de datação para a colmatação do fosso medieval. Deste modo, poderá sugerir-se que o depósito detrítico (u.e. 110) terá sido gerado em momento coetâneo ou posterior a D. Manuel – ainda durante a primeira metade do séc. XVI. Por associação e de igual modo, determina-se que o aterro do fosso medieval se tenha realizado em momento necessariamente anterior.

Para além dos dois numismas e de outro tipo de espólio metálico (cavilha em ferro e um dedal e alfinete em bronze), o conjunto cerâmico recuperado neste estrato, apesar de ser em número reduzido, revela uma grande diversidade de produções. Efectivamente, para além do barro vermelho de superfícies foscas (panelas, cântaros ou caçoilas com bordo introvertido – Figura 5, n.º 6) ou vidradas, conta-se a presença de elementos vidrados melados, um fragmento de escudela em faiança e vários fragmentos com superfícies vidradas de coloração verde pertencentes aos típicos alguidares de formato troncocónico e bordo pendente de secção triangular. Para além destes, destaca-se um fundo de uma tigela com superfície interior vidrada de tonalidade melada acastanhada, com decoração a óxido de manganês (Figura 6 – n.º 5) cuja presença se testemunha igualmente nos níveis inferiores e de colmatação do fosso (Fig. 6 – n.º 4). Este tipo de produções encontra paralelos em contextos do século XV e XVI no castelo da vila de Alcoutim (Catarino, 2003: 169 (Est. VI-8, Est. VII-6 e Est. XII-5 e 6), no Poço-Cisterna de Silves (Gomes e Gomes, 1996: 154, fig. 12 e 13) e até nos níveis portugueses da fortaleza de Alcácer Ceguer (Redman e Boone, 1979: 33 e fig. 19-B a E). Tratam-se de produções sevilhanas associadas ao século XV (Amores Carredano e Chisvert Jiménez, 1993: 292), muito comuns entre a baixela de cerâmica domés-

5. Embora se tenham individualizado cinco camadas artificiais (para melhor controle da estratigrafia) durante a intervenção, estas u.e.[s] corresponderão a um mesmo estrato (e acção).

tica, nomeadamente em contextos do último terço do século XV (Lafuente Ibáñez, 2015) e que podem alcançar os meados do séc. XVI (Gutiérrez, 2000: 44-60). Refira-se ainda a presença de um almofariz de perfil subtroncocónico e bordo espessado com "bico" vertedor (Figura 7 – n.º 1) que se deverá enquadrar no mesmo horizonte cronológico e ter igual proveniência andaluza. Esta peça, com pasta de cor creme/amarelada com desengordurantes micáceos e quartzosos de pequena e média dimensão, apresenta evidentes semelhanças com os tipos produzidos em La Cartuja (Sevilha) no século XV (Amores Carredano e Chisvert Jiménez, 1993: 293), sendo já conhecidos noutras regiões do Algarve como Silves (Gomes e Gomes, 1996: 164, fig. 17) e Tavira (Covaneiro *et alii*, 2010: 113) e na praça portuguesa de Alcácer Ceguer (Redman e Boone, 1979: fig. 18-Q).

Por sua vez, o espólio recolhido (exclusivamente cerâmico) nos níveis inferiores (u.e. 111 a 115), de aterro original ou de amortização intencional do fosso da cerca velha medieval, apresenta afinidades com o grupo procedente da lixeira revelando, de igual modo, alguma diversidade de produções. A par das produções de barro vermelho de uso comum com presença maioritária e de algumas produções em pasta branca assiste-se á presença de louças de esmalte estanífero (faianças) provenientes da região andaluza de Sevilha.

A cerâmica fosca de barro vermelho encontra-se representada maioritariamente por louça de cozinha e de mesa. A forma mais representada reporta-se às panelas que surgem com bordo moldurado (Figura 5 – n.º 7) ou cintado (Figura 5 – n.º 8). Regista-se ainda a presença de recipientes de corpo globular e bordo vertical (Figura 5 – n.º 1) que poderão corresponder a pequenos púcaros e caçoilas/tachos (pela fuligem exterior) com carena e estrangulamento do bordo (Figura 5 – n.º 5). Relativamente à louça de mesa, para além de alguns fragmentos de pequena dimensão referentes a abas de pratos, assinala-se a presença de uma taça com lábio boleado destacado por canelura (Figura 5 – n.º 4). Alista-se ainda o fragmento de bordo de alguidar de grandes dimensões com bordo pendente de perfil triangular.

Foram contabilizados vários fragmentos de barro vermelho com superfície interna vidrada (melada), entre os quais se destaca uma sertã com bordo espessado (Figura 6 – n.º 7).

Para além dos fabricos em barro vermelho, adquire alguma expressão no conjunto um tipo de produção em pasta creme ou amarelada, com superfícies alisadas, que poderão corresponder a produtos exógenos, também de proveniência andaluza. Apesar de maioritariamente informes e para além do almofariz já referenciado anteriormente, regista-se a presença de um grande pote de bordo vertical, moldurado, com ressalto interno (Figura 7 – n.º 2). Apresenta semelhanças com os grandes potes, de perfil tendencialmente ovóide, que surgem documentados em Sevilha desde o século XIV até aos inícios do século XVI (Amores Carredano e Chisvert Jiménez, 1993: 280-281 e 305, n.º 34 e 35). Embora surjam igualmente referenciados em Valência, associados ao transporte de azeite, com uma cronologia geral entre o século XIV e XV (Amigues *et alii*, 1995: 351-352 e fig. 2, VI, VIa e VII) deverão, também estes, ter uma origem sevilhana (Amores Carredano e Chisvert Jiménez, 1993: 281, nota 24).

O grupo da cerâmica vidrada encontra-se bem representado. Neste particular, têm preponderância os vidrados melados que surgem lisos sobre a forma de escudelas (Figura 6 – n.º 2 e 3), mas também pintados a óxido de manganês sob a forma de taças e pratos (Figura 6 – n.º 4) como já foi antes referido. Pela singularidade da forma, destaca-se o fragmento de bordo e colo canelado que poderá fazer parte de uma infusa (Figura 6 – n.º 1). Para além dos melados, contabilizam-se vários fragmentos com vidrado de coloração verde pertencentes a grandes alguidares de perfil troncocónico e bordo espessado (Figura 6 – n.º 6).

Por fim, entre o pouco material passível de proporcionar um lastro informativo mais substancial, e além das cerâmicas meladas com pintura a óxido de manganês e os recipientes de pasta creme, assinala-se a presença de faianças também de produção sevilhana. Para além de dois pratos marcados com ônfalo bem saliente[6], enquadrado por ressalto que delimita o fundo (Figura 8 – n.º 4), cuja produção é geralmente apelidada de série "blanca lisa" (como o nome indica apenas revestida por esmalte estanífero de cor esbranquiçada, lisa e sem decoração pintada), registaram-se outros dois fabricos distintos. Um destes encontra-se representado por uma escudela e um fragmento de fundo de prato (Figura 8 – n.º 1 e 2

6. Este modelo é bastante comum em contextos quinhentistas no Porto (Barreira *et alii*, 1998: 152, fig. 13; Dórdio *et alii*, 2001: 132), em Lisboa (Sabrosa, 2008: 117) ou em Silves (Gomes e Gomes, 1996: 161, fig. 15).

respectivamente) que combina a decoração pintada a azul-cobalto e manganês (ou vinoso). O interior das peças é marcado por listas largas a manganês e dupla listagem a azul. Na face exterior da escudela observam-se listas verticais a azul. Esta série ficou conhecida entre os autores anglo-saxónicos como "Blue and Purple" ou "Isabella Polychrome" (Goggin, 1968: 126-134; Gutiérrez, 2000: 48) e espanhóis como "azul y morada" e tem uma cronologia de produção estimada entre os finais do século XV e os meados do século XVI. Estas peças encontram-se bem documentadas em território português, nomeadamente em contextos do século XVI. Para além de Silves (Gomes e Gomes, 1996: 174, figs. 25 e 26), podemos mencionar, a título de exemplo, sítios tão distintos como Coimbra (Almeida *et alii*, 2013: 487, fig. 6.5; Silva, 2015: 253) ou as ilhas atlânticas (Sousa, 2011: 245-246). Ainda das oficinas de Sevilha, contemporâneas das "blancas lisas" e sobrevivendo até aos inícios do século XVI[7] (Pleguezuelo e Lafuente, 1995: 228), destaca-se um fabrico caracterizado por apresentar esmalte branco e opaco combinado com um vidrado de coloração verde, ou seja, decorada com metades a branco e verde. Esta série ficou conhecida por "verde de mitades" e na tradição anglo saxónica por "Columbia Plain White and green" ou "Half-dipped White and Green" (Gutiérrez, 2000: 44, fig. 2.26). No lote em apreço, esta produção encontra-se representada por um prato de paredes curvas simples (Figura 8 – n.º 3). Nos últimos anos, este fabrico tem sido reconhecido um pouco por todo o território nacional, com particular incidência da região mais meridional. Para além de Silves (Gomes e Gomes, 1996: 160 e 162) podemos mencionar a título ilustrativo, Coimbra (Silva, 2015: 253), a ilha da Madeira (Sousa, 2011: 254-255, fig. 705), o mosteiro de S. João de Tarouca (Castro, 2009: 252) e a olaria da Mata da Machada no Barreiro (Carmona e Santos, 2005: 15).

Estes conjuntos sevilhanos que se inserem tradicionalmente no grupo mourisco ("Morisco Ware") para além de reflectirem um determinado circuito comercial preferencial, podem assumir características de fóssil-director no esforço de atribuição cronológica destes estratos que, por sua vez, materializam o aterro e consequente anulação do fosso da Cerca Velha de Lagos. Esta situação cria algum embaraço evidenciado pela ampla diacronia de produção que encerram. Como foi exposto, apesar destas séries terem uma maior prevalência durante o séc. XV, continuam a ser produzidas para além dos inícios do séc. XVI. Neste caso teremos de nos secundar na análise estratigráfica, onde assume particular relevância a lixeira identificada (u.e. 110). A presença de duas moedas do reinado de D. Manuel (1495-1521) num nível que corta (é posterior) o horizonte superior do aterro de colmatação do fosso é um indicador seguro no estabelecimento do *terminus post-quem* desta acção. Deste modo, parece-nos possível apontar para que a obliteração do fosso da Cerca Velha possa ter ocorrido durante as primeiras décadas do século XVI, certificando os dados históricos disponíveis e em plena harmonia com o início da construção da Cerca Nova e consequente expansão urbanística da cidade de Lagos durante o período renascentista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção arqueológica aqui apresentada assume particular relevância pela identificação do fosso poente da cerca medieval de Lagos, cuja existência e localização era até então desconhecida. Embora não se encontrem representadas nas fontes cartográficas, é possível rastrear na documentação histórica, nomeadamente em contratos de aforamento de finais do séc. XV (Pereira, 2012/2013: 145-146), a existência de duas alcárcovas ao longo dos panos norte e sul da muralha medieval para drenagem das águas pluviais, sendo a setentrional designada de "*alcárcova do Touril*" (Pereira, 2012: 44-46 e 59). O troço inédito do fosso identificado deverá ser paralelo ao pano poente da Cerca Velha, prolongando-se sob a via pública (Rua 5 de Outubro). Não são hoje visíveis vestígios desta secção da muralha. Porém, analisando a malha urbana actual (Figuras 1 e 3), verifica-se que o traçado da cerca primitiva terá deixado marcas no parcelário urbano. No contrato de aforamento de um tal Fernão Ruiz Neto, datado de 1497 (Pereira, 2012/2013: 145), torna-se notório que a muralha e rua (neste caso na zona sul) terão sido os elementos referenciais de termo e alinhamento das fachadas do casario, constatando-se ainda que a alcárcova se teria transformado em rua (*idem*). Processo idêntico terá ocorrido nos restantes troços

7. Alexandra Gutiérrez (2000: 51) admite que possam ter perdurado até finais do século XVI, tendo em conta o seu aparecimento em contextos arqueológicos norte americanos assim datados.

murários a norte e, como se depreende dos dados aqui analisados, também a poente. Considerando a topografia do terreno, o fosso ou alcárcova poente percorreria, paralelamente ao traçado ocidental da Cerca Velha, a ladeira norte da colina de Santa Maria, especialmente acentuada desde a actual Rua do Adro, o que terá facilitado o escoamento das águas precipitadas até ao fosso norte por onde circulava a Ribeira dos Touros e que desaguava na foz da Ribeira de Bensafrim. Um troço desta alcárcova norte foi já igualmente documentado em escavação arqueológica realizada no edifício da antiga esquadra da PSP em Lagos (Matos *et alii*, 2016).

Dada a limitação da área sondada, confinante com a via pública, não foi possível definir na sua totalidade o contorno do fosso que muito presumivelmente apresentará um perfil em "U". Do mesmo modo, os resultados obtidos não colaboram para a confirmação da sua cronologia de construção que se crê, no entanto, coetânea da fortificação medieval. Para além da descoberta e localização do fosso poente da cerca velha, os dados recolhidos permitem tecer algumas considerações relativas à amortização deste espaço e consequente desenvolvimento urbano da cidade. Como ficou exposto, a análise do espólio recolhido nos níveis de colmatação do fosso sugerem que a desactivação desta estrutura terá ocorrido, seguramente, na primeira metade do século XVI. Conjuntura que se concilia harmoniosamente com os dados históricos e com a construção da Cerca Nova nos inícios da segunda metade do século XVI, fruto da expansão urbanística de Lagos no período renascentista.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J.; COSTA, P. T.; VICTOR, L. A. (2006) – "Sismicidade histórica". *In* VICTOR, L. A. (org.), *Risco Sísmico: Centro Histórico de Lagos*. Centro Europeu de Riscos Urbanos, pp. 19-25.

ALMEIDA, Sara; SILVA, Ricardo C.; DIAS, Vítor; PERPÉTUO, João (2013) – "O lugar da Torre dos Sinos (Convento Velho de S. Domingos), Coimbra: notas para o estudo da formação dos terrenos de aluvião, em época Moderna". *In* TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A. (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, Lisboa: CHAM/FCSH da Universidade Nova de Lisboa, vol. 1, pp. 483-488.

AMIGUES, F.; CRUSELLES, E.; GONZÁLEZ-VILLAESCUSA, R.; LERMA, V. (1995) – "Los envases cerámicos de Paterna / Manises y el comercio bajomedieval". *Actes du 5ème colloque sur la céramique médiévale*. Rabat, pp. 346-361.

AMORES CARREDANO, Fernando e CHISVERT JIMÉNEZ, Nieves (1993) – "Tipología de la cerâmica común bajomedieval y moderna sevillana (ss. XV-XVIII): I, la loza quebrada de relleno de bóvedas". *Spal*, 2, Sevilha, pp. 269-325.

BARREIRA, Paula; DORDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo (1998) – "200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII". *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*. Tondela, pp. 145-184.

CALLIXTO, Carlos P. (1992) – *História das Fortificações Marítimas da Praça de Guerra de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal.

CARMONA, Rosalina; SANTOS, Cátia (2005) – *Olaria da Mata da Machada: cerâmicas dos séculos XV-XVI*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.

CASTRO, Ana Sampaio (2009) – *Cerâmica Europeia de Importação no Mosteiro de S. João de Tarouca (séculos XV--XIX)*. Dissertação de Mestrado (policopiado), Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

CATARINO, Helena (2003) – "Cerâmicas da Baixa Idade Média e de inícios do período moderno registadas no castelo da vila de Alcoutim*., Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo* (Tondela, 1997), Porto, pp. 161-177.

COSTA, Alexandra; ABREU, Maria da Conceição (org.) (2005) – *1755 Terramoto no Algarve*. Faro: Centro Ciência Viva do Algarve.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra; LOPES, Gonçalo (2010) – "Importações cerâmicas de Tavira na Baixa Idade Média". *Arqueologia Medieval*. Porto. Edições Afrontamento. 11, pp. 113-120.

DÍAZ-GUARDAMINO, Marta; MORÁN, Elena (2008) – *Entre muralhas* e *templos: A intervenção arqueológica no Largo de Santa Maria da Graça, Lagos (2004-2005),* Lagos: Câmara Municipal.

DÓRDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo; SÁ, Anabela (2001) – "Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da Arqueologia", *Itinerário da faiança do Porto e Gaia*, Museu Nacional de Soares dos Reis: Lisboa, pp.117-66.

GOGGIN, John (1968) – *Spanish majolica in the New World: types of the sixteenth to eighteenth centuries*, Yale University Publications in Anthropology, n.º 72, New Haven.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1996) – "Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do poço-cisterna de Silves", *Xelb*, vol. 3, pp. 143-205.

GUTIÉRREZ, Alejandra (2000) – *Mediterranean Pottery in Wessey Households (12th to 17th centuries)*. Oxford: British Archaeological Reports, 306, pp. 17-73.

LAFUENTE IBÁÑEZ, Pilar (2015) – "Cerámica mudéjar sevillana hallada en la excavación del solar n.º 16 de la calle

Cervantes de Coria del Río (Sevilla, España). Los materiales del pozo B". *In* GONÇALVES, M. J.; GÓMEZ-MARTÍNEZ, S. (Eds.), *Proceedings of 10th International Congress on Medieval Pottery in the Mediterranean (Silves/Mértola, 2012)*. Câmara Municipal de Silves & Campo Arqueológico de Mértola, pp. 285-290.

MATOS, Cidália; GONÇALVES, Ana; MORÁN, Elena (2016) – *Edifício da antiga esquadra da PSP em Lagos. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos – Campanha de 2015 (20 de Abril a 20 de Maio)*, ARKHAIOS: Évora, (policopiado).

PARREIRA, Rui (2008) – A propósito dos recintos amuralhados de Lagos, *As Muralhas de Lagos*. Reedição fac-similada do Boletim n.º 104 (1961) Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lagos: Câmara Municipal de Lagos.

PAULA, Rui (1992) – *Lagos, Evolução Urbana e Património*, Lagos: Câmara Municipal de Lagos.

PEREIRA, Daniela (2012) – *A Evolução Urbanística de Lagos (séculos XV-XVIII)*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, Faro.

PEREIRA, Daniela (2012/2013) – A evolução urbana de Lagos. *Promontoria*, 10, pp. 137-177.

PLEGUEZUELO, Alfonso; LAFUENTE, M. Pilar (1995) – Cerámicas de Andalucía Occidental (1200-1600). Christopher Gerrard; Alejandra Gutiérrez; Alana Vince, *Spanish medieval ceramics in Spain and the British Isles (Cerámica medieval española en España y en las Islas Británicas)*. Oxford: Tempos Reparatum (Bar Internacional series, 610), pp. 217-244.

REDMAN, Charles; BOONE, James (1979) – *Qsar es-Seghir (Alcácer Ceguer): a 15th and 16th century Portuguese colony in North Africa*. Sep. de *Studia*, nº 41-42, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa.

ROCHA, Manuel J. P. (1991) – *Monografia de Lagos*. Faro: Algarve em Foco Editora.

SABROSA, Armando (2008) – As faianças da casa Côrte-Real, Largo do Corpo Santo, Lisboa, *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Câmara Municipal de Tondela, pp. 109-142.

SÁNCHEZ RUBIO, Rocío; TESTÓN NÚÑEZ, Isabel; SÁNCHEZ RUBIO, Carlos M. (eds.) (2004) – *Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche – Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandres y las Índias*, Mérida: Presidencia de la Junta de Extremadura.

SILVA, Ricardo C. (2015) – *O Museu Nacional de Machado de Castro – um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso Castelo Branco*, 2 vols., Tese de doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SOUSA, Élvio (2011) – *Ilhas de arqueologia: o quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII)*, 2 vols., Dissertação de Doutoramento em História Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.



Figura 1 – Localização da intervenção no centro histórico de Lagos (sobre base do Google Earth) com indicação do traçado hipotético da cerca medieval (a amarelo) e da muralha renascentista (a vermelho).



Figura 2 – Localização da intervenção na planta das muralhas de Lagos de Alexandre Massay. Descrypção do Reyno do Algarve, 1621. Museu da Cidade de Lisboa.



Figura 3 – Localização de pormenor do empreendimento (Rua 5 de Outubro, 36) e da sondagem 1 em excerto da planta topográfica de Lagos, com sinalização do alinhamento hipotético da cerca medieval (a cinza).

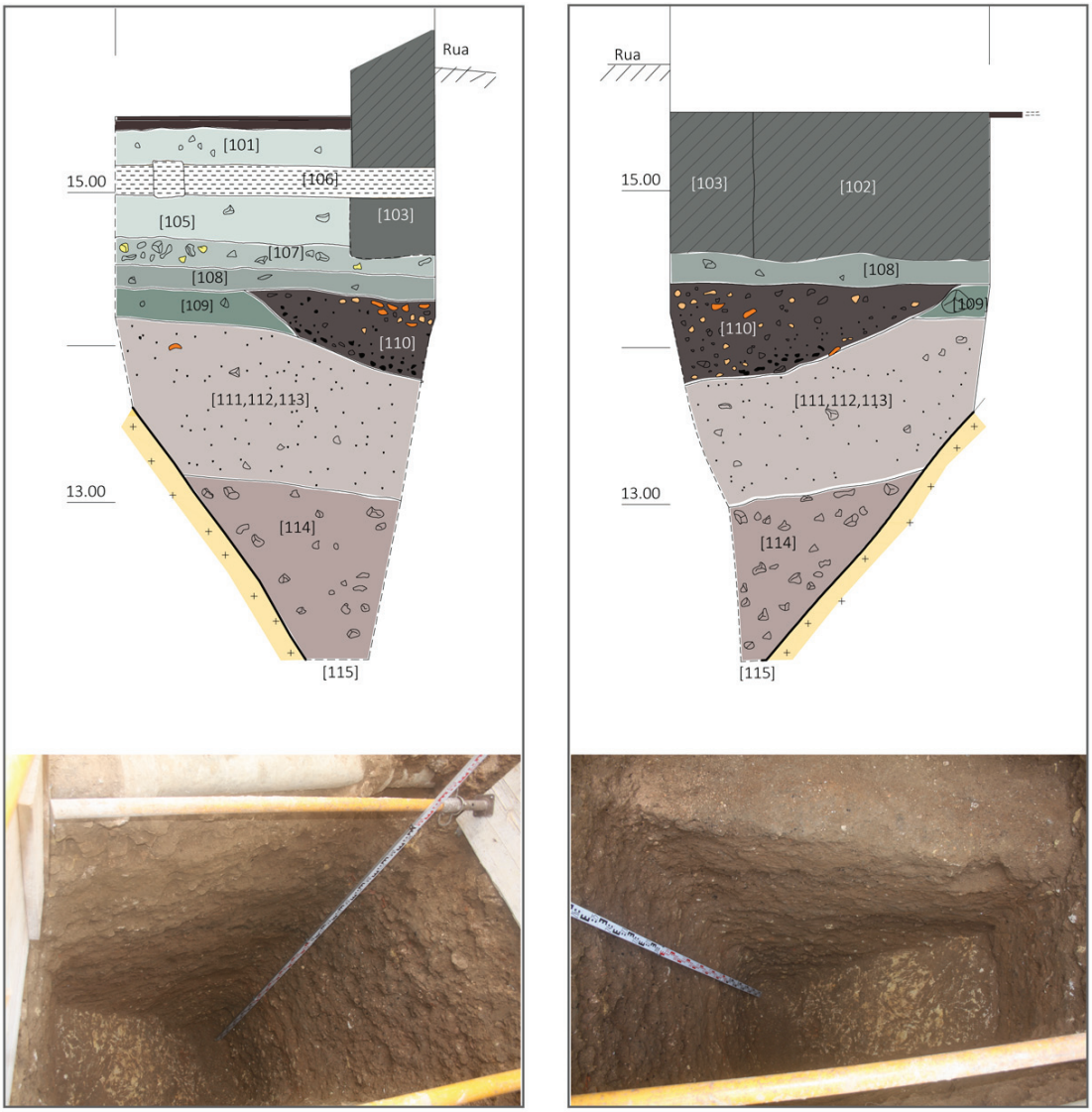


Figura 4 – Perfis estratigráficos da sondagem 1. À esquerda, perfil norte e à direita, perfil sul.

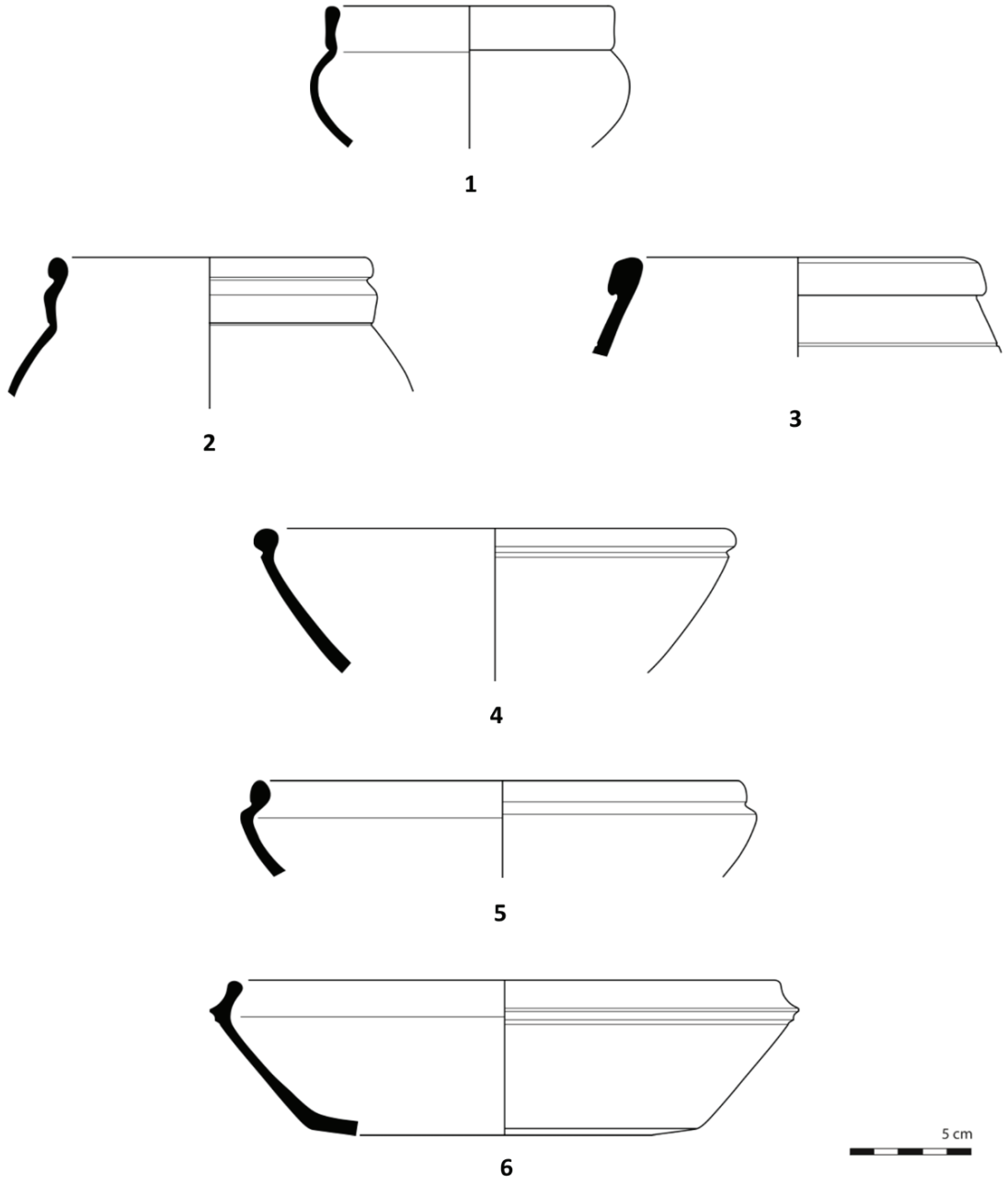


Figura 5 – Cerâmica doméstica comum. (Desenhos de Sara Almeida).

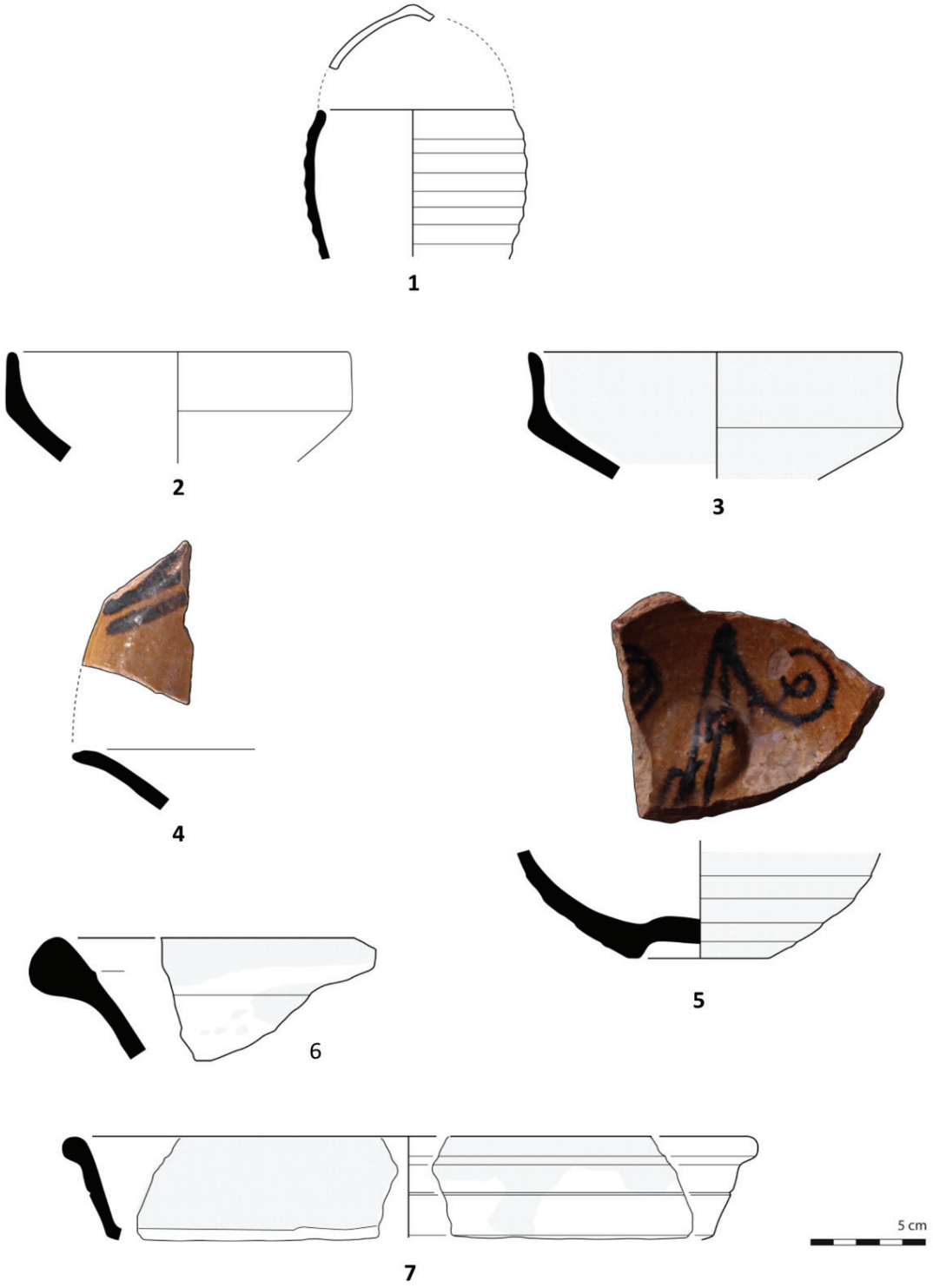


Figura 6 – Cerâmica com superfícies vidradas. (Desenhos de Sara Almeida).

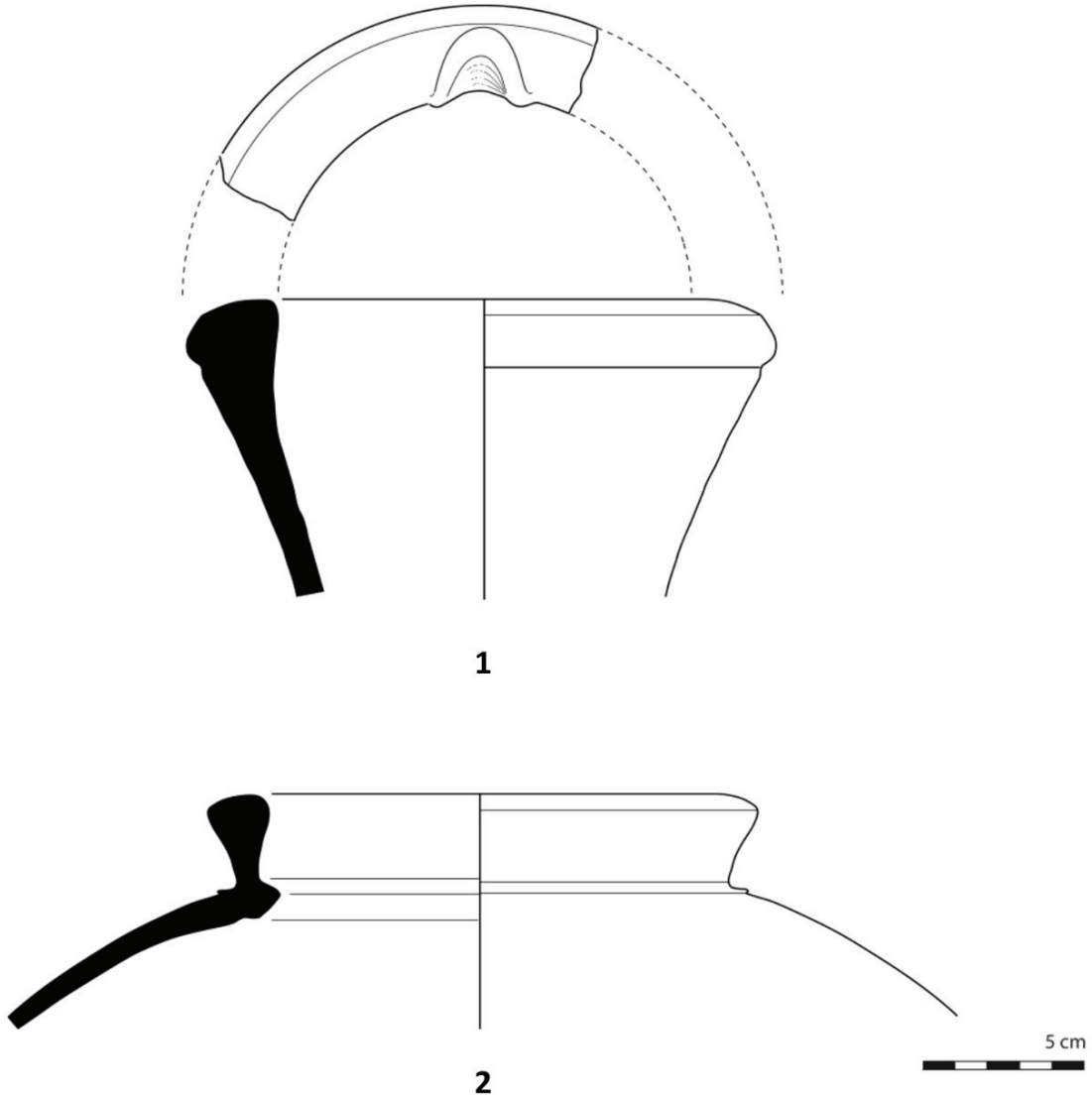


Figura 7 – Cerâmica comum importada. (Desenhos de Sara Almeida).

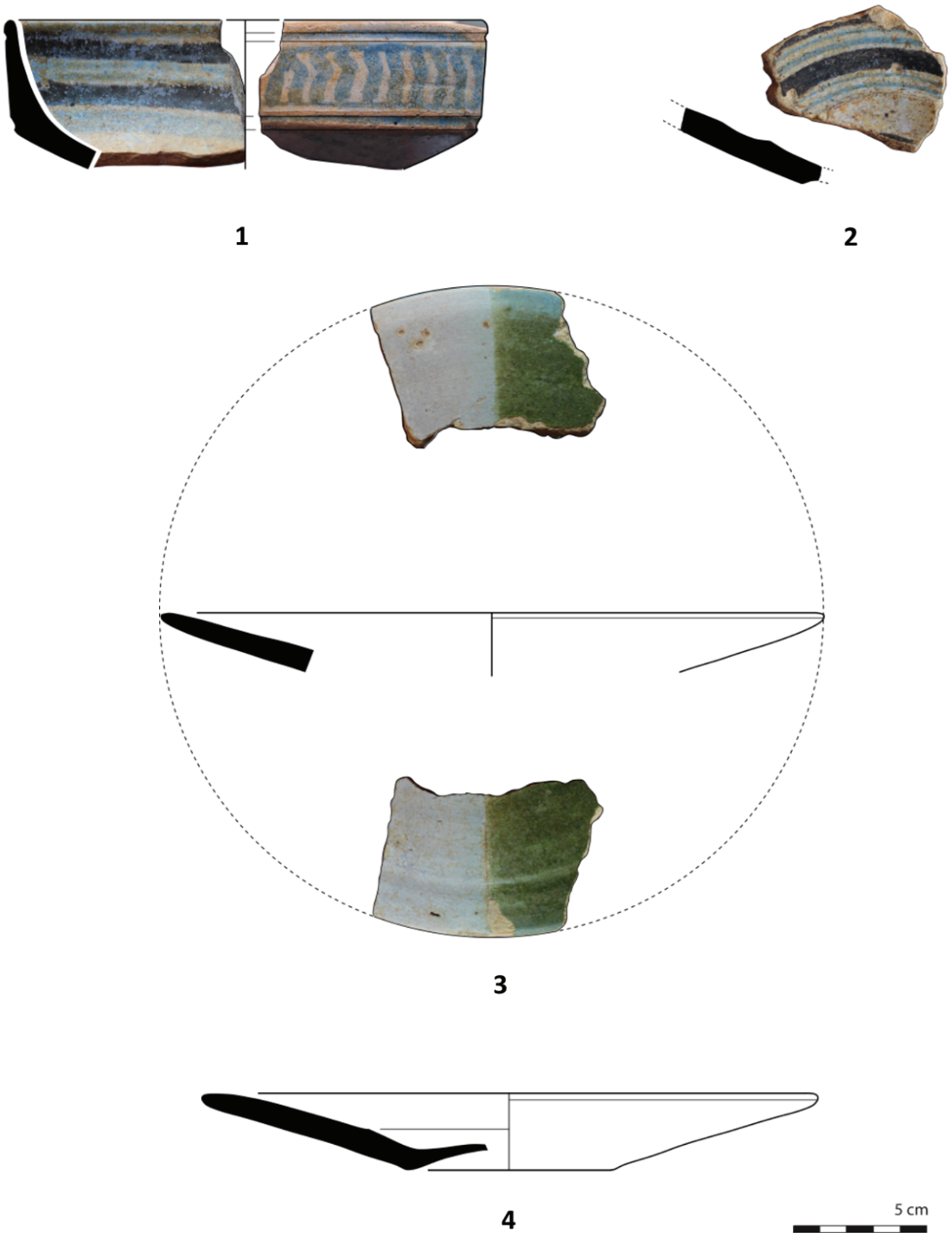


Figura 8 – Produções sevilhanas. (Desenhos de Sara Almeida).

AVEIRO EM QUATROCENTOS: EVIDÊNCIAS MATERIAIS DE UM PERÍODO (AINDA) POUCO CONHECIDO JUNTO AO MOSTEIRO DE JESUS (AVEIRO, PORTUGAL)

Ricardo Costeira da Silva[1], Sónia Filipe[2], Paulo Morgado[3]

RESUMO

Expõem-se os resultados obtidos numa intervenção arqueológica realizada na Av. Santa Joana em Aveiro, junto à antiga cerca medieval, ao Mosteiro de Jesus e ao antigo bairro das olarias desta cidade. São (ainda) pouco conhecidos os indícios de ocupação humana anterior ao século XVI em Aveiro. Apresenta-se o estudo de uma coleção de cerâmica quatrocentista, exumada em contexto selado, que contribui para aprofundar o conhecimento dos aspectos morfo-tipológicos deste material. Por outro lado, a análise do contexto do achado, proveniente da colmatação de fossas abertas directamente no substrato geológico, suscita outras questões e permite a reflexão e interpretação mais sustentada deste tipo de estruturas que têm presença regular nas intervenções urbanas realizadas nesta cidade.

Palavras-chave: Aveiro, Arqueologia de salvaguarda, Época medieval/moderna, Bairro das Olarias, Cerâmica.

ABSTRACT

Here are presented the results of the archaeological intervention carried out in Av. Santa Joana in Aveiro, located next to the old medieval city fence, to the Monastery of Jesus and to the old quarter of potteries. Evidences of human occupation prior to the 16th century in Aveiro are (still) few and insufficiently known. We display the study of a set of 15th century pottery, recovered in a sealed context, which contributes to improve the knowledge of the morpho-typological aspects of this material. On the other hand, the analysis of the discovery context, corresponding the filling of open cesspits directly on the geological substrate, raises other questions and allows a more sustained reflection and interpretation of this sort of structures that are a common presence in the interventions carried out in this city.

Keywords: Aveiro (Portugal), Rescue Archaeology, Medieval/Modern Period, Quarter of potteries, Pottery.

1. INTRODUÇÃO

O conhecimento que temos acerca das origens do aglomerado urbano medieval de Aveiro é, em certa medida, nebuloso dada a escassez de fontes escritas e demais elementos histórico-arqueológicos. A vila que a partir do séc. XV se destacaria pela sua intensa actividade comercial parece ter tido uma existência muito modesta até essa altura (Silva, 1991: 13). O seu posicionamento geográfico e estratégico junto ao mar (Morgado, 2016: 42) e na confluência de várias linhas de circulação terá contribuído significativamente para o desenvolvimento desta vila de apogeu tardio. Numa primeira fase, a partir do séc. XIV, aliado à exploração e comércio de sal ou à captura e transformação do pescado. Posteriormente, a partir do séc. XV, articulando a crescente actividade portuária com o surto comercial transforma-se numa

1. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP); ricardo_silva78@hotmail.com

2. Reitoria da Universidade de Coimbra; Gabinete para as Novas Instalações; smjfilipe@gmail.com

3. Geobiotec, Universidade de Aveiro; pmorgado@ua.pt

vila marítima e mercantil com papel relevante durante o período da expansão ultramarina. É neste seguimento, que nos inícios do século XV (1413) e por iniciativa de D. João I se inicia a construção da muralha que iria cercar a urbe (Silva, 1991: 27) e alterar o carácter da vila, individualizando o espaço intramuros (comercial e portuário) do arrabalde (mais tradicional e rural).

O território de Aveiro, nomeadamente o seu espaço urbano, não tem sido alvo privilegiado de projectos de investigação arqueológica. Esta situação é atenuada, nos últimos anos, pelos trabalhos desenvolvidos pelo antigo Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS) em torno de embarcações tardo-medievais e modernas na Ria de Aveiro (Alves *et alii*, 1998) e por pontuais trabalhos de natureza preventiva e de diagnóstico que, ainda assim, se mostram insuficientes para caracterizar com fundamento este espaço charneira entre a terra e o mar. Esta situação poderá ser um dos factores que tem contribuído para a escassez ou mesmo inexistência de registo arqueológico em Aveiro conformado em período anterior ao séc. XVI. Neste particular devemos mencionar os resultados das primeiras datações atribuídas a Ria de Aveiro A que apontam para um naufrágio ocorrido em meados do século XV (Alves *et alii*, 1998: 185). No entanto, algumas inconsistências entretanto reveladas levaram à repetição das análises por radiocarbono e a considerar-se um intervalo cronológico mais amplo, entre a segunda metade do século XV e a primeira metade do século XVII (Carvalho e Bettencourt, 2013: 742-743). De igual modo, numa pequena intervenção realizada na Rua de Homem Cristo Filho foi identificado um contexto arqueológico que se encontra delimitado entre os finais do séc. XV e as primeiras décadas do séc. XVI (Barbosa, Casimiro e Manaia, 2008). Estes serão mesmo os únicos locais publicados[4] em Aveiro onde, ainda que com alguma margem de dúvida associada, se poderá eventualmente recuar ao séc. XV. Pelo contrário, nos últimos anos, têm-se somado intervenções que têm exposto uma significativa ocupação do espaço limítrofe à muralha no séc. XVI e que demonstram uma forte ligação à actividade olárica, nomeadamente à produção de Formas de Açúcar para exportação (Morgado, 2009; Morgado e Filipe, 2009; Morgado, Silva e Filipe, 2013; Silva e Morgado, no prelo).

É neste contexto que adquire particular relevância a intervenção arqueológica recentemente concluída na Av. Sta. Joana, nas imediações do Mosteiro de Jesus e da antiga muralha de Aveiro (Figura 1), que possibilitou o reconhecimento de contextos arqueológicos selados e garantidamente datados da primeira metade do séc. XV e que aqui se dá à estampa.

2. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA AV. STA. JOANA, N.º 30

Os trabalhos arqueológicos aqui retratados estabeleceram-se no seguimento do cumprimento das acções de minimização de impactes arqueológicos e patrimoniais decorrentes da execução de projecto de arquitectura de uma moradia particular na Av. Santa Joana n.º 30[5] (Figura 1). Para além do acompanhamento arqueológico da desconstrução do edifício existente, de cronologia contemporânea, impunha-se sondar, ao nível do subsolo, a área de construção de uma cave. A escavação arqueológica foi realizada em duas fases diferenciadas. Em 2016, numa primeira fase de diagnóstico, efectuaram-se quatro sondagens de diagnóstico. Numa segunda fase, em 2017, devido à detecção de níveis arqueológicos relevantes, procedeu-se à escavação em área da totalidade do espaço ocupado pela dita cave. No final, foi possível sondar uma área total de cerca de 85m² (9,7 x 8,7m) e identificar oito estruturas em negativo (fossas – Figura 2 e 8) de diferentes configurações e que se encontravam colmatadas por níveis diferenciados que possibilitaram, em grande parte dos casos, a recolha de abundante espólio arqueológico. A análise deste mobiliário artefactual, essencialmente cerâmico, permitiu identificar duas fases distintas de ocupação/colmatação das fossas escavadas no substrato geológico. As fossas 1, 2 e 5 terão sido colmatadas durante a primeira metade do séc. XV. As fossas 6, 7 e 8 foram aterradas nos finais do séc. XVI / inícios do séc. XVII. As fossas 3 e 4 não forneceram elementos susceptíveis de se lhes poder atribuir uma datação.

4. Desconhecemos, por não se encontrarem publicadas, se outros trabalhos arqueológicos realizados no centro histórico de Aveiro possibilitaram a identificação de níveis arqueológicos anteriores ao séc. XVI, nomeadamente a intervenção realizada no âmbito da remodelação e ampliação do Museu de Aveiro – Princesa Santa Joana situado no Mosteiro de Jesus cuja fundação se reporta ao período quatrocentista.

5. Foi promotor da intervenção o Eng. Duarte da Rocha.

2.1. Contextos arqueológicos do séc. XV

No extremo noroeste da área intervencionada, a sondagem 1 permitiu traçar a sequência estratigráfica do local. Os níveis superficiais encontram-se associados à utilização mais recente do espaço como logradouro da habitação contemporânea. Este aterro cobria um estrato uniforme cujo espólio, composto essencialmente por Formas de Açúcar e cerâmica doméstica comum (maioritariamente formas abertas – taças), aponta para uma cronologia que deverá acercar-se de finais do séc. XVI. Por sua vez, esta camada de época moderna, assenta no substrato geológico e sela os estratos de colmatação de duas estruturas em negativo – Fossas 1 e 2, de configuração circular (Figura 3A). Estas encontravam-se preenchidas por sedimento argiloso de onde se exumou um conjunto pouco numeroso mas singular de fragmentos cerâmicos (Figura 3B). A análise do lote cerâmico recolhido e a presença, na fossa 2, de uma numisma classificada como ½ real de 10 soldos de D. João I (1385-1433) permitem fixar o momento da anulação destas estruturas na primeira metade da centúria quatrocentista. Tarefa mais delicada será a de atribuir uma funcionalidade para estas estruturas. As fossas abertas directamente no substrato geológico têm sido presença constante e comum noutras intervenções urbanas realizadas nesta cidade (Morgado, Silva e Filipe, 2013; Silva e Morgado, no prelo). Embora enquadradas num período cronológico posterior (séc. XVI / XVII), tem-lhes sido conferida uma relação com a actividade oleira (tratamento, depura ou decantação do barro ou simples entulheira) por se encontrarem geralmente na proximidade geográfica com o antigo bairro das olarias. De facto, na fossa 2, foi identificado junto à base um grande nódulo de argila crua (Figura 3C) que poderá dar consistência a esta linha interpretativa. Apesar disso, a hipotética relação com a produção de cerâmica não é clara. A presença de uma grande mancha com concentração de cinzas, escórias e restos informes de ferro associada à fossa 2, revela que a sua interpretação poderá ser mais complexa. Na verdade, a esta equação deverão coligar-se todos os vestígios identificados como coetâneos deste período inicial quatrocentista. Neste caso, associamos aquilo que designámos por fossa 5 que corresponde a uma vala subrectangular (3,33m de comprimento por 0,60m de largura – Figura 2 e 4A) pouco profunda (0,15/0,20m de profundidade máxima) de onde se exumou um singelo lote cerâmico (Figura 4 B e C) que, como veremos, se poderá adscrever àquele período cronológico. Para além do espólio cerâmico, adquire aqui maior representatividade uma tal abundância de escória de ferro que somos impelidos a apontar a presença de uma fundição local. São visíveis algumas amálgamas de cerâmica congregada com escória (Figura 4D) e identificou-se aquilo que parece ser o fragmento de uma tubeira cónica em cerâmica (Figura 4E e Figura 7 – n.º 8) e que atestam a prática de actividade metalúrgica. Apesar de não terem fornecido quaisquer elementos cerâmicos, somos tentados a relacionar as pequenas depressões que constituem as fossas 3 e 4 a uma função de apoio à redução de metal perante a igual ocorrência de escórias. Porém, os vestígios que subsistiram são insuficientes para que se possa caracterizar a natureza concreta destas estruturas associadas à prática metalúrgica. Embora não se tenham recolhido outras evidências dessa actividade, como sejam os moldes de fundição ou artefactos de metal em processo de fabrico, devemos considerar, sem grande margem de dúvida, a presença de uma área de fundição/redução de metal. Na área limítrofe, não escavada, poderá vir a encontrar-se a solução deste problema com a identificação de novas estruturas, não sendo para já de descartar a possibilidade de podermos também estar na presença de uma oficina de forja de ferreiro. O único dado certo, até ao momento, é estarmos perante contextos arqueológicos que se enquadram na primeira metade do séc. XV.

2.1.1. Cerâmica quatrocentista

Dos contextos quatrocentistas referidos, nomeadamente nos níveis de colmatação das fossas 2 e 5, recolheu-se um conjunto de peças cerâmicas singulares no panorama geral da cidade de Aveiro, no que nos é dado a conhecer até ao momento.

Do conjunto destaca-se imediatamente a presença de um único fragmento em pasta rosada depurada e coberta por esmalte estanífero proveniente da fossa 2. Trata-se de um fragmento de escudela oriunda da área de influência de Valência com decoração a azul (flores e pontos) sobre branco estanífero (Figura 5 – n.º 13) cuja produção se reporta à 2ª metade do séc. XIV e primeiras décadas do séc. XV (Ruiz Gil, 1999: 268; Coll Conesa, 2009: 77-79).

Exceptuando este exemplar, o restante lote é composto por cerâmica comum torneada de superfícies foscas, onde facilmente se assinalam dois grupos de fabrico distintos. Um é composto por louça de barro

vermelho, com pastas medianamente compactas, com inclusão de elementos não plásticos de pequeno e médio calibre bem distribuídos. A sua cozedura terá ocorrido em ambiente oxidante, como se certifica pela tonalidade vermelha – alaranjada das pastas, embora se vislumbre, em algumas peças, a presença de manchas escuras na superfície exterior, fruto das alternâncias de temperatura durante esse processo. O outro grupo é formado por elementos com pastas de tonalidade acinzentada (acusando uma cozedura em ambiente redutor), pouco compactas, com inclusões de pequeno a médio calibre por vezes mal distribuídos, concedendo-lhes por vezes um aspecto muito grosseiro. Ambas as produções evidenciam a presença abundante de mica que aflora à superfície dotando-as de um brilho micáceo.

A fossa 2 forneceu maior quantidade de peças em pasta laranja-avermelhada, sendo predominante a louça de mesa face ao serviço de cozinha. Este surge apenas figurado numa sertã de lábio pendente e superfície interior polida (Figura 5 – n.º 12) e uma tampa com provável pedúnculo central (Figura 5 – n.º 9). Relativamente à louça de mesa registam-se, para o consumo de sólidos e semissólidos, os pratos com bordo espessado (Figura 5 – n.º 10 e 11) e uma pequena taça com bordo digitado (Figura 5 – n.º 8). Na ingestão de líquidos assiste-se a uma supremacia dos pucarinhos de duas asas com pé "tipo bolacha" (Figura 5 – n.º 5 e 7) face a um único exemplar de copo tulipiforme (Figura 5 – n.º 4). Poderá considerar-se aquela forma como típica dos contextos baixo-medievais, que entra em desuso a partir da 1ª metade do séc. XVI. A título de exemplo, encontra-se referenciada em Coimbra ao longo de todo o séc. XV (Silva, 2015: 273- 275), em Lisboa desde a 2ª metade do séc. XII-XIII (Gomes *et alii*, 2005: 224 e fig. 10, n.º 3 e 4; Gaspar *et alii*, 2009: 657, fig. 9, n.º 5) e em Évora em níveis do séc. XIV (Teichner e Schierl, 2009: 981, fig. 4, n.º 1 e 2). Os cântaros dominam o serviço de armazenamento, transporte e serviço de líquidos. Regista-se a presença de dois modelos distintos: os cântaros de perfil globular com pé, superfícies externas polidas (por vezes com traços verticais brunidos) e bordo simples com lábio boleado (Figura 5 – n.º 1) e os cântaros com bordo de forma triangular (Figura 5 – n.º 2). As duas variantes encontram-se referenciadas em Coimbra em contextos que cruzam todo o séc. XV e prescrevem na 1ª metade do séc. XVI (Silva, 2015: 276-279). Um outro exemplar incompleto, poderá corresponder a um cântaro (ou bilha) de colo desenvolvido (Figura 5 – n.º 3). Destaca-se ainda, a comparência de um cantil de pequenas dimensões, com corpo piriforme e asas que arrancam abaixo do bordo (Figura 5 – n.º 6).

A louça de pasta cinzenta é minoritária na fossa 2. Destaca-se, desde logo, uma panela de tipologia invulgar com bordo moldurado e asa vertical em cesto que parte do ombro e é reforçada no bordo (Figura 6 – n.º 1). Regista-se ainda a presença de um cântaro (?) com lábio triangular e aparente bico vertedor (Figura 6 – n.º 2) e uma taça com lábio plano e espessado com duas pegas laterais (Figura 6 – n.º 3).

O conjunto proveniente da fossa 5 é maioritariamente composto por peças de pasta acinzentada. Os únicos exemplares em pastas de tonalidade avermelhada correspondem a pequenas partes (bojos e fundos com pé) de cântaros de perfil globular e superfícies polidas já referidas. Neste caso, e ao contrário do lote anterior, predomina a louça de cozinha, essencialmente panelas que se encontram com as superfícies muito queimadas. O modelo dominante ostenta corpo canelado, bordo extrovertido e uma asa que arranca do bordo descarregando sobre o ombro (Figura 7 – n.º 2 a 4). Um outro modelo apresenta colo esvasado de um onde arranca uma asa, encontrando-se por vezes decorado por cintura de excisões na linha que demarca o ombro (Figura 7 – n.º 1 e 5). Foram recolhidos alguns fragmentos com cintas de aplicação plástica que deverão corresponder a grandes potes. Um dos exemplares mais completos mostra um recipiente de grandes dimensões com lábio triangular e duas asas (Figura 7 – n.º 7). Encontra-se decorado combinando os meandros incisos, excisões e aplicação de cordão plástico digitado. Por fim, refira-se a identificação de um púcaro bastante deformado, largo, baixo e com fundo côncavo (Figura 7 – n.º 6).

Relativamente a esta coleção proveniente da fossa 5 e embora não se haja esgotado a procura de paralelos formais, há a assinalar alguma inconsistência nas escassas analogias morfológicas estabelecidas com o material conhecido de contextos teoricamente contemporâneos. Na verdade, os modelos representados (designadamente as panelas) aproximam-se mais das tipologias definidas para o período alto-medieval (séc. XI – XIII) de outros locais geograficamente próximos, nomeadamente Coimbra (Silva, 2015: 173, quadro 23). Esta questão dever-se-á aprofundar em futuros trabalhos.

2.2. Contextos e materiais arqueológicos posteriores (2ª metade do séc. XVI – inícios do séc. XVII)

A intervenção permitiu ainda constatar a presença de uma segunda fase de ocupação, materializada noutras três estruturas em negativo escavadas na argila sedimentar. A natureza do seu enchimento e características do espólio recolhido diferem muito das anteriores. A fossa 6, circular, e as fossas 7 e 8 de formato elipsoidal (Figuras 2 e 8) encontravam-se preenchidas por estratos que forneceram uma abundante coleção de cerâmica. A grande densidade de material cerâmico e a presença significativa de peças deformadas leva-nos a ponderar a possibilidade de se terem conformado como entulheiras na sua derradeira fase de utilização. Não dispomos de elementos que permitam refinar, com todo o rigor, a cronologia de depósito destes aterros. No entanto, tendo em conta os modelos da cerâmica de uso comum (panelas, cântaros, taças e alguidares), que surge a par com as Formas de Açúcar, com paralelo em produções locais e regionais (Alves *et alii*, 1998; Bettencourt e Carvalho, 2008; Carvalho e Bettencourt, 2013; Coelho, 2013) e a louça de mesa de fabrico fino (faianças) pode-se admitir uma formação a partir da 2ª metade do século XVI, podendo alcançar as primeiras décadas do séc. XVII.

Um dos traços comuns constatados nos estratos de condenação destas fossas reside na presença maioritária de Formas de Açúcar em detrimento de outro tipo de recipientes cerâmicos. A elevada percentagem da sua ocorrência (superior a 50%) e a presença sistemática de peças deformadas volta a pôr em evidência o papel de relevo que Aveiro assumiu no ciclo da produção açucareira como centro produtor das Formas de Açúcar, continuando a registar-se a sua ausência em contextos anteriores ao séc. XVI. Os perfis registados (Figura 9 – n.º 2 a 5) integram-se nas tipologias já definidas para este tipo de cerâmica (Morgado, 2009; Morgado, Silva e Filipe, 2013; Silva e Morgado, no prelo).

Para além da cerâmica do açúcar, assumem particular destaque as taças hemisféricas com superfície interior polida/brunida que denunciam algumas variações sobretudo ao nível do bordo que é tendencialmente boleado (Figura 10 – n.º 8 a 11); os pratos de aba soerguida e caldeira cova (Figura 10 – n.º 7); os púcaros com decoração brunida (Figura 10 – n.º 3); as taças modeladas (algumas com pintura a branco – Figura 10 – n.º 4); as panelas com bordo moldurado canelado (Figura 10 – n.º 5); os cântaros de bordo pendente com listas brunidas e alguns decorados com estampilhas (Figura 10 – n.º 6); as candeias de câmara aberta (Figura 9 – n.º 1) e os alguidares com bordo em gancho (Figura 10 – n.º 12). Em menor número, regista-se a cerâmica de pasta branca com revestimento vidrado plumbífero de tonalidade verde e amarelada. Este grupo surge representado maioritariamente por alguidares e alguns fragmentos de pratos, taças, tigelas e escudelas, evidenciando-se uma com duas pegas horizontais polilobadas (Figura 10 – n.º 1). Por fim, com presença muito residual, contabilizam-se alguns fragmentos de pratos, taças e escudelas em faiança lisa branca (poucos com pintura a azul cobalto) e um exemplar de prato com pintura que combina o azul-cobalto e o manganês (Figura 10 – n.º 2), naquilo que se convencionou apelidar de "Isabella Polychrome", proveniente das oficinas sevilhanas.

3. NOTA FINAL

A intervenção arqueológica aqui apresentada assume particular relevância pela identificação de evidências materiais certificadamente quatrocentistas no centro histórico de Aveiro e que, ao longo dos anos, se têm encontrado omissas do registo arqueológico da cidade. A análise do conjunto cerâmico exumado nestes contextos é uma primeira contribuição para o conhecimento dos aspectos morfo-tipológicos deste tipo de material que esperamos se possa aprofundar com a multiplicação de futuros achados. Como se pode observar, a par de modelos de cântaros ou dos pucarinhos de "pé alto", já sobejamente conhecidos noutros locais como Coimbra e Lisboa para este período, coexiste um fabrico de louça mais grosseira, de pasta acinzentada, cujos perfis mais conservadores parecem colher inspiração em peças de datação mais recuada e de tradição alto-medieval.

Ao mesmo tempo, foi possível determinar que o conjunto de fossas associadas a este período (Fossas 1, 2 e 5 – e possivelmente 3 e 4) estará provavelmente relacionado com o processamento metalúrgico. Embora os testemunhos arqueológicos subsistentes não permitam definir a natureza deste estabelecimento, o volume da ocorrência de escórias e cinzas (em conjugação com outros elementos) permite atestar a prática de uma actividade metalúrgica para redução de metal ou de uma oficina de forja de ferreiro.

Mais tarde, entre a 2ª metade do séc. XVI e as pri-

meiras décadas do séc. XVII, o mesmo local é palco de outras actividades produtivas. Surgem, do mesmo modo, outras fossas (6, 7 e 8) de natureza e com características distintas das anteriores mas similares a tantas outras que têm pontuado nas intervenções urbanas realizadas na cidade, nomeadamente na área outrora ocupada pelo antigo bairro das olarias (Morgado, Silva e Filipe, 2013; Silva e Morgado, no prelo). A configuração destas estruturas, a presença significativa de cerâmica deformada entre os conjuntos exumados, a constituição argilosa do substrato geológico onde foram abertas e a sua implantação no seio de uma área de produção intensiva de cerâmica levam-nos a sugerir uma possível relação com a actividade oleira, não se encontrando, porém, ainda determinada a sua função ou funções específicas - tratamento, depura ou decantação do barro ou simples entulheiras?

No entanto, o seu enquadramento cronológico - na transição do séc. XVI para o XVII - coloca-nos outra interrogação. De facto, esta datação entra em confronto com as fontes escritas que apontam para que o bairro oleiro primitivo medieval, na sua origem localizado no interior do espaço amuralhado, junto ao sítio onde, em 1462, se iria instalar o Mosteiro de Jesus (Neves, 2009: 125-126) tenha sido transferido para o exterior da cerca urbana e para a zona sul da cidade (Gaspar, 1997: 143-144) em consequência desta edificação e da pressão exercida pelas freiras daquele mosteiro. Não era portanto expectável que, em momento já avançado, se pudesse testemunhar a prática activa de produção cerâmica em espaço intramuros.

Esta e outras interrogações coligidas por esta intervenção vão de encontro com a natureza intrínseca deste tipo de intervenções em espaço urbano, susceptível de despoletar novas incógnitas. Em todo o caso, os resultados obtidos deverão ser vistos como parte de um processo inacabado e de tentativa de recuperação de memória das gentes e da singular ocupação de Aveiro.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Francisco; RODRIGUES, P.; GARCIA, Catarina; ALELUIA, Miguel (1998), – "A cerâmica dos destroços do navio de meados do século XV Ria de Aveiro A e da zona de Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar." *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 185-210.

BARBOSA, Teresa; CASIMIRO, Tânia; MANAIA, Rodolfo (2008) – "A late 15th century household pottery group from Aveiro (Portugal)", *Medieval Ceramics*, 30, London, pp. 119--138.

BETTENCOURT, José; CARVALHO, Patrícia (2008) – "A carga do navio Ria de Aveiro A (Ílhavo, Portugal): uma aproximação preliminar ao seu significado histórico-cultural", *Cuadernos de Estudios Borjanos*. Borja. L-LI, pp. 257-287.

CARVALHO, Patrícia; BETTENCOURT, José (2013) – "De Aveiro para as Margens do Atlântico – a carga do navio Ria de Aveiro A e a circulação de cerâmica na época Moderna", in *Velhos e Novos Mundos – Estudos de Arqueologia Moderna*, vol. 2, CHAM/FCSH da Universidade Nova de Lisboa, pp. 733-746.

COELHO, Inês P. (2013) – "Muito mais do que lixo – a cerâmica do sítio arqueológico subaquático Ria de Aveiro B-C", in *Velhos e Novos Mundos – Estudos de Arqueologia Moderna*, vol. 2, CHAM/FCSH da Universidade Nova de Lisboa, pp. 757-770.

COLL CONESA, J. (2009) – *La cerámica Valenciana. Apuntes para una síntesis*, Valencia.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana; MENDES, Henrique; PINTO, Paula; GUERRA, Sandra; RIBEIRO, Susana; PIMENTA, João; VALONGO, António (2009) – "Cerâmicas do século XV-XVI da Casa do Governador – Castelo de S. Jorge, Lisboa". *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval*. Ciudad Real-Almagro. Tomo II, pp. 653-672.

GASPAR, J. G. (1997) – "Aveiro na História", in *Aveiro. Apontamentos Históricos*. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.

GOMES, A.; GASPAR, A.; GUERRA, S.; CALÉ, H.; RIBEIRO, S.; PINTO, P.; VALONGO, A.; PIMENTA, J. (2005) – "Cerâmicas medievais de Lisboa – continuidades e rupturas". In BARROCA, Mário; FERNANDES, Isabel Cristina – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Palmela: Câmara Municipal e FLUP, pp. 221-236.

MORGADO, Paulo (2009) – "A Cerâmica do Açúcar em Aveiro na Época Moderna", *Patrimónios*, Série II, n.º 7, Aveiro, pp. 117-142.

MORGADO, Paulo (2016) – "A evolução geomorfológica, a ria de Aveiro, as pessoas e a história", in *Quintas da Ria – Contributos sobre a proteção, valorização e gestão da Ria de Aveiro*. Universidade de Aveiro: UA Editora, pp. 37-45.

MORGADO, Paulo e FILIPE, Sónia (2009) – "O testemunho do passar do tempo e do Homem no registo arqueológico de Aveiro". In *História de Aveiro. Síntese e Perspectivas*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, pp. 47-68.

MORGADO, Paulo; SILVA, Ricardo C. e FILIPE, Sónia (2013) – "A cerâmica do açúcar de Aveiro: recentes achados na área do antigo bairro das Olarias", in *Velhos e Novos Mundos – Estudos de Arqueologia Moderna*, vol. 2, CHAM/FCSH da Universidade Nova de Lisboa, pp. 771-782.

NEVES, Amaro (2009) – "A assistência e as suas Instituições. A fome, a peste e a guerra". In *História de Aveiro. Síntese e Perspectivas*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, pp. 117-126.

RUIZ GIL, José Antonio (1999) – *Arqueología en la Bahía de Cádiz durante la Edad Moderna.* Tesis Doctoral. Universidad de Huelva. Disponible en http://hdl.handle.net/10272/2733.

SILVA, Maria J. V. Marques da (1991) – *Aveiro Medieval*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.

SILVA, Ricardo Costeira (2015) – *O Museu Nacional de Machado de Castro – um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso de castelo Branco*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.

SILVA, Ricardo Costeira; MORGADO, Paulo (no prelo) – "As Formas de Açúcar de Aveiro (Portugal): Estado Actual da Investigação". Revista *AMC – Arqueologia Moderna e Contemporânea*, n.º 2. Funchal: CEAM – Centro Estudos de Arqueologia Moderna Contemporânea.

TEICHNER, Felix; SCHIERL, Thomas (2009) – "A olaria medieval da Porta da Lagoa em Évora (Alto Alentejo, Portugal)". *Actas do VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo*. Ciudad Real – Almagro, tomo II, pp. 975-986.

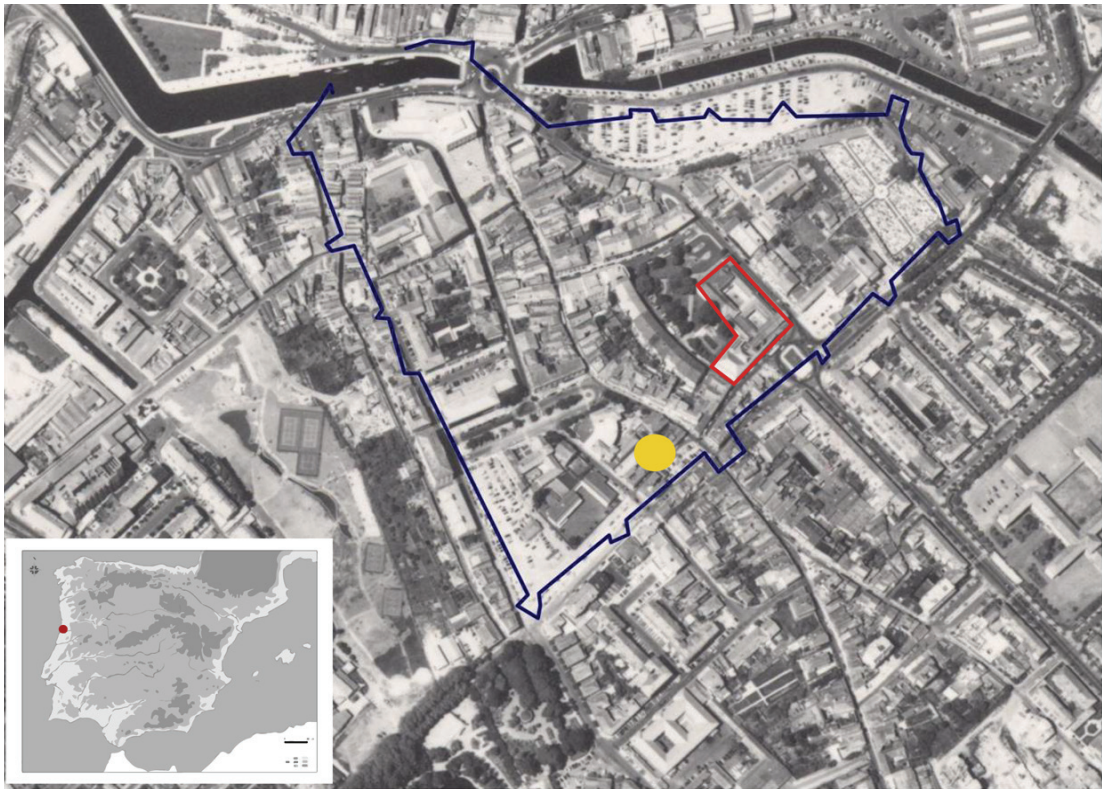


Figura 1 – Vista aérea de Aveiro com demarcação do suposto traçado da muralha da cidade, localização do empreendimento (a amarelo) e do Mosteiro de Jesus (a vermelho).

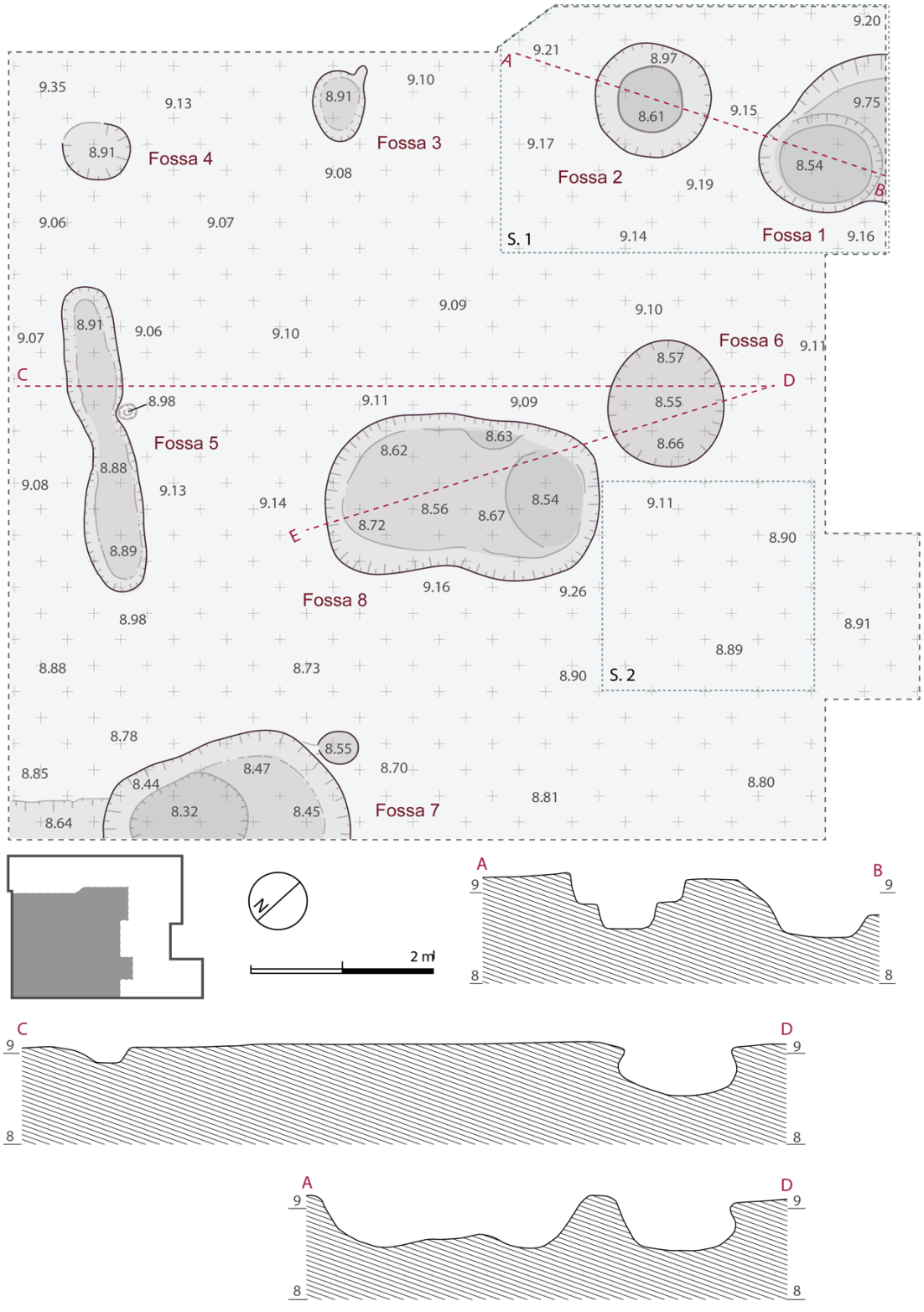


Figura 2 – Planta geral da área intervencionada com identificação e cortes das estruturas. (Desenho de Sara Almeida).



Figura 3 – A: Plano final da sondagem 1: Fossas 1 e 2. B e C: Planos da escavação da fossa 2.



Figura 4 – A: Fossa 5; B e C: Cerâmica proveniente da fossa 5; D: Amálgama de cerâmica congregada com escória; E: Tubeira cónica em cerâmica.

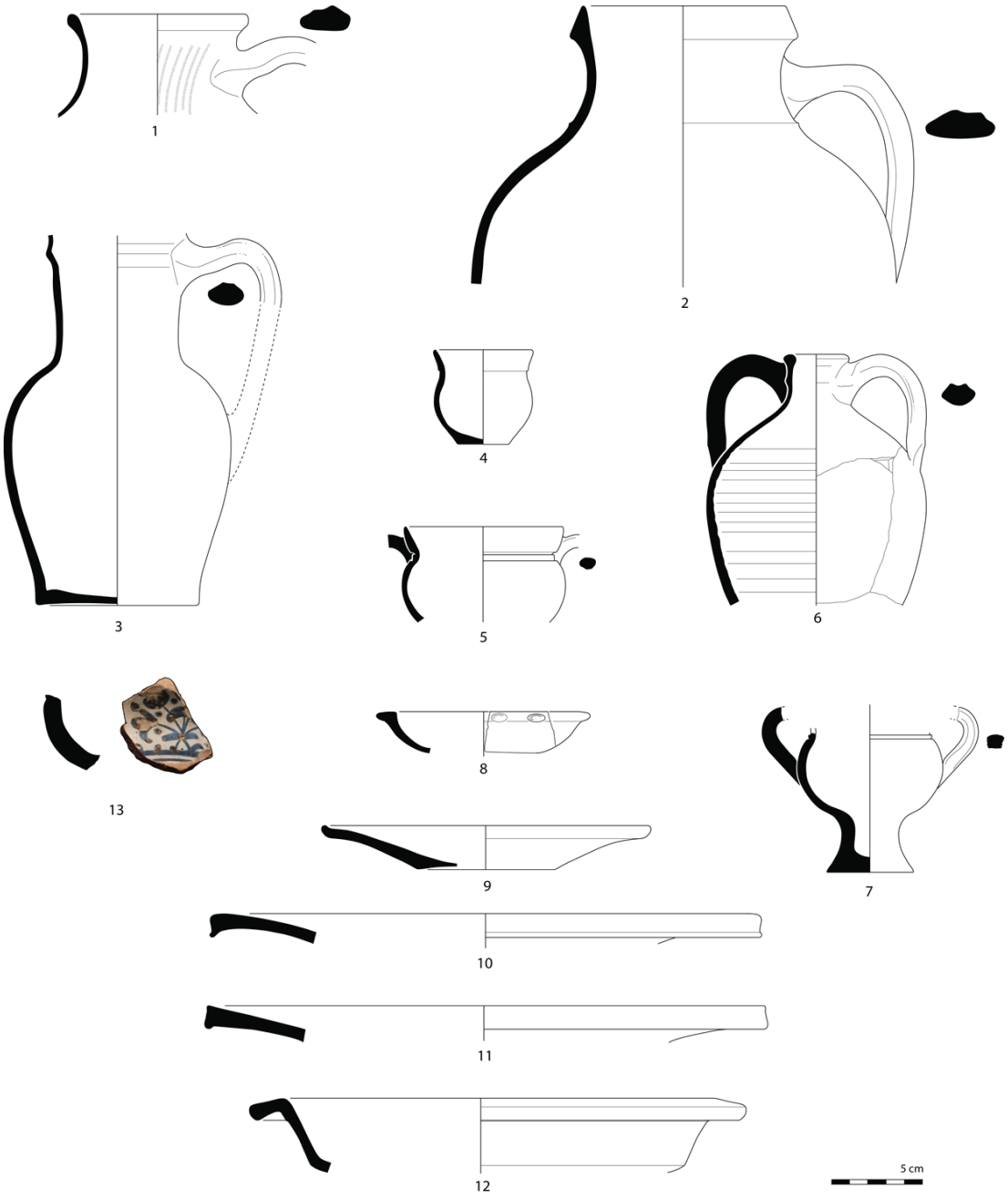


Figura 5 – Cerâmica doméstica comum de pastas vermelhas (n.º 1 a 12) e cerâmica valenciana (n.º 13) proveniente da fossa 2. (Desenhos de Sara Almeida).

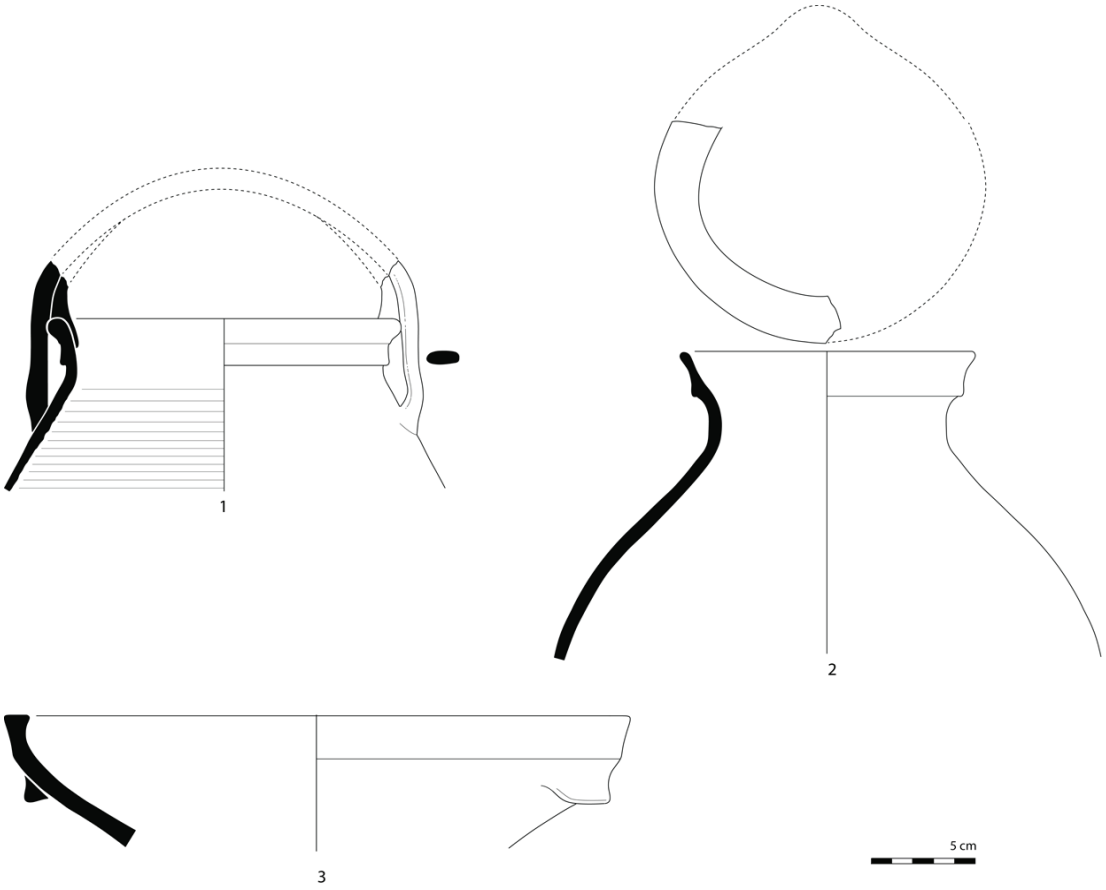


Figura 6 – Cerâmica doméstica comum de pastas cinzentas proveniente da fossa 2. (Desenhos de Sara Almeida).

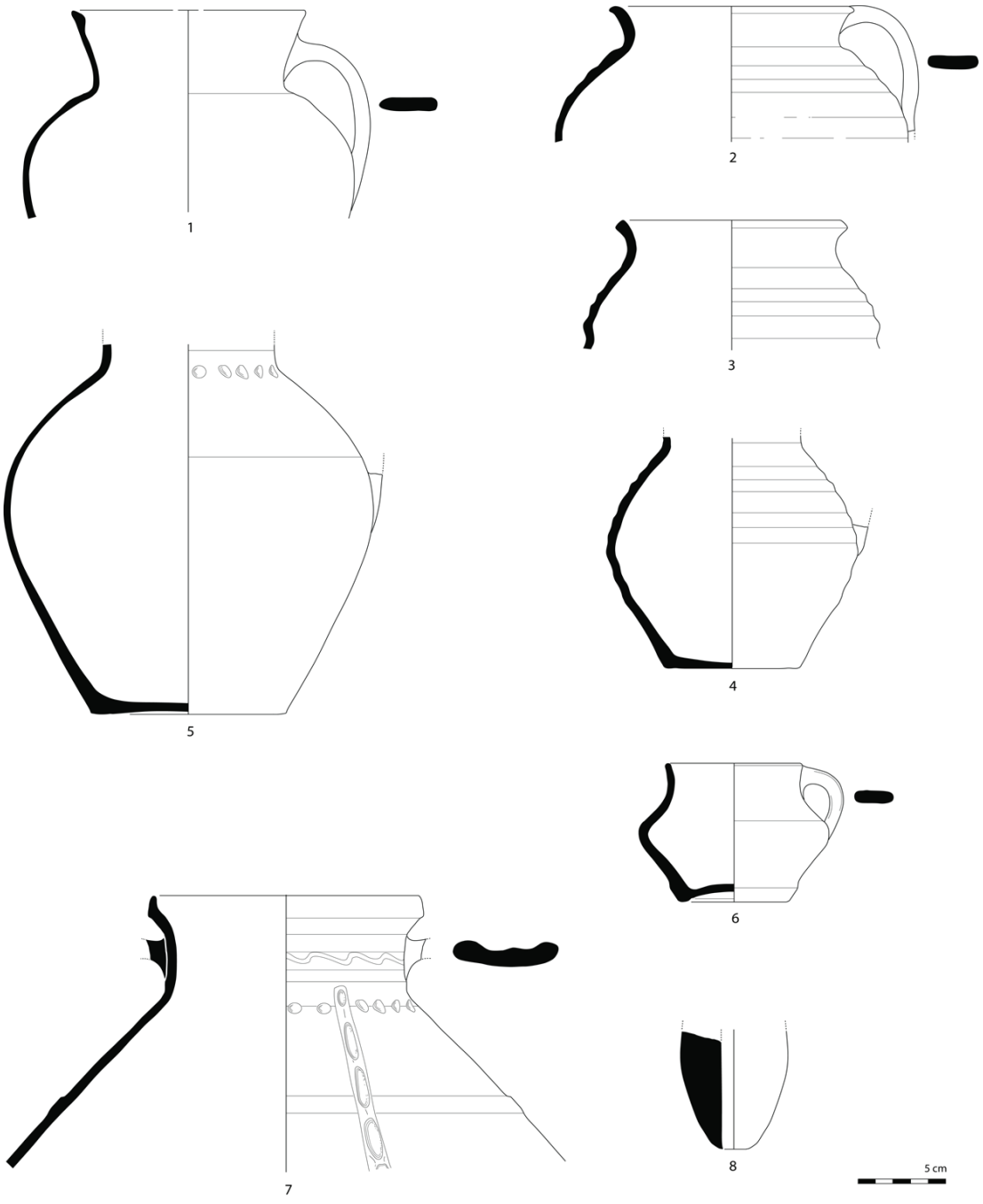


Figura 7 – Cerâmica doméstica comum proveniente da fossa 5. (Desenhos de Sara Almeida).

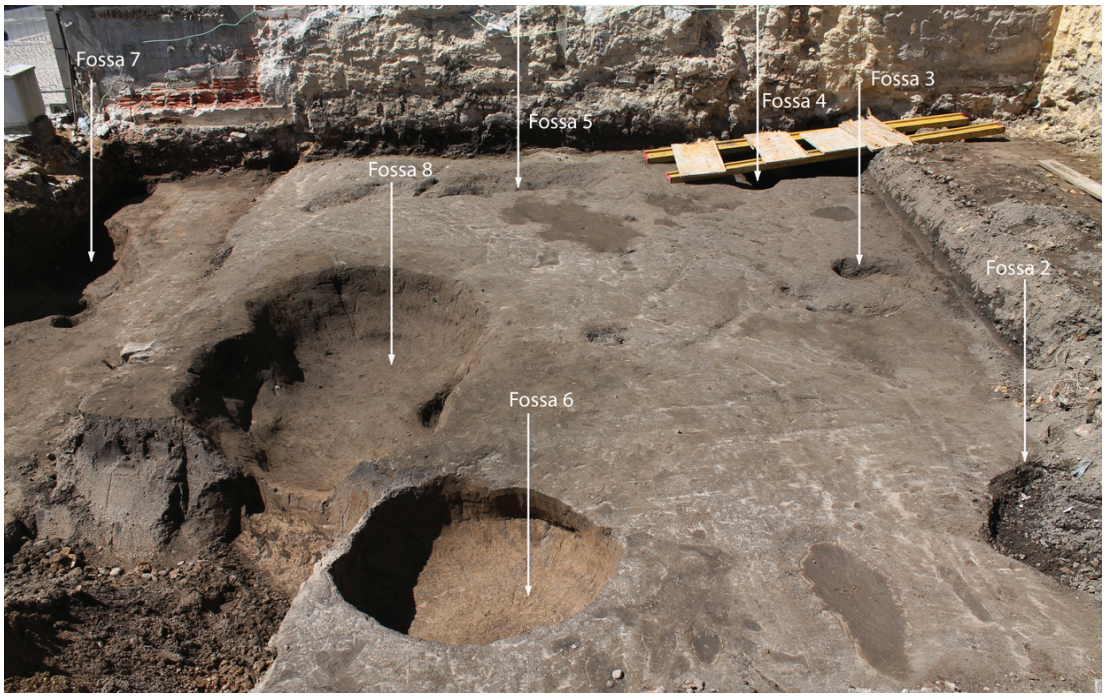


Figura 8 – Vista geral da área intervencionada.

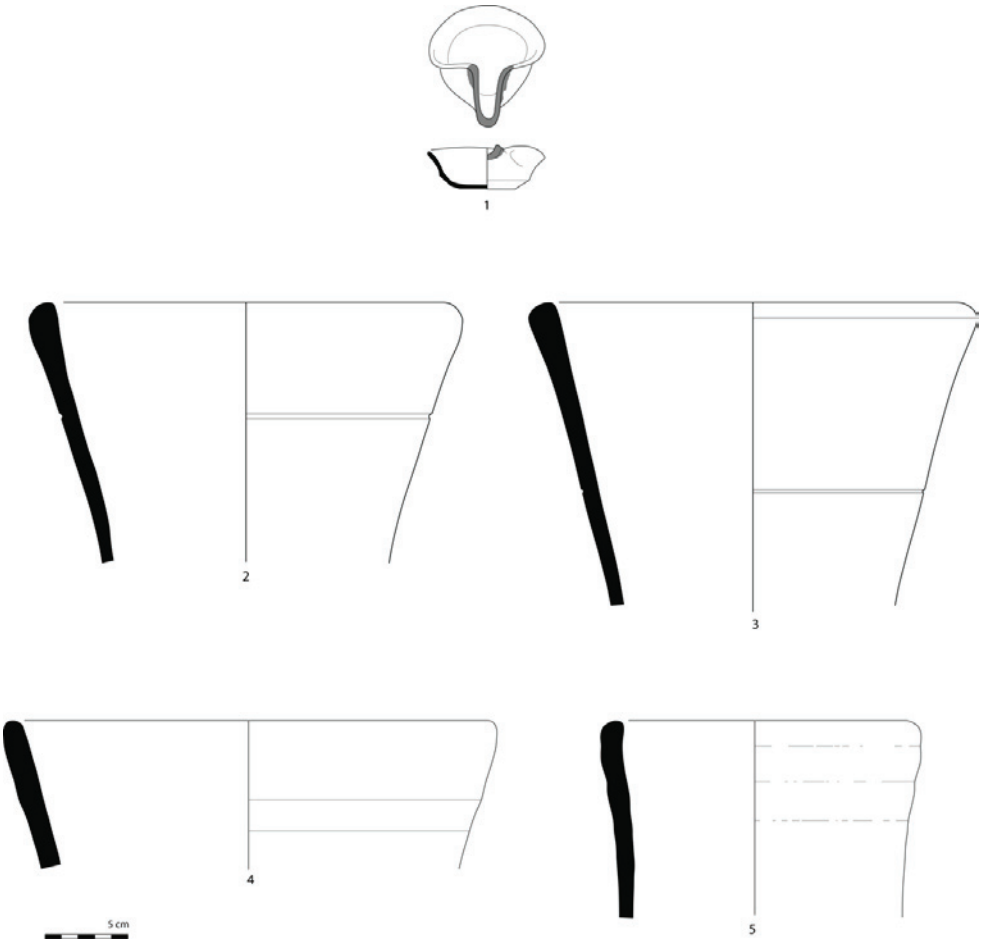


Figura 9 – Cerâmica dos contextos de finais do séc. XVI / inícios do séc. XVII. (Desenhos de Sara Almeida).

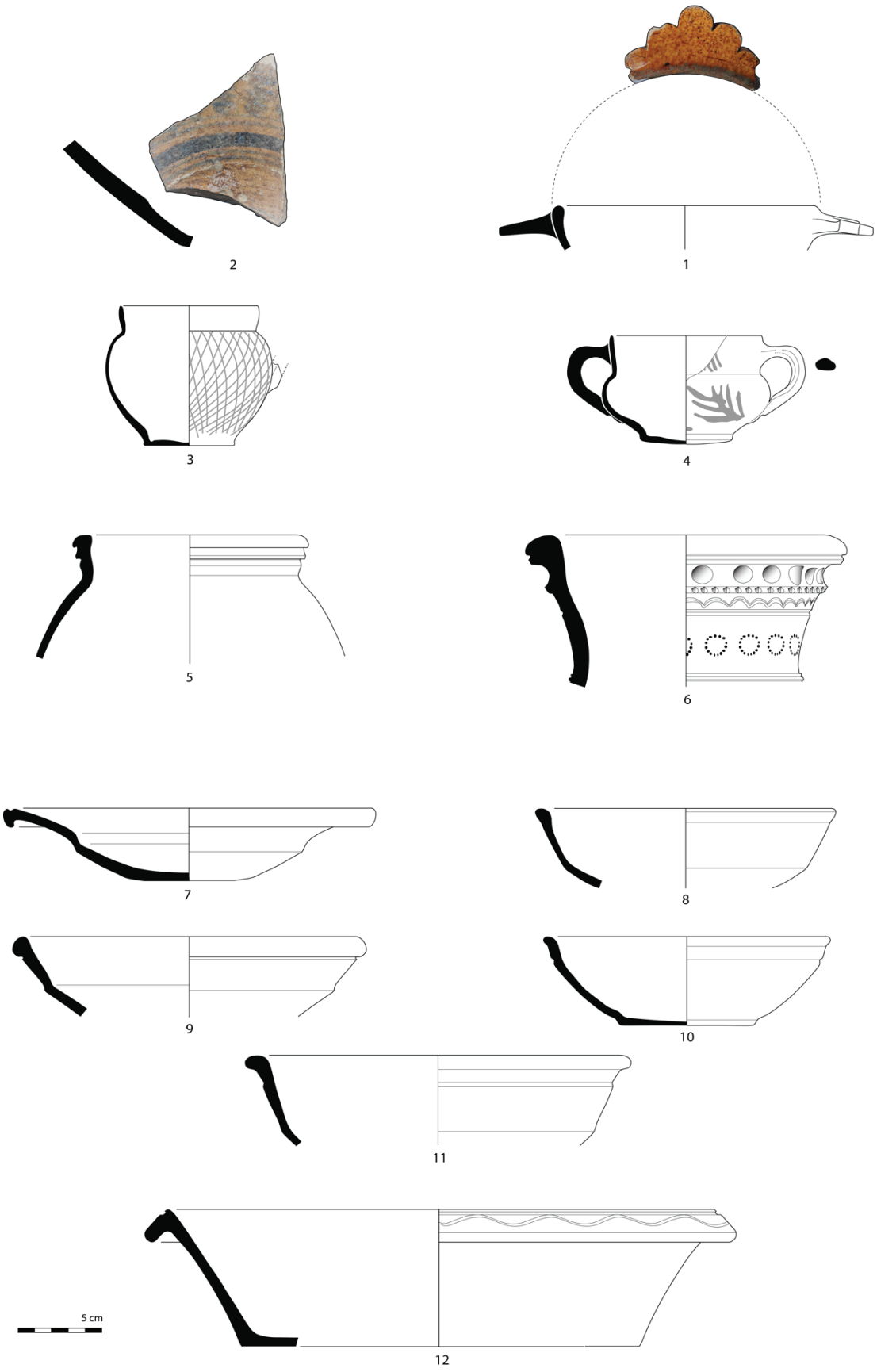


Figura 10 – Cerâmica dos contextos de finais do séc. XVI / inícios do séc. XVII. (Desenhos de Sara Almeida).

RESULTADOS DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA REALIZADA NOS Nos 54 A 58A DA RUA DIREITA, EM ÓBIDOS

Helena Santos[1], Marco Liberato[2], Romão Ramos[3]

RESUMO

Apresentam-se os resultados de uma intervenção arqueológica realizada no âmbito de um projeto de alteração e conservação de edifício situado nos nºs 54 a 58 da Rua Direita, em Óbidos. Se inicialmente se previa uma afetação mínima ao nível do subsolo, alterações ao projeto efetuadas no decorrer da obra levaram à identificação de contextos arqueológicos preservados. A estratigrafia observada e os materiais exumados demonstram que se enquadram cronologicamente em período Medieval e Moderno. Destaca-se um conjunto edificado que compreende uma porta com arco de volta inteira, que serviria um espaço de circulação lajeado, localizado a cerca de 2,20m abaixo da cota de circulação atual, demonstrando a ocorrência de alterações urbanísticas de monta, do período Moderno em diante.

Palavras-chave: Óbidos, Urbanismo, Idade Média, Idade Moderna.

ABSTRACT

We present the results of an archaeological intervention carried out during the implementation of a project of modification and conservation of a building, located at 54th to 58th of the Rua Direita, in Óbidos. Initially, it was foreseen a minimal intervention in the subsoil, but changes to the project made in the course of the construction, led to the identification of preserved archaeological contexts. The observed stratigraphy and the exhumed materials show that they fit chronologically in Medieval and Modern period. In the site, it stands out a built structure that includes a door with a round arch that seems to have served a slabbed circulation space, located about 2.20m below the current circulation quota, proving the occurrence of major urban changes from the Modern period on.

Keywords: Óbidos, Urbanism, Middle Age, Modern Age.

1. INTRODUÇÃO

No interior do perímetro muralhado da vila de Óbidos, no eixo viário principal que liga a *Porta da Vila* ao *Castelo*, foi intervencionado o piso térreo de um edifício localizado nos nºs 54, 56, 58 e 58A da Rua Direita. O projeto inicial tinha como objetivo manter a integridade arquitetónica do imóvel e melhorar as condições necessárias à permanência da sua exploração comercial, efetuando o fracionamento do piso térreo em 4 espaços independentes, dotando cada um deles de uma instalação sanitária para uso dos funcionários.

O espaço correspondente ao nº 54 caracterizava-se por ter três áreas distintas. A que designámos por *loja*, cujo acesso se faz diretamente pela Rua Direita, a zona de *arrumos*, localizada a Este da loja, a uma cota inferior e por fim o *pátio*, situado a Norte dos arrumos e sensivelmente à mesma cota. Na zona da loja foram rebaixados em toda a área (16m²) cerca

1. Investigadora independente; lenamps@hotmail.com

2. Bolseiro de doutoramento da FCT SFRH/BD/99597/2014; Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património; marcoliberato@hotmail.com

3. Investigador independente; maximino.romao.ramos@gmail.com

de 70cm abaixo do piso atual, sendo que no pátio e nos arrumos (que juntos perfazem cerca de 23m²) se desceu aproximadamente 40cm.
Nos nºs 56 e 58 não ocorreram intervenções que afetassem o subsolo. O nº 58A compreende apenas um compartimento (18m2) e os trabalhos aí efetuados foram bastante parcelares, uma vez que se restringiram à abertura de 2 valas e 4 sapatas (Figura 1).

2. ESTRATIGRAFIA E CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS

2.1. Nº 54 – Loja

De modo a ligar a zona da loja à de arrumos, foi feita a abertura de um vão na parede Este da loja - [01]. Esta encosta à parede Sul (que confina com o nº 52) até cerca de 1,70m acima do piso atual da loja, sendo que daí para cima as pedras das duas estruturas estão embrincadas entre si.
O compartimento da loja fica delimitado a Oeste pela parede [14], a fachada da Rua Direita. Esta é a parede mais antiga de todas (uma vez que a Sul lhe encosta) e assenta sobre alicerces preexistentes, ligeiramente recuados em relação ao alçado atual.
No acompanhamento arqueológico da escavação dos depósitos existentes ao nível do subsolo foi observada uma estratigrafia bastante simples, caracterizada sobretudo por depósitos de aterro (Figura 2).
Assim, abaixo do piso atual em mosaico cerâmico e do seu embasamento, ocorria uma camada de terra escura, solta e com madeira e carvões, que deverá ser a memória de um piso anterior, em soalho. Esta UE – [08] – não é uniforme em toda a área, sendo mais expressiva a Norte do compartimento, onde se identificam ainda pedaços de madeira de grandes dimensões. Abaixo deste depósito surge um pacote sedimentar – [09] – heterogéneo, também de cor castanha muito escura, solto, que embala alguma fauna mamalógica e malacológica, cerâmica de construção, cerâmica comum, moldada e vidrada, cerâmica esmaltada branca, porcelana, faiança pintada a azul e majólica. Relativamente a estas últimas produções, destaca-se a taça com a referência O.RD_54-58.16 [09] 49, uma peça de faiança com decoração certamente inspirada nos modelos da cerâmica espanhola e italiana dos séculos XVI-XVII e a peça O.RD_54-58.16 [09] 46, um fragmento de majólica de Montelupo com decoração «a rombi e ovali» (CARTA, 2003, p. 39 e GONZALEZ, 2012, p.850). Este depósito corresponde a um aterro relativamente potente (com maior espessura a Norte que a Sul) que terá sido realizado em torno dos finais do século XVI – inícios do XVII, atendendo às datações propostas para os materiais exumados. Note-se ainda que este depósito enche a vala de fundação da parede de Este (onde foi aberto o vão de porta), sendo esta escavada no depósito [10].
Este depósito [10], também de aterro, é mais limpo e mais claro que o anterior, caracterizando-se ainda por ter muito menos quantidade de materiais arqueológicos, surgindo igualmente as cerâmicas comuns, de construção e alguma fauna, sobretudo malacológica (ostra). Destaque para um fragmento de forma de açúcar (O.RD_54-58.16 [10] 75), que encontra paralelo em peças produzidas, por exemplo, na zona do Barreiro entre meados do século XV e meados do século XVI (SILVA, 2012) ou em Aveiro (MORGADO *et al*., 2012). Assim, a cronologia deste aterro não deverá ser muito díspar da do depósito anterior, podendo contudo ser um pouco mais antiga, considerando a ausência de faianças (Figura 3).
De referir ainda que entre este depósito e o anterior, junto à parede Sul e ao alicerce da parede Oeste (fachada da Rua Direita), foi identificado o depósito [11], que se carateriza por ser grosseiro, com muito calcário moído/partido e com blocos e "salpicos" de argamassa, pelo que poderá corresponder a uma campanha de obras realizadas nestas paredes em torno do século XVI – XVII. A encerrar a sequência estratigráfica identificada foi registado, sob a UE 10, um depósito de argilas verdes estéreis que estaria associado ao alicerce da parede da fachada Oeste e sob este um outro depósito cuja cronologia não foi possível determinar, pois não foi escavado por estar já abaixo da cota de afetação da obra.

2.2. Nº 54 – Arrumos

Na área de arrumos, onde inicialmente estava previsto construírem-se as instalações sanitárias, foram demolidas as paredes de tijolo e cimento do século XX ou XXI que compartimentavam a área e sustentavam a placa do terraço existente sobre este local, tendo-se, por isso mesmo, colocado pilares e vigas metálicas para apoio desta estrutura. Além disso, foi efetuado o rebaixamento do piso atual em cerca de 40cm.
Relativamente à estratigrafia observada, regista-se que abaixo do mosaico atual existia um piso em cimento igual ao do pátio, o que indicia que toda esta área fazia parte de um mesmo espaço exterior. A cor-

roborar esta premissa verificou-se também a existência de um depósito de aterros igual ao identificado na área do pátio, que embala grande quantidade de cerâmica comum e faiança dos séculos XIX-XX.
Sob este depósito, na área mais a Sul do espaço, foram identificadas, algumas estruturas de alvenaria, nomeadamente a pedra de fecho e as aduelas de uma abertura em arco, integradas na parede Sul abaixo da atual cota de circulação, bem como novos depósitos sedimentares, distintos do anterior, associados certamente ao abandono dessas estruturas. Nesse espaço foi realizada a Sondagem 1, cuja estratigrafia descreveremos adiante.
O compartimento dos arrumos é delimitado a Oeste por uma parede que parece ser contemporânea da parede Sul da zona da loja e como tal, será anterior à parede que divide estes dois espaços e que delimita a zona de arrumos na sua metade Oeste.
Integrada nessa parede Oeste foi identificada, ao nível do piso atual, uma fresta que apresenta cerca de 50cm de largura e aproximadamente 60cm de altura, sendo que na base tem uma lajeta de calcário. Apesar de colmatada com sedimento e com uma pedra de grandes dimensões (que poderia ser o remate do topo, mas que se encontra caída), deixa passar o ar, indiciando a existência de um espaço aberto do outro lado, ou seja, no nº 52. Colocamos a hipótese de se tratar de um antigo sistema de escoamento de águas pluviais existente entre os prédios (que escoaria a água da Rua Direita para o pátio interior), já que na malha urbana de Óbidos foi possível identificar algumas estruturas similares.

2.2.1. Sondagem 1

Relativamente à sondagem 1, que tem uma área de 4m² (2,4m de comprimento por 1,7m de largura), foi executada ao longo da parede Sul da zona de arrumos do nº. 54 com o objetivo de caracterizar as estruturas e depósitos arqueológico identificados no âmbito do acompanhamento. De referir que acima da cota de circulação, aquando do início dos trabalhos de escavação, a parede Sul já tinha sido rebocada, pelo que não foi possível observar o seu aparelho construtivo nem fazer a sua descrição (Figura 4).
Começando pela base da estratigrafia observada, identificou-se a cerca de 2,20m de profundidade um piso de circulação – [44] – constituído por grandes lajes de calcário dispostas na horizontal, com uma inclinação Oeste – Este. Este pavimento, que apesar de ter a superfície boleada não apresenta desgaste acentuado, poderá corresponder a um espaço exterior ou a um pátio e estará certamente em articulação direta com a fachada da parede Sul e com a porta aí existente.
Esta porta – [23] – apresenta um arco de volta perfeita, sendo que a soleira está cerca de 20cm acima do referido nível de circulação. O interior da porta, do topo da soleira à chave de fecho do arco, tem cerca de 1,80m de altura. Construída com blocos de calcário bem aparelhado, está inserida na parede Sul do edifício – [22] –, sendo esta de alvenaria de pedra mais irregular e de menores dimensões, ligada por argamassa de cal e areia de cor esbranquiçada. O vão da porta foi condenado com uma estrutura de pedras calcárias – [26] – dispostas em fiadas horizontais, ligadas com argamassa de cal e areia de cor esbranquiçada.
Do lado Oeste da porta, a cerca de 1m do lajeado, é visível um negativo – [41] – preenchido com sedimento – [47] – que poderá ser o que resta de um ferrolho. Ainda nessa direcção, a parede apresenta uma fiada vertical de grandes silhares assentes sobre um embasamento largo e robusto – [43] – que deverá será um cunhal e/ou uma abertura para um outro espaço que existiria a Sul. Adossado a estes silhares, surge uma estrutura em pedra e argamassa laranja – [42] – que terá fechado esta passagem e prolongado a fachada da parede Sul.
Sobre o pavimento lajeado foi identificada uma estrutura em alvenaria de pedra seca – [40] – com cerca de 1,4m de altura, paralela à fachada da parede Sul, distando desta cerca de 1,5m. Este muro, cuja funcionalidade se desconhece, é muito provavelmente contemporâneo da condenação da porta. Note-se ainda que, sobretudo na zona mais a Este da sondagem, o lajeado parece ter sido parcialmente desmontado para a construção deste muro, admitindo-se a existência de uma vala de fundação (Figura 5).
Assim, o espaço definido pela parede Sul e pelo muro paralelo a esta, a Norte, foi aterrado com um pacote sedimentar – [39] – com uma potência de aproximadamente 1m, de matriz areno-argiloso e cor castanha acinzentada, que embala grande quantidade de pedras calcárias de pequena e média dimensão, ocasionais seixos de rio, bem como alguma cerâmica de construção (sobretudo telha muito fragmentada) e significativa quantidade de cerâmica comum (onde se destacam as formas de cozinha), fauna e residualmente cerâmica moldada e cerâmica esmaltada (malagueira e vidrados melados). Os materiais exuma-

dos apontam para uma cronologia baixo-medieval / moderna, em torno dos finais do século XV / século XVI, data em que a circulação neste espaço terá sido definitivamente abandonada.

Esta proposta de datação é consonante com a forma do fundo do prato O.RD 54-58.16 [39] 432, que parece ser um exemplar de azul figurativo de produção sevilhana (BOTELHO, 2012), referido como *Yabal blue on white* nas publicações anglófonas (DEAGAN,1987, p.55). A presença residual de faiança portuguesa no conjunto de cerâmicas de consumo restrito, bem como o perfil da taça esmaltada O.RD 54-58.16 [39] 433, apontam no mesmo sentido. De entre a cerâmica comum destaca-se um almofariz que, tal como as panelas de bordo muito rendilhado, tem bons paralelos nas olarias Quinhentistas da margem Sul (BARROS, *et al.*, 2012). Por seu turno, a caçoila com pegas triangulares tem paralelos com materiais muito bem enquadrados cronologicamente a partir de moedas de Manuel I, escavados em Lisboa (MARQUES, LEITÃO e BOTELHO, 2012), bem como em Tavira (COVANEIRO e CAVACO, 2016), ilustrando a afirmação da estandardização formal à escala do reino (Figura 6).

Sobre o depósito [39] e contido também entre estas duas estruturas, foi identificada uma outra camada de aterro – UE [35] – menos potente que a anterior, de matriz mais arenosa e mais solto, mas também com algumas pedras e nódulos de calcário. Este depósito embalava grande quantidade de cerâmica de construção (telha, sobretudo), cerâmica comum, alguma cerâmica "malagueira" e grande quantidade de fauna malacológica, onde se destacam as ostras de grandes dimensões. A cronologia deste depósito aponta também para o século XVI, sendo esta datação corroborada, por exemplo, pelos paralelos obtidos em Aveiro para fragmento de cântaro O.RD_54-58.16 [35] 274 que apresenta decoração geométrica brunida (CARVALHO, BETTENCOURT, 2012) ou pelos fragmentos de cerâmica modelada e pratos "de pescado" com paralelos em contextos de produção oleira de Lisboa dessa centúria (MARQUES, *et al.*, 2012) (Figura 7).

O topo do muro [40], a Norte, bem como o depósito [35] estavam cobertos por uma unidade estratigráfica – [34] – bastante heterogénea, solta, arenosa e de cor castanha escura, que embala grande quantidade de cerâmica comum (onde se destacam, uma vez mais, as formas de cozinha), alguma cerâmica moldada, rara faiança e ainda alguma porcelana e cerâmica "malagueira". A associação entre os perfis carenados da cerâmica esmaltada (DEAGAN, 1987,p.55) com majólica de Montelupo «modo orientale tardo» (CARTA, 2003, p. 42) e porcelana chinesa (COELHO, 2008), a par da já aludida sub-representação comparativa da faiança portuguesa, sugerem igualmente uma cronologia de finais do século XVI – início do século XVII. Também a forma especieiro, frequentemente identificada em Óbidos (CASA, 2008), é especialmente vulgar nos contextos quinhentistas (CASIMIRO, 2011, p. 718) (Figura 8).

É sobre a unidade estratigráfica descrita anteriormente que assenta o muro [28], uma estrutura perpendicular à parede Sul que encosta a esta junto à aduela do arco da porta, definindo assim um espaço a Oeste e outro a Este. Do lado Oeste foi identificado o depósito [32], que aparenta ser um despejo de cozinha, com sedimento bastante escuro, muitos carvões e grande quantidade de fauna malacológica, de cerâmica comum (onde se destacam novamente as formas associadas à alimentação, como os fogareiros, as panelas, os alguidares, as escudelas, etc), de faianças a azul e branco, de porcelanas e cerâmica vidrada a verde e melado. Os materiais exumados apontam, sem dúvida, para uma cronologia do século XVII. Ainda que não se tenha identificado nenhuma vala de fundação que comprove esta hipótese, é de admitir que este depósito já existisse quando o muro [28] foi construído (Figura 9).

Entre este muro e a parede Este da zona de arrumos foi identificado um aterro muito solto, com muitas pedras e materiais de construção, que embala cerâmicas com cronologias atribuíveis já ao século XIX/XX, nomeado de [30].

A encerrar a sequência estratigráfica foram escavados os depósitos [29] e [49], que deverão corresponder ao aterro efetuado já em época contemporânea, quando esta área terá sido utilizada como pátio/quintal do nº 54 da Rua Direita. Estes depósitos são certamente equivalentes ao depósito [04], escavado na zona do pátio e na restante área de arrumos.

A título de curiosidade, destaque para a peça O.RD_54-58.16 [29] 108, um fragmento de fundo eventualmente de taça de pé anelar, fabricado com pasta muito bem depurada e compacta, de cor cinzenta. Esta apresenta, no interior, decoração incisa tendencialmente geométrica, delimitada por linhas que contêm pequenas incisões triangulares, sendo o motivo central da ornamentação uma figura coroplástica com a representação de uma cobra enrolada, cujo

corpo, olhos e narinas são também salientados com incisões. Ainda que não seja uma paralelo exato, encontra semelhanças, sobretudo pela representação do ofídio, numa peça de cerâmica pedrada exumada no Largo do Corpo Santo, em Lisboa, num contexto dos finais do século XV-XVI (informação gentilmente cedida pela Drª Jacinta Bugalhão, a quem agradecemos) (Figura 10).

2.3. Nº 54 – Pátio

Para a zona do pátio, estava prevista apenas a abertura de um poço para bombagem das águas residuais provenientes das instalações sanitárias dos nºs 54 e 56. No entanto, devido às já referidas alterações ao projeto, optou-se por fechar a varanda que servia o nº56, instalar aí o seu WC e ainda construir a instalação sanitária para o nº 54 na área central do pátio. Para tal, houve também necessidade de rebaixar toda a área, para ficar nivelada com a zona de arrumos, e de construir novo poço de bombagem um pouco mais a Oeste do anterior.

Assim, logo abaixo do piso de cimento foi identificado um muro com orientação Oeste – Este que encosta à parede Oeste e parece ser cortado pelo alicerce da parede Este do pátio. A Sul do muro identificou-se o já mencionado depósito UE [04]=[58]=[56], que embala abundante número de fragmentos de fauna, de cerâmica comum e de faianças dos séculos XIX-XX. Sob este identificou-se o sedimento [06]=[60]=[59], que apesar de ter coloração escura semelhante ao anterior, se apresenta-se mais limpo, homogéneo e com menos materiais arqueológicos. Estes parecem corresponder a uma cronologia Contemporânea ou eventualmente Moderna.

A Norte do muro identificou-se o que parece ser uma calçada constituída por pequenas pedras de calcário de médio e pequeno porte, irregulares e aparentemente boleadas. Esta não foi desmontada por já estar abaixo da cota de afetação.

2.4. Nº 58A – Loja

Os trabalhos de acompanhamento no nº58A iniciaram-se com a demolição parcial da parede Este, na zona sob uma janela com tijolos de vidro existente sensivelmente a meio do vão. A parede que delimita o compartimento a Sul encosta-lhe e tem aparelho distinto de todos os outros muros observados durante a intervenção. Foi construído em alvenaria de pedra calcária toscamente aparelhada, de pequeno e médio calibre, ligada apenas com terra e muito raramente com argamassa de areia e cal, fraca e pouco compacta. Encosta à parede Oeste que, à semelhança da fachada dos restantes compartimentos, apresenta aparelho de alvenaria de blocos calcários médios, de coloração cinzenta, ligados por argamassa de cor creme acinzentada, grosseira e compacta, por vezes com pedras mais pequenas e fragmentos de cerâmica comum nas juntas. A Norte o compartimento é delimitado por uma parede construída em tijolo de 2 furos.

Ao nível do subsolo, começou por se acompanhar a abertura de uma vala no sentido Este – Oeste com cerca de 40cm de largura e 20 a 25cm de profundidade, que servirá para fazer o saneamento das águas residuais da nova instalação sanitária. A estratigrafia observada não tem qualquer relevância patrimonial uma vez que apenas se identificaram entulhos de cronologia contemporânea. Foram ainda abertas 4 sapatas para sustentar com vigas e pilares metálicos o piso superior, todas com dimensões inferiores a 1m2 e com profundidade máxima de 80cm.

Na sapata 1, localizada sensivelmente a meio do vão da parede Sul identificou-se, abaixo do mosaico e do entulho contemporâneo, a vala de fundação da parede Sul, preenchida com um depósito que não ofereceu materiais que permitam uma atribuição cronológica (apenas se identificaram alguns fragmentos de valvas de ostra).

Na parede Este foram abertas as sapatas 2 e 3. A primeira foi implantada no canto da parede Este com a Norte, tendo sido registada uma estratigrafia muito simples. Abaixo do mosaico e do entulho contemporâneo, identificou-se um único depósito nomeado como [77], que cobria o alicerce da parede Este e embalava alguns materiais cerâmicos, poucos, que parecem enquadrar-se em período Moderno.

Já na sapata 3, localizada no canto da parede Este com a Sul, a estratigrafia observada é mais complexa, tendo por isso mesmo obrigado a que as dimensões fossem ligeiramente superiores, para permitir uma escavação mais documentada. Assim, logo abaixo do mosaico e do entulho contemporâneo identificou-se a estrutura [79], adossada à parede Sul. Trata-se, eventualmente, de um reforço do canto do compartimento, sendo constituída por alvenaria de pedra calcária e argamassa compacta de cor amarelada. Os blocos são irregulares, à exceção de um elemento arquitetónico reaproveitado que integra a estrutura no topo. Trata-se de um troço de aduela de um arco com arestas chanfradas que, apesar de fraturado,

se recolheu e depositou na reserva da Câmara Municipal de Óbidos. A estrutura parece ter uma vala de fundação que está cheia com o depósito [80], que não ofereceu materiais arqueológicos. Esta corta o depósito [83], que embala escassos fragmentos cerâmicos cuja cronologia deverá ser medieval/moderna. Coberto por este depósito, foi registado o que poderá ser um piso de terra batida que por estar já abaixo da cota de afetação não foi escavado.

Estas últimas unidades estratigráficas encostavam a uma estrutura que está imediatamente abaixo da parede Sul. Observada num troço diminuto, foi possível determinar que o seu traçado não coincidia exatamente com a parede mencionada, mas não foi esclarecido se se tratava do seu alicerce ou de um muro mais antigo.

Na sapata 4 – situada no canto da parede Sul com a parede Oeste – abaixo do mosaico e do entulho contemporâneo identificou-se um depósito que pode corresponder ao enchimento da vala de fundação da parede Sul, cujo alicerce é mais largo que a própria estrutura desenvolvendo-se até aos 65cm de profundidade, assentando sobre o depósito [86]. Este apresentava-se argiloso, compacto, de coloração avermelhada e com algumas pedras de pequeno calibre. Apesar de terem sido escavados apenas cerca de 5cm até à cota de afetação, foi possível exumar alguns materiais cerâmicos cuja cronologia poderá ser medieval cristã. Foi o único local desta intervenção que forneceu materiais mais recuados.

3. SÍNTESE

Ainda que não tenha sido possível aferir a cronologia de edificação do conjunto arquitetónico identificado na zona de arrumos do nº 54, pensamos tratarem-se de estruturas construídas em época medieval que, por razões que não foram possíveis discernir através do registo arqueológico, foram abandonadas no século XVI. Posteriormente, o espaço foi sofrendo alterações, sendo a mais exuberante a subida de cota em mais de 2 metros. Parece-nos ainda possível que esta particularidade da arquitetura e planeamento urbano indicie que a Rua Direita tenha sido propositadamente projetada a uma cota superior à Rua Padre António de Almeida, para assim evitar a topografia acidentada e facilitar o acesso ao castelo a partir da Porta da Vila.

Em visita à fração localizada a Sul, o nº52, pudemos constatar que efetivamente existia também uma cave e um pátio, ainda em utilização, a uma cota muito inferior à da circulação na Rua Direita. No entanto, apesar de existirem vestígios de ombreiras e soleiras entaipadas na parede localizada na direção da sondagem, verifica-se que nenhuma corresponde ao arco aí identificado. Assim, a hipótese mais plausível é que exista um espaço de permeio entre o arco do nº 54 e os vãos encerrados observados na cave do prédio vizinho. Também no tardoz do nº 58A, a seguir à parede Este, existe uma cave (que é atualmente utilizada pelo restaurante com entrada pelo nº 60), que eventualmente poderia ter ligação com as estruturas identificadas na intervenção arqueológica do nº 54 e com a cave e pátio do nº 52.

De resto, a observação da fachada Este da Rua Direita – no troço entre as travessas que dão acesso ao Largo de S. Pedro e à Praça de Santa Maria – são visíveis ao nível do piso de circulação atual várias aberturas ou janelas, que indiciam a existência de caves em todos ou praticamente todos os edifícios. O que permite equacionar que existe uma fiada de construções com eventual acesso a partir da Rua Padre António de Almeida ou das ruas transversais, a uma cota muito inferior, dado o forte declive que aqui se observa. Enquanto alguns foram sucessivamente readaptados à nova lógica de circulação derivada da estruturação da Rua Direita em época moderna outros, como o identificado na sondagem 1, estarão aterrados.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Luís, *et al.* (2012) – "A olaria renascentista de Santo António da Charneca – Barreiro." *Velhos e novos mundos. Estudos de arqueologia moderna.* Lisboa, Centro de História de Além Mar. vol. II. pp. 699-709.

BOTELHO, Paulo (2012) – "Produções sevilhanas – azul sobre branco e azul e azul sobre azul." *Velhos e novos Mundos. Estudos de arqueologia moderna.* Lisboa, Centro de História de Além Mar. vol. II. pp. 855-864.

CARTA, Raffaela (2003) – *Cerámica italiana en la Alhambra.* Granada. Grupo de Investigación Toponimia, Historia e Arqueología del Reino de Granada.

CARVALHO, Patrícia, BETTENNCOURT, José (2012) – "De Aveiro para as margens do Atlântico. A carga do navio Ria de Aveiro A e a circulação de cerâmica na Época Moderna". *Velhos e novos mundos. Estudos de arqueologia moderna.* Lisboa, Centro de História de Além Mar. vol. II. pp. 733-746.

"CASA do Pelourinho – "Cerâmicas vidradas e esmaltadas" (2008) – *Rio*. nº 43: p. 40.

CASIMIRO, Tânia (2013) – "Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística". *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16: pp. 351-367.

«CERÂMICAS islâmicas da Cerca Velha», *Rio*, n.º 38, 2007, p. 26.

«CERÂMICAS medievais cristãs da Cerca Velha», *Rio*, n.º 37, 2007, p. 32.

«CERÂMICAS modernas da Casa do Pelourinho», *Rio*, n.º 39, 2007, p. 16.

«CERÂMICAS tardo-medievais da Cerca Velha», *Rio*, n.º 36, 2007, p. 32.

COELHO, Inês Pinto (2008) – *A cerâmica oriental da carreira da Índia no contexto da carga de uma nau – a presumível Nossa Senhora dos Mártires*, dissertação de mestrado em Arqueologia, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

COVANEIRO, Jaqueline; CAVACO, Sandra (2016) – "Entre tachos e panelas: a evolução das formas de cozinha (Tavira)". *Actas do Congresso Internacional A Cerâmica no Mediterrâneo.* Câmara Municipal de Silves / Campo Arqueológico de Mértola. pp. 377-386.

DEAGAN, Kathleen (1987) – *Artifacts of the spanish colonies of Florida and The Caribbean, 1500-1800. Volume I: Ceramics, glassware and beads.* Washington D.C / Londres. Simthsonian Institution Press.

GONZALEZ, Cristina (2012) – "Majólicas italianas do Terreiro do Trigo (Lisboa)". *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna.* Lisboa, Centro de História de Além Mar. vol. II. pp. 847-854.

MARQUES, António, LEITÃO, Eva, BOTELHO, Paulo (2012) – "Rua do Benformoso 168/186 (Lisboa-Mouraria / Intendente." *Velhos e novos Mundos. Estudos de arqueologia moderna.* Lisboa, Centro de História de Além Mar. vol. I. pp. 123-134.

MORGADO, Paulo Jorge, SILVA, Ricardo Costeira da, FILIPE, Sónia Jesus (2012) – "A cerâmica do açúcar de Aveiro. Recentes achados na área do antigo Bairro das Olarias". *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna.* Lisboa, Centro de História de Além Mar. vol. II. pp. 771-782.

SANTOS, Patrícia Augusto (2008) – "Cerâmicas de cronologia moderna do edifício do Aljube em Lisboa". *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11, Vol. II: pp. 325-345.

SILVA, Filipa Galito da (2012) – "As formas de pão-de-açúcar da Mata da Machada, Barreiro". *Velhos e novos mundos. Estudos de arqueologia moderna.* Lisboa, Centro de História de Além Mar. vol. II. pp. 711-718.

SILVA, Manuela Santos (1994) – *Estruturas urbanas e administração concelhia: Óbidos medieval.* Cascais. Patrimonia.

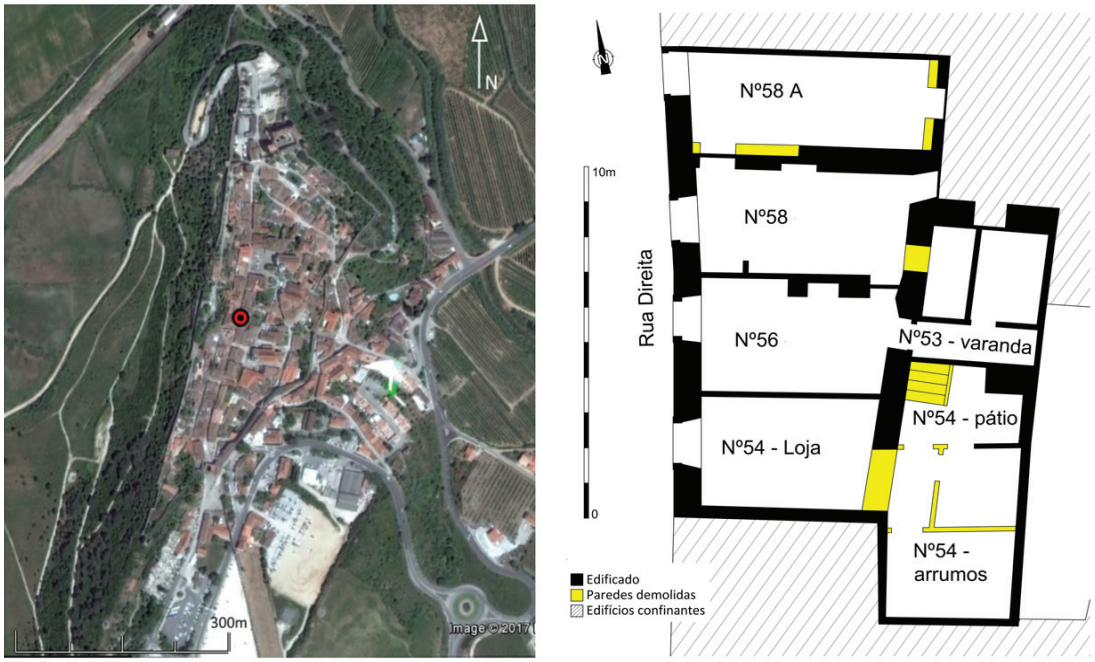


Figura 1 – Localização do imóvel intervencionado na fotografia aérea da vila de Óbidos (fonte: Google Earth) e planta esquemática do mesmo.



Figura 2 – Corte Norte da loja nº 54. Visíveis abaixo do piso atual os depósitos de aterro [08], [09] e [10]. Ao fundo, à direita, o alicerce da parede Este.

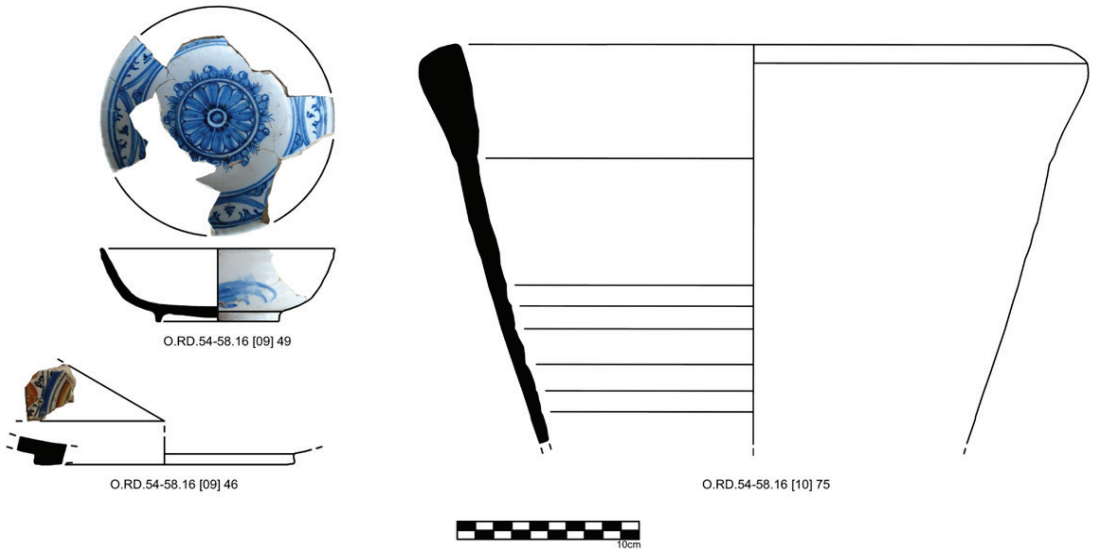


Figura 3 – Exemplos de materiais exumados dos depósitos [09] e [10].



Figura 4 – Vista do plano final e do alçado Sul da sondagem 1.

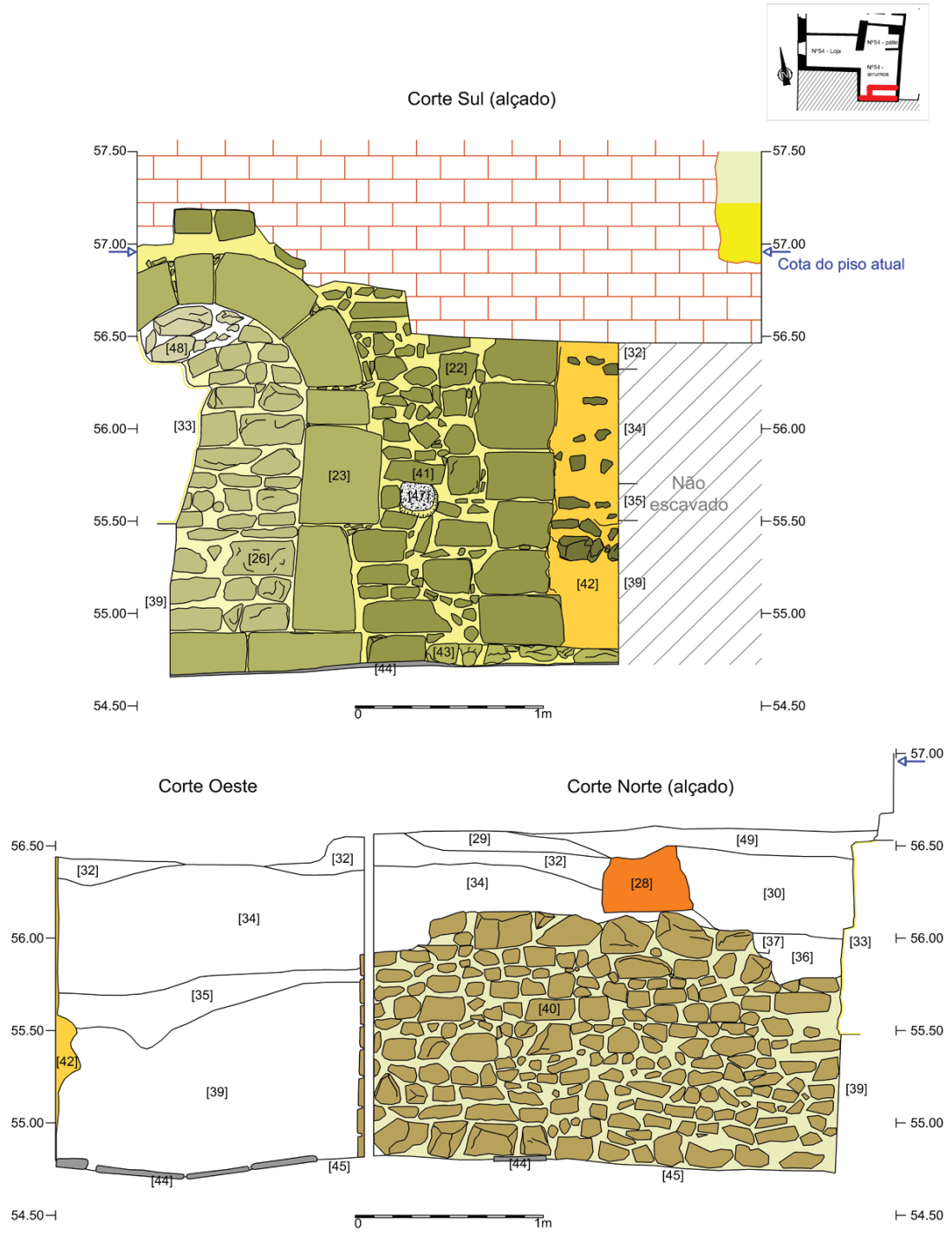


Figura 5 – Registo gráfico dos cortes Sul, Oeste e Norte da sondagem 1.

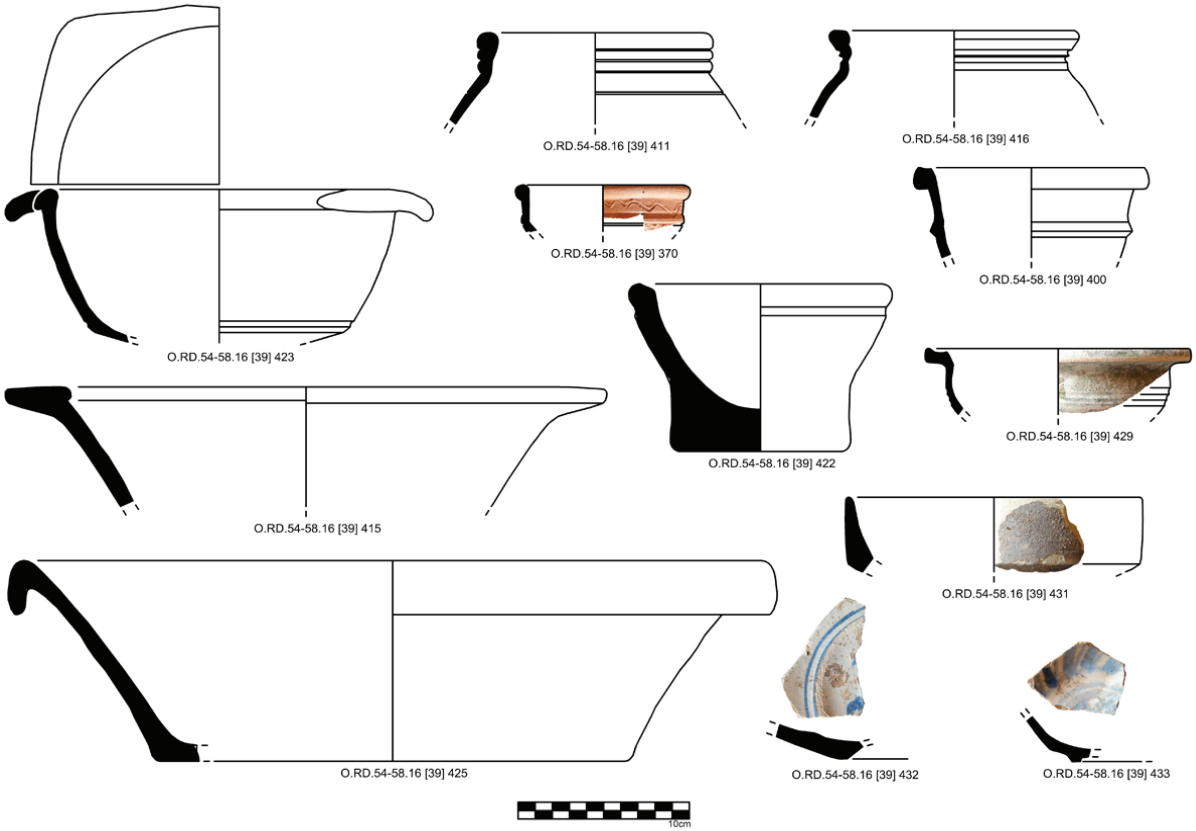


Figura 6 – Exemplo de materiais exumados do depósito [39].

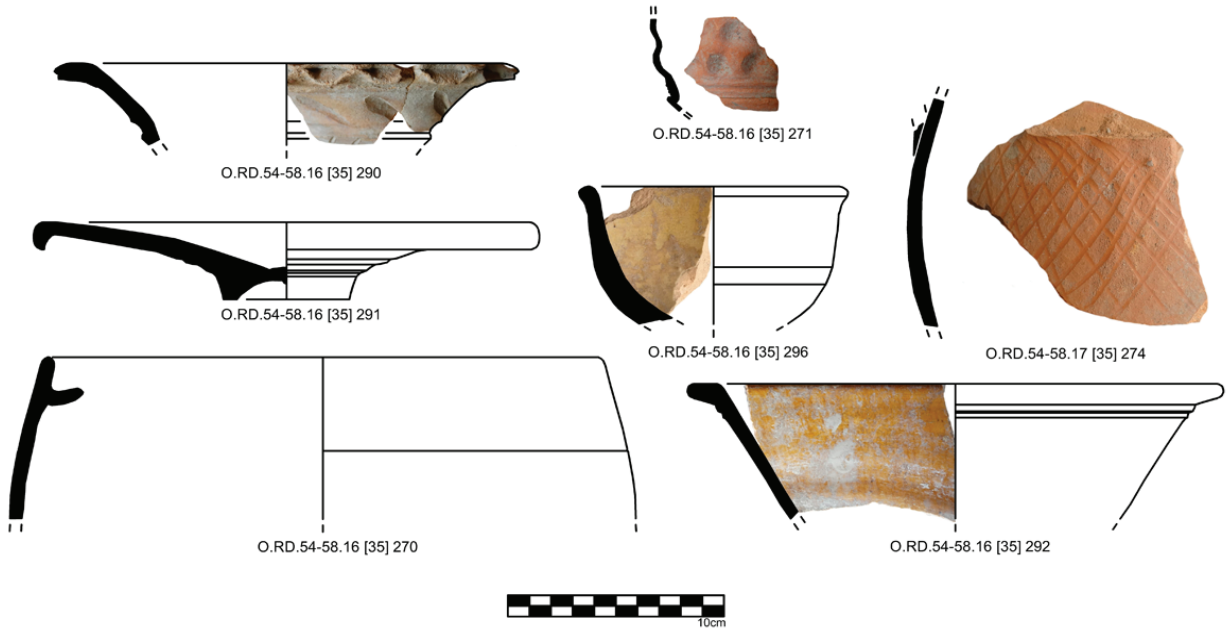


Figura 7 – Exemplo de materiais exumados do depósito [35].

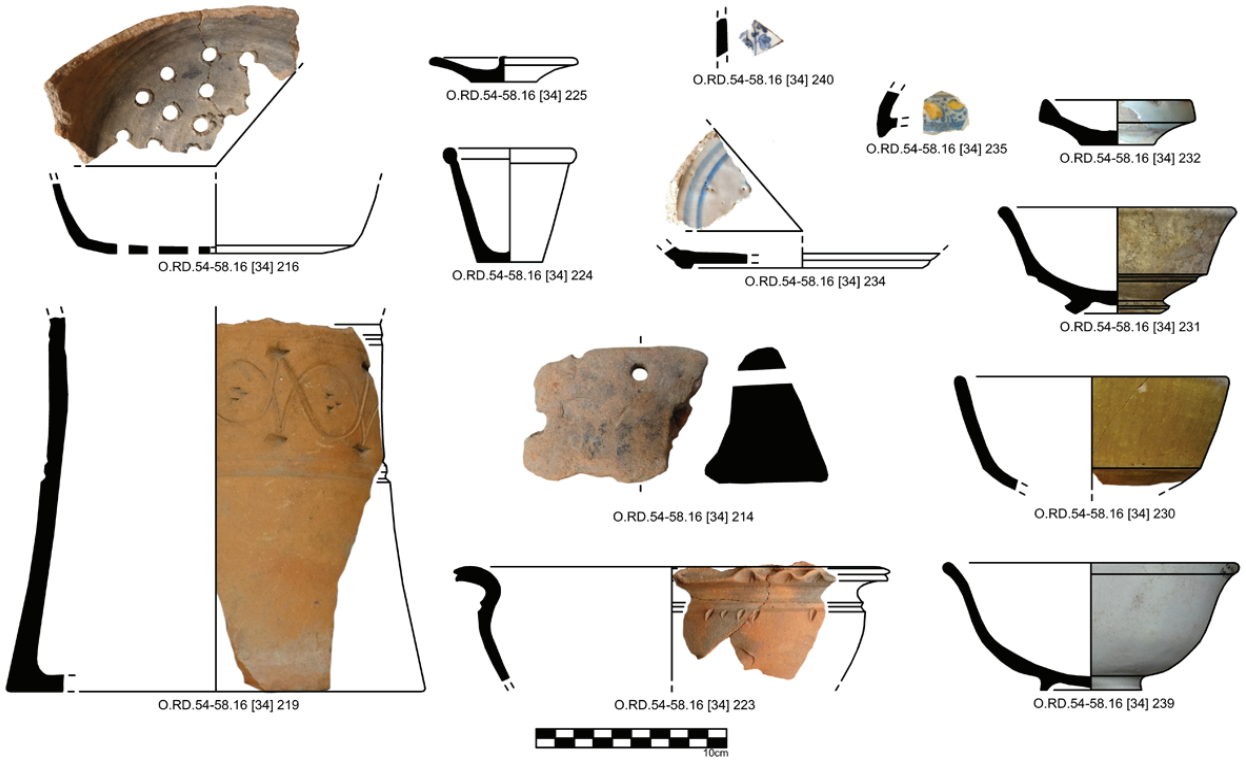


Figura 8 – Exemplo de materiais exumados do depósito [34].

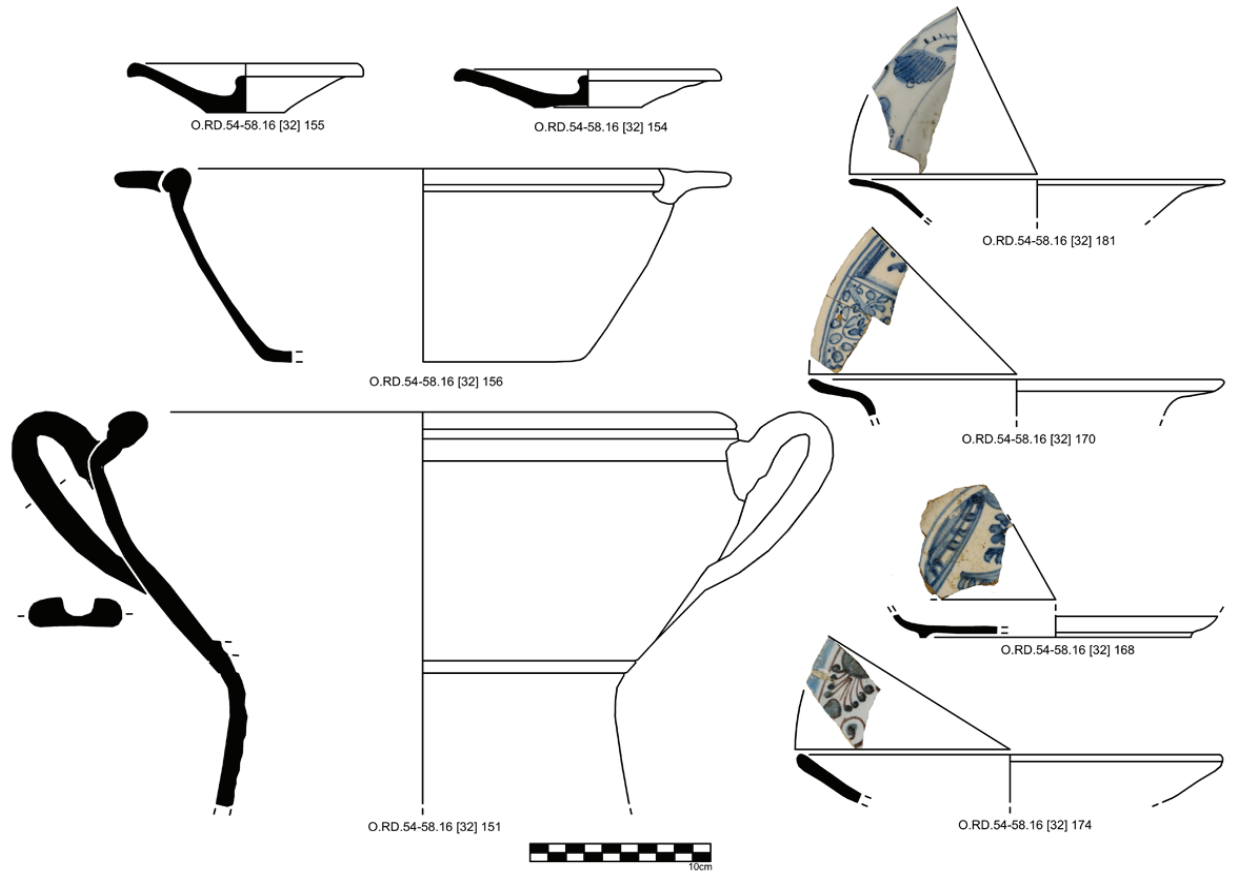


Figura 9 – Exemplo de materiais exumados do depósito [32].

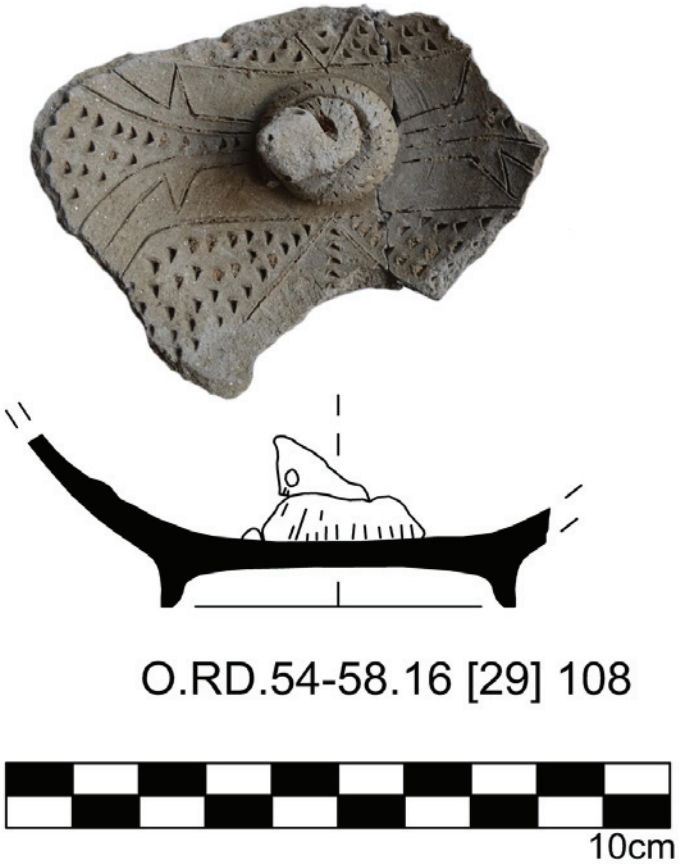


Figura 10 – Peça cerâmica exumada do depósito [29].

9
Época Moderna e Contemporânea

A COZINHA E A MESA A BORDO DA FRAGATA PORTUGUESA SANTO ANTÓNIO DE TANÁ (MOMBAÇA, 1697): ESTUDO DE OBJECTOS METÁLICOS E EM MADEIRA

Inês Pinto Coelho[1], Patrícia Carvalho[2], André Teixeira[3]

RESUMO

Em 1697, a fragata *Santo António de Taná* partiu de Goa para Mombaça, cercada há meses pelos omanitas, acabando por naufragar junto à fortaleza da cidade. Entre 1976 e 1980, o Institute of Nautical Archaeology (INA) e o National Museum of Kenya realizaram escavações nos destroços, identificando parte significativa do casco e mais de 7000 objectos relacionados com o funcionamento, a vida a bordo e a actividade comercial do navio. O CHAM associou-se ao projecto em 2012, visando a publicação integral dos vestígios. Neste artigo estudam-se os materiais em liga de estanho, de cobre e em madeira relacionados com a cozinha e a alimentação a bordo, testemunho do quotidiano das embarcações portuguesas da expansão além-mar, particularmente no antigo Estado da Índia.

Palavras-chave: Oceano Índico, Arqueologia subaquática, Vida a bordo, Século XVII.

ABSTRACT

In 1697 the *Santo António de Tana* frigate departed from Goa to rescue the fortress of St. Jesus which was surrounded by Omani Arabs for several months, ending up to wreck near the fort. Between 1976 and 1980 a team of the Institute of Nautical Archaeology (INA) and the National Museum of Kenya led by Robin Piercy and Hamo Sassoon identified a significant portion of the hull of the ship as well as more than 7000 artefacts related to its operation and on board life commercial activity. In this article we aim to study the pewter, copper alloy and wood artefacts related to the kitchen and the food on board the ship and also feeding on Portuguese ships (15th-17th centuries).

Keywords: Indian Ocean, Underwater archaeology, Shipwreck, Life aboard, 17th century.

1. INTRODUÇÃO

O Forte de Jesus localiza-se no centro histórico da cidade de Mombaça, numa pequena ilha da actual costa do Quénia (Figura 1a). Foi construído no século XVI com o objectivo de proteger os navios que circulavam pela Rota do Cabo, mas sobretudo garantir o controlo português sobre os fluxos mercantis da costa oriental africana, de que esta cidade suaíli era uma das principais escápulas e centro político (Boxer & Azevedo, 1960; Kirkman, 1974). Nos finais do século XVII, o forte foi atacado pelas forças omanitas, que então procuravam fazer face ao domínio português no Índico ocidental. Neste contexto preparou-se uma armada em Goa, a sede do Estado da Índia português, visando socorrer a cidade sitiada, colocando-se ao seu comando a fragata *Santo António de Taná* (Piercy, 1977).

A embarcação fora construída entre 1678 e 1680 em Baçaim, um dos mais relevantes estaleiros da Índia portuguesa, onde existiam oficiais experientes e especializados em actividades marítimas, além de abundante matéria-prima e capacidade financeira (Carvalho, 2008; Teixeira, 2010). A 25 de Novem-

1. CHAM-FCSH/NOVA | UAc; inesalexandrapinto@gmail.com

2. CHAM-FCSH/NOVA | UAc; patriciasanchescarvalho@gmail.com

3. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; CHAM/FCSH/NOVA | UAc; texa@fcsh.unl.pt

bro de 1696 a fragata saiu de Goa com outros quatro navios, naquela que seria a sua última viagem. Depois de uma primeira aproximação a Mombaça, o capitão da frota, que seguia provido com o cargo de capitão dos rios de Sena, dirigiu-se para esta região de Moçambique, a fim de tomar posse do seu cargo, ignorando os apelos para que permanecesse na cidade sitiada. Numa nova viagem a Mombaça, a fragata manteve intenso duelo com o inimigo, acabando por ficar à deriva e encalhar nos rochedos junto ao Forte, acabando por naufragar (Piercy, 1998).

Os destroços da *Santo António de Taná* permaneceram intactos até à década de 1960, quando mergulhadores amadores os descobriram, levando à organização de uma missão arqueológica dirigida por James Kirkman (Kirkman, 1972). Entre 1976 e 1980, uma equipa conjunta do Institute of Nautical Archaeology (INA) e do National Museum of Kenya, liderada por Robin Piercy e Hamo Sassoon, realizou campanhas de escavação nos destroços (Figura 1b e 1c) (Piercy, 1998). Foi identificada uma parte significativa do casco do navio (Figura 1d), além de mais de 7000 objectos relacionados com o seu funcionamento, a vida a bordo e a sua actividade comercial. Nos anos seguintes realizaram-se missões de gabinete, bem como pesquisas em arquivos e museus, para o estudo e enquadramento dos achados. Apesar dos importantes estudos parcelares desenvolvidos, não foi ainda editada a monografia deste sítio, estando o CHAM associado ao projecto desde 2012 com esse objectivo.

Entre o espólio recuperado nos destroços da fragata *Santo António de Taná* foram identificados diferentes tipos de artefactos que podem ser relacionados com a alimentação da tripulação e passageiros que seguiam a bordo. Excluindo os objectos em cerâmica e em vidro, que já foram tema de trabalhos específicos (Sassoon, 1981; Silva, 2017), estudam-se neste artigo os artefactos em liga de cobre, liga de estanho e em madeira. O facto do trabalho ser parte de um projecto mais vasto leva a que as considerações que se apresentam devam ser confrontadas com os demais trabalhos em curso sobre o sítio arqueológico, com o objectivo de melhor apurar as hipóteses enunciadas. O artigo foi efectuado a partir dos registos de terreno, incluindo notas de escavação, desenhos e fotografias produzidos por elementos do INA, agradecendo-se a Robin Piercy o fornecimento de todos estes dados e a estima com que brindou a equipa do CHAM no decurso desta investigação.

2. A CULTURA MATERIAL

Os materiais enquadram-se em três categorias: louça de cozinha, louça de mesa e objectos em madeira de funcionalidade menos clara. Na louça de cozinha são estudados os materiais em liga de cobre: um caldeirão, um copo medidor, uma pequena bacia e uma possível panela. Na louça de mesa analisam-se os objectos em estanho: um prato, uma travessa, uma escudela, três colheres e três jarros. Referem-se, por último, sete recipientes em madeira. Numa primeira parte descrevem-se as características morfológicas de cada peça e numa segunda procura-se integrar os objectos no seu contexto.

2.1. Cozinha a bordo

Nos trabalhos arqueológicos realizados na *Santo António de Taná* não foram encontrados muitos artefactos directamente relacionados com a cozinha a bordo. Destaque-se o caldeirão MH 0009, com 53 cm de diâmetro de bordo e 51 cm de altura, fabricado com chapas rebitadas em liga de cobre; de feição alongada e fundo côncavo, tinha dois orifícios circulares no bordo, por onde passaria a asa (Figura 2a). Na *Opera* (1570), de Bartolomeo Scappi[4], estes objectos têm forma globular e são representados ao lume, estando suspensos pela asa. Este seria o principal recipiente a bordo para a confecção das refeições. Exemplares semelhantes registam-se em sítios arqueológicos subaquáticos, como o navio inglês *Mary Rose*, afundado em 1545, no Reino Unido (Gardiner & Allen, 2005, p. 430)[5].

Também em liga de cobre, foi recuperado um provável copo medidor de pequenas dimensões (MH 0156) (Figura 2b), com aproximadamente 4 cm de diâmetro e 5,4 cm de altura. Apresenta uma divi-

4. https://www.flickr.com/photos/bibliodyssey/3353001583, consultado em Julho de 2017.

5. Embora não pareça ser o caso da peça em apreço, os caldeirões podiam também ser utilizados para conter alcatrão e breu, materiais utilizados nas reparações das embarcações durante as viagens. Veja-se a este propósito o «Diseño de las calderas y otras piezas de cobre que se usan en la Armada para envase de la pólvora de los navíos», do Archivo General de Simancas, *Secretaría de Guerra*, Legajos, 00749, acompanhado da carta de Pedro de Castejón ao Conde de Ricla (Ferrol, 15 de Maio de 1773). A bordo do navio Mary Rose, junto ao compartimento do carpinteiro de bordo, foi encontrado um caldeirão ainda com vestígios de uma substância resinosa-breu (Gardiner & Allen, 2005, p. 322).

sória no interior e uma pega decorada na zona do corpo. Apesar de não termos encontrado paralelos para este objecto, possivelmente seria utilizado na confecção das refeições.

O exemplar MH 0342 (Figura 2c), fabricado no mesmo material, poderá classificar-se como uma pequena bacia, objecto utilitário presente em todas as cozinhas coevas, para lavagem e confecção dos diversos tipos de alimentos[6]. De perfil completo, tem bordo revirado com aproximadamente 15,5 cm de diâmetro, fundo ligeiramente côncavo com 12 cm de diâmetro e uma forma hemisférica, medindo 6,5 cm de altura e cerca de 0,1 cm de espessura. O corpo e a base apresentam círculos incisos distantes 1 a 2,5 cm, sendo menos espaçados em direcção ao bordo.

Já o exemplar MH 4118 / MH 4514/ MH 4654 / MH 4684 reporta a porções do bordo e arranque do corpo de um contentor de maiores dimensões (Figura 2d). O bordo é aplanado, tem aproximadamente 37,5 cm de diâmetro e 1,8-2,2 cm de espessura, apresentando perfurações circulares, eventualmente para encaixa de asas; a espessura da parede conservada, de tendência vertical, ronda os 0,1 cm. Poderá corresponder também a uma bacia, ou então a uma panela, já que estes objectos surgem descritos como contendo cabos ou asas, servindo para cozer e confeccionar alimentos (Torres & Teixeira, no prelo).

Neste grupo enquadram-se alguns fragmentos de asas/pegas de formato rectangular, que poderão ter pertencido a tampas de panelas (MH 2339 e MH 5327), com comprimentos que variam entre 11,4 e 15,8 cm e altura entre 4 e 4,5 cm, sendo todas fabricadas em liga de cobre (Figura 2e, 2f). Exemplares semelhantes surgem nas ilustrações da Ópera (1570), de Bartolomeo Scappi[7].

Os materiais em liga de cobre, relacionados com a cozinha a bordo, foram recuperados um pouco por todo o sítio, sendo que a maior quantidade de asas neste material acaba por estar concentrada na zona de popa e na extremidade de bombordo do navio, relacionando-se com uma possível localização do espaço que poderia ser destinado à confecção de alimentos (Pereira, 2014, p. 20). No geral, as cozinhas nos navios da Carreira da Índia localizavam-se na penúltima coberta e dispunham de um ou dois fogões (Lopes & Frutuoso, 1995; Matos, 1998, p. 379). Os viajantes descrevem-nas como zonas muito quentes, cheias de fumo, densamente ocupadas nas horas destinadas à confecção de alimentos e frequentemente palco de disputas por um lugar no fogão[8]. De facto, todos queriam aquecer os seus alimentos, pelo que dois fogões podiam servir quatrocentas a quinhentas pessoas, provocando filas intermináveis (Lopes & Frutuoso, 1995). Se os oficiais de condição superior ou os viajantes mais abastados dispunham de serviçais para preparar a sua alimentação a bordo, esta tarefa era uma responsabilidade individual no caso dos marinheiros, soldados e demais passageiros (Domingues & Guerreiro, 1988, pp. 25-26). Refira-se que, em dias de tempestade ou mar agitado, os fogões não podiam acender-se por razões de segurança, provocando desânimo nas tripulações[9].

Os fogões podiam ser compostos por caixas de madeira cheias de areia, ou por estruturas construídas em tijolo e ferro, sobre as quais se assentavam os grandes caldeirões em cobre (Leitão & Lopes, 1990, p. 268). Por exemplo, no caso do navio *Mary Rose* a cozinha era constituída por dois fogões em cobre, assentes numa estrutura de tijolo, localizados no porão (Gardiner & Allen, 2005, pp. 423 e 429).

2.2. Mesa a bordo

Os artefactos em estanho recuperados na *Santo António de Taná* relacionam-se indubitavelmente com o consumo de alimentos a bordo. Fazendo parte da mesa das elites embarcadas, contam-se um prato (MH 5548), uma travessa (MH 3882), uma escudela com tampa (MH 3145 e MH 4529), colheres (MH 0135, MH 2190 e MH 6506) e jarros (MH 0054, MH 3864 e MH 6429).

6. A título de exemplo, no inventário dos bens de D. Teodósio, quinto Duque de Bragança (1563), referem-se bacias de várias dimensões (parte delas expressamente indicadas como "pequenas"), com um perfil tendencialmente hemisférico, para "**«cozer** farteis», «fazer tortas», «fazer confeitos», «lavar caça» ou «amassar pão»" (Torres & Teixeira, no prelo).

7. https://www.flickr.com/photos/bibliodyssey/335300 1583, consultado em Julho de 2017.

8. Por exemplo, o Conde Sarzedas na sua viagem à Índia refere um motim a bordo iniciado por causa do acesso ao fogão (Matos, 2001, pp. 43-44).

9. O viajante francês Pyrard de Laval descreveu no início do século XVII que "Tudo no navio estava repassado d'água, e avariado, o que era para nós de grande incomodo, porque em quatro dias e quatro noutes que durou a tempestade (. . .). Comiam só algum biscoito com um pouco de vinho, e não havia meio de cozinhar" (Laval, 1858, tomo I, pp. 21-22).

O prato (MH 5548, Fig. 3a) tem um fundo com 15,9 cm, paredes com cerca de 2,1 cm de altura e 1 cm de espessura e bordo em aba de 24,6 cm de diâmetro, sendo visível aqui uma marca composta por quatro elementos, dois deles em mau estado de conservação. O primeiro elemento da marca corresponde às letras P e M (PM) inseridas num escudo, ao passo que no segundo figura uma fivela; o terceiro elemento poderá corresponder a uma figura, talvez um leão coroado, sendo imperceptível a representação do quarto elemento. A verificar-se a hipótese do terceiro elemento corresponder a um leão coroado, poderá tratar-se de uma produção inglesa atribuída a Peter Morton (ou Mourton), que laborou entre 1675 e 1689. Globalmente, as proporções, a forma compartimentada e a composição da marca de contraste deste prato sugerem produções inglesas do século XVII[10].

Exemplares semelhantes a este prato do ponto de vista formal foram recuperados em vários contextos de naufrágio ibéricos da segunda metade do século XVI e de toda a centúria seguinte, como os seguintes: Oranjemund, perdido na Namíbia em 1530 (Chirikure & *alii*, 2010), *Espiritu Santo*, naufragado em 1554 em Padre Island (Castro, 2000, p. 8), St. John's, na Gran Bahama Island, de 1564 (Malcom, 1996), nos navios da Invencível Armada *Girona* (1588), *Santa Maria de la Rosa* (1588) e *Trinidad Valencera* (1588) (Castro, 2000, p. 8; Martin & Parker, 1999), no navio da Carreira das Índias *Atocha*, perdido na Florida em 1622 (Castro, 2000, p. 8), bem como os artefactos recuperados em Port Royal, na Jamaica, atribuíveis a finais do século XVII (1692) (Gotelipe-Miller, 1990). Surgem ainda em contextos subaquáticos portugueses: a presumível nau da Carreira da Índia *Nossa Senhora dos Mártires,* perdida à entrada de Lisboa em 1606 (Brigadier, 2002, p. 87); o sítio Faro A, possível embarcação britânica de finais do século XVII (Blot; Fraga & Caleja, 2005, pp. 294-295)[11]; os destroços da *Gran Principessa di Toscana*, naufragada em 1696 nas imediações do Cabo Raso, em Cascais (Cardoso, 2012, pp. 30-31 e 62). Para além dos achados arqueológicos, a presença deste tipo de pratos para consumo individual das elites é visível na iconografia da época, como a *Kitchen*, de Vincenzo Campi (1536-1591)[12].

Entre os vestígios foi também recuperada uma escudela com tampa em estanho (MH 3145 e MH 4529) (Figura 3b), possivelmente utilizada também para conter e servir alimentos à mesa (Weinstein, 2011, p. 164). Tem corpo de formato troncocónico com 6,6 cm de altura, bordo de 11,4 cm de diâmetro com ressalto para encaixar uma tampa com pega em forma de pinha, base em pé anelar destacado com 6,8 cm de diâmetro e duas asas trilobadas.

No mesmo material foram fabricadas três colheres. Uma mede 17,3 cm de comprimento, apresentando-se muito erodida; mostra vestígios de marca indecifrável no interior da concha e tem uma haste bífida com perfuração circular na extremidade de 0,3 cm de diâmetro (MH 0135, Figura 3c). Outra tem decoração em forma de laço na zona que une o cabo à concha, com 3,7x2,9x0,2 cm, sendo o comprimento total de aproximadamente 8 cm (MH 2190, Figura 3d). Por fim, a terceira é mais simples, com haste recta incompleta de 3 cm de comprimento; o comprimento total da porção preservada é de 13,9 cm, a parte da concha tem 4,7x6,4 cm, de profundidade tem 0,9 cm e de espessura 0,15 cm (MH 6506; Figura 3e). Exemplares de colheres semelhantes surgem representadas no naufrágio de Saint-Quay-Portrieux, da primeira metade do século XVIII (Herry, 2004, p. 102), ou no *Elizabeth and Mary*, naufragado no Québec, em 1690 (Lefèvre, 2000, p. 48).

Também para serviço de mesa recuperaram-se jarros de pequenas dimensões e de formato globular, utilizados para servir líquidos. Um deles é de pequenas dimensões, muito erodido, com bico vertedor relativamente bem preservado; tem bordo com 8,4x13cm e de altura preserva 10,8 cm (MH 0054, Figura 3h). Outro mostra tampa com asa acoplada, assenta em pé destacado e ostenta bico vertedor; tem 3,6 cm de diâmetro da base e cerca de 6,6 cm de altura (MH 3864, Figura 3f). Por fim, o terceiro é de formato piriforme, com tampa acoplada à asa e assenta em pé destacado; apresenta de diâmetro da base 3,7 cm e de altura 8,5 cm (MH 6429, Figura 3g). Exemplares semelhantes do ponto de vista formal encontram-se na colecção do Museu de Londres, datados do século XVI (Weinstein, 2011, p. 91), assim

10. Agradecemos a informação gentilmente cedida pelo Dr. Andrew Ferrar, da Pewter Society.

11. No sítio de Faro A foram recuperados vários pratos de estanho também com marcas, identificadas como pertencentes à família inglesa Edgcombe.

12. Pintura a óleo conservada na Pinacoteca di Brera, Milão (http://pinacotecabrera.org/en/collezione-online/opere/cucina/), consultado em Julho de 2017.

como no espólio recuperado no navio de Red Bay, do século XVI (Dunning, 2007, pp. 237-238). Refira-se a descoberta de asas de formato curvo fabricadas em liga de cobre (Figura 3i), que poderão ter pertencido a jarros (MH 1360, MH 4003, MH 4004, MH 4585 e MH 4863).

A travessa (MH 3882) (Figura 3j) tem o bordo largo, formato oval e é rasa. O diâmetro do bordo é de 16,5 cm, a altura é de 9,8 cm e o diâmetro da base é de 11,4 cm. Estas peças deveriam ser utilizadas para servir os alimentos à mesa, não se podendo eliminar a hipótese de serem suporte dos jarros anteriormente descritos, visto que as dimensões são perfeitamente compatíveis. Exemplares semelhantes surgem em iconografia seiscentista, nomeadamente na pintura de *Santa Luzia*, datada do último terço do século XVII, atribuída com reservas a Bento Coelho (Sobral, 2004, p. 192).

A grande maioria dos materiais em liga de estanho e, portanto, relacionados com a mesa de bordo, foram recuperados na popa do navio, o espaço destinado aos aposentos do capitão e oficiais superiores da embarcação (Pereira, 2014, p. 81). Durante a época moderna, à semelhança do que acontecia com o vestuário (Teixeira & Gil, 2012, pp. 671-682), a hierarquia entre oficiais e marinheiros também se reflectia nos objectos de consumo alimentar. Com efeito, os objectos de mesa e destinados a servir alimentos estariam apenas associados a altos oficiais, como se pode ler na eloquente descrição do viajante neerlandês Jan Huygen Linschoten, relativa às suas viagens na Carreira da Índia na década de 1580: o "piloto, o mestre e o contra-mestre deixam-se servir muito magnificentemente, com as suas canecas, bacias, copos e travessas de prata, cada qual por si, conforme a sua posição, pelos seus escravos e servidores, tendo grande abundância de todas as coisas" (Linschoten, 1997, p. 315). A referência à prata pode ser excessiva, mas fica clara a proeminência dos objectos metálicos na alimentação da elite embarcada. Já a maioria dos tripulantes possuiria apenas um recipiente para consumir as suas refeições, nomeadamente de cerâmica (Sasson, 1981, pp. 122-128) ou madeira (Brigadier, 2002, p. 83).

2.3. Os utensílios em madeira

No que concerne os utensílios em madeira foram encontrados sete recipientes e alguns fragmentos. No geral o conjunto pode ser dividido em dois grupos: um com objectos de diâmetros de bordo entre 30 a 38,5 cm e outro com utensílios maiores, de bordo entre os 53 e os 66 cm.

No primeiro grupo destacamos uma peça (MH 0623, Figura 4a) com 30,7 cm de diâmetro e com apenas 3,8 cm de altura, que corresponderá a um prato associado ao consumo de alimentos. Apresenta forma hemisférica com bordo introvertido demarcado interiormente, com lábio de secção semicircular, paredes baixas de feição curva, assente em base plana.

Outra peça (MH 0571, Figura 4b) apresenta bordo rectilíneo de 33 cm de diâmetro, forma troncocónica com 9cm de altura máxima e base plana com 30 cm de diâmetro, parecendo também poder classificar-se como um prato para consumo de alimentos. Contudo, o bordo apresenta um ressalto, muito semelhante ao encaixe para uma tampa, apresentando vestígios de pintura a vermelho, características que podem remeter para outro tipo de utilização, por exemplo o armazenamento ou preparação de alimentos.

O recipiente MH 0602 (Figura 4c) tem bordo rectilíneo com 38,5 cm de diâmetro e com lábio de secção semicircular, também apresenta forma troncocónica, com 11 cm de altura, e a base é plana com 29 cm de diâmetro. Apresentava marcas de desbaste nas superfícies interior e exterior. Tinha ainda a particularidade de conservar vestígios de esteira junto à base, fazendo supor uma utilização junto ao chão do navio.

No segundo grupo destacam-se duas peças de dimensões muito semelhantes e com o mesmo tipo de acabamento na parte superior do bordo, constituído por cinco caneluras (MH 0604 e MH 0645, Figura 4d, 4e). O diâmetro do bordo das peças é respectivamente 53 e 55 cm, a altura é de 14,8 e 15,5 cm e o diâmetro da base é em ambos os exemplares de 44 cm. Porém, enquanto o primeiro exemplar tem bordo rectilíneo com lábio de secção semicircular, paredes de feição curva e base plana, o segundo apresenta uma feição troncocónica, sendo que este último mostra marcas de desbaste idênticas ao mencionado MH 0602.

Os recipientes MH 0603 e MH 0656 são os de maiores dimensões (Figura 4f, 4g). Enquanto o primeiro tem bordo ligeiramente extrovertido com lábio de secção semicircular e 66 cm de diâmetro, paredes de tendência curva com 18cm de altura e base plana com 48,5 cm de diâmetro, o segundo apresenta paredes de feição troncocónica com 10,8 cm de altura, bordo com 56 cm de diâmetro e fundo plano de 41,8 cm.

Este tipo de utensilagem, também chamada "loi-

ça de pau", já era produzida em Portugal no século XIV (Sousa & Lizardo, 2012, p. 64). No inventário de bens da Infanta D. Beatriz, datado de 1507, são mencionados vários utensílios deste tipo, em particular gamelas, trinchos, "bandejas com coberturas e sem elas", escudelas, bacios, salsinhas, saleiros e castiçais (Freire, 1914, pp. 97-108).

Na verdade, estes objectos de grandes dimensões remetem-nos para uma eventual utilização em alimentação colectiva, comum em populações da costa oriental africana e mesmo no Hindustão. Uma relação coeva sobre o cerco de Mombaça é bastante elucidativa sobre o avultado número de indianos que constituía a tripulação desta armada[13], como aliás era prática corrente no Estado da Índia, devendo adicionar-se a este facto a circunstância da *Santo António de Taná* ter passado por Moçambique antes do seu derradeiro e fatal recontro, integrando-se na armada naturais desta região africana.

No contexto insular atlântico foi esta mesma a interpretação conferida aos objectos aí identificados, mas a comparação foi feita com a América do século XVII, onde uma baixela de madeira seria colocada no centro da mesa para utilização colectiva, ficando a louça de importação, como a porcelana, num lugar de destaque meramente expositivo. Em meados do século XVIII, com o aumento do processo de individualização no que à refeição diz respeito, a baixela de madeira deu lugar a estas louças de importação, que afastaram cada comensal do contacto com o outro (Sousa & Lizardo, 2012, p. 351).

Todos os recipientes de madeira estudados foram encontrados na mesma quadrícula da escavação da *Santo António de Taná* (26H), à excepção de um exemplar (MH 0656). Esta área da intervenção foi associada a objectos de carpinteiro e calafate (Pereira, 2014, pp. 76-77). Na verdade, a par daquela função alimentar, não é de excluir que os utensílios em madeira da fragata possam corresponder a outras funções, embora não haja vestígios de qualquer substância associada ao trabalho daqueles oficiais.

Em sítios de naufrágio do século XVI, como o *Mary Rose* ou o navio de Red Bay, foram encontradas peças em madeira, nomeadamente tigelas e pratos, associadas ao consumo de alimentos a bordo, mas estes apresentavam menores dimensões do que as peças da embarcação naufragada em águas do Índico (Gardiner & Allen, 2005, p. 422-498; Gusset, 2007, pp. 197-203). Uma origem étnica distinta da maioria da marinhagem, associada a hábitos alimentares diversos, pode justificar as diferenças destes recipientes básicos de provável uso alimentar. Note-se que na *Santo António de Taná* foram exumadas cerâmicas de origem africana, associadas àqueles elementos não-europeus que constituíam a esmagadora maioria da tripulação (Sasson, 1981, pp. 97-130), facto também evidente no navio *San Diego*, onde diferentes recipientes em barro encontrados a bordo foram associados a uma tripulação filipina (Carré, Desroches & Goddio, 1994, pp. 170-173).

3. COZINHAR E COMER A BORDO

As transformações que ocorreram entre os séculos XVI-XVII tiveram influência na dieta alimentar da sociedade portuguesa (Braga, 2011), com a introdução de diferentes alimentos e temperos. Este processo, desencadeado pela expansão marítima portuguesa, foi assimilado de forma diferente pelos diversos estratos sociais, que consumiam de acordo com a sua condição. Também a bordo dos navios a sociedade replicava-se nas suas diferenças, sendo todas elas condicionadas pelo tempo da viagem e pelo espaço de armazenamento de víveres a bordo, ou seja, as próprias possibilidades logísticas.

No século XVII o mantimento das tripulações nas naus da Carreira da Índia era responsabilidade dos Armazéns da Guiné e da Índia. Água, vinho, carne seca (presunto, por exemplo), queijos, biscoito, farinha, cebolas, grão, lentilhas, alhos, açúcar, ameixas, amêndoas, mel, sal, azeite, especiarias, frutas frescas e vegetais eram alimentos essenciais a bordo e faziam parte da ração de marinheiros e soldados, além de alguma pesca de subsistência (Matos, 1998, pp. 377-378)[14].

13. A relação do cerco de Mombaça existente na Biblioteca Nacional, *Fundo Geral*, Códice 584, fol.20, caracteriza desta força a componente humana da armada à saída da Índia: "constaua de duas Fragatas, e duas Galeotas com quatrocentos homens de Guerra, e com a lotação dos Marinheiros que era necessaria; he verdade que neste numero de soldados, e Marinheiros entrauão muitos naturaes; porem estes tambem são homens, e não sabemos que os Arabios sejão mais brancos do que elles; e nas occazioens prouão as vezes muito melhor que outros, que cuidão que o valor se não pode cobrir com huma coura preta". Agradecemos a Pedro Pinto a disponibilização deste documento.

14. Por exemplo, em 1655 na viagem de Lisboa para Goa o Conde de Sarzedas refere um dia de muita pescaria (Matos, 2001, p. 44).

De destacar o biscoito, a água e o vinho, que muitas vezes chegavam a ser o único sustento das tripulações. O biscoito constituía uma espécie de bolo de farinha de trigo muito rijo, não fermentado, pequeno, achatado, redondo ou quadrado. Para lhe retirar a humidade e conservar-se durante mais tempo sofria duas ou quatro cozeduras, no caso de viagens mais curtas ou mais longas (Leitão & Lopes, 1990, p. 96). O vinho dava alento e levantava os ânimos, chegando alguns tripulantes a vender a sua porção em troca de outros alimentos; a sua importância, a par da água, justificava que a sua distribuição a bordo se fizesse diariamente, ao contrário de outros mantimentos (Matos, 1998, p. 378 e 393).

Além destes provimentos, alguns tripulantes mais remediados poderiam levar outros, geralmente poucos, para acrescentar aos que lhes eram distribuídos, por exemplo azeitonas, chouriços e até algum barril de água. Outros, menos afortunados, nada mais levavam e tinham de se sustentar apenas com a ração que lhes era fornecida.

Já os mais favorecidos, como altos oficiais e membros do clero, tinham oportunidade de transportar consigo uma maior quantidade e variedade de alimentos e víveres. Desta lista faziam parte os animais vivos – ovelhas, porcos e galinhas – pão, ovos, azeitonas, queijos, frutas frescas e secas, conservas e doces variados, como as ginjas, as ameixas e marmelada (Matos, 1998, pp. 385-386) . Além da variedade de produtos era comum transportarem também algum excedente dos produtos fornecidos pela Coroa; biscoito, água e vinho constituíam algumas dessas vitualhas[15]. Note-se ainda que era comum estes senhores levarem a seu cargo um conjunto de serviçais, ficando, por isso, responsáveis pelo seu mantimento, o que obrigava também ao carregamento de uma quantidade maior de víveres para sustento durante a viagem (Mocquet, 1996, p. 144; Matos, 2001, p. 75).

Além de uma maior disponibilidade económica, a matalotagem de maiores quantidades de alimentos ficava a dever-se ao espaço disponível que os senhores tinham a bordo para arrumar as suas cargas. Com efeito, os tripulantes com menores recursos não dispunham de qualquer compartimento fechado onde pudessem acomodar os seus bens, ficando sujeitos a roubos e à deterioração dos mantimentos por falta de condições de salubridade e pela acção nociva das pragas a bordo, como as baratas e os ratos (Guerreiro, 1998, pp. 420-421; Mocquet, 1996, pp.48).

As más condições de salubridade dos navios, assim como a necessidade de prolongar o tempo de consumo dos alimentos, faziam com que uma grande parte dos mantimentos fosse transportada salgada ou fumada. Era o caso da pescada, preparada em salmoura, do arenque e do salmão, preparados em fumeiro ou também em salmoura, e do cação, consumido abundantemente seco ao sol e acondicionado em barris (Matos, 1998, p. 384). A este propósito é de referir que foram recuperados entre os vestígios da *Santo António de Taná* restos de sementes e frutos, espinhas de peixe e restos de mamíferos que deveriam ter sido consumidos a bordo pelas tripulações e passageiros (Piercy, 1998).

Os materiais agora publicados revelam o potencial do estudo da vida a bordo. Estas estruturas constituíam verdadeiras micro-sociedades, organizadas e hierarquizadas, que replicavam os hábitos, costumes e credos das suas áreas de proveniência. O espólio é também ele revelador da multiplicidade étnica que dava corpo à presença portuguesa na Ásia, em terra, como no mar. A bordo seguia um número reduzido de portugueses e sobretudo muitos nautas indianos e africanos. A estratificação social reflectia-se também nos pequenos objectos do quotidiano.

Os aposentos do capitão e oficiais superiores situavam-se na zona da popa da embarcação, tendo aí sido recuperados objectos de iluminação, instrumentos náuticos, elementos pertencentes a armas individuais, como mosquetes e espadas, peças de mobiliário, cerâmicas mais finas, como a faiança e a porcelana, objectos de prata, moedas, contas de colar, joalharia de azeviche, peças de vestuário, de higiene e objectos relacionados com o entretenimento (Pereira, 2014, p. 81). Também nesta zona do navio há uma maior concentração dos materiais metálicos associados à mesa, seguramente apanágio das elites embarcadas, não obstante alguma dispersão pelo sítio arqueológico (Figura 1d).

Já no caso da cozinha, de acordo com análise da dis-

15. De facto, apesar da despensa de bordo ser bem aprovisionada de biscoito, em 1631 o capitão António de Saldanha carregou para a viagem rumo à Índia uma boa quantidade de pão, sob a forma de biscoito branco, de cuscuz, de bolos de açúcar, «biscoitinhos» e até bolos de açúcar e amêndoas envolvidos em farinha de trigo, que deveriam ser bem tostados no forno e confeccionados sem manteiga. Os frutos secos, a fruta fresca e os legumes eram muito apreciados na ementa, servindo também no tratamento das maleitas (Matos, 1998, pp. 385-386).

persão dos materiais relacionados com este espaço, podemos observar que se concentram maioritariamente na zona de proa, apesar de estarem muito dispersos na extremidade bombordo, já fora do casco do navio (Figura 1d). O interior do casco, na extremidade de bombordo, era dividido por compartimentos destinados a armazenamento, sendo esta a área afecta a actividades de carpinteiro e de calafate (Pereira, 2014, p. 77), onde se encontravam todos os recipientes de madeira concentrados (Figura 1d). O espólio recuperado e aqui estudado representará, contudo, apenas uma amostra do que era transportado a bordo de um grande navio de guerra, com mais de três centenas de indivíduos.

BIBLIOGRAFIA

BLOT, Jean-Yves; FRAGA, Tiago; CALEJA, Pedro (2005) – Faro A, um sítio de naufrágio ao largo do Algarve. In *Xelb 5. Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 17 e 18 de Outubro de 2003)*. Silves: Câmara Municipal de Silves, pp. 283-304.

BOXER, C. R.; AZEVEDO, Carlos de (1960) – *Fort Jesus and the Portuguese in Mombasa*. London: Hollis & Carter.

BRAGA, Isabel Drumond (2011) – Dos Tachos e Panelas aos Açucareiros e Bules. Recipientes para Confeccionar e Servir Alimentos em Portugal na Época Moderna. In *Revista História: Questões & Debates*, 54, pp. 71-101.

BRIGADIER, Sara (2002) – *The Artifact Assemblage From the Pepper Wreck: An Early Seventeenth Century Portuguese East-Indiaman That Wrecked in the Tagus River*. Master of Arts presented to the Texas A&M University.

CARDOSO, João Pedro (2012) – *Sobre os destroços da Gran Principessa di Toscana, naufragada em 1696 nas imediações do Cabo Raso, Cascais*. Cascais: Junta de Freguesia de Cascais.

CARRÉ, Dominique; DESROCHES, Jean-Paul; GODDIO, Franck (1994) – *Le* San Diego*: un trésor sous la mer*. Paris: Association Française d'Action Artistique / Réunion des Musées Nationaux.

CARVALHO, Patrícia (2008) – *Estaleiros de construção naval na Índia Portuguesa*. Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

CASTRO, Filipe (2000) – *Pewter plates from São Julião da Barra, a 17th century site at the mouth of the Tagus River, Lisbon, Portugal*. Texas: College Station. Disponível em www: URL: http://nautarch.tamu.edu/shiplab/00-pdf/Castro%202000%20-%20CNANS%20-%20Pewter%20from%20SJB.pdf [Consultado a 12 Novembro 2014].

CHIRIKURE, Shadreck; SINAMAI, Ashton; GOAGOSES, Esther; MUBUSISI, Marina; NDORO, Webber (2010) – Maritime Archaeology and Trans-Oceanic Trade: A Case Study of the Oranjemund Shipwreck Cargo, Namibia. *Journal of Maritime Archaeology* 5(1), pp. 37-55.

DOMINGUES, Francisco Contente; GUERREIRO, Inácio (1989) – Os Portugueses no Oriente. A evolução da Carreira da Índia até aos inícios do século XVII. In

DUNNING, Phil (2007) – Domestic Metal. In GRENIER, Robert; BERNIER, Marc-Andre; STEVENS, Willis (eds.) – *The Underwater Archaeology of Red Bay: Basque shipbuilding and walling in the 16th century*. Ottawa: Parks Canada. Vol. II, pp. 237-241.

FREIRE, Anselmo Braamcamp (1914) – Inventario da Guarda-Roupa de D. Manuel. *Archivo Historico Portuguez*, Vol. IX, pp. 64-110.

GARDINER, Julie; ALLEN, Micheal J. (2005) – *Before the mast: Life and death aboard the Mary Rose*. United Kingdom: Oxbow Books (The Archaeology of the Mary Rose, 4).

GOTELIPE-MILLER, Shriley (1990) – *Pewter and Pewterers from Port Royal, Jamaica: flatware before 1692*. University of California.

GUERREIRO, Inácio (1998) – "A vida a bordo na Carreira da Índia. A torna-viagem". In *Actas do Colóquio A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, pp. 415-432.

GUSSET, Gérard (2007) – Wooden tableware and few small wooden artifacts. In GRENIER, Robert; BERNIER, Marc-Andre; STEVENS, Willis (eds.) – *The Underwater Archaeology of Red Bay: Basque shipbuilding and walling in the 16th century*. Ottawa: Parks Canada.

HERRY, Nolwenn (2004) – Report on finds from the Saint--Quay-Portrieux Wreck, France. *The International Journal of Nautical Archaeology* 33.1, pp. 96-105.

KIRKMAN, James (1972) – A Portuguese wreck of Mombasa, Kenya. *International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*, 1, pp. 153-157.

KIRKMAN, James (1974) – *Fort Jesus. A Portuguese Fortress on the East African Coast*. Oxford: Oxford University Press.

LAVAL, Pyrard (1998) – *Voyage de Pyrard de Laval aus Indes orientals (1601-1611)*. Tomos I e II. Paris: Éditions Chandeigne.

LEFÈVRE, Michel (2000) – 1690. *The Siege of Quebec. The Story of a Sunken Ship*. Montréal: Pointe-à-Callière.

LEITÃO, Humberto; LOPES, J. Vicente (1990) – *Dicionário da Linguagem de Marinharia Antiga e Actual*. 3.ª edição. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

LINSCHOTEN, Jan Huygen (1997) – *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas* (POS, Arie; LOUREIRO, Rui, ed.). Lisboa: Comissão Nacinal para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

LOPES, António; FRUTUOSO, Eduardo (1995) – *A vida a bordo nas naus da Carreira da Índia* (Texto inédito preparado em 1995 para publicação na obra História do Quotidiano em Portugal, então em produção pela Editorial Presença, mas que não chegou a ser editada). [Consultado a 12 Novembro 2014]. Disponível em WWW: URL: http://nautarch.tamu.edu/shiplab/projects%20ir%20vidaabordo1.htm.

MALCOM, Corey (1996) – *St. John's Bahamas Shipwreck Project. Interim Report I: the excavation and artifacts (1991--1995)*. Florida: Mel Fisher Maritime Heritage Society, Inc.

MARTIN, Colin; PARKER, Geoffrey (1999) – *The Spanish Armada. Revisited edition*. United Kingdom: Mandolin.

MATOS, Artur Teodoro de (1998) – "«Quem vai ao mar em terra se avia». Preparativos e recomendações aos passageiros da Carreira da Índia no século XVII". In *Actas do Colóquio A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, pp. 377-394.

MATOS, Artur Teodoro de (ed.) (2001) – *Diário do Conde de Sarzedas Vice-Rei do Estado da Índia (1655-1656)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

PEREIRA, Mariana (2014) – *Organização interna e distribuição da carga a bordo da fragata "Santo António de Taná" (1697)*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PIERCY, Robin (1977) – Mombasa wreck excavation, Preliminary report, 1977. *International Journal of Nautical Archaeology*. 6.4, pp. 331-47.

PIERCY, Robin (1978) – Mombasa wreck excavation, second preliminary report. *International Journal of Nautical Archaeology*. 7.4, pp. 301-19.

PIERCY, Robin (1979) – Mombasa wreck excavation. Third preliminary report, 1979. *International Journal of Nautical Archaeology*. 8.4, pp. 303-09.

PIERCY, Robin (1981) – Mombasa wreck excavation. Fourth preliminary report, 1980. *International Journal of Nautical Archaeology*. 10.2, pp. 109-18.

PIERCY, Robin (1998) – A Escavação do Santo António de Tanna, um navio português naufragado no porto de Mombaça. *almadam*. Almada. S. IIª, 7, pp. 135-40.

SASSOON, Hamo (1981) – Ceramics from the wreck of a Portuguese ship at Mombasa. *Azania*. Nairobi. 16, pp. 97-130.

SILVA, Tiago (2017) – *O vidro a bordo nos séculos XVII-XVIII: uma perspectiva comparada a partir dos casos da fragata Santo António de Taná e do naufrágio Baía da Horta 1 (BH--001)*. Tese de mestrado apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

SOBRAL, Luís de Moura (2004) – *Pintura Portuguesa do século XVII. História, lendas, narrativas*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

SOUSA, Élvio; LIZARDO, João Palla, coord. (2012) – *"Sero Nimis" ou "Ao Amor ninguém Escapa". A propósito da Loiça de Mesa entre os séculos XV a XVIII*. Machico: Câmara Municipal do Machico.

TEIXEIRA, André (2010) – *Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)*. Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

TEIXEIRA, André; GIL, Luís Serão (2012) – "Cada botão sua casaca: indumentária recuperada nas escavações arqueológicas da fragata *Santo António de Taná*, naufragada em Mombaça em 1697". In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM, pp. 671-682.

TORRES, Joana Bento; TEIXEIRA, André (no prelo) – "Com o lume aceso: as cozinhas do paço ducal de Vila Viçosa no século XVI". In HALLET, Jessica; SENOS, Nuno (ed.), *De Todas as Partes do Mundo. O Património do Duque de Bragança D. Teodósio I*. Lisboa: Tinta-da-China.

WEINSTEIN, Rosemary (2011) – *The Archaeology of Pewter Vessels in England 1200-1700: A Study of Form and Usage*. Durham: Durham University E-Theses.

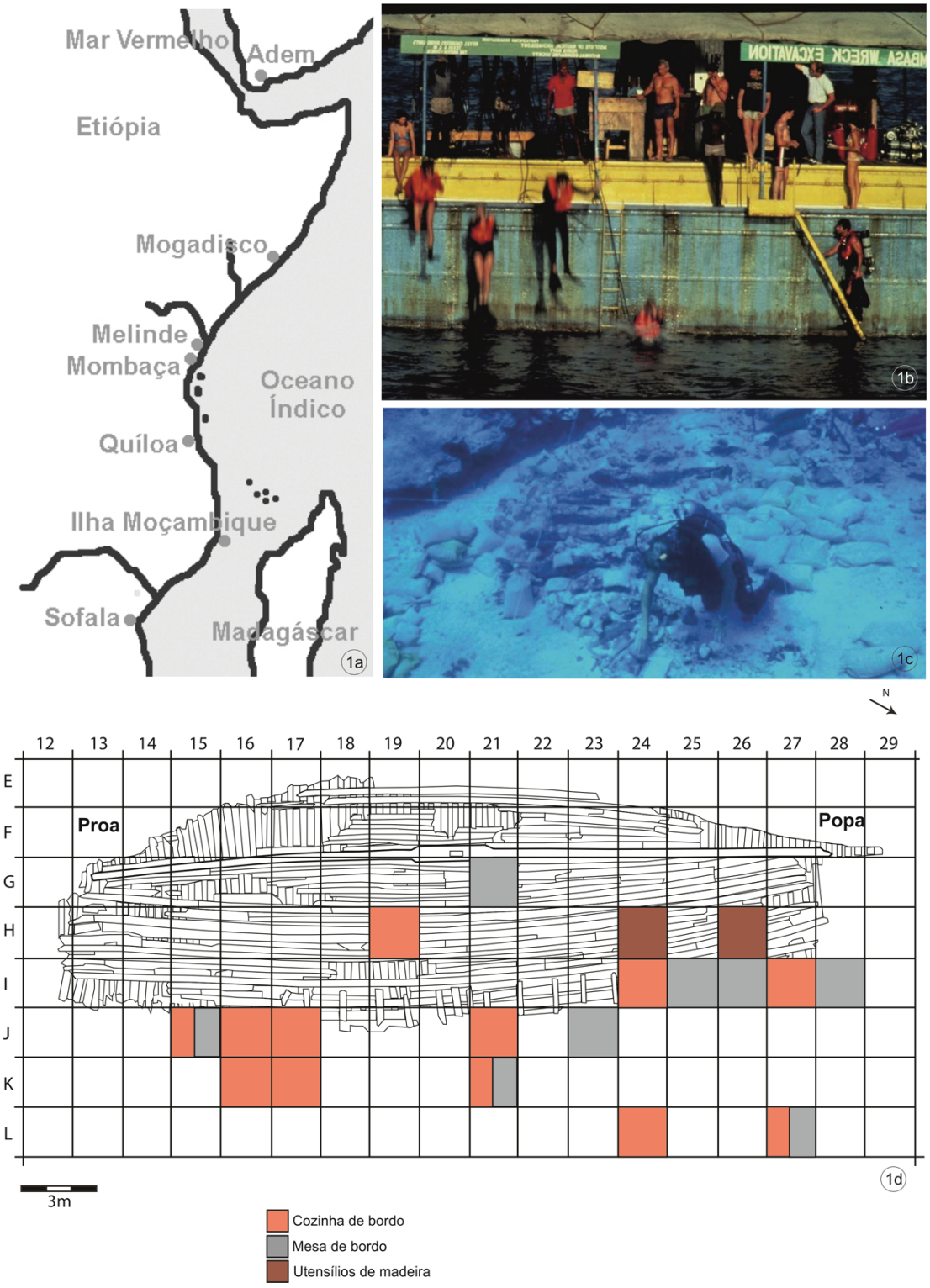


Figura 1 – a) Mapa da costa oriental africana com a localização de Mombaça (actual Quénia); b) Aspecto dos trabalhos à superfície (imagem cedida por Robin Piercy); c) Pormenor dos trabalhos de escavação no casco da fragata *Santo António de Taná* (imagem cedida por Robin Piercy); d) Planta do sítio arqueológico (a partir de Robin Piercy), com a dispersão dos materiais por categoria.



Figura 2 – Materiais em liga de cobre. a) Caldeirão; b) Copo medidor; c) – d) Bacia; e) – f) Asas de panela.



Figura 3 – Materiais em liga de estanho. a) Prato com marca; b) Escudela com tampa; c) – e) Colheres; f) – h) Jarros; i) Asa de possível jarro; j) Travessa.

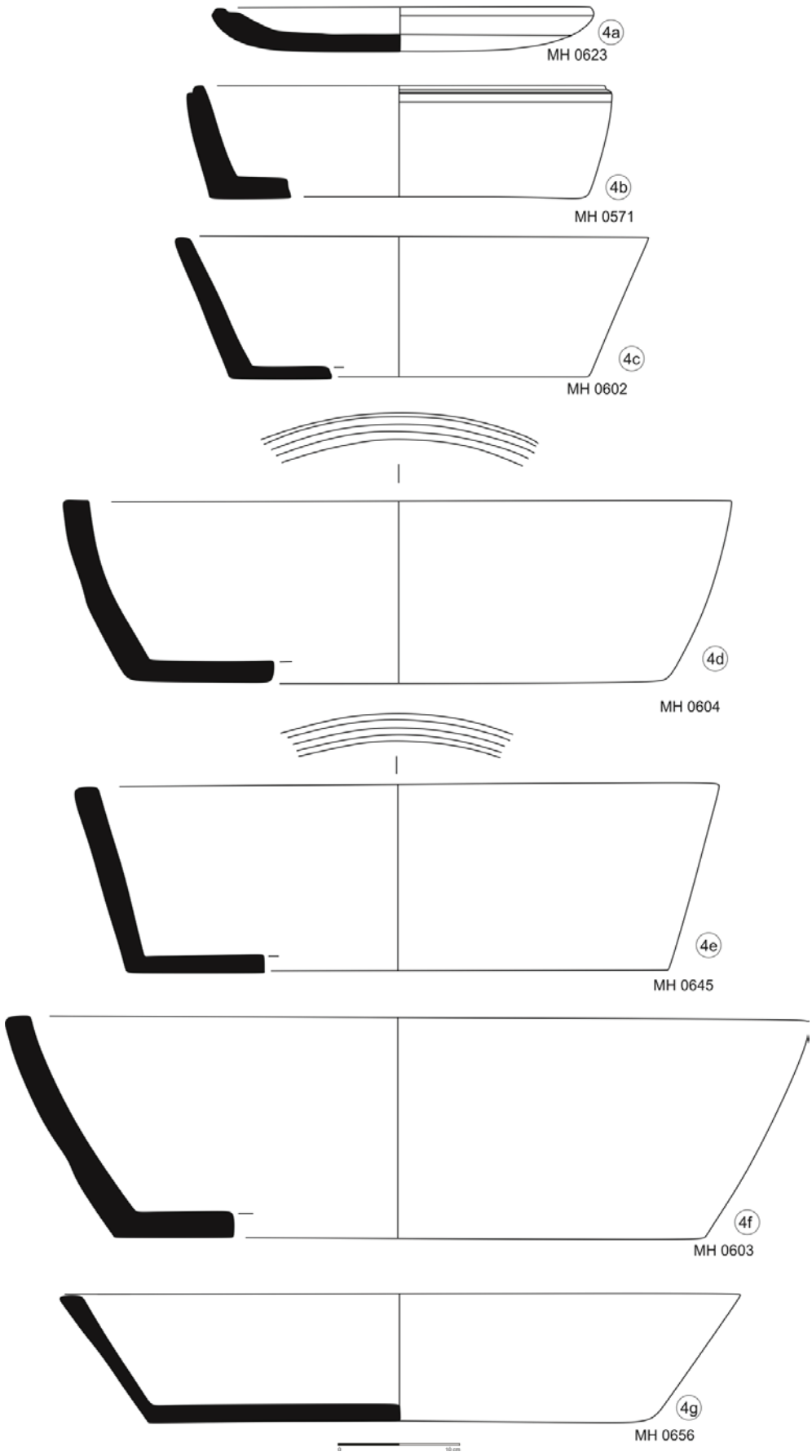


Figura 4 – Utensílios em madeira.

RESULTADOS PRELIMINARES DA PRIMEIRA CAMPANHA DA MISSÃO ARQUEOLÓGICA PORTUGUESA EM SHARJAH (EAU). ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA EM QUELBA/KALBA

Mário Varela Gomes[1], Rosa Varela Gomes[2], Rui Carita[3], Kamyar Daryoush Kamyab[4]

RESUMO

Decorreu, na primeira quinzena de Janeiro de 2017, escavação arqueológica no local da antiga fortaleza de Quelba/Kalba (Sharjah, EAU), onde os portugueses estiveram a partir de 1624, sobre a qual existem referências literárias e desenhos das suas estruturas. Na actualidade aquela encontrava-se totalmente desaparecida, dado que terá sido propositadamente arrasada e os seus restos cobertos por areias. A nossa intervenção pôs a descoberto o lado nascente de tal estrutura, um poço existente no seu interior e, no exterior, pavimentos, buracos de poste e tina, assim como artefactos atribuíveis a período compreendido entre finais do século XVI e o século XVIII. Entre estes conta-se numisma persa, fragmentos de cerâmica com aquela mesma procedência, outros de origem regional, assim como de porcelanas chinesas, um dos quais com inscrição em árabe. Também se exumaram testemunhos de fauna a par de restos vegetais incarbonizados.

Palavras-chave: Quelba/Kalba, Emirado de Sharjah, Fortificação, Artefactos.

ABSTRACT

In the first two weeks of January 2017 an archaeological excavation took place at the site of the former Quelba/Kalba (Sharjah, UAE) fortification where the Portuguese settled in 1624 leaving some drawings and written documents. Nowadays the fortification walls are completely gone since the settlement was intentionally destroyed and covered with sand. The excavation revealed the east wall remains of this fortification with a well inside, plaster floors, post-holes and one small tank outside. Artefacts dated from the late 16th to the 18th century were abundantly found, including a Persian coin. Pottery is the most abundant type of finds with Persian productions, locally made vessels and several Chinese porcelain fragments, including one with an Arab inscription. As expected, zooarchaeological and carbonized vegetal remains also manifest the daily life at this site.

Keywords: Quelba/Kalba, Sharjah Emirate,Fortification, Artefacts.

1. OBJECTIVOS, PROBLEMÁTICAS E MEIOS

A Missão Arqueológica Portuguesa no Emirado de Sharjah, no Golfo de Omã, tem como principal objectivo a detecção e estudo dos vestígios da presença portuguesa antiga (séculos XVI a XVIII) e o elencar das problemáticas derivadas da interacção daquela com o poder e as populações locais. Assim, apesar da existência de fortificações cuja arquitectura e processos de edificação denunciam claramente tal presença, são muito poucos os artefactos que a confirmam. Grande parte dos dispositivos defensivos,

1. Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa; mv.gomes@fcsh.unl.pt

2. Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa; rv.gomes@fcsh.unl.pt

3. Universidade da Madeira; Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa; ruicarita@netcabo.pt

4. Sharjah Archaeology Authority; kmr.kmb@gmail.com

possuindo origem ou adaptações da responsabilidade dos Portugueses naquela região foi já intervencionada, tanto em termos arqueológicos como através de restauros recentes, talvez nem sempre segundo os padrões usados na Europa, pelo que decidimos iniciar as nossas investigações no Emirado de Sharjah explorando a área onde se terá erguido a primitiva fortificação de Quelba, que textos portugueses do século XVII sucintamente descrevem.

Apenas a tradição local e fotos aéreas, já com alguns anos, indiciavam a presença de antiga estrutura, mostrando planta de forma quadrangular. Alguns materiais encontrados à superfície do solo, a quando de visita explanatória efectuada em 2016, nomeadamente fragmentos de recipientes de cerâmica, abrangiam leque cronológico do século XVI ao XIX e nenhum claramente se considerou português.

Importava identificar os dispositivos defensivos, compará-los com os desenhos existentes, estudar métodos e processos construtivos, detectar as suas instalações e equipamentos, como fornos, poços e silos, assim como restos dos artefactos utilizados nos quotidianos ali ocorridos, de modo a contribuírem para a restituição paleoetnológica das realidades então vividas, não descurando a identificação de redes de relações comerciais e culturais, ou o cruzamento dos quadros ideológicos naquela região do Índico.

A campanha cujos resultados preliminares agora se apresentam pela primeira vez, decorreu de 1 a 15 de Janeiro do presente ano, e integra projecto a decorrer durante cinco anos, ao abrigo de protocolo entre a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a Sharjah Archaeology Authority of the Government of Sharjah, que conta com o beneplácito de Sua Alteza Real Doutor Sheikh Sultan III bin Muhammad Al-Qasimi, emir de Sharjah, assim como com o apoio do Doutor Sabah Abbood Jasim, Director General of SAA, e do seu Director of Excavations and Archaeological Sites, Doutor Eisa Yousif, instituição que suportou inteiramente as despesas com transportes, estadas e a logística inerente aos trabalhos de campo. Nestes, além dos signatários, participaram alunos dos 3º, 2º e 1º Ciclos em Arqueologia da FCSH da UNL, fazendo, ainda, parte da equipa da missão portuguesa os Professores Fernando Almeida (UA), que connosco ali esteve, Pedro Callapez (UC), Miguel Telles Antunes (UNL), Luís Filipe Vieira Ferreira (IST) e Carmen Barceló Torres (UV).

2. HISTÓRIA DO SÍTIO

Os contactos dos Portugueses liderados por Afonso de Albuquerque com a costa dos futuros Emirados Árabes Unidos dada de cerca de 1507, quando da primeira tentativa de fixação daqueles na ilha de Ormuz, só conseguida em 1514. A presença portuguesa articulou-se a partir de Ormuz com o complexo fortificado de Mascate, registando-se ao longo do século XVI relações quase permanentes com as várias povoações intermédias que, tal como as principais, mudaram várias vezes de tutela.

Tomé Pires que por ali viajou, nos inícios de quinhentos (1512-1515), escreveu sobre a Península Arábica, referindo que *"nom tem* çidades *nem Rey viuem em cabilas* (= tribos) *he gente de Rapina & mujto salvagem"*, não deixando de mencionar Calahate, Mascate e Curiate, tal como Ormuz (Cortesão, 1978, p. 143).

A fortaleza então designada de Quelba, hoje Kalba, segundo António Bocarro (1646, fls 138-139), foi tomada por Gaspar Leite, em Março de 1624, seguindo determinação do capitão-mor Rui Freire de Andrade (Cardi, 1971, pp. 232, 233; Ziolkowski, 2002, p. 95).

Aquela ocorrência reflecte estratégia económica desenvolvida pelos Portugueses na região do Golfo Arábico-pérsico e, no presente caso, justificada pela reconquista da ilha de Ormuz, em Maio de 1622, dado que Kalba terá sido da obediência ao seu sultão. Como regista texto de Manuel Godinho de Herédia, Kalba teria então *"governando-a Casmi, Um mouro de grande fama"*, por certo antepassado do actual emir de Sharjah e, salvo melhor opinião, não teria mesmo havido confronto.

Segundo a documentação portuguesa seiscentista, a fortaleza de Quelba/Kalba possuía planta quadrangular, com quatro baluartes nos cantos, um dos quais mais alto e complexo, provido de plataforma cavaleira, a defender a porta norte e uma estrutura habitacional interior. Cada lanço de muralha teria 33 a 35 metros (15 para 16 braças) de comprimento, apresentando dois deles entrada.

Aquela construção teria sido edificada *"*à maneira dos mouros*"*, como registam Bocarro e Herédia, em taipa, com muralha de 66 centímetros de espessura (dois palmos e meio), sem parapeito e de 8,80 metros de altura (quatro braças). A muralha à volta da povoação ainda tinha mais dois baluartes e existia um outro, a defender a praia, sendo a guarnição de um capitão lascarim (mercenário índico) com trinta

soldados, o que importava em 195$840 réis por ano, pagos pelos impostos da terra, semelhantes aos exigidos pela anterior administração.

A fortaleza, em princípio, não teria tido especiais obras com a ocupação portuguesa e daí a referência de ser edificada ao modo tradicional da região, sendo abandonada vinte anos depois. Acresce que a fama de uma *"fortaleza portuguesa"* ali levantada chegou aos nossos dias nos moradores locais, como nos voltou a ser confirmado a quando da nossa missão em Kalba, pelo que a presença de Portugueses na área, em princípio, deve ter ultrapassado muito o que consta da documentação oficial.

Em 1648 seria assinado, na praia de Riyam, tratado de paz entre o Rei de Portugal, representado pelo Capitão-General de Mascate, D. Gil Eanes de Noronha e o Sheik Imam Nāsir b. Mushid b. Malik, representado por, entre outros dignatários, Sheik Yūsuf b. Ali b. Sālib al-Kāsimī. Segundo este tratado, os Portugueses arrasariam as fortalezas de Curiate, Doba e Matará e o Imam demoliria a que detinha em Matará, podendo os navios do Imam navegar livremente na zona, livres de pagar direitos em Mascate, *"E com isso serão amigos com amizade limpa o Imam, E El Rey de Portugal amigos de amigos, E inimigos de Inimigos (...)"* (Al-Salimi e Jansen, 2015, pp. T9/385-388). Como então não se referiu a fortaleza de Kalba e contando-se com a presença do Sheik al-Kasimi, pode deduzir-se que a fortaleza de Kalba já lhe havia sido oficialmente restituída. As relações comerciais entre Portugueses e Árabes, por certo que se devem ter mantido na área, pois eram em proveito mútuo e sendo isso, inclusivamente referido no tratado. Todavia, os Portugueses durante a segunda metade do século XVII haveriam de perder progressivamente protagonismo comercial naquela região do Índico.

O comércio entre Portugal e o Golfo Arábico-pérsico encontra-se mencionado em diversos textos, nomeadamente o referente às célebres pérolas dali procedentes e aos cavalos árabes, mas também especiarias variadas e têxteis fizeram parte dos itens traficados. Ormuz haveria de constituir, entre os séculos XIV e XVII, um dos maiores centros do comércio marítimo do Índico.

Os têxteis de Ormuz e outros produzidos em diferentes pontos da Pérsia, tiveram fama em Portugal logo a partir dos inícios do século XVI. De facto, o testamento de D. Afonso Norandim, príncipe persa convertido ao catolicismo, elaborado em 1509, menciona *"(...) um manto e vestimenta em frontal de borcadilho da Pérsia (...)"*, oferecido à igreja de Nossa Senhora da Graça de Lisboa (Serrão, 2015, pp. 21, 22). No "Inventário do Guarda-Roupa de D. Manuel", efectuado em 1522, consta *"(...) hũu pano de brocado da Imdia que veo de Ormuz, com huns lavores e rosas e cobras (...)"* (Ferrão, 1970, p. 161). Também visitação ocorrida, em 1534, à igreja de Santa Maria de Alcácer do Sal refere *"Fromtall que se fez de huma fota d'Urmuz que está no altar moor"* (Cunha, 2012, p. 133), registando-se, no mesmo ano, na capela de Nossa Senhora da Porta de Ferro *"huum fromtall de fota d'Urmuz mujto bom (...)"* (Cunha, 2012, p. 137). E ainda na mesma data, a ermida de São Sebastião, em Alcácer do Sal, possuía *"vestimenta de fota d'Urmuz, muito fina (...)"* (Cunha, 2012, p. 144), mencionando visitação efectuada, em 1552, pela Ordem de Santiago, à Ermida e Hospital do Espírito Santo, de Alcácer do Sal, registou bandeira de *"fota d'Armuz"* (Cunha, 2012, p. 247).

Fernão Mendes Pinto (2004, Cap. CLXV, p. 4) descreveu, em 1546, que os nobres do Reino de Pegu (Bidor) *"(...) vestem cetins, damascos e tafeciras da Pérsia (...)"*.

Mais tarde, nos inícios do século XVII, as *"Tafisiras da Percia"* surgem nos róis de salvados da nau Nossa Senhora da Luz, naufragada em 1615, nos Açores (Viana, 1999, pp. 93, 136, 151) e também ali se identificou *"(...) hũa capaneqa de Urmuz (...)"* (Viana, 1999, p. 81).

Há cerca de duas décadas, o Prof. Tatsoo Sasaki, da Faculdade de Letras da Universidade de Kanazawa (Japão) procedeu a sondagens arqueológicas em Kalba, na zona por nós investigada, tendo posto à vista restos de solos de massa de gesso, com buracos de poste, fossas e estruturas de combustão, assim como, em área mais afastada, parte de necrópole. Entre o espólio exumado encontram-se fragmentos de cerâmicas, de diferentes classes, e restos de faunas. Existe relatório, não publicado, destes trabalhos.

3. LOCALIZAÇÃO E AMBIENTE NATURAL

A antiga fortificação de Kalba, ocupa zona hoje pertencente a enclave do emirado de Sharjah, na costa noroeste da Península Arábica, ou Batinah, correspondente ao Golfo de Omã.

Aquela zona, com características que lhe conferem unidade geográfica, desenvolve-se a partir do norte do actual Sultanato de Omã, ou de Khor Kalba a

Gharfah, no Emirado de Fujairah, integrando a parte noroeste da costa do Oceano Índico.
O dispositivo defensivo de Quelba/Kalba localizava-se nos limites da cidade de Kalba que os Portugueses tomaram nos inícios do século XVI. Próximo, a nordeste, ergue-se fortificação mais tardia, recentemente restaurada.
O local mencionado situa-se numa faixa costeira fértil, e especificamente corresponde a uma espécie de península rodeada, tanto a nascente como a poente e a sul, pelo Kalba Creek, que corre a cerca de 500 m. Os terrenos são constituídos por sedimentos arenosos, oferecendo coberto vegetal de tipo manguezal, com características espécies halófilas e zonas lagunares. Também ainda ali existem palmares e terrenos cultivados. Parte desta zona integra reserva natural, embora se faça sentir nas proximidades forte pressão antrópica, sobretudo relacionada com o turismo balnear e o crescimento da cidade de Kalba.
As coordenadas de um ponto central da área intervencionada são 25° 01›39.3»N 56° 21›39.1»E.

4. ESTRATIGRAFIA E ESTRUTURAS

Na área escavada, abrangendo 328 m², identificaram-se as seguintes três camadas arqueológicas: C1 – Constituída por sedimentos com matriz arenosa, muito soltos, com cor cinzenta (7.5R 5/1[5]), parte dos quais arrastados pelo vento, identificando-se, também, pequenos nódulos de taipa. A sua potência era de cerca de 0,10 m. Entregou escassos fragmentos de cerâmicas contemporâneas, de vidros, mas também, fragmentos de cerâmicas dos séculos XVI a XIX, assim como restos de fauna, nomeadamente valvas de moluscos marinhos, em geral fracturadas; C2 – Corresponde a sedimentos, com matriz arenosa, pouco compactos, de cor cinzenta escura (7.5R 4/1). Embalava fragmentos de cerâmicas dos séculos XVI e XVII, assim como pequenos artefactos e restos de fauna. Traduz a ocupação humana da fortificação e dos espaços a ela adjacentes; C3 – Areias, pouco coesas e finas, de cor cinzenta (7.5R 3/1), correspondendo a formação geológica e, portanto, sem espólio arqueológico. Trata-se de deposição marinha holocénica, contendo restos de moluscos marinhos e onde se reconhece sucessão de estratos com constituição semelhante.
A área investigada revelou solos e restos de edificação constituída por massa de areia e gesso, com algumas pedras de pequenas dimensões, nomeadamente correspondendo à estrutura que se observa nas fotografias aéreas antes referidas e que deve constituir testemunho da muralha do lado nascente da antiga fortificação de Kalba.
Aquela construção, disposta no sentido NNW-SSE, ou seja, quase norte-sul, e inflectindo em ambos topos para poente, mede cerca de 50 m de comprimento e apresenta, embora com algumas diferenças ao longo do seu corpo, 2,60 m de largura. As diferenças de cotas entre a extremidade norte e a sul é de 0,41 m.
Na zona situada a norte, imediatamente a nascente da grande estrutura, identificaram-se restos de pavimento de gesso, sobre os quais se exumaram numerosos pequenos fragmentos de cerâmica, entre as quais porcelanas chinesas dos séculos XVII e XVIII, mas também zona com carvões e cinzas que parecem corresponder a estrutura de combustão.
Na área localizada a sul, no lado nascente ou exterior aos restos de muralha, reconhecemos sectores de pavimentos de gesso, por vezes com pequenas pedras e onde se identificaram buracos de poste, um deles ainda com uma cunha, de pedra, *in situ*.
Em zona entre duas manchas de pavimento pôs-se à vista pequena tina, com forma tronco-cónica. Esta era construída através de pequenas pedras argamassadas com areia e gesso. Continha restos de massa de gesso com 0,15 m de espessura e media 0,72 m de diâmetro interno, conservando paredes com 0,40 m de altura máxima. Trata-se de recipiente onde foi produzida aquela massa, utilizada em alvenarias e pavimentos.
No canto correspondendo a zona sudeste do interior da muralha cujas bases pusemos a descoberto, surgiram restos de estrutura de combustão, sob a qual descobrimos a boca de poço, estruturada por blocos de pedra. Mede 0,80 m de diâmetro interior e ali encontrámos, na camada superior, fragmentos de recipientes de cerâmica, tal como abundantes restos de fauna diversificada, à mistura com terras, com matriz arenosa, de cor castanha (7.5YR 4/4), muito húmidas e contendo alguns carvões.

5. Os índices cromáticos referem-se às *Munsell Soil-Color Charts* (2009) e, portanto, devem ser entendidos como aproximados.

5. OS ARTEFACTOS

A grande maioria dos artefactos recuperados correspondem a fragmentos de recipientes de cerâmica, oferecendo manufactura, cronologia e funções variadas, desde as produções locais ou regionais, a enorme quantidade de peças importadas da Pérsia e até algumas da China. Trata-se sobretudo, de contentores, para transporte e armazenamento de água ou de outros líquidos, de panelas e frigideiras, para confeccionar alimentos e de taças e pratos para os servir, embora também se tenha identificado cossoiro e marca de jogo, produzidos com fragmentos de fundos de taças.

Perante o actual estado dos conhecimentos sobre as cerâmicas históricas da região do Golfo de Omã, podemos considerar as sete seguintes grandes classes de produção: porcelanas chinesas (nas cores azul ou vermelha, sobre fundo branco, e polícromas); faiança persa (*Kerman blue on white ware*); cerâmicas pintadas sob vidrado (*Underglazed painted ware*); cerâmicas vidradas de cor castanha ou verde escura (*Bahla ware*); cerâmicas finas de pastas claras (*Fine ware*); cerâmicas de pastas vermelhas (*Red coarse ware*); cerâmicas de pastas muito negras (*Black coarse ware*).

Maior amostragem permitirá identificar novas classes e determinar tipos, formas, funções e possíveis origens, aspectos que deverão contar com imprescindíveis análises aos constituintes das pastas, engobes, pinturas e esmaltes (Ferreira *et alii*, 2017).

Porcelana chinesa

A porcelana chinesa surge, com alguma frequência, em contextos arqueológicos, do século XIV, do Médio Oriente, mostrando importante difusão na área do Golfo Arábico-pérsico, na centúria seguinte. Todavia, aquele tráfico intensificou-se ulteriormente, em particular a partir de meados do século XVI, quando se iniciou a sua produção em massa, destinada à exportação, estimulada inicialmente através do comércio com Portugal (Ziolkowski, 2002, p. 224). Conhecem-se fragmentos de porcelanas chinesas, da grande disnatia Ming, em arqueossítios das costas arábicas do Golfo Pérsico e do Golfo de Omã, designadamente de Ras al-Khaimah, Julfar, Sira¯f e Kilwa, entre outros (Cardi, 1971, pp. 260-264).

Entre os fragmentos de porcelana chinesa que exumámos, destacamos, pela sua raridade um, pertencente ao fundo de taça, decorada com cartelas circulares, contendo epígrafes em árabe.

Trata-se de decoração com várias cartelas, de que só se conservam sectores de duas, separada por uma em reserva, mostrando pequenas flores de quatro pétalas. A escrita fez-se com pincel fino e em letra árabe de tipo cursivo, bastante moderna e do âmbito geográfico oriental, que reproduz os pontos diacríticos e outros símbolos caligráficos.

Nas bandas ou cartelas discorria sucessão de breves invocações de Deus, precedidas pela fórmula "Em nome de Deus". Parece tratar-se de uma espécie de litania feita com atributos da divindade, quer dizer adjectivos e nomes que referem alguma das suas qualidades. Talvez tivesse escritas as palavras que aparecem no Alcorão (LIX, 22-24) e se consideram entre os noventa e nove nomes mais belos que podem dizer-se em substituição da palavra Deus (que em árabe e entre os muçulmanos se diz *Allāh*), embora as que agora se vêem não aparecem registados naquela lista.

Nas duas cartelas, começando pela parte superior apenas se vê:

[بسم الـ]ـلـ[ـه ... بسم اللـ]ـه جل جـ[ـلاله] \ [...] بسم اللّه الشّافيّ بسم الـ[ـله ...]

A sua tradução seria:

"[Em nome de] D[eus... Em nome de De]us, exaltado/glorificado seja [Sua Majestade] / [...] Em nome de Deus, o Curador. Em nome de De[us ...]". (tradução e comentários de Carmen Barceló Torres)

Na primeira metade do século XVII produziram-se na China, respondendo a encomendas externas, recipientes contendo versículos do Corão e o nome de Deus, em escrita árabe, embora não sejam muito comuns (Crick, 2010, pp. 380, 381).

Outros fragmentos de taças e de pratos, decorados na cor azul de cobalto sobre fundo branco azulado, que exumámos, podem ser datados ainda nos finais do século XVI, embora a maioria pertença à centúria seguinte, existindo outros, com decoração policroma, nomeadamente fitomórfica, que devemos atribuir ao século XVIII.

Faiança persa (*Kerman blue on white ware*)

No século XVII os fornos de Kerman, no actual Irão, produziram faiança, com decoração de cor azul de cobalto sobre fundo branco, na tentativa de imitarem a muito apreciada e dispendiosa porcelana chinesa.

Embora não seja muito comum nos contextos arqueológicos da Península Arábica, esta classe de cerâmicas surge, como seria de esperar, em alguns estabelecimentos costeiros do Golfo Pérsico e do

Golfo de Omã, como Julfar e Kashm Nadir (Cardi, 1971, p. 268). O pequeno testemunho desta produção encontrado em Quelba/Kalba ajuda à percepção das redes comerciais então existentes.

Cerâmicas com pintura sob vidrado (*Underglazed painted ware*)

Esta classe de cerâmica, bem distinguível pela técnica ornamental que a caracteriza, tem origens no Irão, em finais do século XII, de onde terá passado ao Iraque e Egipto. A produção persa individualiza-se das restantes, pelo uso da decoração geométrica, nas cores azul escura e negra sob vidrado de cor turquesa.
Em Silhat (Sohar, Omã), estas cerâmicas foram classificadas nos séculos XVI e XVII, embora possam ter pervivido até data mais tardia (Ziolkowski, 2002, p. 231).

Cerâmicas vidradas de cor castanha ou verde escura (*Bahla ware*)

Não são raros os fragmentos recuperados, produzidos com pastas pouco homogéneas mas compactas, cor-de-laranja ou bege, cozidas a elevada temperatura, e cujas superfícies, uma, ambas ou apenas partes daquelas, receberam vidrado espesso, de cor castanha escura, de aspecto melado e, em alguns casos, mosqueado, ou de cor verde escura. Esta classe de cerâmica, embora possa ter tido diversas origens, nomeadamente no Irão, foi também produzida em Bahla no Omã, onde tal manufactura parece ter ocorrido a partir do século XIII, tendo-se ulteriormente desenvolvido (séculos XVI e XVII) e alcançando os nossos dias. Em Silhat (Sohar, Omã), estas cerâmicas foram datadas nos séculos XVI e XVII (Ziolkowski, 2002, pp. 233-236; Al-Salimi e Korn, 2008, pp. 227, 228).

Cerâmicas finas de pastas claras (*Fine ware*)

Recolheram-se, tanto à superfície do solo como nos estratos arqueológicos, abundantes fragmentos de cerâmicas finas, de pastas claras.
Aqueles testemunhos correspondem, sobretudo, a recipientes, de pequenas e médias dimensões, destinados à conservação, transporte e armazenamento de água. Foram produzidos com pastas muito depuradas, homogéneas e compactas, de cores claras, bem cozidas em ambiente oxidante, existindo exemplares possuindo quase cor branca a outros de tons bege, amarelados ou rosados. As superfícies, bem alisadas, apresentam em geral decorações, incisas, impressas ou plásticas, de carácter geométrico, mas muito variadas, por vezes incluídas em métopas. Não raro associam duas ou mais das técnicas decorativas referidas e, até, motivos pintados, nas cores negra ou vermelha escura, assim como oferecem engobes e aguadas. Alguns exemplares foram decorados com a ajuda de moldes.
Entre as formas de jarros mais comuns contam-se aqueles que possuem corpo bitroncocónico, colo alto e cilíndrico, longo bico e, em posição oposta, asa de perfil semicircular que une o colo a ponto mesial do corpo. Os fundos são planos (Ziolkowski, 2002, p. 227).

Cerâmicas de pastas vermelhas (*Red coarse ware*)

Trata-se de manufacturas locais ou regionais, de tradição ancestral, embora se desconheça os centros produtores antigos. No entanto, sabe-se que al-Fara, próximo de Wadi Miduk (Emirado de Fujairah), produziu, até à segunda metade do século passado, cerâmicas deste tipo, com formas muito diversificadas (Ziolkowski, 2002, p. 228). Também em Lima, no norte do Omã, continuou-se a realizar cerâmicas através de processos tradicionais até aos dias de hoje (Al-Salimi e Korn, 2008, p. 279).

Cerâmicas de pastas negras (*Black coarse ware*)

Decidimos classificar nesta categoria fragmentos de recipientes, de pequenas, médias e grandes dimensões, produzidos com pastas mal depuradas, pouco homogéneas e pouco compactas, cujas paredes possuem tanto o núcleo como ambas superfícies em tons das cores cinzenta escura ou negra.
Aquelas peças sugerem corresponder a manufactura local, que utilizou argilas e elementos não plásticos, de origem metamórfica, com cor escura, da família dos basaltos, gabros e grauvaques, daí as características cores negras.

Artefactos de pedra

Os artefactos de pedra encontram-se representados por pedreneira, de sílex, de cor castanha avermelhada, fragmentos de duas pequenas hastes para aplicação de *kohl* (*marwad*), de clorite escura, rocha que existe no bordo oriental da Península Arábica, duas balas de funda, uma de rocha de cor branca e a outra de rocha de cor cinzenta, pedaço de fusaiola de clorite, cunha, que utiliza seixo de rocha basáltica, encontrada em um dos buracos de poste, e diversos seixos com sinais evidentes de terem sido usados como percutores.

Artefactos de vidro
Também se encontraram pedaços de artefactos de vidro, nomeadamente de braceletes, com secção elíptica e o interior oco, ou plano-convexa, maciças, de vidro na cor castanha ou negra, assim como pedaço de espesso fundo de garrafa de vidro de cor verde muito escura.

Artefactos de concha
Exumámos pequeno pendente, de contorno cordiforme, com perfuração circular, que utiliza valva de molusco marinho. Também recolhemos conjunto de pequenas contas cilíndricas, elaboradas a partir de conchas de *Dentalium* sp.

Artefactos metálicos
A escavação proporcionou apenas um prego de ferro e dois numismas. Um destes foi encontrado à superfície do terreno, é de bronze e tem o valor facial de ¼ de *anna*. No anverso, em árabe, lê-se "Oman Fessul bin Turkee, Sultan" e, no reverso no alfabeto latino "FESSUL BIN TURKEE IMAN OF MUSCAT AND OMAN". Esta emissão é atribuída a 1898 (1315 H.).
O segundo numisma, também de bronze, com ambas superfícies muito alteradas, deve corresponder a felus, de emissão safávida do século XVII, talvez de Isfahan, com larga circulação no Golfo Pérsico e áreas limítrofes.

6. CONCLUSÃO

A intervenção em Quelba/Kalba encontra-se nos inícios e serviu, sobretudo, para avaliar o potencial arqueológico do sítio, tal como as condições de trabalho que graciosamente nos foram proporcionadas.
O principal objectivo dos trabalhos de campo foi alcançado, dado que se identificou o que julgamos serem os testemunhos dos alicerces de um dos tramos das muralhas da antiga fortificação de Quelba/Kalba.
Também se descobriram sectores de pavimentos, contendo buracos de poste, um poço, uma tina e restos de duas estruturas de combustão.
Como seria de esperar, as cerâmicas constituem o espólio mais numeroso, tendo-se identificado diversas classes de produção, com cronologias situadas entre os finais do século XVI e o século XVIII. A presença de porcelanas chinesas, também conhecidas em muitos outros arqueossítios contemporâneos da mesma zona, deve-se ao significativo incremento comercial proporcionado pelos Portugueses e, depois, por outras nações europeias.
O espólio cerâmico exumado, além de traduzir intensa interacção comercial e, por certo, cultural, entre a zona do Golfo do Omã e outros pontos da Península Arábica, como com a Pérsia ou a China, evidencia funcionalidades diversas, como a manufactura de alimentos, a sua apresentação, armazenamento e transporte, mas também aspectos ligados ao prestígio social que certos recipientes, com formas e decorações elaboradas e de procedência exógena, proporcionavam aos seus possuidores.
Duas fusaiolas, uma de cerâmica e outra de pedra, testemunham a fiação da lã ou de fibras vegetais.
A marca de jogo de cerâmica indica actividade lúdica, sendo idêntica a muitas que encontramos em contextos arqueológicos medievais e modernos portugueses. Dado desconhecermos a publicação de peças congéneres nos arqueossítios, dos séculos XVI a XVIII, do nordeste da Península Arábica, e sabermos da proibição, pelas leis islâmicas, dos jogos de azar (*quinar*), podemos estar perante testemunho da presença portuguesa.
É possível que aquela também esteja relacionada com fragmento de fundo de garrafa de vidro, de manufactura europeia do século XVII.
Todavia, por ora ainda não encontrámos evidências arqueológicas incontestáveis da presença portuguesa em Quelba/Kalba, nem nos testemunhos arquitectónicos ou nos artefactuais, apesar dela se ter conservado na memória colectiva das populações que hoje ali vivem.

BIBLIOGRAFIA

AL-SALIMI, Abdulrahman; JANSEN, Michael (2015) – *Portugal in the Sea of Oman. Religion and Politics. Research on Documents*. Corpus 1, Part 2, vol. 9 (Documents from 1642--1649). Hildesheim: Georg Olms Verlag.

AL-SALIMI, Abdulrahman; KORN, Heinz Gaube Lorenz (2008) – *Islamic Art in Oman*. Muscat: Sultanate of Oman.

(ANÓNIMO). *O Lyvro de Plantaformas das Fortalezas da Índia*. Lisboa: Edições Inapa, 1999 (fac símile do códice nº 1805 da Biblioteca da Fortaleza de São Julião da Barra em Oeiras, c.1620/c.1640).

BARBOSA, Duarte (1946) – *Livro em que dá Relação do que Viu e Ouviu no Oriente Duarte Barbosa*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

BOCARRO, António (1635) – *Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*.

Évora: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (Inv. CXV-2-1).

BOCARRO, António (1635) – *Livro do Estado da India Oriental Repartido em Três Partes a Primeira Contem Todos os Retratos dos Vizorreis que Tem Auido Nodi to Estado Athe o Anno de 634: com Descripsoes de Seus Governos*. Cópia de P. Resende de 1646.

CARDI, Beatrice de (1971) – Archaeological survey in the Northern Trucial States. *East & West*. 21: 3, 4, pp. 225-289.

CORTESÃO, Armando (1978) – *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*. Coimbra: Actas Universitatis Conimbrigensis.

CRICK, Monique (2010) – *Chinese Trade Ceramics for South--East Asia. Collection of Ambassador and Mrs Charles Müller*. Genève: Fondation Baur / Musée des Arts d'Extrême--Orient.

CUNHA, Mário Raul de Sousa (2012) – *As Igrejas da Ordem Militar de Santiago. Arquitectura e Materiais*. II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FERRÃO, Bernardo (1990) – *Mobiliário Português. Índia e Japão*. Lisboa: Lello & Irmão Editores.

FERREIRA, Luís Filipe Vieira; MACHADO, Isabel Ferreira; CARITA, Rui; GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela; KAMYAB, Kamyar Daryoush (no prelo) – A preliminary characterization of four ceramics sherds found in a 17th c. in the site of the primitive fort of Quelba from the Sharjah's Emirate. In *12th International Conference on Non--Destructive Investigations and Microanalysis for the Diagnostics and Conservation of Cultural and Environmental Heritage: ART'17*.

HERÉDIA, Manuel Godinho de (1610) – *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal Feytas por Ordem de Ruy Lourenço de Tavora Vizo rey da Índia* (códice CAM – 3,5 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1610).

HERÉDIA, Manuel Godinho de (atr.) (1999) – *Lyvro das Plataformas das Fortalezas da Índia*, fac-simile com estudo de Rui Carita de exemplar da Biblioteca da fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Ministério da Defesa e Inapa.

LIZARDO, João Palla (2015) – *Vestígios da Expansão Portuguesa na Costa da Arábia: Entre as Imagens da Época e a Realidade*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa.

PINTO, Fernão Mendes (2004) – *Peregrinação*. 10 vols. Lisboa: Edição Expresso.

SERRÃO, Vítor Manuel (2015) – Entre China e Portugal: temas e outros fenómenos de miscigenação artística, um programa necessário de estudos. In *Património Cultural Chinês em Portugal*. Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau / Fundação Jorge Álvares, pp. 11-34.

SLOT, Bernardus Josephus (1993) – *The Arabs of the Gulf, 1602-1784*. Leiden: Leideschendam.

VIANA, Mário (1999) – Documentos, nº 12. *Arquivo dos Açores*. I, pp. 45-152.

ZIOLKOWSKI, Michele Christina (1999) – Excavations at Al-Bidiyya: new light on the Portuguese presence in the Emirates. *Tribulus – Bulletin of the Emirates Natural History Groups*. 9: 2, pp. 19-21.

ZIOLKOWSKI, Michele Christina (2002) – *The Historical Archaeology of the Coast of Fujairah, United Arab Emirates: From the Eve of Islam to the Early Twentieth Century*. Vol. I: Text; Vol. II: Appendices. Sydney: University of Sydney.



Figura 1 – Localização do enclave de Kalba (Sharjah), nos Emirados Árabes Unidos (https://en.wikipedia.org/wiki/Kalba#/media/File:United_Arab_Emirates_adm_location_map.svg).

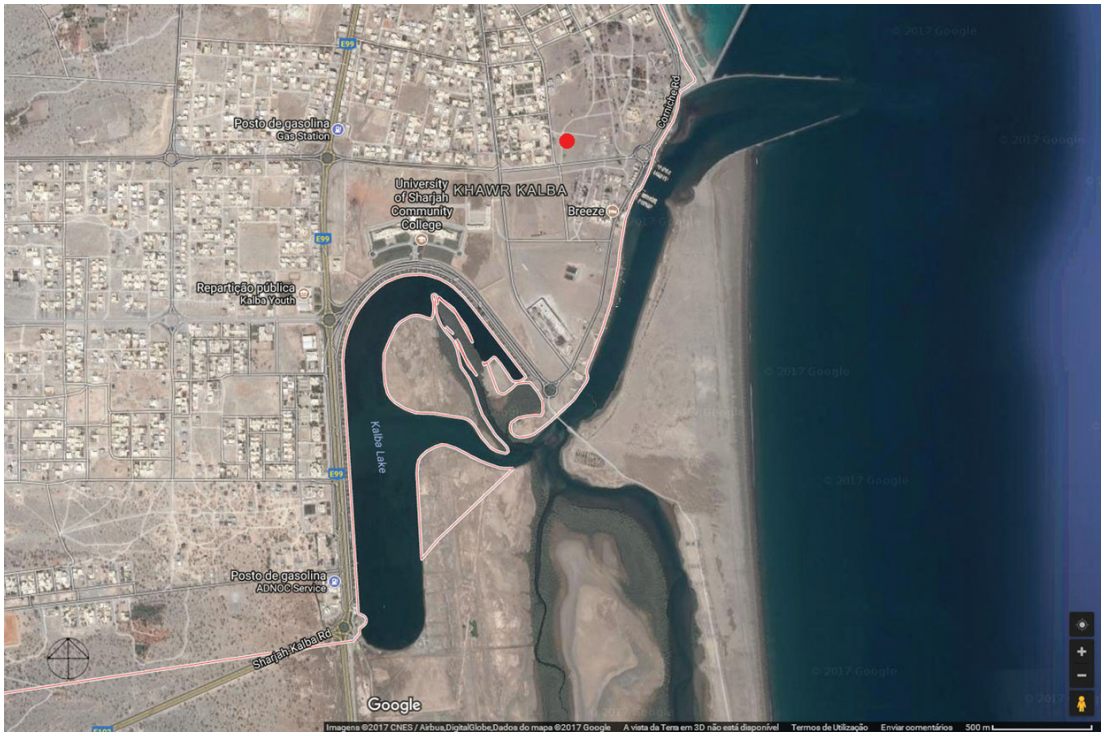


Figura 2 – Situação da fortificação de Kohr Kalba junto ao rio com o mesmo nome (Google maps).

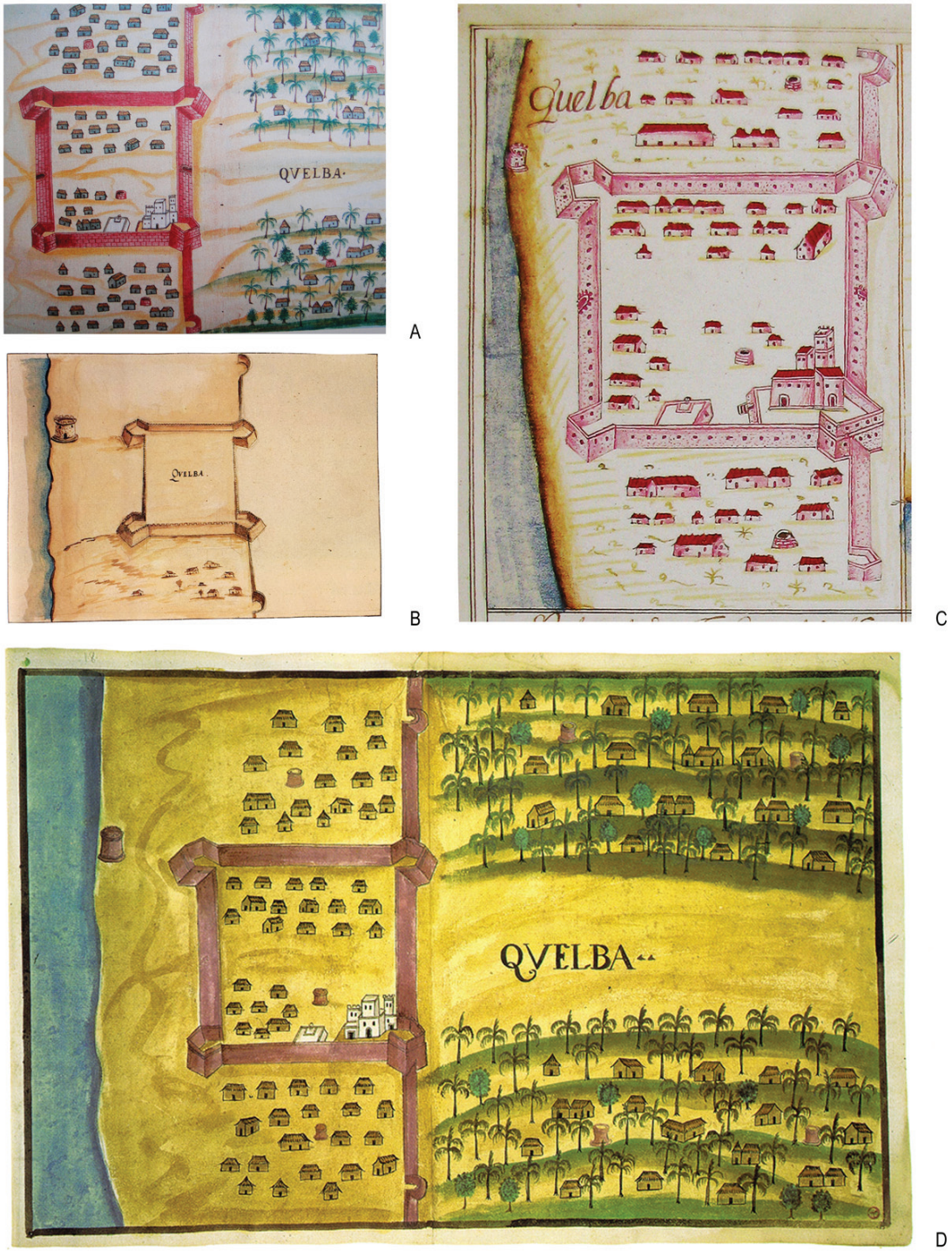


Figura 3 – Plantas antigas de Quelba/Kalba. A, Manuscrito de Madrid; B, Ms de Vila Viçosa; C, Ms de São Julião da Barra; D, Ms da British Library (Sloane Manuscript 197, fl. 138).

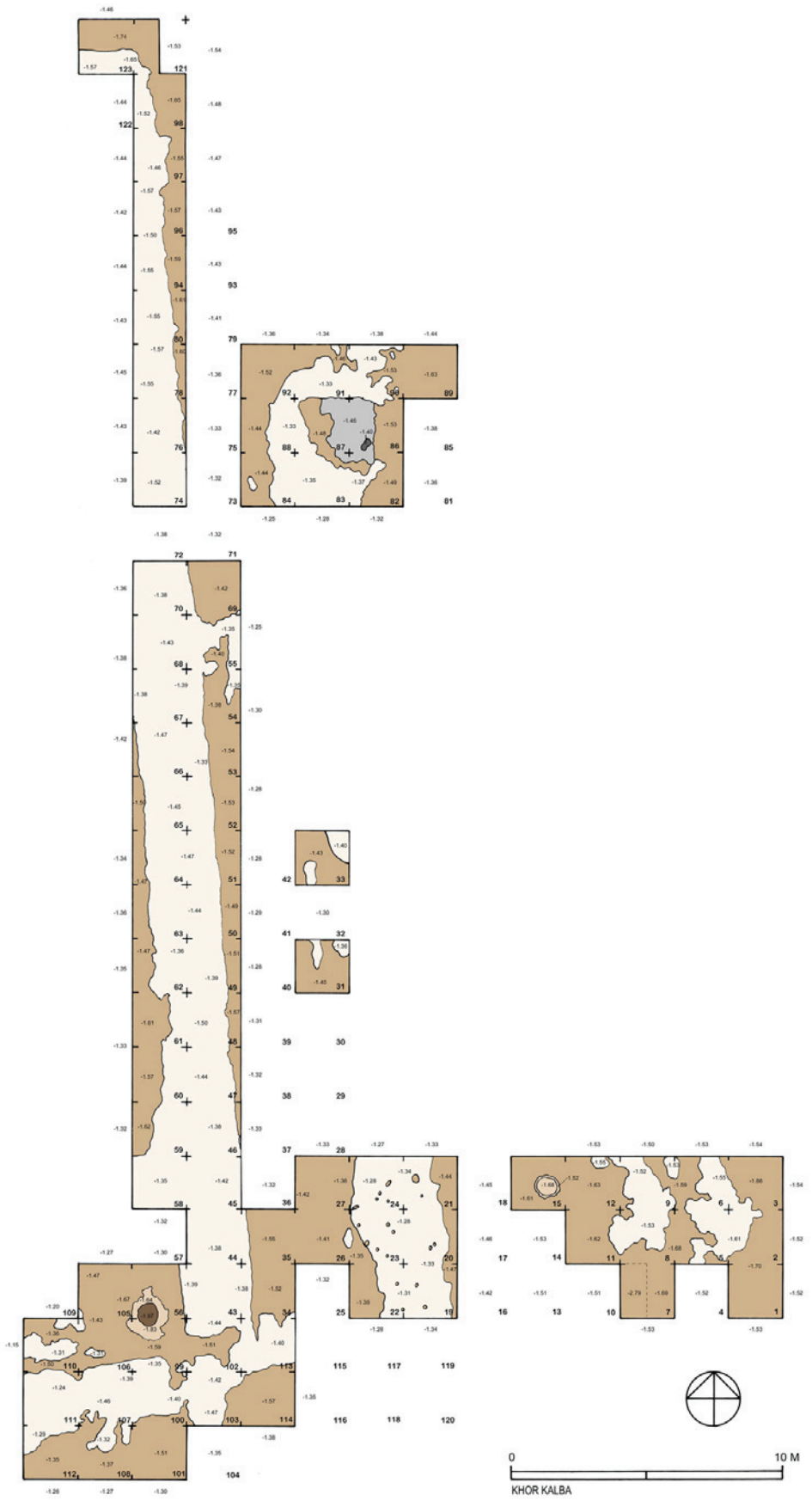


Figura 4 – Quelba/Kalba. Planta da área intervencionada em 2017 (lev. J. Gonçalves).



Figura 5 – Aspectos dos trabalhos de 2017 (fotos R. Carita).



Figura 6 – Quelba/Kalba. Tina (foto J. Gonçalves).

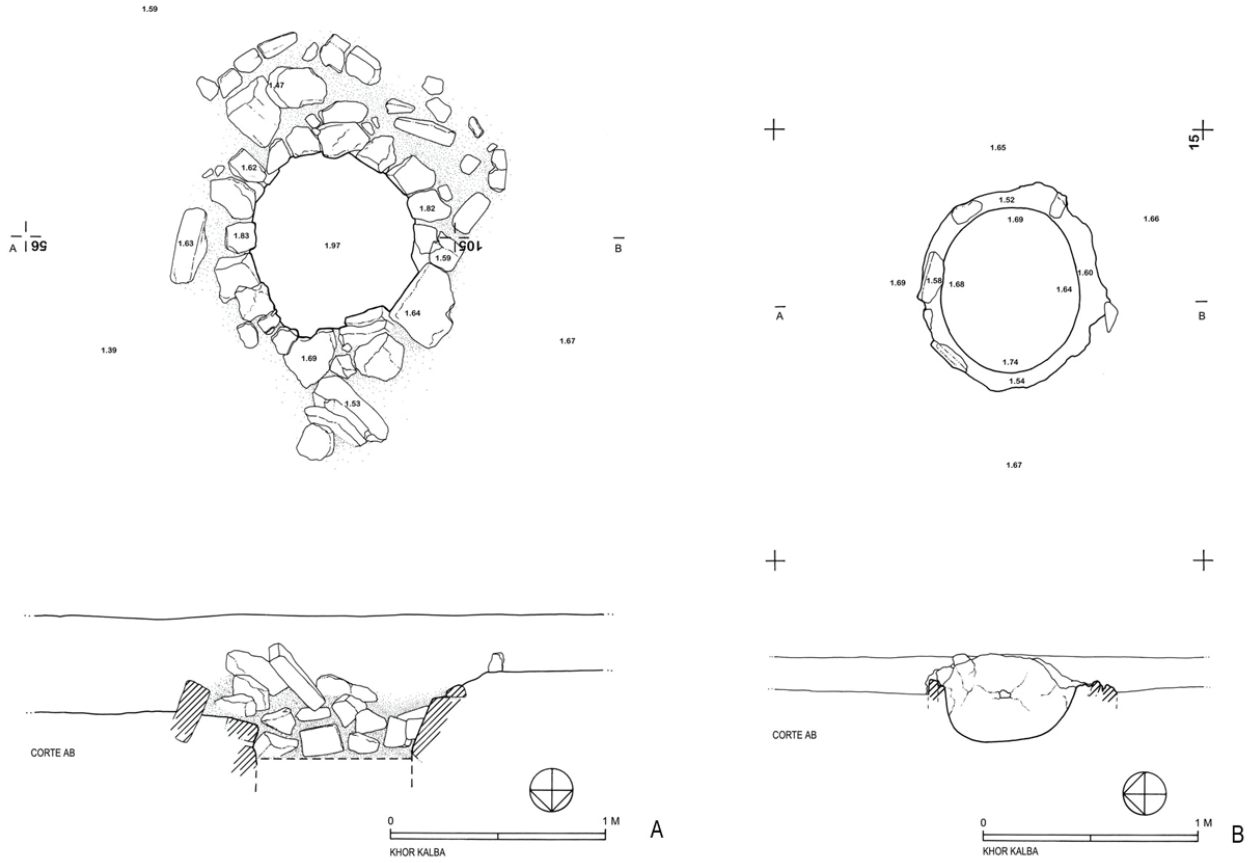


Figura 7 – Quelba/Kalba. A, Boca de poço; B, Tina (lev. J. Gonçalves).

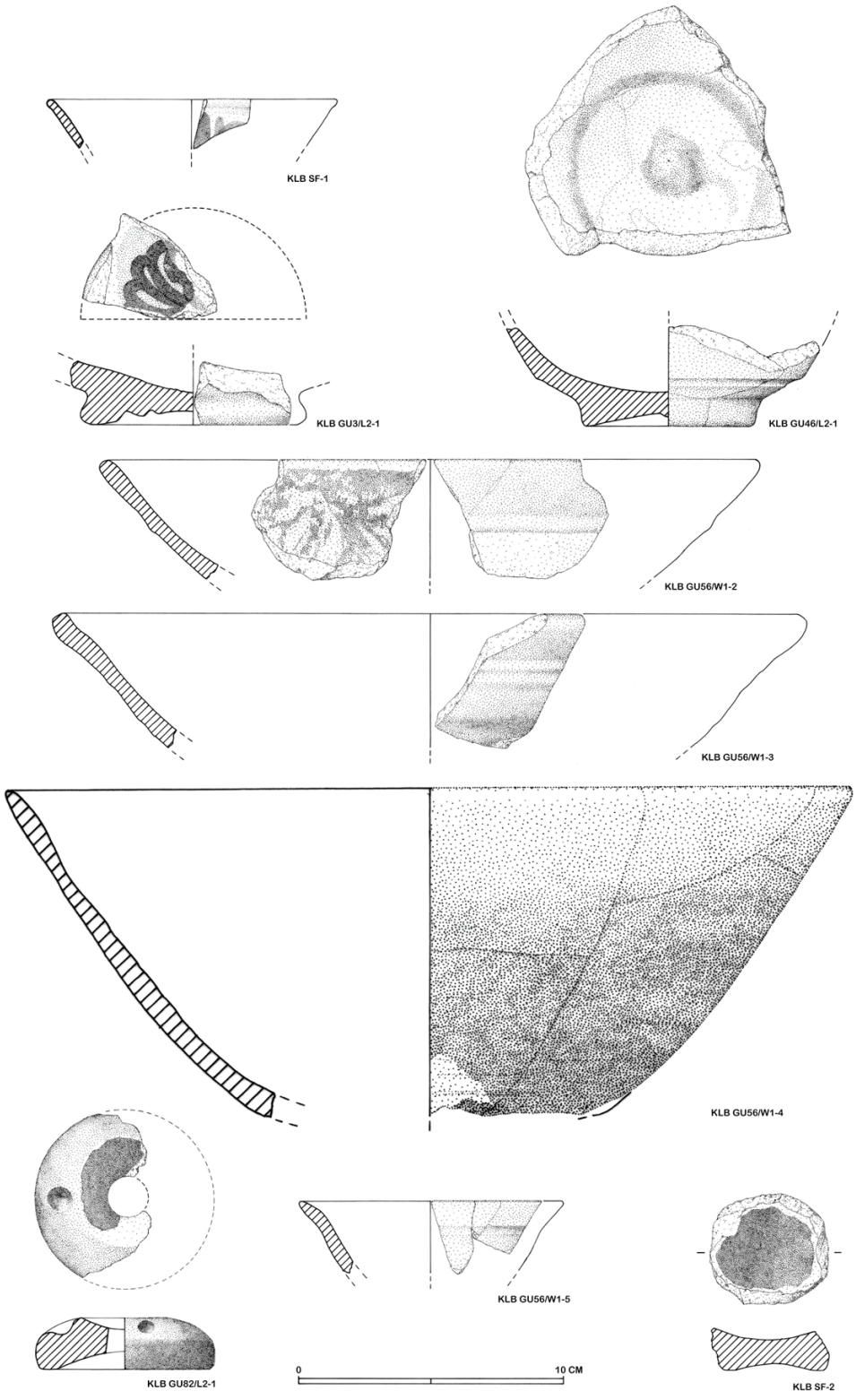


Figura 8 – Cerâmicas de Quelba/Kalba. KLB SF-1, taça de faiança com decoração de cor azul sobre fundo branco (Irão); KLB GU 3/L2-1, taça com pintura sob vidrado; KLB GU 46/L2-1, taça com pintura sob vidrado; KLB GU 56/W1-2, taça com pintura sob vidrado; LB GU56/W1-3, taça vidrada de cor castanha escura (Bahla ware); KLB GU56/W1-4, taça vidrada de cor castanha escura (Bahla ware); KLB GU56/W1-5, pequena taça parcialmente vidrada de cor castanha clara (melada); KLB GU82/L2-1, fusaiola produzida a partir do fundo de taça com pintura sob vidrado; KLB SF-2, marca de jogo produzida a partir de fundo de taça vidrada de cor castanha escura (Bahla ware) (desenhos de J. Gonçalves).

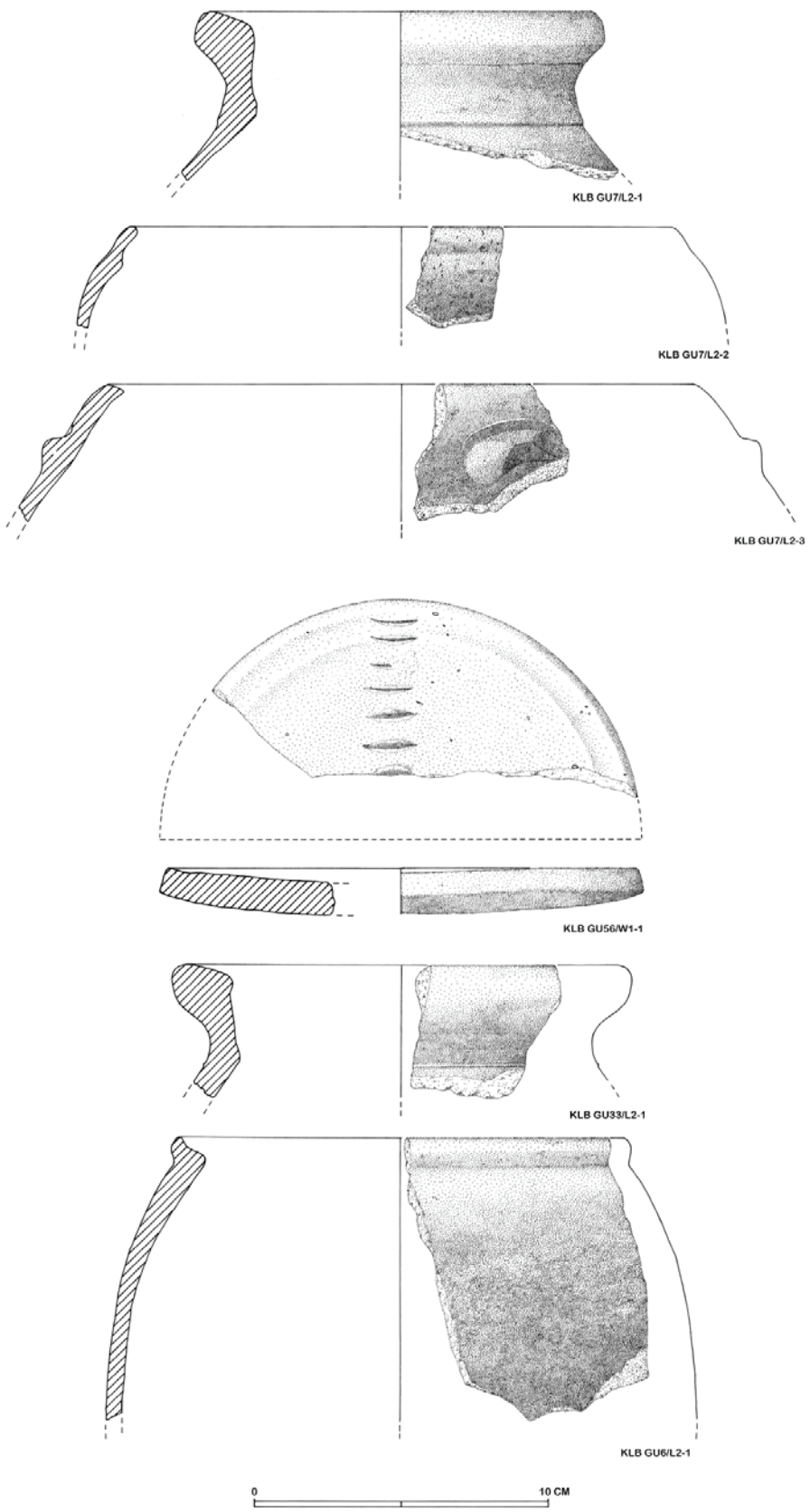


Figura 9 – Cerâmicas de Quelba/Kalba. KLB GU7/L2-1, talha, produzida com cerâmica negra; KLB GU7/L2-2, panela, produzida em cerâmica negra; KLB GU7/L2-3, panela, produzida em cerâmica negra; KLB GU56/W1-1, tampa, de cerâmica vermelha; KLB GU 33/L2-1, talha, de cerâmica vermelha; KLB GU6/L2-1, panela de cerâmica vermelha (desenhos de J. Gonçalves).



Figura 10 – Espólio de Quelba/Kalba. A, Porcelanas chinesas; B, Cerâmica fina; C, Fragmentos de braceletes de vidro e de aplicadores de *kohl*, de pedra; D, Fragmento de fusaiola, de pedra, e balas de funda; E, Numismas; F, Artefactos de concha, pendente e contas (fotos J. Gonçalves).

NOVOS DADOS ACERCA DAS FORMAS DE PÃO-DE-AÇÚCAR: O CASO DO ESTUDO DAS FORMAS DESCOBERTAS NA RUA AFONSO DE ALBUQUERQUE, PENICHE (CENTRO DE PORTUGAL)

Adriano Constantino[1]

RESUMO

A presença das formas de pão-de-açúcar no concelho de Peniche era apenas conhecida na Berlenga até à sua descoberta em trabalhos arqueológicos realizados em 2012 na Rua Afonso de Albuquerque na cidade de Peniche. O conjunto de vários fragmentos de várias tipologias e de pastas diferentes sugere várias produções levantando várias problemáticas, origem da sua produção, o transporte marítimo e as rotas associadas como destino final destes recipientes.

Palavras-chave: Peniche, Formas de pão-de-açúcar, Descobrimentos, Arqueologia, História.

ABSTRACT

In the municipality of Peniche, the presence of the sugar-loaf forms was only known on the island of Berlenga until its discovery in 2012 at a archaeological job at the Rua Afonso de Albuquerque in the city of Peniche. The set of several fragments of different types and different folders, suggests several productions raising various problems, origin of their production, shipping and associated routes as the final destination of these containers.

Keywords: Peniche, Sugar molds, Discoveries, Archeology, History.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo insere-se no estudo dos materiais provenientes das sondagens arqueológicas e subsequente acompanhamento arqueológico realizados no decurso do projeto de edificação na Rua Afonso de Albuquerque, 13-23, freguesia e concelho de Peniche, distrito de Leiria com as seguintes coordenadas: latitude 39°21'19.53"N; longitude 9°22'47.36"W. Os trabalhos decorreram entre 28 de Maio e 24 de Julho de 2012, sendo efetuados pela ERA – Arqueologia SA, sob a coordenação da Dr.ª Inês Mendes Silva.

Esta intervenção resulta do local se encontrar na Zona Especial de Proteção da Fortaleza de Peniche, classificada como monumento nacional, e na Zona de Proteção da Igreja de S. Pedro, classificada como Imóvel de Interesse Público.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

Até ao século XV Atouguia da Baleia apresentava- se como um importante porto comercial perdendo o seu fulgor devido ao assoreamento progressivo que a foz do rio de São Domingos sofreu culminando na ligação da ilha de Peniche ao continente. Esta transformação geográfica irá ditar o declínio da vila de Atouguia e o acréscimo gradual da importância económica de Peniche determinando em 1609 a separação administrativa da vizinha Atouguia da Baleia e a elevação a vila e sede de concelho. Nos séculos XVI e XVII, Peniche conheceu um notável crescimento, tornando- se num importante porto. Na Matricula Geral de Mareantes de 1620, Peniche surge com 628 inscritos, atrás de Setúbal com 856 e do Porto e do seu termo com 1379 inscrições (F. Mauro 1979 p.77 apud Costa 2001 p. 433). Das localidades de recruta-

1. Patrimonium – Centro de Estudos e Defesa do Património da Região de Peniche; adrianoconstantino84@gmail.com

mento de mestres/armadores destacam-se Peniche, Lisboa e Porto. Do período compreendido entre 1596 e 1639 fizeram exame 59 mestres (Polónia 1995) para a carreira do Brasil verificando-se um maior período de exames entre 1606 e 1614 com 61% do total e após 1624 a vila penicheira fornece mais armadores que Lisboa e Porto, a estes mestres deve-se ainda juntar dezoito nomeados para as armadas da Carreira das Índias (Costa 2011). Ainda neste conjunto de mestres/ armadores deve-se juntar Atouguia da Baleia. Esta vila terá como porto Peniche, ficando a cerca de 3km de distancia existindo inclusive o topónimo para Peniche de Baixo de Ribeira de Atouguia, além de até 1609 o espaço administrativo ser todo um existindo posteriormente a essa data a existência de dois concelhos. Devido à proximidade entre ambas as povoações é muito provável que existisse população de Atouguia da Baleia que estivesse relacionado com as atividades marítimas em Peniche e daí surgir a referência ao antigo porto. Assim para o mesmo período entre 1596 e 1639 existem doze cartas de exame com a referência a Atouguia da Baleia. No período compreendido entre 1596 e 1648 Peniche apresenta- se como o segundo porto a nível nacional com mais nomeações de pilotos para a carreira do Brasil (Polónia 1995), esta dinâmica comercial, estará em parte, ligada ao comércio do açúcar, surgindo na documentação referências a este comércio como se comprova no livro de receitas e despesas de 1626/27 da Santa Casa da Misericórdia de Peniche: "7$00 reis cobrados a Amador Gomes do aluguer do primeiro asuqure que se meteo na caza da Santa Mizericórdia" (Florival 1997 p. 187), ou então no treslado que foi acrescentado ao foral em 1612, estando no capitulo oitavo em que se refere aos pescadores: "… depois de venderem seus pescados nos portos de Castela indo nela ao Brasil, serão obrigados, conforme o dito a trrzerem os ditos dez mil réis empregados em açucar a risco do dito Donatário…" (Pereira 2006 p.68).

3. OS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NA RUA AFONSO DE ALBUQUERQUE

Os trabalhos arqueológicos iniciais incidiram em 10 sondagens de 2 x 2m, num total de 40m² , repartidas pela área do projeto como medida de diagnóstico. No entanto, foi decidido que o canto Sudoeste, uma vez que aí afloravam argilas de formação natural e o substrato geológico, composto por calcário não necessitavam de sondagens, notando-se, que havia já sido removida uma camada de terra de cerca de 0,70 m nesta área, restando apenas uma estreita faixa conservada junto à parede do edifício contíguo. Em contraposição, próximo do limite Este foram detetadas estruturas e depósitos conservados que levaram a uma maior concentração de sondagens nesta área tendo-se utilizado metros quadrados de duas sondagens para o alargamento de duas outras, totalizando deste modo 8 sondagens. Devido à identificação de depósitos conservados no canto Sudeste foi realizada no local reunião com a Tutela onde foi decidida a escavação arqueológica da área onde iriam ser implantadas as sete sondagens deste canto. A grande proximidade entre duas sapatas levou a que estas fossem aglomeradas numa única sondagem, permitindo uma melhor compreensão da estratigrafia. Concluída a escavação procedeu-se apenas ao acompanhamento arqueológico das restantes movimentações de terra, uma vez que se afigurava pouco provável a presença de depósitos ou estruturas conservadas na área das restantes sapatas e remoções de terra (Amélia 2012).

3.1. Estratigrafia

A área intervencionada apresentou uma estratigrafia relativamente simples. No canto Sudeste foram identificadas estruturas encostadas por depósitos, contendo cerâmicas datáveis dos séculos XVI e XVII, nomeadamente loiça malagueira e faiança com motivos em azul. Por sua vez, no canto Nordeste foram registadas estruturas com aparelhos idênticos às anteriores, não existindo, contudo, depósitos conservados nesta área. Embora a Sondagem 10 tenha relevado que o muro [707]=[1001] se trata da delimitação entre a área Sul com depósitos conservados e a área Norte onde este não se preservaram ou não existiram apontado para a cronologia XVI e XVII. Em contraposto no canto Sudeste existem tanto estruturas como depósitos associáveis ao mesmo período.

Relativamente à área a Oeste verificou-se que existiam apenas depósitos de formação natural, revolvimentos recentes e os alicerces do edifício demolido no contexto desta obra, à exceção de uma estreita área conservada no limite Sul, junto à parede do edifício contíguo. A identificação nesta faixa, revelou estratos conservados e muros com aparelho construtivo análogos aos demais, apontando que a ocupação nos séculos XVI e XVII se estenderia também

para esta área Oeste, porém estes níveis foram destruídos por ações de terraplanagem durante a construção do edifico atual (idem) (Figura 1).

4. AS FORMAS DE PÃO-DE-AÇÚCAR

As formas de pão-de-açúcar inserem-se no contexto de "cerâmica do açúcar" fazendo ainda parte os sinos as panelas ou porrões, tendo como denominador comum a relação com a produção de açúcar e seus derivados. As formas de pão-de-açúcar, caracterizam-se por apresentarem uma morfologia cónica com tamanhos diversos, apresentando um pequeno orifício na extremidade servindo para verter os líquidos resultantes do processo de purga. Esta peça de cerâmica servia ainda como molde para a obtenção do pão-de-açúcar depois de desenformado (Sousa 2011 p. 428-429).

Do material recolhido proveniente dos trabalhos arqueológicos foi possível identificar vários fragmentos de formas de pão-de-açúcar, sendo que nenhuma forma estava completa, estando apenas presente bordos e algumas paredes dos recipientes, destacando-se a ausência de fundos. Para o seu estudo, procedeu-se à marcação dos fragmentos e posteriormente a colagem. No total obteve-se dezassete bordos que foram desenhados e classificados consoante as suas características.

4.1. As pastas

Do conjunto recolhido foi possível identificar dezassete bordos, não tendo sido identificado nenhum fundo. Após uma análise macroscópica das pastas foi possível identificar três tipos de pastas. Desta forma a pasta de fabrico 1 caracteriza-se pela tonalidade alaranjada, de textura tendencialmente compacta, com abundantes elementos não plásticos de reduzida dimensão (micas e quartzito), e com a presenta de negativos de elementos vegetais durante o processo de cozedura. A pasta de fabrico 2 apresenta uma cor avermelhada de tendência compacta a muito compacta, com vestígios de negativos de elementos vegetais durante a cozedura, os elementos não plásticos são de reduzida dimensão de quartzitos e micas, sendo este mais abundante que na pasta do tipo 1. A pasta de fabrico 3 é uma pasta mais grosseira de tonalidade rosada com abundantes elementos não plásticos de quartzo, micas e quartzito, apresentado alguns elementos de grandes dimensões, apresenta uma textura compacta, nos dois fragmentos correspondentes não existe nenhum tratamento das superfícies. A cozedura redutora/oxidante encontra-se em seis fragmentos enquanto a cozedura oxidante encontra-se nas restantes peças.

4.2. Tipologia

No total de 17 fragmentos de bordo foi possível identificar várias formas que foram agrupadas consoante as suas características. A maioria tem por diâmetro externo do bordo entre os 18cm e os 22cm, contudo existem duas peças com diâmetros com diâmetros a chegar de 29cm e 34 cm. Estes diâmetros distintos estão relacionados com dois tamanhos diferentes das formas, uma mais pequena e outra maior, a dimensão da forma iria influenciar o momento de secagem do pão-de-açúcar, quanto maior fosse o tamanho mais tempo demorava a obter a secagem integral (Silva 2012 p.36).

A forma 1 subdivide-se em 1.1 em que se caracteriza-se por ter um bordo espessado externamente, lábio arredondado e paredes retas (Estampa I-1,2,3,4; Estampa II-6,7,8, Estampa IV-13 e 15) e 1.2 em que se caracteriza por ter o bordo espessado externamente e com o lábio ligeiramente invertido para o interior (Estampa IV-13), a forma 2 está representada por bordos retos com os lábios arredondados (Estampa III 9,19,11), a tipologia 3 está representada apenas por um fragmento em que apresenta um bordo espessado externamente e o lábio triangular (Estampa IV-14), a tipologia 4 apresenta diâmetros maiores com 29cm e 34cm, sendo dividida em duas subtipologias: 4.1. (Estampa IV-17). em que o bordo é espessado externamente com o lábio arredondado e a 4.2. o bordo é espessado e o lábio é triangular. A forma 5 está presente apenas em um fragmento em que o bordo é espessado internamente e o lábio arredondado (Estampa IV-16). Os acabamentos de superfície são sobretudo engobes interiores e exteriores com a excepção das peças 4, 16 e 17 que é apenas interno.

A peça número 1 apresenta uma marca impressa no bordo com a letra "R", podendo ser a marca do oleiro, também a peça número 7 apresenta o resto de uma possível grafito. Contudo ainda não foi possível identificar a proveniência dos fragmentos não se excluindo a hipótese de Paimogo, concelho da Lourinhã ser um dos centros produtores que utilizaria o porto de Peniche para escoar os seus produtores ou então Geraldes, freguesia de Atouguia da Baleia, Peniche, antigo centro oleiro (Batalha 2000) e onde re-

Nº	U.E.	Pasta	Cozedura	Formas	Diâmetro	Outros
1	[1306]	2	Redutora/Oxidante	1.1	19cm	Marca
2	[1306]	1	Oxidante	1.1	18cm	
3	[1304]	2	Oxidante	1.1	19cm	
4	[1105]	2	Oxidante	1.1	22cm	
5	[401]	2	Oxidante	5	23cm	
6	[1203]	1	Oxidante	1.1	20cm	
7	[409]	1	Redutora/Oxidante	1.1	19,9cm	Grafito
8	[1202]	1	Redutora/Oxidante	1.1	20cm	
9	Superfície	1	Redutora Oxidante	2	19,5cm	
10	[1105]	1	Redutora/Oxidante	2	19cm	
11	[801]	1	Oxidante	2	19cm	
12	Superfície	2	Oxidante	1.2	21cm	
13	[802]	1	Redutora/Oxidante	1.1	20cm	
14	[802]	1	Oxidante	3	19cm	
15	[105]	1	Oxidante	1.1	19cm	
16	[1211]	3	Oxidante	4.2	29cm	
17	[1203]	3	Oxidante	4.1	34cm	

Tabela 1 – Descrição dos fragmentos.

centemente foram identificadas, pela associação Patrimonium, na Travessa dos Clérigos numa casa em ruínas, várias formas de pão-de-açúcar embutidas na parede. Este tipo de utilização como material de construção está já identificado em Aveiro (Morgado, Silva e Filipe 2012 pp. 171-181) (Figura 2).

As tipologias identificadas na rua Afonso de Albuquerque diferem em alguns casos das formas de pão-de-açúcar identificadas na Berlenga pelas investigadoras Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço (Lourenço e Bugalhão 2006). Os fragmentos encontrados na Berlenga apresentam bordos emoldurados, o que não se verifica em Peniche, em sentido oposto, os bordos espessados externamente, em alguns casos, observa-se semelhanças como o caso dos materiais com os números 193, 195, 225 entre outros, esta tipologia enquadra-se na tipologia 3 de Machico apresentada por Élvio Sousa (Sousa 2011 p. 443),ou do Tipo 3 da Mata da Machada (Silva 2012). A presença de formas de maior e de menor dimensão vai ao encontro do estudo realizado por Cláudio Torres sobre as formas de pão-de-açúcar da Mata da machada apresentado o Tipo I (formas médias) e Tipo II (formas grandes) (idem, p.26).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes novos dados aqui apresentados vem demonstrar que a presença das formas de pão-de-açúcar na região de Peniche é mais vasta que até agora se conhecia. A presença destas formas na rua Afonso de Albuquerque, próxima ao antigo porto, poderá estar relacionada com as viagens marítimas e o comércio que daí advinha. Contudo as formas de pão-de-açúcar encontradas na Berlenga estarão relacionadas com o convento que lá existia até meados do século XVI e hipoteticamente com a refinação do açúcar (Silva 2012 p.80). O surgimento destas formas também na aldeia de Geraldes, a cinco quilómetros de Peniche, poderá ser um indicador de estarmos perante um centro produtor que conjuntamente com Paimogo escoaria os seus produtos pelo porto penicheiro, podendo as formas encontradas em Peniche vir de ambos os sítios.

Desta forma podemos estar perante um cenário de refinação na Berlenga até à primeira metade do século XVI enquanto em Peniche com materiais destinados ao comércio, com a cronologia a apontar para finais do século XVI primeira metade do XVII, este desfasamento cronológico poderá ser a causa de termos tipologias diferentes nos dois sítios. (Figura 3, 4, 5 e 6).

BIBLIOGRAFIA

AMÉLIA, Inês (2012) – *Sondagens arqueológicas na rua Afonso de Albuquerque 13-23 Peniche*, Relatório de Escavação, [texto policopiado].

BATALHA, Ana (2000) – *Geraldes, Os oleiros de Geraldes*, in jornal "O Pelourinho",nº3, Ed. Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, pp. 39-40.

COSTA, Maria Leonor Freire (2001) – *O Transporte no Atlântico, As frotas do Açúcar (1580-1663)*, Disserção de Doutoramento a apresentar ao Instituto Superior de Economia e Gestão, Vol. 1, Texto Policopiado.

FLORIVAL, Maurício Ferreira (1997) – *A Santa Casa da Misericórdia de Peniche (1626-1700) – Subsídios para a sua História*, Santa Casa da Misericórdia e Câmara Municipal de Peniche, Rio Maior, pp. 187.

LOURENÇO, Sandra; BUGALHÃO, Jacinta (2006) – *As Formas de Pão de Açúcar da Ilha da Berlenga*, in A Cerâmica do Açúcar em Portugal na Época Moderna, Coleção "Mesa Redonda". Lisboa/Machico. 1, pp. 47-61.

MORGADO, Paulo Jorge; SILVA, Ricardo Costeira da; Filipe, Sónia Jesus (2012) – *A cerâmica do açúcar de Aveiro: recentes achados na área do antigo bairro das olarias,* in Atas do Congresso Velhos e Novos Mundos Estudos de Arqueologia Moderna, Vol. 2, Centro de História Além-Mar, pp. 171-18.

SILVA, Filipa Galito (2012) – *As formas de pão-de-açúcar da olaria da Mata da Machada e o comércio marítimo atlântico, no século XV e primeira metade do século XVI*, Universidade Nova de Lisboa, [texto policopiado].

SOUSA, Élvio (2011) – *Ilhas de arqueologia: o quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores: (séculos XV--XVIII)*, Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Vol.1. [texto policopiado].

PEREIRA, Mário Baptista (2006) – *Atouguia da Baleia seus forais e seus termos: lembrando o passado*, Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, pp. 68.

POLÓNIA, Amélia (1995) – *Mestres e pilotos das carreiras ultramarinas (1596-1648). Subsídios para o seu estudo*, Revista da Faculdade de Letras. História, 2ª Sr., vol. XII, pp. 271-353.

CARTOGRAFIA

Planta da Praça de Peniche, e de parte da Península, em que está situada, com o projecto das obras de fortificação necessárias para a pôr em estado de defensa. Autor: Azedo, Eusébio Dias, fl. ca 1800.

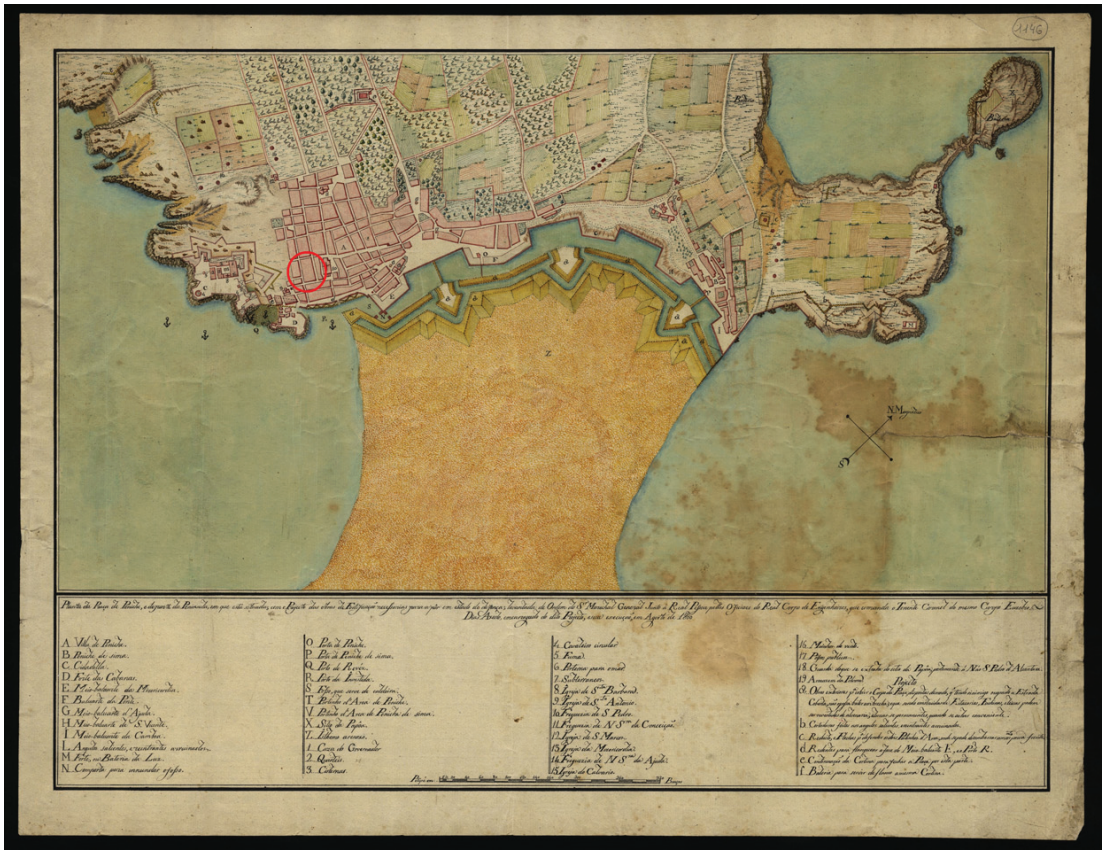


Figura 1 – Localização do sítio assinalado a vermelho através do mapa da praça da autoria do Tenente Coronel Eusébio Dias Azedo, Peniche 1800.



Figura 2 – Formas de pão de açúcar encontradas em Geraldes.



Figura 3 – Estampa 1.

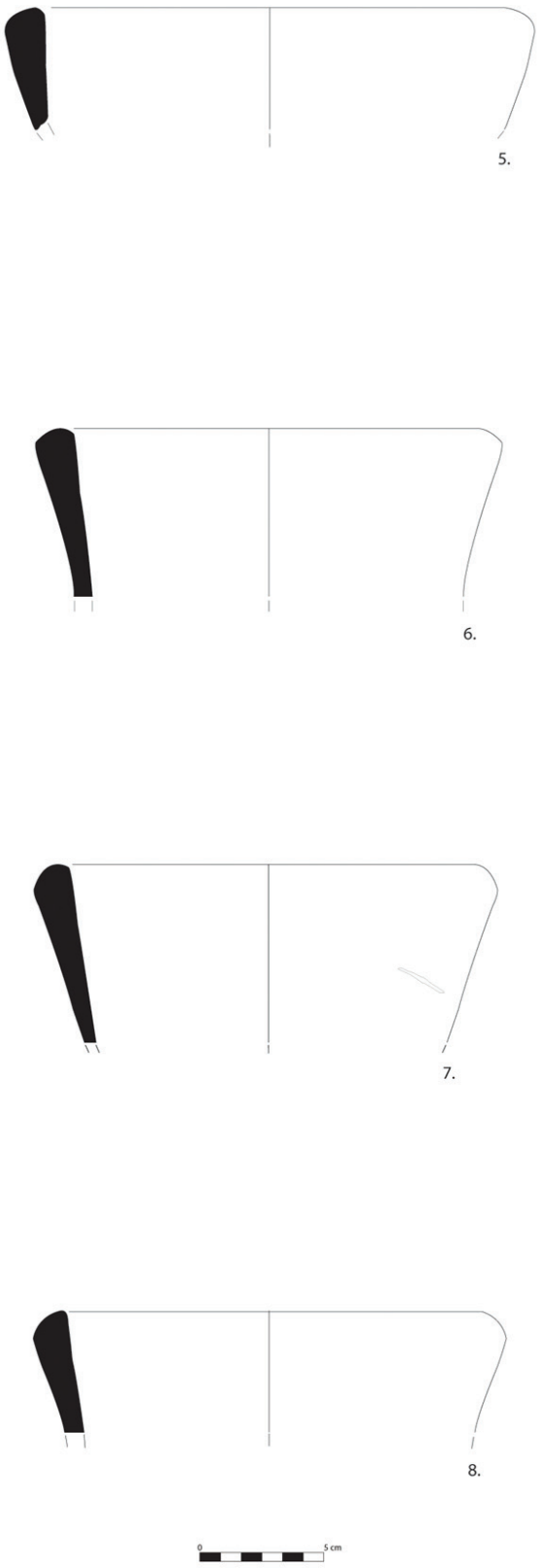


Figura 4 – Estampa 2.

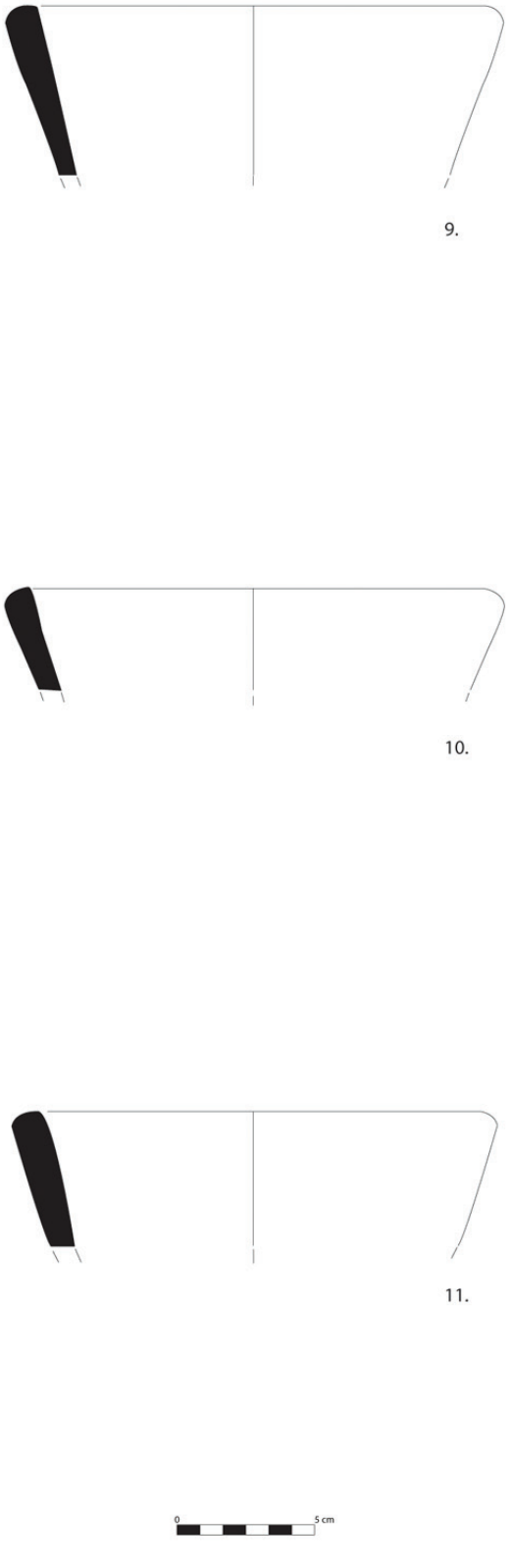


Figura 5 – Estampa 3.



Figura 6 – Estampa 4.

A ALA NASCENTE DO CLAUSTRO DO CONVENTO DE JESUS DE SETÚBAL: RESULTADOS DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DE 2015/2016

Nathalie Antunes-Ferreira[1], Maria João Cândido[2]

RESUMO

Em 2015/16 foi realizada uma intervenção arqueológica de carácter preventivo na ala nascente do claustro do Convento de Jesus, em Setúbal, motivada pela obra de repavimentação das alas à cota original do Piso Primitivo do século XV. A ala funcionou como espaço sepulcral das clarissas, identificando-se 26 lajes rectangulares e colocando-se a descoberto 13 inumações primárias e numerosos ossos desarticulados de indivíduos adultos do sexo feminino. As inumações seguiram os preceitos cristãos, identificando-se, porém, duas deposições atípicas. No espólio votivo destacam-se as armações de ferro à volta do crânio. Tal como nas intervenções anteriores foram identificados os aterros de 1772 sobre o Piso Primitivo. Este piso encontrava-se em mau estado, tendo sido truncado e/ou removido aquando da feitura das sepulturas.

Palavras-chave: Setúbal, Convento, Pós-medieval, Inumações.

ABSTRACT

In 2015/2016 an archaeological intervention took place in the western area of the cloister of the Convent of Jesus, motivated by repaving work of these areas to the original floor of the 15th century. The western area served as the necropolis of the nuns. Twenty-six rectangular grave stones were identified, of which 13 primary burials and numerous disarticulated bones of adult females were exposed. Two atypical depositions were identified. The votive objects include iron frames (crowns) around the skull of many individuals. As in previous interventions, the 1772 landfills on the original floor were identified. This floor was in bad condition, having been truncated and/or removed during the opening of the graves.

Keywords: Setúbal, Convent, Post-medieval, Inhumations.

1. INTRODUÇÃO

A intervenção arqueológica, realizada entre Outubro de 2015 e Fevereiro 2016, na ala nascente do claustro do Convento de Jesus enquadrou-se no *"Projecto de recuperação e valorização do Convento de Jesus", iniciado em 2005,* numa perspectiva preventiva com vista à minimização de impactes sobre o património arqueológico face às obras que a Câmara Municipal de Setúbal pretende executar.

O plano de repavimentação das alas claustrais do Convento de Jesus, designadamente da ala nascente onde se localizavam as sepulturas das clarissas, à cota do Piso Primitivo, obrigou ao rebaixamento desta área e levantamento das inumações. Tratando-se de uma área arqueologicamente sensível, pretendeu-se com esta intervenção caracterizar as realidades arqueológicas e complementar a informação das campanhas anteriores.

1. CRIA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Av. Berna 26-C, 1069-061 Lisboa, Portugal / LABOH, Laboratório de Antropologia Biológica e Osteologia Humana, Edifício ID, Av. Berna 26, 1069-061 Lisboa, Portugal / CiiEM, Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, Campus Universitário-Quinta da Granja, 2829-511 Monte da Caparica, Portugal / LCFPEM, Laboratório de Ciências Forenses e Psicológicas Egas Moniz, Campus Universitário-Quinta da Granja, 2829-511 Monte da Caparica, Portugal.

2. Museu do Convento de Jesus, Largo de Jesus, 2909-883 Setúbal, Portugal.

2. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO

O Convento de Jesus localiza-se no Largo de Jesus, em pleno Centro Histórico da cidade de Setúbal, correspondendo administrativamente à União de freguesias de Setúbal.

O convento foi fundado por Justa Rodrigues Pereira, ama de D. Manuel I, no reinado de D. João II, tendo as obras conduzidas por Diogo de Boitaca sido iniciadas em 1490. A mesma manifestou o seu desejo de que o convento fosse dedicado ao "Nome de Jesus". O conjunto conventual foi construído no que era então a zona extramuros da urbe, seguindo a norma dos edifícios mendicantes (Silva e Pereira, 1989). A ocupação do convento pelas freiras da Ordem de Santa Clara ocorreu em meados de 1496, oferecendo D. Manuel I, para assinalar o início da vida conventual, um sino em bronze ornamentado com essa data. O convento que foi concebido inicialmente para receber treze clarissas, sofreu diversas alterações após a ascensão de D. Manuel I ao trono, designadamente o abobadar da igreja e reestruturação das dimensões conventuais, de modo a receber trinta e três freiras, tendo as primeiras religiosas vindo de Gandía (Valência), em Espanha. O convento desenvolveu-se em torno de um claustro quadrado, de 33 metros de lado com um jardim e uma fonte central. (Silva e Pereira, 1989).

Em 1888 o edifício é convertido no Hospital da Misericórdia que ali funcionou até 1959. Seguidamente, em 1961, sob o patrocínio do provedor da Santa Casa João Botelho Moniz Borba em colaboração com a Câmara Municipal, o espaço foi transformado no Museu da Cidade (Silva e Pereira, 1989). Em 1992 foi encerrado para profundas obras de reabilitação tendo o museu passado a funcionar numa galeria anexa e noutros espaços expositivos da cidade. Nos finais da década de 90 do século XX foi finalmente lançado o concurso público para a reabilitação e valorização do edifício conventual e a instalação do Museu da Cidade no Convento de Jesus, tendo o Arquitecto Carrilho da Graça ganho o projecto, o qual foi aprovado pelo IPPAR em 2000 (Neto, 2011). A inauguração de reabertura ocorreu em Junho de 2015.

Passa-se à apresentação da informação histórica que incide especificamente sobre as galerias claustrais, já que a intervenção arqueológica foi desenvolvida nessa área conventual. Assim, de acordo com a Crónica de Ana do Amor Divino, a partir de inícios do século XVIII, no Inverno, ocorriam graves inundações no convento, que atingiam sobretudo as galerias do claustro. Estas aliadas à maré alta provocavam mal-estar e doenças na comunidade das clarissas bem como avultados estragos no edifício, já que a água chegava a ter "*(…) três e quatro palmos de altura*" (ou seja, cerca de 60-80 cm). A solução encontrada para resolver este problema consistiu no alteamento das áreas atingidas. Por conseguinte, segundo a cronista, nas galerias claustrais foram arrancados as lajes e ladrilhos que cobriam as sepulturas das religiosas e levantou-se o pavimento cerca de três palmos, ladrilhando-se novamente o pavimento com tijolos vermelhos quadrados, exceptuando os vãos das novas sepulturas que foram lajeados. Este novo piso manteve-se até ao acompanhamento arqueológico da 1ª fase de obra que teve início em 2013.

Ainda de acordo com a Crónica foram efectuadas quinze sepulturas: quatro ficaram na área mais a sul até à porta da Casa do Capítulo, dez localizaram-se mais a norte até à porta da Casa do Capítulo e a última ficou a meio, mesmo em frente ao vão, defronte da porta da Casa do Capítulo. Cada uma das sepulturas, com excepção da 15ª, foram cobertas com três lajes estreitas, enquanto a 15ª é coberta de ladrilho, ficando mais abaixo que o nível da quadra, descendo-se um degrau e sendo atribuída à madre soror Teodora Jacinta da Purificação que faleceu em 1788. Refere ainda que com esta obra de alteamento se perdeu a localização das sepulturas mais antigas existentes nas alas nascente e sul (na área adjacente à casa das abadessas).

De acordo com os Assentos de Óbitos (anos 1744 a 1878) coligidos por Carvalho (1969) a primeira religiosa que ocupou as novas sepulturas foi Ana Margarida de Jesus que faleceu em 1772 com 51 anos. Em 3 de Setembro de 1867 foram proibidos os enterramentos das religiosas no convento, obrigando que se fizessem no cemitério público de Nossa Senhora da Piedade, sendo que a única referência conhecida desta situação é da abadessa soror Maria Joaquina do Coração de Jesus que faleceu a 5 de Agosto de 1878 (Carvalho, 1969).

3. INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS PRECEDENTES

A primeira intervenção arqueológica realizada no interior do convento foi promovida pelo Departamento de Arqueologia do Instituto Português do

Património Arquitectónico e Arqueológico, tendo sido executada por Carlos Tavares da Silva entre 1993 e 1994, o qual escavou áreas das galerias do claustro. O objectivo consistia na caracterização arqueológica dos depósitos existentes sob o pavimento actual nas galerias do piso térreo, aferição da evolução estratigráfica no interior do edifício e registo das alterações ao nível dos pisos no que concerne ao seu alteamento, de modo a obter informação que permitisse orientar as obras de recuperação do monumento e salvaguardar os seus elementos arquitectónicos (Silva, 1995).

Foram efectuadas setes sondagens, uma das quais na ala nascente do claustro, em frente da Casa do Capítulo, num total de 54 m2 (Silva, 1995). Constatou que após a remoção do piso de tijoleira quadrangular actual a existência de outro que designou de primitivo. Abaixo deste identificou algumas camadas regularizadoras e que também serviam para isolar o piso da humidade contida no solo argiloso. Na ala sul detectou uma inumação. Concluiu que o piso foi sendo alteado em diferentes momentos devido à subida gradual do nível do lençol freático indicando duas, três ou quatro fases, consoante a galeria onde teve lugar: duas fases na ala poente; três na ala norte; quatro na ala nascente e duas na ala sul, de forma a proteger o espaço relativamente às cheias (Silva, 1995).

Entre 2005 e 2006, estando ainda o convento sob a gestão do IPPAR, foi realizada uma segunda intervenção no interior do edifício coordenada por José Luís Neto e Maria João Cândido, que veio complementar as informações da intervenção de 1993/94. Os objectivos da intervenção foram idênticos aos da campanha anterior, ou seja determinar a potencialidade arqueológica, mas estava igualmente previsto proceder ao levantamento das inumações da ala sul do claustro e escavar em área até a cota original, ou seja, até ao Piso Primitivo, já que o projecto de Arquitectura de Carrilho da Graça contemplava o rebaixamento do piso à cota original da edificação do convento. Relativamente às alas claustrais interveio-se nas alas norte, sul e poente, procedendo-se inclusivamente à remoção do enchimento das áreas anteriormente intervencionadas por Carlos Tavares da Silva. Estes arqueólogos concluíram de que não existia qualquer piso entre o pavimento actual e o Piso Primitivo. A regularidade das camadas identificadas, que não é indicativa da existência de pisos, poderia ser explicada pelo alteamento de 1772 cujo entulho foi bem batido a maço, indicando ainda que os cerca de 60 cm entre pisos corresponderiam aos três palmos indicados na Crónica de Ana do Amor divino para o alteamento do espaço (Neto, 2011). Esta campanha arqueológica permitiu coligir dados para uma melhor compreensão do conjunto edificado e das obras realizadas ao longo do tempo como a identificação de estruturas arqueológicas no interior das salas, sepultamentos e Piso Primitivo (Neto, 2011).

Em 2013 foi iniciada a primeira fase da obra de requalificação do edifício, tendo o acompanhamento arqueológico sido assumido por Maria João Cândido, ocorrendo este sobretudo na área exterior – poente – do edifício e no pavimento das alas do claustro, rebaixado até ao piso primitivo em 2005/06, de modo a instalar as infraestruturas de saneamento básico e sistemas de drenagem.

4. INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

A intervenção arqueológica na ala nascente do claustro do Convento de Jesus foi motivada pela necessidade de se efectuar a repavimentação do piso à cota original da construção do edifício, numa área onde se localizavam sepulturas (Figura 1). Por conseguinte, os objectivos principais da sobredita intervenção foram a escavação, salvaguarda e registo das estruturas e das inumações até à cota de afectação da obra, exumação dos esqueletos e implementação de medidas de minimização a aplicar face aos impactes previsíveis sobre o património arqueológico, permitindo um adequado planeamento da obra por parte da Câmara Municipal de Setúbal. Pretendeu-se, igualmente, a caracterização e registo das realidades arqueológicas e antropológicas e aferição da potencialidade arqueológica deste arqueosítio com o intuito de se complementar as informações resultantes das anteriores intervenções, contribuindo, desta forma, para um melhor conhecimento das dinâmicas no Convento de Jesus (Antunes-Ferreira, 2016) (Figura 1).

A metodologia de escavação utilizada baseou-se nas camadas naturais, através de decapagem manual, sendo os depósitos levantados na ordem inversa da sua formação, justificando-se a selecção desta metodologia pelo princípio de uniformidade metodológica, já que nas intervenções arqueológicas anteriores foi o método utilizado, facilitando, por conseguinte, eventuais comparações de dados entre relatórios. Foi efectuado o registo gráfico (desenhos de plantas, planos, perfis e secções à escala 1:20 e 1:50, bem

como dos esqueletos à escala 1:10) e fotográfico. O ponto altimétrico – cota absoluta – foi obtido no canto superior Nordeste do canteiro do chafariz do claustro, sendo de 3,01 metros. Para cada esqueleto das inumações primárias foi preenchida uma Ficha de Esqueleto (Antunes-Ferreira, 2016).

As estratégias adoptadas foram planeadas com base nas informações recolhidas nos relatórios de intervenções arqueológicas anteriores (Neto, 2011; Silva, 1995) e na Crónica da clarissa soror Ana do Amor Divino, bem como na informação fornecida pela edilidade sobre o projecto de obra. Assim, a intervenção incidiu na ala do claustro onde se conhecia a existência de sepulturas desta comunidade de religiosas, correspondendo a uma área total de 75,01 m2, sucedendo-se os seguintes passos: (1) o projecto de obra obrigou ao rebaixamento do pavimento, pelo que se cingiu a intervenção à escavação à cota de afectação da obra. De salientar que no decorrer da intervenção essa cota foi alterada pelo Departamento de Obras da Câmara Municipal de Setúbal. Inicialmente, corresponderia ao nível do Piso Primitivo em tijoleira rectangular, não se pretendendo levantá-lo de modo a permitir uma reanálise ao projecto de Arquitectura, sendo que dependendo do seu estado de conservação poderia ser salvaguardado e integrado no projecto final. No entanto, após atingir-se a cota pretendida e ao verificar-se o mau estado de conservação do piso, a edilidade solicitou um rebaixamento adicional de 20 cm de modo a preparar o assentamento em betão armado para um novo piso; (2) marcação da localização das lajes inteiras e tripartidas, já que o lajeamento foi removido no decorrer do acompanhamento arqueológico da 1ª fase de obra, em 2013, permitindo desta forma associar a inumação à laje respectiva; (3) divisão da ala em Área 1, Área 2 e Área 3, respeitando os limites dos vãos das lajes de cada área e desníveis entre áreas; (4) optou-se, em cada uma das áreas acima indicadas, por escavar numa primeira etapa todas as lajes tripartidas, já que na Crónica de Ana do Amor Divino são referidas como sepulturas. Numa segunda etapa escavaram-se as áreas que correspondiam às lajes inteiras e que de acordo com a supra referida Crónica não constituíam sepulturas (Antunes-Ferreira, 2016).

5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

A intervenção permitiu identificar três fases neste espaço que correspondem quer a acções de destruição/abandono como de construção/ocupação (Antunes-Ferreira, 2016).

A 1ª fase que corresponde a uma acção de construção ocorreu aquando da construção do convento identificando-se, tal como nas intervenções arqueológicas precedentes, um aterro de nivelamento sobre o substrato geológico argiloso, que também serviu para isolar o piso da humidade contida nesse solo. Seguiu-se-lhe o assentamento para o Piso Primitivo em argamassa e o respectivo piso em tijoleira rectangular. Os raros materiais arqueológicos encontrados no aterro de nivelamento são claramente coevos, apontando para finais do século XV e inícios do século XVI.

A 2ª fase corresponde a uma acção de destruição, que se encontra descrita na Crónica de Ana do Amor Divino. O Piso Primitivo foi removido – ou simplesmente truncado (Figura 2) como se observou na Área 1 – aquando da obra de alteamento das alas claustrais e construção das novas sepulturas em 1772 (Figura 2).

A 3ª fase indicativa de uma acção de construção ocorreu concomitantemente com a 2ª fase, observando-se acima do Piso Primitivo níveis que correspondiam a aterros de nivelamento, os quais são referidos na Crónica de Ana do Amor Divino, bem como a colocação de um novo pavimento de tijoleira quadrangular e lajes em pedra calcária. A cronista refere que em 1772 devido às graves inundações que ocorriam neste espaço foi necessário altear todo o claustro e respectivas alas. É indicado que o Piso Primitivo foi removido, perdendo-se a localização das sepulturas anteriores a 1772 e seguidamente foram colocados aterros que foram bem batidos a maço e efectuadas as novas sepulturas e colocado um novo piso: *"Problemas com águas. O terreno foi subindo por causa do aluvião e a construção do hornaveque fez o resto. Estavam já inundados o claustro, o capítulo, a capela do evangelista, portaria, refeitório, dispensa. A água tinha 3 ou 4 palmos de fundo. Em 1772, foram arrancadas as lages e os ladrilhos e alçou-se o pavimento 3 palmos* (Nota: cerca de 60 cm, valor que se verificou entre os Pisos actual e Primitivo), *tendo o entulho sido bem batido a maço, tendo sido tudo de novo ladrilhado, menos os vãos das novas sepulturas".* Em suma, as camadas por cima do Piso Primitivo constituíam aterros de nivelamento para o assentamento do pavimento colocado em 1772. Os materiais cerâmicos exumados, apesar de larga diacronia *ante quem*, são coerentes no limite máximo cronológi-

co que lhes são atribuíveis, nunca ultrapassando meados/2ª metade do século XVIII.
As sepulturas identificadas como é indicado na Crónica foram abertas nos níveis de aterro, no entanto verificou-se que a maioria truncou partes do Piso Primitivo remanescente e inclusivamente o nível de regularização colocado sobre o substrato geológico, sendo que o enchimento das mesmas é composto exclusivamente por sedimentos provenientes dos aterros do século XVIII, exceptuando na sepultura do Esqueleto 7 cujo sepultamento foi anterior a esta obra. O qual foi sendo removido e reposto aquando de cada utilização da sepultura, pelo que contém numerosos ossos humanos desarticulados e fragmentados. A sepultura da Laje 1 que foi integralmente escavada revelou que a cova foi efectuada até ao substrato geológico, tendo sido obliterada exclusivamente por sedimentos do aterro de 1772, mostrando ainda que o Piso Primitivo foi truncado à medida da sepultura.
Na Área 2 constatou-se que a construção da sepultura do Esqueleto 7 foi anterior ao alteamento, podendo corresponder segundo informação da Crónica à sepultura da soror Isabel Maria da Visitação que faleceu em 1752. Enquanto a sepultura do Esqueleto 13 foi construída após o alteamento do piso, tendo inclusivamente sido feita na área de um dos degraus de acesso à Casa do Capítulo destruído aquando da obra de 1772, correspondendo à sepultura de madre soror Teodora Jacinta da Purificação que faleceu em 1788 e que pediu para ser enterrada ao lado da Soror Isabel da Visitação: *"(...) a cujos pés ou cabeças ficou (...)"*.
Os dados obtidos nesta intervenção, com excepção os das sepulturas, são idênticos aos registados na intervenção arqueológica de 2005/06 das alas sul, norte e poente que indicam uma estratigrafia muito similar à identificada nesta ala. Inicia-se com piso de tijoleira quadrangular (Pisso actual), seguida de uma camada de assentamento de argamassa de cal e areia de coloração amarelada. Seguindo-se um aterro de terra castanha-clara, pouco compacta, com pouca pedra, alguma cerâmica e abundantes restos de telha de canudo, tijolos de burro, estuque e azulejos. A cerca de 60 cm de profundidade surge um piso de tijoleira rectangular (Piso Primitivo), com aplicação de azulejos hispano-árabes no piso em intervalos regulares, em mau estado de conservação. Nas sondagens da ala sul, onde se aprofundou até ao lençol freático, para além do Piso Primitivo, identifica-se o seu assentamento de argamassa de cal e areia de coloração amarelada, seguida por uma camada espessa de terra castanha, arenosa, pouco compacta, intercalada com bolsas de argamassa de cal e areia, de grande compactação, seguindo-se-lhe a camada de terra argilosa castanho-avermelhada (substrato geológico).
Tal como nas intervenções anteriores foram identificados os aterros de 1772 sobre o Piso Primitivo. Este piso encontrava-se em muito mau estado, tendo, inclusivamente, sido truncado e/ou removido na abertura das sepulturas. Tendo em conta que apenas se procedeu à escavação à cota de afectação da obra de repavimentação não foi possível chegar no substrato geológico, exceptuando no caso da sepultura da Laje 1.

6. CARACTERIZAÇÃO DAS SEPULTURAS E INUMAÇÕES

As sepulturas consistiam em simples fossas, de formato tendencialmente rectangular, escavadas no aterro de nivelamento de 1772 e cobertas por laje rectangular, tripartida, em pedra calcária, não existindo outras estruturas delimitadoras. Constatou-se que nas áreas onde ainda existia Piso Primitivo este foi truncado pelas valas de inumação, assim como a argamassa de assentamento do piso e camada imediatamente abaixo.
A sepultura da Laje 1, localizada na Área 1, foi a única escavada até à sua base, revelando que para além de se truncarem os níveis de aterro na sua abertura, o Piso Primitivo (e respectivo assentamento em argamassa) e a camada regularizadora colocada por cima do substrato geológico foram igualmente truncados.
Na Área 2 as duas sepulturas identificadas não possuíam lajes de cobertura, no entanto a sepultura do Esqueleto 13 estava sinalizada no pavimento actual por uma tijoleira com 61 cm x 46 cm.
Ao nível da Antropologia Funerária verificou-se que os indivíduos foram depositados na cova em decúbito dorsal com as mãos sobre o peito ou região abdominal e pernas estendidas, estando a cabeça de frente ou para o lado. Foram identificadas duas deposições atípicas, tratando-se dos Esqueletos 6 e 12: o primeiro foi colocado na cova em posição fetal (Figura 3) e o segundo apresentava-se com os membros inferiores ligeiramente flectidos. Os corpos estavam orientados a SW-NE ou NE-SW, parecendo mais importante o sepultamento em espaço sagrado do que respeitar a orientação canónica. A presença de numerosos alfinetes à volta do esqueleto permi-

tiu inferir que os corpos foram amortalhados e de seguida foi vertida cal sobre diversos indivíduos. Não foram registados indícios inequívocos de utilização de caixão. No espólio votivo para além das contas e crucifixos de terços e medalhas (Figura 4), destaca-se a presença de resquícios de armação de ferro (coroa) à volta do crânio da maioria dos indivíduos.
A análise bioantropológica permitiu concluir, relativamente às inumações primárias, que se tratam de indivíduos do sexo feminino com uma idade à morte superior a 20 anos, estatura compreendida entre 142 cm e 160 cm, sendo que as alterações esqueléticas mais comuns são a perda de dentes *ante mortem*, as cáries e a osteoartrose.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção arqueológica na ala nascente foi efectuada até à cota de afectação da obra de repavimentação das alas claustrais, tendo sido escavadas as 26 lajes identificadas no piso actual e colocando-se a descoberto 13 inumações primárias e numerosos ossos desarticulados e fragmentados. As sepulturas são individuais, mas reutilizadas e foram abertas nos aterros de 1772, não apresentando para além de uma laje rectangular tripartida, outras estruturas delimitadoras.
Tal como nas intervenções anteriores foram identificados os aterros de 1772 entre o piso actual e o Piso Primitivo. Este último encontrava-se em muito mau estado, tendo, inclusivamente, sido truncado e/ou removido aquando da abertura das sepulturas. Tendo em conta que apenas se procedeu à escavação à cota de afectação da obra de repavimentação não foi possível chegar no substrato geológico, exceptuando no caso da sepultura da Laje 1.
Os indivíduos foram depositados na cova em decúbito dorsal com as mãos sobre o peito ou região abdominal e pernas estendidas, estando a cabeça de frente ou para o lado. Foram identificadas duas deposições atípicas (Esqueletos 6 e 12). Os corpos estavam orientados a SW-NE ou NE-SW. No espólio votivo foram identificados contas e crucifixos de terços e medalhas, destacando-se a presença de numerosos fragmentos de ferro de armações (coroas) à volta do crânio da maioria dos indivíduos.
A breve análise paleobiológica realizada permitiu concluir, relativamente às inumações primárias, que se tratam exclusivamente de indivíduos do sexo feminino com uma idade à morte superior a 20 anos, estatura compreendida entre 142 cm e 160 cm, registando-se um elevado número de efectivos com perda de dentes *ante mortem*, cáries e osteoartrose.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES-FERREIRA, Nathalie (2016) – *Relatório da intervenção arqueológica na ala nascente do claustro do Convento de Jesus*. Setúbal: Museu de Setúbal / Convento de Jesus (policopiado).

CARVALHO, José Carlos (1969) – *Acontecimentos, lendas e tradições da região de Setúbal: Convento de Jesus*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.

NETO, José Luís (2011) – *Relatório da intervenção arqueológica do Convento de Jesus de Setúbal*. Setúbal: Museu de Setúbal / Convento de Jesus.

SILVA, Carlos (1995) – *Intervenção arqueológica no claustro do Convento de Jesus – Setúbal (1993-94)*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

SILVA, Carlos; PEREIRA, Fernando (1989) – *Convento de Jesus (500 anos): Arqueologia e História*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal.



Figura 1 – Piso Primitivo na Área 1 truncado aquando da abertura das sepulturas. Nas Áreas 2 e 3 apenas se registaram resquícios de argamassa de assentamento do Piso Primitivo.



Figura 2 – Pormenor do Piso Primitivo truncado e de uma das inumações primárias (Esqueleto 9, Laje 1).



Figura 3 – Esqueleto 6 (Laje 22) revelando posição de inumação atípica.



Figura 4 – Espólio votivo: A – contas (Esqueleto 2), B – elementos de crucifixo (Esqueleto 5), C, D e F – crucifixos (Esqueletos 2, 4 e 9, respectivamente), E – Medalha (Esqueleto 3).

OS BENS TERRENOS DA IGREJA DA MISERICÓRDIA (ALMADA) – SÉCULOS (XVI-XVIII)

Vanessa Dias[1], Tânia Manuel Casimiro[2], Joana Gonçalves[3]

RESUMO

As escavações arqueológicas na Igreja da Misericórdia de Almada remontam aos inícios dos anos 80 do passado século, tendo sido novamente intervencionada em 2013. Diversas sepulturas foram postas a descoberto, algumas das quais com a possibilidade de identificação da pessoa ou família ali inumada, devido à sobrevivência da pedra tumular que cobria a sepultura, onde o nome se encontrava inscrito. Associado aos restos osteológicos (já estudados), diverso espólio foi recuperado, permitindo concluir acerca do estatuto social de muitos dos indivíduos ali depositados. Cronologicamente os enterramentos e utilização do espaço sepulcral podem ser balizados entre os séculos XVI e XVIII.

Palavras-chave: Igreja, Sepulturas, Espólio, Misericórdia.

ABSTRACT

The archaeological excavation of the Igreja da Misericórdia de Almada goes back to early 1980s and again in 2013. Several graves were found, some of them with the possibility to identify the person or family buried in that church since some tombstones had their name engraved. Associated to these ostheological remains several grave goods were recovered permitting to infer about the social status of many of the people buried there. The chronological use of this church as a burial site can be dated from the 16th to the 18th century.

Keywords: Church, Tombs, Grave goods.

1. INTRODUÇÃO

Durante a década de 80 foram realizadas, no interior da Igreja da Misericórdia de Almada e no Hospital Distrital de Almada, três campanhas de escavação arqueológica, por membros do Centro de Arqueologia de Almada (CAA).

A primeira intervenção data de 1982, tendo incidido sobre uma área do Hospital de Almada contigua à Igreja da Misericórdia, e surge na sequência da realização de obras, à revelia da Câmara Municipal de Almada. As mesmas foram embargadas e o CAA, através da escavação, no interior do Hospital, da área que ainda não tinha sido afectada, conseguiu recuperar espólio de relevância para o conhecimento da ocupação daquele espaço entre os séculos XIV e XIX (Duarte, 1982, 38; Barros, Gouveia e Gomes, 1984, 80-81).

Os trabalhos posteriores, que decorreram em 1983 e em 1985, foram inseridos no projecto "Almada Medieval/Moderna", que tinha como objectivo o desenvolvimento de escavações arqueológicas nas Igrejas da Misericórdia, de São Paulo e de Santiago para percepção da *"organização do espaço urbano em épocas anteriores"* (Barros, Gouveia e Gomes, 1984, 80; Sabrosa e Santo, 1992, 8).

As intervenções foram autorizadas pelo então Instituto Português do Património Cultural (IPPC), tendo-se escavado o interior da Capela da Nossa Senhora dos Passos e o corpo central da Igreja da Misericórdia, onde já se sabia existirem seis lápides de pedra sob o soalho de madeira (Barros, Gouveia

1. Centro de Arqueologia de Almada; vsitimadias@gmail.com

2. IAP/IHC – NOVA FCSH, Pós-doc FCT; tmcasimiro@fcsh.unl.pt

3. IAP – NOVA FCSH; joanafrgoncalves@gmail.com

e Gomes, 1984, 81). Além das sepulturas com lápide, foram identificadas onze fossas, de forma sub-rectangular, igualmente correspondendo a enterramentos.

Em 2013, e com a ajuda de fundos europeus, a Santa Casa da Misericórdia de Almada levou a cabo um projecto de requalificação deste espaço, permitindo a conservação e a valorização do edifício e de todo o seu conteúdo. As obras de valorização obrigaram ao acompanhamento arqueológico das picagens parietais e das áreas que, até à data, não tinham sido escavadas: a zona da entrada e o altar-mor da igreja. A Palimpsesto foi a empresa responsável por estes trabalhos, tendo identificado um grande ossário na zona da entrada, onde além do espólio osteológico, se recolheram algumas contas de terço, em osso, e pequenas medalhas, de bronze. Foi igualmente identificada, sob o altar, uma cripta que não foi alvo de qualquer intervenção (Figueiredo e Ferreira, 2014). As lápides das sepulturas foram integradas no actual pavimento do corpo central da igreja.

O estudo antropológico dos vestígios osteológicos das primeiras campanhas foi efectuado por Filipa Neto, no âmbito da sua tese de mestrado, desenvolvida na Universidade do Algarve. As evidências analisadas permitiram concluir que ali foram inumados cerca de 110 indivíduos, de diferentes géneros e idades (Neto, 2009). Este número está longe de corresponder ao total de pessoas enterradas naquela igreja, visto que a este número tem de se associar os indivíduos identificados durante a intervenção arqueológica de 2013. Grande parte desta gente foi enterrada com espólio, seja ele de uso pessoal, um pouco contra os cânones religiosos que mandavam que se saísse desta vida despojado de bens materiais (Alexandre-Bidon, 1993, 184), ou de cariz religioso, tais como contas, rosários ou medalhas, com a representação de figuras religiosas.

A metodologia implementada, no estudo do espólio associado às sepulturas, passou pela análise das evidências da cultura material, sepultura a sepultura, tentando a sua identificação por indivíduo. Foram ainda considerados os achados que, fora das sepulturas, terão correspondido a objectos depositados com os inumados, pois a sua tipologia era semelhante à que foi identificada no interior das sepulturas. Tais objectos podem ter conhecido relocalização aquando da abertura das sepulturas para novos enterramentos.

2. A IGREJA DA MISERICÓRDIA

A Igreja da Misericórdia de Almada (CNS: 2986), parte do património da Santa Casa da Misericórdia, é constituída após as obras de remodelação da capela medieval do Hospital de Santa Maria de Almada, em 1564[4], dois anos depois da sua propriedade ter sido atribuída à Misericórdia, através de provisão régia redigida por D. João III (Barros, Gouveia e Gomes, 1984, 80; Neto, 2009, 209).

O terramoto de 1755 provocou-lhe grandes danos estruturais, levando à sua reconstrução durante os anos seguintes. As obras respeitaram o traço original do templo, tendo-se registado apenas pequenas transformações na entrada que, seguindo a simetria da rua, provocaram alterações no eixo original com o Altar-Mor.

Durante as últimas décadas foram efectuados vários trabalhos de remodelação. A reformulação do piso do corpo central motivou os trabalhos arqueológicos realizados pelo CAA (Barros, Gouveia e Gomes, 1984; Sabrosa e Santos, 1992), e a profunda requalificação de 2013, possibilitou a reabertura da Igreja ao culto, o restauro do retábulo e de inúmeras figuras sacras que partilham a história do espaço (Figueiredo e Ferreira, 2014).

Este edifício localiza-se no centro histórico do concelho de Almada, na União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, distrito de Setúbal, Carta Militar de Portugal 1/25 000, nº 431, com as seguintes coordenadas: X 38,683313; Y -9,157286 (WGS 84) e 60 metros de altitude. Confronta-se a noroeste com a Rua Dom José de Mascarenhas e a sudeste com a Rua Henriques Nogueira.

Está classificada como Monumento de Interesse Público pela Portaria n.º 404/2013, DR, 2.ª série, n.º 117, de 20-06-2013, beneficiando de uma zona de protecção regulamentada nos capítulos I e II do Decreto-lei nº107/2001 de 8 de Setembro.

3. A NECRÓPOLE DA IGREJA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

No decorrer das intervenções de 1983 e 1985, no corpo central da igreja, foram identificadas seis sepulturas cobertas com lápide tumular em calcário, todas elas gravadas com os respectivos epitáfios,

4. (www.scma.pt/igreja-misericordia) [consultado em 25/06/2017]

bem como, onze sepulturas sem qualquer tipo de estrutura pétrea, correspondendo apenas a fossas, de forma sub-rectangular, com os cantos arredondados, escavadas no solo (Figura 1) (Barros, Duarte e Gomes, 1985).
Quase todas as sepulturas continham restos osteológicos de vários indivíduos, e a maioria foi reutilizada várias vezes, como comprova a presença de ossários e de reduções junto do último enterramento realizado (Neto, 2009, 213).
A identificação de restos de madeira, tachas e outros elementos metálicos durante a escavação de algumas sepulturas, revela a utilização, em grande parte delas, de caixão para deposição do corpo no interior das covas. Sobre alguns esqueletos conservava-se a cal, colocada no momento do funeral, para ajudar na decomposição natural dos tecidos moles. Esta matéria, provavelmente devido à humidade existente, acabou por solidificar e conservar em negativo as texturas e as formas do tecido que compunha as vestes ou mortalhas dos indivíduos.
Com base nas sepulturas datadas, as balizas cronológicas de utilização desta necrópole ter-se-ão situado entre o último quartel do século XVI (1577) e meados do século XVIII (1715).

Sepultura 1. É o local de enterramento de Francisco Caldeira Freire e seus descendentes, identificação obtida através da pedra tumular, onde consta a inscrição: S*epultur*^{AS} DE FR*ancis*^{CO} CALDEIRA | FREIRE E DE SEVS ERD*ei*^{ROS}. Este enterramento não foi escavado em 1983/85 devido ao peso da lápide e à dificuldade em deslocá-la. Em 2013, esta foi apenas elevada, para ficar enquadrada com o actual pavimento da igreja.

Sepultura 2. Corresponde à morada final dos restos mortais de um indivíduo de nacionalidade alemã, de seu nome Gervasio van Durem, e de sua mulher, Maria Dias, possivelmente portuguesa. A identificação destes indivíduos foi feita com base na lápide tumular, que contém a epígrafe: S*epultura* DE GERVAZIO VAN | DVREM ALEMÃO E DE | MARIA DIAS SVA | MOLHER | TEM MISSA COTIDI|ANA | FALECERÃO EM IA|NEIRO DE 1658. O espólio associado a esta sepultura é amplo e indicativo dos diversos estados deste sepulcro, que parece ter sido mexido até bem mais tarde, levando inclusive ao desaparecimento de parte do rosário que acompanharia o defunto. Foi identificado um indivíduo do sexo masculino, em decúbito dorsal, com os membros inferiores esticados e os membros superiores sobre a pélvis, possivelmente Gervazio Van Durem. O estudo paleobiológico revelou a presença de um outro inumado que, apesar das dúvidas em relação à sua diagnose sexual, que se pense ser Maria Dias, como indica a lápide (Neto, 2009, 216-217). O espólio associado é vasto, destacando-se imediatamente os restos do caixão com dezenas de tachas ou pregos de forro, de pequenas dimensões, que prenderiam o forro, de tecido, às paredes de madeira, tendo esta subsistido em percentagens muito pequenas. Destaca-se ainda porção de debrum, elaborado em fio de liga de cobre, que decoraria o interior da urna. Este caixão parece, efectivamente, tratar-se de objecto de elevada qualidade, facto atestado igualmente pela sua fechadura, que sobreviveu na sepultura, associado ainda a um prego em ferro. No interior deste foram identificados diversos blocos de cal, sugerindo a sua utilização aquando do enterramento (Barros, Duarte e Gomes, 1985, 3), tendo possivelmente este material sido o responsável pela sobrevivência de diversos pedaços de tecido e couro, que não sabemos se corresponderiam às vestes, ou mortalha dos indivíduos. Relativamente ao rosário, sobreviveram apenas duas contas hemisféricas e duas contas em balaústre que, associadas, apresentariam a forma de cruz. Esta é, certamente, a sepultura mais enigmática da escavação devido à presença, junto às mãos do inumado, de dois objectos em madeira, de forma sub-cilíndrica, associados a fio, trabalhado, de liga de cobre, que os envolvia (Figura 5). Ainda que passível de rectificação, a interpretação que nos parece mais adequada é a de estes objectos terem pertencido às extremidades de um qualquer rolo de pergaminho. Foram recuperados, no seu interior, dois numismas. O mais antigo corresponde a real preto de D. Afonso V, que acreditamos ter ali estado aquando da abertura da sepultura. O outro, foi identificado como uma moeda de cinco reis de D. Luís I, que julgamos aí ter ido parar aquando das reaberturas da sepultura.

Sepultura 3. Corresponde ao túmulo de Miguel Pinheiro, tal como surge identificado na lápide de calcário que a cobre: S*epultura* D*e* MIGUEL | *PINHeir*^{O} CAPE|LÃO DO S*enho*R |DO*m* IO^{R}GE MES|TRE D*e* S*a*NTIA|GO E BENEFI|CEAD^{O} D^{E}STA VIL|LA E VIGARIO |NELLA E DE |SEUS ERD*ei*^{R}OS. Foi uma das mais reutilizadas, neste contexto, contando com a presença de vinte e quatro inumados. Ca-

torze ossadas correspondiam a adultos, nove do sexo masculino e cinco do sexo feminino, a maioria com idades entre os 20/25 anos e 40/50 anos, e um com mais de 60 anos. Foram ainda reconhecidos dez imaturos, de diversas idades (Neto, 2009, 218). Esta parece ter sido a sepultura de Miguel Pinheiro, que recebe carta de hábito, para freire clérigo, da Ordem de Santiago, a 24 de Abril de 1547 (Pimenta, 2001, 544) e se torna capelão de D. Jorge, mestre da ordem de Santiago (filho bastardo de D. João II e D. Ana Mendonça), ainda que se desconheça a data da sua morte, ocorrida algures durante a segunda metade do século XVI. O esqueleto do último inumado, que ainda conservava toda a conexão anatómica, encontrava-se em decúbito dorsal, com os membros inferiores esticados e os superiores flectidos sobre o peito. Possuía orientação Este-Oeste. Não se identificaram vestígios do uso de caixão ou mortalha. Devido à quantidade de indivíduos aqui inumados, o espólio associado aos seus restos mortais é igualmente profuso, ainda que impossível de atribuir a algum indivíduo em particular. Ao exemplo da sepultura anterior foi identificado o fio de liga de cobre enrolado, que faria a decoração interior do caixão, tendo sobrevivido inclusive, devido aos materiais biocidas da oxidação dos metais cúpricos, parte do tecido que forrava o caixão, ainda que muito danificado. Diversos pregos em ferro pertenceram, por certo, a um dos caixões aqui depositados. Desconhecemos se os inumados eram enterrados com a indumentária pessoal ou, se obedecendo a cânones religiosos, simplesmente embrulhados em mortalha, no entanto, no interior desta sepultura foram encontrados quatro alfinetes, em liga de cobre, de pequenas dimensões, ditos de mortalha. Também esta sepultura tinha evidências de algum dos herdeiros de Miguel Pinheiro, ou o próprio, ter sido sepultado com um rosário, recuperando-se 17 contas, em osso, e uma medalha, em chumbo, muito danificada. Destacam-se os anéis aqui recuperados, seis em vidro e um em liga de cobre, segundo consta no relatório da escavação, ainda que apenas dois dos anéis em vidro se encontrem depositados no interior dos contentores de espólio guardados no CAA. Os anéis identificados foram produzidos com vidro escuro e apresentam diâmetros de 0,016 m e 0,018 m. O anel metálico não possui qualquer tipo de decoração, sendo o seu diâmetro de 0,019 m (Figura 4).

Sepultura 4. Corresponde à SEPULTURA DE |DUARTE RO*drigu*IZ |CAVALEIRO DO |ABITO DE SAN|TIAGO E DE SEVS |ERDEIROS |1577, de acordo com a epígrafe que a cobre, tendo sido reconhecidos seis indivíduos no seu interior. A lápide encontra-se ainda decorada com a Cruz-Espada de Santiago. Esta é, sem dúvida, uma das sepulturas mais interessantes devido à quantidade e variabilidade do seu espólio, tendo-se recolhido uma espada em ferro, com cerca de 0,600 m de comprimento (Figura 5). Tal não é, efectivamente, um achado muito comum, acrescendo o interesse quando se sabe que um dos seus principais inumados foi cavaleiro da Ordem de Santiago, morador em Almada, que recebeu carta e hábito a 27 de Abril de 1548 (Pimenta, 2001, 395). Se a espada pertenceu a este indivíduo ou a um dos seis herdeiros (Neto, 2009, 218) ali encontrados é difícil de saber, contudo, parece-nos que ele deve ter sido o inumado que mais destaque ali tinha, tendo este objecto acompanhado o seu proprietário em campanhas no Norte de África. Num dos esqueletos, provavelmente o que pertenceria a Duarte Roiz, foram identificadas, num osso coxal, entesopatias severas nas tuberosidades esquiáticas, confirmando a sua actividade como cavaleiro (Neto, 2009, 218). Foi igualmente encontrado pequeno alfinete que prenderia mortalha. De destacar a presença de três medalhas, duas em liga de cobre e outra em estanho (Figura 5). As medalhas encontram-se com elevado estado de concreções e difíceis de reconhecer, no entanto, numa delas, de pequenas dimensões e com aletas laterais, identifica-se uma Nossa Senhora da Conceição e, em outra, maior, um Cristo Crucificado, num dos lados e, no outro, o que supomos ser um santo, de perfil, com elevado pormenor no cabelo e orelha. Não é de estranhar a presença do rosário com 69 contas, entre ovais e hemisféricas, que pertenceram ao último inumado ali depositado, um dos herdeiros. O esqueleto, em posição anatómica, encontrava-se em decúbito dorsal, com os membros inferiores estendidos e os superiores flectidos e cruzados sobre o tronco. Possuía orientação Este-Oeste.

Sepultura 5. A S*epultur*A DE BENTO FFRANCISCO |E DE SVA MULHER M*ari*A |JOÃO TEM ESTA SANTA |CAZA DA MISERICOR|DIA OBRIGAÇÃO DE DV|AS MISSAS QVOTIDIANN|AS PELLA ALMA DE CADA |HVM SUA MISSA E DAR DOIS |DOTES EM DIA DE *Santa* CATHERI|NAM

E VETIR POBRES EM |D*ia* DE S*anta* IZABEL TODOS |OS ANNOS EM QUANTO MUN|DO DVRAR PÊRA O QVE DI|XARÃO De SVAS TERÇAS DO|ZE MIL CRUZADOS A DITA |Santa CAZA O QUE CONSTA DO |TESTAMENTO COMO FALLE|CERÃO A ESCRITVRA FEITA |NAS NOTAS DO TABELIÃO |BELCHIOR LEITÃO Que ESTA |NO CARTÓRIO DSTA Santa CA|ZA FALLECERÃO NO ANNO |De 1715, corresponde, por certo, a alguns dos inumados mais abastados que ali foram depositados. Apenas dois indivíduos adultos, um masculino e um feminino, foram identificados no interior desta sepultura, envoltos em cal, muito provavelmente os que se encontram mencionados na lápide tumular. Aos pés da sepultura foi identificado um feto, com cerca de 32-34 semanas, que se desconhece ser, ou não, filho de Bento Francisco e Sua Mulher (Neto, 2009, 220). Pelo menos um caixão de grandes dimensões, com pregaria de ferro, fechado com uma fechadura, igualmente em ferro, foi aqui depositado. Sobreviveram, também em ferro, as seis pegas que serviriam ao seu transporte. No interior, este estaria decorado com debrum em cobre, entrelaçado, pregado às paredes do caixão com tachas, igualmente de cobre, de pequenas dimensões (Barros, Duarte e Gomes, 1985, 4). O interior do caixão apresentava restos de cal misturada com tecido, possivelmente linho. Um dos inumados foi depositado com grande rosário, com 62 contas, em osso, de forma hemisférica achatada, e outras seis torneadas. A escavação comprovou a morte dos indivíduos e a sua inumação com pouco tempo de diferença, uma vez que, devido à presença de tecidos moles, supõe-se não ter sido possível a redução do primeiro sepultado, para colocação do segundo (Barros, Duarte e Gomes, 1985, 5).

Sepultura 6. Não foi escavada em 1985. Menciona, na lápide que a cobre, que AQVI IAZ L*ouren*^{CO} |CALDEIRA CI|DADÃO DA CII|DADE DE LIX*boa* |FALEZEO a 14 |DOVTVBRO |1578 E DE SEVS |ERDeiROS. Em 2013, foi apenas elevada, para ficar enquadrada com o actual pavimento da igreja.

Sepultura 7. Fossa de inumação sub-rectangular, escavada no sedimento argiloso. Correspondendo a um enterramento individual, o esqueleto encontrava-se em decúbito dorsal, orientado Este-Oeste, com os membros inferiores esticados e os superiores dobrados sobre o tronco. O único espólio recuperado limitou-se a pequena conta hemisférica, em osso, no entanto esta poderá ter sido oriunda das terras ali próximas, aquando da sua inumação.

Sepultura 8. Apresentando forma sub-rectangular, foi escavada no sedimento argiloso, tendo sido reconhecidos diversos indivíduos no seu interior. Identificou-se um esqueleto, bastante fragmentado, em decúbito dorsal, com orientação Este-Oeste. O espólio era escasso, apenas com uma pequena conta, que se suspeita ser de madeira e um alfinete, em liga de cobre.

Sepultura 9. Reconheceram-se diversos indivíduos, sem ser possível atestar a identidade de nenhum deles. Constitui-se por uma fossa simples, sub-rectangular, escavada no solo. Esta foi uma das sepulturas que mais espólio ofereceu, contando com 110 contas esféricas e ovais, uma das quais muito queimada, e 12 contas torneadas, em osso, algumas com coloração verde, provavelmente de terem estado em contacto com duas medalhas, em cobre. A estas contas associam-se duas outras em balaústre, que terão sido compostas em forma de cruz. Identificou-se ainda uma conta em coral, de coloração rosa e tom claro. Ainda que nenhuma evidência de caixão tenha sido reconhecida foi recolhido um prego, em ferro, e uma pequena tacha em cobre, correspondendo a prego de forro de caixão. É possível que estes dois elementos metálicos, juntamente com os três fragmentos de escória de ferro tivessem ali ido parar aquando da reabertura da sepultura para mais uma inumação.

Sepultura 10. Apresenta inúmeros enterramentos, onde se identificaram várias reduções. Constitui-se por uma fossa simples, sub-rectangular, escavada no sedimento argiloso. O único esqueleto que conservava conexão anatómica estava em decúbito dorsal, com os membros inferiores estendidos e os superiores dobrados sobre o tronco. A ausência de espólio, exceptuando um pequeno alfinete de mortalha, parece indicar que estes indivíduos respeitaram o cânone religioso e foram enterrados completamente despojados de bens materiais.

Sepultura 11. Enterramento individual, em fossa escavada no sedimento argiloso. O esqueleto possuía orientação Este-Oeste e estava em decúbito dorsal,

com os membros inferiores estendidos e os superiores dobrados sobre o tronco. Ainda que diversos objectos tenham sido recuperados, acreditamos que alguns deles ali foram parar, oriundos das terras da igreja, aquando do seu sepultamento. Destes contamos alguns fragmentos de telha e tijolo, fragmentos e escória de cobre (possivelmente oriundos da pequena forja ali identificada), um numisma de D. Duarte e fragmentos de fio de cobre. Devem ter pertencido ao inumado o alfinete em cobre, as 58 contas ovais e as oito contas torneadas, em osso, ainda dispostas em forma de rosário, ao lado da perna direita, bem como a conta em balaústre que formaria parte da cruz. De destacar o aparecimento de pequena figa, em azeviche, e duas medalhas em liga de cobre (Figura 5).

Sepultura 12. Corresponde a fossa rectangular escavada no solo, onde foram inumados diversos indivíduos. O esqueleto que ainda apresentava conexão anatómica encontrava-se em decúbito dorsal, com orientação Este-Oeste, os membros superiores dobrados sobre o tronco e os inferiores estendidos. Sobre este encontravam-se várias ossadas. O espólio recolhido no interior da sepultura corresponde a 20 contas esféricas achatadas de pasta vítrea branca, uma conta de pasta vítrea preta oval, 66 contas esféricas e esféricas achatadas e seis contas torneadas, de osso. A desorganização deste espólio indica que os rosários não pertenceram ao último inumado.

Sepultura 13. Enterramento individual, em fossa escavada no solo argiloso. O esqueleto apresentava orientação Este-Oeste e estava em decúbito dorsal, com os membros inferiores estendidos e os superiores dobrados sobre o tronco. Este indivíduo foi enterrado com um dos maiores rosários identificados nesta escavação, que contava com 190 contas esféricas achatadas, mais alguns fragmentos que foi impossível contabilizar, 15 contas torneadas e uma conta em balaústre, correspondendo a parte da cruz, todas produzidas em osso. Foram ainda identificados dois pregos de forro de caixão, em cobre, possivelmente ali colocados aquando da inumação, mas originalmente oriundos de outra sepultura.

Sepultura 14. Possui enterramentos múltiplos, em fossa irregular, escavada no sedimento argiloso. Dois esqueletos ainda se encontravam conexão anatómica, sobrepostos, ambos em decúbito dorsal, com orientação Este-Oeste, com os membros inferiores esticados e os superiores flectidos sobre a cavidade abdominal. Sobre estes encontravam-se várias ossadas. O espólio, pertencendo a qualquer um dos diversos indivíduos ali depositados contava com 105 contas esféricas achatadas e três contas torneadas muito pequenas, bem como duas contas em balaústre queimadas, todas em osso, podendo, ou não, corresponder ao mesmo rosário. Encontrou-se ainda um alfinete, em ferro.

Sepultura15. Registou a presença de um grande ossário, com inúmeros indivíduos, colocados em fossa escavada no solo. Foram aqui recuperadas 19 contas esféricas, uma conta torneada, uma conta em balaústre, uma conta correspondendo aos braços da cruz do rosário, todas em osso e uma grande conta esférica, em âmbar. Encontrou-se ainda uma pequena medalha, em liga de cobre, de forma oval, na qual se reconhece santo que segura um bastão, possivelmente São Cristóvão, muito embora o estado de conservação não o permita concluir, sobretudo porque não é possível inferir se carrega alguma criança aos ombros. Foi ainda recuperado um real de D. Sebastião.

Sepultura 16. Trata-se de fossa sub-rectangular com diversos enterramentos identificados no seu interior. A última inumação possui orientação Este-Oeste, o corpo foi colocado em decúbito dorsal, com os membros inferiores estendidos e os superiores dobrados sobre a cavidade abdominal. Não foi recuperado qualquer espólio.

Sepultura 17. Sepultura múltipla em fossa irregular, escavada sobre no sedimento argiloso. O último enterramento, com orientação Este-Oeste, encontra-se em decúbito dorsal, com os membros inferiores estendidos e os superiores flectidos sobre o tronco. As ossadas dos outros indivíduos foram dispostas aleatoriamente sobre o último esqueleto, não tendo sido recuperado qualquer espólio no seu interior.

Capela de Nossa Senhora dos Passos. Tal como mencionado, no interior desta capela, localizada ao fundo, do lado direito do altar-mor (Figura 1) foram igualmente feitas escavações arqueológicas. O material aqui identificado não pode ser directamente atribuído a qualquer sepultura, no entanto, as suas características fazem-nos acreditar que terão che-

gado àquela igreja aquando da inumação dos seus proprietários. A reabertura sucessiva das sepulturas para a colocação de novos corpos levou a que estes materiais deixassem o seu depósito original sendo recolocados em diversas partes da igreja. No entanto, não podemos descartar a possibilidade de alguns destes artefactos terem pertencido às diversas pessoas que ali iam assistir ao culto religioso. Foram aí encontrados: em cobre, um pequeno alfinete, um botão, tachas de diferentes dimensões, que pregariam o forro de caixões ou outro tipo de mobiliário, fragmentos da bainha de um punhal e um anel; em coral uma conta e um fragmento que pode ter pertencido a um qualquer adorno; uma conta em âmbar; uma conta em vidro *millefiori*; algumas contas em osso hemisféricas, semelhantes às dos rosários; contas em madeira; pregos em ferro; fragmento de uma grande figa em azeviche e diversos numismas.

4. DISCUSSÃO

Os enterramentos escavados no interior da Igreja da Misericórdia proporcionaram-nos informação deveras importante na forma como os habitantes almadenses e lisboetas (sepultura 6) encaravam a morte. Em primeiro lugar, devemos mencionar que estamos perante uma comunidade muito diferente, do ponto de vista social, conclusão retirada através da análise do túmulo e espólio, mas igualmente com base no estudo antropológico (Neto, 2009). Certamente que os cavaleiros da Ordem de Santiago ali depositados ou aqueles com posses para mandar rezar missas "EM QUANTO MUNDO DVRAR" estariam entre os mais abastados, com posses suficientes para ter a sua própria lápide e que certamente se fizeram acompanhar dos seus bens mais representativos. Toda a ritualização associada às exéquias sugere que o morto poderia levar alguns objectos que lhe fossem próximos ou espólio que ajudasse na sua existência *post-mortem*, tal como uma espada, objecto de prestígio entre os cavaleiros (Treffort, 1993, 68). No entanto, acreditamos que muitos dos indivíduos ali inumados o fossem apenas envoltos em mortalha, presa por alguns alfinetes e despojados de qualquer bem material, conforme ditava o cânone religioso.

A maior parte dos artefactos recuperados nesta escavação arqueológica corresponde a contas elaboradas em diversos materiais. A forma redonda da conta pode representar a unidade divina, símbolo de equilíbrio e símbolo de orações.

As contas em osso, claramente destinadas à composição de rosários são centenas. Elas possuem formas distintas. As mais frequentes apresentam formas simples, hemisféricas, hemisféricas achatadas ou ovais que acreditamos corresponderem às Ave-Marias. Menos frequentes são as contas torneadas que certamente correspondiam aos Pai-Nosso. A oração da Salve-Rainha estaria conectada com as diversas medalhas que surgem dentro das sepulturas enquanto o Credo, oração criada no ano de 451, durante o concílio de Niceia, estaria representado na cruz final, obtida através do cruzamento de duas contas em balaústre.

Este tipo de achados encontra-se entre os mais frequentes nas necrópoles de Idade Moderna escavadas em Portugal com notícias de achados em diversas necrópoles, de norte a sul do país, ainda que parcamente publicados. Evidências de rosários com contas em osso foram encontradas na necrópole do antigo Convento de Jesus, em Lisboa, hoje a Academia de Ciências de Lisboa (Cardoso, 2008), na necrópole medieval e moderna da alcáçova do castelo de Mértola (Rafael *et all*., 2015, 261), no Convento de Santana de Lisboa (Gomes, Gomes e Gonçalves, no prelo), na necrópole da escavação do Senhor da Boa Morte, em Vila Franca de Xira (Mendes e Pimenta, 2017), na Igreja de Nossa Senhora do Cadaval (Cardoso, 2007) ou a necrópole na Igreja Paroquial de Corroios (Barros e Raposo, 1984, 30), entre dezenas de outros sítios. O elevado número de rosários e contas em osso recuperados em diversas escavações arqueológicas faz-nos acreditar numa produção em grande escala durante a Idade Moderna. Em 1552, a *Estatística de Lisboa* menciona que só nesta cidade existiam *"6 casas onde fazem contas de rezar, sem fazerem outro ofício"* (Brandão, 1992, 188).

Acreditamos ter sido parte de um rosário as 20 contas em pasta vítrea branca identificadas na sepultura 12, assim como seriam igualmente efectuados com pequenas contas em madeira de que foram recolhidos quatro exemplares. Os rosários poderiam ser feitos em diferentes materiais, dependendo do gosto ou capacidade monetária do seu proprietário.

Apesar do elevado número de contas em osso e pasta vítrea estes pequenos artefactos surgem produzidos em outros materiais tais como o âmbar ou o coral, cuja simbologia não deve ser ignorada. Em época medieval e moderna o âmbar é proveniente sobretudo da zona do Báltico. Esta resina fóssil era conhecida por possuir características profiláticas e

apotropaicas, com capacidades para curar, proteger e fornecer boa energia. Em certos casos estas contas, de maiores dimensões e diferentes cores, podiam ser usadas como Salve-Rainha nos rosários, ainda que sejam mais frequentes nos objectos de adorno pessoal, tais como brincos (Ross, 1999). Protegeriam o indivíduo em vida e acompanharam-no na morte. Contas semelhantes foram recuperadas em necrópoles em Silves (Casimiro, Chanoca e Vieira, 2008, 250) e Mértola (Rafael, et all, 2015).

O coral, identificado como possuindo propriedades apotropaicas, capazes de protegerem de intempéries, mau-olhado, demónio, feitiços, doenças, mas igualmente de restaurar forças e o sangue, inclusive pela sua associação cromática, o coral podia ser tomado moído e sobretudo a sua variedade branca (Gomes, Gomes e Gonçalves, no prelo). Uma vez que os exemplares agora estudados são em tão baixo número e dispersos, consideramos inviável considera-los como elementos de rosários ou de terços sendo mais plausível terem feito parte de brincos ou de outros adereços, podendo, nomeadamente, terem sido fixados à roupa.

O azeviche, variedade de lignite, ou seja, carvão mineral de origem vegetal, de característica cor negra, foi cedo associado a propriedades mágicas e apotropaicas, como afastar serpentes e demónio, inveja, má sorte e mau-olhado, assim como capaz de curar algumas doenças e, também pela sua cor, associado à morte e ao luto. Para melhor servir o seu propósito de amuleto deveria ser utilizado junto ao corpo, em elementos de adorno, como anéis, brincos e pendentes. Duplamente significantes são os amuletos, que aliavam a simbologia do material, o azeviche, à forma representada, a figa. Tido como gesto obsceno pela Igreja, por aliar os órgãos genitais masculino e feminino, reveste-se contudo de uma componente mágico-religiosa que o eleva a um dos amuletos protectores mais difundidos nesta época (Gomes, Gomes e Gonçalves, no prelo). Não deixa de ser irónica a sua comum ocorrência em contextos religiosos, como o agora apresentado.

Foram identificadas seis medalhas, nesta intervenção arqueológica, nas sepulturas 3, 4, 12 e 15. Duas delas, alvo de conservação e limpeza para a sua utilização em exposição, são as mais facilmente identificáveis. Estas medalhas, maior parte fazendo parte dos rosários, mostram diferente iconografia religiosa. Reconheceram-se as figuras de Nossa Senhora da Conceição, coroada por estrelas, Nossa Senhora do Cabo, Cristo no Calvário e Santo António de Pádua, ainda que algumas medalhas sejam impossíveis de reconhecer a figura ali representada. Estas medalhas são igualmente frequentes em diversas escavações de Idade Moderna, sobretudo associadas a necrópoles, em Portugal e no Novo Mundo (Boavida, 2011; Deagan, 2002, 48).

Foram recuperados diversos numismas no interior e exterior das sepulturas, no entanto, não foi possível compreender se algum daqueles fez parte do ritual de enterramento do indivíduo, como tem sido frequentemente identificado em diversos enterramentos medievais e modernos, pelo que a lista seria exaustiva e desnecessária. Nenhuma moeda foi encontrada directamente associada ao enterramento, nas mãos ou junto ao corpo do inumado, na continuação de ritual milenar em que uma moeda pagaria a passagem para o outro mundo. A sua presença dentro das sepulturas pode indicar esse uso, difícil de reconhecer em sepulturas muito reutilizadas.

A sepultura de Duarte Rodrigues, cavaleiro do hábito de Santiago, ofereceu um dos objectos mais interessantes desta intervenção. Associada a esta sepultura, ainda que muito fragmentada, foi encontrada espada de ferro. A identificação de espadas em contexto arqueológico é rara, no entanto é possível que muitos nobres e cavaleiros se quisessem fazer acompanhar por elas. Tal foi o caso de Fernão Martinz de Mascarenhas, sepultado na cripta de sua família no Convento da Saudação, de Montemor-o--Novo, sepultado com a espada de seu pai, D. João de Mascarenhas, falecido em África na batalha de Alcácer Quibir.

Os objectos de uso pessoal traduzem-se em anéis de vidro e de cobre. Estes objectos são frequentes no Portugal Moderno e frequentemente encontrados em escavações arqueológicas, como foi o caso das escavações na Biblioteca de Mértola (Palma e Rafael, 2012).

Os processos tafonómicos da necrópole da Igreja da Misericórdia permitiram a conservação de diversos vestígios em madeira, nem sempre frequente nas necrópoles de cronologias afins. Neste sentido, foi possível determinar que muitos dos indivíduos ali depositados teriam posses para faustosos caixões, ricamente decorados, com inúmeros pregos de forro e debruns em cobre, muitos deles cerrados com fechaduras, semelhantes a outros achados associados a caixões.

5. CONCLUSÃO

A análise dos bens das sepulturas da Igreja da Misericórdia de Almada mostra que os indivíduos enterrados nesta igreja teriam diferentes estatutos sociais e níveis de riqueza. A abastança em vida quiseram transportá-la consigo após a morte. O estudo antropológico já havia revelado que existiam indivíduos com diferentes patologias, provocadas inclusive por infâncias menos saudáveis e reveladoras de diferentes grupos sociais. Não é de estranhar que o espólio mais rico esteja associado às sepulturas com pedra tumular, e cuja identificação do indivíduo foi possível.

A escavação da Igreja da Misericórdia revelou um espólio que podemos designar quase de funerário, destacando-se os restos de caixões, contas de rosário, medalhas e objectos de carácter apotropaico e profiláctico que acompanhariam e protegeriam o indivíduo na morte. Destaque deve ser dado à espada em ferro, na sepultura de Duarte Rodrigues, por revelar como pessoas de elevado estatuto social queriam fazer-se acompanhar na morte pelas insígnias que os tornavam socialmente distintos em vida.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE-BIDON, Daniéle (1993) – Gestes e expressions du deuil, in *A Réveiller les morts. La mort au quotidien dans l'Occident medieval.* Lyon: Presses universitaires de Lyon. pp. 121-133.

BARROS, Luís; GOUVEIA, Luís; GOMES, Maria Fernanda (1984) – Igreja da Misericórdia de Almada. *Al-madan*. Iª Série, nº 2. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. pp. 79-83.

BARROS, Luís; RAPOSO, Jorge (1984) – Intervenção Arqueológica na Igreja Paroquial de Corroios. *Al-madan*, I série, nº 3. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. pp. 28-30.

BARROS, Luís; DUARTE, Ana; GOMES, Maria Fernanda (1985) – *Igreja da Misericórdia da Almada. Relatório de Trabalhos Arqueológicos*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada (texto policopiado, não publicado).

BOAVIDA, Carlos (2011) – Artefactos metálicos do castelo de Castelo Branco (Portugal). *Açafa online*, nº 4. Associação de Estudos do Alto Tejo. pp. 1-44.

BRANDÃO, João (1990) – *Grandeza e abastança da Cidade de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizonte.

CARDOSO, Guilherme (2007) – *A Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Cadaval. Trabalhos Arqueológicos realizados em 2003*. Cadaval: Câmara Municipal de Cadaval.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra; CARMO, Teresa (2015) – Estudo antropológico do Convento de Nossa Senhora da Graça, Tavira (Portugal) in *Arqueologia de Transição*: O Mundo Funerário: actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição. Évora: CHAIA. pp. 332-340.

DEAGAN, Kathleen (2002) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean 1500-1800*, vol. 2. Washington: Smithsonian Institution Press.

DUARTE, Ana (1982) – Obras no hospital de Almada levam a descoberta de vestígios arqueológicos. *Al-Madan*. Iª série, nºo. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. p. 38.

FIGUEIREDO, Margarida; FERREIRA, Ângela (2014) – *Relatório da intervenção de conservação, recuperação e restauro da Igreja da Misericórdia de Almada*, Palimpsesto, S.A. (policopiado, não publicado).

CASIMIRO, Tânia, CHANOCA Cristina; VIEIRA, Ana (2008) – Silves Polis: duas necrópoles medievais in *Actas do 5º Congresso do Algarve.* Silves: Câmara Municipal de Silves. pp. 243-254.

CARDOSO, João Luís (2008) – Resultados das escavações arqueológicas realizadas no claustro do antigo Convento de Jesus (Academia das Ciências de Lisboa) entre Junho e Dezembro de 2004. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 11 (1). Lisboa: DGPC. pp. 259-284.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela; GONÇALVES, Joana (no prelo) – Objectos de uso pessoal, produzidos em matéria animal, do Convento de Santana, de Lisboa in *Actas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa, Uma Cidade em Escavação*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela; GONÇALVES, Joana (no prelo) – Artefactos de azeviche do Convento de Santana de Lisboa in *Actas do Colóquio «Do Carmo a São Vicente» Homenagem a Fernando Rodrigues Ferreira*. Lisboa. Comissão de Estudos Olisiponenses – Associação dos Arqueólogos Portugueses.

GOUVEIA, Luís; BARROS, Luís (1985) – Escavações do CAA: Verão/83. *Al-madan*. Iª série, nº 1. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. p. 54.

MENDES, Henrique; PIMENTA, João (2017) – Guia da exposição Do Tejo à montanha. Da montanha às Lezírias. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

NETO, Filipa (2009) – Estudo paleobiológico da necrópole da Igreja da Misericórdia de Almada. *Promontoria*. nº 7/8. Faro: Universidade do Algarve.

PALMA, Maria de Fátima; RAFAEL, Lígia (2012) – Vidros, ossos e metais da intervenção arqueológica na Biblioteca Municipal de Mértola (Portugal), in *Actas do V Encontro de arqueologia do Sudoeste peninsular.* Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar. pp. 477-496.

PEREIRA, Manuela (2015) – Aspectos da morte na nobreza do século XVII. A escavação da Cripta dos Mascarenhas no Convento da Saudação em Montemor-o-Novo. *Almansor*, nº1, série 3. Montemor-o-Novo. pp. 109-136.

PIMENTA, Maria Cristina (2001) – As Ordens de Avis e de Santiago na baixa Idade Média: o governo de D. Jorge. *Militarum Ordinum Anacleta*, nº 5. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida.

RAFAEL, Lígia; PALMA, Maria de Fátima; FORTUNA, Rute; RODRIGUES, Clara (2015) – Os elementos de adorno na necrópole medieval e moderna da alcáçova do castelo de Mértola in *Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário: actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição*. Évora: CHAIA. pp. 258-271.

ROSS, Andrew (1999) – Amber. Harvard: Harvard University Press.

SABROSA, Armando; SANTO, Paulo Espírito (1992) – Almada medieval/moderna: projecto de investigação. *Al-madan*. 2 Série. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. pp. 5-12.

TREFFORT, Cécile (1993) – Le spectacle de la mort dans la iconographie du haut moyen age, in *A Réveiller les morts. La mort au quotidien dans l'Occident medieval,* Lyon: Presses universitaires de Lyon (pp. 167-82).

VITERBO, Francisco Sousa (1903) – A pesca do coral no século XV, *Archivo Historico Portuguez*, vol. I. Lisboa. pp. 315-320.



B



C

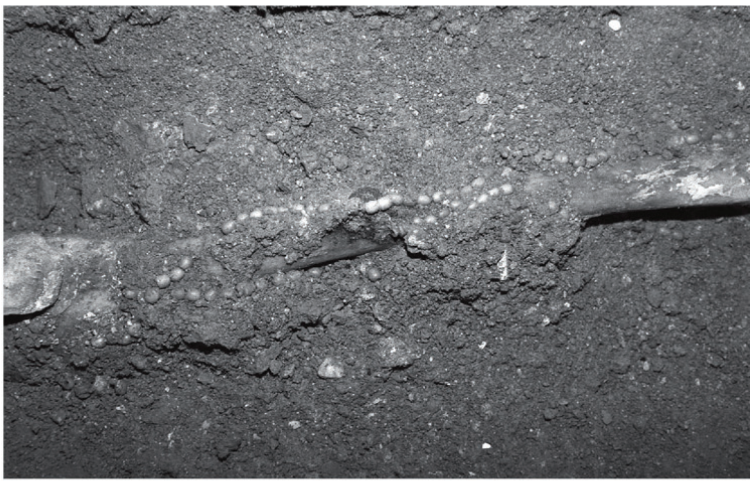


Figura 1 – Planta geral das intervenções na Igreja da Misericórdia de Almada (A) (desenho: Arquivo CAA, vectorização: V. Dias); Pormenores do espólio nas sepulturas 3 e 11 (B e C) (Arquivo CAA).



Figura 2 – Igreja da Misericórdia de Almada. Elementos dos caixões. Fechadura (Sep. 2) e pegas de caixão (Sep. 5) em ferro; debrum e pregos de forro do caixão, com vestígios do tecido e da madeira ainda conservados (Sep. 5).

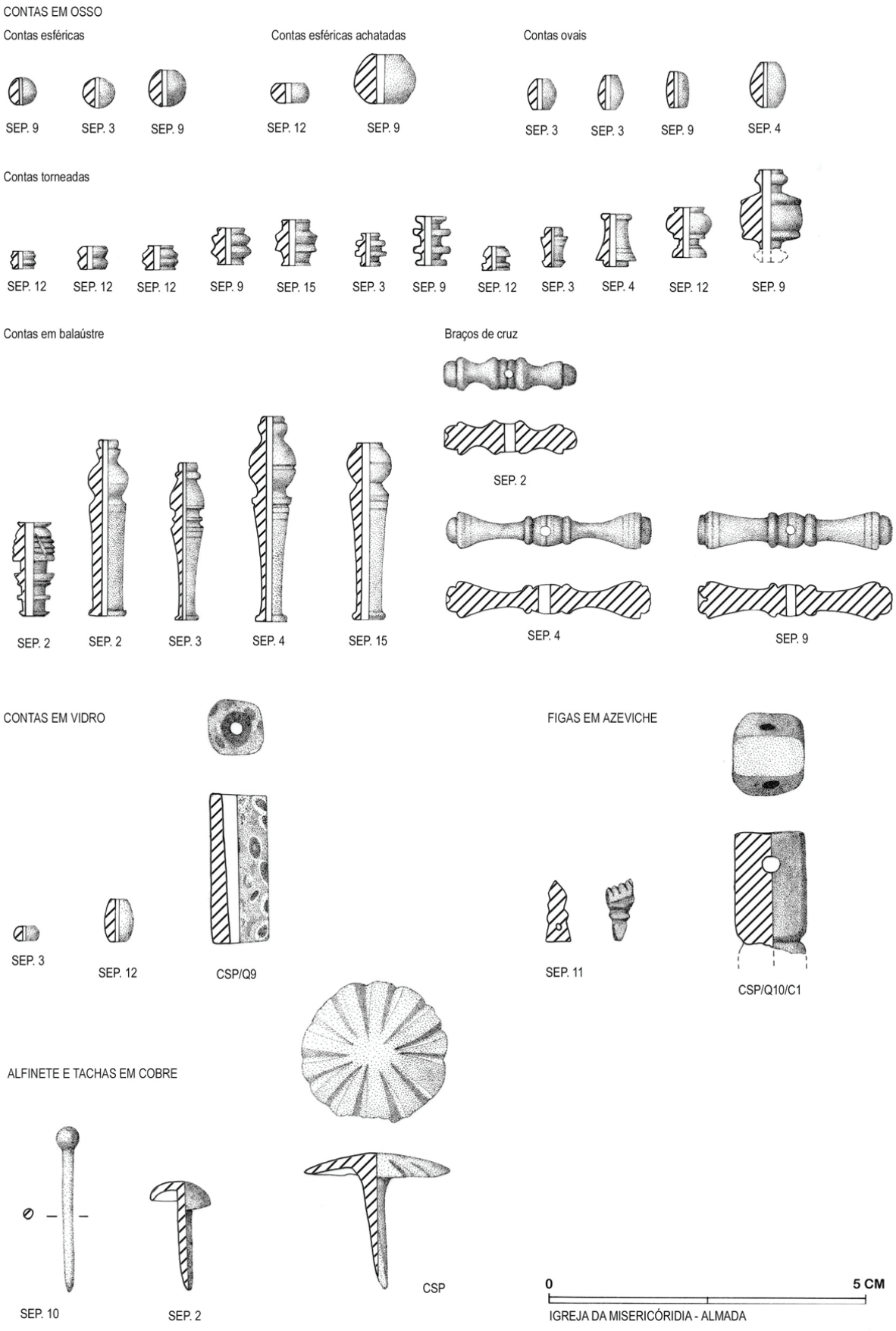


Figura 3 – Igreja da Misericórdia de Almada. Tabela tipológica de contas, em osso e em vidro; figas, em azeviche; alfinetes e tachas, em cobre (desenhos J. Gonçalves).



Figura 4 – Igreja da Misericórdia de Almada. Espólio em cobre (A); âmbar (B); coral (C); vidro (E); vidro *millefiori* (F); e proposta de reconstituição de um terço, composto por algumas das contas de osso recolhidas na sepultura 9 (G).



Figura 5 – Igreja da Misericórdia de Almada. Espada de ferro (A); elementos de adorno em madeira e enrolamentos de cobre (B); medalhas, em cobre (C).

CERÂMICAS QUINHENTISTAS VIDRADAS DE UM POÇO MEDIEVAL DA PRAÇA DA FIGUEIRA (LISBOA)

Ana Isabel Barradas[1], Rodrigo Banha da Silva[2]

RESUMO

O Hospital Real de Todos-Os-Santos é tema de frequente publicação e investigações em múltiplas vertentes, destacando-se-lhe a relevância histórica, o papel chave para a evolução das práticas médico-terapêuticas portuguesas da Época da Expansão, mas também as estruturas e materiais arqueológicos recuperados em sucessivas ocasiões, entre 1960 e 2001. No presente estudo abordou-se um conjunto seleccionado de cerâmicas recolhidas num contexto fechado datado da Época Moderna, equivalente ao enchimento de um poço ovalado medieval das «Hortas de S.Domingos», depois integrado no tardóz do Hospital. O estudo aborda as cerâmicas vidradas de origem regional, as suas respectivas evidências de produção, e são também abordadas as produções portuguesas como as "faianças". No que respeita às produções forâneas assinala-se a ocorrência de majólica italiana e de variadas elaborações sevilhanas.

Palavras-chave: Lisboa, Hospital Real de Todos-Os-Santos, Praça da Figueira, Cerâmicas Modernas, Arqueologia Moderna.

ABSTRACT

Hospital Real de Todos-Os-Santos was the subject for various publications and researches in several areas, highlighting its historical relevance, the key role for the evolution of the Portuguese medical-therapeutic practices in the Age of European Expansion, but also the structures and archaeological materials recovered on successive occasions between 1960 and 2001. The present paper approaches a set of selected ceramics recovered from a closed context dating from the 16th c. A.D., equivalent to the filling of a medieval oval well belonging to the vegetable-garden of the Dominican Convent, later reused by the hospital. The study deals with glazed ceramics of regional origin, and their respective evidences of production, and also approached the portuguese productions, namelly "Portuguese faience". Foreign productions are also documented by Italian majolica and various Sevillian elaborations.

Keywords: Lisbon, Hospital Real de Todos-Os-Santos, Praça da Figueira, Ceramics, 16th century.

1. INTRODUÇÃO

Em 2017 a Câmara Municipal de Lisboa, através do seu Departamento de Património Cultural / Direcção Municipal de Cultura, lançou o novo projecto de investigação e divulgação cultural dedicado ao Hospital Real de Todos-Os-Santos, numa parceria com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, através do CHAM – Centro de Humanidades.

Ambas as instituições procuram potenciar as suas valências instaladas, e congregar outras instituições para a iniciativa. O presente trabalho surge, portanto, como uma das iniciativas a decorrer no âmbito da estratégia de convergência dedicada ao Hospital Real, procurando explorar a informação inédita à guarda do CAL – Centro de Arqueologia de Lisboa (CML) no quadro de iniciativas académicas e de investigação da FCSH.

1. FCSH – UNL; ana_isabel.ab@hotmail.com

2. CHAM – FCSH / UNL e CAL / CML; rbds@fcsh.unl.pt

2. A ORIGEM DO HOSPITAL E AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NA PRAÇA DA FIGUEIRA

O Hospital Real de Todos-os-Santos foi construído a partir de 1492 por decisão do D. João II, ao tentar fundar um estabelecimento de inspiração renascentista, baseando-se em exemplos da Itália. Um dos objectivos era também o de centralizar os serviços hospitalares e de assistência em Lisboa, o que consequentemente levou ao encerramento de hospitais de menor dimensão (CARMONA, 1954: 160). Com a aprovação do Papa Inocêncio VIII, as obras estavam supostamente adiantadas em 1495 (SALGADO, 2015: 63-65). Todavia, o essencial da construção teve lugar somente com o monarca seguinte, D. Manuel I, e o testemunho presencial de Jan Taccoen Van Zillebeke em 1514 indícia que embora funcional, os trabalhos de construção decorriam ainda nesta data (STOLS, 2015).

O local escolhido para a sua construção foi o antigo espaço de cerca conventual que pertencera ao Convento de S. Domingos, localizada no lado oriental do Rossio. A escolha deste considerou as suas características de fácil escoamento e acesso a águas (BARGÃO, 2015: 3). O complexo estaria operacional já cerca de 1502.

Segundo as fontes manuscritas, a arquitectura do Hospital Real de Todos-Os-Santos era constituída a partir de uma planta cruciforme, com a cruz rodeada por quatro claustros, tendo cada um deles um poço ao centro. Esta forma de planta foi inspirada nos modelos hospitalares italianos, como os de Siena e Florença (SALGADO, 2015: 63).

Semelhante aos modelos italianos também foi construída uma igreja no edifício, com o altar-mór central ao complexo, com o intuito de os doentes puderem ouvir a missa, mesmo estando nas camas das enfermarias. A fachada do hospital era de estilo manuelino, tendo uma escadaria de nove degraus que dava a acesso à Igreja de Todos-Os-Santos. A este propósito, a escadaria, aparentemente já não a original, foi uma das primeiras descobertas arqueológicas relativas ao hospital, feita durante obras num restaurante perto do Rossio, em 1957.

Em 1530, no reinado de D. João III, a administração do hospital cometia aos religiosos que chefiavam a congregação de S. João Evangelista para, no ano de 1564, ser entregue à Misericórdia de Lisboa pelo regente Cardeal D. Henrique (CARMONA, 1954: 251). Em 1601 sofreu um incêndio que destruiu o interior da igreja. Mais tarde, no ano de 1750, ocorreu nova tragédia pelo fogo, que afectou fortemente as dependências do hospital. Planeou-se realizar remodelações nas zonas mais destruídas, mas as obras nunca chegaram a ocorrer devido ao grande terramoto de 1755.

O hospital funcionou até ao séc. XVIII, após ter sofrido alterações arquitectónicas devido às catástrofes de 1755 (LEITE 1993: 6). Acaba por encerrar numa decisão tomada em 1769, articulada com o desenvolvimento do plano pombalino de reconstruir a cidade de Lisboa, sendo demolido e utilizado como pedreira para outras construções a partir de 1770--1773 (BOAVIDA, 2012:135).

A Praça da Figueira foi um sítio alvo de intervenções arqueológicas, sendo a primeira intervenção em 1960 pela olisipógrafa Irisalva Moita, com o objectivo de salvar a informação do remanescente do Hospital a afectar pela instalação da estação do metro do Rossio na Praça da Figueira. As ruínas foram alvo de escavação arqueológica que demorou aproximadamente um mês, acarretando a suspensão das obras. Foi posta a descoberto a fachada, um dos quatro claustros e uma secção ampla do cano real de S. Domingos (LEITE, 2010: 25-27). Esta intervenção marcou o desenvolvimento do interesse e desejo de protecção de achados arqueológicos na cidade de Lisboa.

Só em 1999/2001 ocorre a segunda grande intervenção arqueológica na Praça da Figueira, que foi uma das grandes escavações realizadas pelo antigo Museu da Cidade. Motivada pela construção de um parque de estacionamento, inserido num projecto de reabilitação e requalificação do espaço urbano do Rossio e Praça da Figueira, a fase inicial da obra não foi supervisionada por arqueólogo (SILVA; RODRIGUES, 2015: 1; BARGÃO, 2015:12).

3. CONTEXTO ESTRATIGRÁFICO

A intervenção arqueológica de 1999/2000 adotou uma metodologia mista de escavação, em que se privilegiou a "open area" preconizada por Barker--Harris, mas adaptando aos condicionalismos do terreno e à formação dos escavadores, pelo que foi utilizada uma malha quadriculada de 5 x 5 m para referência espacial e pontualmente também realizado o registo vertical de unidades estratigráficas (BARGÃO, 2015: 13-14).

O poço oval em estudo foi identificado na zona

NE da intervenção. De construção baixo medieval, situava-se na quadrícula T1, na zona do tardóz do edifício hospitalar.

A sua estrutura é estratigraficamente referenciada como UEs [1524] e [1522], tem paralelo exacto num outro similar, localizado em K3. Contudo, a dinâmica do poço de T1 difere deste pela sua dinâmica: ao passo que K3 foi anulado na etapa inicial do Hospital, T1 permaneceu a uso por detrás do muro primitivo das traseiras do complexo, mas viria a ser anulado por uma campanha de ampliação que o anulou, sendo desmantelado por um novo muro da fachada do tardóz, que se lhe sobrepôs.

O poço apresenta uma forma oval, erguido com blocos de forma rectangular de padrão de construção regular unidas por um ligante de argamassa esbranquiçada rica em cal, muito dura e heterogénea. É suportado por estacas de madeira incorporadas na fachada lateral ao poço. O seu topo setentrional foi cerceado pela implantação da parede de contenção periférica do parque de estacionamento, mas é possível restituir um diâmetro maior na ordem dos 2,10 m. O seu diâmetro menor era de 1,26 m.

Por razões de segurança (risco de colapso) a totalidade do interior não foi integralmente escavada, tendo-se exumado arqueologicamente o seu preenchimento até entre as cotas absolutas c. 7,00 m e 4,80 m., e posteriormente identificado o limite inferior à cota 4,34 m.

Verificou-se que o seu interior fôra preenchido com uma única UE, [1523], como também intrusões provocadas pela obra, nomeadamente bolsas de bentonite (betão em calda, que fôra injectado a alta pressão pela obra). [1523] equivalia a um depósito composto por um sedimento heterogéneo, de coloração castanha escura, matriz areno argilosa, medianemente compacto, com abudantes inclusões de cerâmica de construção e comum (abundante), pedra de pequena dimensão, "picos" de carvão e pequenos nódulos de argamassa.

A homogeneidade e elevada potência da UE [1523], superior a 2,60 m, sugerem um momento formação único, resultante de uma acção curta no tempo, que lemos como de entulhamento deliberado do poço após a sua desuncionalização. Trata-se, por consequência, de um contexto fechado, sincrónico, relacionável com uma profunda reformulação do edifício hospitalar na sua parte traseira (Figura 1).

4. QUANTIFICAÇÃO DA CULTURA MATERIAL DO POÇO T1

O poço T1 é constituído por contexto arqueológico material com um total de 5930 de número máximo de indivíduos e 2648 de número mínimo de indivíduos (NMI).

A cerâmica comum é o grupo que apresenta a maior percentagem de NMI com 2077 indivíduos (78,3%), seguida da cerâmica fina com 343 (13%). A cerâmica comum vidrada apresenta 128 (4,9%), os materiais de construção com 34 (1,3%) e seguidos pela faiança portuguesa que tem 17 (0,6%). O primeiro grupo identificado de cerâmica forânea são as produções de Sevilha 10 (0,4%), seguidas dos fragmentos de vidro 9 (0,3%) e as produções de majólica italiana 8 (0,3%). Os grupos cerâmicos com menor percentagens é o da cerâmica "pedrada" com 7 (0,3%) , seguida pela porcelana chinesa 6 (0,3%) e por último dois elementos distintos em terracota de estatuária religiosa (0,03%). Foram identificados 7 (0,3%) de indeterminados (Gráfico 1).

Na composição geral há a destacar alguns elementos especialmente significantes para a leitura funcional dos processos de formação da UE: por um lado, a importância do contingente de fragmentos de alcatruz, relacionáveis com o poço propriamente dito; em sentido vincadamente oposto, a presença de elementos de estatuária religiosa descartada, certamente relacionável com espaços especialmente simbólicos então desactivados. Neste último sentido, aliás, não deixa de ser sugestiva a circunstância de a iconografia se reportar a frades franciscanos, ordem que abandona a administração do Hospital Real de Todos-Os-Santos em 1563.

De toda a cultura material presente em [1523] foi seleccionada para a presente apresentação a cerâmica vidrada, local/regional e importada, como os vestígios associados à sua produção, que se apresentam categorizadas aqui de forma "clássica":

4.1. Cerâmica comum vidrada regional

Esta produção de olaria portuguesa, foi produzida desde do final do séc. XV e inícios do séc. XVI. Este séc. é apontado como o início do seu apogeu, dedicada a recipientes destinados à confecção de alimentos e também à armazenagem. Destaca-se uma progressiva expansão desta produção durante o séc. XVI, com algumas produções que ainda poderiam perdurar no séc. XVII (OSÓRIO; SILVA 1995: 290).

O conjunto de cerâmicas comuns vidradas na sua maioria apresentam pastas vermelhas semelhantes às pastas da cerâmica comum, factor que pode indicar que ambos os grupos seriam produzidos nas mesmas olarias da região de Lisboa, como aconteceria noutras regiões do país, como no Algarve, Coimbra e Aveiro. Nos exemplos que vão ser abordados neste artigo, foram identificadas três pastas: a primeira, que apresenta uma maior percentagem, é constituída por uma pasta oxidante de cor vermelha (Mussell 5R 5/16) dura com elementos não plásticos finos sendo quartzos e micas. A segunda é uma pasta oxidante de cor castanho-vermelho (Mussell 5 YR 7/6) dura com micas brancas muito finas. É reconhecida uma única pasta redutora de cor cinza escura (Munsell 7,5YR 4/1) dura com micas brancas. O vidrado exterior este era conseguido através da utilização dos óxidos alcalinos que vitrificam com a exposição a altas temperaturas, pretendendo-se a impermeabilização da peça (OLIVEIRA, 2012: 23).

O vidrado é variado, sendo o verde e amarelo melado os tons mais utilizados. Existem algumas peças com a mesma cor em ambas as superfícies, no entanto, verifica-se sobretudo uma alternância da superfície interior e exterior. Em casos específicos, como o dos alguidares, que só surge vidrado verde na superfície interior.

O grupo com maior NMI é ligado ao serviço de mesa. Estes recipientes tinham o intuito de servir à mesa líquidos ou alimentos, tendo sido reconhecida a *taça* (PF00/1578-375), de bordo de orientação exvertida e espessamento redondo para o exterior, pé alto anelar. Neste âmbito funcional também a *tigela* (PF00/1578-439), mais delicada, de bordo orientado para o exterior e espessamento redondo. Ambas encerram paralelos em contextos datados do Porto, dos séc. XV-XVI (ÓSORIO; SILVA, 1995: 287-290 e 302).

Outra forma que também teria uma presença na mesa era o *prato*. Deste tipo de peça (PF00/1578-308) um fragmento apresenta um fundo com pé, morfologicamente maioritário nestes pratos vidrados, tendo 7 cm de diâmetro. Encerra paralelo no Convento velho de S. Domingos em Coimbra, onde se estimaram datações entre o séc. XVI e os inícios do séc. XVII (ALMEIDA, 2012: 487).

Neste grupo também se inclui uma forma cuja função é conter líquidos, o púcaro (PF00/2743-130), no caso com bordo recto, de espessamento redondo interno.

Por último temos o *servidor* (PF00/2742-110), de bordo direito com espessamento em aba para o exterior. Esta peça também fazia parte do serviço de mesa, tendo-se na intervenção arqueológica do antigo convento de São Francisco em Lisboa, na sua cisterna do séc. XVI, exumado um paralelo cuja datação foi estimada para o terceiro quartel do séc. XVI. (TORRES, 2011: 48-49).

A respeito das formas de armazenamento, foi encontrada uma única forma, o *pote*. Este apresenta-se com vidrado a verde manchado de amarelo na superfície exterior e bordo direito com espessamento para o exterior e bisel externo, variando entre 10 e 11 cm de diâmetro. Distinguimos duas variantes definidas pela forma de colocação das duas asas de fita: *A1* (PF00/1614-133), horizontal, e *A2* (PF00/1572-36), vertical.

A respeito a paralelos a subvariante *A1* obteve paralelo de pasta e morfológico com um pote vidrado a verde de perfil completo que foi escavado no Convento da Nossa Senhora da Piedade, Cascais cujo espólio é datável de 1600 a 1625 e a nível funcional é indicado que esta forma serviria para guardar mel ou outras conservas (CARDOSO; RODRIGUES, 1999: 196 e 210).

Por último, o *alguidar,* objecto multifuncional empregue na preparação e confecção de alimentos, como na higiene. Esta peça aberta (PF00/2734-117) é constituída por um bordo de orientação exvertida, com espessamento redondo para o exterior. Encontraram-se paralelos formais com fragmento de alguidar escavado na escavação no Beco dos Inválidos, em Cascais, datável do 2º e 3º quartel do séc. XVI (1528-1578) (CARDOSO; RODRIGUES, 1999: 200) (Figura 2).

4.2. Evidências de produção da cerâmica comum vidrada

Em Portugal são conhecidos vários fornos oleiros de cerâmica comum vidrada, dentro dos quais, o forno da Mata da Machada é um dos mais conhecidos pelo facto de ter sido o primeiro do séc. XV-XVI a ser alvo de intervenção arqueológica, em 1982-83. A actividade desta estrutura durou cerca de 80 anos, entre 1450-1530 (TORRES, 1982:127).

Foram identificadas duas trempes fragmentadas, sendo uma (PF00/Trem-1578-2) mais fina, com espessura de 1,2 cm, de cor cinza clara, podendo estar associada à produção de faiança ou cerâmica fina. Esta teve paralelo formal na intervenção arqueoló-

gica do largo de Jesus, em Lisboa, que mostrou um elevado número de trempes finas provenientes de uma oficina oleira situada no local datado do séc. XVI/XVII (SANTOS, 2007: 387). No entanto a segunda trempre (PF00/Trem-1578-1) apresenta características de ser da produção de cerâmica comum vidrada, na sua superfície exterior é observável escorrimentos de vidrado verde e amarelo, apresentando uma espessura de 2,1 cm. Estas características indicam que esta trempe tenha sido utilizada várias vezes para suportar grandes peças cerâmicas como os alguidares e potes vidrados durante a cozedura.

Relativamente aos defeitos de produção foi identificado um fragmento de bordo de alguidar (PF00/1611-50) incorporado num resto de forno, pode-se observar que durante o processo de cozedura houve uma fractura do bordo, em consequência um escorrimento do vidrado verde para a fractura do colo da peça.

Os restantes vestígios de produção são concentrações de cerâmica e escorrimentos de vidrado de tonalidade verde escura e amarelo escuro, este conjunto forma pequenos "blocos" de cerâmica vidrada.

4.3. Faiança

No séc. XVI surgem as primeiras referencias da produção de faiança em Portugal, as formas iniciais foram produzidas a branco sem qualquer decoração, sendo influenciadas nas formas espanholas que na época eram bastante comuns no quotidiano português (TORRES, 2011: 53-57). Em Lisboa a produção de faiança foi iniciada por volta do segundo quartel do séc. XVI pelos malegueiros de loiça branca residentes na capital, consequentemente originando o incremento desta produção (SOUSA, 2011: 221-222).

No poço T1 foram encontrados fragmentos de faiança de dois tipos de pasta, a primeira é composta por uma pasta oxidante de cor castanha avermelhada (M 7,5YR 6/4) dura com micas brancas, quartzo, e existência de óxidos de cor vermelha. A segunda apresenta uma pasta oxidante de cor bege amarelada (M 5Y 9/6) de tendência porosa, com elementos não plásticos finos de óxidos de ferro vermelho e micas. Esta segunda pasta é classificada como de origem lisboeta. Os fabricos são lisos, esmaltados a branco ou creme, desprovidos de qualquer tipo de decoração.

O grupo da faiança portuguesa destaca-se variadas formas como os pratos, tigelas, especieiro e taça com carena. Sendo as formas associadas ao serviço de mesa sendo o seu objectivo servir ou conter alimentação, caldos ou especiarias.

A *tigela*, mostra-se em duas variantes. *A* (PF00/1578-373) é de bordo exvertido, com espessado redondo para o exterior e diâmetro em torno dos 12 cm, mas no caso o fragmento está deformado devido ao facto de outro bordo de tigela estar fundido no colo, o que ocorreu durante a cozedura das duas peças, sendo muito provável que esta peça nunca tenha sido utilizada. Este pormenor confirma o modo de produção da faiança, com a colocação de "torres" de peças a cozer. A variante *B* (PF00/1572-41) é de bordo exvertido mas de espessamento interno em bisel, e diâmetro de 14 cm.

A respeito dos paralelos formais, a variante *B* encontra-se em contextos do antigo convento de S. António, em Lisboa, sugerindo uma datação do séc. XVI, que pode perdurar ainda no séc. XVII (TORRES, 2011: 334).

A *taça com carena* surge com 1 NMI (PF00/1614-97), apresentando bordo de orientação exvertida e espessamento redondo para o exterior e carena pouco acusada. Do prato, no contexto [1523] assinalaram-se 3 NMI, um deles (PF00/1608-113) de bordo exvertido e espessamento redondo para o exterior. O prato pode apresentar duas variantes a partir do tipo de fundo, em anel ou pé alto, também em anel.

Por último foi reconhecido o *especieiro* (PF00/8/06-73) morfologia associada ao serviço de especiarias e condimentos à mesa, por vezes mencionado como *salseira*. Apresenta um fundo em disco plano e decoração esmaltada a branco na superfície interna, mas, todavia, na superfície exterior apresenta escorrimento do esmalte branco (Figura 3).

4.4. Cerâmicas esmaltadas de Sevilha

No séc. XVI a região de Sevilha ganhou um lugar de destaque a nível comercial da cerâmica, passando a ser um dos principais portos comerciais de Castela. Este desenvolvimento económico provem do facto destas produções terem acompanhado as necessidades materiais e humanas do séc. XVI (SOUSA, 2012: 799).

As produções de cerâmica branca de Sevilha tiveram especial relevância nos séc. XV e XVI, chegando algumas produções ao séc. XVII. Este tipo de cerâmica poderá também ter sido produzido em Portugal, especificamente em Lisboa e no Algarve, devido à chegada de oleiros da Andaluzia (GOMES, GOMES, 1996: 158-160).

No contexto do poço T1 foi detectada uma única pasta, oxidante de cor bege claro (M 7,5YR 8/4), dura, com elementos não plásticos finos. A decoração dos fragmentos é variada tendo quatro variações sendo azul/branca, verde, esmaltado a branco e esmalte branco com linhas azuis concêntricas no bordo.
Verificou-se uma maior percentagem de cerâmicas cuja funcionalidade é de serviço de mesa, constituída pelas formas de prato, escudela e taça.

Foi reconhecido um prato (PF00/2742-64) que apresenta um bordo de orientação exvertida, de espessamento redondo para o exterior, com 21 cm de diâmetro. O fundo é em ônfalo e o esmalte é claro e em ambas as superfícies. No poço de Silves, no Algarve, entulhado nos finais do séc. XVI, foram encontrados estes pratos e datados do séc. XVI (GOMES; GOMES, 1996: 161-162).
Foi identificado outro *prato* (PF00/1578-460) com o mesmo bordo indicado a cima, mas a decoração é constituída por duas linhas de cor azul ao longo do bordo, sendo uma variante decorativa. A respeito desta forma foi-lhe atribuída vários paralelos formais e decorativos, um deles no edifício do Museu Neo Realismo, em Vila Franca de Xira (MENDES; PIMENTA, 2008: 73), no poço SE do claustro do Hospital Real de Todos os Santos que foi datado da segunda metade do séc. XVI (BARGÃO, 2015: 291) e na Rua António Maria Eusébio em Setúbal, contexto com materiais do séc. XIV a XVII (SILVA; SOARES; DUARTE, 2004: 151). Todos os contextos arqueológicos indicam que esta produção sevilhana é datada do séc. XVI.
A segunda forma mais representativa no serviço de mesa é a *taça* (PF00/1578-443), esta forma apresenta um bordo de orientação exvertida, com espessamento redondo para o exterior.
Uma das formas características das produções sevilhanas é a *escudela* (PF00/1572-2), esta apresenta um bordo de orientação recta, de tipo de espessamento redondo para o exterior e asa horizontal decorativa. Esmaltada a claro em ambas superfícies e com vestígios de manchas castanhas na superfície interior. Identificado um paralelo com uma escudela escavada no antigo palácio da família Côrte-Real, largo perto do Cais do Sodré em Lisboa, cujo espólio exumado varia entre o séc. XV-XVI sendo o contexto necessariamente anterior a 1570 (SABROSA, 1995: 126).
A outra funcionalidade recorrente das produções de Sevilha é o armazenamento, conservação e transporte de alimentos ou produtos, tendo sido identificado um *pote* (PF00/2735-76). Um único NMI, apresenta um corpo esférico, sendo uma forma fechada. Há a ausência de bordo e do fundo, mas apresenta um arranque de asa de orientação vertical, asa de tipo fita. O revestimento é composto por esmalte azul na superfície externa e esmalte esbranquiçado na superfície interior, havendo por vezes alguns escorrimentos a azul de menor dimensão. Identificado paralelo decorativo com um fragmento de forma indeterminada devido ao seu estado de má conservação, este fragmento foi escavado na casa com porta manuelina em Machico, Madeira, contexto arqueológico indicado como do séc. XVI (SOUSA, 2011: 398).
Detectou-se entre as produções de Sevilha o *alguidar* (PF00/1578-421), vidrado a verde na superfície interior, e de fundo plano. Ostenta os característicos vestígios de "cordão" na face externa do lábio.

4.5. Majólica italiana

A produção de majólica italiana é proveniente da Toscânia, e relativamente aos contextos arqueológicos portugueses surgem produções de Deruta, Montelupo, da região de Úmbria e da Ligúria (GONZALEZ, 2012: 849).
No poço de T1 identificaram-se de produções da Ligúria, no NO da Itália, representadas por tigelas e pratos. No caso está presente a decoração *a berettino*, com o típico azul sobre azul com elementos decorativos compostos por cruzamento de linhas, elementos geométricos e fitomórficos (folhas e ramos).
A outra produção detectada foi a de Montelupo, centro produtivo de grande actividade entre os finais do séc. XV até a primeira metade do séc. XVI. Esta zona era constituída por um grande porto que beneficiou a sua exportação cerâmica dentro e fora da península itálica. A decoração detectada neste contexto foi de coloração amarelo-azul com motivos decorativos em pequenos arranhões/medalhões em azul, com acrescentos de cor amarelo (SOUSA, 2011: 263 e 267-268).
A respeito do fabrico foram identificadas três tipos de pastas de majólicas: a primeira sendo uma pasta oxidante de cor bege rosa (M 5YR 8/4) dura com elementos não plásticos muito finos; a segunda com pasta oxidante de cor bege amarelada (M 5Y 8/12) de tendência rugosa com elementos não plásticos muito finos; por fim, a terceira e última pasta é oxidante de cor bege claro (M 7,5YR 8/6), textura suave, de

percentagem baixíssima de ENP porque extremamente depurada.

A forma mais representada neste contexto é o *prato,* importante elemento no grupo de cerâmica de mesa. Existe um fragmento de prato de Ligúria (PF00/8/06-94) que apresenta um bordo de orientação exvertida, tipo de espessamento redondo para o exterior, tendo 23 cm de diâmetro. Este apresenta uma decoração, como referido anteriormente, de tons de azul sobre azul cujos temas são elementos vegetativos e cruzamento de duas linhas na superfície exterior, reconhecido paralelo decorativo com um prato proveniente da escavação arqueológica do Terreiro do Trigo em Lisboa, cujos aterros do séc. XVI também reconheceram fragmentos arqueológicos de majólicas (GONZALEZ, 2012: 853).

Identificado outro fragmento de prato de Ligúria sendo um fundo de pé anelado (PF00/2734-35) constituído com elementos decorativos vegetalistas e diâmetro de fundo 8 cm.

Identificou-se um único fragmento de prato de produção originária de Montelupo, (PF00/1614-91) constituído por um bordo de orientação exvertida, de tipo espessamento redondo para o exterior, tendo 22 cm de diâmetro. A decoração é composta na superfície interior, por medalhões de cor azul preenchidos por amarelo e algumas ondulações a azul perto do bordo. Na superfície exterior não apresenta qualquer vestígios de decoração estilista só existindo a cor esbranquiçada. A respeito a paralelos decorativos foram identificados dois fragmentos de majólica de Montelupo nas escavações na Santa Casa da Misericórdia de Santa cruz na Madeira e Mosteiro de Jesus, na Ribeira Grande nos Açores, é apontado o séc. XVI para a sua datação (SOUSA, 2011: 463 e 465) (Figura 4).

5. CONCLUSÕES

O poço T1 do Hospital Real de Todos-os-Santos, de construção medieval, proporcionou uma cultura material datável maioritariamente do séc. XVI, ou de uma etapa ainda muito inicial do séc. XVII, pelo mais.

Entre o espólio recolhido e abordado neste estudo sobressai, pela sua diversidade de origens, o contingente de serviço de mesa, estando presentes quer fabricos nacionais como sevilhanos e italianos, evocativos da escala-mundo quinhentista.

A maior percentagem de peças vidradas do contexto equivale a usos de armazenamento, elemento que tem de ser colocado em relação com os conteúdos respectivos: o revestimento interior a vidrado dos potes implica matérias alimentares aderentes, provavelmente mel, melaço, doces, compotas e marmeladas, sendo de notar que a morfologia do colo e a sua modelação em ressaltos discretos visava optimizar o sistema de selagem dos recipientes, feito muito provavelmente com tecido depois constrangido por corda/cordel.

Como contributo inovador do presente estudo deverão, porém, destacar-se aqui os vestígios indirectos de uma produção lisboeta de cerâmicas vidradas a verde, testemunhada por fragmentos de elementos de construção com escorrimento vidrado, trempes e, o que é mais significativo, um fragmento de alguidar em pastas locais que reproduz protótipos sevilhanos. No mesmo sentido concorre um exemplar de tigela em faiança com o bordo de uma outra fundido ao seu corpo, indicador seguro de produção, e peça que será provavelmente um rejeitado de fabrico. Estes dados compaginados associam, pela primeira vez, o espaço hospitalar ao fabrico de cerâmica, muito embora de forma indirecta, razão pela qual o dado deverá ser lido com as maiores cautelas.

O universo cerâmico do poço T1, com excepção dos alcatruzes, encontra paralelo muito próximo no conjunto cerâmico quinhentista do poço SO do claustro NO do Hospital Real de Todos-Os-Santos (BARGÃO, 2015). Relembre-se que já para essa zona se havias assinalado evidências de profundas reformas do claustro, coincidentes com a definição do horizonte cronológico em T1. Os dados assumem-se, portanto, da maior importância para o conhecimento da dinâmica do edifício, pois determinam o provável âmbito temporal da profunda reforma sofrida no tardóz do complexo, revelada pelos trabalhos arqueológicos de 1999-2001.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Sara; SILVA, Ricardo; DIAS, Vítor; PERPÉTUO, João (2012) – O lugar da Torre dos Sinos (Convento Velho de S. Domingos) Coimbra. Notas para o estudo da formação dos terrenos de aluvião, em época moderna. In *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Coord. TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José António. Volume I. Lisboa: Centro de História de Além-Mar e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, pp. 483-488.

BARGÃO, André (2015) – *Evidências do Quotidiano no Hospital Real de Todos-os-Santos, Lisboa: os contextos do poço SE do Claustro NE*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

BOAVIDA, Carlos (2012) – Espólio Vítreo de um poço do Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa, Portugal). In *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Coord. TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José António. Volume I. Lisboa: Centro de História de Além-Mar e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, pp. 135-139.

CARMONA, Mário (1954) – *O Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa*. Lisboa.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do poço-cisterna de Silves. *Xelb*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia Câmara Municipal de Silves. Nº3, pp. 143-205.

GONZALEZ, Cristina (2012) – Majólicas italianas do Terreiro do trigo (Lisboa). In *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Coord. TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José António. Volume II. Lisboa: Centro de História de Além-Mar e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, pp. 847-854.

LEITE, Ana Cristina; PEREIRA, P. (1993) – *Hospital Real de Todos-os-Santos: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

LEITE, Ana Cristina (2010-2013) – Irisalva Moita, e a Arqueologia em Lisboa. In *Rossio, estudos de Lisboa*. N º1. Lisboa: Gabinete de Estudos Olissiponeses. pp. 24-31.

MENDES, Henrique; PIMENTA, João (2008) – *Contexto Quinhentista das escavações do Museu do Neo Realismo*. Vila Franca: Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Colecção de Arqueologia.

OLIVEIRA, Filipe Alexandre (2012) – *Espólio de Idade Moderna, proviniente do Beco das Barrelas, Alfama, Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Dissertação de Mestrado em Arqueologia.

OSÓRIO, Marcos; SILVA, A. (1995) – Cerâmicas vidradas da época moderna no Porto. *Actas das 2º jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 283-314.

SABROSA, Armando (1995) – As Faianças da Casa côrte-Real, Largo do Corpo Santo, Lisboa. In *Actas das 2º jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 109-142.

SALGADO, Anastácia (2015) – *O Hospital de Todos-os-Santos, Assistência à pobreza em Portugal no século XVI para o Brasil, Índia e Japão*. Lisboa: By the book.

SANTOS, Maria João (2007) – "Largo de Jesus: contributo para a história incógnita de Lisboa antiga". In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 10, Nº 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 381-399.

SILVA, Rodrigo Banha da; RODRIGUES, A. F. (2015) – Cerâmicas finas barrocas de um contexto de finais do séc. XVII – inícios do Séc. XVIII de um poço do Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa). *Estudos e Relatórios de arqueologia*. 1, Lisboa: Tagana.

SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina; DUARTE, Susana (2004) – Preexistência de Setúbal Intervenção Arqueológica na Rua António Maria Eusébio, 85 – 87. In *Musa Museus, arqueologia e outros patrimónios*. Vol 1. Setúbal: Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal, pp. 137-152.

SOUSA, Élvio (2011) – *Ilhas de Arqueologia: o quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores: (séculos XV--XVII)*. Dissertação de mestrado apresentada na universidade de Lisboa. Copia policopiada. Lisboa: Universidade de Lisboa.

STOLS, E.; FONSECA, J.; MANHAEGHE, S. (2015) – Lisboa em 1514 O relato de Jan Taccoen van Zillebeke. In *Cadernos de Cultura* nº8. Lisboa: Centro de História da Cultura.

TORRES, Joana (2011) – *Quotidianos no convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: UNL-FCSH.

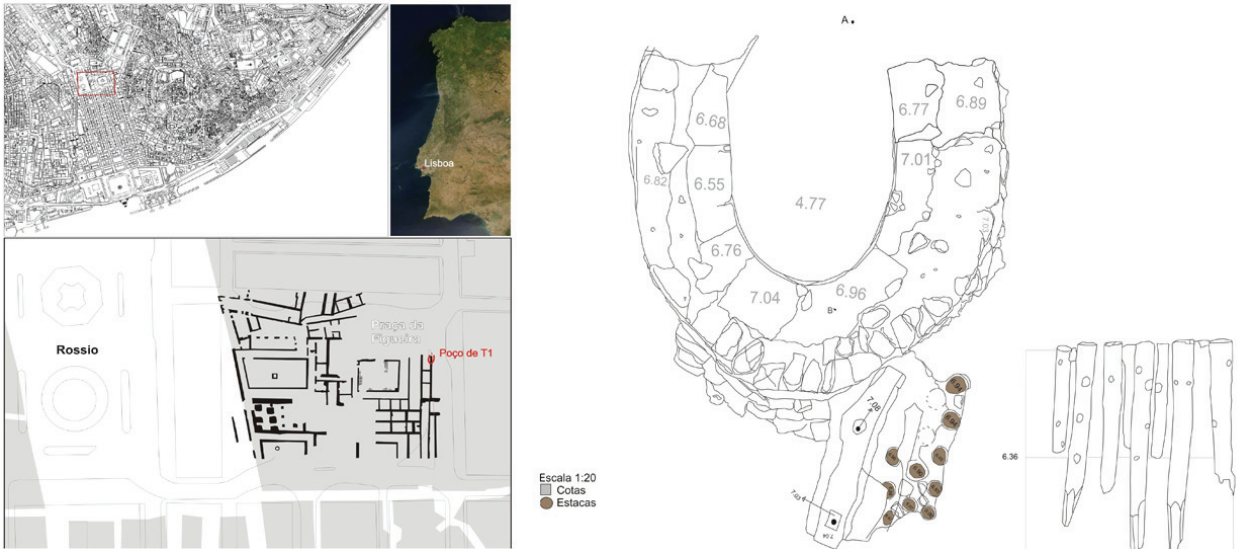


Figura 1 – Localização, desenho do poço e respectivas cotas.

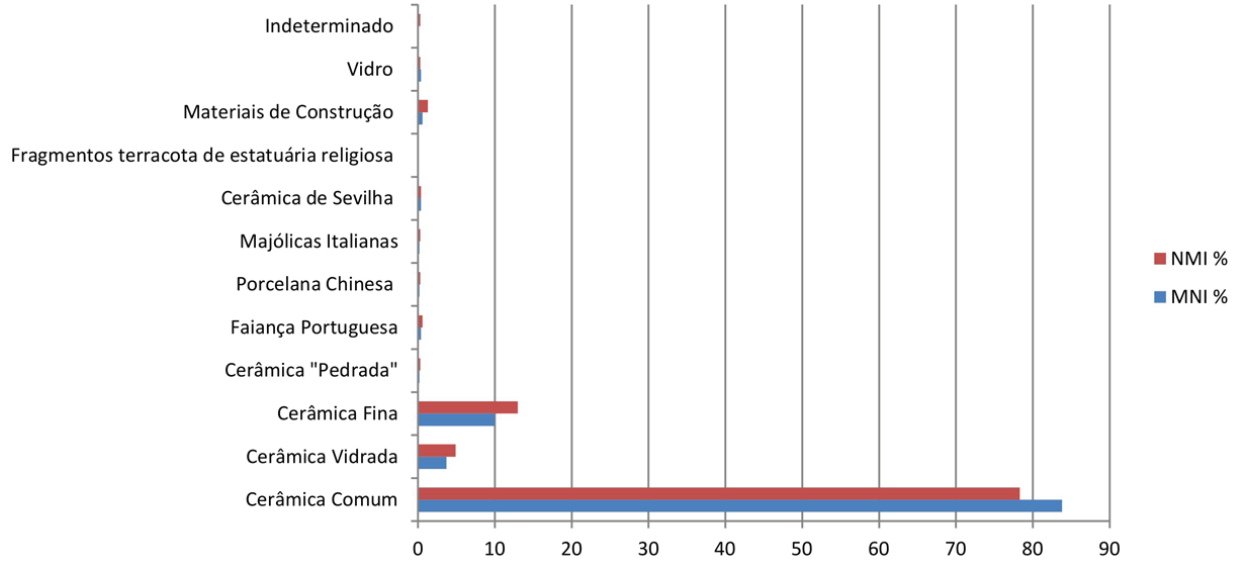


Gráfico 1 – Quantificação geral da cultura material do poço T1 do Hospital Real de Todos-os-Santos.

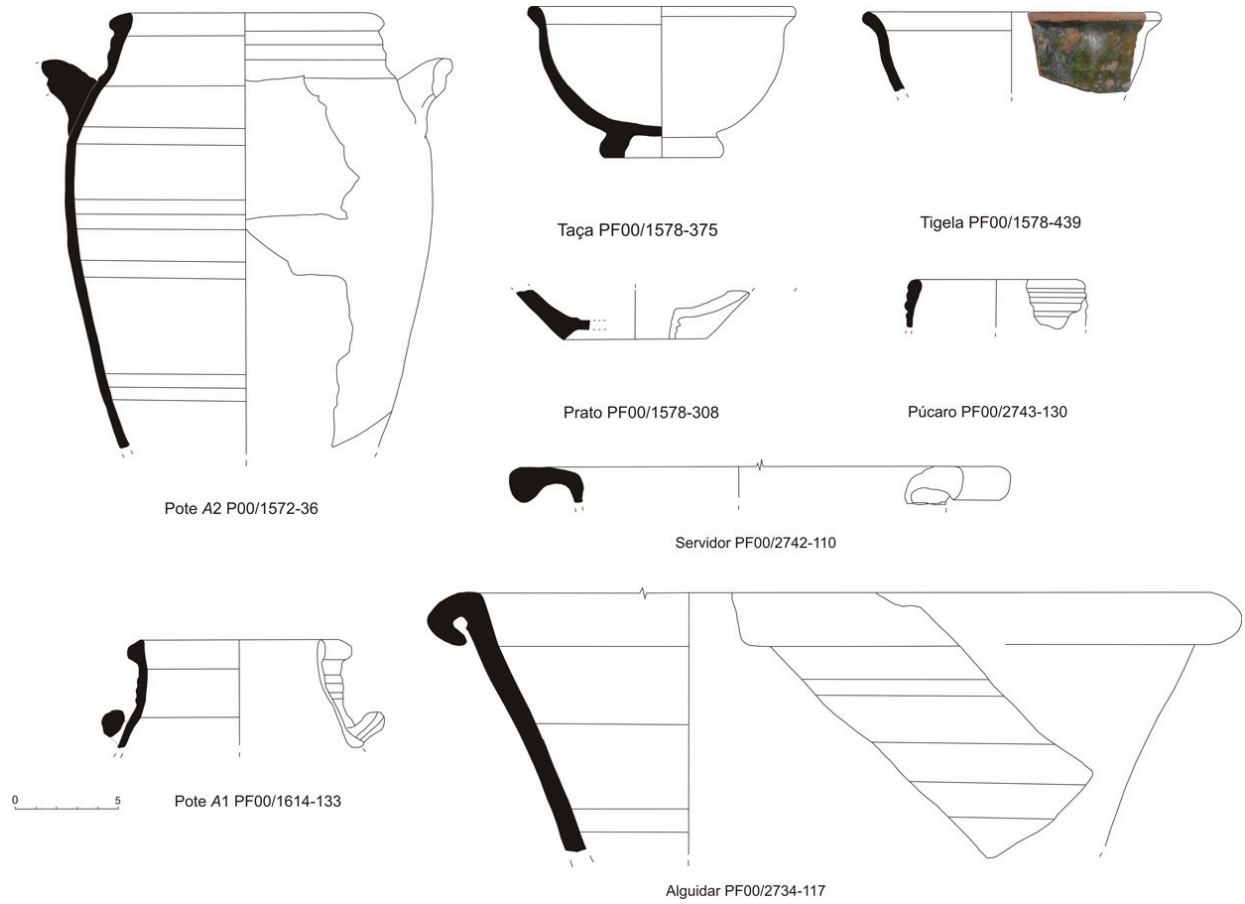


Figura 2 – Estampa I – Cerâmica comum vidrada.

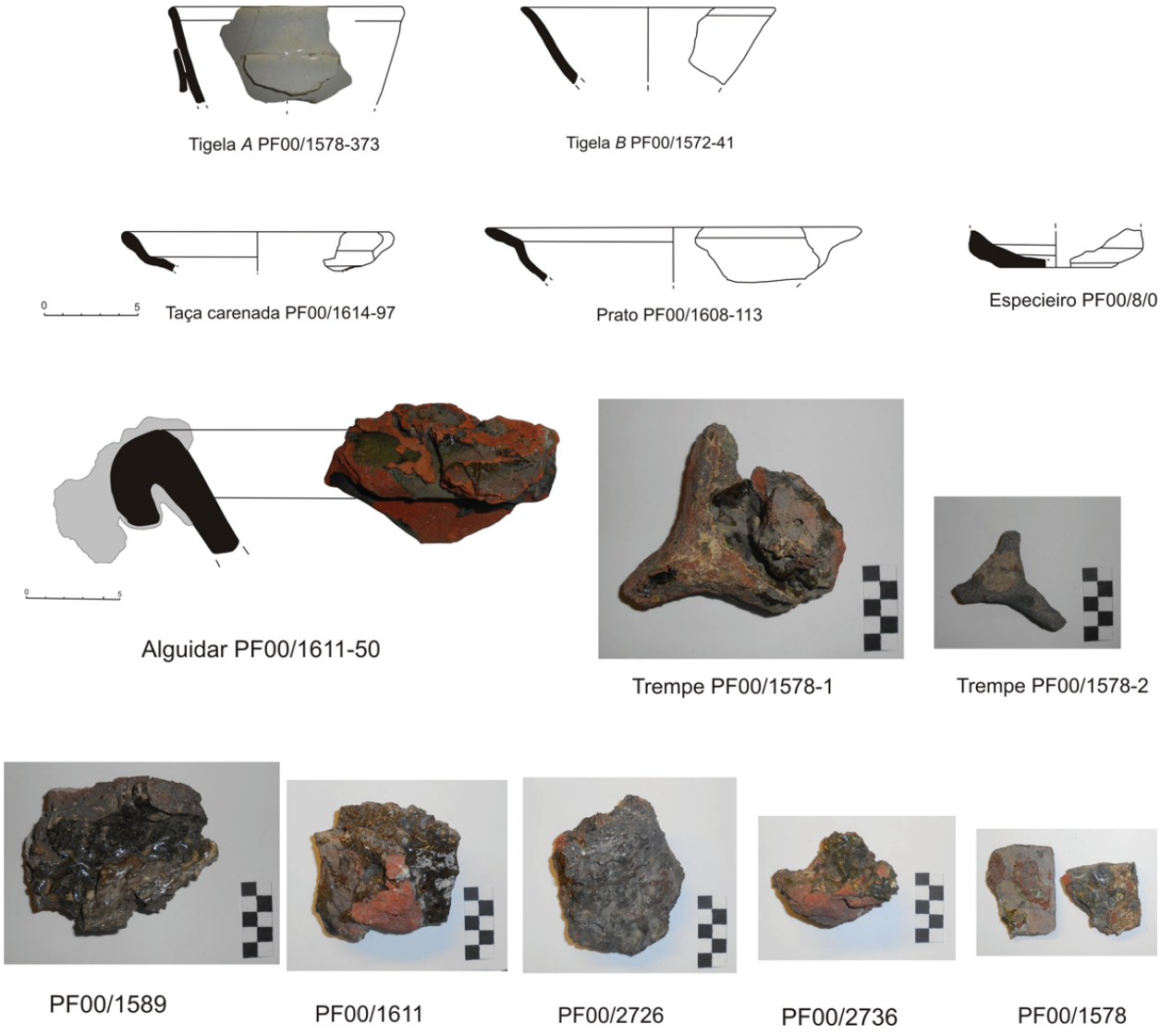


Figura 3 – Estampa II – Faiança portuguesa e evidências de produção da cerâmica comum vidrada.

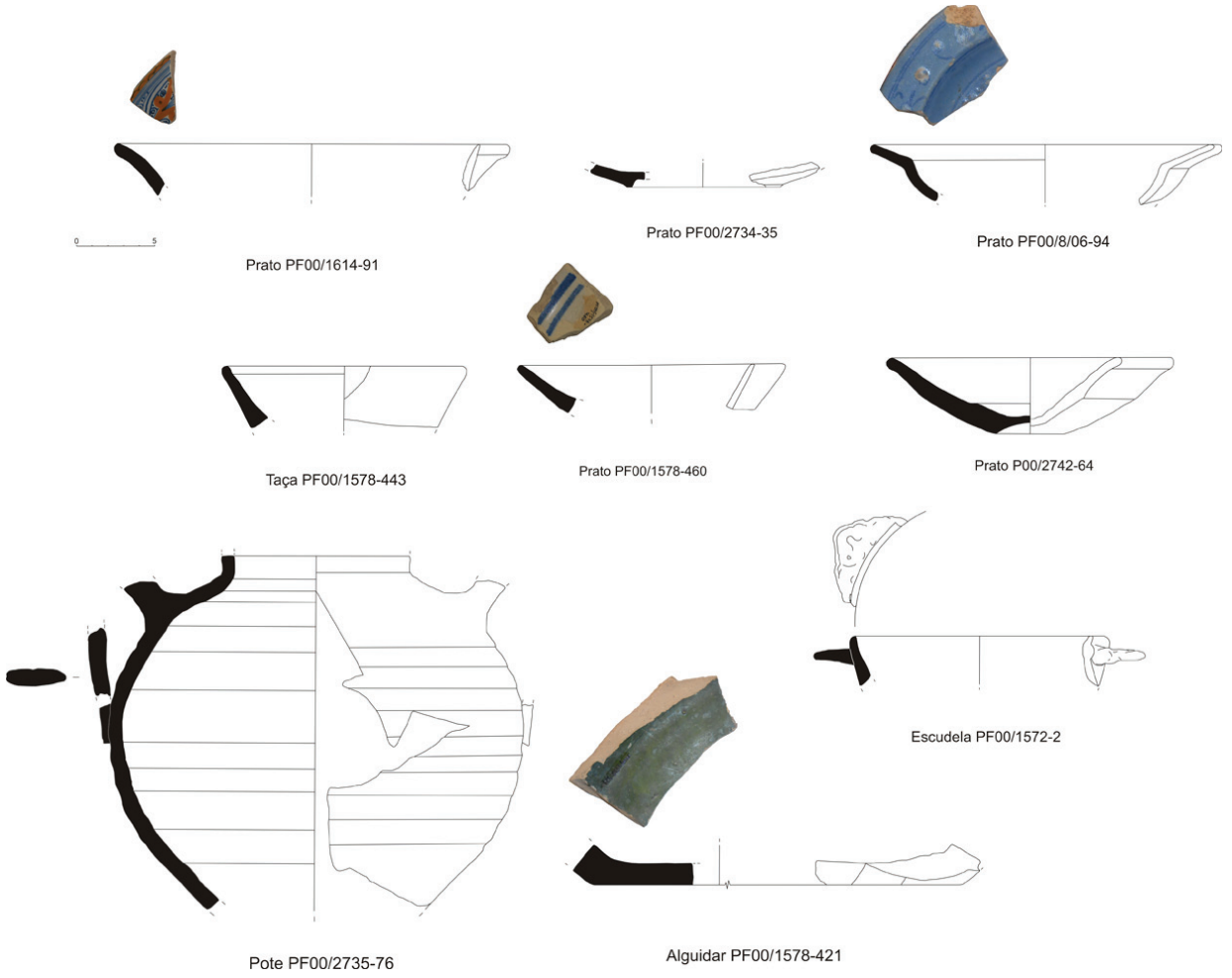


Figura 4 – Estampa III – Produções forâneas de Sevilha e Itália.

O SÍTIO DOS LAGARES (LISBOA): UM ESPAÇO PLURICULTU(R)AL

Mónica Ponce[1], Filipe Oliveira[1], Tiago Nunes[1], Marina Pinto[1], Marina Lourenço[1]

RESUMO

Na sequência dos trabalhos de reabilitação do imóvel 74, situado na Rua dos Lagares, foram identificados e intervencionados contextos arqueológicos preservados que retratam a ocupação do local entre finais do séc. XV e séc. XVIII (período Baixo-Medieval/Moderno). Distinguem-se duas fases de ocupação do espaço enquanto necrópole, uma islâmica (posterior ao final do século XV), e uma judaica (vandalizada em 1497). Ambas as fases são seladas/intercaladas por níveis de descarte das unidades de produção oleira concentradas no Largo das Olarias. O estudo do espólio cerâmico possibilitou a datação *ante quem/post quem* das realidades intervencionadas, figurando uma colecção excepcionalmente representativa do intervalo cronológico apresentado.
Palavras-chave: Mouraria, Necrópole, Islão, Judaísmo, Moderno.

ABSTRACT

During a rehabilitation project involving archaeological excavations at Rua dos Lagares, ner. 74, in Lisbon, several archaeological contexts were identified, dated from the period between the15th and the18th century (Medieval/Modern times transition). Two main phases of this space as a necropolis were identified: an Islamic (post late 15th century) and a Jewish one (vandalized in 1497). Both were sealed by deposits of discarded pottery belonging to units of mass pottery prodution located at the neighbouring Largo das Olarias. The study of the ceramic collection made it possible to attribute an "*ante quem/post quem*" date to the realities intervened, which represent an excepcional collection for the presented timeline.
Keywords: Mouraria, Necropolis, Islam, Judaism, Modern.

1. O SÍTIO

O local intervencionado, situado no número 74 da Rua dos Lagares, na freguesia dos Anjos, localiza-se no coração do bairro da Mouraria em Lisboa. Os trabalhos de arqueologia desenvolvidos no âmbito de um projecto de reabilitação urbana possibilitaram a identificação de contextos arqueológicos preservados no limite Oeste do Jardim da Cerca da Graça. Foram identificados os níveis de despejo associados às antigas olarias que aí laboravam e aterraram intercaladamente, duas fases de ocupação daquele espaço enquanto necrópole durante a Baixa Idade Média/Período Moderno. O sítio arqueológico da Rua dos Lagares apresenta uma complexa estratigrafia que testemunha uma longa diacronia de ocupação humana e manipulação do espaço, representando o carácter multicultu(r)al desta área especificamente. Foram recuperados dados a partir de realidades arqueológicas seladas que nos permitem pensar sobre a ocupação da Mouraria/Vila Nova.

2. AS OLARIAS: DESSACRALIZAÇÃO INTERMITENTE DE UM ESPAÇO PERMANENTE

A remoção dos níveis de jardim (séc. XIX) resultou na detecção de uma sequência estratigráfica interessante, que retrata a utilização do local enquanto zona de despejo, de onde foram recuperadas peças cerâmicas preservadas, integráveis na transição entre a Baixa Idade Média e o Período Moderno. Esta realidade corresponde a uma sucessão de depósitos de fraca potência, caracterizados por diferentes graus de compactação, consistência, grão, coloração e composição, intercalados entre si. Os depósitos de cinzas e carvão são associados á actividade dos fornos de cerâmica (processos de combustão), tal

1. ERA – Arqueologia, S.A.; geral@era-arqueologia.pt

como os extensos, mas dispersos, níveis de cerâmica rubefacta são interpretados como despejos de cerâmica fragmentada/moída avulsa. A cultura material daí recuperada corresponde aos resíduos destas unidades de produção, a julgar pelo elevado grau de preservação, qualidade e quantidade das peças cerâmicas de carácter utilitário, tipologicamente características, na sua maioria, da primeira metade do séc. XVI. Comprova-se a ampla utilização da área referida, não só pelas unidades de produção oleira circundantes, como por particulares (despejos domésticos). Não foram detectados contextos de produção na área intervencionada (fornos), contudo, é conhecida a existência de um forno de cerâmica comum e telha datado do século XV na Rua da Amendoeira. São conhecidos dados estatísticos sobre o número de oleiros em 1551 em actividade, calculando-se que no Largo das Olarias residiam cerca de 28 oleiros (FARINHA, 1932: 18). Esta profissão ganhou destaque social durante os séculos XVI e XVII (Figura 1).

2.1. Contextos Funerários

A remoção dos níveis de despejo das olarias, que se prolongam em profundidade de forma intercalada, possibilitou a identificação de duas fases de ocupação do espaço enquanto necrópole, culturalmente distintas, mas seladas pelo mesmo tipo de contexto: depósitos de aterro com presença de material descartado, aspecto que se tornou fundamental á datação relativa e distinção clara dos dois momentos de utilização deste espaço de morte. A estratigrafia comprova a existência de um momento de interregno entre as duas fases pela detecção de um nível de regularização da necrópole mais antiga (final do século XV), sobre a qual se sobrepõem os níveis das olarias, posteriormente cortados pela necrópole islâmica, igualmente selada por estes tipo de depósitos. Assistiu-se por isso, à dessacralização do espaço em dois momentos distintos, entre a Baixa Idade Média e o Período Moderno. No total das duas fases foram identificadas, 330 sepulturas e 336 indivíduos. Foram levantados 319 indivíduos e 17 não foram intervencionados.

A primeira fase de necrópole identificada sob os detritos das olarias, é caracterizada por sepulturas de rito islâmico, enquadradas grosso modo no século XVI. Esta interpretação é testemunhada pelo posicionamento e orientação dos enterramentos no quadrante O-E com predomínio do decúbito lateral. Esta fase corresponderá a uma reocupação do local enquanto cemitério, recuperando a memória do Almocávar, necrópole moura anterior ao cerco de Lisboa em 1143. Sob a necrópole islâmica, e após a remoção dos níveis de olarias sob esta, foi identificado o depósito [1989], que corresponde ao nível de aterro que selou uma fase mais antiga de utilização da área como cemitério, mas de tradição judaica.

3. CULTURA MATERIAL

O «Largo das Olarias» deve a designação ao desenvolvimento de unidades de produção oleira, acabando por se tornar num dos sectores económicos mais dinâmicos e relevantes do bairro da Mouraria em período Baixo Medieval. Fontes bibliográficas comprovam que esta actividade era exercida simultaneamente por mouros nos séculos XV e XVI, dedicando-se sobretudo ás produções oleiras e ladrilheiras (FARINHA, 1932: 13). A principal fonte de matéria-prima era o Monte de São Gens para extracção de argilas. Nesta área prosperavam olarias de produção especializada, com fornos de telha, tijolo, ladrilhos, azulejos e olaria comum. Assim, o jardim da Rua dos Lagares terá sido construído *lato sensu* sobre contextos cronologicamente integráveis entre o século XV (finais) e o século XVI. Estes contextos reportam-se essencialmente a depósitos com elevada percentagem de peças cerâmicas, fauna mamalógica, escória de metal e vidro, bem como bolsas de carvões e cinzas.

As cerâmicas recolhidas na Rua dos Lagares mostram uma grande diversidade de fabricos (pastas, engobes, vidrados…) que denunciam diversas origens geográficas (vd. Tabela 1). A análise do espólio permitiu identificar 1839 indivíduos (N.M.I), entre os quais, foi possível atribuir com segurança parte dos exemplares a produções hispânicas, de Valência e Sevilha (62 indivíduos, 4%), italianas (8 indivíduos, 1%), e chinesas (5 indivíduos, 0.3%), sendo que a maioria do acervo corresponderá a vasilhas produzidas nas olarias locais (1764 indivíduos, 95,7%). (Tabela 1)

3.1. Grupo 1) Fabricos Hispanos

3.1.1. Valência

As produções valencianas (10 indivíduos, 1%) de reflexos metálicos mostram pastas de cor avermelhada, algo granulosa e compacta, e de fracturação irregular, com presença de elementos quartozos de pequena e média dimensão, palhetas negras e ferromagnesios

de média dimensão. Os exemplares identificados, três escudelas e um grande prato, mostram as suas superfícies revestidas com um espesso e baço vidrado de estanho branco, sobre o qual foi aplicada uma temática decoratica fitomórfica, em traço espesso, com tom de azul cobalto, exibindo medalhão central com a inscrição IHS (*Iesu Hominum Salvatore*), em reflexo metálico acobreado (Figura 2 – nº 4 e 5).
Outro exemplar é um prato de ônfalo, amplamente decorado com motivos geométricos e pseudo-caligráfico com técnica de reflexo metálico dourado (Figura 2 – nº 6).
Ambas as peças inserem-se nas produções de reflexos metálicos características das oficinas levantinas, como Patena-Manises e Muel, da centúria de 1500's (VILLADA PAREDES, 2015).

3.1.1. Sevilha

O outro centro produtor hispano com grande representação neste acervo é Sevilha (52 individuos, 3%). As peças dali provenientes mostram pastas de coloração amarela pálida, granulosas e compactas, mostrando muitos vácuos, com nódulos de cerâmica moida, elementos quartozos leitosos e hilianos de pequena dimensão, e ferromagnesios de média dimensão. Embora as pastas destes centros sejam bastante homogéneas entre si, as formas e decorações aplicadas apresentam uma variedade razoável.
As taças de carena acusada e pé anelar (17 individuos), mostram as suas superfícies revestidas com fino e baço esmalte de estanho branco, com claras falhas na aplicação. Observam-se exemplares cobertos apenas com esse esmalte, junto com 1 peça bastante decorada, pintada a traço espesso de motivos fitomórficos abstractos em azul cobalto (Figura 2 – nº 1) (GUTIÉRREZ, 2000: 51) e datáveis da primeira metade do século XVI. Foram ainda recuperados alguns exemplares de taças decoradas com uma ou mais linhas concêntricas, intercaladas com motivos abstractos, em tom de azul-cobalto e manganês, conhecidas como "Isabela Polychrome" datáveis dos meados do XV a meados do XVI (GUTIÉRREZ, 2000: 47-48).
Os pratos são outra tipologia com grande representação, observando-se 13 individuos exemplares de pratos de lábio de secção semicircular e superfícies revestidas a vidrado melado decorados com óxido de manganês, provenientes de Sevilha (GUTIÉRREZ, 2000: 51). Completando este grupo estão alguns exemplares de pratos de ônfalo (estampa 1, fig. 2), esmaltados a branco (estanho), uma produção quinhentista comum a centros oleiros sevilhanos e de Castela-e La Mancha (Talavera de la Reina) (GOMES E GOMES, 1991: 158-160).

3.2. GRUPO 2) FABRICOS ITALIANOS

As produções italianas correspondem quase totalmente a pequenos pratos de aba larga provenientes das olarias de Montelupo (Figura 2 – nº 7). Estas peças foram produzidas com pastas de cor alaranjada, homogéneas e de textura suave, de fractura linear, com raros elementos ferromagnésios ou quartzosos. As temáticas decorativas observadas nestes fragmentos correspondem a algumas das mais comuns neste centro oleiro italiano, como *blue graffito* e *blue graffito tardo*, onde sobre pequenas bandas coloridas em azul, amarelo e laranja, foram incisos motivos geométricos triangulares que revelam o esmalte branco (AMARO, 2013, 1020), colocando estas produções no século XVI.

3.3. GRUPO 4) FABRICOS LOCAIS

Os fabricos locais formam a grande maioria dos recipientes recuperados deste contexto, resultando muito certamente das olarias existentes nesta área da Mouraria, e que procurámos agrupar com base nas suas funcionalidades.
Os serviços de mesa correspondem a um conjunto diverso no qual se podem observar vasilhas como as taças (216 indivíduos), que se dividem em formas de carena acusada (Figura 2 – nº 8) ou de perfil hemisférico (Figura 2 – nº 9), podendo ambas terminar em fundo liso ou pé anelar baixo, sendo que ambas podem apresentar as superfícies revestidas com um vidrado de tonalidade verde (óxido de cobre), melado (óxido de antimónio) ou apresentar uma mistura dos dois (melado no anverso e verde no reverso).
Estes recipientes são acompanhados por peças de transporte de líquidos (Figura 2 – nº 10, 11, 14). para a mesa como as garrafas (64 indivíduos) de corpo ovóide e gargalo alto, algo estrangulado, que culmina em bordo trilobado; ou para o seu consumo, como copos de corpo cilíndrico (85 indivíduos), junto com púcaros de fundo raso e corpo ovóide, de bordo algo extrovertido e lábio semi-circular e exemplares de pé-alto (29 individuos). Peças similares foram identificadas em contextos do século XV-XVI de Évora (TEICHNER, 2003: 511-514), em Sesimbra (VIEIRA, 2011: 666-667), e em Lisboa em contextos do Hospital Real de Todos-os-Santos (BARGÃO, 2015: 263-265).

O segundo conjunto mais numeroso é representado pelas peças de cozinha. Aqui as panelas são a tipologia dominante (229 indivíduos), correspondendo o modelo básico a recipientes de corpo globular, algo achatado, terminando em bordo recto algo exvertido com lábio de perfil biselado (Figura 2 – nº 12). Estas são acompanhadas por tachos (192 individuos) dos quais a forma mais comum mostra corpo de tendência troncocónica, terminando em bordo invertido, ligeiramente espessado e de lábio semicircular, marcado por duas pegas horizontais, opostas, de perfil triangular (Figura 2 – nº 13).

As frigideiras são as peças menos comuns (35 indivíduos) caracterizadas por uma base plana, algo convexa, desenvolvendo corpo troncocónico de carena suave, terminando em bordo recto de lábio semicircular, podendo apresentar pega de rolo horizontal.

Associados com as práticas de confecção de alimentos também temos os contentores de fogo cerâmicos, como os fogareiros (34 indivíduos). Seguindo um modelo básico estes mostram fundo plano, que se desenvolve em corpo troncocónico, algo estrangulado, terminando em colo de perfil aberto. Ao centro, no estrangulamento, mostra "grelha" executada com elementos paralelipipédicos dispostos paralelamente, permitindo que as cinzas caiam no fundo da peça, onde uma ou duas "janelas" abertas na secção inferior do corpo permitem a manutenção e limpeza da peça. Junto com os serviços de mesa foram identificadas várias peças associáveis ao conservar e armazenamento de alimentos ou líquidos. A tipologia mais comum será o pote (68 individuos), um recipiente esférico de bordo invertido com lábio exvertido de perfil semicircular, cujas superfícies são tendencialmente revestidas com vidrado de tom verde (óxido de cobre) o qual pode exibir marcas de escorrências. Paralelos para estas produções podem ser encontrados nas peças identificadas nos níveis datados do século XV-XVI do Hospital Real de Todos os Santos (BARGÃO, 2015: 256-258).

Os outros contentores cerâmicos dominantes são as bilhas (245 indivíduos), de bojo ovóide e colo curto, formando gargalo cilíndrico, algo curvo, que termina em bordo recto de lábio exvertido e perfil triangular, mostrando asa de fita vertical que se desenvolve do gargalo até à secção inferior do bojo.

Por último, foram recuperados inúmeros exemplares de trempes (48 indivíduos), um reflexo das actividades oleiras desenvolvidas nas imediações deste sítio. Surgindo em quantidades razoáveis, esta tipologia apresenta-se bastante estandartizada, com o modelo básico exibindo disposição trípode, é, no entanto, possível diferenciar estes elementos com base nas suas dimensões. A vasta maioria dos exemplares recuperados encontrava-se revestido parcialmente por vidrado, fruto da escorrência das peças aquando do seu enfornamento.

Quantitativamente o acervo cerâmico é formado por quase 1839 indivíduos, marcando um universo material heterogéneo dominado pelas produções de cariz local, produzidas com pastas de tonalidade avermelhada e acastanhada (1449 indivíduos, ou seja 78% do conjunto). De seguida, mas com menor representantividade estão as produções de superfícies revestida a vidrados, onde dominam os verdes (óxido de cobre) e os laranjas (óxido de ferro), com os amarelos (óxido de antimónio) nos quais contamos 315 indivíduos (18% do total). Ambos os grupos emanam certamente das olarias presentes nas imediações e reflectem os descartes de recipientes rejeitados ou danificados durante os diferentes estados da produção, do enfornamento ao tratamento da superfície com vidrados e engobes, sendo esta hipotese reforçada pela ausência de marcas de uso, como desgaste, esbocelamento das extremidades e marcas de uso ao fogo nestes conjuntos.

Com uma presença mais residual estão as importações, onde as peças mais comuns são as produções de superfícies esmaltadas a branco (óxido de estanho), 52 individuos (2% do acervo), seguidas de longe pelas cerâmicas finas espanholas e italianas (10 e 8 individuos respectivamente, ambas 1% do total), que reflectem o uso destes terrenos para o descarte de lixos de outras proveniencias, nomeadamente contextos habitacionais com capacidade de obter peças exógenas com um elevado custo aquisitivo (Figura 2).

4. CONTEXTOS FUNERÁRIOS

4.1. Ritual Funerário e Osteobiografia

4.1.1. Necrópole Islâmica

As camadas mais superficiais apresentam uma concepção funerária elementar. Todos os defuntos foram inumados em fossas simples, de forma ovalada com orientações variáveis, embora mais comuns entre o Oeste (31,7%) e o Sudoeste (31,7%). A prática de reutilização de sepulturas é reduzida, encontrando-se quase todos os indivíduos em sepulturas individuais. O decúbito lateral direito (45%) e o decúbito dorsal (30%) foram os padrões preferenciais na

deposição do cadáver, embora se encontrem excepções de indivíduos em decúbito lateral esquerdo e em decúbito ventral. O crânio estava preferencialmente disposto em norma lateral direita e norma anterior, os membros superiores suavemente flectidos ao lado do tronco ou sobre o abdómen e os membros inferiores ligeiramente flectidos sobre o lado esquerdo ou direito ou em extensão. Tendo em conta as particularidades dos rituais funerários observados é plausível asseverar que esta necrópole corresponde a uma população heterogénea seguidora de princípios islâmicos e cristãos.

É uma amostra composta por 60 indivíduos, 11 não adultos (18%) com idades entre os 3 e os 19 anos e 49 adultos (82%), concentrados maioritariamente na faixa etária entre os 20 e os 40 anos, dos quais, 29 (49%) pertencentes ao sexo feminino, 17 (28%) ao masculino e 14 (23%) de sexo indeterminado (FEREMBACH *et al.* 1980, UBELAKER, 1989; MACLAUGHLIN, 1990, SILVA, 1995, WASTERLAIN, 2000 e BRUZEK, 2002). A estimativa das estaturas foi exequível em 37 indivíduos, reflectindo uma média global de 170,25cm (Oliver *et al.*, 1978). O sexo feminino revela uma média de 164,17cm, com um mínimo de 147,41cm e um máximo de 180,34cm e os homens apresentam valores superiores (cerca de 12cm), a sua média de estruturas é de 176,33cm, a mínima 164,98cm e a máxima 190,28cm.

A análise morfológica não métrica curiosamente revelou ser um parâmetro fulcral na caracterização desta amostra, mais pela proporção do que pela diversidade. O caracter mais frequente foi a presença de *foramens* (38,3%) de grandes dimensões nos metacárpicos, metatársicos e falanges, a abertura septal em cerca de 26,7% dos indivíduos e a presença de vários ossículos vimeanos junto à sutura lambdoide (13,3%), sendo um deles possivelmente o osso Inca. Para além destes registaram-se a fossa romboide a incisura *vastus* (FINNEGAN, 1978 e HAUSER e De STEFANO, 1989).

4.1.2. Necrópole Judaica

A arquitectura funerária dos níveis estratigráficos inferiores desta amostra é um pouco mais complexa, verificam-se igualmente fossas simples de forma oval (75,7%), com ou sem caixão de madeira e sepulturas antropomórficas simples (10%) ou de grande dimensão superficial com forma rectangular derivando num degrau para o plano inferior antropomórfico, escavado no substrato geológico (5%). A grande maioria estava orientada com a cabeceira para Noroeste (54,8%) ou para Oeste (33,6%), verificando-se um número reduzido de orientações alternativas. Os indivíduos foram depositados em decúbito dorsal (91,5%), uma pequena fracção foi colocada em decúbito lateral direito ou esquerdo ou em posição fetal, correspondendo estes sobretudo a recém-nascidos. A posição do crânio mais comum era a norma anterior, os membros superiores encontravam-se longitudinalmente ao lado do tronco ou ligeiramente flectidos sobre o tórax ou abdómen, e os membros inferiores em extensão.

A praxis funerária registada vai de encontro aos preceitos assumidos pelo cristianismo.

Esta intervenção operou numa área mais alargada, revelando 276 indivíduos, dos quais 259 foram exumados. A análise paleoantropológica indica que 142 correspondem a não adultos (55%) de todas as faixas etárias, com uma distinta representatividade (34,4%) de indivíduos recém-nascidos até os 3 anos, e 117 adultos (45%) com idades variáveis entre os adultos jovens, maduros (a classe mais representada, 38,2%) e um número mais subtil de seniores (FAZEKAS e KÓSA, 1978; FEREMBACH *et al.*, 1980; UBELAKER, 1989; MACLAUGHLIN, 1990; SCHEUER, L.; BLACK, S. 2004). A diagnose sexual revelou que 49 se enquadram no sexo feminino (19%) e 57 no sexo masculino (22%), esta análise foi indeterminada em 153 (59%) indivíduos (13 adultos e 140 não adultos), relembrando que este parâmetro não se aplica aos não adultos, visto as características morfológicas se encontrarem totalmente definidas apenas no final da adolescência (FEREMBACH *et al.* 1980; SILVA, 1995, WASTERLAIN, 2000 e BRUZEK, 2002). A análise morfológica foi possível em 87 indivíduos, verificando-se uma estatura geral média de 162,23cm. Relativamente às diferenças entre os sexos, as mulheres apresentam médias de 156,00cm, mínimos de 141,90cm e máximos de 174,23, para os homens verificam-se valores médios de 168,46, com mínimos 158,66 e máximos de 175,51cm (Oliver *et al.*, 1978).

É interessante constactar que a diferença média de estaturas entre sexos de aproximadamente 12cm se encontra em ambas as necrópoles. É igualmente curioso que exista uma diferença de estaturas geral de 8cm entre as duas necrópoles, a mais recente apresenta indivíduos mais altos, o que vai de encontro aos elevados valores de comprimentos máximos dos ossos longos registados.

Os caracteres morfológicos não métricos desta amostra comparativamente com a anterior apresentam uma frequência bastante menor, mas uma maior diversidade. A abertura septal é o caracter mais presente (3,9%), seguido da incisura *vastus* e do *os acromial*. Outros como a fossa rombóide, os *ossículuns vimeanos*, os *foramens* nos MC e MT, a sutura metópica, o *foramen* esternal e a processo supracondilar, estão presentes mas não ultrapassam 1,5% dos indivíduos (FINNEGAN, 1978 e HAUSER e De STEFANO, 1989).

4.3. Paleopatologia

O capítulo das paleopatologias apresenta uma variedade interessante embora o rácio entre o número de indivíduos exumados e a prevalência de lesões patológicas não seja deveras elevada nas duas amostras.

As lesões degenerativas não articulares estão presentes em 53,3% dos indivíduos da necrópole islâmica e em 32,4% da judaica. Grande parte destas evidências estão presentes nos locais comumente propensos às actividades físicas da vida quotidiana, como a inserção do tendão de Aquiles nos calcâneos, a inserção do ligamento rotiliano-quadrilátero das patelas ou a face palmar das falanges proximais das mãos. Na amostra mais recente verifica-se um maior número de indivíduos com marcas de esforço embora a sua intensidade seja ligeira a moderada (CRUBÉZY, 1988), o único caso que se destaca é o do indivíduo da sepultura 15 cujas lesões de entese assumem um caracter mais severo. Não parece, portanto, razoável nesta fase, assumir relações de causa efeito, entre actividades físicas intensas e estas duas populações.

A patologia degenerativa articular é uma condição habitual que maioritariamente está relacionada com processos degenerativos que ocorrem com o avançar da idade, na amostra islâmica está presente em 43,3% dos indivíduos e na judaica em 29,7%. Mais uma vez, afecta uma maior quantidade de indivíduos da amostra mais recente, encontra-se nas articulações dos joelhos, cotovelos, ombros, mas principalmente na coluna torácica e lombar, é igualmente nestas que se verificam os casos mais graves de osteoartrose com formação de osteófitos de maior ou menor dimensão, e por vezes fusão intervertebral. A intensidade das lesões é variável, contudo a maioria dos casos é ligeira ou moderada (CRUBEZY, 1988), observando-se casos mais agressivos, com formação de eburnação, nos joelhos ou nas articulações das mãos. Na amostra da necrópole islâmica parece existir um possível caso de DISH (Hiperostose Esquelética Idiopática Difusa). Outro tipo de lesão frequente são os nódulos de Scmorl ou hérnias discais, estão presentes em 6,7% dos indivíduos islâmicos e em 10,4% judeus.

Os traumatismos ocorridos em vida são frequentes em qualquer população, nas nossas amostras manifestam-se em 16,7% na necrópole islâmica e em 10% na judaica. São diversos os exemplos, as mais frequentes são as fracturas de costelas, mas também se encontram fracturas cranianas, de ossos longos dos membros superiores e inferiores, clavículas, metacárpicos e metatársicos e falanges. Destaca-se o caso do indivíduo da sepultura 1, que apresenta politraumatismos, inclusive, uma fractura grave no cotovelo direito que levou à anquilose da articulação e à ausência de mobilidade, fracturas de costelas, nos ossos dos pés e mãos. Concentram-se no lado direito o que permite avançar com a possibilidade de terem resultado de uma queda.

As patologias infeciosas ou evidências compatíveis com estes agentes encontram-se em 11,7% dos indivíduos dos indivíduos da necrópole islâmica e em 4,3% da judaica. Não foram registados casos específicos de agentes patogénicos, a maioria dos indicadores não são específicos e correspondem a porosidade, estrias longitudinais ou periostite.

Os distúrbios de ordem neoplásica são escassos em ambas as amostras, na mais recente encontram-se em 10% e na mais antiga em 1,2%. As suas manifestações são bastante ténues, de origem benigna sob a forma de pequenos crescimentos regulares de forma circular/oval presentes em crânios e diáfises de ossos longos.

As patologias metabólicas e/ou indicadores de stresse fisiológico manifestam-se numa parte significativa da população islâmica (40%), da qual 26,7% diz respeito a sinais de porosidade em crânios e ossos longos e 13,3% à presença de *cribra orbitália*. As HED estão presentes em 30% dos indivíduos. Na população judaica a percentagem de casos é inferior, 11,6% assumiam estas condições, sendo que 8,9% apenas exibiam sinais de porosidade, sobretudo no crânio e 2,7% *cribra orbitália*. As HED foram registadas na dentição de 23,9% dos indivíduos, adultos e não adultos.

Uma das categorias mais diversa e interessante é a das patologias/anomalias congénitas, este tipo de variação genética nos padrões habituais que ocorre *in útero* pode manifestar-se das mais distintas for-

mas. Na necrópole islâmica encontram-se em pelo menos 10% dos indivíduos e os exemplos principais são espinha bífida oculta parcial, uma costela de um não adulto bifurcada na extremidade esternal, dois atlas com o corpo posterior incompleto, um caso de sacralização da L5, e uma L5 com assimetria bilateral.
Na necrópole judaica encontra-se uma percentagem ligeiramente menor de casos (6,4%), mas são mais diversificados, para além dos descritos anteriormente verificam-se esternos por fundir, espondilólise, *os* acromial, incisura *vastus,* uma vértebra lombar supranumerária, assimetrias laterais vertebrais e dois casos muito interessantes, um presente num indivíduo do sexo feminino, cujos antebraços apresentam uma proporção reduzida e consequente desalinhamento das mãos e o caso de um indivíduo do sexo masculino que apresenta um encurtamento severo do fémur esquerdo, causando uma diferença entre membros inferiores de aproximadamente 10cm.
Os distúrbios circulatórios manifestam-se sobretudo sob a forma de osteocondrite dissecante, são poucos os casos e afectam principalmente patelas e primeiras falanges proximais dos pés.
Classificados numa categoria como diversos, foram ainda descritos vários casos que necessitam de uma abordagem mais cuidada, a fim de realizar um diagnóstico diferenciado rigoroso.
A análise odontológica da amostra da necrópole islâmica revela perda *postmortem* em 61,7% dos indivíduos e perda *antemortem* em 45%. O desgaste dentário (SMITH, 1984) afecta a dentição de 66,7%, o tártaro 53,3% e as cáries 50% dos indivíduos. Os quistos periapicais ou abcessos são observáveis em 15% da amostra e a periodontite em 10%.
Na amostra da necrópole judaica a perda *postmortem* está presente em 50,2% dos indivíduos e a perda *antemortem* em 24,3%. Relativamente ao desgaste (SMITH, 1984), é observável em 50,2%, o tártaro em 24,3% e as cáries em 25,9%. Os quistos periapicais atingem a dentição de 3,9% dos indivíduos e a periodontite 2,3%.
De um modo geral as afecções dentárias são mais recorrentes na amostra mais recente, a prevalência é quase o dobro comparativamente à amostra mais antiga. Em ambas o desgaste afecta sobretudo a dentição anterior e os primeiros molares, e o tártaro a face lingual dos incisivos inferiores e a face bucal dos molares.
Um dos achados mais marcantes do material exumado é a existência de modificações dentárias em alguns indivíduos da necrópole islâmica, estas foram feitas preferencialmente nos incisivos superiores, mas também se encontram nos incisivos inferiores. Este constitui um tema sobremaneira interessante que preferimos aprofundar futuramente num âmbito mais rigoroso.
A restante análise dentária da população islâmica revela ainda um caso de agénese dos incisivos laterais e dois indivíduos com diastema e na população judaica um caso de alterações na superfície dos esmalte, agénese dos incisivos laterais superiores, hipercimentose nos caninos, um caso de erupção dentária bilateral no interior do maxilar junto à zona dos incisivos centrais e dois casos de microdontia dos incisivos laterais superiores (Figura 3).

5. CONCLUSÃO

Importa realçar que os vestígios da utilização da área enquanto lixeira têm início após o abandono da espaço enquanto necrópole mais antiga (judaica), sobrepondo-se á unidade de aterro que regularizou e selou toda a extensão da área de necrópole. As evidências apontam para um momento de dessacralização do local, um interregno, cuja motivação pode estar relacionada com o Édito de expulsão decretado em 1497, com a posterior destruição dos marcadores físicos da necrópole (lápides), reaproveitados na construção do Hospital Real de Todos os Santos, conforme os relatos da época. A julgar pela intensa actividade oleira no arrabalde da Mouraria durante o século XV e XVI, o aproveitamento de uma área «disponível» como a da necrópole desactivada para descarte de resíduos, parece simbolizar um novo paradigma sócio-económico que deriva de uma maior pujança das actividades económicas de carácter local da Vila Nova.
A julgar pelas fontes bibliográficas e á luz dos novos dados, julga-se que esta área de meia-encosta corresponde á área referenciada como o cemitério judaico, vandalizado em 1497 após a aquisição destes terrenos pelo Hospital Real de Todos os Santos. Neste momento verifica-se uma total dessacralização do sítio, sendo convertido em área de descarte de resíduos das olarias. O local recupera a memória do culto islâmico associado ao Almocávar, quando, o espaço é reutilizado como área de necrópole, agora de rito islâmico. Esta fase de ocupação da necrópole volta a ser selada pelos depósitos mencionados, posteriormente convertida em área de jardim e resi-

dência (nº70-74). A intervenção arqueológica deste local permitiu uma melhor compreensão deste espaço através das dinâmicas de reocupação e reutilização intermitentes, pelas comunidades residentes na Mouraria em período Baixo Medieval e Moderno.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Clementino; FILIPE, Vanessa; HENRIQUES, José Pedro; RODRIGUES, Cláudia (2013) – *Prisão do Aljube no séc. XVI – vidros, majólica italiana e cerâmica esmaltada espanhola*, in: *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp.1019-1024.

ARAÚJO, Norberto (1992) – *Peregrinações Em Lisboa*. III Livro, Lisboa: Veja.

AZEVEDO, Pedro de (1900) – *Do Areeiro à Mouraria (topographia historica de lisboa*, in Vasconcellos, J. Leite de, O Archaeologo Português, Collecção Illustrada.

BARGÃO, André (2015) – *Vivências do Quotidiano do Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa): os contextos do poço SE do claustro NE*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, FCSH-UNL – http://hdl.handle.net/10362/17378.

BARRACA, Nuno; NEVES, Maria João (2014) – *Intervenção de Prospecção Geofísica. Prospecção de Georradar na Rua dos Lagares, nº74* (Rua dos Lagares, Santa Maria Maior; Lisboa). Relatório Final, Dryas, Arqueologia.

BARROS, Maria Filomena Lopes de (1990) – *As comunas muçulmanas em portugal (subsídios para o seu estudo)*. In Revista da Faculdade de Letras, 85-100.

BARROS, Maria Filomena; TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva (2008) – Cristão(ãs)-Novos(ãs), Mouriscos(as), Judeus e Mouros. Diálogos em trânsito no Portugal Moderno (séculos XVI-.XVII. In Journal of Sefardic Studies: 1-45.

BATALHA, Luísa; CAMPÔA, Andreia; CARDOSO, Guilherme (*et al.*) (s.d.) – Vestígios de uma centro produtor de faiança dos séculos XVII e XVIII. Dados de uma intervenção arqueológica na rua Buenos Aires, nº10, Lisboa. In Arqueologia Moderna.

BUGALHÃO, Jacinta (2009) – *Lisboa Islâmica: uma realidade em Construção*. XELB 9 – Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, Câmara Municipal de Silves, pp. 379-393.

BRUZEK, Jaroslav (2002) – A method for visual determination of sex, using the human hip bone. American Journal of Physical Anthropology, 117: 157-168.

CALADO, Marco; LEITÃO, Vasco (2005) – *A ocupação islâmica na Encosta de Sant'Ana (Lisboa)* – Revista Portuguesa de Arqueologia, volume 8, nº2, pp. 459-470.

CARVALHO, E.; MONTEIRO, J. L.; BUGALHÃO, Jacinta. (2007) – *Quarteirão dos Lagares*. Relatório de Trabalhos Arqueológicos, exemplar policopiado.

CORREIA, Vergílio (1919) – *Oleiros quinhentistas de Lisboa*, In Revista Águia, vol.15, p.128-142, In Atlântida, Ano 3, vol. 29-30;

CRUBÉZY, Eric (1988) – Interactions entre facteurs bio-culturels, pathologie et caracteres discrets: example d'une population médiéval. Thèse de Doctorat. Montpellier, Université de Montpellier.

DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura (1995) – Cerâmicas da época do terramoto de 1755 provenientes de Lisboa, In Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e resultados para o seu estudo, Câmara Municipal de Tondela.

FEREMBACH, Denis *et al.* (1980) – Recomendations for age and sex diagnosis of skeletons. Journal of Human Evolution, 9(7): 517-549.

FINNEGAN, Michael (1978) – "Non-metric variation of the infracranial skeleton". Journal of Anatomy 125: 23-37.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1991) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI do Poço-Cisterna de Silves, in: A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, pp. 450-490, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola.

GUTIÉRREZ, Alejandra (2000) – Mediterranean Pottery in Wessex Households (13th to 17th Centuries), BAR British Series 306.

HAUSER, Gestrude; DE STEFANO, Gian.Franco, *et al.* (1989) – *Epigenetic variation of the human skull.* Eds. Schweizerbart – Stuttgart.

HENRIQUES, Isabel Castro; LEITE, Pedro Pereira (2013) – *Lisboa, cidade africana. Percursos e Lugares de memoria da presença Africana*. Séc. XV-XXI.

MACLAUGHLIN, S. M. (1990) – Epiphyseal Fusion at The Sternal End of the Clavicle.

MATOS, José Luís de (2001) – *Lisboa Islâmica*. Revista Medieval, nº 7, Mértola, pp.79-87.

MENDES, Maria Manuela; PADILLA, Beatriz (2014) – *Bairro da Mouraria em Lisboa.* CEAT, Estudo prévio – Dossier Bairros em Lisboa CEACT / UAL.

MODERN PORTUGUESE SKELETAL SAMPLE. Antropologia Portuguesa, 8: 59-68.

MORENO, Humberto Baquero (1994) – *Os Mudejares no Portugal Medievo.* In Conferências da Faculdade de Letras do Porto, Edição do Conselho Directivo, Porto, 5-36.

OLIVEIRA, Luís Filipe; VIANA, Mário (1993) – *A Mouraria de Lisboa no Século XV*. Arqueologia Medieval; vol. 2. Mértola: Edições Afrontamento, 1993; pp.191-209.

OLIVIER, Gien-Pierre *et al.* (1978) – New estimation of stature and cranial capacity in modern man. Journal of Human Evolution, 7(6): 513-518.

ORTNER, Donald (2003) – Identification of pathological conditions in human skeletal remains. 2ª ed., Amsterdam, Academic Press.

RAMALHO MAGALHÃES, M. M.; SOROMENHO, M.; NUNES, A.; SERPA, C.; SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (dir.) (1994) – *Mouraria*. In *Dicionário da História de Lisboa*, Sacavém: Carlos Quintas e Associados.

SANTOS, Ana Luísa; UMBELINO, Cláudia (1999) – *Da Antiga Ermida à Igreja e Casa Professa de S. Roque: Alguns vestígios arqueológicos e antropológicos. A Ermida Manuelina de S. Roque*. SCML. Lisboa. 17-35.

SILVA, Ana Maria (1995) – *Sex assessment using the calcaneus and talus*. Antropologia Portuguesa, 13: 107-119.

SILVA, Rodrigo Banha da (s.d) – *A ocupação do período da dominação islâmica da Praça da Figueira* – Actas do Congresso Afonso Henriques e a sua época, Lisboa, Ass. Amigos de Lisboa.

TEICHNER, Felix (2003) – "Dois conjuntos de cerâmicas quinhentistas, provenientes do Convento de São Domingos e do Claustro da Igreja de São Francisco, em Évora (Alentejo)", in: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.6, pp. 501-520.

TEIXEIRA, André; VILLADA PAREDES, Fernando; SILVA, Rodrigo Banha da (Eds.) (2015) – *Lisboa 1415 Ceuta. História de dos ciudades – História de duas cidades.* Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, Câmara Municipal de Lisboa, FCSH.

VIEIRA, Ana Isabel (2011) – "Cerâmicas dos séculos XIV a XVI do Castelo de Sesimbra", in: *O Arqueólogo Português*, Série V, 1, pp. 657-687, Lisboa.

WASTERLAIN, Rosa Sofia (2000) – *Morphé: Análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da colecção de esqueletos identificados do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra*. Dissertação de Mestrado em Evolução Humana. Coimbra: Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. [não publicado].



Figura 1 – Vista geral da intervenção da necrópole judaica (século XV).

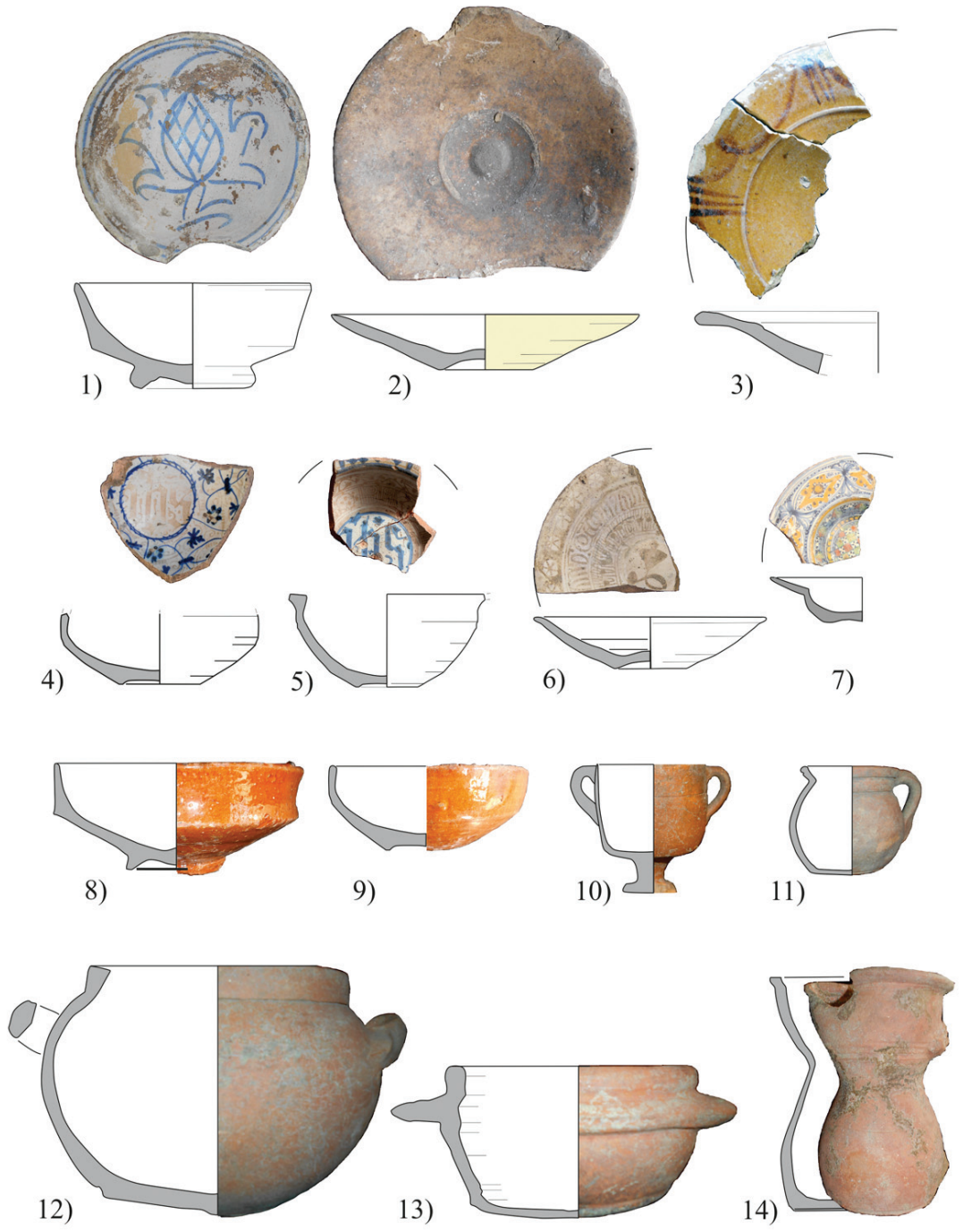


Figura 2 – Importações de Sevilha esmaltadas (1 e 2), e meladas (3); Fabricos de Valência (4, 5 e 6), e Montelupo (7). Produções locais meladas (8 e 9), e de cerâmica comum (10, 11, 12, 13 e 14).



Figura 3 – Plano geral dos indivíduos *in situ* da necrópole islâmica.

N.M.I.		Fabricos locais		Fabricos Importados					Total	%Nº
		Cerâmica comum	Cerâmica vidrada	Sevilha		Valência	Majólica	Porcelana		
				Esmaltada	Melados					
Tipologias	Panelas	229	0	0	0	0	0	0	229	12%
	Tachos	192	0	0	0	0	0	0	192	10%
	Fogareiro	34	0	0	0	0	0	0	34	2%
	Frigideira	35	0	0	0	0	0	0	35	2%
	Testos	156	0	0	0	0	0	0	156	8%
	Taças	119	97	17	11	9	0	0	253	14%
	Pratos	90	9	13	6	1	8	5	132	7%
	Escudelas	0	1	5	0	0	0	0	6	0%
	Copos	85	0	0	0	0	0	0	85	5%
	Púcaros	58	0	0	0	0	0	0	58	3%
	Copos pé-	29	0	0	0	0	0	0	29	2%
	Bilhas	245	0	0	0	0	0	0	245	13%
	Garrafas	64	0	0	0	0	0	0	64	3%
	Potes	68	0	0	0	0	0	0	68	4%
	Candeias	45	0	0	0	0	0	0	45	2%
	Alguidar	0	93	0	0	0	0	0	93	5%
	Potes	0	61	0	0	0	0	0	61	3%
	Candeias	0	6	0	0	0	0	0	6	0%
	Trempes	0	48	0	0	0	0	0	48	3%
	Total	1449	315	35	17	10	8	5	1839	100%

Tabela 1 – Número total de fabricos cerâmicos e NMI.

UMA OLARIA NA RUA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO (LISBOA) – SÉCULOS XV E XVI

Guilherme Cardoso[1], Luísa Batalha[2], Paulo Rebelo[3], Miguel Rocha[4], Nuno Neto[5], Sara Brito[6]

RESUMO

Durante uma intervenção arqueológica efectuada na Rua das Portas de Santo Antão, no antigo Palácio da Anunciada, foram identificados três fornos de cerâmica, associados às respectivas estruturas de apoio. Trata-se de vestígios de uma olaria que terá funcionado naquele sítio nos inícios da época Moderna, produzindo formas de pão-de-açúcar, ladrilhos para atapetar os pisos das habitações e utensílios de uso doméstico de barro vermelho fosco, utilizando argilas dos Prazeres.

Palavras-chave: Olaria, Fornos de cerâmica, Formas de pão de açúcar, Cerâmicas diversas.

ABSTRACT

As result of archaeological field works carried out at Rua das Portas de Santo Antão (Lisbon), in the ancient Palácio da Anunciada, were unearthed three ceramic kilns, with their supporting structures still visible. They belong to an old pottery workshop dating to the beginning of Modern Age, using Prazeres clays as raw materials to the production of conical sugar loaf forms, ground tiles and red domestic ceramics.

Keywords: Pottery workshop, Ceramic kilns, Conical sugar loaf forms, Assorted ceramics.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer dos trabalhos para a recuperação do edifício do antigo Palácio da Anunciada, na Rua das Portas de Santo Antão, em Lisboa, com vista à sua transformação num equipamento do ramo da hotelaria, foram postos a descoberto três fornos da transição da época medieval para a idade moderna.

Os vestígios da olaria de época moderna encontravam-se preservados sob os níveis do antigo Palácio da Anunciada, também conhecido como Palácio dos Marqueses de Rio Maior, situado nas Portas de Santo Antão (Lisboa). Esta antiga casa senhorial corresponde a uma construção de finais do século XVIII aos inícios do século XIX, sendo edificada em terrenos que teriam sido herdados da Casa dos Morgados de Oliveira, antepassados dos Marqueses de Rio Maior.

Foram registados três fornos de secção circular e durante a sua escavação foi possível perceber o tipo de produção ali existente. O interior dos fornos, nos seus estratos inferiores, apresentou elementos que evidenciam uma produção específica de alguidares diversos, ladrilhos e, principalmente, formas de pão de açúcar.

Esta zona da cidade deveria corresponder, no final da Idade Média, princípios da Idade Moderna, ao início dos arrabaldes da cidade de Lisboa onde se desenvolviam os campos agrícolas com as suas quintas e hortas mas também olarias, fato confirmado pelo

1. CAL – Centro de Arqueologia de Lisboa; guilherme.cardoso@cm-lisboa.pt

2. batalhaluisa5@gmail.com

3. Neoépica Lda; neoepica@gmail.com

4. Neoépica Lda; neoepica@gmail.com

5. Neoépica Lda; neoepica@gmail.com

6. Neoépica Lda; neoepica@gmail.com

aparecimento de dois fornos de cerâmica, da mesma época, um pouco mais a sul, nas escadinhas da Barroca[7], com dois fornos.

2. TRABALHOS DE CAMPO

Os vestígios da antiga olaria implantam-se no designado sector 3 – Sul, tendo-se registado a sua presença aquando do acompanhamento arqueológico da remoção dos pisos/alicerces do antigo Palácio da Anunciada. Estes trabalhos colocaram primeiramente a descoberto um caneiro que faria parte do sistema geral de circulação e escoamento de águas do próprio palácio, com uma orientação sensivelmente Norte-Sul, verificando-se posteriormente que acabava por afectar vestígios pré-existentes relacionados com o complexo da olaria (Figuras 1 e 2).

3. A OLARIA

Durante os trabalhos registaram-se três fornos de secção circular, cujos estratos inferiores evidenciam o tipo de produção ali existente, nomeadamente alguidares diversos, ladrilhos e formas de pão de açúcar.
Contudo, a análise formal do espólio exumado indica-nos que estes fornos tiveram um tempo de laboração de curta duração, tendo em conta que esse espólio depositado aquando da colmatação dos mesmos é composto por materiais dos séculos XV-XVI. Falamos de um espólio constituído por restos faunísticos, metais e cerâmica, sobre a qual incide o nosso estudo, tendo o espaço sido utilizado como lixeira, após a sua desactivação.
Para além das citadas produções de alguidares com diferentes dimensões, dos ladrilhos de revestimento do chão e ainda das formas de pão-de-açúcar, este período encontra-se representado através de fragmentos de panelas, escudelas, malgas carenadas, pratos, testos, frigideiras, caçarolas, fogareiros, tachos, potinhos, garrafa, placas de pão, candeias, almofarizes, tacinhas e uma bacia de tamanho considerável.

4. OS FORNOS

Os fornos identificados encontravam-se melhor preservados ao nível inferior da sua câmara de combustão e corredor de acesso à fornalha. O nível superior destas estruturas terá provavelmente sido afectado aquando da construção do palácio, encontrando-se apenas preservados ténues vestígios do arranque da grelha no forno 1.

4.1. Forno 1 [3013]

É o de maior dimensão, apresentando uma câmara de combustão de cerca de 2,54m de comprimento por 1,20m de largura (dimensões máximas) e uma altura estimada de 2,10m: sendo o seu acesso feito a partir do lado norte (Figura 3).
Estamos assim perante uma estrutura de grande dimensão que foi escavada no substrato geológico argiloso. No seu interior registaram-se uma série de depósitos argilosos onde se recolheu um vasto conjunto material entre restos do forno (figura 4), peças associadas ao momento de abandono e diversas peças cerâmicas que seriam alvo de produção neste local: formas de pão de açúcar e ladrilhos (Figura 4).

4.2. Forno 2 [3031-3053]

Encontra-se no limite Oeste, com uma orientação sensivelmente Sul-Norte. É composto por duas câmaras, combustão e de acesso, formando uma planta de desenho em "8". Encontravam-se divididas por uma estrutura em alvenaria de tijolo que forma uma espécie de porta (Figura 5).
Na designada câmara de combustão [3031] os depósitos eram compostos por concentrações de cinzas e carvões, depósitos vermelhos argilosos, recolhendo-se restos das paredes do forno. Os depósitos que acabam por encher a câmara de acesso [3053] são de matriz argilosa tendo-se recolhido, nos níveis junto ao fundo, uma concentração de material arqueológico onde se destacam algumas peças inteiras e cerâmica produzida nestas estruturas, de que são exemplo as formas de pão-de-açúcar (Figura 6).

4.3. Forno 3 [3058-3037]

Apresenta características relativamente semelhantes à estrutura [3031-3053], de planta em "8", apresentando uma câmara de combustão e um espaço de acesso a ela (Figura 7).
É de notar a presença do mesmo tipo de depósitos de enchimento que, no entanto, revelam aqui uma menor presença de materiais arqueológicos em associação.
Ainda em associação às estruturas de combustão implantadas em negativo no substrato geológico,

7. Escavados sob a direcção científica de Vanessa Filipe e Alexandra Krus.

encontram-se os vestígios de uma série de estruturas em positivo que formam compartimentos de desenho rectangular com vestígios de restos de piso em cal. Estes compartimentos estariam directamente relacionados com as estruturas de combustão, devendo fazer parte das estruturas de apoio à produção cerâmica que era tida no local.

5. AS CERÂMICAS

5.1. Cerâmica de Importação

Na cerâmica de importação predominam as produções sevilhanas. Bem representativas são as malgas carenadas de vidrado plumbífero castanho, verde e melado, nºs 30, 35, 36.

O prato (nº 37), com diâmetro de 240mm, perfil oblíquo, base côncava assente em aresta e com ressalto interno na zona mesial, apresenta vidrado castanho com decoração a manganês. Existe um bom paralelo para este exemplar no poço dos Paços do Concelho em Torres Vedras (Luna e Cardoso, 2006: 99); (Batalha, Cardoso e Luna, 2017: 13).

5.1.1. Majólica

Registámos uma malga apresentando perfil completo (nº 42), de vidrado estanífero decorada a azul e manganês. De carena bem marcada, corpo troncocónico e fundo em bolacha assenta numa base plana. Na superfície externa a gramática decorativa tem como base uma banda composta por motivos fitomórficos e no interior, no fundo, uma espiral em manganês, bem como duas bandas finas azuis e uma mais larga junto ao bordo, também em óxido de manganês. Tem de diâmetro 192mm. Apresentamos um pequeno fragmento de prato (nº 43) em vidrado estanífero, decoração fitomórfica em azul-cobalto, com diâmetro de 210mm.

5.1.2. Reflexo Dourado – Paterna/Manizes

As escudelas de produção Valenciana estão presentes através de dois exemplares em vidrado estanífero com corpo hemisférico. O nº 40 com pega recortada e o nº 39 de perfil completo apresentam de diâmetro 114mm. Estes exemplares encontram paralelos na Casa Côrte-Real (Sabrosa, 2008: 126 a 128) e prisão do Aljube (Amaro *et ali*, 2013: 1023). O conjunto de cerâmica esmaltada proveniente do poço-cisterna de Silves ofereceu importantes exemplares de importação, entre os quais escudelas de reflexo dourado de produção Valenciana (Gomes e Gomes, 1996: 177).

Constatámos que estes exemplares possuíam decoração na qual estava presente o reflexo dourado, agora inexistente, mas cujo negativo é possível observar através de luz rasante. A gramática decorativa insere-se nos motivos de tradição islâmica que por outro lado vão sofrer a influência dos motivos orientalizantes.

Temos um único exemplar de pequena taça em vidrado estanífero, bordo em aba e fundo côncavo assente em aresta. Não identificamos paralelo (nº 38).

Recolheu-se um conjunto de fragmentos de um prato revestido de vidrado estanífero fabricado a molde (nº 44), com 480mm de diâmetro e insere-se na chamada "Família moldada". Não sendo muito comum em contextos por nós estudados, surgiram alguns exemplares durante a intervenção na Casa Côrte-Real, Largo do Corpo Santo (Sabrosa, 2008: 133, 134). De salientar que esta peça foi utilizada como elemento decorativo, dado que possui dois orifícios para suspensão.

Deste conjunto de materiais destaca-se um jarro/garrafa (nº 41), também com paralelo na casa Côrte-Real (Sabrosa, 2008: 124). Trata-se de uma peça fabricada segundo a técnica de corda seca total. O corpo da peça é cilíndrico, com carena bem pronunciada a separar o colo, no qual existiria uma asa, a base é plana. Apresenta bandas verticais verdes, azuis, brancas e castanhas meladas, separadas por manganês.

Por fim, apresentamos um fundo de prato com uma quadrícula axadrezada de cores vivas, branco, verde e laranja, *scacchiera policroma* (nº 45). Ignoramos, no entanto, quer a forma do prato, quer a restante gramática decorativa. Apesar de as peças encontradas em Lisboa serem atribuídas a cronologias da centúria de seiscentos, na verdade falamos de uma produção das oficinas de Montelupo, com cronologia da primeira metade do XVI até ao final do século (il cinquecento 1530-1610, 2013: 258), com difusão por vários territórios europeus, tal como atestam as faianças de Lyon (Ravoire et Horry, 2016: 53).

O espaço Mediterrâneo encerra em si tipos decorativos ancestrais. A técnica utilizada nos centros produtores de Montelupo, faz-nos recuar ao período longínquo da época califal, em que o motivo central de alguns exemplares utilizados para lavagem do rosto e mãos (jofaina) se encontra preenchido por motivos geométricos reticulados, alternados entre óxido de cobre e óxido de manganês sobre branco (Rodríguez, Moya e Contreras, 2015: 101).

Este exemplar encontra considerável difusão em

Lisboa. Na Casa Côrte-Real surge um prato com perfil completo (Sabrosa, 2008: 139); também um fragmento de prato no Castelo de São Jorge (Gaspar e Gomes, 2012: 729) e quatro fundos no Terreiro do Trigo em Lisboa (Gonzales, 2012: 849, 850).

5.2. Cerâmica de produção de Lisboa de vidrado plumbífero

O exemplo de outros locais por nós estudados permite-nos verificar a presença de objectos cujas formas são transversais a todos eles. É o caso das malgas carenadas, embora com algumas variantes, nºs 30, 31, 32, e 33. São disso exemplo, os modelos do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras, (Batalha, Cardoso e Luna, 2017: 17); as cerâmicas Vidradas de Alenquer (Cardoso *et alii,* 2016: 59); a olaria Renascentista de santo António da Charneca (Barros *et alii*, 2012: 703); o Casal do Geraldo em Cascais (Cardoso e Encarnação, 1990: estampa X) ou ainda em Cascais, os trabalhos arqueológicos realizados entre 1987 e 1988 na zona alta da vila (Cardoso e Rodrigues, 1991: 585).

Estas peças apresentam vidrado plumbífero melado e castanho. No caso dos nºs 30 e 31, a carena é alta, bem acusada com parede vertical côncava. O corpo, troncocónico, assenta num pé em anel. O exemplar nº 32 apresenta perfil completo, carena alta, acusada, parede vertical com ligeira inclinação interna e pé anelar. Por último, o terceiro exemplar corresponde ao nº 33. Trata-se de uma malga também com carena alta, parede ligeiramente extrovertida, corpo troncocónico no qual se insinua um ressalto.

5.3. A cerâmica fosca de produção local

Dos materiais exumados, de entre as peças de cerâmica fosca, a produção de formas de "pão de açúcar" mostrou-se como a mais significativa.

Até ao momento desconhecia-se este tipo de produção na cidade de Lisboa, se bem que um pequeno fragmento de fundo de forma de açúcar, com orifício, proveniente do Largo de Jesus, tivesse colocado essa hipótese aquando do nosso estudo (Cardoso e Batalha, no prelo)

De concreto, sabe-se que parte da produção de formas destinadas ao comércio do açúcar era realizada na margem sul do Tejo, nas olarias de Santo António da Charneca (Cardoso e Gonzales, 2004: 34-45) e na Mata da Machada (Silva, 2012: 711-718) e (Torres, 1991: 183-206). Mais a norte existia o centro produtor de Aveiro que terá laborado durante longo tempo e ali teriam origem a maioria das formas utilizadas na ilha da Madeira e nas ilhas Canárias (Morgado, 2009). Um outro centro produtor localizava-se junto ao Casal do Paimogo, Lourinhã, mas que continua por estudar.

As formas da Anunciada apresentam perfil troncocónico, bordo boleado, em fita, com ressalto sobre o bojo. Existem dois tipos distintos: de grande dimensão e de pequena dimensão.

O tipo 1 (nºs 1-3) têm uma altura entre os 380mm e os 400mm, o diâmetro da boca pode apresentar um diâmetro de 182mm e os 210mm, enquanto a altura do lábio pode apresentar entre 33mm e os 48mm e o orifício de escoamento 12mm e os 15mm de diâmetro. Consideramos a existência de um subtipo 1A por apresentar um lábio mais curto e arredondado (nº 4) e um subtipo 1B pela existência de lábios em fita mas com uma canelura no lábio (nºs 5 e 6).

As pastas são siliciosas, de grão médio, dureza média, foliácea, compacta e homogénea.

Os desengordurantes são compostos por moscovite, quartzo fumado, quartzo leitoso, quartzo róseo, óxido de ferro vermelho e castanho. Algumas pastas apresentam chamota e conchas de fósseis.

Técnica de fabrico: levantada à roda rápida e montada em duas partes. As superfícies mostram alisamento e vestígios de aguada proveniente do trabalho de levantamento à roda. A cozedura é oxidante podendo apresentar pastas vermelhas que variam entre 2.5YR 6/6; 2.5YR 6/8; 5YR 7/6; 2.5YR 7/8; 5YR 8/4 (Munsell Soil Color).

A infusa (nº 11) apresenta a tradicional forma de cabaça deste período, com bordo espessado dobrado sobre o colo. De tradição medieval, foram exumados vários exemplares no poço dos Paços do Concelho em Torres Vedras, datados dos séculos XV/XVI. (Luna e Cardoso, 2006: 104-106), bem como no Poço Novo (II) em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 2008: 102) e ainda de Cascais, Fortaleza de Nossa Senhora da luz (Rodrigues *et ali*, 2012: 867). Também em Silves, na rua Elias Garcia, um contexto de fornos cerâmicos com cronologia do final do século XVI e início do XVII ofereceu um conjunto significativo de contentores de líquidos, entre os quais diversas infusas (Gomes, 2008: 291)

A frigideira (nº 10) é de uma peça de cozinha, exemplar único de pequena dimensão, 130mm de diâmetro. Apresenta um cabo com a extremidade em forma de gancho, facto que o distingue das formas tradicionais de secção circular e argola de suspensão.

Neste conjunto cerâmico as panelas apresentam duas tipologias. O exemplar nº 12 caracteriza-se por colo vertical bem demarcado e espessado com lábio plano sobre canelura. De perfil incompleto, o corpo indica evoluir para forma hemisférica. Esta forma encontra-se presente no espólio cerâmico do Poço Novo (II) (Cardoso e Rodrigues, 2008: 103). A panela nº 13 apresenta um bordo de secção quadrangular a partir do qual evolui possivelmente para corpo globular. As pegas são horizontais. Este exemplar encontra paralelo num conjunto significativo de panelas, em Cascais-Poço Novo (II) (Cardoso e Rodrigues, 2008: 103), em Almada (Sabrosa e Espírito Santo, 1992: 12) e ainda no centro produtor de Santo António da Charneca (Barros *et ali*, 2012: 706). Também em Coimbra, nos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Museu Machado de Castro, em contextos do século XV, surgiram vários exemplares com estas características formais (Silva, 2012: 889).

Embora raros, alguns utensílios de cozinha surgem esporadicamente em contextos de escavação. É o caso deste exemplar de Coador (nº 14) de perfil incompleto, mas com a base de 130mm totalmente perfurada com pequenos orifícios. A superfície externa apresenta brunimento.

Importante elemento na loiça de cozinha e transversal a todas as épocas, o almofariz (nº 15) surge ocasionalmente em contextos de escavação. Era usado para esmagar e triturar certos alimentos, ervas ou especiarias. Em farmácia também era utilizado para produção de medicamentos. Este exemplar não apresenta perfil completo. Carecendo de bordo, a base apresenta-se compacta de modo a garantir estabilidade à peça durante a sua utilização. Este modelo torna-se interessante uma vez que se trata de uma peça de importação, concretamente da região da Bética. O diâmetro da base é de 90mm.

A sua forma é comum e encontramos bons paralelos respectivamente nas entulheiras da olaria renascentista de Santo António da Charneca (Barros *et ali*, 2012: 706); em Alenquer (Cardoso *et alii*, 2016, 61). Proveniente da rua do Poço Novo em Cascais, existe um exemplar de almofariz vidrado a verde e branco. Peça de importação, ao que tudo indica produção de Paterna dos séculos XIV-XV (Cardoso e Rodrigues, 1991: 575). Segundo Élvio de Sousa, na Freguesia de Machico é considerável o número de almofarizes. Estes apresentam perfil completo, troncocónico invertido e lábio afilado. (Sousa, 2011: 339).

Num período em que o comer à mesa sofre alterações significativas, consequência de transformações sociais associadas ao movimento da expansão, o prato, a par de outros utensílios de mesa, ganha importante projecção no quotidiano doméstico (nºs 16 e 17).

Apresentamos dois exemplares com bordo em aba plana e diâmetro de 240mm. O primeiro apresenta perfil completo e ao fundo corresponde a um pé anelar. Esta forma datada de contextos do século XVI, não evidência as características dos pratos encontrados com a mesma cronologia, dado que o corpo das peças é ligeiramente côncavo sem qualquer ressalto. O modelo formal mais aproximado encontra-se no vasto conjunto artefactual das entulheiras dos fornos de Santo António da Charneca, num contexto bem datado do final do século XV e início do XVI (Barros *et alii*, 2012: 705).

Entre o significativo número de objectos cerâmicos destacam-se os testos (nº 18). O facto de apresentarem todos as mesmas características formais, levou-nos a representar um único exemplar. Este oferece o perfil completo, bordo semicircular com 190mm de diâmetro, corpo troncocónico, base plana e pitorra. Encontra paralelos em variadíssimos locais, entre os quais Cascais, Poço Novo (II) (Cardoso e Rodrigues, 2008: 107); em Almada (Sabrosa e Santos, 1993: 117); (Sabrosa e Santos, 1992: 12) e Santo António da Charneca (Barros *et alii*, 2012: 705).

O tacho (nº 19) que apresentamos tem de bordo com 190mm de diâmetro, arredondado, vertical, com ressalto. As duas pegas são horizontais e de secção oval. Encontramos paralelos formais para esta peça em Cascais, no Palácio dos Condes da Guarda e segundo os autores é comum noutros contextos ali identificados e datados do século XVI (Cabral, Cardoso e Encarnação, 2009: 238); assim sendo, temos ainda o registo de um paralelo proveniente do Beco dos Inválidos, por lapso identificado como fogareiro (Cardoso e Rodrigues, 1999: 204).

A par destes exemplares surge uma taça de forma fechada (nº 20), incompleta com lábio de secção circular. O bordo, introvertido, encontra-se bem demarcado através de carena, com o corpo de perfil troncocónico. Em Coimbra, no Museu Nacional Machado de Castro, estes exemplares encontram-se datados no século XV, com a particularidade de possuírem o lábio em aba (Silva, 2012: 882). Na rua Henrique Nogueira em Almada, nos silos medievais, encontramos um exemplar também com cronologia do século XV (Sabrosa e Santos, 1993: 117). Em Lisboa, na rua João do Outeiro, os trabalhos ar-

queológicos ali realizados, ofereceram um conjunto de materiais datados dos séculos XV-XVI, entre os quais uma terrina que confirma as mesmas características tipológicas (Diogo e Trindade, 2003: 264).

Os alguidares (nºs 23, 24 e 25) constituem percentagem significativa no conjunto de materiais cerâmicos exumados neste contexto. Utensílios essenciais, foram utilizados em ambiente doméstico, principalmente na cozinha, para lavagens de louças, hortícolas, amassadura da massa de pão e bolos ou ainda utilizados na higiene pessoal.

No caso do primeiro exemplar, estamos perante um modelo singular de perfil incompleto com 300mm de diâmetro. O bordo é afilado, com ressalto acusado internamente junto ao bordo e o corpo, hemisférico, apresenta como decoração meios círculos incisos equidistantes. Para este exemplar não foram encontrados paralelos.

O segundo exemplar, também com 300mm de diâmetro, faz parte dos vulgares alguidares com bordo em aba e corpo com paredes troncocónicas. O mesmo acontece com o terceiro exemplar, mas neste caso a medida do bordo corresponde a um diâmetro de 760mm.

Tratando-se de uma forma recorrente, são vários os sítios arqueológicos que oferecem paralelos. Em Cascais, no Casal do Geraldo, estão documentados três exemplares (Cardoso e Encarnação, 1990: estampa XI). Ainda na Vila de Cascais e proveniente do Beco dos Inválidos, foi resgatado um conjunto significativo de alguidares (Cardoso e Rodrigues, 1999: 200). Em Lisboa, a intervenção arqueológica na Calçada de São Lourenço também ofereceu modelos idênticos datados do século XVI (Diogo e Trindade, 2003: 211).

Um único fragmento de placa de pão (nº 27) faz parte deste conjunto cerâmico. Apresenta nervuras largas concêntricas, rebordo elevado e assenta em base plana, com 280mm de diâmetro. Encontramos paralelos para este exemplar nas entulheiras de Santo António da Charneca (Barros *et ali*, 2003: 304). Na ilha da Madeira, o fragmento apresentado por Élvio de Sousa tem um diâmetro inferior, 180mm e o perfil é igualmente distinto. Estes modelos foram utilizados para o fabrico do biscoito, mas o autor propõe que seriam utilizados também para grelhar ou assar peixe, assentes em fornos de barro (Sousa, 2011: 335)

A bacia, nº 26, de funcionalidade desconhecida é um utensílio de grandes dimensões de forma piriforme. Apresenta um diâmetro de 310mm e altura máxima de 240mm, pois não oferece perfil completo. O bordo de secção circular inflecte para o interior e as paredes são espessas, sendo perceptível o ponto de união das duas partes distintas na montagem da peça. Interessante o facto de as suas superfícies se encontrarem cobertas de engobe branco.

A candeia (nº 21) é uma forma comum de contentor de fogo nos contextos arqueológicos deste período, dado que em cada habitação existiriam vários exemplares. Trata-se de um modelo de perfil completo, trilobado, de reservatório aberto, um bico saliente e base plana.

Encontram-se paralelos em Almada nos silos medievais da Rua Henriques Nogueira (Sabrosa e Santos, 1993: 121). Ainda em Almada, o silo 12 da rua da Judiaria ofereceu um fragmento de candeia de perfil completo, num contexto de materiais datados entre o final do século XII e o século XV (Batalha *et alii*, 2008: 81). Também é possível encontrar esta tipologia nos rejeitados da olaria de Santo António da Charneca (Barros, 2012: 706). Em Lisboa existe um exemplar na rua dos Correeiros (Diogo e Trindade, 2008: 183); e ainda, nos fornos da rua Elias Garcia em Silves (Gomes, 2008: 285)

Elemento fundamental em todas as cozinhas, o fogareiro é presença constante em intervenções arqueológicas de ambientes domésticos (nº 22 e 28).

O exemplar nº 22, de perfil incompleto, apresenta lábio reentrante de secção circular. Uma carena bem acusada separa o bordo do corpo de paredes troncocónicas. No bordo foram aplicados motivos plásticos de pirâmides aplanadas para assentamento de recipientes. A asa, em fita, encontra-se incompleta. Em Cascais, no Beco dos Inválidos, a intervenção ali realizada ofereceu vários exemplares com idêntica tipologia (Cardoso e Rodrigues, 1999: 204).

O segundo modelo, menos comum, é constituído unicamente pelas paredes correspondentes ao cinzeiro, com a particularidade de não possuir base. O convento de Jesus em Setúbal tem no seu espaço museológico um exemplar completo, proveniente de contextos bem datados do século XVI, infelizmente não publicado. (informação gentilmente cedida pela arqueóloga responsável, Maria João Cândido).

5.4. Material de construção

A quantidade significativa de ladrilhos veio comprovar que este forno estaria vocacionado para uma produção específica de materiais, entre os quais os de construção.

Os ladrilhos são rectangulares (nº 29), com 196mm de comprimento; largura: 97mm e de altura: 16mm e destinar-se-iam principalmente ao revestimento de pavimentos de casas, certamente opção à utilização da pedra, material utilizado em espaços de armazenamento e pisos térreos de certas habitações.

6. CONCLUSÕES

A análise formal deste espólio constituído por cerâmicas dos séculos XV-XVI revelou um tempo de laboração dos fornos de curta duração. A olaria teria produzido essencialmente louça fosca, formas de pão-de-açúcar, alguidares e ladrilhos.
Tratando-se de estruturas desactivadas, o espaço foi utilizado como lixeira, o que explica a grande diversidade formal do espólio cerâmico, reflexo de diferentes vivências urbanas, onde convivem objectos de uso doméstico, como cerâmica fosca de produção local, com outros de produção exógena.
A integração, à época, desta olaria numa área exterior à cidade, leva-nos a pensar que o abandono se deva ao aumento da área urbana para o lado norte e à procura de novos espaços para habitações extramuros.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Clementino; FILIPE, Vanessa; HENRIQUES, José Pedro; MANSO, Cláudia Rodrigues (2013) – Prisão do Aljube no século XVI – vidros, majólica italiana e cerâmica esmaltada espanhola. In *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1019-1024.

BARROS, Luís; BATALHA, Luísa; CARDOSO, Guilherme; GONZALES, António (2012) – A Olaria Renascentista de Santo António da Charneca. *in* Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 2 (Arqueoarte)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 699-710.

BATALHA, Luísa; CARDOSO, Guilherme; LUNA, Isabel (2017) – Cerâmicas Quatrocentistas e Quinhentistas do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras. A*l-madan* online, II série, #21 (tomo 2), pp. 11-27.

BATALHA, Luísa; PEREIRA, Susana; BARROS, Luís (2008) – Espólio dos séculos XIV-XV: do silo 12 da rua da Judiaria – Almada. *Anais de Almada,* Almada, 9-10, pp. 35-93.

CABRAL, João; CARDOSO, Guilherme, ENCARNAÇÃO, José d' (2009) – Sondagens Arqueológicas no Palácio dos Condes da Guarda. In CARVALHO, A. e Santos, C. (coord). *A Casa dos Azulejos de Cascais, de Palácio dos Condes da Guarda a Paços do Concelho*. Cascais, pp. 200-241.

CARDOSO, Guilherme; BATALHA, Luísa (s/d) – «Evidências de produção oleira dos finais do século XVI a meados do século XVII no Largo de Jesus (Lisboa)». In *Actas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa*, Lisboa. No prelo.

CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José d' (1990) – Uma sondagem de emergência no Casal do Geraldo (Estoril-Cascais). Arquivo de Cascais – *Boletim Cultural do Município*, Câmara Municipal de Cascais, 9, pp. 45-62.

CARDOSO, Guilherme; GOMES, João José Fernandes; RODRIGUES, Severino; BATALHA, Luísa (2016) – produção oleira renascentista na bacia hidrográfica do baixo Tejo. A produção de Cerâmicas Vidradas em Alenquer, durante o século XVI. *Al-madan* online, II série, # 20 (tomo2), pp. 54-63.

CARDOSO, Guilherme; GONZÁLES, António. (2006) – As formas de Pão de Açúcar da olaria de Santo António da Charneca, Barreiro. In Mesa Redonda "*A cerâmica do açúcar em Portugal na época moderna*". Funchal. C.E.H, 1, pp. 34-45.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1991) – Alguns tipos de cerâmica dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais. In *Actas do Congresso: A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental (16-22 de Novembro de 1987, Lisboa). Lisboa*. Campo Arqueológico de Mértola, pp. 575-585.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1999) – Tipologia e Cronologia de Cerâmicas dos Séculos XVI, XVII XIX Encontradas em Cascais. *Arqueologia medieval* 6. Porto: Edições Afrontamento / Campo Arqueológico de Mértola, pp. 193-212.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (2008) – As cerâmicas do Poço Novo II. In *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 95-108.

CATÁLOGO, *Museu nazionale romano – cripta balbi ceramche mediavali e moderne* (2013) il cinquecento (1530-1610). Ministero per i Beni e le attività Culturali, Sopritendenza speciale per i Beni Archeologici di Roma.

DIOGO, Dias António; TRINDADE, Laura (1998) – Intervenção Arqueológica na Rua João do Outeiro, nºs 36/44, na Mouraria, em Lisboa. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 257-265.

DIOGO, Dias António; TRINDADE, Laura (2003) – Cerâmicas de Barro Vermelho da Intervenção Arqueológica na Calçada de São Lourenço, 17/19, em Lisboa. In *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 203-213.

DIOGO, Dias António; TRINDADE, Laura (2008) – Cerâmicas de barros vermelhos provenientes de entulhos dos terramotos de 1531, em Lisboa. In *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 171-185.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana (2012) – A cerâmica moderna do castelo de S. Jorge: produção local de cerâmica

comum, pintada a branco, moldada e vidrada e de Faiança. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 2 (Arqueoarte).* Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 719-732.

GOMES, Mário Varela (2003) – Dois fornos de cerâmica de Silves (séculos XVI-XVII – notícia preliminar. In *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 271-292.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XV e XVI, do poço-cisterna de Silves, *XELB Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, 3, Silves, Câmara Municipal de Silves, pp. 143-205.

GONZALES, Cristina (2012) – Os Novos Espaços da Cidade Moderna. Uma Aproximação à Ribeira de Lisboa através de uma intervenção no Largo do Trigo. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 2 (Arqueoarte).* Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 85-94.

LOURENÇO, S. e BUGALHÃO, Jacinta. (2006) – As formas de pão de açúcar da ilha da Berlenga. In *Mesa Redonda "A Cerâmica do açúcar em Portugal na época moderna"*. Funchal: C.E.H.A, 1, pp. 48-61.

LUNA, Isabel; CARDOSO Guilherme (2006) – Nota preliminar sobre as cerâmicas do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras. In *II Seminário do Património da Região Oeste.* Cadaval: Câmara Municipal do Cadaval, pp. 99-112.

MORGADO, Paulo (2009) – *A cerâmica do açúcar em Aveiro na Época Moderna*. Revista Patrimónios. Aveiro: ADERAV (Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro), Série II, 7, pp. 117-142.

NUNES, N. (2006) – A Terminologia da cerâmica do açúcar de cana. *in* Mesa Redonda "*A cerâmica do açúcar em Portugal na época moderna*". Funchal. C.E.H, 1, pp. 64-69.

RAVOIRE, Fabienne; HORRY Alban (2016) – *Faïences et majoliques du XV au XVII siècle en France et en Belgique. Pour un bilan des connaissances archólogiques*. Editions Universitaires de Dijon. Collection, *Art, Archeologie & Patrimoine.*

RODRÍGUEZ, Rosália González; MOYA, Laureano Aguilar; CONTRERAS, Francisco J. Barrionuevo (2015) – *Los Colores del Poder. La cerámica en "verde y manganeso" de Jerez de la Frontera (Cádiz)*. Perpecias Libros.

SILVA, F. (2012) – As formas de pão de açúcar da Mata da Machada, Barreiro. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 2 (Arqueoarte).* Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 711-718.

SILVA, Ricardo Costeira da (2012) – Primeira abordagem a um depósito moderno no antigo paço episcopal de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro). In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e novos mundos, Estudos de arqueologia moderna 2 (Arqueoarte).* Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 877-890.

SOUSA, Élvio (2011) – *Ilhas de arqueologia. O quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV--XVIII).* Tese de doutoramento em História, especialização em História Regional e Local. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1.

RODRIGUES, Severino; BOLILA, Catarina; FILIPE, Vanessa; HENRIQUES, João Pedro; RIBEIRO; Inês Vaz; SIMÕES, Sara Teixeira (2012) – As cerâmicas de Idade Moderna da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, Cascais. in Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e novos mundos, Estudos de arqueologia moderna 2 (Arqueoarte).* Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 865-876.

SABROSA, Armando; SANTO, Paulo espírito (1992) – Almada Medieval/Moderna: um projecto de investigação. *Al--madan*, II série, 1, pp. 5-12.

SABROSA, Armando; SANTOS, Vítor Manuel (1993) – Cerâmica comum de silos Medievais, Rua Henriques Nogueira – Almada, *Al-madan*, II série, 2, pp. 116-122.

SOUSA, E. D. M. (2006) – A cerâmica do Açúcar das Cidades do Machico e do Funchal. Dados Históricos e Arqueológicos para a Investigação da Tecnologia e da produção Açucareira em Portugal. In *Mesa Redonda "A cerâmica do açúcar em Portugal na época moderna*". Funchal. C.E.H, n.º 1, pp. 10-31.

TORRES, C. (1990) – Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI, na cintura industrial de Lisboa. In *Colloque Fours de Potiers et Testares Médièvaux en Mediterrenée occidentale: Métodes et Résultats (Madrid, 8-10 Janvier, 1987).* Madrid: casa de Velázquez, série Archeológie XIII, pp. 131-141.

TORRES, C. (1991) – A arqueologia Medieval e a Historiografia portuguesa nos últimos anos. *Actas do Congresso: A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental (16-22 de Novembro de 1987, Lisboa). Lisboa*: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 15-16.

TORRES, C. (1991) – A indústria do açúcar nos alvores da expansão portuguesa. In *Actas del segundo Seminario Internacional La Caña de Azúcar en el Mediterráneo (Motril, 17-21 Septiembre, 1990).* Motril: Diputacíon Provincial de Granada, pp. 183-206.

TORRES, C. (s/d) – *Um Forno Cerâmico dos séculos XVI e XVII na cintura industrial de Lisboa. Barreiro:* Câmara Municipal do Barreiro.

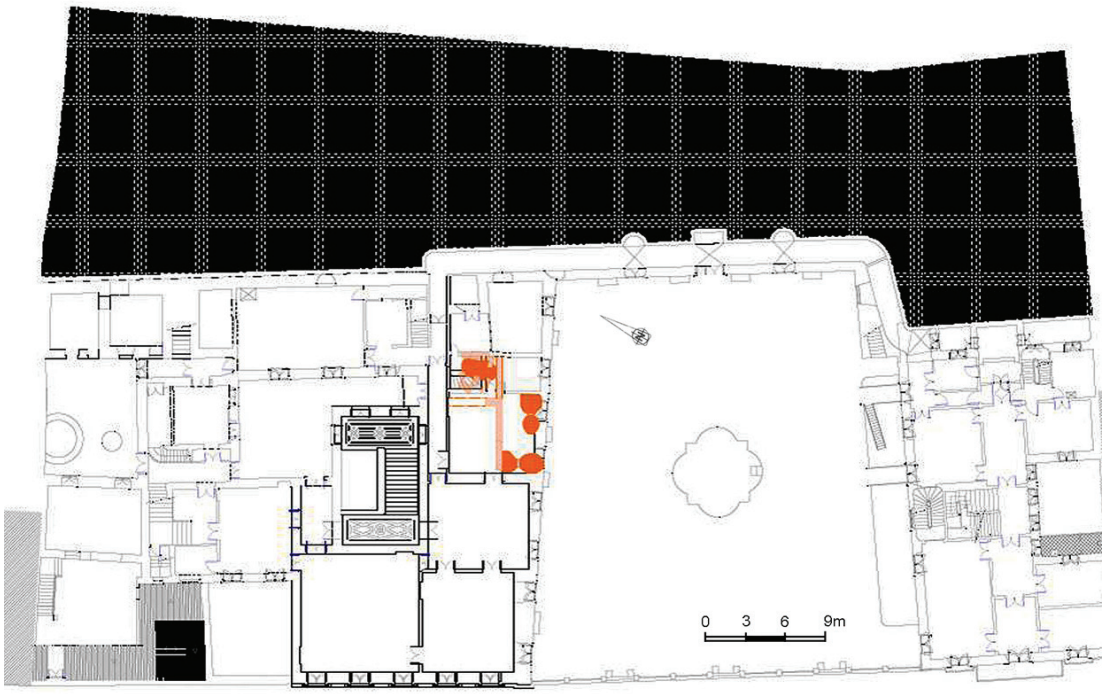


Figura 1 – Localização dos fornos no espaço do Palácio da Anunciada.



Figura 2 – Planta dos fornos 1, 2 e 3.



Figura 3 – Forno 1 durante os trabalhos de escavação.



Figura 4 – Formas de pão-de-açúcar no interior do Forno 1.



Figura 5 – Forno 2 durante os trabalhos de escavação.



Figura 6 – Rejeitados na base da câmara de acesso ao forno 2.



Figura 7 – Fornos 2 e 3 durante os trabalhos de escavação.

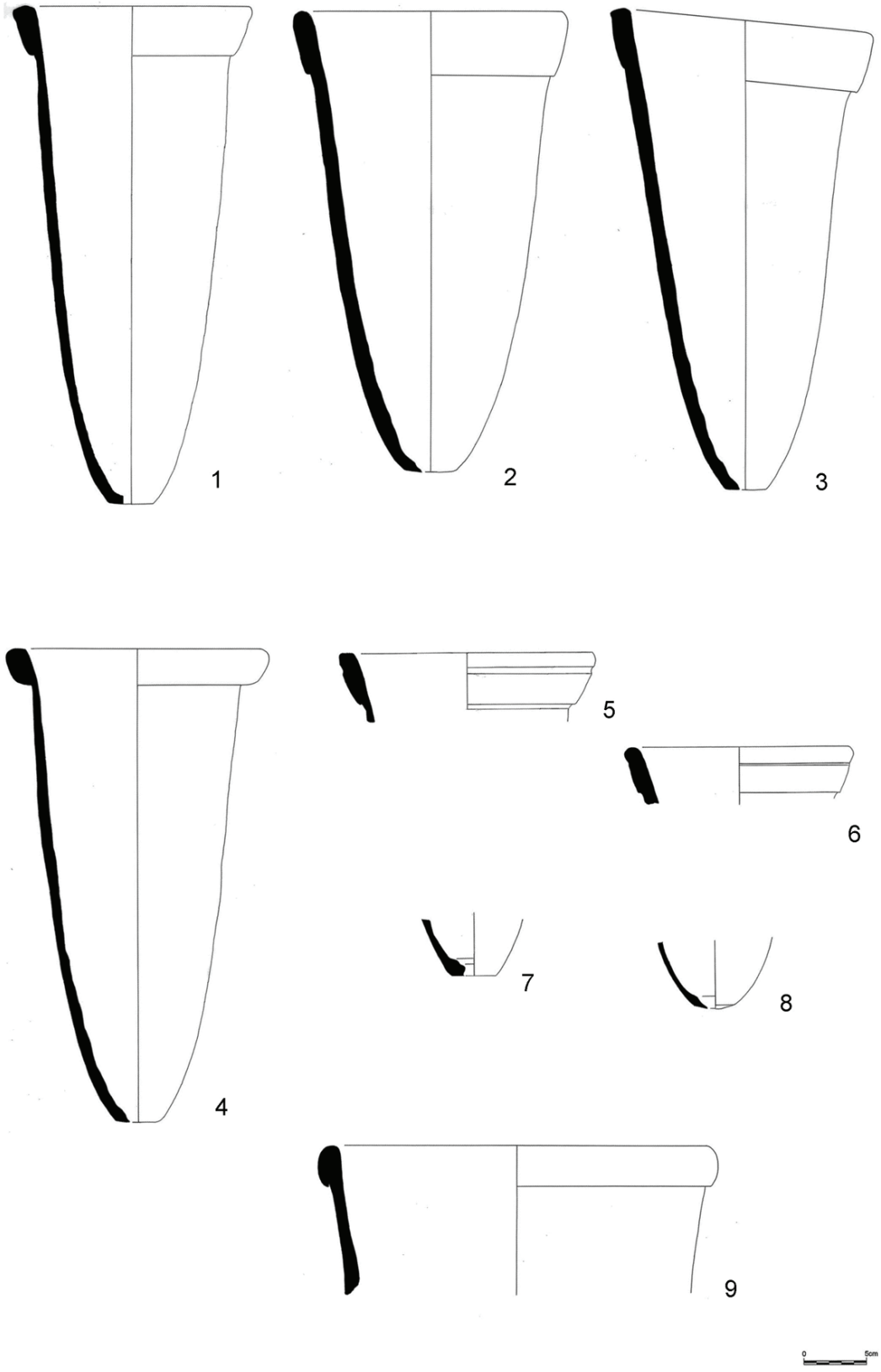


Figura 8

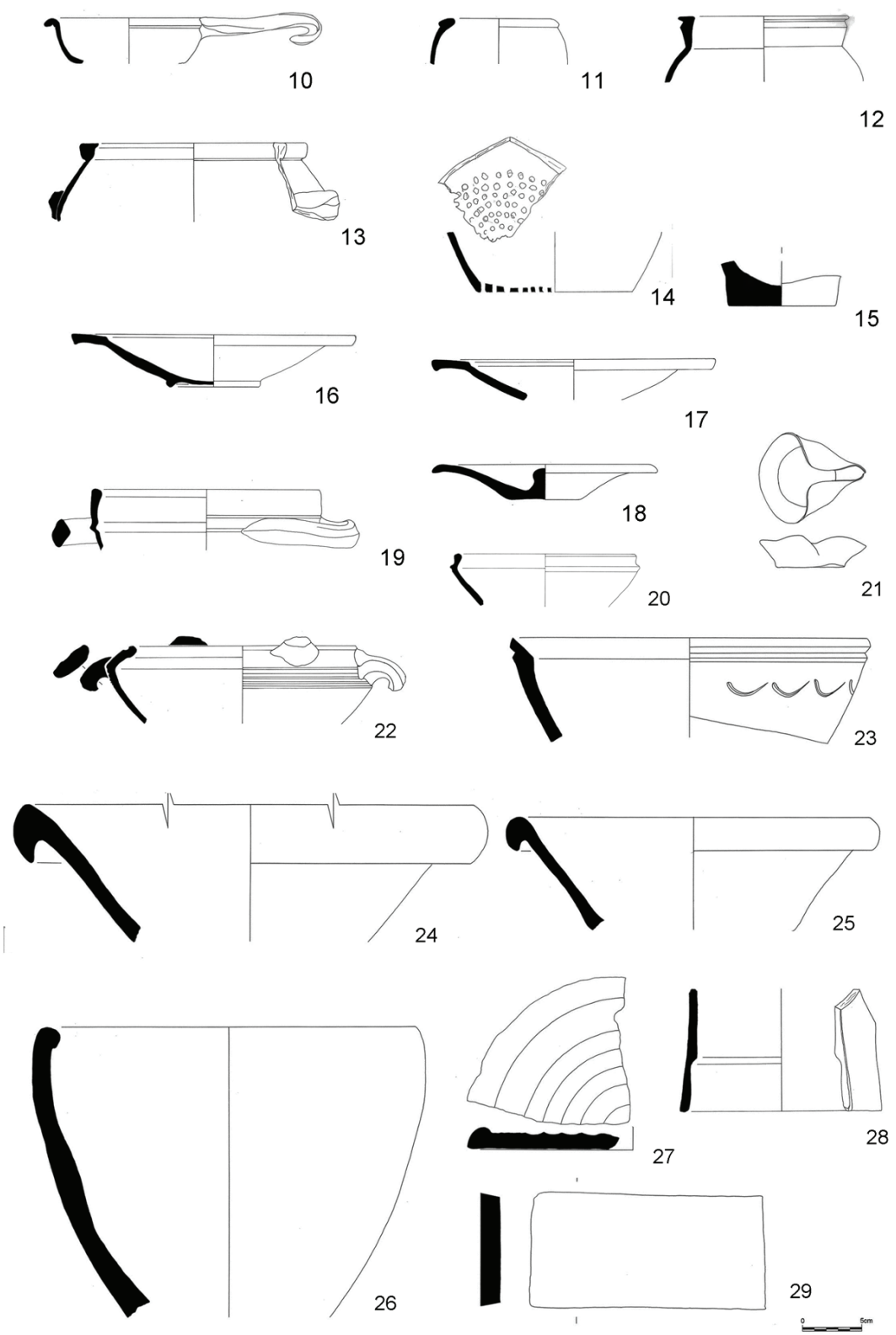


Figura 9

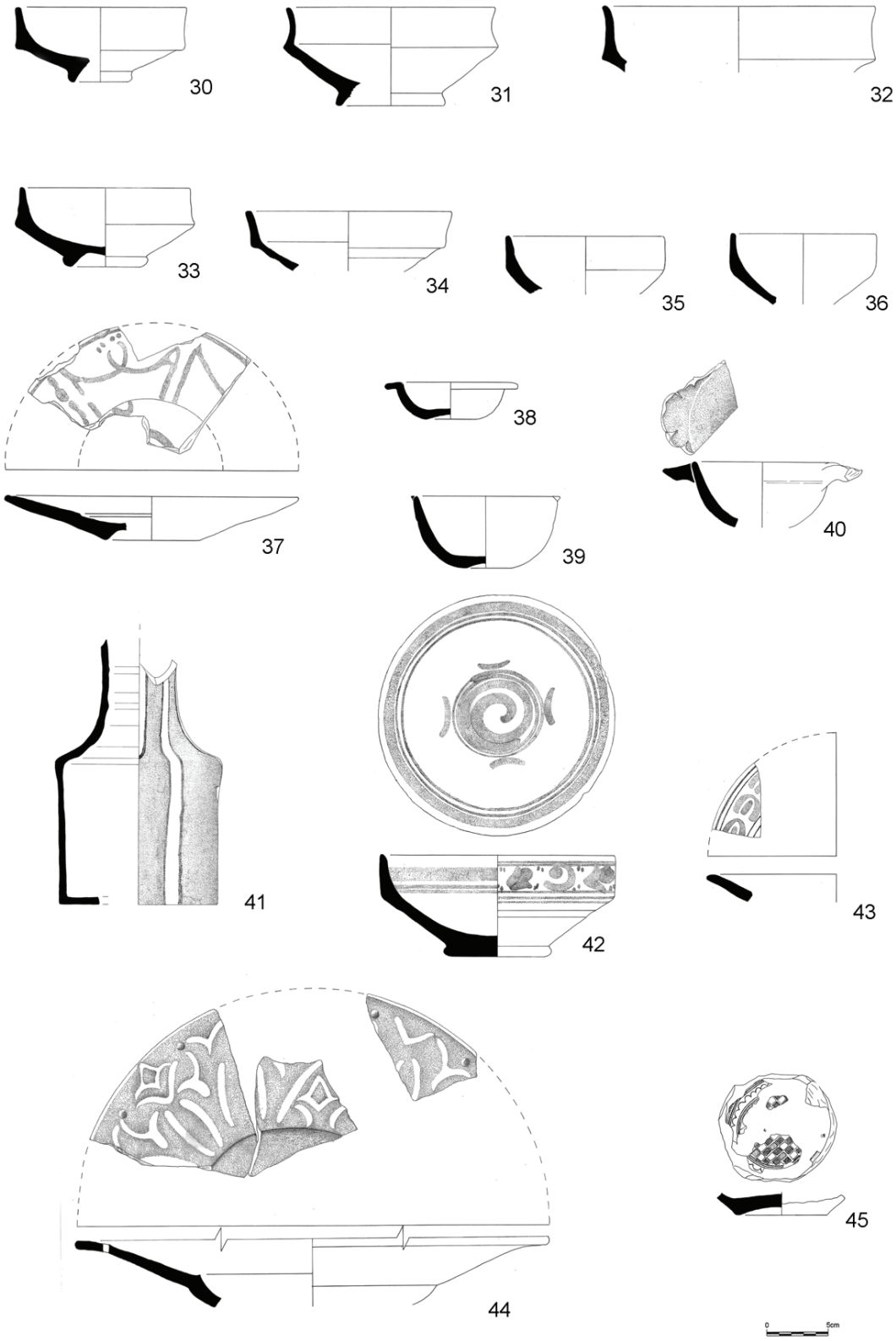


Figura 10

EVIDÊNCIAS DE PRODUÇÃO OLEIRA NOS SÉCULOS XVI E XVII NO LARGO DAS OLARIAS, MOURARIA (LISBOA)

Anabela Castro[1], Nuno Amaral de Paula[2], Joana Bento Torres[3], Tiago Curado[4], André Teixeira[5]

RESUMO

Em trabalhos de arqueologia preventiva no Largo das Olarias nºs 19-23 e Travessa do Jordão nºs 1-15, na Mouraria de Lisboa, foram detectados quatro fornos, atestando a produção oleira entre os séculos XVI e XVII. Todos foram fabricados com tijolos e possuíam duas câmaras, separadas por grelhas assentes em arcos. No seu interior foi recolhido um vasto manancial de materiais cerâmicos, incluindo suportes e desperdícios da produção, tanto de faiança como de cerâmica de barro vermelho sem vidrado, surgindo escassas peças revestidas com vidrados plumbíferos. Este trabalho pretende acrescentar dados sobre a história da produção oleira de Lisboa durante a época moderna, um tema que carece de aprofundamento face à raridade dos contextos de produção como os que agora se publicam preliminarmente.

Palavras-chave: Cerâmica, Fornos, Faiança, Idade Moderna, Lisboa.

ABSTRACT

During the preventive archaeology work in Largo das Olarias nº 19-23 and Travessa do Jordão nº 1-15 in the Mouraria neighbourhood (Lisbon), there were found four pottery kilns proving this ceramic production for the 16th and 17th century. All these brick kilns had a combustion and a firing chamber separated by a grid floor supported by arches. Inside of these ovens it was found a large number of objects, such as kiln furnitures and ceramic wastes of faience, unglazed redware and also some lead-glazed earthenware. This paper aims to bring new information about Lisbon's pottery production in the Early Modern period, a theme that needs continuous inputs due to the rarity of these archaeological sites.

Keywords: Ceramics, Kilns, Tin-glazed pottery, Early Modern Age, Lisbon.

1. INTRODUÇÃO

Os trabalhos arqueológicos realizados no conjunto de edifícios situados no Largo das Olarias n.ºs 19 a 23 e Travessa do Jordão n.ºs 1 a 15 enquadraram-se numa perspectiva de minimização de impactes sobre o património decorrentes do Projecto de alterações, promovido pela empresa de investimento imobiliário Sustentoasis S.A.. Em termos administrativos os edifícios localizam-se em plena cidade de Lisboa, no bairro histórico da Mouraria (Figura 1), freguesia de Santa Maria Maior (coordenadas geográficas: 30º43'0.5''N; 9º 08'00.6''O), inseridos no nível II do Plano Director Municipal.

Numa etapa inicial, que decorreu entre 27 de Janeiro e 26 de Março de 2015, escavaram-se oito sondagens de diagnóstico dispersas pelo interior dos edifícios e jardins. Já em fase de obra, e mediante os resultados obtidos, recomeçaram-se os trabalhos de escavação, que decorreram de Fevereiro de 2016 a Junho de

1. Mestranda em antropologia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Univ. de Lisboa; anabela.nc@gmail.com

2. Mestrando em arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa; nunoamaraldepaula@gmail.com

3. CHAM – FCSH / NOVA – UAc.; joanabtorres@gmail.com

4. CHAM – FCSH / NOVA – UAc.; tiago.gilcurado@gmail.com

5. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa; CHAM – FCSH / NOVA – UAc.; texa@fcsh.unl.pt

2017. A metodologia aplicada procurou adaptar-se às realidades arqueológicas previamente conhecidas. Deste modo, iniciaram-se os trabalhos com recurso à escavação mecânica dos níveis contemporâneos, seguindo-se, a cerca de 0,50m de profundidade, a escavação manual, removendo-se cada unidade estratigráfica individualmente pela ordem inversa à sua deposição. A intervenção desenvolveu-se um pouco por toda a área do edificado e jardins, totalizando 881,55m^2. A profundidade oscilou entre os 0,60m e os 4m.

Neste texto apresenta-se uma primeira aproximação a parte das evidências arqueológicas reveladas por esta intervenção. Aborda-se um contexto de produção oleira composto por quatro fornos, que certamente laboraram em momentos distintos durante da Idade Moderna, ensaiando a identificação tipológica das estruturas, descrevendo escassos materiais representativos de todo o complexo e bosquejando a integração do complexo na sua realidade espacial e histórica.

As realidades escavadas reportam ao momento de abandono e inutilização das estruturas de combustão, registando-se colmatações com materiais provenientes de despejos de olaria, peças com defeito e suportes de produção. O contexto circunscreve-se a uma área de 6,50m por 6m, que foi divido em quatro sectores, delimitados pelos fornos ou respectivos muros de suporte: o sector I, a Sudeste, abrangendo os fornos [1131] e [1306]; o sector II, a Nordeste, incluindo o forno [1162], o sector III, a Sudoeste, onde não se registou qualquer testemunho de produção oleira; o sector IV, onde se detectou o forno [1167] (Figuras 2 e 3). Foi deliberado pela tutela que, do conjunto dos quatro fornos, apenas o [1131] fosse escavado na totalidade, intervencionando-se os demais somente até à cota de afectação da obra. Refira-se que, sob este espaço produtivo, foi documentada uma necrópole da Baixa Idade Média, denotando uma completa dessacralização do espaço.

Este trabalho resulta de uma colaboração entre a equipa de escavação, dirigida por um de nós (Anabela Castro), e o grupo de arqueologia do CHAM, visando o estudo integral dos achados. Estão em curso duas dissertações de mestrado sobre estes contextos: uma analisará a estrutura de combustão de um dos sectores da intervenção, o I (por Nuno Amaral de Paula), que por isso é mais circunstanciadamente tratado nestas páginas ao nível dos materiais detectados; outra sobre os contextos funerários escavados nesta área (por Anabela Castro), que aqui não abordamos. Agradecemos a José Carlos Quaresma o auxílio na descrição das pastas cerâmicas.

2. OS FORNOS

De entre os quatro fornos identificados, o mais antigo é seguramente o [1306] (Figura 4). Estava bastante afectado pelo alicerce do edifício que sobrepunha as estruturas, a Este, e pelo corredor ([1302], [1303] e [1304]) de acesso a outro forno, o [1131], a Sul, descrito adiante. Da reduzida área que foi possível registar, intui-se uma forma circular, preservando-se 0,96m por 1,40m. Foi construído com recurso a argilas, tijolos e cerâmica doméstica não-vidrada de barro vermelho. As suas paredes tinham cerca de 0,20m de largura, apresentando-se muito queimadas junto à câmara de combustão, efeito das altas temperaturas. Observaram-se nas paredes do forno os negativos do arranque dos arcos que suportavam a grelha, que seria encimada pela câmara de cozedura. Na parte melhor conservada, a Norte, o forno tinha cerca de 1,30m de altura conservada, sendo que a grelha possuía 0,50m de espessura; da câmara de combustão escavaram-se 0,60m. Estratigraficamente registaram-se níveis de aterro, argilo-arenosos, medianamente compactos, com cerâmica de construção, rara cerâmica não-vidrada doméstica e chacota de faiança.

Este forno [1306] foi seguramente condenado pelo [1131], a Oeste, visto que o corredor de acesso deste último, composto pela [1302], [1303] e [1304], se sobrepôs à câmara daquele, tendo implicado a sua destruição (Figura 4). Além disso, parece haver alguma unidade entre este forno [1131] e o que se encontrava imediatamente a Norte, o [1162], não apenas do ponto de vista estrutural, como abordaremos de seguida, mas também em termos da sua disposição, ambos com acesso virado a Este e conformados pelos muros [1019] e [1231]. Estes muros foram interpretados como reforços das próprias estruturas de combustão, destinados a conferir-lhe solidez ante as contínuas operações de aquecimento e arrefecimento (Bugalhão e Folgado, 2001, p. 117). São, contudo, seguramente anteriores aos dois fornos, visto que no seu interior – os paramentos Este e Sul respectivamente – foi detectado revestimento com reboco, incompatível com aquele uso; estes muros preexistentes foram, pois, aproveitados para acomodar aqueles dois fornos [1131] e [1162] que, no quadro

desta área oleira do bairro da Mouraria, poderão ter substituído em conjunto o mencionado [1306].
O forno [1131] era, pois, delimitado a Sul pelo edifício já existente, estando encostado, a Oeste, ao citado muro de reforço [1019] (Figuras 2 e 3). Os materiais empregues na construção foram a argila cozida misturada com cerâmica doméstica não-vidrada, fragmentos de caixas refractárias usadas na produção de faiança e tijolos. As paredes tinham cerca de 0,20m de espessura, sendo que o cerne mais próximo da superfície interior apresentava uma coloração muito vermelha, ficando gradualmente mais rosada à medida que se vai afastando. O fundo foi escavado no substrato geológico e apresentava-se bastante queimado.
Na totalidade, o forno [1131] contava com 2,30m de altura preservada, 2m de comprimento e 1,60m de largura. A câmara de combustão apresentava uma altura de 1,70m, a de cozedura conservava 0,30m e, entre elas, a grelha possuía 0,30m de altura. As câmaras de combustão e de cozedura possuíam forma circular e o fundo era semicircular, preservando-se a totalidade da primeira e apenas o arranque da segunda. O corredor de acesso à câmara de combustão estava orientado a Oeste-Este, acedendo-se àquela pelo seu lado Este. A grelha, encontrada abatida, estava imbricada nas paredes do forno, sendo constituída por tijolos e ligante de argila, desenvolvendo-se em fiadas aparentemente em arco. Adossado à parede externa Norte do forno documentou-se o que restava do apoio do arranque de um dos arcos de sustentação da grelha, num esquema construtivo bastante similar ao do forno de San Agustin, em Múrcia, datado do século XVII (Blanco e Séiquer, 1992, p. 149).
O corredor de acesso à câmara de combustão estava parcialmente afectado pelo alicerce do edifício. No entanto, mantinha-se intacto um primeiro arco constituído por tijolos e argilas bege-alaranjadas [1304]; tinha dimensões de 1,10m de largura, escavando-se apenas 0,60m de altura. Este dava acesso a outro arco de maiores dimensões adossado à entrada do forno, constituído igualmente por tijolos, algumas pedras de pequena dimensão e ligante de argamassa, com um alinhamento de pedras na parte superior [1302]; tinha 1,80m de altura por 1,30m de largura. Estas duas entradas distavam entre si cerca de 0,20m, registando-se uma argila esverdeada muito compacta e plástica a fazer a ligação entre ambas [1303]. Esta estrutura de canal horizontal de perfil cónico era muito idêntica à do referido forno de San Agustin (Blanco e Séiquer, 1992, p. 149).
A parede da câmara de combustão deste forno [1131] foi alvo de uma remodelação, tendo sido revestida por argilas verdes e abundantes cerâmicas vidradas, fundamentalmente fragmentos de alguidares. No entanto, devido à cor das argilas, facilmente se concluiu que não esteve sob a acção do fogo, pelo que se pode intuir que a operação de conserto não teve os efeitos desejados, redundando no definitivo abandono da estrutura. Sob este revestimento surgiu uma espessa camada de vidrado, que cobria as paredes do forno, constituídas por tijolo e argila cozida. Esta cobertura será porventura idêntica à registada na câmara de combustão do forno seiscentista da Rua de Nenhures, em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1998, p. 211), interpretada hipoteticamente como um artifício para permitir a elevação da temperatura no interior do forno (Sebastian, 2010, pp. 302-303).
Estratigraficamente, as camadas que cobriam a grelha eram constituídas por elementos muito grosseiros provenientes da destruição da câmara de cozedura e provavelmente da cobertura, nomeadamente cerâmica de construção submetida a rubefacçãoe argila vermelha cozida devido às altas temperaturas do forno. Os materiais exumados reportam a cerâmica não-vidrada e chacota de faiança, além de pouco numerosa cerâmica vidrada, faiança já com revestimento estanífero e um numisma de D. Sebastião. Sob a grelha as unidades eram heterogéneas, com coloração que oscilava entre o esverdeado e o castanho, contendo cerâmica de construção e alguns carvões. Os materiais recolhidos são compostos por cerâmica não-vidrada, cerâmica vidrada, barro cozido desforme, trempes, pesos e, com menor frequência, faiança. As últimas realidades estratigráficas eram mais homogéneas, de grão mais fino e com muitos carvões; exumou-se uma moeda sem leitura, cerâmica não-vidrada, chacota de faiança e, mais raramente, faiança já vidrada.
Relativamente ao forno [1162], estava circunscrito por dois muros de reforço a Norte e a Oeste, os já citados [1231] e [1019] (Figura 2 e 3). Tinha planta circular, evidenciando um corredor de acesso que se desenvolvia no sentido Oeste-Este, muito afectado pelo alicerce do actual edifício, permitindo acesso à câmara a partir de Este. O forno era constituído por tijolos e argila cozida misturada com fragmentos de cerâmica doméstica não-vidrada e caixas. As paredes tinham uma espessura de 0,26m, sendo que

os 0,05m junto à câmara apresentavam uma coloração mais vermelha que o restante, resultado das altas temperaturas. Das paredes muito queimadas destaca-se uma fina camada de argila com cerca de 0,01m, fazendo pressupor um revestimento com argila líquida.

As dimensões máximas da câmara de cozedura eram de 2,60m de comprimento por 2,30m de largura, sendo a câmara de combustão de 2m de comprimento por 1,50m de largura. A primeira mantinha conservados 0,90m de altura, tendo-se escavado apenas 0,50m da segunda. A dividir as duas câmaras, ainda intacta e incrustada nas paredes, surgia a grelha, com 0,54m de espessura, formada por arcos quebrados constituídos por tijolos, suportando uma camada de argila muito compacta misturada com cerâmica doméstica e de construção não-vidrada. Documentaram-se 14 orifícios na grelha, de formato circular ou subcircular, oito com cerca de 0,20m de diâmetro junto à parede da câmara de cozedura e seis ao centro com cerca de 0,10m de diâmetro.

Estratigraficamente este forno [1162] estava preenchido por depósitos de aterro. Sobre a grelha registaram-se estratos argilo-arenosos, heterogéneos, medianamente compactos, com elementos resultantes da destruição do forno, tais como abundantes carvões, nódulos de argila e fragmentos de cerâmica de construção submetida a rubefacção, bem como porções de estuque, possivelmente oriundos do colapso dos muros [1019] e [1231]. Destes estratos exumou-se abundante cerâmica não-vidrada, faiança em chacota e já vidrada, assim como um numisma de D. João III.

Quanto ao forno [1167], estamos em crer que será o mais recente dos quatro registados nesta intervenção (Figuras 2 e 3). O muro localizado a Sul, o [1171], com espessura de 0,30m, é coetâneo deste forno e acompanhava a sua parede e corredor de acesso. Já o muro a Este, o referido [1019], é pré-existente, tendo sido afeiçoado para encaixe da parede deste forno, servindo-lhe, em simultâneo, de reforço. Assim, muito embora a parede Este deste forno [1167] e a face Oeste do anteriormente descrito [1162] encostem, não estamos em crer que as duas estruturas de combustão tenham laborado em simultâneo, dadas as altas temperaturas de cozedura que atingiam. Assim, parece-nos lógico que os fornos [1131] e [1162] tenham sido substituídos por este novo [1167], que tinha para mais uma orientação diametralmente oposta, acedendo-se-lhe por Oeste.

Este forno [1167] estava muito afectado a Norte e a Oeste por duas construções posteriores, as paredes [1084] e [1150], pertencentes ao conjunto edificado que sobrepunha estas estruturas arqueológicas. Os materiais empregues na construção foram os tijolos, argilas cozidas, cerâmica doméstica não-vidrada e fragmentos de caixas. As paredes tinham de espessura cerca de 0,30m, evidenciando a parte interior uma argila muito avermelhada, devido à proximidade com as altas temperaturas.

A estrutura foi detectada, maioritariamente, ao nível da grelha, que estava integrada nas paredes do forno. Com 2,60m de comprimento e 2,20m de largura, era constituída por três fiadas de tijolos, no sentido Norte-Sul, que formavam arcos, sobre os quais assentava uma camada sólida de argilas e tijolos. Abriam-se na grelha 13 agulheiros de forma circular, subcircular, quadrangular e rectangular. Os circulares tinham dimensões que rondavam os 0,20m de diâmetro, os rectangulares 0,10m por 0,26m e os quadrangulares 0,20m por 0,20m. Alguns destes orifícios tinham tijolos colocados em cutelo para ajustar as dimensões e controlar a saída de calor.

A câmara de cozedura encontrava-se muito destruída, tendo a parte melhor conservada cerca de 0,15m de altura. A câmara de combustão escavou-se apenas 0,80m abaixo da grelha, verificando-se vestígios intensos de queimado nas paredes. O corredor de acesso, com 1,49m de largura máxima, 0,60m de comprimento conservados e 1,40m de altura, acedia à câmara de combustão pelo lado Oeste, como referido, estando muito afectado. Era igualmente constituído por argila cozida, cerâmica doméstica não-vidrada e tijolos. As suas paredes apresentavam-se rebocadas na face interna por argamassa de cal. A inclinação na parte superior das paredes sugere uma cobertura em abóbada.

Sobre a grelha escavou-se um depósito constituído por um conjunto de materiais não-vidrados de barro vermelho e chacota de faiança, maioritariamente completos. A preencher a câmara de combustão foram escavadas duas camadas areno-argilosas, pouco compactas, com picos de carvão e cerâmica de construção submetida a rubefacção. Exumaram-se abundantes materiais cerâmicos, nomeadamente objectos de faiança colados ou com o vidrado derretido, claramente peças cuja cozedura não teve sucesso; algumas destas peças foram encontradas ainda no interior das caixas. Recolheram-se, igualmente, caixas e cravilhos. As camadas que selavam a entra-

da reportavam as mesmas realidades estratigráficas e os materiais recolhidos incluíam sobretudo cerâmica não-vidrada e faiança em chacota.
Por fim, a cerca de 1m a Oeste deste forno [1167], documentou-se um poço [1151] constituído por pedras calcárias e argamassas, não tendo sido possível aferir a sua cronologia nem a relação com este contexto de produção, embora este tipo de estruturas seja comum nestes locais. Do interior do poço foram removidos depósitos do século XIX com abundante cerâmica de construção, provavelmente proveniente da demolição que decorreu nesta empreitada, embora se tenha escavado apenas 1m de profundidade.
Em suma, os quatro fornos identificados nesta intervenção arqueológica são estruturas muito análogas, com duas câmaras de tiro vertical, em que a combustão se produz na parte inferior da câmara onde cozem as cerâmicas. A separação entre as câmaras é feita através de grelhas, sustentadas por arcos com diversos agulheiros, permitindo a passagem do calor da câmara de combustão para a câmara de cozedura. O acesso à câmara de combustão fazia-se através de corredores, canais horizontais parcialmente conservados apenas nos fornos [1167] e [1131], observando-se neste último dois arcos integralmente preservados, o [1302] e o [1304]. Em relação à cobertura não temos indícios de como seria, uma vez que a câmara de cozedura não se preservou em nenhum dos casos, embora no forno [1162] se tenha registado uma parte considerável. São estruturas maioritariamente escavadas no substrato geológico e executadas com recurso a tijolos e argilas misturadas com cerâmicas. À excepção do forno [1306], todos os outros se apoiavam em muros compactos construídos para o efeito, como é o caso de [1171], ou reaproveitando estruturas pré-existentes, como o [1019] e o [1231], circunscrevendo assim as estruturas de combustão.
Com as devidas diferenças regionais ou locais, este tipo de estruturas de câmara dupla e grelha são as mais usuais desde a Antiguidade Tardia no Mediterrâneo, tendo sido retomadas aquando do domínio islâmico na Península Ibérica e perdurado nos séculos seguintes. Paralelamente, a forma circular dos fornos da Mouraria é predominante entre os achados ibéricos de época islâmica, face aos de planta quadrangular. A sustentação da grelha através de arcos também é a solução mais utilizada na Antiguidade e na Idade Média (Conessa e Porras, 2010, pp. 33-34). Com efeito, estes fornos verticais bicamarais com grelha permitiam controlo sobre os gases, fazendo-se a sua regulação através dos agulheiros, produzindo cerâmica vidrada e não-vidrada, tanto oxidante como redutora (Conessa, 2009, pp. 238-240).
Em Lisboa, além de fornos de barras, foram também identificadas estruturas de dupla câmara com formato circular, mais modestas que as agora reveladas e com grelhas assentes em pilares, de cronologia islâmica, na zona da Baixa (Bugalhão *& alii*, 2009). De igual cronologia datam os fornos identificados no Largo das Alcaçarias e na Encosta de Santana, de que não foi possível aferir períodos de laboração, mas cujos abandonos foram datados respectivamente da segunda metade do século XII ou início da centúria seguinte e do século XIII (Gómez-Paccard *& alii*, 2014). Do século XV, escavou-se um forno na Rua da Amendoeira, na Mouraria, que se destinava à produção de cerâmica doméstica não-vidrada e telha (Nunes e Filipe, 2012, pp. 149-150).
O forno cerâmico escavado na Mata da Machada (Barreiro), que laborou seguramente na primeira metade do século XVI, tinha características genericamente aproximadas aos agora revelados na Mouraria, com câmara dupla e grelha suportada por arcos em tijolo, mas distinguia-se porém pela sua forma quadrangular e por ter dimensões consideravelmente maiores, próprias de uma produção em larga escala, quer de cerâmica não-vidrada para fins domésticos e para a purga do açúcar, quer de cerâmicas vidradas meladas e verdes para uso quotidiano (Torres, 1990, pp. 132-133; Coelho e Teixeira, no prelo). Um forno quinhentista identificado também na margem esquerda do estuário do Tejo, em Alcochete, aparentemente para produção de telha, tijolo e objectos de uso doméstico não-vidrados, embora tivesse dimensões mais aproximadas aos da Mouraria, a par de uma constituição com dupla câmara e grelha assente em arcos de tijolo, também se afastava destes pela sua forma subrectangular, além de uma composição mais tosca, que incluía um pilar para reforço da estrutura da grelha (Correia, 2007, pp. 70-71).
Os fornos agora descobertos na Mouraria parecem distinguir-se quanto à forma da generalidade das informações documentais de que dispomos sobre as estruturas portuguesas ou europeias para a produção de faiança, que apresentam plantas quadradas ou rectangulares (Sebastian, 2010, pp. 284 e 287). Numa hipotética lógica evolutiva para o caso português, assente nos exemplares da Porta da Lagoa de Évora dos séculos XIII a XVI, os mais antigos de planta ovalada, os mais recentes de forma qua-

drangular, as estruturas agora reveladas na Mouraria de Lisboa teriam, assim, uma feição arcaizante. O mesmo já não se verifica, contudo, no que toca ao suporte da grelha, em que se adoptam os mais recentes suportes em arcos completos, em vez dos muretes perfurados por vão central. No contexto da produção de faiança podemos, assim, assinalar um eventual carácter de transição tecnológica destes achados, a meio caminho entre as pequenas estruturas medievais circulares e os modernos fornos quadrangulares e de maiores dimensões. Esta característica pode hipoteticamente estar relacionada com a ancestralidade do mester neste bairro, mas tem paralelo também nos fornos de faiança de Vila Nova, na foz do Douro. Refira-se que as dimensões do único forno quinhentista de Évora são idênticas aos agora detectados em Lisboa (Sebastian, 2010, pp. 285-287 e 292, usando Almeida *& alii*, 2008).

Quanto à função de cada um dos fornos agora encontrados, é prematuro avançar se se destinariam ao fabrico de cerâmica não-vidrada, ou de cerâmica com cobertura vidrada estanífera, ou mesmo a ambos tipos, sendo certo que no conjunto dos quatro fornos esta dupla produção ocorreu inquestionavelmente. A questão beneficiará naturalmente do estudo particular dos depósitos que cobrem cada uma das unidades, que aqui não faremos. Fica, contudo, a nota de que os fornos [1131] e [1162], os únicos de entre os quatro que terão laborado em simultâneo, possuem alguma diferença de dimensão, sendo o primeiro mais reduzido (2x1,6m) que o segundo (2,6x2,3m). É sugestiva a hipótese de que este serviria para a cozedura de vidragem, ao passo que aquele se usaria para a cozedura da enchacotagem, numa solução de dois fornos por oficina "por princípio morfologicamente iguais mas de distintos tamanhos", que parece ter-se imposto em Portugal a partir de época indeterminada antes do século XIX, mas posterior ao século XVI, quando apenas um forno era usado para as duas cozeduras (Sebastian, 2010, p. 278). Refira-se que o forno [1167], que terá condenado estes dois, apresenta dimensões praticamente iguais ao maior antes referido (2,6x2,2m), o que faz pensar numa continuidade técnica neste espaço da olaria lisboeta.

Relativamente ao período de laboração destes fornos e antes mesmo de uma análise exaustiva do espólio, ainda em curso, deve sublinhar-se que, não obstante a evolução proposta – sucessão do forno [1306] pelos [1131] e [1162], a que segue por sua vez o [1167] –, a sua laboração ocorreu em todos os casos entre finais do século XVI e as primeiras décadas da centúria seguinte. Sabe-se que o período de funcionamento destas estruturas podia não ser longo, dependendo dos materiais construtivos, apresentando fragilidades que podiam ser alvo de remodelações, à semelhança do que aconteceu sem sucesso nas paredes internas do forno [1131], ou simplesmente de substituição. É apontado um período médio de vida de 50 anos para este tipo de fornos, embora tal dependesse de uma série de variantes (Sebastian, 2010, p. 300). Esta realidade é comum a contextos desta natureza, como o do extenso bairro oleiro ducentista de Sainte-Barbe, em Marselha, onde a substituição de estruturas implicou marcada evolução técnica (Marchesi *& alii*, 1997, pp. 127-164), ou o mais próximo de Mérida, de época moderna, onde se observaram "amortizações sucessivas" de fornos, com várias remodelações em cada estrutura seguidas de substituição por outras novas, ao longo de gerações (Alba, 2008, p. 153).

Por fim, refira-se que os fornos representam as estruturas mais resistentes de uma oficina de olaria, pelo que nem sempre é fácil registar as estruturas associadas, como os tanques de preparação das argilas ou mesmo as bases de torno, por serem mais vulneráveis. Neste caso, a Norte dos fornos [1162] e [1164], encontrou-se uma cova com dimensões máximas de 2,70m por 2,60m, escavada no substrato geológico. Inicialmente pensámos tratar-se de um poço de extração de argilas, mas a inexistência de quaisquer marcas de ferramentas nos cortes fez-nos abandonar essa hipótese. Poderia eventualmente ser o local de despejos das cinzas e carvões, ou de materiais deformados. Dos depósitos escavados recolheu-se um número considerável de fragmentos de trempes, cerâmica não-vidrada e faiança em vários momentos de produção (enchacotada, vidrada e pintada mas não cozida segunda vez e peças acabadas mas apresentando defeitos).

3. AS CERÂMICAS

O conjunto cerâmico aqui recuperado caracteriza-se pela presença maioritária de peças com defeitos de fabrico e objectos auxiliares do processo de produção oleira. Em nenhum dos fornos estamos face à derradeira fornada, pelo que os depósitos resultam de enchimentos, sendo provável que estes despejos de olaria procedam de fornos que laboravam nas proximidades ou mesmo de parte dos quatro fornos

que aqui apresentamos, uma vez que estes não laboraram todos em simultâneo, como referido.

Os objectos aqui descartados concentram grandes quantidades de cerâmica esmaltada a branco, comumente decorada a azul. Neste tipo cerâmico enquadram-se ainda os fragmentos de cerâmica em chacota, alguns dos quais aparecem com o vidrado estanífero e a decoração pintada aplicados, mas sem que tivesse ocorrido a segunda cozedura. Estas peças de cozedura oxidante caracterizam-se pelas suas pastas de tonalidades claras, entre o bege, amarelo-claro e rosa-claro. A sua composição é relativamente homogénea, com a presença de quartzo hialino de grão fino em pequena quantidade, minerais negros de grão fino em média quantidade, com algumas inclusões ferruginosas de grão fino. Em alguns exemplares acresce a presença de grandes quantidades de calcite de grão muito fino, denotando-se também uma maior homogeneidade da pasta, podendo estar-se perante uma argila de melhor qualidade.

Em menor quantidade surge representada a cerâmica não-vidrada, com cozeduras oxidantes, mas nem sempre homogéneas, notando-se por vezes uma cozedura redutora-oxidante. As suas pastas apresentam tonalidades entre o vermelho, vermelho-claro e o castanho-avermelhado. Os ENPs são bastante visíveis, ainda qua na maior parte dos casos a sua dimensão seja de grão fino a pequeno, com algumas excepções raras a atingir o tamanho médio. A presença de quartzo de hialino de grão fino a pequeno é constante, bem como a dos minerais negros de grão fino a pequeno. Na maior parte dos objectos nota-se também a calcite e a mica branca, ainda que com menor densidade. Por vezes, surgem também alguns nódulos de chamota de pequena dimensão. Estas pastas mostram-se mais heterogéneas, com uma consistência menos compacta que as utilizadas na faiança, não sendo rara a existência de vácuos de pequena dimensão.

Nalguns exemplares, foi aplicado um engobe vermelho em ambas as superfícies, por vezes associado ao brunimento da superfície interna, o que reforça as suas características impermeabilizantes. Algumas formas apresentam ainda notas decorativas que acrescentam valor estético, e possivelmente venal, aos objectos, nomeadamente na aplicação do brunimento com motivos geométricos na superfície externa de formas fechadas, como talhas, ou na modelação manual dos corpos cerâmicos, tanto em formas fechadas como abertas.

Menos representadas estão as cerâmicas revestidas com vidrado plumbífero de coloração verde, com pouca expressão no conjunto total analisado e que aqui não trataremos. Neste grupo parecem distinguir-se dois tipos de pastas. Um com coloração laranja a vermelha, com presença abundante de quartzo hialino de grão fino a pequeno, de calcite de grão muito fino em alguma quantidade, de minerais negros de grão fino e de alguns fragmentos de chamota de grão pequeno, a par de alguns vácuos de pequena a média dimensão. Outro de tonalidades mais claras, entre o bege e o rosa, com uma menor presença de quartzo hialino de grão fino a pequeno, de calcite de grão muito fino em média quantidade, de minerais negros de grão fino e com algumas inclusões ferruginosas de grão fino, a par de alguns vácuos de pequena dimensão. As cerâmicas vidradas plumbíferas estão atestadas pela presença de escória, acumulações de vidrado em peças deformadas e queimadas, bem como escorrimentos em trempes. A forma mais recorrente é a dos alguidares vidrados a verde na superfície interna e zona do bordo.

De entre a cerâmica descartada contamos com problemas distintos no processo de fabrico. Alguns objectos passaram por um pouco rigoroso processo de secagem antes da primeira cozedura, o que levou a que algumas peças em biscoito ficassem com fendas. Noutros casos houve uma deficiente aplicação do vidrado estanífero, que originou falhas de vidrado depois da segunda cozedura. Finalmente, a falta de controlo da temperatura do forno na cozedura de vidragem levou a que se atingissem por vezes temperaturas demasiado elevadas e que induziram a um processo de fundição das peças, no caso das faianças envolvidas pelas próprias caixas (Figura 5a, 5l).

Relativamente à faiança, debruçamo-nos sobre exemplares pontuais provenientes de várias áreas deste complexo oleiro e que constituem claramente defeitos de produção. Surgem duas formas fundamentais: os pratos de aba e as tigelas.

Os pratos apresentam uma altura de 3,2cm, com pé anelar baixo, de 6,8cm de diâmetro, caldeira e bordo exvertido de lábio arredondado formando aba com 16cm de diâmetro (Figura 6a). O fundo surge delimitado com um tema decorativo, enquadrado por duas linhas circulares concêntricas. A caldeira não é pintada, demarcando-se visualmente como uma banda concêntrica a branco. A aba do prato é pintada com padrões vegetalistas ou geométricos (Figura 5a-5f). Este tipo formal e decorativo de prato tem

sido enquadrado nas produções do último quartel do século XVI e inícios da centúria seguinte (Casimiro, 2013, pp. 335-336). É interessante notar que esta configuração se aproxima visualmente dos pratos de aba de porcelana chinesa do reinado Jiajing, especialmente os da segunda metade de Quinhentos (Matos, 1996, pp. 60-61, 64-65, 68-69, 71), parecendo reproduzir a sua forma e modelo decorativo.

Relativamente aos motivos decorativos representados nas abas destes pratos de faiança, os semicírculos concêntricos intercalados com três contas (Figura 5d) encontram paralelo num exemplar seiscentista do Pátio dos Estudos Gerais, em Salvador da Bahia, Brasil (Gomes, 2011, vol. II, p. 62, LA 95), parecendo anteceder a estilização deste desenho que se tornará comum a partir de 1640 (Casimiro, 2010, p. 647). Os "enrolamentos" (Figura 5f) parecem beber influência de motivos orientais presentes em porcelanas chinesas desde as primeiras décadas do século XVI (Matos, 1996, pp. 26 e 56), mas que continuam a ser reproduzidos ao longo desta centúria (Matos, 1996, p. 57); estes motivos encontram-se nas faianças seiscentistas do convento de S. Francisco de Lisboa (Torres, 2011, p. 392, CSF/Lx.93/316) e da Praça da Sé, em Salvador da Bahia (Gomes, 2011, vol. II, pp. 62, 66 – MAE 155, MAE 649). As ramagens enquadradas por cartelas redondas sequenciais e separadas por conjuntos de linhas horizontais paralelas (Figura 5f) encontram exemplar semelhante também na Praça da Sé (Gomes, 2011, vol. II, p. 117 – MAE 160). Já os pêssegos envolvidos por ramagens (Figura 5d) registam-se num prato de finais do século XVI ou primeira década da centúria seguinte em Carrickfergus, na Irlanda do Norte (Casimiro, 2010, p. 367).

Os fundos destes pratos reproduzem paisagens retractando animais envolvidos por vegetação no seu habitat natural (Figuras 5b, 5d, 5e, 5f), mais uma vez mimetizando modelos chineses de meados do século XVI em diante (Matos, 1996, pp. 78-83); neste caso, representam-se aves, coelhos e cães, numa adaptação à fauna autóctone. Um outro exemplar coloca em destaque no fundo um elemento figurativo, um coração alado envolvido por pontuais motivos vegetalistas (Figura 5c). Esta temática é recorrente na faiança portuguesa do século XVII, destacando-se o exemplar de Ferryland, na Terra Nova como paralelo (Casimiro, 2010, p. 642).

Neste mesmo contexto da Mouraria foram identificados pratos que, embora formalmente idênticos aos anteriores, têm uma clara variação decorativa, surgindo exemplares com parte (Figura 5g) ou a quase totalidade da caldeira (Figura 5c) decoradas, estreitando consideravelmente a sua dimensão visual. Neste esquema observam-se pétalas oblíquas entremeadas por ramagens estilizadas ocupando parte da caldeira do prato (Figura 5g), com paralelo em fragmentos seiscentistas da Praça da Sé de Salvador da Bahia (Gomes, 2011, vol. II, p. 56 – MAE 213); no fundo, a decoração parece ampliar-se, passando a destacar-se um elemento central vegetalista. Refira-se ainda a utilização deste mesmo tipo de pétalas mas sem outro elemento decorativo, concentricamente dispostas na aba e caldeira do prato (Figura 5c). Este tema surge em contextos de consumo das primeiras décadas do século XVII em Plymouth (Casimiro, 2010, pp. 252-299) e de meados da mesma centúria nesta cidade britânica (Casimiro, 2010, pp. 300-302) e em Exmouth (Casimiro, 2010, p. 123). Atesta-se ainda nos sítios seiscentistas do convento de São Francisco de Lisboa (Torres, 2011, p. 371), no Palácio Mogo de Melo de Torres Novas (Carreira, 2005, p. 45), no Galeão *Sacramento*, afundado em 1668 em Salvador (Gomes, 2011, vol. I, p. 129; vol. II, p. 51) e na Praça da Sé da mesma cidade brasileira (Gomes, 2011, vol. I, p. 129; vol. II, p. 52 – MAE 106, MAE 727), ainda que nestes casos as pétalas sejam em menor número e de dimensões maiores.

Quanto às tigelas têm forma hemisférica em torno dos 7cm de altura, pé anelar baixo com 6cm de diâmetro e bordo arredondado ligeiramente exvertido com 14cm de diâmetro, tendo decoração a azul em ambas as superfícies (Figura 6b). Apesar de formalmente semelhantes, salientamos duas abordagens decorativas distintas. Uma em que a face externa foi pintada com um elemento vegetalista relativamente simples, ao passo que a interna apresenta um fundo com profusos motivos vegetalistas enquadrados por duas linhas paralelas concêntricas, de onde partem uma sucessão de cartelas com o mesmo elemento decorativo, uma eventual abstracção de "laços suspensos de fitas" comuns na decoração de alguns objectos de *Kraakporselein* (Matos, 1996, pp. 126-127) (Figura 5h).

Um segundo tipo decorativo das tigelas caracteriza-se por ter na face interna o fundo delimitado com um cenário pintado, mais ou menos elaborado, enquadrado por duas linhas concêntricas, a partir do qual se desenvolvem cartelas em chaveta com o mesmo elemento decorativo (Figura 5j, 5k). A sua face externa surge integralmente pintada com ban-

das de duas linhas verticais, tendo no seu interior uma linha em ziguezague vertical. A composição da face interna imita, como aludimos anteriormente, os padrões decorativos chineses, desde a utilização da cartela em chaveta, à reprodução de cenários bucólicos, por vezes integrando pontes e pagodes em madeira (Figura 5j), assim como de alguns símbolos clássicos, como o pêssego ou a peónia (Figura 5i). A utilização destas cartelas com pêssegos tem correspondência na aba do prato nº 55 do Museu Nacional de Arte Antiga (Pais, 2012, p. 352). Outro exemplar recolhido na Mouraria (Figura 5l) encontra semelhanças num exemplar de finais do século XVI e primeira década da centúria seguinte de Carrickfergus, na Irlanda do Norte (Casimiro, 2010, p. 363).

Esta combinação decorativa das tigelas remete, pois, para um esquema decorativo bem distinto dos pratos acima referidos. As decorações das tigelas mimetizam as porcelanas do reinado Wanli (1573--1619), quando a Europa se inundou de *Kraakporselein* (Matos, 1996, p. 31). Com efeito, durante as primeiras décadas do século XVII parece assistir-se a uma alteração dos motivos de inspiração oriental na faiança portuguesa, com a imitação destes novos enquadramentos decorativos, documentados arqueologicamente até cerca de 1660 (Casimiro, 2010, pp. 660-666).

Neste contexto arqueológico da Mouraria foram também recolhidos inúmeros fragmentos de caixas refractárias, também designadas "casettes", "casetas", "cazetes", "gazetas", "embaixas". O seu objectivo era preservar as peças no processo de vitrificação durante a segunda cozedura (Sebastian, 2010, p. 426). De forma cilíndrica, distinguiram-se dois tipos: um de dimensões mais reduzidas, com bordo vertical e fundo plano (Figura 5i), que recebia peças individualmente ("caixas cegas", segundo Sebastian, 2010, p. 435), associando-se às tigelas; outro de maiores dimensões, de bordo vertical e aberto no fundo, com uma série de orifícios de secção triangular ao longo da sua estrutura vertical (três orifícios por cada prato), para o encaixe de cravilhos, suportando vários pratos de aba (Figura 5m). Esta variação tipológica encontra paralelo nos tipos II e I, respectivamente, identificados no sítio da Rua das Madres, em Lisboa (Krus e Manso, 2016, p. 19), bem como nos exemplares do nº10 da Rua de Buenos Aires (Batalha *& alii*, 2012, p. 436), no Largo de Santos e no Largo de Jesus, na mesma cidade (Casimiro, 2010, pp. 491-492). De facto, esta técnica oleira terá sido comum nas olarias lisboetas dos séculos XVII e XVIII, ao contrário do que aconteceria em Coimbra e Vila Nova, onde o recurso a trempes era maioritário (Sebastian, 2012, pp. 942-943).

Relativamente à cerâmica não-vidrada reconheceu--se uma panóplia de formas de uso doméstico, aqui exemplificadas apenas com achados do sector I e formando uma tipologia ainda muito básica; privilegiou-se o registo de peças que, no âmbito destes achados, comprovadamente tenham sido produzidas nesta área, pela presença de numerosos testemunhos de peças deformadas.

Assim, no contexto dos recipientes de cozinha para ir ao fogo registaram-se tachos, panelas e respectivos testos. Os tachos têm bordo ligeiramente exvertido, espessado interior e exteriormente, com lábio arredondado e 14,6cm de diâmetro, fundo convexo com 11,2cm de diâmetro e corpo hemisférico com 6,3cm de altura, registando-se duas pegas triangulares opostas a arrancar do bordo. Alguns exemplares apresentam ambas superfícies revestidas por engobe vermelho e a superfície interna brunida. As panelas têm forma globular com 12cm de altura, sendo o bordo invertido, mas espessado exteriormente, com lábio aplanado de secção subrectangular e 11,6cm de diâmetro, ao passo que o fundo é plano e tem 8cm de diâmetro, conservando-se duas asas verticais em lados opostos da peça (Figura 6e); estas panelas pela sua forma e dimensões poderiam ser também usadas no acondicionamento de produtos. Já os denominados prato-testo têm bordo exvertido, espessado exteriormente, lábio de secção subtriangular, com 24cm de diâmetro, fundo em pé anelar plano de 7,5cm de diâmetro e 4,3cm de altura; ambas superfícies foram revestidas com engobe vermelho, sendo a interna brunidas (Figura 6c). Foram também reconhecidos outros tipos de testo, com 2,6cm de altura, fundo plano com 5,8cm de diâmetro, bordo exvertido e espessado, com o lábio arredondado e 16,2cm de diâmetro, bem como uma pega em "botão" na face interna na zona central; ambas superfícies foram revestidas com engobe avermelhado (Figura 6d).

Quanto aos recipientes que podem ser relacionados com a mesa, reconheceram-se até ao momento as tigelas e os púcaros. Das primeiras podemos individualizar dois tipos bem distintos. Um de forma hemisférica com cerca de 6cm de altura, bordo exvertido, espessado exteriormente, lábio arredondado, com 16cm de diâmetro, fundo plano com 8cm

de diâmetro e revestimento das superfícies com engobe vermelho, sendo a interna brunida (Figura 6f). O outro com 6,8cm de altura, bordo exvertido e espessado exteriormente com 14cm de diâmetro, lábio aplanado, fundo plano com 5,8cm de diâmetro, sendo as superfícies revestidas com engobe vermelho. Esta peça apresenta decoração modelada, destacando-se as caneluras verticais concêntricas ao longo do bojo, a par da aplicação de asas oblíquas, de carácter igualmente decorativo (Figura 6g). Dos segundos reconheceram-se três tipos: um de 9,5cm de altura, bojo globular, estrangulado no arranque para o colo, bordo exvertido, com lábio arredondado de 6,5cm de diâmetro, fundo plano com 4,7cm de diâmetro e uma asa vertical de secção subtriangular, apresentando ambas superfícies revestidas com engobe vermelho e pequena canelura em relevo a marcar o colo (Figura 6i); outro de 9,6cm de altura, bojo globular, estrangulado no arranque para o colo destacado, bordo exvertido e espessado exteriormente, com lábio arredondado, de 7cm de diâmetro, fundo plano com 4,5cm de diâmetro e uma asa vertical de secção subtriangular, apresentando ambas superfícies revestidas com engobe vermelho e pequena canelura em relevo a marcar o colo (Figura 6h); finalmente, um púcaro de forma ovóide, com estrangulamento a demarcar o arranque do bordo exvertido e espessado exteriormente, com duas caneluras paralelas e concêntricas a demarca-lo exteriormente, o seu diâmetro é de 8cm e a altura de 9cm, de fundo plano com 5cm de diâmetro e asa vertical de secção subtriangular (Figura 6j).

Registaram-se também formas para conter líquidos, como bilhas ou jarros. As primeiras, de corpo globular e com estreito gargalo de 3,6cm de diâmetro mínimo, têm 25,5cm de altura, bordo exvertido espessado exteriormente, lábio de secção triangular, e 5cm de diâmetro, fundo plano com 11cm de diâmetro e duas asas verticais opostas, de secção triangular, com arranque na zona do ombro do bojo e terminando sensivelmente a meio da peça, sendo as paredes revestidas com engobe vermelho (Figura 6l). Os segundos, de corpo ovóide, com uma asa vertical e fundo plano com 9cm de diâmetro; as superfícies são revestidas com engobe vermelho (Figura 6k).

Estas peças não-vidradas de uso doméstico assemelham-se muito a outras identificadas na Mouraria, na Rua do Benformoso, nº168/186, como pertencendo a dejectos de produção cerâmica dos inícios da época moderna, embora estendendo-se ao século XVII (Marques, Leitão e Botelho, 2012, pp. 126--129). Distinguem-se, contudo, das identificadas no Quarteirão dos Lagares, de cronologia mais indefinida (Nunes e Filipe, 2012, pp. 149-150).

4. AS OLARIAS DA MOURARIA

Os achados agora revelados inserem-se no bairro histórico da Mouraria, fundado logo após a conquista da cidade por D. Afonso Henriques em 1147, sendo o local destinado ao assentamento das populações muçulmanas que aqui permaneceram. Aqui puderam estabelecer as suas habitações, mantendo os seus usos e costumes e gozando de uma relativa autonomia administrativa, com o estatuto de comuna. O bairro, inicialmente circunscrito à vertente imediatamente a Norte do morro do castelo e no exterior da Porta de São Vicente da cerca fernandina, onde se localizavam mesquita, escola, banhos e açougue, veio a estender-se para a outra encosta do vale, o denominado arrabalde novo, implantando--se aí as olarias, até ao almocávar, incluindo a par moradores muçulmanos e cristãos (Oliveira e Viana, 1993; Barros, 1998). O estabelecimento deste ofício conduziu à urbanização deste local, que conservou, contudo, uma feição de ruralidade, coabitando as oficinas com os olivais e lagares de azeite, estes estabelecidos na mesma rua desde pelo menos os inícios do século XVI (Azevedo, 1899/1900, p. 267).

É abundante a documentação que refere a existência de oleiros muçulmanos e cristãos nos finais da Idade Média, implantados entre a encosta de Nossa Senhora do Monte e a Porta de São Vicente, com intensa actividade e recebendo privilégios da Coroa (Azevedo, 1899/1900, pp. 272-273; Trindade, 2009, p. 120-125). Na mencionada intervenção arqueológica no Quarteirão dos Lagares, cerca de 100m a Sudeste da área aqui analisada, foram identificados contextos interpretados como áreas de lixeira ou despejos de produção cerâmica dos séculos XVI--XVII, mas também dos séculos XIV-XV (Nunes e Filipe, 2012, pp. 149-150). No mesmo local haviam sido detectados abundantes dejectos cerâmicos dos séculos XV-XVI, numa intervenção dirigida por Armando Sabrosa. O mesmo sucedeu na referida escavação da Rua do Benformoso, nº168/186, junto das traseiras da Rua das Olarias, 200m a Noroeste da área em que aqui trabalhamos, onde se recuperou copiosa cerâmica desta cronologia, com possível continuidade para o século XVII (Marques, Leitão e

Botelho, 2012, pp. 126-129). Na Rua da Amendoeira documentou-se um forno de cerâmica e telha datado do século XV, além de contextos com espólio dos séculos XIII-XIV. São achados sobre os quais se carece de uma visão de conjunto e, nalguns casos, de publicação extensiva.

Em 1496, no quadro de uma política de uniformização religiosa empreendida por D. Manuel I, a comunidade islâmica foi obrigada a converter-se ao Cristianismo, sob pena de ser forçada a partir do Reino, ordem que abrangeu também os judeus existentes em Portugal. É difícil avaliar o volume de indivíduos que permaneceu ou partiu para outras paragens, havendo referências documentais às duas situações (Barros, 1998, pp. 152-157). É certo que no ano seguinte foram doados os terrenos onde se localizava o almocávar ao município da cidade e ao hospital Real de Todos-os-Santos, levando à profanação das campas e impulsionando-se as construções nas proximidades e mais tarde sobre o antigo espaço de enterramento islâmico, verificando-se uma completa desconsagração e consequente omissão na memória nas gerações seguintes. Em 1682, este espaço era mesmo reservado pelo concelho para despejo de entulhos da cidade (Farinha, 1932, pp. 6-8).

A verdade é que o bairro não perdeu a sua vocação de produção cerâmica, como o próprio topónimo Olarias nos indica claramente. Toda a área Norte e Oeste do castelo de São Jorge era fértil em argila vermelha (Sebastian, 2010, p. 212), o que certamente contribuiu para a fixação de oleiros e oficinas de cerâmica desde finais da Idade Média e ao longo de toda a Idade Moderna. Aqui se regista documentalmente o "Bairro das Olarias" pelo menos a partir do século XVII, as olarias orientais de Lisboa, também denominadas como do "Monte de S. Gens", da "Senhora do Monte", dos "Anjos", ou da "Graça", como sintetiza Luís Sebastian na sua tese sobre a produção de faiança em Portugal (2010, p. 91-92). O mesmo autor compulsa documentação passível de permitir uma localização mais concreta, rua por rua, das áreas oleiras existentes durante este longo período, arrazoado que seguimos com vista à integração dos achados arqueológicos agora identificados (Sebastian, 2010, pp. 92-102).

Assim, no *Livro do Lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a el-rei nosso senhor o ano de 1565*, publicado por Vergílio Correia, entre as ruas arroladas com presença de oleiros nesta área observa-se uma expressiva concentração na *«Rua de Lombada ao pé de Nossa Senhora do Monte»*, logo seguida pela *«Rua Direita dos Oleiros» e «Rua da Olaria»*, *«começando da rua Direita dos Anjos até Nossa Senhora do Monte» (Sebastian, 2010, p. 93)*. Estes dois topónimos parecem poder identificar-se com as actuais Rua das Olarias e Largo das Olarias, embora de forma imprecisa.

Um segundo elemento diz respeito aos testamentos de artífices ceramistas entre os anos de 1603 e 1719, recolhidos por José Queirós (20024, pp. 449--458). Em termos gerais, "a maior concentração de oleiros regista-se de longe para a designação genérica de «às Olarias», ou «às Olarias, aos Anjos», seguida por «Atrás dos Lagares das Olarias", havendo referências a seis artífices moradores na «Rua Larga das Olarias» e três na «Rua das Olarias» (Sebastian, 2010, p. 96). A identificação toponímica parece-nos neste caso evidente, correspondendo a «Rua Larga das Olarias» ao actual Largo das Olarias, como se vê na planta da freguesia de São José de 1780 (Santana, 1976, pp. 86-87), que apresenta aliás um traçado desta artéria assaz idêntico ao da planta de 1650 de João Nunes Tinoco, numa assinalável permanência urbanística que compreende a época em estudo. Uma descrição do bairro de 1762 confirma esta atribuição, afirmando-se aliás que o topónimo remonta a 1660, tendo-se gorado o intento de lhe atribuir a designação de São Jorge, aquando da criação da freguesia com o mesmo nome (Farinha, 1932, pp. 9-10). Nesta área denominada genericamente como «Olarias», ou apontando para aqueles topónimos específicos, foram listados oleiros, oleiros de louça vermelha, mestres oleiros, mestre oleiro de louça branca e pintor de louça branca, o que nos remete para as produções não-vidradas de barro vermelho, mas também para objectos cobertos de vidrado estanífero com pintura.

Por fim, referem-se dois róis de confessados da freguesia dos Anjos, um de 1633, publicado pelo Padre António Lourenço Farinha (1932, p. 18), outro de 1637, inicialmente dado à estampa por Vergílio Correia (1918, pp. 534-536). É clara nos dois documentos a "maior concentração de oleiros na «Rua Larga das Olarias», ou «Rua Larga dos Oleiros», que não deixou de se acentuar entre as duas datas. De concentração mediana em 1633, a «Rua Direita das Olarias», ou «Rua Direita-Boi Fermoso» destaca-se em 1637 como segundo maior ponto de concentração, aparentemente em detrimento de outras localizações, como a «Calçada (de Santo André) abaixo», «Terrei-

rinho», «Rua da Oliveira», «Rua dos Almocreves» e «Beco das Amoreiras», ou «Beco da Amoreira», que vêem o seu número de olarias baixar" (Sebastian, 2010, pp. 100-102). Assim, a partir dos números apresentados nestes róis, chegamos à conclusão que no actual Largo das Olarias estavam estabelecidos 35% a 39% da totalidade dos oleiros desta zona da cidade, ficando a grande distância a actual Rua das Olarias, com 8% a 12% do total. Parece também evidente uma paulatina concentração deste ofício em torno destas duas artérias, cuja designação reporta mais imediatamente para o ofício de produção cerâmica, bem como uma paisagem de oleiros "ocupando ruas completas". É sugestivo o quadro traçado de oficinas caseiras em que "cada proprietário de olaria habitava na sua casa, ao mesmo tempo oficina e tenda, a qual possuía anexo, no quintal, um forno para cozer a louça", residindo ali uma série de artífices do mesmo mester (Correia, 1918, p. 533). Os achados arqueológicos agora efectuados podem inscrever-se nesta realidade, que urge continuar a investigar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num contexto de arqueologia preventiva e num espaço circunscrito do núcleo central do bairro da Mouraria de Lisboa foram registadas quatro fornos de cerâmica em relativo bom estado de conservação. Todos tinham plantas ovaladas e dimensões limitadas, apresentando estruturas compostas por duas câmaras, a de combustão e a de cozedura, separadas por grelhas assentes em arcos, acedendo-se à fornalha através de corredores compostos por arcos de tijolo. Afastam-se, assim, da tipologia mais comum de fornos cerâmicos de produção em larga escala típicos da Idade Moderna, embora tenham paralelo em estruturas deste período, numa solução que, com os dados disponíveis, parece ser de transição entre as velhas estruturas medievais, que haviam pululado neste bairro, e as formais mais modernas, de que se não se tem registo arqueológico em Lisboa. Os fornos sucedem-se, provavelmente em três fases de ocupação, evidenciando o dinamismo e continuidade desta actividade.

As estruturas de combustão estavam repletas de aterros resultantes da actividade oleira, seja destes, seja de fornos contíguos que não se preservaram. Embora aqui não se apresente mais de que um pequeno conjunto dos achados cerâmicos recolhidos, carecendo-se de uma análise cuidada dos achados de cada unidade estratigráfica, podemos avançar com os tipos de produções que, no seu conjunto, foram aqui registados, identificados através de peças defeituosas ou em estágio intermédio do processo de fabrico. Por um lado, registou-se uma interessante produção de faiança fabricada com barros claros, vidrada a branco estanífero e decorada a azul, onde se vislumbram materialmente as influências exógenas que marcaram o desenvolvimento desta produção em Portugal. No pequeno grupo de peças aqui analisadas a matriz oriental aparece de forma marcante, denotando-se também as mudanças de gramática decorativa e formal que se operaram na porcelana chinesa a partir do último quartel do século XVI. Será interessante aprofundar o impacto destas alterações estilísticas na faiança portuguesa, que parece estar muito actualizada na mimetização de "novos padrões", mas que também apropria e recria novas linguagens para motivos decorativos "antigos". No momento, e pela confluência da análise artística com a de paralelos noutros arqueossítios, a produção deste conjunto enquadra-se entre finais de Quinhentos e as primeiras décadas da centúria seguinte. Abundam, por outro lado, as cerâmicas domésticas não-vidradas de barro vermelho, de uso maioritariamente doméstico, com uma ampla diversidade utilitária de formas. O seu enquadramento cronológico carece ainda de aprofundamento, mas as produções enquadram-se numa tradição oleira secular já verificada noutros arqueossítios da Mouraria, nem todos publicados, surgindo aliás em vastos contextos de consumo da cidade de Lisboa, que aqui não apontámos. Em todo o caso, pela sua associação à faiança e por pontuais paralelos, julgamos poder enquadrar estas produções na segunda metade do século XVI e nas primeiras décadas da centúria seguinte. Quanto ao pequeno conjunto de cerâmica doméstica vidrada plumbífera carece ainda de estudo, a fim de se avaliar a sua efectiva produção no local. Não temos, pois, cronologia de laboração dos fornos, mas os materiais que correspondem ao momento de abandono apontam para os finais do século XVI e primeiras décadas da centúria seguinte.

Os resultados destes achados, a par dos progressos para a disciplina arqueológica – sempre carente de locais de produção cerâmica –, permitem conhecer melhor a actividade oleira do bairro da Mouraria na época moderna, até ao momento circunscrita essencialmente aos dados da esparsa informação documental recolhida. Esta área da cidade tem tradição

neste mester desde finais da Idade Média, quando aí se fixou a comunidade muçulmana da cidade que permaneceu após a conquista cristã. É mal conhecida a evolução do bairro após a conversão forçada ou expulsão decretada por D. Manuel I, mas a continuidade da actividade oleira está claramente documentada arqueologicamente. Estas descobertas dão densidade ao topónimo da área onde se localizam, o Largo da Olarias, que ao longo da época moderna tendeu a centralizar esta actividade na economia do bairro, a par da contígua Rua das Olarias, uma continuidade que achados mais recentes parecem confirmar.

BIBLIOGRAFIA

ALBA, Miguel (2008) – Evidencias arqueológicas del barrio alfarero de Mérida durante is siglos XV, XVI y XVII. In *4ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval – métodos e resultados para o seu estudo: actas das Jornadas realizadas em Tondela de 24 a 27 de Outubro de 2000*. Porto: Câmara Municipal de Tondela, pp. 143-155.

ALMEIDA, Sara; GONÇALVES, Ana; TEICHENER, Felix; SCHIERL, Tomas (2008) – A olaria quatrocentista da Porta da Alagoa: resultados das intervenções arqueológicas no Antigo Palácio dos Sepúlvedas (Évora). *Arqueologia Medieval*. Porto. 10, pp. 201-213.

AZEVEDO, Pedro A. de (1899/1900) – Do Arreiro à Mouraria. *O Archeologo Português*. Lisboa. V, pp. 212-224 e 257-279.

BARROS, Maria Filomena Lopes de (1998) – *A Comuna Muçulmana de Lisboa: séculos XIV-XV*. Lisboa: Hugin.

BATALHA, Luísa; CAMPÔA, Andreia; CARDOSO, Guilherme; NETO, Nuno; REBELO, Paulo; SANTOS, Raquel (2012) – Vestígios de um centro produtor de faiança dos séculos XVII e XVIII: dados de uma intervenção arqueológica na Rua de Buenos Aires, n.º10, Lisboa. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coord.) – *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM, vol. II, pp. 951-962.

BLANCO, A. G.; SÉIQUER, G. M. (1993) – La tradicion en la tecnoligia alfarera: problemas teóricos y consequências praticas de la comparacion entre dos hornos del mesmo tipo, uno romano (La Maja, Calahorra – La Rioja) y outro del siglo XVII (Plaza de San Agustin, Murcia). *Revista de Verdolay*. Murcia. 4, pp. 139-152.

BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda (2001) – Arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira. *Arqueologia Medieval*. Porto. 7, pp. 111-145.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João; FOLGADO, Deolinda; TINTURÉ, Antónia; DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel Prudêncio (2009) – La production céramique islamique à Lisbonne: conclusions d'un Project d'investigation. In ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan; RETUERCE VELASCO, Manuel; HERVÁS HERRERA, Miguel Ángel; GARCÍA, Antonio de Juan (ed.) – *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo*. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, tomo I, pp. 373-398.

CARREIRA, Carlos (2005) – *Cerâmicas Modernas do Palácio Mogo de Melo de Torres Novas*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas.

CASIMIRO, Tânia Manuel (2011) – *Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas (Dos Finais do século XVI aos inícios do XVIII)*. Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

CASIMIRO, Tânia Manuel (2013) – Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, pp. 351-367.

COELHO, Inês Pinto; TEIXEIRA, André (no prelo) – Glazed pottery production from Mata da Machada, Barreiro (Portugal). In *Proceedings of the 11th Congress AIECM3 on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics*. Ankara: Koç *Üniversitesi*.

COLL CONESA, Jaume (2009) – La producción cerámica medieval: un balance entre el mundo islámico y el feudal. El caso del área valenciana. In GARCÍA PORRAS, Alberto (ed.) – *Arqueología de la Producción en Época Medieval*. Granada: Alhulia, pp. 211-257.

COLL CONESA, Jaume; GARCÍA PORRAS, Alberto (2010) – Tipologia, cronologia e produzione dei forni per ceramica in al-Andalus. In *Atti XLII Convegno Internazionale della Ceramica. Fornaci: tecnologie e produzione della ceramica in età medievale e moderna*. Savona: Centro Ligure per la Storia dela Ceramica, pp. 25-44.

CORREIA, Miguel (2005) – Um forno de produção cerâmica dos séculos XV/XVI em Alcochete. *Musa: museus, arqueologia & outros patrimónios*. Setúbal. 2, pp. 67-73.

CORREIA, Vergílio (1918) – Oleiros e pintores de louça e azulejo, de Lisboa. *Atlântida*. Lisboa. 29-30, pp. 531-540.

FARINHA, P. António Lourenço (1932) – *Notícia Histórica do bairro das Olarias (Lisboa)*. Cucujães: [s.n.].

FERNANDES, Isabel Cristina F.; A. Rafael Carvalho (1998) – Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela. In *2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval – métodos e resultados para o seu estudo: Actas das Jornadas realizadas em Tondela de 22 a 25 de Março de 1995*. Porto: Câmara Municipal de Tondela, pp. 211-255.

GOMES, José Pedro (2011) – *Faiança Portuguesa na Capital do Brasil Seiscentista*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado).

GÓMEZ-PACCARD, Miriam; TEMA, Evdokia; MCINTOSH, Gregg; LEITÃO, Manuela (2014) – Full-vector archeomagnetic and rock-magnetic results from Portuguese kilns. *Geophysical Research Abstracts: European Geosciences Union General Assembly 2014, Vienna, 27 April – 02 May, 2014*. Viena. 16, EGU2014-7069-1.

KRUS, Alexandra; MANSO, Cláudia (2016) – A faiança portuguesa: testemunhos de produção oleira na Rua das Madres (Santos-o-Velho, Lisboa). In GOMES, Rosa Varela; CASIMIRO, Tânia; GOMES, Mário Varela, ed. – *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th--19th centuries)*. Lisboa: IAP, pp. 13-26.

MARCHESI, Henri; THIRIOT, Jacques; VALLAURI, Lucy; LEENHARDT, Marie (1997) – *Marseille, les ateliers de potiers du XIIIe siècle et le quartier Sainte-Barbe, Ve-XVIIe siècles*. France: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.

MARQUES, António; LEITÃO, Eva; BOTELHO, Paulo (2012) – Rua do Benformoso 168/186 (Lisboa – Mouraria / Intendente). In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coord.) – *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM, vol. I, pp. 123-134.

MATOS, Maria Antónia Pinto de (1996) – *Cerâmica Chinesa da Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.

NUNES, Tiago; FILIPE, Iola (2012) – Quarteirão dos Lagares: contributo para a história económica da Mouraria. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coord.) – *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM, vol. I, pp. 141-150.

OLIVEIRA, Luís Filipe; VIANA, Mário (1993) – A Mouraria de Lisboa no século XV. *Arqueologia Medieval*. Porto. 2, pp. 191-209.

PAIS, Alexandre Nobre (2012) – *"Fabricado no Reino Lusitano O que antes nos vendeu tão caro a China": A produção de faiança em Lisboa, entre os reinados de Filipe II e D. João V*. Tese de doutoramento apresentada na Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, Porto (policopiado).

QUEIRÓS, José (2002) – *Cerâmica Portuguesa e Outros Estudos*. Lisboa: Editorial Presença.

SANTANA, Francisco, ed. (1976) – *Lisboa na 2ª Metade do Século XVIII. Plantas e descrições das suas freguesias*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

SEBASTIAN, Luís (2010) – *A Produção Oleira de Faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

SEBASTIAN, Luís (2012) – Faiança Portuguesa: Centros Produtores, Matérias, Técnicas de Fabrico e Cristérios de Distinção. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coord.) – *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM, vol. II, pp. 937-950.

TORRES, Cláudio (1990) – Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa. In AMIGUES, François; BAZZANA, André (ed.) – *Fours de Potiers et "Testares" Médiévaux en Méditerranée Occidentale*. Madrid: Publications de la Casa de Velázquez (Série Archéologie XIII), pp. 131-141.

TORRES, Joana Bento (2011) – *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

TRINDADE, Rui (2009) – *A produção de louça no Reino de Portugal século XII aos meados do século XVI: leitura para uma visão de conjunto*. Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

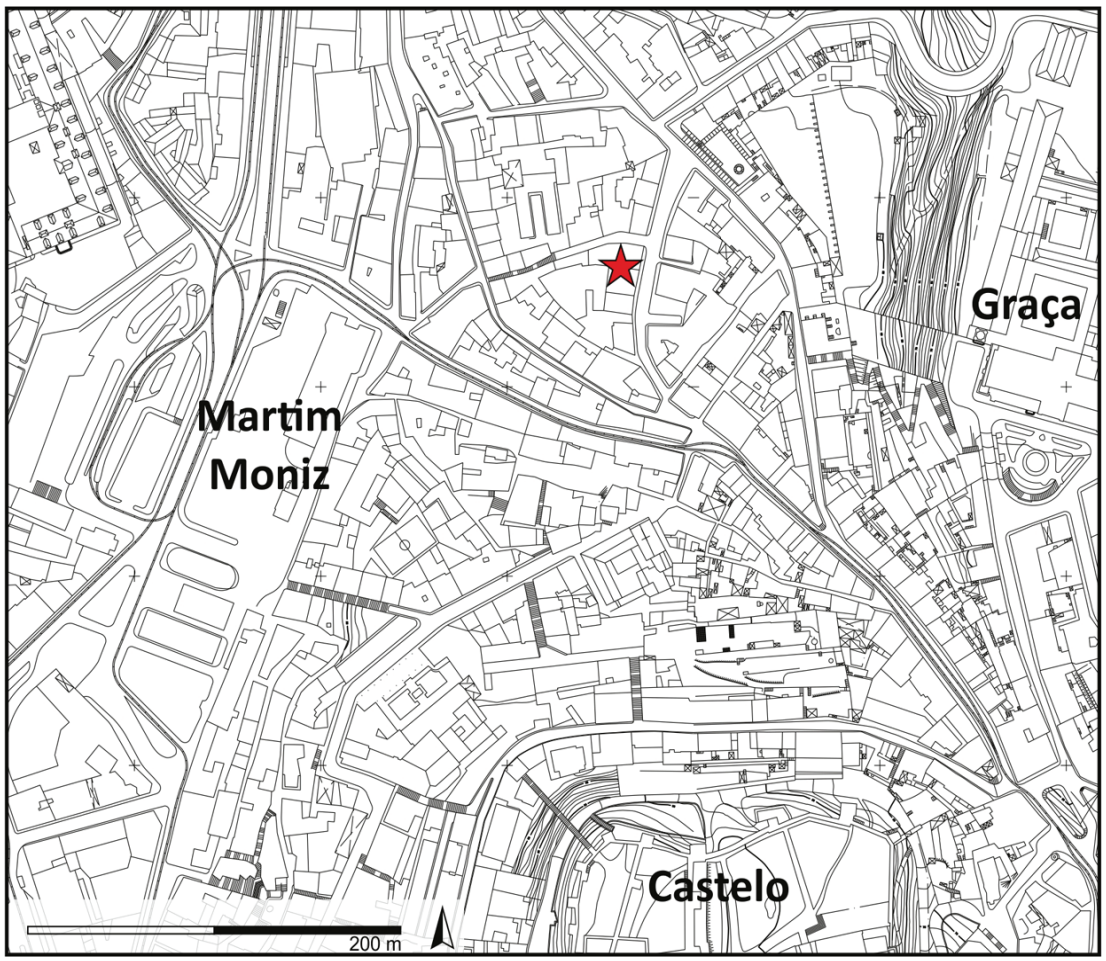


Figura 1 – Localização da intervenção arqueológica, no Largo das Olarias nos 19-23 e Travessa do Jordão nos 1-15 (Mouraria, Lisboa).

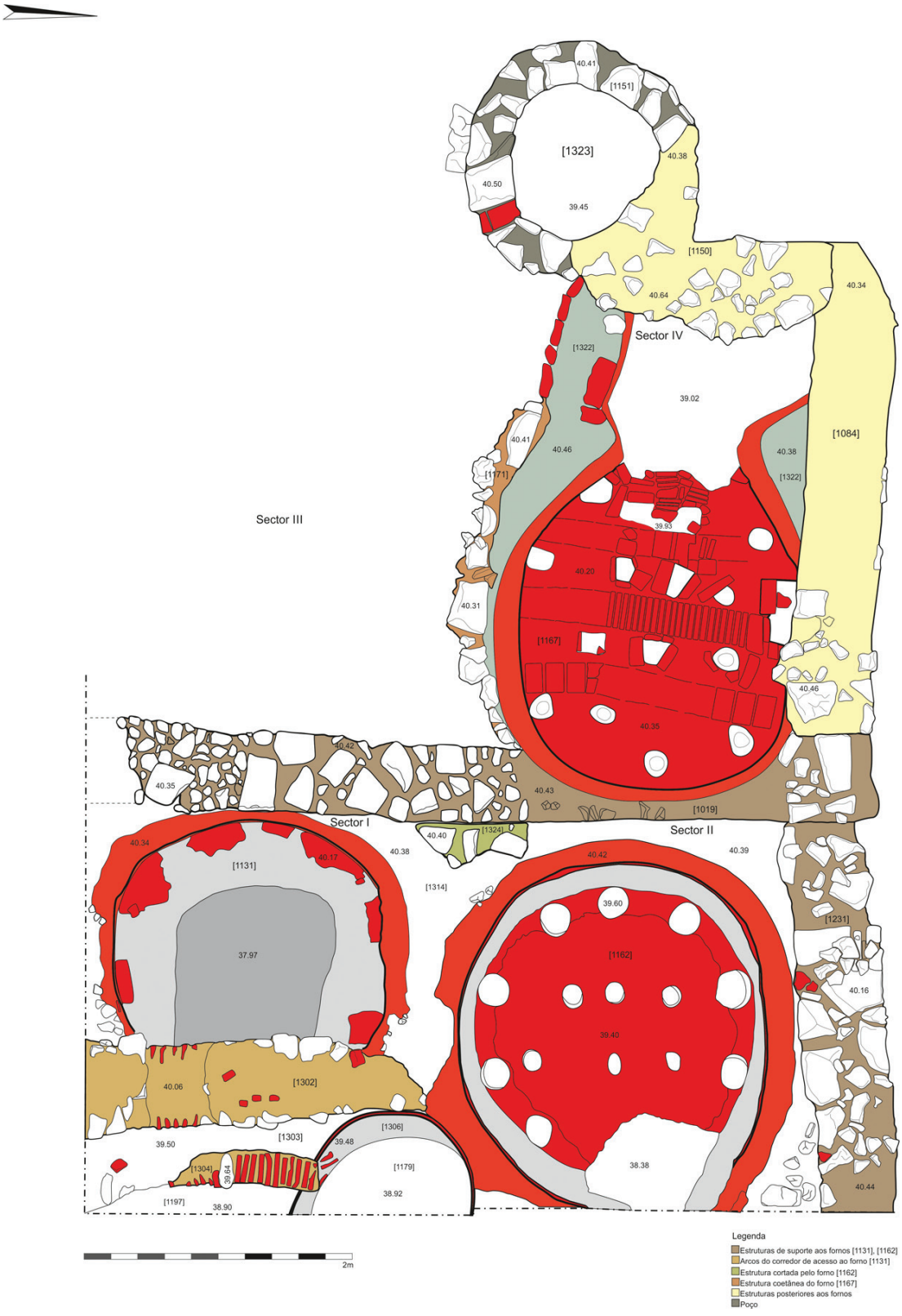


Figura 2 – Sectores da intervenção arqueológica e estruturas detectadas.



Figura 3 – Os fornos [1167], [1131] e [1162].



Figura 4 – O corredor do forno [1131], truncando a câmara de combustão do forno [1306].

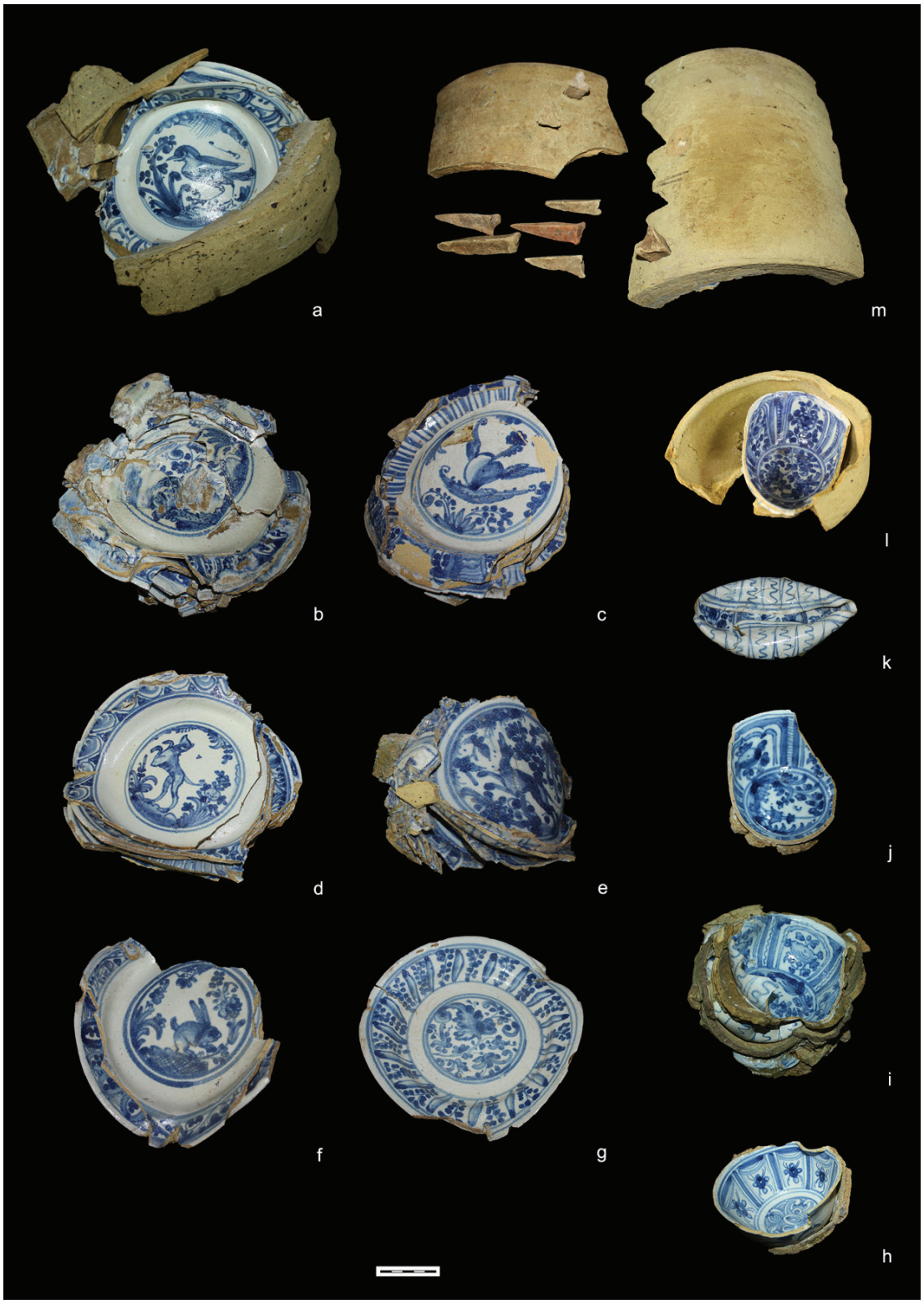


Figura 5 – Faianças, caixas e cravilhos recuperados no sítio arqueológico.

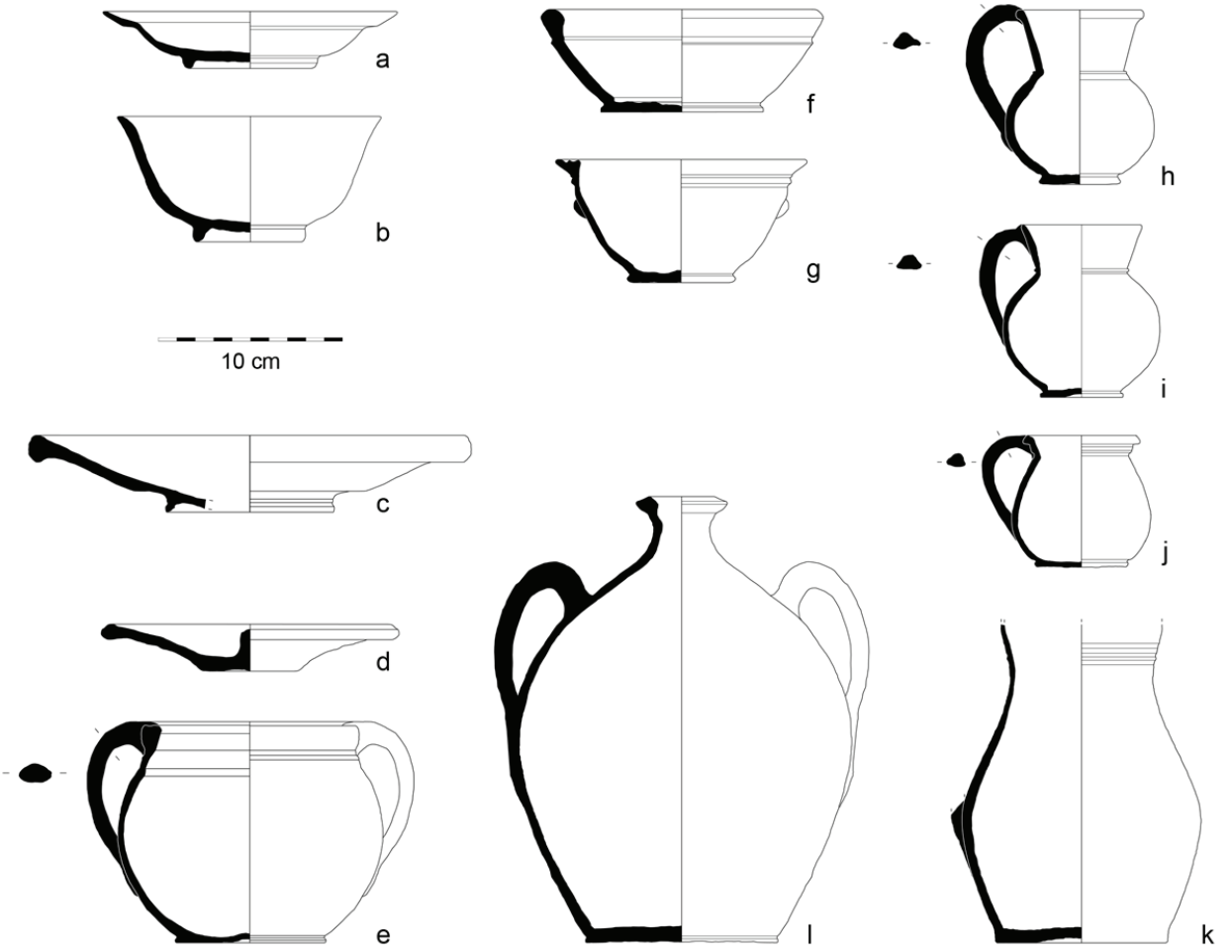


Figura 6 – Cerâmica não-vidrada e chacota de faiança do forno [1131].

OS SILOS DO PALÁCIO DE SANTA HELENA (LISBOA)

Luísa Batalha[1], Nuno Neto[2], Pedro Peça[3], Sara Brito[4], Guilherme Cardoso[5]

RESUMO

Durante os trabalhos arqueológicos realizados pela empresa Neoépica, a sul do mosteiro de São Vicente de Fora, no Largo do Sequeira, sob o antigo palácio de Santa Helena, foram identificados antigos vestígios da anterior ocupação daquele espaço sobranceiro à Alfama. Um dos achados mais significativos é um conjunto de silos de grandes dimensões que foram abertos no subsolo do Miocénico durante a Baixa Idade Média. Do interior dos silos foi exumado um conjunto de peças de cerâmica que devido ao seu estado de conservação mereceu a especial atenção pela relevância do achado.

Palavras-chave: Silos, Majólicas, Faianças, Cerâmica doméstica, Peças de osso.

ABSTRACT

Archaeological works carried out by Neoépica to the south of São Vicente de Fora monastery at Largo do Sequeira, uncovered, under the old Santa Helena Palace, evidences of a previous human occupation of the site. Underground silos of large dimensions were built on Miocene levels during the Low Middle Ages. This paper concerns the study of a well-preserved ceramics assets, stored and found within the silos.

Keywords: Silos, Majolica wares, Faience, Domestic wares, Carved bones.

1. INTRODUÇÃO

Durante os trabalhos arqueológicos realizados pela empresa Neoépica Lda., sob responsabilidade dos arqueólogos Nuno Neto, Pedro Peça e Sara Brito, no Largo do Sequeira, sob o antigo palácio de Santa Helena, foram identificados vestígios da anterior ocupação daquele espaço sobranceiro a Alfama.

O Palácio de Santa Helena, também conhecido como Palácio dos Condes de S. Martinho, situa-se na freguesia de São Vicente, em Lisboa, a Sul do Mosteiro de São Vicente de Fora, tendo sido construído em finais do século XVII. Implanta-se sobre uma escarpa com vista sobre o Tejo, a Sul, numa área extramuros da designada Cerca Moura, mas que posteriormente é envolvida pela Cerca Fernandina, cujo traçado passa a Sul e Nascente da área em análise.

Os trabalhos arqueológicos enquadraram-se na empreitada de reconversão do Palácio de Santa Helena em novos edifícios de habitação, tendo-se registado uma intensa ocupação humana que recua pelo menos a época medieval islâmica, da qual se reconheceram alguns contextos arqueológicos, entre os quais se destacam os níveis de necrópole. De especial interesse revestem-se os silos de época medieval de grandes dimensões que foram utilizados como ponto de armazenagem de cereais. Um documento datado do final do século XVIII identifica a existência no local de "covas de pão" no olival junto à cruz de S. Vicente de Fora durante o reinado de D. Dinis (Figueiredo, 1800: 268-269).

Localizados no interior da cerca Fernandina, nos seus limites a nascente, estes silos, por razões que desconhecemos, foram desactivados e passaram a

1. Arqueóloga; batalhaluisa5@gmail.com

2. Neoépica Lda.; neoepica@gmail.com

3. Neoépica Lda.; neoepica@gmail.com

4. Neoépica Lda.; neoepica@gmail.com

5. C.A.L. (Câmara Municipal de Lisboa); guilherme.cardoso@cm-lisboa.pt

ser utilizados como fossas detríticas. De momento, dado que, à data de fecho deste artigo, ainda decorrem no local os trabalhos arqueológicos, torna-se impossível dizer com exactidão a data de abandono. Contudo, os materiais exumados neste sítio apresentam tipologias que os colocam ali no decorrer do século XVI, perdurando no XVII.

Um estudo realizado por Anabela Godinho sobre população e sociedade entre os séculos XVI-XVIII na freguesia da Sé, dá conta de aspectos demográficos significativos que em parte poderão explicar a colmatação destas estruturas. Esta freguesia, segundo a autora, fazia parte e era a maior do conjunto de seis freguesias situadas no interior da cerca Fernandina, na qual se integrava o convento e os terrenos na sua envolvente. (Godinho, 2008). Inserida na análise de vários comportamentos demográficos, encontramos neste estudo uma abordagem interessante sobre a mortalidade em que se demonstra como os fenómenos naturais e os anos consecutivos de pestes afectaram as populações da cidade e particularmente esta freguesia.

Durante o processo de tratamento destes materiais foi-nos dado observar que para além do lixo doméstico diário, a maioria das peças se encontrava inteira, mas com vestígios de cal quer no seu interior, quer nas superfícies externas. A nossa experiência de trabalho diz-nos que perante estas situações, são efectivamente circunstâncias associadas a momentos de pestes que levam as populações a desfazerem-se dos seus bens ou dos bens daqueles que morriam, por medo da transmissão da peste, sendo aqueles via de contágio.

O presente artigo procura dar a conhecer, de uma forma generalista, os vestígios identificados nesta intervenção arqueológica, dando-se especial destaque para o conjunto artefactual recolhido nos níveis de abandono dos silos, enquadrado nos séculos XVI/XVII.

2. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS REALIZADOS

Os trabalhos arqueológicos realizados até ao momento incidiram no interior e exterior do palácio e foram efectuados em duas fases distintas. A primeira consistiu na abertura de diversas sondagens de diagnóstico distribuídas pelas áreas que irão ser sujeitas a maior afectação de solo aquando da implementação do projecto de reconversão do palácio em unidades de habitação. A segunda fase, ainda em curso, consiste na escavação em área dos vestígios arqueológicos identificados.

A ocupação mais antiga reconhecida corresponde ao período islâmico e consiste na presença de algumas estruturas resumidas aos seus alicerces e a uma necrópole constituída por 19 enterramentos, depositados em decúbito lateral, orientados para Meca. Estes enterramentos não possuem material arqueológico associado, encontrando-se directamente sob níveis de cronologia Moderna. Alguns deles encontram-se bastante afectados, cortados pelas ocupações posteriores, nomeadamente pelos silos.

No que respeita aos silos identificados, foi possível encontrar na bibliografia existente uma referência ao facto de D. Dinis ter mandado construir na zona de São Vicente um conjunto de "covas de Pão" que permitiam armazenar grandes quantidades de cereal. Os trabalhos desenvolvidos possibilitaram, até ao momento, a identificação de cinco silos, quatro deles de muito grandes dimensões, escavados no subsolo do Miocénico, que constituem um dos achados mais significativos do local. Até ao momento apenas foi possível escavar na íntegra três dos silos identificados, tendo a escavação de uma destas estruturas sido interrompida por questões de segurança dada a sua elevada profundidade. Com excepção de um dos silos, todos possuem grandes dimensões, apresentando diâmetros de cerca de 6m e profundidade entre os 4m e os pelo menos 7m.

Entre os séculos XVI e XVII os silos parecem ter perdido a sua função original, tendo sido usados como local de despejo. A encher estes silos encontra-se então uma espessa sequência sedimentar, composta de diversas camadas de enchimento, recolhendo-se em associação um grande conjunto artefactual que marca o seu abandono, parte do qual se analisa no presente artigo.

Para além dos vestígios atrás referidos, regista-se ainda um conjunto de estruturas habitacionais de época Moderna, algumas delas a sobreporem-se aos silos descritos.

3. MATERIAIS

Com o intuito de contribuir para o conhecimento das intervenções e trabalhos arqueológicos que se vêm desenvolvendo na cidade de Lisboa, decidimos trazer a lume um pequeno conjunto de materiais que longe de serem representativos da realidade factual,

dadas as dimensões dos silos e deste em particular, abrem caminho a futuras abordagens no que concerne aos materiais exumados com vista à elaboração de um trabalho amplo do ponto de vista formal.

3.1. As cerâmicas

3.1.1. Cerâmica de importação

Produções valencianas – Paterna/Manizes

As escudelas são peças bem representativas de uma época. Os nossos exemplares inserem-se numa cronologia do século XVI e são comuns nos achados arqueológicos de Lisboa (nºs 1, 2, 3 e 4). Tal como já acontecera com o exemplar do Palácio da Anunciada (a publicar nestas actas) estas peças foram decoradas com reflexo dourado, observando-se ainda alguns resíduos de pintura vermelha nas pegas. Profusamente decoradas, resta o negativo somente observável com luz rasante. Deste modo foi possível identificar alguns traços, diversificados em cada uma delas. Estes exemplares possuem dupla asa, recortadas e moldadas. O corpo é globular com paredes espessadas. No caso do exemplar nº4 a base é côncava e assenta em aresta bem demarcada. Estas peças encontram paralelos em Lisboa na Casa Côrte-Real (Sabrosa, 2008: 126 a 128). Do conjunto de cerâmica esmaltada exumada na antiga prisão do Aljube, também constam dois exemplares enquadráveis em cronologia do século XVI. Embora incompletos, apresentam as mesmas características formais e decorativas das escudelas do Palácio Sequeira (Amaro *et alii*, 2013: 1023).

Produção sevilhana

Das oficinas sevilhanas temos um prato com 190mm de diâmetro de base (nº 7). Encontra-se incompleto. Apresenta pasta dura de grão fino e bem depurada. A decoração consiste num cordão entrançado com dois tons de azul em torno do fundo interno.

Igualmente de produção sevilhana temos uma malga de perfil incompleto com paredes espessadas, carena bem demarcada e bordo vertical com lábio arredondado (nº 19).

Majólica Italiana (nº 5 e 6)

Neste conjunto cerâmico está presente um prato de perfil completo e o fragmento de um outro de forma indeterminada. Os dois, do ponto de vista formal e decorativo apresentam filiação nas majólicas italianas com cronologia do século XVI.

O fragmento nº 5 pertence a um prato policromo de boa qualidade. Pasta de grão muito fino, homogénea e compacta. Da decoração fazem parte motivos vegetalistas e fitomórficos onde predominam as cores, branco, amarelo, azul e turquesa.

O prato nº 6 oferece perfil completo. Decorado com uma banda de motivos circulares e fitomórficos alternados, sobre azul, apresenta no centro uma temática de cariz zoomórfico. A falta de aderência do vidrado à chacota impossibilita a leitura exacta de todo o motivo. Para além das bandas estreitas e coloridas, desta composição fazem parte duas aves com os pescoços entrelaçados, das quais foi possível reconstituir parte. Na impossibilidade de estabelecer uma comparação estilística, foi difícil determinar a origem do centro produtor, embora a decoração policroma do exemplar nº 5, *fiori centrale*, nos faça considerar a hipótese de estarmos perante um prato das oficinas de Montelupo. Do mesmo modo a peça nº 6 encontra correspondência cromática com exemplar da figura 3H da prisão do Aljube que segundo os autores é característica das formas abertas (Amaro, *et alii*, 2013: 1024).

Produções de Lisboa – Faianças

Apresentamos um conjunto de cinco pratos, azul-cobalto sobre branco, com cronologia do século XVII, (8, 9, 10, 11 e 12). São exemplares de aba em diagonal com ressalto interno numa parede arredondada e assentam numa base de pé anelar. O prato nº 8, de perfil completo, oferece decoração em semi-círculos concêntricos, imbricados, na cor azul. A peça nº 9 corresponde a um grande prato com 270mm de diâmetro. De perfil incompleto, apresenta aba com ressalto. A decoração é vegetalista e junto ao bordo dois filetes finos em azul. Apresenta paralelo na Casa do Infante (Barreira, 1998: 157). Os pratos nº 10 e 12 apresentam a mesma afinidade decorativa. Pinceladas longas e verticais em todo o corpo da peça, diferem unicamente nos motivos centrais. A decoração das abas apresenta paralelos na Rua de Buenos Aires em Lisboa (Batalha, *et alii*, 2016: 33); em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1998: 252) e em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999: 209).

A peça nº 11 apresenta as mesmas características formais das anteriores. Corpo sub-troncocónico, aba oblíqua e pé anelar e encontra-se decorada com motivos vegetalistas, onde se destacam grandes folhas, dispostas vertical e horizontalmente, alternando com pequenos apontamentos florais.

No conjunto das faianças de Lisboa apresentamos duas saladeiras (nº 13, 14). Tal como os pratos são peças do serviço de mesa. Apresentam decoração azul de cobalto sobre branco e inserem-se em cronologia

do século XVII. Na decoração foram utilizados motivos fitomórficos e vegetalistas. Do ponto de vista formal encontramos paralelos em Lisboa na Rua de Buenos Aires (Batalha *et alii*, 2016: 33). A peça nº 13, de perfil troncocónico incompleto, oferece uma cartela na qual se observa uma grande folha, alternando com um espaço preenchido com recticulado e uma folha de feto estilizado. A saladeira nº 14 com o mesmo perfil apresenta decoração fitomórfica de leitura indeterminada. Também no Porto, Casa do Infante, é possível encontrar paralelos formais (Barreira, 1998: 154). As taças estão representadas através do exemplar nº 15. Apresenta perfil completo. Bordo em aba, corpo hemisférico e pé anelar. O motivo central é indeterminado devido a fractura. Junto ao bordo oferece motivo vegetalista. Por outro lado, a taça nº 16, mais alta, possui aba bem pronunciada em voluta e corpo globular. O bordo encontra-se decorado com pinceladas azuis e a superfície interna com semi-círculos concêntricos alternados com pequenos círculos envolvidos em fina espiral. Este exemplar encontra um paralelo formal muito próximo, no espólio da rua da Marinha em Faro (Botelho e Ferreira, 2016, 250).

No reportório das cerâmicas vidradas consta um covilhete de perfil completo, com larga difusão em cronologias do final do século XVII e XVIII (nº 18). Encontramos exemplares em chacota na rua de Buenos Aires (Batalha *et alii*, 2016: 35; 2012: 951); no convento de Santana (Gomes et ali, 2016: 81); Pátio do Linheiro – Mouraria (Caessa et ali, 2016: 121) e em Setúbal (Almeida, 2016: 141). No centro histórico de Santarém, convento das Capuchas, surgiram igualmente exemplares de faiança esmaltada branca (Boavida *et alii*, 2016: 260).

Finalizamos a descrição deste conjunto com um salseiro/especieiro (nº 18). Peça de mesa de uso individual de grande difusão. Lembramos mais uma vez os exemplares encontrados da rua de Buenos Aires, entre os vestígios de um centro produtor de faiança (Batalha *et alii*, 2016: 34). Em Almada, em diferentes contextos, surgiram alguns exemplares (Casimiro *et alii*, 2016: 137).

Das produções de Lisboa apresentamos um prato revestido de vidrado estanífero, nº 21. De perfil completo, apresenta pequena aba com depressão, corpo espessado e base plana. Cronologicamente datados do século XVI, estes modelos encontram paralelos em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999: 209). O prato nº 22 apresenta bordo com ligeira inflexão externa, paredes espessadas com ressalto interno, as quais assentam em aresta bem vincada e fundo em ônfalo. Este modelo encontra-se presente no Porto (Silva *et alii*, 1998: 308). Os dois exemplares nºs 23 e 24 apresentam pequena aba sub-horizontal, paredes curvas com ligeira carena sob o bordo que assentam em aresta pronunciada. Na vila de Cascais vamos encontrar um bom paralelo (Cardoso e Rodrigues, 1999: 204). Estes pratos encontram-se igualmente em Palmela (Fernandes, 2012: 513; 1998, 249).

3.1.2. Cerâmicas de vidrado plumbífero – Importação

Nesta família cerâmica incluímos um prato de produção Sevilhana (nº 22). Modelo característico do século XVI. Apresenta perfil completo com pequena aba e ressalto interno. O fundo em ônfalo assenta em aresta sobre base plana.

As malgas encontram-se igualmente presentes através de um exemplar de perfil incompleto de produção Sevilhana (nº 20). Esta é uma peça de peça de colo alto, vertical, com lábio de secção circular e carena média.

3.1.3. Produção vidrada de Lisboa

Temos um exemplar de prato fundo com perfil completo em vidrado plumbífero melado (nº 26). O bordo apresenta pequena aba e o corpo troncocónico assenta numa base com ligeiro destaque.

Dois potes de pequenas dimensões integram este conjunto de peças vidradas (nºs 29-30). Apresentam colo com paredes verticais preenchidos com nervuras e lábio de secção circular no primeiro caso e triangular na segunda peça. Nos dois potes o corpo é globular, mas com pequena canelura junto à base que assenta no pé em bolacha no exemplar nº 30. Possuem duas pegas horizontais, de secção circular aplicadas na zona mezial da peça. O pote nº 29 apresenta paralelos em Alfama (Silva *et alii*, 2012: 82). A peça nº 30 surge em Cascais na Rua do Poço Novo (Cardoso e Rodrigues, 1999: 209); outro exemplar apareceu no poço dos Paços do Concelho em Torres Vedras (Luna e Cardoso, 2006: 108) ou ainda em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1998: 235). O vidrado verde é de boa qualidade e apresenta escorridos.

Um dos modelos mais relevantes neste contexto é o exemplar nº 25. Não pela questão formal, mas sim pela inscrição cursiva feita provavelmente por encomenda, indicando pertença de alguém: "Ama dae sol luyza", ou seja, ama dá só à Luísa. As superfícies

apresentam vidrado melado. Oferece perfil completo, lábio de secção semi-circular, paredes de curvas suaves assentando em pé anelar.
O exemplar nº 55 representa um canjirão. É uma peça com vidrado melado no interior e vidrado verde com escorridos no exterior. Devido às condições de jazida, o vidrado apresenta-se embaçado. A boca é polilobada, o colo vertical com caneluras, o corpo é ovóide e o fundo assenta em base plana. A asa canelada, de secção triangular encontra-se elevada ao nível do bordo. Encontramos paralelos num modelo datado do século XV na carga do navio Ria de Aveiro e da zona Ria de Aveiro B (Carvalho e Bettencourt, 2012, 737), (Alves *et alii*, 1998: 210).

3.1.4. Cerâmica fosca de Lisboa

A cerâmica fosca encontra-se presente através de um pequeno conjunto minimamente representativo dado o volume de peças exumadas neste contexto. Impossível neste momento fazer uma contabilização, uma vez que ainda decorrem os trabalhos de escavação. Contudo, deixamos aqui alguns exemplares de perfil completo e todos eles com abundantes vestígios de cal.
Os pratos (nºs 23 e 24), peças de mesa, apresentam idêntica tipologia. Aba curta horizontal, parede curva e fundo em aresta bem marcada. Existem paralelos para estes exemplares em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1998: 249; 2012: 513); em Cascais, no Beco dos Inválidos, foi exumado um prato com idênticas características (Cardoso e Rodrigues, 1999: 209).
A peça nº 26 corresponde a um prato fundo de pequena aba, paredes rectas que assentam em fundo com aresta bem demarcada. O convento de Santana em Lisboa ofereceu modelo idêntico (Gomes, 2013: 1063), tal como em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999: 209). Os contentores de líquidos estão representados através de um conjunto homogéneo de peças, entre as quais dois barris (nºs 27 e 28). São modelos de bojo tulipiforme com espalda troncocónica terminando num colo estreito, onde se regista um gargalo curto, mas bem destacado. Apresentam duas asas que no caso da peça nº 27 são sobrelevadas. Este barril apresenta a particularidade de apresentar defeito por amolgadela, bem como a falta do gargalo. Tal facto não impediu a sua comercialização, tendo sido provavelmente adquirido a um preço de acordo com as peças de refugo. São exemplares datados do século XVI com várias referências em diversos locais, tal como em Silves (Gomes, 1998: 284); em Aveiro (Alves *et alii*, 1998: 191); o mesmo para Lisboa, na rua João do Outeiro (Diogo e Trindade, 1988: 191). Alejandra Gutiérrez no congresso dos "Velhos e Novos Mundos" apresentou exemplares de barris de produção portuguesa encontrados em contextos de exportação (Gutiérrez, 2012: 40).
As panelas encontram-se representadas por cinco exemplares. Com o nº 31 temos uma panela datada do século XVI. O bordo de secção circular sobre nervura, da qual evolui para corpo com paredes ligeiramente curvas. Assenta em base plana. Encontra paralelos em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 2008: 102) e ainda em Lisboa, na Rua João do Outeiro (Diogo e Trindade, 1998: 264).
A panela nº32 apresenta colo com caneluras, bordo ligeiramente introvertido de secção quadrangular. O corpo, globular, assenta em base plana e as pegas horizontais estão aplicadas na zona mezial da peça. Forma característica do século XVII apresenta paralelos em Lisboa (Diogo e Trindade, 2002: 291); também na Rua do Benformoso na Mouraria (Marques *et alii*, 2012:127). O terceiro exemplar (nº 33), de perfil incompleto, corresponde a um fragmento de bordo com secção quadrangular, encontrando paralelos num conjunto significativo em Cascais, na Rua do Poço Novo (Cardoso e Rodrigues, 2008. 104-105). De igual modo o exemplar nº 34, também de perfil incompleto, conhece grande difusão em contextos domésticos. Mais uma vez encontramos referências na Rua do Poço Novo em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 2008: 102)
Nos trabalhos que desenvolvemos na ETAR de Alcântara, o poço ofereceu, entre o espólio recolhido, panelas similares ao exemplar nº 35 (Batalha e Cardoso, 2013: 134); ainda com paralelos na Rua do Benformoso – Mouraria (Marques *et alii*, 2012:127). São panelas de bordo com secção quadrangular, lábio plano, corpo globular, duas asas caneladas de secção oval e fundo em ônfalo. É ainda o caso de Palmela onde se registaram também idênticos exemplares (Fernandes e Carvalho, 1998: 235; Fernandes, 2012: 512). A peça nº 36 faz parte do reportório cerâmico de cozinha. Geralmente designada por frigideira, este exemplar assume também a designação de papeira. Revela perfil completo, bordo de secção circular e duas pegas triangulares. Assenta em base convexa. Encontramos paralelo com dois exemplares do Beco dos Inválidos em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999:203); no poço seiscentista da ETAR de Alcântara (Batalha e Cardoso, 2013: 136); em Palme-

la (Fernandes e Carvalho, 1998: 239); ainda em Lisboa, na rua dos Correeiros (Diogo e Trindade, 2002: 291) e na Mouraria (Marques *et alii*, 2012: 127). Um outro exemplar (nº 37) corresponde a outro modelo de papeira que difere da anterior na medida em que as pegas horizontais foram aplicadas na zona mesial da peça e esta assenta em base plana. O Beco dos Inválidos em Cascais ofereceu um exemplar similar (Cardoso e Rodrigues, 1999: 203). A peça nº 38 corresponde a um testo de paredes espessadas, bordo em aba, assenta em base plana e possui pitorra. É um modelo recorrente nesta cronologia e damos como exemplo o paralelo com o exemplar encontrado no Beco dos Inválidos em Cascais, (Cardoso e Rodrigues, 1999: 199) ou na Rua do Poço Novo (Cardoso e Rodrigues, 2008: 107) e também na rua do Benformoso – Mouraria. (Marques *et alii*, 2012: 127). O exemplar nº 39 apresenta forma e decoração que o colocam provavelmente entre os elementos decorativos de jardim como base de vaso, dado o tratamento de superfície ser rugoso. Apresenta aba bem destacada e decorada. O corpo, com paredes verticais oferece uma banda preenchida com sucessivos ônfalos. O fundo assenta em base plana.

Os púcaros em cerâmica fosca integram as peças de mesa. Correspondem às formas mais arcaicas destas cronologias devido à ausência de decoração e formas mais simples. É o caso dos exemplares nºs 40, 41 e 42. O primeiro exemplar apresenta colo envasado, estrangulado, corpo globular, com pé em bolacha e asa canelada com secção triangular. Encontra paralelos em Lisboa (Diogo e Trindade, 1988: 353), tal como na Ria de Aveiro (Alves, 1998: 194). A peça nº 41 oferece colo vertical, cilíndrico, com bordo fino boleado e corpo com bojo oval achatado e bem acusado assente em base plana. O paralelo mais próximo encontra-se em Cascais, no convento da Piedade (Cardoso e Rodrigues, 1999: 210). O púcaro nº 42, de pequenas dimensões, apresenta colo alto, cilíndrico com bordo afilado. O bojo oval, igualmente achatado sobrepõe-se a um ressalto sobre base plana. A asa, canelada, apresenta secção triangular. Por último apresentamos um púcaro em cerâmica fosca com a particularidade de se encontrar brunido. O acabamento de superfície é excelente, facto que lhe confere requinte, sendo sem dúvida uma peça de mesa. O colo é curto e convexo, lábio arredondado, corpo globular com uma cartela bem definida por duas caneluras largas, assente em base plana. A asa é canelada e de secção triangular.

O conjunto dos contentores de líquidos em cerâmica fosca integra quatro almotolias (nºs 50, 51, 52 e 53) e uma infusa (nº 54). Estes exemplares caracterizam-se por apresentarem pequenos gargalos, colos cilíndricos, ombros descaídos, bojos globulares ou ovóide na peça nº 52 que também apresenta bordo trilobado e as bases maioritariamente em bolacha. As asas são caneladas, de secção triangular, e ovóide na peça nº 51. Este exemplar encontra paralelo em Silves nos fornos da rua Elias Garcia (Gomes, 2008: 289); também em Cascais, o Beco dos Inválidos ofereceu um exemplar idêntico à peça nº 52 (Cardoso e Rodrigues, 1999: 205). A almotolia nº 53, tal como o barril nº 27, apresenta defeito de produção junto à base.

3.1.5. Cerâmica modelada

Púcaros (nº 43, 45, e 47)

A cerâmica modelada confirma ser um dos modelos formais introduzidos nos finais do século XVI com maior difusão. Devido às suas características estéticas são modelos que se perpetuam até inícios do século XIX e conhece grande dispersão por todo o território nacional.

O seu polimorfismo com características "barrocas" associado a um certo requinte, explica a sua difusão, com uma presença de destaque em todas as habitações, sobretudo à mesa. Não se encontra ainda bem definida a funcionalidade de algumas peças. Na verdade, a maioria dos púcaros eram utilizados para beber, mas alguns exemplares poderiam ter função decorativa devido ao facto de apresentarem bordos reticulados e irregulares (Santos, 2008: 328).

Alguns modelos de púcaros modelados são bem representativos. É o caso do conjunto constituído por cinco exemplares exumados neste silo, através dos quais a diversidade formal e o tamanho são bem evidentes.

Estas peças em análise apresentam paredes finas e acabamento de superfície de boa qualidade. Cozidas em meio oxidante, as pastas são bem depuradas e homogéneas. Na componente cromática predominam os barros vermelhos.

O exemplar nº 43, peça de perfil completo, apresenta bordo boleado, envasado, de secção circular com canelura. A asa é vertical de secção canelada. O bojo encontra-se decorado com uma banda de ônfalos e o fundo assenta numa base plana. A peça nº 45 de perfil completo apresenta bordo boleado de secção circular, canelura e moldura exterior com incisões

ovóides. O corpo é globular com dupla banda de incisões onduladas e dupla asa vertical de secção canelada. O fundo assenta num pé em bolacha. Com o nº 46, temos um exemplar de colo envasado, bordo boleado de secção circular e canelura, com moldura exterior no sobrelanço vertical, preenchida com decoração fitomórfica inserida em semi-círculos incisos. O bojo oferece uma banda de incisões circulares. Apresenta dupla pega torcida. Por último, com o nº 47 apresentamos uma taça de perfil completo com bordo boleado de secção circular, envasado e canelura. O corpo com sobrelanço troncocónico apresenta uma banda com mamilos na zona mezial da peça. O fundo inflecte num pé anelar convexo.

Lisboa tem oferecido bons paralelos para a cerâmica modelada. É o caso do convento de Santana (Gomes *et alii*, 2013: 1057); na Rua do Benformoso, na Mouraria (Marques, Leitão e Botelho, 2012: 128); Pátio do Linheiro, Largo dos Trigueiros (Bargão e Ferreira, 2013: 1049); Castelo de São Jorge, embora pouco representativos (Gaspar e Gomes, 2012: 723); no edifício do Aljube em Lisboa, foi exumado, do ponto de vista formal e decorativo, um importante conjunto de cerâmica modelada (Santos, 2008). Contudo, a dispersão destes modelos verifica-se noutros contextos regionais. É o caso de Cascais, na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (Rodrigues *et alii*, 2012: 869). Ainda em Cascais, no convento de Nossa Senhora da Piedade (Cardoso e Rodrigues, 2002: 273, 283). Em Coimbra, no Museu Machado de Castro surgiram bons paralelos para alguns dos exemplares do silo de Santa Helena (Silva, 2012: 887); Évora também ofereceu cerâmica modelada no paço dos Lobos da Gama num contexto de esgoto (Lopes e Roque, 2012: 203). No convento de Santa Clara, em Moura, embora descontextualizado, foi exumado um excelente conjunto de taças em cerâmica modelada, datadas do século XVII (Rego e Macias, 1994: 151; Macias e Rego, 2007). Em Silves na rua Elias Garcia, os fornos datados do final do século XVI ofereceram um conjunto de taças e púcaros modelados. Embora a decoração seja consentânea com um único padrão decorativo, sobressaem os ônfalos de projecção vertical e horizontal (Gomes, 2008: 283).

O poço dos Paços do Concelho em Torres Vedras também ofereceu cerâmica modelada datada do século XVII (Luna e Cardoso, 2006: 108); o mesmo em Palmela, onde várias intervenções na vila ofereceram cerâmica com estas características (Fernandes e Carvalho, 2003: 248); no Porto, embora numa breve referência, foram igualmente exumados alguns fragmentos de peças modeladas (Barreira, Dórdio e Teixeira, 1998: 175). No convento de Santana de Leiria, entre o conjunto de cerâmica fina decorada, surgiram catorze fragmentos com motivos ovóides, círculos e linhas onduladas (Trindade, 2012: 534-535).

Na iconografia portuguesa verifica-se a representação de cenas nas quais estão presentes alguns modelos referentes a estes exemplares que testemunham, ajudando a compreender o quotidiano dos espaços domésticos. Deste modo, destacamos o trabalho elaborado por Joana Gonçalves sobre esta temática na pintura Josepha D'Aiyalla (Gonçalves, 2013: 1145-1153).

Neste pequeno conjunto em análise destacamos alguns objectos decorativos ao nível da estatuária, tal como uma peça ovóide em forma de peixe que é simultaneamente um contentor de líquido (nº 58). Muito peculiar, apresenta-se incompleto. Expressivo na sua composição, apresenta, contudo, um fabrico pouco cuidado. Os olhos encontram-se desnivelados, tal como o corpo em relação ao eixo central. Hipoteticamente poderá estar relacionado como elemento decorativo de jardim, na medida em que a base apresenta vestígios de assentamento noutro elemento cerâmico. Por outro lado, o topo da peça oferece uma pequena área preenchida por orifícios. Avançamos com a proposta de poder ter funcionado como floreira.

Um dos olhos ainda conserva uma pequena conta perfurada, em azul e o corpo apresenta decoração incisa, pequenos pontos, traços e círculos a barbotina. Facto interessante, esta peça foi parcialmente levantada à roda rápida. A cozedura é oxidante e apresenta características das produções de Lisboa.

3.1.6. Estatuária

Foi exumada uma pequena estatueta vidrada, melada, de perfil incompleto (nº 57). Pensamos que retrata uma figura feminina, embora estilizada, podendo tratar-se de um zoomórfico com atributos femininos. A pasta, dura, rosada, apresenta glunometria fina, ao que indica uma provável produção sevilhana. Recolheu-se uma pequena cabeça de uma figura antropomórfica coberta de cal (Figura 7). Escultura de boa qualidade apresenta na zona do pescoço um orifício que poderá ter sido utilizado para fixar a cabeça a um corpo. Não encontrámos paralelos para este tipo de peça.

No meio dos objectos recolhidos encontra-se uma

gárgula que representa um negro. De barro vermelho tem decoração empedrada de quartzo leitoso. É um trabalho rústico muito singelo executado certamente por um dos oleiros de Lisboa, Solange Parvaux, apresenta uma peça muito idêntica, realizada nos anos 60 do século XX, nas olarias de Elvas para satisfazer uma encomenda realizada para integrar a decoração do castelo de São Jorge em Lisboa (Parvaux, 1968: Pl. XXXVI).

3.2. Artefactos em osso

Apresentamos um elemento de torre de roca em osso (nº 59). De secção circular, com um comprimento de 102mm, foi elaborado numa única peça e finamente decorado com um conjunto de anéis onde são visíveis ligeiras incisões diagonais. Existe ainda um espaço aberto onde é visível um eixo central de secção circular, circundado por quatro pequenas hastes carenadas e decoradas. Encontra-se praticamente completo.

Também em osso, existem duas agulhas parcialmente inteiras (nºs 60-61). A mais pequena apresenta corte de secção circular, um comprimento de 58mm, enquanto na maior o corte é de secção oval e mede 120mm. As duas possuem orifício e carecem da extremidade distal.

3.2.1. Componente lúdica

Um pequeno dado faz parte dos objectos em osso (nº 62). Bem preservado e executado, mede 8x8x8mm. As marcas faciais encontram-se bem visíveis.

Sabemos que o jogo de dados é uma actividade lúdica ancestral. Contudo, estas peças não têm grande representatividade nestes contextos arqueológicos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos materiais provenientes de um silo do palácio de Santa Helena é o reflexo das vivências de uma comunidade da Lisboa dos séculos XVI-XVII. Foi possível por via da mesma, distinguir conjuntos que referenciam níveis sociais mais abastados, através de peças de maior prestígio, de outros associados a um estrato de população com menos recursos, como é o caso das peças adquiridas com defeito. Contudo, facto transversal a todo este universo é a demonstração dos efeitos das pestes, presentes em todos eles pelos vestígios da aplicação de cal, com o fim de eliminar possíveis contágios mediante a sua utilização.

O conjunto que apresentamos reveste-se de alguma diversidade, quer ao nível formal, como decorativo, facto que lhe confere características bem contextualizadas atendendo à época sobre a qual incide este estudo.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Mariana Brito (2016) – Portuguese faience at Convent of Jesus (Setúbal). In Gomes, R. V.; Casimiro, T. M.; Gomes, M. V. (eds), *Proceedings of the first International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*. Instituto de Arqueologia e Paleociências – IAP, Universidade Nova de Lisboa, pp. 141-150.

ALVES, Francisco; RODRIGUES, Paulo; GARCIA, Catarina; ALELUIA, Miguel (1998) – A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV, *Ria de Aveiro A* e da zona *Ria de Aveiro B*. Aproximação tipológica preliminar. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 185-210.

AMARO, Clementino; FILIPE, Vanessa; HENRIQUES, José Pedro; MANSO, Cláudia Rodrigues (2013) – Prisão do Aljube no século XVI – vidros, majólica italiana e cerâmica esmaltada espanhola. In *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1019-1024.

BARGÃO, André; FERREIRA, Sara (2013) – Pátio Linheiro, Largo dos Trigueiros: um exemplo da Lisboa seiscentista. In *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1049-1055.

BARREIRA, Paula; DORDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo (1998) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 145-184.

BATALHA, Luísa; CARDOSO, Guilherme (2013) – Um poço Seiscentista no Vale de Alcântara (Santa Isabel, Lisboa). In *EMERITA* – Estudos de Arqueologia e Património Cultural, 1. Lisboa, pp. 113-140.

BATALHA, Luísa; CAMPÔA, Andreia; CARDOSO, Guilherme; NETO, Nuno; REBELO, Paulo; SANTOS, Raquel (2012) – Vestígios de um centro produtor de Faiança dos séculos XVII-XVIII: dados de uma intervenção arqueológica na rua de Buenos Aires nº 10, Lisboa. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 2 (Arqueoarte)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 951-962).

BATALHA, Luísa; CARDOSO, Guilherme; NETO, Nuno; REBELO, Paulo; SANTOS, Raquel (2016) – Portuguese faiance found at 10 Buenos Aires Street Pits – Lisbon (17th-18th centuries). In Gomes, R. V.; Casimiro, T. M.; Gomes, M. V. (eds), *Proceedings of the first International Conference of*

Portuguese Faience (16th-19th centuries). Instituto de Arqueologia e Paleociências – IAP, Universidade Nova de Lisboa, pp. 27-38.

BOAVIDA, Carlos; CASIMIRO, Tânia Manuel; SILVA, Telmo (2016) – Portuguese Faiance in Santarém: evidence from two convents. In Gomes, R. V.; Casimiro, T. M.; Gomes, M. V. (eds), *Proceedings of the first International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*. Instituto de Arqueologia e Paleociências – IAP, Universidade Nova de Lisboa, pp. 257-262.

BOTELHO, Paulo; FERREIRA, Sónia (2016) – Faianças portuguesas de Faro (Século XVII): novos dados para o seu estudo. In Gomes, R. V.; Casimiro, T. M.; Gomes, M. V. (eds), *Proceedings of the first International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*. Instituto de Arqueologia e Paleociências – IAP, Universidade Nova de Lisboa, pp. 247-256.

CAESSA, Ana; BARGÃO, André; MARQUES, António; FERREIRA, Sara (2016) – Cerâmicas Finas de Idade Moderna do Pátio Linheiro (Mouraria, 2010). In Gomes, R. V.; Casimiro, T. M.; Gomes, M. V. (eds), *Proceedings of the first International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*. Instituto de Arqueologia e Paleociências – IAP, Universidade Nova de Lisboa, pp. 111-124.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1999) – Tipologia e Cronologia de Cerâmicas dos Séculos XVI, XVII XIX Encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval* 6. Porto: Edições Afrontamento / Campo Arqueológico de Mértola, pp. 193-212.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (2008) – As cerâmicas do Poço Novo II. In *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 95-108.

CARVALHO; Patrícia; BETTENCOURT; José (2012) – De Aveiro para as margens do Atlântico. A carga do navio RIA de Aveiro e a circulação de cerâmica na época moderna. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 2 (Arqueoarte).* Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 733-746.

DIOGO, Dias António; TRINDADE, Laura (1998) – Intervenção Arqueológica na Rua João do Outeiro, nºs 36/44, na Mouraria, em Lisboa. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 257--265.

FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO, António Rafael de (1998) – conjuntos cerâmicos pós-medievais de Palmela. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 211-255.

FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO, António Rafael de (2002) – A loiça Seiscentista do Convento de S. Francisco de Alferrara (Palmela). In *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 231-252.

FERNANDES, Isabel Cristina (2012) – O último convento da Ordem de Santiago em Palmela: dados arqueológicos da intervenção no pátio fronteiro à igreja. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 2 (Arqueoarte).* Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 699-710.

FIGUEIREDO, José Anastasio de (1800) – Nova História da Ordem Militar de Malta e dos senhores Grão Priores della em Portugal. Lisboa, com Licença e Privilégio Real.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana (2012) – A cerâmica moderna do castelo de S. Jorge: produção local de cerâmica comum, pintada a branco, moldada e vidrada e de Faiança. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 2 (Arqueoarte).* Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 719-732.

GODINHO, Anabela Silva de Deus (2008) – Lisboa através dos registos paroquiais da Sé: população e sociedade (Séc. XVI-XVIII). CITCM – Centro de Investigação Transdiciplinar Cultura, Espaço e Memória. FCT PTDC / HIS-HIS / 099228 / 2008.

GOMES, Mário Varela (2008) – Dois fornos de cerâmica de Silves (séculos XVI-XVII – notícia preliminar. In *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 271-292.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela; ALMEIDA, Mariana; BOAVIDA, Carlos; NEVES, Dário; HAMILTON; Kierstin; SANTOS, Carolina (2013) – Convento de Santana (Lisboa). Estudo preliminar do espólio da fossa 7. In *Arqueologia em Portugal – 150 Anos.* Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1057-1065.

GONÇALVES; Joana (2013) – Objectos do Quotidiano na Pintura de Josepha d'Ayalla. Imaginário ou realidade arqueológica? In *Arqueologia em Portugal – 150 Anos.* Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1145-1153.

GONZALES, Cristina (2012) – Os Novos Espaços da Cidade Moderna. Uma Aproximação à Ribeira de Lisboa através de uma intervenção no Largo do Trigo. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 1 (Arqueoarte).* Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 85-94.

GUTIÉRREZ; Alejandra (2012) – Of sundry colours and mouldes. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 1 (Arqueoarte).* Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de

Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 37-50.

LOPES, Gonçalo; ROQUE, Conceição (2012) A intimidade palaciana no século XVII. Objectos provenientes de um esgoto do Paço dos Lobos da Gama (Évora). Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 1 (Arqueoarte).* Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 201-208.

LUNA, Isabel; CARDOSO Guilherme (2006) – Nota preliminar sobre as cerâmicas do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras. In *II Seminário do Património da Região Oeste.* Cadaval: Câmara Municipal do Cadaval, pp. 99-112.

MACIAS; Santiago; REGO, Miguel (2007) – Convento de Santa Clara-Moura. Um conjunto cerâmico do século XVII. Câmara Municipal de Moura.

MARQUES, António; LEITÃO, Eva; BOTELHO, Paulo (2012) – Rua do Benformoso 168/186 (Lisboa – Mouraria / Intendente). In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 1 (Arqueoarte).* Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 123-134.

OSÓRIO, Maria Isabel Pinto; SILVA, António Manuel (1998) – Cerâmicas vidradas da época moderna no Porto. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 283-314.

PARVAUX, Solange (1968) – *La Céramique Populaire du Haut-Alentejo*. Fondation Calouste Gulbenkian Publications du Centre Culturel Portugais, Presses Universitaires de France, Paris.

SABROSA; Armando (2008) – As faianças da Casa Corte Real, Largo do Corpo Santo, Lisboa. In *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 109-142.

SANTO, Patrícia Augusto (2008) – Cerâmicas de cronologia moderna do edifício do Aljube em Lisboa. *In Revista Portuguesa de Arqueologia,* vol. 11, 2. IGESPAR, pp. 325-345.

SILVA, Carlos Tavares da; DUARTE, Ana (2016) – Faianças portuguesas em contexto de lixeira da Setúbal moderna. In Gomes, R. V.; Casimiro, T. M.; Gomes, M. V. (eds), *Proceedings of the first International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*. Instituto de Arqueologia e Paleociências – IAP, Universidade Nova de Lisboa, pp. 161-168.

SILVA, Ricardo Costeira da (2012) – Primeira Abordagem a um depósito Moderno no Antigo Paço Episcopal de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro). In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 2 (Arqueoarte).* Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 877-890.

SILVA, Rodrigo Banha da; MIRANDA, Pedro; VIEIRA, Vasco Noronha; VICENTE, António Moreira; LOPES, Gonçalo; NOZES, Cristina (2012) – Largo do Chafariz de Dentro: Alfama em época moderna. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 1 (Arqueoarte).* Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 71-84.

REGO, Miguel; MACIAS, Santiago (1993) – Cerâmicas do século XVII do Convento de Santa Clara (Moura). *Arqueologia Medieval*. Porto, 3, pp. 147-159.

RODRIGUES, Severino; BOLILA, Catarina; FILIPE, Vanessa; HENRIQUES, João Pedro; RIBEIRO; Inês Vaz; SIMÕES, Sara Teixeira (2012) – As cerâmicas de Idade Moderna da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, Cascais. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 2 (Arqueoarte).* Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 865-876.

TRINDADE; Ana Rita (2012) – Cerâmica dos séculos XV a XVIII do Convento de Santana de Leiria: História e vivências em torno da cultura material. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 1 (Arqueoarte).* Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 527-538.

TRINDADE, Laura; DIOGO, António Dias (2002) – Cerâmicas de Barro Vermelho de Entulhos do Terramoto de 1755 Provenientes da Sondagem 14 da Rua dos Correeiro, em Lisboa. In *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 285-293.



Figura 1 – Vista geral do limite Sul do pátio, sendo visíveis as sepulturas islâmicas, um dos silos e o conjunto de estruturas de época Moderna.



Figura 2 – Vista geral do limite Sul do pátio, sendo visíveis as sepulturas islâmicas, um dos silos EU [1257].



Figura 3 – Estrutura negativa com diâmetro, EU [1257].

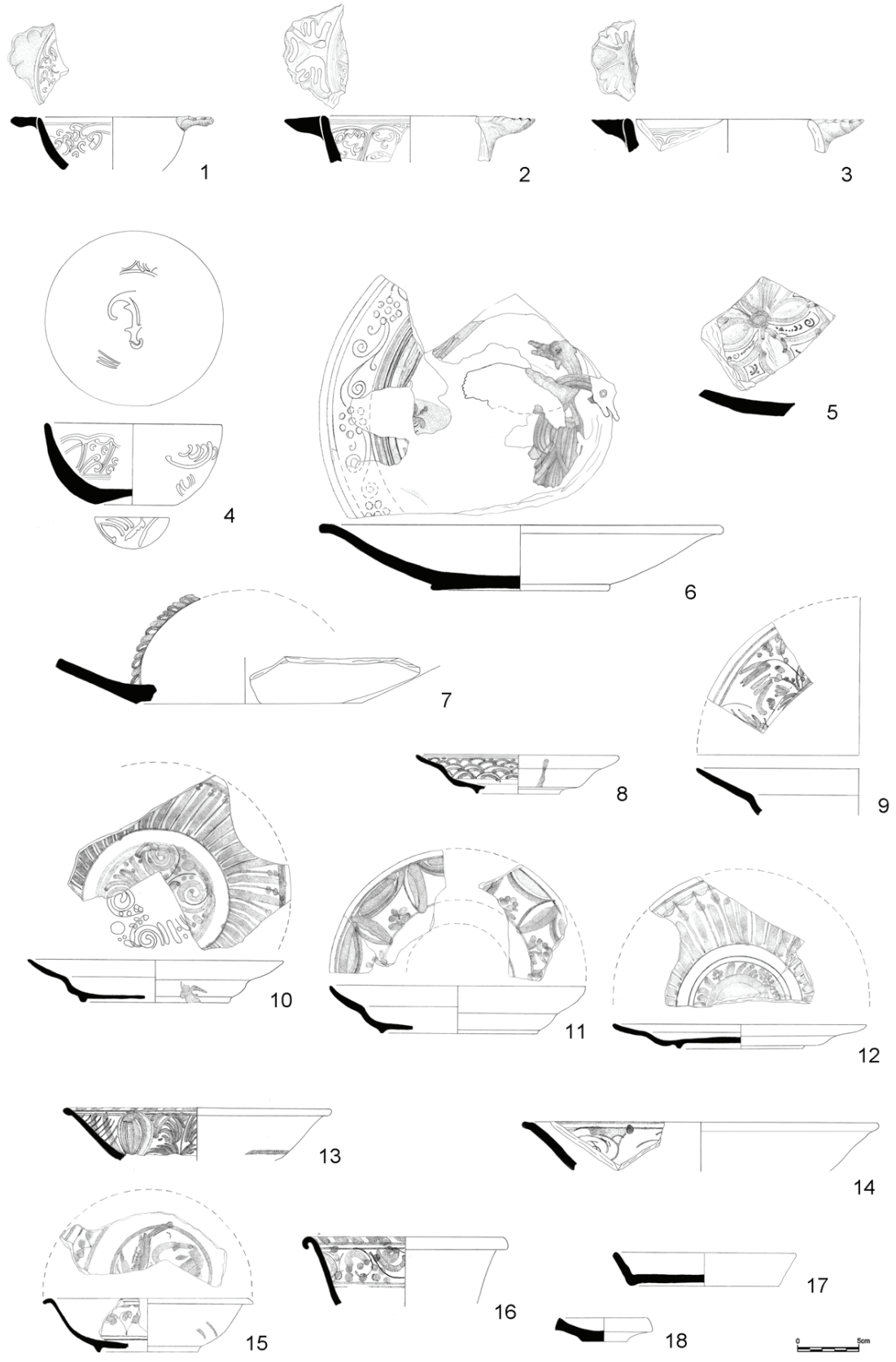


Figura 4 – Cerâmica de mesa esmaltada.

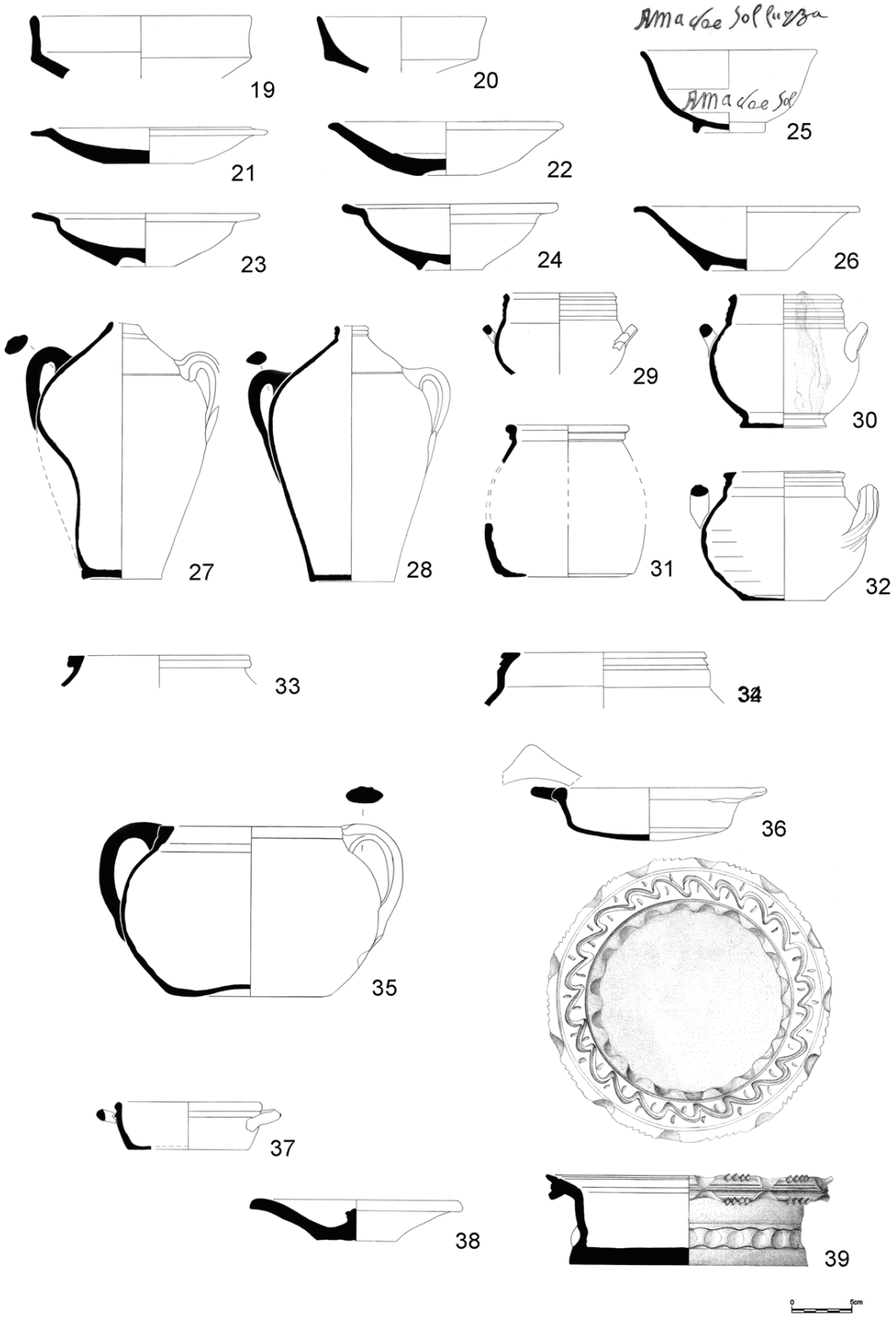


Figura 5 – Cerâmica doméstica vidrada e fosca.

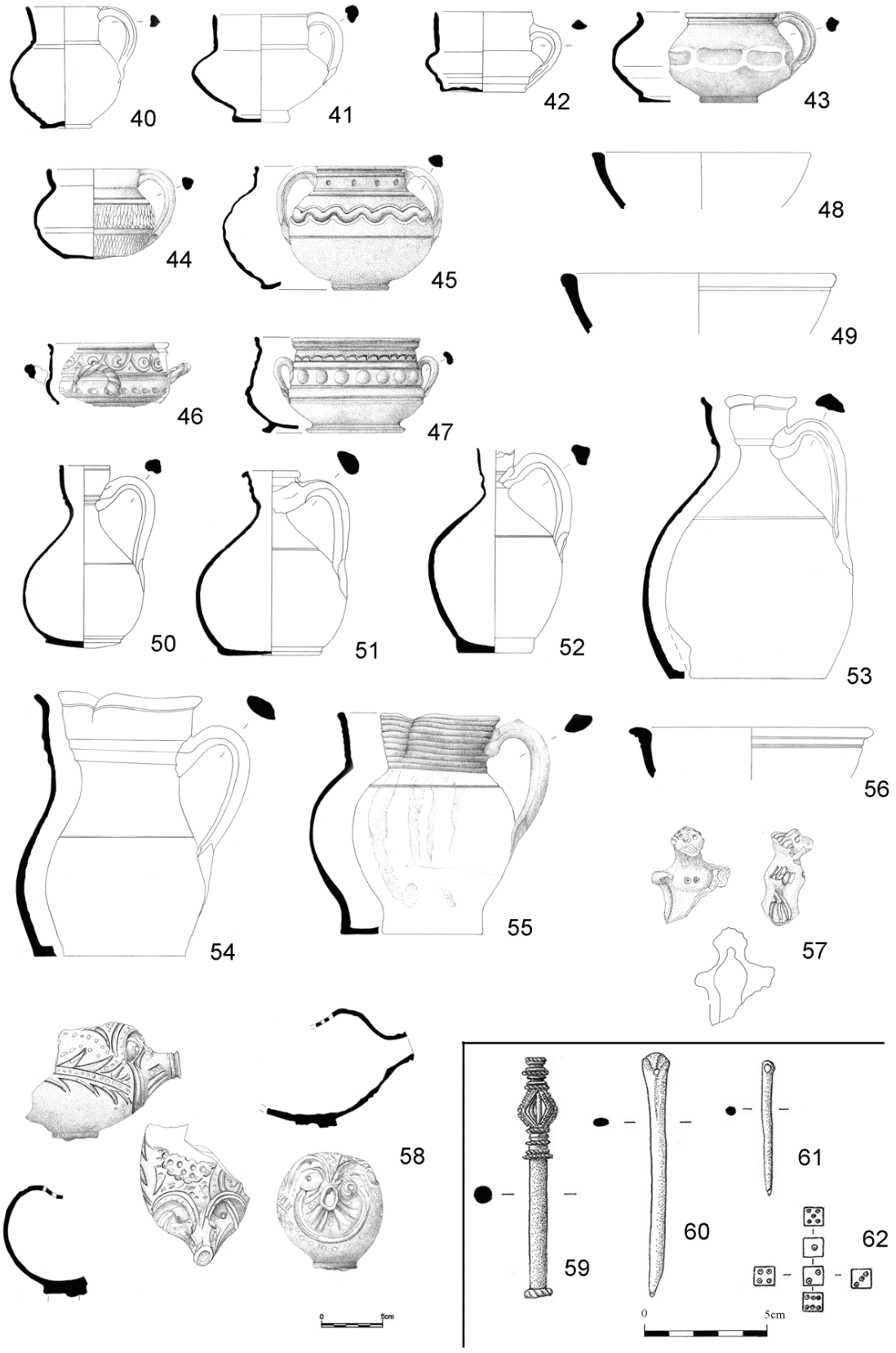


Figura 6 – Cerâmica doméstica fosca e objectos de osso.



Figura 7 – Cabeça de cerâmica. Imagem religiosa?



Figura 8 – Gárgula de cerâmica pedrada representando cabeça de negro.

ESTRUTURAS PRÉ-POMBALINAS E ESPÓLIO ASSOCIADO NO PÁTIO JOSÉ PEDREIRA (RUA DO RECOLHIMENTO E BECO DO LEÃO, FREGUESIA SANTA MARIA MAIOR)

Anabela Joaquinito[1]

RESUMO

No Pátio José Pedreira, as estruturas arquitetónicas associadas aos atuais edifícios revelaram o que sobreviveu de edifícios quinhentistas e que inclui uma porta com cantaria, duas calçadas, paredes em taipa, elementos decorativos em estuque, uma conduta e um pavimento em tijoleira, em excelente estado de conservação. As áreas habitacionais foram aterradas, com um espólio conotado com as funções quotidianas, de cronologia dos séculos XVI e XVII.

A intervenção arqueológica permitiu também identificar uma contínua ocupação do espaço, que inclui cronologias da Idade do Ferro, Romana, de período Islâmico, medieval cristão e moderno, e recolher um espólio com mais de 28 000 fragmentos inventariados, e que ainda se encontra em fase de estudo.

Palavras-chave: Habitações, Cerâmica, Estruturas quinhentistas, Faiança, Idade do Ferro.

ABSTRACT

In the José Pedreira Patio buildings, the architectural structures associated with the current buildings revealed what survived from 16th-century buildings and which includes a stone door, two sidewalks, mud walls, stucco decorative elements, a private conduit and a tiled floor, in excellent condition. The housing areas were grounded, with a collection connoted with the daily functions, chronology of the sixteenth and seventeenth centuries. The archaeological intervention also allowed identifying a continuous occupation of the space, which includes chronologies of the Iron Age, Roman, Islamic period, medieval Christian and modern, and collecting a collection with more than 28 000 fragments inventoried, and still in phase of study.

Keywords: Houses, Pottery, Fiftieth structures, Iron Age.

1. INTRODUÇÃO

O Pátio José Pedreira situa-se no interior do Castelo de S. Jorge, localizado na freguesia de Santa Maria Maior, possui dois acessos, um através de um portão no Beco do Leão e que permitia o acesso a um edifício dividido em 4 apartamentos e a antiga entrada principal na rua do Recolhimento nº 35, que após a passagem por uma escada de lioz, acedia a um pátio e a 6 casas, as quais resultavam do reaproveitamento máximo do espaço.

As intervenções arqueológicas e arquitetónicas foram realizadas no âmbito do projeto PIPARU, Programa de Intervenção Prioritária em Ações de Reabilitação Urbana, da câmara municipal de Lisboa, e que permitiu a reabilitação do conjunto de edifícios, alvo do presente trabalho.

As escavações arqueológicas abrangeram o interior de 3 edifícios, designados edifícios A, B (dividido em 2 compartimentos) e C (dividido em 3 compartimentos), e o exterior, denominado Pátio José Pedreira (rua do recolhimento) e o Pátio Norte, de acesso pelo

1. APIA; ajoaquinito@hotmail.com e anabela.joaquinito@apia.pt

Beco do Leão. A intervenção decorreu entre Março e Outubro de 2015, dirigida pela signatária deste artigo e que beneficiou do excelente trabalho dos arqueólogos José Pedro Henriques e Tânia Costa.
Os edifícios incluídos no Pátio José Pedreira foram sujeitos a diferentes reestruturações dos seus espaços, de carácter habitacional, dando origem a elementos arquitetónicos com uma cronologia alargada entre os séculos XVI e XX.

2. ENQUADRAMENTO

A rua do Recolhimento, na qual se localiza o pátio José Pedreira, era conhecida como a rua do Jardim, em 1539. Cerca de 100 anos mais tarde, toma o nome de rua das Órfãs e por altura do terramoto, em 1755, era conhecida como a rua do Hospital. A toponímia adapta-se à sucessiva ocupação da rua, e aí se instalou, em 1583, o recolhimento de órfãs da Senhora da Encarnação (fundado por D. João III para meninas órfãs da nobreza, *filhas de criados da casa real* – cujo espaço se torna reduzido face à excessiva ocupação, sendo necessário transferi-lo para as casas dos duques de Aveiro. O Recolhimento foi destruído aquando do terramoto de 1755, *que ardeu todo, mas cuja memória ainda se conserva no letreiro da rua do Recolhimento*. (Castilho, 1967)
O pátio José Pedreira foi sujeito a sondagens de diagnóstico pela empresa ERA em 2010, da responsabilidade da arqueóloga Mariana Paiva Pinto (Pinto,2011), que revelaram a larga ocupação cronológica, que se veio a confirmar, e a prévia identificação de algumas estruturas como o pavimento de tijoleira no edifício C e a presença de calçadas nos pátios.
A análise dos contextos arqueológicos foi realizada por edifício, e por compartimento, que originou a seguinte descrição sucinta das estruturas mais relevantes e respetivo espólio associado.

2.1. Edifício A

A área do atual edifício A, era constituído por dois edifícios de piso térreo, de cronologia contemporânea, as paredes em alvenaria de pedra dos dois edifícios foram demolidas dando lugar a um único edifício térreo. A escavação permitiu identificar uma calçada em bom estado de conservação de cronologia quinhentista com 2 fossas escavadas na calçada e associadas a materiais arqueológicos datados dos séculos XVI e XVII.
A fase mais antiga está representada pela U.E. [09], num depósito de sedimento de matriz argilosa de tonalidade vermelha, identificado na vala Norte, a estrutura negativa tipo fossa, a cerca de 0,50m de profundidade e de forma subcircular, apresentava vestígios de uma estrutura de combustão e com materiais associados da Idade do Ferro. A fossa foi parcialmente destruída pela construção da parede Sul do edifício B, compartimento 1. Sobre este depósito foi construída uma calçada de seixos rolados, com cerca de 16m² , na qual foram abertas duas fossas, e que exigiram a destruição de parte da calçada, e utilizadas como despejo de materiais, de cronologia entre os séculos XVI e XVII. A associação da calçada com os alicerces das paredes identificados na fase 3, permite colocar a hipótese de um pavimento interior de um compartimento, de funcionalidade desconhecida. Sobre as estruturas anteriores existiam dois depósitos, um correspondente a um aterro de sedimento arenoargiloso e o outro a uma lixeira com densidade elevada de carvão. Os materiais enquadram-se no período Moderno, com predominância para a cerâmica comum de cozinha e mesa e a presença significativa de cerâmica modelada (Figura 1).

2.2 Edifício B, Compartimento 1

O edifício B era formado por 3 pisos, dividido em 5 apartamentos, três com acesso pelo Beco do Leão e os restantes dois pela rua do Recolhimento, o acompanhamento arqueológico da picagem parietal permitiu definir os 3 tipos construtivos das paredes que caracterizam os edifícios:

1. parede em taipa de qualidade superior (parede sul), constituída por sedimento castanho fino com densidade média de pedra de reduzidas dimensões e fragmentos de tijolo/tijoleira. Apresenta camadas bem definidas de sedimento, com cerca de 15/20cm, intercaladas por camadas finas de argamassa de cal; finalizando com um reboco constituído por uma argamassa laranja robusta misturada com blocos de pedra calcária informe. Uma parede em taipa de qualidade inferior foi identificada na parede norte, constituída por sedimento castanho argiloso e materiais diversos com a função de espessamento, como fragmentos de cerâmica, pedras de pequena e média dimensões e em menor densidade fauna malacológica e terrestre, A sua inferior qualidade originou o seu desmoronamento parcial após se ter retirado o reboco, que se deveu a um sedimento pouco argiloso ou a uma deficiente

consolidação da taipa, traduzindo-se na presença de remendos, constituídos por fileiras verticais de tijolos.(Figura 2).

2. parede de alvenaria de pedra irregular, frontal ou estrutural, formada por argamassa amarela de areão com cal, pedra calcária informe e densidade reduzida fragmentos de materiais de construção e revestidas com reboco de cal e estuque;
3. paredes divisórias em tabique, conjunto de tábuas dispostas na vertical, com um fasquiado de madeira bifacial, preenchido com argamassa de cal de tonalidade laranja, pedra calcária e elementos cerâmicos, como tijoleira, de reduzida dimensão, e um revestimento com estuque. Espessura entre 9 a 12cm.

Neste compartimento, no piso 1, foi também identificado vestígios de uma antiga ornamentação de uma janela ou porta, ombreira chanfrada em estuque e tijoleira, confirmada pela presença de uma segunda ombreira em arco canopial central ladeado de outros pequenos arcos num vão no edifício C. Os elementos decorativos em estuque são redescobertos e incluídos nos edifícios a partir do século XVI, geralmente como decoração de janelas em andares superiores, comum em edifícios manuelinos e com paralelos em vãos cm ombreiras de arcos recortados em Alvito e em Óbidos e um idêntico ao referido na travessa Sobreira[2] em Castelo Branco.

A ombreira (Figura 3) com aproximadamente 2,1m de largura por 0,60m de altura, constituído por uma moldura formada por placas de tijoleira, com parâmetros métricos entre os 15cm e os 50cm de comprimento por 4 cm de largura e o interior composto por uma estrutura em estuque com motivos circulares concêntricos, os quais se encontram preenchidos com uma tijoleira semicircular. Somente um dos motivos decorativos está praticamente intacto, verificando-se 3 placas circulares de estuque sobrepostas, em ordem crescente. A estrutura foi posteriormente coberta com argamassa (Figura 3).

Durante a intervenção foi também exumado um importante conjunto cerâmico, um espólio de 4981 fragmentos de material arqueológico, dos quais 298 da Idade do Ferro, e identificar estruturas com uma diacronia ocupacional entre a Idade do Ferro e a Idade Moderna. Os contextos da Idade do Ferro, romano e islâmico (fossa) encontravam-se sob os níveis de pavimento e embasamento do edifício do século XVII, selado por um pavimento de calçada pós-terramoto.

Os resultados da escavação revelaram na sondagem 1-B1, no sector noroeste, um importante contexto romano, representado por uma unidade estratigráfica (U.E.[12]), composta por sedimento homogéneo compacto de textura argilosa de coloração amarela escura, e com abundantes fragmentos de ânfora, de tipo Dressel, T-7, greco-itálica, lusitana e tripolitana antiga, num total de 475 fragmentos e de cerâmica comum (429 fragmentos), o grupo inclui também densidade média de cerâmica de construção (*imbrice e tegulae*), dolia e brunida e densidade reduzida de terra sigillata (sudgálica, itálica, hispânica) e campaniense. Uma ocupação romana republicana persistente, que incluiu 2 fossas e um derrube em 3 fases, o qual era constituído maioritariamente por cerâmica de armazenamento e materiais de construção (Filipe, 2008). O conjunto de cerâmica romana foi recuperado numa estratigrafia também afetada pelo revolvimento provocado pela construção do edifício.

Com um espólio de mais de 1100 fragmentos, e a presença neste depósito de cerâmica associada à Idade do Ferro, destacando um prato de peixe brunido, com bordo em aba, tipologia identificada em intervenção anterior (Sousa, 2016) e 3 fragmentos com decoração pintada, um bordo com banda castanha e 2 de parede com banda negra e bandas vermelhas horizontais paralelas (Calado, Almeida, 2013). A produção cerâmica enquadra-se entre os séculos VIII a V a.C., de origem provavelmente regional, com uma tipologia diversificada.

A importância desta unidade reside no facto de estar subjacente (sector noroeste) a uma estrutura de função não identificada, colocando-se as hipóteses de ser um pavimento ou um robusto muro, constituída por uma pequena plataforma e uma rampa, separadas por um canal escavado no substrato, e cuja construção é formada por argamassa compacta e blocos de pedra calcária informe e que assenta no substrato. A estrutura possui 3,81 de comprimento por 1,20m de largura máxima e um ângulo de 45º e desconhece-se as suas dimensões originais, pois encontra-se encaixada a Norte e a Este pelas atuais paredes do edifício, a Sul, pela base de uma antiga parede de cronologia Medieval/Moderna e a Oeste, pelas intervenções realizadas desde a ocupação romana. A análise do conjunto cerâmico que fazia parte de uma parcela de um murete identificado sobre a área central da estrutura (EU.[26] e do depósito subjacente

2. http://www.cm-castelobranco.pt/municipe/patrimonio/detalhe-edificio/?id=1613#

(U.E.[25], permitiu atribuir-lhe uma cronologia da Idade do Ferro. (Ribeiro, Neto, Rebelo, 2017)
Os materiais arqueológicos associados a esta estrutura são significativos, recolhidos em duas unidades atribuídas à Idade do Ferro. A U.E [25] é composta por um sedimento argiloso compacto de tonalidade laranja escuro e totaliza 90 fragmentos cerâmicos. Registam-se 39 fragmentos de cerâmica cinzenta (Arruda, Freitas,2000), dos quais foi possível identificar 5 taças, de colo troncocónico, e 4 potes/panela. Nos exemplares de cerâmica fina, o engobe vermelho apresenta-se na superfície interna e ao exterior é reservado a um polimento cuidado, e recolheu-se um bordo em aba com canelura de um pequeno pote. A maioria da restante cerâmica comum apresenta paredes retas com pasta vermelha e o acabamento final consiste somente em alisamento bifacial ou engobe laranja e polimento, de referir a decoração em 2 fragmentos de parede, um composto por bandas horizontais vermelhas pintadas e o segundo com uma banda negra.
A U.E[26], consiste em parte de um murete, junto à parede norte do edifício, com cerca de 0,25m de altura, constituído por sedimento argiloso de tonalidade alaranjada, clastos de pequena e média dimensão e composto por um grupo de 29 fragmentos, quase exclusivo de cerâmica comum da Idade do Ferro. Os fragmentos apresentam pastas laranja e mista (cerne cinza e vermelha), e o acabamento final consiste em engobe exterior e polimento. Destacam-se somente 2 fragmentos com engobe branco (Figura 4).
Em período islâmico, uma fossa, de atual forma semicircular, foi escavada na estrutura e da qual proveio um conjunto cerâmico representado por fragmentos de cerâmica comum decorados com faixas brancas correspondendo a jarros, cântaros e taças e com vidrado verde, cujos bases anelares e bordos permitiram identificar taças e tijelas.

2.3. Edifício B, compartimento 2

(Figura 5)
Na parede Este foi identificado um emolduramento de uma porta original quinhentista de acesso ao exterior, atualmente embutida na parede meeira da casa vizinha, e anexa à parede de acesso ao edifício C. A porta apresenta um emolduramento em cantaria com lintel reto suportado por colunas, posteriormente escondida por reboco, e a que se acedia por escada, que foram aterrados com um enchimento de cerca de 1,5m de diâmetro por cerca de 0,80m de altura, formado por uma lixeira com centenas de fragmentos de cerâmica, vidro, metais e osso. Após retirar-se o enchimento, ficou a descoberto o negativo de três degraus. A estrutura encontrava-se delimitada por um murete em alvenaria em razoável estado de conservação. Os materiais arqueológicos dos séculos XVI e XVII, compõem uma "lixeira" idêntica às identificadas nos edifícios A e C, sobre a calçada e o pavimento de tijoleira, respetivamente, correspondendo a um encerramento intencional das estruturas.
Na área Norte foi identificado uma unidade de cronologia romana destruída pela construção de uma parede de alvenaria de pedra de cronologia Medieval ou Moderna (U.E.[09]), parcialmente demolida em período indeterminado, e da qual somente restou a sua base, com 0,38m de altura máxima e 7,1m de comprimento. Uma das extremidades da base da parede foi reaproveitada na criação de um pequeno compartimento de planta semicircular, cujas paredes são formados por blocos calcários de média e grande dimensão e fragmentos de uma mó, somente emparelhadas sem o uso de um ligante, e que registava um comprimento máximo interior de 1,05m. No seu interior foi detetado o negativo de uma tábua de madeira carbonizada e uma argola de metal associado a um fragmento de um osso longo, tratava-se provavelmente de um espaço para guardar um animal, um pequeno curral, numa área definida como um pátio ou quintal, num período que antecedeu a construção do edificado quinhentista (Figura 6).
E anexa à parede Norte, no depósito mais antigo do compartimento, foi identificada uma fossa com um conjunto de ânforas, que inclui uma Tripolitana Antiga de perfil completo, única no nosso território, e que foi analisada, assim como o restante conjunto anfórico pelo arqueólogo Victor Filipe, que concluiu ser composto por 147 fragmentos classificáveis, isto é, bordos, fundos e asas, correspondendo a um Número Mínimo de 63 Indivíduos. Destes, 90% correspondem a ânforas republicanas e 8% a ânforas produzidas durante o principado, sendo os restantes 2% de cronologia indeterminada.
No conjunto mais alargado das ânforas republicanas dominam as importações da Península Itálica, 51%, sobretudo o vinho transportado nos típicos contentores desta Época, de tipo Dressel 1 e Greco-Itálico, 49%, face à residual importação de azeite da área brindisina, 2%, em ânforas ovóides.
As produções da área costeira meridional da pro-

víncia hispânica da Ulterior estão também muito bem representadas, 38,6%, exclusivamente por contentores destinados ao transporte de preparados piscícolas (T-7.4.3.3. – 36,8%; e T-9.1.1.1. – 1,8%). As importações do Norte de África resumem-se a 3,5%, e são representadas exclusivamente pelas ânforas oleícolas de tipo Tripolitana Antiga.

No que se refere aos produtos transportados por estas ânforas, observa-se o predomínio do vinho, 52%, seguido pelos preparados de peixe, 38%, e a escassa importação de azeite (5%), sendo os restantes 5% indeterminados.

O conjunto anfórico do Pátio José Pedreira enquadra-se perfeitamente naquilo que é conhecido para a fase republicana da cidade de *Olisipo*, testemunhando os importantes contactos comerciais com a bacia do mediterrâneo, sobretudo com a Península Itálica e área gaditana. Embora quantitativamente pouco expressiva, pela sua raridade é igualmente de assinalar a presença de formas alto-imperiais no castelo, como as Lusitana Antiga, Lusitana 3, Haltern 70 e ovóides do Guadalquivir (Figura 7).

2.4. Edifício C, compartimento 3

O compartimento 3, pertence a um edifício original quinhentista, que sobreviveu ao terramoto, devido ao contributo da excelente qualidade das suas paredes, e que permitiu a preservação com reduzidos danos de um piso em tijoleira e de uma porta com emolduramento em cantaria implementada numa parede partilhada com o edifício B2. As restantes paredes, dos definidos compartimentos 1 e 2, fazem parte de um edifício pós-terramoto, que inclui um alpendre com três arcos de tijoleira e que foi anexado ao compartimento 3 (pavimento de tijoleira).

O pavimento em tijoleira ocupa todo o compartimento, em bom estado de conservação, à exceção de duas pequenas áreas, uma devido a abatimento de algumas tijoleiras junto à parede Norte e outro junto à parede Este devido a um teste geotécnico. Sobre o piso em tijoleira (U.E.3) verificou-se a existência de uma lixeira, que ocupa toda a área do compartimento, com cerca de 1m de profundidade por 18m² (Figura 8).

A" lixeira", uma unidade de enchimento, é constituída por elevada densidade de carvões, e milhares de fragmentos de materiais arqueológicos constituídos por cerâmica, vidro, metal e faunas, com cronologias entre os séculos XVI e XVII. A combustão presente no sedimento da lixeira derivou de um incendio fora do compartimento, e cujo material proveniente dessa destruição foi depois introduzido no interior do compartimento do atual edifício C. As paredes e o piso de tijoleira não apresentam vestígios de ação térmica e a combustão produzida dentro do edifício, teria colocado o edifício em risco. O enegrecimento visível resulta do prolongado contacto com o sedimento com uma densidade muito elevada de carvões (Figura 8).

Durante os trabalhos de escavação do enchimento/lixeira do compartimento 3, foram exumados 12 480 fragmentos de cerâmica. No grupo de cerâmica comum de uso doméstico, a cerâmica de cozinha representa 57,9% e a cerâmica de mesa 42,1%, da totalidade dos fragmentos e peças de perfil completo inventariados neste compartimento. Foram identificadas 908 peças de acordo com os fragmentos possíveis de identificar de acordo com a sua morfologia e tipologia. Na loiça de cozinha, a panela ocupa o primeiro lugar do grupo, com 203 exemplares identificados, os recipientes apresentam o bordo extrovertido, de seção subtriangular, subcircular ou subretangular, o corpo globular, colo troncocónico, asas de fita horizontal e base plana ou plana onfalada (Bugalhão, 2015).

A produção de cerâmica modelada é constituída por uma importante coleção, com um significativo número de 662 fragmentos, que permitiram identificar uma tipologia constituída por taças, potes, púcaros, prato, tampa e bilha. Os fragmentos recolhidos incluem 249 de fundos, 243 de bordos, 133 de paredes e 37 de asa, que permitiram a identificação de 340 peças. Na loiça de mesa as taças apresentam maior densidade e representam 37,6% do total dos fragmentos e 12 taças de perfil completo ou quase completo, na loiça de cozinha o pote com 34,1% é a tipologia predominante (Figura 8).

Na faiança predominam as tipologias de prato, taça e tijelas, com pasta de tonalidade branca amarelada, homogénea e com elementos não plásticos de grão fino e médio e o vidrado apresenta variações na sua qualidade e no seu brilho. Os motivos decorativos incluem semicírculos concêntricos, aranhões, pingos e linhas distribuídos pela face, bordo, fundo e aba. (Casimiro, 2011)

A cerâmica vidrada é representada por um número significativo de alguidares, saladeiras e vasos de noite, com vidrados em tom de melado e verde, unifacial e bifacial integral ou parcial. A loiça malagueira é representada por taças, com exemplares de carena-

da e hemisférica, pratos e especieiros (catorze, seis com perfil completo).
A destacar ainda um conjunto de faiança com esmalte em tonalidade de azul *berettino* e decoração na mesma cor em tonalidades mais escuras, foi exumado um total de 889 fragmentos, dos quais distinguiu-se pratos fundos e rasos e taças de pé anelar baixo, e os elementos decorativos incluem motivos vegetalistas e fitomórficos (linhas cruzadas, em espinha e onduladas), normalmente aplicados nas abas e os medalhões com figuras antropomórficas, florais e paisagísticas. Esta majólica está associada a centros produtores italianos de Montelupo e Liguria (Amaro, Filipe, Henriques, Manso, 2013), porém a sua elevada densidade e diferenças no esmaltado e nas tonalidades, pode indiciar uma associação a um centro produtor nacional.
A porcelana Chinesa, após a colagem dos exemplares recuperados, foram contabilizados 210 fragmentos de onde se identificaram 61 peças individualizáveis face ás suas características formais e decorativas, tendo sido possível nalguns casos a reconstrução de alguns exemplares.
O conjunto de porcelana recuperado no Pátio José Pedreira fornece importantes elementos para a compreensão do apogeu da sua importação, centrando-se sobretudo na segunda metade do séc. XVI e primeiras décadas do séc, XVII, durante os reinados dos imperadores Chineses Jiajing (1522-1566), Longqing (1567-1572) e Wanli (1573-1619). Contudo, ocorrem aqui alguns exemplares produzidos na época dos imperadores Tianqi (1620-1627) e Chongzhen (1628-1644), já integrados no chamado "período de transição" (Figura 9), por norma mal representado nos contextos arqueológicos lisboetas (Henriques, 2012). Formalmente o conjunto apresenta uma predominância de pratos de aba com trinta e cinco exemplares, catorze taças, covilhetes e pratos covos com quatro exemplares cada, uma tijela de média dimensão, uma garrafa e o fragmento de uma caixa com representação da cabeça de em pato mandarim, decorada a *biscuit* e um fragmento de prato ou taça (Figura 9).

2.5. Pátio Norte

No decorrer da intervenção realizada no pátio Norte, de acesso pelo Beco do Leão, e após a remoção da unidade composta por entulho, foi identificada um pavimento exterior de calçada composta por seixos rolados e pedras de calcário. A calçada inclui uma rampa de acesso ao atual edifício B, com cerca de 0,80 m de largura por 1m de comprimento, constituída por seixos rolados e 3 fragmentos de tijoleira. Na estrutura foi implementada uma laje de cobertura do sistema de saneamento e com ligação a uma caleira, de orientação norte-sul, identificada no edifício B, compartimento 2, anexa ao pátio Norte (Figura 10).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto material e as estruturas identificadas permitiram vislumbrar uma casa dos séculos XVI e XVII, com dois e três pisos, calçadas exteriores ou associadas a edifícios de apoio ao edificado, um pavimento interior em tijoleira, paredes de taipa, uma provável entrada principal constituída por uma porta com emolduramento em cantaria e ombreiras em vãos com elementos decorativos em estuque
A reestruturação do edificado caracterizou-se também pelo encerramento de vãos, o aumento da área habitacional e a adoção de elementos arquitetónicos como a construção de um alpendre e uma segunda fase de subdivisão do espaço recorrendo a paredes de tabique, motivada pela progressiva necessidade de responder a um rápido crescimento urbano. Porém o complexo habitacional não terá sofrido reestruturações significativas ao traçado original.
O espólio cerâmico identificado nas unidades estratigráficas associadas à lixeira nos edifícios A, B e C e a sua distribuição por diferentes compartimentos, sugere um despejo intencional, com a intenção de cobrir as estruturas existentes, calçada, degraus e pavimento de tijoleira, respetivamente, criando um pavimento de terra batida, ao qual se sobrepôs um soalho de madeira. Durante as intervenções não foram identificados estratos queimados associados ao terramoto, e somente se registou duas "gaiolas pombalinas" de reduzidas dimensões, uma no edifício B, a qual foi construída para encerrar um vão, que suportava um elemento decorativa em estuque e a segunda correspondia a uma parede frontal no piso 1 do edifício C.
O conjunto cerâmico exumado apresenta uma evidente diversidade, que permite especular sobre a sua proveniência e a sua ligação com o edificado onde foi depositado. A caracterização e interpretação das estruturas de cronologia moderna indicam uma casa nobre, na planta da cidade de Nunes Tinoco o pátio apresenta o traçado original, com uma configuração idêntica, e que teria certamente peças de boa qualidade e dispendiosas, porém a elevada e invulgar expressividade numérica de cerâmica modelada, faian-

ça de decoração azul sobre esmalte azul e porcelana retirada da lixeira sobre o pavimento de tijoleira indicia uma associação a uma propriedade palaciana.
As sondagens arqueológicas confirmaram uma longa ocupação diacrónica no pátio José Pedreira, com a estrutura mais antiga, proto-histórica, a representar uma provável estrutura de suporte a um povoamento, parcialmente destruída pela intensa presença no período romano republicano.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Clementino, FILIPE Victor, HENRIQUES José Pedro, MANSO Cláudia (2013) – Prisão do Aljube no século XVI – Majólica italiana e cerâmica esmaltada espanhola, *Arqueologia em Portugal, 150 Anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses.

ARRUDA, Ana Margarida; FREITAS, Vera; VALLEJO SÁNCHEZ, J. (2000) – As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa, *Revista Portuguesa de Arqueologia,* Lisboa, vol. 3-2, p. 25-59.

BUGALHÃO Jacinta (2015) - *Uma Casa Pré-pombalina na Baixa Lisboeta: núcleo arqueológico da rua dos Correeiros. Lisboa*, CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

CALADO, Marco; ALMEIDA, L.; LEITÃO, V.; LEITÃO, Manuela (2013) – Cronologias absolutas para a Iª Idade do Ferro em Olisipo – o exemplo de uma ocupação em ambiente cársico na actual Rua da Judearia em Alfama", *Cira Arqueologia*, Vila Franca de Xira, 2, p. 118-132.

CASIMIRO, Tânia, (2011) – Estudo de Espólio de Habitação Setecentista em Lisboa, *O Arqueólogo Português,* Série V, 1, p. 689-726.

CASTILHO Júlio de (1967) – *Lisboa Antiga*, Vol. IV, pág. 43.

FILIPE, Victor (2014) – *As Ânforas do Teatro Romano de Lisboa*, tese de mestrado, Universidade de Letras, Faculdade de Letras, departamento de História.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana (dir.) (2001) – *Castelo S. Jorge. Relatórios das escavações arqueológicas*. Lisboa.

HENRIQUES, José Pedro (2012) – Do Oriente para Ocidente: Contributo para o conhecimento da porcelana chinesa nos quotidianos de época moderna. Estudo de três contextos arqueológicos de Lisboa. *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Vol. 2. p. 919-932.

PINTO, M. P. (2011) – *Relatório Preliminar dos Trabalhos Arqueológicos – Rua do Recolhimento 35 / Beco do Leão*, Lisboa.

MOITA, Irisalva [Coord.] (1994) – O Livro de Lisboa. Livros Horizonte. Lisboa.

PIMENTA, João; CALADO, Marco; LEITÃO, Manuela (2014) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. A intervenção da Rua de São João da Praça, In ARRUDA, A. M. (ed.), *Fenícios e Púnicos, por terra e mar*, Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 724-735.

PIMENTA, João; SILVA, Rodrigo Banha da; CALADO, Marco (2014) – Sobre a ocupação pré-romana de *Olisipo*. A intervenção arqueológica urbana da Rua de São Mamede ao Caldas n.º 15, In ARRUDA, A. M. (ed.), *Fenícios e Púnicos, por terra e mar,* Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 712-723.

SOUSA, Elisa de (2016) – A ocupação da Idade do Ferro na colina do Castelo de São Jorge (Lisboa, Portugal). Novos dados das escavações realizadas na rua do Recolhimento / Beco do Leão, *Apontamentos de Arqueologia e Património* – 11.

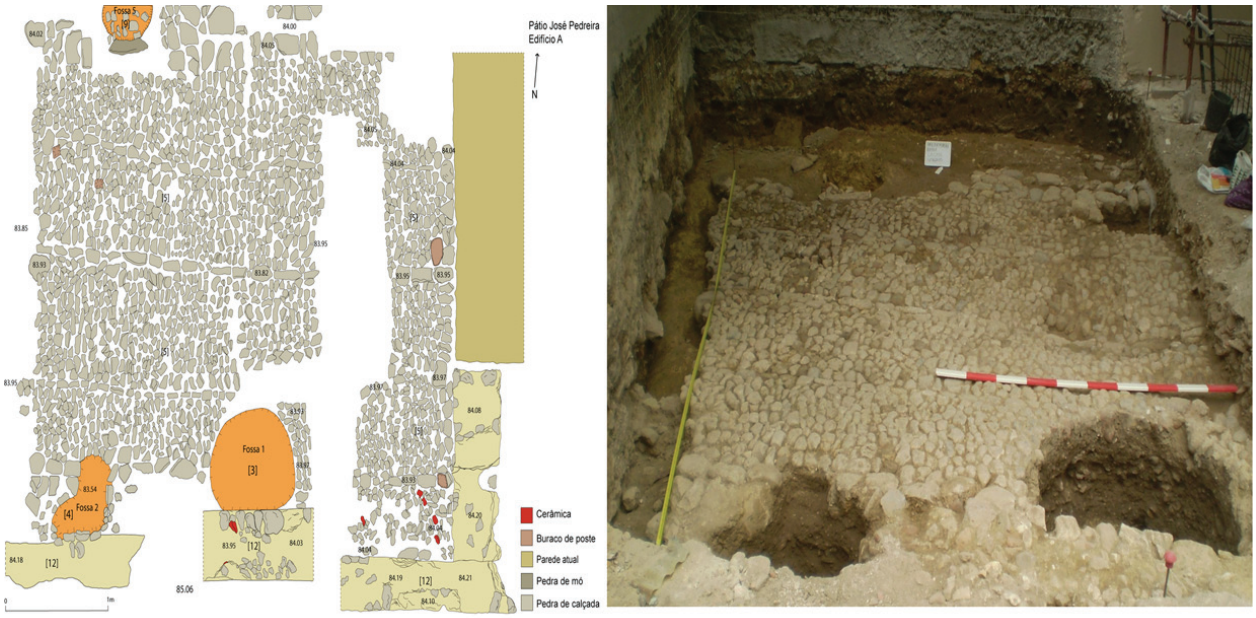


Figura 1 – Levantamento e vista geral da calçada no edifício A. (autoras: Anabela Joaquinito e Tânia Costa)



Figura 2 – Pormenores das paredes de taipa e alvenaria de pedra. (autora: Anabela Joaquinito)

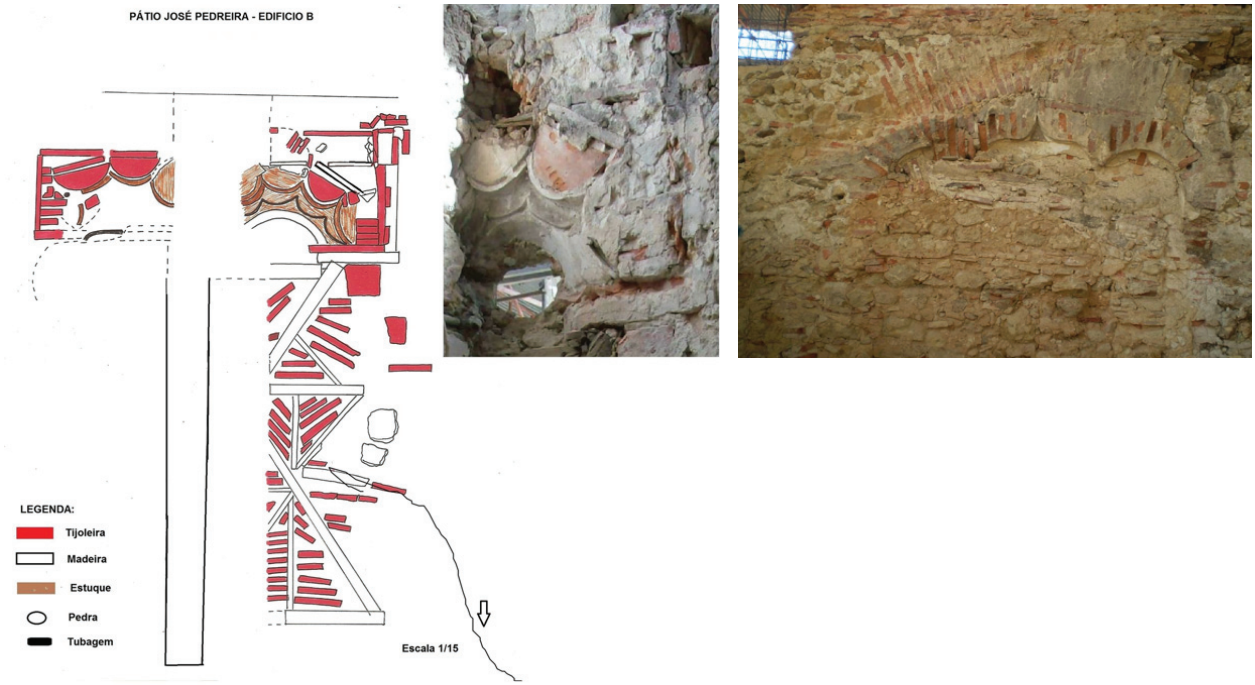


Figura 3 – Levantamento e pormenor da ombreira do vão do edifício B1e ombreira em arco canopial no edifício C. (autora: Anabela Joaquinito)



Figura 4 – Levantamento do edifício B1: [24] fossa islâmica escavada na rampa; [28] parede de cronologia medieval; [26] murete; [30] estrutura (rampa). (autoras: Anabela Joaquinito e Tânia Costa)

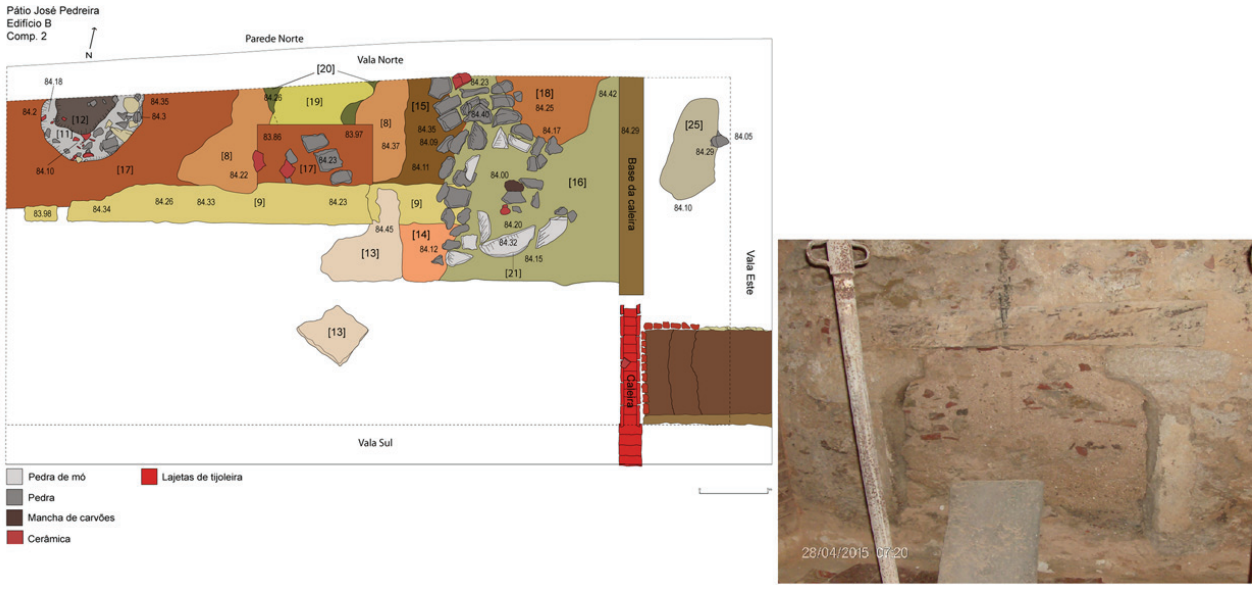


Figura 5 – Levantamento geral do compartimento 2 e porta quinhentista anexa à parede Este onde foi localizada. (autoras: Anabela Joaquinito e Tânia Costa)



Figura 6 – Estrutura semicircular identificada no edifício B2. (autoras: Anabela Joaquinito e Tânia Costa)



Figura 7 – Fossa com depósito de ânforas, incluindo a Tripolitana Antiga, cujo processo de limpeza e montagem foi da responsabilidade do arqueólogo Victor Filipe. (Autor: Victor Filipe)



Figura 8 – Contexto de cronologia Moderna presente no edifício C3: "lixeira", pavimento de tijoleira e conjunto cerâmico (cerâmica comum, modelada e faiança). (autoras: Anabela Joaquinito e Tânia Costa)



Figura 9 – Cerâmica vidrada, faiança e porcelana provenientes do edifício C. (autor: José Pedro Henriques)



Figura 10 – Vista geral da calçada no Pátio Norte. (autora: Anabela Joaquinito)

POLICROMIAS E PADRÕES: AZULEJOS "DE ARESTA" E "DE CORDA-SECA" DO PALÁCIO DOS CONDES DE PENAFIEL, LISBOA (SÉCULOS XV-XVI)

André Bargão[1], Sara Ferreira[2], Rodrigo Banha da Silva[3]

RESUMO

Uma intervenção arqueológica municipal teve lugar entre 1992 e 1993 nos jardins do palácio dos Condes de Penafiel, em Lisboa. Nela se exumaram restos de duas unidades habitacionais dos inícios da Época Moderna, depois sacrificadas pela urbanística que se seguiu a 1755, para as quais a documentação manuscrita permitiu identificar os seus proprietários cerca de 1524.

O conjunto de azulejo hispano-mourisco exumado ali, um dos mais numerosos até agora recolhidos na cidade, é constituído quase em exclusivo por azulejo do tipo "aresta", sendo relacionável com a decoração dos pisos superiores. Trata-se, com probabilidade, de uma encomenda que teve lugar nos finais da década de 1520 ou na seguinte, que os autores atribuem às oficinas de Triana (Sevilha) de de Juan e/ou Diego Polido.

Palavras-chave: Arqueologia Moderna, Azulejaria Hispano-Mourisca, Lisboa, Olarias de Triana, Sevilha.

ABSTRACT

An archaeological excavation in Palácio dos Condes de Penafiel gardens, in Lisbon, took place in 1992-1993. Two large Modern Age houses previous to 1755 earthquake were recognized, and a manuscript dated circa 1524 allowed to detect its contemporary proprietaries.

A large assemblage of 16th century Hispano-Moresque glazed tiles was recovered at the site, related to upper floor walls décor. The authors relate this assemblage to an embellishment campaign dated from the late 1520's or 1530's, implying a commandment made to Sevillian pottery workshop(s) of Juan and/or Diego Polido, located in the Triana quarter.

Keywords: Historical Archaeology, Hispano-Moresque Glazed Tiles, Lisbon, Triana Workshops, Seville.

1. INTRODUÇÃO

O espaço dos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel (acrónimo PPJ) foi escavado por uma equipa municipal dirigida por A.M. Dias Diogo, entre Março de 1992 e Fevereiro de 1993.

A despeito de os resultados globais para a Época Moderna terem sido na altura publicamente apresentados (Diogo, Trindade e Silva, 1992), o essencial da intervenção permanece inédito, como um de nós vem referindo (Silva, 2012). Da Época Moderna se conhece dos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel o rico conjunto de porcelanas (Henriques, 2012; 2015) e algumas peças isoladas, noticiadas ou publicadas em catálogos de exposição: são os casos de um conjunto numismático aparentemente perdido em 1755 (um "entesouramento" que incluía uma Peça de D. José I, quatro "Cruzados Novos" de prata e três outras moedas áureas – Fidalgo, 1992: 15; infelizmente nenhuma das quais deu entrada nas colecções municipais), um jarro em cerâmica comum brunida datável dos séculos XV-XVI (Silva e

1. CHAM – FCSH da UNL e UAç; andre.bargao@gmail.com

2. CHAM – FCSH da UNL e UAç; sara.isabel91@hotmail.com

3. CAL – CML e CHAM – FCSH da UNL e UAç; rodrigo.banha@cm-lisboa.pt

Ferreira, 2015: 134) e 6 azulejos hispano-mouriscos (Teixeira, Villada e Silva, 2015: 41). Foi justamente esta última pequena amostragem, e a relevância do restante conjunto azulejar do mesmo tipo para a leitura das dinâmicas urbanas ocorridas naquela zona da cidade, que despoletaram a preparação do presente trabalho (Figura 1).

2. ALGUNS ELEMENTOS ACERCA DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NOS JARDINS DO PALÁCIO DOS CONDES DE PENAFIEL

A intervenção arqueológica em epígrafe foi motivada pela decisão, em 1991, de deslocar a sede do Ministério das Obras Públicas para o Palácio dos Condes de Penafiel. A instalação dos organismos envolvidos no novo espaço implicou, como seria expectável, remodelações de amplitude variável, assumindo maior impacte patrimonial arqueológico a criação de um piso subterrâneo de garagem no local onde se encontrava o jardim.

O projecto, como a obra, foram da responsabilidade da extinta Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), tendo sido por concurso cometido à empresa Arquibet a execução da mesma, na qualidade de empreiteiro responsável. Porque o extinto Gabinete Técnico do Teatro Romano de Lisboa (GTTRL), dependente do Pelouro da Cultura da câmara municipal, estava já envolvido em termos arqueológicos com a DGEMN na adaptação dos três edifícios fronteiros para oeste com o palácio (onde se haviam revelado restos das "Termas dos Cássios"), destinados a albergar os serviços da Secretaria-Geral do mesmo ministério, foi gerado o entendimento de que deveria o organismo camarário assegurar também aqui os trabalhos de arqueologia. Este entendimento recebeu a aquiescência plena do então Departamento de Arqueologia do extinto Instituto Português do Património Cultural, que manifestou a sua incapacidade, motivada por a sua equipa lisboeta estar à época envolvida em importantes trabalhos nos Claustros da Catedral, na expansão da rede do Metropolitano e na sede do Banco Comercial Português (origem do actual Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros).

Refira-se, a este último propósito, que o episódio ilustra bem, e a vários títulos, aqueles momentos da arqueologia da capital, onde se verificava uma total indefinição dos âmbitos de actuação das equipas então exclusivamente estatais, actuando as ligadas à administração central indiscriminadamente em obras promovidas por gabinetes camarários, por privados ou pelo sector empresarial do Estado, e a equipa municipal em obras privadas, de empresas públicas, organismos autárquicos ou da administração central, como foi o caso. Trata-se de um "estado de coisas" que causava então uma óbvia perplexidade em sectores da comunidade arqueológica, oportunamente assinalada por Carlos Fabião (1994).

A intervenção no jardim do Palácio dos Condes de Penafiel, como todas as realizadas pelo extinto GTTRL, foi dirigida em exclusivo pelo seu director, sendo o princípio metodológico de escavação privilegiado o preconizado por Mortimer Wheeler (Harris, 1991), com algumas adaptações: a eliminação das banquetas, a execução da escavação propriamente dita mediante planos e, por vezes, a renumeração da estratigrafia a partir do primeiro algarismo aquando de uma fase sequente dos trabalhos (ex.: Camada 1/ Fase 2) (Figura 2).

Ora, na indisponibilidade de acesso aos registos descritivos e gráficos da intervenção, que se supõem permanecer na posse do responsável da escavação desde a data de extinção do GTTRL, em 1998, os únicos elementos conservados em arquivo nos organismos da administração pública (central e autárquica) são os registos de proveniência das recolhas, o que limita fortemente as leituras que se poderiam obter a partir do estudo dos materiais colectados entre 1992 e 1993. Ainda assim, o envolvimento directo de um dos signatários nos trabalhos (RBS), em conjugação com os escassos registos acessíveis, autorizam algumas interpretações constantes do presente trabalho: em primeiro lugar, e por força da metodologia *wheeleriana* de registo da estratigrafia, a numeração sequencial do algarismo menor para o maior no interior de cada quadrícula assume significado, apesar de nos ser impossível executar as correspondências entre as camadas das diferentes quadrículas; em segundo lugar, e porque a numeração das quadrículas de 5x5 m foi executada em 1992 sequencialmente de este para oeste, e de sul para norte, é possível formular uma visão artificialmente horizontalizada da dispersão espacial dos materiais; por fim, e porque a primeira fase da escavação nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel equivale àquela conduzida com recurso em exclusivo a meios manuais até se exporem os pavimentos remanescentes das estruturas "pré-pombalinas", e porque se verifica a ine-

xistência de menções a recolhas de azulejo hispano-mourisco nas fases subsequentes da intervenção, parece revestir-se de alguma consistência a interpretação de que a totalidade do conjunto azulejar analizado no presente trabalho resulta de recolhas feitas nos aterros seguramente formados após o cataclismo de 1755 e resultantes do abandono do urbanismo pré-pombalino da área, registando-se algumas recolhas equivalentes às perturbações destes contextos motivadas por acções urbanísticas posteriores ocorridas no espaço.

3. ELEMENTOS HISTÓRICOS DISPONÍVEIS ACERCA DO URBANISMO DA ZONA

A área dos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel insere-se num conjunto urbano gerado durante a reconstrução da cidade que se seguiu ao cataclismo de 1755, ocupando todo um dos novos quarteirões desenhados em 1758.

Fontes de distinta natureza permitem-nos datar os trabalhos da construção em redor dos anos de 1770 e 1773: por um lado, um portão do lado oriental da fachada, fronteira à Calçada do Correio Velho, ostenta inscrição comemorativa com a data de 1770; por outro, foi em 1771-1772 no sector mais a SO do novo quarteirão que se descobriram durante as obras para a construção nova os restos monumentais das *Thermae Cassiorum*, os grandes banhos públicos romanos da cidade, de que nos chegou descrição circunstanciada do P.e Tomás Caetano Bem, datada já de 1791 (Silva, 1944). As plantas oitocentistas de Lisboa mostram-nos, também, que desde as etapas iniciais do quarteirão dito pombalino a área intervencionada em 1992-1993 fôra destinada a jardim, muito embora em algum momento ocupada parcialmente por construções (Silva, 1950).

A escavação arqueológica de 1992-1993 veio a revelar um conjunto extenso e articulado de espaços domésticos, compondo 10 distintos compartimentos pertencentes ao nível térreo do urbanismo que sofreu o cataclismo de 1755. De acordo com a informação constante do tombo pombalino, o espaço equivaleria a duas distintas unidades: uma localizada mais a norte, à data do terramoto pertencente ao P.e João de Sequeira, outra a sul, residência de D. Luís de Portugal (Andrade, 1944). Ambas definiam a extremidade sul de quarteirão limitado a sul pela *Rua de Martim Alho*, a poente pelo *Largo do Correio* e a nascente pela *Calçada de S. Crispim*.

A última artéria citada deve o seu nome à existência de uma Ermida dedicada a São Crispim e São Crispiniano, alegadamente obra promovida por D. Afonso Henriques após a conquista, dedicada à invocação dos santos do calendário religioso, correspondente ao dia da conquista da cidade em 1147. Ainda hoje existe a artéria, como novo templo da mesma invocação.

A *Rua de Martim Alho* (rua e não beco, como surge mencionada uma única vez em 1706, por António Carvalho da Costa – Costa, 1712: 452) deve o seu nome a um notável personagem lisboeta dos reinados de D. Duarte e inícios do de D. Afonso V. Trata-se de um participante em destaque no concelho reunido no Castelo de São Jorge, entretanto cercado pelo povo de Lisboa, sublevado contra a hipótese de nomeação do Infante D. Pedro como regente. Discutia o concelho a titularidade da regência após o falecimento do rei D. Duarte, sendo o personagem partidário e defensor dos interesses da Rainha D.Catarina, conforme nos trasmite a crónica de Duarte Nunes de Leão: "*Hum cidadão, por nome Martim Alho, servidor da Rainha, quizera que a conclusão daquele negócio se dillatara para outro dia; mas outro cidadão, por nome Ruy Gomes da Silva, homem de muita authoridade, reprovou a dilação"* (Leão, 1780: 110). Por se recusar a assinar o acordo de regência a favor do Infante "*e por certas palavras que sobre isso disse, lhe ouvera de custar a vida*" (Idem). Martim Alho fôra importante comerciante, e bem o demonstra uma carta datada de 28 de Agosto de 1429, transcrita por Virgínia Rau, onde Pedro Anes Lobato narrava que «*a essa cidade de Florença vai Vicente Perez sobrinho e criado de Martim Alho portador desta letra, per mandado do dicto Martim Alho por aver de arrecadar 800 ducados que são em poder de Eduardo Florentim*" (Rau, 1972: 46). Em função destes elementos, a antiga rua deverá o seu nome à mais que provável residência nela do personagem quatrocentista, hoje por localizar.

O *Largo do Correio*, por seu turno, deve o seu nome a aí se situar a residência do *Correio Mór do Reino*, cargo tornado hereditário em 1606 por iniciativa de D. Filipe II, devendo ter assumido esta designação a partir da primeira metade de seiscentos. A residência do Correio-Mór do Reino nos séculos XVII e XVIII, até 1755, equivaleria a unidade urbana situada mais a poente das escavadas nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel, sendo a razão de ser da origem do edifício actual e do título condal concedido

por D.Maria I em 1797, quando o cargo é estatizado e retorna à corôa.

Na mais antiga planta de Lisboa, elaborada em 1650 com risco do arquitecto João Nunes Tinoco, a configuração genérica dos contornos da sua porção sul do gaveto correspondente às duas unidades a que nos vimos reportando, mantêm-se, segundo os dados arqueológicos, com exactidão com os mesmos limites que em 1755, pelo que por aqui se pode admitir que as fachadas terão mantido genericamente os mesmos alinhamentos pelo menos desde os meados do séc.XVII (Cf. Silva, 1950).

Regressivamente, a observação da iconografia quinhentista conhecida para Lisboa, nomeadamente a de Bráunio, sugerem que a zona estaria já densamente ocupada na segunda metade do séc.XVI, e a gravura da edição de data mais recente do mesmo autor mas, de 1596, indicia já a existência do quarteirão em causa (Idem) (Figuras 3 e 4).

A unidade identificada mais a norte, de paredes meias com a mais meridional, mostrou um primeiro átrio aberto, de piso empedrado, com bancada de alvenaria corrida a sul e a este, capeada a laje calcária. Numa destas lajes foi gravado um tabuleiro de jogo, que se conserva hoje no Museu de Lisboa. O elemento lúdico foi entretanto publicado em data recente por Lídia Fernandes, dado como proveniente de escavação em 1991 (na realidade em 1992), na qual participou, sendo a peça dada como oriunda de "níveis do terramoto de 1755" (de facto integrada numa estrutura, como vimos antes) e interpretada como elemento de soleira, o que não corresponde (Fernandes e Alberto, 2011: 753-754).

Através de dupla porta e portão, o compartimento citado antes comunicava com um outro mais amplo a oeste, de piso em tijoleira vermelha disposta em espinha, situando-se um terceiro compartimento mais elevado no extremo poente da unidade. A disposição deste último espaço, notoriamente mais alteado em relação aos dois outros, e a circunstância de o piso ter sido forrado a tijoleira amarelada (lisboeta? sevilhana? valenciana?), datável de entre os finais do séc. XV e os meados do séc. XVI, sugere tratar-se da divisão mais nobre da casa. A verificar-se este entendimento, a unidade enquadrar-se-ia no modelo arquitectónico estremenho de "casa com torre", tratado por Rui Cunha a propósito de uma casa quinhentista da Ribeira de Santarém (Cunha, 2006).

O alinhamento da fachada sul da unidade mais meridional mostrou, em processo de escavação, a sua coincidência com o muro setecentista "pombalino" de limite sul do jardim, tendo servido de apoio para a edificação da empena do palácio, que deste modo ocupou espaço antes correspondente à *Rua do Martim Alho*. Já maior parte das fachadas a oeste se situarão para lá do jardim, como aquelas a este, neste caso porque secções do prolongamento dos muros de compartimentação interna das duas unidades foram detectados numa outra escavação arqueológica localizada no exterior dos limites do Palácio Penafiel, em valas abertas pelos TLP em 1993 na Calçada do Correio Velho.

A unidade mais meridional mostrava um vão largo a sul, um portão conectado com um vasto pátio central de piso empedrado, provavelmente aberto. Comunicava por uma porta alta, de ombreiras chanfradas, com um compartimento a norte, de que restara ainda *in situ* a mísula pétrea que sustentava os vestígios do arranque de uma abóboda tardo-gótica nervurada, construída em tijolo e depois rebocada (em processo de escavação se encontrou o elemento decorativo que poderá equivaler à pedra de fecho respectiva). Através de porta similar, este compartimento abobadado comunicava para oeste com outro espaço dotado de pavimento a seixo decorado com triangulos pretos sobre fundo branco, tendo sobrevivido na zona situada mais a norte deste compartimento os vestígios do arranque da escadaria que dava acesso ao piso superior, com o pequeno espaço de esconso respectivo, ligeiramente rebaixado e de piso em tijoleira (vão da escada). Tratar-se-ía, por consequência, da divisão de entrada da unidade, conectada com a fachada oeste a que se acederia através do *Largo do Correio*.

Convém referir que o único troço reconhecido do muro da fachada oeste deste edifício fronteiro ao *Largo do Correio* se apoiava, parcialmente, a uma conduta de saneamento, cuja edificação é situável nos finais do século XV ou inícios do séc. XVI. Tratava-se de uma conduta principal de serventia às casas, abrindo-se caixas para visitação e despejo de secção rectangular na abóbada, duas nos extremos opostos da "Sala 3" e uma outra na "Sala 6", contígua à anterior para norte. A conduta recebia, por sua vez, as restantes, menores e subsidiárias, reveladas pela escavação.

Todavia a uso ainda no séc. XVIII, os 1,30 m de altura máxima interna da conduta encontravam-se colmatados em mais de 0,70 m por uma sequência de unidades ("*Quadrícula 3/ Camadas 38, 42, 42-a), 42-*

-b), 42-c) e *42-d)"*) contendo abundante e bem preservado material cerâmico datado de entre a segunda metade do séc. XV e as primeiras décadas do séc. XVI, bem demonstrando as insuficiências na sua concepção e manutenção, sentidas no curto prazo.

Em trabalho de síntese recente sobre a arqueologia dos canos destinados ao saneamento de Lisboa no séc. XVI, realizado por Jacinta Bugalhão e André Teixeira, se transcreveu paleograficamente um documento denominado "*Estes sam os cannos que a nesta cydade de Lixboa*" que integra o *Livro dos Pregos* (Arquivo Municipal de Lisboa), na verdade de uma cópia do manuscrito original de que se desconhece o paradeiro, inserida no códice entre documentação datada de 1524 a 1545, e de que se reproduzem dois significativos itens:

> "*Jtem* hu*m* cano A sam mamede q*ue* vem po*r* debaixo das casas de dom dioguo de crasto E po*r* debaixo das casas de dona c*ateri*na *e* say sobre a t*e*rra A Rua de martjm alho *e* este cano he da seruemtia das aguoas de sam mamede *e* faz mujta çogidade sobre a t*e*rra omde say"
>
> *Jtem* Outro cano que se comeca na Rua de martim Alho *e* vem d*erei*to a porta da madanella homde se mete meio cano da corjarja *e* vay po*r* a Rua da orjvizarja *e* abaixo omde se mete meio cano da Jubetarja *e* vay ao pilourjnho velho omde se mete huu*m* cano d allffamdega *e* A çaram das Duas portas da Ribeira se mete huu*m* canno que vem da fferarja *e* pasa po*r* baixo das casas nouas da cydade *e* po*r* a Ribeira omde ve*m*dem o pescado *e* todas estas casas po*r* omde este cano vem tem *ser*u*em*tia p*er*a elle//" (Bugalhão e Teixeira, 2015: 121).

Ora, o texto citado encerra valiosíssima informação que importa aqui explorar.

Em primeiro lugar, a *Rua de Martim Alho* era uma artéria de alguma extensão, que se desenvolvia ao longo de um espaço que abrange sensivelmente o que é hoje a confluência da Rua da Madalena com a Rua das Pedras Negras até à unidade escavada mais a sul nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel, já sob a Calçada do Correio Velho. Não é impossível que o segundo item cotejado se reporte a um cano que ainda hoje está visível, seccionado, no interior de estabelecimento comercial situado no Largo da Madalena.

Já o primeiro item se reporta, categoricamente, ao cano a que vimos fazendo referência, que aliás se preserva ainda debaixo do piso actual da garagem do Palácio dos Condes de Penafiel, e é significativa a orientação da estrutura arqueológica, oblíqua, na direcção ao local onde supõe ter estado a antiga Igreja paroquial de São Mamede.

Ora, independentemente das evidências das vicissitudes observadas pela arqueologia na vida a uso do "*cano*", trata-se de uma bem contundente expressão da aplicação de uma política régia para Lisboa de dotação de infra-estruturas de saneamento, iniciada por D. João II, porque explícita em carta régia à cidade de 1484 (Oliveira, 1932: 471), mas fundamentalmente concretizada e desenvolvida por D.Manuel I, e que incluiu a edificação dos principais ramais públicos (Bugalhão e Teixeira, 2015), mas também o estímulo a que os privados providenciassem as suas propriedades de estruturas desta natureza, como parece ser o caso.

O excerto do texto inserto no *Livro dos Pregos* que citámos antes constitui a fonte vital para se relacionarem os espaços arquitectónicos escavados no Palácio dos Condes de Penafiel em 1992 e 1993 com as identidades dos seus proprietários no séc.XVI. Porque se refere explicitamente a que o "*cano* (...) *vem por debaixo das casas"* (Bugalhão e Teixeira, 2015: 121) é possível identificar com precisão ambas as unidades escavadas com a referência do manuscrito, e desta forma identificar respectivamente D. Diogo de Castro e D. Catarina como os proprietários algures na primeira metade do séc. XVI.

Ora, Nuno Luís de Vila-Santa Braga Campos traçou o perfil do primeiro personagem (Campos, 2013): D. Diogo de Castro era descendente de D. Álvaro Pires de Castro, senhor das Alcáçovas no século XV, sendo o único filho de D. Fernando de Castro, falecido em 1510 em combate em Arzila contra os alcaides de Jazém, Tetuão e Xexuão. D. Diogo foi o representante de um ramo da família que desenvolveu políticas de aliança com os Ataíde (Idem).

Na posse de D.Diogo de Castro, em 1538, estava um conjunto de senhorios cuja importância é por si só reveladora do seu poder e capacidade económica: as alcaidarias-mór do Sabugal e de Castelo Real, no termo de Évora, com os respectivos direitos reais, o senhorio e castelo de Lanhoso, a capitania de Évora, os reguengos de Gondim e de Montemor-o-Novo, existindo ainda uma forte possibilidade de ter sido alcaide-mor da Covilhã e senhor de Santa Cruz de

Riba Tâmega. Em 1521 levou as pontas da opa na cerimónia de aclamação de D. João III, e, em 1534, recebia um total de 450 mil reais anuais em tenças da Corôa para, depois de 1538, juntar a alcaidaria-mór de Alegrete aos seus já extensos privilégios e tenças (idem).

Sobretudo através do seu exercício da capitania de Évora, na década de 1530, cidade onde se sabe que D. João III muito estanciou com a sua corte, D. Diogo usufruía de acesso directo ao rei, ao mesmo tempo que mantinha relações também próximas com os infantes D. Duarte e D. Luís, este último a quem acompanhou na jornada bélica de Tunis em 1535 (Idem: 74, 77-78).

De acordo com os mesmos elementos biográficos tratados por Nuno Luís de Vila-Santa Braga Campos, D. Diogo de Castro residia fundamentalmente no Ribatejo nos anos finais da sua vida, acompanhado de 19 criados, conforme o "*Rol das pessoas que continuamente estavam em Almeirim*" (s.l., XII.1545 – ANTT, *CC* II-240-62, fls. 1v. e 2v. – citado or Campos, 2013: 78). Iria falecer em 1547, dando-se à sua viúva, D. Filipa de Ataíde, tença de 100 mil reais, e revertendo os bens de D. Diogo a favor da corôa (Idem: 78, nota 440). Em finais do séc. XVI parecem estes ter sido doados a D. Duarte de Castelo Branco, embaixador em Castela durante o reinado de D. Sebastião e figura-chave durante o período da crise sucessória, titulado por D. Filipe I em 1582 precisamente como 1º conde de Sabugal (Idem).

Por fim, a lacónica referência do documento inserto no *Livro dos Pregos* a uma D. Catarina, não autoriza inferências tão categóricas quanto à identidade do personagem. Todavia, considerando a importância inerente do conjunto edificado, aferida a partir dos elementos revelados pelas escavações arqueológicas (área, qualidades construtivas, decoração arquitectónica e onerosa infra-estrutura de saneamento), mas também o próprio laconismo da identificação textual no quadro da cronologia a que respeita, recorde-se que da primeira metade do séc. XVI, afigura-se como hipótese mais provável que as ditas "*casas*" integrassem o património da rainha D. Catarina de Áustria, ou de Habsburgo (Torquemada, 14/01/1507 – Lisboa, 12/02/1578), arquiduquesa da Áustria, infanta de Espanha e rainha de Portugal como esposa de D. João III, tendo sido o seu casamento concertado por Carlos V com o rei português em 1524. Este último elemento cronológico é da maior relevância por, recordamos, o documento estar inserto no códice entre documentação datada de 1524 e 1545, o que será concordante com a interpretação feita à identidade da proprietária do imóvel com a consorte de D. João III, e deste modo ajudando a clarificar o momento em que a *relação dos canos* foi, de facto, elaborada.

4. O CONJUNTO AZULEJAR HISPANO-MOURISCO DE PPJ

Da escavação nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel em 1992-1993 se recolheram um total de 866 azulejos e/ou fragmentos de azulejo hispano mouriscos, assinalando-se entre eles dois exemplares utilizando a técnica de corda-seca, um alicatado, sendo todos os restantes sido executados com a técnica "de aresta" ou "*cuenca*". A um primeiro nível de análise global, a esmagadora representatividade do azulejo "de aresta" é sugestiva de datas sobretudo situadas no segundo quartel do séc. XVI, dado aquela técnica ter em definitivo suplantado em Sevilha a "corda-seca" justamente no momento de transição entre o primeiro e o segundo quarto de quinhentos (Sancho Corbacho, 1978; Plezeguelo Hérnandez, 1989).

Os exemplares em "corda-seca" e o alicatado, sevilhanos, equivalem seguramente a elementos mais antigos, podendo remontar ainda ao séc. XV. Todavia, um equivale a recolha estratigraficamente descontextualizada e os restantes a elementos colectados em unidades pouco esclarecedoras. Deste modo, a sua relação com as duas unidades urbanas escavadas não é evidente, podendo ter sido aplicados quer em revestimento parietal, quer integrados em composições de piso.

Já o conjunto de azulejos "de aresta" hispano mouriscos equivale ao mais extenso de origem arqueológica conhecido no momento para a cidade de Lisboa, e a sua relação com as unidades urbanas exumadas nos jardins do Palácio dos condes de Penafiel é provável, como o é a sua aplicação nos compartimentos dos pisos superiores, entretanto desaparecidos por força dos trabalhos de reconstrução da cidade que se seguiram a 1755. De facto, a inferência produzida resulta de em nenhum dos espaços do piso térreo se ter encontrado azulejo hispano mourisco aplicado. No que respeita à sua utilização nos revestimentos murários de compartimentos dos pisos superiores, esta leitura resulta de um cúmulo de argumentos que se expõem abaixo.

Em primeiro lugar, porque é patente em muitos dos exemplares a aderência de argamassa esbranquiçada no tardoz do azulejo, como são também observáveis em raros casos os vestígios de aplicação de reboco de cal sobre parte da superfície ornada do azulejo. Ora, ambos os elementos conjugados apontam para a aplicação destes últimos em superfícies murárias, podendo inclusive aventar-se a hipótese plausível da sua equivalência a elementos colocados na parte superior de lambris ou rodapés, onde o restante da parede seria caiada, assim se explicando os vestígios de cal citados.

Em segundo lugar, numa parte minoritária mas expressiva dos azulejos, aqui não quantificada, as superfícies encontram-se profundamente alteradas por acção do fogo, que nalguns casos adulterou a policromia e derreteu o próprio vidrado, sendo perceptível um sentido vertical do escorrimento, comprovando categoricamente a sua aplicação parietal.

Por fim, e deixando de parte os casos dos azulejos recortados para se adaptar às medidas de paredes ou acondicionar a vãos, constitui argumento arqueológico a considerar como de peso a "geografia" da dispersão das recolhas. Sendo óbvio que as inferências a partir daqui produzidas se encontram muito limitadas pela indisponibilidade dos registos que nos permitiriam perceber melhor a estratigrafia escavada em 1992-1993, são notórios: a ausência das Q.s 9, 13, 14 e 16; que nas Q.s 1 e 15 somente se tenham assinalado 2-5 azulejos; que todas as restantes centenas de exemplares se concentrem nas Q.s 2-8 e 10-12, de permeio com outros tipos a uso até ao século XVIII, devendo aqui destacar-se a muito elevada incidência de azulejo "de aresta" em Q.3.

Ora, as características da distribuição espacial dos achados azulejares traduzem ter sido a área da unidade habitacional exumada mais a sul na escavação de 1992-1993 a zona para onde foram descartados os elementos, durante os trabalhos de demolição e os sequentes de terrapleno setecentista destinado à nova construção. A hipótese de ser esta a unidade doméstica que albergaria a maior parte da decoração azulejar, senão a totalidade desta, assoma, portanto, como altamente provável, conferindo a todo o conjunto um outro significado.

Ora, na escavação se exumaram um tipo de azulejo alicatado, dois em corda-seca e treze tipos distintos "de aresta" (vide Figura 5). Destes últimos, dois foram concebidos como faixas, três outros poderiam inserir-se nesta categoria ou ser empregues como azulejo avulso, cinco foram concebidos como elemento de painel, e três equivalem a elementos avulso, podendo ser utilizados como elemento de composição de remate como integrando painel (Figuras 5 e 6).

Olhando para a quantificação dos diferentes tipos "de aresta" atestados (vide Figura 6), considerados em termos de número máximo de indivíduos, as altas frequências atingidas pelos azulejos destinados a painel, ou passíveis de integrar composições desta natureza, denunciam a formulação da decoração arquitectónica do(s) compartimento(s) do piso nobre onde foram empregues, com sobejamente conhecidos paralelos no Paço Real de Sintra (AAVV, 2009), Casa de Pilatos, Convento de Santa Clara (Sevilha) ou no da Conceição (Beja) (Silva, 2014), para somente citar alguns casos mais célebres, em claro contraste com a formulação que a decoração azulejar assumiu na Sé Velha de Coimbra (Gomes, 2011), de muito maior liberdade e diversidade na disposição e escolha dos tipos que integram os painéis azulejares.

Em função dos dados apresentados, como da lógica narrativa da descrição constante da *relação dos canos da cidade* a que antes se fez menção, os azulejos estariam aplicados naquelas que seriam, com posteridade a 1524, "*casas de dona Caterina".*

5. CONCLUSÕES

Como a investigação vem de há muito destacando, faltam-nos exemplares e/ou composições hispano-mouriscas datadas externamente, por documentação manuscrita e epigráfica, quer em Portugal (Goulão, 1986; Trindade, 2007; AAVV, 2009), quer em Espanha (Pleguezelo Hernández, 1989), a despeito dos esforços de publicação de referências constantes da obra clássica de Gestozo y Pérez (1903), úteis para ambos os países.

A História da Arte portuguesa tem posto de manifesto a relevância que assumiram as importações sevilhanas de Triana a partir do reinado de D. Manuel I, com especial ênfase no empreendimento coimbrão mandado executar por pelo bispo diocesano D. Jorge de Almeida através do mestre entalhador flamengo Olivier de Gand, um dos autores do retábulo da capela-mor do referido templo, aos oleiros sevilhanos Fernán Martínez Guijarro e Pedro Herrera, de que trata documento sevilhano datado de 31 de Outubro de 1503 (Goulão, 1986: 133 e 139). Aquela olaria andaluza, mais tarde entregue a Pedro Herrera, filho

do primeiro citado, é, de entre as oficinas trianeiras, aquela cujas exportações para Portugal parecem mais abundantemente documentadas (Goulão, 1986), sendo aquela manufactura a envolvida na grande encomenda de 1508/9 de D. Manuel I para o Paço de Sintra, citando-se a escritura, publicada por Gestoso y Pérez, que acerca de Guijarro diz que «*por ser muy buen oficial de Portugal e de otras partes lo bienen a buscar e llevar de su obra para todo el reyno*» (Gestozo y Pérez, 1903 apud Goulão, 1986: 137). Ambas as obras lusas funcionariam, depois, como focos de difusão e de inspiração de um gosto mourisco que, de forma avassaladora, se atesta por todo o território nas primeiras décadas do séc. XVI através do azulejo sevilhano, fenómeno no qual se deverá integrar o caso escavado nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel.

Ora, a atestação em Sintra, como na Sé Velha de Coimbra, da esmagadora maioria dos tipos de azulejo do ponto arqueológico da cidade de Lisboa que vimos tratando, poderia sugerir uma datação para o empreendimento situada em redor de 1503-1509. Os tipos são, todavia, correntes e reproduzidos por diferentes manufacturas de Triana, e atestam-se igualmente em campanhas na Andaluzia datadas externamente de finais da década de '1520 e da década de '1530, como a Igreja de Jesús, o Convento de Santa Clara, a "Casa de Pilatos", em Sevilha (Sancho Corbacho, 1978; Pleguezuelo Hérnandez, 1989), ou a Igreja de San Mateo, em Jérez de la Frontera (Piñeiro Blanca, 2017). O conjunto de paralelos espanhóis citados não é, todavia, aleatório, pois em todos os casos repertoriados os revestimentos azulejares saíram das oficinas de Triana de Juan e/ou de Diego Polido, oleiros que Gestozo y Pérez (1903: 431) supôs serem irmãos.

Como Pleguezuelo Hérnandez (1989) assinalou, Diego Polido assumiu contornos originais, ao ter introduzido tipos novos de azulejo "de aresta" presentes nos sítios sevilhanos mencionados. Porque alguns destes estão também patentes no Alhambra (Gestozo y Pérez, 1903: 260), neste caso por encomenda de Carlos V a Juan Polido, o facto constituiu um dos fundamentos da existencia de uma relação de parentesco entre ambos a Gestozo y Pérez (1903: 431). Deste modo, é característicamente dos Polido um azulejo de módulo maior que o padrão, que representa um vaso de flores, utilizado como faixa ou remate em painéis, em nichos, como no refeitório do convento do Convento de Santa Clara, na escadaria da "Casa de Pilatos", esta última encomendada a Diego para adornar intensamente a residencia sevilhana dos Medinacelli, em 1536 (Pleguezuelo Hérnandez, 1989), ou na Igreja de San Mateo em Jérez, de que se conserva o contrato no Archivo de Protocolos Notariales de Sevilla, datado de 1529 (Piñeiro Blanca, 2017: 10).

Pelo conjunto de razões apontadas, afigura-se como altamente provável que o conjunto azulejar hispano mourisco que adornou com lambris os andares do piso nobre das "*casas de dona Catarina"* à *Rua do Martim Alho,* unidade escavada nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel entre 1992-1993, tenha resultado de encomenda feita nos finais da década de 1520 ou na década de 1530 às oficinas de Triana de Juan e/ou Diego Polido, porventura por iniciativa da rainha consorte.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2009) – *Azulejos. Obras do Museu Nacional do Azulejo*. Lisboa: Chandeigne, Museu Nacional do Azulejo.

ANDRADE, Manuel Ferreira de (1944) – *A freguesia de São Cristovão*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

BUGALHÃO, Jacinta, TEIXEIRA, André (2015) – "Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica", *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª Série, n.º4. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, p. 89-122.

CAMPOS, Nuno Luís de Vila-Santa Braga (2013) – *A Casa de Atouguia, os Últimos Avis e o Império. Dinâmicas entrecruzadas na carreira de D. Luís de Ataíde (1516-1581). (Tese de Doutoramento em História, especialidade História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

COSTA, António Carvalho da (1712) [1706] – *Corografia portugueza, e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*, tomo III. Lisboa: Officina Real Deslandesiana.

CUNHA, Rui Maneira (2006) – "O sítio e a arquitectura quinhentista de uma casa da Ribeira de Santarém", in *Revista da FCSH,* 18. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 13-36.

DIOGO, António Manuel Dias; TRINDADE, Lídia; SILVA, Rodrigo Banha da (1992) – "Urbanismo romano na zona das Termas dos Cássios", in *I Colóquio Temático «Lisboa e a Dinâmica Urbana»*. Lisboa: Divisão de Arquivos da CML (comunicação oral).

FABIÃO, Carlos (1994) – "Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa", in *Penélope-Ler e Desfazer a História*, n.º 13. Lisboa: Edições Cosmos, Cooperativa Penélope, pp. 147 – 162.

FERNANDES, Lídia; ALBERTO, Edite (2011) – "Tabuleiros de jogo em pedra da cidade de Lisboa", in *O Arqueólogo Português*, Série V, 1. Lisboa: Museu nacional de arqueologia, p. 739-783.

FIDALGO, E. (1992) – "Aqui há tesouro: Ouro, prata, porcelana – de tudo um pouco vai aparecendo nas escavações do futuro Ministério das Obras Públicas", in jornal *Tal & Qual*, 12/06/1992, p. 15.

GESTOSO Y PÉREZ, José (1903) – *Historia De Los Barros Vidriados Sevillanos Desde Sus Orígenes Hasta nuestros días*. Sevilha: Tipografia Andalucía Moderna.

GOMES, Jim Robert Puga (2011) – *Exemplos de azulejaria dos séculos XVI e XVII, em Coimbra* (dissertação de mestrado). Coimbra: Universidade de Coimbra (policopiado).

GOULÃO, Maria João (1986) – "Alguns problemas ligados ao emprego de azulejos «mudéjares» em Portugal nos séculos XV e XVI", in *Relaciones artísticas entre Portugal y España*. [S.l.]: Junta de Castilla y Leon, pp. 129-154.

HARRIS, Edward (1991) – *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*. Barcelona: Editorial Crítica (col. *Crítica Arqueología*).

HENRIQUES, José Pedro Vinténs (2012) – "Do Oriente para o Ocidente. Contributo para o conhecimento da porcelana chinesa nos quotidianos da Época Moderna. Três contextos de Lisboa", in Teixeira, A. E Bettencourt, J. (Eds.) *Novos e velhos mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, vol.2. Lisboa: CHAM da FCSH-UNL e UAç, pp. 919-932.

HENRIQUES, José Pedro Vinténs (2015) – "Taça", in Teixeira, A., Villada, F., Silva, R.B. (Eds.) *Lisboa 1415 Ceuta. Uma história de duas cidades*. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, Câmara Municipal de Lisboa e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 183.

LEÃO, Duarte Nunes de (1780) – *Crónicas e Vidas dos Reyes de Portugal D. Duarte, undécimo, e D. Affonso V, duodécimo*, tomo II. Lisboa: Oficina de José Aquino de Bulhões.

LIMA, Manuel G. (1992) – "MOP gasta mais de 400 mil contos nas novas instalações", in jornal *O Independente*, 04/09/1992, p.4.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1932) – *Elementos para a História do Município de Lisboa* (2ª Ed.), vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

PIÑEIRO BLANCA, Joaquín (2017) – "Panel de azulejos del s. XVI… como pretexto", in *Pieza del mês* (27 de Maio de 2017). Jerez de la Frontera: Museo Arqueológico Municipal de Jerez / Asociación de Amigos del Museo.

PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, Alfonso (1989) – *Azulejo Sevillano. Catálogo del Museo de Artes y Costumbres Populares de Sevilla*. Sevilha: Padilla Libros.

RAU, Virgínia (1972) – "Alguns estudantes e eruditos portugueses na Itália do séc.XV", in *Do Tempo e da História,* V. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras, 1972, p.29-99.

SANCHO CORBACHO, Antonio (1978) – "La cerámica vidriada sevillana", in *Jornadas Científicas sobre cerámica y vidro*. Sevilha: Universidad de Sevilla (col. *Série Ciencias*, n.º 21), pp.9-18.

SILVA, Augusto Vieira da (1950) – *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

SILVA, Heitor (2014) – *O fenómeno mudéjar no tardo-gótico alentejano* (Dissertação de mestrado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

SILVA, Rodrigo Banha da (2012) – *As "marcas de oleiro" na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa* (Dissertação de Doutoramento). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

SILVA, Rodrigo Banha da.; FERREIRA, S. (2015) – "Jarro", in Teixeira, A., Villada, F., Silva, R.B. (Eds.) *Lisboa 1415 Ceuta. Uma história de duas cidades*. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, Câmara Municipal de Lisboa e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 134.

TEIXEIRA, André, VILLADA PAREDES, Fernando, SILVA, Rodrigo Banha da (Eds.) (2015) – *Lisboa 1415 Ceuta. Uma história de duas cidades*. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, Câmara Municipal de Lisboa e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

TRINDADE, Rui A. A. (2007) – *Revestimentos Cerâmicos Portugueses (Meados do século XIV à primeira metade do século XVI)*. Lisboa: Edições Colibri.



Figura 1 – Localização da escavação de 1992-1993 nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel (Santa Maria Maior, Lisboa).

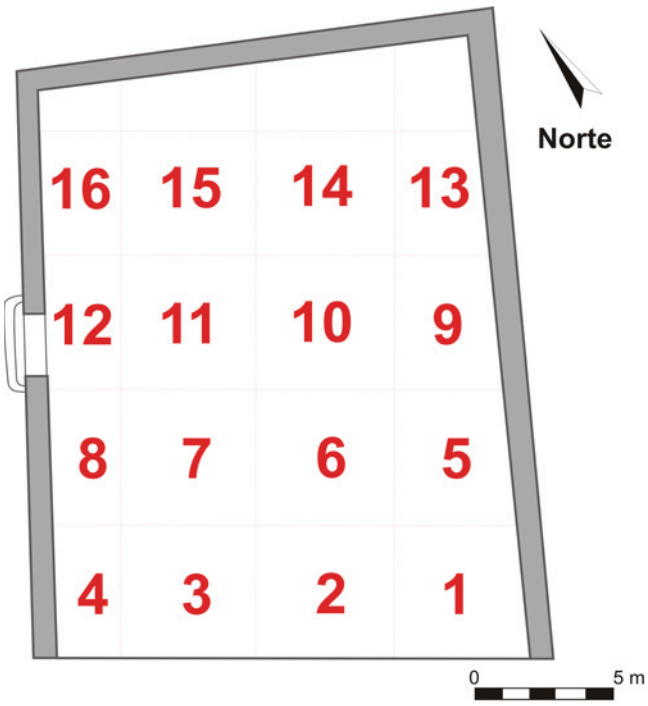


Figura 2 – PPJ. Quadriculagem da escavação de 1992-1993.

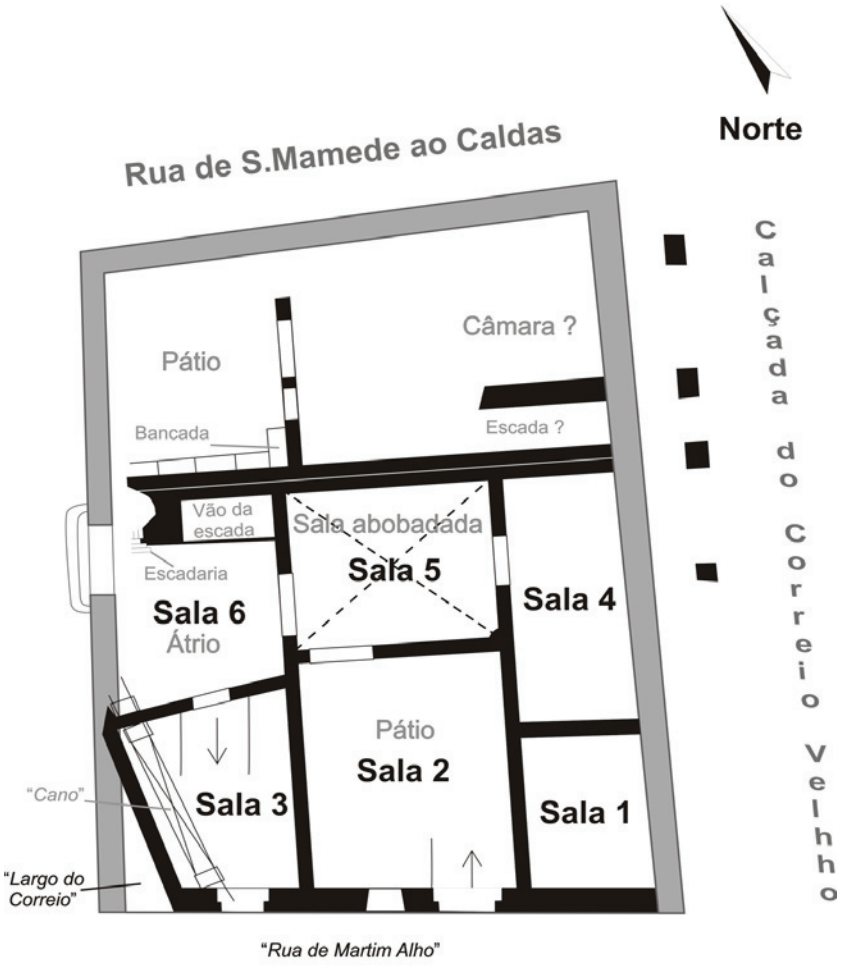


Figura 3 – PPJ. Plano esquemático de síntese do remanescente das duas unidades objecto de escavação em 1992-1993.

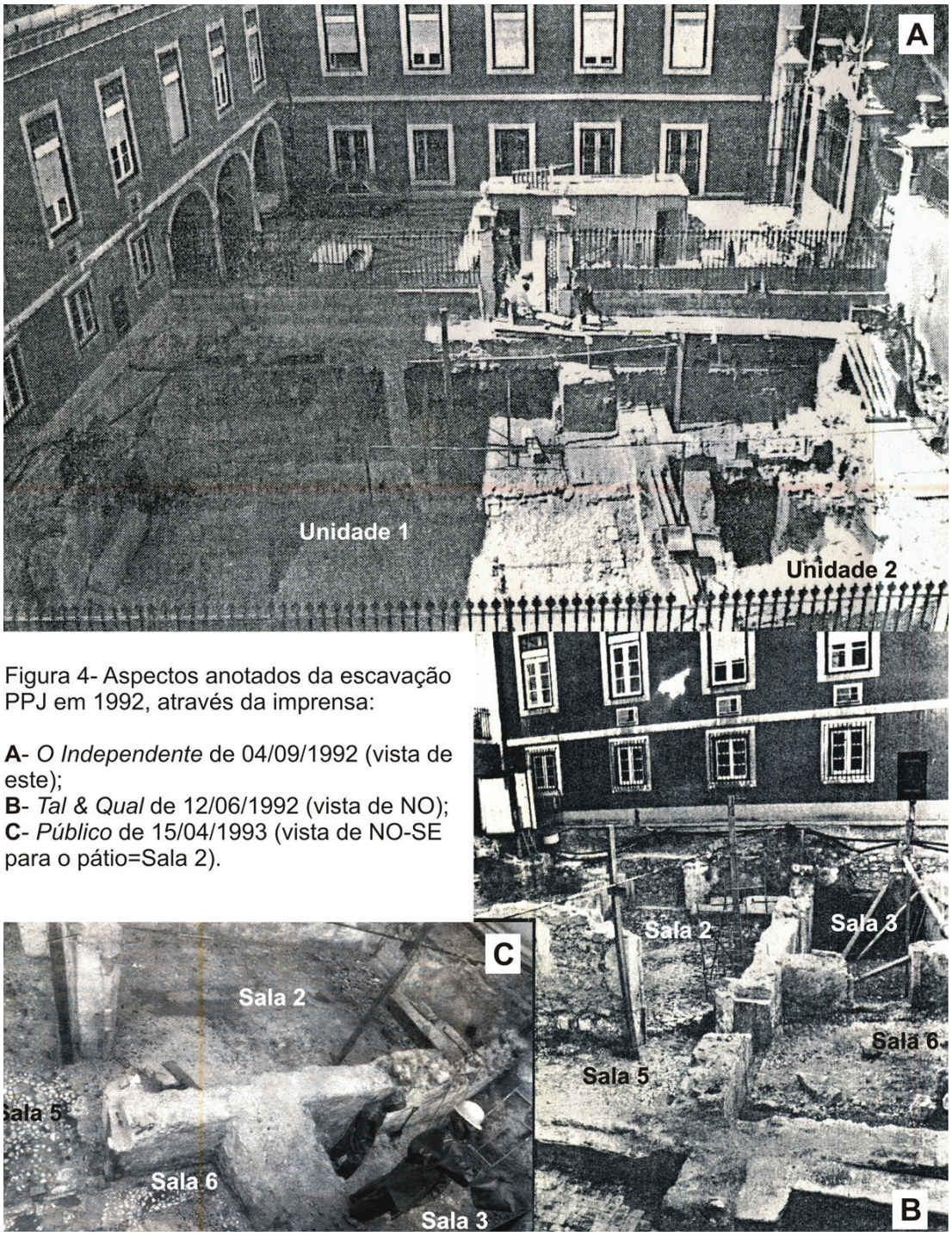


Figura 4- Aspectos anotados da escavação PPJ em 1992, através da imprensa:

A- *O Independente* de 04/09/1992 (vista de este);
B- *Tal & Qual* de 12/06/1992 (vista de NO);
C- *Público* de 15/04/1993 (vista de NO-SE para o pátio=Sala 2).

Figura 4 – Aspectos anotados da escavação PPJ em 1992, através da imprensa:

A – O Independente de 04/09/1992 (vista de este);

B – Tal & Qual de 12/06/1992 (vista de NO);

C – Público de 15/04/1993 (vista de NO-SE para o pátio = Sala 2).

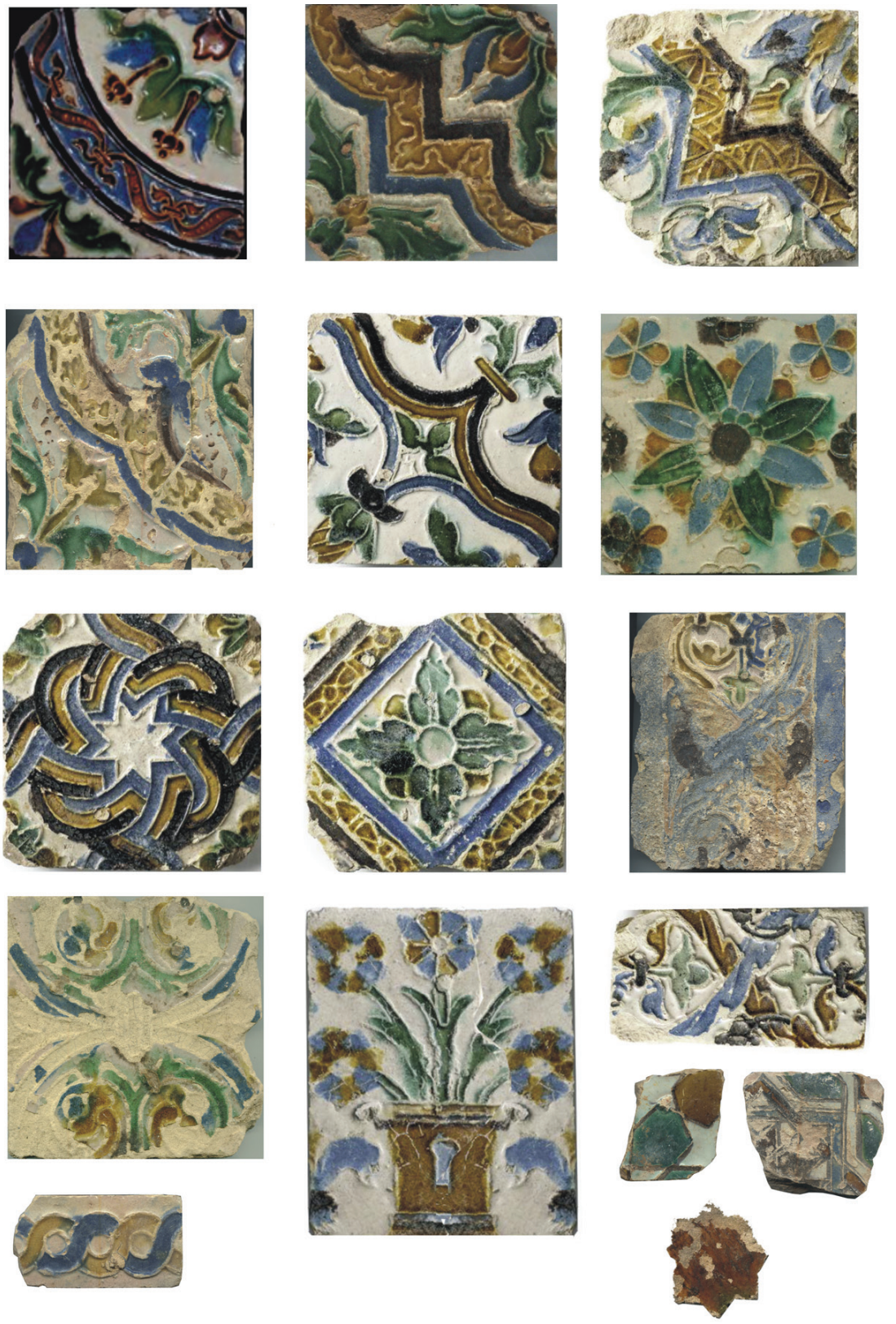


Figura 5 – Tipos de azulejos hispano mouriscos recuperados nas escavações de 1992-1993 nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel.

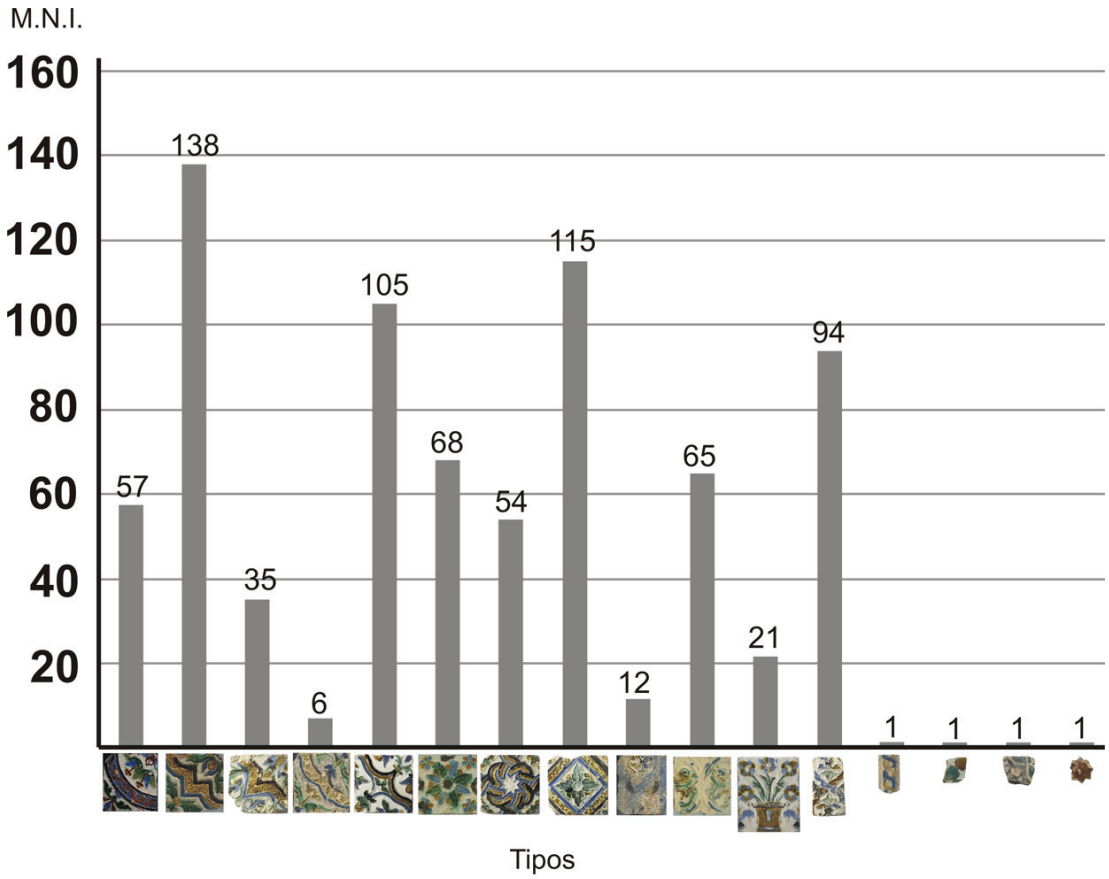


Figura 6 – Quantificação por número máximo de indivíduos dos tipos de azulejo hispano mouriscos recuperados nas escavações de 1992-1993 nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel.

O CONTEXTO DO POÇO DO CLAUSTRO SO DO HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS: OS CONTENTORES PARA LÍQUIDOS

Rita Neves Silva[1], Rodrigo Banha da Silva[2]

RESUMO

Na intervenção arqueológica da Praça da Figueira, realizada entre 1999 e 2001, exumaram-se contextos relacionados com o Hospital Real de Todos-Os-Santos, o primeiro grande complexo de saúde e assistencial central de Portugal. No espaço do pátio do Claustro SO do edifício foi revelado um poço circular, preenchido com unidades estratigráficas de abandono relacionáveis com eventos de meados do séc. XVIII, nomeadamente o grande incêndio de 1750 que, segundo as fontes manuscritas, afetou a Igreja e esta zona em particular. Selecionou-se para o presente trabalho um grupo dos recipientes de armazenamento de líquidos daquele contexto, por se considerarem mais diretamente ligados com a vida a uso da estrutura hidráulica, com o objetivo de contribuir para o aprofundar do conhecimento sobre a cultura material do quotidiano urbano da cidade de Lisboa da Época Moderna, e do seu *Hospital Grande* em particular.

Palavras-chave: Arqueologia Moderna, Cerâmica Comum Moderna, Lisboa, Séculos XVII-XVIII, Hospital Real de Todos-Os-Santos.

ABSTRACT

During the archaeological excavations of 1999-2001 in Praça da Figueira (Lisbon), several contexts directly related to episodes that took place on the first Portuguese central Hospital, *Hospital de Todos-Os*-Santos, were recognized. In the SW Cloister yard, a circular well was identified, filled with abandonment S.U.s conected with events of middle 18th c., particularly the great fire of 1750 that, according to writen sources, afected mainly the Church and this zone. The group of corase ware liquid storage containers from that context was selected, with the aim of contributing to the knowledge on material culture of the Lisbon´s urban daily during Modern Age Period, and of its Hospital in particular.

Keywords: Modern Age Archaeology, Lisbon, 17th & 18th c. Portuguese Coarse Wares, Hospital Real de Todos-Os-Santos.

1. INTRODUÇÃO

A intervenção arqueológica municipal desenvolvida entre 1999 e 2001 na Praça da Figueira, em Lisboa, ampliou a leitura do remanescente do Hospital Real de Todos-Os-Santos, escavado anteriormente em 1960-62 por Irisalva Moita (MOITA, 1992: 39).

A intervenção fora motivada pelo plano municipal de reabilitação das praças do Rossio e da Praça da Figueira, que contemplava a instalação de um parqueamento automóvel subterrâneo no subsolo. Considerando a experiência acumulada de investigação sobre esta área específica da cidade, foram os trabalhos arqueológicos então cometidos ao extinto Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade, tendo decorrido sob a direção de um dos signatários (RBS). O volume e importância dos dados então recolhidos permanece essencialmente inédito, e por trabalhar.

1. FCSH – UNL; rita_nevesilva@hotmail.com

2. CAL – CML; CHAM – FCSH / UNL e UAç; rodrigo.banha@cm-lisboa.pt

Nesse sentido, procurando também potenciar a valia informativa da informação arqueológica, lançou este ano de 2017 a Câmara Municipal de Lisboa (Direção Municipal de Cultura / Departamento de Património Cultural), em parceria com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (CHAM – Centro de Humanidades), o projeto dedicado ao Hospital Real de Todos-Os-Santos, no qual se integra o presente trabalho (Figura 1).

2. BREVES ELEMENTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Ao longo das últimas décadas foram publicados diversos estudos sobre a história da cidade de Lisboa, sendo o tópico sobre a História do Hospital Real de Todos-Os-Santos um tema frequente devido à importância do hospital na cidade, mas também para o Império Português, dado o modelo ter sido replicado noutras cidades como Goa e ter servido como centro de tirocínio para os médicos e cirurgiões portugueses dos séculos XVI a XVIII, e, por fim, para a própria história da ciência, por se tratar de um dos elementos-chave para o desenvolvimento das práticas médicas no mundo moderno (RAMOS, 1993: 333-340; SILVA e LEITE, 2015: 49-51).

A história do Hospital Real de Todos-os-Santos começa com o lançamento da primeira pedra pelo rei D. João II, em 1492, com uma localização então periférica na cidade de Lisboa, transformando-se, no quadro de um plano manuelino, num dos elementos de uma nova centralidade lisboeta, o Rossio (CARITA, 2015: 31-35). Sendo um dos mais prestigiantes edifícios públicos na época, inscreve-se na política de centralização régia iniciada no reinado de D. João II e prosseguida com D. Manuel, sendo aliás neste último reinado que o fundamental das obras foi desenvolvido e que a primitiva configuração administrativa e burocrática foi construída (LEITE e PEREIRA, 1993: p.4-6).

Edifício de inspiração renascentista italiana, todavia tardo-gótico, possuía quatro claustros, cada um com seu poço, que rodeavam os corpos principais de planta em cruz. O complexo foi recebendo obras de ampliação ao longo dos séculos, para responder às necessidades crescentes. Todavia, para além das obras sucessivas promovidas pela sua tutela, que desde a segunda metade do séc. XVI pertencia à Santa Casa da Misericórdia, ou pela munificência dos sucessivos monarcas, os cataclismos regulares e intensos com que ia sendo atingido, transformaram o *Hospital Grande* num estaleiro quase permanente: destaquem-se os dois grandes incêndios, um primeiro em 1601 que lhe destruiu o interior da Igreja e afetou toda a área ocidental, e um segundo e mais devastador, ocorrido em 1750, que além da Igreja arruinou várias áreas hospitalares, dando inicio a vários projetos de remodelação profunda que nunca vieram a ser postos em pratica dado poucos anos passados, durante ainda as remodelações, sofrer intensamente com o terramoto de 1755. O episódio marcou o início do fim do hospital, isto apesar do edifico ter continuado em funcionamento, ou de inclusive estar contemplado nos planos de reconstrução gizados em 1758. O Marquês de Pombal acaba por decidir pelo seu abandono e desmantelamento em 1769, sendo a partir daí demolido por completo (1770-1775) para dar lugar ao novo modelo pombalino para a cidade, sendo os seus serviços transferidos para o atual Hospital de São José (LEITE, 1993: 6-7).

3. O ESPAÇO DO PÁTIO DO CLAUSTRO SO E DO POÇO RESPETIVO

O Claustro SO do Hospital Real de Todos-Os-Santos foi encontrado muito desmantelado pela intervenção arqueológica de 1999-2001, em razão das intensas ações de aproveitamento de pedra que se seguiram à decisão de transferência da instituição. De facto, em três dos deambulatórios que cercavam a área do pátio a maior parte dos pavimentos em empedrado haviam já desaparecido, do capeamento original de laje calcária dos muros de recinto do pátio que suportavam os pórticos das arcarias pouco restara, estruturas à época subterrâneas como os adutores ao cano Real de São Domingos se apresentaram já sem as coberturas, e somente na zona central do pátio sobrevivera um poço hidráulico, e restos do respetivo patim de acesso.

O poço do Claustro SO ([365]) apresentava um plano perfeitamente circular com cerca de um metro de diâmetro de diâmetro, tendo sido construído com fiadas sucessivas de aduelas em calcário branco cristalino, unidas com juntas que não ultrapassavam os 0,5 cm.

Ligando as aduelas, e conformando um maciço de tendência circular, de lados externos irregulares e com cerca de 0,50m, uma argamassa esbranquiçada muito compacta e rica em cal, com algumas pedras de média dimensão e menos frequentes fragmen-

tos de olaria de construção, conformava a estrutura do poço, parecendo equivaler ao enchimento da estrutura negativa aberta nas U.E.s de matriz argilosa anteriores para a construção da estrutura hidráulica. No seu total foram identificadas 12 fiadas horizontais de aduelas, perfazendo a profundidade da estrutura remanescente aproximadamente 2,80 m.
Ladeando a sul o poço, foram identificados restos de um patim de acesso, constituído por um alinhamento de sete lajes calcárias retangulares e vestígios de uma outra pertencente eventualmente ao lado oeste ([370]), com um ligante de argamassa alaranjada, pouco compacta e inçada de picos de cal esbranquiçada ([369]), construção que se sobrepunha aos níveis também rompidos pela edificação da estrutura hidráulica ([364]). Pelas cotas absolutas a que situava este possível patim, entre 8,59 e 8,73 m, necessariamente existiria(m) degrau(s) que ligavam o nível de pavimento a esta zona um pouco rebaixada.
Ora, as técnicas construtivas reconhecidas no poço, mas também no que foi interpretado como equivalendo ao seu patim de acesso, afastam-se, em definitivo, das características documentadas arqueologicamente no edifício para os momentos iniciais da construção do Hospital, datáveis dos finais do séc. XV e primeiras décadas do séc. XVI. De facto, não só os elementos de cantaria estavam desprovidos das típicas «marcas de canteiro» deste período, como também as argamassas se afastavam dos modelos atestados para aqueles períodos, implicando, por consequência, momentos claramente posteriores aos fundacionais do Hospital Real. Não se tendo recolhido "elementos datantes" nos contextos relacionáveis com a instalação do poço, mais se não pode do que propor um lapso longo compreendido entre a segunda metade do séc. XVI e toda a centúria seguinte para o momento da sua instalação nesta zona do pátio do Claustro SO (Figura 2).

4. A ESTRATIGRAFIA DE ENCHIMENTO DO POÇO DO CLAUSTRO SO

As Unidades Estratigráficas que compõem o contexto ([372]) a ([376]), correspondem a uma amostra homogénea que preenche a totalidade da potência do poço, contendo materiais cronologicamente datados para o final do século XVII a meados do século XVIII, sendo o espólio muito diversificado (BOAVIDA, 2012), incluindo exemplares de madeira carbonizada (pertencente a tábuas, vigas e vigotas). Tendo já sido estudados os vidros (Idem), os objetos pétreos, ósseos, metálicos e em materiais orgânicos, a cerâmica fina barroca (SILVA e RODRIGUES, 2015) e o conjunto da faiança portuguesa e importada (BOTELHO, 2002), neste momento procede-se ao estudo das restantes classes cerâmicas, conduzido por um dos autores (RNS) (Figura 3).
Partilhando as características sedimentares gerais, bem como o tipo de inclusões, as unidades estratigráficas viriam a revelar colagens frequentes entre fragmentos situados a distintas cotas e em distintas unidades, autorizando uma leitura com alta plausibilidade de que o poço terá sido preenchido num momento curto, muito circunscrito no tempo.
Ora, a conjugação desta interpretação com os dados proporcionados pelas cronologias dos materiais, que atingem com segurança as primeiras décadas do séc. XVIII mas não ultrapassam os meados do século, mas também com a presença abundante e as características com que se apresentavam os elementos de construção (pétreos de média dimensão, fragmentos de olaria de construção e, sobretudo, madeiras carbonizadas), configuram um cenário compatível com uma ação ocorrida na sequência do grande incêndio sofrido pelo Hospital Real de Todos-Os-Santos em 1750. Esta circunstância confere um interesse supletivo ao conjunto, tendo-se selecionado para o presente trabalho os elementos mais diretamente conectáveis com a funcionalidade da estrutura: os contentores para líquidos.

5. A CERÂMICA COMUM PARA LÍQUIDOS DO POÇO DO CLAUSTRO SO

A cerâmica comum está bem presente no espólio dos contextos do Poço do Claustro SO, compondo um conjunto de 6256 fragmentos cerâmicos. Deste universo 620 fragmentos pertencem ao grupo dos contentores destinados a líquidos, estando distribuídos 576 fragmentos pela U.E. ([376]) e os restantes 44 pertencentes à U.E. ([372]). Das U.E.s que preenchem a parte superior do poço, ([366]) e ([367]) não resultou a recolha de elementos enquadráveis no estudo (Figura 4).
Tendo-se aplicado uma metodologia de abordagem do conjunto que segue os preceitos enunciados no Protocolo de Mont Beuvray (ARCELIN e TUFFREAU-LIVRE, 1998), foram contabilizados 148 *NMI* (Número Mínimo de Indivíduos) para a U.E. ([376]) e 18 *NMI* para a U.E. ([372]), num total

de 166 *NMI*. Deverá notar-se, no conjunto de contentores líquidos deste contexto, a presença de vários objetos em muito bom estado de conservação, por vezes inteiros ou fragmentados, mas de perfil completo, circunstância que se deverá conectar com os processos de formação a que atrás aludimos.
Na distinção morfológica dos distintos tipos seguimos a nomenclatura utilizada em diversos estudos sobre produções lisboetas da Época Moderna (TORRES, 2011).

Cântaros:
A forma que surge em maior quantidade é a do cântaro, com 131 *NMI*. Trata-se de grandes recipientes, de corpo de tendência piriforme, dotados de uma só asa que se situa no plano do bordo ou se eleva bem acima deste, possuindo colo curto.
A primeira variante identificada, **A1**, caracteriza-se por possuir um bordo ligeiramente exvertido e lábio arredondado, com caneluras concêntricas circulares no exterior e colo baixo. O corpo é hemisférico e de tendência piriforme, e o fundo plano. Uma asa ovalada vertical que arranca do bordo. A superfície interna/externa apresenta uma coloração avermelhada/acastanhada. O diâmetro do bordo é de 8 cm; o diâmetro do fundo é de 8,5 cm; a largura da asa é de 3,2 cm e a altura é de 25 cm. Num caso um dos cântaros apresenta um orifício em forma de triângulo, a meio do corpo, que pode ter sido feito propositadamente ("matar a peça", prática destinada a de funcionalizar o objeto por razão de contágio). Esta variante é aquela que tem maior presença neste contexto arqueológico, com 29 *NMI* (1_PF00.F11[376] – 600-18).
Dentro da variante A, discernimos a sub-variante **A2**. Esta apresenta bordo ligeiramente exvertido com lábio recto, caneluras concêntricas circulares no exterior e colo baixo. O diâmetro do bordo é de 9 cm e a espessura da parede é de 0,4 cm, não é conhecida a altura ou a asa, existe apenas um único exemplar desta variante. A tonalidade é idêntica à da variante A1 (2_PF00.F11[376] – 620-45; 620-65; 620-44; 620-67; 637-68). Foi reconhecido 1 *NMI* para esta forma.
A variante **B**, é semelhante à variante A, mas de maiores dimensões e com asa em fita vertical. O seu bordo é ligeiramente invertido, lábio arredondado, com caneluras concêntricas circulares no exterior e colo baixo. O corpo, sendo piriforme, é mais hemisférico e o fundo também é plano. A superfície interna/externa apresenta uma tonalidade acastanhada clara. O diâmetro do bordo é de 9 cm; o diâmetro do fundo é de 9,5 cm; a espessura da parede é de 0,4 cm; a largura da asa é de 6 cm e a altura é de 35,8 cm. O facto de existir apenas um exemplar com o perfil completo desta variante **B** torna difícil perceber quantos indivíduos desta variante existem no contexto (3_PF00.F11[376] – 633-34; 1146-169; 1146-207; 655-59; 634-103; 630; etc.). Foi identificado uma forma possivelmente semelhante nos contextos do Convento da N.ª Senhora da Piedade, Cascais, que os autores datam do séc. XVII (CARDOSO e RODRIGUES, 2002: 271, 272, 280). Foi reconhecido um 1 *NMI*.
A variante **C**, é equivalente a um tipo de cântaro de grande dimensão. Foram contabilizados 7 *NMI*. Apresenta um bordo invertido, com secção semicircular, em que a asa em fita vertical está integrada no bordo. O fundo é plano e possui um corpo hemisférico. Num dos casos, na parte inferior da asa foi executado um grafito em forma de "seta", com a ponta para baixo. A superfície interna apresenta um tom alaranjado e a superfície externa um tom laranja/acinzentado. O diâmetro do bordo é de 4,5 cm; o diâmetro do fundo é de 12 cm; a espessura da parede é de 0,4 a 1,4 cm; a largura da asa é de 8 cm e a altura é de 38,3 cm. (4_PF00.F11[376] – 1283-85ABCDEFH; 602-4; 609). Alguns exemplares de asa apresentam uma decoração em forma de digitação no arranque de asa. (5_PF00.F11[376] – 1148-20AB; 1148-17; 2637--32; 1600-7). Peças como estas, foram recolhidas estratigrafias do sitio do Mercado da Ribeira, em Lisboa, datadas para a primeira metade do século XVIII (FERREIRA, 2015: 285). Noutro contexto, o de uma casa setecentista no Martim Moniz (Lisboa), abandonada aquando de 1755, foi recolhido um fundo de cântaro semelhante (CASIMIRO, 2011: 712-713). Outro possível exemplar de fundo está presente no contexto de um poço seiscentista no Vale de Alcântara, Lisboa, datado para meados do século XVII e século XVIII (BATALHA e CARDOSO, 2013:133).

Jarro:
O Jarro é um contentor de dimensão variável para líquidos, que pode ser utilizado também para servir à mesa. Foi identificada uma morfologia de jarro, que apresenta um bordo recto e alto, ligeiramente extrovertido. Possui uma asa ovalada vertical que arranca do colo e tem o fundo plano. O bordo apresenta incisões ou caneluras concêntricas circulares e triangulares. A superfície interna/externa apresenta uma

tonalidade avermelhada/acastanhada. O diâmetro do bordo é de 8,5 a 9 cm; o diâmetro do fundo é de 8 cm; a espessura da parede é de 0,4 cm; a largura da asa é de entre 3 a 3,5 cm e a altura é de 21,5 cm. Foram identificados no contexto uma peça com o perfil completo para esta variante (6_PF00.F11[376] – 606-13, 609-63A; 642-62; 637-66; 609-63B) e alguns exemplares onde apenas existe o bordo e asa. (7_PF00.F11[376] – 620-8; 634-72; 637-60AB; 642--125: 620-8; etc.). Foi identificado um exemplar semelhante em estratigrafias do Beco das Barrelas (Alfama), Lisboa, datadas para o final do século XVII e inicio do seguinte (OLIVEIRA, 2012: 49-51). Outro possível paralelo está presente no contexto do poço seiscentista no Vale de Alcântara, Lisboa, onde foi identificada uma "Infusa" semelhante, datada para os séculos XVII e XVIII (BATALHA e CARDOSO, 2013, p.133). No contexto do poço SE do claustro NE do Hospital Real de Todos-os-Santos, mais antigo que o do poço SO, foi recolhida uma peça semelhante, mas com morfologia diferente, que demonstra como o bordo se foi alterando ao longo do tempo (BARGÃO, 2015: 229). Foram contabilizados 10 *NMI* para esta forma (Figura 5).

Bilha:

A Bilha é um recipiente de líquidos de média dimensão, que apresenta uma ou duas asas e com colo estreito e alto. Foram identificadas quatro variantes para a forma de bilha neste contexto. Foram reconhecidos 25 *NMI* para esta forma.

A primeira variante, **A**, é que aquela com maior presença no espólio, com 9 *NMI*. Apresenta-se com um corpo globular e colo estreito e alto ou um pouco mais baixo, fundo plano e bordo recto, espessado para o exterior. A asa é ovalada vertical que arranca junto ao bordo e termina a meio da peça. Pode exibir uma linha (incisão) no bordo e outras linhas a meio do corpo da peça. A superfície interna possui uma tonalidade alaranjada, a superfície externa pode apresentar um tom acinzentado. O diâmetro do bordo é de 5 a 6 cm; o diâmetro do fundo é de 8 a 9,5 cm; a espessura da parede é de 0,3 a 0,4 cm e a altura é de pelo menos 22 cm. (8_PF00.F11[376] – 13001-1)/ (9_PF00.F11[376] – 607)/(10_PF00.F11[376] – 1276--49)). Semelhantes a esta forma, foram recolhidas no contexto do sitio do Mercado da Ribeira, Lisboa, datadas para a primeira metade do século XVIII (FERREIRA, 2015: 284).

A segunda variante, **B**, é caracterizada pelo bordo exvertido, ligeiro espessamento para o exterior com secção semicircular. Com colo alto e estreito, decorado com pequenas caneluras concêntricas e incisões. A asa vertical arranca a partir do gargalo. Não é conhecido o seu corpo e fundo. A superfície interna/externa apresenta uma tonalidade avermelhada/acastanhada. O diâmetro do bordo é de 8 cm e a espessura da parede é de 0,4 cm. Existem apenas dois exemplares no contexto com estas características, logo são reconhecidos 2 *NMI* (11_PF00.F11[376] – 1146-94).

A terceira variante, **C**, é algo semelhante à anterior, mas de menor dimensão, com 1 *NMI* contabilizado. Contempla um bordo exvertido, espessado para o exterior com secção semicircular. Com colo alto e estreito, decorado com uma incisão no colo. A asa vertical arranca a partir do colo, debaixo do bordo. A superfície interna/externa apresenta uma coloração avermelhada/acastanhada. O diâmetro do bordo é de 5 cm e a espessura da parede é de 0,3 cm. É o único exemplar para esta variante, sendo desconhecida a restante morfologia. (12_PF00.F11[376] – 1276--46A; 1276-46B)

A quarta variante, **D**, é uma variante que não tem bordo conhecido, estando somente presentes porções do fundo e corpo, e distingue-se pelas suas muito pequenas dimensões. Apresenta corpo globular, colo alto e estreito, base com pé alto e um pequeno ônfalo. Possui um arranque de asa vertical a meio da peça. No topo do gargalo é decorada com caneluras concêntricas. A superfície interna/externa apresenta uma coloração alaranjada. O diâmetro do fundo é de 5,5 cm; a espessura da parede é de 0,3 cm e a altura é de pelo menos 16,6 cm. Estão presentes no contexto exemplares de fundos com características semelhantes, mas não se sabe com certeza se pertencem ao mesmo grupo. Foi reconhecido por isso, apenas 1 *NMI* (13_PF00.F11[376] – 610-16) (Figura 6).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que respeita ao contexto estudado, a origem dos objetos não se pode conectar categoricamente com a vida a uso da estrutura hidráulica, parecendo antes ter resultado de um conjunto de processos onde a acumulação de elementos vasculares destinados ao descarte após um dos eventos traumáticos da vida da instituição, mais provavelmente o incêndio de 1750, sugere ter sido o fator determinante. A comprovar este entendimento, marcam presença im-

portante no contexto outras categorias artefactuais já antes estudadas, como as faianças destinadas ao consumo e apresentação alimentar (BOTELHO, 2002), vidros (BOAVIDA, 2012), ou as outras cerâmicas comuns de uso quotidiano não apresentadas aqui, com destaque para as peças destinadas à confeção ou conservação alimentar.

Neste mesmo sentido, aparentemente nada no conjunto global recolhido no poço do Claustro SO se conectaria forçosamente com a instituição hospitalar, podendo ter sido proveniente de outras áreas da cidade. Contudo, a presença entre os exemplares destinados a líquidos de "peças mortas", provavelmente para evitar o contágio, sugere fortemente uma proveniência próxima à estrutura e uma relação direta com o quotidiano da instituição, facto de resto já fora salientado antes em função de alguns elementos não cerâmicos recolhidos (BOAVIDA, 2012 e no prelo) que só se podem compreender em função do enquadramento em causa.

A explicação para o achado no contexto de um conjunto tão diversificado, em termos funcionais e tipológicos, prende-se com o carácter episódico da sua formação. Aqui, a presença de utensilagem de cozinha, de bens pessoais, como restos de elementos vestuário ou dados de jogo, dever-se-á muito provavelmente à origem próxima ao poço dos artefactos descartados, motivada pela utilização privilegiada que se fazia da planta baixa do Hospital por parte do pessoal a ele afecto, que nele residia com as respetivas famílias. Contudo, o conjunto estudado acaba por constituir um contributo determinante para o esclarecimento dos processos de formação do contexto. Se se atentar na sua composição, predominam claramente os cântaros entre os contentores de líquidos, justamente os elementos vasculares utilizados estritamente no abastecimento de água e sua conservação, e esta expressão quantitativa faz-se em desfavor das bilhas e jarros, cuja funcionalidade pode compreender, para além daqueles, também o serviço à mesa. Hipoteticamente conservados no interior ou junto dos compartimentos do piso térreo, os cântaros seriam as peças mais diretamente relacionadas com a vida a uso do poço, onde é estridente a ausência dos elementos vasculares em cerâmica comum destinados ao consumo de água (copos, púcaros), e fraca a percentagem da denominada "cerâmica modelada" (SILVA e RODRIGUES, 2015).

Deste modo, o estudo efetuado aos contentores destinados a líquidos do Poço do Claustro SO do Hospital Real de Todos-Os-Santos, para além ter contribuído para caracterizar morfologicamente um grupo das produções locais ou regionais lisboetas a uso nos meados do séc. XVIII, permitiu de igual modo lançar alguma luz sobre os quotidianos que tiveram lugar no interior da instituição (Figura 7).

BIBLIOGRAFIA

ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M. (1998) – La quantificacion des céramiques.

Conditionet protocole, in *Acter de la table ronde du Centre Archéologique Européen du Mont Beauvray*. Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray, Collection Bibracte, 2. Glux-en-Glenne.

BARGÃO, André (2015) – *Evidências do Quotidiano no Hospital Real de Todos-os-Santos, Lisboa: os contextos do poço SE do Claustro NE* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

BATALHA, Luísa; CARDOSO, Guilherme (2013) – "Poço seiscentista no Vale de Alcântara (Santa Isabel, Lisboa)", in *EMERITA – Estudos de Arqueologia e Património Cultural*, 1. Lisboa, p. 113-140.

BOAVIDA, Carlos (2012) – "Espólio Vítreo de um poço do Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa, Portugal)", in TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A. (coord.) *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna,* vol. I. Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, p.135-139.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (2002) – Conjunto de peças de cerâmica do século XVII do Convento de N.ª Sr.ª da Piedade de Cascais, in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada, p. 269-288.

CARITA, Hélder (2015) – "Lisboa: Da cidade Medieval à Cidade Manuelina", in TEIXEIRA, A.; PAREDES, F.; SILVA, R. B. (coord.) *Lisboa 1415 Ceuta – História de duas cidades*. Ceuta, Lisboa: Ciudad Autonoma de Ceuta / Camara Municipal de Lisboa, p.31-35.

CASIMIRO, Tânia (2011) – Estudo do espólio de habitação seiscentista em Lisboa, in *O Arqueólogo Português*, Serie V, 1. Lisboa, p. 689-726.

CARMONA, Mário (1954) – O Hospital Real de Todos-os-Santos da cidade de Lisboa. Lisboa.

FERREIRA, Sara (2015) – *O sítio do forte de São Paulo: estudo arqueológico da Ribeira Ocidental de Lisboa na época moderna* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

GARCIA, José Manuel (coord.) (2009) – *História de Lisboa – Tempos Fortes.* Lisboa: Câmara Municipal, GEO.

MOITA, Irisalva (1992) – *V Centenário do Hospital Real de Todos-os-Santos*. Lisboa: Correios de Portugal.

LEITE, Ana Cristina; PEREIRA, P. (1993) – O Hospital Real de Todos-os-Santos, in *Hospital Real de Todos-os-Santos, 500 anos – Catálogo*. Lisboa: Museu Rafael Bordalo Pinheiro, p. 5-19.

OLIVEIRA, Filipe Santos. (2012) – *Espólio de Idade Moderna, proveniente do Beco das Barrelas, Alfama* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

RAMOS, Luís Oliveira (1993) – "Do Hospital Real de Todos os Santos à História Hospitalar portuguesa", in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, p. 333-350.

SILVA, Rodrigo Banha; RODRIGUES, A. F. (2015) – "Cerâmicas finas barrocas de um contexto de finais do séc. XVII – inícios do Séc. XVIII de um poço do Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa)", in *Estudos e Relatórios de arqueologia Tagana*, 1, Lisboa.

SILVA, Rodrigo Banha; LEITE, Ana Cristina (2015) – "O Hospital Real de Todos-os-Santos", in TEIXEIRA, A.; PAREDES, F.; SILVA, R. B. (coord.) *Lisboa 1415 Ceuta – História de duas cidades*. Ceuta, Lisboa: Ciudad Autonoma de Ceuta / Camara Municipal de Lisboa, p.49-53

TORRES, Joana (2011) – *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

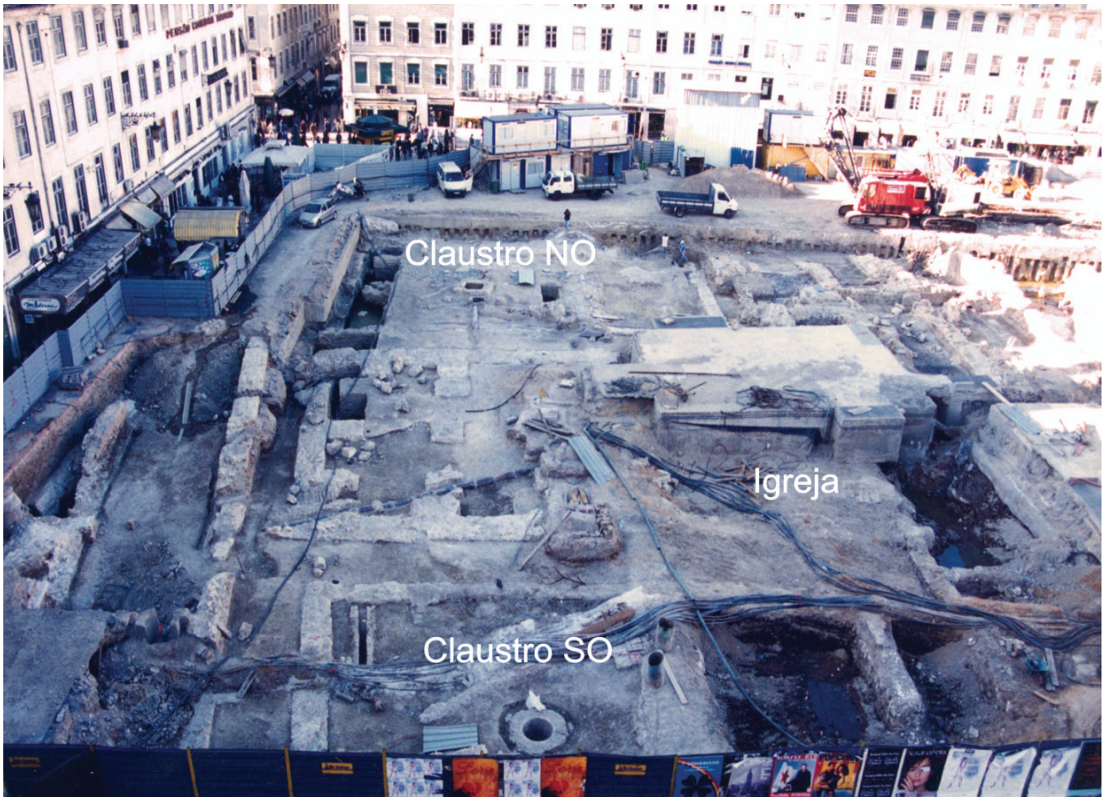


Figura 1 – Aspeto da intervenção arqueológica, com o Hospital Real. Fotografia orientada a S-N.



Figura 2 – Localização do Poço SO.

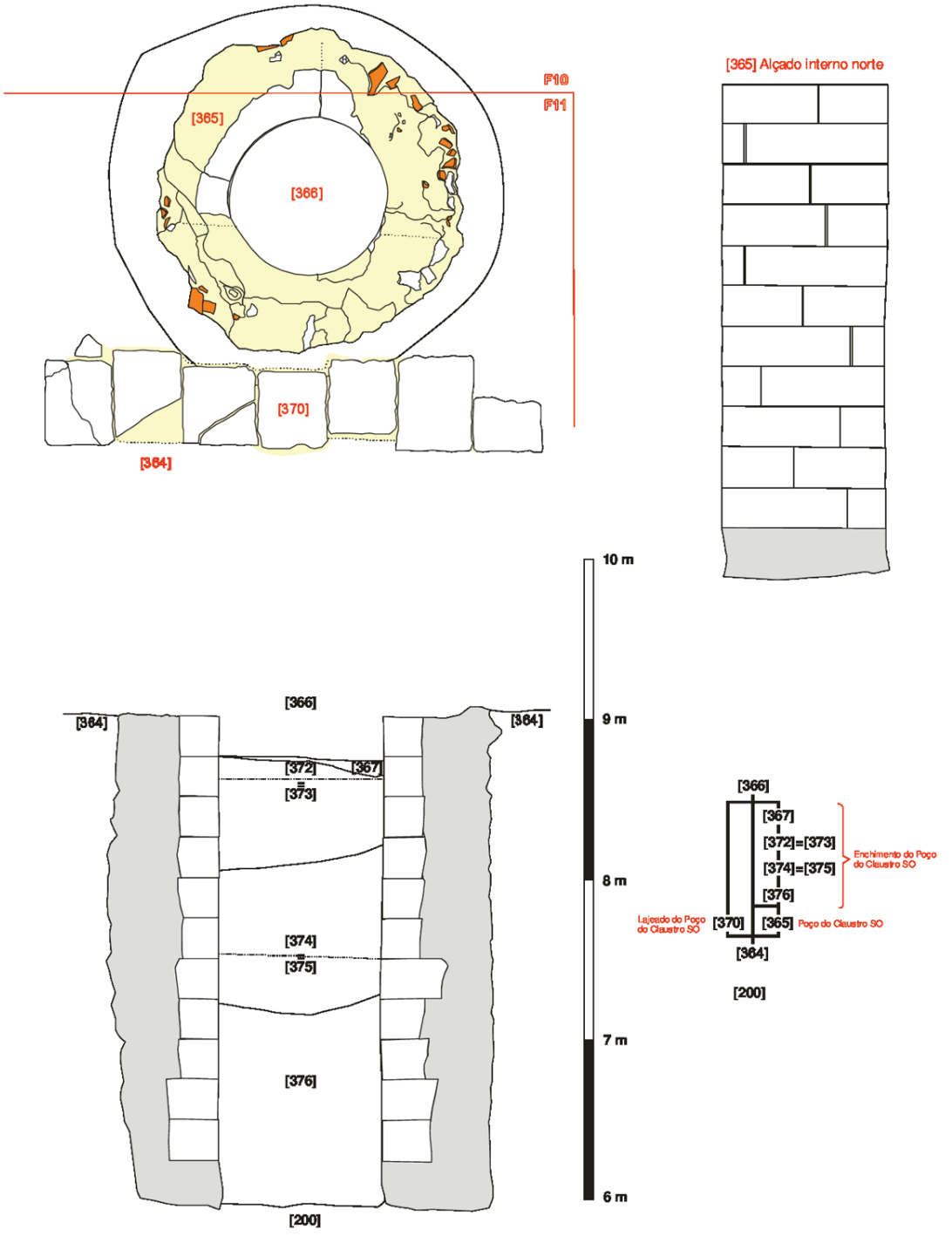


Figura 3 – Perfil estratigráfico do Poço e matriz de Harris.

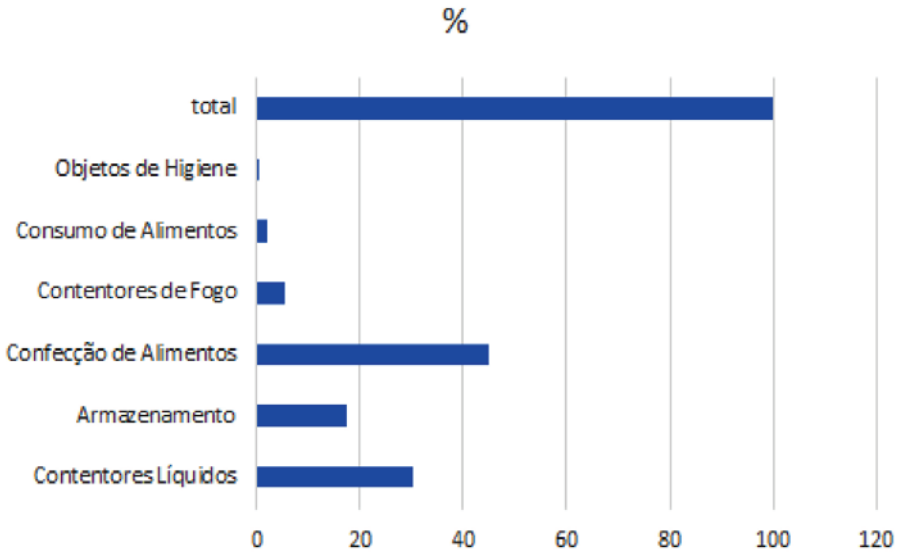


Figura 4 – Distribuição, em percentagem, da cerâmica comum exumada no Poço SO, por grupos funcionais.

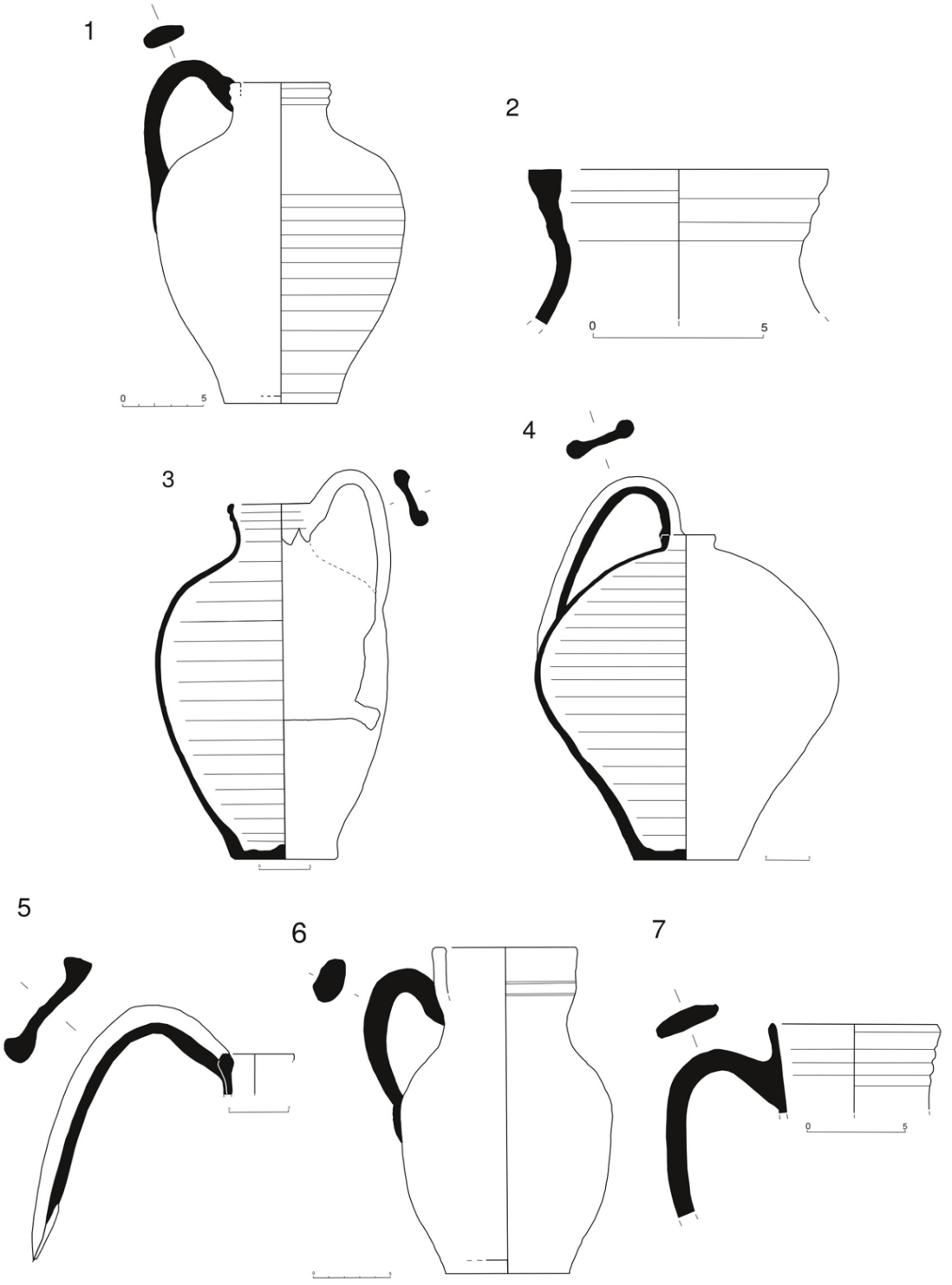


Figura 5 – Estampa 1: Cântaros e Jarros.

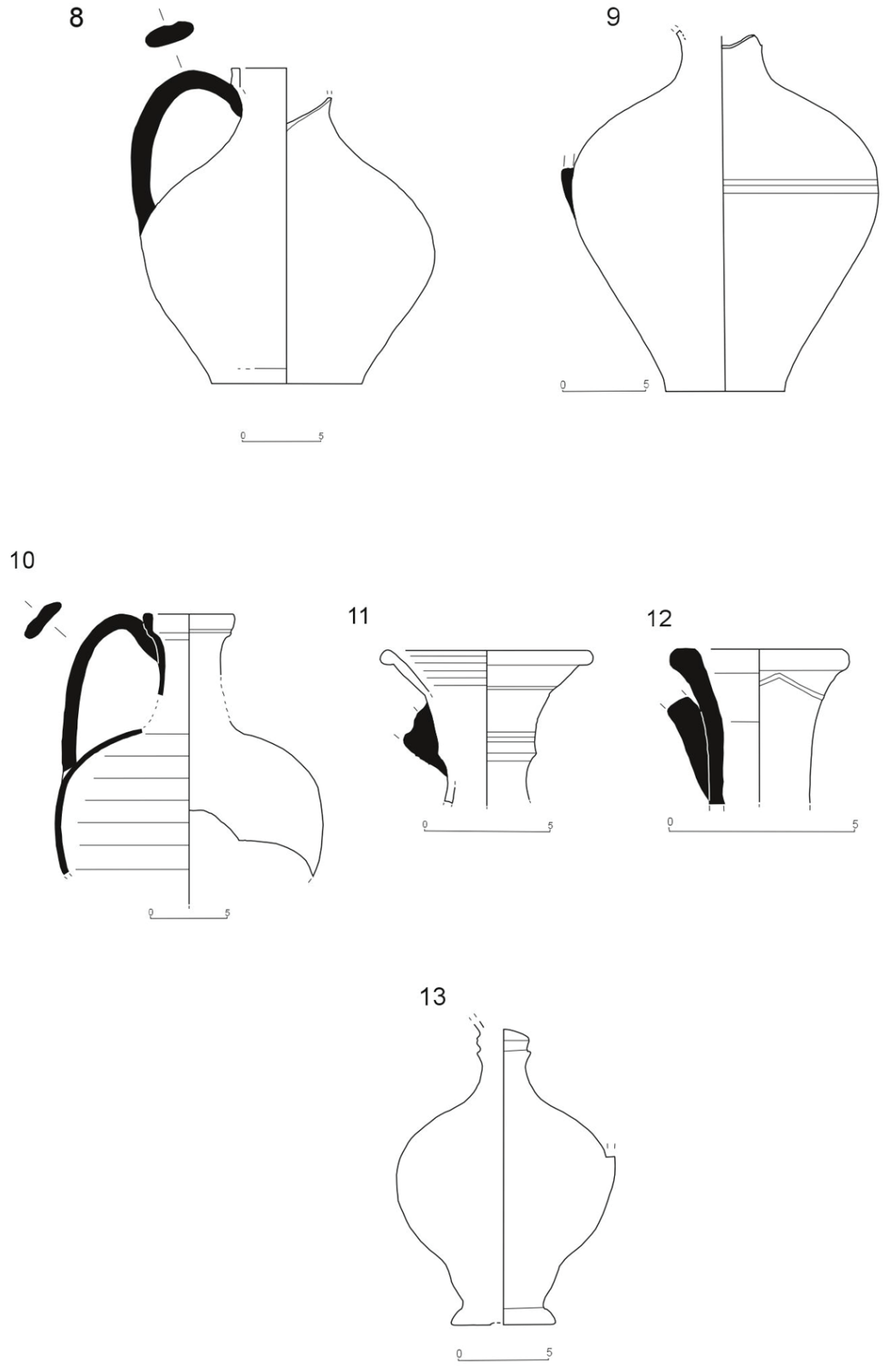


Figura 6 – Estampa 2: Bilhas.



Figura 7 – Pormenor do Rossio (Chafariz de Neptuno) e o Hospital Real de Todos-os-Santos, com a representação de cântaros com as mesmas variantes que surgem no contexto SO. Primeira metade do século XVIII. Painel de Azulejos, reprodução. Lisboa, Museu da Cidade.

A CERÂMICA ITALIANA DOS SÉCULOS XV E XVI DO LARGO DO JOGO DA BOLA EM CARNIDE, LISBOA

Catarina Felício[1], Filipe Sousa[2], Raquel Guimarães[3], André Gadanho[4]

RESUMO

A intervenção arqueológica no Largo do Jogo da Bola, Carnide, realizada entre os anos de 1994 e 1998, permitiu detectar seis silos de cronologia Medieval, escavados no substrato rochoso, revelando um considerável conjunto de materiais cerâmicos e vítreos, dos séculos XV e XVI.

De entre o espólio exumado, surgem produções da área de Lisboa, cerâmica comum e faiança; bem como exemplares importados como porcelana e cerâmica espanhola e italiana.

O conjunto que aqui apresentamos compreende exemplares das chamadas Majólica e cerâmica *Graffita* que, apesar de não ser muito significativo em termos quantitativos, apresenta contributos para o estudo da difusão e extensão do comércio que as Cidades Italianas mantinham com o Reino de Portugal e, no caso, Lisboa.

Palavras-chave: Carnide, Comércio Itália, Séculos XV e XVI, Majólica, *Graffita.*

ABSTRACT

The archaeological intervention in Largo do Jogo da Bola, Carnide, took place between 1994 and 1998. As a result six Medieval silos, dug in the argillaceous soil, were identified, revealing a considerable amount of ceramic and glass objects, dating from the 15th and 16th centuries.

The set included objects produced in the Lisbon area, common ware and faience; as well as imported items such as porcelain and Spanish and Italian ceramics.

The artefactual ensemble we here present comprises individuals of the so called *Maiolica* and *Graffita* that, notwithstanding its scarce numbers, can be of use to the study of the trading maintained between the Italian Cities and the Kingdom of Portugal and, in this particular case, Lisbon.

Keywords: Carnide, Italian Trade, 15th and 16th centuries, *Maiolica*, *Graffita.*

1. INTRODUÇÃO

A intervenção arqueológica realizada no actual Largo do Jogo da Bola, CNS 1257, no centro histórico de Carnide, hoje pertencente ao Município de Lisboa, deu-se no seguimento de uma denúncia efectuada por um morador de Carnide, a 7 de Novembro de 1993 (Diogo e Vital, 1998, p.49). Este alertava para o facto de as obras de saneamento público que decorriam naquele local terem encontrado, e parcialmente destruído, estruturas arqueológicas. Com efeito, foi realizada uma intervenção de emergência com vista a salvaguardar os achados, tendo sido detectado na área NW do largo um silo escavado no substrato rochoso, no caso rocha argilosa (*ibidem*, p.49), cuja boca tinha sido destruída pela obra, e feitas várias recolhas de superfície.

Assim, a equipa realizou o acompanhamento arqueológico do restante da obra de arranjo urbanístico, que terminou a 3 de Fevereiro de 1994. Entre 1994 e 1998 procedeu-se à escavação do sítio, tendo sido identificados cinco outros silos em forma de saco,

1. FCSH – UNL; kate.felicio@hotmail.com

2. FCSH – UNL; filipe.alb.sousa@gmail.com

3. FCSH – UNL; ras.guimaraes95@gmail.com

4. FCSH – UNL; andre_gadanho@hotmail.com

idênticos ao primeiro, com uma dimensão média de 2,20m de altura e 2m de largura máxima, perfazendo um total de seis silos dispostos em duas fiadas irregulares orientadas a Oeste/Este (*ibidem*, p.49). Quanto ao estado de conservação, os silos apresentavam três situações distintas: Aqueles que haviam conservado a tampa mas que esta tinha sido violada pelo movimento de terras das obras de saneamento; Aqueles que conservavam uma tampa, no caso uma laje calcária, desde o seu momento de abandono e que se encontravam praticamente vazios; E aqueles que não tinham conservado tampa, tendo sido entulhados em algum momento após o seu abandono (*ibidem*, p.49).

Dos materiais constantes do interior dos silos entulhados, destacam-se os restos de fauna, elementos metálicos, fragmentos vítreos, numismas, peças de cerâmica comum, faiança, porcelana chinesa e cerâmicas de importação espanhola e italiana, nomeadamente um conjunto de fragmentos de majólica italiana e também um pequeno conjunto de cerâmica esgrafitada que nos propomos analisar.

2. ENQUADRAMENTO

Carnide é, actualmente, uma Freguesia de Lisboa, e situa-se na Zona Norte da mesma. Remontam ao século XII as referências escritas referentes à história de Carnide, as quais são unânimes na sua referência a uma zona povoada por herdades agrícolas, grandes propriedades de senhores abastados nos quais se inclui a família real, e por casas conventuais (Caessa, Mota, 2014, p.86). O surgimento de uma verdadeira povoação apenas terá ocorrido em meados do século XIII (Caessa, Mota, 2013, p.1028), e encontra-se intimamente relacionado com um documento datado de 1259, referido como "Foral de Carnide" (Caessa, Mota, 2014, p.86-87). É neste século que, de acordo com este documento, se procede à organização religiosa e administrativa que origina o desenvolvimento da povoação, contribuindo para este efeito o Mosteiro de S. Vicente de Fora que parcela parte do seu território localizado em Carnide destinando-o ao povoamento (Frias, 1994, p.22) e à criação da paróquia (Caessa, Mota, 2014, p.86-87).

Remontam ao início do século XIV as referência a uma igreja dedicada a São Lourenço e respectivo cemitério, bem como a uma fonte, "covas" (de pão), um "rocio" e uma pequena ermida, dedicada ao Espírito Santo, também com respectivo cemitério, localizada no "Alto do Poço", actual Largo do Coreto, uma gafaria e um poço. No século seguinte, Carnide transformara-se num local de descanso para a família real e de outros elementos da corte (Caessa, Mota, 2013, p.1028), que para lá iam a fim de recuperar de campanhas militares (Frias, 1994, p.22), indicando a existência de casas nobres na povoação (Caessa, Mota, 2013, p.1028). A permanência destes nobres em Carnide estará certamente relacionada com existência de um culto muito ligado à expansão ultramarina, o da N.ª. Sr.ª. da Luz, que motivou a criação da Confraria da N.ª. Sr.ª. da Luz em 1463, da qual fazia parte o próprio rei D. Afonso V. A constituição da Confraria foi motivada pela construção de uma pequena ermida sobre a Fonte da Machada, cujas águas tinham propriedades curativas para a visão (Frias, 1994, p.24), a ermida da N.ª. Sr.ª. da Luz. Talvez por se tratar da conversão de um culto pré-existente, o do Espírito Santo, que desde cedo atraiu muitos peregrinos, a instituição deste novo culto levou a um incremento no número de devotos e consequentemente de peregrinos (Diogo, Vital, 1998, p.51).

Já no século XVI, D. João III argumenta junto do Papa a necessidade de se fundar um mosteiro para ocorrer aos peregrinos que se dirigiam à ermida de Nª. Sr.ª. da Luz, pedido que apenas teve a sua aprovação em 1555. Após esta aprovação Carnide viu-se beneficiada com construções promovidas pela família real inclusive novos espaços de habitação da coroa, tendo estas construções sido, novamente, acompanhadas pelo interesse de alguma nobreza se instalar no local levando a reformas na ocupação do sítio, que poderão ter levado à desactivação e posterior entulhamento das ditas "covas de pão" ou silos (Diogo, Vital, 1998, p.52).

As intervenções arqueológicas realizadas no âmbito do Projecto de Requalificação Urbanística e Paisagística do Largo do Coreto, desenvolvido entre 2012 e 2013, permitiram identificar 172 silos, dos quais os 6 silos identificados no Largo do Jogo da Bola fazem parte. O conjunto encontra-se disperso por uma grande área, com uma disposição aparentemente aleatória, levando a supor que o espaço, seria, durante a Idade Média um grande terreiro de silos que, pelo menos a partir do início do século XIV, confinava com a ermida do Espírito Santo, sita no "Alto do Poço" e seu cemitério (Caessa, Mota, 2014, p.94).

3. O CONTEXTO DE EXCAVAÇÃO

Os silos encontravam-se ocultos por uma camada de sedimento bem como por uma árvore situada entre os silos 1 e 4, enquadrando o local na área ajardinada do largo. A camada sedimentar, de pouca potência, continha alguns materiais cerâmicos, do mesmo período do entulhamento dos silos. Verificaram-se também materiais de séculos posteriores, séculos XVIII e XIX, embora em menor quantidade. Após a remoção desta camada não se verificou, em toda a área de circunscrição dos silos, qualquer vestígio de estrutura edificada levando-nos a supor que o contexto pouco se terá alterado nos anos seguintes após a sua formação, salientando o facto de os silos 1, 2 e 8 ainda possuírem a tampa de pedra calcária. Com efeito, a superfície cuja cota se encontrava ao nível da boca dos silos, encontrava-se com abundância de materiais de cronologia Moderna que, como se pode verificar mais tarde, era consistente com os materiais do interior dos silos. A escavação dos silos realizou-se por camadas enquadrando-as em fases, sendo estas últimas nomeadas segundo o seu número e orientação geográfica, Norte ou Sul.

A primeira análise da dispersão dos materiais revelou homogeneidade na deposição dos mesmos no interior dos silos. No entanto, no decorrer da análise dos materiais, ainda em curso, foram identificadas colagens em fragmentos que, para além de serem provenientes de silos diferentes, situados a uma distância considerável, pelo menos num caso, são também provenientes de unidades estratigráficas diferentes Este distanciamento sugere que a deposição dos materiais terá sido efectuada num único momento podendo, portanto, tratar-se de uma deposição secundária. Por outro lado a grande fragmentação observada nos materiais analisados até ao momento, os esmaltados e vidrados bem como as majólicas, é bastante elevada sendo que as peças, por vezes, resumem-se a um único fragmento. O cenário da deposição secundária torna-se assim mais credível se considerarmos a possibilidade de os fragmentos que constituíam parte destas peças se terem perdido durante o transporte para os silos ou terão ficado no local de deposição original.

4. A MAJÓLICA ITALIANA

O conjunto de majólica que aqui apresentamos é composto por dezoito indivíduos, não se registando nenhum exemplar completo. A maioria das peças é representada por um único fragmento, tendo-se verificado colagens em apenas cinco indivíduos. O conjunto consiste, quase na sua totalidade, em peças de utilização de mesa, apresentando parca variedade morfológica sendo a maioria dos exemplares pratos, dezasseis em dezoito, e as restantes duas peças de morfologia fechada. A primeira consiste num pequeno jarro, que no ou pote, forma denunciada pela curvatura pronunciada do fragmento; a outra sugere uma pequena tijela devido ao bordo em aba, no entanto poderá ser também um prato de abas horizontais, forma bastante característica neste tipo de cerâmica.

Os exemplares representados são consistentes com outros exemplos de contextos portugueses como o Porto (Sousa, 2012, p. 263), Lisboa (Gonzalez, 2012, p.847-854), Sesimbra (Vieira, 2011, p.676), Setúbal (Almeida, 2013, p. 1157) e Silves (Gomes e Gomes, 1987, p.478), apresentando proveniências homólogas. A grande maioria dos exemplares encontrados enquadra-se em produções da Toscana, contando apenas com um exemplar atribuível à Umbria.

4.1.Toscana

Após a conquista de Pisa no ano de 1406, Firenze garantiu uma conexão marítima segura, elevando a cidade ao estatuto de principal centro mercantil e político da Toscana, facilitando o acesso às principais rotas. Os principais centros produtores de cerâmica da sua envolvente, conhecida como Valdarno, Bacchereto, Montelupo, Cafaggiolo e própria cidade de Firenze, onde têm vindo a ser identificados diversos fornos (Caroscio, 2009) beneficiaram dessa mesma conexão, levando a uma enorme difusão dos seus produtos.

4.1.1. Montelupo

Montelupo afirmou-se como o principal centro produtor de Valdarno, podendo ser considerado um verdadeiro *quartiere industriale di Firenze*, auxiliado em muito pela sua posição estratégica nas margens do Arno, tendo atingido o seu período de maior sucesso e produção entre 1480 a 1540, adquirindo a sua produção um carácter standardizado e produção em série (Carta, 2008 pág. 131-136; Caroscio, 2009).

As peças encontradas, reflectem esse mesmo carácter, uma vez que a sua decoração é composta por motivos relativamente simples e iguais a muitos dos seus paralelos, fruto dessa mesma produção em

massa, destinada a um consumo em larga escala, por ventura associado à classe média-alta.

Do centro produtor de Montelupo temos 16 fragmentos que correspondem a 14 indivíduos, correspondendo todos a pratos. Temos, primeiramente, um fragmento de fundo, em disco, cuja inclinação do arranque da parede, sugere tratar-se de um prato fechado e fundo (LJB 5510), (Est. I, fig. 1), com características morfológicas que podemos atribuír à forma *a cappello,* que consiste num prato fundo, semelhante a uma tijela, com uma aba larga (Museo Montelupo, 2017, V.12, N.6). Este apresenta decoração em *blu graffito*, no fundo da peça, apresentando junto ao arranque da parede uma faixa laranja, seguida do que aparenta ser também uma faixa azul com decoração grafitada a branco sobre a mesma, possivelmente uma espiral. A cronologia de produção, com base na decoração e forma, enquadra-se entre 1510 e 1530 (Museo Montelupo, 2017, V.17), (Fiorilla, 2012, p. 127), (Carta, 2008, p. 135).

Também com a forma *a capello* destaca-se um indivíduo com perfil bem conservado, do qual resta quase toda a parede do prato, bem como o arranque da aba (Est. I, fig. 14). Possui um revestimento de esmalte branco sobre o qual se encontra somente um elemento decorativo a *nodo orientale,* cujas características, não evoluídas, indica estarmos perante uma peça da primeira metade do século XVI (Carta, 2008, p. 708), (Fiorilla, 2012, p.127).

O indivíduo com o número de inventário LJB 2567 (Est. I, fig. 2) consiste num fragmento de aba de um prato, possivelmente também do tipo *a cappello*. Apresenta decoração do tipo *ovali e rombi*, denunciada pela identificação de um losango laranja contornado por linhas azuis, com um motivo vegetalista na intersecção dos elementos ovais. Uma outra peça LJB 2698 consiste num fragmento de bordo de um prato, possivelmente aberto, cujo esmalte apresenta bastantes lacunas. Não obstante o seu estado de conservação, a sua decoração pode ser identificada também como *ovali e rombi*, devido à presença de pequenos elementos decorativos característicos que permitem a sua identificação. Peças com este motivo decorativo foram produzidas entre 1490 e 1520, a julgar pelos paralelos existentes em Itália (Fiorilla, 2012, p.126), (Museo Montelupo, 2017, V.12, N. 6 a 12), (Carta, 2008, p.135).

Outros dois indivíduos (LJB 2941 e LJB 2843) (Est. I, fig. 5 e 6) apresentam decoração do tipo *palmetta persiana*, típica das produções de Montelupo com cronologias desde o século XV até meados do XVI, estando tipicamente presente em formas abertas (Carta, 2008, p.135). Possuem bons paralelos nos contextos de descarte de produção de Montelupo, com cronologia de 1490 a 1515 (Museo Montelupo, 2017, V.11, N.5, 6, 7, 12 e 13). Estes constituem dois fragmentos de parede que interpretamos como sendo dois pratos abertos, pela espessura e curvatura dos fragmentos, sendo individuáveis devido a diferenças na cor do esmalte e estilo da pintura.

Estão também atestados outros dois fragmentos de pratos cuja morfologia interpretamos como sendo aberta. O primeiro (LJB 1286) (Est. I, fig. 10) consiste num fragmento de fundo, em disco, com decoração a *fiore centrale,* que conserva uma porção de parede na qual se pode identificar a decoração *a nastri spezzati*. O segundo (LJB 2337), representa um pequeno fragmento de parede que (Est. I, fig. 3), apesar das reduzidas dimensões, também interpretamos como tendo decoração *nastri spezzati.* Estas produções situam-se cronologicamente entre 1480 e 1520 (Fiorilla, 2012, p.128), (Museo Montelupo, 2017, V.14, N.1, 2, 3, 6), podendo chegar aos meados do século XVI (Carta, 2008, p.138).

Um outro indivíduo (LJB 204), consiste num fragmento de fundo, de forma onfalada ainda com arranque de parede, cuja inclinação indica estarmos na presença de um prato fechado e fundo, do tipo *a cappello*. Este apresenta, também, uma decoração a *fiore centrale* (Est. I, fig. 12), cuja cronologia de produção é contemporânea das peças a *nastri spezzati* e *ovali e rombi,* uma vez que constituem, na maioria dos casos o motivo decorativo central destas peças (Carta, 2008, p.708).

Um outro fragmento de fundo, em disco, de um prato apresenta um motivo *fiore centrale* mas estilizado (LJB 2628), cujo estado de conservação e dimensões do fragmento, de início não permitiu precisar. Através da reconstituição de como seria a decoração da parte central da peça, a partir do espelhamento dos elementos decorativos que conserva obteve-se uma estrela de oito pontas, constituída por dois quadrados sobrepostos, um deles com uma rotação de 45º (Est. I, fig. 8). Deste modo foi possível estabelecer paralelos nos contextos de descartes de forno de Montelupo, nomeadamente do contexto do "Pozzo dei Lavatoi", com uma cronologia de produção de 1510 – 1520 (Museo Montelupo, 2017, V.17, N.6 e 7, V.4, N.3), constituindo os únicos paralelos publicados para esta peça.

Ainda de mais difícil identificação foi um pequeno fragmento (LJB 2869) (Est. I, fig. 4) de aba de um prato cuja análise dos parcos elementos decorativos permitiram uma identificação com o motivo *armi e trofei,* com paralelos também apenas nos contextos de produção de Montelupo e com uma cronologia situada entre 1500 e 1515 (Museo Montelupo, 2017, V.14, N.7, 8, 9, 10, 11).
A este conjunto interessam ainda 3 indivíduos (LJB 1066, 1111, 2847), (Est. I, fig. 9, 7 e 13) que, pela análise do esmalte e da forma, também atribuímos às oficinas de Montelupo, não sendo possível, no entanto, classificá-los em relação às suas tipologias decorativas devido à sua fragmentação ou à falta de elementos característicos de tipologias em concreto. É de referir ainda a existência de um grafito, um A gótico, no reverso de uma peça (LJB 1066), podendo este ser uma marca de oleiro ou do proprietário.

4.1.2. Área de Firenze

Do conjunto de peças toscanas constam também duas peças, com decoração no estilo "italo-mourisco", cuja produção não pôde ser precisada, uma vez que as suas características decorativas são comuns aos diversos centros do Valdarno, em particular no intervalo entre 1430 e 1470, numa tentativa de reproduzir a decoração das populares produções de Valencia (Berti, 2002, p. 133; Carta, 2008, p. 134).
A primeira (Est. I, fig. 15) consiste num prato que conserva cerca de metade do seu fundo, em forma de disco, e uma pequena parcela da parede. A pasta é bem depurada e homogénea de aspecto compacto e com coloração bege. O esmalte apresenta cor branca. O centro apresenta decoração "*a stemma*" (Carta, 2008, p.135). Esta consiste num brasão de armas com escudo de tipo "*bucraneo*" (Bascapé e Del Piazzo, 1999, p.125 e 166), forma característica aplicada à heráldica de finais do século XV, também denominada "*testa di cavallo*" (Berti, 2002, p. 111), que pretende representar a peça armadura colocada na testa de um cavalo (Bascapé e Del Piazzo, 1999, p.125 e 166). O escudo ostenta uma cruz azul e branca sobre um fundo amarelo cuja simbologia não foi possível identificar. Em torno do escudo serpenteiam umas linhas em óxido de manganês que aparentam ser uma representação estilizada de uma fita que provavelmente daria um nó na base do escudo, tal como pode ser observado em peças com decoração idêntica (British Museum, 2). A parede mostra uma decoração em "*hoja de perejil*", também denominada "*foglia di prezzemolo,*" pertencente ao estilo "*italo-mourisco*" (Berti, 2002, p. 133), nas cores azul, amarelo e manganês.
A outra peça (Est. I, fig. 11) consiste num fragmento de parede que, pela sua curvatura pronunciada sugere pertencer a um pequeno "*Boccale"* (jarro) ou a um "*albarelo"* (pote). A pasta é bem depurada, homogénea e com coloração bege. A dimensão do fragmento apenas permite observar uma decoração "*hoja de perejil*" nas cores azul, amarelo e manganês.
O intervalo cronológico proposto para estas peças, com base em paralelos similares, situa-se, normalmente, na segunda metade do século XV, (Rasmussen, 1989, p. 134; Berti, 2002, p.133 a 141).

4.2.Umbria

4.2.1. Deruta

Do centro produtor de Deruta, localização na região da Umbria, existe apenas um indivíduo que consiste num fragmento de bordo de prato (Est. II, fig. 16). Este apresenta-se oblíquo, cujo lábio termina num pequeno ressalto ou aresta, tendo ainda uma pequena parcela de parede preservada. A superfície interior é esmaltada a branco enquanto a exterior possui esmalte de cor melada cuja aplicação terá sido menos rigorosa a avaliar pelas lacunas existentes. A transição do bordo para a parede é realizada de forma acentuada mas com aresta suave, denunciando um corpo fundo, característica dos pratos tipo de *pompa* típicos deste centro produtor. O diâmetro do prato é de 28,5cm. A pasta é homogénea e compacta, tendo uma coloração bege rosada.
A decoração, apenas existente na área interior do bordo, mostra um motivo "*a embricazione*" nas cores azul, amarelo e laranja, datável do inicio do século XVI (Carta, 2003, p.44), (Verrochio, 2011, p.140-141), (Gomes e Gomes, 1987, p. 479). Esta decoração será, provavelmente, secundária, tal como é característico nestas produções de Deruta do século XVI, sendo o tema decorativo principal colocado ao centro da peça (Carta, 2008, p. 149). Os temas representados eram morais, religiosos, históricos ou alegóricos (Carta, 2008, p. 152). Encontra paralelos em Granada (Carta, 2003, p.123), em L'Aquila (Verrochio, 2011, p.140-141) e Silves (Gomes e Gomes, 1987, p. 479 e 483).

5. A CERÂMICA ENGOBADA *GRAFFITA*

A produção deste tipo de cerâmica iniciou-se em Itália por volta dos finais do século XII/primeira me-

tade do século XIII, por influência de importações vindas da área bizantina no Mediterrâneo (Bonazzi, 2012 pág. 141; Grassi, 2007, pág. 254), nomeadamente com a introdução de uma tipologia conhecida como *Zeuxippus Ware* (Berti e Gelichi, 1997, pág. 87). As primeiras produções italianas deram-se em Savona, com a produção da chamada *Graffita Arcaica Tirrenica*; e Venezia, de onde provém a denomidada *Graffita Arcaica Padana* (Bonazzi, 2012 pág. 141).

Estas peças são caracterizadas pela sua particular manufactura que consiste na aplicação de um engobe branco pérola sobre a pasta, referido por Sano di Gerardo Borghesi, um oleiro de Pisa activo entre 1437 e 1478, como «*terra bianca*» (Carta, 2008, pág. 120) e pela decoração que, tal como o nome indica, é gravada sobre o engobe. A denominação *Graffita* corresponde a um termo contemporâneo, ausente das fontes coevas. No caso específico de Ferrara, surgem em fontes dos séculos XV e XVI menções a «*scodelle, piattini e boccali intagliate*», «*maioliche bianchi*» e «*mezzemaioliche*» (Bonazzi, 2012, pág. 10).

As pastas, bem depuradas, possuem cores que variam desde o bege rosado ao vermelho. Porém, o seu estudo poderá não ser relevante em alguns casos, uma vez que segundo um documento Ligure de 1684, existiriam importações de "*terra di Piza*" (Carta, 2008, pág. 124), indicando circulação e comércio de argilas.

Sobre a superfície engobada são grafitados/gravados motivos decorativos com recurso a um estilete ou espátula (Sabrosa, 2008, pág. 137). Posteriormente é executada uma decoração com óxidos coloridos e sobre estes é aplicada uma camada de vidrado incolor que reveste a peça e lhe confere impermeabilidade e um acabamento uniforme (Sabrosa, 2008, pág. 137; Carta, 2008, pág. 123).

Na *graffita*, surgem essencialmente formas utilitárias, de mesa, tais como taças de forma semi-hemisférica (*ciotole*), de todas a mais frequente, os pratos de fundo baixo (*piatti-bacile*), as bacias ou taças grandes (*bacini* ou *catini*) e as escudelas, existindo também algumas formas mais raras, como as canecas (*boccali*) que surgem apenas no último quartel do século XV e que se difundiram sobretudo nas zonas de Modena e Ferrara (Cesaretti, 2012, pág. 153; Giorgio, 2013, pág. 91).

No período Baixo-Medieval, entre os séculos XV e XVI, surge a chamada cerâmica *graffita* tardia (*Graffita Tarda*) ou renascentista (*Rinascimentale*). Esta produção conhece uma enorme difusão na zona setentrional de Itália, em centros da Emilia Romagna, como Ferrara, Bologna e Padova (Barone, 2013, pág. 141) e caracteriza-se por uma decoração policroma mais complexa e com representação de motivos geométricos, vegetalistas, zoomórficos, antropomórficos ou heráldicos (Grassi, 2007, pág. 254), bem como um crescer e diversificar de cenas religiosas, fruto da grande popularidade deste tipo de cerâmica na comunidade religiosa, em torno do qual girava a grande parte do seu mercado (Cesaretti, 2012, pág. 151).

Conforme a variedade de óxidos empregues e a técnica de gravação utilizada, as peças podem ser classificadas como *Ingobbiata Graffita Monocroma,* na qual o óxido colorido utilizado cobre a totalidade da superfície da peça, dos quais as cores mais comuns são o castanho (*marrone*), o amarelo acastanhado (*giallo-bruno*) e o verde, podendo, no entanto, surgir ainda peças sem emprego de óxidos, que não apresentam nenhuma decoração à parte dos motivos gravados (*graffite incolori*) (Barone, 2013, pág. 133-139; Berti, 1993, pág. 194; Carta, 2008, pág. 123); como *Graffita a Ramina e Ferraccia*, na qual são utilizados os tons de verde cobre (*ramina*) e amarelo ferrugem (*ferraccia*) que tanto podem preencher os elementos e figuras decorativas da peça como apresentar-se escorridos sobre a peça sem respeitar os motivos nela empregues (Barone, 2013, pág. 140); ou ainda como *Graffita Policroma*, na qual, além dos referidos amarelo *ferraccia* e verde *ramina*, são ainda utilizados, de forma semelhante, os óxidos dos tons de azul de cobalto (*blu di cobalto*) e violeta de manganês (*viola-manganese*) (Barone, 2013, pág. 163), esta última muito característica de regiões comercialmente ligadas à região do Veneto, como Ravenna, Imola ou Mantova (Cesaretti, 2012, pág. 155).

A caracterização das peças é ainda feita com recurso à análise da técnica de execução da decoração gravada, que permite distinguir não só cronologias mas também centros de produção conforme o estilo empregue (Berti, 1993). Existem três técnicas de execução de *Graffita*: a técnica de *Graffita a Punta*, na qual é utilizado um estilete fino que grava traços que definem os motivos representados; a técnica de *Graffita a Stecca*, na qual é utilizada uma espátula, mais ou menos larga, para retirar porções do engobe, criando efeitos de contraste com as zonas de "recorte" no engobe que mostram a pasta subjacente ao mesmo; e a técnica de *Graffita a Fondo Ribassato* na qual, embora seja utilizado um estilete fino, é criado efeito semelhante à técnica de *Stecca* ao "preen-

cher" os motivos retirando o engobe com o estilete. Os motivos, embora semelhantes aos da *Graffita a Stecca* deixam, no entanto, denotar qual o instrumento empregue, devido à precisão de alguns detalhes. Esta técnica deixa ainda, por vezes, vestígios das sucessivas passagens do estilete na própria pasta, particularidade característica deste tipo de peças (Berti, 1993, pág. 189-199).

No caso específico de Pisa, é possível identificar as produções de *Stecca* com base num movimento em S característico da espátula, que produz desenhos mais finos nas extremidades e mais largos a meio. Dependendo do centro produtor, as técnicas tiveram também uma utilização mais ou menos prolongada, como é o exemplo da técnica de *Fondo Ribassato*, que em Ferrara tende a registar um abandono gradual, com o aproximar dos finais do século XV (Cesaretti, 2012, pág. 149), mas que se manteve em uso em Pisa desde o século XVI à primeira metade do século XVII (Berti, 1993, pág. 200).

Apesar de partilharem muitas das características essenciais deste tipo de cerâmica, os diferentes centros produtores apresentam, contudo, tendências decorativas distintas entre si, o que permite identificar pelo menos a região de produção das peças através da comparação dos estilos decorativos e do maior uso de motivos geométricos (*nastri spezzati* ou *treccie*) aliados a elementos zoomórficos, mais comuns na Emilia Romagna, ou um uso predominante de motivos vegetalistas e florais, de cariz mais ondulado e redondo, mais frequentes na Toscana (vide Ghelichi, Sauro (a cura di) (1993) – *Alla fine della Graffita – Ceramiche e Centri di Produzione nell'Italia settentrionale tra XVI e XVII secolo*. All'Insegna del Giglio. Firenze).

5.1. Os exemplares do Largo do Jogo da Bola

Quanto aos exemplares de que nos ocupamos, estes consistem em duas peças de pasta vermelha alaranjada, bem depurada e bastante compacta sendo compostas por um e três fragmentos, respectivamente.

A primeira peça (Est. III, fig. 17), encontrada na camada 13 do Silo 7, consiste num fragmento de fundo com pé anelar com 7,3cm de diâmetro e engobe de cor branca apenas na face interna da peça. A decoração aplicada é executada com a técnica de *Graffita a Punta*, com uma espessura de traço de 1 mm, e preenchimento dos motivos com vidrado amarelo *ferraccia*. A decoração empregue aparenta o uso do motivo de *nastro spezzato* ou de *treccia* (trança), que atravessa o fundo da peça; e de uma representação de cabelo ou pêlo, que poderá corresponder a motivo antropomórfico ou zoomórfico, que encontra paralelos tanto em Itália, na zona de Ferrara (Bonazzi, 2012, pág. 378, fig. 75; Cesaretti, 2012, pág. 405) como em território português, em peças encontradas nas escavações da Casa dos Côrte-Real, no Largo do Corpo Santo em Lisboa (Sabrosa, 2008 pág. 137-138). No entanto o estado de conservação não permite determinar com maior certeza qual a natureza do motivo empregue (antropomórfico ou zoomórfico). Quanto à forma, apesar de bastante fragmentada, acreditamos que se trate de uma taça aberta ou prato.

A segunda peça (Est.III, fig. 18), composta por três fragmentos, encontrados na mesma camada 13 do Silo 7 e na camada superficial que cobria os silos, consiste numa taça semi-hemisférica (*ciotola)* com 14,3cm de diâmetro e 7,8cm de altura, com bordo sub-vertical de secção semi-circular e com pé anelar de 6,7cm de diâmetro. Esta forma encontra um estreito paralelo em peças achadas na escavação de um contexto de descarte de produção de dois fornos cerâmicos em San Giovanni in Persiceto, na região de Bologna, datados da primeira metade do século XVI (Gelichi e Curina, 1993, pág. 91, fig. 16, nº 2), e em peças encontradas na Piazza Municipio em Ferrara (Cesaretti, 2012, Tav. II.9 fig. 2).

Ambas as superfícies, interna e externa apresentam engobe de cor branca e decoração G*raffita a Punta in Ramina e Ferraccia*, com uma espessura de traço de 1 mm. A superfície externa da peça encontra-se decorada, na parte superior, com um friso de *nastro spezzato,* que circunda o bordo, com uma linha paralela ao friso sob este, e com vidrados escorridos de amarelo *ferraccia* e verde *ramina*, que atravessam a peça na oblíqua, desde o bordo em direcção ao fundo, não respeitando a lógica do motivo empregue. O friso de *nastro spezzato* encontra paralelos em peças das já citadas escavações de Bologna (Gelichi e Curina, 1993, pág. 91, fig. 16, nº 2) e em peças de escavações em Ferrara (Cesaretti, 2012, pág. 415).

Na superfície interna da peça, em redor do bordo, é possível identificar linhas oblíquas (*linee oblique parallele*) com paralelo em peças de Ferrara (Cesaretti, 2012 pág. 396). Como decoração principal é utilizada uma faixa de *nastro spezzato*, que atravessa o centro da peça e, em volta desta, o motivo de *embricature* ou *embricazzioni.*

Com base nos paralelos que temos referido, atribuímos ambas as peças a produções da zona da Emilia

Romagna, provavelmente da zona entre Ferrara e Bologna, onde é característico o uso de elementos do bordo de cariz mais geométrico, como é o caso dos elementos descritos, aliados a motivos zoomórficos centrais.

Quanto à datação, em ambos os casos, tanto os aspectos morfológicos como decorativos se enquadram no repertório da *Graffita Rinascimentale*, com uma cronologia situada na transição dos séculos XV/XVI, não devendo nenhum ultrapassar a metade do século XVI.

Como referido, a produção de cerâmica engobada encontra-se bem atestada na área da Emilia Romagna desde o século XIII. De facto, a *Graffita* representa um importante papel na manufactura oleira Ferrarese deste período, correspondendo à maioria da produção engobada (Munarini, 2000), tendo a descoberta de fornos cerâmicos em Argenta, na área de Ferrara, e em San Giovanni in Persiceto, a partir do início dos anos 90, vindo a revelar a importância desta produção na região (Ghelichi e Curina, 1993).

Em Ferrara, a produção cerâmica gozava do apoio, e controlo, da família D'Este, que detinha a propriedade dos fornos, alugando-os aos mestres, retirando avultados rendimentos por meio de impostos sobre a produção (Bonazzi, 2012, pág. 57-63)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1. Dados para a interpretação do contexto escavado e da paisagem tardo-medieval de Carnide

A questão da desactivação dos silos de Carnide e seu posterior entulhamento, permanece em aberto, uma vez que a presente análise incidiu apenas sobre uma ínfima parte do espólio dos seis silos encontrados no Largo do Jogo da Bola, cujo contexto deve ser analisado em integração com a totalidade de silos identificados no local bem como o seu espólio de forma a compreender a diacronia e características do entulhamento.

Relativamente aos aqui abordados, a existência de silos ainda vazios e com tampa sugere que algum tempo já teria decorrido desde o seu abandono, encontrando-se, alguns deles, provavelmente já cobertos por uma camada de sedimento e portanto ocultos, durante o período em que os restantes foram entulhados.

A análise da deposição dos materiais revelou um contexto bastante homogéneo do ponto de vista cronológico. Os materiais aqui tratados situam-se, sem excepção, entre os finais do século XV e o primeiro quartel do século XVI. Uma análise preliminar aos outros materiais, não presentes neste estudo, concorre para uma conclusão idêntica, levando a crer que, pelo menos na zona dos silos aqui tratados o período de entulhamento terá sido curto.

Levanta-se ainda a questão de se os silos terão sido entulhados num único momento, questão de relevância para a compreensão do motivo que terá levado à colmatação dos mesmos.

A concorrer para esta possibilidade está a dispersão de alguns fragmentos de uma mesma peça, no caso a pequena taça hemisférica de *graffita*, que permitiram colagens, não obstante o facto de se terem encontrado um na camada 13 do silo 7 e outro no nível de circulação contemporâneo ao entulhamento dos silos a uma distância de cerca de 3 metros da boca do silo onde o outro fragmento foi encontrado. Também a dar suporte a esta possibilidade está o estado fragmentário das peças bem como a quase inexistência de colagens entre os fragmentos, que no caso da majólica a correspondência entre fragmentos e indivíduos é praticamente 1/1. Estes dados sugerem estarmos perante um contexto de deposição secundária, onde lixos domésticos provenientes de um lixeira local, presumivelmente não muito longe, terão sido utilizados para colmatar os silos. Uma colmatação lenta, ao longo de anos ou décadas, de lixos domésticas provenientes do povoado, não parece ser o caso.

O motivo para a deslocação dos lixos para o interior dos silos não pode, por enquanto ser precisado. A necessidade de deslocalizar lixeiras domésticas que já se estariam a tornar incómodas, para um local onde menos interferisse com a salubridade do povoado poderá ser uma razão, bem como a necessidade de colmatar os silos por motivos urbanísticos, provavelmente relacionados com as reformas levadas a cabo por D. João III (1521-1557), em Carnide, cuja cronologia encaixa no contexto aqui apresentado, se bem que, segundo os dados estratigráficos não existiu nenhuma construção no Largo do Jogo da Bola, pelo menos directamente sobre os silos aqui analisados.

As peças italianas aqui tratadas, representam um consumo local das famílias abastadas provavelmente ligadas à nobreza e a actividades mercantis, que se sabe terem detido propriedades na zona, cuja posição na sociedade lhes permitia acesso económico à aquisição destas peças. Este contexto socioeconómico de Carnide, dos finais do século XV e primeiro

quartel do XVI é merecedor de um estudo da identificação das famílias nobres que lá possuíam propriedades. A identificação de um motivo heráldico num prato de majólica, neste contexto, poderá estar relacionada com esta realidade, não obstante ainda não ter sido possível a sua identificação. A utilização de um escudo tipicamente italiano não invalida, porém, que este pertença a uma família portuguesa que tenha encomendado a peça, situação não inédita que encontra paralelo numa peça, atribuída a Montelupo, decorada com o brasão real português, encontrada em Ceuta, que, apesar de fragmentado, atesta um escudo enquadrável no referido tipo *testa de cavallo*, patente na passada exposição *Lisboa 1415 Ceuta* (Teixeira *et al*., coord. 2015).

6.2. A cerâmica no quadro das relações entre Portugal e as Cidades Italianas

O presente contexto revelou uma franca predominância de peças de origem toscana, característica comum a diversos outros pontos da área de Lisboa e não só, como referimos anteriormente. Esta ocorrência encontra explicação não só no importante papel que a cerâmica representava no quadro das exportações e actividades comerciais florentinas, cuja pujança é incontornável, mas também pelo papel que Lisboa representava nesse mesmo quadro comercial. De facto, desde finais do século XIV, que o Reino de Portugal se encontrava na encruzilhada da rota comercial entre a Flandres e Itália, tornando Lisboa num ponto de paragem obrigatório, atraindo diversos mercadores e banqueiros italianos para a cidade, de entre os quais se verificava uma maioria florentina (Bruscoli, 2015 pág. 126). Entre os séculos XV e XVI, cronologia de especial relevo para o presente trabalho, a relação entre Portugal e Firenze adquire contornos de extrema importância: desde mercadores florentinos envolvidos nas actividades portuguesas no Oriente a expedições realizadas com fundos provenientes de empréstimos de bancos dessa cidade, o interesse que Firenze demonstrava na nova Carreira comercial que se abria era evidente, e expectável (Bruscoli, 2013 e 2016 pág. 232). De facto, a análise da correspondência privada de muitos italianos radicados em Portugal, bem como de mercadores nas suas cidades de origem, revelam o enorme interesse que as Cidades Italianas tinham pelos eventos que se desenrolavam no extremo Ocidente da Europa, bem como nos produtos que daí chegavam (Bruscoli, 2016).

Outra das regiões representadas no contexto de Carnide é a Emilia Romagna. Na cronologia em estudo, o já mencionado papel da Família D'Este na produção cerâmica deixa entrever que esta teria também algo a dizer, ou ganhar, no que à sua exportação dizia respeito. À semelhança das suas congéneres, a família Ducal demonstrava um grande interesse pelos produtos do Oriente, sendo várias as referências a porcelanas encomendadas de Portugal, surgindo uma interessante referência a «*duo vasi di terra sigilata portughese*» constantes do inventário dos bens de Ercole II D'Este, datado de 1559 (Bonazzi, 2012 pág. 19), que talvez possam corresponder a peças de cerâmica modelada. Assim, afigura-se pertinente interrogarmo-nos se, dado o carácter relativamente comum da cerâmica *Graffita* em Itália, sendo característica de espaços conventuais, esta não poderá representar uma ocorrência secundária, derivada da importação ferrarese de bens comerciados por Portugal e não de bens valiosos encomendados por famílias portuguesas.

O mesmo poderá ser o caso das peças florentinas, cujo carácter standardizado, salvo as excepções heráldicas mencionadas, poderá denotar um valor comercial menor. O caso torna-se mais interessante se considerarmos que parte das importações de Firenze da Flandres e Norte da Europa correspondiam justamente a óxidos e ingredientes para a decoração da cerâmica e que as produções florentinas também se encontram atestadas nesses locais (Caroscio, pág. 41-48).

Assim, não negando o carácter de algum prestígio que as peças, claramente, detinham, é interessante considera-las num quadro comercial mais complexo com várias relações de interdependência e cargas secundárias de rotas destinadas a produtos não só do Norte da Europa como também comerciados pelo próprio Reino de Portugal (Figura 1), (Figura 2).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Mariana Brito (2013) – As cerâmicas de importação do Convento de Jesus de Setúbal: Majólicas Italianas e Porcelanas Chinesas, In Arqueologia em Portugal 150 Anos, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1155-1162.

BARONE, Anna Maria (2013) – *La Ceramica Vercellese dalla Torre del'Angelo*. Edizioni del Gruppo Archeologico Vercellese. Vercelli.

BASCAPÈ, Giacomo C. e DEL PIAZZO, Marcello (1999) – *Insegne e simboli. Araldica pubblica e privata, medievale e*

moderna, Roma, Ministero per i beni e le attività culturali – Ufficio centrale per i beni archivistici.

BERTI, Fausto (2002) – *Capolavori della maiolica rinascimentale, Montelupo "fabbrica di Firenze 1400-1630*, Aedo editore, Montelupo Fiorentino.

BERTI, Graziella (1993) – "Le Produzioni Graffite in Toscana fra XVI e XVII secolo". *In* GELICHI, Sauro (a cura di) – *Alla fine della Graffita – Ceramiche e Centri di Produzione nell'Italia settentrionale tra XVI e XVII secolo*. All'Insegna del Giglio. Firenze. pp. 187-205.

BERTI, Graziella; GELICHI, Sauro (1997) – "*Zeuxippus Ware* in Italy". *In* MAGUIRE, Henry (Ed.). *Materials Analysis of Byzantine Pottery*. Dumbarton Oaks. Washington D.C. pp. 85-104.

BONAZZI, Lucia (2012) – *Origine e sviluppi del collezionismo di Ceramica Graffita Ferrarese*. Tese de Doutoramento. Università degli studi di Ferrara. Ferrara.

BRUSCOLI, Francesco Guidi (2013) – "Bartolomeo Marchionni: Um Mercador-Banqueiro Florentino Em Lisboa (Séculos XV-XVI)". *In Le nove son tanto e tante buone, che dir non se pò – Lisboa dos Italianos: História e Arte (sécs. XIV--XVIII)*. Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste» da Universidade de Lisboa. Lisboa. pp. 39-60.

BRUSCOLI, Francesco Guidi (2015) – "I mercanti italiani, Lisbona e l'Atlantico (XV-XVI secolo)". *In Diplomacia y Comercio en la Europa Atlántica Medieval*. Instituto de Estudios Riojanos. Logroño. pp. 125-146.

BRUSCOLI, Francesco Guidi (2016) – "A carreira da Índia nos arquivos italianos". In Memórias 2015. Vol. XLV. Academia de Marinha. Lisboa. pp. 229-242.

CAESSA, Ana; MOTA, Nuno (2013) – "Redescobrindo a História de Carnide: a Intervenção Arqueológica no Largo do Coreto e Envolvente", In *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1025--1032.

CAESSA, Ana; MOTA, Nuno (2014) – "O Núcleo Histórico de Carnide: O contributo da investigação arqueológica", In *Quadros da História de Lisboa*. Academia Portuguesa da História e Junta de Freguesia de Carnide, pp. 84-104.

CAROSCIO, Marta (2009) – *La maiolica in Toscana tra Medioevo e Rinascimento. Il rapporto fra centri di produzione e di consumo nel periodo di transizione*. All'Insegna del Giglio. Firenze.

CARTA, Raffaella (2008) – *Difusión e Influencia de la Producción de la Cerámica Italiana entre la Baja Edad Media y la Primera Edad Moderna: El Caso de Granada*. Tese de Doutoramento. Universidad de Granada – Faculdad de Filosofia y Letras. Granada.

CESARETTI, Giacomo (2012) – *Nuovi dati per una storia della Ceramica Graffita Tardomedievale a Ferrara – Materiali dalla US1050 di Piazza Municipio e dalla collezione Carife*. Tese de Doutoramento. Università degli studi di Ferrara. Ferrara.

DIOGO, António M. Dias; VITAL, Nestor F. (1998) – "Estudo das Moedas encontradas nos Silos do Largo do Jogo da Bola, em Carnide, Lisboa". *In Olisipo*. Lisboa. 2ª série, vol.6, pp. 49-52.

DORDIO, Paulo; TEIXEIRA, R.; SÁ, A. (2001) – "Faianças do Porto e Gaia: O recente contributo da arqueologia", *In O Itinerário da faiança do Porto e Gaia*, Lisboa, Instituto Português dos Museus, pp. 117-166.

FIORILLA, Salvina (2012) – "Milazzo – Manufatti da una discarica del castello (II parte)". *In Archivio Storico Messinese*. nº 93. Messina, pp. 111-179.

GELICHI, Sauro; CURINA, Renata (1993) – "Forni per la ceramica da San Giovanni in Persiceto – Bologna". *In* GELICHI, Sauro (a cura di) – *Alla fine della Graffita – Ceramiche e Centri di Produzione nell'Italia settentrionale tra XVI e XVII secolo*. All'Insegna del Giglio. Firenze. pp. 69-116.

GIORGIO, Marcella (2013) – "Ceramica pisana tra XV e XVI secolo: gli scarti ceramici e d'uso di Villa Quercioli". *In* ALBERTI, Antonio; GIORGIO, Marcella (a cura di) – *VASAI E VASELLAME A PISA TRA CINQUE E SEICENTO: La produzione di cerâmica attraverso fonti scritte e archeologiche*. Società Storica Pisana. Pisa. pp. 79-141.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1987) – "Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV-XVI do Poço-Cisterna de Silves", In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola.

GRASSI, Francesca (2007) – "Il Bassomedioevo: X-XIV secolo*". In Introduzione allo studio della ceramica in Archeologia*. Siena. pp. 251-262.

MUNARINI, Michelangelo (2000) – "Ceramiche rinascimentali e tardo rinascimentali da ricerche di superficie tra Canal Bianco e Po". *In Quaderni di Archeologia del Polesine*. Vol. I. Gruppo Archeologico di Villadose.

RASMUSSEN, Jorg (1989) – *Italian Majolica in the Robert Lehman Collection*, The Metropolitan Museum of Art, New York, in association with Princeton University Press, Princeton.

SABROSA, Armando (2008) – "As Faianças da Casa Côrte Real, Largo do Corpo Santo, Lisboa". *In* DIOGO, João Manuel (coord.) – *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Câmara Municipal de Tondela. Tondela. pp. 109-142.

TEIXEIRA, André; VILLADA PAREDES; Fernando, SILVA, Rodrigo Banha da (coord.) (2015) – *Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos ciudades/história de duas cidades*.

Catálogo da exposição. Ciudad Autonoma de Ceuta / Consejería de Educación y Cultura Câmara Municipal de Lisboa / Direção Municipal de Cultura / Departamento de Património Cultural. Lisboa/Ceuta.

VERROCHIO, Van (2011) – "I rinventimenti de ceramiche medieval e postmedievali", In *San Domenico all'Aquila, Il Restauro Del Complesso Monumentale*, Carsa Edizioni.

VIEIRA, Ana Isabel (2011) – "Cerâmicas dos séculos XIV a XVI do Castelo de Sesimbra", In *O Arqueólogo Português*, Série V, 1, pp. 657-687.

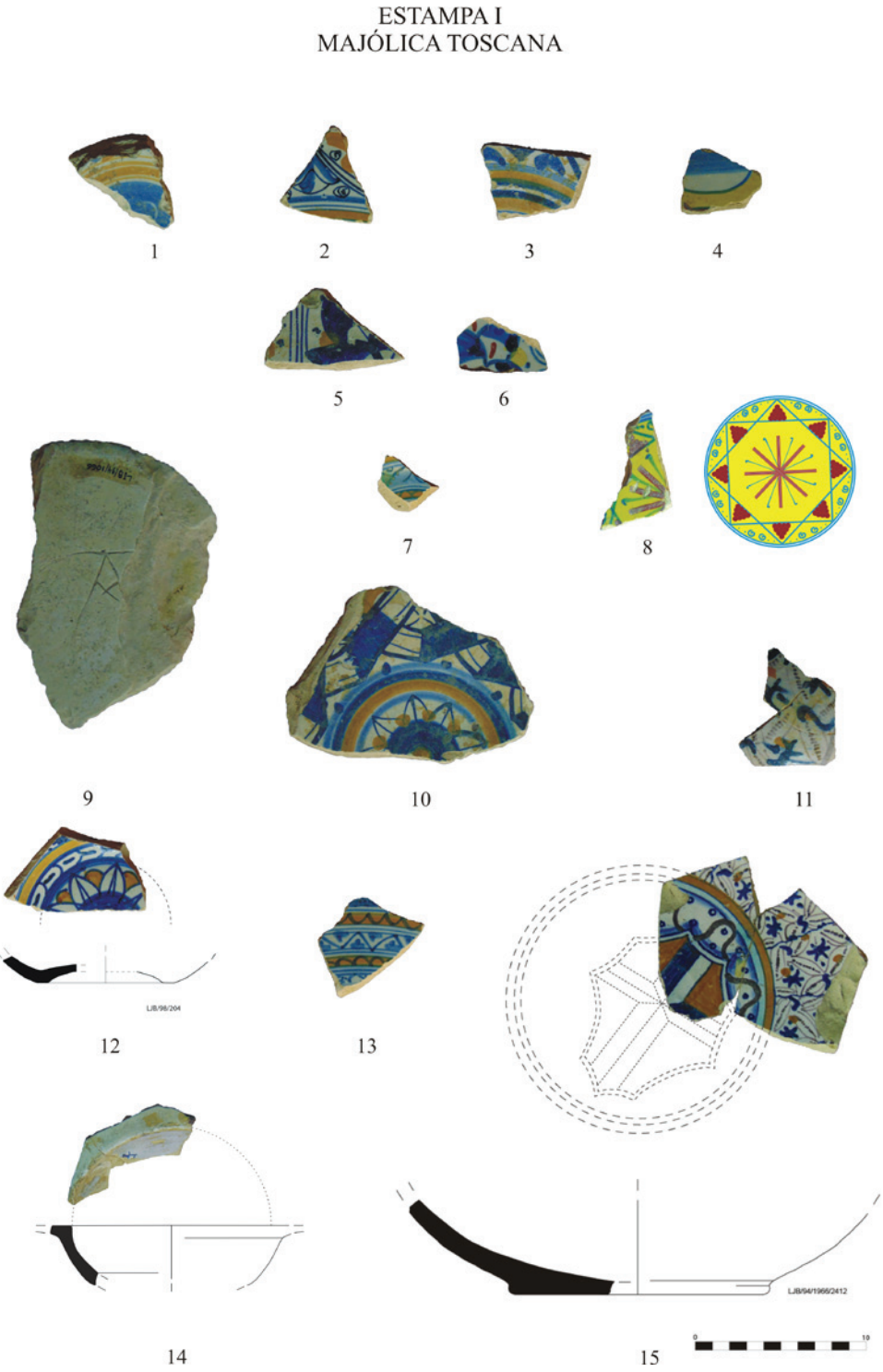


Figura 1 – Estampa 1.



Figura 2 – Estampas 2 e 3.

DOS OBJECTOS INÚTEIS, PERDIDOS OU ESQUECIDOS. OS ARTEFACTOS METÁLICOS DO LARGO DO CORETO (CARNIDE, LISBOA)

Carlos Boavida[1]

RESUMO

Em 2012/2013, no âmbito da reabilitação urbanística do Largo do Coreto e ruas adjacentes, teve lugar uma intervenção arqueológica que permitiu a identificação de vários vestígios, entre os quais se destaca um conjunto de silos, abertos no substracto geológico, que após o seu abandono foram utilizados com lixeiras.

Além dos numerosos artefactos cerâmicos, cujo estudo preliminar possibilitou atribuir a formação do contexto em finais do século XVI, primeira metade do século XVII, foram recuperados também objectos produzidos em vidro, osso e diversas ligas metálicas.

Através do presente trabalho dar-se-á a conhecer a diversidade destes últimos, assim como a sua função.

Palavras-chave: Objectos metálicos, Objectos do quotidiano, Lisboa.

ABSTRACT

In 2012/2013, an archaeological intervention took place during the urban rehabilitation of Largo do Coreto (Carnide, Lisboa), where a set of storage pits opened in the geological substrate stands out from several archaeological remains identified.

For the most part, those pits were filled with different types of household waste, which the preliminary study showed dates from the late sixteenth century to the first half of the seventeenth. In addition to the ceramic artifacts, glass, bone and several metal alloy objects were also recovered.

The present work documents highlights diversity, as well the function, of the metal artifacts.

Keywords: Metal objects, Everyday objects, Lisboa.

1. DO SÍTIO DE CARNIDE

As primeiras referências escritas a uma comunidade no local remontam ao século XIII (Caessa & Mota, 2014: 86-87), embora sejam conhecidos alguns achados de cronologia anterior, mas fora do seu contexto original. Exemplos disso são as *cupae* romanas utilizadas como frades em dois edifícios que fazem esquina com a Travessa do Pregoeiro, junto ao Largo da Praça (Cardoso & González, 2008: 6). Num deles (Largo da Praça 7), durante obras de rebaixamento do pavimento do piso térreo e da demolição de paredes interiores, tiveram lugar trabalhos arqueológicos que evidenciaram a possibilidade da existência de vestígios de Época Romana no local, visto que nos entulhos foram recuperados diversos fragmentos de *opus signinum*. Foi também recolhido fragmento de elemento votivo pré-histórico (Cardoso & Monteiro: 2008: 7).

Recentemente, no âmbito da reabilitação de edifício construído na segunda metade do século XVIII, localizado na Rua Neves Costa, foi também identificado fragmento de inscrição funerária (Cuesta-Gómez & Prata, 2017).

Após a conquista da área do termo de Lisboa aos muçulmanos, as primeiras referências documentais mencionam um núcleo rural em que a actividade agrícola seria a base de subsistência, surgindo um pouco mais tarde outros dados sobre a aldeia de Carnide organizada ao redor da Igreja de S. Lourenço e

1. Instituto de Arqueologia e Paleociências – UNL; Associação dos Arqueólogos Portugueses; cmpboavida@gmail.com

da ermida do Espírito Santo, junto ao Alto do Poço (Caessa & Mota, 2014: 86-87).

A procissão do Círio da Senhora do Cabo, assim como o milagre da Luz e a construção da respectiva ermida, atraíram vários peregrinos, mas também ordens religiosas que começaram a erguer as suas casas na zona, juntando-se assim às quintas de recreio de importantes famílias que também ali se foram instalando. Uma parte significativa daqueles edifícios foram bastante afectados pelo Terramoto de 1755, tendo-se verificado um lento processo de reconstrução (Valla, 2014: 72). Foi assim que apenas na segunda metade do século XIX, a então Câmara Municipal de Belém procedeu a diversas alterações no espaço público de Carnide. O Alto do Poço foi nessa data regularizado, através de terraplanagem, dando lugar ao actual Largo do Coreto e permitindo a alargamento dos principais arruamentos que o delimitam. A ermida do Espírito Santo foi demolida em 1858 e o seu cemitério transferido defenitvamente para Benfica em 1869 (Caessa & Mota, 2014: 87-88).

Embora seja provável que no âmbito daquelas obras tenham sido identificados os silos, visto que aquelas destruíram a parte superior de muitos deles (Caessa & Mota, 2014: 91), as primeiras notícias sobre a descoberta de *covas de pão* em Carnide vão surgir apenas no início do século XX (Pereira, 1910). Contudo, foi só no final daquela centúria que aquelas estruturas de armazenamento de cereais foram identificadas do ponto de vista arqueológico. Tendo em conta os numismas recolhidos no interior dos seis silos então encontrados no Largo do Jogo da Bola, tudo indica que aqueles terão sido usados como lixeiras durante o século XVI (Diogo & Vital, 1998: 52).

Mais de duas décadas depois, os trabalhos arqueológicos ocorridos no âmbito da requalificação urbana e paisagística do Largo do Coreto e ruas adjacentes permitiram a identificação de mais silos, num total de 136, dos quais foram integralmente escavados 71 (Caessa & Mota, 2013: 1027) (Figura 1).

Além de objectos de diversos tipos cerâmicos (comum, vidrada, brunida, modelada, pedrada, esmaltada e porcelana) e variadas proveniências (nacionais, europeias e asiáticas) foram recolhidos múltiplos objectos em vidro e em ligas metálicas. Colectaram-se igualmente artefactos em osso, assim como grande quantidade de restos faunísticos (Figura 2).

Tendo este espólio, o momento de abandono destas estruturas negativas terá ocorrido entre os finais do século XVI e os meados da centúria seguinte (Caessa & Mota, 2013, 2014, 2016; Casimiro, Boavida & Detry, 2017; Casimiro, Boavida & Moço, 2017).

Foram ainda identificados os níveis correspondentes às fundações da ermida do Espírito Santo, tal como alguns vestígios da necrópole daquele templo. Também foram encontradas evidências dos trabalhos de terraplanagem ocorridos no século XIX, assim como as valas de instalação de diversas infraestruturas contemporâneas, que nalguns locais afectaram os contextos anteriores, revolvendo os mesmos e o espólio que lhes estava associado (Caessa & Mota, 2014: 88).

2. O ESTUDO DA COLECÇÃO[2]

O estado de conservação deficitário em que a maioria dos artefactos metálicos normalmente são encontrados impede muitas vezes a sua correcta identificação. Tal facto leva a que aqueles sejam frequentemente remetidos para depósito após inventário sumário, sem que seja produzida bibliografia sobre os mesmos, já de si bastante escassa, o que, em parte, também impede a análise deste tipo de colecções.

No que diz respeito a Portugal, estudos monográficos pontuais, publicados em revistas e congressos (Ponte, 1987; Mourão, 2005/2007; Boavida, 2011, 2016, 2017b; Lourenço, 2011; Luna & Cardoso, 2012; Teixeira & Gil, 2012; Torres, 2012), assim como catálogos de várias exposições recentes (Barroca & Monteiro, 2000) tem dado a conhecer algumas peças de maior destaque, rareando no entanto estudos sistemáticos dados à estampa sobre estes acervos.

Os trabalhos publicados sobre esta temática pelo Museu de Londres são de referência incontornável (Cowgill, Neergaard & Griffiths, 1987; Egan & Pritchard, 1991; Clark, 1995; Egan, 1998), tal como os da auto-

2. Alguns destes artefactos foram publicados anteriormente integrados em estudo preliminar sobre os objectos usados na cozinha e à mesa na Lisboa de Idade Moderna (Boavida, 2017a), apresentado no 1.º seminário *Fragmentos de Arqueologia de Lisboa* "Diz-me o que comes... Alimentação antes e depois da cidade", organizado pelo Centro de Arqueologia de Lisboa (CML) em colaboração com a Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Uma amostra do conjunto esteve em exposição durante a Feira da Luz, em Setembro de 2015, no âmbito da qual também ocorreu conferência promovida pelo Centro de Arqueologia de Lisboa – CML, integrada no ciclo "Arqueologia no Bairro", proferida por Ana Caessa e Nuno Mota, sobre os trabalhos arqueológicos ocorridos no Largo do Coreto e ruas adjacentes (16 Set. 2015).

ria de Ivor Nöel Hume (1969), Gabrielle Démians d›Archimbaud (1980) e Kathleen Deagan (2002; Deagan & María Cruxent, 2002), que reportando todos eles a contextos externos ao território nacional fornecem importantes contributos para o estudo dos artefactos metálicos em Portugal.

São 3279 os artefactos metálicos recuperados na intervenção arqueológica ocorrida no Largo do Coreto e ruas adjacentes. A maioria (90,7 %) foram produzidos em ferro, mas estão igualmente presentes em quantidade significativa objectos em ligas de cobre (9,21 %). De forma muito residual e função indeterminada foram encontrados ainda elementos em chumbo (0,09 %).

Por ora, apenas uma parte muito reduzida deste acervo foi alvo de trabalhos de consolidação e conservação, mas aqueles que já o foram permitiram a caracterização de várias peças à partida de função indeterminada, nomeadamente no que diz respeito às de ferro que apresentam grande quantidade de concreções. Em relação aos objectos de cobre, a maioria encontram-se em bom estado de conservação, o que possibilitou a sua fácil identificação, tal como sucedeu com os de bronze, embora estes apresentem alguma oxidação.

Para a sua análise organizaram-se os artefactos em seis categorias, tendo em conta a sua forma e função: objectos domésticos, utensílios de cozinha, elementos de vestuário, instrumentos oficinais e/ou profissionais, objectos sonoros e equipamento de cavalaria e armaria. Algumas destas peças devido à sua versatilidade não se integram apenas numa categoria, mas nesta mostra estão naquela a que são associadas mais frequentemente. Em relação aos objectos que não foi possível incluir em nenhuma das categorias referidas foram remetidos para o grupo dos "outros", onde estão também os indeterminados.

Foi aferida a forma e função de 2520 artefactos (85 %), dos quais 1936 (77 %) são pregos, cavilhas e cravos, que não serão abordados no âmbito deste artigo.

Para esta apresentação preliminar seleccionaram-se 76 objectos. Embora correspondam apenas a 2 % da colecção, pela sua qualidade e diversidade, considerou-se que são representativos daquela.

3. OBJECTOS DOMÉSTICOS

Incluem-se nesta categoria todos aqueles que se integram naquele tipo de ambiente, nomeadamente os elementos de mobiliário (móveis, arcas/baús) e objectos de uso quotidiano (candeia, chaves e cadeados), sendo a maior parte deles de ferro.

Em relação aos primeiros, encontraram-se vários exemplares de fechaduras de formato quadrangular em caixa (Figuras 3A e 3C). Aquelas guardam o mecanismo do fecho, mostrando ao centro o orifício onde era introduzida a chave e no lado superior direito a ranhura onde entrava a gancheta do ferrolho. Deste último foi recuperado um único exemplar constituído por eixo longitudinal, do centro do qual, na perpendicular, arranca travessa em cujo extremo existe gancheta que permitia o fecho da arca/baú (Figura 3B).

Estão presentes igualmente diversas chaves que, pela sua pequena dimensão, deveriam pertencer a este tipo de contentores de transporte ou armazenamento (Figuras 4A/4B/4C/4D/4E/4F). Algumas delas podem ter sido usadas também em cadeados, igualmente presentes na colecção de Carnide, em quantidade que se pode considerar assinalável (Figuras 4G/4H/4I/4J). A forma do cadeado 4J é mais tardia que as dos restantes (Hume, 1969: 250), pelo que deverá ser posterior ao abandono dos silos.

Foram recolhidos vários tipos de dobradiças. As mais simples e de menor dimensão seriam usadas para fixação de tampas de arcas/baús ou de postigos ou portas de armários de pequena dimensão, enquanto as maiores, de formato trapezoidal, estariam em portas maiores, tanto de armários como de compartimentos (Figuras 3D/3E).

Estão presentes duas dobradiças em bronze, uma delas completa, que possuem decoração algo elaborada, recortada a partir de placa metálica, que devem ter pertencido a um mesmo armário copeiro, visto que são peças idênticas em forma e dimensão (Figuras 3G/3H). É interessante verificar que em ambos os casos, os eixos de fixação se encontram dobrados nas pontas na mesma proporção, indicando a espessura das tábuas de madeira do móvel que integravam.

Foram ainda encontrados outros elementos, tanto em bronze como em cobre, que seriam aplicados no mobiliário criando efeitos decorativos (Figura 3F).

Este tipo de ferragens pode ser observado em múltiplos exemplares da colecção de mobiliário do Museu Nacional de Arte Antiga, nomeadamente os atribuídos à primeira metade do século XVII.

Dentro desta temática, deve ser ainda referida a presença de uma candeia em ferro (Figura 4K).

4. UTENSÍLIOS DE COZINHA

Nos utensílios de cozinha, usados para preparar e servir os alimentos, destacam-se as facas. Apesar do estado de conservação deficitário, mostram lâminas em ferro de formato tendencialmente triangular alongado com a ponta arredondada (Figuras 5C/5D/5E). Existem dois cabos que preservam elementos de madeira e de osso, tendo ambos rebites de fixação em cobre (Figuras 5A/5B).

Foram recuperadas duas pintadeiras de diferente tipologia. Tratam-se de dois utensílios que permitiam criar variadas marcações em pães e bolos, possibilitando a sua distinção quando os mesmos eram cozidos em fornos comunitários. Por vezes eram usadas igualmente para decorar aqueles em datas festivas (Pereira & Pericão, 2015: 393). A de cobre, em forma de pingente, mostra na base motivo recticulado (Figuras 5F/5G); enquanto a outra, de bronze, é em forma de chavão, o que confere a esta tipologia de pintadeira a designação "chavão alentejano" (Figura 5H). Segundo Abel Viana, estas peças provêm de contextos datáveis desde a Alta Idade Média até à actualidade do Baixo-Alentejo e Algarve (1961/62: 162-163), mas tem sido recuperados exemplares em locais, como Portel, Santarém e Castelo Branco (Nolen, 2004: 31; Boavida, Casimiro & Silva, 2013: 939; Boavida, 2015: 14-15).

Não sendo utensílios de cozinha, mas sendo indispensáveis para a manutenção de alguns alguidares de grande dimensão, nesta categoria foram incluídos o que se convencionou chamar "gatos de alguidar". Tratam-se de pequenas peças tubulares de ferro, algo achatadas, que em ambas as pontas apresentam um pequeno gancho (Figura 5I). Na análise preliminar não tinha sido possível identificar a sua função, mas a presença de um exemplar *in situ* num alguidar vidrado verde proveniente do mesmo contexto permitiu a sua classificação (Figura 5J). Ao contrário dos "gatos" usados em outros tipos cerâmicos, onde é necessário perfurar a totalidade da superfície da peça para os colocar, neste caso são apenas cravados em orifícios que não ultrapassam um terço da espessura da parede da peça cerâmica.

5. ELEMENTOS DE VESTUÁRIO

Nesta categoria predominam as fivelas, tanto em cobre como em bronze. As primeiras de pequena dimensão surgem em dois formatos: redonda com travessa central e semicircular, com um dos lados recto (Figuras 6C/6D/6E/6F). Estas últimas, que podem ter sido usadas em cintos ou correias, tem semelhanças com outras recolhidas em níveis quinhentistas identificados no poço dos antigos paços do concelho de Torres Vedras (Cardoso & Luna, 2012: 96).

Não foi possível aferir paralelos para a grande fivela redonda em bronze, nem para uma outra de cobre com fuzilhão de ferro. Pelo diminuto formato desta última pensamos que deverá ter pertencido à presilha de um sapato, ou poderá ter sido usada no punho ou no joelho (Figuras 6K/6L). Por outro lado, esta fivela pode ser de uma cronologia mais tardia, proveniente de níveis revolvidos pela criação do aterro do século XIX que regularizou a área do Largo do Coreto. A mesma situação deverá ter ocorrido com fivela de bronze, com travessa central, decorada em relevo (Figura 6M).

Foram recolhidos dois botões. O mais pequeno é de cobre e apresenta formato côncavo com argola de fixação no reverso (Figura 6A). O outro, em bronze, com características formais idênticas, é plano e pela sua dimensão parece ter pertencido a uma casaca (Figura 6B).

Os alfinetes, constituídos por haste à qual foi enrolado fio posteriormente batido, criando assim cabeça destacada, são os artefactos de cobre mais frequentes na colecção, contando-se cerca de uma centena (Figura 6H). Os exemplares de menor dimensão e mais finos podem ter sido usados em trabalhos de costura[3].

Em segundo lugar surgem as agulhetas (Figura 6J), pequenas folhas de cobre enroladas na ponta dos atilhos e atavios que permitiam ajustar as diferentes peças de vestuário. Não chegam às quatro dezenas.

Na colecção existem duas peças, ambas de cobre, que se podem classificar numa subcategoria relativa a acessórios. Trata-se de um pequeno anel e de uma cadeia de corrente, que poderá eventualmente ter integrado pulseira ou colar (Figura 6G/6I).

6. INSTRUMENTOS OFICINAIS E/OU PROFISSIONAIS

Contam-se diversos exemplares de tesouras, algumas completas, na colecção de Carnide (Figuras

3. Embora do lado Oeste do Largo do Coreto tenham sido encontrados vestígios da necrópole da antiga Ermida do Espírito Santo, os alfinetes aqui em análise não surgiram associados àquele contexto.

7C/7D/7E). Apesar da sua função exclusiva como objecto cortante, a sua versatilidade possibilitava o seu uso para variado fins. No âmbito desta análise optou-se por considerá-las associadas ao ofício da alfaiataria ou costura, mas podiam ser igualmente utilizadas na preparação de alimentos (Boavida, 2017a: 127).

Em termos iconográficos, as tesouras aparecem, pelo menos, em três obras datadas da primeira metade do século XVI, todas elas com a mesma temática, a "*Anunciação*". Podemos vê-las nos retábulos do Mosteiro de Santo António de Ferreirim (1533/1534), no do Mosteiro de Santos-o-Novo (1539-1541) e no da Sé de Viseu (1501-1506) (Henriques, 2010). Normalmente estão num cesto de verga acompanhadas por diversos tecidos, mas no último caso referido está também presente um dedal.

Encontraram-se vários dedais em Carnide. São peças de formato troncocónico, com a parte superior aplanada, cuja superfície externa se apresenta totalmente pontilhada, com excepção da zona do bordo (Figura 7A). Usado como instrumento auxiliar durante a costura, este acabamento impede que agulhas e alfinetes deslizem quando empurrados pelo dedal. Embora não tenham sido encontradas referências bibliográficas sobre o assunto, existem na colecção dois dedais sem fundo, conhecidos usualmente como *dedais de alfaiate*, em oposição aos dedais usados pelas costureiras ou bordadeiras. Alguns dos exemplares mostram marca da oficina onde foram produzidos junto do bordo, existindo três marcas distintas na colecção (Figura 7B).

Em contextos arqueológicos seiscentistas identificados no castelo de Portel foram colectados dedais associados a alfinetes e agulhas (Nolen, 2004: 31).

Ainda dentro desta categoria devem ser referidos uma sachola (Figura 7G), um martelo (Figura 7H) e duas machadinhas (Figura 7F). Os primeiros seriam utilizados, respectivamente, por um jornaleiro/agricultor e por um carpinteiro ou marceneiro.

O machado é frequentemente associado com os lenhadores, que numa área rural como seria Carnide estariam bastante presentes, pois eram necessários para o corte de lenha usada para os mais diversos fins. No entanto, a pequena dimensão dos dois exemplares encontrados e a grande diversidade de restos faunísticos recolhidos no âmbito da intervenção levam-nos a pensar que estas machadinhas seriam usadas numa carniçaria, onde as carcaças dos animais seriam desmontadas após o abate daqueles (Boavida, 2017a: 127). No segundo volume da *Enciclopédia de Diderot e d'Alembert* (1763) pode ser vista imagem ilustrativa desta actividade, nas estampas relativas a "*Boucher*", onde surgem vários tipos de machadinhas.

7. OBJECTOS SONOROS

São poucos os objectos nesta categoria, embora esteja presente quase uma dezena de címbalos (Figura 8B). Estes apresentam formato circular, côncavo na parte central, onde mostram orifício circular para eixo de fixação. Eram usados normalmente em pares ou associados a pandeiretas, tanto em cerimónias religiosas como profanas. Foram recuperadas peças idênticas em duas casas religiosas lisboetas, um deles no Convento de Sant'Ana (Gomes *et alli*, 2013: 1060) e o outro no Mosteiro de São Vicente de Fora, estando neste último em exposição no núcleo museológico ali existente.

Os outros objectos sonoros descobertos são uma campainha de bronze e dois guizos de cobre, que podem ter sido usados em animais, a primeira ao pescoço de cabras ou ovelhas e os outros na falcoaria (Figuras 8A e 8C) (Deagan, 2002: 139-140). Dada a sua dimensão, estes guizos recordam igualmente os que se podem observar, a par de pequenas campainhas, na parte inferior das vestimentas de alguns clérigos retratados em retábulos do século XVI, como o do Convento de São Francisco de Évora (1508-1511) e do Convento de Nossa Senhora do Paraíso, em Lisboa (1527), nomeadamente nas cenas da "*Apresentação do Menino no Templo*" (Henriques, 2010). A sua utilização deste modo poderia estar relacionada com a convicção de que o ruído provocado por aqueles objectos afastaria os maus espíritos (Deagan, 2002: 140).

8. EQUIPAMENTO DE CAVALARIA E ARMARIA

Entre os objectos relacionados com a cavalaria estão diversas ferraduras, esporas, uma fivela de cilha e várias argolas que podem ter sido usadas em arreios (Figura 9F). As primeiras podiam ser usadas tanto em animais de carga como em outros de maior nobreza, como os cavalos, que seriam usados por cavaleiros ou para servirem em carruagens de personalidades de maior estatuto social (Figura 9B).

O que se preserva das esporas da colecção de Carnide sugere que aquelas seriam de espeto (Figura 9A).

Trata-se de peça da indumentária de um cavaleiro que surge em diversas cronologias anteriores às do contexto em estudo, como sucede com as esporas encontradas em Évora e em Santarém, atribuídas aos séculos XIII-XIV (Gonçalves, 2000: 287-289; Ramalho, 2000: 292). Em níveis da centúria seguinte foi recolhida fivela de cilha no castelo de Faria (Barcelos) (Barroca, 2000: 306). Este tipo de fivela era usado para ajustar as selas no dorso dos cavalos (Figura 9C).
Entre os objectos de armaria foram recuperados elementos de algumas armas brancas, nomeadamente ponteiras de bainha de punhal e o pomo de uma espada. As primeiras surgiram tanto em ferro como em bronze, por vezes com vestígios do invólucro de madeira que constituía a bainha no seu interior (Figuras 9G/9H/9I). Sendo relativamente pequenos, os punhais eram usados frequentemente à cintura, como se verifica em "*Martírio de São Sebastião*" (1536-1539), tela proveniente da charola do Convento de Cristo ou em "*Ressurreição*", que integrava o já citado retábulo do Mosteiro de Santos-o-Novo (1539-1541), ambos da autoria de Gregório Lopes e nas colecções do Museu Nacional de Arte Antiga (Henriques, 2010).
Naquele museu encontra-se também exposto, da autoria do Mestre da Lourinhã, parte do retábulo da Igreja de Santiago de Palmela (1520-1525), onde, na pintura "*Santiago combatendo os mouros*" surge espada cujo pomo se assemelha ao da colecção em análise. Este pomo de ferro, maciço e pesado, tem formato esférico com decoração gomada pouco relevada (Figura 9D). Pode ter pertencido a espada de guardas portuguesas, como a representação iconográfica citada, mas aquela forma das guardas é algo mais antiga que o contexto identificado em Carnide.

9. OUTROS

Como mencionado anteriormente neste grupo estão incluídos os objectos que não foi possível integrar nas restantes categorias, assim como os objectos indeterminados.
Foi recolhida pequena haste espalmada que terá integrado uma pinça (Figura 10A), semelhante a outra encontrada em Torres Vedras em níveis do século XV (Cardoso & Luna, 2012: 95) e que poderá evidenciar a prática de cuidados de higiene.
Encontra-se presente ponteira de cobre que estaria na ponta inferior de bastão ou cajado, que desse modo permitia que aquele tivesse um menor desgaste. No seu interior conserva pedaço de madeira do dito bastão ou cajado (Figura 10E).
Recuperaram-se duas peças de formato discoidal, côncavas na parte central, ambas com decorações em relevo, mais desenvolvidas na peça de cobre (Figura 10F) e linear concêntrica na de bronze (Figura 10B). Ambas apresentam dois furos para permitir a sua fixação noutro elemento, mas não foi possível aferir qual, nem a função daquelas.
Encontrou-se igualmente objecto (mal) articulado em bronze (Figura 10C) que parece ter pertencido a artigo de mobiliário, mas o seu estado de conservação, mesmo após tratamento, não permite certezas. Mostra decoração bastante elaborada.
Por último não deve deixar de ser referida a existência de lâmina de lança em ferro (Figura 10D). Sendo totalmente oca, o que não lhe dá qualquer tipo de resistência em caso de eventual confronto, aquela deverá ter pertencido a peça de ostentação, como possível estandarte usado em procissão ou parada.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho resulta da análise e estudo dos artefactos metálicos encontrados durante os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito do projecto de requalificação urbanística e paisagística do Largo do Coreto e ruas adjacentes, espaços localizados no centro histórico de Carnide (Lisboa).
A diversidade formal da colecção demonstra a presença de objectos que de outro modo não seria possível documentar de forma concreta, mesmo que fossem usuais em contextos similares. São exemplos disso as várias peças de mobiliário, das quais há muito desapareceram as madeiras que as constituíam. Situação idêntica sucede com os restos de facas e punhais ou até mesmo da espada, dos quais cabos, punhos e bainhas não se encontram mais presentes.
Poderá também dizer-se, no que diz respeito aos elementos de vestuário e aos objectos sonoros, que estes revelam os gostos e as crenças de quem os usou.
Por outro lado, a existência de alguns utensílios evidencia a prática de determinadas actividades, como sejam os dedais do alfaiate, o martelo do carpinteiro e/ou marceneiro, as machadinhas do carniceiro ou a sachola do agricultor/jornaleiro. Tais ofícios seriam frequentes, tanto na cronologia como em contextos idênticos, mas a presença dos objectos associados aqueles possibilita um melhor conhecimento sobre os locais onde eram usados.

A análise e estudo sistemático de colecções como esta podem fornecer indicadores sobre a organização e a caracterização dos espaços, permitindo uma mais apurada reconstituição dos quotidianos do Passado.

AGRADECIMENTOS

Ana Caessa, Nuno Mota, António Marques, Guilherme Cardoso, Moisés Campos, Ana Margarida Moço. Centro de Arqueologia de Lisboa – Câmara Municipal de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

ARCHIMBAUD, Gabrielle Démians d' (1980) – *Les fouilles de Rogiers (VAR). Contribution à l'archeologie de l'habitat rural medieval en pays mediterranéen*. Paris: Centre National de la Recherché Scientifique, 724 p.

BARROCA, Mário Jorge (2000) – "Fivela de cilha" *in* Barroca, M. J.; Monteiro, J. G. (coord.) – *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português* (catálogo da exposição no Museu Nacional de Arqueologia). Palmela: Câmara Municipal, p. 306.

BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia (coord.) (2000) – *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português* (catálogo da exposição no Museu Nacional de Arqueologia). Palmela: Câmara Municipal, 434 p.

BOAVIDA, Carlos (2011) – "Artefactos metálicos do castelo de Castelo Branco (Castelo Branco, Portugal)". *Açafa Online*, 4. [S. l.]: Associação de Estudos do Alto Tejo, 44 p.

BOAVIDA, Carlos (2015) – "Da Cozinha" *in* Rechena, A. (coord.) *Do Castelo. Do Tempo. Arqueologia no Castelo Branco* (catálogo da exposição no Museu Francisco Tavares Proença Júnior. Castelo Branco: Sociedade de Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior, pp. 14-16.

BOAVIDA, Carlos (2016) – "Objectos de uso pessoal medievais e modernos no castelo de Castelo Branco" *in* Vilaça, R. (coord.) *II Congresso Internacional de Arqueologia da Região de Castelo Branco*. Castelo Branco: Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior, pp. 391-405.

BOAVIDA, Carlos (2017a) – "Preparar, servir e comer – Vestígios arqueológicos metálicos do que se usava na cozinha e à mesa na Lisboa da Idade Moderna. Uma primeira abordagem" *in* Senna-Martínez, J. C.; Martins, A. C.; Melo, A. A.: Caessa, A.; Marques, A.; Cameira, I. (eds.) *Diz-me o que comes. . . Alimentação antes e depois da cidade*. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa, 1. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa – CML, Secção de Arqueologia / Sociedade de Geografia de Lisboa, pp. 122-130.

BOAVIDA, Carlos (2017b) – "Objectos do quotidiano num poço do Hospital Real de Todos-os-Santos" *in Uma cidade em escavação. I Encontro de Arqueologia de Lisboa*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa – Câmara Municipal de Lisboa.

BOAVIDA, Carlos; CASIMIRO, Tânia Manuel; SILVA, Telmo (2013) – "Silos medievais da Travessa das Capuchas (Santarém): estruturas e cultura material" *in* Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C. (eds.) Arqueologia em Portugal – 150 Anos. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 937-945.

CAESSA, Ana; MOTA, Nuno (2013) – "Redescobrindo a história de Carnide: a intervenção arqueológica no Largo do Coreto e envolvente" *in* Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C. (eds.) *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*; Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1025-1032.

CAESSA, Ana; MOTA, Nuno (2014) – "O núcleo histórico de Carnide. O contributo da investigação arqueológica" *in* Veiga, C. M.; Reis, M. F. (coord.) *Quadros da História de Lisboa: a freguesia de Carnide.* Lisboa: Academia Portuguesa de História, pp. 83-104.

CAESSA, Ana; MOTA, Nuno (2016) – "A Arqueologia em Carnide e a intervenção arqueológica no Largo do Coreto". *Rossio – Estudos de Lisboa*, 6. Lisboa: Direcção Municipal de Cultura / Departamento de Património Cultural, pp. 96-107.

CARDOSO, Guilherme; GONZÁLEZ, António (2008) – "Duas cupas romanas em Carnide (Lisboa)". *Al-Madan*, S.II – 16. Almada: Centro Arqueológico de Almada, p. 6.

CARDOSO, Guilherme; LUNA, Isabel (2012) – "Fragmentos do quotidiano urbano de Torres Vedras, entre os séculos XV e XVIII: um olhar através dos objectos do poço dos Paços do Concelho" *in* Teixeira, A.; Bettencourt, J. A. (ed.) *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, vol. 1. ArqueoArte, 1. Lisboa: Centro de História do Além Mar – FCSH/UNL e UAç, pp. 163-110.

CARDOSO, Guilherme; MONTEIRO, Mário (2008) – "Um instrumento votivo pré-histórico descoberto em Carnide (Lisboa)". *Al-Madan*, S.II – 16. Almada: Centro Arqueológico de Almada, p. 7.

CASIMIRO, Tânia Manuel; BOAVIDA, Carlos; DETRY, Cleia (2017) – "Cozinhar e comer: cerâmicas e alimentação em Carnide (1550-1650)" *in* Senna-Martínez, J. C.; Martins, A. C.; Melo, A. A.: Caessa, A.; Marques, A.; Cameira, I. (eds.) *Diz-me o que comes. . . Alimentação antes e depois da cidade*. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa, 1. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa – CML, Secção de Arqueologia/Sociedade de Geografia de Lisboa, pp. 110-121.

CASIMIRO, Tânia Manuel; BOAVIDA, Carlos; MOÇO, Ana (2017) – "Louça «de fora» em Carnide (1550-1625). Estudo do consumo de cerâmica importada" *in Uma cidade em escavação. I Encontro de Arqueologia de Lisboa*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa – Câmara Municipal de Lisboa.

CLARK, John (1995) – *The Medieval Horse and its Equipment c.1150 – c.1450*. Medieval finds from excavations in London, 5. London: The Boydell Press in association with Museum of London, 185 p.

COWGILL, Jane; NEERGAARD, Margrethe de; GRIFFITHS, Nick (1987) – *Knives and scabbards*. Medieval finds from excavations in London, 1. London: Boydell Press in association with Museum of London, 169 p.

CUESTA-GÓMEZ, José Fabián; PRATA, Sara (2017) – "601 – Uma ara romana recuperada em Carnide, Lisboa (*Conventus Scallabitanus*)". *Ficheiro Epigráfico*, 148. Coimbra: Instituto de Arqueologia – Faculdade de Letras / Universidade de Coimbra, 7 p.

DEAGAN, Kathleen (2002) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800 – vol. II: Portable personal possessions*. [S. l.]: Smithsonian Institution Press, 372 p.

DEAGAN, Kathleen; MARÍA CRUXENT, José (2002) – *Archaeology at La Isabela. America's first european town*. [S. l.]: Yale University, 377 p.

DIOGO, Ant.º Dias; VITAL, Nestor Faria (1998) – "Estudo das moedas encontradas nos silos do Largo do Jogo da Bola, em Carnide, Lisboa". *Olisipo – Boletim do Grupo dos Amigos de Lisboa*, S.II – 6. Lisboa: Grupo dos Amigos de Lisboa, pp. 49-52.

EGAN, Geoff (1998) – *The Medieval Household. Daily Living c.1150 – c.1450*. Medieval finds from excavations in London, 6. London: The Boydell Press in association with Museum of London, 342 p.

EGAN, Geoff; PRITCHARD, Frances (1991) – *Dress Accessories 1150-1450*. Medieval finds from excavations in London, 3. London: The Boydell Press in association with Museum of London, 410 p.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela; ALMEIDA, Mariana; BOAVIDA, Carlos; NEVES, Dário; HAMILTON, Kierstin; SANTOS, Carolina (2013) – "Convento de Santana (Lisboa). Estudo preliminar do espólio da fossa 7" *in* Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C. (eds.) *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1057-1065.

GONÇALVES, Ana M.ª (2000) – "Par de esporas de espeto" e "Par de esporas de espeto e placa decorativa" *in* Barroca, M. J.; Monteiro, J. G. (coord.) – *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português* (catálogo da exposição no Museu Nacional de Arqueologia). Palmela: Câmara Municipal, pp. 287-289.

HENRIQUES, Ana de Castro (coord.) (2010) – *Os Primitivos Portugueses 1450-1550. O Século de Nuno Gonçalves* (catálogo da exposição no Museu Nacional de Arte Antiga). Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, Athena, 308 p.

HUME, Ivor Nöel (1969) – *A guide to artifacts of Colonial America*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 323.

LOURENÇO, Manuel Alves (2011) – "Algumas reflexões acerca dos objectos religiosos encontrados nas escavações no claustro da Academia das Ciências de Lisboa". *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa: Classe de Ciências,* Tomo XLIII, vol. II (2006/2007). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 49-76.

MOURÃO, Teresa (2005/07) – "As medalhas religiosas de Santa Clara-a-Velha". *Nvmmvs*, S. 2 – 28/30. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, pp. 315-351.

NOLEN, Jeannette U. Smit (2004) – *Museu de Arqueologia do Castelo de Vila Viçosa* (roteiro). [S.l.]: Fundação da Casa de Bragança, 39 p.

PEREIRA, Ana Marques; PERICÃO, M.ª da Graça (2015) – *Do Comer e do Falar... Tudo vai do começar. Vocabulário Gastronómico*. Artes da Cozinha, 2 [S. l.]: Relógio de Água, 517 p.

PEREIRA, Gabriel (1910) – *Pelos subúrbios e vizinhanças de Lisboa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, pp. 53-146.

PONTE, Salete da (1987) – "Artefactos romanos e post--romanos de S. Cucufate". *Conímbriga*, 26. Coimbra: Instituto de Arqueologia – Faculdade de Letras / Universidade de Coimbra, pp. 133-165.

RAMALHO, M.ª Magalhães (2000) – "Pequena espora de espeto" *in* Barroca, M. J.; Monteiro, J. G. (coord.) – *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português* (catálogo da exposição no Museu Nacional de Arqueologia). Palmela: Câmara Municipal, p. 292.

TEIXEIRA, André; GIL, Luís Serrão (2012) – "Cada botão sua casaca. Indumentária recuperada nas escavações arqueológicas da fragata Santo António da Taná, naufragada em Mombaça em 1697" *in* Teixeira, A.; Bettencourt, J. A. (ed.) *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, vol. 2. ArqueoArte, 1. Lisboa: Centro de História do Além Mar – FCSH/UNL e UAç, pp. 617-682.

TORRES, Andreia (2012) – O mobiliário do Palácio Marialva (Lisboa). Discursos socioeconómicos" *in* Teixeira, A.; Bettencourt, J. A. (ed.) *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, vol. 1. ArqueoArte, 1. Lisboa: Centro de História do Além Mar – FCSH/UNL e UAç, pp. 95-110.

VALLA, Margarida (2014) – "A identidade urbana e arquitectónica do núcleo histórico de Carnide" *in* Veiga, C. M.; Reis, M. F. (coord.) *Quadros da História de Lisboa: a freguesia de Carnide.* Lisboa: Academia Portuguesa de História, pp. 61-81.

VIANA, Abel (1961/62) – "Notas várias: Circunstâncias habituais de exploração arqueológica em Portugal". *Arquivo de Beja: Boletim, Estudos, Arquivo*, vols. XVIII/XIX. Beja: Câmara Municipal, pp. 89-211.

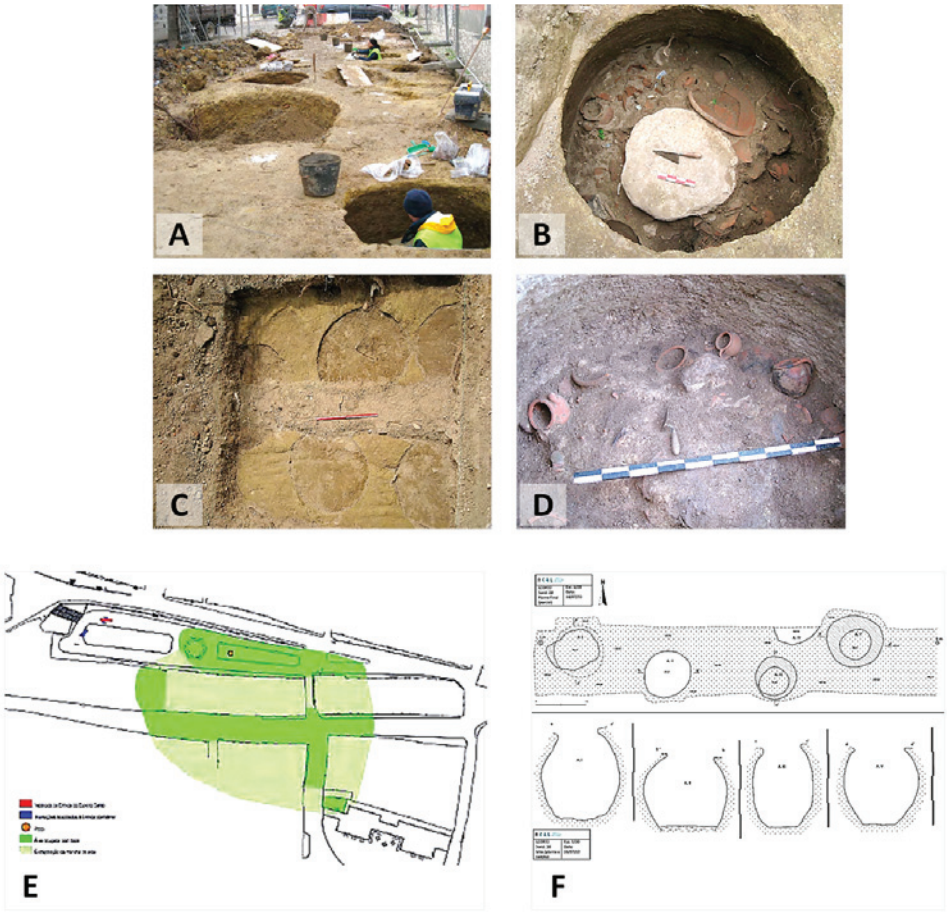


Figura 1 – A escavação. A/D – diferentes aspectos; E – planta geral dos achados; F – Planta e corte de 4 silos identificados na sondagem 28 (Caessa & Mota, 2016).



Figura 2 – Espólio recuperado na intervenção arqueológica. A – Cerâmica de cozinha; B – Cerâmica de mesa (comum, vidrada e brunida); C – Cerâmica modelada; D – Cerâmica malagueira; E – Faiança Portuguesa; F – Cerâmica de reflexo metálico; G – Majólicas italianas; H – Porcelana chinesa; I – Apitos em forma de cavalo; J – Vidros *façon de venise*; K – Cerâmica pintada a branco (brinquedos?) e mealheiro (Caessa & Mota, 2016).

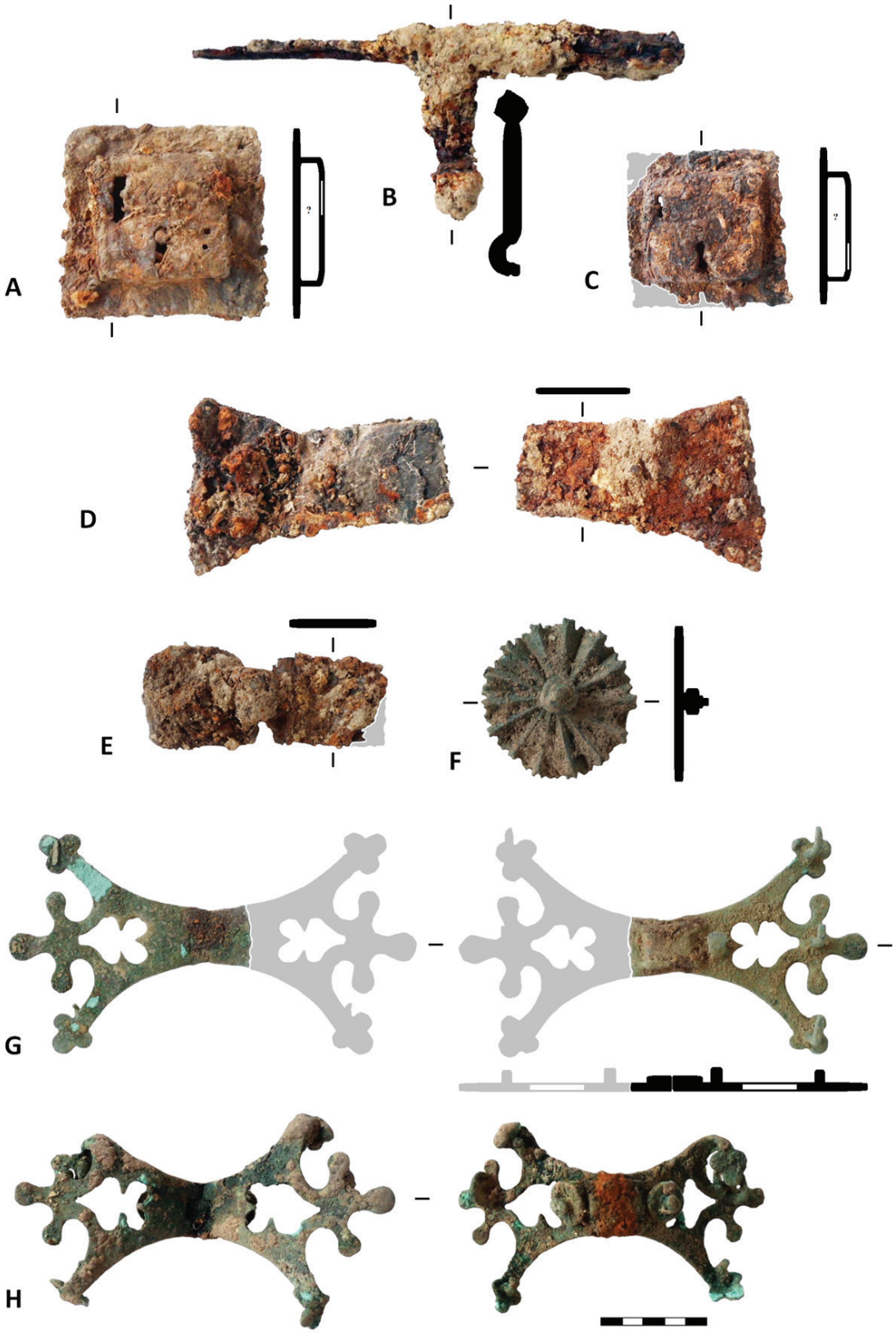


Figura 3 – Objectos domésticos I (elementos de mobiliário). A/C – fechaduras de arca/baú; B – ferrolho de arca/baú; D/E/G/H – dobradiças; F – aplique de móvel. Escala: 5 cm.

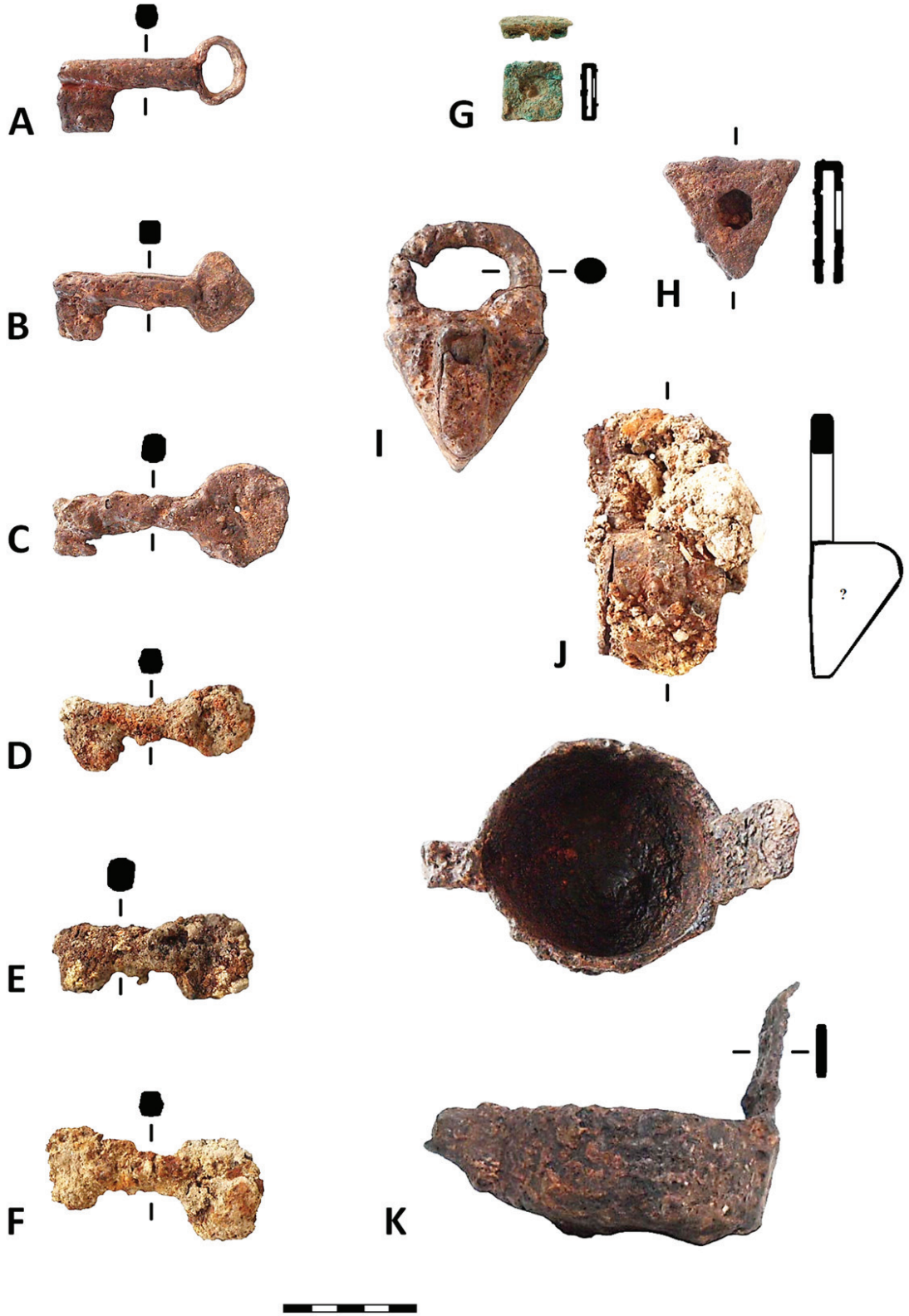


Figura 4 – Objectos domésticos II (objectos do quotidiano). A/B/C/D/E/F – chaves; G/H/I/J – cadeados; K – candeia. Escala: 5 cm.

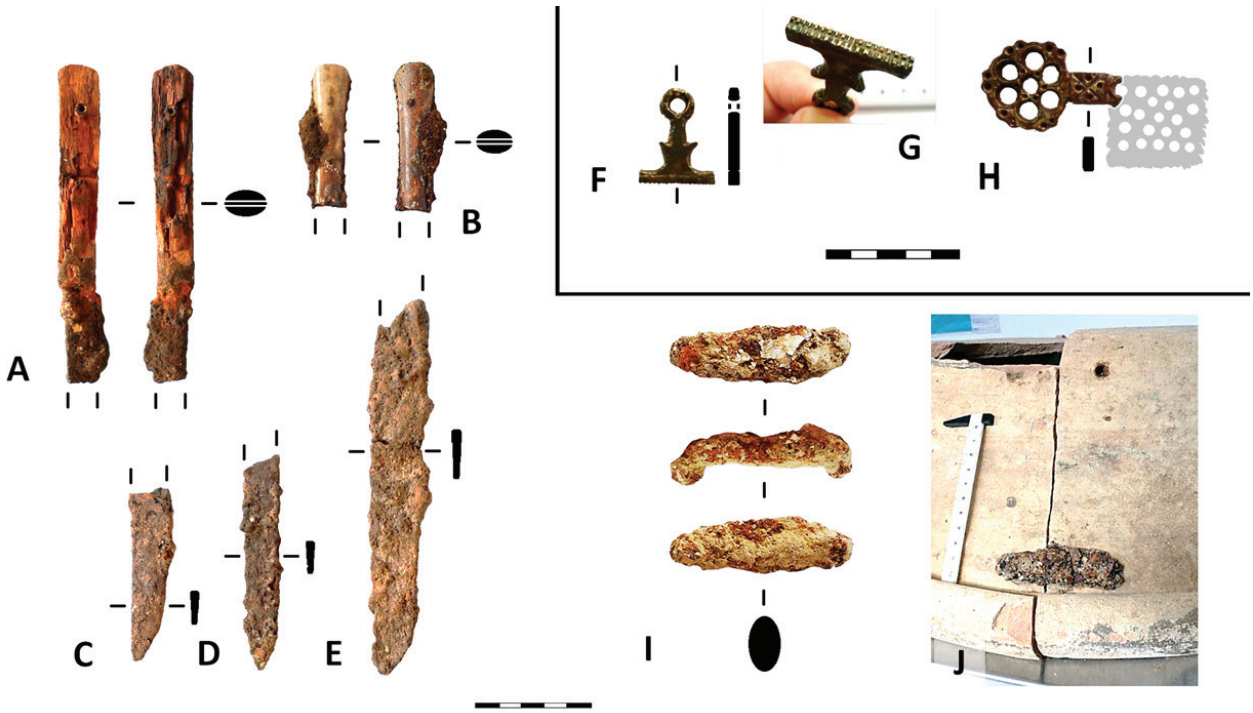


Figura 5 – Utensílios de cozinha. A/B/C/D/E – facas; F/H – pintadeiras (G – pormenor); I – "gato de alguidar" (J – *in situ*). Escala: 5 cm.

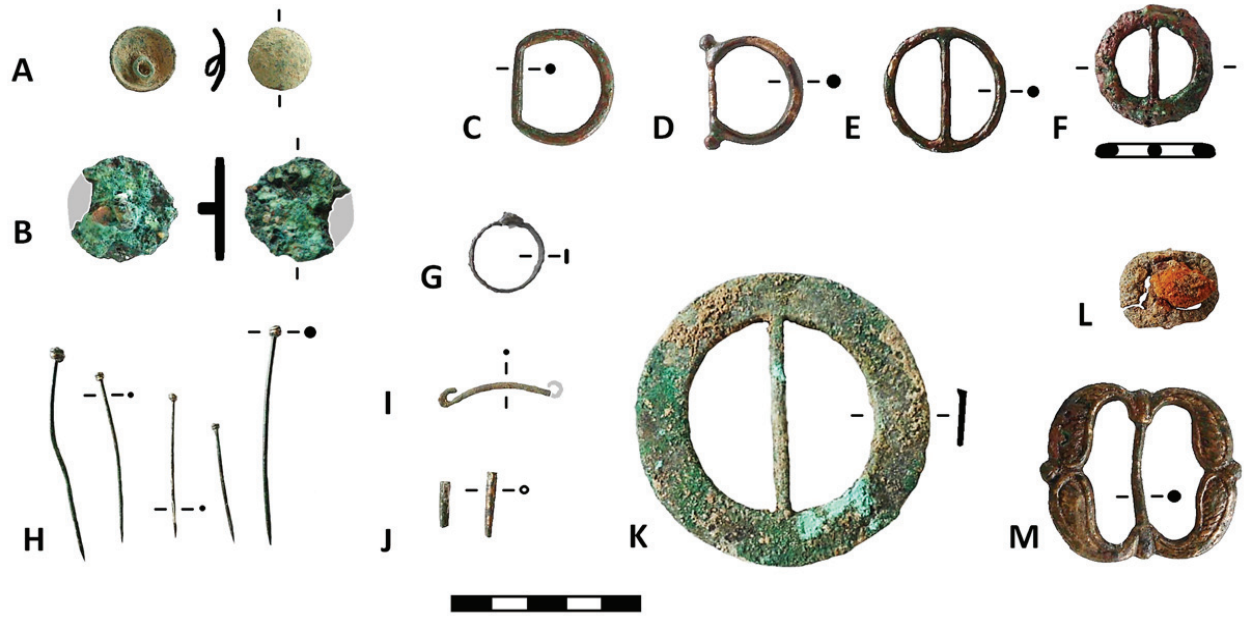


Figura 6 – Elementos de Vestuário. A/B – botões; C/D/E/F/K/L/M – fivelas; G – anel; H – alfinetes; I – pulseira ou colar (?); J – agulhetas. Escala: 5 cm.



Figura 7 – Instrumentos oficinais e/ou profissionais. A – dedais (B – pormenores); C/D/E – tesouras; F – machadinha; G – sachola; H – martelo. Escala: 5 cm.



Figura 8 – Objectos sonoros. A – guizo; B – címbalos; C – campainha. Escala: 5 cm.

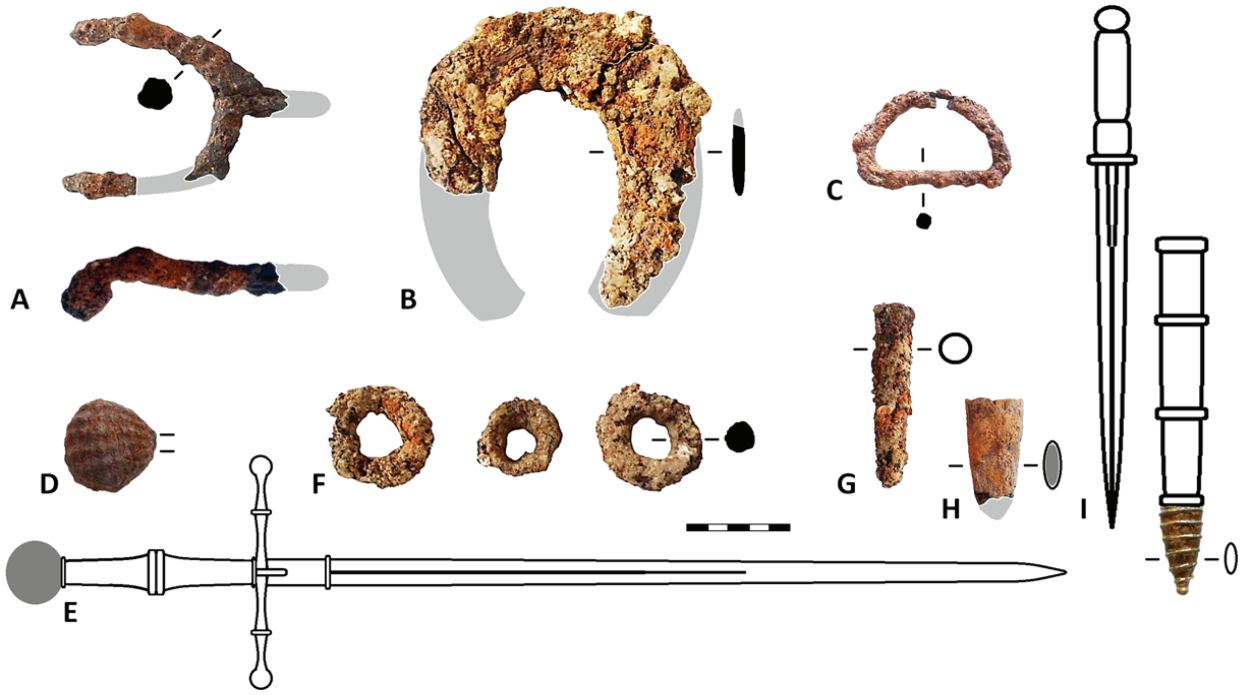


Figura 9 – Equipamento de Cavalaria e Armaria. A – espora; B – ferradura; C – fivela de cilha; D – pomo de espada (E – reconstituição de espada. Não se encontra à escala); F – argolas; G/H/I – ponteiras de bainha de punhal. Escala: 5 cm.

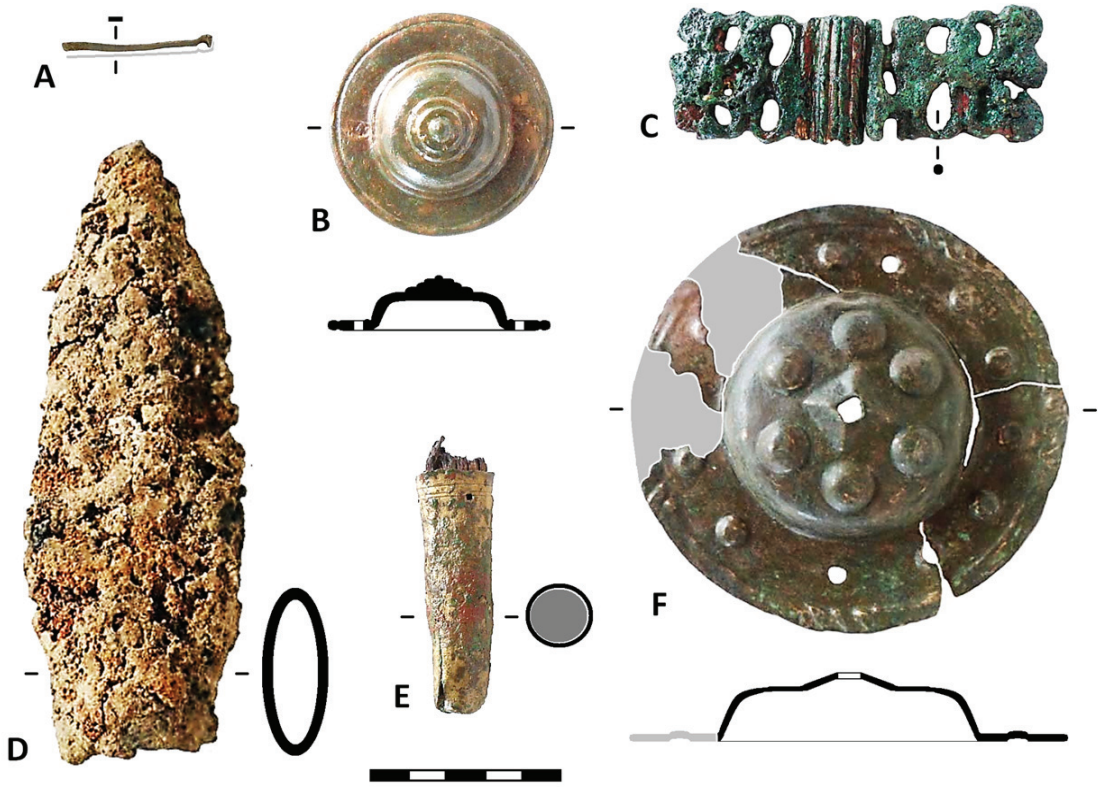


Figura 10 – Outros e Indeterminados. A – pinça; B – aplique/tampa(?)/ C – dobradiça (?)/ D – lança de estandarte; E – ponteira de bastão/cajado; F – indeterminado. Escala: 5 cm.

UMA LIXEIRA NAS CASAS NOBRES DO INFANTADO

Tânia Manuel Casimiro[1], António Valongo[2]

RESUMO

Escavações arqueológicas na Rua do Arsenal, num conjunto de edifícios junto à frente ribeirinha e defronte ao Largo do Corpo Santo, puseram a descoberto diversos contextos possíveis de datar entre os séculos XVI e XVIII, alguns deles relacionados com as *Casas Nobres do Infantado*, presumivelmente a residência do futuro D. Pedro II. Entre aqueles destaca-se pequeno depósito detrítico (UE 543), associado ao compartimento 4 do edifício ali identificado, no interior do qual foram recuperados diversos materiais cerâmicos, com elevado estado de preservação. O presente trabalho pretende discutir as razões para a formação daquele depósito propondo cronologias e a funcionalidade dos objectos ali identificados.

Palavras-chave: Cerâmica comum, Faiança, Século XVII, Consumo doméstico.

ABSTRACT

Archaeological excavations in Rua do Arsenal, in the Tagus River water front and close to Largo do Corpo Santo uncovered several contexts from Early Modern Age and possible to date from the 16th to 18th century. Some of those contexts were related to the *Casas Nobres do Infantado*, presumably the home of Prince Pedro, future king Pedro II. Among those contexts there is a little cesspit [543], located in compartment 4. Inside this hole there were many material culture elements, mainly pottery, with a high conservation level. This paper aims to discuss the formation of that deposit as well as the use of those objects.

Keywords: Coarsewares, Tin glazed wares, 17th century, Domestic consumption.

1 – INTRODUÇÃO

Em 2015 uma intervenção arqueológica de grandes dimensões no edificado compreendido entre os números 136 e 148 da Rua do Arsenal em Lisboa, trouxe à luz do dia, entre diversos achados medievais e modernos, nomeadamente parte da Cerca Fernandina (Valongo, este volume), diversos contextos domésticos de época moderna associados às ditas *Casas Nobres do Infantado*, possível habitação do Infante D. Pedro e futuro D. Pedro II. Entre aqueles, nos quais se distinguem um poço de grandes dimensões ou uma barrica em madeira, ambos utilizados como lixeiras e cuja publicação se encontra a ser preparada, apresentamos pequena fossa, utilizada como zona de despejos, no interior da qual, foram recuperados os materiais aqui apresentados.

Curiosamente, a UE 543, ofereceu apenas material cerâmico, algo que não se registou nos demais contextos onde diversos metais, vidros e mesmo objectos em couro e madeira foram recuperados.

O estudo e publicação de cerâmicas de cariz doméstico produzidas durante época moderna é uma actividade frequente. Muitas colecções foram até hoje abordadas de norte a sul do país, nomeadamente na Casa do Infante, no Porto (Barreira *et al*, 1998), no Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra (Silva, 2015), em diversas zonas de Lisboa, nomeadamente na Rua dos Correeiros (Coelho e Bugalhão, 2015), Carnide (Casimiro, Boavida e Detry, 2017), Vale de Alcântara (Batalha e Cardoso, 2013), Encosta de Santana (Casimiro, 2011a) e diversas intervenções na Baixa (Diogo e Trindade, 1995; 1995a; 1995b; Coelho e Bugalhão, 2015), mas igualmente noutras cidades circundantes tais como Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999), ou Vila Franca de Xira (Mendes e

1. IAP / IHC – FCSH UNL. Pós-doc FCT; tmcasimiro@fcsh.unl.pt

2. Arqueólogo; antonio.valongo@gmail.com

Pimenta, 2007), entre muitos outros locais. O presente trabalho pretende dar mais um contributo para as cerâmicas que podem ser encontradas em contextos de época moderna, no presente caso finais do século XVII ou inícios da centúria seguinte.

2. O CONTEXTO

Este artigo resulta da intervenção arqueológica, no lugar supramencionado, da responsabilidade dum dos seus signatários (A.V.) iniciada em Abril de 2015. Resulta da preparação, implantação e execução de projecto de arquitectura que previa a instalação de uma unidade hoteleira de excelência. Os trabalhos foram custeados pela empresa *Greatcreation SA* e promovidos pela *Veiga de Mago Gestão e Investimento*.

O edificado localiza-se entre os números de polícia 134 e 148 da Rua do Arsenal em Lisboa que coincide com a área de servidão administrativa do Monumento Nacional designado "Castelo de São Jorge e Restos das Cercas de Lisboa", e ainda por "Lisboa Pombalina" (C.I.P.), pela Portaria nº 740-DV/2012, DR, 2ª série, nº 248 (suplemento) de 24 de Dezembro de 2012.

Os objectivos em concreto da intervenção arqueológica visavam uma actuação preventiva de minimização de impactos devido ao empreendimento em meio urbano; a avaliação de potências estratigráficas resultantes da intervenção; salvaguarda de espólio, estratigrafia e estruturas aí identificados, bem como a apresentação das realidades registadas.

A metodologia da execução da escavação foi caracterizada numa primeira fase por ambientes que correspondiam a áreas separadas pelas sapatas do edificado. A segunda fase respeitou a numeração atribuida aos compartimentos associados às Casas Nobres. Assim, este contexto em particular foi reconhecido no canto Sudoeste do compartimento 4 onde foi identificada pequena bolsa que parece corresponder a fossa detrítica com cerca de 1,20 m de diâmetro e 0,60 m de profundidade (Figura 1). O sedimento apresentava uma cor escura, indicação que ali foram igualmente depositados restos orgânicos, ao momento da escavação, hoje completamente desaparecidos. No interior daquela fossa foram recuperados diversos elementos de cultura material, que se traduzem numa colecção de cerâmica, peculiar pelo elevado estado de conservação dos objectos, onde diversos recipientes foram recuperados inteiros, nomeadamente púcaros, um mealheiro, uma bilha, pratos em faiança, testos, uma medida, entre outros.

3. O ESPÓLIO

O espólio associado a este contexto arqueológico trata-se do que comummente designamos de cerâmica de carácter utilitário. Cronologicamente estamos perante um contexto formado durante o final do século XVII, após 1660, muito possivelmente entre 1680 e 1720, certamente pós 1676 data que consta em grafito encontrado num dos objectos recuperados. A faiança portuguesa é um importante marcador cronológico, mas certamente não a tipologia material mais abundante.

Mais numerosa é a louça comum. Este pequeno contexto não nos parece representativo das quantidades de louça ou mesmo da variabilidade daquela nos contextos domésticos lisboetas, no entanto, ele reflecte alguns dos objectos em cerâmica vermelha, produzida em Lisboa, na transição do século XVII para o século XVIII.

A cerâmica aqui apresentada é integralmente produzida com pastas vermelhas variando entre o vermelho de tom mais escuro (MSCC 5YR3/4) ou o vermelho vivo (MSCC 10R 5/4). As pastas são homogéneas e bem depuradas com elementos não plásticos de tamanho médio e pequeno, quartzosos e micáceos.

A louça mais frequente é, como seria expectável, aquela destinada ao uso na cozinha. A louça de ir ao lume encontra-se representada com diversas panelas e tachos (Figura 2 E-H). As panelas, apresentam forma globular e bordo aplanado superiormente, assentes em base plana com asas horizontais, uma característica que, até ao momento, não foi registada em exemplares anteriores a meados do século XVI. O diâmetro do seu bordo varia entre 0,135 m e 0,150 m. Os tachos, também com asas horizontais, oferecem forma troncocónica com base plana e bordo espessado, com um diâmetro médio de 0,258 m. Estas peças são efectivamente as formas mais frequentes em contextos domésticos de Idade Moderna, nomeadamente em Carnide, onde um contexto formado entre 1550 e 1650 oferece exactamente o mesmo *ratio* de peças de cozinha (Casimiro, Boavida e Detry, 2017). No entanto estas foram também recuperadas no Vale de Alcântara (Batalha e Cardoso, 2013), tal como em outros pontos da cidade de Lisboa, nomeadamente em caqueiro na Rua do Benformoso

(Marques, Leitão e Botelho, 2013, 127), contextos associados aos séculos XVII e primeira metade do XVIII, anteriores ao terramoto de 1755. Tipologias cerâmicas semelhantes foram ainda identificadas em Almada (Sabrosa e Santos, 1992).

Com seis exemplares, os testos tinham como função tapar panelas e cântaros. A sua forma troncocónica com pequena pega ao centro e base plana, poder-se-á dizer, icónica, sendo muito semelhante desde o período islâmico ao século XIX. O seu diâmetro no bordo varia entre 0,106 m, o mais pequeno e 0,156 m, o maior. Este tipo de peça é associada a todos os contextos arqueológicos domésticos de época medieval e moderna e peças afins são recuperadas com frequência de norte a sul do país (Casimiro, 2011a; Casimiro, Boavida, Detry, 2017; Alves *et all*, 1995).

O armazenamento de líquidos e sólidos era feito no interior de potes, cântaros e bilhas. Um exemplar de pote de grandes dimensões (Figura 3A), por vezes designado de atanor, com asas sobrelevadas côncavo-convexas e bordo de perfil semicircular foi decorado com cordões verticais. Estes recipientes, ainda que com forma globular e bordo largo, não apresentam marcas de fogo. Por outro lado, a decoração exterior não era frequente em objectos de levar ao lume, pelo que a sua função deveria ser claramente para armazenar. Peça semelhante foi encontrada em ambiente doméstico na baixa lisboeta (Coelho e Bugalhão, 2015, 38).

Os líquidos, sobretudo a água, seriam armazenados em cântaros e bilhas (Figura 3 B-D). Estes recipientes eram bojudos, assentes em base plana. Os cântaros tinham duas asas, por norma sobrelevadas, de secção suboval ou côncavo-convexa, bojo muito amplo e bordo com lábio de perfil semicircular, com um diâmetro de aproximadamente 0,068 m. Já as bilhas possuem apenas uma asa com secção sub-oval. O exemplar mais completo apresenta uma altura de 0,240 m com um diâmetro do bordo de 0,072m e o fundo com 0,094 m. Peça semelhante foi encontrada nas escavações da Praça da Figueira, também atribuída ao século XVII (Silva e Guinote, 1998, 135).

O consumo de água era feito sobretudo em púcaros. No presente contexto estes recipientes apresentam duas formas distintas. Os mais frequentes (Figura 4 H, I, J), com quatro exemplares completos, oferecem corpo muito globular, com uma altura aproximada de 0,090 m, sem colo, bordo com lábio de perfil semicircular, cujo diâmetro é de 0,072 m e asa sobrelevada. A outra forma disponível (Figura 4 K) apresenta um corpo com forma sub-troncocónica e colo alto, com lábio de perfil semicircular. Apresenta uma altura de 0,080 m. Mencionar locais onde estes objectos foram encontrados é mencionar todas as escavações de época moderna efectuadas em Lisboa, no entanto, devido ao seu estado de conservação destacam-se os achados de Carnide onde dezenas destes objectos foram encontrados completos no interior dos silos (Caessa e Mota, 2016).

Surgiu uma pequena taça (Figura 4A) cuja funcionalidade directa se desconhece, mas que se trata de achado muito frequente em contextos arqueológicos de época moderna, com dezenas destes objectos identificados nas escavações dos silos em Carnide (Casimiro, Boavida, Detry, 2017, 116). No entanto, não é difícil atribuir-lhes diversas funcionalidades, sobretudo em ambiente doméstico onde pequenos objectos poderiam ter diversas urilizações. O objecto em questão tem um diâmetro de bordo de 0,102 m e um fundo com 0,050 m.

Dois pequenos pratos, cuja forma troncocónica os torna muito semelhantes aos testos, ainda que sem a pega central, foram recolhidos. O seu diâmetro no bordo é entre 0,150 m e 0,170 m e o interior das paredes encontra-se alisado e revestido com engobe de cor vermelha. Por norma são identificados na bibliografia como pratos/testo pois poderiam ter ambas funções (Marques, Leitão e Botelho, 2013).

A cerâmica de paredes finas vermelha com decoração modelada encontra-se representada através de três exemplares que optámos por designar como púcaros por acreditarmos cumprirem a função de ingestão de água (Figura 4 E-G). O exemplar mais completo apresenta corpo largo com o bordo extrovertido e duas pequenas asas. Ainda que este objecto seja comummente utilizado no consumo de água não podemos descartar outras funcionalidades, nomeadamente o consumo de alguns alimentos. São peças comummente representadas em diversa iconografia de época, nomeadamente nos quadros de Josefa de Óbidos dando-nos indicações tanto sobre a sua funcionalidade como sobre os ambientes onde eram utilizados.

As formas até aqui mencionadas encontravam-se directamente relacionadas com a preparação, consumo ou armazenamento de alimentos. No entanto, entre os diversos objectos recolhidos destacam-se quatro que não cumprem nenhuma destas funcionalidades. Dois bordos de vasos de noite ou bispotes foram recuperados, produzidos com pastas vermelhas sem

qualquer revestimento da sua superfície. O diâmetro do bordo é de 0,198 m, no mais pequeno, e de 0,240 m, no maior. Estes achados são muito frequentes em contextos domésticos a partir do século XVI e até ao século XIX, ainda que, a partir de finais do século XVII comecem a ser frequentemente substituídos por recipientes, com a mesma funcionalidade, feitos em faiança branca. Recipientes afins foram recuperados, por exemplo, em escavação no Vale de Alcântara (Batalha e Cardoso, 2013, 128). São por normas encontrados com diferentes dimensões podendo indicar que eram de utilização exclusiva ao seu proprietário. São conhecidos pequenos objectos que se pensa terem sido utilizados por crianças.

Um dos objectos mais interessantes é certamente o recipiente, completo, cujas características o definem como um objecto de medida, não apenas pela forma, mas sobretudo pela inscrição, esgrafitada após a cozedura, que apresenta junto ao bordo (Figura 3E). Apresenta forma pseudo-cilíndrica, fundo plano e bordo rectilíneo de secção quadrangular, com um diâmetro de 0,095 m. Apresenta uma única asa, de secção sub-oval, na parte inferior do corpo. A inscrição, é muito semelhante às legendas de outras medidas encontradas na cidade de Lisboa, nomeadamente em Carnide (Caessa e Mota, 2016, 104), nas escavações do Palácio dos Marqueses de Marialva (Leitão, 2006, 210), em Alcântara (Batalha e Cardoso, 2013) e em casa pré-pombalina encontrada na Rua dos Correeiros (Viana, 2015). As inscrições destes objectos remetem essencialmente para o momento da sua aferição. À semelhança de todos os outros que se conhecem a inscrição contempla os meses de Ja[neir]o e Julho, no presente caso, parece-nos do ano de 1676. A sua capacidade foi avaliada em cerca de 1,5 litros pelo que corresponderia possivelmente uma canada.

Outra forma muito curiosa trata-se de pequeno mealheiro com a altura de 0,105 m, assente em base plana e destacada. O seu corpo globular apresenta abertura rectangular na parte superior do objecto onde seriam depositadas as moedas. Tal como seria expectável encontra-se fragmentado na parte superior. Estes pequenos objectos são frequentes a partir do século XVI e frequentemente encontrados em contextos domésticos. Exemplar semelhante foi identificado nas escavações de Carnide (Caessa e Mota, 2016, 104), mas igualmente na carga do Ria de Aveiro A (Alves *et all*, 1995).

Apenas um fragmento de cerâmica vidrada foi identificado. Parece corresponder ao bordo de um jarro com bico, semelhante a outros encontrados na presente escavação em contextos de cronologia semelhante. No entanto, a ausência de asa e bico pode indicar tratar-se apenas de um pote, ainda que com uma forma pouco comum. O bordo é extrovertido com lábio de secção semicircular e mede 0,102 m de diâmetro. O vidrado, plumbífero, de cor verde, é aderente e de excelente qualidade.

Foram recolhidos onze objectos em faiança portuguesa, nomeadamente um covilhete, uma tampa, quatro taças, quatro pratos e um candelabro.

As peças são o que se pode designar de recorrentes, sem qualquer tipo de novidade morfológica ou decorativa. As pastas, bem depuradas e homogéneas, e os vidrados aderentes, correspondem a produções de Lisboa, semelhantes ao que tem sido encontrado em contextos arqueológicos com cronologias afins, sobretudo na cidade de Lisboa ou centros urbanos circundantes (Torres, 2011; Casimiro, 2011a; Casimiro e Sequeira, 2016; Almeida, 2012; Casimiro, Barros e Gonçalves, 2016; Mendes e Pimenta, 2007).

O covilhete identificado (Figura 5A) trata-se de peça com 0,178 m de diâmetro no bordo e 0,128 m de diâmetro no fundo assente em pé anelar muito baixo. A peça em questão encontra-se decorada em azul e manganês com o que normalmente se designa de rendas. A designação desta decoração é ainda hoje discutível na medida em que ainda subsiste a dúvida se foi inspirada nas rendas em tecido, que se desenvolveram no século XVII, ou nas penas de pavão que, desde meados do século XV, decoravam a cerâmica italiana (Monteiro, 2007). Tanto formal como decorativamente esta peça não foi certamente produzida antes de 1660. De facto a decoração de rendas só se começa a registar a partir desta data, tendo um momento de maior incidência entre 1680 e 1710 (Casimiro, 2013, 365).

A decoração mais recorrente, presente em três pratos e duas taças, de diferentes dimensões, são os semicírculos concêntricos (Figura 5B, C). Esta decoração surge timidamente por volta de meados do século XVII, presente em pratos e taças, desenhada com linhas finas. A partir de 1660, sensivelmente, este tipo de decoração generaliza-se tornando-se o traço mais descuidado e largo, mantendo-se, pelo menos, até 1720. É igualmente o momento em que o consumo deste tipo decorativo se generaliza e estas peças começam a aparecer em grande quantidade não apenas em Lisboa (Batalha *et all*, 2016), mas por todo o país e suas colónias, tais como Brasil, Cabo

Verde, Angola e mesmo Macau (Gomes, 2016; Sorensen, Evan e Casimiro, 2013; Gomes, Casimiro e Gomes, 2016). Estas peças são igualmente exportadas para os parceiros comerciais com achados na Terra Nova, por exemplo. Este tipo de decoração, ainda que generalizada, é aplicada sobretudo em taças e pratos, sendo raras as outras formas que a apresentam. Os pratos recolhidos neste pequeno contexto da Rua do Arsenal apresentam a característica forma sub-troncocónica, com um diâmetro no bordo que oscila entre os 0,180 m e os 0,220 m. As duas taças que serviram de tela a esta decoração são formalmente muito distintas. Uma trata-se de peça de pequenas dimensões, hemisférica, com um diâmetro do fundo de 0,052 m, sem evidências de bordo. A outra taça, de maiores dimensões, onde o diâmetro do bordo é de 0,198 m e o do fundo de 0,109 m, assente em pé anelar, apresenta forma troncocónica e bordo extrovertido de perfil semicircular.

Uma taça, com forma hemisférica, assente em pé anelar, com 0,112 m de diâmetro no bordo e 0,058 m de diâmetro no fundo, igualmente assente em pé anelar, apresenta o interior do fundo decorado com a Espada-Cruz da Ordem de Santiago, já muito estilizada (Figura 5F). Esta é igualmente uma das decorações mais frequentes na produção de faiança na época aqui analisada. Peças afins foram sobejamente recuperadas em Lisboa, tanto em contextos de produção como de consumo de finais do século XVII, mas igualmente em contextos ultramarinos tais como Cabo Verde (Gomes, Casimiro e Gonçalves, 2012).

Uma outra taça, de pequenas dimensões, com forma troncocónica apresenta no interior do fundo pequeno elemento vegetalista, muito estilizado, uma produção característica de Lisboa com a sua identificação sobretudo nos contextos arqueológicos da primeira metade do século XVIII (Figura 5E). Este tipo de peças é muito recorrente nos contextos conotados com o Terramoto de 1755, sobretudo na cidade de Lisboa (Casimiro, 2011a).

Duas peças menos habituais foram encontradas neste contexto. Uma delas trata-se de pequena tampa com um diâmetro de 0,067 m cuja funcionalidade seria a de fechar ou pequeno recipiente tipo pote ou uma garrafa cujo diâmetro do bordo não poderia ser superior a 4 centímetros (Figura 5D). Encontra-se decorada nas cores azul e manganês com o desenho de seis elementos vegetalistas na parte superior que podem ser reconhecidos como três flores e três folhas de pequenas dimensões. Pequenas tampas em faiança são achados comuns, por norma difíceis de associar a um recipiente específico. Uma tampa com dimensões semelhantes foi recuperada nas escavações arqueológicas de Castle Street em Plymouth, ainda que outras sejam recuperadas com frequência em Lisboa e arredores (Casimiro, 2011, 85; Amaral e Miranda, 2002; Casimiro e Sequeira, 2016)

Entre os onze objectos recuperados apenas um deles não apresenta qualquer decoração. Trata-se de candelabro de pé alto onde a vela seria colocada na parte superior (Figura 5G). Estas peças não são vulgarmente identificadas nos contextos arqueológicos e até ao momento apenas uma peça semelhante foi recuperada em Lisboa, ainda que de um contexto muito mais antigo, datável de finais do século XVI, no Aljube (Clementino, *et al*. 2016, 71).

4. DISCUSSÃO

O contexto aqui abordado foi formado nos finais do século XVII ou inícios do século XVIII, acreditamos que algures entre 1680 e 1720. Esta datação foi atribuída com base na análise morfológica das peças cerâmicas, aliada à sua decoração. A faiança ali encontrada corresponde a produções normalmente datadas após 1660. No entanto o *terminus post quem* é dado pela medida onde se pode ler a data [1]676 em grafito junto ao bordo. Desconhecemos quanto tempo poderia ter esta medida de capacidade ter sido utilizada antes do seu descarte, no entanto é provável que o tenha sido durante alguns anos, visto que aquelas seriam partidas quando já não cumprissem a sua funcionalidade (Viana, 2015, 58).

Todos os objectos identificados correspondem a produções de Lisboa, ilação retirada através da análise macroscópica das pastas, tanto da cerâmica vermelha como da faiança, mas igualmente das formas que se traduzem nas tipologias que sabemos serem produzidas na cidade nesta época.

Este contexto, curiosamente, não continha nenhuma importação, algo raro nos contextos modernos lisboetas. Esta ausência remete-nos para o facto de se tratar de um contexto doméstico, cujos objectos se relacionam directamente com o quotidiano, a maior parte relacionados com a preparação e consumo de alimentos. A confecção dos alimentos era feita no interior das panelas e tachos. A abundância destes objectos é sempre superior aos demais recipientes, evidência já confirmada arqueologicamente, mas também documentalmente, através na aná-

lise de diversos livros de cozinha. A preparação de alimentos era feita sobretudo em panelas e tachos, mas também em frigideiras ou *tigelas de fogo*, ainda que nenhuma tenha sido aqui recuperada (Casimiro, Boavida e Detry, 2017).

Grande parte dos objectos correspondia ao que podemos designar de louça de servir, com diversos pratos e taças, com diferentes formas e tamanhos. A funcionalidade destes objectos encontra-se atestada não apenas através da documentação onde a comida vai à mesa sobretudo em pratos e taças, mas também através de diversas representações iconográficas, desde os já muito conhecidos primitivos portugueses onde as peças cerâmicas são apresentadas nas suas funcionalidades, como através das naturezas mortas de Josefa d'Óbidos. O consumo de alimentos em recipientes de louça vermelha era feito em pratos e taças, aqui representados com três objectos. A maior parte dos recipientes que cumpriam esta funcionalidade eram efectivamente em faiança decorada. A decoração aqui representada, nomeadamente as rendas e semicírculos concêntricos corresponde ao que seria mais comum nesta época. Os habitantes de Lisboa teriam à mesa louça azul, branca e violeta, decorada com diferentes motivos.

A presença de apenas um fragmento de louça revestida a vidrado de chumbo, correspondendo ao bordo de um jarro, não é de todo estranha. Quando comparada com a quantidade de louça não vidrada ou faiança nos contextos arqueológicos, os vidrados plumbíferos são sempre em menor número.

A presença de louça modelada nos contextos arqueológicos carece ainda de muita investigação. Ainda que a sua presença e publicação seja frequente, desconhecemos se aquela se encontrava relaciona com casas mais abastadas. A sua publicação encontra-se sobretudo associada a contextos tais como palácios e conventos (Gomes et all, 2013) e, na verdade, menos frequente em contextos domésticos mais modestos (Casimiro, 2011a). Poderá isto indicar que estamos perante uma produção de elevado valor?

Os poucos objectos não relacionados com a preparação, armazenamento ou serviço de bens alimentares eram uma presença constante em ambientes domésticos, pelo que a sua presença não é, de todo, estranha. Os vasos de noite eram objectos recorrentes nos ambientes domésticos e, mesmo pensando que seriam essencialmente utilizados nos quartos não nos podemos esquecer que os mesmos seriam despejados nas áreas de serviço. Por outro lado, as reduzidas dimensões do mealheiro fazem-nos acreditar que o mesmo poderia ser transportado facilmente num bolso ou mala e não se encontraria estacionado. A sua presença também não nos parece despropositada no contexto aqui apresentado.

Como mencionado, um dos objectos mais interessante trata-se da medida sobretudo pelo facto de ser um marcador cronológico fundamental. No entanto a pergunta impõe-se. Porquê uma medida de capacidade, devidamente aferida, num ambiente doméstico? A recuperação destes objectos deveria estar relacionada exclusivamente com ambientes comerciais, nomeadamente lojas. No entanto, a maior parte dos objectos que se conhece com estas características foram recuperados em contextos de lixos produzidos em casas, nomeadamente a medida encontrada na Rua dos Correeiros, no Vale de Alcântara ou mesmo Carnide, esta última datada de 1622. Será que podiam ser estes recipientes utilizados nas cozinhas como se de um copo medidor se tratasse? Quando analisamos os livros de cozinha dos séculos XVII e XVIII não é rara a menção a medidas padronizas utilizadas na elaboração de receitas. Poderiam estes recipientes ter uma funcionalidade para além da comercial?

5. CONCLUSÃO

O contexto 543 escavado no número 148 da Rua do Arsenal é essencialmente um contexto de formação doméstica. Algures durante o tempo de vida das Casas Nobre do Infantado houve possivelmente a necessidade de preencher um buraco no chão e recorreu-se, para isso, a lixo doméstico. Pouco se pode afirmar acerca das razões que levaram à formação daquele pequeno contexto, no entanto, podemos certificar com certeza que a sua formação ocorreu antes do Terramoto de 1755.

Este pequeno conjunto de materiais está longe de reflectir toda a riqueza material que uma casa nobre possuía. Para o presente caso essa encontra-se atestada em outros contextos que serão em breve publicados. Aqui podemos apenas observar um pequeno conjunto que foi utilizado nas actividades mais elementares de qualquer ambiente doméstico de época moderna o que se traduz essencialmente na preparação e consumo de alimentos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Mariana (2012) – *Convento de Jesus (Setúbal) Arqueologia e História: Faiança decorada*, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado, não publicado).

ALVES, Francisco; RODRIGUES, Paulo; GARCIA, Catarina; ALELUIA, Miguel (1995) – A Cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV Ria de Aveiro A e da zona da Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar *in Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 185-210.

AMARAL, Maria; MIRANDA, Tiago (coord.) (2002) – *De Olisipo a Lisboa: A Casa dos Bicos (catálogo da exposição da Casa dos Bicos*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

AMARO, Clementino; FILIPE, Vanessa; HENRIQUES, José Pedro; MANSO, Cláudia (2016) – Faiança quinhentista recuperada num compartimento da antiga prisão do Aljube, Lisboa, *in* GOMES, Rosa Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel; GOMES, Mário Varela (eds.) *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*, Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, pp. 67-78.

BARREIRA, Paulo; DÓRDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo (1995) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII *in Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 145-184.

BATALHA, Luísa; CARDOSO, Guilherme; NETO, Nuno; REBELO, Paulo; SANTOS, Raquel (2016) – Portuguese faience found at 10 Buenos Aires Street Pits – Lisbon (17th--18th centuries) *in* GOMES, Rosa Varela.; CASIMIRO, Tânia Manuel; GOMES, Mário Varela (eds.) *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th--19th centuries)*, Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, pp. 27-38.

BATALHA, Luísa; CARDOSO, Guilherme (2013) – Poço seiscentista no Vale de Alcântara (Santa Isabel, Lisboa, in *Emerita – Estudos de Arqueologia e Património Cultural*, número 1, pp. 113-140.

CAESSA, Ana; MOTA, Nuno (2016) – A Arqueologia em Carnide e a intervenção arqueológica no Largo do Coreto. *Rossio – Estudos de Lisboa*, 6. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 96-107. Disponível em *https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/ revista_de_estudos_olisiponense_ro* (consultado em Junho 2017).

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1999) – Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVIII e XIX encontradas em Cascais *in Arqueologia Medieval*, 6. Porto, pp. 193-212.

CASIMIRO, Tânia Manuel (2011) – *Portuguese Faience in England and Ireland*, British Archaeological Reports. Oxford: Archaeopress.

CASIMIRO, Tânia Manuel (2011a) – Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa *in O Arqueólogo Português*, série 5, volume 1. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 689-726.

CASIMIRO, Tânia Manuel (2013) – Faiança Portuguesa: datação e evolução crono-estilística, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, número 14, Lisboa: Direcção Geral Património Cultural, pp. 355-373.

CASIMIRO, Tânia Manuel; BARROS, Luís; GONÇALVES, Joana (2014) – Faiança Portuguesa em Almada (séculos XVI-XVIII), in *Anais de Almada*, número 17, Almada: Câmara Municipal de Almada pp. 195-208.

CASIMIRO, Tânia Manuel; BOAVIDA, Carlos; DETRY, Cleia (2017) – Cozinhar e comer: cerâmicas e alimentação em Carnide (1550-1650) in MARTINEZ, João Carlos Senna; MARTINS, Ana; MELO, Ana; CAESSA, Ana; MARQUES, António; CAMEIRA, Isabel (eds.) Diz-*me o que comes... alimentação antes e depois da cidade*, Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, pp. 110-121.

CASIMIRO, Tânia Manuel; SEQUEIRA, João Luís (2016) – Faiança Portuguesa dos séculos XVI-XVIII recuperada no Tejo), in *Cira Arqueologia*, número 6, Vila Franca de Xira: Museu Municipal Vila Franca de Xira, pp. 260-273.

COELHO, Inês Pinto.; BUGALHÃO, Jacinta (2015) – Cerâmica in BUGALHÃO, Jacinta (coord.) *Uma casa pré--pombalina na baixa lisboeta. Núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros*, Lisboa: Centro de História de Além-Mar FCSH / UNL e UAç, pp. 31-54.

DIOGO, António Dias.; TRINDADE, Laura (1995) – Duas novas intervenções arqueológicas em Lisboa (Rua da Madalena e Rua do Ouro). R*evista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, 2. Lisboa, pp. 63-75.

DIOGO, António Dias; TRINDADE, Laura (1995a) – Cerâmicas de Lisboa provenientes de contextos datados. Materiais de uma lareira de cozinha destruída pelo terramoto de 1755 in *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 163-170.

DIOGO, António Dias; TRINDADE, Laura (1995b) – Intervenção arqueológica na Rua João do Outeiro, nº 36-44, na Mouraria, em Lisboa *in Actas das 2as Jornadas de Cerâmicas Medievais e Pós-Medievais, métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 257-266.

DIOGO, António Dias; TRINDADE, Laura (1998) – Cerâmicas da época do terramoto de 1755 provenientes de *Lisboa in Actas das 2as Jornadas de Cerâmicas Medievais e Pós--Medievais, métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 349-354.

GOMES, João Pedro (2016) – Portuguese faience in Praça da Sé – Salvador da Bahia (from late 16th to Early 18th century) *in* GOMES, Rosa Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel; GOMES, Mário Varela (eds.) *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*, Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, pp. 315-322.

GOMES, Mário Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel; GONÇALVES, Joana (2012) – *Espólio do Naufrágio da Ponta do Leme Velho (Ilha do Sal, Cabo Verde). Contributo para a Arqueologia da Expansão*, Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências.

GOMES, Rosa Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel; GOMES, Mário Varela (eds.) *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*, Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela; ALMEIDA, Mariana; BOAVIDA, Carlos; NEVES, Dário; HAMILTON, Kirsten; SANTOS, Carolina (2013) – Convento de Santana (Lisboa). Estudo preliminar do espólio da fossa 7, in Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C. (eds.) *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1057-1065.

LEITÃO, Vasco (2006) – Copa e área de Serviço do Palácio dos Marques de Marialva, in Património Estudos, número 9, Lisboa, pp. 207-2012.

MARQUES, António; LEITÃO, Eva; BOTELHO, Paulo (2013) – Rua do Benformoso 168/186 (Lisboa – Mouraria-Intendente, *in* TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José António (coord.) *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, 1 (ArqueoArte 1). Lisboa: Centro de História de Além-Mar FCSH/UNL e UAç, pp. 123-134.

MONTEIRO, Paula (2007) – Rendas de cobalto, motivo decorativo na faiança do século XVII, *Revista de Artes Decorativas*, nº 1, Porto: Citar, pp. 183-192.

MENDES, Henrique; PIMENTA, João (2007) – *Contexto quinhentista das escavações do Museu do Neo-realismo*, Vila Franca de Xira: Câmara Municipal Vila Franca de Xira.

SABROSA, Armando; SANTO, Paulo Espirito (1992) – Almada Medieval/Moderna – um projecto de investigação. *Almadan*. Almada. 2.ª série. n.º 1, pp. 5-12.

SILVA, Rodrigo; GUINOTE, Paulo (1998) – *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos – Roteiro Arqueológico e Documental dos Espaços e Objectos*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

SILVA, Ricardo Costeira (2015) – *O Museu Nacional Machado de Castro – um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco*. Dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Coimbra (texto policopiado, não publicado).

SORENSEN, Marie Louise, EVANS, Chris and CASIMIRO, Tânia Manuel (2013) – Pottery in Cidade Velha – Cabo Verde, *in* TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José António (coord.) *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, 1 (ArqueoArte 1). Lisboa: Centro de História de Além-Mar FCSH/UNL e UAç, pp. 813-820.

TORRES, Joana (2011) – *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise de cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, FCSH-UNL, Lisboa (texto policopiado, não publicado).

TRINDADE, Laura; DIOGO, António Dias (1997) – Intervenção arqueológica na Travessa da Madalena, nº 18 (Lisboa). *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, 2. Lisboa: pp. 67-80.

TRINDADE, Laura; DIOGO, António Dias (2003) – Cerâmicas de barro vermelho de entulhos do terramoto de 1755 provenientes da sondagem 14 da Rua dos Correeiros, em Lisboa in *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e pós Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 285-293.

VIANA, Mário (2015) – Dois recipientes de medida para líquidos de cerâmica in BUGALHÃO, Jacinta (coord.) *Uma casa pré-pombalina na baixa lisboeta. Núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros*, Lisboa: Centro de História de Além-Mar FCSH/UNL e UAç, pp. 31-54.



Figura 1 – Compartimento 4 e algumas peças no momento da escavação.

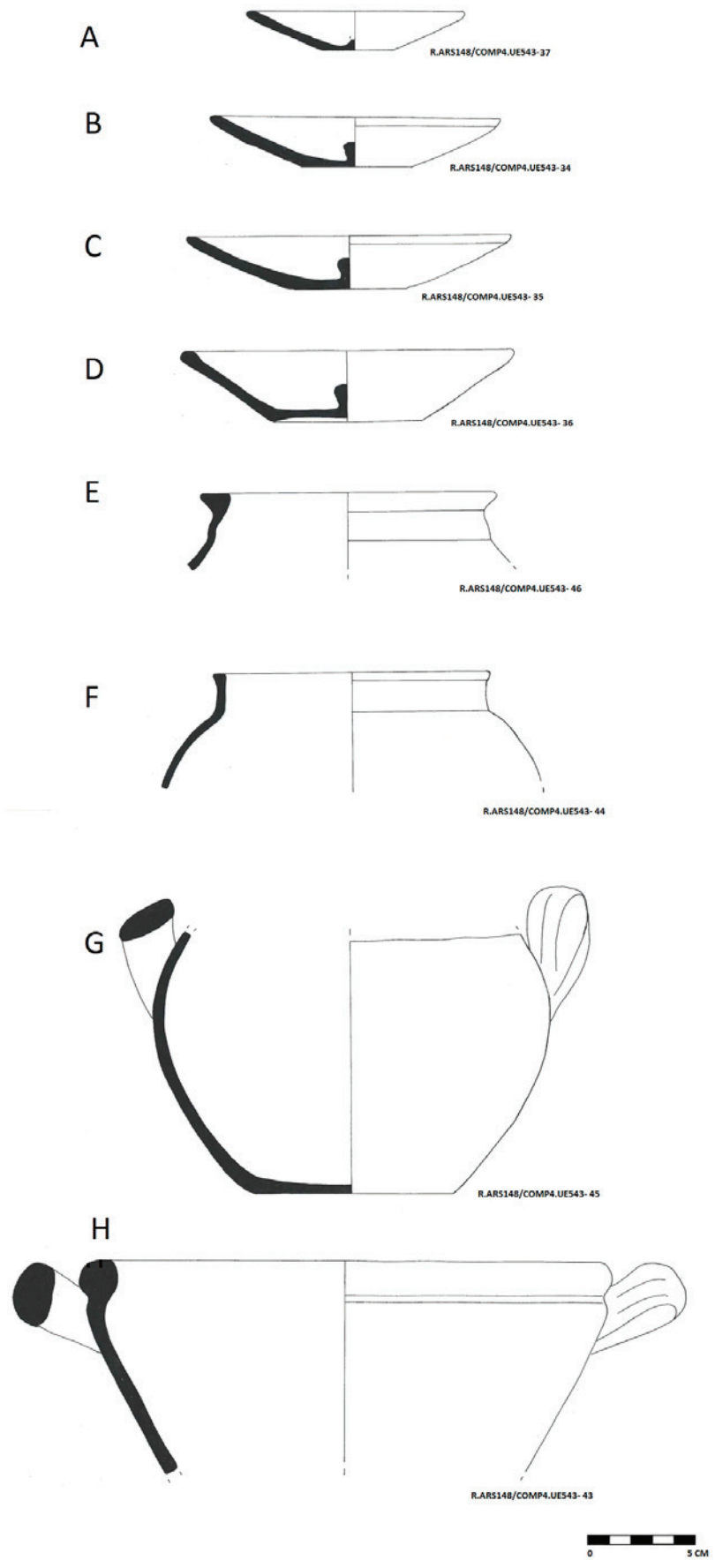


Figura 2 – Louça de cozinha

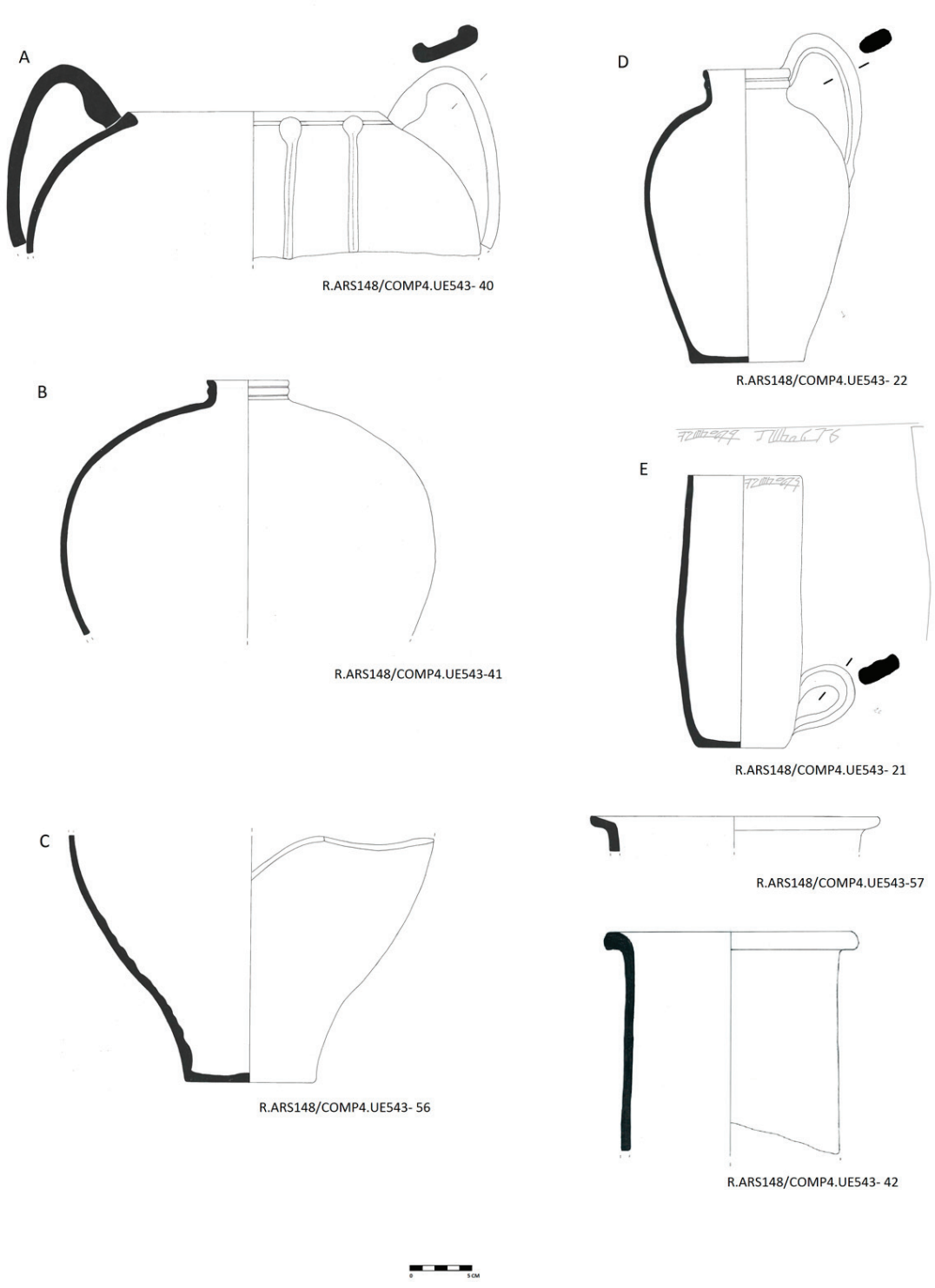


Figura 3 – Louça de armazenamento.

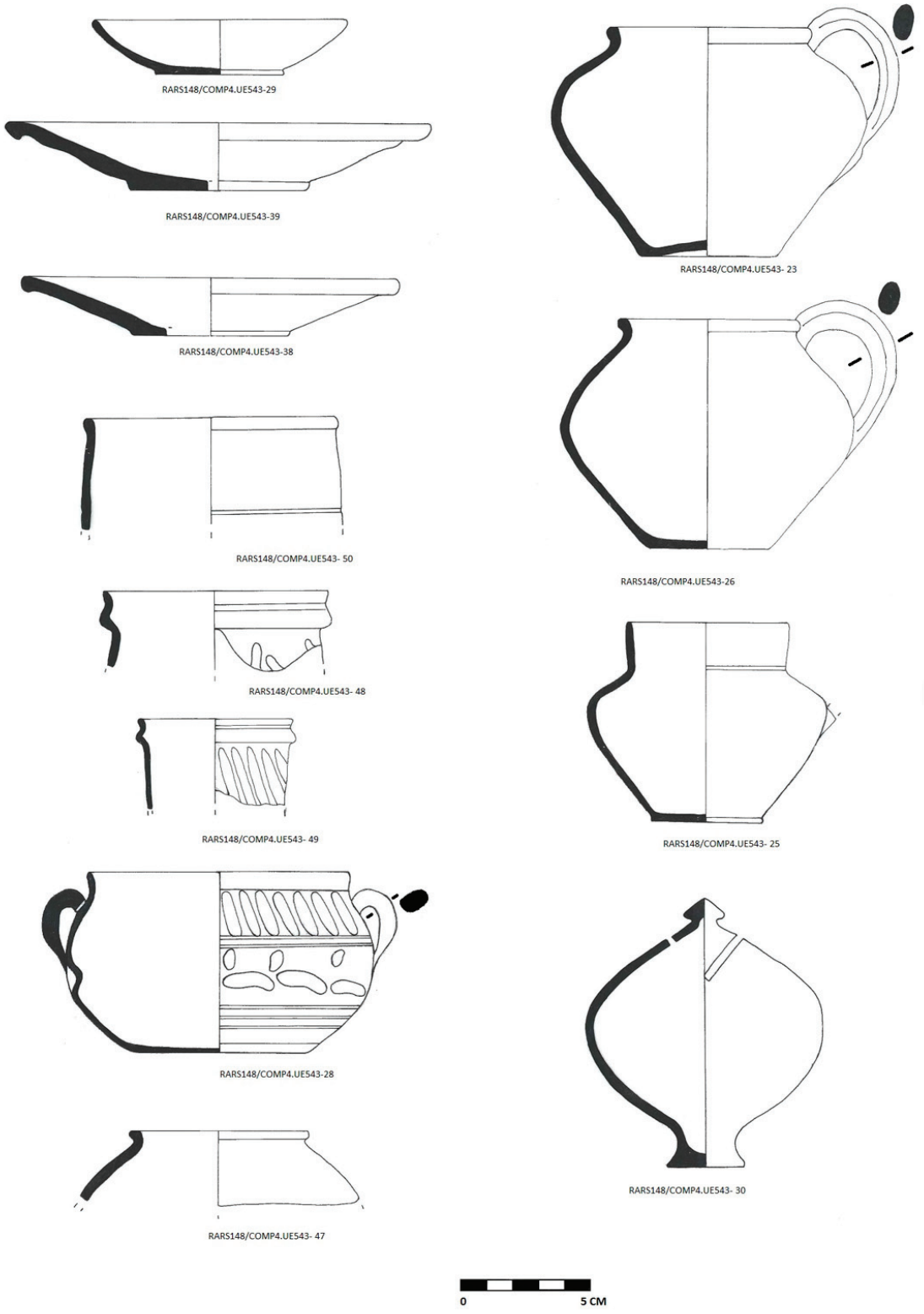


Figura 4 – Taças e púcaros.

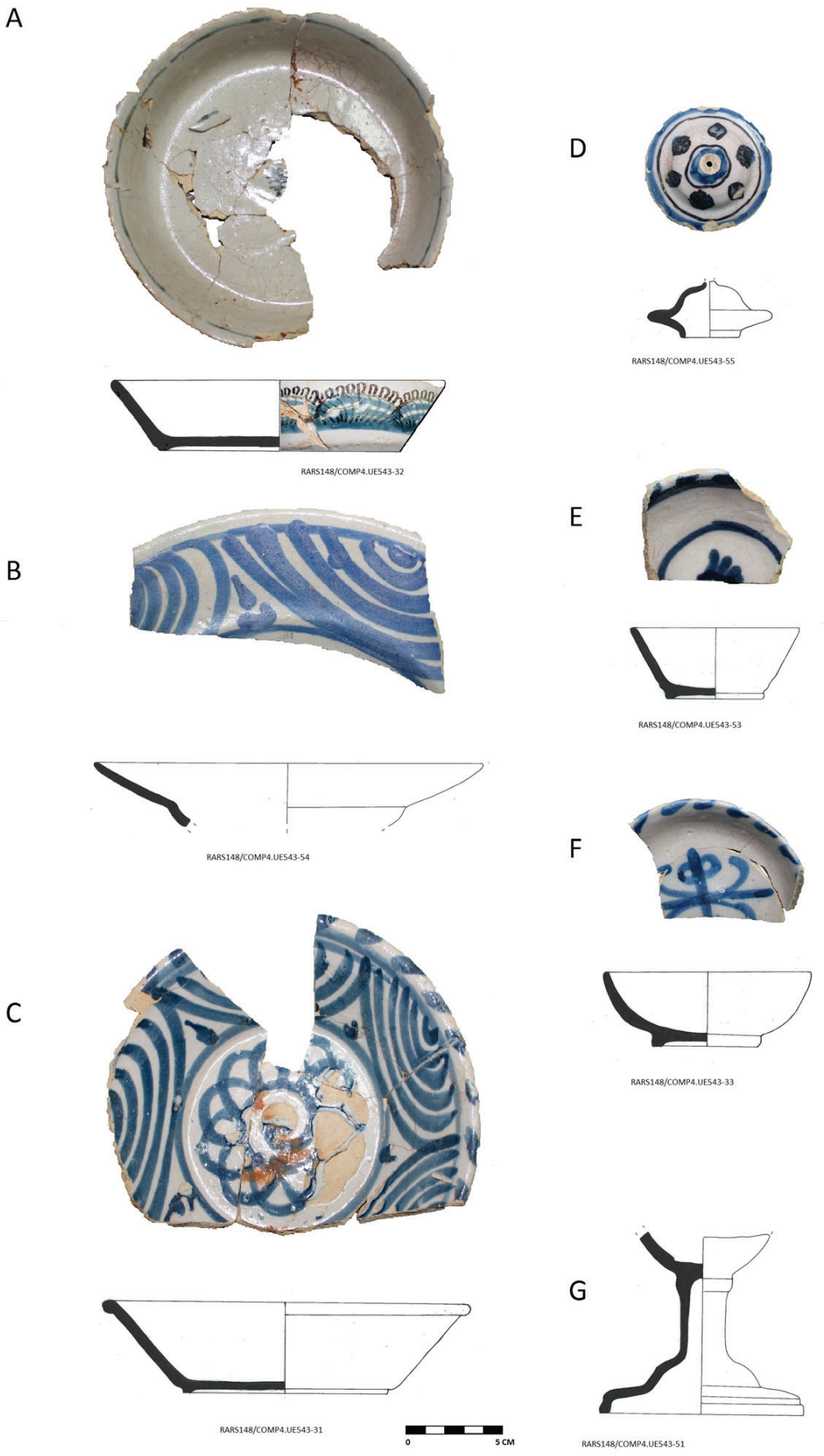


Figura 5 – Objectos em faiança.

		Completo	Bordos	Fundos	Asas	Bojos
CC	Panelas		2	12	6	50
CC	Tachos		1	6	1	35
CC	Testos	4		2		
CC	Cântaros		1	5	1	50
CC	Bilha	1				
CC	Prato	2				
CC	Taça	2				
CC	Púcaros	5	5	7		19
CC	Medida	1				
CC	Mealheiro	1				
CC	Vaso de noite		2			
CV	Pote		1			
FP	Taça	3				
FP	Covilhete	1				
FP	Prato		1	1		2
FP	Tampa	1				
FP	Candelabro	1				

Tabela 1 – Número de fragmentos.

OS POTES *MARTABAN* PROVENIENTES DA ANTIGA RIBEIRA VELHA, LISBOA

Mariana Mateus[1], Inês Simão[2], Filipe Oliveira[3], Rita Souta[4]

RESUMO

A intervenção arqueológica da primeira fase dos trabalhos de construção de um novo parque de estacionamento no Campo das Cebolas, em Lisboa, ofereceu um importante conjunto de contextos preservados, representando os diversos níveis de ocupação desta área da cidade, nomeadamente, entre os séculos XVI e XX.

Os níveis arqueológicos mais antigos correspondem à sobreposição de depósitos relacionados com o assoreamento natural da frente-rio, intercalados com os processos de aterro conectados com a evolução urbanística da frente ribeirinha, que se fizeram sentir com mais intensidade desde o reinado de D. Manuel I.

O seu interesse arqueológico está essencialmente marcado pela presença abundante de materiais arqueológicos, deixando-nos uma importante coleção de materiais quinhentistas, com diversas origens, entre as quais se contam alguns fragmentos de potes tipo *martaban*.

Palavras-chave: Potes *martaban*, Ribeira Velha, Campo das Cebolas, Lisboa.

ABSTRACT

The archaeological intervention of the first stage of construction of the new parking lot in Campo das Cebolas, in Lisbon, confirmed an important set of preserved contexts that characterize diverse levels of occupation of this area, between the 16th and the 20th centuries.

The oldest archaeological levels correspond to the overlap of deposits related to the natural silting of the waterfront, interleaved with the process of landfill, associated with the intense urbanistic development of the waterfront, since the reign of D. Manuel I.

Their archaeological value is mostly marked by the presence of archaeological materials, living us with an important collection of the 16th century materials, with diverse provenances, including several fragments of *martaban* jars.

Keywords: *Martaban* jars, Ribeira Velha, Campo das Cebolas, Lisbon.

1. INTRODUÇÃO

As obras de requalificação da área urbana do Campo das Cebolas, em Lisboa, bem como a construção de um novo parque de estacionamento neste local, implicaram a afectação de áreas de elevado potencial arqueológico (Figura 1).

De uma forma geral, a escavação realizada nesta fase permitiu identificar contextos associados à utilização do Campo das Cebolas como área portuária e sua posterior desativação, entre os séculos XVII e XX. Foi possível identificar a área de margem de rio, delimitada por um robusto paredão de cais que corresponde ao Cais da Ribeira Velha, usado durante o século XVIII e XIX, assim como vestígios de antigos equipamentos portuários associados a este cais. Identificou-se ainda um relevante conjunto de níveis de aterro contemporâneo, na área de implantação do futuro parque, que correspondem à desativação do referido Cais da Ribeira Velha. Através da realização de um grande aterro sobre a margem do Tejo, realizado em finais do século XIX, foi possí-

1. ERA – Arqueologia, S.A.; marianamateus@era-arqueologia.pt

2. ERA – Arqueologia, S.A.; inessimao@era-arqueologia.pt

3. CHAM – FCSH – UNL; ERA – Arqueologia, S.A; filipeoliveira@era-arqueologia.pt

4. ERA Arqueologia, S.A.; ritasouta@era-arqueologia.pt

vel conquistar mais terreno ao rio, possibilitando a construção da nova Doca da Alfândega, atual Doca da Marinha.
Foi assim possível obter uma leitura diacrónica da evolução urbana desta frente ribeirinha lisboeta, com contextos que representam cinco grandes momentos ocupacionais entre os séculos XVI e XX: uma primeira fase, correspondente a contextos com uma cronologia aproximada do século XVI, associados essencialmente a níveis de assoreamento do rio; a segunda fase, relacionada com contextos com uma cronologia genérica entre o século XVII e a 1ª metade do século XVIII, com a instalação do Mercado da Ribeira Velha e do Forte da Ribeira nesta área da cidade; a terceira fase, correspondente aos contextos modernos associados à reconstrução pombalina da cidade, ocorrida após o terramoto de 1755; quarta fase, relacionada com os contextos contemporâneos associados às obras de remodelação do Porto de Lisboa, incluindo o aterro da Doca da Ribeira Velha, ocorridos entre o último quartel do século XIX e o início do século XX; por último, quinta fase, correspondente aos contextos mais recentes, contemporâneos, constituídos por um conjunto de infraestruturas de subsolo, assim como, por algumas estruturas associadas à remodelação do espaço urbano, decorridas durante o século XX.
Os contextos mais antigos do Campo das Cebolas representam, assim, um vislumbre do impacto da Expansão Portuguesa na cultura material lisboeta e europeia quinhentista. Este traduziu-se na criação de um sistema mais alargado de contactos comerciais, baseado no tráfego transoceânico de grande distância, mas alicerçado nas antigas redes comerciais e estruturas produtivas já estabelecidas antes da sua chegada, que nas mãos de mercadores muçulmanos e chineses asseguravam o contacto e o comércio entre entidades tão afastadas como a China Ming, o sub-continente indiano, o Egipto Mameluco e a Sereníssima República de Veneza (Boxer, 2001: 57-59).
Obrigatoriamente, estes processos, eminentemente comerciais, traduziram-se numa mudança da cultura material ao longo desta rede, com peças e produtos emanando das novas paragens a fluírem ao porto de Lisboa, e daí para múltiplos pontos da Europa.
Neste artigo vamos debruçar-nos sobre um conjunto de fragmentos pertencentes a potes orientais de grandes dimensões, a sua origem e significado neste contexto.

2. OS POTES ORIENTAIS – *MARTABANS*

O termo *martaban* é genericamente usado para definir um grande conjunto de vasilhas cerâmicas provenientes do Sudeste Asiático, normalmente potes altos de perfil ovóide, produzidos em grés de tonalidade cinzenta, revestidos com espesso vidrado de tom castanho ou verde escuro (Simões, 2009: 87-92). A heterogeneidade daqui resultante significa que sob o mesmo conceito se agrupam materiais provenientes de pontos geográficos distintos e, por vezes, com cronologias de produção e uso bastante variadas.
A palavra deriva do nome da cidade portuária de Martaban situada na Baía de Bengala, no actual Myanmar (Simões, 2015: 254-255), conhecida pela produção de grandes recipientes cerâmicos, sendo que o seu nome terá, a partir do XVI, se tornado sinónimo das produções oleiras comuns a toda esta região.
Aquando da chegada dos portugueses no século XVI, a Indochina apresentava uma longa tradição de produção de grandes recipientes cerâmicos, datando no mínimo do século VII-VIII (Gutman, 2001: 108). No entanto, é com o ressurgir das rotas comerciais entre China e Índia, a partir do século XIV, e o sequente florescimento de inúmeros portos e entrepostos no atual Camboja e Myanmar (*ibidem*, 2002: 111-112), que estas produções terão ganho preponderância.
O desenvolvimento de novas entidades políticas, como o Reino de Authyia e de Pegu, estabilizou a região (Campos, 1983: 41-42) e permitiu o rejuvenescer das antigas rotas comerciais terrestres e marítimas, que nas mãos de comerciantes muçulmanos, e mais tarde, dos portugueses, unem a China Ming com o continente europeu.
Neste contexto, os centros oleiros locais encontram mercado para as suas vasilhas, colmatando as necessidades dos mercadores por recipientes de grandes dimensões, resistentes e estanques, capazes de aguentar a viagem transoceânica.
Curiosamente, no que concerne à sua função de vasilhas de transporte, notamos que nas fontes lhes são atribuídos conteúdos de naturezas distintas: desde simples contentores de água, óleos e vinhos «*São levadas em tamanha quantidade porque na Índia são usadas em todas as casas e navios em vez de barris, que lá não há, a não ser os que vêm de Portugal. Por isso, usam em seu lugar estas jarras que*

guardam óleo, vinho, água e coisas semelhantes, pois conservam-nos muito bem e são uma grande comodidade para o viajante. Muitas delas são também levadas para Portugal, pois usam-nas nas naus da carreira da Índia para guardar água, azeite, etc.» (Pos e Loureiro, 1997: 179); mas também produtos como especiarias e conservas de sal (Gutman, 2001: 112).

Esta heterogeneidade de conteúdos está possivelmente relacionada com a versatilidade destes contentores, fruto das suas características físicas, mas poderá igualmente derivar do grande número de distintos recipientes que foram historicamente associados a este conceito.

A natureza hiper-decorada de algumas destas peças poderá indiciar que a importação destes recipientes poderia estar associada aos gostos portugueses e europeus, por recipientes vidrados em tonalidades verdes escuras (Simões, 2015: 260).

Duarte Barbosa, na sua descrição do reino de Pegu, e das suas relações comerciais com a Índia e Indonésia descreve: «*In this town of Martaban are made very large and beautiful porcelain vases, and some of glazed earthenwares of a black color, which are highly valued among the Moors, and they export them as merchandize.*» (Gutman, 2001: 113). A descrição que Duarte Barbosa faz destes vasos é típica dos inícios do século XVI, no qual o termo porcelana era empregue de forma indiscriminada para diferentes formas de cerâmica asiática. No entanto, é mais curiosa a sua referência aos potes, definindo-os como «*[. . .] cerâmicas revestidas com vidrados de cor preta [. . .]*» apreciados e exportados pelos mercadores muçulmanos por si só.

Este gosto não é exclusivo aos portugueses de Quinhentos, sendo que já no século XVII (1610) Pyrard de Laval descreve os martabans como sendo «*[. . .] the most beautiful, best glazed and made jars I have seen anywhere. There are some that hold as much as a pipe [1 pipe = 2 hogshead = 105 gallons approximately], or more. They are made in the Kingdom of Martaban, from where they are brought and from where they take their name throughout India.*» (GUTMAN, 2001: 114).

3. POTES *MARTABAN* RECOLHIDOS NO CAMPO DAS CEBOLAS

No decorrer dos trabalhos no Campo das Cebolas foram recolhidos 131 fragmentos – que correspondem a 125 *NMI* – de vasilhas que associamos a *martabans*[5]. Este conjunto apresenta pastas bastante compactas e homogéneas que contêm elementos não plásticos em abundância, nomeadamente, cerâmica moída – chamota – óxidos de ferro e outros elementos minerais de uma forma quase constante. Foi possível fazer a observação de cinco grupos distintos de pastas, onde se verificou a presença de 72 peças (57,6%) produzidas numa argila de cor cinzenta, correspondentes ao Grupo I; 6 peças (4,8%) fabricadas numa argila cinzenta acastanhada (Grupo II); 9 peças (7,2%) produzidas numa pasta vermelha acastanhada (Grupo III); 6 peças (4,8%) fabricadas numa argila bege acinzentada (Grupo IV); 32 peças (25,6%) produzidas numa pasta cinzenta rosada (Grupo V).

Como é possível observar em todos os fragmentos, eram peças fabricadas a torno, onde todas apresentam estrias da modelação na superfície interior. No que respeita ao tipo de cozedura e ambientes de arrefecimento, são peças sujeitas, na sua maioria, a uma cozedura e arrefecimento em contexto redutor. Estas peças, devido às suas grandes dimensões e peso, eram preparadas a partir de moldes, fabricadas em porções e que no final, depois de juntas, formariam uma única peça (Simões, 2009: 90; Coelho, 2008: 73). O grés cerâmico tem como principal característica a sua resistência, concedida pelos tipos de argila de grão duro em que é produzida. Este tipo de pasta contém ainda quartzo e feldspato, que ao atingir elevadas temperaturas durante a cozedura – cozidas a altas temperaturas, cerca de 1100ºC – é conferida à peça maior solidez e impermeabilidade. Nos fragmentos CCLX16/[13021]/050 e CCLX16/[1265]/143 é possível observar ainda a existência de pequenos sulcos marcados na superfície interna, possivelmente relacionados com o acondicionamento da mercadoria nos recipientes com a pasta ainda húmida no interior (Figura 2).

No conjunto observado, os fragmentos apresentam

5. Os fragmentos foram previamente lavados, dispostos e colados sistematicamente. De seguida, procedeu-se à contabilização dos fragmentos por unidade estratigráfica para, posteriormente, calcular o Número Mínimo de Indivíduos – NMI – norteado pelos pressupostos avançados por Clive Orton. Atendendo às características do conjunto, o número de bordos registados incidiu no NMI. A análise dos contentores cerâmicos recolhidos no Campo das Cebolas contemplou, quando possível, a determinação dimensional da peça (diâmetro) e respetivo registo gráfico dos fragmentos que considerámos mais singulares.

apenas uma das superfícies vidradas, onde foi possível concluir que predominam os vidrados de cor preta melada, visíveis em 31 fragmentos (24,8%); o vidrado castanho melado em 28 fragmentos (22,4%), o vidrado preto presente em 21 fragmentos (16,8%), o vidrado verde em 16 fragmentos (12,8%), o vidrado castanho rosado em 11 fragmentos (8,8%), o vidrado verde acastanhado presente em 11 fragmentos (8,8%) e, por último, e em menor percentagem, o vidrado de cor castanha em 7 fragmentos (5,6%) (Figura 3).

Esta análise permitiu-nos concluir que foram recolhidas peças tipo *martaban* em maior número na vala 13, seguida da vala 1 e, por último, na vala 10, o que se justifica em parte, por ser uma das zonas intervencionadas onde se registou maior número de estruturas positivas e negativas e uma menor quantidade de espólio artefactual. O grupo I, relativo às peças fabricadas numa pasta cinzenta, encontra-se presente em maioria neste conjunto, variando dentro deste, os grupos de vidrado.

De uma forma geral, os vidrados que cobrem as superfícies das peças são, em grande parte, brilhantes, bastante aderentes e espessos. É também possível observar que as marcas de escorrência de vidrado na superfície interna da peça estão presentes na maior parte dos fragmentos (Figura 2), o que acontece com todos os bordos analisados e em alguns fragmentos pertencentes à zona do colo e ombro, como é exemplo o fragmento CCLX16/[1283]/160. Esta questão, assim como a própria orientação do vidrado, permitem apreender que o mesmo seria aplicado nas superfícies externas, a partir do arranque do bordo, preenchendo apenas 2/3 das peças (Simões, 2009: 21). Esta aplicação do vidrado teria como finalidade, não só a impermeabilidade da mesma e a possibilidade de armazenar produtos líquidos ou sólidos no seu interior – o que evitaria a humidade sentida nos porões dos navios – mas também conferir à peça maior resistência e durabilidade durante o processo de viagem. O vidrado apenas em 2/3 das peças, sobretudo na área central onde os potes estariam em maior contacto uns com os outros, *poderia evitar que os contentores estalassem ou se partissem com os embates causados por eventuais balanços durante o transporte* (Simões, 2009:95).

No que respeita às características formais do conjunto estudado, é possível determinar – através da análise do fragmento CCLX16/[limp.10165]/274 (Fig.10) – que estes potes seriam de perfil globular, com bordos exvertidos (CCLX16/[1211]/176; CCLX16/[13017]/232; CCLX16/[13055]/238; CCLX16/[13021]/199 (Figura 4), com o lábio de secção semicircular e com um ressalto no interior. Estas características, tanto a orientação do bordo como o ressalto no interior, podem indicar que estas peças seriam possivelmente tapadas com materiais perecíveis como tecidos, madeira, pele ou cerâmica (Coelho, 2008, 72).

No que diz respeito às asas, estas são, na sua grande parte, as designadas asas de fita e apresentam duas orientações distintas: asas horizontais (como no caso da peça CCLX16/[13021]/050) e asas dispostas na diagonal (CCLX16/[1283]/160), na sua maioria de secção retangular. Apesar dos diferentes tipo de asas, é possível perceber que todas foram aplicadas e reforçadas externamente, sendo muitas vezes possível observar as marcas de pressão dos dedos do oleiro na peça (como no caso da CCLX16/[1283]/152). Desta forma, a utilidade destas asas não seria a de suspensão – tendo em conta o facto de serem aplicadas e muitas das vezes de pequenas dimensões – porém, poderiam ser uma maneira de prender os grandes potes entre eles durante o transporte com algum tipo de corda e/ou segurar uma possível tampa, como já acima referido (Simões, 2009: 95).

Relativamente às técnicas de decoração presentes neste conjunto, podemos distinguir as decorações com aplicações plásticas – caneluras e aplicações circulares – decorações incisas e, apenas num caso, uma decoração estampilhada. No caso das aplicações plásticas é possível observar fragmentos com uma canelura disposta horizontal e/ou verticalmente, outras com aplicações circulares com ambas as orientações e, ainda, peças com os dois tipos de decoração dispostas de diferentes formas. Estas aplicações, que contornavam toda a peça, eram colocadas normalmente num tipo de argila e vidrado de tipo e coloração distintos. Apenas em 2 fragmentos é possível observar uma ou duas linhas horizontais incisas (CCLX16 [10252]/257; CCLX16[13020]/204) (Figura5).

Para uma análise quantitativa dos *NMI* que apresentam algum tipo de decoração, procedeu-se à sua divisão em dois grandes grupos: Grupo 1, relativo às aplicações plásticas de caneluras, com dois sub-grupos relativos aos tipos de decoração: "simples", referente às caneluras dispostas na horizontal e na vertical e "mista", relacionada com a aplicação das caneluras juntamente com as aplicações plásticas circulares (estilo conta); e Grupo 2 relativo ao tipo de decoração incisa.

Relativamente ao Grupo 1, no sub-grupo das deco-

rações "simples", foram identificados 11 fragmentos decorados com caneluras simples, aplicadas na horizontal, na zona do ombro; 3 fragmentos com canelura simples, disposta na vertical, na zona do ombro e 1 fragmento com canelura horizontal e vertical, formando um "T" na zona do bojo. O sub-grupo das decorações "simples" representa 12% do total dos fragmentos analisados. No que concerne às decorações "mistas" do Grupo 1, foram identificados 6 fragmentos com vários tipos de disposição dos elementos plásticos. Foi registado 1 fragmento de bojo decorado com uma canelura simples, disposta na vertical, com duas aplicações plásticas circulares a ladear esta canelura na zona do bojo. Foram registados 2 fragmentos de ombro decorado com canelura simples com três aplicações plásticas circulares abaixo desta, disposta na horizontal; 2 fragmentos de ombro decorado com canelura dupla, formando uma banda, com duas aplicações plásticas circularem no interior. Por fim, foi identificado um fragmento da porção do ombro e do bojo, decorado com canelura dupla, formando uma banda na horizontal com aplicações plásticas circulares no interior e uma banda composta por duas caneluras verticais e cinco aplicações plásticas circulares, por baixo da asa fixada na horizontal, correspondente à peça nº 050 (Figura 6). O sub-grupo das decorações "mistas" deste grupo representa 4,8% do total deste conjunto.

No Grupo 2, referente às decorações incisas, foram apenas identificados 2 fragmentos de ombro decorados com duas linhas incisas dispostas na horizontal na zona do ombro, que representam 1,6% do conjunto analisado.

Evidencia-se o caso da peça CCLX16[13021]/050[6] que apresenta uma canelura disposta na horizontal, com cerca de 7 mm, seguida de 8 aplicações circulares, 2.5mm de espessura, na zona do colo. Apresenta ainda uma grande asa de fita igualmente colocada na horizontal, com uma largura de 76 mm e 81 mm de comprimento, e, por baixo desta, 2 caneluras na vertical e, entre elas, cinco aplicações circulares – designado por *pregaria* (Simões, 2009). Este exemplo reforça, mais uma vez, a ideia de que estas asas seriam, como já referido, aplicadas posteriormente.

Do conjunto em análise, destaca-se ainda a peça CCLX16/[1283]/160 que corresponde a parte do bojo com um arranque de asa disposto na diagonal. Na zona do bojo apresenta uma canelura simples em torno da peça, seguida de nove aplicações plásticas circulares (com 8 mm) e, abaixo desta, outra canelura, ambas com espessura de cerca de 3 mm. Desta canelura simples, arranca uma outra decoração estampilhada de forma circular, com 70 mm de comprimento, no qual é possível observar motivos de cariz geométrico de círculos e traços. A natureza deste motivo é desconhecida sendo, no entanto, possível que corresponda a um selo relativo ao local de produção ou ao indivíduo que o encomendou. Infelizmente a ausência de estudos concertados sobre este tema não permite de momento produzir uma leitura mais precisa sobre este elemento em particular (Figura 7).

Pela sua singularidade no presente conjunto mas com características semelhantes à dos potes orientais aqui analisados, considerámos ainda a presença da peça nº152, composta por parte do bordo e colo de um tipo de pote de proveniência, até ao momento, desconhecida. Produzido num tipo de grés de coloração bege, é revestida por um vidrado de tom verde, semi-brilhante, homogéneo, e aderente. Apresenta um lábio arredondado, ligeiramente exvertido, 3 pequenas asas de rolo (4,5mm de comprimento e 10mm de largura) onde se destacam, nas extremidades, as marcas de pressão dos dedos do oleiro para fixar as mesmas ao corpo da peça. O posicionamento das asas sugere a existência de, no total, 6 asas dispostas em torno do ombro da peça (Figuras 8 e 9).

Curiosamente o estudo destes materiais permitiu-nos conferir outra possível reutilização destas peças, onde são exemplo 4 fragmentos (CCLX16[1220]/133; CCLX16[1211]/177; CCLX16[1211]/181; CCLX16[1211]181; CCLX16[1254]183) cobertos com cal na sua superfície interna, o que poderá estar relacionado com a reutilização dos recipientes como tarro – vasilhas para cozer a cal.

Como é possível observar o Campo das Cebolas ofereceu um conjunto razoável de exemplares de potes orientais, entre os quais vários que se integram morfologicamente no conceito de *martaban*, no entanto, ausência de estudos concertados sobre os locais de produção destas peças tornam difícil uma análise mais pormenorizada e uma correta atribuição de origens ou funcionalidades.

6. Em termos decorativos, é possível observar uma decoração aproximada no fragmento E.359. 049 (Simões, 2009) proveniente da Rua dos Navegantes, nº 80, em Cascais e nos fragmentos SJB 182.01.05, SBJ 140.05, SBJ 182.01.03, SJB 04654.02.001 e SJB 04654.02.0013 (Coelho, 2008).

Neste ponto os naufrágios dos navios da Rota da Índia, tanto portugueses (Bettencourt, 2005 e Coelho, 2008) como holandeses (Ketel, 2007: 2 – 3) apresentam-se como importantes fontes para o conhecimento destes recipientes, facultando preciosos e cronologicamente estanques, onde estas peças aparentam ser uma presença habitual.

A presumível nau *Nossa Senhora dos Mártire*s (1606), que regressava de Cochim com destino ao porto de Lisboa, naufragou no rio Tejo na entrada de São Julião da Barra (SJ2), carregada de mercadorias orientais, entre elas um conjunto considerável de potes asiáticos. Deste conjunto, podemos encontrar exemplos semelhantes aos recolhidos no Campo das Cebolas, nomeadamente fragmentos fabricados em grés de coloração cinzenta, com vidrado de tonalidade castanha escura, quase preta, e decorados com caneluras e aplicações plásticas de forma circular, (Coelho, 2009:75)[7].

No naufrágio da *Nossa Senhora da Luz*, na ilha do Faial em 1615, integrada nas rotas marítimas que ligavam a Ásia à Europa em finais do século XVI inícios do XVII, foi possível identificar três fragmentos que correspondem possivelmente a potes tipo *martaban,* com pastas de cor cinzenta escura e cobertas por vidrado espesso castanho-escuro ou preto (Bettencourt, 2008: 126).

Foram ainda recuperadas peças destas produções a bordo da fragata portuguesa *Santo António de Tanna*[8], naufragada em Mombaça em 1697 – existe a informação de 7 potes tipo *martaban* onde a Tailândia ou a Birmânia são as origens prováveis destas peças (Piercy, 1979: 307) – no *San Diego* (1660) onde é atribuído a Sião a possível origem destas peças (Depoizat, 1994: 236-237 *apud* Simões, 2009: 100), no *Mauritius* (1609) (L'Hour, Long, Rieth, 1989: 178-180 *apud* Simões, 2009: 100), provenientes possivelmente dos mercados sul-asiáticos, no navio naufragado em Pattaya, no Golfo da Tailândia (Green, Harper, 1983 *apud* Simões, 2009: 100), no naufrágio do *Witte Leeuw* (1613) (Pijl-Ketel, 1982 *apud* Simões, 2009:102) onde também foram identificados peças com motivos decorativos semelhantes aos registados no Campo das Cebolas, tais como caneluras e aplicações plásticas circulares (Figura 10).

Já em contexto terrestre e semelhante ao registado no Campo das Cebolas – níveis de aterro – registou-se a presença de importações provenientes do Oriente no Largo do Chafariz de Dentro, Lisboa (Silva, 2012: 75) que revelou dados estratigráficos e artefactuais situados entre meados do século XVI e a 2.ª metade do século XVII. Foi possível estabelecer um paralelo em termos decorativos para os fragmentos CCLX16[1211]/173, CCLX16[1220]/135 com o fragmento LCD/08 onde ambos apresentam um vidrado espesso, de coloração castanha escura e uma canelura disposta na vertical.

Contudo, é o espólio identificado nos destroços da presumível nau *Nossa Senhora dos Mártires* que oferece uma cronologia mais antiga e concreta, datando do ano de 1606, e onde foi possível estabelecer mais paralelos a nível do tratamento e decoração das peças.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS – A IMPORTÂNCIA DESTE CONJUNTO

Como verificámos, o nosso objeto de estudo, os potes orientais vulgarmente apelidados de *martabans*, representam na realidade um conjunto bastante distinto de vasilhas cerâmicas revestidas com espessos vidrados, cujas dimensões e características morfológicas podem variar enormemente. Este facto, que deriva da aplicação, pelos historiadores e colecionistas ocidentais, de um termo local a um conjunto de diversas produções de recipientes cerâmicos, executados em inúmeras olarias espalhadas por todo o Extremo oriente, produziu uma visão confusa deste universo material cerâmico. Apenas recentemente se observa uma tentativa de historiadores e arqueólogos de retificar esta situação através da cuidada definição das produções e dos conceitos (Coelho, 2008; Simões, 2008, 2012 e 2015), embora sem o cruzamento de dados com trabalhos desenvolvidos nos locais de proveniência destes recipientes, tal se apresente uma tarefa titânica.

No análise dos materiais recuperados do Campo das Cebolas, que corresponderam a uma amostra de 131 fragmentos, cerca de 125 *NMI*, foi-nos possível observar esta mesma realidade, sendo possível atribuir 5 grupos distintos, consoante a análise macroscópica das pastas, e ainda 7 grupos, de acordo com a qualidade e tonalidade dos vidrados que os revestiam.

7. Foi possível estabelecer paralelos entre os fragmentos CCLX16[1220]/132 com SJB 140.05, CCLX16[13045]/205 com SJB 04654.02.001.

8. Embora seja escassa a informação relativa aos potes registados no naufrágio de *Santo António de Tanna* estabeleceu-se um paralelo aproximado com o fragmento CCLX16 [limp.10165]274 (Figura 9).

Estes materiais foram recolhidos, na sua maioria, nos depósitos associados ao avanço da margem do rio, com um importante conjunto de níveis de assoreamento intercalados por níveis de aterro, numa zona com influência direta das marés, onde se foi acumulando um numeroso conjunto de materiais aqui descartados, cuja deposição, de acordo com as suas cotas, ocorreu de Norte para Sul.

Ali, posteriormente, se instalou o Mercado da Ribeira Velha, cronologicamente enquadrado no século XVII, o qual correspondia a um conjunto de cabanas ou alpendres compridos, espalhados pela praça, desde o Cais de Santarém até à Alfândega, onde as vendedeiras se agrupavam por géneros alimentares, normalmente acompanhadas das respetivas casas do dízimo (Oliveira, 1991; Castilho, 1941).

A formação destes contextos corresponde assim a um processo ocorrido, no século XVI e inícios do XVII, fase considerada como o auge da Carreira da Índia e momento no qual maior quantidade destes recipientes aportariam à cidade, nas cargas das naus que faziam a travessia, facto comprovado pelos vários naufrágios aqui citados.

Nesta fase, a antiga Ribeira Velha, ou seja, a língua de areia que se formava desde as muralhas da Lisboa medieval até à linha de água, estaria dominada pelas atividades flúvio-marítimas, ligadas ao processo de Expansão Portuguesa e às várias atividades a ele associados, como a construção naval e o comércio marítimo, que associadas com o incremento populacional aceleraram o processo de assoreamento de toda a frente rio.

Os *martabans* e restantes potes orientais daqui recuperados resultam assim dos lixos que eram diariamente despejados na frente ribeirinha pelos habitantes da cidade, pelas instituições ali estabelecidas como a Alfândega, e pelos tripulantes das inúmeras embarcações ali fundeadas, no decorrer da sua carga e descarga ou na renovação ou remoção de lastros.

No que concerne aos próprios recipientes, o seu grande porte e resistência tornava-os perfeitos para o armazenamento e acondicionamento de mercadorias nas viagens dentro dos circuitos comerciais do Índico e na carga das embarcações que faziam a Carreira da Índia, sendo a sua presença um subproduto destas mesmas atividades. No entanto, não devemos excluir uma vida útil para além deste trajeto, enquadrando-se no gosto ocidental pelo exótico, sendo que muito certamente alguns destes recipientes seriam recuperados e incluídos nas coleções ou domicílios das classes mais altas ou abastadas, se não fossem à partida, já obtidos e transportados com esse objetivo em mente.

Em suma, os contextos intervencionados no Campo das Cebolas ofereceram um universo material diversificado onde dominam as formas de origem exógena – assumindo-se como uma importante coleção de material de época Moderna recolhida na zona de Lisboa – refletindo assim a natureza cosmopolita da cidade durante os séculos XVI-XVII e à qual afluíam produtos e gentes de diversas partes do globo. Os *martabans* são assim mais um reflexo da posição de Lisboa, como um ponto na complexa rede de relações comerciais, políticas e culturais que incluía o Norte da Europa, o Mundo Mediterrânico, o Atlântico Sul, o Índico e o Extremo Asiático.

Consideramos, no entanto, que este tema carece ainda de muita investigação, nomeadamente no que concerne à definição de áreas de produção exatas que nos permitam abandonar termos generalistas como potes orientais ou *martabans*, e assim melhor conhecer e estabelecer a teia de relações comerciais nos inícios da Modernidade.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a todos os colegas que de alguma maneira contribuíram para a elaboração deste trabalho, nomeadamente aos colegas e trabalhadores de campo que trataram do espólio recolhido nesta intervenção e aos colegas de escritório: Liliana Carvalho (autora dos desenhos), José Pedro Machado, Joana Gomes, Igor Martins, Ana Olaio, Raquel Gonzaga, António Azevedo, Jorge Batista, Vitor Frazão, Anabela Sá, Marco Araújo Pereira, Fátima Nunes e Hugo Silva…

BIBLIOGRAFIA

BETTENCOURT, José António (2005) – *Os vestígios da nau nossa senhora da luz resultados dos trabalhos arqueológicos,* ARQUIPÉLAGO • HISTÓRIA, 2ª série, IX.

BETTENCOURT, José António (2008) – *A nau Nossa Senhora da Luz (1615) no contexto da Carreira da Índia e da escala nos Açores: uma abordagem histórica e arqueológica,* (texto Policopiado), Mestrado em Arqueologia, FCSH-UNL.

BOXER, C. R. (2001) – *O Império Marítimo Português – 1415-1825*, Edições 70, Lisboa.

CAMPOS, Joaquim (1983) – *Early Portuguese Accounts of Thailand - Antigos Relatos da Tailândia*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.

COELHO, Inês Pinto (2008) – *Cerâmica Oriental Da Carreira Da Índia no contexto da carga de uma Nau –A presumível Nossa Senhora dos Mártires* (texto Policopiado), Mestrado em Arqueologia, FCSH-UNL.

GUTMAN, Pamela (2001) – "The Martaban Trade: An Examination of the Literature from the Seventh Century until the Eighteenth Century", in: *Asian Perspectives: The Journal of Archaeology for Asia and the Pacific*, Vol.40, Nº.1

KETEL, Christine (2011) – "Identification of export porcelains from early 17th Century VOC shipwrecks and the linkage to their cultural identification", in: *The 2011 Asia-Pacific Regional Conference on Underwater Cultural Heritage Proceedings. The MUA Collection, accessed July 13, 2017, http://www.themua.org/collections/items/show/1253.*

PIERCY, Robert (1979) – *Mombasa Wreck Excavation – Third preliminary report.* The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration.

SIMÃO, Inês; MIGUEZ, João; MACEDO, Marta; FREITAS, Teresa; FONSECA, Cristóvão e BETTENCOURT, José António (2017) – *Empreitada de Obra Pública para Execução dos Desvios dos Serviços Afectados para Construção do Parque de Estacionamento no Campo das Cebolas, Lisboa – Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos.* Cruz Quebrada-Dafundo: ERA-Arqueologia, S.A.. Exemplar policopiado.

SILVA, Rodrigo Banha da; MIRANDA, Pedro; VIEIRA, Vasco; VICENTE, António M.; LOPES, Gonçalo C. e NOZES, Cristina, (2012) – Largo do Chafariz de Dentro: Alfama em Época Moderna, *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, Lisboa: CHAM, pp. 71-84.

SIMÕES, Sara (2009) – *Os potes martabã – contributo para o seu conhecimento* (texto Policopiado), Mestrado em Arqueologia, FCSH-UNL.

SIMÕES, Sara (2012) – Os potes martabã: um conceito em discussão, *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna,* Lisboa: CHAM, pp. 449-458.

SIMÕES, Sara (2015) – A brief study concerning martaban jars, *Maritime Contacts of the Past: Deciphering Connections Amongst Communities*, (coord.) TRIPATI, S., Delta Book World, Delhi, India, pp. 252-274.

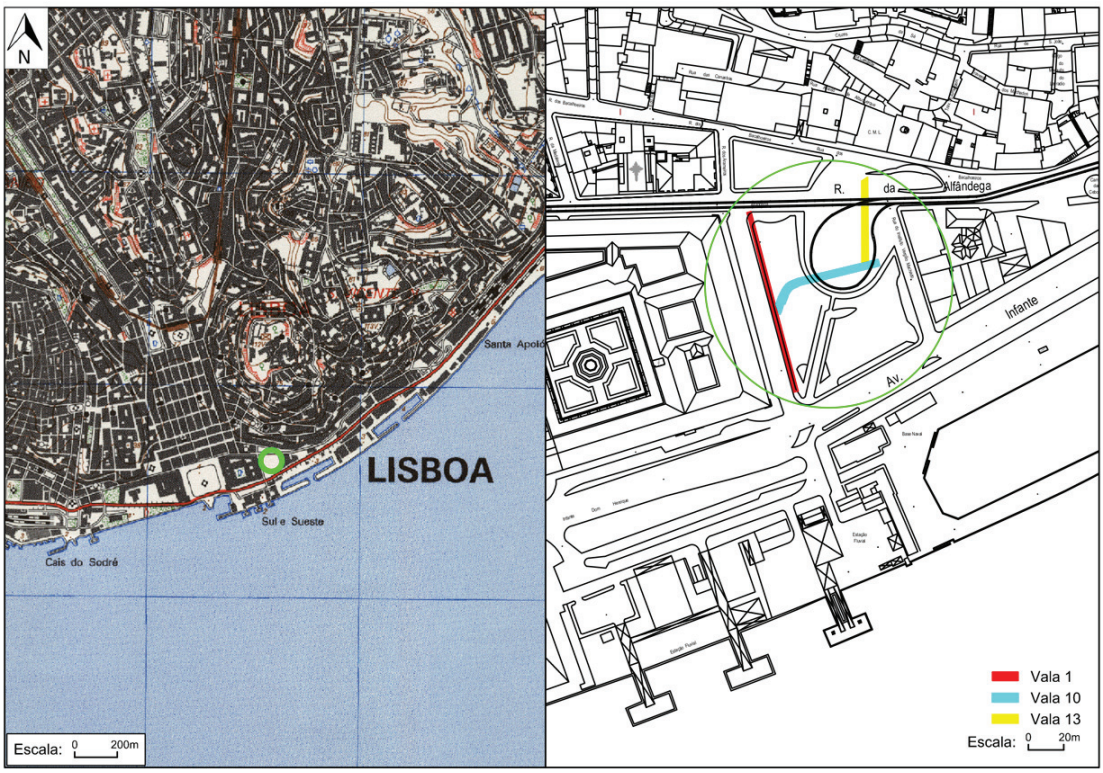


Figura 1 – Localização do sítio arqueológico e respetivas valas 1, 10 e 13 sobre o excerto da C.M.P. (folha 431, IGeoE) e sobre levantamento topográfico de Lisboa.

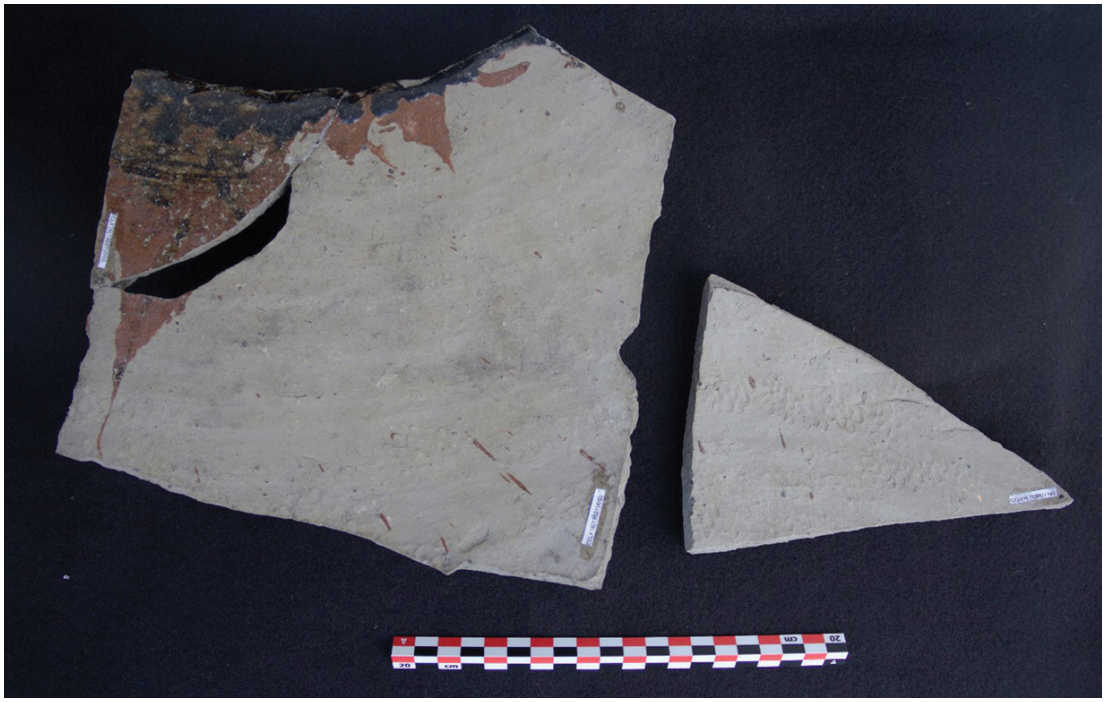


Figura 2 – Superfícies internas com escorrência de vidrado e possíveis marcas relacionadas com armazenamento de mercadoria (fragmentos nº 050 e nº 143).

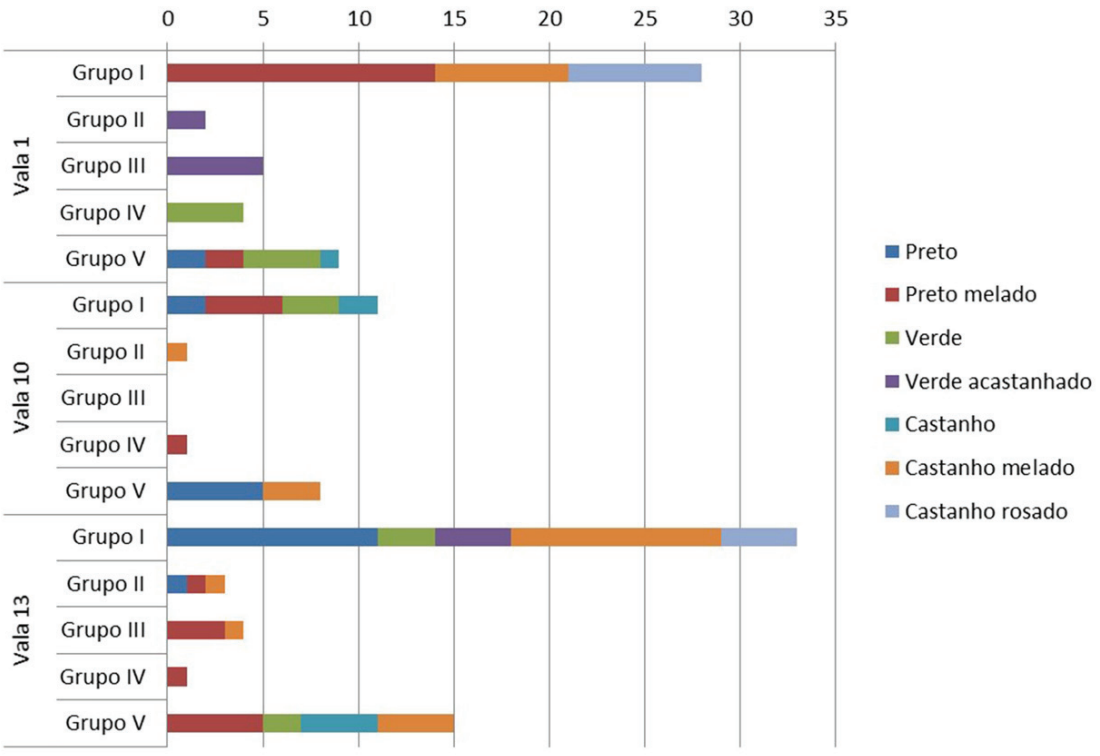


Figura 3 – Gráfico com a distribuição dos *NMI* por valas, grupos de pastas e vidrados.



Figura 4 – Fragmentos de bordo de *martaban* (CCLX16/[1211]/176; CCLX16/[13017]/232; CCLX16/[13055]/238; CCLX16/[13021]/199).

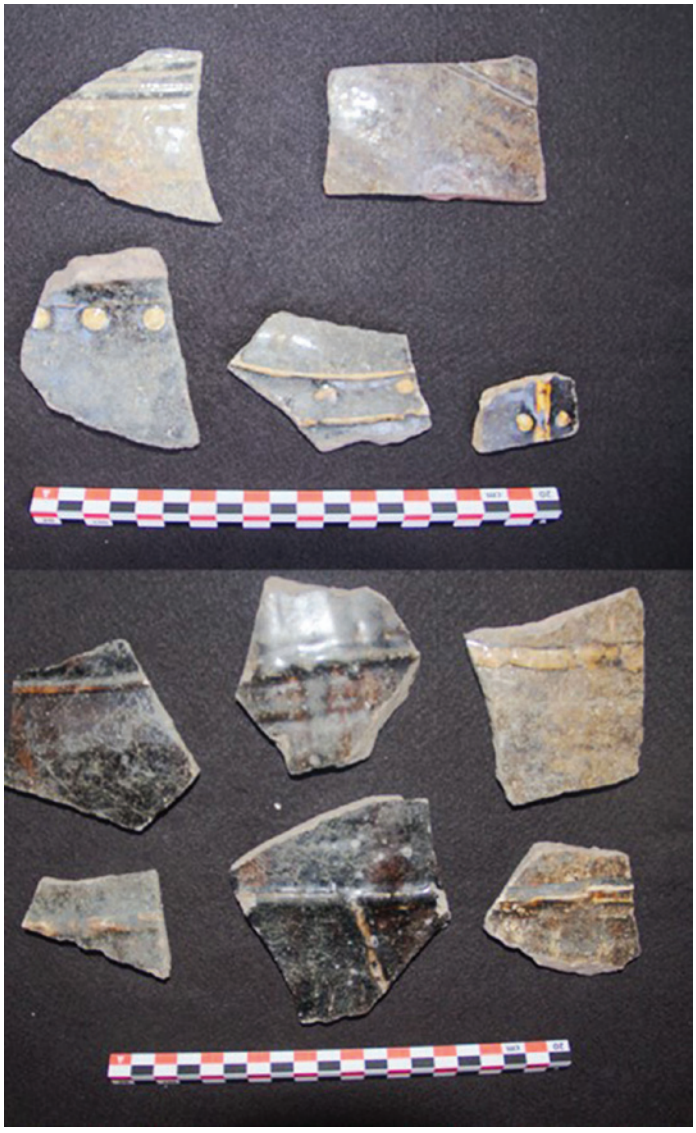


Figura 5 – Fragmentos de pote *martaban* com decorações plásticas – caneluras e aplicações circulares – e fragmentos com linhas incisas na horizontal

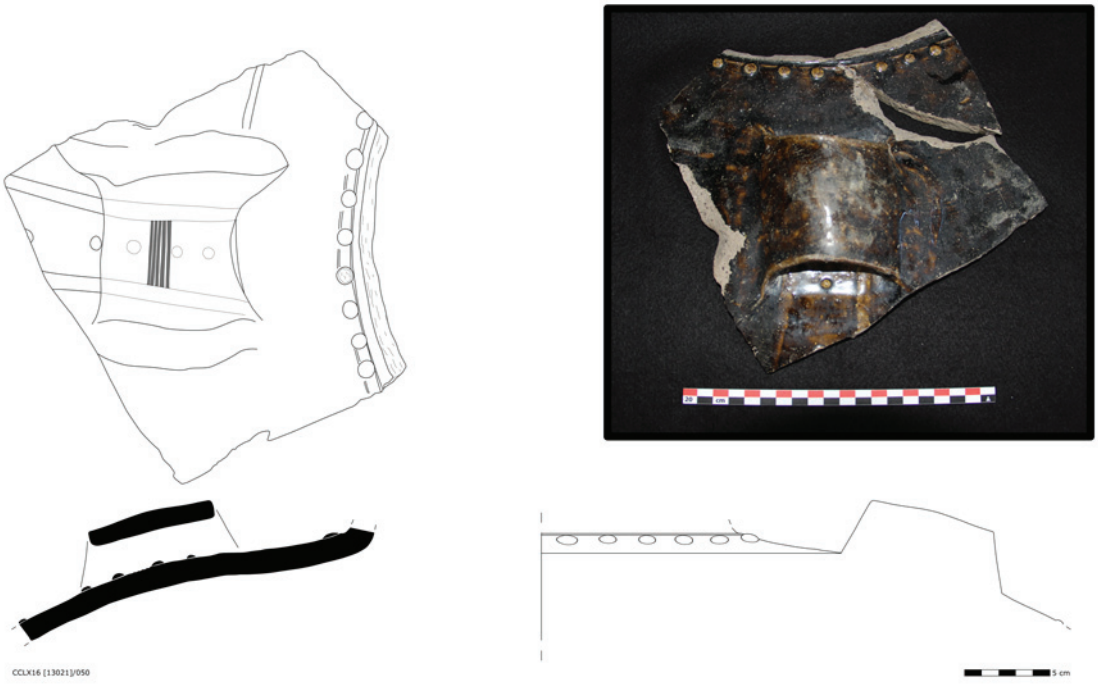


Figura 6 – Fotografia e registo gráfico da peça nº 50.



Figura 7 – Fotografia e registo gráfico do fragmento nº 160.



Figura 8 – Fotografia da peça nº 152.

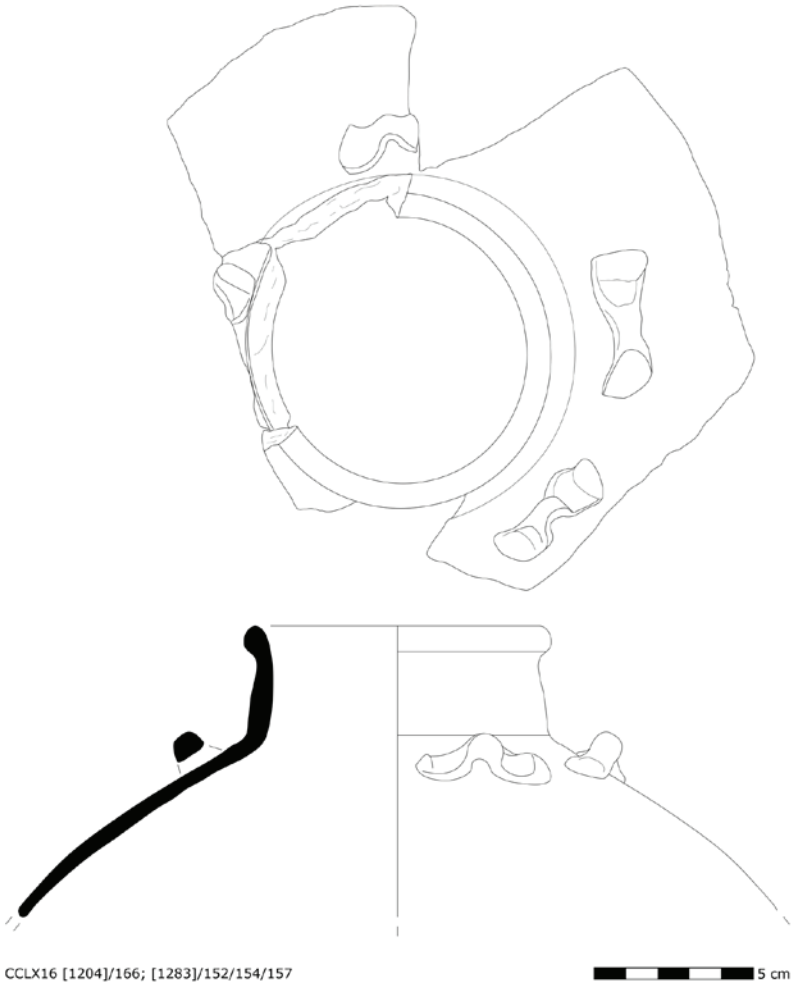


Figura 9 – Registo gráfico da peça nº 152.

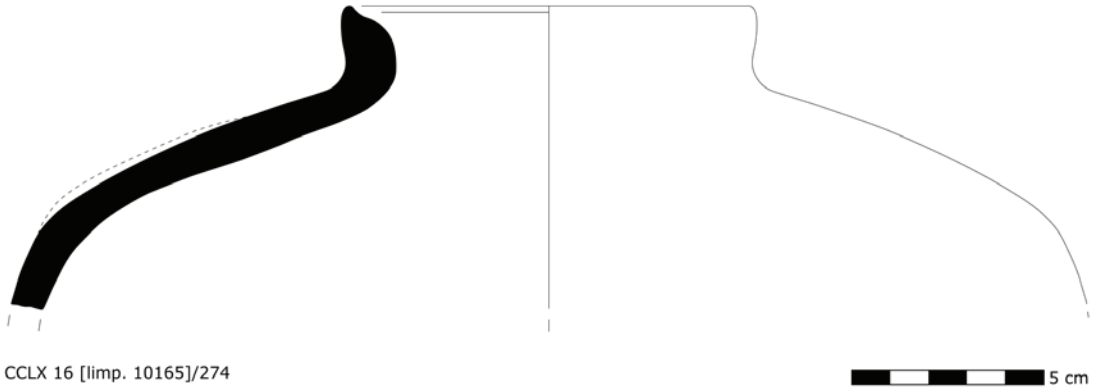


Figura 10 – Representação gráfica da peça nº 274.

CERÂMICA PORTUGUESA AZUL SOBRE AZUL – SÉCULOS XVI E XVII

Luís Filipe Vieira Ferreira[1], Isabel Ferreira Machado[2], Tânia Manuel Casimiro[3]

RESUMO

Estudou-se neste trabalho a cerâmica Azul sobre Azul (berettino) encontrada em contextos arqueológicos de produção e consumo, nomeadamente escavações em Lisboa e noutros sítios arqueológicos em Portugal (2ª metade Séc. XVI e inícios do Séc. XVII). A abundância desta faiança levou-nos a compará-la com outras semelhantes fabricadas em Itália, Ligúria (Savona e Albisola), em Espanha (fornos de Triana) e Países Baixos.

Foram detectadas diferenças significativas nos difractogramas das pastas das cerâmicas destes quatro países. Na maior parte das amostras foi identificado como pigmento nos vidrados azul escuro e azul claro o silicato de cobalto, usando as espectroscopias de micro-Raman e reflectância difusa. As representações bivariáveis de Al/Si vs. Ca/Si evidenciam comportamentos bem diferenciados para as cerâmicas de Lisboa e Sevilha.

Palavras-chave: Cerâmica Portuguesa antiga, Louça Azul sobre Azul, DRX, FRX, Micro-Raman.

ABSTRACT

Blue on blue (Berettino) sherds appeared in numerous production and consumption archaeological excavations in Lisbon and other archaeological sites in Portugal (mid 16th – beg. 17th c.). The abundance of this interesting faience lead us to compare it with similar pottery from other well-known production centres in Italy, namely Liguria (Savona and Albisola), Spain (Triana kilns) and Low Countries.

Differences in the diffraction patterns of the sherds' pastes from the four countries were observed. In most samples cobalt blue silicate (cobalt olivine) was identified in the dark blue or light blue glazes by the use of micro-Raman spectroscopy and diffuse reflectance spectra. Bivariate plots of Al/Si vs. Ca/Si also evidence clear differences for Lisbon and Seville pottery.

Keywords: Portuguese ancient ceramics, Lisbon blue on blue pottery, XRD, XRF, Micro-Raman.

1. INTRODUÇÃO

A faiança azul sobre azul distingue-se pelo seu fundo azul claro decorado com diferentes motivos em azul escuro. O fundo vidrado apresenta uma gama de cor entre o azul de cobalto e o branco/azul leitoso, sendo comuns decorações florais, de folhas ou padrões geométricos, embora também existam com frequência figuras humanas e casas (Carta, 2008).

As primeiras produções deste tipo de cerâmica surgiram em Itália (Faenza), na 2ª metade do século XV e, em face ao sucesso deste tipo de faiança, rapidamente a produção estendeu-se aos centros de Ligúria e Veneza (Ruffini *et al.*, 2005; Rasmussen, 1989). Em finais do século XVI, esta louça constituía uma das principais exportações italianas e foi encontrada na área Mediterrânica, Espanha, Portugal e mesmo no Norte da Europa, com vários achados no Reino Unido e nos Países Baixos (Amaro *et al.*, 2013; Carta, 2003, Pearce, 2007; Japers, 2009).

Por volta de 1500 e até 1630, aproximadamente, as oficinas mais importantes de Sevilha começaram a produzir esta faiança, imitando as produções italianas (Jimenez de Haro *et al.*, 1994; López Torres *et al.*,

1. 1CQFM – Centro de Química-Física Molecular and IN – Institute of Nanoscience and Nanotechnology, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa; lfvieiraferreira@tecnico.ulisboa.pt

2. 1CQFM – Centro de Quimica-Fisica Molecular and IN – Institute of Nanoscience and Nanotechnology, Instituto Superior Tecnico, Universidade de Lisboa; Instituto Politécnico de Portalegre; ilferreiramachado@tecnico.ulisboa.pt

3. Instituto de Arqueologia e Paleociências, Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Pós-doc FCT; tmcasimiro@fcsh.unl.pt

1998). Sevilha tem sido considerado como o único centro de produção cerâmica com vidrado estanífero azul sobre azul na Península Ibérica. Sevilha foi também um grande centro de exportação e, embora, ao momento, ainda não seja fácil distinguir produções italianas, portuguesas e espanholas, a maioria das colónias do Novo Mundo parecem ter recebido cerâmica da Andaluzia (Deagan, 1987).

Até agora são conhecidos muito poucos estudos relativos à análise arqueométrica destas faianças azul sobre azul (Capelli *et al.*, 2011, 2015). Vale a pena mencionar o trabalho de Jimenez de Haro *et al.*, 1994, baseado nas composições elementares e mineralógicas de restos de cerâmicas espanholas (Sevilha e Talavera) e italianas, encontrados no Palácio de Mañara em Sevilha (séculos XV-XVI).

Foi feita uma tentativa de distinguir o berettino produzido em diferentes centros italianos baseada nos materiais de partida e na composição dos vidrados (Ruffini *et al.* 2005).

Nos Países Baixos o berettino é significativamente diferente, sendo a decoração azul escura obtida com manganês sobre um fundo azul mais escuro também, o que claramente o distingue (Wilcoxen, 1987).

Neste trabalho, demonstra-se que a faiança azul sobre azul dos séculos XVI e XVII encontrada em inúmeros sítios arqueológicos em Portugal, e tradicionalmente considerada de origem espanhola (Sevilha) ou italiana, foi de facto uma produção de Lisboa. Esta afirmação é muito importante para os estudos das cerâmicas da Época Moderna. Considerava-se que toda a cerâmica azul sobre azul encontrada na Europa do Norte, no Novo Mundo e mesmo nas colónias portuguesas era de origem italiana ou espanhola. A partir de agora os estudiosos destas matérias deverão interrogar-se se, de facto, se encontram perante produções lisboetas.

Todas as amostras apresentadas na Figura 1 foram estudadas usando espectroscopias não invasivas ou, quando muito, pouco invasivas, correlacionando informação obtida por diferentes técnicas, designadamente: emissão de fluorescência de Raios-X (FRX), micro-Raman e absorção de estado fundamental em modo de reflectância difusa (RD). Igualmente foram realizados ensaios de difracção de Raios-X em pós (DRX). Esta abordagem multidisciplinar, aplicada ao estudo arqueométrico de faianças portuguesas, tem sido usada por nós em trabalhos sobre cerâmicas dos Sécs. XVI e XVII (Vieira Ferreira *et al.*, 2013a, 2013b, 2014, 2015a, 2015b, 2016a, 2016b).

O objectivo principal deste estudo é a caracterização espectroscópica das pastas, pigmentos e vidrados da cerâmica azul sobre azul, encontrada em escavações arqueológicas em Lisboa ou em território português e a comparação desses resultados com os obtidos para cerâmicas italianas, espanholas ou dos Países Baixos. Em inúmeros casos, o silicato de cobalto (olivina de cobalto) foi identificado nos vidrados azúis pela utilização da espectroscopia micro-Raman e espectros de absorção em modo de reflectância difusa. As diferenças encontradas nos difractogramas das pastas cerâmicas bem como nas composições elementares serão analisadas para os quatro países. Será igualmente feita uma comparação usando representações bivariáveis de Al/Si *vs* Ca/Si.

2. PARTE EXPERIMENTAL

2.1. Técnicas Utilizadas

2.1.1. Espectroscopia de micro-Raman:

As medidas de micro-Raman deste trabalho foram realizadas num aparelho LabSpec da Jobin-Yvon e ainda num sistema Renishaw InVia Basis. A metodologia usada está descrita com detalhe em publicações anteriores (Vieira Ferreira *et al.*, 2015a, 2016a).

2.1.2. Espectroscopia Fluorescência de Raios X (FRX)

A composição química das pastas cerâmicas e dos vidrados foi feita, com rigor, usando FRX (Vieira Ferreira *et al.*, 2007, 2014, 2015a, 2015b, 2016). Podem encontrar-se os detalhes experimentais da análise nas mesmas referências.

2.1.3. Espectroscopia de Reflectância Difusa de Estado Fundamental (RD)

Estes espectros, Reflectâncias, R, e Funções de Remissão, F(R), foram obtidos num sistema descrito com detalhe na referências Vieira Ferreira *et al.*, 2007, 2014, 2015a, 2015b, 2016.

2.1.4. Ensaios de Difracção de Raios-X (DRX)

A identificação das fases cristalinas a partir de amostras em pó de pastas cerâmicas está descrita em Vieira Ferreira *et al.*, 2015a, 2016. Os picos de Quartzo (a $2\theta = 21.0, 26.7$) foram normalizados de modo a permitir comparações para os outros minerais.

2.2. Materiais Estudados e sua Caracterização

A Figura 1 mostra algumas das amostras seleccio-

nadas para este trabalho. Todos os fragmentos estudados foram recolhidos em sítios arqueológicos e datados de acordo com a estratigrafia identificada, estendendo-se desde meados do século XVI as começos da centúria seguinte. Na área de Lisboa recolheram-se amostras na Aldeia Palafítica (a sul do Barreiro), um contexto de consumo, Largo de Jesus e Largo de Santos (em Lisboa), ambos contextos de produção. As amostras de Sevilha provêm de valas de despejos ou caqueiros dos fornos de Triana. Também as de Ligúria (Savona e Albisola) foram encontradas em contextos semelhantes. A única amostra estudada dos Países Baixos é proveniente de uma escavação realizada em Enkhuizen.

As espectroscopias de micro-Raman, RD e FRX são não invasivas e foram aplicadas directamente sobre a pasta ou vidrado. No caso da difracção de Raios-X usaram-se cerca de 10 mg de pasta cerâmica retirada com auxílio de um micro motor e posteriormente homogeneizada em almofariz de ágata.

A irradiação em FRX e DRX é feita num círculo de 3 mm de diâmetro. Os dois equipamentos de micro--Raman usados têm capacidades de confocalidade permitindo estudos em profundidade até cerca de 150 microns.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Estudos de DRX

Na Figura 2 apresentam-se difractogramas representativos de amostras dos quatro países estudados. Todas as identificações de minerais foram feitas com base no software High Score Plus - Panalytical e com as bases de dados PDF4 ou RRUFF (RRUFF, consultada em 2016/2017).

A curva (i) da Figura 2 exibe o difractograma das pastas cerâmicas das amostras azul sobre azul de Lisboa. Os picos principais foram atribuídos a: quartzo (Q, SiO_2, picos principais a 2θ = 21.0, 26.7, 36.7, 46.0, 50.2, 54.9, 60.0, 68.2), guelenite (G, Ca2Al(AlSi) O7, picos principais a 2θ = 17.6, 24.3, 29.3, 31.4, 37.3, 44.5, 52.2, 61.3), diópsido (D, CaMgSi2O6, picos principais a 2θ = 29.9, 30.5, 31.0, 35.1, 35.7, 44.8, 52.1, 56.9, 65.9), anortite (An, CaAl2Si2O8, picos principais a 2θ = 22, 28) e andradite, (A, Ca3Fe2(SiO4)3, picos principais a 2θ = 33.5, 57.5). Na grande maioria das amostras de Lisboa não se detectou calcite (C, CaCO3, picos principais a 2θ = 29.5, 47.5).

Todas as pastas de Lisboa estudadas são semelhantes e foram muito provavelmente feitas com argilas dos mesmos barreiros. Foram recentemente publicados pelo nosso grupo difractogramas muito semelhantes (Vieira Ferreira *et al*., 2015a, 2015b), que, na maior parte dos casos, exibem pequenas quantidades de guelenite e grandes quantidades de diópsido. A formação do diópsido, um silicato de cálcio e magnésio, implica a existência de Ca e Mg na matéria-prima inicial ou o uso de argilas que já contenham diópsido à partida (Vieira Ferreira *et al*., 2015a). Outras pastas de azul sobre azul de Lisboa não apresentam guelenite (Vieira Ferreira *et al*., 2015a, 2015b), mas estes casos são muito raros. Concluímos então que todos estes dados (e outros apresentados mais tarde neste artigo) apontam para a atribuição destas cerâmicas a oficinas de Lisboa usando as argilas Tipo 2, como discutidos em Vieira Ferreira *et al*., 2015a, 2015b.

Na matéria-prima das argilas Tipo 2 não existe guelenite. A guelenite e anortite são formadas durante a cozedura no forno. É muito raro nas amostras de Lisboa observar-se calcite nos difractogramas. Este facto está relacionado com a quantidade inicial de calcite na matéria prima, mas também com a temperatura de cozimento nos fornos cerâmicos de Lisboa, usualmente mais elevada do que a dos fornos de Sevilha (Vieira Ferreira *et al*., 2013, 2014).

A curva (ii) da Figura 2 refere-se a amostras de Sevilha e também mostra como constituintes principais quartzo, guelenite, diópsido e alguma andradite. No entanto, a quantidade de guelenite é muito superior à que existe nas amostras de Lisboa. A calcite foi detectada em quantidades significativas em todas a amostras de Sevilha, evidenciando deste modo diferenças nas matérias primas. Neste caso de Sevilha certamente foram usados materiais miocénicos, as margas da área de Sevilha com alto conteúdo de calcite (Garofano *et al*., 2015; Perez-Rodriguez et al, 1994; Jimenez de Haro *et al*., 1994; Myers *et al*., 1992, Vieira Ferreira *et al*., 2014, 2016a).

A curva (iii) da Figura 2 mostra o difractograma das amostras de Savona e evidencia como constituintes principais quartzo, diópsido e anortite, estando praticamente ausente a guelenite. Existe semelhança com o difractograma de Lisboa só que a andradite está agora ausente, nesta e em todas a amostras italianas. A curva (iv) da Figura 2 mostra o difractograma representativo das amostras de Albisola estudadas e, neste caso, a guelenite está completamente ausente.

Enfatiza-se que nas amostras italianas o teor em diópsido é o mais elevado de todos quando compara-

mos estas com as amostras de Lisboa, Sevilha e Países Baixos.
Finalmente, na curva (v) da Figura 2, referente à amostra de Enkhuizen, os teores em guelenite e diópsido são os menores relativamente a todas as outras amostras estudadas.

3.2. Estudos de FRX (Tabela 1)

O FRX é uma técnica sensível de análise elementar não destrutiva, que permite a quantificação de elementos entre o magnésio e o urânio, que podem existir nas amostras como elementos maioritários, minoritários e vestigiais (Vieira Ferreira *et al.*, 2014, 2015a, 2015b, 2016a, 2016b; Ricci *et al.*, 2016; Simsek *et al.*, 2014).
A Tabela 1 apresenta os resultados da composição química em % em peso para elementos maioritários, minoritários e em partes por milhão (ppm) para elementos vestigiais. Os dados estão normalizados a 100% em peso.
Tipicamente, quase todas as amostras analisadas são de pastas com elevado conteúdo em SiO_2 (na gama de 43-57% em peso) e alumina (9-13% em peso). As amostras evidenciam altos conteúdos em cálcio no caso de Sevilha (cerca de 29-31% em peso), enquanto que para Lisboa, Ligúria e Países Baixos os teores em cálcio são mais reduzidos.
O conteúdo em MgO situa-se na gama de 2.5 a 3.7% em peso, aproximadamente, consistente com a existência de diópsido, com excepção da amostra de Enkhuizen onde apenas se detectou 1.7% em peso. O conteúdo em Fe2O3 situa-se na gama de 8 a 10% em peso, enquanto que para os Países Baixos apenas existem 6% em peso. As amostras que apresentam maior teor em ferro são aquelas em que a presença do mineral andradite foi detectada, o que é consistente com os difractogramas já apresentados.
No que diz respeito aos vidrados foi possível observar que os componentes principais são o SiO2 e PbO, que abrangem 74 a 81% da composição total do vidrado. Em todas os vidrados estudados, PbO situa-se na gama de 20 a 25% em peso. O SnO2, que é um agente opacificante, aparece na gama de 2 a 11% em peso. Todos os vidrados estudados são vidrados de chumbo, de acordo com a classificação de Gratuze (Gratuze *et al.*, 1995).
A grande quantidade de fundentes (K2O, MgO, CaO e PbO), sugere o uso de fornos com temperaturas relativamente baixas. Em todas as amostras vidradas, o teor em SiO2 situa-se na gama de 40-60% em peso e foi observada uma razão PbO/SiO2 de 0.4-0.8. Análises anteriores realizadas pelo nosso grupo em numerosos fragmentos de cerâmica de Lisboa, revelaram que o teor em Na é, usualmente, menos de metade do teor em K (Vieira Ferreira *et al.*, 2013a e b).
A cor azul foi obtida com cobalto (teores em CoO de 0.12 ou 1.7 % em peso), numa gama correspondente aos vidrados azuis claro e escuro. A associação de elementos Co-Fe-Ni-As foi detectada em todas as amostras estudadas, o que é consistente com o uso de cobalto da região mineira de Erzgebirge, Saxónia, Alemanha. Esta região da Saxónia foi um importante centro de produção de pigmentos, exportando-os para toda a Europa (Gratuze *et al.*, 1992; 1996).
O fundo azul claro leitoso de amostra Albisola 2 (Figura 1) é diferente dos outros e não se detectou cobalto. Nesta amostra foi observado um conteúdo elevado em CuO (0.3-0.4% em peso) quando comparado com todas as outras amostras. Ruffini refere a presença de quantidades elevadas de cobre (acima de 0.2% em peso) que afecta o fundo branco de vidrados berettino da Ligúria e Veneza (Ruffini *et al.*, 2005).
A amostra dos Países Baixos evidencia uma combinação de manganês e de cobalto nos vidrados, com um conteúdo elevado em MnO (5.5-7.7% em peso). O conteúdo em Co também é elevado sugerindo o uso de minérios ricos em cobalto e manganês (Colomban *et al.* 2004, Colomban, 2013). A utilização de Mn para produzir vidrado negro é igualmente referido na literatura (Molera *et al.*, 2013; Pérez-Arantegui *et al.*, 1999).
O uso dos dados referentes a pastas apresentados na Tabela 1 e de todos os conteúdos elementares das 22 amostras de azul sobre azul estudadas neste trabalho permitiu-nos estabelecer correlações rigorosas entre alguns dos elementos minoritários, normalizados pela razão do conteúdo em sílica para excluir os efeitos de penetração da radiação de Raios-X, como foi proposto por Simsek (Simsek *et al.*, 2014). Na Figura 3(a) mostra-se a representação bivariável de Al/Si *vs* Ca/Si, a partir da qual de estabelece uma distinção muito clara das amostras de Lisboa relativamente às amostras de Sevilha. A quantidade de cálcio nos cacos de Sevilha é a maior entre todas as amostras estudadas, como se pode ver no elipsóide localizado nos altos conteúdos de cálcio. Claramente, as amostras italianas ocupam uma posição intermédia em termos do conteúdo de cálcio. Podem extrair-se conclusões análogas das representações de K/Si *vs* Ca/Si.

Tendo em conta que apenas se apresentam 22 amostras no gráfico da Figura 3(a) e que destas apenas 6 se referem a Lisboa, entendemos alargar este estudo de composição das pastas a outras amostras cerâmicas de sítios arqueológicos de Lisboa, com amostras datadas dos Séc. XVI e XVII. O resultados deste estudo está apresentado na Figura 3(b) onde se mostram dados de Al/Si *vs* Ca/Si.

Neste gráfico estão representadas matérias primas de dois barreiros totalmente distintos: na primeira, à esquerda, existem muito pequenas quantidades de cálcio ou mesmo quase a sua ausência. Actualmente está bem documentado que, nos fornos de Santo António de Charneca e Mata da Machada, ambos localizados na margem sul do rio Tejo, região de Lisboa, foram usadas argilas Pliocénicas, com baixos teores em cálcio. Estas argilas não existem na região central de Lisboa, onde os barreiros são Miocénicos (Vieira Ferreira *et al.*, 2015a). As amostras destes dois grupos estão claramente separadas na Figura 3(b) estando as argilas de Lisboa, de origem Terciária, localizadas num elipsóide cujas abcissas variam de 0.2-0.9, o que é consistente com os dados da Figura 3(a), mas agora usando um maior número de amostras (as amostras das Figura 3(a) não estão incluídas aqui). Portanto, usando os dados das Figuras 3(a) e 3(b) é possível estabelecer, com uma certeza razoável, uma distinção entre as amostras de Lisboa e de Sevilha, enquanto que as italianas ocupam uma posição entre estes dois extremos.

3.3. Estudos de micro-Raman e RD

Existe uma semelhança entre as curvas (i) a (iv) da Figura 4: o pigmento azul escuro é o mesmo em todas estas amostras. Este pigmento é o silicato de cobalto (olivina de cobalto), bem descrito na literatura (de Waal *et al.*, 2009; Colomban *et al.*, 2013; Gratuze *et al.* 1995; Vieira Ferreira *et al.*, 2013a), apresentando os picos principais a 344, 397. 462 e 826 cm^{-1} (de Waal *et al.*, 2009). Este pigmento azul é diferente do azul de cobalto que se encontra nas porcelanas azuis e brancas Ming cujos picos principais são 202 cm^{-1} e 512 cm^{-1} (Bell and Clark *et al.* 1997; Vieira Ferreira *et al.*, 2013a).

A curva (i) da Figura 4 mostra o espectro Raman do vidrado azul escuro onde, sobreposto ao espectro Raman do vidrado (bandas com máximos a 463 cm^{-1} e 968 cm^{-1}), aparece o silicato de cobalto. O índice de polimerização de Colomban (Colomban *et al.*, 2005, 2006), para esta amostra, é I_p = 0.8, indicando a temperatura de cozimento do forno de 950 °C, de acordo com estudos anteriores de cerâmica de Lisboa (Vieira Ferreira *et al.*, 2013b, 2015a, 2015b). O pico Raman de 663 cm^{-1} é bem visível (T, SnO_2, picos principais a 475, 633 e 775 cm^{-1}) (base de dados RRUFF, consultada em 2016/2017).

Na curva (ii) da Figura 4, apresenta-se um sinal de silicato de cobalto para as amostras de Sevilha, que é a mais forte e bem definida assinatura de olivina de cobalto encontrada em todo este trabalho. Deve mencionar-se que em muitos casos de vidrados azuis a assinatura Raman do silicato de cobalto não é observada, apesar de ser visível a olho nu a cor azul. Os iões Co^{2+} na matriz vidrada não dão assinatura Raman específica, até que a saturação conduza à precipitação de cristais de silicato de cobalto (Kirmizi *et al.*, 2010). Esta assinatura Raman gigantesca é excepcional e pouco comum na faiança dos Séc. XVI-XVII.

Gratuze refere (Gratuze *et al.*, 1995) que, em 1520, foi descoberta em Erzgebirge, na Saxónia, a preparação de uma frita contendo silicato de cobalto (smalt). Este pigmento tornou-se um importante monopólio de exportação da Saxónia para toda a Europa, a partir do Séc. XVI.

As curvas (iii) e (iv) apresentam os espectros Raman para Savona e Albisola onde, de novo, se pode ver a assinatura espectral do silicato de cobalto, embora mais reduzida que a encontrada em Sevilha. No fundo azul leitoso foi observada uma elevada quantidade de óxido de estanho, mas não foi vista uma assinatura específica do azul.

Na curva (v) da Figura 4 (Países Baixos) não se detectou assinatura específica para o azul, mas detectou-se a assinatura Raman da braunite (espectro não mostrado). Foi usado negro de carvão como agente escurecedor (picos principais a 1325 cm^{-1} e 1585 cm^{-1}). Os espectros de reflectância difusa do azul escuro evidenciaram bandas a 544, 596 e 650 nm, características do ião Co^{2+} com coordenação tetraédrica (Visinescu *et al.*, 2010; Gratuze *et al.*, 1995).

4. CONCLUSÕES

Combinando a informação sobre a composição mineralógica das pastas, obtida por DRX, com outras informações espectroscópicas (FRX, micro-Raman e reflectância difusa) para as pastas e vidrados, foi possível concluir que muita da cerâmica azul sobre azul aqui analisada foi produzida nas oficinas de

Lisboa, usando argilas Miocénicas recolhidas localmente (Vieira Ferreira *et al*., 2015a). As areias cauliníticas, comuns na margem Sul do Tejo e usadas em muitas outras produções locais no século XVI, não foram utilizadas neste caso.

Tendo em conta o índice de polimerização (I_p), determinámos I_p= 0.8 para as produções de azul sobre azul de Lisboa, pelo que estimámos as temperaturas dos fornos em cerca de 950ºC. As produções espanholas apresentam valores mais baixos, I_p~ 0.5-0.7, que apontam para temperaturas dos fornos de cerca de 850ºC-900ºC. Para Itália e Países Baixos, também o I_p~ 0.5-0.7.

A composição mineralógica e a caracterização espectroscópica aqui apresentada para vidrados e pastas das cerâmicas azul sobre azul encontradas em Lisboa e um pouco por todo o Portugal, foram comparadas com as produções coevas das oficinas cerâmicas de Sevilha, Ligúria e Países Baixos. Foram encontradas e caracterizadas diferenças mineralógicas significativas.

Toda a informação obtida corrobora a ideia partilhada por alguns arqueólogos de que muitos dos exemplares de *berettino* encontrados em Portugal e antigas colónias não foram exclusivamente feitos em Itália e Sevilha, como se admitiu durante muito tempo. A grande quantidade de pratos e tigelas encontradas usando esta técnica decorativa e os presentes estudos espectroscópicos apontam para uma produção portuguesa e nas mesmas oficinas onde muita outra faiança foi então produzida, mais especificamente em Lisboa.

Há que sublinhar a importância destes novos conhecimentos para os estudos de arqueologia Portuguesa Pós-Medieval. A cerâmica azul sobre azul encontrada em inúmeros sítios arqueológicos era sempre identificada como tendo origem italiana ou espanhola. Este trabalho demonstra que Lisboa não só produziu este tipo de louça para abastecimento do mercado interno, como muito possivelmente foram enviadas grandes quantidades desta louça para as colónias portuguesas de Além-Mar e mesmo para os países do Norte da Europa e respectivas colónias. Esta hipótese não pode continuar a ser ignorada. As rotas da cerâmica vidrada azul e branca (Gomes e Casimiro, 2013) e a louça vermelha (Newstead e Casimiro, 2015) já estavam estabelecidas, tendo sido portanto simples para os oleiros o envio das suas produções através desses canais de exportação. Não nos podemos, no entanto esquecer, que as produções italianas e sevilhanas dominavam o abastecimento de louça azul sobre azul e as produções portuguesas podem nunca ter encontrado um lugar de destaque, limitando-se ao abastecimento local e regional.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se à Fundação para a Ciência e Tecnologia o financiamento pelo projecto UID/NAN/50024/2013. Os autores estão reconhecidos às pessoas que gentilmente forneceram amostras para este trabalho ou contribuíram com apoio experimental: ERA Arqueologia S.A e Centro de Arqueologia de Lisboa – Dr. Guilherme Cardoso e Luísa Batalha; Museo Arqueológico de Sevilha, Concha San Martin; Dr. Claudio Capelli da Universidade de Génova; Nina Linde Jaspers da Terra Cotta Incognita; Professores M.F. Costa Pereira e Luís Barros do Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Clementino; FILIPE Vanessa; HENRIQUES, José Pedro; MANSO, Cláudia (2013) – Prisão do Aljube no século XVI – vidros, majólica italiana e cerâmica esmaltada espanhola, in *Arqueologia em Portugal – 150 Anos,* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1019-1024.

BELL, Ian; CLARK, Robin; GIBBS, Peter (1997) – Raman spectroscopy library and synthetic pigments (pre- ~1850 AD). *Spectrochim. Acta A*, 53, pp. 2159-2179.

CAPELLI, Claudio; CABELLA Roberto (2015) – Technological transfer and trade routes of glazed wares in Medieval and post-Medieval times in the western Mediterranean. "Global pottery" from Savona and Albisola (Liguria, Italy) in BUXEDA I GARRIGÓS, Jaume; MADRID I FERNANDEZ, Marisol; IÑAÑEZ, Javier (eds.) *Global Pottery Proceedings – 1st International Conference for Historical Archaeology and Archaeometry for Societies in Contact. BAR International Series 2761*, Oxford: Hadrain Books, pp 27-36.

CAPELLI, Claudio; CABELLA, Roberto; BULGARELLI, Francesca; BENENTE, Fabrizio; TESTA, Máio (2011) – La transizione tra Medievo de época moderna. Studio archaeolotrico di ceramiche di fine secolo ad Albisola Marina, in *XLIX Convegno: La Ceramica post-medievale nel Medieterraneo. Gli indicatori cronologici: secoli XVI-XVII,* Savona: Centro Ligure perl a Storia della cerâmica, pp. 71-80.

CARTA, Raffaella (2003) – *Cerámica italiana en la Alhambra,* Granada: Imprenta Comercial de Motril.

CARTA, Raffaella (2008) – Difusión e influencia de la producción de la cerámica italiana entre la baja Edad Media y la primera Edad Moderna. El caso de Granada, tese de mestrado submetida à Universidade de Granada (texto publicado, não publicado).

COLOMBAN, Philippe; SAGON, Gérard; HUY, Le Quang; LIEM, Nguyen Quang; MAZEROLLES, Leo; (2004) – Vietnamese (15th century) blue-and-white Tam Thai and lustre porcelains/stonewares: glaze composition and decoration techniques. *Archaeometry*, 46, pp. 125-136.

COLOMBAN, Philippe; PAULSEN, Ove (2005) – Non-destructive determination of the structure and composition of glazes by Raman spectroscopy, *Journal American Ceramic Society,* 88, pp. 390-395.

COLOMBAN, Philippe; TOURNIE, Aurélie; BELLOT--GURLET, Ludovic (2006) – Raman identification of glassy silicates used in ceramics, glass and jewellery: a tentative differentiation guide, *Journal Raman Spectroscopy*, 37, pp. 841-852.

COLOMBAN, Philippe, (2013) – Rocks as blue, green and black pigments/dyes of glazed pottery and enamelled glass artefacts – A review, *European Journal Mineralogy*, 25, pp. 863-879.

DEAGAN, Kathleen (1987) – *Artifacts of the Spanish Colonies and the Caribbean 1500-1800, Vol. 1: Ceramica, Glassware and Beads*, Washington D.C.: Smithsonian Institution Press.

DE WAAL, Danita (2009) – Micro-Raman and portable Raman spectroscopic investigation of the blue pigments in selected Delft plates (17-20th century). *Journal Raman Spectroscopy*, 40, pp. 2162-2170.

GAROFANO, Isabel; ROBADOR, Maria Dolores; PEREZ--RODRIGUEZ, José Luis; CASTAING, Josef; PACHECO, Carlos, DURAN, Allan (2015) – Ceramics from the Alcazar Palace in Seville (Spain) dated between the 11th and 15th centuries: Compositions, technological features and degradation processes, *Journal European Ceramic Society*, 35, pp. 4307-4319.

GOMES Mário Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel (eds.) (2013) – *On the world's trade routes – Portuguese Faience (16th-18th centuries)*, Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências.

GRATUZE, Bernard; SOULIER, Isabelle; BARRADON, Jean-Noel; FOY, Danièle (1992) – De l'origine du cobalt dans les verres, *Revue d'Archéometrie*. 16, pp. 97-108.

GRATUZE, Bernard; SOULIER, Isabelle; BARRADON, Jean-Noel; FOY, Danièle (1995) – The origin of Cobalt blue pigments in French glass from the thirteenth to the eighteenth centuries, in HOOK, Duncan; GAIMSTER, David (eds) *Trade and Discovery: the scientific study of artefacts from Post-Medieval Europe and beyond*, London: British Museum Press, pp. 123-132.

GRATUZE, Bernard; SOULIER, Isabelle; BLET, Maryse; VALLAURI, Lucy (1996) – De l'origine du cobalt: du verre à la céramique, *Revue d'Archéometrie*, 20, pp. 77-94.

JAPERS, Nina (2009) – Schoon en werkrlijk aangenaam. Italiaanse faience uit Nederlandse bodem (1550-1700), *Vormen uit vuur*, 204 (1), pp. 2-31.

JIMENEZ de HARO, Maria Carmen; GOMEZ, Eduardo; LOPEZ, Pina; RUEDA, Mercedes; PEREZ-RODRIGUEZ, José Luis (1994) – Study of the ceramic bisques and glazes from the Mañara palace (Seville, Spain), in *Proceedings of the International Symposium Ceramics Heritage of the 8th CIMTEC*, June 28 to July 2, Florence, Italy, pp. 723-730.

KIRMIZI, Burcu; COLOMBAN, Philippe; QUETTE, Béatrice (2010) – On-site analysis of Chinese Cloisonné enamels from fifteenth to nineteenth centuries, *Journal Raman Spectroscopy*, 41, pp. 780-790.

LOPEZ TORRES, Pina; RUEDA GALÁN, Maria Mercedes (1998) – *La imitation de la "Berettina" en las producionnes Sevillanas in ATTI, XXX and XXXI Convegno Internacionale della Ceramica,* Centro Ligure per la Storia della Ceramica, Albisola: Centro Ligure per la storia della cerâmica, pp. 171-177.

MOLERA, Judit; COLL CONESA, Jaume; LABRADOR, Ana; PRADELL, Trinitat (2013) – Manganese brown decorations in 10th to 18th century Spanish tin glazed ceramics, *Applied Clay Science*, 82, pp. 86-90.

MYERS, Emlen; CARREDANO, Fernando de Amores; OLIN, Jacqueline; PLEGUEZUELO Alfonso. (1992) – Compositional Identification of Seville Majolica at Overseas Sites, *Historical Archaeology*, 26, pp. 131-147.

NEWSTEAD, Sarah; CASIMIRO, Tânia Manuel (2015) – A cerâmica portuguesa no Atlântico Note: o iniciar de um projecto de investigação, *Almadan*, 19 (2), pp. 64-69.

PEARCE, Jacqueline (2007) – An assemblage of 17th-century pottery from Bombay Wharf, Rotherhithe, London SE16, *Post-Medieval Archaeology*, 41 (1), pp. 80-99.

PÉREZ-ARANTEGUI, Josefina; SOTO, Mercedes; CASTILLO, Juan Ramón (1999) – Examination of the 'Cuerda Seca' Decoration Technique Islamic Ceramics from al-Andalus (Spain), *Journal Archaeological Science* 26, pp. 935-941.

PEREZ-RODRIGUEZ, José Luis; MAQUEDA, Celia; JUSTO, Angel; MORILLO, Esmeralda; JIMÉNEZ de HARO, Maria Carmen (1994) – Characterization of decayed ceramic sculptures decorating the Pardon portico of Sevilla Cathedral - Spain, *Applied Clay Science*, 9, pp. 211–223.

RASMUSSEN, Jörg (1989) – *Italian Majolica in the Robert Lehman Collection*, New York: Metropolitan Museum of Art.

RICCI, Giulia; CANEVE, Luisa; PEDRON, Danilo; HOLESH, Nadine; ZENDRI, Elisabetta (2016) – A multispectroscopic study for the characterization and definition of production techniques of German ceramic sherds, *Microchemical Journal*, 126, pp. 104-112.

RRUFF project database, http://rruff.info/ consultada em 2016/2017.

RUFFINI, Andre; GUALTIERI, Sabrina; FABRI, Bruno (2005) – Comparison between Renaissance "Berettino" glazes from some ceramic centres in Northern Italy in KARS, Helena; BURKE, Edmund (eds), in *33rd International Symposium on Archaeometry, Amsterdam: Institute for Geo and Bioarchaeology*, Vrije Universiteit, pp. 1-4.

SIMSEK, Gulsu; CASADIO, Francesca; COLOMBAN, Philippe; BELLOT-GURLET, Ludovic; FABER, Katherine; ZELLEKE, Ghenete; MILANDE, Veronique; MOINET Eric (2014) – On-Site Identification of Early Böttger Red Stoneware Made at Meissen Using Portable XRF: 1, Body Analysis, *Journal American Ceramic Society*, 97, pp. 2745-2754.

VIEIRA FERREIRA, Luís Filipe; FERREIRA MACHADO, Isabel (2007) – Surface Photochemistry: organic molecules within nanocavities of Calixarenes, *Current Drug Discovery Technology*, 4, pp. 229-245.

VIEIRA FERREIRA, Luís Filipe.; CASIMIRO, Tânia Manuel; COLOMBAN, Philippe (2013a) – Portuguese tin-glazed earthenware from the 17th century. Part 1: Pigments and glazes characterization, *Spectrochimical Acta*, Part A, 104, pp. 437-444.

VIERA FERREIRA, Luís Filipe.; FERREIRA MACHADO, Isabel.; FERRARIA, Ana Maria; CASIMIRO, Tânia Manuel; COLOMBAN, Philippe (2013b) – Portuguese tin-glazed earthenware from the 16th century: pigments and glazes characterization, *Applied Surface Science*, 285P, pp. 144-152.

VIEIRA FERREIRA, Luís Filipe; CONCEIÇÃO, David; FERREIRA, Diana; SANTOS, Luís; CASIMIRO, Tânia Manuel; FERREIRA MACHADO, Isabel; (2014) – Portuguese 16th century tiles from Santo António da Charneca's kiln: a spectroscopic characterization of pigments, glazes and pastes, *Journal Raman Spectroscopy*, 45, pp. 838-847.

VIEIRA FERREIRA, Luís Filipe; GONZALEZ, António; PEREIRA, Manuel, SANTOS, Luís, CASIMIRO, Tânia Manuel, FERREIRA, Diana, CONCEIÇÃO, David, FERREIRA MACHADO, Isabel. (2015a) – Spectroscopy of 16th century Portuguese tin-glazed earthenware produced in the region of Lisbon. Ceramics International, 41, pp. 13433-13446.

VIEIRA FERREIRA, Luís Filipe; CONCEIÇÃO, David; FERREIRA, Diana; SANTOS, Luís; PEREIRA, Manuel; CASIMIRO, Tânia Manuel; FERREIRA MACHADO, Isabel (2015b) – Portuguese tin-glazed earthenware from the 17th century. Part 2: a spectroscopic characterization of pigments, glazes and pastes of the three main production centers, Spectrochimica Acta, Part A 149, pp. 285-294.

VIEIRA FERREIRA, Luís Filipe, GOMES, Mário Varela; PEREIRA, Manuel; SANTOS, Luís; FERREIRA MACHADO, Isabel (2016a) – A multi-technique study for the spectroscopic characterization of the ceramics from Santa Maria do Castelo church (Torres Novas, Portugal), Journal Archaeological Science, Rep. 6, pp. 182-189.

VIEIRA FERREIRA, Luís Filipe; GOMES, Rosa Varela; PEREIRA, Manuel; SANTOS, Luís; FERREIRA MACHADO, Isabel (2016b) – A multi-technique study for the spectroscopic characterization of Islamic ceramics found at Silves Castle (8th to 13th centuries), Journal Archaeological Science, Rep. 8, pp. 434-443.

VISINESCU, Diana, PARASCHIV, Carmen; IANCULESCU, Adelina; JURCA, Bogdan; VASILE, Bogdan; CARP, Oana (2010) – The environmentally benign synthesis of nanosized CoxZn1-xAl2O4 blue pigments, Dyes and Pigments, 87, pp. 125-131.

WILCOXEN, Charlotte (1987) – Dutch Trade and Ceramics in America in the Seventeenth Century, Albany: Albany Institute of History and Art.

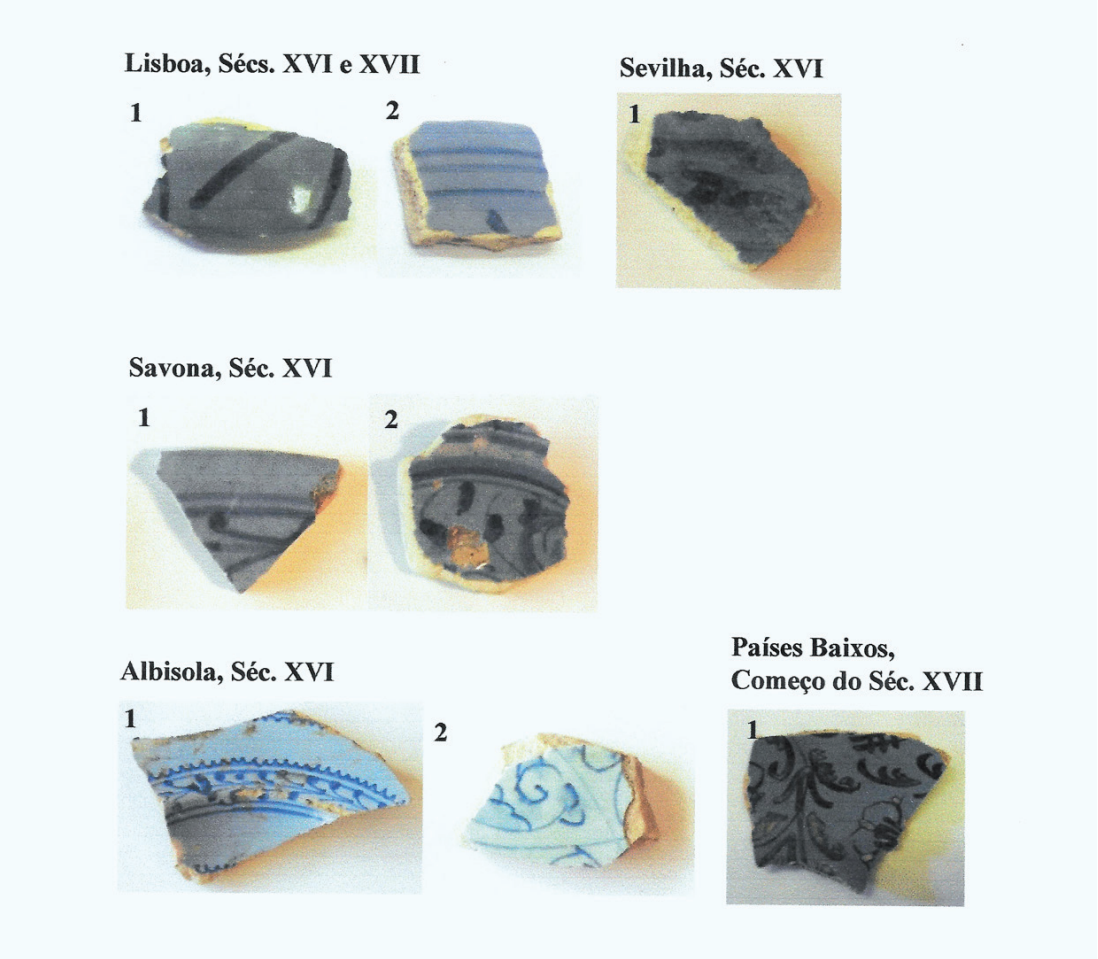


Figura 1 – Amostras de azul sobre azul, Sécs. XVI e XVII.

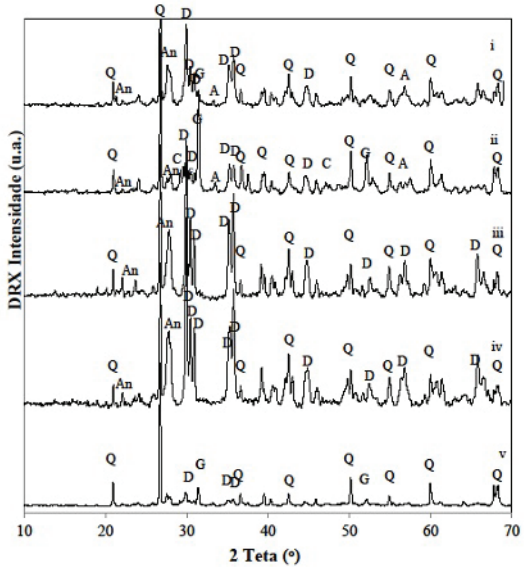


Figura 2 – DRX das amostras azul sobre azul: (i) Lisboa, (ii) Sevilha, (iii) Savona, (iv) Albisola, (v) Países Baixos.

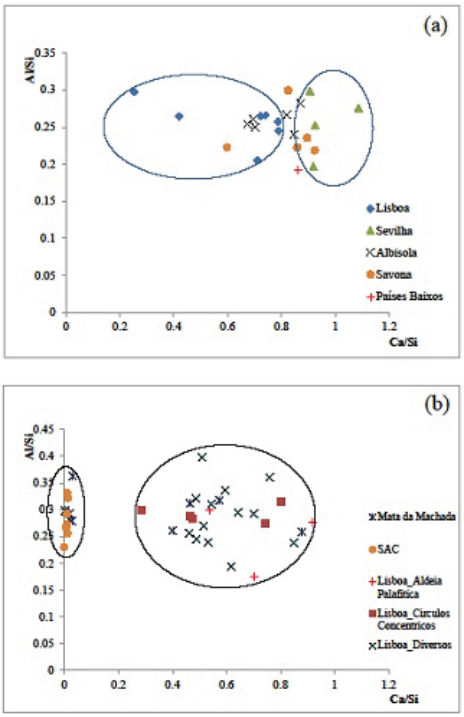


Figura 3 – Al/Si *vs* Ca/Si para amostras azul sobre azul de Lisboa, Sevilha, Savona, Albisola e Países Baixos (a); Al/Si *vs* Ca/Si para amostras de faiança de Lisboa datadas dos Sécs. XVI e XVII (b).

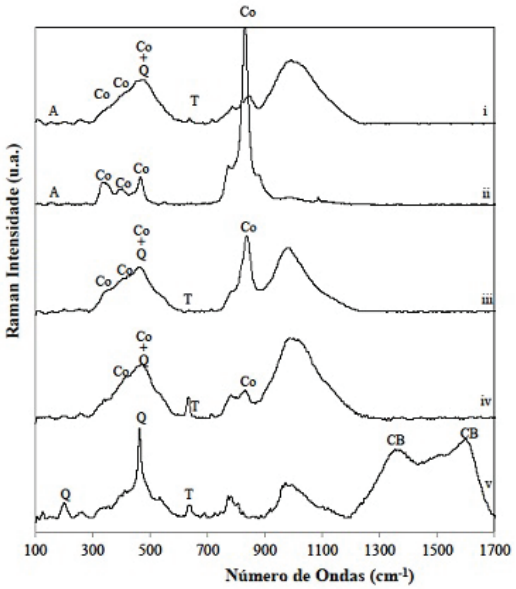


Figura 4 – Raman dos vidrados das amostras azul sobre azul: (i) Lisboa, (ii) Sevilha, (iii) Savona, (iv) Albisola, (v) Países Baixos.

PASTAS			MgO	Al_2O_3	SiO_2	K_2O	CaO	TiO_2	Fe_2O_3	Mn	Rb	Sr	Zr	Nb
Portuguesa, Séc. XVI-XVII	LIS 1	Largo de Santos	2.6	11.4	49.4	2.2	23.1	0.9	10.3	538	358	462	106	22
Sevilha, Séc. XVI	SEV 1	Triana	3.2	12.2	46.8	1.1	27.4	0.9	8.2	1024	31	406	220	24
Ligúria, Séc. XVI	SV 1	Savona	3.4	9.6	49.5	1.5	27.5	0.7	7.6	504	16	266	79	11
	ALB 1	Albisola	3.0	11.0	47.5	2.3	25.2	0.9	9.7	1043	45	363	136	19
	ALB 2	Albisola	3.6	10.8	49.8	2.5	22.7	0.9	9.4	923	55	283	129	17
Países Baixos, Séc. XVII			1.7	8.6	51.7	2.2	28.8	0.7	6.1	561	33	359	133	19

VIDRADOS			MgO	Al_2O_3	SiO_2	K_2O	CaO	TiO_2	MnO	Fe_2O_3	CoO	NiO	CuO	ZnO	As_2O_3	SnO_2	PbO
Portuguesa, Séc. XVI-XVII	LIS 1 - azul	Largo de Santos	1.8	4.9	49.0	3.0	2.3	0.0	0.1	0.7	0.1	0.1	0.0	0.0	3.0	7.9	27.1
Sevilha, Séc. XVI	SEV 1 - azul escuro	Triana	1.9	6.2	54.4	2.2	1.0	0.1	0.1	3.0	1.3	0.7	0.1	0.0	6.1	2.0	21.1
Ligúria, Séc. XVI	SV 1 - azul	Savona	0.0	4.3	52.1	2.9	0.9	0.0	0.1	0.6	0.2	0.1	0.0	0.0	2.3	9.6	26.9
	ALB 1 - azul escuro	Albisola	0.0	5.0	50.9	3.7	4.4	0.0	0.2	0.8	0.9	0.3	0.0	0.0	3.6	5.8	24.4
	ALB 2 - azul leitoso	Albisola	1.7	4.6	61.3	2.9	3.0	0.0	0.1	0.5	0.0	0.0	0.2	0.0	2.2	2.8	20.7
Países Baixos, Séc. XVII	azul com traços escuros		ni/nq	3.6	46.6	4.7	2.0	0.0	6.8	1.2	0.2	0.0	0.1	0.0	1.9	8.5	24.4

Tabela 1 – Resultados da composição química em % em peso para elementos maioritários, minoritários e em partes por milhão (ppm) para elementos vestigiais.

PORTAS DE MADEIRA REUTILIZADAS EM COFRAGENS DE ÉPOCA POMBALINA (CAMPO DAS CEBOLAS, LISBOA)

Cristóvão Fonseca[1], João Miguez[2], José Bettencourt[3], Teresa Quilhó[4], Inês Simão[5], Mariana Mateus[6], Teresa Freitas[7]

RESUMO

Durante os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da implementação do projecto "Desvios dos Serviços Afectados para Construção do Parque de Estacionamento no Campo das Cebolas" foram identificadas diversas infraestruturas em madeira, que serviram de apoio a construções em alvenaria. Entre estas destaca-se a reutilização de portas como cofragem de muros da reconstrução pombalina, após o Terramoto de 1755, pertencendo aos alicerces dos edifícios denominados *Ver-o-Peso*. Pretende-se analisar o contexto destes elementos e caracterizar os processos subjacentes à construção das portas, nomeadamente as técnicas de carpintaria e marcenaria utilizadas, os sistemas de consolidação e as ferragens de fixação ou de fecho. A singularidade destes elementos advém do seu estado de preservação, cronologia (possivelmente anterior ao terramoto) e do facto de, aparentemente, não existirem paralelos no panorama arqueológico nacional e internacional.

Palavras-chave: Portas, Cofragem, Reconstrução pombalina, Arqueologia urbana, Campo das Cebolas.

ABSTRACT

Archaeological excavations during the construction of a park lot at Campo das Cebolas allowed the discovery of several wooden pieces used as a support for masonry constructions. Among them, the reuse of several doors as formwork of walls from *Ver-o-Peso* buildings foundations, constructed after 1755 earthquake. This article aims to analyse the context of these finds as well as identify the processes used to build the doors; namely the carpentry and woodwork techniques, connection patterns and door furniture. The state of preservation, chronology (possibly before the 1755 earthquake) and the apparent absence of national and international parallels makes this a unique find.

Keywords: Doors, Formwork, 18th century, Urban archaeology, Campo das Cebolas.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da colaboração entre o CHAM e a ERA Arqueologia S.A., em intervenções arqueológicas na zona ribeirinha de Lisboa, foram realizados em 2016 trabalhos arqueológicos de escavação e registo de infraestruturas em madeira na sequência da implementação do projecto "Desvios dos Serviços Afectados para Construção do Parque de Estacionamento no Campo das Cebolas". Estas correspondiam, na sua quase totalidade, a grades de madeira, constituídas por longarinas e/ou travessas, apoiadas sobre estacas cravadas no solo, que serviram de base de apoio à construção de estruturas em alvenaria.

Durante a abertura de duas valas (10 e 13) para a instalação de um novo colector de saneamento urbano,

1. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; cristovaofonseca@gmail.com

2. ERA Arqueologia, S.A.; joao.miguez@gmail.com

3. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; jbettencourt.cham@gmail.com

4. Centro de Estudos Florestais (CEF), Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa; terisantos@isa.ulisboa.pt

5. ERA Arqueologia, S.A; inessimao@era-arqueologia.pt

6. ERA Arqueologia, S.A.; marianacpsmateus@gmail.com

7. ERA Arqueologia, S.A; teresafreitas@era-arqueologia.pt

que atravessava a zona central do Campo das Cebolas, a Rua da Alfândega e a Rua dos Bacalhoeiros (Figura 1), foram localizadas portas em madeira, reutilizadas em cofragens em duas infraestruturas distintas.
O presente artigo pretende analisar estas evidências numa dupla perspectiva: enquanto peças reutilizadas em estruturas de cofragem e as portas como elemento arquitectónico.

2. O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

As portas foram localizadas em dois contextos distintos[8]. A porta 10298 surgiu na vala 10 durante a definição e desmonte do alicerce [10069] de uma estrutura com orientação norte-sul, com 1,8 m de largura, 3,4 m de altura e pelo menos 4 m de comprimento (ultrapassando os limites da vala). Este alicerce era construído em alvenaria com pedras calcárias de média dimensão, não afeiçoadas, distribuídas homogeneamente e ligadas por argamassa (mistura de cal e areia). Ocasionalmente surgiam blocos calcários de grande e média dimensão, afeiçoados e agregados no miolo da estrutura, tratando-se eventualmente de reaproveitamentos arquitectónicos.
A porta surgiu em posição vertical no alçado leste desta estrutura, em associação directa desde a sua base, tendo sido utilizada como taipal (Figura 2a). A cota de afectação do projecto não ultrapassou em profundidade o limite inferior da porta, não sendo possível confirmar se existiria algum tipo de articulação com um provável sistema de grelha e estacaria que serviria de base ao alicerce, situação que se verifica nas infraestruturas similares e contemporâneas nas imediações.
Foi possível obter uma sequência cronológica genérica nesta zona. O muro [10069] encontrava-se sobreposto por estruturas associadas ao edifício anexo à Alfândega construído em finais do século XIX, estando depois sobreposto por um depósito [10001], que corresponde a níveis contemporâneos (2ª metade do século XX), de abandono/destruição desse mesmo edifício. A construção da estrutura [10069] veio por sua vez cortar níveis datados do século XVII /1ª metade do século XVIII, alguns possivelmente relacionados com a circulação do Mercado da Ribeira Velha. Assim, a construção/utilização da estrutura [10069] encontra-se balizada entre a 2ª metade do século XVIII e finais do século XIX.
As outras portas [13084] foram localizadas na vala 13 enquanto cofragem de uma estrutura pétrea [13088], com orientação leste-oeste, suportada por grelha e estacaria de madeira [13096], que era por sua vez reforçada por um enrocamento de pedra [13097] (Figura 2b e Figura 2c).
O alicerce de pedra [13088] era composto, na parte superior, por duas lajes calcárias rectangulares, afeiçoadas e de grande dimensão, dispostas perpendicularmente e ligadas por uma argamassa de coloração branca. A restante estrutura era constituída por blocos calcários de grande e média dimensão conglomerados pelo mesmo tipo de ligante.
A estrutura de madeira de suporte deste alicerce era constituída, do topo para a base, por uma sequência de elementos em madeira[9]: duas travessas na horizontal, assentes sobre duas travessas também na horizontal, mas dispostas perpendicularmente em relação às anteriores, por sua vez suportadas por duas estacas na vertical. As ligações entre as várias peças eram asseguradas por pregos em ferro, fixos do topo para a base.
Por sua vez, esta grelha em madeira foi reforçada por um enrocamento de pedra calcária não afeiçoada e com diferentes dimensões, disposta de forma irregular e pontualmente argamassada com ligante de coloração branca[10].
O conjunto de portas, que surgiram entre as cotas 1,61 e 1,14 m em relação ao nível médio do mar, consolidava esta infraestrutura, abrangendo parcialmente em altura o alicerce de pedra e a grade de madeira, estacaria e respectivo enrocamento. Esta estrutura de madeira, incluía um total de 5 ou 6 portas[11] e correspondia a uma cofragem ou caixa de planta rectangu-

8. A descrição dos contextos arqueológicos está naturalmente condicionada aos limites das áreas intervencionadas, dificultando uma leitura global dos mesmos e colocando reservas na interpretação.

9. À semelhança das restantes estruturas de grelhas assentes em estacaria de madeira identificadas durante esta obra e amplamente documentadas no subsolo da Baixa Pombalina (Miranda, 2011, pp. 29 e 30; Durão, 2012, p. 22).

10. Este tipo de consolidação é também comum nestas infraestruturas.

11. Não foi possível reconstituir as portas do perfil leste, que basicamente correspondem à referência 13084H, sendo certa a existência de pelo menos uma porta neste conjunto. Neste caso, verificava-se a presença de diversas tábuas, algumas com diferentes características, sendo possível a reutilização de diferentes elementos de madeira, peças cuja função original se desconhece.

lar com cerca de 210 cm de comprimento, 165 cm de largura e 105 cm de altura. Tinham três alinhamentos, cada um com duas portas (estando por confirmar esta situação no caso do alinhamento leste) encostadas numa das suas faces laterais. As portas dos alinhamentos norte e sul estavam dispostas na horizontal e os elementos do alinhamento leste na vertical[12].

A porta 13084D6, no alinhamento sul, tinha a particularidade de apresentar outros elementos em madeira de pequena dimensão a selar os orifícios, destacando-se a reutilização de um fundo de peça de tanoaria (13084A) pregado sobre o óculo (Figura 2d).

Ao nível da análise estratigráfica verificou-se que esta estrutura, como diversas outras construções de época pombalina agora intervencionadas, se encontrava sobreposta por níveis associados às remodelações do porto de Lisboa, realizadas em finais do século XIX. O muro [13070] corresponderia a uma das vedações do edifício anexo à Alfândega construído nesta altura, tendo aproveitado o alicerce pombalino para seu próprio alicerce, após a demolição dos edifícios do *Ver o Peso*, e exemplificando a constante reutilização de elementos/estruturas mais antigas que caracteriza as diversas realidades aqui intervencionadas. A sua construção (da estrutura [13008]) veio novamente afectar níveis datados do século XVII/1ª metade do século XVIII, associados ao Mercado da Ribeira Velha.

3. AS PORTAS

Na ausência de bibliografia arqueológica específica em Portugal sobre a análise de trabalhos de carpintaria ou marcenaria, o presente estudo foi efectuado tendo em conta os parâmetros e a nomenclatura publicados por Edmundo Tavares (1980). O processo de construção das portas subentende uma cadeia operatória onde o primeiro momento consistiria na agregação das tábuas ao alto, utilizando-se distintos sistemas de ligação (juntas), seguida da consolidação transversal do painel com travessas ou taleiras colocadas no tardoz[13]. Numa fase posterior eram aplicados os elementos funcionais da porta – dobradiças, fechaduras, puxadores, entre outros – aquilo que se designa genericamente como ferragens.

Genericamente, as portas do Campo das Cebolas (Tabela 1, ver pág. seguinte) são de dobrar e de taipal ou painel, pertencendo mais especificamente ao grupo das portas entaleiradas[14], embora se tenha verificado que na maioria dos casos se recorreu a algumas alternativas de construção, que serão mais à frente descritas.

As dimensões genéricas originais são bastante semelhantes, balizando-se entre os 222/211 cm de altura[15], 75/66,5 cm de largura e entre os 4,5/3,9 cm de espessura[16].

As portas de taipal são constituídas por três tábuas ao alto, com larguras entre de 27 e 20 cm, que se ligam de par entre si através das suas juntas longitudinais. Na maioria dos casos a face[17] mostra-se lisa, ostentando apenas um chanfro na zona de junção das tábuas ao alto (Figura 5b). Exceptuando-se a porta 13084H (Figura 3) que ostenta uma almofada[18] que ocupava uma largura de 32 cm do painel, com 6,5 cm de espessura máxima (Figura 7d). A ausência de uma das tábuas ao alto, localizada numa das extremidades laterais da porta, indica que a almofada ocupava a zona central da largura do painel.

A ligação das tábuas ao alto é assegurada em toda a sua extensão vertical por dois sistemas de encaixe distintos. Um destes sistemas, verificado nas portas 10298 e 13084I, é o da junta macho-fêmea (Figura 5a), com secção de 1,4 cm de largura por 1,1 cm de espessura. Nas restantes portas, as tábuas ao alto estão acopladas através de tiras de madeira (talão) embutidas longitudinalmente nas faces laterais (Figura 5b). Os talões apresentam dimensões bastante variáveis,

12. O alicerce prolongava-se no sentido oeste para além do limite da vala, pelo que se desconhece a solução técnica adoptada.

13. Parte interior da porta.

14. As portas de dobrar subentendem o "chamado *movimento de dobrar*, ou seja, o movimento em que as *folhas*, ao abrir e fechar os vãos de que fazem parte, descrevem arcos em torno dos centros formados pelos eixos das dobradiças a que se articulam" (Tavares, 1980, p. 10).

15. A porta 13084D1-D2-D3 tem uma extensão superior, cerca de 258 cm no total, que poderá associar-se a um acrescento em altura entre 70 a 45 cm.

16. Valores de espessuras superior ao mínimo necessário (3,5 cm) para não serem enfraquecidas pelas cavidades interiores (Tavares, 1980, p. 32); apenas a porta 13084 apresenta espessura máxima superior (6,5 cm), pois tem almofada à face (Figura 3).

17. Parte exterior da porta.

18. Patente em cerca de 158 cm da extensão vertical preservada, subentende-se que se prolongaria em toda a sua altura original.

ID	Localização *in situ*	Altura (cm)	Largura (cm)	Espessura (cm)	Sistema de ligação das tábuas ao alto	Sistema de fixação transversal do painel	Sistema de fecho	Entalhes no tardoz para ferragens	Outras características e observações
10298	Vala 10; paramento leste; na vertical	221	73	4,2	Junta macho-fêmea	Travessas à cola	Único	Sim	Incisões de círculos concêntricos na face; travessas apoiadas no tardoz; com aldraba; indícios de chapeamento metálico na parte inferior da face.
13084D1-2-3	Vala 13; paramento sul; na horizontal; topo	258	68	4,5	Junta de talão	Travessas à cola	Dupla	Não	Possível acrescento em altura entre 70 a 45 cm.
13084D6	Vala 13; paramento sul; na horizontal; base	220,5	65,5	4,4	Junta de talão	Taleiras	Dupla	Não	Óculo redondo de visualização, tapado *in situ* por fundo ou tampo de peça de tanoaria; indícios de fechos verticais.
13084H	Vala 13; paramento leste; na vertical	>158	66	6,5/4,5	Junta de talão	Travessas à cola	Indeterminado[19]	Sim	Almofada na face; espessura máxima inclui almofada.
13084I	Vala 13; paramento norte; na horizontal; topo	222	75	4,2	Junta macho-fêmea	Travessas à cola	Único	Sim	Travessa colocada na face; com dobradiça.
13084K	Vala 13; paramento norte; na horizontal; base	211	66	3,9	Junta de talão	Travessas à cola	Única	Sim	Com dobradiça.

Tabela 1 – Principais características das portas do Campo das Cebolas.

com larguras entre os 3,2 e 1,9 cm e espessuras entre os 1,3 e 0,6 cm de espessura.

As tábuas ao alto são consolidadas no sentido transversal por outras tábuas, dispostas a distâncias regulares, garantindo solidez e indeformabilidade à estrutura. Também aqui se observam dois processos distintos. A quase totalidade das portas apresenta três tábuas no tardoz, designadas como travessas, com cerca de 65 cm de extensão, 16 cm de largura e 4 cm de espessura máxima. Tratam-se de travessas à cola (Figura 5c e 6b), pois são parcialmente embutidas num entalhe/calha de secção trapezoidal, aberto na espessura das próprias tábuas ao alto, com profundidades que não ultrapassam 2 cm. As travessas apresentam arestas boleadas ou chanfradas, sendo nalguns exemplares difícil identificar o perfil devido à erosão das superfícies.

A consolidação do painel não é feita por travessas visíveis apenas na porta 13084D6, recorrendo-se nesse caso a tiras de madeira inseridas transversalmente em entalhes abertos no centro da espessura das tábuas ao alto, designadas por taleiras (Figura 4 e Figura 5d). Estas taleiras, com 21 cm de largura e 0,6 cm de espessura, constituem-se assim como travessas interiores, colocadas em duas metades e batidas a maço, uma em cada lado do painel, perfurando a espessura do mesmo de modo a pressionar e agregar as tábuas (Tavares, 1980, p. 32).

A ligação travessa-painel é ainda consolidada através de diferentes pregaduras. A grande maioria corresponde a pregos em ferro com secção quadrada com 0,3/0,5 cm, cujo número exacto é por vezes de difícil percepção, mas que não ultrapassariam as 15 unidades por travessa. Alguns destes pregos, entre 7 a 8, serviam igualmente para fixar as dobradiças embutidas na travessa, introduzidos aparentemente da face para o tardoz, atravessando todo o maciço da porta. Nos casos das portas 13084H, 13084I e 10298 a cabeça destas fixações, dispostas na face, apresenta-se em forma de tacha de maiores dimensões, com diâmetros que chegam aos 3,5 cm (Figura 6a). Na face da porta 13084D6 figuram pregos de ponta dobrada (situação bastante evidente no alinhamento da travessa inferior) o que subentende uma fixação no sentido contrário às anteriores, ou seja, do tardoz para a face da porta (Figura 4). Nas portas 10298, 13084D1-2-3 e 13084D6 verifica-se ainda, embora de forma pontual, a presença de algumas cavilhas em madeira de secção circular com diâmetros entre os 1,3 e 0,8 cm.

19. Porta não se encontra completa na parte onde poderia figurar algum vestígio de sistema de fecho.

Além da pregadura, as portas recebiam várias ferragens que foram quase todas retiradas antes da reutilização, ficando apenas registadas pelos entalhes ou concreções.

Entre estas ferragens destacavam-se as dobradiças. Cada travessa recebia uma dobradiça de leme longo embutida em entalhes[20], com dimensões com cerca de 35 cm de extensão e 10 cm de largura (Figura 6b). Apenas em dois casos (portas 13084I e 13084K) se conservou parte da ferragem da dobradiça de ligação à ombreira, mas em mau estado de conservação, impossibilitando a sua caracterização.

As portas teriam também várias peças metálicas relacionadas sobretudo com os sistemas de fecho. A instalação destes sistemas era efectuada através da colocação de ferragens em entalhes, em momento posterior à consolidação transversal do painel, verificando-se em vários casos o corte das travessas à cola ou das taleiras. Em diversas portas (excepto 13084D1-2-3 e 13084D6) existem entalhes rectangulares com várias dimensões localizados no tardoz ao centro (junto à zona onde estariam os puxadores), no topo ou na base, que seriam muito provavelmente utilizados na fixação dos próprios puxadores, dos trincos ou de espelhos decorativos (Figura 6c).

Todas as portas[21] apresentam evidências da colocação de sistemas de fecho que não se conservaram na maior parte dos casos (Figura 6d). Estas correspondem a entalhes para as fechaduras com formas quadrangulares ou rectangulares, de dimensões variáveis, embutidas na madeira do tardoz da porta[22]. Estas fechaduras eram fixas com pregos de ferro de secção quadrangular com diferentes dimensões, entre os 2,6 e os 0,5 cm de secção.

Em duas portas (13084D1-2-3 e 13084D6) verificou-se ainda a utilização de puxadores, evidentes em orifícios que serviram para fixar os espelhos, que enquadravam o eixo de passagem do puxador. Localizados nos quatro cantos do espelho, estas fixações são por vezes embutidas em cavidades de secção circular com cerca de 3 cm de diâmetro, verificando-se que na porta 13084D1-2-3 a maioria destes entalhes correspondia a losangos com 2,9 cm de dimensão máxima. Pelo menos na porta 13084D6 foram também registados quatro conjuntos de entalhes e orifícios alinhados ao longo de toda a extensão vertical da porta, que poderão ter suportado fechos verticais[23] (Figura 4).

Algumas portas apresentam características específicas. A face da porta 10298 (Figura 3) apresenta diversas incisões localizadas no centro do painel, onde se destacam conjuntos de círculos concêntricos com diâmetros entre os 20,8/10,8 cm, cuja funcionalidade se desconhece. As travessas desta porta eram apoiadas por pequenas cunhas em madeira fixas ao tardoz, imediatamente abaixo da respectiva travessa. Esta também é a única que conserva um puxador fabricado em ferro, constituído por uma argola em forma de pêra e com cerca de 11 cm de altura por 10 cm de largura (Figura 7a). Este apresenta a forma típica das aldrabas, embora não tenha qualquer ligação a um trinco de abertura como era usual nesta tipologia[24]. Esta peça está sobre uma chapa de fixação recortada. Observam-se ainda alinhamentos horizontais e verticais de pequenos orifícios associáveis a pregadura metálica (secção quadrangular com cerca de 0,2/0,3 cm de lado), que deveriam fixar um chapeamento possivelmente no mesmo tipo de material, e que serviria de protecção e reforço da parte inferior da porta, zona que se degrada mais rapidamente (Figura 7c).

O exemplar 13084D6 destaca-se por ser o único com uma consolidação transversal feita com recurso a taleiras, como foi anteriormente descrito, mas também por apresentar um óculo redondo no centro do painel e a uma altura de cerca de 177 cm em relação à base, podendo ser interpretada como uma abertura de visualização. A abertura do óculo mede 18 cm de diâmetro e observa-se o entalhe do caixilho na face, também circular com cerca de 21 cm de diâmetro, onde estaria encastrado o vidro (Figura 7b).

Finalmente, refira-se ainda a existência de uma travessa colocada na face da porta 13084I, no mesmo

20. Durante a escavação/desmonte do alicerce [13088], cuja construção se apoiou parcialmente na cofragem criada pelas portas, foram identificadas duas ferragens destas dobradiças.

21. Excepto a 13084H, que se explicará por não se encontrar preservada em toda a sua largura, nomeadamente o lado onde figurariam as fechaduras.

22. A porta 10298 tem ainda a fechadura metálica preservada com 21 cm de altura e 10 de largura (Figura 6c).

23. Durante a escavação e desmontagem da estrutura pétrea [13088], cuja construção se apoiou parcialmente na cofragem criada pelas portas, foi identificada uma estaca de ferro (13084J) com cerca de 95 cm de comprimento, que poderá ser uma destas trancas verticais.

24. Hall, Linda *Early and Vernacular Door Fittings*. Disponível em http://www.buildingconservation.com/articles/doors/ door_furniture.htm, consultado em Junho de 2017.

alinhamento que uma das travessas das extremidades do tardoz, cuja função exacta se desconhece, mas que talvez já tenha sido colocada num contexto de reutilização da porta.

4. ANÁLISE, CARACTERIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA MADEIRA

Foram analisadas ao microscópio duas amostras de madeira referentes às portas 13084D1-2-3 (amostra 1) e 10298 (amostra 2), no sentido de documentar os dois contextos arqueológicos quanto à identificação da espécie arbórea, da vala 13 e da vala 10 respectivamente.

Metodologia

Os critérios de recolha tiveram em conta uma selecção das áreas com o máximo de informação possível, considerando os objectivos definidos, mas também que interfiram o mínimo possível na estrutura original do elemento, procurando a manutenção das zonas mais bem conservadas.

Para a análise microscópica prepararam-se provetes de madeira que foram incluídos em polietileno – glicol 1500 (Barbosa & *alii.* 2014) e seccionados no micrótomo de deslize segundo as secções transversal, tangencial e radial; os cortes histológicos de espessura fina (17 a 20 μm) foram corados com Safranina e concluiu-se a montagem de lâminas em Entellan.

Adicionalmente de cada amostra de madeira retirou-se material para dissociação dos tecidos, feita em ácido acético e água oxigenada, 30 volumes (1:1), 48h em estufa a 60ºC. Os elementos dissociados foram corados com Safranina e procedeu-se a montagem de lâminas. Realizaram-se fotomicrografias com câmara Nikon Microphot-FXA que ilustram a estrutura da madeira. A análise estrutural da madeira foi feita consoante as normas Internacionais da Associação dos Anatomistas da Madeira (IAWA, 1989; IAWA, 2004). Os resultados obtidos foram comparados com bibliografia (Freitas, 1963; Miles 1978; Détiene & Jacquet, 1983; Mainieri & Chimelo, 1989; Ilvessalo-Pfaffli, 1995; Carvalho, 1997) e consulta de base de dados quando necessário.

Resultados

A análise efectuada às amostras de madeira pela estrutura interna revelou a presença de uma conífera (amostra 1) e de uma folhosa (amostra 2).

Para a identificação da madeira das coníferas (IAWA, 2004) foram consideradas várias características tais como: desenvolvimento do lenho de início/lenho de fim de estacão no anel de crescimento; presença/ausência de canais de resina transversais e radiais; pontuações dos traqueídos longitudinais; parênquima; composição dos raios; localização e espessamento da parede dos traqueídos radiais (liso, denticulado, reticulado); pontuações do campo de cruzamento (tipo, número, distribuição).

Características identificadas na amostra 1:

- Anéis de crescimento bem definidos, maioritariamente com lenho de início de estação superior ao lenho de fim de estação; traqueídos longitudinais de início de estação de maior diâmetro e menor espessura de parede comparativamente com os de fim de estação. Transição rápida do lenho inicial para o final (Figura 8a);
- Canais de resina presentes, longitudinais e transversais (Figura 8a e Figura 8b);
- Parênquima axial ausente;
- Raios unisseriados e fusiformes estes com canal de resina (Figura 8b);
- Raios heterocelulares: células de parênquima radial e traqueídos radiais marginais (Figura 8d);
- Parede interna dos traqueídos radiais é de tipo denticulado concrescente (Figura 8d);
- Pontuações do campo de cruzamento: pontuação fenestriformes, grandes rectangulares por vezes arredondadas, 1 – 2 por campo de cruzamento (Figura 8c1 e Figura 8c2).

O estudo microscópico realizado na amostra, assim como o estudo comparativo feito a partir de observações em amostras perfeitamente identificadas da xiloteca, e pela consulta bibliográfica realizada (Ilvessalo-Pfaffli, 1995; Carvalho 1997), permite concluir que a estrutura se enquadra na estrutura da madeira de *Pinus sylvestris*, designada genericamente por Pinho silvestre ou Casquinha.

Para a identificação da madeira da folhosa (IAWA, 1989) foram consideradas características tais como: presença ou ausência de camadas de crescimento; tipo de porosidade; arranjo e distribuição, forma e dimensão dos elementos vasculares; tipo de perfuração; pontuações da parede intervasculares; tipo de parênquima, formas de distribuição e abundância; presença/ausência de fibras septadas; raios: composição e nº de células em largura e altura; estrutura estratificada (presença/ausência); presença/ausência de estruturas secretoras células oleíferas, canais intercelulares, tubos taniníferos e de cristais e inclusões gomosas.

Características identificadas na amostra 2, com diferentes pontos de amostragem:

– Camadas de crescimento indistintas ou pouco distintas através de diferente espessamento das fibras ou linhas ténues de parênquima (Figura 8e);
– Porosidade difusa, poros solitários na maioria e ainda agrupados radialmente 2-4 (Figura 8e-h);
– Elementos vasculares com perfuração simples e pontuações intervasculares alternas (Figura 8k);
– Elementos vasculares de diâmetro 100-200 µm, variando de <= 5vasos/mm20u 5-20 vasos/mm2;
– Gomas e outros depósitos nos vasos (Figura 8e e Figura 8j);
– Fibras não septadas (Figura 8k-l);
– Axial parênquima vasicentrico, aliforme com alas curtas e extensão losangular, paratraqueal unilateral, alguma confluência, finas linhas marginais (Figura 8e-h);
– Raios exclusivamente unisseriados (Figura 8i), homogéneos de células prostradas (Figura 8j) e estratificados (Figura 8i);
– Cristais prismáticos presentes; séries cristalíferas (Figura 8l).

A amostra analisada apresentou características anatómicas de uma madeira tropical, desconhecendo-se, no entanto, a sua proveniência geográfica. Dada a diversidade de estruturas de madeiras, fez-se o cruzamento das observações realizadas ao microscópio com os dados existentes na base de dados da InsideWood para possível identificação da amostra[25].

Da pesquisa resultou um output que incluía diversas FAMILIAS, tais como Leguminosae (Caesalpinoidea, Mimosoidea, Papilionoidea), Sapindacea e Zygophyllceae e dentro das quais alguns géneros, *Brachystegia sp., Cordyla sp., Albizia sp., Centrolobium sp., Dalbergia sp. Dipteryx sp., Machaerium sp., Pterocarpus sp., Guaiacum sp.* entre outros.

Uma análise filtrada e resultante da observação em diferentes campos de amostragem possibilitou verificar que a amostra em causa tem uma estrutura semelhante podendo enquadrar-se provavelmente na estrutura do *Centrolobium sp.* (Leguminosae, Fabaceae) uma vez que são assinaladas em simultâneo, características de grande valor taxonómico como sejam todos os raios unisseriados, homogéneos de células procumbentes e estratificados, facto não verificado para outros géneros e espécies acima referidos. Não foi possível a comparação com amostras de madeira por não existir exemplar na xiloteca; a comparação foi documental (Freitas, 1963; Miles, 1978; Mainieri & Chimelo 1989; Carvalho 1997).

De nome vulgar ARARIBÁ, trata-se de uma madeira de origem no Brasil referenciada em literatura como dentro das "madeiras de lei", dadas as suas propriedades físicas de durabilidade e trabalhabilidade. Como principais aplicações destaca-se confecção de mobiliário de luxo, peças torneadas, peças estruturais, tábuas e tacos para soalhos e construções externas (Mainieri & Chimelo, 1989).

5. DISCUSSÃO

Há dois aspectos a considerar nesta análise. O primeiro diz respeito à reutilização das portas em novas construções, o que tem implicações no estudo da evolução urbana daquela área da cidade e na datação das portas; o segundo corresponde ao estudo técnico daquelas enquanto elemento arquitectónico.

A partir da análise da cartografia e iconografia disponível[26] é possível perceber que todo o espaço onde se identificaram as portas do Campo das Cebolas corresponde genericamente à Praça da Ribeira ou Mercado da Ribeira Velha, que se manteve como um amplo terreiro até ao Terramoto de 1755 (Figura 9a). Toda esta área é referida como um dos mais importantes mercados da cidade (Vieira da Silva, 1987, p. 143), materializado num conjunto de cabanas ou alpendres compridos (Castilho, 1941; Oliveira, 1991), dispersos pela praça, cujas fundações seriam ligeiras ou mesmo inexistentes.

De facto, foi com a reconstrução ocorrida após a catástrofe de meados do século XVIII que este espaço sofre uma considerável transformação ao nível do seu urbanismo, surgindo novas áreas edificadas, embora mantendo o seu cariz portuário e mercantil. Numa perspectiva geral, os vários documentos topográficos permitem documentar esta rápida evolução urbanística da nova frente ribeirinha durante a segunda metade da centúria de setecentos e ao longo

25. 2004-onwards: http://insidewood.lib.ncsu.edu/search, consultado em Junho de 2017.

26. Painéis de azulejos (nomeadamente o Grande Panorama de Lisboa) dos séculos XVII e inícios do século XVIII; "Vista de Lisboa do Castelo de Weilburg" do século XVII; Panorâmica da cidade de Lisboa em 1619 de João Baptista de Lavanha; planta de João Nunes Tinoco de 1650.

do século XIX, nomeadamente no que toca à construção de novos edifícios. Por exemplo, a Carta Topográfica de Lisboa de Duarte Fava de 1772/1826 (Figura 9 b) e a Planta Topográfica de Lisboa de c. 1780, mostram que entre 1755 e a década de 1770 terão sido construídos diversos edifícios mercantis no Campo das Cebolas, nomeadamente o primeiro edifício de *Ver o Peso*, a oeste, e outras estruturas mais pequenas, a leste[27]. Na Carta Topográfica de Lisboa de Filipe Folque de 1856/1858 (Figura 9 c) verifica-se que as estruturas mais pequenas foram substituídas pelo segundo edifício de *Ver o Peso*, que ainda não aparece em cartografia de 1812[28].

Este quadro permite-nos uma abordagem mais específica aos dois contextos agora publicados, através da análise cruzada dos dados arqueológicos e cartográficos. Por um lado, o alicerce da vala 10 pode ser interpretado como parte da fachada leste do edifício maior de *Ver o Peso* (1755/1780) (Simão *& alii*., no prelo). Este contexto, também em articulação com outros conjuntos de estruturas identificadas durante os trabalhos arqueológicos, corresponde genericamente a uma realidade deposicional e construtiva associada à reconstrução pombalina desta área, que veio afectar os contextos mais antigos. De facto, a sua construção foi realizada sobre um conjunto de depósitos com materiais dos séculos XVII/XVIII, provavelmente associados à limpeza/aterro da área após o terramoto de 1755 (Simão *& alii*., no prelo).

Por outro lado, o complexo infraestrutural da vala 13 pode corresponder a parte do alicerce de algum dos edifícios mais pequenos localizados a leste e contemporâneos do primeiro edifício de *Ver o Peso* (1755/1780) ou a parte da fachada norte do edifício de menor dimensão com o mesmo nome, mais recente, ali construído na 1ª metade do século XIX, como se depreende pelo que foi referido anteriormente (Simão *& alii*., no prelo).

Embora muito afectada pelas alterações contemporâneas associadas às obras do porto de Lisboa, a estratigrafia permitiu-nos compreender que a sua construção foi realizada sobre níveis datados da 2ª metade do século XVII/1ª metade do século XVIII, não tendo sido possível, no entanto, aferir uma cronologia mais fina que esclareça esta dúvida.

Ainda assim, é provável que esta reutilização tenha sido efectuada nos alicerces das estruturas construídas após o terramoto, o que poderia sugerir uma cronologia pombalina ou mais provavelmente pré-pombalina e um reaproveitamento destas a partir dos escombros do Terramoto de 1755. De facto, que tenhamos conhecimento, a reutilização de portas em tão grande número em cofragens é uma solução sem paralelo em contextos arqueológicos, só explicável em situação de catástrofe, até porque este é um elemento de longa duração, como se verifica pela presença de portas centenárias em vários edifícios[29]. Esta hipótese parece sair reforçada pelo facto destes elementos mostrarem elevada qualidade construtiva e um estado de conservação e robustez bastante razoáveis, estando por isso em condições de utilização na sua função original.

Outro aspecto interessante diz respeito ao facto das portas terem sido abandonadas no cofre, o que não acontece em alicerces similares. Há duas hipóteses de explicação para esta opção. Em primeiro lugar, esta solução pode estar relacionada com necessidades especiais de construção da estrutura que suportava, nomeadamente com a presença de sedimentos em zona encharcada. Em segundo lugar, pode ter a ver com a abundância de restos em madeira em escombros de edifícios onde existia uma urgência na reconstrução, facilmente enquadrável no fenómeno catastrófico do pós-terramoto de 1755. Esta ideia de "enterramento" e abandono das anteriores e diferenciadas realidades urbanísticas e arquitectónicas é reforçada pelo princípio linear e de esquadria característico do plano de reconstrução da Baixa de Lisboa, onde segundo o Engenheiro-Mor do Reino Manuel da Maia cada rua teria "a mesma simetria em portas, janelas e alturas" (França, 1989, p. 18). A aplicação deste princípio não permitiria reaproveitar as portas ainda em bom estado descobertas durante a limpeza dos escombros, tal como aconteceu aliás com cantaria, comum em contextos desta época (Neves *& alii*., 2012, p. 624).

27. Estas estruturas poderiam corresponder a "barracas" que testemunhariam uma continuidade do antigo mercado da Ribeira Velha, referindo José Castilho (1941, p. 204) que "…o plano de 1807 ainda nos mostra, ao Nascente da Alfandega, um acervo de casinholas, que devem ser o celebre Malcosinhado", que terão perdurado até 1834.

28. Planta de Lisboa, elaborada em 1812 sob a direcção do Marechal Duque de Wellington.

29. Hall, Linda *Early and Vernacular Door Fittings*. Disponível em http://www.buildingconservation.com/articles/doors/door_furniture.htm, consultado a 30 de Junho de 2017.

Na reutilização das portas verificaram-se algumas alterações relevantes. A primeira corresponde à quase inexistência de ferragens, nomeadamente de dobradiças e fechaduras, que podem ter sido reutilizadas ou constituírem um obstáculo na obtenção de um perfil o mais liso e plano possível, subentendendo a sua remoção prévia, corroborada pela identificação de vários destes elementos no próprio alicerce construído. A preocupação com a regularidade parece ser confirmada pela utilização da face do painel no contacto directo com a infraestrutura a construir em todos os casos, aproveitando a sua regularidade, em detrimento do tardoz onde existiam travessas. Não é, no entanto, de excluir a hipótese desta opção construtiva estar simplesmente relacionada com a maior facilidade de fixação oferecida pelas travessas e outras irregularidades do tardoz, até porque os alicerces ficavam enterrados e invisíveis. Finalmente refira-se ainda uma preocupação em selar orifícios, onde se destaca uma também reutilização de um fundo de peça de tanoaria para selar o óculo de uma porta.

A análise técnica das portas nesta fase é mais difícil porque não existem antecedentes na investigação arqueológica em Portugal. Não se verifica um padrão nas técnicas ou sistemas construtivos que esteja associado a um ou outro contexto, apenas algumas especificidades e preocupações decorativas, nomeadamente no caso das portas 10298 da vala 10, 13084H e 13084D6 na vala 13. Todas seriam certamente portas de exterior, eventualmente em contacto directo com a rua, considerando a robustez, espessura e a presença de sistemas de fecho, por vezes duplo e com segurança reforçada. Neste contexto destaca-se o caso da porta 13084D6, que para além de ter duplo fecho e uma possível tranca vertical, tem um óculo para visualização.

O estudo técnico também dificulta a confirmação da datação, provavelmente anterior ao terramoto por se encontrarem em cofragem de construções de época pombalina, uma vez que não existem paralelos no panorama arqueológico nacional. No entanto, o puxador em forma de aldraba da porta 13084D6 tem paralelos em Inglaterra, onde esta tipologia foi muito utilizada até finais do século XVII[30] e os óculos eram frequentes em edifícios do século XVII da cidade do Porto (Santos, 2013, p. 17).

Destaque ainda para o facto da porta 10298 da vala 10 ter sido construída com recurso a madeira tropical, provavelmente brasileira, tornando-se mais uma prova da dinâmica mercantil ultramarina que existiria à época e que apresenta características naturais ideais e apropriadas para o trabalho de marcenaria e para uma utilização em construções de exterior.

Em suma, as portas do Campo das Cebolas são um achado singular em Portugal, correspondendo a elementos com valor arqueológico e patrimonial muito elevado, que justificam a sua preservação de modo a permitir um estudo mais aprofundado e uma possível musealização.

30. Hall, Linda *Early and Vernacular Door Fittings*. Disponível em http://www.buildingconservation.com/articles/doors/door_furniture.htm, consultado a 30 de Junho de 2017.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a todos os colegas que de alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho nomeadamente nos trabalhos de campo e de gabinete, assim como a bibliografia cedida: Ana Olaio, Andrea Martins, Andreia Torres, Artur Rocha, César Neves, Cristiana Alves (trabalho laboratorial – cortes na madeira e montagem de lâminas), Hugo Silva, José Nuno Gomes, Pedro Angeja, Pedro Seixas, Regis Barbosa, Rodrigo Banha da Silva, Tena Festini e Tiago Silva.

Lisboa, Junho de 2017

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, António; PACE, Marcelo; WITOVISK, Luciana; ANGYALOSSY, Veronica (2010) – A new method to obtain good anatomical slides of heterogeneous plant parts. *IAWA Journal*. 31, pp. 373-383.

CARVALHO, Albino (1997) – *Madeiras portuguesas: Estrutura anatómica, propriedades, utilizações*. Vol. II. Lisboa: Direção Geral das Florestas.

CASTILHO, Júlio de (1941) – *A Ribeira de Lisboa. Descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos o Velho*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal.

DÉTIENE, Pierre; JACQUET, Paulette (1983) – *Atlas d'identification des bois de l'Amazonie et régions voisines*. Nogent-sur-Mane: Centro Technique Forestier.

DURÃO, Vitor (2012) – Análise Urbana de Territórios Construídos. Os Aterros na Baixa e na Frente Ribeirinha de Lisboa, Portugal. *Revista da Gestão Costeira Integrada*. Lisboa: Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. Vol. 12. N.º 1.

FRANÇA, José (1989) – *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa-Ministério da Educação.

FREITAS, Maria de (1963) – *Madeiras da Índia Portuguesa*. Memórias da Junta de Investigações do Ultramar. Segunda série. 47. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

IAWA Committee (1989) – *IAWA list of microscopic features for hardwood identification. IAWA Bull.* 10, pp. 219-332 (booksandjournals.brillonline.com, consultado em Junho de 2017).

IAWA Committee (2004) – *IAWA list of microscopic features for softwood identification. IAWA Bull.* 25, pp. 1-70 (booksandjournals.brillonline.com, consultado em Junho de 2017).

ILVESSALO-PFAFFLI, Marja-Sisko (1995) – *Fiber Atlas: Identification of papermaking fibers*. Berlin: Springer Series in Wood Science.

MAINIERI, Calvino e CHIMELO João Peres (1989) – *Fichas de características das Fiber Atlas: Identification of papermaking madeiras brasileiras*. São Paulo: IPT. 2ª ed.

MILES, Anne (1978) – *Photomicrographs of world woods*. London: London HMSO.

MIRANDA, Frederico de (2011) – *Caracterização dos Edifícios Pombalinos da Baixa de Lisboa*. Tese de Mestrado Integrado em Engenharia Civil – Perfil de Construção, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. [Texto policopiado] (https://run.unl.pt/bitstream/10362/5964/1/Miranda_2011.pdf – consultado em Junho de 2017).

NEVES, César; MARTINS, Andrea; LOPES, Gonçalo; BLOT, Maria Luísa (2012) – Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio (Lisboa): identificação de vestígios arqueológicos de natureza portuária num subsolo urbano. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José António, eds. – *Velhos e novos mundos: estudos de arqueologia moderna*. Lisboa: CHAM, pp. 613-626.

OLIVEIRA, Frei Nicolau de (1991) – *Livro das Grandezas de Lisboa (edição de 1620)*. Lisboa: Edições Vega.

SANTOS, Beatriz (2013) – *O Novo Velho. A Reabilitação da "Casa" Burguesa Portuense. Os Processos Construtivos Tradicionais e a Regulamentação Atual*. Tese de mestrado em Arquitectura, Universidade Lusófona do Porto.

SIMÃO, Inês; MIGUEZ, João; MACEDO, Marta; FREITAS, Teresa; FONSECA, Cristóvão e BETTENCOURT, José (no prelo) – *Empreitada de obra pública para execução dos desvios dos serviços afectados para construção do parque de estacionamento no Campo das Cebolas, Lisboa – Relatório final dos trabalhosa arqueológicos*. Cruz Quebrada-Dafundo: ERA-Arqueologia, S.A.. [Texto policopiado].

TAVARES, Edmundo (1980) – *A madeira na construção civil. Portas e sua construção*. Lisboa: Cop. Trab. Graf. Scael [Texto policopiado].

VIEIRA DA SILVA, Augusto (1987) – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal. Vol. II. 2ª edição.

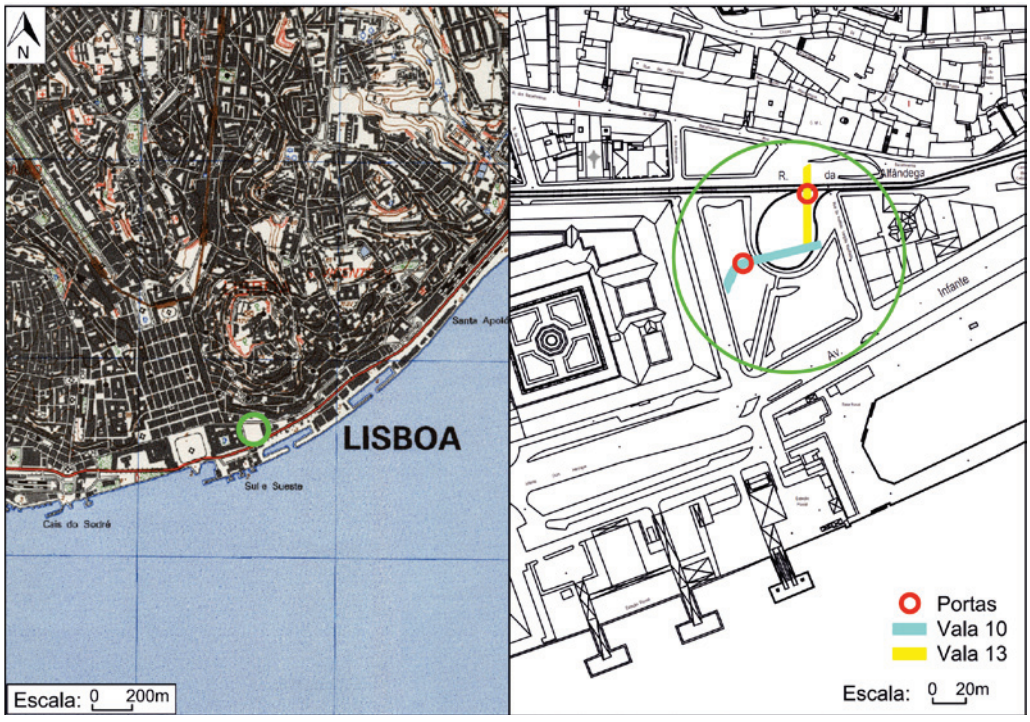


Figura 1 – Localização do sítio arqueológico e das valas de sondagem sobre excerto da C.M.P. (folha 431, IGeoE) e sobre levantamento topográfico de Lisboa.



Figura 2 – As portas em madeira *in situ*: a) Vista a partir de leste da porta 10298 da vala 10; b) Vista a partir de sul da cofragem [13084] da vala 13, após remoção das portas do alinhamento sul, escala 30 cm; c) Vista de topo da cofragem [13084], escala 30 cm; d) Vista a partir de sul do alinhamento sul da cofragem [13084], onde se observa o fundo de peça de tanoaria que fecha o óculo da porta 13084D6.



Figura 3 – Ortofoto da porta 10298 e desenho sombreado da porta 13084H, a partir do modelo tridimensional.

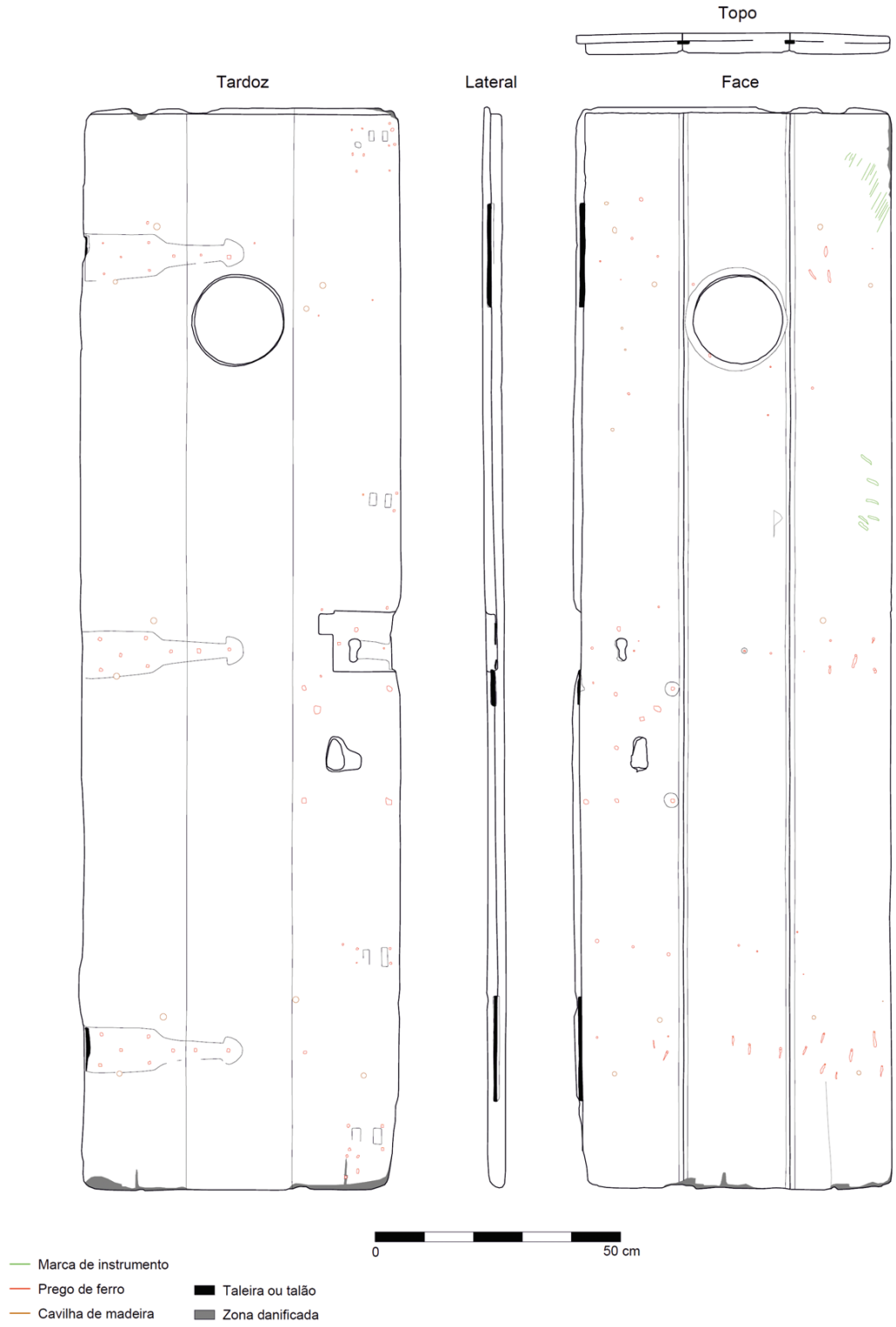


Figura 4 – Desenho da porta 13084D6.

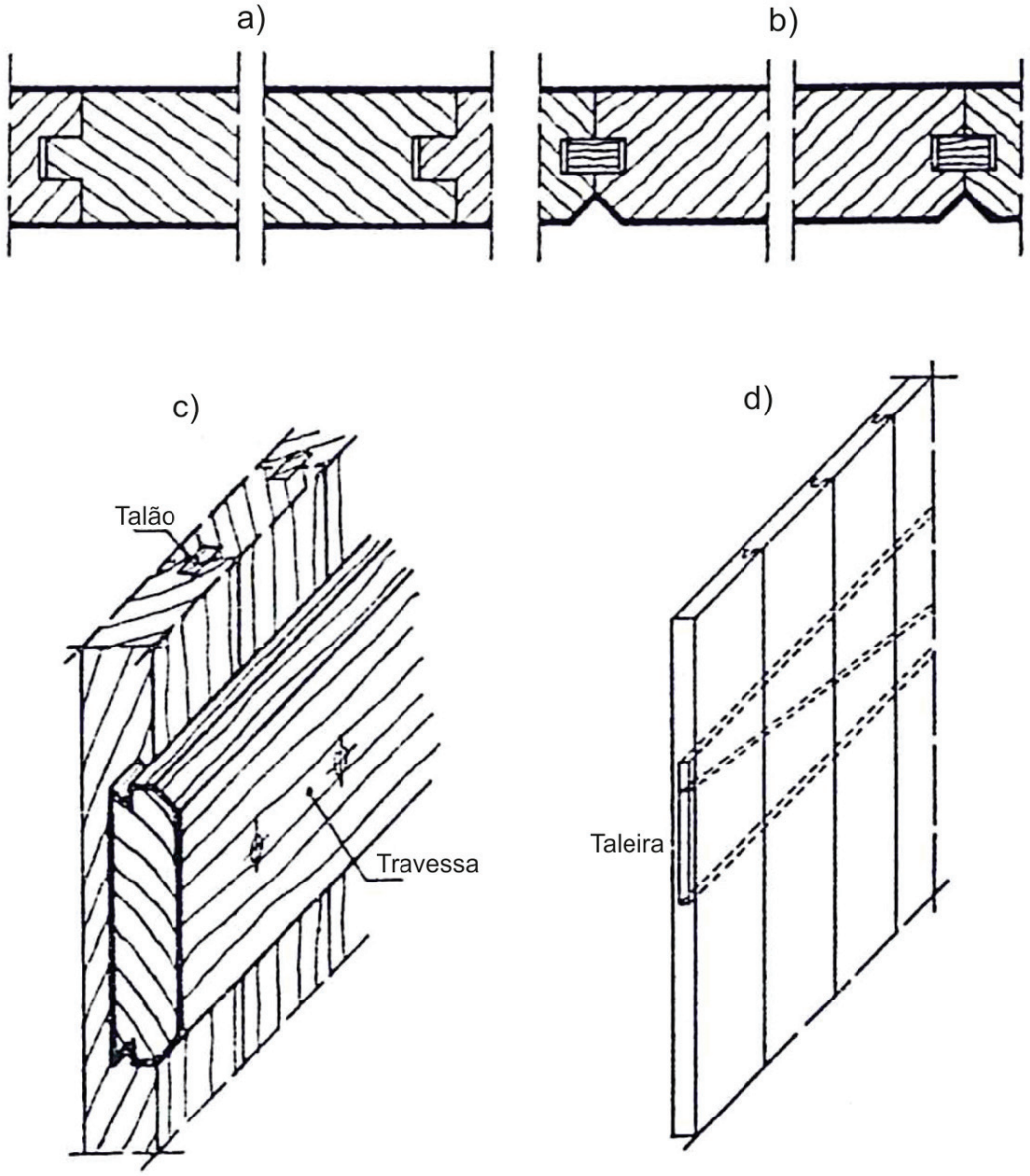


Figura 5 – Sistemas de ligação e consolidação do painel: a) Junta macho-fêmea; b) Junta de talão com chanfro na face; c) Travessa à cola; d) Taleira (adaptado a partir de Tavares, 1980, pp. 28, 32, 38, estampa 12 e fig. 12 e 14).



Figura 6 – a) Tachas de maiores dimensões da porta 10298; b) Travessa à cola da porta 10298 de aresta boleada e entalhe para receber o leme da dobradiça; c) Pormenor da porta 10298, com fechadura de ferro embutida e entalhes de possíveis pegas ou puxadores; d) Pormenor dos entalhes e orifícios associados aos dois sistemas de fecho da porta 13084D6; escalas 20 cm.



Figura 7 – a) Puxador em ferro da porta 10298; b) óculo da porta 13084D6; c) alinhamentos de orifícios de pregadura para eventual chapeamento de protecção; d) almofada da porta 13084I; escalas 20 cm.

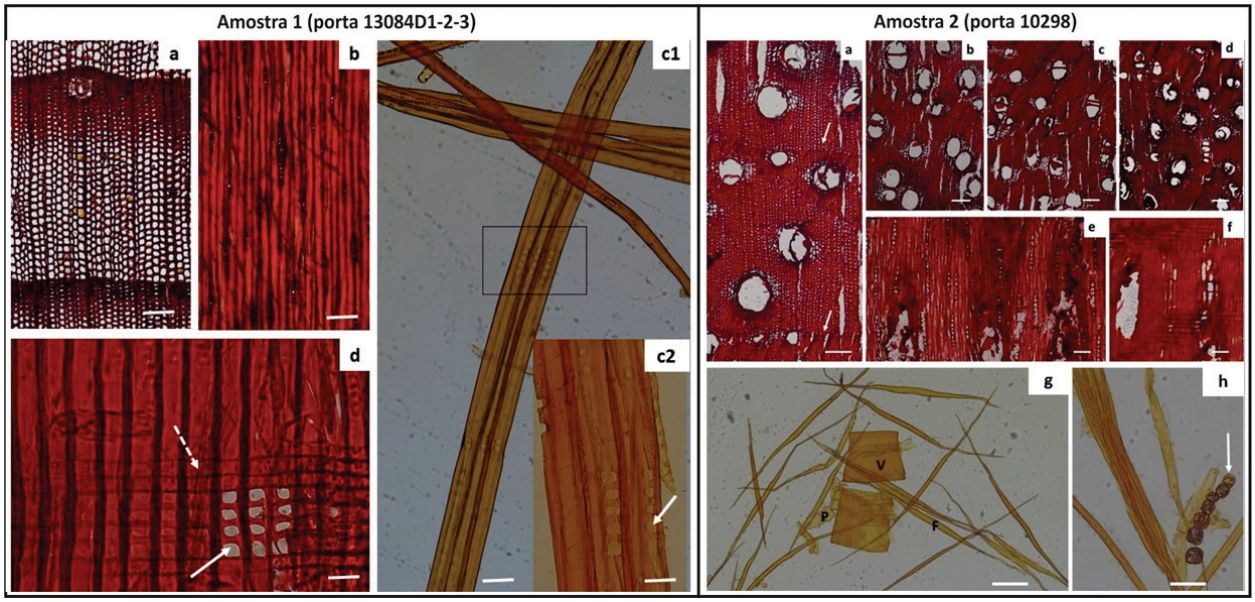


Figura 8 – Amostra 1 da porta 13084D1-2-3: a) Secção transversal da madeira, presença de canais de resina (seta); b) secção tangencial raios unisseriados e fusiformes com canal de resina (seta); c1) e c2) elementos dissociados - traqueídos com pontuações areoladas e pontuações fenestriformes do campo de cruzamento evidentes (seta); d) secção radial da madeira visualizando-se os traqueídos radiais de parede denticulada e pontuações fenestriformes do campo de cruzamento).Escala: Fig.1a e Fig.1 c1 =100µm; Figs. 1b e c2=40µm. Amostra 2 da porta 10298: a-d) secção transversal da madeira evidenciando poros isolados em maioria e alguns agrupamentos radiais (2-4); parênquima paratraqueal vasicentrico unilateral ou aliforme com curtas alas, pequena confluência; camadas de crescimento pouco nítidas (a - seta); e) secção tangencial raios unisseriados e estratificados; f) secção radial mostrando raios homocelulares; g-h) elementos dissociados destacando-se elementos vasculares (V) com perfuração simples, fibras (f) e parênquima (p) e cristais em série (seta). Escala: Figs.2a-g=100µm; Figs. 2h=40µm.

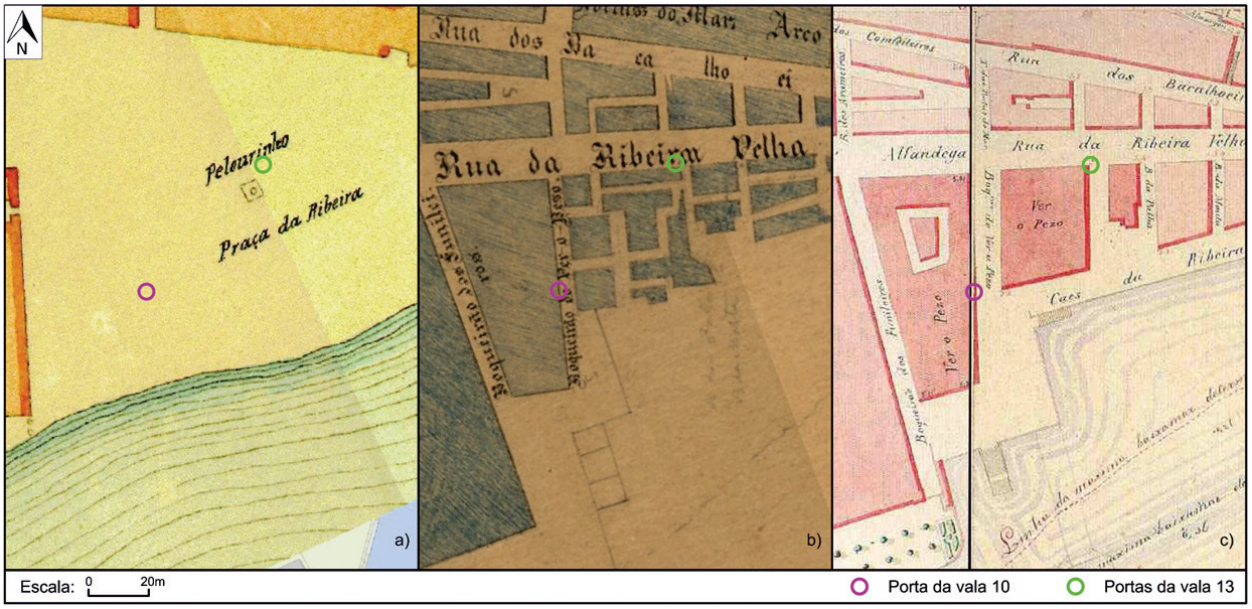


Figura 9 – Evolução do tecido urbano entre os séculos XVII e XIX: a) Planta de João Nunes Tinoco de 1650; b) Carta Topográfica de Lisboa de Duarte Fava de 1772/1826; c) Carta Topográfica de Lisboa de Filipe Folque de 1856/1858.

O CONJUNTO DE SELOS DE CHUMBO PROVENIENTE DO CAMPO DAS CEBOLAS, LISBOA

Inês Simão[1], João Miguez[2]

RESUMO

Os trabalhos de arqueologia realizados no Campo das Cebolas, em Lisboa, permitiram identificar um importante conjunto de contextos preservados, balizados entre os séculos XVI e XX. Os níveis arqueológicos mais antigos correspondem a uma sobreposição de depósitos, fruto do assoreamento da Ribeira Velha, cujo avanço sobre o rio ganhou particular importância no século XVI, com o plano de aterros da frente ribeirinha iniciado por D.Manuel I. O seu valor patrimonial está essencialmente marcado pela presença de uma importante colecção de materiais quinhentistas, com diversas origens, entre os quais se contam o presente conjunto de selos em chumbo. Com um carácter eminentemente mercantil, este tipo de selos, usados com finalidades associadas aos impostos alfandegários ou à identificação de fabricantes e mercadores, contribuem para um melhor entendimento das trocas económicas decorridas em período moderno, com informações ao nível das entidades emissoras, das proveniências geográficas e dos impostos pagos.

Palavras-chave: Lisboa, Frente ribeirinha, Século XVI, Alfândega, Selos de chumbo.

ABSTRACT

The archaeological excavation carried out in Campo das Cebolas, Lisbon, allowed for the identification of an important set of contexts, dated between the 16th and the 20th centuries. The oldest of these contexts corresponds to a series of layers resulting from the silting and landfill of the Ribeira Velha, initiated by D. Manuel I, which gained particular importance in the sixteenth century. The presence of an important collection of 16th-century materials of various origins, including the present set of lead cloth seals, make's these contexts unique. With an eminently mercantile nature, used in customs duties or for the identification of manufacturers and merchants, these objects allow for a better understanding of the economic exchanges carried out during the 16h century and onwards, with information regarding issuing entities, geographical origins and tax payments.

Keywords: Lisbon, River Front, 16th century, Customs, Lead cloth seals.

1. ENQUADRAMENTO DOS TRABALHOS

Da Empreitada de Obra Pública para Execução dos Desvios dos Serviços Afectados para Construção do Parque de Estacionamento no Campo das Cebolas, resultaram um conjunto de trabalhos arqueológicos, a cargo da Era Arqueologia S.A., realizados entre os meses de Fevereiro e Julho de 2016. Estes trabalhos decorreram no centro histórico de Lisboa, na área do Campo das Cebolas, junto à frente ribeirinha da cidade, entre a Rua da Alfândega e a Avenida Infante D. Henrique. Tendo ocorrido ainda numa fase prévia à construção do futuro parque de estacionamento, englobaram a escavação arqueológica do subsolo a afectar pelos trabalhos de desvios de infraestruturas previstos em projecto, assim como, os trabalhos de escavação prévia da área de implantação do futuro parque de estacionamento.

Ao nível dos desvios de infraestruturas de subsolo, foram realizadas 16 valas em toda a área de implantação do projecto, para desvio ou reforço de um conjunto diverso de infraestruturas de electricidade,

1. ERA – Arqueologia, S.A.; inessimao@era-arqueologia.pt

2. ERA – Arqueologia, S.A.; joao.miguez@gmail.com

telecomunicações, gás, água e saneamento urbano. Na maioria destas valas foram apenas afectados contextos contemporâneos, caracterizados pela presença de infraestruturas de subsolo pré-existentes e atingindo profundidades médias de cerca de 1m. De uma forma geral, os contextos arqueológicos identificados nestas áreas são representados por ocasionais caneiros de saneamento urbano, assim como, alguns alicerces de edifícios, ambas realidades pós-terramoto.

Entre estas áreas de intervenção destacaram-se quatro valas realizadas no traçado para a construção de um novo colector de saneamento urbano que correspondem às áreas de intervenção com maior impacte no subsolo, nas quais se atingiu cotas de cerca de 4m de profundidade. A sua escavação permitiu identificar um importante conjunto de contextos preservados, representando os níveis de ocupação do Campo das Cebolas, entre os séculos XVI e XX.

Foram ainda observadas realidades associadas a estes mesmos contextos na área de implantação do futuro parque de estacionamento, local onde os trabalhos arqueológicos englobaram uma fase de escavação prévia, a uma profundidade de c. 1,70m. Aqui afectaram-se essencialmente níveis de aterro contemporâneo, associados a remodelações do Porto de Lisboa, ocorridas em finais do século XIX.

Encontramo-nos numa zona geográfica com um papel bastante relevante na evolução de Lisboa, em plena frente ribeirinha, na base da colina do castelo e aberta a Sul para o estuário do Tejo. Esta área vai, desde logo, destacar-se como local de acesso da cidade ao rio, principalmente para a população que habita a colina do castelo. A antiga Ribeira Velha teve assim um importante papel mercantil e portuário, com particular destaque para o período entre os finais do século XVI e o início do século XX.

2. A RIBEIRA VELHA NO SÉCULO XVI

O actual Campo das Cebolas, área anteriormente conhecida como Ribeira Velha, caracteriza-se precisamente pelo seu papel de acesso ao rio, desde os primeiros tempos da cidade de Lisboa. Estando historicamente associada à actividade portuária e de construção naval que se desenvolve em toda a frente ribeirinha da cidade, esta é uma zona de praia, fronteira e exterior às suas muralhas desde o período romano. Para aqui se abre a Porta do Mar, na Cerca Moura, e aqui se terão instalado áreas de tercenas medievais (Silva, 1987:33-34), numa área de "faina de borda d'água" onde se desenvolvem actividades de calafetagem e arranjo de barcos, ou em cuja praia são estendidas as redes de pesca (Macedo, 1943: 5).

Correspondendo a um terreiro que parte das muralhas, defronte ao casario que ladeia a Casa dos Bicos, a sua área foi aumentando através do espaço ganho ao rio, tanto pela fuga do mar, como pela mão humana, através da realização de aterros sucessivos da margem do Tejo. Coração da cidade Manuelina, a frente ribeirinha de Lisboa quinhentista vai sofrer importantes remodelações, essencialmente associadas à construção do novo Paço Real da Ribeira e à renovada importância da ligação ao Tejo, transformando-se na área mais rica e populosa da cidade, onde se localizam os principais estabelecimentos comerciais e as ruas mais movimentadas (Farinha, s.d.:14).

A instalação da Coroa no novo paço e o impulso dos Descobrimentos trazem, para esta zona ribeirinha, um conjunto de importantes edifícios da administração e do comércio como o Arsenal ou as Casas da Índia e de Ceuta. A nova igreja manuelina da Misericórdia e os edifícios da Alfândega das Sete Casas e do Terreiro do Pão vão agora separar o Terreiro do Paço e a Ribeira Velha, em cuja frente urbana, voltada ao rio, se vão instalar novos palácios da nobreza e burguesia comerciante. Incorporando a antiga muralha e criando um alinhamento de fachadas nobres, fronteiras à Ribeira Velha, ao longo da Rua do Cais de Santarém e até ao Chafariz d'El Rei, surgem por exemplo a Casa de Brás de Albuquerque (Casa dos Bicos), o Palácio do Duque de Aveiro, o Palácio dos Condes de Coculim ou o Palácio do Conde de Vila Flor. Em meados do século XVI, as descrições de Lisboa apresentadas por Damião de Góis (Góis, 2002) ou por Cristóvão Rodrigues de Oliveira (Oliveira, 1987), vertidas na cartografia de George Braunio, permitem conhecer esta cidade voltada ao rio, mostrando a zona da Ribeira Velha como um amplo terreiro onde é possível aportar pequenas embarcações. Estes autores referem um mercado de peixe e outros géneros, denominado Ribeira, e localizado, nesta altura, na zona oriental do Terreiro do Paço, fronteiro às Portas da Ribeira, "a que ocorrem todos os dias, peixeiros, salsicheiros, confeiteiros, talhantes, padeiros, doceiros, que se juntam em grupos para venderem tudo o que são géneros alimentares." (Góis, 2002: 167)

Já Frei Nicolau de Oliveira, em 1620, (Oliveira, 1991)

apresenta a referência ao grande mercado na Ribeira Velha, a nascente do edifício da Alfândega, que terá, então, para aí sido transferido em finais do século XVI, transformando-se num dos mais importantes mercados da cidade. (Silva, 1987, vol.II: 143)
Este momento corresponderá assim à ocupação da área do actual Campo das Cebolas como área urbana, após um importante avanço sobre a margem decorrido durante o século XVI. Esta transferência do mercado da área do Terreiro do Paço para a Ribeira das Portas do Mar, é então precedida por uma alteração na linha de costa que vem transformar a morfologia deste local, ocorrida no seguimento dos aterros das praias e margens do rio que já vinham a ser efectuados desde o século XIV, consoante aumentava a necessidade de mais espaço urbano, conjugando-se ao mesmo tempo com a acção natural das marés e assoreamento do rio (Castilho, 1941:191; Cruz, 2016). Os contextos mais antigos, identificados durante os referidos trabalhos arqueológicos, associam-se precisamente a este avanço da margem do rio, com um importante conjunto de níveis de assoreamento, cuja presença se observou desde a zona fronteira à Casa dos Bicos até aos paredões de cais pombalinos que os vieram sobrepor. Representam um momento em que se observa o referido avanço do espaço urbano sobre o rio, fruto das transformações da cidade manuelina, numa altura em que a frente ribeirinha de Lisboa sofreu as referidas remodelações, essencialmente associadas à renovada importância da ligação ao Tejo. Trata-se de um conjunto de depósitos de matriz essencialmente arenosa, caracterizados por uma componente cerâmica muito forte, cuja deposição, de acordo com as suas cotas, ocorreu de Norte para Sul. Localizados na antiga margem do rio, esta sucessão de sedimentos é, assim, formada por depósitos naturais de assoreamento da praia, intercalados por níveis de aterro, numa zona com influência directa das marés, onde se foi acumulando um numeroso conjunto de materiais aqui descartados.
O seu valor patrimonial é essencialmente assinalado pela presença deste espólio arqueológico, correspondendo aos lixos que aqui foram sendo despejados, e deixando-nos uma importante colecção de materiais quinhentistas, com diversas origens. De facto, o abundante conjunto de materiais dos presentes trabalhos arqueológicos vem maioritariamente destes níveis, onde foi recolhido diverso material cerâmico, em vidro, em metal ou em madeira, assim como fauna e outros vestígios alimentares, como caroços e cascas de frutos secos.
Apesar da sua diversidade, as tipologias de materiais identificadas nestes depósitos mostram um conjunto homogéneo, que se enquadra genericamente no século XVI, corroborando os dados históricos relativos à alteração da frente ribeirinha lisboeta durante este século. Para além da maioritária presença de cerâmica comum, destaca-se a identificação de cerâmica importada, característica de sítios arqueológicos com ocupação quinhentista, um pouco por toda a Europa, assim como África e América, dando conta de uma cidade aberta aos mais importantes circuitos comerciais da época.

3. OS SELOS DE CHUMBO

O uso de selos para identificação de mercadorias tem uma utilização que remonta a épocas antigas, sendo abundantemente usado, por exemplo, no período romano, em diversos tipos de contentores e em diferentes materiais. São mesmo conhecidos alguns exemplos de selos romanos em chumbo identificados no Museu de Lyon, França (Ceballos-Escalera, 2002:323). Mas será no final da Idade Média, com o advento dos Descobrimentos, que o uso deste tipo de selos se vai massificar, passando a ser maioritariamente feitos em chumbo, material de fácil manuseamento, durabilidade e abundância (Fernandes, 2014: 12).
Já o controlo alfandegário, ou o conceito de alfândegas como hoje o conhecemos remonta, em Portugal, ao século XII, encontrando-se referências à mesmas nos forais do início da independência portuguesa. O foral de Setúbal, datado de 1249, é o primeiro exemplo do uso da palavra alfândega. Esta, pode-se definir de um modo básico como "*... estâncias onde se arrecadam os tributos estabelecidos sobre as mercadorias que entram ou saem de um paiz.*" (Lencastre, 1891:4). Estas primeiras alfândegas funcionariam de modo algo diferente ao que posteriormente foi posto em prática, adoptando também um papel de albergarias. Aqui os mercadores poderiam ficar alojados, pagando tributo consoante as mercadorias que transportavam, conservando o albergueiro parte deste tributo para si e ficando o restante para o rei ou para o detentor das terras, conforme o sistema feudal estabelecido e modo de tributação ainda reminiscente da época romana (Lencastre, 1891: 5-6).
Conforme referido, será no final da Idade Média que

estas instituições e o seu funcionamento sofrem algumas alterações, em virtude do alvor dos Descobrimentos e do aumento exponencial da actividade mercantil relacionada com os mesmos, assim como, do incremento das rotas comerciais e trocas entre as várias nações da Europa.

As alfândegas funcionavam então como um meio de controlo das transações comerciais, onde entravam as mercadorias que chegavam por várias vias, fiscalizando as mesmas. Estas instituições cobravam a sisa e a dizima, impostos sobre os diversos produtos recebidos (Fernandes, 2014:14). Foi precisamente com a cobrança da sisa que se massificou o uso dos selos nas mercadorias, sendo os mesmos usados para selar estes bens e identificar a sua origem, assim como controlar o pagamento do imposto pelas autoridades alfandegárias, quer no ponto de origem quer de chegada. Seria na alfândega de chegada dos produtos que os selos seriam arrancados e inutilizados, o que explica a sua raridade na maior parte dos contextos arqueológicos. Este processo, relativo à cobrança dos vários impostos e à recepção dos produtos, obedecia a uma série de leis e códigos, já descritos em pormenor noutros trabalhos mais extensos sobre o tema (Fernandes, 2014; Pereira, 1983), importando aqui reter alguns destes.

Sabemos, por exemplo, que havia alguns produtos que não eram alvo da sisa, sendo nestes casos, o selo de chumbo golpeado pelo meio (Fernandes, 2014:18). Um exemplar de um selo que sofreu este tratamento é visível na peça CCLX132.

É, portanto, a partir de meados do século XV que os selos de chumbo se massificam, sendo usados por toda a Europa em vários produtos, com especial foco na indústria têxtil. Estes, por norma, eram peças circulares, medindo entre 2 a 6 centímetros de diâmetro, fabricados em molde e sendo aplicados a quente sobre as peças a selar ou sobre cordas que posteriormente eram atadas aos produtos, não deixando de se conhecer outras morfologias (Ceballos-Escalera, 2002: 324). As várias tipologias conhecidas para estes objectos, resumidas com mais detalhe no trabalho de Bruno Fernandes (2014:26), diferem essencialmente na forma da peça e no modo como eram seladas as mercadorias.

4. O CONJUNTO DE SELOS DO CAMPO DAS CEBOLAS

O conjunto de selos exumados durante as escavações para o desvio de infraestruturas no Campo das Cebolas é constituído por 11 selos de chumbo e um em ferro. Das várias tipologias de selos conhecidas (Sousa, 2016: 6; Fernandes, 2014: 26), é possível reconhecer algumas neste conjunto, ainda que o mau estado de conservação de algumas peças não o permita com total exactidão (Figura 1). Ainda assim, podemos afirmar que estamos na presença de um conjunto de "selos de pano", cuja função, como vimos, se prendia com a fiscalização e controle de tecidos nas alfândegas. Estes variavam principalmente na forma como eram fixados às mercadorias.

O selo CCLX125 (Figura 2), feito em ferro, apresenta na face frontal uma esfera armilar, onde ainda se lê a inscrição "DISI", que corresponde ao imposto a ser cobrado, neste caso a dizima, encontrando-se a outra face bastante deteriorada, sendo ainda possível reconhecer as 5 quinas. Este selo é proveniente da Alfândega de Lisboa, com uma datação entre 1521 e 1557, do reinado de D. João III.

No Selo CCLX126 (Figura 3), em chumbo, observa-se numa das faces a letra A, verificando-se na outra face, apesar de mais deteriorada, uma figura que corresponderá a uma pinha. Este selo pertence à cidade de Augsburgo, Alemanha, com uma cronologia entre 1550 e 1630.

Já o selo CCLX127 (Figura 4), em chumbo, apresenta características que o distinguem dos restantes, nomeadamente a sua morfologia. Este apresenta-se rectangular, do tipo denominado "tubular", onde numa das faces se observa uma moldura com a numeração romana "LXVIII", devendo ter como proveniência a região de Norwhich, Inglaterra, de onde são conhecidos vários exemplares semelhantes ao agora apresentado.

Os selos do tipo "tubular", com origem na Alemanha, usados praticamente em exclusivo por fabricantes de tecidos holandeses e comunidade holandesa na Inglaterra, tratavam-se de "*… um cilindro oco onde é introduzida uma fiada de tecido sendo apertado com um alicate que o esmaga e fixa os motivos impressos nos cunhos*" (Sousa, 2016:7). As numerações que se verificavam nos selos poderiam corresponder a medidas de tecidos ou à qualidade dos mesmos.

Já o selo CCLX128 (Figura 5), em chumbo, onde é possível observar a presença de figuras apesar de se encontrar algo deteriorado, tem como principal característica o facto de provavelmente pertencer à categoria de selos denominada como privativos.

Estes, ao contrário dos selos alfandegários, eram usados pelos mercadores como forma de identificar as suas mercadorias, de modo a serem reconhecidas. As marcas poderiam ser monogramas com iniciais, alguns símbolos como âncoras e o chamado "*SignofFour*". Este último verifica-se com alguma frequência, por vezes em conjunto com as iniciais do mercador, representando o símbolo cristão "Chi Ro", estilizado de modo a representar o algarismo 4. Esta representação simbólica poderia então estar ligada à protecção das mercadorias nos seus trajectos (Sousa, 2016:36).

Como referido, o mau estado de conservação deste selo CCLX128, não permite uma melhor classificação do mesmo, sendo possível apontar-lhe uma origem inglesa ou holandesa. Ao grupo de selos privativos poderá também corresponder a peça CCLX129 (Figura 6), também ela em chumbo e em mau estado de conservação, mas onde ainda é possível verificar a presença vestígios de uma figura/monograma. Mais uma vez o mau estado de conservação vem dificultar a classificação da peça CCLX130 (Figura 7). Esta, em chumbo, aparenta ter numa das faces uma figura que se assemelha a uma esfera armilar, ainda que muito deteriorada. Assim poderá tratar-se uma peça com origem numa alfândega portuguesa, ainda que não seja possível afirmar este dado com total certeza.

Já o selo CCLX131 (Figura 8) apresenta algumas características que o tornam numa peça única na colecção agora apresentada, não tendo sido possível, até ao momento, encontrar um paralelo para o mesmo. Circular e em chumbo, apresenta numa das faces duas mãos estilizadas lado a lado. Junto a estas observa-se a presença de um símbolo, que se assemelha a uma derivação do símbolo cristão "Chi Ro", com as iniciais S P, rodeado por uma moldura de pontos que formam um círculo.

Também a peça CCLX132 (Figura 9) apresenta uma característica que a configura como única neste conjunto, sendo novamente uma peça circular, feita em chumbo, encontra-se golpeada no centro. Este golpe feito no selo, como mencionado, surge como indicação dos produtos que não eram destinados pelas sisas (Fernandes, 201:18), tratando-se do único exemplar golpeado presente neste conjunto.

Os restantes três selos pertencentes a este conjunto, CCLX133, CCLX134 e CCLX135 (Figura 10), encontram-se todos em mau estado de conservação, não sendo possível aferir qual a sua origem e datação. No entanto, correspondem os três a peças circulares, feitas em chumbo, notando-se ainda na peça CCLX133 vestígios de um monograma/decoração.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto agora apresentado, formando um total de 11 selos, revela alguma importância patrimonial, dada a sua raridade em contextos arqueológicos intervencionados na cidade de Lisboa.

Esta raridade dever-se-á quer à própria natureza dos objectos, feitos em metal e como tal mais sujeitos à corrosão ao longo do tempo, mas também ao uso alfandegário dos mesmos, facto que ajuda a compreender o seu aparecimento em contextos intervencionados na frente ribeirinha de Lisboa. De facto, com o incremento de trabalhos de construção civil nestes locais, e consequentes trabalhos de arqueologia, será de esperar um incremento no número de artefactos deste tipo.

Ainda assim, através dos 11 selos agora apresentados, é possível retirar algumas conclusões e dados que permitem um melhor conhecimento destes artefactos e contextos da frente ribeirinha de Lisboa nos séculos XVI e XVII. Os exemplares exumados provêem dos níveis mais antigos identificados nos presentes trabalhos arqueológicos, que se encontram, como referido, associados ao aterro/assoreamento da frente ribeirinha da Ribeira Velha.

Marcada pelo avanço mais ou menos gradual da margem do rio para Sul, ao longo do período medieval, esta mesma margem irá sofrer um notório avanço durante o século XVI, altura em que a coroa portuguesa faz um importante investimento na remodelação da frente ribeirinha lisboeta.

As tipologias de selos referidas, bem como a sua proveniência e cronologia, enquadram-se então com os restantes materiais exumados destes contextos selados de aterro, representando um importante conjunto de materiais da Lisboa quinhentista e um importante momento na evolução urbana da Ribeira Velha, datado do século XVI e passagem para século XVII.

A sua proveniência do território nacional, assim como alguns exemplares ingleses e holandeses, demonstram, em conjunto, com os restantes materiais arqueológicos, a diversidade de produtos que davam entrada em Lisboa, testemunho dos circuitos comerciais do século XVI.

BIBLIOGRAFIA

CEBBALOS-ESCALERA Y GILA, Alfonso (2002) – *El real sello de paños de Segovia (función, tipología y usos de los sellos de paños en España)*. Espacio, Tiempo y Forma. Madrid. Serie IV, H.ª Moderna, t. 15.

CRUZ, João (2016) – *A cidade e o rio: origem e evolução da frente ribeirinha de Lisboa*. Dissertação de Mestrado integrado em arquitectura, Universidade de Évora.

GÓIS, Damião de, (2002) – *Elogio da cidade de Lisboa*. Lisboa: Guimarães Editores.

FARINHA, J.S.B., (s.d.) – Construção da baixa pombalina. *Cadernos do Metropolitano*. Lisboa. nº6, Metropolitano de Lisboa.

FERNANDES, Bruno (2014) – *Selos de mercadorias tardo-medievais e modernos das escavações arqueológicas da Casa do Infante (Porto)*. Repositório Aberto da Universidade do Porto.

LENCASTRE, Francisco Salles (1891) – *Estudo sobre as portagens e as alfandegas em Portugal – Séculos XII a XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MACEDO, Luiz Pastor de (1943) – *Lisboa de lés a lés. Subsidios para a história das vias públicas da cidade*, Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, (1987) – *Lisboa em 1551*. Lisboa: Sumário, Livros Horizonte.

OLIVEIRA, Nicolau de (1991) – *Livro das grandezas de Lisboa (edição de 1620)*, Lisboa: Edições Vega.

SILVA, Augusto Vieira da (1987) – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I e II, 2ªed., Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal.

SOUSA, João (2016) – *Selos de chumbo. Os testemunhos de intercâmbios comerciais e do controlo fiscal no Algarve, do século XV ao século XIX*. Associação Projecto IPSIIS.

Sites

https://kleipijp.home.xs4all.nl/metaal.htm

https://sites.google.com/site/plombdescelle/home

http://europlombs.forumpolish.com/t3609-plombs-trouves-au-lisbonne-portugal#12561



Figura 1 – Conjunto de 11 selos provenientes do Campo das Cebolas.



Figura 2 – Selo CCLX125 com esfera armilar e onde se lê "DISI".



Figura 3 – Selo CCLX126 onde se observa a letra “A”.



Figura 4 – Selo CCLX127 do tipo “tubular” onde se observa uma moldura com a numeração romana “LXVIII”.



Figura 5 – Selo CCLX128 onde é possível observar a presença de figuras apesar de se encontrar algo deteriorado.



Figura 6 – Selo CCLX129 em mau estado de conservação, mas onde ainda é possível verificar a presença vestígios de uma figura/monograma.



Figura 7 – Selo CCLX130 que aparenta ter numa das faces uma figura que se assemelha a uma esfera armilar.



Figura 8 – Selo CCLX131 onde se observa presença de um símbolo, quese assemelha a uma derivação do símbolo cristão "Chi-Ro", com as iniciais S P, rodeado por uma moldura de pontos que formam um círculo.



Figura 9 – Selo CCLX132 golpeado no centro.



Figura 10 – Selos CCLX133, CCLX134 e CCLX135.

DA RIBEIRA VELHA AO CAMPO DAS CEBOLAS. ALGUNS DADOS SOBRE A EVOLUÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA DE LISBOA

Inês Simão[1], João Miguez[2], Marta Macedo[3], Teresa Alves de Freitas[4], Cristóvão Fonseca[5], José Bettencourt[6]

RESUMO

O actual Campo das Cebolas associa-se, historicamente, à actividade portuária e mercantil da frente ribeirinha de Lisboa.Os trabalhos de arqueologia aqui realizados no âmbito da construção de um novo parque de estacionamento, permitiram identificar um conjunto de contextos preservados, balizados entre os séculos XVI e XX. Foi assim possível obter uma leitura diacrónica da evolução urbana da antiga Ribeira Velha, a partir do século XVI, quando se dá o seu aterro, fruto do plano de aterros da frente ribeirinha iniciado por D. Manuel I.Os vestígios identificados centram-se, assim, no século XVII, com a instalação do mercado da Ribeira Velha; no século XVIII, com a nova feição da Lisboa pombalina; e no século XIX, com as remodelações do Porto de Lisboa.

Palavras-chave: Lisboa, Frente ribeirinha, Ribeira Velha, *Ver o Peso*, Porto de Lisboa.

ABSTRACT

Located in Lisbon's riverfront, Campo das Cebolas is historically associated with the city's port and mercantile activity. The construction of a new park lot has enabled significant archaeological findings from the 16th until the 20th centuries to be discovered, allowing new insights on the urban evolution of the old Ribeira Velha, namely D. Manuel I's embankment of the riverfront. The archaeological remains relates to the 17th century Ribeira Velha market, to Lisbon's new architecture and buildings after the 1755 earthquake and the 19th century refurbish of the port of Lisbon.

Keywords: Lisbon, Riverfront, Ribeira Velha, *Ver o Peso*, Port of Lisbon.

1. ENQUADRAMENTO DOS TRABALHOS

Da Empreitada de Obra Pública para Execução dos Desvios dos Serviços Afectados para Construção do Parque de Estacionamento no Campo das Cebolas, resultaram um conjunto de trabalhos arqueológicos, a cargo da Era Arqueologia S.A., realizados entre os meses de Fevereiro e Julho de 2016.

Estes trabalhos decorreram no centro histórico de Lisboa, na área do Campo das Cebolas, junto à frente ribeirinha da cidade, entre a Rua da Alfândega e a Avenida Infante D. Henrique.

Tendo ocorrido numa fase prévia à construção do futuro parque de estacionamento, englobaram a escavação arqueológica do subsolo a afectar pelos trabalhos de desvios de infra-estruturas previstos

1. Era – Arqueologia S.A.; inessimao@era-arqueologia.pt

2. Era – Arqueologia S.A.; joao.miguez@gmail.com

3. Era – Arqueologia S.A.; martalacastamacedo@gmail.com

4. Era – Arqueologia S.A.; teresafreitas@era-arqueologia.pt

5. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; cristovaofonseca@gmail.com

6. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; jbettencourt.cham@gmail.com

em projecto, assim como, os trabalhos de escavação prévia da área de implantação do futuro parque de estacionamento.
Importa notar que este projecto, a cargo do arquitecto Carrilho da Graça e abarcando tanto a construção do novo parque de estacionamento, como a reabilitação urbana desta área da cidade, pretendeu adaptar-se às possíveis estruturas arqueológicas aqui preservadas. Partindo da análise da cartografia histórica e dos dados recolhidos na fase prévia de diagnóstico arqueológico, (Simão, 2014 e Miguez, 2016), procurou-se então aproveitar os antigos limites do cais pombalino da Ribeira Velha, preservando-os e integrando-os no novo parque, na antiga área de rio.
Ao nível dos desvios de infra-estruturas de subsolo, foram realizadas 16 valas em toda a área de implantação do projecto, para desvio ou reforço de um conjunto diverso de infra-estruturas de electricidade, telecomunicações, gás, água e saneamento urbano.
Na maioria destas valas foram apenas afectados contextos contemporâneos, caracterizados pela presença de infra-estruturas de subsolo pré-existentes e atingindo profundidades médias de cerca de 1m. De uma forma geral, os contextos arqueológicos identificados nestas áreas são representados por ocasionais caneiros de saneamento urbano, assim como, alguns alicerces de edifícios, ambas realidades pós-terramoto.
Entre estas áreas de intervenção destacaram-se as valas 1, 6, 10 e 13, realizadas no traçado para a construção de um novo colector de saneamento urbano. Correspondem assim às áreas de intervenção com maior impacte no subsolo, nas quais se atingiu cotas de cerca de 4m de profundidade. A sua escavação permitiu identificar um importante conjunto de contextos preservados, representando os níveis de ocupação do Campo das Cebolas, entre os séculos XVI e XX.
Foram ainda observadas realidades associadas a estes mesmos contextos na área de implantação do futuro parque de estacionamento, local onde os trabalhos arqueológicos englobaram uma fase de escavação prévia, a uma profundidade de c. 1,70m. Aqui afectaram-se essencialmente níveis de aterro contemporâneo, associados a remodelações do Porto de Lisboa, ocorridas em finais do século XIX.
Esta escavação prévia permitiu ainda colocar à vista as estruturas portuárias pombalinas a integrar parcialmente no futuro parque de estacionamento, nomeadamente os paredões de cais que formavam a Doca da Ribeira Velha e respectiva escadaria de acesso ao rio, assim como outras realidades associadas aos referidos momentos de ocupação do actual Campo das Cebolas (Figura 1).
Encontramo-nos numa zona geográfica com um papel bastante relevante na evolução de Lisboa, em plena frente ribeirinha, na base da colina do castelo e aberta a Sul para o estuário do Tejo.
Esta área vai, desde logo, destacar-se como local de acesso da cidade ao rio, principalmente para a população que habita a colina do castelo. A antiga Ribeira Velha teve assim um importante papel mercantil e portuário, com particular destaque para o período entre os finais do século XVI e o início do século XX, como iremos compreender pelos resultados dos trabalhos agora realizados.

2. DA RIBEIRA VELHA AO CAMPO DAS CEBOLAS

2.1. Século XVI

Durante o período medieval esta é uma zona de praia, fronteira e exterior às muralhas da cidade, tendo-se ali aberto a Porta do Mar, na Cerca Moura, numa área de "faina de borda d'água" onde se desenvolvem actividades de calafetagem e arranjo de barcos ou em cuja praia são estendidas as redes de pesca. (Macedo, 1943: 5)
Até meados do século XVI correspondia a um terreiro que partia das muralhas e cuja área foi aumentando através do espaço ganho ao rio, sobretudo por acção antrópica, através da realização de aterros sucessivos da margem do Tejo.
Os contextos mais antigos agora identificados associam-se precisamente a este avanço da margem do rio, com um importante conjunto de níveis de aterro, cuja presença se observou desde a zona fronteira à Casa dos Bicos até aos paredões de cais pombalinos que os vieram sobrepor.
Representam um momento em que se observa um maior avanço do espaço urbano sobre o rio, fruto das transformações da cidade manuelina, numa altura em que a frente ribeirinha de Lisboa sofreu importantes remodelações, essencialmente associadas à renovada importância da ligação ao Tejo.
Trata-se de um conjunto de depósitos de matriz essencialmente arenosa, caracterizados por uma componente cerâmica muito forte, cuja deposição, de acordo com as suas cotas, ocorreu de Norte para Sul. Localizados na antiga margem do rio, esta suces-

são de sedimentos é, assim, formada por depósitos naturais da praia, intercalados por níveis de aterro, numa zona com influência directa das marés, onde se foi acumulando um numeroso conjunto de materiais aqui descartados.
O seu valor patrimonial é essencialmente assinalado pela presença deste espólio arqueológico, correspondendo a um conjunto diverso de materiais que aqui foram sendo descartados ou mesmo perdidos, deixando-nos uma importante colecção quinhentista, com diversas origens.
De facto, o abundante conjunto de vestígios identificados vem maioritariamente destes níveis, onde foi recolhido diverso material cerâmico, em vidro, em metal ou em madeira, assim como fauna e outros vestígios alimentares, como caroços e cascas de frutos secos.
Apesar da sua diversidade, as tipologias de materiais identificadas mostram um conjunto homogéneo nas quatro valas de saneamento referidas, que se enquadra genericamente no século XVI, corroborando os dados históricos relativos à alteração da frente ribeirinha lisboeta durante este século. (Cruz, 2016)
A cerâmica comum é sem dúvida a mais representada, mas as peças importadas são também frequentes, nomeadamente ao nível da porcelana chinesa ou de majólicas italianas. Surgem ainda algumas peças vidradas, como um conjunto de apitos de água com representações de cavalos e seus cavaleiros; fragmentos de canecas tipo *belarmino*, de origem norte europeia; ou fragmentos de potes tipo *martaban*, de origem oriental (Figura 2).
Foram ainda recolhidos diversos fragmentos de cachimbos de caulino ou em cerâmica, peças em vidro, selos em chumbo, diversas contas de colar, elementos decorados em osso, agulhas ou pentes, e ainda alguns elementos de adorno em ouro.
Ao nível da cronologia é importante referir que nas valas 1, 10 e 13, localizadas mais a Sul, na Rua dos Arameiros e no antigo jardim do Campo das Cebolas, estes materiais se enquadram na 2ª metade do século XVI, sobejando aqui, a porcelana chinesa do período *Jiajing*, produzida em meados do século XVI e exportada para Portugal na 2ª metade deste século.
Na vala 6, fronteira à Casa dos Bicos e à antiga muralha da cidade, no mesmo tipo de depósitos, a porcelana encontra-se ausente, permitindo ponderar a hipótese de nos encontrarmos já perante sedimentos da 1ª metade do mesmo século, altura em que a porcelana é ainda rara nos contextos arqueológicos portugueses. Considerando a sua localização mais a Norte, estes níveis poderão assim representar um primeiro momento de avanço da margem, possivelmente associado à construção dos novos edifícios nobres adossados à antiga muralha, como exemplifica a Casa dos Bicos edificada no ano de 1523, (Amaro, 2002).
Quando entramos na segunda metade do século XVI, no actual Campo das Cebolas, observava-se então uma renovada frente urbana, na qual se instalaram novos palácios da nobreza e burguesia comerciante, incorporando a antiga muralha. Lisboa era uma cidade voltada ao rio e a Ribeira Velha um amplo terreiro onde era possível aportar pequenas embarcações (Figura 3).

2.2. Séculos XVII / XVIII

A passagem para o século XVII permite-nos observar um papel mais marcante desta área urbana no quotidiano de Lisboa, com a instalação do Mercado da Ribeira Velha no antigo terreiro voltado ao rio.
Frei Nicolau de Oliveira, em 1620, referia já o grande mercado na Ribeira Velha, a nascente do edifício da Alfândega, como um dos mais importantes mercados da cidade (Oliveira, 1991).
Segundo o mesmo autor, chegando-se a Lisboa vindo de Oriente, junto ao rio, existia uma zona de praia com uma grande praça, desde o Chafariz de El-Rei até às torres da Igreja da Misericórdia, *"numa parte da qual se agasalham e compõem as barcas de pesca de Alfama [. . .] e na outra parte estão trinta e quatro cabanas"* que correspondiam às áreas de venda do mercado da Ribeira Velha, com a sua grande variedade de produtos, quer de caça como de criação, hortaliça, frutas verdes e secas, assim como peixe e marisco, pão, mel ou manteiga, (Oliveira, 1991, p. 101).
Este mercado correspondia, assim, a um conjunto de cabanas ou alpendres compridos, espalhados pela praça, desde o Cais de Santarém até à antiga Alfândega das Sete Casas, onde as vendedeiras se agrupavam por géneros alimentares, normalmente acompanhadas das respectivas casas do dízimo.
Desde logo referenciado pela presença de *"todos os mais comestíveis, tudo em grande abundância e quantidade"* (Sande, 1997, p. 152), este mercado recebia diversos produtos chegados via Tejo e ali descarregados, com especial importância dos produtos hortícolas vindos da zona saloia e descarregados no Cais de Santarém, assim como do peixe que traz a instalação das tabernas do Malcozinhado e os seus

fritadores de peixe " (Sande, 1997, p. 152), (Figura 4).
Nos trabalhos agora realizados este momento de ocupação encontra-se representado por uma sobreposição de pavimentos, que nos demonstram uma diversidade de momentos da vida deste mercado, caracterizados essencialmente por uma gradual subida da cota de circulação.
Embora representando diferentes momentos de utilização do mercado, estes pavimentos mantiveram uma tipologia semelhante. A calçada foi predominante, construída com pequenos blocos e seixos, de calcário, mas sobretudo de basalto, predominando o tom negro destes pavimentos.
Estes níveis de circulação, representados nas valas de saneamento referidas, associavam-se a um conjunto de pequenas bases que terão servido de suporte a postes ou pilares de apoio/delimitação do espaço das barracas que aqui se situavam. Estes elementos correspondiam a simples buracos de poste, abertos na calçada; a lajes de calcário, colocadas na vertical sobre um alicerce em alvenaria; ou ainda a conjuntos de elementos pétreos rectangulares, com um encaixe central quadrangular.
A análise estratigráfica e do espólio associado aos contextos intervencionados permitiu balizar o período de vida deste mercado entre os finais do século XVI/início do XVII e meados do século XVIII, tendo este sido relocalizado, após o terramoto de 1755, para a zona Nascente da presente área de intervenção, junto ao denominado Cais de Santarém.
Articulada com este momento cronológico, importa referir a identificação de uma lápide em calcário, com a inscrição Nossa Senhora dos Remédios, aparentando estar colocada *in situ*, embora afectada por um dos alicerces de um edifício pombalino, que a sobrepunha parcialmente (Figura 5).
Estava colocada verticalmente, enterrada em cerca de 75cm, ficando à vista o topo superior onde se pode ler a inscrição, a uma cota coincidente com a cota mais recente de circulação do Mercado da Ribeira Velha, encontrando-se cravada nos níveis sobre os quais se construiu esta calçada.
Assim, esta inscrição, de cariz religioso, deverá ter sido utilizada durante o período em que funcionou no local o mercado, com uma provável cronologia do século XVII.
A sua tipologia aponta para uma possível pedra foreira, que poderá ter ali sido colocada como marco de propriedade. Importa notar a existência da Capela de Nossa Senhora dos Remédios, construída no século XVI em Alfama, a cargo da irmandade de São Pedro Telmo (www.patrimoniocultural.pt). Com fortes ligações aos pescadores e mareantes deste bairro, não é descabida a ocupação de terras na frente ribeirinha pela referida irmandade.
Esta ocupação mercantil seiscentista encontra-se ainda interligada com um conjunto de estruturas, identificadas na zona Sul da Rua dos Arameiros, que se podem associar à presença do Forte da Ribeira neste local.
Este forte, também conhecido por Baluarte ou Fortim da Ribeira, (Castro, 1870, p. 229), correspondia a um edifício localizado a Este da antiga Alfândega das Sete Casas, representado neste local na cartografia histórica de Lisboa, a partir de meados do século XVII. A sua construção poderá estar relacionada com a Guerra da Restauração e consequente construção de fortes para protecção da barra do Tejo (Santos, 2012).
Nos presentes trabalhos foi identificado um conjunto de paredes em alvenaria, que definem duas áreas edificadas, fronteiras uma à outra, rodeadas por uma provável área abaluartada, junto à margem do Tejo.
As suas faces exteriores, voltadas ao rio, são constituídas por silhares em calcário bem aparelhado, sendo o seu miolo construído com blocos de calcário margoso unidos por argamassa de cal e areia, de tom claro, alaranjado (Figura 6).
Como para o mercado da Ribeira Velha, os seus níveis de ocupação estão representados essencialmente pela sobreposição de pavimentos, com a correspondente subida de cota, apresentando uma cronologia balizada entre meados do século XVII e meados do século XVIII.
A presença destas duas realidades não pode ser dissociada da presença do rio Tejo e da função portuária desta área da cidade.
As diferentes fontes cartográficas e iconográficas da época deixam compreender uma constante presença de pequenas embarcações aportadas nesta zona de margem, a nascente do Terreiro do Paço. Com maior ou menor detalhe, é possível perceber a presença de zonas de cais que são também referidos nas fontes escritas, como exemplificam as denominações de Cais de Santarém, Cais da Aldeia Galega, Cais da Madeira ou Cais da Rainha.
Júlio de Castilho, ao fazer a sua descrição histórica da margem do Tejo, refere que, nesta zona do mercado da Ribeira Velha, *"pelo lado do mar seguia uma fila de mui formosos cais rodeados de muletas",*

(Castilho, 1941, p. 57), deixando-nos compreender a presença destas estruturas portuárias, representadas na planta de Carlos Mardel com o levantamento de Lisboa pré-terramoto.
A linha de costa seria então demarcada pela presença de paredões, de traçado mais ou menos rectilíneo, que poderiam formar pequenas zonas de acostagem e de acesso ao rio.
Os contextos seiscentistas agora intervencionados revelaram duas prováveis estruturas portuárias que se enquadram nesta realidade, com uma possível rampa de acesso ao rio, junto ao Forte da Ribeira Velha, assim como, parte do paredão do antigo Cais de Santarém.
A primeira surgiu na denominada vala 10, onde se identificaram duas construções paralelas, cuja localização e características, com alçados de silhares em calcário voltados ao rio, permitem associar às estruturas pré-pombalinas de cariz portuário representadas nesta área, por exemplo, na planta de Carlos Mardel de 1758. De facto, observando a cartografia pré-1755, verificamos que neste local existiria uma zona de cais ou uma rampa de acesso ao rio e sabemos que *"havia n'esta Ribeira um caes chamado «da Rainha»."* (Castilho, 1941, p. 57).
As possíveis evidências do Cais de Santarém surgiam na zona Nascente da área de implantação do futuro parque, correspondendo a uma estrutura com cerca de 3 metros de largura e uma face aparelhada virada ao rio. Este cais terá sido um marco na cidade, como uma das primeiras infraestruturas portuárias desta frente ribeirinha, substituído posteriormente pelas novas estruturas portuárias pombalinas (Cruz, 2016) (Figura 7).
Até 1755, a Ribeira Velha mantém-se então, genericamente, como um amplo terreiro, delimitado por áreas de cais, com uma intensa actividade portuária, que abastecem um dos mais importantes mercados da cidade.

2.3. Séculos XVIII / XIX

Será finalmente o terramoto de 1755 que trará importantes mudanças nesta malha urbana, altura em que se verifica a reurbanização da frente ribeirinha, enquadrada no plano de reconstrução da Baixa de Lisboa, trazendo uma reorganização do seu espaço que altera radicalmente a sua fisionomia.
É finalmente abandonada a antiga configuração da Ribeira Velha, como área aberta com algumas estruturas de pequeno porte, verificando-se uma redefinição da linha costeira e a construção de grandes estruturas de apoio à actividade portuária e mercantil da zona.
Estas novas realidades, entre as quais se destacam os paredões da nova Doca da Ribeira Velha, os edifícios mercantis de *Ver o Peso*, a nova área edificada do Terreiro das Farinhas ou o novo mercado da Ribeira Velha, representam os contextos arqueológicos de maior impacto identificados nos trabalhos agora realizados, surgindo nas diferentes áreas de intervenção (Figura 8).
Como principal alteração deste espaço observa-se a remodelação da linha de cais, com a construção de novos paredões, criando o novo Cais da Ribeira Velha.
A nova estrutura portuária prolongava-se agora desde o Cais das Colunas, no Terreiro do Paço, rodeando a nova Alfândega e criando uma doca de aportagem na zona fronteira à antiga Porta do Mar, com respectiva escadaria de acesso ao rio, junto aos novos edifícios do *Ver o Peso* (Figura 9).
Encontrando-se em bom estado de preservação e tendo sido amplamente colocada à vista, foi possível caracterizar a sua arquitectura como exemplo da construção portuária pombalina.
O seu paramento Sul era composto por grandes silhares em calcário, bem aparelhados e dispostos em fiadas irregulares, marcados pela erosão provocada pela água do rio.
A restante estrutura foi feita com recurso a elementos pétreos de calcário e margas, de média e grande dimensão, que se encontravam ligados por argamassa de cal e areia, de coloração bege. Verificou-se também a presença de alguns "gatos" em ferro, nomeadamente nas uniões de alguns silhares de calcário.
Esta estrutura encontrava-se assente em estacaria de madeira, do mesmo tipo da verificada nas restantes estruturas pombalinas, tendo sido possível registar a presença de uma grande longarina e três travessas, colocadas sob o referido paredão.
Ocupando a antiga área de implantação do Mercado da Ribeira Velha, as novas áreas edificadas, entre as quais se destacam os edifícios denominados *Ver o Peso*, vão ser construídas de acordo com esta nova linha de margem.
Os contextos associados a estes edifícios foram intervencionados nas valas 1, 10 e 13, nas quais se observaram os alicerces das duas construções de grande porte, de planta sub-rectangular e quadrangular, situados junto à nova Alfândega.

No período pré-terramoto, esta instituição municipal situava-se junto ao antigo Largo do Pelourinho, entre as actuais Ruas do Comércio e da Alfândega, e onde "*. . .iam a pesar(. . .)os géneros de todos aquele que, conforme o seu comércio, careciam de maiores pesos do que os que lhe eram tolerados pelas disposições em vigor.*" (Silva, 1987, v.1, p. 128). Após o terramoto e com o novo plano urbanístico posto em prática, esta repartição muda de localização para a Ribeira Velha, ficando anexa à nova Alfândega e tendo funções de *"mercado de azeite e vinho."* (Machado, 1880, p.118).

Os vestígios arqueológicos destes edifícios correspondem a um conjunto de muros em alvenaria, com um aparelho construtivo bastante argamassado, caracterizando-se pela sua robustez, fácil de compreender perante a dimensão e localização ribeirinha da área edificada que sustentam. De acordo com a construção pombalina utilizada na Baixa de Lisboa, as fundações destes edifícios assentavam sobre estruturas de madeira que serviam de embasamento para os seus alicerces. Estas correspondiam a grades, constituídas por longarinas e travessas, apoiadas sobre um conjunto de estacas, cravadas verticalmente no solo. Algumas apresentavam pregadura em ferro, usadas para as ligar entre si (Figura 10).

Associados a estas estruturas, identificaram-se também alguns níveis de circulação, nomeadamente vários segmentos de um pavimento constituído por lajes de calcário, assentes numa base de argamassa esbranquiçada, que corresponderia à pavimentação do interior destes edifícios.

Associava-se ainda a estes edifícios um importante conjunto de caneiros, construídos com lajes de calcário, fazendo parte do seu sistema de saneamento. Este documenta uma preocupação que pautou a reconstrução pombalina de Lisboa, com a criação de um novo sistema de saneamento urbano na cidade (Barros, 2014).

Para além destes dois edifícios, na zona mais a Nascente, foi identificado mais um conjunto de estruturas de construção pós-terramoto, referenciadas como Mercado da Ribeira Velha, correspondendo assim à relocalização pombalina do antigo mercado seiscentista (Figura 11).

Estas estruturas definem três compridas áreas edificadas, de planta rectangular, que observamos na cartografia histórica, com os seus diferentes compartimentos interiores, desenvolvendo-se genericamente com uma orientação Este-Oeste, ao longo da margem do rio.

Os diversos muros apresentam um aparelho construtivo similar, em alvenaria irregular, tendo sido construídos com blocos de calcário e argamassa amarelada, algo friável, e cumprindo essencialmente funções de alicerces.

Estes imóveis ladeavam uma rua calcetada, que se desenvolvia também ao longo do rio, antigamente conhecida como Travessa das Linheiras, junto ao Cais de Santarém.

Esta rua foi construída sobre um bem preservado sistema de saneamento urbano, representado por uma conduta central, ao longo da mesma rua, à qual se ligava um conjunto de pequenas condutas que serviam de ramais aos diferentes compartimentos dos três edifícios.

Estas condutas, seguindo a mesma tipologia das observadas nos edifícios pombalinos de *Ver o Peso,* foram construídas com lajes de calcário e argamassa de cal e areia, de tom alaranjado, apresentando uma secção rectangular.

A reorganização do espaço urbano do actual Campo das Cebolas trouxe ainda a construção de um quarteirão de prédios, fronteiro à Casa dos Bicos, dando origem à área conhecida como Terreiro das Farinhas. Esta zona, edificada no período pós-1755, foi utilizada até ao século XX, sendo descrita como área de instalação de pequeno comércio e alguns armazéns e tendo a sua demolição ocorrido nos anos 40 deste século.

«Todas aquelas cazinhas, as Cazinhas do Senado da Câmara, que desde a Rua dos Arameiros até ao Campo das Cebolas se estendem ao longo das ruas da Alfândega e dos Bacalhoeiros, estão a ser demolidas para desafogo do sítio, e assim, lá se vão os antigos boqueirões, o pitoresco e miniatural terreirinho das Farinhas e o edificiozinho da antiga estalagem dos Bicos, onde há mais de 120 anos se explora a indústria hoteleira. Mais uma relíquia de Lisboa, a sua antiga e popular Ribeira Velha, que desaparece perante as imposições, aliás naturais, da vida actual. . . Paciência.» (Macedo, 1943, p. 62)

As estruturas que fariam parte destes edifícios eram construídas em alvenaria robusta, bem argamassada, com blocos de calcário e arenito. Os paramentos da área interior encontravam-se rebocados com argamassa ou com cimento, demonstrando uma utilização deste espaço até meados do século XX, com as usuais remodelações de um espaço habitacional/comercial.

Mais uma vez, de acordo com a construção pomba-

lina utilizada na Baixa de Lisboa, as fundações destes edifícios assentavam sobre um sistema de grade e estacaria que servia de embasamento para os seus alicerces.

2.4. Séculos XIX / XX

A segunda metade do século XIX marca mais uma grande fase de remodelação deste espaço urbano, culminando com o abandono e demolição dos edifícios pombalinos de *Ver o Peso* e com o aterro da antiga Doca da Ribeira Velha, permitindo ganhar nova área ao rio, assim como, uma nova área de aportagem de barcos, a Doca da Alfândega (actual Doca da Marinha).

Com avanços e recuos, estas remodelações começam a ser estudadas em 1861 pelo Porto de Lisboa. No âmbito de um destes projectos, posteriormente abandonado, terá sido construída a estrutura portuária posta agora a descoberto, que tem a particularidade de não se encontrar representada na cartografia histórica conhecida para esta época.

Trata-se de uma grande estrutura em alvenaria, com cerca de 40 metros de comprimento e com uma orientação Norte/Sul, com uma localização paralela e mais oriental em relação ao limite Norte/Sul da antiga doca da Ribeira Velha, indiciando, assim, um primeiro momento de aterro da mesma, seguido da construção deste novo paredão.

Esta fase de remodelação do porto de Lisboa que caracteriza os finais do século XIX, numa série de projectos que se iniciaram e abandonaram com alguma rapidez, está igualmente documentada por outros aterros e edifícios.

Com a pretensão de regularizar as margens do rio, de modo a manter as suas condições de navegabilidade, bem como eliminar o problema das praias lodosas (Cruz, 2016), estes projectos deram origem ao grande aterro que desactiva o Cais da Ribeira Velha e ganha novo espaço ao rio, permitindo a construção de novas áreas edificadas.

Assim, ao nível de realidades estruturais, este momento cronológico encontra-se representado de forma mais perceptível na área de implantação do futuro parque de estacionamento, por um grande núcleo edificado, correspondente a um novo edifício anexo à Alfândega, que procurou resolver os problemas de falta de capacidade de armazenamento ali sentidos. Era um comprido armazém de três naves, que sabemos medir cerca de 62,15m de largura por 87,10m de comprimento, estando *"...nelle [...] installadas duas casas de abertura, thesouraria, casa dos despachantes, casa do despacho imediato, estiva e ainda espaço para as fazendas despachadas."* (Loureiro, 1907, p. 321).

Entre as estruturas identificadas destacam-se os alicerces das suas fachadas principais, construídos em alvenaria bastante robusta e assentes sobre sólidas estacas de madeira, cravadas verticalmente, seguindo o exemplo das construções mais antigas.

Identificou-se ainda um conjunto de muros de menor dimensão, que correspondem a estruturas de apoio à sua actividade, entre os quais: alguns pilares para suporte do telhado do comprido edifício de 3 naves; diversos conjuntos de dois pequenos muros paralelos, associados a plataformas circulares, servindo de alicerces para os carris do sistema de transporte de mercadorias; e algumas rampas ligadas ao referido sistema de carris, servindo para descarga de mercadorias (Figura 12).

Em meados do século XX encontramos já a configuração urbana actual desta área da cidade, com a Avenida Infante D. Henrique, o novo edifício da Repartição da Propriedade Industrial (actual Instituto da Propriedade Industrial) e um novo largo do Campo das Cebolas, primeiramente utilizado como parque de estacionamento e posteriormente requalificado nos anos 80.

Em suma, o espaço hoje denominado como Campo das Cebolas conheceu uma complexa evolução urbanística, nomeadamente da sua frente ribeirinha, associada à uma elevada actividade mercantil e portuária, que se fez sentir pelo menos desde época pós-medieval. Estas dinâmicas proporcionaram a materialização de múltiplos contextos arqueológicos com um potencial científico elevado, agora apenas aflorado.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Clementino (2002) – Percurso arqueológico através da Casa dos Bicos. In De Olisipo a Lisboa: a Casa dos Bicos. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 11-27.

BARROS, António, (2014) – O saneamento na Cidade Pós-Medieval. "O caso de Lisboa". Ordem dos Engenheiros, Lisboa.

CASTILHO, Júlio de (1941) – *A Ribeira de Lisboa. Descrição histórica da margens do Tejo desde a Madre de Deus até Santos o Velho*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal.

CASTRO, João Baptista de (1870) – *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Typ. do Panorama.

CRUZ, João (2016) – *A cidade e o rio: Origem e evolução da frente ribeirinha de Lisboa*. Dissertação para conclusão de Mestrado integrado em arquitectura, Universidade de Évora.

LOUREIRO, Adolfo (1907) – *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. II.

MACEDO, Luiz Pastor de (1943) – *Lisboa de Lés a Lés. Subsidios para a história das vias públicas da cidade*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal.

MACHADO, Júlio (1880) – *Novo Guia do Viajante em Lisboa*. Lisboa: J. J. Bordalo. 4ª edição.

MIGUEZ, João (2016) – *Obras de requalificação e implantação do Parque de Estacionamento a construir no Campo das Cebolas (Sondagens Diagnóstico, Fase 2). Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos*. Lisboa: Era Arqueologia S.A.

OLIVEIRA, Nicolau de (1991) – *Livro das Grandezas de Lisboa (edição de 1620)*. Lisboa: Edições Vega.

SANDE, Duarte de (1997) – *Diálogo sobre a missão dos embaixadores japoneses à Cúria Romana*. Lisboa: Fundação Oriente.

SANTOS, Cristina (2012) – *Fortificações da Foz do Tejo*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

SILVA, Augusto Vieira da (1987) – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal. Vol. I, 2ªed.

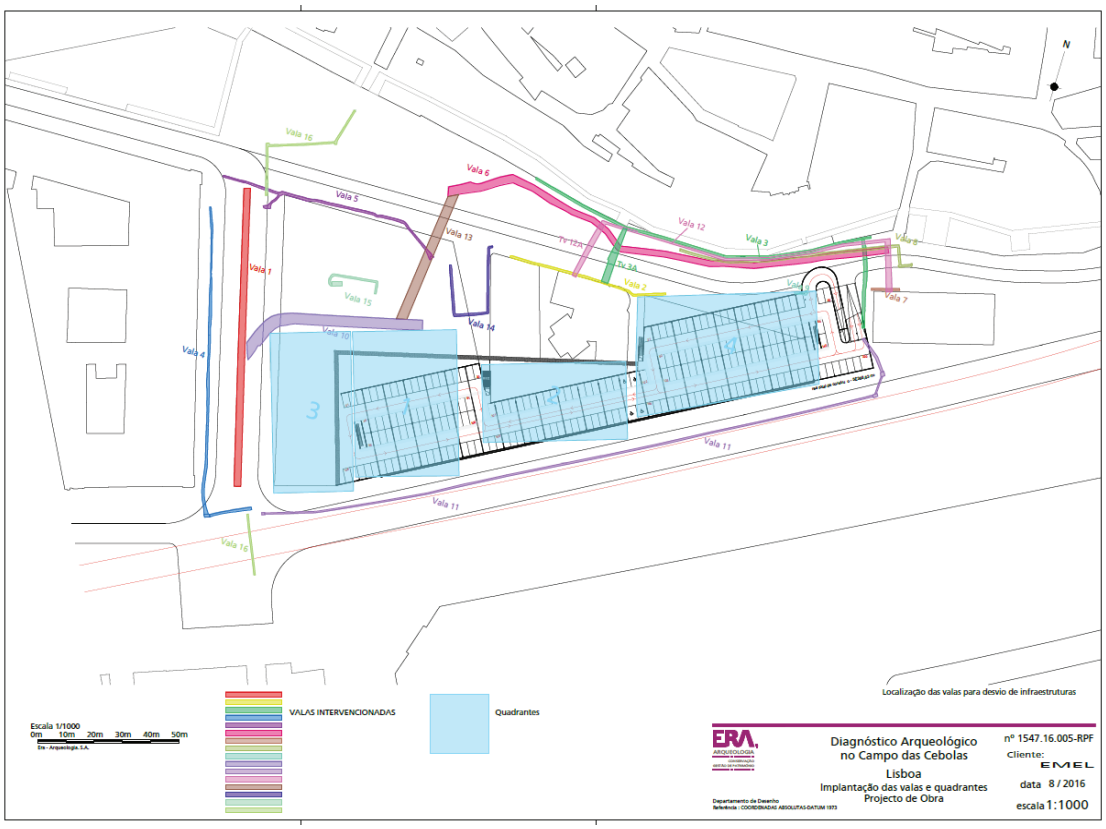


Figura 1 – Localização das áreas de intervenção.



Figura 2 – Alguns materiais provenientes dos níveis de aterro do século XVI.



Figura 3 – Vista da cidade de Lisboa, gravura de Braunio, c. 1572.



Figura 4 – Mercado da Ribeira Velha no quadro *A partida de S. Francisco de Xavier*, c. 1730.



Figura 5 – Lápide identificada, possível pedra foreira.



Figura 6 – Estruturas associadas ao Forte da Ribeira (século XVII).

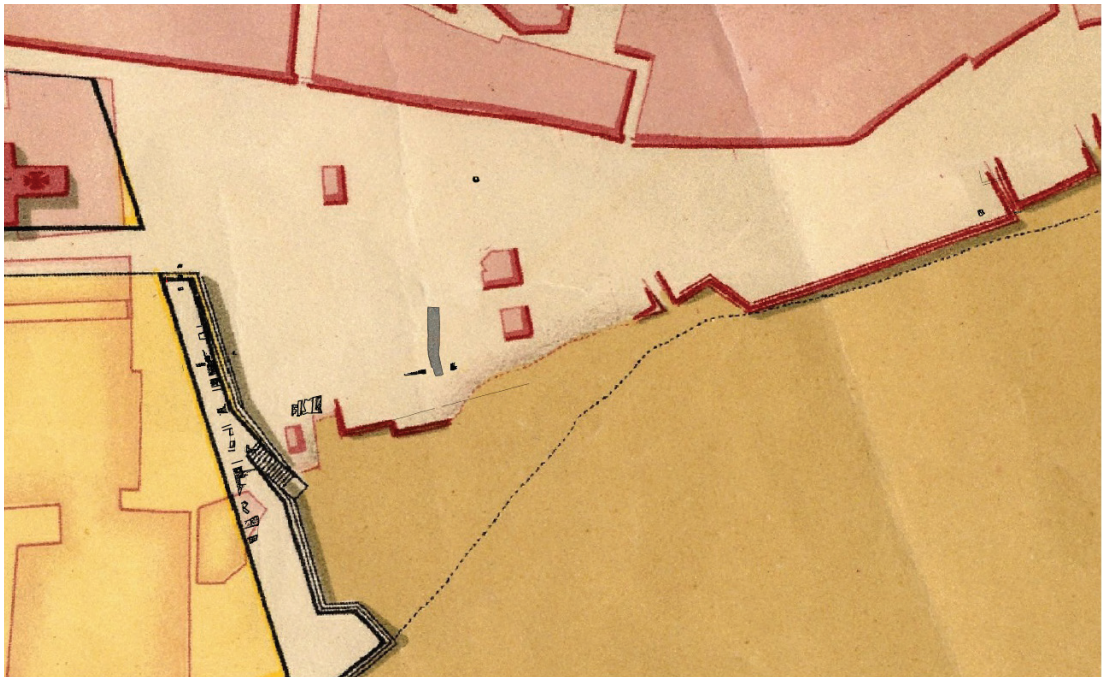


Figura 7 – Localização das estruturas seiscentistas na planta de Carlos Mardel, 1756.



Figura 8 – Planta de Lisboa de Filipe Folque ,1856/58, com as realidades referidas.



Figura 9 – Cais pombalino da Ribeira Velha e respectiva escadaria.

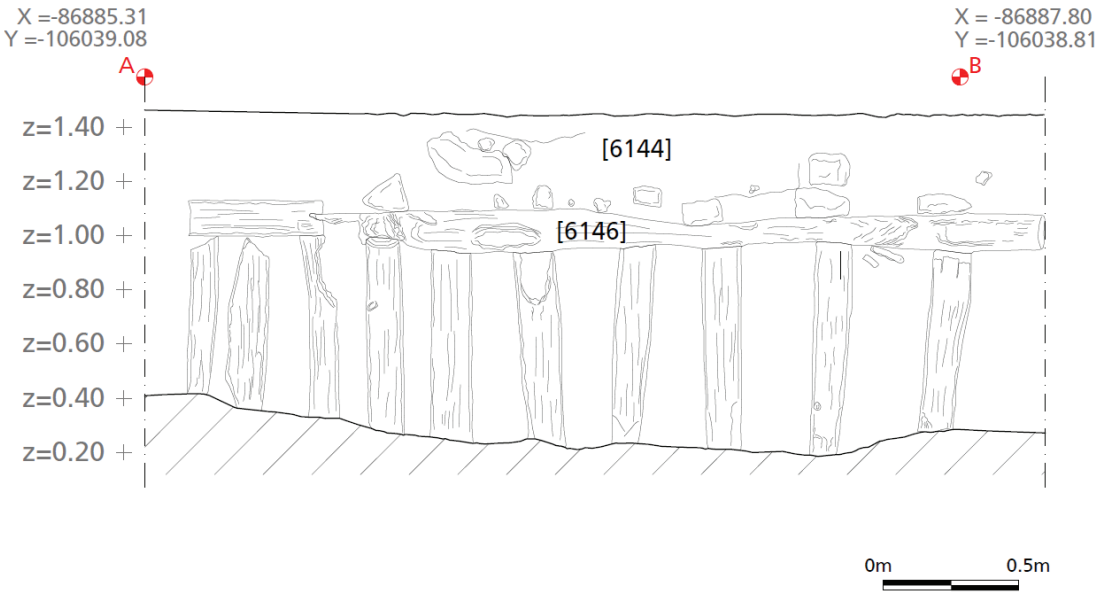


Figura 10 – Perfil de alicerce pombalino construído sobre estacaria



Figura 11 – Vista geral do Mercado da Ribeira Velha após relocalização pombalina.

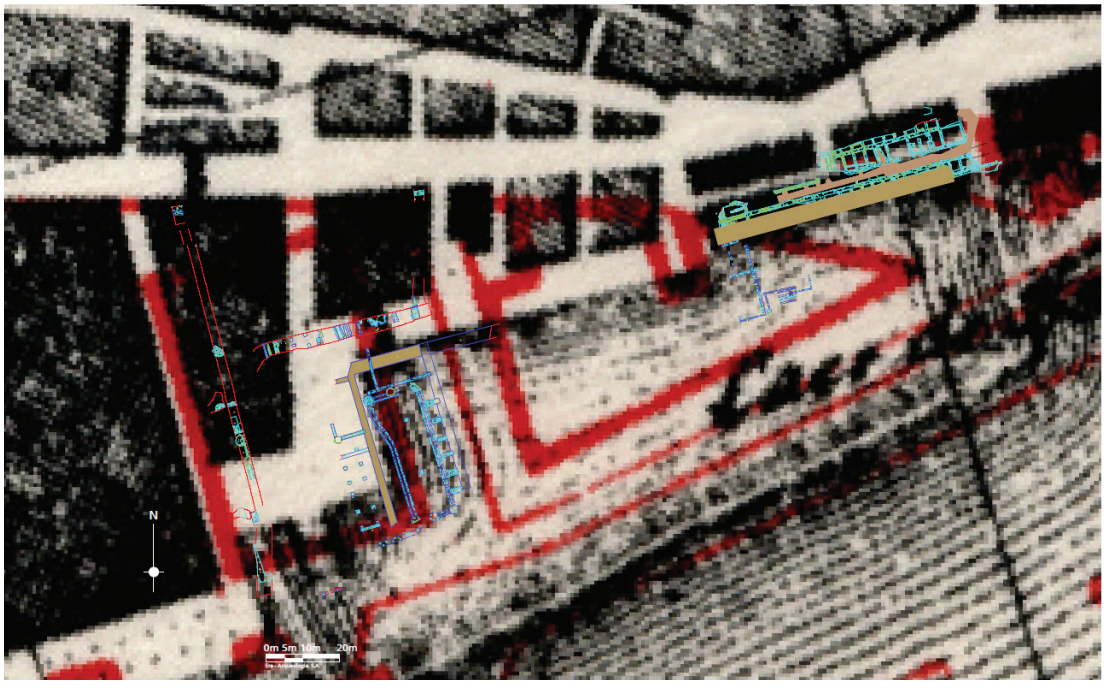


Figura 12 – Estruturas do século XIX/XX na planta de 1871 da Câmara Municipal de Lisboa.

A DIMENSÃO MARÍTIMA DO BOQUEIRÃO DO DURO (SANTOS, LISBOA) NOS SÉCULOS XVIII E XIX: PRIMEIROS RESULTADOS ARQUEOLÓGICOS

Marta Lacasta Macedo[1], Inês Mendes da Silva[2], Gonçalo Correia Lopes[3], José Bettencourt[4]

RESUMO

Os trabalhos arqueológicos realizados na Rua Boqueirão do Duro, Lisboa, em 2016, pela Era Arqueologia, S.A. em colaboração com o CHAM, possibilitaram o registo de um conjunto de vestígios arqueológicos que caracterizam a antiga praia de Santos como local de acostagem e estaleiro, entre o século XVIII e inícios do século XIX. Estas funções corresponderam à instalação de várias estruturas em madeira que reaproveitam elementos navais na sua construção e delimitam áreas de estaleiro naval, com núcleos de matéria-prima (peças náuticas em pré-forma). Destaca-se ainda uma grande estrutura em madeira, possivelmente um cais palafítico, no qual terá sido adossado um cais com estrutura em madeira. Foram também registados os vestígios de uma embarcação de pequeno porte.

Palavras-chave: Arqueologia portuária, Estruturas náuticas, Estaleiro, Cais em madeira.

ABSTRACT

The archaeological works in Rua Boqueirão do Duro (Lisbon) allowed the recording of a set of archaeological remains that characterize the old beach of Santos as a place of berthing and dockyard, between the 18th century and early 19th century. These functions corresponded to the installation of several wooden structures that re-use naval elements in their construction and delimit shipyard areas with raw material cores (nautical pieces in preform). Also stands out a large wooden structure, possibly a palafitte wharf, in which a quay with a wooden structure has been attached. Remains of a small boat were also recorded.

Keywords: Harbour archaeology, Nautical structures, Shipyard, Wooden wharf.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da remodelação do edifício situado em Lisboa no quarteirão constituído pelos nºs 13/14 do Largo do Conde Barrão, 38/42 da Rua Boqueirão do Duro e 28/28B da Rua D. Luís I, foi realizado um conjunto de intervenções arqueológicas a cargo da ERA Arqueologia S.A., entre Fevereiro e Novembro de 2016.

Estes trabalhos incidiram sobre uma área de cerca de 3 876 m2 (Figura 1) e corresponderam, numa primeira fase, ao acompanhamento do desmonte, registo e escavação arqueológica do edificado industrial (sobretudo as Fábricas Sorel e Vulcano-Collares) e depois à escavação arqueológica integral dos contextos ribeirinhos identificados, sob as estruturas fabris, até à cota de afectação do empreendimento (cerca de 6 m a partir da superfície actual).

Os trabalhos realizados, com a assessoria do CHAM, integraram uma equipa interdisciplinar de arqueologia terrestre e náutica. Em articulação com o Laboratório de Arqueociências / DGPC (Dr.ª Ana

1. Era Arqueologia; martalacastamacedo@gmail.com

2. Era Arqueologia; inesamelia@era-arqueologia.pt

3. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, goncaloncsl@gmail.com

4. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, jbettencourt.cham@gmail.com

Costa) foram recolhidas amostras de sedimentos em diversos pontos do sítio para futuras análises laboratoriais. O Centro de Estudos Florestais, do Instituto Superior de Agronomia / Departamento Ciências da Vida (Faculdade Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra) procedeu à recolha de amostras de madeira, das estruturas e elementos detectados, com vista à identificação das espécies utilizadas e sua origem.

Como medida de conservação preventiva durante o trabalho de campo, os elementos em madeira, que foram sendo expostos, eram regularmente regados, sendo de seguida cobertos com manta geotêxtil e tela de polietileno de alta densidade (plástico negro) de modo a reduzir e perda das condições de humidade originais e diminuir a exposição aos raios solares. Os elementos náuticos e alguns artefactos de grande dimensão, como uma âncora e dois canhões, encontram-se em depósito temporário no estaleiro da HCI (Apelação, Sacavém), os mais relevantes emersos em tanques provisórios, com água corrente. As outras peças foram submetidas a rega sistemática. O registo sistemático deste material está ser efectuado pelo CHAM.

Este artigo apresenta uma primeira sistematização da informação disponível.

2. O SÍTIO

A Rua do Boqueirão do Duro localiza-se no sopé do Outeiro da Boa Vista, na freguesia da Misericórdia (antiga freguesia de S. Paulo). É um pequeno arruamento, perpendicular à Rua D. Luís I, que faz a ligação entre a Av. 24 de Julho e o Largo do Conde Barão, na zona de confluência das antigas Praias de Santos e da Boa Vista. O "Conde Barão é um topónimo que [...] designa o largo situado no extremo poente da Rua da Boa Vista, zona no passado, designada por "Rua da Praia da Bica Duarte Bello" (Cortez, 1994, p. 304).

Nas narrativas quatrocentistas este espaço é ainda caracterizado como um arrabalde, fora de portas, ermo até aos finais do século XIV. Na segunda metade desta centúria, Fernão Lopes refere que esta zona, entre a Praia da Boa Vista e Santos, era já ocupada por actividades marítimas (*apud* Ramos, 1994, p. 724). No entanto, as fontes disponíveis indicam que a instalação de grupos de marinheiros, pescadores e de outras profissões ligados à faina marítima (na produção de poleame, enxárcias, ferragens e de outros aprestos associados à actividade náutica), se intensifica nos séculos XV e XVI. Esta dimensão marítima persiste na toponímia de algumas ruas periféricas, como é o caso da Rua dos Mastros ou da Rua das Gaivotas. A área foi ocupada pelos bairros extramuros da Boa Vista e Santos o Velho, zonas populares de actividade marítima e mercantil (Moreira, 1990; *apud* Matos & Ferreira, 2009, p. 26), onde o Provedor da Casa da Índia instalou a sua casa senhorial, o Palácio Almada Carvalhais, fronteiro à entrada da frente de obra no Largo do Conde Barão nº 13/14, cuja construção original data da 1ª metade do século XVI.

A estruturação da zona continuou posteriormente, sendo conhecida em finais do século XVII como "Ribeira da Junta do Comércio", uma área de construção e reparação naval onde se instalaram as companhias monopolistas do comércio com o Brasil, durante os séculos XVII e XVIII (Sarrazola *& alii*, 2014). Na verdade, a expansão da área portuária para ocidente intensificou-se a partir do século XVIII, quando se deu a instalação da Casa da Moeda em S. Paulo, que tinha um cais privativo, a construção do Cais do Tojo da Boa Vista, reformulado em 1771 para embarque de lamas (Gomes, 2014, pp. 104-105), ou instalação do Paço da Madeira, em 1798, instituição alfandegária que controlava, entre outros produtos, a carga e descarga de madeiras (Correio Mercantil, 1798, p. 407) (Figura 2).

Em meados do século XVIII a zona ribeirinha compreendida entre Pedrouços e o Cais de Santarém ocupava já um papel relevante no Porto de Lisboa (Blot, 2003, p. 242). Este papel foi reforçado entre finais do século XVIII e inícios do XIX, quando a frente ribeirinha de Lisboa chegou a registar mais de duas dezenas de estaleiros e muitos armazéns. O crescimento portuário foi de tal forma vertiginoso que a partir de meados/finais do século XIX as várias propostas de melhoramento do Porto de Lisboa incluíam as duas margens como um todo portuário, desde a Torre de Belém até ao Beato e desde a Trafaria até Cacilhas (Blot, 2003, p. 245).

Vários testemunhos arqueológicos, recentemente descobertos, vieram materializar a esta ocupação, destacando-se um conjunto de estruturas na ribeira ocidental, no Largo Vitorino Damásio, na Boa Vista, em São Paulo e no Mercado da Ribeira (Blot, 2003, pp. 239, 241; (Sarrazola *& alii*, 2014; Bettencourt *& alii*, no prelo).

O Boqueirão do Duro faz parte do mesmo complexo portuário, activo até ao século XIX, quando vá-

rios aterros permitiram a industrialização daquele espaço, que fora sendo ocupado gradualmente pela construção de barracões e telheiros, que partilhavam estas faixas de praia com restos de embarcações abandonadas e despejos urbanos, que terão deteriorado a orla costeira, transformada, ao longo dos anos, em zona de vazadouro comum. Na década de 1840 o Bairro da Boa Vista já integrava importantes fábricas do sector metalúrgico. Em 1843 a fundição J Pedro Colares é transferida da Baixa Pombalina para o nº 13/14 do Largo Conde Barão. No mesmo ano a Fundição Vulcano, proveniente do Bom Sucesso, instalou-se definitivamente no Boqueirão do Duro. Fundidas numa só siderurgia em 1915, a instalação do Boqueirão do Duro foi a única que se manteve a funcionar desde 1929 e até meados do século XX.

3. OS CONTEXTOS IDENTIFICADOS

A intervenção arqueológica permitiu registar uma sequência estratigráfica e estruturas que documentam a utilização deste espaço entre pelo menos o século XVIII e o século XX, atestando a intensa utilização desta área e permitindo traçar a evolução da ocupação da antiga praia da Boa Vista/Santos, primeiramente como zona fluvial portuária e depois como zona industrial.

A ocupação mais antiga corresponde a vários níveis de praia, depósitos de matriz argilosa/lodosa fina que intercalavam elementos antrópicos, registados sobretudo na parte mais a norte, parcialmente sob uma grande estrutura em madeira que ocupava praticamente toda a frente de obra. Esta ocupação, cuja datação deverá corresponder, grosso modo, ao século XVIII, tendo em consideração a estratigrafia e os materiais arqueológicos, inclui também vários contextos, que não é por agora possível afirmar terem contemporaneidade. Estes correspondem essencialmente a deposições de equipamentos náuticos ou matérias-primas.

A noroeste foram registados uma âncora em ferro, manchas que eventualmente serão descarte de pedras de lastro, grandes toros em madeira, uma pica e duas bombas (Figura 3). Os toros, de grandes dimensões, foram colocados lado a lado e travados por estacas, encontrando-se praticamente em bruto, podendo constituir um núcleo de aprovisionamento de matéria – prima. Alguns tinham ainda a particularidade de apresentar a marca $^{\Delta}$ *XX* $^{\Delta}$. As duas bombas estavam alinhadas em direcção ao rio, a mais a norte assente sobre a âncora, podendo ter sido reutilizadas nalgum sistema de escoamento de águas.

A nordeste deste conjunto, foram registados três núcleos com madeiras curvas, de secções reduzidas (c. 20 cm), pré-formas para construção naval (Figura 4). Estas madeiras estavam cuidadosamente armazenadas e apresentavam a mesma marca identificada nos toros do núcleo anterior, confirmando a sua contemporaneidade. Na mesma zona foram identificados dois canhões em ferro fundido, com função por agora indeterminada.

A sudoeste documentou-se ainda uma área onde estavam armazenadas várias peças desmontadas do casco de um ou mais navios de grande porte. Destacam-se um troço de quilha, um de sobrequilha, três de roda de proa (Figura 5) e duas cavernas. A maior parte aparecia num mesmo nível, mas algumas peças estavam enterradas a cotas distintas. Refira-se ainda a existência a norte deste conjunto de vários fragmentos de sílex, provável evidência de uma oficina de talhe para produção de pederneiras.

No seu conjunto, estes depósitos sugerem que a praia foi ocupada no século XVIII por actividades navais, onde se armazenaram peças desmontadas, matérias-primas em bruto e equipamentos náuticos. A área ainda não estava estruturada, o que não quer dizer que não existissem construções relacionadas mais a norte, já em faixa sempre emersa. No entanto, é evidente a existência de uma organização do espaço, existindo uma zona dominada pelas grandes peças náuticas, em redor do qual se identificaram outras mais pequenas, uma com toros que permitiriam cortar peças longitudinais, como quilhas ou tábuas, e outra com troncos curvos, que poderiam ser utilizados no fabrico de peças de cavername de pequenas embarcações.

Das épocas mais antigas de utilização da praia fará parte também uma embarcação, possivelmente ali abandonada. Esta corresponde ao fundo de um casco em madeira, parcialmente perturbado por estacaria colocada posteriormente, que se estende por 6 m de comprimento e 1,6 m de largura, cortado nas duas extremidades (Figura 6). Incluía parte da quilha, alguns fragmentos de cavername e várias tábuas de forro ainda em conexão, mas também a roda de proa e outras peças de cavername deslocadas. A análise preliminar indica tratar-se de uma pequena embarcação de boca aberta, a primeira desta cronologia identificada em Portugal. Por exemplo, a quilha tinha secção muito reduzida, inferior a 9 cm de

largura. As tábuas de forro tinham em média 25 cm de largura e 2 a 3 cm de espessura, estando fixas às balizas com pregos em ferro, de secção quadrangular. Observam-se ainda negativos de pelo menos seis balizas e vestígios de impermeabilizante, que pela sua tonalidade amarela poderá corresponder a gála-gála.

A estruturação do espaço marca a continuidade de utilização da área. Esta é dominada por uma grande estrutura em madeira, apenas registada na base (Figura 7-A). Apresenta planta rectangular e orientação noroeste/sudeste, perpendicular ao leito do rio, atravessando toda a área intervenciona. Era composta por pelo menos cinco fiadas de traves horizontais, fixas a uma malha densa de estacas colocadas na vertical, previamente talhadas em cunha para melhor introdução no sedimento. A fixação entre estes elementos era efectuada com pregadura em ferro.

A base desta estrutura possuía uma ligeira pendente para sul, na direcção do rio, o que poderá estar relacionado com a topografia da zona intertidal na altura. Refira-se, a este propósito, que as estacas e as traves horizontais apresentavam grupos de cracas, sobretudo os segmentos a sul, o que sugere o seu contacto com níveis de maré. Esta característica e o sistema construtivo sugerem que a estrutura poderá ter correspondido a um cais palafítico, embora nesta fase não seja possível excluir a hipótese de ser parte de uma rampa parcialmente suspensa. Esta hipótese tem que ser considerada porque foram identificados adossados dois possíveis suportes para aparelhos de força, um a leste e outro a oeste, mais ao menos a meio da zona de intervenção. A sua localização, um de cada lado, poderá indicar que a estrutura corresponde a uma rampa para subida e descida de embarcações. Na realidade, os vestígios encontrados parecem constituir a base de aparelhos que permitiam desmultiplicar força efectuada no sentido sul-norte, tendo em consideração a forma como se encontram reforçados. As estacas de suporte deste cais/rampa parecem cortar duas manchas muito concentradas de cerâmica (sobretudo porcelanas e faianças), cuja tipologia pode indicar uma cronologia de finais do século XVIII ou inícios do século XIX, conferindo uma datação *ante quem* para os níveis anteriores a esta estrutura portuária.

A oeste desta estrutura, em depósitos que ali se acumularam posteriormente, foi identificada uma cofragem em L, que foi em parte sobreposta à base do cais/rampa, de onde sai perpendicularmente antes de inflectir para norte (Figura 7-B). Basicamente, esta construção era constituída por várias pranchas colocadas na horizontal, sobrepostas e ligadas a outras tábuas dispostas na vertical, na sua maioria com pregos em ferro. A sua funcionalidade não se encontra bem estabelecida, mas poderá corresponder a uma frente de mar que suportava a regularização de zonas de trabalho de apoio às actividades marítimas, eventualmente relacionada também com a rampa/cais.

Alterações a este cais/rampa verificaram-se também a partir de meio da zona de obra para sul, onde foi construída outra estrutura encostada ao limite leste, mantendo a mesma orientação (Figura 7-C). Esta apresenta um processo construtivo distinto, que corresponde a uma cofragem em madeira, especialmente reforçada pelo exterior do lado leste, onde foram reutilizados sobretudo elementos reaproveitados de navios desmontados. A sua função é por agora indeterminada, podendo corresponder a uma alteração no cais antes descrito. De qualquer modo, a sua construção permitiu criar uma zona seca a norte, onde também se registou um piso em seixos (Figura 7-D).

A última fase corresponde à implantação de equipamentos industriais, nomeadamente à primeira fase da construção da Fundições Vulcano, a partir de 1843 (Figura 8). Deste período serão um conjunto de caleiras e um provável bocal de bomba de sucção (constituído por dois barris, perfurados e sobrepostos), descoberto na zona norte, e que pode ter servido para bombear água, destruindo parcialmente a estrutura do cais/rampa. Identificaram-se também as valas, estacas e grades em madeira que serviram para sustentar as paredes em alvenaria do espaço fabril Vulcano-Collares, mais tarde Sorel.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção arqueológica efectuada no Boqueirão do Duro permitiu documentar actividades náuticas naquele espaço desde pelo menos o século XVIII. Numa fase inicial, a praia fluvial era um espaço portuário sem estruturas significativas que terá sido possivelmente utilizada como estaleiro, para actividades de construção ou desmonte de navios em fim de vida.

Numa segunda fase, provavelmente na segunda metade do século XVIII, a zona foi profundamente alterada, recebendo uma grande estrutura em madeira perpendicular ao rio, provavelmente um cais. O espaço foi compartimentado através da construção

de várias cofragens e a estrutura inicial foi alterada, aparentemente alargada no troço final conhecido. Nas primeiras décadas do século XIX a zona foi aterrada, recebendo estruturas industriais, que sepultaram o seu passado marítimo.

BIBLIOGRAFIA

BETTENCOURT, José; CARVALHO, Patrícia; COELHO, Inês; FONSECA, Cristóvão; LOPES, Gonçalo e SILVA, Tiago (no prelo) – Os navios de Lisboa: balanço e perspectivas de investigação. In *Actas do I Encontro do Centro de Arqueologia de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

BLOT, Maria Luísa (2003) – Os portos na origem dos centros urbanos: Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. Nº 28.

CAETANO, Carlos (2004) – *A ribeira de Lisboa: na época da expansão portuguesa, séculos XV e XVIII*. Lisboa: Pandora.

CORREIO MERCANTIL (1798) – *Arrendamentos*. Lisboa. 51, p. 407. Disponível online em https://books.google.pt.

CORTEZ, Maria do Carmo (1994) – Conde Barão (Sítio do). In SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas e associados – Consultores, Lda. p. 304.

GOMES, Alexandra Isabel (2014) – *Os caes do sítio da Boavista no século XVIII: estudo arqueológico de estruturas portuárias*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Socias e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MATOS, José Sarmento, PAULO, Jorge Ferreira (2009) – *Estudo Histórico e Patrimonial: Palácio Almada Carvalhais*. Lisboa: Texto Policopiado. p.26.

SARRAZOLA, Alexandre; BETTENCOURT, José e TEIXEIRA, André (2014) – Lisboa, o Tejo e a Expansão Portuguesa: os mais recentes achados arqueológicos da Lisboa Ribeirinha. In SILVEIRA, Adolfo. (coord.) – *O Tempo Resgatado ao Mar. Catálogo da Exposição*, Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda e Museu Nacional de Arqueologia, pp. 111-116.

SILVA, Augusto Vieira da (1960) – *Dispersos*, vol. III, Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, pp 11-16.

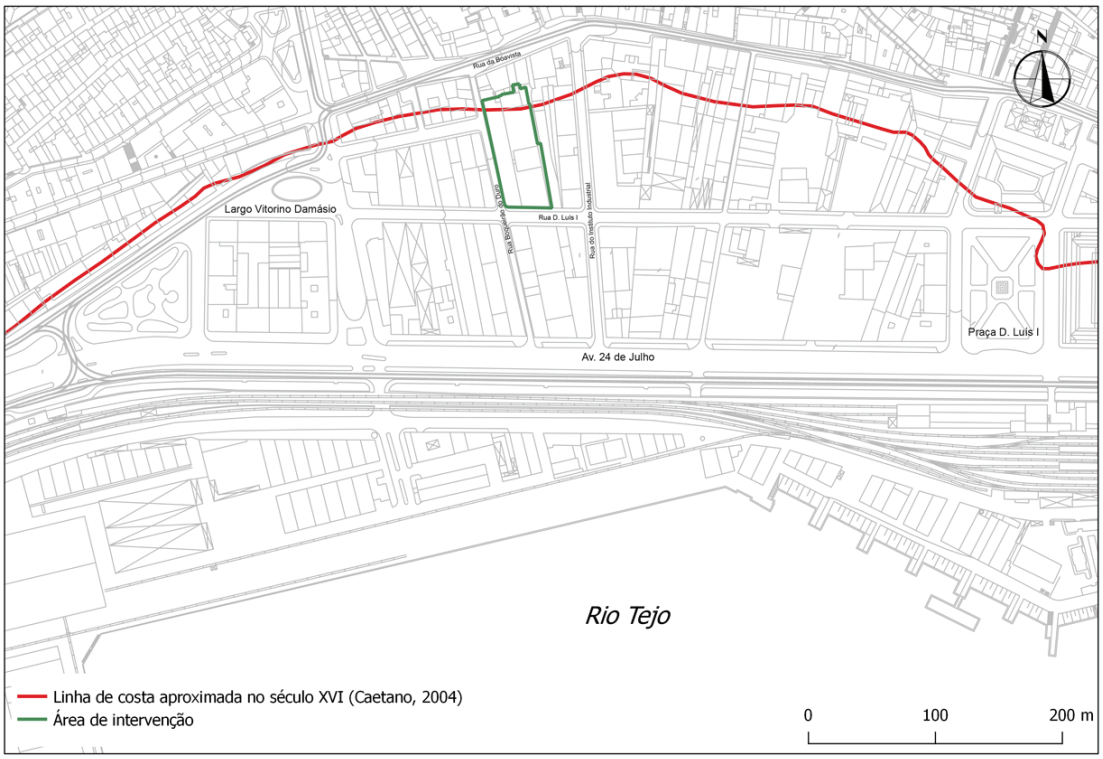


Figura 1 – Localização da área de intervenção sobre cartografia topográfica de Lisboa.

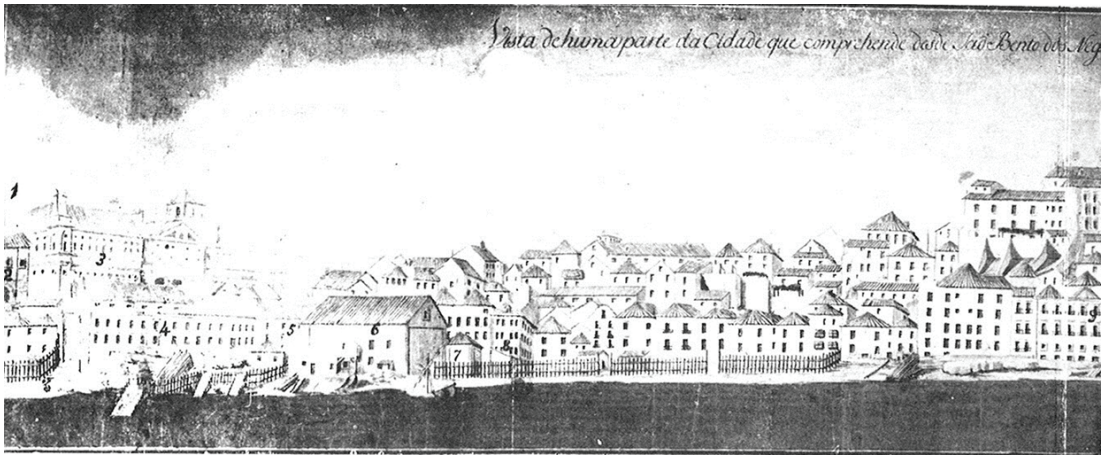


Figura 2 – Praia da Boa Vista, frente ao Palácio do Conde de Barão de Alvito (nº 4) e Palácio Almada Carvalhais (nº 5), sendo o Paço da Madeira o nº 7 (gravura do 3º quartel do século XVIII).



Figura 3 – Vista dos trabalhos a partir de oeste onde se observam em primeiro plano dois toros, provável matéria-prima, em segundo, no corte, as duas bombas reutilizadas em possível canalização. Notar os braços da âncora, sob uma das bombas.



Figura 4 – Vista geral de dois núcleos com madeiras curvas, possíveis pré-formas para construção naval, documentados no quadrante nordeste.

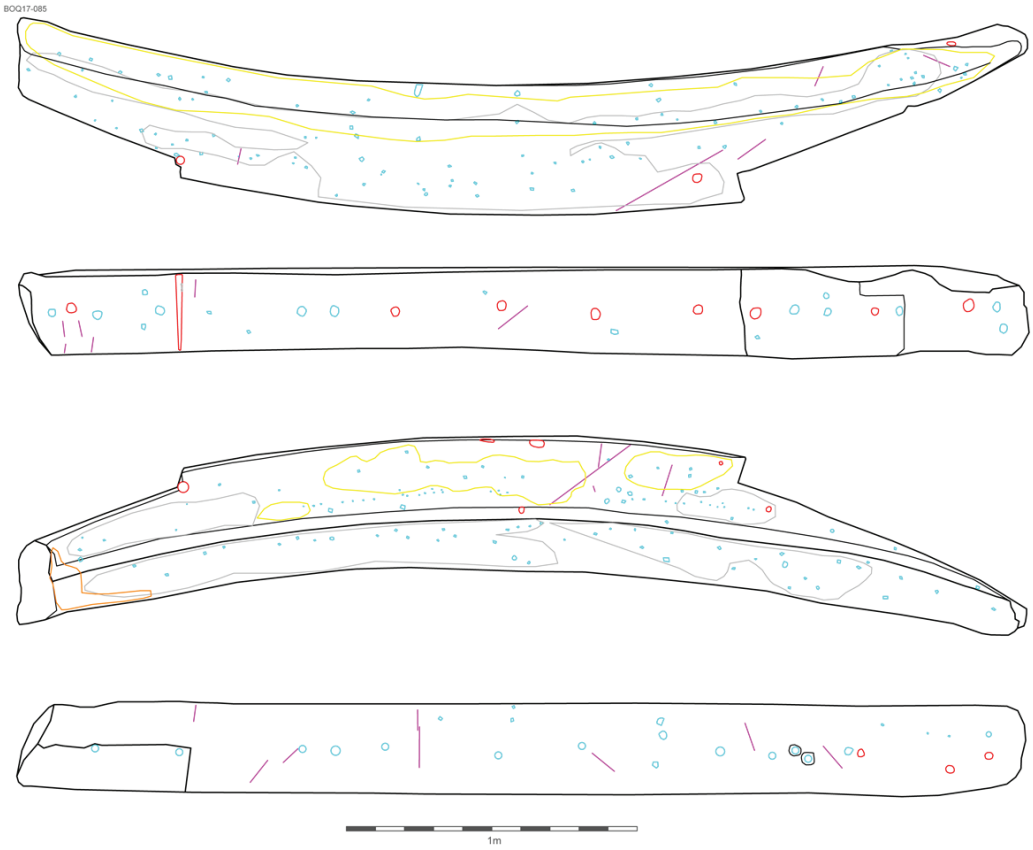


Figura 5 – Roda de proa BOQ17-085, uma das peças desmontada de cascos descobertas em armazenamento.



Figura 6 – Ortofotografia da embarcação descoberta no Boqueirão. Na base da imagem observa-se a roda de proa, isolada e caída sobre bombordo.



Figura 7 – Mosaico das estruturas portuárias localizada no Boqueirão do Duro durante a escavação.

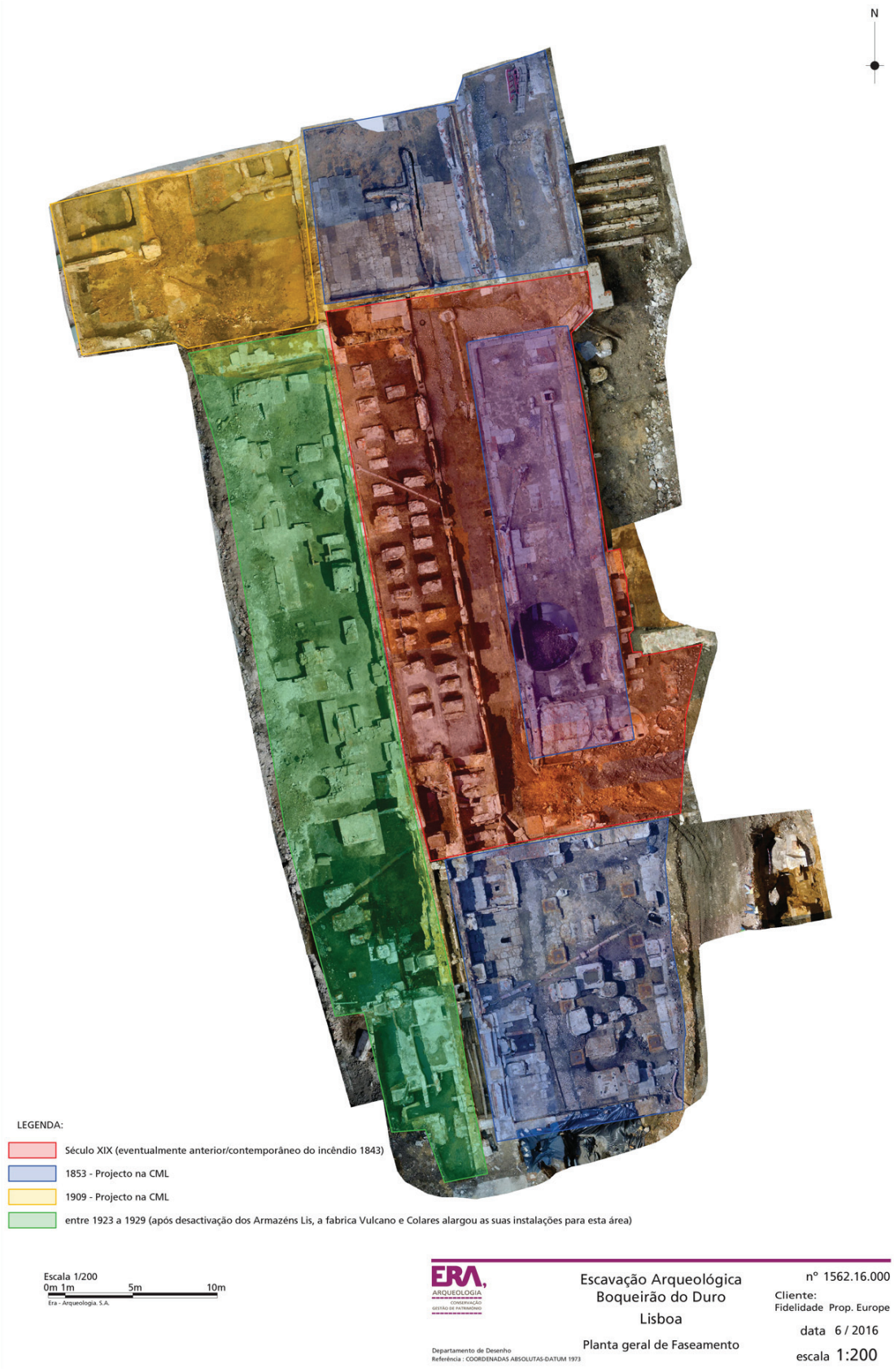


Figura 8 – Planta com o faseamento das estruturas industriais da Vulcano – Collares.

ARQUEOTANATOLOGIA MODERNA/ CONTEMPORÂNEA: PRÁTICAS FUNERÁRIAS E CRONOLOGIA RELATIVA NO ADRO DA IGREJA DE SANTA MARIA DOS ANJOS, VALENÇA

Luís Miguel Marado[1], Luís Fontes[2], Francisco Andrade[3], Belisa Pereira[4]

RESUMO

Exumaram-se 30 indivíduos da necrópole da Igreja de Santa Maria dos Anjos (Valença). O objetivo é localizar e interpretar as práticas funerárias deste contexto. A arqueotanatologia reúne perspetivas arqueológicas, antropológicas e tafonómicas na interpretação de práticas funerárias. Permite aferir o posicionamento do esqueleto, as características da deposição e os processos tafonómicos que afetam o corpo e os materiais associados. A aplicação das abordagens arqueotanatológicas caracteriza as sepulturas como tipicamente primárias e individuais, em decúbito dorsal e orientação oeste-este, realizadas em covachos de espaço preenchido com sedimento, de preenchimento pós-decomposicional diferencial. Identificaram-se sequências cronostratigráficas longas. O gesto funerário é compatível com a religião cristã e a cronologia do contexto, e permite discutir o rito fúnebre e o estatuto socioeconómico dos indivíduos.

Palavras-chave: Arqueologia da morte, Antropologia Biológica, Tafonomia, Arqueologia Moderna/Contemporânea, Alto Minho.

ABSTRACT

Thirty individuals were exhumed from the Santa Maria dos Anjos churchyard (Valença). The aim is to identify and interpret the churchyard's funerary practices. Archaeotanatology gathers archaeological, anthropological and taphonomic perspectives on funerary practice interpretation. It helps describe skeletal positioning, deposition characteristics and taphonomic processes that affected the body and associated materials. Archaeotanatological analyses characterized typical Valença graves as primary and individual, supine and oriented West-East, dug in pits filled with sediment, and of differential in-filling. Long chronostratigraphical sequences were defined. The funerary gesture is compatible with Christian practices and chronological context, and allows discussion of the funeral ritual and the socioeconomic status of the individuals.

Keywords: Archaeology of death, Biological Anthropology, Taphonomy, Modern/Contemporary Archaeology, Alto Minho (region between rivers Lima and Minho).

1. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território; luismarado@gmail.com

2. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território; lfontes@uaum.uminho.pt

3. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território; fjsdea@hotmail.com

4. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território; belisa_vilar@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A arqueotanatologia (arqueologia da morte, ou tafonomia/antropologia funerária) recorre ao registo arqueológico de deposições (contextos com presença de material osteológico humano), ao estudo paleoantropológico dos ossos humanos recuperados e à análise das alterações (materiais e de posicionamento) sofridas pelos ossos após a morte e após a deposição. O conjunto desses dados permite estimar o gesto funerário que caracterizou a deposição (Duday *et al.*, 1990; Duday, 2006; Knüsel & Robb, 2016). As alterações tafonómicas estão intimamente relacionadas com a preservação óssea, já que o material osteológico pode decompor-se totalmente, dependendo das características (humidade e acidez, sobretudo) dos solos (Stodder, 2008). No entanto, a tafonomia descreve também alterações no osso e no posicionamento relativo dos ossos (cuja articulação pode conservar-se ou não, por exemplo) que informam acerca do processo passado pelo esqueleto antes e depois da deposição. A interpretação desse processo permite a reconstituição dos gestos funerários e das características da deposição. Portanto, o registo arqueológico deve ser cuidadoso, permitindo à equipa que analisa os dados conhecer o mais detalhadamente possível as evidências físicas do processo tafonómico (Duday *et al.*, 1990; Duday, 2006; Knüsel & Robb, 2016).

Valença situa-se na margem esquerda do rio Minho, no Norte de Portugal, junto à fronteira com Espanha. A proximidade em relação ao cruzamento de duas das principais vias de comunicação regionais, uma fluvial, proporcionando ligação direta ao mar, e outra terrestre, cruzando transversalmente o vale, conferiu ao sítio de Valença uma posição geoestratégica, a qual justificou a sua ocupação desde a Idade do Ferro, na forma de povoado fortificado. O sítio viria a ser reocupado no decurso da Idade Média, sobrepondo-se-lhe a vila fortificada de Valença, construída no âmbito do programa de fortificação da fronteira portuguesa promovido pelo rei Afonso III durante a segunda metade do século XIII.

A estrutura urbana de Valença consolida-se seguindo o modelo de inspiração francesa das *bastides*, com uma malha ortogonal estruturada por um eixo longitudinal que ligava as principais portas do recinto muralhado, a Sul a Porta do Sol e a Norte a Porta de São Vicente ou da Gabiarra (Fontes *et al.*, 2013). Foi no topo norte deste eixo, junto da Porta da Gabiarra, que se ergueu a igreja de Santa Maria dos Anjos, igreja matriz de Valença. Embora se recue a construção inicial ao tempo do rei português D. Sancho I (1185-1211), o atual edifício corresponde à reconstrução efetuada ao tempo de D. Afonso III, como se depreende da inscrição conservada no cunhal sudeste exterior da capela-mor, gravada em data posterior e que evoca a fundação da igreja em 8 de julho de 1276.

É uma caraterística igreja de traça românica, de planta longitudinal, com nave e capela-mor retangulares, que nos alçados laterais e na capela-mor conserva parte significativa da edificação medieval, com cornija sobre modilhões esculturados e inúmeros silhares siglados. Na fachada norte, nas fiadas inferiores, conserva diversas inscrições tardomedievais e modernas, correlacionadas com enterramentos, como indiciam as sepulturas aí identificadas pelas escavações arqueológicas.

Debruçamo-nos aqui sobre os resultados proporcionados pela escavação realizada em 2010 no lado sul do adro, que permitiu a exumação de trinta indivíduos e a identificação de um total de 51 sepulturas. Os objetivos do presente trabalho são (1) a identificação e a localização espacial e temporal do contexto funerário do adro da igreja de Santa Maria dos Anjos e (2) a identificação e interpretação das práticas funerárias levadas a cabo durante o período de utilização da necrópole.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A escavação de 2010 da área circundante à igreja de Santa Maria dos Anjos (sondagens X195.196 Y319.320, X197 Y319, X197 Y320.321, X198.200 Y318, X198.199 Y319, X198.199 Y320.321, X200 Y320.321 e X198.201 Y326) decorreu no âmbito do projeto de "Requalificação urbana do centro histórico de Valença", cujos trabalhos arqueológicos e avaliação de impacto são da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Fontes *et al.*, 2013). No âmbito da intervenção foram identificadas 30 deposições cujos materiais osteológicos foram exumados (de um total de 51). Os trinta indivíduos foram avaliados quanto ao sexo (Giles, 1964; Ferembach *et al.*, 1980; Buikstra & Ubelaker, 1994; Silva, 1995; Wasterlain, 2000; Bruzek, 2002) e quanto à idade em não-adultos (Stloukál & Hanáková, 1978 in Ferembach *et al.*, 1980; Schaefer *et al.*, 2009; AlQahtani *et al.*, 2010) e em adultos (Lo-

vejoy *et al*., 1985, adaptado por Buckberry & Chamberlain, 2002; Brooks & Suchey, 1990, adaptado por Hartnett, 2010a; MacLaughlin, 1990; Isçan & Loth, 1993, adaptado por Hartnett, 2010b; Rissech *et al*., 2006, adaptado por Calce, 2012).

A amostra esquelética é constituída por 19 indivíduos adultos e 11 não-adultos. Os adultos dividem-se em sete indivíduos do sexo masculino e sete do feminino, além de cinco indivíduos cujo sexo não pôde ser determinado. Quanto à idade, os adultos dividem-se em indivíduos jovens (seis), maturos (quatro indivíduos), idosos (um indivíduo) e adultos sem indicadores específicos de idade (oito indivíduos). Já os não-adultos têm idade à morte maioritariamente até aos 7 anos (dez indivíduos), com uma exceção (indivíduo entre os 9 e os 12 anos).

As deposições foram caracterizadas quanto ao(s) seu(s) tipo(s) (1: inumação ou cremação; 2: individual, múltipla, ou coletiva; 3: primária ou secundária) e à estrutura sepulcral (Duday *et al*., 1990; Duday, 2006; Knüsel & Robb, 2016). Registou-se ainda: (1) a orientação geográfica do esqueleto, (2) o posicionamento de áreas anatómicas específicas (crânio, tronco, membros superiores e inferiores), (3) o tipo de articulação geral, (4) a conservação das articulações lábeis e persistentes, (5) o espólio e a fauna associados à deposição, (6) as relações estratigráficas e as respetivas sequências de sepulturas. As alterações tafonómicas verificadas nos ossos foram registadas quando passíveis de ter resultado do processo funerário.

Mediante análise dos elementos enumerados foi definido para cada deposição o espaço (1: vazio ou preenchido; 2: estreito ou amplo) (Duday *et al*., 1990; Duday, 2006) e o preenchimento pós-decomposicional. Aquando da decomposição, o sedimento pode preencher diretamente os espaços vagados (preenchimento progressivo) ou proporcionar um preenchimento mais lento (diferencial) que permite a movimentação dos elementos ósseos que vão perdendo articulação, consoante as suas características (Duday, 2006).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Orientação e posicionamento

Apenas mediante o estudo dos gestos funerários (preparação do corpo, deposição e características da sepultura e do espólio funerário, exumação e reinumação) se podem interpretar por completo os fatores tafonómicos expressos em cada sepultura (Duday *et al*., 1990; Duday, 2006). A antropologia funerária tem como objetivo a caracterização e interpretação de tais gestos, associando-os ao rito fúnebre que é parte do processo tafonómico, já que pode proporcionar alterações diretas ou indiretas no corpo e nos ossos dos indivíduos da comunidade (Stodder, 2008).

A inumação individual foi evidente em 26 sepulturas avaliáveis. Na generalidade, estavam ausentes elementos osteológicos humanos não pertencentes ao indivíduo inumado. Todas as sepulturas (n = 27) nas quais é possível identificar o tipo de inumação são primárias. A conservação das articulações resistentes e de grande parte das articulações lábeis dos esqueletos sepultados permitiu essa conclusão. Deve notar-se que há diversos casos de fragmentos ósseos residuais de deposições anteriores que foram integrados no enchimento de deposições posteriores, ou em aterro, como é frequente em contextos funerários urbanos medievais ou modernos (Knüsel & Robb, 2016).

Entre 27 sepulturas encontram-se orientações oeste-este em 81,5% dos casos (com dois casos norte-sul, dois casos sul-norte e um caso este-oeste). As exceções são mais frequentes na sondagem X198.200 Y318 (três casos em quatro sepulturas), ainda que estas exceções sul-norte possam dever-se à vontade de orientar os sepultados "de frente" para o altar (que fica aproximadamente a norte do local dessas deposições).

Apenas uma sepultura (5,9% das 17 avaliadas) apresentou evidências de deposição em espaço vazio, suportada pela presença do caixão. As restantes foram depositadas em espaço preenchido com sedimento, surgindo evidências da presença de mortalha em vários casos. O espaço preenchido é identificado através da conservação de elementos ósseos (sobretudo o crânio e a articulação da anca) em articulação e posição anatómica equivalente à verificada *intra vitam*. Onze indivíduos (68,8%) foram depositados em espaços amplos e cinco (31,3%) em covachos estreitos. O espaço de inumação é caracterizado na sua largura pela posição relativa de elementos como os ombros e os braços, que se apresentam subidos ao longo do tronco e com verticalização das clavículas em caso do espaço ser estreito.

Apenas um caixão foi identificado, os restantes indivíduos estavam depositados em covachos em forma de banheira escavados no sedimento (13 casos,

46,7%) ou no substrato geológico (9 casos, 30%). Verificaram-se 6 casos (20%) nos quais não foi possível destrinçar os limites do covacho.

As posições de tronco, crânio e membros podem ser reveladoras do rito funerário envolvido na sua deposição. A grande maioria dos casos observáveis (95,8% de 24 casos) regista decúbito dorsal, com apenas uma exceção (provável decúbito lateral direito). As posições do crânio e dos membros superiores foram muito variáveis, não se verificando quaisquer padrões. Nos membros inferiores, a preferência recaiu sobre a posição com membros esticados (85.7% de 21 casos), apenas quebrada em três casos: dois indivíduos não-adultos apresentaram flexão do joelho e rotação dos membros inferiores para a esquerda; enquanto o indivíduo adulto que aparenta estar em decúbito lateral direito apresenta os membros inferiores cruzados, sobrepondo-se o esquerdo ao direito.

A conservação da articulação esquelética nos 30 casos identificados foi, em geral, positiva. Mais de metade (17; 56,7%) são esqueletos articulados com crânio, seguidos de esqueletos articulados sem crânio (6 casos, 20,0%) e de esqueletos parcialmente articulados (4; 13,3%). Os ossos desarticulados caracterizam 10% dos casos, todos correspondentes a crânios isolados. Mais de metade dos casos avaliáveis (15; 53,6%) não foram perturbados após a sua deposição, enquanto a perturbação se verificou em 46,4% (13 casos) e houve dois casos cuja perturbação não foi aferida por não terem sido suficientemente expostos em escavação. A existência de deposições perturbadas, ossos desarticulados e esqueletos parcialmente articulados está relacionada com a frequente reutilização do espaço funerário do adro da igreja. Algum tempo após uma deposição, presumivelmente após esquecimento da sua localização exata, outra deposição é implantada e ocupa, parcial ou totalmente, o mesmo espaço. Essa prática levaria à inclusão de elementos ósseos no enchimento de sepulturas alheias e à secção de esqueletos previamente inumados.

Entre 19 indivíduos que permitiram a análise do preenchimento pós-decomposicional (progressivo ou diferencial), 16 (84,2%) apresentaram evidências de preenchimento diferencial, indicando que o sedimento associado a este contexto é provavelmente de calibre médio. As exceções, constituídas por preenchimento progressivo, verificaram-se em 3 casos (15,8%) Estas situações podem corresponder a influência de anelídeos que revolvem e preenchem os espaços, como efeitos relacionados com a influência da humidade (Duday, 2006). O tipo de preenchimento pós-decomposicional é considerado diferencial aquando a deslocação de elementos ósseos (costelas ou ossos das mãos, por exemplo) para o espaço vagado pela decomposição. Se tal não sucede, o preenchimento terá acompanhado quase simultaneamente a decomposição (de forma progressiva).

As características do gesto funerário (predominância de decúbito dorsal e de orientação oeste-este) permitem confirmar que estes indivíduos seriam cristãos, como evidenciado pela sua inumação no adro de uma igreja católica, local usualmente destinado a pessoas de classe social inferior (Cruz, 2011). De salientar que a preferência pela orientação oeste-este dos enterramentos cristãos se iniciou no século V, sucedendo a enterramentos sul-norte ou norte-sul, de tradição pagã (Cruz, 2011). Assim, a cronologia relativa proposta para estas sepulturas (séculos XVII a XX) é coerente com esta possibilidade.

3.2. Cronostratigrafia das sepulturas

A ordem cronostratigráfica das deposições é determinável através da interpretação das relações de corte e sobreposição entre sepulturas. A Figura 1 representa graficamente as relações estratigráficas entre as sepulturas das sondagens contíguas X198.200 Y318 e X198.199 Y319.

Na sondagem X198.199 Y319 é possível afirmar que as sepulturas 23, 27 e 33 são mais antigas do que outras dez sepulturas nas sequências de cronologia relativa mais longas (entre mais de 20 sepulturas e três crânios isolados).

A sepultura 17 é a mais recente de várias sequências de enterramentos na sondagem X198.199 Y319, já que se sobrepõe direta ou indiretamente a dezassete sepulturas. As sepulturas 14 e 31 são mais recentes do que nove sepulturas.A sondagem X198.200 Y318 permite identificar escassas relações entre as sepulturas. No entanto, é possível afirmar que a sepultura 45 é anterior à sepultura 47, por ter sido cortada por ela (Figura 2). Por outro lado, a sepultura 7 (cujo material osteológico não foi recuperado) é anterior à sepultura 43, que a sobrepôs. As sepulturas 44 e 46 não cortam ou foram sobrepostas por quaisquer outras. A estratigrafia da sondagem não permite aferir a cronologia relativa a estas sepulturas.

Os enterramentos poderão ter sido realizados em pelo menos cinco fases diferentes, evidenciadas nos

níveis da Figura 1. Como enunciado, as evidências apontam para que as sepulturas não fossem implantadas sobre inumações anteriores em curto espaço de tempo. Tal sugere que o período de utilização desta área como necrópole terá sido relativamente longo.

3.3. Espólio e cronologia relativa

O espólio de natureza arqueológica, zooarqueológica e antropológica (especificamente: ossos provenientes de reduções incluídos no enchimento de outras sepulturas) surge associado a praticamente todas as deposições, apesar de raramente parecer tratarem-se de artefactos relacionados com o propósito ritual. As exceções recaem sobre o crânio =3267= (provavelmente por estar descontextualizado) e as sepulturas 13, 33 e 34.

A fauna, cuja presença parece acidental, é encontrada em onze deposições (crânio =3270= e sepulturas 15, 18, 21, 24, 25, 35, 43, 45, 47 e 52). O metal está representado em vinte deposições. Além de objetos vários em metal (alguns não identificados: sepulturas 14, 19, 44 e 52), surgem pregos em cinco deposições (sepulturas 14, 24, 32, 35 e 43), alfinetes em doze (sepulturas 14, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 45 e 47), brincos em duas (sepulturas 17 e 45), botões em seis (sepulturas 18, 19, 21, 24, 46 e 47), um diadema (na sepultura 23) e um numisma (na sepultura 21). Contas de colar (presumivelmente correspondentes a terços ou rosários cristãos e, assim, com papel ritual) estão presentes em sete deposições (sepulturas 19, 21, 27, 30, 31, 32 e 35). Restos de tecido (presumivelmente correspondente à mortalha que envolveria os indivíduos depositados) são evidentes em sete deposições (crânio =3270= e sepulturas 14, 16, 17, 18, 20 e 43). Há vidro no contexto associado a três deposições (sepulturas 16, 23 e 43).

Os ossos humanos de outros indivíduos (que não o correspondente à inumação primária) estão representados em onze deposições (sepulturas 14, 20, 22, 26, 27, 30, 31, 35, 44, 47 e 52). São provavelmente resultantes da perturbação de inumações anteriores aquando da implantação de nova deposição.

Os fragmentos cerâmicos presentes em três deposições permitem estimar uma datação *post quem* para essas sepulturas. As sepulturas 17 e 21 contêm fragmentos cerâmicos de produção Moderna (séculos XVIII/XIX) e a sepultura 22 contém um fragmento cerâmico de produção Contemporânea (séculos XIX/XX) (Raquel Martínez Peñin e Juliana Silva, comunicação pessoal, Setembro de 2016). As sepulturas 17 e 21 permitem estabelecer uma cronologia máxima (ante quem) para as deposições estratigraficamente mais antigas (sepulturas 7, 13, 14, 15, 23, 24, 27, 28, 30, 31, 33, 38 e 39).

O espólio metálico que acompanha as sepulturas 19 e 21 (ainda que incluído na enumeração anterior) é digno de menção particular. No caso da sepultura 19, é constituído maioritariamente por botões, mas apresenta ainda uma chapa de identificação militar, uma coroa da farda em metal, uma (possível) fivela e uma medalha. Os botões foram datados como pertencentes à primeira metade do século XIX, devido à representação do brasão da coroa Portuguesa ter paralelos numismáticos nesse período (Diego Machado, comunicação pessoal, Outubro de 2016). Na sepultura 21 foi encontrado um numisma datado de meados do século XVIII, da década de 1750 (Diego Machado, comunicação pessoal, Outubro de 2016), proporcionando nova datação *post quem* para esta sepultura, datada por cerâmica para os séculos XVIII/XIX.

O espólio descrito é, na sua maioria, de utilização diária, fazendo parte do contexto funerário como extensão do quotidiano (enquanto parte do vestuário ou dos adereços utilizados pelo indivíduo). As exceções são os terços/rosários, como assinalado anteriormente, assim como o diadema (cujo uso parece excecional, à época) e as mortalhas, adorno adequado à deposição funerária.

4. CONCLUSÕES

As características de inumação (orientação oeste-este, posição dos membros, inumações primárias e individuais) indicam que os indivíduos seriam de religião cristã, de acordo com o ritual funerário implícito. A cronologia provável das sepulturas, a presença de terços/rosários e o contexto da necrópole sublinham a identidade cristã dos indivíduos estudados.

Na generalidade dos casos não há evidência de uso de caixão ou esquife. A presença de mortalha e/ou alfinetes em várias sepulturas sugere que as inumações seriam acompanhadas de mortalha, ou apenas das vestimentas do falecido. As covas funerárias eram tipicamente escavadas no solo, por vezes diretamente no substrato geológico, e tinham frequentemente dimensões estreitas. Após a deposição do corpo, este seria coberto por sedimento.

As perturbações de uma parte importante dos enterramentos anteriores demonstram que não havia

intenção de preservação da memória de cada enterramento individual, como parece corroborar a ausência de quaisquer vestígios de coberturas e/ou epitáfios, que delimitassem ou sinalizassem as sepulturas. Ainda assim, a perda de articulações resistentes aquando de perturbações de enterramentos sugere que as inumações nesta área do adro da igreja não se sucederiam em pouco tempo (visto permitirem a decomposição dos tecidos moles). Portanto é possível sugerir que o uso deste espaço funerário decorreu durante algum tempo, talvez várias gerações, por ter permitido a formação de cronostratigrafias com pelo menos cinco fases. Entre essas fases seria necessário o esquecimento dos locais de enterramento específicos, permitindo só então a sua reutilização.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Doutora Raquel Martínez Peñin, à Mestre Juliana Silva e a Diego Machado o auxílio na análise e datação do espólio.
A presente investigação foi realizada no âmbito do projeto "Requalificação urbana do centro histórico de Valença", cofinanciado pelo Município de Valença. Três autores (LMM, FA, BP) beneficiaram de bolsas de investigação no âmbito do referido projeto.

BIBLIOGRAFIA

ALQAHTANI, S. J.; HECTOR, M. P.; LIVERSIDGE, H. M. (2010) – Brief communication: The London atlas of human tooth development and eruption. *American Journal of Physical Anthropology*. 142: 3, pp. 481-490.

BROOKS, S.; SUCHEY, J. M. (1990) – Skeletal age determination based on the os pubis: A comparison of the Acsádi-Nemeskéri and Suchey-Brooks methods. *Human Evolution*. 5: 3, pp. 227-238.

BRUZEK, Jaroslav (2002) – A method for visual determination of sex, using the human hip bone. *American Journal of Physical Anthropology*. 117: 2, pp. 157-168.

BUCKBERRY, J. L.; CHAMBERLAIN, A. T. (2002) – Age estimation from the auricular surface of the ilium: A revised method. *American Journal of Physical Anthropology*. 119: 3, pp. 231-239.

BUIKSTRA, J.; UBELAKER, D. (1994) – *Standards for Data Collection from Human Skeletal Remains: Proceedings of a Seminar at the Field Museum of Natural History*. Fayetteville: Arkansas Archaeological Survey.

CALCE, Stephanie E. (2012) – A new method to estimate adult age-at-death using the acetabulum. *American Journal of Physical Anthropology*. 148: 1, pp. 11-23.

CRUZ, Cristina B. S. (2011) – *Viver a morte em Portugal: o potencial informativo dos relatórios antropológicos de campo (1994-2007). Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra.*

DUDAY, Henry; COURTAUD, Patrice; CRUBEZY, Éric; SELLIER, Pascal; TILLIER, Anne-Marie (1990) – L'Anthropologie «de terrain»: reconnaissance et interprétation des gestes funéraires. *Bullétins et Mémoires de la Sociétè d'Anthropologie de Paris*. 2, pp. 29-49.

DUDAY, Henry (2006) – L'archéothanatologie ou l'archéologie de la mort (Archaeothanatology or the Archaeology of death). In GOWLAND, Rebecca; KNÜSEL, Christopher J., eds. – *Social Archaeology of Funerary Remains*. Oxford: Oxbow Books, pp. 30-56.

FEREMBACH, D.; SCHWIDETZKY, I.; STLOUKAL, M. (1980) – Recommendations for age and sex diagnoses of skeletons. *Journal of Human Evolution*. 9, pp. 517-549.

FONTES, Luís; PEREIRA, Belisa; ANDRADE, Francisco (2013) – Arqueologia Urbana em Valença. Metodologia e Resultados. In MORAIS ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 89-96.

GILES, Eugene (1964) – Sex determination by discriminant function analysis of the mandible. *American Journal of Physical Anthropology*. 22, pp. 129-136.

HARTNETT, Kristen M. (2010a) – Analysis of age-at-death estimation using data from a new, modern autopsy sample – Part I: Pubic bone. *Journal of Forensic Sciences*. 55: 5, pp. 1145-1151.

HARTNETT, Kristen M. (2010b) – Analysis of age-at-death estimation using data from a new, modern autopsy sample – Part II: Sternal end of the fourth rib. *Journal of Forensic Sciences*. 55:5, pp. 1152-1156.

ISÇAN, M. Y.; LOTH, S. R. (1993) – *Casts of age phases from the sternal end of the rib for white males and females*. Bellvue: France Casting.

KNÜSEL, Christopher J.; ROBB, John (2016) – Funerary taphonomy: An overview of goals and methods. *Journal of Archaeological Science: Reports*. 10, pp. 655-673.

LOVEJOY, C. Owen; MEINDL, Richard S.; PRYZBECK, Thomas R.; MENSFORTH, Robert P. (1985) – Chronological metamorphosis of the auricular surface of the ilium: a new method for the determination of adult skeletal age at death. *American Journal of Physical Anthropology*. 68:1, pp. 15-28.

MACLAUGHLIN, S. M. (1990) – Epiphyseal fusion at the sternal end of the clavicle in a modern portuguese skeletal sample. *Antropologia Portuguesa*. 8, pp. 59-68.

RISSECH, Carme; ESTABROOK, George F.; CUNHA, Eugénia; MALGOSA, Assumpció (2006) – Using the acetabulum to estimate age at death of adult males. *Journal of Forensic Sciences*. 51: 2, pp. 213-229.

SCHAEFER, Maureen; BLACK, Sue; SCHEUER, Louise (2009) – *Juvenile Osteology*. Londres: Academic Press.

SILVA, Ana Maria G. (1995) – Sex assessment using the calcaneus and talus. *Antropologia Portuguesa*. 13, pp. 107-119.

STODDER, Ann L. W. (2008) – Taphonomy and the nature of archaeological assemblages. In KATZENBERG, M. Anne; SAUNDERS, Shelley R., eds. – *Biological Anthropology of the human skeleton*. New Jersey: Wiley-Liss, pp. 71-114.

WASTERLAIN, Rosa Sofia C. N. (2000) – *Morphé. Análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da colecção de esqueletos identificados do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra*. Dissertação de Mestrado em Evolução Humana. Coimbra: Universidade de Coimbra.

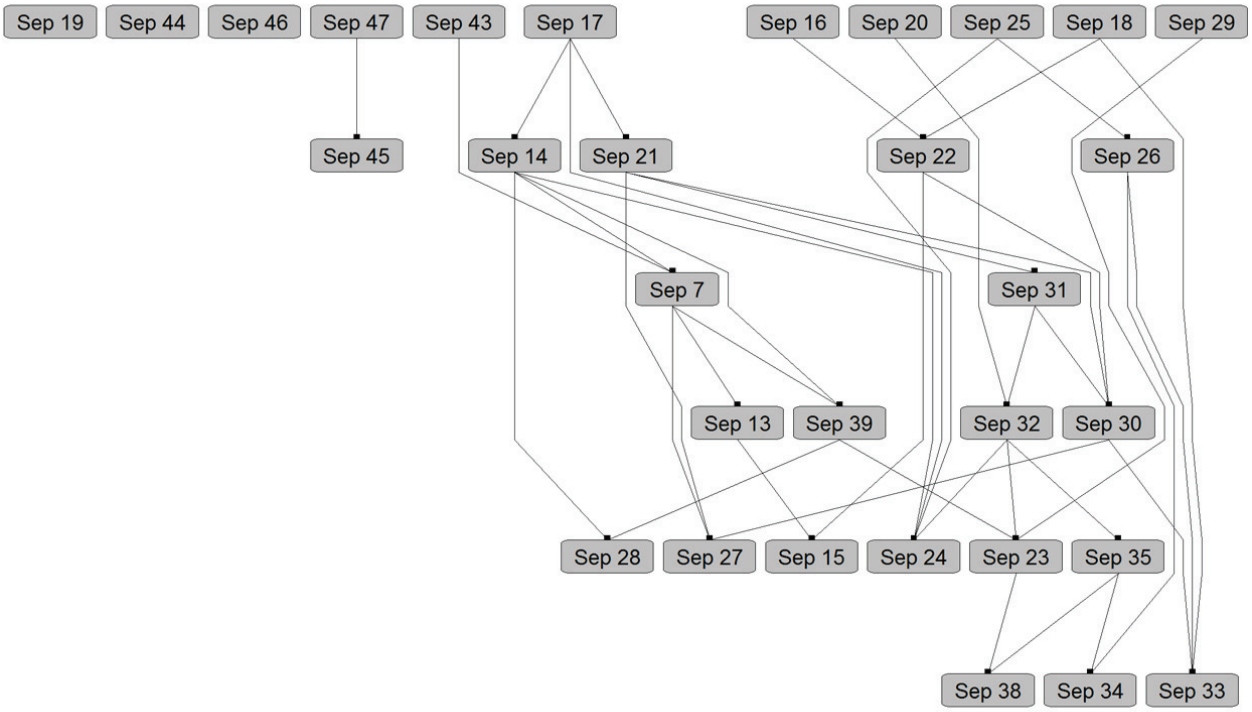


Figura 1 – Diagrama representativo das relações estratigráficas entre as sepulturas das sondagens contíguas X198.200 Y318 e X198.199 Y319 (igreja de Santa Maria dos Anjos, Valença, Portugal).



Figura 2 – Fotografia de campo da Sepultura 47, que corta e se sobrepõe à Sepultura 45, na sondagem X198.199 Y318 (igreja de Santa Maria dos Anjos, Valença, Portugal).

FRAGMENTOS DO QUOTIDIANO NO TERREIRO DO REAL MONUMENTO DE MAFRA (1717-2017)

Ana Catarina Sousa[1], Marta Miranda[2], Ricardo Russo[3], Cleia Detry[4], Tânia Manuel Casimiro[5]

RESUMO

No tricentenário do lançamento da primeira pedra do Real Monumento de Mafra apresentam-se os contextos arqueológicos identificados no Terreiro D. João V durante as obras de requalificação (2009-2011). A intervenção arqueológica incidiu fundamentalmente no Terreiro Norte, espaço urbano que teve já variadas designações e usos. Inicialmente está relacionado com a cerca conventual (1717-1843) mas com a intervenção de D. Fernando II esta área é remodelada, construindo-se o «Jardim do Cerco». Entre 1929 e 1930, todo o terreiro é remodelado, obra projectada pelo Arquitecto Paulino Montez. Os trabalhos arqueológicos permitiram a identificação de vários contextos arqueológicos: 1) estruturas, 2) depósitos; 3) aterros. O presente artigo será centrado no estudo das lixeiras, incluindo o estudo zooarqueológico, o estudo das cerâmicas e faianças. Este artigo pretende dar um contributo para o estudo do quotidiano no Convento de Mafra, numa perspectiva interdisciplinar.

Palavras-chave: Idade Moderna, Mafra, Arqueologia Conventual.

ABSTRACT

In the three hundred years of the settlement of the first stone of the Royal Monument of Mafra, the archaeological contexts that were excavated in the Terreiro D. João V during the area's requalification (2009-2011) are studied in this paper. The archaeological intervention focused mainly on the north side of the Terreiro, an urban space renamed several times over the last 300 years. Initially related to the convent's fence (1717-1843) it is remodeled with the intervention of King Fernando II when «Jardim do Cerco» was built. Between 1929 and 1930, the entire yard was once again altered after a Paulino Montez's (architect) project. The archaeological excavations recognized several archaeological contexts allowing the identification of: 1) structures, 2) deposits; 3) landfills. This paper aims to study of some dumpsters found in the north façade, where the food supply area and the kitchens were located, including the zooarchaeological evidence, coarsewares and tin glazed pottery. All of these aspects are indicators of the daily live in the Convent of Mafra and will permit an interdisciplinary approach to its study.

Keywords: Modern Age, Mafra, Monastic archaeology.

1. CONTEXTO E OBJECTIVOS

A história da actividade arqueológica no concelho de Mafra é de alguma forma um caso de estudo que reflecte as tendências nacionais. Foi em 1997, com a criação do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal, que se iniciou em Mafra uma actividade permanente de investigação, salvaguarda e divulgação (Sousa, 2016), coincidindo com o aparecimento de uma tutela específica (Instituto Português de Arqueologia) e com legislação reguladora.

A actividade arqueológica municipal tem vindo a

1. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; sousa@campus.ul.pt

2. Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra; arqueopedagogia@cm-mafra.pt

3. Mestrando de Arqueologia, Faculdade de Letras de Lisboa; ricardorusso090s2@hotmail.com

4. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; cdetry@gmail.com

5. IAP-IHC – FCSH, Universidade Nova de Lisboa; tmcasimiro@fcsh.unl.pt

ser desenvolvida em diferentes enquadramentos, incluindo todas as vertentes da arqueologia preventiva: estudos de impacto ambiental, carta arqueológica, escavações arqueológicas e acompanhamento arqueológico. Destaca-se a intervenção na A21, enorme operação arqueológica desenvolvida pelo Gabinete de Arqueologia (Bugalhão, 2007), abrangendo 26 escavações (Sousa, 2008).

As intervenções arqueológicas em área urbana de Mafra incluíram trabalhos de investigação no núcleo medieval, junto à Igreja de Santo André (Sousa, 1998, 1999). O núcleo setecentista, em torno do Palácio Nacional de Mafra, constitui o actual centro da vila de Mafra, sendo o principal objecto de estudo deste artigo. Os primeiros trabalhos arqueológicos de acompanhamento aqui realizados datam de 2009-2011, constituindo a base do presente estudo. Foram posteriormente realizadas outras acções de acompanhamento no Terreiro D. João V (2011, 2012 – Susana Pires) e no Alto da Vela (2014-2017 – Marta Miranda).

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO: DO TERREIRO DO NORTE AO LARGO HUMBERTO DELGADO

O Largo General Humberto Delgado encontra-se inserido no Terreiro D. João V, espaço definido em simultâneo à edificação do Palácio-Convento, tendo como objectivo a criação de um largo espaço cénico envolvente. É na confluência entre o muro da cerca, a fachada Norte do Palácio-Convento e os actuais limites da Escola das Armas (antigo Centro Militar de Educação Física e Desportos) que se situa o Largo General Humberto Delgado.

Podemos genericamente considerar três grandes momentos da construção deste espaço a que correspondem diferentes denominações.

2.1. O Terreiro do Norte. Da constituição do Terreiro à relação com o Palácio-Convento (1717 – 1843)

A marcação da área do Terreiro foi delimitada com 20 marcos em pedra, configurando uma semi-elipse. Foi também desde logo marcado o espaço da cerca conventual, com um muro que se apoia sensivelmente a meio do alçado do edifício.

Apesar da documentação e dos estudos se centrarem quase exclusivamente no edifício, sabemos que a área Norte assumiu funções específicas: "(…) este largo é designado simplesmente por "terreiro do Norte", ou "terreiro da portaria do Norte" ou "da Porta do Carro" uma vez que era no alçado Norte do Palácio-convento, na parte respeitante à zona conventual, logo para nascente do muro da cerca e contígua a este (ou seja, a parte Poente do actual Jardim do Cerco), que se encontrava a portaria de abastecimento de géneros alimentares e outros bens necessários ao quotidiano dos frades e onde se encontravam algumas construções." (Pagará, 2007b) (Figura 1A, 1B, 1C e 1D).

2.2. O Largo das Bicas. O Jardim do Cerco e o crescimento urbano da Idade Contemporânea (1843 – 1929)

A extinção das ordens religiosas (1834) e os incêndios neste espaço – Escola de Escultura de Mafra, 1842, cavalariças do Paço – 1848 (Gandra, 1994, p. 175) fizeram com que o espaço envolvente ao Terreiro Norte fosse remodelado.

A Tapada e a Cerca foram reformuladas num processo promovido por D. Fernando II e é então construído o Jardim do Cerco. A instalação de duas bicas de água para abastecimento de água à população conferiu um novo nome ao Terreiro do Norte, passando a ser designado como Largo das Bicas (Gandra, 1994).

A "Planta da Tapada de Mafra e das suas cercanias" (1855) evidencia que a área envolvente do Palácio, foi ocupada gradualmente por construções, mediante solicitações à Casa Real.

A partir de 1886 o Terreiro passou a pertencer à Câmara Municipal de Mafra, deixando os domínios da Casa Real (Gandra, 1994). Regista-se ainda um plano de arborização da área fronteira ao Palácio, plantando-se uma faixa de árvores na fachada e a Norte, documentada em fotografias de António Passaporte. Esta zona manteve-se relativamente desafogada, possivelmente face à necessidade de protecção das estruturas hidráulicas subterrâneas.

A protecção e a valorização do Palácio: Largo Conde São Januário, Humberto Delgado

A classificação do Monumento de Mafra remonta a 1907 (Diário de Governo, 14, 17 de Janeiro de 1907). Com a República, o edifício passa a ser de uso público, tendo sido criado em 1911 o Museu de Mafra.

Com o objectivo de estabelecer um plano turístico (eixo Mafra – Ericeira) foi efectuada uma profunda remodelação realizada entre 1929 e 1930, projectada pelo Arquitecto Paulino Montez: "Plano de Regularização e Embelezamento da Vila de Mafra". O projecto Montez prevê um plano turístico para o

Monumento, mantendo-se a área Norte sem construções (Montez, 1933). O projecto referente à área do Largo das Bicas nunca foi concluído, pelo que a configuração que manteve corresponde ao uso deixado pela remodelação no século XIX, com a criação do Jardim do Cerco (Pagará, 2007b).
Em 1937, por ocasião do 50º aniversário da EPI, o topo Norte do Terreiro foi denominado "Largo Conde de S. Januário", fundador da Escola Prática de Infantaria e Cavalaria (Gandra, 1994, p. 192) e presidente da Associação de Arqueólogos Portugueses entre 1896 e 1901 (Cardoso, 2012).
A classificação foi alargada ao Terreiro D. João V em 1965 (Diário do Governo, II Serie, 106, 5 de Maio de 1965, p. 3245) e é na década de 60/70 que se procedeu ao alcatroamento parcial desta área, mantendo os circuitos de circulação. A plantação das Tílias também remontará a esse período, sendo este espaço conhecido popularmente como "Largo das Tílias".
Em 1975 a designação deste espaço passa a ser "Largo General Humberto Delgado", mantendo-se até hoje essa designação.

3. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Considerando que esta intervenção constituiu o primeiro trabalho arqueológico sistemático desenvolvido na área urbana moderna de Mafra, em torno do Terreiro D. João V, procurou-se efectuar uma descrição detalhada que pudesse servir como diagnóstico para trabalhos futuros.
Face ao potencial arqueológico, foram efectuadas prospecções geofísicas prévias da área Norte do Terreiro. Este trabalho, realizado pela empresa GeoSurveys, confirmou a presença do caneiro real do sistema de canalizações do convento, já bem conhecido e cartografado, não se registando a presença de qualquer anomalia que indiciasse a presença de estruturas arqueológicas referidas pela documentação.
O acompanhamento arqueológico foi realizado pelo Gabinete de Arqueologia de Mafra entre 2009 e 2011, sob direcção de Ana Catarina Sousa e Marta Miranda, com a colaboração de Tânia Peralta e Pedro Ramos (Figuras 2A e 2B).
Efectuou-se um acompanhamento presencial de todas as intervenções no subsolo, as quais podem genericamente corresponder a dois tipos: valas para colocação de infra-estruturas com largura entre 40 e 80 cm e fossas para plantações de árvores.
Os trabalhos de acompanhamento de acções mecânicas foram complementados com escavação manual quando tal se justificava. No caso dos depósitos de lixeira, procedeu-se à crivagem integral do sedimento.

4. DESCRIÇÃO ESTRATIGRÁFICA

Previamente ao início dos trabalhos foi efectuada investigação documental que permitiu a interpretação de alguns dados. O estudo prévio realizado por Ana Pagará permitiu a identificação de áreas sensíveis e em alguns casos apoiar a interpretação da evidência arqueológica recolhida (Pagará, 2007a, 2007b).

4.1. Estruturas

4.1.1. Construções

A documentação escrita e iconográfica indicava a presença de várias áreas com estruturas no Terreiro Norte: "Ao lado do Norte está a Caza da Esculptura, o forno, e a Caza de fundir os sinos. (Frei João de Santana, 1828, p. 179). Também gravuras da época indicavam a presença de estruturas junto ao Torreão Norte em 1861. M. Gandra, refere que a pequena casa de alvenaria representada em gravura da Revista *O Ocidente* (nº 506, 11 de Janeiro de 1893, p. 12) terá pertencido às Oficinas da Escola de Escultura de Mafra (Gandra, 1994, p. 175).
Nem no levantamento geofísico nem no acompanhamento arqueológico, foram detectados quaisquer vestígios da construção que possam corresponder à "Casa de Escultura de Mafra". Identificou-se sensivelmente nesta área uma aglomeração pétrea (U.E. 14), muito afectada pelas raízes. Não foi detectado qualquer vestígio de argamassa, nem de telhas. Atendendo que as construções na área do Terreiro eram provisórias, poder-se-á colocar a hipótese de se tratar de vestígios de uma construção desmantelada. Também não se registou a presença de acumulação de detritos de mármore, expectável junto da Escola de Escultura. Em toda a área foram recolhidos alguns fragmentos de mármore, possivelmente de componentes arquitectónicos, com mais abundância na área anexa à fachada setentrional do Palácio, não se registando na área próxima da localização hipotética da Escola de Escultura de Mafra (Figuras 3A e 3B).
Foi ainda detectada uma estrutura de argila de forma oblonga (U.E. 11), associadas a dois pregos. De funcionalidade indeterminada, estava associada a duas lixeiras.

4.1.2. Palácio-convento

A abertura de valas junto ao Torreão Norte evidenciou a presença de uma estrutura de contenção do torreão. Esta apresenta um aparelho muito robusto nos vértices W e E, com blocos de menor dimensão na área mesial. A parede encontra-se colmatada com argamassa, incorporando tijoleira e alguns fragmentos cerâmicos integráveis no século XVIII.

Existem referências à presença de um enorme bloco pétreo na vertente Sul, estando documentado o complexo processo de demolição: "(…) foi necessário demolir e arrasar um monte para a parte do sul, fundando em uma rocha de tão má qualidade de pedra, que tendo em quanto no centro da terra, muita resistência ao ferro, a tinha também ao fogo, a cuja violência o desfaziam que luzia muito pouco o trabalho, dando-se um dia por oito mil tiros, em que se gastavam trinta arrobas de pólvora." (Frei Cláudio da Conceição, 1818). Esta formação rochosa está também documentada sob os alicerces do torreão. (Figura 4).

4.1.3. Pavimentos

Não identificámos na documentação qualquer informação sobre pavimentos na área envolvente ao Monumento de Mafra. A área fronteira ao Palácio foi objecto de uma intervenção na década de 30, sob direcção do arquitecto Paulino Montez (Montez, 1933), mas o projecto nunca foi concluído no Terreiro Norte, o qual terá permanecido em terra batida, em alguns pontos revestida a alcatrão.

Nos trabalhos de acompanhamento arqueológico de 2009 foram identificados pavimentos em argila, na área anexa à fachada. Este pavimento de argila, cobre um estrato de base, com sucessivas camadas de telhas e materiais de construção. O pavimento apenas foi detectado na área delimitada pelo torreão, podendo corresponder a área de circulação anexa ao Palácio-Convento. Encontra-se a cerca de 40 cm da superfície actual, mas na área junto ao torreão a cota é substancialmente mais baixa (Figura 5A e 5B).

3.1.4. Estruturas hidráulicas: esgotos

O escoamento de águas e de detritos estava assegurado através de dois "canos reais" principais localizados a Norte e a Sul do edifício: "Dizem-me os homens que têm entrado neles que por baixo de todo o edifício é um labirinto de canos que vêm de umas e outras partes lançar as águas nos canos principais e que estão todos feitos com a mesma grandeza" (fl. 225). (Frei João de Santana -1828*)*.

Os canos reais são grandes galerias abobadadas, que correm a uma profundidade não inferior a 3 metros nos sectores junto ao Palácio, mas às quais se acede por entradas verticais mais próximas da superfície. O cano Norte: "vai parar ao Pátio da portaria do Norte e aí se junta com o outro, onde depois de receberem as águas do pátio se encaminha para o poente perto, mas fora do edifício e recebendo as águas dos saguões, fontes e cozinhas reais do lado norte, desce por um vale junto à vila da parte do Norte [Poço do Rei] e vai lançar fora as águas no sítio chamado o Rio Gordo" (Frei João de Santana, 1828, (fl. 224).

Foi detectada uma canalização secundária que não se encontrava cartografada, podendo corresponder a uma ligação ao Cano Real. A canalização corre no sentido W-E (quase paralelo ao Cano real) e apresenta um aparelho em pedra e argamassa, sendo o fundo e o topo revestidos com lajes de pedra. Apresenta cerca de 1 m de largura e 80 cm de altura. Não foi recolhido qualquer material que pudesse esclarecer a cronologia da estrutura (Figura 6).

4.2. Níveis de aterro

O processo de construção do Monumento de Mafra, com sucessivos alargamentos de área reflectiu-se na necessidade de estender a plataforma em que assentava a construção, tendo sido necessário proceder a grandes terraplenos: "Com as pedras e a terra deste desentulho, se entulhou, e terraplanou hum profundo valle. Em que se vê huma formosa e dilatada praça, diante das galerias do Palácio Real e frontespicio da Igreja" (Frei Cláudio da Conceição, 1818-1831).

O aterro, para além de fornecer o enquadramento cénico necessário, permitia a protecção do sistema hidráulico, como refere Júlio Ivo: "Sob o aterro, na parte do norte do edifício, corre um enorme cano lageado, com a orientação Este-Oeste*" (*Ivo, 1906).

No acompanhamento a generalidade da área era constituída pela camada humosa (U.E. 1) directamente sobre o substrato rochoso. Contudo, em alguns casos, particularmente na área central do Terreiro, verificou-se a presença de grandes blocos de pedra (U.E. 14, 18, 20, 24) depositados como se tratasse de um muro de sustentação de terras, embora sem qualquer aparelhamento de terras. Face ao posicionamento destes aterros, considera-se que estes podem estar relacionados com a colmatação de uma antiga ribeira que correria no meio do Largo, a avaliar pela micro-topografia e face à actual corrente de águas pluviais.

4.3. Lixeiras

Foram identificados sete depósitos de lixeira no actual Largo Humberto Delgado, constituindo uma importante base arqueográfica para o estudo arqueológico da fase de utilização como Convento. Não foram identificadas referências documentais que contextualizem estas lixeiras (Figuras 7A e 7B).

5. O QUOTIDIANO EM MAFRA: OS DEPÓSITOS DE DETRITOS DO TERREIRO NORTE

Era na vertente Norte que se encontrava a área de abastecimento de géneros alimentares ao Convento. Também neste local se situava uma das cozinhas. Esse enquadramento poderá explicar a presença de vários depósitos de lixeiras (num total de sete), situados fundamentalmente na área central do actual Largo Humberto Delgado.

Num dos casos (vala 9) a lixeira (U.E 9) terá sido encerrada com um incêndio (U.E. 10). Nos outros, os depósitos estavam cobertos pelo aterro U.E.1 encontrando-se a cerca de 60 cm da superfície (U.E. 8, 10, 12, 23, 25, 26, 28). Quando se verificou a presença de lixeiras optou-se por efectuar a sua escavação manual e com crivagem dos sedimentos removidos (Tabela 1).

Estas lixeiras apresentam abundante material, destacando-se a presença de fauna e de abundante louça conventual. Atendendo ao potencial de informação destes contextos, seleccionaram-se para estudo as unidades estratigráficas de "lixeira" com mais material, situadas nas valas 9 e 30.

5.1. Cerâmica e Faiança

Ainda que muitos fragmentos de cerâmica tenham sido recuperados em diversas unidades estratigráficas ao longo das valas, os objectos aqui analisados correspondem sobretudo às valas 9 (UEs 9, 10) e 30 (U.E. 26), sendo esta última a mais abundante. Estas unidades foram interpretadas como lixeiras, considerando a variabilidade do espólio recuperado, no entanto, o elevado estado de fragmentação poderá indicar uma deposição secundária, longe do descarte original. O tipo de materiais, bem como a proximidade do palácio, leva-nos a concluir que aqueles tiveram origem no convento e fizeram parte dos quotidianos dos seus habitantes.

A análise cerâmica revelou que estas diferentes lixeiras tiveram uma formação coetânea, pelo que a sua análise será feita globalmente não apresentando os dados isoladamente. A contabilização é desnecessária, não apenas porque o número de objectos em faiança supera largamente a cerâmica comum, mas também porque a cerâmica se encontra num elevado estado de fragmentação sendo provável que muitos destes fragmentos pertençam à mesma peça sendo a sua colagem, no entanto, impossível. Neste sentido a análise baseou-se na interpretação da tipologia de objectos, ainda que a maior parte dos fragmentos correspondam ao que designamos de inclassificáveis por não ser possível reconhecer a que forma pertenceram. Entre as peças possíveis de classificar destacam-se em cerâmica comum as panelas, tachos e os púcaros, e em faiança os pratos de diferentes dimensões, as taças, escudelas, covilhetes e jarros.

As peças em cerâmica comum correspondem certamente a produções locais ou numa área muito próxima, produzidas com pastas vermelhas, homogéneas e bem depuradas, com elementos não plásticos de grão médio e pequeno quartzosos e micáceos.

A louça de cozinha, utilizada na preparação de alimentos corresponde apenas a alguns fragmentos. Destacam-se as panelas de corpo globular, assentes em fundos planos com bordo extrovertido e lábio de perfil semicircular. As asas, quando existem, são verticais, ligando o bordo à parte mesial do corpo e possuem secção sub-oval. Os tachos apresentam formas hemisféricas com bordo de perfil semicircular. A sobrevivência apenas dos bordos não nos permite concluir que tipos de asas teriam. Por normas, noutros contextos domésticos de cronologias afins estas são das peças mais frequentes e a sua fraca incidência junto ao convento de Mafra é, no mínimo, curiosa. Peças afins têm sido recuperadas em contextos associados ao século XVIII, nomeadamente na cidade de Lisboa, ainda que parcamente publicadas (Casimiro, 2011; Casimiro, Almeida e Barbosa, no prelo). O seu reduzido número poderá estar relacionado ou com a utilização de caldeirões e panelas em ferro, estanho e cobre, recorrentes nas cozinhas dos conventos do século XVIII, devido à quantidade de alimentos que teriam de ser produzidos diariamente. No documento da *Relação dos Princípios vários a observar pela comunidade de Mafra*, datado de 1760, são enumerados diversos destes objectos metálicos destinados à preparação de alimentos na cozinha, pelo que nos parece óbvia a explicação para a ausência de louça de cozinha em cerâmica (Figura 8).

Entre as peças de cerâmica comum mais frequentes

encontram-se os púcaros. Estes pequenos objectos, cuja funcionalidade passaria sobretudo, pelo consumo de água, são frequentes entre os séculos XV e XIX, quando o vidro os começa progressivamente a substituir ainda que, só no século XX ocorra efectivamente o seu desaparecimento dos contextos arqueológicos. Apresentam corpo globular, assente em base plana, com pequena asa e bordo com perfil semi-circular. Curiosa é a ausência de cântaros e jarros destinados ao armazenamento e consumo de água, tão frequentes em contextos modernos. A única explicação passa pela presença de poços ou fontes de água potável no interior do palácio o que justificaria a sua ausência. A presença dos púcaros atesta o consumo de água.

A faiança portuguesa é efectivamente a tipologia cerâmica mais abundante, sobretudo a faiança completamente branca ou aquela que revela apenas pequenos apontamentos em azul ou manganês, por norma designada de "louça conventual", por possuir, não raras vezes, e tal como acontece nesta colecção, o nome do convento/mosteiro. Peças com a referência à casa religiosa que as consumiu foram encontradas, a título de exemplo, no Mosteiro São Vicente de Fora (Ferreira, 1983), mas igualmente em São João de Tarouca (Sebastian e Castro, 2009), sempre associadas a contextos setecentistas. As formas são semelhantes ao que se produz em meados do século XVIII e encontradas em diversos ambientes domésticos (Casimiro, 2013).

Os pratos (Figura 8), com forma subtroncocónica e assentes em fundo plano com pé anelar, são as peças mais frequentes, com um diâmetro no bordo que oscila entre os 15 e os 20 cm. São peças totalmente brancas que apresentam, em muitos exemplares, a palavra MAFRA no fundo (Figura 8). Igualmente recorrentes são as taças, hemisféricas e assentes em fundo de pé anelar com bordo de secção semicircular, cujo diâmetro médio é de cerca de 9,6 cm (Figura 9 A-G). A já mencionada *Relação dos Princípios vários a observar pela comunidade de Mafra*, de 1760, faz referência a diversos pratos e pratinhos que parecem encontrar correspondência na louça branca aqui recuperada, que apresenta diferentes tamanhos.

Os covilhetes são um tipo de taça (Figura 8A), baixa e com forma troncocónica, e uma das formas mais recorrentes nestas cronologias. Em finais do século XVII ainda aparecem decorados com contas e faixas barrocas nas paredes exteriores tornando-se completamente brancos em meados do século XVIII (Casimiro, 2011; Casimiro, Almeida e Barbosa, no prelo). As escudelas oferecem forma hemisférica, assentes em fundo de pé anelar com duas pequenas asas recortadas e equidistantes (Figura 8 H, I). Estas peças não são muito frequentes em contextos do século XVIII, mas conhece-se um exemplar recuperado nas escavações do Mosteiro de São Vicente de Fora com a inscrição *São Vicente.*

Foi recuperada a asa de um jarro, com secção sub-oval podendo ter sido utilizado para servir água. Peças afins são conhecidas para produções do século XVIII, tal como o jarro que consta da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga, com a referência à ordem das Flamengas (Calado, 2005, 125).

O consumo de água no Portugal Moderno era feito sobretudo em púcaros de barro vermelho sendo muito famosos os púcaros de Estremoz ou Montemor-o-Novo. Não obstante diversos púcaros em cerâmica vermelha terem aqui sido recuperados, destacam-se diversos recipientes, com a mesma funcionalidade, executados em faiança completamente branca, com uma ou duas asas.

Foi exumada pequena pega que encimaria o topo de pequena tampa, em faiança, decorada como azul e manganês. Este tipo de tampas é um achado frequente nos contextos arqueológicos, decorado com decorações como as das contas, destinadas a tapar pequenos potes (Casimiro e Sequeira, 2016) (Figura 9).

Embora raras surgem algumas peças decoradas com azul ou manganês. A pequena dimensão dos artefactos não nos permite, na maior parte das vezes, avançar sobre o tipo de decoração, tendo de generalizá-la como vegetalista. Destaca-se um fragmento com a decoração de contas que sabemos ter sido extensamente utilizada desde a segunda metade do século XVII aos finais da centúria seguinte (Casimiro, 2013).

Relativamente às importações aquelas são, como seria expectável em contextos de meados do século XVIII, muito reduzidas. Esta redução poderá estar relacionada com a própria dificuldade de acesso a materiais importados, mas igualmente com a relação deste convento com D. João V e as suas pragmáticas contra o luxo que limitavam as importações. Neste sentido, os escassos fragmentos de porcelana revelam terem pertencido a dois pratos em porcelana Qing, comummente designada como "família rosa".

Em suma, as peças aqui apresentadas correspondem cronologicamente a bens consumidos sensivelmente em meados do século XVIII. A ausência de ce-

râmica decorada com os característicos motivos de finais do século XVII e inícios do século XVIII, bem como as produções industriais balizam mais detalhadamente esta colecção entre 1740 e 1760.

5.2. Restos faunísticos

Os estudos dedicados a conjuntos faunísticos do período moderno são ainda escassos, pretendendo-se assim com este trabalho ajudar a colmatar esta falta de informação.

O inventário preliminar do espólio recuperado nas escavações do Palácio-Convento Nacional de Mafra evidenciou uma enorme quantidade de espólio faunístico, mais precisamente, fauna mamalógica. Os restos osteológicos foram analisados por R. Russo e foram registados de acordo com a metodologia de Davis (1992) referente aos POSAC'S (Parts of the Skeleton Allways Counted).

Contabilizou-se um total de 66 restos de mamíferos identificados taxonomicamente, sendo 24 (36%) de *Bos taurus* (vaca), 32 (48%) de *Ovis/Capra* (ovelha ou cabra), 9 (14%) de *Sus* sp. (porco ou javali) e uma mandíbula fragmentada de *Oryctolagus cuniculus* (coelho) (ver fig. 18). Registou-se apenas um fémur de galinha doméstica (*Gallus domesticus*).

Os restos de suídeo pertencem muito provavelmente a porco doméstico pelo tamanho reduzido dos elementos. O único osso mensurável, uma tíbia distal (Bd-25,5mm; Dd-23,9mm), mostrou medidas abaixo do mínimo das de javali do Mesolítico de Muge (Detry, 2007 – mínimo: Bd-26,8mm; Dd-23,2mm).

A mandíbula de leporídeo, pelo tamanho reduzido, pertence claramente a coelho, podendo possivelmente ser de coelho-bravo. O coelho domesticado normalmente adquire tamanhos superiores ao coelho-bravo mas o desconhecimento da variação osteométrica destas duas espécies não nos permite ter a certeza da identificação.

Os pequenos bovídeos são assim os mais frequentes, seguidos de perto pelo gado bovino, estas três espécies – ovelha, cabra e vaca – parecem ser a base da dieta das pessoas que produziram os restos aqui descritos. O porco aparece numa percentagem reduzida e o coelho apenas representado por um elemento. Enquanto que a escassa representatividade do coelho pode dever-se a um problema de recuperação, devido ao seu pequeno tamanho, o porco não terá sofrido do mesmo problema. O número reduzido de elementos de porco parece indicar que a carne desta espécie não seria muito apreciada.

O facto dos pequenos e grandes bovídeos conseguirem fornecer produtos secundários como o leite e ajudar no transporte de bens e pessoas, no caso do gado bovino, pode ser a explicação para a preferência por estas espécies.

Na tabela 2 podemos observar os resultados dos Números de Restos Determinados obtidos para as espécies de mamíferos, estando representadas as partes do esqueleto registadas para cada espécie.

As partes do esqueleto mais frequentes no conjunto para o caso da ovelha e cabra parecem ser as partes com mais carne, ao contrário do *Bos taurus* em que os elementos parecem mais distribuídos pelo esqueleto e partes menos úteis em termos alimentares também aparecem.

Note-se, no entanto, a quase ausência de falanges em todas as espécies, demonstrando que a gestão parcial e inicial da carcaça foi feita e despejada noutro local.

Assim pelo menos em relação aos pequenos bovídeos estes parecem vir directamente de despojos alimentares.

Destaque-se ainda a ausência de restos de espécies caçadas de grande porte, o que parece ser coerente com outros contextos de outros períodos. No mosteiro de Santa Clara-a-Velha (século XVII), em Coimbra, a dependência das espécies domésticas é quase total, apenas interrompida pela existência de espécies selvagens de pequeno porte como o coelho e a perdiz-vermelha (Detry *et al.* 2014; Moreno-García & Detry 2010). No Palácio do Centeno (séculos XVIII-XIX), em Lisboa, o cenário é idêntico (Davis, 2009).

De acordo com a *Relação dos Princípios vários a observar pela comunidade de Mafra* (1760), é frequente a referência específica à carne de porco e aos ovos, cujos restos são raros no primeiro caso e completamente ausente no caso de restos de galinha ou mesmo de cascas de ovo. Em Santa Clara-a-Velha tanto os restos de casca de ovo como ossos de galinha foram encontrados em abundância (Moreno-García & Detry 2010).

A análise do referido documento da Biblioteca de Mafra parece realmente confirmar o grande consumo de *Ovis/Capra* (com refeições de carneiro e cabrito muito frequentes), seguindo-se a vaca ou vitela (*Bos taurus*) como segunda refeição mais consumida, existindo também muitos registos de consumo de porco (*Sus sp.*) e algumas aves, como a galinha e o peru (também registado no conjunto de restos determinados: cf. *Phasianidae*).

Como seria de esperar, também as ementas de peixe são muito frequentes, referenciados frequentemente na *Relação dos Princípios vários a observar pela comunidade de Mafra*. A preocupação em obter peixe para cumprir o calendário litúrgico de abstinência de carne é patente na documentação, estando referenciado o abastecimento de vários portos, parecendo destacar-se o de Cascais, Ericeira, Peniche e a zona do Ribatejo (Vila Franca de Xira e Benavente). Existe uma preocupação em obter peixe, como patente por exemplo na *Carta pª o Juiz de fora desta vila de Mafra*, datada de 3 de Março de 1746: "Sendo presente a S. Majestade que do peixe que entra nessa vila se serve frequentemente o povo em prejuízo dos Religiosos do Real Convento, he o mesmo Povo servido, antes de ser almotazado o peixe que ahi for, se dê noticia de sua entrada a Thomaz da Costa Neves fiel das despesas do mesmo convento para que sendo-lhe necessário para o provimento dos religiosos o possa tomar."

Existem poucas referências à espécie de peixe na documentação, sendo referenciado sobretudo a forma de confecionar: sobretudo peixe cozido, mas também assado e frito.

No conjunto de restos determinados obtidos, encontram-se representadas partes do esqueleto de dois peixes, que após visita ao LARC (Laboratório das Arqueociências) com a identificação de Sónia Gabriel, conclui-se pertencerem às seguintes espécies: cf. *Sparidae* (opérculo direito) e *Pagrus* sp. (pré-máxilar esquerdo). A primeira corresponde, provavelmente, à designação comum de dourada ou sargo, sendo a segunda correspondente ao pargo. Apesar de terem sido crivados os sedimentos, face à reduzida dimensão dos restos ictiológicos e ao contexto da intervenção, poderão ter existido mais exemplares.

Foram ainda identificadas duas espécies malacológicas (*Cerastoderma edule* e *Mytilus* sp.). Apesar de vestigiais podem atestar o consumo de marisco por estas comunidades.

Já outra menção frequente ao queijo flamengo pode ter alguma relação com as espécies encontradas, nomeadamente no facto de o leite de gado bovino poder estar a ser preterido em relação à carne desta espécie.

No Gráfico 2 podemos observar a comparação das medidas dos úmeros de ovelha identificados neste conjunto de Mafra com outros conjuntos comparáveis ou contemporâneos. A raça de ovelhas deste conjunto de Mafra parecem apresentar tamanhos um pouco superiores ao das ovelhas encontradas no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, mas abaixo das ovelhas do período Medieval do Castelo de Palmela, e muito abaixo das ovelhas mais recentes (Gráfico 1 – Percentagens do Número de Restos Determinados (NRD) e do Número Mínimo de Indivíduos de fauna mamalógica recuperada nas escavações do Palácio-Convento Nacional de Mafra e Gráfico 2 – Medidas do úmero distal de ovelha (*Ovis aries*), largura distal da tróclea (BT) e altura da tróclea distal (HTC), medidas em milímetros segundo critérios de Driesch (1976). Medidas de S. Clara-a-Velha de Detry *et al*. 2014; Castelo de Palmela de Detry in prep.; Moderno da colecção de referência do Laboratório de Arqueociências da Direcção Geral do Património Cultural de raça Merina Branca).

5.3. Uma leitura integrada

A amostra recolhida é relativamente numerosa, atendendo à reduzida área (largura de cerca de 80 cm). Não foi possível escavar em área nenhum dos depósitos, de forma a compreender melhor a natureza da formação, mas todas foram escavadas manualmente. A associação de faunas a cerâmicas fragmentadas parece indicar um contexto de lixeira, embora certamente existiriam outras áreas onde os resíduos do Palácio-Convento seriam colocados. A informação zooarqueológica parece indicar que se tratam maioritariamente de despojos alimentares (nomeadamente dos bovídeos), o que parece corroborar a hipótese de se tratar de lixeiras.

Apesar do estado muito fragmentado da cerâmica e faianças, o estudo realizado parece indicar uma cronologia bastante fina (1740-1760), correspondendo às primeiras décadas de funcionamento do Real Convento de Nossa Senhora e de Santo António de Mafra da Província Capucha de Arrábido, cuja Basílica foi sagrada em 1730. As formas presentes são consentâneas com a baixela cerâmica da comunidade de frades do Convento de Mafra. Deve ser destacado que na área urbana de Mafra apenas surgem fragmentos da denominada cerâmica conventual na área envolvente do Palácio-Convento. Foram identificadas no Alto da Vela (trabalhos de acompanhamento de 2014-2015) mas estão completamente ausentes do Adro da Igreja de Santo André, onde se recuperou abundante espólio associado às capelas laterais (Sousa, 1997).

6. PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO

O presente estudo evidencia a importância da arqueologia preventiva como ferramenta essencial para a reconstituição do quotidiano, permitindo ainda futuros estudos integrados de outros contextos monásticos deste período cronológico.

Nas últimas décadas, a intensificação da arqueologia preventiva e de projectos de valorização têm proporcionado um importante *corpus* histórico-arqueológico, o qual pode consubstanciar um ramo da chamada Arqueologia Moderna, a Arqueologia Conventual (Gomes, 2012, p. 38). Contextos frequentemente isolados "constituindo pequenos mundos que se queriam convenientemente isolados dos quotidianos considerados profanos" (Idem, ibidem), o seu estudo arqueológico encontra-se ainda numa fase embrionária, embora se destaquem intervenções de referência como as realizadas em S. João de Tarouca, Santar Maria de Pombeiro, Tibães, Santa ClaraaVelha, Santana de Leiria, São Vicente de Fora, São Domingos. Muitos outros contextos têm sido intervencionados, embora sejam ainda escassas as publicações.

No caso de Mafra, o Palácio Convento integra três contextos sociais muito diferentes. Ao Convento e Família Real, junta-se uma terceira função relacionada com a presença militar, documentada desde o inicio da construção com uma guarnição de 7000 homens para o controlo da construção, posteriormente foi quartel general de Loison (1808-1809), esteve ocupado pela aliança luso-britânica dirigida pelo futuro Duque de Wellington na 3ª Invasão. Após a extinção das ordens religiosas, a partir de 1841 o Convento passa a ser ocupado por unidades militares (Pires, 2017). Mais recentemente, com a instauração da República, junta-se uma função administrativa que só iria cessar em 2015 com a transferência dos Paços do Concelho para um novo edifício.

O presente estudo centra-se nas primeiras fases de uso do Terreiro: construções, terraplenos e lixeiras da comunidade monástica. Não existem quaisquer evidências de ocupações antigas nesta zona, edificada *ex novo.*

No tricentenário da primeira pedra do Palácio –Convento, a informação recolhida no acompanhamento arqueológico realizado entre 2009 e 2011 corresponde a um primeiro contributo para o estudo do Terreiro do Palácio Convento de Mafra.

BIBLIOGRAFIA

ASSUNÇÃO, Guilherme J. Ferreira (1978) – *À sombra do Convento*, 3.ª ed. Mafra: Rolo e Filhos.

BUGALHÃO, Jacinta (2007) – Arqueo-Estrada, A21 Troço Ericeira – Mafra, in Almadan, 15, II Série. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 171-173.

CALADO, Rafael (2005) – *Faiança Portuguesa. Roteiro Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.

CARDOSO, João Luís (2012) – O conde de São Januário, presidente da associação dos arqueólogos portugueses (1896- 1901). *Arqueologia & História* [Em linha]. ISSN 0871--2735. Vol. 64-65, pp. 31-4.

CASIMIRO, Tânia (2013) – Faiança Portuguesa: datação e evolução crono-estilística, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 14, pp. 355-373.

CASIMIRO, Tânia (2011) – Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa. *Arqueólogo Português*, vol.1, 5ª série, pp. 689-726.

CASIMIRO, Tânia; ALMEIDA, Mariana; BARBOSA; Teresa (no prelo) – Largo Duque de Cadaval (Lisboa): evidências de uma catástrofe, *Arqueologia e História, Revista da Associação de Arqueólogos Portugueses.*

CASIMIRO, Tânia; SEQUEIRA, João Luís (2016) – Faiança portuguesa dos séculos XVI-XVIII recuperada no Tejo, *Cira Arqueologia.*

DAVIS, Simon (2009) – Animal remains from an 18th-19th century pit in the Palácio Centeno, Lisbon. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 12 (2), pp. 239-250.

DETRY, Cleia, GAMBINI, Lígia; CORTE-REAL, Artur (2014) – At table with the nuns: the mammals of 17th century SantaClara-a-Velha Monastery (Coimbra, Portugal). *In Proceedings of the First Zooarchaeology Conference in Portugal*, Eds. Cleia Detry & Rita Dias, Bristish Archaeological Reports, vol. 2662, pp. 117-128.

DRIESCH, Angela von den (1976) – *A guide to the measurement of animal bones from archaeological sites*. Harvard University, Peabody Museum of Archaeology and Ethnology.

FERREIRA, Fernando (1983) – Escavação do ossário de S. Vicente de Fora: seu relacionamento com a história de Lisboa. *Revista Municipal*, 2ª série, nº 4, pp. 5-36.

GANDRA, Manuel (1994) – Achegas para a história urbana da Vila de Mafra (até 1944). *Boletim Cultural 93*. Mafra, pp. 149-220.

GANDRA, Manuel (1998) – Iconografia do Monumento de Mafra (desenho, pintura, gravura, até 1900). *Boletim Cultural 97*. Mafra, pp. 219-256.

GANDRA, Manuel (1999) – Novo subsidio para a história urbana da Vila de Mafra. *Boletim Cultural 97*. Mafra, pp. 607-642.

GOMES, Rosa Varela (2012) – A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal – contributos e problemáticas. *O Arqueólogo Português*, Série V, 2, 2012, pp. 13-75.

IVO, Júlio (1906) – *O Monumento de Mafra. Guia Illustrado.*

MONTEZ, Paulino (1933) – Mafra. Um Plano de Regularização e de Embelezamento da Vila. *Revista de Arquitectura*, Lisboa.

MORENO-GARCÌA, Marta; DETRY, Cleia (2010) – "The dietary role of hens, chickens and eggs among a 17th-century monastic order: the Clarisse of Santa Clara-a-Velha, Coimbra (Portugal)". *Birds in Archaeology, Proceedings of the 6th Meeting of the ICAZ Bird Working Group in Groningen (23.8 – 27.8.2008)*, Groningen Archaeological Studies. 12, pp. 45-55.

PAGARÁ, Ana (2007) – 1. Análise preliminar da evolução histórico-urbanística do Terreiro de D. João V, em Mafra". *Boletim Cultural 2006*. Mafra. pp. 393-418.

PAGARÁ, Ana (2007b) – *Análise preliminar do espaço urbano designado por Largo das Bicas, em Mafra*. Mafra: informação n.º 02/2007. Gabinete do Património Histórico--Arquitectónico e Artístico. 28 p.

PIRES, Nuno Lemos (1997) – *Roteiro Histórico da Escola Prática de Infantaria*, 1997, pp. 25.

SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio (2009) – A Faiança Portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca: metodologia e resultados preliminares. *Almadan*, 2ª série, nº 16, Adenda electrónica, pp. 61-93.

SOUSA, Ana Catarina (1998) – O adro da Igreja de Santo André. Primeira apresentação dos trabalhos arqueológicos de 1997. *Boletim Cultural 1997*. Mafra: Câmara Municipal, pp. 277-358.

SOUSA, Ana Catarina (1999) – O adro da Igreja de Santo André (Mafra): a necrópole medieval e moderna nos trabalhos arqueológicos de 1998. *Boletim Cultural 1998*. Mafra: Câmara Municipal, pp. 359-420.

SOUSA, Ana Catarina (2016) – Challenges and opportunities for disseminating archaeology in Portugal: different scenarios, different problems. In Florjanowicz, P. ed – When Valletta meets Faro. The reality of European archaeology in the 21st century. Proceedings of the International Conference. Lisbon, Portugal, 19–21 March 2015. Namur: Europae Archaeologia Consilium (EAC). pp. 137-157. (EAC Occasional Paper No. 11).

TARECO, Hélder (2008) – *Prospecção Geofísica por georadar, resistividade eléctrica e sísmia de Refracção (ondas compressivas) para detecção de eventuais contextos arqueológicos e zonamento Geológico/Geotécnico prévio. Relatório*. Aveiro: Geosurveys.

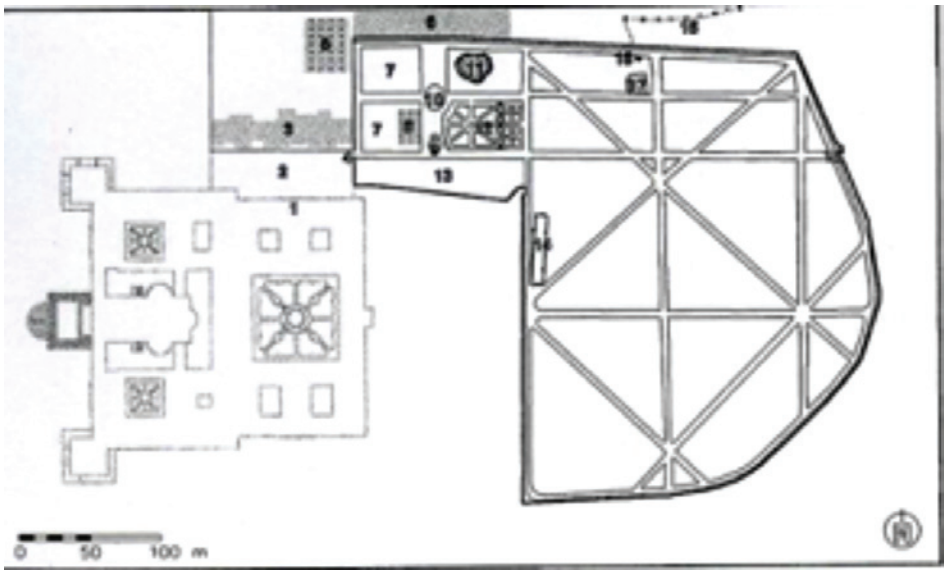


Figura 1A – Iconografia do Terreiro D. João V. Planta do Palácio-Convento e cerca conventual, baseada na descrição de Frei João de Santa Anna (1828). Legenda: 1 – Portaria do Norte ou do Carro; 2 – Pátio defronte da portaria; 3 – Conjunto de edifícios utilitários de apoio ao convento; 4 – Portão de entrada para o Pátio; 5 – Pomar do Limão; 6 – Barracas Reais.

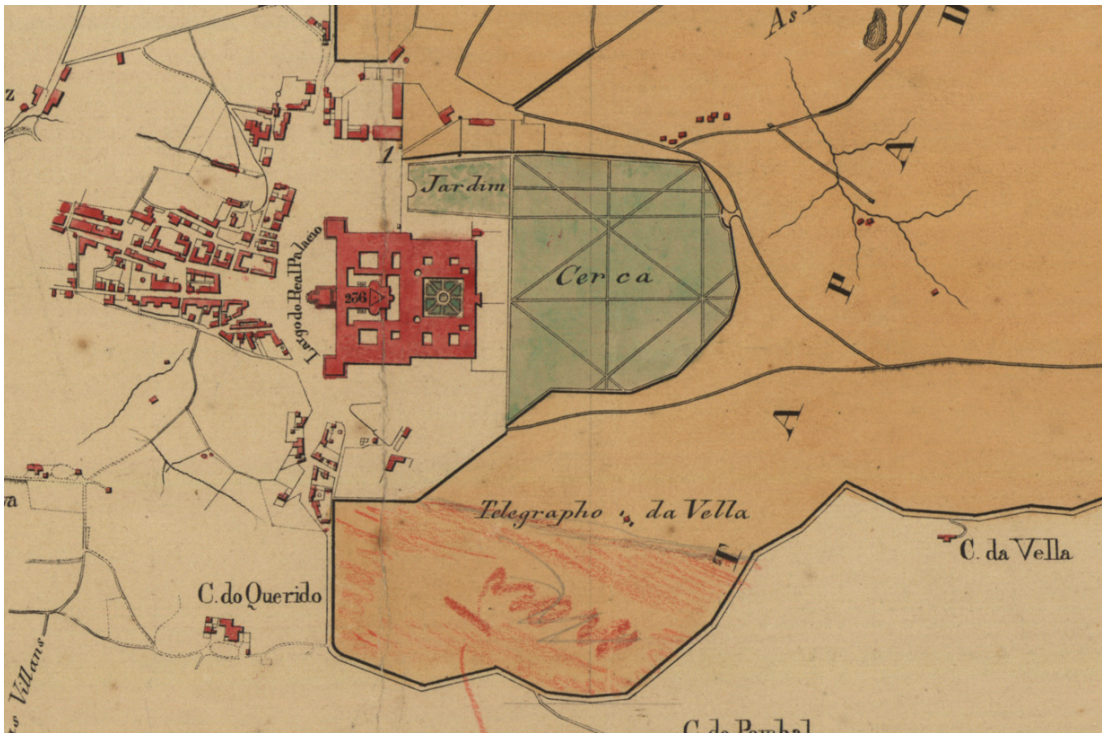


Figura 1B – Iconografia do Terreiro D. João V. A.N./T.T., Arquivo da Casa Real, Almoxarifado de Mafra, Pasta nº 7, Planta nº 185: "Planta da Tapada de Mafra e das suas cercanias", 1855 (parcial). O número 1 indica o portão de acesso à tapada real, a partir do terreiro Norte.



Figura 1C – Iconografia do Terreiro D. João V. AHM GRMFR11. Le Palais de Mafra prés de Cintra en Portugal, A. Rouargue (1861) com construção lateral.



Figura 1D – Iconografia do Terreiro D. João V. Foto aérea anterior à remodelação do Terreiro (Joaquim Oliveira).



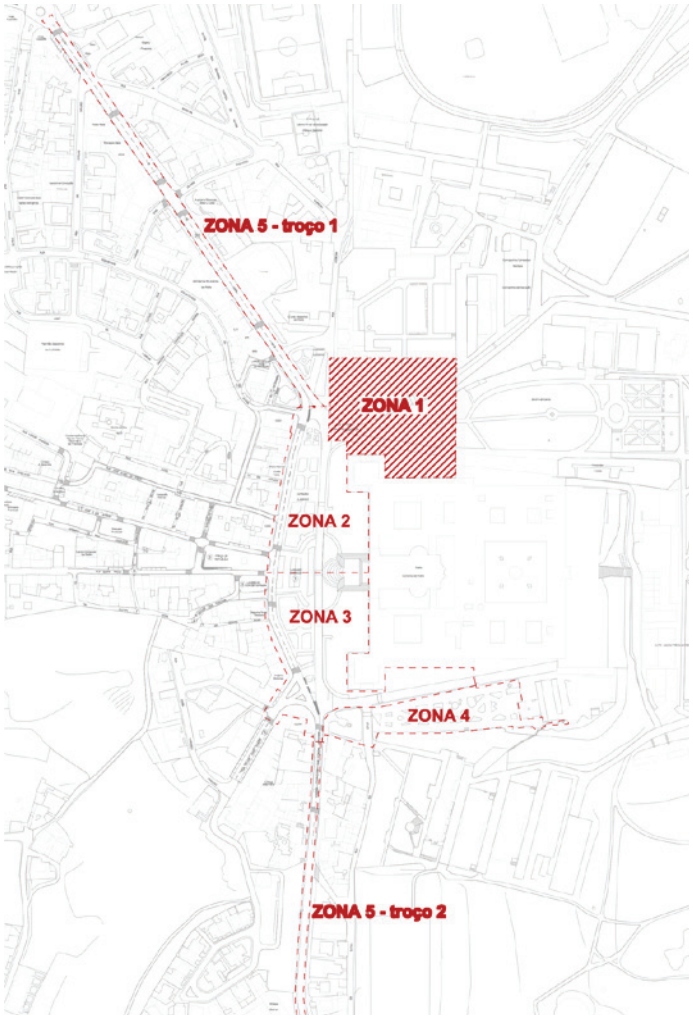
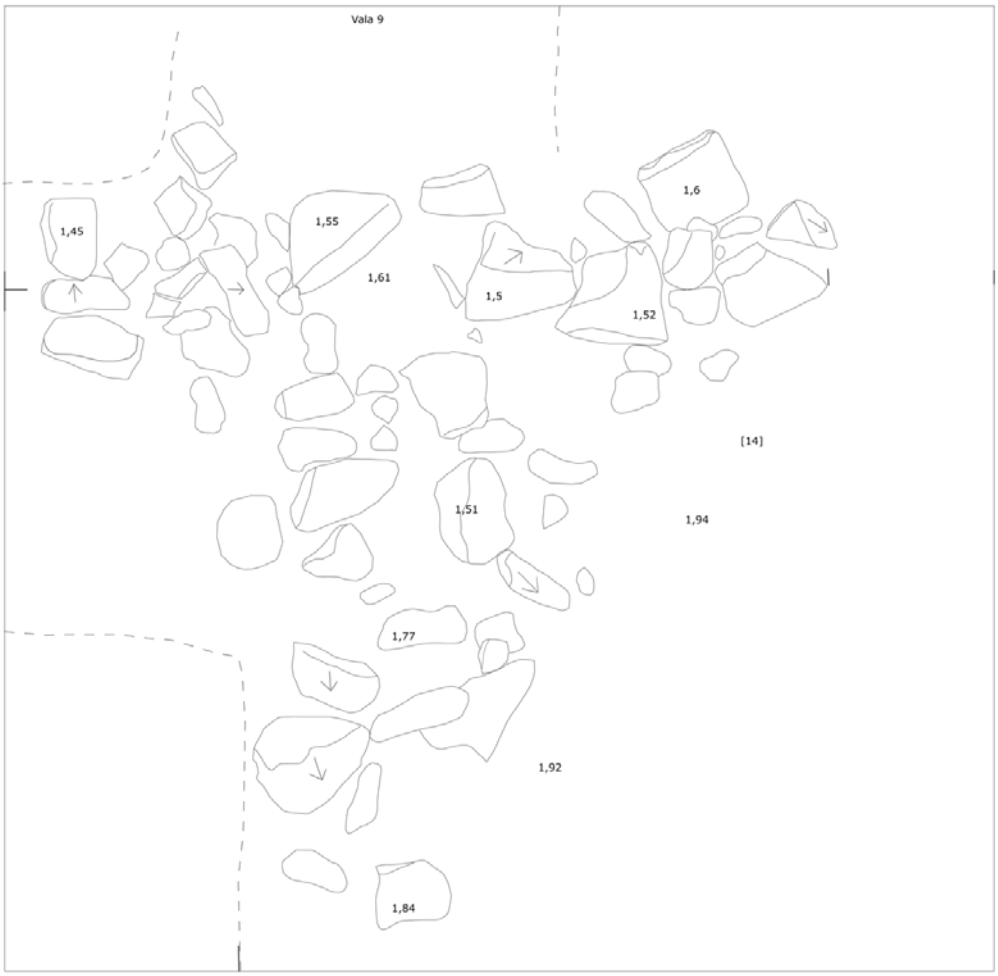


Figura 2 – Trabalhos arqueológicos. 2A: Trabalhos de acompanhamento. 2B: Implantação da área intervencionada no Terreiro (zona 1).





Figuras 3A, 3B – Estrutura pétrea desmantelada.



Figura 4 – Aspecto do alicerce do torreão. Vala 3.





Figura 5 – Pavimento de argila. 5A: Topo do pavimento de argila. Vala 7. 5B: Pavimento U.E. 4 em corte. Vala 8.



Figura 6 – Vista em perspectiva da caleira (U.E. 21 e U.E. 22)





Figura 7 – Lixeiras. 7A: Aspecto da concentração de material na U.E 10. 7B: Aspecto da U.E. 12 na vala 11

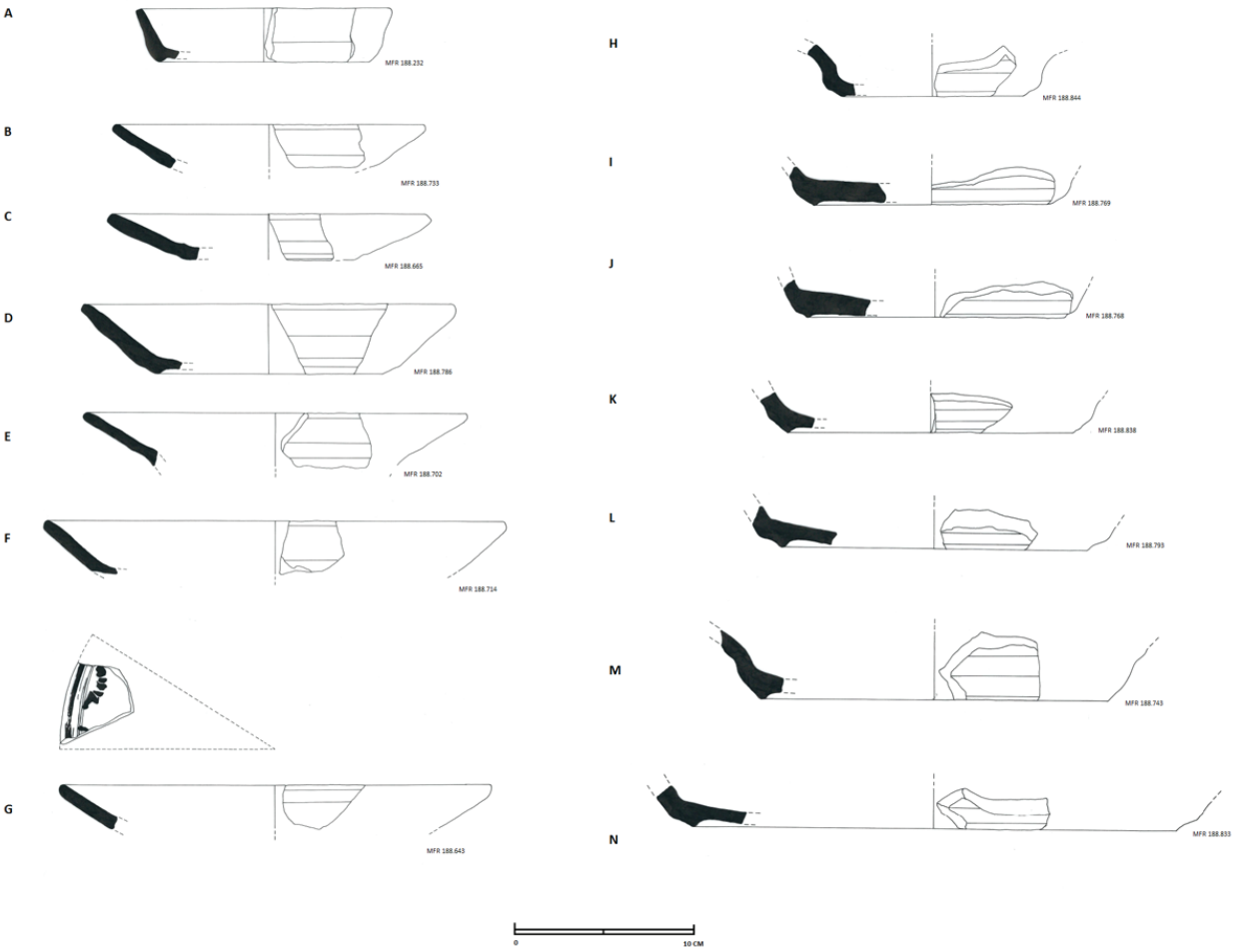


Figura 8 – Covilhete e pratos em faiança branca.

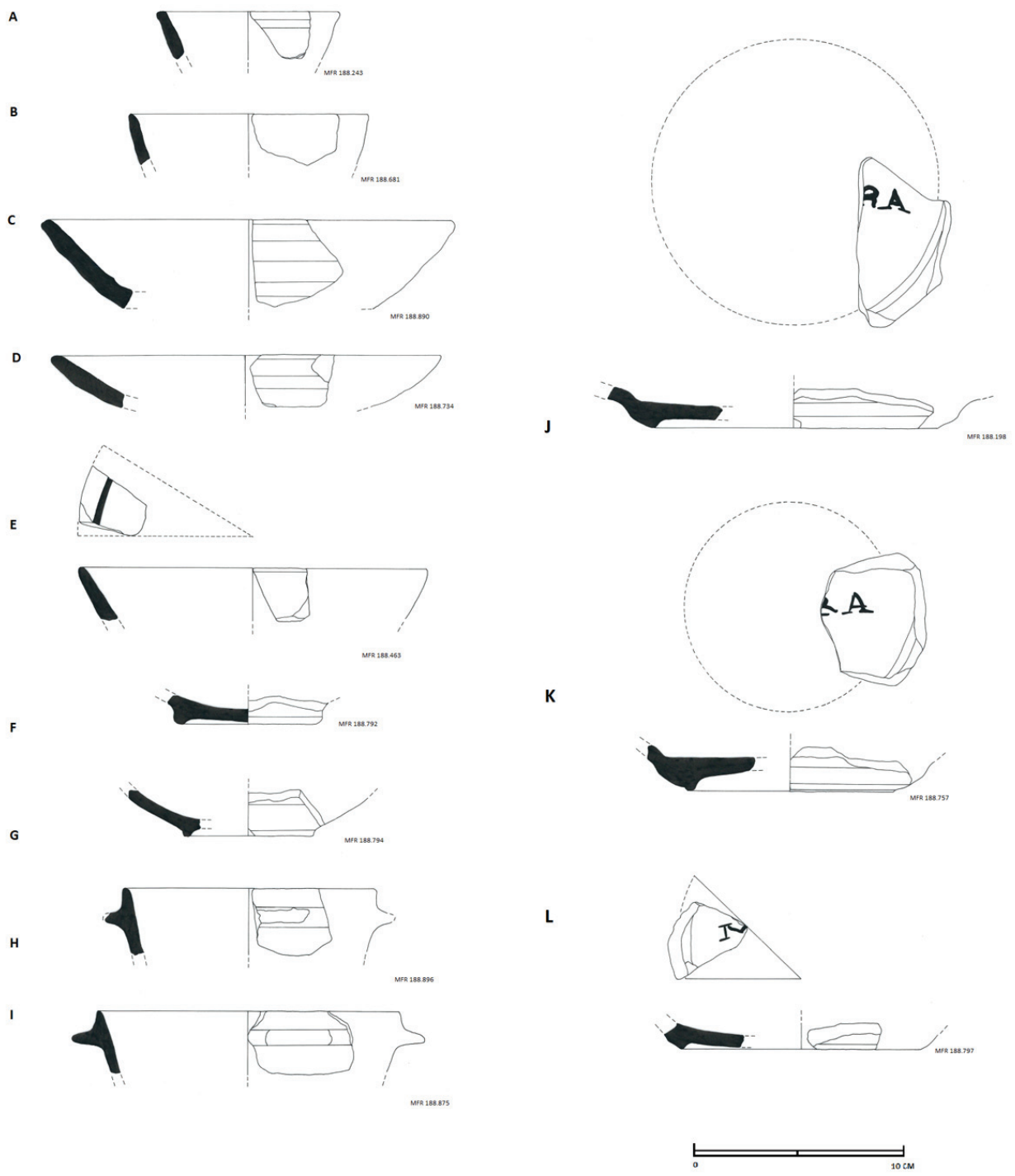


Figura 9 – Taças e escudelas em faiança branca e pratos com a inscrição MAFRA.

QUADRO 1. QUANTIFICAÇÃO ESPÓLIO*						
N.º VALA	N.º FOSSA	FAUNA MAMALÓGICA	CERÂMICA	FAIANÇA	VIDRO	METAL
9		2 016	417	19	12	12
22		100	362	9	0	0
11		6	12	0	0	2
5		6	6	0	0	0
7		12	20	0	1	0
1 b		0	16	0	0	0
4 A		1	1	0	0	0
	5	42	3	21	2	0
30		689	1 449	13	0	4
31		22	41	3	0	1
33		5	7	0	1	0
35		3	1	1	0	0
37		0	0	2	0	0
38		0	3	0	0	0
40		1	0	0	0	0
42		0	10	8	0	0
45		10	3	0	0	0
23		66	245	3	0	0
27		69	32	1	0	1
28		78	5	1	0	0
TOTAL		3 126	2 633	81	16	20
5 876						

* Lixeiras nas valas 9, 22, 30 e 23

Tabela 1 – Terreiro D. João V – Quantificação do espólio arqueológico. Destaque para as lixeiras nas valas 9, 22, 30 e 23.

	Bos taurus	*Ovis/Capra*	*Sus sp.*	*Oryctolagus cuniculus*
Mandíbula	0	0	0	1
M1/M2	0	2	0	0
M3	0	1	0	0
Escápula	2	7	0	0
Úmero	5	14	1	0
Rádio	1	1	0	0
Metacarpo	1	0	1	0
Pélvis	3	1	2	0
Fémur	1	1	0	0
Tíbia	5	4	2	0
Astrágalo	1	0	0	0
Calcâneo	3	1	2	0
Metatarso	1	0	0	0
Metápode	1	0	0	0
Falange I	0	0	1	0
Total	**24**	**32**	**9**	**1**
NMI	**3**	**7**	**1**	**1**

Tabela 2 – Número de Restos Determinados por parte do esqueleto e por espécie recuperados nas escavações do Palácio-Convento Nacional de Mafra.

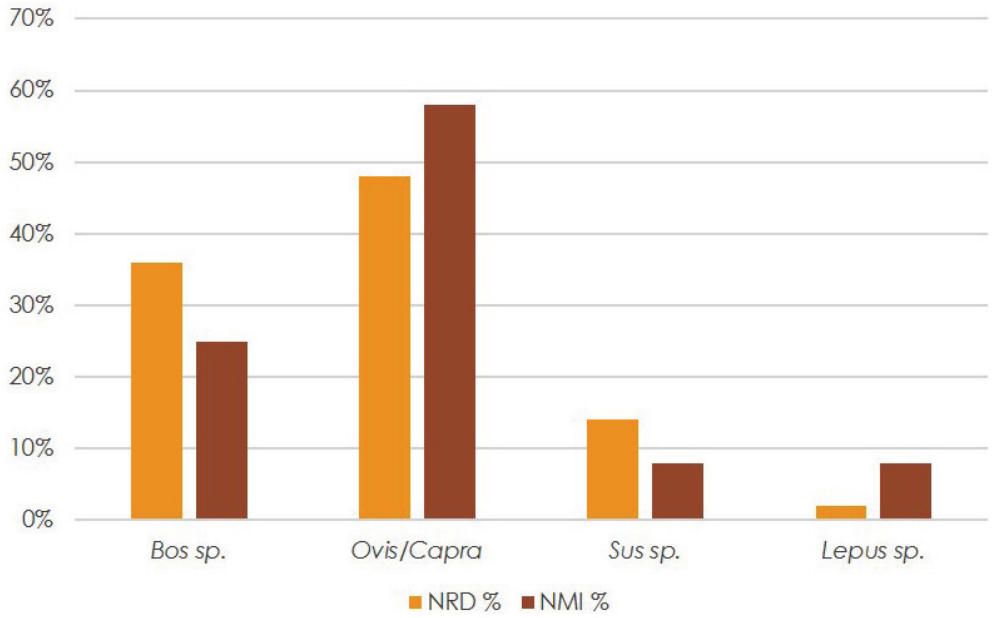


Gráfico 1 – Percentagens do Número de Restos Determinados (NRD) e do Número Mínimo de Indivíduos de fauna mamalógica recuperada nas escavações do Palácio-Convento Nacional de Mafra.

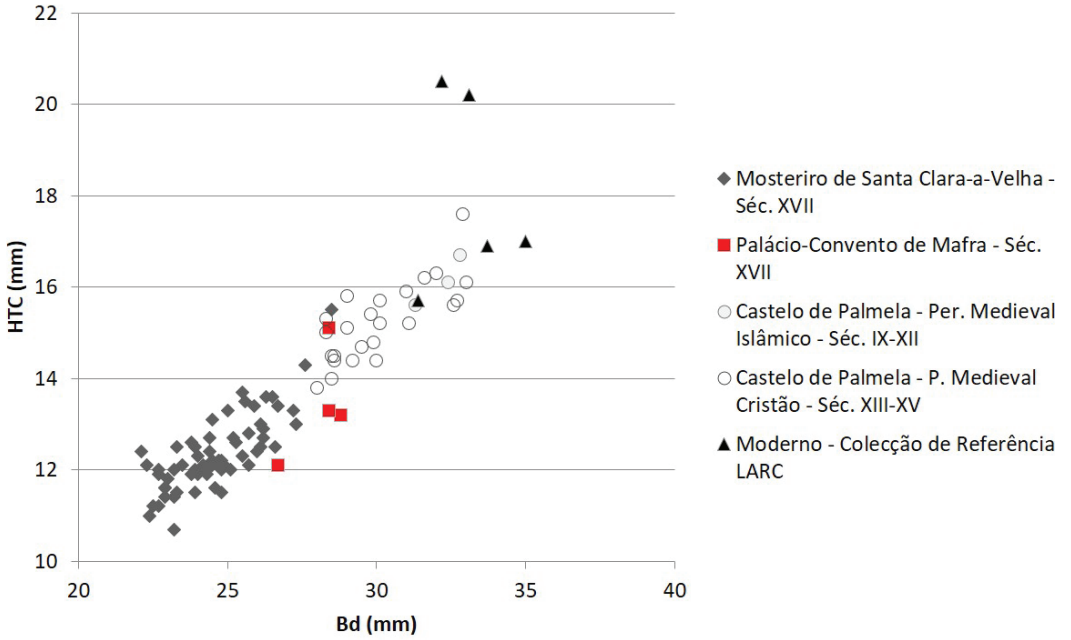


Gráfico 2 – Medidas do úmero distal de ovelha (*Ovis aries*), largura distal da tróclea (BT) e altura da tróclea distal (HTC), medidas em milímetros segundo critérios de Driesch (1976). Medidas de S. Clara-a-Velha de Detry *et al.* 2014; Castelo de Palmela de Detry in prep.; Moderno da colecção de referência do Laboratório de Arqueociências da Direcção Geral do Património Cultural de raça Merina Branca.

O PROJECTO MUGE 1692: ENTRE A ARQUEOLOGIA DA ARQUITECTURA E A RECONSTRUÇÃO VIRTUAL

Gonçalo Lopes[1]

RESUMO

O projecto em causa visa reconstruir virtualmente a vila de Muge (Salvaterra de Magos) no final do séc. XVII, mais concretamente em 1692, data em que o duque de Cadaval se torna seu donatário. Para esse efeito foi coligida toda a informação escrita possível nomeadamente registos notariais, paroquiais e a mais variada documentação existente em arquivos públicos e privados. Em paralelo registou-se de forma o mais exaustiva possível, todas as construções ou vestígios delas, técnicas construtivas e elementos arqueológicos que pudessem ser aplicados na recriação deste centro urbano durante o período proposto.

Palavras-chave: Muge, Urbanismo, Século XVII, Reconstrução virtual.

ABSTRACT

This project aims to rebuild virtually the small town of Muge (Salvaterra de Magos) at the end of the 17th century, concretely in 1692 when the Duke of Cadaval becomes its jurisdictional owner. For this purpose, all written information, including notarial and parochial records and the most varied documentation in public or private archives, were collected. At the same time, all buildings, vestiges of them, constructive techniques and archaeological elements that could be applied in the recreation were registered as exhaustively as possible.

Keywords: Muge, Urbanism, 17th Century, Virtual reconstruction.

Tem-se assistido nos últimos anos a uma crescente evolução nas técnicas de representação de Património, fruto do uso cada vez mais democrático de ferramentas informáticas que proporcionam não só uma eficiente expressão do "objecto" a duas dimensões, como a execução de modelos tridimensionais progressivamente mais realistas.

Os avanços na modelação 3-D são precisamente o ponto fulcral da reconstrução/reconstituição virtual de bens patrimoniais móveis e imóveis, permitindo não só levantamentos rigorosos do existente mas, igualmente, a criação dos elementos em falta, contextos e ambientes históricos onde os objectos se inserem, até chegar a animações e modelos interactivos. Não obstante, para chegar à fase final de uma reconstrução virtual há todo um trabalho de investigação que se pretende com o máximo rigor científico possível.

Há que ter também em mente que os "objectos" históricos/arqueológicos dificilmente se encontram nas condições originais em que foram produzidos encontrando-se alterados em maior ou menor grau pela passagem do tempo, quase sempre com elementos em falta, adulterações ou perdas irremediáveis que, por mais que as fontes completem, jamais podem oferecer um vislumbre completo da realidade original. É, portanto, uma tarefa que conta em grande medida com a interpretação de quem estuda e constrói um modelo virtual. Não significa isto que haja um atropelo às questões éticas subjacentes, mas antes, a assumpção de que ao fazê-lo se está a sugerir uma proposta, com diferentes graus de fiabilidade, mas uma proposta.

Reconstruir a vila de Muge em 1692 é, portanto, uma sugestão de estudo, não uma versão acabada de registo urbano na verdade impossível fazer (na totalidade) por se tratar de um aglomerado que perdeu grande parte da volumetria, em dois momentos

1. G.A.M.; g.simoeslopes@gmail.com

O autor assume a inteira responsabilidade por não seguir as normas do acordo ortográfico em vigor.

distintos, primeiro na 2ª metade do séc. XIX , mais recentemente, nos últimos 40 anos.
Sobre este trabalho recaem ainda duas permissas essenciais: A primeira pela opção de estudo sobre um sítio pequeno, pouco monumental e discreto na região onde se insere; a segunda, embora imprescindível uma análise do ponto de vista da Arqueologia da Arquitectura, esta é feita pontualmente e subjacente às técnicas construtivas e a alguns edifícios concretos. Tratando-se da totalidade do aglomerado, é impossível apreciar caso a caso sendo bastante mais eficaz perceber de que forma evolui a totalidade do espaço em vez de cada imóvel *per se*.
Por fim, trata-se de um projecto pessoal, não enquadrável em nenhum programa institucional, embora com uma finalidade pública, que visa retratar de forma tangível a vila de Muge no ano de 1692, data em que, por vicissitudes várias o duque de Cadaval se torna seu donatário e que corresponde, em grande medida, ao período de apogeu desta localidade – os finais do séc. XVII (Figura 1).

1. BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Muge é vila e freguesia do concelho de Salvaterra de Magos, distrito de Santarém. Localiza-se no baixo Vale do Tejo, na margem esquerda deste rio, sobre um terraço fluvial plistocénico perto da confluência das ribeiras de Muge e Alpiarça (Carta Geológica de Portugal, folha 31-C, 1967).
Seria redundante enunciar as ocupações pré e proto-históricas já suficientemente conhecidas e de pouca valia para o tema que estamos a tratar.
O local ocupado hoje pela vila teve origem num pequeno povoado islâmico com ocupação anterior ao século X edificado, por sua vez, sobre um sítio tardo-romano e alto medieval (Lopes, 2015, p. 171-186).
A referência escrita mais antiga data de 1198 e trata-se do contrato de compra e venda da Lezíria da Figueira (a norte de Muge) celebrado entre Pedro Serrano e a sua esposa D. Eugénia e Martinho André, aparentemente, todos moradores em Santarém (Lopes, 2016, p. 79).
Durante a primeira metade do século XIII, Soeiro Gonçalves de Alfange sobrejuiz ligado à corte de D. Sancho II compra a quase totalidade das terras do "lugar a que chamam Muge", com intenção de aqui constituir um senhorio, conseguindo deste monarca inclusivamente uma carta de encoutamento das suas propriedades (Lopes, 2016, p. 82). Os seus filhos acabarão por comprar o remanescente das terras ainda nas mãos de particulares, deixando-as em testamento ao Mosteiro de Alcobaça (Lopes, 2016, p. 86).
Em 1301, D. Dinis troca Muge por parte do seu reguengo de Valada (na margem direita do Tejo) e acabará por lhe dar foral em 1304, seguido de outro concedido em 1307.
Durante todo o século XIV e primeira metade do XV a vila teve grandes dificuldades em prosperar e atrair povoadores. Testemunho disso é a grande quantidade de privilégios concedidos durante este período, sempre enunciando dificuldades de povoamento e o abandono das terras.
Na segunda metade do século XV verifica-se um aumento demográfico compatível, obviamente, com a dimensão geográfica da povoação. Surgem as primeiras elites que poderemos considerar urbanas, diversas actividades oficinais e alguma inovação agrícola como a introdução da cultura do açafrão (A.N.T.T., *Leitura Nova*, Estremadura, Lº4, fl. 113-113v).
Do século XVI a meados do século XVII assiste-se à estabilização do crescimento que vinha da centúria precedente, sendo que, a partir dali há um novo período de estagnação, **só ultrapassado n**os anos 70 do século XVII.
Em 1692, culminando um longo processo de cedências e heranças de terras, o duque de Cadaval, D. Nuno Álvares pereira de Melo, solicita a D. Pedro II a jurisdição da vila de Muge, despachando o monarca favoravelmente (A.N.T.T., *Registo Geral de Mercês*, D. Pedro II, Lº6, fl. 182).
Na segunda metade do século XVIII e acompanhando a tendência natural verificada no País, há um novo decaimento, só recuperado a partir dos anos 40 do séc. XIX. A partir daqui assiste-se a uma rápida recuperação demográfica mercê de sucessivas migrações, sobretudo dos actuais distritos de Leiria e Aveiro e, consequentemente, a renovação do tecido urbano.
Todavia, em 1836 o antigo município de Muge é extinto, passando a integrar durante alguns meses o de Almeirim e, em 1837 o de Salvaterra de Magos.

2. AS FONTES COMO PONTO DE PARTIDA

Uma das fontes primordiais para a compreensão de qualquer povoação portuguesa são os livros de lançamento da Décima. Posto que seja um tributo criado no pós-Restauração para suportar o esforço da guerra manteve-se, com maior ou menor alteração, até 1833. Era feito segundo os arruamentos e habita-

ção a habitação, dando um registo exaustivo do imobiliário de cada terra. Até 1762, não há uma anotação central deste imposto pelo que a sua consulta depende exclusivamente do grau de conservação dos arquivos municipais. No caso da câmara de Muge o arquivo desapareceu quase por completo deixando um acervo diminuto e quase todo do século XIX.

No Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, herdeiro do Erário Régio é possível encontrar toda a série das décimas de Muge, a partir de 1762, sendo os registos do ano de 1771 os mais rigorosos e pormenorizados. Não obstante isto coloca-se o problema da distância cronológica de quase 80 anos em relação ao período em apreciação, à primeira vista insolúvel. Seria obviamente anacrónico fazer coincidir dados de 1771 a 1692 mas, para todos os efeitos, são válidos para a reconstituição dos arruamentos quando complementados com os registos notariais próximos a essa faixa cronológica. Como veremos localização das ruas não muda, o que muda é a sua progressão para a periferia da vila à medida que também progridem os índices demográficos.

O Arquivo Distrital de Santarém possui os registos notariais de Muge em série descontínua e não coincidentes com aquele período, havendo um livro para os anos de 1680 – 84 e outro para 1696 – 1700 podendo, mesmo assim, extrair-se bastante informação complementar. Para além das questões de recenseamento imobiliário, os registos notariais são fundamentais para a compreensão da tipologia das habitações, com quem confrontam, como se relacionam os espaços entre si ou se há ou não descontinuidades urbanas.

Complementam estes dados fontes de menor importância quantitativa, mas decisivas a colmatar lacunas dos registos anteriores. São elas os testamentos, dos quais estão elencados 19 para o lapso temporal que vai de 1650 a 1700, no fundo da Provedoria de Santarém e Tomar, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e os processos relacionados com Legados Pios, depositados no Arquivo Histórico Municipal de Salvaterra de Magos (3 para a 2ª metade do século XVII).

No Arquivo Histórico da Junta de Freguesia de Muge podem ser consultados outros documentos de igual valia, nomeadamente os processos de obras relativos à Igreja Matriz (1899 – 1902) e Igreja da Misericórdia (1895) relevantes por conter as memórias descritivas, plantas, alçados e cadernos de medição. Ainda neste arquivo é possível encontrar as decisões administrativas sobre obras públicas no fundo da Junta de Paróquia, concretamente nas séries de Actas, Receita e Despesa e Autos de Arrematação; o contrato de restauro da Igreja Matriz, por exemplo, celebrado em 1866 e copiado no livro de autos de arrematação de 1857 – 1901.

Os aspectos demográficos, por seu turno, são importantes para perceber a que ritmo cresce a povoação e de que modo acompanha a geometria urbana. Colhem-se essencialmente nos Registos Paroquiais (baptismos, casamentos e óbitos) depositados no Arquivo Navional da Torre do Tombo, completos para o período em estudo. Esporadicamente surgem algumas indicações de carácter topográfico como as que deixou em 1663 o Pe. Manuel de Sousa ao anotar as ruas em que moravam alguns dos defuntos a quem fez a exéquias.

Não menos importante é o registo fotográfico antigo. Posto que pouco abundante mostra o urbanismo anterior ao surto construtivo dos anos 80 do século XX que irá descaracterizar boa parte da arquitectura tradicional, parte dela ainda dos séculos XVII – XVIII, outra parte não muito diferente do modo de construir nos finais de Seiscentos. (Figura 2)

3. A PAISAGEM URBANA

3.1. As ruas

Não existe nenhuma representação gráfica antiga de Muge anterior a meados do século XIX e mesmo esta, levantada em 1861 num plano geral do curso do Tejo, padece de várias imprecisões (Guerra, 1861) o que invalida o seu uso enquanto fonte fiável.

A melhor forma de identificar os arruamentos, é como atrás fica dito, o registo do imposto da Décima, uma vez que fornece obrigatoriamente uma lista exaustiva das ruas segundo um percurso bem definido.

O início do inquérito faz-se pela rua da Cruz, na extremidade sudeste da vila por onde se fazia o caminho para Coruche e tinha este nome por ali existir um cruzeiro desde, pelo menos, o século XVII. Esta rua surge na década de 20 do século XVIII pela atribuição de lotes em sesmaria pela Câmara estando, portanto, ausente do urbanismo seiscentista.

Segue-se o Adro ou rua do Adro, naquilo que é a origem da povoação medieval e a partir de onde se estenderá para oeste o resto da povoação. Parece ter surgido no século XIV de um quarteirão tipo *bastide*, localizado defronte da igreja.

Da rua do Adro saía a rua Direita, principal eixo viário que descreve uma inflexão de este para sudoeste.

O livro da Décima, por comodidade divide-a por segmentos conforme a intersecção com as ruas perpendiculares.
Pouco abaixo do Adro, ficava a Praça onde se localizava a Câmara, pelourinho e a Estalagem. Aqui cruzavam duas ruas, a da Praça ou do Prior, para sul e a rua do Paço para norte e, como o próprio nome indica ia dar ao paço do duque de Cadaval. Fronteiro a ele estava a ponte que atravessava a ribeira de Muge para norte, na principal via terrestre para Santarém.
A rua da Praça desembocava a sul na rua de Palhais, o segundo eixo mais importante de Muge, com uma orientação este – oeste.
Abaixo da Praça, a rua Direita seguia até ao entroncamento com a rua do Mel que ligava a sudoeste com a rua de Palhais. Este arruamento era ocupado, sobretudo por hortas e pomares, havendo construção apenas nos ângulos com as ruas Direita e de Palhais.
Prosseguindo na rua Direita, esta terminava no largo da Misericórdia ao cruzamento com a rua de Palhais, dos Cantos ou dos Cantos do Areal e a rua de Santo André. Esta última dava-lhe continuidade e chamava-se assim porque no final havia uma ermida dedicada a este santo. No século XVII ainda não estava completamente construída.
A partir da Misericórdia, as ruas tomam uma configuração radial e, exceptuando a de Santo André, inflectem para nordeste em quarteirões triangulares na direcção da estrada de Salvaterra, do largo da ermida de S. Sebastião e do Tejo, principal via de comunicação.
Deste largo saía a rua das Barcas para este, indo dar à rua da Misericórdia, paralela à rua Direita. No espaço compreendido entre estas vias, de urbanismo rarefeito, existiam numerosas e courelas de cultivo.
A sudeste de S. Sebastião localizava-se o Arrabalde, constituído por várias casas de edificação recente, rodeadas de courelas e vinhedos.
A área periurbana oeste, o Rossio, era um espaço de terreiro destinado ao uso comum e a tarefas como a debulha dos cereais e estabulamento temporário do gado (Figura 3).

3.2. Principais marcos urbanos

3.2.1. Igreja Matriz

A Igreja Matriz de Muge, fundada por ordem do bispo de Lisboa em 1297, sofreu uma profunda remodelação no último quartel do século XVII que lhe eliminou definitivamente os volumes medievais que haviam subsistido até aquela época.
Sabe-se pela memória de um processo de obras, datado de 1712, que a fachada havia sido totalmente refeita na segunda metade do século XVII, o campanário medieval substituído por uma torre e a capela-mor apeada para dar lugar a outra, sob pretexto de melhor se adaptar ao retábulo de talha dourada, feito entretanto (Biblioteca da Casa Cadaval, Cod. 891 – K. VIII. IL).
A obra de 1712 não introduziu mudanças significativas à arquitectura da igreja, exceptuando algumas reparações nas paredes e a substituição dos madeiramentos da cobertura.
Em 1866, uma nova campanha altera a fachada rasgando-lhe um janelão sobre o portal e oblitera a fenestração original, embora, como é dito, utilizando grande parte as cantarias originais. À torre são adicionados 4 varões de ferro para suportar um pequeno sino e, no lado direito da fachada, é construída uma escada em caracol para aceder ao coro (A.H.J.F.M, *Junta de Paróquia*, Actas, Lº2, fl. 161v – 163-v).
No limiar do século XIX (em 1899), toda a fisionomia da igreja é alterada por conta de um ambicioso projecto de reconstrução. As paredes são demolidas até uma altura de 5m, passa a ter 2 torres e todos vão são alterados, terminando a obra em 1902. É a partir do processo desta obra (na posse de um privado) que conhecemos a planta e os alçados do que existe antes de 1899 e, exceptuando os acrescentos descritos nos trabalhos de 1866, pouca diferença farão em relação aos contornos que teria o imóvel em 1692.

3.2.2. Igreja e hospital da Misericórdia

Em outubro de 1584, Filipe I emite um alvará dirigido aos oficiais da câmara de Muge para que a Misericórdia recém-criada usasse o compromisso e o regimento da de Coruche (A.N.T.T., *Chancelaria de Filipe I*, Lº 10, fl. 191) (Figura 4).
Três anos antes, o lavrador João Pinhão consignava no seu testamento 100000 reis para gastar no hospital da vila e, caso houvesse mais esmolas uma parte seria gasta na edificação da igreja. Em 1584 ainda não havia começado a construção porque o testamento estava embargado por dúvidas e a sentença do provedor da comarca só saiu em abril desse ano, ficando Ana Marques, mulher do falecido, obrigada a entregar a quantia ao lavrador Fernão Lopes que a pagaria de forma fraccionada aos oficiais da Misericórdia conforme o progresso da obra (A.N.T.T., *Provedoria de Santarém e Tomar*, Testamentos, Muge, mç. 2, nº. 29).
De qualquer modo, a igreja seria construída até ao

primeiro quartel do século XVII no actual largo Teófilo Braga, antigo largo da Misericórdia, naquele que era o limite urbano da vila nos finais de Quinhentos. Era de pequenas dimensões (área máxima de 120 m²). com orientação norte-sul. Atrás dela ficavam a Casa do Despacho e a sacristia que após a extinção da Misericórdia em 1877, serviu de sede à Junta de Paróquia.

Encostado ao alçado oeste tinha um corredor que vinha da sacristia e dava acesso ao púlpito e às escadas para o coro. No mesmo alçado, na extremidade noroeste ficava a torre sineira, com quatro frestas e três sinos.

Durante o século XIX teve algumas obras importantes, nomeadamente em 1896, com a substituição das cantarias das janelas por outras de feição neogótica, madeiramentos da cobertura, soalhos e a porta principal, datada de 1673 resultante, provavelmente, de outra campanha ocorrida no século XVII.

Todo o edifício, incluindo a sacristia, torre e a casa do despacho, foi demolido em 1962 para a construção do posto dos CTT.

No século XIV, existia em Muge uma albergaria referida no documento de doação de uma vinha à igreja de Stª. Maria (A.N.T.T., *Ordem de Cister*, Santa Maria de Alcobaça, 1ª. Inc., Docs. Part., mç. 28, doc, 10); não se sabe o sítio exacto onde ficava e esta é a única referência conhecida, no entanto, é bastante provável que no século XVI se tenha convertido no hospital da vila. Fazendo fé no testamento de João Pinhão, o hospital terá sido remodelado ainda antes de a igreja ser construída, uma vez que os fundos consignados o privilegiavam e a sua edificação não dependia de outras fontes de financiamento.

O conjunto edificado compunha-se de *duas moradas de casas térreas*; uma, o hospital propriamente dito, a outra, a habitação do hospitaleiro anexa e a estrebaria. Pelas poucas descrições que existem, entende-se que era um imóvel fruste, pouco confortável e apenas se destinava a dar guarida aos doentes em trânsito para Santarém ou outros hospitais de maior dimensão. O inventário ordenado pelo Governo Civil de Santarém, em 1875 (A.H.J.F.M., *Misericórdia*, Lº 4, fl. 25v), chama-lhe "casas abarracadas", o que terá a ver não só com o mau estado em que se encontrava na altura, mas também com a feição rudimentar da construção. Localizava-se no ângulo do largo da Misericórdia (Teófilo Braga) coma rua do Areal ou dos Cantos do Areal (rua Alexandre Herculano) a 50m para sul da igreja da Misericórdia.

3.2.3. Câmara e pelourinho

Desconhece-se a data de construção da "Casa da Câmara", mas já existia em 1608 conforme um documento que regista realização de uma sessão do senado municipal (A.H.M.S.M, *Câmara de Muge*, Tombo da vila de Muge, fl. 90v).

É constituído por dois pisos, o inferior destinava-se à cadeia e o superior, ao qual se acede por uma escadaria exterior, servia para as sessões e arquivo. Num plano perpendicular à porta principal tem um pequeno campanário.

Não é de crer que tenha sofrido grandes alterações ao longo do tempo, exceptuando três janelas de sacada com gradeamento no 2º que substituíram outras mais simples no tempo de D. João V, conforme é sugerido pela pedra de armas colocada no ângulo sudeste. Obras ocorridas recentemente mostram que o imóvel foi construído numa só fase, sem que haja alguma alteração estratigráfica significativa, para além da abertura de dois vãos no piso térreo durante o séc. XIX.

Com a extinção do concelho de Muge em 1836, o edifício passa a ser utilizado como escola pública no piso térreo e habitação dos professores no superior. Data deste período a abertura de duas portas no piso inferior e a construção de uma chaminé (hoje inexistente) no superior.

Na primeira metade do séc. XX estabelece-se aqui um posto de correios e telégrafo e, a partir de 1963, com a demolição da casa do despacho da Misericórdia, onde funcionava a Junta de Freguesia, esta instituição passa a funcionar na antiga "Casa da Câmara".

O pelourinho de Muge, destruído em 1866, foi erguido na Praça, à frente da Câmara. Não chegou até nós nenhuma representação gráfica do mesmo e as referências escritas são muito escassas, embora daí possamos tirar algumas ilações.

Em 1758, nas Memórias Paroquiais, o Pe. Isidoro Cabanas refere "[…] *e mandando-lhe levantar na praça, que tem, hum pelourinho com as suas armas Reaes, que ainda hoje existe da mesma sorte.*", supondo ser sua construção do tempo de D. Dinis, aquando da outorga do foral (A.N.T.T., *Dicionário Geográfico de Portugal*, Vol. 25, Memória 225, fl. 1900).

O facto de referir a existência das armas reais, parece ser bastante revelador em relação ao período de em que foi erguido. Senão vejamos: não é frequente os pelourinhos medievais apresentarem motivos heráldicos compostos, ao contrário dos que foram feitos durante o reinado de D. Manuel, bastante mais

elaborados e com abundantes representações da simbólica real, senhorial e até municipal. Estabelecendo alguma verosimilhança numa construção dos inícios do século XVI, podemos fazer uma comparação com os pelourinhos da região que ainda se conservam ainda que alguns sejam réplicas de originais perdidos ou deslocados do seu lugar inicial.
Na margem direita do Tejo, o pelourinho de Azambuja é um bom exemplo, embora réplica, foi feito de acordo com peloirinho hoje perdido. Ostenta fuste espiralado, nó e capitel com representação heráldica. Já do lado Sul do rio, temos o pelourinho de Coruche, replicado a partir das peças que ainda existem na posse um privado, mais uma vez com o fuste espiralado, nó e capitel heráldico.
O pelourinho de Benavente, demolido no séc. XIX, foi reconstruído com as peças originais e apresenta as mesmas características dos dois anteriores, variando na forma do capitel (cónico espiralado).
Estendendo a pesquisa aos pelourinhos que existem num raio de 100km, maioritariamente manuelinos, rapidamente constatamos que a esmagadora maioria apresenta fuste espiralado, nó e capitel geométrico/heráldico: Sintra, Aldeia Galega da Merceana, Alfeizerão, Maiorga, Turquel.
Assim, dentro das probabilidades aceites na escassa documentação e nos vários paralelos que subsistiram com o passar do tempo, o pelourinho de Muge inscrever-se-ia nesta tipologia: fuste espiralado, nó e capitel com motivo heráldico que sabemos em concreto tratar-se das armas reais.

3.2.4. Ermida de S. Sebastião

Não se sabe exactamente quando foi edificada esta ermida, embora haja referências a ela na primeira metade do século XVII como local de romaria. Na segunda metade do século XVIII estava muito arruinada e acabará por ser demolida nos anos 30 do século XIX.
Ficava situada no largo do mesmo nome, no Rossio (na extremidade sudoeste da vila), perto da estrada de Salvaterra.
Aquando da demolição de uma habitação perto da área onde se situava a ermida, foi encontrado um fragmento da base de um portal manuelino, de talhe prismático, com grandes probabilidades de lhe ter pertencido.
Partindo do princípio que este seria o período de construção da ermida, procuramos estabelecer comparação com outras ermidas de cariz rural da região nomeadamente as que pudessem ter um portal da mesma tipologia.
Os paralelos não são muito abundantes e o modelo mais próximo e que melhor encaixa é o da ermida de Nª. Srª. do Desterro de Pontével no concelho do Cartaxo. Deste modo, na sua reconstituição delineou-se um pequeno edifício com o portal compatível com elemento pétreo que resta e o recorte do da ermida de Pontével, embora com linhas mais "neutras" de modo a minorar eventuais falhas de interpretação (Figura 5).

3.2.5. Estalagem

Por uma carta dirigida ao concelho de Muge, datada de 1449, ficamos a saber que a vila já dispunha de estalagem na Idade Média (A.H.M.S.M, *Câmara de Muge*, Tombo da vila de Muge, fl. 10v), voltando a ser referida em 1700, no assento de óbito de Bartolomeu Álvares, natural da Póvoa de Galegos (A.N.T.T., *Arquivo Distrital de Lisboa*, Registos Paroquiais, Muge, Óbitos, Lº1, fl.90v).
Segundo o livro de lançamento da Décima, para o ano de 1771, (A.H.T.C., *Décima da Província*, D.P. 242.2, fl. 23) a estalagem era constituída por oito casas térreas com sobrado, da qual o duque de Cadaval tinha o usufruto.
Situava-se na rua da Praça para os Paços, próxima à Câmara e do caminho para Santarém.
Pelas suas características e localização podemos supor que este edifício pouco tenha mudado desde a segunda metade do século XVII e, eventualmente, estaria no mesmo lugar da estalagem medieval (Figura 6).

3.3. Arquitectura doméstica

A construção doméstica seiscentista, embora pouco diferente da que se praticava na região até aos inícios do século XX, obedece a dois factores essenciais: as tradições construtivas meridionais e o estatuto socio-económico dos proprietários.
No dizer do duque de Cadaval, em 1692, Muge era uma terra pequena, pobre e sem nobreza. Ignorando as verdadeiras razões desta afirmação podemos associar a falta de nobreza (pessoas que não exercem trabalhos manuais) à ausência de arquitectura doméstica mais requintada e de dimensões mais generosas.
Com efeito, contabilizando os dados fornecidos pela Décima, em 1771, rapidamente verificamos que a esmagadora maioria das casas era constituída por mo-

radas de duas divisões, seguida de moradas com uma única divisão.
As casas "nobres" de sobrado, ou seja, de dois ou mais pisos e com mais de duas divisões não estão ausentes e até representam 17% do imobiliário doméstico da vila, mas não são, de todo, os edifícios mais frequentes (Figura 7).
Para o final do século XVII não temos dados que suportem uma estatística fiável porque são extraídos dos livros notariais e, como é óbvio, seria impossível todas as casas da vila serem transacionadas num curto espaço de tempo e de modo a deixar informação neste tipo de fonte. Ainda assim, os casos contabilizados, sobretudo para o período de 1680 – 84 suportam esta mesma ideia: há uma clara predominância de habitações de duas divisões.
Esta tipologia de morada era constituída pela "casa de fora", reservada a espaço comum e cozinha e pela "casa de dentro" mais privada e que servia de quarto aos habitantes. Atrás localizava-se o quintal em que, havendo espaço, era povoado de árvores de fruto, galinheiros e, nalguns casos, pardieiros para estabular gado.
A generalidade destas casas apresentava pavimentos de terra batida e telhados sem forro, de telha vã. Havendo condições para o fazer, os proprietários mandavam ladrilhar o chão e forrar a cobertura, como ficou registado numa escritura de 1697 em que a "casa de fora" está forrada de "pinho da terra" e ladrilhada (A.D.S., *Registos Notariais*, Muge, 1696 – 1700, fl. 91). Algumas casas, aproveitando o desnível em relação à rua, ficavam sobrelevadas e o interior era pavimentado com um maior enchimento que as isolava melhor da humidade, fazendo-se o acesso por um lanço de degraus.
Nas casas de uma única divisão o espaço era partilhado por uma multiplicidade de funções domésticas que iam desde cozinhar a dormir, sem que houvesse qualquer tipo de privacidade (Figura 8).

4. MÉTODOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

A geologia desta zona do Vale do Tejo é constituída por formações sedimentares terciárias/quaternárias com o predomínio de areias, argilas e cascalho, sem afloramentos rochosos consolidados onde fosse possível extrair pedra para construção. Este facto condicionou as técnicas construtivas aos materiais e recursos disponíveis que se traduzem na fábrica de alvenarias em "terra": a taipa e o adobe.
De entre os imóveis antigos que pudemos observar, a maioria arruinados ou em processo de ruína, o uso da taipa tem uma preponderância sobre os demais métodos construtivos. A pedra, sobretudo lioz importado da região de Lisboa, quando utilizada, aplica-se sempre nas ombreiras e lintéis das portas, janelas e degraus, com um elevado índice de reaproveitamento.
O processo de obras da igreja, de 1712, corrobora o facto de grande parte das paredes do templo serem construídas com "terra", demonstrando que até nos edifícios importantes a taipa é usada amiúde.
Como alternativa estética ao uso da pedra, boa parte das vezes esta era simulada em estuque na forma da estereotomia de silhares, modulação das cimalhas ou ainda imitando relevos esculpidos, numa solução que é, aliás, comum a todas as áreas meridionais de Portugal.
Outro recurso importante, embora usado em menor escala são as argilas para o fabrico de materiais de construção: tijolos, telhas e ladrilhos. Tendo em atenção a dificuldade de obtenção de pedra, são usados tijolos com funções análogas, na criação de elementos estruturais importantes que não requeressem demasiada dureza ou robustez.
A madeira usava-se nas armaduras dos telhados e elementos móveis das portas e janelas, com recurso quase exclusivo ao pinho, dos pinhais que rodeavam a vila. O castanho era utilizado raramente e temos notícia do seu uso na cobertura da igreja em 1712.
Nas coberturas utilizava-se quase exclusivamente a telha de canudo, ou mourisca e, raras vezes, a palha de que há apenas dois registos, um em 1635 relativo a uma casa com telhado misto de telha e palha, situada no Rossio a S. Sebastião (A.D.S., *Registos Notariais*, Muge, 1635 – 1637, fl. 40v), outro em 1770 de uma casa inteiramente deste material (A.H.T.C., *Décima da Província*, D.P. 240.4, fl. 27v).
A utilização da palha em casas de habitação já deveria ter caído completamento em desuso no final do século XVII e estaria reservada apenas a pardieiros, construções de apoio agrícola e aos galinheiros dos quintais.

5. RECONSTRUÇÃO VIRTUAL: METODOLOGIA

Reconstruir uma vila do final de Seiscentos de que fisicamente pouco existe não é, obviamente, uma tarefa isenta de erros. Há que assumir de que se tra-

ta sempre de uma interpretação das fontes que, algumas vezes, cotejam informação de forma muito lateral. Mais ainda quando nem sequer existem elementos arquitectónicos de vulto, mesmo que fora do contexto que possam auxiliar a uma compreensão mais profunda do aglomerado.

Será sempre com isto em mente que este trabalho deve ser lido, como um jogo de possibilidades e impossibilidades formatadas àquilo que se entende da documentação histórica e dos vestígios materiais. Por outro lado, esta reconstituição segue modelos ideais/teóricos do que se compreende das vilas do seu tempo/espaço geográfico, o que lhe confere alguma autenticidade, mas não despista as contingências dos padrões nem as imprevisibilidades da construção urbana.

Assim, depois de concluído o trabalho de leitura das fontes escritas e materiais que dá corpo a grande parte deste artigo, avançou-se finalmente para a projecção a duas dimensões, em formato vectorial *dwg* do que se pretendia reconstruir.

É importante seguir este passo porque é o primeiro teste às possibilidades de reconstrução, com a eliminação de eventuais erros que prejudicarão o trabalho a montante. Foram desenhados todos os edifícios singulares em alçado assim como algumas casas-modelo, principalmente as poucas que existem hoje em dia, as quais serviram de base para as descritas na documentação.

Passou-se à modelação a três dimensões, com cada objecto feito em separado e em ficheiro individual no programa *Sketchup* da Google, na sua versão aberta. No mesmo programa foram alinhados os edifícios sobre a fotografia aérea, à escala, obtida no GoogleEarth e previamente formatada à planta reconstituída do século XVII.

Terminado o modelo 3-D, foi exportado na extensão *dae* para outro software de modelação, o *Blender* (também *open source*), para eliminar toda a geometria acessória, e adaptar o conjunto a um modelo digital de terreno (a partir do *GoogleEarth*)

É frequente haver algumas incompatibilidades entre estes dois *softwares* pela diferença de geometrias na modelação, embora a extensão *dae* seja satisfatoriamente legível em ambiente *Blender*.

Terminada a modelação, passou-se à aplicação de texturas e filtros para tentar alcançar o máximo de fotorrealismo possível e construir a animação de vídeo (Figuras 9 e 10).

FONTES MANUSCRITAS

Biblioteca da Casa Cadaval, Cod. 891 – K. VIII. IL.

Arquivo Distrital de Santarém, *Registos Notariais*, Muge, 1696 – 1700, fl. 91.

Registos Notariais, Muge, 1635 – 1637, fl. 40v

Arquivo Histórico da Junta de Freguesia de Muge, *Junta de Paróquia*, Actas, Lº2, fl. 161v – 163-v.

Misericórdia, Lº 4, fl. 25v.

Arquivo Histórico Municipal de Salvaterra de Magos, *Câmara de Muge*, Tombo da vila de Muge.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, *Décima da Província*, D.P. 240.4, fl. 27v.

Décima da Província, D.P. 242.2, fl. 23.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Arquivo Distrital de Lisboa*, Registos Paroquiais, Muge, Óbitos, Lº1, fl.90v.

Dicionário Geográfico de Portugal, Vol. 25, Memória 225, fl. 1900.

Leitura Nova, Estremadura, Lº4, fl. 113 – 113v.

Ordem de Cister, Santa Maria de Alcobaça, 1ª Inc., Docs. Part., m. 28, doc. 10.

Provedoria de Santarém e Tomar, Testamentos, Muge, mç. 2, nº. 29.

Registo Geral de Mercês, D. Pedro II, Lº6, fl. 182.

BIBLIOGRAFIA

Carta Geológica de Portugal, folha 31-C, 1967.

CARPETUDO, Carlos; LOPES, Gonçalo (2016) – "Paço dos alcaides: Uma proposta de reconstrução virtual" *Almansor*. Montemor-o-Novo, 3ª Série, Vol. II, p. 155-186.

GUERRA, M.J. (1861) – *Estudos chorographicos, physicos e Hydrographicos da bacia do rio Tejo*. Lisboa: Imprensa Nacional.

LOPES, Gonçalo (2015) – "Materiais islâmicos do Serradinho (Muge) *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira, nº 4, p. 171-186.

LOPES, Gonçalo (2015) – "A igreja de Muge na Idade Média: Uma proposta de reconstrução virtual" *Magos: Revista cultural do Concelho de Salvaterra de Magos.* Salvaterra de Magos, vol. II, p. 16-50.

LOPES, Gonçalo (2016) – "Muge antes de 1304" Magos: *Revista cultural do Concelho de Salvaterra de Magos.* Salvaterra de Magos, vol. III, p. 73-101.

VIANA, Mário (2007) – *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147 – 1350)*. Lisboa: Caleidoscópio / Centro de História da Universidade de Lisboa.

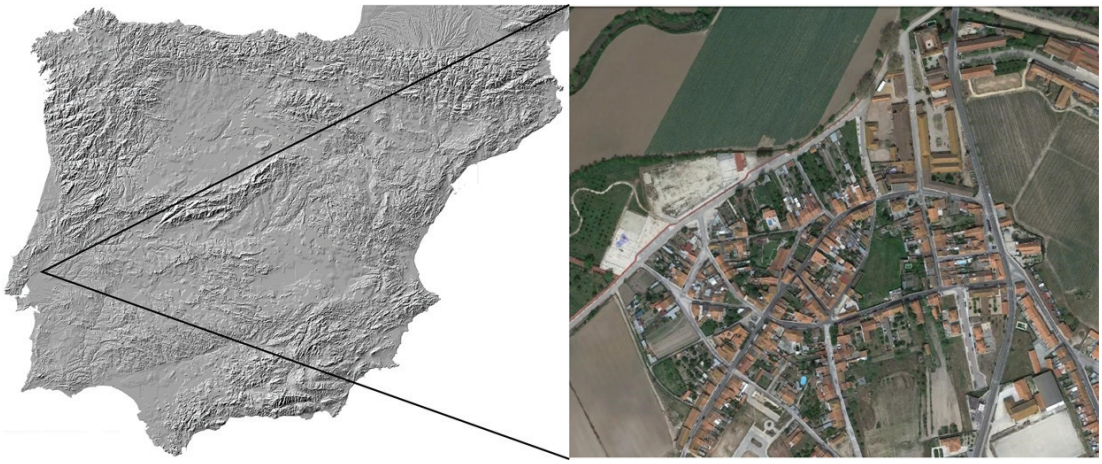


Figura 1 – Localização na Península Ibérica e vista aérea de Muge. Fonte Googlearth.



Figura 2 – Planta de Muge no final do séc. XVII.

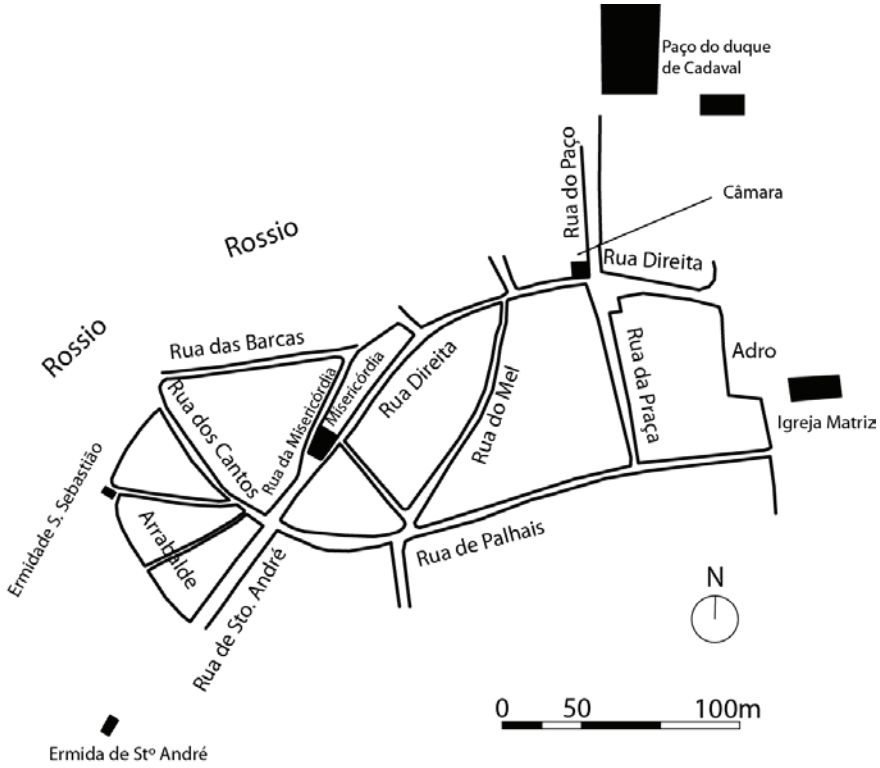


Figura 3 – Vista sobre a rua de Santo André. 1939.



Figura 4 – Igreja da Misericórdia. 1939.



Figura 5 – Base do portal da ermida de S. Sebastião. Calcário, início do séc. XVI.

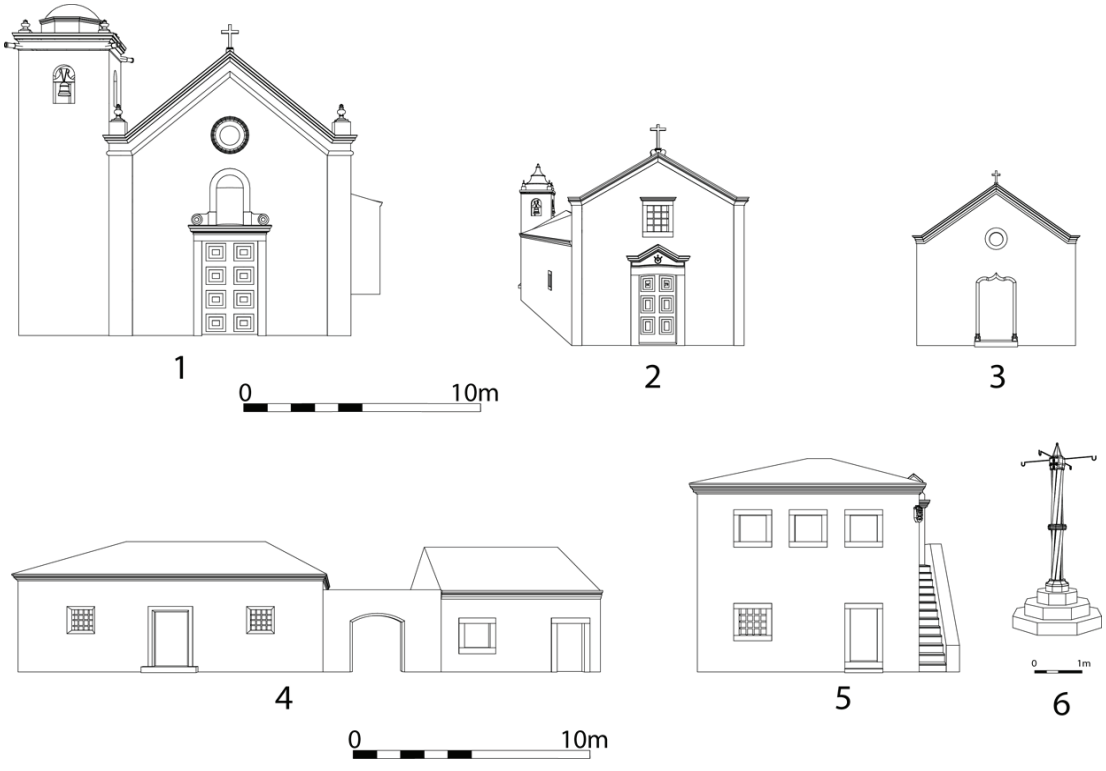


Figura 6 – Reconstrução 2-D das principais construções da vila no final do séc. XVII. 1 – Igreja Matriz; 2 – Igreja da Misericórdia; 3 – Ermida de S. Sebastião; 4 – Hospital da Misericórdia; 5 – Câmara; 6 – Pelourinho.

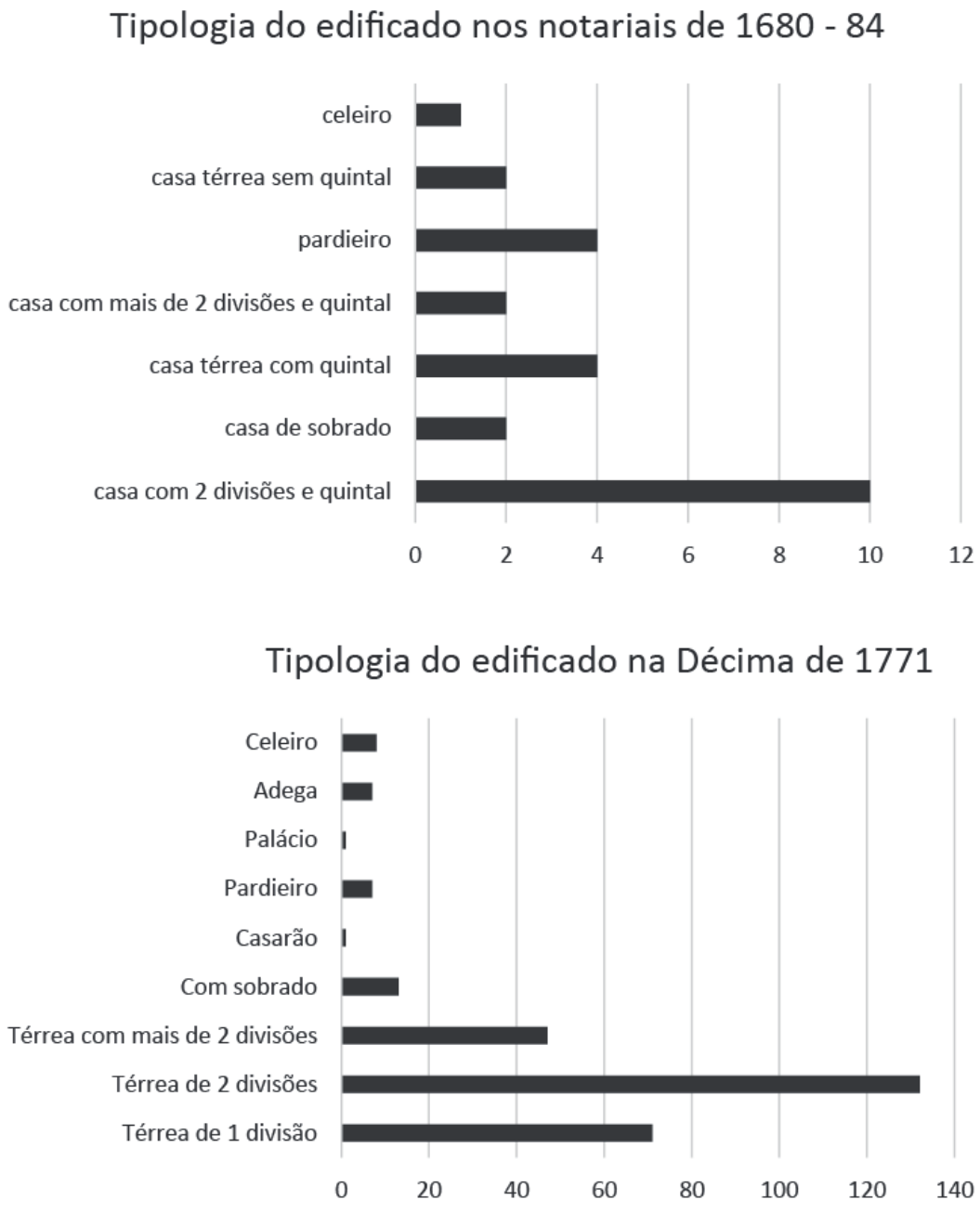


Figura 7 – Gráficos comparativos do edificado.

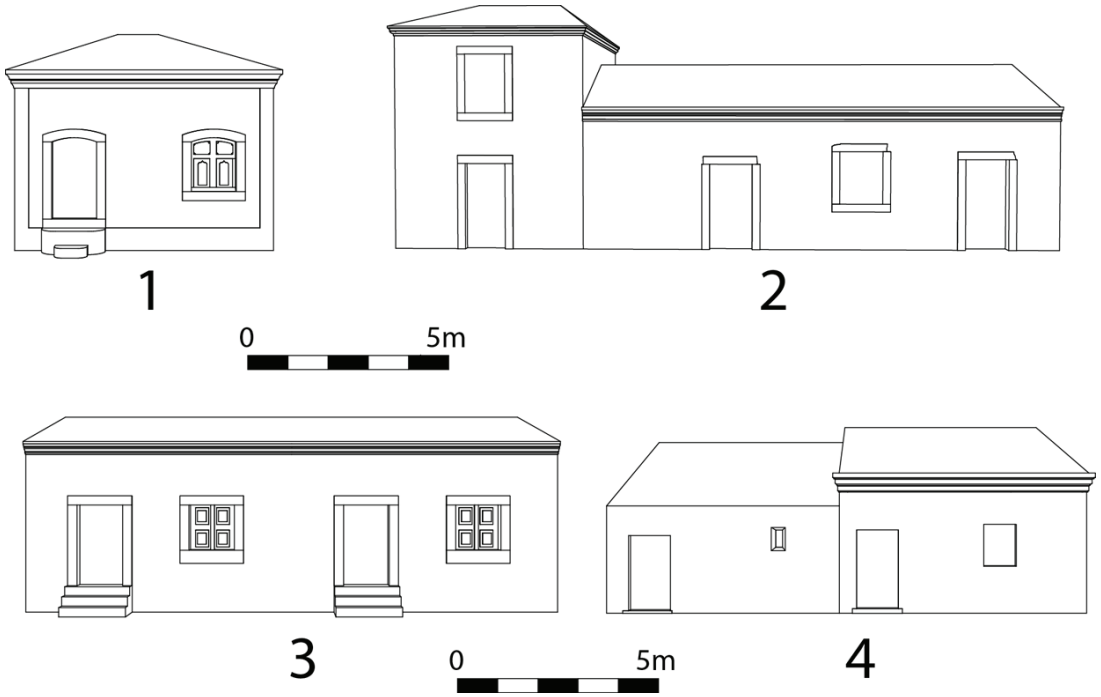


Figura 8 – Reconstrução 2-D das principais tipologias de casa nos finais do séc. XVII. 1 e 2 – Rua Direita; 3 – Rua dos Cantos do Areal; 4 – Rua das Barcas.

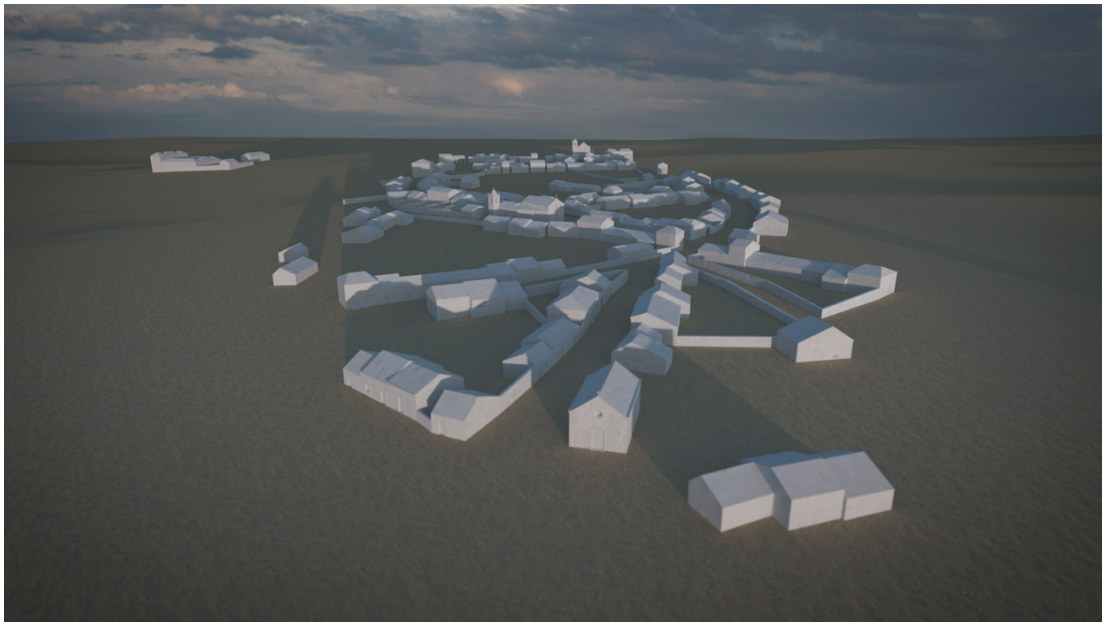


Figura 9 – *Render* sem textura da reconstrução virtual (autoria Carlos Carpetudo).



Figura 10 – *Render* final texturizado da reconstrução virtual. Vista a partir de sudoeste (autoria Carlos Carpetudo).

A FLORA ARQUEOLÓGICA DA QUINTA DO MEDAL (MOGADOURO) E A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS VEGETAIS DURANTE OS SÉCULOS XVIII/XIX NO VALE DO SABOR

Leonardo da Fonte[1], João Tereso[2], Paulo Dordio Gomes[3], Francisco Raimundo[4], Susana Carvalho[5]

RESUMO

Inserida no Plano de Salvaguarda Patrimonial do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, a escavação arqueológica da Quinta do Medal (EP 201) é uma das únicas desta intervenção cuja diacronia atinge a época contemporânea. A recolha de 26 amostras sedimentares com conteúdo arqueobotânico permitiu uma análise antracológica e carpológica do sítio que nos permite agora ajudar a recriar elementos do que poderia ser a realidade neste sítio nos séculos XVII-XIX. Os resultados desta análise são aqui apresentados.

Palavras-chave: Arqueobotânica, Vale do Sabor, Etnobotânica, Século XVIII/XIX.

ABSTRACT

Inserted in the Patrimonial Safeguard Plan of the Hydroelectric Exploitation of the Lower Sabor, the archaeological site at the Quinta do Medal (EP 201) is one of the few sites of this project whose chronology spans the late-modern period. The archaeobotanical contents of 26 samples retrieved on-site allowed an anthracological and carpological analysis that was used to recreate elements of what might have been the reality at this site in the XVII-XIX centuries. The results of this analysis are presented here.

Keywords: Archaeobotany, Sabor Valley, Ethnobotany, XVIII/XIX Century.

1. INTRODUÇÃO

Entre 2010 e 2015 foram escavados numerosos sítios arqueológicos inseridos no Plano de Salvaguarda Patrimonial do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor. A construção da barragem providenciou a oportunidade de realização de trabalhos de escavação arqueológica a uma escala inédita, revelando inúmeros sítios de interesse patrimonial. Um destes, o sítio arqueológico da Quinta do Medal (EP 201), situa-se num vale de uma ribeira subsidiária do rio Sabor, distando cerca de 27 km da desembocadura deste com o Douro (Figura 1).

A intervenção arqueológica na Quinta do Medal incidiu sobre um edifício e áreas exteriores. A partir de referências documentais, o referido edifício foi interpretado como um templo de culto – capela. No seu interior foi escavada uma necrópole com 21

1. InBIO – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, Lab. Associado, CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Univ. Porto; Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; Leogfonte@gmail.com

2. InBIO – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, Lab. Associado, CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Univ. Porto; Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; Jptereso@gmail.com

3. CITCEM – FLUP; pdordio@gmail.com

4. Licenciado em Arqueologia pela UM; francisco.ray@hotmail.com

5. Licenciada em Arqueologia e História pela UC; susanagoa@hotmail.com

indivíduos. A restante área escavada (adro e área lateral direita) revelou indícios de ocupação datados do século XVII a XIX, materializados nos artefactos cerâmicos, sobretudo nas faianças recolhidas nas fundações das paredes da capela.
A escassez de outros sítios cuja datação corresponda a este período dota a Quinta do Medal de uma unicidade no esforço de caracterização da ocupação humana do vale do Sabor.
Esta caracterização, efectuada ao longo de vários sítios distribuídos pela área de afectação da barragem (Figura 2) teve como objectivo obter dados paleoetnobotânicos e paleoecológicos, com particular enfoque nos recursos vegetais que seriam explorados pelas comunidades humanas do vale do Sabor. A inclusão da Quinta do Medal nesta estratégia interdisciplinar deve ser salientada, considerando a escassez de estudos arqueobotânicos para períodos cronológicos tão recentes.

2. ENQUADRAMENTO ESPÁCIO-TEMPORAL

A Quinta do Medal (Freguesia de Meirinhos, Concelho de Mogadouro, Bragança) situa-se numa elevação sensivelmente a meio do percurso da ribeira do Medal, afluente do rio Sabor. O vale do rio possui neste local um perfil em V, mas de configuração mais aberta do que em outros pontos do seu percurso, situando-se o sítio arqueológico numa plataforma elevada correspondente a um contraforte no sopé da serra da Taveira, junto à confluência de uma ribeira sua subsidiária, 30m acima do nível da ribeira e a 50m na horizontal. Os trabalhos de escavação decorreram de Novembro de 2013 a Abril 2014 (com interrupções durante a época chuvosa.) resultando numa área escavada de 82m$^{2.}$
As primeiras referências a este local remontam ao primeiro quarto do séc. XVIII, com menção no Arquivo da Diocese de Bragança – Miranda do número de registos de baptismos, casamentos e óbitos ocorridos entre os anos de 1713 e 1786[6]. Nas Memorias Paroquiais de 1758 surge referido como "praso do Illustrissimo Marquês de Tavora, com dez moradores muito miseráveis por falta de mantimentos que não colhem da dita quinta (…) ". Em meados do séc. XVIII, uma dezena de famílias (Carvalho & Raimundo 2014) habitava aquele lugar, sendo à época propriedade dos Távora[7], aos quais eram obrigados a pagar um foro anual.
Com base nos levantamentos populacionais, a partir dos finais do século XVIII, o decréscimo da população acentua-se, não só naquele lugar como nos vizinhos. Eventualmente, pouco depois o local terá sido abandonado. A dificuldade em garantir a subsistência familiar, ditada pelas obrigações para com os seus senhores, poderá ter dado origem ao eventual abandono. Por outro lado, descendentes indirectos de habitantes locais justificam o abandono com as condições climatéricas extremas que ali se faziam sentir, fosse na estação quente ou fria.
A procura de melhores condições de vida levou, na segunda metade do séc. XIX, à saída das famílias resistentes para as povoações de Meirinhos, Carviçais e para a Quinta do Cabeço. No último quartel do séc. XIX o sítio estaria já desabitado.

3. METODOLOGIA

No decurso da intervenção arqueológica foram recolhidas amostras sedimentares em diversas unidades estratigráficas, que foram submetidas a flutuação manual por parte da equipa responsável pela escavação, de forma a separar macrorrestos vegetais do restante sedimento. Foi utilizada uma coluna de crivos com malhas de 2, 1 e 0,5mm. As amostras analisadas correspondem a diversas realidades, detalhadas na tabela 1.
A maioria das amostras foi recolhida em enchimentos de estruturas, sejam funerárias ou de alicerçamento. Estas representam 11 das 26 amostras perfazendo o sedimento 43,5 kg. Os restantes contextos dividem-se por elementos relacionados com a construção do edificado e depósitos dispersos relacionados com o enchimento de depressões naturais. Apesar da grande diversidade de contextos identificados, todos estes correspondem a deposições secundárias ou mesmo terciárias (apud La Motta & Schiffer, 1999). As diferentes camadas inserem-se numa de três fases:

6. Consulta no Arquivo da Diocese de Bragança-Miranda – Tombo Diocesano Monsenhor José de Castro.

7. Levantamento dos bens pertencentes aos Marqueses de Távora de 1759. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Junta da Inconfidência. *Traslado do Auto de Sequestro e Inventario dos Bens que se acharão nesta Comarca de Miranda pertencentes aos Marquezes de Távora, Francisco de Assis Távora e D. Leonor Távora*. Foros do Medal, nº 302, Maço 94, fl. 13-14v.

Fase 1 – Correspondente ao século XIX;
Fase intermédia 1/2 – Correspondente aos séculos XVIII/XIX;
Fase 2 – Correspondente ao século XVII.

Uma das amostras foi recolhida no nível abaixo dos níveis de ocupação, sendo designado com "P" na tabela 1.

O estudo laboratorial foi realizado na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. A fracção leve foi triada sob lupa binocular de forma a separar os carporrestos. Estes foram depois analisados à lupa binocular, e identificados com o auxílio da carpoteca do Herbário da Universidade do Porto (PO) e de atlas de referência (Berggren 1981; Anderberg 1994).

Os fragmentos de carvão foram seccionados manualmente de forma a obter as 3 secções de diagnóstico: Transversal, tangencial e radial. (Schweingruber 1990). Após obtenção destas secções, os fragmentos foram observados à lupa binocular e a microscópio óptico de luz reflectida, e identificados com recurso a guias da especialidade (Schweingruber 1990 ; Vernet & *alii* 2001) e a ferramentas interactivas de identificação. (Heiss 2002).

Nas amostras mais volumosas foi estudado um mínimo de 100 carvões, analisando-se mais 50 carvões sempre que um novo tipo anatómico tivesse surgido nos últimos 50 carvões. Em caso positivo, era analisada uma nova série de 50 até não se verificar esta condição, ou até não sobrarem carvões analisáveis.

4. RESULTADOS

Foram analisados um total de 143 vestígios carpológicos, recuperados em 21 amostras de 15 unidades estratigráficas (Tabela 2). A grande maioria destes encontrava-se fragmentada e deteriorada, de forma a que a identificação do táxon a que pertenceriam se tornava impossível.

Dos elementos identificáveis, as sementes de *Rubus* eram os mais ubíquos, encontrando-se em três amostras da fase 2 e uma amostra da fase 1. Os restantes táxones encontravam-se dispersos em apenas duas (Leguminosae, Gramineae) ou uma (Caryophyllaceae, *Gallium*, *Vicia*, *Vitis*) amostra. Esta escassa representatividade dos elementos carpológicos limita a sua interpretação.

O estudo antracológico incidiu sobre 2232 fragmentos de carvão, recuperados em 26 amostras das três fases de ocupação, resultando na identificação de 46 tipos anatómicos (Tabela 3). Estes 46 tipos anatómicos, após aglutinação de categorias intermédias e da nomenclatura aberta podem ser considerados como atestando a existência dos seguintes táxones:

Acer sp. (bordo); *Alnus* sp. (amieiro); *Arbutus unedo* (medronheiro); *Buxus sempervirens* (buxo); *Castanea sativa* (castanheiro); *Cistus* sp. (esteva, sanganho); *Cotinus coggygria* (árvore-do-fumo); *Erica* sp. (urze); *Ficus* sp. (figueira); *Fraxinus* sp. (freixo); *Juniperus* sp. (zimbro); Leguminosae (provavelmente espécies arbustivas como a giesta ou o tojo); Maloideae (subfamília das macieiras, inclui espécies silvestres e domesticadas); *Olea europaea* (oliveira, zambujeiro); *Pinus pinaster* (pinheiro-bravo); *Pistacia lentiscus* (aroeira); *Populus* sp. (choupo); *Prunus* sp. (género das amendoeiras e das ameixoeiras, entre outras); *Prunus avium/cerasus* (cerejeira/ginjeira); *Quercus suber* (sobreiro); *Quercus* de folha caduca (carvalhos); *Quercus* de folha perene (azinheira, sobreiro); *Salix* sp. (salgueiro); *Vitis vinifera* (videira).

Para além destes elementos, vários fragmentos encontravam-se num estado de degradação tão substancial que apenas se atribuiu o nível mais superficial de identificação taxonómica. Assim 440 fragmentos ficaram registados como dicotiledóneas, 1 como gimnospérmica e 3 como indeterminados.

Foram também recolhidos dados dendrológicos e tafonómicos básicos simultaneamente com a identificação dos fragmentos, no entanto o mau estado de conservação de muito dos carvões limitou grandemente a quantidade de dados obtidos.

Uma análise qualitativa da curvatura dos anéis (dividida em 3 classes: forte, moderada e débil – Marguerie & Hunot 2007) resultou em 57 fragmentos com curvatura forte (2,55% do total), 94 com curvatura moderada (4,21%) e 25 com curvatura débil (1,12%). Porém, o universo de análise é muito pequeno, pois em 2056 fragmentos (92.11%) não foi possível caracterizar a curvatura. Os táxones nos quais foi possível caracterizar a curvatura num maior número de amostras compreendem: *Arbutus unedo,* em que 9,52% dos fragmentos tinham curvatura moderada; *Cistus,* com 7,01% de curvatura forte e 8,54% de curvatura moderada: *Erica australis/arborea,* com 8,02% de curvatura moderada; Leguminosae, com 3,33% de curvatura forte. Além de corresponderem a um número muito reduzido de carvões, é evidente que as curvaturas identificadas, predominantemente fortes ou moderadas, estão fortemente condicionadas pelo porte arbustivo que caracteriza a generalidade das espécies em questão.

Das outras alterações morfológicas registadas, 7,48% dos fragmentos apresentavam fissuras radiais, (17,50% nas dicotiledóneas, 14,44% nas Leguminosae) e 10,98% vitrificação, (36,59% nas dicotiledóneas).
Em termos de distribuição temporal dos táxones, não houve diferenças valorizáveis entre as diferentes fases (Figura 3). Embora certas espécies surgissem em apenas algumas das fases, o seu número era bastante reduzido, como tal foi considerado prudente não valorizar este padrão.

5. DISCUSSÃO

Os contextos analisados providenciaram uma extensa lista de táxones para um período cronológico para o qual os registos arqueobotânicos no vale do Sabor são escassos. A nossa interpretação desta lista de táxones encontra-se limitada, contudo, pelo carácter dos contextos de onde provieram as amostras. Com efeito, não foi analisada nenhuma amostra cujo material analisado pudesse ser atribuído a uma actividade ou evento concreto no tempo e no espaço (e.g. armazenamento, lareiras). As u.e. analisadas, correspondendo na sua grande maioria a nivelamentos e a enchimentos de fins diversos, são consideradas, portanto, contextos dispersos, ou deposições secundárias/terciárias, para efeitos da análise arqueobotânica. No entanto, apesar de não se poder conectar os táxones recolhidos com actividades específicas, estes fornecerão informações relevantes acerca do ambiente onde se inseria o sítio arqueológico. As deposições secundárias e terciárias resultam usualmente de acumulações de gestos e de eventos que permitem esbater a componente selectiva ou circunstancial da recolha e gestão de recursos vegetais nas actividades quotidianas (Van Der Veen 2007; Fuller 2014). Por outro lado, representam uma temporalidade difícil de compreender podendo, inclusive, representar palimpsestos difíceis de detetar e/ou interpretar, potenciando anacronismos e falsos sincronismos.
Da lista de taxons obtidos no estudo carpológico a maior parte seria proveniente de espécies típicas de ambientes ruderais, tais como *Galium* (amor-de-hortelão, soldas), *Rubus* (silvas) e gramíneas silvestres.
A u.e.202 possuía a maior concentração de restos carpológicos (56 fragmentos) de todo o sítio. No entanto, a presença de bioturbação por raízes torna difícil interpretar esta camada.
O único registo carpológico de uma espécie doméstica foi uma grainha de *Vitis,* encontrada na u.e. 308, interpretada como parte do enchimento de uma depressão natural. Dado o seu carácter isolado e presença num contexto disperso, é difícil atribuir qualquer significância por si só a este achado (*vide infra* para a análise antracológica).
A análise antracológica resultou, como mencionado, numa extensa lista de espécies, tanto silvestres como domesticadas. Tomadas como um todo, o conjunto de vestígios antracológicos aponta para um ambiente muito semelhante ao presente no local no presente: bolsas isoladas de vegetação climatófila e galerias ripícolas, com grandes áreas preenchidas por etapas sucessionais intermédias, assim como áreas silvícolas.
Mais especificamente, foram encontrados em elevado número carvões de *Cistus* (esteva), uma espécie típica de estágios sucessionais intermédios, sendo abundantes em comunidades que se encontram em recuperação de perturbações recentes (e.g. incêndios). Este tipo de comunidades é também caracterizada pela presença de membros do género *Erica* e de Leguminosae arbustivas (tais como *Genista, Cytisus e Pterospartum*), grupos que também surgiram no resgisto antracológico com frequência.
A frequência de carvões de *Quercus* é também elevada. Embora não seja possível caracterizar os fragmentos para além do facto de pertencerem a espécies caducifólias ou perenifólias, comparação com a distribuição actual e a biogeografia do género sugere que os fragmentos identificados como *Quercus* perenifólia seriam azinheira (*Quercus ilex* subsp. *rotundifolia*) e/ou sobreiro (*Quercus suber*), enquanto os fragmentos de *Quercus* caducifólia corresponderiam a carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*) ou, menos provavelmente, carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) – Considerando que, na região, esta espécie encontra-se preferencialmente em áreas acima dos 700m de altitude, ainda que possa ocasionalmente descer até aos 300m (Carvalho 2007), encontrando-se a Quinta do Medal a c.200m de altitude.
Estas são espécies dominantes típicas da vegetação climácica da região, podendo, no entanto, ocorrer pontualmente em etapas sucessionais intermédias. A madeira destas espécies tem inúmeros usos, ligados à sua elevada resistência mecânica e bom potencial calorífico, pelo que a sua exploração pela comunidade da Quinta do Medal não seria surpreendente.
Espécies típicas de bosques ripícolas aparecem mais

infrequentemente. *Fraxinus* foi o táxon típico deste ambiente que surgiu com mais frequência, seguido de *Alnus*, *Buxus sempervirens* e *Salix*. Apesar de tipicamente ripícolas, *Fraxinus* e *Alnus* podem ocorrer em formações de bosque de carvalho, desde que as condições edáficas o permitam.

A análise acusou igualmente uma quantidade de fragmentos de *Arbutus unedo*, que surge espontaneamente nas orlas de bosques ou matos típicos de etapas sucessionais mais desenvolvidas, podendo fazer parte de qualquer das formações acima mencionadas. O mesmo se poderia dizer de fragmentos identificados como *Prunus* sp. ou Maloideae, visto os membros silvestres deste grupo serem típicos de orlas e clareiras, ainda que alguns surjam frequentemente em ambientes ripícolas. No entanto, nestes dois últimos casos, e tendo presente a impossibilidade de distinção de membros silvestres e domésticos destes táxones com base na anatomia, não podemos descartar a hipótese de que os carvões possam ser provenientes de árvores cultivadas presentes no sítio arqueológico. Com efeito, a presença do tipo morfológico *Prunus avium/cerasus* (Cerejeira/Ginjeira) pode ser considerado como um argumento a favor dessa hipótese. Nem seriam estes os únicos cultivos. De entre as espécies analisadas incluem-se espécies domesticadas como *Castanea sativa, Ficus, Olea europaea* e *Vitis vinifera.* Actualmente, a região possui largas áreas de plantação de amendoeira (*Prunus dulcis*) e de oliveira, extensivas ao próprio sítio arqueológico, e a análise antracológica parece apoiar a tese de que pelo menos alguns destes cultivos estariam presentes na Quinta do Medal durante a época moderna. A presença de *Vitis* é reportada por um único fragmento de carvão, no entanto o cultivo de videira não é estranho à região. Este fragmento foi recolhido de uma UE correspondente à mesma zona e fase que a grainha mencionada acima.

O elemento mais interessante recolhido na quinta do Medal foi sem dúvida a identificação de 2 fragmentos de *Cotinus coggygria* (Árvore-do-fumo, Fustete) (Figura 4).

Este arbusto da família Anacardiaceae, de distribuição euroasiática, não se encontra naturalizado em Portugal, ficando o limite ocidental da sua ocorrência na região de Provênce-Alpes-Cote-d'-Azur no Sul de França. (Real Jardín Botánico, CSIC ; Henning & Raab-Straube 2016) Tal como *Rhus coriaria*, seu parente próximo naturalizado em território nacional, o lenho desta planta é rico em taninos e quercetina (El Sissi, Saleh & Abd el Wahid 1966; Perkin & Allen 1986). Estas substâncias possuem propriedades que as tornavam úteis na indústria tintureira, sendo possível obter, através do uso de diferentes mordentes, tonalidades desde o amarelo-vivo até ao moreno. O teor em taninos significa que esta planta também era utilizada no curtume de peles. Tal como muitas outras plantas tintureiras, o desenvolvimento de sucedâneos sintéticos levou a um declínio do uso destas plantas para estes fins, no entanto *C. coggygria* continua a ser cultivada como ornamental (Edmonds 2012), devido ao aspecto invulgar das suas inflorescências, panículas nas quais a grande maioria das flores aborta e alonga até formarem estruturas plumosas, que vistas à distância dão à árvore o seu nome comum.

A presença de carvões de *C. coggygria* na quinta do Medal seria, na nossa interpretação, ligado a esta última utilização. No período correspondente à UE onde foram encontrados os fragmentos (Século XVII), a plantação de *R. coriaria* no vale do Douro encontrava forte expressão, o valor da sua exportação na altura superando a do vinho do Porto (Silva 1990; Ladra 2013). Dado a existência de plantações extensas de Sumagre, planta já naturalizada na região, e considerando que o corante extraído de *C. coggygria* é considerado de qualidade inferior, devido ao seu carácter fugidio (Clarke & Williams 1891; McCulloch 1844), parece pouco provável que esta planta tenha sido introduzida neste sítio pelo seu carácter comercial.

6. CONCLUSÕES

A análise arqueobotânica do sítio da quinta do Medal aponta na direcção de este ser um sítio de forte expressão antrópica, com perturbação recorrente levando a uma paisagem cujo estágio sucessional é predominantemente pouco desenvolvido, com potenciais manchas de vegetação climácica e forte expressão de elementos cultivados como a oliveira. A presença de fragmentos de *Cotinus coggygria* é um dado inédito para Portugal, cuja presença no sítio é interpretada como um elemento ornamental dada a produção nacional de *Rhus coriaria* exceder em qualidade e quantidade o potencial tintureiro desta. Os resultados aqui obtidos são importantes para a caracterização da história de ocupação da Quinta do Medal, em especial na sua dimensão paisagística e económica. Ainda que estudos arqueobotânicos

de sítios de cronologias tão recentes sejam raros, é evidente, através do estudo deste conjunto de amostras, que existe um grande potencial científico nestas abordagens. A análise arqueobotânica de cronologias recentes, ainda pouco usual em Portugal, tem o potêncial de recriar mudanças de curto prazo, confirmar registos históricos, e articular-se com estes de forma a construir narrativas inéditas. Como tal, consideramos desejável e até necessária a incorporação de estratégias de recolha de amostras sedimentares com vista ao estudo da componente arquebotânica de jazidas de cronologia moderna e contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

AKKEMIK, Ünal. & YAMAN, Barbaros (2012) – *Wood anatomy of eastern mediterranean species* 1ªed. Alemanha: Verlag Kessel. ISBN 978-3-941300-59-0.

ANDERBERG, Anna-Lena (1994) – *Atlas of seeds and small fruits of Northwest-European plant species with morphological descriptions. 4. Resedaceae – Umbelliferae.* Estocolmo: Swedish Museum of Natural History. ISBN 91-86510-26-6.

REAL JARDÍN BOTÁNICO, CSIC – Fundación Biodiversidad. *Anthos: Information System of the plants of Spain.* [Consult. 16 Jun. 2017] Disponível em WWW: <URL: http://www.anthos.es>

BERGGREN, Greta (1981) – *Atlas of seeds and small fruits of Northwest-European plant species with morphological descriptions. 3. Salicaceae-Cruciferae.* Estocolmo: Swedish Museum of Natural History. ISBN 91-7260-498-0.

CARVALHO, João Paulo (2007) – A distribuição do Carvalho-negral em Portugal. In SILVA, Joaquim Sande (Coord.), *Os carvalhais. Um património a conservar. Árvores e Florestas de Portugal, Vol. 2.* Lisboa: Fundação Luso-Americana, Público, LPN. ISBN 978-989-619-099-6. pp. 169-180.

CARVALHO, Susana, RAIMUNDO, Francisco (2014) – *Estudo sobre elementos edificados e construídos de carácter etnográfico no vale do Sabor: EP 201 – Quinta do Medal Relatório final de escavação.* Empreitada Geral de Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor – EDP.

CLARKE, Samuel., WILLIAMS, John (1891) – *The cyclopaedia of commerce; comprising a code of commercial law, practice, customs & information, and exhibiting the present state of commerce, to which is added, an appendix, containing an analytical digest of the laws and practice of the customs, the commercial department conducted by S.Clarke and the legal department by John Williams.* Londres: Sherwood, Gilbert & Piper.

EDMONDS, John (2012) – *Medieval Textile dyeing.* 2ª ed.

EL SISSI, H. I., SALEH, N. & ABD EL WAHID, M. S. (1966) – The tannins of Rhus coriaria and Mangifera indica. *Planta Medica.* DOI 10.1055/s-0028-1100049. 14: 2, pp. 222-231.

FULLER, Dorian, STEVENS, Chris & MCCLATCHIE, Meriel (2014) – Routine activities, tertiary refuse, and Labor organization. Social inferences from everyday archaeobotany. In MADELLA, Marco, LANCELOTTI, Carla & SAVARD, Manon (Eds.), *Ancient plants and people: contemporary trends in archaeobotany.* Tucson, AZ: University of Arizona Press. pp. 174–217.

HENNING, Tilo & RAAB-STRAUBE, Eckhard von – *Anacardiaceae. – In: Euro+Med Plantbase – the information resource for Euro-Mediterranean plant diversity.* [Em linha]. 2016 [Consult. 16 Jun. 2017] Disponível na internet <URL: http://ww2.bgbm.org/EuroPlusMed/>

HUBBARD, Richard, & CLAPHAM, Alan (1992) – Quantifying macroscopic plant remains. *Review of palaeobotany and palynology.* DOI 10.1016/0034-6667(92)90050-Q. 73, pp. 1-4, 117-132.

LA MOTTA, Vincent & SCHIFFER, Michael (1999) – Formation processes of house floor assemblages. In ALLISON, Penelope Mary (Ed.), *The Archaeology of Household Activities.* Londres: Routledge.

LADRA, Lois (2013) – Contributos para a história do sumagre (Rhus coriarii L.) no Douro Superior. *Douro: vinho, história e património.* ISSN 2182-8490. 2, pp. 245-262.

MARGUERIE, Dominique & HUNOT, Jean-Yves (2007) – Charcoal analysis and dendrology: data from archaeological sites in north-western France. *Journal of archaeological science.* DOI 10.1016/j.jas.2006.10.032. 34: 9, pp. 1417-1433.

MCCULLOCH, John Ramsay – *A dictionary, practical, theoretical, and historical, of commerce and commercial navigation: illustrated with maps and plans.* 3ª Ed. Londres: Longman, Brown, green and Longmans 1844.

Memórias paroquiais (1758) – Arquivo Nacional da Torre do tombo.

PERKIN, Arthur & ALLEN, George Young (1986) – Colouring matter of Sicilian sumach, Rhus coriaria. *Journal of the Chemical Society, Transactions.* 69, pp. 1299-1303.

SCHWEINGRUBER, Fritz Hans (1990) – *Anatomie Europäischer Hölzer – Anatomy of European Woods.* Berna: Eidgenössiche Forschungsanstalt für Wald, Schnee und Landschaft, Verlag Paul Haupt. ISBN 3-258-04258-6.

SILVA, Francisco Ribeiro da (1990) – Porto e Ribadouro no século XVII: a complementaridade imposta pela natureza. *Revista da Faculdade de Letras: História.* 7: 2, pp. 145-154

VAN DER VEEN, Marijke (2007) – Formation processes of desiccated and carbonized plant remains – the identification of routine practice. *Journal of Archaeological Science.* DOI 10.1016/j.jas.2006.09.007. 34, pp. 968-990.

VAN DER VEEN, Marijke & FIELLER, Nick (1982) – Sampling seeds. *Journal of Archaeological Science.* DOI 10.1016/ 0305-4403(82)90024-3. 9, pp. 287-298.

VERNET Jean-Louis, OGEREAU, Paule, FIGUEIRAL, Isabel, MACHADO YANES, Carmen, UZQUIANO, Paloma (2001) – *Guide d'identification des charbons de bois préhistoriques et récents. Sud-ouest de l'Europe: France, Péninsule ibérique et Îles Canaries.* Paris: CNRS Edition. ISBN 2-271-05940-2.



Figura 1 – Vista das ruinas da Quinta do Medal.

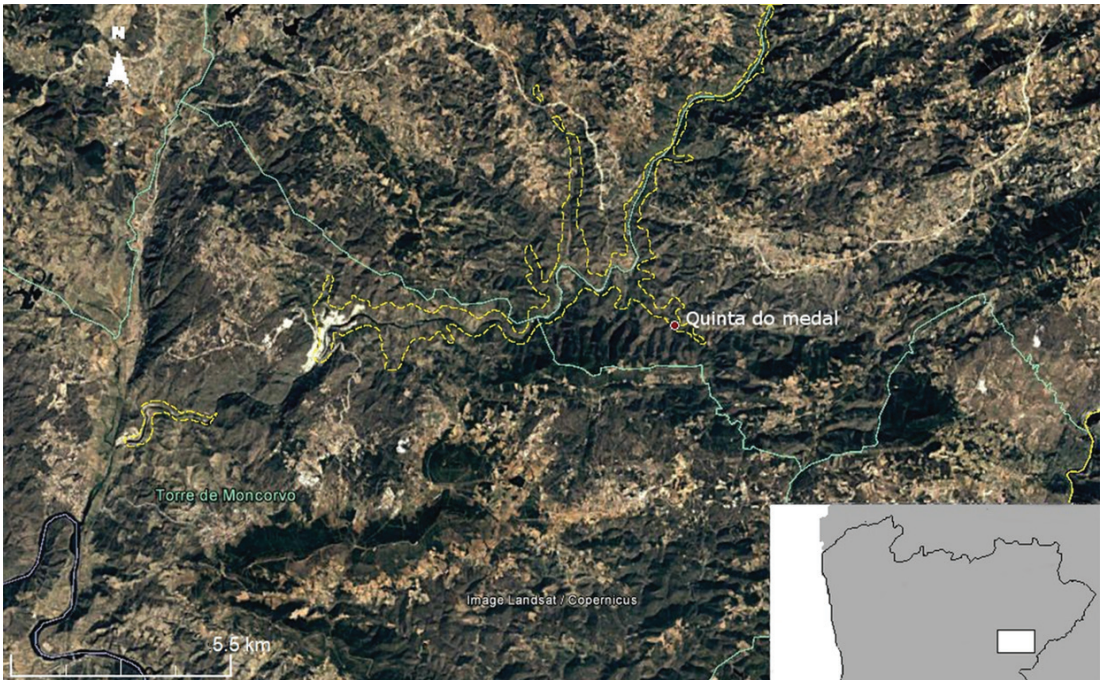


Figura 2 – Localização do sítio arqueológico no vale do Sabor, com zona de afectação da barragem assinalada com tracejado. (Adaptado de Google Earth V 7.1.8.3036. (12/2012 & 12/2016), 41º14'11.01''N, 6º57'53.28''W Alt. Visualização 24.71km. Landsat/Copernicus).

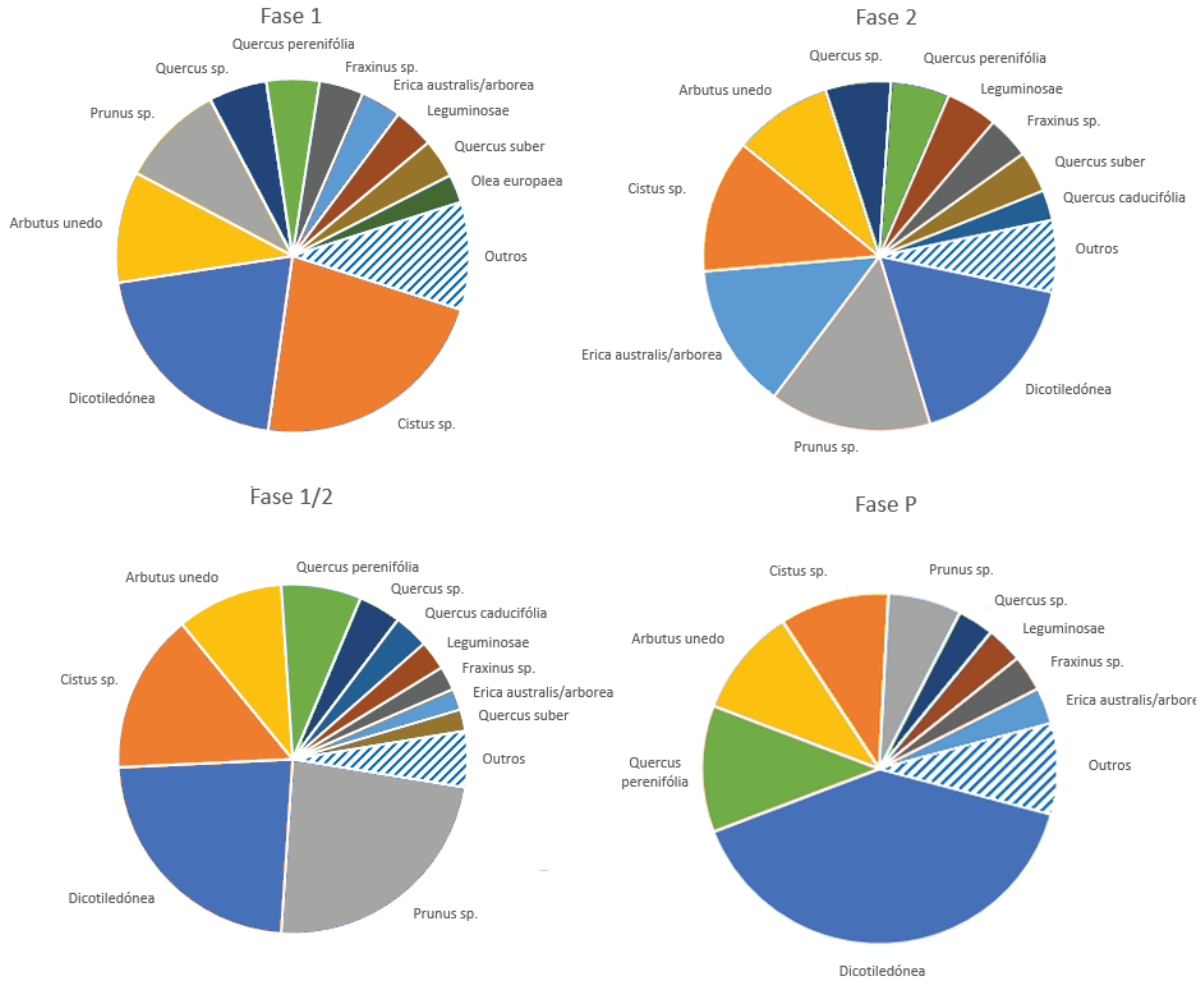


Figura 3 – Proporção de espécies identificadas no estudo antracológico, discriminadas por fases.

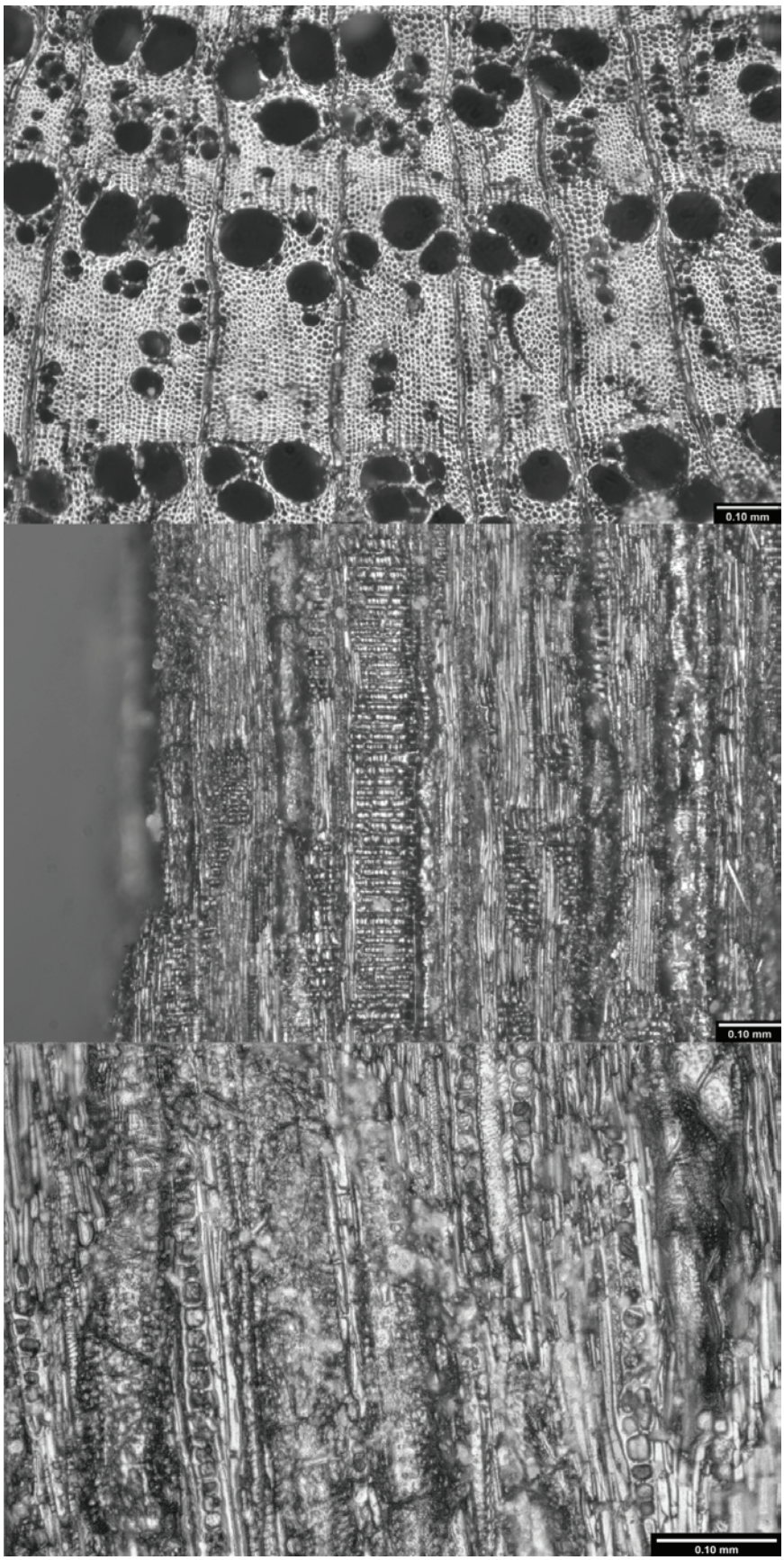


Figura 4 – Cortes anatómicos de *Cotinus coggygria*. De cima para baixo: Corte transversal, aumento de 100x ; Corte radial, aumento de 100x ; Corte tangencial, aumento de 200x.

Fase	u.e.	Contexto	Sond.	Área	Peso (Kg)
1	102	Nível de argila preparação para assentamento de Pavimento	1	Zona 1	2,6
	202	Depósito disperso	2	Zona 2	6,3
	206	Enchimento de depressão	2	Zona 2	6,4
	302	Depósito disperso - Nível em argila	2	Zona 3	6,4
	303	Depósito concentrado	1	Zona 3	6,6
	304	Enchimento de depressão natural	1	Zona 3	5,2
1/2	301(a)	2º depósito de enchimento da vala de fundação da parede Sudoeste	2	Zona 3	3,8
	305	Enchimento de depressão natural	1	Zona 3	10,4
	312	Enchimento de vala que corta vala de fundação	2	Zona 3	3,4
2	105	Depósito disperso	1	Zona 1	3,3
	106	Preparação de piso	2	Zona 1	8,4
	115	Enchimento de alicerce para a colocação de altar	2	Zona 1	2,6
	133=108	Enchimento de depressão natural	2	Zona 1	3,5
			2	Zona 1	5
	201	Depósito de argila no empredado da vala de entrada	2	Zona 2	1,3
			2	Zona 2	6,5
	301	1º depósito de enchimento da vala de fundação da parede Sudoeste	1	Zona 3	2,6
	307	Enchimento de depressão natural	1	Zona 3	6,5
	308	Enchimento de depressão natural	1	Zona 3	3,5
			2	Zona 3	3
P	208	Nivelamento do nível de ocupação em frente à capela	2	Zona 2	5,3

Tabela 1 – Amostras analisadas e respectivo contexto.

Fase	1	1	1	1	1	1/2	1/2	1/2	2	2	2	2	2	2	2
u.e.	102	202	302	303	304	301a	305	312	105	106	115	133	201	307	308
Caryophyllaceae											1				
Galium		5													
Galium (frag.)		14													
Gramineae - indeterminada		1								1					
Gramineae - indeterminada (frag.)		1													
Leguminosae		4				7									
Rubus	4								1	4	1				
Rubus (frag.)	5									1					
Vicia							1								
Vitis vinifera															1
Indeterminado		3					1								
Indeterminado (frag.)		28	2	4	10	2	3	7		5	8	9	2	3	3
Indeterminado - pedúnculo				1											
Total	9	56	2	5	10	9	5	7	1	11	10	9	2	3	4

Tabela 2 – Resumo dos resultados carpológicos.

u.e.	102	105	106	115	133=108	201	202	206	208	301	302	303	304	305	307	308	312	301a	Total
Acer monspessulanum												2							2
Acer sp.					2							2							4
Alnus sp.	1		2		3							2				2			10
Alnus/Corylus	2						4		1				2	3	4				16
Angiospérmica												1							1
Arbutus unedo		3	28	4	29	4		1	6	4	3	13	43	33	8	24	2	5	210
Buxus sempervirens	1	2	1									4	3		1		1		13
Castanea sativa										3	2		2				1		8
cf. Acer												1							1
cf. Arbutus unedo												3							3
cf. Buxus													2						2
cf. Cistus												5		6				7	18
cf. Erica						2			1					2					5
cf. Fraxinus												2							2
cf. Ligustrum			2																2
cf. Olea europaea					2														2
cf. Prunus																1			1
cf. Rosaceae/Maloidae														2					2
Cistus sp.	4	5	32		42	6	1		6	11	11	52	65	29	41	5	9	9	328
Cotinus coggygria																2			2
Dicotiledónea	5	3	27	11	56	8	4	3	24	8	10	49	55	56	47	36	20	18	440
Erica australis/arborea	2	2	27	2	24				2			5	16	4	89	10	3	1	187
Erica scoparia/umbellata	1	3			2	2							1						10
Erica sp.		2			1														3
Fagaceae																1			1
Ficus sp.																	4		4
Fraxinus sp.	2		16	3	2	7	3		2	5		10	8	5	3	9	3	1	79
Gimnospérmica									1										1
Indeterminado											1		1		1				3
Juniperus sp.									1										1
Leguminosae		1	2		7	15	1	1	2		4	10	7	9	28	1	1	1	90
Olea europaea					6		14					1	1		1				23
Pinus pinaster					1						1		1		2		1		6
Pistacia lentiscus			1												2				3
Pistacia sp.					2														2
Populus sp.			1										6	2	5				14
Prunus avium/cerasus															1	1			3
Prunus sp.	8	1	15		35	41		4	4		2	9	36	39	37	40	17	39	327
Quercus caducifólia	1	1	1		6	1		2	1	1	1	1	4	8	19	3	2	3	55
Quercus perenifólia			4	2	7	7		1	7		1	18	10	21	18	24		9	129
Quercus sp.	1	7	9	2	4	4			2			21	11	4	42	1	9	3	120
Quercus suber		1	10		6	1						10	12	1	26		7		74
Rosaceae Maloideae		6	1			2								3		1			13
Salix sp.													3	1					4
Salix/Populus												4	1	1	1				7
Vitis vinifera															1				1
Total	28	37	179	24	237	100	27	12	60	32	36	225	290	229	377	161	80	96	2232

Tabela 3 – Resumo dos resultados antracológicos.

OS VIDROS DE BAÍA DA HORTA 1 (ILHA DO FAIAL, AÇORES) ENQUANTO VECTOR DE INTERPRETAÇÃO DE UM CONTEXTO DISPERSO

Tiago Silva[1], José Bettencourt[2]

RESUMO

O sítio arqueológico Baía da Horta 1 (BH-001) foi escavado entre 2009 e 2010 durante as obras de minimização de impacte da construção do novo terminal de passageiros do Porto da Horta (Faial, Açores). Neste âmbito foi exumada uma elevada colecção de materiais possivelmente associada a um navio inglês, naufragado entre finais do século XVII e inícios do século XVIII.

Neste trabalho apresenta-se a colecção de vidro recuperada durante a intervenção e analisa-se o papel destes artefactos enquanto vectores de interpretação de um contexto disperso. Serão abordados temas relacionados com a cronologia, com a vida a bordo, nomeadamente o uso de garrafas de vidro para o consumo, mas também com o transporte e armazenamento em vidro durante este período.

Palavras-chave: Vidro, Vida a bordo, Época moderna, Açores.

ABSTRACT

The archaeological site Baía da Hora 1 (BH-001) was excavated between 2009 and 2010, during the impact minimization works for the construction of the new passenger terminal of the Horta harbor (Faial, Azores). During this works was recovered a vast collection of materials, possibly associated to an English ship, wrecked between the end of the 17th century and the beginning of the 18th century.

This paper aims at presenting the glass collection recovered during this intervention, and at analyzing the role of glass artefacts as vectors for the interpretation of a disperse context. Themes related to life aboard will be approached, namely the use of glass bottles for beverage consumption, but also for transport and storage throughout this period.

Keywords: Glass, Life aboard, Early modern period, Azores.

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico Baía da Horta 1 (BH-001) foi identificado aquando das obras de requalificação da frente marítima da cidade da Horta, na ilha do Faial, arquipélago dos Açores, que incluíram a construção de um novo terminal de passageiros a norte da baía. A escavação parcial decorreu entre 2009 e 2010 (Bettencourt e Carvalho, 2010) continuando ainda presentemente os trabalhos de monitorização e tratamento dos dados. Tratam-se dos restos de um naufrágio disperso por uma vasta área situada a uma profundidade entre os 8 e os 11 m, onde foram recuperados equipamentos do navio, objectos de uso doméstico e pessoal e parte da carga (Bettencourt e Carvalho, 2010). Estes materiais permitem datar o contexto das primeiras décadas do século XVIII, pois incluem fragmentos de garrafas de vidro, de grés e de porcelanas com tipologias daquelas cronologias ou potes de armazenamento de líquidos com paralelos em materiais recuperados no navio La Natière 1, de 1704, e do *Queen Anne's Revenge*, de

1. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; toiago@gmail.com

2. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; jbettencourt.cham@gmail.com

1718 (Bettencourt e Carvalho, 2010, pp. 142-143). Os mesmos artefactos indicam também uma origem britânica para o navio, porque, por exemplo, entre as cerâmicas encontram-se numerosos cachimbos de produção inglesa com a marca de um dos membros da família Manby, de nome Richard, cuja produção se encontra documentada em Londres na primeira metade do século XVIII e, entre os metais surge um botão de punho com a Rosa Tudor e uma moeda em prata cunhada no reinado de Carlos II de Inglaterra, que reinou entre 1660 e 1685 (Bettencourt e Carvalho, 2010, pp. 143-145). A descoberta mais expressiva desta intervenção reporta-se a mais de uma centena de presas em marfim de elefante, provavelmente de proveniência africana, que remete para problemáticas relacionadas com a navegação no Atlântico no século XVIII, onde o comércio de marfim se encontra associado muitas vezes ao tráfico negreiro em rotas triangulares que ligavam a Europa, África e o continente americano (Bettencourt e Carvalho, 2010, pp. 148-152).

Neste artigo apresenta-se um estudo exaustivo dos vidros recuperados nesta intervenção, inventariados em 2011, antes do seu depósito no Museu da Horta. No final dos trabalhos foram registadas 167 peças no contexto de escavação, das quais se destacam as garrafas de vinho, as *case bottles* e um copo (Figura 1). Estudou-se também a colecção de garrafas cilíndricas e outros tipos de vidros, que terão sido depositados no sítio posteriormente, durante operações portuárias.

2. METODOLOGIA

A descrição dos materiais foi baseada nos parâmetros propostos no livro *The Parks Canada glass glossary for the description of containers, tableware, flat glass, and closures* (Jones e Sullivan, 1989).

Genericamente, na descrição das garrafas foram utilizados parâmetros como a flexão da base, que nos oferece a largura total da base e a largura e altura do repuxo (reentrância na base da garrafa que lhe confere maior resistência), medidas do corpo ou bojo (altura, largura e espessura do vidro quando o recipiente se encontra fracturado), análise do ombro e posterior acabamento, que inclui o colo e o gargalo, elementos essenciais à atribuição de cronologias.

Nos outros recipientes aplicaram-se basicamente os mesmos parâmetros, tais como largura máxima e mínima, altura, espessura do vidro, além das diferentes características macroscópicas que nos permitiram caracterizar o tipo, a origem e a cronologia do material (Silva, 2017).

O estudo baseou-se na observação directa dos materiais, que foram catalogados, desenhados e fotografados. A classificação tipológica teve em conta a comparação com colecções provenientes de naufrágios ou sítios arqueológicos em terra, nacionais ou internacionais, nomeadamente com as sínteses disponíveis em bibliografia anglo-saxónica (Hume, 1961, 1969).

3. A COLECÇÃO

3.1. As garrafas de vinho (*Onion Bottles*)

Em BH-001 foram recuperados 35 fragmentos, correspondendo ao número mínimo de indivíduos (NMI) de 14 garrafas, considerando a contagem de fundos completos ou com mais de 50%. Representam 21% (Figura 1) do total do conjunto e apresentam as características típicas dos recipientes fabricados através de técnicas de sopragem livre, o que consequentemente os torna assimétricos. Mostram coloração verde ou castanha-escura, com flexões da base em parabólica, onde por vezes se observa a marca do pontel. Genericamente, os fundos apresentam medidas que podem variar entre os 8,8 e os 12,3 cm (Tabela 1).

De um modo geral, todas as garrafas aparentam ser de fabrico inglês, com datações compreendidas entre finais do século XVII e o primeiro quartel do século XVIII, segundo a tipologia de Ivor Noël Hume (1961). A análise dos bordos, mais fina, confirma esta datação (Figura 2 e Figura 3).

O gargalo BH-001-S75.39 (Figura 3) apresenta características datáveis de finais do século XVII ou princípios do XVIII, com um gargalo curto atribuível a produções com cronologias compreendidas entre 1685-1715 (Hume, 1961, pp. 102-103). O exemplar apresenta a rolha de cortiça ainda *in situ* e mostra estrias no pescoço. O acabamento apresenta um cordão em vidro aplicado (marisa) em forma de V, com um anel inferior bastante pronunciado para ser colocado o açaime. Este é colocado geralmente em bebidas com pressão ou quando as garrafas são armazenadas na horizontal para a rolha não saltar após o engarrafamento (Jones, 1986, pp. 27-28).

O BH-001-S89.11 (Figura 3) apresenta características de produções mais tardias, balizadas entre 1710-1730, com um diâmetro menor que as anteriores e com o

pescoço proporcionalmente mais alto (Hume, 1961, pp. 103). Tal como no exemplar BH-001-S75.39, podemos ainda observar as estrias, característica típica destas produções, que são pequenas imperfeições, geralmente visíveis no pescoço, e que são produto do seu manuseamento por torção com o vidro ainda quente, durante a fase de acabamento (Cooper, 2012, p. 6 e 148). A coloração é, aparentemente, verde escura ou negra com o reflexo da luz (Tabela 1).

3.2. As garrafas de fundo quadrado (*Case Bottles*)

Em BH-001 foram recuperados 25 fragmentos de garrafas de fundo quadrado, o que representa 15% do conjunto (Figura 1), e corresponde a um NMI de 7 garrafas, considerando os gargalos completos para quantificação. De um modo geral, estas apresentam um gargalo muito curto, tendo sido fabricadas por sopragem em molde fechado, processo de fabrico que nos remete para cronologias de meados do século XVII (Jones e Sullivan, 1989, p. 24). As paredes eram tendencialmente côncavas, devido ao arrefecimento brusco ao serem retiradas do molde. As garrafas de fundo quadrado mostram também a marca do pontel, produto da separação da garrafa da cana de sopro (Jones, 1971, pp. 68-72), e apresentam cor verde azeitona. É exemplo, a garrafa BH001-S60 (Figura 4), que além de apresentar bem visível a marca do pontel, mostra o símbolo **q** no fundo, que poderá corresponder à marca do produtor deste recipiente, embora não nos tenha sido possível identificá-lo através da bibliografia consultada.

Os bordos indicam a existência de três grupos, dois com gargalo para rolha de cortiça e apenas um para casquilho para tampa em liga de estanho, com uma cronologia que pode ir de meados do século XVI a meados do XIX.

No primeiro grupo, onde se incluem BH-001-S66.44 (Figura 5 e Figura 6) e BH-001-S73, observamos dois gargalos completos com o lábio evertido, com rolha de cortiça e o arranque da parede de garrafa. A cor do vidro apresenta-se bastante escurecida, possivelmente devido a condições pós-deposicionais.

No segundo grupo incluem-se BH-001-S58.10, BH-001-S75.08 e BH-001-S75.14, de coloração verde-escura (Figura 6). Os primeiros dois fragmentos apresentam gargalo do tipo rebaixado, com o arranque da parede. No mesmo grupo pode ser incluído o bordo BH-001-S75.14, com o pescoço mais soerguido, típico de garrafas com paredes relativamente finas, com falange formada através da manipulação do vidro na extremidade do gargalo (McNulty, 1971, pp. 103-109). Estas garrafas apresentam as paredes muito finas, sendo geralmente utilizados para o engarrafamento e transporte de produtos farmacêuticos e medicinais, e foram largamente utilizadas durante os séculos XVIII e XIX (Jones e Sullivan, 1989). Estes bordos apresentam semelhanças a duas garrafas encontradas em Inglaterra num contexto do século XVII (McNulty, 1971), mas são também comuns em frascos de medicina em utilização ao longo de grande parte dos séculos XVIII e XIX.

O terceiro grupo é um lote, BH-001-S75.09 (Figura7), constituído por três fragmentos de parede e um bordo com tampa metálica, possivelmente em estanho, decorada com a Rosa Tudor, símbolo heráldico inglês relacionado com dinastia Tudor, mas que foi também utilizada pelos artífices como marca para distinguir o estanho de primeira qualidade (Bettencourt e Carvalho, 2010; L'Hour e Veyrat, 2000; 2004).

Além dos bordos, foram também identificados vários fundos, destacando-se BH-001-S73.19, que corresponde a uma garrafa de coloração verde melado ligeiramente opaca, com paredes rectilíneas e fundo côncavo, com 6 cm de largura (Tabela 2). Este mostra paredes finas, com cerca de 0,6 cm, o que era típico destas produções. Contudo, a sua base estreita não revela pouca capacidade, uma vez que tradicionalmente estas garrafas podiam ser muito estreitas na base, aumentando em direcção ao colo (Fernandes e Ferreira, 2004, pp. 467-468).

Existe ainda um fragmento de um fundo de garrafa quadrada (BH-001-S91.07) que poderá pertencer a um exemplar de pequenas dimensões, com uma largura máxima do fundo de cerca de 5,8 cm, paredes côncavas e coloração escura ou mesmo negra (Tabela 2). Não nos foi possível obter paralelos, mas pode afirmar-se que estas produções de pequenas dimensões se encontram recorrentemente representadas na iconografia alusiva a médicos e alquimistas e surgem frequentemente em contextos dos séculos XVII e XVIII (McNulty, 1971).

3.3. O copo BH-001-S75.62

O fragmento de copo BH-001-S75.62 apresenta o receptáculo em forma cónica e o pé com secção plana cónica, ambos incompletos. Foi soprado em vidro incolor e genericamente apresenta uma espessura do vidro de 1,3 cm. A sua altura é superior a 8,9 cm, visto estar bastante fragmentado no pé e no receptácu-

lo. É uma forma frequente em sítios arqueológicos coetâneos de BH-001, tendo surgido, por exemplo, no naufrágio do *Queen Anne's Revenge* (1718), ou nas escavações das colónias inglesas no continente norte americano, com colecções com vários exemplares deste tipo de recipientes (Hume, 1969). Podemos observar vários copos com características idênticas na página web do Museu de Londres[3].

3.4. As garrafas cilíndricas

Em BH-001 existem 28 fragmentos de garrafas cilíndricas, o que representa 23% do conjunto total (Figura 1). Constituem um grupo heterogéneo, com características de produções de períodos mais tardios que os vidros anteriores, mas não deixam de ser importantes para caracterizar a formação do registo arqueológico.

Foram identificados 17 fundos, alguns com marcas. O exemplar BH-001-S61 (Figura 8) é um bom exemplo destas produções, fabricadas mecanicamente com vidros de coloração âmbar metálico ou verde azeitona. Apresenta uma linha do molde desde o arranque do gargalo e exibe a palavra *"PATENT"* moldada no arranque do gargalo e *"H.R BRISTOL"* em torno da base, o que indica que foi produzido pela empresa *Ricketts of Bristol*. Esta empresa produziu entre cerca de 1814 e 1853 (Hume, 1961), mas as marcas apontam para uma datação mais precisa, situada em cerca de 1852, ano em que Henry Ricketts se retirou (Jones, 1986, pp. 98-99).

Tal como o anterior, BH-001-S91.12 (Figura 8) apresenta o fundo completo e o arranque da parede em vidro escuro brilhante com a inscrição *"POWELL BRISTOL"*. Os Powell manufacturaram garrafas de cerveja entre os anos de 1780-1906. No início da produção, começaram por fabricar garrafas em cerâmica, tendo chegado a ser os segundos maiores produtores de garrafas de grés na Inglaterra em cerca de 1900. A partir do início do século XX, William Powell desenvolveu uma nova forma de produção de vidro, altura em que se fundiram com a Price Sons and Company, começando a operar em 1906 e fabricando até 1961, com a impressão que se situa no fundo da garrafa[4].

Os outros fundos não apresentam marcas, enquadrando-se globalmente em produções da segunda metade do século XIX e do século XX, sobretudo de cor verde escura, pois todos os fundos mostram a linha do molde a envolver todo o fragmento, o que nos remete para uma cronologia posterior a 1850[5]. Os fundos BH-001-S58-10, BH001-S68.01 e BH-001-S98.01 apresentam características das produções industriais com a flexão da base muito reentrante em forma de cúpula (Jones e Sullivan, 1989). As bases dos exemplares BH-001-S63, BH--001-S68.02 e BH-001-S73 apresentam uma flexão menos pronunciada e marca do pontel em mamilo (Jones e Sullivan, 1989). As mesmas características surgem em BH-001-S31, um fundo de garrafa praticamente completo de cor verde azeitona e flexão da base pouco elevada.

Em BH-001 foram igualmente identificados 11 gargalos de garrafas cilíndricas. O gargalo do lote BH--001-S97 corresponde a uma garrafa de vinho com características de produções inglesas em utilização entre cerca de 1763 e 1783 (Jones, 1986, p. 53).

Os gargalos BH-001-S71 e BH-001-S98 apresentam cor verde-oliva, com brilho esverdeado metálico ou âmbar, embora devido a processos pós--deposicionais tenham adquirido uma patine áspera esbranquiçada. Trata-se do tipo de garrafa cilíndrica com pescoço curto convexo perfilado, com a boca espessa e trabalhada sobre o açaime, em forma de "V", forma que tende a evoluir para os tipos de garrafas actuais (Jones e Sullivan, 1989, p. 81). São visíveis no pescoço e na boca as estrias e imperfeições que resultaram do manuseamento da garrafa durante o processo de fabrico, nomeadamente na remoção do molde com o vidro ainda quente. Observa-se ainda um suave estreitamento na base do gargalo e mais pronunciado abaixo do açaime, dando ao perfil uma forma com aparência convexa. Estas características são típicas das produções com datação compreendida entre 1790 e 1820, de acordo com a tipologia de Ivor Noël Hume (1961, p. 105).

Os fragmentos BH-001-58.10 e BH-001-S91.14

---

3. Museum of London. Disponível em http://collections.museumoflondon.org.uk/online/search/#!/results?terms=wine%20glass. [acedido a 30 de Junho de 2017, expressão de pesquisa: "wine glass"].

4. Soda and Beer Bottles of North America. Bottle attributes – Beer & Soda Bottle Manufacturers. Disponível em http://www.sodasandbeers.com/SABBottleManufBeerSoda.htm. [acedido em Outubro de 2015].

5. Até meados do século XIX as garrafas eram feitas em molde fechado, que foi depois substituído pelos moldes separados em duas metades unidas verticalmente com um fundo separável, dando origem à linha de molde (Medici, 2011; Jones e Sullivan, 1989).

são semelhantes ao nº 22 da mesma tipologia, apresentando-se como uma evolução do exemplar BH-001-S71, e datando de cerca de 1814-1853 (Hume, 1961, p. 105). Tal como nas bases analisadas, eram já produzidos totalmente por processos mecânicos, com vidro de cor geralmente verde-oliva ou âmbar, com algumas bolhas e imperfeições. Características muito semelhantes foram também registadas em BH-001-S73, com ligeiras alterações na forma do bordo, com paralelos em garrafas descobertas na América do Norte em níveis datados de cerca de 1834 (Hume, 1969, p. 60). O mesmo acontece em BH-001-S91.31, fabricado com vidro de cor verde escura, possivelmente de fabrico inglês de inícios do século XIX, entre cerca de 1820 e 1830 (Jones, 1986, p. 71).

3.5. Outros vidros

Além dos vidros apresentados anteriormente, foram encontrados em BH-001 pequenos fragmentos com características diferenciadas ao nível da cor e do seu estado de conservação os quais não são possíveis de caracterizar pormenorizadamente.

Destaca-se no entanto um fragmento de gargalo BH-001-S99, uma peça de excepção, de cor translúcida e com decoração espiralada, que parece ter paralelos em frascos de perfume da colecção do Museu de Londres que surgem em contextos datados dos séculos XVII e XVIII[6].

4. DISCUSSÃO

Como verificámos nos dados apresentados, do ponto de vista cronológico, podemos subdividir o conjunto de BH-001 em dois grandes grupos de recipientes de vidro.

O primeiro grupo, onde se destacam as garrafas de vinho e as *case bottles*, deverá estar associado ao naufrágio do marfim, tendo surgido junto às presas e aos cachimbos que marcam este contexto arqueológico. A análise de parâmetros como a proporção, a forma, o tamanho e o acabamento (Jones, 1986, p. 29) indica que estas garrafas são de fabrico inglês, provavelmente do primeiro quartel do século XVIII. Embora a sua produção se fizesse em vários países, parece certo que o seu desenvolvimento é pioneiro em Inglaterra, e que daqui as garrafas aportavam às colónias inglesas na América e embarcavam numa grande quantidade de navios para as mais diversas partes do globo.

Na verdade, a colecção de BH-001 oferece paralelos sobretudo em sítios e contextos de naufrágio ingleses datáveis de entre finais do século XVII e o primeiro quartel do século XVIII. Por exemplo, as garrafas de vinho surgiram no *Elisabeth and Mary* (1690) (Bernier, 1997), no *Dartmouth* (Holman, 1975), na fragata Britânica *HMS Sapphire* (Barber, 1977), no possível sítio de naufrágio do *Marguerite* afundado em 1707 na baía de Martinica (Barber *& alii*, 1981) ou no *Queen Annes Revenge* (1718) (Carnes-McNaughton e Wilde-Ramsing, 2008).

No entanto, materiais semelhantes surgiram igualmente em naufrágios com outras proveniências, como são exemplos os dois navios franceses de La Natière, da primeira metade do século XVIII, cuja carga incluía uma colecção excepcional destes recipientes (L'Hour e Veyrat, 2000; 2004), ou a fragata portuguesa *Santo António de Taná* (1697) (Piercy, 1977; Silva, 2017). As mesmas produções são também um achado comum em contextos terrestres nas ilhas britânicas ou nas suas colónias, nomeadamente na Virgínia ou em Jamestown (Hume, 1961; 1969), mas também em contextos portugueses, subaquáticos e terrestres. Além da Baía da Horta, vasilhas semelhantes foram recuperadas nos fundeadouros da baía de Angra do Heroísmo (Bettencourt *& alii*, 2013, p. 45) ou da Boa Vista, em Lisboa (Fonseca *& alii*, 2013). Em contextos terrestres portugueses, a sua existência verifica-se um pouco por todos os sítios arqueológicos datados deste período, como na Casa dos Bicos (Coelho, Silva e Teixeira, no prelo), no núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros (Medici, 2011) ou na intervenção arqueológica num dos quarteirões da baixa Pombalina em Lisboa (Fernandes e Ferreira, 2004).

Esta presença frequente está relacionada com um aumento da utilização deste novo recipiente na conservação e transporte de vários produtos, entre os quais se destaca o vinho, o gin, óleos, medicamentos ou água, em substituição das garrafas em grés e formas vidradas de *delfthware* utilizadas até então (Hume, 1961, p. 98). Por vezes, podiam ainda ser reutilizados, com diversos tipos de líquidos (Carnes-McNaughton e Wilde-Ramsing, 2008) e ofereciam várias capacidades, de meio galão, um ou dois galões (Jones, 1986, p. 17). De acordo com a arqueologia de naufrágios, este aumento verifica-se gradualmente a

6. Museum of London. Disponível em http://collections.museumoflondon.org.uk/online/search/#!/results?terms=wine%20glass. [acedido a 30 de Junho de 2017, expressão de pesquisa: "wine glass"].

partir de meados do século XVII, pois em contextos anteriores apenas se observam peças em vidro excepcionais, de que são exemplos uma tampa de açucareiro e uma outra não classificada, ambas em vidro translúcido, assim como um copo em vidro verde, característico das produções venezianas, registados no naufrágio português de meados do século XVI escavado nas Seychelles (Blake e Green, 1986).

As garrafas de fundo quadrado não têm uma cronologia tão fina quanto a das garrafas de vinho, porque a sua produção em larga escala foi efectuada durante períodos mais alargados e em vários países em simultâneo. A sua origem remonta ao fabrico vidreiro holandês de finais do século XVI, herdado dos vidreiros de Antuérpia que se desenvolveram a partir de 1550, influenciados por artesãos venezianos (McNulty, 1971, p. 93). Representadas na pintura Holandesa do princípio do século XVII, passaram por este motivo a ser designadas de *dutch gin bottle*, pelo que se generalizou a assunção de que eram oriundas da Holanda, embora se saiba que não serviam apenas para o transporte de gin, nem a sua origem fosse exclusivamente neerlandesa (Hume, 1961, p. 106).

Todavia, tal como as garrafas de vinho, as *case bottles* são um achado muito recorrente em sítios contemporâneos de BH-001 de várias nacionalidades, surgindo genericamente nos naufrágios já referidos, com paralelos no *Dartmouth* (1690), (Holman, 1975), no *HMS Sapphire* (1696) (Barber, 1977), no naufrágio da ilha de Jutholman (c. 1700) (Ingelman-Sundberg, 1976), no Saint-Quay-Portrieux (Herry, 2004), no *Queen Anne's Revenge* (1718) (Carnes-McNaughton e Wilde-Ramsing, 2008) e nos naufrágios de La Natière (L'Hour e Veyrat, 2000; 2004). Deste modo, tendo surgido também sobretudo junto às presas, aos cachimbos e às garrafas de vinho, é muito provável que a maioria das garrafas quadradas de BH-001 esteja relacionada com o mesmo naufrágio, incluindo a tampa de estanho BH-001-S75.09, exactamente igual a exemplares recuperados no La Natière 1, que deverá corresponder ao navio *Dauphine*, que naufragou em 1704 (Bettencourt, 2017, p. 437).

Estes recipientes conteriam sobretudo bebidas espirituosas e alcoólicas, que eram consumidas em dias festivos, às refeições ou nas doenças, acreditando-se que o álcool teria um poder curativo. Poderiam receber aguardente, pela sua propriedade de preservação da saúde, e gin, considerada a primeira bebida medicinal (McNulty, 1971, p. 98). Transportavam ainda cerveja, a bebida mais consumida na Holanda no século XVII, e vinho, que era importado da França, Espanha, Madeira e Portugal continental, entre outros, e que era consumido pela classe média holandesa. O vinho era transportado em tonéis, trasfegado para garrafas quadradas e armazenado em porões frescos (McNulty, 1971, p. 98), para depois ser consumido. A sua forma prismática e a denominação de *case bottle* provêm do facto de o seu transporte se efectuar em caixas de madeira que podiam conter doze garrafas, e que eram de assinalável importância no armazenamento a bordo de embarcações, tendo surgido no *Kronan,* que naufragou em 1676 na Baía de Öland no Mar Báltico (Suécia) (Einarsson, 1997) e no La Natière 1 (L'Hour e Veyrat, 2000).

O segundo grupo corresponde sobretudo às garrafas cilíndricas, produções mais tardias que estão certamente relacionadas com actividades portuárias na baía da Horta, documentadas em outros vestígios identificados durante a intervenção (Bettencourt, 2013, pp. 333-334). A produção destas garrafas desenvolve-se a partir das garrafas de vinho em forma de cebola a partir de 1730 (Jones, 1986, p. 9) e a colecção de BH-001 inclui exemplares com cronologias de entre meados do século XVIII e a década de 1960. Dois fundos são claramente britânicos (BH-001-S61 e BH-001-S91.12), porque apresentam marcas de produtores de Bristol, em Inglaterra, mas a maioria dos bordos podem ter a mesma proveniência.

5. CONCLUSÃO

O estudo dos vidros recuperados no sítio BH-001 contribuiu decisivamente para a análise da cronologia e origem do naufrágio do marfim. A colecção de garrafas de vinho e de garrafas quadradas forma um conjunto coerente fabricado em Inglaterra no primeiro quartel do século XVIII, a mesma cronologia e proveniência que pode ser atribuída aos cachimbos e a outras cerâmicas que surgiram durante a intervenção. Da mesma cronologia serão igualmente o cálice em vidro translúcido e a tampa em estanho que fechava uma garrafa quadrada, recuperados na zona com maior concentração de materiais.

Os outros vidros, com datações de entre meados do século XVIII e a década de 1960, remetem-nos para a utilização portuária da baía da Horta, documentando igualmente a complexidade dos processos deposicionais e pós-deposicionais na origem do registo arqueológico existente em portos históricos, onde se verifica uma introdução continuada de ma-

teriais resultantes de naufrágios ou das actividades marítimas que se passam à superfície. Neste conjunto, mais heterogéneo, destacam-se várias produções inglesas, cuja frota continuou a fazer escala no Faial até ao século XX.

Numa perspectiva social, estes materiais constituem uma evidência indirecta do consumo e comercialização de vários produtos, entre os quais se encontra o vinho, o gin ou medicamentos. No entanto, apesar de o conjunto ser na sua grande maioria de uso comum, em que a funcionalidade é a característica mais relevante, observam-se também peças de cariz excepcional, como são os casos do copo BH-001-S75.62, da garrafa quadrada com tampa de estanho com a Rosa Túdor BH-001-S75.09, e do frasco de perfume BH-001-S99, que se apresentam como possíveis indicadores das assimetrias sociais presentes nestes navios.

BIBLIOGRAFIA

BARBER, Janette; BARBER, VERNON C.; WHEELER, Roy (1981) – A trial excavation of the *Marguerite*, and a search for the *Murinet*, both St Malo vessels, sunk in 1707 at Conche, Newfoundland. *International Journal of Nautical Archaeology*. 10:1, pp. 29-39.

BARBER, Vernon C. (1977) – The *Sapphire*, a British frigate, sunk in action in Bay Bulls, Newfoundland, in 1696. *International Journal of Nautical Archaeology*. 6:4, pp. 305-313.

BERNIER, Marc-André (1997) – *L'épave du Elizabeth and Mary (1690): Fouilles archéologiques. Rapport d'activités 1997*. S.l.: Service d'archéologie subaquatique, Centre de service de l'Ontario, Parcs Canada.

BETTENCOURT, José; CARVALHO, Patrícia (2010) – A história submersa na baía da Horta: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos no "naufrágio do marfim" (primeiro quartel do século XVIII). In *Actas do V Colóquio "O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, pp. 139-152.

BETTENCOURT, José (2013) – O porto da Horta na História do Atlântico (sécs. XVI a XIX) a partir do registo arqueológico: alguns exemplos. In *Actas das Jornadas do Mar*. S.l.: Escola Naval, pp. 330-337.

BETENCOURT, José; DÂMASO, Carla; PORTEIRO, Filipe; BRUNO, Jorge (2013) – *Histórias que vêm do mar.* Angra do Herísmo: Governo Regional dos Açores – Museu de Angra do Heroísmo – Observatório do Mar dos Açores – Centro de História de Alem Mar.

BLAKE, Warren; GREEN, Jeremy (1986) – A mid-XVI century Portuguese wreck in the Seychelles. *International Journal of Nautical Archaeology*. 15:1, pp. 1-23.

CARNES-MCNAUGHTON, Linda; WILDE-RAMSING, Mark (2008) – Queen Anne's Revenge *Shipwreck Project Research Report and Bulletin Series, QAR-R-08-02: Preliminary Glassware and Bottle Analysis from Shipwreck 31CR314,* Queen Anne's Revenge *Site*. Raleigh, NC: North Carolina Department of Cultural Resources.

COELHO, Inês; SILVA, Tiago; TEIXEIRA, André (no prelo) – Uma aproximação ao espaço vivencial da Casa dos Bicos: a cultura material de uma lixeira da primeira metade do século XVIII. In *Actas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

COOPER, Charles (2012) – *The Glass Beverage Bottles of the HMS St. George 1785-1811.* Tese de mestrado em Arqueologia Marítima apresentada na University of Southern Denmark.

EINARSSON, Lars (1997) – Artefacts from Kronan (1676): categories, preservation and social structure. In Redknap, Mark, ed. – *Artefacts from Wrecks: Dated Assemblages from the Late Middle Ages to the Industrial Revolution.* Oxford: Oxbow Books, pp. 209-220.

FERNANDES, Lídia; FERREIRA, Manuela (2004) – Intervenção arqueológica num dos quarteirões da Baixa Pombalina em Lisboa: Estudo do espólio vítreo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 25, pp. 453-489.

FONSECA, Cristóvão; BETTENCOURT, José; BRAZÃO, Alexandre; CHOUZENOUX, Christelle; PINTO, Marco; Silva, Tiago; CARVALHO, Patrícia, COELHO, Inês; FREIRE, Jorge (2013) – *Relatório do registo e avaliação dos navios Boa Vista 1 e Boa Vista 2, descobertos durante a construção da Nova Sede Corporativa do Grupo EDP (Avenida 24 de Julho, Lisboa)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar.

HERRY, Nolwenn (2004) – Report on Finds from the Saint-Quay-Portrieux Wreck, France. *International Journal of Nautical Archaeology*. 33:1, pp. 96-105.

HOLMAN, R. G. (1975) – The *Dartmouth*, a British frigate wrecked off Mull, 1690: 2. Culinary and related items. *International Journal of Nautical Archaeology*. 4:2, pp. 253-265.

HUME, Ivor Noël (1961) – The Glass Wine Bottle in Colonial Virginia. *Journal of Glass Studies*. 3, pp. 90-117.

HUME, Ivor Noël (1969) – *A Guide to Artifacts of Colonial America*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

INGELMAN-SUNDBERG, Catharina (1976) – Preliminary report on finds from the Jutholmen wreck. *International Journal of Nautical Archaeology*. 5:1, pp. 57-71.

JONES, Olive (1971) – Glass Bottle Push-Ups and Pontil Marks. *Historical Archaeology*. 5, pp. 62-73.

JONES, Olive (1986) – *Cylindrical English Wine and Beer Bottles 1735-1850.* Ottawa: Minister of Supply and Services Canada.

JONES, Olive; SULLIVAN, Catherine (1989) – *The Parks Canada glass glossary for the description of containers, ta-*

bleware, flat glass, and closures. Revised Edition. Ottawa: Minister of Supply and Services Canada.

L'HOUR, Michel; VEYRAT, Élisabeth (2000) – *Un Corsaire sous la mer: L'épave de la Natière, Archéologie sous-marine à Saint-Malo. Campagne de fouille 1999*. Paris: Adramar.

L'HOUR, Michel; VEYRAT, Élisabeth (2004) – *Un Corsaire sous la mer: Les Épaves de la Natière, Archéologie sous--marine à Saint-Malo*, Vol. 5, *Campagne de fouille 2003*. Paris: Adramar.

McNulty, Robert H. (1971) – Common Beverage Bottles: Their Production, Use, and Forms in Seventeenth and Eighteenth Century Netherlands. *Journal of Glass Studies*. 13, pp. 91-119.

MEDICI, Teresa (2011) – O espólio vítreo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 14, pp. 313-353.

PIERCY, Robin (1977) – Mombasa wreck excavation: Preliminary report 1977. *International Journal of Nautical Archaeology*. 6:4, pp. 331-347.

SILVA, Tiago (2016) – *O vidro a bordo nos séculos XVII--XVIII: uma perspectiva comparada a partir dos casos da fragata* Santo António de Taná *e do naufrágio Baía da Horta 1 (BH-001)*. Tese de mestrado em Arqueologia apresentada na Universidade do Minho.

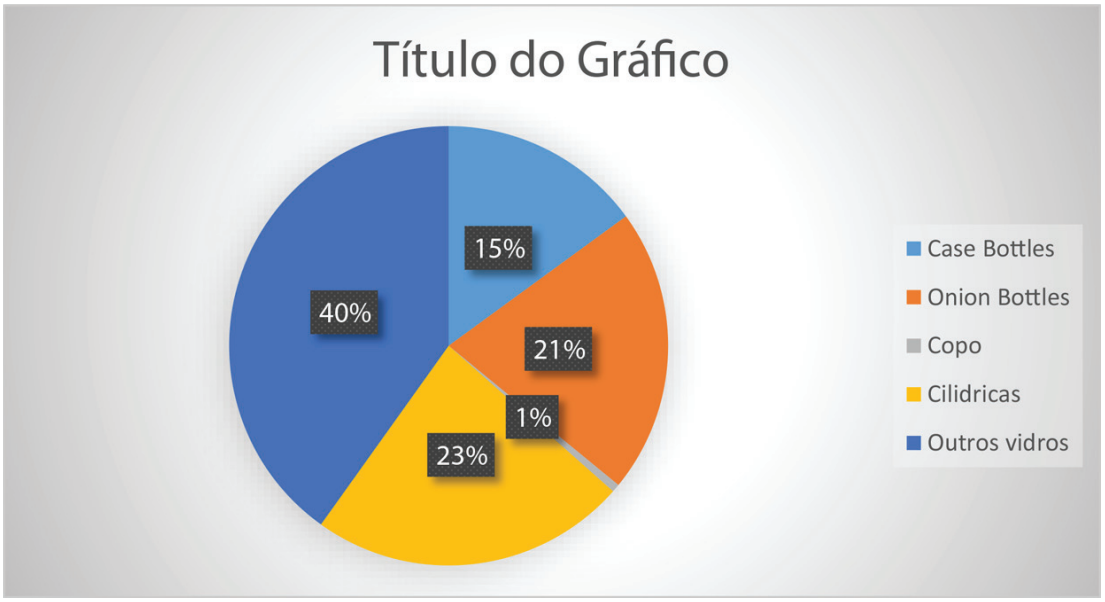


Figura 1 – Principais tipos de recipientes de vidro exumados da escavação de BH-001.

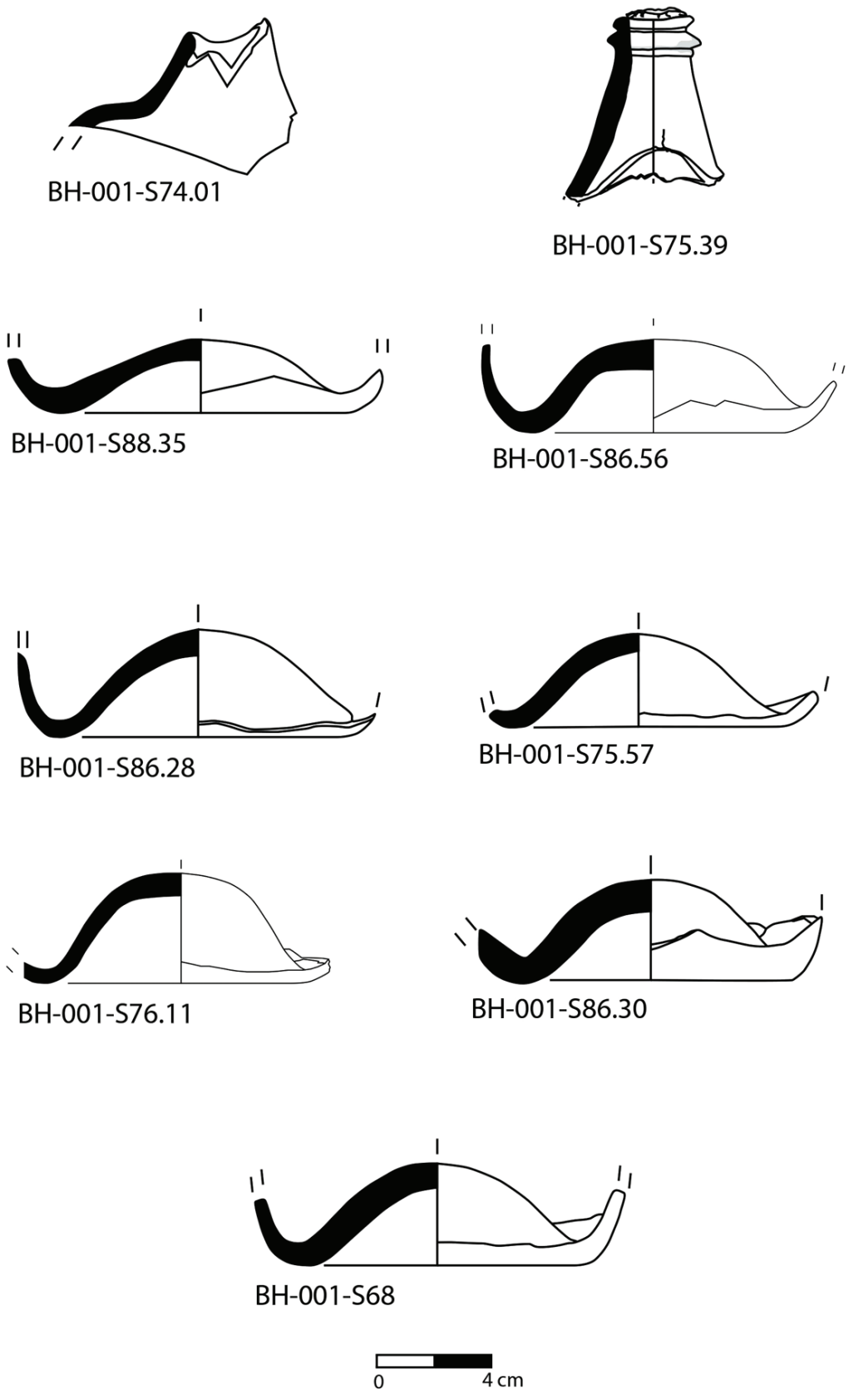


Figura 2 – Garrafas de vinho com datações compreendidas entre 1685-1715.



Figura 3 – BH-001-S75.39 – Gargalo de garrafa de vinho com rolha ainda in situ e BH-001S89.11 – Gargalo de garrafa de vinho onde se observam as estrias.

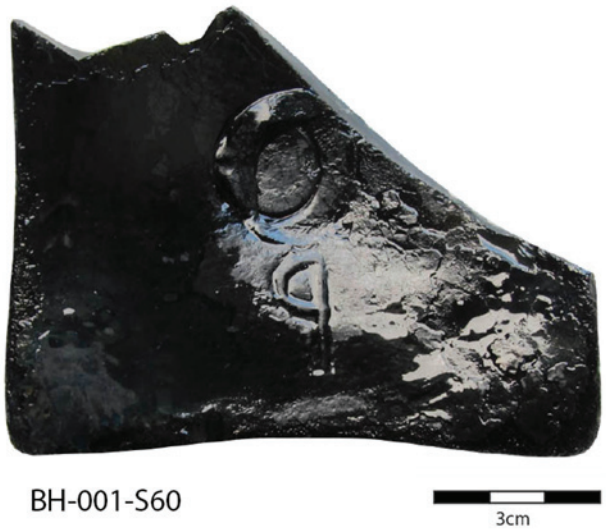


Figura 4 – BH-001-S60 – Fundo de garrafa quadrada onde se observa a marca do pontel e o símbolo q.



Figura 5 – BH-001-S66.44 – gargalo de garrafa quadrada onde ainda se observa a rolha – largura do gargalo 2,69 cm.

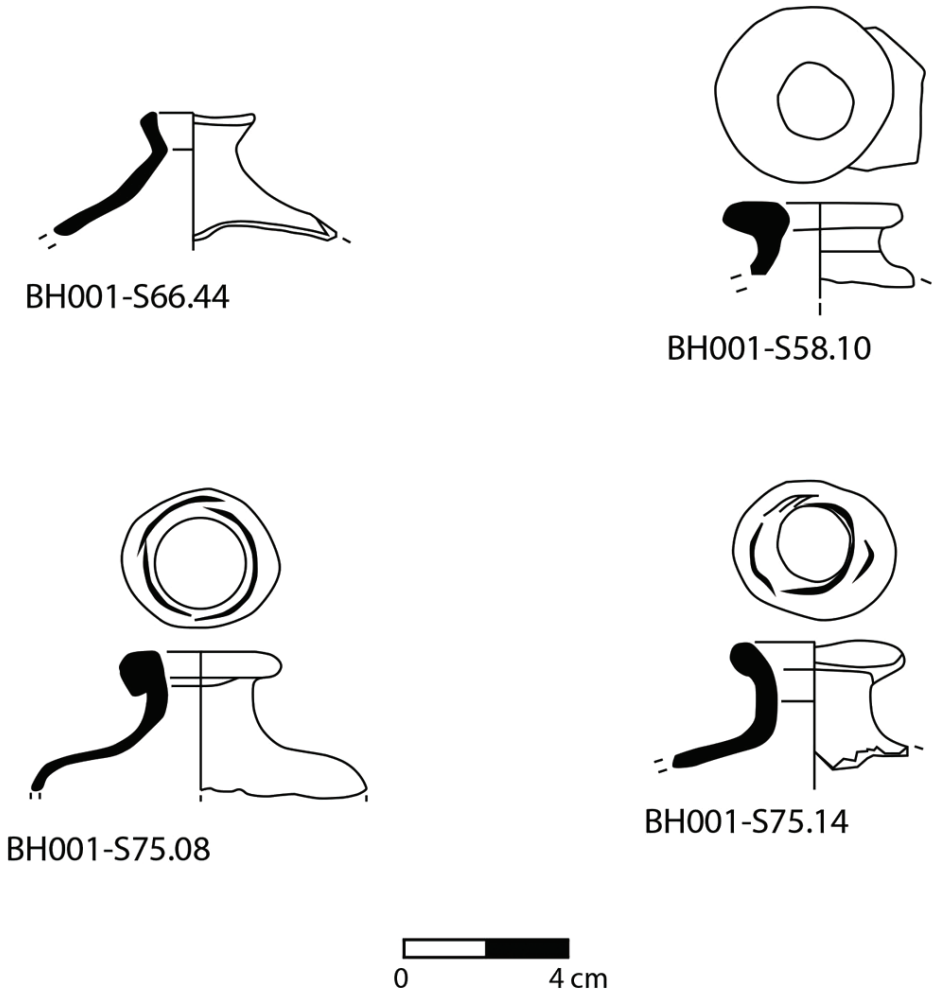


Figura 6 – Bordos de garrafas quadradas exumados em BH-001.



Figura 7 – BH-001-S75.09 – tampa em estanho com a Rosa Tudor assinalada a vermelho na imagem.

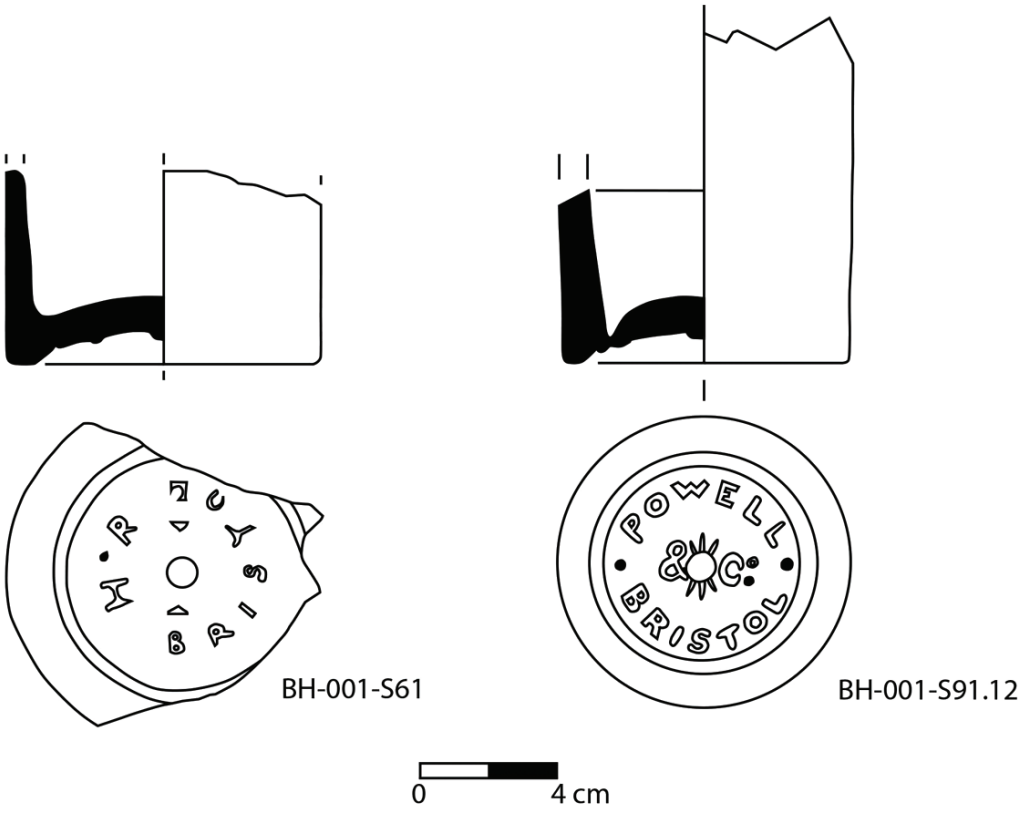


Figura 8 – Garrafas cilíndricas com inscrição no fundo.

ID	Descrição	Diâmetro máximo	Diâmetro do fundo	Depressão do fundo	Cronologia[1]
S50	Fundo de garrafa de vinho	–	12,1cm	2,3cm	1705-1720
S53	Fundo de garrafa de vinho	13,8cm	9,91cm	1,9cm	–
S68	Fundo de garrafa de vinho	–	11,2cm	3,1cm	1685-1715
S74.01	Ombro com arranque do gargalo	–	–	–	1685-1715
S75.47	Fragmento de parede	–	–	–	–
S75.39	Gargalo de garrafa	–	–	–	1685-1715
S75.46	Fragmento de fundo	–	–	–	–
S75.57	Fundo de garrafa	–	10,8cm	2,9cm	1685-1715
S75.65	Fragmento de fundo	–	–	–	–
S76.05	Fragmento de fundo	–	–	–	1710-1730
S76.11	Fundo de garrafa de vinho	–	10,3cm	3,4cm	1690-1710
S79.35	Gargalo de garrafa de vinho	–	–	–	–
S86.04	Fundo de garrafa de vinho	–	12,3cm	3,9cm	1685-1715
S86.28	Fundo de garrafa de vinho	–	11,5cm	3,2m	1685-1715
S86.29	Fragmento de parede	–	–	–	–
S86.30	Fundo de garrafa de vinho	–	11cm	2,6cm	1685-1715
S86.32	Fundo de garrafa	–	12,3cm	2cm	1705-1720
S86.51 (1)	Fragmento de parede	–	–	–	–
S86.51 (2)	Fragmento de parede				
S86.56	Fundo de garrafa	-	10,2cm	2,4cm	1685-1720
S88	Fragmento de fundo				
S88.16	Fragmento de parede com arranque do fundo	–	–	–	–
S88.24	Fundo de garrafa de vinho	–	10,6cm	3,6cm	1685-1715
S88.35 (1)	Fundo de garrafa de vinho	–	–	–	1705-1720
S88.35 (2)	Fragmento de f undo de garrafa de vinho	-	–	–	–
S89.11	Gargalo de garrafa	–	–	–	1710-1730
S89.16	Fundo de garrafa de vinho	–	11,2cm	–	1685-1715
S95.03	Fragmento de parede	–	–	–	–
S95.05	Fragmento do fundo com arranque de parede	–	8,8cm	1,8cm	1685-1715
S95.07	Fundo de garrafa de vinho	–	–	–	–
S97.12	Fragmento de fundo	–	11,1cm	3,6cm	1710-1730

1. De acordo com a proposta de Ivor Noël Hume (1961).

Tabela 1 – Inventário das garrafas de vinho de BH-001.

ID	Descrição	Largura máxima	Espessura do vidro	Largura total do gargalo	Largura da boca	Depressão do fundo
BH001--S/R 02	4 fragmentos de parede	-	-	--	-	-
S58.10	Lote com 4 vidros – 1 gargalo de *case bottle*	-	0,35 cm	4,3 cm	1,76 cm	-
S60	Fundo com marca do pontel **q**	10,8 cm	0,7 cm	-	-	2,4 cm
S66.44	Gargalo	-	0,21 cm	2,69 cm	2,08 cm	-
S73	Saída sugadora; Gargalo	-	-	-	-	-
S73.19	Fundo	-	-	-	-	-
S75.08	Gargalo	-	0,19 cm	3,77 cm	2,18 cm	-
S75.09	Lote com 4 frags. 1 gargalo com tampa em liga de estanho	-	-	-	-	-
S75.14	Gargalo	-	-	-	-	-
S75.74	Parede	-	-	-	-	-
S86.01	Possível fundo	7,08 cm	0,46 cm			-
S86.43	Parede	-	-	-	-	-
S88.29	Parede	-	-	-	-	-
S91.07	Fundo	5,88 cm	0,46 cm	-	-	0,32 cm
S91.16	Parede com arranque do gargalo	-	-	-	-	-

Tabela 2 – Inventário das garrafas quadradas de BH-001.

BAÍA DA HORTA 6 (BH-006): UM PROVÁVEL NAUFRÁGIO AMERICANO DO SÉCULO XIX

José Bettencourt[1], Teresa Quilhó[2], Cristóvão Fonseca[3], Tiago Silva[4]

RESUMO

No âmbito dos trabalhos arqueológicos levados a cabo pelo CHAM no quadro do Projecto "Dragagem da bacia de manobras do terminal de passageiros do Porto da Horta, à cota de -8.5m (ZH)" foi realizada a avaliação e o registo exaustivo da estrutura do navio Baía da Horta 6 (BH-006). Os trabalhos permitiram concluir que este corresponde a um dos navios construídos em madeira com maior expressão visual conhecidos em Portugal, apesar da sua estrutura ter sido profundamente perturbada pelas dragagens e dos seus limites serem ainda indefinidos. Apresenta forro com chapas em liga de cobre e um cavilhamento compósito (madeira, ferro e ligas de cobre), o que sugere uma cronologia algures ao longo do século XIX, com um *terminus ante quem* nas primeiras décadas do século XX. A utilização de *P. strobus* e *P. lambertiana* sugere uma possível origem norte americana para o navio. Esta origem e cronologia colocam-no num contexto histórico em que o porto da Horta assumiu um papel estratégico essencial no apoio às frotas baleeiras americanas.

Palavras-chave: Baía da Horta, Arqueologia marítima, Construção naval, Época contemporânea, Arqueologia preventiva.

ABSTRACT

Baía da Horta 6 (BH-006) was recorded in 2013 during the archaeological works carried out by CHAM in the scope of the construction project "Dragagem da bacia de manobras do terminal de passageiros do Porto da Horta, à cota de -8.5m (ZH)". The archaeological works revealed a well preserved wooden ship, although its structure was deeply disturbed by dredging works and its limits were still undefined. It features a copper alloy sheathing protection and a composite nailing pattern (wood, iron and copper alloy), suggesting a chronology along the 19th century, with a *terminus ante quem* in the first decades of the 20th century. The use of *P. strobus* and *P. lambertiana* suggests a possible North American origin for the ship. This origin and chronology place it in a historical context in which Horta harbour assumed an essential strategic role in supporting American whaling fleets.

Keywords: Horta Bay, Maritime archaeology, Shipbuilding, Late Modern Period, Rescue archaeology.

1. INTRODUÇÃO

A primeira fase do "Projecto Integrado de Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta", promovido pelo Governo dos Açores, incluiu a alteração de uma área submersa com cerca de 170000 m², com a construção de um molhe-cais com 320 m de comprimento e a dragagem de uma bacia de manobra e de valas para fundação dos molhes. Este projecto contou com um programa de arqueologia preventiva desenvolvido pelo CHAM entre 2008 e 2012, que incluiu a prospecção da área afectada pela construção, a realização de sondagens no naufrágio do século XVIII Baía da Horta 1 (BH-001) e o acompanhamento das dragagens, que permitiu a identificação de outros contextos de nau-

1. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; jbettencourt.cham@gmail.com

2. Centro de Estudos Florestais, Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa; terisantos@isa.utl.pt

3. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; cristovaofonseca@gmail.com

4. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; toiago@gmail.com

frágio, Baía da Horta 3 (BH-003) e Baía da Horta 4 (BH-004), e de fundeadouro.
Em 2012, o Governo dos Açores decidiu alterar a cota de dragagem no quadro do Projecto "Dragagem da bacia de manobras do terminal de passageiros do Porto da Horta, à cota de -8.5m (ZH)", alargando assim a área de intervenção. Em sequência, foi criado um zonamento de sensibilidades e uma área de protecção em torno a BH-004, que ficava fora da zona inicial de dragagem, de modo a permitir o cumprimento da calendarização acordada entre o governo e a empresa de dragagens e, ao mesmo tempo, a implementação posterior de medidas de minimização. O acompanhamento destas dragagens, efectuadas com uma draga de sucção, não possibilitou localizar vestígios significativos. No entanto, a implementação posterior das medidas de minimização em BH--004, que consistiram na realização de sondagens, levou à descoberta de um rasto de destruição que permitiu a identificação do navio BH-006. A descoberta deste sítio obrigou à adopção de novas medidas de minimização, implementadas em 2013, que consistiram no registo e na protecção deste contexto, tema principal deste artigo.

2. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA E A METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

2.1. A intervenção arqueológica

Os trabalhos subaquáticos foram efectuados durante Julho e Agosto de 2013, tendo incluído a limpeza das estruturas, o seu mapeamento, a obtenção de amostras das madeiras e pregaduras e a protecção do contexto arqueológico.
O mapeamento em planta foi efectuado com base num mosaico fotográfico rectificado em Sistema de Informação Geográfica (SIG) com as ferramentas de georreferenciação e vectorizado ainda durante a campanha. Este primeiro documento foi posteriormente impresso para manuseamento subaquático e serviu de base à rectificação das distorções, através da observação pormenorizada do navio e da medição de todos os elementos relevantes. Foram também obtidas medidas de cavilhas, pregos e distâncias entre elementos estruturais do navio e registados outros pormenores construtivos, nomeadamente de marcas de carpintaria, por decalque directo.
A georreferenciação do mapeamento foi realizada através da colocação de estacas na envolvente e entre as estruturas, depois posicionadas por trilateração. Esta rede de apoio foi depois topografada com DGPS. O posicionamento da rede baseou-se no levantamento de 6 pontos, tendo-se verificado a existência de diferenças entre a posição absoluta e a relativa inferiores a 0,5 m, na maior parte dos casos, intervalo dentro do qual se encontra a posição absoluta dos registos actualmente disponíveis.
O registo do navio incluiu a realização de três secções transversais e de um levantamento fotogramétrico. Os vestígios visíveis e as ocorrências (pormenores e perspectivas gerais) foram também registados em fotografia e vídeo digital.
Sendo uma intervenção não intrusiva, a recolha de espólio limitou-se às poucas peças que se encontravam expostas sobre o navio. As estruturas navais foram também alvo de recolha de amostras das madeiras do casco e dos elementos em liga de cobre. A selecção das peças a amostrar teve em consideração a inequívoca associação às estruturas, o acesso e a necessária diversidade tipológica a caracterizar.
Após o registo e amostragem das estruturas, procedeu-se à sua protecção *in situ*. Primeiro, a estrutura foi coberta com areia, com as sugadoras a água, depois com rede de polipropileno e, por cima, na impossibilidade de cravar estacas no fundo, toda a área do *tumulus* foi protegida com sacos cheios de areia, tentando criar as condições anaeróbias necessárias à não destruição do sítio arqueológico. Esta metodologia foi utilizada na protecção da estrutura principal e da roda de proa.

2.2. A identificação das madeiras

Para este estudo foram analisadas ao microscópio onze amostras de madeira: BH006 AM1; BH006 AM2; BH006 AM3; BH006 AM4; BH006 AM6; BH006 AM7; BH006 AM9;BH006 AM10; BH006 AM11; BH006 AM12; BH006 AM13 e BH006 AM14 (Tabela 1).
Para a análise microscópica prepararam-se provetes de madeira que foram incluídos em polietileno – glicol 1500 (Barbosa *& alii*, 2010) e seccionados no micrótomo de deslize segundo as secções transversal, tangencial e radial; os cortes histológicos de espessura fina (17 a 20 μm) foram corados com Safranina, tendo-se concluído a montagem de lâminas em Entellan.
Adicionalmente de cada amostra de madeira retirou-se material para dissociação dos tecidos, feita numa mistura de ácido acético e água oxigenada, 30 volumes (1:1), 48h em estufa a 60ºC. Os elementos dis-

sociados foram corados com Safranina e procedeu-se à montagem de lâminas.

Os exames microscópicos da madeira foram feitos no microscópio Leica DM LA, de acordo com as normas internacionais para identificação da madeira de folhosas e coníferas (IAWA, 1989; IAWA, 2004), tendo-se realizado fotomicrografias com câmara Nikon Microphot-FXA que ilustram a estrutura da madeira.

Para a identificação da madeira das coníferas foram consideradas várias características tais como (IAWA, 2004): desenvolvimento do lenho de início/lenho de fim de estacão no anel de crescimento; presença/ausência de canais de resina transversais e radiais; pontuações dos traqueídos longitudinais; parênquima; composição dos raios; localização e espessamento da parede dos traqueídos radiais (liso, denticulado, reticulado); pontuações do campo de cruzamento (tipo, número, distribuição).

Para a identificação da madeira das folhosas foram consideradas características tais como (IAWA, 1989): presença ou ausência de camadas de crescimento; tipo de porosidade (difusa, semi-difusa e em anel); arranjo e distribuição, forma e dimensão dos elementos vasculares; tipo de perfuração; pontuações da parede intravasculares e vaso-raio; tilos presença/ausência; tipo de parênquima, formas de distribuição (apotraqueal difuso ou em bandas, paratraqueal vasicentrico, aliforme, etc.) e abundância; presença ou ausência de traqueídos vasculares/vasicentricos; fibras, pontuações, espessura da parede, presença/ausência de fibras septadas; raios: composição (homocelulares/heterocelulares) / n.º de células em largura e altura; presença/ausência de raios agregados; estrutura estratificada (presença/ausência); presença/ausência de estruturas secretoras células oleíferas, canais intercelulares e tubos taniníferos e de cristais e inclusões gomosas.

3. DESCRIÇÃO GERAL DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO

BH-006 surge em dois núcleos (Figura 1). A estrutura principal encontra-se aproximadamente 110 m a leste do arranque do molhe de protecção da Marina da Horta, ocupando uma área marginal da entrada do antigo e do novo terminal do porto da Horta. Está submerso entre as linhas batimétricas dos -7 e -8 m (ZH), em fundo de areia que se encontrava na base da extensa praia que ocupava a baía da Horta antes da construção da marginal. O segundo núcleo, um fragmento de roda de proa que poderá corresponder ao mesmo casco, está 50 m a noroeste, em fundo com características idênticas.

Os trabalhos permitiram observar que a parte principal do casco, orientada no sentido sudoeste-nordeste e exposta ao longo de um máximo de 12,5 m, corresponde a um dos bordos do navio, sem a quilha, e sem uma inclinação relevante, mantendo três níveis distintos da estrutura do navio, incluindo parte das balizas, do forro exterior e do forro interior. As secções sugerem tratar-se de uma zona curva do casco, mas ainda central, visto que parecem dar origem a formas em U e não em V, como seria de esperar nos delgados de proa e popa.

Esta terá sido perturbada pela draga na extremidade sudoeste e no bordo voltado a oeste, que terá arrancado e cortado várias peças da estrutura do navio. Na extremidade nordeste entra na areia, não sendo possível por isso determinar os limites do contexto nessa direcção. Além dos efeitos destrutivos da draga, os topos dos elementos desta estrutura encontram-se profundamente colonizados por biorganismos, sendo também afectados por processos químicos que deram origem a uma superfície irregular, erodida, e à formação de concreções, o que é bem visível no modelo fotogramétrico.

O complexo da roda de proa poderá ter sido arrancado do casco principal, conservando-se por uma extensão máxima de 3,70 m, no sentido sul/norte, e 1,55 m de largura, no sentido oeste/leste.

Além destes dois núcleos há ainda a referir numerosas peças soltas dispersas entre a roda de proa e BH-004, que não serão analisadas neste artigo porque não é certa a relação com BH-006.

4. A ESTRUTURA PRINCIPAL

4.1. Balizas

Preservam-se os restos de 31 *planos* das balizas direitas[5] com várias peças, numerados de B01 a B32[6], de

5. Balizas com as faces de vante e ré perpendiculares à quilha (Castanheira, 1991, p.78).

6. Quando os limites das peças de uma fiada estão visíveis, optou-se por designar cada elemento de acordo com a posição geográfica nos limites da estrutura – NW para as peças a noroeste e SE para as a sudeste, mantendo-se o código numérico e sequencial de acordo com a sua posição na estrutura. No entanto, na documentação de terreno estas peças foram nomeadas de a (NW) e b (SE).

sudoeste para nordeste. Até à fiada B015 é possível observar vários pormenores da sua construção porque o forro exterior está ausente, embora as primeiras sejam peças deslocadas ou com dimensão reduzida.
As medidas destas peças, obtidas no terreno, indicam que têm secção rectangular, com entre 28 e 31 cm de largura e entre 15,5 e 19 cm de altura, se não contarmos com o valor da B29, que poderá resultar de um erro de medição.
A organização do cavername, apenas parcialmente visível porque se encontra quase todo sob o forro interior, parece obedecer à construção com balizas duplas, a acreditar na sobreposição a topo que se pode observar nas fiadas B06, B09, B011, B013 e B015, ausente das balizas contíguas. Nesta lógica de construção, as balizas eram constituídas por dois *planos*[7], sendo por isso provável, por exemplo, que as fiadas B08 e B09 fizessem parte da mesma baliza, o mesmo acontecendo por isso com as B10 e B11, B12 e B13, e assim até às extremidades da estrutura.
A confirmar esta organização estão as ligações com cavilhas em madeira, visíveis, entre as peças B08 e B09 ou entre a B18 e a B19.
A ligação dos madeiros destas balizas, em diferentes *planos*, com cavilhas em madeira entre a B08/B09SE é um pormenor muito interessante. Nesse caso, a cavilha, na extremidade sudoeste, saía 5,5 a 6 cm da face proa/popa, onde apresentava uma secção quadrangular com cerca de 3,5 cm. No entanto, os *planos*, apesar de ligados, não encostavam, sendo o espaçamento assegurado pela colocação de *tarugos* entre os madeiros. Processo semelhante foi registado entre outros *planos* ao longo do bordo noroeste.
O controlo da distância do *vão* entre balizas terá recorrido a processo semelhante, que envolvia por vezes o corte de entalhes nas faces laterais das madeiras[8]. Esta solução era bem evidente entre os madeiros B07 e B08, e B13NW e B14, que fariam parte de balizas distintas (Figura 3).
A utilização de *tarugos* em madeira poderá estar relacionada com a progressiva redução da grossura dos braços, que se fez sentir em fases mais recentes da construção naval em madeira, típica do sistema inglês, de acordo com o manual de Edmundo Castanheira, e que permitia ao mesmo tempo manter o *vão* entre balizas (Castanheira, 1991: 79). As diferenças obtidas entre a largura dos madeiros de NW e SE parece confirmar esta hipótese, sugerindo também que o limite SE da estrutura estaria mais próximo da quilha, eixo do navio (Figura 4), mas a pequena amostragem disponível e o estado actual da investigação ainda não permitem confirmar esta hipótese.
As balizas têm ainda outra característica particularmente interessante – a presença de marcas nas faces laterais de várias peças, cuja localização está assinalada a vermelho na planta da Figura 2. Estas marcas, incisas, são formadas por semicírculos, linhas e figuras geométricas e estão associadas ao processo de construção, em esqueleto primeiro. De referir que uma marca semelhante foi identificada na peça BH0412-20, descoberta em 2012 entre os elementos destroçados que se encontravam entre BH-004 e BH-006 (Bettencourt, 2013).

4.2. Forro exterior

O forro exterior encontrava-se visível sobretudo na extremidade sudoeste (14 fiadas), onde o cavername acabou por ser arrancado pela draga, e ao longo do bordo noroeste, onde aparecia sob as balizas. Não foi possível medir o comprimento total de nenhuma tábua, mas a mais exposta media mais do que 9 m de comprimento. A largura varia entre os 16,7 cm e os 24 cm e a espessura encontra-se em torno dos 9 cm. Embora a amostra seja pequena, é importante notar que a largura evolui em crescendo da extremidade sudeste, na fiada 1, onde se encontra nos 18 cm, para a noroeste, onde atinge os 24 cm na fiada 15. O número de medições da espessura é ainda menor, mas nota-se tendência idêntica, com os 9 cm da fiada 1 e os 9,5 da fiada 12. Este padrão estará certamente relacionado com o processo de construção do navio e merece uma análise atenta e comparativa no futuro.
As tábuas do forro exterior encontravam-se ligadas às balizas com cavilhas de madeira, com cerca de 3,2 cm de diâmetro, num padrão irregular, sobretudo com uma ou duas cavilhas.
Esta estrutura apresentava ainda outros elementos de ligação, tendo-se observado pregos em liga de cobre, com cerca de 1,2 cm de secção quadrada e cavilhas anilhadas em liga de cobre, com 1,8 cm de diâmetro na secção e 4,3 cm de diâmetro na anilha. No entanto, esta última tipologia, que atravessava o conjunto forro exterior/balizas/forro interior, foi apenas registada em seis pontos.

7. Chamados primeiro e segundo plano (Castanheira, 1991, p. 78).

8. Em 2012 foi registada uma técnica semelhante na peça BH0412-20 (Bettencourt, 2013).

4.3. Forro interior

As oito fiadas do forro interior conservam-se ao longo de quase toda a estrutura, embora apresentassem as superfícies muito erodidas e cobertas com concreções. Não foi possível medir o comprimento de nenhuma tábua completa, mas a madeira melhor preservada (FI06) mede 8,9 m de comprimento. A largura apresenta grande variabilidade, entre 15 e mais de 35 cm. A espessura varia entre os 13 e os 16 cm, o que lhe confere grande importância na resistência do navio.

O forro interior era fixo com pregos em ferro, a maior parte concrecionada. Nas zonas onde a concreção se encontra partida, estes pregos apresentavam uma secção subquadrangular, com 1,5 cm. As ligações do forro interior eram também asseguradas pelas cavilhas em madeira e pelas cavilhas anilhadas em liga de cobre, que atravessavam toda a estrutura, já mencionadas.

De referir também a possível presença de uma pequena camada de forro em madeira, com cerca de 0,5 cm de espessura, entre as balizas e o forro interior, registada entre a B012, a sudeste, e a tábua FI07.

Deverá ser ainda mencionada a presença de *tarugos* em madeira a separar as tábuas FI03 e FI04 e a existência de duas cavidades rectangulares na tábua FI06, cortadas longitudinalmente. Estas características ainda não estão interpretadas, mas poderão estar relacionadas com o arranjo interior do navio, tal como acontece com concreções mais desenvolvidas, no alinhamento das B024 e B028, que poderão constituir evidência da fixação de curvas em ferro.

4.4. Forro do costado

Sem acesso à face exterior, torna-se difícil caracterizar o forro do costado com chapas em liga de cobre que deveria proteger a totalidade das obras vivas do navio. No entanto, os restos de uma chapa eram visíveis na extremidade sudoeste e era possível tactear este forro nas zonas onde se tinha acesso sob o forro exterior[9]. Estas chapas estavam fixas ao forro exterior com pregos, em liga de cobre, que não foi possível analisar.

4.5. Pregadura

Como vimos, na construção do navio BH-006 foram utilizados pelo menos cinco tipos de pregaduras:

1. Cavilhas em madeira na ligação entre os *planos* das balizas e do forro exterior e interior às balizas, no último caso com c. de 3,2 cm de diâmetro (medidas na face interior, no topo das balizas ou na face superior do forro interior);
2. Pregos em liga de cobre, com secção quadrangular, na ligação do forro exterior às balizas;
3. Cavilhas anilhadas em liga de cobre, com 1,8 cm de diâmetro de secção e 4,3 cm de diâmetro na anilha, na ligação entre o forro exterior, as balizas e o forro interior;
4. Pregos em ferro, de secção quadrangular, na fixação das tábuas do forro interior às balizas;
5. Pregos em liga de cobre na ligação das chapas, no mesmo material, que protegiam as obras vivas do costado.

4.6. A Roda de Proa

O complexo da roda de proa é constituído por pelo menos seis madeiros, embora o estado fragmentário da maior parte das peças e a existência de várias chapas de protecção sobre as zonas de ligação dificulte a classificação dos elementos. Propõe-se, no entanto, as designações apresentadas na Figura 6. Esta organização não é muito diferente da proposta no manual de Edmundo Castanheira, distinguindo-se, sobretudo, pela inexistência de um pé da roda na transição com a quilha (Castanheira, 1991, p. 68, fig. 32).

A roda tem uma largura com cerca de 28 cm e a altura diminui dos 23,5 cm, junto à escarva, para uma forma em cunha na extremidade de proa, onde dá lugar à roda de proa. O troço de quilha, que fazia a transição com a roda, apresenta uma ligação em escarva lisa horizontal, que media 62 cm de comprimento, na diagonal, reforçada com pelo menos uma cavilha em liga de cobre com cerca de 2,5 cm de secção. Por sua vez, a roda de proa atinge 68 cm de altura máxima, já em zona curva, terminando à popa noutra escarva lisa horizontal.

A esta estrutura sobrepunha-se uma peça, possivelmente o coral, com 50 cm de altura máxima. Esta tem a linha do alefriz bem evidente, mais ou menos a meia altura, aproximadamente 60 cm acima da linha de base da quilha. De destacar ainda a existência de dois enchimentos, um de pequenas dimensões, entre a roda e o coral, e outro fragmentado, sobre o coral. A coroar este maciço encontra-se um possível fragmento da sobrequilha.

As diversas peças deste complexo estavam ligadas com cavilhas anilhadas em liga de cobre, com 3,5 a 4

9. Foram recolhidas amostras para análise.

cm de diâmetro, que as atravessavam do topo para a base, a maior com mais de 130 cm. São ainda visíveis outras cavilhas no mesmo material, com medidas que variam entre 2,5 e 1,5 cm de diâmetro e cabeças com c. 2,2 cm, que fixariam o forro exterior, e restos das chapas em liga de cobre que protegiam o costado do navio. A ligação das chapas de forro às madeiras era feita com pregos, também em liga de cobre.

5. O ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO

O espólio recuperado sobre a estrutura principal do navio resume-se a seis elementos/artefactos, numerados de BH06.13.01 a BH06.13.06. Este espólio deverá estar associado ao contexto, embora se devam ter algumas reservas devido à perturbação profunda do contexto provocada pelas dragagens.
Entre os artefactos destacam-se uma tampa circular em madeira (BH06.13.05), recuperada entre as balizas B09SE e B11SE e uma peça em liga de cobre, com forma afunilada (BH06.13.06), descoberta na cavidade mais a nordeste da tábua do forro interior FI06 (Figura 7). Os outros materiais são fragmentos da pregadura e das chapas em liga de cobre utilizadas na construção do navio.

6. A MADEIRA

A análise microscópica da madeira permitiu diferenciar as amostras do estudo em dois grupos de acordo com a sua estrutura: madeiras de Coníferas (BH006 AM2; BH006 AM3; BH006 AM6; BH006 AM7; BH006 AM9; BH006 AM10; BH006 AM11; BH04 13 AM16) e madeiras de Folhosas (BH006 AM4; BH006 AM12; BH006 AM13; BH006 AM14; BH04 13 AM17).
A observação das principais características de identificação preconizadas pela IAWA (2004), nomeadamente a presença de canais de resina longitudinais e verticais de origem normal, aliada à presença das pontuações pinoides e fenestriformes no campo de cruzamento, a constituição dos raios com os traqueídos radiais e o tipo de espessamento de parede interna, permitiu a identificação da madeira até ao género *Pinus* sp e em duas amostras à espécie. Foi o caso das amostras cuja estrutura está representada na Figura 8, identificadas respectivamente como *P. strobus* (Figura 8a.) e *P. lambertiana* (Figura 8b.), de origem americana (Jacquiot, 1955; Ilvessalo-Pfaffli, 1995).
Como características distintivas entre ambas evidenciam-se:

1. Camada de lenho de fim de estação curta; pontuações fenestriformes do campo de cruzamento (1-2); membrana lisa dos traqueídos radiais que se localizam apenas nas margens dos raios; canais de resina estreitos e com tilos para *P strobus* (Figura 8a.).
2. Camada de lenho de fim de estação muito curta; pontuações de tipo fenestriformes e ovais no campo de cruzamento (2-3); pontuações dos traqueídos radiais pequenas; membrana lisa dos traqueídos radiais; pontuações areoladas nas paredes dos traqueídos longitudinais multiseriados (2-3) para *P. lambertiana* (Figura 8b.).

As restantes amostras de madeira de conífera não foram identificadas com exactidão ao nível da espécie, embora tenha sido possível pelas características observadas estabelecer algumas analogias com diferentes espécies e possíveis origens. Na realidade assegurar a identificação da madeira até à *espécie* e desconhecendo-se a proveniência geográfica das amostras, nem sempre é possível, pois o estudo de identificação de uma madeira fica apenas completo com a conjugação do estudo da madeira e estudo botânico, o que não foi inexequível no caso presente.
De acordo com as principais características consideradas para a identificação das folhosas em IAWA (1989) todas as amostras analisadas são identificadas como madeira do género *Quercus* sp. e com características dos carvalhos de folha caduca (Jacquiot & alli, 1973).
A distinção entre as diferentes espécies de carvalhos apenas pela anatomia da madeira torna-se difícil devido à variabilidade com a idade, proveniência, condições de crescimento entre árvores, mesmo na mesma espécie ou na própria árvore; além de que existe uma forte hibridação (Noshiro & Sasaki, 2011). No caso presente a dificuldade de identificação da madeira à *espécie* é acrescida pelo desconhecimento da proveniência da amostra ou de outros dados de referência e de falta de elementos de herbário.
Embora a estrutura da madeira analisada tenha sido muito semelhante em todas as amostras, a análise microscópica permitiu verificar que a maioria se enquadra na estrutura da madeira dos "white oaks" (do inglês) (BH006 AM4; BH006 AM12; BH04 13 AM17) – poros de fim de estação pequenos isolados ou em grupo de dois, paredes finas e secção angular; raios multiseriados largos; pontuações raios – va-

sos na maioria arredondados; poros obstruídos por tilos abundantes. Estas características surgem por exemplo no *Q. alba* se a origem for americana ou no *Q. petrea* ou *Q. robur* se for europeia (Ilvessalo-Pfaffli, 1995). Apenas duas amostras (BH006 AM13 e BH00610 AM14) evidenciaram características de um carvalho do grupo dos "Red oaks" (poros de fim de estação maiores bem visíveis com a lupa x10, solitários, parede espessa e secção redonda; raios de largura inferior; pontuações vasos-raios alongadas; poros com tilos menos abundantes), cuja identificação ao nível da espécie é variável consoante a origem geográfica.

7. DISCUSSÃO

As características do ou dos contextos identificados entre BH-004 e BH-006, dificultam a sua interpretação. Em BH-004 foi registada uma pequena estrutura isolada, cuja deposição pode ser explicada por naufrágios por encalhe na praia, normalmente arrematados e desmontados para aproveitamento da madeira. Em BH-006 foi registada uma estrutura bem preservada, apesar de ter sido profundamente perturbada pelas dragagens e dos seus limites serem ainda indefinidos, encontrando-se num ambiente mais ou menos estável até às dragagens, a maior parte do tempo enterrado em areias.

A perturbação das dragagens, que criou um rasto entre BH-004 e BH-006, que levou aliás à descoberta do último, poderia sugerir que ambas as estruturas fariam parte de um mesmo navio, destroçado durante o naufrágio. Para já esta hipótese ainda não pode ser confirmada ou excluída, uma vez que a análise das madeiras regista as mesmas espécies no forro ou nas balizas (Quilhó, 2014). Em dúvida está também a relação entre a estrutura principal do navio BH-006, a roda de proa e a maior parte das madeiras registadas em 2013, dispersas, com as quais partilha várias características (Bettencourt, 2013).

Em todo o caso, resultado de um ou mais naufrágios, as estruturas registadas entre BH-004 e BH-006 partilham as características da construção naval oitocentista, nomeadamente a aplicação de balizas duplas, utilizada em embarcações de médio e grande porte (Murray *& alii*, 2009, p. 1103), de um cavilhamento compósito (madeira, ferro e ligas de cobre) e a protecção do forro exterior com chapas em liga de cobre, que se iniciou a partir de 1761. Numa primeira fase, na segunda metade do século XVIII, a fixação das chapas ao forro era assegurada com pregos em ferro, mas a reacção galvânica provocada pelo contacto entre este metal e o cobre destruía-o rapidamente, sendo por isso substituída, entre 1780 e 1830, por cavilhagem e chapeamento em ligas de cobre, como acontece nos casos da Horta, o que constitui o seu *terminus post quem* (Crisman & Jordan, 1999; Whitewright & Satchell, 2011, p. 38). O *terminus ante quem* deverá, por seu lado, estar situado algures entre finais do século XIX e inícios do XX, quando a construção em ferro se tornou dominante na navegação oceânica.

Os exemplos internacionais deste tipo de construção são variados, encontrando-se estudos relevantes sobretudo nos Estados Unidos (Jones, 2004), no Reino Unido (Whitewright & Satchell, 2011), na Austrália (Staniforth, 1985) ou na Holanda (Adams *& alii*, 1990), por exemplo, e têm revelado a diversidade de soluções adoptadas pelos construtores navais. No entanto, a identificação de *P. strobus* e *P. lambertiana*, numa cavilha e num *tarugo*, sugere uma origem norte americana para a estrutura principal do navio BH-006.

Esta hipótese é muito interessante porque nos coloca provavelmente na pista da baleação americana. De facto, das vinte e nove perdas por naufrágio ocorridas entre 1839 e 1862 no porto da Horta, registadas na documentação enviada pela Capitania do Porto às autoridades régias em Lisboa (Corsépius, 2001), são referidos onze naufrágios americanos (sobretudo baleeiras), nove portugueses, quatro ingleses, três franceses e dois brasileiros. É por isso possível, embora com muitas reservas, levantar a hipótese de BH-006 corresponder ao que resta de uma baleeira americana, ganhando especial relevância enquanto vestígio material de uma fase crucial da afirmação do porto da Horta e da identidade açoriana, marcada pela emigração para a América ou pela introdução da baleação costeira em finais do século XIX[10].

A arqueologia destas embarcações está ainda numa fase muito inicial, mas estão registados restos de baleeiras em vários sítios – os restos da *Candance,* abandonada em 1857 em São Francisco, na Califórnia, foram escavados em 2005 (WILLIAM SELF ASSOCIATES, INC., 2007, pp. 85-110); os vestígios dispersos do *Two Brothers*, que naufragou no Havai em 1823, têm sido estudados desde 2008, mas não

10. Sobre o Faial e a baleação americana ver a obra de Ricardo Madruga da Costa (2012).

incluem o casco do navio (Keogh *& alii*, 2015). Os restos de Bahía Galenses 2, na Argentina (Murray *& alii*, 2009), têm sido relacionados com a barca baleeira norte-americana *Dolphin*, que ali naufragou em 1858 (Elkin *& alii*, 2015, p. 32).
Os dados disponíveis sobre estes sítios são escassos, dificultando um estudo comparativo, embora o navio de Bahía Galenses tenha algumas semelhanças com BH-006, nomeadamente balizas duplas em carvalho com *tarugos* entre planos e redução na secção dos braços ou padrão de fixação do forro exterior ou interior, em pinho, com pregadura mista, de madeira, ferro e ligas de cobre (Murray *& alii*, 2009). A comparação com este estudo permite também verificar que as medidas obtidas para as balizas e forros de BH-006, ligeiramente maiores, deveriam corresponder a uma embarcação com entre 300 e 500 toneladas, tendo em conta as tabelas da *Lloyd's* publicadas por Desmond (1919, pp. 20-22).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção em BH-006 tinha como objectivos avaliar e realizar o registo exaustivo da estrutura do navio, incluindo várias fases de arqueografia e recolha de amostras, do navio e de uma roda de proa localizada nas imediações, provavelmente do mesmo contexto.
Os trabalhos desenvolvidos na estrutura principal do navio permitiram concluir que este se encontrava exposto a processos rápidos de bioerosão, comparativamente ao ano da sua identificação, e em risco de destruição, tendo por isso sido protegido no final dos trabalhos. A análise da roda de proa, que também se encontrava em risco de destruição total, não permitiu concluir se está associada a BH-006. Ambas apresentam forro com chapas em liga de cobre e pregadura no mesmo material, o que sugere uma cronologia algures ao longo do século XIX, com um *terminus ante quem* nas primeiras décadas do século XX. Entre as amostras de madeira analisadas, foi possível a identificação de oito como pertencentes ao grupo das coníferas e todas do género *Pinus sp*. De entre as amostras de madeira de folhosas todas foram identificadas como madeira do género *Quercus* sp. e com características dos carvalhos de folha caduca. Duas das amostras apresentam estrutura que se enquadra na estrutura de *P. strobus* e de *P. lambertiana,* espécies originárias do continente americano. A sua utilização sugere uma possível origem norte americana para o navio, o que a par dos dados históricos nos coloca na pista da baleação americana.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Cristiana Alves pelo trabalho laboratorial efectuado (cortes na madeira e montagem de lâminas).

Lisboa, Junho de 2017

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, Jon; VAN HOLK, André; MAARLEVELD, Thijs (1990) – *Dredgers and Archaeology: Shipfinds from the Sluftter*. Alphen aan den Rijn: Ministerie van Welzijn, Volksgezondheid en Cultuur.

BARBOSA, António; PACE, Marcelo; WITOVISK, Luciana; ANGYALOSSY, Veronica (2010) – A new method to obtain good anatomical slides of heterogeneous plant parts. *IAWA Journal*. 31, pp. 373-383.

BETTENCOURT, José (2013) – *"Dragagem da Bacia de Manobra do Terminal de Passageiros do Porto da Horta, à Cota -8.5 m (ZH)": resultados das sondagens na área Baía da Horta 4 (BH-004)*. Lisboa: CHAM.

CORSÉPIUS, Yolanda (2001) – *Documentos Enviados pela Capitania do Porto da Horta entre Janeiro de 1839 e Novembro de 1862 Existentes no Arquivo Central da Marinha*. Edição da Autora.

COSTA, Ricardo Manuel Madruga (2012) – *A Ilha do Faial na Logística da Frota Baleeira Americana no "século Dabney"*. Horta: OMA/CHAM.

CRISMAN, Kevin; JORDAN, Brian (1999) – Angra A: the lead-sheathed wreck at Porto Novo (Angra do Heroísmo, Terceira island, Azores, Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 2:1, pp. 249-254.

DELGADO, James Preston, ed. (1997) – *Encyclopedia of Underwater and Maritime Archaeology*. Londres: British Museum Press.

DESMOND, Charles (1919) – *Wooden Shipbuilding*. New York: The Rudder Publishing Company.

ELKIN, Dolores; MURRAY, Cristian; GROSSO, Mónica; GUTIÉRREZ, Guillermo; TRASSENS, María; BASTIDA, Ricardo (2015) – Investigaciones interdisciplinarias en sitios arqueológicos de naufragio en el Golfo Nuevo (Provincia del Chubut): primeros resultados. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano*. 24-1, pp. 21-40.

EVERT, Ray (2006) – *Esau's plant anatomy, meristems, cells, and tissues of the plant body, their structure, function, and development*. New Jersey: John Wiley & Sons Inc.

GARCIA, Catarina. (2002) – Intervenção arqueológica subaquática: HMS Pallas, Calheta, S. Jorge. *Atlântida*. Angra do Heroísmo. XLVII, pp. 347-360.

IAWA Committee (1989) – IAWA list of microscopic features for hardwood identification. *IAWA Bulletin*. 10: 3, pp. 225-332.

IAWA Committee (2004) – IAWA List of microscopic features for softwood identification. *IAWA Journal*. 25: 1, pp. 1-70.

ILVESSALO-PFAFFLI, Marja-Sisko (1995) – *Fiber Atlas: Identification of papermaking fibers*. Verlag, Berlin, Heidelberg: Springer.

JACQUIOT, Clément (1955) – *Atlas d'anatomie des bois des conifères*. Paris: Centre Technique du Bois.

JACQUIOT, Clément; TRENARD, Yvonne; DIROL, Danièle (1973) – *Atlas d'Anatomie des bois des angiospermes*. Tome I. Paris: Centre Technique du Bois.

JONES, Toby (2004) – *The Mica shipwreck: deepwater nautical archaeology in the Gulf of Mexico*. Dissertação de mestrado apresentada na Texas A&M University.

KEOGH, Kelly; GREEN, Cathy; RAUPP, Jason (2015) – *National Register of Historic Places Registration Form: Two Brothers*, disponível em linha em https://dlnr.hawaii.gov/shpd/files/2015/05/HI_FrenchFrigateShoals_TwoBrothersShipwreck_LocationWithdrawn.pdf, consultado a 23 de Junho de 2017.

MURRAY, Cristian; GROSSO, Mónica; ELKIN, Dolores; CORONATO, Fernando; DE ROSA, Horacio; CASTRO, María. A.; BASTIDA, Ricardo; CIARLO, Nicolás (2009) – Un sitio costero vulnerable: El naufragio *Bahía Galenses* (Puerto Madryn, Chubut, Argentina). In Salemme, Mónica; Santiago, Fernando; Álvarez, Myrian; Piana, Ernesto; Vázquez, Martín; Mansur, María E., eds. – *Arqueología de la Patagonia: Una mirada Desde el Último Confín*. Ushuaia: Editorial Utopías, pp. 1093-1108.

NOSHIRO, Shuichi; SASAKI, Yuka (2011) – Identification of Japanese species of evergreen *Quercus* and *Lithocarpus* (Fagaceae). *IAWA Journal*, 32.3, pp. 383-393.

QUILHÓ, Teresa (2014) – *Análise da estrutura de madeiras: Amostras navio BH004/006*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.

STANIFORTH, Mark (1985) – The Introduction and Use of Copper Sheathing: A History. *The Bulletin of the Australian Institute for Maritime Archaeology*. 9, pp. 21-48.

WHEELER, Elisabeth (2011) – InsideWood: A Web resource for hardwood anatomy. *IAWA Journal*, 32: 2, pp. 199-211.

WHITEWRIGHT, Julian; SATCHELL, Julie, eds. (2011) – *The Archaeology and History of the Flower of Ugie, Wrecked 1852 in the Eastern Solent*. Oxford: Archaeopress (British Archaeological Reports, British series, 551).

WILLIAM SELF ASSOCIATES, INC. (2007) – *Final Archaeological Resources Report 300, Spear Street Project, San Francisco, California*. Relatório submetido ao City and County of San Francisco, disponível em linha em http://www.themua.org/exhibit_spear/candace_report.pdf, consultado a 23 de Junho de 2017.

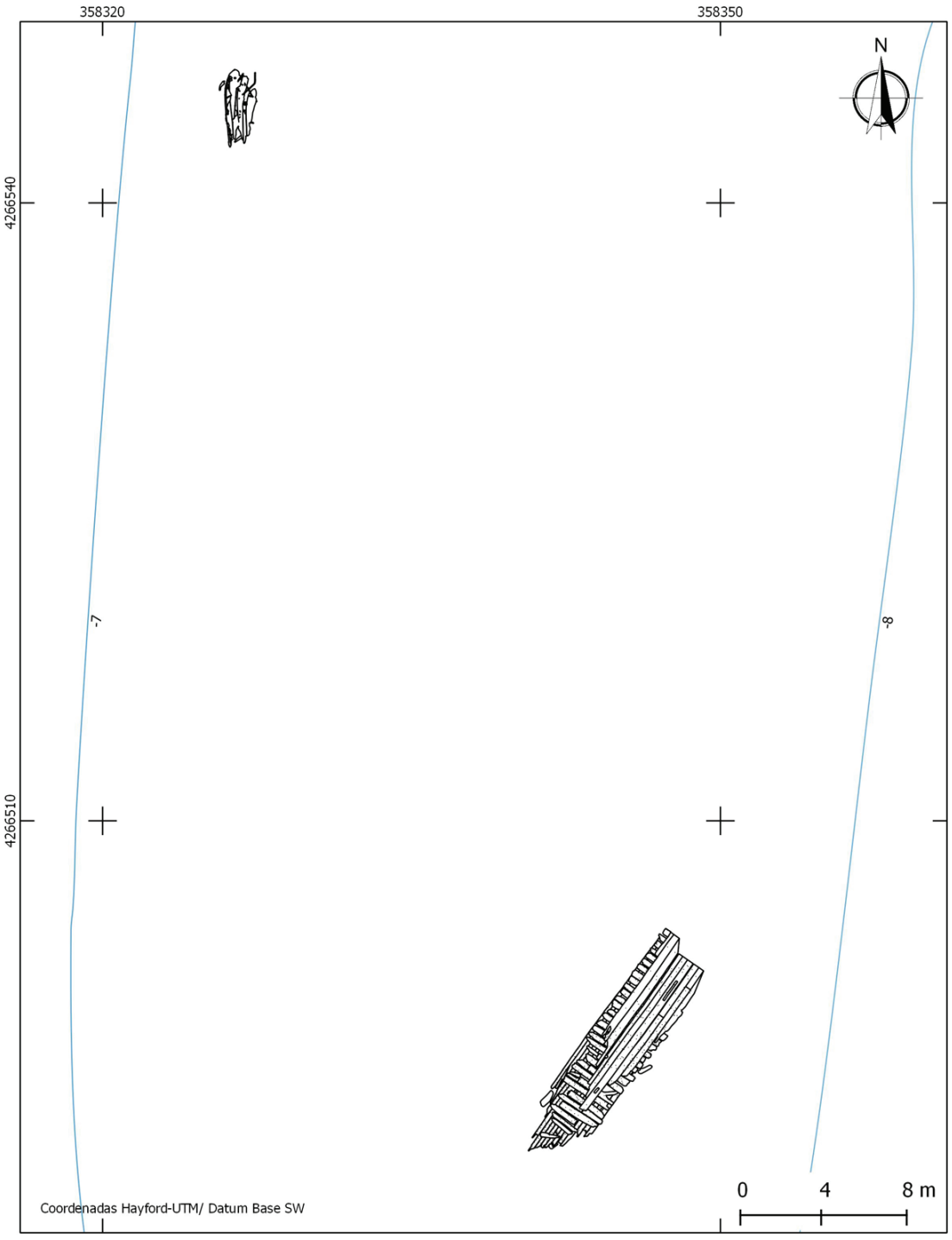


Figura 1 – Planta geral do sítio BH-006, com a localização da estrutura principal e da roda de proa.

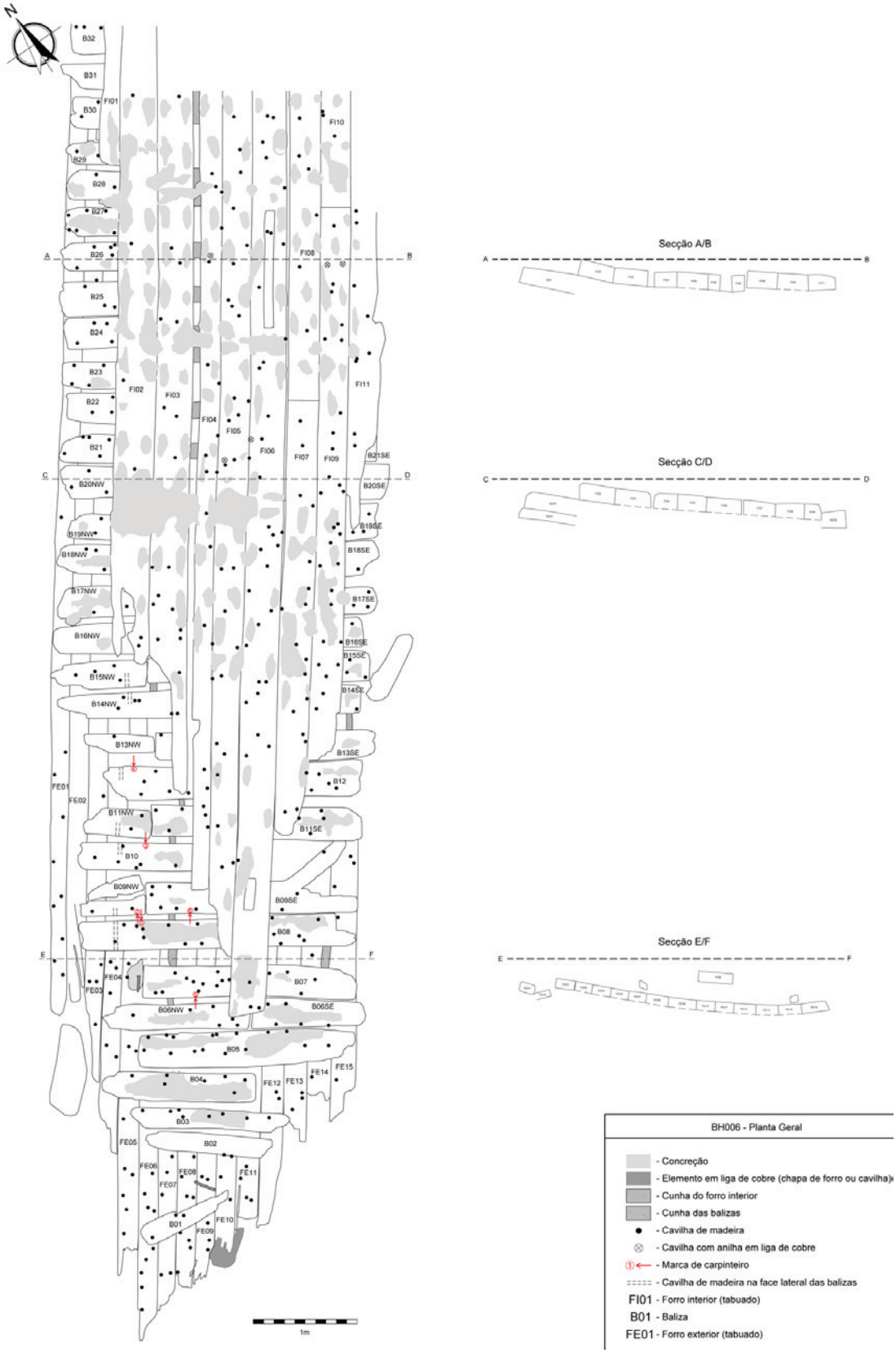


Figura 2 – Planta e secções com a organização geral da estrutura principal do navio BH-006.

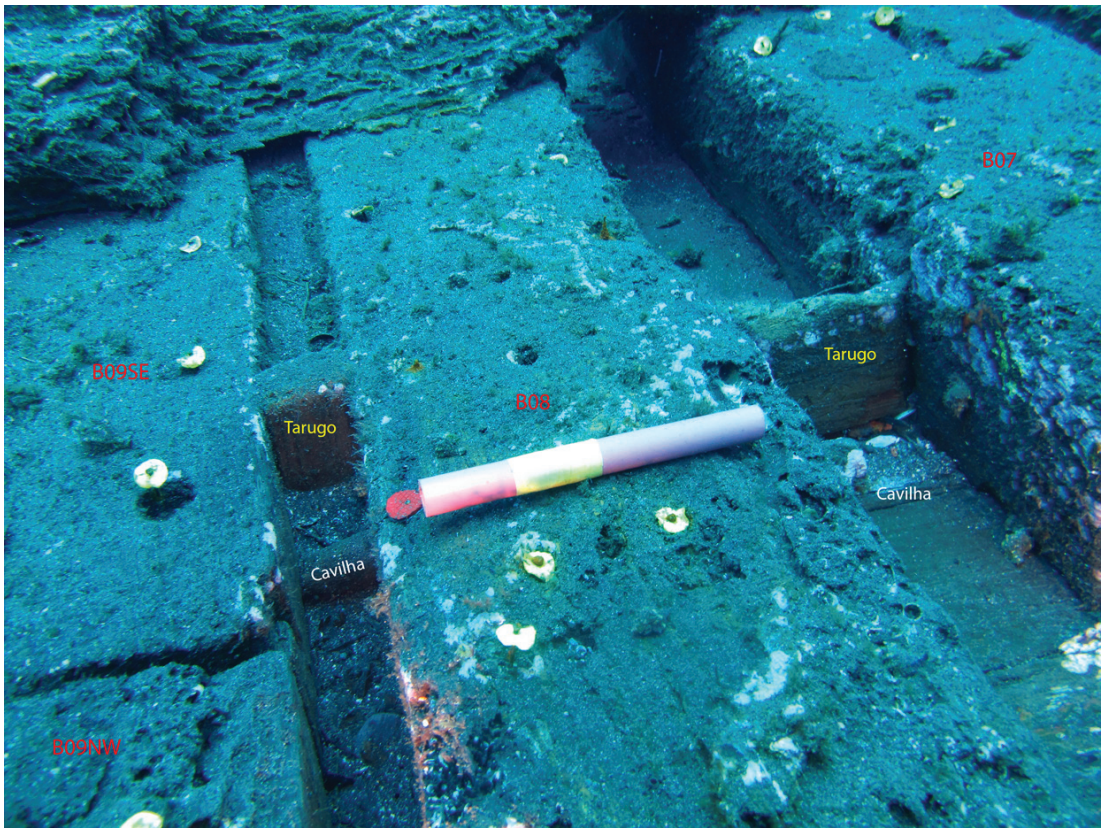


Figura 3 – *Tarugos* em madeira entre os *planos* B07/ B08 e B08/B09SE (foto: José Bettencourt).

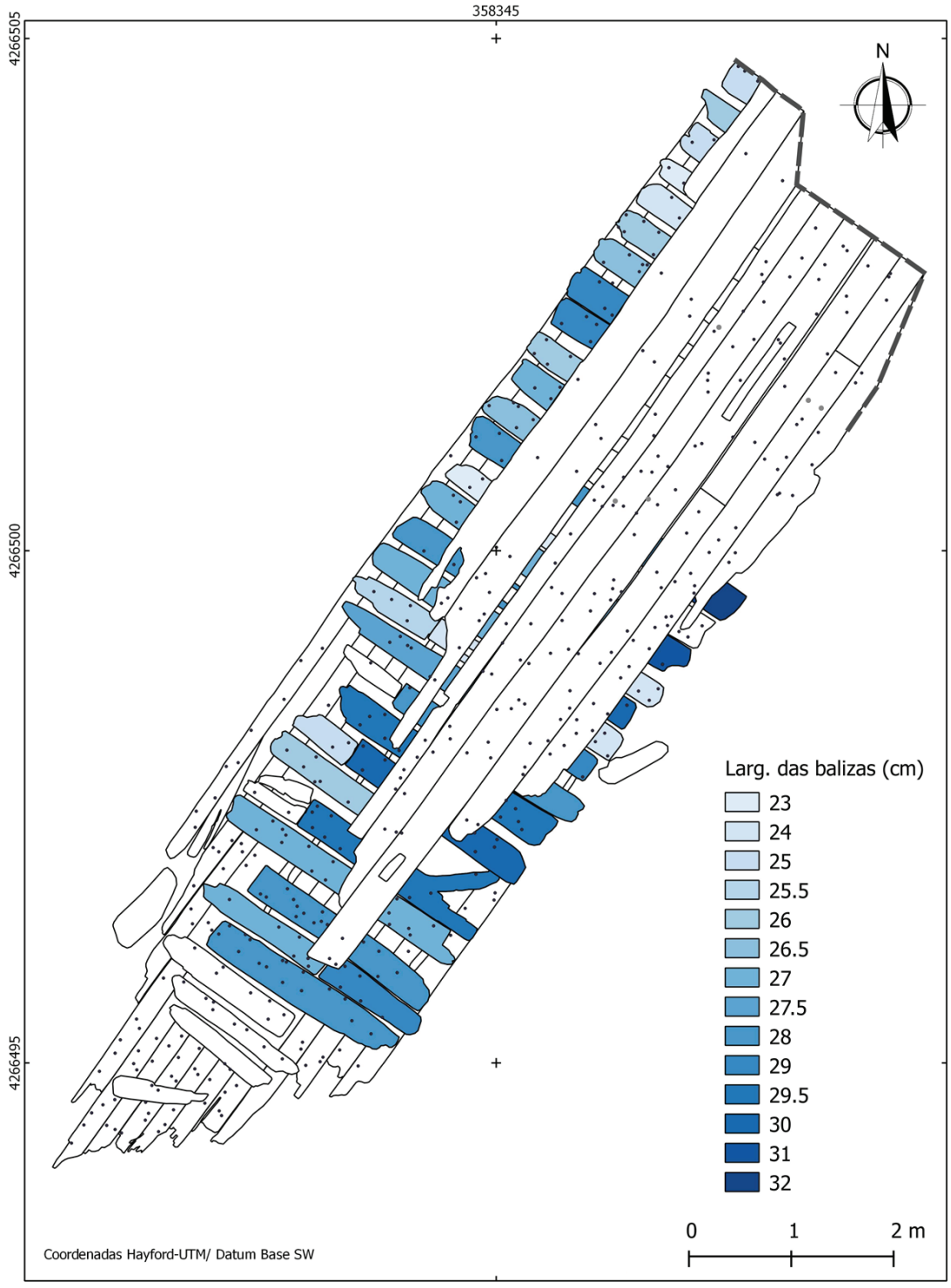


Figura 4 – Largura das balizas da estrutura principal do navio BH-006 (em cm).



Figura 5 – Vista geral do sítio, de sul para norte, onde se observa a chapa em liga de cobre em primeiro plano (foto: José Bettencourt).

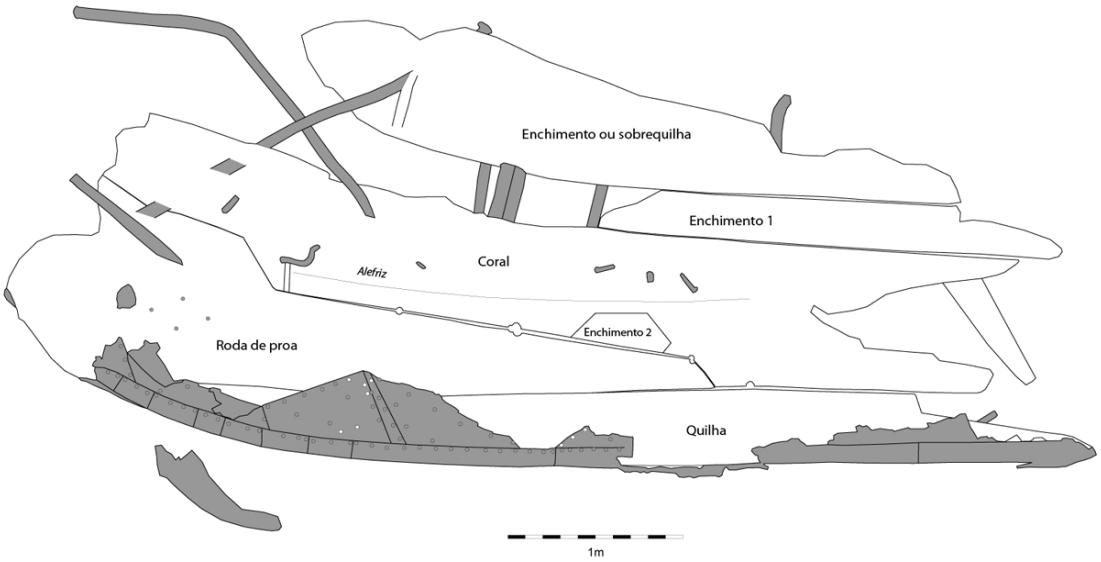


Figura 6 – Planta e organização geral da estrutura da roda de proa.

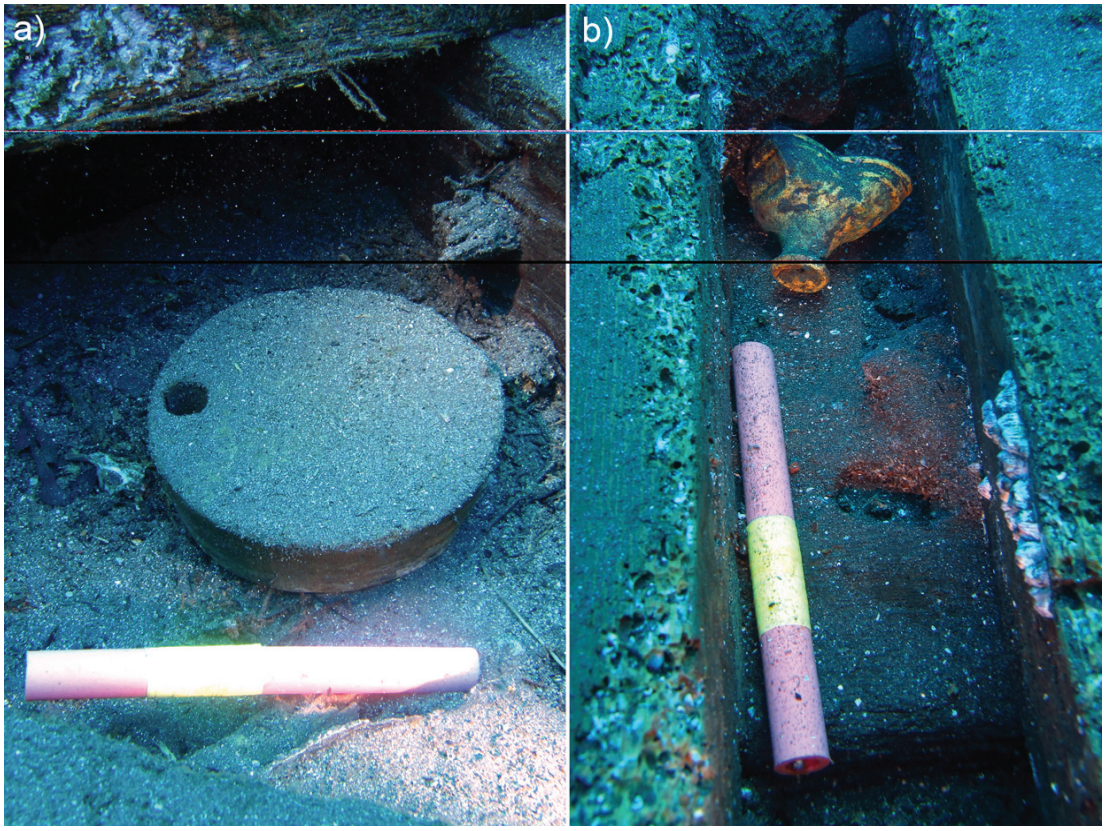


Figura 7 – a) Tampa em madeira BH06.13.05; b) peça em liga de cobre BH06.13.06 (escala: 20 cm; foto: José Bettencourt).

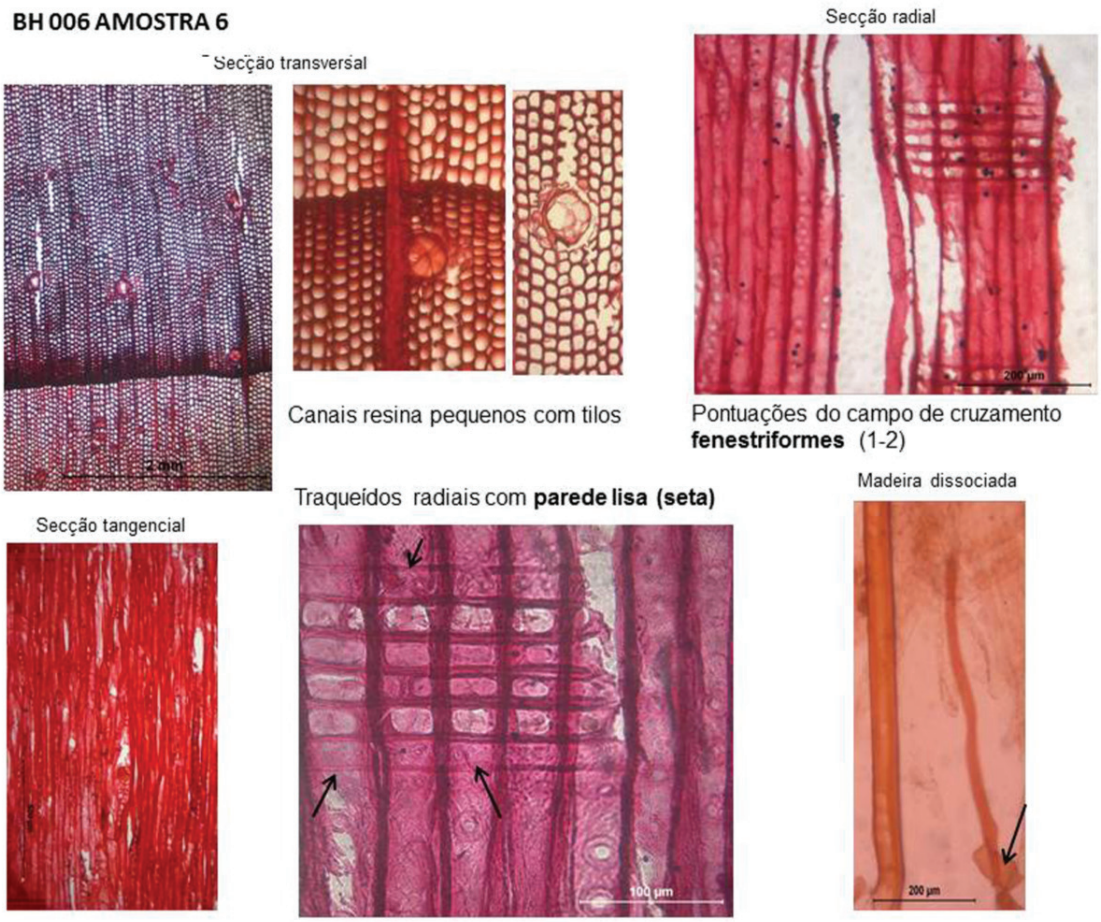


Figura 8 – Análise microscópica da madeira de uma conífera – a. *Pinus strobus*; b. *Pinus lambertiana.*

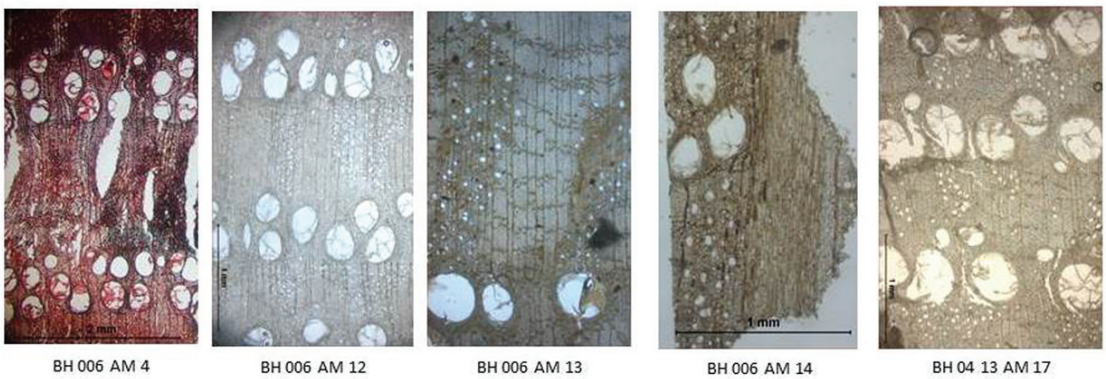


Figura 9 – Secção transversal da madeira de 5 amostras de folhosas – *Quercus sp.*

ID	Amostra	Resultado	Observações
BH006AM01	Baliza – B01	*Pinus* sp.	Características descritas para o *P. elliotti*, de origem americana
BH006AM02	Tábua do forro interior – FI06	*Pinus* sp.	
BH006AM03	Tábua do forro exterior – FE01	*Pinus* sp.	
BH006AM04	Cavilha na baliza B18SE		Carvalho de folha caduca, com características dos "white oaks". Tem semelhanças com a estrutura de *Q. alba*, se a origem for americana, *Q. petrea* ou *Q. robur*, se for europeia
BH006AM06	*Tarugo* madeira entre as balizas B10 e B 11SE	*P. strobus*	Espécie originária do continente americano
BH006AM09	Cavilha na B01 – estava na amostra BH006AM01	*P. lambertiana*	Espécie originária do continente americano
BH006AM10	Tábua do forro exterior – FE15	*Pinus* sp.	Características *do P. echinata,* do *P. taeda*, do *P. palustris* e *do P. caribea*, de origem americana
BH006AM11	Tábua do forro exterior – FE05	*Pinus* sp.	*idem*
BH006AM12	Baliza – B10	*Quercus* sp.	Carvalho de folha caduca, com características dos "white oaks". Tem semelhanças com a estrutura de *Q. alba*, se a origem for americana, *Q. petrea* ou *Q. robur*, se for europeia
BH006AM13	Enchimento	*Quercus* sp.	Características de um carvalho do grupo dos "Red oaks"
BH006AM14	Coral (?)	*Quercus* sp.	*idem*

Tabela 1 – Resultado síntese da análise da estrutura das amostras de madeira.

A FERRO E FOGO – A FUNDIÇÃO VULCANO & COLLARES, LISBOA

João Luís Sequeira[1], Inês Mendes da Silva[2]

RESUMO

Os espaços fabris lisboetas dos séculos XIX e XX oferecem contextos arqueológicos fundamentais à compreensão do fenómeno da industrialização em Portugal. Das pequenas indústrias aos grandes complexos industriais, com relevante peso na economia local ou nacional, o estudo destas realidades coloca outra perspectiva sobre a documentação existente. É este o caso da Fundição da Vulcano & Collares em que a intervenção arqueológica reconheceu os seus vestígios com a presença de maquinaria pesada para serralharia, fornos e caldeiras de várias tipologias entre outros espaços e equipamentos. O presente estudo pretende analisar estas realidades, contribuindo para a caracterização da industrialização lisboeta que nos é familiar no que à documentação concerne, mas que materialmente tende a ser ignorada. Pretende também demonstrar que o atraso industrial nacional que a historiografia portuguesa tem várias vezes manifestado, nem sempre é assim tão generalizado: existem estes casos de sucesso, que importa dar a conhecer.

Palavras-chave: Fundição de ferro, Industrialização, Arqueologia industrial.

ABSTRACT

The 19th and 20th century industrial spaces in Lisbon tend to present important archaeological contexts, fundamental to the comprehension of Portuguese industrialization. From the small industries to large factories the study of these sites gives new insights in the known documents. This is the case of the Vulcano & Collares foundry where an archaeological excavation discovered part of the factory with evidence of heavy machinery, furnaces, boilers among other spaces and equipments. This paper aims to present that evidence providing a contribution to the study of Lisbon industrialization so well recorded in documents, so poorly know from a material perspective. On the other end it also aims to contest the industrial delay that Portuguese historiography claims it happen in 19th century Lisbon based in this successful company.

Keywords: Iron foundry, Industrialization, Industrial archaeology.

1. INTRODUÇÃO

Não raras vezes as intervenções arqueológicas, num âmbito urbano como o de Lisboa, põem a descoberto contextos de intrincada interpretação, especialmente no que diz respeito ao que é geralmente designado entre os profissionais da área como o "pós-terramoto". Cruzam-se nesta demarcação temporal os vestígios de oficinas, casas de habitação, arrecadações, estaleiros, adaptações e aproveitamentos, uma série de finas fatias temporais entremeadas com aterros, entulhos e despejos que devem ser encarados como uma oportunidade flagrante de compreender o mundo polimórfico das indústrias. Estas proximidades do passado recente, onde se inserem os contextos industriais, que são o tema deste trabalho, de tão próximos que são, tornam-se sérios candidatos a interpretações cheias de genuínas dúvidas.

No entanto, a intervenção na área que outrora foi o espaço fabril da metalúrgica Vulcano & Collares, apresenta uma óptima possibilidade de relacionar as fontes escritas com os contextos intervencionados. Felizmente, graças a estudos recentes, relacionar as estruturas colocadas a descoberto com os diferentes espaços da fábrica tornou-se menos complicado.

Espera-se com este estudo contribuir para a com-

1. IHC – FCSH-UNL; jlpbsequeira@gmail.com

2. ERA Arqueologia; inesamelia@era-arqueologia.pt

preensão e o reconhecimento dos vestígios estruturais que podem surgir em contextos similares, e que se possa inferir com menores margens de erro a classificação e descrição das estruturas, bem como dos espólios que venham a ser recolhidos.
O espaço destas fábricas foi intervencionado entre os meses de Abril e Novembro de 2016 pela empresa ERA Arqueologia, na área compreendida entre a Rua de Dom Luís I, Boqueirão do Duro e Largo do Conde Barão. A obra, promovida pela Fidelidade SA, tinha como objectivo a construção naquele espaço de um edifício de escritórios. A obra foi coordenada por Marta Macedo, Teresa Freitas, José Bettencourt, Gonçalo Lopes, Rui Nascimento e Mónica Ponce.

2. FORJAS E INDÚSTRIAS DE PRODUÇÃO METALO-MECÂNICA EM PORTUGAL CONTINENTAL

Pela vastidão do tema, apenas daremos exemplos de algumas indústrias metalúrgicas contemporâneas da Vulcano & Collares, cronologicamente situadas entre a segunda metade do século XIX, e as duas primeiras décadas do século XX. O exponencial crescimento e diversificação do sector para lá desta cronologia obrigariam a um inventário que não cabe no presente estudo.
Neste período, as caldeirarias e as serralharias também se apresentam como parte indissociável da categoria de trabalhadores do sector. Algumas surgem até com grande frequência referidas nos mapas de vistorias das caldeiras a vapor nos *Boletins do Trabalho Industrial* (nº 2, Mapa nº 15) como por exemplo, a firma de João Perez, a de Pierre Dumorá, ou o consórcio dos dois, em comparação com a menor frequência de outros nomes.
Naturalmente localizadas nos grandes centros, mesmo que em zonas mais periféricas, as empresas de fundição em Portugal distribuíam-se principalmente pelas zonas do Porto e de Lisboa. Na capital, destaca-se a Empresa Industrial Portuguesa, em Santo Amaro, fundada em 1882, contando com 441 trabalhadores efectivos em 1888 (*Catálogo dos produtos expostos pela Empresa Industrial Portuguesa*, 1888, 5). A fábrica Portugal "empregava cerca de 300 trabalhadores e dedicava-se ao fabrico mecanizado de mobiliário de ferro. A sua data de fundação era anterior a 1890, tendo o inquérito desse ano registado uma força laboral de 98 trabalhadores" (Neves, 2007, 269). A Parry & Son, apesar de associada popularmente à "margem sul", com um estaleiro naval no Ginjal, em Almada, teve o seu início na zona da Bela Vista, entre o Cais do Sodré e Santos, em 1855, quando Hugh Parry, um industrial inglês e mestre-caldeireiro assinou um contrato com o Arsenal da Marinha (Rodrigues, 2016, 60). Nos finais do século XIX, destaca-se também a Companhia Industrial de Fundição ou no início do século XX, a Companhia Nacional de Fundição e Forjas, em Santo Amaro, Lisboa.
No Porto, curiosamente, a proliferação de oficinas e serralharias supostamente mais pequenas, contrasta com as olissiponenses mais "musculadas" (Queiróz, 2011). Temos como exemplos a Previdente, as Fundições do Ouro, de Massarellos (esta com uma força operária de 200 pessoas em 1862), do Campo do Rou, de Fradellos, de Miragaia e do Cais do Bicalho.
Fora das capitais, evidencia-se a Duarte Ferreira no Tramagal, ou a Fundição de canhões da Foz do Alge, em Figueiró dos Vinhos.

3. A VULCANO & COLLARES

Segundo José Barreto, "na Boavista encontravam-se as fundições e serralharias, a fábrica do gás e outras. Dispersas pela cidade, também havia pequenas oficinas particulares em que se trabalhavam os metais, além das grandes fundições do Estado (Arsenal). As principais oficinas metalúrgicas da Boavista eram a fábrica José Pedro Collares e Filhos, administrada por José Pedro Collares Júnior, um dos principais intervenientes nesta história; a fábrica Phenix, então a maior, administrada pelo inglês Henry Peters, outro personagem-chave; a fábrica Vulcano, de Jacinto Damásio, (…), administrada pelo francês A. Lemoine; e a fábrica de João Bachelay, a menor das quatro" (Barreto, 1981, 482).
Mas de todas as empresas mencionadas, destaquemos as que dão título a este trabalho. A família Collares tem a sua existência profundamente ligada ao sector da fundição de ferro, caldeiraria e serralharia. (O termo "metalurgia" é anacrónico se utilizado para nos referirmos ao sector (Mónica, 1983, 1231)).
A documentação (em arquivo na Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, hoje extinta) indica parte dos registos oficina de serralharia para empresas como Viúva de Teotónio José Xavier & Filhos (processo 23, pasta 15), Moniz Galvão & Cª (processo 1178, pasta 34), Hugo Parry & Son (processo 893, pasta 29) ou Empresa Industrial Portuguesa (processo 1003, pasta 31).

Do ramo Collares, a firma cujo nome se deve ao fundador, João Pedro Collares, teve um início como serralharia na Rua Augusta em 1809, onde chegou a dar trabalho a 7 operários (*A Indústria Portuguesa* (*IP*) nº11, 1929, 83). Em 1842 dá-se a mudança para um espaço maior no Largo do Conde Barão com o nome de Fábrica Nacional de Fundição de Ferro e Bronze (Custódio, 1994, 965-966). Em 1848, o patriarca Collares cria sociedade com três dos filhos, sob a designação de José Pedro Collares & Filhos, sendo que dois deles já ocupavam cargos de direcção na firma (Matos, 1998, 84). Em 1850, após a aposentação do pai, os quatro filhos (João, António, José Pedro e Thomás) formam a José Pedro Collares Júnior & Irmãos (*Revista Universal Lisbonense (RUL)*, 2ª Série, tomo III, nº 20, 1851, 229-230). A fábrica é destruída em 1854, quando já empregava 140 operários, por incêndio de grandes dimensões, mas graças ao apoio financeiro de amigos empresários e do governo de "*Sua Magestade Fidelíssima*" (*Inquérito Industrial de 1881 – Visita às Fábricas do Districto Administrativo de Lisboa*, 208), reabre as portas em Dezembro de 1856 (Matos, 1998, 85). Em 1858, João e António Collares afastam-se amigavelmente da sociedade, "que ficou a pertencer apenas a dois dos outros irmãos, os quais no ano seguinte venderam a fábrica à Companhia Perseverança". Por esta altura o número de operários tinha subido para 169 e, em 1863, ascendia aos 230 (Mónica, 1983, 1242). Esta companhia pertencia precisamente a José Pedro Júnior e Thomás, na qual ocupavam os cargos de gerente e administrador, respectivamente (Matos, 1998, 85). Em 1881, a empresa, agora com 240 operários, atravessou uma crise por ter investido dinheiro na compra de matéria-prima para a produção de canos destinados à iluminação a gás de Lisboa, projecto que foi abandonado. O Governo decidiu "autorizar a Companhia do Gás a importar, livre de direitos, tudo o de que necessitasse. Disso mesmo se queixou José Pedro Colares Júnior, referindo que o percalço quase custara a vida da empresa." (Mónica, 1987, 833).

Em 10 de Outubro de 1889, foi extinta a Perseverança, ficando o passivo da mesma a cargo de Frederico Colares, e em 1892 constituiu-se a Frederico Collares & Cª, sendo os seus sócios Frederico Collares e João Collares Pereira (*IP* nº11, 1929, 83).

Entretanto, a Vulcano, com a designação de "Fábrica Vulcano de Fundição de Ferro e Serralharia" que tinha sido fundada em 1843 por Jacinto Dias Damásio, situava-se do outro lado da rua do Boqueirão do Duro. Em 1851 esta firma é arrendada a Henry Peters, proprietário da Phenix. No ano de 1873, a fábrica passa a designar-se "Viúva Peters & Filhos" (Custódio, 1994, 965-966).

A fusão da Vulcano com a empresa Collares, data de 1915 e antes desta data era comum a designação Moniz Galvão & Cª devido à fusão entre a firma Collares, a Moniz Galvão e a fábrica de Augusto José Xavier em 1890 (Custódio, 1994, 965-966; Mónica, 1983, 1243).

Segundo uma reportagem da já mencionada *Indústria Portuguesa,* revista periódica da Associação Industrial Portuguesa, a Vulcano & Collares à data de 1928/29, estava capacitada para produzir "*material agrícola (…) trabalhos de caldeiraria de cobre e de ferro (…) trabalhos de forja; fundição de ferro, aço (a cadinho) e metais* (…)". A mesma revista caracteriza a área da fábrica em cerca de 8 mil metros quadrados, com dois e três andares, localizada no Boqueirão do Duro, com frente para a rua 24 de Julho e salão de vendas no lado do largo Conde Barão (*IP*, 2º ano, nº 11, Janeiro de 1929, 76). Laboravam a esta data cerca de 200 operários no complexo fabril, nas diferentes oficinas de carpintaria, na fundição de ferro, na fundição de metais, na fundição de aço, na caldeiraria, na serralharia, e nos ofícios dependentes ou relacionados com estas, segundo a mesma fonte. Também a dissertação de mestrado de Ana Cordeiro Leal (LEAL, 2016) acerca de uma hipotética requalificação do espaço em apreço, afigurou-se imprescindível para a compreensão das divisões internas da fábrica e em conjunto, servem como pano de fundo para as interpretações apresentadas.

4. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos na zona da antiga Vulcano & Collares incidiram apenas em zona parcial da fábrica. A Rua D. Luís I, a sul da obra, cortou, em 1939, o espaço fabril que se estenderia desde o Largo Conde Barão à Avenida 24 de Julho, numa área que corresponde aos 8 mil metros quadrados mencionados na *Indústria Portuguesa*. A escavação incidiu apenas em cerca de 4 mil metros quadrados. Neste sentido grande parte dos equipamentos e áreas da planta industrial, descritos nas fontes, podem não ter sido sequer intervencionados. No entanto, os trabalhos de escavação nas zonas numeradas de 1 a 7 (Figura 1) colocaram a des-

coberto algumas áreas passíveis de interpretação, tendo em conta as estruturas exumadas. No que concerne à cultura material, e como temos presente o revolvimento dos contextos de acordo com as obras necessárias aos espaços fabris ao logo de, sensivelmente, 150 anos, não os tomaremos como indicadores absolutos das utilizações a que estes espaços se destinavam. Apresenta-se de seguida um resumo de cada uma das zonas intervencionadas.

A zona 1 corresponde aos espaços administrativos, ao edifício de entrada, e à secção de contabilidade (LEAL, 2016). Nesta zona terminaria a via-férrea do tipo Decauville (IP 2º ano, nº 11, Janeiro de 1929, 79) que atravessa o complexo fabril.

Na zona 2, paralela ao Boqueirão do Duro, situava-se a fundição de ferro. Este dado é comprovado pelo artigo já atrás mencionado da revista da *Indústria Portuguesa*: " *A fundição de ferro é uma bôa oficina, rectangular, comprida, com a área aproximada de 700 metros quadrados.* È *muito bem iluminádа por grandes claraboias envidraçadas e por 11 vastos panos de vidro deitando para o Boqueirão do Duro." (IP* 2º ano, nº 11, Janeiro de 1929, 78). Esta reportagem também refere os equipamentos que existiam nesta zona: "*3 fórnos de fundição de ferro, de cúpula, com chaminé, para cargas unitárias* (…) *Um destes fórnos tem caixas para separação de escoria.* (…) *1 forno de fundição de cúpula, de pequenas dimensões para trabalhos urgentes* (…) *(IP* 2º ano, nº 11, Janeiro de 1929, 78). Nesta zona surgem vestígios em alvenaria do que interpretamos como os assentamentos dos fornos e das respectivas ventoinhas para ventilação (Figura 2).

A zona 3 é talvez a que mais dúvidas suscita. "No seu interior foram identificadas 28 estruturas, do tipo sapata, sub-rectangulares (Figura 3) que parecem ter servido de apoio a diversos equipamentos. Surgem em dois segmentos paralelos, e com dimensões bastante similares, os maiores com dimensões médias entre 80 x 60 centímetros e os menores com 55 x 70 centímetros." (Macedo *et all*, 2016, 14). Podemos interpretar estas estruturas como apoios de fornos de fundição que possam ter laborado no espaço e que posteriormente foram desactivados. A presença de grande quantidade de escórias e cinzas no pavimento que lhes serve de base suporta esta ideia, bem como a proximidade da zona da fundição (zona 2).

A zona 4 pode constituir a localização da caldeira central produtora de vapor, numa fase inicial da fábrica. A estrutura circular identificada neste espaço (Figura 4), após a intervenção total, revelou uma construção em chapas rebitadas que tudo indica serem os vestígios de uma caldeira do tipo *Haystack*[3] (Figura 5), desactivada ainda muito antes de a energia a vapor deixar de ser utilizada como fonte energética principal no espaço da fábrica (certamente já no século XX). A caldeira foi cortada horizontalmente ao nível do solo sendo que o restante ficou embebido no piso. Esta inutilização está patente pelo corte em recta secante da circunferência formada pela caldeira, para a fixação de uma estrutura em alvenaria, correspondente a um esgoto. Além desta preciosidade, a presença de um poço adjacente à estrutura da caldeira para abastecimento da mesma, reforça a interpretação do espaço como a primitiva casa da caldeira. Os motores que laboravam na fábrica ou os dispositivos que necessitavam de vapor poderiam estar situados noutros pontos do complexo fabril, **não é obrigatório que ficassem** próximos da caldeira, sendo o vapor transportado até estas unidades por meio de tubagens. O Inquérito Industrial de 1881 menciona precisamente dois motores (Inquérito *Industrial de 1881. Visita às fábricas do Districto Administrativo de Lisboa*, 210), um de origem inglesa da marca Nasmith (sic) com 30 cavalos-vapor, e outro de 8 cavalos feito na fábrica. No entanto podem estes motores já não usar o vapor desta caldeira do tipo *Haystack* já que o inquérito refere que cada um possui *competentes caldeiras*. Podemos assim estar na presença de dois momentos diferentes da rede interna de força motriz, sendo a caldeira em apreço muito anterior a 1881. O martelo-pilão que surge representado em fotografia na página 82 do já mencionado artigo de 1929 seria muito provavelmente da marca Nasmyth, obedecendo ao mesmo formato de outros exemplares da mesma marca.

A zona 5 corresponde à zona das carpintarias (LEAL, 2016), também descritas pela reportagem da mencionada revista da *Indústria Portuguesa*: "*Nas fábricas Vulcano e Colares existem duas oficinas de carpintaria, de moldes e civil, instaladas no mesmo corpo do edifício, estando a primeira num pavimento superior e a segunda no rez-do-chão. Carpintaria de moldes* (…) *É vasta e bem iluminada, sendo o seu pavimento lageádo e o této de abobadilha suportada por colunas metálicas. Nesta oficina estão instala-*

3. Construídas na Grã-Bretanha desde 1712, estas caldeiras tinham vidas surpreendentemente longas, talvez porque produzissem vapor de baixa pressão. (Jones, 2006)

das, além de 9 bancadas, diversas máquinas, entre as quais se notam: 5 tornos, 1 serra circular, 1 serra de fita, 1 plaina de uma face, 1 máquina para afiar ferramentas, 1 máquina de cortar molduras sob qualquer inclinação (…).

Carpintaria Civil – Atenta a natureza da produção das fábricas – essencialmente metalúrgica – a oficina de carpintaria tem apenas um papel subsidiário. Apesar disso dispõe de bastantes máquinas, algumas das quais poderosas. A destacar: 1 serra de fita, combinada, com prato e rôlos de avanço; 1 serra de fita, de prato; 1 serra circular; 1 plaina de uma face, larga; 1 garlópa; 1 toupie; 1 pequena serra de fita." A presença de chão lajeado e de vestígios de sapatas de colunas sugerem que o espaço se adequa à localização das carpintarias. Também a existência de sapatas em betão e tijolo sugerem a necessidade de estabilizar algum tipo de maquinaria que exigisse fixação robusta. As plainas, as máquinas de corte e serração podem ser candidatas a esta realidade. Por fim, os vestígios de colunas de ferro sugerem o tal pavimento superior descrito na revista.

Na zona 6 localizava-se a fundição de metais e aço. Além da descrição em sequência na revista da *Indústria Portuguesa* (o que sugere que o relator foi caminhando pela fábrica apontando o que via), a presença de chaminés em desenho de fachada datada de 1858 (*elevação pelo lado oriental e corte pela linha yxz*), depositado na Torre do Tombo, revela a presença de chaminés nesta zona, concordantes com a sua função (Figura 6). Esta área foi, a partir de 1947, utilizado pela Sorel Lda como oficina e estação de serviço (…). Deste modo, no segmento sudeste, após a remoção do pavimento superficial de blocos quadrangulares em betão, (…) identificou-se um depósito areno-argiloso de tonalidade negra a cinzenta escura com inclusão de cinzas e fragmentos dispersos de escória de fundição [6002], que cobria um nível arenoso de tonalidade amarelada com inclusão de tijolos maciços, nódulos de argamassa e estuque [6003] que assentava sobre um estrato arenoargiloso com escória de fundição associada, com elevada agregação (…) (Macedo *et all*, 2016, 38-40).

Na zona 7 localizavam-se as oficinas de fundição de ferro e metais (LEAL, 2016). Este facto tem suporte na intervenção, que revelou a presença de escórias após a remoção do pavimento. No entanto, esta área revela a presença de caneiros e de esgotos feitos posteriormente, o que lança muitas dúvidas na interpretação do contexto quanto à sua utilização primordial.

5. AS MATERIALIDADES

A recolha sistemática de vestígios durante a intervenção por parte das equipas de arqueólogos no terreno foi minuciosa e profissional, que se traduz em conjuntos perfeitamente enquadráveis nas funcionalidades do espaço fabril, principalmente nas unidades estratigráficas superiores: cachimbos, azulejos, vidro, cerâmica comum, escória, ferramentas, anilhas, rebites, cravos, ferro, grés, pesos de medida, vestígios osteológicos faunísticos, cadinhos de fundição, vedantes e cablagem de cobre. Como podemos observar na figura 7, as imagens apresentam-nos exemplos de recolhas de artefactos compatíveis com o ambiente fabril: um ferro de engomar a carvão (7A) muito concrecionado de possível produção no espaço; anilhas diversas (7B) que seriam utilizadas para os mais diversos fins na construção de equipamentos; punções de ferro (7C) utilizados para a marcação da chapa, normalmente quando se pretende marcar um ponto para furação com broca; e por fim, cadinhos de fundição (7D) bastante destruídos mas representativos das quantidades que com toda a certeza uma fundição como a Vulcano & Collares possuiria. Lamentavelmente, de momento não é possível relacionar a cultura material com os diferentes espaços, já que se encontram em tratamento nos locais onde estão depositados (Figura 7).

Todavia, pretendemos destacar um elemento que merece atenção: trata-se de uma chapa de vistoria (Figura 8) da 3ª Circunscrição Industrial, elemento que era colocado nas máquinas ou nas caldeiras depois dos testes realizados pelo engenheiro designado para o efeito. Estes engenheiros deslocavam-se às oficinas, ao serviço da Circunscrição que representavam. Cabiam a eles os relatórios da segurança no trabalho, e das demais condições dos operários que depois publicavam no *Boletim do Trabalho Industrial.*

Esta chapa (que era rebitada em local visível na máquina) prova que a 13 de Maio de 1938, um motor diesel vertical de 2 cilindros (DV2) foi vistoriado para efeitos de segurança, com o número de processo 1739, com o timbre de 20 cavalos-vapor (20CV).

Este motor laborou em Santos, no Cais da Rocha Conde d'Óbidos, servindo para desinfecção pública, sendo propriedade da Inspecção de Sanidade Marítima e Internacional, de acordo com o respectivo processo arquivado na ex-Direcção Geral de Energia. As chapas das vistorias das caldeiras eram todas iguais no seu formato, mudando o código no círculo inte-

rior, os números de processo, ou a instituição. Na realidade, pouco mais se pode dizer sobre este equipamento. Esteve a ser reparado na Fundição Collares? Quando? Porquê? Perguntas sem resposta por agora, mas que pelo menos nos alertam para a multiplicidade de hipóteses que apenas uma pequena chapa de identificação pode trazer à discussão. Sabemos por ora que existem processos na ex- Direcção Geral de Energia que testemunham a produção de maquinaria nesta fundição (processo 164, pasta 17; proc. 890, p. 29; proc. 1178, p. 34 como exemplos) para o território nacional e para o ultramar.

6. DISCUSSÃO

A indústria metalo-mecânica portuguesa do século XIX e dos inícios do XX, pese o facto de não ser auto-suficiente em matérias-primas como o ferro, o que a coloca num patamar mais ligeiro em relação às congéneres alemãs, inglesas, americanas ou belgas, possui uma história deveras rica e interessante. De facto, como afirma Maria Filomena Mónica,*" Estudar os metalúrgicos é difícil. A indústria é muito diversificada, o seu desenvolvimento complexo, a tecnologia sofisticada*" (Mónica, 1983, 1231). Mas se documentalmente é desafiante a abordagem, no terreno a intervenção e o estudo arqueológico não se afiguram menos complexos. Os anacronismos revelados nos contextos industriais urbanos mostram-nos que as *tecnologias sofisticadas* vivem em contacto permanente com outras que "deveriam" ser obsoletas. Numa época em que, apesar da rápida sucessão tecnológica *vapor-diesel-electricidade*, não é de estranhar que ainda se usassem guindastes manuais, ou berbequins manuais – a existência ou a chegada de uma nova tecnologia não remete a anterior para o esquecimento imediato, muitas vezes convivem durante décadas. Como tal, alguns dos vestígios recolhidos e aqui apresentados neste trabalho, podem já ser do século XX e representarem, alguns deles, os últimos momentos da fábrica, como é o caso dos punções de ferro ou dos cadinhos de fundição. São equipamentos e ferramentas que não sofrem alterações durante séculos, e no entanto, o mesmo já não poderemos dizer das cablagens de corrente eléctrica, sendo que os exemplares revestidos a cobre são de uma cronologia bem mais recuada do que os isolados a PVC. Estas materialidades (não só os cabos de corrente mas também peças isolantes em porcelana para média tensão, tipologias de aparelhagem eléctrica como interruptores, comutadores, cortes de corrente, ou mesmo luminárias, buchas, abraçadeiras ou tubagens) é que podem, se necessário, conferir uma datação mais apurada se encontradas nas camadas a intervencionar.

Uma fonte também muito interessante para apoio à compreensão da evolução do espaço está num dos números da *Revista Universal Lisbonense* (Primeira Série, Tomo III, 1843-1844, nº 25 – 8 de Fevereiro). Nesta edição, o Visconde de Vilarinho de São Romão publica uma carta dirigida a empresários e clientes, da autoria de José Pedro Collares Júnior, acerca da ampliação da empresa no nº 3 A do largo Conde Barão. Precede a missiva um preâmbulo em que o Visconde também dá a sua opinião, e aproveita para não desconsiderar outras indústrias vizinhas à fábrica Collares, como a de Jacinto Damázio (a Vulcano) e a do Sr. Bachelay (*RUL*, Primeira Série, Tomo III, 1843-1844, nº 25 – 8 de Fevereiro, 300).

Nesta carta dirigida aos clientes, J.P.Collares Júnior especifica a planta industrial do seu complexo. Enumera as oficinas da seguinte forma: "*1ª – Fundidor de cobre, vulgo caldeireiro; 2ª – picheleiro; 3ª – latoeiro de fundição; 4ª – ferraria; 5ª – serralharia; 6ª – torneiro de todos os metaes, e de madeira; 7ª – fundição de ferro; 8ª – carpinteiro de navios para fabrico dos mesmos. Caldeiras, o terreno para depósito de madeiras próprias, ou de conta alheia; armazém de cobre, ferro, estanho, e chumbo* (…)". Estas oficinas estão obviamente de acordo com a notícia da revista Indústria Portuguesa, *mutatis mutandis* relativamente à evolução organizacional que a evolução do espaço obriga. A presença de uma carpintaria de navios não é de todo estranha, já que a fábrica estendia-se até ao rio, à avenida que é hoje a 24 de Julho. Sendo que a parte a sul da rua D. Luís I não foi intervencionada, é altamente provável que uma série de vestígios estruturais ainda não tenham visto a luz do dia para nos dar um panorama mais completo acerca deste complexo industrial.

Temos presente que apoiamos a maior parte da nossa interpretação baseada em fontes que registam um determinado momento (1929), mas apesar das grandes readaptações que um espaço fabril possa ter, as áreas mantêm as suas funções durante largos períodos, a não ser que momentos de remodelações profundas (como as que ocorreram certamente após o incêndio de 1854) as reformulem ou requalifiquem.

Quando procuramos comparações além-fronteiras para realidades semelhantes à apresentada, torna-se

óbvia a diferença em termos de dimensões das fundições, quer em espaço, quer em números de operários. Vejamos:

Apesar de diferentes metalurgias terem surgido pelo país, o número de trabalhadores em cada uma delas parece nunca ter ultrapassado os 500, mesmo que algumas delas, tal como a Dauphinet & Castay, na rua Direita do Calvário nº 33, a Santo Amaro, fundamentassem o seu trabalho na força muscular humana e não utilizavam força motriz artificial (Matos, 1988, 87). O que pode parecer um elevado número de trabalhadores nestas fundições é apenas uma tímida tradução quando comparado, por exemplo, com a alemã Völklingen Ironworks ou a congénere Krupp. Esta última, a título de exemplo, chegou a ter 8000 trabalhadores e uma força mecânica de 7250 HP em 1866, e 12000 trabalhadores em 1874 (*Krupp. A century*…, 1912, 145-146). As empresas portuguesas, embora parecendo, não eram pequenas. Seriam, simplesmente, as adequadas à nossa realidade industrial de então.

Porém, a indústria situada em Monklands na Escócia (Photos-Jones et all, 2008, 157-180) com o nome de Moffat Upper Steam Forge, parece ser um bom caso de comparação por possuir fornos de pudelagem ou de reverbéro[4], um martelo-pilão e outros equipamentos bem identificados que sabemos pelas fontes terem também laborado na Vulcano & Collares.

7. CONCLUSÃO

A fábrica Vulcano & Collares, com todo o seu historial de fusões empresariais e alterações espaciais, atravessou quase um século de laboração no sector das fundições e forjas. A sua existência e funcionamento deixou na obra intervencionada um palimpsesto desafiante para a compreensão de espaços semelhantes, no âmbito da arqueologia do passado recente e das indústrias. As fontes revelam-se, neste caso e em tantos outros, como extremamente necessárias para a percepção da planta industrial, ainda que com as naturais dúvidas, mas sem as quais seria bem mais penosa a tentativa de interpretação. A zona a norte, perto do largo do Conde Barão e a zona mais a sudeste, encostada à rua D. Luís I são os espaços que mais dificuldade apresentam na sua interpretação estrutural. No entanto, as restantes zonas parecem bem identificadas: a carpintaria com os seus pilares de ferro, a zona primordial da caldeira e a fundição dos vários metais paralela à rua do Boqueirão do Duro. O corte transversal da fábrica em quase metade pela rua D. Luís I, separou um contexto que se desejaria poder ter sido estudado em conjunto, o que daria outra visão mais completa. Mas com o apoio das fontes escritas, temos um contributo precioso do próprio J.P.Collares Júnior, que do passado nos transmite um esboço dos lavores da sua fábrica, no qual inclui a presença de uma carpintaria de barcos. Algo absolutamente natural tendo em conta que a fábrica contactava a sul com o rio Tejo, mas também algo curioso: a fundição era bem mais versátil em termos de ofícios do que ao princípio poderíamos supor. A cultura material recolhida também não deixa grandes dúvidas quanto à utilização fabril do complexo. Escórias, ferramentas, elementos em ferro, tijolo ou produtos directos da laboração concordam com aquilo que é espectável encontrar.

4. Invenção de Henry Cort (1741-1800) patenteada em 1783. É no forno de reverberação que ocorre o processo em que a gusa é agitada para separar as impurezas e extrair o ferro forjado de maior qualidade. (Cf: http://henry_cort.geneagraphie.com/index%281%29.htm consultado a 12-7-2017)

BIBLIOGRAFIA

A Indústria Portuguesa, (1929) – 2º Ano, nº 11. Lisboa, Revista da Associação Industrial Portuguesa.

BARRETO, José (1981) – Uma greve fabril em 1849, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), pp. 479-503.

Catalogo dos produtos expostos pela Empreza Industrial Portugueza (1888) – Lisboa: Typografia Netto.

CUSTÓDIO, Jorge (1994) – Vulcano & Collares *in* SANTANA, F.; SUCENA, E. (Dir.) *Dicionário da História de Lisboa*. Mem Martins: Gráfica Europam, pp. 965-966.

Inquérito Industrial de 1881, Lisboa: Imprensa Nacional.

JONES, William (2006) – *Dictionary of Industrial Archaeology*. Glouchestershire: Sutton Publishing.

Krupp, a century's history of the Krupp Works, 1812-1912 (1912) – Essen: Krupp'sche Gussstahlfabrik.

LEAL, Ana Cordeiro (2016) – *Repensar A 'Fábrica' Proposta de reconversão para a antiga fábrica vulcano e collares na Boavista*. Projeto Final de Mestrado elaborado para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, texto obtido em http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/13489.

MACEDO, Marta; FREITAS, Teresa; BETTENCOURT, José; LOPES, Gonçalo; NASCIMENTO, Rui; PONCE, Mónica (2016) – *Relatório Preliminar de Trabalhos Arqueológicos*, ERA Arqueologia (texto policopiado, não publicado).

MATOS, Ana Maria Cardoso (1998) – A indústria metalúrgica e metalomecânica em Lisboa e no Porto na segunda metade do século XIX, *Arqueologia & Indústria*, Nº 1. Lisboa: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.

MÓNICA, Maria Filomena (1983) – Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934), *Análise Social,* vol XVIII (72-73-74), pp. 1231-1277.

MÓNICA, Maria Filomena. (1987) – Capitalistas e industriais (1870-1914) in *Análise Social*, vol. XXIII (99), pp. 819-863.

NEVES, Pedro José Marto (2007) – *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1ª Guerra Mundial.* Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Doutor em História Económica e Social. http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/525

PHOTOS-JONES, Effie; DALGLISH, Chris; COULTER, Scott ; HALL, Allan; RUIZ-NIETO, Rossio; WILSON, Lyn (2008) – Between archives and the site: the 19th-century iron and steel industry in the Monklands, Central Scotland, *Post-Medieval Archaeology*, 42/1, Maney Publishing, pp. 157-180.

QUEIROZ, Francisco (2001) – Subsídios para a história das fábricas de fundição do Porto no século XIX in *Boletim da Associação Cultural dos Amigos do Porto*, 3ª série, nº 19, pp. 141-185.

Revista Universal Lisbonense (1851) – 2ª Série, Tomo III, nº 20.

RODRIGUES, José Barros (2016) – *Os estaleiros H. Parry & Son e o fracasso da indústria automóvel portuguesa (1896--1901).* Casal de Cambra: Caleidoscópio.

WEBGRAFIA

http://www.queirozportela.com/perfis.htm

https://almada-virtual-museum.blogspot.pt/2014/06/h--parry-son-estaleiro-no-ginjal.html

http://henry_cort.geneagraphie.com/index%281%29.htm



Figura 1 – Vista geral da obra com sobreposição da planta dos edifícios demolidos – ERA Arqueologia.



Figura 2 – Suportes em betão e alvenaria de maquinaria pesada, fornos, e ventoinhas da zona da fundição de ferro – ERA Arqueologia.



Figura 3 – Estruturas em alvenaria – João Sequeira.



Figura 4 – Escavação de uma estrutura de caldeira – ERA Arqueologia.

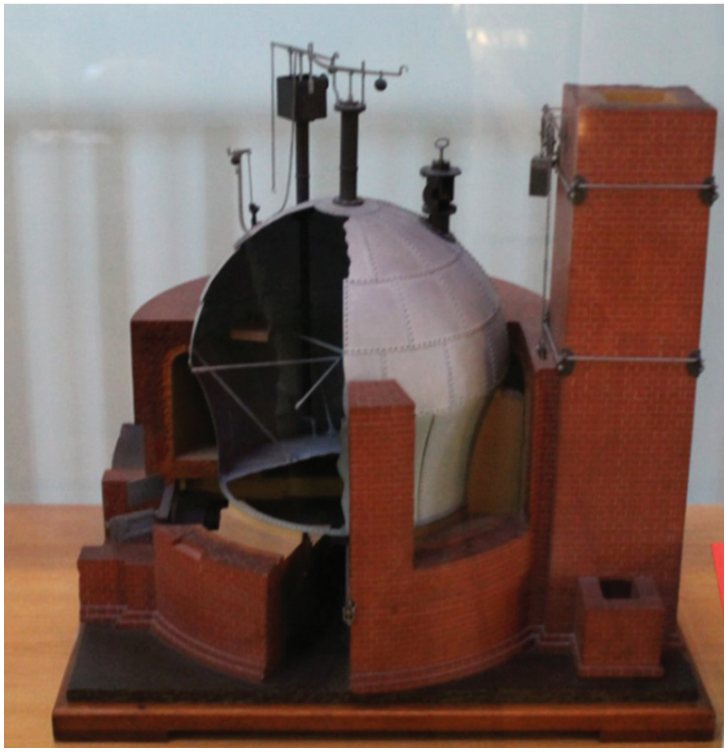


Figura 2 – Exemplo de caldeira do tipo Haystack – Science Museum de Londres.

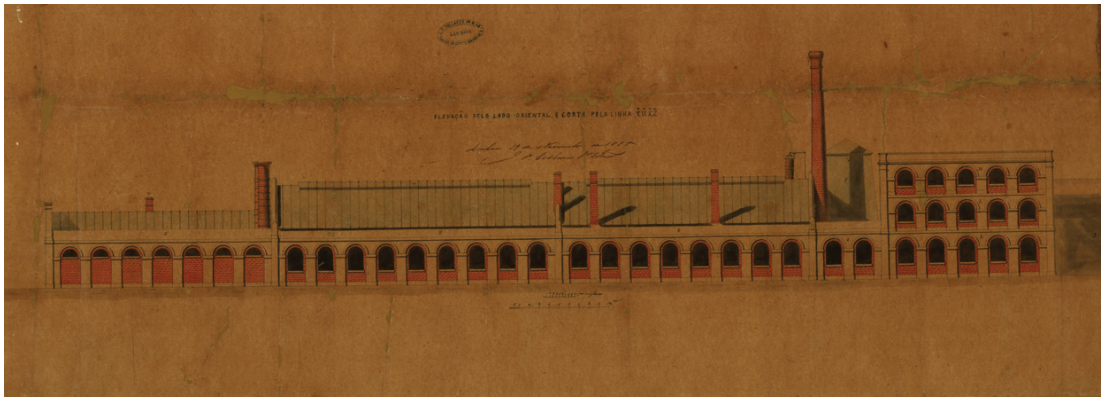


Figura 6 – Representação da fachada oeste da fábrica – *Elevação pelo lado oriental e corte pela linha YXZ*. 1858. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Figura 7 – A – ferro de engomar; B – anilhas; C – punções em ferro; D – cadinhos de fundição – João Sequeira.



Figura 8 – Chapa de vistoria – Ana Filipa Ferreira.

PROJECTO CASA MUSEU FIALHO DE ALMEIDA, CUBA – VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E ARQUEOLOGIA PREVENTIVA, RESULTADOS DO ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO

Francisca Bicho[1], Luís Fialho[2], Consuelo Gomes[3], Teresa Ricou[4]

RESUMO

O presente artigo pretende divulgar os trabalhos de acompanhamento arqueológico, levados a cabo em Cuba (Alentejo) na Casa do Escritor Fialho de Almeida, classificado como Monumento de Interesse Público pela Portaria n.º 263/2014 DR, 2.ª série, n.º 71, de 10-04-2014, no âmbito da arqueologia preventiva. Trata-se de um típico imóvel de arquitectura vernacular Alentejana de finais do séc. XIX.

Palavras-chave: Fialho de Almeida, Etnografia, Cisterna, Adega.

ABSTRACT

The present article intends to divulge the archaeological works, carried out in Cuba (Alentejo) in the House of the Writer Fialho de Almeida, classified as Monument of Public Interest by Ordinance No. 263/2014 DR, 2nd series, no. 71, dated 10-04-2014, in the context of preventive archeology. It is a typical Alentejo vernacular architectural building from the end of the 19th century XIX.

Keywords: Fialho de Almeida, Ethnography, Cistern, Cellar.

1. INTRODUÇÃO

Os presentes trabalhos de acompanhamento arqueológico agora apresentados prenderam-se com o projecto de recuperação e valorização da Casa do Escritor Fialho d'Almeida, na vila de Cuba, distrito de Beja. O imóvel foi classificado como Monumento de Interesse Publico devido ao relevante valor patrimonial associado à figura do ilustre escritor, que aqui residiu desde o seu casamento em 1893, com uma proprietária rural da região até à sua morte em 1911. Por portaria n.º 263/2014 de 10 de Abril é o imóvel sito na Rua João Vaz, n.º 6 classificado como MIP.

As obras de requalificação e valorização da Casa Fialho de Almeida cujo promotor é a Câmara Municipal de Cuba, iniciaram-se em Setembro do ano de 2016 e ao longo de 2017, tendo como objectivo a reabilitação e adaptação da Casa Fialho de Almeida, a qual incluirá a musealização da parte habitacional relacionada com o escritor, a promoção e divulgação da sua obra literária e um segundo núcleo onde se prevê a criação de um museu temático, o qual se irá designar Museu Rural e Etnográfico da Vila de Cuba, que evidencie a história da ruralidade local. Se a Casa Fialho d'Almeida corresponde ao actual edifício residencial com acesso à partir da Rua João Vaz n.º 6, o futuro museu ocupará o espaço exterior, do mesmo edifício, na zona do actual logradouro, onde se implantava a parte das dependências rurais inerentes a este tipo de residência, com acesso

1. Investigadora Independente; francisca.bicho@gmail.com

2. Herdade do Vau; luisfialho28@gmail.com

3. Investigadora independente; consue8@yahoo.es

4. FCT / CEAACP; teresaricou_2@hotmail.com

via a Rua da Parreira. São duas intervenções totalmente diferenciadas, quer em virtude do programa funcional, quer em consequência das características tipológicas do edifício e do seu estado de conservação original. Ou seja, se em relação à casa museu o projecto incide mais sobre a vertente da reabilitação, na manutenção e a recuperação do edificado; no que diz respeito ao Museu Rural, dado o estado de conservação da maioria dos edifícios, o projecto incide mais na construção de raiz, prevendo-se a demolição de grande parte das paredes e edifícios ai existentes (Figura 1).

2. FIALHO D'ALMEIDA – O HOMEM, O ESCRITOR E O PROPRIETÁRIO

Este nosso primeiro ponto tem como objetivo apresentar uma breve nota sobre Fialho de Almeida, o homem, o escritor e o proprietário.

José Valentim Fialho de Almeida, o Escritor Fialho d'Almeida, nasceu em Vila de Frades, concelho da Vidigueira, a 7 de Maio de 1857, já passaram os cento e sessenta anos. A autobiografia que conhecemos, remete-nos para uma «casinha de taipa» no Largo da Misericórdia, bem como para a sua infância, da primeira fase de escolaridade, com seu pai, mestre – escola, à ida para Lisboa, onde inicia um percurso de dificuldades.

Quando teria cerca de nove anos, portanto em 1866, ingressa no Colégio Europeu, na zona do Conde Barão, onde viveu com tristeza, submissão, maus tratos, sem visitas do pai, pois a viagem a Lisboa não seria fácil nas condições de vida da família, que vieram a agravar-se e o conduzem em 1872 para o trabalho numa *botica*. Ora, o rapaz tinha então os seus quinze anos, e da forma como descreve esse espaço, o trabalho que desempenhava, bem como a vida na botica, podemos compreender como ali «apodrecia», nas suas próprias palavras, pelos cheiros, condições gerais, mas também pelos sentimentos que o assaltariam nesses longos sete anos, que recorda como verdadeiro tormento.

Fialho não deixou que tudo isso lhe toldasse a observação e a oportunidade de conhecer, o mundo operário da cidade de Lisboa, os que participavam em momentos de conversa sobre casos trazidos à palestra da noite, na própria botica, mas também nos dá conta de como vai lendo e ensaiando a sua escrita em jornais de Leiria e Viseu, ou ainda de como apenas existia o mimo da criada duma casa situada por cima da botica, que o achava um «amor» mas o trocou por um barbeiro.

O início dos estudos na Escola Politécnica é acompanhado da morte do pai, o que perturba a vida de Fialho d'Almeida, que regressa à terra, mas depois a Lisboa, tentando concluir o curso de medicina, com fracos apoios da mãe e com os trabalhos que desenvolve, dando lições, em colaboração de âmbito literário, esforçando-se, como ele diz, quando outros gozavam tempos livres, e muitas vezes procurando ocultar o estado da roupa ou dos sapatos, velhos e já gastos.

Após o curso, a sua opção não foi pela medicina, que exerceu em apenas curto período, mas pela escrita, quando afinal assim ingressava num meio difícil à sua sobrevivência financeira, mas também em termos de receptividade ao que trazia para oferecer; ele mesmo afirmou que entrar no mundo literário terá sido uma tolice, que as muitas páginas anualmente produzidas eram coisa de excepção neste País, mas que lhe valiam muito pouco, materialmente falando e quanto à avaliação que delas era feita.

Fialho de Almeida até reconhece alguma razão aos que o acusam de escrever fragmentos, de não apresentar um grande romance, mas revela quanto lhe é difícil viver da escrita, pois o exercício desta exige que o faça em tempo curto, contudo, a sua auto-avaliação não é de subvalorização, permitindo-nos mesmo concluir que, ao contrário de outros, sente que é dos poucos que a cada assunto aplica um estilo, que o seu esforço vai no sentido de a linguagem ser exactamente a certa para a realidade e meio social que aborda.

O escritor Fialho d'Almeida veio a revelar – se multifacetado, deixando-nos uma diversidade e riqueza de abordagens, mas, decorridos mais de cem anos sobre a sua morte (4 de Março de 1911), continua a ser imperioso ler os seus textos, para conhecer, interpretar, contextualizar, fazer sair do esquecimento e/ou das apreciações negativas que o têm rodeado, imperioso é também que se divulgue, se dê a conhecer. É igualmente pertinente que se tome contacto com os estudos mais recentes, promissores de uma valorização da qualidade de Fialho, pois através deles poderemos encontrar motivação para descobrir melhor o escritor, para chegar aos *Fialhos em Fialho, ao Rosto Múltiplo* a que nos transporta a Professora Isabel Mateus, ou que pela sua mão possamos ainda compreender como Fialho terá sido precursor de grandes nomes da literatura do século XX.

Numa breve síntese, diremos que em *Os Gatos*, a publicação mensal de inquérito à vida portuguesa, de 1889 a 1893, a sua pena leva-nos para a feroz crítica com que tratou a vida social e política da época, fazendo justiça ao lema que seguiu *«Miando pouco, arranhando sempre e não temendo nunca»*, mas, Fialho deixou-nos também páginas de crítica de arte, e muitas outras, em que criando palavras vai introduzindo uma verdadeira «Língua de Fialho», como diz o Professor Cândido Franco, e tantas outras, que são verdadeiras pinturas, fotografias ou filmes, por exemplo sobre o Alentejo, onde quase é possível *ver* as paisagens e as gentes, que ele conhece bem e leva à escrita, retratando-as, em particular na dureza do trabalho que nos descreve em *Os Ceifeiros.*

Fialho d'Almeida viveu e conheceu bem os meios de Lisboa em que se movimentava, mas, esteve sempre ligado ao Alentejo até à sua morte, mais ainda após o casamento no ano de 1893, com Emília Augusta Garcia Pêgo, senhora de saúde frágil e que morre em 21 de Setembro de 1894. Emília Augusta era natural da Vidigueira, mas viveu em Cuba desde cedo, localidade onde o casal passou a residir na casa da Rua João Vaz; Fialho casou com uma proprietária, pelo que a sua vida terá ganho outras condições, o que motivou alguns a considerarem que se foi aburguesando.

Fialho d'Almeida assume a vertente de proprietário e gestor da casa agrícola, e podemos observar no seu espólio, Catálogo Web da Biblioteca Municipal de Cuba, alguns documentos sobre a ferragem de animais, arranjo de alfaias agrícolas, ou nota manuscrita sobre colheitas, por espécie de cereal, o semeado, obtido e resultados.

Após a morte da mulher, que não deixou testamento, cabe a Fialho d' Almeida, como seu herdeiro legítimo, declarar os bens da herança, que constam do Processo 330 da Fazenda do Concelho de Cuba, como também a declaração de que Fialho dispõe de propriedades na freguesia de Vila de Frades, inscritas na Fazenda da Vidigueira em nome da mãe, que delas vive e paga impostos.

Os bens são descritos em vários números, que se reportam a bens móveis e imóveis, rústicos e urbanos, foros, dívidas de terceiros. Para além de bens que são recheio da casa, como por exemplo móveis, louças, roupas, um piano usado e partido, há bens associados à exploração agrícola, ou à actividade vinícola, como caldeira de destilação e serpentina.

No conjunto dos prédios rústicos, em particular de semeadura e vinhas, destaca-se a Herdade das *Antas de Cima*, na freguesia de Vila Alva, foreira a várias entidades. E quanto à propriedade urbana, sita em Cuba, também com imposições foreiras, destaca-se a casa da residência, mais duas outras, imediatamente anexas, na Rua João Vaz, e ainda uma casa de despejos na Travessa Longa.

A casa principal, que correspondia à residência, era «composta de dezasseis casas térreas, quatro adegas, casa de caldeira, cavalariça, palheiro e quintal (…)», e quanto às outras duas, sequenciais e de valor diferente, tinha a primeira «Quatro casas térreas e um bocado de quintal (…), e a que se segue «Quatro casas térreas (…)», sendo a «Casa de despejos na travessa Longa, da Cuba, composta duma só casa (…)».

Fialho d'Almeida sobreviveu a sua mulher até 4 de Março de 1911, deixando testamento cerrado, que é um documento valioso para o conhecimento dos seus bens e destinatários por sua última vontade, em particular os legatários instituídos; os testamenteiros designados são os amigos Xavier Vieira e Dr. Vicente Taquenho. Para além do testamento, observamos desta vez o Processo 526 das Finanças do Concelho de Cuba para melhor compreender o universo dos bens existentes na posse de Fialho à data da sua morte.

Neste registo, não vamos referir bens móveis, de diversa natureza, quer da residência, quer da parte agrícola da mesma, os foros sobre propriedade rústica, como igualmente não iremos aprofundar as alterações ao património de Fialho entre 1894 e 1911, ou após a sua morte e para efeitos de cumprimento de obrigações testamentárias, abordaremos apenas alguns bens por legados e legatários.

Do legado do Escritor ao seu amigo Xavier Vieira, destaque-se um valioso conjunto de revistas de temáticas diversas, literárias, de arte, etc., jornais, postais ilustrados, enquanto o legado à Biblioteca Municipal em livros, que existiam em diversos espaços da casa de Cuba, estantes e gavetas, ascende a 2980 volumes, acrescido dos 1564 volumes que o autor mantinha na casa de Vila de Frades.

Ao irmão, lega o Escritor e Proprietário vários bens móveis, entre roupa e outros, como uma corrente em ouro e um relógio, embora estragado, carro e animais de trabalho, e ainda o usufruto da herdade «Montinhos Velhos», na freguesia de Selmes, Vidigueira, que Fialho havia adquirido ao então proprietário, de Lisboa, e que arrendou a um casal dessa freguesia, por 8 anos e por escritura efectuada em 15 de Setembro de 1904.

Ao seu feitor, que o acompanhou até à morte no regresso de Vila de Frades a Cuba, legou Fialho propriedade rústica a Vale de Rocim, composta de vinha e olival, sendo que nessa zona tinha adquirido duas parcelas de terra por escritura lavrada a 23 de Janeiro e 17 de Fevereiro de 1897, portanto, após a morte da mulher.
Em legado à sua governante, temos a casa situada na Rua João Vaz em Cuba, o espaço que albergou os livros de Fialho d'Almeida, mas confirma também a vocação agrícola da mesma e do seu proprietário, «Uma morada de casas para habitação, celleiro para cereais, casas de despejos, lagariça, casa de azeite, armazéns e adegas de vinhos, casa de caldeira e quintais (…)», desta vez anunciando um todo que passou a incluir a área dividida em três casas em 1894.
Será a futura Casa Museu Fialho d'Almeida, e nesta fase de obras, nela se foca o acompanhamento arqueológico em questão nos capítulos seguintes.

3. DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO

A Casa Fialho de Almeida localiza-se bem no centro da Vila de Cuba, freguesia e concelho de Cuba, distrito de Beja, num gaveto entre a Rua João Vaz e a Rua da Parreira. Com uma área global apreciável – 1.086 m², não é no entanto um edifício que se destaque particularmente no contexto urbano da Vila. Trata-se de facto de um edifício residencial, relativamente modesto, típica residência urbana de proprietários rurais relativamente abastados, característica de meados/finais do século XIX.
A sua classificação como monumento de interesse público reflete os critérios constantes do artigo 17.° da Lei n° 107/2001, de 8 de Setembro, relativos ao interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos e à sua extensão e ao que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva. E é no âmbito desta classificação que se enquadram os trabalhos de acompanhamento arqueológico
Os trabalhos de acompanhamento arqueológico iniciaram-se em Setembro de 2016 e terminaram em Abril de 2017 e acompanharam o período de demolições e escavações necessários à execução e implementação dos distintos projectos em curso. Foram exatamente estes dois trabalhos (escavação e demolição) que permitiram recolher alguns dados que hoje nos trazem uma nova luz sobre a Casa onde viveu o escritor Fialho de Almeida e da sua configuração original (?) durante a sua vida.

3.1. Trabalhos de Demolição

Os trabalhos de demolição foram sobretudo executados na zona onde se irá localizar o futuro museu etnográfico, trabalhos estes derivados do estado de ruína existente e do programa funcional proposto. Nesta área o avançado estado de degradação das paredes (derivado de décadas de abandono do edifício), por questões de segurança não permitia uma picagem das mesmas antes da sua demolição. Desta forma, optou-se por apenas se proceder à picagem das paredes que apresentavam maior estabilidade. Esta picagem revelou, no geral, uma construção com embasamento pétreo e paredes em taipa, a técnica construtiva mais utilizada a sul do país, aproximadamente até aos anos 50. Dentro desta, distinguimos dois tipos distintos, uma taipa mais fina, de coloração clara, com frequentes elementos pétreos e cerâmicos e outra mais escura e compacta. Esta variação que dependeu sobretudo do tipo de terra que foi utilizado, pode também deixar entrever diversos momentos cronológicos na construção do edifício. Normalmente, as camadas de taipa aparecem separadas por um fiada de tijolo de burro e argamassa e rebocadas em cal (Figuras 2 e 3).
No interior da casa não foi necessário proceder à demolição (com exceção de algumas paredes medianeiras), tendo-se contudo procedido à picagem prévia de quase todas as paredes (com exceção das salas onde se localizavam as pinturas murais a preservar e requalificar). Esta área revelou, mais uma vez, um sistema construtivo cuja base das paredes (embasamento) era em pedra e sobre a qual se desenvolve paredes em taipa e tijolo, com arcos de descarga os quais permitem a construção de um segundo piso. Foi possível ainda observar o entaipamento de várias passagens, o que denota uma evolução da casa ao longo dos tempos, com a comunicação e posterior separação de vários compartimentos, permitindo alterar a funcionalidade dos mesmos durante a história da Casa Fialho de Almeida. De realçar a existência de duas portas entaipadas, uma primeira no compartimento que se pensa ou que poderá ser o escritório do escritor Fialho d´Almeida e uma segunda no compartimento vizinho, na zona de acesso ao piso superior da habitação e ao célebre terraço relacionado com o imaginário do escritor (Figuras 4 e 5).

3.2. Trabalhos de escavação e rebaixamento dos pisos actuais do imóvel

No que se refere aos trabalhos de escavação, estes limitaram-se, na zona residencial, ao rebaixamento do piso em algumas salas e no corredor (distribuidor de espaços, em torno do qual se articulam as distintas divisões identificadas), em cerca de 0,50 m. Durante estes trabalhos de rebaixar a cota actual, identificou-se um muro em pedra seca, na sala onde se encontram as escadas de acesso ao segundo piso. Esta estrutura não foi intervencionada, tendo sido registado graficamente (desenho e fotografia), bem como georreferenciado, uma vez que se encontrava abaixo da cota de afectação. A mesma metodologia foi utilizada no muro identificado na sala que é apontada por vários autores (e surge representada em uma das fotografias que se conhece do escritor) como sendo o antigo escritório de Fialho de Almeida. Este segundo muro era constituído por elementos pétreos de pequena e média dimensão ligados por argamassa de cal esbranquiçada. Os muros, por se encontrarem abaixo da cota de afetação apenas foram registados, tendo posteriormente sido devidamente tapados e protegidos com geotêxtil e areia. Foi contudo possível observar, em relação a ambos os muros, que estes não seguiam canonicamente a orientação das paredesmestras, divisórias e medianeiras actuais da casa, estando inclusive a segunda estrutura arqueológica cortada pela parede divisória entre um pequeno quarto ou divisão interior e o possível escritório do mesmo, não estando, por essa razão, relacionados com a construção da actual Casa Fialho de Almeida, sendo mais antigos que a mesma (Figura 6).

4. LOGRADOURO/ÁREA AGRÍCOLA

A zona da área onde se irá localizar o futuro museu etnográfico foi outra das zonas de eleição dos trabalhos de escavação, pois devido ao avançado estado de degradação das paredes existentes (que não permitem preserva-las para o novo museu), foi necessário escavar fundações para as novas paredes. Estes trabalhos foram procedidos de remoção de entulhos, os quais se encontravam um pouco por toda a área, e que se deviam ao avançado estado dos antigos armazéns agrícolas. Foi nesta área que se identificaram as estruturas etnográficas. Uma dorna, uma nora, um poço e um sistema de levadas. Após esta descoberta foi alterado o projeto do museu etnográfico por forma a permitir a preservação destes elementos e a sua integração no novo museu etnográfico.

4.1. Elementos etnográficos identificados

Durante os trabalhos de escavação da zona onde se irá localizar o futuro museu etnográfico, foram identificados alguns elementos etnográficos. Uma cisterna, um poço, alguns sistemas de canalização/levadas, e uma dorna ou "ladrão". Estes elementos foram alvo de limpeza e caracterização, dentro dos trabalhos de acompanhamento arqueológico (não se tendo procedido a nenhuma escavação que permitisse uma análise, e caracterização cronológica, da sua construção, mais fina). Entretanto, e no decorrer da obra, foi decidido pelo dono de obra preservar as estruturas identificadas, não estando contudo os trabalhos de valorização dentro do âmbito da nossa intervenção.

Aquando do início dos trabalhos apenas era visível nesta área dois antigos tanques em tijolo e argamassa os quais se localizavam na zona mais a este do quintal. Durante os trabalhos de escavação de uma das sapatas foi possível identificar, por baixo do tanque mais a Este uma estrutura em tijolo, retangular, encrostada na rocha, com cobertura abobada em tijolo, e arco de descarga central, a qual assenta sobre dois arcos laterais de descarga (limites este e oeste) e uma parede de tijolo na extremidade sul da estrutura. A norte (zona danificada no momento em que foi identificada a estrutura) encontra-se uma entrada definida pelas paredes laterais e pela abóbada. No interior dos arcos de descarga, que definem os limites este e oeste da estrutura, não existe tijolo, sendo as paredes definidas pela própria rocha. Na abobada existiam duas aberturas retangulares (entretanto tapadas pelo tanque que se instalou por cima da estrutura). Esta estrutura foi interpretada por nós como sendo uma cisterna.

Durante os trabalhos de limpeza e caracterização da estrutura procedeu-se ao desentulhamento da mesma, contudo e após cerca de 1,30m de escavação, foi necessário parar a mesma devido ao surgimento de água no fundo. Não sendo possível ter as dimensões totais da profundidade da cisterna.

A construção dos tanques é claramente posterior à estrutura. Não compreendemos, no entanto, se a cisterna e os tanques chegaram a funcionar, ou não, simultaneamente. Contudo o tanque que assenta sobre a nora cobriu as duas entradas superiores, podendo a água ter continuado, contudo, a ser retirada pela entrada localizada a norte.

A Sul desta estrutura, a menos de dois metros da mesma, foi identificado um poço, com paredes em tijolo, e formato hexagonal. A boca deste localizava-se a menos de 0,50 m da superfície e é coberta por uma tampa de cimento, que se encontra colada à estrutura do poço, e que apenas possui uma abertura quadrangular de cerca de 0,35 metros.

Durante os trabalhos de limpeza da cisterna foi encontrado o sarilho que era utlizado para fazer subir e descer o balde com que se retirava água do poço. "O sarilho é um aparelho que assenta num princípio semelhante ao da roldana, mas mais aperfeiçoado. Em vez da simples roda, o sarilho é um cilindro horizontal, com dois espigões de ferro nas extremidades. Apoiados em dois postes laterais, ou metidos em dois orifícios vazados nesses postes. Uma das pontas da corda está presa ao cilindro e da outra está suspenso o balde. A corda tem o comprimento necessário para o balde mergulhar no nível mais baixo da água, no período de estiagem. No geral um dos espigões do sarilho é perlongado, e transforma-se numa manivela." (Dias e Galhano, 1986, p. 132). O sarilho encontrado durante os trabalhos de limpeza é semelhante à descrição destes autores, contudo tem duas manivelas, sendo semelhantes aos identificados pelos autores na região de Moura. As duas manivelas permitiam que dois homens trabalhassem em simultâneo, sendo maior a quantidade de água retirada (Figuras 7 e 8).

Na envolvente da cisterna, do poço e dos tanques foram identificados vários sistemas de condução de água que ligavam estas estruturas. Estas encontravam-se, na sua maioria, bastante danificadas. Os sistemas de condução de água, ou levadas, possuíam um fundo em tijolo de burro e duas paredes laterais constituídas por um tijolo de burro colocado lateralmente ou uma pedra. Um destes sistemas que corria no sentido este/oeste iria desaguar na própria cisterna e provinha de uma bifurcação deste sistema de levadas. Desta bifurcação seguia um outro canal no sentido norte que foi cortada pela construção da parede que divide a casa Fialho de Almeida da propriedade vizinha, na Rua de Almeida Tojeiro.

Na saída da zona residencial da casa Fialho de Almeida para o quintal, encontra-se um poço, o qual recolhe as águas pluviais, com pequeno tanque ou bacia associados e um alguidar em barro vidrado de cor melada encastrado, em uma das suas paredes. Este alguidar possui um pequeno orifício que permitia, com recurso a um tampão (talvez de cortiça) encher o alguidar e depois esvaziá-lo quando necessário. Este poço e tanque possuem ainda uma canalização vertical que permite recolher a água dos telhados para abastecer o poço (que aqui cumpriria uma função de cisterna de apoio à área residencial da casa). Durante a remoção da calçada, existente no quintal, foi possível identificar uma canalização em tijolo burro, que atravessa o quintal no sentido NE-SW. Esta canalização ligava o poço, atrás descrito, com a zona onde se localizava a cisterna e o poço identificados durante os trabalhos de escavação das sapatas do futuro museu etnográfico.

No local onde anteriormente se erguia um dos edifícios agrícolas, entretanto demolidos, na zona do pátio do futuro museu etnográfico, identificou-se uma talha encrostada no solo, interpretada como uma dorna. A talha com cerca de1,40 metros de altura, tinha um diâmetro máximo de 1,25 metros e um diâmetro de boca de 0,38 metros. O bocal encontra-se emoldurado por uma estrutura quadrangular em tijolo, a volta do qual se desenvolvia um piso em tijoleira, com ligeira inclinação para o centro, no qual se encontrava a talha. As dornas, também conhecidas como "ladrão," são elementos colocados no centro das adegas com a função de recolher o mosto e o sumo do vinho, caso alguma das talhas existentes na adega se parta durante o processo de fermentação. A ideia da dorna é algo que já vem do tempo dos romanos. No tratado sobre a agricultura de Varrão este é claro em relação à necessidade deste elemento, aconselhando que as adegas das *Villas* Romanas deveriam ter "o pavimento inclinado para uma fossa, porque ao colocar o vinho nas respetivas talhas em Espanha e nos toneis em Itália, estas partem-se com a força do mosto." (Raquel Margarido, 2009, pág. 7) (Figura 9).

5. CASA FIALHO DE ALMEIDA: BREVES REFLEXÕES

Tentar ler a organização da casa Fialho de Almeida à luz dos novos dados é tarefa árdua, pois as informações que possuímos não foram verificadas em termos estratigráficos e cronológicos, através do processo de escavação. Recorremos então à leitura dos paramentos que foi possível observar. Contudo, não será descabido pensar que os elementos etnográficos, identificados durante o acompanhamento, pertençam à estrutura original da casa Fialho de Almeida, parte integrante da habitação que Fialho co-

nheceu e foi proprietário, perfazendo o que seria no seu todo uma casa de lavoura, com área residencial e dependências agrícolas (Figura 10).

5.1. Quintal/Logradouro

Começando pelos elementos identificados no espaço da Casa Fialho de Almeida onde se irá construir o Museu Etnográfico, a cisterna e o poço estariam localizados numa área da casa Fialho de Almeida, a qual terá em tempos sido uma área aberta, provavelmente a horta da casa. Ao olharmos para o rol de bens que o escritor herdou, por morte de sua mulher, vimos que este herdou na Rua João Vaz (rua onde se localiza a Casa Fialho de Almeida) três casas todas elas anexas. Em todas se faz referência à existência de quintal. Ao olharmos para a planta da Casa Fialho de Almeida, publicada no boletim da Associação Cultural Fialho de Almeida, no ano de 2000, por Joaquim Palminha da Silva, verificamos que esta zona corresponde a uma zona aberta nessa planta. Restam as dúvidas de qual a dimensão deste quintal, se a mesma que têm agora, ou se maior? Ao olharmos para as levadas, postas em evidência durante os trabalhos, reparamos que uma destas levadas, que desemboca no poço cisterna, aqui identificado, é cortada pelo muro de divisão que separa a atual casa Fialho de Almeida da casa vizinha, com acesso via a Rua João de Almeida Tojeiro. Existe a grande probabilidade de esta casa ter feito parte da propriedade de Fialho de Almeida, ou pelo menos de a determinada terem pertencido à mesma propriedade, a qual posteriormente terá sido dividida em parcelas de dimensões e proprietários distintos.

Outro elemento, que vem alterar um pouco a leitura deste espaço: a dorna, identificada durante estes trabalhos, encontra-se claramente localizada num dos antigos armazéns agrícolas da casa Fialho de Almeida. A dorna em questão corresponde a um recipiente de barro, encaixado em uma depressão escavada no solo da adega, para a qual escorre o vinho em caso de acidente, por exemplo rebentamento de uma talha (Ó, 2010, p. 34).

O espaço onde esta foi localizada seria (de acordo com a planta publicada em 2000 no Boletim da Associação Fialho de Almeida) o celeiro. Neste espaço identificaram-se, durante a remoção dos entulhos (resultado da degradação e abatimento de telhado e paredes), vários bojos e bordos de talhas. A identificação desta dorna, e destes bojos e bordos de talhas, permitem-nos avançar com a localização, neste espaço, de uma adega de grandes dimensões, a qual poderá ou não, corresponder a uma das quatro adegas, mencionadas no testamento e herdadas pelo escritor aquando da morte da sua mulher. Voltadas a referir aquando da morte de Fialho, na relação dos bens doados a Gertrudes da Conceição Carapeto, sua governanta. Não colocamos de lado a hipótese de que com o tempo e desativação da sua funcionalidade original, este local se tenha transformado num celeiro. Ccontudo as dimensões do edifício anteriormente aqui existente, bem com a presença da dorna indicam que estaríamos perante uma grande adega, se não mesmo a maior das adegas da Casa Fialho de Almeida.

5.2. Zona residencial

No que à zona residencial desta casa diz respeito, foi-nos possível, através da análise parietal verificar portas, aberturas e alpendres entaipados, com a sua funcionalidade original profundamente alterada. Neste sentido são de realçar as duas mencionadas portas entaipadas e acima ilustradas, pois significa que a determinada altura esta casa seria de maiores dimensões e se prolongava para a zona onde hoje em dia se encontra o actual edifício das Finanças e Junta de Freguesia de Cuba, apresentando quer dimensões, quer uma configuração em planta distinta da actual. Desta forma ao reconhecermos a extensão do piso térreo em direcção aos edifícios mencionados, compreende-se e aceita-se melhor a existência de um compartimento ao nível do segundo piso, no que seria possivelmente uma zona de arrumos e de dependências para criados, divisão essa que assenta sobre o edifício das Finanças, como uma espécie de istmo, prolongando-se para além dos limites actuais da Casa Fialho de Almeida. Ora tal permite conjectural sobre a real configuração da Casa Fialho d'Almeida, a nível da planta e a nível da fachada principal, será esta a casa original que Fialho d´Almeida conheceu e habitou, ou trata-se de um complexo Palimpsesto que chegou aos nossos dias, fruto de heranças e profundas remodelações que reflectem no fundo as vivências e vicissitudes de uma comunidade dinâmica, que habita também ela um espaço profundamente dinâmico.

Finalmente não poderíamos terminar este artigo sem sublinhar a importância da detecção das primeiras estruturas habitacionais de cariz arqueológico identificados no espaço urbano da vila de Cuba, que revelam a existência de uma estrutura de fun-

cionalidade desconhecida anterior à construção da actual Casa Fialho de Almeida. De difícil adscrição cronológica, uma vez que não foram escavados, pois não seriam afectados pelas intervenções em curso, foram apenas registados graficamente e georreferenciados, mas do que não existe dúvidas é de que são anteriores à construção da Casa Fialho de Almeida, a qual pelo menos em 1886 já existia.

As estruturas correspondem ao embasamento em pedra seca de um muro com cerca de 0, 65 cm de largura, por cerca de 1, 20 m de comprimento conservado, cujo topo superior seria em taipa, orientado SE-NW. Foi ainda identificado na sala das escadas de acesso ao piso superior, um muro em pedra faceada de pequena e média dimensão ligado por uma argamassa de cal esbranquiçada, com cerca de 0, 60 cm de largura e 1, 30 de comprimento, orientado SW-NE. Tais estruturas corresponderão a uma construção anterior que ocupou este espaço e são seguramente anteriores à construção do imóvel alvo da intervenção de recuperação.

BIBLIOGRAFIA

BORGES, Maria Emília Salvado (1994) – *O Concelho de Cuba nas Memórias Paroquiais de 1758*. Lisboa: Edições Colibri.

BORGES, Maria Emília Salvado (1999) – *O Concelho de Cuba, subsídios para o seu Inventário Artístico*. 3.ª ed. Lisboa: Edições Colibri.

BORGES, Maria Emília Salvado (2000) – *Homens fazendas e poder no Alentejo de Setecentos* – O caso de Cuba. *Lisboa:* Edições Colibri.

CORREIA, Mariana (2007) – *Taipa no Alentejo*. Lisboa: Argumentum.

DIAS, Jorge; GALHANO, Fernando (1986) – *Aparelhos de elevar a água de rega: Contribuição para o estudo do regadio em Portugal*. Portugal de Perto, n.º 12. Lisboa: Editora D. Quixote.

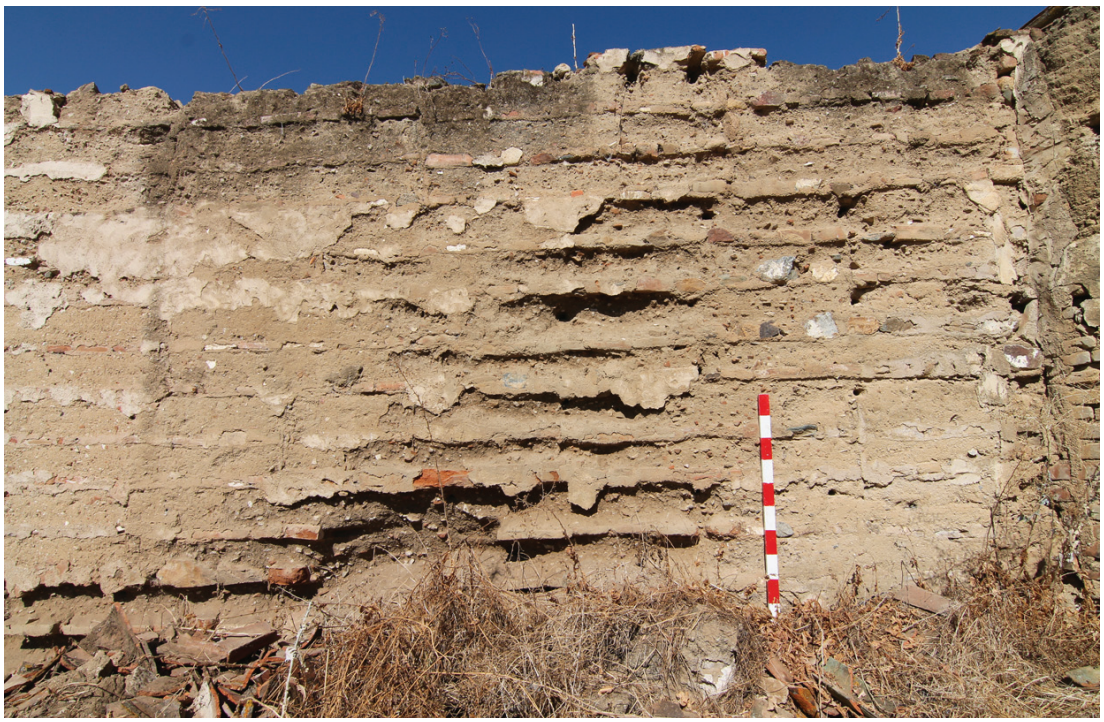
Ó, Desidério Lucas do (2010) – *Vila de Frades, Capital do Vinho da Talha*. Sintra Editora Colares.

SILVA, Joaquim Palminha da (2000) – A Casa de Fialho em Cuba. *Boletim da Associação Cultural Fialho de Almeida*, n.º 2. Cuba: Associação Fialho de Almeida, p. 2-13.



Figura 1 – Localização geográfica e cartográfica da Casa Fialho de Almeida.





Figuras 2 e 3 – Tipos de taipa nas dependências agrícolas da Casa Fialho d'Almeida.



Figura 4 – Compartimento de acesso ao piso superior e terraço, porta entaipada.



Figura 5 – Escritório de Fialho d´Almeida porta entaipada.



Figura 6 – Muro de uma fase anterior à construção da casa actual do escritor Fialho de Almeida.





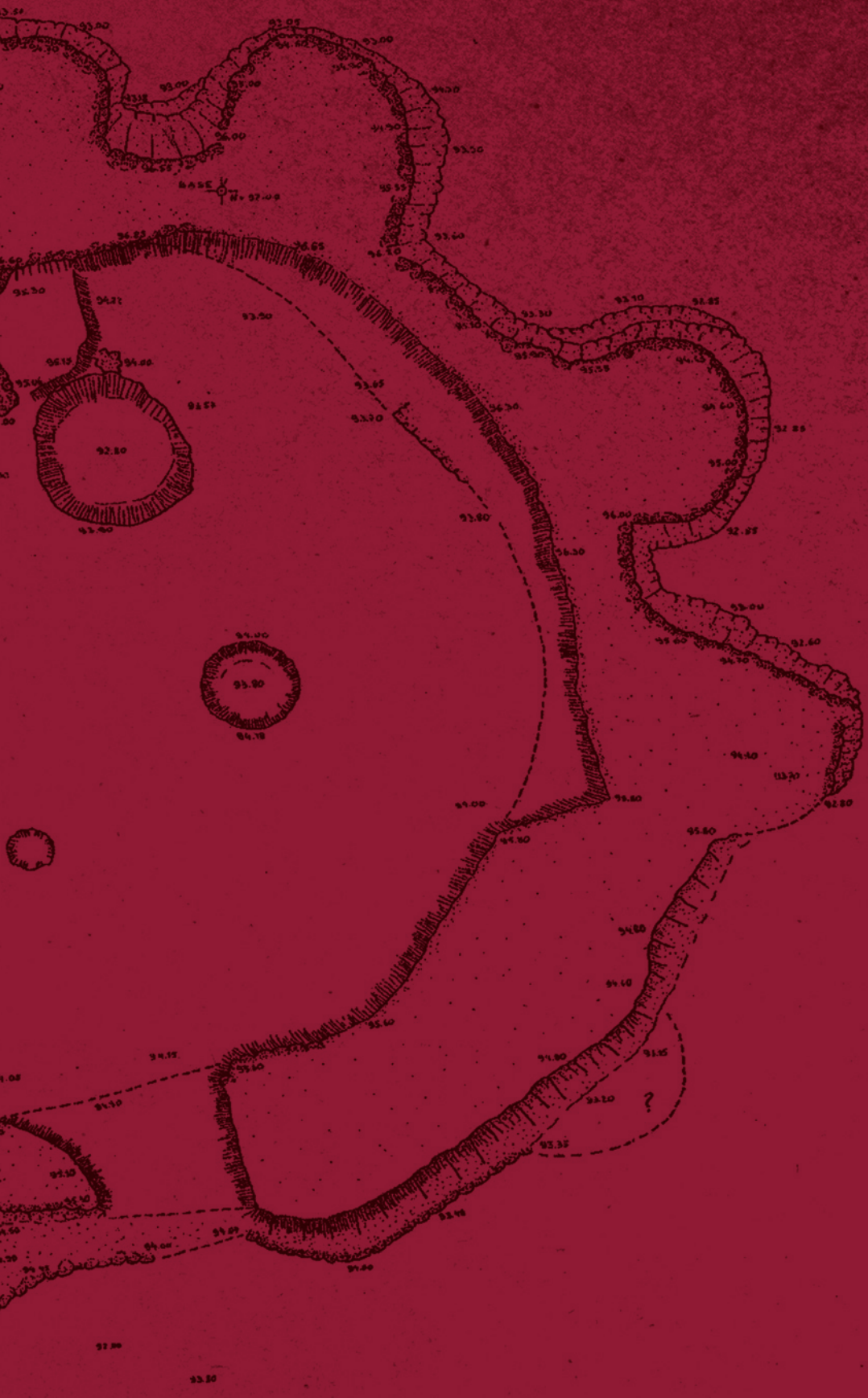
Figuras 7 e 8 – Poço cisterna identificado e sarilho.



Figura 9 – Dorna identificada no pátio no espaço que será uma adega.



Figura 10 – Planta geral com os novos elementos etnográficos e arqueológicos identificados, durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico.



Patrocinador oficial

AAP ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

MAC MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA

FLUL LETRAS LISBOA

FCSH FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FUNDAÇÃO MILLENNIUM BCP